

# VI Encontro da Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS  
NOS ESPAÇOS RURAIS

02 a 05 de setembro de 2014.

## ANAIS

Edição: Volume 6 - 2014

ISSN 2764-3891

REALIZAÇÃO:



APOIO:

Coordenação de  
Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior  
(CAPES)



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

VI Encontro da

# Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS NOS ESPAÇOS RURAIS

## APRESENTAÇÃO

O tema central do VI Encontro da Rede de Estudos Rurais é: Desigualdade, exclusão e conflitos nos espaços rurais. A escolha deste tema levou em consideração o fato de que o encontro a ser realizado em 2014, quando se completam 50 anos da promulgação do Estatuto da Terra e que a Organização das Nações Unidas declarou como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, deveria refletir sobre as conquistas e também sobre os desafios que ainda estão postos para as diferentes populações rurais do Brasil, 25 anos depois da promulgação da chamada “Constituição Cidadã”, em 1988.

**VI Encontro da**

# **Rede de Estudos Rurais**

**DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS NOS ESPAÇOS RURAIS**

## **COORDENAÇÃO**

### **DIRETORIA DA REDE DE ESTUDOS RURAIS**

Coordenadora Presidente: Ramonildes Alves Gomes (PPGCS/UFCG)

Coordenadora Primeira Secretária: Dalva Maria da Mota (Embrapa /UFPA)

Primeiro Coordenador Tesoureiro: Luis Henrique Cunha (PPGCS/UFCG)

Segundo Coordenador Secretário: Luis Antonio Barone (FCT/UNESP)

Segundo Coordenador Tesoureiro: Jalcione Pereira de Almeida (PGDRU/FRGS)

### **CONSELHO FISCAL**

Leonilde Servolo Medeiros (CPDA/UFRRJ)

Cimone Rozendo de Souza (PPGCS/UFRN)

Islandia Bezerra da Costa (Departamento de Nutrição/UFPR)

### **CONSELHO CONSULTIVO NACIONAL**

Laeticia Medeiros Jalil – Nordeste (UFRPE)

Alfio Brandenburg – Sul (PPGS/UFPR)

Marilda Aparecida de Menezes – Sudeste (UFCG/UFABC)

Maria de Nazareth Baudel Wanderley – Nordeste (PPGCS/UFPE)

Sonia Maria P. P. Bergamasco – Sudeste (Unicamp e PPGADR/UFSCar)

André Augusto Michelato Ghizelini – Sudeste (UFES)

Antonio Lázaro Sant´Ana – Sudeste (Unesp)

Delma Pessanha Neves – Norte (Ufopa/UFF)

Gutemberg Armando Diniz Guerra - Norte (UFPA)

VI Encontro da

# Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS NOS ESPAÇOS RURAIS

## SUMÁRIO

<b>GT1. DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA DÉCADA DA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....</b>	<b>19</b>
A MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E SUA ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL COM O PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA: O FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA SEGURANÇA ALIMENTAR .....	20
A PRODUÇÃO DE NOVIDADES NA CADEIA PRODUTIVA DE POLPA DE FRUTAS: AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO TERRITÓRIO SERTÃO DO APODI (RN) .....	32
ABORDAGEM TERRITORIAL E SUSTENTABILIDADE: A GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP .....	47
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES PARA O TERRITÓRIO ALTO RIO PARDO - MG.....	60
CONEXÕES, APROPRIAÇÕES E EXCLUSÕES NO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL .....	74
DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA FAMILIAR COM OS PROGRAMAS FEDERAIS (PAA E PNAE) EM CUBATI – PB .....	90
DESENVOLVIMENTO RURAL: O TERRITÓRIO NA AÇÃO PÚBLICA.....	105
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PARTICIPAÇÃO NO TERRITÓRIO DO CAPARÁO: ALTERNATIVA À MODERNIDADE? .....	119
DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O PROGRAMA DE APOIO AOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS (PROINF) NOS TERRITÓRIOS AÇU-MOSSORÓ E SERTÃO DO APODI (RN) DE 2003 A 2013 .....	127
DOMINAÇÃO E PODER: UMA PROPOSTA DE DIÁLOGO COM OS ESTUDOS E PROCESSOS DE GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL .....	142
EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MDA NO BRASIL .....	157

GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO EM TERRITÓRIOS RURAIS: UMA ANÁLISE DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DA BORBOREMA – PB.....	171
O ESPAÇO DE GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO DA ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL .....	186
POLÍTICAS PÚBLICAS E O USO DE INDICADORES NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM OLHAR SOBRE O MATO GRANDE/RN .....	201
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA).....	216
TERRITÓRIO ENTRE RIOS, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – PTDRS E PROINF .....	231
UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE INVESTIMENTOS APOIADOS PELA SDT/MDA EM DOIS TERRITÓRIOS DO BRASIL.....	246

**GT2. LUTA SOCIAL E REPRESSÃO POLÍTICA NO CAMPO - DA DITADURA À ABERTURA DEMOCRÁTICA: A EXPERIÊNCIA DAS COMISSÕES DA VERDADE NO BRASIL ..... 261**

A GREVE DE GUARIBA (SP) DE 1984: ECONOMIA MORAL E REVOLTA DE TRABALHADORES RURAIS .....	262
A MORTE DE “UM BRIGADOR DE TERRAS, UM LADRÃO DE TERRAS”: MORTE DOS POSSEIROS, NASCIMENTO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA.....	278
ASSASSINATOS POR CONFLITOS FUNDIÁRIOS: REGASTE HISTÓRICO E ANÁLISE JURÍDICA PELA COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE DO ESTADO DO PARÁ.....	293
COMISSÕES DA VERDADE E QUESTÃO CAMPESINA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS HISTORIOGRÁFICAS E RELEITURAS NA PRÁTICA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL.....	307
CONFLITOS NO PONTAL DO PARANAPANEMA: IMAGENS E DISCURSOS DA REPRESSÃO NO CAMPO .....	319
DITADURA MILITAR E A REPRESSÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS ATUANTES NO CAMPO NO MARANHÃO - ANOS 1960-1980 .....	327
EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE A REPRESSÃO NO CAMPO NO ESTADO DE SÃO PAULO (1946-1988), COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUBENS PAIVA .....	342
LEMBRAR OU ESQUECER? A BUSCA PELO DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA NO CAMPO.....	349
MEMÓRIA CAMPONESA E A PRESENTIFICAÇÃO DO PASSADO: NOTAS SOBRE A COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE .....	364
OS CAMPONESES E AS COMISSÕES DA VERDADE .....	374

REMINISCÊNCIAS DAS LUTAS SOCIAIS DOS CANAVIEIROS NOS  
IMAGINÁRIOS SOCIOLOGICOS DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS, LEME,  
SP, NO CONTEXTO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO..... 387

**GT3. O RURAL NA HISTÓRIA DO BRASIL..... 402**

‘USUS, FRUCTUS E ABUSUS’: DONOS E PROPRIETÁRIOS NO FAXINAL RIO  
AZUL DOS SOARES (RIO AZUL/PR) ..... 403

A HISTÓRIA AGRÁRIA COMO HERANÇA ..... 417

A LEGISLAÇÃO REFERENTE À REGULARIZAÇÃO DA TERRA EM SANTA  
CATARINA NO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA: SUAS INFLUÊNCIAS E  
APLICAÇÃO ..... 428

AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIAS DE AGRICULTORES FAMILIARES  
DO ENTORNO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA RASO DA CATARINA (BA) NA SECA  
DE 2012/2013 – CONFLITOS ENTRE O ACESSO E USO DOS RECURSOS  
NATURAIS E A SOBREVIVÊNCIA DO SERTANEJO..... 443

AUTOGESTÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA SEGUNDA  
METADE DO SÉCULO XX: A LUTA PELA LIBERDADE ..... 458

CERCAMENTO ÀS AVESSAS: DIREITO E ACESSO À TERRA NO VALE DO RIO  
DO PEIXE DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA ..... 471

CONCENTRAÇÃO DA TERRA E DA ÁGUA E A PRESERVAÇÃO DO  
CORONELISMO NO NORDESTE BRASILEIRO ..... 486

DE QUEM É? AS TERRAS DA GUERRA DO CONTESTADO NO SÉCULO XIX.  
OS KAINGANG E VITORINO CONDÁ NO IRANI..... 498

DE SERTÃO A VALE: A CONSTITUIÇÃO DA RURALIDADE E  
DESENVOLVIMENTO NO VALE DO PARANAPANEMA/SP ..... 513

ESTRUTURA AGRÁRIA: DILEMAS E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO  
SOCIAL DO CAMPONÊS EM PÃO DE AÇÚCAR-AL ..... 526

FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E DA CULTURA BRASILEIRA: UMA  
RELEITURA DAS HERANÇAS DO PERÍODO COLONIAL ..... 539

GRILEIROS, COLONIZADORES E SITIANTES: AS PELEJAS EM TORNO DA  
LEGITIMIDADE DA POSSE DA TERRA NO EXTREMO NOROESTE PAULISTA  
..... 553

LEGISLAÇÃO FUNDIÁRIA COMO RESERVA DE LEGALIDADE: CONFLITOS  
PELA TERRA NO AMAZONAS, 1917-1931 ..... 569

MICRO-HISTÓRIA E “HABITUS”: A BIOGRAFIA PARA O ENTENDIMENTO DA  
OCUPAÇÃO DOS "SERTÕES DA BORBOREMA" ..... 583

NORMAS JURÍDICAS E CONFLITO AGRÁRIO NO PARÁ – MEADOS DO  
SÉCULO XI ..... 600

O ESPAÇO RURAL NO SEMIÁRIDO ALAGOANO: IDENTIDADE TERRITORIAL  
E SOCIABILIDADE CAMPONESA ..... 610

OS POBRES E LIVRES, A LUTA PELA TERRA E A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO ALAGOANO .....	624
POSSEIROS, COMUNIDADES NEGRAS RURAIS E GRILEIROS: CONFLITOS AGRÁRIOS NO BAIXO SUL DA BAHIA-1960-1980 .....	639
REFLEXOS DE UM PASSADO RECENTE: ELEMENTOS DE UM RURAL EM TRANSFORMAÇÃO NO TERRITÓRIO DO CONTESTADO .....	654
UMA ANTIGA “QUESTÃO DE BODES”: RECONVERSÕES SOCIAIS E DISPUTAS ENTRE AS FAMÍLIAS NEVES E FERNANDES NA ASSOCIAÇÃO DE CAPRINOCULTORES DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO-PB .....	669
VICISSITUDES DE UM RURAL EM TRANSFORMAÇÃO: ANÁLISE DA COMUNIDADE DE CERRO AZUL, PALMA SOLA/SC .....	689

**GT4. TRABALHO AGRÍCOLA, MIGRAÇÃO E MUDANÇAS TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA ..... 704**

"É TIPO ASSIM, ESCRAVIZAR": O CASO DOS CAMPONESES ASSALARIADOS NOS EUCALIPTAIS DO MARANHÃO .....	705
A INDÚSTRIA DOS AGROTÓXICOS E SEUS DESDOBRAMENTOS .....	720
A PRODUÇÃO DO ETANOL E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CORTE MANUAL DA CANA DE AÇÚCAR (2000-2010) .....	730
A TRAJETÓRIA DO MIGRANTE TEMPORÁRIO NORTE DE MINAS GERAIS..	743
AVANÇO RECENTE NA MECANIZAÇÃO CANAVIEIRA E EFEITOS NA OCUPAÇÃO SUCROALCOOLEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO .....	761
EFEITO DO MANEJO INTENSIVO DO AÇAÍ (EUTERPE OLERACEA. MART.) NA DIVERSIDADE DE ATIVIDADES PRODUTIVAS NA COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO, MUNICÍPIO DE GARAPÉ MIRI-PA.....	776
ENTRE A COLHEITA MANUAL E MECÂNICA: CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SETOR CANAVIEIRO NOS ANOS 2000 .....	789
FRAGMENTAÇÃO DO TRABALHO E DA LUTA PELA TERRA NA ZONA DA CANA DOS ESTADOS DE ALAGOAS, PARAIBA E PERNAMBUCO .....	804
MÁQUINAS DE EMPOBRECIMENTO: IMPACTOS DA MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR SOBRE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DOS CANAVIAIS PAULISTA.....	818
MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA, AUGE E DECLÍNIO DA PRODUÇÃO DO FEIJÃO EM IRECÊ- BA .....	833
NO TABULEIRO ENTROU MAIS UMA PEÇA: A MÁQUINA COLHEITADEIRA .	846
O TRABALHADOR RURAL E O CAFÉ EM MINAS GERAIS.....	856
OS IMPACTOS LOCAIS DO AGRONEGÓCIO DO EUCALIPTO: PERCEPÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE AS MUDANÇAS PROVOCADAS NO CAMPO PELA INDÚSTRIA FABRICANTE DE CELULOSE .....	870
PARA O ESTUDO DA SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DE GRANDES PROJETOS INDUSTRIAIS ....	885

TERRA DE NEGÓCIOS, TERRA DE TRABALHO – A PRODUÇÃO DE FLORES EM HOLAMBRA/SP .....	897
TRABALHADORES DO DENDÊ: NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE O USO DE AGROTÓXICO EM UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA - PA .....	912
TRABALHADORES MIGRANTES: PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO E REPRODUÇÃO DA FAMÍLIA .....	928
TRABALHO, PRECARIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E RECRUTAMENTO DE HAITIANOS NA AMAZÔNIA PELA AGROINDÚSTRIA DA CARNE .....	949

**GT5. ELITES PATRONAIS RURAIS E AGROINDUSTRIAS, AÇÃO COLETIVA E PENSAMENTO CRÍTICO ..... 967**

A ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960: EMBATES EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA E MOBILIZAÇÃO PATRONAL .....	968
A CONSTITUIÇÃO DO “AGRONEGÓCIO SERTANEJO” NA GRANDE PROPRIEDADE DO SEMIÁRIDO NORDESTINO .....	983
A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO: O CAPITAL VAI À ESCOLA E FORMA SEUS NOVOS INTELLECTUAIS.....	1001
A IMPOSIÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO PELAS AGROINDÚSTRIAS: O CASO DA INTEGRAÇÃO AVÍCOLA NO ASSENTAMENTO HORTO DE BUENO DE ANDRADA - ARARAQUARA/SP .....	1016
A OCB E A CONSTITUIÇÃO DO AGRONEGÓCIO “COOPERATIVO” CAPITALISTA NO BRASIL. REFLEXÕES SOBRE O CASO PARANAENSE...	1031
ABAG: ORIGENS HISTÓRICAS E CONSOLIDAÇÃO HEGEMÔNICA.....	1045
CONFLITOS ENTRE POPULAÇÕES TRADICIONAIS E GRANDES EMPREENHIMENTO PRIVADOS DO DENDÊ: QUILOMBOLAS DE SANTA MARIA DO TRAQUATEUA.....	1058
DO MUNDO DOS ENGENHOS À SOCIEDADE DO AGRONEGÓCIO .....	1073
FRONTEIRA E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE.....	1086
INTERPRETAÇÕES CONTROVERSAS DO AGRONEGÓCIO .....	1101
MAR DE CANA: ARRENDAMENTO FUNDIÁRIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL .....	1112
MUDAR O CÓDIGO É A SALVAÇÃO DA LAVOURA: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS, PRÁTICAS SOCIAIS E COMPORTAMENTOS POLÍTICOS DAS ELITES RURAIS E AGROINDUSTRIAS NO BRASIL .....	1126
O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E A INTERFERÊNCIA NA SOBERANIA CAMPONESA MOÇAMBICANA .....	1141
O AGRONEGÓCIO NA CHAPADA DO APODI E A ATUAÇÃO DE RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO 21 .....	1155
O PAPEL DAS ELITES RURAIS NA ENTRADA DO CAPITAL ESTRANGEIRO E NO USO ABUSIVO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL.....	1169



REPRESENTAÇÃO PATRONAL E FORMAS DE MOBILIZAÇÃO DA CNA DURANTE A DITADURA BRASILEIRA .....	1182
TRAJETÓRIAS, INVESTIMENTOS ESCOLARES E ACESSO A POSIÇÕES DE PODER PELA ELITE ESTANCIEIRA GAÚCHA .....	1192
VISÕES DO AGRONEGÓCIO: NOTAS SOBRE A PRESENÇA DE AGRICULTORES GAÚCHOS NO MARANHÃO .....	1207
<b>GT6. ALTERNATIVAS AGRÍCOLAS: DISCURSOS DE JUSTIFICAÇÃO E DE CONTRAPOSIÇÃO AO PRODUTIVISMO .....</b>	<b>1222</b>
« ENCAMPESINAMENTO » DAS LUTAS URBANAS: QUANDO A DEFESA DA TERRA AGRÍCOLA OCORRE NO SEIO DAS CIDADES, O EXEMPLO DA HORTA COLETIVA DE LENTILLÈRES .....	1223
A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA NO BRASIL E, NA AMÉRICA LATINA.....	1233
A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE LAJEADO-RS .....	1247
AÇÕES PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MANDIRA EM CANANEIA – SP: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPANSÃO DAS LIBERDADES HUMANAS E DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA .....	1261
AGRICULTURA PRODUTORA DE ÁGUA: IMPACTOS DO MECANISMO DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS DO PROJETO CONSERVADOR DAS ÁGUAS, EM EXTREMÁ, MG.....	1276
AGROECOLOGIA E CAMPESINATO VERSUS O DOGMA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO .....	1289
AGROECOLOGIA E QUESTÃO AGRÁRIA, LIMITES E DESAFIOS PARA UMA CONSTRUÇÃO EMANCIPADORA.....	1303
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA FERTILIDADE DO MEIO NATURAL PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS, ESTADO DO PARÁ.....	1318
CONHECIMENTO E INTERAÇÕES DOS AGRICULTORES DO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO EM RELAÇÃO À AVIFAUNA LOCAL .....	1333
CONTRIBUIÇÃO PARA A FUNDAMENTAÇÃO SÓCIO-ANTROPOLÓGICA DA ALTERNATIVA AGROECOLÓGICA.....	1343
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: NAS FRONTEIRAS ENTRE O NOVO QUE SE LEGITIMA E O ANTIGO QUE TEIMA EM FICAR .....	1361
DA REINTERPRETAÇÃO DE SISTEMAS TRADICIONAIS DE USO DA TERRA À CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES DA ROÇA DE TOCO DE BIGUAÇU, SC .....	1376
DE “CUPINS DE AÇO” À AGROECOLÓGICOS: A TRANSFORMAÇÃO DO PARADIGMA PRODUTIVO DO MST .....	1391

DESCONSTRUINDO O 'CONVENCIONAL': O CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO E A EMERGÊNCIA DE REDES DE COOPERAÇÃO NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL.....	1406
DISCIPLINA E CONTROLE: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE AS ESTRATÉGIAS DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO E DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO .....	1419
DIVERSIDADE DE VARIEDADES FOLK UTILIZADAS EM ASSENTAMENTO NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DE FLORESTA ATLÂNTICA, EM ABREU E LIMA E IGARASSU/PE .....	1431
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA A PARTIR DO SISTEMA SOCIOPRODUTIVO AGROECOLÓGICO .....	1442
EXTENSÃO AGROECOLÓGICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO ASSENTAMENTO SANTA MARIA, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, BA .....	1457
FORMAS DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA EM UM CONFLITO ECOLÓGICO NA AMAZÔNIA ORIENTAL .....	1472
O QUINTAL E O TERREIRO: O LUGAR DO FEMININO NA AGROECOLOGIA .....	1487
OS QUINTAIS AGROFLORESTADOS PODEM ATUAR PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE? .....	1502
PROJETOS AGROECOLÓGICOS: MOTIVAÇÕES, CONCEPÇÕES E CRÍTICAS SOB A ÓTICA DOS AGRICULTORES ASSENTADOS .....	1507
QUINTAIS AGROFLORESTAIS COMO ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA E ECONÔMICA .....	1522
SISTEMA AGROALIMENTAR DA AVICULTURA FUNDADA EM PRINCÍPIOS DA AGRICULTURA NATURAL: MULTIFUNCIONALIDADE, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUSTENTABILIDADE .....	1536

## **GT7. PESCADORES ARTESANAIS E RIBEIRINHOS: FORMAS DE RESISTÊNCIA ÀS SITUAÇÕES DE INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL**

.....	<b>1551</b>
A ASSOCIAÇÃO HOMENS E MULHERES DO MAR (AHOMAR) E A RESISTÊNCIA PESQUEIRA NA BAÍA DE GUANABARA .....	1552
A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DOS MANGUEZAIS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAQUEÇABA (ESEC) – GUARAQUEÇABA, LITORAL DO PARANÁ	1565
A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PESQUEIRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESCA ARTESANAL NA BAHIA .....	1573
APRENDIZAGEM COLETIVA NO ESTUÁRIO DOS RIOS TIMONHA E UBATUBA (PI/CE).....	1588
AS PESCADORAS DE CAMARÃO EM PARINTINS-AM: O DILEMA ENTRA A SUBSISTÊNCIA E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL .....	1602

CAMPANHA NACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS: ENTRE RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO .....	1613
CATADORAS DE MANGABA: CARACTERIZAÇÃO E AÇÕES COLETIVAS...	1625
CONFLITOS EM TORNO DOS ACORDOS DE PESCA NA ILHA PACUÍ DE BAIXO (CAMETÁ – PA).....	1634
MANEJO E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS: OS ACORDOS DE PESCA NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA.....	1648
MESTRE E MEMÓRIA: O RESGATE DA HISTÓRIA PESQUEIRA EM CARNE DE VACA-PE.....	1663
O “FATOR PARTICIPATIVO” NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EM SÃO LUÍS...	1669
O CENÁRIO DE IMPACTOS DAS GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA NO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ.....	1684
O CONFLITO ENTRE PESCA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS PESQUEIROS .....	1695
O ENFOQUE AGROECOLÓGICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MARACANÃ..	1710
O ESTAR NO RIO: VIVÊNCIAS E PRÁTICAS DE PESCADORES ARTESANAIS .....	1715
PESCADORES ARTESANAIS DAS PRAIAS DO JACARAPÉ E PENHA (PB): EMBATES PRÁTICOS E DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE AS NOÇÕES DE IDENTIDADE E TRADIÇÃO .....	1727
PESCADORES DO AÇAIZAL, BAIÃO/PA: UMA ANÁLISE SOBRE OS EFEITOS A JUSANTE DA BARRAGEM DE TUCURUÍ .....	1742
PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIAS COMO SUBSÍDIOS À GESTÃO PARTICIPATIVA DA PESCA ARTESANAL E DE ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS NO LITORAL DO PARANÁ E SANTA CATARINA .....	1757
PROSPECÇÃO DE DEMANDAS DE PESQUISA PARA A CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL BRASILEIRA-PROSPESQUE .....	1771
<b>GT8. A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA .....</b>	<b>1783</b>
A GEOGRAFIA DOS CONFLITOS AGRÁRIOS NAS MICRORREGIÕES DA BAIXADA E DO LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE.....	1784
A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: O CASO DO ASSENTAMENTO MARAPICU .....	1799
A LUTA PELA TERRA NO ARAGUAIA MATO-GROSSENSE: SUIÁ- MISSÚ/POSTO DA MATA VERSUS TI MARÃIWATSÉDÉ.....	1812
A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA E DO ESTATUTO DA TERRA NO GOVERNO CASTELLO BRANCO: O QUE DE FATO OCORREU? .....	1826
A REFORMA AGRÁRIA NA CENA POLÍTICA A PARTIR DE 1995.....	1841

ANALISANDO ALGUNS DESDOBRAMENTOS DO PROJETO AGROEXTRATIVISTA EIXO FORTE .....	1854
ASSENTADOS E FORJADOS NA LUTA PELA TERRA.....	1867
ASSENTADOS REAIS: EMBARALHAMENTO DE ALTERNATIVAS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CHE GUEVARA (CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ).....	1883
CAMPÔNES E INDÍGENA: AS LUTAS PELA TERRA E AS LUTAS PELO TERRITÓRIO. O CASO DO POVO INDÍGENA .....	1898
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO NORDESTE BRASILEIRO .....	1909
CONFLITOS COLETIVOS FUNDIÁRIOS RURAIS E A INEFICIÊNCIA BRASILEIRA.....	1924
DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL E OS ATUAIS CONFLITOS TERRITORIAIS: UMA TRAJETÓRIA.....	1936
DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO I PNRA .....	1958
ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA RENDA FUNDIÁRIA NAS MICRORREGIÕES DE SALINAS E GRÃO MOGOL, NORTE DE MINAS GERAIS .....	1973
ENTRE A EVASÃO E PERMANÊNCIA: PERCEPÇÕES DOS ASSENTAMENTOS FRANCISCO JULIÃO E NOVO HORIZONTE.....	1984
FORMAS DE OBTENÇÃO DA TERRA E A VISÃO DOS NOVOS AGRICULTORES FAMILIARES DA MICRORREGIÃO DE JALES-SP .....	1999
LUTAS, CONFLITOS E RECONHECIMENTO. A HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSAMAZÔNICA-PA .....	2013
O DEBATE SOBRE A PERTINÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL .....	2028
OS ASSENTADOS DO PA CHE GUEVARA: ATRIBUTOS SOCIAIS E FORMAS DE GESTÃO DE RECURSOS.....	2043
OS PIVÔS DA DISCÓRDIA AINDA CONTINUAM: OS CONFLITOS AMBIENTAIS PELO USO, GESTÃO E ACESSO A .....	2058
PARA QUE SERVE O MOVIMENTO SEM TERRA? .....	2072
PROBLEMATIZANDO: A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E A INEFICÁCIA DO DIREITO COLETIVO NO BRASIL .....	2083
QUESTÃO AGRÁRIA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DO TERRITÓRIO NO QUILOMBO CAFUNDÓ – SP.....	2093
QUILOMBOLAS E POMERANOS NA SERRA DOS TAPES: FUMICULTURA E ACESSO À TERRA .....	2108
QUILOMBOLAS NUM CONFLITO SOCIOAMBIENTAL CONTRA A EXPANSÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA.....	2121
REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO: O DIFÍCIL DIÁLOGO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.....	2136

RESGATE HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS E A LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO MARANHÃO.....	2151
TENTATIVAS DE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS NO BRASIL .....	2166
TERRITORIALIDADES EM HELVÉCIA – NOVA VIÇOSA/ BA. ....	2180
UMA COMUNIDADE RURAL ENTRE O PDA E O PDS: TEMPORALIDADES NO ESTUDO DE CASO DO ACAMPAMENTO SEBASTIÃO LAN II .....	2193
<b>GT9. CULTURA E COMUNICAÇÃO NO MUNDO RURAL .....</b>	<b>2208</b>
A EXPERIÊNCIA DO PROJETO “HISTÓRIAS, CULTURA E CULINÁRIA” NO ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO .....	2209
AS ÁGUAS E OS RIBEIRINHOS – BEIRANDO SUA CULTURA E MARGEANDO SEUS SABERES .....	2215
AS CAPELAS, AS LIDERANÇAS E A POLÍTICA: AS DISPUTAS PELA OPORTUNIDADE DE FALAR “EM TEMPO DE POLÍTICA” .....	2230
ENTRE BRASAS E FUMAÇAS: O PERCURSO DIALÓGICO NUMA PRODUÇÃO VÍDEO-DOCUMENTAL EM ALDEIAS DE PORTUGAL .....	2244
ESTADO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO: O CASO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL (1948-1974) .....	2258
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL DE ASSENTAMENTOS RURAIS EM TERESINA-PI.....	2271
MAZZAROPI E A INDÚSTRIA DE CINEMA DO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA COMÉDIA CAIPIRA NA CINEMATOGRAFIA BRASILEIRA NOS ANOS DE 1950-1980 .....	2286
MEMÓRIA, COTIDIANO E TRABALHO: NOTAS SOBRE MODOS DE VIDA E SUBJETIVIDADES NA SERRA DO AÇOR, PORTUGAL .....	2301
O CAIPIRA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO .....	2316
O MODO DE VIDA RURAL POR DETRÁS DOS CANAVIAIS UM ESTUDO SOBRE O BAIRRO DE ANHUMAS – PIRACICABA [SP] .....	2330
OS 30 ANOS DA GREVE DE GUARIBA, REMINISCÊNCIAS A CONTRAPELO NO IMAGINÁRIO SOCIOLÓGICO DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE RIBEIRÃO PRETO .....	2346
OS FIÉIS DEFUNTOS: NOTAS ETNOGRÁFICAS DO DIA DE FINADOS EM UM MUNICÍPIO DO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO .....	2361
OS USOS DA COMUNICAÇÃO PELOS JOVENS RURAIS NO ROTEIRO AGROTURÍSTICO “ACOLHIDA NA COLÔNIA” .....	2376
OUVIR, CANTAR E FALAR: ALGUMAS QUESTÕES EM TORNO DA COMUNICAÇÃO NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA .....	2396
PAGAR VISITA: SISTEMA DE TROCAS DE LOCALIDADES NA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS ARAPIUNS, SANTARÉM/ PARÁ.....	2411
PALAVRA E IMAGEM: DIFERENTES LINGUAGENS EM TOURÉM, UMA ALDEIA RURAL DO NORTE DE PORTUGAL. ....	2426

PRÁTICAS COLETIVAS TRADICIONAIS, TRÂNSITOS CULTURAIS CONTEMPORÂNEOS E AGRONEGÓCIO: CONTINUIDADES E MUDANÇAS NAS RURALIDADES DE SEBASTIÃO LEAL-PI .....	2437
PRODUÇÃO DE BOA GENTE NO CAMPESINATO QUILOMBOLA AMAZÔNICO .....	2452
QUESTÃO AGRÁRIA E RESISTÊNCIA: A JUVENTUDE RURAL BRASILEIRA E A CONSTRUÇÃO DE UM SUJEITO .....	2467
RELAÇÕES ENTRE O RURAL E O URBANO E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: UM ESTUDO DE CRUZEIRO DOS PEIXOTOS – MG .....	2482
RURALIDADES NO BRASIL: QUAL O LUGAR DAS POLÍTICAS DE CULTURA? .....	2497
SEMENTEIA: MULTI-MÍDIA, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIAS EM UMA PLATAFORMA VIRTUAL .....	2512
SUCESSÃO E COEXISTÊNCIA GERACIONAL NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO SOBRE TRAJETÓRIAS DE VIDA DA SEGUNDA GERAÇÃO .....	2527
TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE JOVENS ASSENTADOS: UM ESTUDO DE CASO NO NOROESTE DE MINAS GERAIS .....	2543
VÍDEO MULHERES DO VERGEL .....	2555
VÍDEO QUILOMBO JAÓ .....	2557

## **GT10. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL .... 2561**

A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE JANDUÍS/RN: UM ENFOQUE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL .....	2562
A DIMENSÃO DA DIVERSIDADE SOCIAL NA CONCEPÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL .....	2577
A IMPLEMENTAÇÃO DAS NOVAS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: DESAFIOS INSTITUCIONAIS .....	2592
ANÁLISE DE ESTUDOS EMPÍRICOS EM AVALIAÇÃO DE IMPACTO NO PAA E PNAE DA AGRICULTURA FAMILIAR .....	2606
ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TRAJETÓRIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA.....	2621
AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS COMO CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL: A EXPERIÊNCIA DE MOSSORÓ (RN) .....	2633
AS NOVAS DISPUTAS NO MEIO RURAL E O CASO DO PROGRAMA DO LEITE NO SERTÃO DA PARAÍBA. ....	2645
AS NOVAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE E AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL .....	2655

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A ATER MULHER NO ESTADO DE PERNAMBUCO .....	2671
ASSENTAMENTO PÚBLICO-PRIVADO: UMA ANÁLISE SOBRE A ESTRATÉGIA FRACASSADA DE DESENVOLVIMENTO RURAL ADOTADA PELO ESTADO DO PIAUÍ – O CASO DA BRASIL ECODIESEL .....	2686
AVANÇO DA MONOCULTURA DA SOJA COMO ALTERNATIVA PARA ACESSAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO ASSENTAMENTO RIO VERDE .....	2701
DA MARGINALIZAÇÃO À CRIMINALIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES LOCAIS DO CERRADO E DA AMAZÔNIA .....	2711
DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: A GESTÃO LOCAL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM FOCO .....	2725
EVOLUÇÃO E LIMITES DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO RURAL AGROAMIGO NO MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN (2006 A 2012).....	2736
EVOLUÇÃO RECENTE DO PRONAF-CRÉDITO – 1999 A 2013.....	2751
FEMENINO Y RURAL. RAZONES DEL DESARRAIGO EN LA RURALIDAD VALENCIANA.....	2763
IMPACTOS LOCAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE ELDORADO DO SUL – RS.....	2779
INCENTIVOS CREDITÍCIOS DE CUSTEIO AGRÍCOLA FRENTE AO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA .....	2787
JUVENTUDE, QUESTÕES AGRÁRIAS, DESENVOLVIMENTO RURAL E ACESSOS NO NORDESTE DO BRASIL.....	2800
LO QUE VEMOS, LO QUE NOS MIRA. UNA DISCUSIÓN SOBRE LOS PROCESOS DE REGIONALIZACIÓN EN EL PIEDEMONTE AMAZÓNICO COLOMBIANO, LA REGIÓN DE LA MACARENA.....	2823
MINISTÉRIO PÚBLICO E O FOMENTO AOS ASSENTAMENTOS VERDES NA AMAZÔNIA.....	2836
O AGRICULTOR FAMILIAR NO PROGRAMA BAHIABIO: INSERIDO OU ESTRANHO NA REDE? .....	2851
O PAA NO ESTADO DE SÃO PAULO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS: INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL E PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL .....	2866
O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL NO ESTADO RIO GRANDE DO SUL .....	2881
O PROGRAMA ESTADUAL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ATORES E SUAS ESTRATÉGIAS...	2895
O PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL: ALCANCES E LIMITES DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL .....	2910
O PRONERA COMO MATERIALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO E EXPANSÃO DAS CAPACITAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL .	2925

POLÍTICAS DE ACESSO À ÁGUA E GESTÃO PARTICIPATIVA NO ESTADO DA PARAÍBA.....	2938
POLÍTICAS E PROGRAMAS PÚBLICOS PARA AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: UMA ANÁLISE DO PRONAF E PAF/RS.....	2953
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE O PRONAF NOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS FRUTAS-SP .....	2968
POSSIBILIDADES DO AGRO-EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA: PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E POPULAÇÕES ASSENTADAS .....	2982
POTENCIALIDADES E LIMITES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM CAMETÁ-PA: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO AGROEXTRATIVISTA DOS MORADORES DO AJÓ .....	2994
SAN E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR .....	3009
SEGURANÇA ALIMENTAR NO TERRITÓRIO ARAGUAIA-XINGU: PROPOSTA DE PESQUISA. ....	3022
TRANSFORMAÇÕES NO MODELO FRANCÊS DE AGRICULTURA FAMILIAR: LIÇÕES PARA O CASO BRASILEIRO? .....	3031
UMA DÉCADA DE COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS NO SUL CATARINENSE: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE NOVA VENEZA (COOFANOVE) .....	3045
UNIDADE DE AGRICULTURA FAMILIAR COMO EXEMPLO DE EMPODERAMENTO E FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	3059
<b>GT11. AÇÃO COLETIVA E MEDIADORES NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO .....</b>	<b>3067</b>
A AMBIENTALIZAÇÃO DO CONFLITO E A NEGOCIAÇÃO DO DISCURSO OCULTO: EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA EM ALCÂNTARA-MA.....	3068
A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST NA BAHIA – UMA EXPERIÊNCIA NO FIO DA NAVALHA .....	3083
A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ARTICULADA COM A COMUNIDADE RURAL: O CASO DO GUARAS COM O ACAMPAMENTO TERRA FIRME.....	3098
A MOBILIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES PELOS MEDIADORES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM MIRANDIBA / PE. ....	3106
ANÁLISE DE REDES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE COMPREENSÃO DA DINÂMICA ORGANIZATIVA DE UMA COMUNIDADE RURAL NO AMAZONAS .....	3121
AS INTERFERÊNCIAS DA MONOCULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS PROJETOS PAUTADOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO .....	3134
ASSESSORIA E REPRESENTAÇÃO: O PROCESSO DE EMERGÊNCIA DE UMA ENTIDADE MEDIADORA NO MEIO RURAL MARANHENSE. ....	3148



ASSOCIATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR EM GUARAQUEÇABA – PR: AÇÕES COLETIVAS E FORTALECIMENTO SOCIAL .....	3163
ATORES SOCIAIS E SUAS FORMAS DE CAPITAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DE QUILOMBOS – CONAQ .....	3176
CAMPO E MEDIAÇÃO NA ATIVIDADE PRODUTIVA DO TABACO. ....	3191
CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS: UM OLHAR PARA O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO DE ARAPONGA - MG .....	3207
DA EXTENSÃO RURAL A ATUAÇÃO DOS “MEDIADORES”: UM BALANÇO CRITICO .....	3222
ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIZAÇÃO: ESTUDO DE UM CASO NO BAIXO TOCANTINS (PA).....	3236
EDUCAÇÃO DO CAMPO E QUILOMBOLA: CONVERGÊNCIAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ÀS POPULAÇÕES DO CAMPO NA AMAZÔNIA PARAENSE .....	3251
LEI E MEDIAÇÃO SOCIAL NOS CONFLITOS DE TERRA E DIREITOS TERRITORIAIS ENVOLVENDO AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS E FECHOS DE PASTO DA BAHIA .....	3266
MEDIAÇÕES E DISPUTAS EM TORNO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM NOVO PROGRESSO (PA) .....	3281
O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS E AS FARMACINHAS COMUNITÁRIAS: AÇÃO COLETIVA PARA UM DESENVOLVIMENTO CONTRA HEGEMÔNICO? .....	3296
RELAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): CONSIDERAÇÕES EM UMA COOPERATIVA AUTOGESTIONÁRIA .....	3307
RESISTÊNCIA CAMPONESA E DINÂMICAS DE MEDIAÇÃO EM ALCÂNTARA – REFLEXÕES SOBRE A DISPUTA TERRITORIAL ENTRE QUILOMBOLAS E O ESTADO BRASILEIRO.....	3321
USOS E FUNÇÕES DOS QUINTAIS PRODUTIVOS DE AGRICULTORES FAMILIARES DA ASSOCIAÇÃO MINÉ EM JUPI/PE .....	3336

## **GT 12 – SOCIABILIDADES E RECIPROCIDADES**

### **INTERGERACIONAIS: DIÁLOGO ENTRE PESQUISADORES**

<b>SENIORES E GRADUANDOS.....</b>	<b>3341</b>
A PECUÁRIA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: UMA APOSTA DISCURSIVA.	3342
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER) A UM PDS, O CASO SANTA HELENA .....	3356
A POLÍTICA NACIONAL INDIGENISTA NO TERRITÓRIO DOS AKWĒ -XERENTE .....	3367

AGRICULTURA URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL: A ATER AGROECOLÓGICA EM RECIFE PARA VISIBILIDADE SOCIAL.....	3382
ANÁLISE DA ATUAL CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE VERDELÂNDIA- MG COMO EFEITO DO ANTIGO “MASSACRE” DE CACHOEIRINHA .....	3397
CONDIÇÕES SOCIAIS E PERSPECTIVAS DE FUTURO DE JOVENS MULHERES RURAIS - ASSENTAMENTO CUIÚBA, PA.....	3408
CONFLITO NO ARAGUAIA: ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E SOCIAIS NA LUTA PELA A TERRA NO POSTO DA MATA.....	3419
CONFLITOS TERRITORIAIS NO MEIO RURAL DE GUARAQUEÇABA – PR.	3430
CONTRIBUIÇÕES DE M.J. CARNEIRO PARA O ESTUDO DA JUVENTUDE RURAL .....	3445
MADRE CRISTINA: A FORMAÇÃO SOCIAL DE UM ASSENTAMENTO RURAL. ....	3456
MERCADO INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS: ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BAIXO TOCANTINS-PA.....	3463
O PAPEL DO ESTADO NA REORGANIZAÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO: O AGRONEGÓCIO NA ERA LULA. ....	3475
ORGANIZAÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO DA PECUÁRIA LEITEIRA EM AÇAILÂNDIA E IMPERATRIZ.....	3490
ORGANIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL E DINÂMICAS PRODUTIVAS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÃ – MIRIM .....	3503
PASSADO, PRESENTE E FUTURO DE MULHERES MORADORAS DE ASSENTAMENTO RURAL, ESTADO DO PARÁ, AMAZÔNIA. ....	3517
VIOLÊNCIA NO CAMPO NO ESTADO DO PARÁ E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO.....	3530

# VI Encontro da Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS  
NOS ESPAÇOS RURAIS

02 a 05 de setembro de 2014.

GT1

## DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA DÉCADA DA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

COORDENAÇÃO

BETTY NOGUEIRA ROCHA (UFRRJ)

MACELO MINÁ DIAS (UFV)

## GT 1 – Desenvolvimento Rural: uma década da política pública de desenvolvimento territorial

**A modalidade Compra com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos e sua articulação interinstitucional com o Programa Território da Cidadania: o fortalecimento do desenvolvimento rural e da segurança alimentar.**

**Carla Azevedo dos Santos Viana<sup>1</sup>**  
**Gerciane Carvalho de Araújo<sup>2</sup>**  
**Kelma Christina Melo dos Santos Cruz<sup>3</sup>**

**Resumo:** O objetivo deste artigo está em abordar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos na relação interinstitucional com o Programa Territórios da Cidadania a fim de demonstrar como a articulação das políticas públicas resultam no desenvolvimento rural.

Para o alcance desse objetivo foi realizada uma análise dos dados da modalidade Compra com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) com enfoque nos Territórios da Cidadania, destacando os Territórios da Cidadania situados na Região Nordeste como o espaço territorial que opera uma grande participação dos agricultores familiares na venda de seus produtos, bem como foram consolidadas as maiores ações de enfrentamento de insegurança alimentar. Desta forma, tem-se que o Programa Território da Cidadania e o PAA estão harmoniosamente articulados e integrados em seus objetivos, gerando resultados para o desenvolvimento rural quando a produção dos agricultores tem garantia de venda e para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional em nosso país.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento rural; territórios da cidadania; segurança alimentar.

---

1 Mestre em Fitopatologia / Analista Engenheira Agrônoma / Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), [carla.viana@conab.gov.br](mailto:carla.viana@conab.gov.br)

2 Bacharel em Serviço Social / Analista Assistente Social / Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), [gerciane.araujo@conab.gov.br](mailto:gerciane.araujo@conab.gov.br)

3 Mestre em Agronegócio / Analista Engenheira Agrônoma / Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), [kelma.cruz@conab.gov.br](mailto:kelma.cruz@conab.gov.br)

## Introdução

Objetivando-se na promoção do bem-estar da sociedade rural, o conceito de desenvolvimento rural ampara-se num enfoque de gestão do território rural nas dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional. Um processo de identificação dos territórios rurais foi consubstanciado e conceituado como:

“um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (BRASIL, MDA/SDT, 2005).

A abordagem e preocupação inscrita sobre o desenvolvimento territorial rural permeia amplos debates governamentais e foram consolidadas, no ano de 2003, pelo PRONAT – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, cujo objetivo está em “acelerar processos locais e sub-regionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de forma descentralizada e sustentável, articulados a redes de apoio e cooperação solidária”<sup>4</sup>

O PRONAT operou de forma regulamentada em julho de 2005 quando obteve seu marco legal através da Portaria nº 05 de 18 de julho de 2005. Esta portaria, emitida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), reconhece a seleção, alteração e administração de Territórios Rurais, bem como garante o suporte legal para o Programa Territórios da Cidadania (PTC), executado em 2008.

O Programa Territórios da Cidadania foi criado com o propósito de superar a pobreza e as desigualdades sociais no meio rural, incluindo as de gênero, raça e etnia. Dentre os critérios para definir e priorizar os territórios a serem incluídos no Programa considerou-se um conjunto de fatores, com destaque para a condição de já participar da política territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), apresentar baixo Índice de Desenvolvimento Humano, uma maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família, de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, de populações tradicionais, quilombolas e indígenas, convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo, maior concentração de municípios de menor Índice de Desenvolvimento de Educação Básica e, pelo menos, um território por estado da federação (BRASIL, 2007).

Inserido no arcabouço estratégico do Programa Territórios da Cidadania como ação do governo federal, o Programa de Aquisição de Alimentos através das modalidades operacionalizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), contribui para a promoção do desenvolvimento econômico da população rural e fortalecimento da segurança alimentar e nutricional das pessoas atendidas pelas instituições que recebem alimentos oriundos da agricultura familiar, bem como tem sido fundamental para a consolidação exitosa dessa estratégia.

Destarte, o objetivo deste artigo está em abordar a importância do PAA na relação interinstitucional com o Programa Territórios da Cidadania com uma análise detalhada do ano de 2013 e com enfoque na região nordeste.

## 1. O Programa de Aquisição de Alimentos e os Territórios da Cidadania

---

4 Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 16/05/2014

Criado no artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, o Programa de Aquisição de Alimentos opera como um dos instrumentos que potencializam os objetivos do Programa Território da Cidadania, quando garante os mercados locais para os agricultores familiares por intermédio de aquisições do governo, formando estoques de alimentos e promovendo a segurança alimentar e nutricional das pessoas em vulnerabilidade social atendidas pela rede socioassistencial<sup>5</sup> e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Desta forma, o marco jurídico que instituiu o PAA possibilitou maior presença do Estado no tocante ao incentivo dos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares, bem como os trouxe segurança ao poder planejar suas atividades na perspectiva de maior previsibilidade, pois o programa ofertou-lhes a segurança de que seus produtos podem ser comercializados, gerando renda e minimizando possíveis desperdícios.

Para alcançar os objetivos a que se propõe, o PAA atua em cinco modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, Compra com Doação Simultânea – CDS, Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque, PAA-Leite (Apoio à Produção para o Consumo do Leite) e Compra Institucional. O regimento do PAA está a cargo do Grupo Gestor (GGPAA) que é composto por representantes dos Ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Ministério da Educação; enquanto que a operacionalização das ações é de responsabilidade do MDS e da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.

As modalidades operacionalizadas pela Conab são: a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), a Compra com Doação Simultânea (CDS) e o Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque) e sobre elas será abordado com clareza no item seguinte.

### **1.1. As Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos Operacionalizadas pela Conab**

A Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) é a aquisição de produtos efetuada diretamente de agricultores familiares ou de organizações de agricultores realizada quando o preço do mercado estiver abaixo do preço de referência. No ano de 2013, essa modalidade adquiriu 7.390 toneladas de alimentos, beneficiando 3.445 agricultores familiares.

A modalidade Apoio à Formação de Estoque da Agricultura Familiar (CPR-Estoque) possibilita às organizações de agricultores familiares obterem recursos para a aquisição de produtos da safra vigente e próprios para o consumo humano, com o objetivo de formar estoques e posteriormente criar condições propícias de comercialização nos moldes da realidade do mercado. No ano de 2013 esta modalidade operou 29 milhões de reais.

Já a modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o direito humano à alimentação adequada. A modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar venda sua produção ao governo, por intermédio da Conab, e a entregue para as Unidades

---

<sup>5</sup> A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativas estatais e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade. NOB/SUAS, 2010. Disponível em <http://www.mds.gov.br/nob-suas-2010-minuta-consulta-publica-final-pdf>.

Recebedoras<sup>6</sup>. O cerne desta modalidade está no amparo para minimizar os índices de insegurança alimentar no Brasil.

Consoante a uma das prioridades de que trata o Programa Territórios da Cidadania está o fator da superação da pobreza. Aliada a natureza multidimensional da pobreza está a fome<sup>7</sup>, que embora não equivalente à pobreza – uma vez que existem situações de pessoas que são pobres, mas não famintas – porém, por outro lado, ela geralmente implica em pobreza, pois indivíduos famintos estão desprovidos de bens.

Segundo a Tabela abaixo elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/PNAD<sup>8</sup> se observa que a Região Nordeste apresenta o menor índice de segurança alimentar e nutricional:

**Tabela 01:** Percentual de domicílios com insegurança alimentar no total de domicílios, por tipo de insegurança alimentar

ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA						
% de domicílios com insegurança alimentar no total de domicílios, por tipo de insegurança alimentar (segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBLA)						
Dimensão/Indicador	Brasil	Norte	Nordeste	C. Oeste	Sudeste	Sul
% de domicílios com segurança alimentar	69,80%	59,70%	<b>53,90%</b>	69,90%	76,70%	81,30%
% de domicílios com insegurança alimentar leve	18,70%	21,70%	24,80%	20,30%	16,20%	13,30%
% de domicílios com insegurança alimentar moderada	6,50%	9,30%	12,00%	5,80%	4,10%	3,30%
% de domicílios com insegurança alimentar grave	5,00%	9,20%	9,30%	4,00%	2,90%	2,10%

Fonte: IBGE-Suplemento PNAD Segurança alimentar 2004-2009

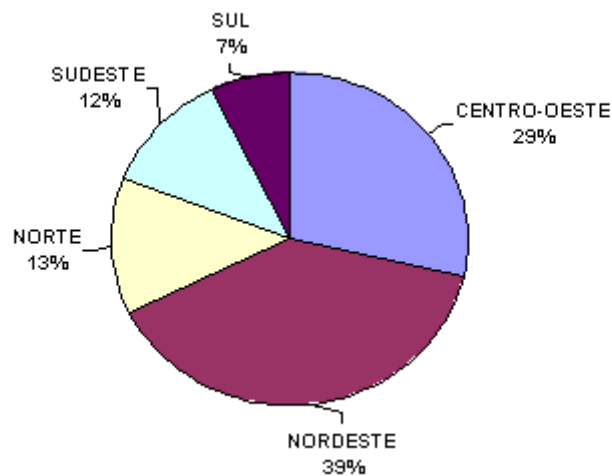
A região Nordeste em todos os seus níveis apresenta porcentagens significativas que a incluem como a região com o maior índice de desigualdade nutricional em relação às outras regiões. Enquanto que a região Sul opera com 81,30% de domicílios com segurança alimentar, a porcentagem decresce quando comparado à região Nordeste, onde a segurança alimentar atinge apenas 53,90% dos domicílios.

A modalidade do PAA Compra com Doação Simultânea vem interagindo integralmente para o enfrentamento desses bolsões de pobreza e de insegurança alimentar, pois, na região Nordeste está registrado os maiores resultados quanto ao crescimento de projetos para a aquisição de alimentos dos agricultores familiares e seus crescentes vínculos de doações, como aponta o Gráfico 01:

6 As Unidades Recebedoras, de acordo com a Resolução nº 62 de 24/10/2013 estão caracterizadas nas instituições da rede socioassistencial que são as Unidades do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que ofertem serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social e nos Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição.

7 Fome: s.f. Necessidade de comer, causada pelas contrações do estômago vazio: tenho fome. Disponível em: <<http://www.dicionarioaurelio.com>>

**Gráfico 01** – Percentual de Unidades Receptoras atendidas na Modalidade CDS no ano de 2013. (Brasil)

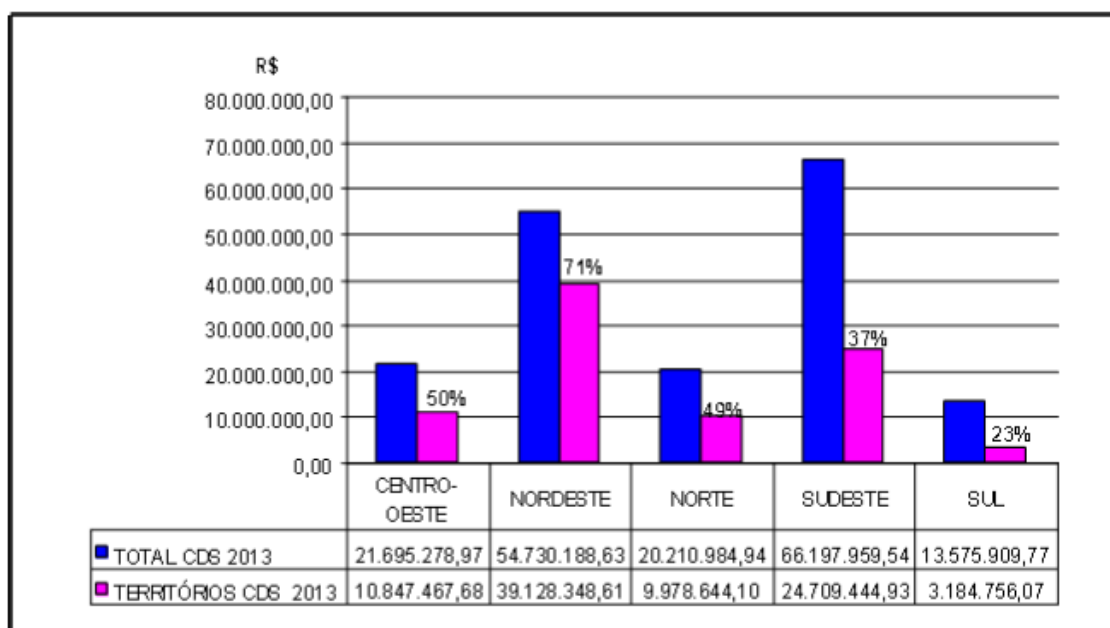


Fonte e elaboração: CONAB

## 2. A Participação da Modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) nos Territórios da Cidadania

A participação do PAA nos Territórios da Cidadania, na modalidade CDS foi expressiva, atingindo quase 90 milhões de reais, o que corresponde a 49% do valor total aplicado na modalidade. No Gráfico 1 observa-se a distribuição dos recursos nas regiões brasileiras, com destaque para a Região Nordeste, que teve 71% dos seus recursos aplicados em Territórios da Cidadania.

**Gráfico 2:** Participação dos territórios na CDS no ano de 2013

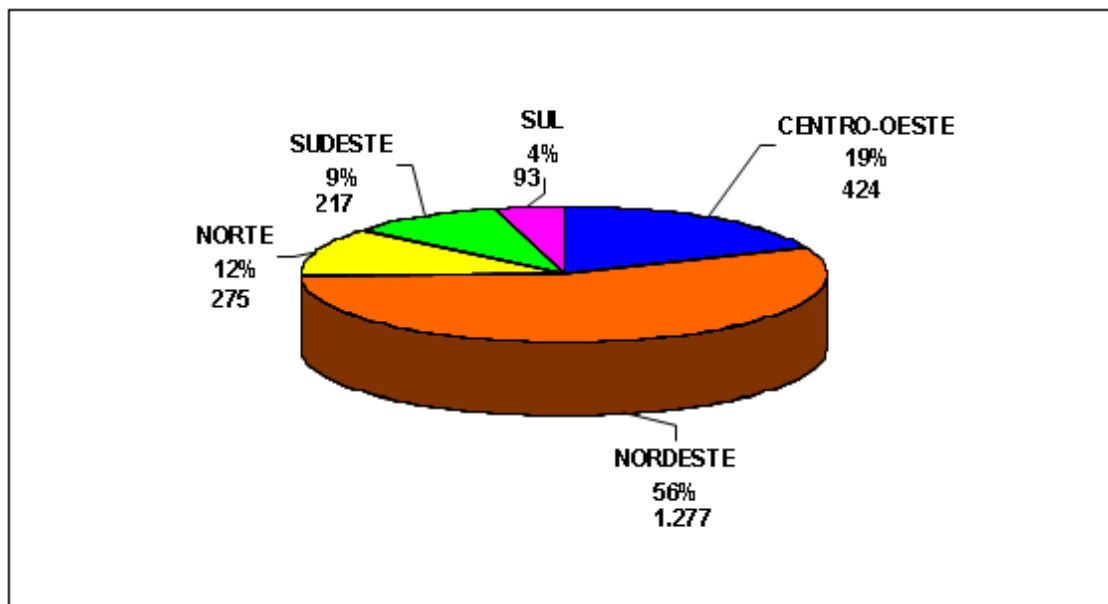


Fonte e elaboração: Conab



No tocante a participação da CDS nos Territórios da Cidadania nas regiões brasileiras, a Região Nordeste destaca-se como a responsável pelo atendimento a 1.277 Unidades Recebedoras em 2013, o que corresponde a 56%.

**Gráfico 3:** Nº de Unidades Recebedoras atendidas pelo PAA em 2013, nos territórios da Cidadania



Fonte e elaboração: Conab

Nas Tabelas 2 e 3 observa-se que a Região Nordeste se destacou tanto em relação ao total de Unidades Recebedoras atendidas em Territórios da Cidadania quanto no número de atendimentos. Esses dados demonstram como o PAA tem apresentado resultado significativo no tocante ao enfrentamento da insegurança alimentar.

**Tabela 2:** Nº de Unidades Recebedoras atendidas pelo PAA em 2013, nos Territórios da Cidadania

REGIÃO	Nº de Unidades Recebedoras		
	Total CDS 2013	Territórios 2013	Participação %
CENTRO OESTE	1.274	424	33%
NORDESTE	1.739	1.277	73%
NORTE	590	275	47%
SUDESTE	528	217	41%
SUL	318	93	29%
<b>Total</b>	<b>4.449</b>	<b>2.286</b>	<b>51%</b>

Fonte e elaboração: Conab

**Tabela 3:** Nº de Atendimentos realizados pelo PAA em 2013, nos Territórios da Cidadania

REGIÃO	Nº de Atendimentos		
	Total CDS 2013	Territórios 2013	Participação %
CENTRO OESTE	879.482	492.228	56%
NORDESTE	2.971.299	2.434.742	82%
NORTE	737.581	338.286	46%
SUDESTE	2.603.680	711.105	27%
SUL	789.119	374.751	47%
<b>Total Resultado</b>	<b>7.981.161</b>	<b>4.351.112</b>	<b>55%</b>

Fonte e elaboração: Conab

Nas Tabelas 4 e 5 observa-se a aplicação do PAA nos Territórios da Cidadania, em termos de nº de agricultores, nº de unidades receptoras, nº de atendimentos, valor (R\$) e quantidade (kg) de produto. Na Tabela 4, o território que mais se destacou foi a Mata Alagoana, do estado de Alagoas, com um valor investido de quase 6 milhões de reais. Segundo o Sistema de Informações Territorial, esse território possui 8.647 agricultores familiares, 2.678 famílias assentadas e 6 comunidades quilombolas. Já na Tabela 5, o Pontal do Paranapanema (SP) foi o território que mais se destacou, com um valor investido de quase 8,5 milhões de reais. Segundo o Sistema de Informações Territorial, esse território possui 12.349 agricultores familiares, 5.853 famílias assentadas.

**Tabela 4:** Territórios da Cidadania das Regiões Norte e Nordeste atendidos pelo PAA no ano de 2013, na modalidade CDS

UF	Território da Cidadania	Nº de agricultores	Nº de unidades receptoras	Nº de atendimentos	Valor (R\$)	Quantidade (kg)
AC	ALTO ACRE E CAPIXABA	27	10	5.466	175.500,00	75.250
AL	DA BACIA LEITEIRA	9	1	1.000	54.000,00	5.730
	DO AGRESTE	233	44	149.725	1.420.015,35	502.626
	DO ALTO SERTÃO	42	4	5.342	201.432,00	36.624
	DO LITORAL NORTE	65	12	38.707	311.256,30	93.289
	DO MÉDIO SERTÃO	57	6	4.400	273.600,00	33.350
AM	MATA ALAGOANA	1.125	80	435.949	5.737.587,67	6.149.703
	BAIXO AMAZONAS	32	11	4.770	207.999,80	185.187
	MADEIRA	136	24	21.118	883.979,70	772.042
AP	MANAUS E ENTORNO	206	20	47.891	1.194.477,75	1.052.448
	CENTRO OESTE	62	7	7.015	271.553,90	157.655
	DOS LAGOS	46	16	7.185	297.527,73	130.783
BA	SUL DO AMAPÁ	480	56	56.269	3.073.252,44	943.300
	BAIXO SUL	183	16	7.115	811.333,70	552.424
	DO SISAL	205	57	13.346	942.260,00	165.100
	IRECÊ- BA	269	16	9.539	1.050.695,55	389.914
	LITORAL SUL	390	49	26.688	1.751.414,80	1.423.381
CE	SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	167	120	50.584	800.000,00	118.953
	SUL	297	22	22.401	1.418.085,06	1.368.087
	VELHO CHICO	192	18	6.055	889.339,00	356.575
	CARIRI	89	4	1.818	259.169,68	84.917
MA	VALES DO CURU E ARACATIAÇU	27	9	1.972	121.465,00	31.710
	ALTO TURI E GURUPI	446	37	15.436	2.124.271,55	607.303
	BAIXO PARNAÍBA	15	5	2.944	67.499,80	15.604
	CAMPO E LAGOS	57	21	4.069	273.600,00	95.996
	COCAIS	60	3	1.385	288.000,00	59.097
	COCAIS	116	34	20.488	534.299,50	125.977
	LENÇÓIS MARANHENSES	60	10	2.067	288.000,00	84.759
	MÉDIO MEARIM	222	122	22.825	1.123.145,90	337.913
PA	VALE DO ITAPECURU	81	27	14.840	388.800,00	98.781
	NORDESTE PARAENSE	86	8	126.862	412.800,00	436.000
PB	BORBOREMA	218	26	158.763	1.153.852,41	571.090
	CARIRI OCIDENTAL	353	22	106.614	2.150.381,68	411.139
	CURINATAÚ	117	25	68.938	632.964,95	129.361
	MÉDIO SERTÃO	117	4	9.505	561.597,90	109.080
	ZONA DA MATA NORTE	550	37	544.059	2.877.852,52	1.477.664
PI	ZONA DA MATA SUL	253	29	458.538	1.644.488,62	991.802
	COCAIS	20	7	1.330	96.000,00	13.200
	ENTRE RIOS	275	29	41.922	1.238.932,10	424.239
	SERRA DA CAPIVARA	122	27	17.116	578.663,80	259.333
	VALE DO CANINDÉ	324	23	39.812	1.434.846,40	370.808
RN	VALE DO GUARIBAS	38	3	3.120	182.392,30	49.359
	ACU-MOSSORÓ	100	21	9.523	450.376,40	102.802
	ALTO OESTE	113	99	21.630	507.986,03	96.532
	MATO GRANDE	128	26	17.464	576.789,65	154.421
	SERIDÓ	354	78	42.878	1.701.225,59	287.983
RO	SERTÃO DO APODI	270	85	20.125	1.253.050,10	198.681
	CENTRAL	313	77	43.705	1.487.584,22	543.656
SE	VALE DO JAMARÍ	22	10	4.553	87.123,30	41.728
	ALTO SERTÃO	59	4	1.540	199.998,00	66.666
	SERTÃO OCIDENTAL	113	13	11.170	550.679,30	300.780
TO	SUL SERGIPANO	46	2	2.000	207.000,00	34.500
	BICO DO PAPAGAIO	360	26	11.084	1.673.222,80	513.856
	SUDESTE	36	10	2.368	213.622,46	88.187
<b>TOTAL</b>		<b>9.783</b>	<b>1.552</b>	<b>2.773.028</b>	<b>49.106.992,71</b>	<b>23.727.345</b>

Fonte e elaboração: Conab

**Tabela 5:** Territórios da Cidadania das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul atendidos pelo PAA no ano de 2013, na modalidade CDS

UF	Território da Cidadania	Nº de agricultores	Nº de unidades receptoras	Nº de atendimentos	Valor (R\$)	Quantidade (kg)
ES	CAPARAÓ	77	16	3.025	416.954,41	205.334
	NORTE	505	53	18.278	2.726.185,62	1.803.097
GO	CHAPADA DOS VEADAIROS	49	15	2.672	318.500,00	75.393
	VALE DO RIO VERMELHO	87	79	16.544	433.270,23	153.371
MG	NOROESTE DE MINAS	129	4	3.705	563.447,43	149.442
	SERRA GERAL	262	8	97.097	1.701.148,19	1.824.655
	VALE DO MUCURI	77	1	2.964	399.984,00	226.800
MS	CONE SUL	127	79	35.783	755.684,75	562.094
	DA REFORMA	623	57	187.338	3.023.100,85	2.251.723
	GRANDE DOURADOS	196	17	47.711	979.522,95	642.798
	VALE DO IVINHEMA	442	65	18.240	2.193.669,60	1.317.953
MT	BAIXADA CUIABANA	153	33	136.451	764.840,36	554.345
	BAIXO ARAGUAIA	62	11	7.412	297.589,50	163.456
	NOROESTE	259	41	18.624	1.045.670,10	649.096
	PORTAL DA AMAZÔNIA	221	27	21.453	1.035.619,34	665.679
PR	CANTUQUIRIGUAÇU	207	36	59.775	988.373,72	602.909
	PARANÁ CENTRO	30	13	2.945	134.997,25	62.435
	VALE DO RIBEIRA	519	9	303.669	709.000,00	870.000
RJ	NOROESTE	234	40	99.775	1.069.400,66	368.777
	NORTE	26	25	8.168	124.791,47	84.053
RS	MÉDIO ALTO URUGUAI	29	1	312	112.200,00	57.630
	ZONA SUL DO ESTADO	196	34	8.050	1.240.185,10	748.657
SP	PONTAL DO PARANAPANEMA	1.364	41	216.072	8.417.197,90	5.352.733
	SUDOESTE PAULISTA	1.081	18	120.916	6.595.268,60	4.450.920
	VALE DO RIBEIRA	448	11	141.105	2.705.066,65	1.653.602
<b>TOTAL</b>		<b>7.403</b>	<b>734</b>	<b>1.578.084</b>	<b>38.741.668,68</b>	<b>25.496.952</b>

Fonte e elaboração: Conab

Importante aferir após a análise dessas tabelas que o empoderamento dos agricultores familiares é real uma vez que a sua produção tem a garantia de venda, gerando um desenvolvimento local quando a economia é fortalecida.

No desenvolvimento de ações junto ao público Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares – *PCTAFs*, a Conab vem priorizando os projetos que tenham a participação de quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, extrativistas, entre outras comunidades. Esse público está no bojo dos critérios para definição e priorização dos Territórios da Cidadania. As Tabelas 6 e 7 mostram, respectivamente, o valor (R\$) aplicado por categoria do fornecedor e o nº de agricultores enquadrados por categoria, nos Territórios da Cidadania. Observa-se novamente o destaque para a Região Nordeste, que pode ser bem observado na Tabela 8, respondendo por 73% desse público presente em territórios.

**Tabela 6:** Valor (R\$) aplicado por categoria do fornecedor nos Territórios da Cidadania, na CDS em 2013

REGIÃO	Agricultor Familiar	Agroextrativista	Assentado	Atingido por barragem	Comunidade Indígena	Pescador Artesanal	Quilombola	Total
CENTRO OESTE	4.280.746,74	53.469,20	6.057.902,74		374.400,00		80.949,00	10.847.467,68
NORDESTE	28.048.749,62	32.886,39	7.804.530,98			2.345.690,83	896.490,79	39.128.348,61
NORTE	4.821.989,85	2.446.935,86	1.883.086,33	123.278,06	263.354,00	440.000,00		9.978.644,10
SUDESTE	14.441.490,40		9.080.042,37	25.399,20	6.330,00	760.698,96	395.484,00	24.709.444,93
SUL	2.940.029,98		226.926,09				17.800,00	3.184.756,07
<b>Total</b>	<b>54.533.006,59</b>	<b>2.533.291,45</b>	<b>25.052.488,51</b>	<b>148.677,26</b>	<b>644.084,00</b>	<b>3.546.389,79</b>	<b>1.390.723,79</b>	<b>87.848.661,39</b>

Fonte e elaboração: Conab

**Tabela 7:** N° de agricultores discriminados por categoria do fornecedor, da CDS do ano de 2013, pertencentes aos Territórios da Cidadania

REGIÃO	Agricultor Familiar	Agroextrativista	Assentado	Atingido por barragem	Comunidade Indígena	Pescador Artesanal	Quilombola	Total
CENTRO OESTE	864	13	1.246		78		18	2.219
NORDESTE	5.714	11	1.580			484	188	7.977
NORTE	911	399	343	22	62	69		1.806
SUDESTE	2.457		1.492	4	2	172	76	4.203
SUL	940		38				3	981
<b>Total</b>	<b>10.886</b>	<b>423</b>	<b>4.699</b>	<b>26</b>	<b>142</b>	<b>725</b>	<b>285</b>	<b>17.186</b>

Fonte e elaboração: Conab

**Tabela 8:** N° de agricultores enquadrados como PCTAFs, na CDS do ano de 2013, pertencentes aos Territórios da Cidadania

REGIÃO	N° total de PCTAFs da CDS de 2013		
	Geral	Territórios da Cidadania	% Participação nos Territórios
CENTRO OESTE	2.148	1.355	63%
NORDESTE	3.080	2.263	73%
NORTE	1.686	895	53%
SUDESTE	4.407	1.746	40%
SUL	800	41	5%
<b>Total</b>	<b>12.121</b>	<b>6.300</b>	<b>52%</b>

Fonte e elaboração: Conab

Em destaque informativo e de suma relevância, está a participação das mulheres nos Territórios da Cidadania, onde mais uma vez a região nordeste é destacada:

**Tabela 9:** Participação das Mulheres nos Territórios da Cidadania, na modalidade CDS em 2013

Região	N° Mulheres	N° Total	% Mulheres
CENTRO OESTE	1.184	2.219	53%
NORDESTE	4.306	7.977	54%
NORTE	956	1.806	53%
SUDESTE	2.003	4.203	48%
SUL	435	981	44%
<b>Total</b>	<b>8.884</b>	<b>17.186</b>	<b>52%</b>

Fonte e elaboração: Conab

## Considerações Finais

Em consonância aos dados revelados e a análise detalhada dos mesmos é correto afirmar que o Programa Território da Cidadania e o Programa de Aquisição de Alimentos estão harmoniosamente articulados e integrados em seus objetivos, gerando resultados para o desenvolvimento rural quando a produção dos agricultores tem garantia de venda, e para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional em nosso país.

A Conab concretiza o direito legítimo à alimentação, uma vez que operacionaliza dentro dos seus termos legais a Modalidade do PAA Compra com Doação Simultânea, afirmando e consolidando a sua missão em contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento.

Destarte, a análise do PAA na sua Modalidade CDS revela que este Programa galga caminhos excelentes em busca da realização do direito ao acesso regular e permanente de alimentos, reafirmando que a democracia participativa e a consciência da importância da soberania alimentar caminham de mãos dadas para a mudança da realidade nutricional do nosso país e concretizando espaços de compra para os produtos da agricultura familiar. Atos de superação da pobreza e diminuição da desigualdade no meio rural são o que essas políticas buscam.

## Referências bibliográficas

ARAUJO, Gerciane. **As Entidades Beneficiadas através do Programa de Aquisição de Alimento – PAA: uma análise dos anos de 2009 a 2012**. Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. **Institucionalidades para a gestão social do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/CONDRAF, set., 2005. (Série Documento do CONDRAF, 1). Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/1372414601.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Balanco Social 2012**. Disponível em: <[www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)>. Acesso em: 15 maio 2014.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sérgio Pereira. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 431- 473, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a01.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2014.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em 18/03/2013

NOB/SUAS, 2010. Disponível em <http://www.mds.gov.br/nob-suas-2010-minuta-consulta-publica-final-pdf>. Acesso em 12 de março de 2013.

PORTAL da Cidadania. **Territórios da Cidadania: o território**. Disponível em: <[http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/mataalagoanaal/one-community?page\\_num=0](http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/mataalagoanaal/one-community?page_num=0)>. Acesso em: 16 maio 2014.

ROCHA, Maria Regina Teixeira da; FILIPI, Eduardo Ernesto. **Política para o Desenvolvimento dos Territórios rurais no Brasil: proposta e fundamentos**. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivo/494.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2014.

SERPA, Angelo. Políticas Públicas e o Papel da Geografia. **Revista da ANPEGE**, v.7, n.1, número especial, p. 37- 47, out. 2011. Disponível em: <[anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/149](http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/149)>. Acesso em: 14 maio 2014.

## GT 01 – Desenvolvimento Rural: uma década da política pública de desenvolvimento territorial

### A PRODUÇÃO DE NOVIDADES NA CADEIA PRODUTIVA DE POLPA DE FRUTAS: as agroindústrias familiares do Território Sertão do Apodi (RN)<sup>1</sup>.

**Emanoel Márcio Nunes<sup>1</sup>**  
**Isabelle Almeida de Oliveira<sup>2</sup>**  
**Vinicius Claudino de Sá<sup>3</sup>**  
**Rosimary da Silva Rocha<sup>4</sup>**  
**Jéssica Samara Soares de Lima<sup>5</sup>**

1. **Economista**. Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Pesquisador CNPq. [emanoelnunes@uern.br](mailto:emanoelnunes@uern.br)
2. **Economista**, graduada pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Rural do Semiárido (PPGATS/UFERSA). [isabelle\\_economia@hotmail.com](mailto:isabelle_economia@hotmail.com)
3. **Administrador**. Doutor em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (PGExRural/UFSM). Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Pesquisador CNPq. [viniciusclaudino@gmail.com](mailto:viniciusclaudino@gmail.com)
4. **Economista**, graduada pelo Núcleo Avançado de Ensino Superior de Umarizal da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (NAESU/UERN). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Rural do Semiárido (PPGATS/UFERSA). [rosimaryuzl@gmail.com](mailto:rosimaryuzl@gmail.com)
5. **Economista**, graduada pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). [jessiksamara@hotmail.com](mailto:jessiksamara@hotmail.com)

#### Resumo

O meio rural brasileiro em decorrência da reestruturação agrícola e institucional tem presenciado mudanças intensas em seus espaços e, em virtude disso, pode-se observar um acréscimo das ocupações não exclusivamente agrícolas. Fatores como o surgimento de políticas específicas para o meio rural têm fomentado iniciativas de agroindustrialização dentro da agricultura familiar. No centro desta nova abordagem tem-se a ideia de produção de novidades, que no âmbito da agricultura familiar, destaca-se como sendo capaz de focalizar o processo de inovação e produção de conhecimentos internos a este segmento. Nesse contexto, o objetivo desse trabalho é identificar as principais novidades da cadeia produtiva de Polpa de Frutas no território Sertão do Apodi. Como metodologia foi realizada uma pesquisa em 30 unidades familiares de beneficiamento de Polpa de Frutas, localizadas em três municípios. Como resultado, foram identificadas novidades organizacionais, de mercado e de produtos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural; Agroindústria Familiar; Produção de Novidades.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa *Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo* da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN) (<http://facem.uern.br>), financiado por dois editais: o Edital MCT/CNPq 014/2011 – Universal, e o Edital MDA/SDT/CNPq 005/2009 – Gestão de Territórios Rurais.



## 1. INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro em decorrência da reestruturação econômica, produtiva e institucional, tem presenciado uma série de mudanças em seus espaços a partir dos anos 1990, e em virtude disso pode-se observar um acréscimo das ocupações não exclusivamente agrícolas. Um dos fatores que tem contribuído para esse processo é a diminuição dos postos de trabalho na atividade primária, devido a intensificação tecnológica; segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1990 e 2004, o número de pessoas ocupadas no setor primário reduziu 25%, refletindo em queda anual 1,8%. Esse decréscimo das oportunidades conciliado com as frustrações de safra, com a reestruturação do sistema agroalimentar e com o surgimento de políticas públicas específicas para o setor agrícola, acabou fomentando iniciativas de agroindustrialização dentro da agricultura familiar.

A literatura sobre agroindústria familiar destaca, entre outras coisas, que o surgimento de Agroindústrias quase sempre está ligado a dois fatores inseparáveis. Primeiro, surge como resposta a necessidade de uma família ou grupo econômico que produz em comum e constrói uma infraestrutura que se constitui numa importante base de recursos para uma região ou território. Segundo, elas demandam um processo contínuo de aprendizado e reconversão, criando a necessidade de certos modelos de gestão e um ambiente altamente favorável para o surgimento da inovação. E do ponto de vista do desenvolvimento rural, a agroindústria familiar, se mostra como um potencial econômico e produtivo consistente para que os agricultores consigam construir novas estratégias de manutenção social e econômica, de forma alternativa ao padrão de desenvolvimento moderno.

Nesse sentido, a agroindustrialização é compreendida como alternativa técnico-produtiva, que busca diversificar a produção, as atividades e as rendas existentes dentro dos empreendimentos familiares. Mas essas experiências, que no Brasil ainda se concentram mais na região Sul, tem surgido na região Nordeste e agem no sentido de: serem nichos potenciais de construção de combinações sociotécnicas diversas (redes, mercados, organizações coletivas e tecnológicas, produtos e/ou processos); e auxiliarem as famílias na agregação de valor aos produtos agrícolas regionais, mantendo esses agricultores ativos, mantendo-os no espaço rural trabalhando, produzindo e se inserindo em mercados.

Esse segmento produtivo tem crescido nos últimos anos no país. As estimativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apontam para a existência de aproximadamente 35 mil agroindústrias em 2008. E baseado em dados do Censo Agropecuário, estima-se que 16,7% dos estabelecimentos rurais no Brasil beneficiam e/ou

transformam alguma matéria-prima. No Brasil, os valores totais da produção das agroindústrias rurais atingiram R\$ 2.988.124.000,00, no ano de 2006.

No centro desta nova abordagem encontra-se a ideia de produção de novidades (*novelty production*). Produção de novidades difere dos modelos tradicionais de produção de inovações (*innovation production*) em dois aspectos principais: na forma com que são produzidas e nos resultados que geram. Enquanto as inovações são exógenas e produzidas por instituições que fazem parte do regime dominante, as novidades são endógenas e representam mudanças radicais que emergem, em geral, da periferia dos regimes reinantes e se associam a novas redes sociais, novos conhecimentos e práticas, novos produtos e/ou processos, novas tecnologias e novos mercados, entre outros.

Nesse contexto, o objetivo é identificar as principais novidades presentes na cadeia produtiva de Polpa de Frutas no território Sertão do Apodi, e mostrar que iniciativas de agroindústrias familiares podem surgir na região Nordeste. A produção de novidades, no âmbito da agricultura familiar destaca-se como capaz de focalizar o processo de inovação e produção de conhecimentos. Isso como resultado da busca de soluções viáveis aos fatores limitantes com que os agricultores se defrontam diariamente, e para os quais procuram criar e inventar novas e melhores maneiras de aproveitar o uso dos recursos no nível local.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Durante muito tempo, o desenvolvimento rural no Brasil foi associado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais destinadas às intervenções nas regiões rurais pobres que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola via substituição de fatores de produção considerados atrasados. Esta foi a lógica predominante da intervenção no meio rural do Brasil e de outros países na América Latina no período conhecido, segundo Nunes & Schneider (2012), pela influência da “revolução verde”. Era esta a ideologia que promovia a intervenção orientada e de caráter compensatório, e que era vista como a solução para os agricultores que não conseguiam se modernizar tecnologicamente nem integrar-se ao conjunto da economia através da indústria, comércio e serviços.

### **2.1 Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar no Brasil**

No Brasil, as Políticas de “Desenvolvimento Rural Integrado” (PDRI) dos anos 1970 eram apontadas como a solução viável para as regiões atrasadas, sendo exemplos eloquentes as ações de colonização e assentamento humano na Amazônia e as frentes de trabalho de combate à seca no Nordeste (NUNES & SCHNEIDER, 2012, p. 568).

Com a disseminação de tal padrão na agricultura, desde então chamado de "moderno", o mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a ser submetido a novos interesses, classes e padrões de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, nos diferentes países. Nesse longo período, sob o impacto do notável crescimento econômico da época, que materializou um padrão civilizatório dominante, revolucionando o modo de vida e os comportamentos sociais, a possibilidade do desenvolvimento alimentou esperanças e estimulou iniciativas diversas em todas as sociedades. Seria assim inevitável que o desenvolvimento rural, como subtema imediatamente derivado, fosse igualmente um dos grandes motores das políticas governamentais e dos interesses sociais a partir dos anos 1990. (NAVARRO, 2001).

É válido ressaltar que no Brasil, até a década de 1990 não havia políticas diferenciadas e com abrangência nacional que levassem em conta uma perspectiva ampliada do meio rural e dos segmentos sociais que o integram. Tradicionalmente, as políticas para o meio rural eram coincidentes com objetivos setoriais, pautando-se em instrumentos de crédito agrícola indiferenciado ou em mecanismos para manutenção dos preços dos produtos agrícolas e, portanto, do setor agrário brasileiro (BONNAL e KATO, 2011).

Neste sentido, um dos desafios que se configuravam na mudança da matriz do planejamento das políticas públicas para o desenvolvimento rural seria a substituição do paradigma do Estado-centralizador pelo paradigma do Estado-moderador, dentro de um regime político democrático-liberal, alterando significativamente a forma de organização das políticas públicas no espaço nacional na perspectiva de suas dimensões físicas e humanas.

A partir da década de 1990, as políticas públicas e discussões teóricas sobre desenvolvimento rural reemergiram em bases totalmente diferentes daquelas da década de 1970. Esta retomada foi fortemente influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas. Foram estas mudanças gerais que influenciaram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros (SCHNEIDER, 2010).

A partir desse período, percebe-se uma mudança de entendimento sobre o desenvolvimento rural, onde este passa a ganhar força no Brasil revitalizando o tema e gerando novas abordagens. Este é definido para Schneider (2010), como um período de

pulsantes produções, principalmente com o viés das pesquisas acadêmicas que contribuíram para a produção de um vasto referencial teórico em relação à agricultura familiar. Nesse contexto, Schneider (2010) aponta que a agricultura familiar passa a assumir importância política a partir de 1990, oportunidade em que é criada a lei da agricultura familiar, resultado de demandas da sociedade civil, representada pelos movimentos sociais, sindicatos, entre outros. A realidade do espaço rural e de seus atores sociais aponta a necessidade de buscar um desenvolvimento pautado em iniciativas locais, que possam promover a organização e interação entre agricultores, os agentes locais e o ambiente institucional.

Da emergência de atividades alternativas para o meio rural surgem as agroindústrias familiares que apontam como uma das experiências mais interessantes e promissoras que surgiu no período recente no meio rural do Brasil, a qual consiste em unidades de pequeno porte gerenciadas por famílias ou grupos em regime coletivo (associativo, cooperativo, solidário ou outro) que transformam, beneficiam ou processam algum produto agrícola, agregando-lhe valor e produzindo novos produtos e mercadorias. Com destaque para a capacidade empreendedora dos agricultores, o fortalecimento dos mercados locais e regionais (mercado interno) e a geração endógena de oportunidades (GAZOLLA, 2012).

## **2.2 A Agroindústria Familiar Rural no Brasil**

Embora a discussão e a legitimidade de estratégias de agroindustrialização rural no Brasil somente tivesse lugar a partir dos anos 1990, processar alimentos foi fundamental para a trajetória de desenvolvimento da agricultura familiar. Quanto aos estudos sobre a atividade agroindústria rurais, têm-se os desenvolvidos por Luís Carlos Mior, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), que vem realizando pesquisas sobre o setor da pequena agroindústria rural no Sul do país, utilizando-se do enfoque das redes horizontais e verticais de desenvolvimento rural e também da noção de construção de mercados. Em sua obra, Mior (2005), traz um debate relevante sobre alguns elementos que melhor definem o que é agroindústria familiar rural.

Gazolla (2005) explica que Mior (2005), em sua obra, busca cercar alguns elementos que melhor definam o que é agroindústria familiar rural e elenca os seguintes aspectos como característicos dessa forma de produção e trabalho: a localização no meio rural; a utilização de máquinas, equipamentos e escalas menores; procedência própria da maior parte das matérias-primas processadas ou utilização da produzida por vizinhos; processos artesanais próprios de fabricação de alimentos; utilização de mão de obra familiar; a existência de

empreendimentos associativos entre famílias com grau de parentesco ou individuais; e a internalização crescente dos aspectos que regulam e fiscalizam os empreendimentos.

Segundo Gazolla (2012), as agroindústrias podem ser definidas como atividades familiares de produção de matérias-primas agropecuárias e alimentos com sua consequente transformação em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo nesse processo a agregação de valor ao produto final, que geralmente é diferenciado. Nestas unidades, as quais ainda predominam na região Sul do Brasil, há grande predominância do trabalho e gestão por parte do próprio núcleo familiar, que empresta os significados e as estratégias que serão adotadas na atividade. Estas experiências se baseiam na pequena escala de produção e possuem ligações locais de proximidade com os mercados, muitas vezes informais.

Para Mior (2005), dois aspectos são essenciais na viabilização destes pequenos empreendimentos, os quais também começam a surgir como Ploeg *et all* (2004) definem *seeds of transition* (sementes de uma transição), em localidades específicas da região Nordeste, como no Território Sertão do Apodi (RN). E essas interessantes iniciativas vêm surgindo por meio de organizações coletivas e estimuladas por políticas públicas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Primeiro, as redes sociais horizontais que estes agricultores constroem com organizações coletivas, instituições e os consumidores no nível local no qual estão inseridos. O segundo aspecto, é o uso do saber fazer incorporado a uma cultura regional. Estes conhecimentos dos agricultores seriam importantes para a elaboração de produtos agroindustriais diferenciados, que teriam, junto aos consumidores, uma representação de uma qualidade distinta dos produtos convencionais da grande distribuição agroalimentar.

De maneira geral, essas iniciativas de agregação de valor surgem em função de dois fatores principais. De um lado, por estes agricultores familiares terem sido excluídos ou não conseguirem sobreviver aos padrões técnico-produtivos impostos pelas cadeias longas de circulação de mercadorias e mercados integrados, de grãos e *commodities* agrícolas. Por outro ângulo, representam a busca por alternativas de sobrevivência através da sua atividade rural. Para Mior (2005), apesar do potencial inovador, estes empreendimentos, são susceptíveis de se extinguir devido às regulações do Estado serem penosas para as iniciativas dos pequenos produtores, casos das legislações agroalimentares, fiscais e jurídicas.

No centro desta nova abordagem encontra-se a ideia de produção de novidades (*novelty production*). Novidades diferem dos modelos tradicionais de produção de inovações em dois aspectos principais: na forma com que são produzidas e nos resultados que geram.

Enquanto as inovações são exclusivamente produzidas por instituições que fazem parte do regime dominante, as novidades são mudanças radicais que emergem, em geral, da periferia dos regimes reinantes e estão associadas a novas redes sociais, novos conhecimentos, novos produtos/processos, novas tecnologias e novos mercados, entre outros, a fim de atingirem maiores níveis de autonomia e de sustentabilidade em suas atividades econômicas e produtivas (CONTERATO... [et al.] (2013).

### **2.3 A Produção de Novidades: um Enfoque Teórico**

De acordo com Ploeg *et all* (2004), a abordagem da produção de novidades surge com o debate a respeito da crise do paradigma produtivista na agricultura, a exemplo do modelo da modernização da agricultura no Brasil. Para Nunes & Schneider (2012), a modernização se forjou através de uma forte intervenção do Estado a partir de 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que implantou uma série de inovações na agricultura brasileira, com destaque para as tecnológicas. Este formato de desenvolvimento tecnológico para o rural ficou conhecido como modelo linear de inovação, devido à tecnologia ser produzida de forma padronizada e gerada por processos de conhecimento científico em centros de investigação e na iniciativa privada, sendo posteriormente repassados (difundidos) pelos serviços de assistência técnica e extensão rural para os agricultores. A difusão sempre ocorreu por meio dos mercados, não importando o local, as práticas dos agricultores, as características dos ecossistemas e os recursos necessários para tais investimentos.

A produção de novidades tem como principal característica diferenciar-se totalmente da ideia de inovação. Novidades representam (...) uma modificação e, algumas vezes, uma quebra/rompimento com rotinas existentes (PLOEG *et all.*, 2004, p. 1). A produção de novidades difere dos modelos tradicionais de produção de inovações em dois aspectos principais: nos resultados que geram e na forma com que são produzidas. Enquanto as inovações são exclusivamente produzidas por instituições que fazem parte do regime dominante – da modernização agrícola – e são incrementais, na medida em que elas objetivam resolver problemas necessários a sua manutenção, as novidades são mudanças radicais que emergem, em geral, da periferia dos regimes. Além disto, estas carregam o potencial de fazer diferente e produzir novas formas de enfrentar as restrições e dificuldades a que os agricultores estão submetidos.

Os processos de trabalho em redes e a processos de aprendizado social e de negociação coletiva, carregam o potencial de fazer diferente e produzir novas formas de enfrentar as restrições e dificuldades a que os agricultores estão submetidos. Novidades

podem ser desenvolvidas em processos, produtos, mercados, organizações, etc. e estão diretamente associadas à transição – e não a manutenção – do paradigma do desenvolvimento agrícola para o paradigma do desenvolvimento rural (PLOEG *et all*, 2004).

Segundo Ploeg, *et all*. (2004), novidades e inovações possuem histórias de vida diferentes. Enquanto as inovações seriam definidas como padronizadas, externalizadas e globalizadas, as novidades se caracterizariam pela contextualização, internalização e territorialização. A contextualização se refere à forma como os agricultores obtêm o conhecimento para gerar e construir as suas novidades. Para Ploeg, *et all*. (2004), estes se utilizam do conhecimento contextual, que é enraizado no contexto socioeconômico e institucional em que estes estão inseridos, sendo na maioria das vezes o resultado da “fusão de horizontes” entre o “mundo” dos agricultores (o chamado conhecimento tácito) com “mundos” e “projetos” de outros atores sociais, tais como os pesquisadores, os extensionistas, as agências do Estado, os consumidores, os ambientalistas, etc., entre os quais predominam o uso de conhecimentos codificados ou científicos.

A internalização das novidades na agricultura é o processo pelo qual elas são criadas, na maioria das vezes predominando recursos internos, ou locais, a uma região ou até mesmo a uma unidade de produção agrícola (a chamada endogenidade das práticas). É, por exemplo, o que acontece na chamada agricultura econômica (como a agroecologia). Isso faz com que estas novidades sejam mais rentáveis, pois elas conseguem, através de rearranjos e melhoramentos no uso dos recursos (fatores de crescimento), baixar os custos de produção e de transação da agricultura (OLIVEIRA; GAZOLLA e SCHNEIDER, 2010).

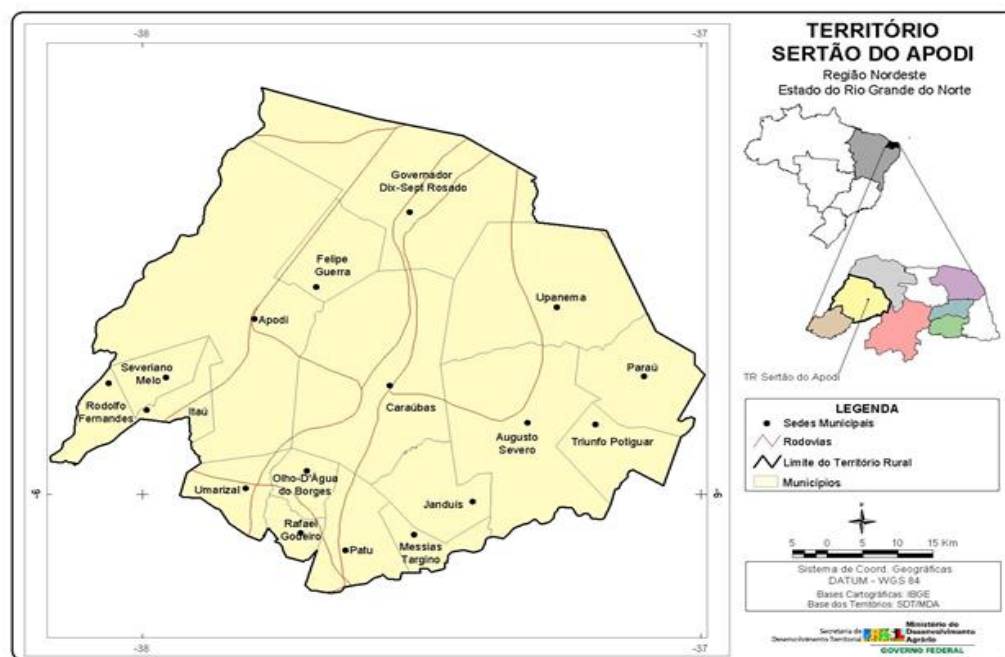
Muitas destas novidades correspondem às novas e emergentes formas de agricultura (tais como a agricultura orgânica, a agroecológica, ou agricultura de baixos insumos), à produção artesanal ou em pequena escala de alimentos industrializados (já que no regime dominante a regra é grandes agroindústrias sendo os equipamentos, as técnicas e as leis do regime quase que exclusivas a esta escala de produção), refere-se também ao turismo rural desenvolvido por agentes locais e às formas alternativas de comercialização de alimentos, tais como feiras e mercados institucionais, que juntamente com novas técnicas de produção e de processamento constituem novidades em termos de cadeias produtivas (OLIVEIRA; GAZOLLA e SCHNEIDER, 2010).

### 3. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projeto de Pesquisa: “Dinamização Econômica e Estruturas de Governança: inovação e gestão para o desenvolvimento dos

Territórios Rurais Açú-Mossoró e Sertão do Apodi (RN)”. Para situar o ambiente do estudo, como mostra a figura 1, este foi o do Território da Cidadania Sertão do Apodi, onde, de acordo com o PTDRS (2010) abrange uma área de 8.280,20 km<sup>2</sup>, sendo composto por 17 municípios: Apodi, Campo Grande, Itaú, Janduís, Rodolfo Fernandes, Umarizal, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Messias Targino, Olho-d’água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Severiano Melo, Triunfo Potiguar e Upanema.

**Figura 1: Mapa do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN)**



FONTE: Brasil, 2010.

Para realização desta pesquisa adotou-se uma triangulação na abordagem quantitativa e qualitativa. Os dados qualitativos são de fontes secundárias, em especial artigos científicos. Quanto à abordagem quantitativa tratou-se de uma análise exploratória de dados (AED) a partir de fontes primárias com aplicação de 30 questionários, elaborados pela equipe do grupo de pesquisa Desenvolvimento Regional: Agricultura e Petróleo da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). A pesquisa foi realizada em agroindústrias familiares de beneficiamento de Polpa de Frutas de quatro municípios do território, a saber: Apodi, Caraúbas, Upanema e Messias Targino.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Território está localizado no Estado do Rio Grande do Norte, denominada Médio Oeste, no semiárido nordestino. Caracteriza-se, de acordo, com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por ser um



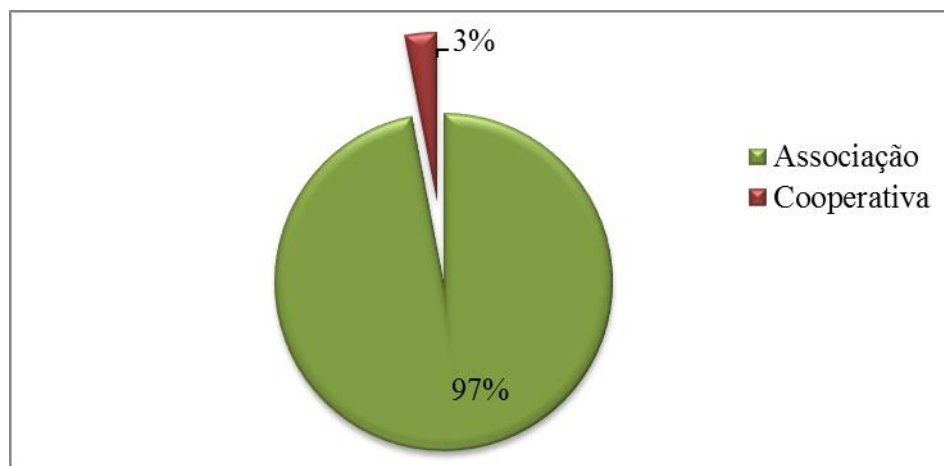
território tipicamente rural, em razão da população total dos municípios serem inferior ou igual a 50 mil habitantes. Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 2010, o Sertão do Apodi possui 9.453 agricultores familiares, 2.860 famílias assentadas e 1 comunidade quilombola. Dessa forma, o território Sertão do Apodi se caracteriza pela relevância da agricultura familiar como forma de trabalho e ocupação.

É no âmbito deste universo empírico da agricultura familiar local que surge às agroindústrias familiares. Estas atualmente, segundo pesquisas parciais já realizadas no local [Projeto de Pesquisa: *Dinamização Econômica e Estruturas de Governança: inovação e gestão para o desenvolvimento dos Territórios Rurais Açú-Mossoró e Sertão do Apodi(RN)*] existem 30 agroindústrias familiares de beneficiamento de Polpa de Frutas no território.

Analisando os resultados a partir do referencial sobre a produção de novidades, pode-se observar que as unidades agroindustriais ao agregarem valor à produção agropecuária, através dos processos de elaboração, transformação dos produtos e alimentos, e na comercialização constituem a principal novidade no processo de construção de novas alternativas de diversificação de fontes de renda e como forma de enfrentar e superar situações limitantes que podem ocorrer na unidade familiar. Verifica-se que a partir desta novidade, outras novidades decorrem, o que Oostindie e Broekhuizen (2008) denominam de teia de novidades (*webs*), que podem ser assim resumidas: a) novidades em termos de mercados; b) de formas de organizações sociais e institucionais; c) de produtos e processos; e d) novidades tecnológicas (GAZZOLA, PELEGRINI e CADONÁ, 2010).

Entre as novidades organizacionais destacam-se aquelas que vêm sendo desenvolvidas a partir dos processos de agroindustrialização e comercialização e com vistas a consolidar as novas estratégias para o meio rural.

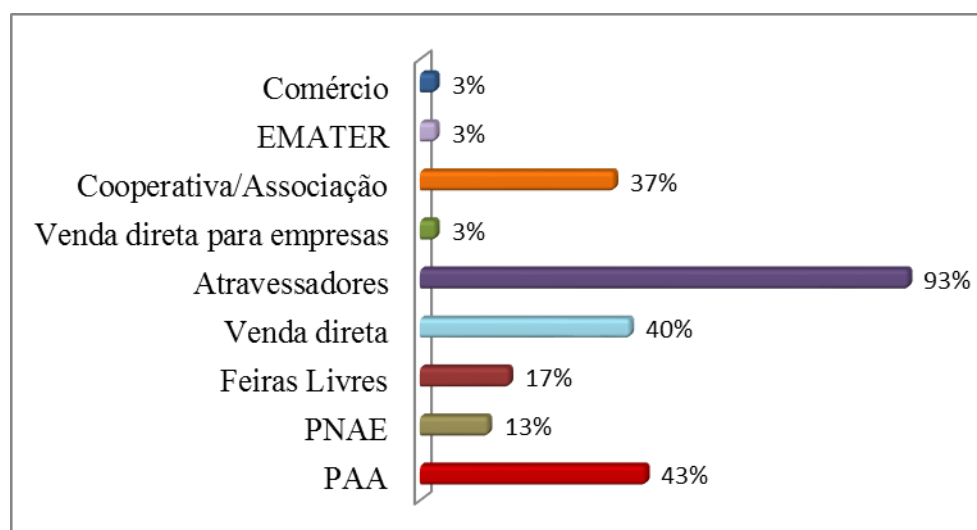
Gráfico 1 - Formas de organização (em %)



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Elaboração: Autores.

De acordo com o gráfico 1, das agroindústrias visitadas 97% delas estão organizadas em forma de Associações e 3% organizadas em forma de Cooperativas. Esse resultado demonstra que os agricultores familiares reconhecem a importância de se criar iniciativas voltadas para o desenvolvimento do associativismo e cooperativismo, pelo fato que se apresentam como elementos necessários para a construção de formas articuladas, no que tange à organização da cadeia produtiva. Além disso, acredita-se que a organização coletiva pode facilitar o relacionamento com as organizações, as instituições e as políticas públicas.

Gráfico 2 - Principais mercados inseridos pelos agricultores familiares (em %)



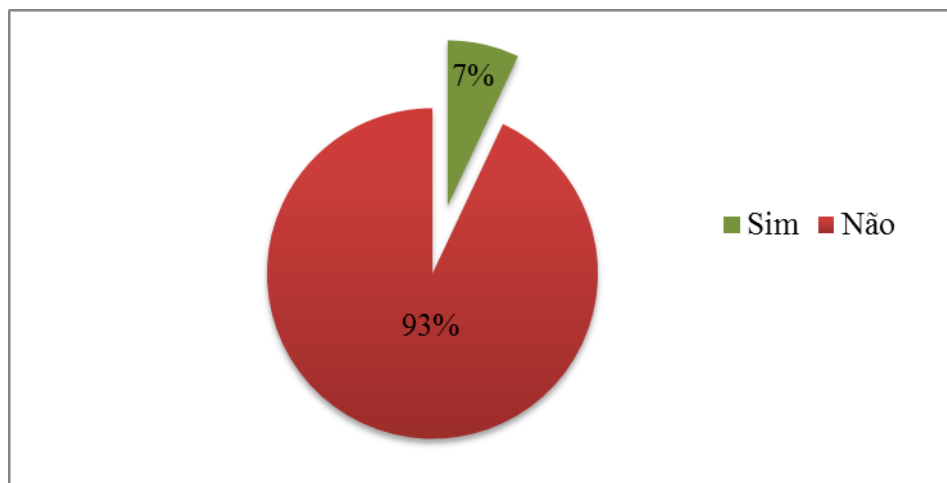
Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Elaboração: Autores.

O gráfico 2 demonstra quais os principais mercados que os agricultores acessam, e como resultado tem-se que ainda existe uma forte presença de atravessadores no meio rural. Como mostrado nos resultados do gráfico, os atravessadores aparecem como principal comprador de polpa de frutas no território Sertão do Apodi, com 93% das vendas.

Das novidades que ocorrem na comercialização, podemos citar a relação dos agricultores com o mercado institucional, no qual aparece o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com 43% das vendas e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com 13%. Outro mercado de destaque é a venda direta ao consumidor que permite a interação face a face com os compradores e consumidores, nas quais predominam relações de proximidade e confiança. Tanto é assim que 40% das agroindústrias vendem a sua produção diretamente para os consumidores. Os demais mercados ficaram assim distribuídos: vendas por meio de associações e cooperativas com 37% das vendas, feiras livres 17%, comércio, EMATER e venda direta para empresas 3%.

No tocante a produção de Polpa de frutas no sertão do Apodi, percebe-se através do gráfico 3, que em grande parte das agroindústrias a produção de Polpa de Frutas não é produzida de forma orgânica. Visto que, 93% das agroindústrias afirmaram não produzir Polpa de Frutas de forma orgânica, o que descaracteriza os processos agroecológicos.

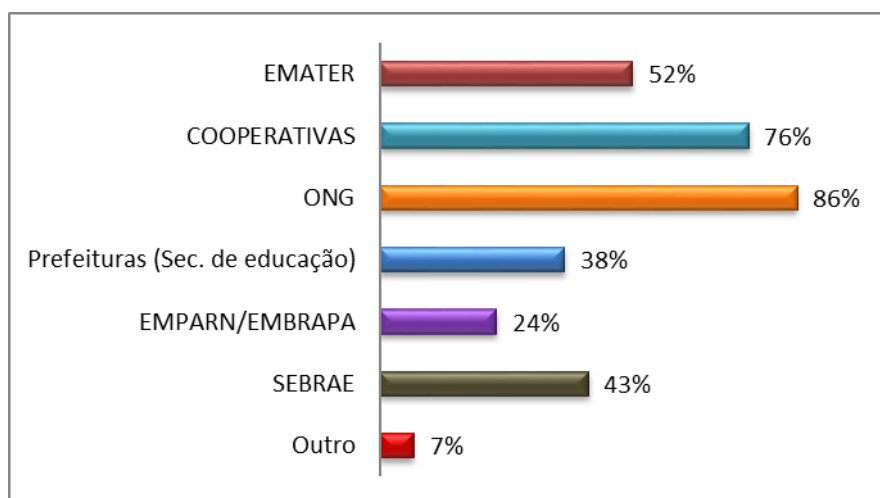
Gráfico 3 - Produção Orgânica (em %).



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Elaboração: Autores.

O gráfico 3 demonstra, que na produção de Polpa de Frutas no território em questão, as novidades em processos e produtos ocorrem de forma inexpressiva, em apenas 7% do total de agroindústrias familiares visitadas afirmaram produzir a Polpa de Fruta de forma orgânica. O gráfico 4 demonstra as principais instituições que contribuíram nos processos de geração e, principalmente, de consolidação das novidades identificadas neste território.

Gráfico 4 – Principais entidades com quem são feitas relações institucionais (em %).

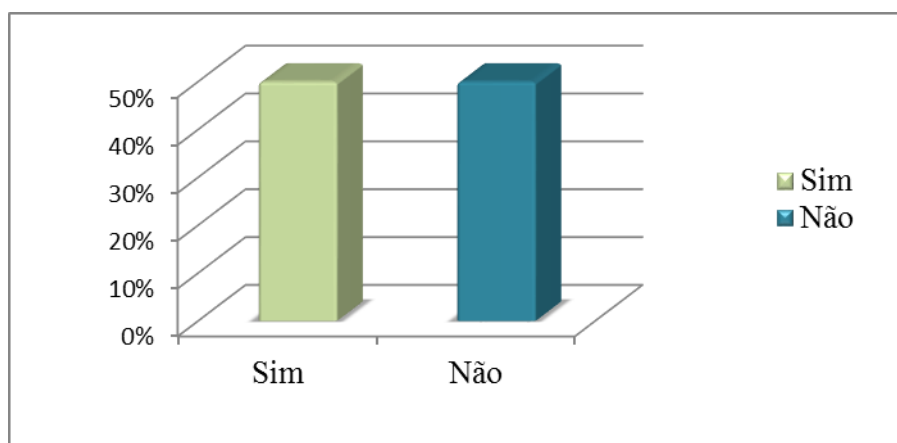


Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Elaboração: Autores.

Como mostra o gráfico 4 pode-se notar que a principal instituição com quem os agricultores se relacionam aparece as ONG's, com 86%, seguido por cooperativas com 76%,

EMATER com 52%, a gestão municipal com 38%, o SEBRAE com 43% EMPARN/EMBRAPA com 24%. Observa-se, portanto, que as instituições parceiras dos agricultores familiares são de serviços de assistência técnica, serviços estes fundamentais para geração de novidades, pois com essa integração de conhecimentos é possível gerar novos produtos e identificar potencialidades locais. Outra característica na produção de novidades é que os recursos necessários para sustentar essas novidades deverão partir do local, da região ou da unidade familiar. E, de acordo com o gráfico 5, quando os agricultores foram questionados sobre a origem dos recursos para a construção da agroindústria, 50% dos entrevistados afirmaram que o valor investido na construção da sede é totalmente de recursos próprios.

Gráfico 5 – Recursos para construir a estrutura de produção, se próprios ou não? (em %)



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Elaboração: Autores.

O gráfico 5 também mostra ainda, que do total das agroindústrias visitadas os 50% afirmaram que sua sede não foi construída com recursos próprios, o que leva-se a crer que esses agricultores foram beneficiados com algum tipo de política pública para a constituição das agroindústrias. Por fim, apesar dos agricultores apresentarem algumas limitações, principalmente no tocante à comercialização, visto que a figura do atravessador ainda é constante na agricultura familiar, e também pelo fato que a produção de Polpa de Frutas no território Sertão do Apodi é um segmento recente, ainda assim, as famílias enxergam, estes, como sendo uma atividade promissora para o território.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo identificar as principais novidades existentes na cadeia produtiva de Polpa de Frutas no Território Sertão do Apodi (RN), que segundo consta no PTDRS este território possui 9.453 agricultores familiares, 2.860 famílias assentadas e 1 comunidade quilombola. Dessa forma, o território Sertão do Apodi se caracteriza pela

relevância da agricultura familiar como forma de trabalho, organização e ocupação. A pesquisa apontou que dentre as novidades existentes na cadeia da Polpa de Frutas, a forma de organização, com destaque para associação, aparece como fator importante para o relacionamento entre as organizações, as instituições e as políticas públicas. Principalmente quanto ao acesso aos mercados institucionais, visto que os agricultores só poderão acessar os programas governamentais se estiverem inseridos em associações ou cooperativas.

Outra novidade identificada foi uma diversificação de mercados que hoje, os agricultores podem se inserir. Embora as ações dos atravessadores sejam frequentes, os agricultores estão encontrando outras formas de escoar sua produção. Com destaque para o mercado institucional e a venda direta ao consumidor, o que imprime uma relação de proximidade e confiança entre vendedores e produtores. A produção agroecológica, já está sendo desenvolvida na cadeia da Polpa, porém aparece de forma tímida, pois a produção não é realizada de forma orgânica. A pesquisa apontou que os agricultores adquirem conhecimento a partir da integração com outros atores sociais, com destaque para instituições de serviços de assistência técnica, serviços estes, que contribuem para fortalecimento da agricultura familiar e para geração de novidades, principalmente as ONG's.

Mas, a constatação que a pesquisa revela é que o ambiente onde ainda predomina o surgimento das agroindústrias familiares é o da região Sul do Brasil, havendo ali também predominância do trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar, que empresta os significados e as estratégias que serão adotadas na atividade. Estas experiências se baseiam na pequena escala e possuem ligações locais de proximidade com os mercados, muitas vezes informais. Por outro lado, chama a atenção para o fato de começar a surgir iniciativas de agregação de valor em localidades específicas da região Nordeste, como a de polpa de frutas no Território Sertão do Apodi (RN). E essas interessantes iniciativas têm sido por meio de organizações coletivas e viabilizadas por políticas públicas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

## 6. REFERENCIAS

BONNAL, P, KATO, K. O Processo Contemporâneo de Territorialização de Políticas e Ações Públicas no Meio Rural Brasileiro. In. LEITE, S. P., et. al., (autores); Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. Cap. 2, pp. 61-82 (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14).

CARVALHO, C. X., OLIVEIRA, D. e GAZOLLA, M. **As inovações nos espaços rurais: teorias, processos e formas**. In: Anais... 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural. Porto Alegre – RS, 20p., 2009.

CONTERATO... [et al.] (Org.). **Mercados e agricultura familiar : interfaces, conexões e conflitos** – Porto Alegre : Via Sapiens, 2013. 358 p. : il. (Difusão IEPE/UFRGS).

GAZOLLA, M, PELEGRINE, G, CADONÁ, L. A. **A PRODUÇÃO DE NOVIDADES NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES**. Artigo apresentado no 5º encontro de Economia Gaúcha - Brasil, 2010.

GAZZOLA, Marcio. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS. Porto Alegre – RS, 2012.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em outubro de 2013.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: SC, Editora Argos, 338 p., 2005.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, nº43, p.1-15, set/dez, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300009&script=sci_arttext)> Acesso em: 13 mai. 2013.

NUNES, Emanuel Márcio; SCHNEIDER, S. Economia Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural: uma análise comparativa da diversificação econômica do Pólo Assu-Mossoró(RN). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, p. 561-584, 2012.

OLIVEIRA, D. GAZOLLA, M. SCHNEIDER, S. **APRENDIZAGEM COLETIVA E PRODUÇÃO DE NOVIDADES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUL DO BRASIL: agroecologia e agregação de valor para o desenvolvimento rural**. Artigo apresentado ao VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas - Brasil, 2010.

PLOEG, J. D. van der *et al.* On Regimes, Novelty, Niches and Co-Production. In: PLOEG, J. D. van der and WISKERKE, J. S. C. (Eds.) **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Royal Van Gorcum, 356p., 2004.

PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Sertão do Apodi**. Brasília: MDA/SDT, 2010.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Econômica Política**, v. 30, nº3 (119), p.511-531, jul./set, 2010c. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/773.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

WES JÚNIOR, V. J. **Novas configurações no meio rural brasileiro: Uma análise a partir das propriedades com agroindústria familiar**, v.15, nº 28, p. 1-6, jun. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.org.br/scielo.php?pid=S1316-03542009000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.br/scielo.php?pid=S1316-03542009000100004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 14 jan. 2014.

## **GT 01 – Desenvolvimento Rural: uma década da política pública de desenvolvimento territorial**

### **Abordagem Territorial e Sustentabilidade: a gestão social no território do Pontal do Paranapanema-SP**

**FERREIRA JUNIOR, A. C. <sup>1</sup>**  
**SIMÕES DO CARMO, M. <sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Doutorando, Faculdade de Engenharia Agrícola/Unicamp, antonio.ferreira@feagri.unicamp.br

<sup>2</sup>Doutora, Professora Colaboradora, Faculdade de Engenharia Agrícola/Unicamp, stella@feagri.unicamp.br

#### **Resumo:**

Analisaremos, dentro do escopo das políticas de Desenvolvimento Territorial, como o processo de gestão social se materializa no tempo e no espaço e quais as estruturas institucionais criadas para sustentar a efetividade do mesmo em promover o desenvolvimento territorial sustentável do Pontal do Paranapanema. Este processo ainda esbarra em problemas de um território pouco articulado e de identidade difusa, com baixa adesão por parte dos agentes e atores sociais.

**Palavras-chaves:** gestão social; Pontal do Paranapanema; Desenvolvimento Territorial

## 1. Introdução

Pretendemos com este artigo abordar alguns aspectos que fazem parte do processo de implantação das políticas de Desenvolvimento Territorial Rural elaboradas e implementadas pelo governo Federal a partir de 2003 e, assim, revelar como este processo se materializa no tempo e no espaço, de forma contínua (pelo menos nos últimos dez anos 2003 a 2013) e quais são as estruturas institucionais criadas para sustentar a efetividade do mesmo em promover o desenvolvimento territorial sustentável, no caso específico do presente trabalho, do Pontal do Paranapanema.

A metodologia utilizada consistiu na coleta de dados primários (entrevistas semi-estruturadas e observação não-participante em reuniões do Colegiado Territorial), levantamento documental (atas, relatórios, artigos produzidos e conversas informais com os membros dos Colegiados).

O texto está dividido da seguinte forma: em um primeiro momento, apresentamos as características naturais e sociais do Território Pontal do Paranapanema, sua história e situação no contexto da elaboração e implementação das políticas e ações que visam promover o Desenvolvimento Territorial Sustentável, outro ponto tratado no texto.

Abordaremos também a importância da gestão social como um dos pilares que sustentam as políticas territoriais e sua materialização instrumental na forma de colegiados territoriais, seus desdobramentos e resultados na realidade do Pontal do Paranapanema.



### 1.1. Caracterização da área de estudo

Localizado no extremo oeste do Estado de São Paulo, na fronteira com os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, o Pontal do Paranapanema é formado por 32 municípios e tem como extensão territorial 18.441 km<sup>2</sup>, aproximadamente. O Tipo de solo encontrado é o Latossolo, com altas concentrações de areia, pouca acidez, baixa fertilidade, drenagem excessiva, que são normalmente frágeis. Seu relevo se caracteriza por colinas com pouco declive. Já o clima é marcado por duas estações bem definidas - invernos secos e verão calorosos, ou Cwa-mesotermal, de acordo com a classificação de Köppen (1948). No que se refere a sua formação florestal, antes constituída por 247 mil hectares de mata semidecídua, conta, atualmente, com apenas cerca de 46 mil hectares, sendo 12.000 distribuídos em fragmentos florestais e 34.000 na área correspondente a Reserva Estadual Morro do Diabo classificada como Mata Atlântica do Interior.

Sua história recente nos remete a um processo conflituoso de ocupação de terras de domínio público. Este processo esteve envolto às grandes fraudes na titularidade dominial (grilagem), práticas violentas, desmatamentos, adoção de práticas agrícolas sem a preocupação com a conservação dos recursos naturais e desobediência à legislação ambiental.

Apesar da pouca diversidade industrial (concentrada, sobretudo, na cidade de Presidente Prudente), o setor agroindustrial é constituído por frigoríficos, curtumes, usinas sucroalcooleiras de grande porte, porém, não totalmente integrado ao longo da cadeia produtiva (a montante e a jusante), o que limita a geração de emprego e renda.

Segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2010) a região do Pontal do Paranapanema contribuiu com menos de 1% para o Valor Adicionado Fiscal (VAF) da economia paulista.

Foi reconhecido como Território Rural pelo MDA em 2004, na primeira fase do programa, e a primeira versão de seu PDTRS foi elaborado em 2007, como resultado das discussões realizadas pela Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT) do Pontal do Paranapanema e de estudos preliminares realizados pela SDT.

## **2. Abordagem territorial do Desenvolvimento Rural: Antecedentes e consolidação.**

Nos últimos anos constatou-se o esgotamento de um padrão de desenvolvimento pautado apenas no crescimento econômico e negligente com a conservação-preservação do meio ambiente.

Constatou-se, também, que o espaço rural não pode mais ser entendido apenas como sinônimo de atividades agropecuárias. Exigindo, portanto, a revisão dos instrumentos tradicionais de promoção do desenvolvimento rural, uma vez constatado que o processo de modernização, atrelado ao de industrialização da agricultura e a integração dos mercados, não foram suficientes na promoção do desenvolvimento efetivo do espaço rural.

Nesse contexto, a abordagem territorial se destaca, tanto como perspectiva de análise, quanto referencial teórico para as políticas de desenvolvimento rural, por considerar os aspectos políticos, históricos, políticos, culturais, ambientais e econômicos, possibilitando, assim, uma compreensão mais integrada de toda a complexidade inerente ao espaço rural.

Esta relacionada, também, com um processo lento e gradativo de tentativa de transformação da estruturas políticas e econômicas vigentes, caracterizada, até então, pela ausência de um projeto estratégico por parte do Estado, que cada vez mais minimizou sua atuação, buscando a liberalização extrema das políticas, na tentativa de se adequar a um padrão democrático liberal.

Pretendemos, portanto, delinear o papel do Estado nessa trajetória histórica, de avanço e retrocesso, dentro do que Leite *et al* (2007, p.83) chamaram de "jogo de forças políticas e econômicas que impulsionam essas transformações".

### **2.1. O processo de Gestão Social e a importância do Colegiado Territorial como espaço de atuação política**

A mudança de paradigma e implementação, em curso, de políticas de desenvolvimento territorial, ocorre paralelamente a constituição ou o fortalecimento de uma arquitetura institucional, seja na forma de rede de conhecimento, informações, ou

na constituição de espaços de atuação política e práticas sociais, que possibilitem o avanço desse novo modelo de desenvolvimento almejado.

O entendimento dessa questão perpassa, impreterivelmente, pela breve revisão de alguns conceitos, caros à sociologia, que integram este processo, como os de gestão social, redes sociais e capital social.

Conforme ressaltou Tenório (1998, p.16) a gestão social tem a finalidade de "substituir a gestão tecnoburocrata, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual os processos decisórios são exercidos por meio de diferentes sujeitos sociais."

Como estratégia administrativa, a gestão social emerge no Brasil no final da década de 1980 (com a Constituição de 1988), período que marca o início do processo de re-democratização e, posteriormente, de descentralização de um Estado assolado por uma crise fiscal e social aguda.

Segundo Carrion e Calou (2008), neste processo o Estado passa a compartilhar com a sociedade civil, sem perder sua centralidade, exercícios de poder político em ações deliberativas (planejamento, elaboração de diretrizes, monitoramento e avaliação de políticas) em processos que possam promover o desenvolvimento de determinada localidade.

Tenta-se, por meio dessa estratégia, alterar a relação entre Estado e Sociedade Civil organizada, antes operada pela lógica oposicionista, para uma relação mais colaborativa, criando e/ou ampliando espaços e mecanismos de participação social, que permitam, a colaboração mútua e o aumento da transparência na gestão de recursos públicos.

No campo, o exemplo precursor e emblemático desse tipo de estratégia foi a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que tinham como pressuposto a descentralização da gestão administrativa e estabeleceu como pré-requisito de acesso ao crédito, a valorização do agricultor familiar organizado e a criação, por parte dos Conselhos, de Planos de Desenvolvimento Municipal de Desenvolvimento Rural.

Os CMDRS não conseguiram atuar de forma promissora, com poucas exceções. Apresentaram diversas deficiências na sua estrutura e execução, seja pelo seu recorte espacial limitado (o Município), pelo seu caráter extremamente normativo, sua incapacidade de agrupar atores sociais diversos, a falta de interesse dos agricultores,

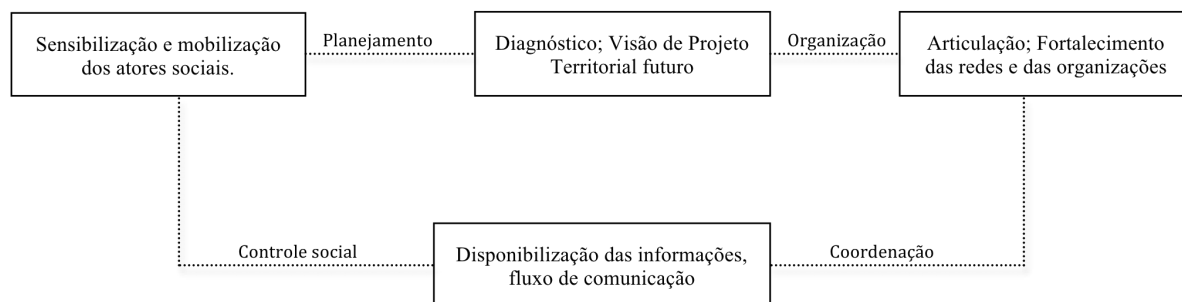
assim como de suas organizações e associações, em participar, ou pelas fragilidades na gestão dos recursos públicos e na elaboração dos projetos de financiamento (requisito obrigatório para ser beneficiário), que muitas vezes tinham aspecto de "lista de compras" das necessidades particulares dos Municípios. (ABRAMOVAY, 2001)

Apesar do avanço institucional, as experiências mal sucedidas revelaram que, da forma como os Conselhos estavam estruturados, seu desempenho, na maioria dos casos, reproduzia as mesmas praticas clientelistas que caracterizavam as gestões municipais correspondentes e não expressavam uma dinâmica social significativa.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) surge com uma nova proposta e adota como referência a gestão social

O processo de gerir assuntos públicos por meio da descentralização político-administrativa, redefinindo formas de organização e de relações sociais com a sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade, o que implica a ampliação dos níveis das capacidades humanas, sociais e organizacionais do território (BRASIL, 2005)

A partir desta abordagem, adota o ciclo de gestão social como meio de construir uma base institucional sólida para o processo de Desenvolvimento Territorial. Composto basicamente de quatro fases, o ciclo deve ser contínuo e retroalimentativo, conforme ilustra a figura 1.



**Figura 1 - Ciclo da Gestão Social adotado pela SDT** - com base nos quatro princípios básicos da administração clássica. Org.: Antonio Carlos Ferreira Junior (2013)

Espera-se, ao final de um ciclo, maior transparência nos arranjos institucionais, assim como, o capital social reconhecido e consolidado, agentes sociais com autonomia na condução da gestão social, além de um Plano de Desenvolvimento Territorial apurado, com base nos diagnósticos e no monitoramento das ações e das particularidades do território em questão.

### **2.1.1. As Redes e a importância do Capital Social - as "forças vivas" do Território**

Para ser eficiente em seus propósitos a gestão social depende de uma dinâmica social efervescente. Precisa, sobretudo, vencer o desafio da falta de disposição do poder público (sobretudo na microescala) em valorizar a gestão participativa e encará-la como uma vantagem que pode proporcionar avanços institucionais aos atributos sociais do território (ou local) que se pretende fomentar projetos de desenvolvimento.

Nesse sentido, a adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento pode significar, também, a valorização da dinâmica de relações que emergem e configuram o - e no território.

Relações, estas, que envolvem as instituições formais (governos, sindicatos, representações de interesse) e as instituições informais, como cooperação, confiança, reciprocidade, altruísmo, todos destinados à regulação do comportamento das pessoas em suas intenções sociais. Segundo defendeu Waizbort (1999) "São sempre relações em processo, isto é, elas se fazem e desfazem, se constroem, se destroem e se reconstroem" (p.92)

Abramovay (2001, p.13) completa, "(...) o desenvolvimento Territorial apóia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma certa região". Ferreira e Pessoa (2012, p.2) destacam,

Tal desenvolvimento não é dependente exclusivamente de fatores externos, mas, ao contrário, tem suas bases dentro do próprio território e em suas potencialidades, que vão além de seus atributos físicos, valorizando também o seu potencial social, a capacidade da população conduzir o desenvolvimento (...)

Fica claro, nesse contexto, a importância das redes sociais e do capital social na formação da dinâmica social dos espaços. As Redes, segundo Watts (1999), são

sistemas compostos por nós e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos ou grupos sociais), conectados por algum tipo de relação, compondo um complexo e dinâmico tecido social.

Para Colonomos (1995) o conceito de redes sociais refere-se ao conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e entre os próprios atores. Relações que, no geral, são pouco institucionalizadas.

Para Santos (1996, p.215),

As redes detém um movimento dialético de opiniões, confrontos e alianças, o que inclui sistemas de poder, quem interferem em todos os níveis. As redes são virtuais, mas também são reais, são técnicas, mas também sociais, portanto são por vezes estáveis, mas também dinâmicas. Elas incluem em si um movimento social de dinâmicas ao mesmo tempo locais e globais que pode indicar tensão entre forças de globalização e localização.

E ainda complementa

mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e desordem no território já que as redes integram e desintegram, destrói velhos recortes espaciais e criam outros. Quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam certos agentes, esse fenômeno é como um processo de homogeneização. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada. Mas é igualmente presente (SANTOS, 1996, p. 222)

Conforme ressaltou Acioli (2007, p.9) "as redes nascem no espaço informal das relações sociais, mas seus efeitos são visíveis para além desse espaço, através da relação com o Estado, a sociedade e outras instituições representadas". Essas redes, ou o conjunto delas, que se formam a partir dessas relações sociais, estão por trás do conceito de Capital Social.

Para Putnam (2006), um dos principais autores a tratar deste conceito, os laços de confiança, reciprocidade, normas e costumes inerentes (em diferentes graus) a busca por um bem comum nas relações sociais, são os elementos formadores do capital social. O autor compartilha da idéia, junto com ..., de que o capital social é o elemento catalisador do desenvolvimento endógeno.

Já Bourdieu (2006) *apud* Ortega e Matos (2013) defende uma abordagem fundamentada, sobretudo, pela estrutura de classes. Para o autor, o capital social é fruto da relação (sempre) conflituosa entre agente e estrutura, permeada por poder e influência, com embate de atores engajados na luta por interesses sempre conflitivos, associados a posse de uma rede durável de relações.

A relação entre os elementos do capital social (confiança, reciprocidade, participação) - e a concepção de desenvolvimento territorial é imediata, defende Santos (1996), a partir da constatação de que níveis de confiança e capital social variam em termos espaciais, de acordo com a diversidade territorial existente.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial, baseada em seu entendimento de Gestão Social (citado anteriormente), destaca em sua "Áreas de Resultados"<sup>1</sup> o reforço desse processo por meio do "fortalecimento da gestão social e das redes sociais de cooperação", visando assim: construir e consolidar uma visão coletiva entre os atores que seja a base de um verdadeiro pacto territorial; a criação de instâncias que estimulem a participação social; a identificação e o desenho de arranjos territoriais específicos para orientação de investimentos públicos (sintetizados em um Plano de Desenvolvimento Territorial (PDTRS)); o reconhecimento das redes e das organizações sociais como fundamentais no processo de participação social. (SDT/MDA, 2014)

Segundo Echeverri (2010, p.92), essa ênfase representa

assumir o capital social como o alvo central do território, incorporando as redes de cooperação, a criação de confiança para a ação coletiva, ou integração das organizações de atores e a solidez dos compromissos e acordos (...) o capital social é entendido, nesse contexto, como definitivo para possibilitar a capacidade de cooperação interna e a composição do território.

O provimento de espaços onde esses laços e redes podem ser praticados e fortalecidos torna-se fundamental, pois neles ampliam-se a transparência e os mecanismos participativos no processo de gestão social, um dos pilares de sustentação da proposta de Desenvolvimento Territorial.

---

<sup>1</sup> As "Áreas de Resultado" compreendem, segundo a SDT/MDA (2014), mais dois pontos além dos citados no texto (Fortalecimento da Gestão Social e Fortalecimento das Redes sociais de Cooperação), são eles: Dinamização Econômica dos Territórios Rurais - que visa promover a inserção exitosa dos produtores em fluxos de mercado dinamizados nas economias locais e regionais; e a Articulação de Políticas Públicas - aproveitamento do caráter multidimensional e da visão integral da abordagem territorial para articular políticas que antes estavam dispersas em outros setores.

Nesse contexto, o Colegiado Territorial é a institucionalidade responsável pela condução e operacionalização dessa estratégia de desenvolvimento, conforme ressaltou Favareto (2007). São fóruns participativos que devem se responsabilizar pela gestão das políticas e programas de desenvolvimento, além de gerenciar a aplicação dos recursos do Proinf (Projetos de Infraestrutura).

Echeverri (2010, p.94) afirma

A criação dos colegiados territoriais, Codeter, converteu-se num eixo central da implementação da política, uma vez que esta estrutura institucional significa a base de participação e representação dos atores sociais locais; o cenário de concertação e negociação; o núcleo central dos processos de planejamento; a instância de controle social e o suporte político para a sustentabilidade de longo prazo da estratégia.

No que se refere a sua composição, os Colegiados Territoriais devem ser formados por representantes das três esferas de Governo, da sociedade civil de cada Território e pelos Comitês Territoriais (instâncias auxiliares específicas, como Comitê Territorial de ATER, Comitê Territorial de Crédito Fundiário, entre outros).

São estruturados da seguinte forma: Plenária (nível deliberativo máximo); Núcleo Dirigente com Comissão Executiva (nível decisório gerencial) com; Núcleo Técnico com Secretaria Executiva (nível operacional); e por Câmaras Temáticas (ou Comitês Setoriais).

E como função, devem deliberar e propor ações para o desenvolvimento sustentável dos territórios. Assim, como, articular políticas públicas, planejar ações e definir programas e projetos que devem compor, como produto final, o Plano Territorial de Desenvolvimento Territorial Sustentável. (MDA/SDT/CGOC, 2010)



## 2.2. O Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Pontal do Paranapanema.

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema (CODETER) surgiu a partir da reformulação do CIAT, decorrente da inserção do território no Programa Territórios da Cidadania, em 2009.

De característica permanente, o Colegiado foi dividido em quatro câmaras temáticas: Câmara de Educação e Cultura, Câmara de Organização da Produção, Câmara da Saúde, Câmara dos Direitos e Desenvolvimento Social.

Atualmente, o CODETER É formado por 40 entidades, sendo 20 da sociedade civil e 20 representantes do poder público, conforme ilustra a tabela 1, e é responsável pela promoção de eventos e reuniões deliberativas como, por exemplo, reunião entre as micro-regiões, o núcleo técnico, além de fomentar oficinas temáticas, como as de "Consumo Justo e Solidário", "Elaboração de Projetos", "Jornada de atualização do PTDRS", conferências territoriais e, por fim, reuniões entre as câmaras temáticas.

**Tabela 1 - Perfil do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema - CODETER**

Plenária	Plenária	%	Núcleo Diretivo	%	Núcleo Técnico	%
	n. de Entidades		n. de Entidades		n. de Entidades	
Poder Público Estatal	6	15	0	0	3	42,86
Poder Público Federal	2	5	1	33,33	1	14,29
Poder Público Municipal	12	30	1	33,33	1	14,29
Sociedade Civil	20	50	1	33,33	2	28,57
<b>Total</b>	<b>40</b>		<b>3</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>-</b>

Fonte: CODETER-Pontal do Paranapanema, 2013 Org.: Antonio Carlos Ferreira Junior, 2014

Cabe ao CODETER identificar, caracterizar e direcionar propostas técnicas de utilização dos recursos do Proinf - Ação Orçamentária, vinculada aos Programas da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que visa o apoio à Projetos de Infraestrutura e Serviços.

No Pontal do Paranapanema, segundo informações do Coordenador Executivo do Colegiado, estão em andamento os seguintes projetos: construção de

barracões comunitários; aquisição de veículos de carga e barracas de feira; apoio à infraestrutura de produção e padronização de hortifrutigranjeiros; aquisição de equipamentos agrícolas; resfriadores de leite com construções de abrigos.

### 3. Considerações Finais

Ao adotar a perspectiva territorial na formulação de políticas destinadas ao desenvolvimento, o Estado tenta transformar sua forma de atuação que já foi de ator principal do planejamento do desenvolvimento, passando por uma atuação mínima no período de crise fiscal e econômica, até se posicionar como indutor do processo de desenvolvimento, estimulando a criação de novos espaços de governança, conselhos (arranjos sociais locais) de caráter consultivo e deliberativo, ampliando as responsabilidades de instâncias menores (sub-nacionais) na formulação e gestão das políticas públicas.

O foco desse novo posicionamento são os territórios rurais com perfil historicamente fragilizados, como é o caso do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste do Estado de São Paulo. Acompanhar parte desse processo possibilitou pontuarmos aspectos relevantes do processo de gestão social (ainda em implementação) do Programa Territórios da Cidadania.

No Pontal do Paranapanema este processo ainda esbarra em alguns problemas característicos de um território pouco articulado e de identidade difusa, marcado por um processo de ocupação conflituoso, em que a participação dos agentes ainda esta vinculada a interesses estritamente econômicos, com viés setorial (vide a ampla participação do setor agropecuário, ou mesmo dos representantes municipais - prefeitos e secretários - apenas quando o tema recursos financeiros é discutido).

Quando a pauta é a elaboração de diretrizes e estratégias para o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, ou mesmo a definição de prioridades a partir da Matriz de Ações anual, precebe-se baixa adesão por parte dos agentes, revelando assim um ponto que deve ser fortalecido em uma política que se pretende participativa e integradora.

## Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. **Conselhos além dos limites**. In: Revista Estudos Avançados. Vol.15, n. 32. (2001) São Paulo: IEA/USP
- ACIOLI,
- BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Porto, PT. Campo das Letras, 2006
- BRASIL. **Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), 2005
- CARRION, R. da S. M.; CALOU, Â. **Pensar a gestão social em terras de 'Padinho Cícero'** (Prefácio). In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.
- COLONOMOS, A. **Emergence d'un objet et perspectives internacionalistes**. In.: CHARILLON, F. et al. **Sociologie des réseaux transnationaux**. Paris: Editions L'Harmattan, 1995. 299p.
- ECHEVERRI, R., **Emergência e Evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania**. In: ARAUJO, T.B.de. (Coord.) **Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil, avanços e desafios**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Representante do IICA no Brasil, Brasília, volume 12, 2010
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu, Fapesp, 2007
- FERREIRA, E.S., PESSOA, V.L.S., **Capital Social e Desenvolvimento Territorial: uma abordagem teórico - conceitual**. Campo - Território: revista de geografia agrária, v. 7, n. 14, p. 1-33, ago., 2012
- LEITE, S.P., *et al* **Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. In: MIRANDA, C. TIBURCIO, B. (organizadores) **Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. V. 8, Brasília: IICA, 2008 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável)
- ORTEGA, A.C., MATOS, V.A. **Território, Desenvolvimento Endógeno e Capital Social em Putnam e Bourdieu**. Revista Política e Sociedade, Florianópolis. Vol. 12, n. 24, maio/ago 2013
- PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- TENORIO, F. G. **Gestão social: uma perspectiva conceitual**. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: EBAP/FGV, v. 32, n. 5, set./out./1998.
- WAIZBORT, L. (org.). **Dossiê Norbet Elias**. São Paulo: Edusp. 1999

## GT (01) – (Desenvolvimento Rural: uma década da política pública de desenvolvimento territorial)

### Caracterização socioeconômica e proposição de ações para o Território Alto Rio Pardo - MG

Luciene Pires Teixeira<sup>1</sup>  
Evie dos Santos de Sousa<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Economista, DSc em Economia Aplicada/Pesquisadora/Embrapa Cerrados, [luciene.teixeira@embrapa.br](mailto:luciene.teixeira@embrapa.br)

<sup>2</sup> Eng.<sup>a</sup> Agrônoma, MSc em Fitotecnia/Analista/Embrapa Cerrados, [evie.sousa@embrapa.br](mailto:evie.sousa@embrapa.br)

**Resumo:** O estudo faz um diagnóstico socioeconômico do Território Alto Rio Pardo–MG para distinguir a estrutura produtiva local e seus principais condicionantes, com ênfase nas atividades agropecuárias, que pode servir como elemento analítico complementar para o planejamento de intervenções públicas e privadas na região. À luz de dados secundários e primários, identificou-se que prevalece no Território uma agropecuária de subsistência e de baixa produtividade, resultando em pouco excedente de produção e fracas transações comerciais. O sistema de produção e as práticas de manejo predominantes são ineficientes, com baixo grau de utilização de insumos agropecuários, uso incipiente da irrigação, baixa densidade técnica da produção e pouca capitalização dos produtores rurais. A pecuária predominante é extensiva e as culturas mais dinâmicas são a cana de açúcar, mandioca, milho, feijão, arroz e café, com evidente direcionamento para o autoconsumo e o mercado local. Ressalta-se a baixa coesão territorial dos municípios e a necessidade de ampliação da política de crédito rural direcionada para os produtores de base familiar, com vistas à modernização da agropecuária e agregação de valor aos produtos finais. Os recursos efetivamente investidos no Território são pífios, considerando-se o seu atraso técnico e o baixo nível de integração econômica regional.

**Palavras-chaves:** agricultura familiar; sistema de produção; desenvolvimento local.

## 1. INTRODUÇÃO

O Território Alto Rio Pardo (TARP) está inserido no Norte de Minas, que é a região mineira mais atrasada, com agrupamento de municípios sem coesão territorial em termos de integração e complementariedade de sua base produtiva. O resultado é um quadro regional de pobreza, fragmentação dos setores e dos agentes produtivos e de baixo dinamismo econômico (AMARAL et al., 2010). Segundo Cardoso (1996), esta é uma região peculiar no estado: é a maior em área territorial e a que possui um processo de desenvolvimento mais atrasado e periférico frente às demais regiões. A economia local é pouco dinâmica, com forte predomínio do setor terciário. As atividades industriais são de pouca relevância, com participação de apenas 3% no valor da transformação industrial do estado de Minas Gerais.

Segundo Relatório do MDA (2006), o Território Alto Rio Pardo foi homologado ao final de 2004, constituído por 15 municípios que ainda não assimilaram claramente a importância política da composição do Território, embora exista interesse

comum em fomentar o potencial do desenvolvimento regional sustentável. Os quinze municípios têm forte perfil rural, sendo Taiobeiras a cidade polo do Território.

A finalidade deste estudo é realizar um diagnóstico econômico e social do Território Alto Rio Pardo – MG com o intuito de propor ações para melhorar o desempenho da agropecuária local. Espera-se que seus resultados possam somar-se a outros documentos já produzidos sobre o Território e servir para compor ações de intervenções pública e (ou) privada em futuros programas para a região.

O estudo está estruturado em quatro partes, incluindo esta introdução. A segunda seção discute a metodologia e apresenta a fonte de dados que embasam os resultados. A terceira seção apresenta os resultados apurados no tocante à análise da estrutura fundiária e utilização de terras na produção agropecuária; à densidade técnica e utilização de insumos e práticas agropecuárias; caracterização da dinâmica populacional e da economia local no período recente. E, com base neles, traça algumas ponderações gerais que podem servir de referência para estudos similares, bem como propõe algumas ações para a formulação de políticas de fomento à agropecuária local. E, finalmente, a quarta seção apresenta as conclusões do estudo.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

O estudo tem como foco os quinze municípios mineiros que compõem o Território Alto Rio Pardo. A opção de trabalhar com o município como unidade de observação justifica-se pela facilidade de obtenção das informações econômico-sociais e ambientais desagregadas a esta escala. Além disso, a literatura sobre desenvolvimento regional também encoraja o uso desta unidade de análise, citando como exemplo Gasquez e Villa Verde (1990) e Monteiro (1997) que ressaltam a importância do uso de dados municipais nos estudos econômicos regionais, devido à pouca capacidade de índices muito agregados poderem expressar com fidedignidade a realidade local.

O diagnóstico socioeconômico foi feito com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como resultou também do levantamento documental e da análise de dados primários coletados junto aos agentes econômicos locais, instituições privadas, entidades governamentais e não governamentais da região.

Foi utilizada a metodologia analítico-descritiva, dada a vantagem de se ter disponíveis dados estatísticos secundários sobre os municípios componentes do Território. Esta metodologia permite detalhar e aprofundar a análise dos múltiplos aspectos que envolvem o atual estado de desenvolvimento econômico e social do Território, trazendo como contribuição a apresentação de um diagnóstico consolidado sobre a evolução da estrutura produtiva local e das condições sociais na última década. A partir de tal resultado pode-se identificar cursos de ações alternativos para a proposição de políticas públicas locais. Além da base de dados secundários, a pesquisa também foi acrescida de informações primárias coletadas por meio de visitas exploratórias e da aplicação de questionários estruturados a algumas comunidades locais dos municípios mais representativos.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **3.1 - Análise da estrutura fundiária, utilização de terras e densidade técnica na produção agropecuária**

Em grande medida, o baixo nível de desenvolvimento rural alcançado pelo TARP está relacionado ao seu isolamento econômico e político que persiste até hoje e aos contornos históricos que determinaram a adoção de processos produtivos menos eficientes, além do nível de fracionamento da terra e à preeminência da

agricultura de base familiar, fato que pode ser confirmado pela observação dos dados relativos à estrutura fundiária, disponibilizados pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2009). As características do produtor e dos estabelecimentos agropecuários, bem como as informações sobre as atividades neles desenvolvidas, ajudam a melhor captar as transformações estruturais ocorridas neste segmento econômico ao longo da última década.

Apesar das atividades agropecuárias estarem espacialmente distribuídas em todo Território, a maior concentração dos estabelecimentos, tanto em número quanto em área, ocorre em apenas seis municípios componentes: Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, Salinas, Rubelita, Taiobeiras e Indaiabira, conforme dados da Tabela 1. Estes poucos municípios perfazem mais de 66% das unidades de produção e da área ocupada com a produção do setor agropecuário. Embora posicionado em 3º lugar na ocupação de área, Rio Pardo de Minas é o município com o maior número de estabelecimentos (3.195 unidades, representando 18% do total do TARP), sendo que 54% das unidades de produção eram direcionadas, em 2006, para a lavoura temporária e 37% para a pecuária e criação de outros animais. O município de Salinas é que detém a primeira posição em termos de utilização de área na agropecuária, com 57% dos estabelecimentos (1.192 unidades) ocupando 87.798 hectares com a atividade da pecuária (correspondentes a 79% da utilização total do município). Salinas é também o município com o maior valor de produção agropecuária (com destaque para a produção da cana de açúcar e do feijão), superando a cidade polo de Taiobeiras, que se posiciona em segundo lugar na geração de renda rural (Tabela 1).

Em 2006, foram registrados 18.136 estabelecimentos agropecuários no TARP, abrangendo área total de 716.868 hectares. Do total de estabelecimentos, 64,33% são micro e pequenas unidades de produção (com até 20 ha) que somaram apenas 9,41% da área de cultivo e criação de animais. Ao passo que meros 36% do total dos estabelecimentos (6.469 unidades) ocuparam área de 605.312 hectares, equivalentes a 84% da área total. Isto dá a dimensão da forte concentração fundiária prevalecente nos municípios do TARP. A fragmentação das unidades de produção contrasta com a centralização da posse e utilização das áreas de plantio e criação de animais (Tabela 2).

Além da concentração fundiária, os dados censitários não deixam dúvidas de que prevalece no TARP elevada concentração da renda agropecuária, tanto em termos espaciais quanto em função do tipo que agricultura praticada. Em se tratando de número de estabelecimentos e valor de produção, a maior convergência da agropecuária do TARP está nos municípios de Salinas, Rio Pardo de Minas, Taiobeiras e São João do Paraíso, que respondem por mais de 50% do número de estabelecimentos e do valor de produção (Tabela 3). Embora a agricultura de base familiar do TARP represente 93% dos estabelecimentos agropecuários (16.932 unidades), ela é responsável por somente 63% do valor de produção gerado, enquanto 7% de unidades de base não familiar representam os outros 37% do valor de produção setorial. E a grande maioria dos municípios são inexpressivos na categoria da agricultura não familiar, na qual há predominância das atividades agropecuárias em sua forma mais empresarial. A alta concentração fundiária, a centralização da renda regional e o modo de produção mais capitalista restrito a poucos estabelecimentos agropecuários contribuem ainda mais para o aprofundamento dos desequilíbrios intermunicipais no Território.

**Tabela 1 - Número de estabelecimentos, área total e valor de produção dos estabelecimentos agropecuários por município e para o TARP no total das atividades econômicas - 2006**

Municípios e TARP	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		Valor de Produção dos estabelecimentos agropecuários	
	Unidades	% do TARP	Hectares	% do TARP	R\$ mil	% do TARP
Berizal - MG	279	2%	32.243	4%	32.243	4%
Curral de Dentro - MG	360	2%	25.197	4%	25.197	4%
Fruta de Leite - MG	980	5%	23.775	3%	23.775	3%
Indaiabira - MG	1.224	7%	36.195	5%	36.195	5%
Montezuma - MG	1.060	6%	32.665	5%	32.665	5%
Ninheira - MG	760	4%	55.448	8%	55.448	8%
Novorizonte - MG	486	3%	21.284	3%	21.284	3%
Rio Pardo de Minas - MG	3.195	18%	75.336	11%	75.336	11%
Rubelita - MG	1.421	8%	75.224	10%	75.224	10%
Salinas - MG	2.092	12%	111.453	16%	111.453	16%
Santa Cruz de Salinas - MG	757	4%	25.609	4%	25.609	4%
Santo Antônio do Retiro - MG	763	4%	15.319	2%	15.319	2%
São João do Paraíso - MG	2.907	16%	72.834	10%	72.834	10%
Taiobeiras - MG	1.213	7%	90.085	13%	90.085	13%
Vargem Grande do Rio Pardo - MG	639	4%	24.201	3%	24.201	3%
<b>TARP</b>	<b>18.136</b>	<b>100%</b>	<b>716.868</b>	<b>100%</b>	<b>716.869</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

TARP - Território Alto Rio Pardo - MG.

**Tabela 2 - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total para o TARP - 2006**

Grupos de área total	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Total	18.136	716.868	100%	100%
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	88	2	0%	0%
De 0,1 a menos de 0,2 ha	21	2	0%	0%
De 0,2 a menos de 0,5 ha	44	12	0%	0%
De 0,5 a menos de 1 ha	301	159	2%	0%
De 1 a menos de 2 ha	1.382	1.569	8%	0%
De 2 a menos de 3 ha	1.903	3.913	10%	1%
De 3 a menos de 4 ha	1.317	4.013	7%	1%
De 4 a menos de 5 ha	933	3.782	5%	1%
De 5 a menos de 10 ha	2.948	19.081	16%	3%
De 10 a menos de 20 ha	2.730	34.909	15%	5%
De 20 a menos de 50 ha	3.259	97.823	18%	14%
De 50 a menos de 100 ha	1.362	89.843	8%	13%
De 100 a menos de 200 ha	674	88.274	4%	12%
De 200 a menos de 500 ha	439	126.612	2%	18%
De 500 a menos de 1000 ha	130	83.146	1%	12%
De 1000 a menos de 2500 ha	53	64.403	0%	9%
De 2500 ha e mais	17	55.211	0%	8%
Produtor sem área	535	0	3%	0%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

TARP - Território Alto Rio Pardo - MG.

**Tabela 3 - Número de estabelecimentos e valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários, segundo a agricultura familiar e não familiar - FAO (1) - 2006**

Município	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Mil Reais)	Valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Mil Reais)	Valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários (Mil Reais)
Berizal - MG	215	64	279	1.413	1.313	2.726
Curral de Dentro - MG	296	64	360	681	754	1.435
Fruta de Leite - MG	976	4	980	873	148	1.021
Indaiabira - MG	1.166	58	1.224	4.770	934	5.704
Montezuma - MG	1.037	23	1.060	2.676	2.956	5.632
Ninheira - MG	696	64	760	1.146	3.008	4.154
Novorizonte - MG	437	49	486	5.727	413	6.140
Rio Pardo de Minas - MG	3.023	172	3.195	8.229	4.894	13.123
Rubelita - MG	1.290	131	1.421	4.172	1.588	5.760
Salinas - MG	1.942	150	2.092	12.294	4.946	17.240
Santa Cruz de Salinas - MG	675	82	757	878	329	1.207
Santo Antônio do Retiro - MG	706	57	763	1.394	399	1.793
São João do Paraíso - MG	2.784	123	2.907	6.493	892	7.385
Taiobeiras - MG	1.077	136	1.213	4.498	8.086	12.584
Vargem Grande do Rio Pardo - MG	612	27	639	2.379	2.958	5.337
<b>TARP</b>	<b>16.932</b>	<b>1.204</b>	<b>18.136</b>	<b>57.623</b>	<b>33.618</b>	<b>91.241</b>

Nota: (1) Veja descrição das classificações em:

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultFAO.asp?z=p&o=2&i=P>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

TARP - Território Alto Rio Pardo - MG.

Os resultados também apontam uma estrutura fundiária altamente concentrada no TARP, com um percentual bem pequeno de grandes proprietários de terra com acesso a uma extensa área de utilização das atividades agropecuárias. E esta concentração fundiária ocorre para os diversos grupos de atividade econômica. Na pecuária e criação de outros animais, 59% dos estabelecimentos agropecuários possuem área total de 10 a menos de 20 ha, que respondem por apenas 8% da utilização da terra. Nas lavouras temporárias, em 2006, também predominavam as unidades produtivas consideradas de micro e pequeno portes (com menos de 20 ha), sendo que 70% delas respondiam por meros 18% das áreas utilizadas. O mesmo ocorre nas lavouras permanentes, dado que 81,85% dos estabelecimentos estavam classificados em estratos de área menor que 200 hectares. Mas este percentual de estabelecimentos detinha apenas 19,79% da área destinada às atividades agropecuárias no estado. As unidades econômicas consideradas de médio porte, entre 200 a menos de 1.000 hectares, corresponderam a 14,51% dos estabelecimentos, mas os produtores rurais deste porte ocupavam um total de 33,34% da área total. E, finalmente, as unidades de produção maiores que 1.000 hectares representaram meros 3,65% do total dos estabelecimentos, mas detinham a maior parcela da área total utilizada (46,87%), conforme Tabela 4.

Assim, pode-se dizer que o TARP é majoritariamente composto por um grande número de pequenos produtores agropecuários, na forma de proprietários e parceiros, mas é um grupo pequeno de grandes produtores que tem a posse e acesso às grandes áreas de cultivo e criação de animais.

**Tabela 4 - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de atividade econômica - 2006**

Grupos de atividade econômica	TARP			
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Em % do total	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Em % do total
<b>Total</b>	18.136	100%	716.868	100%
Lavoura temporária	6.970	38%	159.166	22%
Horticultura e floricultura	676	4%	11.883	2%
Lavoura permanente	806	4%	29.679	4%
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	2	0%	0	0%
Pecuária e criação de outros animais	8.960	49%	399.047	56%
Produção florestal - florestas plantadas	289	2%	64.955	9%
Produção florestal - florestas nativas	421	2%	44.707	6%
Pesca	10	0%	253	0%
Aquicultura	2	0%	0	0%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

TARP - Território do Alto Rio Pardo - MG.

É baixo o estado de tecnificação dos produtores rurais do TARP, haja vista que somente 372 estabelecimentos agropecuários possuíam tratores em 2006, dos quais 159 eram voltados para a agricultura familiar e 213 destinados para a agricultura não familiar. Este número significa que apenas 2% do total das propriedades rurais locais faziam uso desta importante ferramenta de trabalho no campo. Outros tipos de máquinas e implementos totalizaram 4.820 unidades existentes nos 15 municípios do Território. Os mais usados são os arados, que somam 1.315 unidades, seguidos das grades e/ou enxadas rotativas (767), ceifadeiras ou picadeiras de forragens (267) e roçadeiras (221). Além do baixo grau de tecnificação local, predomina uma centralização dos equipamentos agrícolas em poucos municípios: Salinas, Taiobeiras, Santo Antônio do Retiro, Rio Pardo de Minas e Montezuma representam 72% do total dos implementos e máquinas utilizados no Território. Portanto, o que se observa é a concentração do capital investido em tratores, máquinas e implementos em poucos municípios, nas propriedades rurais de maior porte e voltadas para a agricultura não familiar. Isso certamente impacta o nível de produtividade das atividades agropecuárias

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com



e contribui para acentuar as disparidades de renda predominantes no TARP. Quanto às técnicas e práticas agropecuárias, os dados censitários (IBGE, 2009) indicam níveis insignificantes no uso de melhoramento de plantas e animais; de sementes selecionadas; de adubação (química, orgânica ou ambas) e de agrotóxicos. E isto é verificado tanto na agricultura de base familiar quanto na de formato não familiar.

### **3.2 - Caracterização da dinâmica populacional no período recente**

O TARP apresenta como características demográficas mais marcantes a baixa concentração populacional, um índice de urbanização pouco expressivo, um elevado percentual de analfabetismo e pouca escolaridade da população adulta, além de insuficiente rendimento médio da população ocupada, especialmente a localizada na área rural. Conforme esclarece Cardoso (1996), o próprio desenvolvimento de uma estrutura econômica baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência resultou em um processo de povoamento diminuto e mais difuso, pois as atividades de produção animal demandavam grandes espaços territoriais e baixa utilização de mão de obra. Além disso, o processo de ocupação também sofreu forte influência do desbravamento dos bandeirantes paulistas e baianos que chegaram à região em busca de riquezas naturais e da posse das terras descobertas, ocasionando a formação de povoados que foram se destacando como entrepostos comerciais ou como locais de produção agropecuária para abastecimento das populações das minas, polarizando focos de desenvolvimento econômico pela região (OLIVEIRA, 2001).

A população do Território Alto Rio Pardo totaliza 192.165 habitantes, sendo que Salinas, Taiobeiras, Rio Pardo de Minas e São João do Paraíso são os municípios mais populosos, somando 121.513 habitantes (63% do total populacional do Território). Os outros 11 municípios componentes abrigam menos de 10 mil pessoas. Em termos de extensão geográfica, Rio Pardo de Minas é o município com maior área (3.117 km<sup>2</sup>), perfazendo 20% da área total do Território (16.447 km<sup>2</sup>). Os municípios de São João do Paraíso, Salinas, Taiobeiras, Montezuma, Rubelita, Ninheira e Indaiabira têm extensão territorial variando no intervalo entre 2.000 e 1.000 km<sup>2</sup>. Estes 8 municípios somam 76% da área total do Território. Os demais são municípios menores, com áreas que se estendem no intervalo entre 800 a 300 km<sup>2</sup>. O Território apresenta baixa densidade demográfica (11,9 hab/Km<sup>2</sup>), o que espelha a realidade dos municípios componentes. Apenas 4 municípios posicionam-se acima da densidade demográfica média do Território: Taiobeiras (25,9 hab/Km<sup>2</sup>); Salinas (20,8 hab/Km<sup>2</sup>); Novorizonte (18,3 hab/Km<sup>2</sup>) e Curral de Dentro (12,2 hab/Km<sup>2</sup>) [Tabela 5].

**Tabela 5 - Comparação entre os municípios do Território do Alto Rio Pardo - MG  
População, área territorial e densidade demográfica**

Municípios	População - 2010 (habitantes)	Área da unidade territorial (Km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )
Berizal	4.370	488,8	8,94
Curral de Dentro	6.913	568,3	12,17
Fruta de Leite	5.940	762,8	7,79
Indaiabira	7.330	1.004,1	7,30
Montezuma	7.464	1.130,4	6,60
Ninheira	9.815	1.108,2	8,86
Novorizonte	4.963	271,9	18,26
Rubelita	7.772	1.110,3	7,00
Rio Pardo de Minas	29.099	3.117,4	9,33
Salinas	39.178	1.887,6	20,75
Santa Cruz de Salinas	4.397	589,6	7,46
Santo Antônio do Retiro	6.955	796,3	8,73
São João do Paraíso	22.319	1.925,6	11,59
Taiobeiras	30.917	1.194,5	25,88
Vargem Grande do Rio Pardo	4.733	491,5	9,63
<b>Total do Território Alto Rio Pardo</b>	<b>192.165</b>	<b>16.447,3</b>	<b>11,68</b>

Fonte: IBGE, Banco de Dados SIDRA.

À margem da acumulação de capital e da dinâmica da industrialização, as forças produtivas locais acabaram por favorecer um processo de ocupação difusa e concentrada mais na área rural. O baixo grau de urbanização do Território (55%) contrasta com o do estado de Minas Gerais (85%) e até mesmo com o da região Norte de Minas (69%). Dez dentre os quinze municípios componentes do TARP apresentam a maior parte de sua população residente domiciliada na zona rural, de modo que o nível de urbanização é inferior a 50%. Apenas Curral de Dentro e Taiobeiras possuem taxas de urbanização próximas à média estadual, respectivamente, de 84% e 81%.

No quesito educação, a taxa de alfabetização da população de 10 anos ou mais de idade residente no Território é de 73%, um percentual bem aquém da verificada na região Norte de Minas (75,5%) e do estado de Minas Gerais (92,3%), com pequena desvantagem para o gênero feminino (76,8%). Ademais, quase 40% das pessoas de 25 anos ou mais de idade não possuíam nenhum nível educacional concluído, enquanto 27,5% possuíam o nível fundamental incompleto até a 3ª série e outros 21,5% possuíam o nível fundamental incompleto até a 7ª série.

Dada a baixa escolaridade e o nível de instrução da população do Território, o nível da renda local é insatisfatório. Cerca de 55% dos 192.165 residentes locais em domicílios particulares recebiam até 1 salário mínimo e 85% recebiam até 2 salários mínimos. Outro indicador da precariedade da renda é o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, que em 2000 ficou próximo de R\$302,00, quase 28% menor que o da região Norte de Minas e 58% abaixo do rendimento médio computado para a média estadual. Os municípios de Salinas, Taiobeiras e Novorizonte são os únicos que mantêm valores de rendimentos nominais acima da média do TARP. E cabe destacar que o rendimento médio da população rural é significativamente menor que o das pessoas residentes na área urbana, com valor nominal de R\$239,34 (Tabela 6).

Tabela 6 - Pessoas residentes em domicílios particulares por frequência à escola e classes de rendimento nominal médio mensal familiar per capita - 2000

Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica e Município	Classes de rendimento nominal médio mensal familiar per capita							
	Total	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos	Sem rendimento
Minas Gerais	17.785.109	4.663.738	4.692.037	3.924.372	1.377.624	1.131.410	1.218.792	777.136
Norte de Minas - MG	1.486.985	711.957	340.605	165.411	51.424	37.538	33.500	146.549
Berizal - MG	3.911	2.159	690	224	33	18	-	786
Curral de Dentro - MG	5.945	3.607	1.169	327	89	78	27	649
Fruta de Leite - MG	6.772	3.575	895	304	81	20	6	1.891
Indaíabira - MG	7.404	4.382	1.433	661	96	51	28	752
Montezuma - MG	6.559	3.298	1.041	532	193	48	59	1.386
Ninheira - MG	9.323	5.520	2.490	874	186	22	41	188
Novorizonte - MG	4.584	2.075	1.403	524	122	56	15	390
Rio Pardo de Minas - MG	27.133	18.145	4.619	1.857	488	187	300	1.536
Rubelita - MG	10.174	5.770	1.632	632	100	120	77	1.843
Salinas - MG	36.550	17.862	9.446	4.236	1.563	778	812	1.853
Santa Cruz de Salinas - MG	4.743	2.156	483	152	49	77	22	1.803
Santo Antônio do Retiro - MG	6.636	3.644	1.072	393	53	59	-	1.416
São João do Paraíso - MG	20.898	12.736	4.532	1.422	380	116	209	1.503
Taiobeiras - MG	27.155	13.481	6.795	2.965	768	657	475	2.014
Vargem Grande do Rio Pardo - MG	4.457	2.660	795	383	47	31	35	505
<b>TARP</b>	<b>182.244</b>	<b>101.070</b>	<b>38.495</b>	<b>15.486</b>	<b>4.248</b>	<b>2.318</b>	<b>2.106</b>	<b>18.515</b>

Nota:

1 - Dados da Amostra

2 - Exclui-se as pessoas cuja condição na família era: pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do(a) empregado(a) doméstico(a).

3 - Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00.

4 - A categoria **Sem rendimento** inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

### 3.3 - Desempenho econômico recente

A estrutura produtiva dos municípios componentes do Território destaca-se pela convivência entre atividades agropecuárias, serviços de baixa complexidade e com demanda circunscrita à população local, além de produção industrial incipiente, concentrada principalmente nas atividades agroindustriais. A agricultura de subsistência e a predominância de algum tipo de cultura agrícola de pequena escala, sem geração de grandes excedentes, emergiu associada à pecuária extensiva, servindo para a complementação alimentar dos moradores da região e eventualmente para a intermediação comercial limitada à localidade.

A agropecuária local é predominantemente de base familiar, prevalecendo cinco principais cadeias produtivas: carvão vegetal, mandioca (direcionada para a produção de farinha e polvilho), cana de açúcar (voltada para a produção de aguardente e rapadura), leite e derivados e agroextrativista (frutas do cerrado). No território existem empreendimentos de formato mais empresarial, como o reflorestamento, cuja atuação provoca forte impacto na agricultura familiar. À exceção deste tipo de empreendimento, o modelo de produção do tipo agricultura familiar prevalece em relação a outros modelos de produção agropecuária.

Em 2009, o produto interno bruto (PIB) do Território Alto Rio Pardo ficou próximo de R\$952 milhões. Esta movimentação econômica representou quase 8% do PIB da mesorregião norte-mineira, mas tem pouca representatividade no contexto estadual (apenas 0,33%). Como a região tem perfil agrícola, a contribuição relativa ao valor adicionado agropecuário estadual é um pouco melhor, mas ainda assim ficou abaixo de 1% (Tabela 7). Os municípios de Salinas (25%), Taiobeiras (17%), Rio Pardo de Minas (16%) e São João do Paraíso (10%) representaram 68% da renda agregada do Território. Este percentual se mantém ao longo de todo o período de 1999 a 2009. Outra característica do Território é o baixo nível de renda per capita relativamente à média de Minas Gerais (R\$4.952,93 contra R\$14.647,65). O único município com renda per capita acima da média estadual foi Rio Pardo de Minas (R\$14.418,04). Acompanhando a composição relativa do valor adicionado bruto estadual e da mesorregião Norte de Minas, o setor de serviços é o maior responsável pela geração de renda no Território,

com participação de 71% na estrutura econômica local. As atividades agropecuárias representam 18% e a indústria 12%.

As atividades do setor primário (agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal) constituem importante base da economia do Território, com papel dinâmico na geração de emprego e renda para a população local. De acordo com dados do último Censo Demográfico disponível (IBGE, 2013b), quase 18 mil pessoas trabalharam no setor primário em 2010, o que representa 36,4% da população ocupada do TARP, com rendimento médio próximo de R\$2.500,00.

Em termos do valor de produção, os principais produtos da agroindústria rural produzidos no Território são: carvão vegetal, aguardente de cana, farinha de mandioca, goma ou tapioca e queijo e requeijão. Estes produtos, tradicionalmente considerados elementos definidores da identidade do TARP, são importantes para a geração de renda e ocupação dos produtores rurais e têm relação direta com o desenvolvimento econômico local. A agroindústria do Território gerou, em 2006, um valor de produção de R\$22 milhões em 4.573 unidades de produção (IBGE, 2009). Uma característica da agroindústria local é a baixa integração com o mercado, que prevalece para os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar. Entretanto, a receita industrial proveniente das unidades da agricultura não familiar é 2,14 vezes maior, sendo que os municípios de Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo são os únicos em que predomina a indústria rural não familiar. Sozinhos, estes municípios respondem por 76% da receita industrial rural não familiar no Território (Tabela 8).

**Tabela 7 - Comparação entre MG, o Norte de Minas - MG e o Território do Alto Rio Pardo - MG  
Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (VAB) e VAB por atividade econômica - 2009**

UF/ Mesorregião / Município	PIB		VAB			
	a preços correntes		Valor adicionado bruto (VAB) a preços correntes			
	(Mil Reais)	(Mil Reais)	Agropecuária (Mil Reais)	Indústria (Mil Reais)	Serviços (Mil Reais)	ADM (Mil Reais)
<b>Minas Gerais</b>	<b>287.054.748</b>	<b>252.340.215</b>	<b>22.715.843</b>	<b>75.826.235</b>	<b>153.798.137</b>	<b>35.801.978</b>
<b>Norte de Minas - MG</b>	<b>11.943.407</b>	<b>10.961.680</b>	<b>1.665.036</b>	<b>2.427.999</b>	<b>6.868.645</b>	<b>2.698.975</b>
<b>Território Alto do Rio Pardo</b>	<b>951.779</b>	<b>912.048</b>	<b>160.527</b>	<b>106.042</b>	<b>645.479</b>	<b>324.749</b>
Berizal - MG	17.728	17.179	2.000	2.276	12.903	8.011
Curral de Dentro - MG	32.443	31.684	6.948	3.079	21.658	12.309
Fruta de Leite - MG	28.000	27.367	4.727	5.110	17.530	11.069
Indaiabira - MG	32.595	32.001	7.605	2.935	21.461	13.434
Montezuma - MG	29.339	28.704	5.452	2.973	20.279	12.895
Ninheira - MG	43.108	42.348	9.509	4.308	28.531	18.523
Novorizonte - MG	20.143	19.037	1.722	2.734	14.582	8.837
Rio Pardo de Minas - MG	150.917	147.838	47.875	12.202	87.760	47.820
Rubelita - MG	32.560	31.944	7.123	3.007	21.813	13.218
Salinas - MG	237.518	219.797	19.456	31.355	168.986	62.443
Santa Cruz de Salinas - MG	22.362	21.788	3.450	2.585	15.753	9.975
Santo Antônio do Retiro - MG	25.569	25.071	2.386	2.869	19.817	12.971
São João do Paraíso - MG	97.729	93.730	16.225	11.367	66.138	36.087
Taiobeiras - MG	160.162	152.558	21.121	17.198	114.238	48.605
Vargem Grande do Rio Pardo - MG	21.606	21.002	4.928	2.044	14.030	8.552

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística e Secretarias Estaduais de Governo.

PIB = Produto Interno Bruto

ADM = Valor adicionado bruto a preços correntes da administração, saúde e educação públicas e seguridade social

Serviços = Valor Adicionado Bruto a preços correntes dos serviços, inclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

**Tabela 8 - Valores das receitas nos estabelecimentos agropecuários, segundo a agricultura familiar e não familiar - FAO - 2006**

Território do Alto Rio Pardo	Grau de integração com o mercado	2006			
		Receita agropecuária indireta dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Reais)	Receita agropecuária indireta dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Reais)	Receita da indústria rural dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Reais)	Receita da indústria rural dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Reais)
TARP	Total	7.621.886	13.832.643	6.884.611	14.679.382
	Muito integrado	226.229	238.928	180.686	1.529.319
	Integrado	1.008.846	813.571	991.197	504.091
	Pouco integrado	6.335.255	9.572.144	5.678.969	9.277.472
	Não identificado	51.556	3.208.000	33.759	3.368.500
Em %	Total	100%	100%	100%	100%
	Muito integrado	3%	2%	3%	10%
	Integrado	13%	6%	14%	3%
	Pouco integrado	83%	69%	82%	63%
	Não identificado	1%	23%	0%	23%

**Nota:**

1 - Veja descrição das classificações em : <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultFAO.asp?z=p&o=2&i=P>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

TARP - Território do Alto Rio Pardo .

A ocupação do solo com a exploração agrícola é predominantemente de culturas temporárias (produtos alimentares), pecuária e atividades extrativas. Sobressaem as culturas de subsistência, principalmente feijão, milho, cana de açúcar, mandioca, café e arroz (em casca). Os 4 produtos principais (milho, feijão, mandioca e cana de açúcar) geraram um valor de produção de R\$73.649 para os municípios da região. As lavouras permanentes ocupam uma área consideravelmente menor no Território. Em 2011, foram 4.649 hectares de área colhida, sendo que o cultivo de café foi responsável por 74% desta área. Outras culturas permanentes de menor expressão são laranja, banana e manga, que juntas ocupam menos de 900 hectares. O cultivo do café apresenta uma trajetória ascendente, especialmente a partir de 1999, com taxas de crescimento expressivas em termos de área colhida, quantidade produzida e valor de produção.

A pecuária extensiva destaca-se como atividade produtiva desde os primeiros povoamentos da região, quando a criação de bovinos para tração, produção de carne e couro, além da criação de equinos, trazia vantagens para uma região pouco povoada, com carência de mão de obra mais especializada e pouco atrativa para o aporte de capital e de outros investimentos (BOTELHO, 1994).

No Território Alto Rio Pardo a atividade pecuária é diversificada, mas a produção apresenta-se modesta em relação ao desempenho da região Norte de Minas e do estado de Minas Gerais. Segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2013c), disponíveis para o total dos 15 municípios do Território somente a partir de 1997, os rebanhos com maior expressão na média dos últimos 15 anos (1997 a 2011) são suíno, muar e pecuária leiteira, com participações relativas na mesorregião Norte de Minas de 13%, 12% e 11%, respectivamente (Tabela 9). Entretanto, os rebanhos que apresentaram taxas de crescimento mais significativas no período foram ovinos (7,5%

a.a), vacas ordenhadas (3,7% a.a) e caprinos (3,1% a.a). Os municípios com produção pecuária mais expressiva são Salinas, Rubelita, Rio Pardo de Minas e Curral de Dentro.

Tabela 9 - Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanhos para Minas Gerais, o Norte de Minas, os municípios e para o total TARP  
média de 1997 a 2011 (em cabeças)

MG, Norte de Minas, TARP e municípios	Bovino	Equino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Galos, frangos, frangos e pintos	Galinhas	Vacas ordenhadas
Minas Gerais	21.454.437	878.292	31.262	168.604	3.723.859	108.568	174.931	68.067.886	22.794.608	4.730.239
Norte de Minas - MG	2.589.202	168.185	9.024	27.388	267.473	32.558	27.370	2.200.963	2.333.069	337.491
TARP	165.105	12.438	898	3.411	34.113	2.412	1.817	284.957	159.799	567
Berizal - MG	6.595	304	17	47	565	185	104	4.854	1.809	2.121
Curral de Dentro - MG	9.489	741	142	668	606	55	454	2.898	1.866	1.147
Frua de Leite - MG	6.440	535	35	139	1.377	117	44	9.741	5.504	631
Indaiabira - MG	5.451	525	17	98	1.909	106	15	20.115	10.731	647
Montezuma - MG	5.016	583	16	73	1.532	64	62	15.828	5.093	1.277
Ninheira - MG	8.836	498	51	126	1.742	167	59	16.654	6.247	577
Novorizonte - MG	2.905	386	37	123	917	73	35	7.513	4.326	1.922
Rio Pardo de Minas - MG	8.813	1.301	61	294	4.259	285	122	54.069	44.857	4.301
Rubelita - MG	24.865	1.806	48	650	3.385	59	149	20.671	10.483	7.602
Salinas - MG	45.215	2.800	286	561	8.583	562	168	61.731	31.455	1.929
Santa Cruz de Salinas - MG	10.337	787	59	197	1.741	158	134	13.772	7.833	386
Santo Antônio do Retiro - MG	2.264	212	10	46	699	62	14	8.329	4.259	2.399
São João do Paraíso - MG	10.417	823	62	166	3.500	244	198	26.368	12.753	1.978
Taiobeiras - MG	15.856	810	42	152	1.986	176	208	9.507	5.743	392
Vargem Grande do Rio Pardo - MG	2.607	326	14	71	1.311	98	51	12.904	6.839	27.877

Nota:

1 - Efetivos dos rebanhos em 31/12.

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

TARP - Território Alto do Rio Pardo - MG.

Entre 2005 e 2012, o valor de produção da silvicultura no TARP, em termos nominais, cresceu a uma taxa média geométrica de 13% a.a., passando de aproximadamente R\$50 milhões para R\$132 milhões. O produto com maior destaque é o carvão vegetal, que responde por cerca de 96% do valor de produção da atividade. A lenha e a madeira em tora só são mais representativos nos municípios de Curral de Dentro, Salinas, Taiobeiras e São João do Paraíso.

### 3.4 – Proposição de ações para melhorar o desempenho agropecuário no TARP

Do exposto nas seções anteriores, apreende-se que a região do TARP é predominantemente uma economia de base agrossilvipastoril, com fraca vocação industrial e baixa coesão municipal em termos de troca e ações de políticas públicas. A estrutura produtiva dos municípios componentes destaca-se pela agricultura de subsistência e pela predominância de algumas poucas culturas agrícolas de pequena escala (milho, mandioca, feijão, cana de açúcar e café), sem geração de grandes excedentes produtivos. O predomínio é de uma agricultura pouco mecanizada, com baixo grau de utilização de insumos, práticas de manejo rudimentares e de fraco apelo comercial. Além da baixa oferta de produtos agropecuários, a demanda também é circunscrita à população local. A produção agroindustrial ainda é incipiente e com pouca integração com o mercado local, concentrada principalmente na cana de açúcar, mandioca e produtos derivados da carne e do leite. Em termos de valor da produção, os principais produtos da agroindústria local são o carvão vegetal, a mandioca e a cana de açúcar. A pecuária é extensiva e de baixa produtividade, praticada por agricultores familiares ou pequenos proprietários rurais, servindo para a complementação alimentar dos moradores da região e eventualmente para a intermediação comercial limitada à localidade.

O baixo nível de desenvolvimento rural alcançado pelo TARP está relacionado ao seu isolamento econômico e político que persiste até hoje e aos contornos históricos que determinaram a adoção de processos produtivos menos eficientes, além do nível de fracionamento da terra e à preeminência da agricultura de base familiar. A baixa integração intermunicipal e a falta de complementariedade da base produtiva dos municípios componentes também corroboram para o

subdesenvolvimento local. O resultado é a prevalência de um setor agropecuário com baixa incorporação técnica e de formato pouco empresarial, com pífia integração intersetorial com a indústria e o setor de serviços, o que concorre para um processo produtivo de baixa complexidade, baixo valor agregado e pouca geração de renda e emprego.

Existem diversos instrumentos de políticas públicas que afetam diretamente o desempenho do setor agropecuário, dentre eles o crédito rural orientado, a assistência técnica seletiva, seguro contra riscos, incentivos fiscais, dentre outros. Argumenta-se que uma alternativa plausível para mitigar os contrastes na distribuição do uso da terra é apoiar financeiramente, de maneira mais efetiva, a agricultura familiar e os produtores rurais de menor porte, que têm importante papel na produção agrícola para o atendimento do mercado interno e na geração de renda e emprego para a população rural (TEIXEIRA et al, 2011). Esta pode ser uma estratégia de desenvolvimento capaz de promover sistemas produtivos locais mais eficientes e de proporcionar uma maior igualdade econômico-social no TARP.

Dessa forma, as ações públicas precisam ser coerentes com as práticas agrícolas exercidas pelos produtores rurais locais, bem como as mudanças tecnológicas requeridas para melhoramento dos sistemas de produção necessitam ser previamente discutidas com esses produtores, para que as limitações diagnosticadas (tais como: o baixo acesso ao capital físico e ao financiamento da produção; o pouco uso de sistemas de irrigação e de sementes melhoradas; o baixo nível de produção excedente; a sazonalidade da venda de mão de obra da família em outras atividades não relacionadas à unidade produtiva, dentre outras) possam ser efetivamente sanadas.

Na última década, a importância da agricultura familiar está ressaltada nas muitas ações de políticas agrícolas voltadas para esse segmento produtivo, resultado de reivindicações de organizações de trabalhadores rurais de menor porte, sendo destaques o Programa de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; o Programa Mais Alimentos; o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA; a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS (do Sebrae); o Programa de Alimentação Escolar – PNAE; a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER; dentre outros. Tais programas abrangem diversas atividades associadas à agropecuária, desde a organização dos produtores e da produção agrícola, passando pelo beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas, até o turismo rural e o artesanato.

O volume de recursos investidos no TARP via Pronaf aumentou nos últimos anos, mas mesmo assim o acesso ao crédito ainda é muito baixo. Os valores de crédito rural direcionados a cooperativas são insignificantes, sendo a modalidade de financiamento bancário individual a mais comum. Do total de 18.136 unidades produtivas no TARP, apenas 3.422 estabelecimentos agropecuários fizeram o Pronaf, em 2006, o que representa meros 19% do total dos estabelecimentos e um valor de financiamento de R\$25,2 milhões (IBGE, 2009). Em 2012, o volume de recursos aplicados no TARP por meio do PRONAF aumentou para R\$29,3 milhões, somando 6.183 contratos individuais. Entretanto, dadas as muitas carências da agropecuária local, especialmente a de base familiar, o volume de crédito rural direcionado é muito baixo.

Outro ponto a ressaltar é que a assistência técnica prestada no Território Alto Rio Pardo é insuficiente para abranger todos os 15 municípios envolvidos. Há uma carência tanto de técnicos como de infraestrutura para realizar de forma eficiente os processos de assistência técnica e extensão rural na região. Pesquisas *in loco* apontam esforços para identificar os principais problemas e soluções envolvendo a atuação dos técnicos e dos agricultores.

A região ainda carece de condições infraestruturais, de mais projetos de investimentos privados e de mais intervenções governamentais que contribuam para a reprodução capitalista em bases modernas. É preciso um maior volume de crédito rural direcionado, incentivos públicos e projetos de investimento agroindustriais que objetivem desenvolver uma agropecuária local mais moderna, com práticas e técnicas que aumentem a produtividade no campo e sejam capazes de gerar excedentes de produção, proporcionado emprego e renda para servir de sustentáculo ao processo de desenvolvimento local.

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste diagnóstico permitiu caracterizar as relações de produção e de comercialização no TARP, bem como identificar as atividades agropecuárias mais competitivas e seu potencial de mercado. Os resultados apontam um baixo nível de produtividade agrícola, mau aproveitamento das matérias-primas locais, precária absorção da mão de obra e pequeno excedente de produção integrado à indústria regional. Além disto, prevalece um alto grau de concentração de terras e de capital, desencadeando desigualdades internas e agravando outros problemas econômicos e sociais na região.

O sistema de produção e as práticas de manejo predominantes no Território são ineficientes, dado o baixo grau de utilização de insumos agropecuários, o uso ainda incipiente da irrigação, a baixa densidade técnica e a pouca capitalização dos produtores rurais. A pecuária local é de base extensiva e as culturas mais dinâmicas no TARP (cana de açúcar, mandioca, milho, feijão, arroz e café) são predominantemente voltadas para o autoconsumo e os parcos excedentes de produção são direcionados aos mercados local e regional (mesorregião do Norte de Minas). Outro ponto a ser ressaltado é a necessidade premente de ampliação da política de crédito rural direcionada para os produtores de base familiar do Território, com vistas à modernização das práticas agrícolas, tecnificação da produção e agregação de valor aos produtos finais. Embora existam muitos programas de governo para atendimento deste público, os recursos efetivamente investidos no TARP são pífios considerando-se o atraso técnico das atividades agropecuárias locais e o baixo nível de desenvolvimento rural dos seus municípios componentes.

#### Referências bibliográficas

AMARAL, P. V.; LEMOS, M. B.; CHEIN, F. **Disparidades regionais em Minas Gerais: uma aplicação regional de métodos de análise multivariada.** Análise Econômica, Porto alegre, ano 28, n. 54, p. 313-344, set. 2010.

BOTELHO, T. R. **Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no séc. XIX.** Dissertação de Mestrado em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, Junho de 1994.

CARDOSO, J. M. A. **A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia, Centro de Ciências Sociais aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996. UFPE, 58p.



DIAS, G. L. da S.; AMARAL, C.M. Mudanças estruturais na agricultura brasileira: 1980-1998. In: BAUMANN, R. (Org.) et al. **Brasil: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. cap. 6, p.223-253.

GASQUEZ, J. G.; VILLA VERDE, C. M. **Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos oitenta**. São Paulo: IPEA, 1990. Disponível em: [http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1990/td\\_0204.pdf](http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1990/td_0204.pdf). Acesso em: 11 de fevereiro 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário de 2006**. IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Produção Agrícola Municipal – 1995 - 2011**. IBGE, 2013a. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 2010**. IBGE, 2013b. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Pecuária Municipal - 1995 – 2012**. IBGE, 2013c. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) – **Relatório de Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Alto Rio Pardo**. Convênio n. 13/2005. Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT); Plural Consultoria, Pesquisa e Serviços. Brasília-DF: Novembro de 2006.

MONTEIRO, M. J. C. **Produtividade física das lavouras: um sucesso ignorado**. Revista Agroanalysis. Rio de Janeiro: maio/1997. p.17-19.

OLIVEIRA, E. R. de; RIBEIRO, E. M.; AUGUSTO, H. dos A. **Terra e desenvolvimento da agropecuária do Norte de Minas Gerais**, 1985/1996. In: Anais do IV Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes. Viçosa: UFV, 1999.

OLIVEIRA, E. R. de. **Trajetória econômica e social do Norte de Minas Gerais**. In: V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes das Universidades Federais de Minas Gerais, 2001, Ouro Preto - MG. Anais do V congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes das Universidades Federais de Minas Gerais, 2001.

TEIXEIRA, L. P.; BELCHIOR, E. B., SOUSA; T. C. R.; MOREIRA, J. M. M. A. P. Concentração nas atividades agropecuárias de Goiás entre 1996-2006: implicações para o desenvolvimento rural sustentável. **Campo – Território: Revista de Geografia Agrária**, v.6, p.134 -162, 2011.

VELOSO, G.A.; ROSA, R. **Mapeamento da monocultura do eucalipto na microrregião de Salinas, Norte de Minas Gerais, nos anos de 1986, 1996 e 2010**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: “Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”, de 15 a 19 de outubro de 2012.

## GT 1 – Desenvolvimento Rural: uma década da política pública de desenvolvimento territorial

### Título do Trabalho: Conexões, apropriações e exclusões no discurso do desenvolvimento territorial no Brasil

José Renato Sant'Anna Porto<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e assistente de pesquisa do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA), jreporto3@gmail.com

**Resumo:** Para além de propor uma revisão acerca das discussões sobre desenvolvimento territorial, este artigo tem por objetivo traçar um primeiro esforço de organização dos discursos e narrativas acerca de tal temática, buscando identificar alguns dos principais pontos de emergência e articulação que desencadeiam conotações específicas e significados particulares às ideias de “território” e “desenvolvimento territorial” no escopo das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Nesse sentido, a opção escolhida foi iniciar tal empreitada a partir da sistematização e organização da vasta bibliografia existente sobre o tema na dimensão das políticas públicas, buscando identificar as diferentes entradas e abordagens sobre “território” e “desenvolvimento territorial”, bem como perceber a maneira como outros temas vão sendo progressivamente acoplados e ordenados. O intuito principal aqui é iniciar o mapeamento das formas como o discurso do “território” nas políticas públicas de desenvolvimento rural vai ganhando corpo e se tornando uma ideia que ordena e articula atores sociais ao estabelecer determinados princípios de interação, comunicação e ação entre os atores, e deles com a institucionalidade proposta pela política pública de desenvolvimento territorial. Ao mesmo tempo, procurarei também observar e discutir preliminarmente o “outro lado” deste mesmo processo, em que, ao meu ver, a política territorial seria parte de um processo histórico de mais longa data, que tem como um de seus efeitos a reificação da categoria “agricultura familiar” e a obstacularização (ou substituição) do debate sobre questões agrárias e fundiárias no escopo das ações e políticas governamentais para o rural.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento territorial, agricultura familiar, discursos

#### 1. Mapeando discurso do desenvolvimento territorial

A tarefa de remontar o caminho pelo qual a ideia de território foi sendo gradativamente incorporada às políticas públicas de desenvolvimento não é, em si, uma grande novidade no meio acadêmico interessado na discussão sobre políticas públicas, desenvolvimento rural. Alguns autores já se dedicaram a essa empreitada (Favareto, 2010; Leite e Delgado, 2011; Montenegro, 2006), e o resultado desses esforços é parte importante do conteúdo que pretendo levar em conta neste artigo. De todo modo, o mapeamento que pretendo realizar nesta oportunidade<sup>1</sup> busca considerar um contexto de relações mais ampliado, de modo a situar o processo de incorporação da abordagem territorial no campo de relações políticas que recebem, apropriam e remodelam a proposta de desenvolvimento territorial, conferindo particularidades e distinções próprias à experiência brasileira. Nesse sentido, buscarei identificar não apenas os debates que, gradativamente, compuseram e alicerçaram as políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil, mas também atentarei para aqueles que ficaram de fora do escopo dessa nova forma de conceber as políticas públicas e ordenar os atores no meio

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da sistematização dos discursos e narrativas que sustentam a política de desenvolvimento territorial no Brasil, cuja análise e problematização é objeto de minha tese em construção.

rural. Ou seja, o foco por hora está menos na descrição do conteúdo e da institucionalidade proposta por essas políticas e mais no processo de produção político-epistemológica da política pública (Shore, Wright & Però, 2011), a partir da observação dos discursos e das formas de conhecimento que vão paulatinamente influenciando e conferindo uma forma específica à política pública. Ao observar o processo de incorporação de desses conteúdos, o que pretendo aqui é tecer um panorama geral a esse respeito, buscando fazer algumas inferências preliminares acerca das possíveis consequências político-institucionais e cognitivas que são derivadas a partir dessa dinâmica de construção. Ou seja, buscarei mapear os efeitos desencadeados, tanto aqueles mais evidentes e que implicam em transformações na condução das políticas públicas, quanto aqueles efeitos mais indiretos e que implicam em impactos mais sutis sobre a ação dos atores que se engajam nessas políticas públicas.

Tomado como um todo, o enfoque territorial para as políticas públicas de desenvolvimento rural remete a um leque bastante diverso de temáticas. Ideias como “gestão social”, “territórios rurais”, “competitividade territorial”, “articulação de políticas públicas”, “participação social”, “fortalecimento dos atores sociais”, “articulação urbano-rural” e “desenvolvimento sustentável” (MDA, 2005) são algumas das noções que compõem esse novo vocábulo das políticas de desenvolvimento rural e que passa a constituir um *a priori* para toda e qualquer ação dos atores que se envolvem no ambiente sócio-político criado a partir dessas políticas públicas. Ao mesmo tempo, a incorporação de tais conceitos implica em uma renovação também no âmbito das institucionalidades das políticas de desenvolvimento rural, onde novas estruturas, instrumentos e espaços de interação, como, por exemplo, os “colegiados territoriais”, os “Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável”, as “matrizes de projetos” (MDA, 2005), aparecem como dispositivos ordenadores das relações entre os atores envolvidos. Tanto as ideias e os conceitos, quanto os instrumentos de gestão, intervenção e “governança” não emergem do nada. São todos frutos de um processo específico o qual tentarei resgatar nas páginas a seguir.

Schneider e Tartaruga (2006) apontam que não devemos confundir o sentido prático e aplicado da noção de desenvolvimento territorial rural, por exemplo, na implementação e no desenho de políticas públicas, com o uso do território como instrumento de análise dos fenômenos sociais em um dado local, buscando claramente propor uma distinção entre o que seria o “território-categoria analítica” e o que seria o “território-abordagem de intervenção”. Essa separação organizativa é um ponto de partida interessante para adentrarmos aos debates sobre desenvolvimento territorial rural no que tange à sua mobilização no âmbito das políticas públicas, centrando atenção para a ideia de território como uma abordagem de intervenção recente que passa a ser incorporada no escopo das políticas públicas para o desenvolvimento rural.

Obviamente, essa dissociação não é algo estanque e, por mais que consigamos isolar provisoriamente as distintas utilizações do termo “território”, isto é, o uso normativo e o uso analítico, sabemos que a influência entre eles é mútua. De todo modo, não é qualquer perspectiva analítica que incide sobre a noção de território que influenciará as políticas de desenvolvimento territorial rural. A título de exemplificação, podemos observar a conceituação de “território” estabelecida no âmbito das políticas públicas da SDT/MDA.

*“um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relaciona interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (MDA, 2005)*

A definição apresentada acima expõe um caráter normativo do território, o qual deve ser estruturado a partir dos preceitos e elementos predefinidos. Ou seja, trata-se de um território idealizado em que, a partir de intervenções de políticas públicas, será possível alcançar

determinado *status* desejado. Destacam-se, dentre as considerações postas, o elemento do consenso entre os atores e o objetivo da construção de um projeto “identitário-econômico” justamente a partir da “concertação social” que seria promovida pelas políticas públicas. Existe, portanto, um “dever ser”, que passa por uma conciliação dos objetivos e interesses dos grupos e indivíduos que estão no território. Pleiteia-se um território sem conflitos, ou melhor, com conflitos, desde que gerenciáveis e solucionáveis no escopo da instância de “concertação social”. Avançarei neste debate mais adiante. Por hora, gostaria de refletir um pouco mais sobre o processo de formação da ideia de desenvolvimento territorial rural e as influências que incidiram nessa construção.

Um ponto central é a negação do acúmulo conquistado por algumas disciplinas (notadamente pela Geografia que tem o território como uma de suas principais categorias de interpretação da realidade) no processo de formulação do referencial que define os parâmetros da chamada “abordagem territorial”. Mas, se, por um lado, a Geografia, em especial a vertente da geografia política, que toma o território como um espaço de relações de poder, não parece ter sido considerada no processo de emergência da perspectiva territorial no âmbito das políticas públicas, por outro lado, outras áreas de conhecimento tiveram contribuições significativas nessa construção.

Já foi bastante reiterado em diversas oportunidades que o trabalho de Arnaldo Bagnasco (1977) sobre a industrialização difusa na Itália, teria sido um dos embriões do que mais tarde veio a se chamar de abordagem do desenvolvimento territorial. Através da observação do entrelaçamento de questões sociológicas e econômicas, Bagnasco verificou a existência de processos sociais particulares na região central da Itália que permitiam o desenvolvimento de circuitos locais de produção capazes de conferir dinamismo econômico e gerar consequências e efeitos positivos (externalidades positivas) sobre o contexto local. A tese defendida é que as possibilidades de dinamismo local aumentam significativamente em territórios possuidores de características propícias à geração de complementaridades socioeconômicas entre ambientes rurais e urbanos, em caráter difuso e descentralizado. Ou seja, nas constatações de Bagnasco (1977), e de outros trabalhos que seguiram a partir deste mesmo enfoque, a dimensão territorial da produção, bem como a organização social pré-existente, são questões centrais, e que, no caso, passam a influenciar a agenda dos debates voltados a promoção do desenvolvimento de regiões até então “não-desenvolvidas”.

Ao mesmo tempo, outro conjunto de questões incidiu no processo de elaboração inicial da ideia de “desenvolvimento territorial” (mesmo que no início não fosse precisamente esta a denominação), oriundo das discussões teóricas que passavam a refletir sobre a evolução e as transformações contemporâneas do mundo rural, particularmente no contexto europeu. Como bem demonstra Favareto (2010), toda discussão sobre as novas ruralidades ou ruralidades avançadas na Europa (particularmente nos países de “capitalismo avançado”), caracterizadas pela proliferação de sinergias urbano-rurais e pelo consequente crescimento de atividades não agrícolas nos contextos rurais, também apontavam para necessidade de modificações na esfera da intervenção sobre o rural. Nesse sentido, para além do caráter cada vez mais pluriativo do meio rural europeu, que passava a demandar outras formas de apoio que não apenas o tradicional crédito agrícola, emerge também a noção de que seria necessária uma escala de planejamento e intervenção que superasse a dicotomia urbano/rural. É certamente nesse contexto em que a ideia de território, como unidade espacial de intervenção e como perspectiva integradora, passa a ganhar relevância não só no âmbito acadêmico mas também, e principalmente, no escopo de diretrizes gerais para políticas públicas de intervenção sobre o rural.

Seguindo este enfoque, em meados da década de 1980 e início dos anos 1990, a abordagem territorial passa a constituir-se como um novo paradigma que incide na formação de diversas políticas de promoção do desenvolvimento, principalmente no escopo de organismos internacionais tais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, no contexto latino americano, a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA) e o Centro

Latinoamericano para o Desarrollo Rural (RIMISP). Tais organizações tiveram um papel muito importante na difusão da abordagem territorial, seja na articulação com governos nacionais, seja em parcerias com organizações não governamentais para a ação em perspectiva subnacional ou mesmo no financiamento de instituições e grupos de pesquisa. Essa abrangência que a abordagem territorial assume no âmbito dessas grandes instituições formuladoras de políticas, juntamente com a intensificação da produção acadêmica sobre a mesma égide, garante a formação de um discurso fortificado que cumpriu um papel de orientação de políticas públicas em prol do desenvolvimento rural com abordagem territorial.

Ainda no contexto europeu, um marco importante na adoção da abordagem do desenvolvimento rural em escala territorial é a experiência do Programa LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais), que estabeleceu uma ruptura com relação aos modelos de intervenção setoriais nos contextos rurais, e, de certa forma, inspirou a concepção de políticas territoriais mundo a fora, inclusive no Brasil, como veremos mais adiante. O programa LEADER, iniciado em 1991, foi a primeira iniciativa que incorporou de fato a abordagem territorial no sentido de uma estratégia intersetorial de desenvolvimento rural (como superação do enfoque essencialmente agrícola). Foi também, como sinaliza Favareto (2010), pioneiro na execução de políticas organizadas a partir de uma prerrogativa *bottom-up*, que insere o elemento da participação e a consideração de um amplo rol de atores sociais como pré-condição para o desenho e implementação das diretrizes de desenvolvimento rural. É então a partir da construção desta proposta de arranjo institucional que esses dois elementos específicos, “intersetorialidade” e “participação social”, passam a ser entrelaçados, e, posteriormente, acabam implicando em diversas evoluções em termos de estrutura organizacional para as políticas de desenvolvimento rural.

Na sua revisão sobre a emergência do programa LEADER, Favareto ainda menciona outro elemento importante, referente à dimensão histórica na qual este programa surge, atinente ao contexto político de expansão do receituário neoliberal sobre as políticas de intervenção estatal. Mesmo sem investir muito na problematização e nos possíveis desdobramentos deste fato, o autor lembra que:

*“... é preciso reconhecer que isso acontece num contexto histórico marcado por uma crise e um realinhamento dos instrumentos tradicionais de promoção do desenvolvimento. A descentralização das políticas (...) associada à redução e ao redirecionamento da intervenção estatal, contribuíram para que, particularmente em meados das décadas de 1980 e 1990, se instituisse um padrão em que, em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberá ao Estado proporcionar condições e um ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais. Aqueles processos sociais e econômicos de corte eminentemente territorial e esse novo padrão são, em síntese, as principais razões de emergência e consolidação dessa nova abordagem institucional.”*  
(FAVARETO, 2010:25).

Desse modo, parece ser significativamente importante para as análises sobre as institucionalidades e os arranjos propostos pela abordagem territorial, remontar a essa origem histórica contextualizada. Temas como participação, governança e concertação social, na maioria das vezes ganham conotações meramente operacionais que os afastam desse contexto político em que emergem (ou reaparecem). Não pretendo aqui simplesmente questionar ou diminuir os importantes efeitos desencadeados pelos arranjos participativos dessa e de outras políticas (com ou sem o adjetivo “territorial”), embora a crítica recente venha assinalando o potencial restrito dessas institucionalidades (Delgado e Grisa, 2013) e o desgaste da agenda da participação nos termos em que a mesma foi até então conduzida, ou seja, onde as experiências foram restringidas ao que Dagnino (2002) denominou de “confluência perversa”. O intuito é

apenas ressaltar este elemento do contexto histórico, entendendo que essa é uma questão importante de ser problematizada.

Outro elemento que aparece como um componente importante na formulação da abordagem do desenvolvimento territorial é a questão da regulação dos recursos naturais. Através de uma forte construção discursiva acerca da importância da proteção dos recursos naturais, a ideia de sustentabilidade passa a ser parte constitutiva na construção e definição dos parâmetros normativos da abordagem do desenvolvimento territorial. Essa associação entre sustentabilidade e a emergência da questão territorial é verificada também por Offen (2003), ao discutir a relação entre o que ele denomina como *territorial turn*, relativo à criação de territórios étnicos na América Latina, e os interesses do Banco Mundial em mapear e demarcar áreas naturais com expressiva biodiversidade. Ou seja, nessa dimensão da sustentabilidade, é importante também levar em consideração o contexto político de construção do Estado-regulação e seu papel na formatação das propostas de gestão dos recursos naturais.

Pensando especificamente no caso brasileiro, hoje bastante reconhecido principalmente no contexto latino-americano pela experiência particular das políticas públicas articuladas pela SDT/MDA, é também importante que façamos algumas considerações acerca da trajetória e do contexto em que a abordagem territorial passa a ser validada como uma orientação para a produção de políticas de desenvolvimento rural. Ainda mantendo como referência a detalhada revisão feita por Favareto (2010), bem como o olhar crítico sobre o mesmo processo empreendido por Montenegro (2006) em sua tese, podemos elencar um movimento específico no âmbito acadêmico que teria preparado o terreno para a consolidação da abordagem territorial no escopo das políticas públicas para o rural.

Segundo Favareto, a produção acadêmica brasileira sobre o rural teve neste período (início da década de 1990) uma influência significativa dos debates e problemáticas em voga no contexto europeu, mesmo que isso não tenha ocorrido de maneira homogênea. Ou seja, aquela agenda de pesquisa relacionada às novas expressões contemporâneas do rural e às complementaridades entre rural e urbano, especialmente a partir do caso francês, passam a guiar também as interpretações sobre o rural brasileiro.

Um exemplo interessante que Montenegro (2006) apresenta sobre a paulatina modificação do enfoque no estudo do rural, diz respeito ao foco editorial da revista *Estudos Avançados*, editada pela Universidade de São Paulo, no que concerne especificamente a esta temática. O autor aponta que se em 1997 a revista lançou um dossiê cujo foco esteve na discussão da questão agrária como principal chave interpretativa para problematizar e pensar as questões atinentes ao rural, apenas quatro anos mais tarde, em 2001, a mesma revista lança outro dossiê com o propósito de problematizar a recente noção de desenvolvimento rural. Embora o editorial afirme o caráter diversificado das reflexões apresentadas nos artigos, o tom preponderante é o da aceitação da ideia de desenvolvimento rural como um novo paradigma para a conceituação do rural, o que aponta para a constituição de uma agenda de pesquisa que já vinha alcançando impactos e influências significativas para além dos muros da academia, e incidindo na construção de políticas e na pauta de muitos movimentos sociais.

Acoplada diretamente à noção de desenvolvimento rural que gradativamente vinha se consolidando, aparecia também toda a construção (político)acadêmica que culminou na conceituação de *agricultor familiar*, uma ideia força que reposicionou o debate contemporâneo sobre o rural, contra-argumentando tanto a tese que propagava o fim do campesinato pela via da inclusão ao modelo capitalista, quanto a tese que apostava na agricultura camponesa como um modelo em si. Cria-se uma espécie de caminho do meio, através de um conceito que se propõe como apaziguador e conciliador. Sem descartar o papel do camponês, reposiciona o debate a partir de uma nova perspectiva teórica que, segundo Fernandes (2010), teria ganhado força no Brasil a partir da publicação em 1992 do livro derivado da tese de doutorado de Ricardo Abramovay, intitulada *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*.

A partir de uma ruptura com o paradigma marxista, referência fundamental nas discussões acerca da questão agrária, Abramovay apresenta uma nova leitura do mundo rural, inspirada basicamente na situação contemporânea dos países de capitalismo avançado, onde os agricultores de base familiar conseguiram desempenhar um papel importante, integrando-se ao

mercado e se perpetuando como um segmento social importante no rural. Desse modo, o autor propõe uma abordagem teórica que diferencia o camponês do agricultor familiar, promovendo, a partir desta distinção, a criação dessa “nova categoria”. Nas palavras de Abramovay é possível perceber os principais elementos que definem a ideia de agricultor familiar:

*“... integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. [...] Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. [...] O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social.”* (Abramovay, 1992, p. 126-7 e 131 apud Fernandes, 2010)

É importante ressaltar o peso que a construção da ideia de agricultura familiar conquistou no contexto político mais recente, espalhando-se em pouco mais que vinte anos como vocabulário padrão e como modelo paradigmático de concepção do rural contemporâneo, tanto por parte do meio acadêmico, como também nas formulações dos diversos atores sociais e do próprio Estado, culminando nas chamadas políticas públicas diferenciadas para o rural, nas quais a categoria “agricultura familiar” é onipresente.

Embora este debate seja bastante relevante e certamente mereceria ser contemplado em maiores detalhes no desenvolvimento desta tese, creio ser importante frisar pelo menos um ponto específico e que dialoga diretamente com a construção da ideia de território nas políticas públicas de desenvolvimento rural. Refiro-me a um dos principais resultados de pesquisa verificado no âmbito do Projeto CUT/CONTAG, iniciativa que também teve um papel importante na construção da ideia de agricultura familiar, não só no âmbito do Estado, mas também junto aos movimentos sociais, em especial o movimento sindical, principalmente com relação ao eixo da pesquisa coordenado por José Eli da Veiga.

A pesquisa apontou como proposta, a seguinte hipótese:

*“As melhores configurações **territoriais** encontradas eram aquelas que combinavam agricultura de base familiar forte com um entorno socioeconômico diversificado, dotado de infraestrutura; um desenho que permitia aos espaços urbanos e rurais, de um lado, abrigar o trabalho excedente que deixa a atividade agrícola e, de outro, absorver nas unidades familiares o trabalho descartado nas cidades em decorrência do avanço tecnológico e do correspondente desemprego característico dos anos 1990”.* (FAVARETO, 2010:28, grifo meu).

Vê-se nesta formulação, para além da reiteração e naturalização da ideia de agricultura familiar, o delineamento de um projeto que deveria tomar como base para intervenção os “territórios”, que, ao conectar adequadamente o urbano e o rural, gerariam impactos positivos e sinergias socioeconômicas, ou seja, um receituário bastante semelhante ao que vimos no contexto do Programa LEADER ou mesmo no que verificou Bagnasco acerca do caso italiano. Também aparece com peso na proposta a ideia de progressiva desvinculação do rural ao agrícola, ideia que ficou ainda mais acentuada a partir dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito do *Projeto Rurbano*, coordenado por José Graziano da Silva, e que também ganhou expressividade na caracterização do rural brasileiro contemporâneo, influenciando posteriormente a concepção de território nas políticas públicas para o rural.

Porém, a veiculação dos resultados dessas duas pesquisas, bem como a própria universalização da categoria “agricultura familiar”, não passaram sem receber críticas e gerar

certa polêmica. Trabalhos como os de Alentejano (2000), Bastos (2006), e Fernandes (2010) alertaram para o fato de que “agricultura familiar” teria sido uma categoria impulsionada por uma orientação teórica específica, com forte influência sobre as políticas públicas, e que, na janela de oportunidade aberta pela situação particular do meio rural no Brasil durante os anos 1990, foi incorporada (por indução ou não) como uma categoria política ou até mesmo identitária por parte significativa dos grupos e movimentos camponeses no Brasil (Medeiros, 2001)

Frente a esse processo rápido e envolvente, algumas críticas específicas procuraram problematizar e questionar a ideia de “agricultura familiar”, mostrando que ela estaria também relacionada a outros processos, como, por exemplo, o novo padrão de política econômica neoliberal adotado no Brasil nos anos 1990 (Alentejano, 2000) e as pressões de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a FAO (Montenegro, 2006; Bastos, 2006; Vilela, 1997). Maria Nazareth Wanderley (2000; 2004) também se propôs a resgatar este debate no sentido de problematizar não só a origem da categoria agricultura familiar, como também o suposto problema teórico que para alguns autores a mesma acarretaria. De qualquer maneira, Wanderley, assim como os outros autores citados, também assume o fato de que a ideia de agricultura familiar teria uma relação intrínseca ao Estado e às políticas públicas, em especial o PRONAF (conforme veremos adiante), embora ressalte que observar o agricultor familiar meramente como um produto da ação do Estado é reduzir e negligenciar sua capacidade de assimilação, apropriação e manutenção da história e das tradições camponesas que também lhe são particulares. Ou seja, para autora, por um lado, sim, o agricultor familiar é uma produção ou uma construção social que parte do Estado, e, por outro lado, não seria possível defini-lo tomando como base apenas isso.

O fato aqui a ser destacado é a instauração de um campo de disputa político-acadêmico que tem como resultado a formulação (ou adaptação) da ideia de agricultura familiar, não apenas em seus contornos teóricos, mas, principalmente, no forte papel que a mesma passou a ter no que diz respeito à definição das políticas públicas para o rural e no discurso e na prática de vários movimentos sociais ligados ao rural.

Outra entrada analítica que creio ser interessante para a compreensão do processo de espraiamento do discurso que se sustenta nos conceitos de agricultura familiar, desenvolvimento rural e, por último, desenvolvimento territorial é a observação da trajetória de alguns indivíduos que desempenharam um papel determinante nesse processo. Em um texto curto em que busca problematizar sobre a manutenção e a validade das políticas públicas para agricultura familiar no contexto contemporâneo Cazella (2012) lembra o peso significativamente importante da sociologia rural francesa na formação de um grupo seletivo de intelectuais brasileiros que, posteriormente, vieram assumir uma posição de destaque e influência no que diz respeito aos projetos políticos para o mundo rural no Brasil, não só na academia, mas também, e principalmente, no intercâmbio desta com as políticas públicas. Cita, como exemplos principais, ainda nos anos 1970, Maria Isaura Pereira de Queiroz, e, mais recentemente, Maria Nazareth Wanderley, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, sendo que esses dois últimos tiveram inserção importante nos ambientes de concepção e elaboração das políticas públicas diferenciadas para o rural, que, não por acaso, receberam a denominação de políticas públicas para agricultura familiar.

Ou seja, não é a toa que os resultados dos trabalhos desses grupos de pesquisadores ganham espaço no âmbito do balizamento conceitual das políticas públicas para o rural. O trânsito de Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga no âmbito governamental durante os anos da gestão Fernando Henrique Cardoso foi decisivo para essa empreitada, sendo que o segundo chegou a presidir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, e suas ideias tiveram reflexo significativo nas diretrizes das políticas para o desenvolvimento rural.

Paralelamente a todas essas discussões, é importante lembrar que o debate sobre a abordagem territorial está também inserido em um contexto de revisão e aprimoramento das políticas de descentralização, iniciada com a Constituição Federal de 1988 que dispôs sobre o processo de municipalização de diversas políticas públicas. Assim, o desgaste e a ineficiência da ação pública em âmbito municipal durante a década de 1990 são também outras justificativas



para o surgimento do discurso da abordagem territorial no âmbito da gestão de políticas públicas. Nesse sentido, a regulação com base no território aparece como uma possibilidade de ação do Estado através da indução das sinergias intersetoriais em contextos intermunicipais, envolvendo diversos segmentos da sociedade que, supostamente, se coordenariam entre si para estabelecer os rumos do desenvolvimento em determinada localidade.

Neste mesmo período, entre o final da década de 1980 e a década de 1990, para além do processo de descentralização federativa, outros fatos também são importantes de serem considerados, uma vez que compõem o cenário de mudanças políticas e institucionais que ocorreram no Brasil e que também influenciaram o escopo das políticas públicas para o mundo rural. Como lembram Araujo *et al.* (2010), é no bojo do ambiente de redemocratização, especialmente no pós-1988, que algumas mudanças são desencadeadas. Este ambiente de agitação política, atrelado à intensificação do movimento de luta pela terra em meados dos anos 1990 e o consequente fortalecimento de grupos sociais ligados à questão rural, desencadearam um processo de respostas apaziguadoras por parte do governo brasileiro, no sentido de, por um lado conter o ímpeto e expansão dos conflitos fundiários, e, por outro, de atender as demandas desses novos atores que ganhavam espaço no cenário político da redemocratização.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, mais precisamente no ano de 1996, é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essa política pública que cria oficialmente dá visibilidade à categoria “agricultura familiar”, que, a partir de então, passa a ser objeto de políticas públicas diferenciadas, é consequência também das pressões e demandas do movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNRT/CUT), que, segundo Lauro Mattei (2010), neste período ampliaram “*suas reivindicações por meio das ‘Jornadas Nacionais de Lutas’ e dos ‘Gritos da Terra Brasil’, momentos em que ganhou relevância a luta por uma política agrícola específica*” (57:2010) a qual acabou sendo traduzida nos termos das políticas para agricultura familiar.

Ainda segundo Mattei, por outro lado, a elaboração do PRONAF guarda relações próximas também com a elaboração do chamado Relatório FAO/INCRA, resultado de uma pesquisa realizada em parceria entre essas duas instituições no objetivo de delimitar e definir com maior precisão conceitual a noção de agricultura familiar no Brasil, bem como delinear indicativos e diretrizes para políticas públicas que tivessem como objetivo atender as demandas e fortalecer esse “novo segmento” da população rural. Três anos após a elaboração do PRONAF, em 1999, em continuidade ao processo de reconhecimento (ou construção) das especificidades da agricultura familiar, é instituído o Ministério de Política Agrícola e Desenvolvimento Agrário (que em 2000, tornara-se apenas Ministério do Desenvolvimento Agrário), responsável por concentrar e organizar as questões atinentes à reforma agrária e à agricultura familiar.

Neste mesmo ano, o governo FHC lança também o programa que ficou conhecido como “Novo Mundo Rural”, cujo nome oficial é “*Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural. Política de Desenvolvimento Rural com Base na Expansão da Agricultura Familiar e sua Inserção no Mercado*”. Esse programa, que na verdade era a conjugação de outros programas já existentes, principalmente o PRONAF e o Banco da Terra, como o próprio nome indica tem uma forte conotação de inserção do camponês aos mercados e está fundamentalmente ancorado na perspectiva teórico-conceitual que propõe Abramovay (1992), dentre outros autores. Um dos principais objetivos deste programa é expresso na seguinte sentença: “*Proporcionar as condições necessárias para que os agricultores familiares desenvolvam atividades produtivas em níveis de competitividade, dentro da realidade e das perspectivas do negócio rural num mundo globalizado*” (MDA, 1999, p. 7).

Além disso, como demonstram Montenegro (2006) e Bastos (2006) não são poucas as evidências que atrelam essas novas políticas para a agricultura familiar à agenda neoliberal que vinha sendo implantada durante os anos 1990 no governo FHC. Montenegro, ao trazer para o debate um documento do Banco Mundial cujo título é *Brazil: the management of agriculture, rural development and natural resources* (Relatório 11783-BR), expõe e debate o

quanto a elaboração dessas novas políticas públicas e a própria ideia de agricultura familiar guardavam relações com preceitos normativos que tinham como proposta a reformulação das estratégias de intervenção do Estado a partir do receituário neoliberal e da neutralização dos conflitos e da dimensão política dos atores no campo através de um projeto cujo principal objetivo era a inserção dos agricultores no mercado. O trecho abaixo, retirado do texto oficial do Relatório 11783-BR exemplifica essa questão:

*“O Banco Mundial vê uma agricultura emergindo no futuro como dirigida pela empresa privada, que oferece oportunidades para novos concorrentes e está regulada por um conjunto mínimo e neutro de intervenções governamentais”.* (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 41, *apud* MONTENEGRO, 2006)

Mais do que isso, a agenda neoliberal em conjunto com a matriz teórica que emergia a mesma época e que repaginava as discussões sobre o rural também acarretaram em uma secundarização das discussões e das políticas de reforma agrária. Não que anteriormente existisse um esforço substantivo ou uma agenda de políticas que realmente estivessem concretizando a reforma agrária. Pelo contrário, por mais que a questão agrária anteriormente fosse preponderante ou, pelo menos, mais expressiva no âmbito das discussões acadêmicas sobre o rural, esse debate não possuía penetração e influência no âmbito das políticas públicas, ou possuía apenas retórica e discursivamente. Exemplo disso é o fracasso das articulações políticas e da implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária (ou I PNRA), ainda durante o governo Sarney (1985-1989) (MONTE, 2013).

Nesse sentido, as formulações em torno da ideia de desenvolvimento rural, em especial as políticas públicas para a agricultura familiar, parecem ter cumprido uma função de esfriar os ânimos da luta pela terra (dado o contexto específico em que se inscreviam marcado pela proliferação de conflitos no campo no governo FHC<sup>2</sup>), ao mesmo tempo em que, paulatinamente, “congelavam” a agenda da reforma agrária substituindo-a pela agenda do desenvolvimento rural, da agricultura familiar e, mais recentemente, do desenvolvimento territorial rural, sem necessariamente abandonar a questão agrária, mas conferindo-lhe um status secundário no escopo das políticas públicas.

Por outro lado, é importante também pensar que as políticas para o desenvolvimento territorial não são o único componente desse processo mais complexo de desmonte ou de desconsideração da reforma agrária no escopo da agenda dos últimos governos. Há também outras dinâmicas que contribuem para esse processo, e que possuem maior fôlego e força política, como, por exemplo, as ações ligadas ao fomento do agronegócio e toda a estratégia de criminalização da luta pela terra que envolve inclusive a mídia. De todo modo o que pretendo suscitar com esta problematização é que, a meu ver, as políticas para agricultura familiar e, por extensão, as políticas de desenvolvimento territorial, cumprem uma função (intencional ou não), pelo menos no plano semântico e retórico, de repaginar as discussões e as estratégias de intervenção sobre o rural. Como bem afirmam Miná e Medeiros, “*indícios de uma releitura do rural encontram-se na incorporação da abordagem territorial*” (2011:18). Mas, para além da reorientação assinalada por esses autores que diz respeito à superação do enfoque setorial, da consideração das sinergias entre urbano e rural, e de todas as outras importantes contribuições trazidas pelo enfoque territorial do rural, no meu entender, é preciso também levar em conta um efeito nem sempre lembrado acerca do contexto político em que essa proposta emerge, e que é caracterizado pelo obscurecimento dos conflitos e da dimensão agrária e fundiária no âmbito das políticas públicas para o rural.

É, pois, de modo semelhante ao que se deu na Europa, mas não exatamente da mesma forma, que a abordagem territorial passa a ser assumida como uma categoria de orientação das políticas públicas no Brasil. Ou seja, a partir de alguns desdobramentos específicos sobre a ideia de agricultura familiar, adicionada pelos debates contemporâneos

2 Os dois exemplos mais emblemáticos que ocorreram neste período foram os casos dos conflitos fundiários em Corumbiara –RO em 1995 e Eldorado dos Carajás – PA em 1996, quando dezenas de acampados sem-terra foram assassinados.

acerca das novas ruralidades, da sustentabilidade, da descentralização e da necessidade de superação da intervenção em escala municipal que se consolida o terreno propício para a emergência do discurso que sustenta as políticas de desenvolvimento territorial no início dos anos 2000, mais precisamente em 2003, no primeiro ano do governo Lula.

## **2. Redefinições e desdobramentos no caso brasileiro: política territorial e política social no projeto político petista.**

Há que se ressaltar, assim como lembram Araújo *et al.* (2010) e Delgado e Leite (2013), que a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal é também um elemento central para a consolidação do projeto político para a agricultura familiar (incluindo aqui as políticas territoriais) que vinha sendo gestado e demandado em grande medida pelos sindicatos e movimentos sociais do campo, os quais, a partir de 2003, passam também a integrar e a “construir por dentro do Estado” (MÜLLER, 2007) influenciando o desenho e a implementação de uma série de políticas públicas diferenciadas. De todo modo, é válido lembrar que anteriormente a posse de Lula em 2003 o tema da reforma agrária ainda figurava como parte constitutiva da agenda política do PT, embora a política de reforma agrária perdeu muito fôlego nos governos petistas, até mesmo quando comparada ao período FHC.

Curiosamente, mesmo com a relativa permeabilidade do governo Lula a alguns movimentos sociais, principalmente na ocupação de alguns quadros políticos no MDA, a agenda da reforma agrária não avançou no âmbito das políticas públicas. O interessante deste fato é que se no governo FHC a agenda da agricultura familiar já vinha sendo implementada como reflexo de um processo de incorporação das diretrizes neoliberais para as políticas de intervenção sobre o rural, na ascensão do governo petista ao poder em 2003, os movimentos sociais (pelo menos aqueles que passam a compor e integrar o governo, em especial o movimento sindical) parecem mais reforçar esse mesmo processo de consolidação da agricultura familiar como uma categoria de política pública do que buscam fortalecer e implementar a agenda da reforma agrária que, na época das eleições de 2002 nos anos iniciais do primeiro mandato<sup>3</sup>, ainda compunha a plataforma política de Lula. Assim, parece haver um processo intenso de incorporação do discurso da agricultura familiar também por parte considerável dos movimentos sociais e grupos da sociedade civil que passam a jogar o jogo a partir das regras postas, das possibilidades ofertadas e dos limites estabelecidos por este paradigma específico que desde o início dos anos 1990 se espalhou na forma de pensar e elaborar as políticas públicas para o rural.

É, então, nesse contexto político-institucional que é criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), à qual ficaria a responsabilidade de desenhar e implementar a política de desenvolvimento territorial rural, primeiro na realização do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) em 2003, e depois com o Programa Territórios da Cidadania (PTC), em 2008.

Para além do contexto político e do conjunto de atores que se engajam na constituição de ambos os processos, podemos citar dois encadeamentos que evidenciam os vínculos entre ideia de agricultura familiar e a abordagem do desenvolvimento territorial. Primeiro, é preciso lembrar que o PRONAT é derivado de uma linha específica do PRONAF (PRONAF Infraestrutura e Serviços), antes com incidência municipal e que, após a formulação do PRONAT, passa a ter a base territorial (um recorte intermunicipal) como referência. Segundo, há o fato de que a delimitação ou a escolha dos territórios que passaram a fazer parte do escopo do PRONAT, em 2003, tinha como um dos principais critérios a concentração de agricultores familiares.

Para Araújo *et al.* (2010), a emergência da abordagem territorial no caso brasileiro apresenta ainda outras questões particulares que complementam aquelas acima

3 Embora tenha ocorrido um esforço para a construção do II Plano Nacional de Reforma Agrária, por um grupo de especialistas coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, a versão final do mesmo e a sua implementação não alcançaram o compromisso estabelecido durante as eleições com os movimentos sociais ligados à luta pela reforma agrária.

mencionadas. Diferente do que ocorre na Europa, no caso do Programa LEADER, por exemplo, a política territorial no Brasil, embora traga evidentemente a valorização da intervenção em escala sub-nacional, é estruturada de modo a preservar a coordenação no âmbito federal, garantindo a elaboração de diretrizes em escala nacional, bem como a articulação a outras instâncias e políticas nacionais. Essa dimensão de coordenação nacional, a cargo da SDT e, no caso do Programa Territórios da Cidadania (PTC), sob responsabilidade da Casa Civil, permite também a inserção e o diálogo da política territorial com as diretrizes e prioridades do governo, como é o caso da recente ênfase dada as ações de combate à pobreza, principalmente no âmbito do PTC, a partir de 2008.

O Programa Territórios da Cidadania (PTC) pode ser interpretado como uma segunda etapa, bem mais audaciosa, de políticas concebidas a partir da abordagem do desenvolvimento territorial. Enquanto o PRONAT teve o papel de iniciar e, em grande medida, experimentar a gestão de políticas públicas para o rural em escala territorial, criando os territórios, propondo novas formas de conceber o rural e estruturando espaços diferenciados de controle, articulação e participação social, o PTC, surge com a intenção de articular e conectar uma gama variada de políticas que incidem em um mesmo território, buscando ampliar e dar fôlego à proposta inicial da intersectorialidade. De modo complementar, mas não menos importante, articulado às principais diretrizes do governo Lula (combate a fome e erradicação da pobreza), o PTC passou a costurar mais claramente as ideias iniciais da abordagem territorial às políticas sociais relacionadas ao enfrentamento da pobreza rural.

Como bem enfatizam Delgado e Leite (2011), o PTC, ao mesmo tempo em que dá sequência à abordagem territorial, está também ancorado nos contornos da chamada Agenda Social do Governo Federal, e tem como objetivo a “*superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável*” e tratava-se da “*principal estratégia do governo para redução das desigualdades no meio rural, por meio de integração de políticas públicas*” (2011:94).

Essa parece ser uma questão particular no que diz respeito à apropriação da ideia de desenvolvimento territorial no contexto brasileiro. Embora seja preciso ainda descrever com maior atenção e detalhamento o processo originário de onde emanam as ideias que sustentam a proposta de desenvolvimento territorial, não há muitas dúvidas de que os mesmos são advindos da influência de organismos internacionais e do trabalho acadêmico (também, em grande medida, associado a esses mesmos organismos internacionais) de um grupo específico de pesquisadores. Porém, o que me parece necessário compreender são as peculiaridades em que esse processo de apropriação ocorre. A releitura da ideia de território na ótica do combate a pobreza pelo governo Lula, em especial no enfoque proposto pelo PTC é um indicativo de que a agenda de política social estaria sobressaindo-se aos preceitos anteriores que orientavam a ideia de desenvolvimento territorial e de agricultura familiar. A presença cada vez maior do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) sobre as políticas da agricultura familiar é outro elemento que aponta para essa hipótese, que, obviamente, necessita ser investigada com mais profundidade.

Outros elementos que contribuem para pensar essa questão dizem respeito às diferentes fases em que o projeto político do governo Lula pode ser observado. Como aponta Fagnani (2011), no primeiro mandato petista, a implementação das políticas sociais esteve comprometida pela ideia de “transição necessária”. O autor classifica este primeiro período que vai de 2003 a 2005 como uma fase em que impera a ambiguidade entre mudança e continuidade e que é marcada pela manutenção da ortodoxia econômica do período anterior, em especial em termos de política econômica. Já no segundo mandato, a partir de 2006, denominado por Fagnani como “ensaios desenvolvimentistas”, inicia-se um processo de alterações significativas na cúpula da área econômica, principalmente no escopo do Ministério da Fazenda, o que implica em uma proposta na qual o crescimento econômico volta a ganhar destaque e centralidade. Segundo o autor, a partir dessas mudanças, “*passou a haver uma articulação mais convergente entre os objetivos macroeconômicos e sociais [...] abrindo mais espaço para os gastos sociais*” (FAGNANI, 2011:15).

É, então, nesse contexto, a partir de 2007, que as políticas sociais conseguem ganhar respaldo e passam ter possibilidades realmente concretas de aumento de escala, tal como era o objetivo do governo petista eleito em 2003. Mas o que garante verdadeiramente o respaldo para o conjunto de políticas sociais do governo Lula é aliança, traduzida no chamado “pacto social amplo” que foi capaz de unir na mesma plataforma política o crescimento econômico e as políticas sociais. Para Erber (2011), seria em torno dessas duas ideias-força que seria construída uma nova “convenção de desenvolvimento”. Assim, o projeto político que ganha corpo a partir da reeleição de Lula em 2006 e que vem sendo frequentemente chamado de *neodesenvolvimentista* parece assumir sua forma atual no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na redução da pobreza, que tem como política de referência o Programa Bolsa Família (PBF).

Erber (2011) ainda apresenta que um pressuposto central que sustentaria essa aliança entre crescimento econômico e política social seria o fato de que o modelo de inclusão promovido por esta última, apesar dos avanços materiais e concretos nas condições de vida dos mais pobres, não comprometeria os interesses dos grupos de maior renda. Para o autor, o modelo de política social estaria também relacionado a um esquema em que a “*redução dos conflitos, inerente à política e sua forma de implementação, e, inclusive pelo baixo custo fiscal que envolve, é de interesse também dos grupos de maior renda, estabelecendo uma ponte entre as duas convenções*” (ERBER, 2011: 38).

Ainda com referência ao pacto social ampliado que sustenta politicamente a coalizão do governo Lula, e que, de maneira geral, se estende para o governo Dilma, é preciso lembrar um ponto significativo e que nos remete de volta ao debate sobre o rural. Refiro-me ao papel crucial que o setor do agronegócio que, via uma estratégia agroexportadora de commodities, atua como um dos principais atores na manutenção do saldo positivo da balança comercial, um dos pilares para o modelo macroeconômico definido pelo governo. O fato é que, nesse pacto político que carrega os interesses do agronegócio, é impensável um processo de democratização do acesso a terra, dado que isso iria de encontro a estratégia de reprodução do próprio agronegócio.

Penso que seja através de uma leitura que considera as implicações deste contexto político e dessas inflexões assumidas pelo projeto petista a partir de 2006-2007, que seria interessante proceder com uma interpretação diferenciada das políticas de desenvolvimento territorial. O Programa Territórios da Cidadania (PTC), desenhado e implementado dentro deste ambiente político e conduzido sob a tutela do MDS, é um fato importante que indica que as políticas públicas de desenvolvimento territorial estariam sendo circunscritas à lógica da política social e à sua função dentro do projeto político que vem se construindo desde 2006.

Outra evidência da articulação entre políticas de combate à pobreza e abordagem territorial é o fato de que o IICA (parceiro do MDA em diversas iniciativas atinentes à temática do desenvolvimento territorial, em especial àquelas relacionadas a consultorias e pesquisas acadêmicas sobre o assunto) recentemente vem buscando promover uma série de reflexões de modo a tencionar as possibilidades e o potencial das políticas de desenvolvimento territorial em seu entrelaçamento às políticas sociais do governo federal. Como exemplo, destaca-se o último livro publicado pelo IICA, em parceria com o Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA), cujo título é *Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil* (2013).

Em um artigo desta publicação, Delgado e Leite (2013) fazem uma releitura das políticas territoriais, tendo como elemento provocativo o contexto político mais recente, já a partir do governo Dilma Rousseff, onde a política de desenvolvimento territorial parecia estar perdendo espaço na agenda federal, principalmente com a emergência do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM). De todo modo, como afirmam os autores, em mais uma estratégia de articulação entre pobreza e território, o governo federal concede ao MDA a responsabilidade pela coordenação do PBSM Rural, no intuito de que o mesmo passe a usufruir da estrutura institucional já operante das políticas territoriais, principalmente do PTC. É nesse sentido que, após alguns anos de relativo esquecimento, as políticas territoriais passam a retornar (mesmo

que com pouca força e mais no plano discursivo) à agenda do governo para a intervenção no meio rural, enfatizando agora temas como o combate a pobreza a inclusão produtiva.

Nesse sentido, mais do que um olhar sobre as adaptações institucionais, as reorientações de rota e as já visíveis inclinações para um enfoque de combate à pobreza e de política social, as políticas de desenvolvimento territorial e a própria ideia de território também podem ser interpretadas a partir da mesma crítica que se faz às políticas sociais de caráter compensatório, que velam ou arrefecem os conflitos sociais que permanecem ou até mesmo se intensificam no esquema montado pelo projeto político (ou pela convenção) de desenvolvimento estabelecido. Ao mesmo tempo em que as políticas sociais (e talvez já considerando aqui a políticas de desenvolvimento territorial) visam o aumento da renda (e não a redistribuição da riqueza) e inserem as camadas mais pobres no mundo do consumo, por outro lado, na outra dimensão do projeto político, aquela ligada ao crescimento econômico, processos intensos de apropriação de terras e dos recursos naturais relacionados aos grandes projetos de investimento que aliam capital público e privado são implementados e reconfiguram drasticamente o tecido social de inúmeros territórios pelo país, exercendo enorme pressão inclusive sob a realidade dos camponeses.

Ou seja, de um lado, as políticas territoriais com papel de política social com pouca influência sobre as grandes dinâmicas políticas e econômicas do contexto (do território?) em que se inserem (mesmo no que tange à agricultura, haja vista o processo intenso de avanço do agronegócio, em uma retomada/continuação do processo de incorporação dos pequenos agricultores), e, de outro lado, grandes projetos de investimento e infraestrutura que avançam sobre os contextos rurais e vão remodelando a paisagem, reorganizando as relações sociais e estabelecendo dinâmicas de territorialização vinculadas aos interesses de corporações da iniciativa privada que ancoram sua atuação no escopo de grandes obras financiadas pelo PAC e pela manutenção da panaceia do crescimento com inclusão. Essa é uma ideia que ainda pretendo retomar e melhor discutir, mas que, de maneira preliminar tentei detalhar nas linhas acima.

### **3. Considerações finais**

Conforme busquei evidenciar, embora na concepção inicial as políticas de desenvolvimento territorial tenham sido concebidas a partir de debates temáticos específicos, os quais foram listados acima, de lá para cá isso não se manteve intacto ou inalterado, sendo que à abordagem territorial foram sendo acopladas outras discussões, bem como outros significados foram sendo produzidos no processo de implementação da política. Obviamente ainda é necessário maior detalhamento de pesquisa na recomposição deste processo originário do discursos sobre o desenvolvimento territorial no caso brasileiro, assim como também é inicial o mapeamento dos “novos” temas que passam a incorporar e encorpar a ideia de território nas políticas públicas de desenvolvimento rural. Todavia, o que busquei identificar foram sinalizações desse processo difuso e complexo em que se dá a construção e a organização das narrativas e dos discursos sobre a abordagem territorial, objeto o qual pretendo melhor desenvolver futuramente.

Para além da mera listagem dos temas e das propostas que vão sendo acopladas gradativamente no escopo da política pública, o presente texto buscou perceber as conexões e implicações que decorrem deste processo específico, bem como a produção de significados e os efeitos que daí emanam em termos de ordenamentos das relações entre os atores envolvidos em um contexto político mais amplo. A contínua construção semântica através da qual uma política pública se estabelece implica em diversas apropriações e incidências de interesses, uns mais explícitos, outros menos. O traslado da abordagem territorial que parte da incorporação de um receituário europeu (francês, em especial) para uma nova forma de intervenção e governo sobre o rural, especificamente a partir da construção da ideia de agricultura familiar, e que é também objeto de propagação das diretrizes de diversos organismos internacionais, encontra no contexto brasileiro uma realidade particular, que ao mesmo tempo em que absorve, também remodela esse “pacote” a partir de suas peculiaridades políticas e sociais.

Entretanto, uma questão específica chama atenção e que gostaria de frisar como um ponto em potencial para discussões futuras diz respeito ao fato de que a política pública de

desenvolvimento territorial parece não dialogar com uma série de outros processos sociais em voga que tem a luta por terra e território como elementos centrais de ação política. Povos indígenas, quilombolas, assentados, ribeirinhos e uma série de outras populações que vem sendo chamadas genericamente como “povos e comunidades tradicionais” passam a encampar mais recentemente diversos processos de disputa pelo direito à demarcação de seus territórios, trazendo à tona a questão fundiária e os inúmeros conflitos existentes nesses territórios. Se, por um lado, as políticas públicas de desenvolvimento territorial criam “territórios sem terra”, ou seja, sem que a dimensão fundiária e os inúmeros conflitos por terra e território sejam evidenciados, por outro lado, diversos casos e experiências de afirmação étnico-territorial passam a emergir e ganhar visibilidade no cenário nacional. É justamente a partir dessa questão, desse afastamento entre, de um lado, o “território das políticas públicas”, e de outro, o “território dos conflitos”, que pretendo seguir refletindo e problematizando as políticas públicas de desenvolvimento territorial.

### Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Editora HUCITEC/ANPOCS/Editora da UNICAMP, 1992.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O que há de novo no rural brasileiro?. **Terra Livre**, São Paulo, v. 15, p. 87-112, 2000.
- ARAÚJO, Tania Bacelar; GUIMARÃES NETO, Leonardo; SANTOS, Valdeci Monteiro. Pensando o futuro das Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil. In: Tania Bacelar de Araújo. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil**. Brasília: Ed IICA, 2011, v. 1, p. 197-216.
- BAGNASCO, Arnaldo. **Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano**, Bologna, Il Mulino. 1977
- BASTOS, F. **Ambiente Institucional no Financiamento da Agricultura Familiar**. São Paulo: Polis. Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH-UNICAMP, 2006
- CAZELLA, Ademir Antonio. Agricultura familiar: ainda é possível se diferenciar. **Carta Maior**, São Paulo, p. 1 - 5, 06 nov. 2012.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E (Org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra, 2002
- DELGADO, Nelson; LEITE; Sérgio. Gestão Social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: DELGADO, N.; LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Série desenvolvimento rural sustentável; nº 14; Brasília: IICA, 2011
- \_\_\_\_\_. Atualização das políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. In: Sergio Pereira Leite. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. 1ed. Brasília: IICA, 2013, v. 1, p. 125-148.
- DELGADO, Nelson; GRISA, Catia. Institucionalidades, governança e projetos territoriais na política de desenvolvimento rural no Brasil. In: Sergio Pereira Leite. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. 1ed.: , 2013, v. 1, p. 239-287.
- ERBER, F. As convenções de desenvolvimento no Governo Lula. **Revista de Economia Política**, Vol. 31, nº 1, 2011.
- FAGNANI, E. **A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. Campinas, IE/UNICAMP, 2011

- FAVARETO, Arilson. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas de desenvolvimento territorial. In: BACELAR, Tania. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil - avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Sposito, Eliseu Savério; Sant'anna Neto, João Lima. (Org.). **Uma Geografia em movimento**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010, v. 1, p. 505-560.
- MATTEI, Lauro. Análise da produção acadêmica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)**, v. 18, p. 56-97, 2010.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: Norma Giarraca. (Org.). **Una Nueva Ruralidad en America Latina?**. 1ed. Buenos Aires: Clacso, 2001, v. , p. 01-382.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO **O Novo Mundo Rural - projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo governo**. Brasília, 1999.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Marco Referencial para o apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Documentos Institucionais 02-2005.
- MINA, M., MEDEIROS, L. Marco jurídico-normativo para o desenvolvimento rural com enfoque territorial. In: DELGADO, N.; LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Série desenvolvimento rural sustentável; nº 14; Brasília: IICA, 2011
- MONTE, Francisco Clesson Dias. **O INCRA e a política de assentamentos rurais: um estudo sobre processos político-administrativos de ação pública**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013
- MONTENEGRO, Jorge. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Presidente Prudente, 2006
- MÜLLER, Ana L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil : o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Porto Alegre (RS), 2007.
- OFFEN, Karl. The territorial turn: making black territories in Pacif Colombiall. **Journal of latin American Geography**, 2003, 2(1):43-73.
- PROJETO CUT/CONTAG. Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil. **Caderno de Apoio aos Seminários Microrregionais**. São Paulo, 1999.
- SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I.P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande/PB, v. 23, n. 1/2, 2006, p. 99-116
- SHORE, Cris; WRIGHT, Susan & PERÒ, Davide (eds). **Policy Worlds. Anthropology and the analysis of contemporary power**. New York; Oxford: Berghan Books, 2011
- VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. Qual a política para o campo brasileiro? Do Banco Mundial ao Pronaf: a trajetória de um novo modelo? In: **Anais do XXXV Congresso da SOBER**, Natal, RN, 1997, 18 p.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.



WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba- PR, v. 2, p. 29-37, 2000.

**GT (12) – (Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos)**

***DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA FAMILIAR COM OS PROGRAMAS  
FEDERAIS (PAA E PNAE) EM CUBATI – PB***

**Ceciliano Gomes Neto <sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente artigo discute o possível desenvolvimento (ou entraves a ele) socioeconômico no Município de Cubati-PB, com ênfase no papel da agricultura familiar, sobretudo com os programas federais PAA (Programa de Aquisição de Alimento) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para que possamos considerar sua contribuição na realidade local, bem como novas formas de organização produtiva e a inserção do município no recém criado território do Seridó Paraibano.

**Palavras - chaves:** desenvolvimento sustentável, políticas públicas territoriais, agricultura familiar.

<sup>1</sup> Graduado em Ciência Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor de Educação básica/ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: cecilianogomes@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

Ao longo dos últimos anos lecionando no município de Cubati-PB, bem como sendo membro de conselhos escolares e municipais, obtivemos um relativo conhecimento das iniciativas em âmbito federal e local ao desenvolvimento da agricultura familiar tendo em vista os requisitos necessários para a participação no Programa de Aquisição de Alimentos(PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar(PNAE). O objeto de estudo poderia abranger um número maior de municípios, desde que tivéssemos um tempo maior para fazermos as discussões, 07 (sete) municípios integrantes do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Seridó Paraibano(FDTSSP), exprime o sentimento de mudança nos índices de desenvolvimento humano da região do Seridó da Paraíba e sobretudo, o desejo de todos em ver as cidades de Cubati, Pedra Lavrada, São Vicente do Seridó, Juazeirinho, Olivedos, Tenório e Pocinhos, formando o Território da Cidadania do Seridó Paraibano. Contudo, pelo acesso ao material documental, bem como interpretações de dados qualitativos e quantitativos acerca do tema abordado, iremos nos deter ao município de Cubati-PB

A discussão sobre agricultura familiar aqui levada à efeito teve como aportes teóricos principalmente de Wanderley(2004), Neves(2007) e Duque(2004) , e em vários textos que abordam essa temática e especificamente o estudo com ênfase no Desenvolvimento Sustentável. E as políticas públicas do Governo Federal nos remetemos a documentos dos MDA e Freitas et. alii(2012), Tonneau & Barros et. alii(2004), Tonneau & Cunha(2005) e com relação à metodologia adotada, além da observação, através das visitas a cidade, foram realizadas entrevistas abertas com pessoas pertencentes a diferentes grupos sociais envolvidos direta ou indiretamente com o a implementação dos programas em nível local, além da análise de documentos relativos ao PAA e PNAE no município e legislações pertinentes ao referido tema. Buscamos também apreender suas representações de meio ambiente, relacionando-a às posições por eles ocupadas nos diversos setores, tanto públicos como privados, incluindo nestes alguns dos empreendimentos cooperativos em atividade no município.

Contudo, o presente artigo engloba alguns meses de pesquisa, no qual enfrentamos inúmeros percalços principalmente pela dificuldade de acesso ao material documental e as pessoas-chave, acontecimentos que exigiram modificação do cronograma inicial. A mudança de quadros da administração pública por conta das eleições municipais de 2012, como consequência, certa “apatia” dos atores sociais em momento de transição de mandato, pela

questão da representação nas instâncias do comitê local e regional do território e dos próprios programas em âmbito local, prejudicaram o andamento da pesquisa. Mas isso não significa que não houve avanços e resultados interessantes a serem apresentados. Tratando-se de Cubati, é impossível deixar de considerar a diversidade de grupos sociais e organizações existentes (pelo menos na teoria) no município.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Podemos nortear a nossa discussão apropriando-se de três temáticas inerentes ao artigo: Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas Territoriais do Governo Federal e Agricultura Familiar.

Posiciono nessa ordem para uma apreensão, claro que sucinta mais sistemática dos elementos essenciais para contribuir com nossa análise.

Acerca da noção de Desenvolvimento Sustentável, a mais conhecida é a do Relatório Brundtland. “Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. A preocupação com o futuro é o cerne desta noção, além da viabilidade econômica-ecológica-social e daquilo que Duqué (2004) reinterpreta na realidade do semiárido, levando em conta três aspectos:

- **Viabilidade econômica:** a expressão evoca o que é “viável, ou seja, apto a viver de forma duradoura”. Uma família - ou uma empresa – que precisa vender progressivamente partes do seu patrimônio para assegurar a subsistência de seus membros ou o salário de seus empregados, não tem uma economia viável. Verificar a viabilidade de uma unidade de produção é verificar se custos e benefícios, perdas e ganhos se equilibram entre anos de crise e “anos bons”, permitindo, se não acumular, pelo menos manter o patrimônio na sua integridade.
- **Sustentabilidade ecológica:** é o aspecto que se tornou mais sensível. O modelo convencional de “desenvolvimento” adotado pelo Ocidente e divulgado em larga escala pelo mundo está mostrando sinais evidentes de crise ambiental: redução da camada de ozônio, poluição nas cidades e no campo, desertificação resultante da monocultura e da irrigação não controlada, etc. Alguns têm o cinismo de ligar os problemas ambientais do campo à pobreza (por ignorância e por necessidade, os pobres do campo queimam o mato para fazer carvão ou

para implantar roçados, sobrecarregam suas diminutas parcelas com animais, etc.) sem reconhecer a responsabilidade muito maior do latifúndio. A degradação ecológica é um grande desafio.

• **Mas não exclui um terceiro aspecto: os fatores sociais da sustentabilidade.** Quantos jovens pensam em abandonar a propriedade familiar para tentar a sorte na cidade, motivados pela dureza das condições de vida no campo: falta de educação, de lazer e de um ambiente social estimulante, podemos dizer que faltam as condições sociais de sustentabilidade da vida no campo, que corre o risco de se tornar um deserto (Duqué, apud. Wanderley 2004: 77-79).

O entendimento de Desenvolvimento Sustentável vem sendo formulado e reformulado desde década de 1960, até mesmo por que o próprio “Rural” vem se resignificando ao longo desse período principalmente com a mudança do camponês para o agricultor familiar, como afirma Wanderley(2000), a inserção da mentalidade capitalista no campo, porém, sem esquecer das tradições camponesas com raízes históricas. Essa nova ruralidade que se apresenta, desconstrói, de certa forma, uma perspectiva do urbano em detrimento do rural.

No Nordeste brasileiro essa questão foi sempre problemática, da década de 1960 pra cá, o meio rural brasileiro foi resignificada em vários momentos, além do mais, as dinâmicas são diferentes dependendo da sub-região nordestina como afirma (Araújo, 1995). Contudo, iremos nos ater as transformações do entendimento do meio rural nas últimas duas décadas, sobretudo conforme dados constantes no PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável) engendrado nas últimas duas décadas, como argumenta SCHNEIDER:

Nos últimos anos vêm ganhando legitimidade a necessidade de se repensar o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil e, mais do que isto, reorientar as formas de intervenção do Estado e as políticas públicas. A mudança do enfoque sobre as políticas aplicadas ao meio rural começou a ganhar força no Brasil na segunda metade da década de 1990 sob os efeitos das alterações na forma de gestão do Estado. (SCHNEIDER: 2004)

Essas novas perspectivas de desenvolvimento buscam novos instrumentos para a política de desenvolvimento rural, como apresentam MIRANDA & TIBÚRCIO:

- incorporação do conceito de território de identidade nas políticas públicas;
- articulação das políticas setoriais com participação social nos espaços territoriais;

- construção de um marco jurídico para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, considerando, entre outras, questões como a descentralização, participação e o empoderamento dos atores sociais e a gestão compartilhada das políticas públicas;
- fortalecimento da capacidade de gestão social no âmbito dos territórios rurais;
- desenvolvimento de sistemas de financiamento para projetos estratégicos, fruto do processo de planejamento participativo e da gestão social dos territórios. (MIRANDA & TIBÚRCIO, 2010).

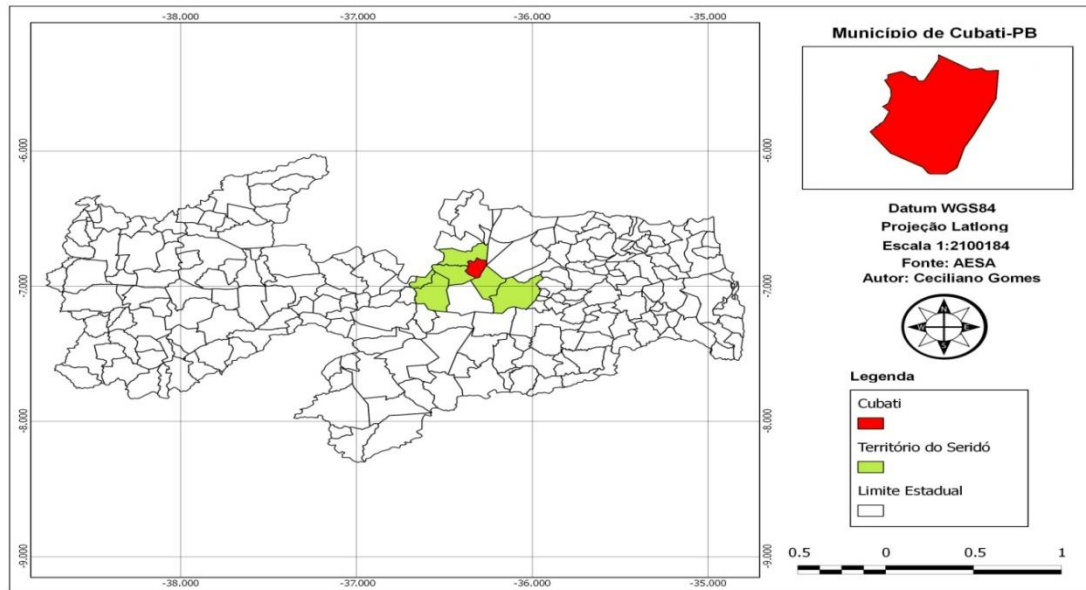
Essa complexidade de elementos faz com que as discussões relativas a esse tema seja cada vez mais aprofundada e levando em consideração diferentes atores no processo de planejamento, implementação, articulação dos vários mecanismos sociais envolvidos com a política de desenvolvimento rural.

O FDT (Fórum de Desenvolvimento Territorial) ligado à SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) que faz parte do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), faz a seguinte definição sobre território:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Em se tratando do território no qual Cubati está inserido, o do Seridó, faz pouco tempo sua institucionalização na política adotada pelo Governo Federal. O Território do Seridó da Paraíba é muito recente de 2011, tendo sua discussão para criação sendo iniciada em 2009, mas, com boas perspectivas de desenvolvimento, sobretudo pela dimensão territorial (7 municípios e uma população por volta de 65mil habitantes). A mineração, o turismo rural e cultural, e, sobretudo a agricultura familiar são vetores importantes na perspectiva de um desenvolvimento, apropriando-se das potencialidades locais. Veja o mapa a seguir:

Figura 1. Mapa da localização do município de Cubati no território do Seridó-PB (fonte:FDTSSP):



A agricultura familiar é de suma importância para o desenvolvimento local, e os programas federais PAA(Lei nº 10.696/03) sobretudo com mecanismo de aquisição: “*Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar com Doação Simultânea*” e PNAE(Lei 11.947/09), reafirmam esse papel importante na medida que desburocratizam o processo de aquisição e envio dos gêneros alimentícios dos agricultores, bem como preconizam o agricultor familiar do município, como diz TRICHES ET. ALII:

Em primeiro lugar, porque ampara, explicitamente, a agricultura familiar, tornando obrigatória a utilização de no mínimo 30% do valor remetido às entidades executoras pelo FNDE na aquisição de gêneros alimentícios destes fornecedores. Em segundo lugar, porque é uma inovação no que diz respeito à legislação das aquisições públicas brasileiras. Se, até então, todas as compras estavam sob a obrigatoriedade de seguir os preceitos legais de isonomia e concorrência, abre-se um precedente histórico para o fornecedor caracterizado como “agricultor familiar” (TRICHES ET. ALII, 2010):

Mas, antes disso o PAA já era um elemento importante para o desenvolvimento da agricultura familiar, como continuam dizendo Op. Cit.:

(...) os municípios que aderiram ao PAA em algumas de suas modalidades compravam (através dos recursos deste Programa) com dispensa de licitação de agricultores e distribuía para entidades, dentre as

quais, unidades escolares como creches e escolas para suplementação da alimentação escolar. Esta iniciativa levou o Estado a pensar a aquisição pública de alimentos como forma de incentivo ao desenvolvimento local, através da valorização da produção regional.

Fica evidente o papel desses programas como elemento integrador no sentido do desenvolvimento local, contudo vamos observar em que medida isso vem se configurando, bem como a participação consistente do maior número de agricultores familiares do município e se isso contribui para uma possível sustentabilidade.

O papel da agricultura familiar é central em possível desenvolvimento, ela ganha espaço nas últimas duas décadas, e passa a ser reconhecida, como afirma Wanderley (2000) “pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social”, o seu desenvolvimento é essencial para as cidades pequenas (sobretudo no Nordeste brasileiro) possam ser viáveis (economicamente) e que tenham sua reflexão categórica ao longo da história, como fez Neves (2005), inclusive considerando sua interpretação para a realidade do semiárido nordestino.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O município de Cubati está localizado na latitude 06°52'06" S, longitude 36°22'31" W, com altitude de 555 metros, situado na microrregião do Seridó Oriental do estado da Paraíba. Está situado a cerca de 222 km de distância da capital paraibana, João Pessoa, e limita-se com os municípios de Pedra Lavrada (ao norte), São Vicente e Olivedos (ao sul), com Sossego e Barra de Santa Rosa (a leste), e São Vicente (a oeste), a área total do município é de 137 km<sup>2</sup>, com uma população de 6.866, e densidade demográfica de 50,12 hab./km<sup>2</sup>. A população urbana compreende 69,5% (4.769 pessoas), e 30,5% (2.097 pessoas) residem na zona rural (IBGE, 2010). Seu clima é o Tropical Semiárido sendo uma das áreas mais seca do Estado, com média pluviométrica de 500 mm anuais e a questão da degradação ambiental aparece como um dos obstáculos mais difíceis de serem enfrentados.

A degradação ambiental na região tem raízes históricas profundas, ligadas, inicialmente, ao desmatamento para o cultivo do algodão e a exploração de lenha para cercas e carvão, ou mesmo para formar pastagens. A caatinga foi também o principal alimento dos animais, particularmente das ovelhas e das cabras, encontrando-se hoje com um potencial forrageiro bem inferior ao que possuía antigamente. As melhores espécies forrageiras



(juazeiro, catingueira, jurema, aroeira...) desapareceram ou tornaram-se ralas, enquanto outras, pouco apetitosas, como o marmeleiro, se desenvolveram, evidenciando um flagrante desequilíbrio ecológico (MDA, 2003: 35 ).

O município apresenta IDH 0,591, e uma PIB per capita de 4.764,10R\$, todos índices abaixo dos demais municípios de seu território. Os seus índices educacionais são preocupantes, cerca de 35% da população é de analfabetos e analfabetos funcionais, sabemos que hoje, o desenvolvimento está intimamente relacionado ao maior tempo de estudos, todavia, são só considerações básicas ponderando aspectos ambientais e socioeconômicos do município, vamos nos ater os dados qualitativos e quantitativos relacionados a produção rural do município.

São 792 unidades familiares rurais e apenas 589 produtores rurais são contemplados com auxílios do Governo, como o Garantia-Safra. E ainda dados mais preocupantes, além da seca que assola a região há alguns anos, o rendimento médio dos domicílios rurais(572,70R\$) é um pouco mais da metade do rendimento dos domicílios urbanos(929,29R\$), a maior distorção de todos os municípios do território. Podemos nos perguntar, a que se deve essa distorção dos rendimentos? Não estamos nem entrando no mérito de fazermos uma comparação em nível nacional, estadual, e até mesmo territoriais do Seridó, mas com a relação “Urbano-Rural” de Cubati. Acreditamos que, em grande medida, seja pelo ambiente caracterizado acima, todavia, isso também acontece nas cidades circunvizinhas, Cubati possui alguns elementos *sui generis* que os diferenciam dos demais: A cultura do tomate na última década vem ganhando espaço em relação a culturas tradicionais como o milho e feijão, e não é na perspectiva da agricultura familiar, mas para o mercado não local, bem como um processo de despovoamento do meio rural de Cubati, por conta do declínio da cultura do sisal e do algodão, como diz Lira(2012) “no final da década de 80 o agave ainda se impõe ao lado do algodão, como importante lavoura para o desenvolvimento da cidade”. Após esse momento há uma forte migração do campo para cidade um processo que transforma o município desde então, como conclui Wanderley(2000) ” o êxodo rural, que se avoluma, “esvazia” o mundo rural de muitos de seus tradicionais habitantes, particularmente os que possuem um ofício; os contatos com as cidades e a influência da cultura urbana se intensificam, afetando o modo de vida tradicional da população local.”

A pesquisa foi realizada com entrevistas abertas com pessoas envolvidas diretamente com os programas PAA e PNAE no âmbito municipal, tanto no setor público (ex-secretários municipais, coordenadores dos programas, presidentes de conselhos escolares) quanto privado (agricultores familiares que participam ou não desses programas), além das análises dos dados referentes a temática do município de Cubati. É bem verdade, como já elencamos na introdução que tivemos inúmeros percalços, porém, serve como um esforço inicial para entendermos possíveis entraves ao desenvolvimento, bem como possíveis impressões positivas que podem ser potencializadas num futuro próximo.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Quanto aos três aspectos do desenvolvimento sustentável apresentados por (Duqué apud Wanderley, 2004), é importante contextualizar a realidade de Cubati.

A viabilidade econômica do município exige uma análise histórica da trajetória econômica do município, que em sua essência foi baseada na cultura algodoeira e sisaleira e na agricultura de subsistência, já demonstrado historicamente por Lira (2012) e na região Nordeste como um todo, Tonneau & Cunha (2005). Outra atividade pertinente no município nas últimas décadas é a mineração, que contribuiu com alterações sérias ao meio ambiente. Com o passar dos anos, a forma de ocupação desigual do território provocou altos níveis de degradação ambiental e social. Hoje, a região é susceptível a desertificação. Nestas circunstâncias, para que a produção agropecuária tenha sucesso no presente e no futuro, a preocupação com a desertificação deve existir, assim como, a garantia do equilíbrio econômico entre custos e benefícios para todos os agentes envolvidos. Portanto, a sustentabilidade ecológica é imprescindível, para que possamos garantir as gerações futuras os recursos naturais básicos que sempre foram escassos na região em razão da má distribuição da terra e da má utilização. Apenas para citar alguns dos elementos essenciais, a infertilidade do solo pelo mal uso com agricultura e pela atividade mineradora, e o pisoteio dos animais num bioma tão sensível, e a água potável tão escassa na região.

Não podemos esquecer do terceiro aspecto, os fatores sociais que podem impedir ou favorecer a sustentabilidade. O movimento migratório que tanto acometeu o município hoje está em declínio em consequência dos benefícios sociais, e a colheita do tomate. Todavia, outras questões são pertinentes ao desenvolvimento sustentável do município. Uma pergunta que sempre vem à tona nestes casos: o “crescimento zero” seria a solução? A noção dessa

forma de crescimento (ou a ausência dele) é sustentada por Tonneau(2004) que “defendia a importância do planejamento social, para submeter a produção e a economia a esse projeto”. De acordo com o referido autor: ”o desenvolvimento sustentável traduz uma tensão: a procura de um equilíbrio entre objetivos diversos e, algumas vezes, contraditórios entre o econômico, o social e o ambiental, entre o curto e longo prazo, entre o indivíduo e o coletivo, entre o local e o global...” para que haja uma melhoria nas condições da maioria da população como um todo (Tonneau, apud. Wanderley, 2004).

Diante desta caracterização preliminar, importa verificar quais as motivações e como o município estudados mudaram a forma convencional de aquisição de alimentos para o PAA e PNAE, passando a incluir os agricultores familiares locais como fornecedores.

Com relação a Cubati, há uma consonância com as possíveis causas do subdesenvolvimento no Semiárido, como os elementos apresentados por TONNEAU & CUNHA,2005:

O tradicionalismo e a pouca disposição para a mudança;  
A dominação e a exploração;  
A ausência de empresários e a falta de gosto pelo investimento;  
A ausência de dinamismo social. (TONNEAU & CUNHA,2005)

É o que comungam os ex-secretários municipais de Educação(Ricardo Cavalcanti) e de Administração e Planejamento(Jefferson Cordeiro) que também era Coordenador do PAA municipal. Um problema a ser considerado nessa seara é que o município ficou um mandato de (2009-2012) sem secretário municipal de Agricultura, sendo ela acumulada pelo secretário de Administração e Planejamento. Como já mostrado anteriormente, tem 589 agricultores familiares na cidade, apenas 16 forneceram algum tipo de produto agropecuário aos programas. O interessante, é que a cidade possui 3 assentamentos rurais, mas apenas um assentado forneceu alimento. Na EEEFM Iolanda Tereza Chaves Lima, o presidente do Conselho Escolar (Jeferson Clementino) afirma que 3 agricultores familiares forneceram alimentos nos últimos 2 anos, um número muito baixo, recordando que nada impede que 100% da alimentação escolar seja da agricultura familiar.

Também, é necessário considerarmos a posição dos agricultores, segundo Sr. Francisco Vasconcelos( que forneceu tanto ao PAA quanto a Escola) disse que uma das dificuldades encontradas é a burocracia, a questão de garantir o fornecimento o ano todo e manter os preços. Como diz Sra. Sara Constâncio, esses problemas são ainda agravados com a

seca na região, sendo muitas vezes inviável economicamente participar dessa formas de compra direta ao agricultor.

Todavia, as dificuldades são potencializadas, pois não existem elementos consideráveis de integração dos agricultores, seja privada ou pública. O caminho seria a articulação cada vez maior da sociedade civil, tanto local, como na perspectiva territorial, como acontece em outras localidades (ver Neto & Silva, 2008). Os movimentos seriam como os considerados por TONNEAU & CUNHA:

A construção de novos arranjos institucionais passa pela elaboração de normas e regras que regulem a ação do poder público e de empresários, agricultores familiares e técnicos, definindo um conjunto de deveres, responsabilidades e direitos, bem como pela costura de parcerias entre iniciativa privada, organizações populares (comunidades, sindicatos, associações), instituições de apoio (ONGs) e poderes públicos.

Entretanto, enormes empecilhos à concretização do projeto de desenvolvimento sustentável em Cubati são muito difíceis de serem contornados. Um deles é a falta de consciência coletiva, como nos apontou Sr. Jefferson Cordeiro. Segundo ele, é uma das principais dificuldades que as cooperativas e associações “que só existem no papel” enfrentam para prosperar. No geral, diríamos que a noção de desenvolvimento sustentável em Cubati é, ainda, em grande medida, mais uma iniciativa do setor público, do que uma realidade concreta. Contudo, é preciso ressaltar, que alguns esforços dos setores público nesse sentido já começam a surtir algum efeito, sobretudo em seguimentos privilegiados da população. Para ilustrar esse fato, recorreremos ao conceito de “minorias ativas” de Moscovici. (Moscovici, apud Reigota. op.cit. 81). No caso de Cubati, o possível surgimento de minorias-ativas onde se observaremos, a médio prazo mudança de comportamento em favor da sustentabilidade, é aquele responsável pela “politização” da população a respeito da importância da preservação para o desenvolvimento do município, para que isso aconteça, os assentamento rurais (que no município existem 3), as cooperativas e associações devem se empenhar arduamente desenvolvendo projetos alternativos nesse sentido, é um dos problemas que elenca o ex-presidente do CMDRS (Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural Sustentável) Sr. José Júlio. Um dos projetos, em longo prazo, possa ser a inserção cada vez maior dos agricultores familiares a esses programas (PAA e PNAE), dados recebidos do coordenador do programa no município, mostram que 54% dos 111 mil reais disponíveis em 2011 foram utilizados, ou seja, quase metade dos recursos alocados, foram devolvidos ao

Ministério do Desenvolvimento Social(MDS) que é o gestor dos recursos. Nos conselhos escolares só os 30%(que é o valor mínimo) são utilizados, até prognósticos iniciais para o ano de 2013, vão diminuir o número de agricultores familiares participantes do PNAE, é o que dizem os diretores escolares das duas maiores escolas do município Sr. Luciano Augusto(EEEFM Iolanda Tereza Chaves Lima) e Sr. Walber Silva (EMEFM Padre Simão Fileto) .

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme pudemos concluir, os resultados obtidos, a serem considerados tanto em seus aspectos negativos como positivos. Ou seja: 1) a economia de Cubati está vivendo um período favorável de franca expansão. Neste período de pesquisa em Cubati, vimos uma cidade que apesar de ter cerca de 7000 habitantes, possui uma dinâmica bem complexa que pode ser desdobrada em pesquisas específicas; 2) somente os agentes ativos têm consciência da questão socioeconômica e ambiental e por iniciativa própria, podem introduzir modificações na realidade; 3) persiste ainda de modo muito significativo na população não envolvidas nas iniciativas dos agentes ativos, a ausência de uma consciência socioambiental e a falta de espírito cooperativo/associados e educação na maioria dos cooperados/associados. Mas de qualquer forma as mudanças existem e são muitas e 4) o turismo como agente de desenvolvimento socioeconômico e ambiental tem sido visto com simpatia pela população do Seridó.

Ainda com relação ao território, observamos esforços do setor público, como fica bem ilustrado no exemplo das articulações em âmbito territorial desde 2009, observamos que a ação na área da agricultura familiar em Cubati ainda é muito incipiente e desintegrada, e que ainda existem vários fatores limitantes a esse desenvolvimento. Diríamos que a comunidade local ainda está “aprendendo” a conviver com a nova realidade. Depois de tanto tempo utilizando indiscriminadamente os recursos e de praticamente leva-lo à exaustão, os agricultores começam a sentir, para sua própria sobrevivência a necessidade de utilizar maneiras mais “sustentáveis” de exploração dos recursos que a natureza lhe oferece. Todos os agricultores por nós entrevistados externaram essa opinião. Para eles é uma questão de sobrevivência. Para os habitantes da cidade, o processo parece mais lento. De fato, os agentes envolvidos com a noção de sustentabilidade ganham espaço cada vez maior na comunidade, estimulados principalmente pelo acesso ao financiamento externo. Com a ampliação dessa

perspectiva, a tendência é que a margem de inclusão seja alargada. Podemos observar isso com a quantidade de famílias que podem ser envolvidas nesses programas federais, localmente e territorialmente.

È necessário um aprofundamento posterior a respeito da dinâmica de funcionamento dos assentamentos, cooperativas e associações municipais, e conseqüentemente, da dinâmica do meio rural no município, onde reside uma parte da população.

O turismo pode ser um elemento a ser desenvolvido no município e pode exercer um caráter dinamizador na economia local. As estratégias para esse tipo de desenvolvimento estão sendo gestadas em várias vertentes no estado, com grande possibilidade de atingir a eficácia desejada no projeto, caso os incentivos financeiros e humanos não sejam desestimulados.

Percebemos que inúmeros atores sociais ainda não tiveram oportunidade de se integrar ao projeto, permanecendo alheios às modificações em curso. Se um dia todos serão beneficiados, só o futuro dirá.

Como vimos, o município de Cubati é um complexo objeto de estudo, e possui vários elementos complexos carentes de serem analisados e sistematizados. De nossa parte, consideramos bastante louvável o incentivo à pesquisa nesta área, por se tratar de uma região largamente estigmatizada, cujas interpretações estão carregadas de pré-noções a respeito da “inevitabilidade” do fracasso econômico e social de qualquer ação. É assim que tem sido interpretada a região do Seridó, até mesmo pelos estudiosos oriundos do interior do nosso próprio Estado.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. de. Nordeste, Nordeste: que Nordeste? **In:** AFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Orgs.). **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. Fundap, São Paulo, 1995.

FREITAS, A. F; FREITAS, A. F; DIAS M. M. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial** APGS, Viçosa, v. 4, n. 1, pp. 76-99, jan./mar.2012.

FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SERIDÓ PARAIBANO.  
<http://territoriadoseridopb.blogspot.com.br/html>> Acesso em: 20 de Fevereiro de 2013.

MDA.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. Senso Agropecuário – 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Cidades – 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

LIRA, Silvano F. **Memória e sensibilidades, narrativas que contam vidas** – histórias do ciclo do agave em Cubati-PB (1950-1980) Monografia do curso de Graduação em História da UEPB. Campina Grande: 2012.

MIRANDA, C. & TIBÚRCIO, B. (org.) **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil** / Sérgio Pereira Leite .et.al. Brasília: IICA, 2011.(Série desenvolvimento rural sustentável v.14).

NETO, C. G & SILVA, M. G. C. **A atividade turística aliado ao desenvolvimento sustentável**. Disponível em:<[www.eca.usp.br/turismocultural](http://www.eca.usp.br/turismocultural)> Acesso em 13 de Fevereiro de 2013.

REIGOTA ,M. **Meio ambiente e representação social**. (Questões da nossa época; v. 41), São Paulo: Cortez. 1995.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf> > Acesso em: 21 de Fevereiro 2013.

\_\_\_\_\_ **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**(Sociologias; v. 11), Porto Alegre, p. 88-125: 2004.

\_\_\_\_\_ **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Revista de Economia Política, vol. 30, no 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010

TONNEAU, Jean P. & BARROS, Adriano et al. **Elementos para a discussão do projeto de pesquisa:** Desenvolvimento territorial sustentável diagnóstico das potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina. Campina Grande: GAF, 2004.

TONNEAU, Jean P. & CUNHA, Luis H. **Pesquisas em desenvolvimento territorial no semi-árido.** Raízes, Campina Grande, Vol. 24, n°s 01 e 02, p. 45-53, jan./dez. 2005.

TRICHES, Rozeane M. ; FROEHLICH, E. ; SCHNEIDER, S. . **Relações de produção e consumo:** a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). In: Schneider. S; Gazolla M.. (Org.). Os atores do desenvolvimento rural. 1ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011, v. 1, p. 253-268.

WANDERLEY, Maria N.B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – O “rural” como espaço singular e ator coletivo.** Estudos Sociedade e Agricultura, n° 15, outubro. p.87-145. 2000.

\_\_\_\_\_ **Globalização e desenvolvimento sustentável:** dinâmicas sócias rurais no Nordeste brasileiro. São Paulo: Polis, 2004.

\_\_\_\_\_ **Sociologia rural na américa latina:** produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. Revista da ALASRU Nueva Epoca, v. 5, p. 17-44, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Cariri Paraibano. Campinas, 2003.

BRASIL.. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Seridó Paraibano(PTDRSSP).** Versão preliminar.



**GT (1) – Desenvolvimento Rural: uma década da política pública de desenvolvimento territorial**

**DESENVOLVIMENTO RURAL: O TERRITÓRIO NA AÇÃO PÚBLICA**

Jocéia Gouveia de Sousa<sup>1</sup>

Ivan Targino Moreira<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca analisar a experiência brasileira de implementação de políticas de desenvolvimento territorial no meio rural, que têm no (re) ordenamento territorial a sua tônica principal. Tomou-se como base do estudo o PRONAT e o PTC, que é o desdobramento do primeiro programa territorial em questão. A análise está apoiada tanto em documentos institucionais, quanto em leituras de teóricos conhecedores das questões em debate, assim como em dados coletados em pesquisa de campo. A importância do estudo tem a ver também, com a criação e estruturação dos territórios que se apresentam como um processo complexo, uma vez que exige dos participantes, a ruptura com os velhos paradigmas de benefícios individuais para seus municípios e passa a ser orientado para uma coletividade, ou seja, a superação de um viés extremamente setorial para um de base territorial. No entanto, é notório que essas orientações não se realizam em sua forma plena nem tão pouco se reproduzem nos territórios da mesma forma e com a mesma intensidade, tendo em vista questões relacionadas com conflitos de interesse, dada a diversidade e heterogeneidade que são características das estruturas territoriais.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas; Território; Desenvolvimento rural.

<sup>1</sup>Pós-Graduanda/PPGG/UFPB/ ceiaagouveia@hotmail.com

<sup>2</sup>Docente do PPGG/CCSA/UFPB/ivantargino@bol.com

## Apresentação

Considerando os anos recentes, o desenvolvimento territorial em nosso país vem ganhando espaço tanto no debate científico quanto nas políticas públicas por razões as mais diversas. Seja por razões da conjuntura nacional, seja por influência das discussões e experiências observadas em outros países, em especial nos da União Europeia. Na Europa, o enfoque territorial a partir dos anos 70 ganhou força como alternativa ao enfoque setorial. Isto é, em vez de se discutir e se propor políticas setoriais de desenvolvimento, passou-se a focar a discussão numa visão de conjunto da dinâmica territorial.

No caso do Brasil, a construção e proposição de políticas públicas a partir da estratégia de desenvolvimento territorial são recentes. Nesse contexto, a problemática do mundo rural não se restringe apenas à organização econômica das atividades agropecuárias. Assim, fica explicitada a necessidade de considerar vários aspectos, e não mais apenas os de ordem econômica. Devem ser levados em consideração, também, aspectos de ordem social, cultural e ambiental.

A forma de pensar o espaço é diferenciada daquela que preside as políticas setoriais. Nas décadas finais do século XX, houve um estímulo à reorientação na maneira de formular políticas públicas, evitando um viés focado nos setores produtivos e adotando-se uma estratégia de desenvolvimento territorial. Partindo de tais reflexões esse trabalho busca entender melhor esse processo de reorientação na maneira de formular políticas públicas.

O Governo Federal brasileiro, em 2003, elaborou a política nacional de apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e, desde então, vem propondo políticas territoriais pautadas na descentralização, participação e, dentre outras proposições, na sustentabilidade. Para entender melhor essa política que segue uma abordagem territorial buscaremos a seguir compreender como o “território” é tratado pelo Estado e por estudiosos, como geógrafos críticos, além de analisar essa política no contexto nacional e, principalmente, como ela se apresenta no estado da Paraíba.

## 1. O território na ação pública: PRONAT E PTC

É sabido que na ação pública o território vem assumindo uma conotação normativa e instrumental como podemos observar na definição da SDT/MDA, onde o território é:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2005d).

Sobre esse território normativo, instrumental, um técnico do desenvolvimento territorial rural afirma que:

O território se simplifica em mera pressão antrópica. A dinâmica “social, ocupacional, econômica, política e cultural” de um território, segundo essa visão, poderia ser captada pela densidade demográfica. Através da utilização desse indicador da densidade demográfica, o território analítico-conceitual complexo, cheio de facetas (econômica, cultural, política etc.) seria apreendido e colocado à disposição da eficiência das políticas públicas, revelando seu potencial prático e normativo (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 104).

Nessa perspectiva, o referido autor reforça que, o reducionismo que sofre a categoria de território,

(...) induz à elaboração de políticas públicas para o meio rural que tomam o território como simples depositário da intervenção, como receptor de uma ação mais bem direcionada, já que agora se conheceria melhor onde se localiza, graças aos indicadores utilizados, o “verdadeiro” meio rural. Mero receptor, porque o território definido a partir da densidade demográfica não é um território carregado de interações homem-meio, porque perde a miríade de relações entre a sociedade e a natureza, não considera que o território está no cerne da dinâmica social (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 104).

Portanto, nesse contexto, o território é incorporado como mais um recurso de planejamento econômico, de concorrência no mercado. Aí, as relações tanto são mercantis como não mercantis e onde a troca de informações e a conquista de novos mercados oriundos neste caso de uma força coletiva. O território configura-se também como a capacidade funcional dos atores sociais de estabelecer relações. Assim:

O território se converte num recurso que deve ser valorizado e vendido. No caso dos territórios rurais, especialmente, existem ativos e processos específicos cuja valorização supõe uma ação coordenada: é o caso tanto do aproveitamento de amenidades naturais e do patrimônio histórico, como da colocação em mercados dinâmicos dos produtos, dos conhecimentos produtivos tradicionais, das habilidades artísticas, culinárias e da própria tradição folclórica de uma certa população (ABRAMOVAY, 2005, p. 3).

Nesse sentido, o território do desenvolvimento territorial rural perde seus elementos constituintes como, conflitos entre grupos, entre classes, dando vaga à reposição da utopia do bem estar permanente que resultaria em um desenvolvimento territorial capaz de concorrer com outros territórios, com o mercado em suas diferentes escalas.

Porém, é necessário lembrar que esse território com sua multiplicidade de sentidos que incorpora diferentes interpretações facetarias é acima de tudo uma categoria analítica rica e complexa. Neste sentido, vale salientar que nos termos acima empregados não tem o mesmo sentido daquele que os geógrafos lhe atribuem.

Com efeito, na geografia, o território assume uma conotação menos instrumental. Ela reivindica um caráter analítico e conceitual ao território. Percebe-se assim, que a forma como é tratado o território diferencia-se substancialmente do debate sobre a abordagem territorial do desenvolvimento rural.

A seguir, poderemos conhecer e analisar os resultados dos dois principais programas de desenvolvimento territorial rural planejado desde 2003 pelo governo federal.

## **2. Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT**

O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), também conhecido como “Territórios Rurais de Identidade”, designação dada pelo MDA, por ter critérios que dão importância à agricultura familiar e à afirmação do caráter rural das atividades socioeconômicas, foi criado em 2003, no início do primeiro governo Lula. Ele baseou-se, como afirma Bonnal (2012), na vontade política de romper com o isolamento socioeconômico dos agricultores familiares, mediante o reconhecimento de seus papéis fundamentais nas dinâmicas territoriais,

proporcionando-lhes apoio institucional e financeiro para ampliarem seus desempenhos (02).

O Pronat conta com colegiados de âmbito territorial, fóruns constituídos em cada território por instituições da sociedade civil e do poder público, responsáveis pelo planejamento territorial, pela articulação institucional, pela elaboração de propostas e projetos técnicos, acompanhamento e controle social das ações do Programa e de outras políticas públicas que concorrem para o desenvolvimento sustentável dos territórios. O objetivo é acelerar processos locais e sub-regionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de forma descentralizada e sustentável, articulados às redes de apoio e cooperação solidária.

O PRONAT apoia, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), ações conjuntas entre municípios, territórios, estados, União e instituições sem fins lucrativos, na forma de investimentos em obras e serviços destinados às comunidades rurais e beneficiários do MDA que estão nos territórios. Estimula o fortalecimento das organizações sociais locais e a articulação de recursos de diversas fontes e origens que já estejam disponibilizados ou que podem ser mobilizados em favor do desenvolvimento dos territórios. De acordo com o MDA/SDT (2011), o PRONAT tem como principais objetivos:

- a) Promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que visem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural;
- b) Desenvolver processos de gestão social, envolvendo a organização dos atores sociais, o planejamento participativo e ascendente nos territórios apoiados, bem como o controle social das políticas implementadas nesses espaços;
- c) Fortalecer as institucionalidades territoriais enquanto sujeitos fundamentais para a implementação do PRONAT;
- d) Propiciar espaços para a participação e o protagonismo dos sujeitos sociais (poder público e sociedade civil) na formulação, implementação e gestão social de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e qualificar essa participação por intermédio de processos de formação e capacitação contínuos;
- e) Contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar (MDA/SDT, 2011, p. 08).

Contudo, essas ações acabaram mostrando-se insuficientes, tornando evidente a necessidade de ampliar as opções de intervenção no PRONAT. Nesse sentido, foi criada, em 2004, a linha “Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)”, que se configura como um instrumento para a implementação

da política de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por ser um documento que reúne informações sobre a realidade do território que possibilitarão a articulação de políticas públicas, como também investimentos particulares que irão favorecer o processo de desenvolvimento do Território e da Gestão Administrativa do Programa.

De acordo com o MDA/SDT, o PRONAT começou a operar em 2004 em 65 territórios. Em 2006, abrangia 118 e, atualmente, conta com 164 territórios rurais compostos por 2,5 mil municípios. Desse total, 120 foram incorporados ao Programa Territórios da Cidadania, criado pelo governo federal em 2008 e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. Nos 164 territórios apoiados pelo PRONAT, estão presentes 29% da população total do Brasil, 56% da população rural, 59% dos agricultores (as) familiares, 73% das famílias assentadas pela reforma agrária, 71% dos quilombolas e 57% dos pescadores, além de 56% das terras indígenas de acordo com o MDA.

Atualmente, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), de acordo com a resolução Nº 94 de 23 de Maio de 2013, incorporou novos territórios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Mais 74 Territórios Rurais foram incorporados, atingindo a marca de 1.072 municípios contemplados com ações destinadas aos agricultores. Os novos Territórios Rurais significam uma ampliação da atuação do ministério, como as políticas de crédito, de apoio à comercialização e assistência técnica. Antes da inclusão, eram 165 territórios organizados. Esse número salta para 239, chegando próximo da meta estipulada de 280 Territórios Rurais até o fim de 2015.

### **3. Programa Territórios da Cidadania – PTC**

No que diz respeito aos territórios da cidadania (TC), eles são um desdobramento do programa anterior e surge com a intenção de articular, em torno de um mesmo território, um amplo leque de políticas públicas com investimentos previstos que contribuirão na busca de melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e assim, evitar o êxodo rural e superar as desigualdades regionais. O que distingue de fato esses programas é a ênfase que o TC dá ao combate da pobreza e à conquista de cidadania como objetivos primordiais da intervenção governamental.

O Programa tem como objetivo a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural inclusive a de gênero, raça e etnia por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável com:

Integração de políticas públicas a partir de planejamento territorial; Ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas; Ampliação da oferta e universalização de programas básicos de cidadania; Inclusão produtiva das populações pobres e segmentos sociais mais desiguais, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p.04).

Tem como premissas: o reconhecimento dos Colegiados Territoriais, como instâncias de planejamento, gestão e controle social das ações implementadas no âmbito do Programa; e a utilização dos Planos de Desenvolvimento Territorial como referência para a identificação e atendimento de demandas, elaboração e financiamento de projetos, integração de políticas públicas e elaboração de planos e programas setoriais, complementares (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p.05).

O enfoque dos territórios de cidadania tem por referência:

[...] os territórios rurais como espaço de articulação e gestão de políticas públicas é oriunda principalmente, da necessidade de se adotarem concepções inovadoras para enfrentar problemas que, apesar dos avanços conseguidos, persistem atingindo fortemente algumas regiões e grupos sociais. Especificamente refere-se ao enfrentamento da pobreza e da exclusão social, à degradação ambiental e às desigualdades regionais, sociais e econômicas que ainda atingem o meio rural brasileiro (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p.03).

O PTC tem como instrumentos: a) a elaboração de termos de cooperação interministerial para integração de políticas públicas com base nos Planos, Ações e Projetos envolvidos no Programa Territórios da Cidadania; b) editais Públicos de chamada de Projetos para os territórios rurais; criação de Consórcios Públicos nos Territórios Rurais para operacionalização de programas e projetos territoriais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p.06).

A finalidade dos programas PRONAT e PTC, mesmo apresentando posturas distintas, são complementares no que tange à redução da pobreza rural. No entanto, para o PRONAT, o enfrentamento direto à pobreza rural não está contemplado dentro de seu quadro de metas, como tivemos a oportunidade de discutir.

#### **4. Avaliação do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável**

Em 2012, foram apoiados 165 Territórios Rurais, organizados nas 27 unidades da federação, abrangendo 2.509 municípios, com uma população de cerca de 55,1 milhões de pessoas. Os recursos aplicados foram da ordem de R\$ 481,54 milhões, considerando os valores totais empenhados no exercício e os valores inscritos em Restos a Pagar (RAP) de exercícios anteriores, pagos em 2012 (CGU, 2012, p. 443).

As principais ações orçamentárias desse Programa foram: a) Capacitação de Agentes de Desenvolvimento; b) Apoio à elaboração e gestão social dos planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável – PTDRS; c) Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais; d) Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócioprodutivas da Agricultura Familiar no âmbito dos Territórios Rurais; e) Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Combate à Pobreza no Semiárido do Nordeste; f) Documentação da Trabalhadora Rural e Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais para Municípios com até 50.000 (CGU, 2012, p. 444).

Nos Colegiados Territoriais participam cerca de 11.700 atores sociais e institucionais. Os colegiados contam ainda com:

(...) cerca de 449 Comitês Setoriais e Câmaras que são o público alvo desta ação. No exercício de 2012, a execução financeira ficou em 92,04% dos recursos disponibilizados e foram capacitados 16.658 agentes de desenvolvimento, por meio da realização de eventos formativos, como seminários, encontros estaduais e nacionais, oficinas pedagógicas, reuniões técnicas, intercâmbios, palestras, assessorias, cursos, audiências públicas e conferências (CGU, 2012, p. 444).

Os resultados físicos, agentes de desenvolvimento capacitados, foram potencializados, atingindo 116,00% da meta estabelecida, devido à operacionalização de projetos financiados com recursos de exercícios anteriores, efetivamente aplicados em 2012.



Em 2012, foram concluídos 10 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, alcançando o acumulado de 158 territórios rurais com planos elaborados, dentre os 165 territórios apoiados. A existência de recursos de contratos de repasse de exercícios anteriores, em execução, justifica o alto índice de gestão social dos planos anteriormente elaborados, apurado na meta física.

No período de 2012, foram contratados e empenhados 720 Planos de Trabalho, envolvendo recursos da ordem de R\$ 245,35 milhões, beneficiando um total de 2.641 municípios, sendo que parte deste está em 152 territórios rurais e os demais em municípios não organizados em território e que foram contemplados com emendas parlamentares (CGU, 2012, p. 445).

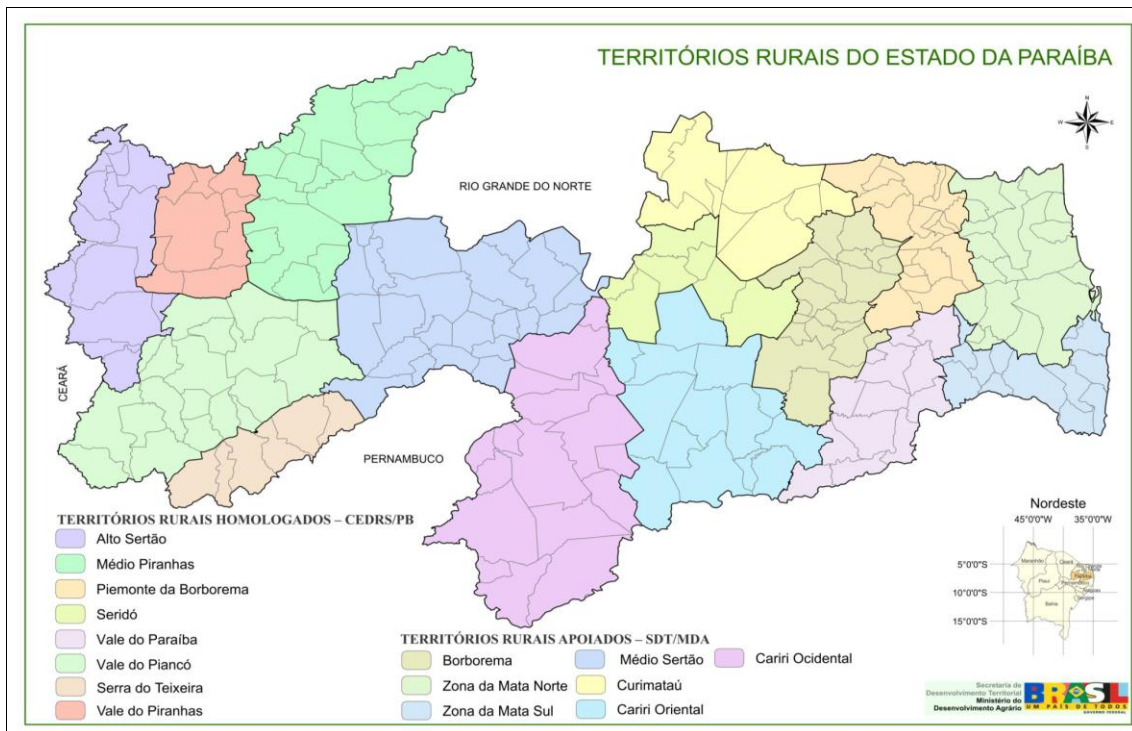
Os projetos financiados contemplam áreas de planejamento e gestão, produção, agroindustrialização e agregação de valor a produtos da agricultura familiar, comercialização, associativismo, cooperativismo, assistência técnica e extensão rural, infraestrutura hídricas, centros de formação, infraestrutura social.

A execução orçamentária do MDA, no período abordado, 2008 a 2012, distribuiu-se em 3 funções: Previdência Social, Organização Agrária e Encargos Especiais. Dentro da Função Organização Agrária, destaca-se a subfunção Ordenamento Territorial, que cresceu R\$ 158,1 milhões em relação a 2011.

## **5. Política de Desenvolvimento Territorial na Paraíba**

Segundo o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba (CEDRS-PB), foram homologados 15 territórios rurais como se pode observar na Figura 1.

As ações e projetos nos territórios rurais da Paraíba são os mais diversos: educação do campo (Ações de escolarização, EJA, formação de professores e educação contextualizada); Saúde preventiva, segurança alimentar, ações para o resgate e manutenção de tradições locais; Capacitação para o acesso de Políticas Públicas específicas, segurança pública, meio ambiente, juventude, mulheres; Populações tradicionais (Indígenas e quilombolas); Organização da Produção/comercialização (Associação, cooperativas, redes de comercialização, economia solidária, empreendedorismo, dinamização econômica); Capacitação técnica agrícola e produtiva (em temas relacionados a atividades agrícolas, de pecuária e produtivas); Gestão e controle social (Conselhos e Consórcios), Artesanato, dentre várias outras.



**Figura 1:** Territórios Rurais no Estado da Paraíba

**Fonte:** PTDRS- Zona da Mata Norte (2010).

Considerando as ações e os projetos acima elencados, analisaremos a sua execução, tomando como base alguns projetos do Território da Zona da Mata Norte. Os dados são oriundos do Programa Território da Cidadania, tendo em vista que, é a fonte mais segura e que também em algumas situações se aplica ao PRONAT já que, este é um desdobramento do primeiro que tem como objetivo principal o combate à pobreza.

De acordo com o Governo Federal, em 2008, dos 180 projetos territorializados em todo país, para o território Zona da Mata Norte - PB foi previsto um total de 66 Ações por meio do Programa Territórios da Cidadania com a previsão de investimento de R\$ 161.724.042,85. Até 31 de Dezembro de 2008, o Portal da Cidadania recebeu informações sobre a execução de 63 ações. Para estas ações informadas o valor previsto é de R\$ 161.000.442,85. Até aquela data foram executados R\$ 148.937.649,42.

Em 2009, dos 113 projetos, para o território Zona da Mata Norte - PB foi previsto um total de 77 Ações por meio do Programa Territórios da Cidadania com a previsão de investimento de R\$ 220.861.561,98. Até 31 de Dezembro de 2009, o Portal da Cidadania recebeu informações sobre a execução de 77 ações. Para estas ações informadas o valor previsto é de R\$ 220.861.561,98. Até aquela data foram executados R\$ 194.429.766,86.

Em 2010, dos 180 projetos, para o território Zona da Mata Norte - PB foi previsto um total de 67 Ações por meio do Programa Territórios da Cidadania com a previsão de investimento de R\$ 172.563.471,93. Até 31 de Dezembro de 2010 o Portal da Cidadania recebeu informações sobre a execução de 60 ações. Para estas ações informadas o valor previsto é de R\$ 170.944.679,89. Até esta data foram executados R\$ 214.767.959,52. Para 2011 e 2012, os dados não foram disponibilizados.

Para o conjunto dos 120 territórios da Cidadania foram previstas para o ano de 2013 um total de 71 Ações por meio do Programa Territórios da Cidadania, com a previsão de investimento de R\$ 7.319.788.859,53. No entanto, dos 71 projetos, apenas 27 foram territorializados com a previsão de investimento de R\$ 39.366.775,42.

No que diz respeito ao número de famílias atendidas diretamente pelo programa (incluindo assentados de Reforma Agrária, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, povos e comunidades tradicionais sem acesso à energia elétrica em suas casas, famílias acampadas etc.) e que são o sujeito principal da política em questão, tem-se que no território da Zona da Mata Norte apresentou uma forte variação: em 2008 mais de 145.000 mil famílias; em 2009, houve um decréscimo no número de agricultores familiares atendidos diretamente, foram em média 93.000 mil; em 2010, houve um acréscimo de agricultores familiares atendidos diretamente, foram cerca de 163.000 mil; em 2013, houve um decréscimo no número de agricultores familiares assistidos diretamente.

Em relação ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) no Território da Zona da Mata Norte, em 2008, foram adquiridas 1.563 toneladas de alimentos com um valor aproximado de R\$ 878.572,22. Desse total, foram adquiridas 679 toneladas de alimentos com um valor aproximado de R\$ 488.768,48 dos agricultores familiares.

Em 2009, o PAA Leite, conhecido como Leite Fome Zero, que tem como objetivos contribuir com o consumo de leite pelas famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a produção familiar, adquiriu 3.529.550 litros com um valor aproximado de R\$ 3.388.368,00.

Em 2010, através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA foram adquiridas 58 toneladas, com um valor aproximado de R\$ 100.142,42. Em 2013, o PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar assistiu 176 agricultores familiares com um valor aproximado de R\$ 447.300,22.

Em relação à Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar (Plano Brasil sem Miséria) 249 agricultores familiares foram assistidos com um valor aproximado de R\$ 1.110.657,37.

Além dessas iniciativas, em 2012, 450 empreendimentos da agricultura familiar foram apoiados nos territórios rurais com assessorias, especialmente em comercialização. Visitamos no território da Zona da Mata Norte um desses empreendimentos que, tem como ponto forte o beneficiamento de frutas em polpa oriundas da agricultura familiar.

A Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu – hoje denominada de FRUTIAÇU, tem experimentado uma estratégia de gestão coletiva, buscando proporcionar o protagonismo dos beneficiários, baseados na política de desenvolvimento territorial rural sustentável.

Todavia, as ações desenvolvidas não foram suficientes no que diz respeito à gestão da agroindústria tendo em vista que, mesmo ela estando toda equipada, preparada para funcionar plenamente com o beneficiamento de diversas frutas oriundas de diversos municípios que fazem parte da dinamização econômica na prática não se efetiva.

Mesmo funcionando atualmente com a venda da polpa garantida para algumas prefeituras do território através do PNAE, a agroindústria passa por um problema que não é novo dentro das políticas públicas: a questão do pouco ou nenhum acompanhamento técnico e de gestão assim, atualmente, o empreendimento sofre com a falta de gestão compartilhada, tendo em vista que de acordo com os relatos das cooperadas o presidente da agroindústria que também é cooperado não repassa nenhum tipo de informação sobre, por exemplo, a questão financeira, isso se deve ao fato do mesmo também não ter sido preparado para tal função.

Assim, de certa forma, as cooperadas que fazem o negócio funcionar se sentem, segundo relatos, descobertas e desinformadas. Segundo as mesmas, falta muita coisa para dar certo como: capacitação, acessória técnica, informação, reuniões, cursos para compreender melhor como se dá a cooperação, a sustentabilidade. As cooperadas citaram como exemplo, a sobra das frutas que poderiam se transformar em alimentação/ração para os animais são jogadas no lixo tendo em vista que as mesmas não foram capacitadas para tal trabalho mas sim para produzir para comercializar, tão somente.

Contudo, a política que é pensada e construída, inicialmente, para a agricultura familiar, na prática, não o insere como um sujeito participativo desse processo de construção de um desenvolvimento sustentável, mas apenas como um sujeito receptor, ou melhor, como um beneficiário do programa. Com isso, algumas metas traçadas não obtêm o resultado esperado, ou seja, não são efetivamente implementadas.

Além disso, o perfil do técnico que é colocado para implementar a política geralmente não têm uma atividade voltada para a realidade do campo e da agricultura familiar, ou seja, há um distanciamento tanto ideológico, quanto político e empírico das suas atividades em relação ao agricultor familiar, o que faz com que seu trabalho fique estritamente tecnicista, tendo em vista que não possui uma formação específica para trabalhar com o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar. Via de regra, sua formação está orientada para o desenvolvimento do agronegócio e vão de encontro à cultura dos agricultores familiares.

Nesse processo, o agricultor familiar é visto apenas como beneficiário, ou seja, um receptor passivo do programa, desconsiderando suas reais necessidades e potencialidades. Faz-se necessário respeitar os princípios da agricultura familiar de base agroecológica, respeitando-se a cultura das unidades familiares camponesas, que estão baseadas no balanço entre consumo e reposição da força de trabalho familiar e não nos princípios da lucratividade. É necessário, também, dar voz a esses agricultores para que eles possam relatar os problemas e reivindicar por melhorias no campo.

## 5. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Representatividade e inovação*. In: **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**, 1., 2005, Brasília. Disponível em: <[www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros\\_trabalhos/2005/CONDRAF\\_25\\_08\\_05.doc](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/2005/CONDRAF_25_08_05.doc)> Acesso em: 10 nov. 2013.

BONNAL; KATO, Karina. *Cap. 2 O Processo Contemporâneo de Territorialização de Políticas e Ações Públicas no Meio Rural Brasileiro*. **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 14**, Brasília – Agosto/2011, IICA.

\_\_\_\_\_. *Referências e considerações para o estudo e a atuação dos programas de desenvolvimento Territorial (PRONAT e PTC) na perspectiva da redução da pobreza em territórios rurais*, 2012. **Aperfeiçoamento das Políticas Públicas de Enfrentamento da Pobreza Rural na Perspectiva do Desenvolvimento Territorial – 2011/2012**, IICA.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). (2005d), *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil*. Brasília, MDA/SDT (Documentos Institucionais, 1).

BRASIL. *Integração de Políticas Públicas Para Reduzir Desigualdades. Territórios da Cidadania*, 2008.

CGU. Contraladoria Geral da União. Prestação de contas da presidenta da república exercício de 2012. **Relatório Sobre os Orçamentos e Atuação Governamental**. Balanço Geral da União. Brasília-DF, Exercício de 2012. <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2012/Arquivos/PCPR2012.pdf>, acesso em: 26/04/2014.

ECHEVERRY, Rafael; MOSCARDI, E. (2005). *Construyendo el desarrollo rural sustentable en los territorios de México*. Ciudad de México: IICA, SAGARPA. Fonte: <http://repiica.iica.int/docs/B0361E/B0361E.PDF>.

MDA/SDT. **Manual de Operacionalização do PROINF**, Brasília, Maio de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da Cidadania**, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; DIAS, Marcelo Miná. *Introdução. Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil*. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 14**, Brasília – Agosto/2011, IICA.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 438f. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2006.

PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS**. Território da Zona da Mata norte – PB, resumo executivo, 2010-2010, Paraíba, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

## GT 01 – Desenvolvimento Rural: uma década da política pública de desenvolvimento territorial

### Desenvolvimento territorial e participação no Território do Caparaó: Alternativa à modernidade?

Ana Cláudia Hebling Meira<sup>1</sup>

**Resumo:** Desde o final da década de 1940, o desenvolvimento vem se constituindo em ideia-força que respalda debates teóricos e ações empreendidas por agências na esperança de superar problemas como a desigualdade e a pobreza. Após verificarem o fracasso de programas baseados na perspectiva da modernização social, as teorias sobre o desenvolvimento ganham novos matizes através das abordagens novo-desenvolvimentista e pós-desenvolvimentista. Em uma perspectiva empírica, no Brasil, na década de 1990, emerge a perspectiva Territorial do Desenvolvimento Rural. Neste ensaio, utilizamos a abordagem das *modernidades alternativas* e *alternativas à modernidade* para analisar a experiência da Rede da Agricultura Familiar (RAF) do Território do Caparaó, no bojo do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. A partir, principalmente, das categorias *countwork*, *modernidades alternativas* e *crítica decolonial*, sugerimos que a experiência da RAF, do ponto de vista da participação dos atores a quem se destinam as ações de desenvolvimento, pode ser vistas na perspectiva das *modernidades alternativas*, mas não se configura, exatamente, em uma crítica *decolonial*, constituindo-se apenas em uma crítica à intervenção dos “de fora”, ao Estado e à forma como a Política do Desenvolvimento Territorial vinha sendo conduzida no Caparaó.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento Territorial; Participação; Pós-desenvolvimento.

### Introdução

Desde o final da década de 1940, o desenvolvimento vem se constituindo em ideia-força que respalda acalorados debates teóricos, ações empreendidas por agências nacionais e internacionais (estatais ou não) na esperança de superar problemas como a desigualdade e a pobreza e, embora sofra várias críticas e desgastes, “*não perde a força imaginativa e poder conceitual*” (RADOMSKI, 2011:149). Mesmo após verificarem o fracasso de programas de desenvolvimento baseados na perspectiva da modernização social e do crescimento econômico, as teorias sobre o desenvolvimento, mais heterogêneas e plurais, ganham novos matizes através das abordagens novo-desenvolvimentista<sup>2</sup>.

Entretanto, nos anos 1990, a partir das abordagens pós-estruturalistas da Antropologia do Desenvolvimento, surge um debate crítico em que participam diversos

---

<sup>1</sup> Doutoranda/ Docente/ PGDR - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ CCA -Universidade Federal do Espírito Santo, anameira2002@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Podemos destacar a Teoria das Capacitações de Armatya Sen, o Institucionalismo Histórico de Karl Polany, a Perspectiva Orientada aos Atores de Norman Long, entre outros.

autores<sup>3</sup> que sugerem a emergência de uma nova era: *a era do pós-desenvolvimento*.

No Brasil, do ponto de vista empírico e, particularmente no caso do “rural”, o debate sobre o desenvolvimento contribui para a emergência do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, com forte ênfase à participação dos atores locais nas ações de desenvolvimento que deveriam ser empreendidas no territórios. Desta maneira, criou-se um conjunto de instituições (colegiados, conselhos, etc.) para que a participação dos atores locais fosse possibilitada. Mas como ocorre, na prática, esta participação? De que maneira os atores sociais locais participam da construção das políticas de desenvolvimento? A Política Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais permite, de fato, a construção de propostas de desenvolvimento *alternativas à modernidade*, respeitando dinâmicas locais e construindo ações “de baixo para cima”?

Diante da complexidade deste debate, que “*difícilmente poderia ser considerado um programa unitário e homogêneo de pensamento*” (RADOMSKI, 2011:154), centralizaremos nossas análises na contribuição de Arturo Escobar, com enfoque na abordagem das *modernidades alternativas* e *alternativas à modernidade* para analisar a experiência da Rede da Agricultura Familiar do Território do Caparaó, doravante, simplesmente, RAF. Poderíamos considerar o discurso<sup>4</sup> da RAF uma experiência de *pós-desenvolvimento* no sentido de pensá-la como uma expressão de *modernidades alternativas* ou de *alternativas à modernidade*?

Para tanto, este ensaio está estruturado da seguinte maneira: além desta introdução, uma seção dedicada à apresentar a abordagem das *modernidades alternativas* e *alternativas à modernidade* de Arturo Escobar, seguida de uma seção acerca da RAF e sua atuação no Território do Caparaó, baseada em minha experiência como Conselheira do Colegiado Territorial do Território do Caparaó, e algumas considerações finais em uma perspectiva analítica.

### “Modernidades Alternativas” e “Alternativas à Modernidade”

Como aponta ESCOBAR (2005) o discurso do *desenvolvimento* surgiu no pós segunda guerra e construiu a Ásia, África e América Latina como o Terceiro Mundo. Este discurso tornou possível a criação de um vasto aparato de *desenvolvimento* composto por agências nacionais e internacionais de planejamento, públicas ou privadas, projetos, profissionais especializados, entre outros. Ele operou a profissionalização do *desenvolvimento* e sua institucionalização de modo a excluir os conhecimentos, preocupações e objetivos daqueles que deveriam beneficiar-se do *desenvolvimento*.

Entretanto, nos anos 1990, emerge uma abordagem crítica ao *desenvolvimento* proporcionada pela antropologia e pelas perspectivas pós-estruturalistas e pós-colonial, colocando-se como um contraponto ao projeto desenvolvimentista, qual seja, a abordagem do *pós-desenvolvimento*. Um conjunto de autores críticos sugerem pensar a possibilidade de uma era de *pós-desenvolvimento*, ou seja,

*“una era en la que el desarrollo ya no sería el principio organizador central de la vida social”(…) Otros añadieron a esta caracterización una re-valoración de las culturas vernáculas, la necesidad de depender menos de los*

<sup>3</sup> Entre eles J. Ferguson, A. Escobar, G. Rist, A. Quijano, E. Said e outros.

<sup>4</sup> Tomado aqui na perspectiva foucaultiana, ou seja, discurso como uma prática estruturada e que provoca efeitos reais.



*conocimientos de expertos y más de los intentos de la gente común de construir mundos más humanos, así como cultural y ecológicamente sostenibles. Se destacó, además, la importancia de tomar en serio los movimientos sociales y movilizaciones de base como el fundamento para acercarse a la nueva era.* (ESCOBAR, 2005:20)

A abordagem do *pós-desenvolvimento* se refere, portanto, à possibilidade de criar diferentes discursos e representações, partindo de uma epistemologia baseada em uma perspectiva interpretativa/ construcionista. Além disso enfatiza a necessidade de mudar as práticas de saber e fazer, incluindo aí a “economia política da verdade”, e de multiplicar os centros e agentes de produção do conhecimento, como os indivíduos envolvidos, os movimentos sociais, o Estado, entre outros, evidenciando uma pluralidade de discursos e práticas. Propõe também focar as adaptações, subversões e resistências em relação às intervenções de *desenvolvimento* – que podemos denominar *alternativas ao desenvolvimento* - e destacar as estratégias alternativas produzidas pelos movimentos sociais, articulando as *modernidades alternativas* e as *alternativas à modernidade*. (ESCOBAR, 2005)

O debate contemporâneo sobre o *desenvolvimento* tem subsidiado as discussões sobre globalização e modernidade, considerando, principalmente, a tese de que a globalização implica a universalização da modernidade e, mais do que isso, de que fora da modernidade não há possibilidades. (ESCOBAR, 2008)

Esta tese assume várias formas e cada uma delas tem consequências diferentes para o *desenvolvimento*. A forma dominante é a que defende que a Ásia, a África e a América Latina precisam consolidar sua modernidade promovendo, através do *desenvolvimento*, a globalização. Este seria o mecanismo capaz de incluir os “excluídos” da modernidade e, por conseguinte, do mundo globalizado. *Desenvolvimento* aqui é visto, portanto, como um aprofundamento da modernidade. Entretanto, uma segunda perspectiva, é defendida por antropólogos que advogam a pluralização da modernidade em direção a uma concepção de *modernidades alternativas*. Por fim, ESCOBAR (2008) afirma existir um terceiro cenário que pode ser utilizado para questionar a unanimidade em torno dos argumentos favoráveis à globalização da modernização: *as alternativas à modernidade*.

O principal recurso dessa crítica é a perspectiva da *colonialidade*. Neste sentido, a modernidade não pode ser entendida sem referência ao poder colonial que a acompanha e que implica na marginalização de culturas e saberes de grupos subalternos. A emergência de saberes subalternos cria lacunas no moderno sistema colonial mundial e as possibilidades de construção de “mundos” locais e regionais, com diferentes lógicas, constituem narrativas *alternativas à modernidade*. (ESCOBAR, 2008)

Considerando as proposições do programa de pesquisa Modernidade/ Colonialidade/ Decolonialidade (MCD), ESCOBAR (2008) afirma que a modernidade não deve ser analisada a partir de categorias como *globalização* ou *desenvolvimento*, como na perspectiva do *desenvolvimento* já mencionada, mas sim, a partir da categoria *Modernidade/ Colonialidade*. Isto significa a defesa da ideia de que “não há modernidade fora da *colonialidade*”. O projeto moderno é antes de tudo, um projeto colonial. Neste sentido, outra categoria assume caráter importante, a de *diferença colonial*.

A partir da contribuição de vários autores, o programa MCD se constitui em um

quadro alternativo para os debates sobre *modernidade*, *globalização* e *desenvolvimento*, na medida em que mostra as deficiências da linguagem de *modernidades alternativas*, marcadas pela incorporação de um projeto de *desenvolvimento* único para todos e por desconsiderar as perspectivas subalternas. Aqui outra categoria assume importância: *decolonialidade*. Trata-se de incorporar uma perspectiva que parte do princípio de que alguns movimentos sociais fundamentam seus projetos a partir de certo grau de autonomia social, cultural, econômica e inclusive epistêmica. Assim, a linguagem das *modernidades alternativas* é uma tentativa de tornar visível o potencial transformador das histórias locais sobre o desenho global de *desenvolvimento*. Ela também aponta o caminho para uma reconceitualização em termos de *alternativas à modernidade*, avançando assim, do quadro teórico conceitual do *desenvolvimento* para o do *pós-desenvolvimento*. (ESCOBAR, 2008)

Do ponto de vista metodológico, vários autores adotam uma abordagem pragmática construtivista e orientada aos atores, como por exemplo, a lógica da oposição (counterwork) de Alberto Arce e Norman Long. Assim, verifica-se que os projetos de *desenvolvimento* exógenos sofrem tensões, frustrações e, muitas vezes, seus objetivos iniciais são modificados. Ao nível local, os movimentos sociais e diversos outros atores apresentam uma contra-tendência aos projetos, por vezes modificando-os significativamente. Assim, ao considerarmos a lógica da oposição, podemos ver resultar apenas em projetos de *modernidades alternativas* (ou seja, a busca de formas alternativas de modernidade, mas ainda dentro da lógica *colonial*) ou *alternativas à modernidade* (ou seja, em proposições que do ponto de vista epistêmico constituem-se em um projeto *decolonial*).

Dito de outra forma, as *alternativas à modernidade* se referem à dimensão da relação entre globalização, desenvolvimento e modernidade que imagina um projeto político-cultural explícito de transformação da perspectiva da modernidade/colonialidade/ decolonialidade – mais precisamente, a construção de uma visão de mundo alternativa à diferença colonial que contribui para o enfraquecimento das sólidas estruturas da modernidade (universalidade, racionalidade científica, racionalidade instrumental, entre outras). A *alternativa à modernidade* é a expressão de um desejo político, um desejo de crítica à utopia e não um estado real do presente ou do futuro. Trata-se da crítica *decolonial*. (ESCOBAR, 2008)

Do ponto de vista metodológico, ESCOBAR (2008) aponta para a realização de etnografias em comunidades locais a quem são destinados projetos de *desenvolvimento* que busquem elucidar as narrativas que se contrapõem aos projetos de modernização dos agentes de desenvolvimento com base no engajamento colaborativo de grupos locais que constroem discursos que denunciem a *diferença colonial*.

O objetivo deste ensaio é exercitar a operacionalização de algumas categorias-chaves da *abordagem* do *pós-desenvolvimento* na perspectiva da *crítica colonial*, para refletir sobre as diversas dinâmicas locais que se desenvolvem no contexto da Política Territorial do Desenvolvimento Rural. Para tanto, na seção seguinte apresentaremos, como base empírica para esse exercício, as experiências vivenciadas como membro do Conselho Territorial do Caparaó.

## **A experiência da Rede da Agricultura Familiar no Território do Caparaó**

No Brasil a abordagem Territorial do Desenvolvimento foi a base para a formulação de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento rural

empreendidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Denominado Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) e gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), este programa adotou o conceito de *território rural* como eixo central de suas ações. Para a SDT, Território é

*“um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se podem distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.”* (MDA, 2005 apud ECHEVERRI, 2010:89-90)

A partir desta concepção de território, a SDT adotou como uma de suas diretrizes básicas a ideia de que o desenvolvimento rural é um processo multidimensional (econômico, político, cultural, social e institucional) onde a participação dos atores sociais é fundamental. Entende-se ainda que essa participação deva se dar em condições de equidade e amplo acesso e que o planejamento deva ocorrer a partir do local, de baixo para cima, de caráter participativo, buscando a autogestão dos Territórios. (ECHEVERRI, 2010) Para tanto foi criada uma institucionalidade baseada nos Colegiados Territoriais, compostos por atores representantes do poder público e da sociedade civil organizada.

A abordagem territorial adotada na formulação dos programas de desenvolvimento rural afirma que é necessário, antes de tudo, compreender as relações sociais, históricas, culturais e políticas dos grupos em questão, bem como levar em consideração suas demandas e sua visão de futuro.

Em linhas gerais, quando analisamos os documentos oficiais do MDA, fica evidente a ideia de que existem dinâmicas próprias no territórios, entretanto que estas não são suficientemente capazes de promover o desenvolvimento destas regiões e, por esta razão, é necessária a intervenção do Estado. Sendo assim, o objetivo do PRONAT é acelerar processos locais e sub-regionais para ampliar as oportunidades de geração de renda de forma descentralizada e sustentável, articulados a redes de apoio e cooperação solidária.

Além da incapacidade dos atores locais em promoverem seu próprio desenvolvimento, fica também sub-entendida a visão de que desenvolvimento significa geração de renda ou crescimento econômico. É por esta razão que a homologação dos territórios rurais se deu por “regiões depressivas”, ou seja, aquelas regiões onde os indicadores sociais apontavam para maior pobreza e desigualdade social. Aqui se verifica a construção da ideia de que o “outro” (ou o Território) é pobre e incapaz de sair da pobreza.

Atualmente são 164 Territórios Rurais no Brasil. O Território do Caparaó, no sul do Espírito Santo é formado por 11 municípios (Alegre, Divino de São Lourenço, Doros do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire e São José do Calçado).

Quando se iniciou o processo de homologação de Territórios Rurais no país, já existia na região do Caparaó Capixaba uma forma de organização intermunicipal chamada Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região do Caparaó.

Formado por representantes de treze ONG's que atuam na região e pelos prefeitos dos onze municípios que atualmente formam o Território, o Consórcio do Caparaó representava uma articulação consolidada entre representantes do poder público, o que proporcionou o acesso a uma série de políticas públicas e o desenvolvimento de ações conjuntas de âmbito territorial.

Devido a isso, no momento em que se propôs incluir o Caparaó na política territorial articulada pelo Governo Federal, houve um entendimento local de que a estruturação dessa forma de organização já estava iniciada e que, portanto, caberia ao Consórcio do Caparaó coordenar a implantação da política e a formação do Colegiado no Território. Dessa forma, quando se iniciou a implantação da política territorial no Caparaó, os agricultores familiares e suas representações tiveram sua participação bastante restringida, havendo uma clara predominância do poder público nos debates e direcionamento das ações, inclusive no que diz respeito à construção dos projetos estratégicos que seriam apoiados, com recursos financeiros, pela SDT.

Essa situação impulsionou a emergência de um movimento paralelo no Território, que passou a discutir os fundamentos da política territorial e a forma como a mesma estava sendo conduzida no Caparaó. Era sabido que o desconhecimento por parte dos agricultores familiares sobre as discussões e os processos de desenvolvimento territorial impedia os mesmos de acessarem os recursos e políticas voltadas para a categoria.

Dentro dessa perspectiva, numa oficina realizada em 2005, deu-se o passo inicial para a criação da RAF, uma organização informal, originada da articulação de movimentos sociais e representantes diversos de agricultores familiares, como por exemplo os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, o Movimento de Pequenos Agricultores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, um grande número de Associações de Agricultores Familiares, representantes de assentamentos de Crédito Fundiário, entre outros, que se mobiliza para participar e debater o *desenvolvimento* do Território do Caparaó. Assim, passaram a acontecer muitos encontros para mobilizar os agricultores familiares e debater a política territorial.

Como resultado das diversas discussões realizadas, concluiu-se que os agricultores não eram de fato representados no colegiado territorial e que, ao contrário do que “pregava” a política, eles não tinham a possibilidade de sequer interferir na aplicação dos recursos.

Como o Colegiado já tinha uma composição consolidada e atuando a mais de dois anos, a RAF passou a ser vista como um grupo subversivo, que tinha por objetivo desestruturar o Colegiado, o que gerou certo nível de constrangimento nos debates e uma atmosfera conflituosa entre os participantes. A situação alcançou um ponto em que foi necessário haver intervenção direta do Governo Federal para mediar os conflitos (LEITÃO, 2009). Na intervenção inicial, procurou-se estabelecer um processo conciliatório, o que não se mostrou eficaz e trouxe mais animosidade à situação. Na segunda intervenção, a necessidade de revisão da composição do Colegiado, com inserção de representações da agricultura familiar, foi defendida de maneira firme como fundamental para a construção do processo de desenvolvimento territorial, conferindo legitimidade à RAF.

Como consequência, houve uma reestruturação no Colegiado e a agricultura familiar passou a participar mais efetivamente dos debates, equilibrando as forças e ampliando a gestão social da política. Em 2006, foi aprovado um projeto de custeio de uma entidade parceira da RAF (o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muniz Freire),

que permitiu a formação de mais de 1500 agricultores familiares no Território.

Em 2007, dois outros projetos de custeio com mais de 10 atividades de capacitação abrangendo diversos temas foi construído pelos próprios agricultores familiares em oficina de elaboração de projetos realizada em Muniz Freire e foram aprovados.

Além dos projetos de custeio, os agricultores familiares representados no Colegiado Territorial também conquistaram a possibilidade de interferir no direcionamento dos recursos destinados aos investimentos em infra-estrutura.

Outro resultado deste conjunto de ações foi a ampliação dos espaços públicos de participação, principalmente com a participação dos agricultores familiares nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e Sustentável, nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, entre outros.

É a partir da constituição e fortalecimento destes espaços que se criaram mecanismos mais eficientes para a organização, expressão e sistematização dos interesses dos camponeses, conferindo, de certa forma, mais autonomia aos mesmos nos municípios, principalmente no que diz respeito à organização das demandas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Este fato pode ser verificado a partir da grande participação dos agricultores familiares na elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e no Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

## Considerações finais

A perspectiva interpretativa/ construcionista característica da abordagem do *pós-desenvolvimento* nos permite evidenciar uma pluralidade de discursos e focar as adaptações, subversões e resistências em relação às intervenções de desenvolvimento. Ao analisarmos a emergência da RAF no Território do Caparaó, bem como suas ações no sentido de garantir a participação dos agricultores familiares nas instâncias de tomadas de decisões da Política de Desenvolvimento Territorial verificamos exatamente um processo de *counterwork* (ou de uma lógica da oposição) que emerge a partir de atores locais.

Acreditamos que esta lógica da oposição, talvez não seja direcionada contra o desenvolvimento, mas contra um certo tipo de política de desenvolvimento, ou mais do que isso, contra a forma como os diversos atores locais vinham conduzindo as ações relacionadas à Política de Desenvolvimento Territorial.

Do nosso ponto de vista, os questionamentos acerca da legitimidade da composição do Colegiado Territorial por parte da RAF, no sentido de denunciar o fato de que não havia ocorrido um debate local sobre quais seriam as representações da sociedade civil e, menos ainda, não contemplava a representação de agricultores familiares, surgiu a partir de uma relação desigual de poder onde, “os de fora” (técnicos, representantes das elites locais, entre outros) apresentavam os projetos de desenvolvimento, numa perspectiva *moderna* (homogeneizadora, exógena, “de cima para baixo”) que não questionava, ou problematizava, o *desenvolvimento*.

Esta assimetria, que poderíamos denominar *diferença colonial* utilizando o conceito de ESCOBAR (2008), proporcionou questionamentos sobre a atuação do Conselho, mas, segundo nosso entendimento, não é suficiente para falarmos em um

projeto *decolonial* (ou *alternativo à modernidade*).

Afirmamos isto porque, a RAF questionou a forma de representação no Colegiado, buscou a presença dos agricultores familiares nas instâncias de decisão sobre os projetos e aplicação de recursos, mas não construiu uma nova narrativa em termos do *desenvolvimento* em si. Não foi capaz, ao nível local, de criar nenhuma prática que fosse efetivamente nova e criada a partir do local.

Neste sentido, considerando a perspectiva de ESCOBAR (2008) das *alternativas ao desenvolvimento, modernidades alternativa es alternativas à modernidade*, tendemos a concluir que esta experiência aqui retratada, do ponto de vista da participação dos atores a quem se destinam as ações de desenvolvimento podem ser vistas na perspectiva das *modernidades alternativas*, mas não se configura, exatamente, em uma crítica *decolonial*, constituindo-se apenas em uma crítica à intervenção dos “de fora”, ao Estado e à forma como a Política do Desenvolvimento Territorial vinha sendo conduzida no Caparaó.

### **Bibliografia Citada**

ECHEVERRI, R. *Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania*. IN: FAVARETO, A. (et.al) **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference: place, movements, life, redes**. London: Duke University Press, 2008

ESCOBAR, Arturo. *El “postdesarrollo” como concepto y práctica social*. IN: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. (pp. 17-31)

LEITÃO, A. L. E. **Política pública para a agricultura familiar: o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PROINF) no Território Caparaó-ES**. Dissertação Mestrado Centro de Pesquisa em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

RADOMSKI, Guilherme F. W. (2011), *Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas*. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 26, nº 75, p. 149-193.

## GT 01 – Desenvolvimento Rural: uma década da política pública de desenvolvimento territorial

### DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: o Programa de Apoio aos Projetos de Infraestrutura e Serviços (PROINF) nos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi (RN) de 2003 a 2013<sup>1</sup>

Emanoel Márcio Nunes<sup>1</sup>  
Fátima de Lima Torres<sup>2</sup>  
Kalianne Freire Godeiro Nunes<sup>3</sup>  
Jéssica Samara Soares de Lima<sup>4</sup>  
Andreyra Raquel Medeiros de França<sup>5</sup>

1 **Economista**, Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Pesquisador CNPq. [emanoelnunes@uern.br](mailto:emanoelnunes@uern.br)

2 **Pedagoga**, graduada pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FE/UERN). Bolsista EXP-1 do CNPq. [fatmalima@hotmail.com](mailto:fatmalima@hotmail.com)

3 **Engenheira Agrônoma**, graduada pela Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Bolsista EXP-1 do CNPq. [kaliannefgnunes@yahoo.com.br](mailto:kaliannefgnunes@yahoo.com.br)

4 **Economista**, graduada pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). [jessiksamara@hotmail.com](mailto:jessiksamara@hotmail.com)

5 **Gestora Ambiental**, graduada pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Rural do Semiárido (PPGATS/UFERSA). [andreyra\\_raquel@hotmail.com](mailto:andreyra_raquel@hotmail.com)

#### Resumo:

Este trabalho objetiva analisar a importância do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura em Territórios (PROINF) para as ações de inclusão produtiva e de gestão social visando a dinamização econômica e o desenvolvimento dos Territórios da Cidadania Açu-Mossoró e Sertão do Apodi (RN) nos seus 10 anos de execução. Como metodologia foram realizadas visitas nos projetos dos dois territórios e aplicados 18 questionários junto aos membros dos colegiados territoriais de seis projetos monitorados. Como resultado percebeu-se que poucos projetos foram implantados e que estes implantados nenhum dos implantados funcionam. Esse resultado alerta para a necessidade urgente de ajustar o arranjo institucional nos territórios e buscar novos caminhos para superar fragilidades existentes nas estruturas de produção econômica da agricultura familiar nos territórios da cidadania Açu-Mossoró e Sertão do Apodi (RN).

**Palavras-chaves:** Agricultura Familiar; Política Pública; Território.

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa *Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo* da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN) (<http://facem.uern.br>), financiado pelo Edital MDA/SDT/CNPq 005/2009 – Gestão de Territórios Rurais.

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem como característica marcante a heterogeneidade entre suas regiões, especialmente no seu meio rural, cada uma com suas especificidades que produzem e reproduzem disparidades, sejam econômicas ou sociais revelando desigualdades regionais. Visando reduzir as desigualdades e incorporar mecanismos de incentivos com vistas proporcionar o desenvolvimento regional, nas últimas décadas têm aflorado o debate e a ação pública do Estado na formulação e implantação de políticas territoriais.

Nesta perspectiva, em 2003 a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), adotou a estratégia de territorialização dos espaços para a implantação das políticas de desenvolvimento rural, por meio do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), que iniciou em 2004 em 65 territórios. Em 2006 essa política abrangia 118, contando atualmente com 164 territórios rurais compostos por 2,5 mil municípios. Em 2008 foi criado o Programa Territórios da Cidadania com 120 territórios em todo o país, com prioridade nas regiões com maiores índice de pobreza e menor acesso às políticas.

A diversidade de atores envolvidos nos processos de tomada de decisão possibilita tanto a geração de oportunidades quanto a de conflitos. Percebe-se que os conflitos entre os membros dos colegiados territoriais têm como um dos seus principais motivos o debate coletivo acerca da destinação dos recursos, com foco central nos projetos de custeio e investimentos geridos e financiados pela SDT, denominados de Apoio aos Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (PROINF). O PROINF é uma ação orçamentária do PRONAT, cuja finalidade é financiar projetos para o desenvolvimento territorial, definidos pelos Colegiados Territoriais em seus Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). O PROINF tem como prioridade a dinamização econômica com a inclusão produtiva, as quais exigem uma gestão social para integrar as políticas públicas nos Territórios da Cidadania.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é demonstrar a eficiência e os limites da implantação das ações do PROINF em dois Territórios da Cidadania do Rio Grande do Norte, os territórios Açu-Mossoró e o Sertão do Apodi, tendo como elementos de análise os resultados alcançados no período de 10 anos, por meio da avaliação do PROINF e do seu acompanhamento e monitoramento na fase de implantação. Assim, a questão central é: o processo de dinamização econômica dos territórios nos últimos dez anos via PROINF tem ocorrido de forma satisfatória? A hipótese é a de que as maiores



dificuldades do PROINF ocorreram na sua implantação, reflexo da frágil gestão social e da articulação institucional para pactuar acordos via Colegiado, assim como do cumprimento dos pactos para a inclusão produtiva via projetos de infraestrutura.

## **2. DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA: inclusão produtiva, gestão social e território**

A afirmação da agricultura familiar passa pela busca de uma relativa autonomia através do seu distanciamento gradual<sup>2</sup> de mercados monopolistas, distanciamento este colocado por Saccomandi (1998) na perspectiva institucional como necessário para um funcionamento mais adequado visando o alcance da dinamização econômica no nível micro. Para Nunes *et al* (2014), a dinamização enfatiza e exige a existência e/ou construção de uma estrutura de produção econômica que possibilite a agregação de valor considerando a diversificação produtos locais, além de estimular a organização coletiva e a inovação tecnológica e gerencial para alcançar eficiência e competitividade no âmbito territorial. O processo de dinamização econômica dos territórios ocorre quando os atores no nível micro se articulam em redes de cooperação, a concepção de cadeias e de arranjos produtivos, todos necessários à construção de uma visão integrada de desenvolvimento produtivo. Nesse sentido, é importante a promoção de iniciativas que busquem desenvolver tecnologias e sistemas de gestão que se adequem à utilização sustentável dos recursos locais, do território, e ao seu estágio de desenvolvimento.

Para Ploeg (2008), em sua obra *The New Pansantries...*, nas formas de utilização dos recursos os movimentos de aproximação com os mercados tendem a variar na mesma proporção dos graus diferenciados de produção econômica. Considerando os territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi, é de considerar nesses movimentos de aproximação ou distanciamento o papel da intensificação do trabalho familiar.

Essa intensificação, o que Ploeg (2008) define *labour-driven intensification*, implica em um constante acréscimo na produção, devido a um maior rendimento por objeto de trabalho. Do ponto de vista técnico, esse rendimento aumenta com o uso crescente de insumos e fatores de produção por objeto de trabalho, ou eficiência técnica melhorada. Uma característica da agricultura familiar é o seu fortalecimento ocorrer com inclusão produtiva a partir desta estratégia que Ploeg (2008) define *labour-driven*

---

<sup>2</sup> Em sua obra *Agricultural market economics...*, de 1998, Vitto Saccomandi aponta que na agricultura familiar surgem experiências que constroem trajetórias na perspectiva do crescimento com elevado uso de recursos externos e forte aproximação do mercado monopolista; e outras engendram trajetórias a partir do desenvolvimento endógeno e com certo distanciamento do mercado monopolista. Assim, as primeiras tendem a levar os agricultores familiares a um grau maior de dependência, e as segundas buscam uma relativa autonomia através do distanciamento gradual dos mercados nocivos, ou seja, os monopólios.

*intensification*, esta partindo de práticas e ações no nível micro baseadas na organização coletiva, na agregação de valor e no acesso a bons mercados de produtos e serviços.

Essa estratégia tem como finalidade criar oportunidades de inclusão produtiva para cada vez mais pessoas, e, para Ploeg *et al.* (2004) se encaixa no ambiente da agricultura familiar, especialmente por esta se colocar como fértil para o surgimento de novidades (*novelty*) e de inovações (*innovation*). Esse é um *approach* que se apresenta adequado para a dinamização nos territórios via ações do PROINF, uma vez que a construção da estrutura de produção econômica tende a fazer aflorar empreendimentos e técnicas novas de produção, os quais podem se tornar naquilo que Ploeg *et al.* (2004) definem *seeds of transition*, ou como destacam França *et al* (2011), na mudança de uma dinâmica rural para outra. Segundo Ploeg *et al.* (2004), as novidades e as inovações possuem trajetórias diferentes, pois enquanto as inovações seriam exógenas e definidas como padrão, externas e globalizadas, as novidades seriam endógenas, diversificadas e se caracterizariam pela contextualização, pela internalização e pela territorialização. (OOSTINDIE & BROEKHUIZEN, 2008; PLOEG *et al.* 2004; BRUNORI, 2009).

A contextualização diz respeito às condições como os agricultores adquirem o conhecimento para gerar as novidades no âmbito econômico, social e institucional em que estão inseridos e enraizados. Na maioria das vezes as novidades e as inovações são o resultado da “fusão de horizontes” entre o mundo dos agricultores, onde predomina o contato com a natureza e o uso do conhecimento natural, com “mundos” de cientistas, ambientalistas, consumidores, etc., em que predomina o conhecimento científico (STUIVER *et al.*, 2004). A internalização refere-se à dinâmica endógena desenvolvida a partir da base de recursos que sustenta a produção das novidades<sup>3</sup>, e onde predomina o uso de recursos internos, dinâmica que acontece numa região ou unidade de produção. Isso faz com que as novidades sejam mais eficientes, pois através de rearranjos no uso dos recursos conseguem aumentar a produção e baixar os custos da atividade agrícola. E a territorialização envolve a ideia de que as novidades nascem de dentro em um local ou de um território, e o seu surgimento depende do tempo, do processo de aprendizado, do meio ambiente e da cultura em que o trabalho na agricultura está inserido. Atualmente,

---

<sup>3</sup> Uma das novidades e/ou inovações que podem surgir no ambiente da agricultura familiar dizem respeito à legalização de produtos agrícolas processados. Como exemplo, podem ser destacados os Sistemas de Inspeção Federal, Estadual e Municipal (SIF, SIE e SIM), e a legislação para a produção da polpa de frutas, como a Lei n° 8.918/95 que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, e que autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas.

segundo PERICO (2009, p. 24), os governos buscam empreender trajetórias bem sucedidas com o intuito de melhorar a qualidade do gasto público e realizar ações de inclusão produtiva, onde o PROINF passa a se configurar em um dos mais importantes instrumentos da política territorial para o desenvolvimento rural.

O PROINF é de responsabilidade da SDT/MDA e ação de inclusão produtiva do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária aprovado no Plano Plurianual 2012-2015. Tem como finalidade financiar projetos para o desenvolvimento territorial definidos nos PTDRS e priorizados pelos territórios. Apóia com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) iniciativas de municípios, estados e União na forma de investimentos para agricultores familiares de territórios rurais, a partir das demandas priorizadas via Colegiado. (PROINF, 2012).

No entanto, como constatam Nunes *et al* (2014), uma deficiente articulação institucional e um frágil processo de gestão social nos territórios Açú-Mossoró e Sertão do Apodi nos dez anos têm gerado dificuldades na implantação e descontinuidades, o que levou a SDT monitorar e avaliar<sup>4</sup> os projetos financiados e definir critérios. A partir de 2010, os projetos para construção, ampliação ou recuperação de obras físicas foram condicionados aos seguintes requisitos, segundo PROINF (2012): a) todos os contratos de obras na área do território, firmados com a SDT/MDA até o exercício de 2010, no âmbito do PROINF, devem estar concluídas ou em execução; b) as obras já concluídas devem estar em funcionamento; e c) a proposta a ser apresentada tem que contemplar a totalidade da obra para o seu funcionamento, bem como das máquinas e equipamentos.

Os recursos de capital são aplicados para a estruturação de entidades privadas, e os projetos poderão ainda ser de transferência voluntária ou obrigatória, conforme art. 25 da Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000. A Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, permite aos órgãos do governo federal operar os recursos na modalidade de transferências obrigatórias para os municípios com menos de 50 mil habitantes que integram o Programa Territórios da Cidadania, por intermédio de termos de compromisso, conforme artigos 104 a 106 da referida Lei, mediante regulamentação anual através de decreto presidencial (PROINF, 2012).

---

<sup>4</sup> Com as células de acompanhamento e informação (CAIs), as equipes das universidades numa parceria com a SDT/MDA/CNPq realizam trabalhos de coleta, registro e análise de informações sobre os territórios rurais, além de apoiar a gestão dos colegiados territoriais em 27 projetos de pesquisa e extensão que atendem 37 territórios rurais espalhados em 607 municípios de todo o País. Os trabalhos começaram em agosto de 2010 e se estenderam até agosto de 2013.

Cabe ainda ressaltar as seguintes normas: Lei 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar nº101/2000; e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de cada exercício orçamentário, que regula a execução dos recursos previstos anualmente no Orçamento Geral da União, além da Portaria Interministerial 507/2011. Com base no manual do PROINF (2012), para que um projeto seja aprovado pelo Colegiado e financiado pela SDT devem ser atendidos o seguinte: a) se caracterizar de interesse público; b) ter sua aplicação em patrimônio público, ou seja, o investimento deve ser feito em área pública; c) a posse, manutenção e conservação dos bens devem ser de responsabilidade do proponente; d) pode ser considerada a implantação de infraestrutura para apoio à prestação de serviços para a agricultura familiar pelo proponente; e e) a proponente pode realizar a gestão compartilhada com os beneficiários do projeto, definindo conjuntamente as obrigações e o funcionamento das estruturas na forma da Lei, em especial, obedecendo ao Art. 63 da Portaria Interministerial 507/2011.

Cabe destacar que apesar desse marco legal não foram construídas estruturas de governança capazes de possibilitar uma eficiente gestão social, o que, de acordo com Nunes *et al* (2014), faz questionar o papel de espaço de concertação institucional do Colegiado Territorial nas ações de inclusão produtiva, visando a dinamização econômica dos territórios por meio da implantação dos projetos do PROINF. Tal afirmativa se justifica ao ser revelada a situação da estrutura econômica construída de 2003 até 2013 que jamais funcionou, como veremos no item 4.

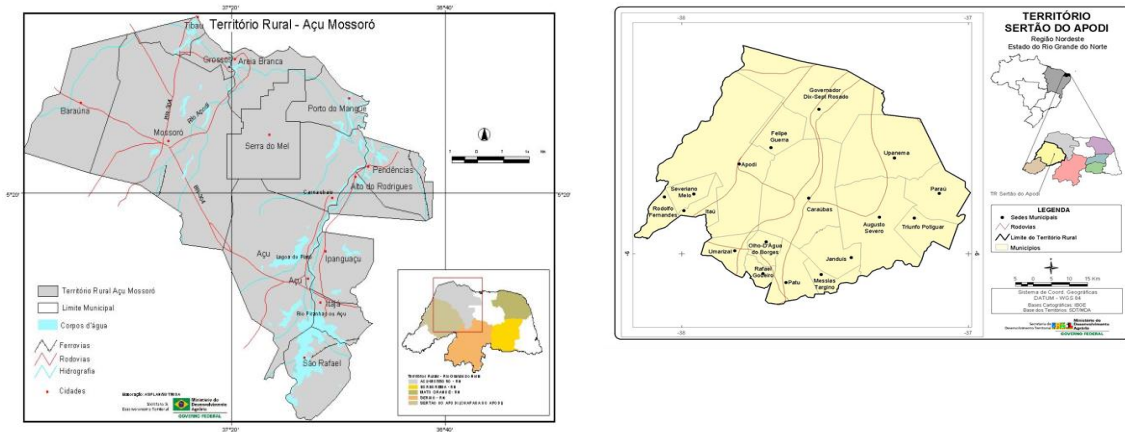
### 3. METODOLOGIA

O presente trabalho é fruto de uma ação do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN), através do projeto, *Inovação e Diversidade e Sustentabilidade na Gestão de Territórios Rurais: monitoramento e avaliação do desenvolvimento dos territórios Açú-Mossoró e Sertão do Apodi (RN)*, financiado pelo MDA/SDT/CNPq, edital 05/2009-Gestão de Territórios Rurais.

Para situar o ambiente do estudo, como mostra a figura 1, este foi o dos dois territórios onde, de acordo com o PTDRS (2010), o Território Açú-Mossoró abrange uma área de 7.974 km<sup>2</sup>, sendo composto por 14 municípios, a saber: Alto do Rodrigues, Areia Branca, Assú, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau. Já o Território Sertão do Apodi abrange uma área de 8.280,20 km<sup>2</sup>, sendo composto por 17 municípios:

Apodi, Campo Grande, Itaú, Janduís, Rodolfo Fernandes, Umarizal, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Messias Targino, Olho-d'água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Severiano Melo, Triunfo Potiguar e Upanema.

**Figura 1: Mapas dos territórios da cidadania Açú-Mossoró e Sertão do Apodi (RN)**



FONTE: Brasil, 2010.

Como procedimento metodológico foi realizado coleta de dados primários com a aplicação de questionários a um representante de cada instituição proponente dos projetos PROINF e um membro, por território, do colegiado territorial. Como estratégia de coletas de dados foram realizadas visitas *in loco* as construções e obras já iniciadas, em andamento ou paralisadas, com objetivo de obter informações acerca dos projetos de infraestruturas definidos nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e priorizados pelos territórios Açú-Mossoró e Sertão do Apodi.

As visitas se realizaram de outubro a dezembro de 2012, e de outubro a dezembro de 2013, tendo aplicado 18 questionários com representantes das instituições proponentes de projetos PROINF, membros do Colegiado e com beneficiários dos projetos. A pesquisa teve como foco os projetos que se encontram concluídos e/ou com obras paralisadas. No território Açú-Mossoró foram aplicados 3 questionários com representantes de instituições proponentes, 3 com membros do Colegiado e 3 com beneficiários distribuídos nos municípios de Alto do Rodrigo, Mossoró, Ipanguaçu, Açú e Serra do Mel. No Território Sertão do Apodi, foram aplicados 3 questionários com representantes das instituições proponentes dos projetos PROINF, 3 questionários com membros do Colegiado e 3 com beneficiários, distribuídos nos municípios de Umarizal, Upanema, Apodi e Janduís. Os questionários aplicados foram elaborados por critérios previamente definidos pela equipe técnica da SDT/MDA, e a metodologia foi desenvolvida para ser aplicada em todos os territórios da cidadania do país.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: os Projetos de Infraestrutura territorial (PROINF) nos Territórios Açú-Mossoró e Sertão do Apodi (RN).

O Rio Grande do Norte encontra-se dividido em dez territórios de identidade denominado pela SDT/MDA como Territórios Rurais e da Cidadania, sendo que no período deste estudo três destes territórios estão inseridos na política como Territórios da Cidadania, são eles: Sertão do Apodi, Açú-Mossoró e Mato Grande. Os demais ainda configuravam como territórios rurais (PTDRS, 2010). Com o crescimento de algumas atividades agropecuárias, a exemplo da bovinocultura, fruticultura, cajucultura e da apicultura, algumas organizações coletivas da agricultura familiar têm demandado estruturas de produção econômica para a agregação de valor, buscando engendrar uma lógica de desenvolvimento endógeno nos territórios. Para tanto, essa categoria tem contado com a participação ativa nas discussões do PRONAT, oportunizada via acento nos Colegiados Territoriais. No Rio Grande do Norte o PROINF, especificamente nos territórios Açú-Mossoró e Sertão do Apodi, nos últimos dez anos de investimentos via MDA/SDT, tem os seguintes resultados obtidos por meio desta pesquisa.

A pesquisa oportunizou uma análise dos projetos priorizados e elaborados via colegiados territoriais. Quando se analisa a política de infraestrutura territorial financiada via MDA demonstra-se uma preocupação, pois nos 10 anos de execução do PROINF os territórios analisados não apresentaram mudanças quanto às infraestruturas e ao surgimento de novidades (*novelty*) ou de inovação (*innovation*) para a agregação de valor e legalidade sanitária dos produtos da agricultura familiar. No Território Açú-Mossoró destaca-se o projeto da usina de beneficiamento de leite como um dos projetos emblemáticos. Apesar da necessidade dos agricultores que produzem leite na região, a cooperativa que deveria ser responsável pela gestão e pelo envolvimento dos gestores municipais ainda se encontra sem funcionar. A pesquisa sugere que a falta de técnicos em agroindústria na elaboração, a falta de diálogo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), e a falta de empresas na região que forneça os equipamentos foram os principais problemas no decorrer dos anos, pois antes de concluir a construção, esta já passava por reformas e os equipamentos por ajustes, além de ainda não ter até o momento recebido a liberação do MAPA para funcionar.

Nestes dez anos, o Território Açú-Mossoró aprovou 18 projetos do PROINF, onde 13 estão concentrados nos municípios do Vale do Açú: Açú, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Ipanguaçu, São Rafael e Pendências; já na área de influência de Mossoró

constam de 5 projetos nos municípios de Serra do Mel e Mossoró. Entre 2005 a 2013 os investimentos no Território Açú-Mossoró totalizam R\$ 3.084.093,18 (ver quadro 1).

**Quadro 1: Projetos de infraestrutura no território Açú/Mossoró de 2003 a 2013.**

PROPONENTE	ANO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	R\$ MDA
Prefeitura de Alto do Rodrigues/RN	2005	1 Mini Usina de beneficiamento de leite.	Atrasada	187.550,00
	2006	1 Veículo utilitário com baú isotérmico.	Concluída	132.020,43
	2007	Fortalecimento da cadeia produtiva do leite.	Concluída	188.000,00
	2008	1 Auditório na Mini Usina com móveis, equipamentos e utensílios Alto do Rodrigues.	Não Iniciada	99.000,00
Prefeitura de Mossoró/RN	2006	Construção e equipamento para grupos de Assentamento de Reforma Agrária.	Paralisada	127.000,00
	2007	1 Central de Comercialização da Agricultura Familiar de Mossoró (RN).	Não Iniciada	150.000,00
	2009	Ampliação da Central de Comercialização da Agricultura Familiar de Mossoró (RN).	Não Iniciada	374.924,75
Prefeitura de Ipanguaçu/RN	2008	1 Mini Usina para beneficiamento de produtos da Carnaubeira de Ipanguaçu (RN).	Atrasada	99.750,00
	2009	1 Unidade didática de processamento de carne.	Não Iniciada	363.971,07
Prefeitura de Assu/RN	2009	1 Parque de exposição de Animais da agricultura familiar do vale do Assu.	Não Iniciada	195.000,00
	2010	Ampliação do parque de exposição de Animais no município de Assu.	Não Iniciada	200.000,00
Prefeitura de Pendências/RN	2009	1 Usina de beneficiamento de pescados de Pendências.	Não Iniciada	126.750,00
Prefeitura de Carnaubais/RN	2010	1 Centro de Comercialização de animais de pequeno porte.	Não Iniciada	100.000,00
Secretaria Estadual da Agricultura SAPE/RN	2008	Complementação da Mini Usina de beneficiamento de leite de Alto do Rodrigues.	Não Iniciada	175.112,00
EMATER/RN	2010	Máquinas e equipamentos para entreposto de mel de Serra do Mel.	Não Iniciada	409.536,00
Secretaria Estadual da Agricultura SAPE/RN	2011	Prefeitura de Ipanguaçu.	Não Contratada	189.000,00
	2012	Ipanguaçu: Equipamentos.	Não Contratada	259.000,00
	2013	Ipanguaçu e Pendências: Apoio a central de beneficiamento da palha da carnaúba (Ipanguaçu), Caminhão baú (Pendências).	Não Contratada	259.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>3.084.093,18</b>

Fonte: Banco de dados FACEM/UERN. Pesquisa de campo, 2013.

Quanto ao Território Sertão do Apodi, o PROINF ocorreu via cooperação com a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e da Pesca (SAPE/RN) e com prefeituras municipais, o qual teve seu planejamento efetuado no âmbito do Colegiado Territorial, que definiu as instituições proponentes no processo de execução dos projetos. Este território aprovou ao longo do período de 2003 a 2013, 17 projetos com um montante de R\$ 5.795.982,57, distribuídos entre as áreas de recursos hídricos, como construção de barragens sucessivas ao longo dos Rios Umari e Upanema; cadeias produtivas, com

destaque para a apicultura (construção do entreposto de mel); bovinocultura (construção de 1 unidade de beneficiamento de leite e tanques de resfriamento); e apoio a comercialização com a proposição dos centros de comercialização (ver quadro 2).

**Quadro 2: Projetos de infraestrutura no território Sertão do Apodi de 2003 a 2013.**

PROPONENTE	ANO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	R\$ MDA
Secretaria Estadual da Agricultura SAPE/RN	2003	Território: Construção de 7 Barragens sucessivas no Rio Umari no trecho Umarizal/Apodi	2 construídas	2.819.170,00
	2006	Construção de Barragens a partir do Rio Upanema	Não Iniciada	385.000,00
		Território: Equipamentos para as feiras agroecológicas da Rede Xique Xique nos Territórios Sertão do Apodi,	Concluída	90.275,00
		Apodi (RN): Construção de 1 Entreposto do Mel e Equipamentos.	Atrasada	424.783,00
Prefeitura de Janduís	2008	Janduís (RN): Construção de 1 Central de Comercialização;	Atrasada	101.322,00
		Janduís (RN): Equipamentos e Posto de Resfriamento de Leite.	Atrasada	
Prefeitura de Apodi	2008	Apodi (RN): Construção de 1 Central de Comercialização.	Não Iniciada	5.054,30
	2009	Apodi (RN): Compra de 3 veículos;	Concluída	107.100,00
		Apodi (RN): Compra de 3 Data show para estruturação das Bases de Serviço de Apoio a Comercialização.	Concluída	
Prefeitura de Umarizal	2009	Umarizal (RN): Construção de 1 Unidade de Beneficiamento de Leite	Atrasada	621.096,00
Secretaria Estadual da Agricultura SAPE/RN	2009	Janduís (RN): Construção de 1 Central de Comercialização;	Não Iniciada	193.277,27
		Janduís (RN): Equipamentos e Posto de Resfriamento de Leite.		
		Apodi (RN): Construção de 1 Central de Comercialização.		
	2010	Território: Implantação de Tanques de resfriamento de leite.		
Secretaria Estadual da Agricultura SAPE/RN	2011	Apodi (RN): Conclusão do Entreposto de Mel	Não Contratada	250.000,00
	2012	Apodi (RN): Equipamento apícola	Não Contratada	250.000,00
COOPAPI	2013	Território: Apoio a suporte forrageiro	Não Contratada	250.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>5.795.982,57</b>

Fonte: Banco de dados FACEM/UERN. Pesquisa de campo, 2013.

Dos 17 projetos, 10 tiveram como proponente a SAPE/RN, e os 7 restantes foram apresentados através das prefeituras de Apodi, Janduís e Umarizal. Destes, apenas duas barragens sucessivas, a aquisição dos veículos de apoio à comercialização e os equipamentos para as feiras agroecológicas da Rede Xique Xique foram implantados. Já o entreposto de mel encontra-se em implantação e os demais não concluídos. A pesquisa revelou que uma das principais causas para a não implantação ou conclusão nos prazos contratuais foi a falta de celeridade dos tramites burocráticos para a



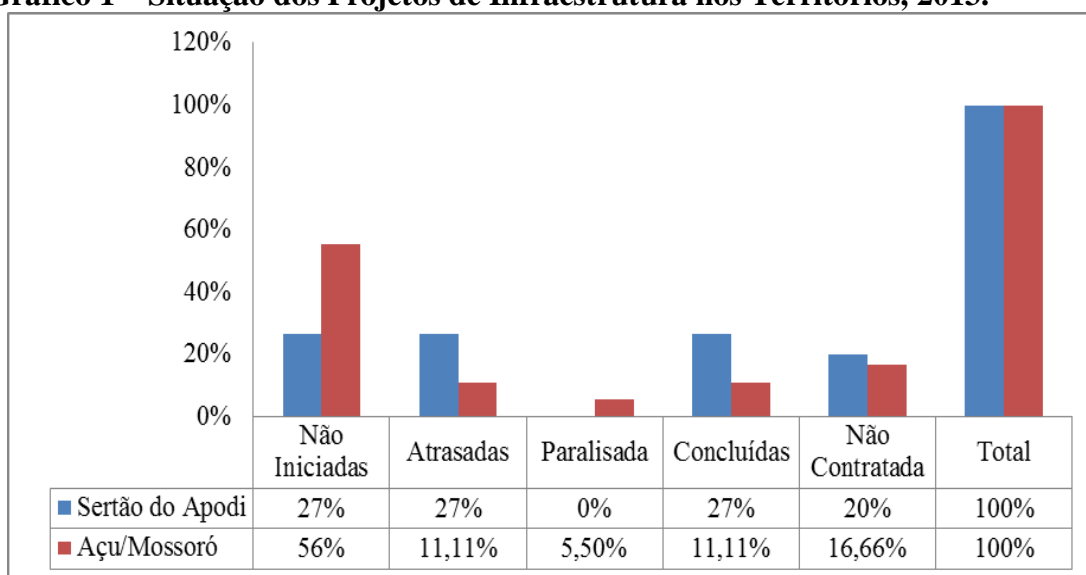
conclusão dos contratos com os proponentes. Além disso, a falta de sensibilização dos gestores quanto à importância e priorização dos projetos também contribuiu para a sua paralisação devido à falta da contrapartida, notas técnicas, licenciamento ambiental, etc.

Ressalta-se que o Território Sertão do Apodi e o Açú-Mossoró tem iniciado uma significativa organização social e produtiva a partir de suas cadeias produtivas. Todavia, uma das dificuldades para a dinamização econômica encontra-se na insuficiência de infraestrutura de produção econômica, especialmente a destinada à agregação de valor e a agroindustrialização que atenda os padrões exigidos pelos órgãos de controle e de regulação. Além disso, os projetos de infraestrutura são conveniados por meio do poder público e tem o custeio executado pela sociedade civil dos territórios.

No entanto, pode-se perceber que a maioria dos projetos de infraestrutura dos dois territórios estudados não conseguiram ser contratados ou estarem com suas obras paralisadas. Um dos fatores que levam a esses resultados está na fragilidade do arranjo institucional e na não familiaridade das instituições proponentes com os projetos propostos e deliberados pelos Colegiados Territoriais, conforme mostra o gráfico 1.

O cenário no Território Açú-Mossoró é o de que 56% dos projetos aprovados via Colegiado para infraestrutura sequer saíram do papel, enquanto que no Território Sertão do Apodi 27% das obras de infraestrutura não iniciaram. As obras não contratadas 16,66% e 20%, respectivamente, e as com execução atrasadas representam 11,11% no Açú/Mossoró e 37% no Sertão do Apodi, concluindo-se que todos os projetos executados são os de aquisição de equipamentos, quites móveis (feiras) e veículos.

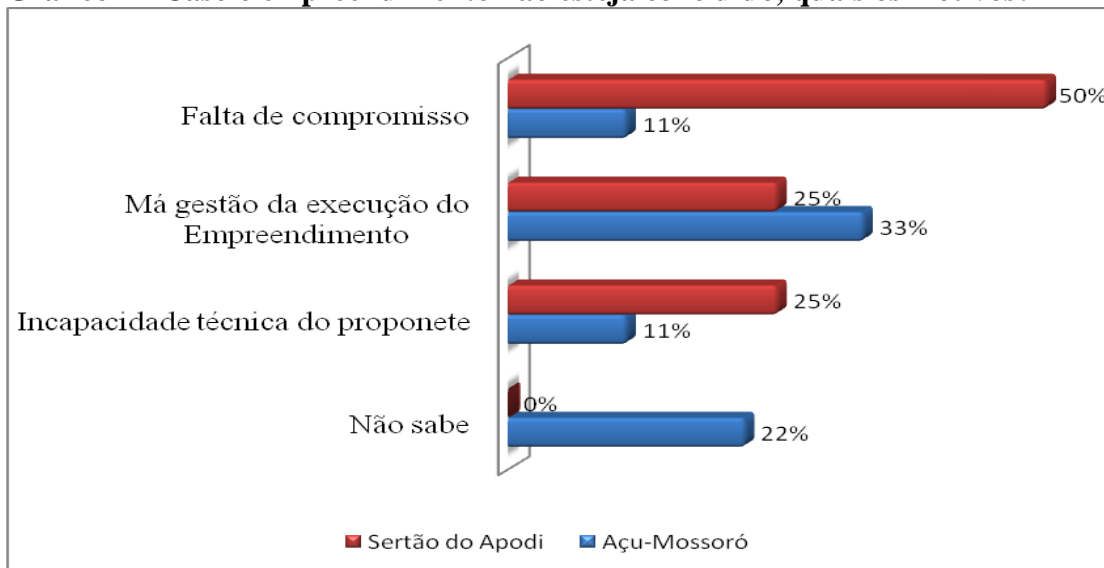
**Gráfico 1 – Situação dos Projetos de Infraestrutura nos Territórios, 2013.**



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Os dados mostram a fragilidade da política territorial no que se refere à implantação de projetos de infraestrutura dos territórios por meio do PROINF. Essa situação se reflete nas limitações mostradas por pesquisas desenvolvidas nos dois territórios no âmbito das cadeias produtivas, com destaque para a falta de estrutura para a produção de polpa de frutas, ausência da legalização para o mel, para a castanha de caju, da cadeia do leite e derivados, entre outros produtos da agricultura familiar. Esta situação vem limitando o processo de agregação de valor e o acesso aos mercados.

**Gráfico 2 - Caso o empreendimento não esteja concluído, quais os motivos?**



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Conforme mostra o gráfico 2, a serem verificados os motivos da não conclusão dos empreendimentos financiados pelo PROINF no Território Sertão do Apodi a pesquisa mostrou que metade dos entrevistados acredita que a falta de compromisso dos gestores é o principal deles. A outra metade divide-se em má gestão da execução do empreendimento (25%) e incapacidade técnica do proponente (25%), sugerindo que os membros do Colegiado, gestores e beneficiários acreditam que os projetos não foram concluídos por problemas de gestão das entidades proponentes.

No tocante ao Território Açú-Mossoró, a pesquisa revela que o principal motivo reside na má gestão da execução do empreendimento (33%), na falta de compromisso dos gestores (11%) e na incapacidade técnica das instituições proponentes (11%). Todavia, impressiona o percentual de entrevistados que não soube responder ao questionamento, revelando assim falta de conhecimento dos processos desenvolvidos no Território Açú-Mossoró, que pode indicar pouca divulgação ou ausência de transparência das ações implantadas pelas instituições e pelo Colegiado Territorial.

Desta forma, transcorridos dez anos das ações do PROINF nos dois territórios, a pesquisa revela que não existem agroindústrias em operação que tenham sido financiadas por meio desta política que visa a inclusão produtiva e a dinamização econômica territorial, o que vem corroborando com a desmotivação dos membros dos Colegiados e a descrença dos agricultores familiares. A análise e avaliação da política de desenvolvimento territorial são fundamentais para continuidade do PROINF por parte dos governos, realizada continuamente com vistas a perceber seus avanços e seus limites considerando aspectos sociais, econômicos, de eficiência e gestão. No entanto, analisar políticas públicas, por vezes, significa estudar o governo em ação, ou melhor, o governo em questão. E igualmente aos governos as políticas públicas são dinâmicas, portanto, os procedimentos metodológicos e seus pressupostos devem ser capazes de perceber tais peculiaridades e respeitar as diversidades inerentes a cada processo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo o território como um espaço dinâmico, onde ocorre o conflito e o diálogo entre os atores que possibilita maior proximidade com suas potencialidades e limites, a pesquisa constatou que por um lado tem havido nos dois territórios esforços no sentido de valorizar a agricultura familiar e o beneficiamento dos seus produtos. Da mesma forma, tem-se elaborado estratégias para superar entraves no acesso e na gestão das políticas, bem como na produção e na comercialização. Vale ressaltar que nos dois territórios os pactos ou contratos não foram devidamente cumpridos, o que vem fragilizando o desenvolvimento territorial, haja vista que esses territórios dispõem de significativa produção e organização por parte dos agricultores. Entretanto, é evidente a deficiência de estrutura legalizada para o beneficiamento dos produtos da agricultura familiar, apesar desses territórios serem responsáveis por 90% da produção de mel, mais de 80% da produção de castanha, 100% da produção de arroz vermelho, além do grande potencial para pesca, polpa de frutas, caprinocultura, bovinocultura e artesanato.

Para o crescimento sustentável destas cadeias, as agroindústrias tem fundamental importância, sobretudo por surgirem como sementes de uma transição e se tornarem ambientes adequados para oportunidades numa estratégia *labor-driven intensification* e para o surgimento de novidades (*novelty*), da inovação (*innovation*) e do acesso a mercados. Entretanto, a pesquisa revelou que as deficiências da gestão social quanto à operacionalização das ações de inclusão produtiva do PROINF contribuem para que a dinamização econômica não tenha acontecido de forma satisfatória. Como resultado

constata-se depois desses dez anos o ambiente dos territórios desestruturado tanto, o econômico como o institucional, onde, além dos empreendimentos econômicos não funcionarem, grande parte do Colegiado encontra-se desacreditada e os agricultores familiares descrentes quanto à ação desta política. Experiências anteriores que os membros do colegiado pertencentes à sociedade civil vivenciaram (como o PRONAF Global) tiveram mais êxito, mesmo sendo executados sem a participação dos beneficiários<sup>5</sup>, onde os projetos eram executados com mais agilidade. Todavia, com o PROINF verificou-se que, mesmo com o esforço coletivo e participação na elaboração da proposta via Colegiado Territorial, seus membros não obtiveram êxito quanto à governança do arranjo institucional previsto entre poder público e sociedade civil.

As principais decisões ou ações de desenvolvimento rural continuam sob a responsabilidade dos gestores públicos (estaduais ou municipais) que, com exceção de alguns, denotam desinteresse nas ações de desenvolvimento territorial. A pesquisa constatou a necessidade de criar estratégias de envolvimento dos gestores públicos, que possam resultar na maior eficiência das ações de inclusão produtiva e de gestão social e, conseqüentemente, na dinamização econômica. É ímpar a necessidade de dotar de qualidade os projetos e de estudos de viabilidade nos municípios a serem implantados, bem como priorizar projetos em andamento, considerando a continuidade. Deve-se ter cuidado com as decisões da escolha dos municípios para a implantação dos projetos, para que estes não sejam elaborados sem que as comunidades sequer possuam as matérias-primas adequadas. A consideração a estas variáveis pode contribuir para minimizar as fragilidades encontradas nos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi.

Por fim, acredita-se na necessidade de unir esforços para melhorar o arranjo institucional e político do Colegiado quanto às ações de acesso às políticas públicas territoriais, a exemplo dos projetos de infraestrutura. Sugere-se, portanto, a necessidade de buscar outras oportunidades para a dinamização econômica dos territórios, a exemplo dos investimentos via Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP<sup>6</sup>), que podem ser construídos e viabilizados arranjos a partir das Universidades para o desenvolvimento de projetos estruturantes a partir das cadeias produtivas existentes nos territórios.

---

<sup>5</sup> PRONAF Global, investimento em infraestrutura implantado sem a participação da sociedade civil, onde quem decidia qual projeto e onde implantar era os prefeitos e vereadores.

<sup>6</sup> É uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Seu estatuto foi aprovado pelo Decreto 1.808 de 7 de fevereiro de 1996, alterado pelo Decreto nº 2.209, de 18 de abril de 1997 e pelo Decreto nº 2.471, de 26 de janeiro de 1998, pelo Decreto nº 3.987, de 29 de outubro de 2001, e pelo Decreto nº 7.322, de 30/09/2010.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm) Acesso em: 02 de fevereiro de 2012.

CENCI, Alexander. **Análise do perfil das agroindústrias familiares situadas na região do CONDESUS.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Santa Maria, 2007.

FRANÇA, Andreyra Raquel Medeiros de et al. A Dinâmica da Agricultura Familiar e a Economia Solidária: a experiência de inserção em mercados e a diversificação da Rede Xique Xique (RN). In: **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos – CODE 2011,** Brasília, IPEA, 2011, p. 6.

NUNES, Emanuel Márcio; GONDIM, M. F. R.; GODEIRO, Kalianne Freire; OLIVEIRA, I. A. de; GOIS, B. V. O Índice de Capacidades Institucionais (ICI) como mecanismo da Gestão Social e da Governança nos Territórios Rurais. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 42, p. 301-330, 2014.

OOSTINDIE, H. and BROEKHUIZEN, R. von. The dynamic of novelty production. In: PLOEG, J. D. van der and MARSDEN, T. (Eds.) **Unfolding Webs: The dynamics of regional rural development.** Van Gorgum, 262p., 2008.

PERICO; R. E. Identidade e território no Brasil. Brasília/DF: IICA, p.209, 2009. Disponível em: <[http://www.iica.org.br/Docs/Editais/SolicitCotacoes\\_IICA\\_0055-2009\\_Anexo.pdf](http://www.iica.org.br/Docs/Editais/SolicitCotacoes_IICA_0055-2009_Anexo.pdf)> Acesso em: 20 de Março de 2014.

PLOEG, J. D. van der. **The New Pansantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization.** Earthscan, Sterling VA, London, 2008.

PLOEG, J. D. van der and WISKERKE, J. S. C. (Eds.) **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture.** Assen: Van Gorcum, 2004.

PROINF. **Manual Operacional do PROINF 2012:** ação orçamentária de apoio a projetos de infraestrutura e serviços em Territórios Rurais. Brasília/DF, p. 54, 2012. Disponível em: [http://portal.mda.gov.br/portal/arquivos/view/Manual\\_PROINF\\_2012.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/arquivos/view/Manual_PROINF_2012.pdf) Acesso em 30 de Março de 2014.

PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Sertão do Apodi e Açú/Mossoró, 2010.

SACCOMANDI, V. **Agricultural market economics: a neo-institutional analysis of the exchange, circulation and distribution of agricultural products.** Netherlands, Assen: Van Gorcum, 1998.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Revista Sociologias*. Porto Alegre/RS, v.11, p. 88-125, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06>> Acesso em: 02 de Março de 2014.

## GT 01 – Desenvolvimento Rural: uma década da política pública de desenvolvimento territorial

### Dominação e Poder: Uma Proposta de Diálogo com os Estudos e Processos de Gestão Social do Desenvolvimento Territorial no Brasil

Carlos Douglas de Sousa Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta referências sobre a abordagem de desenvolvimento territorial e gestão social, propondo uma forma de inter-relação entre estes temas e com outros, tais como poder e dominação, considerados imprescindíveis para os estudos relativos aos processos de gestão social no âmbito da política de desenvolvimento territorial que vem sendo executada há pouco mais de uma década no Brasil. O poder pode ser considerado como um meio para a dominação, mas também poderá ser visto como um fenômeno positivo nos processos de gestão social do desenvolvimento territorial. Isso irá depender do contexto em questão.

**Palavras-chaves:** gestão social; território; desenvolvimento rural.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Rural/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dognaea@yahoo.com.br

## **Introdução**

Este artigo tem como objetivo apresentar referências sobre a abordagem de desenvolvimento territorial e sobre gestão social, demonstrando de que forma estes temas podem se relacionar, bem como enfatizar os temas poder e dominação no âmbito do processo de gestão social<sup>2</sup>, que vem sendo desenvolvido junto à política de desenvolvimento territorial no Brasil.

Considera-se aqui a gestão social como sendo um campo interdisciplinar em construção (ARAÚJO, 2012). Porém, existe outra forma de concebê-la, tal como Cançado (2011) que a interpreta como um campo do conhecimento científico, dotada de fundamentos teóricos específicos. No entanto este mesmo autor também admite que se trate de um campo em construção, porém com tendências de consolidação, sobretudo no que tange ao elemento da participação social como um processo essencial dessa gestão (CANÇADO et al, 2011).

O referencial que será abordado a seguir irá destacar os conceitos e fundamentos das perspectivas teóricas sobre gestão social e desenvolvimento territorial aqui propostos, buscando promover um diálogo entre esses temas, com vistas a subsidiar o planejamento e execução de empreendimentos de pesquisa, bem como uma reflexão sobre o processo metodológico e de análise da realidade empírica em pesquisas e processos de intervenção relativos a essa temática. Para tanto, realizou-se uma revisão do referencial teórico aqui proposto sobre os temas em questão, focando em alguns autores que fazem uma discussão mais aprofundada. Nessa perspectiva, ressalta-se que não foram utilizados autores que fazem análises da política de desenvolvimento territorial no Brasil. No entanto, o artigo está recheado de nossas reflexões sobre o processo de gestão social no âmbito da política de desenvolvimento territorial.

O artigo está subdividido em três seções: a primeira sendo esta introdução; a segunda faz um diálogo entre desenvolvimento territorial e gestão social, onde se levanta a hipótese de prescindir dos temas dominação e poder, que estão apresentados na terceira e última seção sob o título “dominação e poder: importante diálogo com os estudos sobre gestão social do desenvolvimento territorial”.

## **Abordagem de desenvolvimento territorial *versus* gestão social**

A abordagem de desenvolvimento territorial e a gestão social não dispõem de uma teoria, constituem respectivamente uma perspectiva de desenvolvimento e um campo do conhecimento científico. Portanto o referencial apresentado abordará os dois temas, demonstrando que os mesmos estão inter-relacionados.

---

2 O campo da gestão social se origina em meados de 1990, a partir de “(...) práticas e saberes emergentes do novo ciclo de desenvolvimento brasileiro.” (FISCHER, 2011, p. 201).

Ray (1998; 2000) disponibiliza um referencial importante para o estudo da gestão social do desenvolvimento territorial desenvolvido a partir de estudos realizados no âmbito do Programa LEADER<sup>3</sup> – Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais, iniciativa da União Europeia, implantada a partir de 1988 na Europa, como uma proposta de reforma política.

A estratégia do Programa LEADER busca a promoção do desenvolvimento socioeconômico endógeno no meio rural europeu, cujas análises sobre o mesmo contribuem para a teorização da economia política do desenvolvimento rural, que está em curso através de uma variedade de perspectivas temáticas. Esse desenvolvimento endógeno a partir de uma abordagem territorial representa uma intervenção eficaz, capaz de diminuir as divergências entre regiões, o que particularmente interessa à União Europeia, de vez que permite a promoção de um mercado único europeu (RAY, 2000). Isso fortalece o continente europeu, mas também tem seu mérito por se constituir em um programa que realiza uma intervenção participativa, com ações do tipo *bottom-up*, não setorial, com foco na abordagem territorial de desenvolvimento, privilegiando os territórios desfavorecidos, ou menos desenvolvidos, do ponto de vista social e econômico. Dá-se importância também para o incentivo da participação de representantes de empresas privadas no processo de gestão do desenvolvimento (RAY, 1998; 2000).

Nessa perspectiva, a abordagem de desenvolvimento territorial se concretiza através de uma política territorial, baseada em uma gestão descentralizada, com parceria e cooperação entre as diversas escalas (local, regional, nacional e internacional) importantes para o desenvolvimento do território.

Algumas avaliações sobre o Programa LEADER reúnem material que pode ser utilizado como referência para a compreensão do processo de gestão social do desenvolvimento territorial. Assim, constata-se que, apesar de a abordagem de desenvolvimento territorial ter conseguido mobilizar uma quantidade quase que insignificante de recursos públicos, demonstra sucesso com relação aos resultados (RAY, 2000), mesmo havendo um descompasso entre o tempo para liberação de recursos e o tempo planejado para a realização das ações de desenvolvimento (RAY, 1998).

Para Ray (2000) a abordagem de desenvolvimento territorial enquanto intervenção de desenvolvimento endógeno significa explicitamente uma experiência ou iniciativa de democracia participativa, quando permite criar estruturas locais de participação para tomada de decisões importantes para o processo de desenvolvimento local ou territorial. Porém, esse autor supracitado lembra que o potencial da abordagem territorial para ativar a democracia

---

<sup>3</sup> *Liaisons Entre Actions de Développement de l'Economie Rurale.*



participativa pode não ser bem vista no plano político. Pois neste plano, alguns atores veem este potencial como uma ameaça para as instituições legítimas da democracia representativa, fazendo com que esses atores passem a tratar com suspeita os programas de desenvolvimento endógeno. Isso significa que uma determinada categoria de atores pode se sentir ameaçada com o aumento de poder de outra categoria, o que pode ocorrer não somente com representantes de instituições legítimas da democracia representativa, mas também com representantes de qualquer instituição, esfera ou instância que influencia no desenvolvimento territorial.

Esses fatores são importantes para a análise da gestão social, de vez que tanto a quantidade, quanto a qualidade da disponibilização de recursos para o território acabam influenciando o processo de gestão social, que não depende exclusivamente das relações sociais locais ou territoriais, como também de processos de gestão que muitas vezes têm sua origem em espaços extraterritoriais. Nesse sentido, Ray (2000) pondera que as organizações regionais, nacionais e internacionais podem buscar aumentar a legitimidade de suas agendas de mudança, argumentando que o desenvolvimento endógeno e a busca de seus interesses particulares são mutuamente compatíveis. Já de um ponto de vista local, o desenvolvimento territorial pode ser adotado como uma estratégia oportunista, quando, por exemplo, a retórica do desenvolvimento endógeno é empregada por atores locais, a fim de conseguir recursos extralocais.

No esforço de construir uma proposta multidisciplinar para pensar uma abordagem territorial do desenvolvimento é que emerge, ainda preliminarmente, o conceito de gestão social no âmbito da abordagem de desenvolvimento territorial no Brasil, bem como algumas definições importantes, que buscam servir à formulação de um conceito mais consistente capaz de dar conta de realidades territoriais absolutamente distintas não só econômica e socialmente, mas com enraizamento social em relação às suas organizações sociais e articulação de interesses comuns e privados. Portanto, a gestão social em territórios, quaisquer que sejam estes, deveria ser compartilhada entre as representações da sociedade civil que foram capazes de se articular em torno de uma temática ou proposta comum de desenvolvimento.

Embora alguns autores considerem que atualmente o aspecto conceitual da gestão social não represente o grande desafio desse tema, assim como a sua legitimação, o que implicaria em prestar mais atenção aos ordenamentos territoriais que envolvem esforços de coalizão entre os atores, há que considerar como importante o estabelecimento de padrões mínimos de gestão territorial capazes de informar, por exemplo, de que forma as demandas são instituídas e atendidas territorialmente. Neste caso, o desafio seria a possibilidade de institucionalização da gestão social e a “(...) exaltação dos seus resultados em detrimento dos seus processos, que constituem em si mesmo a grande força da gestão social, (...)” (NASCIMENTO, 2012, p. 11).

Essa concepção de gestão social é discutida no âmbito de pesquisas acadêmicas, sobretudo na área de administração de empresas e da gestão pública na América Latina, sob a liderança do professor Fernando Tenório, que define a gestão social como um “processo intersubjetivo” (TENÓRIO, 2008, p.36) responsável pela ação da cidadania tanto nas esferas públicas quanto privadas. Nessa perspectiva, a gestão social contrapõe-se à gestão estratégica porque busca substituir a gestão tecnoburocrática, por um gerenciamento mais participativo e dialógico entre o Estado e a sociedade, ou seja, que permita o compartilhamento de decisões entre os envolvidos no processo de gestão territorial, ainda que de antemão não se possa definir quais os papéis ou funções de cada ator social, seja ele público ou privado e menos ainda a respeito de níveis de gestão, não em termos de estruturas hierárquicas, mas sim em termos de legitimidade social na condução das diretrizes das políticas territoriais.

O entendimento de Tenório (2008) de que a gestão social deve promover uma racionalidade comunicativa entre os atores e seus níveis de intervenção, em um contexto onde os atores são considerados como sujeitos soberanos na sociedade, implica que a efetividade da mesma se dá somente quando os governos institucionalizam práticas de gestão pública, que permita ao cidadão participar ativamente de processos de elaboração, execução e avaliação de políticas públicas. Com isso, o referido autor alinha a gestão social ao conceito de cidadania deliberativa. Nesse sentido, Tenório (2008) e Nascimento (2012) ressaltam, entre outros elementos, a participação, a coletividade, a democracia e a cidadania como ideais norteadores das ações de gestão social, diferentemente dos elementos destacados pela política de desenvolvimento territorial<sup>4</sup>, que representam muito mais um norte para a gestão estratégica.

Tratando da relação entre gestão social e gestão estratégica, Tenório afirma que a gestão social está ligada à gestão estratégica, mas é diferente, no sentido em que a primeira pressupõe um gerenciamento mais dialógico, permitindo o compartilhamento de decisões entre sociedade e Estado, devendo ser orientada pela racionalidade comunicativa, em um contexto em que os atores sociais tenham a oportunidade de expor suas argumentações para construir suas propostas a partir de acordos alcançados de forma comunicativa (TENÓRIO, 2008).

A gestão social aqui enfatizada refuta a gestão ligada à lógica econômica dos mercados. É uma concepção liderada por Fernando Tenório, que condena o ato de pautar os processos decisórios exclusivamente pela ótica da competição, ou seja, do mercado tal como se comporta geralmente no sistema socioeconômico atual. Na concepção de Tenório a gestão social deve ser pautada por meio de cursos de ação compreensivos, voltados para o bem-comum dos atores envolvidos. Essa gestão pressupõe a aproximação do cidadão a uma ação democratizante,

---

<sup>4</sup> No âmbito da política de desenvolvimento territorial, os elementos da gestão social são: planejamento, organização, direção e controle social (BRASIL, 2005).

traduzindo-se na influência concreta dos indivíduos sobre a transformação da sociedade em que vivem e atuam (TENÓRIO, 1999). Essa é uma das perspectivas interessantes para explorar em estudos e processos de gestão social do desenvolvimento territorial.

Constata-se que o debate sobre gestão social tem avançado no ambiente acadêmico, sobretudo voltado para a área de administração e gestão pública<sup>5</sup>. Nesse caso, trata de forma dicotômica a gestão social e a gestão estratégica e, nesse particular, tem pouca ou nenhuma relação com as experiências de desenvolvimento territorial, no âmbito das políticas públicas brasileiras. Por outro lado, verifica-se que essa dicotomia ainda não foi totalmente incorporada em outros espaços acadêmicos, especificamente voltados para a formação multidisciplinar em desenvolvimento rural e outros cursos relativos às ciências sociais, mais próximos dessa multidisciplinariedade, e que têm acompanhado mais de perto o desenvolvimento da política de desenvolvimento territorial. Nem tampouco foi iniciado no ambiente de formulação de políticas públicas voltadas para esse tema (OLIVEIRA, PERAFÁN, CONTERATO, 2013).

Assim, entende-se que o processo de gestão social no âmbito da política territorial brasileira carece de mais elementos voltados ao fortalecimento da cidadania, para dialogar com os elementos da gestão estratégica. Portanto faz-se necessário o aprimoramento desse debate no âmbito da política de desenvolvimento territorial brasileira, visando melhor qualificá-lo com vistas à formulação de modelos de gestão social, mais adequados à realidade dos territórios rurais. Portanto, é preciso realizar mais estudos sobre a gestão social no âmbito da política de desenvolvimento territorial, para ser mais bem compreendida.

É possível fazer uma relação entre o referencial da abordagem de desenvolvimento socioeconômico endógeno desenvolvido por Ray na Europa (1998; 2000) e a perspectiva de gestão social desenvolvida por Tenório (1999; 2008) na América Latina, especialmente no Brasil. Isto porque, ambas estão voltadas para o desenvolvimento social e político dos atores sociais, com vistas ao desenvolvimento de uma prática de cidadania deliberativa em espaços territoriais. Porém, constata-se que a abordagem europeia de desenvolvimento endógeno ou territorial tem o diferencial de investir fortemente na dimensão econômica do desenvolvimento e, além disso, ser orientada não só ao ator social, mas também em buscar a eficiência do Estado para a implementação de políticas públicas.

Do mesmo modo, constata-se que os autores tratados até aqui contribuem em muito com os estudos sobre gestão social e desenvolvimento territorial, no entanto pouco consideram e, portanto, não aprofundam as questões de dominação e poder em suas pesquisas, sendo que, de acordo com nossa experiência no âmbito da política de desenvolvimento territorial no Brasil,

---

<sup>5</sup> Tenório (2009) afirma que a gestão estratégica constitui uma concepção hegemônica no ensino, na pesquisa e na prática da Administração.

esses temas são considerados imprescindíveis para o estudo da gestão social do desenvolvimento territorial.

Por fim, considera-se importante a percepção do espaço no estudo do poder em territórios. Nesse aspecto, Claval (1979) constata que os traços específicos da comunicação política revelam trocas assimétricas que constituem os fatos do poder, portanto precisam ser refletidos em estudos sobre esse tema, o que será discutido na seção seguinte.

### **Dominação e poder: importante diálogo com os estudos sobre gestão social do desenvolvimento territorial**

A dominação é representada pela probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para mandatos específicos, ou para toda classe de mandatos. A autoridade não é, portanto, toda espécie de probabilidade de exercer o poder ou influência sobre outros homens (WEBER, 1992) e o poder surge como um meio para a dominação.

Para esse autor supracitado, a dominação se apresenta em uma relação, em que há uma determinada vontade de obediência mínima, ou seja, de interesse interno ou externo em obedecer. Isto é essencial em toda relação autêntica de autoridade. O conceito de uma relação de dominação também se aplica mesmo a contratos formalmente livres. Por outro lado, pode-se considerar como dominação qualquer tipo de poder determinado por uma situação de monopólio; neste caso, pela possibilidade de ditar à outra parte as condições da relação. No entanto, para Weber (1992), determinadas situações de poder não geram necessariamente uma situação de dominação, mas esse autor descarta uma separação rigorosa entre poder e dominação.

De acordo com a experiência Weberiana, nenhuma dominação se contenta voluntariamente em ter como probabilidades de sua persistência motivos puramente materiais, afetivos ou racionais relativos a valores. Todos procuram despertar e fomentar a crença em sua legitimidade. A depender da classe de legitimidade pretendida, é fundamentalmente diferente, tanto o tipo de obediência, como o quadro administrativo para garantir o exercício da dominação e seus efeitos. Por isso é preciso distinguir as classes de dominação de acordo com suas pretensões de legitimidade (WEBER, 1992).

Nesse sentido, Weber (1992) propõe três tipos puros de dominação: racional, tradicional e carismática. De forma resumida, a dominação racional se baseia na crença da legalidade de ordenações decretadas e dos direitos de mando chamados por essas ordenações a exercer a autoridade legal, onde se obedecem às ordenações impessoais e objetivas. A dominação tradicional tem base na crença cotidiana, nas tradições, que foram regidas por longos tempos e na legitimidade dos que se identificam com essa tradição para exercer a autoridade tradicional. Já a dominação carismática se baseia na entrega extracotidiana ao heroísmo ou exemplaridade

de uma pessoa e às ordenações por ela criadas ou reveladas para exercer a autoridade carismática, na qual se obedece ao líder carismaticamente qualificado por razões de confiança pessoal na revelação. Nesse tipo de dominação não há nenhuma obrigação ou regulamento formal para que os dominados sigam ou respeitem o dominador, pois este domina unicamente pelo carisma que os dominados possuem por ele. Esse tipo de dominação se opõe tanto à dominação racional, quanto à tradicional. Ambas são formas de dominação cotidiana, rotineira; já a carismática é genuína (WEBER, 1992).

De um ponto de vista da geografia, Raffestin (2011) faz uma crítica à geografia política clássica, que historicamente focou apenas no poder do Estado, “geografia do Estado”. Três sinais são mobilizados pelos geógrafos para caracterizar o Estado, neste caso Estado-nação, são eles: a população, o território e a autoridade do próprio Estado. Portanto, Raffestin (2011) tem razão quando argumenta que o Estado não é a única forma política existente; mesmo sendo ele o representante mais bem acabado dessa forma política, o que lhe confere um lugar de destaque no espaço e no tempo, mas, certamente, ele não está sozinho. Diante dessa constatação surge a importância de se considerar a relação entre Estado e sociedade, ou a relação entre o Estado, a sociedade e o mercado, ao estudar o poder na geografia. Para Raffestin (2011) a complexidade das relações pode dificultar o entendimento e o uso da abordagem relacional. Nesse aspecto, ele chama a atenção para não se limitar ao estudo das relações bilaterais, pois em sua opinião, na maior parte do tempo, as relações são multilaterais.

Os principais elementos constitutivos da relação são os atores, a política, o conjunto de suas intenções ou finalidades, a estratégia destes atores para o alcance de seus fins, os intermediadores, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação. Aparentemente não é dado nenhum espaço ao poder, mas ele está presente e faz parte de todo o processo relacional (RAFFESTIN, 2011), tanto é assim que Raffestin (2011) sistematiza as proposições de Foucault, informando que não é uma definição. Isto é, o poder não se adquire, é exercido a partir de inúmeros pontos; as relações de poder são imanentes às relações econômicas e sociais; não há uma posição binária e global entre dominador e dominados; as relações de poder são intencionais e não subjetivas; o poder sempre gera uma resistência, que surge dentro desse campo de poder.

Para Raffestin (2011), a intencionalidade do poder, de que trata Foucault, revela a importância das finalidades, assim como a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações de poder. Este autor acrescenta que a energia e a informação sempre estarão simultaneamente presentes em todas as relações. E que a troca verbal não é puramente informacional; de vez que necessita de uma quantidade de energia para dar lugar à comunicação.

Raffestin (2011) faz uma crítica à hipótese de que a força de trabalho é a única coisa de que os homens podem dispor livremente. Pois, em sua opinião, se isso fosse verdade, as relações de poder seriam menos dissimétricas. Para esse argumento, o autor supracitado se apoia no fato de que é possível apropriar-se da força de trabalho, separando, assim, a energia da informação. O que poderia impedir o homem de dispor de uma ou de outra ao mesmo tempo, privando-o de sua capacidade de transformação, a qual foi transferida para as organizações. Isso é o que Marx denominou de alienação do trabalho.

Ainda sobre o poder, Raffestin assinala que o mesmo não pode ser definido pelos seus meios, mas sim pela relação no interior da qual ele surgiu, argumentando que “o poder utiliza seus meios para visar os trunfos.” (RAFFESTIN, 2011, p. 52). Nesse caso, os trunfos podem ser representados pelo território e pela população e recursos existentes<sup>6</sup>; pois o trunfo do poder raramente é único. Isto é, quando se disputa poder sobre um território, também está implícito o poder e dominação sobre seus recursos e/ou sobre a sua população.

Sobre o campo do poder, Raffestin (2011) considera que o mesmo pode ser diverso e que se dá em função das relações estabelecidas. Assim, pode existir uma infinidade de campos para uma multiplicidade de relações. Para definir a quantidade de relações possíveis entre determinados atores, o autor propõe a fórmula:  $QPR = m(m-1)$ , onde “m” representa a quantidade total de atores. Assim, pode-se ter uma ideia da quantidade de tipos de relações possíveis no âmbito dos estudos que têm como objeto os colegiados territoriais.

No campo das relações de poder também é importante tratar sobre as redes de poder. Nesse aspecto Raffestin argumenta que a circulação (de homens importantes, de bens raros, de materiais perigosos, por exemplo, entre outros) pode ser considerada como a imagem do poder, “mas o poder nem sempre quer se mostrar e, mesmo quando o faz, é sem o desejar. (...). A verdadeira fonte do poder deve, portanto, ser procurada bem mais na **comunicação** que na **circulação**.” (RAFFESTIN, 2011, p. 181, grifos nossos). Porque as redes de circulação são mais visíveis e dificilmente pode-se escondê-las totalmente. Já a comunicação é mais fácil de esconder, por isso é estratégica para o poder.

A informação é um meio de poder e se desloca para aquilo que é geralmente invisível, quer se trate de informação política, econômica, social ou cultural. Nesse sentido a comunicação ocupa um lugar privilegiado, central, em espaços abstratos. Enquanto que a circulação é importante, mas ocupa lugar mais periférico e sua importância está no fato de que é ela quem irá

---

<sup>6</sup> População – Território – Recurso é uma divisão tripartida em uso na geografia política. A população está na origem de todo o poder, elemento dinâmico de onde procede a ação. O território representa a cena do poder e o lugar de todas as relações. E os recursos determinam os horizontes possíveis, que condicionam a ação (RAFFESTIN, 2011).

testemunhar a eficácia da comunicação, isso porque a comunicação se alimenta de circulação, fazendo com que o território concreto seja transformado em informação, tornando-se um território abstrato e representado (RAFFESTIN, 2011).

Nesse caso, tratando-se tanto de comunicação quanto de circulação, os atores sempre irão se confrontar com uma rede. Aqui o importante são os “desenhos (o traço do desenho do poder). De início, toda estratégia não passa de um pensamento, de um discurso ou de um gráfico que sintetiza as questões como, por que e quando.” (RAFFESTIN, 2011, p. 182). Por isso será importante analisar as estratégias dos atores sociais relativas aos movimentos e a comunicação e informação gerada em torno do processo de gestão social do desenvolvimento no território a ser estudado.

Entrando especificamente na importância do espaço nas relações de poder, Claval (1979) argumenta que o jogo das assimetrias (relações e troca de informação) ao mesmo tempo pode limitar e potencializar ou garantir o exercício da liberdade. Para ele a grande lição dos fatos do poder “é que não há, no espaço, liberdade sem um mínimo de organização, mas que essa organização é uma ameaça para cada pessoa e restringe a autonomia das escolhas” (CLAVAL, 1979, p. 10). Nesse caso, a humanidade passa a se alienar a partir da formação de áreas de grande circulação e de livre deslocamento, resultando em processos de dominações que parecem indispensáveis.

No âmbito de uma determinada sociedade, poder alguma coisa é estar em condições de realizar essa tal coisa. A análise do poder permite uma análise, mesmo que primária, das ações praticadas com a intenção de modificar e explorar o meio em que se vive. Porém o poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, mas também fazer com que outras pessoas sejam capazes de fazer com que essas mesmas coisas sejam realizadas. Nesse sentido, o poder se traduz no aparecimento de assimetrias e desequilíbrios nas relações que podem ser distinguidos em vários níveis que ocasionam assimetrias nas relações, e que podem ser diretamente relacionados com os tipos de dominação de Weber (CLAVAL, 1979).

Com relação ao estudo dos fatos do poder, Claval (1979) constata que não é tarefa fácil. Sua dificuldade repousa sobre o caráter multiforme desse fenômeno. Isto é, as sociedades podem chegar aos mesmos resultados, utilizando tipos de relações bastante diferentes. Ao tratar das raízes do poder, esse mesmo autor faz uma discussão sobre a institucionalização das relações. Primeiro ele aborda o caráter limitado do universo das interações espontâneas, o qual é necessário um rompimento para atender a necessidade das pessoas com relação à exploração mais eficaz do meio ambiente, assegurando que a “institucionalização das relações amplia as fronteiras do universo acessível, mas abre a porta às formas sociais do poder” (CLAVAL, 1979, p. 14), que representa a outra face da moeda. Para esse autor, as regras que presidem às relações

não são tão neutras quanto sua justificação pode fazer crer. Elas permitem a acumulação de vantagens de alguns dos envolvidos e cada parte de uma relação tem plena consciência das estratégias disponíveis para melhorar de posição na coletividade ou sociedade onde vivem.

O poder como fenômeno central da organização social é um tema importante para os estudos sobre gestão social no âmbito da política de desenvolvimento territorial, considerando que as organizações colegiadas representam o principal espaço de gestão social nos territórios, em que se relacionam supostamente os principais atores sociais do território, que são dotados de poder, portanto gerando conflitos e disputas. A competição pelos bens e pelo prestígio existe em todas as civilizações, mas em pequenos espaços traduz-se mais por uma consciência política aguda do que por uma estruturação geral. Já em sociedades maiores o equilíbrio só é possível pela criação de instituições que permitem grandes trocas, limitando as tensões e ampliando a tentação do poder, portanto necessitando de uma gestão mais complexa (CLAVAL, 1979).

Os fatos do poder têm uma dimensão espacial que se relaciona com os elementos por eles incorporados. São fatos de organização, que implicam a mobilização de recursos físicos, sendo que a geometria dos fatos de influência é mais complexa e mais variável do que a geometria das formas mais puras do poder, mas igualmente importante analisa-las. Nesse sentido, a relação de poder puro é, sem dúvida, a forma mais simples de exercício do poder social. A assimetria nessa relação é total, pois o dominado não recebe nada em troca, nem mesmo a segurança que poderia justificar essa dominação. Esse poder puro necessita de um controle permanente, implica uma vigilância constante para ser efetivo. Em princípio, nenhuma preparação psicológica é necessária para que esse poder seja exercido. Isto é, o dominador não tem necessidade de se fazer conhecer, de se fazer amar e de persuadir os dominados para que estes aceitem a sua posição (CLAVAL, 1979).

Por outro lado, o exercício do poder puro necessita de uma organização particular do espaço, que só é possível nos limites de círculos onde todas as partes dessa relação de poder são igualmente acessíveis ao dominador e seus correlatos. Além dessa organização do espaço também é necessário um rígido controle dos movimentos de entrada e saída desse espaço, que pode ser de qualquer natureza, inclusive não físico. Este exercício de poder exige custos consideráveis para articular e organizar o espaço em função de garantir tal exercício, necessitando de transferências incessantes de informação (CLAVAL, 1979) e recursos.

Com relação aos mediadores em uma relação de poder, Claval esclarece que o detentor do poder ao delegar a outros a vigilância (ou controle), nunca tem certeza de receber uma informação completa e objetiva, haja vista que os intermediários geralmente têm interesse em guardar para si uma parte da informação recebida, com o intuito de se apropriar de uma parte do poder do chefe supremo. Nesse caso o chefe é obrigado a mandar espionar os encarregados da



vigilância, gerando com isso um aumento dos custos das operações, o que não garante necessariamente a qualidade da mesma. No final das contas, quando há intermediário nesse tipo de relação, a transmissão de informações se prolonga, aumentando assim as dificuldades no processo de controle (CLAVAL, 1979). O que o autor quer dizer é que maior será a possibilidade de um controle efetivo do dominador sobre o dominado, quanto menor for a distância entre estas duas partes em uma relação de poder.

A partir daqui apresenta-se uma contribuição de Foucault para o estudo do poder. Nesse sentido, concorda-se com Machado (2012) que, ao introduzir o livro “Microfísica do Poder”, de Michel Foucault, o mesmo argumenta que não existe nesse texto de Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Assim, não existe uma totalidade ou universalidade em torno do conceito de poder, “mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é prática social e, como tal, constituída historicamente.” (MACHADO, 2012, p. 12). Porém, segundo este mesmo autor, não se pode negar às análises genealógicas do poder, que elas produziram um importante deslocamento com relação à ciência política, responsável por limitar ao Estado o fundamental sobre a investigação do poder.

Propõe-se fazer uma análise ascendente do poder, tal como Foucault (2012), estudando-o como fenômeno que tem existência própria e formas específicas no nível mais elementar, e não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo. Nessa perspectiva, o Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Geralmente é fora do Estado que se instituem as relações de poder, consideradas “essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos, que, com tecnologias próprias e relativamente autônomas, foram utilizadas e transformadas pelas formas mais gerais de dominação do aparelho de Estado.” (MACHADO, 2012, p. 16-17).

O poder não constitui de um lado os que o detêm e de outro aqueles que são aliados dele. “Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona.” (MACHADO, 2012, p. 17). E que não se situa em lugar exclusivo ou privilegiado, ele funciona como uma máquina que se dissemina por toda a estrutura social.

Para Foucault o poder também tem um lado produtivo, transformador. De acordo com Machado, “o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. É esse aspecto que explica o fato de que ele tem como alvo o corpo humano, não para suplicá-lo,

mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo.” (MACHADO, 2012, p. 20). “Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. Pois o seu objetivo básico não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens.” (MACHADO, 2012, p. 20), de modo a melhorar suas capacidades, aproveitando suas potencialidades.

Segundo Machado (2012) Foucault tratou de um poder particular, específico, que ele chamou de “poder disciplinar” na prisão, no hospital, mas que também serve para escola e para fábrica. No entanto é preciso ter o cuidado ao usar suas análises em outros contextos.

Na tentativa de explicar a tese de que o indivíduo é uma produção ou efeito do poder e do saber, Machado (2012) explica de forma resumida que “o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, o fabrica. O indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos.” (MACHADO, 2012, p. 25). Deve-se atentar para o fato de que este poder é característico de uma época e de uma forma específica de dominação, portanto deve ser compreendido e interpretado.

“Todo saber tem sua gênese em relações de poder” (MACHADO, 2012, p. 28). Nesse sentido, Machado explica que “o fundamental da análise é que saber e poder se explicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber.” (...) “é o saber enquanto tal que se encontra dotado estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder.” (MACHADO, 2012, p. 28). Esses são, grosso modo, alguns princípios da genealogia dos poderes realizada por Michel Foucault.

Para Foucault (2012) a definição do governo não se refere de modo algum ao território. Governam-se coisas. Neste caso, o governo se refere não ao território, mas sim a um conjunto de homens e coisas (riquezas, recursos, meios de subsistência, costumes, hábitos, formas de agir e pensar, que é a relação dos homens com as coisas). Nesse sentido, constata-se que o conceito de Governamentalidade apresentado por Foucault (2012) não se refere a um Estado, território ou estrutura política. Refere-se às pessoas, isto é, trata da forma de governar as pessoas.

A governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido com base nas táticas gerais da governamentalidade. (FOUCAULT, 2012, p. 430).

Entende-se que a governamentalidade é representada através das técnicas de governo. E os problemas da governamentalidade se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, e que, por isso, deve ser considerado como ponto focal das ciências que estudam o território e os processos de desenvolvimento territorial.

### **Considerações Finais**

A partir da perspectiva europeia de desenvolvimento territorial tratada neste texto, constata-se que o tema da gestão social está totalmente imbricado a essa perspectiva e que a palavra chave para definir esse tipo de gestão é a autonomia, com foco nos atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, a partir da perspectiva territorial.

As reflexões a partir dessas perspectivas permitem constatar que o estudo das relações de poder são imprescindíveis para compreender melhor os processos de gestão social do desenvolvimento territorial. Observem que se trata de um processo (a gestão social) relacionada a outro processo (o desenvolvimento territorial), o que merece muita ponderação nas análises, sobretudo nas conclusões, não esquecendo que todo processo passa por mutações constantes, portanto a análise do contexto da situação estudada é um ponto que não pode ser desprezado.

Por fim, considera-se que as relações de poder tanto podem estar presentes no âmbito das instituições relativas ao Estado, quanto em diversas formas de organização da sociedade civil. E esse poder não deve ser visto somente como um fenômeno negativo, pois em determinadas situações e contextos territoriais, sobretudo no que tange os processos de gestão social, o poder também pode se constituir em algo necessário, até certo ponto, para que sejam promovidas mudanças positivas no processo de desenvolvimento rural. Por conseguinte, em programas de pesquisa e intervenção de desenvolvimento no meio rural, as relações de poder necessitam de uma melhor compreensão por parte de pesquisadores e agentes de desenvolvimento, o que deverá facilitar a tomada de decisão sobre a realização ou não de intervenções locais ou territoriais sobre esse aspecto.

### **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, E. T. de. **(In)Consistências da gestão social e seus processos de formação: um campo em construção.** Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC-SP, 2012. 257p.

BRASIL. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil.** Série Documentos SDT, n.1. Brasília: SDT/MDA, 2005. 29 p.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder.** Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução Waltensir Dutra, 1979. 248 p.

CANÇADO, A. **Fundamentos Teóricos da Gestão Social.** Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Lavras. Lavras: UFLa, 2011. 246 p.

CANÇADO, A.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G.; RIGO, A. S.; OLIVEIRA, V. A. R. de. Gestão Social: conhecimento e produção científica nos Enapegs, 2007 – 2010. In: SCHOMMER, P. C.; BOULLOSA, R. de F. (Orgs.). Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública. Florianópolis: UDESC Editora. Coleção ENAPEGS, v. 5, 2011. p. 167-190.

FISCHER, T. Gestão social do desenvolvimento territorial como campo de educação profissional. In: SCHOMMER, P. C.; BOULLOSA, R. de F. (Orgs.). Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública. Florianópolis: UDESC Editora. Coleção ENAPEGS, v. 5, 2011. p. 199-209.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2012. 431 p.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2012. p. 7-34.

NASCIMENTO, F. N. dos. A contribuição da Gestão Estratégica para a Gestão Social: Realidade e Possibilidades. In: **VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**. São Paulo, 2012. p. 01-17.

OLIVEIRA, C. D.; PERAFÁN, M. E.; CONTERATO, M. A. Percepção de atores sociais sobre gestão estratégica e gestão social no âmbito da política de desenvolvimento territorial no Brasil. **Desenvolvimento Regional em Debate**, n. 2, v. 3, 2013. p. 154-175.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2011. 242 p.

RAY, C. Territory, structures and interpretation: two case studies of the European Union's LEADER I Programme. **Journal of rural studies**, n. i., v. 14, 1998. p. 79-87.

\_\_\_\_\_. The EU LEADER Programme: Rural Development Laboratory. **Sociologia Ruralis**, n. 2, v. 40, 2000. p. 163-171.

TENÓRIO, F. G. Inovando com democracia, ainda uma utopia. **Novos Cadernos NAEA**. n. 1, v. 2, 1999. p. 149-162.

\_\_\_\_\_. Gestão social: uma perspectiva conceitual. In: TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**: ensaios de gestão social. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 13-38.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**: esbozo de sociologia comprensiva. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. 1237p.

## **Evolução da política de desenvolvimento territorial do MDA no Brasil**

**Eric Sabourin<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia / Pesquisador titular do CIRAD, UMR Art-Dev, Professor visitante na UnB-CDS, [sabourin@cirad.fr](mailto:sabourin@cirad.fr)

**Resumo:** Numa perspectiva de análise da institucionalização da política de agricultura familiar no país, esse trabalho propõe introduzir alguns elementos de uma leitura sócio histórica do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT, implementado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário -MDA.

A primeira parte do trabalho apresenta o referencial teórico da análise de políticas públicas e em particular da sóciohistória da ação pública.

A segunda parte aplica esse referencial ao caso do PRONAT e trata das origens e da trajetória mais recente da política de desenvolvimento territorial rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário que nasceu do PRONAF infraestrutura municipal. A terceira parte é dedicada à discussão e ensinamentos. A conclusão formula algumas propostas de trabalho.

**Palavras-chaves:** análise de políticas públicas ; desenvolvimento territorial ; Brasil

## Introdução

O Brasil conta com quase vinte anos de políticas públicas específicas para a categoria da agricultura familiar. A mais importante e emblemática é sem dúvida o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) criado em 1995, esse programa tem passado por uma série de evoluções e tem sido complementado por diversas outras políticas temáticas ou transversais orientadas também para o mesmo público alvo como a política de desenvolvimento territorial (Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, PRONAT).

Numa perspectiva de análise da institucionalização da política de agricultura familiar no país, esse trabalho propõe introduzir alguns elementos de uma leitura sócio histórica do PRONAT.

A primeira parte do trabalho apresenta o referencial teórico da análise de políticas públicas em particular da sócio história da ação pública.

A segunda parte aplica esse referencial ao caso do PRONAT e trata das origens e da trajetória mais recente da política de desenvolvimento territorial rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA que nasceu do PRONAF infraestrutura municipal. A terceira parte é dedicada à discussão e ensinamentos.

### 1. Referencial teórico e metodológico

O que é uma política pública? Existem muitas definições: A política pública é “o que os governos fazem e porque o fazem” (Simeon; 1976: 548), mas é também o que os governos “escolhem fazer ou não fazer” (Dye; 1984:1). Segundo Leslie Pal (1992:2) uma política pública é uma série de ações ou inações que autoridades públicas escolhem adotar para regular ou responder a um problema ou um conjunto de problemas interligados.

Para Jenkins (1978:15) as políticas públicas se referem a um conjunto de decisões interligadas tomadas por um ator político ou um grupo de atores políticos. Essa definição introduz a pluralidade dos atores das políticas públicas. De fato no contexto recente é raro um instrumento de política nascer e ser desenvolvido apenas na cabeça dos técnicos ou das autoridades do governo. E embora isso possa acontecer, parece obvio que a sua aplicação será sujeita a diversos outros interesses e atores, mais ou menos institucionalizados.

Ao longo das últimas décadas, constatou-se uma complexificação e diversificação dos processos de tomada de decisão e de elaboração das políticas públicas. Isto tem levado a analisá-las como “construções sociais” ou como “conjuntos complexos de acordos institucionalizados entre agentes econômicos com interesses mais ou menos divergentes (Callon *et al.*, 2001). A noção de “ação pública” foi assim mobilizada para dar conta da renovação dos processos de gestão da decisão política (Duran, 1999; Massardier, 2008). Hoje, a ação pública é caracterizada pela fragmentação dos lugares do poder, pela interdependência entre os atores e pela existência de enfrentamentos ou de conflitos de ação pública, cada vez mais canalizados no marco de espaços de negociação promovidos para acolher mecanismos de discussão, em particular os fóruns e processos de participação da população (Avritzer, 2009).

O paradoxo da ação pública contemporânea, segundo Massardier (2008), tem a ver com a pluralidade de atores mobilizados para a produção das políticas públicas e geralmente organizados em redes ou coalizões (Romano, 2009). Nessa configuração, as autoridades

públicas não têm mais o monopólio da definição e da elaboração da “política pública” e entram em competição com outros atores organizados.

As políticas públicas, num sentido mais geral, podem ser definidas, segundo Muller (2003), como um conjunto de ações coordenadas, implementadas com o objetivo de conseguir uma modificação ou uma evolução de uma situação dada. Elas são executadas por instituições e administrações públicas, em resposta a existência de um problema público ou coletivo, que tem que ser identificado, analisado e logo promovido ou publicitado como tal.

Kingdom (1984) desenvolve assim uma análise pelos grupos de interesses e lobbys que têm a capacidade de levar e promover certos temas na “agenda das políticas públicas”.

Lindblom (1977) considera a política pública como um mercado com demanda e oferta<sup>1</sup>, onde os atores mais dotados em recursos e capital acessam mais facilmente aos produtos, ou podem até conseguir privatizar bens comuns ou públicos.

Mas, segundo a abordagem cognitiva de Muller (2003) as políticas públicas não são apenas espaços onde se enfrentam os diversos atores em função dos seus interesses, elas são também o lugar de expressão de valores, crenças e saberes (Grisa, 2010, 2012). Trata-se do lugar onde uma sociedade constrói a sua relação ao mundo, as suas representações ou visões do mundo. São visões sobre escolhas societárias: por exemplo, até onde devemos preservar os espaços naturais, as comunidades indígenas? Será que devemos atribuir recursos e direitos aos trabalhadores sem-terra, aos agricultores familiares, etc.?

Essa proposta em torno dos valores e das ideias se aproxima do modelo de Sabatier (2007) e Sabatier e Jenkins-Smith (1993) sobre as “coalizões de causa” (*Advocacy cause framework*) para quem as políticas públicas resultam da competição entre grupos de atores, não apenas para defender os seus interesses, mas, sobretudo para apoiar “causas” que resultam de um sistema de crenças compartilhadas entre esses atores (Grisa, 2012). Assim, segundo Tomasini (Rocha & Tomasini, 2013), “os atores são agrupados em uma ou mais coalizões e compartilham um conjunto de percepções do mundo (valores básicos, hipóteses de causalidade, percepção do problema), agindo em conjunto para traduzir suas crenças em uma política pública determinada”.

São assim vários enfoques e entradas teórico-metodológicas da análise das políticas públicas que convidam a abrir a “caixa preta da política”, a tomar distância dos discursos já prontos, das justificativas econômicas ou sociais e do caráter normativo ou técnico dos instrumentos. Entretanto, todos esses modelos de análise, que propõem decifrar as estratégias dos atores sociais, dificilmente podem prescindir de uma explicação histórica, em particular das origens ou das trajetórias das políticas públicas ou das instituições que as enquadram ou moldam para fazer referência ao institucionalismo histórico (Pierson, 2000, 2008; Mahoney e Thendel, 2010)<sup>2</sup>.

Proponho uma análise sócio-histórica do PRONAT para tirar ensinamentos de essa política e da sua evolução recente. Segundo Payre e Pollet (2013: 40) “*a sóciohistória das políticas públicas expressa uma vontade de mostrar o Estado ou as instituições em*

---

<sup>1</sup> Para Lindblom “esta complexidade (relações entre grupos de pressão e Estado) corresponde bem aos processos de tomada de decisão dos atores de um sistema de mercado, porque muitas decisões terminam sendo excluídas da agenda governamental e não passam pelo controle democrático. Isso significa que o consenso não é necessariamente resultado de um acordo, como ocorre no modelo pluralista, mas da manipulação dos desejos humanos” (Lindblom, 1977, p. 178).

<sup>2</sup> “Los institucionalistas históricos analizan las configuraciones organizacionales mientras otros observan escenarios particulares aislados; ponen atención en coyunturas críticas y procesos de largo plazo, mientras que otros solamente consideran porciones de tiempo o maniobras de corto plazo. De este modo, los institucionalistas históricos hacen visibles y comprensibles contextos más amplios y procesos que interactúan dan forma y reforman los estados, la política y el diseño de la política pública.” (Pierson e Skocpol, 2008).

*ação através dos seus próprios atores - aqueles que os fazem existir- resituados no seu ambiente material”.*

A abordagem sócio-histórica das políticas públicas postula a inserção do político no social. Trata-se também de contextualizar socialmente as políticas, de tentar escapar de uma visão autocentrada no Estado, tomando por objeto de pesquisa os processos globais, regionais ou até culturais. Neste sentido o enfoque sócio-histórico se interessa pelos agentes intermediários, os mediadores, suas posições, suas carreiras e permite considerar uma tipologia de regimes de circulação dos atores que remeta tanto a grupos sociais como a instituições (Payre e Pollet, 2005; Romano, 2009). Portanto, necessitamos do distanciamento histórico e do deslocamento pessoal e institucional para procurar no tempo longo e nas estratégias dos diversos grupos de interesses uma leitura a partir de fatos contextualizados, de posicionamentos situados e não apenas de textos oficiais ou normativos e de discursos.

## **2. O PRONAT : as dificuldades da inovação e da institucionalização**

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) configura uma proposta complexa, inovadora e exigente de renovação da política federal, regional e local de desenvolvimento rural. A princípio, o PRONAT tanto como o Programa dos Territórios da Cidadania-PTC que lhe foi associado a partir de 2008, são políticas a vocação transversal, que não eram destinadas a contemplar unicamente o público da agricultura familiar, mas que de fato, foram canalizadas quase exclusivamente para essa categoria, sua execução sendo confiada ao MDA (Leite e Delgado, 2011).

### ***Uma proposta inovadora e exigente***

O projeto principal consistia em transformar o Pronaf C Infraestrutura municipal num processo de planejamento ascendente para elaborar e financiar projetos de escala intermunicipal.

Para o MDA, tratou-se, ao mesmo tempo, de inovar institucionalmente em relação às políticas agrícolas anteriores (com projetos negociados e intermediados pela sociedade civil organizada, num marco territorial) e, no plano político, de tentar contornar as autoridades dos Estados e dos municípios, soberanas no que tange à execução dos programas e dos projetos em virtude da subsidiariedade do sistema federal. Tratava-se, respondendo às críticas da “prefeiturização” do CMDRs, de ultrapassar a escala municipal e propor o espaço microrregional, sendo este mais propício para a compreensão do recorte territorial.

Procurou-se assim, um nível de atuação novo e não formalizado entre o estado federado e os municípios para poder dispor de uma nova escala de representação/negociação e reduzir o número de projetos contratados com relação aos mais de 5000 municípios rurais do país. Foi a escala do território, virgem do ponto de vista sócio-político, mas sem existência administrativa na constituição federal, a não ser sob a forma dos consórcios intermunicipais, que foi então descartada.

Foi criada uma série de institucionalidades novas (as *Comissões de Instalação de Ações Territoriais* CIAT logo transformadas em *Colégios Territoriais* (CODETER) na escala dos territórios e a generalização dos *Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural, na escala do estado federado*). De acordo com Grisa e Schneider (2013), *os atores locais foram estimulados a construir, selecionar, desenvolver e realizar o controle social de projetos coletivos que atendam as demandas produtivas, econômicas, culturais*



*ambientais e sociais dos territórios, por exemplo, a construção de centrais de comercialização de produtos da agricultura familiar, construção de agroindústria, etc.* Era de fato importante dispor de uma ferramenta para estimular investimentos estruturantes em torno da ação coletiva e de dinâmicas intermunicipais de desenvolvimento rural territorial. O documento de base do programa PRONAT (MDA-SDT, 2003, 2005) reúne várias propostas inovadoras inspiradas da academia como de agências internacionais. Por exemplo, prega, com razão, pelo reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura<sup>3</sup> e da pluriatividade da agricultura familiar. Mas é exatamente a postura oposta das prioridades do Crédito do Pronaf (Schneider e Aquino, 2010). Enfim, se o PRONAF foi uma política tipicamente nacional e endógena, o PRONAT corresponde a uma tentativa de resolver demasiados problemas a partir de diversas referências, em boa parte externas ou internacionais.

### ***Origens diversas do programa de Desenvolvimento dos Territórios Rurais-PRONAT***

A ambição do PRONAT vai muito além do Pronaf infraestrutura que vê substituir. As experiências anteriores de desenvolvimento regional ou local (COREDES, Santa Catarina, Nordeste) foram pouco mobilizadas, ou apenas no papel. Na concepção e no discurso de justificação teórico metodológica do PRONAT, houve uma forte influência das políticas territoriais da União Europeia (Programa Leader), diretamente via a cooperação bilateral (Alemanha, Espanha, Portugal), a cooperação descentralizada (Itália, França) ou indiretamente via a academia, o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola-IICA e as Organizações Internacionais : OCDE, FAO, BM, PNUD (Massardier e Sabourin, 2013).

Em realidade, a proposta da SDT era muito diferente do programa LEADER. Primeiro os projetos no LEADER dependem de um importante co-financiamento das coletividades territoriais e/ou do setor privado. Há uma necessidade de pre-financiamento pelos operadores mediante empréstimos bancários, e a Comissão Europeia ressarcir sua parte dos recursos a posteriori e após uma fiscalização externa muito rigorosa. Vale lembrar quanto o LEADER é também a expressão de um modelo europeu neoliberal levando a uma concorrência entre regiões/territórios mediante o peso do setor privado e público local (se há “regiões que ganham”, outras perdem). Em segundo lugar, LEADER corresponde a um enfoque global e inter-setorial do desenvolvimento. PRONAT, concretamente contempla somente a agricultura e apenas o segmento da agricultura familiar. Em terceiro lugar, LEADER apoia a valorização dos atributos específicos dos territórios para torna-los mais competitivos, uma vez que os ativos de base (saúde, educação, energia e transportes) estão reunidos. No Brasil, a descentralização não está ainda totalmente realizada e nas regiões rurais mais pobres, alvo do PRONAT, os ativos de base não estão sempre assegurados.

Grisa e Schneider (2013) atribuem a política territorial do MDA a três fatores concomitantes: i) a crítica dos limites do Pronaf infraestrutura municipal, ii) a reivindicação dos movimentos sociais e sindicais *em propor projetos de desenvolvimento e articulações intermunicipais e inter-setoriais, procurando valorizar as potencialidades regionais da agricultura familiar;* iii) *a intensidade do debate*

---

<sup>3</sup> Em 2003 quando o Ministério da Agricultura Pecuária e Alimentação e o Ministério de Relações Exteriores reafirmaram a linha contrária às políticas de multifuncionalidade do Grupo de Cairns, o Brasil chegou a liderar na conferência da OMC de Cancun a criação do “Grupo dos 21” dos países chamados “emergentes” (MRE, 2003 *Carta de Brasília*,) a iniciativa do Itamaraty e do MDA.

*acadêmico sobre o desenvolvimento territorial, questionando a dicotomia rural-urbano, as taxas de urbanização do país, e argumentando a necessidade de pensar o desenvolvimento em uma perspectiva territorial, incorporando a valorização da dimensão espacial da economia e dos recursos locais.*

### ***Um entusiasmo inicial e vários freios e atropelos***

Após uma primeira fase de delimitação e escolha tanto descendente como ascendente dos territórios alvos, o PRONAT tem contribuído para tentar definir e adequar territórios de identidade (Echeverri, 2009) por meio de uma intensa atividade de diagnóstico e de elaboração mais ou menos participativa de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável-PTDRS. Nos primeiros dois anos, mais que na execução de infraestruturas coletivas, os esforços foram dedicados com bastante entusiasmo e ativismo à formação dos membros das CIAT e ao fortalecimento das capacidades dos atores do processo de planejamento em geral. Essas ações têm gerado dois avanços notáveis (Delgado *et al*, 2008; Sabourin 2009): i) houve múltiplos processos de interconhecimento e de aprendizagem individual coletiva e institucional entre representantes dos agricultores, dos serviços técnicos, ONGs, universitários e executivos municipais; ii) em consequência, por conta das novas demandas de representação dos agricultores familiares nos diversos conselhos e comissões, observou-se uma emergência de novas lideranças rurais, jovens e mulheres em particular e uma renovação e qualificação dos quadros da representação da agricultura familiar.

No entanto, houve reclamação das organizações de agricultores quando foram financiados pela SDT estudos e diagnósticos que se revelaram inúteis ou repetidos (caso dos territórios Aguas Emendadas, Borborema, Portal da Amazônia, cf Sabourin, 2009, Avila, 2010).

### ***A dificuldade de adequar planos territoriais e projetos***

Apesar de existir uma demanda reprimida para projetos intermunicipais em particular por parte de bases já organizadas em polos sindicais microrregionais, foi difícil inovar e traduzir as propostas alternativas da sociedade civil nos PTDRS padronizados pelos consultores da SDT e logo em projetos e, passando por um processo de elaboração, instrução e execução plurianual, mas dependentes de um orçamento anual. Caniello *et al*. (2013) a partir dos indicadores produzidos pela SDT constatam um paradoxo no Território da Borborema (PB), caracterizado por um capital social elevado, mas um desempenho medíocre dos projetos realizados. De fato, houve o filtro operado pela padronização das etapas e produtos intermediários do sistema de planejamento territorial confiado a consultores pagos por produto ou a articuladores territoriais que ultrapassaram suas atribuições (Sabourin, 2009). Sobretudo, faltou um marco jurídico dos colegiados territoriais, sem existência legal e sem capacidade de administração. O financiamento de infraestruturas e equipamentos coletivos não permite responder a muitos dos problemas estruturais prioritários identificados nos PTDRS (regularização fundiária, etc), mas, sobretudo, constitucionalmente, leva a uma implantação financeira e jurídica dos projetos mediante os estados e as prefeituras municipais. Par Grisa e Schneider (2013)

*“Embora as políticas territoriais fossem criadas para ultrapassar as “amarras” da “prefeiturização” (...) isto limita as possibilidades de gestão social dos territórios, as prefeituras não raro estão inadimplentes ou tendem a “municipalizar” os projetos territoriais e os governos estaduais, quando dirigidos por partidos de oposição ao governo federal, tendem a dificultar a execução da política territorial. Como resultado, alguns projetos encontram*

*dificuldades de serem aprovados ou, mesmo tendo sido aprovados, alguns não são executados ou são desviados de suas proposições iniciais”.*

Em vários casos, os atores locais frustrados pela burocracia davam prioridade à obtenção de novas infraestruturas coletivas, quando para os mentores do PRONAT, focalizados no caráter inovador da política, o mais importante era “o processo de reorganização da gestão social territorial”. Assim os projetos financiados pelo PROINF, submetidos a um complexo circuito burocrático, ao rigor da Caixa Econômica Federal regida pelas normas e o controle do TCU, passaram a ter, para os gestores um caráter incentivador ou até simbólico destinado a estimular a procura de outras categorias de recursos. Foi, no entanto, um dos motivos evocados pelo governo do Presidente Lula, mediante a Casa Civil, para concentrar mais recursos de outros ministérios ligados ao desenvolvimento rural, pelo menos nos territórios rurais considerados prioritários (com mais indicadores de pobreza e mais densidade de agricultores familiares organizados, etc.) mediante a criação do Programa Territórios da Cidadania-PTC. Outro argumento era a necessidade de incentivar o caráter transversal e interministerial da política territorial rural (Delgado *et al* 2008; Bonnal, 2013)

#### *O PTC e o fim dos territórios de identidade*

Apesar de uma excelente argumentação teórica e de uma hábil promoção midiática o Programa dos Territórios da Cidadania resultou em grande parte num atropelamento da dinâmica de adequação ou construção de territórios de identidade. De um dia para outro, nos 30 primeiros territórios de identidade promovidos a Territórios de Cidadania, as CIAT foram obrigadas a mudar sua composição, adotando a paridade entre setor público e setor privado e a se tornar Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER), para poder integrar os representantes dos outros setores tanto do lado da sociedade civil como dos governos.

De fato, em muitos casos, a irrupção do PTC, acabou com o edifício ainda frágil de alianças recém-costuradas através do interconhecimento e de muitas reuniões. Com a regra da paridade, eliminou as frágeis maiorias construídas pela sociedade civil nas CIAT e, com a promessa de recursos consideravelmente mais importantes<sup>4</sup>, mobilizou o interesse dos executivos estaduais e municipais, antes menos motivados por poucos recursos a custo de muitas negociações e reuniões com a sociedade civil (Leite e Delgado, 2011, Grisa, 2010).

Para Grisa e Schneider (2013) *”a criação do PTC poderia ter desempenhado um papel importante no enfrentamento de algumas dificuldades da política territorial, devido a sua forte ênfase na pobreza, na intersetorialidade, na articulação de políticas públicas e o considerável volume de recursos que anunciou mobilizar. No entanto, sua característica top-down, sua postura operacional de reconhecer principalmente as agências estatais como atores da política pública, seu afastamento da institucionalidade e dos atores sociais territoriais, e o arrefecimento da proposta a partir de 2011 na esfera federal, com conseqüente enfraquecimento das institucionalidades, desarticulações e frustrações dos atores territoriais, dificultaram o avanço da política territorial”.*

Todavia, é imprescindível uma reflexão sobre a concepção e execução das políticas territoriais de modo que não ocorra, como observa Favareto (2010: 301), a incorporação

---

<sup>4</sup> Com a criação do PTC, foi tão mediatizado o anúncio e a publicação dos orçamentos agregados de 19 ou 23 ministérios nos territórios rurais escolhidos para serem Territórios da Cidadania, que, concretamente, para os agricultores e a sociedade civil, terminou sendo essencialmente uma operação da Casa Civil para contribuir à reeleição do Presidente Lula em 2008.

“por adição” do tema territorial, “em que, sob nova roupagem, velhos valores e práticas continuam a dar os parâmetros para a atuação dos agentes sociais, coletivos e individuais, estabelecendo aquilo que a literatura em economia institucional chama de dependência do caminho”.

### ***Um programa de ambição territorial com atuação setorial***

Uma das dificuldades do PRONAT vem também da sua ambição de associar territorialização do desenvolvimento, desconcentração ou descentralização do Estado e participação popular em um mesmo processo. Ora, são três categorias de enfoques e de instrumentos bem diferenciadas e independentes. Participação popular e territorialização não são sinônimas e não funcionam naturalmente juntas. Da mesma maneira descentralização e desconcentração do Estado se dão mediante a transferência de competências e recursos aos estados federados e às prefeituras municipais, mas não obrigatoriamente mediante a participação da população. É; por exemplo, o caso dos consórcios de municípios. No PRONAT, existe um risco de confusão entre territorialização e participação popular, já que, normalmente, a elaboração e a execução dos projetos deveriam assumir, simultaneamente, essas duas características (Sabourin, 2009). Todavia, essas iniciativas antecipam um campo de experimentação em termos de interação entre a ação coletiva dos agricultores e a ação pública do Estado, em suas diversas escalas. Em termos de impacto, o PRONAT continua sendo pouco significativo: seu orçamento anual representava cerca de R\$ 100 milhões no seu apogeu, em 2008, ao passo que o PRONAF continuava sendo a única política pública estruturante da agricultura familiar brasileira, com R\$ 10 bilhões aplicados no mesmo ano.

## **3. Discussão e ensinamentos**

### ***O MDA e os movimentos sociais: avanços e limites de uma nova cogestão***

A hipótese da cogestão pode ser considerada seriamente a partir da experiência das consultas nacionais, das conferências setoriais regionais e nacionais lançadas pelo PT e logo da aceleração da implementação durante os governos Lula da Silva, dos conselhos nacionais, estaduais, territoriais e municipais para diversos setores, em particular o desenvolvimento rural e a segurança alimentar. Para os dirigentes da CONTAG, a cogestão tornou-se um fato. Desde 2003, a cada ano é mantido um período de intensa mobilização sindical sob o nome de *Grito da terra Brasil* agora organizado apenas pela CONTAG, suas federações e sindicatos<sup>5</sup>. A diferença dos anos 1990, o novo *Grito da terra* acontece diretamente na forma de reuniões de negociação no gabinete do MDA. Se a conservação dessa palavra de ordem representa todo um símbolo, a nova prática pragmática pode também ser eficiente<sup>6</sup>.

Durante os dois mandatos do Presidente Lula, a direção das três secretarias do MDA foram distribuídas entre responsáveis e equipes provenientes dos movimentos sociais e das organizações sindicais da agricultura familiar, às vezes concorrentes entre si: a SRA para a CONTAG (o INCRA para o MST durante o primeiro mandato), a SAF para a

<sup>5</sup> A FETRAF também organiza sua própria mobilização “As Jornadas de Luta da Agricultura Familiar”.

<sup>6</sup> Na França apesar de dispor da pasta, os sindicatos de agricultores mantiveram as manifestações com distribuição ou lançamento de tomates, ovos, esterco, desfile de tratores e ovelhas e derrame de leite na rua, para continuar a sensibilizar a opinião pública e ocupar o espaço midiático!?”.

FETRAF e a SDT para o movimento das cooperativas de agricultura familiar<sup>7</sup>. Essa postura pode lembrar o período duradouro da cogestão da política agrícola na França<sup>8</sup>, bastante estudado e associado a um consenso ou pacto nacional entre Estado e sociedade, constituindo um dos critérios do referencial setorial de política pública segundo a abordagem cognitiva de Jobert e Muller (1987). Mas, em lugar de uma cogestão entre estado e sociedade civil, essa prática, que parece ter desaparecido no Governo da Presidente Dilma Rousseff, pode ser também analisada como uma nova forma de “neocorporativismo distribuído”<sup>9</sup> entre várias representações de interesses econômicos (Jobert e Muller, 1987; Almeida, 1994, Bobbio et al, 2007).

Apesar da proposta de “gestão social territorial e participativa” da SDT (MDA, 2005) as análises do funcionamento do PRONAT e das relações entre o MDA e os beneficiários, mediante diversos intermediários e mediadores (articuladores territoriais, consultores da SDT, ONG’s parceiras, serviços de ATER) remetem mais para práticas de remuneração da militância ou de pequeno clientelismo que para mecanismos de cogestão ou de administração neo-corporativista<sup>10</sup> (Sabourin, 2009; Avila *et al*, 2011; Massardier *et al*, 2012)<sup>11</sup>.

Isto parece inevitável uma vez que foi oferecido aos movimentos sindicais e da sociedade civil, que competem entre si para as mesmas bases sociais da agricultura familiar, um novo espaço territorial sem personalidade jurídica, sem capacidade administrativa e com ainda poucas regras e normas validadas. No caso do território Aguas Emendadas, uma minoria de pequenos empresários pluriativos do Distrito Federal conseguiu monopolizar os recursos do PRONAT (Massardier *et al.*, 2012) e vários projetos foram instrumentalizados por uma rede técnico-social dos agrônomos da ATER, Emater, consultoras e ONGs<sup>12</sup> (Avila *et al.*, 2011).

Mede-se também o papel ao mesmo tempo ambíguo (militante corporativista) e precário (mal e irregularmente pagos) dos “articuladores territoriais” financiados por meio das ONG’s « parceiras » da SDT a mercês de uma remuneração profissional da militância. Mazeaud e Nonjon (2012) verificam a mesma tendência com os “novos profissionais » da participação na França, entre precariedade do emprego, falta de reconhecimento, remuneração da militância de um lado e funcionários concursados das coletividades territoriais mais antigas (departamento e região), confortavelmente instalados com 35 horas de trabalho por semana e bons salários.

Finalmente depois das dificuldades desse sistema<sup>13</sup>, diante da resistência de vários setores dos governos, como de parte dos movimentos sociais, em adotar a criação de

<sup>7</sup> Cabe lembrar que o mesmo processo aconteceu com os setores do agronegócio e a agroindústria, cujas lideranças corporativas assumiram em 2003 as pastas dos Ministérios de Agricultura, do Comércio e do Planejamento.

<sup>8</sup> Entre 1960 e 2007, durante todos os governos de direita, o ministro da agricultura foi um ex dirigente do principal sindicato agrícola a FNSEA (Fédération Nationale des Syndicats d’Exploitant Agricoles) ou do CNJA (Conseil National des Jeunes Agriculteurs).

<sup>9</sup> O neocorporativismo corresponde à participação de grandes grupos sociais organizados na formação da política do Estado, principalmente da política econômica.

<sup>10</sup> Segundo Bobbio et al (2007) “num sistema neocorporativista a organização representativa de interesses particulares é livre para aceitar ou não suas relações com o Estado, contribuindo, portanto, para defini-las enquanto que no corporativismo clássico é o próprio Estado que impõe e define estas relações”.

<sup>11</sup> Por exemplo, nos territórios do Acre, o processo passou pela tutela de ONGs (Toni, 2007); na região de Marabá no Para, houve uma mudança dentro do movimento sindical (Veiga et al, 2007), no território do Portal da Amazônia no Mato Grosso, apesar do fortalecimento da representação do MPA e da Via Campesina, os jovens dirigentes ficaram baixo a tutela das ONGs e da Igreja (Sabourin, 2009).

<sup>12</sup> No caso da CIAT do território Aguas Emendadas observou-se uma representação impar de técnicos das Emater nos diversos colégios: federal mediante a presença no MDA e na unidade técnica do Pronaf no DF, estadual via a Secretaria de Agricultura do DF e as Emater, municipal ou regional (DF) o via os escritórios locais da Emater e os CMDRS, sociedade civil via a Associação dos servidores da Emater-DF. Por outra parte, vários dos primeiros agricultores familiares coordenadores da CIAT eram também pluriativos assalariados da Seagri-DF, da Agencia Rural de Goiás e da Prefeitura municipal de Unai-MG, o que tinha a vantagem de lhes permitir a assistir mais facilmente as reuniões e negociações, mas sem real autonomia dos seus empregadores (Avila, 2010).

<sup>13</sup> Que ficou paralisado mais de um ano após a decisão radical da Presidente Dilma de cancelar em 2011 os convênios da SDT via ONG’s.

consórcios intermunicipais, a SDT não têm outra opção que negociar com os governos estaduais e as prefeituras, em particular no marco de um período eleitoral. Será que um ciclo se fechou, e que se voltou ao ponto de partida do Pronaf Infraestrutura Municipal? De fato, a pergunta é que tipo de cogestão ou de participação da população, como e para quê?

Dez anos depois da passagem do Pronaf C para o PRONAT e com as múltiplas peripécias dos Territórios da Cidadania, pode-se perguntar se não teria sido também importante persistir e fiscalizar os planos e projetos na escala municipal, ou optar para a criação de consórcios intermunicipais. (Caldas e Moreira, 2013). Qual é a vantagem a médio ou a longo prazo de querer contornar a democracia representativa (eleitoral) e de lhe opor uma democracia técnica mais ou menos participativa? (Sayago, 2000).

Toni e Kamovitz (2003) fazem uma avaliação crítica das opções do Ministério do Meio Ambiente e da cooperação internacional no setor da preservação da Amazônia e da promoção de uma agricultura mais sustentável na região Norte. A opção de financiar ONG's no lugar das secretarias municipais e estaduais por conta dos seus vieses políticos ou clientelistas revelou resultados pífios. Obviamente as prefeituras nunca conseguiram fortalecer recursos humanos, experiência e competências a altura do desafio, mas muitas das ONGs desapareceram dos municípios rurais uma vez o financiamento terminado. Ou então se constituíram em frentes políticas, suas lideranças se elegendo vereadores ou deputados e passando do outro lado...ao final, anos de trabalho e de financiamentos mal investidos a nível das bases locais (Toni, 2007).

### ***PRONAT, o peso da dependência do caminho federal***

Existem várias limitações ao duplo processo de participação ou gestão social de um lado e de territorialização do desenvolvimento rural, por outro. Esses freios podem ser examinados em termos de *path dependency* ou dependência do caminho (Mahoney, 2001), especialmente com relação a práticas clientelistas anteriores e ao sistema de subsidiariedade da administração federal brasileira. As duas políticas testemunham da grande dificuldade para institucionalizar práticas ou normas novas que ao mesmo tempo saem da rotina do funcionamento da administração pública, mas podem também se opor ao molde da constituição federal e as regras da subsidiariedade entre níveis de governo por exemplo. Isto é patente nas dificuldades e entraves para conseguir financiar e fazer funcionar e avaliar os projetos de infraestrutura e equipamentos coletivos nos territórios rurais do Pronat. É também o caso para operacionalizar e viabilizar as numerosas, mas pouco aplicadas modalidades de crédito do Pronaf. É impressionante a partir de 2012 ver o PRONAT associado ao PAC 2, é a propaganda do MDA para compra de tratores e pás escavadoras.

Seria necessário avaliar o retorno da gestão social participativa em matéria de fiscalização dos projetos territoriais do PRONAT pela sociedade. Muitas vezes os representantes da agricultura familiar não têm recursos, tempo, ou até legitimidade para realizar essa fiscalização; mas, sobretudo dificilmente vão conseguir sanções e resultados num quadro de assimetria de poder e de recursos em comparação com o setor público (parlamentar, executivo e judiciário) ou com o setor privado: bancos, empresas consultoras, empreiteiras, comércio, etc. (Sabourin, 2012). A pergunta é se o MDA, a Caixa Econômica Federal ou o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural não têm os meios e recursos para avaliar e fiscalizar os projetos, a quem confiar essa tarefa? A SAF e também a SDT de maneira mais recente, têm conseguido implementar sistemas de acompanhamento e avaliação dos projetos; a transparência sobre os resultados é

tecnicamente possível. Porém, politicamente, parece que pelo montante proporcionalmente reduzido de numerosos pequenos projetos sem impacto econômico ou eleitoral, a decisão, muitas vezes foi de registrar para inglês ver e não para fiscalizar.

## Conclusões

Basicamente, a análise das evoluções institucionais do Pronat e das estratégias dos seus principais grupos de atores leva a três ensinamentos que permitem fortalecer, aqui no caso da agricultura familiar brasileira, algumas hipóteses de trabalho em torno da elaboração e institucionalização das políticas públicas setoriais.

Primeiro, por mais que corresponda a uma conquista social, uma política pública territorial com recorte setorial sempre representa um compromisso, quer entre grupos de interesses ou coalizações que tentam disputar os recursos e influir as decisões do Estado, quer por conta dos próprios jogos de poder e de prioridades dentro dos diversos setores do governo e da administração. O público alvo do Pronat corresponde àquele negociado inicialmente, mas foi se abrindo pouco a pouco para a diversidade socioeconômica dos agricultores familiares, ainda que quem teve (e tem) acesso majoritário foram os agricultores mais organizados e representados.

Em segundo lugar, nenhuma política pública, embora socialmente construída e legitimada, pode ser institucionalizada sem contar com um conteúdo técnico e instrumental robusto, o mesmo resultando geralmente também de um acúmulo no tempo. Neste sentido as decisões e estruturas institucionais tomadas no passado, condicionam as opções de evolução.

No momento da sua criação, o Pronaf contava com instrumentos e conteúdos técnicos anteriormente acumulados e validados. Pelo contrário, o Pronat, fugindo dos dispositivos anteriores, somente oferecia uma agregação de referências para inovar, algumas externas. Sua implementação foi dificultada ou freada pela dependência das trilhas do modelo dominante, da subsidiariedade federal ou das práticas políticas locais hegemônicas ou anteriores.

Finalmente, a principal forma de institucionalização de uma política pública, não se encontra sempre onde a buscamos *a priori*, por exemplo, nas instituições burocráticas, nas organizações ou nos instrumentos. Pelo contrário, ela se fortalece também por meio das ideias e dos valores que se institucionalizam ou se estruturam em princípios, normas, regras e mediante processos de aprendizagem e de agregação marginal ou incremental. Essa consideração ética e otimista expressa tudo o campo de progressão e adaptação que podemos esperar da evolução futura do Pronat, na base das ideias e dos valores.

A principal sugestão em termos de acompanhamento e análise das políticas públicas seria a elaboração de uma agenda de trabalho conjunta entre os serviços do governo (aqui o MDA), os movimentos sociais e os centros de ciência e tecnologia, para tarefas de registro, acompanhamento, avaliação dos instrumentos e processos, segundo pelo menos dois eixos.

O primeiro seria um trabalho de sócio história a partir de arquivos e de entrevistas para revisitar a trajetória das políticas a partir do cruzamento entre a história oficial, as histórias locais e as histórias das pessoas.

O Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura montado pelo CPDA/UFRJ já iniciou esse tipo de enfoque, em particular com entrevistas dos gestores de políticas públicas ([www.oppa.net.br](http://www.oppa.net.br)). O Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB adotou

essa abordagem junto aos negociadores da reforma do Código Florestal e do projeto de Lei para Pagamento por Serviços Ambientais (Amazonas, 2012) ou ainda sobre a história das políticas ambientais (Franco *et al.*, 2013).

O segundo tema de trabalho conjunto, também já iniciado pela SDT do MDA com o CNPq e várias universidades ao exemplo do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, o Neagri da UnB, consiste em analisar os dados produzidos pelo acompanhamento e pela avaliação das políticas em base a análise dos censos e dos sistemas de produção de indicadores do MDA (SMAP/PRONAF e SIT da STR). Reunir e analisar esses indicadores, aprimorar os resultados dos sistemas de acompanhamento e avaliação fornece elementos preciosos não apenas para os gestores dessas políticas, mas também para a ANATER ou para as organizações de usuários.

Metodologicamente, cruzar a sócio história ou a análise institucional das políticas públicas com a sociologia dos atores e das suas estratégias permite entender melhor os resultados, as opções, mas também os limites e as perspectivas de evolução do que constitui hoje, dentro e ao redor do MDA, mas também do MDS ou do MMAA, um impressionante portfolio de instrumentos ou programas setoriais e um verdadeiro laboratório de experimentação de políticas públicas.

## Referências bibliográficas

- Almeida M. H. T. O corporativismo em declínio in Dagnino E (Org.) *Política e Sociedade no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1994
- Amazonas, M. Pagamentos por Serviços Ambientais e sua institucionalização na legislação brasileira: in *Actas del taller “Instrumentos y Políticas de Servicios Ambientales en América Latina”*, Freguin, S., Sabourin E, Piketty M.G., Perez J. F. (eds) Managua: Red PP-AL, 2012
- Aquino J, Schneider, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 8, 2010, Porto de Galinhas, *Anais...* Porto de Galinhas (PE): ALASRU, 2010.
- Ávila, M.L; Sabourin, E; Duarte G. L M; Massardier, G. ATER e desenvolvimento territorial: Uma análise crítica. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v.1, n. 2, 2011: 427-448.
- Avritzer, L (org). *Experiências Nacionais de Participação Social*. São Paulo: Cortez, 2009.
- Bickel J F. *Les théories de l’Etat social*, Fribourg, CH: Université de Fribourg, 2009.
- Bobbio, N.; Mateucci, N.; Pasquino G., *Dicionário de Política*, Brasília: Editora UnB - Imprensa Oficial, 2007, 2 vol.
- Bonnal, P. Agriculture familiale et politiques publiques: étude de cas Brésil. In: *Les agricultures familiales du monde : définitions, contributions et politiques publiques*. Cirad: Montpellier, 2013.
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário *Referências para um desenvolvimento territorial sustentável*. Brasília: MDA-SDT-CONDRAF, 2003.
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Brasília: MDA. 2005.
- Bursztyń, M. O Poder dos Donos, 20 anos depois...ou a incrível e triste história das populações desfavorecidas e suas elites desalmadas, in *Raízes*, vol 22, nº1, 2003 : 73-80
- Busino G. *Élites & bureaucratie, revue analytique des théories contemporaines*. Paris: Droz, 1988
- Caldas, E . L.; Moreira I. Políticas de desenvolvimento territorial e intermunicipalidade no Brasil: complementaridades e tensões, in *Sustentabilidade em Debate*, 4 (2) 2013: 41-60
- Callon, M., Lascoumes, P., Barthe, Y. *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*, Paris : Seuil, 2001. 358p.



- Caniello M.; Piraux M.; Souza Bastos V V. Ideias e Práticas na Gestão Social dos Territórios da Cidadania. O caso do Território da Borborema, Paraíba. In *Sustentabilidade em Debate*, 4 (2) 2013:19-40
- Delgado, N.G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: Delgado, N.G. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília (DF): CONDRAF/NEAD, 2010, p.28-78.
- Duran P. *Penser l'action publique*, Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1999, 199p.
- Dye T. R. *Understanding public policy*, Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall, 1984, 377 p
- Echeverri, R. *Identidade e territórios no Brasil*. Brasília: MDA-SDT / IICA, 2009
- Faoro, R. *Os donos do poder*. S.P. Globo, 1973
- Favareto, A A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? *Estudos Avançados*, v. 24, n.68, 2010 : 299-319
- Franco, J. L. A., Silva S. D. E. ; Drummond, J. A.; Tavares, G. G. (Orgs.) *História Ambiental: Fronteiras, Recursos Naturais e Conservação da Natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 390p .
- Gouveia G. P. *Burocracia e elites burocráticas no Brasil*, São Paulo: Pauliceia, 1994.
- Grisa C.; Schneider S. Políticas públicas para la agricultura familiar en Brasil: trayectoria, análisis y desafíos. *Reporte para Red Políticas Públicas y Desarrollo Rural en América Latina* (Red PP-AL), Porto Alegre: 2013, 35 p.
- Grisa, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. *Desenvolvimento em Debate* v.1, n°2, 2010 :83-109
- Grisa C. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2012.
- Jenkins W. I. *Policy analysis. A Political and Organisational Perspective*, London: Martin Robertson, 1978
- Jobert, B. ; P. Muller L'État en action: politiques publiques et corporatisme; Paris : PUF, 1987.
- Kingdon J.W. *Agenda, Alternatives and Public Policy*, Boston : Little Brown & Company. 1984
- Lecuyer L. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: policy makers, paradigmas e categorias de ação pública in Workshop *Análise das Políticas Públicas, Atores na Agricultura Brasileira*, Rio de Janeiro, 4-5 de outubro 2012, OPPA, CPDA-UFRRJ.
- Leite S. P. ; Delgado, N. (coord). *Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais*. Brasília: IICA, 2011, Serie DRS 14.
- Lindblom, C. E. Still Muddling, Not Yet Through, *Public Administration Review* 39: 1979 :517-526.
- Lindblom, C.E. *Politics and markets*. New York: Basic Books, 1977.
- Mahoney J; Thelen K. *A Gradual Theory of Institutional Change, in Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power* , Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- Mahoney, J. Path dependent explanations of regime change: Central America in comparative perspective. *Studies in Comparative International Development*, 36 (1), 2001 : 111-141.
- Massardier G., Sabourin E. Internationalization and dissemination of rural territorial development public policies: model hypotheses for Latin America. *Sustentabilidade em Debate*, 4 (2) 2013: 83-100. <http://seer.bce.unb.br/index.php/sust/article/view/9489/7358>
- Massardier G. *Politiques et actions publiques*, Paris, Armand Colin, 2008.
- Massardier, G; Sabourin, E; Lecuyer, L; Avila, M L. La démocratie participative comme structure d'opportunité et de renforcement de la notabilité sectorielle. Le cas des agriculteurs familiaux dans le Programme de Développement Durable des Territoires Ruraux au Brésil, territoire Aguas Emendadas. In *Participations*, 1 (2), 2012: 78-102.
- Mazeaud A. ; Nonjon M. Professionnels de la participation et fabrique de la norme participative locale in *Colloque Circulation et Appropriation des normes de l'Action locale*. Montpellier, Cirad, 2013
- Muller P. *Les Politiques publiques*, Paris: PUF, [1990] 2003 (6em ed)
- Oliveira G. A. de. A burocracia weberiana e a administração federal brasileira in *Revista de Administração Publica* 4 (2) 1970: 47 – 74.
- Pal L. A. *Public Policy Analysis: An Introduction* (2nd edition). Toronto: Nelson, 1992.

- Payre R.; Pollet G. *Socio-histoire de l'action publique*, Paris : La Découverte, 2013, 125 p.
- Payre R.; Pollet G. Analyse des politiques publiques et sciences historiques : quel(s) tournant(s) socio-historique(s) ?, *Revue française de science politique*, 56, 1 (2005) 133-154
- Pierson P.; Skocpol T. El institucionalsimo historico em la ciência politica contemporânea, *Rev. Urug. Cienc. Polít.*, Montevideo, v. 17, n. 1, dic. 2008 .
- Pierson, P. Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics, *American Political Science Review* 94 (2) June 2000: 251-67.
- Putnam R. D, *The Comparative Study of Political Elites*, New Jersey, Prentice Hall, 1976.
- Rocha L. M.; Tomazini C., *L'analyse des politiques publiques au Brésil*, Paris: L'Harmattan, 2013
- Romano, J. O. As leituras de redes políticas e sócias nos estudos brasileiros. In *Política nas Políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X; 2009 : 203-266.
- Sabatier P. (Ed) *Theories of the policy process*, Boulder, CO: Westview Press. 2a Ed, 2007.
- Sabatier P.; Jenkins-Smith, H. (Eds.) *Policy Change and Learning: An Advocacy Coalition Approach*. Boulder, CO: Westview Press, 1993.
- Sabourin E. *Camponeses do Brasil : entre a troca mercantil e a reciprocidade*, Rio de Janeiro : Garamond U ; col Terra Mater, 2009, 328p
- Sabourin E. 2012, Teoria da reciprocidade e análise de políticas públicas rurais, in *Ruris*, vol. 6, nº2 : 53-90, dossiê “Estado e controle de populações rurais na América Latina”
- Sayago D. A invenção burocrática da participação: discursos, práticas no Ceará. Tese de Doutorado, Dep. De Sociologia, Universidade de Brasília, 2000
- Schneider S. ; Cassol A. A agricultura familiar no Brasil. Reporte sobre la agricultura familiar en América Latina. *Projeto de Análisis de pobreza y desigualdad rural en América Latina*. Porto Alegre/Brasil, FIDA/Rimisp, 2013, 69 p.
- Schneider S.; Silva, M K; Moruzzi M P E. *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2003, 252p.
- Schneider S; Ferreira B; Alves F. (Orgs) Aspectos multifuncionais da agricultura brasileira: diferentes visões do censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2013, 387p
- Simeon R. Studying Public Policy in *Canadian Journal of Political Science* v. 9, nº4, 1976: 548-580.
- Toni F., *Party Politics, Social Movements and Local Democracy: Institutional Choices in the Brazilian Amazon*, Washington, World Resource Institute, *WP Series*, nº 32, 2007
- Toni, F.; Kaimowitz D. (eds), 2003. *Municípios e Gestão Florestal na Amazônia*. Natal: AS Editores.
- Tonneau, J. P. ; Sabourin, E. (Orgs.). *Agricultura familiar – interação entre políticas públicas e dinâmicas locais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.
- Veiga I, Oliveira, M. C, Bentes, F. Políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no sul e sudeste do Pará in *Agricultura familiar, políticas públicas e dinâmicas locais*, Tonneau J.P.; Sabourin E (org.), Porto Alegre: Ed; da UFRGS, 2007.
- Veiga, J. E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo/Hucitec, 1991.
- Weber M, Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal em E Campos (org.), *Sociologia da Burocracia*, Rio de Janeiro: Zahar, 1966: 9-15.

## GT 01 – Desenvolvimento Rural: uma década da política pública de desenvolvimento territorial

### GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO EM TERRITÓRIOS RURAIS: UMA ANÁLISE DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DA BORBOREMA – PB

Valério Veríssimo de Souza Bastos<sup>1</sup>  
Márcio de Matos Caniello<sup>2</sup>  
Rosymeyre Paulino Ferreira<sup>3</sup>  
Cimone Rozendo de Souza<sup>4</sup>

**Resumo:** Nas últimas décadas o debate em torno do desenvolvimento territorial tem sido bastante intenso, principalmente com a emergência em 2008 dos Territórios da Cidadania. Este ciclo de gestão social que se apoia numa inovação institucional, e com a inserção de dispositivos de governança como mediador deste processo, tem provocado mudanças políticas e institucionais nos territórios. Este processo tem provocado a academia a analisar e entender melhor o funcionamento deste dispositivo coletivo de governanças (Colegiado do Território da Cidadania da Borborema), e se suas ações possuem alguma coerência com as demandas levantadas pelos atores sociais inserido no Território. Em nosso artigo utilizamos como estratégia a leitura e apreensão sobre o debate em torno da governança territorial e suas implicações sobre a qualidade do desenvolvimento territorial. Isso tudo pautado na coleta de informações através da metodologia baseada no processo de pesquisa-ação articulada com a teoria e com a prática. Por fim, procuramos, com esse esforço analítico, e a partir de algumas hipóteses, demonstrar como as mudanças nas instituições para o desenvolvimento territorial ocorrem ou são bloqueadas e as implicações desse processo para a formatação de políticas públicas e para o processo de desenvolvimento territorial sustentável.

**Palavras-chaves:** Governança Territorial; Desenvolvimento; Territórios Rurais.

Nos últimos anos, as políticas de amplitude territorial, de forma especial o território da cidadania, representam novos arranjos institucionais a medida que colocam no mesmo local de debate, discussão e proposição os representantes da sociedade civil organizada e os representantes dos governos (federal, estadual e municipal). A abordagem territorial oferece outras formas de pensar o desenvolvimento, nas quais os diferentes atores locais (governo e sociedade civil) são convidados a (re)pensar e

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais/ Doutorando do PPGCS-UFRN/[valerioverissimo@hotmail.com](mailto:valerioverissimo@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais/Professor DCS-PGCS-UFCG/[marciocaniello@gmail.com](mailto:marciocaniello@gmail.com)

<sup>3</sup> Pedagoga-UFCG/Especialista-FALC/[ros.sy.fe@hotmail.com](mailto:ros.sy.fe@hotmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Ciências Sociais/ Professora DCS-PGCS-UFN/[cimonerozendo@gmail.com](mailto:cimonerozendo@gmail.com)

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: [rdestudosrurais@gmail.com](mailto:rdestudosrurais@gmail.com)

deliberar sobre o seu futuro, seus problemas, seus projetos e, principalmente a forma de gestão de suas iniciativas (Delgado et. al, 2007). Este novo movimento tem provocado uma mudança importante por demandar uma nova divisão de funções e de poder.

A discussão em torno do desenvolvimento territorial dentro da academia e nas instâncias governamentais ganhou destaque mais efetivo nos anos 90. Esse debate emerge em torno do desenvolvimento sustentável e de outras categorias correlatas como o desenvolvimento local sustentável e o desenvolvimento rural sustentável. Frente a este debate, um elemento se mostra central nesse processo: a participação social como mote potencializador do desenvolvimento sustentável. A participação social tem se mostrado fundamental para a democratização da gestão de política pública, ou seja, apresenta-se como fio que liga a política pública (na ponta) ao público alvo (na base) (Rocha e Fillipi, 2008).

Desta forma, os territórios rurais foram formatados como ambientes de protagonismo, planejamento e gestão social de políticas públicas, criados em 2003 pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), e que tinha como eixo norteador o fortalecimento da Agricultura Familiar numa perspectiva territorial. Pensado como uma abordagem integral de espaços e sociedades, configurando-se como uma unidade única e heterogênea, ela traz consigo elementos de coesão social e espacial constituído através de um processo histórico de construção de identidades (Oliveira, 2008). Continuando, ele defende a ideia de que este enfoque propicia acionar mecanismos de integração interna e externa, articular políticas públicas e iniciativas coletivas que contribuam para a sua revitalização e reestruturação progressiva, assim como a adoção de novas funções e demandas.

Neste sentido, a gestão social, que tem como base a inovação institucional, apresenta-se de forma cíclica e dinâmica, envolvendo planejamento, organização, coordenação e controle social. Esse movimento visa também mudanças sociais como o reconhecimento e a mobilização do capital social, arranjos institucionais e um sistema de gestão social retroalimentado com agentes locais inseridos no processo (Caniello, 2009, et. al, 2011).

Autores como Wanderley (2000) irá atribuir a esse processo como sendo uma nova face do rural, tendo como base as transformações ocorridas no mundo rural dos países de capitalismo avançado desde a década de 90. Para Diniz (2007), esse processo em movimento proporcionou uma inovadora forma de “experimentalismo institucional”

no Brasil, ao fomenta de maneira inédita a ampliação de espaços e de decisões coletivas numa prolífica relação entre o Estado e a sociedade civil, ao passo que passou a investir numa gestão participativa de base local que permita soluções de “sustentabilidade” para o desenvolvimento das regiões interioranas por meio da implementação de políticas públicas visando a transformação de sua realidade social e econômica.

Na Paraíba esse processo teve seu início em julho de 2003 quando foram homologados os territórios rurais da **Borborema**, Cariri, Zona da Mata e Médio Sertão. Em 2007, dois destes territórios foram desmembrados com a homologação dos territórios do Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Mata Sul e Mata Norte, além da criação do território do Curimataú

Atualmente a Paraíba conta com quatorze territórios rurais homologados, sendo que sete destes foram homologados como Territórios da Cidadania (Curimataú, Zona da Mata Norte, Zona da Mata Sul, Borborema, Cariri Ocidental, Cariri Oriental e Médio Sertão) e os outros sete como territórios rurais (Médio Piranhas, Alto Sertão, Vale do Piranhas, Vale do Piancó, Serra do Teixeira, Vale do Paraíba, Piemonte da Borborema e Seridó). Estes Territórios abrange um área de 56.469,46 Km<sup>2</sup>, 3.766.834 habitantes, destes 927.832 são habitantes rurais (ver mapa em anexo).

O aprofundamento dessa questão é estratégico, principalmente em relação à região Nordeste do Brasil, com marcada presença de uma economia rural. Este aspecto ganha destaque, considerando a importância do debate em torno dos dispositivos de governança para o desenvolvimento territorial sustentável, além do reconhecimento e participação dos atores sociais neste processo.

### **Para pensar o desenvolvimento territorial**

O território apresenta-se como uma análise da sociedade e da relação sociedade/espço, um recorte analítico que pretende uma visão angular específica da história. Ou seja, todo território tem uma história que explica sua estrutura e sua conformação atual. Neste sentido, a apreensão deste histórico precede de equacionar este histórico com um processo, daí enunciar a formação territorial como objeto de pesquisa (Moraes, 2000, p.21).

Conforme Favareto (2007) o tema da abordagem territorial do desenvolvimento rural, já foi objeto de estudo de autores como Veiga (2000), Abramovay (2000; 2003) e

Schneider (2003). Citando Santos e Silveira (2001), Kageyama (2007) irá dizer que o desenvolvimento territorial predomina respectivamente os meios naturais, os meios técnicos e os meios técnico-científico-informacional. Já para Pecquer, o desenvolvimento territorial, funciona como um ressurgimento das relações de produção pré-capitalista revalidadas pelas práticas e renovadas por dinâmicas territoriais (2005, p.11).

O território se constitui em mais do que bases físicas para as relações entre indivíduo e empresa. Os territórios possuem um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Ou seja, é uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel pouco conhecido. Algumas análises podem ser destacadas em relação a dimensão territorial. Trata-se, da construção de um novo sujeito coletivo de desenvolvimento que exprime a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região (Abramovay, 2000, p. 6).

O destaque dado à participação social nos processos de discussão, elaboração e gestão de políticas públicas estará presente nas décadas de 80 e 90. O exemplo mais real desse processo foi a elaboração e a execução do PRONAF, que tinha na figura dos conselhos de desenvolvimento rural sustentável (CMDRS) o principal elemento de inserção da sociedade civil nesta discussão. Este processo levará a abrangência de programas de desenvolvimento territorial, como foi o caso dos territórios rurais, e posteriormente a implementação dos territórios da cidadania.

Apesar dos vários estudos com o enfoque do desenvolvimento territorial, não há uma teoria própria sobre o desenvolvimento territorial. O que temos é uma abordagem territorial que trata de um determinado nível da realidade e na operacionalização de algumas instâncias empíricas fundamentais (Favareto, 2007).

Sendo assim, usando uma categoria de análise de Pierre Bourdieu (2007), os territórios podem ser vistos como um campo, como um todo estruturado de posições, cuja morfologia é posta pela distribuição desigual das diferentes formas de capital no seu interior, e que a dinâmica obedece às lutas sociais pelas melhores posições no seu interior e, particularmente importante no caso dos territórios rurais, aos constrangimentos e possibilidades oferecida pelo meio natural. A disposição dos atores dentro deste campo (território), a acumulação dos vários capitais disponíveis, em vários

casos, tem levado a constituição do que Robert Michels definiu como a “lei de ferro da oligarquia”, segundo a qual quem diz organização diz necessariamente oligarquia, na emergência dentro destes novos grupos, de uma nova minoria organizada, que se eleva à categoria de classe dirigente (Michels, 1982, p. 238).

### **Sobre a Governança Territorial**

Socialmente construído, e carregado de uma história, de uma identidade e simbolismo, o território se configura como um lugar de novos modos de ações (Piroux et. al; 2010, p. 98). Ele indica que a sua sustentabilidade aconteça através das intervenções num espaço que faça sentido para os atores locais e que dê sentido às ações que eles desenvolvem para responder os seus problemas. Isso tudo em função das formas de capital social que lhes são constitutivas. Neste sentido, O Território possibilita a ativação e a especificação dos recursos existentes.

A abordagem da territorialização da governança busca utilizar a noção de território como um *locus* espacial e socioeconômico privilegiado para implementar processos de descentralização das atividades governamentais e da relação entre Estado e a sociedade civil, que tiveram um papel relevante no processo de democratização política do Brasil a partir da metade da década de 1980 no século passado (Caniello, 2009).

Por um lado, a descentralização esteve associada à criação de esferas públicas ou de espaços públicos, como foram mais comumente chamados, entendidos como arenas sociais nas quais a presença de novos atores, usualmente movimentos e organizações sociais, de fora do sistema político tradicional, buscava ampliar o campo da política ao tentar redefinir as relações entre Estado e sociedade (civil), da perspectiva dessa última. (Delgado, 2007)

No entanto, estes processos estão condicionados a qualidade da parceria dos diferentes atores, sejam eles da sociedade civil ou do governo. Trata-se de "inventar" e de fazer viverem novos modos de governança definida como variáveis de estrutura, uma orientação política e representações como forma de institucionalização da ação coletiva, contemplando a múltipla diversidade de atores que interagem e intervêm na gestão do negócio público (Levy e Lussaukt, 2003 *apud* Piroux et. al; 2010).

Estas ações buscam privilegiar o fórum social como espaço de diálogo entre os atores, particularmente entre a sociedade civil e o poder público, com a intenção de mudar as condições de governança. No entanto se questionam a relação entre o nível baixo de capital humano e social, e a implementação de uma governança territorial, (Putnam, 2006; Abramovay, 2000).

Neste sentido, entendemos que o desenvolvimento territorial pressupõe a criação de um dispositivo coletivo de governança legítimo, tanto para os atores locais quanto para os gestores públicos que são responsáveis pela implementação de políticas públicas. Essa legitimidade, assentada num capital social baixo, se constrói por atores locais inseridos num processo de institucionalização de normas e de valores compartilhados, assim como uma abordagem pautada no processo de aprendizagem e inovação. Esta legitimidade se coloca nas relações de forças entre a sociedade civil e poder público. Nestas modificações, o papel do especialista e de um movimento de animação deste processo é determinante.

O termo governança territorial refere-se às proposições ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada em um território de gerir os assuntos políticos, levando em consideração o envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais. Trata-se da interação entre micro e macro-atores, contemplando a perspectiva de afirmação de interesses e necessidades territoriais. Assim, os aspectos frequentemente evidenciados na literatura sobre governança, estão relacionados: (1) ao espaço legalmente em constituição; (2) à divisão do poder entre o governo e a sociedade civil; (3) aos processos de negociação entre os atores sociais (os procedimentos e as práticas, a gestão das interações e das interdependências que desembocam ou não em sistemas alternativos de regulação, o estabelecimento de redes e mecanismos de coordenação), e (4) à descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar. (Dalabrida, 2007).

Para Paulo Cesar Arns, a governança é um mecanismo que eleva a possibilidade de uma formação cidadã, no sentido que os cidadãos ocupem espaços de tomada de decisão e influam como sujeitos sociais, na determinação dos rumos do desenvolvimento de seus territórios. Desta forma, poderíamos associar estas duas iniciativas ao movimento do governo participativo ou de governança democráticas. Continuando, e relacionando o conceito de governança a um recorte territorial, ele irá dizer que este conceito está relacionado ao ambiente político e institucional no qual



acontecem as disputas de interesses e os conflitos e o processo de coordenação capaz de garantir uma gestão democrática, possibilitar a participação dos diferentes atores e compartilhar responsabilidades com o setor privado e sociedade civil organizada (Arns, 2010, p. 125).

Para Bursztyn e Bursztyn (2010), governança é um conceito neutro, que envolve uma redistribuição de poderes nas decisões, mas sem necessariamente ampliar o grau de justiça e repartição de benefícios. Neste sentido, ao incluir novos atores, pode haver assimetrias no processo, com alguns sendo mais favorecidos do que outros. Neste sentido, para melhor qualificar a governança, foi introduzido no debate o conceito de boa governança.

Sendo assim, a governança territorial constitui um possível modo de realização de um novo projeto de sociedade onde, com respeito a um contrato social atualizado, a participação se juntaria à representação democrática. Desta forma, o papel dos efeitos é fundamental nesse processo. O seu papel não é mais de considerar só as chamadas sociais, mas suscitar a adesão e a participação da população (BERTRAND et al; apud Piraux et al. 2010).

O desenvolvimento territorial e a governança, enquanto produto da construção social, não se apresenta como um fenômeno homogêneo, mas sim de forma heterogênea, inserido num contexto social, econômico e político e em função dos atores da sociedade civil e do governo e de seus projetos direto e indiretamente envolvido. Estes fatores são mediados pelas diferentes expressões da cultura local que condicionam e influenciam o modo de organizações desses atores em relação ao contexto em que se insere. Neste sentido, a cultura local/territorial, apresenta-se como o elemento definidor do tipo e da forma de como a governança pode se processar em cada território.

A partir do exposto, propõe-se analisar o funcionamento do Fórum de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Borborema (dispositivo coletivo de governança) e as forças sociais presentes no Território. Trata-se de interrogar a coerência entre o dispositivo coletivo e as configurações sociais presentes no território. Ou seja, entender se as articulações presentes no território estão em diálogo com o ambiente institucional do dispositivo de governança.

É importante destacar que iremos fazer esta análise a partir de uma experiência de pesquisa-ação a ser realizada no Território da Borborema. Este território apresenta dificuldades sociais, econômicas e ambientais, situação que afeta grande parte dos

territórios rurais brasileiros. Iremos caracterizar os fatores que o explicam, focalizando a construção do dispositivo de governança territorial.

### **O Território da Borborema**

O Território da Borborema abrange uma área de 3.341,70 km<sup>2</sup> e é composto por 21 municípios, possuindo uma população de 672.142 habitantes. Estes municípios estão localizados na Mesorregião do Agreste Paraibano.

O Território da Borborema, apesar da alta heterogeneidade do ponto de vista de seus recursos naturais e, conseqüentemente, das atividades agrícolas, sempre teve grande importância para a circulação dos bens e das pessoas.

Vários fatores de diferenciação espacial se destacam e influenciam as dinâmicas no Território da Borborema, principalmente a presença da segunda maior cidade do Estado no território, Campina Grande, que concentra mais de 50% da sua população total. Outra diferenciação importante entre os municípios é a pluviometria, uma vez que se verifica no território agrestino a presença de clima semiárido rigoroso, bem como climas mais favoráveis, associados aos “brejos de altitude”.

Outro importante fator de diferenciação – este político – está relacionado às práticas do poder público municipal. As prefeituras se diferenciam pelo estilo de governo e sua capacidade relativa de aceitar as dinâmicas de desenvolvimento supramunicipais, sejam aquelas promovidas pela articulação de movimentos sociais como a Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA-BR) e o Polo Sindical da Borborema, sejam as articulações associadas a projetos públicos de desenvolvimento territorial, como os desenvolvidos pelo Colegiado Territorial. É importante destacar que apesar dos avanços, evidencia-se a permanência de lógicas clientelistas e faccionalistas em algumas prefeituras municipais, cujos gestores tentam favorecer as políticas públicas que transitam pelas secretarias municipais em detrimento das políticas de desenvolvimento territorial com a finalidade de resguardar o controle dos recursos públicos e usá-los de maneira eleitoral. Essas prefeituras formam algumas manchas no mapa municipal da região com a tendência de perder peso à medida que se fortalecem os projetos territoriais (Caniello et al. 2011).

No plano social, contudo, o Território da Borborema vem presenciando desde a década de 1990 duas dinâmicas sócio-econômicas importantes: de um lado, o processo

de renovação sindical que vem contestando o modelo técnico desenvolvido pelas instituições nacionais e regionais de geração e difusão de tecnologias e, do outro lado, a emergência de movimentos sociais dispostos, num primeiro momento, a debater e rever as condições da agricultura familiar e depois ampliando o foco do debate para as áreas de educação, saúde, meio ambiente etc. (Bastos, 2010).

Assim sendo, elementos e processos de natureza multivariada, influenciam nitidamente as situações locais. Esses fatores são, notadamente, o clima e a repartição pluviométrica, a evolução da rede viária e o efeito polarizador das cidades da região, além da renovação dos movimentos sociais, da ação sindical, e de uma evolução no tipo de governança municipal. A conjunção desses fatores, por sua vez, dá lugar a diversas dinâmicas territoriais que apontam para a possibilidade de uma transformação positiva no quadro social, político e econômico da região.

É importante destacar que o que faz um conjunto de municípios constituírem um território não é apenas as suas características geográficas, mas é também, e, sobretudo, a ação de seus atores e suas configurações. Neste sentido, vários atores coletivos se destacam por sua ação conjunta, “construindo” o território, dentre os quais destacamos o caso particular do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema (POAB), que tem um papel de forte protagonismo no âmbito do dispositivo coletivo (Fórum de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável – Território da Cidadania da Borborema) e na condução da governança territorial.

### **O Fórum de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Borborema (Colegiado do Território da Cidadania da Borborema)**

Criado em 2003, pela Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), O Fórum da Borborema como é conhecido, não é composto por uma lógica de agregação dos atores sociais locais, mais sim pelo princípio da representatividade. Por disposição administrativa, todas as instituições da sociedade civil organizada e do poder público que atuam junto ao MDA foram convidados para participar das plenárias. Atualmente, após recomposição realizada pelos membros do colegiado, a representação do Fórum ficou com a seguinte composição: 96 instituições deliberativas. 67 (69,8%) oriundas da sociedade civil organizada e, 29 (30,2%) instituições governamentais, e mais 34 instituições

consultivas. Estes atores institucionais se diferenciam pelo grau de interesse que possuem pelo processo de desenvolvimento e pela força de sua atuação, a qual está relacionada às alianças estabelecidas tanto no Fórum quanto no Território. Destacamos como aliança mais forte no Território a que foi estabelecida pelo Polo Sindical da Borborema, a AS-PTA, a Arribaça, o Banco do Nordeste e algumas outras instituições. Este conjunto de atores no dispositivo coletivo (Fórum da Borborema) constituem o que Piraux e Bonnal (2008, p. 13) denominou de “núcleo duro”, não no sentido de ser impenetrável, mais sim no sentido de posicionamento de atuação. Frente a este núcleo, muitas instituições se afastam dos debates no Fórum. Em função da força desta aliança, alguns segmentos não se beneficiam deste processo de desenvolvimento Territorial, o que enfraquece o dispositivo coletivo de governança, e conseqüentemente a eficiência e a eficácia das ações realizadas.

As ações estabelecidas são definidas conforme orientações estratégicas pelo núcleo de coordenação, e que teoricamente estão inseridas no PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Territorial Sustentável), tais como: fortalecimento da agricultura familiar agroecológica, valorização dos agricultores experimentadores, intercâmbio entre agricultores como processo de formação, valorização do saber camponês em parceria com o saber científico, e fortalecimento das práticas solidárias nas comunidades através dos fundos rotativos. Levando em consideração estes princípios, e baseados em diagnósticos, o fórum elaborou um plano de ação, organizado em eixos específicos tendo como base a agricultura familiar: produtiva (produção, acesso aos mercados, financiamento e segurança hídrica), sociocultural (saúde, segurança alimentar e nutricional, educação, formação e capacitação), político institucional (participação social) e ambiental.

Neste sentido, o Fórum da Borborema, apresenta-se como uma articulação de projetos. Os atores locais são convidados a apresentar projetos relacionados aos diversos eixos estabelecidos. Estes projetos são analisados e avaliados pelos grupos temáticos formados pelos membros com representação no Fórum. Neste contexto analisa-se a capacidade organizacional e a força das alianças no momento de selecionar os projetos a ser financiados.

O Fórum tem procurado estabelecer condições necessárias para o dialogo entre os vários e diferentes atores sociais inseridos no território, e conseqüentemente a limitação das oposições acirradas existentes entre esses vários atores. É importante

destacar que o fórum tem permitido construir uma institucionalidade operacional que permite discutir, comparar e selecionar projetos concretos e coletivos de desenvolvimento territorial, ultrapassando os interesses puramente eleitorais ou oportunistas de alguns governos municipais.

Desta forma, esse processo de fortalecimento da sociedade civil em detrimento do poder executivo local torna-se importante, uma vez que modifica o jogo de forças local. No entanto, a consolidação deste processo de desenvolvimento territorial se confronta com diversas dificuldades. A primeira, e talvez a maior delas, é a burocracia do processo administrativo de financiamento dos projetos aprovados. A contrapartida das prefeituras tem sido outro fator limitador deste processo. Outro fator limitador é a baixa capacidade de mobilização e de representação dos atores. Isso acontece em função da alta rotatividade dos representantes. Outro fator é a baixa capacidade na elaboração de projetos. Todos estes fatores são elementos importantes, e que precisam ser avaliados para que se possa entender os limites e os avanços do funcionamento do dispositivo coletivo de governança no que tange o desenvolvimento territorial.

Sendo assim, as dinâmicas do Fórum, possibilita uma reflexão mais ampla sobre a necessidade de se pensar melhor a coerência entre a produção de políticas públicas e as verdadeiras demandas do território, ou seja, a questão da definição de políticas públicas conforme o nível e qualidade de sua governança.

## **Conclusões**

Diante dos dados levantados, foi possível perceber que o estímulo à participação social na governança territorial, promovida por meio das articulações dentro do Território, neste caso, apoiadas pelo MDA, tem possibilitado mudanças, ao favorecer o maior número de atores sociais, de forma especial os agricultores familiares através de suas organizações e assessorias. Estas configurações sociais proporcionam o acesso a determinados trunfos ou habilidades: informações, capital simbólico derivado da atuação dos atores sociais, e da alocação de recursos públicos. Esse processo tem possibilitado uma maior democratização (através da participação) ampliação da transparência (debate público) e o controle social (dispositivo de governança) sobre os critérios que regem a aplicação dos recursos.

No entanto, quando se trata de avaliar a eficiência das articulações como novas instituições dedicadas a promover o desenvolvimento territorial, existem várias

permanências que fazem com que seu intuito anunciado se mostre tímido. Isso acontece por que tais articulações e projetos: a) não reflete o conjunto das forças vivas no território, b) tem um componente eminentemente setorial, quanto em termos das atividades econômicas apoiadas como em termos da gestão dos recursos públicos, c) apoiam atividades pouco ou nada inovadoras e d) está organizado de acordo com um sistema de governança territorial igualmente pouco inovador.

Desta feita, essas instituições e atores sociais acabam não conseguindo expressar incentivos para o planejamento territorial para além da mera alocação de recursos públicos e, desta forma, imprimir estabilidade e horizontes estratégicos às articulações, configurações sociais e aos projetos nelas apoiados. Com isso, embora contribuam para alterar o peso relativo dos agentes e, por aí, estimular alterações na correlação de forças sociais, os contornos da política pública podem não estar com a disposição necessária à geração da aprendizagem e da formação de um ambiente institucional adequado para isso.

Sendo assim, estas três afirmações indicam que uma reforma das instituições para a governança territorial, teria que sinalizar na direção de maior coerência para com as dinâmicas territoriais (interagindo e não as negando) e de maior complementaridade com outras instituições e iniciativas.

### Referência Bibliográfica

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, nº 2, vol. IV: 379-397, abril/junho, 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das regiões rurais**. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2003.
- ARNS, P. C. **Um olhar sobre os dispositivos de governança**. In: Raizes, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n 1, p.121-131 jan./2009 jun ./2010.
- BASTOS, V. V. S. **Uma nova prática de ação sindical: o caso do Pólo Sindical da Borborema – Paraíba**. Dissertação de mestrado. UFCG/CH/PPGCS. Campina Grande, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.
- BURSZTYN, M; BURSZTYN, M. A. **Sustentabilidade, ação pública e meio rural no Brasil: uma contribuição ao debate**. Raizes, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n 1, p.10-18, jan./2009 jun ./2010.

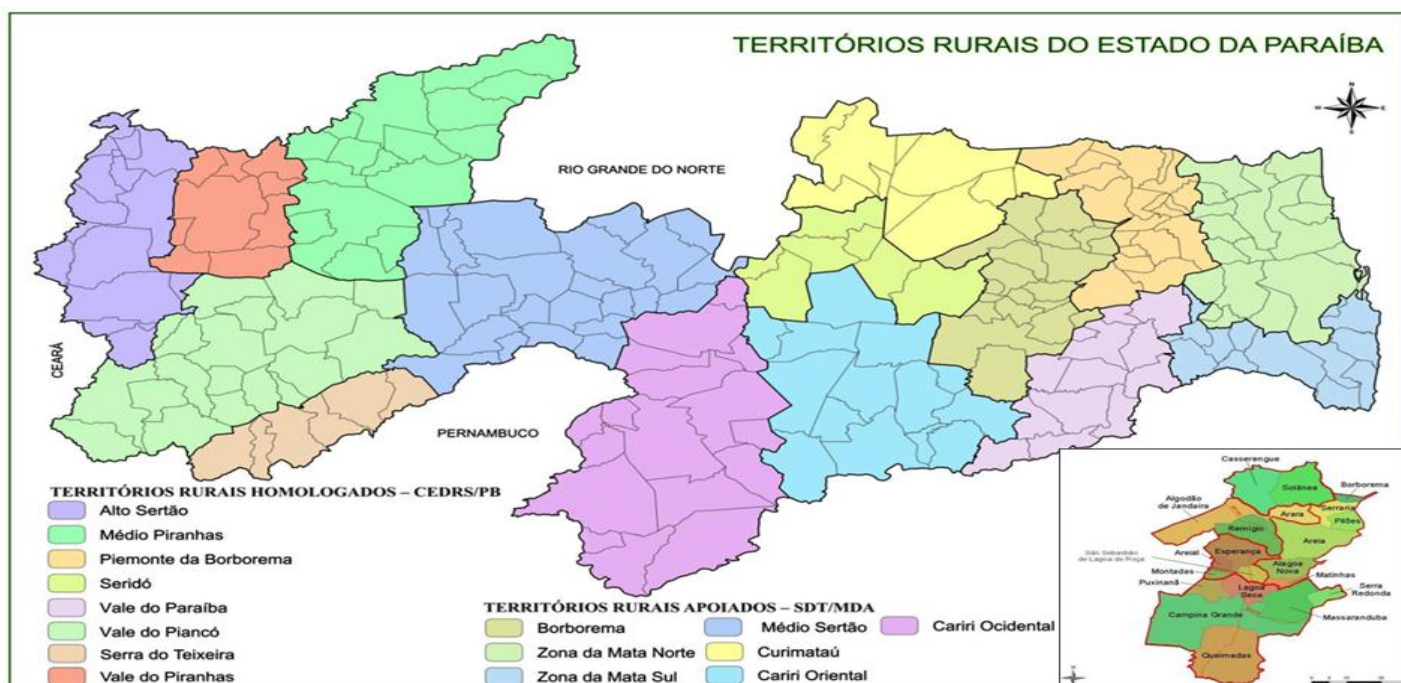
- CANIELLO, M. M.; BASTOS, V.V.S.; CANTALICE, L. R.; MARTINS, M. F.; NUNES. **Análise do desempenho do Programa Territórios da Cidadania: o caso do orçamento 2008 do Território da Borborema.** In: Anais do I Seminário Internacional: novas territorialidades. Recife, 2011.
- CANIELLO, Márcio. **Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Evolução e Qualidade dos Resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba).** Projeto de Pesquisa. Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009
- DALABRIDA, Valdir Roque. **A gestão social dos territórios nos processos de desenvolvimento territorial: uma aproximação conceitual.** In: Sociedade, contabilidade e Gestão. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, segundo semestre de 2007.
- DELGADO, N. G; BONNAL, P; LEITE, S. P. **Desenvolvimento Territorial: Articulação de políticas públicas e atores sociais.** Convenio IICA-OPPA/CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- DINIZ, Paulo César de Oliveira: *Da experimentação social ao ‘experimentalismo institucional’ – trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil: experiências no Semi-árido.* Tese de Doutorado. UFCG/PPGCS. Campina Grande, 2007 (resumo disponível em [www.ufcg.edu.br/~ppgcs/teses.php?tp=1&ano=2007](http://www.ufcg.edu.br/~ppgcs/teses.php?tp=1&ano=2007)).
- FAVARETO, ARILSON. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão.** São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos.* Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural: conceito e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/PGDR, 2008.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil – território colonial brasileiro no “longo” século XVI.** São Paulo: Hucitec, 2000.
- OLIVEIRA, José Humberto: “Programa ‘Territórios da Cidadania’: uma estratégia de desenvolvimento territorial e garantia de direitos sociais voltados para as regiões de maior fragilidade socioeconômica”. *Anais do XIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública.* Buenos Aires, Argentina, 2008.
- PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul.** In: Raizes, Campina Grande, vol. 24, nºs 01 e 02, p. 10-22, jan./dez. 2005.
- PIRAUX, M. AZEVEDO; S. G, AZEVEDO; TONNEAU, J. P. **Os mediadores, os políticos e a sociedade civil: a realidade e os limites da governança territorial. O Caso do território do TASPP no nordeste.** In: Raizes, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n 1, p.97-108 jan./2009 jun ./2010.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna.** Trad. Luiz Alberto Monjardim. 5ª Edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006. 260 p.
- SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** Paper apresentado no I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/CE, Novembro de 2003.

TEIXEIRA DA ROCHA, Maria R. ; FILIPPI, E. E. **Política para o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil: propostas e fundamentos.** In: VI Seminario Internacional de Desarrollo Rural - Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI, 2007, Bogotá. Anales del VI Seminario Internacional de Desarrollo Rural... Bogotá (Colômbia), 2008.

VEIGA, José Eli. **A face rural do desenvolvimento – natureza, território e agricultura.** Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro de 2000, pp. 87-145.

## ANEXOS



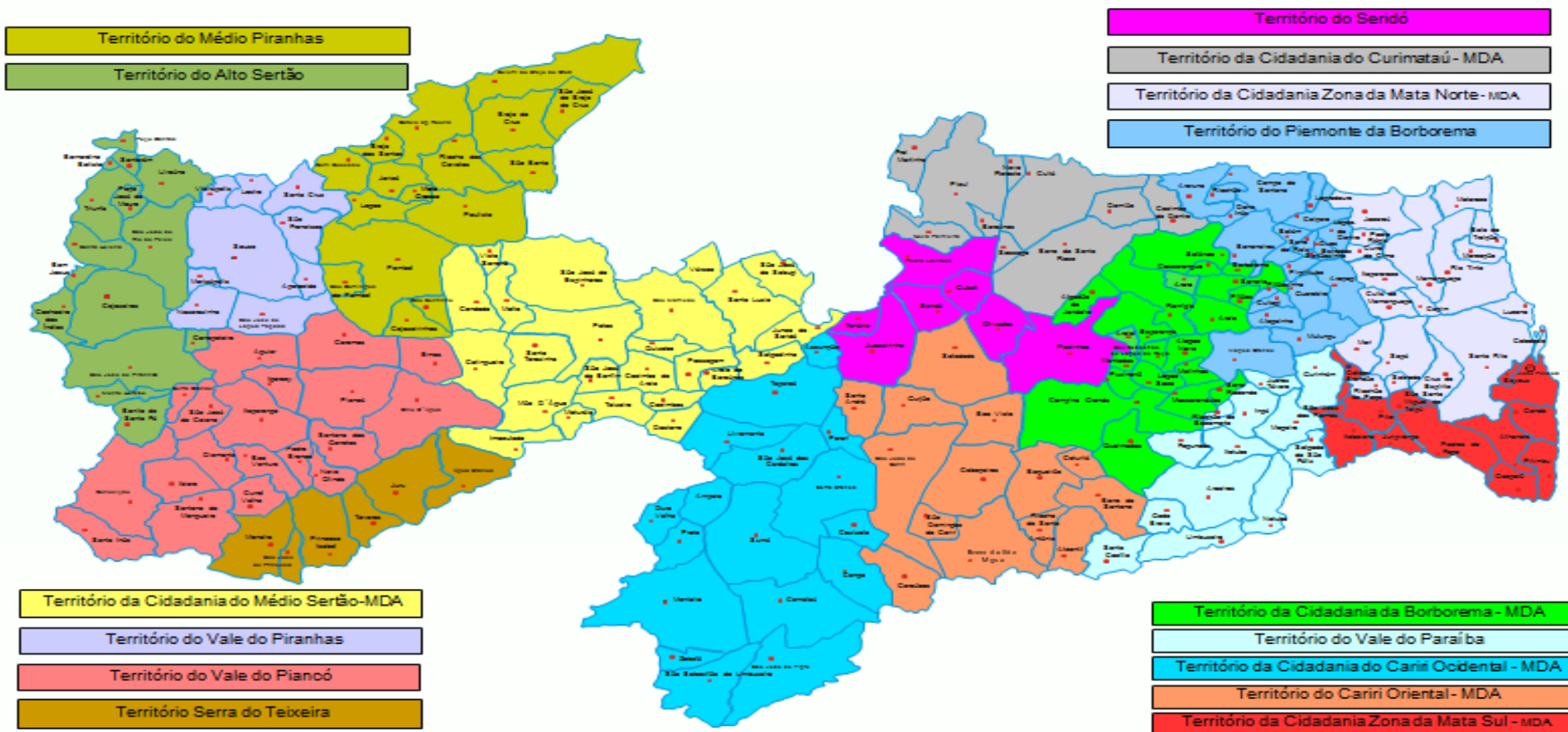


# Divisão Territorial do Estado da Paraíba

Área: 56.469,46 Km<sup>2</sup>

Hab.: 3.766.834

Hab. Rurais: 927.832



Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909  
 CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ  
 CNPJ: 10.269.919/0001-39  
 Email: rdestudosrurais@gmail.com

## O espaço de governança do Território da Zona Sul do Rio Grande do Sul

Lillian Bastian<sup>1</sup>  
Paulo Dabdab Waquil<sup>2</sup>

### RESUMO

Existente desde o ano de 2003, a política territorial representa um avanço por reconhecer a existência de distintos setores e incluir distintos segmentos do poder público e da sociedade civil nos processos de gestão. Entretanto, para alguns aspectos, a execução dessa política acontece de modo distinto ao planejado. Nesse sentido, a intenção aqui é analisar a concepção e a atuação da entidade responsável por fazer a gestão da política ao nível do território, o Colegiado Territorial, a luz da abordagem da governança. Restringimo-nos a analisar o caso do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul para um período de dois anos, 2012 e 2013. Os dados usados para essa pesquisa são, principalmente, originários das anotações realizadas durante às reuniões do Colegiado Territorial e às viagens à campo. Inicialmente destaca-se que esse colegiado não detém uma lista atualizada de seus membros, o que dificulta a localização dos mesmos. Já com relação a sua atuação destaca-se que os projetos territoriais são, na maioria das vezes, pontuais atendendo uma instituição e não ultrapassam os limites de um município. Para finalizar, ressalta-se o potencial que essa política representa, inclusive na redução de custos de transação, pois pode ser formadora de confiança.

**Palavras-chaves:** Colegiado Territorial; Projetos Territoriais; Governança.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: lillianbastian12@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: waquil@ufrgs.br.

## INTRODUÇÃO

O tema da política territorial brasileira vem sendo muito discutido pela academia (IICA, 2013; FAVARETO, 2010a, 2010b; DELGADO, BONNAL e LEITE, 2007) o que é sintomático do potencial que essa representa para o desenvolvimento dos territórios. Esse potencial relaciona-se com a forma como a ação territorial brasileira foi concebida, considerando os vários setores presentes nos espaços e partindo de um princípio de gestão que incorpora a sociedade civil e entidades públicas e privadas dos territórios nos processos decisórios.

Entretanto, como já foi notado para outras políticas, na prática a implementação dessa intervenção ocorreu de modo distinto do planejado. Principalmente, no que se relaciona em atender as exigências de incorporação das variadas esferas sociais para a gestão e para o desenvolvimento em nível territorial. A gestão ocorre, mas incorpora uma parcela da pluralidade de entidades e organizações. Bem como, nos projetos territoriais ocorre o financiamento de propostas pontuais e não estratégicas.

Nesse sentido, a intenção aqui é analisar a concepção e a atuação da entidade responsável por fazer a gestão da política ao nível do território, o Colegiado Territorial, a luz da abordagem da governança. Restringimo-nos a analisar o caso do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul para um período de dois anos, 2012 e 2013, em que participamos das reuniões do colegiado e realizamos demais atividades de campo pelo território<sup>3</sup>.

Deste modo, o artigo está estruturado em mais cinco seções. A seguinte a essa introdução se debruça sobre o tema da governança. Após ela são apresentados alguns apontamentos acerca dos métodos aqui empregados. Na sequência há, também de maneira breve, a exposição de algumas características do Território Zona Sul para proceder com a análise da concepção e da atuação do Colegiado Territorial do território pelo período de dois anos. Por último, nas considerações finais, é feito um fechamento das ideias aqui debatidas.

## GOVERNANÇA

A governança não é uma teoria em si propriamente, mas uma noção de alcance médio em termos conceituais. Segundo Jessob (1998), trata-se de um termo pré-teórico e

---

<sup>3</sup> Este artigo é originário de pesquisas relacionadas a um projeto firmado entre o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) via CNPq, por ocasião do Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009. Por meio deste edital, foram constituídas Células de Acompanhamento e Informação (CAIs) em 37 territórios rurais.

eclético aplicado a situações diversas e que nos anos 70 e 80 serviu para aumentar rejeições a temas dicotômicos como mercado e Estado, público e privado.

Para Melo (1995) a governança é um elemento central nas formulações estratégicas de agências multilaterais. Segundo Milani e Solinís (2002), no início da década de 80 o Banco Mundial se apropriou da palavra governança, mas foi nos anos 90 que esta instituição de regulação internacional sugeriu uma reformulação nos países do Sul para responder de melhor forma as exigências da eficácia e da rentabilidade economicistas inerentes aos programas de ajuste estrutural para o neoliberalismo.

No Seminário “Democracia e Governança Mundial” realizado no Fórum Social Mundial 2001, foi questionada esta concepção de governança devido ao seu caráter voltado ao econômico e sugeriu-se a vinculação ao desenvolvimento social e à participação democrática de todos os envolvidos nas decisões. Deste modo, houve “a inclusão de princípios da democracia, do respeito aos direitos humanos e às culturas locais, da participação dos atores da sociedade civil no processo de negociações, da distribuição do poder e da descentralização da gestão” (MILANI e SOLINÍS, 2002, p. 14).

No que pode se dizer como um avanço da concepção de governança, Kooiman (2003) a vê como uma qualidade societal tanto do público como do governo privado, em que ocorre junção de esforços para governar em diferentes níveis e em diferentes modos. Para este autor a governança ocorre nestas esferas porque o *governing* está presente em ambas. Nestes termos, Goodwin (1998) atribui à governança um estilo de governar em que as barreiras entre o setor privado e o público são enfraquecidas.

Nesse sentido, a governança pode ser entendida como a totalidade de concepções teóricas que podem vir a surgir da totalidade de interações de atores públicos e privados visando dissolver problemas ou criando oportunidades sociais, dando atenção às instituições igualmente para os contextos destas interações de governos, e estabelecendo uma normatividade para estas atividades.

Mas apesar de Kooiman (2003) abordar em sua obra muito a governança entre o público e o privado, o autor ressalta que a governança político-social é coletiva. Coletiva no sentido que o desenvolvimento de tarefas deve acontecer sob responsabilidade do público, privado e mesmo da sociedade civil. Assim sendo, os atores passivos passariam a ser participativos.

Ainda pode-se acrescentar que a governança em sociedades modernas é uma mistura de todo tipo de esforços para governar. Estes esforços provêm de todos os atores sócio-políticos, público como privado até diferentes níveis e em diferentes ordens e modos

de governo. As atividades de governança em Kooiman (2003) não estariam divididas entre o público e o privado, mas em atividades realizadas em diferentes níveis que vão do local ou supranacional. Nas relações coletivas entre Estado, sociedade civil e o apontado como privado, o Estado deve reordenar suas formas de governar para atender as demandas por um governo melhor.

Segundo Melo (1995), um questionamento das condições de legalidade de um determinado governo para atender às transformações necessárias para seu desenvolvimento emerge no Brasil quando a categoria sociológica sinaliza para a ressurreição do ativismo político e pela construção de novos direitos. Pode-se dizer que neste período e nestes termos a governança é vista como a eficácia de suas políticas e processos decisórios (CORTÊS, 2005) ou circunscrita ao planejamento e gestão do desenvolvimento econômico (MILANI e SOLINÍS, 2002).

Segundo Huntington (*apud* MELO, 1995) a não-governabilidade aumentou devido o descompasso entre a participação política não contrabalançada por novos procedimentos e regras para a solução dos problemas levantados. Por isso, essa incapacidade de processamento de demandas pelas frágeis instituições políticas pode ter seu desenlace em formas autoritárias de regimes políticos.

A governança ainda é uma forma de dividir as responsabilidades (*accountability*) (CORTÊS, 2005). Deste modo, um maior número de entidades e mesmo a sociedade civil se sentem comprometidos com a realização de tarefas públicas. Assim sendo agentes representantes da sociedade civil e ela própria são responsáveis, em alguma medida, para “gestar” e gerir seu próprio desenvolvimento.

Conforme a abordagem da governança, quem governa o político-social não está mais encapsulado dentro da estrutura nacional do Estado. A governança proposta nestes termos em que Estado, sociedade civil e mediadores estão próximos, se “escutam” e interagem poderia ser uma forma adequada de governar e para proporcionar igualdade entre os cidadãos.

Entretanto, apesar da governança ser um modo de governar mais participativo, em fóruns participativos, nos pontos de contato entre os agentes do Estado, da sociedade civil, mediadores e entidades, podem ocorrer problemas quanto à legitimidade das propostas demandas. Estes problemas de legitimidade, segundo Cortês (2005), são referentes a pouca participação, participantes mais poderosos capazes de influenciar e persuadir outros participantes. Nos fóruns que podem apresentar estas características o seu objetivo real, de

inclusão das demandas mais frágeis econômica e socialmente, poderia ficar prejudicado (CORTÊS, 2005).

Outra análise interessante é a realizada por Hollingsworth *et al* (*apud* REIS, 2007) em que governança apela para sistemas de governação. Esta concepção é definida como a totalidade dos arranjos institucionais<sup>4</sup> que regulam trocas dentro e fora das fronteiras do sistema econômico. Neste sentido se considera aspectos meso-analíticos que dotam os atores com vocabulários e lógicas. Assim sendo as práticas de governança devem considerar o conjunto de instituições, os mercados e hierarquias, o Estado além de redes informais, comunidades e associações.

Segundo Hodgson (2001) instituições são duráveis sistemas de regras estabelecidas e embutidas em estruturas de interações sociais. Língua, dinheiro, sistemas de pesos e medidas, costumes, empresas e organizações. Outra definição é a de que são "regras do jogo em uma sociedade, ou, mais formalmente, são os constrangimentos humanamente percebidos que moldam a interação humana" (NORTH, 1990, p. 3). Para North (1990) as instituições podem ser formais (leis, constituições, organizações) e informais (costumes, tradições, códigos de conduta). Deste modo as instituições se caracterizam por ordenar os relacionamentos que contextualizam a ação dos indivíduos e permeia a economia e a política.

É na prática que também poderia se processar a institucionalização da governança. Isto a partir do reconhecimento de que existem limitações viabilizadoras presentes nos pleitos da governança. Ora, pois, para que ocorra a governança se faz uso de inúmeras instituições e outras estão presentes simplesmente porque incrustam a cultura dos diferentes distritos populacionais. A comunicação entre as pessoas, regras para o ordenamento das relações nos pontos de contato, leis para regulamentação, costumes, todos estes estão presentes e alguns se fazem necessárias para a realização da governança.

A organização dos pontos de contato entre Estado e atores da sociedade civil, onde se criam potencialidades para que a governança ocorra, possibilita a cooperação para a resolução de problemas que são vistos como prioritários para o desenvolvimento de uma determinada região (BANDEIRA, 2007). Nestes pontos de contatos as discussões em torno de melhoramentos necessários para a região fazem com que os agentes se aproximem, se conheçam e estabeleçam relações de confiança. Neste sentido, estes pontos de contato

---

<sup>4</sup> Por arranjos institucionais se entende o aparato legal indispensável ao controle das ações como dos organismos públicos, parcerias, privados e mediadores (COSTA, 2006).

podem ser os geradores de algum capital social, pois os núcleos contribuem para a formação de características como a confiança, normas e sistemas que facilitam para as ações coordenadas futuras.

Com a formação de alianças de confiança as informações podem circular com mais facilidade. Neste sentido, os núcleos e pontos de contato entre os diferentes atores fazem com que custos de transação se reduzam. Isto porque com a “criação” do capital social, fruto das relações entre os participantes, as trocas de informações se processam e surgem possibilidades de cooperação. As relações de companheirismo reduziriam a necessidade de obrigatoriedade de contratos formais para que se estabelecessem relações de trocas. Além destes participantes se apropriarem de informações que poderão lhes beneficiar social, política e economicamente.

O contrário também pode se processar. Na falta de confiança alguns atores podem não se sentir estimulados a cooperar para que se proliferem melhorias, o que aumentaria os custos de transação. Em situações de desconfiança há necessidade de maior esforço para cooperar, pois é necessário buscar mais informações para a certificação de que os termos fixados nas interações corresponderão com as ações futuras.

## **METODOLOGIA**

De maneira muito breve, a metodologia empregada nessa pesquisa foi à observação participante com elaboração de diários de campo e demais anotações. Esses dados, são das reuniões do Colegiado Territorial e das viagens, para devolução e coleta de dados, realizadas pelo território durante um período de dois anos, 2012 e 2013. Em que a equipe da Célula de Acompanhamento e Informação (CAI) participou da grande maioria das reuniões do colegiado.

Destaca-se que em cada um dos encontros com o Colegiado e em cada uma das viagens à campo havia a apreensão de novas características do território. O conhecimento sobre o território e seu Colegiado também ocorreu pelo diálogo com os atores locais onde se estabeleciam conversas abertas e relacionadas à realidade territorial. Outras informações sobre o território e seu colegiado são provenientes de dados secundários. Como será possível notar na sequência.

Entretanto, tem-se clareza que devido à amplitude da Zona Sul e de seu caráter diverso, bem como pelo fato das informações apresentadas aqui não terem sido aprofundadas com aplicação de outros instrumentos como questionários e entrevistas, muitas características e aspectos não foram incorporados em profundidade para serem apresentados nessa pesquisa.

## O TERRITÓRIO ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL

O referido território localiza-se no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul. Conforme a Figura 1 pode demonstrar. É composto por 25 municípios. Sua população, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, é de 864.343 habitantes, dos quais 60,8% estão em Pelotas e Rio Grande (IBGE, 2010).

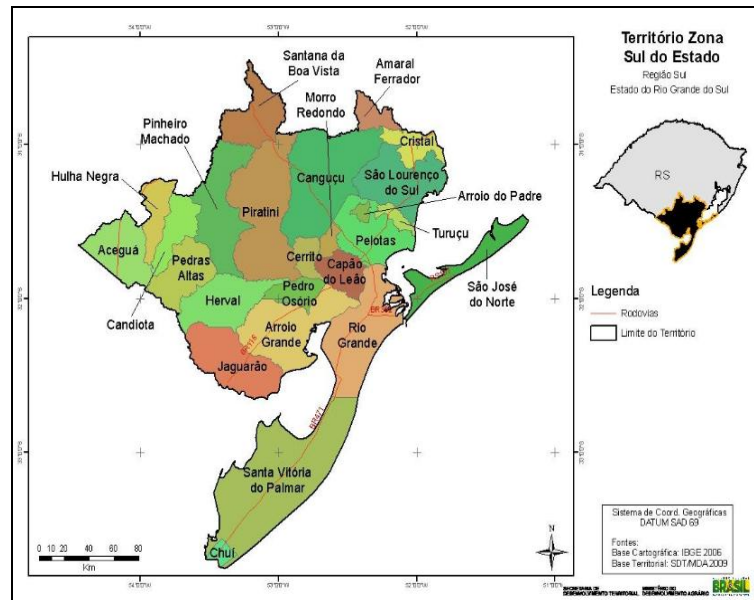


Figura 1 – Municípios que compõem o Território Zona Sul do Estado do RS/Brasil  
Fonte: PTDRS, 2009.

Sua diversidade se expressa em termos sociais e ambientais. Devido a suas peculiaridades relacionadas com sua história e colonização, atualmente existem pelo menos quatro categorias sociais em seu espaço rural: quilombolas, pescadores, grandes estancieiros e assentados, pecuaristas e agricultores familiares.

No território existem três microrregiões geomorfológicas que delimitam as atividades humanas passíveis de realização, e, portanto, interferem nas formas como os grupos sociais se reproduzem socialmente e economicamente. O mais abrangente é o Escudo-Sul-riograndense que está presente em 20 dos municípios da Zona Sul. A Planície Costeira, composta por áreas de depósitos arenosos e cordões de dunas com presença de lagoas, está presente nos municípios da costa marítima e nos demais que estão no limite das lagoas dos Patos, Mirim e Mangueira. A Depressão Central é a de menor expressividade no território abrangendo apenas os municípios que estão a Oeste (MDA, 2006).

Uma última observação relaciona-se com a instituição desse espaço enquanto território rural em 2003 e posteriormente, em 2008, como território da cidadania. Nesse último período, além da ação territorial do Programa Nacional de Desenvolvimento



Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), foram acopladas, enquanto política territorial, uma gama de outras ações que já vinham sendo desempenhadas.

### **OBSERVAÇÕES ACERCA DA COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO DO COLEGIADO TERRITORIAL DO TERRITÓRIO ZONA SUL**

Desde a instituição dos territórios rurais e da cidadania, a interação do Estado com os atores territoriais acontece por meio do Colegiado Territorial. O Colegiado é o arranjo institucional que assume a responsabilidade de gerir um conjunto diversificado e amplo de iniciativas territoriais para a concretização do desenvolvimento. Na medida em que propõe projetos territoriais e decide quais serão as entidades contempladas no âmbito do PRONAT. Posteriormente acompanha o processo de execução destas políticas (FERREIRA, 2012). Assim, os Colegiados têm um objetivo bastante pretensioso para ser alcançado com as iniciativas “territoriais”.

Quando da organização ao nível do território da política territorial optou-se por aproveitar os arranjos pré-existentes para a conformação da entidade deliberativa maior. Essa possibilidade, que permitiu a alguns territórios perpetuarem suas organizações sociais, incorporando uma nova funcionalidade, não se mostrou distinta para o Território Zona Sul.

Desde 1994, alguns atores do referido território se reúnem mensalmente com objetivo de discutirem inúmeros temas relacionados com a agricultura familiar. Categoria que compõem a denominação que é dada ao grupo, Fórum da Agricultura Familiar (FAF). Nesse sentido, o Colegiado Territorial foi inserido nesse Fórum.

As alterações que ocorreram no Fórum em virtude dessa inclusão foram em dois sentidos, principalmente, incorporação das pautas relacionadas com a política territorial e constituição do Colegiado Territorial. O Colegiado Territorial organizou-se com 78 membros (Quadro 1). Sua composição é paritária com membros da sociedade civil e do poder público (PTDRS, 2009).

Poder Público		Sociedade Civil	
Número de vagas	Entidade pública	Número de vagas	Sociedade Civil
25	Prefeituras Municipais	1	COREDE SUI
2	Universidades Públicas	1	Universidade Particular
1	Escola técnica pública	1	Setor de Indústria e Comércio
1	Ministério do Desenvolvimento Agrário	1	ONG - CAPA

1	INCRA	1	Fapeg
2	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	1	Fórum de Combate as Estiagens e Manejo da Água
1	Emater RS	2	Fórum da Agricultura Familiar
1	Embrapa	1	SEBRAE
1	Saúde esfera municipal	4	Fetag
1	Assistência Social esfera municipal	2	Fetraf Sul
1	Educação esfera municipal	2	MPA
1	Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente esfera municipal	3	Associações dos Agricultores Familiares
1	Vereadores	3	Cooperativas de Produção
		2	Cooperativas de Crédito
		4	Assentados da reforma agrária
		1	Assentados ligados a demais organizações
		1	Via Campesina
		3	Quilombolas
		5	Pesca Artesanal

Quadro 1 – Colegiado Territorial do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base no PTDRS, 2009.

As reuniões do FAF são abertas, assim os interessados em participar não encontram barreiras explícitas. Conforme as pautas das reuniões se diferenciam o público que a prestigia também se altera. Essa característica dificulta a manutenção de uma lista atualizada dos membros do Colegiado.

Outra dificuldade para identificar os nomes das pessoas que o compõem é o fato de este não ter sido atualizado desde a sua formação. Sua primeira composição é de 2004 e, desde então, não houve atualização dos membros que o formam. Muitos dos nomes que encontram-se atualmente citados no “Sistema de Gestão Estratégica” como membros do Colegiado Territorial já se afastaram dessa posição. Esta desatualização causa dificuldade para localizar os atuais componentes dessa instituição.

Semelhante dificuldade é encontrada ao se tentar localizar os membros do Colegiado Territorial dos 25 municípios do território. Não há um representante declarado. Para todos os municípios esse representante pode ser uma única pessoa que acompanha as reuniões do Colegiado durante os quatro ou oito anos de duração do governo. Ou pode mesmo acontecer de distintas pessoas se revezarem em tal atividade. Entretanto, a participação destes membros é muito baixa nas reuniões do Fórum. Essa ausência é frequentemente notada entre seus participantes.

Nesse sentido, quando as Prefeituras são contatadas para declararem o nome da pessoa que atualmente está acompanhando as reuniões do Colegiado, apenas algumas sabem de imediato quem é essa pessoa. Na maioria dos casos há declarações de desconhecimento da necessidade de haver um membro da Prefeitura no Colegiado e mesmo desconhecimento do próprio Colegiado.

Esse fato denota para um baixo interesse das Prefeituras pela política territorial e um problema de circulação de informações. Ao mesmo tempo em que ocorrem problemas relacionados à transição de governos, momento em que muitos dados dos governos anteriores são perdidos e, possivelmente, os relacionados à política territorial, verifica-se que não ocorrem informes do nível nacional ao municipal.

Mesmo estando desinteressadas as Prefeituras são, para a grande maioria dos projetos territoriais do PRONAT, as entidades proponentes. Deste modo, mesmo não participando das reuniões do Colegiado, elas assumem um papel fundamental na realização da principal ação da política dos territórios rurais.

A rotatividade dos demais membros do Colegiado Territorial que são do poder público estadual ou federal é menor e quando há, as organizações sabem informar o nome e contato da pessoa que está ocupando o cargo atualmente.

Já com relação à sociedade civil, observa-se que para aquelas entidades de maior tradição, como o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), que é uma das entidades que está na base da formação do FAF, ou mesmo dentre os quilombolas e representantes dos movimentos sociais ocorre baixa rotatividade das pessoas que compuseram o Colegiado em 2004 e do que se observa atualmente.

Um padrão semelhante não é observado para as representações das associações e cooperativas que, devido à grande quantidade dessas organizações no território, é marcado por grande circulação dos membros que participam das reuniões do Colegiado.

De modo distinto ao observado para as Prefeituras, essas entidades têm muito

interesse em participar das reuniões do Colegiado Territorial, pois são elas que, na maioria das vezes demandam projetos ao PRONAT. As demandas que são atendidas por esses projetos são pontuais de modo que são restritos, na maioria das vezes, a uma entidade e não ultrapassam os limites de um município. Quadro distinto do verificado para os projetos do PRONAT em nível estadual.

Com relação ao formato das reuniões do FAF, destaca-se que após a incorporação do Colegiado o fórum continuou com discussões relacionadas com outras pautas. Na maioria dos encontros a diversidade de temas discutidos é alta. Esse se constitui em um espaço em que ocorre o acompanhamento do andamento de demais políticas públicas, bem como são abordados assuntos relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar com convidados especializados em determinadas áreas.

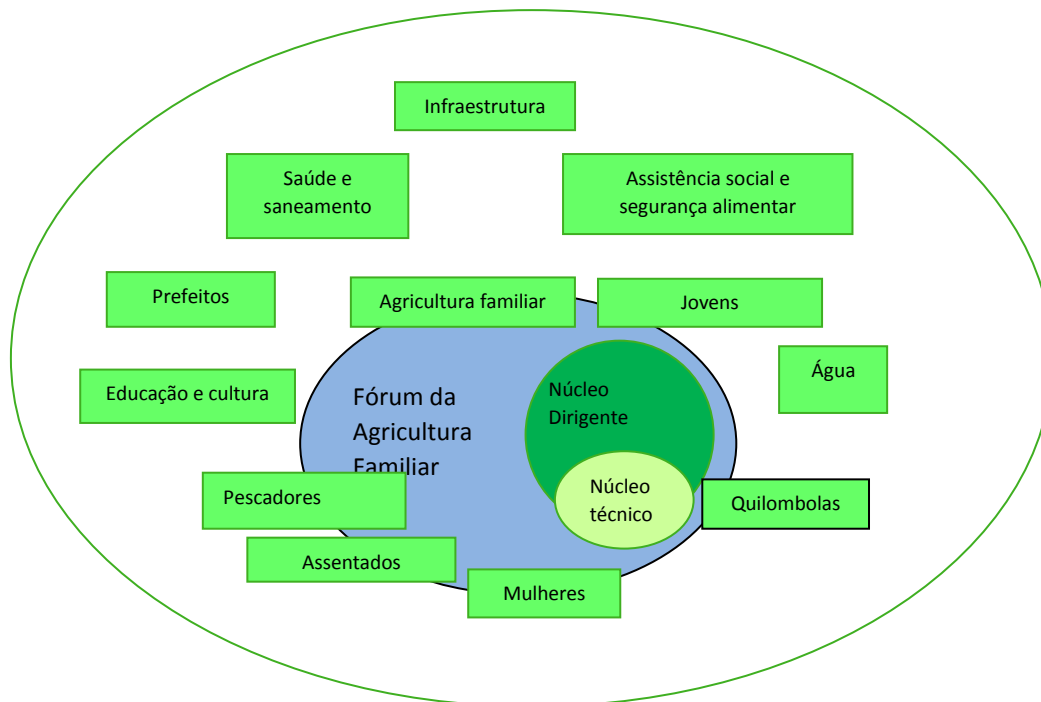
A política territorial transpassa, na maioria das vezes, essas reuniões, mas nem sempre é mencionada, como no caso em que ocorre o financiamento do almoço para os agricultores ou quando são solicitados informes sobre a execução dos projetos territoriais. Essa política é citada de modo mais explícito quando ocorreram devoluções de dados da Célula de Acompanhamento e Informação (CAI) ou nas assembléias para escolher os projetos a serem financiados pelo PRONAT.

Há relativa concordância que o método de escolha das demandas a serem contempladas pelo PRONAT seja o acordo por consenso, privilegiando aquelas entidades que não tiveram demandas atendidas. Entretanto, a votação por maioria e a articulação entre grupos e blocos de interesse também é marcante.

Algo que dificulta o trabalho do Colegiado é a incapacidade de aglutinar todos os segmentos no Colegiado Territorial. A entidade deliberativa maior é composta principalmente por entidades ligadas a agricultura familiar. Os mais pobres e vulnerabilizados, aqueles com maior carência, não estão incluídos nessa entidade porque não são organizados socialmente. Conforme o gráfico abaixo é possível notar quais os são os Fóruns Setoriais<sup>5</sup> que não estão mobilizados para participarem do Colegiado.

---

5 Tem o papel de discutirem suas demandas e prioridades para depois apresentá-las à assembléia do Colegiado. Com relação às setoriais, há de se destacar flexibilidade na composição de novas câmaras conforme a necessidade dos atores. Isso, não fica expresso devido a não atualização do Colegiado Territorial.



**Figura 7** – Representação do Colegiado Territorial Zona Sul do Estado do RS  
**Fonte:** elaborado com base em dados do PTDRS (2009)

Caso tivesse ocorrido esta junção da heterogeneidade social dos territórios em um mesmo ente, Ferreira (2012) destaca que atores com propostas relativamente distintas poderiam estar se limitando ao invés de somar. Já que os recursos do PRONAT eram escassos para atender todas as demandas territoriais ou mesmo para custear uma proposta de desenvolvimento estratégica que envolvesse distintos segmentos<sup>6</sup>.

Mesmo que houvesse recursos suficientes para financiar uma proposta de maior envergadura, acredita-se que esta proposição não seria formulada. Pois os demais projetos territoriais são em sua maioria de infra-estrutura produtiva e específicos para entidades e/ou municípios. Demonstrando que houve pouca ou nenhuma superação do Programa Pronaf

<sup>6</sup> A redução dos recursos destinados para financiar os projetos territoriais vem deixando alguns dos membros do Colegiado Territorial do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul indignados. Recentemente, no mês de setembro, houve uma reunião para definir o destino dos recursos do PRONAT. Eram 425 mil reais para o ano de 2013, sendo que em anos anteriores já ocorreu das verbas ultrapassarem um milhão de reais. Alguns participantes ficaram revoltados com a redução. Não havia a participação de todos os setores do território para pensar em uma proposta de nível territorial e os recursos eram muito baixos para um projeto desta envergadura. Foi proposta a devolução como uma forma de protesto. Entretanto, havia outro grupo interessado e ao final do processo sua proposição foi aceita envolvendo oito municípios e três entidades para a aquisição de uma câmara fria que irá armazenar pêssego.

Infraestrutura e Serviços que antecedeu o PRONAT (IICA, 2013). Entretanto, é necessário fazer uma ressalva, pois se os projetos tem se perpetuado em moldes parecidos é porque se têm aprovado as propostas mesmo que estas não apresentam caráter estratégico ou de superação da pobreza.

Outra observação importante sobre os projetos territoriais é que uma parcela deles ainda não foi iniciada e outra parcela já teve sua execução encerrada, mas os empreendimentos não se encontram em funcionamento o que indica uma baixa capacidade de planejamento do Colegiado Territorial. Além desta incapacidade, não foram criados indicadores de monitoramento e avaliação e pode estar acontecendo repetição de erros, como o financiamento de projetos sem a devida investigação da suficiência dos recursos para finalizar a obra. Outros problemas orçamentários frequentes relacionam-se com a execução dos projetos alguns anos depois de elaborada a proposta. Nesse caso, muitos dos itens acabam tendo seus preços defasados. O que contribui para atrasos, descrédito para com a política territorial e desincentivo para a participação de todos os setores no Colegiado.

Ao se observar a política territorial do PRONAT e Programa Territórios da Cidadania (PTC) e a expressão dos segmentos que pretendem mobilizar e movimentar ao nível do território pode-se concluir que seu amadurecimento está em processo e que seria necessário avaliar as dificuldades e os desafios visualizados no decorrer destes 10 anos e reformular sua intervenção.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao observarmos que a governança pode ser entendida como:

a existência de um mecanismo mais amplo do que aquele explícito no conceito de governo que se limita às instituições formais e estruturadas do Estado. A governança diz respeito às formas em que organizações governamentais e não governamentais trabalham juntas e como o poder político e a autoridade são distribuídos, interna e externamente ao Estado (TRICHES e SCHNEIDER, 2010, p. 10).

Nota-se que a constituição dos Colegiados Territoriais na iniciativa da política territorial é em si uma distribuição de responsabilidades para pensar, discutir e implementar desenvolvimento no território. Essa iniciativa passa a ser uma atribuição de distintos segmentos do território sejam eles do governo, organizações públicas, privadas e da própria sociedade civil para gerir uma política pública.

Na prática, no Colegiado Territorial da Zona Sul a participação dos governos municipais ainda é muito restrita, mesmo sabendo de toda a responsabilidade que estes

governos terão posteriormente com a execução das propostas aprovadas. Nota-se também a não participação nas reuniões do Colegiado Territorial de todas as Câmaras Setoriais.

Um entrave para a participação de todas as esferas sociais do território é a representação coletiva. Assim, ficam marginalizados também dessa inserção os grupos mais vulnerabilizados onde não se verifica organização social.

Acredita-se que os atores que vem participando das reuniões do Colegiado Territorial são, basicamente, os mesmos segmentos que eram mobilizados pelo Fórum da Agricultura Familiar. Talvez, o Colegiado Territorial ainda se reúna por ter sido inserido a esse fórum. Entretanto, esse é um aspecto que precisaria ser investigado, não sendo possível serem lançadas conclusões nesse sentido.

Para finalizar, acrescenta-se que o encontro entre atores da sociedade civil e agentes estatais que pode se realizar com alguma presença de agentes privados pode gerar o surgimento de uma nova instituição baseada no comprometimento. Assim sendo pessoas comprometidas criam o hábito da participação. E este hábito, que tem seu surgimento como uma resposta às limitações viabilizadoras impostas à sociedade, pode contribuir para o surgimento de uma nova instituição da governança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Pedro. Uma experiência de institucionalização de regiões no BRASIL: a institucionalização do COREDES do Rio Grande do Sul [online] Disponível na internet via WWWURL: <http://www.cidts.ufsc.br/articles/ArtigoBandeira.pdf>. Arquivo capturado em 25 de julho de 2008.
- COSTA, Fernando. Estabelecidos e outsiders no crédito rural: o caso do PRONAF B. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA E RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: SOBER/BNB, 2006. Disponível em [http://www.sober.org.br/palestra/anais\\_sober\\_final\\_4\\_16.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/anais_sober_final_4_16.pdf). Acesso em 26 de jul. 2008.
- CORTÊS, Soraya. Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura. In: LUBANO, Catia; COELHO, Denílson; MELO, Marcos. (Orgs.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DELGADO, Nelson G; BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio P. **Desenvolvimento Territorial: articulação entre políticas públicas e atores sociais**. Rio de Janeiro: IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ, 2007.
- FAVARETO, Arilson. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural: mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**. São Paulo: n. 24, p. 299-319, 2010a.
- FAVARETO, Arilson. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva: uma década de experimentações. **Desenvolvimento em Debate**. Rio de Janeiro: n. 2, v. 1, p. 47-63, jan. ago. 2010b.
- FERREIRA, R. Itinerário da Política Pública: o caso do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. **Revista IDEAS – Interfaces em**

- Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ, v. 6, n. 2, p. 193-215, 2012.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=7&i=P>>. Acesso em: 22 abr. 2013.
- GOODWIM, Mark. The governance of rural areas: some emerging research issues and agendas. **Journal of Rural Studies**. [S.l.]. Jan. 1998. Disponível em <<http://www.ingentaconnect.com/content/els/07430167/1998/00000014/00000001/art00043>>. Acesso em 25 de jul. 2008.
- HODGSON, Geoffrey. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. **Econômica**, [S. l.]. Jun. 2001. Disponível em <<http://www.uff.br/cpgeconomia/v3n1/5-dossie-hodgson.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2008.
- IICA. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: IICA, 2013. 360p.
- JESSOP, Bob. The rise of governance and the risk of failure: the case of the economic development. **International Social Science Journal**. [S. l.]. Dec. 2002. Disponível em <<http://www3.interscience.wiley.com/journal/119107816/abstract?CRETRY=1&SRETRY=0>>. Acesso em 25 jul. 2008.
- KOOIMAN, Jan. Setting, the stage. In: KOOIMAN, Jan. **Governing as governance**. London: Sage, 2003.
- MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, SDT, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plano territorial de desenvolvimento Rural sustentável do território sul do Rio Grande do Sul. Pelotas: 2006.
- MELO, Marcus. Ingovernabilidade: desagregando o argumento. In: VALLADARES, Licia; COELHO, Madga (Org.). **Governabilidade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- MILANI, Carlos; SOLINÍS, Germán. Pensar a democracia no governança mundial: algumas pistas para o futuro. In: MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos; SOLINÍS, Germán. (Orgs.). **Democracia e governança: que regulações para o século XXI?**. Porto Alegre: EDUFRG, 2002.
- NORTH, Douglass. Institutions, Institutional Change and Economic performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009. 68 p.
- REIS, José. A economia impurra: o mundo onde é necessário haver governação. [online] Disponível na internet via WWWURL:<http://ces.uc.pt/jr/publics/instits/2007econimp.pdf>. Arquivo capturado em 25 de julho de 2008.
- TRICHES, R.M; SCHNEIDER, S. Reconstruindo o elo perdido: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.17, p. 1-15, 2010.



## **GT 01 – Desenvolvimento Rural: uma década da política pública de desenvolvimento territorial**

### **Políticas Públicas e o uso de indicadores no desenvolvimento territorial: um olhar sobre o Mato Grande/RN**

**João Vidal de Souza Neto<sup>1</sup>**  
**Manoel Tavares dos Santos Neto<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – joaovidalrn@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – netto.tavares@hotmail.com

#### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo contribuir para o debate sobre o uso de indicadores na aplicação de políticas públicas de desenvolvimento territorial, apresentando uma análise dos resultados de uma pesquisa realizada no Mato Grande / RN, para refletir sobre sua contribuição para o ciclo das políticas públicas.

**Palavras-chaves:** Indicadores, Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial.

## INTRODUÇÃO

O tema em questão sugere uma reflexão e análise sobre o uso de indicadores nas pesquisas com a finalidade de contribuir para o debate do ciclo das políticas públicas na perspectiva de introduzir mudanças socioambientais e econômicas no âmbito da estratégia de desenvolvimento territorial do Mato Grande/RN, no sentido de perceber como os indicadores estão sendo utilizados para fomentar dados e informações necessárias a aplicação de políticas públicas.

Na perspectiva da dinâmica do meio rural brasileiro, articulada a aplicação de políticas públicas pautada no desenvolvimento territorial, torna-se necessário considerar os indicadores como um elemento importante na elaboração de programas e projetos. Para isso, os indicadores podem fomentar informações e dados importantes que favoreçam o planejamento, gestão e avaliação de aplicação de recursos públicos, a partir do olhar sobre a realidade.

Os temas tratados acerca do estudo e desenvolvimento de indicadores, balizadores e fomentadores de pesquisas nas diversas esferas da sociedade, na tentativa de ser cada vez mais fiel aos dados e informações da realidade a ser trabalhada, a fim de oportunizar que os responsáveis pelo desenvolvimento do nosso país possam se lançar mão dessas informações no sentido de numa ação conjunta de Estado e sociedade articuladas, no intuito de diagnosticar, planejar, formular, implementar e avaliar políticas públicas de desenvolvimento, com suporte de garantia na gestão, com a certeza de está realizando ações concretas que darão respostas positivas na conquista de uma nova sociedade.

Vale ressaltar que a partir de ações bem sólidas de indicadores, sérios e confiáveis, articuladas, planejadas, teremos um desenvolvimento territorial mais organizado e institucionalizado, superando dilemas como a pobreza extrema, a miséria, a fome, elevando os níveis de escolaridade, melhorando o sistema de saúde, melhorias habitacionais, aumentando a renda, a longevidade, a falta e má distribuição de recursos públicos por falta de planejamento, dentre outros fatores. Essa trajetória da busca por expectativas e superação das dificuldades, a luta diária dos que vivem no meio rural brasileiro é uma tarefa que exige muita dedicação, de nascer e permanecer num mundo que ainda tem os reflexos da dicotomia urbano/moderno x rural/atrasado.

As Políticas Públicas estão voltadas para a sociedade e os governantes têm uma grande responsabilidade no sentido de conceber e executar estas políticas de forma a atender as demandas mais urgentes da população necessitada. A atividade política consiste na resolução pacífica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade. Vale destacar a importância de entender e ser capaz de identificar que formato de política se pretende analisar,

para poder formar uma opinião concreta, que conseqüentemente conduzirá a uma intervenção eficaz.

Para refletir sobre essas questões, este trabalho foi organizado em duas partes. A primeira vai relacionar o referencial teórico acerca do uso de indicadores nas pesquisas e sua utilidade no ciclo das políticas públicas de forma a compreender o significado do termo indicadores, correlacionando sua importância contemporânea na efetivação, eficácia e eficiência de programas e projetos de aplicação de recursos públicos. Pretende-se nessa fase demonstrar que os indicadores estão cada vez mais presentes nas pesquisas acadêmicas, percebendo que esses estudos são utilizados para refletir sobre o grau de aproximação com a realidade. A segunda parte está pautada na estruturação de uma abordagem de desenvolvimento que carrega a responsabilidade dos resultados de estudos e pesquisas que considerou a relevância de dados e informações da realidade a ser trabalhada. Para isso, foi necessário uma contextualização do espaço a ser observado como sendo o território do Mato Grande, na óptica da política adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, no âmbito do Governo Federal. Neste sentido, o resultado da pesquisa serve de parâmetro para identificar as potencialidades e fragilidades existentes e balizar os gestores públicos de como investir para melhorar as condições de vida da população.

Frente a isso, buscou-se refletir sobre os resultados dos dados da pesquisa realizada pela Célula de Acompanhamento e Informação do Território do Mato Grande como fonte de informação para pensar políticas públicas efetivas capazes de superar os dilemas existentes e as demandas da população residente no território. A superação da pobreza é um desafio a ser enfrentado além das diversas dificuldades e fragilidades demandadas no sentido de melhorar a qualidade de vida das populações.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E O USO DE INDICADORES**

Com o aprofundamento e expansão da democracia, o Estado passa a ter responsabilidades cada vez mais diversificadas, com a promessa de descentralizar e democratizar tudo em favor do bem-estar social. Para isto tem que desenvolver ações nas mais diversas áreas, tais como educação, saúde, meio ambiente entre outras. Dentro desta perspectiva e para atender as exigências da atualidade, os governos fazem uso de programas e projetos de Políticas Públicas.

No entanto, para uma melhor compreensão do real papel das Políticas Públicas é preciso analisar com mais tenacidade como esta se desenvolve na prática. O uso do termo Política é amplo e diversificado, e para o estudo de políticas públicas seu significado torna-se um desafio.

São muitos os modelos de formulação e análise de políticas públicas. Todos tentam explicar ou entender como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação em benefício dos cidadãos. Souza (2006) apresenta uma revisão dos principais conceitos e modelos de formulação e análise de políticas públicas, resgatando a importância como campo do conhecimento denominado Políticas Públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem suas decisões, elaboração, implementação e avaliação.

Resumindo Política Pública como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo. “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

Neste sentido, entende-se que Políticas Públicas são ações públicas executadas pelos governos, instituições públicas com ou sem participação da sociedade, para que se concretizem direitos humanos coletivos ou direitos sociais garantidos. Essa discussão acerca de política pública atravessa a esfera da relação entre Estado e Sociedade. Através da política pública, a sociedade interage com o Estado, no sentido de acompanhar e monitorar os investimentos, os segmentos beneficiados ou excluídos pelos serviços.

As mudanças ocasionadas pela dinâmica do processo de construção da sociedade resultaram em avanços extraordinários a partir da introdução do uso de indicadores no ciclo das políticas pública. Nesta perspectiva, a reforma do Estado brasileiro no que se refere ao aprimoramento da gestão pública e o uso eficaz dos recursos públicos, em parceria com os órgãos da sociedade civil tem sido visível, embora ainda percebem-se algumas arestas que necessitam de ajustes, mas é notório o uso de indicadores como um importante instrumento no planejamento das ações do poder público.

O termo “indicador” é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar (BELLEN 2005, p. 41, apud Hammond et al., 1995). Bellen (2005) cita Hammond et al., (1995) dizendo que os indicadores são instrumentos que podem comunicar ou informar sobre como uma aplicação de recurso pode ser mais bem aproveitada ou que deixa de ser mais perceptível ou detectável.

Os indicadores são de fato um modelo da realidade, mas não podem ser considerados como a própria realidade, entretanto devem ser analiticamente legítimos e construídos dentro de uma metodologia coerente de mensuração... São pedaços de informação que apontam para características dos sistemas, realçando o que está acontecendo no mesmo. Os indicadores são utilizados para simplificar informações sobre fenômenos complexos e para tornar a comunicação acerca destes fenômenos mais compreensível e quantificável (BELLEN, 2005, p.45).

O uso de indicadores nas diversas fases do ciclo das políticas públicas, compreendendo o diagnóstico, formulação, implementação e avaliação, onde cada etapa do ciclo envolve um conjunto de indicadores de diferentes natureza e propriedades, cada etapa tem sua função e está pautada nas necessidades das atividades nelas desenvolvidas. Articula cada etapa do ciclo com o uso de indicadores como ferramentas, potencializando o uso dos mesmos na gestão e aplicação de políticas públicas (ANTICO e JANNUZZI, 2008).

No ciclo da gestão das políticas públicas, na etapa que compreende o diagnóstico, Antico e Jannuzzi (2008) vai relatar que nessa fase são necessários indicadores que demonstrem confiabilidade, validade e desagregabilidade. Trata-se do marco zero da aplicação de uma política pública, que em geral são constituídos a partir dos Censos Demográficos ou de pesquisas amostrais, a exemplo as Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNADs.

O Censo Demográfico 2000 constitui-se em uma fonte muito rica de indicadores para elaboração de um diagnóstico, pelo escopo temático, desagregabilidade territorial e populacional e comparabilidade inter-regional. Foram levantados na amostra do Censo mais de 70 quesitos de informação, cobrindo características domiciliares, infraestrutura urbana, características demográficas e educacionais dos indivíduos, inserção da mão-de-obra, rendimentos, acesso a alguns programas públicos etc. Os indicadores dessas dimensões analíticas podem ser computados para diversos grupos sociodemográficos (por sexo, raça/cor, estratos de renda etc) e escalas territoriais que chegam ao nível de agregações de bairros de municípios (áreas de ponderação) e até mesmo ao nível de setor censitário (ANTICO e JANNUZZI, 2008, p.4).

Na segunda etapa do ciclo de gestão pública, encontramos os indicadores da formulação de programas. Nesta fase deve-se definir a partir dos dados mostrados no diagnóstico, que natureza de programas que poderão dar respostas às questões prioritárias identificadas e a serem enfrentadas, considerando o público-alvo.

Na etapa da implementação e execução de programas e projetos de aplicação de políticas públicas, os indicadores de monitoramento devem estabelecer um nível de sensibilidade, especificidade e de periodicidade. Antico e Jannuzzi (2008) vão estabelecer uma lógica de acompanhamento de programas que requer uma estrutura de um sistema de indicadores sensíveis, que permitam monitorar a lógica de um programa: insumo-processo-resultado-impacto.

Os indicadores de avaliação de resultados e impactos de programas e projetos de uma política pública requer dimensionar o grau de objetividade nos níveis da eficácia, eficiência e da efetividade. Neste itinerário, quando da aplicação de uma política pública, desde sua elaboração até a sua avaliação, é importante a organização de coleta de dados e informações que possam dar respostas confiáveis a todas as fases do ciclo das políticas públicas.

Pensando no âmbito da aplicação das políticas públicas, e conseqüentemente do Estado, o mentor que articula as ações que resulta na execução de programas e projetos de políticas públicas, Jannuzzi (2010) reflete sobre o prisma do planejamento das atividades governamentais, que sem este instrumento resta apenas o improvisado. Estamos falando em planejamento, atividade em que se tem posse do conhecimento de todos os fatos e desafios a serem enfrentados, tendo pleno domínio das condições para a realização das ações programadas, evitando que recursos aplicados sejam desperdiçados sem utilidade alguma. Neste sentido, o planejamento governamental:

É preciso ter claro que a intervenção do Estado sempre foi absolutamente relevante, seja para dar lugar a um processo de industrialização e acumulação capitalista, seja em situações de guerra ou reconstrução. De maneira que não adianta que o paradigma liberal diga que o mercado funciona bem, que a intervenção deve ser a mínima possível, porque em crise, em guerra, ou no surgimento industrial de qualquer nação, o Estado intervém sempre (JANNUZZI, 2010, p.164 apud Tavares, 1988, p.26).

Na ótica do uso de indicadores na formulação e avaliação de políticas públicas, para Jannuzzi (2011), o aparecimento e desenvolvimento de indicadores sociais está diretamente associada às atividades do setor público ao longo do século XX. Isso teve importantes contribuições na construção de um marco conceitual nos anos 20 e 30. Embora que neste período já se identificava relevo entre crescimento econômico e melhoria das condições sociais das populações dos países do terceiro mundo. O PIB per capita até então utilizado para medir o desenvolvimento, mostrou-se cada vez menos eficaz como medida do bem-estar social. A partir da década de 80 e com as inovações acerca de experiências na formulação e implementação de políticas públicas, vários órgãos vinculados ao sistema de planejamento público desenvolveram instrumentos de quantificação e qualificação das condições de vida e outras dimensões da realidade social. Essa contextualização serve para nos orientar sobre como se desenvolveu esse processo de construção de sistemas de indicadores sociais como medida, análise e acompanhamento de políticas públicas de mudança social.

Neste contexto do uso de indicadores, Guimarães (2004), citando PELIANO (1990), fala sobre a crescente atenção que os indicadores vêm despertando nas universidades, agências estatísticas e nos centros de pesquisa para dar conta na elaboração, pesquisa, produção de mapas, atlas ou índices de “exclusão social”. O surgimento do IDH foi bastante influenciado pelos chamados Indicadores de Primeira Geração, por exemplo, o PIB e PIB per capita.

O autor destaca a importância que o IDH foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub Ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual. Constatou-se o sucesso do IDH

a partir dos anos 90, dando impulsos importantes na multiplicação de estudos de caráter descritivo, voltados a construir medidas. Este indicador tem sido utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na produção de relatórios nas diversas dimensões do desenvolvimento humano, baseado no enfoque de capacidades de Amartya Sen.

Guimarães (2004) chama a atenção para o uso racional do IDH, mostrando reservas a algumas limitações existentes a ele vinculadas, sendo este um indicador sintético formado por um conjunto de variáveis, como: esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização, renda. Neste sentido, outras limitações relacionam-se ao fato de que o desenvolvimento humano, em grandes médias nacionais, pode ocultar ou mascarar uma realidade. Outro fator limitante do indicador se refere ao superdimensionamento do progresso, onde de fato a problemática se refere à vinculação dos avanços está estritamente relacionada à evolução quantitativa dos indicadores, desconsiderando o padrão qualitativo de desenvolvimento do país.

Para Ojima e Marandola Jr. (2010), o IDH tornou-se um dos indicadores sintéticos mais utilizados no contexto das políticas governamentais como também no debate social. Indicadores sintéticos como o IDH agregam multidimensionalidade como a pobreza, combinando dados e informações sobre saúde, educação e renda. Refletindo sobre como o IDH enquanto indicador sintético é utilizado como medida que simplifica uma realidade complexa de eventos sociais e dificulta na obtenção de dados refinados para fins de comparação em termos internacionais. Indicadores sintéticos como o IDH tendem a contribuir enquanto instrumentos de avaliação do que em termos de construção de políticas públicas efetivas pelas características que agrega mais de uma dimensão do desenvolvimento social e econômico.

Guimarães (2004) retrata uma situação em que indicadores sintéticos (IDH) agrupam apenas três dimensões da realidade social para pensar e implementar ações de políticas públicas e para monitorar e medir o desenvolvimento social dos países. Frente a esse limite, sugere fomentar outros indicadores que se utilizem de um conjunto maior de indicadores de forma a dar conta de um processo mais abrangente na perspectiva do desenvolvimento social como o Índice de Condições de Vida - ICV, que pretendia:

...avaliar e monitorar o nível de desenvolvimento humano e de condições de vida no âmbito dos municípios... enquanto o IDH utiliza quatro indicadores básicos... o ICV utiliza, além desses quatro, um conjunto de 16 indicadores... de forma a captar de forma mais abrangente possível o processo de desenvolvimento social (GUIMARÃES, 2004, p.8 apud FJP, 1993, p.3).

Mas é necessário refletir acerca de outras vertentes que se configuram como elementos importantes na construção de indicadores que possam apontar informações e dados do ponto de vista qualitativos e quantitativos que reflitam sobre a realidade social das populações, considerando que estes podem e devem ser utilizados para fins de pesquisas e referências para o

planejamento e gestão pública nos níveis do diagnóstico, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

## **UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO DO MATO GRANDE**

No contexto do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, com a eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva no ano de 2002, a proposta do novo Governo Federal Brasileiro era trazer o Estado para atuar no papel de ator do desenvolvimento, com investimentos públicos para transformar a realidade social do país e manter a estabilidade econômica. A fim de alcançar tal objetivo e superar as limitações das ações de desenvolvimento, o governo adota a estratégia de desenvolvimento territorial, na intencionalidade de estabilizar a economia e alcançar o reequilíbrio social.

Para isso, foi criado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) incrementada em 2003 a dimensão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999 após o Massacre de Carajás em 1996. O MDA reformulou sua estrutura administrativa com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Para fins de efetivação das políticas de desenvolvimento foram identificados os Territórios Rurais nos vários estados do país.

Esse foi o momento que visava superar as limitações do localismo e do isolamento das políticas locais. A SDT buscava a integração de ações entre as políticas públicas nas três esferas do Estado, em parceria com a sociedade civil em torno do desenvolvimento territorial. Surge uma nova institucionalidade “O Território”, grupo de municípios que compartilham identidade comum. O território foi identificado por estar numa construção político-administrativa e animar dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais, as quais envolvem articulações rurais/urbanas e a ação coletiva do maior número de atores que pudessem garantir uma sustentabilidade ao desenvolvimento.

Para instituir o Território, os elementos rurais reconhecidos pela SDT/MDA (2005) foram: ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agrossilvipastoris; baixa densidade demográfica; base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas do universo rural. Incluem-se espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados.

Para a SDT/MDA, no documento “Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais”, o território é definido como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente,



a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, MDA, 2005, p. 7).

Os critérios para definição do território foram à densidade demográfica menor que 80 habitantes por km<sup>2</sup> e população média por município de até 50 mil habitantes; concentração de agricultores familiares; concentração de famílias assentadas por programas de reforma agrária; concentração de famílias de trabalhadores assentados. (BRASIL, MDA, 2005).

As políticas territoriais foram estruturadas com o propósito de oferecerem soluções inovadoras frente aos novos ou antigos desafios da sociedade e da economia nacional, tais como a pobreza, a desigualdade regional ou, ainda, a emergência do desenvolvimento sustentável e a sua compatibilidade com o desenvolvimento econômico e social. Neste sentido é que o conceito de território se apoia na ideia de que os recursos disponíveis sejam econômicos, humanos, institucionais, sociais, ambientais e culturais que vão além de uma base econômica não suficientemente explorada, e que constituem um potencial de desenvolvimento pautado na sustentabilidade.

Ressalta-se como desafios dessa estratégia, a promoção e apoio ao processo de desenvolvimento de competências humanas e institucionais, nos espaços concebidos como territórios, articulando a construção e implementação de políticas públicas por meio da elaboração participativa de Planos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, tendo como enfoque o fortalecimento das comunidades rurais, com ênfase à agricultura familiar. A adoção da abordagem territorial como referência conceitual nos processos de desenvolvimento rural sustentável constituiu premissa fundamental para a concepção desse espaço enquanto unidade de planejamento, bem como do seu reconhecimento como instrumento de descentralização e de autogestão de políticas públicas.

De acordo com os dados do Sistema de Informações Territoriais – SIT (2010), inicialmente a SDT/MDA constituiu e formalizou 99 territórios no ano de 2004, compreendendo 1.503 municípios, onde a região nordeste contava com 41 territórios, compreendendo 41,41% do total. No início do ano de 2008, a estratégia de Territórios Rurais foi objeto de integração das políticas públicas do conjunto dos Ministérios do Governo Federal, passando a receber a denominação de Territórios da Cidadania. A estratégia de desenvolvimento territorial vem se consolidando com o Programa Territórios da Cidadania, a partir do PPA 2008-2011.

A condição primária para a definição de um Território da Cidadania era que este fosse um dos territórios rurais apoiados pelo PRONAT. Os critérios de definição são de ruralidade e densidade demográfica, quais sejam, menor IDH; maior concentração de populações

quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado da federação.

Atualmente no Brasil, existem 164 territórios rurais, distribuídos em 5.564 municípios, e 120 territórios da cidadania, distribuídos em 1.852 municípios. O Rio Grande do Norte está dividido em 10 territórios, onde 07 (sete) pertencem à dinâmica dos Territórios da Cidadania: Açu-Mossoró, Alto-Oeste Potiguar, Mato Grande, Potengi, Trairi, Seridó e Sertão do Apodí; e 03 (três) estão inseridos na dinâmica dos Territórios Rurais: Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, Agreste Litoral Sul, e Terra dos Potiguaras (SIT, 2010).



Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (2010).

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (2010), o território do Mato Grande no contexto de sua geografia, está circundado, ao Norte, pelo Oceano Atlântico, formando uma faixa litorânea que envolve 08 (oito) municípios; a Leste, pelo Território Terras dos Potiguaras, que tem como polo de influência a Área Metropolitana de Natal. Limita-se à Oeste, com o Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte; e, ao Sul, com o Território do Potengi. Está composto por 16 (dezesseis) municípios: Ceará Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso, Pedra Grande, São Bento do Norte, Caiçara do Norte, Jandaíra, Parazinho, João Câmara, Pureza, Bento Fernandes, Poço Branco, Taipu e Jardim de Angicos. Dos 16 (dezesseis) municípios, 09 (nove) tem população menor que 10.000 habitantes e apenas 04 (quatro) apresentam população inferior a 5.000 habitantes.

O Território ocupa uma área de 5.758,60 km<sup>2</sup>. Apresenta uma população total de 226.540 habitantes, com densidade demográfica de 35,5 habitantes/km<sup>2</sup>, dos quais 109.921 residem na zona urbana e 116.420 na zona rural. O IDH do território é de 0,625 constituindo-se numa região com IDH mais baixo do Rio Grande do Norte. A renda per capita é de R\$ 76,15/mês e a concentração de renda de acordo com o Índice de Gini é 0,58. A taxa de analfabetos acima de 15 anos é de 35,9% da população e 66,8% das pessoas responsáveis por domicílios têm menos de quatro anos de estudo (SIT/PTDRS, 2010 e SGE 2014).

No intuito de refletir sobre a Qualidade de Vida no Território, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o desenvolvimento utilizando-se da longevidade média da população, nível escolar e renda per capita - estas dimensões têm a mesma importância para o cálculo do índice, que varia de 0 a 1, onde 1 é o nível de desenvolvimento pleno.

O IDH é um importante parâmetro para análise de qualidade de vida de uma região, pois é calculado com base em índices qualitativos de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O IDH varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Municípios com IDH entre 0 e 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo; aqueles que registram índice entre 0,500 e 0,599, são os de baixo desenvolvimento humano; aqueles que registram índice entre 0,600 e 0,699, são os de médio desenvolvimento humano; aqueles que registram índice entre 0,700 a 0,799, são os de alto desenvolvimento humano; e os que possuem IDH acima de 0,800, são considerados de desenvolvimento humano muito alto.

Numa visão mais macro da atualidade do Rio Grande do Norte e de acordo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com base no Censo 2010, existem 70 municípios com IDH baixo; 93 municípios com IDH médio; e 4 municípios com IDH alto, sendo estes os municípios de Natal, Parnamirim, Caicó e Mossoró.

O Território do Mato Grande no ano de 1991 tinha um IDH de 0,484, no ano 2000, esse índice se elevou para o patamar de 0,601, ficando na faixa média de desenvolvimento humano. Em 2010 o IDH do Território estava na média de 0,625. Esse índice encontrava-se bem abaixo da média quando comparado com o de Natal cujo valor era de 0,787, também abaixo do índice do Rio Grande do Norte cujo valor era de 0,705. Dentre os municípios do Território, Ceará Mirim é o que apresenta melhor desenvolvimento, seguido de São Bento do Norte. Porém, a situação de menor índice é o de São Miguel do Gostoso. Percebe-se que houve uma elevação no índice de desenvolvimento humano a nível de território comparando o período de 1991, 2000 e 2010, mas ainda é preocupante, pois infere-se um desenvolvimento frágil na região (IBGE, 1991, 2000 e 2010).

Entretanto, por ser um índice limitado que não considera condições de moradia, saúde, e quanto à renda, considera apenas o valor per capita, sem analisar informações sobre o trabalho ou diversificação de renda, pretende-se aqui acrescentar a análise da qualidade de vida no Território com informações coletadas numa pesquisa sobre o Índice de Condições de Vida – ICV, realizada pela Célula de Acompanhamento e Informação do Território do Mato Grande (CAI), vinculada ao projeto Gestão de Políticas Públicas e Controle Social em Territórios da Cidadania: mapeamento, sistematização e avaliação de Programas de Desenvolvimento Sustentável no Mato Grande (RN). Este projeto é executado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Departamento de Administração e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq em parceria com Ministério da Ciência e Tecnologia/SDT/MDA.

Na concepção do Programa, o Índice de Condições de Vida (ICV) é um indicador que visa representar as mudanças percebidas, em termos das condições de vida, das famílias nos territórios rurais, permitindo as análises comparativas, tanto ao longo do tempo como entre territórios. Este índice é composto por três dimensões, chamadas de “instâncias”: 1) fatores que favorecem o desenvolvimento; 2) características do desenvolvimento; e 3) efeitos do desenvolvimento. A cada instância associam-se oito indicadores.

Quadro 1 – Instâncias e indicadores de desenvolvimento rural e das condições de vida das famílias rurais

<b>Instâncias</b>	<b>Indicadores</b>
Fatores que favorecem o desenvolvimento (intitulentos)	Mão de obra familiar em atividade dentro ou fora da unidade
	Área da unidade de produção familiar
	Escolaridade
	Condições da moradia
	Acesso a mercados
	Acesso a políticas públicas (Pronaf, bolsa-família, ...)
	Acesso a crédito e assistência técnica
	Presença de instituições que favorecem o desenvolvimento rural
Características do desenvolvimento (elementos de conversão)	Renda familiar
	Produtividade do trabalho
	Produtividade da terra
	Diversificação da produção agrícola
	Pluriatividade, diversificação nas fontes de renda familiar
	Uso e preservação dos recursos naturais: água
	Uso e preservação dos recursos naturais: solo
Uso e preservação dos recursos naturais: vegetação nativa	
Efeitos do desenvolvimento (capacitações e funcionamentos)	Estar bem alimentado / nutrido
	Ter boa saúde
	Permanência dos membros da família da unidade de produção
	Percepção sobre as mudanças na situação econômica da família
	Percepção sobre as mudanças na situação ambiental da unidade
	Participação social (cooperativas, associações)
	Participação política (eleições, conselhos, assembleias)
Participação cultural (grupos de expressão cultural, outras atividades)	

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica – SGE/SDT/MDA (2011)

Para realização da pesquisa, cada indicador baseou a elaboração de um ou mais quesitos em um questionário, que foram utilizados para o cálculo do ICV do Território. Esses indicadores são avaliações registradas em escalas de cinco pontos, desde 1=péssimo até 5=ótimo em algumas variações.

No que se refere aos resultados da pesquisa, sua análise apontou uma problemática identificada no Território que acabou confirmando o que os estudos realizados anteriormente demonstraram. A realidade do trabalho de campo indicou que o desenvolvimento do território do Mato Grande está numa situação de difícil capacidade de ascender na escala de evolução para progressão do nível de satisfação desejável das políticas públicas. Isto se refere a análise que se tem das potencialidades existentes no Território e a difícil condição de aproveitamento e de relacionar essas potencialidade com o desenvolvimento.

De modo geral, os dados da pesquisa foram analisados e os resultados demonstraram uma precariedade nos serviços públicos de saneamento básico, das estruturas de saúde, baixos níveis de escolaridade, as difíceis oportunidades de geração de trabalho, emprego e renda, principalmente no que se refere aos pequenos produtores com baixa capacidade de diversificação da produção, falta de incentivo ao acesso as linhas de créditos e financiamentos, paralela a não garantia de pagamento pelo uso do crédito, a falta de assistência técnica e dificuldades na comercialização com a presença do intermediário (atravessador).

No que se refere a gestão pública, os dados revelaram que existem uma precariedade nos órgãos publicos municipais de atendimento a população que atendam as demandas das familias nos aspectos ligados a melhoria da qualidade de vida e da eficiência econômica.

De acordo com o PTDRS (2010), a maioria da população dos municípios do território apresenta renda de até 1 salário mínimo e um número considerável não apresenta rendimentos. Essa situação se reflete na falta de dinamismo da economia local, pois sem renda as pessoas não podem adquirir bens e serviços na região. Os municípios não têm praticamente nenhuma arrecadação própria e sobrevivem das receitas de transferência, estas transferências são praticamente as únicas fontes de renda destes municípios.

É importante destacar que foram apresentados os resultados da pesquisa de forma geral no intuito de se observar o todo, considerando que esse levantamento continua em análise e que irão resultar em novas fontes de informação que servirão para aprofundar reflexões sobre o uso de indicadores para as políticas públicas.

Percebe-se que as pesquisas sobre o uso de indicadores estão sendo objetos de estudos para o meio academico e que para além disso, são utilizados pelos gestores publicos para pensar e investir políticas públicas que garantam a efetividade dos resultados, que sejam a melhoria das condições de vida das familias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas conclusões aqui apresentadas são objetos das reflexões feitas ao longo desse trabalho que tiveram por base os dados obtidos sobre o Território. Longe de esgotar toda a complexidade que a realidade territorial apresenta, constituem pistas para o aprofundamento do debate acerca das alternativas viáveis para o seu desenvolvimento.

A proposta que fundamentou este trabalho esteve pautada na reflexão e análise do uso de indicadores nas pesquisas, articulado a estratégia de desenvolvimento territorial do Mato Grande no sentido de está fomentando informações e dados da realidade a ser trabalhada na formulação, implementação, avaliação e gestão das políticas públicas como campo de atuação dos governos e de arena social para o debate das reais necessidades das populações que vivem e sobrevivem no Território, sendo nas atividades agrícolas e não agrícolas, onde a diversidade favorece a crescente demanda na busca por melhorias na qualidade de vida das famílias.

Este trabalho teve como foco o olhar sobre o uso de indicadores que ampliou os horizontes de informações e dados sobre a realidade, aliada ao uso desses na aplicação de recursos públicos inseridos no processo da discussão do desenvolvimento do território do Mato Grande, na sua diversidade enquanto local, refletindo sobre alguns dados para pensar a importância de um planejamento alicerçado de proposições que condizem com a realidade. Esta foi uma amostra de um processo, no sentido de ampliar os elementos necessários a elaboração de um plano territorial muito mais pautado na exatidão dos dados, assim como na análise das informações que favoreçam o Estado, enquanto provedor e fomentador das ações e dos instrumentos públicos que sejam capazes de avançar na reforma do estado e na transformação e evolução da nossa sociedade.

O estudo nos mostrou entraves no desenvolvimento do Território, que vai desde o sistema produtivo, da produção até a comercialização, como às diferentes formas de gestão praticadas, sejam associativas ou de controle social via conselhos. Identificamos que existe uma fragilidade nesses mecanismos de controle social e que tem criado barreiras ao processo de desenvolvimento.

Entendemos que o desenvolvimento territorial constitui um processo que demanda amadurecimento e aprendizado. Apesar das fragilidades identificadas, acreditamos na capacidade de superação dos problemas, considerando o apoio institucional no sentido de promover o desenvolvimento com participação ativa e cidadã.

As ações de execução de políticas públicas, sendo bem implementadas, refletem na melhoria da qualidade de vida da população, a partir da promoção de programas e projetos que visem o desenvolvimento nas dimensões da sustentabilidade e que incentivem e promovam os

direitos garantidos na Constituição como o acesso a educação de qualidade, saúde, habitação, alimentação, segurança, trabalho emprego e renda com vistas a reduzir as desigualdades sociais e estimular o exercício da cidadania.

Concluimos que alguns desafios são lançados quando um planejamento envolve um conjunto de municípios através de uma política governamental de nível territorial, na busca de potencializar as ações com políticas públicas e um conjunto de ações que se articulam, visando o desenvolvimento de um território e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

## REFERÊNCIAS

ANTICO, Cláudia; JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores e a gestão de políticas públicas. 2008.** Disponível em: <

[http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Gestao\\_de\\_Poi%C3%ADticas\\_Publicas/Indicadores\\_e\\_Gest%C3%A3o\\_de\\_Pol%C3%ADticas\\_P%C3%ABlicas.pdf](http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Gestao_de_Poi%C3%ADticas_Publicas/Indicadores_e_Gest%C3%A3o_de_Pol%C3%ADticas_P%C3%ABlicas.pdf)>. Acesso em 20 de dezembro de 2013.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** Rio de Janeiro, FGV, 2005, p. 41-80.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais.** Série: Documentos Institucionais nº 02. SDT/MDA, Brasília, 2005. Disponível em: <[www.mda.gov.br/portal/sdt/](http://www.mda.gov.br/portal/sdt/)>. Acesso em: 25 de agosto de 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Mato Grande - PTDRS.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://sge.mda.gov.br/>>.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades.** 2004. Disponível em:<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_296.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_296.pdf)>. Acesso em 20 de dezembro de 2013.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.** 5 ed. Campinas: Editora Alínea, 2001.

\_\_\_\_\_. Indicadores no planejamento público. In. BAENINGER, Rosana (Org). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais.** Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2010, p. 163-186.

\_\_\_\_\_. **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas.** 2011. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2011/02/INDICADORES-SOCIAIS-JANUZZI.pdf>>. Acesso em 20 de dezembro de 2013.

OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JR., Eduardo. **Indicadores e políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas: vulnerabilidade, população e urbanização.** Revista Brasileira de Ciências Ambientais - Número 18 - Dezembro/2010. Disponível em: <[http://www.rbciamb.com.br/images/online/RBCIAMB-N18-Dez-2010-Materia02\\_artigos257.pdf](http://www.rbciamb.com.br/images/online/RBCIAMB-N18-Dez-2010-Materia02_artigos257.pdf)>. Acesso em 20 de dezembro de 2013.

PADILHA, Yuri de Lima. **Desenvolvimento territorial: uma compreensão sobre o Mato Grande.** Natal: UFRN, 2011.

SGE - **Sistema de Gestão Estratégica.** SDT/MDA. Disponível em: <<http://sge.mda.gov.br/>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** In: Sociologias n. 16 p. 20-45 jun./dez. 2006.

## GT 1 – Desenvolvimento Rural: uma década da política pública de desenvolvimento territorial

### Políticas Públicas Para a Promoção do Desenvolvimento Rural: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

**Gerlânia Maria Rocha Sousa<sup>1</sup>**  
**Meire Eugênia Duarte<sup>2</sup>**  
**Genivalda Cordeiro da Costa<sup>3</sup>**  
**Emanoel Márcio Nunes<sup>4</sup>**  
**Fábio Lúcio Rodrigues<sup>5</sup>**

<sup>1</sup> Economista / Mestranda em Economia Rural pelo Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará (DEA/UFC), (gerlaniarocha@gmail.com)

<sup>2</sup> Economista / Professora Substituta do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (DEC/UERN), meire.duarte@hotmail.com

<sup>3</sup> Economista / Professora Adjunto IV do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (DEC/UERN), (genivaldacordeiro@yahoo.com)

<sup>4</sup> Economista / Professor Adjunto IV do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (DEC/UERN), (emanoelnunes@uern.br)

<sup>5</sup> Economista / Professor Adjunto IV do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (DEC/UERN), (prof.fabiolucio@gmail.com)

#### **Resumo:**

O presente artigo tem como objetivo analisar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), buscando interpretar suas ações na comercialização agrícola e a relação com desenvolvimento das formas de organizações coletivas da agricultura familiar em Apodi (RN) e Janduís (RN). O resultado aponta para uma necessidade de apoio na evolução das formas de organizações, levando ao surgimento de um poderoso aparato institucional capaz de criar uma política de mercado diferenciada com o desenvolvimento rural.

**Palavras-chaves:** Agricultura familiar; Desenvolvimento Rural; PAA.

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos o debate e as discussões em torno da agricultura familiar vêm se intensificando de forma significativa, principalmente no âmbito das dinâmicas de desenvolvimento rural. No entanto, a agricultura familiar, principalmente no Brasil, sempre foi considerada por defensores da modernização agrícola um segmento atrasado, de pouco interesse econômico para sociedade e menor significância analítica para a academia.

Neste contexto, o acesso às políticas, o reconhecimento da capacidade de organização coletiva e a inserção em mercados com o domínio de habilidades de



comercialização sempre representaram grandes obstáculos para o segmento da agricultura familiar. As práticas de comercialização dos agricultores familiares sempre geraram certa falta de estímulo, pois na maioria das vezes só tinham condições para cultivar alimentos para o próprio consumo, ou em outros casos, destinavam sua colheita a intermediários ou atravessadores que determinavam o preço e pagavam bem abaixo do que o custo para produzi-la.

Diante desses problemas e limitações comuns a este segmento, em meados dos anos 1990 movimentos de reivindicação conseguem fazer com que o governo desenvolva ações no sentido de criar políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, visando o fortalecimento dos mercados locais e regionais em dinâmicas de desenvolvimento rural. Das políticas, os enfoques de desenvolvimento dos anos 1990 e territorial para o rural dos anos 2000 deram a característica maior para as políticas públicas, representando vias mais adequadas para pensar o planejamento e ações no nível local e regional, ressaltando, portanto, o caráter pluriativo<sup>1</sup> das famílias e multifuncional das unidades familiares de produção e sua inserção em mercados cada vez mais dinâmicos.

Com a finalidade de contribuir com as negociações da agricultura familiar, foi criado no início dos anos 2000 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um instrumento de política agrícola com foco na demanda, criado para viabilizar a comercialização da agricultura familiar e promover a diversificação da produção agrícola com a possibilidade de venda para o mercado institucional (creches, escolas, hospitais, presídios, etc.).

O presente artigo tem como objetivo interpretar e explicar as ações do PAA na comercialização agrícola, e sua relação com desenvolvimento das formas de organizações coletivas da agricultura familiar nos municípios de Apodi (RN) e Jandúis (RN).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural

A agricultura familiar é um importante segmento de caráter econômico e social que ao longo dos anos vem ganhando mais atenção, e suas particularidades passam a compor o campo de análise das dinâmicas de desenvolvimento rural. No Brasil, a partir dos anos 1990 começaram a emergir as discussões a respeito da agricultura familiar principalmente na região Sul, reduzindo a antiga ideia de que o campesinato é um simples modo de produção associado com a agricultura pobre e de subsistência e que estaria condenado ao desaparecimento.

Dentre alguns estudos referentes ao campesinato, os agricultores deste modo de produção eram vistos como empecilho ao desenvolvimento capitalista. Porém, essa afirmativa errônea é contrastada com a visão atual de que o agricultor familiar (camponês) é a base do desenvolvimento rural local, através da sua capacidade de organização coletiva e de diversificação produtiva, reduzindo custos e abrindo novos mercados locais e regionais.

---

<sup>1</sup>Para Schneider (2006), a pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas.

Abramovay (1998) afirma que no segmento da agricultura familiar subentende que a gestão da propriedade e o trabalho esteja sobre o controle da família, ou seja, advém da não separação entre o trabalho e sua gestão, em que os meios de produção pertencem aqueles que os utilizam. Nesses ambientes, a produção familiar pode produzir a um baixo custo, pois não há remuneração de mão-de-obra numa lógica de submissão, a exemplo do assalariamento nas relações de trabalho.

Nesse contexto, a agricultura familiar passa a se inserir nas discussões a respeito do desenvolvimento rural, que implica na diversificação dos produtos e na inserção em mercados, buscando um baixo custo para a produção, não perdendo o caráter familiar. Como afirma Kageyama (2004), o desenvolvimento rural procura formas de redução de custos a partir de novos padrões tecnológicos; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. É uma forma de fuga das limitações impostas para os agricultores familiares, buscando não só o desenvolvimento rural, mas a diversificação produtiva e o aumento dos níveis de renda.

Um dos grandes problemas de funcionamento da agricultura familiar que inibe o desenvolvimento rural, é que os agricultores familiares ainda dependem do caráter desigual do sistema capitalista, tendo que concorrer com as grandes agroindústrias. Estas empresas donas de um grande mercado e que produzem os alimentos de forma oposta ao modelo mais sustentável, ou agroecológico<sup>2</sup>, fazem com que a sociedade veja que seus produtos mais caros são os melhores do mercado.

As formas que os agricultores familiares têm para se fortalecerem e se incluírem nos mercados, é por meio da criação de organizações (grupos, cooperativas e associações), como uma forma diferenciada de valorizar e diversificar a produção e fornecer aos seus sócios melhores condições de trabalho, renda e modo de vida, em que a igualdade e o respeito são condições primordiais. Manter o nível das organizações é um desafio para o meio rural, porém ao longo dos anos vêm sendo desenvolvidas políticas públicas no sentido de estruturar e estimular os agricultores familiares nas suas dinâmicas de desenvolvimento rural.

## 2.2 Políticas Públicas e a Diversificação da Agricultura Familiar

O que separa os camponeses do sistema capitalista avançado e desenvolvido é a falta de estruturação econômica e de organização coletiva para formar e consolidar um padrão técnico e produtivo avançado, capaz de competir com as grandes agroindústrias. Até o final dos anos 1980, as políticas públicas eram voltadas priorizando as grandes fazendas e empresas agrícolas. Segundo Nunes (2009), nesse período de “modernização conservadora da agricultura brasileira” a produção era praticada por grandes empresas agrícolas para culturas de exportação, e teve o apoio do Estado brasileiro através de políticas agrícolas, a exemplo do crédito, da pesquisa agropecuária, da assistência técnica e da formação de mercados.

O modo camponês de fazer agricultura era visto como um atraso ao desenvolvimento e, como afirma Ploeg (2008), mesmo com sua existência reconhecida, as realidades camponesas sempre foram vistas pelos defensores da modernização agrícola como um obstáculo à mudança, obstáculo esse que poderia ser melhorado

---

<sup>2</sup>“A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. (...) Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade”. (Gliessman, 2009, pg. 56)

Avenida Presidente Vargas, 417/9º andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

através da transformação desses camponeses em agentes econômicos mais capitalizados e estruturados, apesar de serem produtores simples de mercadorias. Essa visão tornou-se um empecilho para essa categoria, pois a falta de concepção a respeito do modo familiar de fazer agricultura resultou no desvio de políticas públicas, as quais ficaram voltadas exclusivamente para grandes agricultores.

Com isso, muitos agricultores familiares foram levados à falência, provocando assim, o êxodo rural, principalmente na região Sul do país. Esses efeitos contribuíram para a instituição de movimentos de reivindicação por mais apoio e melhoria das condições de vida no campo, a exemplo dos movimentos de base patrocinados e apoiados pela Igreja Católica e, posteriormente, o Movimento dos Sem-Terra (MST).

De acordo com Tiburcio (2011), as políticas públicas que visavam o desenvolvimento do meio rural até o final dos anos 1980, voltavam-se à modernização do latifúndio e concentravam-se nas metas de intensificação das relações de trabalho, elevação da produção e aumento dos índices de produtividade nas propriedades, isto por meio de pacotes tecnológicos exógenos inspirados na filosofia da revolução verde.

Dos anos 1980 para o início dos anos 1990, ocorreu no Brasil um processo de transição, fazendo emergir políticas públicas governamentais com certa preocupação com a agricultura familiar, ajudando e tentando resgatar e valorizar a produção de produtos agrícolas tradicionais e, conseqüentemente, aquecer e fortalecer os mercados locais e regionais.

Como afirma Silva (2006), no período acima citado, a economia brasileira também passava por profundas transformações decorrentes da crise fiscal e de ajuste macroeconômico dos anos 1980 e da intensificação do processo de liberalização comercial e financeira dos anos 1990. Dessa forma, mudou-se o foco acerca do papel do Estado no âmbito das políticas públicas e de seus programas, gerando impactos importantes principalmente no setor agrícola.

Para Denardi (2001), a partir dos anos 1990 passou-se a atribuir novos papéis para a agricultura e para o meio rural, com destaque para a necessidade de atividades econômicas para geração de emprego, respeitando a diversidade regional e preservando o meio ambiente. No início dessa década, de acordo com Nunes & Schneider (2012), o Estado passou a criar políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, visando o fortalecimento dos mercados locais por meio do estímulo ao surgimento de dinâmicas de desenvolvimento rural.

Em nosso país, é notório destacar a rica diversidade e heterogeneidade ainda mantida na região Sul, abrindo mesmo assim, espaço para a modernização. Dessa forma, segundo Nunes & Schneider (2012), surgiram políticas públicas direcionadas cada vez mais para a formação de estruturas organizacionais nos meios rurais (cooperativas, associações, redes, grupos, etc.) e institucionais (cooperativismo, associativismo, cooperação, etc.). Tais políticas buscavam apoiar de forma financeira e organizacional o agricultor familiar, trazendo, conforme Nunes & Schneider (2012), a ideia de que além do apoio financeiro, a formação bem sucedida de estruturas de produção econômica e de organização, como as citadas anteriormente, é de suma importância para uma maior autonomia dos agricultores familiares, assim como para a produção diversificada, podendo assim haver melhor negociação na inserção em mercados e concorrência com as grandes agroindústrias, promovendo desenvolvimento local.

No Brasil, são várias as políticas públicas voltadas para a promoção de dinâmicas de desenvolvimento rural por meio da agricultura familiar. Segundo Sabourin,

Essas políticas são divididas em cinco grupos: i) políticas distributivas de apoio à produção (subsídios, créditos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA); ii) a política de irrigação da Secretaria de Recursos Hídricos; iii) as políticas sociais proporcionadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de luta contra a Fome – MDS (segurança social, aposentadorias rurais, Fome Zero, Bolsa-Família, aquisição de alimentos); iv) as políticas de regulamentação: do manejo dos recursos naturais, com o Ministério do Meio Ambiente, da administração dos mercados, com o Ministério da Indústria e do Comércio, da gestão de normas sanitárias, com o MAPA e; iv) as políticas de tributação com o Ministério das Finanças e Economia (Sabourin, 2009, pg. 150-151).

Com a divisão das políticas citadas anteriormente, percebe-se que atualmente no Brasil há uma grande preocupação com a produtividade, ganhos e promoção de mercados para os agricultores familiares. Essas políticas atuam como uma forma de amparo, subsídio e até mercado, porém ainda necessitam de alguns ajustes. Como instrumento de política agrícola, o PRONAF poderia ser um instrumento estratégico para um desenvolvimento regional menos desigual, dinamizado pela agricultura familiar. Entretanto, Nunes & Schneider (2012) cita que para isso este programa deveria se converter em projeto prioritário, integrado com as demais políticas de oferta e de demanda, a exemplo da política agrária (utilização da estrutura de assentamentos) e do PAA e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que apesar de possuírem poucos recursos, tem atendido o agricultor familiar na fase da comercialização, proporcionando a viabilidade e uma receita mais justa para a fase do processo de produção agrícola.

### 2.3 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA é uma política recente e tem como principal característica o foco na demanda. De acordo com Nunes *et al* (2012), logo no início do Governo Lula, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) passou a discutir as diretrizes que orientariam o Programa Fome Zero, e em 2 de julho de 2003, o PAA foi oficialmente instituído pela Lei nº 10.696, artigo 19 que diz: “Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas, à situação de insegurança alimentar e à formação de estoques”.

De acordo com Carniello *et al* (2010), a operacionalização do Programa começou sendo realizada pelo MESA (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome) e, com a sua extinção, passou a ser feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, em parceria com Governos Estaduais e Municipais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Um grupo gestor, coordenado pelo MDS e com representantes do Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e mais tarde o Ministério da Educação, faz o acompanhamento do Programa, definindo as normas para a sua implementação. Mesmo com a importância estratégica do Programa Fome Zero e o caráter interministerial do PAA, este é somente uma ação orçamentária entre muitas constantes na rubrica “abastecimento alimentar”, no Plano Plurianual do Governo Federal (2004/2007).

É importante destacar as inovações a partir da criação do PAA, como os preços de referência para a agricultura familiar e a aquisição de produtos diretamente da mesma, muitas vezes para abastecimento do mercado institucional, sem a necessidade de licitação. Carniello *et al* (2010) também afirma que o PAA caracterizou-se como um instrumento de garantia de renda e sustentação de preços aos agricultores familiares participantes dos projetos; fomentou a visão associativista e o cooperativismo, tendo em vista que grande parte dos seus instrumentos é trabalhada exclusivamente com grupos e organizações formais (especialmente para associações e cooperativas); promoção de segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais; formação de estoques estratégicos; melhoria da qualidade dos produtos da agricultura familiar, a partir do planejamento da produção e da relação direta produtor/consumidor; reforço à estruturação de circuitos locais e regionais de abastecimento, pois o PAA não é um pacote nacional e é flexível às peculiaridades regionais.

O PAA age em dois momentos importantes: produção e consumo. Segundo Muller (2007), por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os alimentos são comprados dos agricultores organizados em grupos formais, não podendo ultrapassar uma quantia limite de R\$ 3.500,00 por família, e entregues a instituições cadastradas, como escolas, creches, presídios, hospitais, etc., ou a populações propícias a insegurança alimentar como indígenas, quilombolas, etc.

Este Programa possui uma característica de política de desenvolvimento territorial dos anos 2000, e, conforme Nunes et al. (2012), representa uma temática muito importante até então ainda pouco tratada na literatura dos estudos rurais, pelos formuladores de políticas e pelos próprios agricultores familiares e movimentos sociais, que é a comercialização dos produtos da agricultura familiar intermediada pelo Estado.

Como apontado no gráfico 1, é notório a ação do PAA na região Nordeste do Brasil, porém é a região Sul a contemplada com a maior parte dos recursos financeiros. O programa atua diretamente na fase de comercialização da produção agrícola (foco na demanda), traçando um mercado para os produtos produzidos pelos agricultores familiares, completando as ações das políticas de crédito (com o foco na oferta), a exemplo do PRONAF.

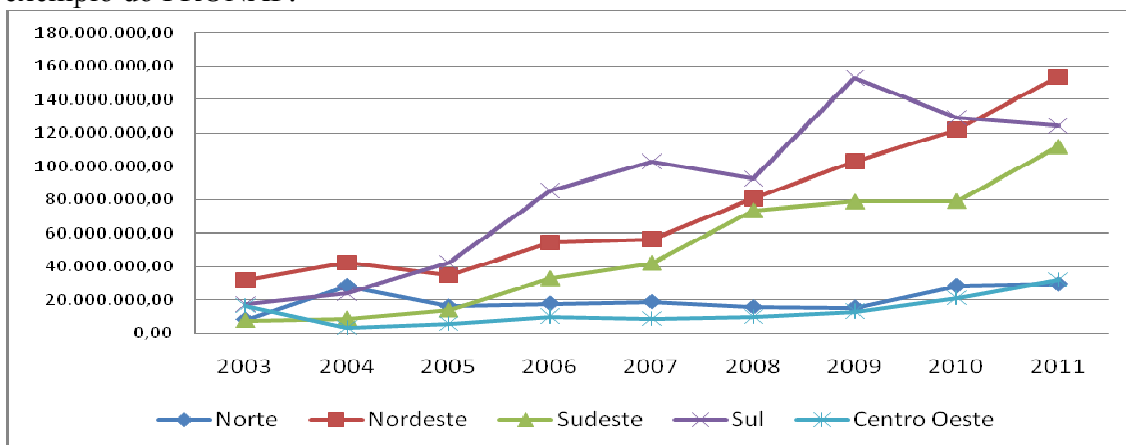


Gráfico 1: PAA: Distribuição de recursos (R\$) por região do Brasil no período de 2003 a 2011.

Fonte: SUPAF/GECAF/CONAB, 2012. Elaboração dos Autores.

A criação e implantação do PAA traz um novo cenário de inovação e de estímulo ao desenvolvimento territorial endógeno, no que se refere às políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

#### 4. METODOLOGIA

O método utilizado no presente artigo consistiu em um *estudo comparativo* para interpretar e explicar as ações da política pública PAA na comercialização agrícola, e sua contribuição para o desenvolvimento das formas de organizações coletivas da agricultura familiar nos municípios Apodi (RN) e Janduís (RN).

Quanto à definição da amostra, os dados de caráter descritivo foram retirados dos questionários correspondentes à pesquisa já sistematizada e desenvolvida em dez núcleos/municípios do estado do Rio Grande do Norte através do projeto “A construção de mercados para a agricultura familiar: processos e práticas da produção agroecológica e de comercialização solidária da Rede Xique-Xique”. Foram aplicados na pesquisa 175 questionários em Apodi e 13 questionários em Janduís, conforme tabela 1, aos agricultores vinculados a Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, no ano de 2011 tomando como referência o ano agrícola 2010.

Tabela 1: Universo e Número de Comunidades Pesquisadas por Dinâmica (Município) Estudada.

<b>TOTAL</b>	<b>APODI</b>	<b>JANDUÍS</b>
N = 188	N = 175	N = 13
Comunidades = 30	Comunidades = 24	Comunidades = 6

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2011.

Para o tratamento das informações coletadas na pesquisa de campo, os dados foram manipulados em ambiente SPSS® versão 16.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os municípios potiguares de Apodi e Janduís são dois dos doze núcleos integrantes da Rede Xique Xique e dois dos dezessete municípios do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). O município de Apodi (RN) encontra-se localizado na microrregião da Chapada do Apodi da mesorregião Oeste Potiguar. O município é um dos maiores do Território, possui uma área 1.602,480 Km<sup>2</sup> e 34.763 habitantes sendo, de acordo com dados do IBGE (2010), uma população rural composta por 52,15% e a urbana 47,85%. Para realização da pesquisa, foram estudados 175 estabelecimentos de agricultura familiar, sendo os mesmos pertencentes a 24 comunidades diferentes que fazem parte da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária<sup>3</sup>.

O município de Janduís (RN) está localizado no Oeste Potiguar, mais precisamente na região do Médio Oeste e, de acordo com o censo do IBGE do ano 2008 sua população era estimada em 5.569 habitantes em uma área territorial de 305 km<sup>2</sup>. A população rural é composta por 32,80% e a urbana 67,20%. Dentre os estabelecimentos caracterizados como da agricultura familiar, 13 fizeram parte da pesquisa e estão distribuídos em 06 comunidades que também fazem parte da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária.

<sup>3</sup>A Rede Xique Xique foi criada em 1999 por um grupo de mulheres, mas sua estruturação direta se deu cinco anos depois com a criação do Espaço de Comercialização Solidária na cidade de Mossoró no ano de 2004. A sua estrutura principal é constituída por cerca de 60 grupos produtivos distribuídos em 12 núcleos, tendo sido sistematizados pela pesquisa do projeto “A construção de mercados para a agricultura familiar: processos e práticas da produção agroecológica e de comercialização solidária da Rede Xique-Xique” apenas 41 grupos em 10 municípios, figura 1 (Dentre eles Apodi e Janduís), no estado do Rio Grande do Norte. A Rede se apresenta como uma experiência de diversificação da agricultura familiar que reúne tanto a prática de uma agricultura sustentável, esta baseada nos princípios da agroecologia, como a ação coletiva via organizações da Economia Solidária.

De acordo com dados do IBGE (2006), o Estado do Rio Grande do Norte possui 71.210 estabelecimentos caracterizados como da agricultura familiar, e a população urbana representa 72,5% sendo a população rural 27,5% do total. O estado é composto por 10 territórios de identidade denominados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) como Territórios Rurais e da Cidadania, onde dos 10, 3 territórios estão inseridos nas políticas dos territórios da cidadania: os territórios Sertão do Apodi, Açú-Mossoró e Mato Grande.

O PAA é uma política elaborada recentemente e faz parte de um projeto vinculado ao programa Fome Zero. O objetivo principal é garantir o acesso aos alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e, ainda, promover a inclusão social da agricultura familiar, através da aquisição de sua produção. O programa compra com recursos públicos, alimentos dos agricultores familiares enquadrados no PRONAF.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) (2012), o PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento do mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de diversos gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permitem aos agricultores que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos. O programa isenta os agricultores de licitação e compra os produtos a preços compatíveis aos do mercado regional. O programa é dividido em cinco modalidades e dentre as operacionalizadas no Rio Grande do Norte temos:

**Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF):** É uma operação que se realiza sempre após a colheita, possibilita a aquisição de alimentos da agricultura familiar, a preços de referência de produtores preferencialmente organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de atender carência alimentar e nutricional das pessoas. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00;

**Compra para Doação Simultânea (CPR Doação):** Promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais dos Municípios, resultando na dinamização da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Esta modalidade também é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais ou, por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), operacionalizada pela Conab com recursos do MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 4.500,00;

**Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR Estoque):** Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB com recursos do MDA e MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.

De acordo com Nunes *et al* (2012), a distribuição dos recursos executado via Superintendência Regional da CONAB (SUREG/RN) no Rio Grande do Norte iniciou as operações em 2003 com a modalidade de Compra Especial da Agricultura Familiar (CAEAF), Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) e a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), na época os principais desafios era dotar os agricultores de empreendimentos formalizados para a comercialização.

A modalidade CDAF, que atende contratos individuais, na prática funciona como reguladores de preços nos mercados locais, delimitando um preço que todos têm que praticar para tornar viável sua atuação junto aos agricultores familiares, tendo em vista que a CONAB estabelece preços mínimos como referência para a compra de produtos. Na tabela 2 é possível verificar o volume de recursos aportados no Rio Grande do Norte, entre 2003 e 2011.

Tabela 2: Recursos do PAA (R\$) por modalidade e agricultores atendidos no estado do RN de 2003 a 2011.

Ano	CPR Estoque	CPR Doação	CDAF	CAAF	CAEAF	Total de recursos
2003	-	-	198.585,07	1.877.596,37	700.421,80	2.776.603,24
2004	-	-	2.688.102,58	-	15.198,00	2.703.300,58
2005	458.857,50	-	315.877,61	-	-	774.735,11
2006	373.790,00	140.226,24	649.518,76	-	-	1.163.535,00
2007	376.729,20	1.057.047,68	561.818,12	-	-	1.995.595,00
2008	1.170.913,60	2.990.286,79	1.183.840,61	-	-	5.345.041,00
2009	1.458.388,70	4.114.408,15	437.064,15	-	-	6.009.861,00
2010	1.469.561,00	10.080.300,75	247.271,25	-	-	11.797.133,00
2011	793.984,80	17.595.997,20	-	-	-	18.389.982,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.102.224,80</b>	<b>35.978.266,81</b>	<b>6.282.078,15</b>	<b>1.877.596,37</b>	<b>715.619,80</b>	<b>50.955.785,93</b>

Fonte: Dados sistematizados pelos autores a partir dos Relatórios da CONAB, 2011.

As operações do PAA nas modalidades CAAF e CAEAF só ocorreram até o ano de 2004, pois os resultados não foram satisfatórios e houve altos índices de inadimplência. Em 2005 o estado sofreu com o atraso nos repasse dos ministérios, o que ocasionou uma diminuição no número de operações, além do orçamento do PAA depender de decisões políticas a nível nacional, no estado do Rio Grande do Norte impasses políticos também contribuíram para ocasionar a redução das operações. O ano de 2005 também é marcado com início das operações na modalidade Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR Estoque).

Em 2006 tiveram início as operações via Compra para Doação Simultânea (CPR Doação) e, como visto na tabela acima, R\$ 35.978.266,81 dos R\$ 50.955.785,93 do total obtido pelo estado junto ao PAA foi desta modalidade. Essa informação afirma a deficiência de infraestrutura de produção, pois para adquirir os produtos através desta modalidade não é necessariamente exigida a estrutura econômica e de organização. Os produtos são adquiridos do mercado (o dinheiro vem da União e se compra produtos nos mercados locais, mesmo os produtos sendo oriundos de outras regiões do país) e não diretamente da estrutura produtiva da agricultura familiar, os quais são distribuídos às populações em condições de insegurança alimentar.

No Rio Grande do Norte (RN) são atendidas escolas, creches municipais, instituições filantrópicas, hospitais e casas de saúde. A partir de 2006 verificou-se um acréscimo ano a ano no aporte de recursos nas operações de PAA, em especial, nas modalidades compra direta da agricultura familiar e CPR doação, especialmente esta última. Ressalta-se, que apesar de não precisar necessariamente de estrutura econômica e de organização, a modalidade CPR doação tem buscado estimular a diversificação produtiva nas comunidades rurais dos municípios do Estado.

De acordo com Nunes *et al*(2012), de 2003 a 2011 o Território Sertão do Apodi obteve R\$14.886.981,28 do total de R\$ 50.955.785,93 dos recursos do PAA obtidos pelo Rio Grande do Norte, atendendo diretamente 5.572 agricultores familiares, conforme mostra a tabela 3 abaixo. O município de Apodi obteve neste período o total de R\$ 7.961.219,15, atendendo a 3.068 agricultores familiares, sendo R\$ 4.041.408,62,



ou a maior parte das operações que correspondeu a 50,62%, através da modalidade CPR Doação. A participação da modalidade CPR Doação em Apodi demonstra que este município utilizou a outra parte, ou seja, 49,38%, em operações através das modalidades CDAF e CPR Estoque, as quais exigem estrutura econômica e de organização coletiva. Esse bom desempenho apresentado por Apodi sugere a presença neste município de uma significativa estrutura econômica e de organização coletiva. Historicamente Apodi tem apresentado forte identidade da agricultura familiar e, em função disso, possui expressiva concentração de assentamentos de reforma agrária e a presença de organizações coletivas, a exemplo de cooperativas, grupos, associações, redes, etc., além de uma quantidade considerável de unidades de produção familiar.

Tabela 3: Recursos do PAA (R\$) e agricultores atendidos no Território Sertão do Apodi (RN) de 2003 a 2011.

Sertão do Apodi	Total de Recursos (R\$)	Número de Agricultores
<b>Apodi</b>	<b>7.961.219,15</b>	<b>3.068</b>
Augusto Severo	801.915,85	275
Caraúbas	1.123.613,40	356
Felipe Guerra	464.484,20	102
Itaú	1.293.280,03	466
<b>Janduís</b>	<b>58.500,00</b>	<b>13</b>
Messias Targino	80.928,00	18
Patú	76.487,50	17
Rafael Godeiro	125.934,00	28
Rodolfo Fernandes	339.596,30	232
Severiano Melo	887.445,75	396
Triunfo Putiguar	130.497,00	29
Umarizal	295.253,60	73
Upanema	859.707,50	321
<b>Total</b>	<b>14.498.862,28</b>	<b>5.394</b>

Fonte: Dados sistematizados pelos autores a partir dos Relatórios da CONAB, 2011.

E é na estrutura de produção da agricultura familiar que Apodi se destaca na produção castanha de caju, de mel de abelha, polpa de frutas, hortifrutigranjeiros, arroz vermelho, ovinos e caprinos, artesanatos de palha e de outras matérias-primas, entre outros. Isso faz de Apodi uma interessante dinâmica de desenvolvimento rural, aonde o PAA chega para potencializar uma realidade já favorável para receber este instrumento de política agrícola. Como consequência, o PAA contribui para consolidar uma estrutura econômica e de organização existente, além valorizar via comercialização a produção de culturas tradicionais e contribuir para a diversificação da agricultura familiar, conforme quadro 1, e o fortalecimento de mercados locais e regionais. Para ter uma ideia, o arroz vermelho que antes do PAA era comercializado apenas por meio de atravessadores, com o acesso ao mercado institucional do PAA passou a receber reconhecimento de iguaria da culinária regional e sua inserção passou a ser uma realidade nos cardápios das creches, escolas e instituições filantrópicas. O mesmo vem ocorrendo com derivados de caprinos, a exemplo da carne e queijo, além de alimentos processados como polpa de fruta, castanha de caju, hortaliças, entre outros.

Diferente da realidade de Apodi, o município de Janduís ainda apresenta números baixos às operações realizadas junto ao PAA como a diversificação da sua agricultura familiar, conforme mostra a tabela 2. No período analisado de 2003 a 2011, o município operou apenas em 2011 obtendo R\$ 58.500,00 em uma única operação, justamente na modalidade CPR doação, atendendo a um grupo de 13 agricultores

familiares. Sugere-se, portanto, que a realidade de Janduís se justifica devido à ausência ou forte deficiência da estrutura econômica e de organizações coletivas, a exemplo dos grupos, associações e cooperativas, reduzindo a capacidade de produção e a diversidade dos produtos. Diferentemente de Apodi, que além de ser um dos pioneiros do Estado possui uma significativa estrutura econômica e de organizações coletivas, Janduís ainda é novo, pois iniciou as operações com o PAA em 2011, o que torna necessária a criação da sua estrutura econômica e de organizações para promover a diversificação da sua agricultura familiar.

Quadro 1 - Organização e Diversificação Produtiva em Apodi (RN) e Janduís (RN) DE 2003 A 2011.

Município	Organização	Produtos
<b>Apodi</b>	Colônia de pescadores: 01 Associações: 11 Cooperativas: 02	Mel, castanha, feijão, arroz, peixe, doces, polpa de frutas, carne e queijo caprino, e bovino, iogurte.
<b>Janduís</b>	Associação: 01	Carne bovina, queijo e peixe.

Fonte: Dados sistematizados pelos autores a partir dos Relatórios da CONAB, 2011.

O município de Apodi apresenta destaque no volume de operações no PAA e na diversificação da agricultura familiar. De acordo com o quadro acima se destaca a relação existente entre o número e nível de organização dos agricultores familiares nos dois municípios, com a diversidade da agricultura familiar através dos produtos comercializados.

Com a análise dos dados da pesquisa, no gráfico 2, verifica-se que em relação à maior parte da venda da produção vegetal, os dois municípios comercializam mais para os consumidores nas feiras agroecológicas semanais da Rede XiqueXique de Comercialização Solidária ou utilizam apenas para o próprio consumo (opção não vende). A venda de produção vegetal para o poder público (especialmente para o PAA) ainda é baixa em Apodi e inexistente em Janduís. Esses números confirmam o exposto no quadro acima.

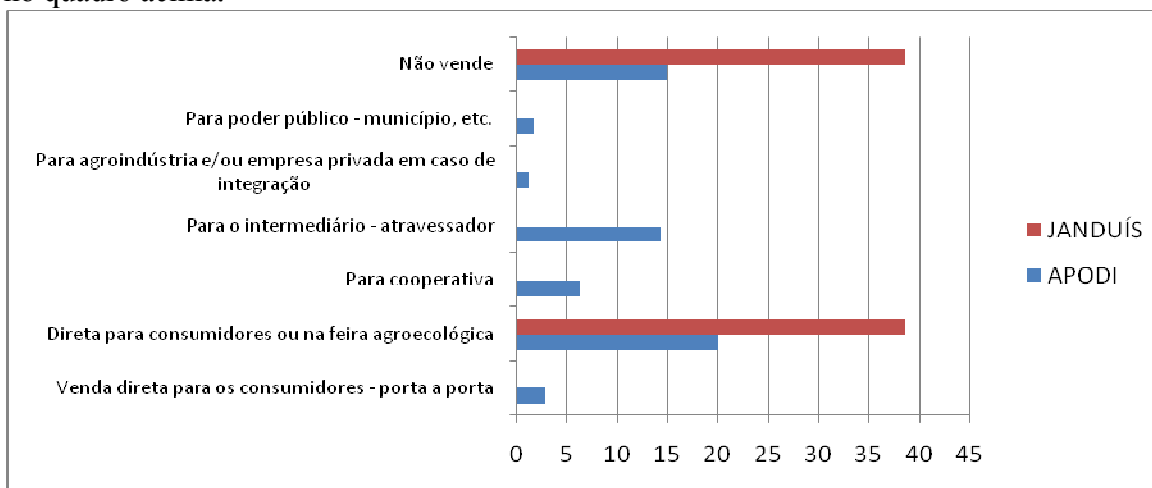


Gráfico 2: Comercialização da produção vegetal (%).

Fonte: Elaboração dos autores – Pesquisa de Campo, 2010.

Considerando a comercialização dos produtos da agricultura familiar de origem animal, os dados da pesquisa revelaram um resultado diferente do destino da produção vegetal. Conforme mostra o gráfico 4, em Apodi, 39% dos entrevistados responderam que vendiam a maior parte da produção animal para os atravessadores e 21% não vendem a produção, utilizando os produtos para o próprio consumo. Em relação à venda

para o PAA, Apodi não apresentou números, demonstrando um desafio no sentido de reduzir a ação do atravessador e intensificar e ampliar sua comercialização para o Poder Público e nas feiras livres semanais da agricultura familiar. O atravessador atua principalmente na compra de grandes animais, a exemplo de bovinos, equinos, além de pequenos animais vivos como ovinos, caprinos, suínos, aves e pescados. Já os produtos de origem animal *in natura*, como o leite, ovos, mel de abelha e carnes têm uma inserção maior nas feiras e também são utilizados mais para o consumo doméstico.

Neste ponto o município de Janduí apresentou um resultado diferente e oposto ao resultado de Apodi, ou seja, em torno de 38% dos agricultores familiares entrevistados responderam que comercializam a maior parte da produção animal nas feiras semanais e agroecológicas da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária. É importante ressaltar que o PAA apresentou um número significativo em Janduí, ou seja, 28% dos agricultores familiares entrevistados responderam que comercializam para o Poder Público (PAA). Como apresentado no quadro 1, o município de Janduí é forte na comercialização de produtos de origem animal para o PAA. Os mais vendidos, conforme quadro 1 acima, são carne bovina e peixe. Isso ocorre principalmente por causa dos grupos, unidades familiares e associações existentes no município que trabalham diretamente com estes produtos. No gráfico 3 abaixo, tem-se o resultado das formas de organizações existentes no município.

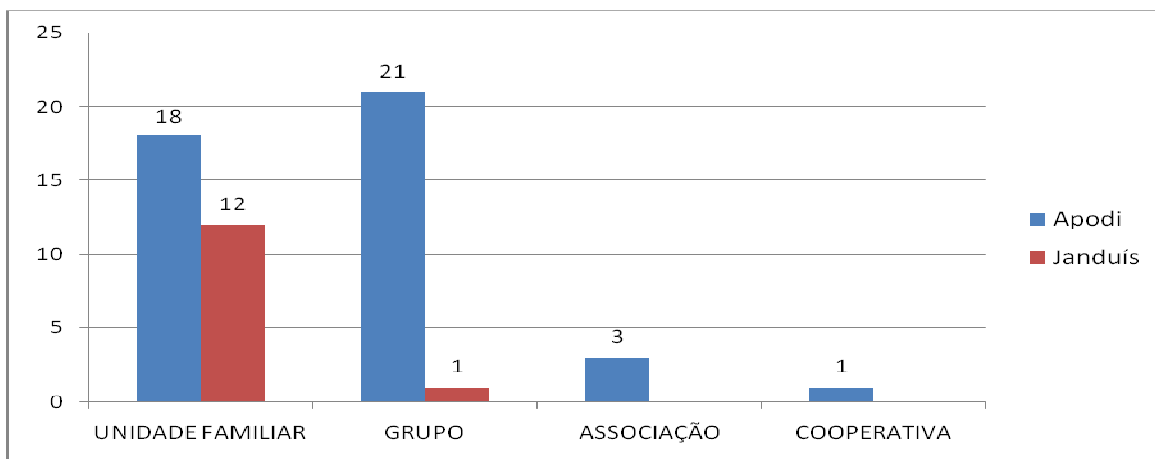


Gráfico 3: Tipos de Organizações.

Fonte: Elaboração dos autores – Pesquisa de Campo, 2010.

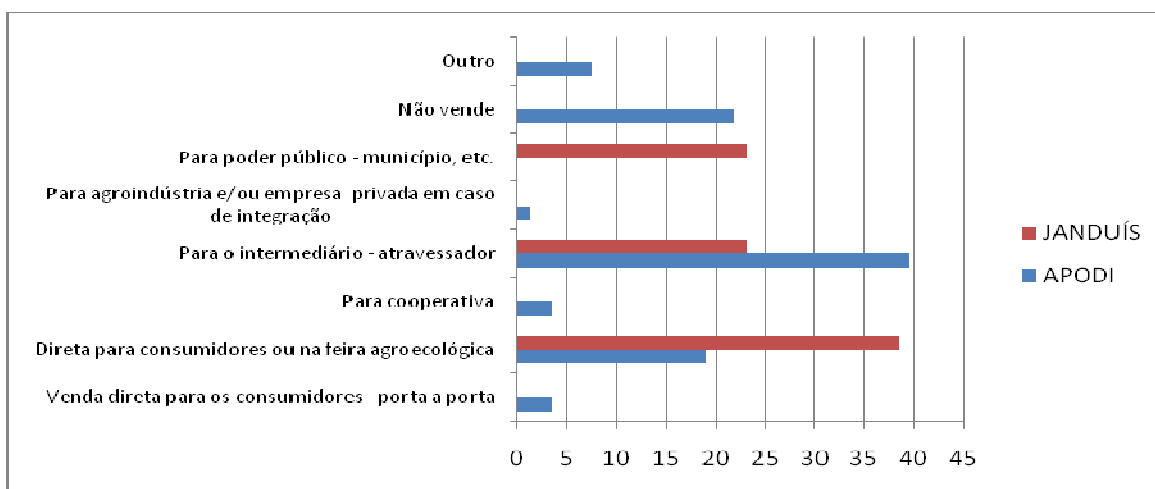


Gráfico 4: Comercialização da produção animal (%).

Fonte: Elaboração dos autores – Pesquisa de Campo, 2010.

Quanto às respostas dos agricultores familiares sobre para quem foi que vendido a maior parte dos produtos processados, ou da agroindústria familiar, a pesquisa revelou um cenário diferente dos dois anteriores. Conforme mostra o gráfico 5, em torno de 15% dos entrevistados em Apodi responderam que comercializaram seus produtos processados ou da agroindústria familiar para a cooperativa, 11% deles não vendem, utilizando para o consumo doméstico, e 9% destes vendem para o Poder Público (PAA), mostrando um diferencial e avanço quanto às operações de comercialização.

Em Janduís ainda é forte a venda nas feiras semanais agroecológicas da Rede XiqueXique de Comercialização Solidária, ou seja, cerca de 46% dos entrevistados responderam que comercializaram nesta feira. Isso ocorre principalmente por causa da predominância de unidades familiares no município, mostrando ser mais viável vender na feira ou para os atravessadores. Os atravessadores e o Poder Público apresentam um número considerável, ou seja, 15% do total de entrevistados responderam ter comercializado para uma das duas opções. Esses dados demonstram que o município de Janduís, em suas operações, tem revelado uma boa comercialização para o Poder Público (PAA), porém revela uma ausência e/ou deficiência significativa de diversificação da agricultura familiar, necessitando de estratégias capazes de construir e melhorar a estrutura econômica e de organização coletiva para gradualmente reduzir a comercialização para os atravessadores e ampliar para o PAA.

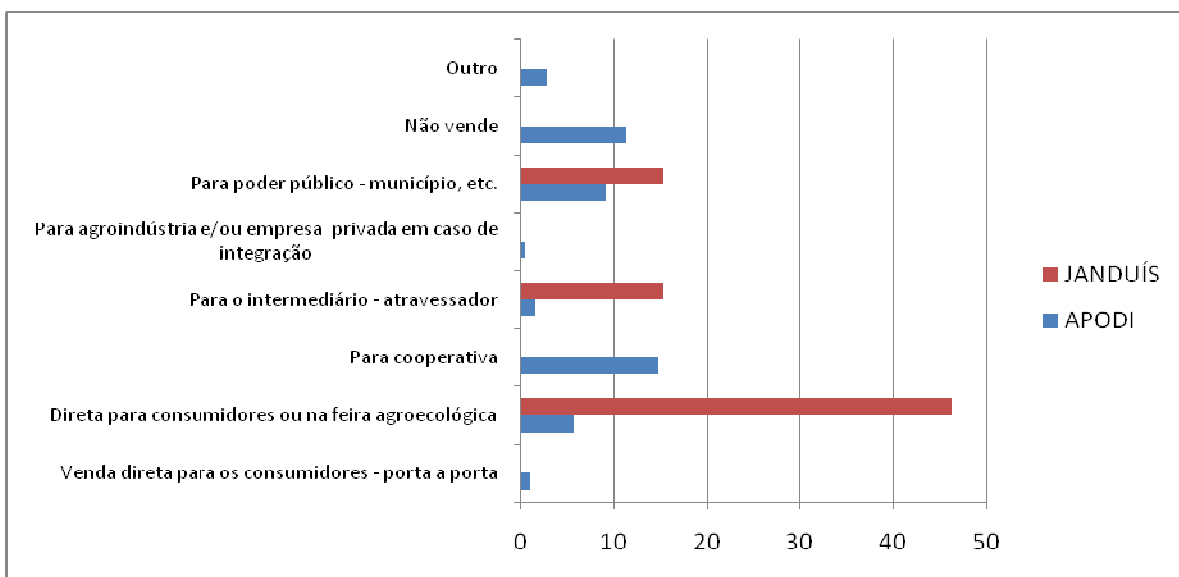


Gráfico 5: Comercialização dos produtos de transformação caseira (beneficiamento e/ou processamento no estabelecimento) ou da agroindústria doméstica (%).

Fonte: Elaboração dos autores – Pesquisa de Campo, 2010.

De acordo com os dados analisados, as ações do PAA não se apresentam tão intensas nos dois municípios. Essa realidade se dá principalmente por conta do pouco tempo de atuação do programa. É importante destacar que tanto em Apodi quanto em Janduís a modalidade predominante do PAA é a CPR Doação (ver tabela 1). Essa modalidade tem um elevado número de recursos aportados pelo PAA por conta da situação dos agricultores familiares. A maioria não tem uma estrutura produtiva organizada e as formas de organizações ainda estão se formando e organizando suas estruturas. A CPR Doação não é uma modalidade exigente, adequando-se as duas realidades.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos abordados nesse trabalho, ou seja, as ações de instrumentos de política agrícola com foco na demanda na agricultura familiar buscaram interpretar e explicar as ações do PAA na comercialização agrícola, e sua relação com desenvolvimento das formas de organizações coletivas da agricultura familiar nos municípios de Apodi (RN) e Janduís (RN). Foram, ainda, procuradas explicações para o desempenho de ambos quanto ao acesso a política, revelando uma diferenciação entre os dois, ou seja, Janduís apesar de ser um município de menor porte obteve mais sucesso com o PAA, principalmente na modalidade CPR doação.

Nota-se, portanto, que os impactos das ações dos instrumentos de política pública PAA na comercialização agrícola, e sua contribuição para o processo de diversificação econômica e de organização coletiva da agricultura familiar nos municípios de Apodi (RN) e Janduís (RN) se deu de forma desigual, demonstrando também que o PAA tem se mostrado um instrumento interessante para o desenvolvimento dos agricultores familiares, principalmente para os do Nordeste que sofrem com a falta e deficiência de mercado e com os baixos preços oferecidos pelos atravessadores.

É importante destacar que este trabalho direcionou para uma análise comparativa do PAA em dois núcleos da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária. As análises da comercialização dos produtos de origem vegetal, animal e de produtos processados ou da agroindústria familiar, revelam uma realidade preocupante em relação às ações do PAA nos dois municípios. Apesar de crescente em alguns tipos de produtos como os de origem animal em Janduís e os da agroindústria familiar ou processados em Apodi, o programa ainda tem ação reduzida nesses municípios que pode ser ampliada, pois a ação dos atravessadores ainda é bem evidente. Ainda existem dificuldades e desafios a serem superados. Uma maior disseminação do cooperativismo nos municípios para fortalecer o arranjo institucional e produtivo entre os agricultores familiares e os mercados para ampla divulgação do programa.

Isso demonstra a necessidade de apoio para a evolução das diferentes formas de organizações, pois são elas as principais vias para o acesso dos agricultores familiares nas operações do PAA.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2ª Ed. – São Paulo: Editora Unicamp, 1998.

CARNIELLO, M. F. *et al.* **A contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a agricultura familiar de Rondônia**. Revista Sociedade e desenvolvimento rural online, v.4, n. 2, Set – 2010. ISSN 1981-1551.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. – 4ª edição – Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 set. 2012.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: conceito e medida**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, Set/Dez – 2004.

NUNES, Emanuel Márcio. **Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste: as dinâmicas regionais e diversificação da agricultura familiar no Pólo Açu–Mossoró (RN)**. Trabalho de conclusão de curso (doutorado), Faculdade de Ciências Econômicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PLOEG, J. D. Van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era de globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <  
[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)> Acesso em: 15 jan. 2013.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRGS, 2009.

SDT. **Secretaria de Desenvolvimento Territorial**. Disponível em: <  
<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/>> Acesso em: 18 jan. 2013.

SILVA, Vilmar. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como fomentador da diversificação e a agregação de valor na agricultura familiar**. Revista espaço acadêmico, n. 117, Fev – 2006. ISSN 1519-6186.

Território Entre Rios, desenvolvimento territorial – PTDRS e PROINF.

Rosemberg Batista de Araújo<sup>1</sup>

Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães dos Santos<sup>2</sup>

## Resumo

Neste artigo faz-se um breve debate sobre desenvolvimento e desenvolvimento territorial: Caballero-Arias (2007), Sardan (1995) e Pecqueur (2005). A partir desse debate apresenta-se o processo de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. Em seguida como o processo de definição de projetos com recursos do PROINF no Colegiado Territorial do Entre Rios no período de 2003 a 2010. Os dados permitiram constatar que o processo de construção do PTDRS permitiu um maior conhecimento por parte dos atores envolvidos sobre o território, mas o plano se apresenta de forma generalizante e sem recursos garantidos para sua execução. Com relação os projetos em termos de execução a maioria não foi executada, mas em termos de processo pode-se observar aprendizagens dos atores sociais envolvidos.

Palavras Chaves:

Território Entre Rios, Desenvolvimento, Ação Pública

## 1. Introdução

O Território Entre Rios, desde 2003, é parte do Programa Nacional de Desenvolvimentos dos Territórios Rurais – PRONAT, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Este território é composto de 31 municípios, localizado no centro norte do Estado do Piauí. O PRONAT motivou a constituição de uma instância de gestão: Colegiado Territorial, composto de membros da sociedade civil e do poder público dos municípios e de representação de caráter territorial e estadual, respeitando a paridade numérica entre estes dois segmentos.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia – PPGSA/UFGA, Técnico em Assuntos Educacionais da UFGA. Endereço: Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica Campus Guamá, 66075900 - Belém, PA – Brasil.

<sup>2</sup> Professora Adjunto da Universidade Federal do Para, vinculada ao Núcleo Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA/NCADR); Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/NUMA). É pesquisadora colaboradora do Laboratório CERAL (Centre d'Etudes et de Recherches sur l'Action Locale) da Universidade Paris 13 (França). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Campus Guamá, 66075900 - Belém, PA – Brasil.

Neste espaço são realizadas as discussões, os debates e proposições de ações com vista ao desenvolvimento do Território.

Neste sentido, uma ação significativa do Colegiado Territorial foi o processo de definição dos recursos do PRONAF Infraestrutura ou PROINF, que passaram a ser atribuição desta instância com o PRONAT.

Neste artigo começamos fazendo um breve debate sobre desenvolvimento territorial, depois apresenta-se o processo e comentários sobre o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, em seguida como o processo de definição de projetos com recursos do PROINF no Colegiado Territorial do Entre Rios no período de 2003 a 2010.

Uma questão importante é que trabalha-se com a perspectiva de Pierre Lascoumes e Patrick Gales (2010) que preferem usar o termo ação pública em vez de políticas públicas, pois com esse termo permite-se compreender e destacar a diversidade de atores e situações envolvidos no processo.

## **2. Desenvolvimento um breve debate.**

Desenvolvimento possui múltiplos significados e está relacionado com perspectivas econômicas, sociais, culturais e políticas de cada época. Durante a maior parte do século XX, desenvolvimento foi visto como crescimento econômico, modernização e industrialização, tendo como agentes mobilizadores e executores, nos países chamados de terceiro mundo, os Estados Nacionais e as agências de desenvolvimento internacional. Essa perspectiva de desenvolvimento privilegiou o econômico. É um modelo pensado e imposto pelos países desenvolvidos como destaca Caballero-Arias (2007, p. 139): “Esta, se ha realizado de fuera hacia adentro, sin participación o consentimiento de las comunidades rurales y sin tomar en cuenta los conocimientos locales”.

Desse modo, as agências internacionais de desenvolvimento, em geral, construíam projetos que deviam ser válidos para todos os países subdesenvolvidos, não compreendendo a diversidade sociocultural e econômica dessas realidades. Além de considerar que modelo válido para os países desenvolvidos pode ser reproduzido em todos os outros lugares, Verhelst (1990) ressalta que os projetos de desenvolvimento, na sua maioria, não possuem como referência na sua elaboração o contexto cultural, este entendido como o modo de vida das pessoas, suas relações com o ambiente natural e social.

Sardan (1995) ressalta que os projetos de desenvolvimentos são pensados a partir da representação que os técnicos possuem dessas populações que serão beneficiadas, sendo que na maioria das vezes essa visão é estereotipada, ou seja, não corresponde à realidade dos



grupos. Considera-se essa questão significativa, pois os projetos elaborados pelos órgãos de planejamento do Brasil, na maioria das vezes, são construídos com base na visão que determinada instituição possui sobre os problemas que pretende resolver. Essas propostas possuem um caráter generalizante no sentido que deverão ser válidas para diversos grupos do país. Nesse sentido, um desafio no âmbito dos órgãos centrais é a elaboração de projetos abertos, com linhas gerais, mas que num segundo momento passariam por adaptações, com a participação dos atores sociais envolvidos de forma a incorporar o contexto sociocultural destes.

A partir desta discussão, são propostas novas formas de desenvolvimento, que incorporem uma visão mais complexa da realidade e das necessidades dos diversos grupos sociais, que tenham uma preocupação com a reprodução do grupo em todos os sentidos e com a sustentabilidade ambiental.

Esse novo modelo de desenvolvimento é pensado como um processo, no qual atores sociais envolvidos participam das definições, execução e gestão das ações públicas e não como uma intervenção do Estado que objetiva mudanças numa realidade problemática (CABALLERO-ARIAS, 2007; LASCUMES e GALÉS, 2010).

Ainda sobre a discussão dessa nova forma de desenvolvimento, Caballerro-Arias (2007) destaca que alguns termos como participação, capital social, sustentabilidade, têm se tornado frequentes, e que, para alguns gestores das ações públicas, a simples inclusão dos termos no projeto já garantiria o mesmo como uma proposta alternativa. Nesse sentido, postula-se aqui a necessidade de analisar o processo de execução e a efetivação das ações que tenham como referência essa forma de desenvolvimento e não seus projetos, bem como os atores que as impulsionam, em que direção quais grupos estão sendo por elas beneficiados. Todos estes elementos são fundamentais para se compreender essas ações.

Uma abordagem que tem se destacado, neste contexto, é a territorial. Segundo Pecqueur (2005, p. 13), desenvolvimento territorial “designa todo um processo de mobilização que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação com uma cultura e um território”. Segundo este autor, o desenvolvimento territorial não pode ser implantado por decreto, mas é uma ação, uma construção coletiva, dinâmico, e inserido no tempo. Assim, políticas públicas podem contribuir, estimular e mobilizar agentes para o desenvolvimento territorial. Também é uma estratégia de adaptação ao processo de globalização, bem como uma estratégia de potencialização das capacidades produtivas locais, como forma de diferenciação dos vizinhos antes de entrar na concorrência com outros territórios.

Ainda segundo Pecqueur (2005, p. 13-15), os sistemas de atores podem se organizar de diversas formas. A ação territorial tem como característica principal a inovação, esta compreendida como a descoberta de potencialidades, de recursos novos e não apenas a otimização de recursos pré-existentes. Com relação aos recursos, o mesmo autor trabalha com a ideia de recursos específicos que “nascem de processos interativos”, como “estratégias de atores para resolver um problema inédito”, a partir de trocas, por meio de normas e costumes.

## **2. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDRS do Entre Rios**

No Entre Rios, A SDT/MDA incentivou a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, este plano pretende ser uma proposta de desenvolvimento para o território, elencando os limites, potencialidades e destacando projetos considerados estruturantes para o desenvolvimento territorial.

A primeira versão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável foi elaborada entre 2005 e 2007. Define-se que o plano adotou uma metodologia participativa para sua construção, considerando que houve a participação dos membros do Colegiado no processo, por meio das assembleias onde foram apresentados os diagnósticos e onde foram decididos os projetos prioritários para o Território Entre Rios. Considera ter adotado uma concepção de desenvolvimento territorial sustentável.

O PTDRS indicou como cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento do Território: a) fruticultura<sup>3</sup>; b) horticultura<sup>4</sup>; c) apicultura<sup>5</sup> e d) ovinocaprinocultura<sup>6</sup>, destacando atividades e resultados esperados para cada uma destas atividades produtivas.

Com relação a essa primeira versão do PTDRS, tem-se um destaque significativo à economia rural, tratando os outros setores de forma marginal. Dessa forma, mantém-se a setorialidade, pois, concentra-se basicamente nas atividades agropecuárias para o desenvolvimento do território. Mesmo considerando que, com exceção de Teresina, a maioria dos municípios do território possui a predominância destas atividades econômicas, não apresentar outras atividades produtivas desenvolvidas no território torna o plano limitado. Nesse sentido, pode-se considerar que o PTDRS não constrói uma proposta de desenvolvimento territorial consistente com o referencial utilizado.

O diagnóstico, apresentado nessa versão do PTDRS, possui caráter geral e

---

<sup>3</sup> Cultivo de frutas, no caso do Território Entre Rios, destacam-se o cultivo de frutas voltadas para a produção de polpas.

<sup>4</sup> Cultivo de hortaliças.

<sup>5</sup> Apicultura é a criação de abelhas para produção de mel, cera, própolis, geleia real, pólen e veneno.

<sup>6</sup> Criação de caprinos ou ovinos.

simplificado sobre o território, centrado em dados secundários construídos por instituições oficiais (IBGE, CEPRO), com pouco aprofundamento sobre as relações socioculturais tanto no sentido de perceber as semelhanças quanto às diversidades. No contexto político organizacional, simplesmente, cita as organizações da sociedade civil, alguns movimentos e sindicatos, sem perceber as relações entre esses e ao mesmo tempo sem destacar as diversas forças políticas presentes do território.

Continuando o processo de descrição do PTDRS, apresenta-se agora o processo de reformulação que começa em junho de 2009. Assim como na primeira versão, considera que trabalha com uma perspectiva participativa, pois, nos eventos propostos para reformulação do plano, conta com a participação de representantes do poder público e da sociedade civil.

Em 2009, houve uma primeira assembleia para apresentar o diagnóstico sobre o Território para que o Colegiado e Conselho Territorial<sup>7</sup> pudessem avaliar, apresentar sugestões e aprova-lo. Essa assembleia teve também o objetivo de eleger áreas prioritárias para o território, considerando, nesse caso, o diagnóstico, que contaria com uma discussão num evento específico, com facilitador da área escolhida, para uma maior complexificação da questão. No caso do Entre Rios, foram eleitas três áreas: educação, humanização da saúde e assistência técnica rural. Esses eventos aconteceram em 2010.

Durante o ano de 2011, aconteceu outra assembleia territorial para planificação, momento de pensar os projetos para o território. Foram propostos eixos temáticos de desenvolvimento, programas e projetos estratégicos. Primeiramente, para cada eixo foi proposta uma visão de futuro (como seria a forma ideal do eixo no território, num futuro próximo). A partir desta visão, foi sistematizada a planificação, quadro com eixos temáticos e programas abaixo.

O processo de elaboração devia ser concluído em um ano, mas começou em 2009, e até o primeiro semestre de 2012, não foi lançado o documento oficial, estando previsto o lançamento para o segundo semestre de 2013. A principal causa é a morosidade decorrente da execução dos convênios de custeio. Atualmente, está passando por uma revisão ortográfica e trabalhos gráficos.

A partir do lançamento do PTDRS, o grande desafio destacado será torná-lo referência para os diversos órgãos de governo em suas intervenções no território, pois o plano apresenta o diagnóstico, as áreas prioritárias, programas e projetos, mas não possui garantia orçamentária para execução.

---

<sup>7</sup> Como este novo plano pretende ser único para o Território Entre Rios, as duas instâncias territoriais são chamadas para participar em conjunto, pois, também é uma parceria em a SDT/MDA e a SEPLAN.

**Quadro:** Dimensões, eixos temáticos e programas da proposta de PTDRS

Dimensões	Eixos temáticos	Programas
Ambiental	Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental	Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais
Sociocultural e educação	Saúde e Saneamento Ambiental	Saúde preventiva Ampliação da atenção básica em saúde Fortalecimento da gestão em saúde Universalização do saneamento ambiental
	Educação	Formação processual de docentes e dos profissionais de serviço e apoio escolar Fortalecimento da gestão educacional Qualificação da educação básica Infraestrutura física e recursos pedagógicos
	Cultura, Esporte e Lazer	Descentralização da cultura, esporte e lazer
Econômico e Produtiva	Desenvolvimento e Qualidade de Vida	Infraestrutura para o desenvolvimento Capacitação para o desenvolvimento Consolidação da reforma agrária Fortalecimento da organização produtiva e comercialização Inclusão das mulheres, jovens e idosos
Político Institucional	Democratização da gestão pública	Modernização da administração pública Fortalecimento da gestão social

Olhando para a proposta do plano atual, verifica-se um diagnóstico mais completo das relações presentes no território, não destacando só dados econômicos, mas apresentando outros dados significativos das diferentes dimensões para a compreensão da realidade territorial: geográfica (características físicas), social (educação, saúde, cultura), ambiental, econômica e política. A partir do diagnóstico e análises, é proposta uma visão de futuro para os diversos setores no território e nessa direção são propostos programas de projetos correspondentes. Essa proposta de PTDRS apresenta uma visão mais complexa de desenvolvimento territorial, pois não é um plano que traça objetivos basicamente econômicos e voltados para as atividades agrícolas, mas é um plano que propõe atividades para as diversas dimensões, sem desconsiderar o contexto econômico e as atividades rurais.

Todavia, ainda merece destaque a forma generalizante com que é apresentada a planificação: são apresentados programas gerais e alguns projetos sem detalhes e, sobretudo, sem garantia de execução, pois o plano não apresenta recursos. Assim, a execução dependerá de acordos políticos futuros entre o Colegiado Territorial e as diversas esferas de governo. Para isto, é necessário um Colegiado Territorial fortalecido e que esta ação pública se torne efetiva.

Cabe destacar, todavia, como foi comentado por alguns membros do colegiado e técnicos envolvidos, que o processo de discussão dos planos permite ao Colegiado Territorial um maior conhecimento sobre as potencialidades e limites econômicos, relações sociais, culturais e políticas do Território, ou seja, permite um conhecimento mais profundo do Território, por parte dos membros do colegiado e técnicos envolvidos.

#### **4. PROINF no Entre Rios.**

Como destacado acima, os recursos do PROINF foram inseridos no PRONAT e sua aplicação é definida pelos Colegiados territoriais. Esses recursos são a principal fonte de investimento do MDA/SDT, e estão inseridos na estratégia de desenvolvimento territorial via PRONAT (resolução nº 37 do CONDRAF, a qual estabelecia que a linha de atuação do PRONAF Infraestrutura atuasse como suporte ao desenvolvimento dos Territórios Rurais e apresentasse outras regras para a definição dos projetos). Segundo as orientações da SDT/MDA, os recursos do PROINF devem ser aplicados em projetos de investimentos (75% - considerando a definição de projetos de comercialização, apoio a grupos prioritários – mulheres, quilombolas, indígenas), projetos de construções diversas, compras de equipamentos, veículos e outros e de custeio (25%), projetos que envolvem as assembleias do colegiado e outras reuniões, podendo também incluir atividades de capacitação, formação e voltadas para a gestão dos empreendimentos. Isso até 2010. A partir de 2011, o Colegiado Territorial apresenta proposta de projeto só para ações de investimento.

Com relação aos valores destinados a cada território, pode-se observar o aumento dos valores de 2003 a 2010 e depois disso houve um declínio nos valores, conforme tabela abaixo:

**Tabela:** Valores do Proinf 2003 a 2012

Ano	Valores (em reais)
2003 – 2005	300.000,00
2006 – 2007	400.000,00
2008 – 2010	1.200.000,00 (Territórios da Cidadania) 600.000,00 (Territórios de Identidade)
2011	300.000,00
2012	550.000,00 (Territórios Brasil Sem Miséria) 400.000,00 (Territórios da Cidadania Norte) 350.000,00 (Demais Territórios)

Uma questão que se mostra é que no período de 2008 a 2010, os recursos do PROINF têm um aumento considerável, enquanto Território englobado pelo PTC, fato que se mostrou como diferencial entre os Territórios de Identidade, somente apoiados pela SDT e Territórios da Cidadania. E depois, em 2011 e 2012, o declínio considerável de recursos, o que mostra o enfraquecimento da ação em âmbito de prioridade de Governo.

A definição dos projetos a serem priorizados e depois executados com recursos do PROINF, nos anos de 2003 a 2005, foi discutida pela Comissão Provisória de Implantação do Colegiado Territorial – CIAT –, e, a partir de 2006, com a implantação do Colegiado Territorial, por esta instância.

Com relação ao momento inicial, é importante destacar as dificuldades de todos os atores sociais envolvidos de começar um processo de implantação de uma ação pública pela definição de projetos, pois as primeiras reuniões, além de apresentar a proposta do MDA que ainda estava se construindo, tinham como objetivo definir quais os projetos seriam executados com os recursos do PROINF:

Observa-se no primeiro momento uma simples divisão dos recursos entre os municípios, cada um buscando “levar algo para seu município”, considerando que tanto os técnicos como os representantes das instituições na CIAT não possuem elementos para fazer uma discussão sobre o desenvolvimento territorial e sobre os próprios projetos, analisando viabilidade econômica, social, mesmo que o recurso destinado para cada projeto fosse suficiente para sua execução. Nesse momento inicial, não há uma proposta de desenvolvimento territorial por parte dos técnicos do Estado responsáveis e mesmo do processo de execução de uma intervenção pública. Tem-se a simples discussão dos recursos do PROINF com a participação de segmentos do poder público e sociedade civil, o que já acontecia nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR. (ARAUJO, 2002) Mas, sem uma proposta de desenvolvimento, são projetos que teoricamente seriam viáveis, mas que se mostraram inviáveis e muitos estão parados como se apresentará abaixo.

Com a constituição do Colegiado Territorial e a realização de Oficinas Territoriais ou Estaduais de caráter formativo, parece ter havido uma maior compreensão sobre o processo de constituição de uma ação pública. Nesse momento, começou-se a perceber que muitas obras que tinham sido propostas ainda enquanto CIAT não tinham sido executadas e as que estavam executadas não estavam funcionando. Começou-se a pensar nos motivos para essa situação e ao mesmo tempo foi proposta uma forma de discussão dos projetos do Proinf que pudesse limitar esta questão.

Nesse sentido, foram propostos os seguintes passos para a discussão dos projetos no

Colegiado: nas reuniões do Núcleo Diretivo, é apresentado o manual do ano do PROINF, valores e prazos; o ND, em conjunto com o Assessor Territorial e a ONG que possui os recursos do Território montam o calendário das atividades, as Oficinas de Aglomerado e a Assembleia Final. Nas oficinas de aglomerado, novamente, são apresentadas as principais regras desse Programa. Os membros do Colegiado Territorial do Aglomerado presentes apresentam as propostas de projetos. Estes são discutidos, considerando a viabilidade econômica, social e de gestão (matéria prima, organização que ficará responsável e pessoas envolvidas) e há uma primeira priorização de projetos em cada aglomerado. Cada projeto, aprovado nas oficinas de aglomerado, vai ser melhor trabalhando, pelos proponentes, até a apresentação na Assembleia Territorial. Nesta, serão priorizados os projetos do Território para aquele ano e são apresentados novamente os projetos aprovados nas Oficinas de Aglomerado. Neste momento, são solicitados, além da proposta básica, no caso de construção, documentos do terreno, disponibilidade de água e energia. Considerando estes elementos, o Colegiado Territorial prioriza os projetos. Os projetos aprovados no Colegiado são acompanhados pelo Núcleo Diretivo e Núcleo Técnico. Depois de sistematizado num padrão técnico, conforme indicação da SDT/MDA e CEF, são encaminhados para o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável para serem apreciados. Dependendo da análise, são pedidas alterações e são aprovados. Os projetos aprovados no Conselho Estadual são encaminhados para a SDT, que também analisa a proposta e pode pedir alterações. Caso não haja pendências, são encaminhados para a contratação na Caixa Econômica Federal. Esta chama o responsável pela execução, indicado pelo Colegiado, para a contratação, empenho e depois liberação dos recursos. Quando há pendência, dependendo desta, é encaminhado ou para o proponente, quando é uma questão de correção técnica; ou para o Colegiado quando não está de acordo com as exigências propostas pelo MDA/SDT.

Os executores dos projetos do Proinf são sempre órgãos públicos de caráter municipal, regional, estadual ou federal. Inicialmente, de 2003 a 2005, os projetos ficaram a cargo da Secretária de Desenvolvimento Rural do Estado, que, no primeiro momento, era o órgão responsável pela implantação do PRONAT no Estado. Diante de inúmeras pendências, principalmente, em 2005, quando todos os projetos não foram contratados e da morosidade na execução dos projetos, o Colegiado Territorial deliberou que os projetos passassem a ser executados pela EMATER – PI, ficando esta responsável pelos projetos de 2006 a 2008. Nos últimos anos, tem-se pensado e proposto alternativas para execução dos projetos, considerando que este órgão estava apresentando os mesmos problemas para efetivação dos convênios. A partir de 2009, tem-se buscando órgãos federais, outras Secretarias de Estado ou

Prefeituras Municipais para a execução dos projetos, mas, a realidade não se alterou, pois continuam a apresentar os mesmos problemas para a contratação ou execução, com um agravante: as prefeituras permanecem, em muitos períodos do ano, inadimplentes com o Governo Federal, o que impossibilita a contratação de projetos.

**Tabela:** PROINF Entre Rios – Projetos e Recursos, 2003 a 2011

Ano	Executado (R\$)	Em andamento (R\$)	Cancelado/não contratado (R\$)	Total (R\$)
2003	554.410,00	---	100.888,00	655.298,00
2004	491.360,72	----	39.498,25	530.858,97
2005	---	----	352.500,00	352.500,00
2006	140.000,00	----	224.951,00	364.951,00
2007	158.375,00	---	371.680,00	530.055,00
2008	----	137.000,00	596.000,00	733.000,00
2009	----	290.000,00	620.000,00	910.000,00
2010	---	455.400,00	507.233,79	962.633,79
2011	---	100.000,00	200.000,00	300.000,00
<b>TOTAIS</b>	<b>1.344.145,72</b>	<b>982.400,00</b>	<b>3.012.751,04</b>	<b>5.339.296,76</b>

**Tabela 08:** PROINF Entre Rios – Projetos e Recursos, 2003 a 2011, executores

Executor	Executado (R\$)	Em andamento (R\$)	Cancelado/não contratado (R\$)	Total (R\$)
<b>SDR</b>	1.045.770,72	---	532.886,25	1.578.656,97
<b>EMATER</b>	120.000,00	---	720.680,00	840.680,00
<b>PREFEITURAS</b>	178.375,00	882.400,00	1.254.184,79	2.314.959,79
<b>CONAB</b>	--	----	395.000,00	395.000,00
<b>FUNDAC<sup>8</sup></b>	---	----	110.000,00	110.000,00
<b>Sec da Cidades</b>	---	100.000,00	----	100.000,00
<b>TOTAIS</b>	<b>1.344.145,72</b>	<b>982.400,00</b>	<b>3.012.751,04</b>	<b>5.339.296,76</b>

Olhando para as duas tabelas, podem-se perceber três situações: a) projetos executados, b) não executados e c) em andamento.

<sup>8</sup> Fundação Cultura do Piauí, órgão do Governo do Estado responsável pelo fomento as atividades culturais no Estado, bem como, a administração e manutenção dos espaços culturais.



Com relação aos projetos executados, tem-se a aplicação de R\$1.344.145,72, o que corresponde a um pouco menos de 26%. Destes, tem-se duas situações: a) projetos executados e funcionando, b) projetos executados e não funcionando, o que será trabalhado na subseção seguinte.

Com relação aos projetos executados que estão funcionando, estes são, em geral, relativos à aquisição de equipamentos, como carros, motos e equipamentos de informática, de georreferenciamento para os escritórios municipais da EMATER – PI, SDR ou outras instituições que tenham como público alvo os agricultores familiares, como ONG, no caso a EFPT, que recebeu um veículo. Com relação a equipamentos, destaca-se a Câmara Fria comprada para a Cooperativa Frutos Daqui de Jose Freitas, que produz polpas de diversas frutas, sendo essa uma ação que já existia e o projeto da Câmara Fria veio potencializar sua atuação.

Em relação aos projetos em andamento, tem-se cerca de 14% dos recursos ainda para serem executados, o que depende da atuação dos membros do colegiado no acompanhamento para execução e depois funcionamento dos mesmos.

No que tange aos não executados, tem-se a não aplicação em projetos no Território Entre Rios, no período de 2003 a 2011 de mais de 3 milhões de reais, o que corresponde a quase 60% do total. O fato perceptível, a partir da tabela 08, é que a mudança de executor não tem representado uma mudança no quadro de execuções das propostas, pois a EMATER – PI, que substituiu a SDR, teve uma execução inferior a esta, com uma porcentagem acentuada de devolução de recursos. Fato não muito diferente dos projetos que tinham como executor as prefeituras. Com a CONAB, devido a questões burocráticas e de um corpo técnico qualificado na condução das atividades, não se conseguiu contratação. A FUNDAC iria construir um centro de referência afropindorâmico, mas também não contratou o projeto. Dos órgãos responsáveis pela execução, quem mais executou foi a SDR, com uma morosidade significativa: projetos sendo entregues dois, três anos, depois de deliberados no Colegiado Territorial. As Prefeituras Municipais e EMATER – PI tiveram uma execução pouco significativa, mesmo contando com maior volume de recursos.

O Colegiado Territorial sempre considerou que os valores do PROINF eram insuficientes para as demandas do Território, mas quando se considera a execução, pode-se perceber que mesmo esses escassos recursos não foram executados, o que tem tornado um PROINF um desmobilizador do PRONAT no Entre Rios, situação não diferentes dos outros Territórios no Estado do Piauí (LIMA, 2010).

A principal justificativa apresentada para a não execução dos projetos é a falta de

corpo técnico, nos órgãos executores, que possam operacionalizar esses projetos. Com relação a essa questão, destaca-se o ano de 2005, durante o qual os projetos não foram nem contratados pela SDR, pois, os mesmos não apresentaram a documentação inicial necessária para contratação junto a CEF. Mesmo em 2011, de três projetos, dois não foram contratados. Foram propostos para 2012 projetos de aquisição de equipamentos, no caso, veículos, pois, esse tipo de projeto, quando contratado, tem sido executado de forma menos morosa.

Com relação as dificuldades, destacam-se algumas questões: a primeira é a falta de conhecimento por parte do Colegiado e inadequação da assessoria técnica ou falta de especialização sobre questões técnicas dos projetos, como, por exemplo: falta de conhecimento sobre os valores de construções, de equipamentos, muitas vezes, propondo valores inferiores ao que seria necessário para a construção de um determinado empreendimento; falta de conhecimento sobre os trâmites legais, principalmente, das normas da CEF para a liberação dos recursos para execução das obras. A segunda é a falta de corpo técnico nos órgãos públicos estaduais e municipais que possa operacionalizar a execução dos projetos propostos. A terceira está associada aos problemas fundiários, pois muitos projetos foram propostos para serem construídos, mas os terrenos onde deveriam ser construídos não possuem documentos que comprovem a titularidade. A falta de regularização fundiária é uma realidade de muitos municípios do Território. Por fim, foi destacada pelos entrevistados a não priorização dessa ação pública por parte do Governo do Estado e Prefeituras e, dessa forma, não há busca de solução para a resolução dos problemas operacionais para execução das ações. E, ao mesmo tempo, o Colegiado Territorial ainda não possui força para pressionar os órgãos executores.

**Quadro:** Projetos paralisados por inadequação estrutural ou técnica

ANO	DECISÃO	PROJETO – MUNICIPIO	SITUAÇÃO / MOTIVOS DA NÃO UTILIZAÇÃO	PROPOSTA ATUAL DE SOLUÇÃO
2003	Reunião com representação territorial	Entrepasto de Mel – Monsenhor Gil	Local do empreendimento inapropriado..	Adaptar prédio para outra finalidade que beneficie os agricultores Familiares
2006	Colegiado Territorial	Fábrica de Cajuína – Pau D’arco	Local do empreendimento inapropriado (tinha sido proposto inicialmente pra ser realizado no assentamento) e sem grupo interessado em utilizar o local.	Identificar grupo de interesse, adaptar, também, para a fabricação de doces, elaborar plano de consolidação da unidade, capacitações nas áreas de produção e comercialização.
2003	Reunião com representação territorial	Unidade de beneficiamento de farinha – José de Freitas	Empreendimento parado, devido a defeitos nos equipamentos e na estrutura da obra e insuficiência de	Diagnóstico geral e elaborar Estudo de Cadeia e Plano de Negócios.

			matéria prima para mantê-la funcionando.	
2007	Colegiado Territorial	Unidade de beneficiamento de laticínios – São Gonçalo	Empreendimento parado, falta grupo que assuma a gestão, bem como organização da cadeia leiteira para manter o funcionamento.	Organizar e capacitar grupo para assumir empreendimento, elaborar estudo da cadeia de produção leiteira e de gestão do empreendimento.
2003	Reunião com representação territorial	Campos de produção de alerícola – Teresina, Nazária e Lagoa Alegre	Alguns campos parados, os que estão funcionando o fazem de forma precária, problemas nos poços e no processo de comercialização.	Diagnóstico geral dos campos, organizar e capacitar os produtores e elaborar uma proposta para a comercialização dos produtos.
2006	Colegiado Territorial	Unidade de beneficiamento de farinha – São Gonçalo	Empreendimento parado, deficiência dos equipamentos e problemas na gestão.	Diagnosticar os problemas e elaborar plano de gestão incluindo capacitações.
2004	Reunião com representação territorial	Matadouro público	Empreendimento parado, falta de equipamentos, deteriorização pelo não uso e problema de gestão	Organizar grupo para gestão e acionar os executores para conclusão e reparações necessárias para o funcionamento

Olhando para o quadro acima, observa-se que muitos projetos estão parados. As razões apontadas pelos atores para esse fato podem ser classificadas em duas ordens:

- a) por problemas de gestão, que, para os atores sociais envolvidos nesta ação pública, são a falta de pessoas ou grupos que assumam os empreendimentos; a falta de produção suficiente ou de articulações entre produtores com a finalidade de atender à demanda do projeto.
- b) por problemas técnicos, no caso, os empreendimentos foram construídos em local inapropriado, os equipamentos não são adequados ou já estão defasados. E em alguns casos não há produção suficiente para garantir o funcionamento do empreendimento.

Ainda analisando o porquê de os projetos estarem parados, os membros do Colegiado consideram que houve outras falhas técnicas, considerando o processo de elaboração, de definição dos projetos nessa instância participativa. Nesse momento, reforça-se não como uma falha do Colegiado que definia projetos desconsiderando os valores, custos da construção de uma agroindústria, por exemplo, a produção, a organização dos produtores para fazer funcionar os empreendimentos quando executados, mas como uma falha da ação pública que não possibilitou, desde o início, formações e capacitações sobre etapas da elaboração de uma ação pública qualquer, nem técnicos com as qualificações necessárias para a condução do

processo.

Olhando o quadro acima, a maioria dos projetos apresenta problemas na estrutura, alguns resultado do projeto mal elaborado e outros de construção da estrutura física ou aquisição de equipamentos com problemas técnicos.

Por outro lado, apesar da desmotivação pela não execução de projetos ou destes estarem parados, foi destacado como significativo o processo pedagógico ou de aprendizagem coletiva desenvolvida pelos membros do colegiado, sobre as etapas que envolvem a execução de uma ação pública: a) a definição, considerar o contexto, analisar se possui produção suficiente, como está a organização dos produtores, quem irá assumir o projeto depois de executado, que formações e capacitações são necessárias, o que os membros do colegiado chamaram de “viabilidade econômica e social”; b) projeto, os trâmites e exigências legais, qual a estrutura de um projeto, que documentos são exigidos pelos órgãos para a liberação de recursos, as condições como documento do terreno, disponibilidade de água e energia elétrica; c) execução, acompanhar esse processo, ao mesmo tempo, buscando articular com o grupo ou grupos que vão assumir o empreendimento quando finalizado, ou seja, a gestão.

### **Considerações finais**

Constata-se que os recursos no PROINF no Entre Rios não tiveram resultados, pois a maioria nem foi executada e os que foram construídos não estão funcionando. Seja por falhas no processo de definição por parte da ação pública, seja por falhas no processo de execução.

Por outro lado, com base nessas constatações, observa-se que o esquema de ação pública proposto por Lascoumes e Galés (2010) enfatiza os resultados da ação, de certa forma não deixando tão visíveis outros resultados que se dão ao longo do processo, como, por exemplo: aprofundamento sobre as características do território, as questões que envolvem uma ação pública, reflexão sobre o desenvolvimento territorial que não necessariamente são materializados nos resultados.

## **6. BIBLIOGRAFIA**

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Razões e ficções do desenvolvimento*. EDUSP. 2000. 376p.
- ARAÚJO, Rosemberg Batista de. *Conselhos municipais de desenvolvimento rural*, um perfil: os casos de Urucuí e Bom Jesus. Relatório final de pesquisa, UFPI, 2004. 42p.
- AVRITZER, Leonardo (org.). *Participação social no nordeste*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 287p.
- \_\_\_\_\_. *Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*. In: Revista Opinião Pública, vol. 14 no 1 junho, 2008, p. 43-64. Disponível:

<<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/02.pdf>> Acesso dia 15/04/2011>.

BONFIM, W. L. S. *Descentralização, participação e esfera pública*: reflexões sobre a literatura a partir do caso piauiense. Trabalho apresentado no XXVI Encontro Anual da ANPOCS, 2002.

BONFIM, W. L. S. e SILVA, I. Instituições Públicas, Cidadania e Participação: a mudança social ainda é possível. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, novembro de 2003.

CABALLERRO-ARIAS, H. (Post)desarrollo, antropología y estado en Venezuela: La nueva lógica de la participación local. In: *Espacio Abierto*, v.16, n. 1, p. 132-162, 2007.

CORNWALL, A., ROMANO, J. O. e SHANKLAND, A. Culturas da política, espaços de poder: contextualizando as experiências brasileiras de governança participativa. In: ROMANO, J. O., ANDRADE, M. P. e ANTUNES, M. (orgs). *Olhar crítico sobre a participação e cidadania*: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local. São Paulo: Expressão Popular: Action Aid Brasil, 2007, p. 257 – 291.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: do que estamos falando? In: MATO, Daniel (org.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, UCV, pp. 95-110. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf> Acesso dia 15/04/2011

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008. pp. 296.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. pp. 291.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização* : do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 396p.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez, 2001, 168p.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *Sociologie de l'action publique*. Paris: Armand Colin, 2010. 127p.

MACHADO, Eduardo Paes. *Poder e participação política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

PECQUEUR, Bernard. *O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul*. In: Revista Raízes, vol. 24, n<sup>o</sup>s 01 e 02, p. 10 – 22, jan-dez 2005. Disponível: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_53.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_53.pdf)> Acesso dia 10/02/2011.

PIRAUX, Marco et al. *Ideias e Práticas na Gestão Social do Território da Borborema, PB*. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 5, 2012, Belém. Anais, Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática: 1993. 270p.

ROMANO, J. O., ANDRADE, M. P. e ANTUNES, M. (orgs). *Olhar crítico sobre a participação e cidadania*: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local. São Paulo: Expressão Popular: Action Aid Brasil, 2007.

SARDAN, J. P. O. Stéréotypes, idéologies, et représentations. In: *Antropologie et development: essai em sócio-antropologie du changement social*. Marseille: Apad-Karthala, 1995. p. 54-75.

VERHELST, T. G. Culture: the forgotten dimension. In: \_\_\_\_\_. *No life without roots: culture and development*. London: Zed Books, 1990. p. 17-23.

TEISSERENC, Pierre. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. In: *Revista Antropolítica*. Niterói, N. 29, pp. 153-179, 2010.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2004. 422p.

GT 01 – Desenvolvimento Rural: uma década da política pública de desenvolvimento territorial.

## UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE INVESTIMENTOS APOIADOS PELA SDT/MDA EM DOIS TERRITÓRIOS DO BRASIL

Keile Aparecida Beraldo <sup>1</sup>  
Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Neto<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho busca entender a forma com que o estado usa as políticas públicas de desenvolvimento territorial em diferentes regiões. E tem o objetivo de analisar por meio dos testes estatísticos os valores dos projetos de investimentos apoiados pela SDT/MDA no período entre 2003 à 2011 em dois Territórios Rurais: O Zona Sul - RS e Bico do Papagaio - TO. Os resultados nos permitiram, concluir que o Programa - Pronat, tem sido eficiente no que se refere a forma de distribuição de recursos.

**Palavras-chave:** Política pública, desenvolvimento territorial.

### 1. Introdução

Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa nacional que vem se desenvolvendo desde 2010 em diferentes territórios rurais no Brasil. E tem o objetivo de tentar compreender o desenvolvimento rural por meio do planejamento e integração de políticas públicas. Analisando os valores recebidos em dois territórios um na região sul e outro na região norte do país.

A política do atual do Governo Federal tem buscado formas de reduzir desigualdades sociais, a superação da pobreza rural e a promoção de um desenvolvimento harmonioso e sustentável. Esta decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais foi resultado de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil, que avaliaram como sendo necessária a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais, segundo uma abordagem inovadora.

Estas políticas de desenvolvimento territorial aplicadas ao espaço rural, contam com o apoio da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A distribuição dos recursos via políticas públicas aos municípios se dá por meio de projetos territoriais, que são

---

<sup>1</sup>Economista professora do curso de Agronomia da UFTO – Universidade Federal do Tocantins; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. E-mail: keile@uft.edu.br

<sup>2</sup> Pós doutor Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS. E-mail: mie litz@ufrgs.br

pensados conforme necessidade pré-diagnosticado por cada território. Essas demandas dos territórios rurais são pensadas em diferentes dimensões do desenvolvimento, que são elas: Dimensão Econômica, Dimensão Sócio-Cultural, Dimensão Político-Institucional, e Dimensão Ambiental.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais - Pronat<sup>3</sup> começou em 2003, durante o início do primeiro Governo Lula. Passou a operar de forma regulamentada em julho de 2005, por intermédio da Portaria número 5, de 18/07/2005 (DELGADO e LEITE, 2011 P. 432). É o principal programa executado pela SDT/MDA que atua com o objetivo de promover o desenvolvimento rural brasileiro de acordo com o MDA existem 242 territórios rurais identificados sendo que destes 164 são apoiados com recursos disponibilizados pelo Pronat e PTC.

É importante lembrar que a perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável proposta pelo Estado brasileiro envolve uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção. Durante o processo de identificação dos territórios rurais, o governo entendeu que alguns territórios apresentavam-se economicamente mais fragilizados que outros e, com isso, necessitavam de uma atenção emergencial com ações ainda mais articuladas. A partir dessa percepção surge o Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008, que tem o mesmo referencial conceitual dos territórios rurais sendo amparado também pela mesma portaria, mas com uma gestão bem mais complexa (DELGADO e LEITE, 2011 P.434).

Mas, como é a realidade dos territórios que fazem parte do programa? Quais os seus maiores desafios? E ainda como estes territórios acessam os recursos via projetos que permitem o desenvolvimento? A visão de futuro apresentada nos PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável) propõe promover o desenvolvimento em diferentes dimensões. Mas, é necessário mencionar que a forma de organização das diferentes instituições podem interferir no acesso a determinados recursos.

Essas e outras questões fazem parte de estudos como Delgado e Leite (2011) que buscaram analisar a recente experiência brasileira de implementação de políticas de desenvolvimento territorial no meio rural, examinando os arranjos institucionais construídos para viabilizar o desempenho de ações públicas dessa natureza. Segundo os

---

<sup>3</sup> PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais é uma ação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) como parte do Pronaf.

autores a política brasileira de desenvolvimento territorial aplicada ao setor rural, acumulou um significativo conjunto de casos, o que nos possibilita uma análise mais detalhada dos limites e alcances dessa experiência de intervenção pública.

Este trabalho busca entender a forma com que o Estado usa as políticas públicas de desenvolvimento territorial e lidam com as diferenças que compõem o todo nacional ressaltadas por Waquil et al, (2010). E tem o objetivo de analisar por meio dos testes estatísticos a relação entre os valores dos projetos de investimentos apoiados pela SDT/MDA no período entre 2003 à 2011 em dois Territórios Rurais:

- ✓ O Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul (1),
- ✓ Território Rural Bico do Papagaio do Tocantins (2).

Os projetos objetos da análise foram propostos na maioria pelos municípios, com maior parte dos recursos financiados pelo MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário apoiados via SDT - Secretaria do Desenvolvimento Territorial, e uma contrapartida dos municípios em questão.

O trabalho está estruturado em seis sessões, além desta introdução. A segunda sessão aborda a perspectiva do desenvolvimento rural a partir da abordagem territorial. A terceira sessão traz uma breve caracterização dos territórios objeto deste estudo. A quarta destaca a metodologia. A quinta sessão apresenta-se os dados e discute os resultados. E a sexta e última sessão com as considerações finais.

## **2. A perspectiva do Desenvolvimento Rural a partir da Abordagem Territorial**

A partir da década de 1980 emergem diversas abordagens sobre o desenvolvimento rural em múltiplas perspectivas, o que é bom porque enriquece o debate sobre o tema. Não se tem a pretensão de esgotar o tema, mas sim trazer algumas referências que ajudem a pensar o desenvolvimento rural a partir do enfoque territorial para, então relacionar esta abordagem com a política pública territorial.

Para Kageyama dado a complexidade a multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento, várias estratégias podem ser adotadas quando se trata de descrever ou avaliar o “grau de desenvolvimento” de uma região em um momento específico. A autora analisou indicadores de desenvolvimento rural nas unidades da federação utilizando a área rural tal como definida pelo IBGE e criou o IDR (Índice de Desenvolvimento Rural). Com os fatores condicionantes do desenvolvimento rural buscou caracterizar as diferenças estaduais em termos de base demográfica e econômica sobre a qual atua o processo de transformação das atividades e da população rural, ou



seja, identificou as diferentes bases territoriais sobre as quais se desenrola o processo de desenvolvimento rural (KAGEYMA, 2008 p. 121,122)

Autores como Veiga (2002) e Abramovay (2003) destacam a importância de levar em consideração a “dimensão espacial do desenvolvimento”, em que as representações setoriais e escalares perdem importância em face de sua incapacidade de lidar com as múltiplas escalas e formas de gestão e exercício do poder, que passam a representar novos formatos institucionais no meio rural. Neste sentido, muitos autores demonstram que é possível conjugar o referencial teórico e político da relação entre território e desenvolvimento territorial rural (MACHADO, 2011).

Favareto (2007), trouxe uma importante contribuição, por ter conseguido elencar os principais estudos sobre o rural brasileiro na década de 1990. Este estudo foi fundamental para compreender a discussão entre dois conceitos desenvolvimento e território, e como estes conceitos ganharam força social e se tornaram importantes na academia. Ele resume o argumento central de sua discussão sobre desenvolvimento com a afirmação de que “à ideia de desenvolvimento e à explicação dos processos sociais que a ela correspondem, vem sendo elaborados importantes aparatos científicos, que permitem não só identificar suas dimensões fundamentais como também compreender as relações entre elas” (FAVARETO, 2007, p. 39).

A introdução da perspectiva territorial na discussão dos processos de desenvolvimento rural é um fenômeno relativamente recente. A emergência da perspectiva territorial do desenvolvimento rural está relacionada às mudanças mais gerais na forma de pensar, analisar, praticar e discutir a ruralidade, os territórios e os processos de desenvolvimento. A abordagem territorial representa a confluência de novas formas de refletir a ruralidade, de elaborar políticas, de implementar e experimentar práticas (RAMBO et.al, 2012).

Segundo a SDT, a abordagem territorial se justifica por vários aspectos, entre os quais: a) o rural não se resume ao agrícola; b) a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento e a escala estadual é excessivamente ampla; c) ocorre a necessidade de descentralização das políticas públicas; d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, estabelecendo iniciativas voltadas para o desenvolvimento (DELGADO et al., 2013). A abordagem territorial constitui uma referência conceitual (espaço social construído) a conceber: o desenvolvimento sustentável (com múltiplas dimensões).

A partir da compreensão da abordagem territorial do desenvolvimento, passaremos tratar de como ela nos ajuda a entender a relação entre o território e a política pública. Estes temas sempre estiveram associados ao planejamento e ao Estado Nacional durante boa parte do século XX. Mas ganhou importância e uma nova roupagem a partir dos anos 90, com a abertura econômica que forçaram mudanças de cunho político, social, cultural e espacial. Neste contexto, a abordagem territorial do desenvolvimento rural tem ensejado propostas concretas de intervenção estatal em vários países, a partir de uma preocupação claramente instrumental e normativa em que o “território” passaria a ser a unidade de referência para a observação, atuação, planejamento e gestão de políticas públicas.

Neste trabalho o conceito de território adotado oficialmente diz respeito a:

“um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (Brasil, MDA/SDT, 2005).

**Território rural:** “são os territórios, conforme o item anterior, onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos rurais. Nestes territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados” (Waquil et al., 2010).

Para os autores Delgado e Leite (2011) entre os critérios utilizados pela SDT para identificar os Territórios Rurais estão: i) conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; ii) conjunto de municípios com densidade populacional menor que 80 habitantes/km<sup>2</sup>; iii) maior concentração do público prioritário do MDA (agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, famílias assentadas, o que caracteriza maior intensidade de demanda social); iv) conjunto de municípios já organizados em territórios rurais de identidade; v) conjunto de municípios integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional, demonstrando mais uma vez a influência das instituições na política pública de promoção de desenvolvimento (DELGADO e LEITE, 2013).

Os critérios utilizados pela SDT para identificar os territórios rurais fazem parte de um conjunto de normas e regras, influenciados pelas instituições que compõem as políticas públicas e almejam o desenvolvimento rural. De acordo com Rocha (2010) as

políticas de desenvolvimento territorial representam o que pode ser chamado de uma nova “geração” de políticas de desenvolvimento, em oposição aos modelos tradicionais. Suas características principais são a centralidade da participação social e da descentralização para o desenvolvimento e o avanço do processo democrático, aspectos entendidos como capazes de gerar maior mobilização de recursos, sinergia entre os atores, equidade, controle social etc., ou seja, detentores de um potencial para melhores resultados das políticas públicas.

As políticas de desenvolvimento territoriais adotadas pelo MDA tiveram como marco inicial a criação do Pronaf em 1995 em sequência a criação do MDA em 1999 e depois da SDT em 2004. Em 2005 a SDT apresentou uma série de documentos intitulado “Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil” sendo que um dos princípios mais importantes desta política era a descentralização. Porém, o próprio documento explicita que esta descentralização não significava apenas a transferência de recursos e responsabilidades para âmbito local. Apesar da gestão da política ser repassada a uma nova instituição (colegiado territorial), tratava-se de uma política que busca integrar ações dos três âmbitos do Estado (federal, estadual e municipal) (BRASIL, MDA/SDT, 2005, p. 5).

As perspectivas teóricas analisadas trazem contribuições para a abordagem do desenvolvimento rural a partir do enfoque territorial, ao mesmo tempo que trazem desafios para o seu aprofundamento teórico e suas interfaces do desenvolvimento rural, território e política pública. A partir destes referenciais e dos procedimentos metodológicos discutiremos os resultados sobre os projetos de investimentos implantados via Pronat nos Territórios Zona Sul – RS e Bico do Papagaio - TO.

### **3. Uma breve caracterização dos territórios objeto deste estudo**

O Território Zona Sul do Rio Grande do Sul é formado por 25 municípios, e ocupa em torno de 13% da área total do Estado do Rio Grande do Sul (PTDRS, 2009). O Território da Cidadania Bico do Papagaio – do Estado do Tocantins abrange uma área de 15.852,60 Km<sup>2</sup>, sendo composto por 25 municípios.

De acordo com os dados do IBGE, a população total do território do Bico do Papagaio é de 179.238 habitantes, dos quais 61.012 vivem na área rural. Já o Território Zona Sul conta com uma população de 864.343 habitantes, deste total, 82% (712.605) encontram-se na área urbana e 18% (151.532) na área rural (IBGE, 2010).

Em relatório analítico apresentado a SDT Schneider *et al.*, (2012)<sup>4</sup> caracteriza o território Zona Sul, em função de sua considerável extensão, destacam a concentração da posse da terra e a concentração da população principalmente em dois municípios - Pelotas e Rio Grande, em 2010 concentravam 61% da população do território em sua maioria urbana (Censo, 2010).

O mesmo relatório destaca que a agricultura familiar no território desenvolve-se em apenas 26% da área total, sendo que esta categoria atinge 85% dos estabelecimentos rurais (IBGE, 2006). De acordo com dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE) as atividades ligadas à agricultura são pouco representativas para a maioria dos municípios. Já que esta atividade se concentra somente em poucos municípios.

Já Território do Bico do Papagaio pode ser caracterizado como uma região pobre com baixo PIB per capita, relativamente populoso para a região norte do Brasil, com grande dependência da agricultura familiar. A população do território representa 15% da população do estado com densidade demográfica de 9,33 hab./ Km<sup>2</sup> é considerada a maior do Tocantins.

O agroextrativismo do coco do babaçu, e de frutas nativas, a produção de mel e de farinha de mandioca ainda tem considerável importância social, ambiental, cultural para a população que ainda vivem na área rural no Território do Bico do Papagaio. Em muitos estabelecimentos rurais da região trabalham com a pecuária. Sendo que a produção leiteira em alguns municípios é uma das principais fontes de renda desses agricultores familiares o que mostra a importância da pecuária na região (INCRA, 2006).

Apesar dos dois territórios apresentarem características diferentes, são atendidos pela mesma política pública, a questão a ser entendida é até que ponto esta política pode dar conta desta diversidade? Muitas vezes o resultado de políticas públicas implementadas nestes territórios por meio de projetos buscam o desenvolvimento territorial.

No trabalho realizado por Waquil *et al.*, (2010) os autores ressaltam que a diversidade macrorregional brasileira impõe a perspectiva do território como uma escala espacial mais apropriada para a aplicação de políticas públicas de caráter multidimensional para o mundo rural. Ainda segundo os autores, tal diversidade

---

<sup>4</sup> Produzido e organizado pela Célula de Acompanhamento e Informação – CAI, conforme demanda da SDT.

macrorregional instiga analistas e formuladores de políticas públicas a compreender as diferenças que compõem o todo nacional.

Portanto, conforme a presente proposta de trabalho, a nossa Hipótese Inicial, é que os municípios do Território Zona Sul da região Sul do país receberam maior investimentos via projetos apoiados pela SDT/MDA do que os municípios do Território do Bico do Papagaio da região Norte do Brasil desde início do programa.

#### **4. Procedimentos Metodológicos**

Os dados utilizados nos cálculos estatístico, estão disponíveis no Sistema de Gestão de Estratégica (SGE)<sup>5</sup>, no site do MDA. Desta forma, foram coletados, organizados e interpretados pelos autores. Para a análise foram utilizados o software estatístico Excel e SPSS (Statistical Package for Social Sciences) versão 15.0. A base de dados é composta por 109 observações o numero de projetos apresentados e as variáveis: valores dos projetos, valores financiados pela SDT/MDA os anos e as que pertencem os territórios.

Iniciamos a análise pela Estatística Descritiva, que é a parte da estatística que desenvolve e disponibiliza métodos para resumo e apresentação dos dados estatísticos, para facilitar a compreensão e a utilização da informação. Ou seja, permitindo dessa forma sintetizar informações (PIANA, MACHADO e SELAU 2009).

Após a apresentação dos dados realizou-se a Inferência Estatística conceituada como um conjunto de procedimentos estatísticos que tem por finalidade generalizar conclusões de uma amostra para uma população. Para poder generalizar as conclusões obtidas da amostra para a população não basta saber descrever conveniente os dados da amostra é preciso garantir que o processo de amostragem seja eficiente, ou seja, que a amostra seja representativa da população (PIANA, MACHADO e SELAU 2009).

Desta forma, objetiva-se fazer afirmações a partir de um conjunto de valores representativos com o teste de comparação de médias. Para esta análise utilizou-se o Teste T, segundo a literatura por ser o teste apropriado para comparar médias de uma variável quantitativa entre dois grupos independentes.

#### **5. Apresentação dos dados e discussão dos resultados**

A tabela (01) apresenta a frequência dos projetos por ano. Para obtenção destes cálculos utilizou-se a base de dados. As observações referem-se aos projetos indicados pelos municípios e conforme os dados, nota-se que o Território (1) - Zona Sul,

---

<sup>5</sup> <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>

apresentou 78 projetos. Enquanto o Território (2) - do Bico do Papagaio apresentou 31 projetos o que equivale a 28,4% do total apresentado no período de 2003 à 2011.

Tabela 1 – Frequência dos projetos por territórios

<b>Territórios</b>	<b>Quantidade de projetos</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual Validado</b>	<b>Percentual Cumulativo</b>
Zona Sul	78	71,6	71,6	71,6
Bico do Papagaio	31	28,4	28,4	100,0
Total	109	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado a partir de dados do trabalho.

Portanto, o conjunto de dados nos permitiu observar que há uma diferença entre quantidade de projetos de um território para o outro o que ressalta, portanto, a heterogeneidade dos dois territórios. Além da frequência, as observações nos permitiram fazer outras observações, como por exemplo a de, que o ano de maior ocorrência de projetos foi o ano de 2007. Os dados apresentados demonstram que o ano de 2007, não só foi o ano de maior ocorrência de projetos, mas também o ano de maior recebimento de recursos nos dois territórios. Já nos anos de 2005, 2006 e 2009 tiveram uma ocorrência de 13 projetos apoiados em cada ano, mas os valores recebidos foram diferentes.

Ao acompanhar o conjunto de dados apresentados na tabela (2) observa-se a tendência dos projetos que se mantiveram ente 11 e 13 em cada ano, já os valores dos projetos dos dois territórios são mais distintos. Sendo que no ano de 2003 quando iniciou da política foram apresentados 4 projetos, portanto foi também o ano que recebeu a menor quantidade de recursos. No que corresponde ao ano de 2007, quando os dois territórios apresentaram 19 projetos, ou seja, 17,4% do total de projetos de 2003 a 2011, foi também o ano em que se recebeu a maior quantidade de recursos, pode significar um evento atípico passível de futuras investigações.

A tabela (02) é um demonstrativo da quantidade de projetos e de recursos recebidos por cada território. A partir dos dados observa-se não só há diferença nos valores, sendo que o Território Zona Sul recebeu a quantia de R\$ 13.083.717,90 e o Território do Bico do Papagaio recebeu a quantia de R\$ 7.192.473,82. Mas, também a quantidade de projetos e valores recebidos em cada ano e assim, tirar algumas conclusões, entre elas a de que o Território do Bico do Papagaio tem diminuído a quantidade de projetos nos últimos anos, o que pode significar uma falta de organização, mobilização ou de articulação entre os membros do Colegiado que compõem este território.

Tabela 02 – Valor e quantidade dos projetos distribuídos por território de 2003 à 2011.

<b>Território</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor Projetos MDA (R\$)</b>	<b>Quantidade de Projetos</b>
1.Zona Sul	2003	90.000,00	1
	2004	720.998,90	8
	2005	1.471.752,00	6
	2006	1.363.860,00	11
	2007	1.749.640,00	11
	2008	1.527.764,00	11
	2009	2.063.422,00	11
	2010	1.145.929,00	9
	2011	2.950.352,00	10
	<b>1 Total Zona Sul</b>		<b>13.083.717,90</b>
2. Bico do Papagaio	2003	297.622,70	3
	2004	339.828,80	4
	2005	463.333,54	7
	2006	435.353,78	2
	2007	2.525.690,00	8
	2008	1.304.170,00	1
	2009	659.975,00	2
	2010	816.500,00	3
	2011	350.000,00	1
	<b>2 Total Bico do Papagaio</b>		<b>7.192.473,82</b>
<b>Total Geral</b>		<b>20.276.191,72</b>	<b>109</b>

Fonte: Elaborado a partir de dados do trabalho.

Ao analisarmos a tabela (02) conclui-se que, apesar do Território Zona Sul ter apresentado uma maior quantidade projetos em 2007, não foi o Território que recebeu a maior quantidade de recursos neste ano. Outra ocorrência que vale ressaltar sobre o Território do Bico do Papagaio é que de 2003 à 2005, no início do programa, este território apresentou uma maior quantidade de projetos, sendo que em 2007 chegou a apresentar 8 projetos, mas em 2008 só teve 1 projeto apoiado no valor de R\$ 1.304.170,00. No mesmo ano o Território Zona Sul apresentou 11 projetos de diferentes valores com um total de R\$ 1.527.764,00, esta tendência se manteve até o ano de 2011.

Pelas amostras apresentadas na tabela (03), observam-se as medidas descritivas que segundo Piana, Machado e Selau (2009) tem o objetivo de reduzir um conjunto de dados observados. As medidas de localização denominadas medidas de tendência central como a média que explica os valores médios da amostra analisada dos recursos de R\$ 186.020,11 a media dos projetos apoiados pela SDT/MDA. As medidas de posição indicam um ponto central onde em muitas situações importantes esta localizada a maioria das observações como à mediana de R\$ 117.370,00 que representa o ordenamento do valor central e à moda de R\$ 100.000,00 que representa o valor de

maior ocorrência dos dados, ou seja, significa que a maior parte dos projetos apresentados e apoiados pelo MDA nos dois territórios se concentram em torno de 100 mil reais.

Medidas de variação ou dispersão completam as medidas de localização ou tendência central indicando o quanto as observações diferem entre si ou o grau de afastamento das observações em relação à média (PIANA, MACHADO e SELAU 2009). A variância representa a média dos quadrados dos desvios em relação a média aritmética. O desvio padrão que representa a variação da média dos dados em torno da média aritmética neste caso de R\$ 193.872,55, significa que há uma alta variação na amostra analisada, ou seja, os valores dos projetos apoiados pela SDT/MDA se diferem muito, há uma diversidade nos valores de projetos apresentados nos dois territórios.

A curtose e a assimetria são medidas de formato. A curtose explica o grau de achatamento de uma distribuição às amostras analisadas apresentaram uma curtose de 12,24 o grau de concentração das observações. A assimetria deve informar se a maioria dos valores se localiza a direita ou à esquerda no caso assimetria positiva reflete uma tendência de concentração de valores à esquerda de 3,06, neste caso à amostra analisada demonstra uma tendência de afastamento ou de assimetria dos dados da amostra, o que também pode ser explicado pelo tamanho e diversidade das observações.

O intervalo é a diferença entre o valor máximo e mínimo, que no caso da nossa análise, as amostras foram de R\$ 1.289.177,05. Sabendo que o valor máximo do projeto proposto foi de R\$ 1.304.170,00 e o valor mínimo de R\$ 14.992,95, fato que comprova novamente a diversidade dos projetos propostos e financiados pela SDT/MDA no período de 2003 à 2011 nos dois territórios, Zona Sul/RS e Bico do Papagaio/TO. O nível de confiança é o intervalo de confiança da média da amostra apresentado foi de R\$ 36.808,21, com 95% de confiança.

Pelos dados apresentados na tabela (03) observam-se de forma separada por meio da estatística descritiva os dois Territórios Zona Sul e Bico do Papagaio como também o comportamento e as medidas centrais da amostra.



Tabela 03 – Estatística descritiva do Território Zona Sul e Território Bico do Papagaio

Valor Projetos MDA	UF Zona Sul	UF Bico do Papagaio
N (observações)	78	31
Diferença valor máx./min	962.000,00	1.289.177,05
Mínimo	38.000,00	14.992,95
Máximo	1.000.000,00	1.304.170,00
Soma	13.083.717,90	7.192.473,82
Média	167.739,97	232.015,28
Desvio Padrão	157116,30265	262482,78055
Variância	2,469E10	6,890E10

Fonte: Elaborado a partir de dados do trabalho.

Apesar do Território Zona Sul, ter apresentado uma quantidade maior de projetos, as diferenças entre os valores dos projetos são bem maiores no Território do Bico do Papagaio com valor médio de R\$ 232.015,2845, tendo o de maior valor e o de menor valor a diferença entre eles foi de R\$ 1.289.177,05. O que também justifica o desvio padrão alto e variância da amostra. Já os valores dos projetos recebidos pelo Território Zona Sul são em média de R\$ 167.000,00, sendo que o valor mínimo de R\$ 38.000,00 e o máximo de R\$ 1.000.000,00, apesar de menor também apresenta uma grande diferença entre o valor máximo e o mínimo.

Os recursos recebidos via projetos nestes territórios se destinam a vários objetivos vão desde a construção de casa de farinha a construção de obras de infraestruturas e serviços, conservação de estradas a aquisição de máquinas implementos agrícolas a apoio de comercialização da produção, por isso os valores são bem diferentes.

Vários fatores podem explicar o comportamento das observações ou dos projetos apoiados via recursos SDT/MDA no decorrer do período analisado, entre eles o fato de que os recursos de muitos projetos serem via emenda parlamentar. Mas o que nos chama a atenção é o fato da proposta da política territorial atender a diferentes regiões do país com características específicas.

## 6. Considerações finais

Conforme os dados apresentados neste trabalho, conclui-se que o Território Zona Sul recebeu um maior apoio financeiro por ter apresentado uma maior quantidade de projetos, equivalente a um total de R\$ 13.083.717,90. Já o Território do Bico do Papagaio recebeu R\$ 7.192.191,72 do total de R\$ 20.276.191,72 dos recursos apoiados via projetos SDT/MDA. Porém, faz se necessário ressaltar que os valores dos projetos

realizados no Território Zona Sul em sua maioria são de menores valores, quando se compara ao outro território.

A apresentação destes resultados nos proporciona uma visão geral, quanto aos investimentos via projetos territoriais. Desta maneira, facilita a realização de uma avaliação e medição das estratégias ao desenvolvimento rural pela abordagem territorial proposta pelo governo.

Ao iniciarmos o trabalho esperava-se encontrar diferenças significativas entre os recursos recebidos pelos dois territórios. Porém, com as análises estatísticas não se comprovou exatamente isso. Ou seja, no geral a média dos projetos apresentados e apoiados pela SDT/MDA, nos dois territórios são de valores parecidos, e atendem as mais variadas finalidades como já dissemos anteriormente desde obras de infraestruturas e serviços, aquisição de máquinas e implementos agrícolas a apoio a comercialização e cooperativismo.

Isso pode caracterizar que a política pública de distribuição de recursos não leva em conta a diversidade regional, mas procura atender as regiões da mesma forma. Rambo et al., (2013) observou os projetos do Pronat infraestrutura concluídos em no Território Zona Sul no Rio Grande do Sul e de modo geral, destacou os efeitos positivos no dia a dia e mesmo sobre a qualidade de vida dos beneficiários.

Há, contudo, uma necessidade de melhorar a forma de acesso aos recursos federais em muitos territórios, e esse pode ser o caso dos dois territórios analisados, com isso buscar o melhor caminho para se chegar ao desenvolvimento rural.

Porém, uma maior quantidade de projetos nem sempre significam uma maior quantidade de recursos, já que os projetos apresentados pelo Território Zona Sul são em sua maioria de valores menores, o que pode significar uma maior organização ou mobilização dos atores e gestores deste Território.

Portanto, conclui-se que o Programa Pronat, nos dois territórios rurais utilizados na amostragem, tem sido eficiente no que se referem a estes primeiros resultados. Mas de acordo com os resultados apresentados sugere-se que os dois territórios passem a buscar maior organização e mobilização quando se trata de pleitear recursos, sendo que estes podem trazer mudanças significativas que resultem em desenvolvimento rural.

Mas, recomendam-se novos estudos que possam retratar a quantidade e os caminhos dos recursos enviados aos territórios rurais por meio de projetos de investimentos.

## 7. Referências bibliográficas

BONNAL, Philippe. **Referências e considerações para o estudo e a atuação dos programas de desenvolvimento territorial (PRONAT e PTC) na perspectiva da redução da pobreza em Territórios rurais**. Brasília: IICA, 2013 (Série desenvolvimento rural sustentável; v.19

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Atlas Territórios Rurais**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. SGE - Sistema de Gestão Estratégica. Índice de Desenvolvimento Sustentável – IDS. Brasília, março, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios Rurais**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/territoriosrurais>>. Acesso em: dez/2013.

DELGADO, Nelson Giordano e LEITE, Sergio Pereira. **Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores**. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, 2011, pp. 431 a 473

DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. **Estatística aplicada**. Douglas Downing e Jeffrey Clark. Trad. Alfredo Alves Farias. 2 ed. SP: Saraiva, 2002.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou “inovação por adição”? In: *Estudos Avançados*. Vol. 28 (68), 2010.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PIANA, Clause Fatima de Brum; MACHADO, Amauri de Almeida e SELAU, Lisiane Priscila Roldão. **Estatística Básica**. Apostila Instituto de Física e Matemática Departamento de Matemática e Estatística. Universidade Federal de Pelotas, 2009.

RAMBO, Anelise Graciele; Bastian, Lillian; Krone, Evander Eloi; Conterato, Marcelo Antonio; Schneider, Sergio. **Apreendendo dinâmicas territoriais de desenvolvimento por meio da análise escalar: Um estudo do Proinf e das Emendas Parlamentares no Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p.103-132

ROCHA, Maria Regina Teixeira da. **A rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio (TO): dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução**

social agroextrativista. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ROCHA, Ana Georgina Peixoto. **Políticas públicas e participação:** os atores sociais na política de desenvolvimento territorial do estado da Bahia. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO M. A; RAMBO A. G; WAQUIL P.; BLUME R.; SPECHT S.; OLIVEIRA D; BASTIAN L.; KRONE E. ; FARIAS de G. **Relatório Analítico – CAI Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, maio de 2012.

WAQUIL, P. SCHNEIDER, S; FILIPPI, E; RUCKERT, A; RAMBO, A; ADOMSKY, G; CONTERATO, M; SPECHT S. **Avaliação de Desenvolvimento Territorial em Quatro Territórios Rurais no Brasil.** REDES, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 104 - 127, jan./abr. 2010.

[http://sge.mda.gov.br/projeto/projeto\\_re/](http://sge.mda.gov.br/projeto/projeto_re/) acesso em 08/10/2012.

# VI Encontro da Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS  
NOS ESPAÇOS RURAIS

02 a 05 de setembro de 2014.

GT2

LUTA SOCIAL E  
REPRESSÃO POLÍTICA NO  
CAMPO - DA DITADURA À  
ABERTURA DEMOCRÁTICA:  
A EXPERIÊNCIA DAS  
COMISSÕES DA VERDADE  
NO BRASIL

COORDENAÇÃO

LUIS ANTONIO BARONE (FCT/UNESP)

LARISSA MIES BOMBARDI (FFLCH/USP)

## **GT 2 – Luta social e repressão política no campo - da ditadura à abertura democrática: a experiência das comissões da verdade no Brasil**

### **A greve de Guariba (SP) de 1984: economia moral e revolta de trabalhadores rurais**

**Luís Antonio Barone<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia Professor Assistente-Doutor - FCT/Unesp  
labarone@uol.com.br

**Resumo:** O movimento dos “bóias-frias” que teve lugar na região de Ribeirão Preto (SP) em 1984 é considerado um marco na luta dos assalariados rurais brasileiros. A repressão foi marcante no episódio – estendendo-se para além da cidade que ficou historicamente conhecida pelos acontecimentos. Este trabalho analisa os acontecimentos de Guariba, em maio de 1984, sob o prisma teórico da Economia Moral, buscando compreender a racionalidade da ação radical por parte dos trabalhadores e consequente repressão.

**Palavras-chaves:** Greve de Guariba; bóias-frias; Economia Moral.

## Introdução

O movimento dos “bóias-frias” que teve lugar na região de Ribeirão Preto (SP) em 1984 é considerado um marco na luta dos assalariados rurais brasileiros. Desde a conjuntura política vivida então, um dos momentos mais críticos da transição democrática dos anos 80, até o comportamento de diversos agentes sociais - antes, durante e depois da eclosão das greves dos bóias-frias - é rico manancial de pesquisa. A repressão foi marcante no episódio – estendendo-se para além da cidade que ficou historicamente conhecida pelos acontecimentos.

É opinião comum apontar as greves e mobilizações dos trabalhadores rurais iniciadas em maio de 1984 como o despertar de uma categoria laboral que teria, aí, um cadinho ou uma ativação de sua identidade de classe. D’Incao atribui à estabilidade na oferta de postos de trabalho nas atividades agrícolas na região de Ribeirão Preto, bem como à homogeneização das rotinas desses trabalhadores, uma pré-condição capaz de unificá-los enquanto categoria. Esse “nós”, a princípio compartilhado mais como uma consciência das carências comuns e do seu auto-reconhecimento como trabalhadores não qualificados, teria sido o ponto de partida para a estruturação de uma identidade coletiva que, a partir das manifestações de 1984, “inaugurou a participação do proletariado rural enquanto tal, nos rumos a serem tomados pela organização das classes trabalhadoras rurais” (D’ Incao, 1985, p. 221).

Debatendo com D’Incao, sobretudo no tocante à sua insistente afirmativa sobre a falta de tradição de lutas no campo paulista, Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante parte da recuperação do histórico de mobilizações dos trabalhadores rurais, notadamente na região de Ribeirão Preto, identificando diferentes momentos na estruturação de suas lutas, desde o início do processo de proletarianização<sup>1</sup>, dentre os quais os acontecimentos de 1984 seriam apenas aqueles de sua publicização. Em oposição à idéia de uma identidade coletiva gestada tão somente a partir dos condicionantes econômicos, acrescenta, também, a constituição possível de espaços de sociabilidade politizados - sobretudo nas chamadas cidades-dormitórios, como Guariba (Ferrante, 1986, p. 500).

Outra referência importante que se coloca no debate é Francisco José da Costa Alves (1991) que, analisando o processo de modernização da exploração canavieira da região de Ribeirão Preto, vê as ocorrências de Guariba como o resultado da velocidade ímpar da modernização agrícola naquela área. Para o autor em questão, é no bojo dessas lutas que os trabalhadores vão “se identificando como categoria social”, desenvolvendo, cada vez mais, uma consciência próxima à do operariado (p. 100), fazendo do movimento sindical sua expressão mais acabada.

---

<sup>1</sup> Vários artigos dessa pesquisadora procuram dar conta do histórico de lutas dos bóias-frias. A somatória desses está contida em sua tese de livre-docência **A CHAMA VERDE DOS CANAVIAIS**, Araraquara, FCL/UNESP, 1992

Existe, no entanto, quase como um ponto cego nessa linha de interpretação. Ao centrar a análise mais ao nível das relações capital-trabalho, tanto D’Incao quanto Alves correm o risco de perder a dimensão que o próprio trabalhador dá a sua ação. Concretamente, existe uma certa dificuldade em se explicar o fosso que separa as ações realizadas pela massa de trabalhadores e seus representantes sindicais naqueles instantes decisivos dos anos 1984 e 1985. Os acontecimentos que tiveram como palco principal Guariba e outras cidades-dormitórios da região Nordeste do Estado de São Paulo, pela violência inusitada, ganham os contornos de uma explosão social, negadora de qualquer liderança organizada. Trata-se de um “transbordar” - que coloca os trabalhadores, mesmo que momentaneamente, distantes daquelas instâncias que deveriam representá-los: *“as bases passaram por cima do sindicato como rolo compressor”*(depoimento de um líder sindical à **FOLHA DE SÃO PAULO**, 27/05/84).

### **A Economia Moral dos trabalhadores rurais como prisma de análise**

Na busca de prover mais munição para essa discussão, são preciosas as reflexões encetadas por José de Souza Martins e Edward P. Thompson acerca dos códigos culturais sobre os quais constróem-se ações coletivas. Para Martins, a cultura popular é uma "teoria do imediato, cobrindo lacunas da teoria mediata"(1989, p. 125). Assim, códigos tradicionais de interpretação do mundo forneceriam elementos também para uma crítica da realidade, informando a ação dos trabalhadores rurais e abrindo espaço para a construção do novo nas suas relações. O autor afirma peremptoriamente que existe um "código de mudança social" embutido nas orientações cognitivas das classes subalternas (1989, p. 120).

Outro exemplo de exploração desse “código social”, que se presta não apenas à manutenção da ordem mas também ao conflito e à mudança, nos é dado por E. P. Thompson, quando este estuda sua importância nas mobilizações sociais de épocas e lugares onde a instituição do mercado já se faz presente e tende a hegemonizar as relações sociais. Assim é na Inglaterra do século XVIII que, segundo o autor, vê emergir a economia de mercado e assiste a uma profusão de revoltas dos segmentos mais pauperizados, a "multidão" (plebe), protestando e se insurgindo a partir da defesa do costume (Thompson, 1979).

Ao se debruçar sobre esse período, o historiador inglês, mesmo criticando o mito do paternalismo benigno, vê nessa fórmula social tradicional a chave que rege a dinâmica entre a *gentry* e a plebe. Mesmo sendo esse um momento de transição para a sociedade moderna industrial, as velhas estruturas de poder paternalista são funcionais para ambos os pólos da relação social (*gentry*/plebe-multidão).

Thompson define a reciprocidade existente entre *gentry* e multidão como "equilíbrio paternalista", embora identifique claramente a polarização de interesses - o que o leva a criticar



a idéia de uma sociedade de consenso. Ele afirma que a cultura popular não é tão somente uma cultura tradicional, no sentido de ser conservadora e mantenedora da ordem, mas, acima de tudo, uma produção plebéia, uma cultura "dos de baixo", sinalizando a real situação do trabalhador numa época em que o trabalho está se tornando livre (Thompson, 1979, p. 44).

Dessa maneira, o mesmo conteúdo tradicional, consuetudinário, informa também as peças críticas e a revolta. Para Thompson, existiria uma grande coerência no universo mental das multidões plebéias. Tal coerência não seria, porém, deduzida de uma estrutura cognitiva em tudo consciente e totalizadora, mas advinda de uma oposição sociológica, do reconhecimento de um campo de forças sociais. É neste jogo complexo que os fragmentos de velhos modelos culturais ganham vigor e validade. Se existe uma hegemonia no pólo dominador (a gentry), esta só se mantém por um jogo de concessões. O paternalismo servia, portanto, aos dois pólos, sendo um espaço de disputa entre eles.

É essa percepção peculiar, própria do que podemos chamar (como Thompson e Martins) de cultura popular, que se transformaria em grande guia hermenêutico do trabalhador rural, informando seu imaginário e fornecendo regras para a conduta cotidiana. Decodificar esse sistema simbólico, seu conteúdo, persistente e tão vívido, pode explicar, por exemplo, a ação dos trabalhadores rurais sujeitos desta pesquisa; e não apenas na sua atual condição de assentados, mas durante toda a trajetória de vida dos mesmos. A discussão da identidade dos trabalhadores rurais, ganha, a partir disso, uma dimensão bastante específica, qual seja, aquela que se baseia em seus próprios códigos auto-identificação e de leitura da realidade.

Nesse aspecto, José de Souza Martins (1989) indica a importância da invenção cultural do camponês, na medida em que ele re-trabalha a tradição, sobretudo num momento em que o avanço da economia moderna rompe com as relações sociais baseadas na reciprocidade e na dependência pessoal. Assim, os códigos tradicionais do homem do campo são orientadores de sua conduta. A cultura do costume, da tradição, é uma teoria do imediato, absolutamente operacionalizável e inteligível, abrindo espaços inclusive para a crítica e a ruptura.

Barrington Moore Jr., outra referência digna de discussão, nos fala sobre os "limites" daquilo que tanto os grupos dominados quanto os dominantes podem fazer. Dentro das normas sociais que toda sociedade estratificada desenvolve, distribuem-se um conjunto de obrigações mútuas, que mantém unidos os vários grupos sociais. Para o autor em questão, a violação dessas normas é geradora de ira, indignação moral, do próprio sentimento de injustiça (Moore Jr., 1987).

Em seu volumoso estudo sobre as origens sociais da obediência e da revolta, Moore Jr. concebe a hipótese de um "contrato social implícito", vigente entre os grupos sociais numa ordem tradicional, onde cada participante: "1) está sujeito a um dever moral de efetivar

determinadas tarefas, como parte do contrato e 2) o fracasso de qualquer uma das partes fundamenta a recusa da outra em cumprir sua tarefa” (1987, p. 42).

O conceito de "economia moral" traz embutido aquelas noções de contrato social implícito e código moral referidas por Barrington Moore Jr.. Numa exemplar definição, a economia moral seria baseada numa "idéia tradicional das normas e obrigações sociais, das funções de cada segmento social dentro da comunidade" (Thompson, 1979, p. 66).

Edward P. Thompson, analisando essa “economia moral” dos pobres e sua importância nas mobilizações sociais durante todo o século XVIII na Inglaterra, verifica que tal conjunto de códigos buscava a reafirmação dos "direitos". Embora tais direitos fossem baseados em normas francamente paternalistas, como o "Book of Orders", legislação consuetudinária do século XVI, eles abriram espaço para a manifestação pública das classes subalternas, as multidões, que reuniam trabalhadores urbanos e rurais numa Inglaterra em transformação.

Tais manifestações, que não raramente desembocavam em rebeliões abertas, se davam em função de conflitos na esfera do consumo e tinham por epicentro, segundo Thompson, a fixação do preço do pão. Ainda conforme o historiador inglês, do modelo paternalista de organização social se deduzia "o sentimento de legitimidade da multidão". O direito à comida, consagrado em normas consuetudinárias, era reivindicado de maneira não poucas vezes violenta.

Sobre a estrutura cognitiva dessa economia moral, Thompson afirma que os pobres atuavam de acordo com um modelo teórico consistente, uma verdadeira "reconstrução seletiva do paternalismo", embora sua expressão mais acabada se manifestasse nas vozes de uma nascente classe média que, não raro, se unia à multidão. Essa "seleção", extraída do mesmo universo tradicional que consagrava a desigualdade, tomava aqueles elementos que "mais favoreciam os pobres". Assim, a economia moral também revelava as contradições embutidas na realidade social (1979, p. 89).

Embora politicamente não progressista, a economia moral era eficiente, já que criava uma tensão entre os pólos antagônicos da sociedade, levando as autoridades a desenvolverem uma consciência preventiva e garantindo algo de razoável na política de preços dos alimentos. O motim, resultante da explosão dos preços da ração básica, era uma "catástrofe a ser evitada”.

Porém, se não era progressista e nem tinha intenções políticas claras, sobretudo em termos modernos, a economia moral podia ganhar, ocasionalmente, um viés mais radical e profundo. Assim é que os motins ingleses do final do século XVIII sofreram uma clara influência jacobina, articulando uma reivindicação básica - a do justo preço para o pão - à questões nacionais (Thompson, 1979, p. 122).

O formidável trabalho de James Scott (1976) acerca do comportamento camponês no Sudeste Asiático, permite-nos algumas considerações adicionais sobre a questão da economia

moral e da natureza de seus códigos de funcionamento, bem como das representações dos trabalhadores rurais. Segundo o autor, a ética de subsistência seria a correspondente cultural do sistema de produção próprio do campesinato, voltado para a satisfação das necessidades domésticas e não para a obtenção de lucro.

Como estratégia de sobrevivência, diante da ameaça da fome, o camponês lança mão de suas relações sociais, tanto em nível horizontal, recorrendo ao parente ou vizinho, quanto em nível vertical, reivindicando dos camponeses ricos (por vezes já transformados em empresários agrícolas, podendo ser até mesmos seus patrões), cuja distância social é maior, a ajuda na dificuldade. Ao lado de mecanismos de auto-ajuda, de prestamismo e solidariedade do grupo imediato, coexistem estruturas de patronagem-clientelismo que estendem a solidariedade até os estratos mais altos da sociedade local (Scott, 1976, pp. 26-29). No topo dessa pirâmide encontra-se o poder estatal, último recurso de ajuda que, por vezes, funciona mais como um mecanismo de sobre-exploração e repressão. O comportamento do camponês, balizado por essa estrutura social, irá sempre no sentido de buscar a solução de sua carência nos mecanismos de interdependência que enredam toda a sociedade. Suas opções, suas escolhas racionais diante das crises econômicas, privilegiarão essa premência do compromisso, da reciprocidade.

O não cumprimento, sobretudo por parte dos ricos e do estado, das regras sociais dessa "economia moral" é um fator determinante da predisposição à rebelião. Scott identifica, no processo de modernização da agricultura, condições para a ruptura dessa economia moral. Sobretudo porque o camponês rico, metamorfoseado em empresário, não mais reage de forma solidária aos clamores dos pobres; ele não precisa mais da reciprocidade para garantir o controle desses setores sociais, já que os mecanismos de exploração propostos pela nova forma de produzir serão cada vez mais estritamente econômicos, ditados pelas regras de mercado. Essa mudança brusca nas regras e costumes atinge em cheio os camponeses pobres.

Perdida a ajuda do seu "patrão benfeitor", o camponês volta-se para o estado, cuja capacidade de assistência estará diretamente relacionada à situação fiscal, ou aos condicionantes macroestruturais da economia nacional. Por vezes, no entanto, a taxação do estado sobre os camponeses é aumentada nos períodos de crise, até mesmo para garantir subsídios ao setor "moderno" da economia. Com o abandono de qualquer prática paternalista, inscrita no padrão de redistribuição das sociedades tradicionais, acaba-se por gerar a percepção da inversão desse princípio (que não vai mais do cume do edifício até a base, mas no sentido contrário) e cria-se uma consciência aguda da exploração que leva o camponês ao desespero (Scott, 1976, p. 200).

### **Quando o burro joga fora a carga**

A pesquisa realizada poucos anos após os conflitos de Guariba (1984-5) evidenciou o quanto é sensível esses fatos para os trabalhadores. Diferentemente de outras cidades que

visitara, sempre carregando o gravador e perguntando sobre as greves, nunca havia sentido tanta animosidade e interrupção nos diálogos que travava. “*Você quer saber disso por que?*” “*Cuidado com o que fala! Você não está vendo que ele está gravando tudo?*” - interrompeu uma senhora, mãe de um rapaz que concordara em dar declarações. Medo: esse era o sentimento daquelas pessoas - sobretudo dos mais velhos - quando se falava do ocorrido. A violência que se abateu sobre a cidade - e que teve o cassetete dos policiais como símbolo maior, ao lado dos podões levantados - dificilmente poderia ser verbalizada.

Nas entrevistas feitas mais tarde com os dirigentes sindicais de Guariba, pouco ou quase nada sobre a primeira greve (maio/84) é colocado. É como se ninguém soubesse o que de fato aconteceu. No tocante à situação dos trabalhadores, seus anseios e reivindicações, um líder sindical da época esclarece que:

*“os trabalhadores não estavam brigando se era 7 ruas, ou 9, ou 30 ruas que iam cortar; eles queriam ‘preço justo’ (grifo meu) pelo trabalho que estavam fazendo”* (**depoimento de Zé de Fátima - 19/01/88**).

O depoimento que segue, de um cortador de cana é muito mais rico, dando conta do ocorrido naquele ano em Guariba:

*“Trabalhador é que nem burro de carga: nele você pode por quanto peso quiser. Só que quando o burro não agüenta mais, ele joga fora toda a carga”* (**depoimento de um trabalhador rural da cidade de Guariba, safra de 1988**).

A imagem de um animal dócil e pacato, acostumado a grandes cargas, é associada ao trabalhador rural. Este, na representação dos próprios trabalhadores, tem uma capacidade de suportar muitas carências. Porém, existe um limite mínimo, além do qual, com a subsistência seriamente ameaçada - a “carga que não se agüenta mais” - o trabalhador só tem uma solução: jogar tudo fora.

A reconstituição das mobilizações de trabalhadores assalariados rurais, que tiveram Guariba como epicentro, pode ser feita a partir dos vários momentos em que essa “carga” é posta e de como aqueles que a sofreram viram todas as alternativas de subsistência se fechando. A falta de alimento e - até mesmo - a falta de água estavam colocadas como perspectiva real para aqueles trabalhadores. Se a constituição de uma identidade social desses sujeitos, calcada nos moldes da classe operária moderna, está se processando em meio a esses acontecimentos, esta deve muito a um certo “burro” que não agüentou sua “carga”.

Os anos 1980 vêm para a região de Ribeirão Preto com o reconhecimento de sua pujança econômica e da existência de um mercado consumidor bastante rico. A implantação do PRÓ-ÁLCOOL, em 1975, só estimulou a indústria sucro-alcooleira ali baseada, fazendo crescer de forma acentuadíssima a área plantada de cana, bem como o número de postos de trabalho junto a essa atividade econômica. Essa atividade, ao lado da cultura citrícola, deram o tônus do desenvolvimento econômico regional e formaram o pilar de sustentação da chamada “Califórnia Brasileira”. Porém, ao lado da riqueza ostentada pela região, outro cenário crítico é desenhado pelas forças do mercado capitalista. Intensifica-se nesse momento a exploração da mão-de-obra rural, outrora moradora na zona rural, vivendo sob o regime de colonato. Durante as décadas de 60 e 70 esse antigo regime de trabalho se dissolve, com os colonos, em sua maioria, se mudando para a zona urbana, ocupando as periferias das cidades maiores ou as pequenas cidades - transformadas, em poucos anos, em cidades-dormitórios<sup>2</sup>.

Esses ex-colonos, agora trabalhando como assalariados temporários nas colheitas de citros e corte da cana, são uma das bases da categoria dos trabalhadores volantes ou bóias-frias. Além dos ex-colonos, a região, tornada pólo atrator de mão-de-obra, recebe levas de trabalhadores rurais de vários estados (Minas, Paraná e Estados da Região Nordeste).

Essa gama de trabalhadores, ex-colonos e migrantes, pouco assistidos em suas carências, vão se acumulando ao redor dos canaviais. Do ponto de vista trabalhista, pouca ou nenhuma assistência têm, tanto que, até as greves de 1984, salvo raras exceções, o registro em carteira não era praticado. O próprio vínculo empregatício se dá não com o usineiro ou o proprietário da lavoura, mas com um agenciador de mão-de-obra (o empreiteiro ou “gato”), que ganha uma comissão por produção ou tarefa executada por sua turma, dependendo do momento do ciclo produtivo da cana ou da laranja.

Para os agentes oficiais que analisaram os violentos acontecimentos de Guariba em 1984, a desassistência da lei é uma das causas desse cruel mercado de força de trabalho, cuja liberdade excessiva prejudica os trabalhadores. Essa é a opinião do próprio secretário de Estado das Relações do Trabalho da época, o advogado Almir Pazzianotto Pinto, que, num artigo publicado na grande imprensa após a primeira greve de Guariba, qualifica o trabalhador “volante” de “remanescente do sistema pré-capitalista ou do período pré-protetionista”.

Durante a entressafra das principais culturas, esses bóias-frias buscam sua sobrevivência em outras atividades agrícolas (capina, colheita de algodão, plantio de mudas de cana) ou partem para atividades na zona urbana - sempre como mão-de-obra desqualificada. É nesse momento que se agudizam as condições de vida desses trabalhadores, que vêm bastante reduzidos os seus proventos, além do desemprego ser, no mais das vezes, inevitável.

---

<sup>2</sup> uma descrição interessante dessas cidades-dormitórios - sobretudo Guariba e Barrinha - está em Dancini, Eliane Amábile **TEMPO, MEMÓRIAS E UTOPIAS: CORTADORES DE CANA EM GUARIBA E BARRINHA** (Dissertação de Mestrado), São Paulo, PUC, 1989.

Em 1983, as usinas de região modificam o sistema de trabalho no eito dos canaviais, acontecimento que terá importância direta nas manifestações dos trabalhadores no ano seguinte. Até então cada trabalhador recebia cinco ruas de cana para cortar, amontoando-as na rua do meio; com a inovação, ao invés de cinco, coube a cada trabalhador sete ruas - o que aumentou consideravelmente o trabalho de recolher e amontoar as canas cortadas. Esse sistema trazia vantagens inegáveis aos usineiros, através da redução dos custos do corte e carregamento da ordem de 30% aproximadamente, segundo dados do Departamento de Economia Rural da UNESP de Jaboticabal (Gebara & Baccarin, 1983). Em Guariba, essa mudança foi elogiada até pela imprensa local, que computava os ganhos com combustível em 28%. No tocante aos trabalhadores, o referido jornal calculava que seus rendimentos se elevariam em 20%, podendo chegar até 30 ou 35% a mais do que no corte de cinco ruas, “mesmo porque muitos trabalhadores rurais ainda estão se adaptando ao novo método que diminui, também, a catação da cana” (**A COMARCA DE GUARIBA** - 21/05/83).

Se os índices de ganho dos empresários calculados pelos economistas da UNESP estavam muito próximos dos anunciados pelo periódico guaribense, o mesmo não se pode dizer dos proventos auferidos pelos cortadores de cana. Estes, segundo o Departamento de Economia Rural da UNESP de Jaboticabal, estavam quase que numa relação proporcionalmente inversa aos índices sugeridos como ganho dos trabalhadores na notícia de 1983. Em dados amplamente divulgados à época dos conflitos de maio de 1984, os cálculos demonstravam uma perda de 22% da produtividade (e, conseqüentemente dos rendimentos) dos cortadores de cana<sup>3</sup>.

A polêmica sobre o sistema de sete ruas foi levantada, na região, ainda em 1983. Além da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Jaboticabal proceder à denúncia do prejuízo que os trabalhadores estavam tendo, vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais se manifestaram contrariamente ao novo sistema - inclusive o Sindicato de Jaboticabal, ao qual os trabalhadores de Guariba estavam ligados. De qualquer forma, a manutenção do sistema de corte de cana por sete ruas atravessou a safra de 1983 e chegou praticamente incólume até os primeiros dias da safra de 1984. Tal era a clareza das perdas às quais os trabalhadores estavam submetidos que a pauta de reivindicações para a safra de 1984, que até então era elaborada, discutida e aprovada apenas por dirigentes sindicais, na maioria das vezes sem a participação de trabalhadores, continha, como um dos itens prioritários, o retorno do sistema de corte de cana por cinco ruas.

Segundo José Giacomo Baccarin, além da sobrecarga do trabalho no sistema de sete ruas prejudicar os ganhos dos trabalhadores na safra de 1984, a diminuição dos seus rendimentos em 1983 agudizou as já depauperadas condições de sobrevivência desses sujeitos nos difíceis meses da entressafra (Baccarin, 1985, p. 138).

---

<sup>3</sup> “Corte de cana em sete ruas reduz ganho do trabalho” - **FOLHA DE SÃO PAULO** - 17/05/84. Nesta matéria cita-se dados do Departamento de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal.

Não bastasse a super-exploração representada pelo advento do sistema de sete ruas e os seus nefastos resultados sobre uma população dependente, quase que de forma exclusiva, dos proventos da colheita da cana, uma mudança no cálculo da taxa de água e esgoto por parte da SABESP (Saneamento Básico do Estado de São Paulo), elevou as contas de água dos usuários desse serviço estadual. Segundo declarações do presidente do STR de Jaboticabal, divulgadas pela grande imprensa no dia seguinte à deprecação do prédio da SABESP em Guariba, a empresa teria reduzido

*“a cota de consumo para cobrança da tarifa mínima e elevou de 50 para 100% o custo da coleta de esgoto em relação ao consumo de água”* (Benedito Magalhães, presidente do STR de Jaboticabal, em depoimento à **FOLHA DE SÃO PAULO** - 16/05/84).

Especificamente em Guariba, o problema da taxa de água e esgoto se revestiu de uma peculiaridade bastante interessante. Trata-se do pomo de discórdia política entre o então prefeito Evandro Vitorino (PMDB) e seu antecessor (que era do PDS). A adesão desse último ao convênio com a SABESP por trinta anos foi duramente criticada por Vitorino. No semanário local, **A COMARCA DE GUARIBA**, de 28/04/84, o prefeito afirmou com relação à SABESP: *“Não estou incentivando o povo a tomar uma atitude, que é o que se ouve falar constantemente, mas se alguma for tomada, terá o meu apoio”*. O certo é que tornou-se público e notório que as tarifas cobradas pela referida empresa eram escorchantes. Além de terem plena consciência de sua exploração pelos patrões, os trabalhadores de Guariba assistiram a uma manifestação pública de suas próprias autoridades contra a SABESP. O quiproquó evidente entre os políticos do PMDB, que viviam a ambigüidade de serem oposição ao governo federal e governo no Estado de São Paulo vai tornar os acontecimentos mais complexos e deixar os trabalhadores mais sem referências, pois as autoridades se contradiziam e, elas próprias, insuflavam a revolta.

### **Maio de 1984**

Diferentes versões sobre os acontecimentos que tiveram lugar em Guariba entre os dias 14 e 18 de maio de 1984 podem ser apresentadas. Há que se considerar que o movimento de trabalhadores dessa cidade foi o estopim de uma série de paralisações que se alastraram a partir das cidades vizinhas até outros Estados, como Paraná, Minas Gerais e Goiás. Durante os anos seguintes (até pelo menos 1989), através do acompanhamento da preparação das pautas de reivindicações dos cortadores de cana, era comum ouvir de lideranças e trabalhadores que participavam dessas reuniões considerações respeitosas e valorizantes acerca dos trabalhadores de Guariba. O certo é que o início da paralisação ocorreu no dia 14, uma segunda-feira, quando várias turmas suspenderam suas atividades nos canaviais. Sobre como se deu esta paralisação, pouco ou quase nada se diz. No discurso de um dos dirigentes do STR de Guariba, a paralisação

na lavoura já teve uma característica violenta, com ameaças de “*cortar o outro se ele não parasse*”. Isso demonstraria o grau de acirramento dos ânimos que o sistema de corte por sete ruas provocava e torna-se importante precedente para a violência do dia seguinte.

O detonar da greve nos canaviais não parece, portanto, tão incrível. Acumulava-se de há muito a indignação por conta do novo sistema de corte da cana. Se as paradas de turmas para efeito de reivindicações menores já se registravam por toda a região, esse “efeito cascata” das pequenas paradas era uma resposta previsível. O inusitado parece se situar no acúmulo de dificuldades, tanto na situação de trabalho quanto na manutenção de um nível mínimo de decência para o trabalhador e sua família. Estão dadas as condições para que “o burro jogue fora toda a carga”.

A noite que separa os dias 14 e 15 certamente foi agitada no bairro João de Barro em Guariba. Nos jornais que cobriram os fatos encontra-se, ainda que na acusação de seus adversários políticos, a informação de que o vice-prefeito de Guariba estaria incentivando, em conversa de bar, o protesto contra a SABESP: “*no bar do Baianinho, o próprio vice-prefeito instigava os trabalhadores rurais a pararem o trabalho no dia seguinte*” (funcionário da Usina São Martinho em depoimento à **FOLHA DE SÃO PAULO** - 16/05/84).

A hipótese menos plausível é a da ação de estranhos “infiltrados”. Embora recorrente nos depoimentos de algumas autoridades federais e de empresários à grande imprensa, nada leva a crer na presença de militantes de qualquer grupamento político com a tarefa de provocar agitação. Um membro da direção regional da CUT conta que sequer conseguiu entrar em Guariba no dia 15, quando a entidade foi informada dos piquetes violentos dos bóias-frias. “*A polícia tinha cercado as entradas da cidade e não nos deixou passar naquele dia*” (**entrevista de Antônio Pallocci Filho**, diretor da CUT regional II -18/03/1988).

Na manhã do dia 15 os trabalhadores fecharam as principais saídas da cidade com seus piquetes, impedindo principalmente a passagem dos caminhões de turmas. Novamente a violência se explicita.

“*A gente quebrava com o facão galhos de árvore para fazer barreira. O vidro do caminhão, quebrava tudo’. Os bóias-frias, então, desembarcaram e recebiam instruções de caminhar para a cidade queimar a SABESP. ‘Foram dois do nosso bando que deram a idéia. Um é cortador de cana, o outro não é. A gente fazia o pessoal descer do caminhão e já tocava para a SABESP’*”(relato de um trabalhador ao **JORNAL DA TARDE**, 17/05/84).



Um diretor do STR de Guariba, homem mais velho que participou da greve dos cortadores de cana de 1962 na cidade, compara o piquete da primeira paralisação com esse, considerado por ele “*desorganizado*”.

*“(a greve de 1962) tinha um chefe que coordenava o que nós devíamos fazer e o que nós não devíamos. Essa vez agora (1984/1985) não estava tendo chefe de piquete, porque a turma estava fazendo de maneira que muito bem lhe aprovava. Então tava aí, problema de molecada infiltrada no meio e, naquele tempo, sei lá, acho que os pais também não deixava a molecada sair prá ir prá lá” (entrevista com Afonso, diretor do STR-Guariba, 1985).*

A memória dessa greve na década de 60 teria sido importante como referencial aos trabalhadores de 1984 (D’ Incao, 1985, 214). Porém, o caráter mais radical do movimento de 1984 se explicita na “espontaneidade” dos piquetes, como também na presença de adolescentes - “molecada”, nos termos do informante acima citado. A presença de jovens nas manifestações voltará a ser tratada mais adiante.

Por volta das 7:30 hs. um grupo de trabalhadores, entre duas mil e cinco mil pessoas, se dirigiu até o centro da cidade. A revolta ganha seus contornos mais nítidos.

*“Viemos em bando, correndo um atrás do outro e riscando o facão na rua - saía até foguinho - e gritando, porque guerra é guerra não é?” (JORNAL DA TARDE, 17/05/84).*

No escritório da SABESP os trabalhadores quebraram tudo e puseram fogo no prédio. *“Não tinha guarda. Nós entramos de facão e picamos tudo: janela vidro, telhado” (JORNAL DA TARDE, 17/05/84).* Depois foram para a estação de abastecimento, outra instalação da SABESP ao lado da Prefeitura. Lá eles queimaram tudo, até dois veículos da empresa.

Ao observar as imagens da depredação, publicadas pela **FOLHA DE SÃO PAULO** no dia 16/05/84, percebe-se um numeroso grupo, a maioria homens jovens, muitos até imberbes, se amontoando próximo à SABESP. Se os analistas apontam a importância dos homens mais velhos, articuladores de uma crítica mais global da situação e componentes daquela que ia ser a comissão de negociação - reconhecidos como os legítimos líderes do movimento (D’ Incao & Botelho, 1987, p. 64) - foram os mais jovens que, com ímpeto, avançaram sobre a cidade. A imagem dos podões levantados, marca registrada das greves de Guariba em 1984 e 1985, conta sempre com o elemento juvenil, enérgico e voluntarista. É o que registra o jornal **O ESTADO DE SÃO PAULO**, em 20/05/84: *“os piqueteiros, atiradores de pedras e aqueles que agiram com maior violência em Guariba tinham de 14 a 25 anos, a maioria deles adolescentes”.*

O próximo alvo dos revoltosos foi o supermercado Santo Antônio, o maior da cidade - de propriedade do então presidente do Diretório municipal do PMDB, Cláudio Amorim. A essa altura, doze policiais militares de Guariba (o efetivo da cidade chegava a dezesseis homens) tentaram conter os manifestantes, sem nenhum êxito.

*“A gente até que estava acompanhando tudo de longe, junto com um policial, mas pensamos que o pessoal ia passar reto. Aí, um homem gritou - Vamos para o supermercado - e foram todos, parecendo uma boiada’ - contou a filha do comerciante”*  
(O ESTADO DE SÃO PAULO, 16/05/84).

Naquele momento, além do saque do estabelecimento comercial, mais dois veículos foram incendiados.

Sobre a motivação desse ato, um trabalhador, em depoimento ao **JORNAL DA TARDE** declarou: *“ele é o mais careiro e o que mais maltrata”*. A verdade é que a maior parte daqueles trabalhadores comprava no supermercado, sempre no sistema de compras adiantadas - isto é, o salário futuro estava comprometido com as compras já feitas - o que só ressaltava a exploração do comerciante.

A percepção de que a reciprocidade não mais funciona e as autoridades não cumprem seu papel de serem generosas para com os pobres só gera mais indignação e ira moral, combustível da revolta. Trata-se de um momento em que a falta de alimento e água era uma perspectiva real para aqueles trabalhadores enquanto que o supermercado, depósito de alimentos e bens, de propriedade de uma das autoridades responsáveis pelo bem-estar da cidade, lucrava com a especulação<sup>4</sup>.

Por volta das 11 horas daquela manhã, duzentos homens do Batalhão de Choque da Polícia Militar, vindos de Araraquara, iniciam a repressão ao verdadeiro motim que os trabalhadores encetaram em Guariba. Uma testemunha ocular do conflito entre policiais e bóias-frias diz:

*“Eles estavam loucos! Gritavam como índios. A polícia jogava bombas, eles recuavam, mas logo atacavam de novo. Pegaram um bujão de gás, puseram fogo e ficaram esperando explodir”* (JORNAL DA TARDE, 17/05/84).

Após mais ou menos cinco horas de levante, a revolta foi contida. Nesse dia o saldo da também violenta ação policial foi de vinte e nove pessoas feridas, das quais quatorze à bala, e um morto

---

<sup>4</sup> É Barrington Moore Jr. que discorre de forma magnífica sobre a revolta contra o açambarcador de bens (cf. Moore Jr., 1987). O autor fala do mito do cão amarrado junto à manjedoura, metáfora que retrata a retenção dos bens numa situação de escassez (pp. 66 e 67).

- um aposentado de sessenta anos que apenas assistia ao tumulto e foi baleado na cabeça. À tarde, a situação era de aparente calma. A cidade ficou vários dias sob o controle da Polícia Militar, que vigiava, fortemente armada, os bairros de bóias-frias. Água e luz foram cortadas e temia-se que os trabalhadores tivessem envenenado o reservatório de água da SABESP, fato que não se confirmou.

Durante os próximos dois dias, dez mil trabalhadores em Guariba permanecem em greve, sendo que, já na noite do dia 15, é acertado o retorno do sistema de corte de cana por cinco ruas (**FOLHA DE SÃO PAULO**, 16/05/84). Embora as reivindicações trabalhistas estivessem presentes, não são elas exclusivamente que presidem as motivações dos trabalhadores. O protesto social é amplo e a própria resposta encetada pelo empresariado denota, ao lado do temor de maiores prejuízos, a solicitude cobrada de forma tão veemente pelos bóias-frias. Um detalhe que passou despercebido pode dar mais pistas da qualidade dos protestos do dia 15 de maio de 1984: apesar da ameaça que representa, e de efetivamente ter sido utilizado com mais frequência nos desdobramentos desse movimento, apenas um incêndio em canalial foi registrado na região de Guariba, o da fazenda São Carlos, ocorrido na noite de 16 de maio (**FOLHA DE SÃO PAULO**, 17/05/84).

Tal fato demonstra que, além dos piquetes impedindo a chegada ao local de trabalho (que continuaram com certa violência), todas as ações tiveram como base e objetivo a cidade e sua “economia” pouco solidária. Aproximam-se, assim, os fatos acima relatados com os movimentos que E. J. Hobsbawn qualifica como os da “turba urbana” - tipo de ação direta levada a cabo pelas classes populares citadinas no período pré-industrial (Hobsbawn, 1978, pp. 114 e ss). Há que se ressaltar que o autor inglês não contradiz a tese de que as motivações para tais revoltas estariam na percepção dos populares acerca da quebra das regras de reciprocidade, já que não havia como proporcionar o suprimento de suas necessidades básicas - o que justificaria a revolta e a desobediência do que Barrington Moore Jr. chama de “contrato social implícito” (Moore Jr., 1987, p. 42).

No dia 17 de maio, enquanto o movimento se alastrava por várias cidades da região, em Guariba a greve tem fim graças a um acordo que contemplou quase todas as reivindicações dos trabalhadores. Porém, até que se negociasse a extensão dos acordos de Guariba para todo o Estado, a onda de greves, depredações e saques continuou. Segundo a imprensa, até o final do mês de junho, ocorreram no Estado 24 conflitos - entre saques, depredações e greves (cf. D’Incao & Botelho, 1987, p. 72).

### **Por uma conclusão**

Se a greve de Guariba, em 1984, foi o símbolo da retomada da luta social dos trabalhadores rurais no Estado de S. Paulo após o Golpe de 1964, a racionalidade que presidiu

as ações dos bóias-frias foi fortemente influenciada por um conjunto de normas e valores tradicionais decalcados da economia moral camponesa. A consciência de classe trabalhadora via-se expressar em estado nascente, ao lado de uma concepção de mundo mais classicamente camponesa. As condições de reprodução da força de trabalho volante na região mais rica do Estado de São Paulo no período revelavam uma precariedade enorme, motivando o conflito. A atuação da Polícia Militar foi fortemente violenta, praticamente sitiando a cidade de Guariba nos dias da greve. A violência dessa repressão policial ainda precisa de uma investigação mais específica, dada sua natureza e as marcas deixadas na população trabalhadora ali residente.

### Referências

Alves, Francisco José da Costa MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SINDICALISMO: LUTAS DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS DA REGIÃO CANAVIEIRA DE RIBEIRÃO PRETO, Campinas, UNICAMP (tese de Doutorado), 1991.

Baccarin, José Giácomo TRABALHADORES RURAIS VOLANTES DA REGIÃO DE JABOTICABAL: CRESCIMENTO, CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS ORGANIZACIONAIS, Piracicaba, ESALQ/USP (tese de mestrado), 1985.

Dancini, Eliane Amábile TEMPO, MEMÓRIAS E UTOPIAS: CORTADORES DE CANA EM GUARIBA E BARRINHA (Dissertação de Mestrado), São Paulo, PUC, 1989.

D'INCAO M. C. "O Movimento de Guariba: O Papel Acelerador da Crise Econômica". Revista POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO vol. 1, no. 2, Rio de Janeiro, FESP, 1985.

D'Incao, Maria Conceição e Botelho, Moacir Rodrigues "Movimento social e movimento sindical entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo" Sader, Emir (org.) MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA, São Paulo, Cortez, 1987.

FERRANTE, V. L. S. B. "Bóias-frias em greve no Estado de São Paulo: a coletivização dos espaços de luta" ANAIS DO 11º ENCONTRO DO PIPSA, Botucatu, FCA/UNESP, 1986.

---

A CHAMA VERDE DOS CANAVIAIS - UMA HISTÓRIA DAS LUTAS DOS TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO (tese de Livre-Docência), Araraquara, UNESP, 1992.

GEBARA, José J. e BACCARIN, José G. **“Proálcool: ocupação do solo, emprego agrícola e estrutura agrária na região de Ribeirão Preto (SP) - versão parcial da pesquisa PROÁLCOOL E AGRICULTURA REGIONAL: EFEITOS GERAIS E SOBRE A MÃO-DE-OBRA**, PNPE/IPEA, 1984.

---

“O Novo Sistema de Corte de Cana por Sete Ruas: Quem ganha?” **ESTUDOS 8**, FCAV/UNESP/DER, 1983.

Martins, José de Souza **O CATIVEIRO DA TERRA**, São Paulo, L.&Ed. Ciências Humanas, 1979.

---

**CAMINHADA NO CHÃO DA NOITE - EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E LIBERTAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO**, São Paulo, Hucitec, 1989.

Moore Jr., Barrington **INJUSTIÇA - AS BASES SOCIAIS DA OBEDIÊNCIA E DA REVOLTA**, São Paulo, Brasiliense, 1987.

Scott, James C. **THE MORAL ECONOMY OF THE PEASANT - REBELION AND SUBSISTENCE IN SOUTHEAST ASIA**, Worcester, Yale University Press, 1976.

Thompson, Edward P. **TRADICIÓN, REVUELTA E CONCIENCIA DE CLASE**, Barcelona, Ed. Crítica, 1979.

## GT 08 - A Luta pela terra e a Política Fundiária

### A morte de “um brigador de terras, um ladrão de terras”:

morte dos posseiros, nascimento Projeto de Assentamento de Reforma Agrária

Tiago Rodrigues Santos<sup>1</sup>

#### RESUMO

Este artigo<sup>2</sup> busca refletir sobre o processo de luta pela terra na região da Chapada Diamantina, Bahia, mais especificamente no processo de luta das Fazendas Pau a Pique e Caxá, município de Marcionílio Souza, Bahia. A década de 1980 foi, para a realidade brasileira, marcada pela explicitação de conflitos agrários e intensas lutas sociais em torno da “questão da terra”. Quer seja na escala nacional, na estadual ou municipal, a tensão no campo permeou o cotidiano dos camponeses e trabalhadores rurais, assim como manifestou o poder dos latifundiários - em todas as esferas - na vida política do País. No município de Marcionílio Souza, Bahia, esse contexto explicitou o acirramento da luta dos posseiros e da resistência ao processo de expropriação e sujeição do trabalho. Assim, este artigo busca refletir uma singularidade, a luta dos posseiros das Fazendas Caxá e Pau à Pique - que provocou a morte do posseiro e liderança sindical Zacarias dos Santos e a implantação do Projeto de Assentamento Rural Caxá, em 1985 - para refletir tanto a particularidade do estado da Bahia quanto à generalidade das lutas sociais no campo brasileiro nos anos de 1980.

Palavras-Chave: **Assentamentos Rurais; Luta pela Terra; Reforma Agrária**

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais na UNICAMP (Bolsista CNPq) e Professor Substituto do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia. Integra o corpo de pesquisadores do Grupo de Pesquisa GeografAR (IGEO/UFBA), Do Coletivo Quilombola (CERES/UNICAMP) e o Núcleo de Estudos Rurais e Ambientais (FFCH/UFBA). E-mail. [tiagociso@hotmail.com](mailto:tiagociso@hotmail.com)

<sup>2</sup> Este artigo é parte da dissertação de mestrado em Geografia, intitulada “O ASSENTAMENTO DIVIDIDO? produção do Espaço, Mediadores e Conflitos no Projeto de Assentamento Caxá”, defendida em 2012 na Universidade Federal da Bahia.

**A morte de “um brigador de terras, um ladrão de terras”:** morte de Zacarias, nascimento de um Projeto de Assentamento

## **Introdução**

Este artigo busca refletir sobre o processo de luta pela terra na região da Chapada Diamantina, Bahia, mais especificamente no processo de luta das Fazendas Pau a Pique e Caxá, município de Marcionílio Souza, Bahia. No estado da Bahia, assim como no Brasil, as lutas sociais no campo sempre foram intensas e marcadas pela violência dos latifundiários - violência que se expressa tanto na apropriação privada dos recursos naturais e das terras, quanto em assassinatos de posseiros e trabalhadores rurais sem terra -, e pela resistência dos posseiros e trabalhadores rurais ao processo de expropriação.

Ivo (1987), afirma que a particularidade do estado da Bahia em termos do processo mais global da agricultura brasileira havia sido realmente seu impulso com a conformação do Polo Petroquímico de Camaçari, que contribuiu para uma vetorização do crescimento agrícola em direção ao Oeste e ao Sul do estado, a intensificação da mecanização e o aprofundamento do padrão de tecnificação de culturas, como a soja, o café e o cacau. Alerta a autora que o processo de interiorização do estado se deu por um processo de expansão da atividade pecuária e de consolidação de culturas “regionalizadas”, a exemplo da produção de feijão na região de Irecê, da cultura de sisal na região de Serrinha e de café na região de Vitória da Conquista e da Chapada Diamantina. Sem dúvida, todo esse processo como verá mais à diante, se deu a partir do binômio expropriação-violência.

Nas décadas de 1950 e 1960, Germani (1993) e Ivo (1987), apontam um crescimento no setor agrícola baiano, em que áreas antes centradas na atividade pecuária vão perdendo espaço para a agricultura, passando a absorver uma maior quantidade de mão de obra. Tomando como base o Censo Agropecuário de 1985, Ivo (1987) aponta o seguinte processo de expansão e modernização da agricultura baiana: crescimento de 57% da lavoura plantada em relação à década anterior; o crescimento da pecuária bovina que tinha sido de 42,33% no período de 1940-1950, foi de apenas 17% entre 1950-1960. A esses números ainda são acrescidos do crescimento do número de tratores na produção, dado que entre 1940-1950 o crescimento fora de pouco mais de 90%, entre 1950-1960, esses números

passa de um crescimento de mais de 600%. A autora, baseada no Censo, indica um crescimento da absorção de mão de obra no setor, principalmente nas áreas de minifúndios.

Essa situação, principalmente por conta de expulsões e de liberação de mão de obra, cria determinadas condições objetivas para o crescimento de insatisfações e de organizações de trabalhadores em sindicatos e associações, como forma tanto de lutar pelo acesso a terra, que ficava cada vez mais concentrada, como na luta por emprego, melhores condições de trabalhos e melhorias nos salários. Essa liberação de trabalhadores pode ser vista de um olhar que integre a expansão capital no País, haja vista que muitos desses trabalhadores, agora sem emprego, migram para estados e regiões que possam absorvê-los.

Por outro lado, os impactos das ações da SUDENE, através do fortalecimento das empresas rurais e de grandes projetos agropecuários, sobretudo de irrigação, propiciaram não a melhoria das condições dos camponeses e dos trabalhadores rurais, mas serviu para aprofundar a pobreza rural e a expropriação. A política dos Governos Militares (1964-1985) tem a Bahia o mesmo *script*<sup>3</sup> presente em todo o País: aprofundamento de um modelo de modernização, vinculado à constituição dos CAIs e de projetos de Colonização. As décadas de 1970 e 1980 conhecem um florescimento e consolidação do setor agrícola da Bahia: aumento de mais de 35% no número de estabelecimentos agrícolas; expansão da lavoura em 42%; e crescimento de mais de 500% na mecanização, principalmente pela incorporação de tratores nas áreas. Ivo (1987,p.16) indica os seguintes fatores responsáveis pelo crescimento do setor: a) abertura da fronteira agrícola, sobretudo pelos investimentos em infra-estrutura rodoviária e portuária; b) política de créditos agrícolas subsidiados; 3) programas governamentais de incentivo a determinados setores, como o POLONORDESTE e o PROTERRA; 4) estímulo a exportação de produtos, como o cacau e a soja; 5) especialização de determinadas regiões, como o Vale do São Francisco. Além do aumento da participação da agricultura no PIE durante o período, temos uma forte liberação de mão de obra, e, sobretudo, expropriação de terras de camponeses e concentração fundiária no período. Dados do Censo Agropecuário de 1985 apontam que o crescimento

---

<sup>3</sup> Um estudo primoroso sobre o papel do estado da Bahia neste cenário de Governo Militar pode ser encontrado em Paulo Fábio Dantas Neto: **Tradição, autocracia e carisma:** a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte, MG: UFMG; Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ, 2006.



das áreas com menos de 10 hectares que tinha sido de 39,35% entre 1960-1970, diminuiu na década seguinte. Mas, por outro lado, o número de estabelecimentos de 1.000 a 10.000 hectares teve um crescimento de mais de 56% no período de 1970-1980.

### **AS TERRAS PROMETIDAS? OCUPAÇÃO NAS FAZENDAS PAU A PIQUE, CAXÁ E FURADO DE ESPINHO**

A partir da estrutura fundiária apresentada anteriormente e do processo de expansão do setor agropecuário, as lutas dos posseiros se explicitaram de uma forma vertiginosa em todo o estado da Bahia no período. No âmbito deste texto, optamos por identificar e analisar essas lutas no contexto da Chapada Diamantina, de modo a compreender a surgimento do PRA Caxá naquele contexto, sem, contudo, isolá-lo do contexto mais amplo do qual se insere.

É nesse conjunto que no Brasil e no Estado da Bahia corresponde, também, as peculiaridades e particularidades regionais, como no caso da região da Chapada Diamantina<sup>4</sup>. A região, conhecida principalmente por suas minas de diamantes e ouro, foi centro de lutas sociais intensas, principalmente de latifundiários por posseiros. A Chapada Diamantina conheceu neste período um processo de expansão da fronteira agrícola no estado, sobretudo pela expansão da criação de gado e caprinos. A expansão desta atividade, aliada a um processo de mudança de dominância das fazendas acirraram os conflitos agrários na região.

Desde a década de 1960 e 1970, os posseiros foram afetados pelo processo de expropriação e violência que passou a dominar na região. A atuação de grandes latifundiários, conhecidos ainda como “Coronéis”, bem como do poder público e pela polícia, acirraram os climas de conflitos na Chapada Diamantina. A Comissão Pastoral da Terra, em Ruy Barbosa, passou a acompanhar e realizar um levantamento dos conflitos na região, buscando sempre organizar a população e divulgar os acontecimentos, sobretudo em Salvador e Brasília, de modo a evitar seu aprofundamento.

---

<sup>4</sup> Compreende-se como Chapada Diamantina, os municípios sob atuação da Diocese de Ruy Barbosa - , local de atuação da Comissão Pastoral da Terra. Ao optarmos por esta regionalização e não pela oficial adotada pelos órgãos de planejamento do Estado, como a CAR, queremos enfatizar a dimensão das lutas sociais pela reforma agrária no Estado da Bahia.

O município de Marcionílio Souza localiza na região da Chapada Diamantina, a 336 quilômetros de Salvador, capital do Estado. O município de Marcionílio Souza foi criado pela Lei Estadual nº 1761, de 27 de julho de 1962, desmembrado do município de Maracás. O nome do município foi uma homenagem a um coronel da região, Marcionílio Souza. Como a região, o poder político e econômico do município esteve associado a história do coronelismo e do mandonismo, donde os coronéis detinham as posses das áreas, donde os conflitos fundiários foram sempre constante na região.

O município possui uma área de 1.484 Km, com uma população de 10.774 habitantes, pessoas, a maioria em área rural e, embora o setor de serviços seja o maior percentual do PIB municipal, a participação da agropecuária é visível no cotidiano do município. Marcionílio Souza está totalmente do “Polígono das Secas”, e o Índice de Gini do município apresenta uma linha decrescente, onde temos um índice de 0,913 em 1970, 0,866 em 1975; 0,822 em 1980; 0,769 em 1985; 0,701 em 1996 e em 0,708, em 2006.

Na década de 1980, os conflitos fundiários no município se explicitaram a partir de diversos fatores: por questões trabalhistas; pelo acesso a terra; pela permanência na terra, enfim, diversos fatores que tiveram na capacidade de apoio da CPT e dos nascentes sindicatos rurais da região o apoio. Um dos conflitos inicia-se em 1980, numa comunidade denominada Lagoa da Churé, ao oeste da sede de Marcionílio. A Fazenda Lagoa da Churé pertencia ao senhor Juca Medrado, homem rico da região e conhecido como “Coronel Juca Medrado”, numa clara alusão ao tempo do coronelismo. Na terra, as pessoas trabalhavam em regime de meia ou da terça, ou até de arrendamento, onde os camponeses unificam em “pagar renda”. Entretanto, dois motivos fizeram com que os conflitos se explicitassem: a alta carga do pagamento da “renda” e a chegada da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) e da CPT na região.

A partir daquela situação, o advogado da AATR, conhecido como doutor Carlinhos, iniciou a orientação dos trabalhadores a se organizarem, e efetivar os direitos de posseiros, principalmente buscando propor a alternativa de criação do sindicato rural no município, que até então não existia. Daí em diante, vários posseiros começaram a se negarem a pagar a renda da terra, o que casou revolta e repressão por parte dos fazendeiros. Segundo

depoimento de um agente da CPT, nesse período qualquer possibilidade de negar o poder estabelecido era tido como uma afronta aos “coronéis”.

A situação piorou quando da estratégia do fazendeiro em vender as terras onde as pessoas trabalhavam e/ou tinha posse, como meio de expulsá-las. A alternativa imediata dos grupos foi passar a ocupar outras áreas, sobretudo aquelas que o fazendeiro começara a colocar a venda. A violência enquanto prática de classe não se fez demorar: pessoas foram presas, outras torturadas, muitas expulsas, algumas não aguentaram os conflitos e saíram com medo de que algo mais grave acontecesse. Aos que ficaram só restaram à organização, quando perceberam que aquele processo não era isolado, de apenas uma família, mas que acabaria perpassando a vida de todas na localidade. A partir de então, a solidariedade começou a se fortalecer.

Os conflitos na Lagoa da Churé envolveram mais de 100 famílias que eram posseiras naquelas terras, famílias que de uma forma geral não tinham experiência alguma de organização política em movimentos sociais ou sindicatos rurais. Desse conflito muitos saíram e passaram a ocupar as terras da Fazenda Caxá, de Albertoni Bloisi, que estavam abandonadas na região. Esse fato serviu, também, para que pudessem fortalecer o vínculo com a CPT e a Diocese de Ruy Barbosa, apoiada pelo Bispo Dom Mathias Schmit, advogados da ATTR, e também sindicalistas da FETAG-Ba, entidades mediadoras que atuavam no apoio à luta pela terra no estado. Essas mediações conseguiram retirar a dimensão localizada das lutas na Lagoa da Churé e inseri-las em uma articulação. A partir daí busca-se a articulação entre os trabalhadores, apoiados por aquelas entidades de assessoria, para se formar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marcionílio Souza.

A partir de junho daquele ano, 1980, a organização dos trabalhadores se avoluma e decidem que é o momento necessário de se formar o STR daquele município. Este fato nos remonta a um depoimento de um agente da CPT da Bahia, que relata a dificuldade tanto de organização quanto da incompreensão do Estado de que a luta era coletiva, e não de um líder isoladamente

E aí aquele povo começava a sentir o valor que ele tinha, e a ele mesmo decidir. A grande pergunta que faziam para nós: ‘quem é o chefe, quem é o cabeça daqui?’ Logo que começaram as primeiras iniciativas. Era isso, e o povo mesmo aprendeu a responder, que não tem cabeça, ‘aqui são todos

juntos, que nós é quem decidimos as coisas'. E era em todos os sentidos. Esta que é a grande faísca de liberdade que começou, e que foi pra frente com altos e baixos [...](F.L., agente pastoral da CPT, depoimento, 11.01.2006).

A partir desse caso, os trabalhadores fundaram, em 3 de agosto de 1980, o STR de Marcionílio Souza, com sede no centro do município, que a partir daquele momento começou a ser o polo de encontro dos posseiros, trabalhadores rurais e dos que se sentiam injustiçados pelo mandonismo local. Mesmo com o STR formado, muitos trabalhadores foram impedidos de comparecer às reuniões, e contam que nas primeiras reuniões policiais ficavam próprios à Sede, observando as pessoas que entravam e saíam do recinto (JORNAL DA BAHIA, 1980).

Importante salientar que a noção de “direito” passou a ser o instrumento principal de mobilização daqueles camponeses. Frisa-se que não só a noção de direito positivado, mas de um direito que perpassa a situação de estar trabalhando, uma noção de direito que retomava a ideia de que a terra era dada por Deus aos homens, enfim, significava a passagem para o entendimento de que eram camponeses pobres, analfabetos, mas sujeitos de direito, sujeito de suas vidas.

Na procura, na busca pelas terras prometidas, fazenda encontrada foi a Caxá pelos posseiros, que passava então a ter um fluxo migratório muito grande, pois era uma das pouquíssimas áreas abandonadas no município. Mas o clima de tensão no município piorou quando o lavrador José Gomes da Silva, que trabalhava de diarista nas fazendas de Marcionílio Souza foi morto pelo então delegado de Polícia Civil no município, Manuel Alves Pinho. O trabalhador, que era uma das lideranças contra as ameaças e expulsões que os camponeses viviam, tinha sido preso arbitrariamente pelo delegado, que segundo testemunha, pediu para que o escrivão da delegacia o algemasse e depois fez disparos contra a vítima.

Quando a situação não passava por conflitos, era o tamanho reduzido das posses que faziam os camponeses saírem de suas terras em busca de mais terras que pudessem plantar, demonstrando outra forma da violência da concentração de propriedade da terra no País. A situação típica era o fato das famílias crescerem em número de indivíduos, mas a extensão da terra não ser suficiente para que o grupo familiar continuasse a se reproduzir com um mínimo de condição. Posseiros que trabalhavam nas terras de Juca Medrado, no município de Planaltino, próximo a Marcionílio Souza, que não aguentavam mais o valor pago pelo uso da

terra a deixava, mas sem acesso a nenhum previsto na legislação. Mas saíam e se juntaram a outros no sonho de ocupar a terra prometida, materializada naquele momento no Caxá.

A Fazenda Caxá pertencia a Alberthoni Bloisi, fazendeiro da região, que deixara a fazenda improdutiva, sem nenhuma plantação contínua, mas com a existência de posseiros, antigos empregados da Fazenda. Interessante notar que na maioria dos depoimentos colhidos em campo aparece a palavra “apossar”. Segundo os camponeses, ao chegarem da área eles estavam se “apossando”, não de uma fazenda abandonada, mas de uma fazenda que já estava ocupada, por outros posseiros.

Os trabalhadores utilizaram-se da articulação da FETAG-Ba para dar entrada no Superintendência do INCRA na Bahia pedindo para averiguar a situação fundiária da fazenda. O INCRA, após vistoria e análise da cadeia dominial do imóvel, chegou à conclusão que o mesmo pertencia a Alberthoni Bloisi, que a abandonara, e não a Waldemar Ferraro, que através da sua truculência, prestígio e poder local queria grilar as terras em que se encontravam várias famílias de posseiros. Este elemento da posse é interessante para pensarmos as diversas formas de acesso a terra, pois o ato procura romper a lógica, tanto do monopólio da terra quanto da sua situação jurídica de propriedade privada. Segundo Ferreira, Fernández e Silva (2009) “Nessa perspectiva a posse se constitui como uma prática de reforma agrária, enquanto ocupação e distribuição de terras, enquanto processo de luta política, entre posseiros, latifundiários, estado, entre outros” (FERREIRA; FERNANDEZ; SILVA, 2009, p. 214).

A outra fazenda, a Pau a Pique, tinha 3.492 hectares e pertencia Raimundo Viana, que tinha adquirido de Pedro Ribeiro, depois que uma decisão do Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa a este em detrimento do pedido do senhor Américo Caribé. Assim como a Fazenda Caxá, a Fazenda Pau a Pique fora objeto da migração de posseiros de outras fazendas, na busca de uma terra para se plantar, mas diferentemente daquela em que o conflito ocorreu em uma menor proporção, na fazenda Pau a Pique os conflitos se acirram e se radicalizou ao ponto de ocorrer a morte de um trabalhador.

Até 1983, quando o Pedro Ribeiro ainda era o proprietário, os posseiros já estavam ocupando cerca de 2.640 hectares da fazenda, ou seja, a área trabalhada pelos camponeses era mais da metade de toda a área da fazenda. Em 1984, quando a compra foi consumada

por Raimundo Viana, os conflitos se agravaram, sendo que o fazendeiro contou com o apoio da força policial para intimidar os posseiros, tendo feito a prisão de Zacarias José dos Santos, posseiro desde 1975 e que despontava como uma importante liderança da ocupação. No início de 1985, os conflitos voltaram a se agravar, onde o fazendeiro evitava que novos posseiros chegassem e os posseiros impediam a tomada da área já apossada Zacarias José dos Santos que era posseiro na fazenda há mais de 10 anos vinha sendo constantemente atacado pelos fazendeiros: primeiro, Pedro Caribé, grileiro da região, que dera suas roças em dívida de empréstimo, e depois com a chegada de Raimundo Viana ele sofrera mais ainda, uma prisão de três dias, sem que a polícia pudesse acusá-lo de nenhum crime. À época a fazenda possuía culturas de mamona, mandioca, milho, feijão e batata, todas elas plantadas pelos posseiros, que mesmo com a possibilidade de conflito eminente continuavam chegando

Eu já vinha no meio da estrada, teve um tiroteio [...]. Muitas pessoas dizia ‘vorta!, como é que tu vai pra lá no meio de um dia desse?’ Eu disse: ‘não! Já tô aqui vou ficar’. Já tinha botado meu pedacinho de roça aqui, já tava com o maxixe beirando o chão ai [...] (S.R.J., assentado no Caxá, depoimento em 12.06.2011).

Esses depoimentos vão expressando que o sonho de que aquela terra, “apossada” pudesse ser a terra que eles tanto lutavam para ter, nem as ameaças constantes parecem deter o sonho de vida daqueles posseiros. A terra já estava sendo trabalhada, e os frutos daquela ocupação já apareciam e se tornava visíveis, como a materialização da esperança de possuir aquelas terras.

Em janeiro de 1981, com o aumento da tensão nas Fazendas Pau a Pique e Furado de Espinho, as lideranças do STR de Marcionílio Souza, com o apoio de advogados da AATR e da CPT, decidem procurar a Sede da FETAG-Ba para fazer a denúncia de que se não houvesse intervenção pública, muitas famílias seriam expulsas das terras das referidas fazendas.

### **A morte de “um brigador de terras, um ladrão de terras”**

Os conflitos nas Fazendas Caxá, Pau a Pique e Furado de Espinho acirravam a cada dia, de forma que a vida na terra tornou-se uma vida movida e a partir dos conflitos ali desencadeados. Esta questão nos remete a dimensão de que viver, plantar, colher passara a

se pautar a partir dos conflitos. Não fora poucas às vezes, a partir dos depoimentos dos assentados, que os posseiros tiveram suas roças destruídas, ou que foram impedidos de circular por algum local nas fazendas. Muitos relatam que tinham que se esconderem quando algum carro chegava ou quando os jagunços dos fazendeiros se aproximavam do local.

Além do STR de Marcionílio Souza, a resistência tinha abrigo, no Polo Sindical de Itaberaba, município a 80 km de Marcionílio Souza, onde existia a Sede da CPT de Itaberaba. O Polo Sindical fora fundado pelos trabalhadores, em 22 de maio de 1983, que decidiram unir os esforços dos STR dos municípios próximos, como Iaçú, Planaltino, Boa Vista do Tupim, Itaberaba, Ruy Barbosa e Andaraí. Esta entidade, registrada como Associação de Apoio aos Trabalhadores da Chapada, (A.A.T.C), tinha uma sede em Itaberaba, em uma casa emprestada pela CPT, e passou a ser um dos redutos aglutinadores das lutas na região da Chapada Diamantina

Essa rede de solidariedade e resistência foi muito importante para o fortalecimento da luta local, sobretudo porque, em fevereiro de 1984, o Juiz Edvaldo Oliveira Jatobá, da Comarca de Maracás, defere o pedido de Pedro Ribeiro para que os posseiros fossem expulsos da área da Fazenda Pau a Pique. Os trabalhadores através do STR de Marcionílio Souza e do Polo Sindical de Itaberaba partem em direção à Salvador onde procuram a Sede da FETAG para denunciar a expulsão.

De acordo com depoimentos e de jornais, cerca de 200 famílias, somando mil pessoas, estavam correndo o risco de ter que se retirar da Fazenda a partir da decisão do juiz, que ordenou a expulsão de “todo e qualquer invasor que permanecer na fazenda ‘Pau a Pique’ sem a autorização de Pedro Ribeiro da Silva” (Jornal da Bahia, 15.02.1984). Os advogados da FETAG e do Polo Sindical impetraram uma ação na justiça pedindo a revogação da decisão judicial, colocando também os trabalhadores como sujeitos que podiam acessar o aparato jurídico para se defender. Várias lideranças despontavam naquele momento de luta, muitos ainda presentes no hoje Assentamento, e outras que viriam a falecer por causa dela, como Zacarias José dos Santos, posseiro que há seis anos tinha uma roça de feijão, mandioca e milho na Fazenda Pau a Pique, onde, segundo relatos dele à época “A fazenda era só mato quando eu cheguei”(Jornal da Bahia, 15.02.1980).

Os trabalhadores prometiam resistir pacificamente, mesmo sabendo que um destacamento da Polícia Militar de Maracás viria para cumprir a decisão judicial. Contudo, a decisão foi revogada pelo Tribunal de Justiça e os posseiros conseguiram continuar na Fazenda, sem, entretanto evitar que os conflitos com os fazendeiros prosseguissem. Diante desta situação de conflitos, em toda a Chapada Diamantina, a FETAG-Ba emite, em 20 de maio de 1985, uma Nota Pública, endereçada ao Superintendente do INCRA na Bahia, afirmando a necessidade de se realizar a reforma agrária nos municípios de Andaraí, Marcionílio Souza, Itaetê, Iaçú e Ruy Barbosa, sobretudo porque, segundo a Nota, dois terços das terras dos municípios estava “concentradas em mãos de poucas famílias”

A partir das lutas expressas, e como o Estado não podia se poupar de discutir a questão dos conflitos agrários na região, o INCRA envia em 04 de junho de 1985 uma equipe para ouvir os trabalhadores e dar início à vistoria das Fazendas Caxá, Pau a Pique e Furado de Espinho. Instituída pela Ordem de Serviço 11/1985, os técnicos do órgão foram enviados a campo com o objetivo de identificar áreas com conflitos nos municípios citados, de forma a tentar atenuar a situação de conflito que realmente acontecia na região. A equipe fora formada por uma procuradora federal, um engenheiro agrônomo e um auxiliar administrativo, que realizaram estudos “preliminares de áreas sob tensão social” daqueles municípios.

Depois do levantamento com os posseiros, a equipe tratou de realizar o levantamento dominial da fazenda, constatando que o imóvel estava registrado sob a propriedade de Raimundo Viana, e que pelo código do imóvel no Sistema de Cadastro Rural do INCRA estava classificado como latifúndio por exploração, o que caracterizava o caráter rentista daquela configuração territorial.

Na vistoria das Fazendas Caxá e Pau a Pique, os técnicos da Comissão encontraram a fazenda em utilização agrícola, sobretudo com as culturas de mamona, mandioca, milho, feijão, batata doce, abóbora e cana, todas nas áreas dos posseiros. Indicaram ainda uma diferença na ocupação dos espaços: nas áreas próximas ao rio culturas temporárias de vazante, e no interior que aparentavam uma utilização “intensiva dos seus atuais ocupantes”, isto é, os posseiros que nelas trabalhavam. Notemos que as culturas eram aquelas que serviriam de alimentos para os posseiros, o que demonstra a relação de uma terra de trabalho,



uma terra de vida, em contraste com o latifúndio por exploração do proprietário, Raimundo Viana.

Após a visita do INCRA os conflitos se acirraram ainda mais na área. As Fazendas por serem áreas abandonadas pelos seus respectivos proprietários não apresentava resistência dos mesmos, embora grileiros como Waldemar Ferraro ainda permanecesse na área tentando tomá-las. Mas na Fazenda Pau a Pique os conflitos tomaram um rumo de morte. No dia 13 de agosto de 1985, cinco dias apenas da equipe do INCRA ter deixado a área, um grupo de trabalhadores se levantou cedo e, em multirão, começaram a “roçar” uma área da Fazenda Pau a Pique, onde tinham a intenção, por indicação da CPT, de construir a delegacia sindical de Marcionílio Souza e uma pequena Igreja para o povoado “E ai eles teve um desejo de fazer um campo de futebol e uma igrejinha e uma casinha para pra a organização de delegacia sindical, né?” (S.N., assentado no Caxá, depoimento em 24.10.2010). A construção dessas edificações foi definida na reunião do STR de Marcionílio Souza, no dia 10 de agosto de 1985, o que certamente chegou ao conhecimento do fazendeiro e dos seus empregados.

Os trabalhadores começaram o dia trabalhando naquela terra, numa área que segundo relatos Raimundo Viana tinha prometido para um dos seus vaqueiros – ou capanga como preferiam chamar alguns –, com o claro intuito de criar conflitos entre trabalhadores e não se expor ao processo mais direto. Segundo depoimentos colhidos em campo, Zacarias José dos Santos já estava “marcado” pelo fazendeiro e pelos seus jagunços, pois, como vimos, vinha se tornando uma liderança constante na região.

Pouco antes do meio-dia, do fatídico 13 de agosto de 1985, os trabalhadores estavam cantando

Ai ele foi no outro dia e começou a trabalhar, e alegre, cantando e tal, né? (S.N., assentado no Caxá, depoimento em 24.10.2010).

O pessoal sempre faz mutirão cantando. (S.E., assentada no Caxá, depoimento em 24.10.2010).

[...] é, o pessoal sempre faz mutirão cantando. E ele tinha esse ritmo assim, essa tradição de cantar, de cantar reis, de cantar boi, e começou a cantar, aquela zuada, parecendo até que ele estava confiando no que o cara tinha dito, nas conversas que teve. Quando foi uma hora, ele viu, uma média de 9 horas, ele viu uns caras chegando, foi cercado de pistoleiros. Ai uma hora, foi o cara chegando, caminhou pra ele, um que chamava ou chama “Vardinho” e caminhou pra ele, foi lá, fez uma conversa com ele e começou a atirar, ele levou dois tiros (S.N., assentado no Caxá, depoimento em 24.10.2010).

Zacarias José dos Santos e mais nove pessoas, inclusive dois dos seus filhos, foram alvejados por balas que partiam das armas dos jagunços do fazendeiro. Os filhos de Zacarias tentavam ao mesmo tempo socorrer o pai e lutar contra os jagunços, de modo que o clima era tenso e incerto. Os quatro jagunços conseguiram sair e entraram em uma caminhonete que estava estrategicamente aguardando-os, de modo que pudessem fugir com rapidez.

Os posseiros feridos foram encaminhados para o Hospital de Itaberaba, enquanto o corpo de Zacarias, morto, foi levando para a delegacia, em uma veiculo tipo caçamba, conforme conta um depoimento “E ai botou o corpo de Zacarias numa caçamba para levar para Itaberaba pra fazer o corpo de delito, botou numa caçamba” (S.N., assentado no Caxá, depoimento em 24.10.2010).

Este fato remete muito às lembranças dos assentados, sobretudo quando recordam que naquele momento as pessoas envolvidas nos conflitos por terra não eram respeitadas, eram tidas como marginais. Lembrando sobre como foram tratados no momento da morte de Zacarias o mesmo assentado é enfático em seu depoimento

Mas fizeram pouco caso, porque na época era assim: ‘quem morreu ai foi um brigador de terra, um ladrão de terra’, eles faziam assim. E ai levamos numa caçamba o corpo de Zacarias, foi assim, foi e veio em uma caçamba. E ai a solidariedade só foi do pessoal (S.N., assentado no Caxá, depoimento em 24.10.2010).

O fato de ser tratado como “ladrões” de terra, inclusive pelo prefeito da época, Osvaldo Góes de Oliveira, foi muito significativo para a vida daqueles posseiros, de onde retiraram força para continuar a se organizar. O fato de não ter tido apoio e do companheiro de luta ter seu corpo levando em uma caçamba, fato enfatizado em diversos depoimentos, expressa um sentimento de desrespeito, humilhação e desamparo, mas também potencializando a necessidade da continuidade da luta.

Após o ataque dos jagunços do fazendeiro, as vítimas foram à delegacia de Itaberaba, onde denunciaram as circunstâncias do crime e elencaram os culpados: quatro empregados do fazendeiro Raimundo Viana, proprietário da Fazenda Pau a Pique. Lá, contaram sua situação de posseiros e relataram o fato de que Zacarias havia muito tempo sendo ameaçado pelo fazendeiro. No dia 14 de agosto de 1984, foi realizada a necropsia do corpo de Zacarias,

onde foi concluído que a morte foi por anemia aguda devido aos ferimentos com arma de fogo. Neste mesmo dia mais de duas mil pessoas foram ao enterro de Zacarias, entre elas os presidentes da CUT, da FETAG-Ba, membros da ATTR e da CPT e principalmente posseiros e trabalhadores rurais dos municípios da Chapada Diamantina, onde demonstraram sua dor e indignação com o fato acontecido. Como relata um assentado “E ai o que nos fez foi participar do enterro de Zacarias, ai foi muita gente. Aí começamos a correr pra Brasília, Salvador pra denunciar e dar as providencias” (S.N., assentado do Caxá, depoimento em 24.10.2010).

No dia 16 de agosto, uma Comissão, composta por trabalhadores rurais, agentes da CPT, da FETAG, o advogado do Polo Sindical e da AATR foram a Salvador encaminhar um pedido de urgência para que fosse investigada a morte de Zacarias, bem como celeridade na desapropriação das áreas. De Salvador, todos foram à Brasília, onde na Sede da Nacional da FETAG discutiram os meios de apressar e pressionar a desapropriação das áreas em litígio. Os acusados foram ouvidos e liberados, e até hoje nenhum acusado foi preso nem respondeu processo pelo crime. Em 20 de agosto, uma equipe do INCRA volta à área dos conflitos, e fazem um relatório encaminhando o pedido de desapropriação à Superintendência Regional do INCRA. Em 10 de dezembro de 1985, são emitidos pelo Presidente da República José Sarney, os decretos Decreto 92.095 e Decreto 92.044 que decretam as fazendas Caxá, Pau a Pique e Furado de Espinho como de interesse social para fins de reforma agrária.

### **Considerações Finais**

Ao expressar a trajetória da luta dos posseiros na Região da Chapada Diamantina, na Bahia, na década de 1980 fica evidente sua ligação com um contexto mais abrangente de luta pela terra no Brasil. Evidente, também, compreender as conexões de condições objetivas e subjetivas para a manifestação da noção de “direito” entre os camponeses e trabalhadores da região. Quanto às condições objetivas poderemos indicar as ameaças, violência e expulsões. Quanto às questões subjetivas estavam o sonho da terra, as experiências do sofrimento compartilhado pelas famílias, dentre outros. Todo esse contexto permitiu a emergência da luta pela terra no município e hoje, uma importante reconfiguração territorial.

Importante registrar que a mudança na estrutura da propriedade da terra em Marcionílio Souza se deu a partir das mobilizações das décadas de 1970 e 1980, que nos anos de 1990 materializam a criação de cinco assentamentos de reforma agrária, totalizando uma área de mais de 19 mil hectares e 700 famílias assentadas. Todos os assentamentos implantados no Município de Marcionílio Souza foram resultados de mobilizações, principalmente do Movimento CETA, que ainda possui uma ampla organização e representação das áreas da Chapada Diamantina. O projeto mais antigo continua sendo o Caxá, em 1986; seguido do Rancho Nevado, com 75 famílias, implantado em 1997; o Santa Fé, com 30 famílias e implantado em 2000; seguido do PA Segredo e Riachuelo, com 49 famílias, implantado em 2004; e, por fim, o PA Anativa, conhecido como Zacarias, com 57 famílias, implantado em 2010.

Hoje, a memória de Zacarias constitui uma fortaleza, uma simbologia para os trabalhadores da Região da Chapada Diamantina, sobretudo do município de Marcionílio Souza. Não por acaso, o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária mais recente, implantado em 2010 e formado pela segunda geração dos assentados do Caxá, recebeu o nome de Projeto de Assentamento Zacarias. Assim, a memória social dos diversos grupos da década de 1980 continua viva na “nova cara da luta pela terra” (Germani, 1993): a luta na terra.

## Referências

- FERREIRA, Edson de Castro; FÉRNANDEZ, Antônio João Castrilar; SILVA, Evandro Praxedes de. A reconstrução dos assentamentos rurais no Mato Grosso. In.: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo; LEITE, Sérgio Pereira. **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 197-231.
- GERMANI, Guiomar. Inez. **Cuestión Agraria y Asetamiento de Población en el Área Rural: La Nueva Cara de La Lucha por la Tierra**. Bahia, Brasil (1964 – 1990). Tese de Doutorado (Geografia), Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.
- IVO, Anete Brito Leal. Padrões de Reprodução do Capital na Agricultura Baiana (1940 1980). **Caderno CRH**, Salvador, v.1, n. 6, 1987a. pp. 134.

**GT 02 - Luta social e repressão política no campo - Da ditadura à abertura democrática:  
A experiência das Comissões da Verdade no Brasil**

**Assassinatos por conflitos fundiários: Regate histórico e análise jurídica pela Comissão  
Camponesa da Verdade do Estado do Pará**

**José Sonimar de S. M. Júnior<sup>1</sup>**

**Girolamo Domenico Treccani<sup>2</sup>**

**Flávia S. G. Sanz<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Graduando do curso de Bacharelado em Direito/ Bolsita da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia/ Universidade Federal do Pará, E-mail: [juniormatos775@gmail.com](mailto:juniormatos775@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor-Doutor, pesquisador na área de Direito Agrário/ Coordenador do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará, E-mail: [jeronimotreccani@gmail.com](mailto:jeronimotreccani@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Bacharelado em Direito/ Voluntária da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia/ Universidade Federal do Pará, E-mail: [flaviasgsanz@gmail.com](mailto:flaviasgsanz@gmail.com)

**Resumo:** Tendo por escopo relatar a experiência da Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará, ligada à rede de Pesquisadores da Comissão Camponesa da Verdade Nacional, este trabalho, considerando o contexto de inserção da Amazônia ao processo capitalista de exploração de seus recursos, visa trazer os resultados sobre a investigação dos conflitos, mortes e violações aos direitos humanos no campo paraense durante o período da ditadura militar, através do cômputo de casos, sistematização das informações sobre conflitos e regate histórico de casos emblemáticos à época da repressão. A primeira parte do trabalho é dedicada a relatar o surgimento da Comissão e sua atuação na realidade Amazônica, expondo o trabalho desenvolvido até o momento. Logo em seguida, discorreremos sobre o encargo de resgate histórico de casos emblemáticos e os desafios que enfrentamos como Comissão, mostrando nossas perspectivas para o futuro.

**Palavras-chave:** Comissão da Verdade; repressão no campo; resgate histórico

## **1. A Comissão Camponesa do Estado do Pará: surgimento, finalidade e atuação.**

A ideia de criar uma comissão Camponesa da Verdade, ligada a Comissão Nacional da Verdade, nasceu do Encontro Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras, dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, ocorrido em 2012. A finalidade era influenciar no resultado final dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, especificamente no capítulo referente ao campo, tendo em vista que a repressão ditatorial também se fez sentir no campo, muito embora não tenha a mesma visibilidade da cidade. Para ajudar no trabalho da Comissão Camponesa da Verdade foram chamados a integrá-la um grupo de pesquisadores de várias universidades que já haviam desenvolvidos trabalhos a respeito do assunto, em diferentes estados, além de instituições como CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, MMC – Movimento de Mulheres Camponesas, SDH – Secretária de Direitos Humanos, MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra, CPT – Comissão Pastoral da Terra, DHESCA – Terra de Direitos e Plataforma e a própria Comissão Nacional da Verdade.

Depois de criada a Comissão Camponesa da Verdade e discutido como seria sua atuação frente aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Nacional da Verdade e definido as metodologias de abordagem dos trabalhos, ficou estabelecido, durante as primeiras reuniões da Comissão, a criação de uma rede nacional de pesquisa para viabilizar seus trabalhos. E o objeto e finalidade deste trabalho era recolher e investigar informações sobre a repressão e morte de trabalhadores no campo advinda da ditadura militar, para que finalmente no âmbito camponês fossem reconhecidas as formas peculiares de atuação repressiva.

Com vistas a esse propósito e ligada a essa rede nacional de pesquisadores, foi instituída, em 14 de Agosto de 2013, mesmo que não oficialmente, a Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará, composta por pesquisadores da Universidade Federal do Pará - UFPA, representantes da Defensoria Pública do Estado do Pará, da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Pará - FETAGRI-PA, da Comissão Pastoral da Terra – CPT Pará, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH-PA. O objetivo principal da Comissão Camponesa da Verdade no Estado do Pará é o mesmo definido para a correspondente Comissão Nacional: investigar casos e descobrir a verdade sobre as mortes havidas no campo como consequência da repressão da ditadura militar e selecionar casos emblemáticos em violação aos direitos humanos para ser objeto de resgate histórico, só que agora nos estreitos limites da realidade do Estado do Pará.

A Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará surgiu ligada a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia<sup>1</sup>, um centro interdisciplinar de Direitos Humanos pertencente ao programa de pós-graduação do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará, idealizado com o intuito de coordenar esforços na promoção e proteção dos direitos humanos no contexto do Estado do Pará, utilizando-se de ações de concretização, criação ou aperfeiçoamento dos instrumentos para possibilitar tal prática, com intervenção na realidade do ambiente a qual está inserida, ou seja, no âmago da Amazônia.

A Clínica de Direitos Humanos tem duas linhas de ação que estão interligadas:

**Agroambiental:** pesquisa e fomento de políticas públicas relacionadas com ordenamento territorial, gestão e manejo agroflorestral, regularização fundiária (pequena, média e grande propriedade), reconhecimento de áreas quilombolas e populações tradicionais, demarcação das áreas indígenas e criação de unidades de conservação.

**Internacional:** capacitação dos discentes para acionar, juntamente com organizações não governamentais e movimentos sociais, os Sistemas Internacionais de Proteção, em casos exemplares de violações de direitos humanos<sup>2</sup>.

Alinhado à primeira área de atuação da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia, nosso trabalho como Comissão restou influenciado pelos objetivos que norteiam as ações da Clínica como instituição, quais sejam os de promover, proteger e coordenar esforços para implantar ações que efetivem a prática e o respeito aos direitos humanos. Entre o rol de objetivos pretendidos pelo resultado de nossos trabalhos, surgiu, portanto, o de pesquisar as violações de direitos humanos no campo paraense sistematizando as informações coletadas junto às vítimas ou familiares dos atingidos, às entidades representativas de trabalhadores(as) rurais, de assessoria aos movimentos sociais, imprensa local e nacional, órgãos públicos e a bibliografia publicada sobre o assunto. O fruto desta pesquisa será utilizado para resgatar à memória a história das vítimas e pressionar o poder público a adotar medidas efetivas de reparação aos casos de violações de direitos humanos e/ou responsabilizá-lo pelas consequências advindas de alguns conflitos, seja por sua negligência em preveni-los, apurar e punir os responsáveis ou a demora ao fazê-lo.

A Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará nasce, portanto, com objetivos definidos, porém, sem a intenção de limitar suas ações aos objetivos originários de sua constituição, como se verá a seguir, nos próximos tópicos, onde vamos expor o trabalho

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia acessar: <http://www.cidh.ufpa.br>.

<sup>2</sup> Disponível em: <[http://www.cidh.ufpa.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2&Itemid=8](http://www.cidh.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=8)>. Acessado em: 14 mai. 2014.

desenvolvido até o momento, e em seguida, apresentaremos nossos maiores desafios enquanto Comissão, e, ao final, nossas perspectivas para o futuro.

## **2. Realidade amazônica e atuação da Comissão Camponesa da Verdade.**

Foi dentro de uma visão de ocupação de espaços vazios, zona pioneira e expansão da fronteira agrícola que a Amazônia foi alvo de políticas específicas de desenvolvimento e ocupação. A ideia enraizada, disseminada e reproduzida de que a Amazônia era um espaço vazio a ser ocupado, traduzida pela “política de ocupação” dos governos militares, fez surgir o que José de Sousa Martins defende como uma sobreposição de modelo de ocupação da Amazônia, de maneira que não existiu uma **nova** e sim **outra** forma de ocupação. Quando da chegada do grande capital, ignorou-se que a região já era habitada por índios e posseiros, sendo estes os verdadeiros pioneiros nas frentes de ocupação da Amazônia, com sua luta migratória em busca de terra, avançado para o interior porque já antes excluídos da lógica do capital em outros lugares<sup>3</sup>. A Amazônia não era espaço vazio. Sua ocupação se deu sob circunstâncias e critérios diferentes do atual modelo. A agropecuária e os grandes projetos representam outro modelo de ocupação. Afirma Martins que “estamos, na verdade, diante de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os chamados pioneiros não raro se comportam, ante os primeiros ocupantes, como autênticos invasores – devastando, expulsando, violando direitos e princípios.” (MARTINS, 1991, p. 62). Diante de maneiras diferentes de ocupação é que surge o conflito, representado pela frente capitalista, de um lado, e a frente verdadeiramente pioneira de outro. Os regimes de propriedade colidem-se: a posse e a propriedade privada capitalista, duas forças. Inserido neste contexto é que surge a figura do posseiro. Relegado a ele o ônus de mesmo produtivamente sair da terra para dar vida ao capital.

Neste contexto, a produtividade da terra, portanto, já não mais é determinante para sua ocupação. Para entender como a terra na Amazônia deixou de ser meio de produção e

---

<sup>3</sup> “Tradicionalmente, o posseiro operou como desbravador do território, como amansador da terra. A verdade é que, pressionados pelas empresas capitalistas interessadas em desalojá-lo de suas terras, foi frequentemente utilizado para deslocar os grupos indígenas, para avançar sobre as terras deles, desalojando o índio porque já desalojado pelo capital. [...] Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de frente de expansão. Um segundo movimento é constituído pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território – é a grande fazenda, o branco, a casa de comércio, a ferrovia, a estrada, o juiz, o cartório, o Estado. É nessa frente que surge o que em nosso país se chama hoje, indevidamente, de pioneiro. São na verdade os pioneiros das formas sociais e econômicas de exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e o Estado. [...] Quando se dá a superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão é que surgem os conflitos pela terra. [...] No caso mais recente e atual da ocupação das novas regiões, como se da na Amazônia, a verdade é que o capital amplamente estimulado pelo Estado já avança ao mesmo tempo, sobre terras de posseiros e terras indígenas (MARTINS, 1991, p. 67).”



transformou-se em, como diz TRECCANI (2001), “reserva de valor e meio de acesso a outras riquezas,” precisamos atentar para a política de incentivos fiscais vigente no contexto amazônico. Sabemos que a viabilidade da maioria dos grandes projetos instalados na região esteve condicionada a política de incentivos fiscais, porque impossível de se sustentarem apenas por sua “produtividade.”

A terra na região amazônica, por causa da possibilidade de lucro que sobreveio do uso de incentivos fiscais e da especulação imobiliária, deixou de ter importância como instrumento de produção.<sup>4</sup> Por conseguinte, da política de incentivos fiscais nasce a concentração de terras e os conflitos fundiários. O interesse privado de grandes empresas se sobrepôs ao interesse geral, pois, com a política de incentivos fiscais o governo deixa de investir em outros setores para privilegiar o grande capital<sup>5</sup>. Entendemos, portanto, ser a ação do estado indispensável e vinculante para a situação de tensão social na região, de modo que cada conflito é consequência dessas políticas nefastas para a grande maioria dos pequenos agricultores da região. Sendo assim, não se pode ignorar a relação entre a política de desenvolvimento intensificada para a Amazônia pelos governos militares e os conflitos resultantes desta política, certamente porque definido e imprimido à região interesses econômicos de expansão do grande capital<sup>6</sup>.

A responsabilidade do regime militar no favorecimento do processo capitalista de ocupação da Amazônia se acentuou com a edição do Decreto-Lei n° 1.164/1971 que, em conjunto com outras normas emanadas no mesmo período, federalizou mais de 70% do território paraense. Além de utilizar a estrutura do INCRA para combater a “Guerrilha do Araguaia”, conforme documentam Tais MORAIS e Eumano SILVA, os militares criaram o Grupo Executivo Araguaia-Tocantins (GETAT) que favoreceu constantemente as grandes empresas agropecuárias. Considerando a questão fundiária como fator de instabilidade política que poderia atentar contra a segurança nacional, durante vários anos o GETAT (criado pelo Decreto-Lei n° 1.767, de 1° de fevereiro de 1980), assim como o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (criado pelo Decreto no 87.457, de 16 de agosto de

---

<sup>4</sup> “Todos estes incentivos, combinados aos lucros imobiliários eliminaram a necessidade de se usar a terra amazônica de modo produtivo (ARAGÓN E MOUGEOT, 1986, *apud* TRECCANI, 2006 p. 250-251).”

<sup>5</sup> “Assistiu-se assim à transferência gratuita de recursos públicos para as empresas abertas na Amazônia. Nesta região cerca de 12 milhões de hectares teriam sido incorporados ao patrimônio particular graças aos incentivos fiscais (COSTA, 2000, *apud* TRECCANI, 2001 p. 252).”

<sup>6</sup> Oliveira (1997) afirma que os governos militares se não internacionalizaram de fato a Amazônia, possibilitaram a internacionalização de seus recursos naturais. “Este processo, no que toca à região amazônica, não pode ser contado sem a anuência, decisão e participação dos governos militares do país e seus estrategistas geopolíticos, que são seguramente os maiores responsáveis pela incorporação da Amazônia ao capitalismo mundial de torque monopolista. Expropriação dos recursos naturais, minerais, florestais, dos solos, do suor dos trabalhadores, das nações indígenas (OLIVEIRA, 1997, p. 15).”

1982), foi dirigido por pessoas ligadas ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e ao Conselho de Segurança Nacional<sup>7</sup>.

O Estado do Pará, um dos maiores em números de violência no campo, sendo palco de uma insurreição contra o governo militar, a histórica resistência e particular luta da guerrilha do Araguaia, certamente, como campo de pesquisa, é fecundo em violações aos direitos humanos, principalmente aos direitos dos povos tradicionais, trabalhadores(as) rurais, lideranças sindicais, políticas e religiosas, que são representados como óbice ao desenvolvimento do grande capital na região.

Tendo em vista o contexto de nosso Estado, rico em fatos e informações sobre a luta dos trabalhadores rurais pelo reconhecimento de direitos, organização e sindicalização, nosso objetivo era quantificar as mortes havidas no interior do campo no contexto da ditadura. Para além desse primeiro escopo, queríamos também analisar as razões de cada morte na perspectiva do conflito do qual ela originou, visualizar como a força própria de alguns agentes do capital era forte suficiente para autotutelar interesses sem a correspondente força do Estado para inibi-los, sem perder de vista a política do governo repressivo direcionada à região no tempo de cada conflito para cogitar da convivência do Estado.

Nosso trabalho surgiu com um anseio diante de uma constatação fática: o Estado do Pará, detentor nacional dos números mais significativos de conflitos e mortes no campo, muitos destes emblemáticos da luta travada pela posse da terra, ainda não havia, através do poder público ou das instituições de pesquisa, conseguido sistematizar informações sobre a dimensão e amplitude das mortes havidas no período militar até o início da redemocratização no interior do campo Paraense. Apesar de haver razoável quantidade de trabalhos na abordagem da forma de ocupação da Amazônia, de seus grandes projetos e seus povos tradicionais, passando pelo inevitável capítulo dos conflitos agrários, poucos haviam com o propósito de mensurar a real incidência destas mortes, através de dados concretos que as relacionasse ao conflito correspondente, com indicação do nome das vítimas, o local da morte e do conflito, a existência de um inquérito ou processo judicial, o nome dos acusados ou suspeitos, a idade e sexo da vítima, entre outras informações, presentes no nosso trabalho.

O Estado apresenta casos de mortes de trabalhadores rurais, lideranças sindicais, advogados e até autoridades políticas<sup>8</sup> envolvidos na luta pela sindicalização, organização e

---

<sup>7</sup> MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia. Os arquivos secretos da Guerrilha*. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

<sup>8</sup> “O advogado dos 141 posseiros da Fazenda Pau Seco (Marabá), Dr. *Gabriel Sales Pimenta* (158), tinha conseguido ganhar na justiça uma liminar de reintegração de posse contra as pretensões do fazendeiro Manoel Cardoso. Por isso várias pessoas foram ameaças de morte, entre elas o Dr. Pimenta, Padre Humberto Rilland e o

luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. E essa luta assume relevante papel principalmente porque é considerada em um contexto Amazônico mais amplo, protagonizado por atores sociais muitos bem definidos com seus interesses para a região. O estado do Pará, enlaçado pela política desenvolvimentista dos grandes projetos mineradores, madeireiros e pecuaristas, tem na luta pela posse da terra a forma de resistência contra o grande capital e sua intenção exploradora<sup>9</sup>.

### **3. O trabalho da Comissão Camponesa da Verdade no Estado Pará.**

Nossa primeira ação enquanto Comissão Camponesa do Estado do Pará foi, tendo em vista os objetivos da Comissão Nacional, identificar e registrar cada caso de morte no campo de que se tivesse notícia no estado do Pará, durante o período de 1964 a 1988. Era um trabalho de pesquisa, de levantamento de dados, por fontes diversas, para tentar descobrir as informações básicas a respeito das mortes ocorridas no campo. Nossa dificuldade no primeiro momento foi encontrar quais seriam nossas fontes: oficiais, não oficiais, sendo relevante o fato de que nosso Estado, com proporções tamanhas e realidades diversas, com locais de difícil acesso, apresentava entrave natural à reunião destas informações. Certo que não poderíamos nos limitar as fontes formais, porque não representavam a real incidência destas mortes, visto que a relação entre o número de mortes que realmente acontecem e os números que chegam a ser parte de informações oficiais são consideravelmente desproporcionais. Aqui merece destaque os rumos que decidimos quanto ao período de incidência de nossa pesquisa. Sem perder de vista os objetivos da Comissão Camponesa da Verdade, resolvemos estender nossas buscas também ao período posterior ao da ditadura até o ano de 2013. Diante de número expressivo de mortes havidas também no período subsequente ao da ditadura, não poderíamos ignorar que se a repressão iniciada no período de atuação dos governos militares, repercutiu efeitos principalmente neste período, os conflitos resultantes da concentração

---

presidente do STR de Marabá. No dia 10 de janeiro de 1983, Gabriel foi assassinado. Seis meses depois o mesmo fazendeiro tentou matar o presidente do STR.

O advogado e Deputado Estadual Dr. *Paulo Fontelles de Lima* (465), teve seu nome incluído numerosas vezes em várias 'listas de ameaçados de morte'. Foi assassinado em 11 de junho de 1987, em Ananindeua, região metropolitana de Belém. Alguns dos seus assassinos foram condenados.

O também advogado e Deputado Estadual, Dr. *João Carlos Batista* (528), foi ameaçado inúmeras vezes por seu trabalho em favor dos posseiros de várias regiões do Estado, em especial os da Belém-Brasília. Na tarde do dia 6 de dezembro de 1988, durante a sessão da Assembléia Estadual Constituinte, tinha denunciado as ameaças sofridas em Paragominas por parte de um PM. Naquela mesma noite foi assassinado na porta de sua residência numa das mais importantes avenidas da capital do Pará (TRECCANI, 2006, p. 256)."

<sup>9</sup> "O próprio capital impôs, [...] a luta pela terra, como luta contra a propriedade capitalista da terra. É a terra de trabalho contra a terra de negócio. [...] o saber popular tem construído respostas, tanto no plano da ação quanto no plano da interpretação e do direito, à expansão capitalista da propriedade fundiária, à expropriação, à sujeição do trabalho familiar ao capital e às contradições crescentes produzidas pela expansão do capital (MARTINS, 1991, p. 56)."

fundiária intensificada durante os anos da ditadura, ainda se fazem sentir e são as causas principais dos atuais conflitos.

Na área agroambiental de atuação da Clínica de Direito Humanos a qual estamos vinculados, iniciamos nosso trabalho de pesquisa, orientado pelo Professor Doutor Girolamo Domenico Treccani, integrante da Comissão Camponesa da Verdade Nacional e da Comissão Camponesa do Estado do Pará e pesquisador na área de Direito Agrário. Instituímos o teor do objeto de nossa pesquisa e a intitulamos, como sendo, os conflitos pela posse da terra no Estado do Pará, o objeto, e “Assassinatos por conflitos fundiários no Estado do Pará (1964-1988 e 1989-2013): regaste histórico e análise jurídica,” o título.

Dispondo de fontes diversas, como internet, livros, jornais e processos judiciais, essa busca de informações ofereceu-nos um panorama geral acerca da quantidade de casos de mortes e violações existentes no estado e como se dava sua distribuição no decorrer dos anos desde 1964 a 2012, tendo por fruto de tal busca uma planilha atualizada constando os dados básicos acerca dos conflitos, como nome da vítima, o local do conflito, o nome do acusado, número do inquérito ou processo.

E pelo trabalho de pesquisa e elaboração da planilha, a Comissão Camponesa do Estado do Pará chegou aos seguintes números: no lapso entre 1964 à 1988 totalizaram 556 os casos de morte no campo em todo o estado. Destes apenas 66 há processos, muitos extinta a punibilidade em razão da prescrição ou da morte do acusado. Entre 1989 à 2012, somaram-se 374 casos de mortes, entre os quais, 168 há registro de processos.

Todavia, os conflitos, violência e mortes no campo não cessam. O relatório da Comissão Pastoral da Terra sobre conflitos no campo publicado em abril deste ano revela-nos os números de assassinatos em 2013, conforme a tabela abaixo:

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas Idade	Categoria
<b>Pará</b>					
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	16/03/2013	Gilzan Teixeira Lima		A Liderança
Goianésia do Pará	Fazenda Água Vermelha	09/09/2013	Washington de Freitas Martins		A Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Nova Era	30/11/2013	Antônio Maciel		A Sem - terra
Itupiranga	Aldeia Ororubá/Reserva dos Atikum	09/07/2013	Wilson Ambrósio da Silva	43	Índio
Parauapebas	Faz. Catuxo/Cartucho/Cartucheira	19/04/2013	Trabalhador da Faz. Catuxo/Cartucho		A Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda Vale do Triunfo/Agrop. Sta. Bárbara	24/07/2013	Welbert Cabral Costa	26	Trab. Rural
<b>Subtotal:</b>				<b>6</b>	

Fonte: AFONSO, 2014, p.119.

Anos após o fim da ditadura e o início do período de redemocratização, as consequências da inserção da Amazônia ao processo capitalista de exploração de seus recursos, ainda se fazem sentir através dos conflitos e das mortes consequentes. Inalterada

permanece a fragilidade do Estado em prevenir, apaziguar ou punir responsáveis, determinando índices crescentes de violência e arbitrariedades contra trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas.<sup>10</sup>

Já pela segunda fase do projeto, atraídos pela existência de muitos casos judicializados e conseqüentemente pela existência de um processo; alinhando aos objetivos originários do projeto, qual seja de pressionar o poder público a tomar medidas efetivas para promover direitos humanos no desenlace dos conflitos agrários, seja punindo os culpados ou indenizando os familiares das vítimas, nos detivemos em levantar os casos em que envolviam processos judiciais em tramitação, para averiguar quais deles ainda era possível, no âmbito das ações jurídicas, fazer algo para concretizar os objetivos do projeto. Essa decisão foi baseada na constatação de que no exato momento em que nos detínhamos em pesquisar e levantar os poucos casos judicializados, percebemos que vários estavam na iminência da prescrição. Nesse sentido, se por um lado nos despertou atenção o instituto da prescrição, de outro a inércia do poder público no julgamento e processamento dos acusados de algumas mortes também era evidente. E nesta relação entre prescrição e inércia é que encontramos espaço para nossa atuação como agentes de promoção dos direitos humanos. De alguma forma tínhamos que demonstrar e publicar esses dados para que se fizesse saber a opinião pública da responsabilidade do Estado nos conflitos agrários.

Para aperfeiçoar nossos conhecimentos jurídicos acerca das noções processuais que inevitavelmente tivemos de nos deparar, como também para esclarecer dúvidas quanto aos institutos processuais que tivemos de manejar, fomos submetidos a treinamento ministrado pelo Professor Doutor na área de Direito Penal da Universidade Federal do Pará Raimundo Wilson Gama Raiol. Momento ápice de nosso projeto, esse treinamento resultou na reelaboração da planilha com os dados básicos para uma planilha que continha dados

---

<sup>10</sup> “É importante observar que, a grande maioria dos poucos julgamentos realizados em que um mandante de crime sentou no banco dos réus, ocorreu naqueles casos em que o assassinato provocou uma grande repercussão nacional e até internacional. Nas centenas de casos em que não se conseguiu dar visibilidade para o fato e provocar pressão sobre o Judiciário e o próprio Estado, os processos permanecem nas gavetas dos fóruns e os crimes acabam prescrevendo, acobertados pelo manto da impunidade.

As causas desse estado de impunidade não estão relacionadas às explicações dadas pelos representantes do Judiciário, alegando quase sempre poucos recursos financeiros e humanos. No caso dos crimes no campo as razões são outras. Aqueles que comandam os crimes e chefiam as quadrilhas da pistolagem (fazendeiros, madeireiros, empresários do agronegócio, mineradores, etc), concentram a maioria absoluta das terras, têm grande poder econômico e fortes influências políticas em diversas instâncias do Estado. Além de terem dinheiro para pagar um batalhão de advogados para movimentarem em seu favor uma infinidade de recursos que a legislação processual penal brasileira permite, usam de seus poderes econômicos e políticos para fazerem valer seus interesses perante o Judiciário, órgão responsável pela administração da JUSTIÇA (AFONSO, 2014, p. 113).”

específicos, a fim de perceber o que ainda era juridicamente possível fazer, evitando ou interrompendo a prescrição.

Depois de delimitados os dados que conseguimos levantar através da primeira fase do projeto, materializado na planilha elaborada, com finalidade de realizar os objetivos de resgate histórico dos assassinatos por conflitos fundiários, verificando o papel e a responsabilidade do Estado na promoção da justiça, estabelecemos contato e remetemos o trabalho que conseguimos elaborar a alguns órgãos públicos administrativos e de poder para solicitar novos casos constantes dos seus respectivos bancos de dados, ou na expectativa de que nossos dados fossem confirmados, alterados ou complementados pelas informações oficiais, ou ainda, a fim de averiguar a situação dos processos ou inquéritos em tramitação. Para isso remetemos ofícios à SEGUP-PA (Secretaria de Estado de Segurança Pública), MPE (Ministério Público Estadual), TJ-PA (Tribunal de Justiça do Estado do Pará), Ouvidoria Agrária Nacional e Ouvidoria Agrária do Estado do Pará.

Apenas a Ouvidoria Agrária Estadual respondeu-nos com fornecimento das informações que possuía. Enquanto aguardamos a manifestação dos outros órgãos, caminhamos para a próxima etapa do projeto, qual seja de, utilizando-se das informações disponíveis, fazer o resgate histórico dos casos de mortes considerados emblemáticos para a luta no campo pela terra e direito dos trabalhadores.

#### **4. Resgate histórico: a realidade sob a perspectiva de quem a vive.**

Uma lembrança, fragmentos de realidade (des)construída a partir da cognição humana. Um discurso, interlocutores carregados axiologicamente interessados em moldar a realidade sob sua perspectiva. O processo é quase imperceptível porque inerente a condição de qualquer ser social humano. Por tais evidências é que sabemos que nossa missão não será simples. Reconstruir historicamente fatos é tentar descobrir o papel de quem os integram, quais seus interesses, como estes influenciaram no conduzir suas ações, qual tempo, lugar e vetores da ordem estabelecida que determinaram esses fatos, entre outros elementos. Resgatar historicamente é trazer à memória a ordenação dos fatos não sem qualquer pretensão, mas para ter resgatado também o efeito que sob cada pessoa causou quando de sua configuração. Ademais, a história é marcada pelo imperativo de servir como pressuposto para entender a realidade presente. Entendendo assim, cada conflito de interesse tendo a terra como escopo, revela as forças opostas no definir a dinâmica da realidade social no campo. São ideologias distintas que traduzem diferentemente a maneira de se estabelecer na terra, de como utilizá-la, de qual seu papel simbólico para cada indivíduo.

Tendo em vista que o propósito de seleção de casos paradigmáticos e a escolha de metodologia de abordagem desses casos para estudos e produção científica, seja na área internacional ou agroambiental, fazem parte de objetivos centrais da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia, no âmbito de nosso projeto definimos como sendo etapa essencial de nossos trabalhos a escolha dos casos que seriam objeto de nosso trabalho específico de resgate histórico. Enquanto os dados são levantados pelos órgãos citados, faremos um trabalho de busca e registro dos conflitos emblemáticos, analisando a atuação do poder público, as motivações dos conflitos, a reação da sociedade na qual o conflito ocorreu, dentre outros fatores que dão vida e significado aos casos especiais de marco histórico na luta pela posse da terra no campo<sup>11</sup>.

Trazemos como o mais emblemático da repressão do governo militar aos trabalhadores rurais, o caso do assassinato de Raimundo Ferreira Lima, o gringo. Casado, pai de seis filhos, 42 anos, agente pastoral da comunidade cristã de Itaipavas – Conceição do Araguaia – foi morto com dois tiros em 29 de maio de 1980. Gringo era líder da chapa oposicionista às eleições do sindicato rural dos trabalhadores de Conceição do Araguaia. Sua morte aconteceu um mês antes da data marcada para as eleições. O referido sindicato, por ocasião da guerrilha do Araguaia, estava sob o comando do intervencionista e representante do governo, ex-sargento da Aeronáutica, Bertoldo Siqueira Lira, desde maio de 1976. Nomeado para assumir o sindicato como medida repressiva do governo militar, Bertoldo conseguiria se eleger no ano seguinte, 1977, quando não foi apresentada chapa de oposição visto que o sindicato se encontrava desarticulado em consequência da intervenção de combate aos guerrilheiros. Gringo durante o período da guerrilha do Araguaia foi preso duas vezes pela polícia federal, teve sua casa invadida em 1976, ocasião em que ameaçaram com fuzil a sua esposa Maria Oneide para que dissesse onde Raimundo estava escondido.

A existência de uma chapa oposicionista certamente era um entrave a continuação do controle que o governo militar exercia sobre a entidade sindical. Bertoldo tinha total apoio do governo e acusava a chapa de Raimundo de congregar líderes que teriam sido proibidos de participar do movimento sindical pela revolução de 1964, além de afirmar que a CPT tinha o objetivo de insuflar os trabalhadores a invadir terras e queria derrubar o regime. A chapa

---

<sup>11</sup> Os casos escolhidos e em vias de resgate histórico no momento são: Gabriel Sales Pimenta, 1982 – Marabá; Paulo Fontelles de Lima, 1987 – Ananindeua; Chacina da Fazenda Ubá, 1985 - São Domingos do Araguaia; Benedito Pereira Serra, 1964 – Castanhal; Arnaldo Oliveira Silva "Quintino," 1985 – Viseu; João Canuto de Oliveira, 1985 - Rio Maria; Raimundo Ferreira Lima "Gringo," 1985 – Itaipavas - Conceição do Araguaia; Sebastião de Sousa Olivera "Mearim" 1981 – Viseu; Irmã Adelaide Molinari, 1985 - Eldorado dos Carajás; Arnaldo Delcídio Ferreira, 1993 - Eldorado dos Carajás; Chacina de Goianésia, 1987 – Goianésia; Belchior Martins Costa, 1982 - Rio Maria; Fazenda Princesa, 1985 – Marabá; Ademir Alfeu Federicci "Dema," 2001 – Altamira.

liderada por Gringo venceu as eleições mesmo após sua morte, mas foram fraudulentamente anuladas. Uma nova eleição concedeu vitória à chapa pelega de Bertoldo. As eleições tiveram a participação ativa de agentes da polícia federal e do major “Curió,” Sebastião Rodrigues Moura. A vitória da chapa de Bertoldo representou mais alguns anos de repressão aos trabalhadores rurais da região do Araguaia.

O resgate histórico de um conflito é uma pesquisa de campo. Entendemos que não há lugar mais rico em informações do que no lugar onde ocorreram os conflitos. É lá onde encontramos pessoas que viveram, que conheciam, viram, ouviram, presenciaram de perto o dilema de trabalhadores e a luta travada por eles. É lá onde vivem os parentes e amigos da vítima, muitos ainda pulsando o sentimento de injustiça, impunidade, impotência. É lá onde muitos ainda morrem ou são ameaçados todos os dias. Os conflitos ainda são a triste realidade de muitos trabalhadores rurais no Pará. E a história documentada (documentos com que trabalhamos) é apenas parte da história, porque é apenas a seleção de informações de pessoas que tinham outras finalidades ao considerar importantes as informações e documentá-las.

Sendo assim, participamos e fizemos conhecer nosso trabalho aos conselheiros da CPT – Comissão Pastoral da Terra - reunidos em Belém por ocasião da assembléia geral das regiões de todo o Estado do Pará. Enxergamos no conselho a possibilidade de busca de informações em cada município onde ocorreram os conflitos e as mortes. Os conselheiros nos informaram, porém, da dificuldade que encontram em buscar informações nos órgãos oficiais, delegacias, fóruns, secretarias de segurança, ante a indisposição das autoridades locais, que vêem nas pessoas dos conselheiros e dirigentes sindicais o estímulo da luta dos posseiros e trabalhadores rurais. Impregnados com a pecha da subversão são aqueles que assumem a luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, declarados oportunistas e que usam dessa luta como meio de conseguir “facilmente” terras que não lhes pertencem. É visão comum, modo de enxergar de parcela considerável da sociedade onde essa luta se desenvolve. É irreal, porém, porque desconhece a gênese da problemática dos conflitos no campo, da forma de ocupação das terras e da correspondente luta dos trabalhadores pela organização e sindicalização.

Nosso propósito é fazer o resgate histórico de cada caso emblemático, além de sistematizar as informações recebidas dos órgãos oficiais e finalmente depois de posse desse arsenal de informações, utilizá-las para concretizar o objetivo final do nosso trabalho: reconhecimento de violações aos direitos humanos, a responsabilização do estado e convergência de esforços para repará-las.



## 5. Desafios e perspectivas para o futuro.

Em 15 de Abril de 2014 foi publicada a lei estadual nº 7.802:

Cria a Comissão Estadual da Verdade e Memória no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, a Comissão Estadual da Verdade e Memória, com a finalidade de colaborar com a Comissão Nacional da Verdade, examinar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos ocorridas contra qualquer pessoa no território do Estado do Pará durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito de memória, da verdade histórica e promover a consolidação do Estado Democrático de Direito (PARÁ, 2014).

Assim ficou instituída a criação da Comissão Estadual da Verdade e Memória do Estado do Pará. Nosso desafio a partir de então será integrar nosso trabalho ao âmbito de atuação desta Comissão. E tal como a Comissão Nacional da Verdade dedicou um capítulo exclusivo para violações dos direitos humanos no campo durante o período repressivo da ditadura, lutaremos para que aqui no Estado do Pará, aconteça o mesmo. À disposição do artigo 1º da lei, que refere expressamente que será alvo da Comissão as graves violações de Direitos Humanos ocorridas **contra qualquer pessoa no território do Estado do Pará**, nossas expectativas tendem para a conquista de espaço enquanto Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará.

Aos nossos objetivos originários nossa pretensão é de sistematizar as informações que receberemos dos órgãos a que requisitamos; concluir o resgate histórico dos casos que foram emblemáticos na história do campo no Estado do Pará; e ao final publicar o relatório reunindo todas as informações produzidas. O propósito diretriz de tudo que produziremos, todavia, será o de servir como instrumento para que as violações e atentados aos direitos dos trabalhadores rurais sejam reconhecidos, reparados e lembrados. O campo como o espaço que por vezes é esquecido pelo poder público, diante da busca pelo direito à verdade, memória e justiça, tem uma trama própria a dizer que é espaço de lutas, de conquistas, de direitos e principalmente de cidadãos.

E defronte ao que MARTINS (1991, p. 117) traz, afirmando que “a história não é patrimônio do estado – é patrimônio do povo. É processo, é movimento que retém, num desenrolar tenso, a ação de todos e não só de alguns,” atentos estamos ante a responsabilidade social que teremos ao trazer à memória de muitos a história de casos que merecem serem

relembrados com o intuito de que o presente e o futuro não sejam marcados pelos mesmos erros do passado.

## Referências Bibliográficas

**AFONSO**, José Batista Gonçalves. A difícil luta para punir os responsáveis pelos Crimes no Campo. In: CANUTO, Antônio *et al.* (Org.). *Conflitos no Campo 2013*. Goiânia, 2014. p. 113-119. Disponível em: <<http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344-conflitos-no-campo-brasil-2013?Itemid=23>>. Acesso em: 29 mai. 2014.

**ARAGON**, Luis e MUOGÉOT, Luc J. A. *Migrações internas na Amazônia. Contribuições teóricas e metodológicas*. Cadernos do NAEA. Belém: Universidade Federal do Pará. 1986.

**Conceição do Araguaia**: Oposição sindical preocupa governo. *Diário da Manhã*, p. 16, 18 mai. 1980. In: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Documento nº 000469-0068. Disponível em: <<http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

**COSTA**, Francisco de Assis, *Formação agropecuária da Amazônia: Os desafios do desenvolvimento Sustentável*, Belém: NAEA, 2000.

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra – Regional MT, nº 07 – mai/jun 1980. In: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Documento nº 000468-0010. Disponível em: <<http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

**MARTINS**, José de Sousa. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

**Gringo**: das CEBs aos movimentos sindicais. AGEN – nº 152, 18 mai. 1989. In: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Documento nº 000471-0001. Disponível em: <<http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

**OLIVEIRA**, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas (SP): Papyrus. 1990.

**PARÁ**. Lei Nº 7.802 de 15 de abril de 2014. Cria a Comissão Estadual da Verdade e Memória no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Brasília, 15 abr. 2014.

**TRECCANI**, Girolamo Domenico. *Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará*. Belém: Ed. da UFPA: ITERPA, 2001.

**MORAIS**, Tais e **SILVA**, Eumano. *Operação Araguaia: Os arquivos secretos da Guerrilha*. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

**GT 02 – Luta Social e repressão política no campo – da ditadura à abertura  
democrática: a experiência das comissões da verdade no Brasil**

**Comissões da Verdade e Questão Campesina:**  
análise das práticas historiográficas e releituras na prática da Justiça de Transição no Brasil

**Eduardo Fernandes de Araújo<sup>1</sup>**  
**Hugo Belarmino de Moraes<sup>2</sup>**  
**Daniele Gomes de Andrade<sup>3</sup>**  
**Ericleston Lopes de Queiroz Medeiros<sup>4</sup>**  
**Eduardo Soares Bonfim<sup>5</sup>**  
**Igor Leon Benício Almeida<sup>6</sup>**  
**Jaime Waine Rodrigue Manguieira<sup>7</sup>**  
**Melissa Paulissen Chaves Fernandes<sup>8</sup>**  
**Rayanne Vieira dos Santos<sup>9</sup>**  
**Reginaldo Nunes Chaves<sup>10</sup>**  
**Wylck Jadyson Santos Paulo da Silva<sup>11</sup>**

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Jurídicas, Professor da Universidade Federal da Paraíba. eduardofernandesaraujo@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Jurídicas, Professor da Universidade Federal da Paraíba. hugo\_direito@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Projeto Ymyrapytã : As ligas da Memória, Verdade e Justiça. E-mail : daniele.gomes.andrade@gmail.com

<sup>4</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Projeto Ymyrapytã : As ligas da Memória, Verdade e Justiça. E-mail : eq.medeiros2@gmail.com

<sup>5</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Projeto Ymyrapytã : As ligas da Memória, Verdade e Justiça. E-mail : eduardobonfim@hotmail.com

<sup>6</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Projeto Ymyrapytã : As ligas da Memória, Verdade e Justiça. E-mail : igorleonpb@gmail.com

<sup>7</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Projeto Ymyrapytã : As ligas da Memória, Verdade e Justiça. E-mail : jaime\_wrodrigues@hotmail.com

<sup>8</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Projeto Ymyrapytã : As ligas da Memória, Verdade e Justiça. E-mail : melissa.paulissen@hotmail.com

<sup>9</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Projeto Ymyrapytã : As ligas da Memória, Verdade e Justiça. E-mail : rayannevsantos@hotmail.com

<sup>10</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Projeto Ymyrapytã : As ligas da Memória, Verdade e Justiça. E-mail : rregir@gmail.com

<sup>11</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Projeto Ymyrapytã : As ligas da Memória, Verdade e Justiça. E-mail : wylckjadyson@hotmail.com

**Resumo:** O objetivo deste artigo é problematizar as práticas historiográficas praticadas Justiça de Transicional no Brasil, compreendidas a partir dos objetivos que suas políticas menores se propõem. Neste sentido, buscou-se problematizar a especificidade de um passado a ser construído de modo a efetivas as garantias de não repetição das práticas autoritárias.

**Palavras-chaves:** Ditadura; Historiografia; Aprofundamento Democrático.

## **1 Iluminando os (corpos), somente eles...**

Repensando os trabalhos de verdade, reparação e memória institucional da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos<sup>1</sup> e da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça<sup>2</sup>; apreendendo as categorias de reconhecimento do morto/desaparecido/anistiado político<sup>3</sup>, nas suas respectivas organicidades - constituídas para fins de recomposição da condição de cidadania após as intervenções do regime autoritário -, elas apresentam um sensível traço comum: a implicação política e procedimental de responsabilização do Estado acerca das violações cometidas sob o recente regime autoritário.

Mesmo sob um alto quantitativo de casos e suas respectivas densidades, a metodologia de ambas as Comissões afastou-se do casuísmo, na medida em que se procedeu à qualificação das violências, inserindo-as na congruência das sistemáticas de violações de direitos humanos em suas diversas formulações, conforme o período e a regionalidade; isto no intuito de subsidiar, na prática, a imputação de suas práticas e responsabilidades ao Estado, tendo a ação se dado sob suas prerrogativas legais (autoritárias) - ou no desvio delas - ou mesmo sob sua permissividade.

De todo modo, essa referência metodológica, ainda que delineie as violências, por fim implica numa minoração/menor visibilidade (ou invisibilidade) de uma série de elementos que compunham a realidade do regime autoritário. A análise da institucionalidade mostra-se oportuna, na medida em que é ela/nela/a partir dela que se ordenam os atores/fatores e correlações políticas. Ela se mostrou, em realidade, a síntese dos fluxos/influxos políticos de modo a constituir a Política de Defesa descolada dos parâmetros constitucionais de relações institucionais, de certo modo, subvertidas, na medida em que as instituições militares se mostravam intangíveis sob os instrumentos de controle administrativos e fragilizavam dos mecanismos judiciais. É essa prática subversiva que seguimos ilustrando.

No ano anterior ao Golpe de Estado, uma cena soou emblemática e ilustrativa da colonização da Política de Defesa por seus próprios órgãos. Em mensagem endereçada ao Congresso Nacional, o então Presidente João Goulart pedia a imediata decretação do Estado

<sup>1</sup> REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995.

<sup>2</sup> REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002.

<sup>3</sup> Art 1º da Lei nº 9.140/95: São reconhecidos como mortos, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias;

Art. 2º da Lei 10.559/02, especifica a condição de anistiado em função da especificidade da intervenção política na vida do requerente.

de Sítio pelo Congresso Nacional, intervenção necessária em virtude da situação do país naquele momento: “ameaçado de grave comoção, que põe em perigo as instituições democráticas e a ordem pública.” Tal situação se refere aos casos de indisciplina em Polícias Militares de alguns Estados e insurgência de soldados e graduados das Forças Armadas ocorridos em 1963 na cidade de Brasília.

Em uma carta, datada de 04 de outubro de 1963, do então Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Castelo Branco, ao Ministro do Exército, General Jair Dantas Ribeiro, o então subordinado manifestava-se contrário ao pedido do Presidente da República.

V. Exa, agora, sugere o estado de sítio. Parece ser um recurso desnecessário para resolver a questão crucial do caso dos sargentos, participamos ativamente na manutenção da ordem e desmantelamentos conspiratas, tenho a impressão que dele ainda não precisamos.<sup>4</sup>

Sob um silêncio público, mas intenso ruído institucional, poucos dias depois, o então Presidente da República pede a retirada do pedido de decretação de estado de sítio.

Ao se referir essa configuração política e ao “protagonismo militar”, assinala Lincoln Gordon, embaixador estadunidense no Brasil à época, o lugar político das Forças Armadas e o correlato processo de consolidação de suas intervenções políticas, paralela a suas prerrogativas inerentes a sua política institucional: “Tradicionalmente, os militares (das três armas) têm sido um fator estabilizador e moderador na cena política brasileira [...] não só [tendo] a capacidade de suprimir possíveis desordens internas, mas [servindo] também de moderadores políticos, com o intuito de manter tudo dentro dos limites constitucionais e legais.”<sup>5</sup>

É sobre esse lugar político – deslocado politicamente em relação ao Poder Executivo - que incidem disputas internas às Forças Armadas, interseccionadas por setores da sociedade e outras instituições, civis. É nessa conjuntura – de inserção nessa exceção aos parâmetros constitucionais de institucionalidade - que a dissimetria entre os atores, que já vinha sendo construída há certo tempo se potencializa em Golpe de Estado.

Dito isto, faz-se necessário recolocar a questão de qual ruptura falamos quando nos referimos ao Golpe de Estado de 1964 no Brasil: discutir em que medida efetivamente se deslocou de uma democracia constitucional a um regime autoritário quando na década de

---

<sup>4</sup> BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. **Textos Políticos da História do Brasil**. Tomo VIII. Brasília: Editor Senado Federal, 2002. p. 769

<sup>5</sup> BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. **Textos Políticos da História do Brasil**. Tomo VIII. Brasília: Editor Senado Federal, 2002. p. 785

1960. Quando do dia 02 de abril de 1964, apesar de um ato intenso de força a ponto de depor o então Presidente da República, o Congresso Nacional, ao decretar vago o cargo de Presidente da República, fez subsistir politico-institucionalmente o regime autoritário. A sua normalização, editada pelo Ato Institucional nº 1, recompõe significativamente as competências legislativas do Congresso Nacional, muito embora tenha se procedido à concentração de prerrogativas sob o Poder Executivo, agora constitucional.

## **2 Mais uma vez: a violência não se reduz ao ato e lesão**

Retomando aquela perspectiva metodológica de compreender a complexidade do regime autoritário e como o rearranjo dos atores e tensões se potencializa e exprime na fluidez da institucionalidade<sup>6</sup>, faz-se necessário lançar vistas dinâmicas sociais a partir das capilaridades do Estado em si, considerando sua fragmentação e diluição ao longo de sua organicidade.

Na medida em que se observa que essa institucionalidade fora impregnada pela segurança nacional, travestindo de forma extensa as práticas, relações e subversões sociais do Estado, nela se hipertrofiaram mecanismos e instrumentos jurídicos da Política de Defesa - preexistentes ao Golpe - para fins intervenção social, intensa e negligente com os parâmetros legalistas que se insinuavam no início do regime autoritário.

Sob essa sintomática procedimental, o modo como a autoridade policial, o Ministério Público Militar e as Auditorias Militares arguíam a tipicidade, fazendo incidir a tutela penal e processual penal sobre dispersos elementos probatórios e indícios da prática da tentativa subversão da ordem política e social, presente no art. 2º, inc. III, da Lei 1.802 (editada sob o regime constitucional democrático em 05 de janeiro 1953), potencializou o início da sistemática de prisões, preventivas ou ilegalmente efetuadas, obedecendo a certo padrão de legalidade, muito embora ela já permitisse essa prática indiscriminada.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège France (1975-1976)**. Trad. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 20

<sup>7</sup> Sob a competência da Justiça Militar e orientação político-criminal residual da Ditadura do “Estado Novo”, é importante ressaltar o histórico de resíduos institucionais que os regimes políticos transferem ao instaurado em seguida: a referência processual penal militar, o Decreto-lei nº 925 (Código de Justiça Militar), editado ainda em 1938.

Art. 156. Qualquer das autoridades referidas no art. 115 (Ministros da Guerra e da Marinha, Chefes do Estado-Maior do Exército e da Armada, inspetores e diretores de Armas e Serviços, Diretor Geral Ao Pessoal da Armada, comandantes de regiões, divisões, brigadas, guarnições e unidades e comandos correspondentes na

Segundo a Comissão Especial [de Mortos e Desaparecidos Políticos], cerca de 50 mil pessoas teriam sido detidas somente nos primeiros meses da ditadura; cerca de 20 mil presos foram submetidos a torturas; há 354 mortos e desaparecidos políticos; 130 pessoas foram expulsas do país; 4.862 pessoas tiveram seus mandatos e direitos políticos suspensos, e centenas de camponeses foram assassinados. (§ 87)<sup>8</sup>

Ao lermos o tipo penal, sobre a técnica nos cabe uma fazer algumas considerações.

Art. 2º Tentar:

III - mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional;<sup>9</sup>

Primeiramente, do modo como é formulado o enunciado do crime, o juízo de tipicidade é decomposto em dois juízos menores. Inicialmente, quanto à ação que compõe o delito, há um eixo elemento de interpretação do fato objetivamente exposto, isto é, a intervenção de uma instituição estrangeira na dinâmica subversiva.

Entretanto, textualmente, o juízo de que uma conduta é típica ou não é discriminada é variável. Como objetivado na literalidade do texto, a referência da tutela penal posta é a ofensividade ao bem jurídico, e não a ofensa, de modo que, tecnicamente a amplitude da tipicidade é necessariamente fluída e elástica sob orientação da política-criminal implicada na política de defesa, na medida em que não se estabeleceu um parâmetro objetivo para verificação da vulnerabilidade da Segurança Nacional e necessidade de intervenção.

[...] a respeito dos fatos subversivos praticados pelos mesmos denunciados, tentaram todos eles, por meios e formas diferentes, mudar a ordem política e social estabelecida na Constituição Federal da República, com a ajuda material e moral da Organização de Caráter Internacional – O Comunismo. Na verdade, como se conclui do Inquérito Policial Militar procedido e que instrui esta denúncia, havia um entrosado gigantesco em todo o Estado da Paraíba, como vinha acontecendo nas demais Unidades da Federação, onde se cuidava, à socapa, premeditada e friamente, de destruir o Brasil. Era questão de tempo, desse tempo que não ‘veiu’, mercê de Deus. (sic) De Deus e dos homens disciplinados aos quais cabe a guarda do País e que, agora, com cuidado, veem realizando os numerosos IPM, no território nacional. (Processo 70/64. Auditoria Militar da 7ª Região. Vol 1, p. 14)

---

Marinha, chefes de departamentos, serviços, estabelecimentos e repartições militares e navais, por si ou por delegação a oficial) poderá ordenar a detenção ou prisão do indiciado durante as investigações policiais até trinta dias.

<sup>8</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e Outros Vs. Brasil**. 2009

<sup>9</sup> REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei Nº 1.802, de 05 de janeiro de 1938**.



Enfim, o que havia acontecido desde 1953, em realidade foi a normatização da prática penal e processual de controle social em torno da defesa interna, análoga às reflexões de Agamben<sup>10</sup> acerca do Estado de exceção, mas que, se não se manteve suspensa, mas de incidência social esparsa.

### **3 As Ligas Camponesas sob o olhar dos subversivos: os desaparecimentos de Nego Fuba e Pedro Fazendeiro**

O Comunismo era o Leit Motiv dessa grande Rede de Maldade em razão da qual é exigida, agora, a punição dos responsáveis, que incitavam o povo a luta de classes com greves, ou com ligas camponesas, com comícios ou com a ignominiosa “conscientização de Escolares, dos responsáveis que degradavam o Estado com tudo isso que se chama subversão.”<sup>11</sup>

Esse é um trecho de um dos inquéritos policiais militares que se sucederam ao Golpe de 1964 no Estado da Paraíba, demonstrando a implicação do Sistema de Justiça na prática da Política de Defesa do Poder Executivo Federal já intervindo.

A partir da leitura da documentação presente nos Inquéritos Policiais Militares, em especial o Processo 70/64 e outros, que tinham como objeto de investigação de prática subversivas na Paraíba, resta claro - sob a inventividade necessária à prática judiciária para caracterizar as articulações e iminência de subversão a própria tipicidade penal, diante de elementos probatórios diversos e esparsos - a relevância política das Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais, bem como a inserção política nas estruturas de Governo, nos Poderes Legislativo e Judiciário.

[...] Ficou apurado, todavia, que, no Estado, havia 3 correntes distintas disputando a primazia nesse terreno, verificando-se áreas de atrito e exploração eleitoral em torno do que se convencionou chamar de Movimento Camponês.

[...] As averiguações procedidas indicam que o Partido Comunista, através da atuação de seus membros, prestigiava esta última corrente [de Assis Lemos e sua Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas] e cooperava com ela, particularmente a partir de dezembro de 1963, quando o Governo Federal desencadeou uma ofensiva de sindicalização através da Comissão Nacional da Sindicalização Rural resultante de convênio entre o Ministério do Trabalho e a SUPRA.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção Homo Sacer II, 1**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 15

<sup>11</sup> AUDITORIA MILITAR DA 7ª REGIÃO. **Processo 70/64. Auditoria Militar da 7ª Região**. Vol. 1, p. 14

<sup>12</sup> AUDITORIA MILITAR DA 7ª REGIÃO. **Processo 70/64. Auditoria Militar da 7ª Região**. Vol. 17, p. 1.630.

O resultado disto está documentado ao longo desta ação penal, em especial os seus quantitativos significativos: 143 (cento e quarenta e três) pessoas foram indiciadas. Quando em 1965, apenas 52 (cinquenta e duas) pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Militar.

Neste intervalo entre os atos do indiciamento e denúncia, 25 (vinte e cinco) delas tiveram suas prisões preventivas decretadas. Mesmo sendo um número reduzido de prisões decretadas, a sua aplicação mostrou-se estratégica e sob a permissividade legal, sob art. 156 do Código de Justiça Militar<sup>13</sup>, permitindo que qualquer comandante de guarnições, unidades e comandos pudessem decretar a prisão do indiciado ao longo das diligências do inquérito. Incidiu, então, sobre as principais articulações, supostamente de cunho subversivo, deslocando-se desde os Vereadores, Deputados Estaduais, Partidários e Lideranças de Movimentos Sociais, especialmente das Ligas e Sindicatos Camponeses, minando as relações políticas e institucionais em torno dos ditos comunistas. Afinal:

Na verdade, como se conclui do Inquérito Policial Militar procedido e que instrui esta denúncia, havia um entrosado gigantesco em todo o Estado da Paraíba, como vinha acontecendo nas demais Unidades da Federação, onde se cuidava, à socapa, premeditada e friamente, de destruir o Brasil. Era questão de tempo, desse tempo que não 'veiu', mercê de Deus. (sic)<sup>14</sup>

Muito embora, a prática de desaparecimentos forçados não fosse sistemática a essa época; fora sob essa realidade política autoritária e de vulnerabilidade que se deram os desaparecimentos de João Alfredo Dias (Nego Fuba) e Pedro Inácio Araújo (Pedro Fazendeiro)

### **3.1 O Desaparecimento de João Alfredo Dias (Nego Fuba) e Pedro Inácio Araújo (Pedro Fazendeiro)**

O nível cultural e mental da massa associada a essas organizações (Ligas Camponesas) é extremamente baixo e a capacidade de entendimento da sua participação em movimentos subversivos ou atentatórios à ordem política e social ou à segurança nacional é praticamente nula, medindo-se a sua periculosidade pela capacidade de liderança e poder de persuasão dos seus

---

<sup>13</sup> REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto-Lei Nº 925, de 02 de setembro de 1938

<sup>14</sup> AUDITORIA MILITAR DA 7ª REGIÃO. Processo 70/64. Auditoria Militar da 7ª Região. Vol. 1, p. 14

mentores mais esclarecidos e exaltados. **Por essa razão não julguei útil nem oportuno aprofundar as investigações na massa camponesa e sim identificar seus líderes e apurar sua responsabilidade. Daí a explicação de não ter sido considerada como prova de culpabilidade a simples participação em suas atividades ou associações às mesmas, mas na medida em que essas atividades contribuíram para o clima de agitação que precedeu o movimento revolucionário.**<sup>15</sup>

É sob essa percepção institucionalizada que se inicia as histórias do desaparecimento de Nego Fuba e Pedro Fazendeiro. O Primeiro dizia-se que tinha a função de orador das Liga Camponesa de Sapé, tendo sido instruído para a guerrilha, - conforme boatos (citados em depoimentos) -, formação que ministrava aos camponeses.<sup>16</sup> O Segundo, apenas declarou ter recebido panfletos e documentos subversivos para propaganda.

Essas histórias iniciam suas congruências na medida em que ambos, indiciados por responsabilidade por atos atentatórios à segurança nacional, tem suas prisões preventivas decretadas por esse juízo de tipicidade. Tal decreto mostra-se reflexo da sintomática das acusações genéricas que subsidiam essas medidas cautelares, ainda que em dissonância com a disciplina do art. 149 do então vigente Código de Justiça Militar<sup>17</sup>, que determina que o instituto de segurança é aplicável apenas quando “a ordem, a disciplina ou o interesse da justiça o exigir”, sob veementes indícios de culpabilidade, implicados nas provas testemunhais e documentais; elementos que não estavam presentes nos autos, conforme análise do Conselho Permanente de Justiça Militar da 7ª Região Militar.

A partir daí a documentação é esparsa ou ausente e os fatos cronologicamente se recompõem a partir dos dados coletados em audiências públicas, sessões especiais e seminários públicos. João Alfredo Dias foi solto, mesmo sem a referida documentação; todavia, semanas depois tornou a prisão, pois não escapara a realidade de perseguido político. Pedro Inácio Araújo, segundo depoimento de seus irmãos, prestados à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, não foi solto. Ambos permaneceram presos até seus desaparecimentos.

Entre os depoimentos, resta evidente uma outra feição da violência institucional, especificamente da prática judiciária: os mecanismos de controle encontravam-se

---

<sup>15</sup> AUDITORIA MILITAR DA 7ª REGIÃO. **Processo 70/64. Auditoria Militar da 7ª Região.** Vol. 17, pp. 1620 e 1621

<sup>16</sup> Informação complementar do contida no relatório do Inquérito Policial Militar: “Todavia, não há quaisquer provas, documentais ou testemunhais a êsse respeito, parecendo que tais notícia se baseiam em conjecturas. (Processo 70/64. Auditoria Militar da 7ª Região. Vol. 17, p. 1.638)

<sup>17</sup> REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Decreto-Lei Nº 925, de 02 de setembro de 1938**

efetivamente fragilizados, incapazes, como se mostrou, de proceder a investigações sérias e exaustivas sobre os desaparecimentos desses camponeses.

## **Considerações Finais**

A postura metodológica impressa neste artigo nada mais busca senão refletir acerca da complexidade e sofisticação das violações de direitos humanos praticadas ao longo do recente regime autoritário civil-militar, de modo a compreender o formato real dado à estrutura institucional pela própria institucionalidade, sua sofisticação.

É justamente essa compreensão histórica que objetiva a concepção política da Justiça de Transição, na medida em que almeja a construção e fortalecimento de garantias de não repetição, assim não o faz referindo-se apenas ao anterior regime ditatorial, mas também, e essencialmente, ilustrando os outros elementos sociais e institucionais que potencializaram as violências, da prática ao não controle, tencionando a reformulação institucional.

É esse papel histórico que assumem as Comissões Nacional e Estaduais da Verdade, sob sua formulação político-institucional e objetivos, implicando desde sua prática historiográfica até sua postura política em torno das recomendações, no sentido de consolidação e aprofundamento democrática a partir do fortalecimento da instrumentalidade das garantias de não repetição.

## **Bibliografia**

AUDITORIA MILITAR DA 7ª REGIÃO. **Processo 70/64. Auditoria Militar da 7ª Região.** Vol. 1, p. 14

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção Homo Sacer II, 1.** Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. **Textos Políticos da História do Brasil.** Tomo VIII. Brasília: Editor Senado Federal, 2002.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e Outros Vs. Brasil.** 2009

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège France (1975-1976).** Trad. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 20

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Decreto-Lei Nº 925, de 02 de setembro de 1938**

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 1.802, de 05 de janeiro de 1938.**

\_\_\_\_\_. **Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995.**

\_\_\_\_\_. **Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002.**

## CONFLITOS NO PONTAL DO PARANAPANEMA: IMAGENS E DISCURSOS DA REPRESSÃO NO CAMPO

Autora: Barbara Giovanna Ortiz<sup>1</sup>

[barbara.ortiz@live.com](mailto:barbara.ortiz@live.com)

### Resumo

Este trabalho faz parte das reflexões iniciais uma pesquisa em desenvolvimento que visa compreender a história e a contemporaneidade das diferentes formas de repressões sofridas no Pontal do Paranapanema, área que é caracterizada por intensos conflitos e irregularidades fundiárias. Para isso, tomamos como referência o discurso do Estado, a representação midiática e o DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Também serão apresentados os fatores determinantes que corroboraram para a atual conjuntura agrária brasileira e seus reflexos na região.

**Palavras-chave:** questão agrária; repressão no campo; mídia

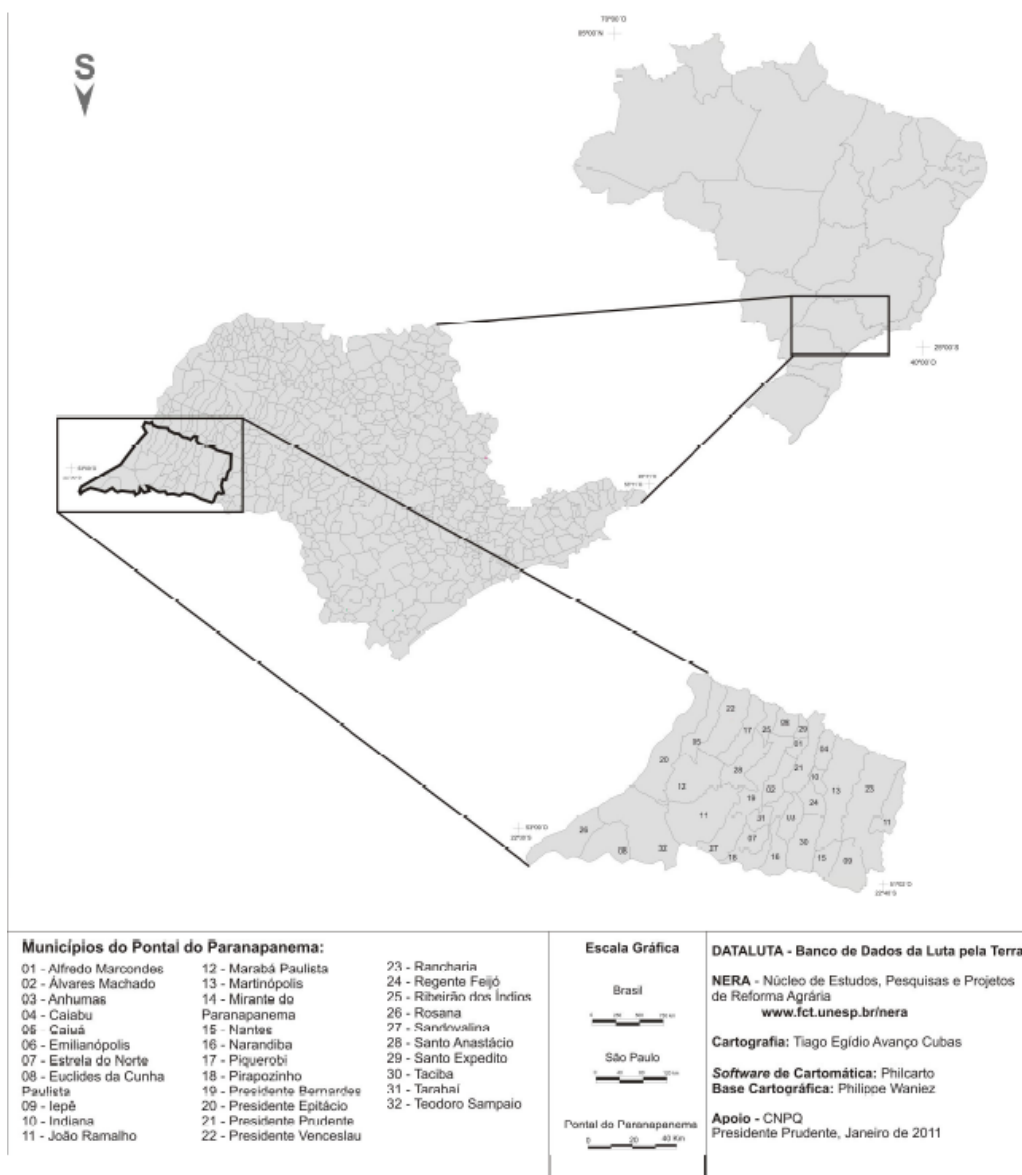
### Questão Agrária no Pontal do Paranapanema

O Pontal do Paranapanema é uma região formada por 32 municípios, localizada no oeste do Estado de São Paulo, tendo como limite a oeste o rio Paraná e ao sul o rio Paranapanema, conforme prancha 1. O destaque do Pontal do Paranapanema na história dos movimentos socioterritoriais camponeses do Brasil tem suas origens no processo de ocupação territorial ilegal na região a partir da segunda metade do século XIX. A grilagem foi uma prática comum e determinante não só na conformação de uma região com grande concentração de terras, mas também como motivador para a luta dos movimentos, visto que haviam grandes latifúndios em terras públicas.

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista, FCT-UNESP, *campus*, de Presidente Prudente – SP. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária – NERA, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula.

**Prancha 1 - Brasil, São Paulo e Pontal do Paranapanema: localização da área de estudo**



De acordo com Feliciano (2006), a região do Pontal do Paranapanema possui aproximadamente 321 mil hectares de áreas devolutas, das quais grande parte está ocupada de forma irregular por fazendeiros. Até o ano de 2011, conforme Sobreiro Filho (2013), a estrutura agrária da região ainda se encontrava muito concentrada nas mãos de grandes e médias propriedades.

A grilagem de terras é fundamental para compreendermos a conflitualidade da qual se insere esta região. Os latifúndios originados a partir de terras griladas manifestam vários aspectos da questão agrária, dentre eles:



a concentração, a desigualdade, a exclusão e a improdutividade. A ocupação de terra tem sido nos últimos anos no Brasil, a principal forma de contestar este modelo de propriedade, combatendo a desigualdade pelo avanço do capitalismo no campo, gerando, segundo Fernandes (2008), um processo de conflitualidade, da qual é alimentada pelas contradições e desigualdades do próprio sistema.

É diante deste cenário de acirrada concentração fundiária e de lutas pela terra que se construíram condições favoráveis para a criação e recriação do campesinato. Na década de 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) dá início às suas ações na região, (THOMAZ JUNIOR, 2009) que através das ocupações de terras e organização de acampamentos questionam a legitimidade da posse da terra.

O surgimento do MST foi considerado um marco na história da região por dar início a um intenso processo de contestação do latifúndio e promover a organização de trabalhadores para lutar pelas terras públicas do Pontal do Paranapanema. Desta maneira, o MST foi o principal protagonista da luta pela terra na região. Foi desta conjuntura que emergiu a marcante conflitualidade da região, destacando-se pelo nítido embate entre movimentos socioterritoriais e grandes proprietários de terras e elevados números de ocupações de terras e famílias em ocupações. Conforme Sobreiro Filho (2013), a conflitualidade era nítida e a imprensa foi um dos espaços mais utilizados para veicular ameaças e trazer à tona o contexto de violência da região. Ações violentas como tiroteios, destruição de acampamentos e diversos outros tipos de ameaça são fatos recorrentes na história do Pontal do Paranapanema e compuseram o universo de manchetes dos jornais no período de 1994 até 2002 (CUBAS, 2012; SOBREIRO FILHO, 2013).

As ocupações de terras, segundo Cubas, “são momentos privilegiados que iluminam aspectos centrais da relação campesinato-ruralista e da questão agrária no Brasil. São eventos com intensa conflitualidade que atraem a cobertura da imprensa, os comentários dos camponeses e ruralistas” (CUBAS,

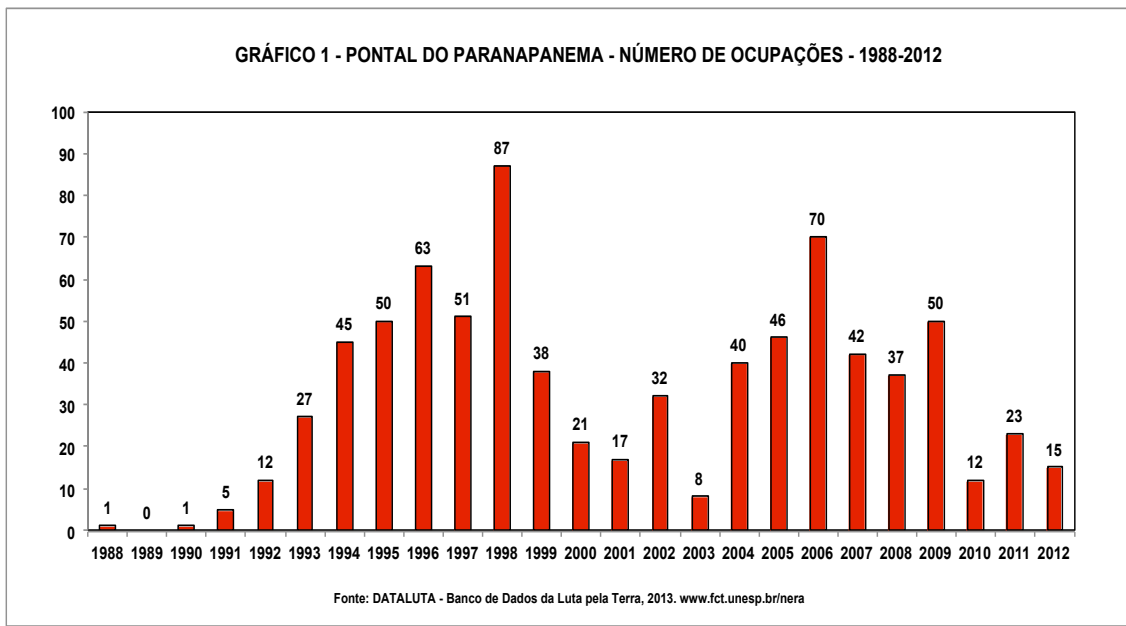
p. 37, 2012). Ainda para o autor, é a partir desta forma de luta que a mídia desenvolve sua narrativa da relação camponês-ruralista, desenhando a opinião pública e indicando quais são os protagonistas e antagonistas da história.

Desde os processos de ocupação do Pontal do Paranapanema a relação entre camponeses e proprietários de terra tem se dado de forma violenta. Com a bandeira da luta pela reforma agrária levantada pelos movimentos socioterritoriais do campo, essa forma de repressão ao acesso à terra manteve seu caráter truculento. A violência não partia somente dos proprietários de terras, mas também da mídia em forma de repressão, que agia criminalizando as ações dos movimentos com o intuito de deslegitimar a luta.

### **Governo Collor, FHC e a Luta pela Terra**

A década de 1990 assinalou, no Brasil, a partir do governo de Fernando Collor, a introdução de medidas que resultaram na abertura econômica do país para o mercado global. A despeito do desdobramento de seu curto período na presidência, essa abertura desenfreada às mercadorias e capitais estrangeiros, aliada à reestruturação produtiva, desencadearam uma série de consequências negativas ao mercado de trabalho, dentre as quais, o fechamento de muitas indústrias e o aumento do desemprego. Mas, essas medidas estavam inseridas em um conjunto amplo de reforma com um viés neoliberal, que viriam a ser inaugurados no país, como a redução do papel do Estado, afetando diretamente a relação entre o Estado e trabalhador, sendo esses da cidade ou do campo.

Ao analisar o gráfico 1 e o contexto histórico do país, inferimos que o aumento da miséria no campo, consequência da abertura da economia brasileira ao exterior e da política de apoio do Estado aos latifundiários, se constituiu em um dos principais elementos para ocorrer o aumento de ocupações terra no Brasil e em particular no Pontal do Paranapanema.



Nesse sentido, não se pode desprezar a experiência no processo de violência e resistência da população camponesa que, no despontar dos anos 1990, torna-se figura central na luta pela Reforma Agrária. Caracterizar as diversas formas de violência que se abateram sobre os movimentos sociais no Pontal do Paranapanema busca rever os ditames que tem regido as relações sociais no campo brasileiro, em um contexto de grande acirramento envolvendo, de um lado, os camponeses e, de outro, grandes proprietários de terra, a mídia e o Estado.

### Discurso e imagens da repressão midiática

Os principais jornais da região do oeste paulista, O Imparcial e Oeste Notícia, demonstram em seus discursos o interesse de classes, favorecendo, então a elite agrária da região, transmitindo uma visão criminalizada dos movimentos, a fim de contribuir/legitimar a repressão em meio à luta pela terra. Um exemplo disso é o discurso adotado quando noticiam as ações dos movimentos, tratando as ocupações de terra como “Invasões” e atos de vandalismo, deixando uma visão distorcida da real causa dos movimentos

socioterritoriais. Conforme relata Souza (2005) ao analisar os jornais O Imparcial e Folha de São Paulo:

Nos dias 20 e 21/07, os jornais OI e FSP, publicam a desocupação da fazenda determinada pela justiça através da ação judicial. Desse episódio, segundo o jornal, “a polícia indiciou Josmar Chamption, um dos líderes dos Sem-Terra, no inquérito aberto para apurar as responsabilidades pela invasão e por cárcere privado” (FSP, 21/07/90.p.A8). Essas famílias saíram da fazenda e, segundo o jornal, “a maioria voltou para suas cidades de origem”, ficaram acampadas (sic) às margem da rodovia SP-613. A ação de despejo foi realizada por 900 policiais civis e militares, além de cachorros e jagunços (FERNANDES, 1996, p.163). E assim, o jornal relatou, ‘fim pacífico da invasão da fazenda’ (OI, 21/07/90, p 01). (SOUZA, p.27, 2005).

Assim como os discursos, as imagens tem um grande poder de influência não objetiva sobre a opinião pública da sociedade.

De instrumento para a reconstrução e reconhecimento da realidade à arma poderosa da manipulação, a imagem sempre assumiu durante a história do homem facetas diversas. De fato, antes de mais nada, a fotografia é como uma imagem, um termo que possui definições unificadas e complementares. ‘Compreendemos que indica algo que embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta a imagem passa por alguém que a reproduz ou reconhece’. (MANCUZO,2009)

## Considerações finais

Com base nos pressupostos aqui apresentados, vemos que o histórico da luta pela terra no Brasil, com enfoque na região do Pontal do Paranapanema é constituída de conflitos permanentes e inerentes às contradições da estrutura fundiária do Brasil. Essa conflitualidade é representada no discurso da mídia, na sua promoção do agronegócio e na cobertura estereotipada da luta pela terra. Olhando para as disputas físicas e representativas do campo, o Pontal do Paranapanema se torna um território interessante para análise dos conflitos no campo sobre o olhar da repressão através da mídia e conformada/efetivada pelo Estado. Dessa forma, faz parte de nossa proposta compreender as diferentes formas de repressão no campo a

partir do discurso midiático e do Estado, construindo, assim, uma tipologia de repressão a partir dos conflitos agrários.

## Referências

CUBAS, T. E. **São Paulo Agrário: Representação da Disputa Territorial entre Camponeses e Ruralistas de 1988 a 2009**. Dissertação de Mestrado, 2012.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp. Campinas, 2008.

FELICIANO, C. A. **A Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil: O MST e MAST no Pontal do Paranapanema/SP**. 131 f. Monografia (curso de Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.

MANCUZO, R.A. **O MST desterritorializado: Um novo olhar sobre a criminalização do movimento a partir do fotojornalismo e do hiperespetáculo**. Dissertação de mestrado, 2009.

OLIVEIRA, N. T. **Banco de dados da luta pela terra: registro, confrontação e análise das ocupações de terras no estado de São Paulo, com ênfase à região do Paranapanema para o período 1990-2010**. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente. Relatório final CNPQ 2011.

SOBREIRO FILHO, J. **Os MST's do Pontal do Paranapanema: dissensão na formação dos movimentos camponeses**. 2011. Relatório de pesquisa – FAPESP. [http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/relatorio\\_nino2.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/relatorio_nino2.pdf)

SOBREIRO FILHO, J. **O Movimento em Pedacos em Movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à fragmentação dos movimentos socioterritoriais camponeses**. Dissertação de Mestrado, 2013.

SOUZA, S.R. **Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema: MST e Imprensa**. Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente. Dissertação de Mestrado. 2005

THOMAZ JUNIOR, A. **Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais**. São Paulo: 2007.

WELCH, C. A. **A semente foi plantada: raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010

## **GT 02 - Luta social e repressão política no campo - da ditadura à abertura democrática: a experiência das comissões da verdade no Brasil**

### **RESUMO**

#### **DITADURA MILITAR E A REPRESSÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS ATUANTES NO CAMPO NO MARANHÃO - ANOS 1960-1980**

HELCIANE DE FÁTIMA ABREU ARAUJO<sup>1</sup>

Este artigo apresenta uma reflexão acerca da repressão do regime militar sobre as formas de organização política, atuantes no campo no estado do Maranhão, nas décadas de 1960/1980. Trata-se de um estudo iniciado em 1992 e retomado em 2013, a partir da constituição da Comissão Camponesa da Verdade. Verificou-se que, em situações específicas, o Estado brasileiro foi o principal agente promotor da repressão aos movimentos camponeses e a povos e comunidades tradicionais, o que resultou na desarticulação dos laços familiares e comunitários e na desmobilização política, com sequelas ainda desconhecidas ao campo acadêmico. A pesquisa, desenvolvida por meio de levantamentos bibliográficos e da coleta de relatos de lideranças, revela a percepção desses agentes, alguns atuantes no anonimato, sobre o fenômeno da ditadura militar e o esforço da construção da memória coletiva, como estratégia de resistência política.

Palavras chave: Ditadura; Memória; Camponeses; povos e comunidades tradicionais

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo analisa a repressão do regime militar sobre os movimentos políticos de grupos camponeses, povos e comunidades tradicionais, atuantes no estado do Maranhão, nas décadas de 1960/1980. Trata-se de uma reflexão iniciada em 1992 e retomada em 2011, por ocasião da estruturação da Comissão Nacional da Verdade<sup>2</sup> e,

---

<sup>1</sup>Jornalista e Doutora em Sociologia; professora da Universidade Estadual do Maranhão/Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia; pesquisadora do Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia (GESEA) e do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). helcianearaujo@hotmail.com

<sup>2</sup> A Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei 12528/2011 foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011 e instalada oficialmente em 16 de maio de 2012. Visa investigar violações de direitos humanos ocorridos no período entre 1946 e 1988, por agentes do Estado brasileiro. Essa comissão publicará um relatório dos principais achados.

posteriormente, da Comissão Camponesa da Verdade<sup>3</sup>, com o propósito de localizar, mapear e sugerir fatos (casos exemplares) de violação aos Direitos Humanos, ocorridos no campo, no período em que o Brasil esteve sob o regime da ditadura civil-militar. A cartografia sobre a violência no campo inclui situações de violações desde 1946 até o ano de 1988.

A constituição da Comissão Camponesa da Verdade reflete o esforço empreendido pelo governo brasileiro e por segmentos específicos da sociedade civil, com vistas ao reconhecimento das situações de violação aos Direitos Humanos ocorridos no campo brasileiro durante a ditadura civil-militar. A partir desse reconhecimento, o desafio que se apresenta é verificar, primeiramente, os efeitos dessa violação, sobre as famílias das vítimas que tiveram suas trajetórias interrompidas ou foram redefinidas a partir das situações. Segundo, o curso da História política do país, as mudanças de percursos impostas pela repressão militar.

Estudos já realizados ressaltam a dificuldade de se comprovar a responsabilidade do Estado pelos crimes aqui especificados. Um levantamento realizado pela Presidência da República, por meio da Secretaria de Direitos Humanos e publicado em 2013, indica que 97,6% dos camponeses<sup>4</sup> mortos e desaparecidos na ditadura militar foram alijados da justiça de transição. O estudo revela que pelo menos 1.196 camponeses e apoiadores foram mortos ou desaparecidos do período pré-ditadura ao final da transição democrática (1961-1988) (BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos, 2013).

Desse total, somente os familiares de 51 vítimas requereram reparações à Comissão de Anistia, sendo que apenas os de 29 tiveram seus direitos reconhecidos. Do total de mortos e desaparecidos no campo, o estudo conseguiu reunir informações sobre 602 novos casos excluídos da justiça de transição, caracterizados como “graves atentados aos direitos humanos”, investigados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). A investigação tem

---

<sup>3</sup> Comissão Camponesa pela Anistia, Memória, Verdade e Justiça, criada durante o Encontro Unitário, reuniu, em agosto de 2013, em Brasília, 37 entidades de camponeses, trabalhadores e militantes dos direitos humanos, que assumiram o compromisso de “lutar pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, visando a inclusão de todos afetados pela repressão”.

<sup>4</sup> O estudo adota o conceito camponês no sentido amplo, incluindo trabalhadores assalariados rurais e extrativistas, mas excluindo garimpeiros e indígenas, estes últimos tratados em comissão específica (BRASIL, 2003, p.12)



por objetivo permitir que as vítimas usufruam dos mesmos direitos dos militantes urbanos, estabelecidos pela Lei 9.140, de 4/12/1995, que reconheceu como mortos 136 desaparecidos e criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

A lista - composta por 75 sindicalistas, 14 advogados, sete religiosos, 463 lideranças de lutas coletivas e 43 trabalhadores que tombaram em conflitos individuais - identificada por este estudo é o ponto de partida para a identificação de um número bem maior de perseguidos políticos pela ditadura militar ainda pouco estudado. Desses 602 casos, em apenas 25% é possível comprovar a efetivação de inquérito policial e, somente em 5%, desfecho judicial. Ainda assim, o estudo conseguiu comprovar a ação direta de agentes de Estado em 131 casos, reconhecidos como vítimas da ditadura. Uma particularidade das situações identificadas no campo é que em 471, ou 85% dos casos, os crimes foram cometidos por agentes privados, com a anuência dos representantes do regime militar (BRASIL, 2013, p. 23).

O presente artigo parte da construção da memória das lutas sociais na Amazônia maranhense, na tentativa de refletir sobre aspectos peculiares da repressão e da mobilização política de grupos camponeses e povos e comunidades tradicionais em uma região fortemente marcada pelos conflitos ocasionados pela expansão do capital nessa região e seus desdobramentos em tempos contemporâneos.

### **1. Repressão aos movimentos camponeses na Amazônia.**

A construção de uma cultura política no Maranhão exige um estudo mais apurado da memória da resistência dos povos que habitam e disputam este território, desde os tempos coloniais. Tal narrativa é necessária para se compreender por que o Maranhão é o lugar onde o padrão de dominação, denominado de oligarquia, mais resiste e onde os movimentos sociais têm mais dificuldades de promover articulações capazes de se contrapor a este padrão de dominação.

O primeiro aspecto, apontado como referência na memória coletiva das lutas camponesas no Maranhão, é a intensidade da violência com que são reprimidas. Violência física, sobretudo, mas também violência simbólica (BOURDIEU, 1998), difícil de ser reconhecida e, portanto, enfrentada, porque se apresenta de forma diversificada em diferentes períodos históricos.

A título de ilustração, lembramos a Balaiada<sup>5</sup>, uma das cinco revoltas ocorridas no século XIX, em várias províncias do país<sup>6</sup>. Esse movimento que reuniu negros, índios e pobres livres mestiços, foi deflagrado no dia 13 de dezembro de 1838 e se estendeu do Maranhão ao Piauí, em reação às situações de sujeição impostas pelas economias do algodão e da cana-de-açúcar.

Outro momento, que se destaca na história das lutas camponesas no Brasil, corresponde aos anos de 1944 e 1945, período em que o país estava sob o regime da ditadura do Estado Novo e quando foi intensificada, sobretudo no nordeste e no Maranhão, a disputa pelo controle dos recursos naturais. Nesse período, aumentaram as pressões sobre a família camponesa e, para sobreviver às situações de precisão, grupos camponeses recorriam às ações de solidariedade que se sustentavam por meio de laços de vizinhança, a exemplo dos mutirões

Em seus estudos sobre as questões agrárias do Maranhão, Almeida (1981, p.23) destaca as sociedades mutualistas que tinham uma perspectiva de autonomia, buscando oferecer aos associados benefícios, como auxílios doença, desemprego e invalidez, serviços funerários, pensão a viúvas e órfãos. Tais formas organizativas conjugavam ações assistencialistas com ações políticas, reforçando a mobilização dos trabalhadores rurais na luta por direitos.

Entre o final da ditadura do Estado Novo (1947) e meados dos anos 1950, paralelo às ações do Partido Comunista Brasileiro e da igreja católica no campo, surgiram, no nordeste, formas organizativas expressas nas Ligas Camponesas. Nesse contexto, no Maranhão, emergiram as associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, dando visibilidade aos agentes sociais, que se autodenominavam lavradores e trabalhadores agrícolas e que incluíam, em suas pautas reivindicatórias, o tema da reforma agrária (ALMEIDA, 1981).

---

<sup>5</sup> O termo Balaiada vem do apelido Balaio, atribuído ao líder do movimento, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira fabricante de cestos e balaio. A revolta durou três anos. Os chamados balaio organizaram um governo independente quando ocuparam o vale do Itapecuru e a Vila de Caxias. O movimento foi barbaramente reprimido, com a morte de todas as lideranças, em 1841, e com a nomeação do coronel Luís Alves de Lima e Silva, conhecido por Duque de Caxias, a presidente da Província e comandante das armas (FOREM/MA, 2004). Outros líderes do movimento foram: o vaqueiro Raimundo Gomes Vieira Jutaí, o Cara Preta, e o ex-escravo Cosme Bento das Chagas.

<sup>6</sup> Contemporânea à Cabanagem, no Pará; Sabinada, na Bahia; Farroupilha, no Rio Grande do Sul; e a Praieira, em Pernambuco.

Nesse momento, além de denúncias constantes e pressões junto às autoridades, os lavradores reagiam com ações de defesa da roça da invasão do gado. Outra grande luta na região de Codó, Timon, Rosário e Itapecuru era contra a adulteração de documentos em cartórios, roubo de escrituras registradas, o que deu origem aos termos “grileiro” ou “ladrões de terras”, adotados pelos lavradores. A partir de 1954, essas formas de solidariedade começam a ser institucionalizadas e a organização política passou a ter outra dimensão<sup>7</sup>.

Com relativa autonomia face aos órgãos governamentais, partidos políticos e igrejas, as Associações de Lavradores desenvolveram uma campanha por uma “reforma agrária democrática”. Elas reivindicavam a entrega de títulos de propriedade aos que nela trabalhavam; o fim do latifúndio; contestavam o aumento dos preços dos foros e defendiam a liberdade da comercialização do coco babaçu. O fato é que, com o crescimento de sua atuação, essas formas organizativas passaram a ser alvo de perseguições dos grandes proprietários de terras. Suas assembleias eram dispersas a tiros e seus membros vítimas de violências e arbitrariedades (idem, p.10 -37).

Apesar do regime ditatorial, o período que compreende meados de 1940 a meados de 1950 é uma referência na história política dos camponeses no Maranhão. Podemos verificar a busca pela autonomia, em suas formas de organização política, face ao poder das facções das oligarquias que sempre tentaram manipular as formas de mobilização anteriores. Por meio das associações profissionais, os chamados lavradores, paulatinamente, deslocavam os mediadores tradicionais, como políticos locais ou regionais, recorrendo diretamente aos órgãos ditos competentes, como a justiça, para solucionar seus conflitos (idem, p.13)

O caráter recreativo e assistencialista dessas formas organizativas, do final dos anos 1950, não estava dissociado do político organizatório. Pelo contrário, a ação voluntária lhes conferia autonomia face às estruturas das oligarquias - que os sujeitavam e os enquadravam politicamente - para atuarem como seus porta-vozes. Na interpretação de Almeida (1981, p.13 e 18), os lavradores criavam formas próprias de representação

---

<sup>7</sup> Por deliberação da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo, foi criada, em 1954, a Comissão Estadual de Reforma Agrária, que estimulou a organização das associações profissionais, particularmente nos vales dos rios Itapecuru e Mearim. Em 1956, durante a Conferência Estadual para Estudos de Reforma Agrária, realizada em São Luís, foi fundada a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão – ATAM, vinculada à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB. Em menos de dois anos esta entidade expandiu o número de associados, possuindo mais de 50 sociedades filiadas e mais de 20 mil lavradores associados.

fundindo as “lutas econômicas” e as “lutas políticas” e ameaçando o poder local. Outro resultado desse processo foi o deslocamento da organização política do Vale do Itapecuru para os “vales férteis” do Mearim e do Pindaré, como estratégia de sobrevivência desses segmentos sociais ameaçados.

## **1. 2. Institucionalização e repressão do movimento sindical.**

A memória dessas lutas revela uma particularidade do Maranhão, expressa na relação muito próxima entre o aparato policial oficial e as estruturas locais de poder político e econômico, na empreitada de reprimir as formas de solidariedade e de resistência no campo. O trecho abaixo, extraído da narrativa da liderança camponesa Manoel da Conceição, acerca dos confrontos políticos dos camponeses no Maranhão, ilustra bem o que vem se afirmando:

Fomos atacados quando fazíamos uma reunião com todos os lavradores no povoado vizinho de Copaíba dos Mesquitas e o grileiro Manacé chegou com uns 20 jagunços atirando. Eles mataram cinco camponeses na hora com golpes de faca e punhal. Uma velhinha pediu ajoelhada para não matarem seu filho, que já estava estirado no chão. A resposta foi uma peixeira enfiada nas suas costas, pregando a velha mulher no chão. Pelo fato de estar chorando, em prantos, porque viu o pai ser morto pelos pistoleiros, um menino de apenas 3 anos foi agarrado pelos cabelos por um jagunço, que o rodopiou e arremessou-o sobre uma parede de taipa, onde sua cabeça espatifou-se e seus miolos espalharam-se por cima do corpo do pai morto no chão (Manoel da Conceição, 1992).

A repressão, com a intensidade narrada no trecho da entrevistada acima, justifica porque no Maranhão, o movimento sindical surgiu tardiamente, na década de 1960, quando o regime militar sofisticava as técnicas de repressão aos movimentos de resistência e sindicais em todo o país, institucionalizando a tortura uma prática oficial de investigação e quando esse mesmo Estado passa a ser – por meio das políticas de desenvolvimento - um dos agentes promotores dos conflitos sociais no campo.

Os projetos de desenvolvimento, elaborados na década de 1960, com forte viés econômico, baseados em informações geológicas, morfológicas, hidrográficas e econômicas, privilegiaram a industrialização, apostando na integração nacional, via ocupação da Amazônia. As terras devolutas da Amazônia foram interpretadas pelos planejadores públicos como “espaços vazios”, “vazios demográficos” ou “terras disponíveis”. Tal interpretação não levou em conta as ocupações antigas, terras indígenas e a dinâmica das frentes agrícolas (ALMEIDA e MOURÃO, 1976, p.8).

Convém destacar os fluxos migratórios pela transferência de famílias de outros estados do Nordeste, particularmente do Ceará e do Piauí, no final dos anos 1950, devido à seca e à falta de terras para trabalhar em seus lugares de origem, circunstâncias que colocavam essas famílias em condição de sujeição, como cobrança de renda, na relação com o *patrão*. O Maranhão atraía esses nordestinos por suas condições climáticas, pela disponibilidade dos recursos naturais e porque a terra era *liberta* (MUSUMECI, 1988; LUNA, 1984). As famílias viviam da agricultura, da produção do arroz, feijão, milho e algodão; da criação de animais, como o cavalo, o burro, o porco e a galinha; e do extrativismo do babaçu. A ideia construída pelos idealizadores da SUDENE de que o Maranhão seria o “celeiro do Nordeste” também contribuía para essa movimentação de maranhenses e nordestinos no interior do Estado (GTDN - 1959/1961).

No final dos anos 1960, o governo José Sarney tomou as primeiras medidas de fechamento artificial das fronteiras agrícolas. A partir da Lei nº 2979, de 17 de julho de 1969, – conhecida por Lei Sarney de Terras - as terras da Pré-Amazônia Maranhense<sup>8</sup> foram oferecidas a grupos de empresários, desfavorecendo os grupos sociais, povos e comunidades tradicionais que as ocupavam e estimulando os conflitos sociais no campo (GONÇALVES, 2000). Como um dos postulantes das ideias desenvolvimentistas, predominantes na década de 1970, o Governo Sarney (1966-1971) assumiu o discurso em defesa da ocupação “racional e ordenada” das terras disponíveis, como medida para a solução dos conflitos gerados, a partir do confronto entre os projetos econômicos e os grupos de camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais que viviam na região<sup>9</sup>.

A dinâmica do capital no campo intensificou os conflitos por terra, imprimindo, por outro lado, formas diferenciadas de resistências dos trabalhadores rurais. Assim, nos anos de 1950, a igreja católica, incluiu em sua pauta a questão agrária, passando a estimular, por meio do Movimento Intermunicipal Arquidiocesano – MIRA, iniciativas cooperativistas e a organização dos denominados pequenos proprietários, foreiros, meeiros e posseiros. Depois, por meio do Movimento de Educação de Base – MEB (1961/1962), incentivou o sindicalismo rural (RAPOSO, 1985).

---

<sup>8</sup> destinadas aos camponeses, no relatório do Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do Nordeste (GTDN - 1959/1961) que deu origem à criação da Superintendência Nacional do Nordeste – SUDENE.

<sup>9</sup> Ver Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu (COMARCO, s/d)

Na década de 1960, em Pindaré-Mirim, os lavradores tinham como principal problemática a criação do gado solto que invadia as roças, o que indicava que a prioridade da resistência deveria ser a defesa do roçado. Resumindo, as diferentes formas de reação assumidas por segmentos camponeses incluíam o fortalecimento das associações de trabalhadores agrícolas, a resistência contra a perseguição dos sindicatos autônomos, a organização dos sindicatos clandestinos, a derrubada da cerca e a organização de paiol coletivo<sup>10</sup>.

No entanto, com o reconhecimento e institucionalização da organização sindical no campo, a mobilização camponesa perdeu seu caráter autônomo e independente. Subordinados a uma legislação específica, os sindicatos passaram a depender do reconhecimento legal para existir, estando, portanto, vinculados aos aparelhos de Estado que passaram a interferir na definição das bases territoriais e no controle dos recursos repassados pelos órgãos públicos aos sindicatos (idem)

A disputa eleitoral de 1965 contribuiu para a reativação do movimento sindical no Maranhão, na época, fragilizado com as perseguições aos líderes e às organizações. A frente eleitoral, formada pela União Democrática Nacional - UDN e pelo Partido Social Progressista - PSP, na tentativa de derrotar o Partido Social Democrata - PSD, sob o controle de Vitorino Freire<sup>11</sup>, arregimentou forças entre os remanescentes das associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, dos sindicatos autônomos e dos grupos de trabalhadores vinculados à igreja católica que se mantinham autônomos. Apesar das promessas de campanha contundentes do candidato da coligação oposicionista, deputado José Sarney, esses segmentos não tiveram suas agremiações reabertas.

Frustradas as expectativas, após o período eleitoral, os lavradores de Pindaré-Mirim, reabriram um sindicato, denominado “sindicato clandestino”, independente do reconhecimento oficial e alheio aos interesses das autoridades municipais. Suas preocupações centrais eram defender a roça do gado solto que destruía as plantações e a

---

<sup>10</sup> É nesse contexto de pressões sobre os diferentes segmentos camponeses e, por outro lado, de invenção de formas de resistência – por parte desses grupos -, via a organização coletiva para a produção, que se realiza o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em novembro de 1961. Ver Almeida (1981).

<sup>11</sup> Líder de um grupo que controlou a política maranhense por quase 30 anos.

criação de um instrumento que facilitasse o armazenamento da produção coletiva, por meio do paiol grande ou paiol coletivo.

A repressão do regime militar sobre o movimento sindical intimidou o processo de organização política no campo. Entre os anos de 1963 e 1972, no vale do Pindaré, os sindicatos dos produtores autônomos ou “sindicatos clandestinos” foram reprimidos, com violências física, psicológica e moral sobre suas lideranças. A estratégia antiga, e reforçada no regime militar, era eliminar as lideranças, seja pela violência física, seja pela violência simbólica, com os estigmas que as criminalizam e resultam no seu isolamento.

Antes de atirarem nele na perna (Manoel da Conceição), eu estava no Anajar, em uma reunião, fui pegar um médico que vinha de avião. Aí peguei no aeroporto e levei pra lá, o médico estava consultando gente e o Manoel da Conceição lá, a polícia chegou e houve um tiroteio lá e eles queriam só o Manoel. Eles pegaram o Manoel, atiraram nele sem precisar. Ele preso já. (...) Eles diziam que era uma magô de comunista. Eu sou do partido deste de 64, que eu estou nesse partido e nunca saí de vez em quando eles me procuram aqui, me perseguiram também na época, mas eu enganei eles quando a força veio de São Luís, foram prender nas casas de noite. Ai eu vinha pra Santa Inês de bicicleta ai eu observei o carro encostar ai voltei pra trás, eu botei a bicicleta e me escondi no quintal lá dentro de umas bananeiras. Ah, mas eles caçaram até dentro do poço, eles caçaram e não me encontraram. (...) Ai não quiseram que eu ficasse aqui em Santa Filomena, eu não vendi nada, sai no outro dia de manha eu sai, ainda passei um dia escondido que eu tinha uma roça, fui terminar de cortar um arroz, eu sai e fui ficar na Beneza, distante de Zé Doca umas três léguas dentro da mata. O prefeito de Zé Doca naquele tempo disse que era bom levar a família pra lá, ai eu vendi tudo que eu tinha, arroz, galinha, tudo que tinha pouco, só ficou dois animal, ai a mulher foi pra lá com os meninos, e pra lá eu passei por mais de ano, passei dois anos (João Batista, Santa Inês, 2013)

O trecho da entrevista revela alguns aspectos da organização sindical pretendida na época no Vale do Pindaré. Buscava uma atuação política que levasse em conta as condições sociais dos associados, com especial cuidado para as condições de saúde. O segundo aspecto mencionado é a liderança como alvo da repressão, “eles queriam só o Manoel”. E o terceiro aspecto é a desestruturação familiar ocasionada pela repressão, conforme relata essa liderança feminina:

ai quando descobriram ai nós começamos a fazer grupinho de homem de mulher de tudo...e foi se espalhando e foi aumentando....ai daqui a pouco começamos fazer...é..quando a gente começou a fazer pensando que ia poder fazer amplamente que nóa fizemos ainda mesmo no público... reunião é fazer passeata é fazer essas coisa, mas já era com muita gente, porque era muito perigoso tinha que ajuntar os povoado tudinho; Anajá, Santa Tereza, Pega Voando....era os lugar tudinho de redor...os lugar tudinho....é....o pessoal...a gente marcava o dia, tal dia a gente tinha

que tá reunido em tal lugar que vai ter uma reunião do sindicato pra cada um dizer o que achava, o que significava aquela luta porque nós estava se organizando, porque nós estava se mobilizando aquele povo, porque aquela palavra de ordem “povo unido jamais será vencido” porque pouca gente não resolve, mas muita gente a força é maior, então nós ia tentando se...se...juntar...mobilizar o povo se preocupar de...de todo mundo se conscientizar...entender e tudo....até que a gente conseguiu mas a luta foi grande, foi muita correria a polícia ia atrás , quando sabiam onde tinha, ai começaram a prender gente e começamos a saber de mulher que pegava choque presa, que perdeu criança não sei da vida dela, não sei onde ela está, Luzia ela foi presa, ela pegou choque, teve aborto, então teve muita gente que foi preso e que sofreu, mais teve muita gente que correu muito que perdeu tudo e não foi preso. Então nessa época nós passamos. Eu estava grávida no ano de 70 foi o ano da Célia, né filha? 70 eu estava grávida, o bucho no pé da goela ai nós já estava no esconderijo faz tempo sem poder encostar em casa, eu dormi 4 meses no mato, mas eu quase não me acostumo nem dormir em casa, 4 meses a gente chamava bolota para não ser identificado, bolota era um lugar onde ficava 8, 10. Bolota número tal, encontrar com companheiro ou companheira bolota numero tal, era do pé de pau ao pé de outro da rede armada e nos dormia ai eu com o barrigão e estava pare num pare e eu disse - Eta meu Deus! eu vou ganhar esse nenê dentro dos matos, como é que vai ser, mas está nas mãos de Deus, do jeito que Deus quiser mas eu era uma das pessoas da parte feminina, a menina mais procurada era eu que eles queriam mais se pudesse ai os camponês do pessoal do campo ai eles tudo tinham o maior cuidado só viajavam a noite e de dia nós estava no mato escondido com medo da policia e eles tinham os pesquisador deles o povo que ia atrás e tudo mas ai, nós tinha as pessoas também que eram nossos aliados nossos solidários, que nos ajudavam sem ninguém também saber ai minha sogra era em velhinha ela era doente ela tinha nesse tempo o povo chamava enfisema, as pernas dela eram tudo lavrada tudo ferida ai nos pegava os documento, os panfletos, as coisas que nos tinha que fazer a noite, nos povoados nas ruas, nos lugar botava debaixo do Colchão da cama dela nos guardava lá ai nós ensinamos pra ela, nossos filhos estavam tudo com ela tudo pequenininho, ai nos ensinava pra ela, gente ia escondido de noite lá, ou dava um gente de alguém vim se a gente não pudesse vim e ensinava pra ela quando a policia chegar aqui você diga que é leprosa, “ohh meu senhor, ela dizia, minha sogra, ohhh meu senhor eu sou leprosa não encoste perto de mim não”. Nesse tempo quando falava em lepra dava uma coisa da ponta de uma vara pra outra acolá para ninguém pegar. Não podia nem chegar perto. Aí todo mundo tinha medo. É que hoje é hanseníase, ai que era sim a mesma coisa, ai ela disse ai ela dizia foi a nossa valença, usamos essa esperteza, ai eles diziam sai de perto dessa leprosa, ai ainda levaram meu sogro preso em velhinho e o juízo ruim, pra ele dar conta dos filhos, os filhos deles eram três, era Zé Lavanca, João Lavanca e Joaquim Lavanca, eram três filho homem é o que está no papel, nos documentos (D. Maria de Lourdes Clementino de Sousa, Barra do Corda, 2013)

O relato revela, sobretudo, especificidades da repressão sobre as lideranças femininas, muitas delas não resistiram às torturas, tendo a sanidade mental prejudicada ou passaram a sofrer com a desestruturação de suas famílias. Expressa, ainda, as condições



da mobilização política das famílias camponesas, sob o regime militar, exigindo criatividade e esperteza para se defender da repressão.

Nos anos 1970, sob intervenção, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG instalou uma delegacia no Maranhão, responsável pelo reconhecimento oficial de diversos sindicatos já existentes e pela criação de outras entidades. Somente em 1972, ela foi substituída pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão - FETAEMA, com a participação de oito dos 12 sindicatos dos trabalhadores rurais<sup>12</sup>.

Apesar dos esforços da retomada da organização política, diversas situações de conflito social emergiram no estado, envolvendo empresários, chamados de grileiros e grupos camponeses, povos indígenas e comunidades quilombolas. Em Monte Alegre – São Luiz Gonzaga, é ilustrativa a ocorrência de um incêndio, considerado criminoso, de todas as casas do povoado. O ato foi atribuído aos chamados “capangas” de empresários de um empreendimento agropecuário, conhecido como Canema e resultou na desapropriação das terras pelo INCRA<sup>13</sup>

Com a anistia<sup>14</sup> e a volta do líder camponês, Manoel da Conceição, ao Brasil, outra organização foi criada no sul do Estado. Fundado em 1984, o CENTRU, inicialmente, dedicou-se ao trabalho de formação sindical na região tocantina e no sul do Estado, com a preocupação de ajudar, assessorar e apoiar o trabalhador rural, sobretudo, na área da

---

<sup>12</sup> Em um ano e dois meses de atividade, a FETAEMA aumentou o número de STRs de 12 para 87 no Estado. Este crescimento se deve, em parte, à criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRO-RURAL, fator importante no processo de inserção de práticas assistencialistas nos sindicatos (ALMEIDA, 1981).

<sup>13</sup> Ver PORTELA ET AL (2014).

<sup>14</sup> No final da década de 1970, começaram a se estruturar os partidos políticos de esquerda, as entidades confessionais e as organizações não governamentais que assumiram as temáticas da reforma agrária, dos direitos humanos, dos direitos de cidadania e, posteriormente, de sistemas produtivos inspirados na agroecologia. Em 1975, sob a influência da Teologia da Libertação, foi criada a Comissão Pastoral da Terra – CPT, uma reação da igreja católica à ditadura militar, que se transformou em importante aliada dos movimentos sindicais atuantes no campo. Em 1979, foi criada a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos – SMDDH, um espaço político de denúncia contra o arbítrio e a violência. A entidade prestava assessoria jurídica e política às comunidades, inicialmente, na grande São Luís. Na década de 1980, voltou-se para as questões do campo, estabelecendo relações com sindicatos dos trabalhadores rurais, movimentos e organizações de áreas de assentamento, acompanhando processos de desapropriação de propriedades, concentrando suas ações na região do Baixo Parnaíba, particularmente em Araisões e Magalhães de Almeida e oferecendo suporte para a consolidação de movimentos que começam a emergir em outras regiões.

educação. A partir de 1990, aprofunda a discussão sobre o processo de organização social, associativismo e cooperativismo.

### **1.3. Grandes projetos e formas diferenciadas de resistência.**

Nos anos 1980, o Estado coloca-se como um dos principais agentes do processo de expansão do capital no campo, atuando como articulador da instalação dos grandes projetos – Carajás, Alcoa/Alumar, Base de Alcântara. Os conflitos agrários no Maranhão aumentaram consideravelmente, com a criação do Programa Grande Carajás – PGC. Para viabilizar a implantação de projetos minero-metalúrgicos de ferro e alumínio na região, toda infraestrutura de transporte (rodovias, ferrovias e porto) foi montada pelos governos federal e estadual. Com a implantação desse programa, os problemas de terra, tratados anteriormente como questão de segurança nacional, passaram a ser também de interesse internacional. O Maranhão entra na rota do capital mundializado.

O foco dos conflitos se desloca para o município de Santa Luzia. Almeida (1994) identificou que, entre 1964 e 1992, Santa Luzia esteve em primeiro lugar em registros de mortes e conflitos agrários, com um total de 39 situações notificadas. Desse total, oito foram mortes de grileiros, capatazes, gerentes e pistoleiros. A maioria (31) envolveu delegados sindicais, trabalhadores rurais, posseiros e mulheres. Destaca-se nessa incidência o envolvimento de autoridades (ministros, prefeitos), polícia, empresas e fazendeiros nos conflitos.

A resistência nesse município se deu, nos início dos anos 1980, via organização da oposição sindical e fortalecimento das delegacias sindicais, apesar da forte repressão que resultou em morte de importantes lideranças, como: Elias Zi Costa (Zizi)<sup>15</sup> e Nonatinho<sup>16</sup>. Com a intensificação da violência sobre as lideranças, os sindicatos perderam a referência na luta dos trabalhadores e outras estratégias de lutas passaram a ser assumidas. Na região Oeste do Estado, por exemplo, a resistência dos segmentos camponeses se deu por meio de ocupações de fazendas consideradas improdutivas. Entre 1985 e 1991, em Buriticupu, 26 fazendas foram ocupadas. Essas formas de

---

<sup>15</sup> Em 22 de novembro de 1982

<sup>16</sup> no dia 17 de setembro de 1984

organização política expressavam a tentativa de várias gerações de famílias de recuperar a condição camponesa temporariamente perdida<sup>17</sup>.

### **Considerações**

A repressão aos movimentos camponeses, instituída pelo Estado brasileiro resultou na desarticulação dos laços familiares e comunitários e na desmobilização política, com sequelas ainda desconhecidas ao campo acadêmico. A pesquisa, desenvolvida por meio de levantamentos bibliográficos e da coleta de relatos de lideranças, revela a percepção desses agentes, hoje atuantes no anonimato, sobre o fenômeno da ditadura militar e o esforço da construção da memória coletiva, como estratégia de resistência política.

As situações descritas neste texto demonstram, em primeiro lugar, o grau de violência dedicado, ao longo da história, aos movimentos camponeses no estado do Maranhão, com uma estratégia recorrente de eliminação das lideranças, seja pela via da violência física, seja da violência simbólica e psicológica. As práticas repressivas revelam uma vinculação entre o poder público e as estruturas de poder dominantes.

---

<sup>17</sup> Tais ocupações ocorreram ao mesmo tempo em que movimentos de abrangência nacional estavam se instalando no estado. As articulações para a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, no Maranhão, começaram em 1985, durante o 1º Congresso Nacional do MST, com a participação de outras organizações, como o CENTRU, Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, o Partido dos Trabalhadores - PT e o Partido Socialista Brasileiro - PSB. A primeira ocupação de terra no Maranhão ocorreu em 1986, na fazenda Capoema, na época município de Buriticupu, organizada pelo CENTRU, com o apoio do MST. Em 1987, outra ocupação ocorre na fazenda Itacira/Criminosa (empresa Sharp), em Imperatriz. Entre os anos de 1988 e 1989, o MST segue caminho próprio, assumindo as ocupações da fazenda Gameleira<sup>17</sup> e da Fazenda Diamante Negro, em Vitória do Mearim. Em 1993, o MST se consolida no Maranhão, nas microrregiões de Imperatriz, Pindaré e Baixada Maranhense (TAVEIRA, 2002). A mobilização política também é manifesta em outras regiões. No Médio Mearim, por exemplo, em 1980, as formas de imobilização da força de trabalho, expressas com a presença do gado na roça e no preço da renda, resultaram no deslocamento de famílias para outros estados, como o Pará. Mas, centenas de trabalhadores rurais e mulheres quebradeiras de coco babaçu permaneceram e, com a mediação de entidades religiosas e dos STTRs dos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, São Luiz Gonzaga do Maranhão e Lima Campos, iniciaram um processo de resistência. Em Esperantinópolis, as estratégias de imobilização da força de trabalho deram origem a formas de solidariedade diferenciadas nas comunidades. Em Centro do Coroatá, por exemplo, a reação incluía desde a decisão de “matar o gado”, que invadia as roças, até a realização de mutirões ou ocupações nos fóruns de Justiça. A partir da segunda metade da década de 1980, quando foi negado o acesso ao coco babaçu - último recurso disponível para o sustento das famílias que, desde 1970, vinha sendo cercado e apropriado por pecuaristas e empresas beneficiadas por políticas públicas federais e estaduais – as mulheres quebradeiras de coco babaçu deram início a um processo de organização política e econômica, assumido formas diferenciadas de resistência, materializada nos grupos de mulheres, associações, cooperativas, sindicatos e comissões (FIGUEIREDO, 2005). A luta pela libertação do coco estimulou a organização pela conquista da terra. A resistência das famílias de Lago do Junco iniciou no período em que o tema da reforma agrária entrou novamente na pauta oficial, com a discussão em torno do I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Um dos desdobramentos desse processo foi a organização patronal, quando os ditos “proprietários de terra” começaram a articular uma nova forma de representação, a União Democrática Rural - UDR, que se constituiu em uma espécie de símbolo da resistência à reforma agrária, acirrando os conflitos no campo. Nesse mesmo período, em Alcântara, as comunidades quilombolas resistem à implantação da Base Aérea de Alcântara. Sobre esse conflito ver Pereira Júnior (2010).

Os estudos oficiais demonstram que o “Estado se omitiu, encobertou e terceirizou a repressão política e social no campo, executada por jagunços, pistoleiros, capangas e capatazes, a serviço de alguns fazendeiros, madeireiros, empresas rurais, grileiros<sup>18</sup> e senhores de engenhos, castanhais e seringais. Esta hipótese explicativa principal é compatível com o papel importante que a classe dos latifundiários, fazendeiros, senhores de engenho, castanhais e seringais tiveram no golpe, na sustentação da ditadura e na coligação de forças políticas que fizeram a transição” (BRASIL, 2013).

A memória coletiva das lutas camponesas no Maranhão, aqui sintetizada, aponta formas diferenciadas de resistência ao padrão de dominação e as tentativas de construção de uma cultura política emancipatória. Tais experiências nos remetem às reflexões propostas por Spivak (1985) sobre mudanças e crises e sua crítica às teorias, em particular a historiografia, que tendem a observar os grupos, considerados “subalternos” – entre eles, especificamente, os camponeses – sob uma perspectiva generalizante que impede a percepção da consciência específica de cada rebelião e o significado dado por cada grupo as suas ações.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: A guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994.

\_\_\_\_\_. **Transformações econômicas e sociais no campo maranhense**. Autonomia e Mobilização Política dos camponeses no Maranhão. São Luís: Vol 5, 1981.

\_\_\_\_\_. Universalização e Localismo. Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. **Debate**, Ano 4, nº 3, p.23-40, 1994.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. In: **Pesquisa Antropológica**. Brasília, nº 9-10, 1976.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terra do Carajás**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição**. (coord) Gilney Amorim Viana. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

---

<sup>18</sup> Sobre o termo, consultar Asselin (1982).

- CONCEIÇÃO, M. da. **Essa terra é nossa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.
- FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Empates nos Babaçuais**: do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão (Dissertação de Mestrado). Belém, PA: UFPA/Centro Agropecuário: Embrapa Amazônia Oriental, 2005.
- FÓRUM ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO. Caderno de Formação. Combate ao Trabalho Escravo no Maranhão. 2004.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.
- MUSUMECI, Leonarda. **O Mito da Terra Liberta**: colonização “espontânea”, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Edições Vértice, 1988.
- Patrícia Portela Nunes; Cynthia Martins; Davi Pereira Júnior. **Quilombos e Mocambos: as 'terras de preto' do Maranhão e a diversidade de territorialidades específicas**. São Luís, 2014.
- PEREIRA JÚNIOR, Davi. **Quilombos de Alcântara**: Território e Conflito – intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base – MEB**: discurso e prática, 1961-1967. São Luís, UFMA, Secretaria de Educação, 1985.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Estudios da la subalternidad: desconstruyendo la historiografía. In: **Debates Post Coloniales**: una introducción a los estudios de la subalternidad. (trad) Raquel Gutierrez, Alison Speending, Ana Rebeca Prada y Silvia Rivera Cusicanqui. SEPHIS: Ediciones Aruwiwiri. Editorial Historias. La Paz, Bolívia.
- TAVEIRA, Florizângela. **A Terra se converte em causa**: construção e consolidação do MST no Maranhão (1986-2002) (Monografia apresentada no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Maranhão). São Luís: 2002.

**GT (02) – (Luta social e repressão política no campo - da ditadura à abertura democrática: a experiência das comissões da verdade no Brasil)**

**Título do Trabalho:**

**Experiência do Grupo de Trabalho Sobre a Repressão no Campo no Estado de São Paulo (1946-1988), Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva.**

**Gabriel da Silva Teixeira<sup>1</sup>  
Oswaldo Aly Jr.<sup>2</sup>  
Yamila Goldfarb<sup>3</sup>  
Luciana Carvalho e Souza<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP, membro da ABRA-SP  
dasilva.gp@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ Pesquisador do curso de pós graduação (UNIARA), membro da ABRA-SP, oalyjunior@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Geografia pela USP, membro da ABRA-SP, yami\_ayen@hotmail.com

<sup>4</sup> Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ, carvalhoesouza.lu@gmail.com

**Resumo:** Neste trabalho apresentamos de forma breve a experiência de trabalho do Grupo de Trabalho sobre a Repressão no Campo no Estado de São Paulo (1946-1988) da Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva. Formado no final de 2013, o grupo de trabalho tem se debruçado sobre a temática da repressão no campo e os conflitos instaurados a partir do Golpe Civil Militar de 1964. Os trabalhos desenvolvidos até o momento tem possibilitado uma reflexão crítica sobre a principal explicação para a metamorfose dos espaços rurais a partir do começo da década de 1970, conhecida como “modernização conservadora”, que acentua a intensificação técnica como explicação causal dos fluxos de migração e desruralização do país no geral e do Estado de São Paulo em específico. Através da construção de um banco de dados que compila e organiza o conjunto das violações cometidas contra as populações rurais do país, e complementando os casos e episódios através da coleta de depoimentos e materiais documentais, o GT vem construindo uma importante interpretação sobre a repressão ditatorial no campo paulista.

**Palavras-chaves:** (Comissão da Verdade; Repressão no Campo; movimentos sociais no campo)

### **Introdução e apresentação das atividades.**

Como diria José de Souza Martins, no livro *O Camponês e a Política no Brasil* (1986), a história da esquerda, em sua maioria, é uma história predominantemente urbana. De entrada gradual e tensa na política, os camponeses, suas lutas e formas de organização, tiveram sempre pouco espaço a historiografia brasileira, principalmente naquela dedicada às lutas e resistências de setores menos favorecidos da população.

E quando o assunto é a apuração da repressão que arrebatou a sociedade brasileira com a ditadura civil-militar de 1964, vemos novamente o tom secundário alçado à resistência das organizações e movimentos sociais no campo nesse período.

Um desavisado qualquer, poderia pensar que a resistência à ditadura brasileira contou apenas com setores estudantis, partidos políticos e militantes da luta armada. Cabe lembrar que até a instauração do Golpe, o Brasil tinha uma economia predominantemente agrário-exportadora em que vigia fortemente o sistema de colonato, sendo São Paulo o grande centro produtor (de café, algodão e cana, principalmente) e político do país.

A Reforma Agrária, uma das Reformas de Base que inspiraram e motivaram o Golpe de 64 pela elite social brasileira, se consolidava como a principal bandeira de diversos movimentos sociais no campo brasileiro. Já naquela época eclodiam greves em usinas de cana-de-açúcar, lutas pela observação dos direitos de colonos e arrendatários, embates entre posseiros e grileiros nas mais remotas regiões do país, etc.

E nesse espírito a Comissão da Verdade Rubens Paiva consolida um Grupo de Trabalho específico voltado à apuração das violações contra populações rurais. *O Grupo de Trabalho Sobre a Repressão no Campo no Estado de São Paulo (1946-1988)* nasce no final de 2013, buscando resgatar o histórico de repressão sobre os diversos grupos sociais rurais dedicados à ampliação da democracia e na melhora das condições de vida das populações do campo.

As atividades do GT se dividiram, inicialmente, num trabalho de compilação de informações sobre os conflitos no campo entre 1946-1988 e num trabalho de organização de audiências públicas com comunidades e protagonistas envolvidos em episódios de repressão nas áreas rurais do Estado. As duas principais frentes de trabalho se mostraram intimamente imbricadas, de forma que cada audiência realizada apontava para novos casos e materiais a serem computados e sistematizados pelo grupo, ao passo que o próprio trabalho de registro





organizações políticas (se houvesse), infratores envolvidos, instituições do Estado envolvidas, negligentes ou coniventes, etc.

A pesquisa contribuiu para mostrar certos padrões de violações e ajudou na elaboração de interpretações geográficas e históricas do campesinato no contexto da golpe. A opção do grupo em levantar casos para o período maior definido pela Comissão Nacional da Verdade, ao saber 1946 a 1988, gerou dados para contextualizar a ditadura, sendo o período de apuração indicado pela comissão estadual<sup>2</sup>. Enquanto as violações ocorrem em todo território do estado, a grande maioria foram concentradas em três microrregiões (ver Prancha 1). Estas são: no litoral, com destaque para o vale do rio Ribeira e o caminho da estrada Rio-Santos; o nordeste, com destaque para a Alta Mogiana com sede em Ribeirão Preto; e a fronteira ao extremo oeste do estado, com destaque para o Pontal do Paranapanema.

Além de indicar as regiões das violações, os mapas foram organizados segundo tipologias de violações. Para o campo as “graves violações aos direitos humanos” significaram trabalho escravo, superexploração (que também provocou a morte), repressão de seus políticos e de associação livre, bem como uma brutal tendência de interferir em sua vida privada, especialmente seu direito a habitação e ao emprego, com a destruição de suas casas, lavouras e animais. Resolvemos levantar o sentido dos direitos humanos especificado na declaração universal, para desenvolver tipologias mais relevantes para analisar a experiência do campesinato paulista no período. A subdivisão de quatro tipos de violações ficou assim:

- 1) Violência contra a pessoa (ex. assassinato/ameaça de morte/ferimento/intimidação/tortura/desaparecimento);
- 2) Violação do direito à liberdade (ex. cassação/suspensão de direitos políticos/trabalho escravo/deslocamento forçado ou perigoso/migração enganosa/prisão);
- 3) Violação dos direitos trabalhistas (ex. associação livre para formar ou integrar em sindicato impedida / superexploração sistemática - dívidas injustas - não pagamento - transporte precário ou perigoso);

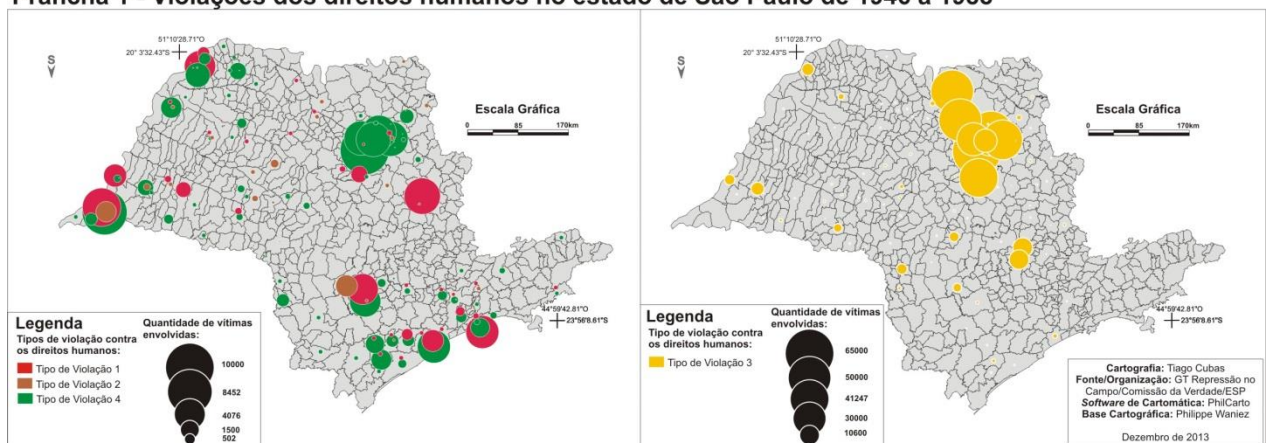
---

<sup>2</sup> Segundo o projeto da resolução no. 36 de 2011, a assembleia legislativa estabeleceu “a Comissão da Verdade do estado de São Paulo para apuração de graves violações dos Direitos Humanos durante o período de 1964 até 1985 ocorridas no território do estado de São Paulo” sendo que “entre 1964 e 1985, viveu sob uma ditadura civil-militar que tirou os mais elementares direitos da cidadania, sequestrou, manteve em cárceres clandestinos, torturou, assassinou e ocultou cadáveres de seus opositores, e, com a forte censura que impôs, impediu o conhecimento completo destes fatos, que até hoje permanecem sem que tenham sido esclarecidos devidamente. Por isso, a sociedade vem lutando, por diversos meios, para que o Estado apure toda a verdade, abrangendo os fatos, as circunstâncias, o contexto e as responsabilidades.” SÃO PAULO, Estado de. Projeto de Resolução no 36 de 2011 da Assembléia Legislativa. Disponível em <http://www.comissaodaverdade.org.br/sobre.php?id=3>. Acesso 24 de fev., 2014.

4) Violação do direito a não interferência na vida privada, da sua família e no seu lar (Artigo XII - direito a habitação); a ser privado de seu bem estar (Art. XIII - Essa disposição das informações nos permite cruzar os dados de forma a obter informações valiosas sobre perfil dos conflitos numa determinada região, agentes públicos envolvidos, principais violadores e toda a sorte de combinações propostas. Algumas pranchas iniciais e preliminares foram realizadas com o objetivo de visualizar a magnitude das informações coletadas liberdade de movimento / Art. XXIII - direito ao emprego - direito salário justo) e sua propriedade (Art. XXV - ex. despejo/expulsão das terras/destruição das lavouras, pertences/incêndios). [Ênfase nossa; artigos indicados são da declaração universal da ONU].

Nas elaborações do Grupo de Trabalho, o primeiro tipo foi reservado para os casos de graves violações no sentido definido pelas comissões e alinhado com o senso comum. Assassinato, tortura, ferimentos corporais, desaparecimento resolvido ou não, ameaças sérias, tudo que for violência contra pessoas, violências geralmente praticadas para o estado ou classe dominante intimidar e reprimir ou eliminar indivíduos ou grupos, tais como militantes, sindicalistas e movimentos camponeses. Consideramos o segundo tipo grave, também, por ter como seu objetivo a exploração descontrolada do campesinato, ou pelo trabalho forçado ou pela repressão de sua capacidade se defender livremente. A integração do tipo 3 permitiu a expressão de uma situação importante para entender a história dos trabalhadores rurais no período. Na Prancha 1, tipo 3 está separado dos outros tipos de violações em parte por motivos visuais. Quer dizer, o número de camponeses que sofreram violações de seus direitos trabalhistas é tão maior que os outros tipos que sua inclusão necessariamente demanda que sejam diminuídos os tamanhos das bolinhas de representação dos outros tipos, até o ponto de causar o desaparecimento dos casos menos numerosos mas não menos importantes como as mortes do tipo 1.

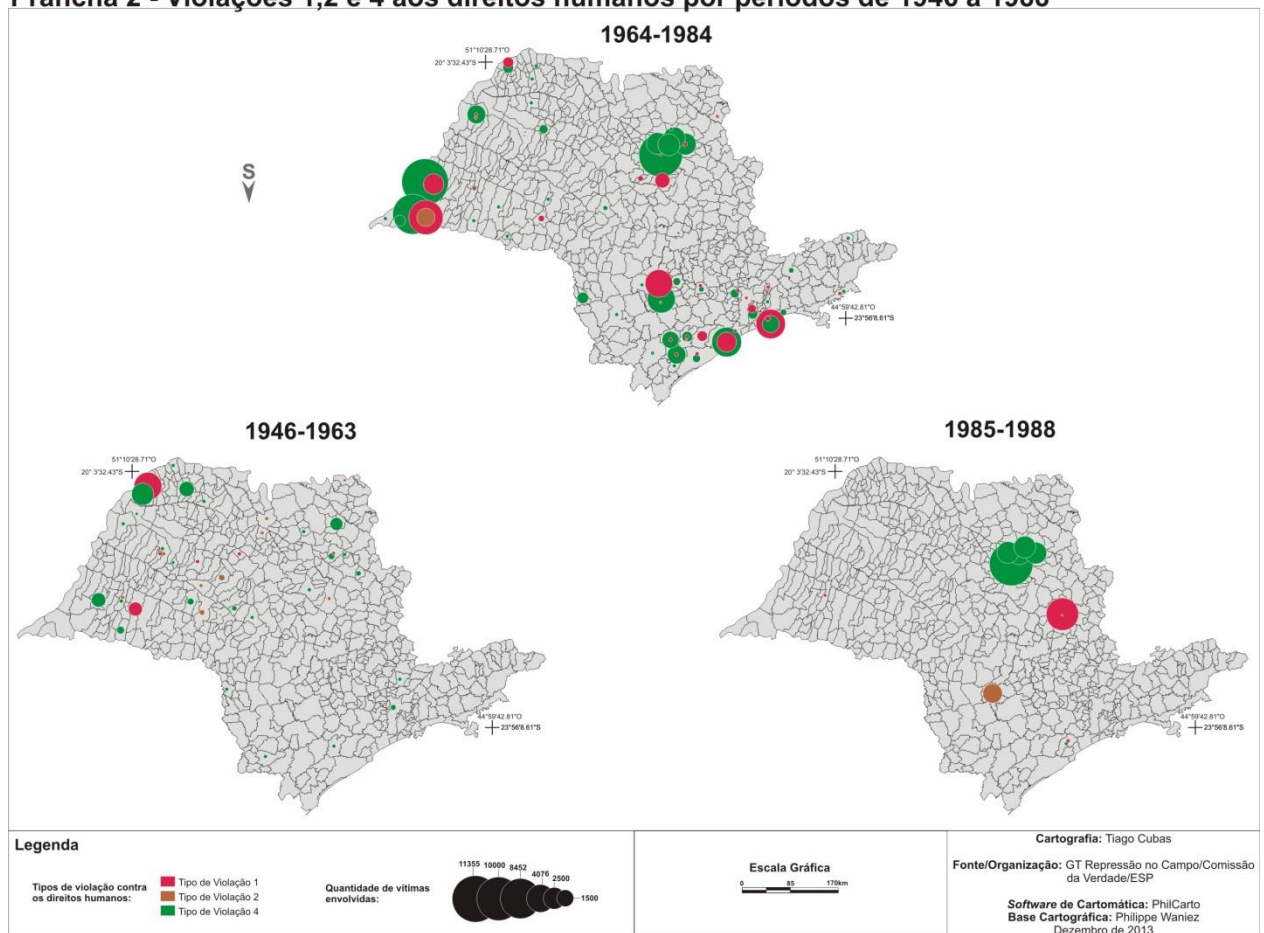
#### Prancha 1 - Violações dos direitos humanos no estado de São Paulo de 1946 à 1988



O quarto tipo definido, representado pela cor verde na Prancha 1, foi importante a incluir no levantamento. Foram contemplados no tipo 4 as intervenções mais íntimas e perversas da História social do campo, que são as invasões nos lares e posses dos camponeses, derrubando suas casas, aterrorizando suas crianças, destruindo seus poucos pertences, quebrando seus instrumentos de trabalho, matando seus animais, queimando suas estruturas simples, liquidando suas plantações e deixando todo mundo a merce do clima, com nada mais que a roupa nas suas costas na hora da intrusão.

Propomos também a separação dos casos de violação por período, de forma a observar as mudanças dos padrões e perfis conflitivos ao longo do tempo, como pode ser visto na prancha abaixo.

**Prancha 2 - Violações 1,2 e 4 aos direitos humanos por períodos de 1946 à 1988**



Conseguimos observar a significativa explosão de violações, nos termos adotados para o campo paulista do pós-64. Como já afirmado, três regiões ganham destaque, Alta Mogiana, Oeste Paulista e Litoral/Vale do Ribeira.

Um dos principais ganhos históricos, mas também teóricos, nos quais os trabalhos do Gt conseguiram avançar (e esta deve ser o eixo de continuidade dos trabalhos até o final

de 2014) diz respeito ao papel da repressão na consolidação do cenário agrário e agrícola e atual do país. A tese da “modernização conservadora”, que atribuía ênfase à intensificação tecnológica como hipótese explicativa para episódios como exodo rural e fim do colonato, é posta em xeque pelos dados construídos pelo GT. Se repararmos, a prancha 2 mostra que regiões atualmente dinâmicas do agronegócio, como Alta Mogian (cujo centro é Ribeirão Preto) conheceram altíssimos índices de expulsão e violação dos direitos humanos, que se traduziram em expulsão de moradores sem observação dos direitos, queima de roças, mortes, perseguição às organizações políticas e toda a sorte de repressão. De acordo com os casos apurados, a “modernização conservadora” foi antes uma modernização impositiva, cuja intensificação tecnológica foi apenas o desdobramento de um processo autoritário e castrador das organizações sociais de defesa de camponeses, assalariados rurais, arrendatários, posseiros e colonos.

Devemos enveredar nesse caminho ao longo das atividades da Comissão da Verdade Rubens Paiva, buscando por outros elementos que fortaleçam a hipótese que se contrapõe à tese hegemonicamente aceita dentro das ciências sociais brasileiras de que a migração campocidade foi apenas o efeito de políticas modernizadoras que apostaram nas grandes propriedades enquanto eixo do projeto modernizador para o campo brasileiro.

### **Referências bibliográficas**

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

### **Referências bibliográficas**

Obs: Todo o texto deve ter no máximo 15 páginas, incluindo folha de rosto e bibliografia.

**GT 02 – Luta social e repressão política no campo – da ditadura à abertura democrática: a experiência das Comissões da Verdade no Brasil**

**LEMBRAR OU ESQUECER? A BUSCA PELO DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA NO CAMPO**

**Isadora Cristina Cardoso de Vasconcelos<sup>1</sup>**  
**Girolamo Domenico Treccani<sup>2</sup>**

**Resumo:** Para se compreender a atuação das Comissões da Verdade, é preciso entender o tripé que as embasa: a verdade, a memória e a justiça, três conceitos abordados pelos mais diversos campos do conhecimento. Neste sentido, o Brasil, na tentativa de resgatar as atrocidades do período da ditadura militar, criou a sua Comissão Nacional da Verdade com diversos grupos de trabalho, dentre os quais se destaca o que apura as violações dos direitos humanos dos camponeses. Em 2014, o Estado do Pará, que desponta nacionalmente com assustadores índices de crueldades e assassinatos decorrentes dos conflitos agrários, aprovou a criação da Comissão Camponesa Estadual da Verdade, de modo a subsidiar os trabalhos da Comissão Nacional e efetivar o referido tripé. Este trabalho pretende trazer um breve retrospecto desde o contexto da violência dentro da América Latina, passando pela Justiça de Transição, os aspectos gerais da criação da Comissão Nacional da Verdade, da Comissão Camponesa Estadual da Verdade no Pará e sua relação com o trabalho da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará.

**Palavras-chaves:** Justiça de Transição; Comissões da Verdade; Direitos Humanos.

---

<sup>1</sup> Pós-Graduanda em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Paraná, Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia/Colaboradora da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia/Universidade Federal do Pará/E-mail: isa-vasconcelos@live.com

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA-UFPA, Mestre em Direito Agrário pela UFPA/Professor da Graduação em Direito da UFPA, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA, Advogado/Universidade Federal do Pará/E-mail: jeronimotreccani@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Em 31 de março de 2014, o golpe militar no Brasil completou 50 anos e não há nada para se comemorar. Milhares de pessoas desaparecidas, vidas perdidas, famílias destruídas e traumas perpetrados são algumas das consequências desse período nefasto que viveu o país. Porém, não é por ser nefasto que deve ser esquecido e sim lembrado para que as barbaridades cometidas na época nunca mais se repitam.

Para isso, o Brasil criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que possui diversos grupos de trabalho, com destaque neste estudo ao grupo que trata da violência no campo. Todavia, existe todo um contexto que antecede a tal criação. Este trabalho se propôs a tratar da Justiça de Transição e fazer um retrospecto histórico no contexto latino-americano, com enfoque especial para a América do Sul, passando pela experiência brasileira, até se chegar ao Estado do Pará, a sua Comissão Camponesa Estadual da Verdade e a atuação da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará.

### 1 O Contexto da América do Sul, *Transitional Justice*<sup>3</sup> e as Comissões da Verdade

As Comissões da Verdade são mecanismos oficiais com o intuito de apuração de violações dos Direitos Humanos, sendo experiências utilizadas amplamente ao redor do mundo como uma forma de resgatar a memória, a verdade e a justiça. Este trabalho estende-se ao contexto da América Latina, especialmente à América do Sul e ao Brasil.

O seu funcionamento dá primazia à oitiva das vítimas a respeito de abusos cometidos e, concomitantemente, procura-se analisar o padrão das violências perpetradas pelos agressores através dos depoimentos dos mesmos e também da pesquisa através de documentos, dentre outras fontes.

Importante ressaltar que as Comissões da Verdade são órgãos com período determinado de assessoramento a governos e possuem o objetivo de investigar, identificar e reconhecer os acontecimentos pretéritos e as pessoas envolvidas neste ínterim, abarcando tanto os sujeitos agressores, as vítimas e quaisquer outros envolvidos. Por fim, as referidas comissões produzirão:

---

<sup>3</sup> Autores como Flávia Piovesan, Cecília MacDowell Santos, dentre outros, tratam a Justiça de Transição como *Transitional Justice*. Atribui-se tal terminologia, de modo pioneiro, à Ruti Teitel, que é copresidente fundadora da Sociedade Americana de Direito Internacional e membro do Grupo de Estudo em Justiça de Transição e Estado de Direito. A tradução “Justiça de Transição” é livre e retirada de autores que têm se dedicado ao tema.

(...) um relatório que permita à sociedade o conhecimento dos detalhes do regime que oprimiu e violou, assim como apresentam recomendações que visam aprimorar as instituições do Estado, notadamente aquelas que lidam com a segurança pública, e contribuir para uma política definitiva de não repetição (NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA, 2009).

Deste modo, as Comissões da Verdade permitem no âmbito social debates a respeito de questões sobre o autoritarismo, políticas públicas e violações aos Direitos Humanos.

As atuações das Comissões da Verdade são importantes porque se dão relacionadas a dois períodos que “(...) demarcam o contexto latino-americano: o período dos regimes ditatoriais e o período da transição política aos regimes democráticos pelo fim das ditaduras militares na década de 80, na Argentina, no Chile, no Uruguai e no Brasil” (PIOVESAN, 2010, p. 457).

Outras experiências deste tipo ocorreram no Peru e Bolívia, sendo que o primeiro apresentou relatórios em agosto de 2003, com número estimado de 69 mil casos de mortos e desaparecidos, principalmente de membros de comunidades indígenas. Já a Comissão da Bolívia “(...) se dispersou sem apresentar um relatório final” (HAYNER apud PINTO, 2010, p. 136). Vale citar que comissões similares estão ocorrendo em países como a Colômbia e Paraguai, tornando-se uma iniciativa de dimensões continentais.

A região latino-americana, mais especificamente a América do Sul, possui democracias ainda em fase de consolidação, aliada ao fato de ser assolada por forte desigualdade social, convivendo concomitantemente com reminiscências de regimes ditatoriais, com uma velada cultura de violência, impunidade e baixa efetividade de Direitos Humanos.

Neste contexto, a *transitional justice*<sup>4</sup> vem como forma de estabelecer parâmetros mínimos, sob a égide dos Direitos Humanos, para romper com o passado ditatorial e recuperar a Democracia, de modo a garantir a efetivação de direitos.

---

<sup>4</sup> Segundo o *International Center for Transitional Justice* (ICTJ ou, em tradução livre, Centro Internacional para a Justiça de Transição), “(...) *Transitional justice is not a ‘special’ kind of justice, but an approach to achieving justice in times of transition from conflict and/or state repression. By trying to achieve accountability and redressing victims, transitional justice provides recognition of the rights of victims, promotes civic trust and strengthens the democratic rule of law*” (INTERNATIONAL CENTER FOR TRANSITIONAL JUSTICE, 2014). Em tradução nossa, a justiça de transição não é um tipo “especial” de justiça, mas uma abordagem para alcançar a justiça em tempos de transição de conflito e/ou repressão do Estado. Ao tentar alcançar a responsabilidade e reparar as vítimas, a justiça de transição proporciona o reconhecimento dos direitos das vítimas, promove a confiança cívica e fortalece o Estado Democrático de Direito.

Portanto, pretende-se, através da atuação das Comissões da Verdade, assegurar os direitos à memória, à verdade e à justiça, como meio fundamental para fortalecer os Estados de Direito, garantindo a Democracia e a efetividade dos Direitos Humanos na América do Sul.

## 2 O Caso da Comissão Nacional da Verdade no Brasil

A ditadura militar no Brasil durou entre 1964 e 1985. Há estimativas de que 150 pessoas desapareceram forçadamente, o assassinato de 100 pessoas, ao que se soma às denúncias que chegam a mais de 30.000 casos de tortura<sup>5</sup>.

Em 21 de dezembro de 2009, foi lançado o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, através do Decreto nº 7.037/2009 que no seu Eixo Orientador VI trata do Direito à Memória e à Verdade e traz as seguintes diretrizes:

- a) Diretriz 23: Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado;
- b) Diretriz 24: Preservação da memória histórica e construção pública da verdade; e
- c) Diretriz 25: Modernização da legislação relacionada com promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia (BRASIL, 2009).

Para efetivar as supracitadas diretrizes, o Objetivo Estratégico I do supracitado Decreto tem a Ação Programática de criar uma Comissão Nacional da Verdade, objetivando o resgate de informações relativas ao período de repressão na ditadura militar, para “(...) registrar e divulgar seus procedimentos oficiais, a fim de garantir o esclarecimento circunstanciado de torturas, mortes e desaparecimentos, devendo-se discriminá-los e encaminhá-los aos órgãos competentes” (BRASIL, 2009).

Importante citar neste íterim a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153, em 29 de abril de 2010, que manteve a interpretação de que a Lei nº 6.683/79 teria garantido anistia ampla tanto às vítimas quanto aos seus algozes. Afirmou ainda o STF que não cabia ao Poder Judiciário “reescrever a lei de anistia”, burlando a competência do Poder Legislativo e violando a Separação dos Poderes.

Todavia, apesar de polêmica e controversa, a ADPF nº 153 observou “(...) a possibilidade de acessos aos documentos históricos, como forma de exercício fundamental à verdade, para que, atento às lições do passado, possa o Brasil prosseguir na construção madura do futuro democrático” (STF apud PIOVESAN, 2010, p. 465).

---

<sup>5</sup> Cf. PIOVESAN, 2010, p. 465.



Após um período de intensas e polêmicas divergências entre o Ministério da Defesa, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Ministério da Justiça, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída pela Lei nº 12.528/2011 no Brasil, com a responsabilidade, a teor das Comissões da Verdade e da Justiça de Transição na América do Sul, de investigar as violações de Direitos Humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988 realizadas por agentes de Estado.

Tal Comissão é composta por sete membros (com quatorze auxiliares) nomeados pela Presidente Dilma Rousseff. A atuação da comissão é temporária, durando dois anos<sup>6</sup> e, como objetivo, deverão ser publicados relatórios sobre as principais pesquisas, que poderão ser enviados para o Presidente, Ministério da Defesa e demais órgãos estatais.

A CNV tem o poder de convocação tanto das vítimas quanto dos agressores com o intuito de colher depoimentos. Salienta-se que tal convocação não tem intuito obrigatório e muito menos tem a CNV poder de promover a punição ou recomendação de que os acusados de violar os Direitos Humanos sejam devidamente punidos.

Assim, sua finalidade é de, através de suas pesquisas, auxiliar o Poder Público para a apuração da violação de Direitos Humanos. Também poderá identificar instituições, locais, estruturas, circunstâncias relacionadas às referidas violações. A atuação da CNV baseia-se em um tripé que abrange a verdade, a memória e a justiça.

### **3 Verdade, Memória e Justiça**

#### **3.1 Verdade**

No Direito muito se fala em buscar a verdade nos processos judiciais, porém, antes de tudo, a verdade já existe muito antes da sua mera ligação com a burocracia jurídica. Desde os tempos mais remotos, se busca a verdade como um ideal, todavia, conceituá-la é tarefa difícil, tanto que diversos pensadores já se debruçaram sobre ela.

Em rápido aporte teórico, Platão, Descartes, Nietzsche, Hegel, Stuart Mill, Freud (DUROZOI; ROUSSEL, 1996, p. 482), dentre tantos outros buscaram conceituar a verdade, nas mais diversas áreas do conhecimento. Em termos filosóficos, a verdade pode ser considerada um valor diverso da falsidade, conferindo adjetivo às coisas, aos seres humanos e ao mundo.

---

<sup>6</sup> O Decreto 8.237, de 15 de maio de 2014 prorrogou o prazo de vigência da Comissão até 16 de dezembro de 2014.

E em relação à linha do presente trabalho, optou-se pela linha ideológica de Foucault, que a denomina de “vontade de verdade”, “desejo verdadeiro” ou “desejo de buscar a verdade” (FOUCAULT, 2000, p. 14-20), pois essa busca e desejo de descobrir a verdade sobre os crimes ocorridos em períodos nefastos da história humana é o que motiva a atuação de uma Comissão da Verdade em qualquer local do mundo, o que não seria diverso no Brasil.

Assim, aqui vale a máxima que a mentira destrói o direito à dignidade humana, sendo intrínseca a efetivação do direito à verdade dentro de um Estado Democrático, desde que utilizado com a devida parcimônia e responsabilidade.

Todos têm direito às informações, rejeitando-se a mentir e levando as pessoas ao conhecimento à verdade. Todavia, acentua-se que o fornecimento de informações deve ser feito de forma responsável, além de ressaltarem-se as situações excepcionais em que o sigilo dos dados seja indispensável à segurança da sociedade e do Estado.

Fundamental salientar aqui a criação da Lei nº 12.527/2011, que permitiu um amplo acesso às informações do serviço público a qualquer cidadão interessado. A lei obriga os diferentes órgãos públicos a divulgar informações referentes não só ao funcionamento destes órgãos (utilização de recursos públicos, licitações e contratos), mas também às políticas públicas, programas e metas planejadas e em execução. Infelizmente, decorridos mais de dois anos da vigência da lei, parte considerável destes órgãos se nega a prestar informações à sociedade mantendo a verdade sobre sua atuação oculta.

Vale acrescentar que tal lei tem uma construção um tanto quanto paradoxal, pois ao mesmo tempo tenta abarcar tanto os conceitos de amplitude de informação, acesso pelo cidadão<sup>7</sup> e “qualquer interessado”<sup>8</sup>, que de longe são a mesma coisa.

A cidadania no Brasil está ligada ao alistamento eleitoral, portanto, é cidadão quem possui o título de eleitor e cumpre com suas obrigações eleitorais. Logo, só quem

---

<sup>7</sup> “Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:

I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para.” (BRASIL, 2011).

<sup>8</sup> “Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida” (BRASIL, 2011).

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

é cidadão tem direito ao acesso à informação no serviço público? Não deveria ser qualquer um do povo, que tenha claramente interesse no acesso? Enfim, talvez possa ter sido um equívoco na escrita ou, infelizmente, a “síndrome” que acomete nossos Parlamentares no labor legislativo, que mais confundem do que facilitam o acesso aos direitos.

Isto posto, podem ser feitas algumas considerações. Implica dizer que a mentira é um erro substancial, que fere a dignidade humana, a democracia e a república, já que, ao se falsear um fato, se privilegia um interesse particular em detrimento do bem comum. O direito à verdade decorre dos princípios republicano, democrático e da dignidade humana, sendo um direito autônomo e, obviamente, de efetivação obrigatória.

Tal direito possui também uma série de desdobramentos no plexo do tecido constitucional nacional, caracterizando um “direito fundamental completo” com instrumentalidade prática que deve nortear todas as relações entre Estado e Sociedade, sendo intrínsecos a boa-fé, a moralidade e a ética.

Portanto, a atuação da Comissão da Verdade deve ser ética e responsável, de modo a satisfazer a Sociedade na ânsia em saber o que realmente aconteceu, utilizando-se da memória como elo essencial para a construção da história e objetivando-se efetivar a Justiça.

### **3.2 Memória**

A memória é a faculdade do armazenamento de fatos, conservação de ideias e lembranças, sendo, portanto, a reminiscência de um acontecimento anteriormente ocorrido. Isso também vale quando tais memórias vêm a ser tornar subsídios para documentos históricos. Deste modo, a memória é uma importante fonte para os dados históricos em virtude da subjetividade, complexidade e riqueza de elementos sobre os fatos ocorridos.

Com esta importância, vários pesquisadores têm se debruçado sobre o estudo da memória como fonte fundamental para a construção do passado e presente, o que dá meios para que se possam observar perspectivas diversas sobre as sociedades no decorrer do tempo.

Neste sentido, Jacques Le Goff, em sua obra “História e Memória”, salienta que “(...) como o passado não é a história, mas seu objeto, também a memória não é a

história, mas um dos seus objetos” (LE GOFF, 1990, p. 50). Assim, frisa-se a relação intrínseca entre a memória, a história e sua construção e reconstrução a partir de significações pessoais:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1990, p. 476).

Sorgentini (2003, p. 122) afirma que é necessária a significação histórica da memória, destacando a sua primazia como elemento essencial para a pesquisa, ressaltando também o cuidado do desvirtuamento da utilização da memória e da história a serviço de um determinado grupo, o que pode depreciar tanto à pesquisa quanto o próprio fato histórico.

Por fim, como ora já foi ressaltada, a constante busca pelo domínio da memória tem instigado pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento e, neste contexto, tem sido utilizada como elemento fundamental aliado à verdade e à justiça para a efetivação dos Direitos Humanos, através da atuação das Comissões da Verdade.

### 3.3 Justiça e a *Transitional Justice*

A justiça *lato sensu* é um tema insistentemente tratado em diversas áreas do conhecimento. Importante ressaltar que a “(...) a noção de justiça designa por um lado o princípio moral que exige o respeito da norma do direito e, por outro, a *virtude*, que consiste em respeitar os direitos do outro” (DUROZOI; ROUSSEL, 1996, p. 268).

Há relação intrínseca com o Direito, mas também à Moral, à Religião e a algumas Regras de Trato Social, sendo a justiça um tema magno e desafiante a quem pretende conceituá-la. Sua concepção baseia-se em:

(...) Platão e Aristóteles, o juriconsulto Ulpiano assim a formulou: *Justitia est constans et perpetua voluntas jus suum cuique tribuendi* (Justiça é a constante e firme vontade de dar a cada um o que é seu). Inserida no *Corpus Juris Civilis*, a presente definição, além de retratar a justiça como virtude humana, apresenta a ideia nuclear desse valor: *Dar a cada um o que é seu* (NADER, 2009, p. 105).

Assim, dar a cada um o que lhe é de direito, ou o sentido de conformidade ou a síntese de valores éticos são todos sinônimos da Justiça. Onde se pratica a justiça,

respeita-se a vida, igualdade de oportunidades, a liberdade, dentre outros direitos. Na linha de pensamento de Kant<sup>9</sup> (apud NADER, 2008, p. 107), a vida em sociedade sem a justiça seria insuportável.

E nesta linha encontra-se a já mencionada Justiça de Transição ou *Transitional Justice* que se utiliza dos seguintes parâmetros:

- a) o direito a não ser submetido à tortura;
- b) o direito à justiça (o direito à proteção judicial);
- c) o direito à verdade; e
- d) o direito à prestação jurisdicional efetiva, na hipótese de violação a direitos (direito a remédios efetivos). (PIOVESAN, 2010, p. 467).

Neste sentido, em uma tentativa de garantir os direitos das vítimas sob a égide da Justiça de Transição, se criou a Lei 9.140/1995, reforçando o “reconhecimento das responsabilidades do Estado e o pagamento de reparações aos familiares dos camponeses mortos e desaparecidos” (BRASIL, 2013, p. 29). Assim, se busca dar às vítimas uma forma de reparação pelas agressões sofridas nos regimes autoritários, recuperar a Democracia e garantir a efetivação de Direitos.

#### **4 A Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Camponesa Estadual da Verdade**

Feitas as considerações iniciais sobre a Comissão Nacional da Verdade, nela foram instituídas três grandes subcomissões: pesquisa, relações com a sociedade e comunicação. Dentro do grupo de pesquisa existem diversos grupos de trabalho, dentre os quais destacamos o grupo de Violações no Campo, instituído pela Resolução nº 05/2012.

Já que a repressão social e política no campo no período de ditadura foi nefasta, “desarticulando os sindicatos, ligas camponesas e outras formas associativas e infligiu graves violações aos direitos humanos dos camponeses sob as formas de torturas, mortes e desaparecimentos forçados em escala até hoje não dimensionada” (BRASIL, 2013, p.6), a intenção foi dar atenção especial ao registro dessas situações de violência cometidas pelo Estado contra os camponeses e a necessidade da reparação estatal e efetivação de Justiça.

O Brasil possui um vasto retrato complexo e profundo de repressão que acometeu camponeses, seus líderes e quem mais os apoiassem no regime militar:

---

<sup>9</sup> “Se esta pudesse perecer, não teria sentido e nenhum valor que os homens vivessem sobre a Terra” (KANT apud NADER, 2008, p. 107).

No dia 31 de março de 1964 os militares apoiados pelos senhores de terra derrubaram o Presidente João Goulart, eleito pelo povo, e lançaram uma repressão sobre todos os movimentos populares que defendiam as Reformas de Base, principalmente as lideranças e organizações camponesas engajados na luta pela Reforma Agrária. Policiais e pistoleiros dos senhores de terra assassinaram mais de 2.000 camponeses durante a ditadura (1964-85) e o período da transição civil, porque a resistência camponesa continuou lutando pela reforma agrária, pelos direitos trabalhistas e pelo direito de organização em sindicatos, associações e movimentos. No enfrentamento à ditadura militar, na área rural, destaca-se a Guerrilha do Araguaia (1972-1974), que se desenvolveu com apoio local dos camponeses. Para além dela, foram perseguidas e assassinadas diversas lideranças de trabalhadores rurais, além de advogados, religiosos e jornalistas que apoiaram a luta camponesa (BRASIL, 2014).

De um lado os trabalhadores do campo e seus apoiadores (advogados, religiosos e demais movimentos sociais), lutando por reforma agrária e pelos direitos no labor rural e de outro, na ânsia de eliminar os comunistas e subversivos, estava o Estado arbitrário, repressor e covarde, que se utilizava do seu poder para humilhar, torturar e matar.

Aliado a este contexto, estavam os latifundiários e seus pistoleiros como braço privatizado da ação estatal (na medida em que foram fortemente beneficiados em vários sentidos pelo Estado), “defendendo as suas terras” dos modos mais torpes e cruéis possíveis. Contudo, importante salientar este verdadeiro cenário de caos transcendeu o período histórico estudado pela Comissão Nacional da Verdade e perdura até hoje.

#### **4.1 A Comissão Camponesa Estadual da Verdade no Estado do Pará**

O Estado do Pará é conhecido por possuir um dos índices mais assustadores de violência contra trabalhadores rurais, chegando à liderança nacional na distribuição espacial das mortes e desaparecimentos dos camponeses com 28,60%, de acordo com levantamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República<sup>10</sup>.

Este fato que possui origem “(...) na elevadíssima concentração de propriedade da terra” (TRECCANI, p. 12, 2001) nas mãos de latifundiários. Este fator que remete à própria forma de aquisição de terras no país, com destaque especial à região Centro-Oeste e Norte do país:

Explica-se: a ocupação dos territórios pouco habitados do Centro-Oeste e do Norte do país fazia parte da estratégia de segurança nacional e da política de desenvolvimento e integração nacional da ditadura militar. Esta política de Estado incluiu: incentivo fiscal a grandes empresas do Sul-Sudeste que para

---

<sup>10</sup> Cf. BRASIL, **Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

lá se transferiram; a política de colonização que transferiu milhares de famílias de colonos do Sul e estimulou a migração de milhares de famílias de forma não oficial; a abertura de estradas de rodagem devassando os biomas Cerrado e Amazônia e a instalação de quartéis militares em pontos estratégicos (BRASIL, 2013, p. 26).

Assim, a disputa pela terra foi inevitável envolvendo os mais diversos agentes sociais e as instituições estatais. A criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) e do Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas (GEBAM) elevou a política agrária a um nível alto de importância, bem como “(...) destituiu o INCRA<sup>11</sup> do poder de resolução dos conflitos de terra em algumas regiões” (ALMEIDA apud BRASIL, 2013, p. 26), sob o pretexto de superar as limitações burocráticas do INCRA. Contudo, nada mais era uma forma de camuflar a regularização fundiária em prol de grileiros e empresas, o que culminou no acirramento de conflitos entre posseiros, povos indígenas e populações tradicionais das regiões envolvidas.

E no Pará esse contexto tomou uma dimensão bastante cruel: milhares de camponeses e suas famílias, indígenas, dentre outros agentes sociais, foram torturados e assassinados, aliando a isso a morosidade do Poder Judiciário em fazer cumprir a sua missão institucional de fazer Justiça.

Neste sentido, a Sociedade se moveu através de movimentos sociais para a instalação da Comissão da Verdade no Pará, que atenda às peculiaridades estaduais no intuito de resgatar sua memória, buscar a verdade e efetivar a Justiça. E no dia 19 de março de 2014, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) o Projeto de Lei nº 62/2014, que se tornou a Lei nº 7.802/2014, instituindo a Comissão Camponesa Estadual da Verdade.

Tal Comissão é integrada por representantes da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALEPA e pela Sociedade Civil.

Portanto, esta Comissão tem por função o colhimento de depoimentos de todos os envolvidos nos casos a serem estudados em nosso Estado, bem como a pesquisa de documentos pertinentes, subsidiando o trabalho da Comissão Nacional da Verdade.

Assim, se pretende reconstruir a história da luta dos trabalhadores do campo no Pará através da memória dos envolvidos e de outros instrumentos pertinentes. Esse

---

<sup>11</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

tratamento de relatos e dados traz não somente à tona os crimes cometidos pelo regime militar, mas também tantos outros que transcenderam o período abarcado pela Comissão Nacional. E já que a Sociedade Civil é um efetivo participante, destaca-se a atuação da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia como um instrumento de viabilizar a discussão das lutas camponesas dentro do ambiente acadêmico e social.

#### **4.2 A Relação entre a Comissão Camponesa Estadual da Verdade e o trabalho da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia**

A Clínica de Direitos Humanos da Amazônia vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, é um espaço onde se debatem questões concernentes aos Direitos Humanos, congregando agentes da Sociedade, do Governo e não governamentais, procurando analisar as dimensões estatísticas do fenômeno das lutas pela terra no Estado do Pará, bem como a apuração de crimes decorrentes de tais lutas, sugerindo-se dentro do ordenamento jurídico a adoção de medidas cabíveis e a proposição de políticas públicas.

Neste contexto, o Projeto “Assassinatos por Conflitos Fundiários no Estado do Pará (1964-1988): resgate histórico e análise jurídica” objetiva a verificação de processos envolvendo os crimes por conflitos fundiários no contexto paraense e a constatação de violações de direitos humanos, apresentando proposições no âmbito jurídico e de políticas públicas, subsidiando tanto os trabalhos da Comissão Estadual quanto da Comissão Nacional da Verdade.

Assim, a atuação da Clínica torna-se um passo fundamental rumo à construção da memória e da história camponesa estadual e nacional, de modo a se buscar a verdade e a efetivação da Justiça.

#### **CONCLUSÃO**

No decorrer deste trabalho, procurou-se seguir uma linha lógica de raciocínio para a melhor compreensão da atuação de uma Comissão da Verdade. Neste sentido, no primeiro capítulo foram tratados de aspectos gerais das Comissões da Verdade e sua relação com o conceito de *transitional justice*, em virtude justamente do período de transição pelo qual passam as democracias dentro da América Latina.

No capítulo seguinte se fez um breve panorama da Comissão Nacional da Verdade, abrangendo seus aspectos principais e contendo a análise do tripé que a



embasa: a memória, a verdade e a justiça. Ressaltou-se nesse sentido o grupo de pesquisa que versa sobre a violência que acometeu camponeses, suas famílias e apoiadores da causa.

Já os capítulos finais trataram do sangrento contexto paraense dos conflitos agrários, o que urgiu pela criação da Comissão Camponesa Estadual da Verdade. Por fim, como um dos apoiadores principais desta Comissão, surge a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, que tem atuação comprometida com o debate e a efetivação dos Direitos Humanos.

Isto posto, percebe-se que é fundamental a atuação das Comissões da Verdade, porque elas garantem o direito à verdade, à memória e à justiça. Em especial no Brasil, busca-se restaurar a dignidade das vítimas e colaborar para a recuperação da credibilidade do Estado, por meio da reconstrução da história através da memória dos envolvidos e de documentos pertinentes. Assim, com as informações dos casos, procura-se a maior riqueza de detalhes verídicos possíveis para que se possa efetivar a Justiça através dos instrumentais que o Direito oferece. Logo, ainda mais se tratando do cruel contexto do campo, o exercício de lembrar-se do que aconteceu pode ser doloroso e chocante, mas essencial para a consolidação do Estado de Direito, da democracia e da valorização dos Direitos Humanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

\_\_\_\_\_. Cartilha “A Luta pela Terra e as Guerrilhas Camponesas (1946-1957)” in: **Exposição Memória Camponesa 1946-1988**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm) >. Acesso em 06 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2011/lei/112527.htm) >. Acesso em 24 mai. 2014.

DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. **Dicionário de Filosofia**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1996.

INTERNATIONAL CENTER FOR TRANSITIONAL JUSTICE. **What is Transitional Justice?** Disponível em: < <http://ictj.org/about/transitional-justice> >. Acesso em 07 jun. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas - SP: Unicamp, 1990. (coleção repertórios) Disponível em: <[http://xa.yimg.com/kq/groups/19906282/820661633/name/LE\\_GOFF\\_HistoriaEMemoria.pdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/19906282/820661633/name/LE_GOFF_HistoriaEMemoria.pdf) > Acesso em 20 mai. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 6. Ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2000.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **Cartilha A Comissão da Verdade no Brasil: Por quê? O que é? O que temos de fazer**. São Paulo, 2009. Disponível em: < <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Cartilha%20Comiss%C3%A3o%20da%20Verdade%20-%20N%C3%BAcleo%20Mem%C3%B3ria.pdf> >. Acesso em 15 mai. 2014.

PINTO, Simone Rodrigues. **Direito à Memória e à Verdade: Comissões de Verdade na América Latina.** Disponível em: <  
[http://www.dhnet.org.br/verdade/textos/pinto\\_comissoes\\_al.pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/textos/pinto_comissoes_al.pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2014.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SORGENTINI, H. Reflexión sobre la memoria e autorreflexión de la historia. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 103-128 – 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16522.pdf>> Acesso em: 19 mai. 2014.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará.** Belém: ITERPA/UFPA, 2001.

*GT 2 – Luta social e repressão política no campo - da ditadura à abertura democrática: a experiência das comissões da verdade no Brasil*

## **VERSÃO PRELIMINAR**

### **Memória camponesa e a presentificação do passado: Notas sobre a Comissão Camponesa da Verdade**

Regina Coelly Fernandes Saraiva<sup>1</sup>

Sérgio Sauer<sup>2</sup>

#### **Resumo**

O artigo traz reflexões sobre a necessidade de reconstruir a memória camponesa e a importância da Comissão Camponesa da Verdade, criada em 2012, por professores/as, pesquisadores/as, lideranças de movimentos sociais e entidades ligados ao campo e gestores públicos para incidir sobre os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV). As reflexões aqui apresentadas partem de discussões, reuniões e seminários de reconstrução da memória para dar visibilidade às graves violações de direitos contra camponeses a partir de 1946. A memória é entendida aqui como presentificação do passado e aponta para a possibilidade não somente do passado ser (re)visto e (re)construído, mas principalmente não esquecido. Portanto, além de dar visibilidade a sujeitos que, ao resistirem à ditadura, sofreram violências, a Comissão Camponesa da Verdade tem como objetivo explicitar a verdade como um instrumento de justiça – ao menos de reparação – e para evitar que violações contra os direitos das populações do campo não se repitam na história nacional.

**Palavras-chave:** graves violações de direitos; memória camponesa; Comissão Camponesa da Verdade.

#### **Introdução**

Após 51 anos do Congresso Camponês de Belo Horizonte, movimentos sociais, entidades sindicais do campo, movimentos indígena, quilombolas, entidades de assessoria realizaram, em 2012, o “Encontro nacional unitário de trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas”. Essa articulação nacional, incluindo vários encontros e reuniões estaduais preparatórios, resultou em um evento

---

<sup>1</sup> Doutora em Desenvolvimento Sustentável, professora da Faculdade UnB de Planaltina (FUP/UnB), no Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER).

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia, professor da Faculdade UnB de Planaltina (FUP/UnB), no Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), Pesquisador do CNPq e relator do Direito Humano a Terra, Território e Alimentação (mandato 2012-2014) da Plataforma DhESCA Brasil.

que reuniu em torno de sete mil pessoas de mais de 40 organizações e movimentos ligados à luta pela terra e por territórios. Indígenas, sem-terra, famílias assentadas, quilombolas, agricultores familiares, populações tradicionais, extrativistas se mobilizaram para debater temas do campo, articular lutas e unificar reivindicações.

Além das discussões, debates sobre a conjuntura e manifestações de rua, as lideranças e movimentos sociais assumiram vários compromissos que constam da declaração final do encontro unitário. Entre os compromissos assumidos estava a disposição de “lutar pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos, visando a inclusão de todos afetados pela repressão” (DECLARAÇÃO, 2012, Item 11).

Esse compromisso, assumido publicamente em 2012 pelo Encontro Unitário, foi a motivação principal para a criação da Comissão Camponesa da Verdade (CCV),<sup>3</sup> composta por professores/as, pesquisadores/as, lideranças de movimentos sociais e entidades do campo e gestores públicos. Apesar da referência à Comissão de Mortos e Desaparecidos, o objetivo inicial da Comissão Camponesa foi incidir sobre a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. De acordo com os termos dessa lei, a CNV foi criada pela Presidência da República com a “finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [1946-1988], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (Art. 1).<sup>4</sup>

Buscando efetivar este direito à memória e dar visibilidade (oficial) à necessidade de investigar as violações no campo, a CCV fez contato com Maria Rita Kehl, comissionada pela Presidência da República. Como membro da CNV, Kehl assumiu a responsabilidade e foi incumbida de investigar as graves violações de direitos de camponeses e indígenas, no período de 1946 a 1988.

---

<sup>3</sup> Apesar das dificuldades conceituais, o termo camponês (ou campesinato) é usado aqui de forma ampla, no sentido de todo mundo que **vive ou depende ou tira o seu sustento** do trabalho no campo, incluindo posseiros, sem terra, quilombolas, caiçaras, assalariados, agricultores familiar, ribeirinhos, extrativistas, populações tradicionais, entre outros grupos sociais do campo.

<sup>4</sup> Para maiores detalhes (resoluções, pesquisas, investigações e ações) da Comissão Nacional da Verdade, ver o site <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: [rdestudosrurais@gmail.com](mailto:rdestudosrurais@gmail.com)

É fundamental ter claro que, apesar dos processos históricos de luta por direitos e resistência à expropriação, há uma clara invisibilização dos camponeses, tanto em relação ao seu protagonismo (na luta contra a ditadura) como nos processos de reparação. É um segmento social “esquecido” (poucos casos investigados nas Comissões de Anistia e de Mortos e Desaparecidos, por exemplo), tanto por seu protagonismo e luta como pela não reparação. A invisibilização serve como um mecanismo político de não reconhecimento e, conseqüentemente, não justiça (poucos casos de reparação), sendo fundamental este trabalho de reconstrução da memória da Comissão Camponesa, mas especialmente da Comissão Nacional da Verdade.

A partir da experiência e trabalhos da Comissão Camponesa da Verdade, este artigo resgata a história recente (item 1) da criação e discussões político-teóricas da mesma. Na sequência (item 2), faz uma reflexão sobre a importância de reconstruir a memória, não apenas como um processo de contar ou relatar o passado, mas reconstruir o mesmo na busca de justiça e reparação. Em forma de apontamentos (não como uma conclusão, mas como perspectivas e ações futuras), o item 3 traz alguns desafios que a Comissão da Verdade enfrenta nesse processo de reconstrução e busca de justiça.

## **1. Criação e debates da Comissão Camponesa da Verdade**

A Resolução nº. 5/2012 da Comissão Nacional da Verdade (CNV) criou o Grupo de Trabalho sobre camponeses e indígenas, com a competência de “esclarecer fatos, circunstâncias e autorias de casos de graves violações de direitos humanos, como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres”, relacionados às populações do campo. O objetivo deste GT é identificar e tornar público estruturas, locais, instituições e circunstâncias de violação de direitos.<sup>5</sup>

Com a intenção de potencializar a ação da CNV voltada para os camponeses, foi criada, em 2012, a Comissão Camponesa da Verdade, a partir da organização e realização do Encontro unitário de entidades e movimentos sociais do campo. A criação da Comissão Camponesa teve como objetivo dar suporte e incidir na Comissão Nacional, no sentido de registrar situações de violências cometidas pelo Estado e seus agentes contra camponeses entre 1946-1988 (período de abrangência da CNV), e a necessidade premente de reparação.

---

<sup>5</sup> Apesar do conteúdo e objetivos semelhantes, a Comissão Camponesa da Verdade é uma iniciativa dos movimentos sociais e organizações do campo, portanto, não faz parte da estrutura (oficial) da Comissão Nacional da Verdade.

Figuram entre os objetivos da Comissão Camponesa: a) construir uma agenda de trabalho, tanto para propor casos e estudos à Comissão Nacional da Verdade (CNV), como para mobilizar as organizações no resgate da memória camponesa; b) reunir trabalhos e pesquisas em uma investigação própria (violações e casos emblemáticos,<sup>6</sup> organização de documentos e pesquisas, etc.); c) elaborar um relatório dos movimentos e entidades, resgatando a memória camponesa, dando maior visibilidade aos sujeitos do campo, duramente vitimados pelo Estado entre 1946 e 1988.

A Comissão Camponesa tem realizado encontros periódicos para reunir e sistematizar estudos e pesquisas e agregar contribuições para o relatório da CNV. Questões teórico-conceituais têm sido discutidas e são consideradas fundamentais para a condução dos trabalhos junto à Comissão Nacional, sendo que uma delas diz respeito à concepção política em relação ao Estado como sujeito de violações de direitos. As discussões trouxeram à tona as especificidades da questão camponesa e a necessidade de considerar, na atuação do Estado, não apenas aqueles casos e ações em que agentes do Estado agiram como ator direto, mas também situações de omissão, conluio, acobertamento, ou mesmo a “privatização da ação do Estado”, em que o latifúndio funcionou como um braço privado durante a ditadura “civil-militar” pós 1964.

De acordo com os termos da Resolução nº 2, de 2012, em seu art. 1º, faz parte das tarefas da Comissão Nacional da Verdade “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado”.

O que a Comissão Camponesa entende por “violações de direitos por agente público”, ou melhor, o que significa colocar Estado como sujeito de violações de direitos? O Estado como sujeito se refere a todos os casos ou situações em que estiveram presentes agentes públicos (funcionários públicos e instituições do Estado de qualquer nível ou instância) e/ou pessoas a seu serviço (termos da Resolução). No entanto, a responsabilidade não se restringe à presença (física), mas inclui casos de omissão e violações resultantes de políticas públicas e recursos públicos.

---

<sup>6</sup> A noção de “caso emblemático” seriam situações, eventos e episódios que exemplificam a violência, a violação de direitos e as diversas formas de repressão no campo. Como episódio ou situação importante (historicamente circunscrito ou um processo temporal mais longo), envolvendo pessoas, pequenos grupos até comunidades inteiras, são exemplos (casos particulares, histórica e geograficamente delimitados), que, ao serem resgatados e recontados, podem ser universalizados, pois explicitam ações, violações e responsabilidades do Estado.

A responsabilidade não se dá apenas nos casos em que agentes do Estado (por exemplo, a Polícia ou o Exército) agiram como atores diretos, mas é necessário considerar também omissão, descaso, conluio, acobertamento, ou mesmo a “privatização da ação do Estado”. No campo pós 1964, o latifúndio agiu como braço privado do regime ditatorial, sustentado por um conjunto de políticas públicas, com especial destaque para créditos subsidiados e incentivos fiscais (SAUER, 2010).

Essas situações, atos e violações não devem ser entendidos apenas como ações isoladas, mas atuação e políticas que seguiram orientações de altas esferas de poder e que contaram com apoio e ação direta de diferentes setores, como empresários, portanto, há uma responsabilidade compartilhada. O Estado, como sujeito de violações, estende a responsabilidade para a ação de agentes privados, que agiram autorizados ou liberados para tanto, ou mesmo apoiando ações do Estado ou ainda por omissão ou descaso.

Como não são apenas ações isoladas, a Comissão Camponesa tem discutido que devem ser considerados investimentos econômicos e políticos que levaram à modernização – mais dolorosa que conservadora – e os seus impactos, ou seja, políticas públicas (ações diretas do Estado) que levam ao aprofundamento da concentração fundiária e à violação de direitos no campo (SAUER, 2010). Conseqüentemente, as políticas governamentais (ação do Estado) aprofundaram o problema fundiário (concentração da propriedade da terra) e financiaram a destruição ambiental, especialmente na Amazônia e no Cerrado.

Nos debates e definições sobre a responsabilidade do Estado, a Comissão Camponesa entende ser fundamental considerar ainda os seguintes aspectos:

- Ações do Estado (incentivos fiscais, subsídios, concessões, projetos de colonização, etc.) privatizaram terra em benefício de poucos (privatizou terras públicas da Amazônia e nas fronteiras agrícolas em detrimento dos camponeses e demais populações tradicionais);
- Incentivos fiscais, concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), permitiram que terras ocupadas por populações tradicionais fossem transferidas para grandes projetos agropecuários e mãos privadas;
- Recursos públicos favoreceram a privatização e a grilagem (apropriação ilegal de terras públicas) e foram responsáveis pela violência (assassinatos, tentativas



de assassinatos, perseguições, ameaças, prisões arbitrárias, etc.) contra trabalhadores/as rurais;

- O atual regime cartorial é um tipo de violência, pois houve uma privatização do poder (da autoridade) de definir se uma terra é particular, pública e quem é o dono;

- As políticas de expansão das fronteiras agrícolas resultaram em violação de direitos, inclusive a violência que tem como substrato a luta pela posse (acesso à) da terra;

- Essas políticas, associadas à omissão e descaso do Estado, favoreceram também a impunidade, inclusive pela morosidade e omissão do Poder Judiciário.

Fazendo essa leitura mais sistêmica (compreendendo as violações para além de fatos e ações isoladas), as discussões da Comissão Camponesa apontam como desafio a necessidade de formular critérios (não generalizar para todas as situações de violações que foram e são muitas) que dão condições de entender onde a ação e a omissão do Estado ditatorial têm a ver com violação de direitos.<sup>7</sup> Esse questionamento, ainda em pauta, está sendo discutido considerando as particularidades sofridas por camponesas e camponeses que, em muitos casos, não se enquadram nas condições apontadas ou a serem cobertas pela CNV.

As lutas camponesas por direitos e contra o latifúndio e a propriedade privada (ações de milícias privadas, jagunços, pistoleiros, etc.) foram parte da resistência à repressão da ditadura civil-militar e são resultantes das políticas (por suas políticas, ações de repressão, omissões) do Estado, portanto, este deve ser entendido como agente e responsabilizado pelas violações de direitos.

Outra questão diz respeito à concepção de graves violações. A resolução em tela estabelece algumas situações como graves violações: torturas, mortes/assassinatos, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres. A Comissão Camponesa, em suas discussões, considera necessário abrir o escopo (não apenas “torturas, mortes, desaparecimentos, ocultação de cadáveres”, como consta na Resolução nº 2, de 2012), incluindo a violência contra camponeses entendida como ameaças, perseguições, expulsão da terra (despejos e deslocamentos forçados), prisões arbitrárias e outras ações contra pessoas e grupos no campo.

---

<sup>7</sup> Em outros termos, a perspectiva de trabalho da Comissão Camponesa é reconstruir e explicitar as graves violações dos direitos econômicos, sociais e culturais, não restringindo às violações dos direitos civis e políticos dos povos do campo no período em tela.

É fundamental, no entanto, considerar outros casos e situações em que a violação de direitos foi mais sutil e implicou em exercício e uso de força disfarçada, como por exemplo, internamento compulsório, ações de intimidação, privação de ir e vir, entre outras violências. As ações e responsabilidades do Estado atingiram a dignidade e a liberdade de pessoas e grupos no meio rural.

Graves de violações de direitos humanos no campo se referem a ações violentas contra populações do campo (camponeses), representando repressão e aprofundamento da violência estrutural. Para a Comissão, considerar esses aspectos significa atender as especificidades desse grupo, que, em muitos aspectos, se diferencia da condição de grupos urbanos e/ou indígenas também vitimados pelo Estado no mesmo período.

Os esforços são pela (re)construção da memória camponesa. O momento é uma oportunidade histórica à memória e à verdade. Além de reconhecimento e (re)construção da memória, a luta é por justiça.

## **2. Reconstrução da memória: resistência camponesa, reconhecimento e reparação**

Outra questão que tem mobilizado as discussões/contribuições da Comissão diz respeito à memória camponesa: memória como presentificação do passado. A (re)construção da memória camponesa é fundamental para dar visibilidade pública as violações cometidas contra camponeses. Algumas perguntas têm mobilizado o debate nesse sentido: qual a importância de (re)construir memórias de camponeses e camponesas que sofreram violações de direitos? Quais são as especificidades da memória camponesa? Por que é preciso contemplar a memória camponesa como parte das discussões públicas sobre a Verdade? Como ela deve ser contemplada no âmbito da CNV? Qual tratamento deve ser dado a essa memória?

Em Walter Benjamin (1987) está presente o princípio construtivista de evocar a memória na arte de narrar; (re)construir memórias não no sentido de fazer um resgate do passado puro e simples, ou ainda fazer uma descrição desse passado “tal qual ele ocorreu de fato”, mas “fazer emergir esperanças não realizadas desse passado, inscrever em nosso presente seu apelo por um futuro diferente. Para isso, é necessária a obtenção de uma experiência histórica capaz de estabelecer uma ligação entre esse passado submerso e o presente” (GAGNEBIN, 1993, p. 58).

Para Benjamin (1987), é a memória que “arranca a tradição do conformismo”, procurando no passado, nas tradições, sementes de uma outra história possível. Para ele,

a memória é a redenção da história. As experiências de homens e mulheres, ao serem redimidas, criam condições para se escrever no presente os apelos do passado. Assim, a (re)construção das experiências permite refletir sobre seus significados nas ações da vida cotidiana onde a história transcorre.

Nas memórias estão presentes identidades que se manifestam ao serem (re)construídas, numa ação que Benjamin compreende como libertadora. Nessa ação “não só o que foi dito e feito é reconstruído, mas também o que foi sonhado, o que foi desejado e ficou reprimido” (MAGALHÃES, 1997, p. 22). (Re)construir memórias permite que outras histórias sejam escritas. Infinitas historicidades são evocadas. Desse modo, pluraliza a presença dos sujeitos na cena social e histórica; rompe exclusões, dando à história um caráter plural, democrático, onde cada homem e cada mulher pode ver sua experiência de vida registrada como algo importante e como parte da história.

A importância de (re)construir a memória camponesa (como parte dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade) abre para a possibilidade de dar visibilidade pública às violações cometidas pelo Estado e seus agentes contra homens e mulheres do campo, violentados por lutarem pelo direito à terra, resistir ao avanço de uma modernização (excludente e dolorosa) e marcados pela usurpação de direitos.

Na perspectiva benjaminiana, (re)construir o passado permite que dores não sejam silenciadas e esquecidas. Significa também concretizar e ampliar as possibilidades de que reparações de violações aconteçam e o passado seja redimido. Representa ainda a possibilidade de presentificação da memória de camponeses no debate nacional sobre a Verdade e para constar da memória do País para não ser esquecido.

Presentificar é entendida aqui como ação de trazer o passado para o presente, tendo como suporte a memória, não somente como registro, ou com um fim nostálgico, mas como ação e reivindicação de justiça. Neste sentido, memória, futuro e justiça se somam.

O desejo é que histórias e trajetórias de vida como as de Elizabeth Teixeira, Margarida Alves, Chico Mendes, e tantos outros menos conhecidos, mas tão emblemáticos quanto esses, não se repitam na história desse país. Por isso, as ações em torno da memória camponesa são estratégicas. Nesse sentido, a Comissão Camponesa, além da contribuição específica voltada para a Comissão Nacional da Verdade (e não restrito a 1998, pois as violações continuaram), está propondo a criação de uma rede de

pesquisadores para articular várias iniciativas (individuais e de grupos) que já existem nas diversas universidades brasileiras (nas diversas regiões) e movimentos sociais no sentido de fortalecer essa memória.

### 3. Apontamentos sobre desafios e perspectivas

Além das definições e discussões (teóricas e conceituais) anteriores, a Comissão Camponesa enfrenta uma série de desafios, sendo primeiro a premência do tempo. Atualmente (pela lei atual), o mandato oficial da Comissão Nacional da Verdade termina em dezembro de 2014, portanto, qualquer possibilidade de influência sobre o relatório final se restringe a meses, sendo que todo o trabalho (de pesquisa, elaboração, ação política) da Comissão Camponesa conta apenas com trabalho voluntário.

Segundo, outro grande desafio se refere às possibilidades – na verdade, às limitações e restrições! – para incluir todas as graves violações do campo do período e colocar uma versão crítica no relatório da CNV.<sup>8</sup> Parece ser bastante difícil que a Comissão Nacional da Verdade assuma uma redação que a partir de uma lógica sistêmica, portanto, elabore um relatório não apenas com casos isolados, mas considerando a situação/realidade de violações no campo.

Nessa mesma perspectiva (ou limitação), há uma decisão da CNV de que os relatórios dos GTs deverão ter apenas umas quarenta (40) páginas. Além do espaço restrito (não nos parece possível contar mais de 40 anos de violações em tão pouco espaço), a redação desse relatório – como um ato ou processo político – será bastante limitado. As possibilidades de narrar, portanto, reconstruir a memória visando outro futuro, nos termos de Walter Benjamin, ficam bastante prejudicadas.

Ainda, outro desafio da Comissão Camponesa é internalizar a importância desse processo nos movimentos e organizações do campo. Apesar de ser comissionada e contar com o apoio político das entidades, este não é um tema central nas pautas e reivindicações, sendo fundamental para o próximo passo que é, para além do reconhecimento oficial das violações, a busca da justiça e da reparação.

A história ao (re)construir o passado assume um compromisso com o presente, levando as pessoas a fazer reflexões sobre suas próprias experiências como sujeitos

---

<sup>8</sup> É importante observar que influenciar o relatório da CNV não é o único objetivo da Comissão Camponesa. Por outro lado, é fundamental entender que essa inclusão significa transformar as violações contra camponeses em parte da história oficial do País, conseqüentemente, abrindo maiores possibilidades de reparação.

coletivos, contribuindo para posicioná-los criticamente diante do futuro. Compreender a história sob esse ponto de vista recupera sua dimensão política e emancipatória, tal como nos lembra a filósofo Walter Benjamin. Esse é o maior desafio do trabalho com a memória camponesa, a possibilidade de ver a história ser (re)construída a partir de múltiplos olhares, com justiça e respeito aos direitos humanos, sociais, econômicos e culturais.

### Referências

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política.** Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense, 1987.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória.** Ensaios de psicologia social. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

**DECLARAÇÃO do Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo das águas e das florestas:** Por terra, território e dignidade. Brasília, 20 a 22 de agosto de 2012.

GAGNEBIN, Jeane Marie. “Walter Benjamin ou a história aberta” In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política.** Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense, 1987.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

MAGALHÃES, Nancy A.; NUNES, José Walter; PAIVA-CHAVES, Teresa. “Memória e história: diálogo entre saberes”. **Revista Participação**, no. 02, Brasília, Decanato de Extensão/UnB, 1997.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória:** A cultura popular revisitada. São Paulo, Contexto, 1992.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade:** a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

## GT 02 – Luta social e repressão política no campo – da ditadura à abertura democrática: a experiência das comissões da verdade no Brasil

### Os camponeses e as comissões da verdade<sup>1</sup>

Fabrizio Teló<sup>1</sup>

Iby Montenegro da Silva<sup>2</sup>

Marco Antonio dos Santos Teixeira<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica da Faperj, fabriciotelo@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica da Faperj, ibymontenegro@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Bolsista de Doutorado da Faperj. Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), mateixeira@gmail.com.

**Resumo:** O trabalho tem por objetivo discutir o tratamento dado à questão camponesa nas comissões da verdade e apresentar o projeto de pesquisa "Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)", aprovado em edital da Faperj voltado para selecionar pesquisas para auxiliar os trabalhos da CEV-Rio. Para isso, apresentaremos as ideias centrais do projeto, sua metodologia e os primeiros passos da pesquisa. Exporemos ainda os resultados parciais da investigação.

**Palavras-chaves:** comissões da verdade; trabalhadores do campo; ditadura civil-militar brasileira.

### Apresentação

Este trabalho tem por objetivo discutir o tratamento dado à questão camponesa nas comissões da verdade e apresentar o projeto de pesquisa *Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Tal projeto, sob coordenação da professora Leonilde Servolo de Medeiros, foi aprovado no edital da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) voltado para selecionar pesquisas para auxiliar os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Rio (CEV-Rio). Portanto, insere-se no contexto que se quer explorar aqui: o tratamento da questão camponesa nas Comissões da Verdade.

O artigo está dividido em quatro partes, além dessa apresentação. Na primeira, fazemos uma contextualização sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil (CNV). Ainda nessa parte discorremos de forma breve sobre a criação de Comissões da Verdade nos estados, municípios e em setores da sociedade, além de outras iniciativas que concentram esforços no sentido de tratar a questão da memória, verdade e justiça (comitês, fóruns e coletivos). Os casos destacados nesta seção são aqueles que se referem ao estado do Rio de Janeiro, foco do nosso trabalho. A partir disso, na segunda parte, buscamos refletir sobre

---

<sup>1</sup> Agradecemos aos comentários e sugestões da professora Leonilde Servolo de Medeiros.

o lugar dos trabalhadores do campo nessas comissões. Na terceira parte apresentamos o projeto supracitado, destacando seu escopo, objetivos, metodologia, equipe e ainda os resultados iniciais do trabalho. Por fim, fazemos breves considerações finais sobre o tema.

## 1) As Comissões da Verdade: breve introdução

O debate sobre Comissões da Verdade se insere num contexto de Justiça de Transição, tema que ganhou força nas últimas décadas a partir das experiências de vários países que viveram transições políticas de regimes arbitrários, ditatoriais, violentos para regimes democráticos. Nesta transição, Estado e sociedade precisam lidar com um legado de violações aos direitos humanos. Segundo Araújo, a justiça de transição pode ser entendida como “[...] um conjunto de procedimentos jurídicos e políticos que tem por objetivo auxiliar nesta transição, revelando os crimes cometidos, sobretudo pelo Estado, reparando as vítimas, criando as condições para um novo pacto nacional” (ARAÚJO, 2012, p. 145).

O objetivo básico de Comissões da Verdade é estabelecer uma verdade sobre graves violações de direitos humanos cometidos em regimes autoritários. São instâncias cuja finalidade é contribuir para a democratização da sociedade. Funcionam por um prazo determinado e são compostas por peritos com a abertura para a verdade subjetiva do testemunho. Elas podem ser instituídas por iniciativas de uma organização internacional, como ocorreu com a Comissão de El Salvador, originada dos acordos de Paz negociados pela Organização das Nações Unidas (ONU), ou ser criada por atos do legislativo, como é o caso da Comissão brasileira (LAFER, 2012).

A Comissão Nacional da Verdade brasileira foi criada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, e instituída em 16 de maio de 2012. Na solenidade de posse da CNV, conduzida pela presidente Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto, estiveram presentes os ex-presidentes José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, todos ocupantes do cargo após o fim do período ditatorial. Para Lafer (2012), esse fato assinalou uma perspectiva de Estado e não de governo das funções e responsabilidades da Comissão.

A CNV foi precedida por outras iniciativas que são parte de um contexto de Justiça de Transição no Brasil. Em quatro de dezembro de 1995, a lei nº 9.140 criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, que tratou de identificar pessoas mortas ou desaparecidas em virtude de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas entendidas como ilegais pela ditadura entre dois de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 (LAFER, 2012; ARAÚJO, 2012).

Em 2002, a Comissão Especial passou a examinar casos de mortes e desaparecimentos ocorridos até o ano de 1988, quando foi promulgada a Constituição. No ano de 2004, pela Lei 10.875, ampliaram-se os critérios de reconhecimento das vítimas da ditadura e passou-se a reconhecer também pessoas vitimadas por agentes públicos em manifestações públicas, conflitos armados, bem como pessoas que cometeram suicídios em decorrência de sequelas psicológicas.

Em 13 de novembro de 2002, a lei nº 10.559, que tem origem na Medida Provisória nº 2.251, de 24 de agosto de 2001, criou a Comissão de Anistia. Sua abrangência cobre o período entre 18 de setembro de 1946 e outubro de 1988 (LAFER, 2012; ARAÚJO, 2012).

Ainda no contexto de uma justiça de transição no Brasil, vale mencionar que em fins de 2008 o governo enviou ao Congresso novo projeto de Lei de Acesso à Informação. A lei foi sancionada pela presidente da República Dilma Rousseff em 2011, na mesma data que foi sancionada a lei que institui a CNV. E, em 2009, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou ainda o decreto que criou o Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos. Constava no Plano a criação de uma Comissão Nacional da Verdade (ARAÚJO, 2012).

Antes dessas iniciativas do poder público do Brasil redemocratizado, uma ação tem sido apontada como marco zero da memória organizada sobre o legado da repressão, segundo Lafer. Trata-se das atividades da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São

Paulo, que resultou na publicação “Brasil: nunca mais”, em 1985 (LAFER, 2012; ARAÚJO, 2012). O livro revelou dados sobre torturadores do regime, assim como aspectos da repressão política no período.

Vale ainda destacar que a condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2010, por não ter punido os responsáveis pelas mortes e desaparecimentos ocorridos na Guerrilha do Araguaia foi mais um elemento que contou a favor da criação de uma Comissão Nacional.

Conforme consta na sua lei de criação, a finalidade da CNV é apurar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas no período entre 18 de setembro de 1946 e cinco de outubro de 1988, marco fixado no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Busca-se com isso efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

A CNV não tem caráter punitivo, o que atende a Lei de Anistia (lei nº 6683 de 28 de agosto de 1979), nem indeniza, cabendo isso à já existente Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e Comissão de Anistia (LAFER, 2012). Apesar disso, Lafer identifica os méritos próprios da CNV na agenda da Justiça de Transição. Segundo o autor, a CNV:

Contrapõe-se ao esquecimento comandado tradicionalmente inerente à anistia. Representa uma afirmação de um direito de titularidade coletiva da cidadania brasileira à memória da verdade factual de graves violações de direitos humanos. Cria, *ex lege*, espaço próprio que não é o do judiciário, consolidando um caminho para elaboração de uma memória coletiva sobre questões fundamentais para o futuro da democracia de um legado de violência e repressão (2012, p. 13).

Ainda, acrescenta Lafer, tendo por referência um discurso proferido pelo Senador Paulo Brossard em 17 de março de 1981 no Senado Federal, se por um lado o caráter bilateral da anistia beneficiou os torturadores, o fato da tortura é irreparável. Sendo assim, nas palavras de Lafer, “é da memória desta nódoa e do que com ela se conexiona que cabe à Comissão da Verdade ocupar-se” (2012, p. 13).

Araújo (2012) destaca que uma Comissão da Verdade instaura sempre, em alguma medida, um debate ético-político na sociedade. Não se trata apenas de debater o passado, mas está em discussão também uma posição ética em relação ao presente e ao futuro. Contudo, destaca a autora, o seu papel político principal é promover um debate na sociedade sobre o passado violento e autoritário, criando condições para o enfrentamento desse passado. Nas palavras de Araújo,

A instalação de uma Comissão da Verdade no país propicia um clima político e abre espaço para um debate importante sobre justiça, direitos humanos, direitos civis, abusos de autoridades. A sociedade é chamada a debater temas cruciais para a construção de um novo campo republicano de direitos; a discutir qual é o limite do poder do Estado; a criar um campo semântico comum do que é considerado como violência, abuso, atrocidade; a rejeitar algumas práticas abusivas como a tortura. A instauração desse debate tem sido o principal resultado político positivo das Comissões da Verdade” (ARAÚJO, 2012, p. 148).

A Comissão Nacional da Verdade brasileira está dividida em Grupos de Trabalho temáticos. São eles: Araguaia; Contextualização, fundamentos e razões do Golpe Civil-Militar de 1964; Ditadura e gênero; Ditadura e sistema de Justiça; Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; Estrutura de Repressão; Mortos e desaparecidos políticos; Graves violações de Direitos Humanos no campo ou contra indígenas; Operação



Condor; O Estado ditatorial-militar; Papel das igrejas durante a ditadura; Perseguição a militares; Violação de Direitos Humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil.

Depois de criada a CNV, em novembro de 2011, diversas comissões estaduais foram constituídas em algumas unidades da federação. Segundo o III Relatório de Monitoramento da Comissão Nacional da Verdade, elaborado pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), de novembro de 2013, até a presente data haviam sido criadas doze comissões estaduais nos seguintes estados: Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. O trabalho destas comissões tem sido importante para o auxílio à CNV no sentido de ampliação da pesquisa documental, realização de audiências públicas, investigação de casos específicos e emblemáticos e elaboração de relatórios parciais. A descentralização das investigações, portanto, não deixando-a apenas circunscrita à CNV, promove uma ampliação do debate sobre o tema na sociedade.

Em alguns estados, também foram criadas comissões municipais. No do Rio de Janeiro há uma proliferação significativa de comissões municipais. Segundo informação da assessoria da CEV-Rio, as comissões municipais de Macaé, Volta Redonda e Niterói foram as primeiras a serem instaladas. As de Duque de Caxias, São Gonçalo, Valença e São João do Meriti foram empossadas mais recentemente e estão no início dos trabalhos. Além dessas, estão em processo de construção as comissões de Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Campos dos Goytacazes, Barra Mansa e Magé. Ao que parece, o papel da CEV-Rio e de seus assessores no processo de articulação e mobilização dessas comissões tem sido fundamental.

Além das comissões municipais, foram criadas comissões setoriais, principalmente em universidades e organizações sindicais, todas com objetivo de elucidar casos locais e fortalecer o processo de resgate da memória e de esclarecimento das circunstâncias e responsáveis pelas graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura. No Rio de Janeiro, já foram criadas comissões da Verdade na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Nos sindicatos, há comissões da verdade no Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro - Sindipetro-RJ e no Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região - SINPRO RJ. Há ainda a comissão da Verdade da OAB-RJ. Esses dados são trazidos pelo relatório do ISER, citado anteriormente, que é de novembro de 2013. Até a presente data, provavelmente outras comissões já foram constituídas. Contudo, não é o nosso objetivo aqui listar todas elas. Se citamos suas existências é para mostrar como o processo de criação da CNV tem provocado a criação de comissões da verdade em diversos setores da sociedade, ampliando e dando capilaridade à discussão sobre as graves violações de direitos humanos cometidos durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Além disso, há ainda os comitês regionais, coletivos e fóruns, alguns criados após a instituição da CNV, outros anteriores a esse processo e que acumulam uma vasta experiência no trato da questão. No estado do Rio de Janeiro se destacam, entre outros: Grupo Tortura Nunca Mais/RJ; Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis; e o Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça.

Entre as comissões da verdade com protagonismo de setores da sociedade, para efeitos do nosso trabalho, merece destaque a criação da Comissão Camponesa da Verdade (CCV). O ponto de partida para a constituição da Comissão Camponesa da Verdade foi a Declaração do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas,<sup>2</sup> de 22 de agosto de 2012. Nesta declaração, os movimentos sociais e organizações que assinam o documento se comprometem “a lutar pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa

---

<sup>2</sup> A luz do Congresso Camponês de 1961, o Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas objetivou reunir diversas organizações do campo para, juntos, elaborarem um projeto político para a agricultura brasileira alternativo ao agronegócio.

pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, visando a inclusão de todos afetados pela repressão”.<sup>3</sup>

A Comissão Camponesa da Verdade reúne representantes de movimentos sociais do campo e uma rede nacional de pesquisadores universitários engajados no tema. O principal objetivo da Comissão, nesse momento, tem sido identificar casos emblemáticos de violação aos direitos humanos ocorridos no campo brasileiro entre 1946 e 1988, a fim de constituir um mapeamento sobre a repressão no campo no Brasil. A partir desses dados, espera-se produzir um relatório que sirva de subsídio para a CNV. Os casos apontados pela CCV não têm por fim apenas apresentar uma lista de violações sofridas por camponeses e seus apoiadores, mas colaborar para a construção de uma interpretação que dê conta de explicar a estrutura da repressão no campo. Sobre esse aspecto, pelo menos dois pontos têm sido fundamentais para a CCV: propor uma compreensão de graves violações de direitos humanos mais ampla do que a que consta na lei de criação da CNV, possibilitando assim uma visão multidimensional da repressão no campo; garantir que seja reconhecido no relatório da CNV não só as violências empreendidas pelo Estado, através da ação direta de algum dos seus agentes, mas também aquelas cometidas por particulares, com conivência ou omissão de representantes do Estado.

Em seguida, a CCV espera ampliar o seu relatório, dando continuidade ao esforço de revelar as graves violações de direitos humanos no campo no período mencionado anteriormente. Espera-se ainda, no futuro, avançar as pesquisas sobre a violência no campo para o período após 1988 e até os dias de hoje, buscando identificar práticas de violência presentes no meio rural brasileiro na atualidade.

Uma das expectativas da Comissão é que esse trabalho sirva de subsídio para o reconhecimento público da repressão no campo e o reconhecimento oficial de camponeses atingidos por graves violações de direitos humanos, de forma que eles possam ser beneficiários das políticas de reparação e anistia. Espera-se também que o trabalho contribua para evitar que tais crimes continuem se repetindo.

## 2) Os trabalhadores do campo e as Comissões da Verdade

Em 5 de novembro de 2012 foi instituído, no âmbito da CNV, um Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos cometidos por motivações políticas, relacionadas à luta pela terra e contra populações indígenas. Este grupo ficou incumbido de esclarecer fatos, circunstâncias e autorias de casos de graves violações de direitos humanos, como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres relacionados aos referidos grupos, identificando e publicizando estruturas, locais, instituições e circunstâncias dessas violações.<sup>4</sup>

Tem-se, portanto, um grupo dedicado a tratar das violações cometidas no campo, compartilhado com o tratamento das violações praticadas contra indígenas. O grupo é coordenado por Maria Rita Kehl, membro da CNV. Em entrevista na qual é questionada sobre os principais resultados parciais do Grupo de Trabalho sobre camponeses e indígenas, Maria Rita Kehl destaca que o fato de camponeses e indígenas terem sido incluídos entre as vítimas já é a maior novidade no trabalho da CNV.<sup>5</sup> Isso porque, ao que parece, inicialmente não havia desejo dos membros da CNV em assumir o GT dedicado ao tema. Foi a iniciativa da Maria Rita Kehl, que se propôs a coordenar o grupo, que o levou a existir. Isso se deve principalmente pela afinidade ao tema construído por ela devido a sua atuação como psicanalista na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), onde atende a membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) desde 2006.

<sup>3</sup> O documento na íntegra está disponível em: <<http://encontrounitario.wordpress.com/declaracao-do-encontro/>>. Acesso em: 25 de maio de 2014.

<sup>4</sup> Resolução nº 5, de 5 de novembro de 2012, da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/resolucao\\_05\\_051112.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/resolucao_05_051112.pdf)>. Acesso em: 17 de maio de 2014.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/15936>>. Acesso em 27 de maio de 2014.

O pouco reconhecimento de instâncias do Estado vigentes no contexto de Justiça de Transição à questão camponesa parece ser indicativo da marginalização do tema nessa agenda. De um total de pelo menos 1.196 camponeses e seus apoiadores mortos e desaparecidos entre 1961 e 1988, apenas 29 tiveram seus direitos reconhecidos pela Comissão de Anistia. Esses dados foram apresentados por Gilney Viana, coordenador do Projeto Memória e Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.<sup>6</sup> Estamos diante, portanto, de 1.167 camponeses e seus apoiadores excluídos da justiça de transição.

Aparentemente o interesse pelo tema ganhou força na agenda pública e tem sido mencionado mais vezes pelos diferentes membros da CNV nos diversos espaços públicos dos quais participam.

Vale destacar ainda que a referência ao tema da repressão no campo pode ter destaque em pelo menos mais um grupo de trabalho: Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical. Isso porque o movimento sindical dos trabalhadores rurais foi também alvo de intervenções e repressão após o golpe de 1964. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), por exemplo, fundada em 1963, sofreu intervenção militar logo após o golpe de 1964. O mesmo ocorreu em diferentes instâncias do movimento sindical, nas federações estaduais e em muitos dos sindicatos, com base nos municípios.

Alguns membros da CNV vêm apontando, em eventos públicos, duas principais dificuldades nas investigações da Comissão a respeito da repressão no campo. A primeira é a quantidade reduzida de dados já coletados sobre o tema. Esses estudos seriam importantes uma vez que boa parte dos trabalhos da CNV se baseia em pesquisas anteriores realizadas por equipes como as da Comissão de Mortos e Desaparecidos, Comissão de Anistia e grupos de familiares de vítimas. Todavia, se por um lado não há uma grande quantidade de trabalhos dedicados ao tema, há que se considerar o esforço dos trabalhos de Carneiro e Cioccarri (2012) e Viana (2013), que trazem dados importantes sobre o assunto. Por isso, eles podem servir como fontes que trazem contribuições consideráveis para que se entenda o contexto da repressão no campo, além de trazerem listas de pessoas atingidas, de diferentes formas, pela violência praticada por agentes do Estado ou que tenha contado com a sua conivência ou omissão, sendo exercidas por setores privados.

A segunda dificuldade tem sido o pouco acesso a documentos que comprovem a ligação de agentes do Estado nas ações de violações de direitos humanos. Isso porque há uma linha interpretativa de alguns membros da Comissão que defendem a necessidade de uma prova documental que ateste a atuação de agentes do Estado em uma dada violação. Por outro lado, há aqueles que entendem que a conivência e/ou a omissão do Estado diante de violações cometidas por agentes privados deve ser entendida como parte da estrutura repressiva do Estado, devendo esse ser responsabilizado pelas violações ocorridas. Esse debate ganha força particular quando aplicado ao mundo rural, uma vez que foi intensa a repressão no campo cometida por fazendeiros, pistoleiros, jagunços, grileiros etc.

No estado do Rio, a Comissão Estadual tem adotado, a princípio, a segunda linha interpretativa, buscando apreender as diversas formas como atuou a estrutura repressiva durante a ditadura: em muitos casos, associando agentes do Estado com setores privados, intensificando a repressão. Essa vinculação não parece ter sido exclusiva ao campo, uma vez que há indícios, por exemplo, da articulação entre empresários, donos de grandes fábricas, e setores do Estado para controlar e reprimir trabalhadores fabris. De toda forma, no campo brasileiro, essa vinculação foi intensa e merece ser destacada para que se possa compreender a amplitude e significados da estrutura repressiva construída contra os trabalhadores do campo, suas lideranças e apoiadores.

Ainda em relação à Comissão Estadual da Verdade do Rio, merece destaque a centralidade à temática camponesa dada entre os objetos de preocupação dos seus membros e assessores. Em algumas oportunidades, alguns representantes da CEV-Rio já declaram que é um dos objetivos da Comissão dar visibilidade a aspectos menos conhecidos pela sociedade no que se refere à repressão política. Nesse sentido, a repressão contra trabalhadores tem sido um tema

---

<sup>6</sup> Ver Viana (2013).

de investigação privilegiado pela Comissão. Nesse âmbito, as principais categorias a serem objeto de preocupação da CEV são: bancários, metalúrgicos, ferroviários, petroleiros, portuários, trabalhadores rurais, jornalistas e professores.

Em relação às comissões municipais criadas no estado do Rio, ainda não podemos dizer quais serão os seus resultados nem dispomos de dados parciais das comissões. Todavia, há comissões municipais constituídas em municípios com histórico de terem sido áreas de intensos conflitos no campo, como é o caso dos municípios da região metropolitana do estado (Duque de Caxias, Magé, Nova Iguaçu e São Gonçalo) e Campos dos Goytacazes, localizado no norte fluminense.

A temática da repressão no campo ganhou destaque ainda com a criação da Comissão Camponesa da Verdade. Contudo, embora haja uma mobilização nacional em torno do tema que culminou com a criação dessa comissão, tal movimento não parece ter igual tratamento em termos estaduais. Até onde temos notícias, as esferas estaduais dos movimentos sociais no campo que constituem a CCV não têm participado das reuniões promovidas pela CEV-Rio, a despeito de algumas delas já terem sido convidadas, ou mesmo promovido debates sobre o tema. Temos notícias apenas da participação de membros do MST em debates promovidos sobre o tema. Contudo, vale destacar, essas afirmações baseiam-se em uma impressão geral de quem tem buscando acompanhar o debate público sobre o tema.

### 3) O Projeto “Repressão no Campo”

Em outubro de 2013 a Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) publicou um edital para seleção de projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições de ensino e pesquisa sediadas no estado do Rio de Janeiro no âmbito do programa *Apoio ao estudo de temas relacionados ao direito à memória, à verdade e à justiça relativas a violações de direitos humanos*. Tal edital teve sua origem a partir de uma negociação entre a CEV-Rio e a Faperj como forma de financiar pesquisas que pudessem vir a contribuir para os trabalhos de investigação promovidos pela Comissão Estadual da Verdade. Dessa forma, os projetos propostos deviam estar adequados a uma ou mais frentes de trabalho da Comissão, que são: Mortos e Desaparecidos Políticos; Planos e Atentados Terroristas; Financiamento, cadeia de comando e estrutura da repressão; Centros clandestinos e oficiais da repressão; Políticas Públicas de Não-Repetição.

O edital aprovou um total de sete projetos, sendo um deles dedicado à pesquisa sobre a repressão no campo. Trata-se do projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, coordenado pela professora Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ). O projeto está ainda sob a responsabilidade de outras três pesquisadoras: Débora Franco Lerrer (CPDA/UFRRJ), Mariana Trotta Dallalana Quintans (FND/UFRRJ) e Marilda Vilela Iamamoto (UERJ). A equipe conta ainda com um bolsista Pesquisador Visitante, um bolsista de Pós-Doutorado Sênior, um bolsista de Mestrado, um bolsista de Doutorado, dois bolsistas de Treinamento e Capacitação Técnica e quatro bolsistas de Iniciação Científica. Além disso, uma pesquisadora doutora, outros três estudantes de doutorado, dois de mestrado e mais duas bolsistas de iniciação científica se engajaram na pesquisa. Constituiu-se, pois, uma ampla equipe de pesquisa, provenientes de diferentes áreas (sociologia, antropologia, serviço social, história e direito), envolvendo diferentes programas de cinco diferentes universidades sediadas no estado do Rio de Janeiro (PUC-Rio, UERJ, UFF, UFRJ e UFRRJ). Vale destacar que parte desta equipe possui grande experiência no estudo do tema.

O projeto propõe uma pesquisa sobre as formas de repressão no campo no estado do Rio de Janeiro, no período entre 1946-1988, definido pela Comissão da Verdade, porém dando maior ênfase ao período referente ao regime civil-militar (1964-1985). Embora o Rio de Janeiro seja bastante conhecido pelas ações de resistência ao regime civil-militar, pouco se sabe sobre o que foi a repressão no seu meio rural, praticamente ignorada pelas pesquisas. No entanto, ao longo dos anos 1950 e 1960 encontrava-se em franco desenvolvimento diversas mobilizações, em especial de *posseiros*, que lutavam por permanecer na terra em que viviam,

acuados que estavam pela especulação em torno das áreas que ocupavam. Também cresciam e se visibilizavam organizações que falavam em nome do campesinato organizado. O golpe civil-militar desorganizou essas entidades e reprimiu duramente as lutas no campo, atomizando-as. Lideranças mais reconhecidas foram presas, outras levadas ao silêncio pela repressão que se impôs. Nossa proposta de pesquisa volta-se para mapear e analisar diferentes situações de violência ocorridas em todo esse processo de organização, na relativa desmobilização que o sucede, bem como, já no início dos anos 1980, de reorganização com o ressurgimento de ocupações de terra.

A pesquisa se associa principalmente a duas frentes de trabalho da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro: *Mortos e Desaparecidos Políticos e Financiamento, cadeia de comando e estrutura da repressão*. Buscamos também contribuir para a frente *Políticas Públicas de não Repetição*, procurando fortalecer a memória social, por meio das atividades do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, sediado no CPDA/UFRRJ, que organiza e disponibiliza para consulta material sobre conflitos no campo e questões correlatas. São propostas ainda, como veremos mais adiante, atividades de difusão dos resultados da pesquisa. Para isso, nos propomos especificamente, a:

- realizar o mapeamento das áreas de conflito e de maior intensidade de repressão;
- identificar as diferentes formas de repressão utilizadas, dando especial atenção aos indícios de violência contra lideranças (até mesmo locais), inclusive a praticada por agentes privados (“jagunços”, “grileiros”, termos que aparecem nos relatos de diversos trabalhadores);
- mapear intervenções em sindicatos, identificando aquelas realizadas por motivos políticos;
- identificar a emergência de organizações não sindicais em áreas do conflito, como é o caso, por exemplo, do Núcleo Agrário Fluminense, constituído em Duque de Caxias no final dos anos 1970;
- identificar formas e locais de participação da Igreja no apoio às lutas dos trabalhadores e eventuais perseguições sofridas por seus agentes;
- identificar e analisar o papel dos advogados de trabalhadores rurais atuantes quer nos sindicatos, quer fora deles. A Assessoria Jurídica Popular (Ajup), por exemplo, criada no início dos anos 1980, teve um papel importante na organização e na defesa dos trabalhadores do campo;
- identificar as relações entre empresários e repressão no período analisado.

Além do trabalho de pesquisa e sistematização de dados que comporão os relatórios parciais e final, a serem encaminhados à Comissão da Verdade, é objetivo da equipe de pesquisa produzir material didático e realizar seminários com professores de escolas públicas, de forma a levar o debate para a população das cidades fluminenses onde a repressão foi mais intensa.

Para realizar este trabalho serão utilizadas, primordialmente, duas metodologias de pesquisa de forma conjugada: a análise documental e a história oral. O processo de análise documental se fará, principalmente, a partir dos seguintes acervos:

- Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMS/CPDA/UFRRJ), onde se destaca o conjunto “Sindicalismo rural”, aglutinador de diversos documentos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro – Fetag/RJ, organizados em dossiês temáticos. Existe também nesse Núcleo uma série de entrevistas feitas com líderes e trabalhadores rurais do estado, em diferentes momentos dos anos 1980 até os dias de hoje, constituindo um rico material documental a ser explorado;
- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), onde serão consultados principalmente os documentos das Polícias Políticas;
- Arquivos das dioceses dos municípios nos quais será feita a pesquisa;
- Arquivos da Comissão Pastoral da Terra;
- Arquivos da Fetag/RJ;
- Arquivos dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios nos quais será feita a pesquisa, caso existam em forma minimamente organizada;

- Centro de Informação e Documentação da Contag, onde serão consultados os boletins da Contag e outros documentos;
- Acervo Armazém Memória, onde consultaremos os boletins da Abra.
- Arquivo Nacional;
- Arquivos do Tribunal Regional do Trabalho (TRT);
- Biblioteca Nacional, onde será feita a consulta a fontes da imprensa, tais como os jornais Luta Democrática e Última Hora Fluminense (para o período pré-1964);

Concomitantemente à análise documental, será utilizada a metodologia da história oral, com realização de entrevistas com diferentes atores envolvidos nos conflitos. A maioria das entrevistas será realizada com os trabalhadores do campo, mas também serão entrevistadas lideranças, dirigentes sindicais, assim como mediadores envolvidos com as lutas em questão, tais como membros da Igreja e assessores jurídicos e sindicais. Muitos dos que vivenciaram os conflitos no período estudado estão muito idosos, outros já morreram. Sendo assim, pretendemos também entrevistar familiares, de forma a buscar recuperar as memórias da geração seguinte, pessoas que, na época dos acontecimentos que nos interessam, eram crianças e jovens. Trata-se de trazer para a reflexão suas perspectivas, mas também, e sobretudo, perceber como as memórias sobre as lutas investigadas foram construídas e transmitidas. É um esforço de investigar a “memória herdada” sobre esta história. Nos termos de Pollack, “a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa” (Pollack, 1992).<sup>7</sup>

O trabalho de pesquisa começou tendo duas frentes de trabalho, principalmente: a consulta ao acervo do NMS e os documentos disponíveis na Fetag/RJ. Para sistematizar e unificar a análise dos documentos disponíveis nas duas instituições, optamos por elaborar uma ficha de pesquisa, composto por tópicos que tratam dos temas que são objeto de interesse da investigação. São eles: 1) Dados básicos do conflito, composto pelos subitens a) Nome do conflito, b) Local (município, gleba, comunidade etc.), c) Caracterização econômica, social e política da região, d) Base social e caracterização do grupo de trabalhadores envolvidos no conflito, e) Antecedentes, f) Histórico do conflito, g) Número de pessoas diretamente envolvidas; 2) Organização e demandas, subdividido em a) Reivindicações e objetivos, b) Formas de ação coletiva, c) Formas de ação dos atores envolvidos, d) Grupos/instituições/organizações/pessoas em que os trabalhadores encontraram apoio, e) Adesão de outras localidades ou movimentos; 3) Desdobramentos e ocorrência de violação de direitos, composto pelos subitens a) Ação do Estado, b) Identificação de formas de violência e violação de direitos, c) Quantidade total de pessoas que sofreram violências e, se possível, nomes, d) Repercussão, e) Desfecho; 4) Observações gerais; 5) Indicação de pessoas para se obter informações complementares; 6) Sugestão de pesquisadores que tenham estudado o caso com maior profundidade, se possível com referências bibliográficas; 7) Fontes das informações.

As fichas foram elaboradas pela equipe e discutidas nas reuniões para serem aperfeiçoadas. A versão que apresentamos foi revista após o início do trabalho, adequando-a a partir da experiência inicial do seu trato.

A lógica de preenchimento das fichas é a dos conflitos. Ou seja, para cada conflito que identificarmos na documentação será criada uma ficha. Assim, conforme novos dados foram sendo encontrados, essas informações serão agregadas na ficha de forma a compormos um documento preliminar sobre cada caso. Até o momento, a equipe encontra-se trabalhando na leitura e análise dos documentos a partir de uma separação dos conflitos com base na divisão político-administrativa atual do estado por regiões e municípios. Embora essa divisão não corresponda à realidade da época estudada, nesse momento, ela fornece os parâmetros necessários para a organização do nosso trabalho. São oito regiões no estado do Rio: Metropolitana; Noroeste Fluminense; Norte Fluminense; Serrana; Baixadas Litorâneas; Médio Paraíba; Centro-Sul Fluminense; e Costa Verde.

---

<sup>7</sup> Ao buscar a memória que se cristalizou sobre determinados acontecimentos, o pesquisador deve estar preparado para constatar que não se cristalizou nada sobre a questão investigada.

A análise do acervo do Núcleo tem tido duas frentes de trabalho principais: o tratamento do Setor Documentação e do Setor Entrevistas. Até o presente momento, temos informações mais substanciais referentes a duas regiões: Baixadas Litorâneas e Costa Verde.

A primeira traz informações principalmente sobre os conflitos ocorridos nas Fazendas Campos Novos, que compreende os municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, Fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, Fazenda Corujas – São Mateus, em Casimiro de Abreu e Fazenda Conceição, em Silva Jardim.

Os conflitos fundiários nessa região parecem ter sido deflagrados após a valorização das terras provocada pela construção de obras de infraestrutura pelo governo federal, especialmente a construção da BR 101. Isso fez com que *grileiros* passassem a ambicionar as terras ocupadas até então por *posseiros*, provocando os conflitos na área.

Os *grileiros* agiam buscando despejar os *posseiros* das terras ocupadas. Muitas vezes isso era feito com o apoio do Poder Judiciário local. Há referências nos documentos há centenas de famílias despejadas em diferentes momentos. Mesmo antes de conseguir os mandados de despejo e reintegração de posse, os *grileiros* utilizavam de diversas estratégias no intuito de pressionar os *posseiros* a deixarem as terras. A principal delas era a destruição de cercas e a soltura de gado nas lavouras de modo a deixar os camponeses sem renda. Ademais, diversas casas foram incendiadas e inúmeros trabalhadores foram ameaçados de morte.

O que os documentos revelam até o momento é que em todos os casos analisados os despejos dos *posseiros* foram acompanhados de outras formas de violência por parte de agentes privados contratados pelos pretensos proprietários das fazendas, os quais eram acompanhados, muitas vezes, de efetivos policiais do Estado, revelando a vinculação entre agentes privados e públicos na repressão contra trabalhadores do campo. Destacamos a seguir um caso que ilustra esse fenômeno. Trata-se de uma situação ocorrida na Fazenda Campos Novos, na qual um grupo de pistoleiros contratados pelo pretense proprietário da área se dirigiu até a fazenda e atentou contra a vida de um *posseiro*. Tal ação foi feita em um carro oficial do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão que atuava na preservação das florestas da região. Ao que parece, a instituição colaborou através do fornecimento de infraestrutura para a ação. Um relatório elaborado pela Fetag/RJ, em 1978, relata o caso:

Chamamos ainda a atenção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão responsável pela preservação de nossas reservas florestais, para a atitude que certos funcionários dessa instituição vêm assumindo naquela Fazenda, os quais, fugindo de suas atribuições, vêm ao que tudo faz crer, cooperando com as arbitrariedades investidas contra os posseiros. Conforme depoimento de várias testemunhas, estes funcionários estão acobertando as perseguições aos posseiros, conforme ocorreu no dia 20 de fevereiro do corrente (1978) quando o jagunço Zé Florzinha foi conduzido até a área de Benício em carro oficial daquela repartição e praticou a agressão contra o Sr. Benício em presença de duas pessoas que o acompanhavam e que são conhecidas como guardas florestais do IBDF. E o que é pior, foram tais guardas que instigaram o Florzinha a atirar em Benício e deram fuga ao jagunço no mesmo carro oficial da Repartição, abandonando o posseiro baleado no meio de sua lavoura, sem qualquer socorro.<sup>8</sup>

Isto demonstra uma das faces da presença do Estado na repressão contra trabalhadores rurais: o apoio direto de alguns dos seus agentes.

Já os dados referentes aos conflitos ocorridos na região da Costa Verde mostram que os litígios se concentraram em diversos locais dos municípios de Angra dos Reis e Paraty.

---

<sup>8</sup> Ofício nº 128/AJ/78 da Fetag/RJ à Contag de 10/05/1978. Disponível no NMS/CPDA/UFRRJ.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

Os conflitos nessa região se destacaram por terem início a partir da tentativa de despejo dos *posseiros*. Tais despejos decorreram da especulação imobiliária provocada pela construção da BR 101- rodovia Rio-Santos –, da instalação do Parque Florestal da Serra da Bocaina e do tombamento da cidade de Paraty, em 1966, reconhecida como Monumento Histórico Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Dentre os agentes envolvidos nos conflitos, temos, por um lado, pretensos proprietários de terras, que atuavam, muitas vezes, com *jagunços*, contratados para expulsar os trabalhadores das terras ocupadas. Em outras situações, eram empresários imobiliários e de turismo que atuavam para expulsar os *posseiros*. Em várias situações, esses agentes estavam articulados com setores do Estado. Do outro lado da disputa estavam os trabalhadores rurais, sindicatos, organizações de bairro e organizações da igreja, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Rio.

As violações de direitos dos trabalhadores rurais foram várias, realizadas por agentes públicos e/ou setores privados: destruição de lavoura e benfeitorias dos lavradores; queima de casas e invasão a propriedades por *grileiros* armados; forja de documentos de compra e venda de terras e o forçamento, através de violência e intimidação aos agricultores, da assinatura de contratos de posse e comodatos; assassinatos; prisões; denúncias de trabalhadores como invasores e depredadores.<sup>9</sup>

A título de exemplo, vale mencionar as ações de despejos promovidas contra os agricultores pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). O órgão enviava ordens aos agricultores para saírem das casas localizadas nas áreas de construção da estrada. Eles também demoliam as casas dos trabalhadores através do uso dos tratores do próprio órgão.

Vale destacar que muitas tentativas de despejo realizadas por grupos privados contaram com o apoio de agentes do Estado. A tentativa de expulsão dos trabalhadores rurais residentes da Fazenda São Gonçalo, feito pelo grupo White Martins, contou com a presença de policiais e de guardas florestais do IBDF, tal como no caso anteriormente citado referente à Fazenda Campos Novos.

A repressão não foi recebida pelos trabalhadores sem resistência. Em muitos casos, temos notícias de mobilizações e atos públicos feitos pelos trabalhadores rurais e organizações que os apoiavam, tentando com isso frear as tentativas de despejo das quais vinham sendo vítimas. Uma das medidas tomadas pelos trabalhadores rurais, através dos seus sindicatos, foi o envio de ofícios às autoridades locais, câmara municipal de vereadores e governador do estado, pedindo a solução dos problemas vividos. Ao mesmo tempo, em algumas situações foram feitas manifestações públicas. Foi o caso do conflito em Japuiba, em Paraty, quando mais de mil trabalhadores rurais, com apoio da Diocese local, concentraram-se na área destruída pela Companhia Barbará, que teria contratado uma firma de terraplanagem para devastar as plantações dos posseiros.<sup>10</sup>

A manifestação buscou impedir o avanço das destruições das casas e visou exigir a desapropriação da área. Além disso, na semana seguinte ao ato, 100 trabalhadores rurais foram à sede do município buscar providências para o conflito, junto à prefeitura, à delegacia de polícia e ao juiz de direito de Angra dos Reis.

Um fator que já podemos aferir como decorrente dos despejos e conflitos na região da Costa Verde é que muitas destas famílias de agricultores se tornaram migrantes na própria região. No caso do conflito na fazenda Japuiba, por exemplo, grande parte dos trabalhadores rurais e suas famílias que estavam ali eram provenientes da Ilha Grande, de onde já tinham sido expulsas.

---

<sup>9</sup> No Ofício nº 02/AJ/77, enviado pelo STR de Paraty e pela Fetag-RJ ao presidente da Contag, José Francisco da Silva, em 17/01/, consta que a instauração do Parque Florestal foi usado como argumento para se denunciar trabalhadores como invasores ou depredadores das matas. Disponível no NMS/CPDA/UFRRJ.

<sup>10</sup> Informações tiradas da notícia “Japuiba resiste a invasão” Maré nº 3 - Angra dos Reis – RJ – Jornal comunitário publicado em 1980. A nota faz parte do dossiê sobre o conflito feito pela CPT Rio. Disponível no NMS/CPDA/UFRRJ.



Em um documento temos a informação de que as atividades turísticas não só teriam valorizado as terras do continente, mas também a Ilha Grande, onde a população que vivia em extrema pobreza teria cedido mais facilmente às pressões dos donos de títulos de propriedades e se desfizeram das suas posses.<sup>11</sup> Ao chegar ao continente, esses posseiros tiveram de enfrentar os problemas de habitação do mercado inflacionário e seguiram para Jabuiba.

Ainda, muitas famílias expulsas de diversos locais da região foram viver em favelas nas regiões urbanas do próprio município ou regiões próximas. Segundo os documentos, essas migrações teriam refletido numa escassez na produção de alimentos para a região, uma vez que a produção destes agricultores era vendida para o consumo local.<sup>12</sup>

Vale mencionar ainda que o trabalho de pesquisa no NMS está, atualmente, se debruçando também nas entrevistas disponíveis para a consulta. São entrevistas realizadas em outros contextos de pesquisa, mas que trazem dados importantes para o estudo em questão e por isso estão sendo objeto de análise.

A segunda frente de trabalho da equipe da pesquisa tem sido a consulta à documentação existente na Fetag/RJ. Fundada em 1963, a federação faz parte da história que se quer investigar nessa pesquisa. A entidade foi não só objeto de intervenção e repressão pelo governo que se instalou após o golpe de 1964, como acompanhou a trajetória de repressão e a luta de muitos trabalhadores rurais que resistiram às diferentes violações de direitos humanos que sofreram no campo. Por isso, seus documentos podem trazer pistas importantes para se conhecer melhor o período em questão.

Os documentos disponíveis na Fetag/RJ não se encontram organizados na lógica de arquivos, mas foram acumulados em caixas ao longo dos anos e guardados em diferentes cômodos da sede, em estantes, armários, prateleiras ou mesmo no chão. O primeiro trabalho, portanto, foi identificar os documentos. Nesse processo, descobrimos muitos papéis em processo de deterioração avançado, alguns infectados por cupins. Sendo assim, além de identificarmos, foi preciso higienizar muitos documentos para que eles pudessem ser manipulados. Separamos o material que será de interesse da pesquisa, que vem a ser aquele produzido até 1988, marco final do estudo. Vale destacar que nessa separação não tiramos os documentos da sua ordem original de acumulação, garantindo assim a lógica de guarda do material. Esse aspecto é importante para um possível trabalho futuro de organização desses documentos de acordo com a lógica de constituição de um centro arquivístico.

No presente momento, os documentos já foram higienizados preliminarmente, identificados e selecionados. Tudo se encontra arrumado em sala própria, destinada pela federação a partir de então para a guarda desse acervo. O que observamos, portanto, é o início de um processo que pode culminar com a organização desse material e constituição de um centro de memória dos trabalhadores rurais fluminense, como é o desejo do atual presidente da entidade. Ao mesmo tempo, essa atividade pode ser entendida já num esforço da equipe da pesquisa em pensar em políticas de não repetição, a partir da valorização da memória social, por meio da preservação e guarda da documentação da Fetag/RJ. A organização prévia desse material já garante o melhor acesso a ela por pesquisadores, sindicalistas ou qualquer interessado pelo tema. Porém, é necessário pensar em sua melhor organização e criação de instrumentos de pesquisa, de forma a otimizar o acesso dos interessados ao acervo.

#### 4) Considerações finais

Buscamos nesse artigo apresentar o tratamento dado à repressão no campo nas comissões da verdade nacional e estadual do Rio de Janeiro, principalmente. Mostramos ainda que um dos efeitos da criação da CNV tem sido a multiplicação de comissões municipais e

---

<sup>11</sup> Informações retiradas do dossiê elaborado pela CPT Rio sobre o conflito em Jabuiba, intitulado “Trabalhadores rurais e urbanos lutam contra a expulsão” - Jabuiba – Angra dos Reis – RJ. S/D. Disponível no NMS/CPDA/UFRRJ.

<sup>12</sup> Idem.

setoriais. Entendemos esse processo como algo positivo por possibilitar a difusão do debate sobre violações de direitos humanos cometidos durante a ditadura civil-militar no Brasil que teve início em 1964 para vários setores da sociedade, ampliando a reflexão sobre memória, verdade e justiça.

Nesse debate, apresentamos aqui o projeto de pesquisa em andamento intitulado *Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Nosso objetivo com isso é compartilhar com outros pesquisadores as reflexões iniciais da equipe, assim como os caminhos de pesquisa adotados até então. Esperamos com esse diálogo contribuir na reflexão temática e metodológica do tema, assim como refletir sobre o objeto em questão, buscando avançar na pesquisa em curso.

Os meses de março e abril de 2014 foram marcados pela realização de uma série de eventos que buscaram debater o golpe de 1964 e o início da ditadura no Brasil. Muitos deles foram incentivados ou tiveram o apoio da CEV-Rio. A nossa equipe, por exemplo, organizou três debates sobre repressão no campo no estado do Rio de Janeiro durante a ditadura, sendo dois deles em diferentes institutos da UFRJ e outro na UERJ. A coordenadora da pesquisa participou ainda, como palestrante convidada, de outros dois debates. Eles trataram da ditadura civil-militar a partir de ângulos diversos e tiveram o mérito de ampliar a discussão sobre o tema nas universidades e para o público em geral. Além disso, alguns desses debates contaram com a participação de organizações de trabalhadores rurais, que se manifestaram preocupados em tratar o tema, fortalecendo a memória social das lutas dos trabalhadores do campo.

Até então, vemos como necessário o aprofundamento da reflexão sobre o tema, principalmente no que diz respeito a dois pontos: revisão do entendimento do conceito de graves violações de direitos humanos, conforme consta na lei de criação da CNV, buscando uma ampliação das situações de violência capazes de serem apreendidas pelo termo; discussão sobre a concepção política relacionada ao Estado como sujeito de violações de direitos, considerando o violador não só nas situações em que é possível identificar sua atuação direta, mas também quando ele agiu com conivência ou omissão. Esses pontos são fundamentais para que se possa vir a conhecer melhor a repressão no campo no Brasil durante a ditadura civil-militar, reconhecendo o direito à memória e verdade àqueles que foram atingidos pela estrutura repressiva nesse período.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, M. P. Comissões da Verdade: um debate ético-político na contemporaneidade. In: ARAÚJO, M. P.; FICO, C.; GRIN, M. **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012.

CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. 2ª. ed. Brasília: MDA, 2011.

LAFER, C. Justiça, História, Memória: reflexões sobre a Comissão da Verdade. In: ARAÚJO, M. P.; FICO, C.; GRIN, M. **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1992.

VIANA, Gilney (coord). **Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

**GT (02) – (Luta social e repressão política no campo - da ditadura à abertura democrática: a experiência das comissões da verdade no Brasil)**

**Reminiscências das lutas sociais dos canavieiros nos imaginários sociológicos de estudantes secundaristas, Leme, SP, no contexto da justiça de Transição.**

**Autor Rafael Aroni <sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia / Professor PEB II / Secretaria de Educação Estado de São Paulo e ETEC, rafaroni1@gmail.com.

**Resumo:**

No contexto do reexame sobre as lutas sociais no campo, e frente à progressiva diminuição de canavieiros, no Estado de São Paulo. Aventou-se o desafio de perscrutar a memória coletiva das lutas sociais, empreendidas por aquela categoria, na década 1980. Objetivou-se a rememoração da greve dos trabalhadores canavieiros de 1986, no município de Leme/SP, a partir das imagens sociais aprendidas por estudantes secundaristas, alguns filhos da primeira ou segunda geração de trabalhadores rurais.

**Palavras-chaves:** greve de canavieiros, rememoração, ensino de sociologia.

**I – Introdução**

A revolta popular dos trabalhadores rurais canavieiros de Guariba, em 15 de maio de 1984, marcou os conflitos agrários paulista, na década de 1980. Fato social abordado na sociologia rural pela perspectiva de proletarização e sindicalização dos trabalhadores rurais. Os trabalhos acadêmicos apresentam a importância daquelas lutas travadas como experiências irradiadoras da sindicalização para a mobilização de outras greves de trabalhadores rurais como as dos municípios de Leme, Araras, Serrana (BERTERO, 1995) e desdobramento na luta pela terra por movimentos sociais (BARONE, 1996).

Neste artigo são apresentados resultados do projeto, realizado em 2013, intitulado de *Memória Viva das Lutas dos canavieiros de Leme*, cuja proposta buscou a rememoração das lutas canavieiras, empreendidas, na década de 1980, no município de Leme, Estado de São Paulo. Amparado no referencial teórico do materialismo histórico de Walter Benjamin, remete-se as reflexões do imaginário sociológico em se acessar formas de se reconstruir a memória, pelas atuais gerações de estudantes secundaristas, deste embate entre capital e trabalho, no final da ditadura e início da transição democrática.

Ressalta-se que alguns estudantes são descendentes de trabalhadores rurais que participaram daquelas lutas sociais. Trabalhou-se com a hipótese de perscrutar se a greve canavieira ainda permanece no imaginário cotidiano, e quais seriam as contribuições daquele fato para formação do imaginário sociológico de novas gerações de estudantes de em uma escola pública<sup>1</sup>?

Assim, um dos objetivos do presente trabalho é identificar se permanecem reminiscências das lutas sociais ocorridas, e como podem ser construídos processos de mediação de relatos intergeracionais, sobre a greve de 1986, a partir de pesquisa dos estudantes.

As atividades pedagógicas realizadas foram: 1) a apresentação e construção do conhecimento sobre a metáfora do anjo da história proposto por Walter Benjamin, a partir da obra *Angelus Novus* (1920), de Paul Klee; 2) leitura de trecho *Memória Póstuma de Brás Cubas*, de Machado de Assis, sobre o encontro do personagem com Pandora; 3) posterior vinculação dos vídeos: *Califórnia à Brasileira* e *Guariba 1984*, de José Roberto Novaes e Francisco Alves; 4) leitura e análise de texto, de dez reportagens, do jornal Folha de S. Paulo e trechos Processo Judicial, sobre os fatos, os quais retrataram os fatídicos acontecimentos da greve de Leme, no dia 11 de julho, de 1986.

---

<sup>1</sup> Escola Estadual Newton Prado, estudantes do 2º e 3º colegiais.

Partiu-se da perspectiva da rememoração da greve, como uma prática pedagógica com potencial de instrumentalizar as novas gerações, principalmente, pelo fato delas estarem desconectadas das memórias dessas lutas históricas. Outra faceta importante deste fenômeno de desconexão são os desafios sociais que se avolumam, com a perspectiva do fim do trabalho canavieiro, e elevação da taxa de desemprego<sup>2</sup> concomitante a situações de precarização de relações de emprego e informalidade, nas famílias de alguns destes estudantes.

## II – Das reminiscências à memória

Nesta apresentação partiu-se da orientação do trabalho do sociólogo, enquanto mediador entre as reminiscências da greve, cristalizadas nos jornais e processo judicial, e as imagens das memórias produzidas pelos jovens de escolas públicas sobre esse acontecimento.

Os fundamentos teóricos para construção deste processo parte da sexta tese proposta por Walter Benjamin, sobre o processo do materialismo histórico em se trabalhar com as reminiscências. Portanto, buscam-se os significados em vestígios do presente, das opressões sofridas em lutas sociais do passado. Principalmente, ao reintroduzir conhecimentos dessas memórias que são gradualmente apagadas, mas que ainda estão ocultamente preservadas. Conforme aponta Benjamin, na citação abaixo, a ruptura desses elos das forças sociais intergeracionais é o maior perigo de que as novas gerações sejam subsumidas, enquanto instrumentos para exploração do capital, e que pouco conheçam o histórico de lutas no embate entre capital e trabalho.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador, ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1940, p.7, grifos nossos).

---

<sup>2</sup> Em março de 2008, o Protocolo Agroambiental, entre o governo de Estado e a Organização dos plantadores de Cana da Região Centro Sul do País (principal fornecedora de cana do país) estabeleceu cronograma gradativo de eliminação do trabalho do corte manual da cana, 2014 para mecanização completa de terrenos com menos de 30 graus de declividade, e 2017 para áreas que apresente aquela topografia, tem impactado no desemprego de cortadores de cana.

Quando das primeiras indagações aos estudantes secundaristas, sobre os conhecimentos que detinham da greve dos canavieiros de 1986, de forma unânime, obteve-se a negativa sobre esses fatos. O tema da greve, enquanto instrumento legítimo da classe trabalhadora por reivindicações de direitos políticos, sociais e humanos, apresentava-se apenas como um tópico de história, dentro do conteúdo do currículo de Sociologia, para o Ensino Médio do Estado de São Paulo. Fenômeno conhecido, mas estático em gravuras do livro didático que remetiam à Inglaterra, do século XIX.

Ao se questionar sobre a trajetória de familiares que trabalharam ou trabalham no corte de cana, permitiu-se o início da reflexão desses jovens, com a materialidade das condições de trabalho e vida dos canavieiros. Posto que alguns as vivenciem, a partir da experiência de seus próprios familiares (pais, mães ou irmãos). Este foi processo de conexão gradual, com uma realidade que não está cristalizada no passado, e que produz efeitos de forma a permanecer no presente. Esse processo pedagógico de reflexão foi o que impulsionou o primeiro pedido de pesquisa aos alunos, para que buscassem artefatos materiais, que ainda preservam a memória da greve dos canavieiros de 1986, na cidade de Leme, o qual será apresentado no próximo tópico.

Assim, inscrito na perspectiva do materialismo histórico de Benjamin, os pontos teóricos que orientam essa ação de rememoração partem do desafio em não se resgatar o passado, exatamente como uma reprodução dos fatos ocorridos. Até porque, ainda permanecem polêmicas as interpretações sobre as intenções das forças sociais envolvidas naquele movimento de greve e os resultados obtidos. Isso por que, ao se consultar os jornais de vinculação nacional do período e o processo judicial constataram-se que os dois casos de assassinato dos trabalhadores, ocorridos no embate entre policiais militares e canavieiros grevistas, permanecem inconclusos. Mesmo após exames periciais nas armas utilizadas pelos policiais, e que instruíram o processo, ainda não se concluiu até hoje de onde partiram os tiros.

Na madrugada do dia 11 de junho de 1986, a morte da empregada doméstica Sibebe Aparecida Manoel (negra, 17 anos) que participava e apoiava o movimento dos piqueteiros, ocorreu quando ao correr da tropa de choque da Polícia Militar que dispersava os canavieiros grevistas, foi atingida na axila esquerda por projétil de arma de fogo, o qual transfixou seu corpo, sendo a causa da morte atestada por hemorragia interna aguda. No caso do trabalhador rural, Orlando Correa (branco, 22 anos), ele encontrava-se afastado por acidente de trabalho, após se ferir na perna esquerda com o podão, no corte de cana.

Mesmo, assim, estava apoiando os piquetes. Na ocasião do conflito foi atingido na região do peito à altura do bolso direito da camisa, o projétil transfixou seu coração, sendo a causa da morte também atestada por hemorragia interna aguda.

Assim, cabe indagar o porquê do apagamento ou silenciar sobre aqueles fatos? Por que não existem monumentos que enalteçam a luta dos trabalhadores canavieiros, ou mesmo pode-se perguntar por que os trabalhadores mortos não foram eternizados em nomes de ruas na cidade de Leme? Inquietações que reforçam a perspectiva da grande marcha empreendidas pelo progresso capitalista agrário paulista, em tornar vazio e homogêneo o tempo social no qual ele se estrutura, na conservação e no apagamento constante das histórias das lutas sociais e nos espraamentos dos canaviais.

Portanto, a busca por imagens de reminiscências pretendeu extrapolar a perspectiva curricular estática, da greve enquanto um instrumento de luta do passado. Justamente ao se apontar as forças sociais e instrumentos de luta anulados provisoriamente como se fossem do passado, mas que permanecem com potenciais de realização e perspectivas de um vir a ser, que constantemente é desacreditado no presente.

Procurando resgatar as intenções que existiram a respeito do nosso presente, enquanto ele ainda era uma perspectiva de futuro, juntamente com as iniciativas malogradas da construção desse possível futuro, que hoje é o nosso presente é que se sabe que o presente, tal como ele é vivido agora, poderia ser outro.

[...]

Na tentativa de resgate dos desejos não realizados, é que o nosso presente pode dar ainda alguma resposta ao passado.

[...] lembranças de situações vividas que foram esquecidas, com a possibilidade de que essas reminiscências tragam significado, luminosidade, para o momento presente (PENIDO, 1989, páginas 64 e 65, grifos nossos).

Corroborar, nesta fundamentação teórica a perspectiva de Paul Ricouer (2007), ao propor a valorização de elementos subjetivos na objetivação da história. Assim, tem-se a questão de que o processo de rememoração envolve tanto a busca por reminiscências coletivas, mas que explicitem os particularismos da trajetória de cada aluno, para construção de uma interpretação individual e que contribua coletivamente, na elaboração painéis de ideias (ANTUNES, 2010) e interpretações do fato histórico em tela.

[...] os gregos tinha dois termos, mneme e anamnesis, para designar recordação, mneme, para recordação como algo passivo[...]

[...] a abordagem pragmática da anamnésia propiciará a transição adequada da pergunta “o que?”, tomada no sentido estrito de uma investigação dos recursos cognitivos da lembrança, para a pergunta “quem?”, centrada na apropriação da lembrança por um sujeito capaz de se lembrar de si. (RICOEUR, 2007, p. 24).

Não se exclui deste processo, que a negativa de conhecimento dos alunos pode ser uma dimensão de um processo de silenciamento traumático empreendido pelos próprios sujeitos que participaram da greve, o que não implica no seu apagamento. Conforme sugerido por Silva “[...] à negação dos momentos mais traumáticos do passado, sintoma de patologias coletivas ou individuais da memória e que se traduzem não pelo esquecimento, mas pelo silêncio” (2002, p. 430).

Assim, a metodologia didática adotada implicou em dinâmicas pedagógicas que visaram à rememoração através de situação que permitiram a construção do conhecimento e ao mesmo tempo o acesso à memória, na gradual construção de murais de ideias (ANTUNES, 2010). Metodologia que priorizou a leitura e produção de textos, bem como a coleta de relatos orais. Buscou-se atentar aos estudantes, que esse processo tem por fundamento consolidar o conhecimento dos fatos a partir de diferentes dinâmicas, como o conhecimento sobre a metáfora do anjo da história, proposto por Walter Benjamin, a partir da obra *Angelus Novus* (1920), de Paul Klee, para compreensão da alegoria de que a ideologia do progresso no capitalismo traz incutida a ideia de marcha ou avanço linear, e que pouco se busca rememorar caminhos não trilhados, mas que foram iniciados, no embate com forças que busca apagar vestígios dessas outras trilhas, ainda não realizadas.

A leitura de trecho do livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis (1996), sobre o encontro do personagem com Pandora, no relato de seu delírio, propiciou aos alunos a reflexão de que não basta serem expectadores passivos dos fatos históricos, e sim despertarem para suas inscrições enquanto sujeitos que fazem a história de seu tempo, e tem a necessidade de investigar lacunas, de histórias ainda não contadas, sobre o passado das lutas sociais de seu município.

A posterior vinculação do vídeo *Califórnia à Brasileira*, de José Roberto Novaes e Francisco Alves permitiu aos estudantes o contato imagético com o passado de lutas e das forças sociais que as mobilizaram.

A leitura e análise de dez reportagens Folha de S. Paulo, que retrataram os fatos do dia 11 de julho de 1986, os quais tiveram repercussões nacionais no cotidiano da vida política brasileira, permitiu aos estudantes dimensionarem a importância de se impulsionarem na rememoração e esclarecimento dos fatos ocorridos durante a greve. Por último, a leitura coletiva de trechos do relatório de conclusão que processo judicial sobre os homicídios e repressões ocorridas no embate entre trabalhadores e polícia militar,



possibilitaram a busca de narrativas implícitas e ainda não contadas, reforçada pelo processo inconcluso da justiça.

Portanto, atentou-se para permanente reatualização da visão dos sujeitos que investigam as possibilidades de permanência no presente, de elementos simbólicos que marcam a memória do passado da greve, e principalmente, que se buscasse projetar as reminiscências das memórias dos trabalhadores, as quais permanecem silenciadas.

### **III – Imagens que relampejam: a memória das lutas dos trabalhadores canavieiros no imaginário sociológico de estudantes secundarista.**

Neste tópico busca-se fazer um relato, no sentido de sistematizar as ações pedagógicas, os principais desafios enfrentados e resultados atingidos.

As atividades desenvolvidas iniciaram em março de 2013, quando ministrava aula de sociologia no terceiro ano do ensino médio, ao se deparar com a proposta curricular de se abordar o texto de Engels: *The great towns*, que compõe o livro *The condition of the working class*, traduzido por Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, sobre a condição do operariado, na Inglaterra do século XIX. A didática da atividade era que os estudantes elaborassem um texto e apontassem os direitos violados e possibilidade de luta política da classe trabalhadora, naquele contexto. Quando inqueridos sobre o conhecimento de lutas sociais empreendidas pelas classes trabalhadoras, do município de Leme, e se conheciam a história da greve dos canavieiros de 1986, houve interesse dos secundaristas. Um jovem relatou que ouvira histórias de seu pai, contudo não sabia explicar o que havia acontecido.

De forma breve, apontou-se que foi um importante movimento grevista de luta por efetivação na melhoria, nas condições de vida e trabalho dos canavieiros do município, com repercussões para vida política nacional. Passados vinte e sete anos, o processo penal com mais de mil páginas, era inconcluso sobre os acontecimentos que vitimaram dois trabalhadores, Orlando Correa e Sibebe Aparecida Manoel, em confronto com a polícia militar, no piquete realizado no dia 11 de julho de 1986. Para além de uma atividade de pesquisa escolar, em se propor que os estudantes buscassem outras informações, foi realizado o seguinte desafio, que os estudantes, iniciassem uma pesquisa social em identificar elementos simbólicos e matérias que ainda preservam as memórias daquele embate.

O primeiro desafio foi investigar o nome da rua onde ocorreram os piquetes e os assassinatos dos dois trabalhadores. Para surpresa dos estudantes, os resultados apresentados na semana seguinte, a Rua José Baldin, palco do conflito, teve o nome alterado para Joaquim Ortiz de Camargo. Um aluno inquiriu sobre um símbolo religioso, a imagem de uma Nossa Senhora, em uma gruta no muro de uma casa, na esquina da rua. Ao proceder com a comparação com fotos da época retratado nos jornais, foi possível verificar que tal simbologia é uma reminiscência que permanece como memória daqueles acontecimentos. Muitos alunos ficaram surpresos com essa descoberta, posto que naturalizassem aquela imagem apenas como um símbolo de devoção religiosa do catolicismo do bairro. Não sabiam a origem de sua história.

A partir desta experiência, despertou o interesse em se dar continuidade desse processo de rememoração em outras salas, dois segundos e três terceiros colegiais. A pouca maturidade dos adolescentes dos primeiros colegiais, impediu o desenvolvimento da atividade. Cabe destacar que a escola pública, está localizada no início de uma das vias que faz confluência com a rua que foi palco dos piquetes e do trágico conflito com a polícia. Os perfis dos secundaristas são de moradores dos bairros nas proximidades destas vias.

Para estabelecer uma periodicidade no projeto, foram propostas atividades a cada quinze dias ou no mínimo mensais. Elaborada uma palestra inaugural na qual foram apresentados os conceitos de Benjamin sobre o materialismo histórico, principalmente, sobre a metáfora proposta com o anjo da história. Em uma das salas, um aluno ao pesquisar com celular imagens da alegoria do *Angelus Novus*, encontrou além da figura de Paul Klee, uma releitura do artista Graham Budgett, intitulada *The Angel of History, Der Engel der Geschite*, de 1987, a qual foi incorporada na apresentação nas demais salas. Nela a estrutura é mantida, o anjo empurrado violentamente pelo progresso, virado de costas para o futuro, contudo, o progresso é simbolizado pela explosão do cogumelo nuclear. Essa simbologia mais forte, que despertou o entendimento crítico da marcha do progresso no capitalismo entre os jovens estudantes.

De maneira subsequente, foi proposto a leitura de trecho do Capítulo 7, da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis (1996). Como uma síntese desta imagem do anjo da história, no diálogo entre Brás Cubas e Pandora, e a necessidade de se reatar não as origens dos séculos, como proposto na obra literária. Mas em se buscar outros caminhos não trilhados, impulsionados pelas lutas sociais, os motores da história da humanidade.

Outra atividade realizada foi a exibição do vídeo *Califórnia à Brasileira e Guariba 1984*, de José Roberto Novaes e Francisco Alves. As imagens, principalmente, do segundo filme, trouxeram inquietações do significado da violência, engendrada pelo aparelho repressor do Estado, contra os movimentos grevistas. Para muitos estudantes foi fundamental a explicação do conceito de repressão nas sociedades de classes sociais antagônicas. Quando no primeiro filme apareceram imagens da praça da matriz da cidade de Leme e das manifestações dos grevistas. Alguns secundaristas perguntaram da existência de filmes sobre a greve de Leme. Foi explicado que essa greve este inserida em um contexto mais amplo iniciado com a greve dos canavieiros de Guariba.

Na etapa da leitura e análise das dez reportagens do jornal Folha de S. Paulo, que retrataram os fatos do dia 11 de julho de 1986. Utilizou-se o entendimento da concepção das forças sociais envolvidas numa situação de greve. E elaborado um pequeno roteiro de questões que orientou os alunos, quando da leitura deste material. Como diagnóstico identificou-se o resultado do questionamento dos secundaristas de qual força social partiu a violência física que desencadeou a mortes dos dois trabalhadores. As leituras de trechos do inquérito policial, no processo judicial, permitiram aos alunos, a composição sociológica de um quadro mais complexo das forças sociais atuantes no movimento grevista, apresentadas no próximo tópico.

#### **IV- A rememoração da luta**

No processo de rememoração além dos referenciais teóricos apontados. Buscou-se contemplar as diretrizes de habilidade e competências presentes no currículo de sociologia do Estado de São Paulo, em fomentar atividades que desenvolvessem a interpretação e análise crítica de fatos e eventos históricos brasileiros, inscritos numa abordagem regional. Fortaleceu-se também o entendimento de diferentes formas de atuação política da população, as quais continuam legítimas nas lutas sociais. Buscou-se desenvolver a postura crítica frente aos conflitos sociais, as inequidades, de forma a reconhecer e identificar as principais reivindicações dos movimentos sociais contemporâneos.

A seguir, são apresentados resultados das memórias produzidas pelos estudantes, com base em composições de textos individuais, produzidos da interpretação da leitura coletiva de 10 reportagens do jornal Folha de S. Paulo (12 de julho de 1986) e trechos do relatório final do processo judicial. Também são apresentados os resultados da entrevista

realizada por uma aluna com a avó maternal, que vivenciou o contexto, e outra entrevista, com o pai de um aluno, que era trabalhador canavieiro, e participou da greve.

Os resultados da leitura coletiva dos materiais selecionados para composição de ideias se deu através da didática inicial da leitura da explicação sociológica do conceito de greve, no livro “*Sociologia para o ensino médio*” de Tomazi (2007). Logo após, os alunos foram separados em grupos de até cinco, os quais ficariam conforme a sala, com uma ou duas reportagens. A atividade programa era para que respondessem questões:

- A) Quais as causas reivindicadas pelos trabalhadores para greve?
- B) Quais as forças sociais envolvidas?
- C) Por que a greve teve repercussão nacional e internacional?
- D) Por que ocorreram mortes?
- E) Quais os direitos fundamentais que ainda permanecem violados?

Desta dinâmica o quadro coletivo de ideias foi que a greve pautava reivindicações pela mudança na forma de aferição na produtividade do corte, de peso para metro linear.

A interpretação de que a greve ocorreu em três momentos:

- 1) fora iniciada fora de Leme, trazia também forças sociais em prol da reforma agrária;
- 2) a partir do momento que fora declarada ilegal, sugeriram os piquetes e incêndios em canaviais;
- 3) aumento da tensão social e chegada de políticos do Partido dos Trabalhadores com orientações e uso político da situação;
- 4) O direito humano ainda violado é a justiça moral e reparatória para os mortos no conflito, posto o resultado inconcluso do processo até o presente.

Da leitura dos trechos do processo judicial a atividade proposta foi a elaboração de um artigo de opinião, no qual buscou instigá-los a produzirem as memórias dos eventos. A seguir são transcritos alguns trechos destas redações:

Neste período a cidade de Leme-SP enfrentava problemas de incêndios nos canaviais, mas não se soube quem eram os autores, se os trabalhadores ou se os usineiros. E até os dias de hoje, 2013, não se desvendou quem foram os verdadeiros autores dos incêndios. [...]

[...] Sabe-se que a mudança dos tempos da ditadura militar para a democracia interferiu de certa maneira na greve, mas não se sabe até hoje de onde partiram os disparos, tanto os que fizeram vítimas fatais como os outros.[...]

[...] O nome da rua José Baldin foi apagado, mudado para apagar a história, por causa de ter ocorrido duas mortes durante o conflito.[...]

[...] Os piqueteiros que estavam em greve começaram as manifestações impedindo os funcionários que queriam trabalhar, colocando-se em frente aos veículos que levavam outros trabalhadores das usinas. [...]

[...] O Partido dos Trabalhadores entrou no meio do movimento da classe dos trabalhadores canavieiros, por que queriam os votos nas eleições, e hoje em dia (2013) não ficam a favor dos trabalhadores. [...]

[...] Usinas poderiam estar pagando para militares reprimir os trabalhadores grevistas. Os militares defendiam os interesses dos usineiros não dos trabalhadores, o que importava era o produto da cana de açúcar, pouco importava se os trabalhadores estavam em uma situação precária e ganhando mal. O importante era a produção. Os militares zelavam pela segurança dos trabalhadores rurais que estavam no ônibus, mas não por bondade e sim por interesse da usina. [...] Quem atirou nesses dois jovens? Um tiro tão perfeito nos dois jovens será que foi ou não um policial militar? Até hoje (2013) não sabemos quem foi o possível atirador! [...]

[...] Concluimos que na década de 1980 ainda havia muita repressão contra aqueles que lutavam por direitos, por isso houve um conflito entre policiais e grevistas, o Brasil estava passando por um processo político, onde havia ainda a ditadura militar, mas que caminhava para a democracia. (Trechos das redações dos estudantes secundaristas, Escola Estadual Newton Prado, Leme/SP).

Da análise a partir da composição de painéis de ideias pelos alunos, relatado, permitiu a composição de um quadro social complexo, que apontou para etapas nesse processo de greve. Primeiro, a greve partiu de fora do município, com influência direta entre os trabalhadores, que paralisaram as atividades no corte de cana, e lutavam pela alteração na forma de pagamento. A decretação da ilegalidade da greve iniciou outra etapa, com a realização pacífica de disseminada de piquetes. O acirramento da tensão social, com o deferimento de *habeas corpus* favorável aos usineiros, contra os piquetes, e que exigia o aparato policial para impedi-los, levou ao último momento, em que, o conflito acabou ocorrendo.

Dos resultados das entrevistas coletadas produzidas, destaca-se o da T. (afro-descendente, 16 anos), aluna do segundo colegial que entrevistou a avó que presenciou os dias de movimento grevista. Do trecho é marcante sentimento de receio e silêncio. Como apontado na fundamentação teórica (SILVA, 2002, p.430), o silêncio sobre a greve de 1986, entre a população poderia ser motivado por uma negação e ocultação a momentos traumáticos da memória coletiva da cidade. Apontam-se alguns trechos que corroboram com essa perspectiva:

Bom, não me recordo de muito. Por ter sido há muito tempo, de pouca coisa, não me lembro da data, nem o dia da semana, porém me lembro de poucas coisas que vi e vivenciei.

Em um dia, eu minha vizinha Mercedes, estávamos andando à tarde em período de saída dos alunos da escola. Minha filha mais velha estudava na escola Coronel Augusto Cesar. Eu preocupada com minha filha fui ao seu encontro para buscá-la na saída da escola; pois já havia saído o relato que havia morrido um casal que participou da greve, eu fiquei muito preocupada com medo que minha filha sofre-se a repressão.

Não fazia muito tempo havia me mudado para o Bonsucesso, bairro onde moro.

Nessa tarde sai para busca-la; meu marido trabalhava nesse horário, ao invés de cortarmos caminho e ir por outro, resolvemos ir pelo lado de cima, pela avenida, que levava a praça que estava acontecendo piquetes da greve.

Bom nós achamos que por ser mulher não sofreríamos repressão dos policiais, mas tudo foi um engano, passando pela praça alguns policiais nos cercaram, perguntando onde estávamos indo, eu respondi: "Estou indo ao encontro de minha filha que estava saindo da escola.", pensávamos que haveria compreensão por partes do policiais. Mas não foi o que houve, eles pediram que nos retirássemos imediatamente daquele local, com voz bruta e com arma em punho, pensei na hora como minha filha estava, e se sofreríamos violência, ficamos com muito medo.

Procuramos uma forma de sair dali, mentimos que morávamos ali perto, e disse que achava que meu marido havia ido buscar nossa filha, mas apenas queria garantir isso. Então, por isso que havia dito que ele ia buscá-la, pedi perdão aos policiais, e licença para saímos dali daquele local. Entramos na casa de uma conhecida minha, dizendo a eles (policiais) que ali e era onde morávamos. Ficamos muito assustadas, pois nós não estávamos participando de nenhuma greve. Íamos ser punidas e violentadas sem nenhuma necessidade, e graças a uma mentira, que entrava em contradição a primeira historia, conseguimos sair daquele local.

Como havia aconselhado meus filhos a não passarem por aquela rua, minha filha atendeu meu pedido e cortou o caminho, mas a preocupação era demais. Para podermos sair de lá, tivemos que sair de mansinho, e vir por outro caminho, ao chegarmos em casa ficamos com a consciência aliviada.

Me senti totalmente desrespeitada como mulher. Medo, não tem como resumir a sensação que tive naquela hora, desespero, mistura de vários sentimentos junto.

Por mais que não tivesse sofrido nenhuma violência, me senti como se tivesse. A gente que vivenciou essa greve sabe como foi, algumas famílias conhecidas dizendo que familiares havia sofrido violência. E chocante, duas pessoas mortas! Eram apenas pessoas lutando pelos seus ideais. (Entrevista D. , avó da aluna T. ,16 anos, afrodescendente, segundo colegial, grifos nossos).

O trecho transcrito aponta para o clima de tensão social que repressão policial impôs ao cotidiano, ao tentar acabar com o movimento grevista. Permanece a memória das mortes ocorridas pelo trágico conflito. Desta memória coletiva aponta a necessidade de se conhecer novos relatos de violências simbólicas sofridas por outras mulheres e crianças e que permanecem atuando até o presente.

Outra entrevista realizada com o pai de um aluno do terceiro colegial permitiu acessar relatos de um participante ativo do movimento grevista dos canavieiros de Leme, de 1986. D. (41 anos, branco, paulista) pai de Y. (17 anos, branco) iniciou no trabalho rural com 14 anos, como coletor de laranja. Aos 17 anos, por incentivo do irmão, começou no trabalho do corte de cana. Relatou que a greve dos canavieiros de 1986 foi deflagrada pela luta pelo pagamento por metro linear e não por peso, como até então era feito. Neste momento o peso não era aferido da cana cortada pelo trabalhador, mas retirado um caminhão do eito, o qual era pesado e servia como referência para todos os trabalhadores. O questionamento dos trabalhadores era que em algumas situações as canas colhidas eram “*pés de rolo*”, ou seja, canas-de-açúcar com pouco peso, e em geral havia sido entrelaçados pelo vento, o que tornava dificultoso o trabalho, e rendia pouco salário.

Na greve de 1986, o pessoal está reivindicando a mudança de tonelada para metro linear a forma de pagamento da cana cortada. Era pesado o caminhão. A usina pesava a cana e fazia uma média do peso, mas os trabalhadores queriam o controle (individual) por metro (da produção de cana cortada). Assim, o trabalhador saberia quanto iria ganhar. Porém se o trabalhador pegasse uma cana pé de rolo (toda deitada) não rendia o trabalho, dava bastante peso, mas o trabalhador não estava na usina para conferir. Outras vezes eles pegavam uma leira mais rala no meio do canal e que dava menos valor no peso, por isso de lutar pela medição por metro. (D. 41 anos, branco, pai do aluno Y. (17 anos, branco) terceiro colegial).

Em outro trecho, é possível complementar a primeira transcrição, sobre o contexto de agravamento da tensão social. Frente ao acirramento das ações por parte do setor patronal, que conseguiu o posicionamento da ilegalidade da greve pela justiça do trabalho, as ações dos piquetes são narradas, e apresenta importante resistência dos trabalhadores, que difere das greves anteriores, como a de Guariba, quando em 1984, os canavieiros insurgiram em uma revolta popular.

Já tinham vários dias de piquete. Praticamente ficávamos quase toda a noite no piquete, algumas vezes revessávamos, para sempre poder ficar trabalhadores o dia todo no piquete. Às vezes íamos cinco horas da manhã parar os ônibus.

Entrevistador - Então havia vários turnos dos ônibus, ou melhor, os trabalhadores faziam turnos noturnos?

Não os trabalhadores só trabalhavam durante o dia, o piquete é que durava o dia todo. Tinha casos em que nos pousávamos no piquete, para segurar os ônibus irem trabalhar. Os piquetes ficavam nas várias saídas da cidade. Ocorriam vários piquetes simultaneamente. Não havia uma liderança, todos participavam. A gente ia com caminhonete ou os que morassem próximo iam ao piquete. A polícia acompanhou todos os piquetes, até que um dia que começou a invocar, que não podia mais segurar os ônibus, através dos mandantes das usinas (D. 41 anos, branco, pai do aluno Y. (17 anos, branco) terceiro colegial, grifos nossos).

Portanto, havia um estado de vigília constante por parte dos canavieiros. Os piquetes não duravam apenas as primeiras horas da manhã, mas toda a madrugada ou mesmo era contínuo, vinte e quatro horas de vigília, durante o período da greve. Na alvorada de 11 de julho, de 1986, em meio ao nevoeiro de inverno, ocorreram os fatídicos eventos do embate decorrente da repressão aos piquetes, que vitimaram Orlando Correa (Trabalhador Rural, Branco, 22 anos) e Sibebe Aparecida Manoel (Trabalhadora Doméstica, Negra, 17 anos). A representação do ex-trabalhador canavieiro sobre esse dia, pese embora não estivesse presente, aponta outra etapa da greve em que a participação de políticos dos Partidos dos Trabalhadores, ou pela Central Única dos Trabalhadores, buscavam criar elos com essa classe trabalhadora, com vistas ao voto, no pleito para o governo, que ocorreria no ano de 1987.

Eu não estava lá (Piquete de 11 de julho de 1986). Neste dia minha mãe não me acordou. Quando levantei já estava acontecendo. Um primo meu o V. participou até levou um tiro. No caso tinham os piquetes que até envolveram políticos do PT, como Genoíno, Bicuto, Suplicy e até o Lula esteve aqui na cidade.

E - Mas quando surgem essas figuras políticas?

Depois que envolveu a polícia, por virem de fora. De Limeira, São Paulo, Sorocaba. No caso do casal que morreu eu não tive contato. Eles não faziam parte da greve. A polícia passava assim, se você estivesse no portão a polícia não pergunta, já partia para a agressão física. Minha mãe neste período ficou muito nervosa, pois eu e meu irmão trabalhávamos no corte, ele é um ano mais novo. No dia que aconteceu de soltarem bombas de gás lacrimogênio aqui no Bonsucesso, foi uma correria, a polícia não respeitava ninguém. Aí virou um conflito (social) todas as emissoras de televisão vieram para cidade. Mas também ocorreram reuniões, assembleias com o pessoal do sindicato, antes de se iniciarem os piquetes, chegaram a reunir mais de mil. Mas teve uma situação em que a polícia invadiu e começou a bater em todo mundo (D. 41 anos, branco, pai do aluno Y. (17 anos, branco) terceiro colegial, grifos nossos).

Interpretar o papel das forças sociais, neste processo, permitiu o avançar na consciência crítica dos estudantes sobre o momento político contemporâneo do país. Conclui-se das entrevistas e do questionamento dos trechos transcritos, que a verdade de possíveis lacunas e memórias ainda não foram acessadas nesta história, por exemplo, a indignação com o fato de que nunca se conseguiu chegar aos assassinos dos trabalhadores. Portanto, não ter havido justiça e sim um processo de apagamento e silenciamento da memória. Processo que impulsionou alguns dos jovens a contatarem pessoas que estiveram diretamente envolvidas com a greve ou presenciaram os acontecimentos do piquete, no trágico dia 11 de julho de 1986.

## **V – Conclusão**

No presente artigo buscou-se apresentar discussões referentes ao processo de rememoração das lutas sociais dos canavieiros, na cidade Leme/SP. A partir de referenciais sociológicos e da história problematizaram-se os efeitos do processo de silenciamento nas recentes gerações de secundaristas sobre os significados daquelas lutas. Buscou-se fundamentar-se no referencial teórico e metodológico da pesquisa de reminiscências matéricas, simbólicas e de memória em se identificar as forças sociais anuladas provisoriamente no passado, mas que permanecem como potenciais de realização de perspectivas de um vir a ser, que constantemente é desacreditado no presente. Portanto, um futuro do passado que ainda não se realizou no presente. Principalmente, com os desafios que se avolumam, com a perspectiva do fim do trabalho canavieiro, e elevação da taxa de desemprego nas famílias de alguns destes estudantes. Pretende-se dar prosseguimento com a pesquisa, na produção do acesso a novas memórias, coletas em registros imagéticos, e que projetem os conteúdos desses conhecimentos, numa composição intergeracional, no campo de pesquisa da memória dos conflitos agrários no Estado de São Paulo, que envolveram trabalhadores canavieiros.



## VI – Referência Bibliográfica

- ANTUNES, Celso. Manual de Técnicas de Dinâmicas de Grupo de Sensibilização de Ludopedagogia. Editora Vozes, 2010.
- ARONI, Rafael. A Memória da greve dos canavieiros nos imaginários sociológicos de estudantes secundaristas no interior paulista. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Salvador Bahia, 2013.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Série Bom Livro. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- BARONE, L. A. Revolta, conquista e solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. Araraquara, 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista.
- BERTERO, J. F. . O embate entre o capital e o trabalho: as greves no meio agrário paulista na década de 1980. *Perspectivas Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17/18, 1995.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História, In:Obras Escolhidas. Trad. Paulo Sérgio Rouanet, São Paulo, ed. Brasiliense, 1985.
- PENIDO, Stella. “Walter Benjamin: a História como Construção e Alegoria”. In: O que nos faz pensar. Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC - Rio, n° 1, junho 1989.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882002000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200008>.
- TOMAZI, N. D. Sociologia para o ensino médio. São Paulo, Atual, 2007.

# VI Encontro da Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS  
NOS ESPAÇOS RURAIS

02 a 05 de setembro de 2014.

GT3

## O RURAL NA HISTÓRIA DO BRASIL

COORDENAÇÃO

MÁRCIA MARIA MENENDES MOTTA (UFF)

PAULO PINHEIRO MACHADO (UFSC)

### GT (3) – (O rural na História do Brasil)

#### **‘Usus, fructus e abusus’: donos e proprietários no Faxinal Rio Azul dos Soares (Rio Azul/PR)**

**Autor: Ancelmo Schörner<sup>1</sup>**

#### **Resumo:**

Chama-se sistema de faxinal a certo modo de ocupação das terras, em comum, para a criação de animais, existente no Centro-Sul do Paraná, e que se tem qualificado como manifestação cultural pertencente à categoria dos povos tradicionais. Esses faxinais veem sofrendo um processo de desagregação dos últimos anos, a ponto de alguns deles desaparecerem. Essa transformação “começa” com as cercas, elementos vitais para a sua manutenção. Nos últimos dois anos, viemos estudando esse processo no Faxinal Rio Azul dos Soares (Rio Azul), onde essas cercas praticamente não existem mais, ou existem em pequenos espaços, uma vez que os grandes lances de cerca começaram a desaparecer nos anos 1970-80. Um dos principais significados das novas cercas, construídas pelos fazendeiros, “catarinenses” e faxinalenses capitalizados, é a identificação e de relação com um proprietário, que privatizam os recursos naturais e estabelecem diversos tipos de restrições, sejam às pessoas, sejam aos animais. Essa situação levou, neste e em outros casos, à passagem de uma sociologia das cercas (um conjunto de normas de organização dentro do Faxinal e que se baseia nos princípios comunitários de direitos e de obrigações válidos para todos os moradores) para um regime de cercas (a apropriação individual de recursos naturais e a presença de um proprietário).

**Palavras-chave:** Faxinalenses; Tipologia das cercas; Regime de cercas.

---

<sup>1</sup> Doutor em História, Professor do Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História/UNICENTRO/PR; e-mail: [ancelmo.schorner13@gmail.com](mailto:ancelmo.schorner13@gmail.com)

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: [rdestudosrurais@gmail.com](mailto:rdestudosrurais@gmail.com)

## Introdução

Este texto é parte das pesquisas que estamos desenvolvendo no Laboratório dos Povos Eslavos e Faxinalenses (LAPEF), vinculado ao Departamento de História da UNICENTRO/PR, campus de Irati, sobre os faxinalenses, cuja organização social e econômica os classifica como pertencente à categoria dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, caboclos, pescadores artesanais) e que possuem forma própria de uso e posse da terra, o aproveitamento ecológico dos recursos naturais - pinhão, guabirobas, araçás, pitangas e jabuticabas -, o cultivo da vida comunitária e a preservação de memória comum (CAMPIGOTO, 2008, p. 21).

O Sistema de Faxinal é um modo de utilização das terras em comum existente no Sul do Brasil. Ele constitui-se como acontecimento singular por causa de sua forma organizacional, onde o caráter coletivo se expressa na forma de criadouro comum (terras de criar) e terras de plantar, o que vale inclusive para pessoas que não são as proprietárias legais da terra. Contudo, segundo o Instituto Ambiental do Paraná (2004), há dez anos existiam cerca de 150 Faxinais. Destes, 44 mantinham sua organização social e a paisagem de matas de araucária; 56 estavam desativados, mas preservavam as matas; e 52 estavam extintos. Os números indicam sua trágica história, onde o desenvolvimento do capitalismo no campo representa um de seus antagonistas. Hoje, de acordo com Souza (2009, p. 67), eles somam 227<sup>2</sup> e estão classificados nas posições 1 (Faxinal uso comum – “criador comum aberto”<sup>3</sup>); 2 (Faxinal uso comum – “criador comum cercado”<sup>4</sup>); 3 (Faxinal uso comum restrito – “criador com criação grossa”<sup>5</sup>); e 4

---

2 A mudança no número de Faxinais, muito provavelmente, se deve à metodologia utilizada. Contudo, mesmo no estudo de Souza (2009) muitos faxinais não foram estudados, como é dos Faxinais Marumbi dos Elias (Rio Azul) e Faxinal dos Stadler (Imbituva).

3 Esta situação foi observada no Setor Centro da APF, especificamente nos municípios de Inácio Martins e Pinhão. Sua territorialidade específica contempla grandes extensões territoriais (acima de 1000 hectares) livremente acessados por “criações altas e baixas” para uso comum das pastagens naturais e recursos hídricos que ocorre em áreas de apossamento com situação dominial litigiosa entre “faxinalenses” e empresas madeireiras em conflitos que se arrastam desde 1950. Nestas áreas há predominância de florestas nativas por onde circulam as criações, somente sendo “impedidas” pelo avanço de monocultivos de eucaliptos e pinus. Estes são indicados como os principais causadores de danos aos animais, desmatamento florestal para produção de carvão e serrarias (SOUZA, 2009, pp. 49-50)

4 Se caracterizam pela presença do uso comum dos recursos essenciais em “criadores comuns” de extensões variáveis onde circulam livremente “criações baixas” (cabritos, ovelhas, porcos e galinhas) e “altas” (gado bovino e cavalar) sendo delimitadas fisicamente por cercas de uso comum, “mata-burros”, portões, valos e rios. Compõe a categoria mais identificada como “sistema faxinal” ou “criador comunitário” pela literatura e ações do governo. Há na maioria dos casos um tenso cenário de disputas pela manutenção das dimensões da área de uso comum intensificadas pela pressão provocada pelas

Avenida Presidente Vargas, 417/9º andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

(Faxinal sem uso comum – “mangueirões” e “potreiros”<sup>6</sup>). É importante ressaltar que as pesquisas de campo informam a predominância de uma posição, mas não excluem a existência combinada de duas posições no mesmo Faxinal.

Neste momento estamos pesquisando sobre as transformações e conflitos entre faxinalenses de Rio Azul (PR), principalmente no Faxinal Rio Azul dos Soares, e aqueles que, nos últimos anos, veem comprando terras nos Faxinais. Esses conflitos dissem respeito à sociologia das cercas (faxinaleses) e ao regime das cercas (os “de fora”). Em Rio Azul são sete as comunidades<sup>7</sup> (Água Quente dos Meiras, Lageado dos Mellos, Taquari, Invernada, Porto Soares, Rio Azul dos Soares e Vila Nova) que foram

---

monoculturas, empreendimentos imobiliários, obras governamentais de infraestrutura (estradas municipais, estaduais, federais, linhas de transmissão, entre outros). (SOUZA, 2009, p. 50).

5 Se caracterizam pelo “fechamento”, com cercas de 4 fios de arame nas divisas de algumas ou todas as propriedades, antes destinadas para o uso do “criador comum”, ficam disponíveis apenas algumas áreas privadas, além das áreas públicas (beiras de estradas, campos de futebol, pátio de igrejas). Há, neste caso, uma forte limitação ao “livre” acesso aos recursos essenciais. Predominam no uso comum somente as criações ditas “grossas” ou “altas” (cavalos, vacas), que circulam nas áreas comuns disponíveis por diferentes períodos de tempo ao longo do ano dependendo das condições das pastagens nativas. As “criações baixas”, isto é, porcos e cabritos são mantidos em “mangueirões familiares” isoladas das áreas de uso comum ou são confinados em chiqueiros. Observa-se, nestas áreas a forte presença de sistemas de integração agroindustrial, como fumiicultura, granjas de suínos e aves, além de “chacreiros”. Todos estes são indicados como responsáveis pelo “fechamento” do “livre” acesso aos recursos essenciais. Apesar da eliminação das “criações baixas”, os bens considerados de uso comum não são retirados ou destruídos, permanecendo “mata-burros” e/ou portões e cercas para delimitar fisicamente áreas com distintas finalidades. (SOUZA, 2009, p. 50).

6 Representam situações em que o uso comum da criação animal (“baixa” ou “alta”) ocorre somente pelo grupo familiar ou ao grupo doméstico. Portanto, quando ocorre, o uso comum dos recursos naturais está restrito dentro dos limites da propriedade privada. O “livre” acesso aos recursos foi obstruído pela privatização para os mesmos em meio a conflitos e tensões, provocados por “gente de fora”. Assemelham-se aos denominados “piquetes” em alguns casos, com a substancial diferença das criações manterem-se soltas grande parte do tempo em parte da extensão da propriedade do grupo familiar ou doméstico, denominado de “mangueirão” quando se refere a parte das propriedades cercadas para uso das “criações baixas” ou “potreiro”, quando são utilizadas somente para criação alta. Os “mata-burros”, cercas para “criações baixas” e portões, têm apenas função aparente, apenas simbolizam a recente ausência da posição de “criador comum” (SOUZA, 2009, pp. 50-51).

7 “Comunidade” apresenta-se ora como conceito formal, caracterizando um tipo ou aspecto das relações sociais, ora como conceito histórico-concreto, caracterizando épocas ou formações sociais particulares. Entretanto, em ambos os casos, associam-se à comunidade as características de proximidade espacial, homogeneidade, afetividade, consenso e participação numa totalidade. (...) a comunidade aparece quer como uma estrutura social fundamental que caracteriza a totalidade de uma formação social (como no caso das comunidades primitivas), quer como uma estrutura parcial, própria de grupos particulares numa sociedade complexa (grupos domésticos, profissionais, de parentesco). Nessa concepção, todas as comunidades implicam a convivência num espaço comum, supondo que as pessoas estejam fisicamente juntas. Não existe comunidade à distância. A razão para isso é clara; viver em comum dentro do mesmo espaço significa que todos estão sujeitos às mesmas condições, estando presos ao mesmo estilo de vida. Se ‘comunidade’ significa viver num mesmo mundo, isso quer dizer que esse mundo está integralmente presente em cada um: o elemento essencial da estrutura comunitária é a participação de todos numa mesma cultura, cujo conteúdo total é abarcado por cada indivíduo. Todos acreditam nos mesmos mitos, praticam mesmos cultos, conhecem as mesmas técnicas, manejam instrumentos idênticos, obedecem às mesmas normas. Não se trata de harmonia, pois numa comunidade, como em qualquer agregado humano, existem conflitos e paixões: porém esses conflitos se desenrolam num universo comum (DURHAM, 2004, pp. 222-223).

mapeadas pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses como faxinais, sejam em atividade e funcionamento com pelo duas de suas características básicas (as terras de criar e as terras de plantar), ou que já estão desativados.

As quatro posições descritas acima são situacionais e manifestam objetivamente as condições materiais ou físicas disponíveis ou não das referidas terras tradicionalmente ocupadas por faxinais. Todavia, subjetivamente, as expressões identitárias de pertencimento a um faxinal, ou seja, a uma modalidade de uso e apropriação dos recursos naturais, determinada pelo uso comum, informam distintas expressões territoriais de um mesmo agente social que se articula visando o acesso aos recursos naturais para o exercício de suas atividades produtivas, sociais, culturais e ambientais, consoante um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas num cenário de conflitos e tensões que historicamente impelem os faxinais e seus agentes sociais, a estágios diferenciados de territorialização.

A territorialização se caracteriza como um processo de reorganização social em um determinado espaço com implicações em diferentes dimensões: a) criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; b) a constituição de mecanismos políticos especializados; c) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e d) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998,55).

Segundo Meira, Vandresen e Souza (2009, p. 120), atualmente o Faxinal Rio Azul dos Soares se encontra na Situação 3 (Faxinal com uso comum restrito – “criador com criação grossa” (cavalos e vacas)), muito embora, de acordo com nossas pesquisas e entrevistas<sup>8</sup>, podemos classifica-o também na “situação 4” (faxinal sem uso comum – “mangueirões” e” poteiros”), conforme veremos abaixo, uma vez que de desde 2011 não existe mais o criadouro comum. Nele moram 50 famílias, que vivem em constantes conflitos com o agronegócio e o poder público.

---

8 Entre outubro de 2012 e março de 2013 realizamos 5 visitas ao Faxinal Rio Azul dos Soares e realizamos 3 entrevistas. Além disso, outras entrevistas foram realizadas por Daniela Cristina Brunikoski para seu Trabalho de Conclusão de Curso em História, entre março e junho de 2013.

## Da sociologia das cercas ao regime de cercas: donos e proprietários

Os Faxinais do Paraná veem sofrendo um processo de desagregação dos últimos anos, a ponto de alguns deles desaparecerem, modificando esse território, aqui entendido como mediação espacial das relações do poder em suas múltiplas escalas e dimensões. Essa transformação ‘começa’ com as cercas, elementos vitais para a manutenção do Faxinal. As moradias possuem cercas que delimita a morada, o quintal, pomar, jardim, mangueirões e vários outros espaços. Nos últimos dois anos, viemos estudando, através de entrevistas e fotografias, esse processo no Faxinal Rio Azul dos Soares (Rio Azul/PR - Região Centro Sul da APF), onde essas cercas praticamente não existem mais, ou existem em pequenos espaços e/ou pedaços isolados, uma vez que os grandes lances de cerca começaram a desaparecer nos anos 1970-80, com a chegada de migrantes catarinenses (contudo, alguns moradores do próprio Faxinal mostravam-se contrários à criação dos animais à solta, causando danos aos outros moradores, até mesmo envenenando os animais que invadiam seus terrenos), que foram comprando terras no Faxinal e iniciaram uma luta contra o criadouro comum e as terras de plantar, até que em 2011 ele deixou de existir e no seu lugar uma série de outras começara a aparecer.

Essa situação levou, neste e em outros casos, à passagem de uma sociologia das cercas para um regime de cercas. A “sociologia das cercas” é um conjunto de normas de organização dentro do Faxinal e que se baseia nos princípios comunitários de direitos e de obrigações válidos para todos os moradores e que englobam o caráter coletivo e democrático da decisão<sup>9</sup>; as convenções sobre as cercas de lei; a propriedade das cercas<sup>10</sup>; o critério de atribuição dos responsáveis em caso de danos<sup>11</sup> (CHANG,

---

9 Quanto ao caráter democrático da decisão, uma vez definitivamente decidido, fica expressamente proibida a criação de animais soltos nas terras de plantação ou plantar em terras de criação. Os custos do cercado para a detenção dos animais, ou para a proteção da plantação cabem exclusivamente ao indivíduo dissidente, bem como a responsabilidade pelos eventuais danos causados nas plantações dos vizinhos (CHANG, 1988, p. 42).

10 Quanto a propriedade das cercas, convém lembrar que as cercas são divididas proporcionalmente à terra que cada proprietário possui. Cada proprietário contribui com o material necessário para a confecção do trecho de cerca de sua responsabilidade, sendo que os não proprietários contribuem apenas em serviço na construção e na manutenção das cercas de outros proprietários. Nesse sentido, após a divisão dos lances para cada proprietário, as cercas passam a ser propriedades privadas de seus respectivos donos (CHANG, 1988, p. 43). Assim, no caso de venda de uma propriedade dentro de um criadouro, vende-se conjuntamente e necessariamente a propriedade e a responsabilidade desta cerca.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

1988, p. 42), e sua tipologia contempla as cercas de lei (cercas de vão cheio com 7 palmos de altura, com tranqueiras ou palanques amarrados com arames; cercas de meio vão, com dois fios de arame farpado por cima; cercas de paus verticais com 8 palmos de altura; valos com 2 metros de largura por 2 metros de fundo; e cercas de arame farpado com no mínimo 8 fios 7 palmos de altura) (CHANG, 1988, p. 43).

Em relação ao “regime de cercas” (MARIN, 2009, p. 215), sua principal característica é a apropriação individual de recursos naturais (bebedouros, nascentes) e a presença de um proprietário, e sua tipologia contempla cercas elétricas, cercas com palanques de pinus tratado e com 8 ou 10 fios de arrame, seja farpado ou liso, cercas com palanques de cimento com até 10 fios de arrame (essas, geralmente, cercam grandes plantações de soja).

A partir disso, uma série de conflitos surge ou ganham novos contornos. Os principais conflitos se dão em relação à presença das grandes plantações de soja, pinus, eucaliptos, bem como as de fumo, o que gera uma série de violências contra faxinalenses e seus bens, tais como ameaça contra lideranças; danos, matança e roubo de criação animal; violação dos acessos ao criador comum, incorrendo em destruição, remoção ou colocação litigiosa de mata-burros e/ou portões, bem como conflitos de acesso e uso de recursos naturais, como fechados de espaços de circulação de animais, desmatamento florestal e nascentes contaminadas ou destruídas. No lugar do criadouro comum e das matas típicas do faxinal foram aparecendo as grandes plantações de milho e soja e as plantações de eucalipto e pinus. No lugar das antigas cercas de frechame de 60, 70 lances (cada lance pode ter entre 2,7 e 3 metros de extensão), foram aparecendo cercas de arame farpado de 4 fios e, mais recentemente, as cercas elétricas (as cercas de choque). Os mata-burros deixaram de fazer sentido e em seu lugar temos as porteiras, que pode ser considerada um símbolo da propriedade privada da terra. Hoje não se vê mais animais à solta, presos que estão em mangueirões, poteiros ou chiqueiros.

Assim, ao longo desses últimos anos, os faxinalenses produziram, e produzem, assim, um processo de territorialização que experimenta mudanças devido à

---

11 Com relação ao critério de atribuição dos responsáveis em casos de dano; o prefeito manda o inspetor municipal daquele criadouro, com duas testemunhas, avaliar os danos, bem como verificar a cerca por onde passou a criação e descobrir qual o dono da cerca e quais os donos dos animais. Entretanto se a dita cerca for considerada como cerca de lei, então é a criação que é considerada “daninha” e nesse caso é executada a cobrança total somente do dono da criação. Por outro lado, se a referida cerca não estiver bem vedada conforme a lei específica, seu proprietário é que passa a ser responsável pelo total dos danos (CHANG, 1988, p. 45).



existência de condições limitantes à sua existência, aos modos de produzir e de organizar a vida social. As cercas construídas pelos fazendeiros, “agricultores”, “catarinenses” e faxinalenses capitalizados, cujo primeiro significado é de identificação e de relação com um proprietário, privatizam os recursos (bebedouros, nascentes, matas) e estabelecem diversos tipos de restrições, sejam às pessoas, sejam aos animais.

Para Godoi (1998, p. 114, grifos no original), “o termo *domo* implica numa relação de soberania e não de propriedade, pois como assinalam Catherine e Olivier Barrière (1995), ‘é o direito de abusar que caracteriza especialmente a propriedade’, pois esta é composta pelo trinômio: *usus, fructus e abusus*”. Segundo ela,

com o termo *abusus* a propriedade se define por uma ausência de obrigações em face do outro. E é isso que diferencia a propriedade do patrimônio, este último pensado como parental — o indivíduo é responsável por ele perante o grupo. Os termos dono-patrimônio formam, então, um binômio que expressa a relação homem-natureza. A terra e outros recursos naturais são constitutivos de uma ‘patrimonialidade’ e o acesso a esses recursos se expressa em termos de *direitos* (...).

Dito isso, passamos a analisar que transformações foram essas e como elas se deram a partir de entrevistas com Valderico Domingues Ferraz, o Seu Vadico. Seu Vadico foi um dos faxinalenses que acompanhou todo esse processo, estando presente em reuniões com outros faxinalenses e destes com advogados, com o objetivo de discutir a manutenção ou não do faxinal. A respeito disso realizamos três entrevistas com ele entre o final de 2012 e o começo de 2013, além disso usaremos de entrevistas concedidas por ele a Daniela Cristina Brunikoski em abril de 2013, muito embora não citaremos .

Uma das primeiras questões trazidas por ele na entrevista que realizamos na sua casa em novembro de 2012, foi a da oposição “dono”/”proprietário”. Segundo ele:

Aqui no Faxinal, quer dizer quando era faxinal, que faxinal tem que ter o criador, os animais soltos, os lances de cercas velhas, e isso hoje não tem mais, a pessoa era dona, ele tem a escritura, que é a propriedade, mas ela é dona, quer dizer, que ela tem outra visão da terra, outra forma de ver as coisas dos animais soltos, das roças, dos quintais. Essa ideia de propriedade mesmo vem com os de fora, com os catarinenses, com quem comprou terra aqui. Isso já mudou o pensamento, já veio mudar o Faxinal, que aí uma coisa que aconteceu

foram os conflitos. Mudança de cerca, mudança do tipo de cerca. Mudança de tudo aqui. Que o Faxinal acabou.

Diante disso, Meira, Vandresen e Souza (2009, p. 114) apresentam as quatro principais formas de violência observadas contra os faxinalenses e seus bens, provocadas por conflitos contra seus antagonistas:

A – ameaça contra lideranças; H – homicídio; C – danos, matança e roubo de criação animal; V – violação dos acessos ao criador comum, incorrendo em destruição, remoção ou colocação litigiosa de mata-burros e/ou portões. Eles consideram, também, os quatro principais conflitos de acesso e uso dos recursos naturais provocados por conflitos contra seus antagonistas: F – fechos; D – desmatamento florestal; E – Estradas e N – nascentes contaminadas ou destruídas.

Além disso, há os conflitos que ocorrem com relação ao agronegócio e ao poder público, que se traduzem em conflitos com madeireiras, que trabalham com cultivos homogêneos (pinus e eucaliptos), produtores de soja, chacareiros e com a fumicultura.

Assim, as mudanças nos Faxinais, provocadas pelo regime de cercas (MARIN, 2009, p. 215), nos leva às mesmas perguntas que a autora fez em relação aos quilombolas da Ilha de Marajá: - quais os momentos e as condições em que ocorreu sua construção?; - quais têm sido as reações do grupo? - que limitações criam as cercas no modo de existência em comunidade?

Observamos assim que essa comunidade amplia seus espaços de confronto, “preenchidos com alusões, discussões e explicitações sobre o passado e o presente das relações sociais” (OLIVEIRA, 2009, p. 197). Entre esses espaços estão as cercas e entre essas alusões e explicações estão as questões referentes à propriedade, entendida como “toda relação jurídica de apropriação de uma coisa (...) basicamente a pretexto de ‘controlar’ os recursos naturais” e será em torno dessas noções que vão sendo “concebida a relação conflituosa entre o direito de propriedade (direito individual) e os direitos sociais (interesses difusos)” (BENATTI, 2009, p. 212).

No Faxinal Rio Azul dos Soares os grandes lances de cercas praticamente não existem mais, ou existem em pequenos espaços e/ou pedaços isolados, uma vez que

eles começaram a desaparecer nos anos 1970-80, com a chegada de migrantes catarinenses, que foram comprando terras no Faxinal e iniciaram uma luta contra o criadouro comum e as terras de plantas, até que em 2011 ele deixou de existir, sendo que a comunidade mantém apenas o nome de Faxinal.

Quando perguntando sobre qual a importância e o significado de faxinal para ele, respondeu “que tanto faz se voltasse ou não a vigorar esse sistema de criação”. Ele ressaltou que está com uma idade avançada e que para ele tanto faz, mesmo que alimente a vontade de que se exista novamente o faxinal ele não possui terrenos suficiente para tal prática, e não exprime vontade alguma de criar animais em terreno alheio.

Desde que esse advogado veio aqui, o Scharam né, daí ele explicou pra tudo nós, ‘ali tão arando terra, mas porque estragar ali o criador? Então combinem vocês: tudo criam, tanto faz o grande como o pequeno, ou acabam, vou dar um tempo pra voceis’. Dae ele foi la pra dentro, mas ninguém abriu a boca, se era pra ficar o criador ou era pra vigorar os 4 fios de arame né, e ficou naquilo né. Aí logo, no mesmo dia que o advogado foi embora, já estavam desmanchando cerca e acabou tudo (...) (Seu Vadico).

Que tipo de cercas eram essas?

Naquele tempo não era proibido derrubar pinheiro, então derrubava o pinheiro, tirava duas ou três toras e partia bem aquele rachão e fazia a cerca de frechame. Isso quem fazia eram os mais velhos e isso era tudo combinado para que todos ajudassem. (...). A cerca de frechame é a cerca de madeira trançada, deitada. Elas tinham de 2,30 a 2,50 metros cada lance. Geralmente tinha 2,70. Aqui tinha cerca com 80, 100 lances. Era muito grande. O meu pai tinha 60 lances de cerca (Seu Vadico).

Seu Vadico comenta que havia “a união entre os moradores e que hoje não se observa mais essa prática na localidade, que por muitas vezes os portões que eram construídos com a finalidade de manutenção da área, eram arrancados logo após construídos por pessoas de má fé, e que ninguém ajudava a manter a ordem.

(...) aqui tudo era respeitado como faxinal, todos criavam juntos, tanto faz se o pequeno ou grande proprietário. Quem tinha terreno criava e

quem não tinha também. Vinham caminhões de outros lugares, vinha de Guarapuava, de Irati, Rebouças e lotavam os caminhões e iam embora. A gente vendia leitão de vinte cinco ou trinta quilos para engorda em Guarapuava. Mas com o tempo foi tudo mudando. Tanto que nem tem mais faxinal hoje aqui (Seu Vadico).

Para seu Vadico os responsáveis pelas transformações foram “gente de fora, os catarinenses”, para quem o faxinal era “terra perdida<sup>12</sup>”. Contudo, não são apenas eles que as promoveram.

Mas tem que dizer que não era só de fora que veio essa mudança, do povo não querendo mais o criador. Gente daqui também não queria. Esse pessoal foi tirado os frechames e tudo acabou no tempo das madeiras, daí foi feito tudo cerca de arame, daí nem assim o povo não queria o criadouro, tirar tudo as cercas, nós tivemos prejuízo, daí mataram as nossas vacas. Mas aqui o povo não se combinou mais e foi tudo mudando. Os animais começaram a entrar nas roças, e eles, os proprietários, começaram matar e isso tudo aqui virou num abacaxi desgraçado. (...). Esse material de frechame foi jogado fora. Nós colocamos cerca com 9 fios de arame (Seu Vadico).

Seu Vadico acrescenta que as pessoas que começaram a ser contrárias ao Faxinal eram pessoas que não se contentavam com o que possuíam, querendo cada vez mais, prejudicando assim as terras e propriedades dos moradores, até mesmo matando envenenados os animais que invadiam seus terrenos (...) eu mesmo, por causa disso tudo, perdi seis cabeças de gado, fora o que os vizinhos perderam”.

E para quê e o quê cercar?

As nossas cercas, os lances de frechame não cercavam como hoje, cercavam a terra toda, dos donos, que tudo é em comum nas terras do criador, que aí os animais podiam andar, andava todos soltos, indo de um mata-burro a outro. Também era difícil entrar nas roças porque cada cerca tem uma função, que não deixa o gado passar, nem deixa animais pequenos passarem. Essa cerca de hoje não. Ela cerca mesmo.

---

12 A terra de faxinal é terra perdida. É perdida porque onde tem barranco não se planta. É difícil lavoura. É perdida porque antes se plantava no ‘toco’, se fazia queimada. Não se tinha maquinário como agora. Era perdido, os que não eram do Faxinal diziam, por isso, não se plantava nada que dava lucro. Então tinha que mudar isso. Os maquinários mudaram isso e hoje se planta mecanizado em quase todo lugar (Valentin Gapinski, em 08/03/2014). Seu Valentin atualmente mora na cidade de Rio Azul, mas nos anos 1980 morou no Faxinal Cachoeira dos Paulistas e “andou muitos por todos esses faxinais aqui de Rio Azul”).

Já é feita de forma diferente das nossas, que os antigos, meu pai, faziam. Essas são de palanques de madeira tratada, de pinus. Tem também cerca com palanque de concreto, com vários fios, que criação nenhuma passa. Mas isso não é o problema, que as nossas cercas também não deixavam o gado passar. Mas é que essas impedem a criação de andar, de ir tomar água nas aguadas. Essa cerca é a cerca de propriedade mesmo. É grande, com fios de arrame farpado ou liso, sem contar com as cercas de fio elétrico, de choque, que é outra coisa que começou a entrar no faxinal e também não deixa criação passar. Então esse pessoal quer cercar soja, o milho, o pinus, o eucalipto. Cerca tudo, a terra, a água (Seu Vadico).

Falando sobre as formas que foram encontradas para se discutirem os problemas relacionados com o fechamento do criadouro comum, como se deu as discussões para se acharem soluções e qual foi a participação do advogado Scharam nesse processo, ele diz que

(...) as pessoas que possuíam mais recursos, os “mais fortes”, os proprietários, concordavam e até participavam do criadouro. Eu trabalhei junto com eles para a construção de cercas, e que as próprias pessoas que ajudaram a construir as cercas, fazer os buracos para colocar os palanques. Mas depois tudo começou a mudar. Entrou pinus, eucalipto. Soja já tinha. Aí esse pessoal foi ficando contra e começaram a reclamar do criadouro e assim se deu todo o processo para seu encerramento (Seu Vadico).

Ainda no mesmo contexto foram questionados fatores que envolviam a construção das cercas bem como sua manutenção, em resposta conta que “(...) os faxinalenses mais velhos eram quem construíam essas cercas e a manutenção era responsabilidade de quem morava ali, ou de quem comprava as terras. Por exemplo, se alguma área de terreno fosse vendida a cerca entrava como parte do negócio e deveria ser mantida em condições adequadas pelo responsável para não causar prejuízo a ninguém” (Seu Vadico).

Com relação à extensão dessas cercas e como era sua diferenciação para cada tipo de animal, seu Vadico diz que “(...) as cercas eram de dois metros mais ou menos por um metro e meio de altura. Além disso, nos casos em que as criações não respeitavam as cercas (“criações cerqueira”), que tinha bicho que não adiantava que

pulava mesmo, e acabava passando para terrenos vizinhos, muitos acabavam matando os animais por terem causado algum prejuízo nas lavouras vizinhas”. Segundo ele, nesses casos o “o correto seria avisar o dono do animal da situação que se ocorria e levar a conhecimento da prefeitura para o mesmo pudesse pagar os donos que eventualmente houvessem ocorrido. Mas não matar. E isso aconteceu muito aqui”.

Quando questionado sobre a frequência com que acontecia esse tipo de prática, ele explica que não era comum isso acontecer, porque estava vigorando o criadouro e eles até respeitavam, mas quando surgiu a ideia de fechar, já no ano [19] 90, noventa e pouco, que daí foi até 2011, de acabar com o criadouro os proprietários começaram a acabar com os animais que invadiam os terrenos: “(...) saía na estrada e achava espiga de milho e abria e tava cheio de veneno, e o gado é um bicho que come mesmo, comia daqui a pouco tava caído (...)” (Seu Vadico).

Em referência à troca das cercas antigas pelas novas (inclusive por cercas elétricas), Seu Vadico cita a passagem das cercas de frechame para a cerca de quatro fios de arame para animais de grande porte, e comenta que a criação de animais menores foi se acabando; cita também a construção dos mangueirões e da diminuição da criação de cabritos e porcos, e as cercas de choque (cercas elétricas).

(...) hoje a criação que ainda lhe resta está toda fechada. Não tem mais bicho solto. É uma pena ver os bichos todos cercados, em chiqueiros, mangueiros. Não só aqui em casa, mas em todo o faxinal. Tudo cercado, sem ter onde ir. É tudo com cerca, cerca de todo tipo hoje, até cerca de choque. Dá dó (Seu Vadico).

Sobre os mata-burros, construções de paus verticais em cima de um valo, dispostos de maneira que os animais não passem, seu Vadico conta que

essa era uma briga véia, porque aqui tinha uns que queria e outros não queria mais a criação solta. O pessoal do lado de lá [e aponta com a mão], não quiseram vir na reunião. O seu Osdival Braz, ele era inspetor, disse que se eles não fossem na reunião então que eles fiquem com a criação deles fechada e vocês aqui ficam com a criação solta. E daí ele fez um lá. Os daqui fizeram um aqui perto do Arbino, mas ele não teve sossego por isso. O pessoal vinha. Bebia, brigava, deixava o portão aberto (...) e de tarde a criação estava toda lá na Palmeirinha e do outro dia tinham que ir buscar. Assim todo mundo desamina. Na época, umas 20 anos atrás, tinha quatro mata-burro. Era tudo fechado, então todo mundo criava.

Como vimos, a passagem da sociologia das cercas para o regime de cercas gerou uma série de conflitos (ou deu novos contornos aos antigos), cujos principais se dão em relação à presença das plantações de soja, pinus, eucaliptos e de fumo, o que gera uma série de violências contra faxinalenses e seus bens (matança e roubo de criação animal, violação dos acessos ao criador comum, restrição aos recursos naturais), desmatamento florestal e nascentes contaminadas ou destruídas.

No lugar do criadouro comum e das matas típicas do faxinal foram aparecendo as grandes plantações de milho e soja e as plantações de eucalipto e pinus. No lugar das antigas cercas de frechame de 60, 70 lances (cada lance pode ter entre 2,5 e 3 metros de extensão), foram aparecendo cercas de arame farpado de 4 fios e, mais recentemente, as cercas elétricas. Os mata-burros deixaram de fazer sentido e em seu lugar temos as porteiras, que pode ser considerada um símbolo da propriedade privada da terra. Hoje não se vê mais animais à solta, presos que estão em pequenos piquetes.

Essa passagem, portanto, atualiza conflitos, seja entre faxinalenses e chacareiros, faxinalenses e “fazendeiros<sup>13</sup>”, ou entre faxinalenses e “agricultores<sup>14</sup>”. Ela atualiza, ainda, o confronto, que em alguns casos são reforçado por um ato de uma escala de maior violência.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de ; MARIN, Rosa Acevedo e SHIRAIISHI NETO, Joaquim. (Orgs). **Situação do Faxinais – Rio Azul dos Soares**. In: Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Série: Faxinalenses do Sul do Brasil. Fascículo 3 - Faxinalenses no Setor Sul do Paraná. Rebouças/PR, setembro 2008. Disponível em: [http://www.novacartografiasocial.com/downloads/Fasciculos/47\\_ieep\\_03\\_sul.pdf](http://www.novacartografiasocial.com/downloads/Fasciculos/47_ieep_03_sul.pdf)

BENATTI, José Herder. **Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil**. In: NEVES, Delma Peçanha. (org.) Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. São Paulo: UNESP, 2009, vol. II.

CAMPIGOTO, José Adilçon. **Representações sobre cultura na região de Irati**. Irati, mimeo, 2008.

---

13 Em entrevistas no Faxinal Rio Azul dos Soares, essa expressão é utilizada para indicar os grandes proprietários, geralmente os que plantam soja e fazem reflorestamento de pinus e eucalipto.

14 Lembramos que todo faxinalense é um agricultor, mas nem todo agricultor é um faxinalense.

CARVALHO, H. M. de. **Da aventura à esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra.** Curitiba: 1984.

CHANG, Man Yu. **Sistema Faxinal - uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná.** Londrina: Fundação Instituto Agrônômico do Paraná/Boletim Técnico 22 do IAPAR, março de 1988.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Comunidade.** In: \_\_\_\_\_. A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O sistema do lugar: história, território e memória no sertão.** In: NIEMEYER, Ana Maria de e GODOI, Emília Pietrafesa de. (Orgs.) Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercados das Letras, 1998, pp. 97-131.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Quilombolas na Ilha de Marajó: território e organização política.** In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, pp. 209-228. Vol. I.

MARQUES, Cláudio. **Levantamento preliminar sobre o sistema Faxinal no Estado do Paraná.** Relatório Técnico do Instituto Ambiental do Paraná. Guarapuava, 2004.

MEIRA, Antonio Michel Kuller, VANDRESEN, José Carlos e SOUZA, Roberto Martins de Souza. **Mapeamento situacional dos Faxinais no Paraná.** In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de. (Orgs.). Terras de Faxinais. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Maná*, 4(1):47-77, 1998.

SOUZA, Roberto Martins de. **Levantamento de fontes documentais e arquivísticas.** In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de. (Orgs.). Terras de Faxinais. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.

SOUZA, Roberto Martins de. **Mapeamento social dos Faxinais no Paraná.** In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de. (Orgs.). Terras de Faxinais. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.



## **A História Agrária como herança**

Autor: Leandro Cabral de Almeida<sup>1</sup>

Resumo: O presente texto tem como objetivo analisar algumas características da História Agrária no Brasil, especialmente da tradição historiográfica representada pela professora Maria Yedda Linhares e a geração de historiadores que à ela se articulou. A perspectiva adotada é a de que os trabalhos produzidos e orientados pela referida historiadora possibilitou a problematização das interpretações acerca do mundo rural que, centradas no trinômio latifúndio, agroexportação e trabalho escravo, não apresentaram a diversidade complexidade que envolve a história agrária brasileira.

Palavras chaves: História Agrária; Maria Yedda Linhares; Historiografia.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA-UFRRJ. Bolsista CNPQ. (Contato: l.cabral81@hotmail.com).

## **A História Agrária como herança**

Herança é algo deixado por alguém em benefício de outro. É um patrimônio transmitido por hereditariedade e que resulta de uma construção, de um acúmulo, de um esforço laboral por determinado tempo, e envolve também, o direito de recepção. Alguns patrimônios são legados à outras gerações, como a História Agrária cultivada pela professora Maria Yedda Linhares desde a década de 1970, e consolidada a partir de um incansável e generoso empreendimento que agregou dezenas de pesquisadores e historiadores. Tal herança possibilitou a problematização das interpretações acerca do mundo rural brasileiro, descortinando uma realidade mais diversa e complexa, para além da que era exposta em estudos orientados pelo trinômio latifúndio, agroexportação e trabalho escravo.

O presente texto tem como objetivo analisar algumas características da História Agrária no Brasil, especialmente da tradição historiográfica representada pela professora Maria Yedda e a geração de historiadores que à ela se articulou, seja em orientação como alunos em Departamentos de Pós-Graduação, ou como parceiros de atividade profissional. No entanto, sua trajetória não se resume ao empenho pela consolidação da História Agrária, sendo apresentada pelo aluno, parceiro intelectual e amigo Francisco Carlos Teixeira da Silva, como uma mulher de espírito irrequieto, sonhadora, polêmica e inventiva, Maria Yedda militou contra a ditadura varguista; em defesa da educação pública, laica e de qualidade; no movimento estudantil, participou da fundação da UNE. Suas lutas políticas lhe custaram, com a ditadura militar, inúmeros inquéritos, cassação dos direitos políticos, o afastamento da Universidade via aposentadoria compulsória imposta pelo AI-5, e o exílio. Ainda assim, as constantes turbulências apenas somaram à sua experiência profissional, tenacidade, desdobrada em estudos de interesse amplo, desde a referida História Agrária à História Moderna e Contemporânea, aos estudos sobre a escravidão, historiografia e metodologia da pesquisa histórica, de modo a ser considerada “uma das mestras na profissionalização do ofício de historiador no Brasil, cabendo a ela um papel decisivo na criação da jovem historiografia brasileira” (SILVA, MATTOS, e FRAGOSO, 2001, p. 14). As referências mencionadas são válidas para situar o ponto inicial das reflexões pretendidas pelo presente trabalho, mas cabe destacar que nos interessa apenas realizar uma avaliação da forma como contribuíram – Maria Yedda, seus alunos e colaboradores – para a consolidação de um novo olhar sobre a História Agrária que se distancia das interpretações recorrentes até a década de 1970.

Desde os anos 20, no impulso do movimento *modernista*, muitas obras literárias indicavam interesse na compreensão do mundo rural brasileiro. José Américo de Almeida publicou em 1928, *A bagaceira*, romance que apresenta uma história de amor e de denúncia das condições de vida dos nordestinos e dos retirantes. Outro livro que trata dos nordestinos afligidos pela seca é *O quinze* de Rachel de Queiróz, publicado em 1930, e ainda, de José Lins do Rego, *Meninos de engenho* é publicado em 1933, assim como *Caetés*, de Graciliano Ramos. Num contexto histórico em que se anunciava um processo de modernização econômica, política e cultural, foram elaboradas análises da herança rural (e colonial) e de suas imposições sobre o presente e o futuro do país: *Casa-grande e senzala* de Gilberto Freire, publicado em 1933; de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, publicada em 1936; e *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, de Caio Prado Jr., publicado em 1942, compõem os clássicos que estabeleceram a arquitetura de nossa identidade nacional através de uma visão estrutural da formação socioeconômica do país e de nossas classes sociais, marcadas tragicamente pelo signo da desigualdade (ALMEIDA, 2001, p.13-14).

Embora os clássicos do pensamento social brasileiro tenham versado sobre as heranças rurais de nossa formação social, suas análises dão contorno mais nítido às grandes estruturas e relações, de modo a incorrer – em alguma medida – em negligência para com elementos consideráveis de nosso processo histórico. Caio Prado Jr., em sua obra de 1942, reconstitui o *sentido da colonização* brasileira, caracterizando-a como uma empresa comercial capitalista cujo objetivo é explorar o território colonial em benefício da metrópole. O sentido da economia colonial era atender aos circuitos mercantis europeus e se organizava com base nas grandes propriedades monocultoras e na exploração do trabalho escravo. A descrição dessa organização social seria marcada pela tendência a polarização entre senhores e escravos, não que deixasse de observar a grande presença de uma camada intermediária entre esses extremos, mas como elemento predominante e fundamental da sociedade colonial, o escravo representaria limites à existência dos “homens livres pobres” tratados secundariamente em tais análises, ou marginalizados. Vejamos:

(...) o que se verifica é que os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, são na colônia escassos. Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. (...) Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados. (...) Uma parte desta subcategoria colonial é composta daqueles que vegetam miseravelmente nalgum canto mais ou menos remoto e apartado da civilização, mantendo-se ao deus-dará, embrutecidos e moralmente degradados (PRADO JR., 2011, p. 298-299).

Trata-se de uma expressiva massa de “homens livres pobres” que se dedicavam a uma pequena produção agrícola que abastecia uma rede de comercialização interna com gêneros alimentícios, mantendo sua funcionalidade ao grande sistema agrário-exportador e a ele concomitante. Eram posseiros, sitiantes, agregados, lavradores, mestiços, negros forros, índios aculturados os “trabalhadores livres pobres” que engendraram relações sócio-econômicas diversas com as *plantations* e mantinham formas de posse da terra, abastecendo os engenhos de açúcar ou fornecendo alimentos ao mercado interno. Dessa forma, caracterizar a história agrária com base no esquema grande propriedade monocultora, produção para exportação e sociedade de senhores e escravos é um processo inadequado à compreensão da realidade histórica brasileira (FORMAN, 1979, p. 47-48).

Entretanto, deve ser compreensível o tipo dificuldades (fontes e métodos) colocadas às grandes teses interpretativas do Brasil para que dessem conta de uma realidade tão fragmentada e complexa. Apenas esquemas generalizantes seriam capazes de empreender uma explicação que se propunha ser nacional. Tratar devidamente uma realidade diversa como a sociedade camponesa, na perspectiva histórica, impõe dois desafios, a definição de um recorte geográfico e a necessidade de conhecimento e acesso às fontes (SILVA e LINHARES, 1981 e 1995; LINHARES, 1997, 1998 e 1999; CARDOSO, 1982). À superação deste desafio se lançou a professora Maria Yedda e seus colaboradores quando da criação, em 1976, na Fundação Getúlio Vargas, do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) e seu Departamento de História da Agricultura Brasileira. Esta empreitada, na qual a professora Yedda se envolveu após seu retorno do exílio e ainda em plena ditadura militar, agregou economistas, historiadores e cientistas sociais em torno da proposta de preparar técnicos na área agrícola para o planejamento regional, além de reformulação de conceitos, temáticas e revisão teórica e crítica das interpretações acerca do mundo rural brasileiro e do desenvolvimento capitalista, com o fim de torná-lo – embora pouco provável – menos excludente. Daí a preocupação com as estruturas sociais e econômicas indicadoras da desigualdade e precárias condições de vida do trabalhador rural (LINHARES, 1998, p.80; idem, 2006, p.7).

A História Agrária ganhou alento a partir de então, especialmente com o desenvolvimento de um programa de pesquisa que se dirigia a organização de um inventário de fontes locais, nos estados do Nordeste e Norte do país, que pudessem ser seriadas para a composição sucessiva de uma história da agricultura brasileira. Evidenciou-se a existência de abundante material: inventários *post-mortem*, testamentos, registro de compra e venda de bens imóveis, contas de tutela, processos-crime, registros paroquiais de terras, censos, listas de

votantes, registros paroquiais de óbitos, de batismo e casamento, relatórios dos Presidentes de Província, Ofícios dos vigários, escrituras de hipoteca, de confissão de dívidas, de alforria, procurações, dízimos, além da documentação mais tradicional (idem, 1981, p. 93-105; e 1997, p. 171). Esta ampla base documental disponível poderia colocar em foco os processos de ocupação do solo, de trabalho e uso da terra, a estrutura fundiária, a produção de alimentos, a formação de mercados locais e regionais, a estrutura ocupacional, aspectos da organização social, da mobilidade, das heranças e fortunas, os conflitos, as mentalidades, o cotidiano, contudo, era de fundamental importância a delimitação de um recorte geográfico, considerando que

por suas próprias características, e bem ao contrário da história econômica tradicional, a história agrária não poderia ser uma história "nacional". Isso nos era ensinado pela história agrária francesa, que fora sempre regional (...). A extrema necessidade de levantamento de dados, o caráter maciço e serial das fontes, o aspecto de arquipélago da ocupação e do desenvolvimento da sociedade no país, a sucessão de áreas ocupadas e abandonadas, tudo indicava que uma generalização apressada de resultados culminaria, ainda uma vez, naquilo que Francisco Iglésias denominara com extrema felicidade de "vaguidão" da história do Brasil (LINHARES e SILVA, 1995, p. 17-18).

O enfoque regional seria de grande validade para a História Agrária, levando-a à estabelecer aproximações com a Geografia Humana, especialmente das formulações pontuadas por Vidal de La Blache e seus discípulos que haviam estabelecido referências na França desde o início do século XX ao considerar a região um quadro privilegiado dos estudos geográficos, considerando que ofereciam a possibilidade de estudos sistemáticos e exaustivos por se tratar de uma realidade espacial mais homogênea e cujas dimensões tornavam tal intento viável, além de possibilitar a percepção mais clara dos modos como agiam e interagiam os grupos humanos em relação ao território (CARDOSO, 1982, p. 72-73). Contudo, cabia aos historiadores do mundo rural a realização de ajustes a fim de que a *região* pudesse ser operacionalizada eficazmente sem que incorresse em reducionismos ou generalizações. Atentar-se-ia às dificuldades derivadas da condição para delimitar uma "região" por um conjunto de inter-relações, de ordem física (relevo, clima, vegetação, geologia, etc.), de ordem social (atividades humanas), e ainda, das relações entre esses conjuntos de elementos. Tornava necessária a definição do enfoque regional a partir de certas variáveis e hipóteses, considerando que "toda delimitação territorial é uma abstração, uma simplificação de uma realidade mais complexa", e que as interações entre os homens e o espaço se modificam ao longo do tempo, exigindo, entretanto, relativo grau de "historicização" do recorte geográfico. Dessa forma, a região constituiria uma unidade

apropriada de análise por se mostrar espaço privilegiado da vida cotidiana, por permitir a utilização da totalidade da documentação disponível e por permitir, pela perspectiva da longa duração, a análise da evolução de uma comunidade regional em seus aspectos demográficos, sociais, ideológicos, econômicos etc. Ao historiador seria interessante, de acordo com Pierre Vilar<sup>2</sup>, adotar como critérios a busca de homogeneidade no universo de análise, o estabelecimento de um corte temporal adequado ao processo estudado e a necessária homogeneidade das fontes. Ciro Cardoso nos alerta ainda que “os fatores institucionais, ao incidir sobre as fontes, têm constituído de fato um elemento decisivo na escolha e delimitação da região a estudar, pesando mais do que outras considerações aparentemente mais substantivas” (idem, p.77), portanto, as regiões não devem ser tomadas como dados exteriores, sem um prévio questionamento de seus limites e conteúdo geográfico, nem consideradas realidades unívocas, imutáveis ou estanques, urgindo ao pesquisador, sempre que possível, tecer o quadro regional às totalidades mais vastas. Para Maria Yedda (1999, p. 106) o progresso do Programa de História da Agricultura Brasileira do CPDA passaria pela adoção da análise regional. A *região* não deveria ser eleita estritamente determinada por seus aspectos naturais, mas “como *locus* privilegiado de observação, problematização e análise (...), muito mais pelo passado vivido que se prolonga até o presente, deixando suas marcas” (idem, pag. 106-107).

Inúmeras pesquisas foram realizadas desde o início dos anos 1980, a partir das atividades propostas no CPDA (atualmente na UFRRJ), do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esses estudos possibilitaram uma revisão do conhecimento existente sobre o passado da sociedade brasileira, arrolaram novas fontes e propuseram, além de novos métodos de análise, novos temas. Para tal empreendimento se envolveram em arquivos municipais, na busca por documentos cartorários, judiciários, eleitorais, fiscais, demográficos, em igrejas, cartórios, cemitérios, câmaras, a fim de que fosse possível a sistematização seriada dessas fontes, de modo a revelar as formas de trabalhar, de viver e resistir numa sociedade marcada pela presença histórica do latifúndio, signo da opressão e miséria das “classes subalternas” desde tempos tão remotos. Poderiam, dessa forma, reavaliar teses formuladas anteriormente, confirmar proposições, iluminar aspectos da realidade histórica que até então não haviam sido notados.

---

<sup>2</sup> Apud. CARDOSO, Ciro. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. p. 76. Petrópolis: Vozes, 1982.

Ao longo de mais de cinquenta anos dedicados ao magistério e a pesquisa, a professora Maria Yedda Linhares contribuiu para o fortalecimento do ensino e pesquisa em história no Brasil; enriqueceu o diálogo da história com outras ciências sociais; legou a todos os interessados em conhecer os caminhos mal iluminados de nossa história, inúmeros textos resultantes de suas pesquisas e debates que estimulava; orientou muitos estudantes nos caminhos incertos da pesquisa histórica, muitos se tornaram professores de reconhecidas universidades do país, historiadores, orientadores que divulgaram conhecimentos, desafios e esperanças semeados pela professora; dissertações, teses, livros, artigos vieram a público trazendo as marcas indelévels de sua influência, que hoje se percebe, espriada por gerações.

Seria interessante a análise minuciosa das principais pesquisas orientadas pela professora Maria Yedda, mas tal feito escapa da proposta do estudo em questão, embora guarde desafio estimulante para futuras realizações e a convicção de que elementos relevantes sobre nossa história agrária podem daí despontar. Realizaremos então, uma breve abordagem de alguns trabalhos com foco mais atento as pesquisas desenvolvidas pela professora Márcia Motta e pela professora Hebe Mattos, duas herdeiras da tradição historiográfica cultivada por M<sup>a</sup> Yedda.

Em 1979, João Luis Fragoso apresentava sua dissertação de mestrado *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul - um estudo das relações não capitalistas de produção*, no qual analisou os mecanismos de crise do sistema escravista, usando como referência teórica a noção de *fronteira móvel* – de Ester Boserup – e de *continuum* agrário, relacionando-as a sua proposta de análise combinatória que articulava as formas de organização e uso do trabalho, com os níveis de investimento e endividamento dos cafeicultores, e a estrutura de uso e posse da terra, para sugerir a noção de sistema agrário como definidor de uma área, abrangendo tanto seus aspectos econômicos como sociais. Evidenciava, com a análise da mudança dos sistemas de uso da terra, o empobrecimento dos cafeicultores e a iminente decadência da região no pós-escravidão.

Em 1984, Maria Yedda concluía a orientação da pesquisa em nível de mestrado de Celeste Zenha, *As práticas da justiça no cotidiano da pobreza (...)*, em que foram analisadas as práticas do Judiciário no universo rural brasileiro do século XIX a partir de vasto estudo dos processos criminais do 2º Ofício de Notas do município de Silva Jardim, antiga Capivary. Maria Regina Mendonça Furtado Mattos, em 1985, apresentava sua dissertação *Vila do Príncipe, Sertão do Seridó - um estudo de caso da pobreza, 1850-1890* em que, atenta aos circuitos mercantis internos, pôde comprovar a existência de um pequeno produtor rural pobre, que não possuía terras, mas que admitia a posse de poucos escravos, perspectiva que

será seguida e fortalecida por outros pesquisadores como Hebe Mattos. No mesmo ano, dois trabalhos merecem destaque, o de Maria Paula Graner, um detalhado estudo da estrutura fundiária do município de Araruama no século XIX<sup>3</sup>, e o da professora Hebe Mattos, *A Margem da História: homens livres, pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo - Capivary (Silva Jardim), 1850-1920*, trabalho publicado em 1987 e que será alvo de exposição mais adiante.

*Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes 1850-1920*, da professora Sheila de Castro Faria seria apresentada em 1986, sua tese *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial (século XVIII)* seria transformada em livro revelador sobre a sociedade escravista do século XVIII, que a partir da análise da história das famílias, em Campos dos Goitacazes, põe em evidência aspectos das atividades econômicas, dos modos de vida, da constituição e transmissão das riquezas, além de apresentar elementos que integravam a vivência dos negros, dos homens livres, dos senhores de engenho. Para finalizar é necessário dar ênfase, no conjunto de estudos que puderam iluminar a história rica e múltipla de nossa sociedade agrária desde os tempos coloniais, o trabalho desenvolvido pelo professor Francisco Carlos T. da Silva *A Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro - 1680-1790)*, tese de doutorado apresentada em 1990, que partindo de uma análise comparativa conseguiu avaliar a tese da “brecha camponesa” proposta pelo professor Ciro Cardoso<sup>4</sup>, além de pôr em relevo problemas de abastecimento que afligiam a Colônia, como a carestia, as crises de escassez e de fome, tratando-os não apenas como reflexos da dinâmica comercial, mas envolvendo também as dificuldades de acesso à terra, o tabelamento dos preços e a ação do capital mercantil.

Márcia Motta em *Pelas 'Bandas d'Além'- fronteira fechada e arrendatários escravistas numa região policultora, 1808-1888*, dissertação apresentada em 1989, nos propõe um estudo sobre uma área produtora de alimentos – as freguesias de São Gonçalo, Itaipú e Cordeiros – para o mercado interno, com o objetivo de demonstrar que numa região de colonização antiga, e logo, de fronteira fechada, o monopólio da terra se constituiria um elemento fundamental das hierarquias sócio-econômicas. Admite o propósito de elucidar os mecanismos pelos quais os grandes proprietários consolidaram seu poder, estabelecendo o controle dos portos de comercialização de alimentos com a cidade do Rio de Janeiro, centro econômico que irradiou influências econômicas às regiões próximas, transformando-as, de

---

<sup>3</sup> *A Estrutura Fundiária do Município de Araruama, 1860-1920*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

<sup>4</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês? : o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.



monocultoras canavieiras, em regiões policultoras para o abastecimento interno, especialmente a partir de 1808, com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil (p.45). A autora põe em relevo a prática de arrendamento a pequenos produtores rurais, destacando que muitos desses, embora pobres, eram possuidores de mão-de-obra escrava.

A autora, uma herdeira da tradição historiográfica iniciada por M<sup>a</sup> Yedda Linhares, propõe uma história agrária que passa pela análise regional (como em outros estudos), sem, contudo, incorrer em abordagens simplificadoras ou estanques, afirma que não toma por base “um espaço administrativamente determinado, mas sim uma região que no início do século XIX ainda era indefinida, as “bandas d’além” (p.17), a fim de revelar a dinâmica de suas áreas rurais até o período da abolição da escravatura, concluindo que especialmente as três freguesias abordadas possuem maior grau de integração entre si, e que essas formavam uma região influenciada pelas demandas (necessidade de abastecimento) derivadas das transformações que se operavam – à época – na cidade do Rio de Janeiro.

A trajetória do pequeno arrendatário-escravista foi avaliada pela historiadora de modo a ficar evidente que a segurança no acesso a terra, a gestão sobre a mesma e suas relações com o mercado vertical, compunham elementos decisivos de sua atividade agrícola. O acesso que possuíam ao trabalho escravo, considerado fácil antes de 1850, é questionado por Márcia Motta, pois o que fica comprovado é que mesmo antes do fim do tráfico de escravos, a aquisição de mão de obra cativa não era tão fácil assim, e mesmo que se destaque que antes de 1850 possuísem maior grau de autonomia, após, o que se revela é sua perda crescente, tendo então como alternativa o uso do trabalho familiar, o aluguel de escravos ou a compra de escravos mais jovens (MOTTA, 1989, p.123-126). De todo o modo, com o fim do tráfico de escravos, vigoravam incertezas quanto a possibilidade do acesso à terra, quanto a continuidade de suas atividades agrícolas e sua reprodução social. No contexto de encarecimento dos gêneros alimentícios, e de controle sócio-econômico pela classe proprietária da terra e monopolizadora da produção local, não buscar estratégias diversas de resistência renderia aos pequenos lavradores uma certeza, o caminho da pauperização e da miséria.

*Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo* é o livro da professora Hebe Mattos, que resultou de sua dissertação de mestrado. Este estudo se detém sobre a organização rural da freguesia de Capivary, atual município de Silva Jardim, uma região de agricultura comercial e escravista de baixos rendimentos, que produzia café e mandioca, onde se adensava uma população migrante de caboclos e caipiras, que se mantinham como pequenos lavradores. Os homens livres pobres são avaliados por Mattos

para além da lógica que os comprime como marginalizados entre senhores e escravos. Para a autora

no período escravista, o avanço da *plantation*, se por um lado determinou o desenraizamento histórico do pequeno produtor rural no espaço socioeconômico brasileiro, por outro não chegou a desenvolver mecanismos suficientemente poderosos para impossibilitar-lhe a existência (id. p.22).

Caberia então, realizar uma classificação dos homens livres pobres, a fim de compreender a forma como estavam inseridos no conjunto da sociedade e participavam em sua economia, mesmo que fora das grandes plantações de café que atendiam aos grandes circuitos mercantis.

Nos revela, Mattos, a partir de minuciosa análise dos Registros Paroquiais de Terras, dos Censos, escrituras e inventários *post-mortem*, que esses homens livres pobres formavam uma camada social de lavradores pobres que produziam para o próprio consumo e que o pequeno excedente gerado era comercializado no mercado local para pudessem ter acesso aos produtos que eram incapazes de produzir domesticamente – roupas, tecidos, enxadas, ferramentas, talheres, carne seca, farinha, café, azeite, vinho – que não obtinham lucro suficiente para investimento em seus estabelecimentos, estando alheios a lógica de reprodução do capital, ainda assim “não deixavam de concentrar suas culturas nos produtos de aceitação comercial naqueles mercados, de modo a garantir aquela parte de sua subsistência que não eram capazes de produzir” (p. 68).

Interessante é observar ainda que esses lavradores pobres tinham acesso a terras e escravos. Até 1875 apenas 23% dos casos analisados não registraram propriedade escrava e após essa data, apenas 40%. Entre 1855 e 1874, 60% dos processos analisados referiam-se a lavradores situados em terra alheia. Entre 1875 e 1888 esse número reduziu para 33,9%. Indicadores que, embora revelem os efeitos da crise do trabalho escravo sobre a região, enfatizam o relativo esvaziamento dos significados de poderio socioeconômico da grande propriedade e o rompimento decisivo com as teses generalistas que colocaram o passado da sociedade brasileira limitado entre senhores e escravos, entre a Casa-grande e a senzala. Afinal, fica evidente ao avaliarmos brevemente a herança deixada por Maria Yedda Linhares, multiplicada por seus herdeiros e contemplada por outras gerações, que entre esses extremos há uma história rica, múltipla e pulsante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Angela Mendes de. **A atualidade dos três clássicos brasileiros: Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire.** In: ALMEIDA, Angela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão (org.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados* – Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo.* Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *Escravo ou camponês? : o protocampesinato negro nas Américas.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação política;* tradução de Maria Isabel Erthal Abdenur – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LINHARES, Maria Yedda. **CPDA 30 anos: um breve tributo.** In: *Estudos Sociedade e Agricultura.* Rio de Janeiro, vol. 14, no. 1, 2006: 5-8.

\_\_\_\_\_. **História Agrária.** In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. *Um Programa de Pesquisa de História da Agricultura Brasileira - Fontes e Tendências.* *America Latina En La História Económica - Agricultura, Boletim de Fuentes, México,* v. 10, p. 77-87, 1998.

\_\_\_\_\_. *Pesquisas em história da agricultura brasileira no Rio de Janeiro.* *Estudos Sociedade e Agricultura,* 12, abril 1999: 104-112.

\_\_\_\_\_; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Região e história agrária.* *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 8, n.15, 1995. p. 17-26.

MATTOS, Hebe. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo.* Rio de Janeiro: Editora FGV: FAPERJ, 2009.

MOTTA, Márcia. *Pelas 'Bandas d'Além'- fronteira fechada e arrendatários escravistas numa região policultora, 1808-1888.* Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1989.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia.* -1ª ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (orgs.). *Escritos sobre história e educação – Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares.* Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.

## GT 03 – O RURAL NA HISTÓRIA DO BRASIL

### A LEGISLAÇÃO REFERENTE À REGULARIZAÇÃO DA TERRA EM SANTA CATARINA NO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA: SUAS INFLUÊNCIAS E APLICAÇÃO

Janaina Neves Maciel<sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente artigo apresenta apontamentos e discussões acerca da legislação referente à regularização da propriedade fundiária em Santa Catarina. Para alcançar tais objetivos debruça-se, mesmo que de forma ainda breve, sobre algumas legislações que influenciaram ou vigoraram no tocante a esta regularização, entre elas: a Lei nº 601, de 1850, que influenciou fortemente a legislação catarinense; o Registro Torrens; a legislação catarinense do início da República; e a Lei nº 114 de Lages-SC.

**Palavras-chave:** Regularização; Legislação; Terra.

#### INTRODUÇÃO

Pretende-se ao decorrer deste artigo apresentar alguns apontamentos e discussões referentes à legislação voltada à regularização da terra no estado de Santa Catarina no início da Primeira República. Para a sua realização foram observadas não somente a legislação estadual do período citado, mas também, ainda que de forma breve, a Lei de Terras, de 1850, e o Registro Torrens.

A Lei nº 601, de 1850, conhecida como Lei de Terras e elaborada ainda no Império, foi a primeira lei voltada à regularização da terra no Brasil e influenciou, como

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do CNPq.

pretende-se apresentar, fortemente a legislação do estado catarinense. Já o Registro Torrens, foi elaborado no Governo Provisório e apesar de pertencer à esfera federal, efetuou-se como uma das formas de registros em Santa Catarina. Problematisa-se também, o caso, que até o presente momento parece ser bastante peculiar da Lei nº 114 do município de Lages-SC.

Objetiva-se, portanto, elaborar discussões e questionamentos sobre, principalmente, a aplicabilidade dessa infinidade de leis que tinham como objetivo promover a regularização da propriedade fundiária. Por fim, questiona-se a aplicabilidade de tantas leis, as quais, ora se complementavam, ora se contradiziam.

## **LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE SANTA CATARINA: A INFLUÊNCIA DA LEI DE TERRAS**

Apesar de a Constituição Federal de 1891 ter repassado aos estados o compromisso sobre a regularização das terras, e embora tenham sido elaboradas diversas leis referentes à regularização da propriedade no estado de Santa Catarina, a Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei Terras, continuou - mesmo que não isoladamente – sendo utilizada para permear questões relativas à regularização fundiária.

Importante análise sobre a política de terras no Brasil imperial foi realizada pelo historiador e cientista político José Murilo de Carvalho. No capítulo intitulado *A política de terras: o veto dos barões* Carvalho discorre sobre a (in)eficácia da Lei de Terras, lei essa que para o autor “não pegou” (1996, p. 318). Carvalho defende que por interesses próprios os barões vetaram a aplicação da lei e assim, transformaram-na em letra morta. Em contraposição à conclusão de Carvalho, o historiador Paulo Pinheiro Machado afirma que

O fato de a legislação imperial de terras ter sido frequentemente desrespeitada pela elite proprietária não anula, na prática, a política oficial de privilegiar os grandes proprietários e, ao mesmo tempo, tomar a iniciativa de promover, através da imigração, a formação de uma camada social de pequenos proprietários nas províncias meridionais (colonização esta que Carvalho considera apenas “retórica”). No entender de Carvalho, há quase um completo divórcio entre os interesses da elite política imperial e os grandes proprietários, o que inviabilizou

uma política de terras, conclusão que considero exagero. A política de terras estabelecida pela legislação imperial não conseguiu definir a demarcação das terras públicas, mas logrou a implementação da transformação da propriedade da terra em equivalente de capital e, portanto, em importante elemento de diferenciação social. (2007, p 138).

Acrescento ainda que, mesmo não tendo alcançado o objetivo de diferenciar as terras públicas das particulares, a Lei de Terras imprimiu forte influência nas legislações estabelecidas posteriormente, ou seja, tornou-se um marco de referência para os processos de regularização fundiária que transcorreram em períodos posteriores, inclusive na República, como observado através do estudo dos processos de legitimação e revalidação de terras em Lages nas duas primeiras décadas da República<sup>2</sup>.

A Lei nº 601 inaugurou no Brasil um processo de capitalização da terra, ou seja, a aquisição de propriedades fundiárias em data posterior a da lei deveria acontecer somente através do ato de compra. Como apresenta o seu Artigo 1º “Ficão proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Sendo assim, as concessões governamentais e os atos possessórios decorridos depois da Lei de Terras, ou seu Regulamento em 1854, foram de encontro ao seu Artigo 1º.

Importante ressaltar que, além de restringir o acesso a terra, a Lei nº 601 reafirmou a legitimidade dos latifúndios no Brasil no momento em que permitiu a legitimação de porções de terras sem haver um limite de hectares para as mesmas. Além de proteger os latifundiários com a abolição do imposto territorial, que cairia sobre o tamanho da propriedade agrária, como previsto no projeto anterior da lei.

No livro elaborado por Lígia Osório Silva, originalmente sua tese de doutorado, a autora observa o caráter conciliatório da Lei de Terras

Um dos aspectos conciliatórios manifesta-se na alteração do limite das posses a serem legalizadas. [...]. Na lei, ficou estabelecido que as posses poderiam ser legitimadas do tamanho que fossem, sem restrição de data de ocupação, e ainda se concedia outro tanto de terreno devoluto contíguo.

Outro aspecto conciliatório da lei, no sentido de não assustar demais os posseiros, era o artigo que mantinha o posseiro caído em comisso na posse da terra que

---

<sup>2</sup> Maiores informações sobre o estudo elaborado a partir dos processos de legitimação e revalidação de terras do município de Lages-SC, transcorridos nas duas primeiras décadas da República ver em: MACIEL, Janaina Neves. **Terra, direito e poder**: Legislação Estadual de Santa Catarina e a regularização da propriedade da terra em Lages, 1890-1910. Florianópolis, 2013. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História.

efetivamente cultivasse, embora não o tornasse proprietário na plena acepção do termo.

A lei também demonstrou o espírito conciliatório que presidira a sua elaboração ao abolir o imposto territorial previsto no projeto anterior e aprovado em 1843, na Câmara. (SILVA, 1996, p. 144).

Uma das principais finalidades da Lei nº 601 era elaborar uma distinção entre as terras particulares e as terras públicas. Para isso, era necessário que os possuidores de antigas concessões de terras as revalidassem e, os posseiros de porções de terras adquiridas sem título oficial, deveriam legitimá-las. Sobre a legitimação de terras o Artigo 5º da Lei de Terras de 1850, esclarece:

Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante que se acharem cultivadas, ou com princípios de cultura, e morada habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, guardadas as seguintes regras: [...].

A necessidade da comprovação de posse mansa e pacífica, assim como a verificação da existência de cultura efetiva e morada habitual, aparecem nos autos dos processos de legitimação estudados, mesmo após a Proclamação da República e a conseqüente passagem da responsabilidade referente à questão agrária para os Estados. Ou seja, a legislação de terras de Santa Catarina nos primeiros anos da República mostrou-se bastante influenciada pela Lei de 1850.

Assim como a maioria dos demais estados da União o estado de Santa Catarina construiu sua legislação referente à propriedade fundiária tendo a Lei de Terras, de 1850 como um modelo. Tal fato pode parecer contraditório em um primeiro momento, no entanto, a estratégia não parece ter sido aleatória.

Apesar de terem resistido, de maneira geral, à execução da Lei de Terras, as elites, antes provinciais, agora estaduais optaram pela elaboração de leis bastante semelhante à referida lei, mesmo gozando de enorme autonomia na construção de suas legislações. Como aponta Sanches,

[...] a manutenção da Lei de Terras pelos Estados federados significava, em outras palavras, a manutenção da via administrativa como via eleita para o processo de

legitimação de posses. [...] mantendo-se a atribuição da solução dos casos de legitimação de posses à via administrativa, os processos de legitimação seriam, em última instância, julgados pelos governadores dos Estados. Após percorrer os Serviços de Terras de seu Estado, seguindo o procedimento votado pela Assembleia Legislativa, caberia ao governador do Estado dar a última palavra nas legitimações de posse. Com isso os chefes dos governos estaduais passariam, dessa forma, a ocupar uma posição central nas questões de terras, que, por si só, já ocupavam o centro das atenções. Dessa forma, a classe agrária dominante, que possuía, como se sabe, maior poder de pressão sobre os governos locais, não teria nenhum interesse em retirar dos chefes políticos estaduais a atribuição de decidir a legitimação das posses, posicionando-se favoravelmente à manutenção da Lei de Terras de 1850. (2008, p. 134, 135).

Portanto, a elaboração da legislação referente à propriedade fundiária no estado catarinense optou por manter a mesma estrutura da Lei de Terras, para com isso efetivar o controle administrativo sobre as legitimações e revalidações de terras. Sustentando, dessa forma, o poder da elite agrária com as decisões dos chefes políticos e, consequente, evitando possíveis enfrentamentos pela via judiciária.

## **O REGISTRO TORRENS: UMA CONTRADIÇÃO EFETIVA OU APENAS APARENTE?**

Nas palavras do professor de direito da Faculdade de Goiás João Afonso Borges “O registro Torrens é um sistema de registro da propriedade imóvel, rural ou urbana, criado pelo irlandês, Sir Robert Richard Torrens, que era filho de um dos fundadores da colônia da Austrália do Sul.” (1960, p.21). O Registro Torrens foi implantado no Brasil no período do Governo Provisório com a publicação do Decreto nº 451-B, de 31 de maio de 1890.

Segundo Almir Sanches, a principal finalidade do referido registro

[...] foi organizar os títulos de domínio, de transferência e aquisição de propriedades. Para tanto, o Registro Torrens fez da matrícula do imóvel uma prova bastante segura do direito de propriedade, dando à inscrição caráter constitutivo, e não meramente declaratório, como o era no registro paroquial. (2008, p. 70).



Em um contexto onde não só a regularização da propriedade fundiária era importante, mas também a segurança que deveria envolver esta regularização, ou seja, onde havia também a necessidade de uma garantia eficiente referente ao título proveniente desta regularização, o Registro Torrens representava uma excelente ferramenta. Afinal, resultaria, salvo exceções<sup>3</sup>, em um título de caráter absoluto e incontestável.

Outro importante objetivo do registro em questão referia-se à ampliação e difusão do crédito hipotecário, através, justamente, da segurança investida na garantia que o título registrado pelo sistema Torrens transmitia.

Apesar de ter sido elaborado pelo Governo Provisório, o Registro Torrens não perdeu sua constitucionalidade após o advento da Constituição de 1891 e a transmissão da responsabilidade das terras da União para os estados. O Registro Torrens continuou sendo uma possibilidade de registro de imóvel mesmo depois da promulgação da primeira Constituição republicana, no entanto, a sua obrigatoriedade, essa sim, foi julgada inconstitucional.

Apesar da constitucionalidade do referido registro, existem autores, como, por exemplo, a socióloga Ligia Osorio Silva, que defendem a inaplicabilidade deste registro após a vigência da Constituição de 1891.

Silva defende que

Com ela [a passagem das terras devolutas para o domínio dos estados], sucumbiu de vez a ideia do Registro Torrens, porque a Constituição de 1891 permitiu, de um modo geral, que os estados organizassem como bem entendessem o seu governo e a sua administração. Sendo a alienação de terras devolutas considerada, até certo ponto, matéria de direito administrativo, não seria possível que o decreto Torrens pudesse ter uma aplicação eficaz, exceto nos territórios da União. (SILVA, 2008, p. 263).

Entretanto, faz-se imprescindível salientar que mesmo em uma amostra dos processos de legitimação e revalidação de terras, é possível verificar a menção ao Registro Torrens.

Os processos que, através da leitura dos seus autos, demonstram terem sido registrados pelo Registro Torrens foram requeridos por: Antero José de Souza – com

---

<sup>3</sup> São exceções do caráter absoluto deste Registro: a matrícula fraudulenta, com erros de limites e feita posteriormente e relativamente ao mesmo imóvel.

aquisição do título definitivo em 16 de maio de 1902 -, Fortunato Francisco de Figueiredo e outros – aquisição do título definitivo em: 18 de janeiro de 1901 - e Manoel Saturnino de Souza Oliveira – aquisição do título definitivo em: 15 de maio de 1901.

As terras requeridas por Antero foram legitimadas, afinal, tratava-se de uma posse a ser regularizada. Já as terras requeridas por Fortunado e outros (tratava-se de terras organizadas em condomínio) foram revalidadas, ou seja, foram ocupadas através de alguma concessão anterior. Tanto as terras de Antero como as de Fortunato e outros estavam localizadas no município do Lages.

A regularização requerida por Manoel Saturnino de Souza Oliveira, a qual se referia a legitimação de posse, correspondia à terras localizadas no município de São Joaquim da Costa da Serra, também no estado de Santa Catarina.

A existência de regularizações de terras que tenham obtido o título definitivo das mesmas através do Registro Torrens, apesar do estado já ter construído uma legislação própria relativa à regularização da propriedade fundiária, torna a afirmação de Silva, e de outros autores que coadunam com a sua conclusão sobre a inaplicabilidade do Registro Torrens, questionável.

A análise dos processos mencionados acima sugere que o Registro Torrens, apesar de seguir uma legislação federal específica, não desrespeitava a legislação estadual que estava em vigor. Ao contrário, é possível inferir que a legislação estadual de Santa Catarina criou mecanismos para a aplicabilidade efetiva do Registro Torrens em concomitância às demais leis estaduais de registros de terras. Afinal, o agente responsável pelos trâmites dos processos que transcorreram em conformidade com a Resolução nº 38 era Jacinto Matos, o mesmo agente responsável pelos processos que obtiveram seus títulos definitivos seguindo outras leis estaduais.

A Resolução nº 38, segundo a data fornecida pelos autos dos processos de legitimação e revalidação de terras já mencionados, trata-se do Ato [estadual] de 11 de março de 1899, ato este que resolve em seu Artigo 1º:

É autorizado o Registro Torrens a medir e demarcar as terras que efetivamente ocuparem com cultura efetiva e morada habitual, os indivíduos que se apossaram de terras públicas desde que essa posse tenha sido anterior a lei nº 173, de 30 de setembro de 1895 e esteja nas condições por ela prescritas [...].

Através do estudo da legislação de Santa Catarina e dos processos de legitimação e revalidação de terras é possível afirmar que o Registro Torrens não abarcou todos os registros transcorridos após a sua implantação, ou seja, tramitava concomitantemente a legislação estadual.

Sendo assim, parece ser coerente afirmar que tanto o Registro Torrens, uma lei Federal, como o Registro Comum, legislado por cada estado, foram utilizados para a regularização das propriedades fundiárias do estado de Santa Catarina. Fato este que por vezes tornou confusa a leitura dos processos de legitimação e revalidação de terras.

Nota-se ainda que a concomitância das duas formas de registros favoreceu brechas legais utilizadas algumas vezes pelos requerentes ao título definitivo da propriedade. Como aconteceu, por exemplo, com a exigência de antiguidade mínima para a legitimação da posse. Mesmo as autoridades responsáveis pela regularização das terras parecem confundir a data exigida para comprovação de antiguidade da posse.

Cabe ainda afirmar que mudanças significativas nos autos dos processos ocorrem apenas após a implantação do Decreto estadual nº 129, de 29 de outubro de 1900. Este Decreto assemelha-se bastante aos regulamentos anteriores elaborados para a execução do Regime Torrens, entretanto, não faz menção a esse Registro.

## **A TRANSMISSÃO DA RESPONSABILIDADE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA OS ESTADOS**

Como já mencionado, com a promulgação da Constituição de 1891 a responsabilidade de legislar sobre a questão fundiária deixou de ser da União e foi transferida aos estados. Esse processo ocorreu após significativas discussões entre os membros do Projeto Constituinte. No período em que tal decisão foi travada, a responsabilidade de legislar sobre as terras significava muito uma vez que também estava em disputa a centralização ou não da questão da terra. Conforme Sanches

[...] no que tange à questão de terras, de enorme importância naquele momento, o resultado desse confronto foi amplamente favorável aos defensores da descentralização.

A passagem da propriedade das terras devolutas aos Estados federados permitiu que cada unidade federativa organizasse e mantivesse da forma que melhor entendesse a sua política de terras. Considerando que a administração das terras, dentro da qual se incluía sua alienação, era considerada matéria de direito administrativo e tendo ainda em vista que a Constituição Federal de 1891 atribuía ampla liberdade aos órgãos federados para que eles organizassem sua administração, pode-se notar que cada estado passou a ter grande liberdade para dispor sobre suas terras. (2008, p. 132).

Sendo assim, o grupo que defendia a descentralização concernente a responsabilidade de legislar sobre as terras acabou vitorioso.

Ressalta-se também que juntamente com a autonomia de legislar sobre as terras circunscritas aos territórios dos estados, transferiu-se também da União para os estados as terras devolutas. Nesse ponto faz-se visível a relevância da vitória da corrente descentralizadora que compunha a Constituinte sobre o grupo de centralizadores, entre estes últimos estava Rui Barbosa, um dos mais árdios defensores do Registro Torrens.

Nota-se, entretanto, que apesar da vitória da corrente descentralizadora, a centralização do poder sobre a legislação e registro das terras não foi de todo derrotada, afinal, o Registro Torrens, ao contrário da afirmação de alguns autores, logrou relativo sucesso.

## **A LEGISLAÇÃO CATARINENSE DE TERRAS: O APOIO AOS LATIFUNDIÁRIOS**

A primeira lei estadual de Santa Catarina referente à regularização de terras é a Lei nº 70, de 22 de maio de 1893. Portanto, de 1891 até a implantação da Lei nº 70 há um vácuo na legislação agrária no estado de Santa Catarina.

Ao contrário da Lei de Terras nacional, de 1850, a lei estadual de 1893 imprimiu limites para a legitimação de posses. Em seu Artigo 7º §2º consta que: “A área total das posses, havidas por ocupação primária em virtude desta lei, nunca poderá exceder aos seguintes limites: em terras de lavoura, 1.089 hectares, em campos de criação, 4.356 hectares”. Esses limites também estão inscritos no Artigo 6º § 2º da Lei nº 173, de 30 de

setembro de 1895.

Apesar de estipular limites à área a ser legitimada em terrenos ocupados por posse, é possível observar também o caráter desigual dessas leis no que diz respeito aos privilégios concedidos aos pecuaristas. É visível o privilégio concedido aos criadores de gado com a autorização de legitimação de posses mais de três vezes maiores do que o tamanho permitido às áreas destinadas somente para agricultura. E, embora, haja muitos defensores da necessidade de grandes propriedades para a criação de animais, o historiador Paulo Pinheiro Machado argumenta que

Ao contrário, a forma e a extensão das terras apropriadas deviam-se muito mais às condições sociais, históricas e políticas, ao padrão senhorial de ocupação vigente (não apenas) naquele período, no qual a grande fazenda representa a possibilidade do acúmulo de riquezas, do exercício e afirmação de poder político sobre a vizinhança e a comunidade local e, muitas vezes, sua projeção regional. (2007, p. 78).

Também são encontrados privilégios destinados aos pecuaristas no município de Lages. A Lei municipal nº 114, de 8 de janeiro de 1904, determinava que todas as terras de matos situadas às margens das fazendas de criação não fossem utilizadas para agricultura em um limite de seis quilômetros, com isso pactuava com os pecuaristas o não cercamento de suas fazendas.

A Lei nº 114 do município de Lages suscita, entre outros pontos de discussão, os seguintes questionamentos: Sob qual base legal o município tem direito de proibir plantações em uma área específica em favor da comodidade dos pecuaristas? Teria o município esse direito? Como se daria a fiscalização da obediência, ou não, da referida lei? Pode a lei municipal nº 114 ser considerada legítima ou temos aqui mais um caso de aberração jurídica?

É possível que, mesmo após a implantação de diversas leis estaduais referentes à regularização da propriedade fundiária, os membros do Conselho Municipal se sentissem suficientemente confortáveis para criar uma legislação agrária própria para o município de Lages.

## **A DESORDEM ESTRATÉGICA**

Através da leitura da legislação competente é possível afirmar que há discordâncias e incoerências entre as leis de regularização da propriedade fundiária no início da Primeira República.

Tais discordâncias nos permitem verificar que há na legislação já mencionada brechas que possibilitam subterfúgios dos requerentes ao título definitivo. A intenção aqui não diz respeito a sugerir que exista alguma legislação que possa ser considerada perfeita ao ponto de não implicar em disputas. Parte-se justamente do contrário, da convicção que toda legislação é sim um campo de disputa. No entanto, o que se pretende propor é que a própria elaboração e aplicabilidade da legislação em questão estimula tais subterfúgios.

Nesse sentido, concordo com o antropólogo James Holston quando este afirma que

[...] o sistema jurídico brasileiro não objetiva nem resolver os conflitos de terra de maneira justa, nem decidir sobre seus méritos legais através de procedimentos judiciais. Meus argumentos enfatizam a norma e a intenção pelas quais, no Brasil, a lei da terra, nos seus próprios termos, é tão confusa, indecisa e disfuncional. É possível suspeitar que as causas dessas características não sejam somente incompetência e corrupção, mas a força de um conjunto de intenções subjacentes às suas construção e aplicação, intenções essas bem diferentes daquelas voltadas para as resoluções das disputas. Assim, argumento que a lei brasileira produz regularmente, nos conflitos de terra, procedimentos e confusão irresolúveis; que essa irresolução jurídico-burocrática às vezes dá início a soluções extrajudiciais; e que essas imposições políticas, inevitavelmente, terminam por legalizar algum tipo de usurpação. Em suma, a lei de terra no Brasil promove conflito, e não soluções, porque estabelece os termos através dos quais a grilagem é legalizada de maneira consistente. É, por isso, um instrumento de desordem calculada, através do qual práticas ilegais produzem lei, e soluções extralegais são introduzidas clandestinamente no processo judicial. Nesse contexto repleto de paradoxos, a lei é um instrumento de manipulação, complicação, estratégia e violência, através do qual todas as partes envolvidas - dominadoras ou subalternas, o público e o privado - fazem valer seus interesses. (HOLSTON, 1993, p.68).

O processo de legitimação requerido por Antero José de Souza, citado anteriormente, foi registrado através do Registro Torrens, pelo mesmo agente que realizou a regularização de outras terras através da legislação especificamente estadual. Possivelmente o que o fez recorrer ao Registro Torrens era a data da sua ocupação, a qual é apresentada como sendo “em data anterior a 1895” (SOUZA, 1902). A legislação

estadual que regulamenta o Registro Torrens em Santa Catarina exigia que a ocupação da terra tivesse ocorrido até a Lei nº 173, de 1895. Como consta no Artigo 1º do Ato [estadual] de 11 de março de 1899, já citado anteriormente.

A data de exigência da antiguidade da ocupação exposta pelo Registro Torrens é diferente da data exigida pela legislação catarinense voltada ao Registro Comum, esta última, frequentemente, referiu-se a data da Lei de Terras, 1850, ou a do Regulamento desta, 1854, como datas limites para a legitimação de posses.

Uma das hipóteses aqui levantadas é que a escolha pela regularização através do Registro Torrens tenha sido feita para conseguir a legitimação da posse, já que esta se efetivou depois de 1854. Sendo assim, a legislação de regularização da propriedade vigente contribuiu, através das suas contradições, para a legalização do ilegal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A legislação referente à regularização da propriedade da terra vigente no estado de Santa Catarina no início da Primeira República é bastante vasta e complexa. Através do seu estudo é possível inferir, por exemplo, que, mesmo tendo estabelecido limites para as legitimações de posse, o que não havia na Lei de Terras de 1850, a legislação catarinense privilegia os pecuarista e seus latifúndios. A legislação elaborada no estado catarinense, assim como em outros da federação, recebeu forte influência do texto da Lei de Terras. Influência esta que a análise demonstrou não ser aleatória.

Notou-se também que a legislação estadual que regula o Registro Comum no estado não só coexistiu com o Registro Torrens como também elaborou leis para a sua execução. Este último Registro, apesar de pertencer à esfera federal, estabeleceu-se como uma das formas de regularização da terra, como exemplificado através dos processos de legitimação e revalidação de terras requeridos por Antero, Fortunato e outros e Manoel, como apresentado anteriormente. Portanto, problematiza-se a afirmação de alguns autores sobre a inaplicabilidade deste registro.

Por fim, cabe ressaltar o que foi, neste artigo, chamado de desordem estratégica. A concomitância de um amontoado de leis imperiais (com a sua influência), federais (com o Registro Torrens), estaduais e até mesmo municipal foi, provavelmente, utilizada para tornar legal por uma via ou lei o que por outra legislação poderia ser

considerado ilegal. Beneficiando os requerentes, essa desordem estratégica contribuiu para que escolhessem a legislação que mais lhes favorecessem na regularização em questão.

## REFERÊNCIAS

BORGES, João Afonso. **O Registro Torrens no Direito Brasileiro**. Doutrina, Jurisprudência, Legislação e Formulários. Edição Saraiva. 1960.

CARVALHO, José Murilo de. A política de terras: o veto dos barões. In: **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 1993, nº 21, p. 68-89.

\_\_\_\_\_. Cidadania insurgente: disfunções da democracia e da modernidade no Brasil. 1ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. A formação e a atuação das chefias caboclas (1912 – 1916). 1a Reimpressão. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. Projeto para bolsa de Produtividade de Pesquisa – CNPq. Título do Projeto: **A política de terras em Santa Catarina, Primeira República** set. 2009.

MACIEL, Janaina Neves. **Terra, direito e poder**: Legislação Estadual de Santa Catarina e a regularização da propriedade da terra em Lages, 1890-1910. Florianópolis, 2013. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Nas Fronteiras do poder**: conflitos e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_ e MENDONÇA, Sonia Regina de. Continuidades nas rupturas: Legislação agrária e trabalhadores rurais no início da República. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Brasília, vol. 6, p. 127-147.

SANCHES, Almir Teubl. **A questão da terra no início da República: o Registro Torrens e sua (in)aplicação**. São Paulo. Dissertação. Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Lígia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio**. Efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.



\_\_\_\_\_, Lígia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio**. Efeitos da lei de 1850. 2ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

## **Legislação**

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 03 de agosto de 2012.

BRASIL. Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854. Manda executar a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm)>. Acesso em: 26 de set. de 2012.

LAGES. Lei Municipal nº 114, de 8 de janeiro de 1904. In: Coleção de Leis do município de Lages 1902 – 1906. Museu Thiago de Castro.

SANTA CATARINA. Ato Estadual de 11 de março de 1899. In: Coleção de Leis de Terras e Colonização: do Estado de Santa Catarina, 1892-1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Decreto Estadual nº 129, de 29 de outubro de 1900. In: Coleção de Leis de Terras e Colonização: do Estado de Santa Catarina, 1892-1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Lei Estadual nº 70, de 22 de maio de 1893. In: Coleção de Leis de Terras e Colonização: do Estado de Santa Catarina, 1892-1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Lei Estadual nº 173, de 30 de setembro de 1895. In: Coleção de Leis de Terras e Colonização: do Estado de Santa Catarina, 1892-1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Lei Estadual nº 282, de 8 de outubro de 1897. In: Coleção de Leis de Terras e Colonização: do Estado de Santa Catarina, 1892-1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Regulamento Estadual nº 2594, de 23 de julho de 1898. In: Coleção de Leis de Terras e Colonização: do Estado de Santa Catarina, 1892-1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Regulamento Estadual nº 2595, de 23 de julho de 1898. In: Coleção de Leis de Terras e Colonização: do Estado de Santa Catarina, 1892-1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

## **Processos de legitimação e revalidação de terras:**

SOUZA, Antero José de. **[Processos de legitimação de terras]** 1902 maio, 16 [manuscrito]. Localização: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

FIGUEIREIDO, Fortunato Francisco de. **[Processos de revalidação de terras]** 1901 jan., 18 [manuscrito]. Localização: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

OLIVEIRA, Manoel Saturnino de Souza. **[Processos de legitimação de terras]** 1901 maio, 15 [manuscrito]. Localização: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

### GT 3 – O rural na história do Brasil

## As Estratégias de Sobrevivências de Agricultores Familiares do Entorno da Estação Ecológica Raso da Catarina (BA) na seca de 2012/2013 – Conflitos entre o acesso e uso dos recursos naturais e a sobrevivência do sertanejo

Janice Rodrigues Placeres Borges<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Doutora/Docente/ CCA – UFSCar, [janice@cca.ufscar.br](mailto:janice@cca.ufscar.br) . Apoio: CNPq

**Resumo:** O uso e ocupação do espaço biogeográfico e cultural denominado Caatinga tem sido um palco histórico de conflitos socioambientais sobre os sentidos e vocações de seus elementos. Emblemática do que ocorre no Bioma Caatinga é a Estação Ecológica Raso da Catarina (BA) e a proposta de implementação de uma zona de amortecimento em seu entorno. Atualmente, a Esec Raso da Catarina é classificada como área de extrema prioridade de conservação da biodiversidade. Contudo, populações quilombolas, indígenas e não tradicionais, vivem e sobrevivem não somente na, mas, *da* Caatinga. Este trabalho teve por objetivo realizar um estudo das estratégias de sobrevivência dos agricultores familiares do entorno da referida Esec, tendo como estudo de caso os agricultores familiares do Povoado São José, Paulo Afonso, BA, identificando as principais atividades desenvolvidas pelos entrevistados no intuito de garantir a sua sobrevivência e revelar o processo interativo, decorrente dessas estratégias, entre o homem e o meio ambiente, assim como, os conflitos socioambientais e políticos resultantes dessa interação. Para tanto, foram realizadas observação direta e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam para a necessidade de um projeto de conscientização das populações das comunidades vizinhas dessa Unidade de Conservação, que enfatize a importância da caatinga e da Esec Raso da Catarina, para a manutenção da biodiversidade regional e para a própria sobrevivência da agricultura familiar nessa porção do semiárido.

**Palavras-chaves:** Conflitos socioambientais; Unidade de conservação; Comunidades tradicionais

## **As Estratégias de Sobrevivências de Agricultores Familiares do Entorno da Estação Ecológica Raso da Catarina (BA) na seca de 2012/2013 – Conflitos entre o acesso e uso dos recursos naturais e a sobrevivência do sertanejo**

**Janice Rodrigues Placeres Borges<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Doutora/Docente/ CCA – UFSCar, [janice@cca.ufscar.br](mailto:janice@cca.ufscar.br) . Apoio: CNPq

### **Introdução: a título de contextualização**

A seca que vem afetando o sertão nordestino desde 2011 é considerada a maior dos últimos 40 anos. Já provocou impactos socioambientais de grande monta, principalmente, no meio rural, isto em uma região marcada por um equilíbrio natural instável e por políticas públicas equivocadas – desde o último quartel século XIX.

A grande maioria dos corpos d'água e açudes secaram comprometendo o abastecimento de água humano e dos rebanhos, que morreram de sede e fome ou foram abatidos antes do tempo, levando a situação de risco à pecuária de corte e leiteira e a uma séria crise agrícola.

Água, hoje, só há para consumo humano e, mesmo assim, escassa. Não há dados confiáveis se a quantidade de litros, por dia, por pessoa, obedece à recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 40 litros.

No campo, as culturas mais afetadas são a do feijão, milho, mamona, palma, arroz e o algodão.

Obras anunciadas contra a seca, como o polêmico Canal do Sertão, parte do projeto de transposição do Rio São Francisco, não foram concluídas.

Contudo, já somam 1 bilhão de reais empregados, somente no estado de Alagoas. Em janeiro de 2013, a Presidente Dilma Rousseff, inaugurou, no alto sertão alagoano, 95 km, do total de 250 km de extensão, que terá o Canal do Sertão em sua parte alagoana, obra que foi projetada desde os anos 1990.

A disseminação de cisternas, ao longo de anos, ressuscitou os carros-pipa, ícone da chamada indústria da seca. E que tem um profundo reflexo político na manutenção do poder oligárquico.

Por outro lado, o uso e ocupação do espaço biogeográfico e cultural sertanejo denominado Caatinga tem sido um palco histórico de conflitos socioambientais sobre os sentidos e vocações de seus elementos. Atualmente, emblemática do que ocorre no Bioma Caatinga é a área da Estação Ecológica Raso da Catarina e seu entorno, localizada na região nordeste do estado da Bahia, entre os municípios de Paulo Afonso, Jeremoabo e Rodelas.

Atualmente, a Esec é classificada como área de extrema prioridade de conservação da biodiversidade. Criada em 1984, como reserva ecológica, em 2001, a referida unidade de conservação passa a categoria de Estação Ecológica (Esec), respaldada em sua relevância ecológica para o bioma Caatinga.

Contudo, populações tradicionais quilombolas, indígenas, pequenos criadores de gado e agricultores familiares, vivem e sobrevivem não somente na, mas, *da* Caatinga.

Recentemente, uma tensão entre os gestores da Esec e as comunidades do entorno, que já tem sido reforçada com a proposta de implementação de uma Zona de Amortecimento, que restringiria o uso e ocupação do solo num perímetro de 258.527 km, abrangendo 269.130 ha., agravou-se com a atual seca.

### **O Bioma Caatinga: caracterização geral e fatos históricos**

Em termos biogeográficos, o domínio da Caatinga se estende no Brasil por 844.453 km<sup>2</sup>, ocupando 13% do território nacional, abarcando 56% da população nordestina e 16% da população brasileira, estendendo-se pelo Ceará, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, até uma pequena porção de Minas Gerais e do Maranhão.

De acordo com o Probio (2000) quase 50% de seu território apresenta-se degradado, devido às atividades e ações antrópicas.

Apesar do clima semiárido, o bioma possui uma rica biodiversidade composta por centenas de espécies de plantas, mamíferos, aves e peixes - endêmicas ou não. Os rios que cortam a Caatinga são intermitentes, em sua maioria. Mas, como 50% das terras são de origem sedimentar, são ricas em águas subterrâneas. A temperatura varia de 24 a 28°C. A precipitação média é de 250 a 1000 mm e o déficit hídrico é elevado durante todo o ano.

Sua vegetação é constituída, especialmente, de espécies lenhosas e herbáceas, de pequeno porte, geralmente dotadas de espinhos, perdendo suas folhas no início da estação seca, em geral, são cactáceas e bromélias (PAES e DIAS, 2008).

Porém, a lista de espécies existentes na Caatinga é incompleta devido à falta de estudos na região. De acordo com Tabarelli et al. (2000), mais de 40% desse ecossistema ainda não foi amostrado, cerca de 80% das áreas estudadas foram sub-amostradas e as áreas protegidas, como as Unidades de Conservação e outras, totalizam menos de 1% de todo ecossistema.

A Caatinga apresenta um histórico de ação antrópica antigo, iniciado desde o período colonial, com o processo de avanço da expansão econômica do litoral em direção ao interior, através da procura por ouro e pedras preciosas, via regime de sesmarias e com o sistema de capitâneas hereditárias (RIBEIRO, 1995).

A ação do homem, por meio de suas atividades, já modificou de 60 a 70% da vegetação original. Atividades como queimadas para o preparo do solo, para a agricultura, substituição da vegetação nativa por pastagens e retirada de lenha, são tidas

como as principais agressões e causas das modificações ocorridas (ANDRADE-LIMA, 1981; TABARELLI et al., 2000). Moradores locais são apontados como os principais responsáveis por essas atividades.

Dados recentes estimam que, nos últimos 15 anos, 4.000.000 ha de Caatinga foram devastados devido à interferência do homem na região, transformando-se em deserto (SISTEMA, 2007). De acordo com dados do Sistema Estadual de Informações Ambientais (SISTEMA) da Bahia, 100.000 ha são devastados anualmente (SISTEMA, 2007).

Contudo, a Caatinga também tem sua identificação cultural. De acordo com Acsehrad (2004), as sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhe são específicas como os modos de apropriação do mundo que lhe correspondem. Essa apropriação pode ser dividida em estamentos variados: entre práticas de apropriação da técnica, ou seja, modos de uso, transformação biofísica, etc., práticas de apropriação social, através da qual se configuram os processos de diferenciação social dos indivíduos a partir de distribuição desigual do poder sobre os recursos e práticas de apropriação cultural do mundo material em que o mesmo é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados, a partir do qual se constrói o mundo social (FLEURY, 2008).

Historicamente, a região da Estação Ecológica Raso da Catarina é possuidora de fatos como a Guerra de Canudos, Lampião e seu bando, a história da saga do governo militar desenvolvimentista na ânsia por construir infraestrutura, para atrair o crescimento econômico, com a construção, por exemplo, da Barragem de Paulo Afonso (CHESF), entre tantos outros projetos hídricos de grande porte e fatos históricos marcantes para a região e para a nação.

No que concerne à região da Estação Ecológica Raso da Catarina, com a mudança da Corte portuguesa para o Brasil e necessidade de apoio das elites para governar, explicitamente no Nordeste, o reforço aos espaços políticos locais beneficiou grandes proprietários de terra e favorecendo a formação de figuras marcantes no contexto político e econômico regional.

É dessa época a criação do atual município de Jeremoabo, situado na região do Raso da Catarina. Uma faixa territorial habitada por indígenas mongoiós e cariacás, pertencentes à etnia Tupinambá, que, no século XVI foi conquistada pelo português

Garcia D'Ávila, que a recebeu de D. João III como sesmaria. Assim, durante quatro gerações os Ávilas estenderam seus domínios de terras em alguns estados nordestinos.

Em 1688, Jeremoabo, uma das mais antigas fazendas de criação extensiva de gado bovino passa a categoria de “julgado”, tornando-se Freguesia de São João Batista de Jeremoabo do Sertão de Cima, transformando-se em cidade em 1925.

Em 1725, outro bandeirante português, Paulo Viveiros Afonso, também, recebeu uma sesmaria na região, no território correspondente aos atuais municípios de Glória e Paulo Afonso.

Com o tempo, tornaram-se evidentes as diferenças política, econômica, social e cultural entre o interior nordestino e o litoral (FREYRE, 1989; FURTADO, 2001; RIBEIRO, 1995; CALAZANS, 2007).

A sociedade que surgiu na zona semiárida tinha como traço característico a dispersão espacial dos camponeses, que dependiam totalmente dos proprietários de terras.

Segundo Facó (1980), o contexto da tensão causada pela fome e pela miséria favoreceu tanto a constituição do cangaço, com a histórica figura de Lampião, que passou tempos na região do Raso da Catarina, no fim de sua vida, assim como o surgimento de movimentos religiosos no Nordeste, a exemplo daquele fundado por Antonio Conselheiro, em Canudos (BA), município do entorno da Esec do Raso da Catarina.

A região semiárida era então a periferia da faixa litorânea. Segundo Furtado (1997), a influência da economia litorânea na região semiárida deu-se em duas vertentes. De um lado, criou a demanda por criação de animais, de outro, gerou uma oferta de pessoal capacitado para promover a ocupação territorial.

Dessa forma, a ocupação do sertão nordestino realizou-se com pequeno esforço financeiro e centrou-se, desde o início na pecuária extensiva, o que constituiu a base da organização socioeconômica.

A atualidade do contexto sociocultural e econômico na região do Raso da Catarina pode facilmente ser correlacionada a esses aspectos culturais e históricos. Algumas questões persistem, sobretudo, aquelas relacionadas aos processos da seca, da pobreza e da exclusão social, cultural e econômica que ainda vigoram em todo o Nordeste e são acentuadas na região estudada (VILLA, 1999).

Diante desse quadro, pesquisas que tenham como tema avaliar a perturbação antrópica no entorno da Esec Raso da Catarina e na própria Esec são de suma importância para a conservação da área, assim como, do próprio bioma caatinga. O trabalho aqui apresentado traz os resultados de um dos subprojetos de um Projeto Temático, financiado pelo CNPq, que tem por objetivo central realizar uma avaliação da perturbação antrópica nessa Unidade de Conservação e em seu entorno, qual seja: realizar um estudo das estratégias de sobrevivência dos moradores do entorno da Esec Raso da Catarina, tendo como estudo de caso os moradores do Povoado São José, localizados na área externa vizinha da Estação Ecológica, no município de Paulo Afonso, BA, identificando as principais atividades desenvolvidas pelos entrevistados no intuito de garantir a sua sobrevivência e revelar o processo interativo, decorrente dessas estratégias, entre o homem e o meio ambiente, assim como, os conflitos socioambientais resultantes dessa interação.

### **Metodologia**

Metodologicamente, procurou-se através da bibliografia existente, refletir sobre métodos que estão mais aproximados das necessidades deste estudo.

Assim sendo, foram adotadas, nessa etapa dos trabalhos, a observação direta, diário de campo, entrevistas semiestruturadas e documentação fotográfica (MINAYO, 2000; HAGUETTE, 1988).

Para tanto, optou-se pelo estudo de caso, tendo a população do Povoado São José como unidade de estudo.

### **A Área de Estudo**

Entre outras Unidades de Conservação implantadas na Caatinga, situa-se a Estação Ecológica Raso da Catarina, localizada no estado da Bahia, entre os municípios de Paulo Afonso, Jeremoabo e Rodelas, constituindo-se uma das principais unidades de conservação situadas nesse bioma, com a importante atribuição de preservar remanescentes dessa tipologia vegetal e todos os organismos nela associados.

A Esec Raso da Catarina é a única unidade de conservação federal de proteção integral inserida na região nordeste do estado da Bahia e que representa, exclusivamente, o bioma Caatinga.





**Figura 1 – Vista parcial da Esec Raso da Catarina – fotografada do Povoado São José. Jan. 2013.**

Criada pelo decreto no. 89.268, de 3 de janeiro de 1984, como reserva ecológica Raso da Catarina, sofreu uma mudança de categoria, passando a se chamar Estação Ecológica Raso da Catarina, a partir de 11 de janeiro de 2001. A mudança foi respaldada em sua relevância ecológica para o bioma Caatinga, no seu estado de conservação e em sua privilegiada inserção geográfica, além da proteção de espécies criticamente ameaçadas de extinção, como a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus lear*).

No documento “Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Caatinga” (MMA, 2002), a Estação Ecológica do Raso da Catarina é classificada como de extrema prioridade, pois, sua classificação para os temas de flora, anfíbios e répteis é de “muito alta importância”; para o de invertebrados é “insuficientemente conhecida”, mas de provável importância; e para os de aves e mamíferos é de “extrema importância”.

A Esec possui uma superfície de 99.772 ha, perímetro de 135.279 ha, limitando-se ao norte com a Terra Indígena dos Pankararé, ao leste com as comunidades rurais moradoras dos municípios de Paulo Afonso e Jeremoabo, ao sul com a Serra Branca e a

malha de drenagem do rio Vaza-Barris e ao oeste com propriedades rurais dos municípios de Canudos, Rodelas e Macururé.

A implementação de uma zona de amortecimento (ZA) proposta pelo Ministério do Meio Ambiente é de 269.130 ha e o seu perímetro aproximado é de 258.527 km, constitui-se em um raio aproximado de dez quilômetros de entorno da Estação Ecológica. A ZA se insere nas terras pertencentes aos municípios de Canudos, Glória, Jeremoabo, Macururé, Paulo Afonso e Santa Brígida.

### **As Populações Residentes na Região da Esec Raso da Catarina**

Na região de influência da Estação Ecológica Raso da Catarina habitam algumas comunidades quilombolas. Jeremoabo, que é o município mais antigo. No século XIX possuía grandes fazendas de pecuária extensiva com mão-de-obra escrava. O Barão de Jeremoabo possuía 61 propriedades distribuídas entre os estados da Bahia, Alagoas e Sergipe.

Populações indígenas são encontradas em cinco áreas pertencentes às etnias Tuxá, Kantaruré, Xukuru-kariri e Pankararé. A terra indígena mais próxima da Estação é a dos Pankararé, residentes na zona de amortecimento da Esec. Os demais residem nos municípios que configuram a região de influência.

Vários povoados, também, se localizam na área vizinha da Estação Ecológica.

As áreas estratégicas externas (AEE) são “relevantes para a integração da Unidade de Conservação com sua região, especialmente sua Zona de Amortecimento, que apresentam situações específicas (ameaças/oportunidades) para as quais serão direcionadas estratégias visando reverter ou aperfeiçoar o quadro” (GALANTE et al., 2002).

Para a Esec Raso da Catarina foram definidas cinco áreas estratégicas externas (AEE): 1) AEE Colônia – km 40; 2) AEE Comunidades Vizinhas da Esec; 3) AEE Bacia do Rio Vaza-Barris; 4) AEE Cidade de Paulo Afonso e 5) AEE Cidade de Jeremoabo (Figura 3).

O Povoado São José, área de estudo deste trabalho, encontra-se na AEE Comunidades Vizinhas da Esec.

**Quadro 1:** Povoados existentes na zona de amortecimento e limítrofes à Esec

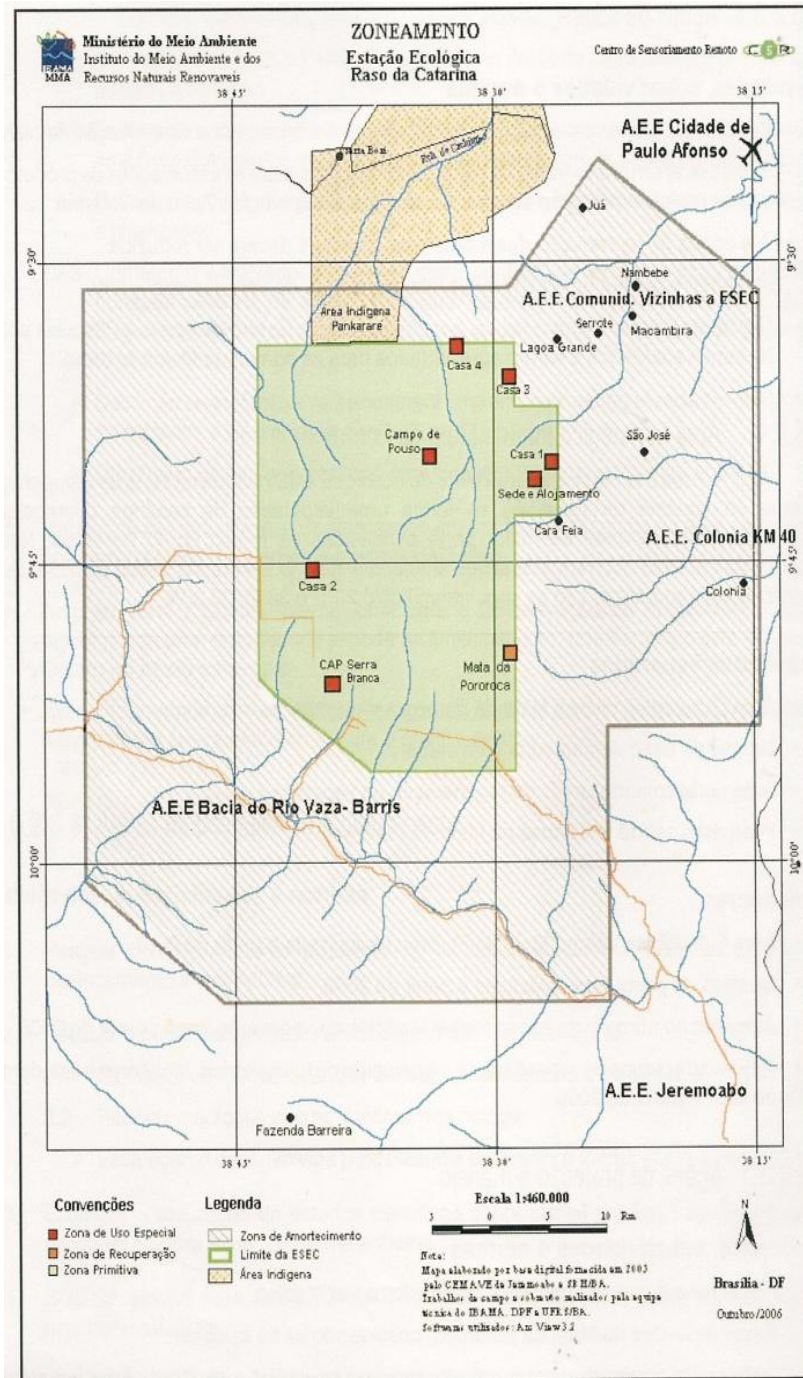
Povoados	Coordenadas geográficas
Brejo do Burgo (Pankararé)	09 <sup>o</sup> 20'37,7" S e 38 <sup>o</sup> 28'23,9" W

Araras – “Campo Grande”	09 <sup>o</sup> 42’26,0” S e 38 <sup>o</sup> 22’21,9” W
Várzea	09 <sup>o</sup> 32’58,1” S e 38 <sup>o</sup> 26’15,3” W
Cara Feia	09 <sup>o</sup> 41’54,5” S e 38 <sup>o</sup> 26’33,5” W
<b>São José</b>	09 <sup>o</sup> 38’36,8” S e 38 <sup>o</sup> 21’48,2” W
Lagoa Grande	09 <sup>o</sup> 33’58,7” S e 38 <sup>o</sup> 26’40,4” W
Serrote	09 <sup>o</sup> 32’44,4” S e 38 <sup>o</sup> 24’22,9” W
Alagadiço	09 <sup>o</sup> 33’16,2” S e 38 <sup>o</sup> 23’10,1” W
Macambira	09 <sup>o</sup> 31’56,0” S e 38 <sup>o</sup> 22’31,0” W
Nambobé	09 <sup>o</sup> 30’27,7” S e 38 <sup>o</sup> 22’14,6” W

Fonte: CSC, Ibama, 2007.



**Foto1 – Equipe de pesquisa de campo no Povoado Lagoa Grande, Paulo Afonso Bahia. Nov. 2013**



**Figura 2:** Povoado São José, localizado em uma das Áreas Estratégicas Externas situadas na área proposta com Zona de Amortecimento da Esec. Fonte: Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2007.

### Características do Povoado São José

O Povoado São José, localiza-se na zona rural do município de Paulo Afonso. A comunidade possui 231 domicílios e 743 moradores, sendo 366 homens e 377 mulheres.

A história do povoado se confunde com a própria história de divisão de terras na região e das mudanças ocasionadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, CHESF.



**Figura 3 – Vista parcial do Povoado São José e sua população, Paulo Afonso, BA. Nov. 2012.**

### **Resultados**

Diante desse breve quadro, que expõe a importância e fragilidade do Bioma Caatinga e do processo de mudanças que, historicamente, vem afetando a caatinga, assim como, apresenta a Esec Raso da Catarina e as comunidades e os povoados do seu entorno (Quadro 1 e Figura 1), trazendo a luz fatos históricos e fatores sociais, políticos, culturais e econômicos da região, que tanto inibem quanto estimulam sua proteção/preservação, essa Unidade de Conservação transformou-se em centro de

um conflito entre diferentes segmentos sociais que se relacionam e se apropriam do meio, com lógicas diferentes (PAES E DIAS, 2008).

Os resultados preliminares apontam que as principais formas de estratégias de sobrevivência desenvolvidas pela população do Povoado São José são a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva, com baixos índices de desenvolvimento. De acordo com as falas dos moradores, essa fragilidade econômica se deve, em parte, aos períodos prolongados de seca (no momento dessa fase da pesquisa, a região estava passando por uma estiagem que não se via há mais de três décadas) e ao solo arenoso. Paes e Dias (2008) ressaltam que essa fragilidade se deve também à política agrícola para o pequeno produtor brasileiro.

Assim como em outros lugares do sertão nordestino, a pecuária extensiva de gado bovino, a criação de caprino e ovino é historicamente significativa na economia regional. A preferência dos produtores da região de estudo pela pecuária, segundo as falas, leva em consideração o clima, os tipos de solo e a quase inexistência de água. Segundo Paes e Dias (2008), isso talvez explique porque no Nordeste e, sobretudo, na Depressão Raso da Catarina, uma região inóspita, se cria gado em grandes extensões de terras. Isso possibilita que o gado (bovino, caprino e ovino) se alimente da vegetação arbustiva, das pastagens e das espécies de folhas suculentas.

Assim, em uma área tão frágil é desejável que o pecuarista disponha de terra para fazer rodízio de pasto, o que torna os lotes de até 10 hectares inadequados, fazendo com que na estiagem o rebanho seja levado à adentrar a área da Esec Raso da Catarina (Paes e Dias, 2008). A criação de caprinos também tem destaque na área de estudo.

Os roçados de subsistência, também, fazem parte das atividades desenvolvidas e os produtos excedentes gerados são responsáveis pela complementação da renda familiar. Os cultivos não variam muito entre as propriedades. Os moradores plantam milho, mandioca, feijão de corda, abóbora, coentro, batata doce, inhame. Os frutos dos roçados e dos quintais são geralmente usados para consumo do grupo familiar.

Além desses produtos comestíveis, ainda plantam palma, para alimentar o gado.

Para Paes e Dias (2008), as atividades conflitantes são a caça, corte seletivo de madeira e pastoreio extensivo de bovinos, ovinos e caprinos. Em suas falas, os entrevistados negam realizarem essas práticas na área da Esec.

Contudo, “a criação de animais e a existência de “aguadas” (pequenos açudes construídos por fazendeiros e criadores) dentro da Estação Ecológica é outro grande

problema para a Esec. Na época da seca, estima-se que milhares de cabeças de gado (muar, bovino, ovino e caprino) adentram a Estação Ecológica” (PAES e DIAS, 2008, p.170).

A captura e tráfico de animais silvestres é um grave problema apontado por Paes e Dias (2008), pois, a riqueza de diversidade da avifauna aguça o interesse dos traficantes de animais e admiradores de pássaros, pois, favorece a existência permanente de várias opções de animais para comercialização nas feiras. Os entrevistados falam dessa prática, apontando as “pessoas de fora” da área, que adentram a Estação, para tais finalidades.

De acordo com Acseirad (2004) esse conflito é resultado da constatação de que o meio ambiente não é um ente uno, externo às relações sociais, mas “atravessado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados. E, portanto, no processo de sua reprodução os grupos sociais se confrontam, em certos momentos, a diferentes projetos de uso e significação de seus recursos ambientais. Vista por esta perspectiva, a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva, embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público” (FLEURY, 2008: 61).

Verifica-se que, a falta de alternativas econômicas, falta de consciência ambiental e a deficiência da fiscalização, devido à falta de contingente, como fatores que estimulam comportamentos que ferem os objetivos dessa unidade de conservação.

A apicultura é outra atividade encontrada na área de estudo.

Contudo, a possibilidade de presença de espécies exóticas é um grande risco à manutenção das espécies nativas da Unidade de Conservação, segundo biólogos.

No entanto, trata-se de uma atividade que se adapta bem ao bioma local, trazendo um complemento de renda aos moradores.

### **Considerações finais**

No estudo das principais estratégias de sobrevivência da população do Povoado São José, foi possível detectar que algumas estratégias variam de importância, quanto a serem consideradas como principais ou secundárias. A principal atividade econômica identificada é a criação de gado (bovino e caprino).

A respeito de suas relações com os elementos naturais da caatinga, no entorno da Estação Ecológica Raso da Catarina, pelos dados analisados e pela literatura consultada, até o presente momento, pode-se afirmar que as relações sociedade, natureza,

desenvolvimento rural, conflitos socioambientais e conservacionismo, estão intimamente relacionados a uma construção social do que venha a ser danoso ao ambiente e até o que se entende por natureza, vocação da caatinga e qual o papel de uma unidade de conservação na sua região de moradia. Isso tudo, pode ainda diferir entre os grupos e segmentos sociais e culturas, variando de acordo com o momento histórico e as experiências de vida da população da área de estudo, assim como de suas necessidades de sobrevivência.

Os moradores do Povoado São José não ignoram a existência da unidade de conservação. Mas, não possuem consciência de sua importância ambiental e social.

Assim, os conflitos existentes só serão mitigados, por meio de um trabalho de conscientização ininterrupto, com apoio da Educação Ambiental formal e informal, para contornar práticas de uso e ocupação, históricas, da Caatinga.

Enfim, existe a necessidade de um estudo mais aprofundado, para poder-se entender esse complexo universo e sua relação com a questão ambiental e conservação do Bioma Caatinga na Esec Raso da Catarina e seu entorno, para conservação e preservação do mesmo, assim como, para a sobrevivência do sertanejo e continuidade de sua cultura.

### **Referências bibliográficas**

- ACSERALD, H. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Relume-Demará, 2004.
- ARAÚJO LIMA, M.J. 1984. **Ecologia Humana: realidade e pesquisa**. Petrópolis, Vozes.
- ÁVILA-PIRES, F. 1983. **Princípios de Ecologia Humana**. Ed. UFRGS/CNPq.
- BOJUNGA, C. 1989 – Raso da Catarina, sem água, sem misericórdia. **Revista Good Year**. Premio Aberje, São Paulo.
- BOURDIEU, P. 1979 - **O Desencantamento do Mundo**. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- \_\_\_\_\_ 1980 – “Structures, Habitus, Pratiques”. **LE SENS PRATIQUE** Paris, lês editions de minuit.
- \_\_\_\_\_ 1987 - **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- CALAZANS, R. AMBIVALÊNCIAS: o nordeste nas obras de Gilberto Freyre e Celso Furtado. **RBCS**, vol.22, no. 64, jun., 2007.
- CARDOSO, E.S. **Área de proteção ambiental de Cafuringa/DF: aspectos valorativos, segmentos sociais e conflitos de uso dos recursos naturais**. UNB.
- CARVALHO, L.M.F. **Gestão de área de proteção ambiental no estado da Bahia: análise de um momento em construção**. Ed. José Drumond. 2004.



- DA SILVA, C.J. e SILVA, J. **No ritmo das águas do pantanal**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.
- DIEGUES, C.A. **Etnoconservação: Novos rumos de conservação da natureza nos Trópicos**. São Paulo: HUCITEC. 2000
- DRUMOND, J.A. Conceitos básicos para a análise de situações de conflito em torno de recursos naturais. In: Bursztyn, M. (org.) **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária. 2001.
- FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Civilização Brasileira. 1965.
- FLEURY, L. **Cerrado para ser o que?** Representações sociais e conflitos ambientais entorno do Parque Nacional das Emas, Goiás. UFRGS, 2008 (Mestrado).
- FREYRE, G. 1989. **Nordeste**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro, Record.
- FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Ed. UFRJ, 2001.
- FURTADO, C. **A Fantasia Desfeita**. Tomo II. São Paulo: Paz e terra. 1997
- \_\_\_\_\_ **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional. 1986.
- HAGUETTE, T.M. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Rio de Janeiro. Ed. Vozes. 1988.
- IBAMA. **Plano de Manejo da Estação Ecológica do Raso da Catarina. 2008**
- MATTEUCCI, M.B.A. **Hóspedes de si mesmos: um estudo socioambiental sobre a Unidade de Conservação Parque Estadual de Terra do Ronca/GO**. Tese (Doutorado). UNB. 2003
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 7ª.ed., 2000.
- NEVES, D. P. Diferenciação socioeconômica do campesinato. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo. Cortez Editora. ANPOCS. 1985
- PAES, M. e DIAS, I. IBAMA. **Plano de Manejo da Estação Ecológica Raso da Catarina**. Brasília: Ibama. 2008.
- POSEY, A. D. Os Povos Tradicionais e a Conservação da Biodiversidade. **Uma estratégia Latino-americana para a Amazônia**. Ministério do Meio Ambiente, UNESP, v.1, p.149-157. 1986
- RIBEIRO, D. **O Povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 2ª. Ed. , 1995
- VILLA, M.A. **Canudos: o povo da terra**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1999.
- WORTMANN, E. O Sítio Camponês. In: Cardoso de Oliveira, R (org.) – **Anuário Antropológico** Fortaleza, UFC, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro. 1983.
- \_\_\_\_\_ Parentesco e Reprodução Camponesa. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, Cortez Editora, ANPOCS. 1985.

**Autogestão nos movimentos sociais do campo na segunda metade do Século XX: a  
luta pela liberdade**

LINS, Lucicléa Teixeira<sup>1</sup>

**Resumo:**

A Autogestão presente na luta dos movimentos sociais do campo é o objeto de interesse deste artigo que tem como principal objetivo compreender seu exercício em sua trajetória histórica e na práxis educativa nos processos de organização coletiva entre trabalhadores(as). No seu enfoque, o artigo passa a perceber a autogestão, na sua dinâmica praxiológica e na sua perspectiva utópica, enxergando-a através da práxis vivenciada nos desejos daqueles(as) que sonham outra sociedade. Pode-se perceber na essência da autogestão uma práxis e uma utopia que se apresentam em vários momentos históricos nas experiências socialistas, nos seus projetos de organização da classe trabalhadora, e na elevação da consciência e autonomia de mulheres e homens.

**Palavras-chaves:** autogestão; movimentos sociais; liberdade.

---

<sup>1</sup> Doutora e mestre em educação pela UFPB. Professora do Departamento de Educação – DE. Campus III, CCHSA / UFPB. luciclealins@yahoo.com.br

## **Autogestão nos movimentos sociais do campo na segunda metade do Século XX: a luta pela liberdade**

**LINS, Lucicléa Teixeira**

### **1 Introdução**

Compreende-se a autogestão como uma práxis em que o controle dos meios de produção, bem como as decisões em torno do processo produtivo, pertence aos próprios trabalhadores. Para a Anteag<sup>2</sup>, a “autogestão é um modelo de organização em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão”.

Assim, a autogestão, como também afirma a SENAES<sup>3</sup>, preconiza orientações para um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações em seus diversos graus e interesses, nas definições dos processos de trabalho, nas decisões sobre a aplicação e a distribuição dos resultados e dos excedentes, além da propriedade coletiva da totalidade ou de parte dos bens e meios de produção do empreendimento. Ela pressupõe a autonomia do conjunto dos trabalhadores envolvidos em determinada organização produtiva. Numa organização regida por esse princípio, todos os trabalhadores têm os mesmos direitos nos processos de participação e decisão do coletivo. Isso requer conhecimento e descortinação de muitos simulacros postos como verdadeiros. Passaremos a compreender a autogestão em diferentes momentos históricos da luta pela liberdade.

### **2. Antecedentes históricos**

As lutas pela realização de ideais e por melhoria das condições de vida e de trabalho sempre estiveram presentes na história do povo brasileiro. Nos tempos da escravidão, os escravos fugiam das fazendas e formavam os quilombos, que se

---

<sup>2</sup> ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária.

<sup>3</sup> Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Ver documento nas referências.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

constituíam em territórios de resistência, de liberdade e de autonomia. Atualmente, a historiografia considera até mesmo os suicídios praticados pelos negros como uma última forma de resistir à opressão senhorial, a todo o revés do domínio do colonizador sobre suas vidas. A tática de guerrilha utilizada pela resistência negra foi motivo de temor da classe dominante, pois era exemplo de rebeldia que caracterizava os movimentos populares. O quilombo dos Palmares, nas figuras de Zumbi e de Ganga Zumba, criou, dentro de uma sociedade aristocrática e exploradora, um modelo comunitário, de mais igualdade e justiça, dentro de uma sociedade díspar, que era o Brasil colônia da época.

Durante o Brasil Império, em especial, durante a regência, por ter sido um período muito tumultuado, grandes conflitos ocorreram entre os grupos conservadores dominantes e as camadas sociais populares que, expropriadas, buscaram emancipar-se da condição de miséria a que estavam submetidos pelas então oligarquias. No período regencial, eclodiram vários movimentos sociais, manifestações advindas das classes menos abastadas, como os cabanos do Pará (1835-40), de Pernambuco e de Alagoas (1832-35), passando pela Sabinada (1837-38), na Bahia, até chegar à Farroupilha dos grandes estancioneiros no Rio Grande do Sul (1835-45). Vejo a insatisfação de várias camadas sociais que foram contidas pelo abuso da força do imperador D. Pedro I, amparado pelas elites imperiais. Esses movimentos, junto com outros, como a Balaiada (1838-41), no Maranhão, e as revoltas dos Malês, na Bahia, em 1835, são provas concretas de que várias camadas representativas da sociedade brasileira contestavam sobremaneira a opressão que, mesmo depois de rompidos os laços com a coroa portuguesa, permaneciam concentradas nas elites dominantes. Apesar de a revolução praieira de 1848 ter ocorrido no segundo reinado, marca o segundo ciclo das revoltas no período regencial.

Os conflitos deflagrados, naquele momento, representaram os desejos de liberdade e de mudanças das classes populares. Desses revoltosos, surgiram muitos líderes que disputaram, política e ideologicamente, o comando das províncias. Apesar de essas revoltas terem sido duramente reprimidas, demonstraram que, se organizados, os contestadores poderiam incomodar muito. Para isso, usavam de várias estratégias, como os motins e as depredações, contudo o que buscavam mesmo era o atendimento a um mínimo de direitos e do reconhecimento de sua dignidade como ser humano.

Já no período republicano, conflitos como o de Canudos (1893-1897) demonstraram comoventemente a resistência sertaneja à opressão das elites e ao modelo de latifúndio explorador. Foi um movimento social messiânico liderado pelo então beato Antônio Conselheiro. Ocorreu no povoado de Belo Monte, na Bahia e reuniu quase trinta mil sertanejos que, unidos pela miséria comum que lhes era imposta, construíram, durante a pequena existência de Canudos, uma comunidade que em muitos aspectos lembrava as comunidades primitivas, baseadas na propriedade comum, na proteção, e em Canudos, em particular, congregavam-se também em torno de um elemento místico - a fé católica arcaica que era sobremaneira diferente daquela orientada pelo Vaticano. A solidariedade que uniu a população excluída é um exemplo clássico, na história brasileira, que desmistifica a tese de que o povo brasileiro é submisso e se acomoda com as intempéries das classes dominantes.

Ainda no período republicano, outro movimento camponês, também com bases religiosas em sua essência, eclodiu no interior de Santa Catarina - a revolta camponesa do Contestado (1912-1916), também conhecida como Guerra do Contestado. Os adeptos dessa batalha peculiar, os conhecidos romeiros, que seguiam os monges João Maria e José Maria, eram quase todos posseiros que foram expulsos pelos fazendeiros e pelas companhias colonizadoras de terras.

Novamente se vê outro exemplo de insatisfação populacional em função dos desagravos dos latifúndios que predominavam desde as origens da nossa colonização e se perpetuam causando atraso, impactando transformações substanciais para a vida dos mais necessitados, criando um fosso que separa os grandes proprietários da maioria de desprovidos que fazem parte da sociedade brasileira. No Contestado, organizaram uma comunidade onde o comércio convencional foi praticamente abolido, utilizando o sistema de trocas entre seus membros. No entanto, sofreram também a intervenção oficial da recém-criada República e foram massacrados pelas tropas do Exército.

Mais uma situação em que aqueles que contestam a ordem estabelecida recebem de volta a ação violenta e sanguinária, que era empregada desde os primeiros movimentos que iam de encontro à Coroa portuguesa, era a atitude autoritária para podar o desejo de liberdade daqueles que acreditavam na possibilidade de um mundo melhor. Essas revoltas foram motivadas pelo predomínio dos latifúndios improdutivos, razão principal da miséria histórica da população camponesa. Como as condições

mínimas de existência humana não eram atendidas, como a remuneração justa, questões relativas à saúde pública e elemento básico para subsistência, como a alimentação, o clima de insatisfação se agravava, e isso fazia com que as revoltas acontecessem de maneira bastante violenta.

Esses movimentos são apenas algumas das muitas manifestações de cunho popular que marcaram a nossa lenta história para que avançássemos em relação aos direitos básicos da maioria que forma a nação brasileira. Gohn (2001) faz um verdadeiro mapeamento desses movimentos, e percebemos que tais conflitos que, pela história tradicional, são tratados como episódios separados, na realidade, em seu bojo, são elos capazes de construir a cidadania brasileira. Não a que vinha de cima para baixo, forjada por iluministas como John Locke, Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau, mas aquela articulada pelos desejos das camadas subalternas.

### **3. Prenúncios de autogestão nos movimentos sociais do campo na segunda metade do Século XX**

A luta dos movimentos sociais traz uma rede de ações que contribuíram para a verdadeira formação do estado brasileiro. Esses acontecimentos não tiveram pausa histórica, aqui e acolá, foram marcando a história e o território brasileiros. Na segunda metade do Século XX, tomaram outra conotação, numa sociedade onde já predominavam as oligarquias dissidentes daquelas presas ao coronelismo da política do café com leite e dos governadores; a sociedade já se urbanizava e se industrializava. Inclusive, as novas tecnologias dessa industrialização atingiram o campo e foram motivo de conflitos sob uma nova configuração - modelos arcaicos convivendo com os emergentes.

Nesse período, o Brasil foi marcado pela emergência de novos conflitos no campo, que reacenderam a luta pela reforma agrária, porém de forma mais acirrada e contundente, pois essa fase era constituída de novos processos organizativos e representava, de forma mais madura, os anseios dos trabalhadores do campo: as ligas camponesas ganham força; cria-se o Estatuto da Terra, em pleno regime militar, usado até os dias atuais; aparecem novas representações, como o MST e o MAB.

Martins (1981, p.67) afirma que, a partir de 1950, os movimentos sociais do campo foram marcados por novas formas de organização dos camponeses, com um caráter de classes:

Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 a liga camponesa e os sindicatos serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses.

O quadro abaixo representa, cronologicamente, os fatos que marcaram esse momento histórico das lutas dos trabalhadores do campo, visando expor, com mais clareza, esse processo tão complexo e conturbado que foi o período:

**Quadro 5 - História social do campo, Brasil 1944-2005: uma cronologia**

Ano	Acontecimento
1944	Decreto-lei n.7038/44, que definia a representação sindical paralela entre trabalhadores e patrões no meio rural.
1945	Decreto-lei n.7449/45, que definia a formação de associações rurais como organizações mistas, não submetidas a critérios de enquadramento profissional, mas a jurisdição territorial de base municipal, com uma representação em nível estadual, por meio das federações.
1945	Aparecimento das primeiras associações de lavradores
1949	Aparecimento do primeiro número do jornal <i>Terra Livre</i>
1953	Primeiro Congresso de Lavradores
1954	Segundo Congresso de Lavradores e criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).
1955	Criação do Serviço Social Rural
1955	Criação da Liga Camponesa da Galileia (Pernambuco)
1960	Surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-serra (MASTER), no Rio Grande do Sul
1961	Congresso Camponês de Belo Horizonte

1962	Aparecimento do Jornal <i>Liga</i> , editado pelas Ligas Camponesas do Brasil
1962	Regulamentação da sindicalização rural
1963	Criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
1963	Aprovação nacional do Estatuto do Trabalhador Rural pelo Congresso Nacional Greves dos canavieiros pernambucanos
1964	Golpe militar (31 de março) Aprovação pelo Congresso Nacional do Estatuto da Terra (novembro)
1971	Criação do FUNRURAL
1975	Criação da Comissão Pastoral da Terra
1979	Primeiras ocupações organizadas de terra no sul do Brasil
1979	Greve dos canavieiros de Pernambuco, dando início a um ciclo que se repetiria nos anos seguintes em Pernambuco e em outros estados do Nordeste e do Sudeste.
1984	Criação formal do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra (MST) Greve de Guariba em São Paulo
1984	Movimento das “Diretas já”
1985	Início da Nova República Proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária
1991	Primeiro Grito da Terra Brasil
1996	Criação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
2001	Criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul (FETRAF-Sul)
2005	Criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF-Brasil)

**Fonte:** MEDEIROS (2010).

Segundo Medeiros (2010), as questões que reacenderam a problemática em torno da reforma agrária, na segunda metade do Século XX, não foram inteiramente novas, mas foram tomando espaços pela ênfase dada à luta camponesa, que se pautava na permanência do trabalhador em seu lugar de produção. Esse entendimento



correspondia à noção de direito sobre a posse da terra trabalhada e pela crítica à sua concentração e improdutividade. Essas questões foram alentadas pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB, que ajudou na organização dos trabalhadores do campo, inclusive na criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, no ano de 1954.

Em 1955, em Pernambuco, foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco - SAPPP, a primeira Liga Camponesa do Brasil, no Engenho Galileia, município de Vitória de Santo Antão. A SAPPP nasceu como uma sociedade de auxílio mútuo, cujas reivindicações tinham caráter assistencialista: criação de uma escola e de um caixa que servia para prestar auxílio funerário ou médico, como forma de ter acesso a crédito para sementes e ferramentas.

Ameaçados com repressão policial, aumento do foro<sup>4</sup> e expulsão do engenho, os trabalhadores da Galileia reagiram e começaram a resistir. Essa atitude “gerou a base organizacional sob a qual se levantou o movimento das ligas camponesas” (JACCOUD, 1990, p.34).

Os foreiros de Galileia procuraram em Recife ajuda das forças políticas progressistas. Esse apoio concretizou a formação do comitê político interpartidário formado pelos deputados Ignácio Valadares Filho e José Dias da Silva, da UDN; Francisco Julião de Paula, do PSB; Clodomir Moraes<sup>5</sup> e Paulo Viana de Queiroz, do PTB; pelo vereador José Guimarães Sobrinho, do PST; pelo prefeito de Paulista – PE, Cunha Primo, do PSD, e pelo advogado Djaci Magalhães, do PCB. Contudo o deputado socialista e também advogado, Francisco Julião, passou a defender os foreiros tentando impedir uma ação de despejo movida contra os trabalhadores rurais da Galileia.

Ainda segundo Jaccoud (idem, p. 34), “iniciava-se assim a organização das ligas sobre a base das reivindicações mais imediatas do campesinato naquele período, quais sejam, resistência ao processo de expulsão da terra e contra as diversas formas de expropriação”. Esse fato redimensionou as questões dos camponeses e levou-as ao conhecimento da sociedade, com o aparato dos meios de comunicação de massa - rádio,

---

<sup>4</sup> Tributo pago pelo foreiro ao proprietário da terra em dinheiro ou em gêneros.

<sup>5</sup> O deputado Clodomir Moraes também era ligado ao PCB.

jornais e panfletos. Tais questões chegaram até os tribunais, em petições pela desapropriação e posse da terra trabalhada.

Para Medeiros (2010), as Ligas eram o principal concorrente do PCB, pela representação dos camponeses. Para ela, uma das divergências entre essas duas entidades residia na concepção que se tinha acerca da reforma agrária. Enquanto o PCB defendia a parceria<sup>6</sup> e o arrendamento por parte dos trabalhadores do campo, as Ligas acreditavam que a reforma agrária teria que eliminar todas as formas provisórias e precárias do trabalho no campo.

Três anos depois da criação da SAPPP, em fevereiro de 1958, na Paraíba, foi criada a Liga Camponesa de Sapé, sob as lideranças de João Pedro Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro. Para Pereira (2009), essa Liga é considerada uma das mais poderosas então constituídas, pelo contingente de pessoas que conseguiu arregimentar - cerca de dez mil associados; e pelas vitórias que foram conquistando, a exemplo da redução do foro. “A principal bandeira de luta das Ligas Camponesas paraibanas era pelo fim do cambão, uma lei criada pelos patrões, que obrigava o camponês e toda a sua família a trabalharem gratuitamente de um a três dias por semana” (ibid, p. 102). O exemplo dos camponeses de Sapé abriu caminho para o surgimento de várias outras Ligas.

E como as ligas se espalharam por várias regiões do estado da Paraíba, foi criada, em novembro de 1961, em João Pessoa, a Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, que reuniu dezoito Ligas, e teve presidente Francisco de Assis Lemos, e como vice, João Pedro Teixeira. Contudo as ligas sofreram muitas perseguições e foram alvo de violência por parte dos fazendeiros e dos usineiros, ou seja, representantes dos grandes proprietários, que usaram, inclusive, do aparato policial contra os camponeses, estratégia comumente manifestada do uso da força pública para sufocar lutas por direitos básicos que dignificam homens e mulheres. Contradição histórica é o uso das milícias que deveriam proteger a população e fazem o inverso, servindo às classes hegemônicas.

Além daquelas, outras perseguições ocorreram por parte de setores conservadores da Igreja Católica, como refere Silva (2003, p.48), em sua tese doutoral:

---

<sup>6</sup> Lavradores que pagavam o uso da terra, com a entrega de parte do que produzisse m.

Na Paraíba, a política de organização dos trabalhadores rurais, desenvolvida pela igreja católica, teve seu marco inicial nos anos sessenta, especialmente através da Campanha de Educação Popular – CEPLAR – que, juntamente com os Círculos Operários Católicos e demais organizações ligadas à igreja, objetivava a criação de uma estrutura organizativa no meio rural, priorizando o sindicalismo, com o intuito político de neutralizar as interferências das forças de esquerdas inseridas no movimento camponês, daquela época, representadas principalmente pelas Ligas Camponesas e pelo Partido Comunista Brasileiro.

A postura política e ideológica da Igreja era de extremo conservadorismo, posto que considerava as ligas camponesas subversivas com o agravante de ser apoiada pelo PCB. Nesse sentido, incentivou a sindicalização rural, o que, ideologicamente, configurava sua defesa à propriedade privada, elemento dos rudimentos, historicamente construídos ao longo do tempo pela própria ação eclesiástica.

A Igreja concorria com outros setores pela representação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, o que caracterizava a intencionalidade em tutelar esse segmento social, como descreve Silva (idem, p.53):

Com a estruturação dessa frente de Sindicalização Rural no Estado, fica determinada a existência de um “comando político e religioso” sobre os camponeses firmados em três frentes: o Estado, através de suas instituições; a Igreja Católica, por meio de suas paróquias/vigários; e os senhores de engenho, por intermédio do poder local, constituído por eles, seus capangas, capatazes, entre outros.

No próprio interior da igreja, aconteciam disputas de diferentes segmentos pelo controle político dos trabalhadores rurais, a saber: um conservador, outro progressista e um de esquerda:

Uma ala era comandada pelo alto clero, sua grande maioria posicionava-se contrária à reforma agrária e à politização do trabalhador rural, combatendo tanto as Ligas Camponesas como os sindicatos rurais. Outra tendência era liderada pelo bispo de Natal, Dom Eugênio Sales, que tinha como objetivo organizar os trabalhadores em sindicatos rurais. A última era formada pela ala de esquerda católica: objetivava lutar pela reforma agrária com base na lei, respeitando o direito à propriedade. Tinha sua atuação através da Ação Popular – AP – e investia na formação de lideranças sindicais rurais, numa visão de Educação popular (Idem, p.56).

A Ação Popular – AP - acabou por influenciar outros segmentos, como a própria CEPLAR, que se redefiniu contra a ala conservadora da Igreja que combatia o movimento camponês. Contudo, a conjuntura só mudou de fato quando assumiu o novo bispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom José Maria Pires, em 1966. Nesse novo contexto, a Igreja passou a assumir uma postura em defesa das classes populares trabalhadoras, numa postura diferente da que assumira antes.

No início da década de 1960, tiveram os trabalhadores do campo alguns direitos reconhecidos, como o da sindicalização, e em novembro de 1964, foi aprovado o Estatuto da Terra, que estabelecia os termos e os objetivos da reforma agrária usado até hoje. Evidentemente, desagradou a ala patronal, que tentava desmoralizar os camponeses, sob o pretexto de sublevação e de estarem associados com os comunistas. Com o golpe militar, muitas lideranças camponesas foram presas, outras, mortas ou forçadas à clandestinidade. Os sindicatos sofreram intervenções e passaram a ser controlados por grupos que não tinham propensão de salvaguardar os interesses dos trabalhadores, pois, ao contrário, representavam, naquele momento, o aparelho repressor que era o próprio Estado. Com a criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, em 1975, a Igreja católica começou a mediar os conflitos fundiários, denunciando as práticas assistencialistas dos sindicatos e ajudando a organizar e a politizar os trabalhadores do campo.

Para Medeiros (2010), o final da década de 1970 e o início dos anos de 1980 marcaram um novo ciclo de lutas no campo, com continuidades e rupturas em relação às lutas anteriores. Ocorre a emergência de demarcar, política e socialmente, a afirmação de novas identidades como os sem-terra, os atingidos por barragens, os seringueiros, as

quebradeiras de coco, os povos da floresta e os ribeirinhos que, com suas especificidades, começaram a ganhar visibilidade e a pontuar suas necessidades, para que fossem atendidas através de políticas públicas.

Cresceu também o debate acerca da valorização da agricultura familiar como importância econômica e social para o Brasil Medeiros (ibid, p. 131) enuncia que,

sob essa perspectiva, temas antes considerados de menor importância, como a discussão de alternativas de comercialização, a experimentação de formas de produção associadas, o estímulo à constituição de agroindústrias, as implicações das escolhas tecnológicas, as dimensões ambientais da produção agrícola, passaram a ser valorizados e a ganhar outros significados como indicadores de novos caminhos possíveis.

Esse reordenamento das lutas sociais populares, conseqüentemente, difundiu novas reações por parte das organizações patronais, que entraram em cena com a criação de mais uma entidade de representação, a União Democrática Ruralista – UDR, setor radical que combate as propostas reformistas de uma política agrária de caráter redistributivo, e reacendeu as tradicionais práticas de violência no campo.

#### **4 Considerações**

Os movimentos sociais populares detêm uma práxis educativa manifestada nos aprendizados que os sujeitos coletivos ali envolvidos vão adquirindo e que os conduzem a tomar iniciativas e decisões conjuntas. Isso denota o exercício da autogestão, presente nessas experiências, de Canudos ao MST. Nessas manifestações de resistências e de lutas, há um projeto de sociedade que vislumbra a emancipação, a autonomia e a equidade entre as pessoas, o que potencializa o grupo e contribui para que fortaleça os seus projetos de mudança social e gera, nesse processo pedagógico, atitudes, habilidades e valores que permeiam suas ações.

Nesse processo pedagógico, alimentado por um forte desejo de mudança, a participação desses indivíduos é fundamental. Essas experiências comportam uma forte

presença da educação popular, cuja essência é permeada por uma práxis educativa, interlocutora e politizante, porquanto busca construir novas sociabilidades e tem como princípios o respeito ao ser humano e a busca pela garantia do atendimento material e imaterial necessários a sua existência com dignidade.

A autogestão enquanto devir histórico se caracteriza por ser a negação a qualquer conduta de centralização, seja de ordem econômica ou social, portanto tem na ampla participação das pessoas nos processos decisórios, seu foco central.

### **Referências bibliográficas**

AUTOGESTÃO. 2011. ANTEAG. Disponível em: [www.anteag.org.br](http://www.anteag.org.br). Acesso em: 09 mar 2011.

BERGAMASCO, Sônia M; NORDER, Luiz A. Cabello. **O que são os assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

JACCOUD, Luciana. **Movimentos sociais e a crise política em Pernambuco 1955/1968**. Recife: Massagana, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **Movimentos Sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX**. In: CARTER, Miguel (Org.); **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed UNESP, 2010.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Pedagogia do movimento camponês na Paraíba: das Ligas aos assentamentos rurais**. João Pessoa: Ideia/Ed Universitária da UFPB, 2009.

SENAES. **Guia de Orientações e Procedimentos do SIES**. Brasília, DF, 2009. V.1.

SILVA, Severino Bezerra da. **Assentamentos Rurais: Territórios de Conflito e Sociabilidade Camponesa**. 2003. Tese (Doutorado em Educação), PUC, São Paulo.

**Cercamento às avessas: direito e acesso à terra no Vale do Rio do Peixe durante a Primeira República**

Cristina Dallanora<sup>1</sup>

Resumo: Este artigo faz parte de uma pesquisa que busca compreender as formas pelas quais a população cabocla buscava assegurar seus direitos e acesso à terra no Vale do Rio do Peixe, região onde ocorreu o Movimento Social do Contestado, durante a Primeira República, no Estado de Santa Catarina, entre os anos de 1916 e 1930. O texto explora a partir de dois estudos de caso os argumentos jurídicos utilizados pelas partes nos processos decorrentes da ocupação de terras por posseiros contra a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG) na década de 1920, na Comarca de Cruzeiro no Estado de Santa Catarina. Realizando apontamentos historiográficos e metodológicos, investigam-se questões relacionadas à terra, ao trabalho e à liberdade, com foco nas experiências e formas de atuação desses sujeitos em busca da legitimação de posses.

Palavras-chave: Posseiros; Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande; Vale do Rio do Peixe.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em História pela UFSC, dallanora.cristina@gmail.com

## Introdução

Este artigo parte de duas fontes principais: o inquérito policial envolvendo a morte de José Fabrício das Neves, na Comarca de Cruzeiro do Estado de Santa Catarina, em 1925; e o instrumento de agravo da ação ordinária movida por Vivaldino Silveira de Ávila contra a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande na mesma Comarca, em 1920. Ambos os processos judiciais correram na justiça na mesma década e possuem um elemento central: o problema de terras na região onde se deflagrou o Movimento Social do Contestado, no Estado de Santa Catarina, entre os anos de 1912 e 1916.

O objetivo consiste em explorar a partir destes dois estudos de caso os argumentos presentes na linguagem jurídica frente ao domínio quase absoluto das terras às margens do Rio do Peixe pela Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG). Uma das hipóteses que se levanta é que a busca pelo acesso à terra e as tentativas de legitimação via poder judiciário podem contribuir para a compreensão das diversas formas de apropriação da terra no Vale do Rio do Peixe. Além disso, apresenta-se um breve histórico da região acompanhado por alguns apontamentos historiográficos e metodológicos pertinentes ao assunto.

## Fabrício das Neves e o “Esquadrão Ruas”

Em 29 de janeiro de 1925, foi aberto um inquérito policial para investigar o assassinato de José Fabrício das Neves e outros cinco companheiros. Membro de uma das famílias pioneiras da colonização do meio oeste catarinense, Fabrício das Neves ficou conhecido na região pela destacada participação na Guerra do Contestado e por acompanhar o Monge José Maria no início do movimento.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> O Movimento Social do Contestado abrangeu mais de 20 mil km<sup>2</sup> e envolveu aproximadamente 110 mil habitantes que viviam no Planalto e Meio Oeste Catarinense, entre os anos 1912 e 1916. Sobre o conflito, ver QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974; CABRAL, Oswaldo R.. **A Campanha do Contestado**. 2. ed. rev. Florianópolis: Lunardelli, 1979; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.



A região do Contestado refere-se a um amplo território em disputa desde o período colonial, quando as unidades administrativas de Santa Catarina e São Paulo (e a partir de 1853, pelo Paraná) disputavam a jurisdição sobre as terras situadas a oeste, entre os rios Uruguai e Iguazu e ao Sul de Rio Negro. A indefinição quanto aos limites e a ocupação do Iguazu e dos Campos de Palmas por paulistas e paranaenses intensificaram a disputa ao longo do século XIX (MACHADO, 2004:124). A partir de 1839, fazendeiros de Guarapuava passaram a ocupar os Campos de Palmas para aumentar sua área de criação de gado. Por se tratar de uma área “desocupada” pelas autoridades brasileiras e também em disputada com a Argentina (território que, partindo dos Rios Iguazu e Uruguai, se limitava ao leste pelo Rio do Peixe) o avanço dos fazendeiros era bem visto (RADIN, 2001:142).

Com a Constituição de 1891, a responsabilidade de legislar sobre as terras devolutas passava da União para os Estados, acompanhada de novos prazos para as demarcações e registros em cartórios.<sup>3</sup> O que gerou um espaço propício para a grilagem uma vez que a legislação não impedia que muitos proprietários que tinham títulos de terras por doação fizessem estender domínios, omitindo a presença das terras públicas e, conseqüentemente, da população cabocla e indígena nelas presente (MACHADO, 2011:122).

Uma vez solucionado o conflito internacional de limites com a Argentina em 1895, com ganho de causa para o Brasil, permanecia a disputa interna entre Paraná e Santa Catarina. A presença da Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG) intensificava ainda mais a questão de terras ao longo do traçado da ferrovia, principalmente na área contestada entre os dois estados.<sup>4</sup> A indefinição dos limites entre os dois Estados foi negociada e resultou na assinatura do Acordo de Limites, em 1916. Mas isso não impediu o avanço de grandes proprietários nessas regiões e o incentivo

---

<sup>3</sup> Sobre terras públicas e devolutas, ver SILVA, Ligia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da Lei de 1850.** São Paulo: Ed. Unicamp, 1996 e MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>4</sup> Ao utilizar a expressão “questão de terras” ou “questão agrária” entende-se, conforme Márcia Motta (1998:134), que o seu fundamento não residia na constatação da necessidade de distribuição da terra enquanto fundamento da cidadania, mas estava associado à questão agrícola nacional, marcada pela noção de crise comercial e de mão de obra no campo. Somando a “Cruzada em prol da agricultura” com o fim da escravidão, foi em pleno século XX que essa questão adquiriu um novo sentido tornando mais complexo o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra.

por ambos os estados através de expedição de títulos de propriedade, intensificando a expropriação dos habitantes da região.<sup>5</sup>

O avanço de grandes proprietários chocava-se, portanto, com a presença de famílias de pequenos proprietários e posseiros, muitas delas de lavradores e criadores provenientes do Rio Grande do Sul.<sup>6</sup> Entre elas estava a família de José Fabrício das Neves, cujo inquérito apurou sua morte. A sua trajetória é associada também a atuação junto aos caboclos da região do Irani, ao sul dos Campos de Palmas, para legalizar suas terras no contexto em que o Estado incentivava a colonização do oeste e meio-oeste com (i)migrantes europeus no início do século XX. Especialmente no Vale do Rio do Peixe, a colonização foi comandada por empresas pertencentes à *Brazil Railway Company*, acionista majoritária que controlava não apenas a EFSPRG, mas grande parte do sistema ferroviário nacional. Não foi contra qualquer pressão que os habitantes da região lutaram para continuar vivendo nas terras que consideravam suas, cujos discursos (não apenas) oficiais os associaram a “fanáticos” da Guerra do Contestado. Tampouco com o que Fabrício das Neves continuou lidando após o término do conflito e que o levou à morte em 1925. Voltemos então ao inquérito para se aproximar dessa história.

Ao ser interrogado, o tenente coronel do exército Marcelino Ruas, um dos responsáveis por sua morte, contou que estava à frente do seu batalhão “por ordens superiores, em operação de guerra, resignado “a capturar ou extinguir o bando armado de José Fabrício das Neves que vinha com destino aos sertões do Irany para revolucionar a zona marginal da Estrada de Ferro”.<sup>7</sup>

Estabelecido como posseiro nas terras adquiridas por um frigorífico, Fabrício das Neves era “mal visto pelas autoridades locais, estaduais e federais” por não proceder ao pagamento de impostos devidos sobre àquelas terras, “conforme a lei mandava”. Um dos depoentes que testemunhou o crime informou que “ouviu dizer que Fabrício das Neves tinha comprado terra de Marcelino Ruas” e que desde então mantiveram

---

<sup>5</sup> Havia ainda o agravante de uma cláusula do Acordo (de nº 9), destacada por Machado, que estabelecia a prioridade da titularidade paranaense frente aos proprietários catarinenses, caso fossem contestados os bens de imóveis que passavam para a jurisdição catarinense. MACHADO, 2012, op. cit., p. 130.

<sup>6</sup> Sobre o processo da entrada de agricultores rio-grandenses em Santa Catarina ver ZARTH, Paulo A.. Colonos imigrantes e lavradores nacionais no Sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito. p. 223 – 242. In ZARTH, op. cit. (Org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.

<sup>7</sup> Inquérito Policial instaurado contra os irmãos Marcelino, José Camilo, Antonio Thomaz e Napoleão Ruas – 1925. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça do Arquivo do Tribunal de Justiça [caixa sem data], p. 39v, 40, 47.

desavença.<sup>8</sup> Em fevereiro do mesmo ano o relatório do inquérito militar apontou que Marcelino estava sob o comando maior do coronel Vieira da Costa, também proprietário de terras e com poder político na região.

Inicialmente, a promotoria concluiu que o caso fugia da alçada da “justiça crime” considerando que o denunciado “fazia parte das forças legais na defesa da ordem e das instituições”.<sup>9</sup> Não obstante, quase dois anos depois, em novembro de 1926, foi decretada a prisão temporária dos acusados, interpretando que Marcelino, junto aos seus irmãos, referidos como “esquadrão Ruas”, e outros comandados “apresentavam-se com vestes parecidas com os uniformes militares.”<sup>10</sup> E, “usando deste embuste” conseguiram que Fabrício das Neves viesse acompanhado somente de Alfredo Manoel dos Santos, Agostinho de tal (vulgo Pitôco), Agostinho Ferreira Vilques, Francisco Ferreira Vilques e Cosario Rodrigues da Cruz”. Enquanto Marcelino fingia cumprimentar amistosamente Fabrício, os homens por ele comandados formaram um cerco e o prenderam junto aos seus companheiros que, em seguida, foram assassinados.<sup>11</sup>

O que foi alegado como um cumprimento de “ordens superiores” confunde-se, portanto, com um impasse de caráter pessoal (entre Marcelino Ruas e Fabrício das Neves), de disputa de terras e de poderes locais. O amparo militar utilizado na operação culminou numa chacina de seis pessoas que, mesmo dois anos depois, ainda suscitava discussões na esfera jurídica e, certamente, social.

Passados treze anos do que se convencionou ser o início da Guerra do Contestado, Fabrício das Neves foi assassinado muito próximo ao local onde o monge José Maria também foi morto, no “Passo do Rio do Campo”, no atual município de Irani. Conforme memória de Antônio Martins Fabrício das Neves, registrada em forma de poema, o monge teria lhe deixado um conselho: “tu não passe do meu sangue, volte de novo pro mato, no sertão será um tigre e no campo vai ser um gato”.<sup>12</sup>

Fabrício permaneceu naquelas terras até quando não lhe foi mais permitido. E esse episódio suscita dúvidas sobre o que significava ser assassinado no “Passo do Rio do Campo”. Tratava-se de uma fronteira para onde avançava suas reivindicações? Seria correto inferir que Fabrício foi apanhado numa região de campo (Rio do Campo) e não

---

<sup>8</sup> Ibidem, p. 20-21.

<sup>9</sup> Idem, p. 41.

<sup>10</sup> “Esquadrão Ruas” era como se referiam os inquiridores ao registrar o depoimento dos réus.

<sup>11</sup> ÁVILA, op. cit., p. 1-1v.

<sup>12</sup> José Maria e Fabrício das Neves, antes do combate de 22 de outubro de 1912, segundo verso de uma décima de Antônio Martins Fabrício das Neves apud MACHADO, op. cit., p.188.

seguiu o conselho de José Maria de voltar para o “mato”? A dicotomia entre o “campo” e o “mato” aponta para algo além de categorias geográficas, para aquilo que estava sendo constituído e delimitado como fronteiras de terras e de direitos.

Celso Martins investigou a história de Fabrício das Neves mencionando também este episódio. Amparado principalmente por fontes orais, o autor reconstituiu o contexto da emboscada que o levou à morte. Ao analisar a sua trajetória, observou que no Município de Cruzeiro (atuais municípios de Concórdia e Irani) diversos posseiros “protegidos pelo acordo de Fabrício, conquistaram legalmente suas terras junto a *Brazil Development and Colonization Company*”, subsidiária da *Brazil Railway Company*, principal acionista da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG). E que após sua morte, em 1925, muitos caboclos ficaram “desprotegidos” e acabaram sendo expulsos da região (MARTINS, 2007:89). No entanto, o autor não cita, e não era esse seu objetivo, nenhum registro de terra comprovando que esses caboclos conseguiram legalizar suas posses com ao apoio de Fabrício das Neves.

Na mesma região, Rosangela Cavallazzi constatou que diversos posseiros e proprietários regularizados processaram individualmente a EFSPRG, na década de 1920. E que a Companhia venceu a maior parte das ações sustentando, dessa forma, sua hipótese sobre o impacto do capital estrangeiro, personificado na *Brazil Railway Company*, no processo de privatização de terras na região (CAVALLAZZI, 2003).

Este é o “cheiro de carne humana” que o faro da pesquisa da qual é fruto este artigo está perseguindo: entender como a população de pequenos posseiros, que viviam de forma subsistente, buscava garantir a sua permanência nas terras que já habitavam, ainda que interpelada por ideologias e regras que não diziam respeito ao seu modo de vida. Uma das hipóteses que se levanta é que as tentativas de legitimação fundiária por aqueles que conseguiram acessar a justiça podem contribuir para a compreensão das formas de apropriação da terra no Vale do Rio do Peixe.

O inquérito policial fornece pistas sobre a vida de Fabrício das Neves e torna possível se aproximar das suas relações sociais como também esquadrihar o território no entorno da ferrovia em que ele atuava. O trabalho de Celso Martins, amparado principalmente pela memória dos parentes e amigos de Fabrício das Neves, aponta que a sua trajetória permanece associada à proximidade com a população cabocla da região que foi profundamente impactada tanto pela Guerra do Contestado como pela questão de terras entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Apesar disso, esses dados são

insuficientes para entender as formas de acesso à terra por estes habitantes com vistas a contribuir para o quadro da ocupação de terras do meio oeste catarinense. Contudo, um olhar mais aproximado daqueles que investiram seus esforços no âmbito da justiça contra a EFSPRG, como no caso de Vivaldino, permite compreender melhor essa questão.

### **Vivaldino Silveira de Ávila contra a EFSPRG**

No final do século XIX, o lugar chamado Santa Clara, no Vale do Rio do Peixe, achava-se “largamente povoado por sertanejos que penetravam aquele sertão” estabelecendo lavoura, criação de animais e indústria extrativa. Firmando pela “posse e prescrição” o domínio da área que, transmitida a herdeiros e através de diferentes sucessões, passaram a pertencer a Vivaldino Silveira de Ávila.<sup>13</sup> Parte de uma região de fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina era onde também estava situada a propriedade denominada Lageado do Leãozinho. Seus moradores eram pequenos posseiros que ocupavam e trabalhavam em “indústrias agrícolas”, contando com paióis, cercados e casas de moradia. “Lugar de trabalho e sustento”, como consta nos autos, a terra era essencial à sua sobrevivência.<sup>14</sup> Esta era a versão apresentada pelo advogado Saturnino da Cunha Luz, representante dos interesses de Vivaldino junto à Comarca de Cruzeiro, contra a EFSPRG, em 1920.

A “Lageado do Leãozinho” contava com uma área de 40.399 hectares dentro da localidade de Santa Clara, situada à margem direita do Rio do Peixe, na época pertencente ao município de Palmas do então Estado do Paraná. Por estar às margens do Rio, coincidia com as concessões recebidas pela Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande que vinham do período imperial e foram revalidadas no início da República. Exatamente onde a Companhia organizou a Colônia Rio Capinzal que, após

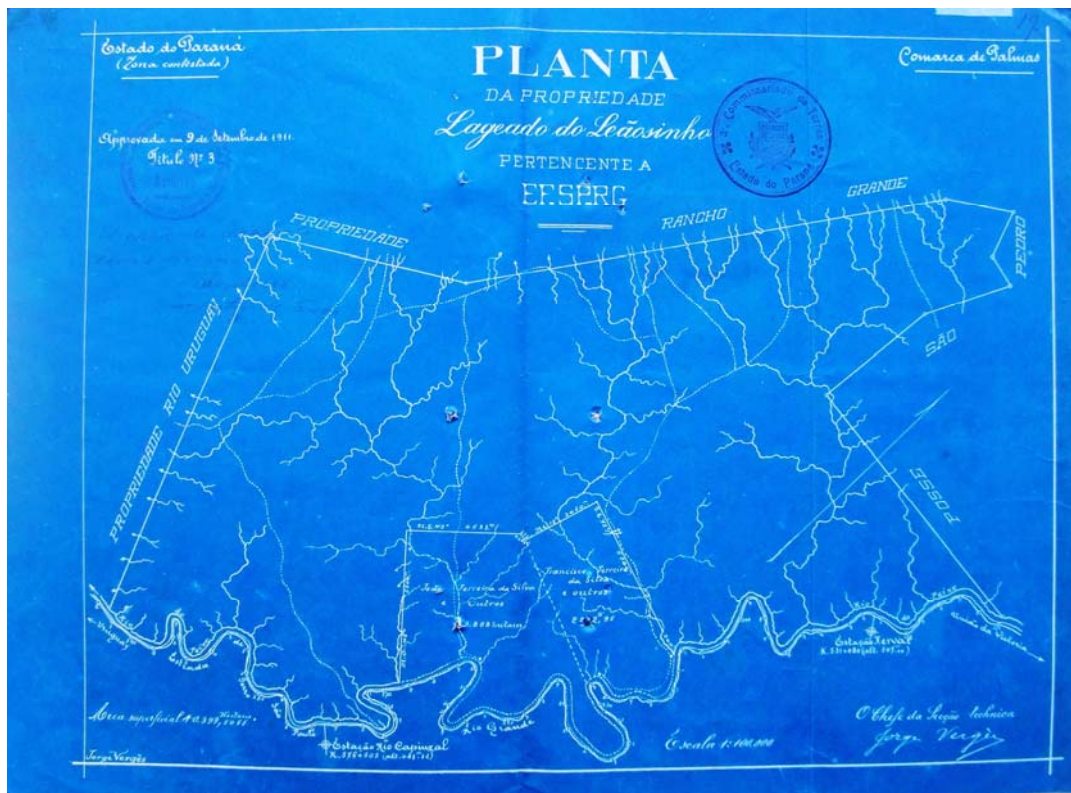
---

<sup>13</sup> ÁVILA, Vivaldino Silveira. [Instrumento de Agravo]. Ação ordinária de usucapião. 1920, p. 12v-13. Localização: Arquivo da Biblioteca da Universidade do Meio Oeste Catarinense (UNOESC). “Sertanejos” era a expressão utilizada nos autos para fazer referência àqueles que já habitavam a região antes da chegada da ferrovia. Por ser associado ao modo de vida autossuficiente, permite-nos inferir que se trata do caboclo, utilizado aqui na acepção do historiador Paulo Pinheiro Machado. Ainda, por se tratar de um tipo cultural em detrimento da conotação étnica que o termo carrega, descendentes de imigrantes também estariam incluídos, sobretudo os associados à imigração do período mais recuado e seus descendentes provindos do Rio Grande do Sul que aderiam com facilidade à visão de mundo cabocla.

<sup>14</sup> ÁVILA, op. cit., p. 12-13.

a assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina em 1916, passou a pertencer à Comarca de Cruzeiro, na qual uma das sedes era Limeira, atual Município de Joaçaba. No início do século XX, parte da propriedade que margeava o rio, serviu para a construção da ferrovia, cuja principal função era ligar o extremo sul do Brasil ao centro dinâmico da economia agroexportadora.<sup>15</sup>

No início do século XX, tanto Paraná como Santa Catarina passaram a revalidar e fazer novas concessões de terras à Companhia ferroviária cujo traçado da estrada cortava todo o Vale do Rio do Peixe.



Fonte: Arquivo da Biblioteca da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

O que se vê no mapa (que se apresenta virado, pois o sentido do Rio assim como da ferrovia é norte-sul), é a propriedade “Lageado do Leãozinho” que fazia fronteira a leste com o Rio do Peixe; a oeste com a propriedade Rancho Grande, ao norte com a propriedade Rio Uruguai e, ao sul, com a área de posse São Pedro. O traçado da linha

<sup>15</sup> A área concedida à EFSPRG era de 403.995.465 m<sup>2</sup> e ficava dentro da propriedade Lageado do Leãozinho. Esta área foi inicialmente concedida à Companhia pelo Governo Imperial e revalidada no início da República pelos decretos n° 10432, de 09/11/1889 e n° 305, de 7/4/1890. Em janeiro de 1916 ocorreram novas concessões por parte do Paraná que, junto à Companhia, iniciaram o processo de demarcação. ÁVILA, op. cit., p. 13.

férrea que margeia o Rio do Peixe avança na direção norte (que ultrapassa o limite deste mapa) coincidindo com as margens do Rio Uruguai, - nada menos do que um dos rios mais importantes na hidrografia do Sul do Brasil que serve de fronteira com a Argentina e o Uruguai. Estado.<sup>16</sup> O mapa representa também um conjunto de microbacias hidrográficas que correm para o Rio do Peixe. Nele estão marcadas as Estações de Capinzal e Herval, da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. De um lado, mostra a ferrovia margeando o Rio do Peixe e, de outro, as propriedades e posses lindeiras da estrada de ferro, como os terrenos de João Ferreira da Silva e Francisco Ferreira da Silva destacados no mapa.

Foi através das revalidações e novas concessões a partir da Constituição de 1891, que ambos os estados contribuía para a concretização da ferrovia, naquele período apropriada como o símbolo da modernidade e do avanço capitalista sobre a natureza.<sup>17</sup> Por sua vez, apoiada nos contratos e outras alianças, a Companhia iniciava o processo de demarcação dessas terras e a expulsão dos habitantes que nela estivessem vivendo ou, para usar a expressão recorrente no período e como os fizeram conhecidos, dos “intrusos”.<sup>18</sup>

Judicialmente, a Companhia iniciava um processo de expulsão contra Vivaldino Silveira de Ávila em 1918. Um dos motivos alegados era a construção de cercas, atribuída ao réu, que atravessavam “os alinhamentos dados às ruas e até a estrada de rodagem, interrompendo por completo o trânsito” do quadro urbano da Colônia Rio Capinzal que a Companhia estava iniciando.<sup>19</sup> O que indica que o réu construía as cercas quando a Colônia já estava sendo instalada. No entanto, parece pouco provável que Vivaldino tenha se dado ao trabalho de construir cercas para impedir o trânsito, por menos intenso que devesse ser naquela época, apesar da densidade da madeira que devia circular pela área.<sup>20</sup> Provavelmente estava cercando as terras que considerava serem

---

<sup>16</sup> A importância dos rios para o povoamento e escoamento da madeira ultrapassa os objetivos deste artigo. Sobre essa questão ver CESCO, Susana. **Desmatamento e migração no Alto Vale do Rio do Peixe**: discussões sobre progresso e transformação ambiental. Florianópolis, SC, 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

<sup>17</sup> Uma discussão aprofundada sobre modernidade e ferrovia no Contestado encontra-se em ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1915). Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2011, p. 163-206.

<sup>18</sup> Cabe ressaltar que a demarcação das terras foi feita diretamente pela *Brazil Railway* sem o acompanhamento do Estado (Machado, 1012: 127).

<sup>19</sup> ÁVILA, op. cit., 12.

<sup>20</sup> Isso porque a *Brazil Railway Company*, a empresa estrangeira que assumiu o controle acionário da EFSRPG a partir de 1908, passou a ter direito sobre as mesmas terras, intensificando a exploração

suas de direito, porém dentro do perímetro que a Companhia anunciava o futuro promissor com a colonização de imigrantes, venda de lotes de terras, extração de madeira e, sobretudo, que não o incluía.

Esse movimento possível de capturar através da ação judicial faz lembrar um “cercamento” às avessas, apropriado como título deste artigo. Pois antes que o incipiente mercado de terras e a disseminação da propriedade privada da terra passassem a predominar, Vivaldino tratou de cercar-se, evitando que ele e os demais interessados que viviam nas mesmas terras fossem excluídos desse processo.<sup>21</sup>

Passados dois anos desse episódio, o réu invertia a acusação em defesa da reversão da sua condição que o colocava como um “intruso”, levando a Companhia à justiça como ré. Em 1920, Vivaldino acionou a EFSPRG reivindicando usucapião da terra que habitava. Nesse mesmo ano, a Companhia acionou um dispositivo legal, naquele período denominado “instrumento de agravo”, exigindo que a ação corresse na comarca de origem da empresa, no caso, o Rio de Janeiro. Este recurso de agravo interposto pela Companhia foi negado pelo juiz da Comarca de Cruzeiro e o processo ficou suspenso até o julgamento. Em maio de 1922 foi alegada usucapião a seu favor.

Em relação à usucapião, é relevante ressaltar que este foi também um importante instrumento de legitimação da propriedade senhorial no período colonial e adentra o período republicano respondendo às demandas de pequenos proprietários (BENATTI, 2009:216). Nesse sentido, torna essa documentação judicial um lugar importante onde se pode observar essas experiências do acesso à terra.

Quanto ao “instrumento de agravo”, atualmente denominado “agravo de instrumento”, consiste em um recurso de natureza cível a ser apresentado pela parte interessada que não se conforma com uma decisão proferida durante a tramitação do processo judicial na primeira instância, ou seja, antes da sentença a ser prolatada pelo

---

madeira e a colonização, através das suas empresas subsidiárias, como a *Brazil Development & Colonization Company* e a subsidiária desta, a *Southern Brazil Lumber e Colonization Company*, que se tornaram nomes correntes no processo de colonização do Oeste catarinense. Ver RADIN, A. C.. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representações sobre a civilização do sertão. Florianópolis, SC, 2005. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, p. 71.

<sup>21</sup> Os “cercamentos” foram parte de um processo ocorrido na Inglaterra a partir do século XV até o século XVIII que restringiu o acesso à terra por parte dos habitantes que viviam nos campos considerados comuns. Possibilitou a sua transformação em propriedade privada, restringiu e criminalizou as práticas costumeiras de uso da terra, tais como o corte da madeira, a extração vegetal e a caça. Em “Senhores e Caçadores”, E. P. Thompson mostrou que muitos posseiros que ocupavam as Florestas foram acusados de assentamento não autorizado e seus costumes transformados em crime sob pena capital através da Lei Negra, em 1723. Ao longo desse século ocorreram vários conflitos em diferentes regiões da Inglaterra devido aos cercamentos.



Juiz de Direito. Foi este o recurso utilizado pela Companhia no meio da ação ordinária de usucapião proposta por Vivaldino e que é fonte deste trabalho. Portanto, trata-se de uma parte da ação principal, mas que contém referências aos diferentes momentos do processo.

Voltando às fontes, momentos distintos desse processo sugerem diferentes discussões. O primeiro deles remete ao ano de 1918 quando Vivaldino consta como réu e é acusado pela Companhia pela interrupção da estrada de rodagem da colônia Rio Capinzal através da construção de cercas. O segundo remete a 1920, quando Vivaldino consta como autor contra a Companhia, revertendo a situação que o colocava como um “intruso” e buscando reconhecimento dos seus direitos sobre aquelas terras. Diz respeito à retaliação por parte do réu à ação proposta pela ESFSPRG em 1918 que tentava expulsá-lo junto aos demais interessados para iniciar a demarcação.

Refletindo sobre o primeiro momento que o registro judiciário torna acessível, pode-se destacar que essa não é a história apenas de Vivaldino. Conforme argumentos da defesa, outros 23 processos cujos autores buscaram regularizar as suas terras na Comarca de Cruzeiro após sofrerem a ação de expulsão da Companhia foram julgados improcedentes, pois os autores não tiveram condições de dar continuidade à disputa judicial.<sup>22</sup> Lembrando que se trata apenas dos posseiros que conseguiram acessar a justiça, certamente uma parcela ínfima diante da população que sofreu o processo de expulsão. O que não significa concluir que apenas a falta de recursos financeiros impedia estes posseiros de seguirem adiante.

É o que segundo momento da discussão (que consiste no enfrentamento da EFSPRG) sugere. Tratava-se também de uma estratégia utilizada em muitas ações pelos representantes da EFSPRG -, entre eles Oskar Scheibler, da Companhia da estação Herval, Comarcas de Campos Novos e Cruzeiro -, que exigia que o processo fosse julgado na comarca de origem da empresa situada no Rio de Janeiro. Amparado por lei, reivindicava o *actor fórum rei sequitur* (“o foro comum nasce do domicílio do réu”), linguagem jurídica que significa que ninguém é obrigado a responder fora do juízo do seu domicílio. Consiste também em um postulado do direito processual que garante aos acusados serem julgados nas sedes onde residem e não fora delas. Sendo assim, uma vez que a Companhia encontrava-se na condição de ré em 1920, seus procuradores

---

<sup>22</sup> Como o que envolveu Luiz Poyer, Tobias Correa Ribeiro e suas mulheres contra a EFSPRG. POYER, Luiz. [Instrumento de Agravo]. Ação ordinária de usucapião. 1920. Localização: Arquivo da Biblioteca da Universidade do Meio Oeste Catarinense (UNOESC).

exigiam que o processo corresse no Rio de Janeiro. O que dificultava e até mesmo impedia os proponentes das ações, neste caso Vivaldino, de irem até o Rio de Janeiro quando necessário.

Para reverter este argumento, o advogado Saturnino da Cunha Luz recorreu do “instrumento de agravo” para fazer correr a ação na Comarca de origem dos autores e não da ré. E serviu-se de um acórdão do então Superior Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina de maio de 1912 que, a seu ver, encerrava uma “lição memorável” naquele período:

Querer que o habitante do alto sertão de qualquer estado dirija-se a magistratura federal e a capital da União para obter justiça contra a Companhia que allí tem sede seria criminosamente obstar-lhe por completo e para sempre toda e qualquer tentativa de legítimas reparações, com manifesta negação do fim mesmo da organização social.<sup>23</sup>

Conforme acordado entre os juristas que assim entenderam a situação do “habitante do alto sertão” em 1912, fazê-los comparecer a outra comarca significava impor um obstáculo a qualquer tentativa de reparação pelo o que os levava à justiça. Nesse momento, as peças do processo podem ajudar a entender como as autoridades governamentais pensavam aspectos fundamentais tanto do seu funcionamento como dos direitos essenciais da cidadania. Conforme Gladys Sabina Ribeiro, “as pessoas usaram o Poder Judiciário desde o período imperial para alargarem direitos e foram partícipes na configuração do Direito no Brasil. E esse processo de questionamento constante tornou a Lei um espaço de luta” (RIBEIRO: 2009:106).

Retomando o argumento de Saturnino, somava-se a isso o fato de a Companhia ter múltiplas sedes que acompanhava a rede da ferrovia São Paulo – Rio Grande, que se estendia desde Itararé (SP) até Marcelino Ramos (RS). A evidência, que o juiz apresentou ao declarar a sentença, era que a Companhia tinha sede em muitos lugares. E tendo a Companhia diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um foi considerado domicílio para responderem aos atos neles praticados. Pois

por elles se vê que seu signatário Oscar Scheibler está investido dos mais amplos poderes para alienar immoveis, conferir títulos [doc n 2], representar a Companhia em juízo ou fora d'elle (...), usando finalmente de todos os poderes de geral procurador e dirigindo a colonização, que a Companhia mantem nas Comarcas de Campos Novos e Cruzeiro (...)<sup>24</sup>

<sup>23</sup> ÁVILA, op.cit., p. 15.

<sup>24</sup> Ibidem, p.11v.

Com isso, o processo continuou correndo na Comarca de Cruzeiro e, ao que consta no Instrumento de Agravo, ficou suspenso até o julgamento.

A incursão no campo jurídico por parte de Vivaldino suscita ainda outros questionamentos. Sobretudo no primeiro momento em que ele foi apenas um dos posseiros processados pela Companhia quando esta iniciou efetivamente a demarcação da região. Olhando de longe parece que são dois grupos distintos que se colocam em lados opostos (posseiros contra a EFSPRG). Porém, conforme o argumento do advogado, poucos foram os posseiros que conseguiram levar a disputa judicial até o fim, regularizando, dessa forma, suas terras. Em que lugar, portanto, essa situação colocava uns e outros posseiros que viviam próximos? Reside aí também o problema da identidade juntamente com outras questões: quem eram esses posseiros e proprietários regularizados? Qual a relação que estabeleciam entre si e em torno do que consideravam necessário unir seus esforços ou se manterem afastados?

Recuperar o problema da identidade nos contextos específicos dos “contestados” faz parte do horizonte deste trabalho. Paulo Pinheiro Machado vem destacando ao longo de suas pesquisas a existência de micro-espacos dentro do Contestado com situações e noções diferentes em relação à terra, ao seu valor e utilização. Para o autor, a historiografia contemporânea ao Movimento e que por muitas vezes foi reproduzida acriticamente, tornou homogêneo todo o espaço e os problemas ocorridos, sendo as únicas fontes sobre a questão de terras na região (MACHADO, 2012:217).<sup>25</sup> A partir dessa ressalva, buscou-se priorizar as especificidades de um dos contestados, o Vale do Rio do Peixe, que era parte dos Campos de Palmas.

Os processos desse período envolvendo os posseiros e a Companhia os colocam fazendo parte de um mundo de luta e resistência ainda pouco compreendido nas suas formas de apropriação da terra. Podem ser considerados também fontes orais, pois veicularam silenciosamente na esfera da justiça ao mesmo tempo em que guardaram experiências de resistências e expectativas de futuro. Quem ergueria cercas cortando a estrada senão alguém com uma clara noção do seu direito à terra, e que a partir dela, encorajava-se a defender e delimitar uma parcela? A história de Vivaldino conecta-se a

---

<sup>25</sup> Para uma discussão detalhada acerca da historiografia clássica e militar, ver ESPIG, op. cit., p. 44-90; GALLO, Ivone. O Contestado: suas histórias, fontes e ficções. In VALENTINI, Delmir J.; ESPIG, Janete M.; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Nem fanáticos, nem jagunços**: reflexões sobre o Contestado (1912-2012). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012, p. 29-45.

um conjunto de circunstâncias do período imediatamente posterior ao pós-guerra do Contestado que tornam aquele período privilegiado para análise.

O fortalecimento da concepção da propriedade moderna no início do século XX tornou mais complexa a possibilidade do acesso formal à terra dos chamados “intrusos” no Estado de Santa Catarina. No entanto, essa concepção se torna hegemônica somente a partir dos anos de 1930 e 1960, dependendo da região brasileira. E não se trata da substituição de uma categoria por outra: em um mesmo período histórico, elas coexistiram, sem necessariamente conflituarem (BENATTI, 2009:214). Diante desse processo houve o aumento da exclusão da população cabocla frente às dificuldades da formalização jurídico-administrativa. Apesar disso, conforme procuramos mostrar, não é inexistente a documentação em que ela se fez presente. Procuramos mostrar também que estudar esse processo não significa circunscrevê-lo ao momento oficial no qual a reivindicação de direitos encontrava a justiça. Mas olhar para o contexto maior, para as relações existentes no Vale do Rio do Peixe antes das ações judiciais movidas por aqueles que se sentiam ameaçados no processo de ocupação e permanência nas terras que consideravam suas.

### **Referências bibliográficas**

BENATTI, J. H.. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX. (Estudo da formação da propriedade). In NEVES, D. P. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CABRAL, Oswaldo R.. **A Campanha do Contestado**. 2. ed. rev. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CESCO, Susana. **Desmatamento e migração no Alto Vale do Rio do Peixe**: discussões sobre progresso e transformação ambiental. Florianópolis, SC, 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

ESPIG, M. J.. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1915). Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_. **A política de terras em Santa Catarina**: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854 – 1912). In **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH: São Paulo, julho/2011.

\_\_\_\_. O movimento do Contestado e a questão de terras. ZARTH, P. A. (Org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2012.

MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato**: José Fabrício das Neves e o Combate do Irani. Florianópolis: Insular, 2007.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RIBEIRO, G. S. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 22, p. 101-117, 2009.

RADIN, J. C. Os italianos nas novas terras novas do Oeste Catarinense. In HEINSFELD, Adelar; OLIVEIRA, Anselmo Pereira de. **A região em perspectiva**: diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: UNOESC, 2001.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VALENTINI, D. J.; ESPIG, M. J.; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: UFPEL, 2012.

ZARTH, P. A.. Colonos imigrantes e lavradores nacionais no Sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito. In ZARTH, P. A. (Org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.

**CONCENTRAÇÃO DA TERRA E DA ÁGUA E A PRESERVAÇÃO DO  
CORONELISMO NO NORDESTE BRASILEIRO****José Ribeiro da Silva<sup>1</sup>  
Paulo de Jesus<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Professor E.B.T.T., Instituto Federal de Alagoas (Campus Santana do Ipanema), e-mail: [jose.ribeiro@ifal.edu.br](mailto:jose.ribeiro@ifal.edu.br) / [jorinetos@gmail.com](mailto:jorinetos@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Educação, Professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: [paulodej@terra.com.br](mailto:paulodej@terra.com.br)

**Resumo:**

A mais recente seca ocorrida no Nordeste, revela a ineficiência histórica das políticas públicas voltadas para a região. Enquanto a lavoura, os açudes e os barreiros secam, os animais agonizam e morrem de sede e fome, o sertanejo mais uma vez fica dependente das ações emergenciais e paliativas. Limitado de políticas públicas estruturantes e preventivas, de infraestrutura hídrica, de tecnologias adaptadas e da posse das terras, estes ficam a mercê de suas próprias estratégias de sobrevivência.

**Palavras-chaves:** coronelismo; semiárido; desenvolvimento

**1 Introdução**

Apesar da seca ser considerada um fenômeno natural que caracteriza a região Nordeste do Brasil, as consequências econômicas e sociais geradas pela falta de chuva estão presentes desde os primeiros registros humanos desse fenômeno no cotidiano da população. No momento em que o nordeste brasileiro passa pela sua 72ª grande seca nos últimos 512 anos percebe-se o quanto as políticas públicas e as ações governamentais foram e continuam sendo ineficientes, tornando a seca um problema que gera por um lado, calamidade, miséria e angústia, submetendo a população a uma situação de vulnerabilidade, enquanto que por outro lado, cria no cenário político, importantíssimo instrumento para garantia dos interesses dos coronéis, que se utilizam da fragilidade e do elevado grau de dependência da população para perpetuarem seus poderes em territórios delimitados na região e com o mérito do heroísmo na resolução imediatista dos problemas da seca.

Buscando na história explicações para a perpetuação dos problemas gerados pelas irregularidades de chuvas na região percebe-se que as políticas governamentais direcionadas ao enfrentamento da seca no Nordeste tiveram suas origens a partir do momento em que a existência das secas assim como suas consequências, passaram a fazer parte da preocupação dos colonizadores no período do Império. A partir daí foram implantadas uma série de departamentos e programas que terminaram por agravar ainda

mais as desigualdades sociais, fortalecendo as oligarquias políticas e econômicas locais, assim como a preservação do latifúndio, aumentando a miséria e a migração em massa de sertanejos para contribuir, através da mão-de-obra, com o crescimento econômico principalmente dos estados da região Sudeste do Brasil. Este descaso e ineficiência intencional das políticas governamentais contribuíram para que a sociedade civil organizada passasse a discutir e protagonizar as estratégias de desenvolvimento da região, organizando-se em fóruns locais, estaduais e regionais de discussão e deliberação, no intuito de erradicar no Nordeste a cultura de miséria, fortalecendo a identidade e a cidadania em torno das potencialidades da região.

Nesse contexto, pretende-se com este estudo analisar numa perspectiva histórica, a intencionalidade e as conseqüências das políticas direcionadas ao enfrentamento das secas no Nordeste brasileiro. Para isso, buscou-se argumentos em autores clássicos assim como na literatura mais atualizada explicações utilizando-se dos seguintes eixos teóricos: o processo de colonização e a concentração da terra e da água no Nordeste; as ações governamentais para o combate a seca; e, as estratégias da sociedade civil para convivência com a seca. Finalizando o estudo busca-se uma contextualização do debate em tela com os fatos atuais, ou seja, acompanhar como o processo histórico se expressa em um momento em que o Nordeste brasileiro enfrenta mais um importante momento de seca.

## **2 A colonização do Nordeste, o problema das secas e as origens da concentração da terra e da água**

Até a primeira metade do século XVII algumas áreas secas de parte dos estados do Nordeste era de domínio dos povos indígenas e as ações de resistência desses personagens, a aspereza do ambiente junto com a falta de interesse econômico, foram os responsáveis pelas dificuldades da ocupação da região semiárida (ALVES DA SILVA, 2008).

Foi a partir desse período que se deu início o processo de colonização da região, ocorridos em três movimentos históricos. O primeiro que aponta a empresa açucareira como matriz de uma nova ordem social no Nordeste, ou seja, a economia pecuária no Agreste e no Sertão fornecia animais de transporte, de tração, de corte e lenha para as caldeiras. Essas indústrias mantinham nessas regiões, um subsistema para suas necessidades de abastecimento (FURTADO, 1985).

O segundo movimento de invasão deu-se a partir da exploração da calha dos Rios São Francisco e Parnaíba em busca de minerais preciosos. Nesse período, os indígenas vencidos pelos colonizadores evadiram-se para os sertões. “Esse movimento desempenhou importante papel na ocupação dos territórios do Sertão da Bahia, de Pernambuco e do Piauí, com ocupação de áreas de criação de gado” (ALVES DA SILVA, 2008, p. 34).

O terceiro movimento de invasão e de colonização foi decorrente da “fuga de colonizadores do Litoral para o Sertão durante o período de ocupação holandesa (1624 a 1654)” (ALVES DA SILVA, 2008, p.33). Processo que se consolidou apenas no final do século XVIII, com o extermínio dos povos indígenas.

A primeira atividade explorada economicamente na região foi a criação de gado que ocupou a região até a seca de 1777, quando grande parte do rebanho do semiárido foi dizimado pela seca. “E naquela época, se montava uma primeira manufatura no Nordeste semiárido: a manufatura do couro. O beneficiamento do couro

está associado à charqueada, que tinha como mercado os escravos da zona da mata” (SOUZA FILHO, 2006, p.50).

Com o surgimento das primeiras limitações em relação à manutenção das atividades pecuárias, a criação de gado passou a ser associada com a produção de algodão. Novamente, esse processo foi influenciado pelo clima, dessa vez pela estabilidade climática existente no período compreendido entre 1844 e 1877, as chuvas regulares, aumentaram significativamente a população animal. Por outro lado, a Guerra da Secessão Americana possibilitou acesso do algodão do semiárido ao mercado Europeu. Nesse momento, o solo guardava ainda suas propriedades de fertilização natural, elevando a produtividade do algodão. Este quadro permanece até a seca de 1877 que causou um grande flagelo na região (SOUZA FILHO, 2006).

Nesse cenário, as atividades pecuárias foram sustentadas sob o domínio dos grandes proprietários geralmente donos dos latifúndios, no entanto restava aos agricultores o cultivo do algodão e de outras atividades de sequeiro geralmente os cultivos de subsistência para alimentação e para a obtenção de renda. Considerando o cultivo do algodão a principal fonte de renda dos pequenos produtores, “[...] na ausência do produto, esses pequenos produtores são obrigados a levar ao mercado o reduzido excedente da agricultura alimentar tradicional de sequeiro (milho, feijão e mandioca)” (ARAÚJO, 1997, p.17).

Esse processo deixou milhares de sertanejos em situação de pobreza, indigência e miséria, que se tornaram cada vez mais vulneráveis nos períodos de estiagem e cada vez mais dependentes da estrutura fundiária, que se utilizava dessa fragilidade para tornar mais consistente seu poderio econômico e político.

As secas recorrentes conduziam à fome e ao êxodo em massa. A incidência da fome afeta principalmente as parcelas constituída pelos trabalhadores sem terra que de acordo com Ab’Sáber é “o principal segmento da força de trabalho dos sertões – identificado como a maior reserva de mão-de-obra braçal das Américas – cria uma aura de sobreviventes para todos os componentes de uma sociedade constituída de vaqueiros e camponeses” (AB’SABER, 1999, p.25).

Por outro lado, a tentativa de fugir dos impactos das grandes secas, as populações migraram para as áreas ribeirinhas ou de grandes vales, o que terminam por ser mais uma vez vítimas de outras tragédias naturais, dessa vez ocasionada pelas inundações.

Os mais afetados são integrantes das parcelas mais pobres da população, instalados em sítios inadequados nos arredores das cidades sertanejas, localizadas nos eixos dos grandes vales.[...] As populações mais carentes, à míngua de melhor local para viver, utilizam os espaços ribeirinhos, de alto risco e inadequados. É exatamente o caso dos espaços físicos e sociais que foram castigados pelos efeitos das inundações recentes dos baixos vales de rios nordestinos (AB’SABER, 1999, p.24).

O aumento populacional e a ausência de oportunidades de emprego ocasionaram a migração para outras regiões em busca de garantir a própria sobrevivência. Nesse sentido, “a grande região seca brasileira passou a ter o papel histórico de fornecer mão-de-obra barata para quase todas as outras regiões detentoras de algum potencial de emprego” (AB’SABER, 1999, p.26).

Os refugiados tinham a esperança de retornar aos seus lares após a seca, mais muitos permaneceram fora para sempre e em alguns casos, criando novos povoados ao longo dos rios. Em outros casos, as secas foram responsáveis pela emigração de



nordestinos para regiões distantes do Brasil “[...] onde passaram a contribuir com a força de trabalho nas minas de Minas Gerais e no parque industrial de São Paulo e também foram instrumentais na abertura da extremidade oeste da bacia amazônica” (HASTENRATH e MOURA, 2006, p.78).

Para os que permanecem na região, dois problemas estão presentes o acesso a água e a terra. Este dilema está intimamente ligado a questão fundiária, pois os recursos hídricos da região (açudes e barragens) quase sempre estão dentro dos latifúndios e sobre o poder das oligarquias locais. Este fato é frequentemente denunciado pelos Movimentos Sociais Populares, mostrando a vulnerabilidade e a dependência dessas pessoas perante aos grupos dominantes.

Com o controle da terra por parte de um número reduzido de famílias, também a água tende a ser privatizada, cercada. Por isso, o acesso a ela, especialmente nos períodos em que as chuvas se tornam mais irregulares ou há estiagem, é fonte de relações de troca desiguais: pelo *favor da água* os proprietários cobram *fidelidade, lealdade, votos nas eleições*. A maioria da população, junto com a falta de oportunidades econômicas, perde sua autonomia, sua liberdade (POLLETO, 2001, p.13).

Reforçando a idéia, Araújo (1997, p.19), disserta que “as velhas estruturas sócio-econômicas e políticas têm na base fundiária e no controle do acesso à água seus principais pilares de sustentação e de dominação (política e econômica)”.

A busca pelas áreas com maior disponibilidade de recursos hídricos naturais na região definiram ao longo do tempo as áreas povoadas do semiárido. O acesso ou a restrição aos sistemas de recursos hídricos determinam o nível de qualidade de vida da população. Para Souza Filho (2006) a existência de dois nordestes semi-áridos, um que possui um hidrossistema onde a variabilidade climática é menor, possibilitando o desenvolvimento da agricultura irrigada, abastecimento e a implantação de indústrias possibilitando a geração de riquezas. Outro que não possui o hidrossistema, onde há vulnerabilidade das atividades agropecuárias predominantemente de sequeiro, podendo gerar epidemias de miséria.

Informações do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido (PDSA) apontam como justificativas para a concentração das terras no semi-árido, a “baixa qualidade das terras agricultáveis, em virtude do relevo alterado, dos solos rasos e pedregosos e da reduzida capacidade de absorção de água” assim como a “influência do clima predominante, que responde pela ocorrência de chuvas esparsas e irregularmente distribuídas” o que acarreta na baixa produção de excedentes devido essa produção “flutua juntamente com o fenômeno da seca. Essa instabilidade, por sua vez, reflete sobre a estrutura fundiária, gerando o fenômeno da alta concentração de ativos no meio rural” (BRASIL, 2005, p.19).

Esse argumento parece tentar amenizar ou omitir as verdadeiras causas da questão da concentração de terras, um problema que pode ser considerado um dos mais importantes para a ocorrência da fome e da miséria na região. Apesar das questões naturais fazerem parte dos elementos que contribuíram para a formação dos latifúndios, outras causas também devem ser consideradas. Além disso, se forem responsabilizadas apenas as questões climáticas e geológicas como causa da má distribuição de terras, como justificar a concentração de terras na Zona da Mata onde as condições ambientais são mais favoráveis?

Nesse sentido, Andrade (1988), afirma que diante dos efeitos das secas, os agricultores com suas produções inviabilizadas terminam por vender suas terras a

preços baixos para os latifundiários. Por outro lado, acrescentando outros critérios que justificam a existência dos latifúndios Melo (1989) aponta a pecuária extensiva modernizada como outra ocorrência que agravou a questão fundiária no nordeste. Afirma ainda que a pecuária expulsou o policultivo alimentar e conseqüentemente o homem das propriedades.

Graziano da Silva (1989) acrescenta ao debate outra causa para a concentração de terras na região, segundo ele, a introdução da agricultura irrigada, como marco da modernidade no semiárido, não foi capaz de modernizar também a estrutura agrária, pelo contrário, agravou ainda mais a questão na região.

É importante destacar que boa parte da população da região semiárida teve e ainda tem suas vidas limitadas e dependentes dos latifúndios para a garantia de sua sobrevivência, esse argumento foi apresentado por Celso Furtado quando disse “A sociedade que emergiu na zona semi-árida, cujo povoamento deu-se com base na pecuária extensiva, tinha como traços característicos a dispersão espacial dos camponeses e a total dependência destes com respeito aos proprietários de terras”. (FRUTADO, 1999, p.22).

Apesar das limitações de acesso a terra e a água, os agricultores buscam formas diversas para garantir a sua sobrevivência. Mesmo mantendo sua produção nos anos de chuvas regulares, não conseguem constituir reservas para os anos de seca. Frente a essas limitações, em algumas áreas os agricultores buscam alternativas extremas para sua sobrevivência, buscando o cultivo de lavouras ilícitas como a maconha. Já em todo o território do Nordeste são os benefícios sociais principalmente a aposentadoria que garante a sobrevivência das famílias (ARAÚJO, 1997).

### **3 As ações governamentais para o combate da seca e a preservação da concentração do poder, da terra e da água no Nordeste Brasileiro**

As primeiras intervenções do governo para os períodos de seca só surgiram a partir da segunda metade do século XIX, quando os longos períodos de estiagem ocasionavam a dizimação dos rebanhos, comprometendo o desenvolvimento da produção agropecuária. “Cada uma das grandes secas que ocorreu nos séculos XVIII e XIX foi desastrosa para a economia pecuária, desestabilizando a emergente indústria de charque” (ALVES DA SILVA, 2008, p.38).

A partir da grande seca de 1845 que deixou profundas marcas na economia nordestina, essas ações surgem pela influência dos primeiros documentos oficiais sobre o assunto contribuindo para que o Governo Imperial tomasse a decisão de intervir na área das secas. Para isso, foi criada em 1856 uma Comissão Científica para estudar a realidade do Nordeste e propor soluções para o enfrentamento da seca. Os estudos realizados por esta Comissão sugeriam a execução de obras que pudessem solucionar o problema das secas (ALVES, 1982).

O imediatismo assistencialista marcou as ações governamentais na tentativa de enfrentamento da seca. Na seca ocorrida no período de 1877 a 1879, por exemplo, onde morreram mais de um milhão de sertanejos, o imperador Pedro II chegou a oferecer a própria coroa para acabar com a seca na região. “Esse gesto caritativo é emblemático da postura que o governo adotou no socorro circunstancial às vítimas das secas, a serviço da reprodução do sistema algodoeiro-pecuário e do poder de seus coronéis.” Já na seca de 1898 a 1900, “o governo chegou a estabelecer um serviço gratuito de transporte para

os retirantes que desejassem se deslocar para as lavouras de café no Centro-Sul e para a Amazônia, a fim de trabalhar nos seringais” (ALVES DA SILVA, 2008, p.43).

Só a partir de 1909, com a criação da Inspetoria de Obras Contra a Seca (Iocs) é que o combate a seca passa a ser institucionalizado. A criação dessa instituição marca o início de um conjunto de ações direcionadas ao combate aos efeitos da seca.

O Iocs foi responsável pela realização dos primeiros e mais importantes estudos sobre o Nordeste, em 1909. Dez anos depois transformou-se em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e em janeiro de 1945, passou à condição de autarquia sob o nome de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) (BRASIL, 2005).

As ações desenvolvidas em todo esse processo de consolidação institucional, foram pautadas na implantação de obras de infra-estrutura hídrica, de ações emergenciais e de implantação de rodovias, ferrovias e hidrovias.

Ao analisar a atuação dessa institucionalização, Oliveira (1981) avalia que com os estudos físicos e geográficos foi possível perceber os avanços na descoberta das limitações e potencialidades da região. Porém por outro lado, estes estudos realizados sem considerar a estrutura socioeconômica fizeram com que as questões sociais e econômicas não lograssem êxito comparativamente as obras de infra-estrutura.

A forma de atuação do Denocs tornou-se alvo de sérias críticas, principalmente as que dizem respeito às limitações técnicas nas ações governamentais no combate a seca. A respeito disso, Alves da Silva (2008) aponta alguns argumentos para essa crítica. Dentre eles destaca a ineficiência e dispendiosidade da açudagem devido à elevada evapotranspiração da região; o rompimento dos açudes nas épocas de grandes cheias devido à fragilidade das estruturas físicas, o que impossibilitava o acúmulo de água para as épocas de seca; a localização dos grandes açudes que não foram concebidos com a finalidade de melhorar a produção agrícola, sendo construídos distante das várzeas irrigáveis, atendendo número limitado de famílias; e, as áreas irrigadas permaneciam sob o domínio dos grandes proprietários, que priorizavam a utilização para manter suas atividades agropecuárias.

Foi justamente nessa época, em meados do século XX, que os debates sobre desenvolvimento regional deram um novo rumo as políticas de desenvolvimento no nordeste, estas políticas assumem nesse momento a missão de promover o equilíbrio econômico Inter-regional, o que determinou o direcionamento das ações. De acordo com Alves da Silva, os processos de desenvolvimento principalmente entre as regiões Nordeste e Centro-Sul desfrutavam de processos desiguais em relação as demais regiões brasileiras.

De um lado, assistia-se ao crescimento econômico no Centro-Sul do país, com base no dinamismo industrial e, do outro, a lentidão e o atraso na economia regional nordestina, refletindo a estagnação da agroindústria açucareira e do complexo algodoeiro-pecuário [...] (ALVES DA SILVA, 2008, p.50).

Para Rocha e Bursztyn (2008) a intervenção do poder central, numa estratégia de desenvolvimento regional, teve início efetivo no Nordeste com a fundação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952. Nesse sentido, “o BNB foi criado a partir de uma constatação de que o Semiárido carecia de organizações capazes de estruturar sua

economia, gerando uma mentalidade empresarial moderna” (ALVES DA SILVA, 2008, p.52).

Em 1950 foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), concebida por Celso Furtado que considerava que os problemas do Semiárido Nordestino seriam, efetivamente, solucionados mediante a reorganização de sua economia. Para isso, era preciso aumentar a produtividade das atividades agropecuárias ali praticadas ou a serem introduzidas, investindo em projetos de irrigação, liberando dessa forma mão-de-obra rural para os setores não-agrícolas (BRASIL, 2005)

A criação do GTDN surge como resposta do governo federal às pressões constantes da emergência de novos atores da região no cenário político nacional, assim como dos movimentos sociais (ligas camponesas e sindicatos rurais e urbanos), mobilizados pela Igreja Católica. Estes atores buscavam um novo tratamento para com a região e as pessoas que nela habitavam (ALVES DA SILVA, 2008).

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1959, assume as estratégias idealizadas pelo GTDN, principalmente no que diz respeito aos seus Planos Diretores. As ações da Sudene centraram-se no aumento da produtividade agropecuária com base principalmente na bovinocultura e no cultivo de algodão, e em iniciativas destinadas a também aumentar a resistência econômica das explorações no Semiárido, aproveitando as águas dos açudes públicos para programas de irrigação (BRASIL, 2005).

A implantação da Sudene como organização executora das estratégias elaboradas pelo GTDN tinha como pretensão atuar “no sentido de ‘modernizar’ a região e integrá-la à economia nacional, usando como principal estratégia à atração de indústrias. Os resultados foram distintos nos diversos estados da região” (ROCHA e BURSZTYN, 2008, p.269). Estes autores apontam indícios de que havia uma intenção de se compensar o fracasso das atividades agrícolas na região através da introdução de indústrias.

A industrialização significava desenvolvimento; uma alternativa de redução das desigualdades regionais, por meio da criação de empregos e ampliação do mercado consumidor – já que a agricultura na região era inviabilizada pela seca e pela concentração de terras. Assim, a indústria aparecia como elemento de dinamização econômica regional (ROCHA e BURSZTYN, 2008)

Os objetivos da Sudene foram ao longo do tempo sendo desvirtuados, fugindo do que havia sido propósito do GTDN. A superintendência passou a fortalecer e apoiar as oligarquias agrárias enquanto mantinha parcerias internacionais como precaução ao avanço dos movimentos comunistas.

Os desvios ocorridos na Sudene em relação às propostas do GTDN também se repetiram no Semi-Árido, com a opção da Sudene pela modernização do setor agropecuário, mantendo privilégios das oligarquias agrárias nas ações de combate à seca e priorizando os programas assistenciais com ajuda internacional, como a “Aliança para o Progresso”, criada pelos Estados Unidos da América como uma tentativa de evitar os supostos avanços comunistas na América Latina. Além das políticas assistenciais e da continuidade das ações hídricas de represamento de água, os incentivos fiscais foram utilizados também para o fortalecimento da estrutura agrária do

Semi-Árido, com a modernização das atividades pecuárias e a implantação das áreas de irrigação (ALVES DA SILVA, 2008, p.56)

A partir da década de 70, as ações desenvolvidas pela Sudene tomaram novos rumos, isso a partir da criação de Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, a exemplo do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste); do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo); e do Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (PDAN). “Vale destacar que esses programas foram concebidos muito mais na perspectiva centralizadora do governo federal, em relação ao desenvolvimento do Nordeste, do que como resultado de decisões emanadas da própria Região” (BRASIL, 2005, p.24).

#### **4 A Sociedade Civil e a proposta para a convivência com o Semiárido**

As características ambientais do semiárido, assim como seu povoamento e os processos sociais, econômicos e políticos ocorridos ao longo da história, foram marcantes para a consolidação de uma cultura de miséria, dependência e de sofrimento, fato que só nos últimos vinte anos vem passando por profundas reflexões pautadas pelos movimentos sociais populares que terminam influenciando a implantação de projetos alternativos e políticas públicas que assumem a perspectiva de uma convivência sustentável de homens e mulheres nesse ambiente.

Foram raros os debates que priorizassem soluções novas, perspectivas diferentes que, partissem da realidade e da vida da população que se encaminhassem para a construção de uma convivência com o semiárido e não para o costumeiro e pouco efetivo combate a seca (JALFIM e BAPTISTA, 2003).

Nessa perspectiva, a atuação da população nos processos de participação na elaboração das estratégias torna-se de fundamental importância. Em poucas, ou nenhuma das ações governamentais para o desenvolvimento da região considerou-se a sabedoria popular, suas experiências, suas tradições, no tocante da convivência foram consideradas. No entanto, essa nova abordagem considera os homens e mulheres como protagonistas do processo de desenvolvimento, em diálogo com os órgãos governamentais ou não governamentais no processo de elaboração, execução e avaliação dessas iniciativas. Ab’Sáber reforça essa idéia quando afirma:

O homem do sertão tem particular intuição para as forças telúricas. Os sinais longínquos das trovoadas, que anunciam chuvas. A chegada da estação das águas, chamada *inverno*. O rebrotar da folhagem em todas as caatingas. O retorno das águas correntes dos rios, ao ensejo das primeiras chuvas. O conhecimento das potencialidades produtivas de cada pequeno espaço dos sertões, desde as vazantes do leito dos rios até os altos secos e pedregosos das colinas sertanejas (AB’SÁBER, 1999, p.26).

Os primeiros debates surgidos a respeito da substituição das ações de combate pelas ações de convivência com a seca foi introduzido a partir das décadas de 70 e 80 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Esta organização, constituída por agricultores, defendia a busca de oportunidades para o desenvolvimento nas próprias potencialidades da região, sugerindo a utilização de tecnologias criadas ou adaptadas e propondo a formulação de um programa amplo e abrangente de convivência com o semiárido (BRASIL, 2005).

Nesse mesmo período, além da Contag, várias outras organizações assim como movimentos sociais e religiosos, também passaram a atuar na perspectiva da convivência com o Semi-Árido. Estas organizações apostavam na potencialidade natural, econômica, humana e cultural, fortalecendo a identidade e o protagonismo de crianças, jovens, homens e mulheres para a criação e execução de estratégias de luta por uma vida digna, com a garantia do direito não só a água, terra e alimento, como também aos seus direitos como cidadão. Essas ações, apesar de pontuais e pulverizadas em todo o semiárido, passaram a criar, adaptar e disseminar junto aos seus públicos e as comunidades em que estavam inseridos, tecnologias de convivência com a seca. Estas tecnologias contemplavam desde formas eficiente de captação de água das chuvas, até a produção e criação de meios de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar e do extrativismo sustentável da caatinga.

Só no final da última década do século passado, em evento paralelo a terceira sessão da Conferência das partes das Nações Unidas da Convenção de Combate a Desertificação (COP-3), ocorrida no Centro de Convenções de Pernambuco em novembro de 1999, essas diversas organizações, representando a sociedade civil se juntaram em protesto aos caminhos equivocados tomados pela COP-3, e a invisibilidade das ocorrências dos problemas das secas que atingiam o Semi-Árido brasileiro naquele mesmo momento (ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO, 1999).

Este momento foi de fundamental importância para que fosse consolidada, em fevereiro de 2000 a Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA) como um Fórum de Organizações da Sociedade Civil e que vem lutando pelo desenvolvimento do Semi-Árido.

O surgimento da ASA foi um divisor de águas nos debates sobre a desenvolvimento do Semi-Árido. Sua presença, como representação de várias comunidades rurais que vivem no sertão, mostra para a região, para o Brasil e para o mundo uma outra perspectiva, a perspectiva da convivência digna de homens e mulheres com a semi-aridez, ao tempo em que deixa de lado a cultura da pobreza, da miséria e da dependência das oligarquias políticas e econômicas regional.

Seu projeto político tende a mobilizar o Estado brasileiro no sentido de implementação de políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento sustentável do Semi-Árido e deve ser concebido pelos diversos sujeitos que se comprometem com as transformações sociais e econômicas que garantam a dignidade da população sertaneja. Para que haja desenvolvimento, as estruturas geradoras das desigualdades devem ser superadas, como é o caso da “[...] concentração de terras, da água, do poder e do acesso aos serviços sociais básicos” (ALVES DA SILVA, 2008, p.219).

Nesse sentido, a ASA (1999) constrói seus programas a partir de duas premissas. A primeira defende a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido e a segunda defende a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

A partir dessa perspectiva, a ASA passa a mobilizar a sociedade, principalmente a sertaneja em torno de projetos alternativos, de baixo custo e de simples implantação possibilitando o protagonismo dos beneficiários na construção da cidadania e das transformações sociais. Um exemplo foi o Programa de Mobilização Social para construção de Um Milhão de Cisternas (P1MC). Esse programa teve boa receptividade pela população e terminou por influenciar o poder público nos vários estados a apoiarem a iniciativa.

Estes argumentos são também utilizados por Ab’Sáber (1999, p.27), quando destaca que, qualquer que sejam as iniciativas a serem adotadas atualmente no sentido no sentido de melhorar as condições de vida no sertão, deve acima de tudo “conquistar a

confiança da brava gente do sertão” e proporcionar uma “[...] injeção mais direta de recursos, sob a força de boas idéias e de propostas de uma economicidade mais garantida, sem apelo aos faraonismos residuais ou às tecnologias de emprego pontual e problemático” (AB’SÁBER, 1999, p.27).

## **5 Considerações finais: a herança das políticas públicas emergenciais de combate a seca**

O fenômeno das secas foi ao longo do tempo relacionado a um cenário de escassez e miséria, apesar de seus efeitos afetarem diretamente toda a população da região, são as camadas sociais excluídas as mais afetadas. De acordo com Neves (2006, p.136), “a perspectiva de chuvas funciona no imaginário coletivo como um termômetro da tragédia e das agitações sociais, gerando uma expectativa lancinante e dolorosa para todos, por que é a própria estrutura última de organização da sociedade que estes eventos se remetem”.

Foi construído no imaginário da população a ideia de uma região árida, não semi-árida. É como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas fossem secas e as estiagens durassem anos”. Outras imagens que ficaram marcadas foram a dos migrantes, das crianças raquíticas, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração da asa branca presentes nas músicas de Luiz Gonzaga, nas pinturas de Portinari, na literatura de Graciliano Ramos e na poesia de João Cabral de Melo Neto. Este ponto de vista é real e ao mesmo tempo ideológico que na maioria das vezes serve para atribuir a natureza problemas político, social e cultural historicamente consolidados (MALVEZI, 2007, p.11)

Estas imagens historicamente, e talvez, intencionalmente construídas, descartam a possibilidade de existência de qualquer potencial, seja ele humano, natural ou cultural que possa ser considerado, possibilitando a busca equivocada de ideias e estratégias externas para o desenvolvimento da região.

Análises feitas dos programas governamentais ocorridos a partir da década de 70, revelaram que a postura política adotada pelo Estado brasileiro tem contribuído para o fortalecimento das antigas estruturas socioeconômicas e políticas regionais pela modernização da grande propriedade agrícola. Este fato amplia o caráter autoritário do governo a partir dos novos instrumentos de intervenção programada (crédito, assistência técnica e infra-estrutura); e, o resgate por parte dos grandes proprietários rurais em seu próprio proveito, ações do estado que tinham como prioridade os pequenos produtores (BURSZTYN, 1984).

Nesse sentido, parece ser possível afirmar que as iniciativas governamentais, na tentativa de amenizar ou até mesmo combater a seca e seus efeitos, foi marcado por diversos problemas técnicos. Se por um lado aumentou os índices econômicos da região, promovido principalmente pela crescente presença das indústrias e da introdução dos pólos de agricultura irrigada nos Vales dos Rios São Francisco e Parnaíba. Por outro lado, não resolveu os problemas sociais existentes na região, além de ter contribuído para o fortalecimento das oligarquias regionais.

No presente momento, o Nordeste brasileiro enfrenta mais uma grande seca. Da mesma forma que a seca caracteriza-se por ciclos de fenômenos naturais que culminam com longos períodos de estiagens a história do dilema humano também se repete. A lavoura, os açudes e os barreiros secam, os animais agonizam e morrem de sede e fome e o sertanejo mais uma vez fica submetido a dependência das ações emergenciais e paliativas como a bolsa estiagem, carros pipas, garantia safra dentre

outros. Limitado de políticas públicas estruturantes e preventivas, de infraestrutura hídrica, de tecnologias adaptadas e da posse das terras, os agricultores, principal contingente atingido pelos efeitos da seca, são obrigados a se desfazerem de seus patrimônios, pois é a sua própria sobrevivência e de seus familiares que está em jogo.

O momento é oportuno para a manifestação de idéias e ações milagrosas vindas dos governantes assim como o discurso politiquês de várias lideranças que pretendem recarregar seus discursos políticos na busca da garantia da perpetuação de suas oligarquias a partir da miséria do povo sertanejo. Diante disso, cabem as seguintes reflexões: até que ponto as ações emergenciais para diminuição dos efeitos da seca trazem autonomia e segurança para o povo sertanejo e os prepara para uma permanência digna e sustentável na região? O que a história nos mostra sobre as grandes obras destinadas ao combate aos efeitos da seca e que perspectivas, benefícios e malefícios estas obras trarão pra região?

Contudo, este estudo não teve a proposição de esgotar o tema a respeito do desenvolvimento do Nordeste e as ações de enfrentamento aos efeitos da seca. E sim levantar parte dos argumentos históricos que explicam as verdadeiras causas do fracasso e da incapacidade técnica das políticas públicas direcionadas a solução dos problemas do nordeste semiárido.

## Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol.13, n.36, p.5-59, 1999.

ALVES, Joaquim. **História das secas**: séculos XVII a XIX. 2 ed. Mossoró: ESAM, 1982. (Coleção Mossoroense, v.225).

ALVES DA SILVA, Roberto Marinho. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008, 275p.

ANDRADE, Manoel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo, Atlas, 1988.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n. 29, p. 7-36, abr. 1997.

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO. **Declaração do Semi-Árido Brasileiro**. Recife, 1999. Disponível em: < <http://www.asabrasil.org.br/>> acesso em: 23 de janeiro de 2011.

BRASIL; Grupo de Trabalho Interministerial de Programas Regionais. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. 134p. (Versão para Discussão).

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984, 178 p.



FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 232 p.

FURTADO, Celso. **Seca e poder**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 94p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste**. Campinas: UNICAMP ; Instituto de Economia ; Programa Nacio, 1989. 131p.

HASTENRATH, Stefan; MOURA, Antônio Divino. Explorando os problemas climáticos do Nordeste do Brasil. In: SOUZA FILHO, Francisco de Assis de; e MOURA, Antônio Divino. **Memórias do seminário natureza e sociedade nos semi-áridos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Fundação Ceraense de Meteorologia e Recursos Hídricos, 2006. p. 77-90.

JALFIM, Felipe Tenório; BAPTISTA, Naidison. Uma Saída para Seca. **Caderno Le Monde Diplomatique**. São Paulo: Instituto Abipuru S/C. vol.1. n.3, 2003, p. 46-49.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-Árido: uma visão Holística**. Brasília: Confea, 2007. 140p.

MELO, Mário Lacerda de. Os Agrestes. In: **Série Estudos Regionais** n. 3. Recife, Sudene, 1989.

NEVES, Frederico de Castro. A ideologia de uma natureza perversa: seca, trabalho e conflito social. In: SOUZA FILHO, Francisco de Assis de; MOURA, Antônio Divino (org.). **Memórias do Seminário Natureza e Sociedade nos Semi-Áridos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, 2006, p. 135-146.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classe**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 138p.

POLETTI, Ivo. Da indústria da Seca para a Convivência com o Semi-Árido brasileiro. In: Cáritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra. **Água de Chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 9-24.

ROCHA, Juliana Dalboni; BURSZTYN, Marcel. Políticas públicas territoriais e sustentabilidade no semi-árido brasileiro: a busca do desenvolvimento via arranjos produtivos locais. **Revista Ciência e Administração**. Fortaleza, v.12, n. 2, p. 263-278, dez. 2008.

SOUZA FILHO, Francisco de Assis de. Natureza e desenvolvimento nos semi-áridos. In: SOUZA FILHO, Francisco de Assis de; e MOURA, Antônio Divino. **Memórias do seminário natureza e sociedade nos semi-áridos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Fundação Ceraense de Meteorologia e Recursos Hídricos, 2006. p. 41-58.

**DE QUEM É? AS TERRAS DA GUERRA DO CONTESTADO NO SÉCULO XIX. OS KAINGANG E VITORINO CONDÁ NO IRANI**

**Almir Antonio de Souza \***

Resumo

O objetivo do estudo é analisar na documentação do período, a presença do povo originário comandando por Vitorino Condá na região compreendida entre os campos de Palmas e Irani no Planalto meridional. Nas lutas por suas terras, no confronto com fazendeiros e autoridades imperiais durante a expansão luso-brasileira e a afirmação de povoados e vilas, assinala-se a presença indígena nesses lugares. Os remanescentes dessas populações formaram um contingente populacional significativo e foram imprescindíveis para a colimação do caldo étnico-histórico e social que ajudaram a forjar as condições que irromperam no início do século XX na Guerra do Contestado. Torna-se importante demonstrar que essas populações viveram e se estabeleceram neste lugar antes e mesmo depois das invasões luso-brasileiras do século XIX.

Palavras Chave: Irani, Kaingang, Contestado.

---

\* Pesquisador de Pós-Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO. Bolsista CAPES. almirppo@gmail.com

## Introdução

No Brasil Império, durante os anos de 1839 e 1844, as terras indígenas no entorno de Guarapuava no Planalto Meridional já haviam sido invadidas pela expansão luso-brasileira, restava uma extensa região que compreendia os campos de Palmas, os campos do Erê, os campos de Chapecó e as campinas do Irani. Porém essas terras eram lugar de lideranças como Vitorino Condá e nela viviam vários grupos indígenas. Os fazendeiros, e autoridades imperiais desejavam essas terras, e os povos indígenas que aí viviam deveriam ser integrados as vilas e cidades, ou afugentados, ou aldeados, ou simplesmente escravizados e eliminados.

A investigação que apresento tenta demonstrar as lutas dos índios do Planalto Meridional e de uma de suas mais expressivas lideranças - o Kaingang Vitorino Condá. Entre 1839 e a retirada dos povos comandados por Condá dos campos de Palmas, e das campinas do Irani em 1844, faço um apanhado dos documentos e relatos que demonstra esta operação de expulsão dos povos originários que habitavam esses lugares, e ao mesmo tempo as estratégias políticas dos índios para permanecerem em seus lugares de vivência.

O primeiro ponto traz a invasão dos campos de Palmas e campinas do Irani, e o relato de José Joaquim Pinto Bandeira com sua história sobre os encontros com os índios de Condá. Num segundo momento analiso o envolvimento das autoridades e fazendeiros imperiais com o processo de tentativa de controle, domínio e expulsão de Vitorino Condá e seus comandados como Veri, dos campos de Palmas e campinas do Irani. No terceiro ponto demonstro a política desenvolvida por essas autoridades e fazendeiros e as formas utilizadas para afastar Condá de seus campos de morada, e as suas respostas políticas com a permanência dos povos originários por ele comandados na região compreendida entre o oeste e meio-oeste catarinense. As fontes utilizadas no trabalho foram pesquisadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESC, e Arquivo Nacional na cidade do Rio de Janeiro- AN. As leis promulgadas no Brasil Império, os relatos publicados no Brasil Império na Revista do IHGB e os relatórios de Presidente da Província foram pesquisados na rede mundial de computadores, nos respectivos sites: Coleção das Leis do Império, site da Câmara Federal, <http://www.2.camara.gov.br>; site da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> e Provincial Reporters, Center for research Libraries, <http://www.crl.uchicago.edu/content/provopen.htm/>. Site da Universidade de Chicago.

## A invasão dos campos de Palmas e Vitorino Condá nas campinas do Irani

O Planalto Meridional, entre os anos de 1839 e 1850, vivia um período de expansão acentuada das fronteiras da colonização. A expansão das linhas agropastoris e comerciais, originando povoados, estendia-se, em direção aos campos de Palmas. Grupos de exploradores saídos dos povoados próximos como Palmeiras e Guarapuava com intenção de povoar novos campos abriam novas picadas e queimavam os campos para tomar posse e estabelecer a criação de animais, principalmente o gado bovino. Os campos de Palmas estavam a sudoeste de Guarapuava e, além de representar novos campos para a criação de animais que não parava de crescer, era também o início do novo caminho do Sul. O comércio entre São Paulo e as províncias do Sul, no que se refere à condução de tropas e rebanhos de animais do Rio Grande do Sul, cruzava por Vacaria, passava por Lages, seguia até a Vila do Príncipe,<sup>1</sup> e após os Campos Gerais chegava-se à Sorocaba. Com a descoberta do passo do Goyo-En, abriu-se este novo caminho de Palmas que, partindo de Cruz Alta, cruzava o rio Uruguai no passo de Goyo-En, passava pelos campos de Palmas e o Campo do Erê ao sudoeste deste, atravessava os campos de Guarapuava e os Campos Gerais, e seguia para Sorocaba. A viabilização deste traçado reduzia em mais de 60 léguas o percurso antes praticado pelos condutores de tropas (principalmente de muares).<sup>2</sup> Os ‘Campos de Palmas’ eram conhecidos desde a ocupação de Guarapuava quando já eram cobiçados pelos fazendeiros Guarapuavanos. Em 1839, fazendeiros de vários lugares, além de Guarapuava, lugares como a Vila do Príncipe, Palmeira e Curitibanos passam a invadir esses campos, um dos principais interessados nesses campos era Pedro de Siqueira Cortez.

Pedro de Siqueira Cortez havia chegado a esses campos em 1839, na intenção de possuir terras e criar animais. No início, Pedro da Siqueira tentou juntar-se a uma sociedade de exploradores que saíria de Guarapuava comandada por João Ferreira dos Santos, como lhe foi negado, montou sua própria sociedade e com uma comitiva abriu uma nova picada a facção, saindo de freguesia de Palmeira e chegando até os campos de Palmas onde, queimando a mata, abriu novos campos e chegou aos campos nativos. De

---

<sup>1</sup> Atual Lapa.

<sup>2</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. Colonização e Conflitos no sul do Brasil: estudos sobre os campos de Palmas. In: MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo e OLIVEIRA, Oséias de. *História Agrária: Propriedade e conflito*. Guarapuava: UNICENTRO, 2009, p. 283. Sobre o mercado das mulas, ver KLEIN, Herbert S. A oferta de muares no Brasil central: O mercado de Sorocaba. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 347-72, 1989.

acordo com os escritos de um dos escolhidos como mediador da divisão de terras, José Joaquim Pinto Bandeira, o grupo chefiado por Pedro de Siqueira ao retornar dos campos de Palmas, encontrou o grupo de João Ferreira dos Santos que transitava por outra picada e recolhiam animais. A contenda pela posse dos novos campos quase terminou em uma luta com muitas mortes para ambos, mas ali resolveram cada um seguir seu curso. Durante o ano, os exploradores permaneceram abrindo picadas, queimando a mata, abrindo os campos, recolhendo animais e construindo currais e casas, e vinham também de outros lugares próximos como Curitibanos, “como não havia uma decisão sobre a sorte dos campos, muita ocupação era feita irregularmente, e os que chegavam iam colocando animais, casa e currais, sem respeitar limites.”<sup>3</sup> Cada um a sua maneira, montava a casa e a fazenda onde lhe parecia mais conveniente. O resultado disso era que as discussões eram resolvidas com muita briga, “deixando a decisão do negócio ao arbítrio das armas; casas houve que foram derrubadas e currais arrasados.”<sup>4</sup> Por decisão dos povoadores, estabeleceu-se que se devia eleger dois árbitros para se decidir a questão, a eleição recaiu sobre o Capitão Domingos Ignácio de Araújo e o Alferes José Caetano de Oliveira, mas como ambos não podiam deslocar-se até os campos de Palmas, escolheram para a tarefa João da Silva Carrão e José Joaquim Pinto Bandeira, ambos moradores de Curitiba que deveriam resolver a questão e principalmente dividir as terras pelos interessados, o que foi feito. A partir do segundo semestre de 1840, já estavam os campos divididos a partir de um lajeado chamado ‘As Caldeiras’, ficando José Ferreira dos Santos com as terras voltadas para o nascente e Pedro da Siqueira Cortez com as terras voltadas para o poente.<sup>5</sup>

Joaquim José Pinto Bandeira e João da Silva Carrão saíram a cavalo de Curitiba em 04 de abril de 1840 rumo aos Campos de Palmas em aí chegando a 28 de maio. O Sargento de cavalaria Joaquim Bandeira, relata a descoberta dos campos de Palmas e de outros, como o Campo do Erê ao sudoeste do de Palmas, e nas explorações buscando outros campos encontraram também o acampamento de Vitorino Condá e Veri, lideranças dos índios que fugiram do acampamento de Guarapuava e habitavam nas

---

<sup>3</sup> BANDEIRA, José Joaquim Pinto. Notícias da descoberta dos Campos de Palmas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 14, Rio de Janeiro, Typografia Universal de Laemmert, 1851, p. 425-438. A descoberta desses campos também aparece no *Discurso do Presidente da Província de São Paulo Rafael Tobias de Aguiar em 07 de Janeiro de 1841, por ocasião da abertura da assembléia Provincial*. São Paulo: Typografia de Costa Silveira, p. 12. Neste documento aparece a descoberta desses campos com a participação de José Joaquim Pinto Bandeira, que a época era Sargento Mor da Guarda Nacional em Curitiba, e o cidadão Manoel de Almeida Leria.

<sup>4</sup> BANDEIRA, José Joaquim Pinto. Op. Cit., p. 428.

<sup>5</sup> BANDEIRA, José Joaquim Pinto. Op. Cit., p. 429.

campinas e matas adjacentes como a do Irani.<sup>6</sup> De acordo com Pinto Bandeira o grupo de Condá vivia a duas léguas de onde se estabeleceu a povoação de Palmas:

Logo depois que se tornou transitável aquella picada para o porto do Iguaçu; e que os fazendeiros faziam délla uso, foi um dos primeiros cuidados do capitão Hermogenes Carneiro Lobo, marcar o logar em que se devia estabelecer a povoação, e foram preferidos os lageados das caldeiras e cachoeira, para onde com boas maneiras pôde tranferir a tribu de selvagens, de que já fallamos, commandada por - Condá- a qual tantos receios causava, por estar até então estabelecida em uma campina chamada *Iranin*, a duas leguas no sertão. Firmada assim a confiança d'estes Indios, foram tomando incremento as novas fazendas, conservando-se sempre ali um pequeno destacamento de permanentes, por causa de outros selvagens que ameaçavam a nova colônia, ainda que como tambem era reconhecida sua inimizade com os novos convertidos, tinham os fazendeiros n'estes um poderoso apoio contra aquelles.<sup>7</sup>

Como vemos no excerto, os índios de Condá seriam retirados da campina do *Iranin*, e aldeados junto ao destacamento no povoado sob o comando do Capitão Hermógenes Carneiro Lobo que aí havia chegado a convite do Coronel João da Silva Machado (O coronel João, anos mais tarde, por seus serviços prestados ao império seria condecorado como Barão de Antonina) com a missão de dar segurança ao processo de invasão das terras dos povos originários.

### **Nas fronteiras dos campos de Palmas e campinas do Irani**

Em 1840, chegava aos campos de Palmas, o Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira. O Capitão no comando do Destacamento de Permanentes,<sup>8</sup> implanta seu abarracamento dentro de uma região de campo, nos lajeados chamados de Caldeira e Cachoeira, lugar que deveria se estabelecer a povoação.<sup>9</sup> Estes campos estavam perto de capões de mato, que formavam grandes travessões que às vezes levavam dias para serem transpostos. As primeiras providências que vai tomar o Capitão Hermógenes é solicitar ao Presidente da província, o Desembargador Manoel Machado Nunes, verbas de custeio para as tropas estacionadas no abarracamento nos campos de Palmas e alertar para que não se estranhasse “suas requisições, visto ser este hum país central e nascente,

---

<sup>6</sup> Idem, p. 428.

<sup>7</sup> Idem, p. 432-433.

<sup>8</sup> Idem, p. 430. José Joaquim Pinto Bandeira nos diz que a Companhia de Municipais Permanentes havia sido criada em 16 de março de 1837 pela assembleia provincial. A abertura de um caminho entre o rio Iguaçu e os novos campos, permitindo que saindo de Curitiba pela navegação se chegasse ao porto de partida para o percurso, necessitava de uma guarda que protegesse dos ataques imprevistos dos índios, e dessa forma é deslocada para esses campos, no início do ano de 1840, a Companhia de Permanentes sob o comando de Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira.

<sup>9</sup> Idem, p. 432.

onde se precisa de toda a proteção”.<sup>10</sup> Entre as dificuldades fronteiriças, existia o fato de que nesses campos estavam Vitorino Condá e seu grupo. Para estabelecer com alguma segurança a expedição, era imprescindível obter o apoio de Vitorino Condá e de seu povo. O Capitão Hermógenes utilizava-se da mesma estratégia já estabelecida, como vimos nos costumes dos processos de colonização ao longo dos séculos, que era o de buscar nas lideranças indígenas o apoio necessário para estabelecer o povoado:

No dia 20 de abril próximo passado, chegou o Indio Vitorino que lhedi oposto de Capitão Mor em nome do Ilmo Sr Presidente desta província, e elle nomeou ao Veri tenente, e Mathias alferes, e Manoel Sargento de sua companhia, que se compoem de 16 a 20 di armaz, 16 mais ou menos de 12 anos para baixo, de 30 a 40 mulheres de perto para cima mais ou menos que não posso contar o número certo por estarem huns em cassadas, outros distante daqui em o novo Abarracamento em querer aproveitar o porquê vai para Palmas pelo rio; breve darei o número delles, com os quais tenho feito por oras a despeza de 100\$000 réis de fazendas, e comestivo, não só o meo como alheios que tenho comprado porque não há para agradalos, e dizerlhes que vossa excelência á de mandar pagar para elles o que espero com brevidade para satisfazer a seos donos,[...] <sup>11</sup>

Havia uma necessária e ambígua aliança entre militares de ocupação e indígenas. Estes por sua vez exigiam e necessitavam de roupa, cobertores e comida, já que se anunciava mais um rigoroso inverno nos campos e matas nesse ano de 1840. Os povoadores, em sua maioria donos dos rebanhos de animais que avançavam pelos campos, como o próprio Hermógenes, desembolsaram de seus próprios bolsos uma quantia de 100 mil réis, pois sabiam do possível reembolso pela Presidência da província, como demonstra o último ofício. Neste mesmo ofício, o comandante fala que os índios de Vitorino também querem armas de fogo, munição e ferramentas para trabalhar, e rogava ao Presidente para que lhes mandasse. Quanto ao armamento de sua companhia, estavam bem desarmados, faltava quase tudo, e as poucas armas que tinham estavam se desmanchando, e nem havia notícia dos que vendiam armas e também não tinham dinheiro para isto.<sup>12</sup> Além disso, em Palmas tudo faltava, e o que existia para vender tinha um alto preço e os comerciantes só aceitavam o pagamento à vista, assim “estão os soldados endividados pagando hum pressio exorbitante para se remediarem, se vossa excelência não nos socorrer com nossos soldos, muitos no fim do prazo dos

---

<sup>10</sup> Ofício do Capitão Mor Comandante das tropas estacionadas em Palmas Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, ao Presidente da Província Manoel Machado Nunes em 15 de março de 1840. *Seção Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 37, ordem 1025. APESP.

<sup>11</sup> Ofício do Capitão Mor Comandante do Destacamento estacionado nos campos de Palmas Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira ao Presidente da Província de São Paulo Manoel Machado Nunes. Campo de Palmas, 2 de Abril de 1840. *Seção Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 44, ordem 1025. APESP.

<sup>12</sup> *Ibidem*

quatro annos, hirão com suas pessoas pagar o que devem.”<sup>13</sup> O Capitão tentava também estabelecer um comércio com os índios de Vitorino e para tanto solicitava o envio de facas, ferramentas, tecidos e roupas para os índios, e solicitava também o restabelecimento da escravização dos índios aprisionados nas expedições:

Que seria acertado vir por conta da Nação, para formar com os Indios comercio algua porção de fazendas, como baetas, pano rendado de ponxes, berbuta, riscados dalgodao, zoarte, algodoes de sortido, americano, trançados, e singelos cassaz, cousas grossas, facas, ferramentas, e ordem de receber-se delles carnis, cera, mel, couros, e tudo o mais que elles trouxerem, ou cassarem, afim de os fazer dependentes, e ambiciosos. Lembrome mais a ser possível fazer-se reviver a Carta Régia de 5 de abril de 1808, Revogada pela Lei de 27 de outubro de 1831 de serem cativos os Indios apanhados em ataque; tanto pelos Indios, como pelos Brasileiros; porque tendo o Vitorino asserima revalidade com os Indios de pequerê que cada serto tempo seatacão, e sem rrazão, e os que hum apanha do outro conserva por seos cativos; He útil apanhalos, e sera o meio mais favorável de revalizar o Vitorino com os que tem feito grande dano no Caminho do sul desde a Villa do príncipe athe missoens que de tudo lhe dá motivo e pronto para hir batelos para venderem;[...]<sup>14</sup>

A ideia de manter um comércio com os índios pode sugerir, em um primeiro momento, uma atitude de conciliação ou de ajuda aos índios. Mas, se bem observadas todas as condições que envolviam esses relacionamentos, verifica-se de forma imediata que ela está condicionada à conquista, a tornar o índio dependente e ambicioso – era isso o que se desejava como nos diz o Capitão. Desejava-se também, como podemos ver no ofício do comandante do Destacamento estacionado em Palmas, Hermógenes Lobo, de se reviver a Carta Régia<sup>15</sup> que permitia serem escravizados os índios presos em combate, esquecendo a lei de 27 de outubro de 1831, a chamada “Lei dos Órfãos”. A lei tinha revogado a Carta Régia, desonerando os índios que se encontravam em servidão.<sup>16</sup>

Em relação à captura de índios, dizia-nos o capitão que “He útil apanha-los”, tornando rivais cada vez mais os índios uns dos outros. Permanece, a força dos *usos e costumes antigos* que estabeleciam a condição de escravo.<sup>17</sup> Independente da legislação, os índios faziam cativos e os brasileiros também, mais uma vez se estabelece uma

---

<sup>13</sup> Ibidem

<sup>14</sup> Ibidem

<sup>15</sup> Observe-se a confusão feita com as datas, o Capitão cita 05 de abril de 1808, provavelmente fez uma confusão com as datas das Cartas régias, que verdadeiramente eram 05 de novembro de 1808 e 01 de abril de 1809.

<sup>16</sup> Lei dos Órfãos. De 27 de Outubro de 1831. Revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os índios. *Coleção das Leis do Império*. Actos do Poder Legislativo de 1831. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875, p 165-166.

<sup>17</sup> MONTEIRO. John Manuel. *Os Negros da Terra*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.



prática baseada no pluralismo das leis do ‘Direito’ então praticado,<sup>18</sup> que no Império do Brasil tinha uma praxe com as mesmas matizes e tons. Mas é preciso fazer um alerta à afirmação de que as leis não eram levadas a sério ou eram totalmente ineficientes. Elas faziam um sentido dentro da ótica do Direito Colonial. A chamada Lei dos Órfãos, destinando a tutela indígena sob-responsabilidade jurídica dos Juízes de Paz, Órfãos ou Ordinários nas vilas, povoados e freguesias imperiais, exercia sua função, daí a necessidade de revogá-la e reviver a Carta Régia que permitia a escravização dos indígenas.<sup>19</sup>

O capitão Hermógenes, pede demissão do comando do destacamento em 1841 e começa a ser gestado o nome do substituto para comandar o processo de avanço e expansão da fronteira. Em maio de 1841, o Capitão Domingos Ignácio de Araujo indicava Pedro Siqueira da Cortez e como segundo comandante José Joaquim d’Almeida, Furriel da Guarda Nacional, ambos já povoadores do lugar.<sup>20</sup> Os nomes foram enviados pelo Presidente da província para o comandante da Legião, o Coronel João da Silva Machado, que em ofício ao mesmo Presidente deu as seguintes recomendações:

Acuso recebido o officio que vossa excelência me dirigio em 25 do corrente acompanhado de outro do Capitão Domingos Ignacio D’Araujo, que participou a vossa excelência haver nomeado o cidadão Pedro de Siqueira Cortez para Comandante Interino do Destacamento estacionado na povoação do Campo de Palmas, em consequência das impossibilidades e enfermidades do Capitão Hermogenes Carneiro Lobo Ferreira, propondo igualmente hum segundo Comandante, ao que vossa excelência, se dignou exigir a minha opinião a respeito. Com quantos seja aquelle commandante de muita ponderação Porter diarrastar a bravura dos Indigenas residentes naquelles certões, manter em harmonia hua grande porção de povoadores, que ali se estão estabelecendo, explorar outros campos ainda desconhecidos por cauza de traveções de Matto que os separão dos já habitados; [...] todavia eu acho bons os dois cidadãos indicados pelo mencionado capitão, por que são fragueiros, capazes de se defender dos Indios Selvagens, e ao mesmo tempo déstenderem as descubertas doutros campos ainda desconhecidos, o que faz muito ao cazo na actualidade. [...]<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Cf SILVA, Cristina Nogueira da. “Codificação de usos e costumes na doutrina colonial portuguesa (séculos XIX-XX).” In: *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, Firenze, nºs 33-34, t. II, 2004-2005, p. 899-921.

<sup>19</sup> Carta Régia de 1º de Abril de 1809 ao Governador de São Paulo Antônio Joseph da Franca e Horta. Aprova o plano de povoar os campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquele território. *Coleção das Leis do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 36-40. Carta Régia do Príncipe Regente Dom João ao Governador da Capitania de São Paulo Antônio José da Franca e Horta, em 05 de novembro de 1808. *Coleção das Leis do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 156-159.

<sup>20</sup> Comunicação indicando o nome de Pedro de Siqueira Cortez para o comando do Destacamento de Palmas. Ofício de Domingos Ignácio de Araujo ao Presidente da Província de São Paulo. *Seção Manuscritos. Offícios diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 57, ordem 1025. APESP.

<sup>21</sup> Do quartel na cidade de São Paulo. Ofício do Comando Superior das Legiões da Guarda Nacional do Sul desta Província, Coronel João da Silva Machado ao Presidente da Província Rafael Tobias de Aguiar

De acordo com o Coronel João da Silva Machado, dentro das características dos homens que devem ocupar a fronteira, a principal era o fato de serem homens fragueiros. Segundo Francisco Bueno,<sup>22</sup> ‘fragueiros’ são homens de montanha, homens de mato, homens de selva, rudes, agrestes, e ásperos. Estes homens deveriam também ser capazes de se defender dos *índios selvagens*. Pensando por este lado, é fácil entender que tipo de homem deve ser o comandante fronteiriço: um mateiro; um homem capaz de atacar e se defender dos indígenas. Em 1841 as fronteiras ainda indefinidas, eram mais um do amontoado razoável de obstáculos que tinha de enfrentar o novo comandante nos sertões dos campos de Palmas. Paraguai e Argentina estavam do outro lado e no meio entre eles as populações indígenas, populações essas que em alguns casos transitavam entre o idioma espanhol e português, e mantinham entre si contatos amistosos ou não, e habitavam os enormes travessões de mato que separavam os campos nativos apropriados para a criação de animais. Então esse comandante tinha que ser um homem do mato, alguém que compreendesse e entendesse do *sistema do mato* que viviam os indígenas, e, de acordo com o Coronel João da Silva Machado, comandante das Legiões da Guarda Nacional do Sul da Província de São Paulo, e o Capitão Domingos Ignácio, Capitão Mor comandante da freguesia de Palmeira, a pessoa de Pedro de Siqueira Cortez reunia as características necessárias para exercer esse comando.

### **Pedro de Siqueira Cortez e os Homens Fragueiros**

O novo comandante do Destacamento dos Permanentes estacionado nos abarracamentos dos campos de Palmas, Pedro de Siqueira Cortez, inicia seu comando já advertindo a Presidência da província com relação a alguns remédios urgentes para o povoado, como a necessidade de um sacerdote, para administrar o posto espiritual aos fiéis, e também para dar a catequese aos indígenas, cuja liderança era Condá: “maxmé em hum paiz como este, tão remoto e privado de quase todos os recursos onde existe presentemente o índio Vitorino com sua orda de noventa a cem pessoas quase todos ainda pagãos”.<sup>23</sup> Pedro de Siqueira sabia que era necessário manter Vitorino e seu povo

---

em 27 de maio de 1841. *Seção Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 74, ordem 1025. APESP

<sup>22</sup> BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1986, p. 506.

<sup>23</sup> Comunicação do Capitão Mor Pedro de Siqueira Cortez ao Presidente da Província, pedindo um sacerdote e falando das *ordas* de indígenas comandadas por Vitorino Condá. Em 17 de Agosto de 1841.

como aliados. A aliança incontestada com Condá significava uma proteção forte contra a investida de outras populações indígenas e dizia em comunicação ao Presidente da província, “que para dar-lhes a possível civilização, cumpre desprender com elles algum dinheiro para sua manutenção”.<sup>24</sup>

Enquanto Pedro de Siqueira Cortez continuaria como fazendeiro e uma das principais lideranças do povoamento em Palmas, principalmente após em 1842 ter aberto a estrada de Palmeira até os ‘Campos de Palmas’,<sup>25</sup> Vitorino Condá, por sua vez, provavelmente durante o ano de 1843, deixaria os campos de Palmas e as campinas do *Iranin*, deslocando-se para os campos entre os rios Chopin e Iguaçú. Esse retraimento é possível que tenha ocorrido em decorrência de uma série de fatores: primeiro, fugir das frentes de expansão e ocupação, que na ótica dos indígenas “infestavam” cada vez mais seu território de morada; segundo, a ascensão do chefe Veri nos campos de Palmas; e, por último, o não alinhamento com o novo comandante no povoado, Pedro de Siqueira.<sup>26</sup> Em relação à Veri, ele era o segundo em comando e em uma ocasião, estando Condá em São Paulo, sua ascensão tornou-se inevitável, num ataque de índios que viviam nas matas próximas ao povoado e aldeamento, ocorrido na noite de quatro de março de 1843, executou uma defesa plena de êxito, repelindo o ataque, matando oito dos agressores, e fazendo duas índias cativas. A defesa foi facilitada pelas armas de fogo que estavam ao alcance dos homens de Veri e seus índios.<sup>27</sup>

Essa retirada estratégica de Vitorino era assinalada pela sua posição agora ainda mais fronteira. Exercia, sim, uma operação de recuo e ao mesmo tempo avanço em direção a outras fronteiras, como as das populações indígenas que habitavam já em território da província de Corrientes. No mesmo ano de 1843, o Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira vai necessitar da ajuda de Vitorino Condá e convence o índio a tentar com ele resgatar o tropeiro (negociante de animais), Capitão José de Sá Soutto-Maior, que em 23 de julho de 1832, nas missões em São Pedro do Rio Grande do Sul,

---

*Seção Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 65, ordem 1025. APESP.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> Ofício de 08 de maio e de 15 de agosto de 1842 do Capitão Mor Domingos Ignácio de Araújo Comandante de Palmeira ao Presidente da Província comunicando a abertura da estrada e constante do ofício ao Presidente da Província Manuel Felizardo de Souza e Mello de 22 de maio de 1844. *Seção Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba (1841-44)*. Caixa 209, pasta 4, documento 26, ordem 1004. APESP.

<sup>26</sup> FRANCO, Arthur Martins. 1º centenário do Povoamento dos Campos de Palmas. In: *Revista do circuito de estudos bandeirantes*, Curitiba, 1936, p. 310. Apud MOTA, Lúcio Tadeu. *As Guerras dos índios Kaingang. A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994, p. 25.

<sup>27</sup> BANDEIRA, José Joaquim Pinto. Op. cit., p. 429.

teve atacada e destruída toda sua comitiva, e como foram encontrados todos os cadáveres menos o seu, começou a correr a crença geral que se encontrava o infeliz Capitão como cativo dos índios,<sup>28</sup> possivelmente, estava em um alojamento, conjuntamente com outros, por eles igualmente arrebatados. No discurso do Presidente da província, no dia 07 de janeiro de 1844, esta história é contada:

[...] interessando-se o Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira pela sorte do Infeliz Capitão José de Sá, que fora á alguns annos apprehendido pelos Indios, e constava achar-se, com outros por elles igualmente arrebatados, em um alojamento para as partes de Palmas, influio o Indio Victorino Condá para ir com alguns dos seus promover o resgate d'essas pessoas, e reduzir os Indios a virem habitar n'essa povoação. Desempenhou Victorino Condá parte de sua commissão, conseguindo trazer *sete crianças brancas*, que existião em poder dos Indios, e fazer-se acompanhar por considerável numero d'elles, que resolverão-se a residir na Povoação de Palmas; seguido logo depois para esta cidade o capitão Hermógenes, Victorino, e as crianças resgatadas.<sup>29</sup> (o grifo é meu)

No relato supracitado, da missão de resgatar povoadores que se encontravam cativos dos índios resultou um retorno a Palmas com *sete crianças brancas* que existiam em poder dos índios, e mais uma comitiva de índios que resolveu acompanhar Vitorino Condá para habitar próximo ao povoamento de Palmas. A grande vitória de Condá nesse caso foi sua manutenção como principal liderança e o fortalecimento de sua aliança com Hermógenes, que, aliás, recebeu de gratificação 220 mil réis, quantia que ao menos nos documentos levantados, nunca foi paga aos indígenas, já que a esses foi destinado o de sempre: roupas velhas e ferramentas. As quantias que Condá recebia sempre foram irrisórias e eram, na maioria das vezes, divididas pelas comitivas que o acompanhava e para sobrevivência dessas.<sup>30</sup>

Depois do retorno de Vitorino e Hermógenes com as *sete crianças brancas* para o povoado de Palmas, o comandante da Companhia de Permanentes estacionada em Palmas- Pedro de Siqueira Cortez, com receio do grande número de Índios que estavam em Palmas, os da comitiva de Condá, mais os que vieram com ele acompanhando-o a fim de se deixarem reduzir, manda vir auxílio de homens armados de Guarapuava. Os guerreiros de Vitorino decidem sair do aldeamento, argumentando a necessidade de realizar uma caçada, Pedro de Siqueira Cortez manda seus homens no encalço dos

---

<sup>28</sup> Idem, p. 426.

<sup>29</sup> Discurso do presidente da província de São Paulo Manuel Felizardo de Souza e Mello, em 07 de janeiro de 1844, por ocasião da abertura da Assembleia Provincial. São Paulo: Typografia do Governo, 1844, p. 48.

<sup>30</sup> *Discurso do Presidente da Província de São Paulo Manuel Felizardo de Souza e Mello*, em 07 de janeiro de 1844, por ocasião da abertura da Assembleia Provincial. São Paulo: Typografia do Governo, 1844, p. 50.

guerreiros, e após perseguição ao grupo de Condá, acabam por assassinar, sem qualquer resistência, mais de vinte dos Indígenas:

Apenas houve noticia de aproximar-se á Palmas o deprecado auxilio, os Indios pedem licença ao Ex-Commandante, para irem a caça, e em virtude d'ella retirao-se, tomando duas veredas diversas, o que fez crer á este a tentativa de algum assalto. Immediatamente determina o mesmo Ex-commandante a marcha d'uma escolta sufficiente para o lado, por onde seguira o maior numero de índios, com ordem de trazel-os, ou matal-os; e, como impugnassem voltar, usou a escolta da segunda alternativa, e vinte tantos Indios d'ambos os sexos, inermes, sem opporem resistencia activa, foram assassinados. No fim de dous mezes, impellidos pelo desejo de vingança, avançam alguns índios sobre a povoação, e matarão três pessoas; este facto, e sobretudo a noticia de que elles, em numero considerável, pretendião atacar a povoação, espalhou o alarme, e a consternação, vendo-se obrigado os fazendeiros a desamparar seus estabelecimentos.<sup>31</sup>

As ocorrências tiveram lugar, na nascente povoação de Palmas, em agosto de 1843, com o assassinato de mais de vinte índios, por parte da escolta armada do comandante da Companhia dos Permanentes estacionada nos campos de Palmas. Em retaliação, os índios atacaram o povoado de Palmas, matando três pessoas, e a notícia de que os índios estavam preparando uma invasão com um grande número de guerreiros, deixa em polvorosa o povoamento, e muitas fazendas passam a ser abandonadas. Para conter tal ânimo, o governo cria em Palmas uma Subdelegacia de Polícia, demite o comandante e nomeia novamente para o cargo Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira e, como comandante dos Índios, Vitorino Condá.<sup>32</sup> O que chama a atenção na documentação do governo com relação ao episódio dos assassinatos, é o fato da omissão do nome do comandante, na documentação ele é tratado apenas como o *Ex-Commandante*. Uma das leituras que podemos fazer talvez seja a seguinte: o governo sabe que a morte de mais de vinte índios inocentes, é crime, e deveria, portanto, responder criminalmente por seus atos a escolta e seu comandante que procedeu a chacina. No entanto, o que acontece é que dentro da ambiguidade fissurada e o universo jurídico que regia as práticas destas autoridades, os índios não podiam ser vistos como uma nação, apenas como bestas ferozes, os chamados pelos invasores de “errantes dos bosques e das matas”, destituídos de civilização, o que desconfigurava o processo em si só do crime praticado, projetando uma espécie de inimizabilidade baseada nos usos e costumes. E a punição para os atos praticados é a configuração do próprio documento, o *Ex-Comandante*, a demissão foi a única pena. Embora o governo não cite o nome do ex-comandante, ele é Pedro de Siqueira Cortez que segundo o governo da província “sem

---

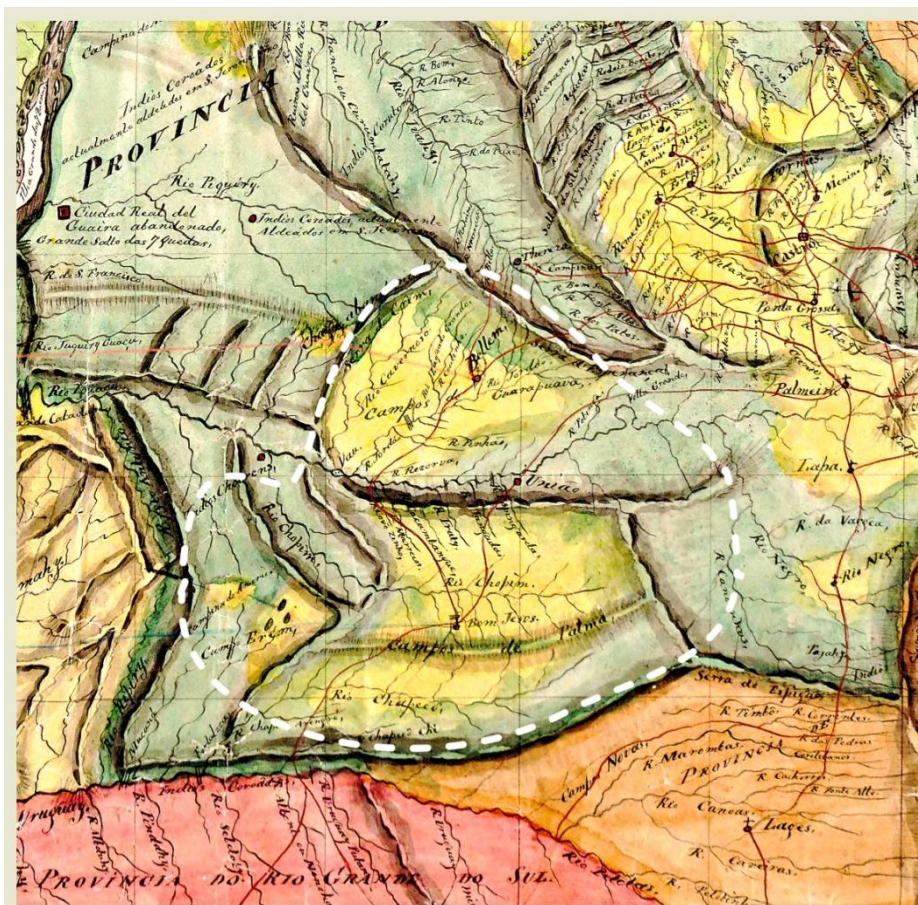
<sup>31</sup> Idem, p. 49-50.

<sup>32</sup> Idem, p. 50.

motivos legítimos, e imprudentemente provocou os Índios, levou-os ao excesso de desesperação, frustrando as vantagens que se poderia colher de seu aldeamento.”<sup>33</sup>

No ano seguinte, em 1844, Vitorino Condá continua estabelecido na região entre os rios Chopin e Iguazu. Veri em Palmas, como aliado. O retorno de Hermógenes Lobo ao comando da Companhia reforçava a posição de Vitorino nos campos e matas próximos de Palmas. No mapa a seguir indico alguns lugares de deslocamento de Condá e Veri (linha branca), os matos (cor verde) e campos (cor amarela) da região, além de alguns caminhos e estradas existentes, como a ‘Estrada de Missões’(o trajeto abaixo apresentado só existira a partir de 1845), o ‘Caminho do Sul’ e a estrada da freguesia do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas até Palmeira (linhas vermelhas).

### Parte do Mapa da Província do Paraná no Império.



Fonte: Fonte: Seção de Mapas do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro - RJ. Série 776.2- 9G. (Adaptação de SPINA, Tiago. 2012)

<sup>33</sup> Idem, p. 49.

Durante o ano de 1844, Pedro de Siqueira Cortez e Domingos Ignácio de Araújo, movem um processo civil de justificação contra Condá, como forma de retaliação pela demissão de Pedro de Siqueira de Cortez do Comando da Companhia de Permanentes de Palmas. Vitorino Condá de acordo com o testemunho no processo do Vigário Antonio Braga de Araújo, até na Fortaleza de Santos havia estado encarcerado.<sup>34</sup> O processo constava da afirmação dos seguintes quesitos imputados a Condá:

- 1.o Que tem havido muitas incursoens dos Índios na estrada que segue para a Província do Rio Grande Do Sul principalmente no matto Castelhana e em diversos pontos da Comarca de Missoens e Destricto da Vaccaria naquella Província, e que tem resultado muitas mortes e roubos, tanto nos viajantes como nos moradores daquele logar.
- 2.o Que os Índios mansos de Guarapuava e Palmas tem tido grande parte em todos estes ataques roubos e assassinios e que isto hé crido geralmente.
- 3.o Que o Índio Victorino he acuzado geralmente de ser quem dirige todos os ataques e roubos que tem havido.<sup>35</sup>

Embora não se possa afirmar a veracidade de tais quesitos, o certo, é que o contexto afirmava o deslocamento dos povos originários e sua extensa área de vivência. Dentro dessas condições está ocorrendo o processo contra o Índio Vitorino Condá. A partir da documentação enviada em maio para o Presidente da província de São Paulo, as condições de permanência de Condá na região de Palmas ficaram quase que insustentáveis. Talvez essas motivações e situações fizeram Vitorino Condá aceitar o convite de Francisco Ferreira da Rocha Loures, para realizar a tarefa de tornar possível e viável a “Estrada das Missões”, o caminho entre Palmas e Cruz Alta na província de São Pedro. Essa missão o levaria para longe dos seus campos do Covó (os campos de Palmas).<sup>36</sup> Nos anos seguintes, depois de retornar da província de São Pedro, os povos originários liderados por Condá iriam se estabelecer de forma definitiva, próximo ao rio

---

<sup>34</sup> Testemunho de Antonio Braga de Araújo, Vigário da freguesia de Guarapuava em 06 de abril de 1844 no processo de justificação. A justificação é um processo judicial constituído de uma audiência de testemunhas, cuja finalidade é demonstrar existência de fato ou relação jurídica. No caso de Vitorino Condá se pretendia demonstrar que Condá era um dos principais salteadores, e que realizava pilhagens, raptos e assassinatos desde Palmas até Cruz Alta. No terceiro quesito perguntava-se: “Se o Índio Vitorino tem deste distrito sahido deportado para outros lugares por causa de seos maos costumes?” O Padre Antonio Braga de Araújo respondeu que o “Indio Victorino por seus costumes sempre mãos tem por algumas vezes sido lançado deste lugar para São Paulo e mesmo para a Fortaleza de Santos.” Documentos juntados pelo Escrivão do cartório de Palmeira a mando do Capitão Domingos de Araújo e anexados em ofício ao Presidente da Província Manuel Felisardo e Souza e Mello. *Seção Manuscritos. Ofícios Diversos de Curitiba (1841-44)*. Caixa 209, pasta 4, documento 17, ordem 1004. APESP.

<sup>35</sup> Processo civil de justificação instaurado por Pedro de Siqueira Cortez na Vila Nova do Principe (Lapa) e oitava das testemunhas em 09 de janeiro e 27 de janeiro de 1844. *Seção Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba (1841-44)*. Caixa 209, pasta 4, documento 17, ordem 1004. APESP.

<sup>36</sup> No caso em questão, dentro do esquema de área de perambulação, se tratava de uma extensa região entre Guarapuava, Palmas e nas fronteiras com Nonohay, Lages, Vacaria e Curitibaanos.

Chapecó, nos campos e campinas como a do Irani. Vitorino Condá em essas terras ficaria até sua morte em 25 de maio de 1870 aos 65 anos de idade. Ele e seu povo e tantos outros grupos aí viveram, ficaram e continuaram vivendo formando por linha direta de descendência ou pela mestiçagem, a população majoritariamente denominada no início do século XX de Caboclos, o que indubitavelmente permitiu e ajudou a compor o caldo étnico-histórico e social que irromperam na guerra denominada de Contestado.

### **Referências bibliográficas**

MACHADO, Paulo Pinheiro. Colonização e Conflitos no sul do Brasil: estudos sobre os campos de Palmas. In: MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo e OLIVEIRA, Oséias de. *História Agrária: Propriedade e conflito*. Guarapuava: UNICENTRO, 2009.

KLEIN, Herbert S. A oferta de muare no Brasil central: O mercado de Sorocaba. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 347-72, 1989.

BANDEIRA, José Joaquim Pinto. Notícias da descoberta dos Campos de Palmas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 14, Rio de Janeiro, Typografia Universal de Laemmert, 1851,

MONTEIRO. John Manuel. *Os Negros da Terra*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

SILVA, Cristina Nogueira da. “Codificação de usos e costumes na doutrina colonial portuguesa (séculos XIX-XX).” In: *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, Firenzi, n°s 33-34, t. II, p. 899-921, 2004-2005.

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1986.

FRANCO, Arthur Martins. 1º centenário do Povoamento dos Campos de Palmas. In: *Revista do circuito de estudos bandeirantes*, Curitiba, 1936.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As Guerras dos índios Kaingang. A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.



## GT 03 – O rural na história do Brasil

### De *Sertão* a Vale: a constituição da ruralidade e desenvolvimento no Vale do Paranapanema/SP

Kauê Barreiros Corrêa Pessoa Guimarães<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo desse texto é apresentar os aspectos históricos e sociais do então Sertão Paulista, área conhecida como Vale do Paranapanema, atualmente. O Vale do Paranapanema está localizado no Estado de São Paulo, na região de divisa com o Estado do Paraná; localização considerada estratégica e, que, exerceu grande influência no desenvolvimento da região. O intuito, portanto, em demonstrar esses aspectos, se deve ao intenso desenvolvimento socioeconômico vivenciado na região, que traz significativas mudanças em diferentes contextos. Compreender essas transformações é fundamental para entender o contexto regional, constituído a partir de um universo rural responsável por criar condições para o desenvolvimento da região. O município de Ourinhos compõe um importante exemplo do desenvolvimento regional, se destacando no começo do século XX, a partir do intenso progresso visto através das plantações de café, ponto fundamental para compreender os aspectos históricos e sociais. Com o desenvolvimento e modernização da região, criam-se importantes capitais socioeconômicos, que por sua vez, marginaliza determinadas parcelas da sociedade. Tem início, as fortunas fundiárias e as decorrentes transmissões de patrimônio, tanto físico como simbólico.

**Palavras-chaves:** (Ruralidade; Desenvolvimento Regional; Vale do Paranapanema).

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná, [kaue.zero@gmail.com](mailto:kaue.zero@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O avanço dos pioneiros<sup>2</sup> sobre áreas pouco exploradas e quando exploradas, realizada por grupos indígenas, cujos objetivos são diferenciados das frentes pioneiras, dá início à *marcha para o Oeste*, com o objetivo de povoar o Sertão Paulista<sup>3</sup> e, assim, *fazer riqueza*, no século XIX.

A ocupação do Vale do Paranapanema pode ser sinteticamente compreendida por três períodos. Primeiramente, através da já consolidada ocupação indígena na região, onde com o avanço das frentes consideradas pioneiras acabaram extinguindo grande parte da população indígena, tanto por epidemias como por *matanças*. Desse período, nota-se a herança indígena na região, principalmente, nos nomes das cidades que compreendem o Vale do Paranapanema.

A ocupação realizada através das frentes pioneiras, considerado como um segundo período, é caracterizada, sobretudo, pelos mineiros descendentes de portugueses que exploravam a região de forma bandeirante. Cândido (1977) expõe o caráter transitório desse *modelo* de ocupação, no interior paulista, e destaca; que o momento de fixação nas terras se deve à sedentarização dos bandeirantes que, posteriormente, serão considerados como *caipiras*<sup>4</sup>.

A terceira ocupação, no início do século XX, se deve aos imigrantes estrangeiros que se estabeleceram na região à procura de oportunidades, visto que as fazendas, principalmente de produção cafeeira, precisavam de mão de obra para a crescente produção, havendo assim, uma intensa promoção e incentivo do governo brasileiro para a migração, contudo, Mombeig (1984) expõe que os imigrantes na época eram considerados mais como *braços para lavoura*, do que como parte integrante do povoamento. Porém, atualmente são considerados como determinantes no povoamento do Estado de São Paulo, como um todo.

Portanto, entender esse contexto histórico-social abre espaço para compreender a identidade regional e as heranças culturais definidas na região. Pode-se assim,

---

<sup>2</sup> Considerados como os primeiros imigrantes a desbravar e ocupar a região.

<sup>3</sup> Denominado como sertão pelas características inóspitas encontradas na região.

<sup>4</sup> Cândido (1977) esclarece que o termo caipira foi incorporado recentemente de maneira jocosa, porém, esse termo serve para designar o homem tradicional do campo.

interpretar os atores sociais envolvidos e os espaços socialmente construídos e então, analisar tanto o poder político e social como o poder econômico definido no Centro Oeste Paulista. De modo específico, há interesse em considerar a formação do município de Ourinhos, pois, este representa atualmente um importante polo regional, derivado de uma conjuntura histórica, social e política vivenciada na região.

Essas, portanto, são questões que definem o objetivo desse texto. Isto é, analisar os aspectos históricos e sociais do desenvolvimento da região do Vale do Paranapanema e, a formação do município de Ourinhos. Este, como herança de transmissões de patrimônios e constituição de fortunas fundiárias.

Para tanto, este texto será subdividido em três segmentos. No primeiro momento será demonstrada a ocupação do Vale do Paranapanema a partir das frentes pioneiras. O segundo momento; tem como intuito principal, demonstrar a ocupação enquanto oportunidade na região que, essencialmente, foi responsável por garantir o desenvolvimento regional. Na sequência, cabe analisar a formação e o desenvolvimento do município de Ourinhos, representado pela busca de oportunidades e melhores condições de vida.

É preciso considerar que o contexto histórico-social da região é amplo e diverso. Assim, não é possível explorá-lo inteiramente num único trabalho, porém, é possível apresentar de modo claro os objetivos propostos, e assim, fornecer uma compreensão detalhada.

## **A OCUPAÇÃO DO VALE DO PARANAPANEMA**

Os primeiros povoamentos da região foram constituídos por grupos indígenas, sobretudo, índios Guaranis. Porém, por muito tempo houve a tentativa de ocupação da região. “A primeira tentativa de ocupação do Vale do Paranapanema ocorreu no início do século XVII, com a fundação das missões de jesuítas espanhóis com o intuito de reunir e catequizar os índios guaranis” (BRAY, 1987, p.5), no entanto as missões não tiveram sucesso. Desse modo, é a partir da metade do século XIX que a exploração da região é consolidada, principalmente pelos bandeirantes mineiros.

Botucatu era a última vila da província de São Paulo e, a partir dessa, que os novos exploradores desbravaram o então sertão paulista (LEONIDIO, 2009). O extermínio das populações indígenas era algo recorrente nos avanços rumo ao Oeste do

Estado, para que as posses de terras no Vale do Paranapanema fossem realizadas. Dessa forma, não só índios como a fauna e a flora eram considerados obstáculos à marcha rumo ao desconhecido, formavam-se bandos de jagunços armados com objetivo de deixar o território livre (LEONIDIO, 2009). Muitas vezes, esses bandeirantes são considerados como heróis e responsáveis pelo aumento das extensões territoriais, o que de fato ocorreu, porém com algum preço.

José Theodoro de Souza foi um pioneiro nas terras do Vale do Paranapanema, até então *sertão*. Depois de desbravar a região além da última vila de Botucatu, José Theodoro declara os títulos de ocupação de terra em 1856; que abrangia uma área de 60 km de largura e 150 km de comprimento, mesmo com a Lei de Terras decretada em 1850, que proibia a obtenção de terras se não fosse por meio da compra (BRAY, 1987). Nota-se, portanto, os indícios de ilegalidade que compunha a região nesse período, ratificado nesse trecho:

A história da ocupação desta região do interior paulista, a partir de meados do século XIX, é pautada por uma série de operações ilegais, invasões de terras e falsificação de títulos de propriedade, envolvendo desde nomes importantes da região [...], até pequenos posseiros pobres (LEONIDIO, 2009, p.38).

José Theodoro retorna ao Estado de Minas Gerais, lugar de sua origem, para buscar os familiares e ocupar as novas terras no Vale do Paranapanema. Ao voltar, se estabelece com sua família na área que dará início ao povoado de São Pedro do Turvo (BRAY, 1987). Da mesma forma, Joaquim Manoel de Andrade e Manoel Francisco Soares, também pioneiros nas explorações, são responsáveis por iniciar outro povoado; que será chamado de Santa Cruz do Rio Pardo. Onde, logo se desenvolveria chegando à condição de município, sendo esse, por muito tempo, a principal expressão política e econômica da região. (SELANI, 2005).

Mombeig (1984) ressalta sobre as condições ilimitadas que as áreas pioneiras estimulavam e, conseqüentemente, despertaram esperanças. Porém, por mais virtuosa que a área seja, segundo o autor, se ainda não foi alcançada pelo povoamento moderno, essa ainda é incapaz de beneficiar o desbravador e assegurar condições econômicas. Ou seja, “as qualidades intrínsecas só existem na medida em que correspondem aos apelos e às possibilidades humanas” (1984, p.98). Nota-se, portanto, o caráter precursor desses

indivíduos em ocupar a área, que apresentava inúmeras dificuldades, com o intuito de constituir patrimônios e riquezas.

Assim, a região considerada como o Sertão Paulista representava para muitos, esperança. Porém, as condições de vida da época na região eram bastante precárias, o que tornava a ocupação mais dificultosa.

Durante a segunda metade do século XIX, o café que vinha fazendo a fortuna de São Paulo, era praticamente inexistente no ‘Sertão do Paranapanema’, devido principalmente à precariedade dos transportes e a distância do Porto de Santos. Mas, apesar do seu isolamento, o Vale do Paranapanema povoa-se lentamente, mesmo com as contínuas lutas de ocupação da terra contra os indígenas, e das dificuldades da vida na área (BRAY, 1987, p.12).

Contudo, com a crescente ocupação e, conseqüentemente, a emergência de novos povoados, houve uma atração cada vez maior de indivíduos para a região. Aos poucos começaram a investir garantindo melhores condições para a produção e, conseqüentemente, de vida. Desse modo, a situação dos imigrantes aos poucos começa a se reverter.

Nos fins do século XIX e início do século XX, quando os plantadores de café começaram a penetrar no Vale do Paranapanema, encontraram uma rede urbana modesta organizando-se e alguns núcleos urbanos servindo de ponto de apoio às plantações, caminhos abertos, a atividade criatória desenvolvida pelos mineiros que forneciam alimentação e animais de trabalho, além de posse de terra através das ‘aguadas’ (BRAY, 1987, p.12).

Mesmo com as melhorias das condições de produção e de vida, em vista ao que foi vivenciado, no início do desbravamento e das frentes de ocupação, ainda havia grandes dificuldades para os ocupantes, no início do século XX. Diversos depoimentos confirmam os problemas encontrados na região, nessa época.

[...] Cidade? Parecia uma fazenda. As casas plantadas uma aqui, outra ali, quase não tinha alinhamento de ruas. Não havia luz, água e esgoto. Era água de poço, levou muito tempo para chegar água na torneira<sup>5</sup>. (DEL RIOS, 1992, p.155).

Pode-se analisar, através desse segmento, o caráter pioneiro dos indivíduos, principalmente, de origem mineira ao se aventurarem através do Sertão Paulista.

---

<sup>5</sup> Depoimento da Dona Matilde, casada com Abuassali Abujamra, sobre a primeira impressão de Ourinhos em 1906.

Indivíduos que para realizarem seus desejos, não mediram esforços. Porém, fatos que deixaram marcas sobre os grupos indígenas e sobre o meio ambiente. Mas, são considerados os precursores da ocupação e do início do desenvolvimento do Sertão Paulista. Questão que demarca um ponto importante; o início das transmissões de patrimônios e da constituição de fortunas fundiárias na região.

## UM SERTÃO DE OPORTUNIDADES

Com o passar do tempo, atraídos pela esperança de novas oportunidades e a falta de mão de obra nas lavouras, imigrantes chegam a região com o intuito de trabalharem nas fazendas de café, que vinham se expandindo. Tem início o povoamento dos colonos, que para Mombeig (1984) representava um proletariado desorganizado e explorado, onde apesar das péssimas condições de vida e trabalho em benefício dos fazendeiros, participaram ativamente da *marcha pioneira*. Nota-se que as oportunidades eram voltadas mais para os fazendeiros do que para os imigrantes, porém, Mombeig ressalta que “não era raro encontrar um fazendeiro que, alguns anos atrás, ainda era um simples colono [...] chegaram a adquirir fazendas, grande número de imigrantes” (1984, p. 163). Portanto, é fundamental considerar os imigrantes estrangeiros, como participantes da ocupação do Sertão Paulista, ao menos considerá-los como povoadores.

A independência do colonato, em relação aos trabalhos precários das fazendas, emerge através de duas maneiras principais; pela acumulação de capital por intermédio da produção meeira<sup>6</sup>, que possibilitou para muitos adquirir um pedaço de terra, e através do pequeno comércio, realizado principalmente, por imigrantes árabes.

A produção de café, que apresentava grande expansão no Estado de São Paulo, chegou ao Sertão Paulista aos poucos e ganhou notoriedade. Através daqueles que procuravam novas terras para gerar riqueza, os fazendeiros. Com a grande produção de café, nos principais centros do Estado de São Paulo, a área *recém ocupada* no Vale do Paranapanema, proporcionava novas oportunidades para a expansão da produção cafeeira e, conseqüentemente, indicava lucro financeiro.

Porém, apesar de evidentemente, tanto a região como os fazendeiros terem sido beneficiados economicamente com a produção cafeeira, a produção de café no Vale do

---

<sup>6</sup> Agricultor que trabalha em terras que pertencem à outra pessoa. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família.

Paranapanema não ocorreu como esperado. Houve uma crise de superprodução no início do século XX no país, onde fez com que as plantações diminuíssem. As produções foram retomadas em longa escala apenas a partir do convênio de Taubaté em 1906, que visou uma política de valorização dos preços do produto (RIBEIRO, 2011).

Nesse momento, houve a ampliação das áreas plantadas para o Planalto Ocidental paulista, que se estendiam ao longo do Rio Paranapanema (BRAY, 1987). Momento em que o Vale do Paranapanema teve seu apogeu com a produção de café e com as crescentes melhorias na infraestrutura, principalmente na construção de novas estradas de ferro.

A Estrada de Ferro Sorocabana é criada em 1870 com o intuito de escoar a produção de café na região de Sorocaba, sendo uma das primeiras estradas de ferro a adentrar até o interior ainda desconhecido do Estado de São Paulo (DEL RIOS, 1992). Mas, apenas em 1889 a Estrada de Ferro Sorocabana chegaria à vila de Botucatu e, posteriormente, deveria seguir em direção ao Vale do Paranapanema.

Em 1906, os trilhos da Estrada de Ferro chegam até o município de Piraju<sup>7</sup>, alcançando o Vale do Paranapanema. Dois anos mais tarde estende-se até Ourinhos<sup>8</sup>, um importante tronco ferroviário para a época. Com a extensão da estrada de ferro para Oeste, “a frente pioneira a acompanhava e povoava rapidamente as suas margens e assim, foram surgindo da derrubada das matas, várias cidades e vilas que se sobrepunham às antigas vilas e cidades fundadas pelos mineiros” (BRAY, 1987, p.16).

Santa Cruz do Rio Pardo<sup>9</sup> foi um dos municípios que perdeu área com a extensão da Estrada de Ferro Sorocabana (SELENI, 2005). A estrada que passava pelo Vale do Paranapanema e, que depois ficou conhecida como Média Sorocabana, foi responsável por garantir o escoamento da produção de café e o desenvolvimento da região. Mombeig (1984) ressalta que, o desenvolvimento da Estrada de Ferro não obedecia a um plano sistemático, mas sim, era conduzido pelos interesses dos administradores, comerciantes e produtores de café.

---

<sup>7</sup> Municípios desmembrados de Piraju por ordem; Fartura, Manduri, Timburi, Sarutaiá, Taguaí e Tejuapá. Desse modo, a E.F. Sorocabana passará pelo município de Manduri.

<sup>8</sup> Ourinhos ainda não era município.

<sup>9</sup> Municípios desmembrados de Santa Cruz do Rio Pardo por ordem; São Pedro do Turvo, Salto Grande, Ipaussu, Óleo, Chavantes, Bernardino de Campos, Espírito Santo do Turvo.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

Desse modo pode-se compreender que o desenvolvimento do Vale do Paranapanema é resultado da exploração, ocupação e povoamento da região denominada na época como Sertão Paulista, principalmente por mineiros, fazendeiros e imigrantes estrangeiros.

Destacar-se-á nessa primeira parte as conquistas geográficas efetuadas pelos pioneiros provenientes do Estado de Minas Gerais que povoaram as terras do Sertão do Paranapanema e os núcleos que tiveram sua origem nesse processo de ocupação do território. Os demais núcleos populacionais são o resultado do desmembramento desses extensos territórios municipais já instalados (SELENI, 2005, p 23).

## **OURINHOS: COMO FRUTO DO DESENVOLVIMENTO**

Ourinho ou Nova Alcântara era uma área que pertencia ao distrito policial de Jacarezinho, este pertencente ao município de Tomazina, no Paraná. Jacarezinho e Ourinho eram também os nomes de um rio e de um riacho, respectivamente, que passavam por essa área.

Antônio José da Costa Junior, fazendeiro da região, possuía 104 alqueires de terras do lado paulista do rio Paranapanema, cujo nome da fazenda era Ourinhos, na qual, algumas pessoas acreditam que tenha influência direta no nome da cidade. Com a elevação do distrito de Jacarezinho a comarca<sup>10</sup>, a área de Ourinho Paranaense deixou de existir, mas por tradição oral o povoado que estava no caminho da Estrada de Ferro Sorocabana herdaria o nome, sendo essa a hipótese mais viável para o nome da cidade de Ourinhos (DEL RIOS, 1992, p.16). Há ainda no município, contos de que o nome da cidade se deve ao fato das grandes explorações de café no início do século XX, que para muitos, representava o ouro verde.

O povoado de Ourinhos é elevado à condição de distrito da paz<sup>11</sup> em 1915, pertencente ao município de Salto Grande do Paranapanema, hoje Salto Grande. “Esse fato evidencia a existência de uma vida política local com interesses específicos [...]” (DEL RIOS, 1992, p.28). Três anos depois, o distrito é elevado à condição de

---

<sup>10</sup> Lei Estadual nº 525, de 9 de março de 1904.

<sup>11</sup> Lei Estadual n.º 1.484, de 13 de dezembro de 1915.



município<sup>12</sup>, sendo oficialmente instalado em 20 de março de 1919, como afirma Seleni (2005, p.31), porém, a data de assinatura da criação do município data o dia 13 de dezembro de 1918 (DEL RIOS, 1992, p.31).

O início de Ourinhos tem relação com Jacintho Ferreira de Sá, que aos 18 anos convence dois de seus oito irmãos a procurarem oportunidades no interior paulista, vão até Santa Cruz do Rio Pardo e fundam a Casa Três Irmãos, em 1886. Jacintho começa a transportar mercadorias pelo caminho onde o trem da Sorocabana não passava e, assim, estabelece contatos com pessoas importantes da política na região, como; João Baptista de Mello Peixoto e Ataliba Leonel<sup>13</sup>, na cidade de Piraju. Ataliba ocupou os cargos de vereador, prefeito, deputado estadual e federal, senador e só não foi governador anos depois, por culpa da intervenção getulista, o que demonstra a força política concentrada na região (DEL RIOS, 1992, p.18).

Jacintho, anos depois, compra a fazenda das Furnas que pertencia a Dona Escolástica, traçando o destino do município de Ourinhos, que posteriormente abrangeria outras duas fazendas, a Lajeado e a Jacu.

A fazenda das Furnas não era toda a Ourinhos. A descrição de suas divisas faz menções a duas outras fazendas de famílias pioneiras: a Lageado, de Antônio de Almeida Leite [...]; e a fazenda do Jacu, também conhecida como Ourinhos, da família Costa Junior (DEL RIOS, 1992, p.19).

Posteriormente, teve início os loteamentos das fazendas que constituíram os bairros do município, dos quais, muitos levam os nomes dos antigos proprietários das fazendas.

Jacintho Ferreira de Sá torna-se então, o grande expoente da expansão e modernização do que seria o município de Ourinhos. Com sua influência, cria um terminal da Estrada de Ferro Sorocabana nas suas terras, o que representa um grande passo para o desenvolvimento do município que segundo Del Rios, “é fruto da aventura e do cálculo” (1992, p.21).

---

<sup>12</sup> Lei Estadual n.º 1.618, de 13 de dezembro de 1918.

<sup>13</sup> Cf. “Ataliba Leonel - Panorama de uma época” (CÁCERES, 2008).

Com o desenvolvimento que o município estava assistindo, inúmeros imigrantes, entre eles; 30 Italianos, 41 Espanhóis, 25 Portugueses, 254 Brasileiros e 55 Japoneses, segundo dados da Repartição de Estatística e Archivo do Estado, chegaram a Ourinhos, em 1923, à procura de novas oportunidades. Contribuindo para o desenvolvimento da região e do município.

“Um milhão de pés de café, plantados em 1910, trariam para Ourinhos uma segunda estrada de ferro [...]” (DEL RIOS, 1992, p.53). Antônio Barbosa Ferraz Junior, grande proprietário de terras na região de Ribeirão Preto, também vê na região do Vale do Paranapanema, oportunidade para aumentar os negócios e, compra entre Ourinhos e Cambará, no Estado do Paraná, terras para cultivar café.

Porém, a E.F. Sorocabana só chegava até o município de Ourinhos, na época. Então, para facilitar o escoamento da sua produção decide se unir com outros fazendeiros na região para ligar as terras até Ourinhos e, em 1923 tem início a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, que tempos depois, é alterado o nome para Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, que se estende por 29 km até Ourinhos (DEL RIOS, 1992, p. 53).

É a partir desse momento, que as novas fronteiras agrícolas ganham força em direção ao Norte Pioneiro do Paraná, tendo Ourinhos como uma grande porta.

A E. F. Noroeste do Paraná foi aberta ao tráfego em 1925 ligando Ourinhos, na linha-tronco da E. F. Sorocabana, em São Paulo, a Cambará, no Paraná. Comprada pelos ingleses da Cia. de Terras do Norte do Paraná, teve seu nome alterado para E. F. São Paulo - Paraná. Prolongada até Apucarana em 1942 e povoando a região, virgem até 1929, foi vendida ao Governo Federal em 1944 e incorporada imediatamente à RVPSC. Foi prolongada, em diversas fases, até atingir Cianorte, em 1972, onde parou. O tráfego de passageiros, dividido entre os trechos Ourinhos-Maringá e Maringá-Cianorte, parou em 1981 no primeiro trecho, onde rodava com trens de passageiros que vinham de São Paulo, e um pouco antes no outro, onde trafegava em trens mistos (GIESBRECHT, Estações Ferroviárias do Brasil).

Com o desenvolvimento, a população aumentava progressivamente, totalizando 8.427 habitantes no ano de 1937, sendo a produção de café a grande exploração do município, que correspondia na época, uma imensa parte da área total do município, destinada as plantações.

A produção de café no município de Ourinhos não era a maior do Estado, porém, possui uma grande importância para o desenvolvimento da região. Pode-se ressaltar o espírito pioneiro e empreendedor que atuou na cidade, somado os benefícios da localização privilegiada e pelos arranjos e rearranjos políticos que fez como que, o município se destacasse no cenário regional.

## CONCLUSÃO

Pode-se considerar, portanto, que a região do Vale do Paranapanema, incluindo o município de Ourinhos, se desenvolve a partir da ocupação e povoamento pelos pioneiros mineiros e, posteriormente, pelos fazendeiros e imigrantes. Definindo um intenso desenvolvimento numa área compreendida como *Sertão*; onde antes, grupos indígenas faziam de morada.

A partir da década de 1950, a cultura canavieira e o setor sucroalcooleiro ganharam espaço, porém, trazem consigo inúmeras questões, tanto de ordem socioeconômicas como ambiental, do modo como ocorreu na ocupação dessas terras e na expansão da cultura cafeeira e das fazendas, no início do século XX. A produção agrícola sofre adaptações; a partir do mercado, mas a lógica produtiva, em muito se assemelham, sendo heranças de tempos passados, onde atualmente são representadas pelos quinhões fundiários e, em contrapartida, pelo intenso empobrecimento da pequena produção agrícola.

Os impactos socioambientais são problemas frequentes do desenvolvimento, visto no passado, na ocupação da região e, também no atual processo de modernização agrícola, o que para muitos, apenas representa o preço do progresso.

Como resultado, há ainda um forte apelo pelas monoculturas, como é o caso da produção canavieira, no Estado de São Paulo, representando uma continuidade, em devidas proporções, de tempos passados. “O *oceano de café* [...] assinalava, depois da destruição da paisagem natural, um estágio que dificilmente poderia ser identificado como o de um *front*, esse sempre marcado pelas queimadas que abrem caminho para os fazendeiros” (MOMBEIG, 1984, p. 176).

Os impactos socioeconômicos são corriqueiros nesses processos de desenvolvimento e modernização agrícola e, definem transformações rápidas e complexas, nas estruturas sociais. Cabe indagar, portanto, a quem realmente beneficia.

Para Kageyama (1987) o processo de modernização é dominante e desigual; questão que pode ser compreendida no período de ocupação e povoamento do Vale do Paranapanema, por redirecionar o campo a novas dinâmicas, cujos interesses são das elites rurais e empresariais, colocando à margem, os pequenos grupos rurais que, segundo Cândido, “se caracterizam pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-las” (1977, p.23). Cândido (1977) reitera que desse modo essa questão traz um tema importante, onde do ponto de vista do sociólogo é preciso colocar o fato social da organização na discussão dos problemas de subsistência.

Portanto, pode-se notar ao longo do processo de ocupação e povoamento de uma região considera como *Sertão*, as características de constituição de propriedades fundiárias, onde ao longo do tempo, esses patrimônios foram sendo transmitidos, ao modo que, houve um intenso desenvolvimento regional, liderado por indivíduos com grandes capitais simbólicos e econômicos. Nota-se esse fato na constituição e desenvolvimento do município de Ourinhos, onde este é formado a partir de propriedades particulares, caracterizando um processo histórico de vantagens e privilégios no desenvolvimento do Vale do Paranapanema.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAY, Silvio Carlos. **Os primeiros povoadores e a posse de terra no Vale do Paranapanema**. B. Geogr., Maringá, v. 5, nº 1, p. 5-24, 1987.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 4ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977, 283 p.

DEL RIOS, Jefferson. **Ourinhos: Memórias de uma cidade paulista**. Ourinhos: Prefeitura Municipal, 1992.

GIESBRECHT, R. M. **Estações Ferroviárias do Brasil**. Disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-spp/ramal\\_cianorte.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-spp/ramal_cianorte.htm) Acesso em: 2014.

KAGEYAMA, A. **Alguns efeitos sociais da modernização agrícola em São Paulo**. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

LEONIDIO, Adalmir. **Violências fundadoras: o Pontal do Paranapanema entre 1850 e 1930**. Ambiente & Sociedade, Campinas, v. 12, nº 1, p. 37-48, 2009.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. 383 p.

REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARQUIVO DO ESTADO. **Anuario Estatístico de São Paulo: movimento da população e estatística moral**. São Paulo: TYP. Piratininga, v.1. 1923.

RIBEIRO, Fernando. **A política econômica e o convênio de Taubaté na economia cafeeira (1889-1906)**. Pesquisa & Debate, São Paulo, v. 22, nº 1, p. 75-93, 2011.

SELANI, Reinaldo Luiz. **A Evolução da cana-de-açúcar no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Ourinhos e o papel das esferas públicas e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço**. 2005. p. 464. Dissertação. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro. 2005.

**Estrutura agrária: dilemas e estratégias de reprodução social do camponês em Pão de Açúcar-AL.**<sup>1</sup>Leandro Benatto<sup>2</sup>Emílio de Britto Negreiros**Resumo:**

O presente artigo busca caracterizar a estrutura agrária do município de Pão de Açúcar, no sertão de Alagoas, como subsídio para análise da reprodução social da agricultura familiares camponesa na região. Este trabalho é parte integrante da pesquisa de mestrado, que visa compreender os modos de vida e reprodução social dos agricultores da Associação dos Pequenos Produtores em Agroecologia do município de Pão de Açúcar neste contexto de exclusão social de um lado, e de outro da hegemonia político-econômica do latifúndio pecuarista concentrador de terra e água.

**Palavras-chaves:** estrutura agrária; reprodução social; agricultura familiar camponesa.

---

<sup>1</sup> Engenheiro Agrônomo, Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal de Sergipe - UFS, E-mail: [benattoleandro@yahoo.com.br](mailto:benattoleandro@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Orientador, Doutor em Sociologia, Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe. Um dos coordenadores do GEMARES – Grupo de Estudos Mares, Ambientes e Ruralidades (UFPE/UFRPE/UFS). E-mail: [ebnegreiros@gmail.com](mailto:ebnegreiros@gmail.com).

## Introdução

O presente artigo integra a pesquisa de dissertação em curso no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a qual busca investigar os modos de vida dos agricultores familiares do Sertão alagoano e suas estratégias de reprodução social no contexto do semiárido nordestino. Especificamente, o estudo irá abordar as estratégias de reprodução social, com base na experiência de produção e comercialização dos agricultores familiares da Associação dos Pequenos Produtores em Agroecologia do Município de Pão de Açúcar (APAOrgânico), Alagoas.

O presente artigo consiste em um subcapítulo da dissertação de mestrado, e tem por objetivo caracterizar a estrutura agrária do município de Pão de Açúcar como subsídio para análise da reprodução social da agricultura familiar camponesa na região. A questão da reprodução social inserida neste contexto agrário não será detalhada neste momento em função da fase inicial da pesquisa, seu aprofundamento requer uma leitura mais atenta da realidade que será possível a partir da coleta, análise e interpretação da pesquisa de campo ainda a ser concluída. Neste momento, diante das referências teóricas sobre o tema, dos dados de pesquisa secundária e a partir de breves incursões no campo de estudo, me limitarei a apresentar a problemática ambiental, social, política e econômica em que se inscreve o campesinato na região, os limites e contradições de sua reprodução social inserida no modo capitalista de produção.

A estrutura agrária desigual e concentradora, reflexo do processo de ocupação e uso das terras no Brasil, se estabelece no modo de produção capitalista e tem como foco a grande propriedade e a produção de monocultivo para exportação. Nesse processo, a terra deixa de ter valor de uso e passa a ter valor de mercado. Desse modo, o proprietário ao especular com a terra, a explora como reserva de valor, instituindo o carácter rentista da terra, que restringe e determina o acesso à terra, a água e aos demais meios de produção influenciando os modos de viver e trabalhar da agricultura familiar camponesa e por sua vez refletindo na economia e nas relações sociais e de poder que atuam no espaço agrário.

De acordo com João Pedro Stédile, a “*questão agrária*” trata do “conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”. (STEDILE, 2011, p.15-16). Nesta perspectiva, o presente artigo, através dos dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE) referentes à estrutura fundiária e ao uso do solo no município de Pão de Açúcar e de dados referentes aos índices sociais, econômicos e políticos do município, busca interpretar a condição vivida pelos agricultores familiares de Pão de Açúcar para compreender sob que perspectiva a agricultura agroecológica se insere neste contexto diante da hegemonia político e econômica do latifúndio pecuarista concentrador de terra e água no sertão alagoano.

Metodologicamente o trabalho está dividido em três partes: a primeira parte apresenta a conjuntura histórica e política da ocupação do território brasileiro, integrado ao sistema capitalista de produção, que dará origem ao atual modelo de desenvolvimento rural pautado no agronegócio que contraditoriamente de forma combinada cria e recria seu oposto, a agricultura de pequena escala, diversificada e familiar para abastecimento interno; a segunda parte traz elementos históricos do processo de ocupação e formação social, econômica e política do sertão semiárido que deu origem a atual estrutura agrária concentradora de terras e água, os interesses na consolidação da “indústria da seca” como forma de dominação da elite em contraponto a possibilidade de abordar o sertão sob o prisma da convivência com o semiárido ao associar uma reforma agrária e hídrica, o manejo sustentável e a cultura local para criar mecanismos que privilegiem o pequeno agricultor, seu modo de vida e sua reprodução social com dignidade e autonomia. A terceira parte trata de caracterizar a estrutura agrária do município de Pão de Açúcar/AL, tecendo e articulando dados sobre o uso do solo, a estrutura fundiária - que se apresenta concentrada pelo latifúndio pecuarista e marcante presença do minifúndio - os baixos índices sociais do município e a influência destes nas estratégias de reprodução social dos camponeses.

## 1. Origem e consolidação do latifúndio no Brasil

A atual estrutura agrária presente no Brasil é uma herança da política de ocupação do território nos tempos do Brasil Império. O modelo agrário adotado pela monarquia com a distribuição das terras em sesmarias privilegiou a formação do latifúndio e a produção de monoculturas de larga escala. De acordo com Andrade (1988), essa opção resultou na

Existência de uma dualidade no setor agrícola, de um lado o latifúndio, reconhecido jurídica e socialmente, tendo a formação de uma classe dominante oligárquica, e de outro, o 'roçado', pequenas propriedades com a formação de uma classe dominada, sem proteção legal, uma massa de pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e moradores de condição e ex-escravos (*apud* CARVALHO, 2009, p.72).

O processo de posse das terras através de concessão foi "substituído pelo direito de posse em 1822, por doação ou simples ocupação, onde a terra não tinha preço; para a Lei de Terras de 1850, estabeleceu que a propriedade pudesse ser adquirida através de contrato de compra e venda," (CARVALHO, 2009, p.72) limitando assim a propriedade a quem tinha recursos para adquiri-la, ou seja, a classe capitalista dominante, excluindo do direito à terra a uma multidão de escravos e trabalhadores livres que não dispunham de recurso para sua compra. O critério da compra "impediu que os ex-trabalhadores escravizados de se transformarem em camponeses, em pequenos proprietários de terra pois não tinham nenhum bem, não teriam recurso para pagar pelas terras à Coroa. Assim continuariam a mercê dos fazendeiros, como assalariados" (STEDILE, 2011, p.23). Por isso, a Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601), é considerada a consagração da propriedade privada das terras e do latifúndio no Brasil.

Até este momento, de acordo com José de Souza Martins, a terra era praticamente destituída de valor, "o principal capital do fazendeiro estava investido na pessoa do escravo, imobilizado como renda capitalizada" (MARTINS, 1981, p.26). Com a promulgação da Lei Áurea de 1888 e a substituição do trabalho escravo por trabalho livre, a renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada. O carácter rentista da terra no Brasil se dá justamente pela propriedade privada da terra que através da especulação passa a ser a principal fonte de renda do sistema capitalista, excluindo mais uma vez os pequenos agricultores, descapitalizados de se constituírem enquanto camponeses. Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001) "no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra" (p.189).

Diante deste contexto capitalista, rentista, restam duas possibilidades para o acesso a terra: através da compra ou da posse. Neste sentido, a formação do campesinato no Brasil, segundo Stedile (2011) terá duas origens: através da compra da terra pelos imigrantes camponeses da Europa que incentivados pelo governo brasileiro vão colonizar e trabalhar nas regiões Sudeste e Sul do país e a outra através da ocupação de terras de forma individual e coletiva nas áreas menos disputadas em função de suas restrições climáticas. Assim o interior dos estados do Nordeste será ocupado em direção aos sertões por uma população de mestiços, nascidos no Brasil, fruto da miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos e seus descendentes. Estes pequenos agricultores, descapitalizados, sem recurso para adquirir terras na região litorânea, migram para o interior, ocupando o sertão, povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência.

Diante dessa opção política pela grande propriedade, a produção de gêneros alimentícios ficou relegada e sob domínio dos pequenos agricultores, que produziam para autoconsumo com a comercialização do excedente da produção.

Para Caio Prado Junior (2000) essa distinção entre produção econômica e para subsistência, de propostas e objetivos de dois modelos agrícolas, exprime a distinção de classes em que se divide a população rural do Brasil. Trata-se, segundo Carlos Rodrigues Brandão (2007), de dois modelos antagônicos de fazer agricultura os quais compõem o espaço rural globalizado: de um lado à "racionalidade do capital", centrada no lucro, na competência especializada da agricultura de mercado dominada pelo agronegócio tendo como representante a



grande propriedade monocultora; do outro, os expoentes de uma “nova racionalidade” ou de outras “contra-racionalidades”<sup>3</sup>, as do mundo da vida, do trabalho, da “agricultura de excedente”<sup>4</sup>. O autor refere-se à contemporânea emergência de diferentes grupos e movimentos sociais representados por comunidades negras rurais quilombolas, comunidades camponesas, acampamentos dos movimentos sociais da reforma agrária, comunidades indígenas e agricultores familiares. Esses grupos passam a reivindicar terras e espaços de direito para sua reprodução social.

Este confronto, expressão política da luta de classes entre a burguesia e o campesinato, entre os latifundiários detentores do poder econômico e político e os pequenos agricultores detentores dos meios de produção, porém sem acesso ou com pouca terra. Como reflexo deste modelo agrícola, temos a degradação ambiental provocada pela produção em larga escala com o uso indiscriminado de agrotóxicos e de recursos naturais como água e solo e um grande desequilíbrio social marcado pela estrutura agrária com a concentração de terras em mãos de poucos e um contingente de agricultores familiares, camponeses e trabalhadores rurais excluídos e alijados política e economicamente, privados de direitos e de oportunidade de reprodução social que lhe propicie autonomia.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009) em texto intitulado “O camponês um trabalhador para o capital” de 1979 apresenta uma ampla reflexão sobre a contraditória presença do campesinato nas sociedades capitalistas, utilizando como base de análise não uma relação de causa e efeito, mas uma relação de coexistência, de pares dialéticos entre a autonomia e a subordinação do campesinato ao capital, entre a eliminação e a reprodução de formas de trabalho não proletário a serviço do capital, entre o pequeno produtor e o trabalhador rural. A esse respeito assevera:

Nesta perspectiva, trata-se de analisar as formas que o capital assume na realidade brasileira e as razões que o levam a reproduzir um trabalhador não proletarizado, bem como o resultado deste processo, isto é o camponês reproduzido pelo capital (WANDERLEY, 2009, p.114.).

O desenvolvimento do capitalismo no campo, ao mesmo tempo em que cria relações de produção, cria e recria contraditoriamente relações de produção não-capitalistas, a exemplo do campesinato. Não se trata de “Sustentar que esta força de trabalho não proletarizada é algo pré ou não capitalista” uma vez que o próprio capital “cria espaços para sua reprodução e que a torna, por isso mesmo, não algo diferente do capital, mas um elemento de seu próprio funcionamento – portanto, um elemento capitalista.” (WANDERLEY, 2009, p, 96-97). Em outras palavras, o campesinato, no modo de produção capitalista ocupa um espaço criado pelo próprio capital. A esse respeito Ariovaldo Umbelino Oliveira argumenta que no Brasil, o camponês não é um sujeito social fora do capitalismo, mas um sujeito social dentro dele.

No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória à produção camponesa (OLIVEIRA 2011, p. 185).

---

<sup>3</sup> Para Milton Santos essas contra-racionalidades se definem pela sua incapacidade de subordinação completa a racionalidade dominante já que não dispõem de meios para ter acesso à modernidade material contemporânea.(SANTOS, 2002, apud BRANDÃO, 2007, p.44).

<sup>4</sup> Expressão cunhada por José de Souza Martins, [...] o excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência (no caso a mão de obra e a terra nas suas paisagens naturais). É o fator excedente que gera produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típicas, da conduta racional com fins seculares (MARTINS, 1975, apud WANDERLEY, 2011, p.77).

Para Brandão (2007) ao invés de desaparecerem, os pequenos agricultores e demais formas culturais de vida e modos sociais de trabalho coexistem em diferentes tempos-espacos no rural brasileiro.

É justamente pela sua importante função de produtor de mercadorias, realizada enquanto economia de excedente, que o capital contraditoriamente incorpora o sujeito social camponês que se reproduz na tensão entre a subordinação ao capital e seu projeto de autonomia enquanto produtor direto (WANDERLEY, 2011).

Esse grupo de agricultores cuja área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais<sup>5</sup>; que utiliza mão de obra predominantemente da própria família em suas atividades econômicas; cuja renda familiar é oriunda predominantemente das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento e que o estabelecimento ou empreendimento rural é dirigido pela família são categorizados como agricultores familiares a partir de 24 de julho de 2006 pela Lei da Agricultura Familiar (lei 11.326).

Os dados do último Censo Agropecuário de 2006 confirmam a importância da agricultura familiar na produção de alimentos, na ocupação de trabalho e geração de renda. Mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total de estabelecimentos, ocupam 75,7% da área ocupada. Já a agricultura familiar representa 84,4% do número total de estabelecimentos. Apesar de ocupar 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar é responsável por 38% do Valor Bruto de Produção gerado, por 74,4% do pessoal ocupado pela agricultura e é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira. Dentre os principais gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar destacam-se: 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos e 30% de bovinos.

A divulgação e valorização dessa categoria para o conjunto da sociedade como responsáveis pela produção de alimento visa criar um consenso popular da importância da agricultura familiar e justificar a disponibilidade de recursos na forma de fomento, com linhas de crédito específicas para a agricultura familiar através do PRONAF e assim inserir um contingente de 4.367.902 estabelecimentos familiares (Censo Agrícola 2006) como consumidores da indústria agrícola de insumos e máquinas, assim como de bens e serviços e da própria terra através do crédito fundiário, dinamizando a economia capitalista.

Nesta perspectiva, à produção de base sustentável, realizada em sua grande maioria pela agricultura familiar camponesa portadora de princípios e valores de autonomia, segurança alimentar, relações de reciprocidade e de preservação ambiental é incorporada como mais um serviço prestado pelo camponês ao sistema capitalista de produção e ao mesmo tempo uma estratégia de reprodução social.

## **2. Nordeste semiárido: do combate à seca ao convívio com o semiárido.**

Na região Nordeste do Brasil, a ocupação do território se deu primeiramente no litoral e zona da mata com o cultivo de cana de açúcar, estabelecendo nestas áreas o domínio de uma classe de proprietários capitalistas detentores das terras e dos meios de produção da indústria açucareira.

O Sertão, segundo Andrade (2011) foi integrado à colonização na busca de terra para criação de gado e cavalos para o trabalho nos engenhos e para abastecimento dos centros urbanos em desenvolvimento. A família de sesmeiros Garcia d'Ávila foi uma das 'pioneiras' a penetrar o sertão até chegar ao rio São Francisco, onde "estabeleceram currais pela margem esquerda do rio ocupando grande parte dos sertões de Pernambuco e Piauí" (p.184). Destas sesmarias, formaram-se extensos latifúndios pelos sertões nordestinos. Dessa forma, a pecuária consolidou a estrutura latifundiária do nordeste em contraponto as culturas de subsistência.

---

<sup>5</sup> Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município de acordo com a Instrução Especial INCRA nº 20, de 1980. Fonte: <http://incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes>, acesso em 08/06/2014.

A pequena propriedade no sertão tem origem nos currais, a partir da relação de trabalho entre o proprietário da terra e o vaqueiro responsável pelo curral. Este arrendava pequenos 'sítios' para produção de alimentos para subsistência. Sendo assim, de acordo com Andrade, a agricultura no sertão desenvolveu-se simultaneamente e à "sombra dos currais". Desenvolvida em pequenas áreas de brejos, em locais úmidos e leitos do rio São Francisco e seus afluentes, nas vazantes dos rios, nas 'praias' e 'ilhas' quando as águas baixavam ou na própria Caatinga, no período de inverno, com lavouras de ciclo vegetativo curto como feijão, fava, milho, algodão e às vezes com melancia e melão e também nas 'serras frescas', além desses produtos logo surgiram à cana de açúcar e fruteiras. Essas áreas agrícolas, conforme Andrade se configuram em "pequenas manchas, 'ilhas' isoladas na vastidão das caatingas" (ANDRADE, 2011, p.191).

O período do algodão (final do século XVIII até as primeiras décadas do século XX) impulsionou a economia do sertão atraindo muita população, dinamizando e possibilitando a estruturação de cidades. No entanto, a região não estava preparada suficientemente para atender a essa população a partir de uma economia ancorada no setor agrícola em um ecossistema naturalmente caracterizado pela escassez de água, com ocorrência periódica de seca. Sendo assim, a economia do sertão nordestino entrou em colapso com a "grande seca" de 1877-1879 (ANDRADE, 2011, p.78). A partir de então, o fenômeno natural e cíclico que atinge a região, anteriormente tratado com ações emergenciais passou a ser tratado com medidas governamentais de caráter permanente.

A criação da Inspeção de Obras Contra a Seca (IOCS) é uma das primeiras medidas oficiais de caráter permanente/técnico de ação sobre as secas (CARVALHO, 2009, p.79). A partir daí, o Estado brasileiro estabelece uma demarcação político-econômica no interior do Nordeste instituindo o *Polígono da Seca*, que posteriormente passou a ser definido como a região semiárida, abrangendo os estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais, regiões com características climático-ecológicas semelhantes. A demarcação do nordeste semiárido em distinção ao restante do nordeste tornou visível o desequilíbrio social e as dificuldades econômicas e ambientais enfrentadas pela população sertaneja e a necessidade de captação de investimentos específicos para a região. Com esse intuito, será criada em 1959 a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que atuará no Planejamento Regional para o Nordeste com vistas à reorganização da economia. Uma série de programas e projetos foram criados a partir da década de 60, com a construção de grandes obras ligadas a política de recursos hídricos. No entanto, o reordenamento econômico do semiárido não focou a transformação das condições de reprodução da estrutura econômica e social da região como a questão agrária. Os projetos de irrigação, desconectados de uma política de desenvolvimento rural, visaram dinamizar a produção para exportação, acentuando a desigualdade social na região (CARVALHO, 2009, p.82).

No conjunto, os projetos conduzidos pelo Estado durante as décadas de 50 a 90 foram pautados por uma lógica técnico-econômica voltada para a produção irrigada que privilegiou os grandes proprietários que além de possuírem o domínio da terra passaram a dominar o acesso à água na região. O Bioma Caatinga sofreu grande pressão com a ampliação das áreas produtivas, o manejo inadequado dos solos e da água, ocasionando poluição dos rios, assoreamento, intensificação de processos de desertificação e com isso ampliando os problemas sociais e ambientais. Além dos impactos ambientais Andrade (2011) salienta os problemas sociais decorrentes da mudança na dinâmica econômico-social do nordeste tais como um intenso crescimento urbano, com uma aceleração do processo de desruralização, com a expansão das migrações e com o crescimento exponencial da violência.

A seca, um fenômeno natural e cíclico passou a ser identificado como anomalia que deveria ser corrigida, o que se concretizou na concepção de Combate à Seca. O semiárido transformou-se em lugar inóspito, hostil, atrasado, carente. O atendimento emergencial às populações afetadas pela seca foi aproveitado pela elite política, econômica e ideológica para instituir a "indústria da seca" (CARVALHO, 2009, p.85) A manutenção da seca passou a ser uma estratégia de dominação e reprodução do capital pela elite.

Conforme Carvalho (2009) uma nova forma de perceber, conceber e gestar o Semiárido vem sendo construída desde os anos 1980/90 em um contexto de mobilização e articulação social. Trata-se do “paradigma da Convivência” em direção a outras racionalidades de políticas e de intervenções no Semiárido (p.85).

Dentro desta perspectiva, a convivência parte do princípio de que a seca existe e é um fenômeno natural e cíclico e, portanto, impossível de ser combatida. Cabe então entendê-la em seus aspectos climáticos dentro de um ecossistema que é a Caatinga e então desenvolver estratégias de uso e manejo do ecossistema que busque ampliar as potencialidades e minimizar os possíveis impactos negativos da seca.

Segundo Carvalho (2009) a Convivência trata de estabelecer uma nova relação entre a sociedade, sua natureza e seu território pautados em sistemas de produção sustentáveis, onde se busca, através da formação de uma consciência coletiva, construir um equilíbrio ambiental e social, capaz de garantir melhores condições de vida para as populações dessa região.

De acordo com a “Declaração do Semiárido” e a “Pauta para Discussão de Propostas de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido Brasileiro”, documentos que definem as linhas de ação da Convivência com o Semiárido, elaborados pelo “Fórum de organizações da sociedade civil Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA congregando centenas de instituições Não-Governamentais (ONGs); sindicatos e Federações dos Trabalhadores Rurais; Igrejas Católicas e Evangélicas; Cooperativas, Organizações Comunitárias de Base; Entidades de Cooperação entre outras, localizadas nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo” (BRASIL, 2006, apud CARVALHO, 2009, p.86), a convivência com o semiárido em síntese necessita “de uma reforma hídrica (democratização, geração de abastecimento, aproveitamento sustentável de todas as águas, redução de perdas e reúso da água); reforma agrária (demarcação, titulação e desinstrução das terras, especialmente territórios de comunidades tradicionais de fundo de pasto); além de propostas socioculturais que visem o fortalecimento e a manutenção de identidades culturais” (apud CARVALHO, 2009, p.88).

Na perspectiva da convivência com o semiárido, os sistemas de produção de base ecológica são importantes ferramentas de busca de autonomia, de manutenção de modos de vida, indispensável para a reprodução social do camponês, mas isso deve ocorrer juntamente com uma reordenação agrária e de acesso à água caso contrário a produção sustentável contraditoriamente ao que se propõe passa a ser mais uma forma de manutenção precária do sujeito camponês a serviço do sistema capitalista de produção.

### **3. Caracterização agrária do município de Pão de Açúcar**

#### **3.1. Aspectos físicos e socioeconômicos de Pão de Açúcar**

O município de Pão de Açúcar está localizado na mesorregião do Sertão Alagoano, na microrregião de Santana do Ipanema, às margens do rio São Francisco, no Bioma Caatinga. O município ocupa uma área territorial de 682,99km<sup>2</sup>, a população total é de 23.811 habitantes sendo 10.769 habitantes (45,23%) da população urbana e 13.042 habitantes (54,77%) da população rural (Censo Demográfico 2010, IBGE).

A sede do município tem uma altitude aproximada de 19m e dista 239 km da capital Maceió. A vegetação é basicamente composta por Caatinga Hiperxerófila com trechos de Floresta Caducifólia. O clima é do tipo Tropical Semiárido com precipitação média anual de 431,8mm, (CPRM, 2005) concentrada nos meses de abril a agosto, com período de seca que pode chegar de 6 a 8 meses.

Município eminentemente rural, tendo dentre suas principais atividades econômicas o comércio, serviços, agropecuária e atividades de extrativismo vegetal com destaque para a produção de carvão com espécies da Caatinga ocasionando graves problemas ambientais.

De acordo como Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil de 2013<sup>6</sup>, elaborado pelo Programa Nacional das Nações Unidas (PNUD), Alagoas é o estado com menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região nordeste e ocupa o último posto do ranking nacional. Segundo o Atlas, o município de Pão de Açúcar obteve um crescimento significativo no IDH municipal nos últimos 20 anos, passando de 0,345 em 1991 para 0,434 em 2000 atingindo o valor de 0,593 em 2010. Mesmo com esse avanço, Pão de Açúcar está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDH entre 0,5 e 0,599) ocupando a 4309ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil. Em relação aos 102 outros municípios de Alagoas, Pão de Açúcar ocupa a 18ª posição. Ao analisar as três dimensões do IDHM de Pão de Açúcar separadamente, constata-se que o pior índice é para Educação que em 2010 foi de 0,491, ficando na faixa de IDH muito baixo, o IDHM Renda foi de 0,593, considerado baixo; e o IDHM Longevidade foi o melhor índice igual a 0,793, considerado alto.

A extrema desigualdade social que se expressa nos baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) é reflexo da estrutura fundiária concentrada. Essas características socioeconômicas são heranças do processo de ocupação e uso das terras no Brasil. Como resultado, temos a exclusão social e política dos pequenos agricultores que ficam dependendo de uma elite política e econômica que se aproveita das condições da escassez de terra, de água, de educação, de renda e de autonomia dos pequenos agricultores como oportunidade de manobra política eleitoreira, ampliando ainda mais seu poder e a desigualdade social na região.

Com relação à renda per capita média de Pão de Açúcar, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano 2013, houve um crescimento de 53,67% nas últimas duas décadas, passando de R\$145,98 em 1991 para R\$174,43 em 2000 e R\$224,33 em 2010. Esses dados revelam melhorias com diminuição da extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00) que passou de 43,92% em 1991 para 31,38% em 2010. No entanto, ao observarmos o índice de Gini para a renda, o mesmo passou de 0,53 em 1991 para 0,57 em 2010, o que significa um aumento na desigualdade.

Apesar das melhorias no índice de renda média que obteve aumento com redução da extrema pobreza, a desigualdade no município se amplia. Isso significa que a renda média e o poder econômico da população com maior poder aquisitivo ampliou ainda mais, o que significa dizer que os grandes proprietários estão cada vez mais ricos.

### **3.2. Estrutura fundiária e aspectos produtivos de Pão de Açúcar**

Segundo o economista Cícero Péricles de Carvalho (2012) a estrutura agrária é uma das marcas mais fortes do atraso do setor rural de Alagoas. Segundo o autor, a estrutura fundiária continua extremamente concentrada em pleno século XXI. No sertão, se caracteriza pela presença do latifúndio, de uma elite pecuarista detentora do poder econômico e político e de um contingente de produtores minifundiários.

Os dados do Censo agropecuários 2006 revelam que a maioria dos estabelecimentos agrícolas de Pão de Açúcar é de agricultura familiar (93,38%), com uma área média de 13,9 ha em contraponto a agricultura não familiar que tem um tamanho médio de 168,75ha. Por sua vez a agricultura familiar no estado de Alagoas é realizada por 90% dos estabelecimentos agrícolas com uma média de 6 ha, menos da metade da média dos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar de Pão de Açúcar. Isso possivelmente se deve as condições edafoclimáticas que em Pão de Açúcar, situado no sertão Alagoano, são mais restritivas sendo necessárias áreas maiores para que uma família consiga trabalhar e viver da terra. O tamanho médio dos estabelecimentos não familiares no estado de Alagoas, 123 ha, acompanha a mesma tendência da agricultura familiar, ou seja, é numericamente inferior ao tamanho médio de uma propriedade não familiar no município de Pão de Açúcar.

<sup>6</sup> Fonte: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/pao-de-acucar\\_al](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/pao-de-acucar_al), acesso em 08/06/2014.

**Tabela 1 - ALAGOAS e PÃO DE AÇÚCAR: Agricultura Familiar e não familiar**

Unidade da Federação e Município	Agricultura familiar	Estabelecimentos			
		Número (Unidades)	Número (Percentual)	Área (Hectares)	Área (Percentual)
Alagoas	Total	123.331	100	2.108.361	100
	Não familiar	11.580	9,38	1.425.745	67,62
	Agricultura familiar	111.751	90,61	682.616	32,37
Pão de Açúcar - AL	Total	1.495	100	36.099	100
	Não familiar	99	6,62	16.707	46,28
	Agricultura familiar	1.396	93,38	19.392	53,72

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2006)

De acordo com Carvalho (2012) a agricultura não familiar em Alagoas produz 90% da cana de açúcar, responsável por 60% do valor da produção agrícola do estado. Já a agricultura familiar, apresenta uma produção mais diversificada, sendo responsável por quase toda a produção de arroz, feijão, mandioca e milho, por mais da metade da produção pecuária e por quase toda a produção de hortaliças e flores. Carvalho destaca que a agricultura familiar de Alagoas “é a garantia da segurança alimentar, atendendo o mercado interno e externo e evitando importações; abre espaço para a agroindustrialização (derivados do leite, milho, coco, mandioca, etc.) e possibilita a exportação (fumo, flores, etc.)” (2012, p.22).

Para análise da estrutura fundiária do município de Pão de Açúcar, será considerado o módulo fiscal municipal de 70 hectares. Partindo do pressuposto legal de que uma propriedade familiar pode ter até 4 módulos fiscais, uma propriedade em Pão de Açúcar, pode ser considerada familiar até uma área de 280 ha. Lembrando que para ser considerada propriedade familiar além de não exceder os quatro módulos fiscais, o uso da mão de obra deve ser predominantemente da própria família, a renda familiar deve ser predominantemente das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento e o estabelecimento ou empreendimento rural deve ser dirigido pela própria família.

Apesar do amparo legal, as propriedades com mais de 100 ha na prática são consideradas grandes propriedades diante da realidade agrária da região. Sendo assim, optamos para caracterização da estrutura fundiária de Pão de Açúcar, por considerar pequena propriedade a classe de área de 0 a 100 ha.

**Tabela 2- Distribuição da estrutura fundiária do município de Pão de Açúcar.**

Grupos de área total (ha)	Número (Unidades)	% de estabelecimentos	Área (ha)	% de área
< de 1 ha.	245	16,39	151	0,41
Produtor sem área	155	10,37	0	0,00
1 a 10 ha.	519	34,71	2.044	5,66
10 a 100 ha.	506	33,85	14.524	40,23
100 a 200 ha.	42	2,81	5.942	16,46
200 a 1000 ha.	27	1,81	11.639	32,24
> de 1000 ha.	1	0	1.799	5,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.495</b>	<b>100,00</b>	<b>36.099</b>	<b>100,00</b>

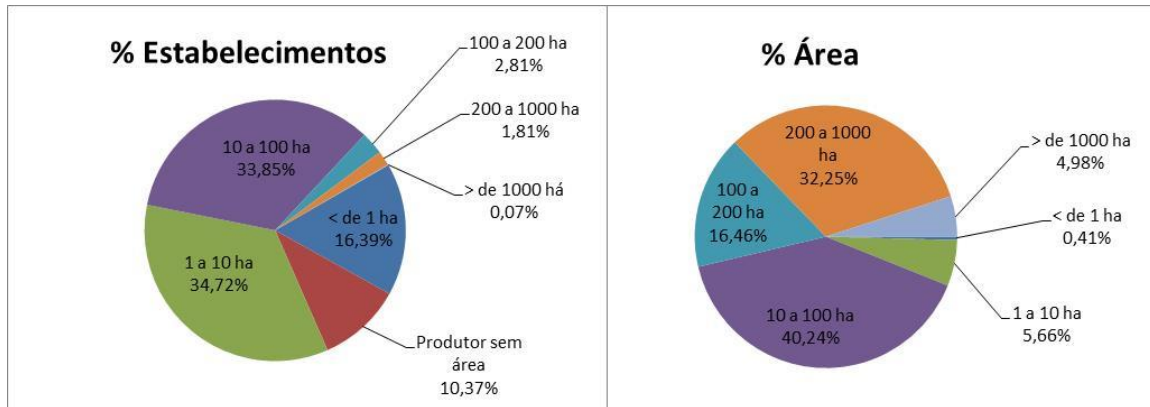
Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2006)

O município de Pão de Açúcar possui 1.425 estabelecimentos agropecuários de até 100 ha, estes representam 95,32% do total de estabelecimentos agropecuários e ocupam 46,30% da área total. Por outro lado, as 70 maiores propriedades, com áreas maiores que 100 ha, representam 4,68% dos estabelecimentos agrícolas e ocupam 53,70% da área.

Ao analisarmos o número de estabelecimentos agropecuários com menos de 10 ha, 61,47% do total, verificamos uma área média de 2,38 ha cada, o que evidencia uma grande

parcela dos agricultores de Pão de Açúcar vivendo e trabalhando em áreas de minifúndios. Área imprópria para a realização da reprodução social dos pequenos produtores unicamente através do trabalho com a terra se considerar o aspecto geracional e de preservação ambiental, sendo necessário complementar a renda com outras atividades assim como buscar diferenciais produtivos para viabilizar a reprodução familiar plena. Esses dados corroboram com a interpretação de uma estrutura fundiária em Pão de Açúcar extremamente concentrada.

**Figura 1- PÃO DE AÇÚCAR: Estrutura fundiária (% dos estabelecimentos e % da área ocupada por cada segmento).**



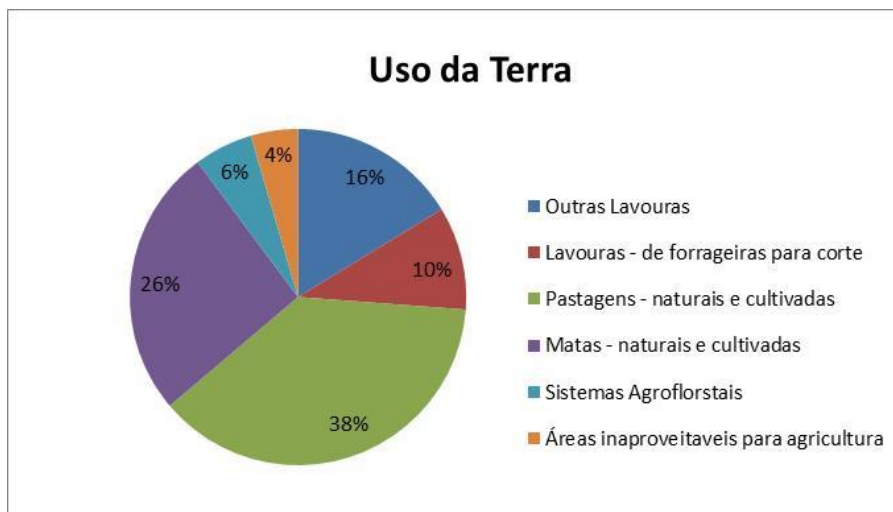
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (Censo Agropecuário 2006)

Segundo dados do Censo agropecuário 2006, a atividade agrícola em Pão de Açúcar ocupa em termos de trabalho o equivalente a 4.356 pessoas entre homens e mulheres, sendo 3.890 pessoas (89,3% do total) ocupadas em estabelecimentos da agricultura familiar e 466 pessoas (10,4%) em estabelecimentos de agricultura não familiar.

A maior parte das terras do município é composta por vegetação natural da Caatinga, que é manejada com criação de bovinos, ovinos e caprinos, sendo também utilizada para produção de carvão, e comercializada como lenha. A produção agrícola se concentra nos meses de inverno, período de chuvas, quando são cultivadas culturas de sequeiro de ciclo curto com destaque para o milho, feijão e macaxeira. Nas áreas próximas ao rio São Francisco a irrigação possibilita o cultivo o ano todo, com destaque para pastagens e produção de milho para forragem do gado no período da estiagem.

Segundo dados do IBGE (2013) sobre a produção agrícola municipal, as principais culturas agrícolas de Pão de Açúcar no ano de 2012 foram: lavoura temporária – mandioca (200 ha), milho (300 ha), feijão (100 ha) de área plantada e 25, 30 e 20 ha de área colhida respectivamente além de abacaxi (54 ha); lavouras perenes – produção de 20 toneladas de banana. Na atividade pecuária, destaca a produção de bovinos (24.901 cabeças), ovinos (5.423 cabeças), suínos (1.564 cabeças), caprinos (1.086 cabeças) e Galinhas e frangos (13.929 cabeças), produção de 61 mil dúzias de ovos em 557 estabelecimentos e 7.045 mil litros de leite com a ordenha de 4.184 vacas em 511 estabelecimentos.

**Figura 2 – Uso da terra no município de Pão de Açúcar, Alagoas.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (Censo Agropecuário 2006)

Os dados sobre Uso da Terra em Pão de Açúcar revelam a importância do setor pecuário no município que ocupa 38% da área com pastagem. A área é ainda maior considerando que os sistemas agroflorestais e as lavouras para forragem de corte são também utilizadas para pecuária. Sendo assim a pecuária (pastagem natural e cultivada + sistemas agroflorestais + lavoura de forragem para corte) ocupa a expressiva área equivalente a 53% da área total, restando 16% para lavouras temporárias e permanentes e 30% entre matas naturais e cultivadas e áreas inaproveitáveis para a agricultura.

Os dados de uso da terra cruzados com os dados de produção revelam que a matriz produtiva do município está ancorada na atividade pecuária, realizada tanto por pequenos como por grandes proprietários, sendo a principal atividade econômica na região. A atividade agrícola é pouco produtiva e de reduzida diversidade, sendo desenvolvida na sua maioria por pequenos agricultores que também são os principais criadores de animais de pequeno porte como suínos, aves, caprinos e ovinos e seus derivados.

O bioma da Caatinga continua sendo explorado com atividades primárias seculares, como a pecuária, a extração de madeira, e as lavouras temporárias de baixa tecnologia e rendimento nos períodos de chuva. Os animais são criados no interior da mata, se alimentando da vegetação nativa. Nos períodos de seca, a alimentação é complementada no cocho com palma forrageira e forragem armazenada em silos. Em termos numéricos, Pão de Açúcar, utiliza para criação de animais 2.043 ha de caatinga em sistemas agroflorestais e outros 9.273 ha de mata natural, incluindo as áreas de preservação permanente (Censo agropecuário 2006). A transformação das áreas naturais em pastagens e lavouras cultivadas, atrelado ao uso exploratório da caatinga com a extração de madeira e com a pecuária extensiva, tem resultado na degradação do ecossistema com o avanço de áreas degradadas (136 ha) e do fenômeno da desertificação, atualmente abrangendo uma área de 51 ha do município (Censo agropecuário 2006).

As condições precárias de cultivo, que se traduzem na baixa produtividade e na reduzida diversidade produtiva, cria uma condição de insegurança alimentar e torna o município dependente da importação de alimentos de outros municípios da região e do país. A produção irrigada é ainda muito restrita aos agricultores ribeirinhos e mesmo assim, muitos não aproveitam o potencial de irrigação devido à falta de recurso, incentivo governamental, programas e infraestrutura. As poucas propriedades que possuem irrigação utilizam recursos particulares, restringindo o acesso à água a quem tem maior poder aquisitivo, utilizando a irrigação para a produção de forragens para a criação de animais em períodos de seca, além de uma incipiente e precária produção de hortaliças e frutas realizada por pequenos produtores. O alto investimento para a produção irrigada, mais uma vez exclui os pequenos que mesmo muito



próximos dos rios, tem dificuldade de acesso à água até mesmo para consumo da casa e dos animais.

### Considerações Finais

A estrutura agrária do município de Pão de Açúcar, fruto do processo de ocupação e uso das terras no Brasil, é caracterizada por uma elite agrária pecuarista que detém o poder econômico e político na região e por um grande contingente de camponeses minifundiários, desprovidos do acesso a terra e a água, meios básicos que garantam sua manutenção e reprodução social. Isso se evidencia nos baixos índices de desenvolvimento social do município, que são utilizados pela elite local para manutenção do poder.

Esses pequenos produtores, sobrevivem da produção de alimentos para subsistência e necessitam complementar a renda com o trabalho acessório em outras atividades não agrícolas e assim são inseridos no modo de produção capitalista como fornecedores de mão de obra e como produtores de alimento enquanto excedente para abastecer os mercados locais.

Esse cenário de desigualdade social e pobreza em que vive o camponês no município de Pão de Açúcar evidencia a necessidade de reestruturação fundiária e de políticas que promovam a autonomia e a reprodução social dos agricultores, neste caso em especial, políticas de acesso a terra e a água como meio de vida e trabalho da agricultura familiar camponesa de Pão de Açúcar.

Neste contexto, o Estado, ao mesmo tempo em que procura inserir o agricultor familiar camponês através das políticas públicas de valorização da agricultura familiar e da produção de alimentos saudáveis na esfera econômica, o faz de forma combinada com o capital que contraditoriamente aproveita da produção excedente do camponês, da oferta de alimentos saudáveis e mão de obra barata, inserindo-o como uma peça fundamental para a reprodução ampliada do capital. Esse fenômeno se verifica na medida em que tais políticas de desenvolvimento agrário como a produção agroecológica não alteram a estrutura fundiária, que permanece concentrada, resultando na exclusão e migração do agricultor familiar camponês, na ampliação da desigualdade social e econômica, responsável pela manutenção de relações de poder e subserviência e da degradação ambiental.

Dentro dessa perspectiva minha hipótese é que a agricultura de base ecológica se configura como uma oportunidade de viabilização da agricultura familiar camponesa, inserindo os agricultores no sistema produtivo e mercadológico através do acesso às políticas públicas orquestradas e executadas por instituições públicas e privadas promotoras do desenvolvimento desigual e combinado típico do sistema capitalista de produção. Ao mesmo tempo, a agricultura de base ecológica, é realizada como estratégia de reprodução social dos agricultores que pode resultar na diminuição da dependência, mas sem, no entanto modificar a profunda raiz que da origem a desigualdade e a pobreza que é a estrutura agrária concentradora de terras e água.

### Referências bibliográficas

ALCANTARA FILHO, José Luiz, *A propriedade e a concentração de terras no Brasil*, Revista de história Economia e Economia Regional Aplicada – Vol.4 N°7, Jul.-Dez. 2009, p. 63-85.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida, *Função Social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio*. In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (Org.) *Campepinato e territórios em disputa*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 303-325.

ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil*. In: *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, vol. 1, n. 2, p. 37-64, Março/2007.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia Leiteira Alagoana. Brasília: MDA, 2011.

CARVALHO, Cicero Péricles. *Economia Popular: uma estratégia de modernização para Alagoas*. Edufal, Maceió, 2012.

CARVALHO, Luzineide Dourado. *O lugar da pequena propriedade na organização do espaço agrário do semi-árido brasileiro e a sustentabilidade da agricultura familiar*. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; COSTA, Joé Eloízio (org.). *Territórios Rurais e Agricultura Familiar no Nordeste* – São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p.69-101.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil, *Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Pariconha estado de Alagoas/* Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

IBGE. *Censo Agropecuário de 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravidão nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

MARTINS, José de Souza, *O cativo da Terra*. 2.ed. – São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

MENDES, Marcelo Alves. *Planejamento Agrícola e sustentabilidade socioeconômica* In: CARVALHO, Diana Mendonça de.; ALCANTARA, Fernanda Viana de.; COSTA, José Eloízio da (Org.). *Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no Nordeste*. – São Cristóvão: Editora UFS, 2010. p.275-307.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*. Revista Estudos avançados 15 (43), 2001. p.185-206.

PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *A questão Agrária no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000. p.15-85.

STEDILE, João Pedro (org.), *A questão Agrária no Brasil: O debate tradicional (1500-1960)*. 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, *O Mundo Rural como Espaço de Vida: reflexões sobre propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidades*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

## **Formação da identidade nacional e da cultura brasileira: uma releitura das heranças do período colonial**

**Carina Teixeira da Costa Machado<sup>1</sup>**

**Resumo:** O trabalho aborda a formação do povo brasileiro, sua cultura e identidade assumindo o recorte do período colonial. Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda – os grandes clássicos da identidade nacional – descrevem mais do que um tripé formado pela escravidão negra, o latifúndio e a monocultura, relatando a formação das classes sociais, que ainda hoje, de certa forma, se perpetuam nos moldes da sociedade brasileira e encontram-se intrincadas no sentimento nacional.

**Palavras-chaves:** identidade nacional; formação social; cultura.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/cacatcmachado@hotmail.com

## **Introdução**

A constituição da cultura brasileira e da identidade nacional é um antigo debate trazido sempre a termos atuais, de novas interpretações da história, desde o período da colonização até o Estado Novo, e da releitura de textos clássicos que abordam a temática.

Os grandes clássicos da identidade nacional – Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda – descrevem cada um a seu modo, a formação da estrutura agrária do ponto de vista social, econômico, político e cultural.

Mais do que a caracterização de um tripé – escravidão negra, latifúndio e monocultura – no qual a economia brasileira foi moldada durante a colônia, esses autores descrevem a formação das classes sociais (profundamente enraizadas na propriedade de terras) no Brasil, que perpetuam ainda hoje, com sinais claros de desigualdade social, que também se encontram intrincadas no sentimento nacional.

Para além de duas classes bem definidas de escravos e senhores, surge ainda no cenário colonial, uma terceira classe de homens e mulheres pobres e livres, que somente encontram meios de sobrevivência na troca de favores e na execução de trabalhos tidos como desclassificados, não realizados nem por escravos nem por “homens de bem”.

O presente trabalho aborda a formação do povo brasileiro, de sua cultura e identidade assumindo o recorte do período colonial, particularmente a partir do povoamento efetivo do Brasil com a implantação das lavouras monocultoras de produtos tropicais voltadas para exportação e a vindas de escravos negros para o Brasil.

## **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**

Segundo Ortiz (1985, p. 08) a estrutura cultural de um país se organiza a medida que o capitalismo adquire novas formas de desenvolvimento, assim, *“a identidade nacional está profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e à própria constituição do Estado brasileiro”*.

A construção da identidade nacional no caso brasileiro está intimamente ligada ao interesse de diferentes grupos sociais e suas relações de poder com o Estado em diferentes momentos da história.

As obras de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, datadas do final do século XIX e início do século XX, nos remete ao pensamento da época no Brasil, que aborda a questão racial, a formação do povo brasileiro a partir da miscigenação e as teorias de branqueamento vigentes primeiramente na Europa e mais tarde no Brasil<sup>2</sup> norteadas por três produções teóricas da época: o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer.

“Modelo de sucesso na Europa de meados dos oitocentos, as teorias raciais chegam tardiamente ao Brasil, recebendo, no entanto, uma entusiasta acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, que na época se constituíam enquanto centros de congregação da reduzida elite pensante nacional” (Schwarcz, 1995, p. 14).

Inicialmente o atraso da “evolução” do Brasil em relação ao estágio alcançado pelos países europeus era explicado através dos conceitos de meio (que definia os fenômenos econômicos e políticos do país, como a escravidão e a monocultura) e de raça (que explicava a autenticidade de um “novo” povo). Tentava-se, assim, amarrar a partir destes conceitos a construção de uma identidade nacional à formação de um Estado nacional, e, portanto, uma nação.

Faz-se necessário observar que os relatos acerca da população negra surgem no Brasil apenas após a abolição da escravidão, anteriormente a esta, apenas os índios e os brancos apareciam nos relatos; os primeiros de forma romantizada (o nativo) e os segundos como uma raça superior. A temática da mestiçagem é então tratada do ponto de vista moral (ou “amoral”). Dessa forma, a problemática do mestiço da sociedade brasileira torna utópica a ideia de formação da identidade nacional, sendo esta possível apenas no futuro através do branqueamento da população e conseqüente eliminação dos estigmas das raças inferiores.

Ainda retratando as teorias raciais da época, pode-se citar as instituições de saber, que produziam informações oficiais acerca da identidade nacional. Criadas com a vinda da família real para a colônia, que identifica então a necessidade de centralização de poder, estas são fundadas com o objetivo de “construir uma história da nação”<sup>3</sup>.

É fundado em 1838, com sede na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Além deste pode-se citar também o Instituto

---

<sup>2</sup> Ressalta-se que as teorias raciológicas originárias da Europa são utilizadas no Brasil no momento em que entram em decadência em seus países de origem, havendo, portanto, uma defasagem entre produção e consumo destas.

<sup>3</sup> Schwarcz, 1995, p. 99.

Arqueológico e Geográfico Pernambucano – IAGP, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP. Ocupavam cargos nestes institutos representante das elites econômicas do país a exemplo da aristocracia agrária nordestina (com safras canavieiras decrescentes) e a elite cafeeira do sudeste com influencia política junto ao imperador.

Esses institutos explicam a formação da identidade nacional de maneira a histórica, considerando a formação da nação a partir da descoberta dos portugueses, desconsiderando a existência precedente de indígenas. A história do Brasil é escrita, assim, com foco marcadamente econômico e regional, visando a valorização da histórica local e a importância de determinada região na economia do país como um todo; produzia-se também com frequência, bibliografias de seus membros mais ilustres.

“Nesses centros o tema racial pareceu auxiliar na construção de uma história branca e europeia para o Brasil. (...) Com as conclusões evolucionistas, justificava-se o predomínio branco e hierarquia social rígida. Utilizando um darwinismo sócio-biológico, explicava-se o “natural branqueamento” da população. Mas eram as teorias deterministas raciais que ajudavam a comprovar um certo atraso, ou condenavam a mistura racial no país” (Schwarcz, 1995, p.136).

Segundo Schwarcz (1995), as teorias raciais juntamente com o evolucionismo social têm seus limites nos anos de 1930 no Brasil quando as próprias instituições percebem suas disparidades e fragilidades tanto financeiras quanto organizacionais, uma vez que os recursos estaduais passam a se destinar a fundação de novas universidades (principalmente de direito e medicina) e de centros de pesquisa. Cabe destacar aqui, que inicialmente foram os colaboradores destes institutos que compuseram os quadros das novas universidades criadas nesse período.

Maria Yedda Leite Linhares, em “História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)”, ressalta que a partir do século XIX observa-se uma dicotomia, cada vez maior, entre o urbano e o rural, assim como entre as regiões do país. O nordeste caracteriza-se pela decadência da produção para exportação (redução do preço da cana de açúcar no mercado internacional) e a região Centro Sul, especialmente o Vale do Paraíba, destaca-se como polo dinâmico da economia com a implantação da cultura do café e da crescente importância da cidade do Rio de Janeiro enquanto capital federal.

Para a autora, é cabível, então uma crítica a história social do país, que fica, neste momento, relegada a um segundo plano quanto a história econômica e política do Brasil.

“Assim, no século XIX brasileiro há que reconhecer os dois lados de uma mesma história: o da sobrevivência da estrutura colonial de produção e o das transformações dessa estrutura ao plano mundial. Quando se afirma “a história dessas transformações é a história da formação de novas relações de produção, não somente na economia cafeeira, mas no conjunto da sociedade brasileira”, tem-se em vista um longo processo histórico que não foi homogêneo nem linear e, ainda, um desenvolvimento capitalista que com características específicas, em virtude de sua subordinação à economia mundial e das próprias bases internas, materiais e humanas, sobre as quais se funda e dentro das quais emerge. Não é, pois, um processo econômico, e, sim, social, já que diz respeito à sociedade como um todo, atingindo indivíduos, grupos e classes sociais, formas de viver e pensar, de agir e de reagir, tanto individual quanto coletivamente” (Linhares, 1979, p. 153).

### **Os clássicos: formação econômica e social a partir da grande propriedade**

O clássico “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre é reconhecido como obra essencial para o entendimento da formação do Brasil e de seu povo, uma vez que visa construir uma identidade nacional mais atenta a mestiçagem do brasileiro, combatendo as teorias raciais de branqueamento. O autor classifica a obra como um “*ensaio de sociologia genética e de história social, pretendendo fixar e às vezes interpretar alguns dos aspectos mais significativos da formação da família brasileira*” (Freyre, 2006, pg. 50).

Apesar das críticas recebidas quanto a aspectos conservadores e patriarcais, a preocupação do autor quanto a miscigenação do povo brasileiro e a demonstração do assunto através da ótica da história da vida privada (familismo) desmistifica a literatura da época que tratava a mestiçagem como um fator negativo que comprometia o futuro do país, sendo vista a partir de então com um contorno positivo, descrevendo em sua obra o surgimento de um “tipo ideal para os trópicos”.

“A formação patriarcal do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de “raça” e de “religião” do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora” (Freyre, 2006, pg. 34).

Freyre descreve uma nova sociedade, fundada pelos portugueses que na impossibilidade de praticarem o mercantilismo, equacionam o problema através da atividade agrária para o atendimento das demandas externas. O modelo social desta sociedade se caracterizava então pelo patriarcalismo representado pela casa grande; pelas iniciativas particulares; pelos latifúndios monocultores, pela mão de obra escrava (inicialmente indígena e mais tarde negra); na miscigenação, motivada sobretudo pela fraca consciência de raça do português decorrente da proximidade entre Europa e África; e na universalidade da religião católica (no Brasil, dada por um cristianismo doméstico, lírico e festivo).

Destaca ainda o papel do índio na colonização – inicialmente explorado pelo colono que buscava mão de obra e convertido ao catolicismo pelos jesuítas, desejosos de construir uma sociedade ideal – que inicia o povoamento da colônia e deixa como herança de sua cultura a dieta brasileira, o cotidiano das práticas domésticas, o tratamento das doenças.

A substituição do trabalho indígena pelo negro é justificada pela inferioridade cultural do primeiro, e pela necessidade do escravo no modelo colonizador adotado.

“O meio e as circunstâncias exigiam o escravo. A princípio o índio, Quando este, por incapaz e molengo, mostrou não corresponder às necessidades da agricultura colonial – o negro. Sentiu o português com o seu grande senso colonizador, que para completar-lhe o esforço de fundar agricultura nos trópicos – só o negro. O operário africano” (Freyre, 2006, pg. 322).

Tomando como base o sistema escravocrata aplicado ao negro, Gilberto Freyre afirma a importância do negro na formação agrária do Brasil por ser um elemento ativo e criador vistas as técnicas de cultivo e extração mineral trazidas de diferentes partes do continente africano; e na formação de seu povo, híbrido, destacando sua vida sexual com os senhores da casa grande bem como a defesa destas – atitudes tidas muitas vezes como amorais porém, com objetivo único de servidão ao branco. “*O sentido amoroso, terno do negro, vem da relação escrava e homem branco, do amor físico do branco com a negra, que perpassa toda nossa identidade, e onde sente a sombra do escravo negro sobre a vida sexual e de família do brasileiro*” (Freyre, 1998, p. 284).

Por fim, o autor define as características que distinguem os moradores da casa grande e da senzala e a relação de superioridade e mandonismo existente entre os primeiros em relação aos segundos. Reitera o patriarcalismo, a iniciação sexual precoce seguida de doenças comuns à época (como a sífilis) tanto de brancos como das meninas



negras, diz da importância das escravas negras na formação e educação dos filhos dos senhores, bem como a contribuição negra na formação da linguagem brasileira.

É importante salientar que Gilberto Freyre em *Casa Grande* assinala que o conceito de raça é socialmente construído ao longo da história e dessa maneira as contribuições africanas formaram a identidade dos brasileiros. Há forte influência dos povos africanos na identidade cultural brasileira em suas inúmeras crenças, idiomas e tipos físicos que auxiliaram na miscigenação.

Em “Formação do Brasil Contemporâneo”, Caio Prado Jr., fundamenta sua obra na afirmativa de que todo povo tem um sentido (uma orientação determinada) que é percebido somente através de um conjunto de fatos e acontecimentos essenciais num largo período de tempo.

Dessa forma explícita que para entender as transformações ocorridas no século XIX no país é necessário que se retorne aos três séculos anteriores de formação do Brasil – que para o autor ocorreu em um processo sem descontinuidade, uma vez que essas transformações caracterizam-se pela forte presença de traços do período colonial. Assim, a colonização brasileira teve seu sentido na “*exploração dos recursos naturais de um território virgem para abastecer o comércio europeu*” (Prado Jr., 2011, p. 28).

O sentido da colonização brasileira, a exploração, teve como consequência um povoamento irregular marcado por três momentos distintos nos quais a ocupação acompanha o desenvolvimento das atividades econômicas: i) faixa litorânea, interior do nordeste; ii) Minas Gerais (ciclo do ouro); e, iii) planalto paulista. Essas atividades, voltadas para o abastecimento do comércio europeu com produtos tropicais determinam a estrutura da vida material no Brasil. São destacadas pelo autor três principais atividades que norteiam a economia: a agricultura, a mineração e o extrativismo.

O autor destaca a agricultura estabelecendo duas categorias distintas. A agricultura voltada para exportação como sendo o nervo da agricultura colonial, e a agricultura de subsistência, subsidiária a primeira.

“Vimos aí a natureza da economia colonial, empresa mercantil exploradora dos trópicos e voltada inteiramente para o comércio internacional, em que, embora pareça essencial, não figura senão como simples fornecedor dos gêneros de sua especialidade. Nos diferentes aspectos e setores da economia que passamos em revista, não só constatamos repetidamente o fato, mas ainda o papel que ele exerceu na formação e evolução da colônia, condicionando-lhe a própria existência” (Prado Jr., 2011, p. 249).

Ainda quanto a organização econômica, Prado Jr. destaca que o núcleo patriarcal (caracterizado como unidade econômica, social, administrativa e religiosa) e essencialmente escravista desvalorizava as ocupações livres, não fixava a população territorialmente e causava instabilidade financeira a economia da colônia. Outra característica destacada é a ausência de ordem institucional na administração da colônia<sup>4</sup> (tentativa de reprodução do modelo europeu de administração e comum confusão entre público e privado, fazendo valer o poder e autoridade dos donatários invés das leis). A igreja constituía-se autoridade à medida que as necessidades civis e morais eram geralmente confundidas, a exemplo do batismo como ato de reconhecimento pelo nascimento.

Quanto a formação do povo brasileiro, Caio Prado Jr. refere-se a uma totalidade de raças – o branco, emigrantes da Europa para o Brasil; o índio, e a problemática da integração dos povos que habitavam o território colonizado ao processo de colonização, bem como sua contribuição na exploração dos recursos amazônicos; e o negro, introduzido na colônia já como escravo, sem haver, no entanto, qualquer projeto construtivo ou de integração deste a sociedade.

Em consonância com Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. afirma que a mestiçagem profunda entre as três raças fez da população brasileira um dos mais variados conjuntos étnicos da sociedade (Prado Jr., 2011). No entanto, a dissonância entre esses autores se dá quanto a análise da contribuição do negro e do indígena na formação da cultura brasileira, na qual para o primeiro há uma grandiosa contribuição e para o segundo, sob as influências do positivismo e do evolucionismo, esses povos, culturalmente inferiores, deram ínfimas contribuições.

Quanto a vida social e política na colônia, Prado Jr. destaca que a escravidão é a chave para entender os aspectos da vida colonial uma vez que é o núcleo central de organização da economia e do sentido dado a colonização. São características descritas como principais: a ausência de nexos morais<sup>5</sup> e o caráter primário das relações sociais (com destaque as funções exercidas pela escravidão: trabalho e sexual), e a

---

<sup>4</sup> O autor preocupa-se em referenciar as vias de comunicação e os meios de transporte existentes na colônia, que se formam com o único objetivo de atender as atividades comerciais – que dão sentido a colonização – e que por isso; não são eficientemente utilizadas no processo de comunicação administrativa. Além destas realiza também uma descrição da estrutura administrativa, das leis e dos órgãos administrativos vigentes na colônia ressaltando seu caráter desconexo e sem originalidade.

<sup>5</sup> Referente tanto ao baixo teor de moral dos escravos negros trazidos para o Brasil quanto ao absentismo dos senhores.

desorganização do trabalho livre em contrapartida da organização da escravidão, que gerava uma grande massa populacional pobre e desocupada – “os vadios”.

O autor conclui que a forma de organização da sociedade fundada no trabalho escravo, na mestiçagem indígena e na influência do próprio sistema econômico gerou “*um tom geral de inércia*” (Prado Jr., 2011, p.371) caracterizado pela regulamentação da ação social através de dois “instintos primários”, o sexual (marcado pela indisciplina) e o econômico; e, uma atitude psicológica generalizada de ociosidade.

“Numa palavra, e para sintetizar o panorama da sociedade colonial: incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos” (Prado Jr., 2011, p. 378).

Após apontar os fatores inerciais da sociedade, o autor descreve os conflitos de natureza étnica e econômica causados pelo mal estar provocado pela organização rígida e hierarquizada desta que irão resultar posteriormente no movimento de independência.

Outro clássico acerca da formação social brasileira é “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda, que assim como Gilberto Freyre, ressalta características portuguesas de miscigenação anteriores a colonização brasileira por estarem os países ibéricos em uma área fronteira entre a Europa e a África eximindo o existente orgulho de raça europeu e permitindo a miscigenação com índios e posteriormente com negros no Brasil.

Ambos os autores ressaltam ainda como característica da personalidade portuguesa a repulsa pelo trabalho manual e mecânico, que teve como consequência a utilização de técnicas agrícolas rudimentares, o desenvolvimento débil das atividades artesanais e a utilização da mão de obra negra escrava na principal atividade econômica: a agricultura. O período colonial pode ser entendido, então, como fundamentalmente rural, baseado em uma organização social patriarcal tradicionalista que refletia no sistema político da colônia.

Sérgio Buarque de Holanda considera a abolição da escravatura no ano de 1888 um marco para economia colonial uma vez que seriam reinvestidos os recursos aplicados nesta atividade. Juntamente com a cultura do café, surgem as cidades e uma nova forma de organização de poderes.

“Os velhos proprietários rurais tornados impotentes pelo golpe fatal da abolição e por outros fatores, não tinham como intervir nas novas instituições. A República, que não criou nenhum patriarcado, mas apenas uma plutocracia, se assim pode dizer, ignorou-os por completo. (...) A

Avenida Presidente Vargas, 417/9º andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

urbanização (...) destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr em substituí-lo, até agora, por nada de novo” (Holanda, 1995, p.131) .

Quanto as atividades econômicas, o autor ressalta as diferenças entre a colonização espanhola e a portuguesa. A primeira voltada para a reprodução dos costumes europeus no “Novo Mundo” com a construção de cidades planejadas e fundação de universidades; a segunda voltada para exploração e aquisição de riquezas a partir dos recursos do “Novo Mundo”, que viabilizou na ocupação litorânea não somente a defesa de suas terras, mas também o escoamento facilitado de seus produtos. A preocupação com a formação de uma cultura erudita somente surge no Brasil com o advento das cidades após a Independência, quando passam a ser valorizadas obras literárias e títulos de bacharelados<sup>6</sup>.

Assim como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda também faz referencia a comumente confusão entre o privado e o público na esfera da administração pública. O caráter patriarcal da organização social da colônia acaba por transferir, quando se dá o surgimento das cidades, o caráter funcionalista aos detentores de cargos públicos do Estado.

Surge neste cenário o “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda, o qual age fundamentalmente guiado pelas emoções (para o bem ou para o mal) se afastando da impessoalidade exigida por determinadas funções (como a de um cargo público, por exemplo), e se refletindo inclusive na linguística dos brasileiros (com a utilização de palavras no diminutivo) e na cultura religiosa (tratamento dos santos com intimidade).

“Já se disse numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lanheza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal” (HOLANDA, 1995, p. 146).

---

<sup>6</sup> Existia anteriormente a Independência o que o autor chama de *intelligentsia* brasileira, porém esta caracterizava-se por importar teorias e preceitos já consolidados na Europa que na maioria das vezes não se adequavam a realidade brasileira. Sérgio Buarque de Holanda afirma ainda que o positivismo e liberalismo nunca se ajustaram no Brasil devido ao caráter impessoal dado a política.

## Do rural ao urbano: outros aspectos da formação social brasileira

Estudos seguintes acerca da formação social do Brasil foram inspirados em lacunas deixadas pelos clássicos supracitados. “Desclassificados do ouro” de autoria de Laura de Mello e Souza aborda a realidade de uma classe de trabalhadores livres e pobres brevemente citada por Caio Prado Jr. – “os vadios” – que surge da própria organização econômica e social do sistema colonial brasileiro e do sentido dado a esta, que “*gera uma desclassificação do trabalho aos olhos do homem livre*” (Souza, 1982).

Sem que haja distinção de cor de pele, esses “desclassificados”<sup>7</sup> eram encontrados em maior número nas regiões mineiras, ganhando ali “utilidade”. No entanto, o trabalho destes (exerciam atividades como a repressão de quilombos e a guarda de presídios) não extingue as visões de que esta classe constituía-se como um “peso inútil da terra” na qual não havia presteza e significavam um ônus ao Estado, uma vez que representavam insegurança aos homens de bem.

Caracterizados por constituírem uma classe fluída, sem estrutura social configurada e ausência de consciência de grupo, constituíam-se como uma mão de obra alternativa a escrava, formando-se, assim, um exército de reserva da escravidão.

A abolição do regime servil e a constituição da república dão nova ênfase aos estudos acerca do grupo de trabalhadores rurais, que a partir deste período ganham relevância no cenário político do país, uma vez que adquirem direito de voto.

Segundo Victor Nunes Leal (1975), o novo regime não transforma profundamente a estrutura social e econômica do país, uma vez que faz crescer ainda mais a influência política dos proprietários de terras, subordinando-se dos trabalhadores rurais assalariados (parceiros, posseiros e pequenos proprietários de terras) a estes não somente pelas relações trabalhistas, mas também pelas relações eleitorais. Nas palavras do autor “*Somos, neste particular, legítimos herdeiros do sistema colonial da grande exploração agrícola, cultivada pelo braço escravo e produtora de matérias primas e gêneros alimentícios, destinados à exportação*” (Nunes, 1975, p. 253).

Caracteriza-se assim o fenômeno denominado “coronelismo” pautado em uma relação de compromisso entre o governo regional e local (municipal), entre o governo

---

<sup>7</sup> A categoria vadio, remetente a classe dos desclassificados é definida pela autora como “o indivíduo que não se insere nos padrões de trabalho ditados pela obtenção do lucro imediato, a designação podendo abarcar uma enorme gama de indivíduos e atividades esporádicas” (Souza, 1982, p. 64).

local e os proprietários de terras (os coronéis), e entre os últimos e uma massa pobre e assalariada de trabalhadores rurais.

O autor destaca que para o entendimento de tal fenômeno é necessário levar em conta a decadência do poder privado e um poder público agora fortalecido, “(...) o *“coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras*” (Leal, 1975, p. 20).

O fenômeno se caracteriza principalmente pela relação de compromisso entre dois distintos grupos sociais, que forma um sólido sistema de reciprocidade. Entre os coronéis e seus *afilhados*, o compromisso se estabelece através do chamado *voto de cabresto*, garantido uma vez que os primeiros se apresentavam como responsáveis pelos melhoramentos locais. Entre os coronéis e o poder político legal municipal, através da garantia de votos ao candidato da situação e troca de favores políticos, como a indicação a cargos públicos.

Como consequências principais deste sistema o autor aponta o encarecimento do custo de vida e o conseqüente não desenvolvimento do mercado interno e da indústria e a degradação da agricultura, incapaz de se sustentar no antigo arcabouço montado pela escravidão.

É com base em uma agricultura com estrutura decadente frente aos avanços urbanos que Antonio Candido, no estudo “Os parceiros do Rio Bonito” realizado entre os anos de 1948 e 1954, aborda uma parcela da população rural, os caipiras, marginalizada da sociedade por nem sempre se ajustar as novas formas de trabalho proletário.

Caracterizados inicialmente por um ritmo de trabalho variável que acompanhava os períodos de germinação da lavoura, pela estrutura fundiária sitiante, pela sociabilização dos multirões de ajuda mútua e da força da crença, com o advento da urbanização essa classe de pequenos proprietários semi subsistentes têm como opção duas estratégias distintas de sobrevivência: ou emigram, proletarizando-se ou permanecem na lavoura e se ajustam conforme o possível (através de formação das chamadas parcerias), apresentando como característica marcante a resistência aos modos de vida tradicionais como a manutenção das crenças, práticas e valores.

“A expansão do mercado capitalista não apenas força o caipira a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho (normalmente ajuda mútua), cortando as possibilidades de uma

sociabilidade mais viva e de uma cultura harmônica” (Candido, 2010, p. 194).

Assim, a cultura da cidade absorve gradativamente a cultura do campo, sendo a parceria considerada uma fase de transição para o camponês, que ou migra para cidade (tendo suas necessidades atendidas minimamente, vivendo geralmente em condições de miséria) ou, via recuperação financeira consegue tornar-se proprietário.

“A oposição entre campo e cidade só pode existir no quadro da propriedade privada. É a expressão mais grosseira da subordinação do indivíduo a divisão do trabalho e a uma determinada atividade que lhe é imposta. Subordinação que faz de um, um animal limitado da cidade; de outro, um animal limitado do campo, reproduzindo cada dia o conflito de seus interesses” (Candido, 2010, p. 265).

## Conclusão

Conclui-se que a construção da identidade nacional não pode ser dissociada do sistema exploratório e escravista implantado no Brasil durante o período colonial. As características do português acrescida das culturas do índio e do negro tiveram grande relevância na constituição de um povo singular e de uma cultura brasileira autêntica formada pela miscigenação de raças, crenças e costumes.

É notável que a classe de homens e mulheres livres e pobres, formada principalmente a partir da abolição da escravatura, passa despercebida pela história da formação da identidade nacional, sendo excluída das produções científicas citadas na primeira parte deste trabalho.

No entanto, essa classe ganha nova configuração social com estudos posteriores acerca das condições de vida em um campo agora decadente. A passagem de um país essencialmente rural para os modos de vida emergentes urbanos causa transformações significativas no campo e nas formas de produção e subordinação dos camponeses, uma classe marginalizada, vista a partir de então como “caipiras”.

## Referências bibliográficas

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 11 Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala*. 51ª Ed. São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 15º Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o Regime Representativo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

LINHARES, Maria Yedda Leite Linhares. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri Edições, 1979.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 08.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARCZ, Lilian. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial do Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.



## GT 03 – O rural na história do Brasil

### Grileiros, colonizadores e sitiantes: as peijas em torno da legitimidade da posse da terra no extremo noroeste paulista<sup>1</sup>.

Beatriz Medeiros de Melo\*  
Maria Aparecida de Moraes Silva\*\*

\* Doutora e Pós-doutoranda pelo PPGS da UFSCar, mmelobeatriz@gmail.com

\*\* Livre-docente, Profa Visitante no PPGS da UFSCar, maria\_moraes@terra.com.br

**Resumo:** A ocupação do extremo noroeste, como ademais de todo o território paulista, foi constituída pelo avanço de diferentes agentes e pela disputa territorial entre eles, com diferentes armas. Nesse artigo, retomamos (através de pesquisa historiográfica e dos registros recolhidos da memória) os principais episódios desses conflitos: a entrada do homem branco e a dizimação da população indígena; a chegada massiva dos mineiros, os primeiros “fazedores de posses”; a atuação de grileiros e a organização dos projetos de colonização, que atraiu para aquela região ex-colonos, imigrantes, trabalhadores nacionais e seus descendentes, que adquiriram pequenos lotes, os sítios. Damos relevo, ao final, às peijas em torno da legitimação da posse da terra entre grileiros, colonizadores e sitiantes, cujos desdobramentos se estendem até os dias atuais, recaindo sobremaneira sobre os ombros dos sitiantes.

**Palavras-chaves:** grilagem; colonização; sitiantes

### I - Índios, mineiros e colonizadores

A história de ocupação do extremo noroeste paulista foi, como a história de muitas porções de território ao redor do mundo que serviram aos projetos de expansão imperialistas e/ou capitalistas, banhada à sangue, todavia não tenhamos encontrado registros desse período na fala dos sitiantes. Os migrantes e imigrantes que são os sujeito-objetos centrais deste estudo que ora apresentamos chegaram à região no século XX, quando parte da história do lugar já havia sido literalmente apagada. Ouviam e reproduziam uma descrição que, ademais, é comumente utilizada para definir toda região de ocupação recente: a de “sertão bravo”, de “terras desconhecidas”, lugar de mata virgem e desabitado. Foi desse modo que muitos dos homens e mulheres que entrevistamos definiram a região antes da chegada de seus ascendentes.

Entretanto, perguntamo-nos: sertão bravo do ponto de vista de quem? Terras desconhecidas para quem? Trata-se, percebemos, de um discurso produzido pelos

---

<sup>1</sup> Este texto é um excerto do primeiro capítulo da tese de doutorado defendida pela primeira autora e orientada pela segunda autora e financiada pela FAPESP, intitulada “História e Memória na contramão da expansão canavieira: a experiência de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista”, defendida em dezembro de 2012 pelo PPGS da UFSCar. Neste trabalho, nos debruçamos sobre o conflito entre a expansão recente da monocultura da cana-de-açúcar e a reprodução da pequena propriedade no extremo noroeste paulista. A análise das manifestações de resistência dos sitiantes neste contexto encontrou importante suporte (e lastro) nos relatos da história e da memória, parte dos quais são retomados nesse artigo.

colonizadores que, em verdade, teve a intenção mais profunda de deslegitimar o direito de posse de grupos indígenas, considerados “selvagens” e “não-civilizados”, e esconder as atrocidades cometidas durante o processo de tomada da posse das terras antes comunais<sup>2</sup>. O resultado para a história é que em função da violência simbólica exercida por meio do discurso e da violência física exercida sobre a população, pouco se encontra na memória coletiva da região sobre a presença indígena, e poucos são os descendentes destes indígenas que podem ser encontrados (ou talvez poucos sejam os que reconheçam essa descendência). Entre os agricultores entrevistados apenas uma senhora, Maria Donda, reconheceu ter descendência indígena: conta que o seu bisavô materno tinha sido “pegado no laço” quando observava, de um pedaço de mata, uma fazenda recém-instalada na região. Tal descendência deixou rastros nítidos na fisionomia de dois de seus filhos que possuem a pele morena e os cabelos negros e lisos.

E embora nos relatos da memória não encontremos referência a esta população indígena, em certa literatura produzida por geógrafos e sociólogos há registros de que os primeiros habitantes da região foram índios de ramificações da nação jê, de língua kaingang, chamados de Coroados, Bugres, Botocudos ou Cainguangues. Trata-se de um povo que ocupava uma parte significativa do interior paulista, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (DARCY RIBEIRO, 1970, apud MURUMATSU, 1984). Recentemente, foram descobertos sítios arqueológicos no noroeste do Estado, atestando a presença de populações da nação jê há, pelo menos, 2.000 anos (ESTADÃO, 21/07/2007). Não se tem conhecimento do volume que esta população representava. Pierre Monbeig, em certo momento, os define como os primeiros pioneiros, aqueles que primeiro queimaram as matas e praticaram a agricultura. Deles, os pioneiros modernos herdaram, por intermédio dos caboclos, a prática da queimada. Mas os caminhos por eles traçados, seguindo os vales e os cursos d’água, provavelmente não lhes foram muito úteis, já que os pioneiros afastavam-se destas regiões, ocupando o continente (MONBEIG, 1971, p. 129-130).

Mas, ademais de terem sido dizimados durante a chegada da frente de expansão, ofereceram, a princípio, quando os pioneiros eram ainda pouco numerosos, resistência suficiente para retardar a chegada em massa do homem branco. São narrados momentos, como o desbravamento da região do ribeirão São Mateus (região de Assis), de recuo do homem branco, e de forte poder de resistência indígena, resultando, inclusive, no primeiro “trucidamento” de um plantador de café (MONBEIG, 1971, p. 131-132). Somente no momento em que o número de pioneiros aumenta e eles se dispersam pelo interior paulista é que assistimos ao declínio significativo da pequena população indígena. É o período da construção da ferrovia Bauru-Mato Grosso, entre 1890-1900, dos mais destemidos bugreiros e das mais violentas “dadas”. Uma parte da população

---

<sup>2</sup> Fenômeno assemelhado é narrado por Paula Hamilton (2006), pesquisadora que estudou a história Australiana, um país dominado, segundo ela, pelo mito que define a Austrália como um país *novo, sem história*, como muitas vezes se fala acerca dos países latino-americanos. A autora enfatiza o papel que as migrações exercem no sentido de contribuir com o apagamento dos rastros do passado: “Essa ideia de uma *tábula rasa* histórica é, evidentemente, uma história de colonos, de migrantes britânicos, contada por várias gerações de imigrantes ingleses e europeus. Memórias de invasões e da morte de povos indígenas são mais facilmente apagadas, ou pelo menos atenuadas, pela experiência migratória: os que chegavam não carregavam ‘o peso do passado’; vislumbravam uma nova oportunidade, um território vazio, vidas que podiam ser renovadas.” (p. 85-86). Pollak (1992, p. 2) também nos fala sobre a força ideológica (sem utilizar esse termo) contida nestas expressões que designam períodos históricos, como “anos sombrios” para designar a época de Vichy, ou os “trinta gloriosos”, que são os trinta anos posteriores a 1945. Para o autor, como também para nós, “essas expressões remetem mais a noções de memória, ou seja, a *percepções da realidade*, do que à factualidade positivista subjacente a tais percepções” (p. 2).

indígena foi assassinada, outra contraiu (voluntária e involuntariamente) uma diversidade de epidemias até então desconhecidas por esta população.

Dessa herança indígena, quase nada subsiste. Se, em 1900 um grupo bastante reduzido de mil e duzentos grupos kaingang resistiu à invasão, em 1957, não passavam de 87 (MURUMATSU, 1984, p. 9). Nessa região do extremo noroeste paulista, nem mesmo o costume, bastante recente, de rebatizar o nome de algumas cidades com nomes indígenas, como ocorreu no Paraná, se reproduziu. Aí, os nomes das cidades remetem à herança daqueles que fundaram os diversos povoados, loteadores de terras ou grandes fazendeiros: advém, grande parte deles, de alguma associação com nomes de santos dos quais estes pioneiros eram devotos, de seus próprios nomes, ou dos de seus pais, mães, esposas e filhos (como se pode ver em NARDOQUE, 2007). Única exceção é o caso do município de Paranapuã, que em tupi-guarani significado “rio veloz”.

A partir de 1850 chegavam à região os mineiros. Foram eles os primeiros a enfrentar os índios, embora não tenham sido responsáveis pela franca dizimação desta população. Saíram de Minas fugindo da pobreza que a devastava com a decadência da mineração, das agitações da tentativa revolucionária de 1842 e, ainda, do alistamento obrigatório decorrente da Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870. Entre o começo e o final da segunda metade do século XIX, os mineiros povoaram grande parte do interior de São Paulo, chegando-se a sugerir que os paulistas representassem apenas 20% da população em grande parte dos municípios. Fundaram e povoaram importantes cidades do interior, como Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Viradouro.

Seguiram os caminhos trilhados pelos índios na beira dos rios e vales, mas instalaram-se, sobretudo, nas planícies. Nos espaços varridos pelas queimadas, plantavam milho e deixavam soltos os carneiros (que forneciam a lã que as mulheres fiavam), o gado e os porcos, este último bastante tradicional em Minas Gerais. Vendiam seus rebanhos em Lençóis Paulista, Botucatu, e algumas vezes, chegaram até Sorocaba. Com a renda obtida compravam a pólvora para as espingardas, o sal de cozinha e o sal grosso para o gado. Praticavam uma agricultura de subsistência associadas à criação de rebanho, que lhes serviam como alimento e transporte para os conhecidos “carros de boi” do período (MONBEIG, 1971, p. 133-136).

Os mineiros foram, ademais, aqueles que deixaram heranças das mais significativas para os pioneiros que os seguiram, cujos resquícios podem ser encontrados ainda hoje na história econômica da região. Abriram os caminhos dos espigões que mais tarde foram povoados pelos pioneiros, construíram estradas boiadeiras que foram seguidas e tornaram-se importantes vias de circulação para trens e automóveis, estabeleceram povoados que jamais desapareceram completamente. Algumas dessas famílias mineiras adquiriram os títulos de posse das terras que ocupavam, aproximaram-se, por isso, dos primeiros cafeicultores e especuladores que chegaram à região. Alguns deles lucraram com a venda de terras e com o cultivo do café, tornando-se famílias tradicionais (MONBEIG, 1971, p. 137) cujas ramificações até hoje sobrevivem em alguns lugares.

Na região noroeste do Estado fala-se da influência mineira desde pelo menos 20 anos ante da chegada em massa dessa população, em 1850. Alguns documentos antigos registram a formação, nesta época, da gleba denominada São José da Ponte Pensa, de 208.000 alqueires, de posse de Patrício Lopes de Souza (MURUMATSU, 1984, p. 5). Toda a região conhecida hoje como microrregião de Jales está inserida nestas terras outrora chamadas de Fazenda Ponte Pensa, como se pode observar do mapa abaixo.

**Figura 1: Limites de glebas e de fazendas da Alta Araraquarense**

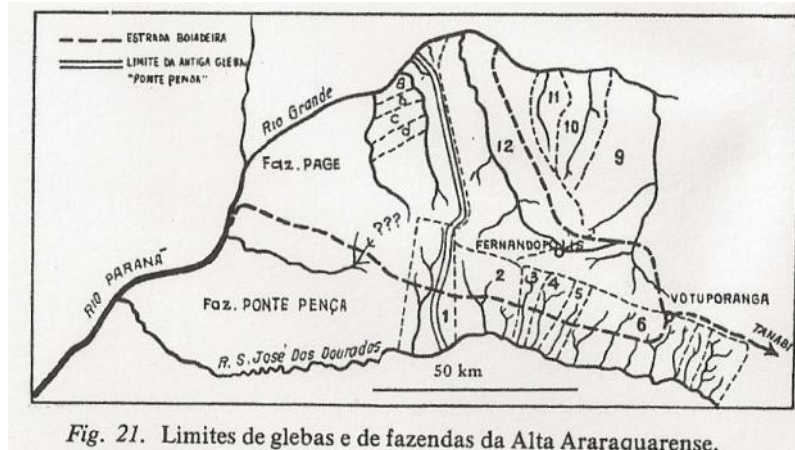


Fig. 21. Limites de glebas e de fazendas da Alta Araraquarense.

Fonte: MONBEIG, 1971, p. 217

Patrício Lopes de Souza, todavia, não efetuou uma ocupação tal como os mineiros que ocuparam as regiões mais antigas. Era sobretudo um “fazedor de posses” como se costumava dizer, “um latifundiário, autêntico representante da velha aristocracia mineira”. Mas com ele veio também o pequeno agricultor mineiro e outros trabalhadores nacionais, responsáveis por ocupar as terras ociosas e fazer-lhe a guarda, ou então ocupar sítios volantes (MURUMATSU, 1984, p. 10-12).

Mas foi sobretudo a partir de 1850 que levadas de mineiros advindas de diferentes regiões alcançaram essa região da Alta Araraquarense: partiam de Araraquara, passando por Tanabi e São José do Rio Preto (também fundadas por mineiros); partiam de Mato Grosso do Sul, de Santana do Paranaíba, atravessando o Rio Paraná e passando por Porto Taboado (atual Rubinéia); vinham de Minas Gerais, atravessando o rio Grande e dispersando-se pelos arredores do Rio São José dos Dourados (MURUMATSU, 1984, p. 9-10).

Apesar da presença indiscutível dos mineiros na região durante o século XIX, atestada pelos documentos e pela literatura histórica, hoje se trata de uma população minoritária, e poucos são também aqueles que reconhecem ter uma ascendência mineira. Mais comumente contraíram uniões matrimoniais com descendentes de nordestinos. Como foi o caso dos pais de Otacílio Alves: um baiano de Livramento, na Bahia, que em Mendonça-SP encontrou-se com uma mineira e, juntos, migraram para a região de Jales em busca das terras que estavam sendo vendidas a baixos preços (entrevista realizada em 27/06/2010, município de Santa Salete).

Juntou-se a essa primeira leva de população branca (ou aparentemente branca) que chegou à região também os caboclos machadeiros baianos, que foram mão de obra importante à época da derrubada das matas. Pedro Nava, médico e destacado memorialista brasileiro que viveu na região do noroeste paulista na primeira metade do século XX, em importante obra (1983) que, ademais da narrativa sobre uma parte importante de sua trajetória profissional, descreve os lugares por onde passou com reconhecida riqueza de detalhes, assim define estes migrantes nacionais baianos: “grupo brasileiro de que veio o profundo espírito da terra encontrado pelo emigrante entrado depois” (p. 105).

Aos mineiros e baianos machadeiros, seguiu-se a vinda dos grandes negociantes de terra, assistidos por grileiros, agrimensores e advogados. A chegada destes coincide com o momento em que o Estado começava a demarcar e discriminar as terras devolutas na região, no ano de 1912. Desde então, passam a apossar-se de terras ainda inabitadas ou mesmo a iniciar pejejas legais pelo apossamento de terras antes ocupadas por mineiros, posseiros, latifundiários ou mesmo pequenos sitiantes. Como é o caso do famoso grilo Glória e Furquim, estudado por Luis Noboru Murumatsu (1984), que solicita a demarcação da Fazenda Ponte Pensa cujos primeiros registros atribuem posse ao mineiro Patrício Lopes de Souza.

É esse processo de grilagem e demarcação de terras o marco histórico da ocupação de todo o Oeste do Estado, quando o direito burguês legitima a posse da terra para o próprio burguês, reservando a ele o monopólio da terra (MURUMATSU, 1984, p. 17). Dessa forma, a grilagem contou com o apoio substancial do Estado, cujos tribunais endossavam a “fabricação” de títulos falsos de propriedade. Pierre Monbeig descreve com que “imaginação e habilidades diabólicas” funcionou a indústria da grilagem, narrando as diversas estratégias utilizadas, dentre elas o envelhecimento artificial dos papéis, a imitação de escrita e caligrafia fora de uso, a eliminação de documentos de posse anteriores guardados nos cartórios, etc. (1971, p.144). Esse processo se inicia em finais do século XIX e finda na década de 30 do século posterior. Essa indústria de grilagem em atividade intensiva, aliada à legislação fundiária e à característica do povoamento, caracteriza o Estado de São Paulo como fundamentado sobre a propriedade privada, ao contrário do que pode ser observado no Paraná, onde o Estado é detentor de grandes extensões de florestas (Ibid., p. 211).

## II – A formação da pequena propriedade

Embora tal ocupação, como vimos, tenha se iniciado nas primeiras duas décadas do século XX, há depois disso, uma sequência de acontecimentos que vão concedendo novo impulso à compra de terras na região, realizados por diferentes sujeitos. Inicialmente, com o *crash* da economia cafeeira, a compra e venda de propriedades rurais surge como uma saída para equilibrar os lucros em decesso dos cafeicultores (IANNI, 2004, p. 36-37). Em seguida, com a inflação desencadeada com o fim da Segura Guerra, a especulação surge como a forma mais segura e rentável de aplicação de capital. Nesse momento uma parte significativa da burguesia (arquitetos, advogados, dentistas, médicos, residentes em São Paulo ou nas principais cidades do Estado) adquire o hábito de possuir uma reserva florestal (MONBEIG, 1971, P. 117-118). Ademais, José de Souza Martins (1989, p. 5-26) nos lembra que, nesse momento, a disseminação da propriedade familiar foi “um recurso para elevar o preço da terra, cuja medida deixa de ser o cálculo do lucro para ser a própria necessidade do pequeno agricultor”.

Passam a comprar aquelas terras griladas e demarcadas na primeira metade do século XX também uma diversidade de sociedades de estrangeiros interessados nos altos lucros vislumbrados pela possibilidade da construção de loteamentos. Eram portugueses, italianos, ingleses, japoneses. Traziam consigo um corpo de funcionários administrativos, como diretores, engenheiros, agrimensores, corretores, que participaram ativamente do momento de crescimento da importância dos centros urbanos das principais cidades da região (MONBEIG, 1971, p. 146).

Dentre os principais nomes de pessoas físicas e empresas, nacionais e estrangeiras, que adquiriram terras na região da Alta Araraquarense estão: Jonh Byng Paget (que nunca esteve no Brasil), Guilherme Schmidt, Companhia Agrícola Francisco Schmidt S.A., Almeida Prado S/A Comissária e Exportadora, Empresa Paulista de Colonização Ltda., Cia The Lancashire General Investment, Dr. Fernando Gomes, advogado, Dr. Euphly Jales, engenheiro, Dr. Alceu de Assis, advogado e outros. Grande parte deles comprou terras do grilo Glória & Furquim, ou receberam parcelas dela em pagamento pela prestação de serviços que possibilitaram a demarcação e legalização das terras. Deste último caso é característico o de Euphly Jales, (estudado em detalhes por Sedeval Nardoque), perito que demarcou as terras da Fazenda Ponte Pensa e que, adquiriu em pagamento, uma extensa porção de terras onde, mais tarde, fundou a Vila Jales. Ademais, efetuou um grande empreendimento de loteamento de imóveis rurais e urbanos (MURUMATSU, 1984, p. 20).

Uma terceira geração de compradores, que adquiriram grande parte de suas terras destes citados anteriormente, foram as grandes Empresas de Colonização, muitas delas fundadas por cafeicultores e ferroviários a fim de assegurar a reprodução de seus negócios, como foi o caso da Companhia Agrícola de Colonização S.A (CAIC) e a Empresa Paulista de Colonização, que adquiriram extensas glebas do “Núcleo Paget”, de propriedade anterior do inglês Jonh Byng Paget (MURUMATSU, 1984, p. 20). Além destas atuou também na região a Sociedade Brasileira de Colonização, de capital japonês e, já na década de 1950, a Sociedade Imobiliária Brasileira (SOCIMBRA). Foram elas as grandes responsáveis pela abertura dos loteamentos de pequenas propriedades rurais e dos imóveis urbanos nos primeiros povoados<sup>3</sup>.

A importância dos negócios ferroviários e dos loteamentos na ocupação da região da Araraquarense é um caso bastante singular, diferente de regiões de ocupação mais antiga, como a de Araraquara, São Carlos, Ribeirão Preto, Campinas e Limeira, aonde os trilhos dos trens chegaram depois que as fazendas de café estavam em pleno funcionamento. Sergio Milliet (1941, p. 63) afirma que “nem em imaginação seria possível prever mais completo paralelismo, nem mais marcante exemplo da influência da economia sobre a demografia”.

A venda das terras na região de Jales e arredores foi sempre mobilizada em função da rede ferroviária e dos boatos sobre sua expansão. Quando, a partir de 1935, os trilhos da estrada de ferro se prolongam para além de Mirassol, entre os rios São José dos Dourados e Turvo, na direção do Porto Getúlio Vargas, imediatamente multiplicam-se os loteamentos em Tanabi, Cosmorama, Votuporanga e, em seguida, em Fernandópolis, Estrela do Oeste e Vila Jales. Para os pequenos agricultores que

---

<sup>3</sup> Singular é o caso da CAIC, como o primeiro caso de associação de capital ferroviário, cafeicultor e colonizador. Seus fundadores eram, inicialmente, ricos fazendeiros cafeicultores – dentre eles a família Prado –, que, primeiro, ampliaram seus negócios para a administração de estradas de ferro, construindo a Companhia Paulista de Estradas de Ferro a fim de assegurarem-se melhor do escoamento de sua produção. Em seguida, ampliaram suas atividades para o transporte rodoviário e empresas de colonização, fundando a Companhia Paulista de Colonização, que iniciou suas atividades em 1938 loteando fazendas nas linhas da Estrada de Ferro Araraquarense, Mogiana, Noroeste e, mais tarde, na Sorocabana. Tal empresa tinha a função de empreender a venda de lotes nas regiões servidas pela estrada de ferro administrada pelo grupo, criando a demanda necessária de produtos agropecuários a serem transportados na ferrovia (MONBEIG, 1971, p. 238). Nas terras comercializadas pela CAIC a partir de 1946, originalmente conhecidas como “Núcleo Paget”, surgiram os patrimônios de Santa Fé do Sul, Porto Taboado (depois Rubinéia), Santa Clara e Santa Rita (MURUMATSU, 1984, p. 53).

adquiriram terras na região, a proximidade dos trilhos dos trens diminuía os custos necessários ao escoamento de sua produção, compensando até mesmo os custos superiores dos terrenos, valorizados em função da fundação dos núcleos urbanos nos arredores da ferrovia (MONBEIG, 1971, p. 228-229).

Entre as décadas de 1950 e 1960 todas as terras da fazenda Ponte Pensa haviam sido vendidas. Entre os anos de 1946-56 a CAIC venderia 1546 lotes rurais entre 5 e 30 alqueires. Poucos foram os lotes vendidos acima de 50 alqueires. O projeto colonizador, segundo enfatizou Murumatsu, “nasce na mesa dos dirigentes dessas companhias”. Por meio de cálculos que estabeleciam o tamanho dos lotes em função da rentabilidade esperada, da disponibilidade de mão de obra e das possibilidades de aquisição por parte do pequeno agricultor, é que se definia as extensões dos lotes a serem vendidos. Foi também construído, antes da chegada da Estrada de Ferro, um forte esquema de publicidade para atrair os colonos, potenciais compradores das terras. Um caminhão os buscava nos mais variados pontos da Alta Araraquarense, oferecendo aos interessados cerveja gelada, mulheres, e um discurso bastante enaltecido do futuro promissor que a região oferecia (MONBEIG, 1971, p. 49). Cartazes publicitários afixados nos vagões dos trens de passageiros e nos comércios de povoados dos arredores enalteciam “a presença, no loteamento, de tudo que é indispensável à vida material e também à vida espiritual dos clientes” (p. 235). Tratava-se, verdadeiramente, de um empreendimento capitalista, racionalmente voltado às maiores chances de comercialização e lucratividade.

Quando então cessa a importância dos projetos “colonizadores”, a economia local passa a depender tão somente da ferrovia e da agricultura, duas atividades que passam a funcionar de forma dissociada. Da agricultura são responsáveis, em grande medida, os pequenos proprietários de terras; no controle das finanças estão os ricos fazendeiros comerciantes e outras sociedades anônimas, dentre elas muitas de capital estrangeiro. Torna-se mais lucrativo para as grandes empresas transportar, comerciar e financiar do que produzir, e, desse modo, passam a controlar o processo produtivo. As relações de mando se transformam, do antigo “paternalismo” do “patrão” sobre seu “cliente” para relações comerciais estabelecidas entre as empresas e os pequenos proprietários. Pierre Monbeig, entretanto, ressalta que tal troca, embora tenha a aparência de uma emancipação dos menos afortunados, não os livrou da teia de extrema exploração que, todavia, passou a ser exercida por meio dos vínculos de dependência criados em relação aos financiamentos (1971, p. 240-241). As dívidas contraídas pelos pequenos agricultores e mesmo o interesse das ferrovias em diversificar os produtos transportados depois da crise de 1929, acabavam por determinar até mesmo os produtos cultivados nas pequenas propriedades.

Como resultado, então, do encontro dos anseios de acúmulo de capital dos loteadores capitalizados e do desejo dos imigrantes de serem donos de sua própria terra, é constituída a região caracterizada, ainda hoje, pelo predomínio das pequenas e médias propriedades, com uma grande diversificação de atividades agrícolas. Mas esse “encontro” de anseios não logrou constituir um período de ocupação tranquilo. Longe, disso, as pejejas que se desdobraram ao longo do tempo em função das “negociatas” realizadas entre grileiros e negociantes de terras constituíram longas tramas, algumas das quais têm desdobramentos até os dias atuais. Em geral, os mais prejudicados nestes conflitos foram os pequenos agricultores que adquiriram suas propriedades destes negociantes, alguns dos quais tiveram que pagar duas vezes para assegurar a posse da terra.

### III – A querela e a revisão da história: colonizadores X sitiantes

A questão das grilagens e das “negociatas” foi tema de forte debate por duas vezes (em 2002 e 2006) na MRG de Jales, por meio do Jornal de Jales. Os debates foram suscitados num primeiro momento pela publicação, em 2002, de matéria noticiando a conclusão da dissertação de mestrado de um geógrafo jalesense, Sedeval Nardoque, que estudou a apropriação capitalista da terra no extremo noroeste paulista (NARDOQUE, 2002). Num outro momento, no ano de 2006, a questão voltou a ser discutida quando um valor significativo da receita pública do município foi “sequestrada” pela justiça para quitar uma parcela da dívida que o município contraiu com a família do fundador Euphly Jales quando da desapropriação de uma área de 16 alqueires, pertencente à família, nas franjas do perímetro urbano. A área foi utilizada para instalação do II Distrito Industrial.

Nesses dois momentos, tanto o bispo Dom Demétrio como o geógrafo Sedeval Nardoque tiveram papel importante no sentido de denunciar injustiças e malfeitos do passado que até hoje reverberam na vida de cidadãos e sitiantes. Num primeiro momento, Sedeval, noticiando os resultados de sua pesquisa, denuncia o violento processo de grilagem empreendido pelas empresas colonizadoras e por particulares que adquiriram terras griladas na região, destacando as “negociatas” empreendidas pelo próprio fundador da cidade, Euphly Jales, que se utilizou das mais diferentes artimanhas para apropriar-se de terras de outrem, assegurar domínio sobre as propriedades para, depois, loteá-las. Destacou, em seus escritos, o grave problema enfrentado por sitiantes que vivem nas Glebas 41a e 41b da Fazenda Ponte Pensa, de 1.900 alqueires, correspondente à área dos bairros Córrego do Manuel Baiano e Córrego do Coqueiro. Em suas investidas nos Cartórios de Registro de Notas da região, o pesquisador teve notícia de que estes quinhões de terra foram adquiridos (em juízo) por Euphly Jales em 1934 como pagamento por serviços prestados e não recebidos no ano de 1929. Entretanto, o suposto antigo proprietário delas, Alcides do Amaral Mendonça conseguiu reverter o processo vinte anos depois e reaver as terras para o seu domínio, quando Euphly já as havia vendido para sitiantes e, portanto, recebido pagamento por elas. Com a reversão do processo, muitos sitiantes tiveram que pagar novamente pela propriedade da terra para assegurar a posse<sup>4</sup>. Além deste caso, Sedeval denunciou outras questões: a injustiça evidente, depois de toda a especulação realizada por Euphly, de que a cidade pagasse uma dívida referente a uma porção de terras da família desapropriada pelo município (discussão que foi erguida pelo bispo Dom Demétrio); a extração da renda da terra realizada por meio da cobrança do laudêmio<sup>5</sup>.

Foi este um momento em que a população pôde discutir com bastante transparência a história do município, rever os “sentidos” do processo colonizador que os trouxe até a região e analisá-lo a partir de posições contrapostas expostas nos artigos semanais editados pelo jornal. A discussão foi “administrada” pelo editor-chefe do jornal, Deonel Rosa Júnior, de um modo bastante democrático. Muitas pessoas

<sup>4</sup> Todo esse processo é detalhadamente descrito e analisado pelo pesquisador no segundo capítulo da tese de doutorado defendida em 2007, já citada aqui. O tema também pode ser acompanhado através das seguintes matérias publicadas no Jornal de Jales: NARDOQUE, 08/dez/2002, 26/fev./2006, 12/mar/2006, 14/mar/2006.

<sup>5</sup> “...taxação baseada em princípios monárquicos (enfiteuse) a toda transação comercial com imóveis realizada na área central” do município de Jales. (NARDOQUE, 2002, p. 159).



publicaram artigos de opinião: pesquisadores, membros da Igreja, juristas e cidadãos comuns. E pelo menos três posições diferentes puderam ser percebidas no debate: de um lado, representados pelo advogado da família Jales, Lair Seixas Vieira, estavam aqueles que defendiam “a memória do fundador da cidade” a quem Lair afirmou, por diversas vezes dever “gratidão, respeito e amizade”; de outro, pesquisadores, membros da Igreja e agricultores, representados pelo pesquisador Sedeval Nardoque, que se indignavam com o “endeusamento” que a cidade dirige à pessoa do fundador da cidade, apoiavam a reescrita desta história e a revisão, pela justiça, de peijas relacionadas aos “malfeitos” de Euphly que atingem diretamente o município e a vida de dezenas de famílias de agricultores. Um terceiro grupo se manteve numa posição de mais neutralidade, criticando, de um lado, as investidas contra a memória dos grandes “empreendedores” que colonizaram a região, e, de outro, reivindicando que algumas questões (como aquela da cobrança do laudêmio) fossem revistas por trazer “evidentes problemas para a administração municipal” e impedir o pleno desenvolvimento econômico da região.

Por entre as palavras e os sentimentos que foram suscitados por meio dos artigos pode-se perceber as “paixões” que o debate ergueu, evidenciando a importância da construção dos sentidos do passado e, também, dos sentidos construídos ao redor dos sujeitos que participaram da história. De um lado, falou-se das muitas e exageradas referências ao nome de um fundador (em nomes de ruas, prédios públicos e também na estátua erguida em praça pública) que, em verdade, grilou terras, usou de todo tipo de estratégia suja para conseguir títulos de propriedade e abusou da boa fé dos pequenos agricultores. De outro, houve manifestações de indignação às ofensas e acusações a um homem que, supostamente, foi responsável pela fundação do município, que fez esforços para que a Diocese da região fosse instalada em Jales, que “defendeu agricultores”, e que foi, no máximo, relapso no que diz respeito ao caso dos quinhões 41A e 41B, por não ter solicitado a emissão definitiva do título de propriedade no tempo previsto. E não só nas palavras utilizadas nos artigos como também em alguns atos decorrentes desta discussão se pode perceber a importância que a discussão tomou: no dia 12/03/2006 a estátua de Euphly Jales foi derrubada durante a madrugada; depois disso, uma instituição de ensino publicou uma moção de apoio ao pesquisador Sedeval Nardoque, que estava sendo duramente atacado por setores da sociedade jalesense e, inclusive, acusado de ter incitado a população a realizar o ato da derrubada da estátua.

Rever a discussão que se desdobrou no Jornal de Jales, sobretudo no ano de 2006, foi oportunidade extremamente valiosa para a análise que nos interessava naquele momento, por rememorar um conflito que deu origem a um dos episódios de resistência organizada dos sitiantes. Ademais, foi possível observarmos o processo por meio do qual a história recentemente reescrita pelo geógrafo subverteu a memória que muitos moradores da região guardavam sobre o processo de colonização e sobre a figura do fundador da cidade, e também como esta memória, fonte importante para a reescrita da história, ainda estava preservada na lembrança de diversos sujeitos que se envolveram nas peijas ou que tiveram notícia delas<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O processo aí desenrolado participa de um movimento contemporâneo mais amplo, bem descrito por Thomson Alistair (HAMILTON; THOMSON, 2006), ao analisar os diferentes caminhos por meio dos quais a memória coletiva passou a ser incorporada pelos estudos historiográficos: “No primeiro sentido, uma dimensão definitiva do estudo histórico acadêmico da geração passada foi a crítica à história convencional, por esta se fundamentar em noções extremamente restritas do que (e de quem) importa na história, e de como (e por quem) é gerada a mudança histórica. (...). Nesse esforço, não seria demais afirmar que a história oral – juntamente com outros artefatos, dados e ‘textos’ culturais – provou-se

Embora os agricultores não tenham participado ativamente no debate ocorrido no Jornal de Jales, durante as visitas às pequenas propriedades do município pude constatar que estes agricultores tiveram notícia da polêmica, que, no período, circulou por toda a cidade<sup>7</sup>. Ademais, entrevistamos também alguns dos envolvidos nas contendas, como a Sra. Maria Machado, também chamada de Maria do Coqueiro, que, quando era pequena, acompanhou parte do conflito no qual seu pai esteve envolvido enquanto um dos agricultores que comprou propriedades nas glebas 41a e 41b, aquela na qual alguns sítiantes tiveram de pagar duas vezes para assegurar a posse da propriedade comprada inicialmente de Euphly Jalles. Maria, a única agricultora que se manifestou publicamente naquele momento, escreveu um artigo para o Jornal de Jales num momento em que o Prof. Sedeval Nardoque estava sofrendo diversas represálias de setores da sociedade jalesense em função das denúncias que vinha fazendo. Tanto os relatos publicados no jornal como aqueles que ela me concedeu durante a entrevista são extremamente ricos em ilustrar o sofrimento que viveram aqueles agricultores e também a resistência empreendida por um grupo deles naquele período. Maria Machado conta o sofrimento vivido por seu pai e seus avós em função da pressão sofrida para que pagassem novamente pelas terras e explica como foi a organização de um grupo de agricultores, liderados por seu pai, que decidiu não fazer o segundo pagamento. Em seu relato também pode ser observada a disputa e a ambiguidade nas representações construídas em torno dos atores e dos atos que circundaram essa trama. Ademais, Maria nos explica porque decidiu se pronunciar nos jornais:

Sou agricultora, tenho 50 anos, nasci, cresci e vivo até hoje na chácara São Gonçalo no Córrego dos Coqueiros, onde existiu a tão famosa demanda Gleba dos Coqueiros. Minha infância foi marcada pelo terrorismo permitido pelos poderosos da época, que venderam terras griladas a meu pai, meu avô e centenas de agricultores inocentes que achavam que estavam comprando terras legalizadas.

Meu pai foi um dos líderes dos agricultores que lutaram pela resistência do não pagamento do acordo, que consistia em pagar novamente pelas terras. Hoje ele é o último dos pioneiros. Seus amigos, que foram centenas, foram vendendo suas terras por valores abaixo do mercado, temendo o futuro. Todos os dias famílias deixavam as terras com medo do terrível e tão pregado despejo. (SANTOS, 2006)

Maria: Foi... é que ele [Sedeval Nardoque] estava apanhando muito, eu achava injusto que ele estava apanhando, porque o que ele estava pregando eu assisti. (...). Eu não conhecia ele, mas eu achava que era necessário que alguém que viveu a história fizesse alguma coisa, independente de... Eu não tenho nada contra o pessoal que... Eu

---

crucial para o processo de superar noções convencionais acerca do que vale como história, e, portanto, do que a história pode contar. É nesse sentido que se pode falar – como meio de reunir essas amplas tendências acadêmicas – da memória subvertendo a história.” (p. 75-76)

<sup>7</sup> As notícias veiculadas, além de terem chegado ao conhecimento dos agricultores, foram divulgadas em outros veículos de informação fora da região (jornais impressos e televisivos) e chamaram a atenção de instituições jurídicas: naquele mesmo ano de 2006, a OAB de São Paulo tomou para si a responsabilidade de investigar o caso da legalidade do laudêmio e falava-se do envolvimento do Ministério Público na questão.

coloquei aqui a história do meu avô e do meu pai, que foi o que eu vivi na minha infância, uma coisa que me marcou e que... (...). Eu acho que não é bem isso, eu acho que a notoriedade que ele despertou, uma atenção que talvez não era importante, mas independente é uma tese dele.

Pesquisadora: Dona Maria, me desculpa perguntar, mas por que a senhora achava que ele levantou uma questão que não era importante?

Maria: Porque existe uma história, e ele tentou mudar uma história. Eu digo isso, existe essa história e a história, independente do que aconteceu,... Eu não sei direito muito bem como as coisas aconteceram porque eu só li pelo jornal. (...). Meu pai não gosta de falar que o Euphly era grileiro, ele não gosta de dizer isso, enquanto o Euphly foi vivo ele deu sustentação para as famílias. Meu pai foi um dos braços direitos dele nessa questão da justiça. (...). Independente do que o Sedeval apresentou... Porque ele levantou a história da região, foi lindo o que ele fez, foi lindo, lindo, lindo! Mas meu pai vê a coisa de um jeito de quem sofreu na pele a questão e foi protegido até a última hora. Porque o Euphly protegeu ele até a hora de morrer, depois que morreu aí acabou, a história virou outra.

(...)

Quando eu tinha dois, três anos eu via meu pai reunir agricultores pra não pagar as terras, meu pai liderou os agricultores pra não pagar a terra de novo. Euphly falava: “Não paga, não paga”. Ele foi assassinado por causa dessa demanda. Enquanto ele era vivo ele deu assistência para as famílias. Meu pai era líder dos agricultores e meu pai fala que ele ajudou, apoiou, deu assistência para as famílias. (...). Eu nasci nesse conflito de terra, e pagava ou não pagava as terras de novo, e meu pai liderou. Era uma quantidade de terra! Eram 612 proprietários, meu pai foi liderando e a pressão era grande. Cada vez que pressionavam, um grupo fazia acordo e pagava. E meu pai e minha avó firme e forte: “Nós não vamos pagar!” (...). *Essa questão é muito bonita, uma luta pela permanência na terra. Por isso minha família tem essa vocação de não perder a terra, porque não foi só chegar da Bahia e comprar terra, foi a luta e resistência pra não perder a terra*<sup>8</sup>. Cada vez que vinha uma ordem que tinha que fazer acordo com os Mendonça, que os Mendonça queriam receber a terra de volta, meu avô resistia, botava todos nós em frente de casa, passava o jipe e estava aquela menina toda na casa do meu avô. Na casa do meu avô o jipe não parava, porque sabiam que lá tinha muita gente, eles eram só três ou quatro no jipe. Essa resistência e permanência pela terra veio daí, não foi só vim da Bahia, foi comprar uma terra que tinha que pagar de novo. (Entrevistas realizadas em 20/07/2010 e 23/09/2010).

A fala de Maria Machado contém muitas informações acerca do ocorrido, elas mereciam ser mais bem esclarecidas para que se compreendesse o imbróglio. Essas explicações podem ser encontradas na tese de Sedeval Nardoque (2007). Para os intentos dessa pesquisa, entretanto, de analisar a resistência do pequeno agricultor, a

---

<sup>8</sup> Grifo da autora.

fala transcrita acima dá uma contribuição valorosa, na medida em que destaca a importância do episódio descrito no sentido de reforçar os vínculos dos agricultores com o lugar e com a propriedade da terra. A memória da luta pela terra, de acordo com as próprias palavras de Maria Machado, reforça sua importância para a reprodução da família e o valor simbólico daquele espaço de reprodução da vida.

Ademais dos 13 agricultores que resistiram e não pagaram novamente pelas terras, encontrei famílias que tiveram que vender uma parte de sua propriedade para pagar novamente pelo direito à posse dela, como foi o caso da família Akamatsu e Ryugo. Segundo Eduardo Akamatsu, sua família adquiriu, num primeiro momento, 22,3 alqueires de terra e, mais tarde, depois de acumulado certo pecúlio, compraram outra propriedade de 12 alqueires nas proximidades. Em função da cobrança realizada pelos Mendonça, que reverteram a posse da terra para o seu domínio, a família teve que vender esses 12 alqueires que compraram num segundo momento, toda a produção de café e todo o gado que possuíam para pagar novamente pela posse da terra. José Ruygo, que também possui uma propriedade rural na região da contenda, passou pela mesma situação: vendeu cinco alqueires de terra e todo o gado que a família possuía para pagar não só pela propriedade da terra como também pelas custas do processo que abriram contra os Mendonça.

Alguns destes sitiantes, por um lado, se lamentam por não terem aderido ao movimento de resistência. Um sitiante afirma que “foi bobo” e que deveria ter lutado. De todo modo, buscaram outros caminhos de reparação e outros modos de comprovar a legitimidade de sua posse. Um grupo de 11 pequenos proprietários de terras abriu um processo jurídico contra Euphly Jales, aquele que os vendeu as terras sem que estivessem efetivamente sobre sua posse. A causa teve veredicto desfavorável em primeira instância, em Jales, mas favorável em segunda e terceira instância, em São Paulo e Brasília. Agora as famílias aguardam para que se inicie a negociação com Minerva Jales, esposa do falecido Euphly Jales. Vemos, desse modo, que passados cerca de 50 anos do ocorrido os sitiantes da região continuam lutando para defender a posse desse espaço de reprodução da família, seu patrimônio.

Entretanto, ademais de todo o esforço mais recente de desvelar os reais sentidos do processo de colonização por que passou a região, empreendido à base de violência e extorsão, e, ainda, de todas as consequências tortuosas para a vida de centenas de agricultores e cidadãos, um velho jargão ainda circula pela região: o de que ali ocorreu uma espécie de “reforma agrária natural” atribuída, tantas vezes, aos visionários colonizadores (lê-se grileiros, companhias de colonização, especuladores). Este é um discurso incrustado nas consciências há muito. Em 1965, em discurso durante a campanha eleitoral do município, Euphly Jales afirmava que promoveu uma “verdadeira reforma agrária” com a finalidade “de proporcionar aos colonizadores a oportunidade de progredirem” (NARDOQUE, 2007, p. 333). O memorialista Pedro Nava, na abertura do capítulo intitulado “Oeste Paulista”, que compõe o livro *O Círio Perfeito* (1983), também analisa a questão ao levantar as condições específicas que fizeram daquela uma região tão próspera:

...e última condição e não menos importante, a divisão das grandes glebas e a criação da pequena propriedade pelo grileiro – que a meu ver não foi bandido nem benfeitor (como querem uns e outros) mas

que foi ao menos o pioneiro da nossa inevitável reforma agrária. (NAVA, 1983, p. 105).

Esse discurso, ademais, foi encontrado nas falas de diversos agricultores que conhecemos. Ao questionar o editor do Jornal de Jales – que acompanhou de perto toda a discussão mais recente sobre a questão – sobre as razões pelas quais os sitiantes da região têm tanta dificuldade de assumir os reais sentidos do processo de grilagem na região, ele responde: “Ninguém gosta de ser passado pra trás.”. Ademais, nas conversas que tive com agricultores também tive a mesma impressão: o temor de que a análise da “natureza” do processo de colonização se confundisse com a análise da própria legitimidade da presença dos pequenos agricultores, que compraram as terras griladas. É como se, por isso, fossem algo cúmplices no processo de grilagem. E, desse modo, se configura uma situação de extrema ambiguidade e contradição, ademais de apontar para a construção ideológica que serviu ao escamoteamento da condição de exploração do colono, pequeno agricultor.

Para os menos afortunados, a passagem da condição de colono nas fazendas de café para a de pequenos proprietários também foi responsável por imprimir-lhes um pensamento um tanto ambíguo. Eles acabaram por se conceberem e orientarem sua prática pela “ideologia da mobilidade através do trabalho”, construída, entretanto, pela burguesia. Foi-lhe imposto que sua liberdade (a aquisição da pequena propriedade e a libertação das amarras do patrão) dependia do trabalho, ou, mais diretamente, do dinheiro. Esse pensamento não era um traço da cultura imigrante, foi-lhe imposto, num processo de construção simbólica, como projeto. Projeto que, contraditoriamente, sustentou o processo de exploração da mão de obra imigrante pela grande burguesia cafeicultora, ao mesmo tempo em que marcou a conduta destes sujeitos pela...

...frugalidade, pela economia das coisas, por um espírito absentéista e parcimonioso. Contraditoriamente, o trabalho é encarado como único meio através do qual possam adquirir a propriedade, a terra, um bem da natureza que não custou nenhum trabalho à burguesia. De fato, não custou nada a esta porque custou àquele. (MURUMATSU, 1984, p. 65).

Martins (1973) mostra, por meio da transcrição da fala de Antônio Prado em 1888, como os núcleos de colonização articulados por empresas particulares foram o solo por meio do qual se arquitetou a ideologia do trabalho, responsável tanto pelo sucesso do regime do colonato quanto da superação daquele momento de carestia de alimentos. Melhor do que os núcleos oficiais de colonização, aqueles empreendidos por particulares dirigiria o imigrante à maior produtividade nas colônias e, posteriormente, resolveria o problema da produção de alimentos.

A criação das condições compulsórias à canalização da força de trabalho do imigrante para a grande lavoura dependia, pois, do descortínio de princípios que superassem as limitações representadas pelos núcleos coloniais oficiais. Esses princípios foram finalmente

expressos num discurso de Antônio Prado ao Senado, em 1888, e constituem o quarto e último ‘momento’ na transição para a ideologia do trabalho da agricultura de exportação: “No entanto, a experiência tem demonstrado, pelo menos na província de São Paulo, que a colocação dos imigrantes nas fazendas é o melhor sistema porque, ao cabo de três ou quatro anos, a família por aquele modo colocada será tanto mais frutuoso quanto se achará aclimada, conhecerá a língua nacional e terá adquirido as especiais noções de cultura, que só a prática pode dar, e que tanto variam da Europa para o Brasil. Em terra tão fértil quanto a nossa e em clima tão propício a várias culturas, o imigrante assim preparado chegará sem dúvida muito depressa a cercar-se de condições de bem-estar sem a prova sempre difícil, e às vezes dolorosa, de tentativas dirigidas pela inexperiência. Ainda quando, pois, tratássemos tão-somente de introdução de imigrantes para os estabelecimentos particulares, chegaríamos indiretamente ao resultado que almeja o nobre senador e todos nós almejamos, isto é: fazer proprietário o imigrante”. (...). Estamos, na verdade, perante a disseminação da ética capitalista, norteando e integrando todos os personagens do sistema. (MARTINS, 1973, p. 68-69)<sup>9</sup>

Por outro lado, também ambigualmente e como fruto do mesmo corpo de construções ideológicas, o pequeno proprietário expressava um sentimento de gratidão aos fazendeiros de café, que criaram as condições para que eles adquirissem a pequena propriedade, e à CAIC e aqueles que lhes concederam empréstimos, como os responsáveis pela concretização do sonho de libertação. Afirmavam que “foi graças à CAIC que se transformaram em pequenos proprietários, formaram seus filhos doutores, ascenderam na escala social”. Esta concepção é ainda mais latente no discurso dos vendedores de terras, realçada pela concepção propriamente empresarial. Outras vezes elabora-se entre os pequenos agricultores um pensamento mais realista, expresso na percepção, por exemplo, de que a “CAIC estava pouco ligando pro pequeno agricultor. O negócio dela era lucro. Comprava a terra por X e vendia a terra por Y”. Analisando os discursos e experiências dos diferentes sujeitos envolvidos no processo nesse período, Murumatsu (1984, p. 65) conclui, então, apesar da ambiguidade expressa, que o camponês compreende que não foram as empresas colonizadoras e nem os grandes cafeicultores os responsáveis por terem eles alcançado o “projeto” encetado com a imigração de seus ascendentes, projeto que hoje é motivo de orgulho familiar, apesar de todos os percalços atravessados para alcançá-lo.

Outro indício de que a sociedade de alguma forma compreendeu e digeriu as questões que têm sido levadas a respeito da grilagem é o fato de que aquele pesquisador responsável pelas mais profundas e respaldadas denúncias, foi homenageado pela

---

<sup>9</sup> E embora tal ideologia tenha sido reforçada nesse período em função da urgência da resolução do problema da produção de alimentos e da mão de obra para as fazendas, construir uma atitude de *amor ao trabalho* num país com passado escravista foi preocupação de reformistas imperialistas desde a crise do antigo sistema colonial. “A panaceia da educação, como forma de erradicar os males da sociedade, terá nos reformistas seus porta-vozes constantes. Da geração da independência até os positivistas e republicanos, a inculcação dos *valores modernos*, através da educação e instrução, será defendida como a única forma capaz de acelerar a marcha do desenvolvimento nacional em direção à posição ocupada pelos países centrais. Entre esses valores, o que merece especial reforço e vulgarização é o *amor ao trabalho*. Num país escravista, ou de passado escravista, a difusão da valorização do trabalho não se fazia sem dificuldades e contorcionismo” (LOURENÇO, 2001, p. 17).

Câmara Municipal de Jales “pelos relevantes serviços prestados ao nosso Município, reconhecidamente como pesquisador da História da ocupação do espaço físico em nosso Município e na região”<sup>10</sup>, recebendo a Medalha XV de Abril (cujo nome se remete à data de comemoração da fundação do município) no ano de 2007.

Entretanto, dadas as muito recentes referências sobre a questão, acreditamos que passará um tempo largo para que os agricultores consigam separar o fenômeno ilegítimo da grilagem do fenômeno legítimo da aquisição das terras pelos pequenos produtores (necessário, entretanto, apenas em função da transformação da terra em mercadoria, produto da generalização das relações capitalistas no campo), possibilitado pelo longo tempo de trabalho vendendo sua força de trabalho para os cafeicultores de regiões de ocupação mais antiga. Walter Benjamin (1994, p. 223), sabiamente, já declarava que nada do que se passou pode ser perdido para a história, mas que somente uma sociedade redimida poderá apropriar-se totalmente de seu passado. Em Michel Pollak também encontramos uma pista importante para analisar esse processo. Ele afirma que:

... quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. (POLLAK, 1992, p. 7)

A região, graças ao compromisso de pesquisadores, jornalistas e da mobilização dos agricultores, está passando por esse importante momento de revisão de sua história. De derrubar as estátuas do passado e construir novos monumentos. Esperamos que nosso trabalho, que buscou destacar a força de resistência dos pequenos agricultores, contribua com esse processo.

## Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história.” BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- HAMILTON, Paula, Michael FRISH e Alistair THOMSON. “Cap. 6. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais.” FERREIRA, Marieta de Moraes e Janaína. (Org.) AMADO. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravidismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- MARTINS, José de Souza. “A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930.” *Revista História* 121 (1989): 5-26.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1941.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1971.

<sup>10</sup> <http://www.camaradejales.sp.gov.br/medalhas.asp>

- MULLER, Nice Lecop. "Sítios e sitiantes no Estado de Sao Paulo." *Boletim 132. Universidade de Sao Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, 1951.
- MURUMATSU, Luís. *As revoltas do capim: movimentos sócio-agrários no Oeste paulista 1959-1970*. FFLCH-USP. São Paulo, 1984.
- NARDOQUE, Sedeval. "Renda da terra e produção do espaço urbano." *Tese (Doutorado em Geografia)*. Presidente Prudente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUISTA FILHO, FACULDADE DE CIENCIAS E TECNOLOGIA, 2007. 445.
- \_\_\_\_\_. "Jalles ronda Jales." *JORNAL DE JALES* 12 de mar de 2006: p. 5. Caderno 1.
- \_\_\_\_\_. "Legal, mas injusto." *JORNAL DE JALES* 26 de fev de 2006: 5. Caderno 1.
- \_\_\_\_\_. "O laudêmio em Jales é ilegal." *JORNAL DE JALES* 14 de mar de 2006: 5. Caderno 1.
- \_\_\_\_\_. *Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales/SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2002.
- \_\_\_\_\_. "Indústria da grilagem, negociatas e especulação na ocupação das terras em Jales." *JORNAL DE JALES* 08 de dez de 2002: 5. Caderno 1.
- NAVA, Pedro. "Capítulo II. Oeste Paulista." NAVA, Pedro. *Círio Perfeito*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social." *Estudos Históricos* 5.10 (1992): 200-212.
- SANTOS, Maria Machado. "Professor Sedeval e o resgate de nossa história." *Jornal de Jales* 19 de março de 2006: 5.



## GT 03 – O rural na história do Brasil

### Legislação fundiária como reserva de legalidade: conflitos pela terra no Amazonas, 1917-1931

Ana Flávia Moreira Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** No início do séc. XX, Amazonas, a legislação fundiária funcionou como uma *reserva de legalidade*, renovando o acesso privilegiado de alguns setores à legitimação da ocupação territorial. Conflitos ocorridos no Baixo Madeira mostram como esse mecanismo, que culminou com a criminalização de indígenas e do SPI, possibilitou o controle do acesso a recursos naturais diferencialmente valorizados e distribuídos no território amazônico, promovendo a submissão de extratores relativamente autônomos.

**Palavras-chaves:** Legislação agrária; territórios indígenas; conflitos fundiários.

Este artigo pretende discutir a idéia de que transformações ocorridas na política e legislação fundiárias do Estado do Amazonas, nas primeiras décadas do século XX, concorreram para a criação de uma espécie de *reserva de legalidade*, que facultou, a determinados setores da sociedade, um acesso privilegiado aos canais de legitimação da ocupação territorial, enquanto restringia as possibilidades de outros grupos, notadamente indígenas e camponeses, fazerem valer, no plano legal, seus direitos territoriais. A legislação fundiária teria funcionado menos como um mecanismo de instituição de um mercado de terras fundado na segurança jurídica da propriedade privada, do que um dispositivo estratégica e continuamente acionado por determinadas agências e atores, em processos extremamente violentos de imposição de domínio.

Parte-se da perspectiva de que os códigos legais constituem elos fundamentais no jogo das classificações sociais, delimitando um conjunto virtual de ações e posições possíveis dentro de um marco de legitimidade (SOUZA LIMA 1995: 202). As leis são analisadas como dispositivos capazes de induzir contextos, pretendendo-se demonstrar que o seu sentido histórico independe da dimensão objetiva dos resultados de sua aplicação e a ultrapassa, radicando-se nos efeitos gerados e possibilidades compreendidas nos modos de ver e intervir oficialmente que elas instauraram.

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional - UFRJ/ Professora Adjunta do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/ Email:anafms@ufmg.br

A política territorial desenvolvida pela Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e Território do Acre entre 1917 e 1931 constitui o pano de fundo dessa análise e, seu ponto de partida, a leitura dos códigos legais específicos que, nesse período, no Estado do Amazonas, regularam a instituição administrativa de terras para índios (SANTOS, 2009). Explorando as iniciativas de demarcação de terras pelo SPI nos Autazes e Baixo Madeira, envolvendo territórios Mura e Mundurucu, e os conflitos que eclodiram nessas regiões nos anos 20; bem como modificações em normas e rotinas administrativas de regularização fundiária, foi possível delinear três contextos significativos: o declínio da borracha, após 1910, e a lei Estadual no. 941/1917; a valorização da castanha, conflitos envolvendo os castanhais e novas formulações legais, na primeira metade da década de 1920; a ‘estabilização na penúria’, na segunda metade da década de 1920, e as reformas promovidas pelo Governo Efigênio Sales, sinalizando para um novo patamar de disputas, que se consubstancia, já no contexto da chamada Revolução de 1930, no *Inquérito na Inspeção dos Índios*<sup>2</sup>.

### ***O declínio da borracha e a lei no. 941/1917***

O final da década de 1910 assistiu, no Amazonas, à conformação de um contexto político e econômico *sui generis*. Na esteira das transformações deflagradas pela quebra da indústria gomífera, o extrativismo, atividade “precária” que reanimava no amazônida o “vício do nomadismo”, foi equacionado a um “mal necessário no desenvolvimento regional”; a permanência e o progresso proporcionados pelas atividades agropastoris, afirmados como instrumentos essenciais a um ideal de civilização que tanto o indígena como o Amazonas deveriam atingir (AMAZONAS, 1918). O Governo de Alcântara Bacelar (1917-1920) assumiu com vigor a busca de novos arrimos para a economia regional. Metas como a difusão de novas técnicas agropastoris, a criação de escolas agrícolas, a incorporação do ensino agrícola nas escolas primárias, a criação de uma colônia correcional agrícola, não deixam dúvidas quanto ao caráter civilizatório do projeto que se anunciava.

---

<sup>2</sup> Trata-se de uma comissão, nomeada em janeiro de 1931 pelo Interventor Federal Álvaro Maia, para proceder a “rigoroso inquérito na Inspeção de Proteção aos Índios”, devido a denúncias de malversação de recursos públicos, práticas de crimes e atos de arbitrariedade na demarcação de terras (cf. Ato nº 193, de 21/01/1931). Sob o argumento de sanear as instituições da Velha República, a comissão representava interesses articulados, justamente, pela economia extrativista da castanha. “Catequizar castanhais para descobrir índios”: não há frase que melhor resuma o espírito das denúncias que foram, então, relatadas.

O Serviço de Proteção aos Índios ocupou, em face desse novo projeto de desenvolvimento, o lugar de um parceiro preferencial. Bacelar absorveu, em cargos cruciais da administração, figuras até então importantes na burocracia regional do SPI. Em outubro de 1917, promulgou a Lei no. 941, que autorizava o Governador do Amazonas a “conceder, como *posses imemoriais* havidas por ocupação primária, todas as terras possuídas por índios *selvagens* ou *semicivilizados*, para seu domicílio e aproveitamento” (caput). As áreas de terras seriam definidas conforme o número de famílias “da tribo” e segundo a finalidade de sua destinação, agricultura ou pecuária. A lei também mandava *reservar*, desde logo, áreas de terras junto aos rios Jauaperi, Surumú e Cotingo, Seruiní e Sepatini.

É possível reconhecer, no uso da expressão “posses imemoriais havidas por ocupação primária”, os reflexos de uma posição que contrariava o entendimento, prevacente à época, de que as terras ocupadas pelos índios estavam incluídas entre as terras devolutas, colocadas sob o controle legal e administrativo dos estados da federação desde a Constituição Republicana de 1891. O argumento, centrado nas idéias de anterioridade e permanência, atribuía papel secundário ao modo da ocupação, sinalizando um reconhecimento mais abrangente de direitos. Mas, no texto da lei, esse reconhecimento era restringido pelo instituto da concessão e obrigações decorrentes (agricultura ou pecuária). Estas transformavam o modo de ocupação em critério determinante na demarcação das glebas, tornando operativa a noção de posse adstrita à “moradia habitual e cultura efetiva”, expressão consagrada na legislação ordinária como definidora da *posse*.

Apenas aos índios *semicivilizados* seria possível, por conseguinte, reconhecer direitos possessórios. Citadas na enunciação geral da lei, as categorias *selvagem* e *semicivilizado* constituíam a própria chave de resolução prática e simbólica das contradições e ambiguidades do texto legal. Implícito à lei no. 941, o alinhamento entre extrativismo, terras centrais e índios selvagens escandia as áreas concedidas; operava simultaneamente, porém, a restrição do direito, determinado não mais pela figura da posse, mas pelo ato da reserva, instrumento apropriado para demonstrar que o que se cumpria, nesses casos, era uma necessidade administrativa, transitória como a própria condição dos *silvícolas*.

Não se tratava apenas de uma afinidade ideológica entre objetivos desenvolvimentistas e os intentos civilizatórios da proteção fraternal, senão do alinhamento de interesses e da conjugação de esforços entre oligarquias regionais e setores do Governo Federal. Este, por meio do investimento de recursos financeiros e da atuação de representações regionais de órgãos da burocracia federal, auxiliaria a implantação das medidas de um plano de recuperação econômica, obtendo, em troca, apoio à própria internalização de uma malha administrativa federal (SANTOS, 2009).

A centralidade do papel do SPI decorria da dimensão estratégica de que se revestia, naquele momento, a mão de obra indígena. Uma clara dimensão tática perpassava a lei no. 941/1917, o dispositivo simbólico-normativo nela contido projetando um sistema moto-contínuo de produção de mão de obra. A atuação do SPI entre os *selvagens* promoveria um ingresso crescente de indivíduos em um sistema de controle e disciplinamento constantes, proporcionando, simultaneamente, o aproveitamento de uma mão de obra já *semicivilizada*, imobilizada em exíguas terras para ser empregada diretamente na empresa extrativista ou agropastoril, ou em formas diversas de fomento à exploração de regiões definidas como prioritárias. Em uma ponta como em outra, o sistema garantiria a liberação, para a exploração econômica, de grandes extensões territoriais.

#### ***A “febre dos castanhais” e a lei no. 1144/1922***

A partir do final da década de 1910, mas com um ápice que se verifica na primeira metade dos anos 20, dois movimentos confluem para revigorar a empresa extrativista amazônica: a valorização comercial da castanha, com a retomada do comércio internacional após o fim da Primeira Guerra; o aumento do preço da borracha no mercado internacional, em virtude de uma política de valorização levada a cabo pela Inglaterra, principal controladora das plantações asiáticas da *hevea*, que, por breve período, favorece as exportações do produto brasileiro (REIS, 1953).

O impacto desse processo sobre terras ocupadas por indígenas logo se fez sentir. Ao longo da década de 1920, são inúmeros os episódios de violência envolvendo invasões a castanhais, interdição de áreas de coleta, roubos de safras, arbitrariedades, perseguições. Os relatos desenham uma nova geografia da fronteira, cuja expansão se orientava pela distribuição, em território amazônico, do recurso valorizado, sendo

particularmente atingidas as áreas de castanhais já beneficiados por extratores indígenas ou não indígenas, mormente quando situadas em locais de melhor acesso junto à calha de rios navegáveis.

Fraturas entre os interesses representados pelo Governo do Estado e pela Inspetoria cedo se manifestaram. A dissensão se agravou no Governo Rego Monteiro (1921-1924), que, a julgar pelos relatórios da Inspetoria, sistematicamente fazia concessões de uso, expedia títulos e autorizava demarcações de glebas incidentes em territórios indígenas.

Por outro lado, as ações da Inspetoria evidenciaram o potencial de interveniência da política territorial do órgão nos interesses que se rearranjavam em torno da produção e comércio da castanha. Ativando redes sociais e burocráticas, produzindo e circulando informações, gerando documentos, orientando condutas em conflitos locais, a Inspetoria passara a funcionar como um significativo canal para a formalização de denúncias e reivindicações de direitos. Os princípios que haviam sustentado a circunscrição territorial de indígenas em áreas exíguas, serviam, no novo contexto, para a reivindicação de direitos sobre extensas áreas de extração. Acionadas como armas em meio às disputas, as ambiguidades da lei nº 941 haviam propiciado a instrumentalização de algo que a interpretação hegemônica dos textos jurídicos negava: o direito dos índios à terra.

Parece, pois, compreensível que as circunstâncias tenham redundado em uma mudança que, extirpando radicalmente as ambiguidades, visou suprimir, da norma legal, o reconhecimento do direito. A lei nº 1144, que revogou em 1922 a lei nº 941, estabeleceu, em seu artigo 2º, que o Governador do Estado “concederia às famílias ou tribos indígenas a área de terra que a seu critério [julgasse] conveniente para domicílio e aproveitamento dessas famílias ou tribos”, conforme o destino agrícola dado às terras. Retirava ainda do SPI a autoridade para proceder administrativamente às demarcações (e assim legitimamente alçar, ao plano das verdades administrativas, reivindicações e processos desencadeados no plano dos acontecimentos).

Tratava-se de restabelecer o controle das oligarquias regionais não sobre o território em si, mas sobre os meios e dispositivos de dizer, sobre ele, a verdade legítima e autorizada, resguardando para si e para os seus, antes que uma reserva de terras, uma reserva de legalidade. Modificações no regime geral de terras tiveram o mesmo sentido.

Os castanhais eram considerados, na Amazônia, o *remédio da pobreza*, constituindo terras públicas de extração livre. Em 1921, não apenas se sugeria flexibilizar a proibição da venda de castanhais, como a própria definição do que fossem castanhais: “Se for considerar como castanhal qualquer trecho de terras onde exista um pequeno grupo de castanheiras (...), então quase todas as terras estão dentro da definição proibitiva” (AMAZONAS, 1921: 135).

### ***Palavra e violência na mecânica da dominação***

No início da década de 1920, o interior do Amazonas encontrava-se inteiramente conflagrado. Os conflitos ultrapassaram as disputas localizadas para assumirem a forma de uma resistência mais ampla, cuja força decorreu, em parte, da organização de múltiplas redes locais, com participação expressiva e fundamental dos indígenas, mas sem a exclusão de outros setores subalternos da população – notadamente, posseiros e extratores não indígenas, e, mesmo, pequenos comerciantes (SANTOS, 2009). Episódios como o *Levante do Rio Canumã* – sequência de assaltos aos barracões desse rio, na região do Madeira, deflagrada em janeiro de 1924 – traduziriam o sentido político a informar mais amplamente essas ações: a resistência a um processo de recomposição dos mecanismos do monopólio comercial, direcionado a uma população, a atividades e recursos que haviam permanecido, no auge da borracha, tangenciais a essa empresa.

A análise que se segue toma por foco alguns dos conflitos desse período, analisados *vis a vis* à movimentação burocrática da repartição de terras do estado do Amazonas, entre 1925 e 1930. É necessário, porém, registrar que o ápice dos conflitos relacionados à castanha – 1923 e 1924 – coincidiu com desdobramentos políticos importantes em Manaus, como a tomada do Governo do Estado, durante o mês de julho de 1924, por tenentes do Exército (SANTOS, E. 2001), a que se seguiu, durante o ano de 1925, uma Intervenção Federal. Trataremos também, portanto, de um outro momento da história política do Amazonas, o da recomposição das forças políticas regionais, a partir do Governo de Efigênio Sales, em 1926. Não por acaso, o Governo Sales se caracterizou por um intenso processo de reorganização, tanto ao nível das leis, como da burocracia estatal. Novos projetos civilizatórios foram condensados em propostas bastante semelhantes àquelas veiculadas em 1917, muito embora a Igreja, e não mais o SPI, assumisse, na administração dos índios, o lugar de parceiro preferencial do estado.

Ao final de seu governo, Efigênio Sales garantia vigorar, no Amazonas, “uma atmosfera de paz e ordem, de labor bem orientado, de serenas reflexões, que de há muito não se constatava” (AMAZONAS, 1928). Quase à mesma época, o Inspetor do SPI no Amazonas noticiava o aumento das violências e hostilidades praticadas contra índios e funcionários do Serviço (BRASIL, 1929). As duas afirmações não são exatamente contraditórias: violência e ordem compunham as duas faces de uma mesma mecânica da dominação, em que a construção de legalidades se desdobrava em potência para o exercício arbitrário da força física.

De fato, nos conflitos fundiários no Baixo Madeira na década de 1920, a construção da legitimidade dos pleitos de posse e/ou propriedade, via processos administrativos de aquisição e demarcação de glebas, constituiu uma engrenagem fundamental, não pela abrangência do espaço em si (cujo efetivo controle dependia de estratégias localizações), mas por representar uma espécie de capital simbólico capaz de ser revertido em forças bastante concretas de ocupação. Forças úteis para talhar, a ferro e fogo, as ilhas que, compreendendo beneficiamentos e matéria-prima, constituíam, caracteristicamente, as propriedades fundiárias na Amazônia brasileira (OLIVEIRA, 1979: 132).

Analisando-se o movimento administrativo da seção de terras do Governo do Estado do Amazonas entre 1925 e 1930, percebe-se que período relativo à Intervenção Federal (o ano de 1925) responde pelo maior número de títulos expedidos em um único exercício anual, compreendendo, se forem computados também os títulos provisórios, uma área que corresponde a 1,5 vezes a área total concedida em todo o Governo Efigênio Sales (1926 – 1929). Alguns fatores explicam essa discrepância. A reorganização da burocracia do estado e o conjunto de medidas disciplinadoras adotadas na Intervenção teriam deflagrado – após o caos administrativo dos últimos anos do Governo Rego Monteiro e após os movimentos espaciais provocados pelo *rush* da empresa extrativista – uma onda de iniciativas de regularização fundiária, inclusive como estratégia para assegurar posições conquistadas ou a conquistar, em detrimento de antigos ocupantes ou de ocupantes de fato. Nesse momento, a particular combinação entre medidas atipicamente rigorosas e a valorização comercial dos principais produtos de exportação

teria também influído para que se observasse um altíssimo índice de formalização, através da aquisição administrativa de terras devolutas, de situações *supostas* de fato.

A quebra na movimentação, a partir de 1926, é observada nos vários níveis do processo burocrático, e se mantém por todo o período. O próprio Sales apontaria, ainda em 1926, duas razões para a queda na procura dos serviços de aquisição de terras. Em primeiro lugar, mudara a situação econômica, a borracha e a castanha haviam entrado em processo de depreciação. Em segundo lugar, o regulamento baixado durante a Intervenção Federal teria estabelecido padrões e critérios descolados da realidade do espaço amazônico: exigência excessiva de detalhamento e precisão técnica, tornando proibitivo o custo das demarcações; condições demasiadamente onerosas para os arrendamentos, única forma prevista para a aquisição de terras destinadas à indústria extrativa (AMAZONAS, 1926).

Circunstâncias econômicas e jurídicas passaram a estar sempre correlacionadas nas mensagens anuais do Governo Sales à Assembleia. Nelas se defendia que a legislação agrária se tornasse um instrumento de correção/superação dos obstáculos trazidos à venda de terras devolutas pela instabilidade e pelas crises do mercado de produtos extrativos. E vice-versa: o correto aproveitamento do patrimônio fundiário do estado se fazia imprescindível a um almejado e “seguro” desenvolvimento. Competia, de todo modo, adequar e flexibilizar a legislação. As primeiras mudanças na legislação foram introduzidas logo em fevereiro de 1926; em outubro do mesmo ano, uma nova lei de terras foi sancionada, seguida, em dezembro, de um novo regulamento. A Diretoria de Terras, Obras Públicas, Indústria e Viação foi reorganizada em outubro de 1926 e, novamente, em outubro de 1928, quando um novo regulamento de terras foi decretado.

É inegável que a desvalorização comercial da borracha e as oscilações de preço e safra da castanha impactaram fortemente o movimento, provocando um refluxo imediato nas iniciativas de aquisição e, provavelmente, a paralisação de muitos processos já em curso. Mas esse não pode ser considerado o único fator explicativo do quadro que se desenhou a partir de então, como se as mudanças jurídico-administrativas procedidas e as expectativas dos atores acerca dos efeitos da formalização dos processos de aquisição de terras não constituíssem, igualmente, fatores relevantes. As mútuas interferências dessas esferas são determinantes dos sentidos que a regularização fundiária adquiriu naquele



contexto específico. O movimento de aquisição legal de terras devolutas ao longo do Governo Sales deve ser analisado sob essa dupla perspectiva.

A depreciação da borracha e outros produtos não pode ser vista como gerando, *ipso facto*, total e completo desinteresse pela regularização de terras. Em um contexto em que as fontes de recursos e de trabalho eram o fundamento da propriedade fundiária, sua formalização apresentaria outras funções que não a de constituir um ativo imobiliário. A ‘estabilidade na penúria’ – a estabilização do quadro de crise econômica, com a progressiva desvalorização da borracha e a assunção ‘definitiva’ da castanha a principal produto de exportação – teria exacerbado a necessidade de dispor de uma força de trabalho submetida a níveis crescentes de exploração. Aliás, os conflitos, que em determinado momento estiveram vinculados a uma forte expansão da atividade mercantil, vão reaparecer como tema do discurso oficial no período (1928/1929) em que se descreve “o mais extremo da depreciação dos principais fatores da fortuna pessoal no Amazonas, (...) a começar da borracha (...) e estendendo-se por todos os demais produtos” (AMAZONAS, 1928: 05).

A maior flexibilidade da legislação agrária serviu, nesse contexto, para fazer da aquisição de terras devolutas um instrumento primordialmente voltado para a apropriação de recursos e trabalho. Isto é, para a expropriação de fontes de recursos já beneficiadas (como castanhais) e para a sujeição extra-econômica de mão de obra, principalmente a dos índios semicivilizados. A lei de terras instituída no Governo Sales (lei nº 1.298/1926) não por acaso acresceu à definição das terras devolutas do Estado do Amazonas “os terrenos das aldeias dos índios, extintas pelo abandono dos seus habitantes ou por lei”.

Considerando as diversas fases do processo burocrático, percebe-se que, embora tenha havido uma queda na entrada de requerimentos de compra entre 1925 e 1926, ela jamais atingiu os níveis ou ritmos de queda verificados nas demais etapas do processo (chegando a uma quebra máxima de cerca de 30% em relação ao número de requerimentos registrado em 1925). O requerimento representava, já, para seus titulares, um grau na aquisição de legalidade, podendo vir a se mostrar útil em si mesmo, independente da continuidade do processo administrativo. A significativa e imediata disparidade entre o número de títulos provisórios concedidos em 1925, e o de títulos definitivos concedidos nos dois períodos subsequentes, pode ser lida pelo mesmo viés, o

título provisório representando, em muitas questões ou para fins variados, um patamar suficiente de legalidade, ao menos durante certo período. Em termos gerais, houve uma queda acentuada na concessão de títulos e na área concedida, o que talvez também expressasse, ao fim e ao cabo, uma maior concisão estratégica, no sentido de serem formalizadas apenas as glebas que se mostrassem realmente úteis para o controle de áreas significativas em termos de recursos e extensão.

O croqui das ocupações no Rio Mari-Mari (anexo), afluente do Rio Abacaxis, região do Baixo Madeira, permite acompanhar, visualmente, o desdobramento desses mecanismos em território Mundurucu, desde os primeiros anos até o final da década de 1920. Ocupações indígenas e não indígenas se alternam ao longo da margem esquerda do Rio Mari-Mari, em espaços delimitados por igarapés. A trajetória da regularização da gleba no. 1 (lote “Niterói”), em nome de Gabriel Guimarães, remonta aos primeiros anos da década de 1920, sendo o resultado da bem sucedida expropriação da aldeia Tiririca, dentro de uma primeira leva de iniciativas de regularização que, determinadas pela valorização da castanha, incidiram em toda a região. Guimarães, então coletor de impostos, pretendeu fazer do lote um trampolim para estender seu domínio, abarcando a área contígua do Laranjal em novos requerimentos, em 1923 e 1925.

As demais glebas não indígenas marcadas no croqui (gleba no. 2 e áreas hachuradas em preto) estão classificadas como “*propriedades privadas, requeridas ao Governo do Estado*”, todas pretendidas por membros da família Pessoa Sobrinho. A disposição dos lotes expõe o objetivo de insular a aldeia Paca, cercando-a de modo tal a impedir o livre acesso aos castanhais dispostos no vale do rio homônimo. Da classificação das áreas no croqui apresentado, à declaração de que a família agira para “*regularizar sua situação no Rio Mari-Mari*”<sup>3</sup>, os esbulhadores de terras Mundurucu emprestavam à palavra – escrita, tramitada ou produzida em algum âmbito da administração pública – um efeito especular sobre a realidade.

Uma das formas de obter esse efeito era enganar, à palavra garantida pelo Estado, uma ação violenta. Tão logo tiveram acesso a alguma etapa de formalização de seus “direitos”, os Pessoa Sobrinho montaram, em ambas as extremidades da área que

---

<sup>3</sup> Constante na denúncia formal que Madalena Pessoa apresentaria contra os indígenas e o SPI, no Inquérito de 1931.

pretendiam submeter, dois barracões, quartéis-generais a partir dos quais se lançaram, na safra subsequente, às batalhas pela conquista real do território. Feliz a ação, seria o real a legitimar a palavra concedida. Logrando obter um abaixo-assinado que afirmava a inexistência de índios no Laranjal, Gabriel Guimarães buscou imediatamente dali dispersar, por meios violentos, os Mundurucu; se abandonadas, as próprias benfeitorias dos indígenas comprovariam a concretude da posse/propriedade declarada.

Mas a construção desse engajamento entre palavra e fato podia passar, também, por mecanismos mais sutis, articulações de interesses pessoais, estratégias de longo prazo e estratagemas circunstanciais (ainda que, no limite, viessem a se sustentar no uso ou na ameaça do uso da força). Parece ter sido o caso da gleba “Santo Antônio”. Situada na confluência do igarapé Caiaué com o paraná do Urariá, ela circundava os lugares de morada e cultivo de três famílias Mundurucu, mas foi declarada posse antiga do comerciante Bernardo Teócrita, exercida por meio de seu *preposto* Romualdo Freire.

Romualdo Freire e seu pai, civilizados, moraram, por alguns anos, em lugar confronte à referida posse das famílias Mundurucu, uma área de aproximadamente 2.500 hectares, circundada por águas, com vários cultivos indígenas e um pequeno castanhal. Romualdo passara a cobiçar o lugar e, aproximando-se dos índios, obteve consentimento para atravessar o Paraná do Urariá e residir no terreno, onde logo construiu uma barraca e se pôs a levantar benfeitorias, já com a intenção preconcebida de, mais tarde, se apossar do lugar. Passado o tempo, Romualdo, não conseguindo reunir meios pecuniários suficientes para cobrir os custos de uma demarcação, propôs sociedade a Bernardo Teócrita. Negociante, dispondo de algum recurso, com vários lotes demarcados na região, Teócrita tomou a si a empreitada, requereu a área e contratou um profissional para demarcá-la. Para que os índios não protestassem contra os trabalhos de campo, Romualdo os convencera de que a demarcação fora feita “a fim de que [eles, Mundurucu] se integrassem, definitivamente, no domínio e posse daquelas terras” (BRASIL, 1931, V3: 593 a 596).

A vizinhança entre Romualdo e os Mundurucu de Caiaué remete à consideração das relações estabelecidas localmente, entre atores que não estão colocados em uma relação de permanente ou exclusiva oposição. A estratégia de Freire em sua aproximação aos Mundurucu não estava, necessariamente, contida em um projeto preconcebido de

privatização da terra. Dentro de um conjunto de possíveis, a alternativa da demarcação parece ter se nutrido de elementos e cálculos situacionais, como a própria perspectiva de aliança com alguém com capacidade econômica e política de acessar a burocracia estatal, requerer o título e promover a demarcação. Do ponto de vista da conformação de uma verdade sobre o território, a aliança Teócrita/Freire possuía o mesmo sentido geopolítico das *delegacias de índios*<sup>4</sup> da Inspetoria. Os *prepostos* tinham a função de constituir a força de ocupação real do espaço, nesse caso plasmada na presença física de Freire e em suas benfeitorias, mas que também passou pela organização de um pequeno exército local, colocado a serviço de Teócrita.

Percebe-se que a palavra legitimadora, oficialmente tramitada, se não era suficiente para construir, de forma plena, a realidade que tinha por efeito espelhar, tampouco configurava um elemento meramente informativo. Ainda que expressa em simples requerimento, a declaração tomava ares de um ato de instituição, de nomeação, como afirma Bourdieu (1989: 236) ao referir-se ao caráter performativo da palavra autorizada, oficial. Participando dessa natureza mágica, a declaração pública de propriedade não deixava de, em alguma medida, instituir aquilo que proclamava; o caso Teócrita/Freire demonstra que, ao contrário da passividade sugerida pelo léxico utilizado nas explanações (como em “regularizar sua situação”), a mera possibilidade de acessar o aparato estatal e obter um veredito contribuía de modo ativo para gestar os mecanismos capazes de impor, à realidade, os fatos declarados.

Simultaneamente, produzia-se, para os indígenas ocupantes de fato do território, uma condição de ilegalidade e dois caminhos gramaticais de escape: a dispersão e fuga; a sujeição como trabalhadores, transformados em *fregueses*. No processo de imposição de domínio, requerimentos, concessões, títulos, taxas e impostos territoriais permitiam subtrair ao campo do arbitrário a violência cometida contra os indígenas; daí também funcionarem como álibis ativadores de atos violentos, alargando as oportunidades e os limites de seu exercício.

Não surpreende, assim, que o mais explícito operador dessa conversão da palavra em potência para o real exercício da força física se encontrasse radicado na

---

<sup>4</sup> O cargo de delegado do SPI constituía função não remunerada, por meio da qual, por ato de nomeação, os Inspetores designavam representantes em regiões onde inexistiam unidades administrativas formais do órgão, como postos ou entrepostos indígenas.

instrumentalização do aparato policial. Os casos narrados no Inquérito de 1931 permitem distinguir, inicialmente, um padrão, dado pela presença constante de agentes vinculados a forças policiais em grupos de enfrentamento. Pequenos exércitos particulares que, quando não efetivamente empregados em confrontos abertos ou expedições punitivas, serviam à intimidação, contaram, com frequência, com a participação de agentes das forças públicas. Os agentes policiais carregavam, para as redes privadas de produção, comércio e proteção, a autoridade e as funções públicas por eles desempenhadas (CARVALHO, 2005: 138). Perseguições e expedições punitivas exclusivamente determinadas por interesses privados transformavam-se em ações de Estado.

Essa colonização das funções policiais do Estado por grupos de interesse privado possui raízes históricas profundas; encontrava-se, por assim dizer, no cerne do sistema de compromisso de que decorria o próprio regime político. É, pois, importante observar que em julho de 1926 vigorava estado de sítio em todo o território amazonense, e que outra frente significativa de ação do Governo Sales consistiu na reorganização do aparato de segurança pública e sistema judiciário. Parece haver uma tensão entre o desejo de centralização do controle policial, e a busca por uma maior capilaridade do aparato estatal, mas as medidas confluem para o fortalecimento da própria capacidade de intervenção desse aparato (AMAZONAS, 1926: 66 a 75).

A mobilização e o uso efetivo do aparato policial se faziam acompanhar de uma ação silenciosa, mas não menos efetiva: a classificação de atos e sujeitos, a definição da realidade, operada no próprio ato da repressão, na formalização de denúncias, na instauração de inquéritos. Após os enfrentamentos e levantes de 1923 e 1924, a atividade repressora articulou-se intimamente, no Baixo Madeira, à detração de indígenas, delegados de índios e encarregados de postos indígenas. Denúncias foram formalizadas em 1925 contra os Mura e o delegado de índios Odorico Chaves, no Igapó-Açu e no Madeira; em 1927, foi instaurado um inquérito na povoação do Canumã, por ordem do Chefe de Polícia, contra o comerciante Raimundo Felix de Almeida – que se aliara aos Mundurucu no levante de 1924 –, no qual se depunha sobre inexistência de “silvícolas”. Em 1928, a detração e os efeitos classificatórios da violência policial assumiram contornos claros no “termo de bem viver” assinado pelos Mura da posse Onça, região da Josefa, sendo levadas ao limite no inquérito em que Raimundo Costa Leite, chefe do

Posto Indígena do Laranjal, foi acusado do assassinato de um indígena (que morrera, ao que indicam os depoimentos, adoentado).

A prática do inquérito prolongava o alcance do uso instrumental da Polícia em ações violentas contra os indígenas, distendia o alvo de forma tal a incluir representantes de um órgão de governo (a Inspetoria), e disseminava legitimidade sobre a força física arbitrariamente exercida ou por exercer. O *Inquérito na Inspetoria dos Índios* não representou, de fato, uma investida nova contra o Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas, senão a aquisição, pelos seus detratores, de um novo patamar de legitimidade.

### Referências bibliográficas

- AMAZONAS. Mensagens e Relatórios do Executivo Estadual. Mensagens dos Governadores à Assembléia Legislativa do Estado nos anos de 1918, 1921, 1926, 1928, 1923, 1924. Edição digitalizada disponível no sítio do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do Center for Research Libraries e Latin American Microform Project .
- BRASIL. 1929. Serviço de Proteção aos Índios. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1928 na Inspetoria do Amazonas e Acre. Elaborado por Bento Martins Pereira de Lemos. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 33, Planilha 396.
- BRASIL. 1931. Autos da Comissão de Inquérito na Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios. 5 Volumes. Acervo do Arquivo Nacional, Fundo Tribunal Especial, Série Procuradoria. Notação: No. 640, Vol. I, Depósito 311.
- CARVALHO, J. M. 2005. (2005, op. cit., p. 138).
- OLIVEIRA, J. P. de. 1979. O Caboclo e o Brabo. In: **Encontros com a Civilização Brasileira, no. 11**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- REIS, A. C. F. 1953. **O seringal e o seringueiro. Documentário da vida rural, no. 5**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola.
- SANTOS, A. F. M. 2009. **Conflitos fundiários, territorialização e disputas classificatórias. Autazes (AM), primeiras décadas do séc. XX**. Tese de doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- SANTOS, E M. 2001. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: Ed. Valler.
- SOUZA LIMA, A. C. 1995. **Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes.

### GT 3. O RURAL NA HISTÓRIA DO BRASIL

#### MICRO-HISTÓRIA E “HABITUS”: A BIOGRAFIA PARA O ENTENDIMENTO DA OCUPAÇÃO DOS “SERTÕES DA BORBOREMA”

Aldo Manoel Branquinho Nunes<sup>1</sup>

**Resumo:** Em torno do entendimento da constituição/operação de relações sociais específica em torno de processos figuracionais de indivíduos responsável pela ocupação dos “Sertões da Borborema” pretendo fazer reflexões teóricas em torno da proposta de uma sociologia ao mesmo tempo disposicionalista e contextualista que relativize a noção de *habitus* de Bourdieu e busque compreender a constituição de disposições individuais atentando para a utilização de variados escalas de observação e análise do social.

**Palavras-chaves:** Fronteira, Sociologia à Escala Individual, Semiárido

Muitos trabalhos que tratam do Nordeste – como os de Furtado (2004), Andrade (1988, 1998), Oliveira (2008), Guimarães (1977), Capistrano de Abreu (1982), Sabourin e Caron (2003), entre outros – explicam que a ocupação de seu interior se deu a partir do avanço das grandes fazendas de gado que começaram a ser criadas no Brasil colônia, a partir de meados do século XVIII. Esse passado colonial, segundo essa literatura, foi responsável pela consolidação de um sistema de organização social, cultural e econômico baseado na relação grande propriedade latifundiária/sistema de moradia e ancorado no tripé produtivo pecuária/algodão/culturas alimentares, que perdurou de forma inalterável até a segunda metade do século XX. Nesse quadro é destacada a dicotomia entre grandes proprietários (sesmeiros, donatários, latifundiários e coronéis) e trabalhadores sem terra (moradores, vaqueiros, meeiros) como organização social responsável pela fundação do território nordestino.

---

<sup>1</sup> Mestre, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), e-mail: varzeavermelha@bol.com.br.

O fato é que esse modo de enxergar a história do Nordeste, especialmente de sua parte semiárida, muitas vezes obscureceu a existência e comprometeu o reconhecimento de grupos intermediários (de pequenos e médios proprietários) enquanto participantes efetivos e importantes do processo de ocupação de áreas de fronteira agrícola que existiam ainda no início do século XX. Esses trabalhos, portanto, carecem de uma análise que elucide o processo de formação e consolidação dos vários grupos que compuseram essa formação social bem como suas redes de relações e interdependências.

Minha tese de doutorado vai trabalhar nessa direção. Fazer uma análise social desse processo de ocupação de longa duração, que ocorreu, no que estou chamando de “Sertões da Borborema” – área que compreende as microrregiões do Pajeú, Moxotó, no estado de Pernambuco e Cariri (ocidental e oriental) e Serra do Teixeira, no estado da Paraíba.

Para compreender como se constituíram esses grupos intermediários e para entender como estes grupos também foram responsáveis pela ocupação de uma fronteira agrícola no século XIX em direção ao Sertão, é necessário apreender como os indivíduos pertencentes a esses grupos se inseriram na instauração de uma figuração (aqui me inspiro diretamente em Elias, 2001) específica dos “Sertões da Borborema”. É um esforço claro de sociologia histórica.

Para tanto, parti da noção de *habitus* em Bourdieu que, apesar de servir muito bem para tratar da relação entre grupos, tem, segundo Bernard Lahire, limitações por tender a enquadrar (homogeneizar) situações estatisticamente próximas tendendo a criar realidades planas e deformar a complexidade existente nelas. A partir de então, estabeleci um diálogo entre a perspectiva da “sociologia à escala individual” de Lahire e alguns visões da micro-história/microanálise, no sentido de, ao mesmo tempo, refletir acerca da a) multiplicidade das origens e dos aspectos conformadores das disposições individuais e da b) utilização crítica de vários níveis na análise sociológica. Pois, além da coincidência temática e de nível das duas perspectivas anteriores, reivindico um certo aspecto de origem/influência destas em relação a Norbert Elias.

O que pretendo com esse trabalho é – a partir da referência ao meu trabalho de tese sobre a constituição/operação de relações sociais específica em torno de processo figuracionais de indivíduos responsável pela ocupação dos “Sertões da Borborema” – fazer reflexões teóricas em torno da proposta de uma sociologia ao mesmo tempo disposicionalista e contextualista que relativize a noção de *habitus* de Bourdieu e



busque compreender a constituição de disposições individuais (relacionadas com transformações na economia psíquica e das estruturas da personalidade seguindo Elias e Lahire) atentando, na medida do possível, para a utilização de variados escalas de observação e análise do social. Por fim, refletirei sobre a formulação de estratégias metodológicas de produção de dados compatíveis com essa discussão, com especial atenção para as ferramentas da biografia e da história oral.

## **O *HABITUS* EM BOURDIEU**

Bourdieu foi sem dúvida, no campo das ciências sociais, o autor que mais se empenhou em abordar a teoria disposicionalista da ação. Seu trabalho, que pode ser tachado de paradigmático, teve o mérito de fazer a crítica das visões sociológicas de sua época e de acrescentar a essas perspectivas que estavam presas (em posições muitas vezes opostas) a dualismos ilusórios e a falsas querelas que podem ser resumidos nos dilemas entre estrutura x ação, sociedade x indivíduo, totalidade x singularidade e objetivismo x subjetivismo. Assim, a crítica bourdieusiana a essas problemáticas refletiu o seu posicionamento em superar as separações simplistas entre estruturalismos, funcionalismos e marxismos, de um lado, e existencialismos, fenomenologias e individualismos metodológicos, de outro.

O aparato teórico criado por esse autor – que pode ser sintetizado no conceito de *habitus* – envolve noções como as de “interiorização das estruturas objetivas”, “incorporação das estruturas sociais”, “esquema de disposição”, “sistema de disposições”, “fórmula geradora”, “princípio gerador unificador das práticas”, “transponibilidade ou transferibilidade dos esquemas de disposição” que serviram para explicar a dimensão da prática sem cair nem no ultra voluntarismo subjetivismo nem no determinismo objetivista. Um dos problemas atribuído a esse autor é que na mediação feita por ele, entre estrutura e ação, existe uma preferência pela primeira ao focar as posições sociais estruturadas (na figura de classes ou grupos sociais) como determinantes da ação humana, o que subordina, ao ponto de neutralizar, a ação dos indivíduos<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Para o momento não nos ocuparemos em criticar essa preferência que Bourdieu faz da dimensão da estrutura, quando enfoca nas posições sociais, por enquanto só pretendemos criticar o caráter de unicidade que sua noção de *habitus* implica.

Um segundo problema da perspectiva de Bourdieu – que o alinha ao mau hábito das tradições sociológicas que o precederam, no que se refere à busca de coerência e eliminação de pequenas diferenças – que será foco de nossa análise nesse trabalho, está relacionado com o alcance e com o grau de determinação que o autor pretendeu dar à noção de *habitus*.

Para ele, as disposições que caracterizam o *habitus* devem ser extraídas a partir da observação estatisticamente orientada (a partir de uma escala macro em direção a um grupo supostamente homogêneo) de situações sociais recorrentes e tem o propósito de dar um tom de generalidade a essas situações em torno da construção de padrões gerais, totalizantes e abstratos de comportamento e de interação. O fato é que esse modo de pensar e construir conhecimento (à partir do macro) implica em obscurecer variações contextuais dos indivíduos singulares, que podem informar sobre a validade ou não dos modelos gerais.

Minha proposta, a partir de Lahire (2002, 2004, 2005 e 2006), é refletir sobre a construção de uma sociologia em escala individual de caráter disposicionalista – portanto levando em consideração a utilidade do *habitus* enquanto ferramenta teórica para percepção de estruturas objetivas condicionantes da ação – mas também tenha o caráter contextualista para considerar as variações inter e intraindividuais na operacionalização das várias disposições incorporadas por esses indivíduos. Nosso propósito é relativizar a noção de *habitus* e exorcizar dela os intentos totalizantes que deformam a realidade em troca de modelos unitários e coerentes.

Uma das formulas mais utilizadas pelos estudiosos de Bourdieu para expor a noção de *habitus* é a que está contida no texto “Esboço de uma teoria da prática” (BOURDIEU, 1994):

“Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha a necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro”.

Essa fórmula é um pouco menos comprometedora do que as diversas formas que o autor faz uso no texto ‘A Distinção’<sup>3</sup>, especialmente no que se refere ao caráter

---

<sup>3</sup> Bernard Lahire (2005, p.15) fez o seguinte levantamento das formas utilizadas por Bourdieu em “A Distinção” para caracterizar o *habitus*: “a disposição cultivada”; “as disposições vulgares e a disposição

(atribuído por Bourdieu) unificador das práticas que o *habitus* implica. Essa definição embora tenha a capacidade de, em poucas palavras, abordar de forma profunda a extensão da noção de *habitus* e pautá-la frente ao dilema objetivismo/subjetivismo, não consegue, assim como ocorre em “A Distinção” dar alento à demanda de responder como o *habitus* é construído socialmente, nem de como ocorre o processo de inculcação, incorporação e transmissão das disposições que o fundamentam. O que Bourdieu (2007) faz basicamente nessa obra, é deduzir a composição do *habitus* a partir do levantamento e da relação das práticas sociais (alimentares, desportivas, culturais, etc) mais frequentemente observadas (através da estatística) nas pessoas objeto de investigação, mas nada responde sobre o processo de formação desse *habitus*.

Bourdieu, de certa maneira, fica preso à perspectiva de unicidade das disposições propalada por Durkheim que, se referindo à educação nos internatos, só concebe a possibilidade das disposições serem transponíveis de uma prática à outra se as experiências sociais que as fundamentaram tiverem sido governadas pelos mesmos princípios. Na afirmação de Durkheim existe, portanto, um condicionamento de as disposições serem forjadas em um único ambiente, ou por meio de poucas experiências. É basicamente sob esse exercício que opera o pensamento de Bourdieu quando trata de *habitus* de um grupo, ou *habitus* de uma classe, se referindo às experiências restritas a esses grupos. Ou seja, se uma pessoa é socializada em determinado grupo, com determinadas experiências e em locais específicos a esse grupo, ele só terá basicamente os caracteres comportamentais próprios daquele grupo.

Essa é a conclusão do autor tirada desde os trabalhos que estudaram o povo *Kabila*, que enxergavam mudanças na estrutura social e na conduta dos indivíduos como sendo advindas do contato com colonizadores e da adesão a práticas características da economia de mercado. Ocorre que mesmo na Argélia da década de

---

propriamente estética”; “o moralismo pequeno-burguês”; “as disposições regressivas e repressivas” das fracções em declínio da pequena-burguesia; “a disposição pura”; “as disposições constitutivas do *habitus* cultivado”; “as virtudes ascéticas e a boa vontade cultural” da pequena-burguesia assalariada; “a disposição a que as obras de arte legítimas fazem apelo”; “as disposições ascéticas dos indivíduos em ascensão”; “o aristocratismo ascético das fracções dominadas da classe dominante”; “o hedonismo higienista dos médicos e dos quadros modernos”; “uma disposição austera e quase escolar”; “a moral hedonística do consumo”; “a moral ascética da produção”; “o progressismo optimista”; “o conservadorismo pessimista”; “uma disposição culta, ou mesmo erudita”; “a disposição distante, desprezada ou desenvolvida em relação ao mundo e aos outros”; “disposições e maneiras tidas como características dos burgueses”; “o hedonismo realista” das classes populares; “a disposição política conservadora”, “o conservadorismo liberal das fracções da classe dominante”; “as disposições reacionárias”; “o snobismo ético”; “as disposições de executante”.

1960 os processos de socialização já eram multivariados<sup>4</sup> o que permitia que um mesmo indivíduo participasse simultânea e sucessivamente de vários mundos sociais (que podem ser coerentes entre si, mas também podem ser contraditórios).

### **BERNARD LAHIRE E A “SOCIOLOGIA À ESCALA INDIVIDUAL”**

É a partir desse argumento que Bernard Lahire contesta parcialmente a tese da unicidade do *habitus* e das disposições adquiridas em defesa da ideia do ‘homem plural’ ou da pluralidade dos contextos sociais conformadores desse ou desses *habitus*. Para o autor, não há de se falar em coerência dos hábitos ou dos esquemas de ação e percepção sem coerência dos princípios de socialização. Assim, todo indivíduo que está imerso numa multiplicidade de contextos sociais está sujeito a princípios de socialização heterogêneos e agirá em diferentes momentos em referência a diferentes disposições.

É o que já tinha pensado Elias quando, aproximando do conceito de “estrutura social de personalidade”, definiu o *habitus* como sendo a composição específica do social que um indivíduo compartilha com outros membros de sua sociedade<sup>5</sup>. Nesse sentido, é o que inscreve o social no indivíduo. É o solo comum de onde “brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade” (ELIAS, 1994, p.150). Ou seja, o substrato social de onde emana uma linguagem que o indivíduo compartilha com outros, mas que o capacita para encarnar um estilo particular de comportamento. Variação comportamental que tende a ser cada vez mais acentuada nas sociedades complexas dado que abundam os contextos em que os indivíduos passam a ser socializados desde a infância, contextos que se estendem para além da família ou “do grupo social de sobrevivência”.

Dessa maneira, notamos uma aproximação muito razoável entre as abordagens de Bernard Lahire e Norbert Elias em relação ao *habitus*. E é o que depreendemos da própria referência que Lahire (2005) faz ao trabalho de Elias sobre Mozart, em que, mesmo acusando a incompletude da análise, por não conter um forte aparelho conceitual, reconhece a riqueza da abordagem que poderia ser enquadrada como um bom exemplo de como fazer a sociologia à escala individual e estudar a constituição das

---

<sup>4</sup> No mundo contemporâneo essa tendência vem se intensificando dado que nesse contexto, os processos de socialização não são só múltiplos, mas fundamentalmente fluidos.

<sup>5</sup> Nesse sentido, em Elias, o *habitus* pode ganhar uma dimensão muito mais ampla que o *habitus* de classe ou de grupo em Bourdieu. Em “Os Alemães” e no texto “*Habitus* nacional e opinião pública”, Elias (1997 e 2006) chega a falar em *habitus* de uma nação ou de um país.

primeiras disposições. Nesse texto, segundo Lahire (2005), Elias demonstra a economia psíquica dos laços que ligavam Léopold Mozart e o seu filho, Wolfgang Amadeus Mozart, e como o gênio só foi possível porque, desde muito cedo, a vida do pequeno Mozart foi submetida a uma disciplina implacável direcionada – através de incentivos à base de “doses suplementares de amor” sempre que o menino apresentava novas performances musicais – à música.

A chave valorizada por Lahire, em relação à obra de Elias<sup>6</sup>, é o modo de como ele correlaciona e explica os traços singulares de uma pessoa a partir da reconstrução do “tecido de imbricações sociais” no qual ela está inserida. Assim, para apreender os comportamentos de um indivíduo é preciso reconstruir os desejos que ele tenta satisfazer, que não são inatos, só se inscrevem nele após as primeiras experiências sociais.

Nesse sentido, Lahire (2005) cobra de Bourdieu um posicionamento semelhante (e mais aprofundado) ao que o próprio Bourdieu tomou quando estudou o *habitus* intelectual de Heidegger no texto “*L’ontologie politique de Martin Heidegger*”. Nesse texto, para Lahire, Bourdieu se aproximou do que seria uma sociologia à escala individual, na medida em que descreve desde um contexto mais global até um contexto mais específico, o *habitus* de Heidegger. Dessa forma, Bourdieu, para Lahire (2005), tentou compreender o *habitus* que possibilitou o fenômeno de Heidegger a partir da análise que conecta sua trajetória (de sua origem rural à sua consagração no campo da intelectualidade) a sua pertença de classe, ou à fração de classe, a seu ofício de filósofo, a seu lugar particular no mundo da filosofia e a sua relação de “miraculado social” com o mundo intelectual. Mesmo assim, Lahire não achou suficiente essa tentativa de Bourdieu, pois ele não considerou aspectos importantes para o entendimento de como se formou esse *habitus* particular do filósofo tais como: a socialização familiar, escolar, religiosa, sentimental, amical, etc.

Assim, Lahire reconhecendo a profundidade da discussão feita por Bourdieu, alargou a noção de *habitus* de modo a retirar dela o caráter de unicidade relacionado às assertivas de ‘*habitus* de classe’ ou ‘*habitus* de grupo’ como se cada grupo tivesse inscrito no seu rol de condicionamentos e características apenas um *habitus*. Para isso, o

---

<sup>6</sup> A única reserva de Lahire em relação a Elias, por mim identificada, está nos “Retratos Sociológicos” (LAHIRE, 2004, p.21). Nesse texto, Lahire acusa o Elias da “Sociedade dos Indivíduos” de priorizar as redes ou configurações de interdependência entre indivíduos e suas conseqüentes ações e reações recíprocas (materializadas no presente) e dispensar o passado incorporado pelos indivíduos, que fundamenta estas configurações.

autor recorreu a algumas discussões especificamente sobre socialização e apelou ao estudo das variações interindividuais e intra-individuais dos comportamentos, no cruzamento da pluralidade das disposições incorporadas e da pluralidade dos contextos de ação. Desenvolveu, portanto, uma análise sociológica à escala dos indivíduos socializados, que significa, entre outras coisas, estudar a constituição das disposições sociais, as formas de interiorização e de exteriorização das disposições, assim como os efeitos identitários da incorporação de disposições heterogêneas, e por vezes, contraditórias.

Em grande medida, essa abordagem de Lahire é uma aproximação com certa psicossociologia. É, portanto, uma perspectiva adequada para estudar não só sociedades complexas contemporâneas (em que a dinâmica de diferenciação/autonomização dos domínios e das esferas de atividade é mais pronunciado), mas também para refletir sobre o processo de constituição histórica de figurações sociais específicas. É um esforço de análise da realidade social que leva em conta sua forma individualizada, incorporada, interiorizada, uma sociologia que pergunta como a diversidade exterior ganhou corpo, “como experiências socializadoras diferentes, e às vezes contraditórias, podem (co)habitar no mesmo corpo, como essas experiências instalam-se de maneira mais ou menos duradoura em cada corpo e como elas intervêm nos diferentes momentos da vida social de um indivíduo” (LARIHE, 2006, p.620).

## **OS ESFORÇOS DA MICRO-HISTÓRIA E DA MICROANÁLISE SOCIAL**

Apesar de não existir nenhuma consolidação formalizada ou institucionalizada no que se refere à existência de uma escola ou corrente de pensamento que pode ser intitulada de micro-história, devemos reconhecer o esforço de intelectuais italianos e franceses (dentre eles Giovanni Levi, Jacques Revel, Carlo Ginzburg e Alain Bensa) entre as décadas de 1970 e 1980 no sentido de elaborar (absorvendo análises como as de Clifford Geertz e as de Fredrik Barth) sólidas críticas em relação, por um lado, à historiografia estruturalista pós-Annales, e por outro, à antropologia estrutural-funcionalista. Esse campo de pensamento que esteve longe de ser unificado e homogêneo, passou a ser reconhecido informalmente nas rodas histórico-sociológicas de todo o mundo como a “Micro-história Italiana” ou, por vezes, de “Microanálise social”.

Na verdade, o que unifica vários autores nesse pretenso campo teórico é a crítica à abordagem macrossocial. Existe, para esses autores, um esforço de dar à experiência dos atores sociais uma significação e uma importância frente ao jogo das estruturas e aos processos sociais maciços, anônimos, inconscientes e gerais. Para esse grupo de autores, dinâmicas sociais como industrialização ou urbanização não possuiriam o caráter de ser englobante e de impor a sua lógica própria de comportamento aos indivíduos.

Nesse sentido, para esse grupo, era preciso a inversão do nível macroanalítico para o microanalítico<sup>7</sup>, sem desprezar necessariamente aquele. Do ponto de vista metodológico e da produção do conhecimento científico, a percepção de processos sociais (por exemplo a identidade de uma coletividade, seja de uma profissão ou de uma classe) não podia mais se dar pela simples descrição estatística de propriedades comuns sem levar em consideração as trajetórias e as experiências sociais dos membros que compõem esses processos, como faziam as análises funcional-estruturalistas e os autores preocupados em construir “Histórias Sociais”. Fundamental também, para esses autores era o entendimento de que uma realidade social não é a mesma independente da escala de análise. Por isso, a preocupação comum com a experimentação de vários recortes e painéis de pesquisa considerando variados níveis espaço-temporais e de enfoque.

Apesar de grande proximidade, no que se refere ao tamanho da unidade de análise, entre o fazer de monografias – sobre grupos e comunidades restritas que a antropologia funcionalista (principalmente), a partir das técnicas etnográficas, instituiu como prática predominante – e o trabalho da micro-história, suas intenções e seus procedimentos divergem profundamente. Para os etnógrafos o estudo de pequenos grupos informava sobre a totalidade que o envolvia, informava inclusive sobre a constituição de aspectos da humanidade de maneira geral. Procurava-se o elementar para explicar o geral, pois o que era observado na escala micro era necessariamente coerente e condicionado pelo que se desenvolvia no nível macro .

Para os micro-historiadores, o processo epistemológico não obedece a essa ordem. A mudança no nível (ou na lente da objetiva, como fala Revel, 1998) implica em

---

<sup>7</sup> Duas tendências distintas desse grupo se desenvolveram: a) a posição relativista, que vê a variação da escala como um princípio muito fecundo, pode-se focar no micro, depois focar no macro ou vice-versa numa mesma pesquisa como forma de enriquecê-la; b) a posição fundamentalista, que defende um privilégio absoluto ao nível micro e o entende como o portador de processos causais mais relevantes, onde o micro engendra o macro. Nesse trabalho nos ocupamos, principalmente, da primeira.

perceber não só aspectos diferentes de uma mesma realidade, mas em perceber, inclusive, novas realidades talvez contraditórias com a pretensa totalidade. Significa mudar a forma e a trama que constituem o objeto.

Desse modo – e também em busca da superação do dualismo endógeno e exógeno em vigor nas ciências sociais a partir do estrutural-funcionalismo – a pesquisa microanalítica toma uma direção que não considera a ‘linguagem dos atores’ e comportamento individual de forma essencial ou substancialista, mas como um rico instrumento indiciário, que busca entender que a construção de identidades sociais plurais (portanto de modalidades de agregação e/ou desagregação) opera por meio de uma rede cerrada de relações.

Esse mecanismo busca fazer mediações entre a racionalidade individual e a identidade coletiva e assim desnaturalizar construções clássicas de interpretação e análise do social que prezam pela elucidação de macrofenômenos estatisticamente apreensíveis. É desse modo que Revel (1998) separa Norbert Elias de um grupo de autores que vai de Levi-Strauss e Durkheim a Weber e Kantorowicz por entender que estes ficam presos a modelos macro de análise do social que pretendem ser de eficácia óbvia, enquanto aquele, com a sacada de priorizar as transformações da economia psíquica e das estruturas da personalidade, se aproxima muito dos intentos da micro-sociologia.

O Projeto da micro-história resume-se da seguinte forma: a) redefinição da análise sócio-histórica considerando a variação entre escala micro e macro; b) relativização das noções de contexto social e estratégia social para reconhecer que em toda formação social existe uma multiplicidade de contextos e uma multiplicidade de trajetórias que repercute sobre indivíduos e grupos; c) entendimento de que não existe uma hierarquia necessária dos níveis de observação e sim modulações variadas da história global que nada mais é que uma realidade reciprocamente refletida em relação ao nível micro e d) uso da experimentação na produção e exposição de dados e ressignificação de instrumentos como o relato de acontecimentos e a biografia.

Nesse sentido, a preocupação dos micro-historiadores casa bem com a proposta de Bernard Lahire. Essas duas perspectivas prezam por estudar complexidades individuais socialmente construídas ao invés de aplicar, de forma imediata, lógicas de agregação em classes, grupos ou categorias (Lahire, 2004; Revel, 1998).

Lahire (2004) entende que tanto análises holísticas (durkheimianas, marxistas e funcionalistas, por exemplo) quanto perspectivas da economia neoclássica (e alguns



individualismos metodológicos) ao fazerem abstrações totalizantes, tratam o social como se ele fosse desdobrado, plano, sem arestas. Por conseguinte, esses dois esquemas de pensamento, de maneiras diferentes, tratam o indivíduo como se ele fosse dessocializado. Ou ele é totalmente subordinado, sem nenhuma influência sobre o social, ou é totalmente independente não devendo nada às formações sociais as quais pertence. Assim, Lahire pretende elaborar uma versão “dobrada” da realidade em que:

“o indivíduo não é redutível a seu protestantismo, ao seu pertencimento de classe, a seu nível cultural ou ao seu sexo. É definido pelo conjunto de suas relações, compromissos, pertencimentos e propriedades passados e presentes. Nele sintetizam-se ou se combatem, combinam-se ou se contradizem, articulam-se harmonicamente ou coexistem de forma mais ou menos pacífica, elementos de sua cultura (no sentido amplo do termo) que, em geral, são estudados separadamente pelos pesquisadores na área das ciências sociais” (Lahire, 2004, prólogo).

## **A MICROANÁLISE, LAHIRE E A BIOGRAFIA: QUESTÕES METODOLÓGICAS**

A aproximação entre as abordagens microanalíticas (que redundaram na micro-história) e a perspectiva teórico-metodológica de Bernard Lahire se dá, por um lado, na referência que se faz a Norbert Elias<sup>8</sup> como marco de uma sociologia disposicionalista e processual que pretende reposicionar o indivíduo (com suas correlatas alterações na economia psíquica) como componente heurístico, epistemológico e teórico fundamental na análise social sem necessariamente subordiná-lo ao acontecimento de macrofenômenos. Por outro, e coerentemente com a proposta de fazer uma sociologia experimentalista do ponto de vista metodológico, a aproximação refere-se à necessidade de valorizar a variação de escalas no estudo das relações sociais e a utilização das ferramentas da biografia e dos relatos de acontecimento na produção de dados.

Bernard Lahire em duas obras principais (“Retratos Sociológicos” e “Homem Plural”) fez referência à micro-história (nas pessoas de Giovanni Levi, Jacques Revel e

---

<sup>8</sup> A perspectiva de Elias é muito rica, pois permite analisar como transformações em contextos amplos e de longa duração são operadas por mudanças no aparato psíquico dos indivíduos, sendo assim, uma boa ferramenta para refletir sobre as relações entre escalas micro e macro e para amainar falsos dilemas como contextos endo x eso e indivíduo x sociedade.

Bernard Lepetit) para defender o uso da experimentação na pesquisa social, especialmente no que se refere ao uso coordenado e variado de escalas e à valorização de microcontextos na análise do social. Nessas obras, o autor também admite (como os micro-historiadores já tinham feito antes) que a mudança do enfoque (nesse caso a metáfora que se refere à lente da objetiva é comum às duas perspectivas) pode gerar novos problemas sociológicos que não estavam previstos nos projetos e nos cronogramas de pesquisa (especialmente das que priorizam o enfoque macro).

Em termos metodológicos, a “sociologia à escala individual” de Lahire e a micro-história se aproximam quando tratam a biografia como uma das principais ferramentas de produção de dados para análise de realidades. Em paralelo a e em grande medida discordando de Bourdieu (2000) – que fez duras críticas ao uso da biografia ‘oficial’ acusando-a de método ineficaz e ilusório para reconstruir o contexto e a superfície social em que age o indivíduo, dado que, segundo ele, o caráter multifacetário dos campos de atuação e das situações sociais em que está inserido impede a obtenção de informações definitivas sobre a realidade social e a construção de modelos coerentes de análise do social – Giovanni Levi (2000) preferiu problematizar o uso e construir uma tipologia das várias formas da biografia a fim de construir uma argumentação positiva sobre a importância dessa ferramenta metodológica.

A tipologia desenvolvida por Levi (2000) pretendeu explicar sobre os vários usos (modal, contextualista, de casos extremos e hermenêutica) que principalmente historiadores e sociólogos fizeram da biografia, apontar os principais problemas de cada um para propor um modelo mais adequado para a análise do social levando em consideração as tarefas de variar as escalas de observação (sem perda do equilíbrio entre os níveis micro e macro) e de não assumir pressupostos holísticos e totalizantes (nem ultra-individualistas). Após expor cada tipo e concluir que todos têm problemas (no que se refere à relação entre normas e práticas, indivíduos e grupo, determinismo e liberdade, racionalidade absoluta e racionalidade relativa), Levi tendeu a preferir o tipo contextualista, pois, segundo sua argumentação, foi o que deu melhores frutos à análise social por conseguir manter o equilíbrio entre a especificidade da trajetória individual e o sistema social como um todo.

Nesse sentido, a pesquisa de Bernard Lahire (2004) que originou o livro “Retratos sociológicos: disposições e variações individuais” assemelhou-se com alguns esforços desenvolvidos por micro-historiadores (especialmente Giovanni Levi) por valorizar a elucidação de práticas de indivíduos em diferentes micro-contextos.

Com o intuito de fazer, do ponto de vista diacrônico e sincrônico, a captação das variações intra-individuais, realizar o levantamento do patrimônio das disposições incorporadas por indivíduos em diferentes momentos de socialização, abordar a questão da gênese e avaliar o grau de homogeneidade e a capacidade de transferibilidade destas disposições de uma situação a outra, Lahire (2004) se empenhou em buscar informações biográficas sobre práticas, comportamentos, maneiras de ver, sentir, agir, em diferentes esferas de atividade. Para isso, o autor realizou uma série de seis entrevistas com oito pesquisados que – combinadas com “anotações etnográficas” sobre o contato, o local e a forma de realização das entrevistas – permitiu abordar temas relacionados com diferentes momentos/locais de vivência dos indivíduos: escola, trabalho, família, lazer, sociabilidade, práticas culturais, cuidados com o corpo, saúde, alimentação, esportes e estética.

Para a realização de seu intento metodológico e para a construção da grade das entrevistas que fundamentaram o levantamento biográfico dos pesquisados, Lahire (2004) se empenhou em cumprir certas exigências metodológicas. Quais sejam: a) captar nos pesquisados os efeitos causados pelas matrizes socializadoras (família, escola família, instituições esportivas e religiosas); b) compreender que essas matrizes não são autônomas e sim entremeáveis e interpenetráveis; c) evitar globalizar comentários e perguntas feitas aos pesquisados e favorecer a evidência de dissonâncias nas respostas para perceber a heterogeneidade, que não deve ser encarada como pressuposto, mas sim esclarecida ao máximo; d) detectar fenômenos de concorrência e complementaridade entre investimentos sociais; e) evidenciar o grau de extensão de ativação, os contextos de aplicação das disposições e o estado de vigília dos pesquisados em relação a essas disposições; f) avaliar o efeito de disposições ainda não incorporadas (mas difundidas por instituições, pessoas e situações) pelos indivíduos; g) enfim, compreender que as pessoas pesquisadas não são as mesmas a depender da época, do lugar, das pessoas com quem interagem, da experiência vivida, ou seja, entender que cada indivíduo possui uma multiplicidade de disposições que são acessadas de forma diversa e em momentos diversos.

Esse exercício teórico-metodológico de jogar com as escalas e trabalhar com a biografia permitiu ao autor fazer uma análise aprofundada de como existe correspondência entre o *habitus* de classe ou grupal, o conjunto das disposições desenvolvidas em diferentes momentos de socialização dos indivíduos e a prática cotidiana desses indivíduos.

## **BIOGRAFIA E ANÁLISE FIGURACIONAL NOS “SERTÕES DA BORBOREMA”: UMA HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DO SEMIÁRIDO**

Com o intuito de compreender a lógica de ocupação das áreas que estamos chamando de “Sertões da Borborema”, ao longo da passagem do século XVIII para o XIX, verei, como tarefa central, examinar o processo de constituição de uma figuração específica que envolve indivíduos pertencentes a quatro grupos sociais principais: grandes proprietários, médios proprietários, pequenos proprietários e trabalhadores sem propriedade da terra. Para tanto, além do levantamento cartorial da evolução das propriedades formalizadas nesse período e do levantamento das áreas ocupadas através da posse que só foram documentadas no século XX (que informam sobre a ocupação e a formação do território do semiárido) verei me empenhar em compreender quem eram as pessoas que adentraram o Sertão, qual a forma de aquisição das propriedades, a quais famílias pertenciam, de onde vieram, que atividades exerciam antes de adquirir terras, quais atividades além das agropecuárias exerciam, quais a relação políticas estabeleceram com os governos imperial, provinciais, republicano e estaduais entre os séculos XVIII e XX, etc.

Assim, além da pesquisa em documentos oficiais preservados em arquivos de órgãos governamentais, cartórios e bibliotecas, lançaremos mão – como instrumento de produção de dados – da história oral, que a partir da construção de biografias, da análise de relatos de acontecimentos, e da formulação de genealogias relacionadas com a história das propriedades, possibilitará compor um aparato de informações extremamente útil para a compreensão de como se formou e como operava essa figuração que foi responsável pela ocupação dessas áreas de fronteira no Planalto da Borborema nesse período de dois séculos.

No que se refere às biografias, nosso objetivo inicial é analisar aquelas já existentes que normalmente foram produzidas por membros de famílias de *status* mais elevados, com destacada influência política e com posse de grandes propriedades. Essa análise – que prezará pela relativização do caráter laudatório que certas biografias operam em relação aos indivíduos retratados – estará atenta às origens sociais, às vinculações de classe e de grupos, aos eventos extraordinários e às minúcias do cotidiano dos sujeitos, o que possibilitará demonstrar o patrimônio das disposições incorporadas por esses indivíduos em múltiplos ambientes/tempo através de diversos

processos de socialização e informará sobre o leque de relações sociais e redes de interdependências entre grupos sociais que foram responsáveis pela ocupação da terra no sertão do Nordeste.

Para famílias que não tiveram nenhum de seus membros biografados, interessará, através principalmente da ferramenta da história oral e de registros escritos (como cartas, testamentos, escrituras, certidões de nascimento e casamento) construir as biografias dos fundadores (junto a seus descendentes) das localidades ou primeiros proprietários das terras. Tentarei abordar e extrair informações sobre todas as temáticas já discutidas anteriormente, mas principalmente sobre as práticas, as estruturas de personalidade, os hábitos psíquicos e os aparatos ideológico e identitário dos indivíduos estudados para compor um quadro que se refira à formação social (entendida como figuração) que os engloba.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com esse trabalho pude, de forma breve e incompleta, fazer uma revisão da sociologia disposicionalista a partir de Pierre Bourdieu e acrescentar a essa perspectiva o caráter contextualista discutido por Bernard Lahire, sob influência clara de Norbert Elias. Tentei, concordando com Lahire e Elias, criticar a tendência totalizante que a noção de *habitus* de Bourdieu (com seu aspecto de unicidade) carrega.

Recorri a algumas perspectivas de micro-historiadores para adensar a crítica às abordagens totalizantes e macroprocessuais (tendo como mira Bourdieu) e refletir sobre a necessidade que as ciências sociais têm de relativizar as macroanálises e considerar teórico e metodologicamente vários níveis e escalas para a observação de processos sociais sem necessariamente hierarquizá-las.

Por fim, após identificar as confluências que os trabalhos de alguns micro-historiadores têm com a “sociologia à escala individual” de Lahire e as influências que elas sofrem de Norbert Elias, propus uma caminho metodológico (com enfoque na produção de biografias a partir da história oral e de relatos de acontecimentos) a ser desenvolvido na minha pesquisa de doutorado que servirá para a produção de dados a serem utilizados para descrição e análise, sob o ponto de vista figuracional, das

formações e das relações sociais específicas que se instauraram e estiveram relacionadas pela ocupação da área de fronteira no semiárido nordestino, que estou chamando de “Sertões da Borborema” entre os séculos XVIII e XX.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma Teoria da Prática**. In: ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre. Bourdieu*, São Paulo: Editora Ática, 1994.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CAPISTRANO DE ABREU, J. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: EDUNB, 1982.

ELIAS, N. **Mudanças na balança nós-eu**. In *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

ELIAS, N. **Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução dos habitus nos séculos XIX e XX**. Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1997.

ELIAS, N. **A Sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, N. **Habitus nacional e opinião pública**. In: ELIAS, N. *Escritos e ensaios: estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LAHIRE, B. **Homem plural: os determinantes da ação**, Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

LAHIRE, B. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

LAHIRE, B. **Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual**. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, pp. 11-42, 2005.

LAHIRE, B. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

OLIVEIRA, F. **Noiva da revolução: elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J (org). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SABOURIN, E. e CARON, P. Origem e evolução da agricultura familiar no Nordeste semiárido. In: CARON, Patrick e SABOURIN, Eric (Eds.). **Camponeses do Sertão: mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003, p. 29-45.

## GT 03 – O RURAL NA HISTÓRIA DO BRASIL

### NORMAS JURÍDICAS E CONFLITO AGRÁRIO NO PARÁ – MEADOS DO SÉCULO XIX

Eliana Ramos Ferreira<sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho pretende refletir sobre os conflitos de terras na Província do Pará, meados do século XIX, a partir de um caso. A sr<sup>a</sup>. Anna Justina, em 1857, moradora na Ilha Bacury, Igarapé Pererú, distrito de São Caetano, Termo de Vigia pertencente à Comarca da Capital, cidade de Belém, Província do Pará, que teve a sua terra invadida por homens e a autoridade local nada havia feito.

Palavras-chaves

Conflito agrário – Legislação Agrária – Pará Imperial

Praticamente, é consenso entre os historiadores que uma das vias possíveis da origem dos conflitos sociais no campo é a histórica distribuição desigual da propriedade de terras, contudo, se é difícil mencionar estudos sobre conflitos de terras no século XIX, o cenário fica mais delicado, ainda, quando se pensa o sujeito histórico mulher como partícipe desse processo e suas experiências no campo na Província do Pará.

Para Márcia Motta<sup>2</sup>, os pobres (e não somente os de hoje) aprenderam a lidar com o emaranhado das leis, os pequenos posseiros, agregados e arrendatários de outrora já haviam aprendido a defender juridicamente seu direito à terra ocupada<sup>3</sup>. E as mulheres também tiveram que se defrontar com os embaraços das leis para defender o seu *torrão*.

Em 1857, a Sr<sup>a</sup> Anna Justina<sup>4</sup>, moradora na Ilha Bacury, Igarapé Pererú, distrito de São Caetano, Termo de Vigia pertencente à Comarca da Capital<sup>5</sup>, Província

---

<sup>1</sup> Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. da Escola de Aplicação da UFPA. E.mail: [lia64@uol.com.br](mailto:lia64@uol.com.br) e [lia64star@gmail.com](mailto:lia64star@gmail.com)

<sup>2</sup> *Nas fronteiras do poder - conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro; Vício de Leitura; Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

<sup>3</sup> Motta, Márcia Menendes, *op. cit.* 119-157.

<sup>4</sup> Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Ano: 1857. Caixa: 484. Os Requerimentos constituem-se em uma fonte de significativa potencialidade, por fluírem de todos os pontos da Província e enviados pelos diversos habitantes, versando sobre os mais



do Pará, em requerimento enviado ao presidente da província, expôs o fato de dois homens terem “invadido” a sua terra, e que já havia reclamado com o subdelegado da localidade, o qual nada havia feito:

A sr<sup>a</sup> Anna Justina, moradora na Ilha Bacury, Igarapé Pererú, districto de S. Caetano, vem cheia de confiança na rectidão e inteireza de V. Ex<sup>a</sup> pedir justiça, já que não tem podido obtel-a das autoridades perante as quaes atem reclamado.<sup>6</sup>

Devido não ter sido considerada enquanto reclamante e, muito menos atendida em sua queixa, segundo exposição da suplicante, esta dirigiu-se ao presidente da província solicitando providências e *justiça*.

O procurador de D. Anna Justina, conhecia a hierarquia e a organização político-administrativa da Província do Pará, já que por meio de um requerimento, dirigiu-se diretamente ao presidente devido as autoridades administrativas locais ignorarem ao apelo de cliente. Essa tomada de decisão de D. Anna Justina nos dá pistas de que procedeu ao exercício de uma interpretação da organização político-administrativa da Província, exercitando uma leitura das estruturas hierarquizadas de poder provincial, buscando assegurar o seu direito de propriedade. Essa tomada de atitude levou-a a se dirigir às pessoas que representavam as instituições legais responsáveis pela aplicação e zelo dessas leis como o juiz e o subdelegado da Vila. Esse comportamento foi por meio de seu representante, já que *sem respeito às boas Leis e as garantias da propriedade do cidadão se introduzirão*[os “invasores”] *nas ditas terras da supp<sup>e</sup> edificando e roçando sem prévio cosentimento seu (...)*<sup>7</sup>

Neste trecho do requerimento, há o destaque de não haver nenhum acordo prévio entre as partes e muito menos "consentimento" da suplicante para que os dois acusados, Manoel GLZ do Rego e Manoel Ramos, fizessem qualquer construção ou plantação. Ao procederem conforme denúncia registrada no requerimento, ou seja, invadindo e e plantando sem consentimento de d. Anna Justina, eles violaram com seus atos as "boas leis" do Império.

---

variados assuntos possibilitando ao pesquisador um panorama dos problemas de diversas ordens: político, administrativo, social, educacional, econômicos.

<sup>5</sup> A Província do Pará estava dividida em 26 municípios, sendo que a divisão eclesiástica era de 63 Paróquias conforme o Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Pará no dia 15 de agosto de 1856, por ocasião da abertura da primeira sessão da 10.a legislatura da mesma Assembléa, pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan. [n.p.] Typ. de Santos & filhos, 1856. <http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>

<sup>6</sup> Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Ano: 1857. Caixa: 484

<sup>7</sup> Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Ano: 1857. Caixa: 484.

Por meio de seu representante, ela afirmava que estavam “entrando nas suas terras” porque sabiam ser ela uma mulher sozinha, ou seja, D. Anna Justina identificava a sua condição de mulher “sozinha”, sem a presença masculina, na Província do Pará, em meados do XIX, reconhecendo um lugar social e de gênero hierarquizado, mas também se utilizou dessa condição social, muitas das vezes esperada e aceita, para reivindicar o cumprimento da lei e a retirada dos dois indivíduos de suas terras. Sem se vitimizar, mas pondo-se como vítima da ação de **dous [homens] violadores de seus direitos**<sup>8</sup>, Ela argumenta por meio de seu representante, o senhor Manoel de Vera Cruz, que o fato de ser sozinha com seus filhos e netos, não significava que ela pudesse ser despojada e expropriada de sua terra. Sentindo-se impotente e incapaz de fazer frente àqueles que tentavam usurpar o seu "sagrado" direito de propriedade, recorria ao presidente da Província, por meio do senhor Manoel de Vera Cruz<sup>9</sup> que é quem assina o requerimento a rogo de D. Ana Justina.

Tentando palmilhar as linhas do documento, na sequência do Requerimento, temos indícios do labor de D. Anna Justina para garantir a sua existência e de “*sua numerosa família*”,

Ex<sup>mo</sup> Snr, a mais de 60 annos que reside com sua numerosa família na mencionada Ilha, cujas terras lhe pertencerão por falecimento de seu marido Thomaz João d’Aquino, cultivando constantemente as ditas terras e nellas fazendo roçados, para assim poder tirar algum meio de subsistência para si, para seus filhos e netos. [...]

Assim alguns detalhes se revelam sobre D. Anna Justina. Ela era viúva de Thomaz d’Aquino, e ao que parece, não contraiu segundas núpcias, e na condição jurídica de viúva assumia o papel social de provedora e mantenedora daqueles que viviam sob a sua égide – da família – parentesco entre si por consanguinidade, responsabilizando-se em tirar da terra *algum meio de subsistência para si, seus filhos e netos*, ou seja, de *sua numerosa família* – apesar de não quantificar precisamente o quanto era de fato numerosa, “*cultivando constantemente as ditas terras e nellas fazendo roçado*”. O ato possessório, como plantar e edificar casa, ou seja, o cultivo como efetiva exploração da terra e morada habitual eram condições necessárias e essenciais, para confirmar uma posse.

---

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Márcia Motta reflete sobre a importância da escolha de um advogado para defender os interesses do contratante em um processo judicial, uma vez que o profissional escolhido significa ser a opção pela pessoa que melhor traduza e defenda, no terreno jurídico, seus interesses visando recuperar e fazer valer o que acreditavam ser os seus direitos, *op. cit*, p. 97-117

Segundo Márcia Motta, a Lei de Terra de 1850 consagrou o cultivo como elemento legitimador da posse. Este processo constitui-se enquanto prática de ocupação da terra, remontando ao período de implantação do instituto jurídico do sistema sesmario no Brasil, que foi sendo revalidado, a despeito dos problemas sociais gerados quanto ao direito de propriedade, pela Coroa por meio de alvarás, decretos, resoluções e cartas régias. Neste sentido, o costume da posse passou a ter aceitação jurídica para assegurar a ocupação da terra àquele que efetivamente a cultivava<sup>10</sup>. Justificava-se o porquê de dona Anna Justina esforçar-se, junto ao governo provincial, em demonstrar que utilizava a terra para o desenvolvimento de uma atividade agrícola visando a atender às necessidades familiares. Por outro lado, o fato de enfatizar que *cultivava a terra constantemente fazendo roçado* reforçava o argumento de perenidade e regularidade de sua família na posse. Não era casual. Havia uma cultura efetiva e morada habitual, costume juridicamente aceito<sup>11</sup>.

Outra faceta jurídica de D. Anna Justina, possível de se perceber nas fímbrias do documento, é a sua condição de herdeira da terra na qual residia a mais de sessenta anos, ou seja, a forma pela qual teve acesso as terras. Estas pertenciam ao seu marido e herdou-as após falecimento do dito. Ao mesmo tempo em que destaca a sua condição social de herdeira e de viúva, D. Anna Justina enfatiza a ancianidade da ocupação da terra, pois afirma residir na mesma a mais de sessenta anos<sup>12</sup>. Assim, além do ato possessório, o pleito é justificado pela ênfase em outro elemento importante para defender a ocupação da terra: o tempo.

Além do ato possessório, outro critério importante de reconhecimento do direito legítimo sobre um determinado pedaço de terra, é contar com a aceitação pelos confrontantes<sup>13</sup> e vizinhos enquanto possuidora de fato e de direito da terra em questão. Neste sentido estavam em jogo as correlações de força e disputas políticas, bem como

---

<sup>10</sup> Motta, Márcia, *op.cit.* Ver também o trabalho de Silva, Lígia Osório da. *Terras devolutas e latifúndio – efeitos da Lei de 1850*. Campinas. SP: Ed UNICAMP, 1996

<sup>11</sup> Por isso também enfatizava não ter autorizado aos dois invasores realizarem plantação e cultivo em suas terras.

<sup>12</sup> Esse dado confrontado com outro indício presente no mesmo documento nos permite refletir sobre a idade aproximada com que se casou D. Anna Justina com o seu marido, Thomas d'Aquino, pois no momento deste requerimento, objetivando *que lhe faça justiça. Nada mais do que justiça e justiça, Ex<sup>mo</sup> Snr<sup>r</sup>, é o que reclama esta infeliz viúva que no ultimo quartel de sua existência, pois que Ella conta mais de 70 anos de idade*. Se ela residia a mais de sessenta anos e coevamente ao requerimento possuía setenta anos, deve ter casado com pouco mais de dez anos de idade. Esta inquietação sobre as relações de afetividade na Província do Pará em meados do século XIX pretendo refletir em um capítulo. Nas fontes depreende-se haver uma variação quanto ao tempo de idade cronológica para o casamento e constituição de família. Sobre essa inquietação é instigante o trabalho de Hareven, Tâmara K. Tempo de família e tempo histórico. *Revista História: Questões & Debates*. Curitiba: UFPR, p. 3-26, jun. 1984.

<sup>13</sup> Motta, Márcia, *op. cit.* 171.

as relações pessoais tecidas por D. Anna Justina com os diversos segmentos sociais para conseguir que as pessoas consideradas “ilustres” da Vila de São Caetano declarassem apoio à suplicante, reconhecendo-a como herdeira efetiva de seu marido Thomaz d’Aquino e, por conseguinte admitirem seu direito de proteger sua propriedade. O outro lado desse reconhecimento seria o ato dessas mesmas pessoas expressarem suas objeções à atitude dos dois suplicados “invasores” de se introduzirem nas terras de D. Anna Justina.

Contudo, não encontramos indícios nesta direção. Porém, o representante de D. Anna Justina utilizou-se da estratégia de desqualificar ainda mais os dois homens que se introduziram nas terras da suplicante. Primeiro traçando os seus perfis de violadores da lei e de desrespeitarem o sagrado direito de propriedade, pois o senhor *Manoel Gonçalves do Rego é homem abastado de bens da fortuna e a supp<sup>e</sup> é m<sup>to</sup> pobre, viúva, de uma idade muito avançada e quazi cega e por isso sem meios de poder ir ao encontro das violações que se lhe tem feito e sem proteção alguma!!!<sup>14</sup>* para lutar contra a violência sofrida. Demonstrar que um dos “invasores” estaria se aproveitando do seu poder econômico para usurpar uma mulher pobre, viúva sem a égide do marido, fazendo frente às investidas de um senhor “abastado”<sup>15</sup>. Segundo demonstrando que os suplicados eram *personae non grata* na comunidade do igarapé Pererú, lugar da Ilha de Bacury, distrito de São Caetano. Para isso anexou ao requerimento enviado ao presidente da Província, várias declarações de moradores que, supostamente, sabiam que um dos suplicados, Manoel Ramos, andava cometendo arrombamento, roubos e agressões.

Sobre este caso, o Inspetor de Quarteirão senhor João Francisco afirmou em declaração que

Attesto em como odito Manoel Ramos heomem intrigante dando pancada emfilhos do moradoris sem cauza Rombador de cazas dos Vizinhos Atacandoos odito Jozé Raim<sup>do</sup> de Armas eterçado Robador de roças a Alheia He o que poço atestar pois

---

<sup>14</sup> Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Ano: 1857. Caixa: 484.

<sup>15</sup> Michelle Perrot reflete sobre uma escrita da história marcada pelo viés masculino com a instituição de imagens e modelos de mulheres que deveriam ter comportamentos socialmente prescritos, aceitos e esperados. Talvez por esses indícios de como poderiam ser pensadas e vividas as relações de gênero em meados do século XIX no Pará é que o senhor Manoel Ramos enfatizasse tanto a imagem D. Anna Justina como uma mulher pobre, viúva, quase cega, potencializando essas adjetivações, para apresentá-la como uma mulher frágil e desamparada da égide masculina e por conseguinte necessitada da proteção da justiça. Explorando um arcabouço de práticas, valores e normas morais e sociais aceitas para um determinado lugar social da mulher esperando conseguir sensibilizar o presidente da Província, o senhor Henrique de Beaurepaire Rohan, em favor de sua representada. Michelle Perrot. Os excluídos da história – operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

como He verdade. [...] Sitiu no Igarapé Bacuri, Inspector Manoel da Paixão, 28 de abril de 1854.<sup>16</sup>

Essas manifestações são importantes, pois, se um era abastado, o outro integrante da dupla era visto como um mal feitor, de má índole, cometendo crimes – armado, provavelmente com arma de fogo, e com terçado, como ressalta o inspetor Manoel da Paixão – que atentavam contra a segurança e integridade física das pessoas; bem como atentando contra a propriedade ao arrombar as casas e roubar as roças dos vizinhos. A estratégia do representante da suplicante era de demonstrar que o ato dos implicados de quererem se apossar de terras de outrem era de indivíduos criminosos, assim como o eram o atentado contra os moradores, o arrombamento às casas e os roubos às roças.

Esses fatos aconteceram em abril e maio de 1854, e o requerimento de D. Anna Justina é de setembro de 1857.

Contudo, essa não era a primeira tentativa de Manoel Gonçalves do Rego de se introduzir nas terras de D. Anna Justina. No ano de 1853, ela já havia recorrido à Câmara Municipal de Vigia<sup>17</sup>. De acordo com o argumento de seu representante,

O Artº 21 da Lei Provincial, nº 242 de 30 de setembro de 1853, apesar de ser privativo à supp<sup>e</sup> tem sido letra morta para com a Camara Municipal de Vigia, por que ate hoje não lhe tem dado o devido cumprimento e a supp<sup>e</sup> continua a viver sob o pezo das arbitrariedades e despotismos, de que tem sido vitima.<sup>18</sup>

A Lei referida determina em seu capítulo 3º, Art. 21, que a *Camara Municipal de Vigia restituirá a Anna Justina o terreno de que Ella sempre esteve de posse; e nullificará o aforamento, que do mesmo terreno havia feito a Manoel Gonçalves do Rego<sup>19</sup>*, ou seja, D. Anna Justina há algum tempo já vinha travando uma luta contra as tentativas do senhor Manoel Gonçalves do Rego de se apossar das terras. E essa luta ela vinha travando dentro das instancias político-administrativas e jurídicas do Estado

---

<sup>16</sup> Idem. Este não foi o único documento, existem vários documentos, além desde do inspetor de quartelão, de moradores e proprietários, vigário, todas com conteúdos e opiniões semelhantes quanto ao caráter e índole do acusado Manoel Ramos.

<sup>17</sup> O Termo de Vigia pertencia à Comarca da Capital e era composta pelas Freguesias de Vigia, Colares e São Caetano, distante aproximadamente 16 léguas da Capital. Relatório do Presidente da Província do Pará, senhor Conselheiro Sebastião do Rego Barros, maio de 1856. Documento depositado no Arquivo Público de São Paulo. RPPA – 1856-1857.

<sup>18</sup> Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Ano: 1857. Caixa: 484

<sup>19</sup> Colleção das Leis da Província do Pará. Tomo XV, Parte 1ª, 1853. typ. De Santos & Filhos. Lei nº 242 de 30 de setembro de 1853. Arquivo Público do Pará. Grifo meu.

Imperial, buscando proteger a sua propriedade, mas também tentando defender *in loco* suas terras.

Por outro lado, o senhor Manoel do Rego tendo sido atendido num primeiro momento em seu pleito de aforamento, viu essa concessão que lhe permitia o pleno gozo do direito à terra mediante pagamento de foro, ser anulada por lei provincial. Podemos inferir da leitura da supracitada Lei n° 242 que D. Anna Justina estava atenta aos meandros do jogo político e das normas jurídicas, pois, ao saber que havia outra pessoa dizendo-se dono da terra que ela considerava sua, por estar a mais de sessenta anos, respaldado num documento legal de aforamento expedido pela Câmara Municipal de Vigia, teve que tomar providências para não perder o que considerava seu por direito de herança, já que era viúva de Thomaz d’Aquino. E um dos caminhos necessariamente era o institucional, ou seja, da Justiça.

Contudo, se D. Anna Justina conseguiu demonstrar e obter o triunfo de ter reconhecida juridicamente a legitimação de livre posse das terras que habitava ante a Câmara Municipal de Vigia, e por meio de uma Lei Provincial, o senhor Manoel Gonçalves do Rego não acatou tal decisão passivamente.

Pode-se inferir a partir dos documentos que Manoel do Rego recorreu à utilização da violência contra Anna Justina. O fato de se aliar ao senhor Manoel Ramos reconhecido por vários moradores e autoridades como um indivíduo de má índole, conduta irregular, sem ocupação e autor de crimes diversos, é um forte indício de sua opção pela estratégia de coagir pela força e violência àquela que ousava se opor e resistir às suas investidas de se apossar da terra, inclusive *até tem tentado contra a existência de pessoas pertencentes à família da supp<sup>e</sup> (...) a supp<sup>e</sup> continua a viver sob o pezo das arbitrariedades e despotismos, de que tem sido vitima.*<sup>20</sup> e quem sabe, pelo medo incutido, abandonasse a terra e assim ele pudesse conseguir o cobiçado torrão.

Ignorando as determinações das sentenças expedidas pelos juízes, Manoel do Rego e Manoel Ramos continuavam a introduzir-se na terra de D. Anna Justina. Tais atitudes devem ter suscitado maiores cuidados por parte de Anna Justina, contudo, infelizmente não encontrei nada neste sentido. Pelo menos no âmbito particular, pois a documentação rastreada emana das instituições, portanto, são as denominadas fontes oficiais das quais tentei fazer o exercício de crítica<sup>21</sup> e realizar uma leitura mais atenta,

---

<sup>20</sup> Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Ano: 1857. Caixa: 484.

<sup>21</sup> O exercício da crítica ao documento é obrigação de qualquer historiador. Para Emmanuel Le Roy Ladurie “Todo trabalho histórico deve ou deveria começar por uma crítica das fontes”. Concordo com

procurando ler o que não estava dito. Neste sentido, palmilhamos a trajetória das ações e providências jurídicas engendradas por Anna Justina. Ela não ficou passiva, pelo contrário, procurou a égide do Estado Imperial recorrendo em outubro de 1855, ao juiz municipal de Vigia, solicitando expedição de um mandado de despejo contra os dois violadores para que parassem de *contendar com a supp*<sup>e</sup>.

O pleito foi atendido pelo Doutor Gratuliano Jozé da Silva Portoz, juiz municipal de Órfãos e também Delegado de Polícia dos Termos Reunidos da Cidade de Nazareth da Vigia e Vila de Cintra<sup>22</sup>, que expediu o mandado de despejo contra Manoel do Rego e Manoel Ramos, determinando enfaticamente que ambos fossem intimados *para que de huma vez Abrão e fassão despejo das terras em que se achão, ou se querem apossar, visto que lhes não pertencem, e sim a requerente (...)*<sup>23</sup>. Porém, mais uma determinação da Justiça que, parece, também foi ignorada pelos intimados.

Infelizmente não sabemos qual o desfecho final do conflito, pois o documento localizado era apenas um requerimento destinado ao Presidente da Província, engenheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, mas podemos deduzir que o procurador de D. Anna Justina, o senhor Manoel de Vera Cruz, procurou fundamentá-lo da melhor maneira possível, anexando os documentos pertinentes e necessários à defesa de sua cliente. Por isso, foi possível essa breve trajetória do conflito pela legitimação da posse da terra em questão, permitindo-nos vislumbrar algumas frestas das estratégias jurídicas de cada um dos contendores e, principalmente, como eles lidaram e interpretaram a lei, o direito e buscaram suas justiças, mesmo que isso implicasse em uso de força e violência não só à propriedade como também à integridade física das pessoas, opção feita por Manoel Ramos e Manoel do Rego. Os vestígios documentais nos dão pistas de que os sujeitos envolvidos no conflito, procederam a um exercício de interpretação de códigos legais e jurídicos da Legislação do Império Brasileiro de meados do século XIX acerca de seus direitos de propriedade.

O senhor Manoel Gonçalves Rego, a partir do momento em que teve legalmente revogado aforamento das terras que pleiteara junto à Câmara Municipal de Vigia, e que deveria saber pertencer à Anna Justina, ignorou solenemente todas as outras determinações e deliberações da Justiça, principalmente a Lei Provincial n° 242

---

ele! Ladurie, Emmanuel Le Roy. *Montaillou – povoado occitânico – 1294-1324*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 12.

<sup>22</sup> Integra o Termo de Vigia bem como o município de São Caetano, lugar em que estava localizada a terra alvo do conflito

<sup>23</sup> Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Ano: 1857. Caixa: 484.

de 1853. Afinal, o que poderia uma senhora, ao que parece, considerando a imagem construída pelo seu representante, sem posses materiais e/ou influências políticas fazer ante o poder econômico de um “homem de bens de fortunas”?

Foi possível se depreender que Anna Justina teve que travar vários embates. Mas o principal, para a presente reflexão, foi o da esfera do Direito, o legal para obter o reconhecimento e legitimação do domínio de sua posse, identificando a necessidade de recorrer ao auxílio de um representante para que este utilizasse os recursos jurídicos disponíveis para defender a sua *livre posse da terra em que habitava*. Para isso, dirigiu-se às primeiras instâncias de poder local por meio das autoridades da Vila de São Caetano, à Câmara de Vigia em 1853, 1855, 1856 e ao presidente da província em 1857, revelando tramas e relações tecidas em um campo de disputa e conflitos perpassados por múltiplos interesses: políticos, econômicos e também de gênero.

Mas quando tudo parece mais ou menos esclarecido, uma ausência é percebida – a não utilização no desenrolar do conflito nas instâncias jurídicas da Lei de Terras de 1850 e a sua Regulamentação pelo Decreto número 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Em nenhum momento o representante de D. Anna Justina faz referência a esta legislação que objetivava exatamente tentar regularizar a estrutura fundiária do país<sup>24</sup>. Por que não recorrer à nova Lei de Terras, a primeira do Império, para tentar solucionar os problemas enfrentados por D. Anna Justina? Talvez o caso não requeresse o recurso de sua utilização, os documentos de que dispunha D. Anna eram suficientes para comprovar ante o Governo da Província do Pará que ela era a legítima proprietária da terra? Bem, pelo menos ela teve uma Lei Provincial neste sentido, a de n° 242.

Tentamos um exercício de entender a ação de D. Anna Justina ante o perigo de perder sua terra, por meio de manobras legais e/ou de violência explícita dos senhores Manoel Ramos e Manoel do Rego, em acionar direitos procurando assegurar a sua posse e domínio sobre a terra em questão, recorrendo aos representantes do poder instituído local, à Câmara Municipal ou ao presidente da Província, buscou pelas vias da estrutura jurídica o que entendia ser seu de fato e de direito – a terra herdada de seu marido.

---

<sup>24</sup> Motta, Márcia, *op. cit.*



## Referências Bibliográficas

- Ladurie, Emmanuel Le Roy. *Montaillou – povoado occitânico – 1294-1324*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- Silva, Ligia Osório da. *Terras devolutas e latifúndio – Efeitos da Lei de 1850*. Campinas. São Paulo: Ed UNICAMP, 1996.
- Motta, Márcia Menendes. Feliciano e a botica – transmissão de patrimônio e legitimidade do direito à terra na região de Maricá (segunda metade do século XIX) In Lara, Silvia; Mendonça, Joseli (org.) *Direitos e justiça no Brasil*. São Paulo: UNICAMP, 2006
- \_\_\_\_\_. *Nas fronteiras do poder - conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro; Vício de Leitura; Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Movimentos rurais no Oitocentos: uma história em (re)construção*. Estudos Sociedade e Agricultura, abril, 2001. Disponível em <[www.bibliotecavirtual.org.br](http://www.bibliotecavirtual.org.br)>
- Perrot, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998
- \_\_\_\_\_. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Lima, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil – sesmarias e terras devolutas*. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura, 1990.
- Hareven, Tâmara K. Tempo de família e tempo histórico. *Revista História: Questões & Debates*. Curitiba: UFPR, p. 3-26, junho/1984
- .

## GT (03) – (O rural na história do Brasil)

### O espaço rural no semiárido alagoano: identidade territorial e sociabilidade camponesa

Mailiz Garibotti Lusa<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho discute-se sobre o espaço rural no semiárido alagoano, problematizando a definição conceitual da região semiárida brasileira e refletindo sobre a sociabilidade resultante da dialética entre a dominação latifundiária e a resistência camponesa, através do resgate da formação sócio-histórica alagoana. Ao desenvolver esta discussão, objetiva-se analisar a identidade cultural e histórica 'semiárida' como elemento que produz significados para a manutenção do modo de vida e de trabalho camponês nesta região alagoana, problematizando este processo histórico de construção identitária enquanto estratégia de resistência camponesa, no âmbito das lutas de classes. A questão que instigou este estudo foi o indicativo debatido em uma reunião de investigadores do semiárido alagoano de que teria ocorrido uma mudança na delimitação da região sertaneja, que se fosse confirmada, interferiria nas investigações científicas na região. Neste sentido, após breve levantamento na literatura corrente, tomou-se como pressuposto que, mesmo confirmando-se a mudança conceitual, trabalhar-se-ia na perspectiva de reafirmar a identidade cultural construída historicamente pelos sujeitos que vivem e trabalham no semiárido alagoano, caso tal identificação fosse reconhecida como um dos elementos instigadores da resistência camponesa à dominação latifundiária. Com perspectiva crítica, fundada no materialismo histórico dialético, o trabalho resulta de pesquisa com abordagem qualitativa, embora considere também alguns dados quantitativos, pois contribuem para o aprofundamento da discussão sobre o objeto. Com caráter exploratório, em seu desenvolvimento trabalhou-se com fontes secundárias, de tipo bibliográfica e documental, além de valer-se das experiências adquiridas pela autora no que tange as investigações desenvolvidas junto ao Observatório da Questão Rural e o Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano entre os anos de 2010-2014. Está organizado em quatro seções, sendo a primeira introdutória, e seguintes sobre a 'delimitação legal atribuída e das identidades regionais construídas sobre o semiárido', a 'trajetória histórica das relações, sociais que possibilita o reconhecimento da dialética entre dominação e resistência' e, já à guisa de uma conclusão temporária, sobre as 'características socioeconômicas e da sociabilidade no semiárido', consideradas como expressões do importante papel que a agricultura camponesa ainda exerce no semiárido alagoano.

**Palavras-chaves:** Semiárido alagoano; identidade; sociabilidade camponesa.

**Abstract:** This paper discusses the semiarid rural areas in Alagoas, posing questions about the conceptual definition of the Brazilian semiarid region and arguing about sociability arising from of dialectic between landowner domination and peasant resistance, through the analysis of Alagoas socio-historical formation. In developing this argument, the objective is to analyze the cultural and historical 'semiarid' identity as

---

<sup>1</sup> Assistente Social graduada pela UFSC; Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Professora Adjunto do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora e pesquisadora do Observatório da Questão Rural (UFAL); membro do Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano (PET-NESAL / UFAL). mailizlus@yahoo.com.br

an element that produces meanings for the maintenance of way of life and work in this semiarid rural Alagoas region, discussing this historical process of identity construction as a strategy of peasant resistance, in the context of class struggles. The question that urged this study was indicative debated at a meeting of researchers from the semiarid of Alagoas which would have been a change in the delimitation region of country, that if it was confirmed, would interfere in the scientific research in the region. In this sense, after a brief survey of the current literature, it was taken as a presupposition that the same confirming the conceptual change, work would reaffirm the perspective of cultural identity historically constructed by the individuals who live and work in the semiarid of Alagoas, where such identification would be recognized as one of the instigators elements of peasant resistance landowner domination. With a critical perspective founded on dialectical historical materialism, this paper result of qualitative research, although a few too considers quantitative information, as they contribute to deepen the discussion on the object. With exploratory, in its development worked done with secondary sources, bibliographic and documentary type, and avail themselves of the experiences acquired by this author in regard the research conducted by the Observatório da Questão Rural and the Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano in the years 2010-2014. It is organized into four sections, the first being introductory, and the following about the 'attributed and regional identities constructed on the semiarid legal delimitation', the 'historical trajectory of relations, that allows social recognition of the dialectic domination and resistance' and already by way of a temporary conclusion, on 'socioeconomic characteristics and sociability in semiarid', considered as expressions of the important role that peasant agriculture still wields in semiarid Alagoas.

**Key-words:** Alagoas semiarid; identity; peasant sociability.

## 1. Definindo a discussão

Este trabalho socializa parte dos estudos realizados nos últimos anos sobre o rural no semiárido alagoano, com o intuito de aprofundar o debate sobre a identidade rural nesta região semiárida do nordeste brasileiro, estando, por isto, significativamente delimitado regionalmente. O pano de fundo compõem-se pelas relações sociais de classe, que se expressam na dialética entre dominação, subserviência, mas também resistência notadas no campo do semiárido alagoano e que se constituem como determinantes no processo sócio-histórico de formação da região.

Ora, considerando a amplitude e complexidade de elementos que se articulam nesta pesquisa, optou-se por socializar, através deste trabalho, duas dimensões importantes, quais sejam, a) a delimitação legal do semiárido e as identidades regionais construídas historicamente e que, além de identificar os sujeitos e seu modo de vida, conferem dinamicidade regional; b) as raízes históricas dos processos sociais, culturais, econômicos e políticos que possibilitam compreender as relações sociais no espaço rural da região na atualidade.

Objetiva-se com este trabalho resgatar e analisar a identidade cultural e histórica como elemento que produz significados para a manutenção do modo de vida e de trabalho camponês no semiárido alagoano, problematizando este processo enquanto estratégia de resistência camponesa na região, no que tange a luta de classes. Um primeiro pressuposto é que este processo histórico e dialético produziu efeitos, hoje identificados como determinantes para a reprodução de um modo de vida que, à revelia da dinâmica capitalista do latifúndio agrário - especialmente pecuário -, persiste. Um segundo pressuposto é que a produção camponesa, fortalecida pela identidade regional, é contraditoriamente funcional para o modo de produção de quem resiste.

Considerando o objeto, o contexto, os pressupostos e a intencionalidade da discussão, os estudos foram aportados na perspectiva crítica do materialismo histórico dialético, trabalhando com uma abordagem qualitativa, embora também se utilizam dados quantitativos. A investigação que resultou neste texto síntese teve caráter exploratório, trabalhando com fontes documentais e bibliográficas, portanto, secundárias, embora tenha sido considerada a observação sistemática da realidade, como fonte dados que permite conhecer o rural do semiárido alagoano em suas entrelinhas, geralmente não tratadas na bibliografia corrente.

Assim, o trabalho foi organizado nesta seção introdutória e nas três seções que ora seguem, as quais tratam respectivamente da 'delimitação legal atribuída e das identidades regionais construídas sobre o semiárido', da 'trajetória histórica das relações, sociais que possibilita o reconhecimento da dialética entre dominação e resistência' e, das 'características socioeconômicas e da sociabilidade no semiárido' enquanto expressões do importante papel que a agricultura camponesa ainda exerce no semiárido alagoano.

## 2. Semiárido, agreste e sertão: delimitação legal e identidades regionais

Existe entre os debatedores do nordeste brasileiro uma discussão sobre a modificação na identificação do semiárido brasileiro, que chegou até esta pesquisadora como 'a questão da identificação conceitual do sertão' brasileiro. No diálogo com outros pesquisadores do semiárido alagoano dizia-se: 'parece que estão modificando o conceito de sertão', indicando, inclusive, que não haveria mais a identificação do 'agreste', mas apenas do 'sertão'. Ora, nestes termos, a questão adquiria centralidade não apenas conceitual, mas na identificação objetiva da região pelos sujeitos que nela vivem e trabalham.

Saiu-se, então, desta conversa inicial com o desafio de compreender melhor a polêmica e traçar, na perspectiva crítica, as possíveis direções deste debate, tendo sido este o maior desafio encontrado nesta pesquisa, isto porque a tal polêmica falada não se enveredou em nenhum momento para o papel, ou seja, não virou artigo, livro ou outro tipo de material que pudesse servir como fonte secundária de pesquisa. Em decorrência disto, restaram para analisar os documentos oficiais do Estado brasileiro sobre a nova delimitação do semiárido.

Feito este levantamento inicial e depois de revirar as produções sociológicas, antropológicas, de geógrafos, historiadores e outros investigadores, fez-se a opção teórica e metodológica de manter a tradicional identificação da região, foco deste estudo, como 'semiárido alagoano', a despeito das observações recentes de que se deveria tratá-la por 'sertão'.

Basicamente, tal decisão conceitual resulta de dois elementos. O primeiro e central remete à identificação que a gente que vive e trabalha nesta região faz dela. Para eles, quando se fala do espaço em que vivem, está-se tratando do semiárido, ainda mais especificado nos termos agreste e sertão alagoanos. Assim, o pressuposto inicial foi alicerçado em Andrade<sup>2</sup> (FREYRE, 2004, p. 33), que afirmava,

Ao se fazer a história geral do Brasil, deve-se partir de estudos locais, como já salientava Capistrano de Abreu. e Gilberto Freyre, ao analisar as características da sociedade patriarcal, salientava a importância do aspecto cultural dominante em várias regiões e como a diversificação da exploração da terra marcava cada uma delas, criando identidades regionais e locais.

Foi assim que, considerando a importância das identidades regionais e locais, enveredou-se decisivamente pelo uso do termo 'semiárido alagoano'<sup>3</sup> para abarcar a totalidade regional, mantendo o termo 'sertão' na definição de uma mesorregião interna, ou seja, uma parte da grande região. Isto se faz por entender que a denominação de semiárido - donde se compreendem as suas designações internas de 'agreste' e 'sertão' - constitui-se como uma identidade histórica, construída há séculos pelos estudiosos da região e, especialmente, pela população que nela vive e trabalha.

Neste sentido, o semiárido alagoano é bem mais que uma parcela geográfica do estado nordestino, penetrada pela aridez - ou semiaridez - em seus diversos níveis, bem como pelas parcas pluviosidade e umidade. Esta é uma terra de gentes que se entendem em suas identidades como agrestinos e sertanejos, e, sobretudo, como alagoanos do semiárido. São gentes que, nas idas e vindas entre as regiões do estado e mesmo fora dele, reafirmam a sua ligação com esta área, de onde preponderantemente retiram/produzem o alimento durante a maior parte do ano, garantindo a sua reprodução social e cultural, através das tradições herdadas das gerações anteriores, que já conviviam com e no semiárido.

O segundo elemento que definiu a decisão conceitual decorreu dos estudos realizados sobre esta nova identificação, que apontaram que o que ocorreu foi um redimensionamento geográfico do semiárido, que foi ampliado, mas não a sua redefinição conceitual apenas como sertão, ou redefinição de identidade geomorfológica, fitoecológica e cultural e nem a sua diminuição enquanto espaço geográfico.

Atualmente, a área do Semiárido Brasileiro é de 982.563,3 km<sup>2</sup>, que corresponde a 11% do território nacional, segundo apontado no Relatório Final, realizado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a 'redelimitação do semiárido nordestino e do polígono das secas'. A região concentra 12,3 % da população do Brasil, mais de 20 milhões de habitantes, distribuídos em 1.113 municípios, o que representa, respectivamente, 21 habitantes/km<sup>2</sup>, em 22% dos municípios brasileiros (SANTOS, 2011, p. 171). Sua localização prepondera na região nordeste, embora também abranja a região sudeste, especificamente os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

---

<sup>2</sup> Andrade tece essa discussão ao apresentar a edição comemorativa da obra de Freyre, Nordeste, publicado pela primeira vez em 1937. Ao resgatar a importância histórica da obra, por tratar das especificidades de uma importante região na constituição do Brasil contemporâneo, o geógrafo considera a referida obra de Freyre uma importante contribuição, já que conferiu elementos sobre o nordeste brasileiro que posteriormente puderam ser problematizados, propiciando uma riqueza de dados históricos que permitem, ainda hoje, autores de diversas áreas fundamentar suas análises, mesmo que aportados em outras perspectivas teórico metodológicas, quando atentos para não cair no perigo do ecletismo.

<sup>3</sup> A razão desta identificação aponta-se no caráter 'mais social, político, econômico e cultural' das análises da autora, do que no caráter físico e/ou dos aspectos geomorfológicos da região, embora não sejam desconsiderados estes últimos.

Considerando-se que a região Nordeste do Brasil é formada por uma área de aproximadamente 1.640.000 km<sup>2</sup>, correspondendo a 19% de todo o território nacional, que se estende por 10 estados, nota-se que o semiárido ocupa uma área de cerca de 980.000 km<sup>2</sup>, que corresponde a aproximadamente 69% do território nordestino.

Para Santos (2011), esta região possui uma alta diversidade climática entre as suas zonas internas e entre as diferentes estações - épocas - do ano. Essas variações produzem efeitos climáticos sobre os recursos hídricos, que são alguns dos fatores determinantes do cotidiano das populações locais. A maioria dos sujeitos enfrenta grave problema de acesso e escassez de água e alimentos, repercutindo severamente sobre a sua saúde, esboçando um cenário de aumento da mortalidade infantil, mas também adulta, e de restrições econômicas que expressam, inclusive, as condições precárias de realização da reprodução social, o que pode ser identificado como manifestações da questão social.

O semiárido, porém, não é conformado apenas pelas expressões da questão social. Especialmente no agreste, mas também no sertão, a convivência histórica - e os aprendizados dela decorrentes - com o semiárido propiciaram uma produtividade significativa no tocante à policultura. É bem verdade que este tipo de produção, feita em pequenas e, no máximo, médias propriedades, contrasta e convive com a monocultura latifundiária, presente desde os tempos coloniais através da pecuária e da cultura do algodão em alguns estados nordestinos.

Isto aponta o fato que, dialética e contraditoriamente, onde há exploração econômica e concentração de terras, também há resistência da classe trabalhadora, a qual persiste garantindo a sua reprodução social e a de boa parte da população brasileira.

Ao fazer esta reflexão, destaca-se, entretanto, que “é oportuno lembrar que 'o problema maior do Semiárido é a seca e não a seca', o que exige considerar nas análises a presença do latifúndio, do coronelismo, da expropriação da riqueza etc” (SANTOS, 2011, p. 171).

Além disto, para ilustrar a diversidade do semiárido brasileiro é interessante refletir sobre o fato dele se constituir, dentre as regiões semiáridas do mundo, a mais chuvosa e que apresenta a maior população do planeta. Neste sentido,

[...] tem-se uma média de chuvas de 750 bilhões de m<sup>3</sup> de água e, em média, 2800 horas anuais de insolação. Atualmente, tem-se aproximadamente condições de infraestrutura para armazenamento de 40 bilhões de m<sup>3</sup> que estão submetidos ao processo de evaporação; todavia, a partir desses dados deve-se entender que o “calcanhar de Aquiles” do sertão não se refere simplesmente à escassez de água, mas, sobretudo, à necessidade imediata de uso sustentável e inteligente dos recursos de água doce (SANTOS, 2011, p. 172).

Especificamente sobre o processo que resultou na ampliação do semiárido brasileiro, em 2005, o governo, através do Ministro da Integração Nacional, assinou uma Portaria que instituiu a nova delimitação, resultante dos estudos e discussões de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), o qual

[...] tomou por base três critérios técnicos: I - precipitação pluviométrica média anual inferior à 800 milímetros; II - Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e III - risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990 (BRASIL, [s.d.], p. 03).

Tais critérios foram aplicados à área considerada como constituinte da antiga Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), incluindo os municípios do norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Disto resultou que a área total do semiárido brasileiro passou a ser de 853.383,59 km<sup>2</sup>, equivalendo a 10,02% do território brasileiro (PEREIRA JÚNIOR, 2007).

Conforme Pereira Júnior (2007, p. 22), o principal critério natural que fundamentou a nova delimitação teve natureza fito-ecológica, evidenciado na "[...] delimitação da área nuclear das caatingas e das faixas de transição desse domínio com outros domínios geobotânicos".

A partir desta nova delimitação do semiárido brasileiro, somaram-se aos 1.031 já considerados integrantes do semiárido, outros 102 municípios, totalizando 1.133. Na nova delimitação, o estado brasileiro que mais teve sua área semiárida alterada pela inclusão, foi Minas Gerais, que incorporou 45 municípios, aumentando em 112,5% a sua área geográfica semiárida, o que significou uma mudança de 27,2% para 51,7% de seu território compreendido no semiárido.

No que tange o estado de Alagoas, a modificação também acrescentou à área convencionada anteriormente como semiárido, passando de 35 para 38 municípios. Os municípios que foram incorporados à região semiárida foram Coité do Nóia, Igaci e Quebrangulo, todos localizados no agreste alagoano, conforme demonstra a tabela abaixo.

**MUNICÍPIOS DA NOVA DELIMITAÇÃO DO  
SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO EM MARÇO DE 2005  
Março de 2005**

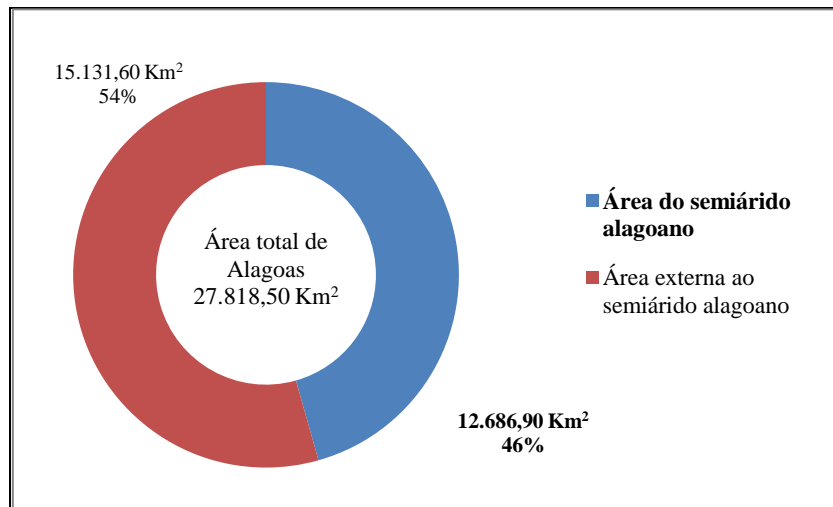
**Estado de Alagoas**

Ordem	Código IBGE	Município*	Inclusão	
			Antigo	Novo
1	2700102	Água Branca	X	
2	2700300	Arapiraca	X	
3	2700706	Batalha	X	
4	2700904	Belo Monte	X	
5	2701209	Cacimbinhas	X	
6	2701605	Canapi	X	
7	2701803	Carneiros	X	
8	2702009	Coité do Nóia		X
9	2702355	Craibas	X	
10	2702405	Delmiro Gouveia	X	
11	2702504	Dois Riachos	X	
12	2702553	Estrela de Alagoas	X	
13	2702900	Girau do Ponciano	X	
14	2703106	Igaci		X
15	2703304	Inhapi	X	
16	2703403	Jacaré dos Homens	X	
17	2703700	Jaramataia	X	
18	2704104	Lagoa da Canoa	X	
19	2704401	Major Isidoro	X	
20	2704609	Maravilha	X	
21	2705002	Mata Grande	X	
22	2705309	Minador do Negrão	X	
23	2705408	Monteirópolis	X	
24	2705705	Olho d'Água das Flores	X	
25	2705804	Olho d'Água do Casado	X	
26	2706000	Oliveira	X	
27	2706109	Ouro Branco	X	
28	2706208	Palestina	X	
29	2706307	Palmeira dos Índios	X	
30	2706406	Pão de Açúcar	X	
31	2706422	Pariconha	X	
32	2707107	Piranhas	X	
33	2707206	Poço das Trincheiras	X	
34	2707602	Quebrangulo		X
35	2708006	Santana do Ipanema	X	
36	2708402	São José da Tapera	X	
37	2708956	Senador Rui Palmeira	X	
38	2709202	Traipu	X	
		<b>Região Semi-árida</b>	<b>35</b>	<b>3</b>

**Tabela 01:** Municípios alagoanos que integram o semiárido brasileiro a partir de 2005.

**Fonte:** Brasil, [s.d.].

Assim, a partir de 2005, a área semiárida em Alagoas passou a ser de 12.686,9 Km<sup>2</sup>, o que equivale a 45,6% de seu território geográfico, que é de 27.818,5 km<sup>2</sup> (BRASIL, [s.d.]), conforme indica o gráfico (nº 01) abaixo.



**Gráfico 01:** Área semiárida em Alagoas

**Fonte:** A autora, com base na 'nova delimitação do semiárido brasileiro' (BRASIL, [s.d.]).

O semiárido historicamente é identificado como uma região de diversidades. Andrade (2011) fez esta anuência ao discutir a terra e o homem no nordeste, afirmando ainda que dentro do semiárido, a região agreste é aquela que concentra ainda maior variedade, tanto no que se refere a sua geografia física, às formas de produção, aos tipos de propriedade da terra, à ocupação humana etc. Assim, também em Alagoas se visualiza a multiplicidade do semiárido, que se torna ainda mais exemplar em se tratando do agreste alagoano, justamente porque este compartilha suas características, ora com a zona da mata, ora com o sertão.

Interessante é perceber que a diversidade do semiárido não está restrita às paisagens naturais, relacionando-se fortemente com a construção de novas paisagens que evidenciam a ocupação humana e a organização socioeconômica, política e cultural. Além disso, deve-se considerar que seus traços marcantes, decorrentes de um processo histórico<sup>4</sup> de constituição da região, dialeticamente vão transformando-se ao longo do tempo, como resultado da interação/articulação/mediação entre a natureza e a humanidade. "Esta própria dimensão multidimensional, que é a sociedade, também é responsável, nesse processo dialético, pelas percepções e conhecimento sobre a sociobiodiversidade" (CAVALCANTI, 2011, p. 86).

Reconhecendo que esta diversidade é ampla, e que tanto determina as características do semiárido alagoano, como é determinada pelas mesmas, nota-se a necessidade de aprofundar a reflexão sobre os elementos que permitem reconhecê-la como múltipla. Isto se fará a partir de subtemas, partindo-se da formação sócio-histórica, no próximo item, e chegando às características socioeconômicas e da sociabilidade no semiárido a serem tratadas já no item final deste trabalho.

No momento, entendendo que significativos elementos que conferem a identidade regional e, a partir dela, a noção de pertencimento social decorrem dos aspectos culturais, considera-se que a denominação de semiárido é a que mais ressoa. Nesse sentido, nota-se que a nova delimitação oficial do semiárido brasileiro não implicou numa transformação da identidade social, cultural e política da região e dos sujeitos que nela vivem e trabalham. Isto, possivelmente ocorra, pois: a) o tempo histórico desta modificação, ainda restrito a menos de

<sup>4</sup> Histórico que, no tange a formação natural, significa milenar, enquanto no tocante à configuração humana contemporânea, significa secular.



uma década, não foi suficiente para modificar a identidade daqueles que antes não eram e passaram a ser indivíduos do semiárido alagoano; b) o fato de terem sido acrescidas áreas geográficas (municípios) à antiga delimitação, bem como a razão de ter-se agregado à identidade antes já presente de agrestinos, àquela do semiárido alagoano, não implicou na construção de uma identidade inversa, negativa, que de fato retirasse um ou mais traços identitários, pelo contrário, agregou mais um novo elemento aos indivíduos de Coité do Nóia, Igaci e Quebrangulo.

Portanto, assevera-se que as identidades construídas historicamente na região permanecem circulando em torno da denominação de 'semiárido alagoano', encontrando ainda mais eco para os indivíduos nos termos 'sertanejo' ou 'agrestino'.

### 3. Um olhar sócio-histórico para o semiárido

Refletir sobre o aspecto histórico da formação do semiárido, requer ampliar a mirada para todo o estado, pois dialeticamente os efeitos de lá (da mata e litoral, da cana) refletiram-se aqui (no agreste e sertão, na pecuária e na policultura), e os daqui causaram implicações lá.

Neste sentido, traz-se a questão das relações sociais historicamente hierárquicas, proveniente das relações econômicas e políticas desenvolvidas na região, tão marcantes na história e no presente das gentes do semiárido alagoano. No pensamento de Carvalho (2009), a determinação operada pelos engenhos de açúcar e pelas fazendas de gado, quanto à formação de uma sociedade profundamente hierarquizada, caracterizou Alagoas. Essa hierarquia determinou as relações de mando e subserviência, que perpassaram fundamentalmente o trato social no semiárido, configurando-se como elementos tradicionais, difíceis de romper.

Para compreender esta marca, é importante problematizar o significado da cana de açúcar para o reconhecimento da região a que o semiárido alagoano faz parte, e para a função adjacente da economia pecuária e de subsistência para a sustentação daquela. "A cana foi a primeira cultura comercial não extrativista do Brasil e, na sua época, o engenho era o maior e mais complexo empreendimento econômico existente no mundo. O açúcar era, portanto, desde o final do século XVI, o produto de maior valor no comércio mundial" (CARVALHO, 2009, p. 10).

Por isto, o significado produtivo da região onde atualmente é o estado de Alagoas, aferida desde a época da colonização de exploração europeia, é inquestionável. Também o problema, gerado ainda naqueles idos, é inquestionável: o monopólio da terra e da produção concentrado nas mãos das elites econômicas e políticas, reduzidas contingencialmente a poucas famílias.

Num espiral de consequências nefastas, também foi inquestionável o efeito da violência utilizada por estas famílias para não perderem seus grilhões, seu prestígio e seu poder ao longo da história. A 'aguerrida violência' levantada contra os povos originários indígenas, negros africanos, brancos pobres e mestiços foi agregada como traço da cultura da região, avançando muito mais do que a zona canavieira da mata e da pecuária no sertão.

Na atualidade, por exemplo, há de se considerar que a influência da cultura canavieira se expande para o semiárido de forma concreta. As mudanças técnicas e inovações tecnológicas possibilitam a expansão das áreas de plantação da cana de açúcar no estado, ampliando a fronteira agrícola que chega ao agreste alagoano (MOURA, 2013)<sup>5</sup>.

No passado e no presente, o que se observará como fruto desta histórica formação é a presença de traços confluentes e contínuos entre as regiões do estado e entre as diferentes épocas na formação de Alagoas. Dialeticamente, para além de tal confluência, existe

---

<sup>5</sup> Com isto reforça-se a ideia de que a produção da pobreza no semiárido está ligada ao universo do latifúndio canavieiro. Se historicamente a interferência da cana no semiárido provinha da confluência de elementos entre as regiões, agora ela ocorre de forma direta, já que marca objetivamente o território agrícola agrestino.

também a diversidade de alguns aspectos, que configuram as especificidades das quatro regiões alagoanas<sup>6</sup>.

Numa perspectiva histórica, diversos autores discutiram essa diversidade, especialmente ao se tratar do Nordeste. Em meio a ela, há a articulação de três elementos que se entrecruzaram para determinar e caracterizar a região: a) o latifúndio, enquanto forma preponderante de propriedade; b) a monocultura, enquanto forma de exploração econômica; e c) o tipo de exploração da força de trabalho, sendo a escravidão a principal no período colonial. Teria sido a partir disto que se originaram as classes sociais (PRADO JUNIOR, 2006; GORENDER, 1978; HIRANO, 2008; FREYRE, 2004<sup>7</sup>).

Esta indicação confirma o processo pelo qual historicamente ocorreu a instalação das desigualdades sociais, políticas e econômicas no Brasil e no Nordeste, fundamentados na polarização entre os que possuem – terras, capital, meios de produção – e os despossuídos – por vezes, até mesmo da autonomia sobre a sua força de trabalho –; a grande produção de tipo exploratória e a pequena produção voltada para a reprodução social; os dominadores e os dominados.

Martins (1981) complementa a caracterização da propriedade e produção da terra, em função desta polarização desigual, apontando que no Brasil sempre houve a 'terra de negócio' ou 'de exploração' e a 'terra de trabalho'. A primeira configura-se como a grande propriedade, de exploração monocultural e agroexportadora, baseada primeiramente na escravidão negra e posteriormente na força de trabalho livre e assalariada – sem abnegar das relações indiretas de produção, como a parceria, meação etc, que existiram desde o período colonial e que não foram extintas quando da modernização do campo e da sociedade brasileira. É na segunda que se produz a materialidade necessária para a reprodução social da sociedade, o que ocorre basicamente através das pequenas propriedades, ou dos pequenos terrenos arrendados, ou ainda ocupados através de acordo de parceria, meação ou foro. São nelas que se produzem múltiplas culturas, através do uso da força de trabalho familiar.

As diferenças entre a terra de negócio e a terra de trabalho explicitam a profunda e crescente distinção – desigualdade – entre dominantes e dominados, que, originada nos tempos do Brasil Colônia, perpetuou-se até os dias atuais, ampliando, ano a ano, o fosso social entre as classes.

Este processo de dominação não foi exercido sem que houvesse o seu reverso: a resistência. Dialeticamente, as lutas dos trabalhadores contra os senhores de engenho e os grandes coronéis do gado marcaram o nordeste, Alagoas e o seu semiárido, consolidando a resistência neste chão. Ora, o semiárido alagoano não se fez sem os reflexos da Guerra dos Cabanos, das revoltas e levantes de resistência das tribos indígenas, dos mocambos quilombolas, do cangaço etc<sup>8</sup>.

Acompanhando o aumento na produção de riquezas, a crescente pobreza marcou as terras do semiárido alagoano desde os tempos mais remotos da ocupação colonial. Ambas foram fruto das formas de exploração: latifundiária, monocultural, escravocrata, violenta, dominadora e produtora de diversas desigualdades.

Neste sentido, a diversidade do nordeste e, inclusive, do semiárido está também na existência de variadas fomes, como aponta Castro (1969), a 'fome da seca' e a 'fome do açúcar, do gado e do algodão'. Estas múltiplas fomes foram causadas pelas mesmas

---

<sup>6</sup> Para este trabalho, ocupa-se a autora do semiárido alagoano, configurado pelas mesorregiões agreste e sertaneja. Abordar-se-ão em vários momentos do artigo os aspectos das quatro diferentes mesorregiões do estado: litoral, mata, agreste e sertão, entendendo que o semiárido só pode ser compreendido dentro da totalidade - ou ainda, do conjunto - da sociedade alagoana.

<sup>7</sup> Embora com diferentes perspectivas teóricas, é inconteste para estes autores o reconhecimento destes três elementos na formação sócio-histórica do Brasil e do nordeste. A diferença entre eles é que articulam e conferem importâncias diferentes a cada um dos tais elementos, inserindo, conforme a perspectiva de cada um, outros determinantes para o tipo de formação que aqui se instalou.

<sup>8</sup> Em recente estudo, Santos (2014) trata sobre as lutas sociais e políticas em Alagoas, apontando para a histórica e contraditória presença da dominação e resistência de classe, tão marcantes no cenário econômico, político, social e cultural do estado.

determinações, das quais se destaca o desigual acesso a propriedade da terra, que gera a exploração agrária com fins totalmente diferenciados, como disse Martins (1981). Isto porque a terra de plantar para comer, não é a mesma terra de plantar para vender. Desde os tempos da colônia, interesses produtivos se explicitam contraditoriamente em um mundo que corria na direção da consolidação do capitalismo.

O semiárido alagoano, em si mesmo, reproduz esta diversidade – que, no sentido acima aferido, é também diversidade de desigualdades. Nele, a prevalência do ‘grande’ capital comandado pelo ‘grande’ proprietário sobrepujou a existência de outro tipo de rural e, nele, de outra sociabilidade: a do camponês e de seu modo de produção familiar.

Com isto, se não total, houve o parcial comprometimento da participação da agricultura camponesa e da produção a partir da policultura na formação sócio-histórica. Para Freyre (2004, p. 171), tal comprometimento resultou especialmente do tipo de ocupação que se deu, com base fundamental na cana de açúcar e na pecuária, a qual se realizou

[...] com a exclusão de culturas de subsistência; pelo latifúndio; pela escravidão; pelo patriarcalismo monossexual, ao mesmo tempo em que monocultor. Condições e meios insubstituíveis na primeira época da colonização portuguesa do Nordeste, embora pudessem ter sido atenuados depois. Principalmente a monocultura, causa de tantas fomes em uma região agrária onde chegou a se assistir a este absurdo: as senhoras trocaram jóias de ouro por punhados de farinha.

As condições precarizadas de vida da população pobre (fome, doenças, desemprego, habitações insalubres) foram extremamente aprofundadas no decorrer do processo histórico (DIEGUES JÚNIOR, 2012), trazendo como efeito a alimentação deficiente e/ou imprópria (CASTRO, 1969), a falta de acesso a bens e serviços de atendimento às necessidades humanas básicas. Isto ocorre, conforme Freyre (2004, p. 189), dado "o sabor sadista de que estava viciado o ar, o ambiente da civilização do açúcar, muito doce nuns aspectos, mas por dentro cheia de crueldades".

Essas condições da formação sócio histórica do estado, decorrentes da estrutura produtiva que aqui se tinha investido, travaram ou eliminaram qualquer capacidade para que o desenvolvimento de Alagoas ocorresse numa perspectiva igualitária, democrática, distributiva, em termos da estrutura de poder político, econômico, social e cultural. O tipo de economia instalada

[...] estimulava uma atitude conservadora, que não oferecia as condições para que: a) no campo estritamente empresarial, as inovações tecnológicas e os novos métodos de produção fossem incorporados; b) e, na área social, acontecessem mudanças em direção a uma melhoria da qualidade de vida da população (CARVALHO, 2009, p. 12).

Como se observa, os determinantes históricos que se instalaram desde a formação da colônia, não desapareceram e nem se tornaram peças de museu. Tais determinantes tanto retiveram o desenvolvimento econômico – mesmo aquele que ocorreria dentro da ordem das desigualdades sociais capitalistas – quanto, e principalmente, o desenvolvimento social, cultural e político da região numa perspectiva emancipatória.

Na atualidade, aponta-se para a diminuição da produção agrícola camponesa em contraposição ao aumento do latifúndio, para exemplificar os efeitos do tipo de economia e de desenvolvimento instalados (LESSA, 2013). A falta de políticas agrícolas voltadas à produção camponesa e a ausência de uma reforma agrária efetiva são apenas algumas das causas. Com isto, compromete-se a produção de alimentos para a classe trabalhadora, tanto urbana quanto rural. O resultado é que “[...] apesar de numeroso campesinato, há décadas Alagoas não consegue produzir todos os alimentos necessários para a sua crescente população urbana, obrigando-se a importar vários dos agropecuários consumidos no estado” (LESSA, 2013, p. 318).

O semiárido alagoano é, apesar desta situação, o principal produtor dos alimentos consumidos em Alagoas, conforme apontou a pesquisa de Lustosa e Rosário (2011).

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

Milho, feijão, mandioca, inhame, batata-doce, banana, leite, mamão, manga, maracujá, pinha, abacaxi, melão, carne, ovos etc., produzidos no semiárido abastecem de forma considerável o mercado de consumo estadual. Outros tipos de produtos, embora produzidos, já não são, ou ainda não o são na quantidade suficiente, a exemplo das hortaliças, do arroz e do café.

É o sistema agrário concentrador, herdado dos tempos coloniais, fundado numa economia conservadora que, contraditoriamente, gera fome num espaço de produção de alimentos. Fomes que são também de participação e representação política, de acesso à terra para produzir e viver, de acesso aos direitos sociais, fome de assistência técnica qualificada e que responda às suas reais demandas da agricultura camponesa, enfim, fomes de saber.

#### **4. Economia, sociabilidade e lutas no semiárido alagoano na atualidade: apontamentos à guisa de uma temporária conclusão**

O estudo possibilitou perceber o quanto a sociabilidade semiárida foi determinada pelo contorno histórico conferido pela ocupação, pelo tipo de desenvolvimento econômico adotado, pela forma de atuação do Estado, pelos tipos de poderes instituídos aí pela classe dominante capitalista e pelas relações sociais (de trabalho) instituídas em decorrência deste conjunto.

Tudo isto conferiu uma identidade regional para a região, que dialoga com a universalidade das identidades alagoana e nordestina, mas que, acima de tudo, tem sua particularidade semiárida alagoana, especificando-se ainda mais enquanto identidade agrestina e sertaneja.

Destarte, para além da nova delimitação do semiárido brasileiro – que não fez outro se não inserir municípios alagoanos no seu semiárido, conforme discutido na segunda seção deste trabalho –, as autoidentidades reconhecidas pelas ‘gentes simples’ da região não se alteraram, o que confirma a sua configuração histórica e o seu enraizamento cultural na sociedade semiárida.

A sociabilidade capitalista aqui consolidada, cujas raízes encontram-se no período colonial – marcado pelo escravismo colonial fonte de acumulação primitiva de capital – possibilitou que as riquezas apropriadas privativamente desde aquele momento não mais transitassem de mãos, permanecendo concentradas com as famílias tradicionais, sendo fonte, inclusive, de dominação política na região.

As formas de ocupação territorial, fundadas no interesse econômico e político da Coroa – de consolidação do território lusitano e do tipo de exploração econômica – deram base ao latifúndio pecuário no sertão, mas também possibilitaram a instalação da policultura no agreste. Especialmente no que tange este último tipo de produção, os povos tradicionais foram os responsáveis por ela. Camponeses empobrecidos, a maioria destituída de terra, tribos inteiras de índios, populações quilombolas fizeram do agreste e do sertão alagoanos um semiárido produtivo, capaz de prover a reprodução social deles e dos núcleos urbanos.

O tipo de relações sociais instalado há séculos, cuja escravidão fez-se em menor proporção que na região canavieira, talvez tenha sido responsável pela perpetuação das formas de sociabilidade camponesa, fundadas na solidariedade de classe. Não obstante a isto, a presença de um tipo de dominação escondida nas relações de compadrio, mas também na servidão involuntária – esta última tratada na terceira seção do estudo – fez com que a violência persistisse como traço das relações de dominação que caracterizam os âmbitos cultural, político, econômico e social do semiárido.

Decorrente de tudo isto, nota-se um semiárido com elevado potencial de geração de riquezas, especialmente no que tange seu perfil agrícola e agropecuário, associado ao maior espaço ocupado pela policultura e pela agricultura camponesa familiar. Infelizmente, esse potencial não tem se efetivado em indicadores sociais com bons índices de distribuição de renda. Pelo contrário, no semiárido o capitalismo se manifesta com rédeas firmes, acirrando a exploração da força de trabalho – mesmo a do camponês familiar, que se caracteriza como trabalhador indireto para o capital, quando não assalariado – e a produção de desigualdades

sociais, de pobreza e de miséria, conforme as reflexões desenvolvidas na quarta seção comprovaram.

Em consequência, o que se pôde perceber é que este semiárido, com fortes traços agrários em sua economia, é lugar onde os índices de pobreza e extrema pobreza (miséria) só não estão piores devido a atuação do Estado com políticas sociais de cunho assistencialista, residuais e focalizadas. Isto foi confirmado através de Silva (2014), que demonstrou que a população rural do semiárido alagoano concentra índices de pobreza e extrema pobreza numa proporção ainda maior que a população urbana.

A interiorização da política produtiva em Alagoas, através do desenvolvimento de políticas baseadas no desenvolvimento de arranjos produtivos locais (APLs), guarda relação direta com os baixos índices sociais, bem como com a presença da pobreza e da miséria. Isso explicita o próprio reconhecimento dos estudiosos da área produtiva e econômica e, essencialmente do governo – quando propõe tais políticas –, de que o interior de Alagoas, e nele a região semiárida, possui os piores índices sociais e de pobreza.

Lustosa e Rosário (2011, p. 184), que estudaram a política estadual de fomento às produtividades, através da organização e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL) em Alagoas, ao se reportarem ao tipo de política a ser desenvolvida no interior do estado, inclusive no semiárido alagoano, indicam que

O fomento à atividade agrícola pode ser uma das opções mais relevantes para o estado devido a sua capacidade de gerar emprego na região. Contudo, a monocultura da cana-de-açúcar, que emprega pessoas com baixo nível de escolaridade e paga baixos salários, domina praticamente toda a população do campo em Alagoas. É importante, então, um diagnóstico mais preciso dos APLs agrícolas, a fim de incrementar a produção do setor, agregando valor aos seus produtos, dado sua relevância social e para a economia local.

Toda esta discussão denota a importância que o rural assume na dinâmica semiárida. Ora, no campo desta grande região tanto é possível perceber formas de dominação econômica e política, como formas de resistência e de afirmação social e cultural, tal como foi discutido nas três últimas seções.

Conforme Santos, Silva e Conceição (2013, p. 03) essas ruralidades,

[...] desde as suas raízes, estão marcadas por desigualdades, concentração de riquezas, exploração, conflitos de divisões sociais, aspectos que são expressos nas grandes extensões de terras centradas nas mãos de poucos, nas moradias pauperizadas e na submissão dos trabalhadores às precárias condições de trabalho.

As ruralidades do semiárido, neste sentido, não se encontram descoladas do conjunto alagoano. Ambas foram resultado de um processo sócio-histórico que mesclou dominação e resistência, e que lhes conferiu um potencial revolucionário já reconhecido por Ianni (1984) em relação à classe trabalhadora camponesa do Brasil.

Ora, este é o semiárido alagoano, fortemente abalizado pelo rural, com visíveis expressões da questão social, dentre as quais os conflitos agrários, as lutas sociais camponesas por políticas públicas. É também um semiárido com potencial produtivo baseado num bioma bastante diversificado, que sendo bem acompanhado por uma política de assistência técnica e extensão rural pode fortalecer a sua produtividade agropecuária. É evidente que, para isto, a agricultura camponesa baseada na policultura e nas pequenas propriedades precisa ser fortalecida e se ampliar, através da realização de uma reforma agrária de caráter efetivamente democrático, participativo e popular, conforme reclamam os movimentos sociais da região.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no nordeste**. Contribuições ao estudo da questão agrária no nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

- BRASIL. Ministério Nacional da Integração. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Nova delimitação do semi-árido brasileiro**. Brasília, [s.d.].
- CARVALHO, Cícero Pérciles. **A análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira**. 3.ed. Maceió: EDUFAL, 2009.
- CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. A fome no Brasil. 11. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.
- CAVALCANTI, Edneida Rabelo. Educação ambiental e educação contextualizada com base na convivência com o semiárido. In: LIMA, Ricardo da Cunha Correia; CAVALCANTE, Arnóbio de Mendonça Barreto; PEREZ-MARIN, Aldrin Martin (Ed.). **Desertificação e mudanças climáticas no semiárido brasileiro**. Campina Grande: INSA-PB, 2011. p. 79 - 90.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no nordeste do Brasil**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2012. [Coleção Nordestina].
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Global Editora, 2004. [Edição comemorativa do centenário do autor].
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.
- HIRANO, Sedi. **Formação do Brasil Colonial: pré-capitalismo e capitalismo**. 2 ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.
- IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LESSA, Golbery Luiz. Por um programa agrário para a esquerda alagoana. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de, LIMA, Carlos da Silva, OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.
- LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira; ROSÁRIO, Francisco José Peixoto (orgs.). **Desenvolvimento em regiões periféricas: a política dos arranjos produtivos em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2011.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MOURA, Antônio Marcos Pontes de. Questão Agrária em Alagoas: a problemática do latifúndio canavieiro. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de, LIMA, Carlos da Silva, OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.
- PEREIRA JÚNIOR, José de Sena. **Nova delimitação do semi-árido brasileiro**. Brasília (DF): Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2007.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23. ed. 8. reimpr.. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SANTOS, Jémison Mattos dos. Estratégias de convivência para a conservação dos recursos naturais e mitigação dos efeitos da desertificação no semiárido. In: LIMA, Ricardo da Cunha (Ed.). **Desertificação e mudanças climáticas no semiárido brasileiro**. Campina Grande: INSA-PB, 2011. p. 169 - 184.
- SANTOS, Jéssica Ferreira dos. **Lutas sociais no campo em Alagoas: a mobilização da Comissão Pastoral da Terra**, 2014. 74 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) –

Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Maceió, 2014.

SANTOS, Jéssica Ferreira dos; SILVA, Mayara Lustosa; CONCEIÇÃO, Patrícia Maria da. **As ruralidades presentes em Alagoas**. 2013. 06 f. Trabalho (Disciplina Formação sócio-histórica, questão social e espaço rural no Brasil e em Alagoas). – Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Maceió, 2013.

SILVA, Manuelle Nascimento da. **Capitalismo e questão agrária**: a equação que resulta na pobreza rural em Palmeira dos Índios, 2014. 76 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Maceió, 2014.

## GT 03 - O RURAL NA HISTÓRIA DO BRASIL

### OS POBRES E LIVRES, A LUTA PELA TERRA E A FORMAÇÃO DO CAMPELINATO ALAGOANO

Cícero Ferreira de Albuquerque<sup>1</sup>

Márcio de Matos Caniello<sup>2</sup>

**Resumo:** A colonização do Brasil ocorreu sob a marca do latifúndio, da monocultura e da escravidão. O campesinato brasileiro nasceu enfrentando grandes impedimentos. Os pobres e livres representaram o advento de um sujeito histórico em contraste com o modelo dominante da sociedade colonial. Em Alagoas, a Guerra dos Cabanos encerra uma das páginas mais cruéis de repressão promovida pelo poder, mas também uma heroica passagem da luta do povo contra o monopólio da terra no Brasil.

Palavras-chave: campesinato; terra; Alagoas.

Summary: The colonization of Brazil occurred under the brand of landlordism, monoculture and slavery. The Brazilian peasantry was born facing major impediments. The poor and free represented the advent of a historical subject in contrast to the dominant model of colonial society. In Alagoas, the War of Cabanos closes one of the cruelest pages of repression promoted by power, but also a heroic passage of people's struggle against the monopoly of land in Brazil.

Key words: peasantry; land; Alagoas.

---

<sup>1</sup> Cícero Ferreira de Albuquerque – Graduado em História pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (1992). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2012). Desde 2008 é docente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capitalismo Contemporâneo e do Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano (NESAL). E-mail: cicerofalbuquerque@hotmail.com

<sup>2</sup> Márcio de Matos Caniello - Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (1984), Mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993) e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Desde 1986 é Professor Associado de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Coordenador do Projeto Universidade Camponesa (UNICAMPO). Email: marciocaniello@gmail.com



## **1- Introdução**

Buscamos contribuir para a compreensão das raízes históricas da formação do campesinato alagoano, bem como analisar algumas manifestações desse processo nos dias de hoje. Entretanto, não reivindicamos uma conformação regional desse segmento da classe trabalhadora. O ajuste 'campesinato alagoano' é mais um movimento de efeito do que a afirmação de uma acomodação particular, no sentido de específico. A formação do campesinato alagoano está situada num processo mais amplo: a constituição do campesinato nordestino, brasileiro, latino-americano. Mais, devemos buscar suas origens nos agrupamentos sociais primitivos, raízes mais profundas da nossa formação social.

Os pobres e livres, tão presentes na nossa história colonial, constituem um fenômeno complexo e ainda carente de estudos. A agricultura que praticavam já incluía muitos dos desafios enfrentados pelo campesinato nos dias de hoje. Disputavam terras com os latifundiários, ocupavam terras devolutas e enfrentavam a perseguição do Estado, histórico aliado da monocultura agroexportadora. Além de produzirem para a sua subsistência, produziam para abastecer o latifúndio, as vilas e cidades emergentes e também o mercado internacional. Produziam alimentos e outros gêneros, buscavam a integração no mercado. Marginalmente, indicavam outras possibilidades de utilização e divisão das terras, afrontavam a ordem econômica e política estabelecida.

O campesinato é uma categoria dinâmica e acompanha as mudanças globais da sociedade, entretanto, preserva particularidades históricas fundamentais. Uma característica legada pelos homens pobres e livres e mantida pelo campesinato do presente é a grande capacidade de resistir aos empenhos totalizantes do grande capital e às investidas vorazes do latifúndio.

## **2- Em busca das raízes históricas do campesinato brasileiro**

As raízes do campesinato brasileiro encontram-se nos primórdios da nossa história, nos primeiros grupos humanos que habitaram o nosso território e nas primeiras comunidades formadas a partir das tantas lutas que forjaram nossa história. Nas terras brasileiras, os índios foram os primeiros habitantes e os primeiros produtores de alimentos. Eles

Praticavam uma agricultura rudimentar, nos períodos de sedentariedade que se alternavam com os de nomadismo, cultivando mandioca e o milho. Desses dois gêneros obtinham uma série de produtos, particularmente a farinha, cuja preparação exigia certa experiência de trabalho de tipo mais elevado (GUIMARÃES, 1989, p. 7).

Nos primeiros tempos, os alimentos produzidos pelos índios eram destinados exclusivamente para o seu próprio consumo. Depois, com a colonização, quando submetidos ao domínio lusitano, trabalharam também para alimentar o dominador português.

Mais tarde, com a chegada de levas de negros africanos para o trabalho no corte da cana, não só a demanda por alimentos cresceu, mas também a produção ganhou mais braços. A participação dos negros no cultivo de víveres ocorreu por meios diferentes e nem sempre voluntários. A grande propriedade precisava alimentar-se. Brancos e negros tiveram nos alimentos que foram produzidos no interior da plantation a base de sua subsistência. Os domingos eram destinados para que os escravos plantassem as suas roças. Assim, “[...] não há dúvidas de as atividades camponesas dos escravos eram secundárias em relação ao escravismo dominante”, conforme Cardoso (2009, p. 101), uma “brecha camponesa”, mas as roças dos escravos garantiam a subsistência dos habitantes locais.

A tolerância da atividade campesina dentro da grande propriedade foi uma medida adotada pelos grandes proprietários de terra, especialmente quando as fugas e rebeliões dos escravos passaram a ameaçar a estabilidade da ordem escravocrata. Essa medida, entretanto, parece ter sido excepcional, como nos diz Schwartz (2001, p. 105), “É quase certo que a existência do direito dos escravos à propriedade e certo grau de autonomia resultassem de uma série constante e mutável de acordos e negociações que variavam de uma região para outra, ou mesmo de um latifúndio para outro, com o tempo”.

Permitir ao escravo - é menos do que o direito indicado por Schwartz -, plantar e colher autonomamente dentro da propriedade foi um expediente limite, expressão de um ato desesperado dos senhores de terra para evitar fugas e garantir a mão de obra necessária ao plantio e ao corte da cana. Com essa concessão, os escravos produziam e comercializavam uma fração daquilo que produziam e, a partir do momento que tivessem recursos suficientes, podiam, até, comprar a própria liberdade. Outra fonte de produção de alimentos foi constituída pelos negros fugitivos, escondidos nas matas,

organizados em comunidades que desafiavam a ordem escravocrata. Os rebelados organizaram as suas plantações, quase sempre destinadas à própria subsistência, mas também foram capazes de gerar excedentes que eram vendidos ou trocados nas vilas e cidades.

Essas atividades agrícolas estão na raiz da formação do campesinato brasileiro, mas não é comum encontrar referência a elas como experiências camponesas.

Wanderley (2009, p. 156), ao investigar as raízes históricas do campesinato brasileiro, nos diz que “[...] o campesinato brasileiro tem características particulares - em relação ao conceito clássico de camponês - que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da História social do País”. Na mesma direção, Alberto Passos Guimarães, em “Quatro Séculos de Latifúndio”, esclarece que

[...] temos uma particularidade importante de nosso desenvolvimento histórico. Enquanto noutros continentes, e após iniciada a civilização (na Grécia e Roma antigas, na Físia, em Flandres e no Baixo Reno) a propriedade latifundiária surge e se desenvolve sobre as ruínas da pequena propriedade camponesa – em nosso país, ao contrário, a propriedade latifundiária foi implantada primeiro, e a pequena propriedade camponesa somente vai surgir muito tempo depois, quando o rígido sistema latifundiário começa a decompor-se (Ibidem, 1989, p. 110).

Compreender o modelo de ocupação do território, a dinâmica de formação da nossa sociedade e os conflitos decorrentes desse processo é imprescindível para estabelecer adequadamente as origens e a conformação do campesinato brasileiro, eles são fenômenos imbricados. O povoamento do Brasil aconteceu sob a grave marca do latifúndio, da monocultura e da escravidão. Nesse contexto, o campesinato brasileiro nasceu enfrentando grandes impedimentos e com eles é obrigado a conviver até os dias de hoje. Esse processo, comum aos países colonizados no contexto da expansão capitalista ocorrida a partir do século de XVI, deixou cicatrizes profundas e ímpares.

A resistência e a fuga dos índios e negros, a resistência dos negros libertos em se integrar ao regime das grandes propriedades ou de viver às margens das cidades e vilas, assim como o crescimento da população de pobres e livres, contribuiram para a formação de comunidades rurais isoladas, fatos que nos dão razões históricas para reconhecer que

Sempre existiu uma população rural livre na colônia, porém os anos de meados do século XVIII parecem ter sido importantíssimos para a sua formação. Os motivos desse processo nunca foram estudados em

profundidade, porém é certo que contêm fatores tanto econômicos quanto demográficos (SCHWARTZ, 2001, p. 133).

Guillermo Palacios, em estudo sobre a formação do campesinato no Nordeste oriental de Pernambuco no período de 1700 a 1817, nos diz que

A primeira metade do século XVIII foi na história agrária do Nordeste oriental do Brasil um período no qual se conjugaram diversas condições determinantes para o surgimento e a expansão de uma agricultura não escravista relativamente vigorosa, de base familiar, que se teria propagado, especialmente a partir da década de 1720, pelas fertilíssimas áreas dominadas originalmente pelas plantações açucareiras escravistas (PALACIOS, 2004, p. 113).

O surgimento das comunidades de “pobres e livres” foi fato decisivo para a formação do campesinato brasileiro. Esses “Intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa” (GUIMARÃES, 1989, p. 114). Entretanto, sobre a existência de comunidades de agricultores pobres e livres no interior da sociedade colonial, expressão que dá conta de agrupamentos de brancos pobres, índios e negros livres, podemos afirmar que “[...] nada ou quase nada consta sobre as condições sociais, a organização interna ou os sistemas culturais” das mesmas (PALACIOS, 2004, p. 80).

A existência dessas comunidades durante muito tempo foi negligenciada ou mesmo negada pelas classes dominantes e por parte da nossa literatura.<sup>3</sup> Essa tentativa de indeferimento histórico do campesinato feito pelas classes dominantes e seus intelectuais, porém, não alcançou pleno sem êxito.

No interior da ordem escravocrata, as comunidades campesinas estiveram sempre entre a pressão do Estado e a dos latifundiários. Entre outras coisas, isso demonstra que, para além da tentativa reduzir a atividade campesina a uma atividade complementar da grande agricultura agroexportadora, modelo estratégico definido pela Coroa portuguesa para o sucesso do seu projeto colonial, o campesinato tinha os seus próprios interesses, muitos deles conflitantes com os projetos dominantes. Corretamente nos diz Guimarães que “Jamais, ao longo de toda a história da sociedade brasileira, esteve ausente, por um instante sequer, o inconciliável antagonismo entre a classe dos

---

<sup>3</sup> A essas comunidades foi atribuído pelo poder dominante da época um caráter permanentemente marginal. Palacios (2004) e Lindoso (2005b) analisam fartamente esse fenômeno e demonstram que a presença do campesinato na ordem escravocrata representava uma afronta e uma impertinência. Tratá-los como marginais foi um recurso ideológico fartamente utilizado.

latifundiários e a classe camponesa, tal como igualmente sucedeu em qualquer outra parte do mundo” (GUIMARÃES, 1989, p. 110).

O campesinato brasileiro traz na veia o sangue dos seus antepassados mais distantes: o índio, o negro, o branco pobre e os pobres e livres, a mistura de todos eles, a mistura dos de baixo numa sociedade perversamente desigual desde as suas origens. A categoria pobres e livres, de identidade ímpar, é mais do que a expressão de uma rica mistura étnica, representa o advento de um sujeito histórico composto em contraste com o modelo dominante da sociedade colonial, consolida o campesinato como categoria política no Brasil e como importante fração da incipiente classe trabalhadora brasileira. A luta pela terra no Brasil, em todos os tempos, é a luta contra o capital em suas diferentes configurações. Entretanto, foi com o advento do campesinato que isso assumiu uma conformação de luta de classes.

### **3- A formação do campesinato alagoano**

O povoamento de Alagoas, antiga Província de Pernambuco, começou pela região norte onde estava “levantado o maior número – entre os quais os melhores - dos nossos engenhos de fabricar açúcar” (SANT’ANA, 2011, p. 20). Nas terras da região norte, além do açúcar, havia o plantio da mandioca e de outros víveres, do tabaco e do algodão. A presença do pequeno produtor era notada nas terras devolutas, dentro das matas ou nas grandes propriedades, em regime de arrendamento e tolerada com mais facilidade durante os períodos de crise do setor canavieiro.<sup>4</sup>

A presença do campesinato na região canavieira se dá em claro conflito com a grande propriedade da terra. Um exemplar privilegiado desse fenômeno pode ser encontrado no conflito conhecido como Guerra dos Cabanos, ocorrido no Litoral Norte de Alagoas e Litoral Sul de Pernambuco, “entre os anos de 1832 e 1836 e 1836 e 1850, numa área de 300 km de extensão e 60 km de largura, envolvendo cerca de 50 mil pessoas” (LINDOSO, 2005a, p. 17), revoltosos, também conhecidos como

---

<sup>4</sup> A presença de pequenos produtores e seus dependentes no interior da grande propriedade foi tolerada em alguns momentos, funcionou como uma estratégia de contenção de uma população que poderia servir de mão de obra, de massa de manobra e expressão de poder político nas disputas entre os grupos de poder ou mesmo como tropa particular durante conflitos com outros potentados locais.

mucambeiros ou papa-méis.<sup>5</sup> Esse movimento cujo conteúdo inicial fora restaurador e absolutista e liderado por senhores de engenhos, numa segunda fase, “se transformaria numa guerra insurrecional popular, com liderança própria” e de “natureza antiescravista, antilatifundiária” (Ibidem, p. 19).<sup>6</sup>

Não surpreende a grande quantidade de envolvidos no conflito, embora não existam informações precisas, estima-se a presença de milhares de pobres e livres na Capitania de Pernambuco nos séculos XVIII e XIX.<sup>7</sup> O grande número de camponeses nesse período, envolve diferentes razões, entre elas o aumento das fugas e da resistência ao sistema de escravidão, o avanço das comunidades mucambeiras, as crises e falências periódicas de propriedades açucareiras em decorrência das mudanças de humor do mercado internacional do açúcar, o aumento do preço da mão de obra escrava, o movimento de retorno de milhares de pobres e livres quando ocorreu a crise do ouro em Minas Gerais, bem como a proliferação de camponeses estimulados pelo plantio de produtos de valor comercial destacado para exportação.

O tabaco, certamente, foi o primeiro produto agrícola a atrair o campesinato para uma produção comercial em maior escala, “[...] a partir de 1720 é sintomático o ritmo crescente de referências nas fontes à produção de tabaco em territórios da Capitania Geral de Pernambuco e, em especial, na comarca de Alagoas” (PALACIOS, 2004, p. 40). O *boom* comercial do tabaco durou até o final do século XVIII, quando perdeu fôlego e transformou-se numa cultura secundária. Em seguida, foi substituído pelo algodão, produto de fôlego comercial mais longo e mais forte, mas também de extensão territorial mais elástico, [...] difundiu-se como uma verdadeira praga desde o sul da comarca de Alagoas até os limites ocidentais da Capitania do Ceará, desde o litoral, até o clima árido do distante sertão (PALACIOS, 2004, p. 131).

O campesinato da região constituiu-se com um claro senso de participação no mercado. Além dos víveres excedentes, quando havia, a produção do tabaco e do algodão tiveram esse fim. Esse fato é importante para compreender o processo de

---

<sup>5</sup> “O papa-mel cabano era o negro, pobre, fugido como o quilombola do sistema de escravidão, e que se unia a brancos pobres e índios” (LINDOSO, 2005b, p. 23).

<sup>6</sup> O geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade também fez um belo trabalho historiográfico sobre esse conflito, publicado com o título de “A Guerra dos Cabanos”, Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1965. Outro trabalho importante sobre o mesmo evento histórico é a tese de doutoramento do historiador alagoano Luis Sávio de Almeida, “Memorial Biográfico do Capital de Todas as Matas”, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995.

<sup>7</sup> Louis Couty, em 1861, estimou existirem seis milhões de pobres livres no Brasil, o que significava, ainda segundo o mesmo, a metade da população brasileira da época (FREYRE, 2000, p. 35).

formação e a atuação política do campesinato nordestino e alagoano. Decorre dele, por exemplo, a aliança firmada entre o campesinato e o capital comercial representado por comerciantes volantes de pequeno porte estabelecidos nas vilas e cidades nascentes.

Essa aliança trouxe à tona tensões existentes entre o grande e o pequeno capital, entre o capital comercial e o agrícola (em Pernambuco, tais conflitos dispararam a Guerra dos Mascates), mas também foi importante para a configuração do complexo campesino, em oposição ao complexo canavieiro na sociedade colonial. A aliança entre o campesinato e os comerciantes volantes, entretanto, sofreu um golpe fatal com a perda de valor comercial do algodão no mercado internacional, cujo “[...] desinterêsse dos nossos agricultores pelo seu plantio, passou a ser notado a partir da safra de 1872-73, quando foram armazenados apenas 69.716 sacos, contra 138.382 da safra anterior” (SANT’ANA, 2011, p. 57). Nesse momento, a cana recuperara valor comercial e suas pretensões de cultura absoluta, acontecimento que vai ser decisivo para a subordinação do campesinato pobre e livre e para a constituição do morador de condição.<sup>8</sup>

Esse processo ocorre a partir de um conjunto de medidas articuladas pelo grande proprietário e os governos provinciais para o desmantelamento das comunidades de camponeses pobres que ou foram subordinados ou migraram para o Agreste e o Sertão. A proibição da plantação das lavouras comerciais, a expulsão das matas e sua posterior ocupação pelos grandes proprietários, bem como a adoção de outros expedientes restritivos à produção e comercialização, foram fatores que enfraquecem econômica e politicamente os agricultores pobres e livres do Litoral e da Zona da Mata.

A participação no mercado através de culturas de maior demanda e de valor comercial superior como o tabaco e o algodão fortaleceu o campesinato. Por outro lado, o posterior recuo da procura e dos preços desses produtos o fragilizou. Isso demonstra, coerente com Ianni (2004, p. 160-172), que, quando subordinado ao mercado, o camponês é posto, retirado e repostado no circuito de acumulação capitalista, conforme as leis do capital. Quando a indústria têxtil inglesa precisou de algodão, inclusive com o governo colonial brasileiro incentivando o plantio, as plantações de alimentos foram convertidas em campos de produção da fibra e o camponês assumiu o papel de exército agrícola de reserva do capital internacional (WOLF, 2003).

---

<sup>8</sup> Uma leitura imprescindível sobre esse tema é obra “Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais”, de Christine Rufino Dabat, publicada em 2012, pela Editora Universitária da UFPE.

Entretanto, no Brasil e não acreditamos que em qualquer outro lugar do mundo, nunca foram as leis do mercado suficientemente fortes para garantir a grande plantação e nem para destruir o campesinato. O Estado brasileiro sempre cumpriu papel destacado para a formação do latifúndio monocultor e para a sua permanência enquanto segmento dominante na economia brasileira. Papel absolutamente inverso ele assumiu com a pequena produção agrícola, especialmente quando ela feria os interesses da grande lavoura.<sup>9</sup> No período colonial, o combate e a perseguição implacável do Estado brasileiro ao campesinato, culminou, com o fim da escravidão, por impor-lhe a condição de morador de engenho e de mão de obra substituta do escravo.

Em Alagoas, a utilização do trabalho livre é bastante anterior ao fim da escravidão, mas perfeitamente situada no contexto da crise do escravismo. O “Mapa geral do ano de 1827 da população do termo de Ordenanças da Capital de Alagoas”, documento citado por Sant’Ana (2011, p. 149), nos dá conta da

[...] existência de 37 senhores de engenho, 1.088 lavradores de mandioca, 348 “lavradores de lavoura”, 333 jornaleiros, etc., e refere-se taxativamente a 141 **lavradores de canas**, ao que tudo indica homens livres, como mencionados **jornaleiros**, que deviam eventualmente prestar serviços à agro-indústria do açúcar (grifos do autor).

Como vemos, os dados destacam um expressivo número de lavradores de mandioca, ainda que não registre o cultivo de outras lavouras pelos pequenos agricultores. A categoria “lavradores de lavouras” poderia indicar que outras culturas destinadas à alimentação, mas é bem provável que fosse essa denominação dedicada aos senhores de terras, plantadores de cana, mas não senhores de engenhos. Os “lavradores de cana”, certamente homens livres dedicados ao trabalhado pago por jornadas realizadas e que constituem um fenômeno ainda muito comum no mundo canavieiro alagoano.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Não abordamos aqui o acontecimento histórico de incentivo do Estado brasileiro à migração de trabalhadores europeus e o assentamento destes em colônias em áreas do Sul e do Sudeste do país no século XX. Esse fenômeno é amplamente complexo para tratar aqui.

<sup>10</sup> Atualmente, ainda que já haja um piso salarial negociado entre as partes envolvidas, patrões e empregados, a manutenção do regime de pagamento por produção é um instituto defendido pelos dois lados como parte da cultura do mundo canavieiro. Quanto mais o trabalhador produz mais ele ganha, o que lhe parece vantagem, pois o salário que recebe é insuficiente para satisfazer as suas necessidades. Por outro lado, a taxa de mais valia do patrão é acentuada e a exploração do trabalhador elevada a condições extenuantes. Esse mecanismo, o de maior ganho por produção, à medida que acelera o ritmo, também aumenta o número de acidentes de trabalho.



O lugar do homem livre no interior do latifúndio foi marcado pela pobreza e pela opressão. Impedido de ter o seu pedaço de terra e de nele produzir aquilo que melhor lhe aprouvesse, resistiu à dominação do senhor de engenho com aquilo que lhe restava, um pouco de liberdade. A mobilidade permanente de um engenho para outro, um deslocamento contínuo, algumas vezes quase nômade, lhe dava alguma possibilidade de enfrentamento de uma ordem social injusta, fato que só era possível devido a carência de mão de obra no mundo canavieiro e ameaçado apenas pela presença de trabalhadores migrantes, fugitivos das secas e estiagens do Sertão e do Agreste. A migração definitiva também foi um recurso de resistência política (WOLF; 2003; CASTRO, 2004).

A posse dos territórios do Agreste e do Sertão foi um desafio particular para a Coroa portuguesa. Quando o domínio da região alcançava algum progresso, vinha uma seca desmanchava o construído e expulsava os habitantes. Mesmo os índios, que viviam naquelas terras fugindo da escravidão e da violência do colonizador, não suportavam os períodos mais críticos e migravam (ANDRADE, 2010).

É tarefa impossível datar com precisão a chegada dos pobres livres no Sertão e no Agreste alagoano, isso ocorreu em diferentes momentos históricos. Porém, certo é que ao migrarem os pobres e livres tiveram que disputar espaço com os índios e com os grandes pecuaristas de gado,<sup>11</sup> desde o século XVI se tem notícias da presença de ambos na região e de conflitos cruéis nos quais os índios lutaram pela posse da terra e contra a escravização.

A ocupação da região, tal qual conhecemos atualmente, no final, das contas, parece determinada pelas razões maiores do projeto colonizador, mas precisamos reconhecer a presença dos contraditórios históricos para compreender adequadamente esse fenômeno. Ainda que não tenha tido a mesma importância econômica do açúcar,<sup>12</sup> as fazendas de gado aparecem para a história como a principal causa de povoamento, através delas a “expropriação das terras indígenas, povoamento e exploração dos recursos naturais, além da integração ao processo mercantil”, conforme o roteiro do projeto colonial, foi alcançado (SILVA, 2007, p. 47). Noutra perspectiva, a migração de

---

<sup>11</sup> A partir de 1701, com a Provisão Régia determinando o afastamento do gado por dez léguas do litoral, a disputa pelas terras do Sertão e do Agreste ficou ainda mais grave. Na região foram criadas diversas fazendas de gado e o Sertão, especialmente, foi dominado pelo latifúndio.

<sup>12</sup> Furtado, 1998; Andrade, 1998; Oliveira, 1981.

milhares de pobres e livres foi acontecimento decisivo para instituir a presença da pequena propriedade na região e para impor ao projeto latifundiário algum limite.

Entre os motivos da migração inter-regional merecem destaque a proibição do uso das matas, da plantação de algodão e a perseguição do Estado colonial aos pobres e livres na zona canavieira, assim como o avanço dos grandes proprietários sobre as terras por eles ocupadas. Um fato que contribuiu para a migração para o Sertão e o Agreste foram as permanentes campanhas de recrutamento militar realizadas pelo governo colonial.

Os camponeses jovens eram os preferidos para o serviço militar, o que privava a agricultura de braços porque eles eram recrutados ou porque fugiam para as matas ou para regiões distantes, leia-se, os ‘sertões’, para escapar do recrutamento.<sup>13</sup> Entre as consequências disso, destacam-se o aumento da pobreza campesina, uma menor produção e o aumento do custo dos alimentos, o desabastecimento, fome e o desespero nas vilas e cidades,<sup>14</sup> enfim, a intranquilidade na Colônia. Em 1774, diz-nos Palacios (2004, p. 182-183), que nas terras da Capitania de Pernambuco foi desenvolvida uma “intensa” e “encarnçada” campanha de recrutamento, o que despertou também uma “feroz resistência dos agricultores pobres e livres”. Anos depois, em 1790, informa-nos outra vez Palacios (Ibidem, p. 161), que “as franjas do chamado ‘agreste’, a zona intermediária entre a área açucareira e o sertão”, já eram amplamente povoadas por comunidades de agricultores pobres.

Apesar das poucas fontes de que dispomos, podemos inferir que a vida dos pobres e livres no Agreste e no Sertão, especialmente no começo, aconteceu em condições de existência talvez mais graves e mais instáveis que aquelas vivenciadas no Litoral e na Zona da Mata.<sup>15</sup> Mais não havia alternativas e alguns fatos parecem decisivos para confirmar a migração dos pobres livres para a região como um acontecimento decisivo. Na região canavieira não havia lugar para eles viverem com autonomia, ou aceitavam a subordinação ao grande proprietário ou migravam. No

---

<sup>13</sup> Palacios, 2004, p. 182-183.

<sup>14</sup> Sobre as condições alimentares na sociedade colonial nos diz Freyre (2000, p. 39): “Má nos engenhos e péssima nas cidades: tal a alimentação da sociedade brasileira nos séculos XVI, XVII e XVIII. Nas cidades, péssima e escassa”.

<sup>15</sup> Não é possível passar ao largo desse tema. Diferentes autores tratam dele sempre de forma muito grave. Freyre (2000, p. 34-35), define-os como livres, mas “miseráveis”, “débeis e incapazes” e “párias inúteis”. Couty, citado por Freyre (p. 35), em 1881, diante da grave situação em que encontra os pobres e livres, entre eles os do Sertão, afirma que “no Brasil não tem povo”. Palacios (2004, p. 32), reproduz uma expressão segundo a qual os pobres e livres aparecem como os “mais indigentes de Pernambuco”.

Sertão e no Agreste as garras perversas do Estado tinham mais dificuldades para alcançá-los e isso lhes trazia algum conforto e sossego. As novas terras, por sofrerem com as estiagens e as secas, por não abrigarem a cana, geravam menos disputas que as anteriores - ainda que não tenham sido poucos os combates com os fazendeiros e mesmo com os índios da região.

Por todas essas razões e, certamente, tantas outras, consideramos fundamental reconhecer que a presença guerreira dos pobres e livres demarcou uma composição geográfica diferente para o usufruto da terra no Agreste e no Sertão, marcas que chegam aos dias atuais. Sobre o primeiro, por exemplo, Manuel Correia de Andrade (1998, p. 152), nos diz que “[...] nesta região o pequeno imóvel, ao contrário do que ocorre na região da Mata e do Sertão, [...] mais de 85% dos estabelecimentos agropecuários são formados de pequenas propriedades ou explorações com extensão inferior a 20 hectares, embora disponham de 14% da área regional”. No Sertão e no Agreste alagoano vivem aproximadamente um milhão de pessoas, destas cerca de duzentas e cinquenta mil estão ocupadas na agricultura familiar. São remanescentes dos pobres e livres que por diferentes destinos chegaram à região e ainda hoje lutam e resistem contra os modelos totalizantes de uma sociedade que foram implantados no período colonial.

#### **4- Conclusão**

A primeira característica do trabalho campesino é a produção de alimentos. A produção sistemática dos bens vitais à sobrevivência por meio do trabalho organizado e disciplinado, característica fundamental da agricultura, define homens e mulheres camponeses.

A análise histórica não deixa dúvidas sobre a dinâmica capitalista de ocupação do território brasileiro e nem do papel disciplinador econômico e social do capital. Entretanto, o sistema capitalista é marcado por profundas contradições – a contradição de classes é a maior e mais fundamental delas –, mas também, para boa compreensão da formação social brasileira, devemos registrar os momentos de tensão entre o capital nacional, nascente, e o capital internacional, em profusa transformação no contexto da revolução industrial. Nesse ambiente, o campesinato parece condenado a servir aos interesses do capital, seja ele nacional ou internacional. Quando os interesses, porém, são excludentes entre si, ele parece obrigado a atender a um dos dois. Mas, o roteiro da história tem espaço para outra variante. O campesinato, “[...] um corpo *subversivo*

dentro da ordem sociopolítica colonial, um foco crescente de contradições” (PALACIOS, 2004, p. 115), também tem os seus interesses, configura-se como portador do seu próprio projeto. No limite, esse projeto pode ser o de existir, dadas as precárias condições de vida às quais estava submetido, mas também o de existir para além da sobrevivência e da precariedade.<sup>16</sup> Não fosse real essa ‘variante histórica’, não estaria a história brasileira tão cheia de insurreições camponesas.

A presença do campesinato não decorre dos movimentos do capital, mesmo que em alguns momentos eles pareçam diacronicamente combinados. Em toda a história do Brasil, nas terras de Alagoas o movimento cabano é a maior prova disso, o campesinato representou uma ameaça aos interesses do capitalismo nascente, foi um incômodo só removido com muita violência. A resistência camponesa não pode ser reduzida a um simples movimento de adaptação ao modelo dominante regido. Numa sociedade que nasceu sob o signo da profunda concentração de terra e riqueza, ainda quando incorporado ao mercado, o campesinato fere os interesses do grande capital nacional, aliás, nos momentos de maior e por suas movimentações no interior do sistema cumpre o papel de revelar as suas profundas contradições.

Os contatos inevitáveis com o mercado não podem ser interpretados apenas como rendição à lógica dominante na nossa sociedade e nem muito menos à ausência de um projeto político próprio. Muito pelo contrário, os camponeses constroem suas alternativas de existência dentro da lógica do capital, mas não significa conformação com as mesmas, tentar reduzi-los à categoria de trabalhadores para o capital é condená-los ao desaparecimento, não é isso que indica a realidade.<sup>17</sup> O campesinato não é uma invenção do capital, a menos que acreditemos que a história também o é.

## 5- Referências bibliográficas

---

<sup>16</sup> As comunidades camponesas brasileiras, próximas daquilo que Eric Wolf (2003, p. 130) delineou como “comunidades abertas”, mesmo quando produziram para o mercado externo, o algodão foi o produto com maior apelo comercial a que se dedicaram, não acumulou riquezas, suas existências podem ter melhorado, mas não consta que tenham enriquecido. Esse mercado era controlado pelos atravessadores e monopolizado pelos grandes produtores.

<sup>17</sup> Em Alagoas, por exemplo, nos últimos dez anos, o número titulares de lotes da reforma agrária quase que dobrou e o percentual de terras ocupadas por esse segmento aumentou em proporção parecida (LESSA, 2013, p. 316).

ANDRADE, Lopes. **Introdução à Sociologia da Seca**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A Brecha Camponesa no Sistema Escravista. In: WELCH, Clifford Andrew... [et al]. **Camponeses Brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**: O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

IANNI, Octávio. **As Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LESSA, Golbery Luis. Um Programa Agrário para a Esquerda Alagoana. In: ALMEIDA, Sávio; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). **Terra em Alagoas**: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013.

LINDOSO, Dirceu. **A Utopia Armada**: rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: EDUFAL, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Interpretação da Província**: estudo da cultura alagoana. Maceió: EDUFAL, 2005b.

OLIVEIRA, Chico. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e Escravidão no Brasil**: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco: 1700-1817. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PALMEIRA, Moacir. **Casa e Trabalho**: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. In: *Contraponto*, Niterói, 2 (2): 103-114, nov. 1977.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOLF, Eric R. **Antropologia e Poder.** Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. **Serra dos Perigosos:** guerrilha e índio no sertão alagoano. Maceió: EDUFAL, 2007.

## **GT 03 - O rural na história do Brasil**

### **Posseiros, comunidades negras rurais e grileiros: conflitos agrários no Baixo Sul da Bahia-1960-1980**

**Egnaldo Rocha da Silva<sup>1</sup>**

#### **Resumo:**

Este texto apresenta e discute questões referentes aos conflitos envolvendo posseiros, comunidades negras rurais e grileiros no Baixo Sul da Bahia, entre as décadas de 1960/80; em alguns casos tais conflitos resultaram em disputas judiciais, onde os grileiros geralmente obtinham ganho de causa, estes atuavam com o auxílio de agentes públicos locais. A partir das expropriações de terras ocupadas por famílias negras, elites regionais constituíram seus impérios latifundiários.

**Palavras-chaves:** Comunidade negra rural; Conflito agrário, Posseiros.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, pesquisador do Núcleo de Estudos Culturais: Histórias, Memórias e Perspectivas do Presente - PUC/SP. E-mail: egnaldors@yahoo.com.br.

## Introdução

A inserção de negros e negras na sociedade brasileira pós-abolição descortinou inúmeros desafios a serem enfrentados, tanto no universo urbano quanto rural. É sobre este último que trataremos nesse texto. O desafio de conquistar e permanecer em um quinhão de terra perseguiu as comunidades negras por todo o Brasil ao longo do século XX e persistem nos dias atuais; os conflitos envolvendo as comunidades remanescentes quilombolas são prova disso. Assim, buscaremos neste artigo compreender as estratégias e lutas da população negra no pós-abolição para ter acesso a terra e para resistir à ação de grileiros e permanecer em suas posses, em muitos casos chegando a litigar na justiça ações de manutenção e reintegração de posse contra grileiros que buscavam apropriarem-se de suas terras, contudo infelizmente, quase sempre perdiam a causa.

Para tanto, apresentaremos alguns conflitos agrários resultantes da luta pela permanência na terra por posseiros/roceiros ante a ação de grileiros no território do Baixo Sul da Bahia, mas especificamente na cidade de Ituberá-BA,<sup>2</sup> entre as décadas de 1960/80. Aqui analisaremos o caso do roceiro Eugenio Ventura, da família de Manoel Catarino dos Santos e dos posseiros Constantino Ventura de Jesus, Manoel Domingos de Jesus dos Santos e Domingos Teodoro dos Santos. Estes tiveram suas posses invadidas respectivamente pela Companhia de Melhoramentos Rurais e Urbanos da Bahia-COMEBA, pertencente ao empresário da construção civil Norberto Odebrecht, Erico Leite, e o então Delegado de Terras Joaquim Batista Aragão. Em todos esses casos tiveram singular atuação agentes públicos, a exemplo de oficiais de cartório, do próprio Delegado de Terra<sup>3</sup> e funcionários públicos municipais.

---

<sup>2</sup> O município de Ituberá está situado geopoliticamente na microrregião cacauêira, palco de incontáveis conflitos agrários desde meados do século XIX, quando as fazendas de cacau começaram a se expandir, apoiadas na exploração do trabalho escravo, até as décadas finais do século XX. Os conflitos agrários nas terras do cacau inspiraram literatos e romancistas que os retrataram em clássicos da literatura regional. Cf: FILHO, Adonias. **Sul da Bahia: chão de cacau**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976; AMADO, Jorge. **Terras do sem fim**. 39 ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.

<sup>3</sup> Os Delegados de Terras na Bahia foram figuras centrais no processo de expropriação de terras e, consequentemente, para acumulação destas por parte dos fazendeiros. Esse cargo foi criado por meio da Lei Estadual nº 198, de 21 de agosto de 1897, os artigos 208 e 209, respectivamente, da referida Lei, previam que, para cada distrito de “medição”, seria nomeado “pelo Secretário da Agricultura um delegado da Inspeção Geral”, sendo que este usaria, em suas relações, oficiais, da denominação de delegado de terras. Em 12 de outubro de 1902, o Governo do Estado da Bahia promulgou a Lei nº. 447, que potencializou o poder de ação dos delegados de terras. O artigo 7º estabelecia que estes “[...] terão as atribuições dos comissários de polícia nas diligências para verificação dos delitos referentes a terras do Estado” (Cf: SILVA, 2013, p. 152-153).



### O caso do velho Eugenio Ventura

Em 17 de julho de 1961, compareceu perante o juiz da cidade de Ituberá-BA, o velho Eugenio Ventura, negro, agricultor, então com 71 anos, para denunciar que “há oito meses, sob a gratuita afirmação de que é dono do imóvel, o invadiu a Companhia de Melhoramentos Rurais e Urbanos da Bahia, mais conhecida como COMEBA”, empresa pertencente ao empresário da construção civil Norberto Odebrecht, com camaradas armados e sob ameaças o expulsou” de suas terras. Por ter sido pego de surpresa pela ação violenta dos representantes da COMEBA, e por “falta de proteção eficaz, teve que se conformar, momentaneamente, como esbulho” (Ação de Reintegração de Posse, p. 02. Doravante, A.R.P, seguida da pagina).<sup>4</sup>

Tal sorte de terra “denominada Mina Nona”, localizada na zona rural do município de Ituberá, o velho Ventura alegava ter adquirido “por meio de labor próprio” há mais de trinta anos, onde cultivava, colhia e vendia suas safras: cacauzeiros, craveiros, cafeeiros, mandioca entre outras. Ao comparecer perante o juiz de Ituberá para expor as agruras pelas quais passava e reclamar seus direitos, Eugenio Ventura declarou que:

A cerca de um ano, aproximadamente, apareceram na sua posse os srs. Emiliano, Antonio Moreira e Agenor, oficial de justiça; que Agenor nada disse e nem fez medição; que nesta ocasião Emiliano e Antonio Moreira, acompanhado de uns dez homens e ainda Dr. Macêdo,<sup>5</sup> procederam à contagem de seus bens e benfeitorias a mando do Dr. Norberto Odebrecht; que Dr. Norberto mandou medir a dita posse para ter conhecimento do que tinha dentro da mesma, porém não era para comprar; que desta data (17 de julho de 1961) em diante ficou sem direito a sua posse; que dias depois foi fazer a colheita do seu cacau e quando estava subido num cacauzeiro chegou o Sr. Antonio Moreira, de revolver na cinta e disse para ele não colher cacau ali, pois ele bem sabia que era da Companhia; que diante disso desceu do cacauzeiro, e veio juntamente com Antonio Moreira até esta cidade (Ituberá), onde falaram com as autoridades (ARP, p. 03).

Em 16 de março de 1962, o juiz de direito da comarca de Ituberá, Artur César Costa Pinto, mandou intimar as testemunhas arroladas por Eugenio Ventura: Manoel Braz,<sup>6</sup> Jorge

---

<sup>4</sup> Cartório dos Feitos Cíveis da Comarca de Ituberá. Processo nº 08/62, reg. no livro nº 1, fls. 12-85. Processo de Reintegração de Posse, movido pelo possessor Eugenio Ventura contra a Companhia de Melhoramentos Rurais e Urbanos (COMEBA), e seu diretor presidente Norberto Odebrecht, p. 95.

<sup>5</sup> Joaquim Batista de Macedo foi Delegado de Terra do município de Ituberá até o final da década de 1980. Mais adiante trataremos do conflito do qual ele foi um dos protagonistas.

<sup>6</sup> Os Irmãos Manoel Braz e Candido Braz, em 1963, também tiveram sua posse invadida, desta vez pela Sociedade Agrícola São José LTDA (SAGRIL). Cf: Ação Ordinária para Indenização Benfeitoria, movida pela Sociedade Agrícola São José (SAGRIL), contra Candido Braz. Cartório dos Feitos Cíveis da Comarca de Ituberá. Processo nº. 102/63, reg. No livro nº. 01, fls. 11-116.

Patioba, Paulino do Amor Divino, Ismerino Patioba e Alberto Rocha, para prestarem seus depoimentos em audiência marcada para o dia 03 de abril de 1962. Citemos aqui o testemunho de Jorge Mathias, conhecido por Jorge Patioba, 57 anos, agricultor, cuja posse situava no lugar denominado Vagido, município de Camamu-BA. Jorge Mathias informou inicialmente que há mais de trinta anos, o velho Eugenio Ventura “comprou uma posse de terra, sem plantações, sem benfeitorias, denominada ‘Mina Nova’, situada no local denominado ‘Juliana’, que comprou em mãos de Manoel da Hora”, cujo preço não sabia informar; informou ainda que o velho Ventura foi proibido de fazer qualquer trabalho na sua posse, “por ordem do Sr. Antonio Moreira e Emiliano de Tal, sob alegação de que toda a faixa de terra da Juliana<sup>7</sup> é de propriedade do sr. Norberto Odebrecht”, e mais, “que referidos cidadão ainda advertia o velho Ventura que se insistisse em trabalhar na referida posse, seria preso na cadeia Pública desta cidade; que não satisfeitos, afinal expulsaram o velho da referida posse” (ARP, p. 09). A partir de então, o velho Ventura passou a morar na Massaranduba, em companhia de Constantino, um de seus filhos.

Após ouvir as testemunhas arroladas por Eugenio Ventura, o juiz concedeu-lhe a Reintegração de Posse liminarmente, assim justificando sua decisão:

As quatro testemunhas, unanimemente, provaram o alegado na inicial, ou seja, que o postulante, faz mais de trinta (30) anos, possuía, ininterruptamente, o imóvel denominado “Mina Nova”, situado no lugar Juliana neste município, e há oito meses, foi expulso da aludida posse, por intermédio de prepostos – Sr. Antonio Moreira e companheiros armados – da Companhia de Melhoramentos Rurais e Urbanos da Bahia (COMIBA) da qual é interessado o Sr. Norbert Odebrecht. Do exposto, em face da prova apresentada, julgo procedente a justificação, ordenando se expeça mandado de reintegração liminar, nos termos do pedido requerente (ARP, p. 16).

Em seguida, o advogado de Odebrecht, Carlos Vergne dos Humildes, apresentava a peça de defesa de seu cliente, onde alegava – entre outros rapapés jurídicos – que as testemunhas ouvidas, “por ignorância ou por má fé, depuseram em contradição com as informações prestadas pelo autor (Eugenio Ventura)”. Afirmando que:

---

<sup>7</sup> Juliana ou “empreendimento agrícola Fazendas Reunidas Vale do Juliana (FRVJ)” situa-se no município de Igrapiúna, região do Baixo Sul da Bahia; consta na pagina da fazenda na internet que a referida fazenda foi “fundada em 1965, hoje possui aproximadamente 4.822,50 hectares, entre áreas de produção e de conservação, e está inserida em uma Área de Proteção Ambiental (APA), denominada APA do Pratigi. Sua macroestrutura é dividida em Negócios Específicos: Cacau, Pupunha, Piscicultura, Energia, com áreas de apoio: Pessoas e Organização, Meio Ambiente e Infraestrutura, sendo estes, providos de orçamento próprio, com administração individualizada. Lastreada na Tecnologia Empresarial Odebrecht - TEO, filosofia criada e implementada por Norberto Odebrecht”. Informação disponível no site: <<http://valedojuliana.com.br/historia.html>>. Acesso em 24 de mai. de 2014.

A testemunha Jorge Matias vendeu suas benfeitorias à contestante (COMEBA), mas não gostou da indenização. Paulino do Amor divino também possui benfeitorias em terrenos da propriedade da contestante, mas não mantém boas relações, principalmente pela proibição de derrubar matas que os chamados “mateiros” apreciam tanto em excuta-las. A testemunha Alberto Rocha foi movido pelo desejo de ajudar um velho conhecido, pois nunca esteve nas propriedades da contestante. A testemunha Manoel Braz também para ajudar um companheiro e principalmente “para prejudicar o Dr. Norberto Odebrecht”, diretor da Companhia contestante, por proibir a derrubada de matas, como era costume até pouco tempo (ACP, p. 39).

Em seguida, Carlos pontuava que a COMEBA e, por conseguinte Odebrecht, no intuito de “prever e conservar seus direitos” formulou um protesto que foi publicado no Diário Oficial de 12 de dezembro 1952, no qual foram notificados todos os posseiros existentes em terrenos da propriedade da COMEBA, a saber, as fazendas Pau Só, Antuerpia e Passagem, totalizando 126 famílias, alegando ainda que “todas as benfeitorias dos posseiros” haviam sido avaliadas e verificadas pelo “Engº. Fernando Viveiros, designado pelo Departamento de Terras da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia”.<sup>8</sup> Dentre esta centena de posseiros que eventualmente tiveram suas posses e benfeitorias “indenizadas”, a revelia ou não, consta Constantino Ventura, sendo que dos citados, segundo o próprio advogado da COMEBA, “dez negaram-se a receber amigavelmente suas indenizações, inclusive a testemunha Paulino do Amor Divino” (ARP, p. 39). No Diário Oficial citado por Carlos e anexado nos autos do processo, consta que Constantino Ventura dos Santos, possuía uma posse “afastada da rodagem Ituberá-Gandu, perto do rio Serinhaém”, contendo:

Uma casa de taipa e palha, em regular estado, medindo 5m x 8m00 \$3.000,00; 1 casa de farinha, tosca armação de madeira, coberta de palha, utensílios de madeira (roda, rodete, prensa, etc., um alguidar de ferro e outro de flande) \$ 3.000,00; 133 cacauzeiros novos a \$20.00; 1.417 cacauzeiros frutíferos a \$42.00; 21 craveiros safreiros a \$ 60.00; 30 craveiros de 4m00 a \$200.00; 136 craveiros novos de 0m20 a 1m00 a \$30.00; 303 cafeeiros frutíferos a \$20.00; 53 cafeeiros novos a \$10.00; 2 tangerineiras frutíferas a \$30.00; 15 tangerineiras novas a \$15.00; 16 abacateiros frutíferos a \$50.00; 6 abacateiros novos a \$20.00; 18 laranjeiras frutíferas a \$30.00; 22 laranjeiras novas a \$15.00; 6 limeiras frutíferas a \$30.00; 1 limeira nova a \$15.00; 5 limoeiros frutíferos a \$30.00; 25 touceiras de banana a 40.00; 3 tarefas de mandioca a \$4.000,00; 2 mangueiras novas a \$20.00. total \$112.784,00 (ARP/Diário Oficial, p. 42).

Observa-se que em nenhum momento quando da descrição das benfeitorias de Constantino Ventura, nem em nenhum outro trecho do aludido Diário Oficial aparece o nome

---

<sup>8</sup> Conforme consta no protesto formulado e ajuizado na Comarca de Ituberá pela Companhia de Melhoramentos Rurais e Urbanos (COMEBA) e o engenheiro Norberto Odebrecht, publicado no diário oficial do dia 12/12/1959, cuja cópia encontra-se anexada ao processo de “Reintegração de Posse”, movido por Eugenio Ventura (ARP, p. 42-45).

de Eugenio Ventura como um daqueles que tiveram suas posses avaliadas e possivelmente indenizadas.

Como estratégia para obter sucesso em suas ações expropriatórias, os grileiros, a princípio se propunham a comprar as posses dos roceiros, comumente por preços irrisórios, como estes – os posseiros – não tinham título de terra,<sup>9</sup> fator que se configurou como um importante instrumento no processo de acumulação de terras na região, uma vez que o processo de regularização de terras era inacessível para pequenos posseiros pobres e desprovidos de capital social, econômico e cultural para transitar em meio a burocracia dos órgãos do Estado.

Carlos alegava ainda que somente em 1962 apareceu o velho Eugenio Ventura para reclamar seus direitos, acrescentando que ninguém de boa fé poderia acreditar no que afirmava então Eugenio Ventura, uma vez que tendo a COMEBA indenizado mais de 100 posseiros, não teria interesse “em negar pagamento somente a um”, afirmando em seguida, em tom irônico que a COMEBA não poderia praticar “atos de liberalidade. É uma empresa (a COMEBA) e não uma casa pia<sup>10</sup>” (ARP, p.39).

O processo estendeu-se até 20 de setembro de 1965, quando o juiz proferiu a sentença final, dando ganho de causa à COMEBA e destituindo o velho Ventura “do usufruto do benefício da concessão liminar” (ARP, p. 84). Contudo, a contenda estendeu-se por mais alguns anos, tendo Ventura resistido a sua morte em julho de 1969, quatro anos depois, em 09 de agosto de 1973, efetivamente sua família foi expulsa, após diligência acompanhada de “força policial chefiada pelo delegado e sargento Francisco Assis” (ARP. p. 91).

### **Catarino e sua questão com Erico Leite**

*Aí, quando a gente tá aqui, eu tava aqui na roça, e vem um futuqueiro aí em baixo, lá em baixo, na beira do rio, numa gritaige. Gente falando e facção batendo; bate aqui, bate ali, facção no mato, e é vem [...] um monte de homem cortando, abrindo o rumo, diretamente pela beira do rio.*

Santília Ramos dos Santos (Filha de Catarino).

---

<sup>9</sup> Conforme previa a Lei de Terras de 1850 que, em seu artigo 1º, determinava: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”, o indivíduo comprava a terra diretamente do Estado ou de terceiros. GARCEZ, Angelina Nobre Rolin; MACHADO, Hermano Augusto. 2. Ed. **Leis de terra do Estado da Bahia**. Salvador: SEAGRI/CDA/DESAGRO/FBR, 2001.

<sup>10</sup> Segundo o Dicionário web, Casa pia designa Albergue para pobres, Hospício para enfermos e peregrinos. Cf: Dicionário web. Disponível em: <<http://www.dicionarioweb.com.br/esmoliat%C3%B3rio/>>. Acesso em: 28 de jul. de 2013.

A segunda experiência de espoliação de terras chega até nos por meio das memórias dos envolvidos no conflito, que se deu na então comunidade negra rural de Lagoa Santa, que se autorreconhece como remanescente quilombola.<sup>11</sup> Essa comunidade foi vítima ao longo do século XX se sucessiva invasões, a primeira que se tem notícia ocorreu nos idos da década de 1950, protagonizada por Carlos Vergne dos Humildes,<sup>12</sup> e resultou na grilagem<sup>13</sup> das terras de Maria Leonor, e em parte das terras de Serapião Pedro dos Santos, por Carlos Vergne dos Humildes; o segundo aconteceu no final da década de 1960, culminando com a grilagem das terras da família de Manoel Catarino dos Santos por Erico Leite, do qual passamos a nos ocupar agora.

Esses episódios envolveram, direta ou indiretamente, toda a comunidade de Lagoa Santa. Assim como aconteceu no caso anterior, tanto Carlos quanto Erico Leite contaram com a ajuda de terceiros, a exemplo de Vicente Ribeiro dos Santos, conhecido por Vicente Fiscal, e de Emiliano, que era guarda florestal. A atuação desses atores foi importante porque conheciam bem a região e os envolvidos – a família de Leonor e Catarino – e, também, por serem agentes públicos que, comumente, aliavam-se aos grileiros nas investidas para a expropriação de terras de pequenos posseiros. Estes atuavam sob o olhar conivente e tolerante do Estado e de representantes da justiça, estabelecendo, assim, um conjunto de objetivos comuns entre fazendeiros e políticos interessados nas terras ocupadas por posseiros, invadindo-as e fazendo uso de expedientes que iam desde a persuasão de que o posseiro não tinha qualquer direito (documento) que comprovasse a “legalidade” da ocupação até o uso extensivo da violência, ameaçando e atentando contra a vida de pequenos posseiros.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> A comunidade remanescente quilombola de Lagoa Santa luta pela delimitação e regularização de seu território e encontra-se com processo aberto junto ao INNCRA (nº do processo: 4160.001700/2008-73) sendo que o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID foi concluído em 2013 e aguarda publicação do INCRA para dar prosseguimento ao processo.

<sup>12</sup> Carlos Vergne dos Humildes defendeu Norberto Odebrecht na ação que Eugenio Ventura moveu contra ele, também defendeu a Sociedade Agrícola São José LTDA na ação contra o posseiro Candido Braz. Fato que denota que havia uma intrincada rede de colaboração entre este advogado, políticos e empresários e fazendeiros da região cujo objetivo era a prática da grilagem e espoliação de terras ocupadas por posseiros, em sua grande maioria constituída por famílias negras descendentes da última geração de escravizados.

<sup>13</sup> A expressão grilagem não é utilizada pelos entrevistados. Em lugar dela, utilizam o termo “invasão”, embora as memórias e as narrativas reconstituam práticas típicas de grilagem. A prática da grilagem na região sul da Bahia, principalmente na região cacauzeira, ficou conhecida como Caxixe, e o grileiro, como Caxixeiro.

<sup>14</sup> Posseiro, conforme definição de Grynszpan, “é aquele que se encontra na posse, que ocupa um trecho de terra, sem, no entanto, ser seu dono efetivo, ser portador de um título legal de propriedade [...]. Ainda que se caracterize, entre outros elementos, pela ausência de um documento legal de propriedade, a posse enquanto forma de apropriação da terra é, ela mesma, legalmente definida, enquadrada e reconhecida juridicamente” (GRYNSZPAN, 2010, p. 373-374). É nesse sentido que é utilizado, aqui, a categoria posseiro.

Catarino era filho de criação de Maria Leonor e depois que esta foi expulsa de suas terras, ele e sua família foram para uma área de terra vizinha à antiga posse de Maria Leonor, conhecida como Matinha, onde passou a morar com sua mulher e filhos. Área esta, conforme a narrativa de seus filhos, “pertencia” a Julieta Meireles, mulher que se dizia dona de muitas terras na região, inclusive de uma área então vizinha à comunidade de Lagoa Santa. Julieta “consentia” que as famílias de agricultores cultivassem mandioca e “fixassem” residência sazonalmente. Foi o que aconteceu com Catarino, ao encontrar-se na rua da amargura, sem ter para onde ir, foi à procura de Julieta Meireles e pediu-lhe permissão para ocupar um pedaço de no latifúndio que dizia lhe pertencer.

Conforme uma de suas filhas, Santília Ramos dos Santos, a terra que ela, seu pai e irmãos passaram a ocupar, depois que foram expulsos da posse de Maria Leonor, “era de uma mulher que chamava Julieta, de Taperoá. Ela deixou ele [Catarino] trabalhando assim, avulso”.<sup>15</sup> André Tome Ramos dos Santos, conhecido por Juca, também seu filho, narra um pouco das dificuldades que ele, seu pai e irmãos enfrentaram naquela época: “Aí a gente veio morar aqui, nessa áreazinha aqui. Fiquemos morando aqui, muitos tempos aqui. Isso aqui tudo era mata. Isso aqui era uma samambaia, meu amigo, só tinha muito mal aquela trilhazinha de andar. Aí nós saímos de lá e viemos morar aqui”.<sup>16</sup> Catarino passou a ocupar aquela área com sua família desde os primeiros anos na década de 1960, ali permanecendo até a aproximação de Érico Leite,<sup>17</sup> provavelmente nos finais da década de 1970. Embora seus filhos não saibam precisar a data, conforme a narrativa de Santília: “[...] deve ter uns vinte e poucos anos... que eu não tinha a minha menina mais velha. Ela não tinha nascido ainda, eu nem grávida não tava”.<sup>18</sup> Durante aquele período, Catarino criou seus filhos trabalhando na roça, cultivando mandioca e outros produtos de subsistência. Seus filhos,<sup>19</sup> já adultos, também iniciaram a vida naquela área. Sobre isso, Santília conta o seguinte:

---

<sup>15</sup> Santília Ramos dos Santos. Entrevista concedida em 09 de abril de 2012.

<sup>16</sup> André Tome Ramos dos Santos. Entrevista concedida ao autor em 01 de abril de 2010.

<sup>17</sup> Érico Leite é político, foi eleito prefeito de Ituberá por dois mandatos, de 1982 a 1988 e de 1997 a 2000. Configura-se como um dos grandes latifundiários da região.

<sup>18</sup> Nas comunidades de tradição oral, é comum determinar-se datas, marcar o tempo, a partir de fatos importantes para o grupo: o nascimento de um filho, o falecimento de um parente, ou até o surgimento de algum fenômeno climático, como o da enchente de um rio, por exemplo.

<sup>19</sup> Catarino teve quatorze filhos: Miuda, Ventura, Domingos Ramos dos Santos (Dudu), André Tome Ramos dos Santos (Juca), Vei, Eduardo Ramos dos Santos, Maria Ramos dos Santos (Bia), Nazinha, Santília Ramos dos Santos (Santa), Ana Ramos dos Santos (Beca), Andrézão, Claudinha, Zé e Valença. Confirmamos com Santília o nome dos filhos de Catarino. Alguns dos irmãos de Santa sabiam informar-nos apenas o primeiro nome ou apelido.

E aí, quando a gente foi crescendo, os filhos já tava tudo criado, a metade tudo sobre si. Ventura, aquela que mora ali, fez uma casinha lá do outro lado do rio, nesse mesmo terreno aqui de Julieta, né? Plantou cravo, plantou piaçava, plantou... Hoje, tá tudo lá perdido: cravo, piaçava. Juca fez uma casa também lá em cima, do outro lado também, do mesmo terreno. Nesse terreno aqui, tem piaçava, cravo safreiro; hoje, só tem a piaçava. E eu, que era a mais nova, depois que eu tomei conta de mim, tem o quê? De vinte e seis para vinte e sete anos que eu tomei conta de mim. Aí, fiz uma casinha, aí do outro lado. Aí, comei a plantar, tava começando ainda.

Até então, a vida seguia seu curso “normal”. Catarino e seus filhos lavrando e tirando o sustento da terra, com a Lagoa e seus encantos abençoando-os.<sup>20</sup> Até que um dia...

Quando nós tava aqui, bem ali, nós tínhamos uma casinha de farinha bem ali, uma casa de farinha de moenda. Aí, quando nós tá um dia aí, chegou esse doutor, esse Emiliano, chegou Feliciano, Otavio, que era gerente aí da roça de Érico, e disse: Rapaz, a gente já comprou e pra gente acerta aqui. Aí, papai disse: Acertar o quê? Disse: Não, a gente vai acertar. Esses meninos que moram lá naquele lado de lá para passar para cá. Aí, pai disse: Não, rapaz, onde é que dá para acomodar esses tanto de filhos que eu tenho aqui? Isso aqui é uma areazinha pequena, eu tenho um bocado de filhos. Como é que a gente vai sair daqui, sair de lá que é um terreno tão grande, para a gente vim para aqui?<sup>21</sup>

Para dar continuidade a esse episódio que envolveu Catarino e sua família, recorremos à entrevista realizada com Vicente Ribeiro dos Santos, ele conta que Erico Leite o procurou dizendo que precisava de terras para “fazer uma fazenda de cacau”.<sup>22</sup> Para ajudar Érico a conseguir terras para constituir a sua fazenda, Vicente sugere a ele que compre as terras da família do Ronco, que fica, justamente na comunidade de Lagoa Santa. Segundo José de Sousa dos Santos,<sup>23</sup> ou Zeca do Ronco (falecido em junho de 2010), como era conhecido na comunidade, o Ronco pertencia à sua família há, pelo menos, três gerações; de acordo com Zeca, ele e seus irmãos venderam o Ronco porque os seus irmãos mais velhos já vinham vendendo parcelas da herança. Em virtude dessa desavença familiar, alguns herdeiros resolveram vender suas posses, fato que, aliado ao interesse da parte de Érico Leite em comprar terras na região, corroborou para que os herdeiros se desfizessem da posse que pertencia à família.

Após ter comprado as terras do Ronco, conforme indica Vicente, Érico constatou que “precisava de mais terra” para ampliar o seu latifúndio e voltou a procura-lo para saber como

---

<sup>20</sup> A comunidade de Lagoa Santa organiza-se em torno de uma grande lagoa que os moradores acreditam ser encantada e ter água milagrosa. Daí, o nome da comunidade: Lagoa Santa. Na memória dos mais velhos, encontram-se muitos “causos” e fatos que envolvem a Lagoa, como visagens, aparições e notícias de graças alcançadas.

<sup>21</sup> André Tome Ramos dos Santos. Idem.

<sup>22</sup> Vicente Ribeiro dos Santos. Entrevista concedida em 25 de abril de 2010.

<sup>23</sup> José de Sousa dos Santos. Entrevista concedida em 14 de março de 2010. José Faleceu alguns meses depois de conceder a entrevista, aos 68 anos de idade.

poderia fazer para obter mais terras. Depois disso, segundo Vicente, houve a seguinte conversa entre os dois:

Vicente: Tem terras devolutas aí.

Érico: Essas terras são devolutas?

Vicente: É. Vejo falar que é de Julieta Meireles. Julieta Meireles lá em Taperoá, vai ter terra aqui?

Érico: Como é, seu Vicente, que nós faz isso?

Vicente: Você faz o requerimento, faça seu requerimento ao Estado, requeira as terras, e... mande o engenheiro separar a quantidade que você quer. É terra devoluta, pronto! Érico fez isso, requereu, veio o engenheiro, mediu as terras, hoje pertence a Érico.

Era exatamente em parte dessas “terras devolutas” que Julieta se dizia dona onde a família de Catarino estava residindo e trabalhando; segundo eles, com o consentimento de Julieta. Ela, por sua vez, alegou, na época, que não havia vendido nem tampouco havia cedido terra alguma a Érico Leite. Conforme Santília, na época seu pai procurou conversar com Julieta sobre o assunto da venda. A esse respeito, ela comenta: “Eu sei que papai falava que naquele tempo foi a Julieta, e Julieta disse: eu não vendi nada para ninguém lá. Porém, Érico Leite disse que ele tinha comprado e tinha pagado, né? E aí a gente, até hoje, ficamos aqui nesse pedacinho de terra.”

Juca conta que, após eles terem saído da posse que ocupavam, aglomeraram-se em um estreita faixa de terra:<sup>24</sup>

A gente passou para cá, dessa passada que a gente passou de lá para cá, que chegemos aqui. Todo mundo fez sua áreazinha, todo mundo foi plantar sua áreazinha, plantar seu brejozinho. Eu sei que isso fechou. Tá tudo fechado hoje aqui, que nós aqui não temos nem um lugar de plantar um pé de mandioca, um pé de aipim. Nós não temos mais porque a áreazinha que nós temos, como todo mundo tá vendo aqui, tá tudo fechado.

Segundo os filhos de Catarino, na época em que foram expulsos das terras que ocupavam, Érico disse que iria indenizá-los. A esse respeito, Santília disse: “[...] eles dizendo que ia pagar, ia indenizar essas plantas. Aí, disse a gente que ia indenizar, que era pra vim pra aqui que eles iam indenizar, quem tivesse as plantas que eles iam indenizar.” Entretanto, eles não receberam nenhuma indenização. Da época restaram apenas as memórias da expropriação, acompanhada das consequências que se perpetuam ainda hoje, sobretudo hoje, pois os netos de Catarino cresceram privados do acesso à terra, tendo que sair da comunidade em busca de sobrevivência. A maioria está vendendo a sua força de trabalho nas fazendas da

---

<sup>24</sup> Dos núcleos que compõem a comunidade de Lagoa Santa, a Matinha é a que apresenta as menores posses, variando entre uma a três hectares por família.



região. Segundo Santília, dentre os filhos de sua irmã, quatro estão na “Michelin”<sup>25</sup> [...], que não tem onde trabalhar aqui”.

Vicente Ribeiro colaborou com as investidas de Carlos Vergne dos Humildes e Érico Leite. Ele conhecia as comunidades rurais de Ituberá e os posseiros, fato que possibilitou-lhe atuar como informante privilegiado de Carlos e Érico. Deste último, Vicente guarda algumas mágoas, pois, segundo ele: “Érico, apesar de ser muito meu amigo, eu não estou falando mal dele, mas ele foi muito mal sucedido comigo porque o que eu fiz com Érico eu acho que todo mundo não faz não, ir pra lá para dentro de mato com o engenheiro, acompanhando passo a passo, a troco de nada”, a magoa que Vicente guarda de Erico reside no fato deste não ter lhe recompensado como ele acha que merecia, afinal, o ajudou a constituir sua fazenda, corroborando com a aquisição de terras, e Erico não lhe retribuir a altura.

### **O Delegado de Terra e os três posseiros**

Nosso último caso envolve Joaquim Batista de Macedo, o famoso Delegado de Terra da cidade de Ituberá e os posseiros Constantino Ventura de Jesus, Manoel Domingos de Jesus dos Santos e Domingos Teodoro dos Santos. Esta contenda teve início em abril de 1985, quando Joaquim Batista Macedo, por meio do seu advogado, Ivo Cairo Cabral, moveu contra os citados posseiros uma Ação de Manutenção de Posse, alegando que Joaquim Macedo era “legítimo possuidor e proprietário do imóvel rural denominado Fazenda Conjunto Fugidos,<sup>26</sup> com uma área de 407 hectares, em terreno próprio, por força dos Títulos nº. 14.131 e 14.132, expedidos pelo Estado da Bahia, em 02 de fevereiro de 1950, situado na localidade Fugidos, zona rural do então Distrito de Piraí do Norte,<sup>27</sup> à época Município de Ituberá, nas imediações do Km 33 da Rodovia Ituberá-Gandu”, sendo que no mês de setembro de 1984, argumentava o advogado, os posseiros invadiram uma área de aproximadamente 50 hectares do aludido imóvel, praticando “atos de turbação a posse do suplicado (Joaquim Macedo), consistentes na derruba das matas existentes na área invadida, queima e preparo do solo para implantação de culturas permanentes”, ratificando que os posseiros seriam “invasores porque jamais tiveram posse na área invadida, onde, também nunca tiveram morada habitual, nem plantações e

---

<sup>25</sup> Plantações Michelin da Bahia – PMB, que ocupa aproximadamente 10.000 (dez mil) hectare de terra, onde desenvolve o cultivo da monocultura da seringueira para extração de Látex; terras estas que foram griladas por Norberto Odebrecht e vendidas a Firestone; em 1983 a fazenda foi comprada pela Michelin.

<sup>26</sup> Os Fugidos, como o nome sugere, pode ter sido um antigo quilombo, haja visto que a fuga e a formação de quilombos foi uma constante na cidade de Ituberá, e intensificaram a partir do final do século XVIII e XIX. (CF: SILVA, 2013, especialmente Cap. II).

<sup>27</sup> Em 1989 o então distrito de Piraí do Norte emancipa-se, desmembrando-se do Município de Ituberá.

benfeitorias de qualquer espécie”<sup>28</sup> (Ação de Manutenção de Posse, p. 4. Doravante AMP, seguido da página).

Joaquim Macedo e seu advogado indicaram quatro testemunhas, que foram ouvidas no dia 08 de maio de 1985. Citemos aqui alguns trechos do depoimento de Javier Gabriel da Silva, que afirmou conhecer a fazenda Fugidos e que esta pertencia a Joaquim B. de Macedo, e que “viu a pratica dos referidos atos turbativos (invasão), que as áreas invadidas são distintas, isto é, cada invasor tem seu pedaço” (AMP, p. 31). É valido pontuar que Javier era empregado de Joaquim Macedo, conforme ele mesmo declarou em seu depoimento, alegando que “como trabalhador do autor, vai sempre fiscalizar uma área de cacau” (AMP, idem).

A segunda testemunha a depor foi Cecílio Santana, este também pontuou que conhecia a fazenda Fugidos e que esta pertencia a Joaquim Macedo, disse ainda que a referida fazenda limitava-se ao “Leste, pela faz. Piaui, de Lima de tal; pelo poente, com a fazenda de Manoel Pequeno; ao Norte, com os herdeiros do finado Rufo; ao Sul, se limitava com a fazenda de José Andrade”; esclarecendo que “os suplicados estão invadindo a fazenda pelo Norte”. Cecílio também declarou ser “trabalhador rural do autor, razão porque conhece os fatos” (AMP, p. 32).

Nesta ação, os posseiros contaram com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG-BA), e com seus respectivos advogados, fato que provavelmente corroborou para o desfecho da ação. Em 25 de julho de 1985, a advogada Lucia Lyra,<sup>29</sup> que passou a representar os posseiros, protocolou resposta contestatória a Ação de Manutenção de Posse, alegando que os títulos de propriedade<sup>30</sup> que Joaquim Macedo juntara na ação indicavam que a fazenda Fugidos limitava-se “pelo norte com matas do Estado (terras devolutas)” e que,

[...] as testemunhas em audiência dão noticia de que o alegado esbulho ocorrera pelo lado norte da pré-falada fazenda e isso vem provar que os réus (posseiros), efetivamente ocuparam matas do Estado, situadas ao norte da gleba do autor, portando a titularidade do direito para questionar seria do Estado da Bahia, falecendo portanto, ao autor a legitimidade para agir em terras que não lhes pertence (AMP, p. 59).

---

<sup>28</sup> Cartório dos Feitos Cíveis da Comarca de Ituberá. Ação de Manutenção de Posse que moveu Joaquim Batista Macedo contra Constantino Ventura de Jesus, Manoel Domingos de Jesus dos Santos e Domingos Teodoro dos Santos, processo nº. 000006-06.1985.805.0113, data: 18/04/1985, p. 233.

<sup>29</sup> Ao que tudo indica, Lucia Lyra era esposa do também advogado Eugenio Lyra, que na década de 1970 defendeu trabalhadores rurais e camponeses que lutavam pela devolução das terras que tinham sido tomadas pelos grileiros no interior da Bahia. No dia 22 de setembro de 1977, em Salvador Eugênio Lyra foi assassinado aos 30 anos por um pistoleiro a mando de um fazendeiro.

<sup>30</sup> Os respectivos Títulos de Propriedade encontram-se nos autos do processo as fls. 09-15. Infelizmente as copias dos Títulos estão ilegíveis devido a baixa qualidade da impressão.

Respalhada em tais argumentos a advogada solicitava a extinção do processo “sem julgamento do mérito, por lhe faltar os pressupostos de constituição” (AMP, idem). Acrescentou ainda:

Que a intenção dos autores em desalojar essas famílias carentes, de trabalhadores rurais sem terra e sem emprego, respaldada pela justiça a qual, sem muita cautela, diante apenas de uma prova unilateral é totalmente contrária a política adotada pela NOVA REPÚBLICA a qual tenta reparar todo o injustiçamento praticado contra humildes lavradores ao longo dos 21 anos de ditadura Militar (AMP, p. 62).

Recorrendo a ilegitimidade da Liminar de Reintegração de Posse expedida pelo juiz em favor de Joaquim Macedo, a advogada dos posseiros argumentou que:

A concessão da LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, ao lado de se constituir um instrumento de arbítrio em mãos do autor para a expulsão dos petionários, ofende e contraria todos os esforços do governo no sentido de democratizar a propriedade privada, ao lado disso, a ordem de Vossa Excelência vem apenas a beneficiar o autor, o qual não tem qualquer direito sobre a área ocupada pelos petionários, além de contribuir para o enriquecimento ilícito daqueles não só quando legítima uma pretensão imoral, ilícita, anti-jurídica de abocanhar as matas do Estado. Como também entregando-lhe todos os benefícios produzidos pelos agricultores, que tem famílias numerosas para sustentar, contribuindo para a marginalização dos mesmos, aumentando, dessa forma, os problemas sociais que já existem (AMP, p. 63-64. Grifo nosso).

Lucia Lyra conclui sua argumentação dizendo que “são justamente essas situações que contribuem para o total descrédito da justiça”, reforçando para os trabalhadores o seu conceito de que “A justiça é uma hihra de sete cabeças devorando apenas os seus filhos mais fracos” (AMP, p. 64). O processo seguiu até 1987, com algumas tentativas de Reintegração de Posse, quase todas acompanhadas de força policial, contudo, sempre que expulsos das terras, por vezes de forma violenta, assim que a poeira baixava os posseiros retornavam. Em 10 de setembro de 2003 foram intimados as partes para dar continuidade ao processo que encontrava-se paralisado, sendo que os interessados não compareceram, demonstrando desinteresse pela causa; o processo foi arquivado pela juíza Maria Angélica Carneiro em 06 de fevereiro de 2009 (CMP, p. 235), um mês depois Joaquim Batista de Macedo faleceu, em 30 de março de 2009.<sup>31</sup> Os autos do processo não permitem concluir quais as razões para que as partes, principalmente Joaquim Batista de Macedo tenha arrefecido de levar a diante a disputa judicial, talvez o apoio jurídico da FETAG-BA, bem como o processo de democratização do país com fim do governo militar tenha corroborado para tal.

---

<sup>31</sup> Cartório de Registro Civil da Comarca de Ituberá-Ba, Certidão de Óbito de Joaquim Batista de Macedo, nº: C49075.

Os antigos delegados de terras eram figuras importantes nesse processo de expropriação das terras de pequenos posseiros. Em Ituberá, o Delegado de Terra Joaquim Batista de Macedo acumulou terras, fruto da expropriação, e contribuiu para que outros, a exemplo de Norberto Odebrecht e de Erico Leite também o fizesse. Com a sua ajuda, muitas fazendas se constituíram e roceiros foram expulsos de suas terras. Tais delegados de terras foram figuras centrais no processo de expropriação de terras e, conseqüentemente, para acumulação destas por parte dos fazendeiros. As comunidades negras rurais são herdeiras de uma tradição de luta pelo acesso e permanência na terra,<sup>32</sup> que ao longo da história “sofreram e continuam sofrendo, um processo histórico de racismo, situação está, indubitavelmente, vinculada à luta pela terra, para permanecer nela e/ou para reaver terras que foram expropriadas” (SILVA, 2013, p. 14).

Para aqueles recém-saídos do regime de servidão e seus descendentes, a terra configura-se como um espaço de liberdade e autonomia, bem como um físico e social revestida de formas de organização socioculturais e econômicas próprias e distintas da relação capitalista. A terra torna-se, nesse sentido, um ente vivo que reage ante à conduta humana. Investe-se de um universo simbólico/cultural particular e próprio, torna-se um território-história, território-cultura, território-liberdade (GUSMÃO, 1995); portanto, inseparável, indivisa entre ela e o grupo que dela usufrui. A terra, a rigor, para a população negra rural, não é mercadoria, pois dela não se desfaz, é um patrimônio! Um patrimônio que passou a ser ameaça constantemente pela cobiça dos fazendeiros e latifundiários que sistematicamente, ao longo do século XX, passam a invadir os territórios tradicionalmente ocupados pela população negra na tentativa de se apropriarem de suas terras, gerando, assim, intermináveis conflitos agrários em todo o território brasileiro (SILVA, 2013), que aliado ao discurso retórico da igualdade e da liberdade propiciaram a prática de mecanismos perversos de exclusão e marginalização da população negra recém-saída do cativeiro e que se perpetuam

---

<sup>32</sup> Histórias como estas não se configuram em um caso isolado no município de Ituberá e na região. Em 1983, a comunidade negra rural de Ingazeira, vizinha à Lagoa Santa, teve seu território arbitrariamente invadido por dois japoneses, os irmãos Kasuaki Nischiuchi e Massafumi Nischiuchi. Esse conflito resultou em uma Ação de Manutenção de Posse, onde os moradores da comunidade figuram como réus, e os reais invasores, como autores da ação. Esse conflito foi objeto de uma excelente pesquisa realizada pelo historiador e especialista em Direito Notarial e Registral, Eduardo Pereira Silva. Cf.: SILVA, Eduardo Pereira. **O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e um povo esparramado no meio do mato: Ingazeira e a demarcação que não chegou.** Londrina, 2010. 202 f. Monografia (Especialização em Direito Notarial e Registral) – Faculdade Arthur Tomas.

ainda hoje, por isso a necessidade do pós-abolição ser visto e analisado como um problema histórico (MATTOS; RIOS, 2004).

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMADO, Jorge. **Terras do sem fim**. 39 ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.

COOPER, Frederick; HOLTT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania e sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FILHO, Adonias. **Sul da Bahia: chão de cacau**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976;

GARCEZ, Angelina; MACHADO, Hermano Augusto. **Leis de Terra do Estado da Bahia**. 2 ed. Salvador: CDA/SEAGRI/DESAGRO/FRB, 2001.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Terra de preto; terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1995.

MATOS Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, p. 170-198.

ODEBRECHT, Norberto. **Educação pelo trabalho**. Salvador: Fundação Odebrecht, 1991.

SILVA, Egnaldo Rocha. **Comunidade negra rural de Lagoa Santa: história, memória e luta pelo acesso e permanência na terra (1950-2011)**. 2013. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Programa de Estudos Pós-Graduandos em História. São Paulo, 2013.

SILVA, Eduardo Pereira. **O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e um povo esparramado no meio do mato: Ingazeira e a demarcação que não chegou**. Londrina, 2010. 202 f. Monografia (Especialização em Direito Notarial e Registral) – Faculdade Arthur Tomas.

## GT 3 – O rural na história do Brasil

Reflexos de um passado recente: elementos de um rural em transformação no território do Contestado

Antonio Marcio Haliski<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo tem como propósito mostrar alguns elementos presentes no espaço rural dos municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC que são, em nossa análise, reveladores de um rural que apresenta continuidades e modificações no que se refere o uso da terra/recursos naturais. Para tanto, parte-se de uma breve apresentação da área de estudo, passando pela(s) árvore(s), grande objeto de desejo do capital estrangeiro e que, para nós, é o símbolo de um “rural escondido”, até chegarmos à atualidade. Esse rural é um espaço de disputas, resistências, modificações e de vida.

Palavras-chave: continuidades, modificações, uso da terra

### 1. Notas sobre a formação socioambiental: bases do rural

O início dos municípios de União e Porto União está diretamente ligado à sua posição geográfica que facilitava o escoamento de produtos como o sal e o gado. Segundo Riesemberg (1973), as incursões adentrando o sertão do Tibagi culminaram na descoberta dos campos de Guarapuava e posteriormente, ensejou-se as novas entradas em direção ao vale do Iguaçu. A ideia era povoar sua margem e utilizar o rio como via de comunicação. Nesse trajeto foi-se conhecendo os campos de Bituruna, Palmas e localidades como de Porto Vitória.

No momento da conquista, na verdade, a via mais fácil de acesso aos campos de Palmas era por Guarapuava, através de terrenos já em partes explorados e segundo notícias suficientemente conhecidas. De lá partiram, com efeito, as duas bandeiras povoadoras que, em 1839, por caminhos diferentes e simultaneamente, chegaram aos desejados campos dos butiazeiros {...} O esforço daqueles pioneiros foi plenamente compensado, pois em 1851, segundo informação de José Joaquim Pinto Bandeira, 36.000 reses já povoavam os belos campos da margem esquerda do Iguaçu, representando parcela apreciável da economia paranaense. (RIESEMBERG, 1973, P.40)

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade federal do Paraná (UFPR), professor do Curso de Ciências Sociais do Instituto Federal do Paraná – campus Paranaguá, antonio.haliski@ifpr.edu.br

Nesse período inicia-se o que posteriormente, foi um marco significativo para a economia paranaense, ou seja, o conhecimento do rio Iguaçu. A princípio a descoberta do vau (parte rasa do rio para passagem de pessoas, gado, entre outros) e depois o potencial para navegação.

Entretanto, uma dificuldade surgiu decorrente do abastecimento do sal necessário aos rebanhos. O transporte por Guarapuava era muito dispendioso, em virtude da extensão e do acidentado do caminho. A picada de Paula Gomes, além de péssima, levava apenas ao Iguaçu, criando, depois, o problema do transporte fluvial, que dificilmente podia ser atendido pelos criadores. Em face destas circunstâncias, deliberaram os fazendeiros de Palmas abrir uma estrada que os puzesse em comunicação direta e fácil com os mercados do sal. Com este objetivo, Pedro Siqueira Côrtes, em 1842, partindo de Porto Vitória, procurou um ponto em que o Iguaçu desse vau, indo encontrá-lo poucas léguas acima, onde surgiu, logo depois, o antigo Porto da União. Dali rumando para nordeste, levou uma picada até Palmeira. Por outro lado, em 1846, os fazendeiros, partindo dos campos, abriram outra picada que foi cair diretamente no vau, completando-se, desta forma, a antiga estrada de Palmas. Este caminho assume relevo histórico, porque representa o primeiro eixo de povoamento do vale. Ao longo dele formaram-se as primitivas posses de terra e constituíram-se os primeiros agrupamentos humanos. (RIESEMBERG, 1973, p.40-41)

Posterior à navegação tem-se o impacto da estrada de ferro<sup>2</sup> e da disputa pela posse de terras entre Paraná e Santa Catarina que acabou ocasionando o conflito do Contestado<sup>3</sup>. Para chegar a esta configuração

---

<sup>2</sup> Em 1906, o grupo Farquhar, através da Brazil Railway Company, adquiriu a concessão para construir a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande. A construção da ferrovia no trecho contestado contribuiu para a instabilidade social que existia na região. {...} A empresa concessionária responsável pela exploração da linha por 90 anos era a Brazil Railway, formada pelo magnata norte-americano Percival Farquhar com a contribuição de ingleses e franceses, o qual, além da garantia de juros em caso de prejuízos, recebia como doação por parte do governo federal um trecho de até 15 quilômetros de terras de cada margem da linha. A concessão inicial da Estrada de Ferro Itararé - Santa Maria, feita pelo governo imperial pelo Decreto nº10.432, de 9 de novembro de 1889, doava 30 quilômetros de cada margem dos dormentes. Essa concessão foi renovada pelo governo provisório da República, por decreto de abril de 1890, segundo o qual a doação de cada margem seria de no máximo 15 quilômetros, tendo, no conjunto da extensão, um domínio médio de 9 quilômetros por margem. (MACHADO, 2004,p.143)

<sup>3</sup> Ao abordar o Contestado, Ribeiro (2006), diz que a rebeldia virtual de massas marginais brasileiras, tanto as do Sul como as demais áreas, só encontram em seu patrimônio cultural, formas arcaicas de expressão, revestidas quase sempre de uma feição messiânica. O motivo do conflito do Contestado, na região fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, deu-se em virtude de uma suspensão eventual da legitimidade das autoridades reguladoras da apropriação das terras devolutas. Ao estabelecer-se a disputa entre os dois estados pelo domínio da área contestada, esta ficou juridicamente em suspenso, ensejando movimentos populares de ocupação das terras de ninguém pela população matuta e de alargamento de suas posses pelos fazendeiros. Dada a fome de terra das massas rurais circunvizinhas, a região povoou-se rapidamente através da abertura de inúmeras clareiras na mata, onde famílias de posseiros procuravam conquistar um nicho e organizar uma economia independente de granjeiros. A violenta reação dos dois estados em disputa diante dessa

territorial atual dos estados do Paraná e Santa Catarina, Santos (2000) afirma que ao fim do conflito do Contestado houve muitos sacrifícios de parte a parte. Acredita-se que em torno de 20.000 pessoas nela estiveram envolvidas. Ao liquidar os últimos focos de resistência cabocla, o governo havia enviado para a região 13 expedições militares. Pela primeira vez no Brasil utilizara-se avião como veículo bélico. Lutara-se quatro anos. Milhares de pessoas entre caboclos, militares e civis, foram mortas. A guerra *sertaneja* terminou em 1915, quando nos bastidores da República desenhava-se um acordo entre os governos do Paraná e Santa Catarina para pôr fim a questão de limites. Aos poucos sobreviventes, que escaparam do arbítrio e da repressão, não sobrou alternativa senão a fuga para o mais distante do sertão, apostando na invisibilidade para garantir a vida. A construção da linha entre União da Vitória e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, concluída em 1910, e o ramal leste, ligando União da Vitória a Rio Negro, concluída em 1913.

Essa mesma linha férrea serviu para dividir União da Vitória e criar um “novo” município chamado Porto União. Segundo Gaspari (2005), a denominação inicial de Porto da União foi alterada para Porto União da Vitória em 1855; em 1877 virou Freguesia de União da Vitória; em março de 1890 se torna Vila de União da Vitória. Permaneceu assim até 1916, quando foi assinado o acordo de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, dando fim ao conflito do Contestado.

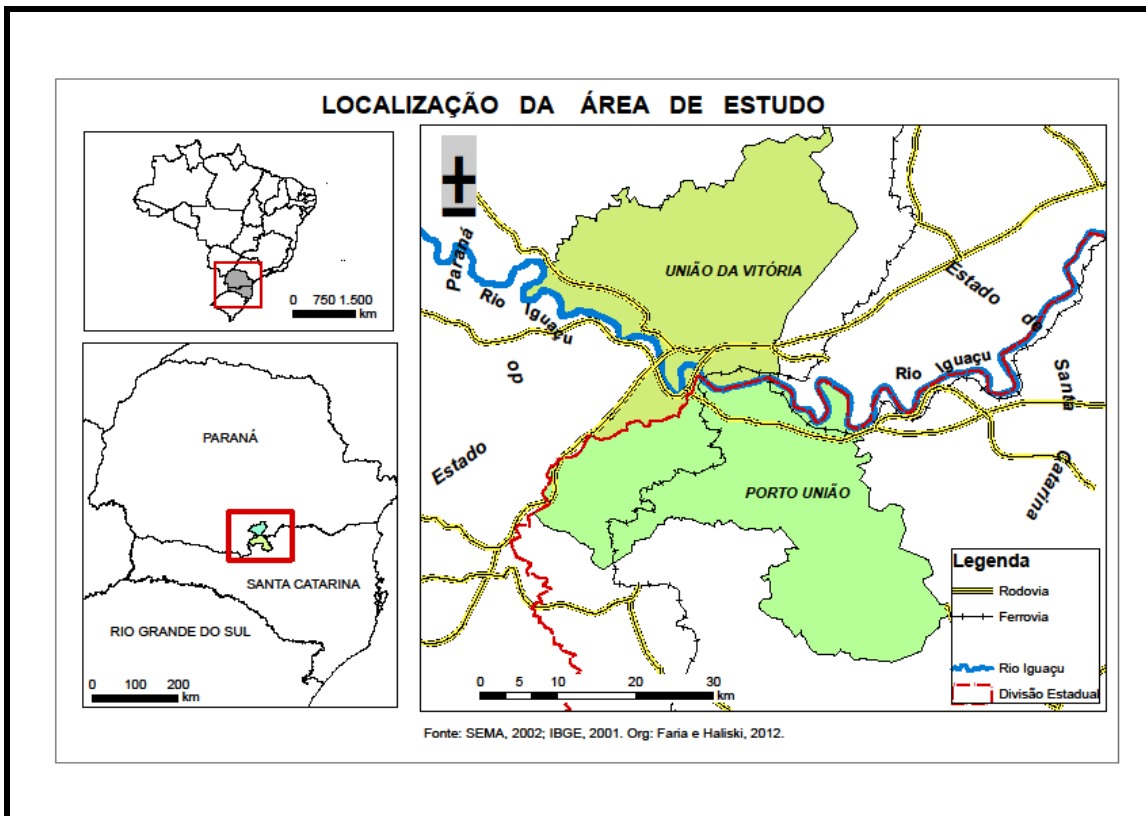
Com esse acordo as cidades são divididas em duas: Porto União e União da Vitória; por isso são chamadas popularmente de ‘Gêmeas do Iguaçu’. Política e administrativamente são duas cidades; entretanto, histórica e culturalmente uma só, considerando os valores culturais e sociais que a caracterizam e permeiam o agir e o pensar dos seus moradores. (GASPARI, 2005,p.95)

Nas gêmeas do Iguaçu tem-se o mesmo tipo social dividido, somente, por linhas administrativas fixadas pelos municípios em questão.

---

invasão e, depois, a intervenção armada do governo federal lançou aquelas populações na ilegalidade, criando condições para o desencadeamento do conflito.





Assim, pode-se morar em Porto União e ir ao cinema em União da Vitória ou morar em União e trabalhar em Porto União, entre outros exemplos, sem que os moradores percebam essa migração intermunicipal e interestadual. Basta cruzar a linha férrea que ora você estará em União da Vitória – PR ou, no sentido inverso, Porto União – SC.

## 2. A história de um rural “escondido”: uma história das árvores?

A paisagem fitogeográfica do Município de União da Vitória está inserida na microrregião do Médio Iguaçu. É representada por florestas subtropicais, com a presença da araucária, faxinais e mata de várzea. (HORT, 1990,p.45)

{...} O distrito de Porto União já apresenta uma produção de cereais, capaz de poder abastecer a cidade toda. Entretanto, o problema da colonização das terras do distrito ainda não teve solução desejada. Falta-lhe, sem dúvida, a atenção bastante do Poder Público, para os núcleos onde trabalham os braços poloneses, como disto é testemunho a Nova Galícia, e mais ao que lhe ficam ao pé, na linha-sul da estrada de ferro. (FAGUNDES e RIBAS, 2002, p.49)

Eis a imagem do vale do Iguaçu: uma terra empírica e imprevidentemente expoliada. A fertilidade do solo foi sugada até a última gota. O pinheiro gigantesco – um ciclo vegetativo secular – foi trocado, na sua maior parte, por um grão que germina em três meses – o trigo. E se vão indo os derradeiros troncos de imbuia – a nobre

*ocotea porosa* – permutados por reles divisas africanas ... Mas, das clareiras abertas, o homem do vale, agora mais experimentado e melhor informado, já traça novos rumos sócio-econômicos. Os matos maninhos que cobrem a terra esvaída vão sendo substituídos, já em largas extensões, por pastagens mais nutritivas e mais resistentes as variações climáticas. As áreas desertadas pela derrubada colossal vão sendo replantadas em tratos crescentes. À economia destrutiva que imperou no passado segue-se, embora nos primitivos passos, uma orientação construtiva largamente promissora. Refaz-se ordenadamente o que intempestivamente de desfez. (RIESEMBERG, 1973, p.149)

No pós-Guerra do Contestado, nos últimos 90 anos as relações que envolvem o direito à terra, sob o ponto de vista constitucional, não chegou às ex-terras contestadas. Milhares de trabalhadores rurais ainda sobrevivem da parceria, do aluguel da terra e da posse, isso sem comentar o fato de que milhares de hectares de terras regionais se mantêm sob a grilagem de importantes '*empresários rurais*' que podem ser correlatos aos ex-coronéis do Contestado. (FRAGA, 2006, p.95)

Falar de um rural “escondido” é uma forma de chamar atenção para um território onde o destaque é a madeira e até mesmo a ideia de natureza é associada “somente” às árvores. Pois bem, como foi mostrado até o momento, além dos conflitos socioambientais no processo de formação das Gêmeas do Iguaçu emerge a questão da necessidade de moradia e sobrevivência pelo uso do solo, seja pela retirada de madeira, pelo reflorestamento, ou pela agricultura de subsistência<sup>4</sup>.

A questão que queremos mostrar é que as árvores estão no rural e seus usos impactam essa realidade e também a da(s) cidade(s). A centralidade que União da Vitória e Porto União (por consequência da relação entre elas) desempenham no norte de Santa Catarina e sul do Paraná, também se dá pela sua função de abastecedora de suprimentos para os municípios a sua volta. Mas o que talvez não tenha sido percebido é que essas funções têm uma história ligada ao rural. Se as grandes serrarias e madeireiras estavam em União da Vitória e Porto União, onde estavam as árvores? Obviamente que na área rural destes municípios e daqueles no seu entorno.

A madeira, as árvores e os reflorestamentos sempre aparecem como um capítulo à parte ao rural nas bibliografias que abordam as Gêmeas, ou seja, como se não estivessem lá. Por exemplo, ao se referir a União da Vitória, Hort (1990) diz que a indústria extrativa (madeira e mate) constitui um fator de

---

<sup>4</sup> Sobre a formação e atualidade histórica dos usos dos recursos naturais entre Santa Catarina e Paraná, ver Haliski 2013.

grande importância para o município, já a agropecuária não possui destaque em razão: dos terrenos excessivamente acidentados; dos solos ácidos; da falta de técnicas modernas; da falta de assistência técnica e financeira; do predomínio de culturas de subsistência e dos latifúndios. Sobre os reflorestamentos ele afirma que:

O reflorestamento exerce importante papel econômico no Município, principalmente no setor madeireiro, tendo em vista que as florestas nativas foram praticamente devastadas e as empresas madeireiras convenceram-se que a solução é o reflorestamento: **É de se lastimar que tal iniciativa tenha começado tão tardiamente, mas é melhor tarde do que nunca.** Hoje já esta sendo industrializada a madeira reflorestada. As principais espécies reflorestadas são:

- pinus eliotti
- pinus araucária
- eucalipto
- bracatinga
- erva-mate (HORT, 1990, p.42-43 grifo nosso)

Sobre o reflorestamento o Agente Florestal do município de Porto União assim se expressou em 1942:

O replantio está sendo feito regularmente, sendo que a Southern Brazil Lumber Col. Comp. Incorporada, continua sendo a líder, visto que, o maior replantio lhe pertence atualmente. Os proprietários de terras, onde é extraída a madeira, continuam procedendo da mesma forma, substituindo as árvores abatidas **por mudas da mesma espécie, ou de outras essências florestais.** (FAGUNDES e RIBAS, 2002, p.69 grifo nosso)

A questão se torna mais interessante quando do ato de uma publicação do Correio do Povo em 1941. O relato é muito próximo das ideias defendida por autores como Bonifácio, Rebouças, Maack e Martins.

E, aludindo ao zelo com que vem cuidando do reflorestamento, em Santa Catarina, assim se fez ler o respeitável diário da Empresa sulriograndense Correio do Povo, em sua edição do dia 18 de março de 1941:

#### **Uma nota sobre o reflorestamento.**

No Estado de Santa Catarina, um município – o de Porto União – acaba de oferecer o exemplo de estar reconstruindo suas matas por meio do replantio. Milhares de pinheiros ali são abatidos, para atender a indústria madeireira; no entanto, mudas da mesma árvore em número superior aos troncos abatidos, são entregues ao solo, para que, mais tarde, não ofereça o vácuo em lugares que a natureza povoara de árvores.

Ali não se troca o pinheiro pelo eucalipto, como se faz em certas partes, tirando o encanto de uma vegetação nativa. Ali se guarda o

que é primitivo. Não diferencia o aspecto de nossas selvas, matando-o.

Não só mudas de pinheiro como de outras genuinamente nossas do Brasil, são cultivadas para que o patrimônio vegetal não desapareça naquelas paragens, onde, no dizer da nota divulgada pelo Inspetor florestal da região, se obedece ao Código, se **respeita a lei do reflorestamento e, sobretudo, se deixa para as gerações futuras um usufruto** que, noutras partes, não é considerado sagrado e, por isso, se desbarata.

Seria o caso de, em face do que está se procedendo na comuna catarinense, se perguntar se entre nós há um movimento igual e qual o município onde ele se opera. (FAGUNDES e RIBAS, 2002,p.69-70 grifo nosso)

O que se planta(va) além de árvores? Como a agricultura desenvolveu-se basicamente para subsistência aparecem em destaque: milho, feijão, arroz, uva, mandioca e soja (plantados até a atualidade). Alguns produtos cultivados em outros momentos na área estudada, como na década de 1940, não se plantam mais, é o caso do centeio e do trigo (Fagundes e Ribas, 2002) e também da cevada e do linho (Riesemberg, 1973). Resta salientar o crescimento na produção de frutas vermelhas (morangos, amoras, etc) e hortaliças para a comercialização em feiras semanais nas áreas urbanas dos municípios.

O autor regional que mais se aprofundou na discussão sobre o rural das Gêmeas do Iguaçu foi Riesemberg (1973). Embora sua preocupação tenha sido mostrar o processo de ocupação humana no vale do Iguaçu, dentro de uma perspectiva econômica, percebem-se nele as influências de autores como Maack e Martins que o permitiram uma interpretação da relação do meio ambiente físico com o humano e, desse modo, das permanências e rupturas de hábitos e costumes no rural propiciado pelos fluxos migratórios. No seu estudo, evidencia-se desde as rotas indígenas que viraram caminhos de tropas (estradas), passando pela navegação do rio Iguaçu (sua importância econômica e migratória), até a implantação da estrada ferro. Dito isso, discute-se desde as riquezas naturais dos ervais e pinheirais até o empobrecimento de um solo pobre por natureza. Ressalta-se ainda a importância genética da entrada dos imigrantes europeus e seu contato com “com o elemento nacional” num processo aculturativo ininterrupto.

Sobre a ocupação humana em União da Vitória vai-se delineando, mais uma vez em nossa história, um sistema de privilégios (questionado pelos

caboclos do Contestado) na concessão de terras. Essa prática era mais comum com as grandes empresas, mas também ocorreu com os imigrantes, pois “Aproveitando o contingente estrangeiro que chegava à região, a prefeitura de União da Vitória mandou medir, em 1895, no rocio da vila, 88 lotes de 10.000 m<sup>2</sup>, que entregou gratuitamente aos colonos que neles se instalaram.” (Riesemberg,1973,p.105) O tamanho dos lotes rurais variam de 1 a 25 hectares (como em Cruz Machado, então distrito de União da Vitória até 1951).

No processo de distribuição de terras grandes propriedades passaram a contrastar com as pequenas, e as casas dos “nacionais” (nas palavras de Riesemberg) com o estilo europeu adaptado ao frio daquele continente (ex. casa com sótão para armazenar alimento e uma angulação do telhado suficiente para resistir à neve). Os ritos religiosos e a própria arquitetura das igrejas são marcantes {...} o polonês trouxe um sentimento religioso intenso {...} e através do qual a grei se unia – a instituição religiosa” (Riesemberg, 1973,p.120). O uso da cevada para fazer bebida que substituía o café e o linho para o fabrico do tecido também foram necessário (é marcante o colorido dos lenços sobre as cabeças da mulheres), mas não menos importantes do que criar patos e gansos para utilizar suas penas nos enchimentos de travesseiros e cobertas.

Aliados à produção de grãos, como o trigo e o centeio, instalam-se moinhos para beneficiá-los. Como poucos podiam construí-los ou deslocar seus grãos até um existente utilizou-se em larga escala a “jorna”, ou seja, uma máquina utilizada para moer os cereais.

Outra contribuição europeia veio pelas carroças a as suas múltiplas utilidades como, por exemplo, transporte de pessoas, madeiras, ervas e mercadorias em geral.

A carroça polaca desempenhou papel importante nos transportes coloniais.

Em primeiro lugar, ela se harmonizou perfeitamente com os lotes rurais, em cujas pequenas dimensões não caberiam pastagens suficientes para manutenção de um número grande de animais, como era o dos que constituíam as tropas; em segundo lugar, ela acomodava mais simplesmente e com maior proteção os produtos coloniais. Outras vantagens apresentava ainda, como no transporte de pessoas e na velocidade dos percursos. E os danos que produzia nas estradas não eram maiores que os produzidos pelas tropas e

nem tão grandes como, através de observações superficiais, são pintados às vezes. (RIESEMBERG, 1973, p.126)

Hoje o que se tem nas colônias de União da Vitória e Porto União é um misto de elementos do início da colonização como elementos atuais. Exemplo disso são as igrejas “tradicionais” que passam a dividir fiéis com as evangélicas; a extinção de moinhos ou sua permanência como museu; além das carroças com rodas de madeira revestida de ferro outras com rodas de carros; a presença de carros de passeios, caminhões e tratores; casas de madeira e de tijolos; estradas mais largas e com pontos de parada de ônibus, entre outros.

Dito isso, se pode afirmar que de menor expressão econômica aparecem as práticas da pecuária, da apicultura e da piscicultura (Hort, 1990). Estas três atividades somadas à produção de alimentos e à extração vegetal são basicamente a essência do mundo rural das Gêmeas do Iguaçu, ainda hoje.

### **3. Casos específicos: mudanças e permanências**

Elencamos três casos relacionados ao uso da terra que ilustram o saber popular, o impacto da legislação ambiental e a produção de alimentos na atualidade dos municípios.

No primeiro caso, temos uma situação em que a produtora rural (Ingard, 50 anos no lugar) forra o chão da sua lavoura com folhas de pinus para evitar o impacto da água e, desse modo, combater o processo erosivo “dizem que o pinus absorve o nitrogênio, mas por outro lado a erosão também provoca perda de produtividade”. Outra situação na mesma propriedade, relatada pela produtora, refere-se ao rio que foi recuperado com a preservação da mata ciliar “tem gente que fala como vocês sujaram tudo {...} tem gente que não volta mais pra pescar e nem percebe que a mata fez a água e os peixes aumentar”.

O segundo caso é referente à propriedade da D. Maria (80 anos no lugar). Uma propriedade belíssima cortada por um rio que servia para movimentar o moinho da propriedade (moagem de trigo, descascar arroz, etc.).

Segundo o seu filho os serviços prestados por eles foram enfraquecendo gradativamente até o ponto de não o realizarem mais para comunidade (isto estaria ligado à diminuição das lavouras, preços dos alimentos, proximidades com produtos industrializados, entre outros). Esse mesmo rio que serviu para que a família ganhasse dinheiro é o grande problema na atualidade “ele passa no meio da propriedade”, ou seja, se preservar as suas margens e mais aquelas dos afluentes e subafluentes a propriedade tem uma redução de cerca de 80% de sua área de uso. O antigo moinho virou um Museu Rural e o restante da propriedade serve para lazer de pessoas que o procuram no campo “é um lazer alternativo em razão da lei ambiental”.



Figura 4 - Antigo moinho e atual museu rural – Jan/2012.

O terceiro caso pode ser ilustrado pelo Sr. Cassemiro (60 anos no lugar). Trata-se especificamente da utilização de estufas para o cultivo de hortaliças, em geral. Essa prática está se tornando viável pela maior produtividade e expressão que os agroecológicos estão tendo na atualidade “em meio alqueire na estufa você produz mais que em seis fora dela”. O adubo utilizado é “cinza de caldeira que faz a parte do calcário e é bem mais barato” e também se utiliza técnicas de irrigação por gotejamento “que funcionam melhor”. Geralmente o que é cultivado vende-se em feiras semanais na cidade. A aceitação crescente dos agroecológicos associado à falta de espaço para o plantio faz das estufas uma excelente alternativa para os produtores rurais.



Figura 5 - Plantação em estufas – Jan/2012.

Nas três situações percebemos aquilo que chamamos de complexidade do rural. Certamente de que se pode fazer uma análise pautada na (re)valorização de algumas práticas que caracterizam “o novo rural” (Wanderlei, 2009) como, por exemplo, fazer do rural um espaço de consumo e não de - somente – produção. Entretanto, ressaltasse as estratégias dos moradores/trabalhadores para continuar (sobre)vivendo na área rural. No primeiro caso temos um misto de situações em que se valoriza e nega o saber científico simultaneamente. Preservar a mata ou vegetação ciliar é uma técnica de controle da erosão que incide na qualidade da água e quantidade de peixes, porém, na mesma propriedade, utilizar num canteiro folhas de pinus para amenizar os impactos erosivos da água da chuva é algo extremamente contestável pelo saber científico.

No segundo caso, a mesma legislação que proíbe o corte de vegetação ou outros usos possíveis da propriedade, pode ter sido responsável pela dinâmica atual da mesma. Se não tivesse a grande quantidade de águas e de áreas verdes os turistas iriam até esta área? Como a propriedade funcionava basicamente em torno do seu moinho – que foi desativado – pode-se inferir que depois da retirada da vegetação (reivindicada pelos moradores) restaria basicamente a atividade agropecuária de subsistência. Ao que tudo indica a vegetação seria uma espécie de poupança que foi “congelada” pela lei ambiental, por isso a revolta. Como não há o interesse em uma produção de



subsistência – até mesmo pela restrição ambiental - o turismo rural se tornou “forçosamente” uma alternativa.

A terceira situação refere-se ao aumento gradativo da produção de agroecológicos na região<sup>5</sup>. Segundo Altieri (2012), a agroecologia seria uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no (ou pelo) campo. Também concordamos com ele, mas o que interessa do exemplo citado é que algumas técnicas de produção de agroecológicos estão sendo assimiladas por pessoas que nem sempre produzem produtos com esta característica ou mesmo que estejam pensando na preservação/conservação. É o caso da utilização de uma estufa, um adubo alternativo, entre outros, que são utilizados por serem mais baratos e produzirem mais.

Em linhas gerais, verifica-se o aparecimento de cenários diferentes, em função das experiências diferenciadas de cultivo e práticas produtivas de cada agricultor/trabalhador. Pode-se dizer que existem diferentes racionalidades (expectativas em função das experiências diretas e indiretas de cada um dos entrevistados, segundo mantêm ou não uma tradição na forma de plantio e na diversidade de produtos). Por outro lado, o diferencial para cada uma dessas situações é com a introdução do plantio de árvores exóticas (pinus e eucaliptus) que estão associadas com as práticas de larga escala das grandes propriedades rurais e com interesses comerciais. Cremos que é a questão da escala, associada ao tipo de agricultura mais tradicional, que define o caráter ou o padrão de um cultivo ser “mais” ou “menos” ecológico. As entrevistas demonstram que, quando se trata de o agricultor ter tido uma longa experiência no tipo de plantio, ele mesmo sabe os limites do equilíbrio de práticas ecologicamente sustentáveis.

A inserção de novas práticas está associada a um cálculo de sobrevivência, ou seja, o que é preciso, no julgamento dos atores, para se viver

---

<sup>5</sup> Os cuidados com a natureza, por parte desses atores, pode ter uma fonte no imaginário ou na cultura da região, cujas marcas simbólicas estão muito presentes, por conta de uma forte densidade representada pelos eventos do Contestado e das figuras dos monges e seus ensinamentos, reatualizados e ritualizados pelos moradores (batismos, benzimentos, transmissão oral por lendas, contos, etc). Acredita-se que essas influências se manifestam nas práticas e usos dos recursos naturais.

bem. Isto justifica o plantio de espécies exóticas e os riscos socioambientais que ela representa, mas, por outro lado, a segurança adquirida pela comercialização deste produto. Os métodos tradicionais coexistem com formas de imposição de algumas práticas agrícolas (ex. exóticas) assegurando uma maior renda ao produtor/trabalhador rural. Ao que tudo indica isso já é uma prática centenária na região e certamente continuará se reproduzindo (mais adiante temos mais elementos que afirmam isso).

#### **4. Considerações finais**

Ao que tudo indica essa passagem, ou início dela, de um Brasil rural para urbano, intensificação dos fluxos migratórios, industrialização e a expansão do capital estrangeiro em nosso país, foi a força motriz de vários acontecimentos que marcaram a formação do povo brasileiro e, conseqüentemente, foi o embrião que resultou nos principais elementos constitutivos das Gêmeas do Iguazu e seus respectivos problemas socioambientais e rurais. Além do que fora exposto, um hibridismo cultural, uma cultura chamada de rústica relacionada a um catolicismo popular, em especial o catolicismo rústico, marca o povo em questão e é revelador de um contexto de grandes transformações sociais, ambientais, econômicas e políticas. Aqui já se pode perceber o início das grandes modificações nas relações sociais que a *modernidade* trouxe.

Constatou-se um rural cheio de problemas econômicos, sociais, políticos e ambientais, mas também com soluções possíveis para saná-los e, pela nossa satisfação, pelas ideias dos próprios agricultores/trabalhadores. Certamente que suas “soluções” são movidas por suas práticas e, muitas vezes, carece de um aporte técnico-científico.

Encontramos um rural em transformação em suas bases produtivas. Além da substituição do pinheiro pelo pinus e o eucaliptos, presenciamos muitas propriedades virando chácaras para descanso e lazer de quem mora no urbano. Nelas encontram-se piscinas, tanques de peixes, turismos, entre outros. Também constatamos outras situações de inversões de valores econômicos das propriedades, ao longo do tempo analisado. Antes da intensificação de fiscalizações por agentes ambientais do governo, as terras

com “mato” e com rios eram supervalorizadas, hoje, se ela os possuir servirá “somente” para os modelos de chácaras que citamos acima. No geral, as propriedades que encontramos tentam conciliar uma “poupança” no formato de um reflorestamento, uma boa moradia, alguns animais para abate - quando a propriedade não vive dele (galinhas, porcos, etc) -, um pouco de vegetação para lenha, cercas, etc., e pequenas lavouras – quando o proprietário/trabalhador não vive exclusivamente disso.

Encontramos, dentre os pesquisados, um predomínio de pessoas com mais de 30 anos. Num primeiro momento parece que elas evidenciam *uma opção por um modo de vida*, ou seja, encontraram no meio rural a sua satisfação de necessidades econômicas, de moradia, de lazer, entre outras. A maioria delas é casada, mostrando um “conservadorismo” ainda vigente, é dona do seu imóvel rural e mora há mais de 10 anos no lugar. A maior parte se declara com renda fixa. Assim, encontramos a figura do chacreiro, do aposentado, daquele que trabalha via contratos com empresas que compram sua produção, autônomos que arrendam propriedades, outros que trabalham de meeiros, e ainda os que vendem o que podem conforme produzem.

Devido ao tipo de produção, tamanho da propriedade e características do relevo, o trabalho manual é predominante, seguido de máquinas de pequeno porte (tratores, arados, rotativo ou Tobata, etc.) e em menor quantidade animais. Poucos utilizam agrotóxicos seja em razão dos preços, do tipo de atividade ou de alternativas próprias para adubação como, por exemplo, adubação com folhas de árvores ou rotação de culturas.

O que chamamos de permanência é a forma como o grupo estudado utiliza os recursos naturais e, especificamente, no reconhecimento da necessidade de preservação/conservação dos recursos hídricos, conhecimento dos melhores solos, técnicas de controle de erosão, valorização do conhecimento “dos antigos”, entendimento de natureza que deve dar lucro. Também não pudemos deixar de perceber as ressignificações na forma de pensar e agir deste grupo frente à natureza e o ambiente. Esta questão acaba girando em torno do reconhecimento do saber técnico-científico, da importância da legislação ambiental para conter os impactos ambientais e mesmo na

introdução de formas de cultivo mais pautadas na noção de equilíbrio ambiental como é o caso da agroecologia. O que permanece é a reivindicação do agricultor em utilizar suas terras, da forma como ele concebe como correto ou mesmo de “ter o direito” de ser ouvido para, se for o caso, mudar suas práticas. O que muda é a aceitação de que nem sempre ele conseguirá sozinho. Nas palavras do Sr. Eugenio, que acabou falecendo dias depois da entrevista, “o colono precisa de ajuda!”.

#### Referencias bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

FAGUNDES, J.; RIBAS, J. O. (orgs) **Monografia de Porto União**. Palmas: Kayganguê, 2002.

FRAGA, N. C. **Mudanças e permanência na rede viária do contestado**: uma abordagem acerca da formação territorial do sul do Brasil. Tese (Meio Ambiente e Desenvolvimento - UFPR), 2006.

GASPARI, L. T. **Imagens femininas nas “Gêmeas do Iguazu” nos anos 40 e 50**. União da Vitória: Kayganguê, 2005.

HALISKI, A.M. **Formação e atualidade histórica de um grupo de agricultores entre Santa Catarina e Paraná**: disputas sobre os usos de natureza e ambiente. Tese de Doutorado em Sociologia (UFPR), 2013.

HORT, J. **Geografia do município de União da Vitória**. União da Vitória: UNIPORTO, 1990.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. São Paulo: Ed. Da UNICAMP, 2004.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIESENBERG, A. **A instalação humana no vale do Iguazu**. Coleção Vale do Iguazu da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória-PR, 1973.

SANTOS, S. C. dos. A modernidade chega pelo trem. In: **Santa Catarina no século XX**: ensaios e memória fotográfica. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC edições, 2000.

WANDERLEY, M de Nazareht B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

### GT 3 – O RURAL NA HISTÓRIA DO BRASIL

#### UMA ANTIGA “QUESTÃO DE BODES”: RECONVERSÕES SOCIAIS E DISPUTAS ENTRE AS FAMÍLIAS NEVES E FERNANDES NA ASSOCIAÇÃO DE CAPRINOCULTORES DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO-PB

Valdênio Freitas Meneses<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo busca analisar como situações de conflito dentro de uma associação de caprinocultores no município de São Sebastião do Umbuzeiro – PB são indicativos de como elites políticas locais – encabeçadas sob a imagem de famílias - dinamizam estratégias de reconversão social dos seus patrimônios ,materiais e simbólicos, para dentro dos espaços institucionais de políticas públicas. Mais especificamente, analisamos os conflitos entre as famílias Neves e Fernandes que envolvem membros da associação Vila do Caruá, que tem sido um dos canais municipais de contato de caprinocultores com projetos de desenvolvimento, geridos pelo Sebrae-PB, e programas como o PAA-Leite, ambos voltados para incentivo a produção de leite de cabra. Ao analisar como se dão os entrelaçamentos de espaços institucionais de políticas públicas nos embates de um universo político entrecortado por códigos de parentesco podemos compreender as estratégias de alteração e reelaboração de um patrimônio de capitais acumulados por famílias que se inserem em um processo histórico de ocupação da terra, no século XIX, na região do Cariri Paraibano.

**Palavras-chave:** Reconversões sociais; família; associativismo rural.

#### INTRODUÇÃO

Por volta de 1860 na área em que atualmente fica o município de São Sebastião do Umbuzeiro, na região dos Cariris Velhos na Paraíba, os capitães Mariano José das Neves e João José da Silva Souza protagonizaram duelos travados tanto na linguagem dos insultos como das espadas. Dentre as várias razões possíveis que poderiam ter começado a “questão” entre esses dois capitães uma das mais graves eram as acusações mútuas de “ ladrão de bodes”: indiferentes tanto as regras de parentesco como as de propriedade na recém decretada lei de Terras (1850), os animais circulavam livremente entre os limites das terras de Benevides e da Fazenda Santa Clara, pertencentes as famílias Neves e Silva Souza, respectivamente ( RIETVELD, 1999).

Cerca de 170 anos depois, descendentes dos capitães Neves e Silva voltam a digladiar-se em torno de uma nova “questão de bodes”: trata-se de um enredo de disputas políticas entre membros e lideranças da associação municipal de caprinocultores (a Vila do Caruá). Estas disputas estão alinhadas com os embates que

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: [valdeniofmeneses@hotmail.com](mailto:valdeniofmeneses@hotmail.com)

envolvem a figura de Júnior Neves, ex- presidente da associação de caprinocultores, irmão do atual prefeito Francisco Alipio “Chico” Neves (ambos netos de mais de cinco gerações de Mariano das Neves) que , nas eleições municipais de 2008, lança uma candidatura própria e “ racha” uma aliança com o grupo político da família Fernandes, descendentes do capitão João José da Silva.

Ao introduzir estas narrativas, o artigo busca debater como uma série de situações de conflito – tanto no passado como no presente – indicam estratégias de reconversão social por parte das famílias Neves e Fernandes. Essas reconversões ocorrem sob a alteração e reelaboração de todo um patrimônio material e simbólico que foi “acumulado” e vem sendo transformado, em uma dinâmica processual, através da ocupação da terras e estabelecimento de fazendas no século XIX até os atuais investimentos das famílias no universo político-eleitoral no Cariri. O eixo central do debate ao longo do texto é como a disputa dos Neves e Fernandes pela associação de caprinocultores, um espaço institucional ligado a composição de um projeto de desenvolvimento na região do Cariri, constitui um substrato para a mais recente estratégia de reconversão destas duas famílias. Ao fazer um paralelo de como a associação de caprinocultores torna-se um “objeto” de disputa política entre duas famílias que já tiveram conflito por “ questões de bode” no passado apontamos para um horizonte de pesquisa interessante para analisarmos contradições e conflitos que envolvem estratégias familiares de transmissão, alteração e deslocamento de capitais adquiridos em diferentes campos sociais (BOURDIEU,2007). Tais estratégias são jogadas segundo transformações ligadas às interdependências sociais e gradientes de poder movimentados em processos a médio e longo prazo (ELIAS, 2006).

Antes de passar para uma exposição teórica mais refinada sobre como visualizamos os termos família e reconversões sociais, introduzimos o contexto de pesquisa em que este artigo foi elaborado. Trata-se de um “ponto de encontro” entre dois projetos: o primeiro foi um trabalho de mestrado<sup>2</sup> já concluído em forma de dissertação e um outro projeto de doutorado em fase inicial<sup>3</sup>. A dissertação, concluída em 2014, tratou de analisar como as associações de caprinocultores eram, ao mesmo tempo, ligações com

---

<sup>2</sup> A dissertação de mestrado “Associativismo e caprinocultura: políticas públicas e “politicagem” no Cariri Paraibano foi orientada pela professora Ramonildes Alves Gomes do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFPG).

<sup>3</sup> O projeto de doutorado intitulado: “ Netos de coronéis e capitães: origens da grande propriedade, reconversões sociais e estratégias familiares no Cariri Paraibano” é orientado pela professora Eli Napoleão de Lima do Programa de Pós- Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade ( CPDA/UFRRJ).

políticas públicas voltadas para o leite de cabra na região do Cariri Paraibano, e também cenário para disputas políticas que envolvem as lideranças das associações e os seus engajamentos junto a elites políticas nos municípios de Monteiro e São Sebastião do Umbuzeiro. As lideranças, enquanto mediadores sociais, estavam ligados tanto aos produtores de leite de cabra como também eram próximos ou até membros de famílias de grandes e médios proprietários de terra do Cariri (MENESES; GOMES, 2013).

Os processos sociais que analisaremos ao longo do artigo se passam no município de São Sebastião do Umbuzeiro, uma cidade com 3.235 habitantes e 460.563 Km<sup>2</sup>, localizada na fronteira sul entre Paraíba e Pernambuco. Até 1958, São Sebastião do Umbuzeiro pertencia a área municipal de Monteiro, maior cidade da antiga região dos Cariris Velhos, hoje nomeada como microrregião do Cariri Paraibano (MENESES; GOMES, 2013):

Quanto aos referenciais empíricos utilizamos dois conjuntos de fontes. O primeiro trata dos livros de memórias locais escritos sobre São Sebastião do Umbuzeiro a exemplo do livro *Na Sombra do Umbuzeiro* do Padre João Jorge Rietveld (1999), que foi pároco da cidade durante 10 anos, um livro de homenagem aos pais e avós escrito por pessoas da família Fernandes (Fernandes et al, 2005) e coletâneas de cartas e genealogias (AMARAL, 2003). Também estão inclusos arquivos, livros de tombo e documentos do Apostolado da Oração da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro, além de um trabalho etnográfico realizado no mês de janeiro de 2013 na festa de padroeiro de São Sebastião (MENESES; GOMES, 2013b). Seguindo a sugestão de Comerford e Palmeira (2007, p.8) de como tratar a relação entre a literatura e a análise sócio-antropológica, consideramos essa produção literária “local” como importantes documentos para nos fornecer categorias e esquemas de apreensão “nativos” o que, neste trabalho, diz respeito aos processos históricos que envolvem as famílias Neves e Fernandes. Por fim, uma outra base empírica foram as atividades de pesquisa que foram realizadas durante a vigência do mestrado em Ciências Sociais pela UFCG entre os anos de 2012 e 2014: entrevistas junto aos líderes e membros da associação municipal de caprinocultores além do acompanhamento de reuniões e do cotidiano da usina de beneficiamento de leite de cabra de São Sebastião do Umbuzeiro (MENESES, 2014).

Para elaborar o debate entre as reflexões teóricas acerca das reconversões sociais junto ao cenário empírico, estruturamos o artigo da seguinte forma- **Parte 1:** uma exposição sobre o debate de reconversões sociais junto a considerações que nos ajudam

a pensar sobre a operação das estratégias familiares para “jogar” e alterar um patrimônio herdado para dentro de novos espaços de poder abertos através das associações rurais, projetos de desenvolvimento e políticas públicas. Anexamos a esta reflexão uma apresentação de como o associativismo rural tem ganho espaço dentro de proposta de desenvolvimento para a região do Cariri. **Parte 2:** detalhamento da antiga “questão de bodes” entre os capitães Mariano das Neves e João José da Silva e no que as narrativas desses duelos, no século XIX, podem nos esclarecer para os processos de ocupação de terras viabilizados pela Lei de Terras de 1850. **Parte 3:** Expor como a consolidação de uma articulação de políticas públicas e de projetos de desenvolvimento pautados no incentivo à caprinocultura e ao associativismo abriu novas possibilidades e *arenas de reconversão* para as famílias “jogarem seus capitais” no desenho de disputas do cenário político de São Sebastião do Umbuzeiro e do estado da Paraíba, em geral.

## FAMÍLIA E RECONVERSÕES SOCIAIS

Iniciamos o diálogo teórico com duas questões básicas: o que faz com que um código de valores ou conjunto de relações sociais sejam pensadas, classificadas ou legitimadas como “famílias”? Como pensar os fluxos, alterações e transmissões de um patrimônio material (como a posse da terra) e não material – investimentos na política ou na igreja, por exemplo - de uma família entre as suas gerações?

No tocante a primeira questão, levantamos uma premissa teórica para o debate neste artigo que é a “desnaturalização” de uma noção de família unitária e harmônica que incide na relação entre parentesco e política. Nesse sentido, reforçamos o estatuto – por vezes minimizado- de clássico das ciências sociais brasileiras de Maria Isaura Pereira de Queiroz ao analisar as tensões de alianças e disputas como constitutivo da lógica de relações sociais marcadas sob o signo do “parentesco”. Os trabalhos de Queiroz (1969, 1985) demarcam uma divisão importante nos estudos da instituição social da família no Brasil, no sentido de acentuar a dimensão conflituosa de alianças que envolvem família, política e mandonismo local. Assim, fica aberta uma forma de pensar o tema da família no pensamento social brasileiro que se distingue de outras que demarcam uma certa tendência para harmonização, tal qual Gilberto Freyre<sup>4</sup> (2013).

---

<sup>4</sup> Ao enfatizar a tendência para uma visão harmônica na família brasileira na obra de Gilberto Freyre (2013) colocamos que o autor pernambucano não “esquece” de analisar os conflitos mas que enfatiza na Avenida Presidente Vargas, 417/9º andar, sala 909  
CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ  
CNPJ: 10.269.919/0001-39  
Email: rdestudosrurais@gmail.com



Torna-se mais interessante para os fins deste artigo, a interpretação de como compadrios e alianças apoiados em laços de parentesco são relações dotadas de mobilidades e tensões permitem retirar a visão de “um roteiro pré-definido” das famílias. Sob essa leitura, analisamos as famílias Neves e Fernandes enquanto provedoras de recursos materiais e simbólicos mobilizados em operações de mapeamentos e classificações sociais de pessoas, situações e lugares que, por sua vez, indicam relações de poder.

Nos remetemos ao conceito de *reconversão social* para tentar explicar como e quais dinâmicas operacionais do parentesco são mobilizadas para “manusear” socialmente o patrimônio de uma família. A partir de noções de *habitus* e *campo*<sup>5</sup> o conceito de reconversão é associado a contextos de transformação social e a busca por vias de manutenção e principalmente de reprodução de práticas indicadoras de posições de e frações de classe, bem como suas respectivas práticas e estilos de vida. O senso “prático”<sup>6</sup> das apostas arriscadas, blefes e movimentações dentro do “jogo” das reconversões ocorrem principalmente em termos de estratégias de reprodução em que são alteradas as naturezas de um capital – seja econômico, cultural, social etc. - adquirido em um campo e transferidas para campos diferentes. Reconversões podem ser na busca por adquirir gostos artísticos da burguesia ascendente que tenta se afirmar a um novo modo de apropriação cultural (BOURDIEU, 2007, p. 291); em estratégias de frações de classe dominante em declínio que buscam converter um baixo capital cultural - obtido no “seu ponto de partida” - em capital econômico ora pelo engajamento em ideologias conservadoras ou busca por novas profissões no mercado financeiro ou senão, nas contradições que envolvem uma discrepância de investimentos nas heranças dos patrimônios material e cultural entre as gerações de uma família (BOURDIEU,

---

unidade familiar patriarcal como uma espécie de amortizador de tensões que atravessam o sistemas de valores patriarcais. A família é vista como uma “unidade” trespassada pelo eixo de dominação econômica e moral entre senhor e escravo e seus correspondentes: sinhazinhas, escravas, mucamas, filhos da casa grande, trabalhadores rurais livres etc.

<sup>5</sup> O legado teórico de Pierre Bourdieu fixou as noções de *habitus* e *campo* na teoria social. O primeiro é um sistema de disposições estruturadas, que é produzido sob condições sociais de existência específicas que são incorporadas pelos indivíduos - sistemas de representação, julgamento, tomada de posição e comportamentos – princípios geradores e unificadores das práticas sociais (BOURDIEU, 2009). Em parte estas condições de existência que os agentes sociais incorporam e mediam, via *habitus*, são produzidos a partir de lutas travadas nos campos: sistema de relações objetivas entre posições ocupadas por agentes que se encontram em disputa de poder dentro de microcosmos sociais dotados de propriedades específicas (BOURDIEU, 2009, p.67).

<sup>6</sup> Bourdieu (2009) delimita como o senso prático, as estratégias, mobilizações, escolhas e movimentações dos agentes sociais dentro de ajustamentos práticos dados pelas disposições incorporadas no *habitus* e da capacidade deste de mobilizar os capitais nas lutas travadas nos campos sociais. Por isso, o senso prático é guiado, não necessariamente de forma consciente, nem tampouco com uma racionalidade maximizadora, mas através de ajustamentos práticos dados pelas disposições incorporadas no *habitus* e da capacidade deste de mobilizar os capitais nas lutas travadas nos campos sociais.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

2008, p. 124). Esse processo de “alterar” capitais não é feito de forma linear, pois tem seus custos e contradições: implica em desafiar um habitus que incorporou estruturas e práticas sociais específicas de um universo social, submetendo-as a novas condições que nem sempre estão dentro da “causalidade do provável”: uma espécie de dialética entre habitus e antecipações práticas que repousam sobre experiências anteriores (BOURDIEU, 2008, p.82).

Uma importante contribuição também é feita nos trabalhos de Afrânio García Jr. (1989, 2007) no debate sobre reconversões sociais, transmissão de capitais e as trajetórias biográficas de intelectuais oriundos de famílias de “elites” agrárias. É o exemplo de José Américo de Almeida, membro de uma família de senhores de engenho em Areia- PB, e de Juarez Távora, filho de proprietários de grandes fazendas de gado no Ceará. Ao adentrar no cenário intelectual do governo Vargas, José Américo e Juarez Távora tiveram de “jogar” os capitais econômico e cultural herdados de seus grupos familiares que, no plano local, estavam em situação de declínio dentro das transformações na sociedade brasileira que seguiram na década de 1930.

Vale salientar a seguinte crítica: estando intrinsecamente ligada a gênese estruturalista de termos como habitus e campo, a noção de reconversão social está sujeita tanto ao potencial das suas descobertas bem como das limitações destes conceitos da teoria bourdieusiana. Em defesa do primeiro, Dechaux (1995) destaca que ao insistir em visualizar equilíbrios e oscilações de forças entre indivíduos interdependentes, o conceito de figuração acaba por naturalizar o “poder”, tudo se desenrola como se os protagonistas tivessem um desejo de poder natural dentro de um consentimento as regras do jogo concorrencial - a competição é imanente a sociedade (DECHAUX, 1995, p.303). Entretanto, demarcamos que, pela sua gênese estruturalista, os conceito de campo, habitus apresentam dificuldades para analisar processos de longo prazo, que envolvem mudanças de posições e um “histórico” no envolvimento e contato entre os grupos sociais.

Tomando por base as contribuições que podem surgir deste atrito teórico entre teorias do habitus e figuracionais a discussão as considerações de Norbert Elias, acerca de como são estabelecidas interdependências sociais, gradientes de poder diante de processos sociais que envolvem uma escala temporal mais ampla: miramos as transformações dos patrimônios familiares sob a ótica de uma investigação sociológica que consiste no diagnóstico e explicação de “tendências de longo prazo e não

planejadas, mas ao mesmo tempo estruturadas e orientadas” (ELIAS, 2006, p.187). Portanto, propomos visualizar “*arenas de reconversão*” que envolvem, processualmente, uma geometria de figurações e relações de poder que passam pelos engajamentos e estratégias dos membros das famílias de reconverter aquelas suas “heranças” incorporadas dentro de processos de transformação social. As múltiplas arenas de reconversão indicam, igualmente, variadas estratégias de manuseio “prático” dos patrimônios familiares. Seleccionamos para os fins deste artigo duas arenas de reconversão que são feitas “apostas” sob os patrimônios das famílias Neves e Fernandes: a primeira é a posse da terra, indicada nas memórias sobre a fundação de São Sebastião de Umbuzeiro – que trazem a tona as narrativas de chegada dos capitães Neves e Silva e suas “questões de bode” que nos dão importantes evidências para o estabelecimento de fazendas, no século XIX, o que foi uma espécie de “acumulação primitiva”<sup>7</sup> de um capital associado a posse da terra. Uma outra arena de reconversão é a mais recente: o associativismo rural ligado a um ambiente de um projeto de desenvolvimento e políticas públicas, para duas famílias em relação de interdependência digladiarem entre si, utilizando dos seus patrimônios sociais, suas auto-imagens e suas posições dominantes em um universo político.

## **DOIS CAPITÃES, DUAS IGREJAS E UMA “QUESTÃO” DE BODES**

Boa parte da região que hoje é o sul da Paraíba, fronteira com Pernambuco, parece ter passado por momentos de esvaziamento diante do extermínio e expulsão dos índios Cariri e Xukuru que habitavam a região. Apesar de algumas escrituras de sesmarias transcritas por Tavares (1982, p.40) apontarem a chegada de portugueses a algumas áreas próximas a nascentes de rios em 1699 – ano de fundação da vila que deu origem a cidade de São João do Cariri, a mais antiga da região – somente a partir de pouco antes do marco da Lei de Terras de 1850, os processos de ocupação começam a ser mais intensos na área que hoje é denominada Cariri Paraibano.

---

<sup>7</sup> Aqui, tomamos liberdade para fazer uma inversão na descrição do processo de acumulação primitiva do capitalismo inglês feito por Marx (1982): lá o processo foram caracterizados pela expulsão de camponeses das suas terras pelo cerceamento dos campos e a “liberação” destes para a proletarização industrial. Já no caso do Cariri aparenta ocorrer o inverso: após 1850, há um processo intenso de ocupação e fixação das famílias dos coronéis e capitães em terras que pertenciam a igreja e ao Império.

Nos livros que contam a história do município de São Sebastião do Umbuzeiro esses processos de ocupação remetem a versões sobre a fundação da cidade. Apontamos a importante contribuição do livro *Na Sombra do Umbuzeiro* escrito pelo Padre João Jorge Rietveld, que foi pároco de São Sebastião do Umbuzeiro durante dez anos. O livro, publicado em 1999, é resultado de uma pesquisa pessoal do padre a partir de documentos em cartórios, arquivos da paróquia e em memórias orais dos habitantes de São Sebastião do Umbuzeiro. É a partir deste livro que tomamos ponto de partida para traçar as narrativas de ocupação das famílias Neves e Fernandes na região do Cariri no século XIX, bem como delinear os conflitos do “passado” entre estas para entender seus atuais atritos políticos.

As pessoas que possuem casas em boa parte da área de São Sebastião do Umbuzeiro pagam uma espécie de “imposto territorial” à paróquia. “A taxa do patrimônio” tem provável origem em uma doação de terras que foi feita em 1869. A doação de terras foi articulada pelo capitão Mariano das Neves, que tinha chegado a região por volta de 1850. Neto de portugueses<sup>8</sup>, Mariano das Neves, junto com seu irmão Zeferino das Neves liderou um grupo de familiares que saiu da Fazenda Ipoeiras (atual município de Camalaú, também na região do Cariri Paraibano) que se estabeleceu com sua família em uma área que era próxima as nascentes do rio Paraíba. Compradas ao Império a partir das regras da Lei de Terras de 1850, as terras nomeadas<sup>9</sup> de Benevides, Dois Riachos, São Francisco, estavam vazias, pois os antigos habitantes, os índios Cariri e Xukuru, haviam sido exterminados ou expulsos para a região de Cimbres e Arcoverde, em Pernambuco.

Após sobreviver a duas epidemias de cólera, o Capitão das Neves faz uma promessa a São Sebastião: encomenda uma imagem do santo na França e começa a construção de uma capela. Em 1860, além de começar a construção da igreja, Mariano

---

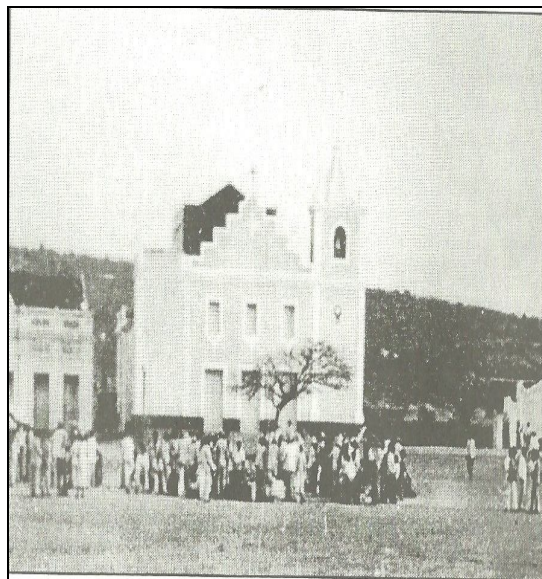
<sup>8</sup> De acordo com as genealogias feitas por Rietveld (1999) o Capitão Mariano das Neves é neto de Isabel Maria das Neves, filha do advogado português Manoel Antônio das Neves que veio legislar no Brasil em 1750 e estabeleceu residência em Nazaré da Mata, Pernambuco. Isabel casou com o capitão Manoel Fernandes da Silva dono da fazenda Ipoeiras que ficava na área do município de Camalaú, próximo a São Sebastião do Umbuzeiro. Com a morte do marido, Maria Isabel continuou cuidando dos 19 filhos em Ipoeiras, que geraram uma prole de netos. Entre eles estava Mariano das Neves.

<sup>9</sup> Um importante registro que mostra já um movimento de transmissão de patrimônio da terra na família Neves sob essa terras esta na “Relação dos proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados do Estado da Parahyba de 1920”. Na página 12 da seção que mostra a lista de propriedades de Alagoa de Monteiro – cidade a qual São Sebastião do Umbuzeiro foi distrito até 1958 - há uma parte em que podemos ver os sítios e partes deles divididos apenas entre proprietários com o sobrenome Neves: João Vicente Bezerra Neves; José Zeferino Bezerra das Neves; Manoel Vicente das Neves; Manoel Zeferino das Neves

das Neves articulou-se com o capitão Laurentino Ventura da fazenda Umbuzeiro e conseguiu um patrimônio de 250 braças quadradas para a igreja. Então, Mariano José das Neves é visto como um fundador que não só “deixou uma igreja de tijolos, deixou também a sua família para zelar esta igreja, até os dias de hoje” (RIETVELD, 1999, p.89).



**Foto 1 Capitão Mariano das Neves**  
Fonte: Rietveld (1999)



**Foto 2: Igreja de São Sebastião (década de 1920)**  
Fonte: Rietveld (1999)

Um outro detalhe apresentado por Rietveld (1999) nessa narrativa de fundação da doação de terras para a capela de São Sebastião é a hostilidade declarada entre os capitães Mariano das Neves e o capitão João José da Silva Souza que já estava estabelecido na região do Cariri desde pelo menos 1830, quando seu nome aparece como padrinho de casamentos realizados em fazendas da cidade de São João do Cariri (RIETVELD, 1999, p.82). Quanto às questões da origem de João José, um dos seus tataranetos, o Sr. I. Souza esclarece, em uma entrevista, que João José “veio fugido” da fazenda Mochila<sup>10</sup>, em Garanhuns, devido a crimes de honra”. Em 1863, João José construiu uma capela para Santa Clara a pedido de dois monges capuchinhos que se hospedaram na casa da fazenda. “Estes ficaram horrorizados ao ver que o capitão João José estava casado com duas irmãs e pediram para que uma capela fosse construída para redenção do pecado da bigamia” (RIETVELD, 1999, p. 82).

<sup>10</sup> Na mesma entrevista, o Sr. I. Souza, destaca que por causa da origem nessa fazenda, os membros da família Silva Souza são apelidados de “Mochileiros”.



**Foto 3: Escudo que faz menção a João José em frente a Fazenda Santa Clara**



**Foto 4: Capela para Santa Clara dentro da Fazenda**

Podemos destacar duas, dentre as várias razões possíveis, apontadas no livro de Rietveld (1999) para entender a rivalidade entre os Capitães Neves e Silva: a primeira, já citada, foi a construção da capela de São Sebastião e uma negativa de ajuda nas obras, por parte do capitão Silva Souza, seja em dinheiro, tijolos ou em mão-de-obra escrava. Uma segunda foi uma disputa causada por bodes e cabras dos rebanhos dos capitães, que atravessaram as cercas e circulavam entre as das terras do Sítio Benevides, localidade pertencente à família Neves que ficava nos limites com as terras da Fazenda Santa Clara. As acusações mútuas de “ladrão de bodes” foram o motivo que teria levado a uma chamada para um duelo de espadas entre os capitães. Após essas rusgas, o capitão Souza Silva afirmara seu ódio ao “nome Neves” ao afirmar que se recusava a abrir as portas da casa de sua fazenda até mesmo a “neve” (no caso, névoa) que aparecia nas primeiras horas da manhã ( RIETVELD, 1999, p.94). Por sua vez, o capitão Mariano das Neves, ao concluir a construção da capela de São Sebastião em 1869, não registra em uma pedra nas paredes próximo ao altar as iniciais de João José e mesmo de pessoas próximas a ele que ajudaram na construção. Sete anos antes, João José havia registrado as iniciais do nome de Mariano das Neves como um dos que ajudaram a

construir a capela de Santa Clara, o que nos permite deduzir que a “questão”<sup>11</sup> entre os capitães foi “criada” entre 1863 e 1869.

Destacamos como a peleja dos Neves e Silva Souza foi ressignificada após a publicação do livro do Pe. João Jorge Rietveld. Contando versões “paroquiais” da fundação de São Sebastião do Umbuzeiro, Rietveld (1999) faz certa aproximação favorável a família Neves, que por sua vez, recorrem ao livro *Na sombra do Umbuzeiro* para legitimar sua posição de uma “nobreza católica” que se faz presente nas posições de liderança dentro da igreja, desde as secretarias, tesourarias, associações para recolher doações para a reforma da igreja (a antiga *União Catholica*) e grupos de oração paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro (MENESES, GOMES, 2013). Um outro elemento que o livro do Padre João “marcou” na cidade foi nos anúncios impressos das programações da festa de padroeiro, realizada anualmente entre os dias 11 e 20 de janeiro. Após o ano de publicação do livro, em 1999, outras famílias, como Figueiredo e Fernandes, começam a se mobilizar para exibir fotografias e fatos históricos de seus ancestrais. O caso da família Fernandes é emblemático: quando a família assume a presidência da festa do padroeiro de 2001, nos convites impressos com a programação há uma auto-intitulação da família como “descendentes de João José”. Essa descendência vêm de um dos dois casamentos do capitão João José e foram publicadas em um livro de contos e cartas elaborado por uma prima da família Fernandes, Zezé Amaral (2003, p. 151). Ainda nos convites são colocadas fotos de “coroné” Malaquias Batista e sua esposa Sebastiana “Sinhá” Fernandes. Esta é lembrada por ser descendente de uma das linhagens originadas nos casamentos do capitão João José de Souza, que é exaltado na seguinte passagem:

Uma homenagem aos “filhos” de São Sebastião do Umbuzeiro “ aos almocreves que a sombra dos centenários Umbuzeiros deu origem aos casarios, que deu origem ao povoado (...) Coube a nós, Netos de Malaquias Batista e Sinhá Fernandes a difícil tarefa de manter vivo o orgulho da fazenda Capitão-Mor e Pitombas, a memória dos nossos antepassados, desde o patriarca João José, que a golpes de coragem desbravou esta terra, então selvagem.”

Nesse mesmo texto, não é feita nenhuma referência a versão divulgada por Rietveld (1999) acerca da doação do patrimônio para a capela de São Sebastião por parte de

---

<sup>11</sup> Colocamos a categoria de “questão” a partir da abordagem de Marques (2002) sobre como categorias nativas indicam relações antagônicas em que são mobilizadas coletividades e relações de parentesco em territorialidades específicas.

Capitão Mariano das Neves, rival do Capitão João José. Outras críticas ao livro do Pe; João Jorge Rietveld podem ser vistas em falas do Sr. I. Souza Silva que coloca como ofensivo a exposição do seu tataravô como “ ladrão de bodes” e também no livro *Papai, histórias & estórias*, uma homenagem dos filhos de Malaquias Batista e Sinhá Fernandes, em que a motivação da construção da igreja de Mariano das Neves é apontada como uma “ represália a igrejinha ha de Santa Clara de João José da Silva” ( FERNANDES ET AL, 2005, p. 93)

### **A “POLITICAGEM” DENTRO DA ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE CAPRINOCULTORES DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO**

Para entender os conflitos e a “nova questão de bodes” entre Neves e Fernandes dentro da associação municipal de caprinocultores precisamos passar por uma leitura do atual cenário político-eleitoral de São Sebastião do Umbuzeiro. Daí podemos entender os conflitos que perpassam o ex-presidente e fundador da associação, Júnior Neves, e o seu atual presidente José Vieira.

O desenho das atuais disputas políticas entre Neves e Fernandes foi firmado por rupturas políticas de membros dessas duas famílias, visando à eleição municipal de 2008, quando o atual prefeito Francisco Alípio Neves (conhecido como Chico Neves ou Chicolá) venceu o candidato Alexandre Fernandes. A trajetória política de Chico Neves até chegar a prefeitura de São Sebastião do Umbuzeiro consolida as “investidas” da família Neves, historicamente atrelada a igreja católica, em cargos políticos. Apesar desse sucesso ao galgar posições de destaque político local, pessoas mais “velhas” da família Neves reclamam que a geração mais nova tem se dedicado demais a política e se afastado cada vez mais da participação nos eventos e grupos de oração da igreja c, que tinham seus pais e avós reconhecidos como principais líderes e mobilizadores. Essa geração de “novos Neves” que acessou novos espaços educacionais é negativamente avaliada pelos “ velhos Neves” como pode ser visto na fala da Sra. Leila Neves: “ os netos da turma da minha época não tem mais na cabeça a nobreza e o orgulho de sangue” ( MENESES, GOMES, 2013,p.1).

Diferente da família Neves que tem um investimento mais recente no cenário político local, a família Fernandes tem um passado mais intenso de identificação com os processos e disputas políticas em São Sebastião do Umbuzeiro. Isso se dá através da liderança política de Malaquias Batista Fernandes Feitosa, que foi proprietário da



Fazenda Capitão- Mor, e tinha descendência materna na família Feitosa ligada ao Cel. Nilo Feitosa, que foi prefeito de Monteiro e tinha uma grande produção algodoeira na cidade até o início do século XX. Na década de 1940, em uma trama que envolveu “questões” de gado e de honra entre primos da família, houve um assassinato que dividiu politicamente a família Feitosa colocando parentes em lados opostos na disputa política. Essa divisão “entre Feitosas” incide na opção de Malaquias Batista, na década de 1970, pelo MDB contra os “outros” Feitosas<sup>12</sup> ligados ao partido da ARENA como o Dr. João Feitosa. É na fundação da sede local do MDB que Malaquias consolida uma aliança com Metódio Pereira Neves, vereador e presidente dos Vicentinos”. Esta aliança veio a ser quebrada entre as eleições municipais de 2008: quando os filhos de Malaquias e Metódio se posicionam como adversários. O então vereador eleito, Chico Neves, filho de Metódio, rompe a aliança com o PMDB local centrado na figura da ex-prefeita Fátima Fernandes. O sobrinho desta, Alexandre Fernandes, se candidata a prefeito e perde para Chico Neves ( MENESES, 2014, p.63).

É nessa teia de rupturas e alianças entre Neves e Fernandes que vão desaguar as disputas e acusações de “politicagem” entre lideranças e sócios da Associação dos Produtores das Comunidades Capitão-mor, Salgado, Salão, União, Poço Entupido, Boa sorte e Dois Riachos, fundada em 1997. O nome de “Vila do Caroá”, dado tanto a associação como ao a usina de beneficiamento de leite de cabra, é uma homenagem as antigas fábricas de Caroá que funcionaram entre as décadas de 1940-1960 em São Sebastião do Umbuzeiro.

Apesar de surgir em 1997 como uma associação para captar projetos de eletrificação rural, a Vila do Caroá ganha importância durante a década de 2000, momento em que a região do Cariri Paraibano passa a ser “alvo” de programas e projetos de desenvolvimento voltados para o incentivo à caprinocultura leiteira. Sob a pecuária de caprinos é erguida toda uma configuração desenvolvimentista<sup>13</sup> formada por instituições como como Sebrae e Fundação Banco do Brasil, Centro de

---

<sup>12</sup> A aversão aos Feitosas era tanta que os filhos de Malaquias descrevem a seguinte situação no livro que homenageia o pai: além de não passar para a prole o sobrenome Feitosa, Malaquias comemorou uma situação que ficou doente e teve de fazer transfusão. Era uma chance de “limpar” o sangue Feitosa das veias (FERNANDES ET AL, 2005, p. 52).

<sup>13</sup> É a presença de uma “configuração desenvolvimentista” que define a existência propriamente dita do desenvolvimento. A configuração desenvolvimentista é o universo cosmopolita de experts, burocratas, representantes de ONGs, de pesquisadores, técnicos, líderes de projetos, agentes de campo que vivem de alguma forma do desenvolvimento de outros, mobilizando e gerenciando recursos materiais e simbólicos (SARDAN, 1995, p. 7)

Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura de Monteiro ( CENDOV) além de programas como o PAA- Leite, que compra parte da produção leiteira de agricultores familiares ( MENESES; GOMES;2012). Além do incentivo à caprinocultura, uma das principais “bandeiras” desta articulação desenvolvimentista é o associativismo, apontado como forma de mobilização coletiva ideal seja para “pequenos produtores superarem debilidades (...) e disporem de formas de reivindicação de participação política” (SEBRAE, 2003, p,9) , seja para abrir canais institucionais de comunicação e de controle junto aos caprinocultores cadastrados no PAA-Leite (MENESES, GOMES, 2013b)

Júnior Neves<sup>14</sup> o primeiro presidente e um dos fundadores da Vila do Caruá, seguiu uma “ trajetória” biográfica parecida com a do irmão, do atual prefeito Chico Neves. Ambos fizeram parte da geração da família Neves que, apesar de terem nascido e vivido a infância nos sítios da família - São Francisco, Benevides, Dois Riachos – quebraram “saíram” de São Sebastião do Umbuzeiro para estudar na Universidade Federal da Paraíba ( UFPB) em João Pessoa. Formado em Ciências Econômicas pela UFPB, Júnior Neves iniciou sua carreira profissional trabalhando nos escritórios locais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural ( Emater). Nas eleições municipais de 1996, Júnior segue os engajamentos políticos do irmão Chico Neves formado em jornalismo também na UFPB) que alça candidaturas de vereador na base aliada do grupo político da então prefeita Fátima Fernandes.

Com a entrada de projetos de desenvolvimento para caprinocultura em São Sebastião do Umbuzeiro, a associação Vila do Caruá é indicada<sup>15</sup> pela prefeitura de Fátima Fernandes para administrar uma usina de beneficiamento de leite de cabra. Nesse momento, Júnior Neves é “deslocado” dos cargos nas secretárias de finanças para assumir a organização e presidência da entidade associativa. Júnior afirma que em

---

<sup>14</sup> Por estarem envolvidos em disputas políticas recentes, decidimos por utilizar pseudônimos ao fazer menção aos líderes da associação.

<sup>15</sup> Nessa fase inicial houve conflitos com uma associação de caprinocultores que já existia no município, a ACOMSSU, fundada em 1996, no momento em que o governo estadual lançava os primeiros planos para as ações com programas de compra de leite de cabra voltados para pequenos produtores rurais. A ACOMSSU já possuía algumas estruturas de armazenamento de leite. Júnior Neves afirma que como a ACOMSSU era constituída por representantes e sócios ligados à família Feitosa, que na época rivalizava com o grupo da prefeita Fátima Fernandes, a Vila do Caruá esteve submetida a disputas políticas desde o processo de sua fundação. A disputa ocorreu quando a prefeitura indicou que iria direcionar a associação Vila do Caruá e não da ACOMSSU para captar os recursos de um projeto do BNB e também na construção da usina de beneficiamento de leite. Em entrevista, Júnior alega que essa escolha da Vila do Caruá teve influência direta de José Fernandes, irmão da prefeita Fátima, que na época (1998) era secretário de indústria e comércio do governo estadual de José Maranhão.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

um momento de dificuldades com a manutenção de máquinas, quem “ajudou” bastante na associação foi o técnico eletricitista José Vieira. Com a saída de Júnior Neves em 2002 para trabalhar na agência do Banco do Nordeste (BNB) da cidade vizinha de Sumé, foi feita uma articulação para eleger Vieira como novo presidente da associação Vila do Caruá.

Em uma entrevista Vieira afirma que ele e Júnior eram um “casamento perfeito” para a associação pois um entendia da parte gerencial e de liderança junto aos caprinocultores associados e o outro, trabalhava na manutenção das máquinas da usina de beneficiamento do leite (MENESES, 2014, p. 120). Contudo, esse “casamento perfeito” entraria em crise a partir das eleições municipais de 2008, quando Júnior Neves se engajou na campanha do irmão Chico Neves para prefeito. Com isso os irmãos Neves consolidam a ruptura com a aliança política – traçada pelo seu pai Metódio – com a família Fernandes. O chamado ao parentesco é utilizado por Júnior para justificar o apoio de toda a família a candidatura de Chico Neves:

**Valdênio:** Como foi a sua saída do grupo dos Fernandes?

**J.Neves:** (...) a gente trabalhava na prefeitura (...). Eu e Marcos [Neves] que era o tesoureiro de Fátima Fernandes (...) pra você ver como é complicado o negócio (...) Chico saiu (...) os outros dois irmãos que moravam aqui fora também saíram (...) e eu e meu outro irmão que trabalhava na prefeitura, que era tesoureiro, ficamos com os Fernandes. (...) Aí veio a eleição pra prefeito [2008] (...) Chico[Neves] lançou candidatura contra os Fernandes (...) como nosso candidato era Chico aí nós chegamos pra Alexandre [Fernandes] e falamos (...) olha Alexandre a gente não tem nada contra **você, mas pelo fato dele ser nosso irmão (...)** nós vamos apoiar Chico (...) aí nós rachamos também (...).

A saída de Júnior Neves do grupo dos Fernandes potencializou conflitos com o seu “homem de confiança”, José Vieira, na associação Vila do Caroá. Júnior reclama que Vieira além de não apoiar Chico Neves, pediu voto aos sócios e “fez política” para os Fernandes, dentro da associação, principalmente na eleição de 2012:

**JN-** A questão política para a associação (...) já começou na primeira eleição de Chico (...) Vieira não quis vim pro lado de Chico e ficou do lado dos Fernandes (...) só que quem ganhou a eleição foi Chico (...) e infelizmente não há como a associação usina (...) ou qualquer coisa (...) funcionar em um município como esse (...) sem ter o apoio do poder municipal (...) não tem como (...) é tanto que a usina funciona em um prédio municipal (...) a água é a prefeitura que concede (...) uma parte dos funcionários é paga pela prefeitura (...) a energia elétrica é paga pela prefeitura (...) e a reclamação que eu recebi depois que sai [da presidência da associação] é que Vieira **fez muita política** dentro (...) pedindo voto e ameaçando os funcionários.

Em uma entrevista, José Vieira expõe o seu ponto de vista argumentando que ele acabou sendo prejudicado por Júnior Neves nesse processo de mudança de “lados”. , Vieira justifica que apesar de não “viver politicando”<sup>16</sup> acabou sendo alvo de muitos ataques:

**JV** - (...) Aí hoje inverteu a posição política (...). Júnior já faz parte do governo de (...) de Chico [Neves]. Algumas pessoas ligadas ao governo de Chico já não querem que eu faça parte disso aqui [a associação] pelo fato de eu já ter trabalhado no passado pelo outro partido [ PMDB] (...). E que por coincidência eu acho engraçado. (...). Quando o próprio Júnior saiu, largou os Fernandes, pra fazer parte da equipe do governo

Vieira acusa a prefeitura de ter “escondido” um maquinário, obtido com recursos do PAC do governo federal em 2011 e que serviria para um melhor processamento de ração e forragem para fornecer aos próprios produtores da usina. . Além desses conflitos, Vieira coloca que funcionários da prefeitura “de Chico Neves” espalharam boatos entre os associados da Vila do Caruá de que atrasos de pagamento do PAA-Leite em agosto de 2013, foram resultado da aproximação de Vieira com candidatos a vereador apoiados pela a família Fernandes

**JV**- Se [os caprinocultores] não lhe respeitam, passam por cima de você (...) É como tentaram fazer aqui [na associação] comigo. Aqui mesmo nessa mesma época do atraso, veio funcionário da prefeitura dizendo “mas quem manda aqui é Fernandes, né?”(...). Eu digo “Aqui nem eu mando, meu senhor”. Porque quem (...) manda aqui nesse negócio (...) é ata e as regras da associação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas duas partes do texto notamos como a rivalidade entre Neves e Fernandes não seguem um roteiro linear, mas uma série de oscilações entre alianças, rupturas, ressignificações e reinterpretções do vínculo estabelecido entre as famílias. Nas situações passadas do século XIX que supostamente originaram o antagonismo entre

---

<sup>16</sup> Na dissertação de mestrado analisamos como os termos “fazer política” ;”politicagem”; “politicando” indicam formas de classificação da política, além de seus “usos práticos” dentro das disputas de poder. O termo “politicagem” aparecia nas entrevistas com líderes de associação rural tanto associado com a linguagem técnica de um projeto de desenvolvimento e políticas públicas, bem como, atrelado a valores de parentesco e honra na política. ( MENESES, 2014)

essas duas famílias vemos como os atritos entre os capitães João José e Mariano das Neves, embebidos em relações e valores de parentesco, nos indicam diferentes dinâmicas de ocupação e o uso da terra. Vemos um capitão “aventureiro” e acostumado a prática do duelo de honra e um outro que utilizou de um lei de propriedades para comprar terras, digladiarem em torno de suas relações com o patrimônio material da igreja católica e atividades produtivas, como a pecuária caprina, nos seus sítios e fazendas. Inclusive, vale salientar que esta “batalha” dentro da igreja continua e é reavivada – e intensificada em ano eleitoral - todo mês de janeiro durante as disputas por espaço das famílias nas doações e procissões da festa do padroeiro, e também na elaboração e citação dos livros de genealogias e memórias (MENESES,GOMES,2013). Mirando um horizonte de transformações a médio prazo temos indicativos de como um patrimônio de terras pôde ser atrelado a diferentes estratégias – aproximação da família com a igreja ou casamentos duplos- que não são necessariamente planejadas etapa por etapa, e que atravessando séculos e transformações sociais mais amplas, continuam embebidas em valores e classificações demarcadas pelo parentesco. Toda essa “energia social”, que não se perde mas se transforma, vai circular entre as gerações das famílias e desaguar na mais recente arena de reconversão: os quadros institucionais de um projeto de desenvolvimento e políticas públicas no Cariri, representados localmente em São Sebastião do Umbuzeiro, pela associação municipal de caprinocultores. Nesse sentido, confirmam-se as propostas de Comerford (2003) acerca de como valores associativos não necessariamente são construídos juridicamente ou pelo despertar de uma “consciência coletiva”, mas são construídos dentro de sociabilidades cotidianas que envolvem valores de honra, amizade, vizinhança e aproximações de parentesco.

Todo esse jogo de reconversões traz custos por vezes “pesados”, para as famílias: arriscar um capital constituído em novas situações e relações de poder implica em enfrentar as dificuldades e contradições na transmissão da herança. Esses obstáculos são traduzidos em conflitos intergeracionais e os diferentes “ projetos” de família. Parece que a tentativa de criar diferenciais sob a marca de uma família, esboços de “pequenas nobrezas” locais, continua sendo um “jogo” empolgante para os mais jovens, mas não jogado da mesma forma que desejam os mais velhos, apegados aos antigos patriarcas das fazendas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A. Retrato Escrito III, Zezé do Amaral França, Recife: CEPE, 2003

BOURDIEU. A distinção: crítica social do julgamento. Editora Zouk, São Paulo, 2007

a

\_\_\_\_\_. Contradições da herança. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Orgs.)

Escritos de Educação, 9 ed., Rio de Janeiro, Vozes, 2007 b.

\_\_\_\_\_. A economia das trocas linguísticas: o que falar o que dizer. 2ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

. \_\_\_\_\_. Escritos de educação, 10ed. Petrópolis, Vozes 2008b.

\_\_\_\_\_. O senso prático. Petrópolis, Vozes, 2009.

CANÊDO, L. La production genealogique et les modes de transmission d'un capital politique dans le Minas Gerais brésilien. Genesis, 31,1998

COMERFORD, J.C. Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção das organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume- Dumará: Núcleo Antropologia da Política, 1999

DECHAUX, Jean-Hughes. Sur Le concept de configuration: quelques failles dans la sociologie de Norbert Elias. Cahiers internationaux de Sociologie, Vol. 99, p. 293-313, 1995

ELIAS, N. Escritos & ensaios. 1: Estado, processo, opinião pública. Neiburg e Waizbort (orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006

FERNANDES BATISTA, L.; FERNANDES BATISTA, I.; BATISTA FILHO, M.  
Papai: histórias & estórias: livro comemorativo do centenário de nascimento de  
Malaquias Batista Feitosa (1905-2005). Recife, 2005

FREYRE, G. Casa Grande & Senzala, Editora Global São Paulo, 2013

GÁRCIA JR., A. O sul a caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e  
transformação social, São Paulo, Marco Zero, 1989

\_\_\_\_\_. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de  
1930 (1920-1964). Revista de Ciências Sociais, v. 38 (02), 2007, p 73-87.

HERÁCLIO DO REGO, A. Família e coronelismo no Brasil - uma história de poder. 1ª.  
ed. São Paulo: A Girafa, 2008.

MARQUES, A.C . Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de  
Pernambuco, Rio de Janeiro, Relume- Dumará, 2003

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva In; MARX, K. O capital, Volume 1  
Tomo II, Editora Abril Cultural, 1982

MENESES, V.F; GOMES, R .A caprinocultura no Cariri Paraibano: políticas públicas,  
associativismo e relações de poder. XV CISO – Encontro de Ciências Sociais do Norte  
e Nordeste, Teresina-PI, 2012.

\_\_\_\_\_. A. Uma “nobreza católica”: relações de poder e estratégias familiares  
dos Neves na Paróquia de São Sebastião de Umbuzeiro – PB. Revista Brasileira de  
História & Ciências Sociais, v. 5, p. 169-189, 2013a

\_\_\_\_\_. Pacto Novo Cariri: Contradições na defesa do potencial da  
caprinocultura no Cariri Paraibano. V ESADR – Alimentar Mentalidades Vencer a  
Crise Global, Evora- Portugal, 2013b

MENESES, V.F Associativismo e caprinocultura: políticas públicas e “politicagem” no Cariri Paraibano. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande ( PPGCS/UFCG). 2014

PALMEIRA, M. ; COMEFORD, J. Apresentação. Revista de Ciências Sociais, v. 38 (02), 2007, p. 5-8

QUEIROZ, M.I. O coronelismo em uma interpretação sociológica. In FAUSTO, B. ( Org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, v.1. São Paulo, Difel, 1985. p. 155-190.

RIETVIELD, J. J. Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro. João Pessoa: Imprell, 1999

SARDAN, J-P. O. Anthropologie et développement : essai en socio-anthropologie du changement social, Paris, Éditions Karthala, 1995.

SEBRAE, Capacitação de agentes de desenvolvimento rural (ADRs) para a caprinovinocultura. SEBRAE Paraíba, João Pessoa. 2003

TAVARES, J. L. Apontamentos para a história territorial da Parahyba. Edição Fac-Similar, Coleção Mossoroense Volume CCXLV, 1982

## **DOCUMENTOS CONSULTADOS**

- Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados no Estado da Parahyba, 1920 – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

- Atas do Apostolado da Oração da Paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro ( 1913-1937)

Convites com as programações e comissões organizadoras da festa do padroeiro de São Sebastião do Umbuzeiro : 1976-1977; 1987 e de 1991 até 2013



**Vicissitudes de um rural em transformação: análise da comunidade de Cerro Azul, Palma Sola/SC****Rodrigo Kummer<sup>1</sup>**  
**Ismael Antonio Vannini<sup>2</sup>**<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais e docente da UNIPAR. E-mail: [kummer@unipar.br](mailto:kummer@unipar.br)<sup>2</sup> Doutor em História e docente da UNICENTRO. E-mail: [ismael.vanini@bol.com.br](mailto:ismael.vanini@bol.com.br)

**Resumo:** A comunidade de Cerro Azul se localiza no interior do município de Palma Sola, na região Extremo Oeste do estado de Santa Catarina. Constitui-se a partir da década de 1940 como um local de colonização teuto brasileira com a vinda de colonos oriundos do Estado do Rio Grande do Sul. A agricultura foi, desde sempre, o elemento de organização social para seus moradores. Todavia nos últimos anos a realidade da localidade tem sofrido mudanças. Seja pela incorporação de práticas e elementos urbanos, seja pela crise de sucessão nas unidades produtivas. Essa relação dicotômica estabelece a necessária análise de um espaço rural que se esgarça com o urbano, não só por contatos furtivos, mas por um *modus operandi* exposto. E por expor um dilema relativo ao futuro dos ambientes rurais. Parte-se, portanto, do pressuposto de que discutir as experiências de ruralidade e de urbanidade em Cerro Azul é um exercício profícuo para pensar a ruralidade no Brasil.

**Palavras-chaves:** Rural; Urbano; Comunidade.

**Introdução**

Os espaços rurais brasileiros passaram por sensíveis transformações no transcorrer do século XX. Acompanhando mudanças em vários outros elementos do país, o rural deixou de deter a maioria da população e de ser o nicho econômico hegemônico. A industrialização e urbanização reestruturaram a organização social nacional e diante delas se cogitou, senão o fim, ao menos o definhamento do rural.

Como categoria socialmente constituída a ruralidade permanece de forma indelével na sociedade brasileira, tanto como território como modo de vida. Todavia a diminuição dos quantitativos populacionais e de novas relações aplicadas a sua conjuntura lhe resignificaram. Surge como um composto de novas e antigas experiências. Para alguns é residual, para outros é uma configuração que abriga em si o urbano, ou o rurbano. Porém essas novas experiências rurais demonstram ser eivadas de complexidade, transitoriedade, e volatilidade.

A partir desses novos arranjos sociais é que o texto apresentado se vincula. É uma tentativa de problematizar e demonstrar como uma pequena comunidade rural do interior do Estado de Santa Catarina vivencia esses dilemas e dicotomias. O texto se divide em duas partes. Na primeira analisa-se o processo histórico de formação da comunidade rural de Cerro Azul, destacando os elementos de constituição de um modo de vida rural. Na segunda parte trata-se das transformações que a localidade sofreu, destacando-se o papel de experiências urbanas e das novas experiências rurais. Questiona-se o pressuposto de crise em relação ao *modus operandi*, para tecer provocações no sentido de compreender o que de fato se instaura e se constrói através de elementos dicotômicos, hora alinhados

por uma valorização do rural, hora pela necessidade de engajamento ao urbano. Da mesma forma interroga-se sobre o papel dos jovens no processo de reprodução desses espaços.

### **Cerro Azul: uma visão histórica**

A comunidade de Cerro Azul está localizada no município catarinense de Palma Sola, que por sua vez faz parte da região Oeste catarinense e da micro região Extremo Oeste catarinense. Em Palma Sola a maioria dos agricultores é da segunda e terceira geração de migrantes do Rio Grande do Sul. Entre os itálos são da quarta e quinta geração de imigrantes. Da quinta, sexta ou sétima geração entre os teutos.

A formação do município de Palma Sola/SC segue o mesmo paradoxo da expansão da colonização do espaço agrícola do sul do Brasil. Entretanto sua gênese enquanto povoado está intimamente ligada ao processo de entrada de estrangeiros no território dos campos de Palmas, ainda no século XIX. A partir da entrada de argentinos que faziam a extração da erva-mate (*Ilexparaguariensis*) na região é que se deu a formação do município. Não houve, contudo, a constituição de povoados pelos argentinos nessa região, apesar de terem importante papel nesse processo. Sua presença marcou a institucionalização de um ponto de parada, que, posteriormente serviu de base para o estabelecimento dos núcleos de povoamento.

A localidade foi ocupada oficialmente em finais do século XIX, por paulistas que receberam lotes de terras após a Guerra do Paraguai. Foi nominada Palma Sola pois expressa “palmeira solitária”, isto é, uma terminologia “castelhana” para derivar uma palmeira que servia de referência aos ervateiros argentinos que circulavam pela região. A partir da década de 1940, iniciou-se um processo de ocupação e colonização maciço na região e colonização que engendrou no crescimento econômico, ligado a agricultura e a implantação de serrarias no local. O crescimento populacional e a complexificação das atividades econômicas culminaram com a emancipação do povoado em 1961. A principal tributária do crescimento demográfico foi a região de Santa Rosa – RS, seguida pelas regiões gaúchas de Passo Fundo, Caxias do Sul e Santa Maria.

Os colonos que haviam migrado do Estado do Rio Grande do Sul eram em sua maioria descendentes de imigrantes europeus e estavam inseridos numa economia basicamente agrícola. Tinham como objetivo a melhoria da condição de vida, o progresso e a acumulação de riquezas. Buscavam enfim transformar uma região inóspita e economicamente inerte em um local que pudesse permitir boa condição material de vida e também, quiçá, um possível enriquecimento.

Enquanto artifício de desenvolvimento das estruturas do colonato pode-se dizer que esse movimento colonial garantia a sua continuidade pautando-se em critérios específicos de reprodução das unidades familiares de produção agrícola. Buscava-se “colocar os filhos”, isto é, permitir que estes se estabelecessem na atividade agrícola assim como seus pais. Para tanto era necessário ter acesso à terra e garantir o desenvolvimento das novas estruturas econômicas, o que não era tarefa simples, uma vez que a acumulação de riqueza dentro do grupo familiar de trabalho nem sempre permitia a compra de novas terras e o alojamento das novas famílias desmembradas do núcleo original. A disposição da propriedade, como um bem a ser adquirido, obrigava as famílias a gerar excedentes para que pudessem atender aos filhos que viessem a se emancipar da unidade familiar. Na essência, este processo interferiu na organização da propriedade familiar, de tal sorte que a produção de bens para o mercado foi ocupando, cada vez mais, lugar de destaque (SCHALLENBERGER, 2009, P. 148).

Esses colonos ao ocuparem os espaços de matas do município se organizaram em comunidades, distribuídas através das picadas, linhas e travessões. No município somavam-se 38 comunidades rurais, embora algumas hoje estejam desativadas em função do êxodo. Esse número expressivo revela a importância e o caráter de dispersão e de variedade de organização social. Conforme Erneldo Schallenger (2006) a comunidade, assim como outros aspectos da realidade simbólica (família, tradição, cultura, etc.), servia de cãnone para a organização do processo colonizador do final do século XIX e início do século XX na região sul do Brasil. Estabelece-se assim um modelo estrutural orquestrado pela entrada das famílias nos lotes rurais e a partir deles se vai tecendo sua rede de sociabilidade.

A Linha Novo Cerro Azul, o Distrito Cerro Azul, enfim a comunidade de Cerro Azul<sup>1</sup> se caracteriza como um espaço ligado as dinâmicas coloniais da região sul do Brasil. Sua existência se revela sob influência do movimento migratório de colonos rio-grandenses em busca de novos lotes de terra, que buscaram reproduzir um espaço de sociabilidade étnico-camponês.

Basicamente, quando os lotes de terra das novas colônias eram medidos iniciava-se traçando uma linha – o travessão – e desta mediam-se os lotes adjacentes dela e em direção a ela. Eram abertas “picadas”<sup>2</sup> na mata para a medida dos lotes, servindo assim a linha demarcatória inicial do território. Estas linhas e picadas tornavam-se a base do caminho da estrada e através dela se instituía as unidades familiares. De quando em quando as famílias constituía aglomerações que davam origem a uma comunidade, por isso o termo “Linha” designa também o termo comunidade.

A denominação “Novo Cerro Azul”, que vigorou até 2011 se deve a localidade de origem dos primeiros colonos. José Pies, morador da comunidade, em pesquisa desenvolvida no ano de 2006 explica que inicialmente a comunidade foi denominada “Novo Cerro Largo” numa forma de homenagem aos primeiros moradores oriundos da cidade de Cerro Largo/RS. Depois modificaram o nome para “Novo Cerro Azul”, uma vez que o nome Cerro Largo, foi, naquela localidade, primeiramente “Cerro Azul”. (PIES, 2006, p. 3).

Segundo Debona (2003) a ocupação da localidade por parte dos colonos se deu a partir da década de 1940, tendo sido fundada a comunidade em 1952. Pies (2006) afirma que a colonização iniciou em 1954. As referências encontradas sobre a localidade remontam a obra de Nárcélio Debona, e José Pies. Debona refere-se à comunidade desta forma:

Também conhecida por “Oitenta e Cinco”, pois fazia parte das oitenta e cinco colônias ao lado leste do Rio Lajeado Grande. O nome foi atribuído por Emílio Heckler, que morava numa localidade que se chamava Cerro Azul, atual município de Cerro Largo, Rio Grande do Sul. Emílio Heckler teria que dar nome à nova gleba de terras compradas na comunidade. Eram 100 colônias de terras ao Oeste do Rio Lajeado Grande e 85 a Leste do mesmo rio. [...] Fundada em 05-02-1952, esta comunidade era formada pela maioria das famílias de

<sup>1</sup> Neste estudo utilizar-se-a a denominação “Cerro Azul” para denominar a comunidade de estudo. A comunidade foi nominada inicialmente como “Novo Cerro Azul”. Em 2011 a localidade foi alçada a condição de distrito e passou a denominar-se “Distrito Cerro Azul”. A população local usa simplesmente a expressão “Cerro Azul” para denomina-la, dessa forma optou-se por utilizar essa nomenclatura, já que se aproxima mais de uma “categoria nativa”.

<sup>2</sup> Picada, como termo nativo, refere-se à ação de abrir um pequeno caminho no meio da mata. Na prática não servia inicialmente de estrada, uma vez que era um caminho estreito onde se passava caminhando a pé ou à cavalo, inicialmente para levar os equipamentos de agrimensura. Mais tarde essas picadas serviram de orientação para a abertura das estradas.

origem alemã. [...] A grande maioria dos primeiros moradores vieram de Cerro Largo e Santa Rosa, municípios do Rio Grande do Sul. (2003, p. 61-62).

A fundação oficial da comunidade remonta ao ano de 1957, quando foi rezada a primeira missa, no dia 21 de março de 1957<sup>3</sup>. Foi chamado um padre de outra localidade para que desse os encaminhamentos. Ele imediatamente nomeou um “fabiqueiro<sup>4</sup>” para que desse provimento a cobrança do dízimo e os demais expedientes necessários. De acordo com Pies “com a presença fixa das famílias houve a preocupação com a organização da comunidade, que nascia sob a devoção do Sagrado Coração de Jesus” (2006, p. 3). Afirma ainda, de maneira enfática que “a religião católica sempre foi à predominante em nossa comunidade” (2006, p. 7), referindo-se ao fato de que na história da comunidade pouquíssimos moradores eram não católicos, nunca existindo outra congregação sediada naquele espaço.

Esse fato denota a importância do papel da igreja e da devoção dos colonos na constituição e na organização das comunidades rurais baseadas no processo de colonização, implicando no seu *modus operandi*, que Eidt classifica de “práticas coletivas altruístas” (2009, p. 24). De Boni (1980) afirma que nos espaços coloniais a construção da capela era uma realização espontânea dos moradores que ansiavam pela existência de um espaço religioso. Constituir esse espaço era preponderante para a efetivação de um projeto de colonização e para aumentar as expectativas de progresso em torno do grupo, como diz De Boni (1980).

Em 1958, os moradores construíram a primeira capela que, segundo Pies “inicialmente servia para as celebrações religiosas, catequese e sala de aula”. (2006, p. 6). A construção contou com o empenho dos moradores que doavam madeira e dias de trabalho para edificar as instalações da capela. Ela era, portanto, o centro da vida comunitária. Leia-se que em Cerro Azul a denominação de “comunidade” é entendida a partir da Igreja, sendo as demais instituições correlatas. Um exemplo disso é o fato de que o presidente do chamado “Conselho da Eucaristia”, isto é, o coordenador da associação em torno das atividades religiosas é chamado de “presidente da comunidade”. Outra situação é a de que os moradores só reconhecem e efetiva existência de uma comunidade onde se rezam cultos e missas, preferencialmente manifestações católicas.

Cerro Azul remete a ideia de uma comunidade fechada etnicamente e projetada para se tornar uma cidade. Desejava-se que a área a ser colonizada fosse ocupada por colonos alemães católicos, ao que Arlene Renk (2006, p. 118) chama de reprodução “étnico-confessional”, uma vez que em muitas colônias buscava-se instalar colonos da mesma ‘raça’ e da mesma religião. Se não era possível vender uma “colônia” inteira, esta era dividida separando os grupos. Assim é possível mapear comunidades separadas etnicamente no interior dos municípios do Oeste catarinense. Eidt (2009) nomeia essas colônias como “fechadas”. De fato Cerro Azul é uma das poucas comunidades do município de Palma Sola com presença predominante de teuto-brasileiros. Separando-se,

---

<sup>3</sup>Transcrição da nota de abertura do livro de contas da comunidade: “Livro de contas aberto pelo vigário, P. Balduino Schneider para a capela do Sagrado Coração de Jesus em o ano do Senhor de 1957 e entregue ao 1º fabiqueiro, nomeado por mim ad hoc, que é o Sr. Oto Luiz Bracht, autorizando-o a organizar a 1ª diretoria e dando-lhe poderes para taxar conforme as possibilidades do povo pobre desta localidade os sócios para o pagamento das mensalidades (*Kireleu = leitrag*) [apoio às pequenas]. Aueses a junto um estatuto diocesano do regulamento das capelas. Ele servirá de base para orientar. P. Balduino Schneider, Vigário. 21 de março de 1957”.

<sup>4</sup>O termo fabiqueiro faz referência a um líder. Na acepção de De Boni o fabiqueiro, escolhido entre os moradores da comunidade, era aquele “que se sabia responsável por ela” (1980, p. 237).

por exemplo, as comunidades pela supremacia étnica, ver-se-á que apenas cinco delas são compostas majoritariamente por colonos de ascendência teuta, as demais são prioritariamente compostas por ítalo-brasileiros e em menor escala por luso-brasileiros.

Na época o Emílio Eckler comprou [...] e fez um mapa topográfico planejando a sede como Cerro Azul, tinha mapa para, aliás, quadra para criação de hospital e assim por diante, tudo projetado nesse sentido. [...] Ele tinha um projeto bom, bom, ideia né, e transformando numa comunidade de origem alemã. Porque ele tirou alguma coisa sobre a colonização do tempo de Saudades que era a Volksverein. E continuou, só que mais e se ampliou na época, nós tínhamos numa época no Cerro Azul 86 sócios na comunidade, jovens era cada família tinha o mínimo, o mínimo, uns 4 ou 5 jovens na época. De todas as famílias na época era uma multidão. No fim dos anos 78, 79 nós tínhamos 3 times de futebol. (Alaor).

Conforme Heinen, a localidade gaúcha de Cerro Azul hoje município de Cerro Largo, teria surgido também sob os auspícios da orientação católica e do pressuposto étnico alemão, influenciadas pelo Pe. Theodoro Amstadt<sup>5</sup> (1997, p. 72). Da mesma forma teve influência das colônias fechadas formadas ao longo do Rio Uruguai no Oeste catarinense. Entre elas o Projeto Porto Novo, uma colônia de alemães católicos criada pela companhia colonizadora Volksverein<sup>6</sup> (EIDT, 2009).

O fato da projeção da colônia para ser ou tornar-se uma cidade era uma prática usual entre os vendedores de terras. Esse espaço era o local destinado a abrigar a vida “institucional da colônia”. Eram reservados terrenos para abrigar a igreja, a escola, etc. De acordo com Renk, era comum que nas colônias do Oeste catarinense as colonizadoras criassem uma infraestrutura inicial “para atrair os compradores, como doação de área para a Igreja, escola e colaboração na construção das mesmas, contemplando a instalação de serraria, movida à água, para fornecer as tábuas às construções” (2006, p. 70). Além de vender imediatamente os lotes para os agricultores podia-se lucrar mais tarde com a venda dos terrenos nos locais de urbanização sob um preço superior ao praticado no início da colonização. Já nesse momento estava presente a especulação imobiliária.

Essas práticas compreendem a previsão de que aquela colônia prosperasse ao ponto de que as atividades comerciais formariam ali um espaço urbano, como propõe Petrone. Segundo a autora nas áreas de colonização fazia-se uma previsão do crescimento da colônia e projetava-se um espaço urbano entre os lotes rurais. Nesse espaço deveriam se concentrar a “administração, o comércio, as atividades artesanais, a escola, a igreja e outras atividades” (1984, p. 59). Assim pode-se afirmar que a expectativa de prosperidade das colônias essencialmente rurais considerava o surgimento da urbanização em seu seio como uma consequência desejada. Conforme Shallenberger (2009) esse processo tem relações intrínsecas com a representação que os colonos faziam dos espaços rurais e urbanos, mediados pela tradição europeia que lhes demovia.

Os colonos eram incentivados a vir conhecer os novos lotes coloniais, tanto no Oeste de Santa Catarina quanto no Oeste do Paraná. Eram as chamadas caravanas. Além de ocorrer para o reconhecimento do território, as caravanas também se configuravam no processo efetivo de migração. Os grupos de migrantes deixavam o local de origem em levadas e se instalavam nas novas colônias, numa forma de reproduzir os espaços de sociabilidade.

<sup>5</sup>Amstadt organizou o “Bauerverein”, isto é, a “Sociedade dos Agricultores”, que iniciou a colonização de Cerro Azul, hoje Cerro Largo/RS, e Santo Cristo/RS, em 1902. (HEINEN, 1997, p. 72).

<sup>6</sup>Fundada em 1912 a “Volksverein”, “Sociedade dos Povos”, com o nome oficial “Sociedade União Popular”. (HEINEN, 1997, p. 72).

Pies, afirma que em 1958 haveria chegado em Cerro Azul a primeira caravana de colonos do Rio Grande do Sul. Seriam oriundos da localidade de Linha Níquel, Cerro Largo/RS, num número aproximado de 60 pessoas. Em 1959 teria ocorrido a chegada de uma segunda caravana, embora sem precisar o quantitativo (2006, p. 5). Alor refere-se ao processo de vinda de moradores do Rio Grande do Sul. Segundo ele seu pai, morador de Cândido Godói/RS, foi incentivado por Emílio Pedro Heckler a comprar um lote na nova colônia.

O pai se interessou nisso. Tinha sete filhos, todos com menos de 18 anos. Ai qual era a preocupação? Em novos horizontes para dar oportunidade de trabalho e na época não era indústria, comércio urbano, era o rural né. E onde que iria encontrar terra na época pra sobreviver os filhos. A preocupação foi essa. Na época foi justamente o forte da migração do sul para Santa Catarina, Paraná e posteriormente já alguma coisa para o Mato Grosso”.

Sua família migrou em 1960, numa caravana. Refere-se ao ambiente colonial da comunidade dizendo que “na época era tudo simples e não tinha muito recurso. Cerro Azul tinha uma capelinha na época, tinha uns 15 moradores”. O discurso de lamentações, das dificuldades e das agruras verificado nas falas dos colonos quando analisando o espaço colonial é replicado também em relação à comunidade. Essas “dificuldades” são relacionais e acionadas como marcador identitário, como destaca Renk é no processo em que “marcando as agruras como sinais de pioneirismo, que é acionado enquanto virtude étnica” (2005, p. 115). Percebe esse aparato discursivo ao analisar a percepção de Pies, ao enfatizar um caráter “pioneiro” e “nobre” dos colonizadores.

As dificuldades das famílias foram quase até impossível de relatar. Não havia estradas, escola, igreja, enfim tudo aquilo que faz parte da vida comunitária. Sabemos que a perspectiva, a coragem e o sangue corajoso dos nobres colonizadores venceram qualquer sacrifício. Seguindo o exemplo desses pioneiros outros mais foram chegando e construindo o progresso da nossa comunidade. (2006, p. 5).

A comunidade se mantinha em situação de relativo isolamento, não se diferenciando das demais localidades. O núcleo de povoamento que originou o que hoje é a sede municipal era também incipiente na época. Pies afirma que as atividades de comércio, da qual dependia o acesso aos bens e aos víveres básicos – sal, ferramentas, etc., eram conseguidos em Palma Sola, mesmo assim um núcleo com menos de 10 moradores. O produto de venda mais comum era a “banha” extraída através do abate dos porcos (2006, p. 5). Essa dificuldade estrutural apontada por Pies e dimensionada por Schallenberger (2009) enfatiza as dificuldades da prática colonial, porém não a impedia. Isto é, mesmo sem um ambiente político favorável os colonos buscaram moldar um espaço social que lhes favorecesse. Esse seria a comunidade que compreendia a lógica produtiva de uma autossuficiência margeada por mecanismos de solidariedade.

Na estratégia social de subsistência, além dos cereais, entre eles principalmente o milho, o suíno ocupava um lugar de destaque na economia colonial. Era ao mesmo tempo um estoque de alimento e um agente financeiro. Isto, pois a banha e o salame se convertiam em alimentos não-percíveis – ainda que de imediato – e tinham grande aceitação no mercado. Esse mercado era aquecido por peões, haja vista que os colonos, dificilmente demandariam desses artigos. Além disso, o porco podia ser vendido em pé. Essa lógica se circunscreve ao fato de que todos os cereais e demais vegetais cultivados eram ou consumidos pela família, ou pelos animais. Assim os excedentes de milho, por

exemplo, tinham pouca projeção no mercado e eram utilizados para a engorda dos suínos, que depois de transformados em subprodutos encontravam aceitação no comércio.

A estruturação econômica da comunidade, portanto, se deu através da agricultura de subsistência. Essa agricultura nas palavras de George significa “uma agricultura de economia natural que não comporta troca de produtos”, porém podem ser assim definidas também “às economias que dedicam mais de dois terços de seu trabalho às produções de autoconsumo” (1982, p. 125). Além da agricultura lentamente surgiram outras atividades econômicas subjacentes à colonização. No final de década de 1950 foi instalado um moinho e em 1961 a primeira serraria. Ainda na década de 1960 foi aberta a primeira bodega. Dentre essas atividades a extração da madeira e seu beneficiamento foram determinantes para as atividades econômicas subsequentes. Como destaca Pies “a extração de madeira foi importante para a formação do povoado. Durante muitos anos a atividade madeireira tinha grande destaque na comunidade, funcionavam duas madeireiras que empregavam em torno de 20 famílias”. (2006, p. 12). As serrarias forneciam materiais de construção, capital e criavam um nicho de empregos. Na percepção de Petrone, elas eram imprescindíveis para o desenvolvimento das colônias: “existência de uma serraria quase sempre significava que a área tinha potencial para que a colonização progredisse e apresentasse resultados favoráveis” (1984, p. 63-64).

As dificuldades de isolamento foram, geralmente, resolvidas pela “iniciativa dos próprios colonos” (PETRONE, 1984, p. 74). A dificuldade de provimento de serviços educacionais, por exemplo, foi um impasse resolvido pelo esforço comunitário. Foi instituído em Cerro Azul, a exemplo de ampla maioria das colônias do sul do Brasil, o professor itinerante mantido pelas próprias famílias. Na década de 1960 foi construída a primeira escola na comunidade, oferecendo o ensino fundamental (anos iniciais, mais conhecido como “primário”). Em 1966, a escola passou a ser mantida pelo governo estadual, em 1977 foi transformada em Escola Básica, oferecendo formação nos anos finais do ensino fundamental, na época chamado de “ginásio”. Em 1996 a escola integrou também o ensino médio (PIES, 2006). Atualmente a existência da escola na comunidade se vincula ao atendimento da população das demais comunidades do entorno.

Após terem sido instituídas a igreja e a escola, surgiu na comunidade uma associação em prol das atividades esportivas e de lazer. Como diz De Boni em torno da capela surgiam as demais instituições sociais dos espaços coloniais. De acordo com ele a primeira instituição que surgia era a bodega, embora esta pudesse em alguns casos preceder a escola e mesmo – ainda que raramente – a própria capela. Construíam-se um “salão de festas, uma cancha de bochas” (no caso de colonização de italianos), “o bolão” (no caso dos alemães) e “mais tarde, mudando-se os costumes, providenciou-se igualmente uma cancha de futebol” (DE BONI, 1980, p. 236). Em 1966, portanto, fundou-se na comunidade a “Sociedade Esportiva Sempre Alegre – SESA”, inicialmente com 56 associados. Pies destaca que “a SESA sempre foi responsável pelas principais atividades esportivas da comunidade. Sempre teve um grande destaque o futebol, o jogo de baralho, a bocha, e o bolão. Também são muito famosos os tradicionais bailes que acontecem no decorrer do ano” (2006, p. 13). O “Clube”, como é conhecida a sede da sociedade na localidade serviu, e serve, principalmente como um bar, mesmo que existissem – e ainda existem – as bodegas na comunidade. Nesse sentido pode-se problematizar que poucas atividades se desenvolvem fora do espaço dessa associação. Existe uma prerrogativa, tanto mais moral do que jurídica e agora menos usual, de que os moradores da comunidade deveriam quase que “obrigatoriamente” se associarem a entidade.

Cada comunidade possui seu referencial, seja ele na capela, no grupo de jovens, no clube de mães, no clube esportivo, ou na escola. No local de encontro, ou

seja, na “vila”, as pessoas trocam informações, programam mutirões e se divertem num jogo de futebol, no boliche, no baralho, ou nas demais promoções organizadas pelas diretorias das comunidades. (DEBONA, 2003, p. 52).

Nas primeiras décadas a língua falada entre os moradores de Cerro Azul foi, predominantemente, a alemã<sup>7</sup>, que além de instrumento de comunicação remetia a um sistema de identificação. Como propõe Schallenberger, “a língua e a religião eram os valores simbólicos fundamentais, através dos quais era possível significar e referenciar a realidade e a existência nas suas múltiplas dimensões” (2009, p. 133). Muitos moradores levaram um período de tempo significativo para falarem a língua portuguesa, que era a oficial. Isso ocorria pela homogeneidade étnica dos colonos, o que dificultava a prática da língua portuguesa, necessária quando da ida aos órgãos públicos e financeiros. Ainda que seja raro hoje encontrar entre as novas gerações alguém que fale o “alemão” na comunidade, entre os adultos e idosos é raro encontrar quem não o fale, embora essa linguagem seja usada predominantemente no seio familiar e evitada em público.

Mais tarde, na década de 1970, chegaram na comunidade famílias oriundas de outras cidades e do entorno de Palma Sola, entre elas Salgado Filho/PR; Itapiranga/SC, São José do Cedro/SC, entre outras. As atividades agrícolas, somadas ao desenvolvimento da indústria madeireira fizeram com que a comunidade vivesse um intenso aumento populacional, chegando a ter mais de 150 famílias residentes na década de 1980, quando segundo Debona (2003, p. 62) “reunia condições para se tornar município”.

O sonho de transformar-se em município não foi concretizado. Restava ainda o desejo de tornar-se um distrito do município de Palma Sola. Esse fato sempre foi propalado como uma necessidade da comunidade, em virtude de seu tamanho e de suas demandas por serviços públicos mais eficientes, além de significar uma “etapa” no processo de encaminhar-se a uma emancipação.

Em 07 de Maio de 2011 o desejo tornou-se fato. A comunidade foi alçada à condição de distrito e passou a contar com o funcionamento de um posto de saúde. Em 2012 várias ruas da localidade receberam pavimentação asfáltica. Nas comemorações do Natal do mesmo ano, a administração municipal ornamentou a praça da comunidade foi com iluminação decorativa, fato visto, historicamente, apenas na sede municipal. Essas ações povoam o imaginário dos moradores do lugar. É possível perceber que há um sentimento de que Cerro Azul aproxima-se do ideal de sua colonização, que era o de tornar-se além de um próspero núcleo colonial agrícola, também composto por um núcleo urbano desenvolvido. Porém, a expensas de um otimismo relacional, subsiste a tendência de uma crise em relação à efetivação dessas expectativas, como problematizado a seguir.

### **Cerro Azul: uma colônia em crise?**

Em trabalho de 2006, Pies (p. 3) afirmava que “a comunidade de Novo Cerro Azul, distante 12 km da sede de Palma Sola, é hoje a maior comunidade do interior, com 83 famílias, somando em torno de 271 pessoas”. Em janeiro de 2013, pode-se contar 70 famílias somando 203 pessoas<sup>8</sup>. É ainda a maior comunidade do meio rural deste município, mas demonstra uma tendência de diminuição.

<sup>7</sup> Ao analisar os livros de atas das instituições da comunidade é comum perceber o uso de expressões que denotam a utilização da língua alemã, principalmente quando da transposição do sotaque para as palavras escritas.

<sup>8</sup> Esses dados devem ser tomados com ressalva. O tamanho da comunidade permite que se faça uma “contagem” direta dos moradores, mas não se está livre de equívocos e mesmo da constante chegada ou saída de pessoas.



A comunidade de Novo Cerro Azul, hoje está em decadência como as demais comunidades do meio rural, por que o campo tornou-se pouco atrativo para os jovens, por isso o êxodo rural vem se tornando cada vez mais significativo. E a população da comunidade é na maioria de adultos e idosos. Nota-se hoje um futuro não muito promissor, pois as expectativas de desenvolvimento da comunidade são poucas. (PIES, 2006, p. 12).

O município de Palma Sola chegou a congregar 38 comunidades rurais, mas hoje vê-se que esse número reduziu. Algumas dessas comunidades foram praticamente tomadas por atividades extensivas de criação de gado e reflorestamento, tendo seus moradores migrado em massa. As comunidades só persistem com a manutenção dos moradores. Isso demonstra que o êxodo rural está impactando as áreas rurais do município. É comum ouvir de moradores da localidade a constatação de que “o interior está se esvaziando” ou a sentença “não sobra ninguém na roça”. Uma classificação desse processo é o que Debona chama de “desagregação social” nos ambientes comunitários.

Nossas comunidades apresentam indicadores preocupantes e um declínio na qualidade de vida. Percebemos o forte esgotamento do modelo agrícola familiar das pequenas propriedades rurais, característica presente, praticamente, em toda a Região Oeste Catarinense. A decadência das propriedades agrícolas e o esvaziamento do campo, somado aos fortes indícios do crescente empobrecimento dos pequenos proprietários geram como consequência a desagregação social. (DEBONA, 2003, p. 52).

A comunidade de Cerro Azul, perdeu significativa parcela da população. Um dos momentos mais proeminentes da colônia foi durante a década de 1970 quando contava com significativa população, com duas indústrias madeireiras que empregavam juntas quase 50 pessoas. Nesse momento era forte o desejo de tornar a comunidade um município. Como diz seu Almor: “eu dizia assim, vamos criar um novo município. Pegamos parte de Dionísio e uma parte de Palma Sola e vamos em frente. [...] Na época tinha todas as condições de criar município”. Porém a ideia não teve força política suficiente e não chegou a ser proposta em nível oficial. Segundo o mesmo informante anos mais tarde, já em meados da década de 1990 sondou-se a possibilidade novamente, mas já não havia mais condição para tal, uma vez que a população diminuía muito.

Foi de fato na década de 1990 que a comunidade presenciou um forte ciclo de esvaziamento. O êxodo rural foi intenso e várias famílias trocaram as atividades rurais pela inserção no mercado de trabalho urbano. Mais de 30 famílias deixaram a localidade nessa época. Ao ser inquirido sobre por que muita gente teria ido embora e por que a comunidade teria “enfraquecido” Almor responde que o modelo produtivo baseado em lotes rurais muito pequenos não suportou mais as demandas econômicas.

No começo da colonização o Emílio criou lotes rurais e chácaras. Uma família se concentrava e adquiria uma fração de 10.000 m<sup>2</sup>, 15.000 m<sup>2</sup> e sobrevivia. Famílias existiam inúmeras. Inúmeras famílias que sobreviviam nesse perímetro lá do Cerro Azul, que era de 8 colônias de terra. Chácaras de 10.000 m<sup>2</sup> e outros já tinham adquirido fora desse perímetro uma colônia, meia colônia. Mas inúmeras famílias sobreviviam em 10.000m<sup>2</sup>, 15.000m<sup>2</sup>, 20.000 m<sup>2</sup>. Eles plantavam como arrendatários em outras terras e assim por diante. Mas depois nos anos 70 chamava-se anos dourados que veio financiamento pra tudo que é nível, pra tudo que é sentido a praticamente juro zero na época, 1% ao ano assim né. E as pessoas criavam porcos, suínos etc., mas com uma facilidade! Na época dava incentivo pra construir bastante chiqueiro, pocilgas e compra de reprodutores, compra de milho, compra de ração, assim por diante. Até que

encharcou todo mundo de pocilgas, de reprodução, matrizes e assim por diante e cheio de financiamentos de concentrados e milho etc. Ai começou a faltar mercado. Ai criaram uma lei, uma lei não, uma falsidade ideológica pro povo brasileiro chamada “peste suína africana”<sup>9</sup>. Isso era uma invenção na época. [...] Ai quer dizer, todos esses produtores tiveram que abandonar, foram a falência. Não tinham mais como sobreviver, porque não dava mais lucro, o porco não valia mais nada e começou a mudar a rotina. Porque até então quem criava porco era um produtor rural que ganhava dinheiro e milho na época se produzia em volta porque terra, ainda tinha terra em abundância para se arrendar e tal. Mas a partir desse momento começou a complicar a produção.

A inserção dos colonos num sistema produtivo regulado pelo mercado (GEORGE, 1982, p. 247), complexifica a relação de manutenção das unidades produtivas. George retifica que as contribuições para a superação da agricultura de subsistência foi à criação de novas necessidades entre esses agricultores, a sua vinculação a uma economia de mercado e o uso de moeda (1982, p. 147). Como afirma Heinen a partir da década de 1960 e com maior ênfase nas seguintes viu-se instalar uma produção de base agroindustrial na região Oeste de Santa Catarina, surgindo assim “granjas, fábricas de ração, frigoríficos, fábricas de óleo vegetal e grandes cooperativas” (1997, p. 312). Somado a isso, como diz, ocorreu o processo de mecanização das lavouras; a política de exportação dos produtos; os sistemas de integração produtiva de aves, suínos e fumo.

Implica nisso a constituição dos “CAIs” – Complexos Agroindustriais – a partir dos anos 1970 (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Com os CAIs a relação entre agricultura e indústria se estreitaram, tornam-se complementares e interdependentes. A agroindústria, por seu turno, consolidou a transição de uma agricultura de subsistência, uma agricultura nos moldes do campesinato para uma agricultura de estrutura comercial. Nesse processo foram importantes tanto as empresas privadas como as iniciativas cooperativas<sup>10</sup>.

A consequência direta dessa nova organização conjuntural foi o aumento do êxodo rural, que por sua vez promoveu o crescimento das cidades da região, algumas vezes “exagerado” nas palavras de Heinen (1997, p. 312-313), enfatizando o inchaço das periferias e a existência de desempregados e subempregados. Debona por sua vez chama a atenção para o envelhecimento da população rural e o que chama de “fuga da juventude para os grandes centros” (2003, p. 52-53).

---

<sup>9</sup> A suposta farsa da peste suína foi resultado da implementação de um novo sistema produtivo delimitado pela indústria. Paim afirma que no caso dos suínos, “as mudanças começaram com a introdução de uma nova raça de suínos. Foi o grupo Sadia, que trouxe reprodutores e matrizes da raça *Duroc Jersey*, importados dos EUA. Já na década de 1960, o mesmo grupo, Sadia, introduz as raças europeias denominadas *Large White* e *Landrassen*. Muitos agricultores resistiram em trocar seu antigo modo de produzir. Para enquadrar todos os produtores dentro dos padrões estabelecidos, foi inventada uma doença chamada peste suína africana. Assim criou-se o pretexto para matar todos os porcos da raça comum e impor a nova raça. Os novos porcos precisaram ser produzidos dentro de determinados padrões de higiene e alimentação. Quem não procedeu como a agroindústria determinou foi sendo eliminado, seus animais não foram mais aceitos” (PAIM, 2006, p. 131). Heinen garante que “a peste suína africana foi uma grande farsa das multinacionais, apoiadas oficialmente pelo ministro Paulinelli, com a colaboração das indústrias frigoríficas” (1997, p. 317).

<sup>10</sup> As agroindústrias e também as cooperativas agropecuárias tornaram-se um símbolo da região oeste catarinense e também do oeste paranaense, vide os vários exemplos: Perdígão – 1934 (Videira/SC); Sadia – 1944 (Concórdia/SC); Seara – 1956 (Seara/SC); Copacol – 1963 (Cafelândia/PR); Cvale – 1963 (Palotina/PR); Lar – 1964 (Missal/PR); Aurora – 1969 (Chapecó/SC); Copagrill – 1970 (Marechal Candido Rondon/PR); Coopavel – 1970 (Cascavel/PR); Primato – 1971 (Toledo/PR); Frimesa – 1977 (Medianeira/PR); entre outras.

Essa situação leva a questionar por que a maioria absoluta dos migrantes da comunidade de Cerro Azul se vincula as atividades urbanas e assalariadas? Ou melhor, por que na comunidade não é tangenciada a possibilidade de comprar terra na região Centro Oeste e migrar estabelecendo-se como um agricultor melhor aparelhado? Percebe-se que o primeiro motivo para essa negativa é a inexistência de uma forte rede de recebimento naquela região, já que apenas uma família da comunidade migrou para lá. Outro aspecto é o de que para migrar para aquela região o agricultor precisaria dispor não apenas o dinheiro para comprar um novo lote – que é em muitos casos mais barato –, mas um capital necessário a suprir as demandas por tecnologia e vencer as diferenças produtivas, as distancias. Enfim o fazer tudo novamente. Se não há disposição de reproduzir o campesinato em outra região tem-se duas hipóteses: esses agricultores estão satisfeitos com sua condição atual, ou estão tão desanimados com a atividade que não se animam a reproduzir uma situação de agruras. Ainda assim, existe um fascínio em torno da propriedade com terras mecanizáveis, ou como dizem: “terra plana” (plana), “que dá pra fazer de máquina” (terras mecanizáveis).

Veja-se que no lócus muitas propriedades foram anexadas ao invés de fracionadas. Conforme Santos (2006) os novos padrões tecnológicos garantem maior produtividade, mas esse “pacote” remete a necessidade de abranger espaços de cultivo maiores o que age no sentido contrário a uma “partilha” da unidade familiar de produção. Assim, seguindo a orientação de George (1982, p. 237) só quem dispor de um grande capital de giro poderá instalar um novo estabelecimento agrícola. Quem não dispor de recursos monetários para “modernizar-se” só tem um caminho “o abandono da terra”, uma vez que “empiricamente, a introdução do material moderno acelera o despovoamento rural”. Eide também reverbera que “a ascensão do poder econômico [...] no campo, excluiu, esqueceu e baniu os vacilantes e os que não possuíram as condições objetivas de atender às exigências da tecnologia, empurrando-os, lenta e gradativamente, para a proletarização assalariada” (2009, p. 366-367).

Até pouco menos de 10 anos – e em menor escala hoje, visto a existência de financiamentos e uma relativa acumulação projetada – a compra de lotes inter-colonos era efetuada em parcelas fixadas em sacas de milho ou soja, podendo assim o valor pago variar conforme as condições do mercado. Nessas compras geralmente o valor da saca do cereal era fixado conforme a tabela do “preço mínimo”.

O minifúndio fragmentado e generalizado em escala regional surge como um obstáculo à modernização da agricultura porque o tamanho das pequenas propriedades e das pequenas parcelas não é mais compatível com a rentabilidade do trabalho racional mecanizado e motorizado. É esta uma das principais forças de inércia na evolução rural. Sua existência levanta, obrigatoriamente, o problema da oposição entre tradições sociais a que as populações rurais estão apegadas e o sentido da evolução econômica. (GEORGE, 1982, p. 85).

A conjuntura dos espaços rurais impele pela interposição do Estado junto a suas demandas. Essas demandas incorrem no fornecimento de linhas de crédito a fim de fomentar as atividades rurais. Porém o crédito por si só não tem condição de solucionar problemas estruturais, principalmente os ligados a incapacidade de vinculação comercial dos minifúndios. O papel do Estado nesse processo se vê fragilizado, pois sua articulação está aparelhada com os interesses do grande mercado e as demandas diferenciais entre os grupos de agricultores. Há uma clara distinção na agricultura entre grandes, médios e pequenos produtores, relativizada pelos capitais de investimento em jogo. Não há harmonia entre eles. E todos exercem pressão diante de um “inimigo” comum: o governo.

Conforme José Graziano da Silva o discurso das lideranças rurais tem sido o de liberar o espaço ocupado pelo Estado, conforme julgam ser o Leviatã – na acepção de Hobbes. Entretanto reafirma que da mesma maneira que defendem o liberalismo promovem a “balcanização” do Estado, uma vez que cresce a cada dia a voracidade com que estabelecem demandas a este mesmo Estado (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 42).

Segundo Graziano da Silva o Estado atua politicamente na agricultura mais especificamente em questões de mercado do que em qualquer outra demanda do setor. Tendo em vista os altos investimentos que o ramo agrícola vem captando e, assim, tornando-se estratégico para a balança comercial brasileira, cabe ao governo mediar os conflitos e dar suporte ao aporte de capital gerado nessa atividade. Esta ação acentua por sua medida, o processo de balcanização do Estado, além de criar caminhos labirínticos de acesso ao poder público, cujo qual apenas alguns conseguem alcançar.

A diversificação da economia após 1930, que era basicamente movida pelo café, também alterou e diversificou a agricultura, que se colocou disposta ao atendimento do, agora aquecido, mercado interno. Nesse sentido o Estado percebeu a necessidade de estabelecer uma política específica a cada segmento. Essa problemática revela um novo panorama político, pois a partir disso as demandas também se tornam segmentadas e tem maior poder de barganha o segmento capaz de representar o maior capital de investimento.

Os espaços de economia fragmentada, de pequena produção como é o caso da comunidade de Cerro Azul, dispõe de poucos atributos para reverter uma posição de crescimento econômico vegetativo. As atividades rurais pautadas em pequena escala se processam a sustentarem-se, mas não a expandirem-se. Esse fato por si só não engendra em crise, mas se pensado pela ótica dos jovens, os novos atores sociais podem de alguma forma enfraquecer o entusiasmo na continuidade da atividade.

Porém se a população total da comunidade diminuiu e continua diminuindo de tamanho, paradoxalmente, seu núcleo residencial, ou como já definido, a “vila evidência” um processo de crescimento. Isso ocorre porque alguns agricultores que moram nas cercanias da vila e tem lá suas propriedades, quando do momento de aposentadoria passam a residir na vila, deixando a propriedade para algum sucessor ou vendendo a outras pessoas, que podem ou não vir a morar no local. Cabe lembrar que em alguns casos a venda das propriedades é feita ao vizinho que a anexa a sua unidade produtiva. É possível ainda que a venda seja feita a “alguém de fora”, interessando a usar o terreno para averbá-lo como reserva legal ou para reflorestá-lo com essências exóticas, principalmente o eucalipto. Nesses casos a vila ganha um morador, mesmo que a comunidade não o possa somar.

Da mesma forma a migração para a cidade, ainda que reprovada como estratégia de vida, já é vista com certa naturalidade entre os moradores do local. Isso se verifica principalmente entre aqueles com uma baixa expectativa de melhoria de suas propriedades, com dificuldades financeiras e sem perspectivas de reverterem um quadro de pobreza. Assim verifica um morador, chamando a atenção para o pressuposto de que os sujeitos em sua agência buscam sempre uma melhoria corrente em sua condição de vida.

Tudo evolui. O próprio ser humano hoje ele está mais exigente. O pessoal diz: aquela vez se vivia assim, é verdade, se vivia, hoje não se vive da mesma forma. Um pouco é essa questão de ambição de ter uma qualidade de vida melhor. Por que não buscar uma qualidade melhor se tem possibilidade? (Sérgio).

A expectativa nutrida pela população local é recorrente e reforçada há bastante tempo: “precisa-se de empregos”<sup>11</sup>. Existe uma espécie de sentimento do “necessário progresso do local”, que passa, segundo os moradores pela existência de indústrias ou na fala literal “alguma coisa pro pessoal fazer”. A instalação do distrito elevou essas expectativas, porém a efetivação de um crescimento econômico não depende apenas da ação pública estatal. Os empregos nesse sentido seriam cargos públicos criados na comunidade e, inevitavelmente seguem a ordenação de qualificações específicas, nem sempre encontradas entre os moradores, tais como médicos, enfermeiras, etc. O relativo otimismo é dicotomizado por visões mais pessimistas, como de Alaor.

Cerro azul hoje poderia ser maior se tivesse algo de interesse em nossa comunidade de fazer alguma coisa de incentivar agroindústria, alguma coisa assim. O [...] comentava comigo em 1993: “Cerro Azul vai ser uma comunidade de aposentados, pensionistas e mantido por alguns funcionários públicos na escola”. E no mais não tem projeto nenhum. E é o que tem hoje. Não tem, não se projetou indústria, não se projetou nada. Hoje tem lá pra se manter o posto de saúde, para concentrar ali algumas visitas extras que vão sustentar um pouco o comércio lá. Não tem uma indústria, não tem nada né. E lá aviário não surgiu, não surgiu nem uma criação de suínos, não tem nada.

A colônia sim se vê em crise. Não uma crise estrutural, mas uma crise de sua própria reprodução enquanto espaço rural e de tradição colonial. A perspectiva futura para a comunidade é vista de forma peculiar. A saída dos jovens é vista com desconforto, mas de maneira compreensiva. Entende-se que mesmo desejando a permanência ela é difícil de ser concretizada.

Os jovens não têm... Bom, qual é minha perspectiva de vida no Cerro Azul? O que eu vou fazer? Me tornar? Fazer no futuro? Vai buscar uma nova alternativa. Daí pensando assim onde que eu vou? Vai estudar. Vai estudar pra quê? Vai estudando e vai indo embora. Essa juventude toda ela vai ter esse mesmo caminho. (Alaor).

Segue-se um misto que pode ser classificado como um sentimento de expectativa. É uma espera. Por empregos, por melhorias, e assim pela permanência do povo e dos jovens. Esse fato é preponderante, isto é, existe o desejo de permanência, mesmo com uma tendência de saída. A comunidade em si demanda, para sua existência que alguns desses jovens fiquem. Interpõe pensar que rural se projeta constituir ao porvir e que ações permeiam o imaginário daqueles que o constroem quotidianamente.

## Considerações Finais

Defende-se aqui a tese de que ao considerar as metamorfoses pelas quais os espaços rurais brasileiros tem passado no último século – e continua neste – é premente interpor análises acerca de suas novas feições. O Brasil teve e tem na base produtiva agropecuária boa parte de sua história. O suposto esvaziamento do meio rural, alardeado também como fim do rural, melhor pode ser lido como novas formas de organização social.

Verificam-se no país novos arranjos no meio rural, sejam eles capitaneados por movimentos migratórios tanto de êxodo quanto de retorno; de saídas de jovens e também

---

<sup>11</sup>Durante a pesquisa de campo essa fala foi repetida exaustivamente e insistentemente entre jovens, adultos e idosos da comunidade de Cerro Azul.

de permanências; de pluriatividade; de produção agroecológica e também do avanço da monocultura. Enfim, o tecido social rural brasileiro é atualmente forjado de múltiplas variantes e dicotomias.

Essas variáveis analisadas na localidade de Cerro Azul sustentam a existência de arranjos que ainda não estão bem definidos. Afinal de contas o novo rural é por enquanto um enigma mal decifrado se pensado em suas múltiplas regionalidades. A questão não diz respeito, penso, em saber se haverá continuidade ou não do rural, mas que rural será este. A crise que se manifesta é em relação aos projetos que se vislumbram. E espera relatada no texto é metafórica, mas recorrente. Sejam pequenas ou grandes comunidades o ponto central de discussão é em relação aos modos de vida ali instalados e em transição. Compreender essa transição é o desafio.

### Referências bibliográficas

DEBONA, N. I. **Memórias da Colonização de Palma Sola**. São Miguel do Oeste – SC: McLee, 2003.

DE BONI, L. A. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: LANDO, A. M. (*et al.*). **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980

EIDT, P. **Os sinos se dobram por Alfredo**. Chapecó: Argos, 2009.

GEORGE, P. **Geografia rural**. São Paulo: Difel, 1982

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2.ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

HEINEN, L. **Colonização e desenvolvimento do oeste de Santa Catarina**: aspectos sócio-político-econômicos e religiosos. Joaçaba: UNOESC, 1997.

PAIM, E. A. **Aspectos da constituição histórica da região Oeste de Santa Catarina**. Saeculum Revista de História: João Pessoa, n. 14, jan./jun. 2006. [p. 121- 138].

PIES, J. **Agricultura e o êxodo rural de Palma Sola – SC**: causas e consequências. Monografia. URI, Frederico Westphalen, 2001.

\_\_\_\_\_. (org.). **Minha escola meu lugar**. Escola de Educação Básica Catharina Seger, 2006.

RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

\_\_\_\_\_. O conhecimento do território: a Bandeira Konder. In: CEOM. **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2005.

SANTOS, R. A. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Geografia – UNESP: Presidente Prudente, 2006.

SCHALLENBERGER, E. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário:** imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.

\_\_\_\_\_. (org.). **Cultura e memória social:** territórios em construção. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

# VI Encontro da Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS

NOS ESPAÇOS RURAIS

02 a 05 de setembro de 2014.

GT4

## TRABALHO AGRÍCOLA, MIGRAÇÃO E MUDANÇAS TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA

COORDENAÇÃO

REGINA APARECIDA LEITE DE CAMARGO (UNESP)

MARCELO SAMPAIO CARNEIRO (UFMA)

OTÁVIO VALENTIM BALSADI (EMBRAPA)



## GT 04 - Trabalho agrícola, migração e mudanças tecnológicas na agricultura

### “É TIPO ASSIM, ESCRAVIZAR”: o caso dos camponeses assalariados nos eucaliptais do Maranhão

Annagesse de Carvalho Feitosa<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, anna.gesse@hotmail.com

**Resumo:** O artigo analisa a inserção do Grupo Suzano em Urbano Santos - MA, e as relações estabelecidas com os camponeses da região. Após sua chegada, famílias foram expropriadas e as terras incorporadas ao patrimônio particular desse Grupo. Nessas circunstâncias, observa-se que membros das famílias se assalariaram no empreendimento. Além de se depararem com uma lógica de organização das atividades diferente da sua, passam a vivenciar várias situações de constrangimentos ligados às relações de trabalho.

**Palavras-chaves:** Assalariados; Eucalipto; Camponeses.

A mesorregião Leste Maranhense, tal como classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é constituída por seis microrregiões. Como ressalta Paula Andrade (1995) algumas dessas microrregiões já integravam, desde os anos 1980 e 1990, a área de atuação de grandes grupos econômicos como a Margusa - Maranhão Gusa S/A e seu braço florestal, a Marflora - Maranhão Reflorestadora LTDA. O primeiro registro da presença desses empreendimentos data da década de 1980, com a chegada da Comercial Agrícola Paineiras Ltda, que iniciou suas atividades no Maranhão realizando experimentos com o gênero *Eucalyptus spp.* (STPC, 2005)<sup>1</sup>. Esta empresa integra o Grupo Suzano Papel e Celulose, atualmente em atividade na região, principalmente, através de suas terceirizadas.

Paula Andrade (1995), trata das várias estratégias desses agentes econômicos para conseguirem matéria prima e mão de obra barata para seus empreendimentos. Como demonstra, nesses locais encontravam-se famílias camponesas que territorializaram essas áreas de cerrado, reproduziram-se historicamente nessa região e que passaram a ser expropriadas sob o discurso que se convencionou chamar de *desenvolvimento e manejo florestal sustentado*. Os que descendiam dos primeiros ocupantes passaram a se defrontar com aqueles que agora se apresentam como proprietários e com toda uma transformação da paisagem, entendendo-se, aqui, paisagem como um conceito que “une a atividade humana com ambientes locais”

---

<sup>1</sup> Informações extraídas do EIA RIMA elaborado pela STCP Engenharia de Projetos, 2005.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

(BALLÉE, 2009) e, ainda, como “raízes em noções passadas que designaram relações históricas dadas entre certos grupos de pessoas e ambientes definitivos, através do tempo” (BALLÉE, 2008, p. 11).

Percebemos que, nas últimas décadas, a partir dos anos 90, passa a registrar-se, então, um embate entre duas lógicas econômicas antagônicas, opondo vários segmentos camponeses (MOURA, 1988; WOLF, 1970)<sup>2</sup> da região, ou seja, aqueles que têm acesso aos meios de produção garantidos pelo título de propriedade da terra ou pelo exercício da posse (PAULA ANDRADE, 2008) e as empresas recém chegadas. Nessas circunstâncias, observa-se um fato corrente, ou seja, membros masculinos adultos das famílias camponesas da região estão buscando, atualmente, o assalariamento junto a esses empreendimentos. Em alguns casos, há a combinação entre o cultivo de alimentos e o assalariamento nas chamadas *firmas*. Alguns dos que produziam para satisfação de suas necessidades familiares, assim como para colocar parte do que produziam no mercado, através da prática agrícola, passam a buscar o trabalho assalariado.

À primeira vista, entendemos essa situação de assalariamento como uma ocupação acessória, como pontua Kautsky (1980), ao descrever trabalho acessório ou ocupação acessória, referindo-se às situações em que a família camponesa busca complementar o atendimento das crescentes necessidades a ela apresentadas em resposta ao processo de evolução econômica. Observa-se, porém, na situação em estudo, no Leste Maranhense, que alguns trabalhadores abandonaram os seus cultivos dedicando-se exclusivamente ao assalariamento.

A partir do exposto, apresento aqui o que se tem como questão norteadora da pesquisa: compreender em quais situações os membros de famílias camponesas, buscam, atualmente, o assalariamento em empreendimentos que se instalaram na região. Esses homens, agora assalariados, além de se depararem, nas chamadas *firmas*, com uma lógica de organização do trabalho completamente diferente da sua, incluindo a ideia de salário fixo e de carteira de trabalho assinada, passam a vivenciar, segundo seus próprios depoimentos, várias situações de constrangimentos envolvendo as relações de trabalho.

As considerações aqui apresentadas são resultados da pesquisa vinculada ao projeto *Campesinato e Crise Ecológica - impactos sociais da sojicultura para segmentos camponeses do Leste maranhense*, coordenado pela professora Maristela de Paula Andrade, e estão baseadas em entrevistas com mediadores, com trabalhadores assalariados e suas famílias, além de

---

<sup>2</sup>“Podemos descrever o camponês de diferentes maneiras. Uma delas é defini-lo como cultivador de pequenas extensões de terra, as quais controla diretamente com sua família” (Moura, 1988, p. 12). Para Wolf (1970, p. 28), baseando-se em Chayanov, “a unidade camponesa não é, portanto, somente uma organização produtiva formada por um determinado número de “mãos” prontas para o trabalho nos campos; ela é também uma unidade de consumo, ou seja, ela tem tanto “bocas” para alimentar quanto mãos para trabalhar. Além disso, uma unidade camponesa não estará preocupada exclusivamente com a alimentação de seus membros; estes deverão ser atendidos com inúmeros outros serviços”.

observação in loco. O estudo foi realizado em Mangabeirinha, um *povoado*<sup>3</sup> da zona rural do município Urbano Santos, Maranhão, em 2013. Informo ainda que por uma questão de responsabilidade os nomes dos interlocutores expostos neste trabalho são pseudônimos.

### **1 A Inserção das Terceirizadas: o encontro de lógicas antagônicas**

O projeto florestal da Paineiras foi iniciado no Maranhão na década de 80, “tendo adquirido terras em oito municípios do Leste Maranhense” (PAULA ANDRADE, 2012, p. 26). Durante a transição do manejo das áreas da Paineiras para a Suzano, segundo os informantes, antigos funcionários da empresa propuseram a criação de cooperativas de trabalho às pessoas dos *povoados* Lagoa dos Costa, Mangabeirinha e Baixa do Cocal. Tal iniciativa teve a finalidade de organizar os moradores interessados em se assalariar, visto que, com a chegada da empresa Suzano, seriam acionadas as cooperativas para contratação da mão de obra local. Os responsáveis pelo empreendimento adotaram o discurso de geração de emprego e salário.

Foi criada apenas uma cooperativa no *povoado* Cocal do Zeca Costa e o interlocutor assegura, no entanto, que esta funcionava apenas como fornecedora de mão de obra. Quando necessitavam, as empresas acionavam a cooperativa e, rapidamente, reuniam o contingente de trabalhadores que desejavam. Atualmente, múltiplas ações do Grupo dentro do município são executadas por empresas terceirizadas: A.C.M Florestal LTDA – EPP, J. S. F. Empreendimentos Florestais LTDA e M. J. De Menezes Neto Comercio de Madeira – EPP.

O processo de aquisição de mão de obra local, após o estabelecimento das terceirizadas, constituiu-se, inicialmente, de uma cooperativa de trabalho<sup>4</sup>. A terceirização gera redução de custos em alguns setores do negócio e, para aumentar ainda mais essa economia, é possível utilizar os serviços de uma cooperativa. Um funcionário cooperado não possui qualquer vínculo empregatício com a empresa, livrando-a de qualquer encargo sobre o profissional.

“Art. 442. Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego. [...] Parágrafo único. Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela” (SANTOS; VIVEIROS, 2011, p. 151).

Santos e Viveiros (2011) esclarecem que os cooperativados não podem requerer o vínculo empregatício com a sua própria cooperativa, pois dela são membros integrantes e, como tal, sofrem com os riscos que aquela atividade pode lhes impor. Também é inviável o vínculo

---

<sup>3</sup>O termo *povoado* foi adotado para indicar uma “unidade territorial, delimitada por fronteiras consensualmente acatadas por seus moradores e reconhecidas pelos vizinhos, onde estão situadas as moradias e demais edificações e as áreas de trabalho” (Paula Andrade et al, 2012, p.13).

<sup>4</sup>O sistema de cooperativismo no Brasil é regido pela lei (5.764/71), e essencial que seja montado sob a égide dessas regras. Trata-se de espécie de sociedade em que os cooperados devem unir-se para criar métodos e formas de trabalho, [...] bem como redistribuindo tarefas e lucros entre seus membros, de acordo com os objetivos alcançados pelo sistema (SANTOS; VIVEIROS, 2011, p. 153).

entre um cooperativado e a tomadora de serviços da cooperativa, na medida em que este é considerado um prestador de serviços e não um empregado daquele cliente. Alguns empregadores aproveitam-se de cooperativas para contratação de mão de obra barata e, conforme o interlocutor, as empresas buscavam a cooperativa quando necessitavam de grande contingente de pessoas para o trabalho. Apenas uma foi criada, localizada no *povoado* Cocal do Zeca Costa, e esta funcionava como “*uma fornecedora de mão de obra, ou seja, de peão*”, como destaca o informante.

## 2 As Relações Com os Camponeses da Região

O processo de obtenção de mão de obra tomou nova forma quando um representante da empresa A.C.M Florestal LTDA – EPP compareceu à casa do dirigente do *povoado*. Solicitou que este informasse aos demais moradores sobre uma reunião a ser realizada no *povoado* vizinho, onde seriam selecionados e contratados novos trabalhadores, porém, diretamente pela terceiriza. Como disposto em (FEITOSA, 2014), ao tratarem do que fora abordado durante a reunião, os ex-assalariados reforçam que as reais condições de trabalho no âmbito das *firmas* vão de encontro às promessas do representante da empresa, durante a reunião. Como exemplo, um entrevistado rememora a condição do transporte do qual usufruía enquanto estava empregado, em comparação ao que haviam lhes prometido. Outro recorda o nível da alimentação fornecida, o grau de dificuldade de realização das atividades e a falta de pagamento após as demissões. Esses trabalhadores foram atraídos em nome do discurso de geração de emprego, boas condições de trabalho e um salário fixo.

Pessoas do *povoado* comumente explicavam durante as conversas que as atividades realizadas pelos assalariados no empreendimento eram pesadas. Os mais velhos, inclusive, utilizavam frequentemente a expressão: “*o serviço é pesado demais*”, para justificar o porquê de não se interessar por salário na *firma*. Busquei uma aproximação do que seria o serviço *mais pesado e mais leve* na *firma*, principalmente, em oposição àquele dedicado aos roçados. Opondo as *firmas* aos roçados percebi que o peso da atividade está diretamente relacionado à falta de autogoverno dos trabalhadores durante as etapas do processo produtivo, ou seja, à submissão as ordens de outrem.

A entrevistada, a partir de seu depoimento, apresenta um caso em que se observa a ausência da independência do assalariado para com a *firma*. Justifica ao esclarecer que os empregados são obrigados a trabalhar em horários determinados pela terceirizada, em oposição aos roçados, onde o trabalhador detém o controle sobre todo o processo, sendo dono de seu próprio tempo:

**P: Mas será que se a firma voltasse e chamasse eles de novo pra trabalhar será que eles iam?**

E: Num sei. Eu acho que não, acho que não iam mais não que o negócio é sério. Pra trabalhar na firma aí de dia nem tanto, no verão nem tanto que tem

sol, mas o negócio é no inverno, o negócio é no inverno. Às vezes fica no mato roçando, pega chuva, fica todo molhado. Às vezes chega de noite todo molhado, parecendo assim umas coisa... Muito complicado. A vida da gente, a vida da gente é coisa boa, minha amiga. A gente tem que zelar por ela. Num é porque a gente tem precisão, tem necessidade que ninguém pode acabar com a vida da gente assim muito fácil não. Porque quando a gente vai pro serviço da gente você vai na hora... A roça é perto, vem à chuva ocê corre já pra casa, você fica ali. E quando trabalha na firma não pode. Lá ou que chova ou que faça sol tem que ficar lá trabalhando. Pois é assim, às vezes eu dizia: 'Meu filho, é bom de trabalhar no que é da gente porque você vai na hora que quer, vai quando pode. Se tá bom vai, se tá doente não vai. E a gente quando trabalha na firma a gente não se governa. Ou que teja bom ou que não teja tem que ir. Que possa ou que não possa tem que ir?'.  
Jorgina. Mangabeirinha, agosto de 2013.

Fica claro no depoimento acima a perda de autonomia sobre o processo produtivo e sobre sua própria saúde. No serviço da lavoura familiar, o trabalhador decide se há condições de ir trabalhar ou não e busca preservar sua vida, sua saúde. Nesse raciocínio, nem a *precisão*, ou seja, a necessidade de obter uma renda monetária, segundo os depoimentos, autorizaria o trabalhador a se descuidar de zelar pela própria vida.

As atividades são consolidadas em várias etapas recebendo denominações específicas, como *limpeza de área*, *adubamento* ou *adubação*, aplicação de herbicidas, os chamados *venenos*, entre outras. Tais atividades são executadas por diferentes *turmas* em uma área determinada aos trabalhadores, chamada de *tarefa*. Semelhante ao que ocorre no Maranhão, Palmeira (1977) define que no caso dos trabalhadores de Pernambuco, a “tarefa” é a medida de terra que é fixada para o trabalhador como a unidade de referência do trabalho, ou seja, que ele deve realizar em um dado período de tempo. *Turma* é uma categoria utilizada pelos assalariados para designar um grupo responsável pela execução de determinada atividade dentro do *campo*. Uma *turma* pode ser constituída de aproximadamente 40 homens, os *auxiliares florestais*, e trabalham sob a gerência de seu superior direto, o *encarregado*. O *encarregado*, por sua vez, é o chefe imediato, aquele que permanece no *campo* junto aos trabalhadores em tempo integral.

Cada *turma* possui um *encarregado* para supervisioná-la, e cada *tarefa* possui um responsável direto da terceirizada, o *supervisor*, a quem o *encarregado* está subordinado. Demissões, faltas e advertências são lançadas aos demais trabalhadores pelo *encarregado*, mas todas são dadas ao conhecimento do *supervisor*. Todavia, a autoridade máxima no *campo* está na pessoa do *coordenador*, funcionário direto da contratante do serviço terceirizado, no caso em questão, a Suzano. O *coordenador* emite ordens diretas à terceirizada no que diz respeito à forma e execução da *tarefa*, sobre a permanência de trabalhadores na empresa, entre outras. A hierarquia é percebida dentro do *campo* de acordo com a sequência: 1. coordenador, procedente da Suzano; 2. supervisor, procedente da terceirizada; 3. encarregado; 4. operadores de máquina, motoristas, vigilantes; 5. auxiliar florestal.

Durante as entrevistas perguntava aos trabalhadores sobre a origem dos *encarregados*, quem são eles e qual é a sua função no *campo*, então os trabalhadores informaram que os

*encarregados* podem ser funcionários com formação técnica, como técnicos agrícolas, entretanto, um auxiliar florestal pode vir a ser promovido ao posto de *encarregado*:

**P: Como é que eles chegam a ser encarregado?**

E: Agora quando eles não eram técnico agrícola quando eram mesmo assim sem ter o curso, que técnico agrícola tem um curso, né? Aí às vezes era roçador, era plantador, e às vezes tinha um que era mais interessado e eles botavam pra ser encarregado.

Júlio. Mangabeirinha, agosto de 2013.

Em Mangabeirinha um dos trabalhadores foi promovido, então, questionei aos demais a respeito, me referindo aos motivos que o levara a mudar de função. Um interlocutor assegura que os trabalhadores são constantemente observados após a contratação, e assim os chefes verificam quem são aqueles chamados *mais interessados*. O denominado *interesse* é, então, um dos critérios que justifica a escolha do trabalhador promovido. Tal categoria chamou minha atenção e logo busquei apreender seu significado, entre muitas outras que foram surgindo ao longo da pesquisa.

**P: Eu não entendo o que é interessado. Você pode me explicar?**

E: Pois é. Interessado é assim, porque que nem eu tô falando, porque o cara num é um daqueles manhoso que querem ganhar o dinheiro nas custas dos outros, é assim. Eles diz os mais interessado assim porque tem os mais... Os mais ligeiro, os mais lerdo, tem uns mais... É assim.

**P: Os interessados são os mais rápidos?**

E: É. Aqueles que ele vê logo ali, não passa um mês. Aqueles que eles vê ali que são mais manhoso eles tiram logo. Não fica não.

**P: Como assim manhoso?**

E: Na hora do serviço, que tem uns cara... Em todo serviço tem gente manhoso.

Mãe do entrevistado: No dizer dele aí é porque tem uns que força mais pra trabalhar e tem outros que não quer forçar muito pra trabalhar. Quer ganhar o dinheiro, mas não quer forçar. É assim, é assim.

E: Força mais e tem outros mais lerdo. Quer ganhar dinheiro a custa dos outros. É assim.

Vicente. Manbeirinha, agosto de 2013.

Em conversas posteriores foi percebido que a categoria *interesse*, compreende aqueles que trabalham mais rapidamente e, em consequência, produzem mais. Em oposição a esses, estão os mais lentos, os chamados “manhosos”, ou seja, que não se esforçam para ultrapassar as metas. Os trabalhadores identificados a partir das últimas categorias são os primeiros cotados à demissão. Neste caso, é observável que “a disputa entre trabalhadores se manifesta ao nível das representações através de formulações em que os próprios trabalhadores atribuem a perda do salário de um companheiro à preguiça” (SIGAUD, 1977, p. 64).

A condição para promoção, descrita acima, não pode ser tomada como regra, visto que, também podem ser promovidos aqueles que parecem deter nível escolar mais alto, como afirma o interlocutor: “*eles conhecem aqueles tem mais assim, base da leitura [...]*”, ou com os quais o *encarregado* tenha alguma afinidade e/ou relação de confiança. A promoção não se estabelece

apenas de - *auxiliar florestal para encarregado* -, mas também há promoção aos postos de - *auxiliar do encarregado, operador de máquinas, e operador de trator* -. Neste último caso a promoção está condicionada ao porte de carteira de habilitação.

Em outros trabalhos, como o de Gonçalves (2001), o autor chama atenção a uma figura semelhante, chamada de *mediador*, ou seja, “esse é aquele trabalhador que, pela sua capacidade de trabalho e sobretudo lealdade ao responsável técnico pelo talhão ou propriedade que está sendo operada, “*toma conta de turmas*” (GONÇALVES, 2001,p. 217).

Os trabalhadores também fazem várias queixas ao tratamento de parte de alguns chefes imediatos. A este respeito um trabalhador esclarece que tal postura não é adotada por todos, ocorrendo uma variação de profissional para profissional. A esses trabalhadores é imposta uma meta diária a atingir durante o exercício de suas funções, caso não a alcancem “a punição ocorre no plano moral, com o trabalhador tendo “*chamada*” a sua atenção” (GONÇALVES, 2001, p. 216). Alguns fiscais incitam o aumento da produção até mesmo agredindo verbalmente os demais trabalhadores. A remuneração resultante da ultrapassagem da meta prevista é adicionada aos salários desses supervisores:

**P: Alguém que ficava supervisionando o trabalho de vocês?**

E – Sempre tinha o supervisor que ficava observando como era que tava. E no dia que a gente não... Que pelo menos ele... Me davam pé... Mil pé de eucalipto pra mim alimpar, se eu não alimpasse...ali já achavam que eu não tinha feito a meta dele porque se mil pé de eucalipto, se eu fizesse, é a meta deles. Aí se eu fizer mais duzentos, ali já passa já pra meter no bolso deles, dos encarregados que eu chamo, né? Porque é mil é a meta de eu fazer, numa área boa, agora numa área ruim é quinhentos pés. Aí se passar dos duzentos pés, ali já é pro encarregado já, botar no bolso dele que tudo que eu passar do limite, aquilo dali já é o dele. Então, é por isso que eles exploram a gente muito no campo, eles exploram muito.

Saulo. Mangabeirinha, março de 2011. (Entrevistado por Annagesse Feitosa e Adielson Botelho).

A fim de intensificar a produção os *encarregados* desconsideram as condições de realização das atividades, como justifica o interlocutor acima, ao classificar o ambiente. *Área boa* e *área ruim* podem ser designadas, também, de *área aberta/limpa* e *área fechada*, respectivamente. A primeira faz referência a lugares onde a vegetação existente é menos densa, facilitando a concretização da *tarefa*, ou seja, não será necessário dispender grande esforço físico. Em oposição, áreas consideradas mais *fechadas* são aquelas onde há vegetação mais densa, dificultando a concretização da operação, ocupando mais tempo. Dando continuidade à sua narrativa, o entrevistado fala de como eram tratados pelos *encarregados* no tocante às metas estabelecidas e o quanto os trabalhadores eram pressionados para alcançá-las.

**P: Você diz que ele não tinha pena, que trabalhador sofria nas unhas deles. Por quê?**

E: Não tem aquelas linha ali? Eles davam às vezes sete linhas daquela pro funcionário fazer, aí se o funcionário não fazesse ali eles já davam uma

bronca no funcionário. Já tinha uns não, uns encarregado não, que dava menos. Ele olhava a área, se tava muito fechada ela dava menos tarefa, né? E já uma que tava mais limpa ele dava... Ele cooperava com o trabalhador: ‘Rapaz, dá pra nós fazer esse daqui porque tá mais limpa, dá pra nós fazer tanto’. Agora já tinha uns não, que podia tá fechado podia não tá, mas ele queria aquele total. Porque ele queria era produzir, tinha uns que ganhavam na produção. Quanto mais fazia mais ganhava [...].  
Júlio. Mangabeirinha, agosto de 2013.

Seu Saulo alude às ofensas que recebiam, o que pode ser classificado como assédio moral, como veremos mais adiante:

Já chegou até uma pessoa lá da ACM chamou a gente de banana podre, eu não sei se porque tinha uma banana podre e a gente tudo ia pro mato. [Todos seriam descartados, ou seja, demitidos] Chamaram nós de sacana, como uma vez... Porque eles ... Faltaram uma, uma... Final de semana sem limpar as bota, aquelas bota de borracha. Passaram o final de semana com a... Pra limpar as botas e a gente não trabalhou nesse dia, todo mundo botemos o pé na parede que... Ninguém ia trabalhar. Quando ele chegou, chegou e disse: ‘rapaz, vocês vieram pra trabalhar ou vieram pra sacanear? Vocês tão sacaneando, vocês são uns sacanas’. Também... Ninguém disse nada aí nesse dia... Passemos o dia todinho dormindo lá embaixo da barraca, mas nos não foi... Desse dia pra cá nós...  
Saulo. Mangabeirinha, março de 2011. (Entrevistado por Annagesse Feitosa e Adielson Botelho).

Para demonstrar tais situações de pressão sofrida durante os trabalhos os interlocutores também empregaram a categoria *exploração*, então, durante nossas conversas buscava uma aproximação do seu significado para os entrevistados. Quanto a isso, notei que tal categoria estava associada à outra, *puxar pra empresa*. Ambas fazem referência a táticas dos supervisores para instigar o aumento da produção em qualquer circunstância, fazendo aumentar o dispêndio de energia do trabalhador muitas vezes acima do que este poderia considerar razoável. O limite entre o que poderia ser considerado um esforço físico suportável e aquele em que fica claro que o *encarregado* está extrapolando é denominado de *forçar*. Isto pode ser demonstrado quando os *encarregados* exigem – a forma como são tratados entra nos critérios de exigência - que um auxiliar florestal produza a mesma quantidade em condições ambientais diferentes:

**P: Quando você fala “explorar muito o trabalhador”, como é?**

E: Explorar muito o trabalhador é assim, como bem, que nem eu lhe falei. Aqui numa área aqui [dá] pra tirar até dez horas, numa área limpa, né? Eles queriam que aquela tarefa mesma pra gente tirar até dez horas numa área limpa a gente tirasse na área fechada, tá entendendo? Aí muitas vezes forçava mais a gente, porque era mais fechada, tinha mais mato, né? Aí às vezes forçava muito o trabalhador.

Júlio. Mangabeirinha, agosto de 2013.

**P: Porque uma vez um trabalhador me disse que eles exploravam muito em cima de vocês. O que será que ele quis dizer com isso?**

E: É tipo assim, escravizar. É puxando pra empresa. Pra mim é assim.

**P: Como é que é isso, “puxando pra empresa”?**

E: É ele puxando mais pra produzir. Pois é, é isso que eles faziam. Era produzir pra empresa e a gente trabalhava, eles pediam a gente fazia.

Clementino. Mangabeirinha, agosto de 2013.



Percebe-se claramente, nos depoimentos, uma aproximação explícita entre a situação que vivenciam se assalariando nessas chamadas *firmas* e aquela de trabalhadores escravizados. Na lógica do *encarregado*, o que importa é a produção para a empresa e, deste modo, age como um feitor. É justamente esse aspecto, uma das constatações de que esses trabalhadores vivem uma situação que se assemelha àquela vivida pelos escravos africanos no período colonial. Porém, é interessante ressaltar que o trabalho escravo é diferente do que tratam os trabalhadores quando falam que trabalham como escravos. Conforme Esterici (1994) o termo “escravo” ou “escravidão” é acionado pelos trabalhadores e pode ser entendido como uma metáfora do inaceitável, a expressão do seu sentimento de indignação. A autora esclarece que as situações compreendidas pelo termo escravidão são aquelas onde há “ruptura com os parâmetros mínimos de sociabilidade” (ESTERCI, 1994, p.49).

Em situações de constrangimento descritas algumas linhas acima, necessitamos estar atentos se ocorrem modalidades do que se convencionou por influência de Hirigoyen (2000)<sup>5</sup>, atualmente, chamar de assédio moral. Muito se discorre a respeito deste tema, visto que há ampla discussão sobre o que caracteriza, de fato, este tipo de assédio, e também sobre a existência de um regulamento específico que trate do abuso. De acordo com a OIT (2009) ainda não há legislação específica<sup>6</sup> no âmbito federal para caracterizar este tipo de problema como crime, porém, alguns estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Rio Grande do Sul já possuem leis sobre o assunto. Para maior esclarecimento apresento o conceito de assédio moral acionado pela OIT (2009):

O assédio moral consiste na exposição de trabalhadoras e trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, geralmente ocasionadas pelo seu superior imediato ou chefe, forçando o trabalhador a desistir do trabalho. Deve-se tomar o cuidado para não confundir a natureza “pesada” da atividade no setor florestal com assédio moral, a não ser que esta “dureza” esteja dirigida a apenas um trabalhador ou trabalhadora isoladamente, ou a um pequeno grupo de trabalhadores (OIT, 2009, p. 35).

A partir do conceito exposto acima, apresento situações às quais os trabalhadores vêm sendo submetidos. O comportamento hostil desenvolvido pelo *supervisor* contra os seus subordinados desestabiliza-os emocional e moralmente e aquele, por vezes, abusa de seu poder para desmoralizá-los, tornando o ambiente de trabalho desagradável.

---

<sup>5</sup>De acordo com Cohen (apud COLETA e MIRANDA, 2002) o termo assédio moral no ambiente de trabalho surgiu em setembro de 1998, quando a psicanalista francesa Marie France Hirigoyen lançou, na França, o livro "Harcèlement Moral: la violence perverse au quotidien". A obra foi traduzida pela Editora Bertrand Brasil, com o título “Assédio moral: a violência perversa no cotidiano”, publicado em 2000.

<sup>6</sup> Em muitos casos, é acionado o Art. 483 da CLT, no que tange a rescisão de contratos e o pleiteio a devida indenização quando: [...] e) Praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa forma; [...] (SANTOS; VIVEIROS, 2011, P.188).

**P: O que é que ele fazia?**

E: Ele, ele, ele falava de me tirar, e aí... Não era eu não, nós era bem uns seis aqui que ele lutou demais pra tirar. Eu, uns menino lá na L., lutou demais pra tirar, tirar da empresa. Só que ele não conseguiu não, tirar não. Nós discutia mesmo, que eu entendia também negócio de empresa. Eu entendia, que eu já vinha com três, né? Agora, como bem, um cabra que trabalha a primeira vez, aí num entendia nada e tudo que ele falava era, era... a [opinião] dele... Uma discussão grande que eu tive mais ele foi, eu não, eu e o menino, foi véspera da semana... Foi véspera duma Semana Santa [...]. Foi quinta-feira, quarta-feira santa. Que nós combinemo pra nós trabalhar, viu? Só pra nós trabalhar... Era carnaval, né? Carnaval, pra nós folgar quarta-feira santa. Aí nós trabalhemo direto, trabalhemo carnaval, aí quando deu... Aí nós trabalhamos o dia: ‘Olha, nós vamos trabalhar é pra nós folgar quarta-feira santa’. Que nós mesmos... Ele não podia mesmo com nossa vida, ele não falava muito com nós, né? Comigo. Era bem uns seis na empresa que ele num, ele num... Ele lutou demais pra tirar nós, mas ele viu que não podia mesmo aí ele... Aí neste dia nós tava no campo pra nós folgar quarta-feira santa, aí nós tava no campo... Era terça-feira, meio dia, ele chegou, aí ele chegou lá e disse que é... Ele disse que é pra nós trabalhar até quinta-feira santa. Até na quinta-feira santa, meio dia. Aí eu disse pra ele: ‘Rapaz, nós vamos trabalhar até amanhã, até hoje, amanhã nós vamos folgar. Nós já combinemo com os cara já, com o supervisor, com o encarregado’, e nós já tinha falado com os homem, os chefe lá. Aí nessa hora ele botou pra ruim, e nessa hora nós discutimos lá no campo. Foi uma discussão medonha, discussão mesmo de, de coisa, de, de, só mesmo pra ir [às vias de fato] mesmo. Porque ele falava mesmo ele. Chegava pra discutir te esculhambava mesmo ele.

**P: Ele dizia o que pra você?**

E: Este Wenda tinha a boca... Era saliente o caboclo, o caboclo era saliente. Foi ele que tirou estes menino daqui tudinho. O Mário, tirou o Mário. Tirou os menino aí tudinho, foi ele que tirou.  
Júlio. Mangabeirinha, agosto de 2013.

**P: Mas o senhor achou bom ou ruim sair de lá?**

E – Não, até que é bom, é bom a gente trabalhar porque todo mês a gente tem aquele salário. Agora, só que a gente trabalha muito, é muito humilhado no campo. Tem... Chegou um dia que um encarregado lá numa sala, eu tava... Só porque eu... Eu não olhei... Eu não vi que eu ia corando um pé de eucalipto deste tamanho num meio de um... Deste tamanho, tava dentro da moita, ele chegou pra dizer: ‘rapaz, volta aqui! Senhor, o que é que ta acontecendo? Volta aqui!’ Eu disse: ‘siô! O que é que tá acontecendo?’ Aí disse: ‘volta aqui!’ Eu disse: ‘siô! O senhor tem que falar mais direito que você não tem nenhum filho aqui não. Você não tem nenhum filho aqui não. Apenas você é o encarregado, mas não é preciso você me chamar desse jeito não. Fale o que é que tá acontecendo que eu volto’. Ele disse: ‘tu não tá vendo eu te chamar não?’ Eu disse: ‘não’, eu vi ele chamar aí, mas só que eu pensava que ele tava chamando lá atrás... ‘Agora só que você não tem nenhum filho pra você chegar explorando em cima de mim não. Tivesse dito assim: Saulo, volta aqui e venha corrigir seu serviço, mas não era pra você me chamar desse jeito’. Aí... Eu voltei corrigi, aí desse dia pra cá eu fiquei contrariado com eles e tô, tô fora da firma.

Saulo. Mangabeirinha, março de 2011.

Interessante notar como aparece a categoria *trabalhar humilhado* neste excerto de depoimento. O uso da categoria humilhar/humilhado é muito recorrente entre os camponeses do Maranhão em várias regiões, para indicar ofensas muito graves, que abalam a honra dos trabalhadores. Neste sentido, um tom, um modo de falar que não atente para a honra do chamado *pai de família*, daquele que ultrapassou a condição de filho e que já é um homem, um trabalhador responsável por uma família ou um membro dela masculino e adulto, pode ser

considerado uma forte humilhação. No caso em questão, o trabalhador junta a ideia de humilhação à de exploração, lembrando ao *encarregado* que ele não está na condição de seu filho, pois, nesse contexto, apenas com uma criança, com alguém ainda imaturo, um adulto poderia dar uma ordem nesse tom.

Outro aspecto interessante a chamar a atenção é que o que pode ser considerado ofensivo para um segmento de trabalhadores, pode não o ser em outro. Ou seja, só a categoria jurídica assédio moral não bastaria, no nosso caso, para medir a gravidade das situações descritas pelos trabalhadores. Em trabalhos futuros talvez se possa aprofundar como as questões de honra são vividas no meio rural e o que significam as ofensas entre homens o que, muitas vezes, pode levar a conflitos, inclusive com morte.

Entre as queixas dos trabalhadores também haviam várias no tocante a alimentação, pois constantemente descreviam: “*a alimentação era ruim*”. Um deles conta que diversas vezes faziam reclamações, e em decorrência disso, levaram uma nutricionista ao *campo*, fizeram reuniões, mas nada foi solucionado. Segundo ele, a nutricionista alegava que a alimentação era preventiva ao colesterol, diabetes, e etc.

**P: Como era a alimentação?**

E: Alimentação tinha tempo que vinha boa e tinha tempo que vinha ruim.

**P: Quando era que vinha boa?**

E: Quando era um bifezinho que eles faziam era bom, mas outros que era frango véi [velho], um frango mal feito. Tinha um pessoal, tinha gente que nem comia, comia mesmo pra se aguentar até chegar em casa. Mas não era boa não a comida deles. Não era boa não.

**P: E o que era ruim?**

E: Era porque muitas das vez a gente achava até mosca na comida. Achava. Aquelas moscazinha achava na comida, e eu não comia o de comer não. A gente já tinha saído de casa preparado. A gente fazia um molho [farinha, farofa de ovo, peixe frito, sardinha, e carne] e aí aguentava até embora. Clementino. Mangabeirinha, agosto de 2013.

Como mencionado em várias entrevistas, os trabalhadores afirmam que da forma como recebiam o alimento, o “bandeco” embalado, levavam para casa e serviam de alimentação aos animais, como porcos e cachorros. Isto era feito quando a alimentação fornecida estava, em seu ponto de vista, imprópria ao consumo, como informa o seu Joaquim: “*não tinha condição de comer, que já tava azedo, né?*”. Sobre isto outros também se manifestaram:

E: O alimento tinha vez que eles traziam o alimento de lá... O bandeco, que eles davam pra eles lá tinha vez, várias vezes eles traziam pra cá embaladinho do mesmo jeito que eles recebiam lá. Traziam pra cá pra botar pros porco aqui, pros cachorro, traziam pros porcos daqui, né? Porque eles não comiam lá que não tinha condição de comer, que já tava azedo, né?  
Joaquim. Mangabeirinha, agosto de 2013.

Perguntando sobre o que os trabalhadores contavam a respeito da comida recebida nas chamadas *firmas*, a entrevistada se manifesta e ainda chama a atenção para o fato de que os

trabalhadores pagam pela comida recebida, estando ela, em sua avaliação, própria para o consumo ou não:

**P: O que mais eles contavam?**

E: Às vezes a comida que dão pra eles é ruim. Tem vez que eles não come. Às vezes vai de casa, toda vez quando eles vão tem que levar a merendinha deles. Tem que levar merenda porque às vezes quando dá meio dia, a comida não presta, jogam fora. Mas a comida eles tem que pagar. Tem! Faz como a história, ou que comam ou que não comam, tem que pagar. Eu não sei quanto é a quentinha que vai pra eles, mas eles têm que pagar aquela comida. Aquela comida eles tem que pagar.

Jorgina. Mangabeirinha, agosto de 20113.

Na mesma direção assim se manifestam outros entrevistados, chamando a atenção para as condições em que recebiam o chamado *bandeco*:

**P: Como era a alimentação?**

E: A alimentação, tinha vez que vinha boa a comida, mas tinha vez que a comida era muito ruim e aí a gente comia ali no campo mesmo que tava. Tava doído de fome mesmo. Aconteceu... agora aconteceu um bocado de vez da comida voltar. A gente ia comer e a comida ia podre e aí aconteceu de voltar do campo. Às vezes só abria a comida, o bandeco pra ver se a catinga tava coisada, estragado, e a gente não comia não.

João. Mangabeirinha, março de 2011.

**P: Como era a comida? Era boa?**

E: Eu mesmo... Eu não vou falar porque eu nunca comi um bandeco... Que a gente chama bandeco, né? Eu nunca comi um bandeco todo. Não comia... Até... Trabalhei sete mês... Foi a época... Eu nunca comi pra encher minha barriga. Lá na firma não.

**P: Por quê?**

E: É porque não tinha como, uma comida mal feita. Arroz vinha de todo o jeito, quando não era duro, era mole demais... Ligado. Era o feijão... Só... Quando não era feijão preto, era outro, mas nunca amolecia, só era todo o tempo [duro]... Se fosse possível batesse numa parede, voltava pra trás. Então, o cumê [comer] daquele... Não é porque eu sou pobre, mas na minha casa eu... Enquanto tiver carvão pra amolecer no fogo, amolece. Agora daquele jeito lá.

Saulo. Mangabeirinha, março de 2011. (Entrevistado por Annagesse Feitosa e Adielson Botelho)

Além de constatarem que a comida estava sem condições de ser consumida, casos em que era avaliada como *podre* ou *azedada*, chamam a atenção os depoimentos, no sentido de perceber aspectos da cultura alimentar dos trabalhadores. Estão em questão, nesses casos, também o gosto, as preferências, a cor da comida, a dureza do arroz ou do feijão, ressaltando os entrevistados que, mesmo se considerando pobres, tem suas preferências em matéria de consumo de alimentos. Muitas vezes é a cor da comida (sobretudo de carnes como a de frango) que pode ser avaliada como imprópria para o consumo. Note-se que os trabalhadores maranhenses, tanto do campo como da cidade, costumam utilizar corante à base de urucum nos alimentos e que, muitas vezes, uma comida considerada “sem cor”, não os atrai ou por vezes é

avaliada como “comida de doentes”. Por este motivo o entrevistado diz que, na firma, “*nunca comeu pra encher barriga*”, ou seja, com gosto, com prazer.

### 3 Considerações Finais

Durante a exposição deste trabalho pudemos perceber como foram estabelecidas as relações entre empregadores e assalariados no âmbito das chamadas *firmas*. Esses camponeses foram atraídos pelo discurso de geração de empregos, boas condições de trabalho, e salário fixo. Muitas das situações relatadas pelos trabalhadores demonstram exatamente o oposto do que fora proposto pela firma durante o processo de aquisição de mão de obra.

As relações de trabalho no âmbito do empreendimento de eucalipto são marcadas pelo peso da atividade realizada, caracterizando a falta de autogoverno dos trabalhadores durante as etapas daquele processo produtivo e a submissão às ordens de outrem. Os trabalhadores vivenciam cotidianamente, além dos constrangimentos tratados acima, muitos outros, no que tange questões relacionadas aos salários, ausência de equipamentos de proteção individual - EPI, jornada extenuante, falta de pagamento, etc<sup>7</sup>. No entanto, devemos observar não apenas a dimensão estritamente econômica ou dos aspectos legais, neste caso das *firmas*, mas também as várias situações de pressão e do que entendem por humilhações, situações explícitas que fazem com que se reconheçam na situação de trabalhadores escravizados. Assim, percebe-se que há um abalo em sua honra, e à luz de Woortmann (1990) é possível pensar este campesinato por um viés de ordem moral, pois aspectos de sua cultura alimentar, seus princípios religiosos, tabus, costumes, vem sendo transgredidos.

Nesse sentido, é necessário enfatizar que, para além dos aspectos legais, estamos lidando com representações, aspectos morais, valores desses grupos. Portanto, o que interessou tomar para objeto de reflexão foi guiado pela questão de como vem se configurando as relações de trabalho no âmbito das chamadas *firmas* a partir do ponto de vista dos nativos.

Como demonstrei, membros masculinos dessas unidades de produção camponesa passam a se assalariar nas empresas que tem se instalado na região. Inicialmente, procurei compreender tal ocupação como trabalho acessório, quando em certas situações, alguns assalariados associavam o trabalho na *firma* aos cultivos do roçado, investindo parcela de seus salários na lavoura, ou seja, contratando mão de obra temporária para, sob a gerência dos pais e/ou irmãos, dar conta de levar a termo os trabalhos agrícolas. Porém, nos anos que ocorreram estiagens, nos quais a produção foi perdida, viu-se, neste local, ocorrer a situação inversa: trabalhadores abandonando os seus cultivos para se dedicarem exclusivamente ao trabalho na

---

<sup>7</sup> Ver: FEITOSA, A de C. Conflitos Decorrentes das Relações de Trabalho: o domínio das chamadas firmas no Leste maranhense. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: O Desenvolvimento da Crise Capitalista e a Atualização das Lutas Contra a Exploração, a Dominação e a Humilhação, Nº 6., 2013, São Luís. Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, 2013; FEITOSA, A de C. Trabalho Assalariado: uma estratégia de reprodução camponesa? Monografia. UFMA. São Luís, 2014.

empresa. Kautsky (1980) afirma que, neste caso, ocorre coisa diversa ao trabalho acessório, onde cada camponês tem possibilidade de encontrar trabalho fora de sua exploração, pois a atividade toma então um caráter mais proletário ainda.

Observamos, por outro lado, a partir de Martins (1990) que embora o quadro clássico do capitalismo mostre o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarização dos trabalhadores no campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra, em nosso país esse processo não é assim tão claro nem tão simples. O capital se expande no campo, mas não proletariza necessária e imediatamente o trabalhador. Para Moura, (1988) é mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato, do que fazer uma afirmação finalista. Desta forma, no caso de Mangabeirinha, seria correto interpretar que está havendo transformações internas ao campesinato, posto que, estes que possuíam seus modos de vida ligados à apropriação e manejo dos recursos existentes, atualmente passaram a integrar a esta dinâmica uma especificidade, uma entrada monetária fixa? Em que condições se dá esse processo de articulação entre uma produção camponesa e uma entrada monetária fixa?

Nessa região, ainda, algumas das terceirizadas decretaram falência, desempregando os trabalhadores que lhes prestavam serviços. Após as demissões, alguns voltaram às atividades dos roçados, porém, outros se dirigiram a outros locais em busca de novo assalariamento, inclusive, fora do estado. Essas situações, neste momento, me permitem apenas problematizar, sem tentar generalizar por enquanto, o que pretendo aprofundar em outro estudo.

### **Referências bibliográficas**

BALÉE, William. “**Sobre a indigeneidade das paisagens**”. Revista de Arqueologia, Belém, Vol. 21, N°2, 2008, p. 09-23.

BALÉE, William. **Culturas de distúrbio e diversidade em substratos amazônicos**. In: Teixeira, W. G., Kern, C., Madari, B., Lima, H. N. and Woods, W. (eds.), *As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas*. Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, AM Brazil. 2009. pp. 48-52. Disponível em: <[http://www.biochar.org/joomla/images/stories/Cap\\_3\\_Balee.pdf](http://www.biochar.org/joomla/images/stories/Cap_3_Balee.pdf)> Acesso em: 25 dez. 2013

COLETA, José Augusto Dela; MIRANDA, Henrique Carivaldo Neto de. **O rebaixamento cognitivo, a agressão verbal e outros constrangimentos e humilhações: o assédio moral na educação superior**. Disponível em: <[http://www.assediomoral.org/IMG/pdf/Artigo\\_O\\_Assedio\\_moral\\_na\\_Educacao\\_Superior\\_Coleta\\_e\\_Miranda.pdf](http://www.assediomoral.org/IMG/pdf/Artigo_O_Assedio_moral_na_Educacao_Superior_Coleta_e_Miranda.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2013

ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje**. Rio de Janeiro: Cedi, 1994.

FEITOSA, A de C. **Conflitos Decorrentes das Relações de Trabalho: o domínio das chamadas firmas no Leste maranhense**. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: O Desenvolvimento da Crise Capitalista e a Atualização das Lutas Contra a Exploração, a Dominação e a Humilhação, N° 6., 2013, São Luís. Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, 2013.

- FEITOSA, A de C. **Trabalho Assalariado: uma estratégia de reprodução camponesa?** Monografia. UFMA. São Luís, 2014.
- GONÇALVES, Múcio Tosta. **Nós da madeira: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais.** Tese de Doutorado. CPDA-UFRRJ. Rio de Janeiro, 2001.
- HIRIGOYEN, Marie France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1980.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 1990.
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1988.
- OIT - **Organização Internacional do Trabalho.** Cartilha Sobre O Trabalho Florestal. Brasil. 2009. Disponível em: <[http://raa.fgv.br/sites/raa.fgv.br/files/arquivos/cartilha\\_setor\\_florestal\\_verso\\_final\\_otimizada\\_95.pdf](http://raa.fgv.br/sites/raa.fgv.br/files/arquivos/cartilha_setor_florestal_verso_final_otimizada_95.pdf)> Acesso em: 22 nov. 2013.
- PALMEIRA, Moacir. “Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional”. In: **Contraponto.** Rio de Janeiro, ano II, n.º 2, pp. 103-114, novembro de 1977.
- PAULA ANDRADE, Maristela de. “A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense”. In: **Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de pesquisa.** São Luís: CPT, 1995, p. 16-65.
- PAULA ANDRADE, Maristela de. **Os gaúchos descobrem o Brasil – projetos agropecuários contra a agricultura camponesa.** São Luís: EDUFMA, 2008.
- PAULA ANDRADE; Maristela de. et. Al. **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO LESTE MARANHENSE: problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba.** São Luís: PPGCsoc/UFMA, 2012. 232 p. (Relatório Técnico).
- SANTOS, João Batista dos Santos; VIVEIROS; Luciano. **CLT Prática – Comentários artigo por artigo.** 5.ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. Pág 9 a 375.
- SIGAUD, Lygia. “A Idealização do passado numa área de Plantation”. In: **Contraponto,** Rio de Janeiro, ano II, n.º 2, pp. 115-126, novembro de 1977.
- WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: ZAHAR; 1970.
- WOORTMANN, Klass. “Com parentes não se negocia: o campesinato como ordem moral”. **Anuário antropológico/87.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

## **GT (04) – TRABALHO AGRÍCOLA, MIGRAÇÃO E MUDANÇAS TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA**

### **A INDÚSTRIA DOS AGROTÓXICOS E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Autores: Simone Benedita dos Santos Silva<sup>1</sup>  
Cristiano Wellington Noberto Ramalho<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

Desde os anos 60 o Brasil vem utilizando agrotóxicos. Em 2008 torna-se o principal consumidor mundial dessa mercadoria. Há um verdadeiro oligopólio da indústria dos agrotóxicos, produzido por um pequeno grupo de empresas que garantem enorme lucratividade com a venda deste produto. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar, como mesmo sendo um produto que provoca inúmeros malefícios, os agrotóxicos continuam sendo amplamente comercializados, degradando a vida em diversas esferas.

Palavras-chave: Agrotóxicos; Agronegócio; Trabalhador do campo.

#### **I – BRASIL: O MAIOR CONSUMIDOR MUNDIAL DE AGROTÓXICOS**

O uso de agrotóxicos no Brasil inicia-se em meados da década de 60, marco da modernização agroindustrial no meio rural brasileiro. Entretanto, a lei que regulamenta o uso de venenos agrícolas é criada apenas em 1989 (Lei nº 7.802). Desde o início da utilização de agrotóxicos, o espaço agrário brasileiro ficou submetido ao seu uso indiscriminado.

A própria regulamentação dos agrotóxicos só viria a ser implementada duas décadas após o início de sua utilização no meio rural brasileiro. Ademais, a intensificação do agronegócio nessas duas últimas décadas, mesmo com a regulamentação em vigor, veio a contribuir para o aumento do uso de insumos agrícolas, visto que o agronegócio tornou-se sinônimo de modernização e expansão do capital no campo.

Esse consumo desenfreado de agrotóxicos gerou impactos socioambientais (NETO, 1997; SILVA, 1998) e a saúde dos trabalhadores ligados ao meio rural (BRANDENBURG; *et. al.*, 2007), fato que, inclusive, vem preocupando o Estado,

---

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ PRODEMA – UFS. Graduada em Ciências Biológicas. Email: simone\_bene@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco/ UFRPE, Departamento de Ciências Sociais (DECISO) e PRODEMA/UFS. Email: cristianownramalho@gmail.com.



tamanho o problema de saúde pública gerado. Pesquisadores de diversas áreas discutem os impactos socioambientais causados pelo uso de insumos agrícolas tais como, BOMBARDI (2011), PIGNATI (2011), RIGOTO (2012), RIGOTO (2011) dentre outros pesquisadores.

O uso de agrotóxicos vem sendo cada vez mais intenso no campo brasileiro, contaminando as águas subterrâneas, os rios, lagos, açudes e até mesmo as águas disponibilizadas pelos sistemas de abastecimento às comunidades. Além disso, segundo Bombardi (2011), alguns indicadores evidenciam a incidência de intoxicações direta e indiretamente, que ainda estão muito aquém de retratar o número real de intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola nas áreas rurais do Brasil.

Para termos ideia da dimensão do problema, os dados do relatório da Associação Nacional Defesa Vegetal (ANDEF) mostram que, em 2010, no Brasil, o consumo de insumos agrícolas na cultura da soja chegou a 47% sendo esta a cultura agrícola onde se usa mais veneno agrícola, a segunda maior é a cultura do milho, que utiliza 11% de todo agrotóxico consumido no país. Juntos, a soja e o milho utilizam 58% de todo veneno usado no Brasil.

Outro fator que revela um enorme problema é o monopólio das empresas produtoras de veneno que lucram imensamente com a venda dos pacotes agroquímicos, que além dos agrotóxicos, possui os transgênicos, os fertilizantes, etc.

Tal pacote agroquímico é ofertado por modernas empresas transnacionais que têm se organizado oligopoliticamente (Bombardi, 2011), a tal ponto que 92% dos agrotóxicos comercializados no Brasil em 2010 foram por empresas de capital estrangeiro: Syngenta (Suíça), Dupont (Estados Unidos), Dow Chemical (Estados Unidos), Bayer (Alemanha), Novartis (Suíça), Basf (Alemanha) e Milenia (Holanda/Israel). (BOMBARDI, 2012, p.3).

Este fato revela o quão perverso é o modelo de desenvolvimento voltado para a lucratividade das empresas que detém o capital estrangeiro, que produzem suas mercadorias e pouco se importam com os desdobramentos que estas desencadeiam, seja no ambiente, seja nos seres vivos, seja no próprio ser humano.

Pesquisadores como Bombardi (2011), Pignati (2012), Rigotto (2011, 2012), afirmam que para cada 5 casos de intoxicação humana por uso de agrotóxicos notificados, 50 outros não o são, evidenciando um verdadeiro descaso com a população exposta a esses produtos.

Só no ano de 2011, segundo dossiê elaborado pela ABRASCO, foram utilizadas nas lavouras brasileiras 852,8 milhões/L de agrotóxicos. Estima-se que anualmente cada brasileiro consuma uma média de 5,2 litros de agrotóxicos.

Deste modo, fica evidente a falta de preocupação com os desdobramentos ocasionados na vida do ser humano em geral, sobretudo dos que lidam diretamente com o uso de agrotóxicos, os trabalhadores do campo, que além de estarem sujeitos a precarização do trabalho em diversos âmbitos, estão expostos aos venenos agrícolas, desenvolvendo inúmeros problemas de saúde.

## **II – A INSACIABILIDADE DO CAPITAL E O USO DE AGROTÓXICOS**

Desde o século XVIII, Marx já afirmava que não há capitalismo sem acumulação, daí compreender que o movimento de acumulação é amplamente necessário a reprodução do próprio capital, que é insaciável em sua própria lógica. Assim, partindo do pressuposto de que o agronegócio faz parte desse processo de acumulação, podemos compreender por que mesmo sendo tão maléfico, os agrotóxicos continuam sendo amplamente produzidos e consumidos mundialmente.

A insaciabilidade do capital acarreta drásticas consequências à vida dos seres humanos em geral. Além da miséria gerada pelo agronegócio, somos obrigados a consumir alimentos altamente insalubres por conta da contaminação por uso de agrotóxicos nos produtos de alimentação básica, como mostra a tabela a seguir retirada do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva/ Abrasco publicado em 2012:

**Quadro 01: Número de amostras analisadas por cultura e resultados insatisfatórios. PARA, 2010.**

Produto	Nº de amostras Analisadas		NA > >LMR e NA				Total de Insatisfatórios		
	(1)	(2)	(3)	(2+3)					
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Abacaxi	122	20	16,4%	10	8,2%	10	8,2%	40	32,8%
Alface	131	68	51,9%	0	0,0%	3	2,3%	71	54,2%
Arroz	148	11	7,4%	0	0,0%	0	0,0%	11	7,4%
Batata	145	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Beterraba	144	44	30,6%	2	1,4%	1	0,7%	47	32,6%
Cebola	131	4	3,1%	0	0,0%	0	0,0%	4	3,1%
Cenoura	141	69	48,9%	0	0,0%	1	0,7%	70	49,6%
Couve	144	35	24,3%	4	2,8%	7	4,9%	46	31,9%
Feijão	153	8	5,2%	2	1,3%	0	0,0%	10	6,5%
Laranja	148	15	10,1%	3	2,0%	0	0,0%	18	12,2%
Maçã	146	8	5,5%	5	3,4%	0	0,0%	13	8,9%
Mamão	148	32	21,6%	10	6,8%	3	2,0%	45	30,4%
Manga	125	05	4,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	4,0%
Morango	112	58	51,8%	3	2,7%	10	8,9%	71	63,4%
Pepino	136	76	55,9%	2	1,5%	0	0,0%	78	57,4%
Pimentão	146	124	84,9%	0	0,0%	10	6,8%	134	91,8%
Repolho	127	8	6,3%	0	0,0%	0	0,0%	08	6,3%
Tomate	141	20	14,2%	1	0,7%	2	1,4%	23	16,3%
<b>Total</b>	<b>2488</b>	<b>605</b>	<b>24,3%</b>	<b>42</b>	<b>1,7%</b>	<b>47</b>	<b>1,9%</b>	<b>694</b>	<b>27,9%</b>

Fonte: ANVISA, 2011 *apud* DOSSIÊ ABRASCO, 2012, p. 24.

É notório na tabela acima a contaminação alimentar a qual estamos expostos, alimentos básicos como o pimentão, por exemplo, possui uma taxa de contaminação que chega a 91,8%, seguido do morango com 63,4% e do pepino com 57,4% de contaminação por uso de agrotóxicos. Segundo Peres e Moreira (2003), “em relação ao papel da dieta na veiculação da exposição humana a agrotóxicos, supõe-se que a ingestão de alimentos mesmo contendo baixas doses de resíduos de agrotóxicos possa causar injúria tecidual, frequentemente associada ao câncer”. (p. 80).

Ademais, cabe frisar que boa parte dos princípios ativos de agrotóxicos responsáveis pelos níveis de contaminação alimentar expostos na tabela acima, estão proibidos no Brasil ou estão submetidos a reavaliação da ANVISA.

Do total de 2488 amostras analisadas e apresentadas no item 3 do quadro 01, 605 amostras apresentaram ingredientes ativos (IAs) de agrotóxicos não autorizados (NA) para aquela cultura e 47 ultrapassaram os Limites Máximo de Resíduos (LMR) estabelecidos

pelas Normas brasileiras. Somados os itens 2 e 3, obtém-se 694 amostras insatisfatórias ou 27,9% do total analisado. Além disso, 208 amostras ou 30% do total analisado apresentaram ingredientes ativos (IAs) que se encontram em processo de reavaliação toxicológica pela ANVISA (2008) ou em etapa de venda descontinuada já programada. Entretanto, eles representam 70% do volume total de agrotóxicos consumidos em nossas lavouras, onde estão incluídos o glifosato, endosulfan, metamidofós, 2.4D, paration-metílico e acefato. Isto é confirmado pelos dados de fabricação nacional, segundo os relatórios de comercialização de agrotóxicos fornecidos pelas empresas à ANVISA (ANVISA & UFPR, 2012) ou importados e registrados no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), onde se verifica que os ingredientes ativos em reavaliação continuam sendo importados em larga escala pelo Brasil. (ANVISA, 2011, p. 24-25).

Mesmo com inúmeras evidências dos problemas de saúde advindos do uso de veneno nas lavouras, incluindo os venenos banidos ou em fase de reavaliação por órgãos do próprio Estado, o uso de agrotóxicos não cessa.

O professor Wanderley Pignati da Universidade Federal de Mato Grosso encontrou, juntamente com sua equipe de pesquisa, princípios ativos de agrotóxicos no leite materno e na água da chuva, em áreas de monocultivo de soja, commodity que lidera o ranking de uso de agrotóxicos no Brasil, segundo ANDEF (2010). Mais uma prova de que a preocupação do capital é apenas com o ganho a ser conquistado, mesmo que isto resulte num grave problema de saúde pública.

### **III – INTOXICAÇÃO POR USO DE AGROTÓXICO E DIAGNÓSTICO**

Por conta da proporção tomada pelo uso de agrotóxicos, que não é usado apenas no campo, as intoxicações advindas desse tipo de produto são difíceis de serem diagnosticadas, mas não apenas por este motivo, visto que a negligência com o uso de agrotóxicos corrobora para este quadro.

Do ponto de vista clínico, há algumas dificuldades, e em alguma medida falta de interesse, para diagnosticar doenças crônicas ocasionadas pelo uso de insumos agrícolas. Dificuldades que vão desde o despreparo dos médicos para associar os sintomas à exposição de agrotóxicos, até a falta de informação do próprio paciente dos riscos que corre ao se expor diretamente aos princípios ativos do veneno.

Do ponto de vista clínico-epidemiológico, são várias as dificuldades para o diagnóstico dos agravos à saúde relacionados aos agrotóxicos. Em primeiro lugar, é necessário identificar que existe exposição ocupacional ou ambiental aos agrotóxicos e caracterizar esta exposição. Para tanto, os profissionais da saúde deveriam estar atentos, preparados e motivados a considerar o papel do trabalho e do ambiente na saúde, e dispor de condições e instrumentos para investigar estas relações, como a anamnese clínico-ocupacional e o estudo in loco dos contextos de trabalho e vida. (ROSA; PESSOA; RIGOTO, 2011, p. 230).

Ademais, “*sabe-se que as exposições a baixas doses de agrotóxicos pode induzir morte celular, citotoxicidade<sup>3</sup>, redução de viabilidade das células; efeitos que, na maior parte dos casos, não são considerados*” (AUGUSTO; et al, 2011, p. 257). No vídeo “Efeitos dos Agrotóxicos na Saúde” – produzido em 2012 e veiculado no site do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – a professora e médica Dr. Maria Raquel Rigoto, chama atenção para o fato de existirem dois tipos de intoxicação, a aguda e a crônica.

A primeira é mais fácil de ser detectada, é aquela intoxicação ocasionada por uma elevada dose de agrotóxicos, consequência da falta do uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s, exposição imediata após a aplicação de veneno na lavoura, etc. Todavia, a segunda é ocasionada pelo uso paulatino de agrotóxicos e em muitas ocasiões, quando o indivíduo vai ao médico, seu problema de saúde não é relacionado à intoxicação por uso de venenos.

As intoxicações por uso de venenos agrícolas notificadas pelo Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas (SINITOX) ocorrem com maior frequência nos grupos mais expostos ao uso direto de agrotóxicos, ou seja, os trabalhadores do campo. “Os trabalhadores são um dos grupos populacionais mais afetados pelos agrotóxicos, e isso se deve aos contextos produtivos” (AUGUSTO *et al*, 2011, p. 261).

Alguns pesquisadores (PERES; MOREIRA, 2003; ROSA; PESSOA; RIGOTO, 2011), afirmam que do ponto de vista ocupacional, a via respiratória e dérmica são as principais vias de penetração dos agrotóxicos no corpo humano. “*Assim, os tumores de pele, como o tumor de Bowen (carcinoma in situ), carcinoma baso celular múltiplo e carcinoma de células escamosas, constituem riscos para estes trabalhadores, sobretudo*

---

<sup>3</sup>Citotoxicidade é um termo abrangente que significa, em linhas gerais, morte celular induzida, segundo a Fundação Fiocruz.

*para aqueles expostos aos agrotóxicos arsenicais”* (SPIEWAK, 2001 *apud* PERES; MOREIRA, 2003, p. 83).

Conforme Rosa, Pessoa e Rigoto (Idem), os agrotóxicos enquanto biocidas afetam diretamente mecanismos fisiológicos que sustentam a vida, sendo comuns também a seres humanos. Por conta disso, estão associados a amplos danos causados a saúde.

A manifestação dos danos causados à saúde está associada ao grau de exposição ao qual o trabalhador está submetido, portanto, no que tange ao risco ocupacional há elementos que interferem nos danos que podem ser ocasionados, tais como: a nocividade do veneno, as condições de exposição e a vulnerabilidade, nessa ordem de interferência, conforme Rosa; Pessoa; Rigoto (2011).

Além das intoxicações humanas, provocadas pelo uso sem controle de agrotóxicos, há também a contaminação do solo, do ar e da água, principalmente, através das pulverizações aéreas, que são regulamentadas por leis estaduais. Todavia, essa regulamentação, poucas vezes é respeitada, como afirma Pignati

A vigilância em torno dos agrotóxicos existe, de certa forma. Ela limita inclusive o registro, a venda e aplicação dos produtos. A lei regulamenta isso. A maioria dos estados tem suas leis próprias quanto a isso. Contudo, grande parte dessas legislações não são cumpridas. [...] existe hoje uma legislação do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, a Instrução Normativa n. 2, de 2008, que permite pulverizar agrotóxicos de avião a, no mínimo, 500 metros de distância das nascentes de águas, onde moram populações e em que há criação de animais. [...] Mesmo assim, não são respeitadas. Planta-se e pulveriza-se até encostado nas residências, sobretudo em comunidades rurais e nas pequenas cidades do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio Grande do Sul e no Sul do Paraná. As pulverizações aéreas e terrestres são feitas sem nenhum respeito. (PIGNATI, 2011, p. 7).

Diversos acidentes ambientais causados por conta do uso demasiado de agrotóxicos são notificados no Brasil, pesquisadores, assim como Pignati, denunciam esses acidentes, denominados por este pesquisador como “acidente rural ampliado” (PIGNATI, *et al*, 2007), que ocorre quando os danos atingem não apenas o ambiente de trabalho, mas também os trabalhadores, o solo, o ar, a água, os animais e a até mesmo a população urbana, portanto, não prejudica apenas a unidade de produção.

Entretanto, os riscos podem ser ainda maiores, tendo em vista que não há ainda conhecimento suficiente para levantar todos os danos desencadeados nesses acidentes, danos que inclusive, perduram ao longo dos anos.

#### **IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A indústria dos agrotóxicos funciona perfeitamente conforme a lógica de produção capitalista, ou seja, obtêm infinitos lucros e contribuem para a acumulação do capital. Todavia, os danos ocasionados pelo uso destes produtos na população mundial, sobretudo na do campo, são incomensuráveis.

Como exposto ao longo do texto, a gravidade dos casos de intoxicação por uso de agrotóxicos está relacionada à exposição a qual estão submetidos os indivíduos e o ambiente como um todo. Diversos pesquisadores evidenciaram inúmeras doenças ocasionadas pelo uso de insumos agrícolas, contudo, em muitos casos a doença não é relacionada a exposição do uso de agrotóxicos, seja por descaso médico, seja por interesses inerentes do capital, tal como fazem algumas empresas que ocultam os casos de intoxicações.

Há uma ideologia que mascara toda a realidade dos danos ocasionados por uso de agrotóxicos, que possui o papel de difundir a ideia de que o uso de agrotóxicos é imprescindível à produção agrícola, fazendo com que o trabalhador do campo não perceba a contradição existente no uso desses insumos. Contradição que ganha corpo não apenas na evidência dos danos ocasionados à saúde humana e do ambiente, mas, sobretudo na necessidade do capital de produzir e difundir este tipo de mercadoria para perpetuar sua acumulação.

Deste modo, o primeiro passo para desmascarar a ideologia do agronegócio, aqui discutida através da difusão do uso de agrotóxicos, é evidenciar os danos acarretados ao ambiente e ao ser humano, mas estes danos precisam estar associados às contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento capitalista, na busca de provocar uma mudança verdadeiramente estrutural no modelo agrícola adotado pelo Brasil.

Diante do exposto, o papel da ciência possui alta relevância perante a comprovação dos danos decorrentes do uso de agrotóxicos. O avanço é inegável, no entanto, há muito ainda para ser pesquisado e sistematizado acerca dos malefícios advindos do amplo uso desses produtos.

## V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMBARDI, L. M.. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. In: **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: setembro de 2011. ISSN 2177-4463 Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/9artigodomes\\_2011.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf)> Acesso em: 12 jul. 2012.

BOMBARDI, L. M. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: **Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira**, 2012. Disponível em: < <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/agrot%C3%B3xicos-e-agroneg%C3%B3cio-arcaico-e-moderno-se-fundem-no-campo-brasileiro>> Acesso em: 12.02.2014.

CARNEIRO, F F. et al. Dossiê ABRASCO –Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. ABRASCO, Rio de Janeiro, abril de 2012. 1ª Parte. 98p. Disponível em: <<http://www.abrasco.org.br/UserFiles/File/ABRASCODIVULGA/2012/DossieAGT.pdf>> Acesso em: 09 jul. 2012.

NETO, W. G. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PERES; FREDERICO (orgs). **É veneno ou é remédio?** Agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. **Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT**. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(1):105-114, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n1/10.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2012.

PIGNATI, W. A. Não existe uso seguro de agrotóxicos. In: **Revista Instituto HumanitasUnisinos**. São Leopoldo, 04 de julho de 2011, edição 368. 5-8 Disponível em < <http://www.asbran.org.br/sitenovo/arquivos/revista368.pdf>>Acesso em: 21 jul. 2012.

RIGOTO, M. R. (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Co-edição com a Expressão Popular. – Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RIGOTTO, R. M., et al. **O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola**. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. 17(6):1533-1542, 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232012000600017&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232012000600017&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em 19 jul. 2012.

RIGOTO, M. R. **Efeito dos agrotóxicos na saúde**. Vídeo produzido em 11 nov. 2012. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/content/raquel-rigotto-efeitos-dos-agrotoxicos-na-saude>> Acesso em: 08 jan. 2014.



SERON, E. A indústria de defensivos agrícolas: inovação e contribuições para o agronegócio brasileiro. **VIII Reunião da Câmara Setorial de Oleaginosas e Biodiesel** – MAPA 11/05/2010 – Brasília-DF. Disponível em <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/camaras\\_setoriais/Oleaginosas\\_e\\_biodiesel/9\\_reuniao/ANDEF.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Oleaginosas_e_biodiesel/9_reuniao/ANDEF.pdf)> Acesso em: 12 jul. 2012.

## GT 04 – Trabalho agrícola, migração e mudanças tecnológicas na agricultura

### A produção do etanol e as condições de trabalho no corte manual da cana de açúcar (2000-2010)

Taiana Ciscotto Martins Lourenço<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Sociais /CPDA -UFRRJ/ E-mail: taiana.ciscotto@gmail.com

#### Resumo

A produção de etanol ganhou destaque no início dos anos 2000 diante de um novo cenário global onde a sustentabilidade socioambiental se tornava imperativa. Nesse contexto, essa produção foi capaz de alavancar transformações no setor sucroalcooleiro que impactaram as condições de trabalho e de vida dos cortadores de cana. São sobre essas transformações que esse artigo pretende direcionar seus esforços através do diálogo com fontes secundárias que também se debruçam sobre o tema aqui proposto.

**Palavras-Chaves:** Etanol; Cortadores de cana; Pagamento por produtividade.

#### 1 O etanol e a sustentabilidade socioambiental

A produção de cana de açúcar é uma das principais culturas agrícolas do Brasil e o país possui *expertise* nesse produto, resultado dos investimentos de fundos públicos e privados que culminaram em uma das maiores produções mundiais e em resultados mais que satisfatórios quanto aos rendimentos. A preferência pelo etanol, proveniente dessa produção, no entanto, é recente e decorrente de determinantes ambientais e econômicos que foram fundamentais para a consolidação do atual setor sucroalcooleiro.

O uso do etanol como combustível para veículos automotivos já era conhecido desde antes da criação do Programa Nacional do Álcool - o Proálcool- em 1975, mas devido às desvantagens de preço e à farta disponibilidade de subprodutos do petróleo, esse uso foi negligenciado, priorizando a produção e exportação de açúcar que

encontrava-se em bom momento no mercado internacional. Esse cenário começa a modificar-se com a Rio-92, uma conferência sobre meio ambiente que reuniu

inúmeros chefes de Estado para discutir ações e para o comprometimento dos países a cumprirem metas que ajudassem a mitigar os impactos ambientais causados pela industrialização acelerada e pela intensa exploração dos recursos naturais. Dentre as metas principais estava a redução da emissão dos gases de efeito estufa na atmosfera a um nível que fosse possível reduzir os efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas (Wilkinson e Herrera, 2010a).

A principal aposta brasileira para auxiliar nessa meta foi o incentivo à produção de etanol que se colocou como uma alternativa economicamente vantajosa e ambientalmente satisfatória e que atenderia a médio prazo aos objetivos ambientais. Tal decisão também serviria para dinamizar a produção do etanol com vistas tanto ao abastecimento do mercado doméstico quanto ao mercado externo, uma vez que a inserção e consolidação do produto nos circuitos globais de produção.

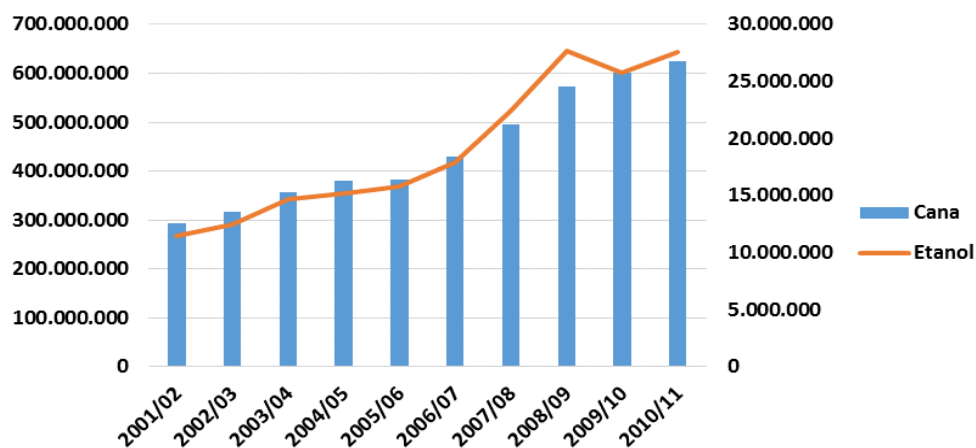
Embora o incentivo à produção de etanol existisse, isso não foi capaz de provocar a dinamização que o governo almejava. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) houve uma queda na produção de etanol de 2% na safra de 1992/1993 até a safra de 2001/2002, ao passo que no mesmo período a produção de cana moída aumentou em 31%. Esses dados podem ser explicados pela preferência dada à produção de açúcar, mesmo em um contexto onde era incentivada e subsidiada a produção do biocombustível. Havia a necessidade de um estímulo com retornos financeiros rápidos e que fosse atrelado aos interesses de outros grupos hegemônicos do país.

Tal estímulo veio através do impulso à comercialização de veículos *flex fuel*, isto é, veículos que poderiam utilizar tanto a gasolina quanto o etanol para seu funcionamento, proporcionando um direito de escolha do consumidor. Wilkinson e Herrera (2010b) afirmam que neste mesmo ano houve uma explosão nas vendas de carros *flex* e a produção de etanol passou de 15 bilhões de litros em 2003 para 25 bilhões de litros em 2008. Desse total, aproximadamente 20 bilhões de litros eram consumidos no mercado doméstico. Esses dados podem ser comprovados pelo gráfico

1, que mostra a evolução da produção de etanol da safra de 2001/2002 até a safra de 2010/2011 e onde pode-se constatar o aumento de mais de 140% na produção de etanol. Tal quadro diferencia-se substancialmente do verificado pelos dados anteriores,

quando havia uma nítida preferência pela produção do açúcar que já possuía importadores tradicionais.

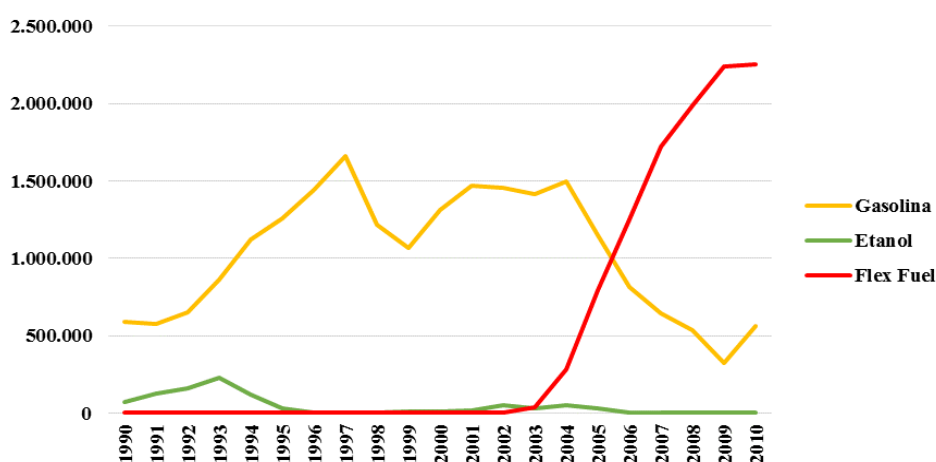
**Gráfico 1: Evolução da produção de etanol e cana moída (2001/2002 a 2010/2011)**



Fonte: Elaborado a partir de dados do Anuário da Agroenergia/MAPA (2012)

A produção de etanol, ambicionada pela indústria automobilística nacional, foi fundamental para o abastecimento da frota veicular brasileira que passou a contar em 2010 com 2.256.158 carros *flex fuel*, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). O gráfico a seguir mostra claramente o “boom” de carros *flex* a partir de 2003, enquanto as vendas de carros movidos somente à gasolina caíram significativamente nesse mesmo período.

**Gráfico 2: Total de automóveis fabricados no Brasil por tipo de combustível (1990-2010).**



Fonte: Produzido a partir de dados do Anuário da Indústria Automobilística Brasileira (ANFAVEA, 2014).

\* Segundo a ANFAVEA (2014) não houve fabricação de carros movidos exclusivamente a etanol de 2007 a 2013. O mesmo ocorreu para os motores *flex fuel* no período de 1990 até 2002.

Em meio a toda essa mudança estratégica para atender aos paradigmas da sustentabilidade ambiental, estavam os interesses de grupos econômicos para a consolidação da exportação do etanol, levando o setor sucroalcooleiro a engendrar modificações ao longo de seu processo produtivo, na tentativa de melhorar os indicadores sociais e exaltar uma “boa imagem” do setor perante o mercado externo.

Assim, confirmou-se um novo momento do setor sucroalcooleiro que passou a enxergar que a sustentabilidade produtiva não se resumia à dimensão ambiental, mas questões de cunho social e trabalhista também seriam capazes de influenciar os parâmetros de responsabilidade produtiva e ética das empresas/usinas/fornecedores de cana e, conseqüentemente, auxiliar ou não os objetivos dos grupos de interesse.

## 2 Corte da cana e sustentabilidade

É nesse contexto de aumento da produção, sucesso para a indústria automobilística e busca por novos mercados que, por algumas vezes, as condições de

trabalho e de vida dos trabalhadores são negligenciadas. Na produção do etanol, essas negligências encontram-se principalmente no corte manual da cana.

Diversas denúncias já foram feitas após a constatação de condições precárias no ambiente de trabalho e nos alojamentos destinados à moradia desses trabalhadores que, de acordo com Maria Aparecida Moraes da Silva (2011) são em sua grande maioria imigrantes e que tornam-se parte fundamental para garantir altos níveis de produtividade e maior lucratividade das empresas. Sobre os alojamentos, Silva (2004) diz que

O alojamento é o prolongamento daquilo que se observa no eito dos canaviais. Amontoados em quartos escuros, mal ventilados, sujos, esses homens sentem o peso de serem mercadoria barata num mundo em que os direitos apenas existem no papel. Vivem vigiados e escondidos. Os quartos de dormir estão cheios de roupas sujas, panelas, botas, redes, instrumentos de trabalho como os facões, lenha utilizada para o preparo da comida. Trata-se de um lugar não de morada, mas de passagem. Tudo reflete miséria e transitoriedade. (SILVA, 2004, p.54).

Ainda sobre essa questão, a autora ressalta que “na realidade, a precariedade material é um componente da desvalorização econômica, cultural e simbólica desses trabalhadores” (SILVA, 2007, p.69). Somado à isso, a alimentação dos cortadores é inadequada e pesquisas constataram o elevado desgaste nutricional que os trabalhadores apresentam devido ao seu intenso ritmo de trabalho (LUZ, 2010), sendo um fator agravante à saúde dos cortadores que, frequentemente, sofrem com câimbras, dores musculares e desmaios devido ao exercício repetitivo e pelo excesso de trabalho exigido no corte da cana. Tais dissabores são denominados de ‘birolas’ pelos cortadores e estão ligados à overdose de trabalho imposta a esses sujeitos (SILVA, 2007).

A mesma autora aponta para a desqualificação profissional desse trabalhador. Contudo um paradoxo é vislumbrado por ela: essa uma desespecialização gera uma especialização. O corte da cana é uma fase muito específica que requer treinamento e

disciplina do trabalhador. Trata-se de um exercício repetitivo que envolve a limpeza da cana, a retirada da ponteira, o transporte da cana já cortada até a linha central do eito<sup>2</sup> e

a arrumação da cana em esteira<sup>3</sup> (ALVES, 2008) exigindo, portanto, uma especialização laboral que é típica desse tipo de trabalho. Maria Aparecida Moraes da Silva nos diz que “ainda que não sejam especializados, qualificados para um mercado laboral de outros setores da economia, esses trabalhadores são imprescindíveis para os altos padrões de acumulação dos capitais envolvidos” (2011, p.18).

Somado a esse cenário e que ajuda a acentuar essas condições insalubres está a forma de remuneração desses trabalhadores. Também conhecido como trabalho de empreita, esse modelo de remuneração passou a ser amplamente utilizado após a reestruturação produtiva na década de 1990 que não atingiu somente as técnicas produtivas, como também a organização e gestão do trabalho, conforme anteriormente apontado. A partir desse momento e em resposta às diversas crises que o setor sucroalcooleiro enfrentava nesse período, houve uma necessidade de aumentar a produtividade o que incitou os empresários a buscarem formas e estratégias de atrelar esse objetivo ao salário dos trabalhadores, de forma que os últimos se esforçassem mais para receber maiores salários no fim do mês. Isso resultou exatamente nesse mecanismo de pagamento (GUANAIS, 2012), que pode ser traduzido em uma lógica de “quanto mais se corta, mais se ganha”.

Francisco Alves (2006) afirma que a partir desse mecanismo a produtividade exigida de cada trabalhador sofreu um aumento de mais de 100% desde a década de 1950. Segundo ele, nessa década era exigido, de cada trabalhador, que fossem cortadas 3 toneladas de cana por dia. Em 1980 esse montante cresceu 50% e no início dos anos 2000 a produtividade dos cortadores de cana chega a 10 toneladas/homem/dia (HOFFMANN e OLIVEIRA, 2008). Contraditoriamente esse aumento na exigência da produtividade de cada trabalhador não é acompanhada no mesmo ritmo pelo valor da

---

<sup>2</sup> Eito, de acordo com Alves (2007, p.9) “significa terra de trabalho de negro. É um termo que resistiu à abolição da escravidão e é usado até hoje pelos trabalhadores. No estado de São Paulo prevalece o eito de 5 ruas ou 5 linhas (que são as linhas onde a cana é plantada.)”.

<sup>3</sup> Arrumar a cana em esteira é um termo referente a deixar a cana depositada na terceira linha da rua. Não necessariamente em montes separados mas deve ser deixada preenchendo integralmente a linha central.

tonelada da cana, conforme apresentado pela tabela a seguir, que revela tais valores em alguns dos principais produtores de cana do estado de São Paulo. Isso confirma que há uma intensificação do trabalho que não é traduzida em maiores salários pelos cortadores, apenas em maior desgaste físico.

**Tabela 1: Preço médio pago pela colheita da cana de açúcar nos anos de 2000 a 2010. (R\$/t.)**

Município	Ano (2000-2010)										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Assis	1,53	1,77	1,74	2,06	2,34	2,47	2,56	2,73	2,83	3,34	3,3
Campinas	4,25	2,98	3,04	5,6	5,67	4	2,2	3,13	3,13	2,87	2,88
Franca	1,5	1,56	1,65	1,65	1,58	2,4	3,6	4,6	4	4,33	4,7
Guaratinguetá	3,5	4,25	4,17	4,67	8,5	6,5	5	2,5	3	4	4,14
Ribeirão Preto	1,52	1,57	2,68	2,08	3,28	2,44	2,52	2,75	2,86	2,97	3,24

Fonte: IEA/CATI – SAAESP

Apesar das adversidades, Moraes (2007) afirma que esse sistema de remuneração é legítimo e possui ampla base legal para vigorar e não é uma exclusividade da cana de açúcar. As produções de laranja, limão, café e algodão também adotam esse sistema, cada um com sua particularidade. O que as diferencia da cana, de acordo com Hoffmann e Oliveira (2008) e Alves (2008) é, além do baixíssimo salário final dos cortadores, as condições de limite físico que suportam esses trabalhadores para garantirem sua remuneração. Ainda de acordo com os autores, o pagamento recebido pelo cortador nunca deve ser inferior ao salário mínimo vigente. Assim, embora a remuneração do trabalhador seja baixa, ela, legalmente, é legitimada e priorizada pelos cortadores, por serem mais elevadas que os ínfimos salários mínimos dos trabalhadores rurais no Brasil (ALVES, 2008).

As condições de limite físico que são vivenciadas cotidianamente pelos cortadores foram responsáveis “por 13 mortes no período de 2004-2005, sem contar a legião de mutilados, após 10 ou 15 anos de serviço” (SILVA, 2006, p.113). Todos esses fatores foram a gota d’água da expansão da produção de etanol e açúcar nos moldes até então consolidados pelo setor sucroalcooleiro que, diante da pressão de



diversos atores sociais começou a disseminar ações que seriam mais condizentes com os objetivos internacionais e ambientais em voga.

Duas dessas ações foram a assinatura do Protocolo Agroambiental do Estado de São Paulo e o Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das condições de trabalho na cana de açúcar. O primeiro, de adesão voluntária, foi firmado em 2007 e

prevê principalmente a queima da palha da cana antes do corte manual, mitigando os impactos ambientais da queimada e os danos à saúde dos trabalhadores que entram nos canaviais logo após o processo. Os prazos estabelecidos pelo acordo variam conforme a área da produção sendo que, tratando-se de áreas mecanizáveis o limite para a prática é em 2014 e em áreas não mecanizáveis o prazo é estendido até 2017.

O segundo foi criado com o objetivo de garantir melhores práticas trabalhistas estabelecendo regras que passam por questões como: contrato de trabalho; saúde e segurança do trabalho; transparência na aferição da produção; alojamento; transporte; migração; escolaridade, qualificação e recolocação, remuneração; jornada de trabalho; alimentação; trabalho infantil e trabalho forçado, entre outras.

Importantes ganhos para os trabalhadores, essas duas medidas desencadeiam algumas consequências sobre a produção e logicamente sobre os próprios cortadores. A primeira delas é o avanço da mecanização do corte da cana o que leva à um quadro de liberação de mão de obra, uma vez que o corte manual da cana só é economicamente vantajoso quando a cana é queimada anteriormente, pois isso facilita o corte e aumenta a produtividade do cortador. Com o fim da queima, a tendência esperada é que a diminuição nas contratações dos trabalhadores manuais seja permanente e que se intensifique cada ano mais diante dos investimentos e subsídios incentivando a compra de maquinário pelas usinas/fornecedores<sup>4</sup>. Dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) indicam que em 2009 houve uma redução de quase 17 mil trabalhadores em relação à 2008 somente na colheita da cana no estado de São Paulo.

Mesmo com essa queda no número de cortadores de cana e apesar dos ganhos reais nas condições de trabalho (alojamentos adequados, aumento na formalização, equipamentos de segurança de uso obrigatório, etc.) desses indivíduos, Novaes (2006)

---

<sup>4</sup> Segundo Ramos (2008) a estimativa é que uma máquina colhe 800 a 1000 toneladas por dia, substituindo o trabalho de 100 homens (admitindo que um cortador corte de 8 a 12 toneladas/dia).

afirma que a inovação tecnológica traduzida na intensificação da mecanização pode ser entendida como uma piora naquelas mesmas condições de trabalho, com vistas principalmente à própria saúde do trabalhador, visto que a competição não é mais com outro cortador e sim com uma máquina. Nas palavras do autor

Tendo essa tecnologia, as usinas passam a exigir desse trabalhador uma alta produtividade em seu trabalho. Os departamentos de relações humanas começam a trabalhar novas formas de gestão, organização do trabalho na perspectiva de aumentar a produtividade desse trabalho. Os resultados são fantásticos nesse sentido. Há dez, ou quinze anos, a média de cana cortada era de seis ou sete toneladas por trabalhador por dia. Hoje se contratam trabalhadores que cortam, no mínimo, dez toneladas de cana por dia. Intensificou-se o ritmo, a jornada de trabalho, então para que o trabalhador seja competitivo com a máquina, a referência dele passou a ser a máquina. Ele tem que cortar tão eficientemente quanto a máquina, e por um salário cada vez menor. Aí temos um processo contraditório, no qual aparece a inovação tecnológica e, ao mesmo tempo, a piora nas condições de trabalho. É um paradoxo (NOVAES, 2006, s.p).

Outra consequência dessa nova legislação é a maior fiscalização sobre as formas de contratação dos cortadores. Prática reconhecidamente fonte de irregularidades realizadas por intermediários (os “gatos”) ela tem se tornado cada vez menos frequente, pois as responsabilidades passaram a recair sobre as usinas e fornecedores após a assinatura do Compromisso Nacional. Conseqüentemente isso provocou um encarecimento dos custos de manutenção de cada trabalhador, induzindo as usinas/fornecedores à investirem na mecanização da produção e retendo apenas a mão de obra estritamente necessária para os serviços durante a safra.

Todos esses fatores revelam um ganho no poder de barganha dos trabalhadores e de seus representantes, mas também revela que o processo de mecanização é irreversível devido ao tripé: legislação ambiental + ações trabalhistas + modernização da produção, atingindo, sobremaneira, a fase da produção canavieira responsável pela absorção da maior parte do contingente trabalhista.

Isso reflete na mudança do caráter do trabalho que Ramos (2006) constatou em seu trabalho. Segundo o autor, o trabalho temporário durante as safras será gradativamente substituído pelo trabalho efetivo e permanente, tanto para os trabalhadores que forem alocados em outras fases da produção, quanto para aqueles que se dedicarem à outra atividade.

Para finalizar é importante dizer que mesmo que engendrados por fatores externos à questão social do trabalho nos canaviais, percebe-se que existe uma tendência a um alinhamento aos paradigmas da sustentabilidade socioambiental, dados sobretudo pela produção do etanol, o que imprime desdobramentos particulares sobre os cortadores de cana. De um lado existe a melhoria real das condições de trabalho e,

concomitante a isso, existe a abrangência limitada dessas melhorias, uma vez que o universo de trabalhadores nessa fase da produção tem se reduzido a cada safra.

### **3 Considerações finais**

O setor sucroalcooleiro é um dos principais alicerces da agricultura brasileira e parte fundamental da economia nacional além de ser responsável pelo emprego de um enorme contingente de trabalhadores, espalhados pelas diversas fases da produção (RAMOS, 2006).

Apesar desse sucesso econômico, a produção canvieira é reconhecida pelas más condições de trabalho destinadas aos trabalhadores, pelo extremo desgaste físico e pelas baixas remunerações dadas, sobretudo, pelo pagamento por produção, o qual atrela o salário do cortador à sua própria força e resistência física. Tal quadro começou a modificar-se com a ascensão do discurso de proteção ambiental, que dentre outras medidas propôs a busca por fontes de energia menos agressivas ao meio ambiente de forma que esse uso mitigaria possíveis consequências da mudança climática.

A opção brasileira para tal meta foi o etanol que, atrelado a interesses de grandes grupos econômicos, tornou-se parte fundamental da produção canvieira brasileira, desencadeando um processo de transformações ao longo da produção da *commodity*. Tais transformações atingiram, sobretudo, os trabalhadores do corte manual da cana que diante da iminência da mecanização em curso, estima-se que em alguns anos já seja uma prática extinta nos canaviais brasileiros (RAMOS, 2006). Com isso, esse enorme contingente que será liberado tem poucas opções para encaixar-se no mercado de trabalho diante de seu baixo nível de instrução, dificultando o seu processo de reprodução social.

Medidas têm sido tomadas tanto pelas usinas/fornecedores quanto pelo próprio Estado, visando mitigar os impactos sociais com a liberação de toda essa mão de obra.

Uma dessas medidas é a qualificação profissional desses cortadores o que contribuiria para a alocação de uma parte em outras atividades nos canaviais. Contudo, há a necessidade de se aprofundar nessa qualificação e em quais condições essa realocação funcional está se dando, visto que é sabido que o pagamento por produção persiste e se aprimora no corte mecanizado da cana, inclusive.

Isso provoca um quadro de condições de trabalho tão perversas quanto o do corte manual, através da exigência de atenção e concentração ininterrupta para operar as máquinas, predispondo os trabalhadores a distúrbios psicológicos e a outras formas de acidentes de trabalho, muitas vezes até mais graves do que os recorrentes no corte manual (MENEZES; SILVA; COVER, 2012).

Todos esses desdobramentos causados por políticas públicas internas, exigências globais e interesses econômicos atrelados ao discurso da sustentabilidade ambiental poderiam ser menos incisivos se a pauta reforma agrária deixasse de ser um assunto secundário na agenda de discussão dos fóruns e arenas políticas brasileiras e passasse a ter efetividade. Nessa perspectiva, concordamos com Menezes; Silva e Cover (2012) que enxergam o incentivo e fortalecimento da agricultura familiar fundamental para diminuir as migrações e, conseqüentemente, reduzir os riscos a esses indivíduos.

Concluindo, entendemos que o binômio sustentabilidade ambiental/condições de trabalho é expressada ainda por um quadro de contrariedades particulares no setor sucroalcooleiro. Os cortadores de cana são a expressão máxima dessa contradição que enxergam melhorias significativas em suas condições de trabalho ao mesmo tempo em que milhares de postos de trabalho são eliminados, limitando essas melhorias à uma pequena parcela (que ainda sim, precisa ser relativizada diante de condicionantes de outras funções nos canaviais) enquanto o grande contingente, mediante a ineficiência pública, é impelido à suportar outras situações também não condizentes com a sustentabilidade social tão almejada.

## **Referências Bibliográficas**

ALVES, F. **Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana.** IN: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio ambiente, v.3, n.2, Artigo 2, abr/ago 2008, SP.

\_\_\_\_\_. **Por que morrem os cortadores de cana?** IN: Saúde e Sociedade, v.15, n.3, p. 90-98, set-dez 2006.

\_\_\_\_\_. **Modernização da agricultura e sindicalismo:** lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Tese (Doutorado) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1991.

GUANAIS, J.B. **No eito da cana, a quadra é fechada:** estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis. (Dissertação de mestrado). - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 2010.

\_\_\_\_\_. **O salário por produção enquanto uma estratégia empresarial:** estímulo à intensificação do trabalho dos cortadores de cana brasileiros. IN: Ricot Journal, v. 1, p. 65-84, 2012.

HOFFMANN, R. e OLIVEIRA, F.C.R. **Evolução da remuneração das pessoas empregadas na cana de açúcar e em outras lavouras no Brasil e em São Paulo.** IN: XLVI Congresso da Sober, 2008, Rio Branco. Anais do XLVI Congresso da Sober. Brasília: Sober, 2008.

LUZ, V.G. **Desgaste nutricional e consumo alimentar de migrantes safristas cortadores de cana.** 2010. 69 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2010. p. 46.

MORAES, M. A. F. D. **O mercado de trabalho da agroindústria canavieira:** desafios e oportunidades. IN: Economia Aplicada (Impresso), v. 11, p. 605-619, 2007.

MENEZES, M.A; SILVA, M.S; COVER, M. **A mecanização do corte da cana e as transformações das relações de trabalho.** In: 5o. Encontro da Rede de Estudos RURAIS, 2012, Belém. Desenvolvimento, ruralidades e ambientalização: paradigmas e atores em conflito. Belém: UFPA, 2012. p. 01-20.

NOVAES, J.R.P. **O paradoxo no mundo do trabalho.** IHU On line. 2006. Disponível in: <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158344143.77pdf>.

RAMOS, P. O trabalho na lavoura canavieira paulista: evolução recente, situação atual e perspectivas. IN: Pochmann, M (et al). **Emprego e trabalho na agricultura brasileira.** Brasília: IICA, 2008. (Série de desenvolvimento sustentável, v. 8)

SILVA, M.A.M. **O trabalho oculto nos canaviais.** IN: Perspectivas, São Paulo, v. 39; pp. 11-46, jan/jun – 2011.

\_\_\_\_\_. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. IN: NOVAES, J.R e ALVES, F. (org). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro).** São Carlos, Edufscar, 2007.

\_\_\_\_\_. A morte ronda os canaviais paulistas. IN: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária.** São Paulo, v.33, nº 2, ago/dez, 2006.

\_\_\_\_\_. Se eu pudesse eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, Ricardo. **O Averso do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

WILKINSON, John; HERRERA, Selena. Biofuels, climate change and sustainability in Brazil. **Dynamics of Rural Transformation in Emergin Coutries.** International Conference, New Delhi, India, Apr., 2010a.

\_\_\_\_\_. Biofuels in Brazil: debates e impacts. **The Journal of Peasant Studies,** v.37, n.4, Oct., 2010b, 749-769.

## GT 4 – TRABALHO AGRÍCOLA, MIGRAÇÃO E MUDANÇAS TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA

### Título do Trabalho: A TRAJETÓRIA DO MIGRANTE TEMPORÁRIO NORTE DE MINAS GERAIS<sup>I</sup>

Thaís Dias Luz Borges Santos <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestranda de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/ CPDA-UFRRJ / [tatadlbs@hotmail.com](mailto:tatadlbs@hotmail.com)

**Resumo:** Este trabalho visa contribuir para o conhecimento das populações tradicionais banhadas pelo Rio São Francisco, localizadas no Sertão do Norte de Minas Gerais, bem como, suas transformações rurais recentes. O objetivo do trabalho é o ir e vir do Sertão: os processos socioculturais e políticos que envolvem a migração sazonal no Norte de Minas para o trabalho. O foco é a migração no Sertão do Rio São Francisco, buscando entender a mobilidade espacial decorrente dos sonhos dos sertanejos, os sentimentos de quem parte e quem chega e as diferenças para quem migra em busca de trabalho entre o lugar de origem e de destino. O universo de estudo é a comunidade Sagrada Família, às margens do Rio São Francisco, situada na cidade de São Francisco. O presente estudo, possibilita uma análise aprofundada das questões relativas às migrações temporárias à partir das vivências do sertanejo ribeirinho migrante, as relações familiares, aspectos geográficos, sociais e culturais do seu lugar de origem, e as percepções do destino migratório. A tradicionalidade foi o ponto de partida para a construção de uma interpretação sócio antropológica dos processos sociais de trabalho, seus efeitos no grupo social e familiar, levando em conta os efeitos produzidos pela sociedade regional e nacional englobante

**Palavras-chaves:** Sertão; Trabalho; Migração temporária; Norte de Minas Gerais.

### SERTÃO DO SÃO FRANCISCO – O BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA

O Norte de Minas Gerais possui oitenta e nove municípios de áreas e densidade populacionais variáveis, existem municípios com menos de vinte mil habitantes, assim como, municípios com população rural superior à população urbana – de acordo com dados do IBGE no Norte de Minas temos 52,80% de municípios assim – onde quem permanece no rural subsiste da agricultura tradicional (PEREIRA; SOARES, 2006). O sertão do Norte de Minas Gerais, também é conhecido como Região Mineira do Nordeste. Paula (2003) afirma a partir de dados da Fundação João Pinheiro que o Norte de Minas é composto de três regiões: “1-Bacia do São Francisco, que envolve sete unidades da federação<sup>II</sup> (alguns municípios do Norte de Minas); 2-Vale do São Francisco, que abrange parte da região Nordeste, parte do Polígono das Secas e parte da região Sudeste; 3- Semi-árido Brasileiro, que compreende o Polígono das Secas.(7)”.

<sup>I</sup> Trabalho financiado pela FAPEMIG e pelo CNPq

<sup>II</sup>

As sete unidades da Federação são: Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Goiás, Alagoas, Sergipe.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: [rdestudosrurais@gmail.com](mailto:rdestudosrurais@gmail.com)

Segundo a autora a formação do Norte de Minas se deve “a expansão da pecuária bovina e a disponibilidade de terras livres”.

Na época da mineração, durante o séc. XVIII, o Norte de Minas era fornecedor de alimentos para a região das Minas. Mas somente com a Ferrovia instalada em seus territórios no séc. XX é que a região teve contato com o Brasil em geral e povoou terras novas.

No final dos anos 50<sup>III</sup>, começou a intervenção efetiva do Estado, através do investimento no problema da seca. (...) Com a criação da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste- e a implementação de planos diretores começou uma expansão capitalista impulsionada pelo Estado. (...) Os governos Municipais, estadual e federal foram parceiros nos incentivos de produção e reprodução do capital no Norte de Minas, expandindo as empresas rurais e urbanas e explorando a força de trabalho humano. Na década de 70<sup>IV</sup> o governo mineiro concedeu muitas áreas de propriedade estatal para empresas reflorestadoras, o que contribuiu para o êxodo rural (PAULA et al, 2006, p.5).

De acordo com PAULA (2003) é a partir desse ponto que podemos relacionar a estrutura fundiária concentrada ao fluxo migratório rural regional. A pecuária trouxe riqueza e prosperidade para alguns e desigualdades sociais e econômicas para muitos. Com a industrialização tem-se um crescimento significativo da população urbana.

A industrialização proporcionou o processo de urbanização. Os migrantes buscam, além do Sul do País, também os municípios com mais indústrias na região, sempre em busca de emprego. Essa mobilidade espacial desorganiza os municípios que não dispõem de infra-estrutura para receber novos habitantes. (...) O desenraizamento do povo gera insegurança pelo rompimento dos vínculos sociais e perda de dignidade e identidade (PAULA, 2003, p.72).

Entender o processo migratório na comunidade a que se propõe esse trabalho passa também pela compreensão do modo de vida estabelecido na relação com o Rio São Francisco. Os territórios são gestados na compreensão da simbiose com o rio. A compreensão do rio como lugar de obtenção do alimento do dia a dia provoca nos moradores a delimitação de normas e regras de utilização do mesmo. O caminho para trazer à tona a migração temporária como estratégia de sobrevivência do Bairro Sagrada Família foi a imersão na comunidade via trabalho de campo, e com ele realização de entrevistas abertas com os moradores do lugar.

Estudar a vida das águas e dos homens do Rio São Francisco é entendê-los como correnteza, como fluxo, como movimento, como travessia... O rio é um lugar que se permite viajar, um lugar que viaja, um lugar em movimento. A

<sup>III</sup> A autora se refere ao ano de 1950.

<sup>IV</sup> A autora se refere ao ano de 1970.



sua natureza de correnteza possibilitou que os homens construíssem suas histórias de vidas em seus espaços, num encontro de homens e águas que seguem juntos. Em geografias híbridas, ziguezagueando entre uma margem e outra, cenários de vidas, pontilhavam o tempo e o espaço das águas em movimento (OLIVEIRA, 2010, p.43).

Os relatos durante as entrevistas são de histórias e *estórias* que fazem parte da representação do sertão e exemplificam o homem sertanejo. A memória e as lembranças das representações e enfrentamento da vida são recorrentes nas narrativas dos ciclos da vida. A memória e a alma dos do lugar, se misturam e assentam nos vários caminhos e recantos!

O rio também era visto como trabalho, são vários os relatos de moradoras que lavavam suas roupas nas pedras e águas do Rio São Francisco, como fica claro no trecho abaixo:

Eu ia pro rio com bacia de roupa pra lavar roupa, chegava lá no rio colocava pra quarar, lavava essa roupa pegava essa roupa esperava secar pra poder vir pra casa. (...) Hoje eu tenho medo do rio, mas de primeiro o rio pra mim era uma maravilha, não tinha noção, como eu tenho hoje. Eu não tinha noção do perigo que ele tem né, porque a gente tinha uma colega maior e a gente segurava nela pra poder atravessar um pedaço de água pra poder ir pra croa do rio e brincar na croa. É tanto que se ela fosse a penca ia junto. Eu e minhas colegas não conseguia por o pé e ela ia caminhando, se ela vacilasse nos ia tudo embora, mas não tinha noção do perigo (Izilda, 37 anos, moradora do Bairro Sagrada Família, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos em outubro de 2012).

O rio não era só lazer, estrada e trabalho, mas sustento também. Natalice, 36 anos, moradora do município de São Francisco-MG morou durante mais de dez anos em São Paulo, buscando uma vida melhor na capital. Com o tempo a vida foi ficando insustentável na cidade grande e ela decide retornar para São Francisco.

Ai um dia eu falei assim, o que gente, eu não tenho precisão de ficar vivendo desse jeito não. Eu vou embora pra minha terra. Eu vou comer bem lá. Eu sei que lá não falta peixe, eu vou comer peixe e farinha, e beber água, eu pego água lá no rio, lá tem um rio enorme, e de fome eu não vou morrer. Não fico nesse sofrimento. (Natalice, 36 anos, moradora do município de São Francisco-Mg, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos em julho de 2012)

Falar do presente possibilita, através da memória, lembrança e oralidade, remeter a momentos vividos antes, dos tempos bons e ruins da vida. Os depoimentos orais, além de fonte documental é uma forma de apreender os sentimentos e atitudes frente ao mundo e ao seu lugar de origem, e principalmente o sentimento de pertencimento com esse lugar. E foi através da oralidade que percebi a importância do rio para pessoas que

vivem às suas margens. O rio foi e é um ser que faz a vida dos ribeirinhos, e muitos são os depoimentos que relatam as modificações do rio fazendo as partidas das pessoas dos seus lugares de origem. O rio e o sertão são portanto os elementos que fazem a vida dessas famílias. O sertão molhado.

O município de São Francisco surge no século XIV, inicialmente incorporado ao Arraial das Formigas, hoje município de Montes Claros-MG, foi emancipado via Paróquia de Contendas no ano de 1866. De vila a Colônia somam-se mais que trezentos anos de formação. Terra de Antônio Dó, sertanejo que viveu grandes embates com a polícia local constantemente referenciado nas obras de Guimarães Rosa. A luta pela terra, sempre circundou a história de São Francisco, a região foi conquistada por disputa entre bandeirante e índios, já que era considerada favorável para o estabelecimento da pecuária extensiva e para o comércio e transporte fluvial. Nessas terras a figura do jagunço, visto como uma espécie de guarda-costas - lutando e defendendo os interesses dos fazendeiros (RAMOS, 2005). Como afirma Rosa (1994, p.6) “quem de si de ser jagunço se entrete, já é por alguma competência entrante do demônio. Será não? Será?”.

Ainda sobre o contexto de formação sócio histórica vale ressaltar que,

Sua fundação esta ligada as dizimações de populações indígenas, camufladas eternamente pela historiografia e arraigada nos livros de historia como "bandeiras" dos "desbravadores do sertão". Do inicio do século XVIII até meados do século XIX, a vila manteve-se num marasmo. Seu nome homenageia o rio da integração nacional, desde 1877, quando foi elevada a categoria de cidade. Antes dessa data, a cidade pertencia ao município de Vila Risonha de São Romão (atualmente apenas São Romão), também cidade histórica no Norte de Minas - onde existiu a primeira Casa da Moeda no Brasil - e, para nenhuma surpresa, menos conhecida ainda. Em 1873, transferiu-se o corpo administrativo de São Romão para São Francisco, pondo fim a uma discussão que vigorava desde 1871 sobre essa possível mudança da sede administrativa do município. Nesse período, São Francisco ainda levava o nome de Pedras dos Angicos, que começou a despontar e a servir de referencia as cidades as margens do rio São Francisco. Assim, o distrito passou a ser sede e vice-versa e somente na primeira metade do século XX, que São Romão recuperou os foros de cidade, dessa vez com sede própria em seu município. (SILVA, 2012)

Segundo Neves (1998) datam de fins do século XVII e inicio do século XVIII o surgimento de aldeamentos cristãos fundados por missionários ao longo do Rio São Francisco orientados para o trabalho de catequizar os nativos e nessa mesma época cresce também o número de criadores e vaqueiros na beira do Rio.

No século XVII, os paulistas encontraram densas matas no Alto Rio das Velhas, onde puderam explorar madeira para construções diversas. Um grupo de armadores passou a construir ‘grandes e boas canoas’, conforme o documento anônimo, Informações sobre as minas do Brasil, da primeira década do século XVIII. Esses barcos eram lançados naquele afluente percorrendo aproximadamente 600 km até alcançar o Rio São Francisco. (...)

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

O São Francisco era, assim, procurado por ter largueza de campo e água sempre manante de rios e lagoas (NEVES, 1998, p. ? ).

São Francisco possui atualmente uma população de 53.828<sup>V</sup> habitantes. É um lugar culturalmente rico, onde o artesanato, a pesca e a religiosidade, marcam profundamente as suas manifestações e festas, mas acima de tudo definem e constroem a identidade do sujeito que migra. Os esforços desse trabalho no município de São Francisco se concentram no bairro rural chamado Sagrada Família. Este não foi um bairro planejado, nos relatos dos moradores a ocupação desse território se deu por vários motivos: fuga das enchentes, despejo de outro bairro que ficava na região central da cidade e foi tomado pela prefeitura, conflitos pela terra empossado com donos de fazendas na redondeza do bairro, etc.

Em meados da década de 1970 que surgiram as primeiras famílias no que viriam a ser o bairro Sagrada Família. No ano de 1979, marcado pelas maiores enchentes das beiras do Rio São Francisco, mais famílias se instalaram no bairro. Foi através do mutirão que as casas foram construídas.

A casa que a gente morava era simplesmente um quarto, uma sala e uma cozinha pequena. Era de tijolo mesmo, porque foi um padre que fez na época. Porque a gente morava no bairro bandeirante mas eles despejaram a gente porque precisava daquelas terras e despejou o povo de lá, lá chamava-se papelão, porque as casas eram realmente muito precárias. As que não eram de papelão, eram de enchimento. A nossa lá era de enchimento. Ai quando eles despejaram, despejaram a gente pra cá. A gente ficou morando aqui numas barracas que o exercito trouxe, moramos bem um tempo. Ai um padre um santo padre, começou a fazer uns barracos pra gente. Eu lembro a gente tudo pequeninho tendo que ir lá no rio pegar agua, e juntava todo mundo num mutirão: menino com tamborzinho gente com tamborzão , enchia os tambor de uma casa, depois enchia o tambor de outra casa, era um mutirão ate encher tudo. (Izilda, 37 anos, moradora do Bairro Sagrada Família, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos em outubro de 2012)

O mutirão, nas palavras de Candido (1964) seria o ato ou a solução para a falta de mão-de-obra nos grupos isolados;

(...) consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajuda-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, ficção etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho (CANDIDO, 1964, p? ).

O diferencial desse mutirão é que a forma de pagamento não é em dinheiro. O que move essas pessoas é uma consciência moral em relação ao outro, é a troca de favores que é constante entre os camponeses que vivem da agricultura de subsistência e

<sup>v</sup> Dados populacionais do IBGE.Censo 2010.

não dispõe mão-de-obra suficiente para dar conta do plantio e demais atividades. As decisões fazem parte da coletividade do grupo, “a religião, política, lazer, tudo serve de ocasião para agrupamentos e reuniões, e as próprias questões familiares transbordam do núcleo para se tornar problemas que interessam à comunidade toda” (QUEIROZ, 1963, p.58).

Os religiosos da paróquia de São Jose é que estavam à frente desses mutirões, auxiliando nas construções dessas casas numa região fora do perímetro urbano: rodeadas de pequenas e médias fazendas e de um prédio das Indústrias Alimentícias Itacolomy – ITASA.

O bairro Sagrada Família é popularmente conhecido na cidade como ITASA pelo fato de se encontrar nas redondezas do que um dia foi a Indústria da Nestle que esteve ativa até a década de 1990; hoje o prédio da lugar a uma Escola Municipal. Com o passar dos anos e com o crescimento do número de famílias naquele bairro, surgiram algumas ruas, que pouco a pouco estão sendo asfaltadas. O acesso ao bairro é precário e só é possível por duas avenidas que foram recentemente asfaltadas: Uma avenida é conhecida como Avenida Perimetral e a outra já é a estrada da BR MG 161 que liga Januária a São Francisco.

Agora que esse bairro cresceu, teve muitas doações de lotes aqui. Aqui cresceu muito. Aqui precisa de um posto policial, de um posto de saúde, de um hospital bom. Aqui pra mim, eu acho que precisava também de uma lotação porque fica muito longe do centro da cidade. São Francisco está ficando grande, mas não tem envolvimento de nada. (Domingos, 36 anos, morador do Bairro Sagrada Família, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos em Outubro de 2012)

A maioria das ruas são de terra solta, as ruas são poucos iluminadas, o transporte das pessoas, em sua maioria, é feito de bicicleta ou andando, apenas uma minoria possui algum veículo automotivo. Segundo relato do morador Domingos,

Antes tudo era roça. Aqui era roça nesse bairro. Aqui era tudo roça. Tinha até onça aqui. Bicho de caça, tinha muito. Eu sempre morava aqui. Aqui tinha pau preto, pra lá você não via uma estrada era só mato. A velha mais velha aqui do bairro tem mais de cem anos, e conversa numa boa pela idade. 103 anos ela tem. E tem seu Zé preto que é mais velho e conhece muitas coisas, mora ali pra lá de uma casenga. Tinha uma casenga aqui que era onde eu morava antes. Quando eles fez isso aqui tudo eu lembro. (Domingos, 36 anos, morador do Bairro Sagrada Família, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos em Outubro de 2012)

Segundo relato dos moradores a ‘luz’ e iluminação pública só apareceram depois do ano de 2002 e com isso o número de famílias cresceu ainda mais. O único lugar para lazer que os moradores possuem é a quadra poliesportiva construída pela

prefeitura, apesar das condições precárias para uso, pois a construção foi danificada com chuvas e vento forte. A quadra poliesportiva está localizada nas proximidades da Igreja Católica, do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, do Estratégia de Saúde da Família – ESF/Sagrada Família implantando e gerenciado pela Secretaria Municipal da Saúde e também do Clube Campestre da Associação Atlética do Banco do Brasil que tem acesso restrito aos seus sócios, ou seja, a comunidade no qual esta inserido não participa das suas atividades de lazer . Ao andar pelas ruas do bairro Sagrada Família encontramos casas simples, separadas em geral por cercas de arame ou em alguns casos de muros baixos. Entender esse processo de ocupação faz-se necessário para a compreensão e construção da identidade das pessoas que dotaram de significados e significações o lugar em que moram. Entendo a identidade a partir do conceito proposto por Oliveira<sup>VI</sup> (1976, p. 4) onde a mesma é bidimensional: contempla o aspecto pessoal (individual) e o social (coletivo). Ambos os aspectos dialogam, o que nos permite toma-los “como dimensões de um mesmo e inclusivo fenômeno, situado em diferentes níveis de realização”.

A identidade social aparece, pois, como uma atualização do processo de identificação e pressupõe a noção de grupo. É um reflexo da identidade pessoal, da qual não se descarta. Conferir identidade a grupos requer a eleição de aspectos que lhes concedam individualidade e os destaquem frente a outros grupos; consiste em ressaltar suas características. (WANDERLEY; MENEZES, 1997, p. 19).

O município de São Francisco-MG é reflexo desses processos. A migração sazonal tornou-se o meio dessas pessoas ganharem seu sustento sem abandonar o seu lugar de origem. Os símbolos, os discursos e as práticas sociais se consolidam na memória e nas representações sociais a partir do território e do lugar. Diegues (2001) cita Redfield para afirmar que a cultura das sociedades camponesas não é autônoma, pois para se manter como tal, a cultura camponesa requer contínua comunicação com outra cultura.

Os camponeses, segundo Firth (1950), ainda que dependam fundamentalmente do cultivo da terra, podem ser pescadores, artesãos, extrativistas, segundo as estações do ano e a necessidade de obtenção de dinheiro para suas compras na cidade. (...) Culturas tradicionais nessa perspectiva, são as que se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil (Diegues, 1983). Essas culturas se distinguem das associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transforma em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes. Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de

---

<sup>VI</sup> OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.  
Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909  
CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ  
CNPJ: 10.269.919/0001-39  
Email: rdestudosrurais@gmail.com

território que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (Godelier, 1984). Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também: 1-Os meios de subsistência; 2- Os meios de trabalho e produção; 3- Os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, os que compõem a estrutura determinada de uma sociedade (relações de parentesco etc) (DIEGUES, 2001)

São Francisco-MG tem características reconhecidas no dizer e no fazer dos moradores, de acordo com Brandão (2010) o que faz uma comunidade ser tradicional é ter criado padrões de cultura singulares e continuarem a viverem na reafirmação dos seus valores.

As condições de acesso a saúde, educação e lazer são difíceis nas duas comunidades, as precárias condições financeiras e dificuldades de emprego e renda aproximam ao grupos pesquisados e auxiliam a realização das migrações. Os modos de vida são diversos, mas os sonhos são os mesmos: a melhoria da renda para melhorar a vida da família.

É o trabalho enquanto valor de vida que move as famílias, é através das possibilidades de “arrumar serviço”! Como dizem homens e mulheres nas duas comunidades pesquisadas. Muitos daqueles que partem, retornam, e muitos dos que ficam vivem para esperar o retorno daqueles que saem para a “lida da vida”.

### **MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS: IDAS E VINDAS**

A compreensão da migração perpassa não somente quem migra, mas também a família do migrante que ficam no lugar de origem. Percebo a migração como deslocamentos realizados por indivíduos que saem do seu lugar de origem temporariamente, partindo geralmente em busca de trabalho que possibilite uma situação econômica diferente daquela que tem no seu lugar, fato esse que vem ocorrendo com frequência no Norte do estado de Minas Gerais.

Ao longo da história do Brasil foi se consolidando uma estrutura fundiária altamente concentradora. As capitâneas hereditárias, as sesmarias, o fim da escravidão e as leis de terras de 1850, incentivaram uma distribuição desigual da terra. Grandes extensões de terra foram entregues a poucos proprietários. “O cativo humano termina, começa o cativo da terra”.(FERNANDES, 2001:2). Desde o século XVI os camponeses resistem contra a expropriação produzida pelo capitalismo. Fernandes (2001) chama a atenção para entender

que a migração funcionava como forma de sobrevivência e resistência aos enfrentamentos que geraram mortes e massacres (PAULA, 2003, p.26).

Na visão de Werneck Vianna (1978) o processo de modernização brasileira se fundamenta na “*revolução pelo alto*” onde as mudanças políticas, sociais e econômicas que ocorreram vieram de cima para baixo, pois os que estão em cima (ou seja, com o poder político e econômico) reuniram forças capazes de introduzir a mudança na sua sociedade. Para entender a modernização decorrente do pós-30<sup>VII</sup> brasileiro é necessário entender que os primeiros anos dessa década foram marcados pela expansão industrial onde o valor da produção industrial do país ultrapassou o das safras agrícolas. Com as palavras do autor:

a modernização como ‘revolução pelo alto’ não se associa à ideia de que tal processo tenha levado a burguesia industrial ao poder político, e sim que os interesses específicos da indústria tenham encontrado apoio e estímulo eficaz na nova configuração estatal (VIANNA, 1978, p. ?).

Assim o caso do Brasil é visto singularmente, pois o setor agrário que à época era mais estruturado no tocante da agroexportação foi desalojado.

Isso se explica, pela impossibilidade daquele em dirigir o processo de modernização dado o seu isolamento real e incontornável das demais classes, camadas e estratos sociais em emergência na sociedade civil. Mas o domínio do aparelho do Estado por parte dessa elite ‘atrasada’ no econômico lhe vai facultar um percurso extremamente rápido no sentido de adoção de novos papéis econômicos, como o do empresário agrícola, do industrial ou do financista (VIANNA, 1978, p. ?)

O que fica claro nesse processo de modernização do Brasil segundo o autor é que a revolução pelo alto permite uma política intervencionista do Estado nos fatores de produção, na produção de bens agrícolas e na força de trabalho industrial.

“A expropriação em massa do trabalhador da terra dos meios de subsistência veio dar partida a um processo que somente agora se ultima – a subordinação real do trabalhador à fábrica” (Werneck Vianna, 1978, p.140). Mesmo assim, vários são os exemplos históricos de organização, permanência e resistência dos trabalhadores do campo que são responsáveis por muitas descobertas de terras e de novas regiões incentivados pelo modo de produção capitalista e pelos ciclos econômicos que atraíam a migração (PAULA, 2003).

Os ciclos da cana de açúcar, do ouro, do café e da borracha são responsáveis por grandes correntes migratórias. O ciclo da cana-de-açúcar fez com que o Brasil fosse dividido em capitânicas hereditárias, beneficiando a pecuária através da grande disponibilidade de terras e a concessão de sesmarias. O ciclo do ouro tem importância com as descobertas de jazidas de ouro e

<sup>VII</sup> Pós ano de 1930.

diamantes pelas bandeiras paulistas, no final do século XVII, nos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. As principais correntes migratórias que partiram para estes Estados, principalmente para Minas Gerais, foram portugueses, paulistas e nordestinos (PAULA, 2003, p.26).

Segundo PAULA (2003) é pós década de 60 (século XX), com influência da Revolução Verde, que os ciclos econômicos dão lugar a modernização agrícola mantendo a concentração de terras, o que continua culminando na migração campocidade. A busca por trabalho, as diferenças econômicas regionais, concentração de terra, e outros tantos outros motivos, fazem com que permanecer no campo seja quase impossível para os camponeses.

No auge dos anos de 1960/1970 o “milagre econômico” na economia urbana e a revolução verde atuando sobre a ocupação e emprego no campo, fizeram com que os lavradores do Nordeste mineiro procurassem os destinos urbanos na região Sudeste. Os trabalhadores eram requisitados para um mercado que exigia pouca escolaridade, dispensando capacitação prévia e registros anteriores na carteira de trabalho. As décadas de 80 e 90 são marcadas pela intensificação da urbanização brasileira. Embora com novas características, no final dos anos 80 e toda a década de 90 as migrações intensificaram-se intra-regionalmente e continuaram a ocorrer às migrações sazonais. Abramovay (1999) enfatiza que a saída do meio rural não significa o acesso às condições mínimas próprias da vida urbana, ou seja: “desruralização nem sempre é sinônimo, neste sentido, de urbanização”, (ABRAMOVAY,1999:2). Em função da “desruralização”, desde os anos de 1980 os trabalhadores migrantes começam lento movimento de retorno. Regressam em virtude do insucesso da experiência migratória. (PAULA, 2003, p.28 )

Adoto a concepção de migrante de SILVA (2008) onde o mesmo é fruto das relações sociais de produção:

Considera-se o migrante sob duas óticas: inicialmente, trata-se de um (a) trabalhador (a) produzido no bojo de determinadas relações sociais, resultantes de processos de violência e expropriação. O migrante acha-se inserido numa realidade social, definida por laços sociais (familiares, grupos de vizinhança, valores, ideologias etc.), que o caracterizam como pertencente a um determinado espaço social e cultural. Portanto, a denominação abstrata de migrante esconde o conjunto de situações concretas e particulares, que definem sua identidade individual e social. Essas duas perspectivas conduzem às reflexões, segundo as quais, os fatores econômicos não são os únicos a serem levados em conta na análise da migração e dos migrantes. (SILVA, 2008, p.6)

Portanto o fenômeno migratório envolve processos e relações sociais que muitas vezes ficam invisíveis nos números divulgados pelas instituições de pesquisa, sendo necessário compreender a migração através das pessoas que fazem a migração. Na reflexão de PAULA (2009) a autora acredita que a



[...] categoria migrante está marcada simultaneamente pela separação entre os povos e o estado, onde o pertencimento torna-se também em trânsito, na subalternidade e pela ameaça da desordem. No sentido etimológico a palavra diáspora, tem ligação com os termos gregos “*diá*” (através, por meio de) e *speirō* (dispersão, disseminar ou dispersar), entendemos a diáspora sertaneja não somente como um processo do ato ir e vir das pessoas, de saída do lugar de origem e deslocamento físico de um local geo- referenciado, mas um processo, onde a mobilidade espacial-temporal são representações das ações humanas nos lugares, nas relações carregadas de símbolos, de imaginários, na hibridização que formam as identidades que fazem as culturas dinâmicas. Um processo de aproximação, confronto e encontro de tradições recriadas à medida que a modernidade se instala. A diáspora abrange nas representações mutáveis uma “coerência imaginária” a um conjunto de identidades dinâmicas (PAULA, 2009, p. 06).

Em “A natureza do espaço” de autoria de Milton Santos (1999), encontro aporte teórico para compreender o ir e vir do sertão e suas resistências, nesse sentido é importante destacar que:

A vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam, entrelaçados no chamado viver comum. Esse viver comum se realiza no espaço, seja qual for a escala - do lugarejo, da grande cidade, da região do país inteiro, do mundo. A ordem espacial é a ordem geral, que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular. Segundo Leibniz (1695), o espaço é a ordem das coexistências possíveis. (...) Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo (SANTOS, 1999, p. 104).

É necessário diferenciar e pensar os tempos e espaços vividos, no contexto da vida social dos sujeitos migrantes, sempre pensando no seu lugar de origem e nos seus lugares de destino: as chegadas e as partidas e os vários níveis que esse deslocamento implica. Assim:

O nível global e o nível local do acontecer são conjuntamente essenciais ao entendimento do Mundo e do Lugar. Mas o acontecer local é referido (em última instância) ao acontecer mundial. Desde o nascimento, o acontecimento se inclui num sistema para o qual atrai o objeto que ele acabou de habitar. O acontecimento é a cristalização de um momento da totalidade em processo de totalização. Isso quer dizer que outros acontecimentos, levados pelo mesmo movimento, se inserem em outros objetos no mesmo momento. Em conjunto, esses acontecimentos reproduzem a totalidade; por isso são complementares e se explicam entre si. Cada evento é um fruto do Mundo e do Lugar ao mesmo tempo (SANTOS, 1999, p.108).

Santos (1999) vê o mundo como um aglomerado de possibilidades, onde nos encontramos em tempos de mudanças proporcionado pela mobilidade dos indivíduos, onde:

A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias,

as imagens, as ideias. Tudo voa. (...) O presente não é um resultado, uma decorrência do passado, do mesmo modo que o futuro não pode ser uma decorrência do presente, mesmo se este é uma "eterna novidade", no dizer de S. Borelli (1992, p. 80)134. O passado comparece como uma das condições para a realização do evento, mas o dado dinâmico na produção da nova história é o próprio presente, isto é, a conjunção seletiva de forças existentes em um dado momento. Na realidade, se o Homem é Projeto, como diz Sartre, é o futuro que comanda as ações do presente (SANTOS, 1999, p. 222).

O foco desse estudo está em locais situados às margens do Rio São Francisco que possuem forma própria de utilização do rio provoca também a territorialidade. Para entender esse processo usamos o conceito de território e territorialidade de Little (2002), onde:

A territorialidade é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim seu "território" ou homeland (cf. SACK 1989: 19). Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explica depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. (LITTLE, 2002: 3 apud MAZZETTO 2007: 222)

A reflexão sobre a territorialidade requer compreender e reconhecer a realidade sociocultural presente na comunidade, onde os embates sociais, culturais e econômicos modificam relações com o lugar, modificam modos de vida dos sujeitos que partem e dos sujeitos que ficam, mas o sentimento de pertencimento com o rio e a região não deixa de existir, nem mesmo com os migrantes.

## **OS MODOS DE TRABALHO DOS MIGRANTES DO BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA**

E era ao pôr-do-sol que as aves apareciam. Indo ou voltando, para que paragens, bandos e bandos. Garças, araras, patos, papagaios, em grande algazarra, buscando agasalho para a noite. Pernaltas cor-de-rosa paravam em grupos, nas coroas de areia, e pareciam buquês de peônias. Pensei que fossem flamingos, depois soube que não. São os guarás, ou íbis vermelhos. E pelo rio abaixo, pássaros-pretos, tucanos, sanhaços, bem-te-vis. Sem falar nos canários, nos sabiás, nas perdizes, nos periquitos. E no nosso João-de-Barro, com sua casa caprichada, de delicada e sólida engenharia (CAVALCANTI, 1998, p.33)

Andar pelo Bairro Sagrada Família na busca de me firmar e reconhecer enquanto pesquisadora daquele bairro, mas acima de tudo daquelas pessoas, foi um processo lento

que com a intervenção de algumas agentes de saúde pude superar, já que a minha referência e a minha presença naquelas ruas era diretamente relacionada àquelas que me introduziram nesse universo de histórias de vidas interconectadas. Ao analisar a arquitetura das casas é notável tamanha semelhança: todas são simples, feitas de tijolos e telhas de amianto ou coloniais, em sua maioria rebocadas, separadas por cercas de arame ou em alguns casos por um muro baixo. Casas totalmente muradas e pintadas existem em minoria no bairro. Nos relatos dos moradores em entrevistas e em conversas informais é revelado que apenas nos últimos trinta anos que puderam mudar a arquitetura das casas que em sua maioria era de adobe. Alguns conseguiram a casa por doação da Igreja Católica, outros por doação de anônimos e até mesmo por mutirão realizado por muitos anos pelos moradores do bairro. É muito comum nas casas visitadas a ausência do marido e dos filhos jovens/adultos que vão trabalhar nas chamadas “firmas” que é a forma como as fazendas de grandes lavouras são conhecidas.

É nos depoimentos do Senhor conhecido com Pedro Verde, de 60 anos, que nos relata que desde a sua época de solteiro, ele saía de São Francisco “às cegas” procurando trabalho nas fazendas que tinham grandes lavouras e monoculturas e precisavam do seu trabalho braçal: seja para colheita, plantio ou roçar a terra (processo de limpar o terreno em que acontecerá o plantio). Desde seu sogro, filhos, genros e sobrinhos, todos sobreviveram e alguns ainda sobrevivem principalmente do dinheiro arrecadado nos trabalhos com as firmas.

Seu Pedro, referencia a todo momento “Graças a seu Deus” por ainda existir os trabalhos nessas firmas que “é sofrido” mas mantêm as esposas, filhos e velhos que ficam na cidade. O motivo das saídas é que a cidade não incorpora homens e mulheres com idade ativa (para o trabalho) ao setor de serviços, agropecuário ou industrial; essa evidência é constatada nos estudos de Batista (2010) onde o setor de serviços em São Francisco contribui com mais de 70% no Produto Interno Bruto do Município, e representam expressiva prestação de serviços públicos na administração pública, seja nas esferas municipais, estaduais e federais.

Seu Pedro afirma que sua profissão é e sempre foi pescador, mas como hoje tem pouco peixe e muito pescador, e antigamente tinha-se muito peixe e poucos pescadores, dessa forma é necessário partir para outras *labutas* e outros serviços.

Passei várias tardes andando com Sr. Pedro e Dona Altamira sua esposa por casas e rodas de conversa, onde homens e mulheres relataram as histórias de vidas da

sua família, que coincidem com a de muitos outros que ali residem. Como é muito comum na maioria das casas, são os homens que mais fazem uso da palavra, e é com muita tranquilidade e firmeza nas palavras que Sr. Pedro Verde narra sua infância:

A gente morava ali de agregado nas fazenda de um pessoal, trabalhamos surrado, tudo quanto e coisa lá era nos que fazia, rancando toco de enxadão, pegava hectare por hectare rancando toco, era roçando, era ganhando pregada de marimbondo, era bicho ferrando a gente, dormia em cima de um couro de boi, nos morava ali nas roça, já passei fome. Tinha um fazendeiro que tinha lá que nessa época eles não faziam conta do leite que tinha, assim a gente vivia passava lá pegava o leitinho fervia o leitinho ali e era na roça puxando enxada. Eu tenho minha profissão, que eu sou pescador, eu pescou ai, era trabalhando na roça e na beira do rio pegando o peixinho pra gente tomar o caldo, tinha vez que nem farinha tinha, ou assava o peixe, ou tomava o caldo. Onde nos dormia, oh Jesus, hoje tá até bom. Pra nos estudar nos chegava pra estudar lá, com um caderninho desse na época minha, meu pai chegava e comprava um caderno e chegava lá a professora tinha que dividir e tirava duas folhas pra cada um pra nós estudar, estudava até meio dia. Lá pras roça quando a gente chegava lá, mais de meio dia, não tinha era quase nada, tinha uma favinha sem gordura. Era lá um dia que gente comia bem, era tudo temperado com sebo de boi, comprava um quilo de sebo de boi pra durar uma semana, chegava ali comia aquela coisinha e já ia era pra roça mais pai, quando terminava nos ia pra lagoa... Teve um tempo que eu comecei a trabalhar nessas firmas pra lá pra fora. Nessa região de São Gotardo, hoje mesmo tem um bocado pra lá, outros pra lá de Brasília-DF, pra trabalhar em lavoura, e cortando alho, colhendo alho, colhendo batatinha. Depois que eu casei e no dia que a mulher ganhou meu filho mais velho eu estava no mundo mexendo com plantio de eucalipto pro lado de Montes Claros, levantava de manhã debaixo de chuva, e quanto mais estava chovendo eles levava nos pro campo. A outra minha menina mais velha quando Mira ganhou ela, porque nessa época não tinha negócio de telefone não, tinha nada disso, era só carta, eu estava socado dentro de Unai pra lá trabalhando que eu mais meu sogro, quando eu cheguei a mulher já tinha 35 dias que tinha ganhado a criança, sofrendo. Hoje e agora não: não tá bom mas não tá ruim. Hoje a coitadinha da minha mulher esta em cima de problema de diabete, em cima de remédio, só come coisa integral, pão integral, arroz integral, suco de couve, mas também já trabalhou demais, coitada, na roça, ela levava os menino na roça, forrava um pano numa moita lá e deitava eles lá e ia puxando enxada. (Sr. Pedro Verde, 60 anos, morador do Bairro Sagrada Família, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos em julho de 2012)

Sr. Pedro e Dona Altamira tem um filho que é encarregado do campo na empresa chamada ADF, que fica na região de Cristalina em Goiás, que leva mais de cinco ônibus por ciclo da lavoura de batata. É com a Izilda esposa do Darlan, também encarregado do campo junto com o filho de Sr. Pedro na ADF, que consigo entender o que esse cargo de encarregado do campo significa na prática.

Segundo relatos de Izilda, confirmados pelos jovens que conheci e trabalhavam na ADF, há pouco mais de dez anos atrás era chamado de *gato* a pessoa que chegava até o município recrutando interessados para trabalhar nas firmas, esse gato recebe pra ir até

o lugar e organizar a turma de pessoas que vai viajar para o trabalho. Com as primeiras mudanças das empresas há alguns anos atrás, esse *gato* saiu e deu lugar ao chamado fiscal, que também recrutava os grupos de pessoas para trabalharem na firma e fiscalizava o serviço dos mesmos nas lavouras; com as últimas mudanças e modernização dessas empresas esse fiscal passou a ter carteira assinada e recebeu o nome, como assinado na carteira de trabalho, de *encarregado do campo* sua função é ir até sua cidade ou lugares que conheça selecionar as pessoas que vão trabalhar com ele e fiscalizar o trabalho realizado no campo para as firmas. As equipes que são recrutadas pelo encarregado são de 80 a 100 pessoas, e caso o trabalho não saia como o planejado é sua responsabilidade fazer com que o trabalhador volte e desempenhe sua atividade de acordos com as normas exigidas pela empresa.

Durante minhas idas ao campo, em nenhuma fui recebida pelos encarregados de campo, as informações que tenho foram relatadas pelas suas esposas. No bairro Sagrada Família eu identifiquei três encarregados do campo e uma mulher, que por sinal é da família de Sr. Pedro Verde, que atua como *gato* para as firmas da plantação de alho dentro do bairro. Um jovem de 24 anos que preferiu não se identificar, me relatou que surpreendentemente no mês de agosto/setembro do corrente ano eles tiveram que recrutar trabalhadores nas terras de quilombos pertencentes ao município de São Francisco porque quase todos do bairro já estava no *trecho pra outra firma*. Izilda nos relata que quando casou com seu marido Darlan, o mesmo já se mantinha e passou a manter a família com o trabalho temporário nas firmas.

Eu casei com 21 anos. Foi tão interessante assim que meu marido, depois que a gente namorou bastante, ele foi embora e ficou fora daqui cinco anos, ele foi morar lá no estado de Goiás. Ficou cinco anos pra lá. Aí ele voltou pra cá e a gente reatou e com um ano de namoro nos casamos. Ai agora nesse mês dia 27 de outubro de 2012, a gente faz 15 anos de casado. E estamos juntos graças a Deus. Quando nos casamos, foi meio complicado. A gente foi morar na casa de minha mãe, minhas coisinhas ficaram encaixotadas porque a gente foi morar na casa de minha mãe. A gente até conseguiu um barraco aqui, mas bem precário. As portas eram de caixote, tive que vender uma bicicleta que eu tinha de solteira pra colocar água e luz no barraco. Mas assim as portas de caixote, as telhas eram precárias, você não podia olhar pra cima que caía farelo dentro do seu olho. Eu já tinha uma menina e estava grávida do meu segundo filho. E meu esposo sempre nessa vida de viajar. Quando a gente reatou pra casar, ele já viajava a trabalho nas firmas. Mas antigamente não era assim confortável em ônibus não, era em pau de arara mesmo. Era viajar pra trabalhar nas firmas em colheita e plantação. Às vezes esses pau de arara vinha com um baú e quando você abria lá dentro estava as tábuas atravessadas que eles iam viajar lá sentado. Era tudo irregular. Mas graças a Deus lá melhorou bastante. (Izilda, 37 anos, moradora do Bairro Sagrada Família, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos em outubro de 2012)

Nos relatos das mulheres do bairro a manutenção e melhoria da casa coincidem com a saída do encarregado/gato e com a melhoria das condições e valorização do trabalho dos seus maridos e pais.

Nos últimos vinte anos a saída para o trabalho temporário só acontece em grupo, nenhum dos moradores saem mais às cegas à procura de um emprego. Somente em meados da década passada que os trabalhos passaram a ter o conforto do ônibus regular, uniforme, calçado e boné apropriados para o trabalho, assim como roupa de cama e colchão instalados no alojamento construído para abrigar as centenas de trabalhadores que vão para essas empresas. Os migrantes do bairro já tem destino certo: ou vão para a colheita da batata na empresa ADF, ou vão para o plantio e colheita do alho em São Gotardo.

Outra mudança nas condições de trabalho acontece na relação com à forma de negociação de trabalho: a maioria têm contrato de trabalho assinado que regulamenta as condições de trabalho e formas de pagamento, sem falar no seguro para acidentes que acontecem durante o trabalho.

Mesmo com essas modificações apenas uma minoria possui carteira assinada, que garante o salário até em períodos de pausa do trabalho na lavoura. Na visão daqueles que partem, a introdução das máquinas nas lavouras tem diminuído as opções de trabalho e as formas de manipulação da terra e do alimento tem causado alguns problemas de saúde:

Hoje a gente sai pra trabalhar nessas firmas ai oh, e tá tendo muita máquina, tem acabado o serviço braçal. Antes o povo ia arrancar feijão até pro rumo do chapadão, hoje ainda existe mas é bem menos, então tá tendo muita máquina. Já tá tendo máquina mesmo de amarrar o alho, só não tem a máquina ainda - que eles não inventaram - de cortar o alho e nem de plantar. Mas a de batata já tem a de plantar, tem a plantadeira. Hoje em dia tem o maquinário todo e antes não tinha era tudo no braço. E hoje ainda tem uma coisa, que antes, o povo antigamente era mais sadio que a gente, porque eles eram mais sadio que a gente? Porque tudo hoje em dia e através da droga. O que você come hoje em dia, nunca é algo natural, é tudo através do veneno. Tem tanta química, tóxicos, que fazem mal pra gente, pra nossa própria saúde,... Igual mesmo a gente trabalha pra fora e a gente reclamou né, porque ali você tá trabalhando na roça e um filho de uma égua de um tratorista - que me perdoe - ele ia chegando já batendo o veneno, e você tá ali suspirando; o respiratório seu lá ... quando a gente ficava cortando, leirando eles vinham batendo... ai hoje que não tá fazendo isso mais porque a gente reclamou e eles pararam né. A gente reclamou, teve muita reclamação sobre esse assunto, porque isso faz mal pra gente, pro organismo da gente, eu mesmo já mexi muito com veneno. Batendo veneno assim oh. (Domingos, 36 anos, morador do Bairro Sagrada Família, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos em Outubro de 2012)

É nos relatos dos moradores que consegui construir um calendário do plantio e colheita da batata e alho, que são os produtos alimentícios que mais empregam moradores do bairro Sagrada Família no trabalho temporário de lavouras.

O plantio do alho acontece nos meses de março e abril. A colheita do alho acontece do mês de junho ao mês de setembro. Geralmente entre os meses de outubro e novembro alguns trabalhadores voltam para as fazendas para cortar o alho que vai para a câmara fria e será utilizado no próximo plantio. O plantio da batata é feito pelas máquinas no mês de outubro ao mês de dezembro; os trabalhadores temporários vão para a colheita que ocorre entre os meses de fevereiro a setembro. Em ambos os plantios os contratados tanto para plantio quanto para colheita trabalham 45 dias diretos, aí o prazo vence e é acertado com cada um os valores referentes ao rendimento do seu trabalho: no plantio eles recebem por metro quadrado plantado e na colheita recebem por caixa coletada. Feito o acerto os contratados voltam pra casa e descansam por uma semana; após o descanso eles retornam para a lavoura e trabalham mais 45 dias, recebem o acerto salarial e descansam mais uma semana em casa. É sempre assim até vencerem todos os prazos de colheita e plantio.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A migração é uma estratégia de manutenção do território tradicional. E mesmo entre o ir e vir da cidade para o campo e do campo para cidade procuram se afirmarem como ‘tradicionais do lugar’. No município de São Francisco, no bairro Sagrada Família a luta dos moradores está na manutenção da casa e sonho de que o município consiga incorporar os migrantes no seu mercado de trabalho. Os moradores estão à margem da sociedade, isolados dos centros comerciais e urbanos. Os moradores se unem em prol da resistência e a migração continua sendo estratégia de manutenção da vida e suas esferas.

A vida, a luta, o estar e permanecer no lugar fazem parte da ‘estória’ desse lugar que como as águas dos rios que margeiam a comunidade seguem sendo símbolo de força, de correnteza. O que permanece é o desejo de garantir que seu território abrigue e alimente as gerações futuras, sem que seus direitos sejam violados e sua tradição e cultura desrespeitada.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, M. G; MENDES, G. F. **Memória, símbolos e representações na configuração socioespacial do sertão da Ressaca – Bahia.** *Mercator* – Revista de Geografia da UFC, ano 07, número 13, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante/** - São Paulo: Brasiliense, 1999

\_\_\_\_\_. **A comunidade tradicional.** Relatório final Projeto Opará. Minas Gerais. 2010

CAVALCANTI, Dirce A. (**O Velho Chico, ou a vida é amável.** São Paulo, Ateliê. 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 2001.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

LIMA, Natália Fernandes. OLIVEIRA, Manoel N. A. RESENDE, Aline de Jesus. **Estranhos (DES)Encontros: trabalhadores rurais migrantes e educação.** Goiás. 2008.

MAZZETTO, Carlos E. Silva . **Territorialidade Camponesa e agronegócio: o sentido e a sustentabilidade dos territórios rurais em questão.** In: Amélia Cristina Alves Bezerra; Cláudio Ubiratan Gonçalves; Flávio Rodrigues do Nascimento; Tadeu Alencar Arrais. (Org.). Itinerários Geográficos. 1 ed. Niterói: Ed.UFF, 2007, v. , p. 215-242.

NEVES, Zanoni. **Navegantes da integração: os remeiros do rio São Francisco.** Belo Horizonte, UFMG. 1998.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. **Integração dos migrantes no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais: “A Esperança de Melhoria de Vida”.** 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2003.

\_\_\_\_\_, et al. **A região Mineira do Nordeste.** XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro. 2006.

Paula, Andrea Maria Narciso Rocha de. **Travessias - movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais.** 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2009.

PAULA, Andrea M. N. R. **Viver Sertanejo, criar lugares: diásporas dos sujeitos rurais no Norte de Minas Gerais.** *Geografia* – UFU, Uberlândia, 2009.

\_\_\_\_\_, CLEPS, J. **Migrações campo-cidade: os diferentes enfoques interpretativos.** Minas Gerais, 2008.

PORTO-CONÇALVES, C. W. **As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas.** In. LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (Org). *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade.* Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço - Técnica e Tempo. Espaço e Emoção.** 4ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo.** *Cad. CERU*, São Paulo, v. 19, n. 1, jun. 2008. Disponível em <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-45192008000100012&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-45192008000100012&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 01 maio 2012.



## GT 04 - Trabalho agrícola, migração e mudanças tecnológicas na agricultura

### Avanço recente na mecanização canavieira e efeitos na ocupação sucroalcooleira no estado de São Paulo.<sup>1</sup>

José Giacomo Baccarin<sup>2</sup>  
Regina Aparecida Leite de Camargo<sup>3</sup>

**Resumo:** Importante discussão estabeleceu-se no Brasil em torno da maneira como se procede ao corte da cana-de-açúcar, envolvendo questões de ocupação, sociais, econômicas, gerenciais e ambientais. Está se generalizando o processo de colheita mecânica de cana, em sua maior parte sem queimar, em substituição à colheita manual de cana queimada, ao mesmo tempo em que se eleva a área de cana plantada mecanicamente. Com isso, verificou-se redução expressiva, entre 2007 e 2013, no número de trabalhadores canavieiros no Estado de São Paulo, fato agravado pelo baixo crescimento da produção sucroalcooleira de 2010 a 2013. No entanto, o conjunto das demais ocupações sucroalcooleiras, em atividades agrícolas com maior qualificação profissional ou em posição de chefia, na indústria, administrativas e de apoio, cresceu no período analisado, acima do crescimento da produção setorial.

**Palavras-chaves:** ocupação sucroalcooleira, trabalhadores canavieiros, mecanização agrícola.

#### **Abstract**

*An important discussion is taking place in Brazil around the way by which sugar cane is cut involving issues of occupation, social, economic, and environmental management. The process of mechanical harvesting of sugarcane without burning is replacing the manual harvest of burned cane, and at the same time the area planted mechanically is increasing. This scenario brought a significant reduction in the number of sugarcane workers in São Paulo state, between 2007 and 2013, worsened by the low growth of sugar and ethanol production from 2010 to 2013. But the assemble of the other sugarcane occupations in agricultural activities with higher professional qualifications or in chief position, in industry, administration and support grew in the period, outpacing the growth in the production sector.*

**Key words:** *Sugarcane occupation, canebrake workers, agricultural mechanization.*

---

<sup>1</sup> - As pesquisas que deram origem ao artigo contaram com financiamento da FAPESP, na modalidade projeto regular, com duas bolsas do PIBIC/CNPq/Reitoria UNESP e duas de extensão da UNESP.

<sup>2</sup> - Doutor, Professor Assistente, FCAV/UNESP/Jaboticabal. [baccarin@fcav.unesp.br](mailto:baccarin@fcav.unesp.br)

<sup>3</sup> - Doutora, Professora Assistente FCAV/UNESP/Jaboticabal. [regina@fcav.unesp.br](mailto:regina@fcav.unesp.br)

## Introdução

A mais ampla e impactante mudança tecnológica que vem ocorrendo na lavoura canavieira nos últimos anos é a substituição da colheita manual de cana queimada pela colheita mecânica de cana, em sua maior parte, não queimada. Em pouco tempo, o método moderno passou a predominar amplamente nos canaviais do Estado de São Paulo. Trouxe consigo impactos ambientais positivos, fruto da redução da área queimada<sup>4</sup>, ao mesmo tempo em que ocasionou impactos fortemente negativos na ocupação agrícola, com a dispensa de milhares de trabalhadores canavieiros.

Embora a cana-de-açúcar, desde o período colonial, tenha sempre apresentado grande importância na economia do Brasil, o uso da queimada de sua palha para agilizar sua colheita manual é relativamente recente, tendo se difundido a partir da década de 1960, quando começou a ser empregada nos canaviais do Estado de São Paulo.

No final do Século XX se constatava acirrado debate em torno da manutenção dessa prática. De um lado, se posicionavam, entre outros, vários ambientalistas e procuradores de justiça, defendendo a sua imediata eliminação. De outro, os empresários sucroalcooleiros, com apoio de alguns sindicatos de trabalhadores, defendiam a sua continuidade, com o argumento de que, sem a queimada, teriam que adotar a colheita mecânica e, conseqüentemente, promover a desocupação de centenas de milhares de trabalhadores canavieiros. Em 1997, ainda 86% da cana destinada à produção de açúcar e etanol no Estado de São Paulo eram colhidos manualmente, após terem sua palha queimada (PAES, 2007).

Tal posicionamento empresarial sofreu rápida mudança na década inicial do Século XXI e, a partir de 2006, ficou cada vez mais evidente a decisão de se acelerar a implantação da colheita mecânica de cana, na maior parte não queimada ou crua, como forma de diminuir os impactos ambientais negativos da lavoura, além de outras razões gerenciais e trabalhistas. O acontecimento que marcou essa mudança foi a assinatura, em 2007, do Protocolo Agroambiental entre a União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA), associações de fornecedores e as Secretarias Estaduais do Meio Ambiente e da Agricultura e Abastecimento de São Paulo, revelando a intenção de se antecipar em sete ou 14 anos os prazos previstos, em legislação estadual, para eliminação da queimada dos canaviais no Estado.

A partir de então, o emprego de colhedoras se intensificou, com estimativas apontando que, em 2012, próximo a 82% dos canaviais diretamente administrados pelas agroindústrias sucroalcooleiras do Estado de São Paulo foram colhidos mecanicamente (UNICA, 2013). As mudanças tecnológicas se estenderam ao plantio de cana, em que a mecanização também aumentou, embora menos intensivamente que na colheita.

Em termos de evolução da produção sucroalcooleira, a fase de crescimento acelerado de 2000 a 2006, de 80,6%, amenizou-se no período de 2007 a 2013, em que constatou aumento de 9,5% na produção canavieira em São Paulo (MAPA, 2011; CONAB, 2014). O menor dinamismo da produção setorial pode ter servido de agravante à desocupação de trabalhadores canavieiros, decorrente da mecanização descrita no parágrafo anterior.

É importante se atentar para o fato de que as transformações tecnológicas nas operações agrícolas são, no presente momento, mais intensas do que modificações administrativas e tecnológicas no processamento industrial da cana e em atividades administrativas e de apoio, que foram muito significativas na década de 1990 (VEIGA FILHO, 1998). Com isso, tende a ocorrer alteração na composição da ocupação sucroalcooleira, com diminuição da participação das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, especialmente naquelas em que se exige menor nível de qualificação profissional.

O objetivo desse artigo é discutir a relação entre as atuais mudanças tecnológicas canavieiras, em especial, e o ritmo de expansão da produção setorial, de forma secundária, com a variação no número e na composição da ocupação formal em empresas sucroalcooleiras do

---

<sup>4</sup>Deve-se considerar, contudo, que o fato da colheita sem queima deixar mais palha nas áreas com cana pode aumentar a incidência de doenças fúngicas e, em conseqüência, provocar aumento no uso de agrotóxicos.

Estado de São Paulo, entre 2007 e 2013, destacando-se o acontecido com os trabalhadores canavieiros. Para tanto, julga-se importante, debater questões ambientais, sociais, econômicas e gerenciais que tiveram influência no ritmo de expansão e nas mudanças tecnológicas. Pretende-se também contribuir para a mensuração das causas e conseqüências do processo estudado, apresentando ou elaborando alguns indicadores quantitativos. Nesse sentido, propõe-se:

- a) Caracterizar a expansão em área e produção da cana e a produção de seus principais produtos, o etanol e o açúcar;
- b) Aferir as mudanças tecnológicas ocorrendo na lavoura canavieira;
- c) Analisar a variação do número total de pessoas ocupadas no ramo sucroalcooleiro;
- d) Analisar a variação do número de trabalhadores canavieiros;
- e) Construir e interpretar indicadores de produtividade do trabalho sucroalcooleiro.

É importante salientar que o Estado de São Paulo representa 56,6% da atual produção de cana-de-açúcar no Brasil (CONAB, 2014).

Além dessa introdução e das referências bibliográficas, o artigo contém outras quatro seções. A segunda procura quantificar, para o período 2007 a 2013, o desempenho da produção sucroalcooleira em São Paulo, discutindo algumas de suas causas explicativas. Na terceira, para um período maior, descrevem-se mudanças que vem ocorrendo na tecnologia canavieira, associadas aos seus principais motivadores sociais e administrativos. A quarta seção é destinada a interpretar os indicadores de ocupação e produtividade do trabalho sucroalcooleira no Estado. E na quinta apresentam-se algumas considerações finais.

## 1 – Expansão Sucroalcooleira em Marcha Lenta

Durante praticamente toda a primeira década do Século XXI uma série de fatores se mostrou favorável à expansão da produção sucroalcooleira no Brasil, particularmente, na Região Centro Sul, incluindo o Estado de São Paulo (BACARIN et al., 2008). Houve estímulo à substituição do consumo de gasolina pelo etanol em decorrência do considerável aumento do preço do barril de petróleo e do lançamento, em 2003, dos carros *flexfuel*, que, em curto prazo de tempo, passaram a representar mais de 80% das vendas de veículos leves no País; conseguiu-se, pelo menos até 2008, elevar significativamente a exportação brasileira de etanol e os preços internacionais do açúcar registraram patamares favoráveis, além de outros fatores. Como consequência, entre as safras 2000/01 e 2006/07 no Estado de São Paulo, a produção de cana-de-açúcar passou de 147,0 milhões para 265,4 milhões de toneladas, aumento de 80,6%; a produção de etanol cresceu em 73,4%, de 6.378,6 milhões para 11.060,1 milhões de litros e o açúcar se expandiu de 9.542,4 mil para 20.265,3 mil toneladas, ou 112,4% a mais<sup>5</sup> (MAPA, 2011). As projeções que então se faziam eram bastante otimistas em relação à continuidade dessa forte expansão.

Os primeiros anos pós 2007 ainda revelaram crescimento vigoroso do segmento sucroalcooleiro, mas a partir de 2010 houve evidente esfriamento em sua expansão. Enquanto até 2009, as taxas anuais de expansão da área tendiam a ultrapassar 10%, a partir de 2010 elas foram bem menores, algumas vezes até negativas.

Entre as causas desse arrefecimento podem ser elencadas questões relacionadas às condições de investimento e de realização sucroalcooleira. A implantação de novas agroindústrias de açúcar e etanol, praticamente, deixou de acontecer nos últimos anos no Estado de São Paulo, tendo-se registrado, inclusive, fechamento de algumas dezenas delas<sup>6</sup>. Também, tem se argumentado que houve crescimento expressivo dos custos de produção não acompanhado de aumento de remuneração dos produtos, especialmente do etanol<sup>7</sup>, pressionado

<sup>5</sup> Para facilitar, muitas vezes, os números são apresentados em milhões ou milhares. Contudo, muitos dos cálculos foram feitos com os números em unidades. Isto pode resultar em pequenas diferenças nas variações absolutas e relativas ao se proceder aos cálculos diretamente dos números apresentados no texto.

<sup>6</sup> Dados do Anuário Jornal cana informam que na safra 2009/10 estavam em funcionamento no Brasil 482 unidades agroindustriais sucroalcooleiras, número que caiu para 419 na safra 2012/13 (FUNDAÇÃO PROCANA, diversos anos).

<sup>7</sup> Nastari (2012) elenca os seguintes pontos de aumento no custo relativo do etanol: apreciação do real em relação ao dólar; aumento do custo de arrendamento de terras devido à valorização da soja e milho;

pela contenção do preço real da gasolina. Do lado externo, após ter alcançado o volume de 5,2 bilhões de litros em 2008, as exportações brasileiras de etanol caíram fortemente em 2009 e sua recuperação tem se mostrado lenta, alcançando o valor de 3,1 bilhões de litros em 2012 (MME, 2013).

**Tabela 1** – Área disponível para colheita, em reforma e cultivada total de cana-de-açúcar, em mil hectares, no Estado de São Paulo, 2007 a 2013.

Ano	Área Disponível Colheita			Área em Reforma			Área Cultivada Total		
	Mil ha	Var Abs	Var. %	Mil ha	Var Abs	Var. %	Mil ha	Var Abs	Var. %
2007	3.961,9			288,0			4.249,9		
2008	4.445,3	483,3	12,2	428,7	140,7	48,8	4.873,9	624,0	14,7
2009	4.897,8	452,5	10,2	344,7	-84,0	-19,6	5.242,5	368,5	7,6
2010	4.996,5	98,7	2,0	306,9	-37,8	-11,0	5.303,3	60,9	1,2
2011	4.869,1	-127,4	-2,5	531,8	224,9	73,3	5.400,8	97,5	1,8
2012	4.865,3	-3,7	-0,1	667,8	136,1	25,6	5.533,2	132,4	2,5
2013	5.045,9	180,5	3,7	722,3	54,5	8,2	5.768,2	235,0	4,2
2007/13		1.084,0	27,4		434,3	150,8		1.518,3	35,7

Fonte: INPE, 2014.

Outra possível causa está relacionada com as dificuldades das empresas conseguirem adquirir ou arrendar áreas adicionais para a lavoura canavieira, em face ao crescimento do preço da terra agrícola e da boa rentabilidade alcançada por outras atividades agropecuárias. Entre técnicos e empresários do segmento era comum a verbalização que as agroindústrias trabalham com uma capacidade ociosa de 30%, por falta justamente de cana-de-açúcar para ser moída. Até 2009, os dados da Tabela 1 parecem não confirmar essa explicação, posto que houve significativa expansão da área disponível para colheita e da área cultivada total. Contudo, chama à atenção que a partir de 2010 a área reformada<sup>8</sup>, ano a ano, suplantou a variação absoluta da área de cultivo total

O relativamente pequeno crescimento da produção canavieira em São Paulo entre 2007 e 2013 tem sido atribuído, por alguns, ao envelhecimento dos canaviais, muito associado à queda da taxa de expansão da área canavieira. Quando cortada pela primeira vez a cana-de-açúcar alcança maior produtividade do que quando cortada pela segunda vez e, assim, sucessivamente. Contudo, julga-se que tal fato não seria suficiente para explicar esse baixo crescimento da produção, mesmo porque, como mostra a Tabela 1, a área de canavial reformada tem se mostrado relativamente alta nos últimos anos.

Outra explicação para esse fraco desempenho pode ser buscada nas condições climáticas adversas observadas especialmente em 2010 e 2011 (NASTARI, 2012).

Ademais, é importante acrescentar outro fator, que é a intensificação da mudança do processo de colheita manual pela colheita mecânica. As máquinas, especialmente em talhões mais velhos, mostram dificuldade de cortar os colmos de cana rente ao solo, diminuindo sua produtividade agrícola e também a industrial, já que nessa parte a concentração de sacarose tende a ser maior. Outro problema associado ao uso das colhedoras é que elas provocam mais danos mecânicos às gemas da cana, diminuindo o vigor de suas brotações. Ao mesmo tempo, tem-se relatado aumento de problemas fitossanitários, com influência na produção de cana, em decorrência do excesso de palha deixada no campo pela colheita mecânica de cana crua.

---

maiores perdas e aumento no custo com plantio e colheita mecanizada, no curto prazo; aumento no preço do aço, com impacto nos bens de capital, e fertilizantes; aumento no custo de mão-de-obra, por regulação mais exigente e crescimento da economia; queda na produtividade agrícola.

<sup>8</sup>Na seção seguinte este ponto será retomado, mas se pode adiantar que, após plantada, uma determinada área de cana-de-açúcar permite vários cortes, por cinco, seis ou mais anos, devido às novas brotações de seus perflhos. Só após essas brotações se mostrarem muito pouco vigorosas é que o canavial é reformado, realizando-se um novo plantio na área.

Também o crescimento do plantio mecanizado está fazendo com que se utilizem mais mudas de cana por hectare e sua brotação tem-se revelado menor que o plantio manual, comprometendo a produtividade da lavoura.

Braga Júnior (2012), a partir de levantamentos do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), informa que tanto o plantio como a colheita mecanizada têm trazido perdas de produtividade por hectare na lavoura canavieira no Centro Sul do Brasil. No caso do plantio, dependendo da variedade de cana-de-açúcar usada, as perdas podem variar entre 1,3% e 16,0%. No caso de usinas denominadas “novatas” as perdas variaram entre 5% e 10% entre as safras 2006 e 2010, com a adoção da colheita mecânica de cana não queimada.

Este é um ponto bastante interessante para o qual se sugere que se realizem levantamento de novas informações e pesquisas de campo. Até que ponto a muito rápida mudança tecnológica canavieira, que será caracterizada na seção seguinte, comprometeu os rendimentos por área da lavoura? Está-se em fase de adaptação às novas tecnologias ou os problemas relatados tendem a perdurar? Sugere-se também que se estimem os efeitos de tais fatores sobre os custos médios setoriais.

## 2 – A Mecanização Canavieira em Ritmo Acelerado

Pode-se discutir a forma como ocorre o corte de cana-de-açúcar tanto do ponto de vista mais restrito, da gestão empresarial, quando da perspectiva mais ampla, envolvendo temas como a geração de postos de trabalho, as relações sociais entre empresários e trabalhadores e a preservação ambiental. Em princípio, há quatro possibilidades para aquela operação: corte manual de cana não queimada, corte manual de cana queimada, corte mecânico de cana queimada e corte mecânico de cana não queimada.

Como já afirmado, a prática de se queimar a palha da cana, horas antes de seu corte, vem sendo usada no Estado de São Paulo desde a década de 1960, como forma de aumentar a produtividade do trabalho, estimando-se que sua prática, em relação ao corte manual de cana crua ou não queimada, eleve em duas ou três vezes a quantidade de cana cortada pelo trabalhador (BACCARIN & GEBARA, 2010). A queimada também costuma ser empregada para facilitar a operação de colhedoras menos desenvolvidas sob o ponto de vista tecnológico.

Até o final dos anos 1960, a colheita manual de cana-de-açúcar era feita sem que se queimasse previamente a sua palha, comumente denominada de colheita de cana crua. O processo iniciava-se com o trabalhador, com auxílio de um podão (espécie de facão de lâmina mais larga), cortando rente ao solo os colmos de cana, despalhando-os parcialmente e os depositando, em montes ou em leira contínua, na rua central do eito de trabalho, composto normalmente por cinco ruas de cana. Após era feito, também manualmente, o carregamento da cana cortada, por outro grupo de trabalhadores, nas carretas de tratores ou em pequenos caminhões para que o produto fosse transportado para as usinas e destilarias, aonde viria a ser transformado em rapadura, açúcar e/ou etanol.

O pagamento do corte manual era (e continua sendo) feito proporcionalmente à quantidade, em toneladas, que o trabalhador cortava no período de pagamento, fosse semanal, quinzenal ou mensal. Esse método faz com que o trabalhador se esforce até o limite de sua força física (às vezes, além desse limite) para elevar seu salário. Sob o ponto de vista empresarial, o pagamento por produção é uma forma de estimular o aumento da produtividade do cortador de cana.

No final da década de 1960, o carregamento manual passou a ser substituído pelo carregamento mecânico, através de guinchos acoplados a tratores, ao mesmo tempo em que aumentou a capacidade de carga dos caminhões. Diante disso, acabou-se por adotar a prática da queima da palha do canavial, horas antes de seu corte, de maneira a elevar seu ritmo e acompanhar a maior intensidade das outras duas operações, carregamento e transporte. É importante reafirmar que com a queima prévia do canavial, a quantidade diária de cana-de-açúcar cortada por trabalhador mais do que dobrou ou triplicou, além de diminuir os acidentes de trabalho provocados pelas pontas da palha da cana e os riscos de picadas de cobra.

Ao mesmo tempo em que elevava significativamente a produtividade do trabalho na colheita manual nas décadas de 1960 e 1970, a queimada do canavial trouxe maiores danos ao

meio ambiente, com efeitos negativos na fauna, na flora (era comum o fogo do canavial, acidentalmente ou não, atingir áreas de reservas florestais) e na poluição do ar. Como a questão ambiental não tinha a importância atual e como a área de cana-de-açúcar era bem menor, a reação da sociedade civil à generalização das queimadas não se revelou importante até o final dos anos 1980.

As empresas sucroalcooleiras no Centro Sul promoveram uma série de mudanças técnicas e gerenciais durante os anos de 1990, que alcançaram especialmente suas atividades industriais, administrativas e de apoio. Citando estudo de Eid (1996), Veiga Filho (1998) mostra que avançaram ações de informatização e automação industrial, bem como mudanças gerenciais em direção à menor burocracia, melhoria dos processos, redução de atividades hierárquicas e terceirização de uma série de serviços. Com isso, houve redução expressiva no número de pessoas ocupadas em atividades sucroalcooleiras secundárias e terciárias.

Veiga Filho (1998) cita vários estudos de caso das décadas de 1980 e 1990 que não evidenciavam taxativamente a vantagens de custo do corte mecânico, especialmente o de cana não queimada, em relação ao corte manual. Além disso, ao estimar o valor do investimento no maquinário necessário para mecanizar toda a colheita de cana em São Paulo, esse autor concluiu que este representaria entre 30% a 66% do volume de recursos movimentados pelo agronegócio canavieiro no Estado, investimentos muito altos especialmente em período, como o final da década de 1990, em que os preços do açúcar e do etanol não se mostravam favoráveis<sup>9</sup>.

Outras dificuldades elencadas para a expansão do corte mecânico estavam relacionadas à topografia muito ondulada de algumas regiões produtoras, a falta de adaptação dos talhões dos canaviais, que precisariam ser mais compridos e com as linhas de cana acompanhando regularmente as curvas de nível, a pouca adaptação das cultivares e variedades então existentes ao emprego das colhedoras e o ainda insuficiente desenvolvimento tecnológico e os problemas operacionais dessas máquinas, especialmente as colhedoras de cana crua.

No acalorado debate social que se estabeleceu no final da década de 1990 em torno da continuidade da prática da queimada dos canaviais, a quase totalidade dos empresários sucroalcooleiros se posicionava em favor de sua manutenção com a justificativa de ser essa a maneira de se garantir a ocupação de milhares de trabalhadores rurais, que teriam dificuldade de serem absorvidos em outras atividades em face à sua baixa qualificação profissional e escolaridade.

Procurando quantificar essa preocupação, Gonçalves e Souza (1998) estimaram que, em diferentes cenários, a mecanização do corte de cana significaria desempregar entre 18,8% e 64,9% dos trabalhadores canavieiros, correspondente de 10,7% a 29,3% de toda a ocupação da agropecuária paulista. Além disso, os autores afirmavam que a adoção maciça das colhedoras de cana dificultaria a permanência no setor de pequenos fornecedores, cujas propriedades não teriam tamanho suficiente para se adaptarem a essas máquinas.

A pressão de parte da sociedade para que a prática das queimadas fosse interrompida, partia de argumentos que iam desde a necessidade de se preservar o meio ambiente e de se poluir menos o ar, passando pela diminuição de problemas de saúde, especialmente os respiratórios, dos canavieiros e da população de maneira geral, até os relacionados com a manifestação de contrariedade com a sujeira urbana provocada pela fuligem da queimada de cana. Ao mesmo tempo, porção expressiva do Ministério Público ajuizava ações solicitando o fim imediato das queimadas.

Legislações e normas específicas foram elaboradas entre o final da década de 1990 e o início do século XXI, propondo a redução gradativa das queimadas dos canaviais. No âmbito federal, como destaca Oliveira (1999), foi publicado o Decreto 2.661 de 8 de julho de 1998 que

---

<sup>9</sup> “Em resumo, as relações de preços fator/produto, os níveis exigidos de investimentos e as comparações de custos, atuando pelo lado da demanda por tecnologia, não emitiram sinais claros e incisivos no sentido da substituição de mão-de-obra por tecnologia poupadora desse recurso no período estudado.” (VEIGA FILHO, 1998: 19)

estabelece que a prática da queimada da palha da cana deveria ser, gradativamente, eliminada em 20 anos<sup>10</sup>.

No Estado de São Paulo havia sido aprovado o decreto n. 42.056, de 6 de agosto de 1997, estabelecendo que a queimada da palha da cana deveria ser eliminada, gradativamente, em áreas mecanizáveis (com declividade igual ou inferior a 12%) em prazo máximo de oito anos e em área não mecanizáveis (declividade superior a 12%) em prazo de 15 anos (OLIVEIRA, 1999). Imediatamente, houve reação empresarial contrária e novas propostas passaram a ser discutidas na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Acabou-se por editar a Lei 11.241, de 19/09/2002 (ALESP, 2012) que estabelece um calendário gradativo para que a eliminação completa da queimada dos canaviais ocorra até 2031, em áreas não mecanizáveis ou em imóveis menores que 150 hectares, e até 2021, em áreas mecanizáveis. Portanto, a atual legislação estadual paulista mostra-se bastante cautelosa, estabelecendo prazos de 20 a 30 anos, a partir de 2002, para a eliminação total da queimada da palha de cana em seu território.

Provavelmente, não era a preocupação com a preservação do nível de ocupação que impedia que as empresas sucroalcooleiras tivessem alcançado maiores percentuais de mecanização, no final de 1990, mas sim, as dificuldades técnicas, operacionais e financeiras já apontadas para o uso de colhedoras.

A partir do final da década de 1990 acelerou-se a adoção da colheita mecânica de cana-de-açúcar. Em 2006, a área de cana colhida mecanicamente no Estado de São Paulo se elevava para 38%, sendo 9% de cana queimada e 29% de cana crua (PAES, 2007)<sup>11</sup>. Contribuíram para o avanço da colheita mecânica as adaptações que se realizaram nos canaviais e a melhoria de preços do açúcar e etanol, a partir de 2001, aumentando a capacidade de investimentos dos empresários, inclusive na aquisição de colhedoras. Também aumentaram as evidências de que os custos de produção da colheita mecânica iam se mostrando mais competitivos em relação aos da colheita manual<sup>12</sup>.

Os dados de 2006, embora ainda registrassem predomínio do corte manual, mostravam expansão do corte mecânico, especialmente o de cana crua. Aliás, nesse ano fica cada vez mais evidente uma mudança de atitude e de discurso empresarial quanto à adoção da colheita mecânica de cana. Até então, como já afirmado, predominava a justificativa de que o alto nível de área de cana queimada era necessário para a preservação da ocupação dos cortadores de cana. A partir daí, passou-se a destacar a necessidade de se adotarem práticas preservacionistas, revelando a intenção de se acelerar ainda mais a adoção da corte mecânico de cana sem queimar. Neste momento, em torno de 25% da produção brasileira de álcool combustível já eram destinados à exportação e as barreiras não tarifárias ligadas à questão ambiental poderiam se constituir em obstáculo para que este valor continuasse se elevando.

Oliveira (1999) já destacava, na década de 1990, que as empresas sucroalcooleiras ficavam sujeitas a maiores exigências ambientais, especialmente por parte dos países europeus,

<sup>10</sup> “Desde a década de 60, o governo federal vem criando algumas diretrizes para a questão das queimadas no Brasil, as quais estabelecem a prática controlada do fogo em atividades agropastoris ou florestais. Recentemente, criou o Decreto no. 2.661, de 8 de julho de 1998, que regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei no. 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal) estabelecendo, no cap. IV, art. 16, sobre a redução gradativa do fogo, que: ‘O emprego do fogo, como método despalhador e facilitador do corte de cana-de-açúcar em áreas passíveis de mecanização da colheita, será eliminado de forma gradativa, não podendo a redução ser inferior a um quarto da área mecanizável de cada unidade agroindustrial ou propriedade não vinculada a unidade agroindustrial, a cada período de cinco anos, contados da data da publicação deste decreto.’” (OLIVEIRA, 1999:2)

<sup>11</sup> A partir de imagens de satélite do Projeto CANASAT do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Aguiar et al (2010) indicam que, na safra 2006, 34,2% da área colhida com cana em São Paulo não utilizaram a queima prévia da palhada. O valor maior da segunda estimativa, em parte, se deve ao fato de que o Projeto CANASAT registra a colheita de cana crua destinada ao plantio de novos canaviais, que corresponde a cerca de 1,5% da área colhida total de cana..

<sup>12</sup> No ano de 2009, estudo de Oliveira e Nachiluk (2011), para um universo grande de empresas e em seis regiões canaveiras de São Paulo, mostra que o custo do corte mecânico se mostrava entre 2,3% e 17,0% menor que o corte manual, de acordo com as diversas situações analisadas.

quando desejavam exportar seus produtos. Passava-se a requerer certificações ambientais, como o chamado Selo Verde. Isso se acentuou ao longo do Século XXI e, atualmente, várias empresas sucroalcooleiras divulgam o fato de terem obtido o Selo Bonsucro, o que comprovaria que adotam boas práticas ambientais e sociais<sup>13</sup>.

Um fato que evidencia aquela mudança de atitude, como já citado, foi a promulgação do Protocolo Agroambiental, em 2007, no Estado de São Paulo. Nele propunha-se a antecipação do final das queimadas da cana-de-açúcar no Estado para 2014, em áreas mecanizáveis, e para 2017, em áreas não mecanizáveis ou menores que 150 hectares, prazos mais exíguos do que os previstos na já citada Lei Estadual 11.241/2002. Embora a adesão ao Protocolo fosse voluntária, sua edição deixava clara a opção, pelo menos das lideranças dos empresários paulistas, em eliminar, o quanto antes, as queimadas nos canaviais, acelerando o processo de mecanização do corte de cana (FREDO et al, 2008).

A partir do Protocolo Agroambiental foi se intensificando o ritmo de incorporação de colhedoras mecânicas de cana-de-açúcar. Estudo de Ramos (2007) aponta que em 2003, foram vendidas no Brasil 40 dessas máquinas, saltando para 254, em 2006. O autor ainda previa que as vendas de colhedoras se elevariam para um número entre 950 e 1000 unidades, em 2010, e que 80% da área de cana-de-açúcar no Centro Sul do Brasil seriam colhidos mecanicamente, em 2015. Com isso, segundo estimativa do autor, ainda que houvesse uma ampliação de 69,5% na área colhida e de 77,6% na produção de cana-de-açúcar, entre 2006 e 2015, a ocupação dos canavieiros cairia em 63,9% nesse período.

Outra informação sobre o uso de colhedoras de cana-de-açúcar, específica para o Estado de São Paulo, pode ser obtida em documento da Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo (SEMA/SP, 2013). Aí se relata que as empresas paulistas que aderiram ao Protocolo Agroambiental possuíam 753 colhedoras na safra 2006/07, passando para 2.740 máquinas na safra 2012/13.

O aumento da área colhida mecanicamente a partir de 2006 veio acompanhado do crescimento da área colhida sem o uso de queimada. O Projeto CANASAT avalia a participação das queimadas nos canaviais paulistas. A Tabela 2 mostra que, entre 2006 e 2012, a área de cana queimada passou de, aproximadamente, 2/3 para menos de 30% da área colhida total no Estado.

**Tabela 2** – Área de colheita de cana crua e queimada no Estado de São Paulo, em hectares, participação relativa e taxas de crescimento (TC), 2006 a 2012.

Ano	Cana Crua			Cana Queimada			Total
	Área	%	TC (%)	Área	%	TC (%)	
2006	1.110.120	34,2		2.131.990	65,8		3.242.110
2007	1.764.992	46,6	59,0	2.025.448	53,4	-5,0	3.790.440
2008	1.924.075	49,1	9,0	1.997.630	50,9	-2,4	3.921.705
2009	2.266.403	55,6	17,8	1.810.531	44,4	-9,4	4.076.934
2010	2.627.025	55,6	19,9	2.101.110	44,4	16,0	4.728.135
2011	3.125.619	65,2	19,0	1.670.521	34,8	-21,5	4.796.140
2012	3.381.311	72,6	8,2	1.277.004	27,4	-23,6	4.658.315
2006/12	2.271.191		204,6	-854.986		-40,1	1.416.205

Fonte: dados do Projeto CANASAT (INPE, 2013), SEMA/SP, 2013.

Depois de um salto inicial, de 59,0% entre 2006 e 2007, confirmando 2007 como um divisor d'água na mecanização canavieira, e um crescimento bem menor, de 9,0% entre 2007 e 2008, a área de cana sem queimar expandiu-se a taxas anuais superiores a 17,0% entre 2009 e 2011, arrefecendo em 2012, o que é uma indicação que o processo está chegando ao seu limite. No período todo, a área colhida sem queimar aumentou em 2.271.191 hectares ou em 204,6%. Como a colheita de cana não queimada é feita, em sua imensa maioria, com colhedoras<sup>14</sup>, os

<sup>13</sup> Próximo a 30 empresas sucroalcooleiras brasileiras são listadas como possuidoras do Selo Bonsucro (BONSUCRO, 2013).

<sup>14</sup> Há uma pequena área de cana, entre 1,0% e 1,5% da área total, colhida manualmente sem queimar, com o objetivo de obtenção de mudas para o plantio.



números apontam a ocorrência de constantes investimentos empresariais na aquisição dessas máquinas e que, mesmo em conjunturas mais desfavoráveis, como em 2010 e 2011, sua expansão não arrefeceu.

Por sua vez, a área de cana queimada apresentou tendência de decréscimo, ainda que em intensidade menor que o aumento da área colhida sem queimar. No período todo, a área de cana queimada diminuiu em 854.986 hectares ou em 40,1%.

Aparentemente é nessa área, em sua grande maioria colhida manualmente, que ocorrem os maiores ajustes a problemas conjunturais, econômicos ou climáticos. O ano de 2009 foi marcado por crise econômica e atraso na colheita da cana, decorrentes de excesso de chuva durante o ano. Observe-se que a área colhida total em 2009 cresceu bem pouco em relação à de 2008 e houve queda mais acentuada que nos anos anteriores na área de cana queimada. Também houve pequeno crescimento da área entre 2010 e 2011 e, novamente, se acentuou a redução da área com cana queimada. De 2011 a 2012 a área total de cana colhida diminuiu e se registrou a maior queda relativa na área de cana queimada.

O Grupo IDEA (2012), para todo o Centro Sul, traz outras informações sobre o método de corte da cana, revelando que em 2011, 67,6% da colheita de cana na região foram feitos sem queimar, sendo 66,5% mecanizados e 1,1% manual. Nos 32,4% restantes, colhidos pós-queimada, 12,9% foram mecanizados e 19,5% manual.

Um ponto merece ser aqui destacado. Registrou-se que em não desprezíveis 12,9% dos canaviais do Centro Sul, em 2011, se agredia o meio ambiente, usando a prática da queimada, ao mesmo tempo, que se provocava desocupação, pelo uso de colhedoras.

Braga Júnior (2012) apresenta outros dados da evolução da área colhida mecanicamente após a queima dos canaviais. Em 2003 ela foi registrada em 16% dos canaviais do Centro Sul, caindo para 12% em 2006. Contrariando algumas expectativas, a partir de então ela passou a crescer, atingindo 21% em 2010. Nas últimas duas safras, a colheita mecânica de cana queimada voltou a diminuir, mas ainda estava presente em 10% dos canaviais do Centro Sul em 2012. Neste mesmo ano, a colheita manual de cana queimada estava reduzida, na estimativa de Braga Júnior (2012), a 17% da área de cana do Centro Sul.

Fica, portanto, evidenciado, que a manutenção da prática da queimada, em grande parte, não está vinculada à manutenção de ocupações na colheita de cana. De outra forma, pode-se dizer que a mecanização da colheita, pelo menos em parte, não é justificada simplesmente por motivos ambientais, mas por outras razões gerenciais, relacionadas ao custo de produção ou questões trabalhistas, o que merece ser mais bem analisado em futuras pesquisas e publicações.

Especificamente para o Estado de São Paulo, o Grupo IDEA estima, em comparação ao Projeto CANASAT, uma área queimada cerca de 10% menor, diferença bastante significativa. Salvo melhor juízo, por se basear em imagens de satélite, entende-se que as informações do INPE são mais precisas.

Quanto à porcentagem de mecanização no Estado de São Paulo, enquanto o Grupo IDEA a estima em 82,4%, Fredo et al (2012), com informações do Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, a estimam em 69,8% em 2011. Constatou-se novamente diferença significativa entre uma e outra estimativa, de 12,6%, o que, muito provavelmente, decorre do fato do Grupo IDEA se basear em informações apenas da área de cana colhida diretamente pelas agroindústrias sucroalcooleiras, enquanto os dados do IEA incorporam informações dos agricultores fornecedores de cana-de-açúcar, cujo índice de mecanização tende a ser menor.

Para a safra 2012, a UNICA (2013), também com dados exclusivos das agroindústrias, estima que a colheita mecânica atingiu 81,8% dos canaviais do Centro Sul. Comparando-se a situação dos estados mais importantes em termos de produção canieira da Região, percebe-se que em São Paulo o índice de mecanização, de 81,4%, estava muito próximo ao da média regional, enquanto em Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso os índices de mecanização se aproximavam ou mesmo ultrapassavam 90% da área colhida de cana-de-açúcar e no Paraná constatava-se índice relativamente baixo de mecanização, correspondente a 53,3% da área colhida de cana.

Ao que tudo indica, os níveis de mecanização da colheita de cana são maiores nas áreas administradas diretamente pelas agroindústrias do que na de fornecedores de cana. A incorporação mais lenta da nova tecnologia por parte dos fornecedores poderá intensificar o seu processo de exclusão da produção canavieira, aumentando ainda mais o nível de concentração da propriedade e da posse da terra na região canavieira.

Independente das diferenças entre as fontes de informação fica evidenciado o aumento expressivo da área de cana-de-açúcar colhida mecanicamente no Centro Sul e no Estado de São Paulo, resultando em efeitos negativos no número de pessoas ocupadas nessa lavoura. Isto está sendo reforçado pelo acréscimo da produtividade média do cortador de cana. Assim, dados coletados pelo IEA para São Paulo mostram que, em 2000, o trabalhador canavieiro cortava, em média, 7,69 toneladas de cana por dia, passando para 8,93 toneladas por dia, em 2011, aumento de 16,1% em 11 anos (IEA, 2012).

Além da colheita, realizada normalmente entre abril e novembro em São Paulo, outra operação agrícola em que se observam modificações tecnológicas importantes é o plantio de cana, realizado, normalmente, nos três primeiros meses do ano.

Até alguns anos atrás, a forma amplamente predominante de plantio de cana era composta de operações mecanizadas e não mecanizadas. Entre as primeiras estavam o transporte das mudas, a abertura e o fechamento dos sulcos de plantio e a adubação. Entre as duas primeiras e as duas últimas operações mecânicas acontecia o semeio propriamente dito, que consiste na colocação da cana planta no solo para sua multiplicação e que ainda era feito manualmente. Grupos de trabalhadores, alojados em cima de caminhões, jogavam as canas nos sulcos, outros grupos as alinhavam e as picavam em pequenos toletes com auxílio de podões. Embora com utilização de quantidade significativa de trabalhadores, o ritmo do plantio era ditado pelas máquinas, os caminhões que levavam as mudas e iniciavam a operação e os tratores que adubavam e fechavam o sulco e terminavam a operação. Os trabalhadores não podiam se atrasar em relação ao ritmo de trabalho determinado pelo maquinário.

Mais recentemente, o plantio inteiramente mecânico de cana-de-açúcar está se alastrando. Braga Júnior (2012) informa que, em 2009, 33% do plantio de cana no Centro Sul foram totalmente mecanizados, valor que saltou para 57%, em 2012. Tal fato, como já relatado, tem diminuído a produtividade por hectare de cana e exigido volume de mudas entre e 50% a 100% a mais do que no caso do plantio manual (CONAB, 2013a).

Também aumentou o número de cortes de um mesmo canavial. Na década de 1970, o comum era que, a cana fosse colhida cerca de 18 meses depois de plantada, sendo chamada de cana de primeiro corte. Em seguida, deixava-se brotar a soqueira desse canavial, que viria a ser colhido um ano após, obtendo-se a chamada cana soca. Por mais um ano, repetia-se a operação, obtendo-se a chamada cana ressoca. Depois do terceiro corte, o canavial era renovado, com o revolvimento do solo, a incorporação das soqueiras antigas e a realização de um novo plantio alguns meses depois. Ou seja, o plantio tendia a se repetir, em uma mesma área, a cada quatro anos.

Atualmente, devido ao melhoramento genético e melhorias nos tratamentos culturais, é comum que o mesmo canavial permita cinco ou seis cortes, antes da renovação. Assim, em uma mesma área, o plantio de cana se repete apenas a cada seis ou sete anos, diminuindo a necessidade de trabalhadores nessa operação. Isso não necessariamente reduz o número de pessoas ocupadas no conjunto de atividades canavieiras, posto que, mesmo sem fazer um novo plantio, a cana continua sendo colhida, ocupando trabalhadores nessa atividade.

Enquanto as mudanças tecnológicas se aprofundam no cultivo da cana, especialmente na colheita, as modificações nas atividades industriais e administrativas se mostram menos abruptas que aquelas verificadas na década de 1990. É de esperar, a partir disso, que esteja ocorrendo modificação no perfil da ocupação sucroalcooleira, com perda de importância de atividades que exigem menor qualificação profissional.

#### **4 – Composição da Ocupação e Produtividade do Trabalho Sucroalcooleira**

Os dados de ocupação aqui utilizados são originários dos arquivos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Governo Federal do Brasil, que registram informações sobre

ocupação formal, prestadas pelas próprias empresas empregadoras<sup>15</sup>. As empresas enviam dois tipos de relatório ao MTE, um com dados de ocupação em 31 de dezembro de cada ano, chamado de Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O outro registra, para cada mês, a movimentação (admissão e demissão) das pessoas ocupadas, chamado de Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A partir das informações da RAIS de um ano qualquer, pode obter-se uma estimativa do número de pessoas ocupadas em determinado mês do ano seguinte, agregando-se os números de admissões e demissões registrados até então pelo CAGED.

Levantaram-se informações de ocupação, mês a mês, de dezembro de 2006 a dezembro de 2013, de empresas classificadas na RAIS e no CAGED nas seguintes classes: Cultivo da Cana-de-açúcar, Fabricação do Açúcar em Bruto, Fabricação do Açúcar Refinado e Fabricação de Álcool. É preciso observar que essa classificação se estabelece de acordo com atividade principal que a empresa declara exercer, sendo que uma empresa classificada, por exemplo, como de Cultivo da Cana-de-açúcar, pode se dedicar também a outras atividades agrícolas ou mesmo de outros ramos da economia.

Outra observação é que no Brasil é grande a integração vertical entre produção de açúcar e álcool e produção da cana. Em 2007, foi constatado que nas agroindústrias sucroalcooleiras do Centro Sul do Brasil, 65,4% da cana moída era proveniente de canaviais das próprias usinas ou destilarias e apenas 34,6% provinham de fornecedores independentes (CONAB, 2008). Assim, pressupõe-se que o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas nas empresas dedicadas à Fabricação do Açúcar em Bruto, Fabricação do Açúcar Refinado ou Fabricação de Álcool seja significativo.

Para obter-se o número de pessoas ocupadas nas quatro classes de empresas consideradas, trabalhou-se com o nível de classificação Família Ocupacional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)<sup>16</sup>. Do conjunto de ocupações sucroalcooleiras, constituiu-se um agrupamento denominado trabalhadores canavieiros não qualificados ou, mais simplesmente, trabalhadores canavieiros, composto por três famílias ocupacionais: Trabalhadores de Apoio à Agricultura, Trabalhadores Agrícolas na Cultura de Gramíneas, e Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral. Entende-se que aí estão incluídos os trabalhadores rurais que se dedicam às atividades que não exigem maior qualificação profissional, como o plantio e o corte de cana.

As outras famílias ocupacionais (em torno de 380) foram agrupadas no conjunto denominado demais ocupações sucroalcooleiras (demais ocupações, daqui por diante)<sup>17</sup>. Neste grupo estão incluídas as pessoas ocupadas na lavoura canvieira com qualificação profissional ou em posição de chefia, bem como pessoas ocupadas no processamento industrial, em atividades de apoio e administrativas e mesmo um pequeno grupo (menor de 2% do total) de pessoas ocupadas em atividades não sucroalcooleiras.

A Tabela 3 mostra que a média mensal de trabalhadores canavieiros reduziu-se em 84.085 pessoas entre 2007 e 2013 no Estado de São Paulo, 47,1% a menos. Em 2013 registrou-se a maior taxa de decréscimo desse número, de 15,9%. Enquanto em 2007 os trabalhadores canavieiros representavam 56,5% do total de ocupação sucroalcooleira, em 2013 esse valor tinha caído para 31,7%.

<sup>15</sup> Nas condições prevalentes no Estado de São Paulo, estimava-se que a ocupação formal representasse 94% da ocupação total em empresas sucroalcooleiras em 2003 (MORAES, 2004). Atualmente, esse valor deve ser maior, acompanhando a tendência de aumento de formalidade no mercado de trabalho.

<sup>16</sup> A CBO foi instituída pela Portaria Ministerial no. 397, em 2002, e tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto a registros administrativos e domiciliares. Ela classifica as ocupações em quatro grupos. O Grande Grupo Ocupacional constitui o nível mais agregado da classificação. O Subgrupo Ocupacional Principal busca melhorar o equilíbrio hierárquico entre o número de grandes grupos e subgrupos. O Subgrupo Ocupacional indica o domínio dos campos profissionais de Famílias Ocupacionais agregadas. E, por fim, a Família Ocupacional contempla 596 grupos de base, que agrupam situações de emprego ou ocupações similares (MTE, 2009).

<sup>17</sup> Para obter maiores detalhes sobre essa distribuição das Famílias Ocupacionais sucroalcooleiras, pode-se consultar Baccarin & Bara (2009).

**Tabela 3** – Evolução da média mensal do ano de pessoas ocupadas por grupos de ocupação em empresas sucroalcooleiras do Estado de São Paulo, 2007 a 2013.

Ano	Trabalhadores Canavieiros			Demais Ocupações		Total	
	Número	% total	TC (%)	Número	TC (%)	Número	TC (%)
2007	178.510	56,5		137.612		316.122	
2008	171.228	53,4	-4,1	149.508	8,6	320.736	1,5
2009	154.274	49,7	-9,9	156.398	4,6	310.672	-3,1
2010	140.460	45,2	-9,0	169.953	8,7	310.413	-0,1
2011	128.895	42,7	-8,2	173.255	1,9	302.150	-2,7
2012	112.268	37,5	-12,9	186.881	7,9	299.148	-1,0
2013	94.425	31,7	-15,9	203.257	8,8	297.682	-0,5
2007/13	-84.085		-47,1	65.645	47,7	-18.440	-5,8

Fonte: MTE (2014). TC = taxa de crescimento.

Nas três últimas safras, registrou-se queda do número de trabalhadores canavieiros com aumento ou diminuição da produção canavieira. Já em 2012, a produção canavieira cresceu 8,2% e a ocupação desses trabalhadores caiu 12,9% e, em 2013, para crescimento de 12,7% na produção canavieira, o número de trabalhadores canavieiros caiu 15,9%. Tal resultado indica que a mecanização do corte de cana tem se dado com tal intensidade que, mesmo quando há crescimento da produção canavieira, a ocupação não qualificada canavieira não aumenta, pelo contrário, continua reduzindo.

Por sua vez, ainda com base na Tabela 3, o conjunto demais ocupações apresentou constante crescimento nos anos estudados, com acréscimo de 65.645 pessoas entre 2007 e 2013, 47,7% a mais. Já a média mensal do total de pessoas ocupadas sucroalcooleiras registrou redução de 5,8% ou 18.440 pessoas a menos.

Com auxílio da Tabela 4, procura-se comparar a evolução da produção com a ocupação sucroalcooleira, sendo apresentados alguns índices de produtividade do trabalho. Percebe-se que a produção de cana por trabalhador canavieiro teve crescimento de 107,0% em todo o período, ou seja, mais do dobrou. Entre os anos, a exceção foi verificada em 2011, quando, embora o número de trabalhadores canavieiros continuasse caindo, isso veio acompanhado por queda ainda maior na produção canavieira. O número de trabalhadores canavieiros por área de cana no final reduziu-se para menos de 50% do valor constatado no início do período, refletindo o avanço da mecanização canavieira.

A produção de cana pelo grupo demais ocupações<sup>18</sup> apresentou queda de 25,9% entre 2007 e 2013, o que não deixa de ser surpreendente e carece ser mais bem explicado, o que foge do escopo desse trabalho. Já a produção de cana pelo total de ocupação sucroalcooleira apresentou crescimento de 16,3% entre 2007 e 2013.

**Tabela 4**- Indicadores de Produtividade do Trabalho Sucroalcooleiro no Estado de São Paulo, entre 2007 e 2013.

Item	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2007/13
PC/TC	1.907,51	2.018,69	2.350,78	2.575,29	2.371,20	2.945,59	3.948,16	2.040,64
Cresc. %		5,8	16,5	9,6	-7,9	24,2	34,0	107,0
TC/AC	46,68	44,11	37,36	32,24	29,49	25,40	20,74	-29,9
Cresc. %		-5,5	-15,3	-13,7	-8,5	-13,9	-18,3	-55,6
PC/DO	2.474,4	2.312,0	2.318,9	2.128,4	1.764,1	1.769,6	1.834,2	-640,3
Cresc. %		-6,6	0,3	-8,2	-17,1	0,3	3,7	-25,9
PC/TO	1.077,15	1.077,70	1.167,36	1.165,30	1.011,54	1.105,45	1.252,36	253,1
Cresc. %		0,1	8,3	-0,2	-13,2	9,3	13,3	16,3

<sup>18</sup>Nesse caso e no caso do total de ocupação sucroalcooleira teria sido mais adequado comparar o número de pessoas ocupadas com a produção dos produtos finais, açúcar e álcool. Contudo, devido à dificuldade de se converter a produção de um na produção do outro, preferiu-se trabalhar com a quantidade de matéria-prima processada na indústria, ou seja, a produção de cana-de-açúcar.

Fonte: CONAB (2014), INPE (2014), MTE (2014). Obs.: PC = produção de cana em mil toneladas da CONAB; AC = área cultivada total de cana em mil hectares do INPE; TC = média mensal do ano de trabalhadores canavieiros; DO = média mensal do ano das demais ocupações; TO = média mensal do ano do total de ocupação sucroalcooleira.

## 5 – Considerações Finais

Entre 2007 e 2013 aceleraram-se mudanças tecnológicas na lavoura canavieira no Estado de São Paulo. A área de plantio mecânico passou a representar quase 60% do total de plantio de cana e a colheita manual de cana queimada foi sendo substituída pela colheita mecânica, com uma participação entre 70% e 80% da área colhida em 2012. A colheita mecânica, em sua maior parte, está sendo feita sem a queima prévia do canavial, mas em torno de 10% da área ainda se constata a colheita mecânica de cana queimada.

Desde o final da década de 1990 aumentaram as pressões sociais e se elaboraram legislações visando a eliminação da queimada da palha de cana-de-açúcar. Sob o ponto de vista empresarial, a adoção do método de colheita mecânica de cana crua revela a intenção de valorização do etanol como um combustível renovável e com baixo impacto ambiental, o que contribui para acesso mais fácil a mercados externos. Contudo, parte não desprezível da colheita mecânica continua adotando a queima prévia dos canaviais, apontando que a mecanização tem razões gerenciais, de custo de produção e trabalhistas.

A expansão muito rápida do plantio e da colheita mecânica veio acompanhada de queda do rendimento por área da cana-de-açúcar. Isso foi um dos fatores que levou a um crescimento da produção canavieira bem abaixo do aumento de sua área entre 2007 e 2013. Pode ser que o fenômeno tal fato seja passageiro, sendo superado, em alguns anos, por maior adaptação e aprendizado da nova tecnologia. Mas, sugere-se aprofundamento de sua análise, incluindo estudos comparativos de custo de produção entre os diversos métodos de colheita.

Há evidências de que o nível de mecanização da colheita é relativamente maior nas áreas administradas diretamente pelas agroindústrias sucroalcooleiras do que em áreas dos fornecedores de cana-de-açúcar. Tal fato poderá contribuir para maior exclusão dos fornecedores e aumentar ainda mais os níveis de concentração da posse e da propriedade da terra na região canavieira no Estado de São Paulo.

O avanço da mecanização na lavoura canavieira promoveu profunda mudança na composição da ocupação sucroalcooleira. O número de trabalhadores canavieiros formalmente ocupados em empresas sucroalcooleiras de São Paulo reduziu-se em próximo a 84 mil, entre 2007 e 2013, ou seja, em 47,1%. Com isso, os indicadores de produtividade do trabalho dos canavieiros se elevaram fortemente, mesmo considerando que o período foi marcado por baixo desempenho produtivo setorial.

Já o número de pessoas ocupadas nas demais atividades sucroalcooleiras elevou-se também em quase 66 mil, entre 2007 e 2013, ou em 47,7%. De forma surpreendente, tal crescimento esteve bem acima do aumento produtivo setorial, da cana-de-açúcar e de seus principais produtos, o açúcar e o etanol.

O controle social e o acompanhamento de alguns órgãos públicos não se atentaram devidamente para o fato de que o processo de colheita mecânica de cana queimada tenha passado de 12% da área total colhida, em 2006, para 21%, em 2010, voltando a cair mais recentemente para 10%, em 2012, o que é um número ainda muito expressivo, mesmo porque a área de cana-de-açúcar aumentou no período. Sob o ponto de vista da sociedade não há como justificar que um método que, ao mesmo tempo, agride o meio ambiente e provoca desocupação, mantenha essa importância nos canaviais do Centro Sul e de São Paulo.

A diminuição significativa na ocupação dos trabalhadores canavieiros pode trazer impactos sociais consideráveis, se não houver perspectivas de emprego em outros ramos. Por outro lado, especialmente o corte manual de cana-de-açúcar constitui-se em tarefa das mais penosas e desgastantes e sua substituição por outros tipos de atividade pode significar um ganho social.

É importante que se desenvolvam ações privadas e públicas, inclusive em nível municipal, de requalificação profissional para os trabalhadores que estão sendo dispensados do

corte e do plantio de cana. Também é recomendável que se procure, sem prejuízo salarial aos trabalhadores, desenvolver ações que evitem que a diminuição do número de cortadores venha acompanhada do aumento do esforço dos remanescentes, que estão elevando, ano a ano, a quantidade média diária de toneladas de cana cortada.

A aceleração do processo de corte mecânico nos últimos anos faz supor que, em breve, esse processo chegará ao seu limite, com a mecanização total da colheita de cana em áreas com baixa declividade no Centro Sul do Brasil, incluindo o Estado de São Paulo.

### Referências bibliográficas

- AGUIAR, D. A.; RUDORFF, B. F. T.; SILVA, W. F. Monitoramento do modo de colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo – ano safra 2009/2010. São José dos Campos: INPE/MCT, 2010. 154 p. (*Relatório Técnico* 16685-RPQ/851).
- AGUIAR, D. A. et al. Remote sensing images in support of environmental protocol: monitoring the sugarcane harvest in São Paulo State, Brazil. In: *Remote Sens.* 2011, 3 (3), 2682-2703.
- ALVES, F. J. C. Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto. *Tese de doutoramento*, IE/UNICAMP, Campinas (SP), 1991. 270 p.
- ALESP (Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo). *Texto da Lei n. 11.241, de 19 de setembro de 2002*. Disponível em [www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br). Acesso em março de 2012.
- BACCARIN, J. G. & ALVES, F. J. da C. Etanol da cana-de-açúcar; considerações sobre o meio ambiente e a ocupação agrícola. In: *Cadernos do CEAM*, Brasília, Ano VIII, n. 33, dezembro 2008. P. 111 – 147.
- BACCARIN, J. G.; ALVES, F. J. C. & GOMES, L. F. C. Emprego e condições de trabalho dos canavieiros no Centro-Sul do Brasil, entre 1995 e 2007. In: 46º. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2008, Rio Branco (AC). *Anais...* Brasília: SOBER, 2008. 1 CD-ROM.
- BACCARIN, J. G. & BARA, J. G. *Boletim Ocupação Formal Sucroalcooleira em São Paulo*. Número 7, anexo, outubro de 2009. Disponível em [www.fcav.unesp.br/baccarin](http://www.fcav.unesp.br/baccarin).
- BACCARIN, J. G. & GEBARA, J. J. Intensificación del ritmo y reducción de los puestos de trabajo de los trabajadores cañeros en el Estado de São Paulo, Brasil. In VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo (ALAST). 2010, Cidade do México (México), *Anais...* 20 a 23 de abril de 2010.
- BONSUCRO. Disponível em [www.bonsucro.com](http://www.bonsucro.com). Acesso em fevereiro de 2013.
- BRAGA JÚNIOR, R. L. do C. A renovação ocorrida na safra 2012/13 foi satisfatória? In: Seminário Desafios para o aumento da produção brasileira de cana-de-açúcar: uma avaliação do Programa BNDES PRORENOVA. 2012, Rio de Janeiro, BNDES, 32 p.
- CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). *Perfil do setor de açúcar e álcool no Brasil – situação observada em novembro de 2007 a abril de 2008*. Brasília: CONAB, 2008. 75 p.
- CONAB(Companhia Nacional de Abastecimento). *Perfil do setor de açúcar e álcool no Brasil – edição para a safra 2008/09*. Brasília: CONAB, 2010. 80 p.
- CONAB(Companhia Nacional de Abastecimento). *Perfil do setor de açúcar e álcool no Brasil – edição para a safra 2009/10*. Brasília: CONAB, 2012. 62 p.
- CONAB(Companhia Nacional de Abastecimento). *Perfil do setor de açúcar e álcool no Brasil – safra 2010/11*. Brasília: CONAB, 2013a. 64 p.
- FREDO, C. E.; OTANI, M. N.; VICENTE, M. C. M.; BAPTISTELLA, C. da S. L. & VEIGA, J. E. R. Índice de mecanização na colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo e nas regiões produtoras paulistas, junho de 2007. Disponível em [www.iea.sp.gov.br](http://www.iea.sp.gov.br). Acesso em março de 2008.
- FREDO, C. E.; BAPTISTELLA, C. da S. L.; CASER, D. V. & VICENTE, M. C. M. Cana-de-açúcar – efeitos da mecanização nos empregos. In: *Agroanalysis*. São Paulo, FGV, vol. 32, no. 4, abril 2012. P. 24 e 25.
- FUNDAÇÃO PROCANA. *Anuário Jornalcana*. Diversos números. Ribeirão Preto: Procana.

- GONÇALVES, J. S. & SOUZA, S. A. M. Proibição da queima de cana no Estado de São Paulo: simulações dos efeitos na área cultivada e na demanda pela força de trabalho. In: *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 28, n. 3, março 1998. P 21 – 34.
- IDEA (Instituto Desenvolvimento Agroindustrial). *Indicadores de desempenho da agroindústria canavieira – safras 2010/11 e 2011/12*. Grupo IDEA, Ribeirão Preto (SP), 2012. 98 p.
- IEA (Instituto de Economia Agrícola). *Banco de dados*. Disponível em [www.iea.sp.gov.br](http://www.iea.sp.gov.br). Acesso em março de 2012.
- INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). *Monitoramento da cana-de-açúcar – via imagens de satélite*. Disponível em [www.dsr.inpe.br/mapdsr](http://www.dsr.inpe.br/mapdsr). Acesso em março de 2013.
- INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). *Monitoramento da cana-de-açúcar – via imagens de satélite*. Disponível em [www.dsr.inpe.br/mapdsr](http://www.dsr.inpe.br/mapdsr). Acesso em 20 março de 2014.
- MAPA (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento). *Anuário estatístico de agroenergia 2010*. Brasília: MAPA, 2011. Segunda Edição.
- MME (Ministério de Minas e Energia). *Boletim Mensal dos Combustíveis Renováveis*. Brasília, MME, n. 60, janeiro de 2013. 26 p.
- MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). *Classificação Brasileira de Ocupações*. Disponível em [www.mteco.gov.br](http://www.mteco.gov.br). Acesso em novembro de 2009.
- MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). *Programa de Disseminação de Estatística do Trabalho*. Disponível em [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso em 10 de março de 2014.
- MORAES, M. A. F. D. de. Mercado de trabalho do setor de açúcar e álcool: desafios atuais e perspectivas futuras. Workshop Mercado de Trabalho do Setor Sucroalcooleiro, Desafios e Perspectivas Futuras, 2003, Piracicaba. Piracicaba: ESALQ/USP, 2004, 11 p.
- NASTARI, P. Considerações sobre a safra 12/13 e perspectivas para a safra 13/14 de cana-de-açúcar no Brasil. In: Seminário Desafios para o aumento da produção brasileira de cana-de-açúcar: uma avaliação do Programa BNDES PRORENOVA. 2012, Rio de Janeiro (RJ), BNDES, 52 p.
- OLIVEIRA, A. M. S. de. Perspectivas sobre o setor sucroalcooleiro frente à redução da queimada de cana-de-açúcar, a intensificação do corte mecanizado e a certificação socioambiental. Presidente Prudente, 1999. 7 p. *Mimeografado*.
- OLIVEIRA, M. D. M. & NACHILUK, K. Custo de produção de cana-de-açúcar nos diferentes sistemas de produção nas regiões do Estado de São Paulo. In: *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 41, n. 1, janeiro 2011. P. 5 – 33.
- PAES, L. A. D. Áreas de expansão do cultivo da cana. In: MACEDO, I. de C. (Org.). *A energia da cana-de-açúcar – doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e sua sustentabilidade*. São Paulo: ÚNICA, 2007. P. 125-133. (2ª. Edição).
- RAMOS, P. O futuro da ocupação na agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimativa. *Informações Econômicas*, São Paulo, 37 (11): 69-75, 2007.
- RUDORFF, B. et al. Studies on the rapid of sugarcane for ethanol production in São Paulo (Brazil) using Landsat Data. In: *Remote Sens*. 2010, 2 (4), 1057-1076.
- SEMA/SP (Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo). *Etanol verde – fechamento safra 2012-13*. Disponível em [www.ambiente.sp.gov.br](http://www.ambiente.sp.gov.br). Acesso em junho 2013.
- UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). *Revisão de safra 2012/2013 – coletiva de imprensa*. São Paulo, setembro de 2012. Disponível em [www.unica.com.br](http://www.unica.com.br). Acesso em maio de 2013.
- VEIGA FILHO, A. Fatores explicativos da mecanização do corte na lavoura canavieira paulista. In: *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 28, n. 3, nov. 1998. P. 7 – 33.

## GT (04) – (Trabalho agrícola, migração e mudança de tecnológicas na agricultura)

### Efeito do manejo intensivo do açaí (*Euterpe oleracea*. Mart.) na diversidade de atividades produtivas na comunidade de Santo Antônio, município de Igarapé-Miri-Pa.

Ana Paula Dias Costa<sup>1</sup>

Livia de Freitas Navegantes Alves<sup>2</sup>

Paulo Fernando da Silva Martins<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Mestranda, Eng.<sup>a</sup> Florestal, UFPA/NCADR/PPGAA/MAFDS, [apd.costa@terra.com.br](mailto:apd.costa@terra.com.br)

<sup>2</sup> Profas. Dr<sup>a</sup>. Pesquisadora Assistente, UFPA/NCADR/PPGAA, [lnavegantes@ufpa.br](mailto:lnavegantes@ufpa.br)

<sup>3</sup> Prof. *PhD*. Pesquisador, UFPA/NCADR/PPGAA, [pfsm@ufpa.br](mailto:pfsm@ufpa.br)

#### Resumo

Este trabalho tem como objetivo avaliar os efeitos do manejo intensivo dos açaizais na diversidade das atividades produtivas na comunidade de Santo Antônio, município de Igarapé-Miri/Pará. Sendo uma das principais regiões produtoras de açaí no estado, produto presente no cotidiano da população paraense como um todo, tanto no meio rural como no urbano. A exploração que antes era predominantemente extrativista, ao longo dos anos foi se modificando e foi a partir da década de 1990 que o manejo começa a ganhar impulso, com o interesse do mercado nacional pela polpa do açaí, configurada pela expansão do produto para outras regiões e até mesmo para o mercado exterior. Associado a imagem, como sendo um “alimento completo” por suas propriedades funcionais. Assim, o crescimento das exportações, estimulou a maior valorização comercial do fruto e com isso a demanda aumentou, exigindo maior produção. Neste sentido as práticas tradicionais de manejos foram adequadas as necessidades dos agricultores (produtividade) e com a introdução de novas tecnologias no sistema de produção, visando a expansão dos açaizais. A utilização do manejo intensivo é adotado como estratégia para aumentar a produtividade, no entanto a tendência é que o manejo intensivo seja utilizado pela maioria dos agricultores. Visando atender o mercado, pois o açaí é um dos poucos produtos para o qual, a demanda é maior que a oferta. No entanto, o uso do manejo intensivo em áreas de várzea, vem promovendo a eliminação de muitas espécies, facilitando o adensamento, a especialização da mão-de-obra. Arremetendo a um cenário de monocultivo e essa forte inserção no mercado acaba por desestabilizar a diversificação produtiva, sendo umas das preocupações de pesquisa, que questiona quais os efeitos decorrentes do manejo intensivo dos açaizais na diversidade das atividades produtivas, na comunidade? A diversificação é a base da agricultura familiar. Por isso entendemos que seja necessário considerar as possibilidades futuras das comunidades envolvidas no manejo intensivo dos açaizais e o redesenho dos sistemas produtivos como estratégia de reconstrução da sua sustentabilidade. A presente pesquisa terá o direcionamento metodológico das abordagens qualitativa e quantitativa, objetivando identificar e caracterizar os tipos de sistema de produção, as práticas de



manejo adotadas, estimar as alterações na diversidade vegetal, identificar as atividades produtivas que são afetadas pelo manejo intensivo dos açazais. A pesquisa está em andamento.

**Palavras-chaves:** Açáí; Diversidade Produtiva; Manejo Intensivo.

## **Introdução**

O açáí (*Euterpe Oleracea* Mart.) é uma palmeira típica da Amazônia, espécie arbórea encontrada com maior frequência na vegetação natural do ecossistema de várzea. Presente em toda extensão do estuário amazônico, podendo ser observado em maior concentração nos estados do Pará, Amapá e Maranhão. O açáí é considerado o principal alimento para muitas famílias ribeirinhas, além de ser um elemento chave da construção de sua identidade.

A importância do açáí não se resume apenas ao seu valor econômico, mas também inclui aspectos socioculturais. Presente no cotidiano da população paraense como um todo, tanto no meio rural como urbano, é um produto de consumo tradicional, decorrente do hábito arraigado pelo “vinho”, dentre outras formas de consumo como: cremes e sorvetes.

A exploração que antes era predominantemente extrativista, ao longo dos anos foi se modificando. Inclusive, quanto à exploração do palmito, que na sua maioria, segundo Parente (2013 p.02) ocorria de forma predatória. No baixo Tocantins, uma das principais regiões produtoras de açáí no Pará, segundo Cialdella e Navegantes, 2014, essa exploração predatória do palmito se deu, principalmente, em um momento específico de declínio do principal produto agrícola regional, que naquele momento era a cana de açúcar. Então, muitos agricultores recorreram à exploração intensiva dos recursos naturais para superar uma crise momentânea. Nesse momento, ocorreu um processo preocupante de devastação dos açazais.

Neste sentido, o manejo foi enfatizado como uma forma de garantir a extração sustentada dos recursos naturais, que segundo Nogueira (2008), visava o aumento do suporte para assegurar rentabilidade à atividade. No entanto, foi a partir dos últimos anos da década de 1990 (noventa) que esse manejo começa a ganhar impulso, com o interesse do mercado nacional pela polpa de açáí, configurada pela expansão do produto para outras regiões e até mesmo no mercado exterior. Associado a imagem, como sendo um “alimento completo” por suas propriedades funcionais, foi que possibilitou a geração de uma nova oportunidade de obtenção de renda para os agricultores.

Assim, o crescimento das exportações para os Estados Unidos e para os países Europeus, estimulou a maior valorização comercial do fruto e com isso a demanda aumentou, exigindo maior produção. Reflexo observado por Nogueira (2006), dada a expansão dos açazais manejados em áreas de várzea.

As práticas tradicionais de manejos foram adequadas as necessidades dos agricultores. E a partir da década de 2000, com a introdução de novas tecnologias no sistema de produção, visando a expansão dos açazais, conduziram a formação de algumas áreas com adensamento de açazeiros.

A utilização do manejo intensivo é adotado como estratégia para aumentar a produtividade, no entanto a tendência é que o manejo intensivo seja utilizado pela maioria dos agricultores da comunidade de Santo Antônio, município de Igarapé-Miri, área de estudo, visando atender o mercado, pois o açaí é um dos poucos produtos para o qual, segundo Ciadella, Navegantes (2014) e Nogueira. A. (2011), a demanda é maior que a oferta.

No entanto, o uso do manejo intensivo dos açazais em áreas de várzea vem promovendo a eliminação de muitas espécies vegetais, naturalmente associadas ao açaí, principalmente aquelas que não tem valor econômico. Isso pode levar a uma condição de quase monocultivo. Essa tendência questiona o pressuposto da agricultura familiar, pois, segundo Wanderley (1996), a diversificação de atividades produtivas pode ser uma forma de eliminar os riscos de ter apenas uma atividade como principal, fonte de renda e manutenção da família.

A diversificação é a base da agricultura familiar, essa forte inserção dos agricultores no mercado acaba por desestabilizar a diversificação das atividades produtivas. Sendo uma das preocupações de pesquisa, pois a agricultura familiar deve buscar o sistema diversificado.

### **Problemática**

O açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) faz parte do cotidiano amazônica seja no campo ou na cidade. O açaí vai além de um produto de consumo, de subsistência e gerador de renda, pois possui um vínculo sociocultural, firmado ao longo dos anos pelos índios, ribeirinhos e comunidades amazônicas cuja produção, inicialmente, era quase que exclusivamente extrativista.

A partir da década de 90, o fruto de açaí se estabelece no mercado nacional e internacional, pelo interesse nas suas propriedades funcionais, como alimento completo

e saudável, atraindo um grupo de consumidores seletos e exigentes (SILVA *et al*, 2006). Favoreceram o crescimento do mercado do açaí, a urbanização da Amazônia e a melhoria da renda dos agricultores, através do incentivo de programas sociais, que provenientes das políticas públicas do governo federal, iniciado nos anos 2000 (CIALDELLA & NAVIGANTES, 2014 p.02), tornando-se assim um produto com alto valor econômico que vem sendo considerado como o principal produto da fruticultura paraense, uma das principais atividades contribuindo significativamente com o aumento do Produto Interno Bruto/PIB no Pará (Banco Central do Brasil 2013).

A demanda crescente do mercado, se reflete na expansão dos açazais manejados em áreas de várzeas (NOGUEIRA, 2005), conduzindo os agricultores a adotarem o manejo intensivo com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade. Contudo, mesmo com a expansão da produção, a oferta do fruto ainda é insuficiente que segundo Nogueira, A. (2011 p.14), “... *requer maior volume e regularidade da oferta*”. Assim, cada vez mais a produção de açaí, vem aumentando numa condição de quase monocultivo.

No entanto tais estratégias, levam a formação de um sistema de produção homogêneo, adensado e especializado. A importância da diversificação das atividades produtivas é considerada por Simonian (2004), pois considera a relevância da sustentabilidade dos açazais e o fator sazonalidade quanto à produção dos frutos, a diversificação pode garantir a segurança alimentar e outras fontes de renda para os agricultores, assim como favorece a conservação da agrobiodiversidade, permeando os preceitos da agroecologia. Por outro lado, uma possível diversificação de atividades associada à produção de açaí é o extrativismo de uma diversidade de espécies florestais (como o murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart.), andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), ucúba (*Virola surinamensis* (Rol) Warb.) e o buriti/miriti (*Mauritia flexiosa* L. f)). Esse extrativismo reafirma práticas produtivas tradicionais da região assim como a condição de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) perante o estado, assumida pela comunidade de Santo Antônio e garantindo a segurança alimentar.

Uma dificuldade, da manutenção da atividade da atividade extrativista é a insegurança do mercado, não havendo atualmente nenhuma garantia de venda dos produtos. Um exemplo disso, observado por nós previamente em pré-campo na comunidade a descontinuidade da aquisição de sementes de murumuru pela empresa

Natura Cosméticos S.A que não está comprando esse produto em 2014, ao contrário dos anos anteriores. Assim, esse ano há um excedente de sementes de murumuru já colhido pela comunidade, isso impulsiona ainda mais os agricultores para o cultivo do açaí, que atualmente possui um mercado garantido e de certa forma estável. No entanto, o extrativismo de Produtos Florestais Não- Madeireiros (PFNM), proporciona as mulheres uma atividade geradora de renda, já que a coleta de sementes dos PFNM é realizada em sua maioria, pelas mulheres, que não se envolvem muita na coleta e manejo do açaí. Outro fator, é a desvalorização das espécies que passam não ter mais valor econômico, com isso favorece o processo de eliminação para a expansão dos açazais.

Tais preocupações com a diversidade vegetal são compartilhadas por Jardim, Amaral, Santos *et al* (2004), os quais direcionam suas atenções para condução da produção nas várzeas amazônicas, principalmente pela fragilidade evidenciada no agroecossistema que vem sofrendo com perturbações antropogênicas ao longo dos anos. O manejo intensivo dos açazais nativos em áreas de várzea vem promovendo a eliminação de outras espécies sem valor econômico, de áreas ribeirinhas, com consequências indiretas na redução da biodiversidade de várzea (HOMMA *et al*, 2006 p. 17). Assim as práticas de manejo aplicadas nas áreas de açazais nativos impactam negativamente as condições ambientais (NOGUEIRA, 1997 p. 26).

Neste sentido, tais observações foram estudadas por Queiroz e Micchiutti (2005 p. 25) ao avaliarem as alterações estruturais em áreas manejadas para a produção do açaí no estuário Amazônico, consideraram o manejo moderado como o mais adequado, por apresentar alta capacidade de produção e produzir mínimo impacto na diversidade vegetal. Outro estudo, teve como base as avaliações de Grossmann *et al* (2004, p. 127-129), que considerou a experimentação empírica dos agricultores, ao longo das gerações e a partir das condições naturais dos ecossistemas e do contato com o mercado. O estudo foi realizado no município de Abaetetuba, e caracterizou os manejos como: 1) Manejo intensivo; 2) Manejo intermediário; 3) Manejo moderado e 4) Sem manejo. O fato é que as citações acima convergem para a afirmativa de que o manejo intensivo nos açazais altera e contribui para a diminuição da diversidade vegetal e ocasiona impactos diretos e indiretos na agrobiodiversidade.

O manejo intensivo elimina toda a vegetação deixando apenas o açaí, visando suprimir a competição com outras espécies e para facilitar a penetração de luz (GROSSMANN, FERREIRA, LOBO & COUTO, 2004 p. 127) com isso, altera a composição da paisagem, este recente processo de eliminação das espécies pode gerar implicações desconhecidas e a diversificação dos sistemas de produção de várzea é um pressuposto básico para manutenção da agrobiodiversidade (NOGUEIRA, 1997 p. 23). Assim as mudanças induzidas pelo mercado do fruto do açaí nas comunidades podem trazer vantagens e desvantagens ao longo do tempo. Em termos globais a intensidade com que o açaí se inseriu no mercado, pode levar a perda do controle da atividade pela agricultura familiar (CIALDELLA; NAVEGANTES, 2014 p 05). Por isso entendemos que seja necessário considerar as possibilidades futuras das comunidades envolvidas no manejo intensivo dos açazais e o redesenho dos sistemas produtivos como estratégia de reconstrução da sua sustentabilidade.

### **O universo da pesquisa**

A comunidade Santo Antônio, localizada no município de Igarapé Miri, pertence ao Território do Baixo Tocantins, que pertence a Mesorregião Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá. Fazendo limites com os municípios de Abaetetuba, Moju, Cametá e Limoeiro do Ajuru.

O município de Igarapé Miri está localizado a 78 km (setenta e oito quilômetros) da capital paraense. Possui uma demografia de 58.077 (cinquenta e oito mil setenta e sete) habitantes (IBGE, 2010); A comunidade Santo Antônio é composta por cerca de 296<sup>1</sup> (duzentos e noventa e seis) moradores, distribuídas em 74 (setenta e quatro) famílias.

A comunidade está localizada aproximadamente a 10 km (dez quilômetros) da sede do município. O acesso a mesma pode ser feito por meio das rodovias PA 151 e PA 407 até as margens do rio Santo Antônio. Além do acesso por terra, outra forma de se chegar à comunidade é através do rio Meruú-Açú.

A comunidade Santo Antônio atualmente, está inserida em dois Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE): 1) Um pertence ao Programa de Apoio à Conservação Ambiental e ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do

---

<sup>1</sup> Segundo informações do Agente Comunitário de Saúde/ACS da Comunidade

Governo Federal, denominado PAE Ilha Mutirão Japuretê criado em 2005 (dois mil e cinco), que atualmente tem como instituição pública administradora - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA.

O PAE possui 255 (duzentos e cinquenta e cinco) beneficiários, destes 33 (trinta e três) são da comunidade Santo Antônio (COSTA, A. P. D.; SOUZA, B.O. A.; MODESTO, D. de O e MOREIRA, S.D. 2013); 2) O outro Projeto de Assentamento em que a comunidade está inserida é vinculado ao Governo do Estado do Pará, através do Programa Estadual de Agroextrativismo (PEAEX), denominado PAEX Emanuel.

O projeto de assentamento foi criado em 2008 (dois mil e oito), sendo instituído pelo Instituto de Terras do Pará/INTERPA, com 390 (trezentos e noventa) beneficiários, destes aproximadamente 41 (quarenta e um) são da comunidade Santo Antônio.

O principal produto de comercialização da comunidade é o açaí, no entanto, outros cultivos em menor escala (maracujá, abacaxi, laranja, melancia) são direcionados a atender ao Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

## **Procedimentos metodológicos**

### **A pesquisa**

A presente pesquisa terá o direcionamento metodológico das abordagens qualitativa e a quantitativa. O caráter qualitativo facilitará a compreensão dos processos dinâmicos vividos na comunidade, especialmente quanto a diversidade das atividades produtivas. O caráter quantitativo fornecerá informações numéricas e sistematização de dados para estimar os efeitos na diversidade das atividades produtivas provocadas pelo manejo intensivo dos açaizais.

Segundo, Mazzotti, Gewandszajder (1998) advogam que a pesquisa qualitativa permite o uso de variados métodos e instrumentos de coleta de dados. Que facilita os procedimentos de coleta e a compreensão dos processos dinâmicos vividos na comunidade. A metodologia quantitativa por sua vez reforça a margem de segurança e evita possíveis distorções através das técnicas estatísticas. (DALFOVO; LANA e SILVEIRA, 2008)

Este projeto de pesquisa terá o subsidio de informações preliminares referentes à aspectos socioeconômicos e ao manejo de açaizais na Comunidade Santo Antônio. Essas informações foram, obtidas previamente através do emprego de questionários,

aplicados pelo corpo docente e discente do curso de especialização em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento/AGIS (turma 2012), da Universidade Federal do Pará/UFPA, em parceria com Trabalho desenvolvido no Grupo de Estudos sobre Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF) no âmbito do Programa Sociedades Rurais Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (SORDAM), realizado com apoio do PROEXT-MEC/SESu, como parte da pesquisa para a elaboração de um diagnóstico sobre agricultura familiar da referida comunidade.

A coleta de dados foi realizada nos períodos de setembro e novembro de 2012, com cinquenta famílias da localidade. Neste período, foi também aplicado o método de observação da paisagem, que foi relevante para identificar diferenças marcantes que puderam ser visivelmente observadas no espaço local (como: zonas com maior concentração de açaí, zonas com maior diversidade de espécies, distribuição e concentração humana, entre outras características espaciais). A autora deste projeto participou tanto da aplicação dos questionários quanto da leitura da paisagem.

Esses dados preliminares já permitem constatar que alguns agricultores vêm intensificando o manejo dos açaizais e, paralelamente, há alterações das atividades produtivas entre as famílias e em uma mesma família, ao longo do tempo. Os levantamentos de informações desse projeto de pesquisa buscará aprofundar essas informações, principalmente identificando as relações entre as duas dinâmicas referidas e a compreensão das razões dos agricultores.

Os dados e informações coletados, nessa fase anterior ao início desse projeto de pesquisa de mestrado, já se encontram sistematizados e analisados. Porém, poderemos ter acesso aos dados para realizar uma análise própria à essa pesquisa, empregando-se como foco as mudanças das atividades produtivas ao longo do tempo, as diferenças dessas atividades entre as famílias e os tipos de manejo de açaizais praticados.

Através da análise das paisagens e das entrevistas históricas que possibilitarão fornecer elementos preciosos para o estabelecimento das tipologias, além dos dados já coletados pelo AGIS, novas entrevistas poderão ser requisitadas com o propósito de distinguir e agrupar diferentes tipos de atividades produtivas, identificadas na localidade, desta maneira obtém-se agricultores mais representativos (amostra dirigida) para cada tipologia identificada, sendo estes referência de cada tipo para as análises mais refinadas com o objetivo de identificar e caracterizar o sistema de produção.

## Coleta de dados

### Entrevistas

As literaturas sobre o assunto são variadas, principalmente no que refere-se a amostragem, no entanto segundo Flick (2007 p.126) ressalta que para a obtenção de êxito na determinação da amostra, deve-se considerar a escolha desta amostragem, que deverá ser relevante e rica em informações, abrangendo um campo mais amplo e maior profundidade possível. Neste contexto apresentado pelo autor, o primeiro passo da metodologia será aplicação de 60 questionários, que permitirá selecionar tipologias da diversidade de atividades produtivas em uma escala cronológica, para caracterizar as atividades produtivas atuais e passadas.

As entrevistas estruturadas serão elaboradas mediante questionário em que as perguntas são previamente formuladas, com o objetivo de obter dados que permita caracterizar os tipos de atividades produtivas da localidade, da mesma forma conhecer a evolução nas mudanças dessas atividades ao longo dos anos, assim como a sua importância, dentre outras informações como a de produção, produtividade. Já a entrevista semiestruturada aquela realizada com informantes de maneira mais flexível, onde o mesmo discorre suas experiências a partir de um tema central proposto pelo pesquisador (SACRAMENTO, 2011 p.30), permite que particularidades importantes possam surgir, com um direcionamento certo.

As entrevistas históricas serão adotadas para estabelecer uma ordem cronológica, pois segundo Filho, Groppo, Hurtado, Freitas *et al* (2011), as entrevistas históricas permitem obter variadas formas de exploração dos ecossistemas, pois é transpassada no conjunto das transformações no meio, das relações sociais e das técnicas agrícolas, vivenciadas e praticadas ao longo do tempo, resgatando as mudanças que permitirá conhecer e caracterizar o sistema de produção no passado e como é conduzido atualmente. Para as entrevistas históricas, serão consultados informantes chaves, os agricultores mais antigos da comunidade.

### Observação direta

As atividades de pré-campo, que foram efetuadas nos períodos de agosto 2013 e janeiro de 2014, visando estabelecer um contato mais afinado com a comunidade, possibilitaram a observação direta com a experiência sujeito-pesquisador na obtenção de informações chaves, método defendido por Becker (1994 p.120) que permite uma



participação integral na observação do pesquisador, vivenciando o cotidiano do sujeito e no outro externo uma participação não absoluta que arremete a uma vitrine. Sendo uma experiência afinada sujeito-pesquisador, com situações de contato direto, com tempo relativamente menor em relação a observação participante.

O método de observação direta será também empregado na fase de pesquisa de campo, propriamente dita. Planeja-se uma permanência na comunidade que totalize aproximadamente 2,5 meses e, durante essa fase pretende-se estabelecer uma vivência e uso de observação direta. O emprego desse método visa o aporte de elementos para uma compreensão mais ampla e mais profunda das razões para as mudanças de atividades produtivas e de manejo dos açaiçais.

### **Levantamento da diversidade vegetal**

Krebs (1999) descreve que o mais antigo e mais simples conceito de diversidade de espécies é a riqueza de espécies, obtidas pelo número de espécies na comunidade, no entanto de maneira prática não se consegue quantificar todas as espécies em uma comunidade natural.

Neste sentido o direcionamento do método que visem caracterizar alterações na diversidade agrícola ocorrida pelo manejo intensivo se fará, através da avaliação da diversidade vegetal pelo índice de Shannon- Weaver (MAGURRAN, 1998), seu resultado pode ser de difícil interpretação, no entanto seu uso persiste por muitos estudiosos que utilizam desta medida como referência para avaliar a diversidade vegetal.

Assim, será efetuada em transeções de 10X50 m (dez por cinquenta metros), identificando-se a quantidade de incidência de espécies do meio referente aos principais sistemas de manejo (tipos/intensidade), separadas em grupos: de arbóreas com diâmetro a altura do peito maior ou igual a 10cm (dez centímetros); arbustivas com DAP menor que 10cm (dez centímetros) e altura maior que 2m (dois metros). Dentro das transeções de 5X50m (cinco por cinquenta metros) serão alocadas transeções de 1X50m (um por cinquenta metros) para contagem das ervas e lenhosas menores que 2m (dois metros) de altura (COELHO, 2008).

### **Dados secundários**

Dados secundários contemplarão no enriquecimento de informações para a pesquisa, através de artigos científicos, jornais, revistas, mapas dentre outros documentos.

### Considerações

A pesquisa está em andamento fazendo parte do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas/PPGAA, Mestrado em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável/MAFDS, do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural/NCADR da Universidade Federal do Pará/UFPA com a financiamento da CAPES.

### Referências bibliográficas

ALMEKINDERS, L.O.; FRESCO and STRUIK, P.C. **The need to study and manage variation in agro-ecosystems.** Netherlands Journal of Agriculture Science 43 (1995) 127-146. Disponível em: <https://libery.wur.nl/ojs/index.php./njas/article/view/572/286> acesso ; fev2104.

BECKER, Howard. **Observação social e estudo de casos sociais.** São Paulo: HUCITEC, 1994.101p.

CIALDELLA, N; NAVEGANTES, L. de F. A. O ouro negro “açai” irá beneficiar a agricultura familiar na Amazônia Oriental? Reflexões sobre mudanças recentes nas práticas de produção de açai. **In: Anais do X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistema de Produção.** Foz do Iguaçu, PR. 2014.

COELHO, Roberta. De F. R. **Padrões e Processos Agroecológicos no Assentamento Benfica, município de Itupiranga, Pará.** Universidade Federal Rural da Amazônia xp. Tese de Doutorado em Ciências Agrárias. 2008. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=190105](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&co_obra=190105)>. Acesso em 11 fev 2014.

COSTA, A. P. D; SOUZA, B.O.A. S et al. **Diagnóstico da comunidade de Santo Antônio, Igarapé-Miri, Baixo Tocantins, PA.** Monografia de especialização no curso em Extensão Rural, sistemas agrários e ações de desenvolvimento/AGIS. UFPA/NCADR. Belém. 2012.

DALFOVO, M.S; LANA, R.A., SILVEIRA, A. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada. Blumenau, v. 2, n.4 p. 01-13, Sem II. 2008.

FILHO, D; GROPPPO, P. HURTADO, A.; FREITA, A. *et al.* **Curso “Análise Diagnóstico de Sistema Agrários”:** Guia Metodológico (versão 5.0), FAO-INCRA, 2011.

GROSSMANN, M; FERREIRA, F. DE J.C.; LOBO, G.; COUTO, R. C. do. Planejamento participativo visando a um manejo sustentável dos açazais amazônicos e regulamentações oficiais. In: JARDIM, M. A.G.; MOURÃO, L.; GROSSMANN, M. (Ed.). **Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: MPEG, 2004.

HOMMA, A.K.O; NOGUEIRA, O.L; MENEZES, A.J.E.A; CARVALHO, J.E.V; NICOLI, C.M.L; MATOS, G.B. **Açaí: novos desafios e tendências**. Amazônia: Ciências e Desenvolvimento. Belém, v.1 n.2 p.7-23 jan/jun. 2006.

JARDIM, M. A.G.; AMARAL, D.D.do.; SANTOS, G.C. dos. *et al.* Análise florística e estrutural para a avaliação da fragmentação nas florestas de várzea do estuário amazônico. In: JARDIM, M.A.G.; MOURÃO, L.; GROSSMANN, M. (Ed.). **Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2004. P-233-252 (Coleção Adolpho Ducke).

MAGURRAN, A.E. **Ecological Diversity and its measurement**. Cambridge University, London, 1998. 179p.

MAZZOTTI, A.; GEWANDSZANJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998. 203 p.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: Do neolítico à crise contemporânea**. Tradução Claudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Ed. UNESP, Brasília, DF: NEAD, 2010.

NOGUEIRA, A. K. M. **As tecnologias utilizadas na produção de açaí e seus benefícios socioeconômicos no Estado do Pará**. Dissertação de mestrado em Ciências Florestais. Universidade Federal Rural da Amazônia/UFRA. Belém. 2011. 79 p.

NOGUEIRA, O. L. **Regeneração, manejo e exploração de açazais nativos de várzea do estuário amazônico**. Tese de Doutorado em Ciências Biológicas, UFPA, Belém, 1997. 149 p.

NOGUEIRA, O. L. **Sistema de Produção do açaí**. Circular: Sistema de Produção 4 2ª ed. EMBRAPA/ Dez 2006. Versão eletrônica disponível em: [http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Acai/SistemaProducaoAcai\\_2ed/paginas/sp3.htm](http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Acai/SistemaProducaoAcai_2ed/paginas/sp3.htm) acesso em 06/02/2014.

QUEIROZ, J.A.L; MOCGHIUTTI, S. **Manejo de mínimo impacto para a produção de frutos em açazais nativos no estuário Amazônico**. Comunicado Técnico da EMBRAPA/Macapá-AP numero 57. Novembro, 2001. 16 p. il.

SACRAMENTO, J.M. **Gestão comunitária e individual dos recursos naturais nas várzeas do Baixo Tocantins: o caso do Projeto de Assentamento agroextrativista (PAE) Ilha de Sumaúma em Igarapé-Miri/PA**. Dissertação de mestrado/NCADR/UFPA. Belém. 2011. 129 p.

SIMONIAN, L.T.L. Devastação e impasse para a sustentabilidade dos açazais no Vale do rio Maracá, AP. In: JARDIM, M.A.G.; MOURÃO, L.; GROSSMANN, M. (Ed.).

**Açaí:** possibilidades e limites para o desenvolvimento no estuário amazônico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. P-233-252 (Coleção Adolpho Ducke).

WANDERLEY, M.N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

## GT 4 – Trabalho agrícola, migração e mudanças tecnológicas na agricultura

### Entre a colheita manual e mecânica: condições de trabalho no setor canavieiro nos anos 2000<sup>1</sup>

Ellen Gallerani Corrêa<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar os impactos da expansão da mecanização da colheita da cana-de-açúcar sobre as condições de trabalho no corte manual da cana. Constatou-se que, para além do desemprego, a mecanização acirrou a precariedade das condições de trabalho daqueles trabalhadores que permaneceram empregados. Os dados apresentados resultam de pesquisa realizada junto aos trabalhadores rurais da Usina Ester localizada na cidade de Cosmópolis/SP, interior do estado de São Paulo.

**Palavras-chaves:** agroindústria canavieira; colheita mecanizada; trabalho agrícola.

#### Introdução

Seja na indústria, seja na agricultura, a face mais expressiva dos processos de introdução de novas tecnologias poupadoras de força de trabalho é o desemprego. No caso da agroindústria canavieira, o avanço da colheita mecanizada ao longo das duas últimas décadas atua como principal fator na redução do número de trabalhadores rurais empregados no setor. De acordo com a bibliografia sobre o tema, a substituição do corte manual da cana-de-açúcar pelo mecanizado toma corpo no Brasil, sobretudo no estado de São Paulo, a partir da década de 1990, momento em que as usinas vivenciam um processo de reestruturação produtiva ancorado na redução dos custos de produção (PRADO, 2011; ALVES, 1991, 2007, 2008; SCOPINHO, 1999, 2000, 2004; MORAES, 2007a, 2007b; BELIK et al., 2003; SILVA 1999, 2007; BACCARIN et al., 2010).

Com intensidades diferentes, a mecanização atinge de forma distinta as principais regiões produtoras do país, uma vez que a sua implantação está condicionada às características de relevo dos terrenos, principalmente ao grau de declividade, e ao nível de capitalização dos produtores. De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para a safra 2008/2009, na região Centro-Sul, a participação da colheita mecânica da cana-de-açúcar chegou a 42,8%, enquanto que na região Norte-Nordeste este percentual foi de apenas 5,3%. Dentre os estados brasileiros produtores,

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado da dissertação de mestrado em ciência política “A organização sindical dos trabalhadores rurais: os canavieiros de Cosmópolis/SP” defendida em 2012 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

<sup>2</sup> Doutoranda em ciência política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ellengallerani@uol.com.br.

São Paulo destaca-se como aquele onde a mecanização mais avançou, sendo que para a referida safra 47,6% da colheita foi realizada por máquinas (CONAB, 2010). Sobre períodos anteriores, os dados da pesquisa realizada por Paes (2007 apud BACCARIN et al., 2010, p. 1) apontam que o estado de São Paulo possuía 18% da colheita mecanizada em 1997, saltando para 40% em 2006.

Estes dados nos indicam que a introdução de máquinas colheitadeiras nos canaviais paulistas intensificou-se na última década. Na primeira parte deste artigo, discutiremos dois dos principais fatores que impulsionaram a mecanização nos anos 2000: o aumento da concessão de crédito pelo BNDES para financiar a modernização das unidades produtivas e a implantação de novas unidades e a legislação que proíbe a prática da queima da palha da cana-de-açúcar no estado de São Paulo. Na segunda parte, analisaremos as condições de trabalho dos trabalhadores rurais neste contexto de avanço da mecanização. Através da percepção dos próprios trabalhadores com relação às mudanças no processo de trabalho, captada por meio de entrevistas, procura-se demonstrar um acirramento da precariedade destas condições.

### **1. A expansão da mecanização no estado de São Paulo: o papel do BNDES e da legislação ambiental**

Após a crise vivenciada na década de 1990<sup>3</sup>, o setor sucroalcooleiro experimenta uma nova fase de crescimento a partir dos anos 2000. De acordo com Baccarin et al. (2009b), uma série de novas condições surgiram neste período e possibilitaram que o setor adquirisse maior dinamismo. No campo institucional, os autores destacam a aprovação da Lei 10.336/2001, que criou a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), e da Lei 10.453/2002, chamada de Lei do Álcool, as quais garantiram que a gasolina ficaria sujeita à maior tributação – o que aumentou a competitividade do álcool combustível – e que parte dos recursos arrecadados poderia ser utilizada nos subsídios de preços, estocagem e transporte do álcool ou então para a equalização de custos da produção da cana-de-açúcar entre as regiões produtoras. Através da Lei 10.203/2001 ficou estabelecido que o percentual de álcool anidro

---

<sup>3</sup> De acordo com Alves (2007), as políticas neoliberais de abertura comercial e desregulamentação do setor sucroalcooleiro, combinadas com a queda dos preços internacionais do açúcar e a queda na demanda interna de álcool, levaram o setor a uma crise sem precedentes que se prolongou por toda a década de 1990. Antes da desregulamentação, o preço da tonelada de cana, do açúcar e do álcool era fixado pelo Estado. Com a oscilação dos preços livremente no mercado, o lucro das usinas passou a depender de sua capacidade de gerir internamente os negócios e de produzir a custos baixos.

misturado à gasolina deveria ser de 20%, podendo ser elevado pelo Poder Executivo até o limite de 24%. Posteriormente, a Lei 12.490/2011 elevou esse limite para 25%.

No plano econômico, em 2003, o mercado de etanol toma novo impulso com o lançamento no Brasil dos veículos *Flex Fuel*, os quais podem ser abastecidos tanto com álcool quanto com gasolina, bem como com a mistura (em qualquer proporção) dos dois combustíveis. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), até dezembro de 2011, a participação destes veículos no mercado brasileiro de veículos leves foi de 83,1%. Conseqüentemente, o consumo de álcool hidratado no Brasil obteve um aumento significativo, passando de 4,3 bilhões de litros em 2003 para 15 bilhões de litros em 2010. Além do consumo interno, as exportações de álcool também aumentaram, atingindo patamares inéditos em 2007 com 3,5 bilhões de litros exportados<sup>4</sup>.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o mercado externo de açúcar também apresentou números favoráveis: em 2000, o Brasil exportou 6,5 milhões de toneladas de açúcar e, em 2010, este número saltou para 26 milhões de toneladas. A conjuntura favorável ao setor sucroalcooleiro na última década se refletiu, portanto, no conjunto dos indicadores da produção setorial, registrando no Brasil, no período 2000-2010, um crescimento de 145% na produção de cana-de-açúcar, de 137% na de açúcar e 162% na de álcool<sup>5</sup>.

Concomitantemente ao crescimento da produção, o parque agroindustrial também se expandiu. Esta expansão se deu a partir da realização de novos investimentos originados de reservas próprias de grupos já atuantes no setor; do lançamento de ações no mercado financeiro; do aporte de capital de novos grupos, inclusive internacionais, atraídos principalmente pelas boas perspectivas do mercado de etanol; e de financiamentos obtidos especialmente junto ao BNDES, o qual se constituiu em uma das principais fontes de recursos para os novos investimentos setoriais (BACCARIN et al., 2009a, 2009b). Ao longo do governo Lula (2003-2010), a participação dos desembolsos do BNDES para projetos sucroalcooleiros aumentou significativamente quando comparada ao total desembolsado pelo banco. O aumento dos investimentos no setor visou, fundamentalmente, à expansão da produção de etanol para atender ao

---

<sup>4</sup> Informações disponíveis em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=999>>. Acessado em 08 fev. 2012.

<sup>5</sup> Os dados da produção sucroalcooleira no Brasil estão disponíveis em <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas>>. Acessado em 08 fev. 2012.

crescimento do consumo doméstico no curto prazo e das exportações no médio prazo (BNDES, 2008, p. 7).

O incentivo à produção de etanol neste governo deve ser compreendido no quadro mais amplo de sua política agrícola que teve como um de seus principais pilares fortalecer o agronegócio brasileiro. Dentre as políticas de fomento encontra-se o Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011<sup>6</sup> lançado em 2005 pelo governo federal por meio do MAPA, cujo objetivo foi estabelecer as diretrizes para as ações públicas e privadas voltadas para a produção da agricultura de energia, principalmente no que tange à cadeia produtiva do etanol, setor em que a produção brasileira se encontraria em estágio mais avançado (MAPA, 2006).

O posicionamento do governo federal quanto ao suprimento futuro de energia de fontes renováveis, como agroenergia, transcende as administrações públicas, tornando-se uma questão de Estado, pela amplitude e pelas consequências que traz para o desenvolvimento do País. O suprimento de energia a preços elevados compromete o processo de desenvolvimento econômico, a geração de empregos, a renda e o bem-estar dos cidadãos brasileiros.

A agricultura é alternativa viável, do ponto de vista econômico, social e ambiental para a geração de energia renovável. A produção de álcool, a partir de cana-de-açúcar, é um exemplo mundial de sucesso, por substituir parte substancial de gasolina utilizada no transporte (MAPA, 2006, p. 12).

Dentre as ações governamentais necessárias para o cumprimento do Plano está “a oferta de linhas de crédito adequadas ao perfil dos investimentos e às necessidades de capital de giro” (MAPA, 2006, p. 37). Diferentemente do que ocorreu no período do Proálcool na década de 1970, em que havia a concessão de subsídios diretos e exclusivos ao setor sucroalcooleiro, neste novo momento grande parte dos investimentos provém de recursos oriundos do BNDES, emprestados a taxas de juros inferiores àquelas praticadas no mercado e com prazos de carência diferenciados. Os recursos do BNDES são captados em várias fontes – a principal delas é o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – e também estão disponíveis para outros setores da economia (ALVES, 2007). Vejamos na tabela a seguir a evolução dos desembolsos do BNDES para o setor sucroalcooleiro por atividade produtiva no período 2004-2010.

---

<sup>6</sup> De acordo com o Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011, a agroenergia no Brasil é composta por quatro grandes grupos: etanol e cogeração de energia provenientes da cana-de-açúcar; biodiesel de fontes lipídicas (animais e vegetais); biomassa florestal e resíduos; e dejetos agropecuários e da agroindústria (MAPA, 2006, p. 12-13)



**Tabela 1 – Desembolsos do BNDES por atividade produtiva para o setor sucroalcooleiro no período 2004-2010\* (em R\$ milhões)**

<b>Atividade Produtiva</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Cana-de-Açúcar	193	224	366	571	686	688	953
Industrial (Açúcar e Etanol)	333	617	1.344	2.893	3.942	4.184	5.139
Cogeração	77	256	264	127	1.872	1.522	1.483
<b>Total</b>	<b>603</b>	<b>1.097</b>	<b>1.974</b>	<b>3.591</b>	<b>6.500</b>	<b>6.394</b>	<b>7.575</b>

Fonte: BNDES

\*Inclui todas as linhas de crédito do Banco (operações diretas e indiretas, automáticas e não-automáticas).

Como podemos observar através da tabela 1, os desembolsos do BNDES para o setor sucroalcooleiro tiveram um crescimento expressivo ao longo da década de 2000, passando de 603 milhões de reais em 2004 para 7,5 bilhões em 2010. Em 2008, os desembolsos adquiriram um patamar recorde, atingindo 6,5 bilhões, o que equivale a um crescimento acumulado de 978% no intervalo 2004-2008. Segundo o Banco, este crescimento foi provocado pelo maior incremento da produção de etanol em relação à produção açucareira entre as safras de 2003/2004 e 2007/2008, o que exigiu um aumento nas concessões de crédito, evidenciando o papel preponderante do etanol como motivador principal da expansão do setor sucroalcooleiro na última década (BNDES, 2008, p. 7).

O incremento da produção também exigiu aumento correspondente de investimentos na ampliação do parque fabril do setor, tanto na parte agrícola como na industrial. Este cenário implicou, conseqüentemente, na elevação da demanda por recursos para investimento e o BNDES, por ser a principal fonte de empréstimo de longo prazo, teve papel relevante como financiador desse processo (BNDES, 2008, p. 7).

No último triênio da década, os desembolsos alcançaram a cifra de 20,5 bilhões de reais, o que equivale a mais de 5% do desembolso global do Banco no mesmo período, sendo que essa participação atingiu pico histórico de 7% em 2008 (BNDES, 2011). A distribuição dos recursos é realizada através dos vários programas de financiamento disponibilizados para a cadeia sucroalcooleira: FINAME Agrícola (financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação

nacional), FINEM (financiamento para a realização de projetos de implantação, expansão e modernização), MODERFROTA (financiamento para a aquisição de tratores agrícolas e implementos associados e colheitadeiras), MODERMAQ (financiamento à aquisição de bens de capital), FUNTEC (apoiar financeiramente projetos que objetivam estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o país), PROINFA (investimentos em projetos de geração de energia a partir de fontes alternativas).

A atuação do BNDES como agente financiador da expansão do setor sucroalcooleiro representa uma das dimensões da política agrícola brasileira colocada em prática pelo governo federal, cujo foco era os setores exportadores. O papel preponderante assumido pelo agronegócio no governo Lula faz parte, de acordo com Boito (2006, 2007), de uma operação política complexa promovida por este governo, que possibilitou a ascensão política da grande burguesia interna industrial e do agronegócio, principalmente dos setores voltados para o comércio de exportação, sem, contudo, quebrar a hegemonia do capital financeiro – adquirida com o advento do neoliberalismo a partir da década de 1990 – e alterar a posição subordinada do médio capital no bloco do poder<sup>7</sup>. Esta seria, segundo autor, a novidade do governo Lula com relação ao governo FHC (1995-2002).

Ainda segundo Boito (2007, p. 66), a nova política de comércio internacional e a correspondente ascensão política da grande burguesia interna industrial e do agronegócio seriam resultado de um conjunto de fatores, dentre eles a pressão da grande burguesia industrial ao longo da década de 1990 contra a política de abertura comercial e de elevação da taxa de juros introduzidas pelo governo FHC. A crítica a estas medidas contou também com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), reforçando o seu impacto político.

Com a eleição de Lula, a política externa brasileira se volta com força para o estímulo às exportações e o agronegócio torna-se o seu carro-chefe. Dentre os principais produtos agropecuários exportados pelo Brasil destacam-se: açúcar e álcool, o complexo da soja, carnes, madeiras, papel e celulose, couros, café, algodão e fibras, fumo e suco de frutas.

---

<sup>7</sup> O conceito de bloco no poder utilizado por Boito (2006, 2007) foi desenvolvido por Nicos Poulantzas e designa a unidade contraditória da burguesia organizada como classe dominante.

Uma vez no governo, Lula decidiu radicalizar na direção da correção iniciada no segundo governo FHC. Iniciou a sua política agressiva de exportação, centrada no agronegócio, nos recursos naturais e nos produtos industriais de baixa densidade tecnológica e implementou as medidas cambiais, creditícias e outras necessárias para manter essa política (BOITO, 2007, p. 66).

Nesta mesma direção vai a análise feita por Filgueiras e Gonçalves (2007), para os quais, após a crise cambial de 1999, o agronegócio e os segmentos exportadores do grande capital ganharam mais relevo devido à importância dessas atividades para o equilíbrio das contas externas, tendência que se reforçou no governo Lula quando representantes destes segmentos ocuparam dois ministérios importantes: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Devido à disponibilidade e à facilidade de acesso ao crédito, especialmente junto ao BNDES, as usinas, principalmente da Região Centro-Sul, investiram na incorporação de novas tecnologias no processo produtivo, cuja principal expressão foi a aceleração do processo de mecanização da colheita da cana iniciado nos anos 1990. Com relação à Usina Ester, os recursos oriundos do BNDES permitiram que esta consolidasse o seu projeto de produção de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar, também chamado de projeto de cogeração. Através dele, a usina adquiriu uma nova caldeira, com maior capacidade de geração de energia; um centro de controle; e um novo gerador (Samantha, funcionária da usina, 05/07/2011). Segundo dados do BNDES, o projeto de cogeração da Usina Ester contou com um desembolso da instituição de R\$ 73.769.408,00<sup>8</sup>.

Além do projeto de cogeração, a Usina Ester também utilizou os recursos do Banco para a compra de maquinário agrícola para a expansão da mecanização da colheita da cana, obtidos através da linha de financiamento FINAME Agrícola. Em 2007, a Usina Ester empregava, na safra, cerca de 1.200 trabalhadores rurais, sendo que metade deste contingente era formada por trabalhadores efetivos da usina e a outra metade por trabalhadores safristas terceirizados. Naquele ano, a usina possuía apenas 25% do corte mecanizado e contava com cinco máquinas colheitadeiras. Em um período

---

<sup>8</sup> BNDES. **Contratações da área de infra-estrutura (operações diretas)**. Período: 01/01/2008 a 31/12/2008. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt)>. Acessado em: 13 abr. 2011.

de quatro anos, a relação entre corte manual e mecanizado se inverteu. Na safra de 2011, a usina operou com 75% do corte mecanizado, o qual foi realizado por 11 máquinas. O número de trabalhadores rurais empregados no corte manual foi reduzido para 585, sendo 450 trabalhadores efetivos e 135 safristas.

No estado de São Paulo, além da disponibilidade de crédito do BNDES para o setor sucroalcooleiro, a legislação ambiental também exerceu um papel importante no avanço da mecanização. De acordo com a Lei Estadual 11.241 de 19 de setembro de 2002, a eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar deve ser gradativa. Segundo o cronograma estabelecido, até 2021 a queima da palha da cana deve ser 100% eliminada em áreas mecanizáveis e, em áreas ainda não mecanizáveis, até 2031.

Contudo, em junho de 2007, o governo do estado de São Paulo e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) assinaram o Protocolo Agroambiental da Cana-de-Açúcar, reduzindo o prazo para o fim das queimadas. O Protocolo prevê a eliminação completa da queima da palha até 2014 nas áreas onde já é possível a mecanização e até 2017 nos locais onde ainda não há tecnologia adequada para isto. O fim das queimadas estimula a mecanização em virtude do baixo rendimento do corte manual na cana crua. De acordo com dados produzidos pelo monitoramento CANASAT<sup>9</sup>, na safra de 2012, dos 4.658.316 hectares de cana colhida no estado de São Paulo 72,6% foram de cana crua e 27,4% de cana queimada. A porcentagem de cana queimada vem diminuindo, ano a ano, desde que o monitoramento de iniciou em 2006, quando o percentual de cana queimada era de 65,8% do total da cana colhida no estado<sup>10</sup>.

## **2. Condições de trabalho no corte manual da cana-de-açúcar no contexto de avanço da mecanização**

Historicamente a fase de colheita da cana-de-açúcar sempre foi o período em que a agroindústria canavieira demandou maior número de trabalhadores tanto em sua divisão agrícola quanto industrial. A diminuição das contratações na safra, em virtude da mecanização, atingiu principalmente os trabalhadores migrantes que todos os anos

---

<sup>9</sup> CANASAT é um sistema de monitoramento remoto, via satélite, das áreas de produção de cana-de-açúcar na região Centro-Sul desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) com o apoio da UNICA. Informação disponível em: < <http://www.unica.com.br/canasat/>>. Acessado em: 29 de maio de 2014.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/colheita.html>. Acessado em: 29 de maio de 2014.

deixavam suas regiões de origem para o trabalho no corte da cana no interior paulista e retornavam ao final da colheita.

Como observa Novaes (2007a, 2007b), nas usinas em que o percentual da colheita mecanizada é muito elevado, a substituição dos contratos temporários pelos permanentes tornou-se uma constante. As usinas procuram estabilizar determinado contingente de trabalhadores que realiza, durante todo o ano, todas as atividades agrícolas relacionadas ao cultivo da cana (plantio, carpa, colheita). Esta foi a situação que encontramos na Usina Ester na safra de 2011, em que o número de trabalhadores efetivos era bem superior ao de safristas. Os trabalhadores relataram que as chances de se encontrar uma vaga nas turmas permanentes são maiores do que nas temporárias, já que estas são as mais procuradas e, portanto, as primeiras a serem completadas.

De acordo com estes trabalhadores, as turmas temporárias, contratadas por meio do contrato de safra, são preferidas pelos migrantes por permitir que estes saquem o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) proporcional quando o contrato é encerrado. Estes trabalhadores afirmaram que, em função da necessidade de voltarem a suas regiões de origem para o trabalho em seus pequenos lotes e para visitar a família, não poderiam trabalhar como efetivos, já que, neste caso, teriam que pedir demissão ao final da safra, o que não lhes daria direito ao saque do FGTS. Isso fez com que muitos cortadores de cana migrantes que não encontraram emprego na Usina Ester na safra de 2011 fossem para outros estados produtores de cana-de-açúcar em busca de trabalho, como Mato Grosso e Goiás.

Apesar de o desemprego ser a dimensão mais evidente do processo de avanço da mecanização, os trabalhadores manuais que permanecem empregados também tiveram suas condições de trabalho impactadas por este processo. Quando questionados sobre se o aumento no número de máquinas na fase da colheita da cana havia alterado de alguma forma suas condições de trabalho, todos os trabalhadores entrevistados enfatizaram a maior dificuldade para a realização das tarefas, uma vez que passaram a trabalhar nos piores terrenos, bem como a queda na remuneração decorrente tanto do baixo rendimento do corte manual nestas áreas quanto da ausência de cana para cortar.

Lugar bom que você vai ver que vai dar dinheiro mesmo não sobra pra cortar cana não. Tem tanta cana boa em tanto canto aí. Eles põem a gente pra cortar a cana e carpir nas “barroqueiras” [locais de difícil acesso] e pronto. Eles põem a gente onde a máquina não corta (Cristina, trabalhadora rural, 14/05/2011).

Agora, com as máquinas, ficaram os lugares ruins pro pessoal cortar. Porque se é no fundo, que o carro não passa, a máquina, por exemplo, pode afundar no fundo de terra porque às vezes tem lama. E tem muita água. Aí, onde o carro não passa, você tem que cortar. Aí, tem também aqueles lugares meio “morrado”, que sobra pra cortar porque a máquina não anda (Carlos, trabalhador rural, 17/04/2011).

A máquina corta muita cana. A gente não corta muito porque só sobra aquelas bibocas [locais de difícil acesso], aqueles lugares ruins com pedra e buraco. Só sobra lugar que elas [as máquinas colhedoras] não cortam, elas não cortam lugar de pedra, barranco e nem com curva de nível. Essas canas aí da Fazenda Tabajara elas cortam tudo, ninguém corta uma cana aí igual era antigamente (João, trabalhador rural, 02/04/2011).

Nestes trechos das entrevistas, podemos perceber que a força de trabalho dos cortadores de cana, após a mecanização, é necessária apenas para complementar o trabalho das colheitadeiras, ou seja, resta aos trabalhadores cortar a cana das áreas onde a máquina não pode ser utilizada: encostas de morro, locais alagados e com muita lama, terrenos com muitas pedras e buracos. Como também apontou Alves (2008), as melhores áreas, isto é, aquelas em que o terreno é mais plano e as canas são mais eretas, são destinadas ao corte mecanizado, restando aos trabalhadores as áreas em que a máquina não chega ou possui baixo rendimento.

A safra deixou de ter, portanto, o mesmo peso que tinha antes na definição da remuneração destes trabalhadores. O trabalho no período da colheita representava para estes últimos o momento em que podiam aumentar sua renda. Para a grande maioria dos trabalhadores migrantes, o salário recebido durante os meses de safra consistia na principal fonte de renda sua e da família durante todo o ano. Desta forma, a falta de cana para o corte manual e sua realização em áreas onde o trabalhador possui baixo rendimento impacta de forma significativa sua remuneração. Vejamos o relato de outra trabalhadora, que nos contou sobre a falta de cana para o corte manual e a queda na remuneração.

Desde o ano passado, a safra está devagar e o povo está falando: “Tem que reunir todo mundo e ver o que nós vamos fazer, né?”. Não tá tendo cana pra gente cortar. Outro dia mesmo nós chegamos na roça cedo, eram 7h00. Eram duas turmas só numa quadrinha pequena, que a cana era bem pequenininha, então, logo depois das 7h00, nós já tínhamos terminado. Aí nos colocaram pra poder bitucar<sup>11</sup> e, depois de bitucar, nos colocaram pra catar a cana que nós tínhamos cortado, pra poder juntar e fazer monte de novo. Fizemos monte daquela cana que nós cortamos. Aí o povo ficou revoltado e falou: “Não, isso aí não é certo, não tem serviço”. Quando acaba a cana, eles têm o

---

<sup>11</sup> Recolher os tocos de cana que ficam espalhados pelo canavial após a passagem da máquina colheitadeira.

costume de nos jogar na diária, mas ninguém quer ir porque ganha uma mixaria, né? É bom porque você pelo menos recebe alguma coisa, mas se eles dessem uma cana pra você cortar o dia inteirinho, seria bem melhor (Maria, trabalhadora rural, 14/05/2011).

Quando não há cana para o corte manual, a Usina Ester remaneja os trabalhadores para outras atividades, como plantio, catação de bituca, remoção de pedras do canavial, carpa, amontoar a cana etc. Entretanto, para a realização destas tarefas, os trabalhadores são remunerados pelo valor da diária, que estava em torno de R\$ 22,65 no momento em que realizamos as entrevistas. Isto é, caso recebam todos os dias pelo valor da diária, o salário destes trabalhadores se limitará ao valor do piso salarial da categoria, que, naquele momento, correspondia à quantia de R\$ 622,84, valor ligeiramente acima do salário mínimo.

A expansão da colheita mecanizada também impactou negativamente o sistema de controle da produção no corte da cana. O sistema *Quadra Fechada* foi criado em 1998 na Usina Ester como resultado da luta sindical dos trabalhadores rurais. Seu objetivo consiste em impedir a falta de transparência do processo de pesagem da cana e remuneração dos trabalhadores e, desta forma, evitar possíveis fraudes no cálculo dos salários. O controle da produção é uma demanda histórica dos trabalhadores canavieiros, já que todo o processo de pesagem da cana e de definição do preço pago pela tonelada é realizado pelas usinas sem a participação dos trabalhadores ou de seus representantes sindicais.

No Acordo Coletivo de trabalho, assinado entre o Sindicato de Empregados Rurais Cosmópolis (SER-Cosmópolis) e a Usina Ester, há uma cláusula que proíbe a usina de carregar em um mesmo caminhão a cana colhida de diferentes quadras (talhões), o que impediria o controle da produção, uma vez que o peso da cana varia de uma quadra para outra. Entretanto, com a mecanização, os trabalhadores cortam apenas partes das quadras, ou seja, um pequeno volume de cana, o qual muitas vezes é utilizado para completar a carga dos caminhões carregados com cana de outra quadra. Desta forma, segundo a presidente do SER-Cosmópolis, já não é possível fazer um controle real da produção destes trabalhadores (Carlita, 21/08/2011). Anteriormente, quando a quadra era colhida manualmente em sua totalidade, a metragem da quadra, presente no Mapa Agrícola da usina concedido ao sindicato, deveria ser igual à soma da metragem cortada por todos os trabalhadores. Isto permitia identificar se a medição feita pelo fiscal no local de trabalho foi ou não correta.

## Considerações finais

Este texto teve por objetivo refletir sobre os impactos da mecanização do corte da cana para os trabalhadores rurais do setor sucroalcooleiro. Apesar deste processo ter se iniciado já nos anos 1990, na década de 2000 ele se intensificou. Na primeira parte, procuramos discutir alguns dos fatores que impulsionaram esta intensificação: o aumento da oferta de crédito pelo BNDES para financiar a compra de máquinas e a modernização das unidades produtivas e a legislação ambiental que prevê a eliminação gradativa da queima da palha da cana no estado de São Paulo.

Na segunda parte, descrevemos as atuais condições de trabalho dos cortadores de cana que permanecem empregados, salientando que a mecanização acirrou a precariedade destas condições ao provocar uma queda no valor dos salários, aumentar as dificuldades para realização das tarefas e reduzir a eficácia do sistema de controle da produção conquistado pela luta dos trabalhadores. Este acirramento veio acompanhado do grande desemprego que afetou principalmente os trabalhadores migrantes.

Os elementos discutidos ao longo deste trabalho visam contribuir para o entendimento das configurações atuais do trabalho rural na agroindústria canavieira. Compreender estas configurações significa também apontar para novas agendas de pesquisa que tenham por objetivo avaliar os impactos da mecanização em suas várias dimensões: social, ambiental e econômica.

## Referências bibliográficas

ALVES, F. J. C. *Modernização da agricultura e sindicalismo: luta dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto*. Campinas: Tese de doutorado, Unicamp, 1991.

\_\_\_\_\_. “Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro?” In: ALVES, F. (org.); NOVAES, J. R. (org.). *Migrantes – trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

\_\_\_\_\_. “Trabalho e trabalhadores no corte de cana: ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho”. In: Silva, M. A. M. (org.); ALVES, F. J. C. (org.); PEREIRA, J. C. A. (org.) *Agrocombustíveis solução? A vida por um fio no eito dos canaviais*. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, Serviço Pastoral dos Migrantes, 2008.



BACCARIN, J. G.; GEBARA, J. J.; ROSADA, A. A. “Avanço recente da concentração econômica sucroalcooleira no Centro-Sul do Brasil”. *Cadernos CERU*, v.20, n.2, pp.87-102, 2009a. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/>. Acessado em: 14 jan. 2012.

BACCARIN, J. G.; GEBARA, J. J.; FACTORE, C. O. “Concentração e integração vertical do setor sucroalcooleiro no Centro-Sul do Brasil, entre 2000 e 2007”. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.39, n.3, mar., 2009b.

BACCARIN, J. G.; GEBARA, J. J.; BORGES, J. C. “Avanço da mecanização canavieira e alterações na composição, na ocupação, na sazonalidade e na produtividade do trabalho em empresas sucroalcooleiras, Estado de São Paulo”. *Informações Econômicas*, v.40, n.9, set., 2010.

BELIK, W.; BALSADI, O. V.; BORIM, M. R.; CAMPANHOLA, C.; GROSSI, M. E. D.; GRAZIANO DA SILVA, J. F. “O emprego rural nos anos 90”. In: WEISHAUP, M. P. (org.); WILNES, H. (org.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Unesp, 2003.

BNDES. *O perfil do apoio do BNDES ao setor sucroalcooleiro*. Rio de Janeiro, n. 28, set., pp. 3-36, 2008. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acessado em: 13 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. *Contratações da área de infra-estrutura (operações diretas)*. Período: 01/01/2008 a 31/12/2008. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acessado em: 13 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. *Setor sucroenergético: o desempenho do BNDES no último triênio da década*. Rio de Janeiro, n. 21, mai., 2011. Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br/>>. Acessado em: 13 abr. 2011.

BOITO JR., Armando. “A burguesia no Governo Lula”. In: BASUALDO, E. M. (Org.); ARCEO, E. (Org.). *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. CLACSO, Buenos Aires, 2006.

\_\_\_\_\_. “Estado e burguesia no capitalismo neoliberal”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n.28, p. 57-73, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acessado em: 13, jan., 2012.

CONAB. *Perfil do setor do açúcar e do álcool no Brasil*. Edição para a safra 2008-2009, 2010. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br/>>. Acessado em: 05 jan. 2012.

FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B.; PHILIGRET, C.; BALANCO, P. “Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula”. In: MAGALHÃES, J. P. A. (Org.). *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010)*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, pp. 35-69, 2010.

MAPA. *Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

MORAES, M. A. F. D. “O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades”, *Economia Aplicada*, São Paulo, v.11, n.4, out./dez., pp. 605-619, 2007a. Disponível em: < <http://www.scielo.br/>>. Acessado em: 04 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. “Indicadores do mercado de trabalho do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar do Brasil no período 1992-2005”, *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.37, n.4, pp.875-902, out./dez., 2007b.

NOVAES, J. R. P. “Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. Um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista”. In: ALVES, F. (org.); NOVAES, J. R. (org.). *Migrantes – trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCar, 2007a.

\_\_\_\_\_. “Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas”, *Estudos Avançados*, São Paulo, v.21, n.59, jan./abr., 2007b. Disponível em: < <http://www.scielo.br/>>. Acessado em: 04 abr. 2008.

PAES, L. A. D. Áreas de expansão do cultivo da cana. In: MACEDO, I. C. (Org.). *A energia da cana-de-açúcar – doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e sua sustentabilidade*. São Paulo: UNICA, 2007.

PRADO, M. L. “Setor sucro alcooleiro, automação e novos gerenciamentos: novos perfis do trabalho”, *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.16, n.31, 2011.

SCOPINHO, R. AP. “Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar”, *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, jan./mar., 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/>>. Acessado em: 21 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. “Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas”, *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v.4, n.1, jan./abr., 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/>>. Acessado em: 21 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. “Controle social do trabalho no setor sucroalcooleiro: reflexões sobre o comportamento das empresas, do Estado e dos movimentos sociais organizados”. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 7, dez., 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/>>. Acessado em: 21 jun. 2011.

SILVA, M. Ap. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, p. 107-35, 1999.

\_\_\_\_\_. “Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e rio de álcool”. In: ALVES, F. (org.); NOVAES, J. R. (org.). *Migrantes – trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

### *Entrevistas*

10 entrevistas realizadas com trabalhadores rurais da Usina Açucareira Ester S/A entre os meses de abril e maio de 2011.

Entrevista com Carlita da Costa, presidente do Sindicato de Empregados Rurais de Cosmópolis, realizada em 21/05/2007 e 21/08/2011.

Entrevista com Paulo César de Lima, dirigente do Sindicato de Empregados Rurais de Cosmópolis, realizada em 15/05/2011.

Entrevista com Samantha Gil de Souza Campos, coordenadora da gestão da informação da Usina Açucareira Ester S/A, realizada em 05/07/2011.

## **Fragmentação do Trabalho e da luta pela terra na Zona da Cana dos Estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco.**

Edvaldo Carlos de Lima<sup>1</sup>

### **Resumo**

Os estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco são moldados, historicamente, principalmente pela concentração de terras e pela pobreza tanto na cidade como no campo. Em decorrência dessa extrema distorção, no acesso à terra e as condições de vida e de trabalho dignos no campo, os conflitos territoriais no Nordeste como um todo, e concretamente na *Zona da Cana* dos estados mencionados, só se intensificaram ao longo da constituição do território no decorrer do tempo, tanto nos espaços urbanos como nos agrários.

Especificamente sobre as mazelas do capital sucroalcooleiro sobre o trabalho no campo, nos apropriamos do exemplo utilizado pela Usina e Destilaria Seresta no município de Teotônio Vilela no Estado de Alagoas. A Usina, de propriedade do grupo familiar Teotônio Vilela, lançou o projeto Barriga Cheia para melhorar a sua imagem e desestimular os cortadores a se manifestarem contra a própria usina por questões trabalhistas. Este programa visava uma suposta geração de renda para suprir as necessidades dos cortadores de cana durante o período da entressafra.

O processo de fragmentação da classe trabalhadora no campo se espalha pelos diversos seguimentos sociais nas áreas rurais. Tendo em vista o acampamento de remanescentes de quilombolas acampados nas margens da BR 101 no município de Goiana/PE, que recentemente foram expulsos dessa área para a recuperação desta Rodovia. Os barracos foram destruídos e a população continua acampada em outra área na periferia do referido município. Durante as entrevistas com os membros mais antigos da Comunidade ficou claro que este grupo também deseja ter um pedaço de terra para morar e trabalhar. Todavia, isso não constitui uma bandeira de luta. Não conduz a uma ação de conscientização política das famílias da Comunidade para lutar organizadamente por isso. Apenas a permanência na terra, nas margens dos canaviais, se apresenta como seu ato de resistência secular à marginalidade que a comunidade trabalhadora negra foi e continua sendo submetida no Brasil pelos valores da colonização branca. Tudo isso em nome da reestruturação produtiva do capital sucroalcooleiro e do crescimento da produção de Etanol que tem superado a margem dos 24 bilhões de litros em 2013 para exportação apenas para os Estados Unidos.

**Palavras-chaves:** Fragmentação do Trabalho; Luta pela Terra; Capital sucroalcooleiro.

---

<sup>1</sup> Doutor. Professor. Universidade Estadual da Paraíba. Coordenador do CEAT - Centro de Estudos Agrários e do Trabalho. E-mail: [edvaldo.edvlima@gmail.com](mailto:edvaldo.edvlima@gmail.com)

## **Fragmentação do Trabalho e da luta pela terra na Zona da Cana dos Estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco**

### **Corpo do trabalho**

Alagoas, Paraíba e Pernambuco são estados moldados, historicamente, pela sua injusta e distorcida concentração de terras, como foi apontado em vários momentos desta pesquisa. Em decorrência dessa extrema distorção, no acesso à terra e a condições de vida e trabalho dignos no campo, os conflitos territoriais no Nordeste como um todo, e concretamente na *Zona da Cana* dos estados mencionados, só se intensificaram no decorrer do tempo, tanto nas áreas urbanas como nas rurais.

No caso específico dos conflitos fundiários no campo podemos afirmar, com base nos trabalhos de campo realizados durante o período de pesquisa, os relatórios de conflitos da CPT<sup>2</sup> e o Plano Estadual de Habitação de Pernambuco (2010) que, a conflitualidade emerge de diferentes situações críticas que confluem na *Zona da Cana*, entre elas destacamos pela sua intensidade:

- a) o agronegócio monocultor, especificamente, o sucroalcooleiro com cuja natureza depreda a força de trabalho e intensifica a degradação ambiental, como discutimos no capítulo anterior;
- b) a existência de uma problemática, estrutura fundiária que limita o acesso à terra a trabalhadores rurais e camponeses sem terra e que permite, a permanência de situações mal definidas de domínio e/ou uso instável da terra de posseiros, quilombolas, terras indígenas e até regiões de construção de obras públicas;
- c) a presença de relações de trabalho injustas e precárias que levam a super-exploração do trabalho, à manutenção de condições análogas à escravidão, à flexibilização laboral, à informalidade e à degradação da saúde dos trabalhadores, chegando até à morte por exaustão nos canaviais;
- d) a manutenção da pobreza rural, envolvendo projetos de assentamentos de Reforma Agrária, por meio de programas e políticas públicas precárias e limitadas de sustentabilidade das famílias agricultoras na terra;
- e) a humilhante situação de marginalização social expressa nos acampamentos dos sem terra onde, habitualmente, as condições de sobrevivência alimentar, atendimento a saúde, educação e habitação são mínimas;
- f) a violência nos acampamentos e assentamentos rurais;
- g) a morosidade do Estado, representado pelo Poder Judiciário, no julgamento de ações, tanto em questões relativas à imissão na posse de terras como em relação ao julgamento desigual nos conflitos que envolvem grandes proprietários, trabalhadores rurais e camponeses agricultores familiares;
- h) a constante criminalização dos atos reivindicatórios dos movimentos sociais de luta pela terra e a permanente tramitação de processos judiciais contra as suas lideranças;
- i) o despreparo da Polícia Militar e Civil na execução de reintegração de posse de áreas ocupadas pelos trabalhadores rurais organizados nos diferentes movimentos sociais de luta pela terra, que gera situações de tensão, violência física e prisão sem o respaldo de um atendimento jurídico que garanta os direitos do trabalhador.

A complexa trama de relações que os conflitos territoriais representam hoje em Alagoas, Paraíba e Pernambuco está enraizada na estrutura fundiária desses estados. Os dados da **Tabela 11** nos revelam o tamanho da injusta e distorcida concentração de terras da que falamos ao iniciar este artigo.

---

<sup>2</sup> Ver relatórios anuais disponíveis para download em [www.cptnordeste.org.br](http://www.cptnordeste.org.br)

Os valores dos índices de Gini para as últimas quatro décadas (1970 – 2006) na região Nordeste mostram a rigidez da sua concentração fundiária, uma vez que estes apenas apresentam uma leve variação no período. Em 1970 registrou-se o valor de 0.836 alcançando a marcar de 0.849 em 2006, o que comprova a manutenção e a tendência concentracionista da região. Segundo a classificação de posse da terra de Câmara (1947), com a exceção do Maranhão, todos os estados tiveram um grau de concentração muito forte durante o período (de 0,701 a 0,900). Já, este estado que teve, desde os anos 1970, uma concentração de muito forte a absoluta, com índices superiores a 0,900, em 2006 reduziu levemente a desigualdade na distribuição de terras, todavia ficando muito longe de ser equitativa, pois como o resto dos estados da região a concentração da terra continua sendo de forte a muito forte. O que se pode inferir, tomando como base essa informação, é que do ponto de vista da posse da terra, o Nordeste continua com o mesmo perfil concentrador do passado.

**TABELA 11: ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE GINI<sup>3</sup> SEGUNDO OS ESTADOS DO NORDESTE, 1970-2006**

ESTADO	ANO					
	1970	1975	1980	1985	1996	2006
ALAGOAS	0,830	0,843	0,842	0,856	0,860	<b>0,866</b>
BAHIA	0,795	0,806	0,821	0,836	0,830	0,833
CEARÁ	0,784	0,777	0,772	0,811	0,841	0,857
MARANHÃO	0,923	0,924	0,923	0,920	0,901	0,860
PARAÍBA	0,817	0,860	0,823	0,840	0,830	0,816
PERNAMBUCO	0,832	0,824	0,819	0,825	0,816	0,819
PIAUÍ	0,883	0,895	0,895	0,892	0,871	0,850
RIO G. DO NORTE	0,849	0,858	0,846	0,849	0,849	0,818
SERGIPE	0,849	0,849	0,843	0,854	0,842	0,815
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	<b>0,836</b>	<b>0,860</b>	<b>0,857</b>	<b>0,865</b>	<b>0,855</b>	<b>0,849</b>

Fonte: Censos agropecuários do IBGE (1970/2006)

Org: Edvaldo Carlos de Lima

Diante dos valores apresentados, podemos afirmar que estamos ante estados onde predominam vastas extensões de terra nas mãos de poucos proprietários, como foi constatado empiricamente durante os nossos trabalhos de campo.

Todavia, dentre os estados que lideram o monocultivo de cana-de-açúcar na região, Alagoas, Pernambuco e Paraíba destaca no ano de 2006, como mostra a **Tabela 11**, Alagoas. Nesse ano o estado apresentou a maior concentração de terras do Nordeste. Como verificamos no capítulo anterior, Alagoas é também o principal processador de cana-de-açúcar e lidera regionalmente a produção de açúcar e etanol. Contudo, como também foi constatado, é o estado com a maior taxa de

<sup>3</sup> O coeficiente de Gini é usado para calcular a desigualdade de uma distribuição, neste no caso da terra. A classificação da concentração da posse da terra segundo o índice de Gini é definida por Câmara (1947).

indecência de pobreza, 59,58%, alcançando 68,89% em municípios “tomados” completamente pelo agronegócio sucroalcooleiro, como é o caso de Teotônio Vilela.

Aliás, a sua liderança, entre os estados, foco de análise, também se mantém quando analisamos os dados mais recentes sobre os conflitos fundiários na região Nordeste, como mostra a **Tabela 12:**

**TABELA 12 - CONFLITOS POR TERRA NA REGIÃO NORDESTE, 2009**

ANO 2009	
ESTADOS	NUMERO DE OCORRENCIAS
Alagoas	3529
Bahia	7552
Ceará	2343
Maranhão	6901
Paraíba	1360
Pernambuco	2437
Piauí	1573
Rio Grande do Norte	320
Sergipe	65
<b>Nordeste</b>	<b>26080</b>

Fonte: CPT, 2010

Org.: Edvaldo Carlos de Lima

Os conflitos apresentados na Tabela 12 se referem a diferentes ocorrências relacionadas com a luta pela terra, tais como ocupações de prédios públicos, passeatas, mobilizações, violência contra as pessoas, mortes e ocupações de terras em forma de acampamentos, entre outros.

Especificamente o conflito, expresso em forma de ocupação, acampamento sem terra, assentamento de Reforma Agrária, comunidade quilombola e ou território indígena, protagonizado por movimentos sociais, comissões combativas da Igreja Católica e entidades representativas dos trabalhadores e camponeses, nega a história, dialética e especialmente a opressão de classe. A sua dimensão territorial aponta para a materialidade de um processo que modifica constantemente a geografia do campo.

Como foi apresentado no primeiro capítulo desta pesquisa, os trabalhadores do campo nunca estiveram parados no processo histórico de formação territorial do Brasil. A organização e mobilização de classe foi uma constante que ganhou fôlego e definição entre os anos de 1940 e 1950 quando se fundaram as Ligas Camponesas no Nordeste. Na atualidade, a geografia dos movimentos sociais no campo apresenta uma pluralidade de siglas e bandeiras que se renovam dia a dia.

O **MST** e a **CPT** continuam sendo os grandes mobilizadores das ocupações de terras na região da Zona da Mata. Porém, movimentos como o **CPT**, a **Via Campesina**, a **FETAGE**, o **Movimento dos Camponeses Pobres** e o **Movimento de Libertação dos Sem Terra**, todos gerados de forma independente, se fazem presentes também nesta região. Contudo é frequente

encontrarmos com movimentos de trabalhadores rurais que foram gerados a partir de dissidências político – ideológicas do MST.

A relação de movimentos independentes existentes no Estado da Paraíba são: o **Movimento Brasil Terra da Gente**, que organizava os acampamentos Brasil Terra da Gente I no município de Santa Rita e Brasil Terra da Gente II em Cruz do Espírito Santo; o **Movimento da Paz**, em Cruz do Espírito Santo e; o **Movimento dos Sem Posse** no município de Casserengue.

No estado de Alagoas identificamos a presença do **Movimento de Luta pela Terra**, no município de Atalaia; o **Movimento Via** em Murici e; o **Movimento de Comissões de Luta** no distrito de Ouricuri município de Atalaia.

Já em Pernambuco os movimentos dissidentes do MST com os que tivemos contato foram o **Movimento de Luta pela Terra** e o **Movimento da Terra**, ambos no município de Amaraji.

### **Territórios e bandeiras de luta pela terra na Zona da Cana**

Na continuação apresentamos um recorte dos movimentos e acampamentos visitados durante os nossos trabalhos de campo ao longo da BR 101 nos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Nosso propósito é apresentar situações diferenciadas na sua compreensão de luta e na sua inserção no mundo do trabalho, especificamente nos canaviais. Este exercício nos serve de ponte analítica para refletirmos as dimensões, desdobramentos e possibilidades que o processo territorial da fragmentação da classe trabalhadora e do movimento de luta pela terra vivenciam na atualidade.

### **Na beira da pista: os Acampamentos de trabalhadores sem terra do Movimento Brasil Terra da Gente na Paraíba**

Os acampamentos do Movimento Brasil Terra da Gente nos municípios de Cruz do Espírito Santo e Santa Rita no estado da Paraíba, estão formados por famílias de trabalhadores rurais sem terra e canavieiros<sup>4</sup>, oriundas dos próprios municípios. Estrategicamente, os acampamentos do BTG não ocupam fazendas improdutivas ou terras devolutas da região. Este movimento não utiliza, portanto, a ocupação de grandes propriedades privadas de terra como ferramenta de luta política, ainda que estas não cumpram a sua função social.

Os acampamentos do BTG visitados foram montados nas margens da BR – 230, a rodovia Transamazônica, em áreas da União. A estratégia do movimento é, segundo uma das suas lideranças entrevistada durante um dos nossos trabalhos de campo na região<sup>5</sup>, dar visibilidade à sua luta. Para essa liderança, trata-se, portanto, de uma forma de resistir e ao mesmo tempo chamar a atenção das autoridades locais e da sociedade em geral para que assumam a causa das famílias em luta com brevidade. O fato dos barracos estarem à vista dos transeuntes e dos veículos que circulam cotidianamente nessa estrada, mostra que existem famílias sem terra em ambos os municípios e que é urgente e necessária uma política de Reforma Agrária que contemple as suas demandas. Para este trabalhador e militante se os barracos estivessem longe da estrada, no interior da área em litígio, a sociedade acabaria por esquecê-los. Além do mais, a proximidade da principal via de comunicação dos municípios facilita as idas e vindas das famílias no revezamento dentro dos acampamentos.

A estratégia do revezamento das famílias e ou dos membros de cada família faz parte da resistência no processo de luta. A grande parte das famílias depende do trabalho no corte de cana nas usinas de Santa Rita e das cestas básicas das prefeituras no período de entressafra. Também, há

---

<sup>4</sup> Utilizamos este termo para nos referir aos trabalhadores do corte da cana, por ser desta forma como eles se reconhecem.

<sup>5</sup> Entrevista gravada aos 11 de abril de 2010, no acampamento Brasil Terra da Gente I, no município de Santa Rita, Paraíba. Arquivo de áudio.



trabalhadores que sobrevivem como diaristas nos Assentamentos rurais de Cruz de Espírito Santo. Durante a época de safra é comum que mulheres e crianças fiquem nos acampamentos, todavia na entressafra a presença de homens se multiplica. Contudo, a liderança é masculina, ou seja, são apenas homens que se ocupam das funções de organização, coordenação e representação do BTG.

Santa Rita/PB, é um dos municípios do agronegócio sucroalcooleiro da *Zona da Cana* do estado da Paraíba. Nele se territorializam três grandes grupos empresariais do setor e a incidência da pobreza da sua população chega quase a 70%. Apenas existem em todo o município dois assentamentos de Reforma Agrária, o Assentamento Rural Águas Turvas, um dos primeiros a serem criados no estado e o Assentamento Dom José Maria Pires. Já no município de Cruz de Espírito Santo, onde se localiza um dos acampamentos do BTG existem nove assentamentos como símbolo da territorialização da luta pela terra no Estado. Os assentamentos neste município foram criados na década de 1990, entre os anos de 1995 a 1998 quando se desapropriaram 6.201, 30 hectares. É o segundo município com maior número de assentamentos de todo o estado, perdendo apenas de Alagoa Grande na microrregião do Brejo. Na organização e mobilização das famílias de trabalhadores rurais e posseiros dos antigos Engenhos de Cruz de Espírito Santo destacou durante a década de 1990 a ação da CPT, do MST e do Sindicato de Trabalhadores Rurais local (NOGUEIRA, A.P; FRANCO GARCÍA, M., 2008; NOGUEIRA, A.P., 2010).

Na década de 2000, concretamente no ano 2003 formou-se na região o BTG, com trabalhadores e militantes dissidentes do MST e da CPT. Todavia, as primeiras ocupações do movimento foram em áreas urbanas, especificamente no bairro de Camboinha no município de Cabedelo. Segundo uma das lideranças entrevistadas, no momento de criação do BTG, o INCRA advertiu para não realizar ocupações em áreas urbanas ou próximas as cidades, pois não seriam reconhecidos como um movimento de luta pela Reforma Agrária. O INCRA apenas atenderia as famílias de trabalhadores sem terra se as mesmas estivessem em situação de acampamento em áreas rurais. Entretanto, os militantes do BTG denunciaram durante as nossas entrevistas que o INCRA nunca chegou a cumprir com as suas funções não fazendo a vistoria da área demanda, nem entregando cestas básicas para as famílias acampadas. A área passível de vistoria localiza-se no município de Mari/PB.

Os acampamentos do BTG levam resistindo oito anos na região, todavia, ainda se apresentando como uma força que organiza e mobiliza aos trabalhadores canavieiros, observamos nas entrevistas com as lideranças que a formação política das bases não é um elemento crucial para a luta. Também, existem vários desencontros quando nos remetemos à área pela qual estão lutando, como mostra o depoimento a seguir:

a gente estava vendo uma fazenda aqui em Mari, aí está em questão lá com o INCRA, está em negócio lá com o INCRA para decidir o que é que vai resolver. Aí o INCRA mandou a gente procurar outra, aí a gente está indo atrás. (Trabalhador rural e liderança do Movimento BTG acampado em Cruz do Espírito Santo, Paraíba, 2010).

A tomada de decisão do BTG diante das determinações do INCRA mostra que, de alguma forma, o movimento tornou-se instrumento de manobra do próprio INCRA, quando este desencoraja o grupo a resistir no acampamento e os incentiva a procurar outra área para acampar.

Quanto ao significado da sigla BTG e a simbologia, trata-se de uma homenagem aos primeiros habitantes do Brasil, os indígenas. Um dos trabalhadores acampados nos explica essa escolha, mostrando ao tempo a sua discrepância com o MST:

Eles (o MST) condenam nossa bandeira por que é amarela. Eu sou PT e a bandeira do PT é vermelha, mas a do nosso movimento é amarela porque é assim desde o começo. E nos queremos manter a originalidade dela porque na bandeira do Brasil também tem amarelo. E também nos estamos fazendo uma homenagem aos índios do Brasil. Tem um índio na bandeira. E todas essas terras são dos índios.

(Trabalhador rural e liderança do Movimento BTG acampado em Cruz do Espírito Santo, Paraíba, 2010).

A dissidência político - ideológica que levou a este grupo de trabalhadores a *rachar* com o MST foi o fato de serem contrários à ocupação de terras improdutivas ou devolutas. Para o BTG essa é uma ação extrema, radical que obstaculiza, mais do que facilita, o acesso à terra. Para o BTG trata-se de uma invasão à propriedade. Para este movimento o caminho é outro, pois a demanda de terras apenas objetiva aquelas em situação de abandono. O BTG entende que apenas por meio da negociação com o INCRA as desapropriações acontecem por isso, aquilo que é determinado pelo INCRA não se questiona. Nas palavras de uma das lideranças do BTG acampadas na região fica expressa esta posição, ao tempo que trava uma dura crítica contra o MST local:

(...) o MST está fazendo muita feiúra, invadindo terra produtiva. A gente quer as terras que foram abandonadas por ai. A atitude do MST é muito radical. Se você quer saber o que o MST quer fazer com a gente aqui. O MST está querendo tirar a gente de aqui por que agente está fora do normal. Todo dia chega ameaça do MST aqui. Eles dizem: eu vou invadir, por a bandeira para dormir e invadir aquele acampamento.

(Trabalhador rural e liderança do Movimento BTG acampado em Cruz do Espírito Santo, Paraíba, 2010).

Quanto aos motivos que levaram a esses trabalhadores a se organizarem fora da coordenação da CPT, apenas foi apontada a vontade de construir novo movimento autônomo que pressionasse ao INCRA para efetivar assentamentos de Reforma Agrária nesses dois municípios.

Durante o período da nossa pesquisa, vivenciamos junto a BTG uma fragmentação interna. Um grupo de famílias de trabalhadores acampadas rachou com a liderança do BTG por discrepâncias em relação à forma de coordenar a vida no acampamento BTG I em Santa Rita. Esse grupo acabou criando outro movimento dissidente do BTG e ocupando outra área também nas margens da BR – 230. Até o fechamento desta pesquisa o movimento denominado de **Movimento da Paz** contava com 20 famílias e a sua concepção de luta pela terra e de Reforma Agrária seguia a pauta do BTG. As famílias dissidentes, ainda que intercalassem o seu tempo entre o acampamento e a periferia das cidades de Santa Rita e Cruz do Espírito Santo, procediam, originalmente do estado de Pernambuco, concretamente dos municípios da região da Mata Norte, Carne de Vaca e Ponta de Pedras e da cidade de Goiana. As famílias pernambucanas se organizaram inicialmente sob a coordenação do MST no seu estado, porém, devido à demora na conquista da terra decidiram lutar junto ao BTG na Paraíba por acreditarem estar mais próximos do seu objetivo e não voltaram mais. Depois de anos na luta com o BTG decidiram sair do movimento e se organizarem autonomamente, pois acreditam que assim poderão negociar diretamente com o INCRA e coordenar a vida do acampamento de acordo com as suas próprias decisões. Os trabalhadores do Movimento da Paz, hoje canavieiros, na sua maioria são filhos e netos de pequenos sítiantes e agricultores expropriados da terra em períodos anteriores.

A cor (Branca) da bandeira do MP simboliza a concepção de uma luta por terra pacífica na contramão da luta organizada por outros movimentos, como o próprio MST do qual, como vimos, é já um desdobramento de uma das suas dissidências na região.

A presença do BTG nos municípios de Santa Rita e Cruz do Espírito Santo na *Zona da Cana* do estado da Paraíba é sintomática da pluralidade, não apenas forças políticas que organizam trabalhadores canavieiros sem terra senão, tanto das diferentes e até antagônicas formas de luta, como das díspares concepções do que deve ou deveria *vir-a-ser* uma política territorial de distribuição de terras e incentivo à agricultura de base familiar por meio da Reforma Agrária. A fragmentação do trabalho, da classe trabalhadora, em diversos movimentos é uma realidade nesta região do estado da Paraíba. Todavia, não nos referimos apenas à emergência fragmentária de siglas e novas cores nas bandeiras, estamos atentos a que as próprias “bandeiras de luta” podem implicar concepções de espaço agrário, portanto, de modelo de desenvolvimento para o campo e a sociedade em geral, que não representem caminhos de superação da realidade que esta posta, e sim somente a sua reforma. Diante do exposto, estamos preocupados com a tendência, sinalizada por Mutzemberg (1999):

à fragmentação, atomização, a diversidade, falência ou descrença em relação aos projetos políticos abrangentes, privilegiando a micro-política e a substituição de princípios universais por valores individualistas. (p. 123-124).

Precavidos com esta questão constatamos também que na *Zona da Cana* existem comunidades que, ainda que não se organizam sob bandeiras de luta próprias que tem por objetivo mobilizar a trabalhadores sem terra, essas comunidades constituem formas de ocupação e permanência na terra, como é o caso da comunidade de trabalhadores quilombolas de Pretinha do Congo no estado de Pernambuco.

### **No canavial: a Comunidade Quilombola Pretinha do Congo em Pernambuco**

A comunidade “Pretinha do Congo” encontra-se nas margens da BR 101 no estado de Pernambuco, no município de Goiana, cercada pelo cultivo desenfreado dos canaviais da mesorregião da Mata Norte pernambucana. Não temos registro da origem histórica da comunidade, todavia a criação da sua sede social data de 1936, quando as famílias negras que ocupavam aquelas terras próximas às áreas de corte de cana-de-açúcar e longe do centro da cidade de Goiana, se organizaram reivindicando as suas raízes africanas e negras escravizadas durante séculos pelo trabalho nos canaviais. A memória dos antepassados permanece viva na comunidade e fortalece a resistência dessas famílias diante das miseráveis condições de vida que o trabalho no corte da cana continua oferecendo-lhes nos períodos de safra.

Na sede da comunidade, as famílias negras repassam para as gerações mais novas a história dos primeiros moradores e fundadores da Nação Africana Pretinha do Congo e ensinam-lhes como viver e preservar os valores e rituais culturais desta Nação<sup>6</sup>.

As casas onde moram as famílias negras de trabalhadores canavieiros se espalham entre a BR, a beira do rio Goiana e as “bocas de rua” dessa parte da cidade. A disposição das moradias mostra o surgimento de um acampamento constituído pelas das gerações mais novas da comunidade que foram construindo as suas próprias famílias e ficando próximas do território da Nação Africana Pretinha do Congo, como de famílias de trabalhadores canavieiros que sem terra e sem condições de alugar uma moradia na cidade se uniram esta ocupação.

---

<sup>6</sup> O grupo de apresentações culturais desta comunidade divulga os valores da Nação Africana por todo o Brasil.

A cana cultiva-se sem exceção em todo o relevo, desde as nascentes e beiras dos rios e riachos, como nas encostas, declives e topos de difícil acesso para os trabalhadores no corte manual. O monocultivo de cana substitui tudo o que se interpõe à sua expansão nas encostas de morros e tabuleiros e nas várzeas e terraços fluviais. A cana, portanto, monopoliza a ocupação do solo e destrói a cobertura florestal, inclusive, de encostas com alta declividade, apesar das restrições destas áreas ao uso agrícola, especialmente à culturas temporárias.

A Comunidade Pretinha do Congo está confinada numa pequena faixa, entre o leito do rio Goiana, a BR e os extensos canaviais irrigados da Usina Maravilhas do grupo CRUANGI. Trata-se de uma comunidade que congrega tanto descendentes de escravos negros como de camponeses expropriados e trabalhadores rurais. Todos eles, economicamente dependem do corte da cana para sobreviver. Durante os nossos trabalhos de campo e visitas à comunidade, contatamos que no período da entressafra os trabalhadores também criam mecanismos de sobrevivência na informalidade, como a venda caseira de doces, concerto de bicicletas, catação de mariscos e caranguejo nos manguezais próximos e serviços domésticos como diaristas na cidade. As famílias também são contempladas com a cesta básica do INCRA/CONAB<sup>7</sup>, porém a demora na entrega e o alto número de membros das famílias da comunidade, fazem desse auxílio uma reclamação constante.

A ocupação da terra e a constituição do acampamento de trabalhadores na Comunidade Pretinha do Congo difere, por exemplo, dos territórios de luta criados pelo BTG e do MP *na Zona da Cana* da Paraíba e que apresentados anteriormente. Durante as nossas entrevistas com os membros mais antigos da Comunidade ficou claro que este grupo também deseja ter a garantia de ter um pedaço de terra onde morar e trabalhar. Todavia, isso não constitui uma bandeira de luta, não conduz a uma ação de conscientização política das famílias da Comunidade para lutar organizadamente por isso. Apenas a permanência na terra, nas margens dos canaviais, se apresenta como seu ato de resistência secular à marginalidade que a comunidade trabalhadora negra foi e continua sendo submetida no Brasil pelos valores da colonização branca. Permanecer, criar as suas famílias, construir um espaço de fortes raízes africanas local de tributo a sua cultura, agregar cada vez mais filhos, netos, sobrinhos além de outras famílias despossuídas do campo e da cidade é a resposta *silenciosa*, porém presente, dada pela comunidade. Nas entrevistas que realizamos nesta comunidade ficou claro que nunca formaram parte, enquanto grupo, de movimentos sociais envolvidos direta ou indiretamente na luta pela terra e pela Reforma Agrária. Entretanto, dois membros da comunidade já tiveram militado no MST local e todos os trabalhadores entrevistados já ouviram falar e conheceram algum dos movimentos de luta por terra que atuam na região.

Durante as nossas visitas ao município de Goiana/PE tivemos a oportunidade de nos encontrar com um dos membros da Comunidade, junto a outros trabalhadores, no corte de cana em áreas de plantio da Usina Maravilhas. Naquele momento, e depois de nos apresentar, a maioria dos trabalhadores recusou-se a conversar conosco. Todavia, o membro da Comunidade Pretinha do Congo, que nos reconheceu, nos encaminhou até o fiscal da Usina que depois de conversar rapidamente conosco se ausentou para dar continuidade ao seu trabalho no “campo”. Já, fora do eito, durante o intervalo para o almoço, o cortador de cana de Pretinha do Congo decidiu colaborar com o nosso trabalho com a condição de manter o seu anonimato, tanto na hora de tornar pública a pesquisa como, fundamentalmente, diante do fiscal. O depoimento a seguir relata as condições do trabalho as que se submetem estes trabalhadores durante a safra:

---

<sup>7</sup> Empresa estatal pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A Companhia Nacional de Abastecimento tem em seu discurso a missão de contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento do meio rural e urbano. Também tem como responsabilidade preservar os mecanismos dirigidos pelo mercado. Maiores informações no site: <http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=1>. Acessado aos 16/04/2010.

(...) o trabalho é realizado por quadra, lote ou tarefa, algo assim. Quando o cortador termina, já pode ir embora. Mas só ganha entre 1 e 2 salários mínimos. A quantidade que é determinada para aquele corte diário é de 2.400 quilos, mas no final do mês você só ganha R\$ 450,00 e termina as 12:00 horas. Então estamos livres para ir embora. Somos registrados com carteira. Mas existem aqueles que trabalham por produção. Seguem trabalhando até extrapolar seus limites físicos. Estes ganham até mais que dois salários mínimos. Essa é a usina Maravilha, mas existem outras como: São João, Dois Rios e Timbaúba. (Trabalhador da Usina Maravilhas e membro da Comunidade Pretinha do Congo, Goiana, Pernambuco, 2009).

Ainda que os trabalhadores sejam registrados pela usina durante o período da safra, a temporalidade dos contratos lhe dá à usina a liberdade para demitir seus funcionários sem penalidade do Ministério do Trabalho, principalmente no final da colheita; a liberdade para pagar apenas um salário mínimo quando o trabalhador não cortar acima de 2.400 quilos de cana, sem ser penalizada quando o trabalhador adocece por exaustão, induzido pela própria usina a cortar mais cana, e finalmente; liberdade para fazer contratos em regime de trabalho temporário e a tempo parcial, até as 12:00 horas com o salário de R\$ 450,00, como recolhe o depoimento, num ambiente de trabalho absolutamente insalubre. As usinas também têm a liberdade de não garantir ao trabalhador um plano de saúde condizente com o esforço físico e o desgaste da saúde e do corpo ao qual está submetido durante anos “de serviços à empresa”, plano que cobra a sua necessidade e da sua família.

No município Goiano, em função dessas liberdades legais, entre outras determinações, o setor empresarial da cana-de-açúcar é predominante e próspero. Todavia, as comunidades de trabalhadores canavieiros como Pretinha do Congo, longe de atingir as condições mínimas de vida digna, nem usufruem do reconhecimento do Estado na figura do INCRA, pois este instituto não reconhece o acampamento como um desdobramento da demanda por terra de trabalho no estado, por não estar vinculado a nenhuma forma de organização social de luta por terra e Reforma Agrária reconhecida e por ocupar uma área entre a periferia da cidade e o canavial.

Ante tais apreciações, consideramos que estamos diante de uma das formas como a fragmentação do trabalho, da classe trabalhadora no campo, especificamente na *Zona da Cana*, se manifesta. Contudo, a ausência da luta no terreno do embate político coloca esses trabalhadores longe da superação dos males que os oprimem, marginalizam e exploram. A espiritualidade e o enraizamento com o espaço que ocupam é, sem dúvida, uma ferramenta importante para permanência do grupo no local, todavia, desde o nosso ponto de vista, não cria resistência. Além do mais, fragiliza o movimento de luta quando fragmenta o poder que os embates dos trabalhadores, seja qual for a forma que assumam – se movimentos sociais, se sindicatos, se partidos - na sua confluência atingem, negando-os, os efeitos perversos de uma sociedade guiada pela lógica do trabalho abstrato alienado, seja no canavial seja fora dele.

A força do agronegócio se sustenta na sua relação com o trabalho, dominando e controlando este por meio do assalariamento no campo. Dominação mediada e “legalizada” pelo Estado. Lutar por terra significa hoje, na *Zona da Cana*, lutar contra o assalariamento, a monocultura, o agronegócio, modelo de desenvolvimento econômico que, sobre diretrizes neoliberais, impõem a qualquer custo, seja social - com as vidas de canavieiros, seja ambiental - com a extinção da Mata Atlântica, o estranhamento e a alienação dos trabalhadores no fetichismo de uma sociedade de açúcar e etanol.

Entretanto, territórios de trabalhadores rurais e camponeses coordenados pelo MST na região são expressões que toma o movimento de luta pela terra no seu embate contra a lógica capitalista no campo.

## **Nas áreas de Reforma Agrária: do acampamento ao assentamento do MST Chico Mendes em Pernambuco**

O processo de ocupação de terras improdutivas do Movimento de luta pela terra e pela Reforma Agrária na *Zona da Cana* se torna visível quando adentramos nos meandros do canavial. Em cada trabalho de campo novos grupos acampados, novas bandeiras são descobertas. Elas nos mostram como as contradições do modelo do agronegócio entendido como pauta de desenvolvimento se revelam, descortinando-se também tanto as lutas de muitas famílias de trabalhadores canavieiros e camponeses como a sua resistência, as privações e a violência, as perdas, os ensinamentos e as conquistas. A história dos trabalhadores sem terra do Chico Mendes é a história de uma conquista da classe trabalhadora organizada na *Zona da Cana* pernambucana.

Quando conhecemos em 2007 o grupo de trabalhadores sem terra e militantes do MST no município de São Lourenço da Mata, Chico Mendes era então um acampamento rural de trabalhadores canavieiros. Em dezembro de 2004, várias famílias de trabalhadores sem terra do MST do estado de Pernambuco ocuparam uma área dos 580 hectares de terras improdutivas do antigo Engenho São João, pertencentes à agroindústria Tiúma do grupo empresarial brasileiro Votorantim.

Em 2005 a polícia federal despejou com violência as famílias, chegando a destruir parte dos barracos e queimando as lavouras, todavia as famílias resistiram e montaram de novo os seus barracos. Finalmente em 2007 a área foi considerada uma grande propriedade improdutiva e declarada de interesse social para fins de Reforma Agrária.

Em 2008 o INCRA foi emitido na posse por meio de decisão liminar, portanto não definitiva. Um ano depois, em 2009, o usineiro Theobaldo Lopes de Melo recorreu à justiça demandando 144 hectares das quais ele se declarava dono. A imissão de posse do INCRA foi cancelada na parte requerida pelo usineiro, paralisando assim o Projeto de Assentamento (PA). Já em 2010 o pleito do usineiro foi negado e a imissão de posse do INCRA voltou a vigorar na sua integridade, possibilitando a consecução do Assentamento.

O conflito nesse território foi protagonizado pelos representantes do Grupo Votorantim, que se destaca dentro do mercado nacional pela produção de cimento, concreto e agregados, mas também está ligado a setores financeiros, energéticos, metalúrgicos e à agroindústria destacando a produção de suco de laranja concentrado, que atua no mercado internacional por meio da Citrovita. O Estado apenas foi representado, inicialmente, pela polícia e justiça federal, comparecendo no litígio não como um mero “mediador” de conflitos de classe, mas sim sustentáculo da dominação do poder dos usineiros na região. E o MST, que organizou os trabalhadores sem terra para não desistirem da luta, ocupando a área como garantia da conquista dos seus direitos sobre ela.

Esta forma de luta e de conquista dos direitos constitucionais de acesso à terra difere das estratégias apresentadas anteriormente. Nem o BTG, muito menos o MP nem os trabalhadores negros da Comunidade Pretinha do Congo se valem na sua luta do artigo 186 da Constituição brasileira de 1988, que dispõe:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meioambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Contudo, os trabalhadores sem terra tiveram que enfrentar também os desdobramentos dos entraves legais relativos à imissão de posse após o agravo de instrumento interposto pelo suposto proprietário de parte das terras. O Projeto de Assentamento parou e a grande parte das 60 famílias contempladas com terras, portanto assentadas de Reforma Agrária, tiveram que continuar nos seus barracos sem ter acesso aos lotes nem aos Programas de Fortalecimento da Agricultura Familiar, voltados para financiar a produção familiar logo no início da conquista da terra. Isso também fez com que muitos trabalhadores, já assentados e militantes do MST, por tanto, que desafiaram durante os anos de acampamento a grande propriedade de terra e que ideologicamente se opõem ao monocultivo como saída produtiva para o campo, tenham como saída para a sua reprodução material o assalariamento na agroindústria da cana-de-açúcar da própria Usina Tiúma, unidade produtiva do mesmo grupo do que tomaram as terras do antigo Engenho. Contraditoriamente, mesmo com a posse da terra, a subjunção do trabalho destas famílias pelo capital sucroalcooleiro continua.

Todavia, algumas das famílias viabilizaram, durante a época de acampamento, as condições mínimas para o cultivo da terra e conseguiram prover parte do próprio sustento com o cultivo de lavouras consumidas no cotidiano, como milho, mandioca e feijão, além das fruteiras e os pequenos animais de criação.

Durante as entrevistas realizadas nos nossos trabalhos de campo na fase do acampamento constatamos que nenhum dos membros daquele grupo de trabalhadores era dissidente de outros movimentos sociais. Todos eles iniciaram a sua luta por terra com o MST e nele continuavam militando. O fato de permanecer unidos formando único acampamento e retomando a ocupação após cada despejo, garantiu em 2009 a posse definitiva da terra.

A possibilidade do surgimento de desavenças e rachas internas aos movimentos é uma realidade já constata em outros acampamentos, como foi observado na luta do BTG e a dissidência do MP na Paraíba. Esse processo de fragmentação interno da luta, que resulta em novos acampamentos de menores proporções, pode trazer rebatimentos negativos na hora dos despejos e também na dissolução e esvaziamento de bandeiras de luta coletivas que vão além da conquista de um pedaço de terra onde produzir individualmente. O projeto de transformação da sociedade, de justiça social, do fim do latifúndio, da oposição ao agronegócio demanda a construção de consciência política durante a luta. As desavenças ente lideranças e entre estes e as suas bases, que obscurecem a escala do embate proposto - atingir diretamente à lógica do capital e o seu controle sobre o trabalho e a terra - também se apresentam para nós como desdobramentos negativos para o Movimento de luta pela terra, pois o fragiliza internamente. Entretanto, não estamos defendendo que a emergência de grupos organizados, de novos movimentos de luta por Reforma Agrária seja em si um problema, muito pelo contrario, a efervescência da contestação é um sintoma muito positivo. Ao que queremos chamar a atenção é ao processo de fragmentação interno da luta, não apenas das formas, da sua *plasticidade*, das siglas ou cores das suas bandeiras, senão a perda de sentido e significado do objetivo da luta, a fragmentação que dissolve o projeto revolucionário de transformação e que em casos, como o próprio BTG chega a negá-lo. Tampouco, a união dos trabalhadores acampados no Chico Mendes nos leva a pensar na união de todos os trabalhadores que lutam por terra no Brasil sob uma única sigla, movimento ou partido, o que nos leva a pensar é na necessidade de confluência de todas as barricadas construídas contra o sistema metabólico do capital, de todas as fissuras abertas pelo trabalho vivo organizado e consciente, em um projeto de negação do trabalho abstrato como possibilidade emancipatória.

O PA Chico Mendes é, para a coordenação estadual do MST, uma vitória cheia de simbolismo para os trabalhadores sem terra sobre o poder do agronegócio sucroalcooleiro na *Zona da Cana* pernambucana.

Especialmente quando refletimos sobre a exploração do trabalho, quando discutimos o processo de assalariamento no campo; a ausência do Estado fiscalizador por meio do Ministério Federal do Trabalho; pela impunidade por meio do confisco das terras, quando comprovada a existência do trabalho análogo à escravidão; condições de vivência no interior dos barracos nas beiras das estradas e nos próprios alojamentos das usinas e destilarias; a dúvida sobre a legitimação e legalidade da posse pelos fazendeiros que exploram as terras há séculos; e sua ocupação e uso.

Todavia a territorialização da luta tem modificado a geografia agrária nos espaços respectivos.

### **Na usina: os trabalhadores da Usina Seresta em Alagoas**

Nas proximidades do município de Murici/AL encontramos, nas margens da BR 104 um grupo de famílias acampadas sob a bandeira do Movimento de luta pela terra VIA. Trata-se de um movimento organizado por trabalhadores sem terra dissidentes do MST e da CPT locais. Apenas constatamos na *Zona da Cana* alagoana a existência deste único acampamento MVia. Sobre as cores da bandeira que hasteia em um dos barracos, amarelo, vermelho e verde, os trabalhadores que lá encontramos, durante a nossa visita em trabalho de campo, não souberam nos explicar.

Ainda que negaram a sua relação com a Via Campesina, tampouco conseguiram nos aclarar a origem e significado do nome dado a este novo movimento.

O que nos chamou a atenção, não foi o desconhecimento dessas questões, pois se trata de um grupo recente que está em processo de construção da sua identidade coletiva enquanto sem terras, mas a significativa produção de banana que os trabalhadores conseguiram realizar nas margens da BR 104.

A estratégia de luta do MVia não difere do BTG, MPaz na Paraíba e do MLT e MT em Pernambuco. Trata-se de ocupar uma das margens da BR, em um local próximo a área em litígio, e esperar pelo bom senso do Estado e a agilidade do INCRA para a realização da vistoria e a efetivação da desapropriação. Este comportamento difere radicalmente da forma de luta que o MST desenvolve, como apresentado anteriormente. Ocupar as margens da BR e não atentar diretamente contra a propriedade privada, se bem que evita, normalmente, atos de violência como os despejos ou o terrorismo da “policia privada” dos grandes proprietários de terra, nem sempre os resultados são os mais favoráveis aos trabalhadores, depois de longos anos de espera. O MVia leva ocupando a beira da estrada desde 2008. As famílias acampadas sobrevivem do trabalho no corte de cana nas Usinas próximas, principalmente são contratados durante a safra na Usina Laginha no município de União dos Palmares. Temporariamente esses trabalhadores se tornam assalariados da agroindústria canavieira local, todavia, o rendimento que isso representa não é suficiente para sustentar as suas famílias.

A produção de etanol e açúcar no estado de Alagoas se incrementa a cada safra, o que faz deste estado o primeiro produtor do Nordeste. Contudo, a territorialização do agronegócio da cana-de-açúcar por meio das suas 24 unidades de produção, não representa desde o ponto de vista do trabalho ganhos em qualidade de vida e desenvolvimento econômico e social. Segundo informações do Repórter Brasil (2008) havia no estado cerca de 100 mil trabalhadores em usinas de cana. Porém, em 2010 a incidência de pobreza em Alagoas era a mais alta de todo o Nordeste, superando a media regional e atingindo a taxa de quase 60%.

### **Considerações Finais**

Se isto é uma irracionalidade em um país que se considera a oitava, nona, décima economia mundial, os dados tornam-se mais cruéis quando analisamos de perto os municípios do



agronegócio sucroalcooleiro, como é o caso de Teotônio Vilela. A taxa neste município é ainda maior. Segundo o IBGE (2010) estamos diante de um território onde o percentual de miseráveis é próximo de 70% da sua população total, ou seja, a grande maioria dos habitantes de Teotônio Vilela sobrevive hoje com menos de dois dólares por dia. Entretanto, o lucro da exploração das terras e do trabalho de centenas de famílias trabalhadoras não se transforma em riqueza para o município, esses capitais são desterritorializados a medida que a expansão dos grandes grupos alagoanos faz com que se criem novas unidades que se territorializam nas regiões do Centro-Sul do Brasil (Oliveira, 2009). Outra preocupação inerente ao mundo do trabalho no campo, refere-se à questão do trabalho escravo no campo brasileiro. Especialmente no interior das usinas de cana nos estados em questão. Como exemplo apontamos a operação do Ministério Público do Trabalho denominada de Operação Zumbi dos Palmares, cujo relatório final foi apresentado na Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizada na Suíça no mesmo ano, foram flagrados 650 trabalhadores em situação degradante.

### **Referências Bibliográficas**

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 6ª edição, 2002.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145 p.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial**. 120f. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, 2006.

\_\_\_\_\_, **Dissidência e Fragmentação da luta pela terra na 'Zona da Cana' nordestina: o estado da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco** / Edvaldo Carlos de Lima. - 1. ed. - Curitiba, PR: CRV, 2013. 238p.

MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados**. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2003.

MITIDIERO, Jr. Marco Antonio **A ação territorial de uma Igreja Radical**. Curitiba, Ed. CRV, 2010.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. 571 f. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista. Faculdade Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. Presidente Prudente, 2009. (Tese de Doutorado).

THOMA JR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos**. Universidade Estadual Paulista, 2009. (Livre Docência).

## **GT 04 – Trabalho agrícola, migração e mudanças tecnológicas na agricultura**

**Máquinas de empobrecimento:** impactos da mecanização do corte da cana-de-açúcar sobre trabalhadores e trabalhadoras dos canaviais paulistas

**Thaís Mesquita Favoretto<sup>1</sup>**

### **Resumo:**

A mecanização do corte da cana-de-açúcar no estado de São Paulo sofreu um processo de intensificação nos últimos anos. As principais consequências são a redução de postos no corte manual e a piora do trabalho nessa atividade. A partir de entrevistas realizadas no município de Barrinha (SP), foi possível observar que esse processo apresenta diferentes consequências de acordo com o gênero, a geração e a origem dos trabalhadores, marcando igualmente suas mobilidades profissionais.

**Palavras-chaves:** Agroindústria canavieira; Mecanização; Trabalhadores rurais.

### **Introdução**

A produção de cana-de-açúcar, que marca a história do Brasil desde os tempos da Colônia, sofreu uma série de transformações técnicas e de gestão nas últimas décadas. O grande volume de subsídios estatais oferecidos ao setor e a exploração de milhares de homens, mulheres e até mesmo de crianças trabalhadoras, tornou possível a expansão da agroindústria canavieira no país, que é atualmente um dos principais produtores de açúcar e etanol do mundo.

De acordo com dados da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), a previsão da produção de cana para a safra 2014/2015 é estimada em 671,69 milhões de toneladas. Quanto à área, aproximadamente 9 milhões de hectares devem ser cultivados nessa safra em todo o território nacional. O estado de São Paulo continua a ser o principal produtor, com 51,7% (4.696,3 mil hectares) da área plantada.

Nos canaviais paulistas, os trabalhadores responsáveis pelo corte manual da cana-de-açúcar, em sua maioria migrantes, foram historicamente submetidos a condições degradantes de trabalho, moradia e alimentação, de modo que a atividade

---

<sup>1</sup> Mestra/Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, [thaisfavoretto@gmail.com](mailto:thaisfavoretto@gmail.com)

foi campeã em número de trabalhadores libertados de condições análogas a de escravo nos anos de 2007, 2008 e 2009 de acordo com a Comissão Pastoral da Terra.

Além disso, desde 1980 houve vertiginoso aumento da produtividade exigida, afetando gravemente a saúde dos trabalhadores (NOVAES, 2007). Nos anos recentes, apesar de contarem com medidas de mitigação da exploração (BASALDI, 2010) resultantes da ação de sindicatos e do Ministério Público do Trabalho, os trabalhadores dos canaviais se deparam com um novo contexto: a intensificação da mecanização do corte da cana-de-açúcar.

O corte da cana é realizado há séculos da mesma forma, com o facão ou podão como instrumento de trabalho e mediante a habilidade e a destreza do trabalhador. A principal alteração tecnológica é justamente a introdução das máquinas colhedoras, que no estado de São Paulo começou a ser realizada em escala comercial nos anos 1970. Desde então, a substituição de trabalhadores por máquinas esteve atrelada à exploração e ao controle destes, seja como forma de manter baixos salários na atividade (GRAZIANO DA SILVA, 1980) ou enquanto meio de barganha do patronato diante de paralizações e greves de cortadores de cana por melhores condições de trabalho (ALVES, 1991).

Na última década houve uma intensificação significativa desse processo, diante de um contexto de promulgação de leis e acordos<sup>2</sup> que estabelecem prazos para o fim da queima da palha da cana, assim como da exigência de certificações internacionais – ambientais e sociais – relacionadas à produção do etanol. O corte manual da cana crua, ou seja, sem a queima de sua palha, é menos produtivo e menos rentável aos usineiros. Assim sendo, a mecanização se apresenta como solução patronal na medida em que pode prescindir da queima da palha sem perder em produtividade, melhorando a imagem das usinas em relação à produção limpa do etanol. Ao mesmo tempo, a substituição de trabalhadores por máquinas tem como objetivo melhorar a imagem social do setor, prejudicada diante das péssimas condições de trabalho no corte manual da cana.

Nesse contexto, verifica-se o avanço considerável da mecanização do corte da cana em São Paulo, principalmente na região de Ribeirão Preto, maior polo

---

<sup>2</sup> O principal deles é o Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/protocolo-agroambiental/o-protocolo/>

produtor. As áreas de canaviais com colheita mecanizada passaram a ser mais extensas que aquelas onde o corte é realizado manualmente por trabalhadores. Segundo dados da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o índice de mecanização no estado saltou de 34,2% na safra 2006/2007 para 65,2% na safra 2011/2012. De acordo com dados da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), com base em censo do CTC (Centro de Tecnologia Canavieira), o índice de mecanização da colheita de canaviais das usinas em 2013 era de 87% para o estado de São Paulo, chegando a 94% na região de Ribeirão Preto.

A recente intensificação da mecanização do corte da cana é responsável por dois principais impactos sobre o trabalho nos canaviais: a redução de postos de trabalho no corte manual da cana e a piora das condições de trabalho nessa atividade. A partir de entrevistas realizadas junto a trabalhadores do setor, no município de Barrinha (SP), buscamos compreender as principais dimensões desse processo e verificar como os impactos da mecanização incidem diferentemente de acordo com gênero, geração e origem. As entrevistas foram realizadas entre 2012 e 2013 com homens e mulheres que trabalham ou trabalharam com o corte da cana, por meio da metodologia da História Oral (FERREIRA, 2006). Buscamos também mapear e analisar as trajetórias sociais desses trabalhadores e trabalhadoras após o corte manual da cana, tendo em vista apontar algumas tendências de deslocamentos no território e no mercado de trabalho.

## **Impactos da mecanização do corte da cana sobre o trabalho nos canaviais**

### **A redução de postos de trabalho**

Uma das consequências mais imediatas da substituição de trabalhadores por máquinas é a redução de postos de trabalho no corte manual. José Giacomo Baccarin, estudioso das relações de emprego no campo, produz boletins sobre a ocupação formal sucroalcooleira em São Paulo<sup>3</sup>, por meio de levantamento de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esses

---

<sup>3</sup> Ver: **Boletim – ocupação formal sucroalcooleira em São Paulo**. <http://www.fcav.unesp.br/#!/departamentos/economia-rural/docentes/jose-giacomo-baccarin/boletim-ocupacao-sucroalcooleira-em-sao-paulo/>

boletins revelam a redução de milhares de postos de trabalho no corte manual da cana em São Paulo nos últimos anos, conforme é possível ver na tabela reproduzida a seguir:

**Tabela 3 – Indicadores de área canavieira, produção sucroalcooleira e média mensal de pessoas ocupadas em empresas sucroalcooleiras no Estado de São Paulo, de 2007 a 2012.**

Item	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Área cana	3.679,5	3.824,2	4.101,400	4.357,0	4.370,1	4.419,5
Índice	100,0	103,9	111,5	118,4	118,8	120,1
Produção cana	319.014,4	340.510,4	354.360,1	359.235,5	308.073,2	330.195,5
Índice	100,0	106,7	111,1	112,6	96,6	103,5
Produção açúcar	17.745,7	19.066,7	20.801,3	23.572,8	21.272,0	22.681,7
Índice	100,0	107,4	117,2	132,8	119,9	127,8
Produção etanol	12.144,0	16.223,6	14.344,2	15.489,2	11.704,1	11.848,5
Índice	100,0	133,6	118,1	127,5	96,4	97,6
Total Pessoas Ocupadas	316.121,9	320.735,8	310.672,1	310.412,8	302.150,1	299.148,3
Índice	100,0	101,5	98,3	98,2	95,6	94,6
Trabalhadores Canavieiros	178.510,0	171.228,3	154.274,3	140.459,5	128.895,4	112.267,8
Índice	100,0	95,9	86,4	78,7	72,2	62,9

Fonte: CONAB (2013), MTE (2013). Área de cana em mil hectares. Organizada por Baccarin et al (2013)<sup>4</sup>

Ao mesmo tempo em que é possível observar o crescimento da produção canavieira, assim como de seus derivados, principalmente até 2010, o total de pessoas ocupadas e de trabalhadores canavieiros apresenta queda nesse período. De acordo com Baccarin et al, a redução de quase 40% dos trabalhadores em apenas cinco anos revela o crescimento expressivo do índice de mecanização das colheitas no estado. Logo, o impacto mais imediato da mecanização sobre os trabalhadores é justamente a redução do número de postos nos canaviais.

É importante observar, no entanto, que essa redução de postos de trabalho não resulta da simples substituição de trabalhadores por máquinas, uma vez que a mecanização do corte da cana está inserida em um contexto mais amplo de transformação das formas de gestão do setor. Desde a década de 1990, as usinas têm implementado uma série de estratégias relacionadas ao aumento da produtividade dos trabalhadores no corte manual da cana (GUANAIS, 2010). Ao mesmo tempo em que há continuidade de antigas estratégias coercitivas relacionadas ao controle do

<sup>4</sup> BACCARIN et al (2013). BOLETIM OCUPAÇÃO FORMAL SUCROALCOOLEIRA CENTRO SUL. Jaboticabal (SP), Número 41, Abril de 2013.

trabalho, é possível observar a introdução de uma série de estratégias de envolvimento do trabalhador, tais quais o ganho de prêmios em função da produtividade no corte manual.

O aumento da produtividade no corte manual faz com que menos trabalhadores se tornem necessários para cortar a mesma quantidade de cana. Nesse sentido, o aumento da produtividade em si é responsável pela redução de postos de trabalho. A mecanização intensifica esse processo na medida em que, por um lado, substitui diretamente cerca de 80 trabalhadores em relação à quantidade de cana cortada (RAMOS, 2007) e, por outro, pressiona aqueles que continuam no corte manual a serem mais produtivos, tendo em vista garantirem seus empregos.

De acordo com Novaes (2009), apesar da legislação e de acordos em torno da proibição da queima da palha da cana, haveria resistência dos usineiros em eliminar o corte manual devido à sua qualidade e ao baixo custo da força de trabalho frente ao alto custo de obtenção e manutenção do maquinário. Sendo assim, o autor afirma que haverá uma convivência entre os dois sistemas de corte numa mesma unidade de produção, enquanto, por meio de mudanças nas formas de seleção, gestão, organização e controle, conseguir-se intensificar a produtividade do corte manual. Menezes et al (2011), por outro lado, afirmam que o custo do trabalho no corte manual tem aumentado em função do empoderamento dos trabalhadores, que têm movido inúmeros processos trabalhistas, amparados pelo papel bastante presente do Ministério Público do Trabalho.

Além das possíveis vantagens do corte manual frente ao mecanizado, como baixo custo e qualidade, a expansão territorial da cana-de-açúcar, assim como a existência de restrições tecnológicas das máquinas à topografia da região se mostram como entraves à sua extinção. Apesar dos avanços tecnológicos, as máquinas não conseguem cortar cana em terrenos acidentados ou com grandes desníveis, de forma que essas áreas continuariam a continuar com o corte manual. Ao mesmo tempo, no corte mecanizado por vezes é necessário que os trabalhadores abram caminho para as máquinas colhedoras ou que repassem cortando os tocos altos deixados por estas.

Diante desses fatores, é pouco provável que o corte manual da cana venha a se extinguir no estado de São Paulo: o que está ocorrendo é uma redução significativas de postos. Na maior parte dos casos, a dispensa de trabalhadores não se

apresenta na forma da demissão direta. De outro modo, as usinas, que costumam realizar o contrato por safra, a cada safra passam a contratar menor número de trabalhadores para o corte manual. A tendência atual, conforme aponta Pochmann (2009), é o aumento do contrato de trabalhadores mais produtivos por tempo indeterminado, tendo em vista que a demanda de trabalhadores para a safra, ao diminuir, tende a se igualar com a demanda da entressafra para plantio e cultivo.

Os trabalhadores considerados mais produtivos são jovens do sexo masculino, de forma que esse processo de redução de postos de trabalho se apresenta como excludente em relação às mulheres e às pessoas mais velhas. De acordo com Moraes Silva (2011), a mecanização do corte da cana não elimina a existência do corte realizado manualmente, mas acaba por promover mudanças e reconfigurar as relações de trabalho nos canaviais e em outras atividades:

Portanto, o trabalho manual não desapareceu, ele continua ocultado pelos discursos estatal, patronal, dos meios de comunicação, e até mesmo de certos sindicalistas, a serviço da ideologia do agribusiness, pela qual, nos canaviais paulistas o trabalho é executado tão-somente por máquinas. Produz-se assim o trabalho oculto desempenhado por mulheres e homens igualmente ocultados, negados e tornados invisíveis à sociedade em geral (MORAES SILVA, 2011, p. 31)

### **A piora do processo de trabalho no corte manual da cana**

Além de reduzir postos de trabalho no corte manual da cana, a intensificação da mecanização é também responsável por alterar as condições de trabalho nessa atividade. De acordo com as entrevistas realizadas no município de Barrinha, que corroboram os achados da literatura, foi possível observar que a introdução das máquinas nos canaviais representa significativa piora no processo de trabalho.

Por um lado, é possível observar um aumento expressivo da produtividade exigida: a média de toneladas de cana cortadas por dia dobrou em duas décadas, passando de seis em 1980 para a média de doze nos anos 2000 (ALVES, 2009). O vertiginoso aumento da produtividade decorre tanto do fato de o trabalhador ter que competir com as máquinas, que passam a se tornar referências em relação à produtividade, quanto de ele ter que competir com os próprios colegas, diante da redução de postos no corte manual por conta da mecanização e das novas formas de

gestão. O resultado são ferimentos e doenças agudas e crônicas e, em alguns casos, a perda da própria vida por exaustão (MORAES SILVA ET AL, 2006).

Além do aumento da produtividade no corte manual, a introdução das máquinas nos canaviais gera outras consequências aos trabalhadores da atividade. Segundo relataram nossos interlocutores, confirmando a literatura sobre o tema (ALVES, 2009; MENEZES ET AL, 2011), às máquinas são reservadas as áreas consideradas melhores para o corte, pois apresentam menor declive, terreno mais limpo e são mais secas. Também são destinadas às máquinas as melhores canas, “em pé”, que possibilitariam maiores ganhos aos trabalhadores do que as que lhes reservam: as canas “deitadas” ou “de rolo”, que são mais difíceis para o corte. Portanto, o fato de os entrevistados terem observado que houve uma significativa redução do ganho obtido com o corte manual da cana também está relacionado a esse fator. De acordo com o depoimento de um dos entrevistados, Pedro<sup>5</sup>, 22 anos, nascido em Pernambuco:

Hoje em dia eles tão ponhando máquina mais pra tirar do trabalhador: as máquina tá tomando conta já, ai nós fica aí (...) Nós corta pior, a máquina corta melhor. Assim, o canto que tem pedra, ele já põe a gente, o canto que não tem pedra, já põe a máquina. Aí a máquina já anda mais, já colhe mais, e nós ganha menos. Porque, assim, no caso, nós sofre mais que a máquina que é de motor e nós tamo pior, eles coloca a gente no rebentão, como eles fala, eles põe a gente e a máquina só colhe cana boa, corta cana em pé que, no caso, ganha mais dinheiro. Eles não colocam ninguém nessas cana, só se for assim, a safra tá acabando, a safra tá atrasada, aí coloca tudo junto, mas se não for, a máquina tem sempre melhoria pra ela, porque é bom pro pessoal lá.

Além de ficarem com as piores canas e os piores terrenos, os trabalhadores ainda tem que realizar trabalho complementar ao das máquinas. Dessa forma, os trabalhadores têm que *abrir o eito*<sup>6</sup>, ou seja, cortar cana para abrir corredores para a passagem das máquinas e, depois que elas passam, “repassar com o facão”, conforme leitura de um dos entrevistados sobre o processo de cortar os tocos deixados pelas colhedoras. Essas atividades, como observaram Menezes et al (2011), expõe os trabalhadores a mais riscos, decorrentes de acidentes com animais

---

<sup>5</sup> O nome de todos os entrevistados são fictícios, tendo em vista preservar as suas identidades.

<sup>6</sup> Essa denominação da atividade foi encontrada por Moraes Silva (2011), ao entrevistar trabalhadoras. Segundo a autora, as atividades auxiliares criadas com a mecanização caberiam em sua maioria às mulheres, marcando a segmentação do trabalho por gênero.



peçonhentos, e geralmente são realizadas mediante o pagamento em forma de diária, e não por produção, significando redução na remuneração dos trabalhadores.

O que está ocorrendo, então, diante da intensificação do processo de mecanização do corte da cana é a transformação de trabalhadores em acessórios das máquinas: há uma desvalorização do trabalhador do corte manual da cana enquanto figura central nesse processo<sup>7</sup>. De acordo com as entrevistas realizadas, percebemos que, por mais árdua que se apresentasse a atividade do corte manual da cana, principalmente diante do aumento da produtividade exigida, o trabalhador se sentia mais autônomo em seu trabalho. Com a entrada das máquinas, ele é prejudicado tanto em relação ao processo de trabalho – relegado aos piores tipos de terrenos e de canas, ou a atividades complementares às da máquinas – quanto em relação ao salário, já que estes limitam a sua possibilidade de ganho ou convertem seu pagamento por produção em pagamento por diária.

### **Mobilidades: para além do corte manual da cana**

Diante da grande redução do número de postos no corte manual, uma questão se apresenta: para quais atividades esses trabalhadores estão se deslocando? Muitos são migrantes, temporários ou que se estabeleceram nos municípios da região, em sua maioria homens, jovens, com pouca escolaridade. Apesar de diversos autores apontarem que a redução de cargos no corte manual da cana poderia ser compensada com outros criados a partir da mecanização (RAMOS, 2007; ALVES, 2009; BACCARIN, 2013), a mobilidade de cortadores de cana para esses outros cargos foi pouco verificada entre os sujeitos entrevistados. De qualquer forma, esses mesmos autores afirmam que o número de novos postos é muito inferior ao de trabalhadores dispensados do corte manual.

Atualmente, existem alguns pré-requisitos, como escolaridade e carta de motorista, para que os trabalhadores do corte da cana possam tornar-se operadores de

---

<sup>7</sup> A caracterização do cortador manual da cana enquanto apêndice das máquinas colhedoras deriva de sua condição acessória em relação a estas, ainda que não seja ele que as opere diretamente. Quanto a essa condição, é importante retomar a crítica de Marx: “O trabalho dos proletários perdeu, pela expansão da maquinaria e pela divisão do trabalho, todo caráter autônomo e, com isso, todo atrativo para o operário. Ele torna-se um mero acessório da máquina, do qual é exigido apenas o mais simples movimento de mãos, o mais monótono, o mais fácil de aprender” (MARX, 1998, p. 14)

colhedoras ou tratoristas. Diversos trabalhadores revelaram a dificuldade, principalmente financeira, de obtenção dessa carta: afirmam que a usina geralmente paga o curso para operar as máquinas, mas não a carteira de motorista, que é exigida para fazer o curso<sup>8</sup>. Menezes et al (2011) observaram que os cursos são oferecidos no mesmo horário do trabalho na safra, ou, quando noturnos, os trabalhadores migrantes não encontram força e motivação para frequentá-los. Sendo assim, os autores sugerem que a ascensão para esses cargos seria mais observada entre trabalhadores nativos.

De qualquer forma, é importante notar que, diferente do que os representantes da agroindústria canavieira costumam divulgar, a ascensão de cortador de cana a operador de colhedora não significa uma transformação radical nas condições de trabalho. Em reportagem do Valor Econômico, um trabalhador relata preferir o corte manual ao trabalho como operador de colhedora:

Nascido em Lavínia, a 70 quilômetros de Araçatuba, Aparecido Silva, 52 anos, sempre trabalhou em fazendas de gado naquela área do oeste paulista. Com a chegada da cana, o gado migrou e, para Aparecido, não restou alternativa ao facão (...) Há 15 anos é o que ele faz. Na usina onde trabalha (Univalem), todos os anos são abertas turmas de qualificação para operador. Mas Aparecido ficará na operação manual até ela acabar. "Tenho curso de mecânica, fui motorista e tratorista. Mas a cobrança é grande. Se a máquina quebra, a empresa acha que você é o culpado". Ademais, acrescenta ele, o ganho mensal de um cortador (R\$ 1,2 mil, em média) equivale ao de um operador iniciante de máquina (VALOR ECONÔMICO, *Cortador de cana sobrevive à mecanização*, 03/04/2013)

Além da questão da responsabilização dos trabalhadores diante de qualquer problema com as máquinas, há outras condições do trabalho de operador de colhedora que fazem com que os trabalhadores adoçam: movimentos repetitivos, postura incorreta, trabalho noturno e em turnos alterados, intensificação do ritmo de trabalho, ausência de pausas, ausência de controle do trabalho e subordinação ao ritmo das máquinas (SCOPINHO ET AL, 1999, p. 157). Em estudo mais recente, Vergínio et al (2013) verificam a continuidade de muitas dessas condições e alertam para a intensificação do controle dos empregadores sobre o trabalho a partir de aparatos tecnológicos.

---

<sup>8</sup> Liboni (2009) afirma que grande parte das usinas oferece cursos de qualificação de trabalhadores, por vezes em parceria com instituições como SENAR, SENAI, CTC, UNICA, entre outros. No entanto, a autora avalia que as iniciativas desse tipo ainda são insuficientes em relação ao número de trabalhadores dispensados.

Entre os trabalhadores entrevistados, foi mais comum encontrar mobilidades para atividades não agrícolas, seja no campo ou na cidade. A construção civil demanda atualmente muitos trabalhadores em todo o país, sendo que a região de Ribeirão Preto segue essa tendência (FOCO, 2010). Também a parte industrial do setor sucroalcooleiro, com atividades como soldagem, isolamento térmico, entre outros, tem sido o destino de muitos trabalhadores que deixaram de cortar cana. Algumas dessas atividades são por empreita, facilitando o emprego de trabalhadores que migram de forma temporária. Mesmo entre aqueles que já estão há alguns anos na região, trabalhando por tempo indeterminado, muitos tem como plano o retorno à terra natal.

Quanto à construção civil, o encarregado do departamento de Recursos Humanos de uma grande construtora de Ribeirão Preto indica que essa atividade já era procurada por trabalhadores da agroindústria canavieira. De acordo com Marcelo<sup>9</sup>, os trabalhadores costumavam sair no final da safra, entre setembro e meados de dezembro, para trabalhar como serventes na construção civil. A partir de 2008, os trabalhadores passaram a procurar a empresa logo no início do ano, segundo ele, em função da mecanização do corte da cana. Depois de passar alguns meses trabalhando para a empresa, Marcelo afirma que eles retornam à terra natal.

Paulo, 32 anos, nascido em Pernambuco, cortou cana durante muitos anos e diz estar gostando do novo emprego como pedreiro, apesar de sonhar em ser veterinário onde nasceu. Ele é contratado por empreita em uma empresa de Ribeirão Preto. Conseguiu esse emprego por meio de um turmeiro de Barrinha. Decidiu sair da cana, pois “não estava pagando muito bem”. Quando questionado sobre a diferença entre o novo emprego e a lavoura canavieira, diz preferir o emprego como pedreiro:

Ah, é porque pelo menos você come bem, lá no refeitório tem um lugar que você põe comida para esquentar, bebedor gelado. Eu acho que a obra é muito melhor, é bem melhor que a lavoura. Para trabalhar no corte de cana, quando a cana tá no sol que começa a vazar aquele... como chama? Aquela mel que pega e fica todo melecado. Você vai almoçar e não dá fome, e aí vai cavando pros pulmão... Não é todo mundo que enfrenta cana, não, só quem tem coragem mesmo.

Assim como Paulo, todos os trabalhadores do sexo masculino entrevistados relatam as melhorias que os novos empregos proporcionam em relação ao corte manual da cana. No entanto, é importante notar que a passagem entre uma

---

<sup>9</sup> A entrevista foi realizada em Ribeirão Preto no dia 5 de novembro de 2011.

ocupação e outra não se dá sem conflito, e que esses serviços não estão isentos de exploração e abuso de empregadores. A construção civil, por exemplo, tem sido denunciada enquanto atividade em que há significativo número de trabalhadores sob condições análogas a de escravo<sup>10</sup>.

Quanto às mulheres, conforme antes observado, elas têm sido alijadas em relação ao corte manual da cana desde os anos 1990, mediante o aumento da produtividade decorrente da intensificação da mecanização e das novas formas de gestão do setor. A partir dos relatos, foi possível observar a predominância masculina nos trabalhos com máquinas agrícolas assim como no interior da usina. As mulheres são destinadas aos trabalhos mais desqualificados, acessórios, de limpeza e arrumação, tornando-se *faxineiras dos canaviais*, termo utilizado por Moraes Silva (2011) para mostrar a feminização e ocultamento das tarefas referentes à limpeza nos canaviais.

Além dessas atividades, elas passam a trabalhar em outras lavouras, onde o ganho é pior, vivendo uma situação constante de insegurança estrutural. A fala de uma interlocutora é muito representativa dessa insegurança e das múltiplas tarefas a que são levadas: “olha, eu trabalhei... eu cortei cana, chacoalhei amendoim, eu colhi algodão, cebola, laranja”. Moraes Silva (2011) também observou essa circularidade e rotatividade das mulheres entre diversas culturas agrícolas, com condições muito precárias, predominando a informalidade, e ganhos por produção abaixo daqueles dos canaviais.

Além dos cultivos, foi possível encontrar mulheres em outros setores, geralmente em serviços, principalmente de empregada doméstica, mas também operadora de telemarketing e feirante. Todas as mulheres entrevistadas, em algum momento de suas vidas, trabalharam na limpeza e organização da casa de outra família. Por ser um emprego que não demanda formação ou especialização, acaba sendo sempre uma opção, principalmente nas épocas em que se reduzem as possibilidades de empregar a força de trabalho.

---

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, reportagem sobre a lista suja, cadastro que inclui empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas a de escravidão. Ver notícia da ONG Repórter Brasil: <http://reporterbrasil.org.br/2014/01/cresce-numero-de-casos-de-trabalho-escravo-urbano-na-lista-suja/>

É importante notar que há diferenças em relação a como as mulheres enxergam o trabalho de empregada doméstica ou diarista, principalmente em relação à geração. As trabalhadoras com mais de 50 anos de idade não reclamaram da atividade, relatando até relação muito boa com as patroas, como revela Mariana, 57 anos, de Minas Gerais: “É [boa], nossa, mesmo quando tá junto na casa. É melhor, porque tem coisa sempre pra gente comer, né? Trata bem demais. Pergunta se você tá com dor e aí toma um remedinho, é assim! As minhas patroa são boa, viu?”.

É diferente a visão das trabalhadoras mais jovens. Quando questionadas, jovens em torno dos 30 anos disseram preferir a roça, relatando que trabalhar em casa de família é muito humilhante. Nas diferentes entrevistas, elas fizeram uso do mesmo exemplo para ilustrar o argumento: “quando a patroa passa o dedo nos móveis para ver se está realmente limpo”. Na fala de Jéssica, 31 anos, de São Paulo: “Eu prefiro a roça. Porque você trabalhar de empregada, às vezes pega uma patroa chata, exigente, enjoada, estúpida... para aguentar desaforo, eu prefiro ir para a roça”.

É possível compreender essa diferença geracional quanto à avaliação do trabalho como empregada doméstica tendo em vista as diferentes épocas em que essas mulheres trabalharam nos canaviais. As mais velhas vivenciaram as condições mais árduas em relação a transporte, alimentação e segurança, além de violações de direitos, como trabalho infantil, informalidade e jornadas extensivas. Nos últimos anos, tais condições vêm sendo amenizadas com a regulamentação das atividades na agroindústria canavieira (BASALDI, 2010).

Tanto para as mulheres quanto para os homens, pudemos notar a importância da construção de redes de interdependência e solidariedade entre os trabalhadores – e mesmo entre estes e empregadores – para o deslocamento a outras atividades. Nesse sentido, as redes sociais, que se mostraram fundamentais para a migração ao trabalho nos canaviais devido às informações e aos recursos que circulam nas relações entre indivíduos (TRUZZI, 2008) apresentam igual relevância para a mobilidade dos trabalhadores para outras atividades na região ou em outros estados.

### **Considerações finais**

Diante dos resultados apresentados, fica claro que a análise dos impactos da intensificação da mecanização do corte da cana-de-açúcar sobre trabalhadores dos

canaviais paulistas deve levar em consideração a diversidade de gênero, geração e a origem desses trabalhadores. Se é certo que a redução de postos e a piora no processo de trabalho afeta a todos, é possível perceber que as consequências são diversas para os diferentes grupos sociais.

Enquanto trabalhadores jovens do sexo masculino que vivem de forma mais definitiva na região de Ribeirão Preto têm possibilidade de continuar a ocupar os poucos postos de trabalho que restam no corte manual, outros estão se deslocando para atividades diversas no setor ou fora deste. A saída do corte manual da cana significa uma possibilidade de mobilidade ascendente para trabalhadores do sexo masculino, na maioria dos casos. Para as mulheres que vivem na região, de outro modo, a saída do corte manual da cana abre possibilidade de emprego em atividades exercidas sob condições mais precárias e com salários mais baixos.

Os trabalhadores que migram de forma temporária, tendo em vista que seria difícil verificar mudanças estruturais em relação às condições nos locais de origem, poderão continuar se deslocando para atividades não agrícolas na região, principalmente para a construção civil na cidade de Ribeirão Preto, por funcionar por empreitas, ou para atividades sazonais em outras regiões, como para as grandes obras do governo. No entanto, enquanto trabalhadores migrantes, a estes caberiam empregos mais precários, com salários mais baixos e sob piores condições que aos trabalhadores locais de qualquer região. Sendo assim, a estes a solução ideal seria a reforma agrária efetiva, além da criação de alternativas de emprego e renda, principalmente em seus municípios de origem, para que possam optar pela permanência, de forma que a migração a outras localidades se apresente apenas como uma opção e não um caminho forçado.

### **Referências bibliográficas**

ALVES, F. **Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto**. Tese (Doutorado) – IE/UNICAMP, Campinas, 1991.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte da cana crua: indo direto ao ponto. **Ruris**. v. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.

BACCARIN, J. et al. **Boletim ocupação formal no setor sucroalcooleiro em São Paulo. Jaboticabal (SP)**, Número 41, abr. de 2013. Disponível em:

<http://www.fcav.unesp.br/#!/departamentos/economia-rural/docentes/jose-giacomo-baccarin/boletim-ocupacao-sucroalcooleira-em-sao-paulo/>

BAENINGER, R. et al. **Polos regionais – São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto Campinas: Núcleo de Estudos de População/Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/Instituto de Economia-Unicamp**, 2010.

BASALDI, O. V. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no período 1992-2006. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 91-110, jan./jun. 2010.

CARNEIRO, M. et al. “Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo”. In: NOVAES, J. R. e ALVES, F. (Org.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FOCO. Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo. Região Administrativa de Ribeirão Preto. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista**. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 1980.

GUANAIS, J. **No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: 2010.

LIBONI, L. B. **Perfil da mão-de-obra no setor sucroalcooleiro: tendências e perspectivas**. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2009.

MACIEL, L.; FAVORETTO, T. M. Migração e pendularidade entre famílias de trabalhadores rurais no interior de São Paulo. In: Processos Migratórios no Estado de São Paulo – Estudos Temáticos. BAENINGER, R. e DEDECCA, C. (Org.). Campinas: Núcleo de Estudos da População – Nepo/Unicamp, 2013.

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista – Dossiê Manifesto Comunista. **Estudos Avançados**, 12 (34), 1998.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro, Volume 2: O processo de reprodução do capital (Capítulo XIII – Maquinaria e grande indústria). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses – migrantes**. RJ: Relume Dumará, JP: Ed. UFPB, 2002.

MENEZES M. A.; SATURNINO, M.; COVER, M. O impacto da colheita de cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes. **Ideias**, Campinas, v.1, n. 2, p. 59-87, 2011.

MORAES SILVA, M. A. et al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 9, n. 8 p. 74-108, Jul./Dez. 2006

MORAES SILVA, M. A. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. **Perspectivas**, São Paulo, v. 39, p. 11-46, jan./jun. 2011.

NOVAES, J. R. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados** [online]. vol.21, n.59, pp. 167-177, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a12v2159.pdf>

\_\_\_\_\_. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **Ruris**. v. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.

POCHMANN, M. **Força de trabalho e tecnologia no Brasil: uma visão da história com foco atual na produção de cana-de-açúcar**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

RAMOS, P. O futuro da ocupação da agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimativa. **Informações Econômicas**, SP, v.37, n.11, nov. 2007.

SCOPINHO R. A. et al. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 15, n. 1, 1999.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.

VERGÍNIO, C. J.; ALMEIDA, L. M. Exploração do trabalho na colheita mecanizada da cana-de-açúcar: estudo de caso em um município localizado no município de Ouroeste, Estado de São Paulo. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 5, n. 43, p. 5-18, set/out 2013.

#### **Artigos jornalísticos:**

BATISTA, F. Cortador de cana sobrevive à mecanização. **Valor econômico**. abr. de 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3070942/cortador-de-cana-sobrevive-mecanizacao#ixzz2PPHUDJCz>

WROBLESKI, S. Crescem os casos de escravidão urbana na “lista suja”. **Repórter Brasil**. 02 jan. 2014. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/01/cresce-numero-de-casos-de-trabalho-escravo-urbano-na-lista-suja/>

#### **Sites consultados:**

**Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)**. Perfil do setor de açúcar e álcool no Brasil. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/>

**Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA)**. Protocolo Agroambiental. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/protocolo-agroambiental/o-protocolo/>



## GT (04) – (Trabalho agrícola, migração e mudanças tecnológicas na agricultura)

### Mecanização agrícola, auge e declínio da produção do feijão em Irecê- BA

Sandilla de Oliveira Machado<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestranda/ UFRB, sandillaoliveira@gmail.com

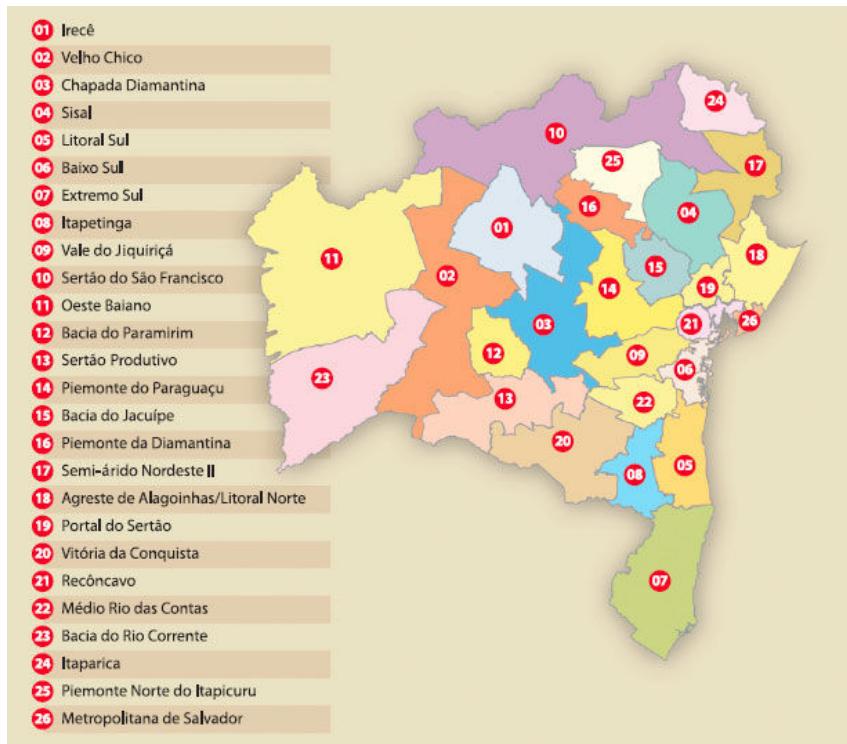
**Resumo:** O território de Irecê, localizado a noroeste do Estado da Bahia, passou por um processo de intensa exploração agrícola no período que envolve as décadas de 1940 até meados da década de 1990. Este período foi marcado por forte incentivo creditício através do Governo Federal, para a produção de grãos, essencialmente o feijão. Depois de um período de significativa expansão econômica, inicia-se um período de crise nessa monocultura.

**Palavras-chaves:** (Território de Irecê; Crise do Feijão)

#### Corpo do trabalho

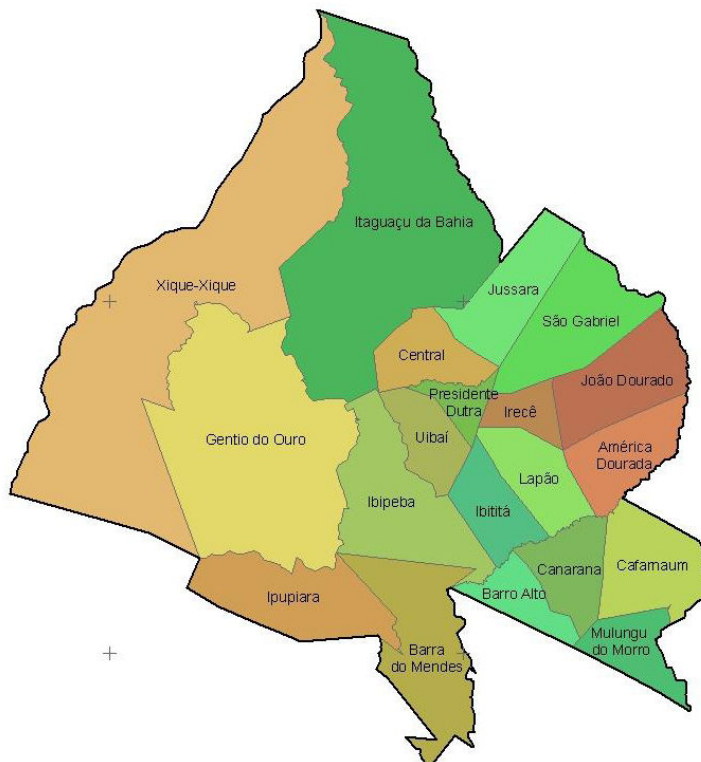
O território de Irecê está localizado na Chapada Diamantina Setentrional, noroeste do estado da Bahia, ocupando uma área de 26.730 km<sup>2</sup> à qual corresponde a 4,6% da superfície total do estado. É composto por vinte municípios, os quais têm como principal atividade econômica a agricultura, sendo eles: Irecê, Barra do Mendes, João Dourado, Central, Presidente Dutra, Ibipeba, Xique-Xique, Ibititá, Canarana, Cafarnaum, Barro Alto, Jussara, América Dourada, Lapão, Gentio do Ouro, Uibaí, São Gabriel, Itaguaçu da Bahia, Ipupiara e Mulungu do Morro, como pode ser observado na Figura 2 (Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, 2010).

## Mapa da Bahia e seus Territórios Identidade



Fonte: [www.seplan.ba.gov.br](http://www.seplan.ba.gov.br)

## Território de Irecê



Sandilla de Oliveira Machado, filha de Maria Aparecida Pereira Machado e Edição Machado de Oliveira. Rua Largo da Paz, número 438, Centro, Presidente Dutra – BA, CEP: 44930-000.

Fonte: PTDRS, 2010

O território de Irecê abriga uma população total de 403 mil de habitantes representando cerca de 3% do total Estado e uma densidade demográfica de 15,1 hab./km<sup>2</sup> (Censo IBGE 2010). O perfil demográfico é predominantemente urbano (61,45%), ficando abaixo da média verificada no estado, cuja taxa de urbanização é da ordem de 72%. A atividade econômica predominante é a agricultura familiar, sendo que a agropecuária corresponde a 13% da participação do Produto Interno Bruto (PIB), perdendo somente para os serviços que correspondem a 68,7% (PTDRS, 2010).

### ***Aspectos Históricos e a Crise do Feijão***

O processo de povoamento da população nas terras que atualmente compõem o território de Irecê pode ser dividido em cinco vetores: a) antes da chegada dos europeus ao Brasil a região é marcada pela presença de povos autóctones, a qual é registrada em grutas e cavernas do território; b) em meados do século XVIII com a pecuária na Fazenda Praia (atual município de Xique-Xique); c) no século XIX devido à mineração na Serra do Açuruá (atual município Gentio do Ouro) e em meados dos anos 1860 com a cultura do algodão no vale do Rio Jacaré (onde atualmente estão localizados os municípios de Canarana, América Dourada, João Dourado e Lapão); d) no início do século XX com a expansão da exploração de borracha, maniçoba e cultura do algodão nas atuais municípios de Uibaí e Ibipêba; e) em meados do século XX com projetos Federais de Desenvolvimento Nacional que identificam na região um potencial de produção de grãos.

O território passa a obter um maior dinamismo econômico a partir de 1943, tendo como vetor para esse desenvolvimento a atuação dos governos estadual e federal na região, que intervêm com a implantação de projetos que resultaram no aumento da mecanização e na introdução de novas técnicas agrícolas. O primeiro órgão instalado foi a Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, que trouxe tratores (para serem alugados por preços módicos) e do Banco do Nordeste que abre linhas de crédito (com juros subsidiados) para a exploração agrícola. Sendo este período, portanto, marcado por forte incentivo financeiro do Estado para a mecanização deste território.

A partir da década de 1950 outros órgãos passaram a atuar na área com incentivo do governo federal, são eles: a) Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) que, mais tarde, transformou-se em Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), a qual deu suporte técnico e incentivo à mecanização e b) o Banco do Brasil que partir de 1953, passa a atuar com concessão de crédito para financiamento, custeio e comercialização da safra de grãos para os agricultores locais. É importante frisar que estes créditos inicialmente só foram liberados para grandes produtores agrícolas, só após o ano de 1976, com a participação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONORDESTE), é que uma parcelas de pequenos produtores passam a obter tais créditos (PTDRS, 2010). A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) faz-se presente na região em 1959 e inicia seus trabalhos nos anos 1960 com a meta de modernizar a agricultura tradicional.

A presença e atuação dos órgãos e programas implantados no território, resultou no aumento da mecanização e na introdução de novas técnicas agrícolas na região, a partir de um plano de assistência técnica e financeira, o qual tinha como objetivo intensificar o desenvolvimento da produção agrícola da região, este plano denominado ‘Operação Irecê’, foi patrocinado pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB (DUARTE, 1963). O crédito agrícola foi um dos principais instrumentos da política agrícola do governo para estimular e acelerar o desenvolvimento agrícola da região.

Esse processo de investimento e financiamento, os quais atingiam o território de Irecê é apenas um reflexo do que estava acontecendo no cenário nacional, como pode ser observado abaixo pelas citações de Ortega (2001):

O processo de modernização da agricultura, iniciado nos anos 50, mas intensificado a partir de meados dos 60, no contexto de desenvolvimento que tinha a industrialização como principal vetor do processo de desenvolvimento econômico, representava uma solução para o atraso da agricultura, da estagnação da sua produção. Caberia à agricultura gerar uma produção maior de excedentes agrícolas, voltados à exportação com o objetivo de fornecer receitas para o crescimento do mercado interno, produzir matérias-primas para a indústria nacional, que estava se desenvolvendo, produzir alimentos para a população urbana e ainda liberar força de trabalho para o emprego industrial. (ORTEGA, 2001).

Os programas governamentais implementados visavam solucionar os principais problemas apontados para a agricultura, com seus baixos índices de produtividade e baixo volume de produção, e que poderiam representar sérios obstáculos ao desenvolvimento capitalista. Isso se daria por meio de mudanças no sistema produtivo, com maior uso de insumos agrícolas (fertilizantes, corretivos, defensivos), sementes melhoradas geneticamente, máquinas e implementos. (ORTEGA, 2001).

O reflexo resultante de tais políticas de desenvolvimento no território de Irecê pode ser percebido, através das citações de Duarte (1963) e Wilkinson (2008), respectivamente:

Assim o uso do arado puxado a trator está generalizada na região. Os proprietários que não possuem máquinas costumam alugar, dos órgãos oficiais, como a Comissão do Vale do São Francisco e a Secretária da Agricultura do estado que institui um plano de assistência técnica e financeira para intensificar o desenvolvimento da produção agrícola do município, intitulada “Operação Irecê”. Esses órgãos alugam, como dissemos, tratores e implementos para os trabalhos de desmatamento, destocamento, aradura e gradagem. (DUARTE, 1963, pg. 49).

O sistema de produção dominante empregado é a plantação mista de feijão/milho/mamona, que, como vimos, é o sistema predominante na região toda para pequenos, médios e mesmo grandes fazendeiros. (WILKINSON, 2008, pg. 178).

Este plano de desenvolvimento implantado pelo Governo Federal, apesar de trazer crescimento econômico para os municípios da região, não levou em conta as especificidades locais, sendo que não houve nenhum estudo mais aprofundado no território. Trazendo, portanto, crescimento e não desenvolvimento econômico. Abaixo segue uma crítica de Borges (2006) a esse respeito:

Este modelo agrícola imposto de cima para baixo, além de produzir a concentração da propriedade da terra, concretiza a falência da agricultura familiar ao estabelecer como paradigma produtivo a monocultura do feijão de arranca (estimulada pelas linhas de crédito

abertas para o cultivo desta cultura); a cultura agrícola regional é totalmente transformada e consolida-se em seu lugar, como modelo a ser seguido, a cultura do feijão de arranca. (BORGES, 2006, pg. 12).

A crítica de Borges (2006) é reforçada pela de Wilkinson (2008):

Nos anos 70, a rápida valorização da terra, além das facilidades do crédito subsidiado, num contexto de fechamento da fronteira, levaram à crescente eliminação deste minifundiário e um declínio absoluto em todas as propriedades de menos de 200 ha. Assim, enquanto em 1950 a área ocupada pelo estrato de 0-50 ha era exatamente a metade da ocupação pelo grupo de mais de 50 ha, por volta de 1975 a parte que cabia ao primeiro correspondia a menos de um quarto. (WILKINSON, 2008, pg. 173).

Ainda de acordo com Wilkinson (2008), a SUVALE foi responsável pela “concentração de tratores e técnicos de extensão rural na área, transformando rapidamente Irecê no segundo município mais mecanizado do Estado”, os efeitos da modernização agrícola na região foram a concentração de terra na faixa das médias propriedades, um associativismo que não leva em conta as especificidades regionais e um benefício dos setores comerciais em detrimento dos produtores e trabalhadores rurais.

Nesse período a produção voltou-se para o abastecimento do comércio nacional de gêneros alimentícios, daí a sua importância para o Estado, no qual os cultivos agrícolas visavam, principalmente, o mercado externo, a exemplo do cacau, cana-de-açúcar e fumo. Como confirma Wilkinson (2008) “esta predominância de culturas alimentares ocorreu lado a lado com a explosão do mercado urbano para gêneros alimentícios básicos nos anos 50”. Por estes motivos o cultivo do feijão se consolidou como a principal atividade propulsora do desenvolvimento econômico do território.

A partir do final da década de 1960, a economia da região passa por uma grande expansão agrícola, devido à intensa exploração do plantio consorciado de mamona, milho e feijão, sendo que a exploração maior era a do feijão<sup>1</sup>, fato este obtido devido ao farto crédito rural (altamente subsidiado por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural

---

<sup>1</sup> Por este obter a grande maioria dos financiamentos que eram direcionados aos grãos.

Sandilla de Oliveira Machado, filha de Maria Aparecida Pereira Machado e Edição Machado de Oliveira. Rua Largo da Paz, número 438, Centro, Presidente Dutra – BA, CEP: 44930-000.

– SNCR), fácil escoamento da produção, devido ao asfaltamento da BA – 052<sup>2</sup>, a criação do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), o qual cobria todos os prejuízos obtidos pelo produtor (em função de atividades climáticas ou ataque de pragas e doenças), e a natural fertilidade do solo. Em decorrência disso e a região passa então a ser conhecida como Pólo do Feijão, sendo a maior produtora de grãos do Nordeste e a maior produtora de mamona do Brasil. O auge do feijão coincide com o que se convencionou chamar do “milagre brasileiro” implementado pelos governos militares. Para se ter ideia da alta produção do feijão e sua importância econômica para estes municípios é interessante observar o que Wilkinson (2008) escreveu a este respeito:

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Centro Baiano de Abastecimento Alimentar, em 1973 cerca de 34% do consumo de feijão de Salvador dependia de suprimentos provenientes desta única região, embora a maioria de sua produção fosse diretamente para outras capitais nordestinas. (WILKINSON, 2008, pg. 171).

De acordo com Borges (2006) a microrregião de Irecê abandona a atividade econômica baseada na agricultura familiar, voltada ao autoconsumo e a comercialização do excedente com auferição de renda, e torna-se extremamente dependente de linhas creditícias. Além disso, a estrutura produtiva regional é remodelada, de forma que ficasse plenamente integrado à proposta dos governos militares conhecida como modernização conservadora.

Os bancos oficiais atuavam por meio do crédito rural direcionado para o triconsócio (feijão, milho e mamona) no intuito de consolidar um novo modelo agrícola na microrregião de Irecê, o qual viria a transformar drasticamente a economia agrícola da região. Como pode-se observar pela citação de Borges (2006):

A imposição/intensificação pelos bancos oficiais das linhas de créditos exclusivas para a monocultura do feijão, na década de 70, produz uma profunda modificação do modelo agrícola regional. É a atuação estatal no intuito de transformar a dinâmica produtiva regional promovendo

---

<sup>2</sup> Estrada do Feijão, que liga Feira de Santana a Xique-Xique.

Sandilla de Oliveira Machado, filha de Maria Aparecida Pereira Machado e Edição Machado de Oliveira. Rua Largo da Paz, número 438, Centro, Presidente Dutra – BA, CEP: 44930-000.

perniciosas consequências na macro-estrutura da micro-região de Irecê (BORGES, 2006, pg. 46).

Este período corresponde também ao processo de modernização que aconteceu na agricultura nacional chamado “Revolução Verde”, o qual se baseava no uso intensivo de insumos produzidos pela indústria, sendo eles: fertilizantes, agrotóxicos, corretivos, maquinário e rações. A inserção da Bahia neste processo de desenvolvimento brasileiro acontece de forma tardia, este é contextualizado abaixo pela citação de Pedreira (2008):

A atividade agropecuária ampliou o uso de crédito, aumentando o emprego de insumos industriais — defensivos, fertilizantes, máquinas e equipamentos em geral. Sua produção passa a apresentar maior vinculação com os setores industriais — fornecedores de insumos e consumidores de matérias-primas agrícolas — assim como com o sistema financeiro. Ou seja, a agropecuária baiana, pelo menos em termos parciais, se insere, progressivamente, embora com certo atraso, no processo de modernização agrícola brasileiro, amplamente conhecido na literatura como '*industrialização da agricultura*'. (PEDREIRA, 2008, pg. 40).

Os impactos causados no território podem ser observar o aumento do número de tratores e arados mecânico, que de acordo com Borges (2006) passou de 1,2 % dos tratores e 1,9 % dos arados mecânicos utilizados na Bahia em 1950, para respectivamente para 22,4 % e 23,8 % em 1970, o que reflete a importância econômica da região para o Estado. De acordo com Borges (2006):

É importante ressaltar que todo este “desenvolvimento” foi fruto de uma política impositiva e equivocada que não levou em conta as especificidades da região, tais como clima, solo, saberes culturais nativos, ocasionando assim, uma monocultura que com o passar do tempo desmantelou a estrutura da tradicional agricultura familiar, pois, a política de créditos, baseada em juros excessivos e altos custos de produção, não acompanhado de uma política de preço mínimo, resultou entre outras coisas, um endividamento crônico que tem como consequência a falência da maioria dos agricultores da chamada agricultura familiar. (BORGES, 2006, pg. 6).



Vale lembrar que estas culturas foram desenvolvidas em regime de sequeiro, ou seja, a produção era totalmente dependente das escassas chuvas, visto que a seca é um problema que assola a região. E que este período também é marcado pela vinda de muitos migrantes, em especial vindo do agreste e sertão de Pernambuco e Paraíba, que se dirigiam a estas terras sobretudo devido ao mito criado sobre o feijão.

Na década de 1980 o Brasil sofre uma crise econômica e passa a ser monitorado pelo Fundo Monetário Nacional (FMI), que para enfrentar a crise na balança de pagamentos e a aceleração da inflação, impõe ao país um programa de ajustamento de caráter recessivo. Em decorrência da referida crise financeira do Estado, tornou-se inviável o financiamento subsidiado das atividades agrícolas (pois estas atividades tinham baixa eficiência no uso dos recursos financeiros), devido a isso, os empréstimos concedidos aos empresários rurais perderam o subsídio e tiveram de ser pagos integralmente, com juros e correção monetária. Em consequência disso houve uma perda da capacidade competitiva dos grãos e o endividamento dos produtores.

Nesse mesmo período, devido ao aumento do período de estiagem, as safras de grãos passam por sucessivas quedas de produção. Dados da Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR) (2004) confirmam a crise econômica a qual a região estava enfrentando e mostram que a produção de feijão que saí de 77 536 toneladas em 1980 a para 27 393 em 1995, constatando uma queda de aproximadamente 65% da produção.

É importante notar ainda, outros pontos que estão ligados a crise do feijão; falta de preparo dos agricultores para a tomada de crédito rural, o que ocasionou um alto nível de inadimplência dos mesmos; a redução da produtividade dos solos, devido à alta exploração com as sucessivas plantações; e a falta de incentivo do governo federal para o surgimento de atividades complementares para a diversificação econômica.

A falência do modelo de desenvolvimento implantado na região, modelo este baseado na modernização da agricultura e no crédito subsidiado, acabou por revelar os problemas desta modelo, sendo eles: a) forte dependência econômica dos agricultores, b) ineficiência na aplicação de tais recursos pelos mesmos devido ao uso indevido do crédito agrícola, c) aumento do êxodo rural (sobretudo para São Paulo), d) devastação do bioma caatinga e empobrecimento do solo.

Dentre os motivos citados, e como já foi salientado por outros autores da região, a exemplos de Sobrinho (2007) e Neto (2008), a principal causa da crise do feijão foi a retirada abrupta do crédito agrícola subsidiado, fato que deixou parte dos agricultores endividados e despreparados para se adequarem a uma nova realidade política e econômica, na qual eles se veem obrigados a financiar essa produção incerta com seus próprios recursos<sup>3</sup>.

Atualmente, a agricultura irrigada constitui um dos principais vetores promotores do desenvolvimento econômico do território de Irecê, caracterizada por dois aspectos: a) pequenas unidades de produção familiar mecanizada e b) irrigação através de poços artesianos. Ela é responsável pelo fortalecimento da agricultura familiar e pela manutenção do homem no campo. Isso ocorre devido sua capacidade de gerar emprego e renda à população de todo o território.

Ao que se refere à distribuição das propriedades rurais, no Território de Irecê predominam as pequenas propriedades agropecuárias, cerca 66,3% dos estabelecimentos dispõem de áreas abaixo de 10 hectares, sendo, portanto, significativa à participação da agricultura familiar na economia regional. Conforme censo agropecuário de 2006, 91% dos estabelecimentos são familiares detendo 45% das terras do Território (PTDRS, 2010).

Percebe-se a importância da agricultura familiar para a economia e o desenvolvimento do Território, quando se observa que 91% dos estabelecimentos possuem área menor que 50 ha e detêm apenas 31% das terras do Território, sendo, no entanto, responsável por 87% do pessoal ocupado e ainda contribui com 57% do Valor da Produção (PTDRS, 2010).

#### Perfil da estrutura fundiária do Território Irecê

Grupos de área dos estabelecimentos rurais	Participação no total (%)			
	Nº de Estab.	Área	Pessoal Ocupado	Valor da Produção

<sup>3</sup> “Segundo fontes orais, no ano de 1995, a micro-região de Irecê registrou a ocorrência de vinte e dois (22) suicídios ocasionados pela situação de absoluta insolvência, ou melhor, pelo absoluto endividamento dos agricultores perante os organismos financeiros.” (BORGES, 2006, pg. 6).

Sandilla de Oliveira Machado, filha de Maria Aparecida Pereira Machado e Edição Machado de Oliveira. Rua Largo da Paz, número 438, Centro, Presidente Dutra – BA, CEP: 44930-000.

1. Até 10 hectares	66,26	9,46	57,77	26,11
2. Mais de 10 a 20 hectares	13,35	6,89	14,69	11,61
3. Sub – Total (1+2)	79,60	16,35	72,46	37,73
4. Mais de 20 a 50 hectares	12,10	14,17	15,03	19,04
5. Mais de 50 a 100 hectares	4,12	10,73	5,77	13,09
6. Sub – Total (3+4+5)	95,82	41,25	93,27	69,85
7. Mais de 100 a 200 hectares	2,19	11,09	3,17	11,32
8. Mais de 200 a 500 hectares	1,33	14,86	2,21	10,87
9. Sub – Total (7+8)	3,53	25,94	5,38	22,19

Fonte: IBGE. Censo Demográfico - 2000 *apud* PTDRS - 2010, elaboração própria.

### Referências bibliográficas

BARBOSA, Diva Vinhas Nascimento. **Os impactos da seca de 1993 no Semi-árido Baiano: Caso de Irecê**. Salvador: SEI 2000. 98 p. il. tab. mapas. (Série estudos e pesquisas, 51). ISBN 85 - 85976 - 30 – 6.

BORGES, João da Cunha Neto. **Entre o Olho e o Medo – o Mito do Feijão e a Falência da Agricultura Familiar**. 2006. 71 p. Especialização (Especialização em Metodologia do Ensino Superior) - Universidade do Estado da Bahia, Irecê – BA.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Curso de Desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas, 2006.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR. **Programa de desenvolvimento regional sustentável - PDRS: Irecê**. Salvador, BA: [s.n], 2004. 232 p.

Sandilla de Oliveira Machado, filha de Maria Aparecida Pereira Machado e Edição Machado de Oliveira. Rua Largo da Paz, número 438, Centro, Presidente Dutra – BA, CEP: 44930-000.

**DIAGNOSTICO DE MUNICÍPIOS. REGIÃO DE IRECÊ. PRESIDENTE DUTRA.** Bahia: CIS, [1995]. 193p (Desenvolvimento regional).

DUARTE, Aloizio Capdeville. **Irecê: uma área “insulada” no sertão da Bahia.** Revista Brasileira de Geografia, p. 453-474, Out. – Dez. 1963.

**MDA/Conselho de desenvolvimento sustentável do território de Irecê Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – PTDRS, Irecê, 2010.**

**MUDANÇAS SOCIODEMOGRÁFICAS RECENTES: REGIÃO DE IRECÊ.** Salvador, BA: Superintendência de Est. Econ. e Sociais da Bahia (SEI), 2000. 9 p. (Série Estudos e Pesquisas, 48). ISSN 85-85976-27-6.

NETO, Antônio Lemos Maia. **A Experiência da Cooperativa de Empreendedores Rurais de Jussara: subsídios pra políticas de desenvolvimento territorial sustentável no Semi-árido.** 2008. 183 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília - DF.

ORTEGA, Antônio César, NUNES, Emanuel Márcio. **AGRICULTURA FAMILIAR: POR UM PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.** Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/OGT/ogt0602.htm>. Acesso em: 02/05/2012.

PEDREIRA, Márcia da Silva. **Complexo Florestal e Extremo Sul da Bahia: inserção competitiva e transformações socioeconômicas.** 2008. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ.

SOBRINHO, J. N. **Desenvolvimento Local na microrregião de Irecê, Bahia – município de Jussara: do feijão a ovinocaprinocultura.** 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – UFAL/ Prodema, Maceió, 2007.

WILKINSON, John. **Irecê: um caso avançado de modernização.** O estado, a agricultura e a pequena produção. Rio de Janeiro – RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 167-221, 2008.

## No tabuleiro entrou mais uma peça: a máquina colheitadeira<sup>1</sup>

Lúcio Vasconcellos de Verçoza<sup>2</sup>

### Resumo:

Em resposta às greves e paralisações dos trabalhadores canavieiros em Alagoas – de 2007 a 2011 –, alguns usineiros reagiram com o emprego de mais máquinas colheitadeiras nas terras planas dos tabuleiros. O presente estudo objetiva analisar a relação entre o processo de mecanização da colheita e o rumo da luta dos trabalhadores dos canaviais. Para atingir tal intento, foram realizadas entrevistas com informantes-chave, pesquisa bibliográfica e consultas em fontes secundárias.

**Palavras-chaves:** agroindústria canavieira; mecanização; Alagoas.

Conforme apontaram Candido e Malagodi (2010), nas safras de 2007-2008 e 2008-2009 ocorreu um expressivo número de paralisações nos canaviais alagoanos. As reivindicações foram diversas, destacando-se: contra a fraude no sistema de pesagem da cana; pela redução da média diária mínima de toneladas de cana cortadas; pelo aumento do preço da tonelada; contra o atraso do pagamento de salário, dentre outras (QUEIROZ, 2011, p. 74 e 75). Após as greves e paralisações da safra 2010-2011, o espectro do fim do corte manual da cana foi fortalecido. O informativo do sindicato dos usineiros de Alagoas anunciou que:

Com o avanço do processo de mecanização no campo, o setor sucroenergético alagoano segue a tendência e amplia o número de máquinas destinadas à colheita da cana. Nesta safra [2011-2012], mais de **20 colhedoras** foram adquiridas. Com configurações específicas para operar na topografia existente em Alagoas, cada equipamento substitui, em média, 80 homens necessários para a colheita manual. “A mecanização é uma tendência e **não tem como ser evitada**. O mercado é **competitivo**. Na região sul [de

<sup>1</sup> Este texto é parte da dissertação de mestrado - *Trabalhadores nos canaviais de Alagoas: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência*, desenvolvida com o apoio da CAPES e sob a orientação da professora Maria Aparecida de Moraes Silva (PPGS/UFSCar). A dissertação foi defendida em março de 2012.

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia pelo PPGS-UFSCar. E-mail: : [luciovercoza@yahoo.com.br](mailto:luciovercoza@yahoo.com.br)

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: [rdestudosrurais@gmail.com](mailto:rdestudosrurais@gmail.com)

Alagoas] ela é favorável por conta da topografia dos tabuleiros e pode ultrapassar mais de 50% da colheita nas próximas safras”, declarou o gerente administrativo da usina Sinimbu, Silvano Alves, informando que, no ciclo atual, a unidade já conta com sete máquinas na colheita e uma adaptada para o plantio. [...] Segundo o Sindaúcar-AL, Alagoas conta atualmente com 20% de sua área de cana colhida por máquinas. (AGORA – Informativo do Sindaúcar-AL, 2011, grifos nossos).

Nesse contexto, cortadores de cana, bituqueiros, cabos e operadores de carregadeira temem o fim dos seus postos de trabalho. Abaixo, seguem trechos da entrevista realizada com um cabo<sup>3</sup> da usina Seresta<sup>4</sup>:

*Entrevistado: Eles [os sindicalistas] falaram que no ano passado tinha oitenta mil trabalhadores no estado de Alagoas cortando cana; por causa delas [das máquinas] esse ano só tem sessenta mil, e eles têm uma previsão para 2015, de estar com 100 máquinas em Alagoas. [...] eles acham que em 2015 só haverá vinte mil pessoas no corte da cana.*

A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Alagoas (FETAG-AL) divulgou a sua estratégia “combativa”:

Este ano, o setor canavieiro foi responsável por cerca de 60 mil contratações em Alagoas. De acordo com o presidente da Fetag/AL, Genivaldo Oliveira, houve uma diminuição no número de trabalhadores contratados no Litoral Sul do Estado devido à **mecanização** que substituiu o trabalho humano. Entretanto, segundo ele, houve uma compensação no Litoral Norte, por causa do aumento da safra na região. “A tendência, nos próximos dez anos, é reduzir o número de trabalhadores no setor. Por isso, o **governo** precisa de soluções para evitar um grande número de desempregados. Já estamos com projetos pensando alguns programas que vão servir como **assistência**”, afirmou Genivaldo (FETAG, 2011, grifos nossos).

Algumas pesquisas acadêmicas já realizam projeções dos impactos do processo de mecanização da colheita da cana em Alagoas<sup>5</sup>:

[...] podemos perceber que o setor sucroalcooleiro brasileiro já vem se organizando de diversas formas para que toda a cana plantada seja colhida por meio de máquinas colheitadeiras. **A mecanização invade o setor sucroalcooleiro do país e, em virtude da competitividade, não poderia ser diferente em Alagoas** (BERTOLDO et al, 2011, p. 148, grifos nossos).

<sup>3</sup> Fiscal de turma de cortadores de cana.

<sup>4</sup> Fragmentos da entrevista realizada em 29 de outubro de 2011, no município de Teotônio Vilela/AL.

<sup>5</sup> Como a dissertação de Santos (2011), que objetiva traçar quais seriam os impactos de uma mecanização massiva na colheita da cana, em Alagoas.

É de extrema relevância que a sociedade passe a se perguntar sobre qual será o destino desses milhões de trabalhadores rurais cortadores de cana espalhados pelas usinas brasileiras, cujo perfil indica um nível de escolarização muito baixo ou ausente, que não lhes permite migrar para outras atividades, inclusive no próprio setor canavieiro. Isso se agrava, sobretudo, num Estado como Alagoas, cuja geração de empregos é insuficiente para suprir a necessidade de sua população. Os problemas sociais derivados da dispensa dos trabalhadores em razão da mecanização da produção serão de proporções alarmantes, traduzidos principalmente no alto grau de pobreza e violência (Idem, 2011, p. 153).

No entanto, julgamos que antes de investigarmos os efeitos da mecanização nos canaviais alagoanos, é imprescindível que busquemos compreender por que algumas usinas de Alagoas estão adotando a colheita mecanizada. Começemos a partir da linha de raciocínio das citações acima: seria porque usinas localizadas em São Paulo já a adotam intensamente e, sendo assim, aquelas que ainda não a incorporaram perdem competitividade? Quando o uso de maquinário barateia o custo de produção em usinas de determinadas localidades, fatalmente, as usinas de outras regiões terão que adotá-lo? Para elucidar essas indagações, consideramos necessário retomar passagens da análise de Marx (1985, p. 21 e 22) sobre a *Transferência de valor da maquinaria ao produto*:

Considerada exclusivamente como meio de baratear o produto, o limite para o uso da maquinaria está em que sua própria produção custe menos trabalho do que o trabalho que sua aplicação substitui. Para o capital, no entanto, esse limite se expressa de modo mais estreito. Como ele não paga o trabalho aplicado, mas, o valor da força de trabalho aplicada, o uso da máquina lhe é delimitada pela diferença entre o valor da máquina e o valor da força de trabalho substituída por ela. Como a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho é diferente em diferentes países, como no mesmo país em diferentes períodos ou no mesmo período em diferentes ramos de atividades; como, além disso, o verdadeiro salário do trabalhador ora cai abaixo do valor da própria força de trabalho, ora se eleva acima dele, a diferença entre o preço da maquinaria e o preço da força de trabalho a ser substituída por ela pode variar muito [...] Por isso, são inventadas hoje, na Inglaterra, máquinas que só são empregadas na América do Norte [...] A própria máquina, em países há mais tempo desenvolvidos, produz, por sua aplicação em alguns ramos de atividade tal excesso de trabalho (*redundancy of labour*, diz Ricardo), em outros ramos, que aí a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede o uso da maquinaria e torna-o supérfluo, freqüentemente impossível do ponto de vista do capital, cujo lucro surge de qualquer modo da diminuição não do trabalho aplicado, mas do trabalho pago. [...] Os ianques inventaram máquinas britadoras. Os ingleses não as utilizam porque o “miserável” (*wretch* é o termo da Economia Política inglesa para trabalhador agrícola) que faz esse trabalho recebe como paga parte tão diminuta de seu trabalho que a maquinaria encareceria a produção para o capitalista.

Dessa longa explanação, podemos concluir que só interessa ao capitalista empregar a maquinaria quando o valor da máquina é mais barato do que o valor da força



de trabalho substituída por ela (lembrando que a máquina não cria valor, ela somente o transfere). Como o valor da força de trabalho não é o mesmo em distintos países, ou em diferentes regiões de um mesmo país<sup>6</sup>, é possível, por exemplo, o capital agroindustrial canavieiro situado em São Paulo baratear o custo da produção mediante o uso de máquinas colheitadeiras sem acarretar, fatalmente, necessidade de incorporação de máquinas colheitadeiras em canaviais de Alagoas. Isto porque, se em Alagoas o valor da força de trabalho a ser substituída pela colheitadeira for mais baixo do que o valor da máquina, a maior competitividade da agroindústria canavieira alagoana se realizaria justamente por meio do corte manual da cana. Sendo assim, o usineiro não teria interesse em mecanizar a colheita em solo alagoano. Portanto, a tese de que a “mecanização invade o setor sucroalcooleiro do país e, em virtude da competitividade, não poderia ser diferente em Alagoas”, carece de mediações. A decisão do capitalista em mecanizar não decorre de imitações intuitivas, ela é baseada, sobretudo (mas não somente), na análise do custo da produção.

Todavia, não devemos concluir que “a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho” necessariamente “impede o uso da maquinaria e torna-o supérfluo”, visto que, em determinadas circunstâncias, a maquinaria pode ser utilizada para evitar altas no valor da força de trabalho já espoliada:

A maquinaria não atua, no entanto, apenas como concorrente mais poderoso, sempre pronto para tornar o trabalho assalariado “supérfluo”. Aberta e tendencialmente, o capital a proclama e maneja como uma potência hostil ao trabalho. Ela se torna a **arma mais poderosa** para reprimir as periódicas revoltas operárias, greves etc., contra a autocracia do capital. Segundo Gaskell, a máquina a vapor foi desde o início um antagonista da “força humana” que capacitou os capitalistas a esmagar as crescentes exigências dos trabalhadores, que ameaçavam levar à crise o nascente sistema fabril. Poder-se-ia escrever toda uma história dos inventos que, a partir de 1830, surgiram apenas como armas do capital contra motins dos operários (MARX, 1985, p.51 e 52, grifos nossos).

Essa passagem indica que a maquinaria pode ser utilizada, não somente como instrumento para baratear imediatamente o custo da produção, nem tampouco como simples meio de gerar mais-valia relativa, pois, mesmo que o valor da máquina seja superior ao da força de trabalho que ela substitui, ainda assim, ela pode ser empregada para frear greves e movimentos que poderiam resultar em elevação dos salários,

---

<sup>6</sup> Lembrando que o valor da força de trabalho é medido basicamente “pelos valores das mercadorias necessárias à sua manutenção” (MARX, 1982, p. 165). Esse valor oscila no decorrer da incessante luta entre o capital e o trabalho.

mudanças nas relações de trabalho e etc. É importante compreender por que Marx adotou o verbo “proclamar” na frase: “o capital a proclama e maneja como uma potência hostil ao trabalho” (Idem). Ele poderia ter-se limitado a dizer que o capital maneja a maquinaria como potência hostil ao trabalho, mas não seria tão preciso, visto que, em uma conjuntura de ascensão das greves, não basta incorporar algumas máquinas, é preciso ainda “anunciar em voz alta” que as máquinas irão “substituir um número  $x$  de trabalhadores”; o capital precisa bradar que “a mecanização é um caminho inevitável” para que as máquinas cumpram eficazmente a sua tarefa repressiva, que está ancorada no efetivo medo do desemprego.

No que tange ao uso de colheitadeiras nos canaviais paulistas, segundo Alves (1991, p. 84), foi somente após o ciclo de greves, iniciado em Guariba (1984), que a mecanização se tornou mais intensa:

Através de entrevistas, realizadas com uma série de usineiros da Região de Ribeirão Preto, ficou claro que a decisão de mecanizar o corte da cana não foi tomada unicamente com base na viabilidade econômica da mecanização, frente ao corte manual, numa comparação entre o custo de operação da máquina e tempo de amortização de investimento versus custo de mão-de-obra dos cortadores de cana. O que foi revelado, textualmente, nessas entrevistas, é que a mecanização do corte foi incentivada, a partir de 1984, devido às greves anuais de trabalhadores assalariados rurais da região que, ao paralisarem o corte, paralisavam também as usinas. Nestas condições, a mecanização do corte da cana era, segundo os usineiros, a forma de adquirirem maior poder de barganha para negociar a pauta de reivindicações dos trabalhadores, sem as unidades de produção paralisadas. Com a mecanização do corte, as usinas podem continuar funcionando, mesmo com os cortadores de cana em greve, moendo a cana cortada pelas máquinas.

A citação acima evidencia claramente como a colheita mecanizada tende a enfraquecer as greves dos cortadores de cana, visto que a máquina não impõe somente o medo do desemprego, ela ainda possibilita que a produção de açúcar e álcool não seja paralisada durante uma greve dos cortadores. Portanto, existe também uma lógica política subjacente ao processo de emprego mais intensivo de colheitadeiras nos canaviais paulistas<sup>7</sup>, pois, pela lógica estritamente econômica, as máquinas ainda acarretam elevação dos custos de produção:

Do lado dos usineiros, a supressão da queima através da mecanização, além de envolver novos custos, ainda não está tecnicamente resolvida. Existem

---

<sup>7</sup> Para Alves (2009, p. 160), a mobilização de um amplo conjunto de organizações da sociedade civil pelo fim da queima dos canaviais, é também um fator que pressiona pelo uso mais intenso das colheitadeiras em São Paulo.

problemas, tais como a ainda reduzida longevidade do canavial, quando submetido ao corte mecânico, a ocorrência de novas pragas e o não aproveitamento da palha para geração de energia elétrica. Esses problemas técnicos levam à elevação de custos de produção, que comparativamente à forma de exploração da força de trabalho ora existente, com elevada produtividade do trabalho e baixa remuneração, leva a que um conjunto de usineiros e fornecedores prefiram o corte manual (ALVES, 2009, p. 165).

No tocante ao emprego do corte mecanizado em Alagoas, segundo Mello (2002, p. 108), a primeira empresa a adotá-lo foi a usina Triunfo, em 1997<sup>8</sup>. Em 2002, cinco usinas do estado utilizavam colheitadeiras. Naquele ano, a estimativa era que, em uma década (até 2012), o maquinário substituiria cerca de “80% dos trabalhadores empregados nos canaviais alagoanos” (idem). Passados os dez anos, esses números não se materializaram. Mas, novas estimativas que partem do pressuposto da inevitabilidade da mecanização em massa, em curto prazo, continuam sendo proclamadas. Essas “previsões” desconsideram não somente a análise do custo da força de trabalho e dos rumos da luta de classes, elas ignoram, inclusive, os atuais limites técnicos das máquinas colheitadeiras.

Entrevistamos um cabo da usina Seresta que apontou alguns desses limites<sup>9</sup>:

*Entrevistado: Então, no momento, essas máquinas não são benéficas para o trabalhador, a gente já ouviu eles conversando... no futuro, muitas pessoas ficarão desempregadas. Para a usina, não sei se eles fizeram cálculos, mas só pelas duas [colheitadeiras] que trabalharam o ano passado a gente já viu o prejuízo. Nós replantamos três lotes, se a terra estiver seca elas cortam bem, se a terra estiver molhada ela estraga a cana, porque os facões dela não são tão amolados quanto o facão que o trabalhador amola,... então, elas cortam, mas também arrancam. Então, o futuro vai ser ruim para o trabalhador, porque vai ter menos emprego, para a empresa vai haver as suas economias de um lado, mas também os seus prejuízos de outro.*

Segundo um trabalhador da usina Sinimbu, no início da safra 2011-2012 a gerência da usina se reuniu com os operadores de carregadeiras para informá-los da possibilidade de desemprego em massa em razão das novas colheitadeiras. Como a cana cortada mecanicamente é jogada direto no transbordo, não haveria mais a necessidade

<sup>8</sup> Diferentemente de São Paulo, nos anos 1980 em Alagoas não existiu um forte acirramento da luta de classes nos canaviais. Ademais, conforme afirma Santos (2011), não houve (como ainda não há) mobilização pelo fim das queimadas dos canaviais e nem uma legislação específica que regulamente a sua eliminação.

<sup>9</sup> Entrevista realizada em 29 de outubro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

da empresa contratar tantos operadores de carregadeiras. Ele nos informou que nessa mesma safra, a usina Sinimbu ficou 12 horas sem moer, em decorrência da paralisação de suas sete máquinas colheitadeiras que, nesse dia, estavam em manutenção ou em conserto.



**Figura 1: Colheitadeira jogando canas no transbordo. Foto: Lúcio Verçosa – 20-5-2011.**

A usina Sinimbu foi pioneira no plantio de cana nos tabuleiros. Grande parte dos seus canaviais está situada em terras planas ou com pouca declividade, possibilitando a realização do corte mecanizado. Todavia, do total da área plantada de Alagoas, apenas 61% têm aptidão à mecanização do corte (IBGE, 2006 Apud TORQUATO & FRONZAGILA & MARTINS, s.d.). Ou seja, o limite técnico atual impossibilita que 39% da área plantada sejam cortadas mecanicamente.

Esses fatores indicam que não haverá extinção do corte manual da cana em um curto prazo. Ademais, é necessário levar em consideração se a mecanização em massa seria viável para os usineiros, pois o valor da força de trabalho do cortador em de cana em Alagoas é muito baixo. Mas, ainda existe uma questão pendente: por que algumas usinas de Alagoas estão comprando máquinas colheitadeiras? O depoimento abaixo nos fornece algumas pistas:

*Naquela época, a gente podia lutar por alguns direitos que a gente queria, e alguns direitos que a gente tem aí, a gente brigou muito e conseguiu. Hoje, se você for lutar por melhores condições de vida, ou por qualquer direito que a gente queira, você fica desempregado. Porque tem as máquinas para trabalhar. Se não tiver o nosso serviço, tem o serviço das máquinas. Eles colocam as máquinas. Então, às vezes, a pessoa é obrigada a aceitar ganhar aquele pouco, porque é muito melhor ganhar pouco do que ficar sem nada (Depoimento de uma ex-cortadora que trabalhou nos canaviais paulistas. In: FRAGMENTOS [documentário], 2011).*

Assim como as “máquinas monstros” (SILVA, 1999) foram empregadas como resposta dos usineiros às greves de São Paulo nos anos 1980, as máquinas moventes vieram para tentar demover os movimentos de greves e paralisação nas usinas de Alagoas. Como tem sido demonstrado em estudos sobre os canaviais paulistas, o forte avanço da mecanização da colheita não está resultando em total eliminação do trabalho manual, porém em novos arranjos no mercado de trabalho e também nos métodos de exploração da força de trabalho. Parte significativa das mulheres canavieiras de São Paulo, por exemplo, trabalha atualmente em novas atividades que surgiram em decorrência da mecanização, como a catação de pedras (SILVA, 2011).

No caso de Alagoas, a nossa hipótese é que o processo de mecanização da colheita não implicará o fim do corte manual da cana em curto prazo (não somente pelos atuais limites técnicos), pois, os usineiros objetivam manter o corte manual de modo que: 1) intensifique ainda mais o trabalho do cortador de cana; 2) garanta que a usina moa cana mesmo em casos de paralisações e greves dos cortadores; 3) rebaixe o valor da força de trabalho do canavieiro (que já é superexplorada<sup>10</sup>). Se isso vai se concretizar? Como já demonstrou a história, depende dos rumos da luta de classes.

---

<sup>10</sup> Conforme aponta Marini (2005: 156), “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor a sua força de trabalho” são características da superexploração do trabalho. Nos canaviais alagoanos o primeiro e último desses mecanismos de exploração ocorrem de modo combinado. Ou seja, tanto o trabalhador tem a sua força de trabalho prematuramente desgastada pela alta intensidade do trabalho, quanto o trabalho é remunerado abaixo do seu valor.

## Referências bibliográficas

ALVES, Francisco José da Costa. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto**. Campinas, 1991. Tese de Doutorado – Universidade de Campinas.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte da cana crua: indo direto ao ponto. In: **RURIS**, Vol. 3, N.1, Campinas, p. 153-178, 2009.

BERTOLDO, Edna et al. Trabalho e educação dos trabalhadores do corte da cana: uma análise do contexto da modernização do setor sucroalcooleiro em Alagoas. In: **Trabalho e Capitalismo Contemporâneo**. PLANCHEREL, Alice & BERTOLDO, Edna (Orgs). Maceió: EDUFAL, 2011.

CANDIDO, Paulo & MALAGODI, Edgard. Mobilização de Trabalhadores Canavieiros e Ação Estatal no Setor Sucroalcooleiro do Nordeste Brasileiro. Porto de Galinhas: GT 21 ALASRU, 2010. Fonte: [www.alasru.org](http://www.alasru.org). Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

FETAG –AL. Contrato safrista perde fôlego em Alagoas. Informativo da FETAG, 2011. Disponível em: <http://www.fetagal.org.br/noticiasTexto.asp?id=398>

INFORMATIVO DO SINDAÇÚCAR-AL. **Coluna AGORA**, Usinas investem em mecanização de colheita da cana, 4 de Nov. de 2011. Disponível em: [http://www.sindacucar-al.com.br/coluna\\_agora/colunas\\_bd/4112011\\_202.pdf](http://www.sindacucar-al.com.br/coluna_agora/colunas_bd/4112011_202.pdf) . Acesso em: jan. de 2012.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. In: **Rui Mauro Marine vida e obra**. Orgs João Pedro Stedile e Roberta Transpadini. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**/Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_.Salário, preço e lucro. In: MARX, Karl; **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Cana-de-açúcar e reestruturação produtiva: ação sindical e os movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985**. Recife, 2002. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

QUEIROZ, Allan Souza. **Modernização, reestruturação produtiva e precarização do trabalho nos canaviais**. Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais (UFAL). Maceió, 2011.

TORQUATO, Sergio Alves, FRONZAGILA, Thomaz e MARTINS, Renata- Colheita Mecanizada e Adequação da tecnologia nas regiões produtoras de cana de açúcar. Disponível em

<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/855892/1/1SColheitaMecanizada/Ad-equacaoTecnologia> Acesso em: 24 de julho de 2011.

SANTOS, Sérgio Silva dos. **O cultivo da cana no Estado de Alagoas**: uma análise comparativa do estado de São Paulo. Brasília, 2011. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. In: **Perspectivas**, São Paulo, v. 39, p. 11-46, 2011.

## GT 04 - Trabalho agrícola, migração e mudanças tecnológicas na agricultura

### O trabalhador rural e o café em Minas Gerais

Jeovana Nunes Ribeiro<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Doutoranda em Serviço Social no programa de pós-graduação em Serviço Social UNESP/Franca-SP. [jeonurib@yahoo.com.br](mailto:jeonurib@yahoo.com.br).

#### Resumo:

O Trabalho rural é o tema de reflexão apontado em nosso estudo a fim de compreender nosso objeto de estudo: as condições de trabalho vivenciadas pelo trabalhador da colheita de café. O percurso que nos induziu ao estudo do trabalho rural, na região Sul de Minas Gerais, foi, por ser considerada, hoje, a maior região produtora de café do mundo. Isto nos chamou a atenção para compreender em primeiro lugar, o trabalho rural, levando em consideração as condições de trabalho que envolve desde o trabalho sazonal, a jornada de trabalho, produção, salário; e em segundo, as alternativas de sobrevivência encontradas pelos trabalhadores na entressafra do café. Com o objetivo, de analisar como os trabalhadores sobrevivem ao período sazonal, questionamos quais foram contribuições da modernização da agricultura para colheita de café, na cidade de Campo Belo-MG. Utilizamos a pesquisa qualitativa, onde aplicamos um questionário semi-estruturado a 20 trabalhadores rurais; entrevistamos também, o técnico agrícola da Emater, a secretária do sindicato do trabalhador rural e o chefe da agência do Ministério do Trabalho. Os dados da pesquisa de campo revelam situações muito graves: a maioria trabalha na informalidade; não utilizam os equipamentos de segurança; o processo de trabalho adocece os trabalhadores e a remuneração é insuficiente para um patamar mínimo de dignidade. Por fim, informamos que este artigo é fruto das reflexões realizadas para os estudos da tese de doutorado em Serviço Social na UNESP.

**Palavras-chave:** Trabalhador Rural, Café, Minas Gerais.



## O café no Brasil

Para situar a entrada do café no Brasil, se faz necessário, relatarmos mesmo que sinteticamente a história do Brasil monocultural e a exploração da mão-de-obra, com base nos estudos de Caio Prado Júnior (1981; 2009).

O autor retrata a monocultura a partir de sua relação com a grande propriedade instaurada no Brasil Colonial e com ela, a escravidão. Recurso utilizado para solucionar o problema com a mão-de-obra indígena, que não deu certo, uma vez que o índio escravizado para extração do pau-brasil; “[...] prestar-se-iam agora, mais ou menos benevolentemente, a trabalharem na lavoura de cana. Mas esta situação não duraria muito [...].” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 21).

Além da resistência que ofereceu ao trabalho, o índio se mostrou mau trabalhador, de pouca resistência física e eficiência mínima. Nunca teria sido capaz de dar conta de uma tarefa colonizadora levada em grande escala. Está aí o exemplo da Amazônia, onde não chegou a ser substituído em escala apreciável por outro trabalhador e onde, em grande parte por isso, a colonização estacionou até quase nossos dias. É que, de um lado, seu número era relativamente pequeno; doutro, o índio brasileiro, saindo de uma civilização muito primitiva, não podia adaptar-se com a necessária rapidez ao sistema e padrões de uma cultura tão superior à sua, como era aquela que lhe traziam os brancos. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 22).

Não tardou que a semi-escravidão de trabalhadores indígenas fosse substituída pela escravidão do negro.

Se o índio, por natureza nômade, se dera mais ou menos bem com o trabalho esporádico e livre da extração do pau-brasil, já não acontecia o mesmo com a disciplina, o método e os rigores de uma atividade organizada e sedentária como a agricultura. Aos poucos foi-se tornando necessário forçá-lo ao trabalho, manter vigilância estreita sobre ele e impedir sua fuga e abandono da tarefa em que estava ocupado. Daí para a escravidão pura e simples foi apenas um passo. Não eram passados ainda 30 anos do início da ocupação efetiva do Brasil e do estabelecimento da agricultura, e já a escravidão dos índios se generalizara e instituíra firmemente em toda parte. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 21).

O processo de substituição do índio pelo negro estendeu-se, no Brasil, até o fim da era colonial. Porém, contra o escravo negro havia um argumento muito forte: seu custo. O valor dos escravos era elevado, e somente as regiões mais ricas e florescentes podiam suportá-lo.

Não tanto pelo preço pago na África; mas em consequência da grande mortandade a bordo dos navios que faziam o transporte. Mal alimentados, acumulados de forma a haver um máximo de aproveitamento de espaço, suportando longas semanas de confinamento e as piores condições higiênicas, somente uma parte dos cativos alcançavam seu destino. Calcula-se que, em média, apenas 50% chegavam com vida ao Brasil; e destes, muitos estropiados e inutilizados. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 23).

É importante observamos que desde a exploração do Brasil colonial o objetivo da agricultura é a produção de certos gêneros de grande valor comercial, altamente lucrativos.

Passemos rapidamente em revista as demais culturas que aparecem por esta época e que representam algum papel na economia brasileira. A do arroz adquirirá importância, chegando a figurar em segundo lugar nas exportações da colônia, embora muito longe do açúcar, colocado ainda, como sempre no passado, em primeiro lugar. Cultiva-se sobretudo no Maranhão; e, em menor escala no Pará e no Rio de Janeiro. O anil será uma grande esperança que se frustrou. A América se tornou no séc. XVIII a maior produtora mundial, em substituição à Índia, até então a grande fornecedora. O anil cultivar-se-á sobretudo na Carolina e Geórgia (Estados Unidos) e em São Domingos. No Brasil procurou-se também introduzir o indigoeiro, lá por volta de 1769; e ele prosperou sobretudo no Rio de Janeiro. A exportação da capitania chegou, em 1796, a 5.000 arrobas. Mas pela mesma época inicia-se a decadência; aliás, na América em geral, por efeito da concorrência da Índia, onde a Inglaterra, tendo perdido suas colônias americanas, estimulava com grandes capitais o renascimento da produção. O Brasil foi particularmente atingido porque seu produto, mal preparado e fraudado, tinha péssima aceitação nos mercados. A cultura do indigoeiro desaparece praticamente pouco depois. Restaria falar do café, que nesta última parte do séc. XVIII começa a ser cultivado em larga escala. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 58).

Para Prado Júnior (2009) a acumulação originária, o colonialismo e o imperialismo são momentos de um sentido geral da formação brasileira, de forma que temos uma sociedade e uma economia que se organizam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses de mercados longínquos, identificando a adaptação brasileira ao capitalismo a partir da lenta substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, nas grandes unidades agrárias.

Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala, tipo "plantação" (a *plantation* dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde,[...]por trabalhadores assalariados. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 120).

O café está presente em solo brasileiro desde o século XVIII, quando as primeiras mudas chegaram ao Brasil, na segunda década do século. Estas foram trazidas da Guiana Francesa pelas mãos do Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta<sup>1</sup> a pedido do governador do Maranhão e Grão Pará, que o enviara às Guianas com essa missão.

---

<sup>1</sup> “Em 1727 os portugueses compreenderam que a terra do Brasil tinha todas as possibilidades que convinhem à cafeicultura. Mas não possuíam nem plantas nem grãos. O governo do Pará então encontrou um pretexto para enviar Palheta, um jovem oficial à Guiana Francesa, com uma missão simples: pedir ao governador M. d’Orvilliers algumas mudas. O governador seguindo ordens expressas do rei de França, não atende ao pedido de Palheta. Porém a Madame d’Orvilliers, esposa do governador da Guiana Francesa, não resiste aos atrativos do jovem tenente e quando Palheta já regressava ao Brasil, ela envia-lhe um ramo de flores onde, dissimuladas pela folhagem, se encontravam escondidas as sementes a partir das quais haveria de crescer o poderoso império brasileiro do café.” (PASCHOAL, 2010, online).

O café chegou ao norte do Brasil, mais precisamente em Belém, em 1727. Naquela época o café possuía grande valor comercial. Do Pará, a cultura passou para o Maranhão e, por volta de 1760, foi para o Rio de Janeiro, onde se espalhou pela Baixada Fluminense e posteriormente pelo Vale do Paraíba (ABIC, 2009a).

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados uma organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 14).

A cultura do café ocupou vales e montanhas, possibilitando o surgimento de cidades e dinamização de importantes centros urbanos, enquanto que os fazendeiros sentiram a grande oportunidade de obterem altos lucros com o “ouro negro”. Passaram a investir mais e ampliaram os cafezais.

A expansão da lavoura levou à ampliação das vias férreas, que foram construídas para permitir o escoamento da produção, substituindo o transporte animal e impulsionando o comércio inter-regional no Estado de São Paulo; os portos do Rio de Janeiro e de Santos foram modernizados.

De 1727 a 1760 o café difundiu-se pelo Vale do Paraíba (Rio de Janeiro e São Paulo), Sul de Minas e Espírito Santo. Depois, atingiu Campinas, no Oeste Velho de São Paulo dali, expandiu-se para o chamado Oeste Novo (Ribeirão Preto e Araraquara) e passou, mais tarde, para as regiões de terra roxa do Norte do Paraná e Mato Grosso. As plantações espalharam-se pelo interior de São Paulo, sul de Minas Gerais e norte do Paraná (PRADO JÚNIOR, 1981; SILVA, 1999; ABIC, 2009a).

O café expandiu-se geograficamente e trouxe grandes contingentes de imigrantes europeus.

A composição do mercado de trabalho das lavouras cafeeiras pautou-se pela segmentação entre imigrantes brancos e negros escravos, até a abolição e, mais tarde, pelos colonos brancos, sobretudo italianos, e os trabalhadores nacionais, categoria ampla que escondia as diferenças étnicas, já que era composta de negros libertos, mestiços, mulatos vindos do Nordeste brasileiro. O código das nacionalidades (estrangeiros e nacionais) era, pois, um instrumento mascarador destas diferenças e da superexploração que recaía sobre os nacionais, já que as piores tarefas, sobretudo aquelas referentes à abertura de novos cafezais, eram-lhes reservadas, sem contar os camaradas, trabalhadores avulsos que não possuíam nenhum contrato de trabalho. (SILVA, 1999, p. 78).

Veras (2002) relata que muitos imigrantes enfrentaram situações de trabalho degradante. Depois do fim da escravidão<sup>2</sup>, mais de um milhão de trabalhadores europeus e japoneses vieram ao Brasil para substituir a mão-de-obra africana nos cafezais.

No primeiro momento, o engajamento de trabalhadores livres nas fazendas, serão vencidas nesta segunda fase mais madura e ativa da imigração européia. De um lado os proprietários, já com dificuldades muito maiores de mão-de-obra, e contando cada vez menos com outros recursos além do imigrante europeu, procurarão ter com ele mais considerações e trata-lo de acordo com sua condição de homem livre. Mais tarde, aliás, começará também a intervir uma legislação protetora que assegurará algumas garantias e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. Doutro lado, o abandono do sistema de parceria e a adoção do salariado afastou, como vimos, uma das principais causas de atritos e desentendimentos; um salário fixo, em regra por tarefa e estabelecido por normas e praxes gerais, eliminou qualquer margem para dúvidas. Finalmente, na região em que sobretudo se iriam agora fixar os imigrantes, o oeste de São Paulo, a proporção dos escravos para os trabalhadores livres se reduziria muito; a massa escrava, em declínio desde a abolição do tráfico, já não era suficiente para suprir os setores de ocupação mais recente; os escravos eram aí em minoria. A maior parte das fazendas de café instaladas depois de 1880, contará sobretudo e quase unicamente com trabalhadores livres. Desaparece assim mais uma circunstância geradora de dificuldades para o trabalho livre, e que era sua coexistência nas mesmas fazendas e em iguais tarefas com o trabalho servil. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 141-142).

O fluxo migratório do exterior diminuiu nos anos 1930, mas a força de trabalho nos cafezais continuou sendo abastecida por migrantes pobres de outras regiões. Enquanto a população do Brasil triplicou entre 1900 e 1950, a de São Paulo quadruplicou e a do Paraná cresceu quase seis vezes mais (VERAS, 2002).

Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala, tipo "plantação" (a plantation dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde, por trabalhadores assalariados. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 170, 120).

Veras (2002, p. 22) relata, em seu estudo, que “[...] essas migrações internas são até hoje uma característica do trabalho assalariado na cafeicultura.” É importante ressaltar neste espaço que isso ocorre devido ao trabalho sazonal, onde, pelo menos, 90% dos trabalhadores rurais temporários saem de suas cidades sem carteira assinada, o que fere a Instrução Normativa 76/2009, do Ministério do Trabalho, em que os migrantes rurais não poderiam deixar o local de origem sem o documento com identificação do contratante e o salário, conforme os Artigos 23 e 24 (BRASIL, 2009, p. 4-5).

---

<sup>2</sup> Entre 1888 e 1914.

Art. 23. Para o transporte de trabalhadores recrutados para trabalhar em localidade diversa da sua origem é necessária a comunicação do fato às SRTE por intermédio da Certidão Declaratória de Transporte de Trabalhadores (CDTT).

Parágrafo único. O aliciamento e transporte de trabalhadores para localidade diversa de sua origem constitui, em tese, crime previsto no art. 207 do Código Penal.

Art. 24. A CDTT será preenchida em modelo próprio, conforme Anexo I, nela constando:

D) A identificação da razão social e o CNPJ da empresa contratante ou nome do empregador e seu CEI e CPF;

II) O endereço completo da sede do contratante e a indicação precisa do local de prestação dos serviços;

III) Os fins e a razão do transporte dos trabalhadores;

IV) O número total de trabalhadores recrutados;

V) As condições pactuadas de alojamento, alimentação e retorno à localidade de origem do trabalhador;

VI) O salário contratado;

VII) A data de embarque e o destino;

VIII) A identificação da empresa transportadora e dos condutores dos veículos;

IX) A assinatura do empregador ou seu preposto.

§1º O empregador poderá optar por realizar os exames médicos admissionais na localidade onde será prestado o serviço, caso não haja serviço médico adequado no local da contratação, desde que tal providência ocorra antes do início da atividade laboral.

§ 2º Na hipótese de o trabalhador não ser considerado apto para o trabalho, o empregador será responsável pelo custeio das despesas de transporte até o local de origem, bem como pelo pagamento das verbas salariais decorrentes do encerramento antecipado do contrato de trabalho.

Em 2012, trabalhadores rurais fugindo da estiagem que castiga os municípios da Bahia, na busca pela “sobrevivência”, seguiam para o Estado de Minas Gerais quando seis ônibus que viajavam pertencentes às empresas “Ju” e “Café Norte”, se envolveram em um engavetamento na BR 101, Km 817, próximo a Fazenda Fibrosa, entre as cidades de Itamaraju à Teixeira de Freitas, provocando um trágico acidente e causando a morte de seis pessoas na hora, deixando outros feridos, estima-se mais de duzentos trabalhadores, entre homens e mulheres, muitos deles ficaram em estado grave, alguns com amputações de braço e perna. Os ônibus, seguiam em comboio e transportavam os trabalhadores para colheita de café numa fazenda em Minas Gerais (ASSIS, 2012).

**A formalização só acontece quando chegam ao destino** e na maior parte dos casos eles são transportados em ônibus clandestinos, que circulam pelas rodovias federais e estaduais como se levassem turistas e **o próprio trabalhador resiste em colaborar, por medo de que a fiscalização lhe tire a oportunidade de trabalho.** (ASSIS, 2012, online, grifo nosso).

Ao analisarmos a citação acima, nos colocamos frente a teoria social de Marx, por não se comprometer com a “coisa da lógica” e nem com a “aparência da coisa em si”, como ela se apresenta imediatamente aos olhos do ser. Como sabemos, os homens possuem um papel ativo, embora relativo, na construção da realidade, já que ajudam a construir a sua própria história, ao mesmo tempo em que são limitados pelas condições materiais, impostas por determinadas historicidades. Na verdade, não fazem história como desejam, mas como podem fazê-la,

tecendo-a em um processo altamente complexo e repleto de múltiplas contradições. (SANT'ANA 2012a; SILVA, 1999).

Como sabemos, o processo de migração no Brasil ocorre há muitas décadas, onde o homem sai do campo para cidade em busca de trabalho.

Os problemas agrários nacionais e regionais subjacentes remontam ao século XIX, em particular à forma como o Estado brasileiro constituiu o mercado de terras (Lei de Terras de 1850) e regulou a transição do escravismo para o trabalho livre (Lei da Abolição de 1888 e promoção da imigração européia e asiática, intensificada a partir de 1870). (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA, 2007, p. 24).

Na contemporaneidade, a migração campo/cidade é uma tentativa de fugir do desemprego estrutural, onde as pessoas fogem das regiões mais carentes, pobres ou a concentração fundiária expulsa o pequeno produtor. O modelo de desenvolvimento agrário adotado no Brasil está voltado para a diminuição dos postos de trabalho no campo, com a substituição do trabalho vivo por trabalho morto. Neste sentido acreditamos que a reestruturação produtiva agrava, este processo de precarização do trabalho, que via informalidade, se acentua cada vez mais.

Existem hoje no Brasil cerca de 5 milhões de homens e mulheres vendendo a sua mão-de-obra na agricultura, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A maioria exerce as atividades sem proteção de convenções ou acordos coletivos de trabalho. Muitos trabalhadores moram nas periferias das cidades e se deslocam quando surge serviço. Enfrentam problemas graves, como remuneração baixa, discriminação da mulher, analfabetismo, envenenamento por agrotóxicos e diversas situações degradantes. O café é a segunda atividade rural que mais emprega à margem da legislação, só perdendo para a pecuária, afirma o diretor de assalariados da Contag, Guilherme Pedro Neto: *Menos de 10% dos trabalhadores do café têm carteira assinada*. (VERAS, 2002, p. 17, grifos do autor).

O início da safra de café, geralmente, ocorre no mês de abril e vai até setembro. Assis (2012, online) relata que “[...] um milhão de trabalhadores rurais buscam emprego temporário fora de seus Estados e como aves de arribação, saem com destino fixo e retornam para casa após o término da safra, para refazer a rota no ano seguinte.”

Mais de 1.500 trabalhadores rurais, só do município de Santaluz, segundo estimativa de Sostenes Cunha Alves, que há dez anos trabalha transportando lavradores, migraram nos últimos trinta dias para Minas Gerais, onde por 90 dias, trabalham na safra do café. Só na quinta-feira (24), dois ônibus passaram pelo município recolhendo estes trabalhadores, que pagam R\$ 200 de passagem e durante o período que ficam em Minas Gerais, custeia (sic) seus alimentos, calculado em R\$ 300 mensal e tem que economizar para mandar dinheiro para família que ficam na Bahia. (ASSIS, 2012, online).

## O trabalhador rural em Minas Gerais

Nosso estudo teve como finalidade analisar como os trabalhadores sobrevivem ao período sazonal e quais foram contribuições da modernização da agricultura para colheita de café, na cidade de Campo Belo-MG, abordando, sobretudo, a exploração do trabalho.

Procuramos analisar as expectativas geradas pelo “ganhar um pouco mais de dinheiro, na colheita” e, depois as estratégias utilizadas pelo trabalhador desempregado que reside em zona urbana, onde os empregos foram reduzidos desde a década de 1990, anverso do processo de reestruturação produtiva. Neste sentido, compreender melhor, quais são as possibilidades de sobrevivência na entressafra, ou melhor, analisamos como fazem os trabalhadores sazonais quando ficam desempregados e quais as alternativas de sobrevivência buscadas por estes trabalhadores.

Ainda que o foco dessa pesquisa não tenha como foco a saúde do trabalhador, as condições de trabalho evidenciam claramente o adoecimento provocado pelo processo laboral. Todos os trabalhadores entrevistados queixam de doenças oriundas do trabalho na colheita do café. As mais citadas foram a Lesão por Esforço Repetitivo, dores na coluna, e, as do aparelho respiratório, esta última, via de regra, ocasionada pelas condições insalubres do clima/temperatura.

Na época da colheita, o trabalhador chega ao local de trabalho às 7 horas e tem que suportar geadas, frio, ter contato com as folhas das plantas molhadas e geladas; depois, ao longo do dia, sob sol escaldante tem que suportar altas temperaturas. No final da jornada, entre 16:00 e 17:00, está exposto, novamente, a queda da temperatura. Essa exposição contínua e prolongada é agente causador de doenças respiratórias frequentes como destaca a trabalhadora, entrevistada na pesquisa de campo.

As roupas ficam molhadas quando começa a panhar o café de manhã cedo, e seca no corpo mesmo, a gente nem lembra de tirar a roupa porque a gente só quer panhar café, enfia o braço lá dentro da planta e puxa o café, molha tudo, tudinho mesmo, até o rosto fica molhado. No final da panha a gente tá com tosse, com secreção no pulmão, aí a gente vai no postinho se tratar. O médico pergunta aonde nós tava e nós responde: panhando café, né, doutor! (TRABALHADORA I, 2014).

Há de se destacar, ainda, a sobrecarga de trabalho. A medida que o salário é por produção e que as possibilidades de auferir melhores ganhos só ocorre nesse período restrito da colheita. O trabalhador realiza um esforço excessivo no sentido de conseguir

ganhar o que lhe permita sobreviver depois do período de colheita/panha. Esse esforço por conseguir colher mais e receber mais, para garantir sua sobrevivência é destacado nas falas dos trabalhadores abaixo:

Junto dinheiro na colheita, na época da panha e quando não tem panha não faço nada, eu fico assim na rua conversando, na praça, nas esquinas. Sou considerado aqui no bairro o melhor panhador de café, eu trabalho muito. Eu fico 05 meses panhando café e o resto do ano eu fico de boa, sem fazer nada, não trabalho com outra coisa, só com o café porque me dá dinheiro para ficar assim, sem fazer nada. (TRABALHADOR O, 2014).

Quanto mais se panha café, mais se ganha, pois a gente ganha por balaio. Eu comprei até um braço mecânico para me ajudar na panha. Eu defino a minha hora de trabalho, se eu quero ganhar mais eu vou trabalhar mais. (TRABALHADORA D, 2014).

A fala dos trabalhadores, nos remete aos estudos de Marx (2010, p. 63) quando ele nos relata que “o operário procura manter a massa do seu salário trabalhando mais, seja trabalhando mais horas, seja produzindo mais no mesmo tempo”, com isso, passa a viver para o trabalho, numa rotina diária de acordar cedo para trabalhar e dormir cedo e acordar para o trabalho, enquanto que o tempo necessário para vida social, acaba ficando no segundo plano ou no esquecimento. Na ilusão de ganhar mais, “faz concorrência a si mesmo, a si mesmo como membro da classe operária”.

Com relação ao período de entressafra, partimos da hipótese que muitos trabalhadores procuram os programas sociais de transferência de renda ou, quando adoecidos, recebem o auxílio doença/Previdência Social. Todavia nossa hipótese não foi confirmada, mas constatamos que os trabalhadores não procuram os programas sociais, porque eles são excluídos dos programas, tendo em vista as normas que regem os mesmos. Lembramos que, os programas de transferência vigentes em nosso país são focalistas, seletivos e compensatórios e os trabalhadores entrevistados não fazem parte ou não se encaixam nas regras estabelecidas.

Em relação a Previdência Social, nenhum trabalhador entrevistado procurou o auxílio doença, ou quaisquer outros benefícios, mesmo quando um dos trabalhadores entrevistados teve o dedo amputado na polia de café, tendo em vista sua condição de trabalhador informal “desprovido de direito” na época.

A viabilização deste processo é feita pelo Estado que de um lado cria programas focalizados de transferência de renda e de outro, permite o trabalho rural com contratos



por safras (Lei 5.889 de 08/06/1973; Decreto 73.626 de 12/02/1974 e NR 31 anexo a Portaria nº 86, de 03 de março de 2005).

Existem hoje no Brasil cerca de 5 milhões de homens e mulheres vendendo a sua mão-de-obra na agricultura, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A maioria exerce as atividades sem proteção de convenções ou acordos coletivos de trabalho. Muitos trabalhadores moram nas periferias das cidades e se deslocam quando surge serviço. Enfrentam problemas graves, como remuneração baixa, discriminação da mulher, analfabetismo, envenenamento por agrotóxicos e diversas situações degradantes. O café é a segunda atividade rural que mais emprega à margem da legislação, só perdendo para a pecuária, afirma o diretor de assalariados da Contag, Guilherme Pedro Neto: *“Menos de 10% dos trabalhadores do café têm carteira assinada”*. (VERAS, 2002, p. 17, grifos do autor).

Conforme já destacado, o trabalho nas “ruas das fazendas de café”, como assim denominam os trabalhadores, é periódico, tendo em vista o ciclo de frutificação “natural”, que “depende da natureza”, das plantas, da colheita do café, que vai de março a outubro.

É importante ressaltar que em nosso estudo encontramos quatro trabalhadores contratados com carteira de trabalho assinada e permaneceram na fazenda, no período posterior colheita, haja vista a necessidade de cuidados com a planta.

Dos 20 (vinte) trabalhadores entrevistados, em nosso estudo, apenas, 04 tem carteira de trabalho assinada como trabalhadores rurais, panhadores de café, 14 vivem na informalidade, sem nenhum tipo de contrato de trabalho e 02 são trabalhadores de outros ramos, que tiram férias no mês de junho para panhar café, acreditando que o café “dá dinheiro”. Apenas uma apanhadora é do Estado do Rio de Janeiro, que migrou para o município quando criança, na companhia dos avós e os demais, são da região de Campo Belo-Minas Gerais.

O processo de trabalho nas fazendas de café deveria se pautar pela legislação trabalhista, resultado de conquistas dos trabalhadores, ou seja, deve ser regido por contrato de trabalho ou contrato de safra, seja ele formal ou informal, o que não encontramos em nossos entrevistados e quando procuramos ao sindicatos do trabalhador rural, fomos informados que a cultura do município é o trabalho informal ou de meeiros, quando a secretária nos informou que:

Desde 2006 que trabalho no sindicato, apenas, 02 trabalhadores rurais são sindicalizados, pois para ser associado ao sindicato é preciso um

Avenida Presidente Vargas, 417/9º andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

comprovante escrito que ele trabalha no meio rural e os proprietários de terra não assinam carteira, nem fornecem declaração. Então fica difícil para o trabalhador rural. (SECRETÁRIA DO SINDICATO DO TRABALHADOR RURAL, 2014).

Observamos, também, em nosso estudo que as condições de trabalho são bastante precárias e que ocorre com frequência o desrespeito a legislação social. Além disso, posterior ao período de colheita, muitos trabalhadores ficam desempregados a espera da próxima safra, ou, optam em fazer “bicos” como bem relata a fala da Trabalhadora abaixo, entrevistada.

Hoje a gente trabalha assim um tempo na roça outro tempo na cidade fazendo bicos, hoje eu tô fazendo bico, tirando linha de peças de calças jeans, ganho por peça. Mais se eu pudesse eu estava trabalhando na roça direto porque tenho amor. Cada panha de café tem um preparo, adubação, plantação, tudo isso ai eu já fiz né! Capina de milho, de feijão, eu fiz de tudo, ah se eu pudesse eu estava na roça mesmo, trabalhando direto lá, podia ser na chuva, no sol, porque eu tenho amor na roça. (TRABALHADORA N, 2014).

As poucas alternativas de trabalho em município de pequeno porte é uma realidade no país. Frente à isso questionamos: O que fazem os trabalhadores antes empregados na cultura cafeeira, agora, na condição de desempregados temporários e na luta pela sobrevivência?

O quadro 01, nos mostra que no período pós-safra muitos desenvolvem trabalhos precários, aguardando a próxima safra, e, somente dois trabalhadores: “D” e “E” tem vínculo empregatício, noutro ramo.

**Quadro 01: Trabalhadores informais do café**

1.	Trabalhadora "A"	“Fico costurando em casa. Tive carteira assinada 06 meses”
2.	Trabalhadora "B"	“Trabalho como diarista. Tive carteira assinada 06 meses”
3.	Trabalhadora "D"	“Tenho outro trabalho de carteira assinada como serviços gerias e na época do café, tiro minhas férias, eu e meu marido tiramos férias para panhar café. Eu trabalho num lugar, ele noutro. Nós tira as férias só na época da panha”.
4.	Trabalhador "E"	“Trabalho como funcionário público. Sou gari da prefeitura e tiro férias na época da panha, para trabalhar no café e ganhar mais dinheiro”.
5.	Trabalhadora "H"	“Vivo com dinheiro do meu marido”.
6.	Trabalhadora "I"	“Recebo pensão do meu marido, sou viúva. Tive carteira assinada - 5 meses”.
7.	Trabalhador "J"	“Faço bico, pego o que aparecer”.

8.	Trabalhadora "K"	“Faço bico, hoje estou trabalhando na padaria e não tenho certeza se volto para o café em maio”.
9.	Trabalhador "L"	“Trabalho por dia, nas fazendas, fazendo qualquer serviço. Hora eu tô numa fazenda, hora eu tô na outra. Um dia eu fico numa fazenda, outro dia, se aparecer serviço eu vou para outra fazenda”.
10.	Trabalhadora "N"	“Tiro peças de linhas, em casa. A fábrica deixa as peças e eu tiro as linhas”.
11.	Trabalhador "O"	“Junto dinheiro na colheita, na época da panha e quando não tem panha eu fico na rua conversando, na praça, nas esquinas. Quando não tem panha, eu não faço nada”.
12.	Trabalhador "P"	“Trabalho como ajudante nos frigoríficos”.
13.	Trabalhador "Q"	“Estou fazendo bico de pedreiro . Tive a carteira assinada 37 anos. Hoje não é mais assinada”.
14.	Trabalhadora "R"	“Fazendo bico nas fazendas, trabalhando por dia. Tive carteira assinada 18 anos”.
15.	Trabalhador “S”	“Faço bicos ou faço nada”.
16.	Trabalhador “T”	“Faço o que aparecer”.

Fonte: Primária, 2014.

Observamos que os trabalhadores apanhadores de café, informais, passam pela vida ora fazendo bicos, ora fazendo nada, uma vez que não há emprego para todos, nem políticas sociais voltadas para atender ao segmento da classe trabalhadora apanhadora de café, que está sujeita ao trabalho sazonal.

E ainda, diante de um quadro de desemprego, afastamento dos Sindicatos e do Estado, ocorre, cada vez mais, esforços excessivos para maximizar o lucro expondo os trabalhadores a pressão no que tange ao cumprimento de metas, ritmos de produtividade, manutenção dos equipamentos, novas exigências de qualificação profissional e de produção e controle, por meio do uso de recursos eletrônicos, informática e práticas administrativas, bem como o uso do tempo livre, entre outros. Estas novas exigências, presentes nos ambientes e relações sociais de trabalho, vulnerabilizam a saúde dos trabalhadores (LOURENÇO, 2008; ANTUNES, 1999).

Talvez o aspecto essencial das atuais transformações no mundo do trabalho, aquilo que genericamente denominamos “reestruturação produtiva”, seja a destruição em larga escala de força de trabalho. Nunca antes o desenvolvimento das forças produtivas sob a regência do capital articulou, de forma tão intensa, o desenvolvimento das forças produtivas com a geração de um excedente tão expressivo de força de trabalho. A tal ponto chegamos nesse processo que, tanto nos países capitalistas centrais, quanto na periferia, tanto em economias mais modernas e industrializadas (França, Inglaterra, Alemanha e EUA) quanto nas mais atrasadas (América Latina, Espanha, países africanos, etc.), a “reestruturação produtiva”, a “modernização”, têm

se convertido em sinônimo de desemprego. Talvez estejamos no limiar de um período histórico no qual o caráter destrutivo do capital se manifeste, como nunca antes, na articulação estrutural entre desenvolvimento das forças produtivas e destruição da força de trabalho através da manutenção de taxas elevadas de desemprego. (LESSA, 1997, p. 154).

Em relação ao maquinário de produção ou a “modernização da agricultura”, os apanhadores não se queixaram com o trabalho da colhedora de café ou outros equipamentos inseridos, aliás, alegaram que muitas fazendas no município preferem o trabalho manual em detrimento do trabalho mecanizado, tendo em vista a delicadeza do café.

Quando questionamos sobre os equipamentos de proteção individual, como luvas, roupas e calçados apropriadas, todos os trabalhadores responderam que não utilizam, apenas, uma trabalhadora relatou que utiliza o filtro solar para evitar queimaduras do sol no rosto.

Quando lembro eu uso fia, mais eu uso só o protetor solar pra evitar queimar o rosto. Eu também só passo no rosto porque o resto do corpo não precisa, a gente transpira muito e se passar no corpo fica grudento, já basta a gordura do café nas mãos. (TRABALHADORA N, 2014).

Para finalizar, concordamos com Antunes (2002) quando relata que um grande número de trabalhadores são descartados com a reestruturação produtiva ou com a modernização da agricultura. No caso da colheita de café, semestralmente, há um grande número de descarte da mão de obra, devido a demanda sazonal da produção do café que tem a maior parte dos tratamentos da cultura, sendo, feita de forma mecanizada ou com insumos químicos.

## Referências

ABIC. Associação Brasileira da Indústria de Café. **O café no Brasil**, [Rio de Janeiro], 2009a. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=38>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

ANTUNES, Ricardo. **O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 69, ano XXIII. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ASSIS, Valdemir. Tragédia no Sul da Bahia. Seis mortos e mais de 200 feridos que seguem para os cafezais em Minas Gerais. **Calila Notícias**, [Salvador], 25 maio 2012. Disponível em: <<http://www.calilanoticias.com/2012/05/tragedia-no-sul-da-bahia-onze-mortos-e-mais-de-200-feridos-que-seguem-para-os-cafezais-em-minas-gerais.html>>. Acesso em: 26 mai. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA. Qual é a questão agrária atual?  
**Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 34, n. 2, p.16-34, jul./dez. 2007.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 76**. 15 Maio 2009. Disponível em:  
<[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BD96D6A012BE3B944BF24D6/in\\_20090515\\_76.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BD96D6A012BE3B944BF24D6/in_20090515_76.pdf)>. Acesso em: 1 abr. 2014.

LESSA, Sergio. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social**. 3ª Edição Revisada. São Paulo: BOITEMPO Editorial, 2012.

LOURENÇO, Edvania Angêla de Sousa. **O mundo do trabalho adoece**. In: Estudos do Trabalho. Ano II, Número 3, Revista da RET, Rede de Estudos do Trabalho: 2008.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital: Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PASCHOAL, Aloizio Olaia. **Fazendas históricas de café**, [Ribeirão Preto], 7 ago 2010. Disponível em: <<http://www.arara.fr/BBCAFEFAZENDAS.html>>. Acesso em 8 nov 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social**, 2012a.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

VERAS, Dauro. **Café do Brasil: o sabor amargo da crise**. Florianópolis: Agnus, 2002.

**Os impactos locais do agronegócio do eucalipto: Percepções de agricultores familiares sobre as mudanças provocadas no campo pela indústria fabricante de celulose**

**Silvia Lima de Aquino - CPDA/UFRRJ<sup>1</sup>**

**Alex Alexandre Mengel - CPDA/UFRRJ<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Doutora pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Professora Adjunta de Sociologia. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP). Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: [silvia.aquino@unila.edu.br](mailto:silvia.aquino@unila.edu.br)

<sup>2</sup>Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Bolsista CNPq. E-mail: [alexmengel@hotmail.com](mailto:alexmengel@hotmail.com)

### **Resumo**

A Fibria Celulose S/A, maior produtora de celulose branqueada do mundo, através de um programa de integração agroindustrial, integra agricultores a sua unidade produtiva. Estes, após assinarem um contrato com a empresa, cultivam eucaliptos que serão utilizados por ela para a produção de celulose. O objetivo desse artigo é o de analisar as transformações ocorridas na organização da vida, do trabalho e da propriedade de agricultores familiares no Espírito Santo, devido à disseminação da eucaliptocultura e os conflitos decorridos da introdução da integração agroindustrial.

**Palavras-chave:** Integração agroindustrial; agricultores familiares; eucalipto.

## Introdução

É sabido que uma grande indústria causa os mais diversos efeitos na região em que é instalada. A avaliação e a importância dada a estes efeitos variam de setor para o setor da sociedade, bem como do segmento da indústria implantada. Entretanto, dificilmente, há uma unanimidade nestas avaliações. Deste modo há sempre segmentos que destacarão somente os efeitos positivos desta situação, já que defendem que a introdução de certas indústrias é capaz de dinamizar diversas áreas, movimentando setores como o imobiliário, o do comércio, o do mercado de trabalho. E há segmentos que se preocupam com os efeitos adversos derivados da instalação de certas indústrias, a exemplo da poluição do ar, das águas, expropriação da terra de populações do entorno da mesma, etc.

Geralmente, as indústrias são instaladas próximas a áreas urbanas, daí a visualização e avaliação destes efeitos são concentradas nestas áreas. Mas, quando uma indústria torna-se capaz de produzir impactos na organização da vida da paisagem e do trabalho no campo? É esta questão que conduz a reflexão presente neste trabalho. Assim, pretendemos estabelecer uma análise sobre os efeitos causados pela aproximação entre uma multinacional produtora de celulose, a Fibria Celulose S/A (empresa resultante da fusão entre a Aracruz Celulose S/A e a Votorantim C.P.) e agricultores familiares, realizados por meio da implantação de um programa de produção integrada, conhecido como “Poupança Florestal”.

A integração entre agricultores e indústria, ou produção integrada é um sistema baseado em um contrato em que os primeiros se comprometem em produzir determinada quantidade de matéria-prima que será adquirida e beneficiada por uma indústria. No Brasil este sistema é utilizado por grandes indústrias há muitos anos, tendo sido intensificado nos anos 1960 e está presente em diversos ramos, como produção de suínos e aves, tabaco, flores, etc., principalmente no Sul do país. A implementação deste modelo no cultivo de eucalipto para fins industriais é recente, datada da década de 1980 e intensificada em meados de 1990.

Ao pensarmos nos efeitos produzidos pela produção integrada de eucalipto, temos que considerar que diferentemente de outros sistemas de integração entre agricultores e indústria, como, por exemplo, a produção de suínos e aves, a eucaliptocultura tem algumas particularidades. O cultivo de eucalipto é uma atividade de longo prazo. No Brasil – considerado um dos locais em que a cultura se desenvolve de forma mais rápida – a colheita e entrega do produto a indústria é feita em aproximadamente cinco ou sete anos de produção. A atividade exige uma área praticamente exclusiva para a realização do plantio, já que plantios consorciados com outras espécies só ocorrem em seu início, dada a sombra feita pelas árvores que crescem rapidamente. Isto, praticamente, inviabiliza a produção de outros artigos no mesmo espaço. Além disso, após a colheita da madeira,

os tocos das árvores permanecem na área, o que dificulta a utilização do terreno para outra atividade. Por isso, muitos agricultores esperam a rebrota do plantio.

Dito isso, para fundamentar as reflexões presentes neste trabalho, propomos uma discussão tendo em vista a análise de entrevistas semi-estruturadas que nos permitem acessar as impressões dos próprios agricultores sobre os efeitos da introdução do cultivo de eucalipto no lugar em que vivem e trabalham. Dados estes que foram apreendidos através de um trabalho de campo, fundamentado na observação participante e em entrevistas com pequenos agricultores que se integraram a indústria e aqueles que resistiram ao processo, além de integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA entre os meses de agosto a outubro de 2011, no município de Domingos Martins, que contém o segundo maior número de contratos desse tipo no Estado.

### **O Espírito Santo e a criação da Aracruz Celulose S/A.**

O Espírito Santo é um dos estados da região sudeste do Brasil. Ocupa uma área de 46.077,519 km<sup>2</sup> e conta com 78 municípios. De acordo com o censo agropecuário de 1996, por volta de 91,28% das propriedades situadas no estado são menores que 100 hectares. Nelas a mão de obra familiar é predominante. Entretanto, estas propriedades se distribuem em apenas 44,03% da estrutura agrária. Os 55,97% restantes, correspondem a 8,72% das propriedades que possuem de 100 a 1000 hectares. Ou seja, ainda que as pequenas propriedades representem maior número, poucos proprietários detêm a maioria das terras (SIQUEIRA, 2004).

Bergamim e Campos Jr (2005) fundamentados em dados do INCRA observam que ao mesmo tempo em que verificamos um grande contingente de pequenas propriedades no Espírito Santo, observamos uma tendência progressiva de concentração fundiária. Os autores inferem que esta crescente concentração da terra que vem ocorrendo no estado pode ser relacionada ao desenvolvimento de atividades que exigem vastas quantidades de terra como o plantio de eucalipto, o monocultivo de cana-de-açúcar e a pecuária. Por isso, não causa surpresa a constatação de que os maiores índices de Gini do Espírito Santo sejam observados no extremo norte e no litoral norte. Ora, são nessas regiões que se encontram as maiores extensões de terra ocupadas pelos plantios de eucalipto, destinados ao suprimento da até então, maior empresa produtora de celulose branqueada de fibra curta do mundo, a Aracruz Celulose S/A, que funcionou de forma independente até o final de 2009, quando foi fundida a Votorantim Celulose e Papel (BERGAMIM e CAMPOS JR, 2005).

A indústria fabricante de celulose foi instalada no Espírito Santo em 1972, através criação na década 1970, dos complexos industriais voltados para o mercado externo, conhecidos na época como Grandes Projetos Industriais. Estes projetos, desenvolvidos no auge da ditadura militar, contaram com a concessão de incentivos fiscais tanto do governo estadual quanto do governo federal (AMBRÓZIO, 2005). Todavia, pouco antes da criação da Aracruz Celulose S/A, em 1967,



iniciou-se no estado o plantio de eucaliptos destinado ao suprimento do que viria ser o setor de celulose e papel.<sup>1</sup> No ano de 1978, em Barra do Riacho, distrito pertencente ao município de Aracruz, localizado na região norte do Estado, foi inaugurada a primeira fábrica da Aracruz Celulose S/A, conhecida como “A”. Em 1991 foi criada a Fábrica “B” e em 2002 a Fábrica “C”, localizadas também em Barra do Riacho (ANDRADE e DIAS, 2003).

Conforme Acselrad (2007), em geral, a escala de produção das fábricas de celulose é alta, por isso as empresas deste seguimento, procuram integrar as diversas etapas produtivas. Isto coloca a necessidade de uma atuação que compreenda desde a exploração florestal até a comercialização dos produtos. Deste modo, para garantir matéria-prima para o trabalho de suas fábricas, na mesma intensidade em que aumentou sua planta industrial, a Aracruz Celulose S/A expandiu o cultivo de eucalipto. Todavia, esta expansão não foi suficiente. Assim, além de manter no Espírito Santo e, em outras regiões do país, plantações de eucalipto em grande escala, de modo a garantir e complementar a disponibilidade de matéria-prima para suas atividades, esta empresa investiu também na criação de estratégias alternativas de expansão do monocultivo de eucalipto. Uma destas estratégias é a integração de agricultores a sua planta industrial, através de um programa de fomento florestal, atualmente conhecido como “Poupança Florestal” (ANDRADE e DIAS, 2003).

Cabe ressaltar que no final do ano de 2009 a Aracruz Celulose S/A – que na época possuía aproximadamente 154.000 hectares de terras no Espírito Santo e sozinha já era a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto, abastecendo 24% do mercado desse produto – teve suas ações incorporadas a Votorantim Celulose e Papel, dando origem a uma nova empresa denominada Fibria Celulose S.A. Deste modo, a planta industrial localizada em Aracruz tornou-se uma das unidades desta empresa.

### **A integração produtiva na produção de eucalipto: o caso do programa Poupança Florestal no Espírito Santo**

Somente em casos muito específicos uma indústria é capaz de produzir toda matéria-prima agropecuária de que necessita. Geralmente, o processo industrial opera em escalas muito superiores à produção de matéria-prima disponibilizada exclusivamente pela indústria, responsável por beneficiar o produto. Neste sentido, muitas indústrias adotam as mais diversas estratégias para garantir uma parcela da matéria-prima necessária para manter o processo produtivo em funcionamento. Uma destas estratégias é a produção integrada ou integração agroindustrial (FARINA, 1997). A produção integrada trata-se de um sistema baseado em um arranjo contratual entre uma indústria, cooperativa, etc., (chamada de integradora) e o agricultor. Este assume o

---

<sup>1</sup>Para Acselrad (2007) a expansão do cultivo de eucalipto, desencadeada nos anos 1960 está diretamente relacionada com a exportação, fundada na assimetria Norte-Sul, já que consumo de papel e celulose em regiões como a Europa, Estados Unidos e Japão, impulsionou o plantio de milhões de hectares da espécie nos países do hemisfério Sul, com destaque para o eucalipto no Brasil.

compromisso de produzir matéria-prima para a mesma. Por meio de modelos de integração uma indústria pode assegurar uma fonte de matéria-prima de boa qualidade e padronizada, provocando certas barreiras de custo absoluto à empresa concorrente que ingresse no mercado (ZIEBERT e SHIKIDA, 2004).

Segundo Pônzio (2007) *apud* Gomes e Gomes (2008) no Brasil, as integrações agroindustriais mais antigas e conhecidas são as de aves, suínos, sementes, hortaliças, tabaco, seda e flores, localizadas principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, desenvolvidas intensamente a partir dos anos 1960. Entretanto, em um período mais recente, indústrias que dependem da matéria-prima oriunda da silvicultura, como as de siderurgia e, em especial, as produtoras de papel e celulose, passaram também a fazer uso desse sistema, como uma das estratégias possíveis para garantir um incremento na disponibilidade de matéria-prima para suas atividades. Este é o caso da Aracruz Celulose S/A, que criou, em meados dos anos 1990, um programa de fomento florestal privado, atualmente administrado pela Fibria Celulose S/A e conhecido como “Poupança Florestal”, conforme mencionamos anteriormente.

O fomento florestal privado é um modelo de integração produtiva estabelecido através de um contrato de parceria entre empresas e agricultores, assim como ocorre em outras modalidades de integração (SOARES *et al.* 2010). De acordo com o relatório da FAO (2004), a integração no setor de papel e celulose, cujo intuito é o de garantir o abastecimento de matéria-prima no longo prazo, começou a ser adotado pelas empresas dependentes de matéria-prima produzida pela silvicultura a partir da década de 1980. Este momento coincide com o processo de encerramento da política de incentivos fiscais do governo brasileiro para a silvicultura, que ocorreu na prática em 1986 e oficialmente em 1988, em virtude, dentre outros fatores, da grave recessão econômica que assolou o país nos anos 1980 (GONÇALVES, 2006; FAO, 2004).<sup>2</sup>

Entretanto, foi apenas a partir da década de 1990 que a integração entre agricultores e indústrias via fomento florestal se firmou como uma opção atraente para as indústrias dependentes de matéria-prima da silvicultura, como as fabricante de celuloses e siderúrgicas. Neste momento, estas indústrias se conscientizaram de que o governo federal não retomaria a política de incentivos fiscais para o setor (FAO, 2004; GONÇALVES, 2006).

No Espírito Santo o fomento florestal foi introduzido pela Aracruz Celulose S/A exatamente nos anos 1990, momento em que além dos acontecimentos descritos acima, a empresa encontrava-se proibida por lei de adquirir terras no Estado para ampliar a sua produção, diante de sua expansão assustadora nos anos anteriores. Este foi mantido pela Fibria Celulose S/A. que, ao se constituir

---

<sup>2</sup> Segundo Gonçalves (2006b), até o início dos anos 1980, a silvicultura destinada ao setor produtor de papel e celulose, manteve-se tutelada pelo governo federal, por meio dos referidos incentivos fiscais. Todavia, a recessão econômica experimentada pelo país nos anos 1980, implicou em severas restrições a estes incentivos e, em seguida, em sua extinção, fazendo com que a indústria, buscasse novas estratégias para se manter, em que se destaca uma reestruturação na sua lógica produtiva.

promoveu a revisão e a unificação dos programas no Espírito Santo e na Bahia, retomou a contratação de aproximadamente 10 mil hectares de plantios com agricultores e passou a denominá-lo primeiro de Programa Produtor Florestal da Unidade Aracruz e depois de Poupança Florestal.<sup>3</sup> Dito isso, em folder de divulgação do programa “Fomento Florestal” publicado em dezembro de 2007, a então Aracruz Celulose S/A afirma que o Programa Produtor Florestal:

(...) Consiste em uma parceria formada entre empresa e o produtor rural, sustentada por um contrato de compra e venda de madeira, no qual a empresa se compromete a comprar a produção do primeiro ciclo de 6 anos da cultura [de eucalipto], e o produtor a vendê-la.

Um dos coordenadores do programa Poupança Florestal da Fibria Celulose S/A no Espírito Santo, em artigo publicado na revista “*Opiniões sobre o setor de florestas plantadas*” de agosto de 2006, afirma que a área mínima que o produtor deve possuir para integrar-se à indústria de papel e celulose, através da produção de eucalipto é de dois hectares (arrendatários também podem ingressar no programa). Em uma revista intitulada “*Programa de Fomento Florestal da Aracruz Celulose*”, publicada em agosto do ano de 2003 pela empresa, há uma explicação de como funciona o fomento florestal:

Por contrato, o Fomento Florestal garante a compra de toda a madeira produzida, se compromete a fornecer recursos operacionais (mudas, adubo, isca, calcário, formicida) e assistência técnica, além de recursos financeiros destinados a custear a implantação e manutenção dos plantios. Os recursos financeiros são convertidos em metros de madeira (equivalência ao produto), que serão ressarcidos pelo produtor por ocasião do corte e venda da madeira à empresa. Dessa forma, o débito do participante com a empresa é em madeira, e não em dinheiro. O recurso adiantado pela Aracruz Celulose corresponde a, aproximadamente, 20% da produção total prevista. Os recursos operacionais e a assistência técnica são bonificados ao produtor quando cumprido o contrato (ARACRUZ CELULOSE S/A, ago, 2003: 3).

Ainda segundo informações apresentadas na revista de 2003, a empresa libera também recursos financeiros caso seja necessário e solicitado pelo produtor integrado para que sejam realizadas atividades como limpeza da área, capina pré-plantio, combate a formigas, construção de estrada entre outros. Segundo informações disponibilizadas pelo folder do programa, o recurso fornecido pela empresa ao produtor é dividido em parcelas que são liberadas mediante a execução dos serviços de implantação do plantio (ARACRUZ CELULOSE S/A, N. 1, ago. 2003).

Desta forma, o produtor integrado é o responsável pelo plantio, manutenção, colheita e transporte da madeira até um dos depósitos do fomento, distribuídos por vários municípios do Espírito Santo, sul da Bahia e na região de Conselheiro Pena em Minas Gerais, e pode reter até 3,5% da produção para seu consumo e, aproximadamente 20m<sup>3</sup> por hectare de madeira, gerados através de resíduos, pontas e galhos. O preço pago pela madeira produzida pelos produtores integrados é definido pela tabela de compra da empresa, por sua vez, fundamentada nas variações

<sup>3</sup>[http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/noticias/noticia\\_2010set01.htm](http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/noticias/noticia_2010set01.htm)

do IGP-M. Para aferir a madeira a ser comprada a empresa utiliza a medida “metro estéreo”, popularmente conhecida como “metro de lenha”, considerando neste sentido, a altura, largura e comprimento da maneira empilhada, incluindo o espaço entre as toras (ARACRUZ CELULOSE S/A, N. 1, ago. 2003). O “Plano de Manejo da Unidade Aracruz: Regiões do Espírito Santo e Bahia” da Fibria publicado em 2010 nos mostra que entre 2006 e 2010, o programa “Poupança Florestal” no Espírito Santo contava com 1979 agricultores integrados em 70 municípios, ocupando uma área de 37.748 hectares. Estes números representam 61,6% dos agricultores integrados na produção de eucalipto e 34% da área total da produção de eucalipto integrado pela empresa no país.

### **A área de estudo**

Domingos Martins se localiza na macrorregião de planejamento metropolitana do Espírito Santo e, no que se refere à área de gestão administrativa, é classificado como pertencente à microrregião sudoeste serrana. Sua sede está a 43 km de Vitória, capital do Estado (IJSN, 2009). O município possui uma área de 1.225 Km<sup>2</sup>, sendo que, aproximadamente, 26.346 hectares consistem em florestas, remanescentes da Mata Atlântica. O município é rico em fauna e flora e possui abundância de recursos hídricos que são oriundos da bacia do Rio Jucu e seus afluentes, de onde derivam inúmeras cachoeiras, por isso, a região se destaca pela paisagem. Domingos Martins tem uma população de 31.824 habitantes. Destes, aproximadamente 81% vivem no campo (IJSN, 2009)<sup>4</sup>. O município possui um relevo acidentado e montanhoso, característico da região serrana do estado<sup>5</sup>. Estas condições geográficas atraem uma grande quantidade de turistas, que no inverno buscam Domingos Martins que é dotado de inúmeras chácaras, pousadas sítios e hotéis, para o turismo rural.

No que diz respeito à distribuição da população ocupada, de acordo com os dados dos IJSN (2009), mais de 70% da população municipal está ocupada em atividades agropecuárias. Terra *et al* (2010), apoiados em dados do IBGE (2006), asseveram que o total de propriedades agrícolas de Domingos Martins é de 4.753, onde cerca de 90% se caracteriza como pequena, com predomínio da agricultura de base familiar. Deste modo, em relação à concentração de terras, seu coeficiente de Gini destaca-se entre os menores do estado, girando em torno de 0,448 a 0,547. A principal atividade agrícola do município é o café, mas, destaca-se também a produção de banana, o morango e olerícolas. E relação à produção animal, destacam-se granjas avícolas de médio e de pequeno porte. Apesar de ser um importante polo produtor de alimentos, responsável, juntamente com outros municípios da região sudoeste serrana, por abastecer a Grande Vitória e de se destacar na promoção de atividades econômicas ligadas ao turismo, atualmente, Domingos Martins possui o segundo maior número de contratos de fomento florestal da Fibria Celulose S.A no Espírito Santo,

<sup>4</sup> <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>

<sup>5</sup> Região do Espírito Santo formada por terras altas, montanhosas e "frias", localizadas ao sul do Rio Doce.

quais sejam, 202 contratos, ficando neste sentido, apenas atrás do município de Aracruz, que possui com 246 contratos<sup>6</sup>(TERRA *et al.* 2010).

Diante da expansão desta modalidade de integração produtiva no campo no Espírito Santo, capaz de estreitar a relação entre dois grupos de atores, com forças, aparentemente, desproporcionais: grande indústria multinacional e pequenos agricultores, este artigo se propõe a observar como as ações de uma grande indústria multinacional, a Fibria Celulose S/A refletem no campo, através do incentivo a produção integrada de eucalipto no município de Domingos Martins. Para tanto, nossa proposta é a de nos fundamentar no ponto de vista daqueles que experimentam cotidianamente os impactos causados pela atividade industrial do setor de papel e celulose desencadeados através da produção integrada de eucalipto, na dinâmica, na paisagem e na econômica das regiões em que vivem e trabalham: os pequenos agricultores.

Assim, analisaremos narrativas de pequenos agricultores a respeito das alterações provocadas em sua região pela da ação da indústria fabricante de celulose, a partir dos anos 1990. Tais narrativas foram colhidas durante um trabalho de campo realizado em Domingos Martins-ES entre os meses de agosto a outubro de 2011. O referido trabalho de campo contou, basicamente, com observação participante e com a aplicação de entrevistas semi-estruturadas a pequenos agricultores que se integraram a indústria e com aqueles que resistiram ao processo, integrantes de movimentos sociais e técnicos de extensão rural do governo do Estado<sup>7</sup>.

### **Ação da indústria do agronegócio do eucalipto no campo e seus impactos: Percepções de agricultores familiares de Domingos Martins-ES**

Ao tomarmos um ônibus da região sul do Espírito Santo até a região Sudoeste Serrana observamos como a paisagem muda. Se no início da viagem nos deparamos com grandes clarões em distritos basicamente rurais, em que a extração de mármore e granito destinados à exportação consiste em uma das atividades principais e, em alguns momentos extensas plantações de café, ao nos distanciarmos do sul do estado e nos aproximarmos da região Sudoeste Serrana, temos um cenário diferente. Região montanhosa, com vegetação extensa, de clima mais ameno. Nela observamos diversas plantações de alimentos. Hortaliças, legumes, frutas produzidas em pequenas áreas dividem espaço com a mata nativa e com o café, que ainda figura como importante atividade econômica.

Contudo, outro elemento também é encontrado ali: o eucalipto. A planta está em todo lugar. No trajeto é possível observar longos trechos compostos por uma paisagem homogênea, em outros, ela

---

<sup>6</sup> Município onde se localiza uma das plantas industriais da empresa, e onde situava-se a sede da antiga Aracruz Celulose S/A

<sup>7</sup> Para manter a privacidade dos entrevistados, optamos por utilizar apenas as iniciais de seus nomes.

disputa espaços outras culturas ou faz divisa com a mata nativa. Mas, quem nasceu, cresce, vive e trabalha em um dos municípios daquela região, afirma que nem sempre foi assim. Antes dos anos 1990 havia uma planta ou outra de eucalipto cultivada pelos agricultores para o uso em suas propriedades. É preciso madeira para fazer cerca, construir um curral, garantir lenha. E é sabido que essa madeira não pode ser retirada das matas, como afirma um pequeno agricultor da região: *“Agora nós plantamos um pouquinho [de eucalipto] para o gasto. Hoje em árvore nativa não pode mexer, então a gente sempre planta um pouquinho pra deixar lá e quando a gente precisar tem pra cortar sem prejudicar o meio ambiente”* (H.S). Assim, muitos dos pequenos agricultores em seus discursos dizem que para eles, *“o eucalipto não é bom ou mau, isso depende de como a gente planta”*.

A expansão do cultivo de eucalipto começou com a “descoberta” daquela região por uma grande multinacional produtora de papel e celulose, a Aracruz Celulose S/A. A área foi vista então, assim como outros municípios do estado, não como local ideal para a compra de terras por parte da indústria para realizar plantações próprias, mas com uma oportunidade de aproximação da indústria aos pequenos agricultores. Acostumados a lidar com a terra, estes poderiam ser um braço produtivo para o setor de papel e celulose, através da integração produtiva, via fomento florestal. Assim, inferimos que não é por acaso que Domingos Martins detém o segundo maior número de contratos de integração entre agricultores e a Fibria Celulose S/A. Lá as propriedades são pequenas, a agricultura praticada é tipicamente familiar, ou seja, havia mão de obra disponível que poderia ser deslocada para a produção de eucalipto.

Os agricultores em seus relatos não sabem precisar de forma exata quando a produção integrada de eucalipto chegou a Domingos Martins, mas, sempre que indagados a este respeito, falam em aproximadamente 20 a 25 anos de existência do programa naquela região: *“tem uns 20 anos [a produção integrada de eucalipto]”*. *O meu vizinho plantou e depois o pessoal foi plantando por ai a fora e virou um enxame de eucalipto*. R.B, um produtor de café que decidiu por se integrar a indústria de papel e celulose ao se aposentar, explica como e quando o fomento florestal chegou a Domingos Martins e relata os conflitos e a desconfiança dos agricultores em relação ao programa:

Deve ter mais ou menos uns 25 anos. Na época que o fomento florestal chegou aqui, o técnico me disse que só faltou jogarem pedra nele, porque era um negócio muito negativo, todas as igrejas deram muito em cima deles dizendo que o eucalipto ia estragar a terra, mas teve muita gente beneficiada. Tem um senhor aqui em Tijuco Preto que vive só disso e agora está bem de vida.

Ao mesmo tempo em que assevera que algumas pessoas foram beneficiadas pela integração produtiva via fomento florestal em Domingos Martins, E.R explicita em sua fala um dos impactos que acredita que foi causado pelo programa:

O rapaz [técnico da empresa] saiu andando pela região, e até aquele momento todos os produtores plantavam, colhiam e vendiam muito bem porque todo mundo

colhia muito, até o fomento não sair à comercialização era boa, porque se você plantasse feijão você vendia, se você fizesse farinha você vendia. Hoje se você colocar a farinha no saco e vender, você não vende porque vem tudo lá de fora, industrializado e empacotado, eles querem aquela. O da gente aqui eles não querem. Isso aconteceu depois dessa plantação de eucalipto, todo mundo inventou de plantar eucalipto porque tinha aquela promessa de dar dinheiro pra plantar e tudo, aí as pessoas deixaram de plantar as produções de alimentação. Aí começou a faltar lá na cidade, porque os que estavam plantando não dava para sustentar tudo, aí tinha que vir de fora. Agora o de fora, que é de grandes produtores, aquele tem valor, e os dos pequenos produtores não tem.

Por meio do relato acima percebemos que um dos impactos sentidos pela implantação da integração produtiva notado pelos agricultores da região foi a diminuição da produção de alimentos. Tal diminuição foi acompanhada pela introdução de produtos mais industrializados naquela localidade. Ou seja, segundo o agricultor acima, com a entrada no fomento florestal, muitos agricultores deixaram de produzir alimentos como farinha de mandioca e feijão para cultivar eucaliptos para a indústria de papel e celulose. Por conseguinte, aquele alimento que era plantado para subsistência e cujo excedente era comercializado, passou a ser adquirido nos mercados das cidades. Ao longo do tempo, os produtos embalados passaram então, a serem mais valorizados pela população local. Ainda em relação à diminuição da produção de determinados alimentos e da redução da prática de algumas atividades devido à implantação na região da integração no cultivo de eucalipto, assim como o E.R, o agricultor F.L relata que:

(...) Onde plantou eucalipto acabou com o pessoal que criava gado pra leite, apesar de que o pessoal reclame que a região aqui não é uma região própria para se criar boi, produzir leite, mas nós precisamos ter isso na região porque é um fator que enriquece mais a região. No caso, diminui muito a questão de quem cria gado pra corte ou pra leite. A produção diminuiu também, as produções de café ou de outros produtos que plantavam agora não plantam mais (...).

Como vimos anteriormente, além de cultivar o eucalipto, o agricultor, ao assinar um contrato com a indústria, assume a obrigação de colher à produção e entregá-la nos postos da mesma. Esta obrigação prevista no contrato de integração – em que os integrados são os responsáveis pela colheita e transporte da produção de eucalipto até os galpões da Fibria Celulose S/A – desencadeou outro efeito em Domingos Martins, comumente relatado pelos agricultores: a diminuição da mão de obra disponível para o trabalho no café e demais atividades ali desenvolvidas, bem como a elevação do preço pago pela mesma, devido a sua escassez. Neste sentido, de acordo com um dos representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) da região Serrana do Espírito Santo, aqueles agricultores que além de desenvolverem atividades agrícolas em suas propriedades trabalhavam em outras propriedades de modo a complementar sua renda, ou aqueles que não possuíam terra e por isso precisavam vender a sua força de trabalho para agricultores locais mais capitalizados, passaram a trabalhar no plantio e na colheita do eucalipto ao invés de trabalharem, por exemplo, nas colheitas de café, atividade que mais empregava na área rural da região até então:

Aqui na região, vamos pegar mais como exemplo Domingos Martins, tá tendo uma escassez de mão de obra pelo seguinte: O eucalipto, nos últimos anos, dentro do fomento, ele gera aquela mão de obra imediata, que é o período do plantio, os primeiros tratamentos culturais. Depois fica um tempo que ele não vai gerar trabalho. Ele fica por si, vai sair e se desenvolver, então esse período ali já não gera mão de obra mais. Como no período de intensa necessidade de trabalho, aqueles do fomento pagam um preço a mais no valor da mão de obra. Aí o que acontece é que os trabalhadores se baseiam nesse preço pra quando tiver que trabalhar no café ou em qualquer outra atividade. E os outros agricultores que trabalham com café não têm condições de pagar esse preço que é calculado porque ele trabalhou um dia lá a R\$ 50 reais no eucalipto e o produtor que trabalha no café, às vezes não tem como pagar R\$ 50 reais para capinar o *panhar* o café. Então teve esse problema

Como podemos perceber também na fala de F.L, o trabalho na colheita eucalipto passou a ser atividade muito comum na região:

(...) No caso a gente é contratado, o proprietário [da plantação de eucalipto] contrata uma empresa que tenha a firma de transporte e essa firma de transporte que contrata a gente. É terceirizado. Quando a gente trabalhava, trabalhava por produção. A gente trabalha na média de R\$8,00 por metro de madeira em cima do caminhão. É dessa maneira, e quanto mais a gente produzisse, mais a gente recebia. A média era assim, porque no eucalipto, pra você receber aqui na região não é igual àquelas regiões que tem baixada. Aqui você tem que ter trabalho braçal mesmo. É muito sofrido mesmo. Trabalhava uma turma em quatro pessoas, tinha vez que a gente arranjava cinco, seis, mas eles entravam, desanimavam e saíam, era assim. Tinha dois que cortava, eu e os outros rolavam a madeira e botava em cima do caminhão. Meu pai e o E.S. cortavam a madeira. Aí entrava eu, meu cunhado e outro irmão dele e rolavam [a madeira]. Tinha rolo de 50 metros de distância. A gente tinha que rolar a madeira de morro abaixo até chegar lá embaixo. Não importava se jogasse tudo bagunçado. Depois chegava o caminhão e nós tínhamos que colocar tudo em cima do caminhão. Ai quando batia lá no campo de concentração [depósito da indústria] lá em Araguaia, lá que fazia a medição no caminhão, e era nessa medição que o dono da madeira recebe o valor dele e depois também que fazia essa medição que vinha o pagamento.

Ademais, o representante do MPA, em seu relato explica que quando, quando não há trabalho nas plantações de eucalipto da região, situação que poderia disponibilizar mão de obra para outras atividades ali realizadas, muitos agricultores optam por viajar para municípios vizinhos em busca de emprego nesta atividade: *Como o eucalipto não tem essa mão de obra constante, ele acaba gerando esse descontrole, as pessoas às vezes saem daqui para outras regiões para continuar a trabalhar com eucalipto, ou dizem que nesse preço elas não vão trabalhar.* A colheita do eucalipto é uma atividade considerada perigosa. Em Domingos Martins os riscos desta atividade se agravam devido ao relevo local, bastante inclinado, o que dificulta o procedimento. Soma-se a isso o despreparado dos agricultores para o trabalho nesta atividade. Apesar de enfatizarem que atualmente a indústria tem fiscalizado de forma mais intensa o corte das árvores – que, segundo os agricultores, até pouco tempo, era feito pelos próprios proprietários – exigindo a contratação de empresas terceirizadas para realização do serviço, muitos agricultores são contratados temporariamente pelas inúmeras empresas de colheita que foram implantadas na região com a chegada do fomento florestal. Estes agricultores afirmam que, geralmente, adquiriram a experiência de colheita no cotidiano, trabalhando:



Meu pai nem tinha experiência com motosserra, quando a gente veio morar aqui que ele comprou uma motosserra. Ele via os outros derrubando e pensou “Ah, eu vou fazer isso também”. Ele achou que era um trabalho que dava dinheiro, que ia render muita coisa, e aí ele começou a trabalhar uns dias ali e outros aqui, aí ele pegou a prática. Foi praticando que ele aprendeu (F.L).

Assim, nas colheitas de eucalipto realizadas na região é muito comum, ocorrem acidentes de trabalho:

O E.S uma vez, não teve acidente de fratura exposta assim, mas ele com a machadinha cortou a mão, teve que dar ponto e ele ficou uma semana parado. De vez em quando você toma uma cacetada e fica puxando a perna por umas duas semanas, mas tem caso de gente que perdeu os movimentos da mão, cortou a mão, cortou a perna, isso de vez em quando acontece lá. Outros que trabalhavam na mesma firma que a gente trabalhava quebrou o braço, quebrou a perna também porque tinha um monte de madeira e dizem que caiu em cima dele e ficou muitos meses parado por causa disso aí (F.L).

Segundo os relatos colhidos entre vos entrevistados, alguns agricultores ao ingressarem no fomento florestal, decidem se dedicar apenas ao cultivo de eucalipto, abandonando as outras atividades possuíam. Deste modo, deixam de produzir alimentos que antes eram utilizados para o autoconsumo e para o comércio local. Como vimos durante o contrato de integração os agricultores podem solicitar adiantamentos em dinheiro à indústria fabricante de celulose. Este adiantamento é cobrado pela indústria somente ao final do contrato, sendo pago em madeira. Assim, aqueles agricultores que não conseguem produzir o esperado pela indústria acabam por contrair uma dívida. Esta situação é capaz de produzir conflitos entre agricultores e indústria. Este foi o caso do agricultor C.B, que felizmente conseguiu negociar sua dívida:

(...) O eucalipto deu prejuízo. O eucalipto que foi especulado em 1.400 metros só chegou a 700 metros. Depois quando eu vi que o prejuízo ia ser grande, eu tive que ir lá [na empresa] e discutir. Eu fui lá negociar com esse tal de X. [técnico da empresa], ele não me atendeu bem, mas aí eu dei uma prensa nele, isso foi em 2008. A gente tava plantando eucalipto, o eucalipto dando prejuízo. Eu tirei 100 metros de eucalipto e sobrou R\$ 100 pra mim. E a gente tirando o eucalipto e vendo que não ia dar, se não desse a gente tinha que pagar multa. Eu falei com meu irmão que ia dar prejuízo pra nós, aí eu fui atrás do X [técnico da empresa], mas eles não gostaram não. Eu fui negociar com o X [técnico da empresa] e ele estava na frente do computador, aí eu disse: “(...) quero falar com você porque meu eucalipto lá tá péssimo, não vai dar o que você tá querendo, de jeito nenhum. Vamos ver o que nós faz aqui.”, daí ele mexeu lá e disse: “O que está nesse computador aqui ninguém tira”. Eu disse: “(...) Mas então tá bom, se não tira, eu vou pra rua fazer um jornalzinho e colocar isso aqui no jornal”. Ele levantou, eu fui saindo e ele veio atrás de mim falando: “Perai que nós vamos conversar”, (...) Ele sentou lá e me chamou de volta. Eu voltei, conversemos lá, ele perguntou: “O que você quer?” Eu respondi: “Eles mediram o eucalipto em 1.400 metros e não vai chegar nem a 700 metros, o eucalipto não tá dando nada, o eucalipto não vai dar nem 700 metros, isso se chegar a 700 metros.” Nós estávamos devendo 110 metros a Aracruz ainda. Daí ele perguntou o que eu queria. Eu tava querendo esse caminhão aqui em cima, que era a minha parte, e meus irmãos tinham dois caminhões pra trás. Eles viram que estava imprensando muito lá embaixo. Eles ficaram com medo. Eu disse pro X [técnico da empresa]: “eu tava pensando em negociar esse caminhão com vocês e mais dois caminhão e morre aqui.” Aí ele

liga pra cá, liga pra lá, e eu lá esperando. (...) Ele ligou pra lá e disse: “*Então tá bom, nós fecha o negócio aí então*”.

Para saldar a dívida com a empresa, conforme informações colhidas durante o trabalho de campo, muitos agricultores que assinaram o contrato de integração com a indústria fabricante de celulose acabam vendendo suas propriedades. Deste modo, outro efeito da disseminação do cultivo de eucalipto através da integração produtiva, percebido por diversos agricultores em Domingos Martins é a venda de diversas propriedades na região para pessoas, consideradas pela população local como “*gente de fora*”: “*(...) hoje apareceu mais gente de fora, gente que não que a gente não conhece (J.S.)*.”

Hoje em dia muita gente vendeu terra pra plantar eucalipto, ou plantou à meia, e hoje eu tenho visto famílias aqui que caiu 80 por cento por causa do eucalipto, a gente até trabalhava com um rapaz aqui que vendia 400 sacos de café por ano e hoje ele não tá colhendo nada de café, vendeu tudo e depois encheu tudo de eucalipto, não tem boi pra vender mais, não tem mais nada. Aquele foi mais de 80 por cento que ele caiu de produção, de vida e de tudo. Quando eu casei eu era fraco mesmo, trabalhava e ganhava bastante dinheiro com ele, era muito bom. Ele encheu o terreno todo de eucalipto e vendeu o terreno (C.B).

Muitos agricultores da região de Domingos Martins, integrados ou não a indústria fabricante de celulose, inferem que a expansão dos plantios de eucalipto tem sido responsável por provocar alterações na dinâmica do ambiente local. Assim, para um dos agricultores entrevistados o plantio de eucalipto em larga escala interfere na disponibilidade de águas dos solos, nascentes e córregos da região:

Ele [o eucalipto] é um espalhador de chuva e um chupador de água. Eu acho que ele prejudica muito o meio ambiente. Ele tira a chuva, e a chuva que cai dentro dele não vai para o córrego, hoje você entra lá no meio do eucalipto e vê que tá sequíssimo, e se você entrar numa mata daqui você vê como tá molhado (C.B.).

Além de atribuir ao cultivo do eucalipto em larga escala a responsabilidade pelo arrefecimento da disponibilidade de água nos solos, córregos e nascentes que atravessam as propriedades da região, há agricultores que acreditam que a diminuição e irregularidade da distribuição de chuvas na localidade é um efeito que pode ser associado à referida atividade:

Teve uma mudança porque bem mais antigo a gente tinha a previsão que em setembro você podia plantar as roças todinhas, porque quando chegava setembro não falhava a chuva. Hoje não, o pessoal ficou esperando aí e a chuva não chegou. A gente plantou um pouco de milho lá, mas hoje ainda tava seco, não tá germinando bem. Eu não sei se foi impacto do eucalipto ou o que deu esse impacto, porque, não sei se você tem observado esse mapa q eles fazem por satélite, nessa área de Domingos Martins a mata e o eucalipto estão a 50% cada um.

Não procuramos aqui definir os efeitos ambientais causados pelo cultivo de eucalipto. No entanto, é interessante observar que mesmo aqueles agricultores integrados ao setor de papel e celulose entendem que a atividade pode oferecer esse risco. Nesse sentido, temem os efeitos que a

mesma pode causar, principalmente na distribuição de águas, recurso primordial para a realização de suas atividades, e muito valorizado pelos agricultores daquele município, onde muitas propriedades contam com nascentes que servem para irrigar a produção, além de abastecer suas casas. Há ainda outros efeitos ao ambiente local percebidos pelos agricultores e atribuídos às plantações de eucaliptos que, por questão de espaço, não podem ser abordados aqui.

### Considerações Finais

Neste artigo tivemos o objetivo de analisar como agricultores percebem os efeitos causados pela ação de uma grande indústria multinacional produtora de papel e celulose, a Fibria Celulose S/A no campo. Deste modo, direcionamos nosso olhar para um programa de integração entre a Fibria Celulose S/A e pequenos agricultores, através do cultivo de eucalipto, chamado de “Poupança Florestal”. Neste sentido, percebemos que tanto aqueles agricultores que optaram por se integrar ao setor de papel e celulose, quanto aqueles que se mantiveram distanciados desta atividade avaliam que o cultivo de eucalipto para a indústria de papel e celulose produz efeitos locais. Dentre os efeitos mais assinalados pelos atores entrevistados encontramos a diminuição da produção de alimentos; o aumento do preço pago e escassez de mão de obra para o trabalho em outras atividades rurais; a falência e venda de terras de alguns dos agricultores integrados que contraem dívidas com a indústria integradora; o conflito entre agricultores que cultivam eucalipto e os que não cultivam, em razão da dispersão das sementes da planta; a diminuição da disponibilidade de água em nascentes, córregos e no solo e a irregularidade na distribuição das chuvas naquela localidade. Assim, verificamos que a introdução de uma indústria, como a de papel e celulose é capaz de causar impactos não apenas na região em que sua planta está instalada, mas em locais distantes, dado seus programas de atuação. Portanto, estabelecer um olhar para além dos arredores da indústria, para perceber seus impactos apresenta-se como um caminho interessante.

### Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. O movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia – uma sociologia da recusa e do consentimento em contexto de conflito ambiental. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**, XIII, Recife. Anais... Recife: SBS, 2007.
- AMBRÓZIO, Aldo. Análise das relações de poder inerentes ao processo de reestruturação produtiva da Aracruz Celulose S. A., na década de 1990. 140f. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, 2006.
- ANDRADE, José Célio Silveira, DIAS, Camila Carneiro. **Conflito & Cooperação: análise das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A.** Ilhéus-Ba: Editus, 2003.
- BERGAMIM, Márcia Cristina; CAMPOS JR., Carlos Teixeira. Agricultura familiar no Espírito Santo: concentração fundiária e recomposição socioeconômica. In: **Anais XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2005, Ribeirão Preto. Instituições, eficiência, gestão e contratos no sistema agroindustrial. Ribeirão Preto, 2005.

- DALCOMUNI, Sonia Maria. A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – principais interesses em jogo. 1990. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1990.
- DAL'COL, Jairo. Fomento Florestal: Uma oportunidade de negócio. **Rev. Opiniões**. Jun-Ago 2006. Disponível em: <http://www.revistaopinioes.com.br/cp/materia.php?id=390>. Acesso: ago. de 2010.
- FARINA, Elizabeth Maria Querido. Abordagem sistêmica dos negócios agroindustriais e a economia dos custos de transação. In: **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Singular, 1997.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Incentivos e mecanismos financeiros para o manejo florestal sustentável na região Sul do Brasil. Relatório: MENDES, Jefferson B. Curitiba, 6 fev.2004. Disponível em [www.fao.org/forestry/12000-09ec4e1c04ebfcd232f76c89136cadcf.pdf](http://www.fao.org/forestry/12000-09ec4e1c04ebfcd232f76c89136cadcf.pdf). Acesso: dez. 2010.
- GALVÊAS, Pedro Arlindo Oliveira; DADALTO, Gilmar Gusmão (coord.). *Novo PEDEAG 2007-2025: Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba. Estudo Setorial Silvicultura*. Vitória – ES, out. 2007. Disponível em: <http://www.seag.es.gov.br/pedeag/pdf/silvicultura.pdf>. Acesso em: 8 de julho de 2008.
- GOMES, A. P. W. ; GOMES, A. P. Sistema de integração na avicultura de corte: um estudo de caso na região de Viçosa – MG. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. **Anais...** 46º Encontro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.
- GONÇALVES, Múcio Tosta. A formação da economia das plantações florestais nos Vales do Rio Doce e do Aço de Minas Gerais (1940-2000): notas sobre história econômica e ambiental de uma região. In: Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina. **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Perfil Regional Região Sudoeste Serrana. Microrregião Administrativa 4. Vitória, ES, 2009.
- LOUREIRO, Klítia. O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupiniquim e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose. **Dissertação** (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFES, Vitória, 2006.
- PLANO de Manejo Unidade Aracruz Regiões do Espírito Santo e Bahia. Maio/2010. Disponível em: [www.fibria.com.br/.../plano\\_de\\_manejo\\_fibria\\_es\\_ba\\_2010.pdf](http://www.fibria.com.br/.../plano_de_manejo_fibria_es_ba_2010.pdf). Acesso: out. 2010.
- ARACRUZ CELULOSE S/A. Revista do Programa de Fomento Florestal da Aracruz Celulose. Ano I – Nº 1 – Agos. 2003.
- ARACRUZ CELULOSE S/A. Revista Produtor Florestal, Ano 2. N.4, julho de 2004
- SIQUEIRA, J. D. P., LISBOA, R. S., FERREIRA, A. M., SOUZA, M. F. R., ARAUJO, E. de., JUNIOR, L. L., SIQUEIRA, M. M. Estudo ambiental para os programas de fomento florestal da Aracruz Celulose S.A. e extensão florestal do Governo do Estado do Espírito Santo. In: **Rev. Floresta**, Edição Especial, p.3-67, 2004.
- SOARES, Naisy Silva; OLIVEIRA Roldão José de; CARVALHO, Kaio Henrique Adame de; SILVA, Márcio Lopes da; JACOVINE, Laércio Antônio Gonçalves; VALVERDE; Sebastião Renato. A cadeia produtiva da celulose e do papel no Brasil. In: **Rev. Floresta**, Curitiba, PR, v. 40, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2010.
- TERRA; Vilma R. *et al.* Estudo limnológico visando avaliação da qualidade das águas do rio Jucu Braço Norte, ES. In: **Rev. Natureza online** N. 8, 8-13. Santa Teresa – ES, 2010. Disponível em: [www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/.../02\\_TerraVRetal\\_0813.pdf](http://www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/.../02_TerraVRetal_0813.pdf). Acesso fev. de 2011
- ZIEBERT, R. A.; SHIKIDA, P. F. A. Avicultura e produção integrada em Santa Helena, estado do Paraná: Uma abordagem a partir da nova economia institucional. In: **Rev. Agricultura**. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 71-86, jan./jun. 2004.

# **PARA O ESTUDO DA SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DE GRANDES PROJETOS INDUSTRIAIS**

**Leonardo Rauta Martins<sup>1</sup>**

**Maria Helena Ramos<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

Buscamos evidenciar elementos teórico-metodológicos para o estudo da sucessão na agricultura familiar em contexto de implantação de grandes projetos industriais. Pensamos ser necessário recorrer ao debate clássico sobre a questão agrária e a autores contemporâneos, privilegiando as abordagens críticas que tomem como referência a totalidade social. Assume relevância, a análise de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, considerando-as uma variável decisiva nos processos de sucessão.

**PALAVRAS – CHAVE:** Sucessão; Agricultura Familiar; Grandes Projetos Industriais.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela UFES, Mestre em Ciências Sociais pelo PPG em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ. Endereço: [leorautam@hotmail.com](mailto:leorautam@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social, professora aposentada do PPG de Serviço Social da UFRJ. Endereço: [rauta.ramos@gmail.com](mailto:rauta.ramos@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observa-se um reiterado interesse pela discussão dos processos sociais que têm o rural enquanto *lócus*. Se durante muitas décadas a questão agrária figurou como principal tema de pesquisa (por conta da histórica concentração fundiária, da expropriação de grandes massas de trabalhadores dos seus meios de produção), atualmente (devido à complexidade do rural e a influência de diferentes matrizes teóricas) se observa a ampliação dos objetos de estudo, bem como das categorias utilizadas/criadas por pesquisadores para buscar a compreensão dos fenômenos econômicos e socioculturais em curso no que se convencionou chamar “novo rural” brasileiro. Nesta perspectiva, são já conhecidos os estudos em torno do conceito de agricultura familiar (VEIGA, 1991; WANDERLEY, 1996; ABRAMOVAY, 2007), de pluriatividade e multifuncionalidade (SCHNEIDER, 2001 E 2003; KAGEYAMA, 1998), território (MOREIRA, 2007; FAVARETO, 2007) entre outros temas em alta tanto no debate acadêmico quanto no interior dos movimentos sociais.

Nos últimos anos, movimentos sociais têm alertado os governos e a sociedade civil de modo geral para o processo de masculinização e envelhecimento da população rural, acompanhado de saída para as cidades da juventude rural, reivindicando políticas públicas com o objetivo de reverter ou frear tal processo.

Na academia, as pesquisas em torno da questão da sucessão na agricultura familiar apontam um conjunto variado de fatores que influenciam os jovens na sua decisão “entre ficar e sair”<sup>3</sup> da propriedade familiar. Isto ocorre porque as situações econômicas, socioculturais e ambientais nas quais estes jovens estão inseridos apontam razões que fazem com que estes jovens permaneçam ou saiam do campo, não permitindo por isso uma definição única do conceito de juventude, tampouco seu arrolamento como num receituário. Como pondera Bourdieu (1983, p. 113), “existem diferenças análogas em todos os domínios da existência”. Nesse sentido, seria mais apropriado tratar de *juventudes*, ao buscar justamente a diversidade de contextos que conformam esta categoria genérica e os elementos que promovem a permanência ou a saída dos jovens.

---

<sup>3</sup> Expressão cunhada por Elisa Guaraná de Castro na sua tese de doutorado “Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural”, UFRJ/2005.

Alguns pesquisadores, entre eles Castro (2006), apontam o acesso aos meios de produção (essencialmente a terra) e a divisão social e sexual do trabalho como elementos-chave nas escolhas efetuadas pelos jovens (pensando o binômio “entre ficar e sair”). Soma-se a isso a dificuldade no acesso a políticas públicas como educação, cultura, esporte e lazer (BATTESTIN, 2009) e as imagens projetadas por jovens rurais em relação ao urbano enquanto espaço de realização profissional (CARNEIRO, 2005).

Esses fenômenos podem sofrer influência de dinâmicas econômicas que impactam um dado território, como as observadas no sul do Estado do Espírito Santo, mais especificamente na microrregião da metrópole expandida sul composta pelos municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Marataízes Piúma e Itapemirim.

Com atividades tradicionalmente ligadas a agricultura e a pesca, este território passa por um rápido processo de crescimento industrial alicerçado nas atividades de mineração e petróleo. De acordo com dados do Instituto Jones dos Santos Neves,<sup>4</sup> esta microrregião concentra (40,3%) de todo o volume de investimentos previstos para o Estado,<sup>5</sup> número superior ao da Região Metropolitana (23,1%), do Polo Colatina (18%) e do Polo Cachoeiro (12,7%), zonas onde historicamente se concentraram os investimentos efetuados no estado. Trata-se de investimentos vultosos com potencial para alterar a estrutura produtiva e o quadro populacional de toda uma região.

Nas últimas décadas observou-se um intenso movimento de migração campo-cidade que fez com que se invertesse o quadro populacional, concentrando a maior parte da população brasileira nas grandes cidades, em especial na região centro-sul. O êxodo rural, em especial da juventude, comparece em alta nas preocupações do poder público e de uma parcela da academia (ainda que mais reduzida), como também de alguns movimentos sociais, a exemplo da Contag e outras organizações com assento no Condraf (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural).

O debate acerca da sucessão na agricultura familiar possui relevância especialmente para as famílias diretamente envolvidas no processo, visto que um dos pilares dessa forma de produzir a mão-de-obra familiar está em questão, podendo afetar a sua própria preservação a agricultura familiar, na forma configurada hoje.

---

<sup>4</sup> Trata-se de publicação do órgão de pesquisa do Governo do Estado do Espírito Santo, vinculado a Secretaria de Planejamento.

<sup>5</sup> Os dados referem-se à previsão de investimentos nos anos de 2010-2015.

O nosso interesse por esta problemática foi despertado na experiência profissional obtida nos últimos anos, junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e à Secretaria de Agricultura em Anchieta/ES. O contato com a realidade local propiciou-nos a observação de importantes cenários que, inclusive, forneceram subsídios para nossa dissertação de mestrado, além de nossa própria origem social em família campesina.

O cenário vivenciado se configura como decorrente de uma agricultura familiar desenvolvida na ambiência de grandes projetos industriais, onde se verifica ao mesmo tempo um movimento de saída dos jovens do campo e um movimento, ainda que bastante tímido, de retorno. A saída, em geral, se relaciona ao fenômeno tratado por Marx como *superpopulação relativa* em cidades, espaços de aglomeração dos meios de produção industrial, ao concentrar mão de obra operária além daquela que pode ser absorvida formando um exército industrial de reserva. Exerce impacto para esse processo de migração interna a divulgação na imprensa de uma enorme oferta de empregos. Já a permanência ou retorno de jovens ao campo, verificados naquele município, podem ser atribuídos a um conjunto de fatores que envolvem, além de uma disposição individual, condições objetivas e infraestruturais decorrentes da implantação de políticas públicas. Na realidade local, observam-se jovens que retornam não necessariamente para tocar empreendimentos tradicionais, ligados à produção agrícola e sim a atividades diferenciadas, notadamente na agroindústria e no agroturismo. O perfil é bem semelhante: jovens solteiros ou casados que passaram por uma experiência de trabalho fora da propriedade familiar, na condição de empregados, e que movido por conhecimentos específicos abandonam a cidade, ao não serem integrados com o sucesso esperado nesse espaço urbano, para desenvolver campo um projeto particular, decorrente de seu acesso a subsídios ou recursos advindos de políticas públicas. Como exemplos podem ser citados: instalação de laboratório de alevino de tilápia, casas de massa, empresas de processadoras de água de coco, pequenas fábricas de polpa de fruta, pousadas rurais, entre outros empreendimentos. Para além do apoio de políticas públicas locais, facilitando o acesso ao mercado consumidor, com a instalação de vias de circulação e comunicação e mesmo cessão de equipamentos, há também políticas estaduais e federais para microempreendedores que propiciam assistência técnica e acesso a crédito bancário especial. Tudo isso possibilita a estruturação de pequenos negócios ocupando a mão-de-obra familiar no meio rural. Existem também



organizações não governamentais que se articulam na proposição e no acompanhamento da execução de tais políticas públicas.

Embora sejam observações extraídas de uma realidade local, podem trazer elementos importantes para compreender processos mais complexos e abrangentes que envolvem a problemática da sucessão e da conseqüente reprodução social da agricultura familiar. Nesse sentido, indicamos, de um lado, uma tendência à expulsão dos jovens do meio rural pela atração exercida por grandes projetos industriais que vêm se instalando em cidades brasileiras e, de outro lado, uma contra tendência de retorno desses jovens ou mesmo de sua fixação no campo, provocada por incentivos e benefícios advindos de políticas públicas.

## **O DEBATE EM TORNO DO OBJETO DE ESTUDO**

A discussão em torno da agricultura familiar pode ser feita a partir de diferentes ângulos. Identificamos dois polos principais no qual gravita o debate em torno da sua definição conceitual, sendo o principal elemento de diferenciação entre eles o papel ocupado pelo campesinato na constituição histórica do que chamamos hoje de agricultura familiar. No primeiro polo localizamos aqueles que definem a agricultura familiar enquanto uma ruptura completa com as formas anteriores de campesinato, manifestação própria da modernidade e de uma suposta “profissionalização” do agricultor. Na opinião de Abramovay, um dos expoentes desta corrente no Brasil, “uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (2007, p. 33). A capacidade de se adaptar e montar um comportamento adequado de acordo com o ambiente econômico e social, aliado a sua própria integração e dependência dos mercados marcaria uma ruptura da agricultura familiar com as formas camponesas conhecidas.

Em contraposição, num segundo polo, temos o debate representado por Maria Nazareth Wanderley, em diálogo com o *groupe de sociologie rurale*, especialmente com a produção de Marcel Jollivet e Henri Mendras, argumenta que a agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, no qual o campesinato representa uma das diferentes formas de agricultura

agrupadas no conceito de agricultura familiar (WANDERLEY, 1996). Desta forma, a agricultura familiar não representaria uma ruptura com as formas de campesinato até então existentes, mas sim uma categoria chave de caráter genérico na qual estariam incorporadas diferentes formas de agricultura camponesa.

Pensamos que este modo de produzir e de viver constituído pela agricultura familiar está alicerçado na gestão e no trabalho compartilhado pela família com ausência ou reduzida presença de assalariados, na produção em pequena escala e na pequena propriedade, onde a juventude ocupa um papel estratégico representando simultaneamente a força de trabalho e elemento importante a se considerar reprodução ampliada da agricultura familiar.<sup>6</sup>

Marx em *O Capital* trata do processo mais amplo de reprodução social, entendida enquanto reprodução da “totalidade do processo de produção” (1980, p. 420) que envolve ao mesmo tempo a reprodução do capital, a reprodução das classes sociais (burguesia e classe trabalhadora), a reprodução das relações sociais (incluindo para tanto a reprodução do aparelho do Estado e dos demais componentes necessários à reprodução da sociedade nos diferentes âmbitos da vida social) (LEFEBVRE, 1999).

No que se refere ao cenário da agricultura familiar, embora esta não esteja inteiramente sob o domínio do capital - apenas indiretamente-, há a necessidade de sua reprodução em escala ampliada, envolvendo processos de inovação e a continuidade das atividades sempre em novos patamares, no sentido de responder ao movimento crescente de necessidades sociais.

Para compreender os processos sociais relacionados aos jovens as abordagens utilizadas pelos autores são variadas e podem ser complementares, as que consideramos mais relevantes são: “juventude como ciclo de vida”, período de transição entre a infância e a vida adulta e mesmo ingresso no mundo do trabalho (CARNEIRO, 1999; WANDERLEY, 2007); “Juventude como modo de vida”, considera os processos

---

“O fundamental para a economia capitalista mais que para qualquer outra, não é a reprodução simples, mas a reprodução ampliada” (LUXEMBURG, 1971, p. 81). No entanto, a reprodução simples enquanto a repetição invariável e constante do processo produtivo pode ser observado em “comunidades agrárias, primitivas, [onde] o crescimento da população equilibra-se não pelo aumento gradual da produção, mas pela emigração periódica em busca de novas terras, criação de novas comunidades igualmente reduzidas e autossuficientes [...] mas em todos esses casos a reprodução simples é um índice do estancamento econômico e cultural predominante (idem, p. 20). Desse modo constitui-se pré-requisito indispensável para todo o progresso cultural “o aumento gradual da produção, em maior escala que o das necessidades imediatas”. (idem, ibidem).

econômicos que atuam sobre as identidades juvenis, a fluidez entre as fronteiras, em especial entre o campo e a cidade, e a absorção de valores externos (CARNEIRO, 1999; BOURDIEU, 2000; PEREIRA, 2004); “Juventude a partir da condição e situação econômica e social”, compreendendo os contextos da formação social, priorizando as análises de classe, gênero, ambiente, etnia, entre outros aspectos (ABRAMO & BRANCO, 2005; BATTESTIN & COSTA, 2007). Sem desprezar esses elementos, podemos também pensar a juventude rural dentro do processo de reprodução da classe trabalhadora, dentro de uma perspectiva de totalidade, onde a categoria trabalho aparece como constituinte do ser social. Em todas essas concepções pode-se trabalhar a questão da sucessão na agricultura familiar, entendido este fenômeno como uma condição de sua reprodução não apenas econômica como também social.

Abramoway *et. al* (2003), analisando processos sucessórios na região oeste de Santa Catarina, levanta a hipótese de implosão dos padrões de sucessão, onde cada vez mais a continuidade da atividade perde seu caráter moral e passa ser considerado pelos grupo familiar enquanto uma entre outras opções profissionais disponíveis ao jovem. Fenômeno correlacionado à extensão do capitalismo que se introduz no campo, alterando e subordinando dinâmicas inerentes às formas tradicionais de produção.

A partir do enunciado, algumas questões emergem na delimitação do objeto de estudo:

- 1) dinâmicas socioeconômicas e culturais ocorridas em determinadas regiões podem retardar ou potencializar o processo de migração campo-cidade ou cidade-campo, em especial da juventude rural?
- 2) em que medida a instalação de grandes projetos industriais e a consequente expansão do tecido urbano e da malha viária afetam os projetos de vida das juventudes rurais determinando a sua saída do campo em direção às cidades?
- 3) que determinações sociais, econômicas, culturais e políticas (ação do Estado na implementação de políticas públicas) levam jovens a permanecer no campo ou realizar o retorno da cidade ao campo, num processo inverso à migração efetuada anteriormente?

As medidas sociais e políticas para garantir a sucessão na agricultura familiar precisam se sustentar na análise de tendências do processo de migração campo-cidade ou cidade-campo, em especial da juventude rural, a partir das dinâmicas socioeconômicas e culturais ocorridas em regiões do território brasileiro.

Para tanto, torna-se necessário identificar variáveis sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas que implicam na permanência da juventude no campo contribuindo para a reprodução social de agricultores familiares. Ou seja, é preciso investigar as determinações políticas (ação do Estado na implementação de políticas públicas) que levam jovens a permanecer no campo ou realizar o retorno da cidade ao campo, num processo inverso ao da migração efetuada anteriormente. Também deve-se analisar em que medida a instalação de grandes projetos industriais e a consequente expansão do tecido urbano e da malha viária afetam os projetos de vida das juventudes rurais determinando a sua saída do campo em direção às cidades.

## **INDICAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO PROPOSTO**

A pesquisa proposta exige três movimentos metodológicos: o primeiro, relacionado à conformação de um arcabouço teórico-metodológico que dê conta da complexidade do tema proposto e a um processo de revisão bibliográfica sobre a problemática relativa ao campesinato enquanto um segmento da classe trabalhadora e à juventude rural particularmente aquele referente à sucessão na agricultura familiar; um segundo, pautado na coleta, exame e interpretação de dados censitários que desemboque na prospecção e análise de tendências possíveis de serem detectadas nesse processo; e por fim, uma análise documental referente à formulação e implementação de políticas públicas dirigidas ao campesinato brasileiro, em especial à agricultura familiar, existentes nos diferentes níveis governamentais.

A revisão bibliográfica será focada em quatro principais dimensões:

- 1) O debate clássico sobre campesinato presente na obra de Marx e de seus mais proeminentes intérpretes na questão agrária (LÊNIN, KAUSTLY e CHAYANOV), com incursões na obra de pesquisadores brasileiros influenciados, em alguma medida, por esses autores, a saber: José de Souza Martins, José Graziano da Silva, Moacir Palmeira, Lígia Sigaud, entre outros.
- 2) O quadro atual da agricultura familiar no Brasil e o processo histórico pelo qual passou essa forma de produção, tendo como autores mais expressivos: Ricardo Abramoway, José Luiz da Veiga, Maria José Wanderley, entre outros.

3) A juventude rural e a problemática da sucessão no Brasil, questão trabalhada por autores como Maria José Carneiro, Elisa Guaraná de Castro, Valmir Luiz Stropasolas, entre outros.

4) Tendências e seus determinantes, identificadas nos processos de êxodo e permanência dos jovens no campo, com destaque para o papel exercido pelo capital financeiro na agricultura, contrapondo o grande negócio à agricultura familiar, tendo como referência, dentre outras, a obra de Guilherme Delgado que tratam especificamente da relação entre capital financeiro e a agricultura no Brasil.

No que diz respeito a fontes não bibliográficas, nos deteremos num conjunto variado de documentos, desde estatísticas oficiais produzidas por órgãos como IBGE, legislações e até documentos relacionados à implantação de políticas públicas, em especial aqueles produzidos pelo governo federal.

Para identificar tendências do processo de migração campo-cidade ou cidade-campo pode-se trabalhar inicialmente com os censos do IBGE, em específico na situação de domicílio. A análise deste processo nas últimas décadas permitiria observar estes movimentos migratórios e apontar inclusive regiões em que houve maior crescimento das cidades, fenômeno relacionado a determinados processos econômicos que contribuem para o deslocamento de massas de trabalhadores. Dados que associados às pesquisas realizadas por instituições de ensino nas diversas regiões, notadamente aquelas que possuem grupo de estudo sobre o tema juventude rural ou que de alguma forma tratam do tema, poderiam fornecer um panorama interessante sobre o processo atual de migração.

A análise dos dados da População Economicamente Ativa (PEA) e do Cadastro Geral de Empregos e Desempregados (CAGED/MTE) podem corroborar para traçar um perfil da dinâmica econômica de determinadas regiões, a partir da ocupação de sua população em diversos períodos.

Para analisar algumas determinações políticas, em especial no refere à ação do Estado na implementação de políticas públicas, pode-se trabalhar com o exame dos planos safra do governo federal, com o mapa de investimentos dos territórios da cidadania e de governos estaduais, especialmente no que se refere a programas relacionados ao desenvolvimento rural. Poder-se-ia contrabalançar os dados orçamentários, dentre eles,

aqueles que foram desembolsados, e sua distribuição nas diferentes regiões do país. Tais dados permitiriam mapear as principais políticas públicas, investimentos e as estratégias adotadas na sua implantação, além do registro de sobreposição ou complementação destas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. 3ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ABRAMOVAY, et. al. Sucessão Hereditária e Reprodução Social da Agricultura Familiar. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

BATTESTIN, S. Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES. UVF, 2009. (Dissertação de mestrado).

BATTESTIN, S.; COSTA, W. T. Casamento e trabalho dos jovens no meio rural. Revista Oikos. Viçosa, v.18, nº 2, número especial, 2007.

BOURDIEU, P. O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação. Campinas/SP: Papyrus, 2000.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T; SANTOS, R; COSTA, L. F. C (orgs.). Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: campus, 1999.

\_\_\_\_\_. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. pp. 243 -261.

CASTRO, E. G. Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural.

\_\_\_\_\_. As Jovens Rurais e a Reprodução Social das Hierarquias. In: WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B; MENASHE, R. (Org.). Margarida Alves. Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA / IICA, 2006. pp. 245 -277.

FAVARETO, A. S. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão. São Paulo: Fapesp/Iglu, 2007.

CHAYANOV, A. La Organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

DELGADO, G. C. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.

- GARCIA JR., A. O Sul: caminho do roçado. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ. 1983. Tese de Doutorado.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- KAUTSKY, K. A questão Agrária. Porto: Portucalense, 1972.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos. In: CONGRESSO DA SOBER, Poços de Caldas. Anais... Poços de Caldas: SOBER, 1998
- LEFEVRE, H. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LÊNIN, V. L. O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LUXEMBURG, R. A acumulação primitiva do capital. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARTINS, J. S. 1980. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. A igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, V., org. Igreja e questão agrária. São Paulo: Loyola, 1985.
- \_\_\_\_\_. A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República". São Paulo, Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARX, K. O Capital. Livro II, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MOREIRA, J. R. Terra, poder e território. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. Estud. av. [online]. 1989, vol.3, n.7, pp. 87-108. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000300006>. Acesso em: 01/06/2014.
- PEREIRA, J. L. G. Juventude rural: para além das fronteiras entre o campo e a cidade. 2004. CPDA/UFRRJ (Tese de doutorado).
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 16, 2001.
- \_\_\_\_\_. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- STROPASOLAS, V. L. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: Editora da UFSC. 2006. p. 40-85.
- SIGAUD, L. Os clandestinos e os direitos. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

VEIGA, J. E. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo/Campinas: Hucitec, 1991. Série Estudos Rurais.

VESCOVI, A. P. J. V. Conjuntura econômica do Espírito Santo e da Região Metrópole Expandida Sul. Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2011. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com\\_attachments&task=download&id=4073](http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_attachments&task=download&id=4073)>. Acesso em: 27/05/2014.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J; CASTRO, E. G. (Org.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007, v. 1, p. 21-33.

\_\_\_\_\_. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS - GT 17 Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG: ANPOCS, 1996.



## TERRA DE NEGÓCIOS, TERRA DE TRABALHO – a produção de flores em Holambra/SP.

Autora: Juliana Dourado Bueno<sup>1</sup>

**Resumo:** Lançando mão do contexto de produção de flores na região de Holambra/SP, este texto busca apresentar um debate sobre a complexidade do espaço rural entendido como terra de negócios e terra de trabalho. O objetivo geral do texto é mostrar as experiências que são invisibilizadas quando a produção de flores é apresentada como uma atividade “delicada” e “poética” e relacionada somente à cultura holandesa no Brasil. Pretendemos descortinar o cenário apresentando os principais sujeitos desse processo de produção: homens e mulheres que exercem cotidianamente o trabalho em estufas de flores para que a produção seja intensificada. Compreendemos que as expectativas de gênero reforçam a desigualdade na atribuição das atividades produtivas, na medida em que às mulheres são destinadas as tarefas de plantio, corte, enxerto, classificação e embalagem das plantas, enquanto os homens são direcionados às atividades de coordenação da equipe, aplicação de venenos e transporte das plantas. Diferenças que implicam também em uma hierarquia salarial com valores mais altos para os homens. A metodologia empregada foi a História Oral e a observação em campo empírico nos municípios paulistas de Artur Nogueira, Holambra e Santo Antônio de Posse.

**Palavras-chave:** trabalho feminino; agronegócio das flores; estufas.

---

<sup>1</sup> Cientista Social. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos/SP. Endereço eletrônico: [julidourado@uol.com.br](mailto:julidourado@uol.com.br)

## Introdução

“Já estamos atravessando a Cintura Agrícola, ou Verde, como lhe continuam a chamar as pessoas que adoram disfarçar com palavras a áspera realidade, esta cor de gelo sujo que cobre o chão, este interminável mar de plástico onde as estufas, talhadas pela mesma medida, se assemelham a icebergues petrificados, a gigantescas pedras de dominó sem pintas. Lá dentro não há frio, pelo contrário, os homens que ali trabalham asfixiam-se no calor, cozem-se no seu próprio suor, desfalecem, são como trapos encharcados e torcidos por mãos violentas” (José Saramago, *A Caverna*, p. 89).

A metáfora do “mar de plástico” e “dominó sem pintas” empregada no romance de Saramago com a finalidade de descrever o espanto causado pela enorme quantidade de estufas em muito se aproxima da paisagem rural na região de Holambra/SP na medida em que este cenário é marcado pela presença contínua e prolongada de estufas para a produção de flores. Lá e cá, as estufas simbolizam transformações com significados para além da implantação de novas técnicas agrícolas. A terra que até então era uma “espaço de vida”, com sociabilidades e relações sociais peculiares se transforma em “terra de negócio” por meio da mercantilização da natureza que há pouco era elemento constituinte da convivência entre grupos humanos. Se, por um lado, a terra perde seu protagonismo enquanto componente material de produção do rural, a emergência das estufas revela uma complexidade de situações que passam a compor o rural.

Nota-se, então, que o processo de produção de flores em Holambra<sup>2</sup> pode ser tomado como um *locus* privilegiado de reflexão sobre a diversidade de relações sociais que envolvem a terra. A análise aqui proposta será dividida em duas partes com o intuito de evidenciar as contradições e complexidades do rural. A região de Holambra será apreciada aqui como *terra de negócios* e como *terra de trabalho*. No primeiro momento, a discussão recairá sobre a expansão do capitalismo no campo e a inserção do mercado de flores nas transformações geradas pela Revolução Verde e pela agricultura

---

<sup>2</sup> Neste texto, a discussão sobre a produção de flores na região de Holambra está ancorada em pesquisa realizada para a elaboração da tese de Doutorado (em andamento) de minha autoria. A tese, intitulada “Sobre rosas e espinhos: contradições no processo de produção de flores na região de Holambra/SP”, está sob orientação da professora Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva. Financiamento CNPq.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

intensiva do capitalismo globalizado. O segundo tópico traz uma discussão voltada para as relações de trabalho assalariado encontradas nas estufas de produção de flores e o contexto de produção de flores por uma associação de agricultores familiares.

A divisão do texto fornece pistas para a reflexão do rural como formas distintas de acesso à terra. É preciso ressaltar que não se trata aqui de congelar ou fragmentar a realidade social. A “terra de negócios” só se configura para alguns na medida em que se apresenta como “terra de trabalho” para outros. Portanto, é preciso ressaltar que as divisões do texto foram traçadas com finalidade argumentativa e de explanação.

A elaboração argumentativa do texto está pautada no uso de referencial teórico sobre os seguintes temas: terra como meio de trabalho e mercadoria; agricultura e capitalismo; e a complexidade de relações no espaço rural. Foram realizadas pesquisa empírica em propriedades produtoras de flores e plantas ornamentais (pequenas, médias e grandes) localizadas nos municípios paulistas de Artur Nogueira, Holambra e Santo Antônio de Posse; e entrevistas<sup>3</sup> com trabalhadoras das estufas e com moradores que vivem em uma Associação de Agricultores Familiares.

### **Terra de negócios**

Localizado na Região Metropolitana de Campinas (RMC), o município de Holambra é o maior produtor de flores do Brasil. O destaque nacional está também no fato de Holambra abrigar, em território latino-americano, a maior cooperativa de comercialização de flores, o Veiling, e a maior festa de celebração das flores e cultura holandesa, a Expoflora. Configura-se, então, um cenário propício para que a terra seja vista como um importante campo de investimento. Neste caso, entretanto, a fertilidade do solo acaba tendo uma relevância secundária no processo de formação da renda do setor, isso porque a maioria das flores produzidas em Holambra cresce em ambientes protegidos – estufas.

Semelhante a outras culturas que passaram pelo processo de Revolução Verde<sup>4</sup> e que estão inseridas no contexto da agricultura intensiva globalizada (OLAIZOLA, 2009), a cultura de flores e plantas ornamentais é desenvolvida a partir da aplicação de

---

<sup>3</sup> A pesquisa de campo e as entrevistas foram realizadas durante o ano de 2013 e início de 2014.

<sup>4</sup> Com o objetivo de remover os limites que a natureza impõe ao crescimento e acumulação de capital na agricultura, a Revolução Verde é entendida como a substituição dos cultivos tradicionais próprios da agricultura extensiva pelos chamados cultivos industriais, utilizando novas técnicas de cultivo que aumentam a rentabilidade da terra. Inclui também o desenvolvimento de pesquisa (genética, biologia molecular, química) para a melhoria das inovações tecnológicas (OLAIZOLA, 2009).

alta tecnologia na produção de sementes. Estão localizadas na região de Holambra empresas que comercializam ao produtor material de propagação oriundo de sementes importadas de laboratórios de Chicago/Estados Unidos. Parte da maquinaria e muitas variedades de muda também são importadas, algumas são trazidas da Holanda. Este país é visto pelos empresários das flores como modelo de agricultura de alta tecnologia em condições desfavoráveis (o país possui poucas áreas agricultáveis). Os centros de pesquisa holandeses possuem parcerias com universidades<sup>5</sup> para desenvolver melhorias na área do genoma e biotecnologia – buscando reduzir impactos ambientais, desenvolver sistemas de armazenamento dos produtos e controle do clima.

Na busca pela chamada “tecnologia verde e limpa”, as empresas que trabalham com tecnologia e inovação de sementes propõem um aumento na produtividade por meio da racionalização de recursos (terra, água, mão de obra, fertilizantes e agroquímicos). Tal racionalidade é uma forma de eliminar aqueles fatores que seriam os limites do desenvolvimento do capitalismo na agricultura: a natureza orgânica, a terra e o espaço (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 1990). As estufas resultam do desenvolvimento de técnicas que buscam a diminuição do tempo de dependência dos ciclos naturais, sendo possível controlar em seu interior a temperatura e a intensidade de luz ideais para o crescimento das plantas.

No caso das flores, em razão de os produtos serem altamente perecíveis, existe uma preocupação em eliminar o tempo de deslocamento das plantas entre os canteiros e também dos campos e estufas para os caminhões de transporte. Para isso, em muitas variedades, as plantas já saem embaladas de dentro das estufas – algumas são destinadas para as câmaras frias e outras são transportadas diretamente para os galpões de comercialização. Em algumas estufas é possível encontrar esteiras para o transporte de vasos entre os canteiros. Elas também são usadas no interior dos barracões de embalagem para a classificação das hastes de rosas<sup>6</sup>.

É preciso considerar, nesse contexto da “terra de negócios” também a apropriação das subjetividades pelo capital, principalmente porque no caso do comércio em massa de flores, além da mercantilização da natureza, os afetos<sup>7</sup> também se

---

<sup>5</sup> Existem, inclusive, parcerias e convênios entre universidades holandesas e a ESALQ-USP.

<sup>6</sup> No processo de embalagem das rosas, as plantas são classificadas de acordo com o tamanho das hastes. O valor da venda da rosa é diretamente proporcional ao tamanho de sua haste.

<sup>7</sup> O Dia das Mães e o Dia dos Namorados são as datas comemorativas com maior número de flores vendidas. Nessas datas, as flores são comercializadas com apelos de sentimentos como amor, paixão e gratidão.

transformam em mercadoria. “Não é somente o objeto de consumo que é produzido pela produção, mas também o modo de consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores” (MARX, 2011, p. 47). Nesse sentido, compreendemos que a realização da Expoflora em Holambra pode ser interpretada não só como uma feira de exposição e comércio de plantas e flores, mas também como um processo de reprodução do capital ancorado na subjetividade dos consumidores. Nessa festa existem mostras de paisagismo e exposição de flores que ressaltam sentimentos de romantismo, tranquilidade e a paz que as plantas podem proporcionar. Além disso, há um destaque acentuado para a cultura e tradição holandesas, associadas à produção de flores.

Não só o recinto de exposições da Expoflora, como alguns monumentos da cidade de Holambra recebem elementos decorativos relacionados às flores e à cultura holandesa, o que faz com que o município receba o título de “Estância Turística de Holambra”. Além dos tradicionais passeios para conhecer os resquícios da cultura holandesa (como a arquitetura, gastronomia), os visitantes também são atraídos pela visita às propriedades que produzem flores e pelas comidas consideradas “tipicamente caipiras”, do interior paulista.

No que diz respeito à Expoflora, é possível dizer que a festa, em toda sua composição (danças com trajes, comidas, sobremesas reconhecidos como “tipicamente holandeses”), contribui para legitimar a imagem das flores e da cidade de Holambra como algo ligado somente à cultura holandesa. Nesse retrato a colheita de flores é apresentada como algo doce e poético. Introduzimos, então, o próximo tópico para mostrar a terra de trabalho, no intuito de apresentar elementos que contribuam para a formação de outras imagens, por meio de vivências, faces e dizeres que até o momento encontram-se apagados diante do colorido das flores.

### **Terra de trabalho**

Visualizar o rural de Holambra como “terra de trabalho” é também contemplá-lo em sua inserção na chamada agricultura intensiva em um contexto de capitalismo globalizado. Como outras culturas produzidas em grande escala, a produção de flores é marcada pelo paradoxo da coexistência de uma agricultura sofisticada do século XXI com relações de trabalho do século XIX (CÁNOVAS, 2012). Nesse cenário estão presentes certas hierarquias: o assalariamento com remuneração razoável, condição desfrutada pelos trabalhadores locais, em sua maioria homens e brancos; por outro lado,

o trabalho eventual dos picos das colheitas agrícolas, realizado por migrantes, em sua maioria, mulheres. Diante disso é possível perceber que os mercados laborais são cada vez mais racializados e estruturados por gênero (HERRERA, 2012).

Por um lado, novas categorias de trabalhadores com qualificações elevadas são requeridas para entrar em contato direto com as novas tecnologias<sup>8</sup>. Ao mesmo tempo, a precariedade e eventualidade de certos trabalhos se aprofundam como forma de baratear os custos de produção. Cria-se, então, uma dualidade nas qualificações de trabalho: incremento das qualificações no topo da hierarquia (gerentes, engenheiros) e ampliação do processo de desvalorização e desqualificação do trabalho manual (CÁNOVAS, 2012).

A fragmentação do processo de trabalho também se dá a partir de critérios sexistas. As mulheres são empregadas na agricultura com o uso de ferramentas e máquinas somente nas atividades cujo ritmo é imposto pela tecnologia, no qual o trabalho humano é apenas um apêndice da máquina. Nesses casos a tarefa é intensiva e repetitiva. As tarefas controladas exclusivamente por homens, por sua vez, são aquelas com maior reconhecimento profissional, com remuneração mais elevada. As trabalhadoras ficam praticamente ausentes das esferas de controle e concepção (CÁNOVAS, 2012, p. 18).

Nas estufas e campos de flores da região de Holambra existe uma divisão de trabalho entre homens e mulheres. Os homens se encarregam das atividades de transporte de carrinhos com flores, preparam a terra com o trator, irrigam, aplicam veneno e são empregados em cargos de liderança. As mulheres fazem a seleção das plantas, picotam as mudas, fazem o “espaçamento das plantas”<sup>9</sup>, podam as folhas, classificam as plantas de acordo com o tamanho, fazem o enxerto no matrizeiro<sup>10</sup>, colhem as flores e trabalham no setor de embalagens. Os motivos apresentados por homens e mulheres para que exista essa divisão entre as tarefas raramente são contestados pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. As justificativas estão assentadas na atribuição de características como “força” e “coragem” aos homens, enquanto as mulheres são classificadas como “sensíveis”, “jeitosas” e “caprichosas”. Nos seguintes excertos é possível visualizar tais referências:

---

<sup>8</sup> Muitas estufas são controladas por meio de comandos informatizados.

<sup>9</sup> No caso de flores que são plantadas em vasos, existe uma etapa do desenvolvimento das plantas na qual os vasos devem ser afastados um dos outros. Essas tarefas são realizadas em posição “agachada”.

<sup>10</sup> O matrizeiro, em algumas variedades, é conhecido como berçário, onde as “plantas-mãe” darão origem a outras plantas.

Juliana – Você acha que tem algum motivo que faz com que tenha mais mulher nessa parte da colheita?

Roberto<sup>11</sup> – É porque as mulheres trabalham mais, já são mais sensíveis, tem mais jeito para trabalhar. Elas são mais calmas que os homens, por isso que tem mais mulher que trabalha. E elas têm uma atenção especial de lidar mais com a flor. (*Artur Nogueira, abril de 2013*)

[...]

O processo de colheita, principalmente nessas bancadas, quando você fizer a retirada dos vasos, é como se você tivesse acariciando um bebê – porque a delicadeza e a sutileza que tem que tocar no produto é como se fosse uma coisa equivalente. Então a gente precisa acomodar bem as hastes e continuar o processo de colheita. E nesse caso específico as mulheres levam vantagem dos homens. (*Agenor, pequeno empresário produtor de flores em Holambra*<sup>12</sup>)

Quando observamos os atributos destinados às mulheres nos excertos das narrativas é possível compreender que as trabalhadoras têm algumas características essencializadas. Entretanto, é preciso lançar um olhar crítico sobre essas considerações acerca das características que seriam inerentes a mulheres. As pesquisas desenvolvidas por Olaizola (2009; 2012) reforçam essa postura crítica. A autora mostra a necessidade de “compreender dialeticamente como as ideologias sexuais vão se materializando nos processos de trabalho e como as condições materiais de existência formatam e condicionam essas ideologias, as quais não são estáticas e sim cambiantes” (OLAIZOLA, 2009: p. 254-255). Chodorow (1990) também traz importantes elementos para a reflexão da categorização de homens e mulheres no que diz respeito ao posicionamento na família e na organização da produção:

A ideologia sobre as mulheres e o tratamento delas nessa sociedade, sobretudo na força de trabalho, tendem a decorrer desse posicionamento na família e dos pressupostos de que é ou deve ser exclusivo e claro para as mulheres e que essa exclusividade e primazia provêm de diferenças biológicas dos sexos (...). As mulheres estão posicionadas primeiro no sistema sexo-gênero, e os homens primeiro na organização da produção (CHODOROW, 1990, p. 223).

Na organização da produção, no ambiente de trabalho, os homens são vistos como fortes e corajosos, por isso são destinados a carregar as bandejas pesadas com terras, realizar o transporte dos carrinhos de flores e aplicar o veneno – atividade vista

---

<sup>11</sup> Os nomes das pessoas entrevistadas apresentadas neste texto são fictícios.

<sup>12</sup> A fala de Agenor consta em um vídeo promovido por um programa que faz a divulgação do material em mídias eletrônicas. Neste programa, o objetivo era mostrar a convivência pacífica entre produtores brasileiros e holandeses. Agenor foi entrevistado e, entre outras coisas, descreve o processo de colheita das flores nas estufas.

como altamente perigosa. Nos seguintes trechos as trabalhadoras descrevem as atividades que cabem aos homens:

Juliana – Qual é a tarefa dos homens?

Maísa – Assim, empurrar carrinho, tipo o espaçamento, carregar vaso de uma estufa para outra, que é serviço mais pesado, entendeu? Porque as mulheres não fazem serviço em estufa, pesado, entendeu?

Juliana – Não?

Maísa – Em nenhum lugar eu acho. Eu acredito que não. Já tem homem para isso mesmo, né? Serviço de homem é de homem.

\*\*\*

Juliana – E por que é o homem, só, que trabalha no veneno?

Tacinara – Ai, eu não sei. Eu não sei. Ah, talvez para não prejudicar a vida da mulher, sei lá, sei lá! Porque eles usam máscara, eles usam roupa, tal, eles usam os protetores. Eu não sei, isso aí eu nunca... sempre que eu vejo ali é homem que passa veneno, eu nunca vi nenhuma mulher passando veneno nenhum ali!

\*\*\*

Daniela - Tem as pessoas certas para passar veneno porque é muito perigoso, né? Veneno no sangue... [...] muitas mulheres lá pegaram veneno no sangue, então elas tiveram que fazer mais ou menos um ano de tratamento.

*(Artur Nogueira, abril e maio de 2013)*

Os excertos das narrativas mostram que aos homens são destinadas algumas características que dizem respeito à força física e ao enfrentamento a uma situação de perigo. Por essa razão, acabam mais expostos aos riscos químicos (agrotóxicos e fertilizantes) presentes no ambiente de trabalho. Gasparini & Freitas (2013) mostram que a produção de flores é uma atividade com elevado emprego de agrotóxicos. Além da pressão para a utilização ampliada de agrotóxico para cumprir as exigências de qualidade na comercialização das flores, os trabalhadores das estufas são mais expostos aos venenos – em relação a outros trabalhadores agrícolas – porque o rigor para o uso desses produtos nas plantas não é tão intenso como no caso da produção de alimentos (GASPARINI & FREITAS, 2013).

Colasso (2011) também apontou os riscos a que trabalhadores que aplicam venenos em estufas de flores estão submetidos. O estudo da autora, feito a partir da análise e entrevistas com homens que aplicavam veneno em estufas na região do Alto Tietê/SP mostrou que as roupas que fazem parte dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) incomodam os trabalhadores porque são pesadas e grossas, elevando a sensação de calor que já é bastante acentuada no interior das estufas. Desse modo, muitos optam por retirar parte do EPI para suportar o clima e acabam sendo mais



expostos à contaminação. O maior risco ocupacional no setor está relacionado também ao fato de o veneno ficar enclausurado no interior das estufas (COLASSO, 2011).

As mulheres, a despeito de estarem praticamente ausentes da atividade de aplicação do veneno, não estão livres da contaminação por agrotóxicos, pois os produtos ficam impregnados no ambiente da estufa e nas plantas que serão manuseadas por elas. As trabalhadoras relataram também que algumas atividades são mais cansativas e desgastantes que outras. A intensidade do trabalho é alterada de acordo com a variedade da planta, a etapa de desenvolvimento das flores e os picos de produção. Como consequência da intensa exploração do trabalho nos campos e estufas tem-se o afastamento do trabalho em razão de problemas respiratórios, problemas na coluna causados pela realização de atividades na posição agachada e tendinites geradas pela repetitividade dos movimentos nos braços. É preciso destacar que em algumas espécies de plantas, como no processo de produção da muda da begônia, a produtividade é controlada por meio de um aparelho que fica afixado à cintura das trabalhadoras para contabilizar a quantidade de mudas cortadas<sup>13</sup> – o ritmo da atividade é acelerado para que a turma atinja a meta estabelecida no dia. O desgaste físico é acentuado em razão da temperatura elevada no interior das estufas e do ruído acentuado gerado pelo aquecedor.

Nos campos e estufas de flores estão presentes os “Trabalhadores de estufas”, “floristas”, “alagoanos”, “brasileiros”. As diferentes denominações para os sujeitos assalariados da cultura das flores revelam a complexidade de relações sociais aí envolvidas. Boa parte das pessoas empregadas nas estufas da região vive em bairros periféricos de Holambra, Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Cosmópolis. Partem diariamente para os campos e estufas de flores.

Sujeitos constituintes do “rural moderno” (BRANDEMBURG, 2010), muitos desses trabalhadores eram colonos, sitiantes e arrendatários que se tornaram assalariados. Luxemburg (1970) também já mostrava a dissolução da chamada economia natural enquanto parte constitutiva do processo de acumulação primitiva do capital. Para atingir esse objetivo é preciso que o capital se aproprie diretamente das fontes de força produtiva (terras, minerais), liberte os operários para que trabalhem para o capital (assalariamento) e introduza a economia de mercado.

---

<sup>13</sup> A contagem é feita para atingir a meta de produção diária. As trabalhadoras têm um acréscimo no salário de acordo com a quantidade de mudas cortadas, que são contabilizadas durante a semana.

Distintos são os momentos e as circunstâncias da chegada desses sujeitos às estufas. Em 1948, junto com as primeiras famílias de imigrantes holandeses chegaram famílias vindas de Minas Gerais e Paraná. Vieram principalmente para ajudar os holandeses a superar as dificuldades que tinham com a produção agrícola no Brasil (LEITE, 2007). Apesar de existir uma memória referencial que enfatiza a convivência pacífica entre imigrantes holandeses, seus descendentes e “os brasileiros”, no que diz respeito ao acesso à terra e ao trabalho realizado cotidianamente nos campos e estufas de flores parece haver certa divisão entre os “proprietários das estufas” (holandeses) e os “trabalhadores das estufas” (brasileiros).

Para além da divisão ancorada em relações econômicas, existe na região de Holambra uma segregação étnica e cultural entre os holandeses e os brasileiros (LEITE, 2007). Muitos brasileiros veem os holandeses como os patrões que acham que são os donos da terra. Mesmo depois de muito tempo vivendo no país, os holandeses às vezes conversam em inglês ou holandês entre eles dentro das estufas – afastando, assim, a possibilidade de comunicação com os trabalhadores durante a jornada de trabalho. Os holandeses, por sua vez, se queixam dos brasileiros, afirmando que estes não se qualificam para o trabalho e têm escolaridade abaixo do que é considerado ideal para os holandeses. O seguinte excerto da narrativa mostra a visão que os holandeses tinham dos agricultores familiares brasileiros que compraram a terra coletivamente por meio de uma associação<sup>14</sup> e iniciaram a produção de flores em estufas:

Eles [os holandeses] falavam “os sem-terra”. Então, era assim uma visão... muito... como se a gente fosse invasor. Eles não olhavam... e não acreditavam também no peso que a gente tem... Então, os holandeses não acreditavam. Hoje, eu acho que eles já olham com olhares diferentes, mas mesmo assim eu acho que a gente ainda é bem... Eles acham que são melhores. É claro, eles já têm mais tempo. Mas a maneira que eles falavam... acontecia algum roubo aí: “Ah! Mas aquela gente lá”. Então, como se a gente fosse bandido, sabe? “Invadiram”(D. Luciana, 15 de janeiro de 2014, Holambra/SP).

Se existe por um lado um conflito envolvendo o universo simbólico do modo como holandeses e brasileiros enxergam cada grupo, não é possível dizer que os brasileiros se constituem como um grupo homogêneo na cidade e no processo de produção de flores. É preciso atentar para a diferença existente entre os trabalhadores “de pico” e os trabalhadores contratados durante o ano todo que revelam conflitos

---

<sup>14</sup> O tema da associação de agricultores familiares será abordado na parte final do texto.

relacionados ao pertencimento étnico-regional e também a formas como os empresários encontram para diminuir os custos trabalhistas.

Com o aumento da demanda por flores nos períodos de pico de produção, muitos empresários prolongam as jornadas de trabalho e contratam trabalhadores para ficar “na diária”. Essas pessoas são empregadas principalmente no setor de colheita, classificação e embalagem. Durante pesquisa de campo, uma das trabalhadoras teceu os seguintes comentários sobre a chegada de migrantes para a colheita de flores na região e a forma como são vistos pelos trabalhadores locais:

Neusa – Aí em Holambra tem bastante alagoanos. [risos contidos] Só que eles não gostam de trabalhar, entendeu? O problema deles são esses. Que às vezes, lá mesmo, entrou com a gente uma menina, e aí ela ficou por dia. E aí minha patroa querendo registrar, querendo registrar. “Não, eu quero só por dia”. Por que? Porque o “por dia”, você já ganha, por exemplo, 40, 45 reais, já é incluído tudo que você tem direito, né? Agora, a gente que é mensal, a gente recebe menos por dia, entendeu? Só que a gente tem direito: se você machuca, se você tem... Férias, tudo... só que no caso deles é assim: eles querem trabalhar por dia porque depois eles trabalham três meses, por exemplo, eles querem receber, eles jogam na Justiça, entendeu? O problema deles, da Holambra, é esse aqui. Então você vê poucas pessoas que trabalham da Holambra lá. Não trabalha em estufa, sabia? É difícil. Aqui vai ônibus de Artur Nogueira, aqui, de manhã, se você pegar o ônibus aqui, você vê saindo 20, 30 ônibus daqui para a Holambra porque o pessoal que trabalha na Holambra é de Artur Nogueira. O pessoal de Holambra não quer trabalhar, principalmente lá onde eu trabalho. Você vai, as diaristas vão dois, três dias, oh! Somem, nem vêm dar satisfação, recebem o dia e pronto. Não quer nem saber de trabalhar. (*Artur Nogueira/SP, 26 de maio de 2013*).

É possível perceber que o estigma que recai sobre os trabalhadores alagoanos e “diaristas” é bastante forte – são aqueles que “não gostam de trabalhar” e que se aproveitam da situação para “jogar o patrão na Justiça”. Entretanto, a instabilidade no emprego é, na verdade, um recurso utilizado pelos empresários para reduzir os custos trabalhistas<sup>15</sup>. Eles fazem “contratinho de experiência” e não deixam vencer o contrato. Recorrem a essa prática sucessivamente durante os períodos de pico de produção, quando aumenta a necessidade de mão de obra para a colheita das flores.

Algumas das pessoas que trabalham “na diária” das flores transitam por outras atividades durante o ano, como a colheita da laranja e a colheita do café no Sul de

<sup>15</sup> Essas informações foram obtidas durante entrevista com uma sindicalista dos trabalhadores rurais na região de Holambra, em abril de 2013. As outras irregularidades no setor de produção de flores que foram detectadas e relatadas pela sindicalista dizem respeito a condições insalubres no ambiente de trabalho (refeições realizadas em locais próximos a embalagens de veneno) e não pagamento de hora-estra (empregador queria fazer “banco de horas”).

Minas Gerais. Bendini et. al (2012) mostram que os picos de produção com aumento no número de pessoas contratadas geram um cenário no qual muitas pessoas são descartadas após o auge da colheita dos produtos agrícolas. Forma-se, assim, um assalariado rural com pluriatividade de base agrária, no qual os trabalhadores e as trabalhadoras se empregam em dois ou mais ciclos produtivos ao longo do ano. Os autores mostram ainda a existência de um assalariado com pluriatividade multisetorial, ou seja, pessoas que combinam tarefas urbanas de caráter temporário nos setores de serviços e indústria com o trabalho agrícola sazonal (BENDINI et al., 2012).

\*\*\*

A produção de flores em Holambra não está restrita aos médios e grandes produtores. Nela estão presentes também os pequenos produtores, muitos dos quais estão em sítios nas áreas rurais do município. Alguns deles produzem por meio da AAFHOL – Associação dos Agricultores Familiares de Holambra. A área que abriga a associação é composta por 13 glebas de terra<sup>16</sup> com dois hectares cada uma. A Associação teve início a partir de uma reunião de técnicos agrícolas que trabalhavam nas grandes estufas da região e que desejavam ter um pedaço de terra para tocar o próprio negócio. Assim, no final do ano 2000, por meio de financiamento oferecido pelo programa *Banco da Terra*, do Governo Federal, a AAFHOL comprou coletivamente a terra. Atualmente, boa parte dos produtores de flores da AAFHOL destinam as flores para o Veiling. Esta cooperativa exige um contrato de exclusividade com os produtores. Fornece consultorias técnicas e aluga os potes e os carrinhos para os produtores. Em troca, exige que os produtores entreguem as flores com um padrão mínimo de qualidade. Caso esse padrão não seja atingido ou as flores não sejam vendidas no leilão por um preço mínimo estabelecido, as flores são descartadas e o Veiling devolve os materiais (vaso e carrinho) para os produtores.

É preciso, diante de tais circunstâncias, lançar um olhar crítico, analisando os prejuízos que envolvem a integração dos pequenos produtores aos grandes empresários. De acordo com Marx (1978), é possível entender que o assalariamento é uma forma de subsunção formal do trabalho ao capital, na medida em que implica no processo de exploração do capitalista de trabalho alheio. Por outro lado, o capital encontra outras formas, que não o assalariamento direto, de submeter o trabalho ao capital. Essas outras formas seriam a subsunção real do trabalho ao capital e podem ser encontradas na

---

<sup>16</sup> 12 glebas de terra para as famílias e uma gleba de uso coletivo dos moradores.

aplicação do capital comercial e do capital usurário. Na modalidade do capital comercial o capitalista encomenda a produção para vários produtores diretos e depois vende os produtos. No capital usurário, o capitalista

adianta aos produtores diretos, matérias-primas, instrumentos de trabalho ou ambos, sob forma de dinheiro. Os enormes juros que obtém, esses juros que, seja qual for seu montante, são extorquidos ao produtor direto, não constituem senão outro nome para a mais-valia. Transforma, de fato, dinheiro em capital, arrancando ao produtor direto trabalho não pago, trabalho excedente. Mas, não se imiscui no próprio processo de produção, o qual, tanto como anteriormente, se desenvolve à margem dele, à maneira tradicional. Cresce em parte graças à atrofia desse modo de produção, mas em parte é um meio de atrofiá-lo, ou de, nas condições mais desfavoráveis, mantê-lo como que vegetando. Aqui, ainda não se realizou a subsunção formal do trabalho ao capital (MARX, 1978, p. 54).

Tal apresentação se aproxima bastante do que é descrito pelos pequenos produtores das estufas de flores em Holambra no que diz respeito à comercialização por intermédio do Veiling. Os produtores que enviam pequenas quantidades de vasos encontram dificuldades já que não conseguem arcar com os custos da produção quando o preço das flores cai. Isso não acontece com os grandes produtores – em primeiro lugar porque já lucraram com a venda das mudas e com o aluguel dos carrinhos e porta-vasos; em segundo lugar porque compensam os preços baixos de algumas plantas com o lucro obtido na venda de outras plantas. Com isso, configura-se um cenário marcado pela parceria assimétrica entre a agricultura familiar e a agroindústria (GÊMERO & QUEDA, 2013). Por meio dos contratos, as agroindústrias ditam o ritmo do trabalho que deve ser desenvolvido, na medida em que exigem um padrão mínimo de qualidade e ameaçam retirar a parceria dos pequenos produtores caso não sigam as imposições estabelecidas pelas empresas. É preciso considerar também a redução de custos com a terra, a construção de infra-estrutura e com a mão-de-obra.

### **Considerações Finais**

O entendimento da terra como espaço de negócios, trabalho e vida mostrou não só a heterogeneidade do meio rural como a diversidade de sujeitos presentes nesses espaços. Não se pretende aqui essencializar a identidade de alguns grupos, mas a realidade dos conflitos sociais não nega, por exemplo, a ausência de mulheres negras entre o grupo de grandes produtores de flores em estufas. As considerações de

Wanderley (2009) fornecem relevantes pistas para a compreensão crítica dos sujeitos e espaços que se entrecruzam na configuração do meio rural:

O controle da terra significa, fundamentalmente, o controle da força de trabalho e o acesso a outras formas de capital. Por esta via, os grandes proprietários-empresários rurais se tornam agentes imediatos da captação dos excedentes agrícolas – produzidos por pequenos agricultores e trabalhadores assalariados – à destinação dos setores dominantes. (p. 23).

Há que se ressaltar ainda o papel do Estado na formação dessa configuração. No que diz respeito à vinda dos holandeses para o Brasil no final da década de 1940, é válido destacar o envolvimento do governo federal e paulista na vinda das famílias de imigrantes holandeses, na medida em que concederam créditos para as famílias adquirirem as terras, tendo como um dos objetivos estabelecer uma política de embranquecimento da população.

Destarte, com esse texto, intentou-se mostrar a heterogeneidade do rural a partir de um universo empírico que, a despeito de ser marcado por particularidades, é carregado de significados que podem nos fornecer pistas para a reflexão acerca das ruralidades no Brasil.

#### **Referências:**

- BENDINI, Mónica et al. Trabajadores transitorios frutícolas con proyectos migratorios. In: BENDINI, Mónica Isabel; TSAKOUMAGKOS, Pedro Damián; STEIMBREGER, Norma Graciela. *Trabajo rural y travesías migratorias*. 1ª. ed. Neuquén: EDUCO – Universidad Nacional del Comahue, 2012. Pp. 97-154
- BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. *Ambiente e Sociedade*, vol. 13, n. 2, 2010, p. 417-428.
- CÁNOVAS, Andrés Pedreño; Trabajadores y agriculturas mediterráneas en la globalización. *Regiones. Suplemento de Antropología*. N. 47, enero-marzo de 2012. P. 16-20.
- CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da Maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos. 1990.
- COLASSO, Camilla Gomes. *Avaliação da exposição ocupacional a praguicidas organofosforados em estufas de flores na região do Alto Tietê – São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

- GASPARINI, Marina Favrim & FREITAS, Carlos Machado. Trabalho rural, saúde e ambiente: as narrativas dos produtores de flor frente aos riscos socioambientais. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v. XVI, n. 3, jul. set. 2013. P. 23-44.
- GÊMERO, César Giordano & QUEDA, Oriowaldo. Trabalho e sistema agrícola na parceria com o setor avícola: um estudo no Assentamento Horto de Bueno de Andrada. In: *Anais do II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente*. São Carlos, 2013.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernard; WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- HERRERA, Gioconda. Género y migración internacional en la experiencia latinoamericana. De la visibilización del campo e una presencia selectiva. *Política y Sociedad*, 2012, vol. 49 Num. 1. P. 35-46.
- LEITE, Jonathan de Souza. *Holambra – entre flores e espinhos. A Imigração Holandesa e a Segregação Étnico-Cultural na Cidade das Flores*. Monografia (Ciências Sociais), Unesp Marília, 2007.
- LUXEMBURG, Rosa. Capítulo XXVII - A Luta contra a Economia Natural. In: *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1970.
- MARX, Karl. Capítulo VI (inédito), Livro I. *O capital*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1978.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. Trad. Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- OLAIZOLA, Alicia Reigada. *LAS NUEVAS TEMPORERAS DE LA FRESA EM HUELVA. Flexibilidad productiva, contratación en origen y feminización del trabajo en una agricultura globalizada*. (Tese de Doutorado). Antropología Social. Universidad de Sevilla. 2009.
- \_\_\_\_\_. Agricultura industrial en Andalucía y feminización del trabajo en las cadenas agrícolas globales. *Regiones. Suplemento de Antropología*. N. 47, enero-marzo de 2012. P. 22-26.
- SARAMAGO, José. *A Caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. In: *Conferência de Abertura da ALASRU*. Pernambuco, 2010.

## GT 04- Trabalho agrícola, migração e mudanças tecnológicas na agricultura

### Trabalhadores do dendê: notas etnográficas sobre o uso de agrotóxico em uma comunidade amazônica - PA<sup>1</sup>

Genisson Paes Chaves<sup>1</sup>

Sônia Barbosa Magalhães<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento e Graduado em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia pela mesma instituição de ensino. E-mail: [genisson.chaves@yahoo.com.br](mailto:genisson.chaves@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia e Sociologia pela Universidade Federal do Pará e pela Université Paris 13. Docente da Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento na Amazônia. E-mail: [smag@ufpa.br](mailto:smag@ufpa.br).

**Resumo:** O texto tem por objetivo descrever a relação dos trabalhadores do dendê com o agrotóxico aplicado nas plantações localizadas em Nova Paz, situada no município de Tailândia. A partir de uma abordagem etnográfica buscamos identificar as categorias sociais envolvidas no uso do produto químico na citada comunidade; a forma de armazenamento do produto; os apetrechos usados na aplicação; e os cuidados que os aplicadores têm com o produto químico antes e depois de sua aplicação. Os resultados indicaram que Nova Paz está passando por um processo de envenenamento que pode implicar, além da contaminação do solo, da vegetação e do igarapé Chico da Costa, importante fonte de água para a comunidade, sérios agravos à saúde dos aplicadores do "veneno" e das famílias que habitam próximas às áreas de plantio. Os relatos mencionam mal-estar, calafrios, erupções cutâneas individuais. Não observamos controvérsias acerca dos efeitos do uso do produto químico na comunidade.

**Palavras-chave:** monocultivo, dendê, Amazônia.

## 1. Introdução

O uso de substâncias químicas no combate e controle de pragas nos remonta a tempos imemoriais. Registros históricos indicam que a Grécia Antiga e o Império Romano já utilizavam o arsênio e o enxofre como pesticidas para tais fins (LOBATO, 2003). No Brasil, foram inicialmente utilizados através de Programas de Saúde Pública que objetivavam o combate e o controle de vetores e parasitas. Mas foi somente na década de 60 que o mesmo foi utilizado na agricultura (LOBATO, 2003). Insere-se no contexto da chamada "revolução verde", um movimento que objetivava aumentar a produção de alimentos a partir da difusão

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento (AGIS), do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (UFPA). Insere-se no marco das ações de pesquisa-formação do Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF) também vinculado a este Núcleo, o qual tem como palco de estudo as comunidades amazônicas situadas principalmente na Região do Baixo Tocantins, e ainda, conta com apoio financeiro do Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 07/2011 e do PROEXT – MEC/SESu e integra o Projeto Diversidade social e territorial na Amazônia: um estudo a partir do Baixo Tocantins, coordenado pela Profa. Sonia Barbosa Magalhães. Agradecemos a Profa. Wilma Marquês Leitão (UFPA), pelo importante suporte dado à realização do programa *lato sensu* acima referido.



de tecnologias agrícolas tais como agroquímicos e aumento da mecanização da produção, principalmente nos países menos desenvolvidos (SILVA *et al.*, 2005; OCTAVIANO, 2010)<sup>2</sup>.

De fato, a indústria de agrotóxicos surgiu após a Primeira Guerra Mundial, embora seu uso tenha se difundido na Europa e nos Estados Unidos logo depois da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, conforme mencionado, foi durante período de 1960 a 1985, período que ficou conhecido na história nacional como de "modernização da agricultura", que se registra a ampliação do uso de agrotóxicos. Mas foi somente após 1975, que ocorreu a instalação de indústrias de agrotóxicos no país (TERRA e PELAEZ, 2008)<sup>3</sup>.

“A entrada dos agrotóxicos no Brasil a partir da década de 1960 colocou-os definitivamente no cotidiano dos trabalhadores rurais, aumentando, assim, os riscos de adoecer e morrer, aos quais já estavam expostos” (SILVA *et al.*, 2005). Atualmente o Brasil figura no cenário internacional como um dos principais países consumidores de agrotóxicos do mundo. Seu uso é recorrente nas grandes culturas de alimentos, especialmente em monocultivos como a soja e o dendê, o que contribui para a ocorrência de consequências socioambientais, acarretando problemas relacionados à saúde humana (JORNAL BRASIL DE FATO, 2010).

O presente estudo tem como objeto de análise o uso do agrotóxico pelas categorias sociais que trabalham nas plantações de dendê na vila Nova Paz, no município de Tailândia, no Nordeste Paraense. A partir de uma abordagem etnográfica, em fase exploratória, buscamos compreender quais são as categorias sociais envolvidas no uso do produto químico na citada vila e os cuidados que estas têm com este produto químico antes e depois de sua aplicação. Este trabalho foi iniciado por um diagnóstico (VERDEJO, 2006)<sup>4</sup> e aprofundado por um trabalho de campo sobre o uso do agrotóxico em Nova Paz, no qual foram realizadas conversas informais, observação e entrevistas semiestruturadas, levando-se em consideração

---

<sup>2</sup> “No Brasil, a Revolução Verde se deu através do aumento da importação de produtos químicos, da instalação de indústrias produtoras e formuladoras de agrotóxicos e do estímulo do governo, através do crédito rural, para o consumo de agrotóxicos e fertilizantes” (MEIRELLES, 1996 *apud* SILVA *et al.*, 2005, p. 05).

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre a história da indústria de agrotóxicos no Brasil, ver TERRA, Fábio Henrique Bittes e PELAEZ, Victor (2008).

<sup>4</sup> O Diagnóstico Rural Participativo – DRP da comunidade Nova Paz, foi elaborado por uma equipe interdisciplinar, por meio de pesquisas de campo ocorridas em três momentos distintos durante os meses de setembro a novembro de 2013, com duração de uma semana cada uma. Aqui expressamos nossos agradecimentos a Ana Costa, Fábio Pontes, Fagner Sousa, Genisson Paes e Keila Sanches pela elaboração conjunta deste trabalho.

as elaborações da etnografia clássica (MALINOWSKI, 1976), e interpretativista nos moldes de uma “etnografia densa” (GEERTZ, 1973; OLIVEIRA, 1998).

Ao todo foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas, sendo cinco com colonos<sup>5</sup> que aderiram ao Projeto Dendê, dentre os quais dois trabalham em suas propriedades aplicando veneno; três assalariados que trabalham nas empresas do agronegócio localizadas no município de Tailândia e de Moju; e dois trabalhadores contratados pelos próprios colonos para aplicação do veneno em suas propriedades em Nova Paz. Alguns desses interlocutores foram escolhidos através dos dados coletados para a construção do DRP, outros, por serem os mais solicitados para a execução da atividade. A nossa intenção foi trabalhar apenas com diferentes interlocutores, de modo a dialogar com a diversidade das categorias sociais que direta ou indiretamente estão relacionados ao uso do agrotóxico na citada vila.

Este trabalho está dividido em cinco partes: a primeira refere-se ao contexto da pesquisa; a segunda ao dendê no cotidiano local, com destaque para o *veneno*, seus apetrechos e armazenamento; a terceira sobre o trabalho nas plantações de dendê, destacando as categorias sociais que trabalham com a aplicação do *veneno*; as práticas pós-aplicação, treinamento e capacitação; a quarta sobre os efeitos atribuídos ao uso do *veneno* e a última; algumas notas conclusivas.

## **2. O contexto da pesquisa: Nova Paz e a entrada da dendeicultura no mundo da Agricultura Familiar.**

O município de Tailândia localiza-se na Mesorregião Nordeste Paraense, precisamente na Microrregião de Tomé – Açu, na Amazônia Oriental. Faz parte do Território do Baixo Tocantins, o qual é composto por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Oeiras do Pará, abrangendo uma área equivalente a 36.024,20 Km<sup>2</sup> (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2013). Ao norte, Tailândia faz limite com o município de Acará, a leste com Tomé – Açu, a oeste com Moju e ao sul com o município de São Domingos do Capim. É o 49º município em extensão territorial no estado, com uma área total equivalente a 4.430,222 Km<sup>2</sup> (KERN *et al.*, 2012). Possui um clima tropical-úmido e atualmente conta com aproximadamente 79.299 habitantes (IBGE, 2010).

---

<sup>5</sup> Colono é a denominação da identidade do agricultor familiar local. Neste texto será utilizado o termo colono para nos referirmos ao agricultor familiar da comunidade Nova Paz.

Nova Paz é uma vila rural, em terra firme, distante cerca de 22 km da sede do município de Tailândia. Seu acesso ocorre através da PA-150 e posteriormente por meio de uma vicinal que não é asfaltada. Suas origens remetem aos anos 70, quando foi iniciada a construção da vicinal, originária da atividade madeireira. Mais tarde passou a ser chamada de Chico da Costa em referência ao primeiro morador do local. Inicialmente foi ocupada por madeireiros e agricultores que vieram atraídos pelo comércio da madeira e pela disponibilidade de terras abundantes na região.

O nome atual da vila decorre da construção da Igreja Assembleia de Deus, fundada em 1990. Hoje, Nova Paz, é constituída por aproximadamente cem famílias, entre as quais a maior parte é de religião evangélica. A economia local gira em torno do cultivo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para a fabricação da farinha, que é reconhecida pelos agricultores como a principal atividade geradora de renda e em menor escala, mas não menos importante, o plantio de arroz (*Oryza Sativa*), milho (*Zeamays*) e feijão (*Phaseolus vulgaris*), os quais geralmente são destinados ao autoconsumo. Recentemente, conforme veremos mais adiante, foi iniciado o plantio de dendê (*Elaeis guineensis*) em muitas propriedades dos colonos.

Em termos de serviço público, Nova Paz dispõe apenas de uma pequena escola que funciona por meio do sistema multisseriado de ensino e que oferta da Educação Infantil à quarta série do Ensino Fundamental. Há também um Telecentro<sup>6</sup> que opera com onze computadores no período matutino e vespertino, ainda que não tenha sido inaugurado. Em relação ao lazer, dispõe dos eventos organizados pela escola e pelas igrejas católica e evangélica que funcionam como importantes espaços de sociabilidade, do campo de futebol situado no centro (*Vila*) e de alguns poucos bares localizados no entorno da vicinal.

A rotina de trabalho em Nova Paz inicia-se bem cedo. Por volta das três e quarenta da manhã os trabalhadores das empresas de dendê estão se preparando para ir ao trabalho e pelas cinco da manhã são os estudantes que precisam pegar o ônibus escolar que os levam para estudar na sede do município de Tailândia. A partir das seis e sete da manhã os colonos se dirigem às plantações de arroz (*Oryza Sativa*), milho (*Zeamays*) e mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) onde ficam até as dez, onze horas. Os sábados pela manhã são sempre destinados às compras na cidade e os domingos aos cultos religiosos.

---

<sup>6</sup> O Telecentro João Nilberto é um espaço de aprendizagem onde são ministradas aulas de informática básica para os moradores da Vila.

Nas conversas do cotidiano os assuntos são geralmente ligados a temas religiosos; aos acontecimentos da cidade; às telenovelas; aos jogos de futebol da TV e da própria vila; aos projetos ligados ao dendê e ao trabalho nas fazendas das empresas, já que uma parte da população local trabalha para as empresas<sup>7</sup> instaladas na região, nas atividades de cultivo<sup>8</sup>.

### 3. O dendê no cotidiano local

A introdução da dendeicultura no estado do Pará teve início na década de 1980 e visava à produção para a indústria alimentícia. A partir de 2005 tem início a implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que atualmente figura como uma das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar na região do Baixo Tocantins. Esta política possibilita a “integração” da agricultura familiar às empresas produtoras de óleo, mediante um financiamento específico do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), denominado Pronaf Eco. Este disponibiliza um crédito de até R\$ 80 mil a agricultores familiares “integrados” a grandes empresas instaladas na região (REPÓRTER BRASIL, 2013).

Em Nova Paz as primeiras articulações relacionadas ao Projeto Dendê ocorreram no ano de 2005. De lá para cá a adesão ao citado projeto foi aumentando significativamente, fato que está relacionado ao tipo de política adotada pelo Governo Federal através do PRONAF Eco dendê e da empresa instalada na vila, a Belém Bioenergia Brasil (BBB). Conta com a mediação do Banco do Amazônia (BASA), que apoia e concede créditos para o plantio dos agricultores familiares.

A adesão ao Projeto Dendê é facilitada pelo Governo Federal e pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, que agilizam e desburocratizam a esse processo (COSTA, 2014), o que não ocorre quando o agricultor procura acessar crédito para o plantio e tratos culturais de outras culturas, como a mandioca, por exemplo. Muitos colonos de Nova Paz relatam as dificuldades que enfrentam para conseguir acesso ao crédito para o financiamento de outras culturas. Nesse sentido, além de enfrentarem muita burocracia, consideram o valor que recebem como irrisório (em torno de cinco a sete mil para o financiamento da mandioca) se comparado ao que os projetos ligados ao dendê oferecem (R\$ 80 mil).

---

<sup>7</sup> Segundo dados coletados para a construção do DRP 20,5% das famílias de Nova Paz atualmente tem pelo menos um de seus integrantes assalariado nas empresas de dendê instaladas na região.

<sup>8</sup> Atividades relacionadas aos tratos culturais do dendê, tais como: roçagem, rebaixo, coroamento, adubação, aplicação do *veneno*, além do corte e coleta dos cachos.



**Figura 1:** Plantações de dendê no entorno da vicinal de acesso à Nova Paz. Foto: Genisson Chaves, 2013.



**Figura 2:** Plantações de dendê em lote de um colono. Foto: Genisson Chaves e Ana Costa, 2013.

Conforme dados do DRP, em Nova Paz o plantio de dendê está presente em 41% das propriedades consultadas<sup>9</sup>. Destas 39% fazem parte do programa de financiamento da Belém Bioenergia Brasil desde o ano de 2011 (atualmente todos se encontram na fase pré-produtiva) e 2% fazem parte do projeto realizado em 2006 através da Agropalma<sup>10</sup>. Neste caso trata-se de uma área equivalente a 38 hectares e pertence a um único colono que está na fase produtiva dos cachos há pelo menos dois anos (COSTA *et al.*, 2013).

Na perspectiva dos moradores de Nova Paz não há unanimidade em relação à entrada do dendê na vida local. Percebemos que aqueles que aderiram ao projeto o veem como uma “oportunidade de crescimento” econômico que pode “garantir o futuro dos filhos e dos netos”. Mas por outro lado há o entendimento dos refratários ao projeto, que o veem como “uma (espécie de) escravidão branca”, pois torna a pessoa “refém do banco” devido a longa duração estabelecida no contrato (mais de vinte e cinco anos). Contribui para esta visão negativa a alegação de que não se “come dendê” na medida em que o mesmo “não sustenta o colono”, pois “não é agricultura, é exportação”. Ou que “as pessoas são cegas, (pois) não enxergam (o que realmente está ocorrendo), põe (o) olho só em cima do dinheiro” e não se preocupam com os possíveis efeitos sociais e ambientais que esta atividade acarretará à vida das pessoas e da vila (COSTA *et al.*, 2013).

---

<sup>9</sup> Na construção do DRP da comunidade foram aplicados quarenta e sete questionários fechados em quarenta e sete famílias de colonos de Nova Paz.

<sup>10</sup> Sobre as atividades da Agropalma no município, ver VIEIRA, Ana Carolina C. e MAGALHÃES, Sônia Barbosa (2013).

Assim, grande parte da população local não expressa questionamentos<sup>11</sup> sobre os possíveis impactos negativos que a presença do dendê trará em um futuro próximo para a sociedade e o ambiente locais. Sempre ressaltam que os funcionários das empresas de dendê são bastante solícitos e simpáticos com os mesmos, mas não manifestam preocupação com as regras que regem os contratos de dendê os quais sequer estão em suas mãos.

#### **a) O veneno, apetrechos e armazenamento**

Denominado localmente como *veneno*, o roundup é o agrotóxico utilizado pelos colonos nas plantações de dendê na comunidade Nova Paz. Conforme Terra e Pelaez (2008, p. 03), “os agrotóxicos são produtos tóxicos que podem causar efeitos deletérios na fitossanidade das lavouras, na saúde humana e para o meio ambiente”. São classificados pelo tipo de finalidade que desempenham. Entre os principais destacam-se: inseticidas, fungicidas, acaricidas, herbicidas dentre outros. O roundup é um herbicida que tem como base o glifosato, patenteado pela multinacional Monsanto (PIGNATI, 2010). É utilizado no controle e combate de plantas daninhas em mais de 130 países do mundo. No Brasil, o produto passou a ser produzido no ano de 1984 (MONSANTO, 2010) e desde então é comercializado com as empresas de monocultivo instaladas no país.

Na comunidade o produto chega às mãos dos agricultores que aderiram ao Projeto Dendê através das empresas responsáveis pelo monocultivo da palma (no caso de Tailândia são a Belém Bioenergia Brasil – BBB – e a Agropalma). A esse respeito, além de ser utilizado nas plantações de dendê cultivadas nos lotes dos agricultores, o roundup é também, segundo informações dos trabalhadores das fazendas das empresas, o produto químico por elas utilizado.

#### **b) Os apetrechos**

Para aplicação do veneno nas plantações (tanto dos colonos quanto das empresas) os aplicadores utilizam um Equipamento de Proteção Individual, composto pelos seguintes apetrechos: avental, calça e camisa de mangas compridas, boné árabe (“*chapéu*” árabe), bota, luvas, respiradores (“*máscaras*” na terminologia local), viseira facial (“*óculos*” de proteção).

---

<sup>11</sup> Durante a restituição do DRP ocorrida no dia dezesseis de outubro de 2013 durante o Segundo Estágio Interdisciplinar de Vivência, acreditamos que a equipe do citado diagnóstico, por meio de questionamentos sobre os riscos socioambientais negativos da introdução da dendeicultura em Nova Paz, tenha causado algum tipo de reflexão entre os quatorze participantes do evento.

Além do EPI, utilizam um pulverizador costal (“bomba”) com mangueira e bico no qual o veneno é misturado com água. Estes são fornecidos pela própria empresa.

### c) O armazenamento do produto

O roundup é armazenado em pequenos recipientes de plástico (tipo galão) que ficam guardados em pequenas construções de madeira, como retiros de farinha, galinheiros e antigas moradias (ver quadro 01).

#### Quadro 01: Locais utilizados para armazenamento do “veneno” e seus apetrechos.



**Figura 3** : Antiga moradia utilizada para armazenamento do roundup e de outros utensílios de trabalho. Foto: Genisson Chaves, 2013.



**Figura 4** : Interior da casa ao lado (figura 05). Uma antiga habitação utilizada como depósito do roundup, dos apetrechos da aplicação do veneno e de outros objetos. Foto: Genisson Chaves, 2013.



**Figura 5** : Pequena construção utilizada para armazenamento da bomba e de outros instrumentos de trabalho. Foto: Genisson Chaves, 2013.



**Figura 6** : Bomba de aplicação de veneno colocada em cima de um trator ao ar livre, localizada entre uma residência e uma farinheira. Foto: Genisson Chaves, 2013.



Figura 7 : Galinheiro utilizado para armazenamento de roundup e da bomba. Foto: Genisson Chaves, 2013.



Figura 8 : Interior do galinheiro ao lado (figura 9). Galinhas e seus ninhos dividindo o mesmo espaço com recipientes contendo roundup. Foto: Genisson Chaves, 2013.



Figura 9 : Roupud, rodas de bicicleta, arame para cerca e demais objetos em pequena construção localizada às proximidades de uma habitação. Foto: Genisson Chaves, 2013.



Figura 10 : Retiro de farinha com distância aproximada de vinte metros da moradia, utilizada para fabricação da farinha e dividindo o mesmo espaço com a bomba de aplicação do veneno, adubos, moto, instrumentos de trabalho e uma pença de maxixe. Foto: Genisson Chaves, 2013.

No chão ou encostado nas paredes, o produto divide espaço com galinhas e seus ninhos, meios de transporte (como moto), adubo para as plantações de dendê, EPI, lajotas, garrafas pet, sacolas plásticas, forno de fabrico de farinha e alguns instrumentos de trabalho, como botas e enxadas dentre outros objetos. Estes locais geralmente se situam próximos às casas dos colonos e/ou aos retiros de fabricação de farinha, dos quais distam aproximadamente dez, vinte, trinta metros. Algumas dessas construções de madeira são cobertas por telha de barro, por palha e por pequenas tábuas, podendo ter quatro paredes ou apenas a cobertura.



Quando estão vazios, os recipientes são guardados nos mesmos locais onde estão depositados os recipientes cheios do produto a espera do trabalhador da empresa que periodicamente se dirige às propriedades recolhendo as embalagens. Por recomendação das empresas a população é orientada a não reutilizar as embalagens para atividades domésticas. Observamos que o acesso a esses locais de armazenamento é cotidiano, haja vista que as pessoas precisam pegar os ovos das galinhas, os instrumentos de trabalho ou outros materiais que estão guardados nesses locais.

#### **4. O cotidiano do trabalho nas plantações de dendê**

Muitos moradores de Nova Paz trabalham nas fazendas de dendê. Conforme mencionado, as principais tarefas por eles realizadas são o corte e a coleta dos cachos e a aplicação do veneno. Nestas, há um evidente marcador de gênero na divisão do trabalho, sendo o corte e a aplicação do dendê realizados pelos homens e a coleta pelas mulheres.

##### **4.1 Quem trabalha?**

A aplicação do veneno é uma tarefa exclusivamente masculina e geralmente realizada por pessoas jovens. Muitos trabalhadores são oriundos de diferentes municípios paraenses, tais como Paragominas, Moju, Parauapebas e de outras regiões do Nordeste Brasileiro que estão vivendo há décadas na comunidade Nova Paz. Neste estudo destacamos três categorias sociais que trabalham com o *veneno* nas plantações localizadas na comunidade e nas fazendas: **os trabalhadores assalariados, os trabalhadores “agregados” e os membros da Unidade de Produção Familiar (UPF)** responsáveis pela aplicação do *veneno*.

##### **a) Os Assalariados**

Os trabalhadores assalariados são pessoas contratadas pela(s) empresa(s) com carteira assinada que trabalham aplicando o produto químico nas plantações de dendê localizadas nas fazendas das empresas instaladas nos municípios de Tailândia e Moju (PA). Grande parte desses trabalhadores não possui terra, tendo apenas uma casa na vila. Outra parte vive em casas alugadas - são oriundos de outros municípios paraenses que para cá vieram à procura de trabalho em uma das empresas de monocultivo da região.

Estes trabalhadores acordam cedo, geralmente por volta das três e quarenta da manhã. Nas suas casas, vestem o uniforme da empresa, o qual é composto por calça e camisa de mangas compridas e põem a bota. Dirigem-se à vicinal a espera do ônibus da empresa que realiza o trajeto vila-empresa-vila. Dentro do ônibus, além das pessoas que trabalham

aplicando o produto químico, vão também os assalariados que trabalham com o corte e coleta dos cachos. A hora de desembarque na fazenda depende da distância do posto de trabalho, haja vista que as fazendas são de grandes extensões e este pode se encontrar mais ou menos próximo da vila. Ao chegarem às empresas, os trabalhadores tomam café da manhã, outros levam o café de suas casas e o completam com o pão que a empresa fornece.

O contrato de trabalho supõe a realização de diversas atividades, em períodos diferenciados. Em determinada *temporada* desenvolve uma atividade, depois são alocados em outras. Nesse caso, podem trabalhar durante uma *temporada* no rebaixo, na coroa, no corte e coleta do cacho, depois passam para outro serviço e assim sucessivamente. Um dos trabalhadores da empresa disse que trabalhou uma *temporada* (quase dois meses) aplicando o produto químico, depois foi colocado em outra atividade e depois de um tempo voltou a trabalhar com o veneno. De sua perspectiva, a mudança ou alternância de atividade depende da vontade do fiscal da empresa que no dia anterior comunica aos trabalhadores a permuta de atividade para o dia seguinte.

Na empresa, a aplicação do roundup inicia-se às seis da manhã “*porque quanto mais cedo melhor*”, afirmou um dos trabalhadores. Depois de vestirem todo o Equipamento de Proteção Individual (EPI), os trabalhadores colocam as bombas nas costas e se aproximam do local onde as mesmas são abastecidas. O abastecimento das bombas é realizado por outro funcionário da empresa, o “*enchedor de bomba*”, e não por aquelas que aplicam o produto. Depois do abastecimento, cada pessoa se dirige à área de aplicação.

Por recomendação da empresa, os trabalhadores do dendê devem sempre manter o “bico” da bomba de maneira abaixada e realizar um círculo que contemple toda área do pé da planta, mas tendo a cautela de não encostar o veneno na planta e nem no próprio corpo.

Os trabalhadores disseram que é necessário iniciar o serviço cedo, já que é insuportável trabalhar quando o sol está forte, pois a sensação interna é de muito calor, por causa do EPI. Ademais, após em média meia hora de trabalho, eles transpiram bastante e sentem-se “*agoniados*”. Caso esteja ventando forte, as pessoas devem parar o serviço, pois o vento pode fazer com que o “*veneno*” atinja outras plantações e o próprio corpo.

O trabalho geralmente termina às nove horas da manhã. A meta mínima de cada trabalhador é aplicar seis bombas diárias e quando ultrapassam esse número, recebem hora extra por bomba aplicada. Depois que terminam de aplicar o “*veneno*”, os trabalhadores

retiram o EPI e o colocam em um local específico da “*firma*” para que as pessoas responsáveis façam a limpeza dos equipamentos.

#### **b) Os trabalhadores “agregados”<sup>12</sup>**

Os trabalhadores “agregados” são pessoas contratadas pelos colonos que aderiram ao Projeto Dendê para a aplicação do *veneno* em suas propriedades. Estes também vivem na comunidade, possuem pequenos *lotes* na região e são contratados sazonalmente para aplicação do *veneno*<sup>13</sup>. Neste período, residem nas casas dos próprios colonos que os contratam. Nesse sentido, participam da vida familiar, ajudando nas atividades domésticas da casa, como lavar louças, preparar a comida e fazer café. Jogam bola com os moradores da casa e saem com estes para participar das festividades locais. Além de trabalhar com o *veneno* nas plantações de dendê, também são contratadas para os tratos culturais da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz).

Estes “agregados” são os responsáveis pela mistura e aplicação do produto nas plantações de dendê da comunidade Nova Paz. Inicialmente os trabalhadores colocam 200 ml do produto roundup dentro da bomba, seguido de 20 litros de água coletada nas torneiras de poços artesanais ou no igarapé Chico da Costa. Já dentro da bomba são sacudidas pelos trabalhadores para que possam se misturar. No ato da mistura as pessoas já estão vestidas com o Equipamento de Proteção Individual (EPI). Geralmente as pessoas aplicam seis bombas por dia. Todas as pessoas entrevistadas relataram sentir muito calor e falta de ar quando estão vestidas com a roupa.

#### **c) Os membros da Unidade de Produção Familiar (UPF)**

Outro tipo de categoria social que trabalha com o *veneno* na citada comunidade são os próprios membros da Unidade de Produção Familiar (UPF). Neste caso pais e filhos (inclusive adolescente) realizam a aplicação do *veneno* em suas propriedades. Observamos que há mais de um membro da UPF “integrado” ao projeto dendê, ainda que a gestão efetiva do cultivo esteja sob a responsabilidade daquele que é considerado o chefe da UPF, no caso, o pai. Alguns pais afirmam estar esperando seus filhos completarem dezoito anos para também aderirem ao Projeto Dendê.

---

<sup>12</sup> Utilizamos o termo “agregado” para fazer referência a uma relação de trabalho que, embora paga - também por aplicação-, é diversa do assalariamento.

<sup>13</sup> Normalmente são realizadas duas aplicações anuais, o que depende do tamanho da área do plantio ou caso a empresa ou o colono julguem a necessidade de mais aplicação.

#### 4.2 Práticas pós-aplicação do produto

Ao término da aplicação do *veneno*, os trabalhadores tiram o “grosso”, isto é, os resíduos do produto respingados no EPI, nas torneiras situadas próximas às residências dos colonos que os contratam. Depois disso, dirigem-se ao igarapé Chico da Costa para se lavarem. O igarapé Chico da Costa possui cerca de três metros de largura e atravessa praticamente toda a comunidade Nova Paz. É uma das principais fontes de água potável de toda comunidade, sendo bastante utilizado para o consumo doméstico, o banho e para determinadas brincadeiras infantis.

#### 4.3 Treinamento e capacitação

Os aplicadores de dendê passam por um curso de capacitação de duração variada, em média uma semana. O curso é ministrado por técnicos ligados às empresas e suas prestadoras de serviço e ocorre por meio de palestras e de recursos audiovisuais, onde os alunos recebem textos fotocopiados e um pequeno manual intitulado Agrotóxico – uso correto e seguro – produzido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Nos textos fotocopiados constam as normas para aplicação de agrotóxicos e informações específicas sobre cada componente do EPI; como os produtos são adquiridos e transportados para as fazendas; a forma correta de armazenamento na propriedade rural e informação sobre como agir caso o produto químico atinja os olhos, a pele, as vias respiratórias dentre outras. No manual produzido pelo SENAR constam informações sobre os tipos de agrotóxicos existentes e o grau de toxicidade de cada um.

No curso ensinam a maneira correta de manusear o produto químico; de vestir e tirar o EPI; os tipos de agrotóxico e os perigos que a exposição ao produto químico pode acarretar à saúde de quem o manuseia. No entanto, verificamos que muitos aplicadores realizam o curso depois que iniciam a atividade e passam apenas por uma orientação básica geralmente ministrada pelo fiscal da empresa de monocultivo. Em relato, um dos aplicadores disse que “*entrou (na empresa) sem fazer o curso, sem nada*” e depois de participar da capacitação, percebeu que “*trabalhava totalmente errado, tirava a roupa errada, um risco grande de pegar o veneno*”. Disse que “*o cara tem que fazer o curso primeiro*”.

#### 5. Efeitos atribuídos ao uso do veneno

Os trabalhadores relataram sentir muito cansaço, dor nas costas e muito sono. Disseram que a bomba é bastante pesada. Alguns relataram casos de erupções na pele, e

outros chegaram a passar mal ou a presenciar algum caso de desmaio ou mal estar que atribuíram ao uso do roundup. Um dos trabalhadores nos disse que parou de aplicar o produto porque sentiu um forte mal estar, mas por não ter completado a cota do dia foi obrigado a continuar a aplicação. O que não ocorreu de fato, pois o trabalhador se negou a fazê-lo alegando estar sem condições de terminar o serviço. No mais, disse que preferiria perder o emprego a continuar. A esse respeito, informou que *“quando o cara está bem, é outra coisa”*. Alegou que a empresa não é compreensiva com o trabalhador, pois só pensa nela. Relatam também um desconforto relativo ao calor advindo do uso do EPI, sendo esta uma das principais razões que eles alegam para justificar a aplicação nas primeiras horas do dia. Denominam *agonia* este desconforto que muitas vezes se traduz em sensação de mal estar.

No que diz respeito ao sono, relatam que sentem muito sono após a aplicação. Em geral, encontram necessidade de dormir durante toda a tarde - uma intensidade nova em seus hábitos de descanso. Cabe ressaltar que estes relatos são mais frequentes e sugerem maior intensidade entre os assalariados. Os demais, também relataram, mas não com a mesma intensidade que os trabalhadores assalariados. Acreditamos que isso se deve à constância do trabalho desempenhado pelo assalariado, já que o trabalho realizado por este é mais intenso que o serviço desempenhado pelos “agregados” e membros da UPF. Na comunidade, observamos uma preocupação com a lavagem de resíduos do EPI no igarapé. Sugerem ser mais adequado o uso das torneiras, manifestando estabelecer alguma correlação - ainda não explícita - entre a qualidade da água do igarapé e o agrotóxico.

## **6. Notas conclusivas**

Percebemos que boa parte dos colonos de Nova Paz está bastante entusiasmada com os Projetos Dendê e que cerca de 41% aderiram ao projeto. Cada vez mais cresce o número de pessoas que aderem ao projeto. Nesta fase exploratória do estudo temos como hipótese que há uma tendência ao dendê ganhar mais espaço e possivelmente substituir outros cultivos que são essenciais para a reprodução dos seus modos de vida, como a mandioca, por exemplo. Já há referência à “fuga” de pessoas que antes eram contratadas como diaristas no trabalho dos tratos culturais dos roçados e que hoje foram trabalhar como assalariados nas empresas de dendê instaladas na região. Comenta-se na vila que, hoje, é bastante difícil encontrar alguém que queira trabalhar nas roças, apenas querem ir para as plantações do dendê das empresas.

No que diz respeito ao uso do agrotóxico, salvo os relatos de mal estar e erupções cutâneas individuais, não observamos relatos, nem controvérsias acerca dos efeitos do uso do produto químico seja para a saúde coletiva seja para o ambiente, notadamente, solo e vegetação. Mesmo a referência à contaminação do igarapé ainda é restrita a poucos membros da comunidade. No entanto, o observado indica que aos poucos Nova Paz está passando por um processo de envenenamento que certamente implicará sérios agravos à saúde dos aplicadores do veneno e às famílias situadas próximas às áreas de plantio e incide seja sobre o solo e vegetação, seja sobre o igarapé Chico da Costa, importante fonte de água para a vila. Cabe-nos continuar a perguntar se o dendê será apenas mais uma "ilusão do fausto" <sup>14</sup> como ocorreu na época da Borracha na Amazônia?

### Referenciais

- ANDRIOLI, Antônio Inácio. O Roundup, o câncer e o crime do colarinho verde. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 51, 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/051/51andrioli.htm>. Acesso em 06 de dezembro de 2013.
- COSTA, Ana Carolina Silva da. **Regularização Ambiental sob a pressão da dendeicultura em uma região do Baixo Tocantins**. 27 f. Monografia (Especialização em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará; Belém, 2014.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920**. Manaus, Ed. Valer, 1999.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- LOBATO, Sandra Maria Rickmann. **O silêncio como metáfora: O uso de agrotóxicos e a saúde de agricultores no município de Igarapé-Açu / Pará**. 248 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará; Belém, 2003.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. UNESP; Paralelo 15. Brasília; São Paulo, 1998, p. 17-35.
- OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **Com ciência: Revista eletrônica de Jornalismo científico**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=58&id=730> . Acesso em: 16/01/2014.
- PERES, Frederico. **É veneno ou remédio? Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 1999.
- PIGNATI, Wanderlei Antonio. **Brasil bate recorde no consumo de agrotóxicos**. Por Igor Felipe Santos, entrevista publicada no Brasil de Fato, no dia 24/05/2010.

<sup>14</sup> "Ilusão do Fausto" faz referência ao sentido aludido por DIAS (1999)

REPÓRTER BRASIL. Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>. Acesso em 20/10/2013.

SILVA, Jandira Maciel da *et al.* Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v.10 n.4 out./dez. 2005.

TERRA, Fábio Henrique Bittes; PELAEZ, Victor. A história da indústria de agrotóxicos no Brasil: das primeiras fábricas na década de 1940 aos anos 2000. In: **Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica**. São Paulo, 2008, p. 01-21.

VIEIRA, Ana Carolina C.; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Transformações no Espaço Rural Amazônico: O Plantio de Dendê em Comunidades Camponesas do Baixo Tocantins, Município de Moju/PA. In **ANAIS: IV Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em sociologia da UFSCAR**. São Carlos, 2013.

## VI ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

*Campina /SP*

*2 a 5 de setembro de 2014*

GT 04 - Trabalho agrícola, migração e mudanças tecnológicas na agricultura.

### **Trabalhadores migrantes: processos de expropriação e reprodução da família<sup>1</sup>**

Marilda A. Menezes

#### **Introdução**

Vários autores mostram que as perspectivas histórico –estruturais têm marcado os estudos das migrações internas no Brasil, em outros contextos da América Latina, Europa e outros continentes.<sup>2</sup> Em artigo anterior<sup>3</sup> realizamos uma breve revisão de algumas abordagens das migrações internas no Brasil fundamentadas na estrutura social, no sistema social ou no modo de produção capitalista, tais como as de Lopes<sup>4</sup> e Singer.<sup>5</sup> Lopes, no livro *A Sociedade Industrial no Brasil*, analisa as migrações como transferências de população de regiões estagnadas, arcaicas, para regiões modernas, o que representaria um avanço do desenvolvimento do capitalismo. Uma perspectiva similar à de Juarez B. Lopes é a *análise de Paul Singer em seu texto Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo publicado em 1973*. Singer afirma que a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas. Na mesma perspectiva de Lopes e Singer, Eunice Durhan no livro *A caminho da cidade* afirma que as migrações do campo para a cidade se apresentam como um aspecto do desenvolvimento diferencial das diversas regiões do país.<sup>6</sup> Esses autores acentuam as relações dicotômicas entre setores econômicos atrasado e moderno ou os desequilíbrios regionais. Uma crítica à essa perspectiva é desenvolvida por Francisco de Oliveira no

---

<sup>1</sup> Esse artigo está publicado no livro *Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas*, organizado por Rodrigo C. Martins, São Carlos, Ed.UFSCAR, 2014. Capítulo 7 - Trabalhadores migrantes: processos de expropriação e reprodução da família, p.155-174

<sup>2</sup> Silva e Menezes (2006), Quesnel (2010), Brito (2009) e Silva (2005).

<sup>3</sup> Silva e Menezes (2006).

<sup>4</sup> Lopes (1971).

<sup>5</sup> Singer (1976).

<sup>6</sup> Durhan (1978).



artigo *Crítica à Razão Dualista*, publicado em 1977, em que afirma que não há uma região atrasada em oposição à moderna, nem setores econômicos atrasados em oposição ao moderno. Mas, é o processo de acumulação capitalista que gera desigualdades regionais de desenvolvimento. Quando ocorre a conversão da região do café em região da indústria, começa a se redefinir a própria divisão regional do trabalho em todo o conjunto nacional. O papel da "região" nordeste passa a ser de reserva do exército industrial de reserva para as regiões desenvolvidas como as do sudeste. Assim, há uma relação funcional entre as regiões, em que as menos desenvolvidas são exauridas de seus recursos, no caso, de força-de-trabalho, para sustentar a expansão das regiões mais desenvolvidas. Oliveira acentua a hegemonia do processo de acumulação capitalista como explicação para as diferenças regionais e, conseqüentemente, a mobilidade de força de trabalho entre as regiões.

Na literatura mais recente, encontramos a visão do geógrafo americano David Harvey no livro *O Novo Imperialismo*, que argumenta a relação entre a reprodução expandida do capital e os processos de espoliação.<sup>7</sup> Essa perspectiva é próxima à de Francisco de Oliveira, formulada na década de 70 para o caso no Brasil, na medida em que prioriza a centralidade do processo de acumulação capitalista e sua capacidade de apropriar-se da força de trabalho ainda não totalmente expropriada dos meios de produção, como é o caso dos camponeses. Harvey enfatiza que há uma continuidade do processo de acumulação primitiva analisado por Marx no século XIX:

“Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem presentes na geografia histórica do capitalismo até nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com freqüência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual)”.<sup>8</sup>

Sobre o lugar dos camponeses na forma capitalista imperialista, Harvey nos diz:

*“O capital também pode se apropriar de “reservas latentes” [aspas do autor] de um campesinato ou, por extensão, mobilizar mão-de-obra barata de colônias e outros ambientes externos (...) vou examinar de que maneira a “relação*

---

<sup>7</sup> Harvey (2005).

<sup>8</sup> Marx (2005, p.121).

orgânica” entre reprodução expandida, de um lado, e os processos muitas vezes violentos de espoliação, do outro, tem moldado a geografia histórica do capitalismo. Isso nos ajuda a melhor entender o que é a forma capitalista de imperialismo”.<sup>9</sup>

Harvey chama atenção para os processos de expropriação, muitas vezes violentos, que explicam a expulsão dos camponeses e, conseqüentemente, as migrações para setores onde há demanda de força de trabalho. Há, portanto, uma relação de funcionalidade entre os processos de espoliação dos camponeses e outras categorias sociais e os processos de reprodução ampliada do capital<sup>10</sup>.

Entendemos que essa perspectiva teórica fornece elementos importantes para uma explicação histórico-estrutural da mobilidade de membros de famílias camponesas da região Nordeste que migram temporariamente para trabalharem nas safras agrícolas, especialmente, das regiões sudeste e centro-oeste do Brasil. Ela questiona a tese de que a mobilidade do trabalho se explicaria por desequilíbrios regionais ou movimentação entre setores econômicos atrasados – pobres e modernos –ricos. No entanto, entendemos que ela apresenta algumas limitações, destacaríamos aqui três. Primeira, ela tende a compreender a mobilidade dos trabalhadores com uma direção única, ou seja, das regiões de populações camponesas para áreas de assalariamento agrícola ou urbano. Vários estudos ressaltam a heterogeneidade dos movimentos migratórios em termos de duração – tempo, grupos que migram, direções, tipos<sup>11</sup>. Segunda, se de um lado, a mobilidade da força de trabalho se explica pelos processos de expropriação e exploração da força de trabalho, de outro lado, pode, também, ser uma estratégia que viabiliza as condições de reprodução social da família, como demonstram os estudos de

---

<sup>9</sup> Harvey (2005, p.118).

<sup>10</sup> A visão de Harvey (2005), aproxima-se da tese defendida por Claude Meillassoux (1977) na década de 1970 sobre as conexões entre a comunidade doméstica em países coloniais e o imperialismo como um modo de reprodução de mão-de-obra barata. Um argumento semelhante é apresentado por Michel Burawoy (1976: 1052) quando analisa as funções e reproduções do trabalho migrante com base em estudos do Sul da África e dos Estados Unidos. O sistema de trabalho migrante é definido pela separação geográfica dos processos de manutenção e de renovação da força de trabalho: “Assim, para os migrantes mexicanos, os processos de renovação da força de trabalho são organizados sob o estado Mexicano na economia mexicana e aqueles de manutenção nos Estados Unidos, embora o grupo de parentesco se mantém como uma unidade única coesa apesar de sua diferenciação interna. O que interessa neste artigo é que as atividades de manutenção e renovação são separadas”. O caso da migração mexicana para os Estados Unidos se refere à relação entre dois Estado-nação. No entanto, o que pode ser retido como elemento de comparação com o caso da migração temporária de grupos camponeses para safras agrícolas ou para cidades no Brasil é o fato de que a unidade onde se realiza a renovação da força de trabalho é a família camponesa.

<sup>11</sup> Garcia Jr. (1989), Silva (1992, 2005) e Menezes (2002).

Garcia Jr,<sup>12</sup> Woortmann<sup>13</sup> e Menezes.<sup>14</sup> Terceiro, Harvey<sup>15</sup> utiliza a noção de “reservas latentes” entre aspas, indicando que é um termo que merece problematização. Na literatura brasileira, as migrações de áreas rurais da região nordeste ou para áreas de agricultura camponesa são, com frequência, designadas como “reservas de mão de obra”, ou “viveiros de mão de obra”.<sup>16</sup> Essa noção tende a reduzir os espaços sociais dos migrantes à meros locais de fornecimento de mão-de-obra que estão totalmente submetidos à dinâmica dos processos de acumulação capitalista. Embora, diversos setores econômicos agrícolas, como as usinas de cana de açúcar, de serviços e industriais se beneficiem da existência disponível de mão-de-obra em regiões rurais, essas não são apenas “viveiros de mão de obra”, mas se caracterizam por sistemas sócio-produtivos próprios e categorias sociais que têm historicamente tem se utilizado de diversas estratégias na família ou através de diversas formas organizativas políticas – associações, sindicatos, movimentos sociais - para construir as suas condições de reprodução e transformação social como os pequenos proprietários, ex-moradores, rendeiros, foreiros.

Pretendemos, neste artigo, elaborar alguns reflexões sobre a migração temporária de homens em famílias de camponeses do Sertão de Cajazeiras, Estado da Paraíba, os quais se deslocam todos os anos para trabalhar em usinas de cana de açúcar do Estado de São Paulo. A questão a examinar é em que medida o trabalho temporário dos homens do Sertão Paraibano em usinas de cana de açúcar do Estado de São Paulo, viabiliza as condições de reprodução da família no seu duplo sentido, do atendimento às necessidades de consumo e da possibilidade de manutenção da condição camponesa, especialmente, através da aquisição de terra ou compra de equipamentos, melhora da infra-estrutura, compra de animais.

#### 1) Expropriação no sertão Paraibano e migrações temporárias

As relações sociais no Sertão Paraibano se caracterizavam pelo chamado “sistema produtivo tradicional baseado no consorciamento do algodão arbóreo (mocó), o milho e o feijão de corda ou macassar”<sup>17</sup>. Os pequenos proprietários, que não tinham

---

<sup>12</sup> Garcia Jr (1989).

<sup>13</sup> Woortmann (1990).

<sup>14</sup> Menezes (1985, 2002).

<sup>15</sup> Harvey (2005).

<sup>16</sup> Brito (2009).

<sup>17</sup> Andrade (1980), Alves (1978, p. 2), Menezes (1985) e Woortmann (1995).

capital para se tornarem criadores, dependiam da comercialização do algodão para garantir a parte monetária de sua subsistência. A decadência do algodão em princípios da década de 1980 e a expansão da pecuária geraram um processo de expropriação dos pequenos proprietários e expulsão dos moradores, que, na sua maioria, foram morar nas pontas de rua dos pequenos municípios do sertão Paraibano. Dada a precariedade das alternativas locais, alguns membros da família migraram como estratégia de sobrevivência para localidades onde existia a possibilidade de emprego. Nas décadas de 1970 e 1980, o destino mais importante era São Paulo, mas, havia, também, migração para Brasília. Expropriados das condições de trabalho na terra, enfrentaram, também, nas cidades, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, condições de trabalho e moradia que se deterioraram, como indicam várias análises de demógrafos e geógrafos. Desde meados de 1980, há uma desaceleração da migração da região Nordeste em direção à região sudeste desde meados da década de 1980 e começa a ganhar visibilidade a migração de trabalhadores do sertão paraibano para trabalharem no corte de cana em usinas do Estado de São Paulo.<sup>18</sup> Essa rota migratória se intensifica na década de 1990, se constituindo como uma alternativa de emprego efetiva para milhares de homens, principalmente jovens, com pouca escolaridade e provenientes de áreas rurais do Estado de Minas Gerais e região Nordeste,

Muitos autores identificam que a reestruturação bem como a expansão do setor sucro-alcooleiro no interior paulista, que vinha se consolidando desde a década de setenta, contribuiu para um re-direcionamento das correntes migratórias do Estado da Paraíba.<sup>19</sup> Até início da década de 1990 predominavam os mineiros e baianos, mas esses foram cedendo lugar para trabalhadores migrantes provenientes dos estados de Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Piauí. No caso do Estado da Paraíba, além da clássica migração para regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e das migrações sazonais das regiões Agreste e Brejo Paraibano para as usinas da Zona da Mata na Paraíba e no Estado de Pernambuco; as migrações temporárias do Sertão Paraibano para a região canavieira de São Paulo começam a ter visibilidade e ganhar importância desde meados da década de 1990. Nos termos de Fausto Brito, poderíamos dizer que as migrações temporárias do Sertão Paraibano para as usinas do Estado de São Paulo expressam uma trajetória migratória dominante em substituição a trajetória em

---

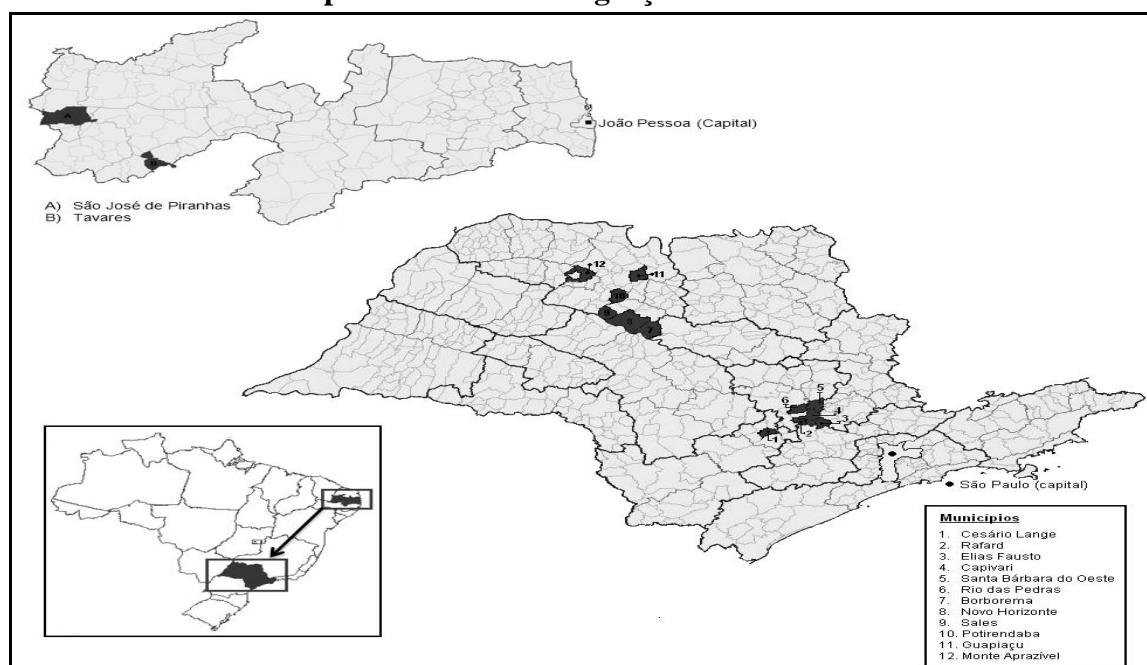
<sup>18</sup> Brito (2009).

<sup>19</sup> Novaes (2007), Alves (2007) e Silva (2007).

direção às áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro nas décadas de 1930 a 1980.<sup>20</sup>

Não há estatísticas sobre a migração temporária, por isso, nossos dados resultam de 200 questionários aplicados com migrantes e arregimentadores no município de São José de Piranhas, Sertão de Cajazeiras, em fevereiro de 2008, entrevistas semi-estruturadas e levantamento em documentos dos sindicatos de trabalhadores rurais. Identificamos que em 2010, cerca de 1500 homens, se deslocaram para os canaviais paulistas. Considerando a população rural do município, que de acordo como o censo do IBGE de 2010, era de 18.301 habitantes, a quantidade de 1500 homens representa 18% da população rural. A grande maioria dos trabalhadores migrantes se encontra na faixa etária dos 20 aos 39 anos, assim, os 1500 migrantes representam 58% dos homens nessa faixa de idade, já que segundo o IBGE existem 2561 homens entre 20-39 anos em São José de Piranhas. Os principais municípios no Estado de São Paulo que recebem os trabalhadores migrantes dos municípios de São Jose de Piranhas e Tavares, Estado da Paraíba são: Cesário Lange, Rafard, Capivari, Santa Barbara D'Oeste, Rio das Pedras, Novo Horizonte, Sales, Potirendaba,

**Mapa 1 Destinos da Migração**



A seleção e arregimentação é realizada por uma rede de agentes – arregimentadores, empreiteiros e turmeiros - que atuam de forma conectada para viabilizar as diversas fases de seleção e contratação dos trabalhadores migrantes. Os

<sup>20</sup> Fausto Brito (2009).

mecanismos de controle começam a se fazer presente já no momento da classificação e seleção dos corpos aptos e inaptos, isto é, dos que podem e dos que não podem cortar cana-de-açúcar. Neste sentido ganha relevo a estratégia das usinas que cada vez mais têm se utilizado de arregimentadores dos locais de moradia dos migrantes para realizarem uma espécie de “primeira triagem” dos trabalhadores.<sup>21</sup>

Tais arregimentadores são antigos cortadores de cana-de-açúcar, eles são, portanto, conhecedores do ofício, que conquistaram a confiança de fiscais e de outros funcionários da Usina. Em pesquisa sobre os arregimentadores que levam trabalhadores da Região Agreste para a Zona da Mata Pernambucana, um dos gerentes da Usina São José nos relatou: “o arregimentador faz a ligação entre capital e trabalho”.<sup>22</sup> Os arregimentadores ou agenciadores de mão de obra assumem várias faces. Há em primeiro lugar o cortador de cana-de-açúcar, que, sem abandonar o seu ofício, é anualmente incumbido da tarefa de arrumar outros trabalhadores, em seu local de origem. Um segundo tipo de arregimentador é aquele que, embora já tenha sido cortador de cana-de-açúcar, não exerce mais este ofício, dedicando-se inteiramente a função de arregimentar os trabalhadores para cada safra. Em geral são responsáveis por turmas de 50 trabalhadores cada. Os arregimentadores, em geral, contam com a colaboração dos informantes. Diferente do arregimentador, o informante é apenas um trabalhador, geralmente cortador de cana-de-açúcar, que já parte da lista do arregimentador ou que tem irmãos e/ou amigos nesta lista. Geralmente ele nada recebe pelas informações disponibilizadas, as quais são utilizadas, sobretudo, visando inserir algum parente ou conhecido na rede.

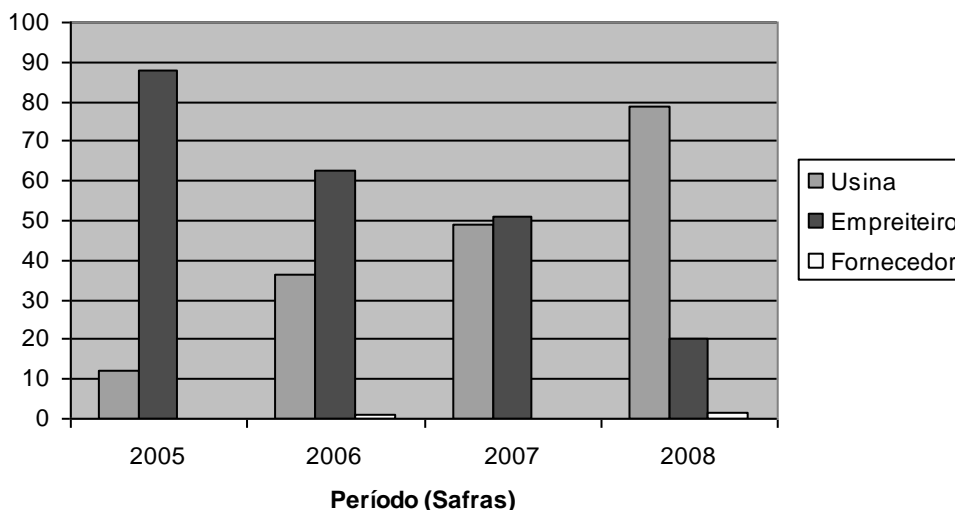
O trabalhador pode ser contratado diretamente pela usina/fornecedor ou por alguma empresa terceirizada ou por empreiteiros. Eles devem contratar o trabalhador em seu local de origem, além de providenciar transporte para o local de destino e deste para a origem no final da safra. Deve também providenciar moradia e alimentação segundo os parâmetros legais. Segue abaixo o Gráfico 01 que mostra as formas de contratação:

---

<sup>21</sup> Menezes e Silva (2008).

<sup>22</sup> Menezes (2002, p.129).

Gráfico 01 – Evolução nas formas de contratação

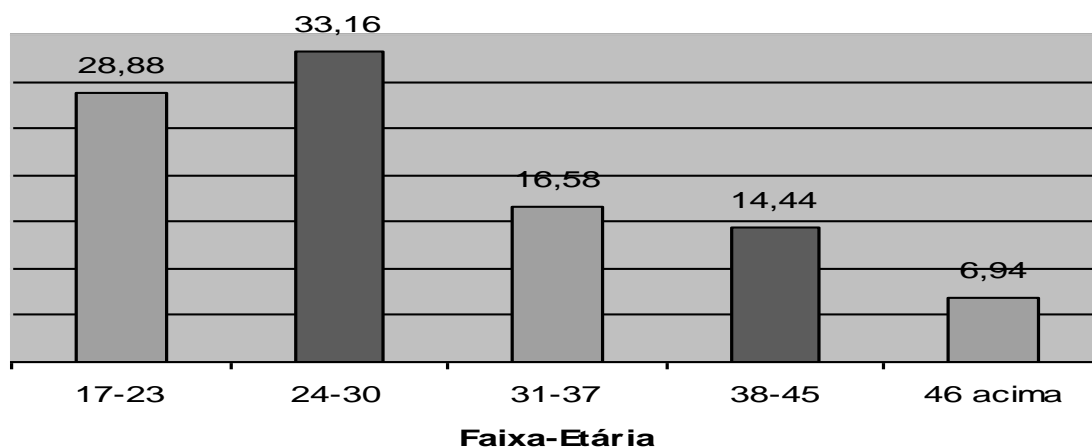


Fonte: Pesquisa direta, 2008.

Conforme demonstrado no Gráfico 01, entre 2005 e 2008, houve uma mudança significativa no empregador, passando da dominância do empreiteiro para a contratação direta pela usina. Isso se explica pelo avanço da fiscalização do Ministério do trabalho e das ações da procuradoria do Trabalho no sentido do combate à terceirização.

## 2) Perfil dos trabalhadores migrantes: idade e escolaridade

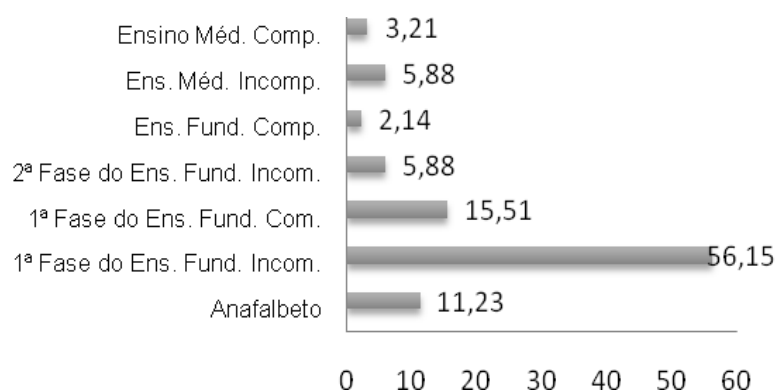
Quanto ao perfil, embora a idade não seja um critério explícito na seleção dos trabalhadores, a grande maioria dos trabalhadores selecionados e contratados são jovens na faixa etária de 18 a 30 anos, como mostra o gráfico abaixo:



Conforme mostra o gráfico acima, entre 200 questionários aplicados, em São José de Piranhas, e identificamos que 61,94% dos trabalhadores migrantes tinham entre 18 e 30 anos,. Isso identifica com evidência que os trabalhadores migrantes paraibanos contratados em usinas do Estado de São de Paulo são majoritariamente jovens, o que confirma pesquisas realizadas no Maranhão e Piauí. Carneiro *et all* traz dados em sua pesquisa com migrantes do Maranhão que mostram o percentual de entrevistados com idades de 15 a 29 anos de 66,5% da amostra;<sup>23</sup> Novaes conclui que 64,2% são de trabalhadores jovens.<sup>24</sup> Trata-se, pois, de um número significativo de jovens que geram sonhos e constróem possibilidades de vida através do trabalho extenuante e degradante nos canaviais.

Os trabalhadores geralmente migram para o corte de cana em São Paulo entre os meses de abril, quando começa a safra, retornando em dezembro, passando em média 09 meses no trabalho no corte de cana. Como o período da safra do corte de cana não é compatível com o calendário escolar, os jovens que estão freqüentando escola, são obrigados a interromper os estudos em favor da necessidade de trabalho. O gráfico 3 mostra o nível de escolaridade dos trabalhadores entrevistados.

**Gráfico 3 - Nível de Escolaridade São José de Piranhas 2008**



Fonte: Pesquisa direta, 2008.

<sup>23</sup> Carneiro et al. (2007).

<sup>24</sup> Novaes (2007).



Os migrantes são de baixa escolaridade, sendo que 11,23% são analfabetos e 56,15% não concluíram a primeira fase do ensino fundamental, apenas 15,51% concluíram a primeira fase do ensino fundamental. Uma pequena minoria, 3,21%, tem o ensino médio concluído.

Um jovem de idade 23 anos, morador do município de São José de Piranhas, relata que migra para o corte de cana há três anos consecutivos, teve que interromper os estudos, o pai foi cortador de cana durante 13 anos e sua mãe professora do município. Segundo o desejo da mãe, ele não deveria sair para trabalhar no corte de cana, mas continuar na escola. Ele diz: “Tenho sonho de entrar na universidade e ser advogado”.

Os jovens são conhecedores das dificuldades de obter emprego com a escolaridade baixa e o trabalho nas usinas, além de não exigir níveis de escolaridade, é uma opção de trabalho com admissão praticamente certa. Um deles nos respondeu que “a cana é negócio certo e os outros serviços, o cara tem que procurar. Aqui já viaja tudo acertado”. A certeza de admissão proporcionada pelos arregimentadores locais e pelos contatos com turmeiros e empreiteiros das usinas em São Paulo, se associa à necessidade de conseguir viabilizar um emprego e uma renda para atender suas necessidades e da família.

O pouco capital cultural adquirido não lhes facilita a conquista dos escassos empregos no próprio local, visto que “tudo agora é concurso”, nem, também, o acesso ao emprego urbano nas metrópoles do sudeste. O perfil dos migrantes, portanto, é de uma escolaridade baixa, eles não ultrapassam o ensino fundamental. Esses dados confirmam que a necessidade de migrar em geral leva à interrupção dos estudos. Essa condição do jovem trabalhador migrante também é verificada em outros estados do Brasil, como é o caso do estudo realizado por Stropasolas em Santa Catarina.<sup>25</sup> Marques e Malagodi identificam que há, por parte dos rapazes, uma menor disponibilidade para o estudo, o que não significa que eles não desejam estudar, mas que a frequência à escola confronta com a necessidade de ter um trabalho para prover suas necessidades de modo a conquistar autonomia em relação aos pais.<sup>26</sup> Em algumas entrevistas que fizemos pudemos escutar dos rapazes a expressão “não tenho cabeça para o estudo não” e “meu negócio é trabalhar”. Não ter cabeça no sentido atribuído pelos jovens refere-se à falta de paciência e estímulo para manter-se na escola por nove

---

<sup>25</sup> Stropasolas (2006).

<sup>26</sup> Marques & Malagodi (2007).

ou mais anos estudando disciplinas difíceis, muitas vezes desconectadas do seu contexto e nem sempre resultando em uma qualificação para o mercado de trabalho. Não significa, contudo, que eles não reconheçam que o estudo seja uma possibilidade de realizar os seus projetos de vida, de conseguir um bom emprego, inclusive com melhores salários e condições de trabalho menos insalubres. Mas, boa parte dos jovens que entrevistamos consideram que o estudo é um investimento para muitos anos e as necessidades não esperam.

### 3) *Os usos do salário ganho nas usinas: consumo e investimentos*

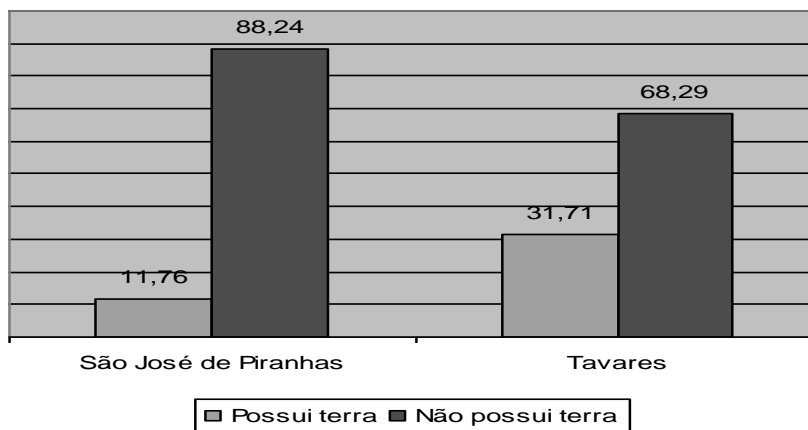
A safra de cana nas usinas em São Paulo tem se expandido, atingindo em 2008 o período de nove meses, ou seja, os migrantes deixam suas localidades em março, abril e só retornam em dezembro, sendo que, muitos passam o natal na estrada. Este fato provoca transformações no que vinha sendo observado como “o tempo da migração para trabalhar no corte de cana” que era regido pelo período da safra agrícola, isto é, a migração dava-se no período de entressafra de suas regiões. Ora, a extensão do período de safra nas usinas paulistas não apenas faz com que os homens estejam ausentes de suas localidades a maior parte do tempo, mas transforma a sua inserção produtiva em suas localidades. Quando retornam estão tão exauridos do trabalho extenuante nas usinas, que os meses que ficam em casa são, na sua maior parte, para repor a energia gasta no corte de cana. Além disso, o período que estão em casa coincide com o pico do verão, que, no Sertão Paraibano, é caracterizado pela ausência de chuvas. Assim, não é possível preparar o plantio nesse período, apenas realizar atividades de recuperação e construção de cerca, construção de casas, cisternas, etc.

Assim, o que temos observado é que as atividades agrícolas: plantio – limpa – colheita - é realizado pelos membros que ficam, com destaque para a responsabilidade que recai sobre os ombros da mulheres que além do trabalho doméstico, cuidados dos filhos menores, também, tem que se dedicar às atividades agrícolas e cuidado dos animais. Como demonstra o gráfico 4, a grande maioria das famílias não possui terra, – 88,24% em São José de Piranhas e 68,29% em Tavares, região estudada por Silva.<sup>27</sup> cultivam seus roçados em pequenas pedaços de terra cedidos por familiares, ou por médios e grandes proprietários em sistema de parceria ou arrendamento.

---

<sup>27</sup> Silva (2011).

Gráfico 4: Situação da propriedade da terra

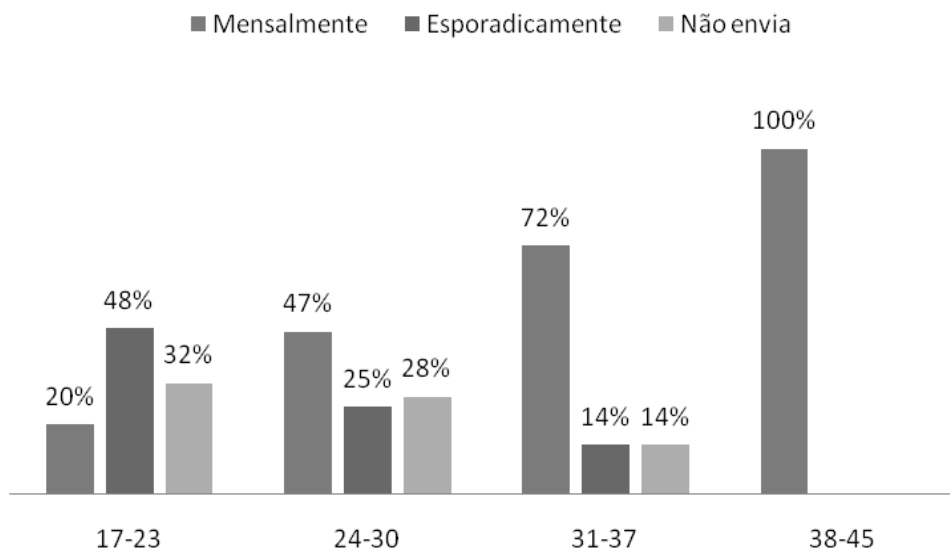


Fonte: Pesquisa direta, 2009.

A renda ganha através do trabalho assalariado dos homens – chefes de família e filhos – em usinas de cana de açúcar– têm se constituído na principal fonte de renda monetária da família. Nesse sentido, entendemos que, se de um lado, a migração dos trabalhadores se explica pelos processos de expropriação demonstrado pelo insuficiente acesso à terra, variações climáticas, bem como pela ausência de políticas públicas, de outro lado, tem viabilizado o atendimento das necessidades de consumo da família bem como pequenos investimentos.

O tempo que passam trabalhando nas usinas, cerca de oito a nove meses, os migrantes costumam enviar recursos financeiros para as famílias em seus locais de origem. A frequência do envio varia de acordo com a idade, o que tem uma certa correspondência com o estado civil:

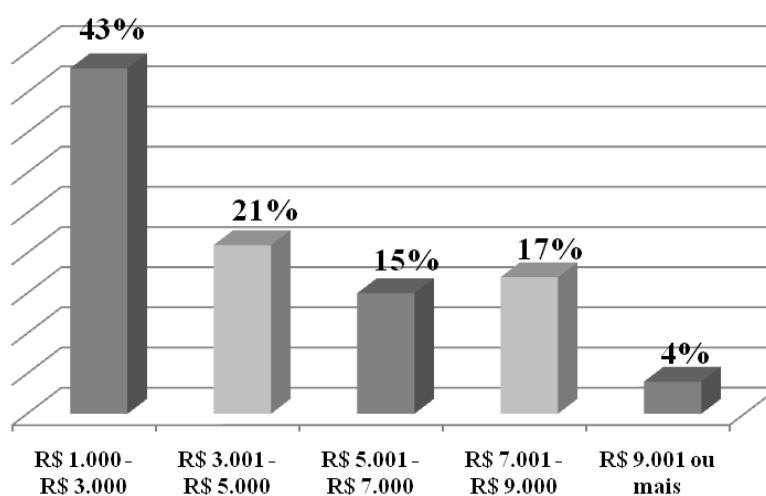
Gráfico 05 - Frequência de envio de dinheiro para a família



Fonte: Pesquisa direta, 2009.

Como o gráfico mostra, aumenta a frequência mensal é importante a partir dos 30 anos de idade. O esforço para poupar uma parte do salário a cada mês é recorrente entre a maioria dos trabalhadores. Assim, conseguem trazer uma certa quantia em dinheiro quando retornam às suas localidades, como nos demonstra o gráfico abaixo

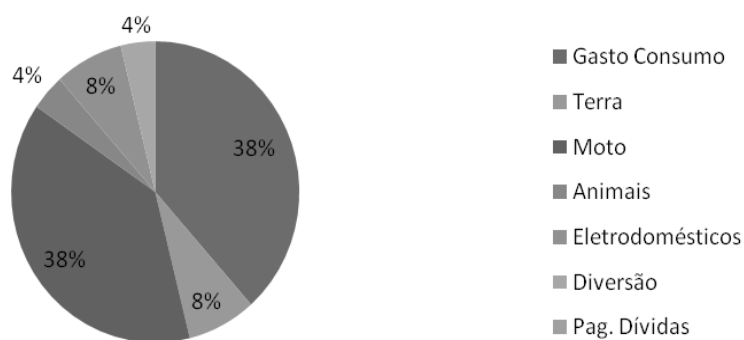
Gráfico 06 – Quanto trazem de dinheiro para a Paraíba



Fonte: Pesquisa direta, 2009

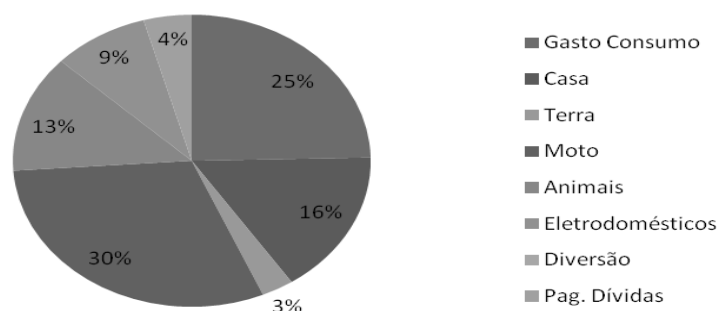
No que se refere à distribuição de renda com relação a idade e estado civil, verificamos que os homens solteiros conseguem economizar mais dinheiro que os casados no período que estão em São Paulo, já que não precisam mandar periodicamente uma quantia em dinheiro para família. Um cortador de cana de 49 anos, casado, não conseguiu economizar nada por mês durante o período da safra, só trouxe para a família R\$ 2.050,00 referente ao acerto de contas ao término do contrato de safra. Essa quantia foi utilizada para pagamento de dívidas. Já o cortador de cana de 28 anos, solteiro, economiza por mês em São Paulo 700 reais, trazendo no final da safra para Paraíba 4.000 reais, utilizados na compra de uma moto, bens de consumo e tratamento dentário. Portanto, os interesses são diversos e estão relacionados com a faixa etária, estado civil, e avaliação sobre itens necessários de consumo ou investimento. Assim, com o salário ganho no corte de cana, os trabalhadores migrantes, além de ajudar a família, conseguem satisfazer necessidades pessoais, que para o jovem seria um passo para conquista de sua autonomia. Os gráficos 07 e 08 mostram a diferença dos usos do salário trazido das usinas entre solteiros e casados.

Gráfico 07 – Distribuição de renda dos homens solteiros



Fonte: Dados da pesquisa direta, 2009

Gráfico 08 – Distribuição de renda para homens casados



Fonte: Pesquisa direta, 2009.

Como vimos, entre os solteiros o uso da renda é principalmente com consumo e compra de moto, mas, também, há alguns que investem em terra. Já para os casados, os gastos com consumo e moto são menores do que os solteiros e os investimentos na casa assume uma proporção significativa, com aplicação de 16% da renda trazida do trabalho nas usinas.

O trabalho no corte de cana, embora seja um trabalho degradante e de alta exploração, conforme já demonstrado em inúmeros estudos, tem se constituído em uma forma de renda de famílias de áreas rurais do Sertão Paraibano caracterizadas por processos de expropriação. Com o salário ganho no corte da cana, os homens, solteiros e casados, além de suprir necessidades individuais e familiares, conseguem investir na compra de terra, casa, animais, meios de transporte etc.

Analisando os dados de usos do salário, verificamos que os gastos em consumo, compra de eletrodomésticos e moto absorvem a maior fatia da renda dos trabalhadores migrantes. Embora o investimento em terra seja pequeno, observamos que, entre os casados, os gastos com a construção e reforma da casa ocupa o segundo lugar. A relevância do gasto com consumo se justifica, de um lado, pelo nível de expropriação em que vivem essas famílias e sua dependência da renda monetária e, de outro lado, pelos baixíssimos salários que ganham nas usinas.. Em outros termos, os usos da renda ganha nas usinas, preponderantemente para consumo, afirma as conexões entre os processos de expropriação enquanto camponeses e exploração enquanto trabalhadores nas usinas de cana de açúcar.

Embora o consumo seja relevante, há duas ressalvas a considerar. Primeira, a partir de nossas entrevistas e conversas informais, observamos que há um desejo de compra de terra e animais tanto entre os solteiros quanto entre os casados. Os que conseguem comprar terra, animais e motos, em geral, são aqueles que retornam da safra com valores monetários maiores, em geral, decorrente de alta produtividade. Assim, a possibilidade de investimento é conseguida às custas de uma auto-exploração intensa do trabalhador migrante que tenta alcançar os níveis máximos de produtividade, arriscando, com frequência, sua saúde e a própria vida. Segundo, é relevante o investimento na casa, seja através da compra, construção ou reforma. Isso identifica a estratégia

econômica e simbólica dos trabalhadores migrantes de permanecer nas suas localidades – sítios, distritos rurais, bairros dos pequenos municípios onde residem.

### **Algumas idéias inconclusivas**

Se de um lado, a mobilidade dos camponeses em busca de trabalho se explica pelos processos de expropriação e exploração da sociedade capitalista, de outro lado, também, é uma estratégia da família de face às suas condições de expropriação, como demonstram os estudos de Garcia Jr,<sup>28</sup> Woortmann<sup>29</sup> e Menezes.<sup>30</sup> No entanto, no caso dos trabalhadores migrantes em usinas de cana de açúcar, o trabalho assalariado não mais tem permitido conquistar as condições para a transformação de sua reprodução social, seja reconstituindo a condição camponesa ou outras formas autônomas de trabalho, como identificaram os estudos de Garcia Jr.,<sup>31</sup> Woortmann<sup>32</sup> e nossas pesquisas anteriores para categorias de campesinato na região Nordeste nas décadas de 1970 a 1990.<sup>33</sup> Assim, os processos de expropriação e exploração vivenciados pelos trabalhadores migrantes em usinas de cana de açúcar no Estado de São Paulo indicam que a reprodução da condição camponesa fundamentada na associação entre terra, trabalho e família nas suas localidades, ou seja, os pequenos municípios do Sertão Paraibano, não está se concretizando para a maioria das famílias.

Embora sejam trabalhadores permanentemente temporários, cujas vidas são compassadas por espaços sociais e tempos diversos, a casa, ao afirmar o pertencimento à localidade e às redes de relações sociais, simboliza um projeto de ficar. O estudo realizado por Garcia na região do Brejo Paraibano identificava que a aquisição da casa própria era um passo essencial na emancipação dos moradores.<sup>34</sup> A compra de terra ou casa tem um significado material e simbólico na trajetória social de camponeses das Regiões do Agreste, Brejo e Sertão do Estado da Paraíba, conforme verificamos em estudos anteriores.<sup>35</sup>

O recente estudo de Nogueira também discute a centralidade da casa na conformação de uma territorialidade camponesa.<sup>36</sup> Ao analisar as migrações de

---

<sup>28</sup> Garcia Jr (1992).

<sup>29</sup> Woortmann (1990).

<sup>30</sup> Menezes (1985, 2002).

<sup>31</sup> Garcia Jr. (1989).

<sup>32</sup> Woortmann (1990).

<sup>33</sup> Menezes (1985, 2002).

<sup>34</sup> Garcia (1989, p.14).

<sup>35</sup> Menezes (1985, 2002).

<sup>36</sup> Nogueira (2010).

camponeses de Aracatu/BA para os cafezais paulistas, assinala que “migra-se para casar, ou seja, para conseguir recursos para construir uma nova casa para morar um novo casal”.<sup>37</sup> Nogueira, também, a partir do estudo das trajetórias de famílias que migram todos os anos para a colheita do café em São Paulo, questiona a tese da relação entre a prática migratória e reprodução das famílias e conclui:

“Diante do exposto proponho deixarmos de lado a tese da “migração” como estratégia de reprodução de um modo de vida camponês, que requer um trabalho familiar numa terra familiar, e passemos a entendê-la como estratégia de reprodução da “casa” camponesa. Um domínio material e simbólico materializado nos locais de moradia, e lugar de referência e centralidade das relações familiares”.<sup>38</sup>

Embora, as migrações temporárias de trabalhadores não tem permitido conquistar as condições para a transformação de suas condições em termos de uma reprodução camponesa ou outras formas autônomas de trabalho como comércio, as práticas econômicas dos trabalhadores e suas famílias – mulheres, filhos (as) indicam estratégias que buscam viabilizar a permanência nas suas localidades – os sítios, os distritos rurais e as áreas urbanas dos pequenos municípios do sertão. A compra de terra ou casa tem um significado material e simbólico na trajetória social de camponeses das Regiões do Agreste, Brejo e Sertão do Estado da Paraíba, conforme verificamos em estudos anteriores.<sup>39</sup> O estudo realizado por Garcia na região do Brejo Paraibano identificava que a aquisição da casa própria era um passo essencial na emancipação dos moradores.<sup>40</sup>

A casa como espaço da família representa um símbolo importante de construção de um *projeto de vida* nas suas localidades. Esse projeto, na maioria das vezes, é vivenciado como sonho, utopia, ou que nunca se alcança, mas é tecido pelas armas possíveis, ou nos termos de James Scott, com as “armas dos fracos”<sup>41</sup>, para escapar das condições de expropriação, exploração e dominação em que vivem seja no sertão paraibano seja nos canaviais paulistas. A casa, assim, se constitui, em um dos ancoradouros em que se apóiam os trabalhadores e suas famílias para tratarem suas experiências de expropriações, explorações, sofrimento, desrespeito, indignidade

---

<sup>37</sup> Id. *ibid.*, p. 222.

<sup>38</sup> Id. *ibid.*, p. 218.

<sup>39</sup> Menezes (1985, 2002).

<sup>40</sup> Garcia (1989, p. 14).

<sup>41</sup> Scott (1985, 1990).



humana, ausência de direitos, que vivenciam seja no sertão paraibano seja nos canaviais paulistas.

As análises que priorizam as condições econômicas das localidades de origem dos trabalhadores migrantes tendem a classificá-las como viveiros ou reservatórios de mão-de-obra. As práticas econômicas e simbólicas dos homens trabalhadores migrantes e de suas famílias – mulheres, filhos e filhas, indicam que suas localidades, embora expropriadas economicamente, são territórios<sup>42</sup> tecidos por projetos de vida em que a família, a casa, as relações de parentesco e de vizinhança continuam atuando como referências de ordenamento econômico e simbólico.

## Referências

ALMEIDA, G. M. R. de; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, XXVIII, 2011, Recife. UFPE.

ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. NOVAES, J.R.; ALVES, F. (Org.). São Carlos: EdUFSCAR, 2007. p. 21 -54.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 20 p. (Textos para discussão, n. 366). BURAWOY, M. The functions and reproduction of migrant labour: comparative material from Southern Africa and the United States. In: **American Journal of Sociology**, v. 81, n. 5, 1976.

CARNEIRO, M. S.; MARINHO, A. S. K. Migração, estrutura agrária e redes sociais. In: **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. NOVAES, J.R.; ALVES, F. (Org.). São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

DURHAN, E. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GARCIA Jr, A. R.; HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, A.

---

<sup>42</sup> Para uma análise mais detalhada sobre a noção de território aplicado às práticas migratórias, ver Almeida e Baeninger (2011), Menezes (2011), Nogueira, (2010) e Tarrius (1996).

(Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. v. II. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD/MDA, 2009. p. 213-244.

GARCIA Jr., A. R. **O Sul - caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: EDUNB, 1989.

GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. v. II. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD/MDA, 2009.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e mudança social**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

LOPES, J. R. B. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1971.

MARQUES, F. R. S.; MALAGODI, E. A. e MENEZES, M. A. Juventude em assentamentos de reforma agrária: trajetórias e experiências coletivas. In: CARNEIRO, M. J.; GUARANÁ, E. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 197-214.

MEILLASSOUX, C. **Mujeres, graneros y capitales**. México: Siglo XXI, 1977.

MENEZES, M. A. **Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba: migração, família e reprodução da força-de-trabalho**. 1985. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

MENEZES, M. A.; SILVA, M. S. **Trabalhadores migrantes em usinas de cana de açúcar: recrutamento e redes sociais**. Trabalho apresentado ao Simpósio Mobilidade e Construções Identitárias: experiências da África do Sul e do Brasil, 2008, Campinas.

MENEZES, M. A. **Migrações e Mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos**. Trabalho apresentado ao I Seminário Migrações e Cultura: implicações passadas, presentes e futuras, set. 2011, Marília.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: Ed.UFPB, 2002.

NOGUEIRA, V. S. **Sair pelo mundo**: a conformação de uma territorialidade camponesa. 2010. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

NOVAES, J. R. P. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. In: **Migrantes**: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). NOVAES, J.R.; ALVES, F. (Org.). São Carlos: EdUFSCAR, 2007. p. 87-118.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. Seleções CEBRAP I, 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

QUESNEL, A. El concepto de archipiélago: una aproximación al estudio de la movilidad de la población y a la construcción de lugares y espacios de vida. In: FLORES, S. M. L. (Coord.). **Migraciones de trabajo y movilidad territorial**. México: CONACYT e Porrúa, 2010. p. 19-46.

SCOTT, J. C. **Weapons of the weak**: everyday forms of peasant resistance. Massachusetts: Yale University, 1985.

SCOTT, J. C. **Domination and the arts of resistance**: hidden transcripts. New Haven and London: Yale University Press, 1990.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas de resistência camponesa. Tradução de Marilda Aparecida de Menezes; Lemuel Guerra. In: **Raízes**, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SILVA, M A. M. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMATINI, Z. B. F.; TRUZZI, O. (Org.). **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Paulo: Edufscar, 2005. p. 53-86.

SILVA, M. A. M & MENEZES, M. A. **Migrações rurais no Brasil**: velhas e novas questões. 2006. Mimeografado.

SILVA, M. A. M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SILVA, M. A. M. Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, VIII, 1992. **Anais...** ABEP, v. 3, p. 161-77, 1992.

SILVA, M. S. **Trabalhadores migrantes paraibanos no cotidiano dos canaviais paulistas**: recrutamento, trabalho e sociabilidades. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

SILVA, M. S. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel**: migrações e as identidades da juventude rural. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006. Mimeografado.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia política da urbanização**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants. In: **Annales de la Recherche Urbaine**, n. 59/60, 1996. Disponível em: <<http://libertaire.free.fr/Tgv03.html>>.

WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, p.35-51, jan./jun. 1990.

**GT 04 – Trabalho agrícola, migração e mudanças tecnológicas na agricultura**

**Trabalho, Precarização, Migração e Recrutamento de Haitianos na Amazônia pela Agroindústria da Carne**

**Letícia Helena Mamed<sup>1</sup>**

**Resumo**

O paper discute alguns dos aspectos estruturais do processo de constituição do movimento internacional de haitianos pela Amazônia Ocidental (Estado do Acre), como a história de precarização desses trabalhadores, considerando sua origem e experiência rural, que sem condições de reprodução social digna na terra natal, são aliciados por redes de tráfico de pessoas e transportados até o Brasil, onde são recebidos e preparados como força de trabalho pelo Estado brasileiro, ação diretamente articulada ao recrutamento deles pela agroindústria da carne do Centro-Sul do país.

**Palavras-chaves:** Trabalho; Migração Haitiana; Agroindústria Brasileira.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob orientação do Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço. Bolsista do Programa Prodoutoral-Capes. Professora de Sociologia do Curso de Ciências Sociais e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Mundos do Trabalho na Amazônia (CNPq-UFAC), no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (UFAC). Correio eletrônico: leticiamamed@gmail.com.

## Introdução

O debate apresentado neste paper é um recorte da pesquisa de doutoramento em curso sobre o processo social de constituição do movimento internacional de trabalhadores haitianos na Amazônia Ocidental, iniciado em 2010 e estimado até maio de 2014 em mais de 20 mil, a experiência inédita do acampamento de imigrantes instalado no Estado do Acre, que recebe, abriga, alimenta e documenta essa força de trabalho, e as formas de inserção deles na agroindústria da carne no Centro-Sul do Brasil.

A hipótese central de investigação da pesquisa considera que os ajustes estruturais do capital se associam às metamorfoses do mundo do trabalho e aos deslocamentos compulsórios de contingentes de trabalhadores em busca de estratégias de sobrevivência além das fronteiras nacionais. Desse modo, partir do marco teórico-metodológico do marxismo, na perspectiva crítica do trabalho, seu objetivo primordial é compreender o significado sociológico do trânsito internacional desses trabalhadores, pretendendo situá-lo no terreno concreto do desenvolvimento do capital e suas desigualdades internacionais e regionais, e ao final revelar as formas particulares de exploração do trabalho combinadas à nova configuração da acumulação capitalista, em especial no contexto brasileiro.

A crescente importância das migrações internacionais no contexto da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) tem sido objeto de um número expressivo de debates políticos e contribuições acadêmicas, de caráter teórico e empírico, que atestam sua diversidade, significados e implicações. Independente do foco a ser priorizado, sejam as transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas ou culturais que se processam em âmbito internacional, o eixo de reflexão situa-se a principalmente a partir da década de 1980, com as mudanças advindas do processo de reestruturação produtiva (ALVES, 2000; HARVEY, 2002) e as novas modalidades de mobilidade do capital e da população em diferentes partes do mundo (CHOSSUDOVSKY, 2003; SASSEN, 1988).

No compasso da morfologia social do trabalho no capitalismo contemporâneo (ANTUNES, 2006, 2008, 2013) e do quadro atual de imigrações internacionais com referência ao Brasil (BAENINGER, 1996; PATARRA, 2005), é importante ressaltar que na década de 1980 teve início um movimento migratório com características diferenciadas em relação aos fluxos sucedidos entre o final do século XIX e início do XX, especialmente provenientes da Europa. Nas últimas três décadas, o ingresso de estrangeiros no Brasil tem sido marcado principalmente por grupos oriundos de contextos periféricos do capitalismo, compostos por latino-americanos, asiáticos, africanos, incluindo refugiados políticos de diferentes nacionalidades e em diversas circunstâncias.

Desse modo, esse novo perfil do imigrante do início do século XXI merece ser investigado porque representa a síntese de situações histórico-estruturais, ao mesmo tempo que evidencia as circunstâncias da atual sociabilidade capitalista. Assim, a pesquisa em desenvolvimento definiu como recorte empírico para análise a migração internacional de trabalhadores haitianos, oriundos da periferia do capitalismo mundial, que em circunstâncias de clandestinidade, aliciados por redes de tráfico de pessoas, aportam na região da Amazônia Ocidental (Estado do Acre), onde são recebidos e preparados pelo Estado brasileiro, e posteriormente recrutados para integrar a linha de produção da agroindústria da carne no Centro-Sul do Brasil.

Como parte integrante da “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2009), esse imigrante pobre e negro, caracterizado em sua maioria pela origem rural, com baixa ou nenhuma escolaridade, é impelido a fugir da sua terra natal por um conjunto de fatores estruturais, e tem sido direcionado ao Brasil, país no qual deposita sonhos e esperança de reconstrução de uma vida socialmente digna por meio do trabalho. Para discutir o recente fenômeno da imigração haitiana no Brasil e tentar identificar suas particularidades na conjuntura mais geral do capital, apresenta-se, a seguir, os seus principais contornos, a partir do mapeamento da precarização histórica do trabalhador haitiano, passando pela configuração das redes de tráfico de pessoas entre o Haiti e o Brasil, até o estabelecimento do acampamento de

imigrantes na Amazônia acreana, espaço de recrutamento de força de trabalho a baixo custo pelas empresas brasileiras do Centro-Sul do país.

### **1. Precarização estrutural e migração de trabalhadores haitianos**

A diáspora haitiana tem sido provocada por uma síntese de elementos econômicos, políticos e sociais, expressa em uma longa história de regimes escravocratas e ditaduras militares no país, conduzidos por colonizadores e imperialistas (HALLWARD, 2006). Inúmeras intervenções internacionais no país instauraram caos político, espoliação, extorsão, violência e um profundo abismo entre o Estado e o povo. Consequência direta disso, a comunidade haitiana vivendo fora do país é estimada entre 2 (MHAVE, 2012; PAUL, 2008) e 3 milhões (HAITIAN DIASPORA, 2011), entre eles profissionais de diversas áreas, escritores, artistas e intelectuais (SUTTER, 2010), o que tem levado a um esvaziamento considerável de seu capital humano e profissional.

No início do século XIX, como colônia mais produtiva do Novo Mundo, o Haiti proclamou sua independência da França e se tornou a primeira nação negra independente das Américas. Em 1804, com uma revolução protagonizada por escravos negros, que combinaram a questão nacional à sua inserção no sistema socioeconômico, o país foi pioneiro na abolição da escravatura e na implementação do sistema republicano de governo (GORENDER, 2004; JAMES, 2000). No entanto, por essa história de enfrentamento e resistência em face do explorador externo, ainda que nas condições mais adversas, com certa superação do estigma de inferiores, os haitianos continuam ainda hoje sendo enquadrados por sua tradição de luta (GALEANO, 2010).

No período pós-colonial, com a intensificação da pobreza e da miséria da população, em meio a uma constante instabilidade política, a intervenção norte-americana se justificou entre 1915 e 1934, quando o imperialismo nascente levou os Estados Unidos a considerarem toda a América Latina como sua zona de expansão natural e o Caribe como seu quintal (CASTOR, 2008). Essa intervenção foi sucedida pela dinastia Duvalier, que perdurou por quase sessenta anos, até o início da década de 1990, e correspondeu ao governo ditatorial de François Duvalier (1957-1971) e, em seguida, de seu filho, Jean-Claude Duvalier (1971-1986), conhecidos respectivamente como Papa e Baby-doc (DIEDERICH; AL BURT, 1986). A “papadocracia” representou a combinação de três vertentes: a política dos Estados Unidos para o Caribe, principalmente durante a Guerra Fria, com o repasse mensal de milhões de dólares pela CIA; um modelo econômico voltado à exportação de matérias-primas; e a implementação de um sistema de poder baseado na violência institucionalizada e no terrorismo de estado, aniquilando toda tentativa de oposição (CASTOR, 2008; LAFANTASIE, 1996).

Paralelo a esse contexto, os fluxos de haitianos para o exterior tornaram-se intensos a partir de meados do século XX. Na década de 1930, porém, já havia iniciado uma forte migração rural para o país vizinho – a República Dominicana –, com objetivo de atuação como mão de obra na lavoura açucareira (SILIÉ, 1998). A “fuga de cérebros” surgiu como problema social. Estima-se que por volta de 1969, existiam mais médicos haitianos em Montreal, no Canadá, do que no próprio Haiti (WATKINS, 2009). Na transição entre as décadas de 1970 e 1980, com o agravamento da crise econômica e a ampliação social da fome, em embarcações improvisadas, milhares de haitianos fugiram para os Estados Unidos e Cuba. Muitos outros se entregaram ao trabalho, em condições assemelhadas à escravidão, nas plantações de cana da República Dominicana. Entre 1950 e 1980, estima-se que 150 mil haitianos tenham tido esse destino no país vizinho. Nas décadas seguintes, o número chegou a 320 mil. Devido à superlotação dos necrotérios, os governos Duvalier chegaram a exportar

cadáveres para universidades norte-americanas, onde eram usados em estudos práticos de anatomia (UNIVERSIDADE, 2006). Assim, até o final da década de 1990, a imigração haitiana teve como destino principais os Estados Unidos e o Canadá, as Bahamas e também as áreas urbanas da República Dominicana (SILIÉ, 2002).

A administração Duvalier marcou profundamente o Haiti. Além da violência e da corrupção como características básicas, a taxa anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) era de 2,5% negativos na década de 1980, a inflação crescia todo ano em cerca de 8%, assim como o desemprego, que atingiu média de 30% da População Economicamente Ativa (PEA), e a isenção de impostos sobre as importações, que causou déficit de US\$ 200 milhões na balança comercial. Associado a isso estava o elemento da grande concentração de renda, com 67% das terras aráveis pertencendo a 1,15% da população e 1% desta mesma população recebendo 45% da riqueza produzida anualmente. Com sucessivas perdas de receita, a dívida externa do país chegou a US\$ 800 milhões no final do período. (RICHARD, 1989). Em 1986, a insatisfação popular se generalizou. Os levantes que eclodiram por todo o país e contribuíram para que Baby Doc abandonasse o Haiti e se refugiasse na França. A partir de então, a economia haitiana entrou em processo de recessão e a instabilidade política tomou conta do país. Projetada para 150 mil habitantes, a capital Porto Príncipe possuía 1,1 milhão de pessoas em 1989 e expressava a imagem do colapso do país: favelas dominam o espaço urbano, com esgotos a céu aberto, sem eletricidade e água potável, e nas ruas sem pavimentação as pessoas tentam sobreviver do comércio informal. O contexto favoreceu o crescimento da criminalidade, acompanhada do tráfico de drogas, que se tornou o sustento de muitas famílias, movimentando apenas em 1988, cerca de US\$ 500 milhões; UNIVERSIDADE, 2006).

Com a primeira experiência de eleições democráticas no país, em 1990, sob monitoramento internacional, foi eleito Jean-Bertrand Aristide (1991, 1994-1996, 2001-2004), ex-padre católico, partidário da teoria da libertação e crítico da política americana no país. Pouco meses depois de assumir o poder, foi deposto por um golpe de estado promovido por militares, com o apoio de setores importantes da elite nacional. O governo militar responsável pelo golpe nomeou um civil como primeiro-ministro e a partir de então os enfrentamentos cresceram significativamente, tanto no plano político quanto no social, agravados por um delicado quadro econômico. A deposição de Aristide motivou um verdadeiro êxodo em direção ao Canadá e à costa da Flórida, nos Estados Unidos, para onde numerosos contingentes de haitianos se dirigiram em precárias balsas. O relatório da organização *Human Rights Watch* estima que no período conturbado do golpe de deposição de Aristide, aproximadamente 100 mil haitianos conseguiram fugir e 300 mil foram exilados dentro do país, em razão do convênio formalizado em 1981 entre os governos Duvalier e Reagan, pelo qual os Estados Unidos repatriava refugiados haitianos que chegavam à terra americana (RELATÓRIO..., 1996).

Ante um quadro econômico e social agravado pela escalada de violência, de repressão e de abusos humanitários, com a falência das medidas políticas e diplomáticas da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), e sem que os mecanismos multilaterais de pressão econômica e comercial se fizessem valer, a intervenção militar até então operada no Haiti resultou no fato inédito de o presidente deposto ser recolocado no poder com a participação da comunidade internacional. Assim, no ano de 1994, com o aval da ONU, 20 mil soldados norte-americanos ocuparam o Haiti e reconduziram Aristide à presidência, sendo reeleito em 2000. Do seu discurso, entretanto, desapareceram as referências a grandes transformações sociais. Em 1995, lançou um amplo programa de privatizações, que resultou na aquisição das estatais por grandes empresas estrangeiras, sedimentando a expansão neoliberal no país (UNIVERSIDADE, 2006). Com a sua reeleição, em 2000, manteve a sua orientação neoliberal, que se manifestou, por exemplo, na construção



de uma zona franca em Ouanaminthe, no nordeste haitiano, com financiamento do Banco Mundial (BIRD). As empresas instadas a atuar na região são conhecidas por atos arbitrários e desrespeito ao direito sindical dos trabalhadores, que possuem jornadas superiores a 10 horas diárias, em condições embrutecedoras e ritmos frenéticos para receber o equivalente a menos de dois dólares por dia, e enfrentam dificuldades para se mobilizar ante o controle militar existente nas instalações da zona franca (DESROSIERS, 2014; LEMOINE, 2004).

Com o agravamento das situações de ordem econômica e social internas, desde o final de 2003 as manifestações contra Aristide se multiplicaram, até que em 2004 ele foi mais uma vez deposto por militares norte-americanos e o Haiti passou a ser conduzido por instituições internacionais. Do ponto de vista político oficial, o governo interino ficou a cargo de Gérard Latortue, que organizou eleições gerais em 2006, quando foi eleito o presidente René Préval, depois sucedido em 2010 por Michael Joseph Martelly. A ONU enviou cerca de 9 mil funcionários ao país, em grande parte militares, ao passo que o BIRD definiu as estratégias econômicas de curto e médio prazo, investindo milhões de dólares em projetos de zonas francas. Essa incisiva atuação das forças internacionais no Haiti foi fortalecida pela concepção e atuação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), que corresponde a oitava missão da ONU realizada no Haiti. Essa missão tinha sido definida para atuar por apenas seis meses, a partir de junho de 2004, mas vem sendo continuamente ampliada, estando hoje no seu décimo ano, sob liderança do Exército Brasileiro (MINUSTAH, 2009).

Desse modo, no bojo das reformas econômicas neoliberais implementadas em grande parte dos países da periferia capitalista, que restauraram padrões coloniais de exploração, a Minustah viabiliza as condições necessárias para que a política imperialista continue a ser aplicada no Haiti (HARVEY, 2004; SEGUY, 2010). Ao contrário da ajuda humanitária e da missão de paz que divulgam promover, discurso que foi reforçado após o terremoto ocorrido no país em 12 de janeiro de 2010, as tropas militares têm provido serviços de segurança para possibilitar condições de atuação privada e de cooperação governamental, em outras palavras, asseguram a implantação do projeto neoliberal debaixo de armas. Ao impedir a organização social e sindical, a presença militar no Haiti protege os interesses das empresas internacionais hoje atuantes no país, dentre as quais estão brasileiras do setor têxtil, construção civil e agroindústria (CHOSSUDOVSKY, 2013). Com a promessa de reconstrução econômica e social com geração de empregos, elas conduzem uma política para transformar o Haiti em um território composto por zonas francas controladas por maquiladoras, especialmente norte-americanas, que pagam, proporcionalmente, o menor salário do mundo (GLASS, 2004; SEGUY, 2014).

A economia haitiana concentra-se nas áreas alimentícia (grãos e carne), têxtil, siderúrgica (ferro e aço) e petroquímica (plástico e borracha). O contexto rural do Haiti, como todo o país, é muito pobre e concentra 65% da população total, formada em sua maioria por pequenos produtores familiares que vivem em condições sociais de extrema carência. Eles dispõem de pouca terra e não possuem titulação para seu uso. Em contrapartida, as políticas induzidas historicamente pelos Estados Unidos e organismos financeiros internacionais destruíram a capacidade produtiva do país, que em 1970 chegou a produzir 90% da sua demanda alimentar<sup>2</sup> (SADER et al., 2006). Na década de 1990, como parte das receitas do FMI

---

<sup>2</sup> Exemplo de intervenção internacional arbitrária na economia haitiana foi a determinação para o extermínio da produção de porcos do país em 1982. Após o surgimento da febre suína na República Dominicana, os Estados Unidos realizaram investigação na suinocultura do país vizinho. No Haiti, os porcos no vale de Artibonite estavam infectados, mas somente alguns morreram mostrando que o porco creole era mais resistente. Entretanto, com receio da ameaça de uma epidemia à indústria de porcos americana, 1,3 milhões de porcos creoles foram abatidos. Entre outros fatores, isso contribuiu para destruir a economia rural do Haiti, tendo em

para o tratamento da pobreza do Haiti, foi aplicada uma queda ainda maior dos salários já reduzidos e a reorientação da produção doméstica para os produtos agrícolas comerciais populares direcionados aos supermercados norte-americanos e a eliminação das tarifas de importação<sup>3</sup> (HALLWARD, 2006).

Como consequência dessas e de outras reformas econômicas correlatas, a produção agrícola no país caiu de cerca de 50% do PIB, no final da década de 1970, para apenas 25% no final dos anos 1990. Os organismos internacionais alegavam que o ajuste estrutural compensaria o colapso agrário com a expansão dos setores de indústria leve e de montagem (HALLWARD, 2006; VILLELA, 2012). No início da década de 1980, as empresas norte-americanas estabelecidas no Haiti, carentes de mão de obra, foram beneficiadas por essas intervenções políticas, que liberaram trabalhadores para as zonas francas e parques industriais (SEGUY, 2014b). Os salários mais baixos do hemisfério, sustentados pela quase proibição de sindicatos, encorajaram empresas e empreiteiros, sobretudo norte-americanos, a empregar cerca de 60 mil pessoas nesse setor até meados da década de 1990. Até meados da década de 1990, empresas como Walt Disney pagavam aos haitianos aproximadamente onze centavos de dólar por hora para fazer pijamas e camisetas. Essas empresas se beneficiavam de isenções tributárias válidas por até quinze anos, da possibilidade de repatriação de todos os lucros e da obrigação de fazer apenas investimentos mínimos em equipamento e infraestrutura. Em 1999, os poucos haitianos que trabalhavam no pequeno setor industrial e de montagem do país, considerados afortunados, ganhavam salários estimados em menos de 20% do nível de 1981. Mesmo assim, taxas de exploração ainda mais vantajosas estimularam muitas dessas empresas a mudarem sua base produtiva para a China e Bangladesh, e somente umas 20 mil pessoas permaneceram empregadas nas fabriquetas de Porto Príncipe no fim do milênio (HALLWARD, 2006).

De colônia mais rica a país mais pobre das Américas, o Haiti possui uma história política e econômica que incidiu em uma precarização de sua sociedade, estruturando as condições para a chamada diáspora haitiana. A numerosa população – estimada hoje em 10 milhões – compõe um imenso exército industrial de reserva, que garante a mão de obra barata e a imposição sobre os poucos que trabalham, para que não se mobilizem por melhorias. Pressionado por uma condição social de pobreza, carência e falta de emprego que assegure o seu pleno estabelecimento no campo ou na cidade, o haitiano oscila entre esses dois universos, tentando resguardar sua reprodução social em múltiplas atividades informais. Antes do terremoto, o Haiti já importava cerca de 55% de todos os gêneros alimentícios consumidos;

---

vista que a criação de porcos era a principal atividade do pequeno agricultor, que utilizava a sua produção como uma conta bancária disponível nos momentos de necessidade. Nos anos subsequentes, em parceria com a USAID e a OEA, iniciou-se um programa de substituição dos porcos creoles por porcos comprados de fazendeiros americanos. O critério de admissão no programa era que os participantes construíssem pocilgas dentro de certas especificações e provassem ter capital suficiente para alimentar os porcos que, além de tudo, eram mais frágeis do que seus predecessores e necessitavam de vitaminas caras. Isso deixou a maioria dos pequenos produtores fora do programa além de ter criado um desequilíbrio social intransponível (FARMER, 1992).

<sup>3</sup> A tarifa sobre o arroz, por exemplo, foi reduzida de 50% para os 3%, fazendo com que o Haiti, antes autosuficiente nesse produto, foi inundado pelo arroz norte-americano subsidiado, de maneira que a importação subiu de 7 mil toneladas em 1985 para 220 mil toneladas em 2002, fazendo a produção doméstica praticamente desaparecer. Outro exemplo é o do açúcar, pois o Haiti, que já foi o mais lucrativo exportador mundial do produto, passou a importar em 1995, 25 mil toneladas de açúcar norte-americano, e a maioria das famílias rurais não podiam mais comprá-lo. Desdobramento semelhante eliminou o setor avícola do país, à custa de cerca de 10 mil empregos, uma intervenção internacional tão agressiva quanto a que determinou o extermínio da população nativa de porcos (HALLWARD, 2006).

após a tragédia, a importação desses gêneros saltou para 80%. Por outro lado, os residentes no interior passaram a sofrer com a pressão dos empreendimentos multinacionais de mineração e turismo de luxo, que ao se estabelecerem demandam a expulsão da população do campo (COGGIOLA, 2010).

No quadro urbano do país, após o sismo, o pequeno parque industrial da capital Porto Príncipe logo reabriu suas portas, mas sob uma nova articulação. Desde então, sua principal produção são têxteis exportados aos Estados Unidos, vez que o Haiti apresenta hoje custos trabalhistas inferiores à China, referência mundial no assunto, e a força de trabalho haitiana não é apenas barata, mas qualificada, com tradição em tecelagem. No bojo disso também foi definitivamente regulamentado o intercâmbio comercial com os EUA, sendo revogadas barreiras comerciais e anistiados os pagamentos de taxas alfandegárias, de maneira que o capital multinacional e os produtos norte-americanos garantiram o seu livre trânsito em território haitiano (COGGIOLA, 2010).

Os que conseguem emprego formalizado, são submetidos a longas jornadas de trabalho nas fábricas, em sua maioria terceirizadas e com condições laborais deploráveis, recebendo menos de U\$ 50,0 por mês, ou seja, menos de U\$ 2,00 por dia. Isso assegura a produção de mercadorias a custos mínimos para o capital, em uma região estratégica, localizada na costa dos Estados Unidos (ALMEIDA, 2010). Em um país com uma imensa população desempregada ou subempregada, a promessa de trabalho assume uma importância fundamental, mas as contradições desse propósito se revelam quando observados mais atentamente os atuais pilares dessa reconstrução – zonas francas industriais, mineração, turismo de luxo e agroindústria para exportação –, sem a contrapartida da reconstrução social, educacional e habitacional do país<sup>4</sup>. Inúmeras são as denúncias de que a ajuda humanitária internacional foi amoldada para renovar e aprofundar os empreendimentos capitalistas, além de ensejo para o enraizamento da intervenção militar imperialista no Haiti (COGGIOLA, 2010; SEGUY, 2014a). Maior demonstração disso é que 76,7% do valor dos contratos concedidos pela União Europeia em seus projetos de reconstrução no país foram entregues a companhias europeias; já os Estados Unidos cederam só 1,3% do valor contratual de seus projetos a empresas haitianas (FRESNILLO, 2014).

Ao mesmo tempo que as agências, organizações não governamentais e empresas multinacionais impuseram a sua agenda própria ao Haiti, apenas 1% da ajuda emergencial e 16% do apoio à reconstrução foram canalizados por meio da administração haitiana para as prioridades da sociedade local. Os chamados “projetos de reconstrução” já estavam desenhados e encontraram na conjuntura pós-terremoto a oportunidade de angariar os recursos necessários para sua execução. No âmbito das zonas francas industriais, por exemplo, o projeto principal é o Parque Industrial Caracol, inaugurado em 2012, ao custo de U\$ 257 milhões dos fundos da reconstrução, representando o maior investimento estrangeiro no país desde o terremoto (DELVA, 2011). Entretanto, ele está situado na região norte do país, a centenas de quilômetros do epicentro do sismo, em uma área que não foi afetada. Expulsaram mais de 350 famílias de zonas férteis para construí-lo e dos 20 mil postos de trabalho

---

<sup>4</sup> Importante ressaltar que a crise rural e urbana do Haiti tem como principal desdobramento o problema ambiental, que é agravante no país. Nesse aspecto, tanto a população do campo como aquela que se acumula nas favelas urbanas encontram-se bastante vulneráveis. Milhares de pinheiros, do que já compôs a “Suíça do Caribe”, foram exportados para fabricar móveis nos EUA e transformados em carvão na falta de outro combustível para cozinhar. O desflorestamento levou à secas periódicas, alternadas com enchentes provocadas pelas tempestades tropicais, com plantações sistematicamente perdidas. Devido ao uso intensivo de tecnologias nocivas e ao forte consumo de carvão, utilizado em 70% das cozinhas, estima-se restar no território haitiano apenas 2% da cobertura florestal nativa (COGGIOLA, 2010).

prometidos, foram criados apenas 1.388 (FRESNILLO, 2014). A “nobre comunidade internacional” (HALLWARD, 2006) que se mobiliza atualmente para ajudar o país destruído pelo terremoto é a mesma que contribuiu para o sofrimento que tenta reduzir.

Decorridos dez anos de ações da Minustah e quatro anos de ajuda humanitária no pós-terremoto, 80% da população segue vivendo abaixo da linha da pobreza e mais de 170 mil pessoas ainda moram em tendas, dispostas em acampamentos a céu aberto (FRESNILLO, 2014). O Haiti revela, assim, o pior dos processos de colonização e imperialismo, o lado mais perverso do modo de existência capitalista, atualmente exacerbado pela agenda neoliberal: o desemprego atinge de 70 a 80% da população; 75% da população vive com menos de US\$ 2,0 por dia; o analfabetismo alcança 50 a 60% das pessoas; a crônica ausência de água e esgoto nas casas favorece a constante disseminação de doenças e epidemias; o limitado sistema elétrico abastece poucas moradias e é frequentemente cortado sem aviso prévio; os moradores das cidades andam longos percursos porque não dispõem de recursos para custear um transporte; a maior parte dos habitantes não existe oficialmente, pois não possui nenhum documento (ALMEIDA, 2010; BRITO, 2009; COGGIOLA, 2010).

## **2. O direcionamento de haitianos para o Brasil via tráfico de pessoas e as particularidades desse novo movimento migratório**

Partindo da compreensão de que os elementos da diáspora haitiana estão dispostos em uma história de precarização social do trabalhador, a migração no caso do Haiti envolve deslocamentos de uma vida inteira e estadas temporárias em outros países. Estimativas indicam que a comunidade haitiana no estrangeiro seria de 2 milhões de pessoas, sendo mais de um milhão vivendo apenas na República Dominicana (MHAVE, 2012; PAUL, 2008). O registro da primeira migração haitiana ocorreu rumo a Cuba no final do século XIX. No entanto, com a crise dos anos 1930, que afetou a indústria do açúcar, os haitianos foram expulsos da ilha Charuto, onde ainda existe uma comunidade haitiana com cerca de 80 mil pessoas. Importante movimento migratório se deu na década de 1960 em direção à Bahamas, Miami, Martinica, Guadalupe e Guiana, que precisavam de mão de obra para estruturação de suas atividades econômicas. Entretanto, a imigração continua sendo impulsionada principalmente pelo desejo de escapar das restrições econômicas e sociais imperativas do Haiti (TÉLÉMAQUE, 2012).

As rotas de migração se expandiram e haitianos podem ser encontrados na América, Europa, Ásia, África e Oriente Médio. Os principais países que os receberam historicamente foram Estados Unidos (mais de 1 milhão), República Dominicana (500 mil), Cuba (300 mil), Canadá (150 mil), França (100 mil) e países da América do Sul (75 mil) (RÁDIO-CANADÁ apud TÉLÉMAQUE, 2012). A histórica primeira onda da emigração do século XX começou após François Duvalier chegar ao poder, em 1957, e continuou até o seu sucessor, o seu filho Jean-Claude Duvalier, ser deposto em 1986. Nesse momento de profunda crise social e econômica, a fuga dos haitianos incluiu combinar incentivos financeiros à perseguição ou ameaças de natureza política, correspondendo a uma migração pelo sistema convencional e legal. Esse movimento de refugiados políticos era composto majoritariamente por membros das classes superiores urbanas, intelectuais, profissionais diplomados, artistas e estudantes, que se opunham à ditadura. Uma segunda onda, desta vez mais expressamente econômica, está em andamento desde o início dos anos 1990 (PAUL, 2008). Desde então, os mais desfavorecidos cruzaram a fronteira por terra em direção à República Dominicana, ao passo que outros deixaram o país em embarcações, frágeis e perigosas, com destino aos Estados Unidos e, mais recentemente, muitos recorrem às viagens organizadas por redes de tráfico de pessoas para acessar territórios mais distantes. Nesse movimento mais atual, o perfil do trabalhador empobrecido oriundo do campo é cada vez mais presente nos fluxos de imigração (TÉLÉMAQUE, 2012).

Além dos problemas socioeconômicos que se arrastam há anos no país e aprofundam sua desigualdade estrutural, o terremoto de alta magnitude que o acometeu em 2010

acirrou a manifestação de uma crise latente, ao atingir cerca de 3 milhões de pessoas, provocar aproximadamente 220 mil mortes e desabrigar perto de 1,6 milhão dos seus habitantes (MOZINE et al., 2012; THOMAZ, 2013). Tendo em vista o direcionamento da política humanitária de reconstrução, que vem priorizando os interesses do capital industrial e financeiro, em detrimento das necessidades elementares da população local, a situação permanece crítica naquele país e o número de pessoas que se deslocam em direção ao Brasil tem crescido cada vez mais. O recente fluxo migratório de haitianos para o Brasil iniciou-se de forma tímida, notadamente após o tremor, porém vem se intensificando desde o final de 2011 e começo de 2012.

Evidentemente a motivação para a configuração desse deslocamento não se justifica apenas pela ocorrência do sismo, mas por uma combinação de elementos estruturais e específicos do contexto haitiano, no qual mundialização da economia, reestruturação produtiva, políticas neoliberais, precarização e desigualdade potencializaram os desdobramentos do terremoto, fortemente marcados por epidemias, desemprego, miséria e fome. A síntese dessas circunstâncias sociais concorreu para o estabelecimento de um forte movimento internacional de trabalhadores haitianos em direção ao Brasil (MAMED; LIMA, 2013a, 2013b), podendo ser comparado historicamente com a de italianos e de japoneses, que desembarcaram no país entre o período imperial e os primeiros anos da República (ANSA, 2012). Compelidos pela crise em seu país de origem e diante das atuais dificuldades para acessar os países do capitalismo central, na América do Norte e Europa, esses imigrantes têm feito do Brasil a referência para sua acolhida. A maioria é atraída pela posição do país como mercado econômico emergente, o que fomenta expectativas de obtenção de emprego, estudo e estabilidade. As parcerias que o governo, ONGs e empresas brasileiras vêm firmando no Haiti em projetos de desenvolvimento, sobretudo desde 2004, também têm estimulado esse direcionamento.

A região da Amazônia Ocidental (Estado do Acre) é a principal porta de entrada dos imigrantes haitianos no país. De acordo com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre (SEJUDH), responsável pelo atendimento aos imigrantes, dos estimados 40 mil que chegaram ao Brasil após o terremoto de 2010, cerca de 20 mil teriam ingressado pela região até março de 2014. Em média, de 30 a 50 imigrantes, entre homens, mulheres e crianças, permanecem chegando diariamente pela Rodovia Interoceânica, responsável pela conexão do Brasil ao Peru por meio do Estado do Acre. Os primeiros registros do trânsito de haitianos nas cidades acreanas de fronteira (Assis Brasil, Brasília e Epitaciolândia) são de dezembro de 2010, com a chegada de 37 imigrantes, todos homens e jovens, antes mesmo de a rodovia ter sido oficialmente aberta. Nos anos de 2011 e 2012 os números foram de 1.175 e 2.225 imigrantes, respectivamente. Esse número foi exacerbado no ano de 2013, quando 10.779 haitianos chegaram até a região. Mas a tendência de crescimento contínuo desse fluxo migratório continua, pois somente de janeiro até a metade de fevereiro de 2014, 1.921 já teriam sido registrados, montante próximo ao número total dos anos de 2011 e 2012 (SEJUDH, 2014).

O deslocamento até a Amazônia brasileira envolve uma série de redes ilegais de coiotes e atravessadores, normalmente incluindo a passagem pela República Dominicana e de lá viagens de barco ou avião para o Panamá e Equador, para depois se dirigirem ao Peru ou à Bolívia, em trajetos percorridos de ônibus, carro ou mesmo a pé, até chegarem ao Brasil. Nesse trajeto, eles pagam de US\$ 2 mil a US\$ 5 mil pela viagem em grupos e são vítimas frequentes de diversos tipos de extorsões, roubos, cárcere, espancamentos, estupro e até mortes, situação agravada pelo desconhecimento do idioma local e especialmente pela condição de indocumentados (FERRAZ, 2014; MACHADO, 2012; MAMED; LIMA, 2013a, 2013b). Há inúmeros relatos e denúncias de que a própria polícia peruana, além de taxistas peruanos, bolivianos e brasileiros, incluindo informantes haitianos, compõem essas redes e exercem a prática da extorsão contra os grupos de imigrantes. Instituições e pesquisadores que acompanham no Acre o trânsito desses imigrantes estimam que de 2010 até 2014 eles já teriam gasto algo em torno de R\$ 6 bilhões em pagamentos à rede de tráfico e corrupção estruturada com esse movimento migratório (ARRUDA, 2014). Muitos chegam ao Acre com problemas de saúde decorrentes da longa viagem e psicologicamente transtornados pela da violência que sofrem no caminho. Mas ante o temor de sofrerem retaliação por parte desses agentes, preferem silenciar sobre os detalhes da viagem e o funcionamento das redes (MACHADO, 2012).

Nos últimos dois anos, é notável o crescimento do número mulheres, crianças e idosos compondo os grupos que chegam ao Acre. A maioria, porém, ainda é representada por homens jovens, de 20 a 40 anos, mas com a presença de percentual significativo de imigrantes acima de 40 anos e de menores de 18 anos. De modo geral, o perfil do imigrante recebido e abrigado é composto da seguinte maneira: 80% de homens, 15% de mulheres e 5% de crianças (SEJUDH, 2013). As mulheres acompanhadas de crianças buscam, em sua maioria, ir à cidade na qual seus pais e companheiros já estão trabalhando no Brasil. Por sua vez, os homens chegam ao Brasil graças a um investimento feito por toda família, que elegem um membro para tentar trabalhar e estudar no Brasil, e posteriormente ser capaz de receber os outros parentes. Em geral a família procura algum tipo de financiamento para custear a viagem organizada por coíotes, como a hipoteca do que existe de bens na família, o que faz com que o imigrante haitiano chegue ao Brasil com a necessidade imperiosa de trabalhar para quitar o endividamento contraído e enviar remessas para a sobrevivência dos seus familiares que permaneceram na terra natal. Em razão desse aspecto, o próprio Estado haitiano incentiva de alguma forma a saída, visando o importante fluxo econômico de remessas enviadas por imigrantes a seus parentes no Haiti<sup>5</sup> (MAMED; LIMA, 2013a, 2013b)

O “sonho brasileiro”, fruto da necessidade premente de recomeçar a vida e, assim, poder ajudar a família, tende fazer desses trabalhadores um “alvo fácil do arbítrio de organizações criminosas”, como as que operam o tráfico de pessoas referente ao transporte de força de trabalho, e posteriormente dos próprios empregadores no lugar de destino (VILLEN, 2012, p. 06). A pesquisa tem confirmado que a aspiração de fugir da falta de trabalho, educação, saúde, habitação e segurança no seu país de origem, vem impulsionando a migração rumo ao Brasil, seja pela via considerada legal ou ilegal. Com isso, a questão tornou-se um nicho de negócios no Haiti, onde despachantes, falsificadores, aliciadores, coíotes, atravessadores e negociadores em geral tentam lucrar com o processo de agenciamento (STOCHERO, 2013). Há relatos que informam existir naquele país a venda de vistos e outros documentos falsificados, inclusive supostas facilidades que prometem acelerar a viagem; do mesmo modo, há indícios de que agentes públicos do Estado haitiano atuam na organização de grupos e na preparação da viagem até o Brasil.

Até abril de 2012, os imigrantes que chegavam ao Brasil por meio da rota consolidada pelo Acre eram exclusivamente de haitianos, em grupos formados por homens jovens. Desde então houve o crescimento do número de idosos, mulheres (com filhos, gestantes e desacompanhadas), crianças, famílias e até pessoas doentes. A partir do material coletado em campo, avalia-se que no primeiro ano de fluxo pelo Acre, os imigrantes provinham, na maioria dos casos, das áreas urbanas das cidades atingidas pelo terremoto de 2010, apresentando eles boa escolaridade ou alguma formação técnica. No entanto, nos últimos dois anos, o perfil desse imigrante vem se alterando, sendo atualmente a maioria de origem rural, das regiões e cidades não diretamente afetadas pelo sismo, com experiência em atividades agrícolas, mas com baixa escolaridade, incluindo casos de analfabetismo. Além disso, uma situação nova tem sido a chegada de pessoas de outros países ao acampamento. Em torno de 16 diferentes nacionalidades já passaram pelo local, mas todos igualmente vítimas do aliciamento de coíotes.

Esse novo perfil é representado especialmente por aqueles advindos do continente africano, que têm dificuldade para se comunicar com os demais estrangeiros abrigados no local e com os funcionários públicos encarregados do atendimento deles na cidade e na administração do acampamento (SEJUDH, 2013). Nos dois primeiros meses de 2014,

---

<sup>5</sup> As remessas de migrantes correspondem à fração dos salários desses trabalhadores que, não utilizada por eles, é enviada aos parentes que ficaram no seu país de origem. Assim, é possível postular a existência de uma proporcionalidade direta entre o volume do fluxo migratório e o valor total das remessas, de modo que, quanto maior for o contingente migratório, maiores serão estas remessas. No caso do Haiti, as remessas dos imigrantes, especialmente dos residentes em países de capitalismo central, superam as exportações haitianas. Conforme dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2010, as remessas chegaram a representar 26% do Produto Interno do Bruto (PIB) do país, ou cerca de US\$ 1,5 bilhão. Mais de um terço da população adulta do Haiti recebe pagamentos regulares de remessas, em sua maior parte dos Estados Unidos. Com a intensificação da imigração haitiana, em 2011, o volume de remessas passou a ser de US\$ 2,1 bilhões (CEPAL, 2006; SÔNEGO, 2012).

houve um considerável crescimento no número de imigrantes senegaleses, o que faz deste o segundo maior grupo de estrangeiros presentes no Acre. De acordo com a administração do acampamento, de abril a dezembro de 2013, chegaram 589 senegaleses, em média dois por dia; entre janeiro e fevereiro de 2014, esse número já era de 366, com média de sete por dia e perspectiva de franco crescimento (Idem, 2014). A rota percorrida por eles segue, em geral, um percurso que inicia de avião, em Dakar, capital senegalesa, realiza uma escala na Espanha e de lá prossegue para o Equador. Ao chegarem em Quito, eles passam então a seguir a mesma rota dos haitianos até o Acre, na tríplice fronteira do Brasil-Peru-Bolívia (MACHADO, 2014b). Os senegaleses justificam suas motivações para vinda ao Brasil em razão das oportunidades de trabalho abertas pela Copa do Mundo e Olimpíadas, do conhecimento da rota e da história que os haitianos vêm construindo no país, assim como pelas experiências de compatriotas que já se consolidaram nas cidades brasileiras (BÄCHTOLD, 2013; MACHADO, 2014b).

Entretanto, no cotidiano do acampamento instalado no Acre, o encontro e a convivência entre imigrantes de diversas nacionalidades nem sempre é cordial e solidário. Há, por exemplo, uma grande disputa entre haitianos e senegaleses por atenção, território e comida, o que gera brigas ocasionais entre os grupos. Com diferenças econômicas, culturais e religiosas bem demarcadas, o contato entre essas nacionalidades tem exigido atenção especial da administração do acampamento, que inclusive tem requisitado reforço policial para o interior do local. Esses desentendimentos e conflitos no interior do abrigo tendem a aumentar principalmente nos momentos de superlotação, quando o temor da falta de água, comida, espaço e a própria concorrência pelas vagas de trabalho afligem os imigrantes e os colocam em disputa entre si.

### **3. O acampamento de imigrantes na Amazônia: braçais e precários à disposição do capital**

Ao chegarem ao Acre, debilitados após quatro ou cinco dias de viagem, sem dinheiro para prosseguir até o Centro-Sul do Brasil, e sem perspectiva de ocupação na Amazônia Ocidental, os imigrantes são acolhidos por uma infraestrutura de serviços do Estado brasileiro, montada em parceria pelos governos federal e estadual. O núcleo desses serviços é o local que serve de acampamento aos imigrantes e já passou por vários endereços nas cidades-gêmeas de Brasília e Epitaciolândia (a 230 km de Rio Branco, capital do Acre), pois precisou sempre ser cada vez maior em razão da demanda de estrangeiros recebidos. Atualmente o acampamento está em fase de transição para o seu oitavo endereço, que agora funciona na capital acreana.

O lugar onde o acampamento permaneceu por mais tempo, entre fevereiro de 2013 e abril de 2014, no centro da cidade de Brasília, funcionou em condições improvisadas e insalubres, reveladoras da condição de precarização a que são submetidos os trabalhadores imigrantes. Espaço de atenção primordial das visitas de campo da pesquisa, no local, a situação dos imigrantes do século XXI rememorava a condição dos imigrantes irlandeses e escoceses na composição da classe proletária na Inglaterra do século XIX (ENGELS, 2008). A permanência diária no local girava em torno de 500 e 1000 pessoas, sendo que a sua capacidade era para apenas 200 ou no máximo 300. A política de atendimento ao imigrante introduz no próprio acampamento uma estrutura mínima de serviço público brasileiro, que tanto presta informações e orientações ao imigrante como organiza e monitora o espaço.

Após a viagem do Haiti até a Amazônia Ocidental, os imigrantes são recebidos no acampamento do Acre, são cadastrados pela coordenação do local, por meio de uma ficha de identificação, que coleta dados sobre seus documentos, procedência, saúde, escolaridade, profissão e destino no Brasil; depois disso eles recebem as instruções sobre o procedimento de legalização da sua situação e a retirada da documentação mínima para transitar e trabalhar no Brasil. Primeiramente eles se dirigem à Delegacia da Polícia Federal, onde apresentam o passaporte, passam por entrevista e solicitam refúgio; com o comprovante desta solicitação e uma autorização da PF, eles se dirigem ao Posto dos Correios para fazer o pedido de CPF; depois procuram o escritório do Ministério do Trabalho e Emprego na cidade para retirar a Carteira de Trabalho. A documentação fica pronta em um prazo mínimo de 15 dias, tornando-os aptos a trabalhar e seguir viagem. Com a documentação em mãos, os imigrantes aguardam

ansiosamente as empresas que chegam ao acampamento e os recrutam para levar ao Centro-Sul do Brasil. Eventualmente, quando eles conseguem receber algum recurso enviado pela família que ficou no Haiti ou por parentes e amigos que já estão trabalhando em alguma parte do mundo, em redes de contatos, eles próprios organizam a saída do Acre.

A esse respeito, é fundamental considerar que no plano mais geral, o intenso fluxo de estrangeiros na região revela-se associado às mudanças ocorridas nos setores da indústria e de serviços do Brasil, acompanhando o desenvolvimento destes, o que faz gerar grandes demandas por mão de obra, especialmente por aquela de perfil menos qualificado. Assim, as vias desse circuito e as redes que se estruturam a partir dele podem gerar, em parte, a mediação pela qual ocorre essa grande afluência de imigrantes. Nesse sentido, desde a estruturação dos primeiros acampamentos na região de fronteira, diversas empresas estabeleceram contato e vêm contratando a disponível força de trabalho imigrante. E quando esse curso de contratações por algum motivo sofre oscilações, a articulação governamental sempre encontra alternativas para assegurar que a chegada, o acolhimento, a documentação e o encaminhamento deles para o trabalho não seja interrompido.

Conforme os registros da Sejudh, as empresas que mais recrutaram estrangeiros nesses quase quatro anos de acampamento no Acre foram as da construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e, principalmente, da agroindústria da carne, estabelecidas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nos últimos seis meses, empresas dos estados de Goiás e Mato Grosso também reforçaram contratações. (SEJUDH, 2013, 2014). O perfil do estrangeiro selecionado por elas é muito específico: homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência profissional ou escolarização. Os imigrantes sem esse perfil têm mais dificuldades de recrutamento, como é o caso dos idosos, doentes e mulheres com filhos. No caso dos senegaleses, seguindo as mesmas tendências estruturais que norteiam o recrutamento de haitianos, a pesquisa distinguiu como movimento significativo o recrutamento deles também pela agroindústria da carne, mas em um segmento muito específico, que é o de frigoríficos com abate diferenciado, conhecido como halal, cuja produção se destina à exportação para o Oriente Médio, com o necessário cumprimento de rituais islâmicos no processo de abate. A contratação de senegaleses nesse processo de trabalho considera a sua condição religiosa de muçulmanos, pois nesses frigoríficos todos os procedimentos com o abate de animais devem ser realizados por muçulmanos praticantes.

Nesse movimento dos haitianos e senegaleses pela Amazônia acreana, os aspectos referentes à preparação deles como força de trabalho e sua contratação, vêm revelando algumas características importantes sobre o recrutamento e a organização do trabalhador imigrante no Brasil. Por meio de entrevistas e conversas informais com os agentes da administração do acampamento, com representantes das empresas contratantes e com os próprios imigrantes, alguns dos contornos mais sutis desse movimento de trabalhadores foram evidenciados. O Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria-Geral da Presidência da República estabelecem em todo o país redes de contatos com empresários para divulgar a disponibilidade de imigrantes no acampamento acreano, de acordo com o perfil deles, cadastrados pela Secretaria de Direitos Humanos do Acre, incentivando à contratação desses trabalhadores (SEJUDH, 2013; TERRA, 2013). A empresa interessada estabelece contato com a Sejudh e com a coordenação do acampamento, que realiza a triagem do pessoal conforme as características indicadas pela firma. Além de considerar o perfil “homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência profissional ou escolarização”, na seleção o coordenador também averigua o porte físico do imigrante, buscando avaliar a espessura das suas mãos e canelas, o que indica, segundo ele, se a pessoa está ou não acostumada com o trabalho pesado.

Uma ou duas semanas após o primeiro contato, os representantes da companhia chegam à cidade e ao abrigo para organizar a viagem do grupo selecionado. Em geral isso é feito em ônibus fretado, que vem da cidade de origem da empresa, apanha os imigrantes e retorna. Em situações que envolvem menor número de contratados, a empresa e o coordenador do acampamento estabelecem uma espécie de acordo, a partir do qual ele fica encarregado de adquirir as passagens e embarcar os estrangeiros selecionados na rodoviária da cidade, com destino à cidade-sede da firma. Já em casos de maior número de recrutamento, as empresas



enviam uma equipe até a sede do acampamento, que improvisa uma espécie de escritório no seu interior ou em área próxima, e realiza ela mesma a seleção criteriosa dos trabalhadores. A pesquisa chegou a acompanhar processos de triagem de trabalhadores realizados em Brasília que envolviam tanto a observação do porte físico quanto a averiguação da genitália do imigrante, o que de acordo os agentes das empresas pode indicar uma maior ou menor disposição física para o trabalho braçal e pesado.

A empresa define com o imigrante um contrato provisório pelo período de 45 dias, com remuneração de um salário mínimo mensal e possibilidade de renovação por mais 45 dias. Após esse período de 90 dias de experiência é que a empresa define a permanência ou não do funcionário no seu quadro (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO et al., 2012). Além disso, na cidade onde vão trabalhar e morar, os imigrantes são alojados em uma residência administrada pela própria empresa, de maneira que a rotina de trabalho e vida do novo operário passa a ser ordenada e controlada por ela.

Os frigoríficos brasileiros, dadas as circunstâncias precárias de trabalho, com longas jornadas e elevado índice de doenças relacionadas a distúrbios mentais, quadros depressivos e pensamentos suicidas, têm tido dificuldades para contratar trabalhadores. Por isso eles têm reforçado desde 2010 a contratação de índios e, mais recentemente, de imigrantes haitianos (PRIMI, 2013). O estado de Santa Catarina é um dos principais destinos de imigrantes recrutados no acampamento da Amazônia acreana, sendo ele o berço de um dos maiores grupos empresariais do setor, a Brasil Foods (BRF), na cidade de Chapecó, conglomerado do ramo de produtos alimentícios e proteínas animais, surgida em 2009, da fusão da Sadia com a Perdigão; além de ser base produtiva do grupo JBS-Friboi, maior processador de carne do mundo.

O período do aumento nos casos de distúrbios mentais é o mesmo em que o Brasil se tornou o maior produtor global de carne. Nas últimas décadas, observou-se nessa atividade a intensificação crescente do ritmo de trabalho para cumprir metas diárias de produção. De acordo com dados do Ministério da Indústria e Comércio do Brasil e do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, entre os anos 2000 e 2010, a receita de exportações brasileiras do segmento cresceram 696%, um aumento médio de 69,6% ao ano. Por outro lado, a estimativa é de que hoje, cerca de 20% dos 850 mil trabalhadores do segmento estejam doentes (PRIMI, 2013; REPÓRTER BRASIL, 2013). Elementos como financeirização da produção e terceirização estão presentes na organização da agroindústria da carne, setor que se conecta com as maiores redes mundiais de *fast-food* (McDonald's, Burger King etc.) e aos maiores varejistas globais com atuação no setor alimentício (Walmart, Carrefour etc.), e figura como patrocinador oficial da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), para divulgação das suas marcas na Copa do Mundo 2014, além de apoiar o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, atletas e confederações esportivas.

O trabalho parcelar, fragmentado, estruturado na decomposição crescente das tarefas, reduzido a ações mecânicas, repetitivas e intensas, nos moldes do trabalho fundado no taylorismo-fordismo, é a condição marcante na seção de abate e corte desse setor. Apesar de o processo produtivo ter sido alvo de constantes inovações tecnológicas desde 1970, nem todas as etapas da produção industrial de carne puderam ser mecanizadas. Exemplo disso é a atividade de cortes de aves, que continua a apresentar baixa incorporação tecnológica e boa parte do processo de trabalho é realizada manualmente, em intensos turnos, com reduzidos intervalos. O trabalhador executa suas atividades em pé, em ambiente insalubre, baixas temperaturas, muita umidade, odor desagradável e ruído ensurdecedor (NELI; NAVARRO, 2013).

Ao receber, abrigar, alimentar e documentar esses imigrantes, mesmo em condições precárias, pensando sua humanidade em termos de sobrevivência, o Estado brasileiro reforça esse circuito, pois prepara e organiza a força de trabalho para ser oferecida a baixo custo ao capital. Portanto, na Amazônia acreana tem sido configurado um verdadeiro mercado de força de trabalho, pobre, negra e barata, com limitadas possibilidades de resistência às formas de exploração, opressão e violência que o trabalho precário estabelece. Tendo esses imigrantes fugido para o Brasil sob o espectro da fome e da miséria, aqui eles passam a conviver sob o espectro do trabalho precário no limite do trabalho escravo contemporâneo, demarcado por

jornadas exaustivas, baixos salários, condições laborais e de moradia degradantes, incluindo, em alguns casos, a retenção por dívida<sup>6</sup>.

### Resultados preliminares

Na conjuntura de mundialização do capital, torna-se bastante evidente como o padrão de acumulação vigente cada vez mais se sustenta na força de trabalho precária, flexível, representada em grande parte por imigrantes, que representam, portanto, a ponta do *iceberg* acerca da precarização das condições de trabalho no capitalismo atual (ANTUNES, 2013; BASSO, 2013). Por um lado, o deslocamento internacional de trabalhadores, que tende a se acentuar cada vez mais, são as relações de força e os mecanismos de produção e reprodução das desigualdades de desenvolvimento socioeconômico, internamente e entre os Estados-Nação. (BASSO apud VILLEN, 2012). Por outro, o desenvolvimento da economia capitalista sempre encontrou apoio estrutural na mobilidade internacional da força de trabalho (POTTS, 1990) ou na própria migração do capital de um país para outro, em busca contínua de fontes de mão de obra mais barata (CHOSSUDOVSKY, 2003).

O movimento internacional de trabalhadores haitianos, desde o seu país de origem, passando pelo acampamento amazônico até o emprego precarizado na agroindústria da carne, tal como foi mapeado anteriormente, assume hoje características particulares e até inéditas no mundo do trabalho. Desse modo, a pesquisa teórico-empírica em curso pretende contribuir para a denúncia e reflexão sobre a nova morfologia do trabalho e a especificidade de sua manifestação no Brasil. Pelas circunstâncias em que acontece o movimento internacional de trabalhadores haitianos em direção ao Brasil, após dez anos de Minustah, a maneira como essa trajetória migratória se estrutura por redes de transporte e tráfico de pessoas, e como isso tem sido gerenciado política e economicamente pelo país, são elementos que podem contribuir para que essa imigração “represente um padrão precário de inserção no mercado de trabalho brasileiro”, no qual a condição de imigrante, sem conhecimento da língua, sem documentos ou dinheiro, passa a incidir na própria divisão do trabalho (VILLEN, 2012, p. 6).

Assim como os Estados Unidos, que recebeu nas décadas de 1980 e 1990 grandes fluxos de imigrantes da periferia do capitalismo em circunstâncias de ilegalidade e indocumentação, e os direcionou para o trabalho na agroindústria da carne, o Brasil parece seguir a mesma tendência. Avalia-se que a chegada de imigrantes precarizados assegurou o grande crescimento do setor, pois com a forte entrada deles nas terras americanas, a cadeia produtiva da carne, incluindo desde abatedouros a fábricas de processamento, conseguiu aplicar um dos salários mais baixos do país, em média US\$ 12 por hora, e atingir os menores custos de produção (CORREA, 2014).

Portanto, ao buscar o significado sociológico desse movimento de internacional de trabalhadores, a pesquisa possibilitará o exame de formas especialmente violentas de exploração do trabalho associadas à nova configuração da acumulação capitalista e sua particularidade no Brasil, que desumanizam o trabalhador de forma inusitada para garantir a dinâmica da sua reprodução (ANTUNES, 2013; DRUCK, 2013; NELI; NAVARRO, 2013). Na sua dialética, mesmo baseado em tecnologias de última geração, o capital combina formas modernas de exploração do trabalho a formas arcaicas de extração de mais-valor supostamente ultrapassadas. No caso dos haitianos, essa combinação é exacerbada pela condição de extrema dependência e vulnerabilidade social em que eles são disponibilizados ao capital.

---

<sup>6</sup> O artigo 149 do Código Penal brasileiro define que jornadas exaustivas, condições de trabalho degradantes e formas de privação de liberdade, como a servidão por dívida, são suficientes para caracterizar um regime de escravidão. Via de regra, no entendimento jurídico, o que se considera trabalho escravo é a violação da dignidade humana de um trabalhador, quando não só sua força de trabalho, mas também seu próprio corpo são tratados como mercadoria. Essas questões vão além de irregularidades trabalhistas, mas a superexploração do trabalho não é menos grave do que o trabalho escravo, sendo ambos igualmente fiscalizados, combatidos e condenáveis pelo Sistema de Justiça Trabalhista (LABOR, 2013).

## Referências

ALMEIDA, Eduardo. Cartas do Haiti: relatos da situação num país em luta pela sua soberania. **Resistir.info**, Lisboa (Portugal), 2 fev. 2010. Disponível em: <[http://resistir.info/a\\_central/cartas\\_haiti.html](http://resistir.info/a_central/cartas_haiti.html)> Acesso em: 15 ago. 2013.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, n. 83, 2008. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/431>> Acesso em: 30 ago. 2013.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ARRUDA, Itaan. Na periferia da alagação. **Jornal A Gazeta**. Rio Branco (AC), 16 mar. 2014. Acre Economia. Suplemento.

BÄCHTOLD, Felipe. Frio senegalês: cidades do interior gaúcho recebem onda de migração do país africano; senegaleses afirmam que a população é solidária. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14 dez. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/143688-frio-senegales.shtml>> Acesso em: 20 dez. 2013.

BASSO, Pierre. Imigração na Europa. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 29-53.

BRITO, Suzana. Ocupação do Haiti é agressão imperialista. **A nova democracia**, Rio de Janeiro, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-50/2040-ocupacao-do-haiti-e-agressao-imperialista>> Acesso em: 15 ago. 2013.

CHAGAS, Marcos. **Governo do Acre está atento para evitar exploração ilegal de mão de obra haitiana**. Agência Brasil, 12 nov. 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-11-12/governo-do-acre-esta-atento-para-evitar-exploracao-ilegal-de-mao-de-obra-haitiana>> Acesso em: 30 out. 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **Globalização da pobreza e a nova ordem mundial**. 2003. Lisboa: Caminho, 2003.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas da crise social no Brasil – o papel do FMI. **Resistir.info**, Portugal, 21 jun. 2013. Disponível em: <[http://resistir.info/chossudovsky/brasil\\_21jun13.html](http://resistir.info/chossudovsky/brasil_21jun13.html)> Acesso em: 15 ago. 2013.

COGGIOLA, Osvaldo. Haiti: terremoto, colonização e resistência. **O Olho da História**, Salvador, n. 14, jun. 2010. Disponível em: <<http://oolhodahistoria.org/n14/artigos/coggiola.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE - CEPAL. **La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes**. Santiago, 2006. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/celade/default.asp>> Acesso em: 13 ago. 2013.

CONNECTAS, 2013. **Pedido LAI sobre “visto humanitário” para haitianos**. São Paulo, 30 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/lei-de-acesso-a-informacao/24-pedido-lai-sobre-visto-humanitario-para-haitianos>>. Acesso em: 30 out. 2013.

DELVA, Joseph Guyler. Novo parque industrial deve criar milhares de empregos no Haiti. **Reuters Brasil**. São Paulo, 29 nov. 2011. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE7AS02G20111129>> Acesso em: 10 mar. 2014.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 55-73.

DRUCK, Graça; BORGES, Angela. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, jul./dez. 2002, p. 11-39.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FELLET, João. Refugiados denunciam maus-tratos em fábrica da Sadia. **BBC-Brasil**. São Paulo, 26 jan. 2012. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120125\\_refugiados\\_maus\\_tratos\\_sadia\\_if.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120125_refugiados_maus_tratos_sadia_if.shtml)> Acesso em: 30 out. 2013.

FRESNILLO, Iolanda. Haiti, quatro anos depois do terremoto: a miragem da reconstrução. **Revista Fórum**, São Paulo, edição 130, 16 jan. 2014. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/130/haiti-quatro-anos-depois-terremoto-miragem-da-reconstrucao/>> Acesso em: 20 jan. 2014.

GALEANO, Eduardo. Os pecados do Haiti. **Carta Maior**, São Paulo, 19 jan. 2010. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=16342](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16342)> Acesso em: 15 ago. 2013.

GLASS, Verena. Com ajuda do Brasil, Haiti pode virar maquiladora, diz ativista. **Carta Maior**. São Paulo, 2 ago. 2004. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=2442](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=2442)> Acesso em: 15 ago. 2013.

GOMES, Thalles. Monsanto invade o Haiti com hipocrisia e interesses. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Porto Príncipe (Haiti), 17 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/9871>> Acesso em: 10 mar. 2014.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HALLWARD, Peter. Opção zero no Haiti. In: SADER, Emir (Org.). **Contragolpes**. Tradução de New Left Review. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 219-242.

HARVEY. **Condição pós-moderna**: pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**. São Paulo: Boitempo, 2000.

**LABOR**. Revista do Ministério Público do Trabalho. Brasília: MPT, nº 1, 2013.

LIPIETZ, Alain. **Audácia**: uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1989.

MACHADO, Altino. Haitianos relatam que encontraram corpos em decomposição durante fuga para o Brasil, diz antropóloga. **Terra Magazine - Blog da Amazônia**. São Paulo, 5 jan. 2012. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2012/01/05/haitianos-relatam-que->

encontraram-corpos-em-decomposicao-durante-fuga-para-o-brasil-diz-antropologa/> Acesso em: 10 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Acre prorroga situação de emergência por causa de haitianos. **Terra Magazine – Blog da Amazônia**. São Paulo, 17 jan. 2014a. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2014/01/17/acre-prorroga-situacao-de-emergencia-por-causa-de-haitianos/>> Acesso em: 20 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Isolamento do Acre deixa mais de 1300 haitianos e senegaleses retidos em abrigo na fronteira. **Terra Magazine - Blog da Amazônia**. São Paulo, 28 fev. 2014b. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2014/02/28/isolamento-do-acre-deixa-mais-de-1300-haitianos-e-senegaleses-retidos-em-abrigo-na-fronteira/>> Acesso em: 2 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Acre quer aviões da FAB para remover haitianos de seu território. **Terra Magazine - Blog da Amazônia**. São Paulo, 28 mar. 2014c. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2014/03/28/acre-quer-avioes-da-fab-para-remover-haitianos-de-seu-territorio/>> Acesso em: 29 mar. 2014.

MAMED, Letícia Helena; LIMA, Eurenice Oliveira de. Precarização estrutural e migração internacional de trabalhadores: a problemática dos haitianos na Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA - SBS, 16., 2013, Salvador, **Anais**. Salvador: SBS, 2013a. Disponível em: <[http://www.automacaodeeventos.com.br/sigeventos/sbs2013/inscricao/resumos/0001/PDF\\_trab-aceito-0025-1.pdf](http://www.automacaodeeventos.com.br/sigeventos/sbs2013/inscricao/resumos/0001/PDF_trab-aceito-0025-1.pdf)> Acesso: 12 out. 2013.

MAMED, Letícia Helena; LIMA, Eurenice Oliveira de. Trabalho e Migração Internacional: O Caso dos Haitianos na Amazônia Ocidental. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA - ALAS, 29., 2013, Santiago. **Anais**. Santiago: ALAS, 2013b.  
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO; INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS; COMPANHIA DE JESUS. **Guia de informações sobre trabalho aos haitianos**. Brasília: [s.ed.], 2012.

MOZINE, Augusto Cesar Salomão; FREITAS, Tiago Miguel D'Ávila Martins de; RODRIGUES, Viviane Mozine. **Migrações ambientais e direitos humanos: o discurso da mídia de massa e os haitianos na Amazônia**. 2012. Trabalho apresentado ao 7º Encontro Anual da Associação Nacional de Direitos Humanos - Pós-Graduação e Pesquisa (ANDHEP), Curitiba, 2012.

NELI, Marcos Acácio; NAVARRO, Vera Lúcia. Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador na agroindústria avícola no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 287-304.

PORTAL BRASIL. **Ação de fiscalização resgata 172 trabalhadores escravos em MG**. Brasília, 20 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/11/acao-de-fiscalizacao-resgata-172-trabalhadores-escravos-em-mg>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

PRIMI, Lilian. Índios na linha de produção. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 197, p. 20-23, ago. 2013.

REPÓRTER BRASIL. **Moendo Gente: a situação do trabalho nos frigoríficos**. São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://www.escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2013/03/upfilesfolder\\_materiais\\_arquivos\\_moendo\\_gente\\_final.pdf](http://www.escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2013/03/upfilesfolder_materiais_arquivos_moendo_gente_final.pdf)> Acesso em: 30 ago. 2013.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; MARTINS, Carlos Eduardo; NOBILE, Rodrigo (coords.). **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Relatório situacional de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre**. Rio Branco (AC): [s.ed.], 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório situacional de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre**. Rio Branco (AC): [s.ed.], 2013.

SEGUY, Frank. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

\_\_\_\_\_. O Haiti é aqui e lá. *Jornal da APUG*. **Fundação Lauro Campos**. Belém, 1 mar. 2010. Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/2010/03/o-haiti-e-aqui-e-la/>> Acesso em: 20 mar. 2014.

SÔNEGO, Dubes. Brasil já recebe menos dinheiro de emigrantes que o Haiti. País foi o único da América Latina e Caribe a ter queda no volume de recursos enviados por seus cidadãos no exterior, em 2011. **Portal IG**. São Paulo, 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/brasil-ja-recebe-menos-dinheiro-de-imigrantes-que-o-haiti/n1597692787307.html>> Acesso em: 13 ago. 2013.

STOCHERO, Tahiane. **Sonho brasileiro aquece comércio de documentos e vistos falsos no Haiti**. São Paulo, 18 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/10/sonho-brasileiro-aquece-comercio-de-documentos-e-vistos-falsos-no-haiti.html>> Acesso em: 30 out. 2013.

TERRA. **Imigrantes haitianos recebem vacinas e carteiras de trabalho no Acre**. São Paulo, 16 abr. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/imigrantes-haitianos-recebem-vacinas-e-carteiras-de-trabalho-no-acre,7bc3d0283e41e310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>> Acesso em: 30 out. 2013.

THOMAZ, Diana Zacca. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 4, p. 131-143, 2013.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VILLEN, Patrícia. Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI, 8., 2012, Marília. **Anais**. Marília: Unesp, 2012. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/polarizacao.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2013

WROBLESKI, Stefano. Imigrantes haitianos são escravizados no Brasil. **Repórter Brasil**. São Paulo, 23 jan. 2014. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>> Acesso em: 30 jan. 2014.

# VI Encontro da Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS  
NOS ESPAÇOS RURAIS

02 a 05 de setembro de 2014.

GT5

ELITES PATRONAIS RURAIS  
E AGROINDUSTRIAIS,  
AÇÃO COLETIVA E  
PENSAMENTO CRÍTICO

COORDENAÇÃO

REGINA LANDIM BRUNO (UFRRJ)

SONIA REGINA DE MENDONÇA (UFF)

LUIZ NORDER (UFSCAR)

**GT 5 – Elites patronais rurais e agroindustriais, ação coletiva e pensamento crítico**

**A atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul no início da década de 1960: embates em torno da reforma agrária e mobilização patronal**

**Autora – Alessandra Gasparotto<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar a atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul) no início da década de 1960. Naquele contexto, marcado pela emergência da bandeira da reforma agrária, inúmeras tensões no campo eclodiram no estado, especialmente a partir da formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul e da atuação do então governador Leonel Brizola. Neste sentido, busca-se identificar as práticas de mobilização do patronato rural gaúcho no período e as articulações da Farsul no processo que culminou com o Golpe de 1964.

**Palavras-chaves:** Farsul – patronato rural - reforma agrária

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente realiza atividades de estudo e pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação da Profa. Dra. Regina Bruno. E-mail: [sanagasparotto@gmail.com](mailto:sanagasparotto@gmail.com)

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: [rdestudosrurais@gmail.com](mailto:rdestudosrurais@gmail.com)



## Introdução

Companheiros ruralistas!

Permiti, meus caros confrades de classe, que eu mereça de vossa indulgência e compreensão o direito, ou, quem sabe, o dever, de vos dirigir uma exortação à realidade do **momento decisivo** que estamos vivendo. Não basta despertar da atitude contemplativa como quem acorda de um sonho de ilusões para um mundo de irrealidades. [...] **Despertar da atitude contemplativa, consistirá em contrair novos e maiores compromissos.** Despertar da atitude contemplativa é partir do princípio da força pela união; é mobilizar, para os postos de comando, os autênticos líderes da classe; é reestruturar, em bases de revitalização, as Associações Rurais e integrar a classe no próprio exercício e direção de sua entidade máxima – A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.<sup>2</sup>

Com estas palavras, o então Presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul), Antônio de Saint Pastous, apelava aos seus correligionários na “maior e mais produtiva reunião que possa haver realizado a classe ruralista no Rio Grande do Sul”<sup>3</sup> – a Concentração Rural de Santa Maria-, ocorrida entre os dias 5 e 6 de janeiro de 1962. Naqueles dias, reuniram-se centenas de integrantes das associações rurais gaúchas, com o objetivo de discutir questões como crédito agrícola, associativismo rural e, especialmente, reforma agrária.<sup>4</sup>

A Federação, criada em 1927,<sup>5</sup> representava, naquele momento, 124 associações rurais espalhadas pelo Rio Grande do Sul e experimentava um crescimento significativo em seus quadros, o que pode ser evidenciado pelo aumento do número de agremiações agrupadas em torno da Farsul, que passou de 108, em 1957, para 124, em 1962. (SCHERER-WARREN, 1972).

O “momento decisivo” ao qual se referia o presidente da Farsul em seu discurso caracterizava-se por profundas transformações nas lutas políticas em relação ao acesso à terra. Autores como Dreifuss (1981), Skidmore (1986) e Gorender (1999) apontam o período compreendido entre o final da década de 1950 e meados de 1960 como o ápice das pressões agrárias. De acordo com Starling, a partir de fins de 1950 foi introduzida “uma realidade nova no já tradicionalmente inquieto cenário rural do país: a organização política dos trabalhadores rurais iniciada no Nordeste na década de 1940 pelo PCB e que ressurgiu com excepcional vigor ao final dos anos 50 com as Ligas Camponesas de Francisco Julião.” (STARLING, 1986)

<sup>2</sup> Farsul. Concentração Rural de Santa Maria. Discurso pelo Presidente da Farsul. Janeiro – 1962. p. 3. Nas citações foi preservada a grafia da época. Grifos da autora.

<sup>3</sup> *Correio do Povo*, 9 de janeiro de 1962. Contracapa.

<sup>4</sup> Os principais jornais gaúchos deram ampla cobertura à reunião dos ruralistas, como mostram as manchetes que seguem, publicadas no *Correio do Povo*: “Instala-se hoje em Santa Maria concentração dos ruralistas” (6 de janeiro de 1962. Capa); “Concentração Rural de Santa Maria: Os pobres devem ficar mais ricos, mas os ricos não devem ficar mais pobres” (5 de janeiro de 1962. Contracapa); “Concentração de Santa Maria: Recomendação aprovada como subsídio deverá alcançar repercussão nos meios políticos” (10 de janeiro de 1962).

<sup>5</sup> A entidade foi criada em 24 de maio de 1927, durante o I Congresso de Criadores do Estado do Rio Grande do Sul, a partir da reunião de representantes de 25 Associações Rurais do estado. A agremiação nasceu com o nome de Federação das Associações do Rio Grande do Sul e, em 1965, se transformou em Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, nome que preserva até os dias atuais.

Neste contexto, a bandeira da reforma agrária emergiu com grande intensidade. Sua defesa não era reivindicada apenas pelos trabalhadores rurais e camponeses sem terra e por setores da esquerda; estudiosos e organismos como a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal<sup>6</sup>) e o Instituto de Estudos Brasileiros (Iseb<sup>7</sup>) passaram a defendê-la, com o argumento de que a estrutura agrária vigente representava um obstáculo ao desenvolvimento da economia brasileira. Como afirma Moacir Palmeira,

Antes de 64, sobretudo no final do período, em 62/63, nem os grandes proprietários, e nem aqueles que militavam efetivamente contra a reforma agrária ousavam se manifestar publicamente contra ela. A expressão *reforma agrária* ganhou, na época, um tal peso que até as entidades patronais diziam defendê-la. (1982, p.17)

A partir da posse de João Goulart, em 1961, as tensões no campo foram potencializadas, não apenas em função da proposta de reforma agrária que estava no bojo das *reformas de base*, mas também porque o governo estendeu ao setor rural o direito à sindicalização. Esse processo de sindicalização rural atingiu seu ápice em 1963, dando novas feições para as relações de trabalho no campo. Conforme Starling, apesar de grande parte do setor ruralista fazer oposição à proposta de reforma agrária de Jango, que, em sua essência, não representava uma ameaça à propriedade, o que mais assustava os grandes proprietários de terra era o fato dos trabalhadores rurais principiarem, através da sindicalização, a romper com o indiscutível controle até então exercido por estes proprietários (p. 245).

Tal como no restante do país, no Rio Grande do Sul as tensões em torno da questão da terra também aumentaram no período, principalmente a partir da formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul (Master), que se consolidou, institucionalizou-se e ganhou visibilidade entre os anos 60 a 64 (ECKERT, 1984).<sup>8</sup> Além do Master, também se articularam outros movimentos, como a Frente Agrária Gaúcha<sup>9</sup> e alguns núcleos vinculados às ligas camponesas.<sup>10</sup>

<sup>6</sup> A Cepal foi criada no final dos anos 1940, com o objetivo de estudar o atraso econômico dos países da América Latina, propondo formas de superá-lo. Para mais informações ver: MANTEGA, Guido. *A Economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.

<sup>7</sup> “O Iseb foi criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que o criou tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional.” IN: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>

<sup>8</sup> Segundo Eckert, o Movimento se consolida em 1960 por ocasião de uma tentativa de retomada de uma área de 1.800 ha no interior do município de Encruzilhada do Sul que há 50 anos estava em poder de 300 famílias de posseiros. O proprietário, após quase 40 anos sem reclamar da propriedade, começa a exigir dos posseiros cobrança pelo uso da terra, induzindo-os e coagindo-os a comprá-la sob pena de serem despejados. A reação foi imediata, o que levou a fundação da primeira associação, cujas bases se ampliaram até dar origem ao um movimento mais organizado, que contou com o apoio do Governador Leonel Brizola.

<sup>9</sup> A Frente Agrária Gaúcha foi um movimento fundado em outubro de 1961 “por lideranças católicas e ganhou rápida expansão mediante o apelo para o engajamento de fiéis na paróquia.” A Igreja Católica combatia o Master, identificado,

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: [rdestudosrurais@gmail.com](mailto:rdestudosrurais@gmail.com)

Concomitante à mobilização dos trabalhadores rurais, a atuação de Leonel Brizola (PTB) à frente do governo estadual também contribuiu para o acirramento das disputas e das tensões, especialmente após 1961.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a atuação da Farsul nesta conjuntura, no sentido de dar conta das seguintes questões: como a Farsul se posicionou neste cenário e quais os “novos e maiores compromissos” que a entidade contraiu? Como a Federação atuou para se contrapor aos movimentos dos trabalhadores rurais e às reivindicações pela reforma agrária no estado e como se articulou com outras agremiações/grupos políticos na oposição a João Goulart no início da década de 1960? Para responder a estas indagações, busca-se, inicialmente, contextualizar as disputas em curso no cenário local, identificando as práticas de organização e mobilização do patronato rural gaúcho agrupado em torno da Farsul, bem como discutir sobre as concepções de “reforma agrária” e qual a proposta de reforma defendida pelos ruralistas do Rio Grande do Sul associados à entidade. Em um segundo momento, a análise se detém na atuação dos ruralistas em oposição às medidas propostas por Jango e na conjuntura que culminou com o Golpe de 1964.<sup>11</sup>

### **A atuação da Farsul no conturbado cenário do início dos anos 1960 no Rio Grande do Sul**

O governo de Leonel Brizola, iniciado em 1959, introduziu algumas mudanças significativas voltadas ao campo no estado. Segundo Harres, a partir de 1961, a política agrária do governo passou a enfatizar a questão da reforma agrária, evidenciada com a nomeação de uma comissão responsável por propor alternativas viáveis para sua efetivação. Neste ano, foi criado o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra), “órgão encarregado de administrar, com o auxílio das secretarias, um ‘programa especial e permanente de difusão da propriedade’”, que seria desenvolvido a partir do planejamento e da organização de “granjas cooperativadas” e “comunidades de pequenos e médios agricultores.” (p. 247). No ano seguinte foi oficializado o programa “Projetos de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-Social” – Prade, que visava implantar núcleos de colonização em diversas regiões do estado. O Igra tentou obter terras para o programa, através do apelo aos grandes proprietários e da compra e desapropriação de terras.

---

segundo a mesma, com o comunismo, e passou a fomentar “o surgimento de um novo movimento social de caráter cristão no meio rural.” (HARRES, 2007, 250-251).

<sup>10</sup> Segundo Harres, o trabalho das ligas camponesas restringiu-se a formação de alguns núcleos, coordenados pelo presidente da Liga de Gravataí. Estes foram desarticulados no final de 1962. (Idem, p. 243)

<sup>11</sup> Saliento que o presente trabalho está vinculado à pesquisa de Doutorado que desenvolvo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tal investigação tem como propósito refletir sobre a atuação da Farsul no período que compreende os últimos anos da década de 1950 até meados da década de 1960, buscando investigar suas táticas de mobilização patronal, estratégias de ação, alianças políticas e interlocução junto a agências do Estado.

Diante de tais medidas e da conjuntura nacional que ora se apresentava, a atuação da Farsul também tornou-se mais incisiva: segundo Scherer-Warren, o período anterior a 1964 foi marcado por um intenso desenvolvimento do associativismo rural em torno da Farsul, “não só no que diz respeito ao aumento das associações rurais, mas sobretudo em relação à atividade desempenhada pela Federação frente às ameaças que as reformas propostas representavam para a manutenção da estrutura vigente”. (p. 93)

A documentação produzida pela entidade revela uma atuação significativa no período, seja a partir de ações que objetivavam tornar público os seus posicionamentos, como o envio de telegramas às autoridades e publicação de manifestos na grande imprensa, seja através de iniciativas voltadas à organização e mobilização dos próprios ruralistas, como a realização de encontros, reuniões e campanhas. Para potencializar o associativismo, por exemplo, o Serviço Social Rural – Conselho Regional do RS, a pedido da Farsul, elaborou um projeto de “divisão regional do Estado”, dividindo-o em dez “regiões homogêneas”. Para isso, ampliou para dez o número de seus vice-presidentes – até então, a direção da entidade era composta pelo presidente e por dois diretores – “a fim de que esses promovessem e dirigissem o movimento associativista rural”. A missão destes seria “entrosar as entidades municipais, fortalecendo-as, para que se tornem realmente o centro de interesse da comunidade.”<sup>12</sup>

No relatório “Convênio Farsul – SSR – Desenvolvimento do Associativismo Rural”, datado do segundo semestre de 1962, estão listadas as atividades desenvolvidas, de acordo com o Plano de Trabalho elaborado para o período. No que diz respeito ao item “Motivação ao desenvolvimento do Associativismo Rural”, o relatório afirma que foram realizadas diversas conferências com os presidentes da Farsul, Saint-Pastous, e do SSR, Alberto Severo, através do que chamavam de “Roteiros de Exortação e Esclarecimento à classe rural”. Entre maio e agosto, tais roteiros foram realizados em 15 municípios<sup>13</sup>, mas atingindo um número bem maior: a “quase totalidade” dos municípios do estado, segundo o relatório. É interessante perceber que nestes roteiros, além das reuniões com as Associações Rurais locais, eram realizados contatos com prefeitos, lideranças regionais e membros de outras entidades (Rotary, Lions Club, associações de criadores, cabanheiros, etc), entrevistas às emissoras de rádio e visitas às cooperativas e escolas rurais. Em Vacaria, por exemplo, foi realizada uma conferência na Câmara Municipal, “com a presença de representantes da edilidade, Forças Armadas, Clero e ruralismo local e de cinco localidades vizinhas.” (p. 3)

---

<sup>12</sup> Convênio Farsul – SSR – Desenvolvimento do Associativismo Rural. Relatório 2º semestre de 1962. Farsul, Folheto 4, p. 4.

<sup>13</sup> São eles: Uruguaina, Bagé, Santana do Livramento, Erechim, Passo Fundo, Carazinho, Palmeira das Missões, Três Passos, Santa Rosa, Estrela, Garibaldi, Caxias do Sul, Vacaria, Taquara e Cruz Alta.

O volume de atividades desenvolvidas pela entidade também é evidenciado a partir do aumento de suas despesas: segundo um relatório da diretoria sobre o período que compreende julho de 1961 a junho de 1962, foi criado um “fundo especial”, pois naquele período “a Farsul teve que enfrentar despesas de vulto, frente aos planos e responsabilidades desenvolvidos e assumidos”. Para tanto, constituiu-se uma “comissão de ruralistas”, que obtiveram as seguintes contribuições: “De Associações Rurais – 10.979.973,00 / De Pessoas Físicas – 2.510.986,80 / De Firmas – 420.000,00 / De Cooperativas 2.800.000,00”, totalizando Cr\$ 16.710.959,80. Na lista de “Discriminação das Despesas”, chama a atenção os gastos da entidade com “Rádio, Televisão e Jornais” – um total de Cr\$ 4.201.604,00, valor bastante elevado em comparação às demais despesas: Viagens – Cr\$ 1.372.759,60; Concentração de Santa Maria - Cr\$ 500.000,00; Material e impressos - Cr\$ 348.718,30; Pessoal - Cr\$ 969.897,20 e Diversas – 626.932,40.<sup>14</sup> Os gastos com a imprensa pode ser explicado, em parte, pela promoção da “Campanha de Esclarecimento à Opinião Pública e de Defesa do Ruralismo Gaúcho”, deliberada pela diretoria da entidade em outubro de 1961. Segundo relatório do período, “recursos e líderes da classe foram mobilizados em Comissão presidida pelo Dr. Amarílio Vieira de Macedo e Coronel Dário Azambuja” (p. 98) A campanha contou com ampla repercussão nos jornais e emissoras de rádio do estado e com a realização de palestras do presidente da entidade: na Câmara de Comércio Brasil – Estados Unidos e na PUCRS, sobre a Aliança para o Progresso; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a convite do Comandante do III Exército, General Penha Brasil; no Pavilhão da Associação Rural de Bagé, para um “grupo de estagiários da Escola Superior de Guerra.”

A entidade também promoveu ações vinculadas ao tema da reforma agrária: em julho de 1961 realizou um ciclo de debates públicos sobre o tema; em agosto do mesmo ano, criou um Grupo de Trabalho sobre Reforma Agrária (GTRA). Segundo Córdula Eckert, diante das incontornáveis pressões sociais em torno da reforma agrária, a Farsul, “com o intuito de manter certo controle sobre a sua execução, dispunha-se a assumir a liderança nesse processo, a fim de absorvê-la conforme suas conveniências.” (p. 279)<sup>15</sup> O grupo, formado por representantes da entidade, do Conselho Regional do Serviço Rural e da Arquidiocese Metropolitana elaborou algumas premissas sobre o tema, que foram

---

<sup>14</sup> Farsul. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. XVIII.

<sup>15</sup> Nesse sentido, a entidade se opôs sistematicamente aos acampamentos surgidos no Rio Grande do Sul, bem como passou a se manifestar contrariamente a atuação do Governador Leonel Brizola, acusando-o de patrocinar os movimentos dos trabalhadores sem terra. Outro ponto de atrito da entidade com o Governo do Estado referia-se ao cadastramento destes agricultores sem terra, medida que deveria ser executada pelas Exatorias Estaduais. Segundo a Farsul, o levantamento era considerado inidôneo, uma vez que as Exatorias não teriam competência para fazê-lo. A Federação conclamava “as entidades a ela filiadas e o povo a se manterem ‘em constante estado de alerta contra a desordem que se prepara como caminho a Revolução Social.’” (p. 281)

apresentadas e aprovadas em plenário durante a Concentração Rural de Santa Maria.<sup>16</sup> Da Concentração, emergiram dois documentos: a “Carta de Princípios do Ruralismo Riograndense” e a “Carta de Santa Maria”, na qual os participantes se pronunciavam oficialmente em relação à reforma agrária.

Publicada em forma de um livreto, a “Carta de Santa Maria” é prefaciada por uma mensagem do presidente da entidade: a “Proclamação da Farsul ao Ruralismo do Estado e da Nação”. No documento, busca-se enfatizar a “bravura” do homem gaúcho, seu papel “na luta de vida ou morte pela soberania nacional” ao longo da história do Brasil e sua ligação com a terra: homens “que prezam, acima da própria vida, o amável apego ao solo da querência, berço da origem e destino do seu último repouso”. A Carta é dividida em diferentes sessões: na primeira, chamada “Exposição de motivos”, o presidente indica que “as motivações de inspiração e de objetivos da Concentração Rural de Santa Maria são de concórdia e de ordem, de confraternidade e patriotismo”. No “Brado de Alerta”, afirma que a Farsul, “em conclave com a Confederação Rural Brasileira”, concitava “o ruralismo nacional para imediata tomada de posição em face ao desenrolar dos acontecimentos.”<sup>17</sup> A seguir, trata do “Mérito defraudado”, indicando que “[...] Reforma agrária como processo normal, em base de preceitos constitucionais, não oferece razões para que dela surjam atos e reações de intranquilidade, e, muito menos, que justifiquem motivos e pretextos de agitações tendenciosas ou de conspirações subversivas.” E alerta que “em certos setores há, com efeito, manifesto propósito” de desvirtuar a questão, o que abria margem “à exploração de perigosas lutas de classe” (idem, p. 6) É interessante que o documento, em diferentes momentos, cobra um posicionamento por parte dos ruralistas. Nesta mesma sessão, por exemplo, Saint-Pastous indagava: “Nesse sentido, o que terá feito o Rio Grande do Sul, pela iniciativa privada das classes econômicas e pelos órgãos governamentais? Como justificaremos o tempo perdido, por omissão de uns e contemporização de outros?” (idem, p. 7)

Após o discurso do presidente, apresentava-se a Carta propriamente dita, com a íntegra do texto aprovado em plenário na Concentração Rural; neste, admitia-se a necessidade uma reforma agrária (que, segundo os autores, seria mais adequado chamar de “Organização Agrária”, Humanização agrária” ou “Valorização da Vida Agrária”), mas que esta só poderia se dar se fosse respeitada a propriedade privada, ressaltando que a distribuição de terra somente poderia abranger as áreas inaproveitadas e que a prioridade de colonização de terras deveria recair sobre àquelas em

<sup>16</sup> Farsul. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 21. Após as modificações sugeridas na Concentração, a entidade reformulou sua proposta, que foi apresentada na IV Conferência Rural Brasileira, ocorrida no final de janeiro de 1962, no Rio de Janeiro. Vale ressaltar que a Conferência Rural Brasileira era um evento organizado pela Confederação Rural Brasileira, órgão que agrupava as Federações estaduais.

<sup>17</sup> Farsul. Concentração Rural de Santa Maria, op. cit., p. 5.

domínio do Estado e da União. Propunha-se também uma série de medidas que visavam diminuir os problemas do homem do campo, que iam desde a demanda por escolas na área rural, até a diminuição dos impostos sobre a terra e o aumento do crédito.

Dias após a Concentração, o tema da reforma agrária provocaria ainda mais tensões, em função da desapropriação da área da fazenda Sarandi, anunciada pelo governo do Estado em 13 de janeiro de 1962. A Farsul, através de nota assinada pelo seu presidente e publicada nos jornais no dia 18 de janeiro de 1962, sob o título “MANIFESTO OFICIAL DA FARSUL AO RIO GRANDE E À NAÇÃO”, se colocou contra a medida. O manifesto afirmava que:

[...] Entre os dois extremos na ordenação das modalidades de Reforma Agrária – a reforma conservadora ou pseudo-reforma, e a reforma de tipo totalitário, está situada a reforma democrática. [...] A expropriação dos proprietários ou a apropriação de terras pelo estado são medidas que a reforma agrária democrática justificadamente repele, pois equivaleria, num e noutro caso, em colocar a pessoa sob o arbítrio do estado, despojando-a de direitos primordiais, inalienáveis e anteriores à própria organização jurídica do Estado. [...] Não se justifica, pois, a adoção de métodos que destoem desses princípios democráticos e coloquem o patrimônio, que representa a terra, à mercê de agitações comprometedoras da paz social. Recomendando a elaboração de planos regionais de parcelamento de áreas públicas ou inaproveitadas para fins de colonização e incremento da produção agrária, a Federação das Associações Rurais condena, porém, o processo adotado na condução do recente caso de Nonoai.

Em seguida, notícias sobre a mobilização de agricultores sem terra na área conhecida como *Banhado do Colégio*, no município de Camaquã, no sul do estado, evidenciaram ainda mais as tensões. Naquele contexto, Brizola buscou uma aproximação com os ruralistas, a partir de um convite à entidade para encaminhar uma proposta conjunta para a solução do problema agrário no país; a proposta foi aceita pela Farsul, desde que aceitas duas condições: “a) providências para cessar a mobilização e a arregimentação de camponeses, assegurando ambiente de tranquilidade”; “b) reexame e medidas para solução equânime de casos de desapropriações”<sup>18</sup>. Foi constituída então uma Comissão Mista, formada por sete representantes da entidade e 13 representantes do governo. Marluza Marques Harres, em sua tese sobre o episódio conhecido como “a reforma agrária do Banhado do Colégio”, analisou as tentativas de aproximação de Brizola com a entidade. Segundo a autora, o governador, “para implementar sua ofensiva reformista, tentou conseguir o apoio e o assentimento da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul” (2002, p. 48). Tal disposição estava, de acordo com Harres, em conformidade com a tradição conciliatória característica do PTB<sup>19</sup>. A Comissão Mista, no entanto, pouco avançou no sentido de unificar as propostas de ambos, sendo que ao final das

<sup>18</sup> Farsul. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 70.

<sup>19</sup> O que teria levado os ruralistas a esta aproximação? Harres sugere a necessidade de investigar a “posição do Governo Federal, em especial da Presidência da República, sobre os acontecimentos no Rio Grande do Sul e o grau de interferência que lhe coube para que a Farsul aceitasse as negociações”.

discussões emergiram dois documentos<sup>20</sup>. A partir daí, os tensionamentos da entidade com Brizola prosseguiram até o fim do seu mandato. Conforme a “mensagem do Prof. Dr. Saint Pastous aos ruralistas e relatório da diretoria à Assembleia Geral, referente ao período de julho de 1961 a junho de 1962: “Entre o Govêrno do Estado estabeleceu-se uma luta a que não podíamos fugir. As intervenções da Farsul nos acontecimentos são decisivas. A confiança no órgão máximo do ruralismo catalizou os ruralistas numa frente de defesa e poder não antes havida.”<sup>21</sup>

Nesta “frente de defesa e poder”, a entidade ou algumas de suas lideranças buscavam se articular com outros grupos, instituições e associações de classe. Chama a atenção, por exemplo, a aproximação com setores conservadores da Igreja Católica. Cabe destacar que um dos membros da diretoria da Federação, entre 1961 e 1963, foi o padre Eugênio Giordani, conhecido por sua intransigente defesa do “catolicismo à antiga” e por sua atuação política em Caxias do Sul. Giordani foi vereador por dois mandatos na década de 1950, pelo Partido Democrata Cristão, e “marcou de forma poderosa no comando da Paróquia de São Pelegrino e na cidade de Caxias do Sul, como um sacerdote atuante, polêmico, combativo, revolucionário, antimarxista [...]”<sup>22</sup>

Uma das evidências dessa aproximação são as relações entre a Farsul e a FAG, criada em 1961 por bispos católicos e que concorria com o Master na organização dos trabalhadores do campo. Segundo Scherer-Warren, a FAG recebeu apoio de alguns grandes proprietários, inclusive da própria Farsul: “o segmento social patronal, frente a um movimento mais radical e outro mais moderado, prefere fortalecer seu poder através do apoio ao último.” (p. 89) Além disso, a própria concepção da FAG sobre a reforma agrária, que seguia a orientação da cúpula católica nacional, vinculava-se ao discurso produzido pela Farsul. De acordo com Picolotto, “a concepção da FAG acaba se aproximando mais das concepções que propunham a ‘modernização técnica da agricultura sem reforma agrária’ (defendidas por organizações patronais, como a Farsul) como forma de superar a baixa produtividade e as imperfeições da estrutura agrária.” (2011, p. 86)

Um exemplo desta aproximação pode ser evidenciado pela presença de membros da FAG em atividades promovidas pela Farsul. A sessão da FAG de Erechim, através de seu representante Sr. Romeu Madalozzo, apresentou contribuição para a Comissão de Reforma Agrária criada durante a

---

<sup>20</sup> A proposta governamental previa um *Plano de Obrigações Sociais*, que significavam a oferta de empréstimos internos e compulsórios, que recairiam “sobre os proprietários rurais e de áreas ou loteamentos urbanos, acima de determinado mínimo, e correspondente a 10% do valor real da propriedade”, e que poderiam ser pagos em terras ou dinheiro. (HARRES, 2002, p. 156). A Farsul reivindicava, no entanto, que esta contribuição em terras tornaria o doador um candidato prioritário na obtenção de financiamentos e assistência técnica. Harres afirma que houve grandes expectativas em relação ao apoio anunciado pela Federação, que acabaram se frustrando em função da deterioração das relações entre as partes.

<sup>21</sup> Farsul. Mensagem do Prof. Dr. Saint Pastous aos Ruralistas e Relatório da Diretoria à Assembleia Geral. 1º/julho/1961 – 30/junho/1962. [snp]

<sup>22</sup> Disponível em: <http://archive.is/sqXXN#selection-1151.0-1151.515>



Concentração Rural de Santa Maria para dar andamento à discussão sobre este item. Em uma reunião com os vice-presidentes da Farsul vinculada a “Campanha do Associativismo”, realizada em forma de um “seminário de estudos” nos dias 16 e 17 de outubro de 1962, um dos expositores foi o Padre Afonso Gregory, que discorreu sobre “Associativismo como Ciência Social”, no dia 16, e “Sindicalização”, no dia 17. Gregory era o representante da Arquidiocese Metropolitana no GTRA criado pela Farsul em 1961 e, além de professor da Pontifícia Universidade Católica do RS, era vinculado ao Seminário de Viamão, onde havia sido fundada a FAG, meses antes. Na segunda exposição, o padre explicou a “ação da Frente Agrária Gaúcha no momento atual e a aplicação da encíclica papal *Mater et Magistra*”. (Relatório Farsul-SSR, op cit, p. 6)

Outra questão importante diz respeito à participação de membros da entidade na formação do Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais do Rio Grande do Sul (Ipesul), um núcleo do Ipes no estado<sup>23</sup>. Em seu estudo sobre o Ipesul, Thiago Moraes, identificou, entre os 29 sócio-fundadores da entidade, cinco membros da Farsul<sup>24</sup>. O Ipesul foi criado em março de 1962, e se dedicava, segundo seus membros, a “formação de uma opinião pública esclarecida e justa”. O instituto defendia uma reorganização do capitalismo, era fortemente anticomunista e apoiava os projetos da *Aliança para o Progresso*<sup>25</sup> (MORAES, 2012, p. 57). Em relação à participação de grandes proprietários de terra no complexo Ipes/Ibad, Dreifuss afirma que este buscou construir redes de apoio entre os mesmos, uma vez que significavam “fonte de suporte financeiro, faziam-se também necessários na contenção dos camponeses e no apoio que davam às autoridades regionais, em particular aos governadores dos estados que, por sua vez, opunham-se ao governo central”. No caso do Ipesul, é interessante também perceber que entre os sócios e dirigentes do instituto, havia representantes de outras entidades de classe, como a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

<sup>23</sup> De acordo com Dreifuss, em *A conquista do Estado*, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) formavam um complexo que atuava “como um estado-Maior da burguesia multinacional-associada que desenvolveu uma ação medida, planejada e controlada que a levou ao poder.” Em seu estudo, Dreifuss buscou evidenciar como estes institutos – que reuniam a “elite orgânica” (formada principalmente por empresários, alguns profissionais liberais, militares e intelectuais) passaram a patrocinar uma ampla campanha de desestabilização do governo Goulart, além de difundir uma mensagem anticomunista através de palestras, simpósios, debates, propagandas no rádio e TV, filmes e jornais. Após a criação do Ipes, em 1961, vários núcleos rapidamente se espalharam pelo país.

<sup>24</sup> São eles: Paulo Simões Lopes e João Alves Osório (membros da Diretoria nas gestões 1961-1963 e 1963-1965), Kurt Weissheimer e Antônio Chaves Barcelos (membros da diretoria entre 1961 e 1963) e o próprio Antonio de Saint-Pastous, presidente da entidade entre 1961 e 1963.

<sup>25</sup> Cabe destacar que a Farsul defendia de forma intransigente a utilização da concepção e dos recursos da Aliança para o Progresso para resolver o problema agrário. Segundo relatório da entidade, em visita ao Rio de Janeiro no segundo semestre de 1962, a presidência da Farsul já havia iniciado contatos com autoridades brasileiras e norte-americanas responsáveis pelo Programa, entre os quais o Embaixador do Estados Unidos, Lincoln Gordon. Farsul. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 89. Saliento que Gordon é apontado como um dos principais articuladores do apoio norte-americano ao Golpe de 1964.

Outro elemento importante que deve ser ressaltado, embora não poderá ser discutido no presente trabalho, diz respeito às vinculações da entidade com os partidos políticos de oposição no Rio Grande do Sul e o apoio dos ruralistas a eleição de Ildo Meneghetti, do PSD, em 1962.<sup>26</sup> Alguns trabalhos abordam o apoio financeiro recebido pelo então candidato Meneghetti por parte dos grandes proprietários rurais gaúchos<sup>27</sup>, e o próprio Dreifuss indicou as relações do governador eleito com a Farsul e o Ipesul.” (p. 389)

Assim, a partir da articulação com diferentes grupos e entidades, a Federação buscou imprimir força à defesa de seus interesses – anunciando-os como sendo os interesses de toda a nação - e barrar as iniciativas de reforma agrária defendidas pelos movimentos sociais e pelo governo João Goulart.

### **Os ruralistas, a reforma agrária de Jango e o processo que culminou com o Golpe de 1964**

Se o fim do governo Brizola e a posse de um governador mais alinhado aos interesses da Farsul contribuía para acalmar os ânimos da entidade, a conjuntura nacional, por outro lado, encontrava-se bastante conturbada. Na gestão de Goulart, houve uma reorganização das agências responsáveis pela questão agrária no interior do aparelho de estado. Em 1963, o governo criou a Superintendência de Política Agrária (Supra), que incorporou diversos órgãos como o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Serviço Social Rural e o Conselho Nacional de Reforma Agrária, passando os mesmos a responder diretamente à Presidência da República. A criação da autarquia objetivava “ativar medidas preparatórias de reforma antes mesmo de sua aprovação pelo Congresso, e, mais do que isso, criar condições políticas e institucionais favoráveis à sua imediata aplicação” (CAMARGO, 1986, p. 204). A Supra passou então a desenvolver uma proposta cuja essência era considerar “de interesse social e, portanto, desapropriáveis, os imóveis de mais de 500 ha situados nos 10 km à margem das rodovias, açudes e ferrovias.” (p. 221) O decreto foi assinado no *comício da Central do Brasil*, em 13 de março de 1964.

A reação dos grandes proprietários não tardou; de acordo com Camargo, com a assinatura do decreto, o presidente “definitivamente, unifica contra si e contra o regime a heterogênea, mas organizada classe dos proprietários.” (p. 221) No Rio Grande do Sul, a Farsul se colocou publicamente contra a assinatura do decreto, através de um telegrama enviado pelo Conselho Deliberativo da entidade ao presidente Goulart, no qual reiterava o apelo para que não fosse promulgado o decreto: “Esse documento, nos termos publicados trará profundas perturbações aos

---

<sup>26</sup> No início dos anos 1960, formou-se no estado a Ação Democrática Popular, que reunia as bancadas do PSD, PL, PDC, PRP e UDN, partidos de oposição ao governo Goulart. Esta frente objetivava disputar as eleições no estado, se opondo ao grupo formado pelo PTB, MRT e ARS. (HEINZ, 2005, p. 47)

<sup>27</sup> Ver, por exemplo, a dissertação de Bernard José Pereira Alves, citada na bibliografia, especialmente na p. 75.

proprietários atingidos, cujos imóveis não poderão ser transacionados nem dados como garantia para operações financeiras em benefício da lavoura e da pecuária.” A missiva apontava também ser “flagrante a inoportunidade dessa promulgação em face da agitação reinante no meio rural de todo o país promovida por agitadores esquerdistas que anunciam invasões às propriedades privadas, logo que seja promulgado o referido decreto” e afirmava que “os proprietários rurais desse estado [...] estão nesta hora, decididos a reagir de qualquer maneira contra esses atentados.”<sup>28</sup> No dia 17 de março, a entidade também assinou, juntamente com a Fiergs, a Federasul e o Sindicato dos Bancos no Estado do Rio Grande do Sul, um manifesto, no qual expressavam “seu veemente protesto contra o clima de agitação provocado em todos os setores da vida pública nacional” e sustentavam “sua atual posição de protesto à orientação governamental”, afirmando, todavia, que não

pretendem, com sua atitude, alimentar a ação daqueles que, pela subversão, procuram solapar o regime, através do descrédito e da destruição das instituições. Pelo contrário, sua palavra orientadora, nesta fase grave que atravessa o país, é a de que todos devemos dedicarmo-nos cada vez mais ao trabalho, que propicia o desenvolvimento, a prosperidade e o bem-estar social, e que, por isso, constitui o único e eficiente meio de nos contrapormos à ação dos agitadores [...]<sup>29</sup>

Após a assinatura do decreto, a Federação organizou, em conjunto com a Associação Rural de Camaquã, uma concentração dos ruralistas do estado, que objetivava “o debate sobre os problemas da classe, em especial o momento nacional, em face dos atos do presidente da República, anunciados por ocasião do comício do dia 13”. Na semana anterior, outro encontro havia reunido cerca de mil e quinhentos ruralistas em Caçapava.<sup>30</sup>

Acompanhando algumas manchetes do jornal *Diário de Notícias* ao longo do mês de março de 1964 podemos ter uma ideia da reação que o anúncio de tal decreto e sua assinatura provocou no estado: “FARSUL contra SUPRA” (1º de março de 1964. Capa); “FARSUL denuncia ao presidente da República: Comunistas chefiam invasões de terras com apoio federal” (4 de março de 1964. Capa); “Meneghetti dá garantias à propriedade privada: Decreto da SUPRA é vago e difícil de aplicar no RGS” (5 de março de 1964. Capa); “Meneghetti adverte às vésperas do decreto da SUPRA: Reagirá o govêrno a qualquer tentativa de desordem no RGS” (6 de março de 1964); “Adiamento do decreto desapropriador pede ruralismo a Jango” (11 de março de 1964. Capa); “Erguem-se os ruralistas de Cachoeira do Sul contra a cubanização do Brasil” (12 de março de 1964. Contracapa); “Quase a metade do RGS está sujeita à desapropriação” (13 de março de 1964. Capa); “Ruralismo (em paz, mas alerta) considera o fato já consumado” (13 de março de 1964. p. 7); “Ruralismo gaúcho pronto para reagir às invasões” (14 de março de 1964. Capa); “Presidente assinou decreto da SUPRA após ouvir

<sup>28</sup> *Diário de Notícias*, 11 de março de 1964. Contracapa.

<sup>29</sup> *Diário de Notícias*, 17 de março de 1964. Capa.

<sup>30</sup> *Diário de Notícias*, 17 de março de 1964. p. 6.

Prestes” (17 de março de 1964. Contracapa). Observando as manchetes, chama a atenção a sua disposição de resistir ao decreto da Supra e a tentativa de estabelecer relações entre este e o comunismo, o que se evidencia com as referências à Cuba e a Luis Carlos Prestes, o principal líder do Partido Comunista Brasileiro naquele momento. A necessidade de resistir ao decreto também foi tema de uma conversa entre líderes da Farsul e o governador; na ata de uma reunião do Conselho Deliberativo da Farsul, datada de 10 de março de 1964, foi mencionado o projeto da Supra e relatada este encontro dos dirigentes da entidade com Meneghetti; na ocasião, este teria indicado a necessidade de “não permitir a invasão de terras” e “sugeria a arregimentação de elementos de confiança para colaborar com a ação policial, o que originou um telegrama reservado da Farsul a seus filiados, ao mesmo tempo em que esta entidade recomenda[?] aos ruralistas a defesa de suas propriedades nos termos da Constituição”<sup>31</sup>.

Embora a Federação se pronunciasse em nome dos “proprietários rurais desse estado”, dando uma ideia de unidade, a orientação da entidade foi questionada por várias associações rurais, que exigiam um posicionamento mais radical frente ao governo federal. Segundo Eckert, algumas associações rurais, como àquelas sediadas em Livramento, Quarai, São Borja, Uruguaiana e Dom Pedrito, firmaram um manifesto contrário a posição da entidade, questionando o que chamavam de “indefinição” da Farsul diante da questão da reforma agrária, especialmente em relação à proposta de alteração da Constituição Federal, e acusando-a de não seguir a orientação da Confederação Rural Brasileira. (p. 284)<sup>32</sup>

Estes tensionamentos, que marcaram o início de 1964, foram decisivos para a conformação da conspiração que derrubou Goulart. Na literatura acadêmica, as interpretações acerca dos fatores que explicam o golpe são variadas,<sup>33</sup> mas é comum que se identifiquem, entre os atores sociais que participaram das articulações e alianças que garantiram sua efetivação, os grandes proprietários e as associações que os representam. Mendonça afirma que o Golpe de 1964 não se deveu apenas aos projetos de reforma agrária de Jango, mas “como resultado da mobilização dos trabalhadores rurais, que poderiam, eventualmente, sinalizar para uma reforma agrária ‘na marra’, indicativa de potencial ruptura das alianças tradicionais que sustentavam as formas de dominação do campo.” (MENDONÇA, 2012, p. 40) Tal temor, segundo a autora, explicaria o vulto da reação dos ruralistas. José de Souza Martins afirma que

<sup>31</sup> Farsul, ata da reunião do Conselho Deliberativo, 10 de março de 1964.

<sup>32</sup> Esta divergência é interessante porque chama a atenção para os riscos de se homogeneizar a atuação destes agentes, ignorando as nuances e embates do seio da própria entidade.

<sup>33</sup> Para um balanço acerca das principais interpretações historiográficas sobre o Golpe de 1964, ver: FICO, Carlos. O Golpe. IN: *Além do Golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004; MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia. *REVISTA História & Luta de Classes*, nº 1, abril de 2005. p. 7-18.

O golpe não teria sido possível sem a intervenção e a ação, mais ideológica do que política, de uma classe social tão amplamente disseminada sobre o território como a classe dos proprietários de terra. Foram eles, apoiados em grupos conservadores do clero e na classe média, que conseguiram levar para as ruas a idéia da resistência às reformas sociais, invocando para isso a sacralidade dos valores da tradição. (1999, p. 77)

Como se deu essa intervenção? A partir de quais estratégias e alianças estas ações foram articuladas? Como as entidades representativas destes proprietários, espalhadas em todos os estados da federação, se posicionaram neste processo? Martins afirmou que “os grandes proprietários de terra, organizados, sobretudo numa das mais tradicionais entidades de defesa de seus interesses, a Sociedade Rural Brasileira, de São Paulo”, deram “decisivo apoio à preparação do golpe.” (p. 69), embora não tenha problematizado como se deu esse apoio. Dreifuss revelou a presença de proeminentes figuras de entidades como a Confederação Rural Brasileira, a Sociedade Rural Brasileira, a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, a Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais e associações do Paraná integrando o complexo Ipes-Ibad (p. 183)<sup>34</sup>. Em relação ao Rio Grande do Sul, ao tratar da organização da intervenção militar, ele afirma que os grandes proprietários de terra nas zonas rurais estavam sendo organizados em unidades paramilitares, pelo General da Reserva Armand Cattani. Estes “agiriam como um grupo coordenado na época do golpe. O plano teve apoio total de Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul [...]” (p. 389) Além disso, Dreifuss aborda a proximidade entre lideranças da Farsul e o General Olimpio Mourão, um dos militares que deu início à marcha golpista, em Minas Gerais. A partir da análise da documentação, é possível aferir a presença de militares entre os quadros da Farsul. Podemos citar, como exemplo, o General Henrique Geisel (membro da diretoria entre 1959 e 1961), o Coronel Dario Azambuja (responsável pela “Campanha de Esclarecimento à Opinião Pública e de Defesa do Ruralismo Gaúcho”, citada anteriormente), o Coronel Carlos de Oliveira Ströher (integrante do Conselho Fiscal) e o Coronel João Jacques (presidente da Associação Rural de Passo Fundo).<sup>35</sup> Além disso, havia denúncias da articulação entre membros de Associações Rurais do interior do estado e militares. O jornal *Novos Rumos*, editado pelo Partido Comunista Brasileiro, em sua edição de 18 a 24 de maio de 1962, por exemplo, denunciou que os “coronéis” de Bagé estavam hostilizando os movimentos populares. A reportagem afirmava que “coronéis comandantes dos regimentos aqui sediados estão tomando atitudes impopulares, que não condizem com a imparcialidade que o Exército mantém frente aos momentosos assuntos político-econômicos do Brasil de hoje”. (snp) Na mesma

<sup>34</sup> Além disso, o Ipes desenvolvia atividades de doutrinação fazendo uso das sedes da Sociedade Rural Brasileira, por exemplo. p. 257.

<sup>35</sup> Saliento que ainda se faz necessária uma investigação aprofundada sobre as trajetórias destes ruralistas, sua atuação na entidade e suas possíveis conexões com outros membros das Forças Armadas.

cidade, o presidente da Farsul palestrou para alunos da Escola Superior de Guerra – uma das principais difusoras do anticomunismo e da Doutrina de Segurança Nacional - como mencionamos anteriormente. Embora tais dados indiquem conexões importantes, ainda não foi possível traçar um quadro mais significativo acerca destas articulações e os elementos aqui apresentados ainda carecem de pesquisa e precisam ser problematizados.

Vale ressaltar que não há trabalhos acadêmicos que tenham se dedicado a investigar a mobilização do patronato rural gaúcho e a Farsul no período imediatamente anterior ao golpe. Tal lacuna indica que ainda são necessárias novas investigações, pois, conforme afirma Bruno: “Se não procurarmos conhecer quais as estratégias do patronato rural, dificilmente conseguiremos visualizar a ordem do poder e da dominação na sua totalidade.” (BRUNO, 1997, p. 16)

## Referências Bibliográficas

- ALVES, Bernard José Pereira. *A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização*. Dissertação (Mestrado). UFRRJ – CPDA, 2010.
- BRUNO, Regina Ângela Landim. *O ovo da serpente*. Monopólio da Terra e Violência na Nova República. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Unicamp, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. p. 16.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise do poder e reformas de base (1930-1964) In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- ECKERT, C. Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1984.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- HARRES, Marluza Marques. *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do banhado do colégio. Camaquã, RS*. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Movimentos sociais rurais*. IN: República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Coordenação Geral: Tau Golin, Nelson Boeira. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 250-251.
- HEINZ, Flávio M. *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947 – 1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- MARTINS, José de Souza - *O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.
- MORAES, Thiago de Aguiar. “Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Dissertação (Mestrado). PUC-PPG História, 2012.
- PALMEIRA, Moacir. Significado da reforma agrária. IN: CARVALHO, Abdias V. & D’INCÃO, Maria da Conceição. *Reforma agrária, significado e viabilidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.
- PICOLOTO, Everton Lazzaretti. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado) – UFRRJ-CPDA, 2011.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Associativismo e sindicalismo rural no Rio Grande do Sul*. Dissertação (mestrado) – UFRGS / Programa de Pós-Graduação em Economia Rural e Sociologia Rural. Porto Alegre, 1972.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco: 1930-1964*. RJ: Paz e Terra, 1979.

## GT 05 – Elites patronais rurais e agroindustriais, ação coletiva e pensamento crítico

A constituição do “agronegócio sertanejo” na grande propriedade do semiárido nordestino

**Kaliane de Freitas Maia<sup>1</sup>**  
**Luis Henrique Cunha<sup>2</sup>**

**Resumo:** O trabalho abrange as transformações sociais, econômicas, técnicas e produtivas que têm sido vivenciadas nas médias e grandes propriedades rurais do semiárido nordestino, demarcando as especificidades dos esforços recentes de modernização e de integração aos mercados de produtos agropecuários. Objetivou-se entender como os proprietários rurais reagem e se organizam frente aos processos de modernização após a decadência do sistema latifúndio/algodão/pecuária/morada a partir de finais da década de 1970

**Palavras-chaves:** Agronegócio sertanejo; (Re)pecuarização; Semiárido.

Na tentativa de compreender os novos arranjos produtivos no semiárido brasileiro a partir da noção de (re)pecuarização e a expansão da agropecuária, este trabalho se propõe analisar as transformações sociais, econômicas, técnicas e produtivas que têm sido vivenciadas nas médias e grandes propriedades rurais do semiárido nordestino, com a intenção de confrontar a ideia de que esse espaço social é o lugar da tradição e do atraso, sendo necessário apreender as novas formas sociais que têm sido engendradas por seus proprietários a partir da decadência do sistema latifúndio/algodão/pecuária/morada. Ao mesmo tempo, busca-se minimizar a invisibilidade deste espaço na literatura sócio-antropológica recente sobre as transformações da grande propriedade no Brasil, realizada como crítica à expansão do agronegócio. Não se quer defender que as dinâmicas vivenciadas nas áreas sertanejas do semiárido são idênticas àquelas reveladas nas regiões de cerrado, marcadas pela modernização da produção de grãos, de biocombustíveis e da pecuária; pela internacionalização das lógicas produtivas e da propriedade da terra; e pela grande concentração de capitais. Mas revelar que a referência à noção de agronegócio pode ajudar a compreender as transformações ocorridas nos últimos 30 anos, demarcando as especificidades dos esforços recentes de modernização e de integração aos mercados de produtos agropecuários.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais / UFCG, e-mail: Kalianemaia@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/UFPA e Professor da UACS/PPGCS/UFCG / e-mail: luishcunha@uol.com.br

Propomos a utilização da categoria de “agronegócio sertanejo” para a compreensão destas transformações. Por “agronegócio sertanejo” entendemos o modelo social e produtivo resultante dos esforços de modernização adotados nas propriedades rurais do semiárido nordestino – principalmente, mas não exclusivamente, na agricultura patronal – que expressa a reorganização do setor agropecuário regional após a crise do latifúndio a partir de finais da década de 1980. Esta definição expressa algumas das ambiguidades que definem suas características principais: diversidade de possibilidades produtivas; tendência à especialização produtiva, como efeito da experimentação entre diferentes alternativas econômicas; investimentos em novas tecnologias; relativo predomínio da informalidade nas relações de trabalho, com atualização do antigo sistema de moradia; direcionamento de rendas não agrícolas para investimento na modernização da atividade agropecuária, com menor dependência de financiamentos bancários; importância da herança familiar e do poder político como ativos utilizados nos processos de modernização produtiva das grandes propriedades.

Para a realização da pesquisa de campo no semiárido nordestino decidiu-se pela microrregião de Catolé do Rocha<sup>3</sup>, no Sertão da Paraíba. Catolé do Rocha e os demais municípios desta microrregião estão historicamente ligados ao poder dos coronéis, à produção do algodão e a pecuária bovina, dando fama nacional às oligarquias familiares, em especial à família Maia. E que hoje experimenta processos de transformações sociais e econômicas, no entanto, apresenta-se como um arrebatador campo de pesquisa para a compreensão do que estamos chamando de processo de (re)pecuarização e tendência para o “agronegócio sertanejo” por caracterizar situações sociais diferenciadas, mas relacionadas com a pecuária bovina e a manutenção da propriedade, além de ser um pólo produtivo e de comercialização de bovinos no estado da Paraíba.

Este artigo não tem, é claro, a intenção de “louvar” o caráter modernizador ou civilizatório dos grandes proprietários da região. A perspectiva adotada – no quadro do debate sobre o agronegócio – é crítica das formas sociais pelas quais o setor agropecuário tem se modernizado no Brasil. Recusa, porém, o dualismo tradicional *versus* moderno,

---

<sup>3</sup> A microrregião de Catolé do Rocha é composta por 11 municípios: Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Jericó, São Bento, Belém do Brejo do Cruz, Riacho dos Cavalos, Lagoa, Bom Sucesso, Brejo dos Santos, São José do Brejo do Cruz e Mato Grosso. Faz parte da mesorregião do Sertão Paraibano e suas microrregiões limítrofes são: Médio Oeste (RN), Pau dos Ferros (RN), Sousa (PB), Seridó Ocidental (RN) e Vale do Açu (RN). Sua população, de acordo com o censo demográfico de 2010, é de 116.046 habitantes.



tanto para o presente quanto em relação ao passado, e, principalmente, pretende atualizar a crítica à grande propriedade no semiárido para além do lugar comum do latifúndio, das oligarquias e do morador expropriado da terra e de seu trabalho, que sendo válido para o passado não é suficiente para explicar as direções das mudanças ocorridas nas últimas décadas, em que as políticas públicas foram reorientadas; em que novas discursividades foram elaboradas (como a ideia de convivência com o semiárido) e em que as categorias de agricultura familiar e agronegócio polarizam o debate acadêmico, político e midiático.

Em trabalho que defende a tese de que o projeto de transposição de águas do rio São Francisco atende aos interesses dos latifundiários, PRIETO (2005) revela as contradições das imagens cristalizadas sobre o semiárido nordestino. Para o autor, o latifúndio é ainda a forma social da grande propriedade no sertão nordestino. Remete, para isso, aos símbolos que definem esse sistema social e de apropriação da terra. Considera que a noção de agronegócio é apenas a nova designação tecnocrática do latifúndio. Reforça, finalmente, coerente com os recursos discursivos utilizados, muito mais a permanência do que a mudança.

A questão que aqui se apresenta, empírica e teoricamente informada, vai na direção contrária à percepção dominante da grande propriedade no semiárido divulgada por Prieto (2005), percepção essa ancorada nos estudos realizados até a década de 1970. Parte-se do pressuposto que é fundamental ressaltar as transformações, na busca de apreender as mudanças sociais engendradas nas últimas décadas para, assim, refletir sobre as novas formas de dominação. Acreditamos que as noções de atrasado e moderno convivem e se combinam contrariamente (BRUNO, 2010) sobre o processo de manutenção, transformação e atualização das médias e grandes propriedades, acompanhado por interesses históricos e tradicionais de classe que ora se beneficiam, ora sofrem limitações e adaptações.

A compreensão da constituição do “agronegócio sertanejo” é facilitada pela referência à noção de (re)pecuarização, tendo em vista que a atividade da pecuária alicerça os novos projetos produtivos nas médias e grandes propriedades rurais da microrregião de Catolé do Rocha.

### **O debate sobre o agronegócio**

O debate gerado em torno da conceituação e dos impactos sociais, econômicos, políticos, ambientais e territoriais do chamado agronegócio intensificou-se nos últimos anos. Há inúmeras definições e indefinições sujeitas a controvérsias entre os estudiosos

do tema. É possível encontrar na literatura sobre agronegócio desde textos que são marcadamente críticos (CANUTO, 2004; DELGADO, 2005; FABRINI, 2008; SOUZA E CONCEIÇÃO, 2008), passando por trabalhos de caráter mais ideológico ou que defendem o agronegócio a partir dos expressivos saldos da balança comercial (MENEZES e PINHEIRO, 2005), até artigos e livros que buscam adotar uma posição mais distanciada, em que são revelados benefícios e problemas do agronegócio no Brasil (SILVA, 2009; FERNANDES, 2007; ELIAS e PEQUENO, 2007).

A noção de agronegócio organizou e desenvolveu uma miríade de operações de caráter comercial, financeiro e político. A ABAG<sup>4</sup> (Associação Brasileira de Agronegócio) sempre procurou meios para legitimar-se junto a classe dominante empresarial rural, pois fazendo isso ela estava fundamentando a inserção do agronegócio no mercado internacional e dando esse passo, facilmente se legitimaria junto a sociedade política e a sociedade civil em geral.

Mesmo sofrendo transformações desde sua criação, o conceito de agronegócio manteve uma base comum, qual seja, uma maior intensidade nas relações intersetoriais, ressaltando a acumulação de capital e o progresso tecnológico moderno aplicado às atividades agropecuárias. Segundo Gasques (2004), citado por Oliveira (2010):

... o agronegócio é visto como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela sua transformação, até o seu consumo. Essa cadeia incorpora todos os serviços de apoio: pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores (*dealers*), bolsas, industrialização e o consumidor final. O valor agregado do complexo agroindustrial passa, obrigatoriamente, por cinco mercados: o de suprimentos; o da produção propriamente dita; o do processamento; o de distribuição; e o do consumidor final (GASQUES, 2004, p.08).

Elias e Pequeno (2007), pensam o agronegócio globalizado como uma materialização das condições gerais de reprodução do capital, cujas principais características refletem a demanda de novos produtos e serviços mecanizados e

---

<sup>4</sup> A ABAG é uma entidade que agrega vários setores ligados à produção agropecuária. Fazem parte dessa associação de produtores rurais: empresas responsáveis pela atividade produtiva, empresas que produzem insumos e também aquelas ligadas ao armazenamento, processamento, distribuição e financiamento de produtos agropecuários, além de empresas ligadas ao capital financeiro.

especializados, promovendo o crescimento da agricultura moderna brasileira, onde se processa a chamada reestruturação produtiva.

Para Campos (2009), o agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente atrelados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos nacionais e multinacionais e que, em aliança com os grandes proprietários e o Estado, vem transformando o interior do Brasil em um espaço privilegiado de acumulação capitalista. Esse processo intensifica os conflitos sociais e econômicos e as desigualdades socioespaciais.

A literatura produzida nos últimos 10 anos, no campo das ciências sociais e áreas afins, que refletem sobre a dinâmica recente do agronegócio priorizou, em suas pesquisas e análises as regiões de fronteiras e as áreas do cerrado, as quais foram incorporadas nessa dinâmica do agronegócio a partir da década de 1970 com as correntes migratórias vindas das regiões Sul e Sudeste em busca de terras livres e com baixos custos de aquisição no Centro-Oeste, posteriormente se alastrando por todo o cerrado brasileiro. Essa região engloba os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e Piauí e mais recentemente os estados do Pará e Rondônia (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010; ALVES, 2005; FERNANDES, 2007).

Outras áreas demarcadas como vetores do desenvolvimento econômico do agronegócio na literatura brasileira são os vales úmidos localizados no semiárido nordestino (São Francisco, Açu e Jaguaribe). A produção agrícola frutícola se desencadeou fortemente em Juazeiro - BA e Petrolina - PE, Açu e Mossoró - RN, Limoeiro do Norte e outros municípios do entorno, no baixo rio Jaguaribe - CE (ELIAS e PEQUENO, 2007; GOMES, 2009).

Assim, observa-se uma invisibilidade quase total do semiárido nordestino, com exceção dos cerrados nordestinos e dos perímetros irrigados, no debate recente sobre as transformações técnicas engendradas pela agropecuária moderna no Brasil. No entanto, nossa pesquisa busca dar conta não apenas das práticas sociais normalmente associadas ao agronegócio, mas também chamar a atenção para as ausências, práticas sociais e territórios no semiárido brasileiro que mesmo estando conectados à dinâmica capitalista e produtiva, não estão associados ao agronegócio, por isso, tornam-se invisíveis aos pesquisadores que se dedicam à temática.

As transformações da média e grande propriedade no Nordeste, tendo como marco temporal o colapso do sistema latifúndio/algodão/pecuária/morada, não são explicadas unicamente na chave do desenvolvimento do agronegócio. Algumas grandes propriedades da microrregião de Catolé do Rocha não podem ser associadas ao fenômeno do agronegócio, ainda que não se deva, também, analisá-las na chave do antigo latifúndio. As formas sociais e produtivas predominantes nestas propriedades, muitas vezes descritas como “abandonadas”, precisam ser melhor apreendidas. Mas há também grandes e médias propriedades que passam por mudanças que se aproximam dos setores normalmente considerados modernos da agricultura patronal, ou melhor, do agronegócio.

Para dar conta de refletir sobre a forma particular do agronegócio no semiárido nordestino, combinada a outras formas sociais assumidas pela grande propriedade na região, este trabalho se norteia pelas seguintes questões:

1. Em que medida podemos compreender os processos de reestruturação produtiva engendrados nas últimas décadas nas médias e grandes propriedades do sertão Paraibano a partir da noção de “agronegócio sertanejo”?
2. Qual o lugar da pecuária nesse processo e como os médios e grandes proprietários ressignificam a prática da pecuária?

### **Ressignificação da prática da pecuária no semiárido e transformações nas estratégias produtivas**

Com o intuito de estudar a realidade socioeconômica e cultural das médias e grandes propriedades rurais do semiárido nordestino onde a pecuária está e esteve sempre presente, optamos por trabalhar com elementos que mostram a ressignificação dessa atividade na estrutura social num contexto de modernização produtiva. Reconhecemos que o processo de ressignificação e/ou reabilitação que a pecuária vem sofrendo nos últimos 30 anos (com a participação dos mais diversos atores sociais) “está associada tanto à “ambientalização” do debate sobre desenvolvimento quanto à desqualificação da atividade agrícola” (CUNHA e MARQUES, 2010; GOMES e MENESES, 2010 e NUNES, 2012).

A referência ao processo de (re)pecuarização (CUNHA e MARQUES, 2010; GOMES e MENESES, 2010; NUNES, 2012) envolve múltiplas formas sociais e produtivas e refere-se à ressignificação da pecuária no semiárido nordestino e à constituição de um novo projeto produtivo e modernizador que articula um conjunto diversificado de atores sociais, de modo a permitir a análise das “transformações sociais”

que implicam tanto mudanças qualitativas quanto quantitativas nas dinâmicas produtivas de parcela importante do semiárido nordestino. Vamos utilizar a chave da (re)pecuarização para problematizar as mudanças sociais, econômicas, simbólicas e produtivas que estão ocorrendo nas médias e grandes propriedades da microrregião de Catolé do Rocha, com o estímulo de políticas públicas, fortalecimento das cadeias produtivas, transformações qualitativas na atividade da pecuária (melhoramento dos rebanhos, exigências com o manejo e a sanidade dos animais, aumento das áreas destinadas ao plantio de forrageiras), bem como a emergência de novas relações de trabalho, com o fim do sistema de morada e a crise do sistema pecuária/algodão/culturas de subsistência.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, das quatro mesorregiões<sup>5</sup> do Estado da Paraíba, o maior rebanho bovino se encontra na mesorregião do Sertão paraibano, correspondendo a 42% do total de cabeças de bovinos da Paraíba, o que demonstra a manutenção e importância da pecuária nas áreas sertanejas.

Observando-se apenas as microrregiões<sup>6</sup> do Sertão Paraibano, Catolé do Rocha é a que possui a maior densidade de bovinos por km<sup>2</sup>, com um total de 30 cab/km<sup>2</sup> de gado, seguida das microrregiões de Cajazeiras (28 cab/km<sup>2</sup>) e Sousa (21 cab/km<sup>2</sup>). É importante destacar que o adensamento dos bovinos na microrregião de Catolé do Rocha é elevado seja em municípios onde predomina a agricultura familiar, seja em municípios em que predomina a grande propriedade.

A expansão da atividade criatória a partir da década de 1990 relacionada ao aumento das áreas de pastagens plantadas e diminuição das áreas de lavouras temporárias orientam para um forte processo de (re)pecuarização no sertão semiárido, mesmo sabendo que nas regiões sertanejas sempre existiu a pecuária, agora podemos sinalizar para uma predominância da prática da pecuária de uma forma diferenciada da que existiu anteriormente nos sertões, como iremos confirmar mais a frente, a partir dos dados empíricos colhidos em entrevistas com os proprietários da microrregião de Catolé do Rocha. É importante ressaltar, porém, que o que chamamos de processo de (re)pecuarização não se define primordialmente pelo aumento ou retomada da atividade pecuária, mas pelos novos significados e práticas produtivas a ela associados.

---

<sup>5</sup> Mesorregião do Sertão Paraibano; Mesorregião da Borborema; Mesorregião do Agreste Paraibano; Mesorregião da Mata Paraibana.

<sup>6</sup> Microrregiões do Sertão Paraibano – Cajazeiras, Catolé do Rocha, Itaporanga, Patos, Piancó, Serra de Teixeira e Sousa.

É fundamental ressaltar que tanto nos discursos de técnicos e agências de fomento à atividade agrícola quanto nas falas de grandes, médios e pequenos proprietários, a atividade da pecuária tem sido apresentada como a única alternativa viável para os produtores rurais da região. Esse discurso expressa tanto uma ambientalização do debate sobre desenvolvimento rural na região (em que a pecuária aparece como atividade adaptada às condições climáticas e como parte dos saberes acumulados pelas populações locais de convivência com o semiárido) como à estigmatização da atividade agrícola, sejam as tradicionais culturas de sequeiro, sejam as culturas introduzidas nas tentativas de modernização agrícola via implantação de projetos de irrigação.

### **(Re)pecuarização e grande propriedade na microrregião de Catolé do Rocha: implicações técnicas e produtivas**

Os proprietários da microrregião de Catolé do Rocha destacaram nas entrevistas a aquisição de novas raças de animais como o gado pardo suíço, o holandês, o zebu e o guzerá, na busca por uma raça melhorada que se adapte ao clima da região. Os médios e grandes proprietários da região vêm investindo em práticas mais modernas de reprodução animal, tais como o confinamento do touro com a vaca em período de cio e a inseminação artificial. Também se tem investido no estado sanitário do rebanho, fazendo uso de vacinas anuais e vermífugos para obter a melhor sanidade do rebanho. Além disso, observa-se entre os proprietários da região a ampliação das áreas com pastagens plantadas, com forrageiras de corte como a cana-de-açúcar, o capim braquiária, o capim elefante e o sorgo, que caracterizam um nível de aproveitamento que consideram superior às pastagens nativas. Todas essas modificações tem contribuído para o processo de (re)pecuarização entre os médios e grandes proprietários da microrregião de Catolé do Rocha.

Além do melhoramento do gado para desenvolver ora a pecuária leiteira, ora a pecuária mista – corte e leite, os proprietários investem em desmatamentos para obtenção de pastos para o gado. Para realização desse empreendimento, é preciso adquirir maquinários modernos como tratores, colheitadeiras e máquina forrageira para realização do trabalho, diminuindo assim a contratação de mão de obra.

A escolha da pecuária pelos médios e grandes proprietários da microrregião de Catolé do Rocha passa pela negação da agricultura como alternativa econômica adaptada ao semiárido. Com a crise da cultura do algodão, os proprietários dessa região

começaram, em meados da década de 1980 e, principalmente, na década de 1990, a investir na criação de raças melhoradas.

O movimento revelado na maioria das entrevistas é de reconcentração da atividade da pecuária ainda na década de 1980, além do investimento em novas raças e o melhoramento genético do rebanho através de cruzamentos com raças que se adaptem ao sertão. Também foram feitos investimentos em forrageiras para os animais, ou seja, investimentos em pastagens plantadas como o capim buffel e braquiária e também a cana-de-açúcar, que já fazia parte das culturas desenvolvidas pela maior parte dos proprietários da microrregião. Para melhorar o rendimento do leite, nos períodos mais secos, o gado era alimentado nas cocheiras com capins de corte produzidos na fazenda e alguns produtos industrializados como o farelo de trigo e a torta.

Reitera-se aqui, que todos os proprietários que contribuíram com a pesquisa de campo, optaram pela atividade da pecuária em detrimento da agricultura. Segundo os proprietários, depois da “sentença de morte do algodão”, não tinha como continuar investindo na agricultura de forma rentável, não compensava cultivar nem as culturas que comumente eram cultivadas na região. Consideramos que essas atitudes evidenciadas pelos proprietários referem-se à reestruturação do sistema das estratégias de reprodução social, em que podemos perceber transformações nas formas pelas quais os grupos sociais se reproduzem ao longo do tempo. Nesse caso, os médios e grandes proprietários rurais, devido às dificuldades enfrentadas com a crise do sistema algodão/pecuária/culturas de subsistência, apostaram em um novo projeto pecuário, caracterizado por transformações nas esferas econômicas, sociais, técnicas e produtivas.

Para se dedicarem à atividade da pecuária, tiveram que fazer investimentos em suas propriedades, os mais variados tipos, a depender do sistema de produção que queriam instalar, mas sempre privilegiando a pecuária em detrimento da agricultura.

As falas dos proprietários quanto à preferência pela pecuária, porém de forma diferenciada da pecuária que era executada na época de seu pai e avô, regida sob a lógica do sistema latifundiário, mostra que foi possível, na caatinga sertaneja, absorver transformações, remodelar certos padrões de comportamentos e relações sociais. Que agora regidos por um novo projeto pecuário conseguiram inserir novas dinâmicas produtivas.

Ficou evidenciado na pesquisa, que a agricultura no sertão paraibano não é mais acessada pelos grandes e médios proprietários por não dar rentabilidade para o produtor

devido as seguintes ausências: escassez de chuvas e falta de reservatórios para suprir a plantação o ano inteiro; falta de mão de obra satisfatória para o desempenho da atividade; e falta de crédito subsidiado. E a pecuária se torna viável por: viabilidade econômica; aptidão; apego à propriedade e à tradição familiar; por ser uma atividade menos trabalhosa e menos penosa; demandar o mínimo de mão de obra; rendimento durante o ano todo; prazer; ser relacionada com outras atividades não agrícolas; lucratividade; e motivação para a pecuária empresarial.

No bojo dessas narrativas, percebemos o quanto são valorizados pelos proprietários os investimentos realizados nas fazendas para manter a propriedade rentável economicamente, confirmando a reestruturação dos aspectos técnicos e consequentemente o processo de ressignificação na atividade da pecuária. Além do melhoramento na genética racial do gado, os proprietários também modificaram as instalações das fazendas, reformando os antigos estábulos e currais, construindo laboratórios para implantação de inseminação artificial e instalação de agroindústria para transformação do leite em subprodutos.

No que se refere ao melhoramento do rebanho, as investigações de campo nos permitiram observar a introdução de processos e técnicas melhoradas nas propriedades, como relatam os proprietários que investiram na criação de raças que se adaptam à bovinocultura de leite e corte. Apresentaremos dois casos que representam o “agronegócio sertanejo” na microrregião de Catolé do Rocha.

### **A melhoria do rebanho: venda de tourinhos reprodutores e a agroindústria**

Os esforços no sentido de melhoria genética do rebanho ocorreram em praticamente todas as propriedades incluídas em nossa pesquisa de campo, embora alguns proprietários sejam mais rígidos com relação a composição de seu rebanho que outros. O Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d’Água, já tinha melhorado o seu rebanho desde a década de 1980, optado pela raça pardo suíço. Já vendia reprodutores da raça para os criadores da região e estados vizinhos. Percebendo que o mercado local estava ficando saturado com a raça, e que muitos criadores já eram detentores do rebanho pardo suíço, e as redes de comercialização estavam ficando mais escassas devido a competitividade de outros criadores, resolveu, em 2004, depois de enfrentar problemas de comercialização e dificuldades técnicas com o rebanho, investir em outra raça de bovinos. Realizou algumas pesquisas, preocupado em encontrar uma raça que se adaptasse à região e que tivesse uma dupla aptidão (leite e corte), observando características relacionadas ao manejo,



adaptabilidade, rusticidade, produção e mercado. Decidiu investir em um plantel puro da raça guzerá, com a disposição de criar um mercado para a venda de tourinhos reprodutores.

Mais recentemente, novos investimentos foram feitos na propriedade, com a aquisição de laboratório, balança, tronco, além de reformar os currais e estábulos e construir novas cocheiras para facilitar o manuseio com o rebanho e aumentar a produtividade.

Em 2010, investi em inseminação artificial, com o projeto que iniciamos de transferência de embrião, de fecundação *in vitro*, com instalação de laboratório na fazenda, melhoramento das instalações, com instalação de um tronco e de balança para acompanhar o desenvolvimento dos animais a cada mês de forma periódica. Nós estamos buscando uma saída, um caminho que seja viável economicamente e que torne as nossas propriedades economicamente viáveis como fora no passado. A pecuária é cada vez mais melhorada, nós achamos que criar gado como se criava antigamente é inviável e nós consideramos que criar gado no sertão, ou se cria de forma moderna utilizando essas novas tecnologias, como eu já falei, ou se acaba (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

Destacamos ainda outro elemento fortemente ligado aos mecanismos modernos de criação, as redes de comercialização incorporados pelo proprietário, dá uma maior expansão dos negócios, para além das feiras de gado, exposições e a própria exposição na fazenda. A vitrine desse proprietário é a internet e as redes sociais, como por exemplo um perfil público no facebook onde ele se identifica como “Guzerá do Z Guzerá”, fazendo referência a raça bovina que comercializa e a inicial do seu nome, dessa maneira o proprietário evidencia traços do “agronegócio sertanejo”.

Além da venda de tourinhos reprodutores, ele opera com a venda de boi de engorda para corte. Segundo o proprietário, todo ano tem venda de animais para o corte, os machos antes de serem desmamados, são ferrados, castrados e levados para engorda. Depois de dois anos, já bois, são vendidos para o abate. As vacas ficam na fazenda para a procriação e só são descartadas as vacas que não produzem leite ou as vacas que não procriam. E o leite é vendido para o laticínio de Catolé do Rocha.

No início dos anos 2000, tem-se a implantação de um laticínio privado no município de Catolé do Rocha, pertencente a um dos grandes proprietários rurais da microrregião. Os proprietários são o senhor Laurinho Maia e seu pai Francisco Serafim, detentores de três propriedades rurais (Fazenda Jatobá, Fazenda São Domingos e Jenipapeiro), totalizando quase 1.800 ha de terras. Prevalece nas propriedades a

bovinocultura mista de leite e corte. E também a suinocultura. Nos últimos 10 anos, instalou um laticínio e hoje produz vários produtos derivados do leite (queijo de manteiga, queijo coalho, ricota, queijo minas frescal, requeijão, mussarela, manteiga, doce de leite, creme de leite e bebida láctea de morango e ameixa). Sua usina de beneficiamento de leite tem capacidade para trabalhar com 15.000 mil litros de leite ao dia. Tem produção própria de 1.800 a 2.000 mil litros de leite ao dia e compra de outros pecuaristas dos municípios circunvizinhos um total de 13.000 mil litros para atender à demanda de produção diária. Seus produtos são vendidos nos estabelecimentos do município e de outros municípios do entorno. Há também uma rede de comercialização estadual, pois seus produtos são comercializados em estados vizinhos como Rio Grande do Norte e também em estados mais distantes como o Distrito Federal. A empresa é chamada pelos sobrenomes familiares, “Usina de beneficiamento Maia e Serafim LMTA – ME” e a marca da empresa é “Laticínios Catolé”, localizado na Fazenda São Domingos, na zona rural do município de Catolé do Rocha.

Segundo o proprietário, a opção pela pecuária e o investimento no laticínio foi a alternativa para manter a propriedade produzindo. Para ele, estava ao mesmo tempo investindo em uma atividade altamente lucrativa e prazerosa, pois continuava na propriedade e investido no que mais gostava, que era cuidar do gado.

O caráter empresarial do laticínio orientado para o lucro facilita a tomada de decisões quanto à diferenciação de produtos e atividades, objetivando alcançar maiores parcelas do mercado consumidor local e regional.

Analisando o ambiente da empresa e seu objetivo de atender à microrregião de Catolé do Rocha e algumas capitais do Nordeste, percebem-se situações típicas enfrentadas por uma agroindústria de leite e laticínios. Primeiro a aquisição das matérias-primas, primordialmente o leite, em que os custos decorrentes geram preocupações, sobretudo em uma região onde a produção é bastante sazonal, encarecendo o leite entregue à empresa em épocas de estiagens; preocupações com os cuidados quanto à qualidade físico-químico e microbiológica do leite recepcionado, o processamento e o armazenamento.

Inicialmente, o laticínio produzia o queijo coalho, queijo de manteiga e o doce de leite. Com o crescimento do mercado, são produzidos 14 derivados do leite (queijo de manteiga, queijo coalho, ricota, queijo minas frescal, requeijão, mussarela, manteiga, doce de leite, creme de leite e bebida láctea de morango e ameixa, entre outros). Um dos

desafios enfrentados pelo laticínio constitui-se em manter uma linha sempre diversificada e mesmo com o lançamento de novos produtos e/ou sabores como a variação de sabores nos queijos, acrescentando condimentos como orégano, manjeriço e tomate seco, também variam nos sabores do doce de leite, acrescentando ameixa, maracujá e goiaba. Também foram lançadas versões desnatadas e light de alguns produtos. No laticínio Catolé, há uma integração de todas as etapas produtivas, centralizando as decisões estratégicas sobre a produção primária, processamento, distribuição e comercialização, sob o controle do mesmo grupo.

Podemos identificar com a criação do laticínio toda uma cadeia de produção que acontece na fazenda, desde a criação e manutenção do criatório bovino, passando pela transformação em produtos derivados do leite, as redes de comercialização até chegar ao consumidor final, configurando o que estamos chamando de “agronegócio sertanejo”. Para realização desse processo essa dinâmica produtiva incorpora outros serviços de apoio como pesquisa e assistência técnica, crédito, transporte e comercialização.

Podemos dizer que o “agronegócio sertanejo”, constitui-se a partir de atitudes costumeiras e valores adquiridos, que sobrevivem ao desaparecimento ou mesmo à desagregação do antigo sistema produtivo e econômico do Nordeste semiárido baseado no tripé algodão/pecuária/culturas de subsistência, mas também pela incorporação de novas estratégias sociais, econômicas e produtivas. Todavia, essa adaptação, ou mesmo ressignificação dos traços tradicionais tiveram que se ajustar às exigências da nova situação, ao custo de uma transformação criadora. Encontramos, no nosso universo de pesquisa, proprietários que criaram estratégias produtivas e organizaram suas propriedades em diálogo com as formulações do agronegócio; mobilizados pelo desejo de manter a propriedade produtiva. Por outro lado, também encontramos proprietários absenteístas, que não foram capazes de incorporar mudanças produtivas na propriedade, mantendo-as como reserva de valor e status social.

O modelo de agronegócio que identificamos na microrregião de Catolé do Rocha entre os médios e grandes proprietários de terra caracteriza um novo sistema produtivo diferente do antigo sistema produtivo que se fazia presente no sertão semiárido, todavia também diferenciado do modelo da “sociedade do agronegócio”, dominante na agropecuária do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O “agronegócio sertanejo” incorpora um forte elemento de defesa da propriedade da terra. Para o Sr. Zezito Maia, defender a propriedade é proteger aquele lugar como

intimamente seu, embora ele tenha se classificado como agropecuarista voltado a novas estratégias de produção, ele faz questão de trabalhar e produzir naquela terra específica, naquela propriedade que veio de herança do seu pai, avô, bisavô. Então, manter a produção econômica é uma prerrogativa para manter a propriedade, ressaltando valores, condições sociais e políticas que sempre estiveram arraigadas naquele lugar.

Vê-se, assim, que a ideia de “agronegócio sertanejo” traduz uma tensão entre moderno e tradicional, progresso e conservadorismo, individualismo e pertencimento a uma coletividade. É justamente esta tensão entre polos aparentemente antagônicos que nos possibilita compreender as transformações sociais, produtivas, econômicas e simbólicas pelas quais passaram e ainda passam o que acreditamos ser uma parte significativa das médias e grandes propriedades do semiárido nordestino. E permite ainda apreender o papel da pecuária neste processo, ao mesmo tempo expressão máxima da tradição produtiva da região sertaneja, mas também veículo dos esforços de modernização colocados em marcha a partir da crise do latifúndio.

### **Considerações finais**

As duas noções que articulamos na construção deste artigo – “agronegócio sertanejo” e processo de (re)pecuarização – implicam algum grau de ambiguidade. Em princípio, essa ambiguidade pode ser vista como um fator negativo no esforço de desvendar processos sociais em curso. Mas, acreditamos, esta ambiguidade é reveladora das contradições associadas ao nosso objeto de estudo e neste sentido é um elemento importante de nossa tentativa de trazer a tona as dinâmicas vivenciadas no semiárido em geral e na grande propriedade rural da região em particular.

Os processos sociais rurais que informam a constituição do “agronegócio sertanejo” na microrregião de Catolé do Rocha estão vinculados às práticas sociais e produtivas de médios e grandes proprietários rurais e a mecanismos de resistência e manutenção da grande propriedade na área estudada, atuando no sentido contrário às dinâmicas de fragmentação registradas em outras regiões do semiárido nordestino.

Com a crise do latifúndio – e das relações sociais, produtivas e de trabalho que caracterizavam esse sistema – os grandes proprietários rurais da microrregião de Catolé do Rocha (herdeiros não apenas de um patrimônio fundiário, mas também de uma memória familiar e de um capital político) se viram diante de diferentes desdobramentos possíveis. Se considerarmos as dinâmicas conhecidas para o semiárido, o destino das grandes propriedades rurais da microrregião de Catolé do Rocha poderia ter sido: a)

desapropriação para fins de reforma agrária; b) oferecimento da terra para o Programa Nacional de Crédito Fundiário; c) fragmentação resultante de venda ou partilha entre herdeiros; d) decadência e absenteísmo. Como demonstramos ao longo deste trabalho, em algumas regiões do semiárido paraibano e mesmo da mesorregião do Sertão, onde se localiza a microrregião de Catolé do Rocha, a pequena propriedade rural ou os estabelecimentos da agricultura familiar já dominam mais de 50% da área total dos estabelecimentos agrícolas. O que parece indicar claramente uma tendência à fragmentação da grande propriedade, como temos indicado.

A crise do latifúndio, porém, não significou a crise generalizada da grande propriedade. Muitos grandes proprietários do semiárido reorganizaram suas atividades produtivas, tendência esta especialmente forte na microrregião de Catolé do Rocha. Uma primeira importante evidência de nossa pesquisa é que a reorganização produtiva da grande propriedade na região estudada – pelo menos até o momento – não resultou dos investimentos de novos proprietários que adquiriram fazendas arruinadas pela derrocada do tripé algodão/pecuária/culturas alimentares.

Foram os herdeiros do latifúndio – pertencentes à geração que poderia ter sido a última a testemunhar o controle de grandes parcelas de terra nas mãos de poucas famílias tradicionais – que se viram protagonistas de um processo de ressignificação da grande propriedade e de si mesmos, do coronel ao empresário rural ou do fazendeiro (que eles identificam no presente como um termo pejorativo) em agropecuarista. É preciso enfatizar, porém, que não se trata apenas de uma escolha pessoal. Para um membro da família Maia, vender a terra não era uma opção socialmente aceitável. Dar continuidade ao patrimônio familiar era uma questão de honra pessoal diante das pressões do grupo a que se sentem pertencentes estes indivíduos, e a incapacidade de realizar este objetivo, sinal incontestável de fracasso.

Esse é um elemento fundamental do sistema produtivo que identificamos como “agronegócio sertanejo”: a ruptura com o modelo do latifúndio é ao mesmo tempo o resultado de um esforço de atualização do passado; de continuidade da trajetória familiar que se realiza a cada nova geração, de modo que passado e presente se fixam “num tempo errado” (para utilizar a expressão adotada por um dos entrevistados) – um tempo em que o coronel de outrora e o agropecuarista do presente, são tanto visionários quanto conservadores, capazes de enxergar o futuro e de manterem “intactos” os valores da honra e da palavra dada.

É preciso agora sintetizar o que a noção de “agronegócio sertanejo” expressa do ponto de vista de nossa pesquisa empírica. A conceituação técnica de agronegócio se refere à cadeia produtiva agrícola ou pecuária, em termos das relações econômicas e industriais, ou ao conjunto dos negócios relacionados à agricultura ou a pecuária e neste sentido não seria necessário expandir ou qualificar a noção para incluir as experiências produtivas das grandes propriedades rurais da microrregião de Catolé do Rocha e os vínculos que estabelecem com os outros elementos da cadeia produtiva. Mas quando formulamos a noção de “agronegócio sertanejo”, o fizemos em contraposição ao agronegócio percebido como: a) a etapa atual do desenvolvimento das forças produtivas no campo, marcada por internacionalização, concentração e grandes investimentos de capital; e b) um termo político que expressa os interesses e visões de mundo de um grupo social particular, associado aos setores mais desenvolvidos da economia agropecuária brasileira.

Por “agronegócio sertanejo” entendemos, portanto, o modelo social e produtivo resultante dos esforços de modernização adotados nas propriedades rurais do semiárido nordestino – principalmente, mas não exclusivamente<sup>7</sup>, na agricultura patronal – que expressa a reorganização do setor agropecuário regional após a crise do latifúndio a partir de finais da década de 1970. Suas características são: a) diversidade de possibilidades produtivas. Não há um único modelo econômico e produtivo nas médias e grandes propriedades da microrregião de Catolé do Rocha e pudemos identificar pelo menos três diferentes arranjos: ênfase na modernização do criatório de animais; instalação de agroindústria como projeto técnico-produtivo; e investimentos em atividades não agrícolas, como a festa da vaquejada. Aptidões pessoais, características da propriedade, disponibilidade de recursos e identificação de oportunidades empresariais parecem elementos que moldam escolhas produtivas diferenciadas entre os agropecuaristas; b) tendência à especialização produtiva, como efeito da experimentação entre diferentes alternativas econômicas. A pesquisa demonstrou que, diferentemente do passado, quando numa mesma propriedade podia se combinar as culturas do algodão e da cana-de-açúcar, o criatório bovino e de pequenos animais, e os plantios do feijão, milho, mandioca e outras culturas alimentares, no presente há uma tendência à especialização produtiva, como resultado da priorização dos investimentos. Uma característica dessa especialização é que

---

<sup>7</sup> O SEBRAE é um exemplo de entidade que se utiliza da noção de agronegócio para incluir os esforços de modernização realizados na agricultura familiar do semiárido, para ficar num único exemplo.

ela resulta da opção por experiências produtivas bem sucedidas e do abandono de investimentos que não deram certo. Neste sentido, os produtores não são simplesmente reprodutores de processos produtivos desenvolvidos por institutos de pesquisa agropecuária ou em outras regiões, mas adaptadores de modelos para suas realidades econômico-produtivas; c) investimentos em novas tecnologias. São exemplos: instalação de um laboratório de inseminação artificial e de um laboratório de controle físico-químico e microbiológico do leite; d) relativo predomínio da informalidade nas relações de trabalho, com atualização do antigo sistema de morada. Ainda que tenhamos encontrado ao longo da pesquisa assalariamento formal, especialmente em algumas atividades mais especializadas, ainda predomina nas médias e grandes propriedades da microrregião de Catolé do Rocha relações de trabalho informais, baseadas no pagamento de diárias a trabalhadores recrutados principalmente entre membros de famílias de moradores destas propriedades, descendentes dos moradores do período de auge do latifúndio. O sistema de morada foi atualizado, mas não extinto e os proprietários ainda se percebem como “parceiros”, “protetores” e “amigos” de seus empregados, revelando a permanência de relações sociais do tipo patrão-cliente, com desdobramentos inclusive nos momentos eleitorais; e) direcionamento de rendas não agrícolas (empregos públicos ou rendas resultantes de outras atividades) para investimento na modernização da atividade agropecuária, com menor dependência de financiamentos bancários; f) importância da herança familiar e do poder político como ativos utilizados nos processos de modernização produtiva das grandes propriedades. Ao temerem que suas propriedades fossem desapropriadas para fins de reforma agrária, os grandes proprietários da microrregião de Catolé do Rocha se viram forçados a fazer investimentos na modernização da produção para não perderem o símbolo do domínio econômico e político de suas famílias, sentimento forte especialmente entre os membros da família Maia. Por outro lado, os laços políticos podem ser permanentemente convertidos em laços econômicos e vice-versa, aumentando as alternativas de que dispõem para a constituição do modelo do "agronegócio sertanejo".

### Referências bibliográficas

- ALVES, V. E. L. (2005). **A Mobilidade Sulista e a Expansão da Fronteira Agrícola Brasileira**. Agrária, São Paulo, n.2, p.40-68.
- BRUNO, R. (2010). **Agronegócio, palavra política**. Artigo apresentado no VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, PE.
- CAMPOS, C. S. S. (2009), **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do**

- agronegócio: O caso de Cruz Alta – RS.** Instituto De Geociências, Programa De Pós-Graduação Em Geografia, Porto Alegre RS, 2009, 233 f (Tese de Doutorado).
- CANUTO, A. (2004). **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** *Revista NERA*, 7 (5).
- CUNHA, L. H.; MARQUES, L. H. G. A **‘(re)pecuarização’ do semiárido nordestino: projetos territoriais, mudanças discursivas e transformações das estratégias produtivas.** Artigo apresentado no VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas, PE.
- DELGADO, G. (2005). A questão agrária no Brasil, 1950-2003. Jaccoud, L.(ed.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília: IPEA, p. 51-90.
- ELIAS, D. e PEQUENO, R. (2007). Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, p.25-39.
- FABRINI, J. E. (2008). Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.9, n. 1, p.35-62.
- FERNANDES, A. J. C. (2007). **Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso.** Porto Alegre: UFRGS. (Tese de Doutorado).
- GASQUES, J. G. *et. al.* (2004). **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil.** Brasília: IPEA. (Textos para discussão, 1009).
- GOMES, R. A.; MENESES, V. F. **As políticas públicas de incentivo a (re)pecuarização’ no semi-árido nordestino’: desenvolvimento, modernização e recomposição espacial.** Artigo apresentado no VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas, PE.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do “Agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 25 n° 74, p. 159-196, 2010.
- MENEZES, A. H., PINHEIRO, J. C. (2005). O potencial do agronegócio para alavancar a economia brasileira. **Revista de Política Agrícola**, 14 (3).
- NUNES, A. M. B. **A (Re)pecuarização do Semiárido Nordeste: Reversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE).** 2011. 216f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- SILVA, E. R. (2009). **A modernização da agropecuária, a emergência da elite empresarial rural e o surgimento das cidades do agronegócio na região brasileira de fronteira agrícola.** Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas. (Tese de Doutorado).
- SOUZA, S. T., CONCEIÇÃO, A. L. (2008). As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, n. 1, p. 103-123.
- PINTO, R. G. (2010). **Construção e exercício de hegemonia: o caso da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e do Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA).** Artigo apresentado no VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, PE.
- PRIETO, J. R. (2005) **A transposição para o latifúndio. A nova Democracia.** Ano III, n. 25.



## **A Hegemonia do Agronegócio: o capital vai à escola e forma seus novos intelectuais**

Rodrigo de A.C. Lamosa<sup>1</sup> – [rodrigo1281@yahoo.com.br](mailto:rodrigo1281@yahoo.com.br)

### **Resumo**

Este artigo apresenta análise sobre a formação da hegemonia do agronegócio a partir da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Desde 2001, a ABAG desenvolve nas escolas públicas sua ação pedagógica através do Programa Educacional Agronegócio na Escola. O artigo conclui que os professores cumprem importante função intelectual no projeto político pedagógico do agronegócio, sobretudo no que tange a produção de uma nova imagem, desvinculada do trabalho escravo e da crise socioambiental.

Palavras-Chave: Agronegócio – Hegemonia - Intelectual

---

<sup>1</sup> Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa – Professor Assistente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

## **O Projeto Político Pedagógico do Partido do Agronegócio: o capital vai à escola e forma seus novos intelectuais**

Este artigo apresenta a análise sobre a ação pedagógica da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), desenvolvida desde 2001, em diversas redes públicas de ensino na região de Ribeirão Preto (SP). O Programa Educacional Agronegócio na Escola tem como principal objetivo valorizar a imagem do setor, segundo consta nos documentos oficiais da entidade, e é neste sentido que a escola e o trabalho docente são assimilados à estratégia da associação.

A ABAG, desde sua fundação, em 1993, cumpre o papel histórico de partido da classe dominante, uma vez que se legitima como a organização que mobiliza, forma e dá a direção ético-política as frações do capital associadas ao agronegócio brasileiro (PINTO, 2010; LACERDA, 2009). A ABAG, neste sentido, organiza um conjunto de frações da classe dominante (agrária, bancária, industrial e comercial) autodenominado como agronegócio, visando à hegemonia (MENDONÇA, 2010; BRUNO, 2011). Para tanto, a associação empreende um projeto de valorização da imagem do agronegócio, tendo na escola pública um instrumento de difusão de uma nova imagem identificada com a sustentabilidade.

Os docentes que são assimilados pelo programa cumprem a função de intelectual, no sentido gramsciano, na medida em que são os responsáveis pela elaboração dos projetos pedagógicos, desenvolvidos nas escolas a partir do tema gerador, material e formação fornecidos pela ABAG e produzidos por uma outra camada de intelectuais, mais orgânica à associação e que atua fora do espaço escolar. Os docentes, diferente dos intelectuais orgânicos que ocupam o posto de direção política da associação, cumprem o papel de difundir na realidade local a auto imagem do agronegócio, reproduzida no material pedagógico distribuído entre alunos. Portanto, desempenham a função de uma camada intermediária de intelectuais, fundamental segundo Gramsci (2011), no sentido, que são responsáveis por introduzir no seio da classe trabalhadora, neste caso, através da educação de seus filhos, a ideologia da classe dominante.

Ao longo da pesquisa foi possível identificar diferentes formas de resistência à inserção da ABAG nas escolas. Esta resistência, entretanto, não tem sido capaz de frear a realização do Programa Educacional Agronegócio na Escola nos municípios da região, com exceção da cidade de Matão que tem se negado a assinar o termo de parceria. A pesquisa identificou que o principal fator para a superação das resistências tem sido assimilação dos docentes das escolas públicas participantes do programa que se inserem

na estratégia empresarial mantendo uma autonomia relativa diante da associação, expressa nas entrevistas realizadas.

A pesquisa foi conduzida a partir do levantamento de documentos produzidos pela ABAG, através de sua regional (ABAG-RP), entrevistas semiestruturadas com professores, com o secretário de educação do município de Matão e com os responsáveis pelo programa. A pesquisa investigou também as atas do Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto, onde foi apresentada denúncia ao programa educacional da ABAG.

O artigo conclui que o projeto da ABAG vem sendo desenvolvido com êxito, apesar das resistências empreendidas pelos movimentos sociais e acentuada no município de Matão. A forma de assimilação do trabalho desenvolvido nas escolas, estabelecida através do programa analisado, permite a associação utilizar toda a capacidade criativa característica deste espaço em proveito do seu objetivo de difundir a autoimagem do agronegócio.

### **1. O Projeto Político Pedagógico do Partido do Agronegócio**

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), constituída por representantes dos segmentos produtivos que compõem o agronegócio brasileiro, foi fundada em 1993, em um evento no congresso nacional, com o objetivo de unificá-los em uma mesma representação patronal. A associação criou, ao longo de duas décadas, um braço pedagógico, responsável por formar os dirigentes de seus associados, difundir seus interesses e valorizar a imagem do agronegócio no país, defendido enquanto o meio mais moderno de desenvolvimento econômico no campo, superior, portanto, ao latifúndio e às práticas produtivas de camponeses e demais trabalhadores rurais, vistas como resquícios de um passado a ser superado. Do ponto de vista do ideário ambiental, este é um discurso com apelo junto a amplos setores sociais que reproduzem o senso comum ambientalista, uma vez que o sentido de moderno posto pelo agronegócio indica ideologicamente uma associação direta com a urgência de se promover um tipo de desenvolvimento sustentável, que não é exequível, para o capital, com base em setores e formas de organização da produção classificadas por estes como “arcaicas” e de baixa capacidade tecnológica (LOUREIRO, 2012). Com isso, o mito da modernização ecológica, de uma sociedade sem conflitos, que aponta para a parceria, a racionalização no uso dos recursos naturais com aplicação de tecnologia limpa e de ponta (ALIER, 2009), se constitui em um eixo discurso poderoso do agronegócio brasileiro.

A ABAG teve ao longo dos seus vinte anos de existência seis presidentes: Ney Bittencourt (1993-1996), Arturo José Furlong (1996), Luiz Alberto Garcia (1996-1999), Roberto Rodrigues (1999-2002), Carlo Lovatelli (2002-2011) e Luiz Carlos Corrêa Carvalho (2011-2013). Cada presidente cumpriu um mandato de três anos, com exceção de Arturo José Furlong que ficou apenas seis meses no cargo e Carlo Lovatelli que permaneceu por três gestões.

Na gestão do presidente Roberto Rodrigues a associação criou sua regional na macrorregião em Ribeirão Preto em 2001. A ABAG/RP foi criada com a missão de valorizar a imagem do agronegócio, tanto na sociedade civil, onde opera programas e projetos, quanto na sociedade política, junto ao estado estrito na macrorregião de Ribeirão Preto.

A ABAG/RP resultou da união de empresários das mais diversas cadeias produtivas da região, que se uniram para realizar um trabalho focado na valorização da imagem do setor. No site oficial da associação o projeto político é justificado da seguinte forma: “em um país democrático onde a maioria da população é urbana, era importante, e continua sendo, demonstrar que as grandes bandeiras sociais da Nação são as mesmas bandeiras do agronegócio brasileiro”. Enfim, mudar a imagem do setor rural e a do agronegócio na principal região do agronegócio brasileiro foi a grande bandeira erguida desde a cerimônia de criação da Associação.

A origem da ABAG/RP está relacionada ao contexto de mobilização de um grupo, denominado Imagem, formado por usineiros da região de Ribeirão Preto. Neste ano, este grupo que estava interessado em ampliar suas atividades de valorização institucional, unificando com representantes de outras cadeias produtivas, propôs a organização de um consórcio do agronegócio no estado de São Paulo. Neste contexto, Paulo de Araújo Rodrigues, empresário do setor e que fazia parte deste grupo, organizou uma série de encontros entre o grupo Imagem e o presidente da ABAG, não por acaso seu pai, Roberto Rodrigues. Destes encontros foi formalizada a intenção de criar uma ABAG regional, situada na capital do agronegócio, fortalecendo o movimento associativo nascido na década anterior.

A ABAG/RP já acumula a inserção de intelectuais no interior da sociedade política, através da indicação da Secretária Geral da ABAG-RP, Mônica Bergamaschi, ex-aluna de Roberto Rodrigues, a secretária de agricultura do estado de São Paulo. Mônica ocupou, além do cargo mais importante na regional, diversos cargos de direção na ABAG nacional, começando pela direção do Instituto de Estudos do Agribusiness

(1996-1999), do ARES e da própria ABAG, além de ter sido membro do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

As principais estratégias utilizadas pela ABAG/RP se concentram na área da comunicação, utilizando os meios midiáticos e a escola pública como principais instrumentos de difusão da nova imagem do agronegócio brasileiro. O intuito da associação é divulgar sua atuação e preocupações em várias frentes seja política, institucional, educacional, social ou ambiental. Os resultados deste trabalho são avaliados pela ABAG-RP através de pesquisas que objetivam identificar as mudanças da imagem do setor na opinião pública.

O trabalho escravo e as queimadas sempre foram os aspectos denunciados na região e explicitados, através dos resultados da pesquisa de opinião produzida a pedido do grupo de empresários ligados ao setor de cana e fundadores da ABAG/RP, em 2000. Segundo os resultados desta pesquisa, estes eram os principais aspectos negativos que caracterizava a imagem do agronegócio na região. A partir da criação, então, da regional da ABAG, em 2001, todos os esforços desta organização foram no sentido de valorizar a imagem do setor, associando-o a outros aspectos, como a modernização e a segurança alimentar, já difundidos pela entidade nacional, mas, sobretudo, o desenvolvimento sustentável. Foi a partir daí que surgiu a proposta de desenvolver nas escolas públicas da região de Ribeirão Preto um programa de Educação Ambiental sob o título Programa Educacional Agronegócio na Escola.

O Programa Educacional Agronegócio na Escola é a principal ação realizada pela ABAG/RP naquela região conhecida como “capital do agronegócio” tendo como objetivo a valorização da imagem do agronegócio. A ação pedagógica da associação surgiu, justamente, após uma pesquisa de opinião, realizada em 2000, ter identificado que a imagem do agronegócio estava vinculada ao trabalho escravo e às queimadas. A iniciativa de entrar nas escolas públicas teve como principal objetivo resenificar esta imagem, associando o setor à sustentabilidade.

Entre 2001 e 2008, o programa foi realizado em parceria com a Secretaria Estadual da Educação e desenvolvido em escolas pertencentes a dez Diretorias de Ensino da macrorregião de Ribeirão Preto. O programa foi destinado, segundo o site oficial da ABAG/RP, aos estudantes do ensino médio, com o objetivo de “levar os conceitos fundamentais do agronegócio para as salas de aula, de forma multidisciplinar.” (site oficial da ABAG/RP) Segundo a diretora executiva da ABAG/RP, a preocupação com a imagem do patronato rural em Ribeirão Preto é anterior ao programa educacional, era

desenvolvido pelo grupo Imagem, mas se restringia ao setor produtivo associado a cana de açúcar:

**“ABAG 1:** “Bom, na verdade a ABAG de Ribeirão Preto antes dela ser criada tinha um grupo que era especificamente do setor de cana chamado Imagem que buscava trabalhar a imagem da cana na região que em função do modelo de produção que envolvia a queimada. Pra você fazer o corte manual da cana tinha muitos impactos na cidade, aquela foligem, e as questões de problema respiratório. A cana pelos centros urbanos tinha um certo preconceito.

**ABAG 2:** “Era mal visto.”

**ABAG 1:** “Mal visto.”

A fala das representantes da ABAG/RP revela a preocupação em enfatizar a existência de um “antes” e um “depois” do processo de mecanização do corte de cana. Na fase anterior, o “modelo de produção a época” produzia um tipo de impacto sócio ambiental distante da fase atual, mecanizada, moderna e, isto exigia, em primeiro lugar, a unidade da cadeia produtiva do agronegócio num projeto “mais amplo de valorização institucional do agronegócio”. Neste sentido surgiu a proposta de trabalhar a imagem do agronegócio junto às escolas. No primeiro momento, o trabalho nas escolas se concentrou junto aos alunos do Ensino Médio:

**“ABAG 1:** “Em função deste modelo de produção da época. Então, o que aconteceu? Eles queriam melhorar este trabalho de valorização da imagem e surgiu quando foi criado este grupo e eles resolveram englobar as demais cadeias. Não só a cana, mas um pouco mais amplo da valorização institucional da imagem do agronegócio, tá? Então, antes da criação deste, em 2000, teve uma pesquisa de opinião que constatou como que era visto este setor, especificamente a cana e também viu esta ideia de trabalhar uma coisa mais ampla, de uma forma institucional e vamos tentar agregar outros setores, outras cadeias para além da cana de açúcar. Bom, e aí as estratégias para fazer isso, uma delas a educação, porque a educação com os alunos? Nós fazemos um trabalho com 8º e 9º ano. Teve uma época que foi uma faixa etária um pouco maior.”

O fim da parceria com a Rede Estadual de Educação de São Paulo ocorreu em 2008. Segundo a coordenadora do programa da ABAG/RP, houve na época um desentendimento com as Diretorias de Ensino que começou a não liberar os professores para as visitas às empresas e palestras proferidas pela ABAG. Foi neste momento que a associação definiu por mudar o parceiro e passou a oferecer o programa nas redes municipais:

**“ABAG 2:** “Pelo que eu percebi que o Paulo falou no encerramento, do que eu fiquei sabendo, foi porque realmente a Secretaria começou a não liberar professor, começou a ter impedimentos, vários! Barrar, não liberar, começaram a ter problema com professores substitutos, uma coisa assim. Eles começaram a colocar alguns impedimentos, aí em alguma reunião eu acho que eles decidiram, então ó vamos partir pro municipal só, a gente faz cidade por cidade, e aí começou em Ribeirão. Foi a primeira, né? Começou em Ribeirão. Era só Ribeirão em 2009. Aí

em 2010 já foi um pouco mais, aí foi crescendo. E hoje estamos com trinta e dois.”

O Programa Educacional Agronegócio na Escola trabalha junto aos professores e aos alunos, através de um conjunto de ações que se inicia numa proposta de formação, denominada pela ABAG/RP como “capacitação”. Esta primeira etapa da capacitação é aberta a todos os professores das escolas que integram as redes municipais que assinaram o acordo com a associação. Nesta capacitação podem estar presentes mesmo aqueles professores que não pretendem inscrever projetos no programa.

A capacitação é oferecida em duas ações. A primeira é uma palestra realizada para os professores com o palestrante Roberto Rodrigues. A exposição se concentra nas virtudes do agronegócio para a história do país, os aspectos sustentáveis do setor e as diferenças positivas impostas pelas modernização produtiva da agricultura. O segundo momento ocorre no interior das empresas associadas da ABAG/RP. O envolvimento do professor com esta etapa da capacitação é imprescindível, segundo as representantes da ABAG/RP, pois é o momento em que ele vai “captar melhor a mensagem” que a associação quer que seja reproduzida pela escola:

“**ABAG 1:** Além do material de apoio, a gente também dá uma capacitação para os professores. Porque? O que a gente entende é o seguinte: se o professor, ele capta, pra ele também entender melhor o assunto e captar melhor a mensagem que a gente está tentando passar, é importante ele passar por esta capacitação. Trata-se de uma palestra, ministrada pelo Roberto Rodrigues que foi o ministro da agricultura e depois um dia de visitas as empresas associadas. Então, ele tem primeiro esta palestra de conceituação, uma visão macro do que é o setor no Brasil e a sua expressividade no mundo e depois ele vai especificamente conhecer uma empresa associada que pode ser desde uma usina, pode ser uma fazenda de café, uma empresa de máquinas e equipamentos agrícolas, instituições de pesquisa e ensino. Então, são diferentes agentes das cadeias e eles podem conhecer e eles conseguem levar melhor este entendimento para a sala de aula. E até nesta capacitação dele, ele consegue ser estimulado a ter ideias e visões diferentes sobre como abordar este assunto com os alunos em sala de aula.”

O objetivo da palestra é capacitar, por isto esta ação é denominada pela ABAG/RP de capacitação, os professores a conhecer o agronegócio enquanto uma cadeia de agentes que vai desde uma usina, passando por uma fazenda de café ou de cana, uma empresa de máquinas e implementos agrícolas em geral, instituições de pesquisa e ensino. Depois de ser “capacitado”, segundo as representantes, está apto a abordar este assunto com os alunos em sala de aula. No discurso das representantes da ABAG/RP fica nítido que o papel do professor no programa é de mero mediador entre a associação e os alunos. Este caso parece explicitar bem porque não é necessário que nenhum funcionário da

ABAG/RP entre em sala de aula, pois no programa parece que a proposta é que os funcionários do agronegócio sejam os próprios professores da escola pública.

Na edição 2012, a palestra de capacitação foi acrescida da participação do psiquiatra Içami Tiba, conhecido pelas suas obras “Quem ama educa” (2004) e “Adolescentes: quem ama educa!” (2008). A participação de Içami Tiba foi bem avaliada, tanto por representantes da ABAG, quanto por professores entrevistados. A partir de ambas as entrevistas, foi possível identificar que a presença do psiquiatra mobilizou os professores.

**“Rodrigo:** “Como é que foi a capacitação do programa?”

**Professora:** “Adorei. Foi uma palestra. No primeiro dia foi uma palestra com o Içami Tiba. Todos os professores gostam dele, né? Eu curti muito. Eu nunca tinha ido a uma palestra dele, embora já tivesse lido algumas obras e com um cara que foi ministro.”

A primeira palestra de capacitação é também o momento de premiação dos alunos que tiveram suas redações premiadas. Todas as escolas inscritas enviam pelo menos um professor, mas não necessariamente apenas um, e o aluno cujo a redação tenha sido selecionada. Nesta primeira capacitação, o professor recebe dois livros do palestrante Roberto Rodrigues: “Depois da Tormenta” (2008) e “Caminhando contra o vento” (2011).

Os professores recebem na primeira palestra de capacitação, junto com os dois livros do ex-ministro Roberto Rodrigues, a cartilha oficial do Programa Agronegócio na Escola e dois filmes de divulgação, um diretamente do programa e outro sobre a relação do agronegócio com a sustentabilidade. Ambos os matérias devem ser trabalhados pelos professores co seus respectivos alunos em sala de aula. A cartilha, intitulada “Agronegócio: sua vida depende dele” foi escrita pela ex-Secretária Geral da ABAG/RP Mônica Bergamashi e por Valéria Ribeiro, com a ilustração e editoração realizada por Pelicano.

A segunda etapa da capacitação oferecida pela ABAG/RP ocorre no interior das empresas associadas. Na primeira etapa, onde a capacitação ocorre a partir de uma palestra, o ex-ministro Roberto Rodrigues destaca os valores do agronegócio, sua participação nos números da economia nacional e o papel do setor na modernização da agricultura no país, fundamental para o desenvolvimento sustentável, segundo a ABAG/RP, tema da edição 2012 do programa. Na segunda etapa da capacitação, realizada no interior das empresas associadas, os professores são “capacitados” por técnicos das



empresas. Esta etapa da “capacitação” pode ocorrer em qualquer uma das diferentes partes da cadeia do agronegócio, desde a fazenda, passando pelas universidades, empresas públicas de pesquisa ou usinas da região.

A entrada da ABAG/RP nas escolas públicas, o entanto, não ocorre sem resistências. Ao longo da pesquisa, foram identificadas algumas iniciativas que vão à contra mão dos interesses da ABAG/RP e têm contestado a inserção da associação nas redes públicas de ensino. A análise destas resistências contribui para compreender as formas pelas quais a associação tem conseguido vencer esta disputa. No entanto, neste artigo a proposta foi analisar o papel daqueles docentes que não têm aderido a resistência, cumprindo, pelo contrário, um papel importante no projeto de produção da imagem do agronegócio numa região marcada pelos conflitos que decorrem do modelo de exploração dominante.

## **2. O papel dos docentes na hegemonia do agronegócio**

A resistência encontrada, por exemplo, no município de Matão não foi identificada nas entrevistas com os professores que participam do Programa Educacional Agronegócio na Escola. Com exceção de um professor que afirmou ter sofrido assédio moral para participar, os demais profissionais entrevistados relataram que sua participação foi voluntária e que desconsideraram o seu papel na estratégia da ABAG/RP, embora todos tenham reconhecido que o trabalho realizado nas escolas valoriza a imagem do agronegócio em suas comunidades. Este aspecto evidenciou a necessidade da pesquisa investigar o papel dos docentes na difusão dos interesses da associação.

Entre os professores entrevistados, nenhum negou a existência de interesses privados no programa, mas todos, ao mesmo tempo, afirmam possuir autonomia para trabalhar nas escolas. A autonomia gozada pelos profissionais da educação que trabalham nas escolas participantes do programa é o elemento fundamental na assimilação destes intelectuais. Esta autonomia é relativa, uma vez que garante à ABAG/RP inserção de seu programa educacional, garantindo a capacitação, o material didático e o tema gerador segundo seus interesses, sem, entretanto, retirar da escola sua capacidade criativa. Assim, dezenas de docentes que participam do programa criam projetos anualmente, expropriados pela ABAG/RP, uma vez que podem ser utilizados em futuras campanhas, programas e ações da associação. A estratégia que garante a autonomia relativa do trabalho docente permite a valorização do agronegócio com pouca resistência nas escolas e baixos custos para seus proponentes. Esta fórmula tem garantido a manutenção do programa a mais de uma década.

A ABAG/RP, através da entrevista com a diretora executiva, garante que entende o seguinte: “cada um trabalha a sua maneira e nós fornecemos este material de apoio.” Ainda neste sentido, a ABAG/RP “não entra em sala de aula.” De fato, nenhum dos professores entrevistados identificou a presença de qualquer representante do programa em sala de aula. Este fato, no entanto, é um dos elementos centrais do processo de cooptação que torna os próprios professores os representantes da associação. O Programa Educacional Agronegócio na escola, diferente da maioria dos projetos empresariais que se inserem atualmente nas escolas públicas, não impõe um único formato de projeto a ser desenvolvido pelos professores. Isto restringiria muito as possibilidades de ação do programa. O programa da forma como é executado garante aos professores uma autonomia limitada que permite que estes executem a proposta de divulgação da ABAG/RP sem se sentirem funcionários do agronegócio. Como disse uma professora no município de Dourado (SP): “Eu não sou funcionária da ABAG”.

A professora da escola em Dourado (SP) argumenta que seu projeto deverá “abordar os dois lados”, resultando em um blog e um jornal com tiragem de mil exemplares em uma cidade com cinco mil pessoas. A pesquisa não teve acesso ainda ao jornal. Portanto, seria precipitado avaliar se o objetivo de levar os alunos a tirarem suas próprias conclusões será atingido. Isto só será possível ser realizado no fim da edição 2013, quando a professora deverá apresentar os resultados do seu projeto na culminância do Programa Educacional Agronegócio na Escola. Entretanto, a julgar pela compreensão que a professora tem sobre o agronegócio a perspectiva que deverá ser evidenciada não está tão distante daquela proposta pela ABAG/RP. Embora argumente que aborde “os dois lados”, a professora identifica que trabalha visando “levar a informação sob a ótica positiva”. O argumento de que a “realidade está aí e não vai mudar” parece justificar sua posição que difere da postura do secretário de educação de Matão, caracterizada como “radical”, que vem impedindo a entrada do programa nas escolas da rede municipal daquele município.

**“Professora:** “Só que de boa, a ABAG pode não gostar, mas eu abordo os dois lados da questão. E o que eu viço no meu trabalho, pelo menos neste ano, é levar a informação sob a ótica positiva sim. Eu não tenho essa visão tão radical quanto deste Secretário, entendeu? Eu estou trabalhando este outro lado. Eu estou tentando ver no feio o bonito. Vamos assim dizer, vendo o lado positivo. Pra que as pessoas, já que a realidade está aí e não vai mudar. Na minha cidade não tem como. Não tem opção. Hoje você não tem outra opção. Tem a opção das marcenarias, mas são pequenas. Cada uma emprega cinco, seis no máximo. Então, tentar ver o lado bom disso, das pessoas tentarem se profissionalizar e entrar na área, não pra cortar cana, mas pra ser alguém

lá dentro da empresa que vai poder puxar mais alguém que vai crescer que vai abrir a mente. Agora, quanto a postura dele, eu não sei. Eu acho que tem um fundo nisto. Eu concordo, de uma certa forma, com o discurso dele, mas como ele tem o agronegócio como um...sabe o que acontece? Matão tem os caciques, né? É um Douradão. É uma cidade pequena maior, mas ela tem os caciques ainda ali que devem dar as cartas. Matão é Matão e talvez ele queira que os alunos percebam isto, não de uma maneira rebelde, mas de uma maneira crítica.”

A professora, embora afirme trabalhar “os dois lados” da questão agronegócio, reconhece nunca ter se questionado sobre os efeitos de seu trabalho para ABAG/RP. A associação, segundo a professora, foi apenas a “mola propulsora” que “abriu uma porta”. A professora argumenta que não é uma “funcionária da ABAG” e que, portanto, não estaria preocupada com os interesses da associação empresarial, embora reconheça que “existe uma intenção dela por trás disto”. No entanto, segundo a professora é melhor não parar pra pensar muito em quanto está sendo usada pela associação, pois caso contrário “não faço o projeto”:

**Professora:** “Sinceramente, eu não me preocupo muito com a ABAG. De verdade, a ABAG pra mim foi a mola propulsora do projeto. Eu me preocupo com o projeto na minha cidade, com a repercussão que ele vai ter aqui. A repercussão que vai ter aqui é positiva. Então, óbvio que vai rebater lá na ABAG, mas de verdade se você me perguntar se eu penso nisso, eu não penso na ABAG. Eu não sou uma funcionária da ABAG, eu sou uma educadora e a ABAG me deu uma oportunidade de trabalhar num projeto. É assim que eu penso. Ela viabilizou, ela pra mim abriu uma porta, um caminho pra eu trabalhar o projeto que eu achei legal, por isso comprei a ideia e tô trabalhando. O tipo de resultado que vai ter pra ABAG, de verdade, nunca parei pra pensar, nunca. É lógico que eu sei que existe uma intenção dela por trás disto, mas eu nem parei pra pensar nem na intenção da ABAG. Pra falar a verdade, se eu parar pra pensar muito na intenção da ABAG eu vou sentir usada pela ABAG e aí não faço o projeto igual o cara em Matão. É isso que não pode. (..) A expectativa da ABAG certinho eu nunca parei pra pensar. Acho que é lógico que se eu fizer um bom trabalho para a ABAG será ótima, porque o nome dela está indo junta. É isso.”

Em Descalvado (SP), assim com em Dourado (SP), a professora entrevistada, relatou que tenta realizar o projeto “mostrando os dois lados”. A professora argumenta que é possível separar a visão da ABAG/RP que tem “as preocupações dela” e a influência que o programa terá na escola. Segundo ela, é possível reconhecer que se fosse analisar pelo “lado que o Alexandre levantou em Matão não seria interessante”, no entanto sua opção foi desenvolver o programa:

**Professora:** “Olha, no início do ano, quando eu assumi a direção, a minha supervisora me ligou perguntando se era interessante continuar com o projeto ou não. Se você for analisar por este lado que o Alexandre levantou em Matão não seria interessante, mas pelo lado que eu falei pra você, a gente tem que mostrar para os alunos também que tem várias visões e também eu penso nesse sentido, se você não mostrar como é

que ele vai ver se diverge ou não? Eu sou da opinião de que se vai mostrar, você não vai elencar como sendo uma diretriz, não é uma lei a ser seguida. Essa é a visão da ABAG porque ela almeja neste sentido, da indústria, do plantio, das coisas, das preocupações dela. A nossa visão na escola é tentar entender como isso vai influenciar aqui na escola. Influenciou, porque isso fez eles pensarem em alguns momentos coisas que eles nunca pensariam. E refletiu nos alunos da seguinte forma: num momento que era pra você trabalhar seguindo os moldes da ABAG que a gente tem até um roteiro pra ser feito, pra pesquisar e tudo, mas a escola conseguiu transformar este roteiro numa coisa que estimulasse ela. Eu acho que produziu alguma coisa de diferente. Mostrar o potencial de alguns alunos para os outros alunos da escola e falar você também é capaz. Veja, esta é uma ideia, entendeu?”

Em Monte Alto (SP), a professora responsável pelo programa também afirmou que tenta trabalhar o seu projeto de forma crítica. Esta professora participou do programa na edição 2012, quando inscreveu um projeto sem, contudo, conseguir entregar os relatórios finais. Em razão disto, não teve a possibilidade de apresentar seu trabalho na culminância do programa e nem participar do Prêmio Professor. A sua escola também não foi relacionada no prêmio “Escola Destaque” nesta edição.

Esta professora de Monte Alto (SP) tinha uma diferença importante em relação aos demais entrevistados, pois já havia participado do programa como aluna. A sua dupla participação, como aluna e professora, foi um elemento que a tornava importante para a pesquisa. Afinal, se o programa tem a capacidade de influenciar a opinião dos estudantes e professores que participantes, como seria com uma pessoa que teria participado como aluna e professora? Qual seria sua postura diante do programa e seus objetivos? A professora, ao ser entrevistada, garantiu, assim como aqueles que foram entrevistados anteriormente, afirmou que “tudo depende da forma como você vai trabalhar”. O argumento central é que os professores que trabalham no programa possuem autonomia para desenvolver seus projetos

**Professora:** “Então, eu me perguntei, assim, diversas vezes sobre o que eu penso disto. E aí eu cheguei na seguinte conclusão: no meu caso, eu acho que tudo depende da forma como você vai trabalhar. Ideologia tem em tudo. Não é só neste projeto. Eu trabalho com outros projetos e a gente nota que há uma ideologia neles também. Então, eu acredito que o jeito que a gente trabalha pode aguçar isto ou anular, não anular, mas diminuir esta relação. Em nenhum momento, pelo menos na minha fala, enquanto eu trabalhei no projeto, a gente ficou preocupada com estas questões. Eu procurava trabalhar as questões num viés histórico e, se possível, até sociológico da coisa, trabalhando com eles a partir de um ponto de vista tentando ver com eles a aplicação na vida deles, na realidade deles. Então, eu procurei não focar nestas questões, entendeu? Então, no meu caso. Eu acho que pode ter impacto, mas depende de como é trabalhado. Porque, assim, a gente, pelo menos os alunos em nenhum momento eu acho que isto foi, como que eu vou dizer? Isto foi colocado em questão desta forma, entendeu? Tanto que nem sei se os

alunos sabem que tem a questão da iniciativa privada. Eu acho que isto ficou mais patente na visita, porque a gente foi em uma empresa, mas aí na empresa, mesmo as pessoas da empresa tiveram um pouco este cuidado de querer fazer eles entenderem mais a dinâmica do que eles estavam fazendo do que a empresa em si e outras coisas. Então, eu acredito depende da abordagem da pessoa. Porque eu acho que pode ser nocivo sim, mas depende do professor. Pode ser nocivo, mas depende da forma como você trabalha. Mas eu acho que pode ser positivo, não é? Pelo menos a mim não foi imposto nada. Eu peguei o material, que o material é pronto, mas eu não ficava naquilo. A gente tem liberdade pra fazer o que quiser, a partir do material. Eu acho que não me foi imposto nada. Eu pensei sobre isto, mas não eu não vi como uma coisa que atrapalhasse. Eu tentei pegar o que era positivo para trabalhar com eles.”

O argumento central dos professores que relataram participar do programa de forma crítica é o mesmo apresentado pelas representantes da ABAG/RP quando afirmam que a associação “não entra em sala de aula”. Ambos reafirmam que os projetos desenvolvidos nas escolas não são controlados pela ABAG/RP e, assim, os professores teriam autonomia para manter sua criticidade diante dos interesses privados. Entre os professores entrevistados todos afirmaram ter autonomia para criticar o programa. É importante, no entanto, identificar que, com exceção do professor que teve contrato com a prefeitura de Ribeirão Preto, nenhum dos demais entrevistados declarou ser contrário a modelo de produção expresso no agronegócio. Estes professores argumentam que há aspectos positivos e negativos que são trabalhados nos projetos.

O argumento apresentado pelos professores, no entanto, não foi possível ser constatado pela pesquisa. Entre os projetos que a pesquisa acessou até o momento somente o projeto “Desenvolvendo a autonomia na escola: reflexões sobre sustentabilidade por meio de pesquisa, análise e crítica” é frontalmente crítico ao agronegócio. Talvez, por isto, este projeto tenha sido avaliado como o pior projeto entre aqueles avaliados pela ABAG/RP na edição 2012.

### **Considerações Finais**

As resistências sofridas pela ABAG/RP, apesar do êxito no caso do município de Matão (SP), não foram suficientes para impedir que o programa educacional investigado entrasse nas redes municipais de Ribeirão Preto. A mobilização organizada não conseguiu avançar mais do que a divulgação das denúncias no Conselho Municipal. O elemento definidor, neste caso, para a insuficiência da resistência à ABAG/RP foi a capacidade da associação na assimilação dos professores das escolas públicas, sendo possível inserir um programa de valorização da imagem do agronegócio neste espaço por tanto tempo.

Foi possível identificar, junto aos professores e a própria ABAG/RP, que há um esforço para demonstrar a existência de autonomia na relação entre a associação e os profissionais da educação, sobretudo, quando se refere ao objetivo de valorizar a imagem do agronegócio. Esta é uma característica típica identificada entre aqueles intelectuais que, diferentes dos intelectuais orgânicos do Agronegócio, como Roberto Rodrigues ou aqueles funcionários das empresas visitadas por professores e alunos, não assumem a posição histórica de “funcionários da ABAG”, para recorrer a expressão utilizada pela professora no município de Dourado (SP).

O artigo conclui que esta postura assumida pelos professores, ao invés de se objetivar como mais um aspecto da resistência à ABAG/RP, só é possível por causa da autonomia relativa prevista pela própria associação. Esta autonomia, sempre muito relativa, se constitui no principal instrumento na assimilação destes professores à estratégia da ABAG/RP. A relação com os professores, instituída nestes marcos, é justamente o que permite a realização do programa nas escolas públicas com o mínimo de resistência e custos possíveis. Este é o principal aspecto que objetivamente garante uma existência tão prolongada de um projeto empresarial realizado no espaço escolar

### **Referências Bibliográficas**

- ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres*. Rio de Janeiro: Contexto, 2009.
- BRUNO, R. L. Agronegócio, a palavra política. Comunicação apresentada no VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.” GT19 Representação de interesses patronais rurais e agroindustriais na América Latina.
- GRAMSCI, A. *O Leitor de Gramsci*. Carlos Nelson Coutinho (org.). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.
- LACERDA, E. V. Brasil Integrado: a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- LOUREIRO, C. F. B. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012.
- MENDONÇA, S. R. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

PINTO, R. G. O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010.

# A IMPOSIÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO PELAS AGROINDÚSTRIAS: O CASO DA INTEGRAÇÃO AVÍCOLA NO ASSENTAMENTO HORTO DE BUENO DE ANDRADA - ARARAQUARA/SP

César Giordano Gêmero<sup>1</sup>  
Henrique Carmona Duval<sup>2</sup>  
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>3</sup>  
Oriowaldo Queda<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar os mecanismos utilizados pelas agroindústrias do setor avícola para impor através do sistema de produção, seus interesses aos assentados de reforma agrária do PA Horto de Bueno de Andrada – Araraquara/SP. Esta relação se dá através dos contratos de produção, que regulam o sistema de integração entre as partes. A metodologia da pesquisa baseou-se na realização de oito (8) entrevistas com os assentados que estão integrados ou já estiveram em algum momento, além de entrevistas com o representante do órgão gestor – ITESP e o presidente da associação dos avicultores de Araraquara e região, sendo realizada também uma análise documental, dos contratos de produção e do plano de recuperação judicial da agroindústria. Esta relação é analisada pela perspectiva de uma trama de tensões, uma vez que a “parceira do frango” se apresentou de forma assimétrica, onde as agroindústrias, através da detenção dos recursos de poder (constitucionais, políticos, financeiros, tecnológicos, organizacionais e jurídicos) utilizam-se das instalações dos assentados e sua mão de obra para produzir matéria-prima (as aves) para o processamento e comercialização. Além disso, as agroindústrias utilizam uma série de instrumentos, principalmente os contratos de produção (recurso de poder judicial), para subordinar os sistemas produtivos a seus interesses e assim alcançar seus objetivos econômicos, descaracterizando a noção de parceria no sentido de benefício mútuo e igualdade entre as partes.

**Palavras-Chave:** Agroindústrias, assentamentos rurais, avicultura, integração.

## Introdução

A integração entre os assentados do PA Horto de Bueno de Andrada e as agroindústrias do setor avícola seguem o modelo amplamente difundido no Brasil para as criações de aves e suínos<sup>5</sup>. Segundo dados do relatório anual de 2012 da União Brasileira de Avicultura (UBABEF), mais de 95% da produção de frango de corte do país é realizada pelo sistema de integração.

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Pesquisador do NUPEDOR (UNIARA).

<sup>2</sup> Doutorando em Ciências Sociais (UNICAMP), Pesquisador do NUPEDOR (UNIARA).

<sup>3</sup> Profa. Dra. do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA.

<sup>4</sup> Prof. Dr. do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA.

<sup>5</sup> As mudanças ocorridas no sistema produtivo da avicultura de corte, chamada a partir da modernização da agricultura de avicultura industrial, modificaram totalmente as relações de produção e trabalho da atividade. No início da década de 60, foram introduzidas no Brasil linhagens de aves melhoradas geneticamente, fábricas de rações especializadas, manejos, instalações e equipamentos voltados para produção intensiva, baseada no confinamento total das aves e a busca pelo máximo controle do sistema produtivo, dentre inúmeras outras modificações. Este modelo, de certa forma, acompanhou o conceito de desenvolvimento proposto pela modernização da agricultura, buscando aproximar a produção agropecuária ao processamento/beneficiamento industrial.



Este sistema se configura da seguinte forma: fica a cargo dos assentados (integrados) a construção dos aviários dentro das normas pré-estabelecidas (sentido do barracão, diâmetro da tela de proteção, cortinas internas e externas, etc.) a aquisição e instalação dos respectivos equipamentos (bebedouros, comedouros, ventiladores, aspersores, etc.). Também é responsabilidade do integrado, arcar com os custos que envolvem todo processo produtivo como energia elétrica, mão de obra, aquisição da cama de frango, sistema de aquecimento (lenha e/ou gás) e água. Já as agroindústrias, possuem o incubatório, a fábrica de ração, o abatedouro, a marca comercial, os pontos de venda (tanto mercado interno como externo) e se comprometem a fornecer para o integrado, a ave de um dia, a ração de todo ciclo produtivo, os medicamentos e a assistência técnica necessária. O transporte também fica a cargo da indústria integradora, sendo ela a responsável por toda logística de entrega dos pintinhos, fornecimento de ração e transporte das aves terminadas da granja até o frigorífico.

Na integração, a agroindústria tem a possibilidade de obter matéria-prima a um custo menor do que a produção própria, onde há investimentos em terras, instalações, máquinas, além dos custos de administração e de mão de obra. Sendo assim, as agroindústrias utilizam-se das instalações, equipamentos e mão de obra dos assentados, visando obter a matéria-prima (as aves) em quantidade, qualidade e tempo adequado ao ritmo do processo produtivo do frigorífico, subjulgando os assentados a este ritmo de produção.

Adotamos a perspectiva de análise desta relação a partir de uma rede de poder (PAULILLO, 2000). Esta é uma construção social definida a partir de conexões complexas entre organizações distintas e dependentes de recursos de poder – constitucionais, políticos, financeiros, tecnológicos, organizacionais e jurídicos. Tais recursos estão cada vez mais distribuídos desigualmente entre os membros de uma rede e, quando empregados com elevado grau de habilidade estratégica por algum ator, produzem ou reproduzem relações hierarquicamente estruturadas de autonomia e dependência (PAULILLO, 2000, p. 07).

Vale ressaltar que a integração entre os assentados e as agroindústrias do setor retrata uma das vertentes do complexo agroindustrial avícola, sendo que, o complexo como um todo possui relações entre diversos atores e corporações que também são permeadas pela noção de trama de tensões, na medida que cada corporação utiliza-se dos recursos de poder que possuem para buscar a relação fundamentada no conceito de autonomia e dependência. Quando analisamos o setor avícola brasileiro, que desde 2004

é o maior exportador deste tipo de carne do mundo, há uma série de interesses (públicos e privados) pelo controle de determinados segmentos do mercado. Isto porque, no caso específico das agroindústrias da região pesquisada<sup>6</sup>, estas, estão sujeitas a sofrer com as relações de poder das diferentes corporações do setor, tais como: as empresas de material genético, as empresas fornecedoras de matéria-prima para fabricação de ração, de equipamentos, empresas de exportações, de armazenagem de grãos, transporte, de serviços portuários, assistência técnica, etc. Ou seja, os contratos de produção responsáveis por formalizar a integração entre os assentados e a agroindústria, retratam estas relações mais amplas do complexo como um todo. As cláusulas presentes no contrato refletem toda dinâmica do complexo agroindustrial avícola, sendo que, tais relações, as quais as agroindústrias estão constantemente submetidas, são consequência dos recursos de poder que as corporações multinacionais possuem e, conseqüentemente, são repassadas aos contratos de produção com os assentados.

### **Caracterização do Universo Empírico**

O projeto de assentamento Horto de Bueno de Andrada possui uma extensão total de 535,75 hectares, os quais estão divididos entre os lotes e as áreas de reserva legal e preservação permanente (ITESP, 2012). São 31 lotes com média de 12,9 hectares cada, destes, 11 lotes possuem granjas para integração com as agroindústrias avícolas (como pode ser visto na imagem abaixo). Como há famílias que construíram dois barracões, o total de granjas construídas chega a 14 em todo assentamento. A maioria das instalações tem capacidade para alojar entre 16.000 a 18.000 mil frangos, mas existem granjas com capacidade para alojar 25.000 mil aves. As granjas se distinguem não só pelo tamanho do barracão, mas também pelo grau de tecnificação dos equipamentos utilizados e pelo uso de mão de obra familiar. A pesquisa foi realizada através da aplicação de oito (8) entrevistas com os assentados integrados, com o representante do órgão gestor – ITESP e com o presidente da Associação dos Avicultores de Araraquara e Região, bem como a análise documental do contrato e do plano de recuperação judicial das agroindústrias estudadas.

---

<sup>6</sup> As agroindústrias responsáveis pelos contratos de produção com os assentados do PA Horto de Bueno de Andrada possuem suas especificidades e características particulares, que nos permite realizar uma análise mais aprofundada sem extrapolar tais considerações para todos os complexos agroindustriais avícolas do país.

**Figura 1.** Vista aérea do PA Horto de Bueno de Andrada



**Fonte:** Google, 2012.

A região Central do estado de São Paulo possui um longo histórico relacionado ao sistema de integração avícola. Isto porque as primeiras agroindústrias a surgir neste modelo, assim como as primeiras importações de linhagens específicas para corte, datam da década de 1960 e tiveram o município de Descalvado/SP como pioneiro na atividade. Esta característica fez com que a região se tornasse referência na avicultura de corte industrial<sup>7</sup> na época.

A integração avícola com os assentados da região de Araraquara tem seu pioneirismo com a agroindústria Rei Frango ainda no final da década de 90. Todos os entrevistados iniciaram-se na atividade através dos contratos de produção com a agroindústria em questão. Porém, em 2009, diante de uma série de fatores, vinculados principalmente as conseqüências do surto de gripe aviária no rebanho avícola brasileiro, a agroindústria Rei Frango entrou em Recuperação Judicial<sup>8</sup>, fechou o frigorífico e a fábrica de ração da matriz em São Carlos/SP e rompeu a integração com os produtores da região - trazendo inúmeras conseqüências negativas aos assentados.

---

<sup>7</sup>Até os dias de hoje, o entorno da região concentra uma série de corporações do complexo agroindustrial avícola, empresas de material genético, de ingredientes para ração, equipamentos, etc. O que confere importância à avicultura de corte na região.

<sup>8</sup> “A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.” (LEI 11.101/05).

Com a chegada da crise que causou o pedido de recuperação judicial da agroindústria Rei Frango, ocorreu o que muitos denominaram de “férias forçadas” aos produtores integrados. Grande parte dos avicultores de Araraquara e região ficaram na inatividade por causa da crise no setor. As empresas da região foram aos poucos abandonando as granjas que se encontravam em localidades muito distantes dos abatedouros e fábricas de ração, ou que estavam apresentando resultados ruins de produtividade. A grande maioria dos integrados da Rei Frango ficaram sem previsão alguma de alojamento e muito menos de receber o pagamento dos lotes de aves que haviam sido entregues anteriormente. Os avicultores com melhores aviários e com melhores condições financeiras (ou nem tanto) realizaram algumas adequações e se integraram com a empresa A'doro<sup>9</sup>. Mas esta não tem capacidade de absorver todos os aviários que ficaram parados. Naquele momento, todas as outras empresas da região não se mostraram dispostas a contratar novos aviários. Porém, a maior preocupação, segundo os assentados, girava em torno dos lotes atrasados da Rei Frango, pois todos ficaram meses sem a menor previsão de quando e como seriam acertados os valores com os avicultores.

Logo após o pedido de recuperação judicial da Rei Frango, surge a agroindústria “RIGOR ALIMENTOS LTDA”. A empresa resgata todos os assentados que possuíam os contratos de produção anteriormente e toma as rédeas da integração no PA Horto de Bueno de Andrada. As famílias assentadas, com as granjas montadas e em muitos casos, com equipamentos novos financiados, ficam sem alternativa e se integram com a empresa Rigor. De acordo com informações da própria empresa, com um início promissor para a agroindústria, no que diz respeito à integração dos produtores da região de Araraquara, a Rigor começa um processo de expansão dos negócios. No ano de 2010, a empresa realiza importantes transações, como: o arrendamento de uma só vez, de um frigorífico, incubatório e uma fábrica de ração, todos na cidade de Descalvado. Assim como, no mesmo ano, a Rigor arrenda a fábrica de ração e o frigorífico da Rei Frango na cidade de São Carlos (PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – RIGOR ALIMENTOS, 2012).

Porém, o planejamento traçado acabou sendo prejudicado por mais uma crise, desta vez não só do setor avícola, mas uma crise de credibilidade mundial, com vários países entrando em recessão e um temor exacerbado quanto ao risco de “calotes”. Aliado a isto, no ano de 2012 entra mais uma crise no setor da avicultura de corte

---

<sup>9</sup>Agroindústria do setor avícola que também possui uma filial na cidade de São Carlos.

brasileira. O meio-oeste dos Estados Unidos (principal região produtora de grãos) sofreu com uma das maiores estiagens já registrada na história do país, levando a perda da produção de grãos (principalmente milho e soja), o que fez com que a produção brasileira fosse destinada a exportação e conseqüentemente o mercado interno ficou desabastecido. Diante destes fatores, no ano de 2012 a agroindústria Rigor Alimentos também decreta recuperação judicial, mas percorre um caminho diferente da Rei Frango: ao invés de cessar as atividades e arrendar seus bens, permaneceu na atividade e hoje, mesmo com atrasos nos pagamentos, mantém a hegemonia dos contratos de produção nos assentamentos da região de Araraquara e é a responsável, através de uma série de imposições, pela configuração do sistema de produção dos assentados.

### **Assistência Técnica: a imposição dos interesses das agroindústrias**

A imposição da agroindústria sobre o sistema de produção de frangos de corte integrado inicia-se pela assistência técnica, o técnico de campo é o principal elo de ligação entre a agroindústria e o assentado, por esta razão, toda e qualquer dificuldade na criação ou mesmo reclamação e reivindicação deve ser primeiramente levada ao conhecimento do técnico, que tem a responsabilidade de levar as questões para a empresa. Existe uma escala onde o poder de decisão dos técnicos é graduado. Esta posição na relação é um dos principais fatores do descontentamento dos integrados. Pois, de maneira geral, os técnicos de campo da agroindústria possuem formação de técnicos agrícolas, são treinados para exercer funções pré-estabelecidas pontuais e não auxiliam os assentados em questões imprescindíveis, como fica nítido na fala de um dos assentados entrevistados:

“Quando perguntamos algumas coisas mais específicas de doenças, vacinas, ou mesmo da criação eles não sabem responder. Cada empresa tem no máximo um ou dois veterinários que só aparecem quando a mortalidade esta muito alta, ou por algum motivo parecido”.

No atual modelo de produção da avicultura de corte, com a necessidade constante de especialização na atividade, o sistema produtivo como um todo passa a estar determinado pelas prescrições "externas" das agroindústrias que estruturam o ritmo e as tarefas da atividade produtiva. “Como alimentar, quando e como distribuir, o tratamento do frango, o que fazer em casos de doenças etc. são determinados pelos técnicos das empresas integradoras”. Neste caso, os porquês das prescrições técnicas

permanecem desconhecidas para o assentado, que, no fundamental, segue as indicações dos técnicos (SORJ, POMPERMAYER, CORADINI, 1982, p. 62).

Apesar da maioria dos assentados possuírem o conhecimento tradicional da criação de frangos, este modelo de produção industrial, baseado na constante inovação tecnológica, é exigido por outras esferas, que limitam a atuação do integrado. Neste contexto, a crítica recai sobre como a informação é transmitida: o técnico da agroindústria impõe uma série de orientações a serem seguidas, porém, sem que haja um diálogo com o intuito de promover a construção do conhecimento deste produtor. Esta desconstrução do conhecimento tradicional está relacionada com o recurso de poder informacional e tecnológico que a agroindústria possui. Através do controle do conhecimento e emprego das tecnologias produtivas.

Freire (1975, p. 40) chama a atenção para a teoria antidialógica presente nesta relação de imposição das técnicas para os assentados. E dentre as várias características expõe a invasão cultural. Sendo que, “toda invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores”.

Neste caso, o invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetos de sua ação. As relações entre invasor e invadidos, que são relações autoritárias<sup>10</sup>, situam seus pólos em posições antagônicas. “O primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra; os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro. O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, jamais com eles; estes são “pensados” por aqueles. O invasor prescreve; os invadidos são pacientes da prescrição” (FREIRE, 1975, p. 41).

A atuação do técnico da agroindústria começa ainda nas prescrições sobre a construção dos galpões que irão alojar as aves. Orienta o sentido da construção, a altura do pé direito, a disposição dos equipamentos, dentre outras recomendações.

Porém, em um dos casos pesquisados, o assentado após receber o aval via telefone iniciou a construção do barracão, mas, construiu-o no sentido norte-sul, quando a recomendação técnica é leste-oeste, para que o sol percorra o barracão verticalmente, amenizando a incidência da radiação solar dentro da granja. O sentido da construção não trouxe problemas para se integrar com a agroindústria, mas devido à alta incidência

---

<sup>10</sup> Segundo Freire (1975), o autoritarismo não está necessariamente associado a repressões físicas. Dá-se também nas ações que se fundamentam no “argumento de autoridade”. “Isto é assim porque é – a técnica já o disse – não há que discordar, mas sim que aplicar” (p. 41).

dos raios solares, os manejos das cortinas laterais e dos sistemas de resfriamento da granja se tornaram mais intensos. Assim como os custos também ficaram mais altos, pois segundo o assentado, no verão, os ventiladores precisavam ficar ligados até às 23 horas, para manter a temperatura da granja ideal, gerando um gasto de energia elevado.

O técnico da agroindústria realiza visitas semanais aos assentados, porém esta se faz com o intuito de acompanhar e controlar a produção. O papel do técnico é recolher as fichas semanais de anotação, analisar a mortalidade, realizar a pesagem das aves por amostragem e com intervalo maior de tempo recolher amostras dos lotes de aves e da água. Caso o técnico identifique alguma irregularidade com relação à regulação dos equipamentos ou mesmo no ganho de peso dos animais, são feitas orientações técnicas para que os assentados busquem se adequar as exigências produtivas da agroindústria.

A própria cláusula contratual referente a assistência (item 2.3) aponta para seu caráter assimétrico de diálogo e transmissão do conhecimento. Ela reforça que o objetivo da assistência técnica é “promover o acompanhamento do plantel em desenvolvimento, orientando as operações relativas ao manejo produtivo das aves”. Ou seja, apenas o acompanhamento produtivo é objetivo da agroindústria, não sendo de seu interesse capacitar os assentados em outras vertentes, como por exemplo, realizar um diálogo construtivo com o intuito de fixar um preço justo na integração ou minimizar os impactos ao meio ambiente. Paralelo a isto, o item 3.3 do contrato obriga os assentados a desenvolver a criação e terminação das aves, segundo normas técnicas e recomendações fornecidas pela agroindústria ou por empresa terceirizada e autorizada. Sendo vetado qualquer manejo que parta da intenção e/ou conhecimento do integrado, por mais que possa ser pertinente, eles são restritos as imposições técnicas da agroindústria.

A coleta de material para análise pela agroindústria também reflete na dominação e controle do processo produtivo, sendo que o item 3.11 do contrato de produção obriga o assentado a permitir e facilitar que a agroindústria realize a coleta de amostras das aves e da água, e possa submetê-las a qualquer tipo de análise laboratorial que julgar necessária. Em seguida, o contrato traz uma ressalva que faculta ao integrado acompanhar ou não a coleta das amostras (item 3.11.1). Porém, a pesquisa de campo mostrou que dificilmente os técnicos avisam que farão coleta de amostras, tampouco perguntam se o assentado tem interesse em acompanhá-los no procedimento, como pode ser elucidado por este fragmento de uma das entrevistas:

“A empresa vem de surpresa, assim, vai na caixa d’água pega uma amostra da água, pra ver se você não tá administrando alguma coisa fora da assistência técnica”.

Já o item 3.11.2 proíbe o assentado de coletar amostras para análise sem uma autorização por escrito da agroindústria. Ou seja, o assentado, detentor do uso e posse da terra, responsável por criar as aves próximas a sua casa, é proibido de realizar análise de sua água, ou mesmo pedir por conta própria, qualquer tipo de análise dos animais que está convivendo com sua família. Neste caso, a agroindústria domina e controla as análises, podendo utilizar-se do recurso de poder informacional para subordinar o assentado em seu benefício próprio, como diminuir sua remuneração ou mesmo excluí-lo da integração alegando má qualidade da água. Porém, esta, pode não ser a real causa da tomada de decisão da agroindústria.

Com relação ao ITESP, órgão gestor que presta assistência técnica no assentamento pesquisado, os assentados relataram que o órgão não interfere no sistema de integração com as agroindústrias. Dentro do PA Horto de Bueno de Andrada a assistência técnica do ITESP cuida prioritariamente das questões referentes a produção de leite, realizando diagnósticos de prenhes, vacinações, etc., mas com relação as granjas nada é feito. De acordo com os assentados o ITESP apóia a vontade dos assentados, o próprio representante do órgão, entrevistado na presente pesquisa, relatou que no início da integração no assentamento, com dois assentados integrados e contentes com os resultados obtidos, foi fomentada a participação dos outros assentados que mostraram interesse. Os técnicos do ITESP levaram os assentados interessados em construir a granja aos lotes de quem já estava integrado com a agroindústria, para que eles ouvissem a opinião desses assentados, como forma de troca de informações e experiências. Como na época (1998 até 2005) a integração era vista como a salvação econômica das famílias assentadas, pois a agroindústria (Rei Frango) realizava o pagamento conforme o combinado, praticamente todos assentados interessados acabaram investindo na integração e construindo suas granjas.

Segundo o representante do ITESP, se algum assentado mostrasse interesse em construir a granja e se integrar a agroindústria, era levado aos assentados considerados lideranças produtivas na atividade, o qual expunha a problemática do setor e recomendava não despendar dinheiro para se inserir na integração. Porém, ficava a critério do próprio assentado tomar a decisão. Não tendo a interferência de ninguém.



Com relação aos esforços em capacitar os assentados, foi relatado que foram viabilizados cursos dentro do próprio assentamento, no sítio do vice-presidente da associação dos avicultores de Araraquara e Região. Estes cursos foram realizados pelo SEBRAE e/ou SENAR, em média um curso por trimestre, através de parcerias com a própria associação. Como por exemplo, o curso de manejo de aquecedores, cujo objetivo era informar e sensibilizar sobre a importância do manejo dos aquecedores, considerando o conforto térmico e o fornecimento de calor em função da fase da criação; com enfoque nas opções de combustíveis existentes (fornecer calor x consumo de energia). Os cursos visavam capacitar os assentados nos manejos referentes a atividade, mas sempre viabilizados pela associação. Nenhum curso foi promovido pela agroindústria, ou mesmo pelo ITESP.

### **As restrições impostas aos assentados integrados**

É nítido no contrato de produção, a presença de cláusulas abusivas, as quais submetem os assentados a posição de subalternidade na relação com a agroindústria. No tocante as restrições, elas, se apresentaram como um grande entrave para o desenvolvimento dos assentamentos. Desenvolvimento, que para esta investigação recai sobre a ideia proposta por Amartya Sen (2000) - um processo de expansão das liberdades reais, sem que as relações de poder engendradas na sociedade, tomem as rédeas da trajetória de vida dos assentados de reforma agrária.

A agroindústria estabelece como obrigação do assentado facilitar que ela realize o acompanhamento da criação das aves, assegurando-lhe livre e permanente acesso à propriedade e instalações onde o plantel está sendo criado, bem como lhe permitir realizar auditoria, a qualquer momento (item 3.14). Na prática, a agroindústria considera não só o trabalho e a granja do assentado como seus integrados, mas também toda área de seu lote. Com isso, é facultada a possibilidade da agroindústria em poder controlar a produção, que pode ser feita a qualquer momento do dia e em qualquer ponto do lote – ou seja, não só os aviários podem ser vistoriados, como também, qualquer outra área que pertença as suas proximidades. Neste caso, o recurso de poder jurídico permite que a agroindústria controle as ações dos assentados integrados.

Diversos relatos apontaram para estas questões, como por exemplo, quando o técnico chega sem avisar e busca fiscalizar se o assentado está “desviando” parte da ração para alimentar outras criações animais que eventualmente venha a ter.

É imprescindível salientar que a criação de outras espécies animais, é combatida pela agroindústria, o contrato deixa claro em seu item 3.5 que o assentado obrigatoriamente compromete-se a não criar, engordar ou terminar e não permitir a presença de quaisquer outras aves nas proximidades do imóvel onde será executada a criação para agroindústria.

Diante disto, os assentados perdem a autonomia de escolha do alimento que será produzido para sua subsistência. Mais do que isso, eles são limitados a produzir apenas alimentos de origem vegetal, acatando as imposições da agroindústria, que por sua vez, não agem apenas no processo de integração em si, mas de maneira geral, desconfigura as estratégias produtivas adotadas pelos assentados.

Isto pode ser sentido também na recomendação recente dos técnicos, que segundo os entrevistados, orientam para que não sejam plantadas árvores frutíferas nas proximidades das granjas, com o intuito de evitar a aproximação de pássaros no entorno das instalações, pois estes são considerados pelas agroindústrias como possíveis vetores de transmissão de doenças as aves. Este tipo de imposição nos permite mais uma vez apontar para as relações assimétricas sofridas pelos assentados. Eles possuem a cultura e a prática de plantar diversas espécies de árvores frutíferas ao redor da casa, criando um microclima ameno, ao mesmo tempo em que a produção diversificada de frutas é utilizada para diversas receitas culinárias, como a produção de doces, bolos, sucos, etc.

Além de todos os fatores que causam as assimetrias na relação, há de se considerar a intenção da integração pela especialização do assentado em uma única atividade - a produção de matéria-prima para agroindústria. Neste sentido, uma série de restrições são impostas, tanto do ponto de vista de dedicação da mão de obra familiar, como do arranjo produtivo adotado pelo assentado. Com isso, por mais que o assentado de reforma agrária integrado a agroindústria, reconheça a necessidade de se praticar uma produção agropecuária diversificada, baseada em práticas sustentáveis, ficam restritos pelas forças de poder impostas pela agroindústria. Principalmente quando as imposições são regidas por uma peça de comprometimento jurídico, podendo trazer conseqüências negativas aos assentados perante a lei.

Outro ponto fundamental relacionado as restrições impostas pela agroindústria refere-se ao item 3.5.1 presente no contrato. O assentado se obriga a não permitir o acesso às instalações, ou mesmo às proximidades por terceiros, sem prévia aprovação por escrito da agroindústria, e quando autorizado o acesso, cumprir com a condição por ela orientada. As novas recomendações do MAPA também apontam neste sentido, onde

o assentado é obrigado a manter uma espécie de livro de registro na entrada da granja, e anotar dia e hora que alguma pessoa eventualmente tenha visitado o local. Estas ações possuem o discurso de realizar um maior controle com relação à biossegurança, podendo identificar a fonte de contaminação caso venha ocorrer.

Porém, para se valer de preceitos técnico-econômicos, os assentados são obrigados a abrir mão de relações de sociabilidade e de troca de informações com seus vizinhos, uma vez que são obrigados a não permitir o acesso de terceiros a área de biossegurança, ou seja, toda proximidade da granja. Mais uma vez, a integração se mostrou longe dos preceitos básicos de espaço social do assentamento, que busca a interação entre os produtores e não o afastamento. Ainda a este respeito, têm-se o item 3.22 do contrato de produção, o qual obriga os assentados a “manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações técnicas ou não, pertinentes ao serviço, se propriedade da agroindústria, que lhe tenham sido confiadas para o perfeito e completo atendimento do objeto do contrato, bem como das cláusulas e condições entre as partes aqui estabelecidas, na vigência e mesmo após o término do presente. Da mesma forma, não utilizar nem divulgar imagens e ou informações a respeito do objeto do presente contrato, sem previa aprovação por escrito da agroindústria sob pena de indenização”.

Esta informação pôde ser confirmada através da pesquisa de campo, onde os técnicos constantemente (re)afirmam aos assentados a necessidade de não dialogar sobre os índices produtivos alcançados por eles, assim como as questões de remuneração. Pois para os técnicos, tal atitude dos assentados geraria impasses e constrangimentos desnecessários sobre as relações entre eles mesmos e com as agroindústrias. Neste sentido, fica nítida a intenção da agroindústria em inibir a aproximação dos integrados, ao invés de estimular o diálogo entre eles.

Tal condição fica clara na fala do presidente da associação:

“As agroindústrias tem o interesse em manter os integrados distantes um dos outros, no sentido de conhecimento de como está sendo conduzida a integração, a associação tem tentado capacitar os integrados, para que eles detenham o conhecimento e não fiquem na mão da assistência técnica da própria integradora”.

Outro entrevistado relatou a mesma intenção da agroindústria:

“A empresa prefere manter os produtores nas escuras, para assim remunerar cada um de forma diferenciada e não apenas do ponto de vista do manejo do lote de aves, mas sim por outros fatores, como interesses em segurar tal integrado pela proximidade com a fábrica de

ração, assim como remunerar um pouco melhor os produtores que já estão descrentes com os contratos de produção, para mantê-los na atividade, se for de interesse da agroindústria”.

Com isso, é possível identificar os recursos de poder engendrados na relação dos assentados com a agroindústria, onde estas, além de controlar a produção, buscam o controle das ações dos assentados, para que eles não possuam nenhum tipo de subsídio que possa servir de recurso para reivindicar seus direitos, ou mesmo buscar uma relação menos desigual com a empresa.

Por fim, para ilustrar as relações assimétricas nas quais os assentados estão constantemente submetidos, segue abaixo a tabela relacionando os indicadores com os recursos de poder dominados pelas agroindústrias:

**Tabela 1.** Recursos de poder e as relações assimétricas presentes na relação entre os assentados do PA Horto de Bueno de Andrada e a agroindústria do setor avícola

<b>Indicadores</b>	<b>Principais Recursos de Poder</b>	<b>Relações Assimétricas</b>
Controle da Produção	Constitucional, Jurídico	Em todas as vertentes investigadas a agroindústria se utiliza dos recursos de poder para controlar o sistema produtivo em benefício próprio.
Assistência Técnica	Constitucional, Organizacional	O técnico da agroindústria impõe aos assentados as prescrições obrigatórias a serem seguidas, sob pena de exclusão da integração.
Restrição da diversidade agropecuária	Organizacional, Jurídico	Os assentados perdem o poder de escolha sobre outras estratégias produtivas, como a criação de aves fora do sistema de integração e recentemente a implantação de árvores frutíferas próximo das granjas.
Restrição de Visitas	Constitucional	Por mais que as granjas estejam nos lotes dos assentados, as visitas em seu entorno devem ser obrigatoriamente autorizadas pela agroindústria.
Acesso irrestrito as instalações	Organizacional	Condições abusivas de fiscalização a qualquer momento do dia, em toda área do lote e sem aviso prévio.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

## **Considerações Finais**

A partir do momento em que o assentado assina o contrato de produção (documento jurídico) que regula a integração da produção de frangos para agroindústria ele fica "amarrado" judicialmente as imposições do "modelo" produtivo estabelecido pela agroindústria. Através da presente pesquisa foi possível constatar que todas as etapas do processo de produção da avicultura de corte no sistema de integração dentro do assentamento são ditadas pelas agroindústrias, sendo que, na maioria dos casos os assentados desconhecem da procedência dos ingredientes da ração, ou dos medicamentos utilizados, assim como das características genótípicas e fenotípicas das aves criadas por eles. Neste contexto, todo sistema produtivo é controlado pelos técnicos da agroindústria, que repassam as informações a seus superiores, e estes, adotam as medidas em prol dos interesses da agroindústria.

O técnico de campo, que deveria promover a capacitação e o diálogo de caráter pedagógico com os produtores, acaba assumindo o papel de fiscalizador e controlador da produção, estabelecendo uma relação fundada apenas em aspectos econômicos imediatos, ou seja, a busca pela máxima produtividade de determinado lote de aves, sem levar em consideração a busca por uma relação mais duradoura e harmoniosa com seus integrados. Com relação ao órgão gestor (ITESP), este, não interfere no sistema de integração proposto pela agroindústria avícola, sua atuação se limita pelo fornecimento de assistência veterinária (aplicação de vacinas e atendimentos emergenciais) nas criações de gado de leite, sendo que a assistência técnica aos sistemas produtivos, como planejamento, acompanhamento, etc. foi indicada como inexistente dentro do assentamento.

Nesta relação de integração, não só o processo produtivo da avicultura de corte fica subordinado aos interesses da agroindústria, mas também boa parte do lote dos assentados, assim como sua mão de obra, suas ações e estratégias produtivas como um todo, dentre diversos outros fatores expostos no texto. Com isso, podemos concluir que as relações que se estabelecem entre os assentados de reforma agrária do PA Horto de Bueno de Andrada e as agroindústrias do setor avícola se revelaram assimétricas e permeadas por uma série de conflitos, abertos ou não entre os atores sociais envolvidos.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/lei/111101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111101.htm)>. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977. 93 p.

PAULILLO, L. F. **Redes de poder & territórios produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do Século XX**. 1. ed. São Carlos: RIMA/EDUFSCAR, 2000. 196 p.

RIGOR ALIMENTOS. **Plano de Recuperação Judicial**. Disponível em: <<http://www.rigor.com.br/site/index.php/recuperacao-judicial/>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SORJ, B; POMPERMAYER, M. J; CORADINI, O. L. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 119 p.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990. 102 p.

UBABEF – União Brasileira de Avicultura. **Relatório Anual 2012**. Disponível em: <[http://www.abef.com.br/ubabefnovo/publicacoes\\_relatoriosanuais.php](http://www.abef.com.br/ubabefnovo/publicacoes_relatoriosanuais.php)>. Acesso em 12/01/2013.

**GT (05) – (Elites patronais rurais e agroindustriais, ação coletiva e pensamento crítico).**

**TÍTULO: A OCB e a Constituição do Agronegócio “Cooperativo” capitalista no Brasil. Reflexões sobre o caso paranaense.**

**Raoni Fernandes Azerêdo<sup>1</sup>**  
**Pedro Ivan Christoffoli<sup>2</sup>**

**Resumo**

O presente artigo busca discutir de forma preliminar acerca do papel fundamental do Estado Restrito e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) na criação e estruturação das cooperativas agropecuárias paranaenses e sua intensa relação na renovação do sistema de reprodução sociometabólica do capital no campo brasileiro, provocando uma simbiose para o que viria ser a consolidação do Agronegócio no Brasil. Destaca-se em especial o processo em que OCB, enquanto aparelho do Estado Restrito, afirmou-se enquanto porta-voz consensual ideológico dos rumos das políticas agropecuárias no Brasil, e de como se constitui a partir de programas de financiamento público, como o RECOOP e o SESCOOP, a plataforma para constituição de um segmento cooperativo capitalista modernizado e centrado na constituição dos Complexos Agroindustriais Cooperativos no Paraná.

**Palavras Chaves: OCB; Estado; Cooperativismo**

**Introdução**

Após a segunda guerra mundial, em especial a partir do início da década de 1960, o setor agrícola no Brasil sofreu grande impacto e transformações em sua forma de produção, tendo como base principalmente a mecanização, a introdução de novas culturas alimentares e o uso insumos químicos e biológicos, advindo dos pacotes da revolução verde, bem como a aplicação de novas formas organizacionais de trabalho, tudo isso alicerçado em farto fornecimento de crédito subsidiado. Apesar de uma ilusória abundância manifestada nos números das exportações, a produtividade crescente tem sido incapaz de saciar a fome presente nos campos e nas favelas brasileiros. Mais do que isso, têm contribuído para sua expansão via redução dos cultivos alimentares e expulsão dos trabalhadores rurais.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - UNESP-SP. Membro do Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP/UFFS)

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul (PR). Membro do NECOOP/UFFS.

Este modelo produtivo é moderno, no sentido de incorporação de novas tecnologias, porém é excludente, já que reproduziu e aprofundou desigualdades distributivas na apropriação da terra e da renda no campo brasileiro, gerando a expulsão de camponeses para os centros urbanos ou para áreas de fronteira agrícola, gerando desemprego nos campos e nas cidades, degradação e marginalização urbanas, e destruição ambiental.

DELGADO (1985) descreve, que na década de 1970 o setor cooperativista agrário também acompanha este processo de modernização da agricultura no Brasil, onde se apresenta a figura da “multicooperativa - entidade que se assemelha com uma empresa controladora de um grupo empresarial pela diversificação setorial e espacial de operação econômica”.

Neste artigo, iniciamos um processo de reflexão e identificação dos mecanismos pelos quais o Estado em articulação estreita com a OCB e a burguesia agrária e latifundiária, no período da ditadura militar e décadas posteriores, mediarão e direcionaram as ações das cooperativas de produção agropecuária atendendo às formas que o capitalismo exigia na agricultura no cenário mundial. Entendemos que na conjuntura atual do avanço do Agronegócio, não podemos prescindir de um estudo das relações de força da classe patronal agrária, em especial a hegemonia da OCB na condução das pressões no interior do Estado Restrito, que culminaria em uma agenda política para a constituição dos complexos agroindustriais.

## 2. O Estado Restrito e a Formação dos Complexos Agroindustriais Cooperativos

Segundo João Bernardo o Estado Restrito é formado pelo aparelho político reconhecido juridicamente, definido pela Constituição de cada País: Governo, Parlamento e Judiciário. Entendemos que em sua origem, e até meados da década de 1970, na análise do autor, o Estado Restrito no Brasil detinha o poder de controle e execução das Condições Gerais de Produção que tinha por objetivo permitir e propagar o desenvolvimento da produtividade do capital.

### 1º Momento

No Brasil, o Estado Restrito joga um papel essencial no processo de modernização e reestruturação das condições gerais de produção na agricultura, ocasionadas por fartas políticas públicas e distribuição/subsídios de créditos. Para DELGADO (1985) o Estado foi o principal financiador do processo de modernização e expansão territorial da agricultura brasileira entre o pós-guerra e meados da década de 1980. O autor identifica 3 etapas neste processo, de forte intervenção estatal na agricultura:

- ✓ A primeira etapa que vai de 1930-1965 denominada de Gênese da política agrícola e produção incipiente de grãos, predominando no Paraná, a produção e exportação basicamente de café.
- ✓ A segunda etapa de 1965-1985 é denominada de Fase da modernização da agricultura e expansão dos fronts agrícolas, com o objetivo de modernizar, diversificar e expandir a agricultura brasileira, inspirada na política de substituição de importações.
- ✓ A terceira é denominada fase da Transição da política agrícola estatal para a regulação privada e inicia-se em meados da década de 1980, caracterizando-se pela menor intervenção direta do Estado, com o fim do



fornecimento do crédito subsidiado, e pela crescente participação das empresas (tradings, agroindústrias, indústrias de insumos e maquinário agrícola) e de agentes financeiros no fornecimento do crédito e regulação da política agrícola. (FREDERICO, APUD DELGADO, 1985)

Desde o início, no Brasil, de acordo com MENDONÇA (2005) as cooperativas foram as formas de organização produtiva no espaço agrário priorizado para a adaptação da agricultura aos cenários do capital mundial. Em síntese, o Estado tinha por objetivo deslegitimar o papel de resistência e luta que tinham as cooperativas autônomas em outros Países, e concomitantemente neutralizar os conflitos sociais no campo, criando uma classe média rural consumidora de produtos industrializados, dinamizadora do mercado interno brasileiro.

Destaca-se nesse processo, que o cooperativismo brasileiro capitaneado pela OCB<sup>3</sup> e reorganizado sob a Lei nº 5.764/1971 tem desde o seu início a lógica economicista-ideológica sob a órbita capitalista, que em sua estreita afinidade com o Estado, se tornaram premissas como veremos adiante, para que a OCB, entre outras organizações de representação das classes dominantes agrárias, se “tornassem os porta-vozes autênticos das agremiações patronais”, o que foi aplicado na implementação de políticas públicas, na difusão de sua ideologia, e na constituição de seus “intelectuais orgânicos” que se consolida na difusão de um cooperativismo agropecuário como simulacro de desenvolvimento, democracia e igualitarismo.

Neste percurso o Estado teve como seus principais instrumentos para implantar esta modernização conservadora o crédito subsidiado, tanto para as unidades produtivas parcelárias, como para implantar estruturas e organizações de apoio à produção e comercialização dos produtos agrícolas, como foi o caso das cooperativas.

O regime militar alocou grandes somas de recursos financeiros, a juros baixos, para capitalizar os grandes proprietários, possibilitando investimentos pesados em máquinas e insumos modernos (sementes, fertilizantes, inseticidas, etc.). Na verdade, este “pacote tecnológico”, a Revolução Verde, foi implantado através de crédito subsidiado, associado com as ofertas de assistência técnica, recursos públicos para a pesquisa e preparação de profissionais especializados (ensino universitário ou técnico). (SAUER e TUBINO, pág.4).

De acordo com FAJARDO (apud FLEISHFRESSER, 1988), no Paraná as condições foram muito favoráveis à modernização, pois a economia estava interligada ao mercado nacional, havia disponibilidade de terras excelentes e existia um nível razoável de acumulação entre os produtores de café. Foi especialmente na década de 1970 em que houve “uma monumental reestruturação produtiva do sociometabolismo do capital, que tem seu núcleo formado pelo tripé capital, trabalho assalariado e Estado, três condições fundamentais e diretamente inter-relacionadas” (MÉSZAROS, 2009), sendo o Estado, ator essencial para esta reestruturação na agricultura.

“No Paraná, como em outros Estados, a política de crédito rural foi decisiva para a modernização significando a maior parte no volume de vendas de tratores e do consumo de fertilizantes. Sendo o Paraná,

<sup>3</sup> A própria OCB foi constituída sob a égide da ditadura militar então vigente, em 1969, a partir da união entre as entidades representantes do cooperativismo brasileiro, a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOP) e União Nacional de Associações de Cooperativas (UNASCO). O interessante é que essa unificação se deu sob patrocínio do governo militar, visto que a convocação e o local para a reunião de unificação se deu no próprio gabinete do ministro da Agricultura, sob convocação deste (SILVA, 2006)

sobretudo nos anos 1970, o Estado onde houve a maior expansão das áreas de soja e trigo, o consumo de insumos modernos para essas lavouras foi enorme graças aos créditos oferecidos e destinados especialmente às mesmas culturas” (FAJARDO, 2008)

SERRA (2013) relata que com o processo de crise da cafeicultura, atividade produtiva predominante no Norte do Paraná esta é simultaneamente substituída por um sistema de produção de carne e grãos amparados em cooperativas de produção agropecuária, tendo o Estado poder de regular e incentivar suas expansões mediante o decreto 22.232 promulgado em 1932. Este processo descrito e a modernização advinda a partir da década de 1970, veio a acarretar no Paraná a inserção de novas culturas alimentares, como o trigo e sobretudo a soja. De acordo com FAJARDO (2008) e SERRA (2013) a cultura da soja foi a mais representativa nesta passagem da modernização da agricultura paranaense onde:

O sucesso da soja em substituição ao café no Norte do Paraná se deve à condição de essa cultura possuir: inovações pré-adquiridas como sementes selecionadas; um processo de produção totalmente mecanizado desde o plantio até a colheita; a capacidade de aliar interesses, que impulsionaram o seu cultivo: o das indústrias processadoras e exportadoras do produto e do Estado que teve incluído um produto de grande aceitação na pauta de suas exportações (ROLIM, 1995).

GRAZIANO DA SILVA (1982) complementa que este avanço crescente da soja em terras paranaenses foi devido a ação estatal, sendo um dos mais importantes meios para a promoção da modernização, via mecanismos de crédito, incentivos fiscais e políticas direcionadas para produtos como a soja. O Paraná teve um volume de crédito destinado à atividade agrícola representando cerca de 20% do total destinado para o Brasil (PEREIRA, 1992, p.120), sendo que as cooperativas agropecuárias utilizaram-se deste momento para adaptarem-se ao processo de acumulação do capital no cenário internacional.

Posteriormente as cooperativas agropecuárias paranaenses, a exemplo da COAMO “ingressaram cada vez mais em atividades agroindustriais, inicialmente através do processamento da produção entregue pelos associados e atualmente com a completa verticalização da produção agrícola em territórios que englobam a cadeia produtiva”, culminando assim na efetivação da modernização agropecuária através dos Complexos Agroindustriais Cooperativos (CAI's) (FAJARDO, 2005).

## **2º Momento**

Como destacamos anteriormente, as cooperativas agropecuárias nos anos 1970 tiveram massivo apoio Estatal, tiveram empréstimos realizados a juros reais negativos (LIMA, 1974), configurando um importante mecanismo de redistribuição, estruturação e concentração de renda em favor dos médios e grandes produtores rurais.

No entanto, no início dos anos 1980 até meados da década de 1990, frente a crise da economia brasileira e dos sucessivos planos econômicos, o setor agrário passa por uma fase de endividamento e mudança do padrão de financiamento. O resultado foi o aumento do endividamento de produtores e cooperativas, chegando à gradual

inviabilização de grande parcela das principais cooperativas paranaenses e brasileiras no período.<sup>4</sup>

Os programas criados pelo Estado para salvaguardar a bancarota das cooperativas agropecuárias, diante da súbita e drástica mudança do ambiente macroeconômico interno e externo, em especial o início da política neoliberal e os planos de estabilização financeira, agravaram a crise e levaram a um endividamento profundo nas cooperativas agropecuárias paranaenses.

Em 1993, como resultado de fortes pressões dos produtores agropecuários e, particularmente, da bancada ruralista [composto também da frente parlamentar do cooperativismo], foi instalada no Congresso Nacional a Comissão Parlamentar Mista de Investigação das Causas do Endividamento da Agricultura, CPMI, que culminou no final de 1995 com a implementação da proposta de renegociação das dívidas agrícolas, por meio da Lei 9.138 (ALVES, 2003).

De acordo com FAJARDO (apud Suzuki Júnior 1998), "Segundo o Banco Central, os financiamentos concedidos às cooperativas e aos produtores brasileiros totalizaram R\$ 19,987 bilhões em 1985, enquanto nos anos de 1995 e 1996 as cifras alcançaram, respectivamente, R\$ 7,771 e R\$ 6,792 bilhões".

No bojo da política federal de renegociação das dívidas agrícolas foram criados, a partir de 1995, três programas:

- ✓ Securitização da dívida agrícola, destinada a permitir, de imediato, o acesso ao crédito dos produtores afetados pelo endividamento- "tendo como alvo os débitos de agricultores e cooperativas inferiores a R\$ 200 mil".
- ✓ Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA)- destinada a permitir, de imediato, o acesso ao crédito dos produtores afetados pelo endividamento- "tendo como alvo, os débitos para as dívidas de valores em contrato originalmente maiores que R\$ 200 mil". (ALVES, 2003)
- ✓ o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), criado pela Medida Provisória Nº 1.715, de 29 de Outubro de 1998, no entanto os trabalhos de sua criação iniciaram em 23 de Julho de 1997.

Referente aos dois primeiros programas sobre o endividamento agrícola, dos seus produtores rurais e cooperativas agropecuárias, (SAUER e TUBINO, 2007, pág 5) afirmam que esta CPMI demonstrou:

"uma transferência brutal de renda do setor agropecuário para outros setores, especialmente para o setor financeiro (taxas de juros, serviços, gastos com rolagem da dívida, etc.)"

SAUER e TUBINO (Apud Teixeira, 2007) revelam que os dados e informações sobre estes dois programas são contraditórios, "enquanto a Confederação Nacional na

---

<sup>4</sup> A título de exemplo, no período da segunda metade da década de 1990 foram fechadas diversas cooperativas agropecuárias tais como: Cooperativa Agrícola de Cotia e Sul Brasil (em SP), COAMIG, CAMDUL, CAPAB, CAMILAS, COAGRI, CAPEG, CAMISC e COMFRABEL (no estado do PR). Essa lista não faz um levantamento exaustivo das cooperativas que se inviabilizaram no período, mas serve para ilustrar um problema que emerge no período em questão..

Agricultura (CNA) afirma que o montante da dívida agrícola (todas as linhas de crédito) chega à casa dos R\$ 130 bilhões, o equivalente a 24% do PIB do agronegócio, de 2006, o Banco do Brasil dispunha de dados diferentes:

- Securitização: das 120.645 operações securitizadas, as prestações vencidas dos empréstimos acima de R\$ 200.000,00 totalizavam 6.488 operações (5,3% do total), mas eram responsáveis pelo saldo devedor de R\$ 3,5 bilhões (70% de todo o saldo inadimplente).
- PESA: de um total de 8.264 operações, encontravam-se vencidas, em novembro de 2004, 3.946 operações, ou seja, quase 48% do total. No entanto, considerando apenas as operações com valores acima de R\$ 1,0 milhão, estavam vencidas 694 operações, ou seja, apenas 8% do total de operações, cujo saldo devedor era de R\$ 4,05 bilhões, ou seja, 43,7% do total de R\$ 9,2 bilhões, total do passivo do PESA.

Esmiuçando em linhas gerais, (SAUER e TUBINO Apud FERNANDES, 2007), registram que 52 mil produtores rurais – sendo 49 mil da Securitização e 3 mil do PESA – estavam em atraso com parcelas das dívidas renegociadas em maio de 2005. No entanto, a soma destes produtores resultaria em um montante de R\$6,33 bilhões, e aqui o mais interessante é que R\$ 4,8 bilhões, ou seja 76% do valor total, correspondem a apenas 1,5% dos contratos.

De acordo com os autores mencionados, o atraso nos pagamentos é de “responsabilidade de um pequeno grupo de grandes devedores (grandes proprietários, empresas agropecuárias e cooperativas agrícolas)”. Portanto verificar-se-ia a repetição de um fato recorrente no país, onde a grande massa de pequenos agricultores é utilizada como escudo, como justificativa para estender benesses a um grupo restrito de grandes devedores, patrocinadores de mandatos de parlamentares ruralistas e no comando de entidades patronais diversas.

Outro programa criado pelo Estado Restrito para conter a bancarrota das cooperativas agropecuárias e promover o seu processo de reestruturação das Condições Gerais de Produção na agricultura, na qual delinearemos com mais fôlego neste artigo foi o RECOOP, nascido sob a medida provisória nº1.715/1998. Este programa foi disponibilizando pelo Tesouro Nacional com o montante a princípio de R\$ 2,1 bilhões, gerados através da emissão de títulos públicos. Vale salientar que este programa foi orquestrado pela OCB em articulação com a bancada ruralista no Congresso Nacional e tendo forte participação das cooperativas paranaenses na gestação dessa proposta (via OCEPAR).

“O objetivo era demonstrar as dificuldades que estavam inviabilizando o ramo agropecuário. "O documento com todos os argumentos para convencer as autoridades foi elaborado pela Ocepar sob a coordenação da OCB, com a participação da Ocesc e Fecotrigo, tendo sido chamado de "Programa de Apoio à Recapitalização das Cooperativas Agropecuárias", lembra o superintendente da Ocepar, José Roberto Ricken, na época diretor-executivo da entidade. Era o documento-base do que viria a ser a MP nº 1.715". (OCEPAR, 2009)

Segundo (EW, 2001) este programa constitui um dos meios através das quais as cooperativas agropecuárias puderam se reestruturar, frente ao avanço das políticas de corte neoliberal que imprimiram a abertura de mercados e a globalização das condições de competição para uma parte significativa da agricultura mundial. Essas mudanças da própria ordem estrutural do capitalismo no cenário mundial, obrigaram as cooperativas

capitalistas a passarem por profundas adequações: desde o Estatuto da Cooperativa, as relações de contrato trabalho, as políticas de distribuição das sobras; a adoção de tecnologias e o aperfeiçoamento das técnicas de gestão.

De acordo com o (ALVES 2003, Apud EW 2001) para se beneficiar das medidas do RECOOP, havia uma enorme burocracia imposta pelo Estado, em que cada cooperativa deveria solicitar o seu enquadramento no Programa através de Carta consulta e, se aceita, apresentar um Plano de Desenvolvimento Cooperativo (PDC), previamente aprovado pela maioria dos associados em assembleia geral.

A cooperativa também deveria atender aos cinco projetos do RECOOP, que eram:

1. Projeto de reestruturação e viabilidade técnica e econômico-financeira: implica o redimensionamento das atividades para o foco principal de atuação da cooperativa e desmobilizações de ativos não relacionados com o objeto principal da cooperativa;
2. Projeto de capitalização: visa à alocação de recursos novos para redimensionamento das atividades;
3. Projeto de profissionalização da gestão cooperativa: visa à adequação administrativa e operacional das cooperativas, dotando-as de uma estrutura profissional compatível com o mercado competitivo;
4. Projeto de organização e profissionalização dos cooperados: visa à recuperação dos recebíveis dos cooperados inadimplentes e objetiva manter na cooperativa os produtores-associados dispostos a assumirem os compromissos necessários para o sucesso do Programa e dispostos a implantar novas tecnologias para incrementar sua produtividade;
5. Projeto de monitoramento do Plano de Desenvolvimento Cooperativo: visa ao acompanhamento sistemático dos demais projetos através da adoção de mecanismos de acompanhamento econômico-financeiros das cooperativas agropecuárias.

Ou seja, mais do que apenas salvaguardar as cooperativas em crise, o projeto de criação do RECOOP representou o sequestro do cooperativismo pela ideologia e práticas gerenciais de tipo capitalista. A partir desse movimento a gestão cooperativa de tipo empresarial (ou de gestão profissionalizada, como se auto-define no segmento) leva à adoção de métricas capitalistas de gestão, para empresas que deveriam zelar fundamentalmente por seus aspectos sociais. Situa-se aí o início da gestação das megacooperativas que emergirão nos anos 2000.

É nesse mesmo sentido que, além do PDC, a MP 1.715/98 também exigia que a cooperativa, para se tornar apta a se beneficiar do RECOOP, contratasse auditoria independente para emitir parecer sobre a procedência dos valores relacionados a dívidas existentes. Obviamente tais critérios levariam necessariamente a que parte das cooperativas não pudesse ser contemplada por esse novo aporte de recursos públicos, visto não portarem condições de viabilidade e rentabilidade de tipo capitalista.

“no total de 439 cooperativas consideradas habilitadas apenas 132 cooperativas (sua maioria localizadas na região Sul do País), conseguiram firmar contratos no âmbito do RECOOP, envolvendo recursos da ordem de R\$ 796 milhões, o que perfaz apenas 37,9% dos recursos disponibilizados originalmente pelo programa”. (Revista A GRANJA, apud ALVES, 2003, pág.44)

Diante do que foi exposto, uma questão em especial merece profundidade de análise em outros estudos: segundo ALVES (2003) “a amenização dos problemas financeiros advindos dos recursos do RECOOP, acarretaram uma situação de alto nível de endividamento do cooperativismo agropecuário que obtiveram tais recursos, sendo mais elevado do que o conjunto das demais cooperativas que não obtiveram”. A essa tese, no entanto, pode ser contraposta a evidência empírica de que muitas cooperativas que tiveram seus pedidos de acesso ao RECOOP negados, enfrentaram crises na maioria das vezes terminais, inviabilizando até mesmo sua continuidade<sup>5</sup>. Nesse sentido, o acesso ao crédito do RECOOP aparentemente representou a tábua de salvação para a maior parcela das cooperativas que obtiveram tais recursos.

Por outro lado, no que poderia se chamar de oportunismo político, EW (2001) menciona em sua pesquisa, que outras cooperativas agropecuárias que não passavam por dificuldades financeiras, utilizaram o recurso do RECOOP para se capitalizar cada vez mais, promovendo sua reestruturação produtiva (por exemplo a Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda - COAPEL) . De todo modo, ficou clara a ingerência da bancada ruralista e da Frente Parlamentar do Cooperativismo no Congresso Nacional, em particular da bancada paranaense, na determinação de quais cooperativas poderiam ou não acessar recursos do programa.

Também nesta seção do artigo, em linhas gerais, salientamos outra política em que a OCB teve e tem fundamental importância na sua criação e condução, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) recursos oriundos da folha de pagamento dos funcionários de cooperativas (inclusive as não filiadas à OCB) através do Sistema “S” para o meio rural. Esta política quis o “destino” que também fosse criada a partir da Medida Provisória 1.715, de 03 de setembro de 1998 que deu origem ao RECOOP. Em que seu artigo 7º dispõe que:

“O SESCOOP, com personalidade jurídica de direito privado, tem o objetivo de organizar, administrar e executar a formação profissional, desenvolvimento e promoção social das trabalhadoras e trabalhadores em cooperativa e dos cooperados”.

O conselho de gestão do SESCOOP foi composto inicialmente por representantes de diversos ministérios (trabalho, previdência, fazenda, planejamento, agricultura) e em especial tem no §1º, do artigo 9º do regimento, que a presidência seria exercida por representante da OCB (FARIA, 2006; SAUER e TUBINO, 2007). Os autores afirmam que esta estratégia do SESCOOP se estenderia em todas as unidades da federação, ou seja, onde existirem entidades (cooperativas) ligadas à OCB haverá ligação com o SESCOOP. A arrecadação do SESCOOP é realizada através do recolhimento pela Previdência Social no percentual de 2,5%, sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados das cooperativas (FARIA, 2006). Isso se dá inclusive sobre as cooperativas não filiadas à OCB e mesmo àquelas que se opõe frontalmente à sua linha política e *modus operandi*.

O atual modelo do SESCOOP, não só admite como privilegia o trabalho subordinado no âmbito das cooperativas e ademais prevê uma unicidade representativa extremamente antidemocrática e injusta.

---

<sup>5</sup> Casos por ex. da CAMILAS e CAPAB, ambas da região centro e sudoeste do Paraná, e que tiveram seus pedidos de acesso ao RECOOP negados. Por outro lado, algumas beneficiárias do RECOOP também se inviabilizaram, caso da COAGEL (PR).

Segundo as informações apresentadas no Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, denominada “CPMI da Terra”, extraídas do relatório de Ordens Bancárias do SIAFI, revela que a OCB e o SESCOOP receberam dos cofres da União juntas, aproximadamente, R\$ 200,3 milhões, entre janeiro de 1995 e outubro de 2005. Isso além de que a OCB acessa convênios firmados com organismos federais, reduzindo substancialmente o repasse a outras entidades de representação do cooperativismo e da economia solidária dissidentes da OCB.

Baseados nos estudos de SAUER e TUBINO (2007) e FARIA (2006) sobre a apropriação do SESCOOP pela OCB destacamos três questionamentos que se fazem necessários aprofundar:

1. Entendendo o SESCOOP, como recurso público (visto sua arrecadação compulsória via Previdência Social Pública), quais são os critérios de distribuição desses recursos (inclusive para entidades discordantes da linha oficialista da OCB) e quais as normas que devem reger as prestações de contas do SESCOOP?
2. Esta simbiose entre o SESCOOP e a OCB<sup>6</sup>, uma entidade que representa a classe agrária patronal, não colocaria em xeque os valores e princípios cooperativos e os princípios da administração pública?
3. Até que ponto o SESCOOP prepara os trabalhadores para além do trabalho subordinado mediante um estímulo à profissionalização da gestão? Em que medida ele não deveria também ser direcionado para preparar formas de autogestão cooperada, como alternativa ao trabalho subordinado?

Nos apoiamos nos autores mencionados acima, onde afirma-se que o SESCOOP tem “por finalidade a formatação do indivíduo para o trabalho subordinado, fato que contraria diretamente a lógica emancipatória do sistema cooperativo e aponta para a fabricação da docilização e não para a autonomia dos trabalhadores” (FARIA 2006, pág.125). Da mesma forma SAUER e TUBINO (2007, pág.15) afirmam que “é preciso democratizar a administração de um recurso público que deveria ser destinado às trabalhadoras e trabalhadores rurais. Não há justificativa político-ideológica que sustente que serviços – de educação e formação profissional – aos mais pobres do campo, sejam trabalhadores rurais, sejam agricultores familiares cooperados, sejam administrados pelas entidades patronais”.

Neste cenário, delinearemos na seção seguinte, a importância que a OCB, através de suas gestões frente ao Estado tem conquistado vitórias, a exemplos do RECOOP e do SESCOOP, levando-a a configurar uma espécie de bloco histórico do agronegócio, que disputa a hegemonia econômico-política junto às classes sociais no Brasil. Ressalte-se que a OCB foi também co-responsável, como afirma (MENDONÇA, 2005, pág 18) pelo “processo de recriação do conceito de agricultura, imbricando-o à noção mais ampla de Agronegócio”, materializada nos CAI’s Cooperativos enquanto modelo de agricultura tecnicizado e tecnicizante.

### 3. Afirmação da Hegemonia da OCB

---

6 É interessante observar que tal fato ocorre também e mais fortemente com os recursos do SENAR, serviço controlado pelo latifúndio e suas entidades representativas. Ocorre que, também como recurso público, sua destinação deva ser auditada e democratizada.

Mendonça nos mostra em seus trabalhos que até a divulgação do I PNRA em 1985, quatro<sup>7</sup> entidades disputavam a hegemonia da classe agrária no Brasil, “visando impor-se, cada uma delas, como liderança legítima de todo o conjunto: Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA)”. A autora analisa que a modernização da agricultura brasileira, que introduziu as relações de produção capitalista no campo, e, sobretudo as fartas políticas públicas acentuaram os embates destas frações da classe dominante agrária, segmentando cada vez mais sua estrutura de representação política.

A autora analisa que desde essa época, a OCB se opunha à necessidade de reforma agrária no Brasil. Para esta agremiação patronal a saída para uma “justiça agrária especial defendida pela SNA” seriam as cooperativas agropecuárias como promotoras de projetos de colonização pontuais em regiões de fronteira agrícola. Destaca-se que este exercício de poder da OCB, culminou em diversos convênios com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, onde a mesma funcionava como um aparelho ideológico importante do Estado Restrito na organização das condições de produção do meio rural/novos assentamentos. A partir disso surgem projetos de colonização cooperativos, especialmente no Estado do Mato Grosso.

Assim a OCB por meio dos seus periódicos e dos seus intelectuais orgânicos, em especial do seu líder mais atuante, Roberto Rodrigues, reafirmavam o cooperativismo como alternativa de dominação de classe na perspectiva burguesa no país. Uma terceira via que não rompe com o capitalismo, antes aperfeiçoa-o:

“O cooperativismo é a solução do futuro, é para nós um sistema-síntese. possibilita a capitalização sem capitalismo e a socialização sem socialismo.....São sociedades sem fins lucrativos, lucram, não só os que elas operam....há acumulação por parte do associado, mas não da entidade e como cada pessoa tem voto independente do capital, o homem cooperativado exerce sua soberania política” (Revista Brasileira de Cooperativismo, jan-fev, 1978, p. 51)

Neste contexto, a OCB se colocou verdadeiramente enquanto “opção politicamente atraente para uma manutenção da ordem social no campo” (MENDONÇA, 2005, pág 18), implicando em conjunto com as demais agremiações patronais agrárias, ações ofensivas em entrevistas/jornais/periódicos contra movimentos que questionavam o modelo agrário modernizante no País e lutavam por outra matriz produtiva para o meio rural, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Portanto foi em um percurso minando possíveis adversários ideológicos, e impondo-se como porta-voz da classe patronal agrária, que a OCB conseguiu inegável poder de pressão política, além de lugar estratégico nas políticas públicas direcionadas a agricultura, e sobretudo contribuindo fortemente para a reconfiguração do conceito de agricultor para o de empresário rural ou do agronegócio.

Quanto as demandas específicas da OCB, (MENDONÇA, 2008) discorre que duas merecem destaque:

---

7 Além dessas entidades, no período ocorre o surgimento da União Democrática Ruralista (UDR) como entidade de ultra direita, diretamente envolvida na confrontação aos movimentos de trabalhadores que lutavam pela reforma agrária, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A UDR promove alianças, dentre outras, com entidades do cooperativismo capitalista, como foi o caso da OCEPAR no Paraná, para pressionar o Estado a confrontar e destruir os movimentos camponeses.



1º Demanda: o crédito subsidiado a ser obtido diante da política recessiva do Estado, mediante a fundação de banco próprio, justificada pelo grande respaldo que as cooperativas tinham diante das produções designadas ao exterior. A autora menciona que as cooperativas desde 1940, com seu atrelamento ao Estado, contavam com uma agência oficial destinada ao setor, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), embora sem operações por escassez de recursos.

Esse aspecto vai ser resolvido de acordo com o interesse da OCB com a criação dos bancos cooperativos (Sicredi e Sicoob, em 1995) e posteriormente a alteração das normativas legais que travavam a expansão do cooperativismo de crédito, já no início do governo Lula.

2º demanda: A autogestão, entendida pelos diretores da OCB, enquanto libertação do setor do vínculo com o Estado Restrito. Essa demanda surge em contraposição à postura verticalista adotada desde o período da ditadura militar e dado o caráter claramente intervencionista da lei 5764/71 que possibilitava, entre outras coisas a intervenção direta do Estado na gestão das cooperativas.

“Embora sua campanha datasse da década de 70, somente seria exitosa na conjuntura política favorável inaugurada nos anos 1990, em meio à onda neoliberal que grassou no país. Nesse contexto, em pleno processo de desmonte do Estado brasileiro via privatização de suas empresas, as lideranças da OCB viram a oportunidade de fortalecer-se politicamente, assumindo a gerência de algumas delas.” (MENDONÇA, 2008, pág.15)

Sobre a comercialização dos produtos no exterior, a autora ressalta a importância da OCB na condução do patronato agroindustrial, na elaboração e execução da proposta de criação da COOPTRADE, que seria responsável pelo comércio internacional das cooperativas agropecuárias brasileira. “Esse fato evidenciou o projeto hegemônico das entidades agroindustriais brasileiras, pouco faltando para afirmar-se o conceito de agronegócio”.

Ao mesmo tempo a OCB via a necessidade de formar lideranças capazes de implementar a integração almejada. Assim foram criados Comitês Educativos para a Autogestão no final dos anos 80, que diante de um volume crescente de negócios geridos pelas cooperativas, “era imperioso buscar uma nova feição para o cooperativismo, com a implantação da autogestão, mediante novos quadros técnicos. A Educação se destacou como instrumento difusor da consciência autogestionária, pedagogicamente controlada pela cúpula da OCB”.

Consideramos este processo conduzido pela OCB com apoio cada vez mais consolidado da bancada ruralista, em especial pós as eleições de 1990, (onde diversos candidatos se comprometeram com a agremiação cooperativista) foram fatores cruciais para que houvesse a difusão e a sociedade aceitasse a “função social” das cooperativas agropecuárias de matiz conservador e mais adiante do conceito e alavancagem do Agronegócio.

A disseminação criada pela OCB, da ideologia de inexistência de classes sociais antagônicas dentro das cooperativas agropecuária e da efetivação da democracia entre os cooperados, encobriu como um véu a reestruturação organizacional geral da nova agricultura na órbita totalmente imbricada à reprodução do capital. Concomitantemente a hegemonia da OCB perante as classes agrárias patronais, se estendeu para além destes, na medida em que a agremiação patronal, sendo a representante mais democrática e igualitária, vem conseguindo ao longo dos anos poltrona expressiva nas representações

políticas do Estado Restrito, sendo mediador ideal entre segmentos agrários, Estado e Sociedade. “Tendo seu maior exemplo, Roberto Rodrigues assumindo o Ministério da Agricultura no Governo Lula” (MENDONÇA, 2008).

Neste contexto, a partir do início da década de 1990, com a ascensão do neoliberalismo, que segundo BERNARDO (1998), “não é mais do que a hegemonia exercida sobre o Estado Restrito pelas companhias transnacionais [e nacionais], enquanto elementos determinantes do Estado Amplo<sup>8</sup>”. O autor revela que as transformações no capitalismo, concentraram o capital a um elevadíssimo grau pelas grandes empresas, que em parceria com o sistema financeiro ocuparam as Condições Gerais de Produção<sup>9</sup>, não necessitando da intervenção do Estado Restrito.

O resultado final deste processo do Estado Amplo na agricultura, no caso em estudo, são os grandes CAI's e grandes cooperativas agropecuárias paranaenses, que exemplificam o controle da agricultura nas mãos de uma “oligarquia fechada que se auto-promove e se auto-reproduz” (TRAGTENBERG, 2005, pág. 14).

#### 4. Considerações Finais

O presente trabalho faz parte de um estudo maior em andamento acerca da constituição de um segmento de cooperativismo de corte tipicamente capitalista na agricultura brasileira, alinhado com os interesses do grande capital e da classe proprietária ligada ao latifúndio brasileiro. Este trabalho vem sendo realizado através de pesquisas ligadas ao Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e em outras instituições, como a Cátedra Unesco, vinculada ao IPPRI, da UNESP e que resultará em novas reflexões e descobertas a partir das pesquisas empíricas que já vem sendo realizadas.

Nesse sentido o Paraná é um território privilegiado para essa análise visto se constituir no núcleo duro do cooperativismo agrário capitalista em nosso país. Por mais que necessitemos aprofundar tais análises, destacamos que o encadeamento econômico-ideológico conduzido pela OCB alinhados politicamente com o Estado Restrito, são em certa medida, confluentes para a construção visível de uma realidade generalizada entre as grandes cooperativas do sul do Brasil (Estado Amplo), a exclusão dos pequenos camponeses em vista da concentração de poder/expansão fundiária entre as camadas médias e grandes dos proprietários rurais. Os pequenos camponeses sendo utilizados como massa de manobra no período de criação das cooperativas e obtenção dos créditos subsidiados para sua estruturação, foram gradativamente excluídos das decisões e posteriormente do quadro social das cooperativas agropecuárias ainda nos anos 1970 e 1980.

Ao mesmo, identificou-se que a partir dos anos 1990, premidas pela crise, um segmento importante do cooperativismo agropecuário passa por um intenso processo de reconfiguração ancorado na ideologia capitalista, na exclusão do campesinato e na

---

<sup>8</sup> “Por oposição ao Estado Restrito, que inclui apenas o aparelho político reconhecido juridicamente, e tal como é definido pelas Constituições dos vários países, ou seja, governo, parlamento e tribunais, o Estado Amplo inclui todas as formas organizadas do poder das classes dominantes, sendo as empresas elementos constitutivos do Estado Amplo. (BERNARDO, 1998, pág. 23)

<sup>9</sup> “As Condições Gerais de Produção constituem a principal esfera de existência do Estado que incluem o conjunto das infra-estruturas materiais, tecnológicas, sanitárias, sociais, culturais e repressivas indispensáveis à organização geral do capitalismo e ao seu progresso” (BERNARDO, 1998).

apropriação de recursos públicos via a renegociação de dívidas dos latifundiários e das cooperativas. Para tanto as cooperativas e suas organizações classistas, em especial a OCB são utilizadas como base para a elaboração das propostas que renovam a política pública para o setor e manipulam disputas intracapitalistas na apropriação dos recursos centralizados pela previdência social e anteriormente acaparados pelo setor do capital comercial, tendo como exemplo a instituição do RECOOP e do SESCOOP.

## Referências

- ALVES, A. G. As cooperativas agropecuárias e o BRDE: histórico, situação atual e perspectivas. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Diretoria de Planejamento, Superintendência de Planejamento, 2003.
- BERNARDO, J. [Estado. A Silenciosa Multiplicação do Poder, São Paulo: Escrituras, 1998
- DELGADO, Guilherme. Capital financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.
- EW, A. R. Reestruturação do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul: os casos Cosuel e Coapel – anos 90. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 215 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural).
- FAJARDO, S. Complexo Agroindustrial, Modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no Estado do Paraná, Caminhos da Geografia- revista on line ,Uberlândia, V.9,nº27, p.p31-44. 2008
- FREDERICO, S. Desvendando o Agronegócio: Financiamento agrícola e o papel estratégico do sistema de armazenamento de grãos, Espaço e Tempo, São Paulo, nº27, p.p -47-61. 2010
- GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Hegemonia do Agronegócio Brasileiro, Histórias e Perspectivas, Uberlândia, 32/33, p-p 91-132. 2005
- \_\_\_\_\_. O Patronato Rural Brasileiro na atualidade: dois estudos de caso, Anuario Del centro de Estudios Históricos, Cordoba, Argentina, ano 8º. 2008, p-p 139-159
- OCB Organização das Cooperativas Brasileiras/Sescoop. História. Disponível em: [www.brasilcooperativo.com.br](http://www.brasilcooperativo.com.br). Acesso em 13, dezembro, 2012.

OCEPAR, Organização das Cooperativas do Paraná/Governo do Estado do Paraná. Cooperativismo Paranaense, um modelo em consolidação. Curitiba, 1976 (Boletim de divulgação institucional)

\_\_\_\_\_. SESCOOP/PR 10 anos: História/Parte 1 - mobilização e atitude política. In: Revista Paraná Cooperativo/Ago 2009/ Especial 10 anos SESCOOP/PR. <http://www.paranacooperativo.com.br/PPC/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/13274-13274>. últ. acesso em mai 2014. Curitiba: OCEPAR, 2009.

SAUER, S; TUBINO, N.L. A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro, Revista Nera, Presidente Prudente, Ano 10 nº 11. PP.131-148- Jul-Dez /2007  
SERRA, Elpídio. O cooperativismo híbrido e suas formas de atuação no Paraná. Agrária, revista de Geografia Agrária do Laboratório de Geografia Agrária da USP, São Paulo, vol. 8, pp. 4-22, 2008.

SERRA, Elpídio. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil, campo-território: revista de geografia agrária, V.8, nº 16, PP-6-37, 2013

SILVA, Eduardo Faria. Política Poder e Direito: o cooperativismo nacional sob controle. In: Anais do XIV Congresso CONPEDI. CONPEDI: Belém, 2006.

\_\_\_\_\_ A Organização das Cooperativas Brasileiras e a negação do direito fundamental à livre associação. Curitiba, UFPR, 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Direito).

ROLIM, C. F. O Paraná urbano e o Paraná do agribusiness. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.86, p.49-99, set./dez. 1995

TRAGTENBERG, Maurício. Administração, poder e ideologia. São Paulo: Ed. UNESP, 3ªed. 2005.

**ABAG: ORIGENS HISTÓRICAS E CONSOLIDAÇÃO HEGEMÔNICA**

**Sonia Regina de Mendonça Sonia Regina de Mendonça<sup>1</sup>**

**Pedro Cassiano F. Oliveira<sup>2</sup>**

**Resumo:** O trabalho, fruto de pesquisa em andamento, analisa o processo de consolidação da hegemonia de um novo segmento dos grupos agroindustriais brasileiros ocorrido entre as décadas de 1990 e 2000, articulado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e coroado pela fundação da ABAG. Com base em documentos oficiais, bem como naqueles produzidos por esta última, refletimos sobre os projetos elaborados por dirigentes da Associação, com ênfase no mapeamento, ainda em curso, do grau de inserção de seus porta-vozes junto a agências da sociedade civil e da sociedade política aos quais ela se vincula, no período compreendido entre 1993 e 2013.

**Palavras-chaves:** Agronegócio; Abag; Estado restrito.

---

<sup>1</sup> Doutora e pesquisadora nível 1 do CNPq/ Professora do [PPGH/UFF/srmendonca@uol.com.br](mailto:PPGH/UFF/srmendonca@uol.com.br)

<sup>2</sup> Doutorando em História da UFF/ Bolsista do [CNPq/pcfo@hotmail.com](mailto:CNPq/pcfo@hotmail.com)

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: [rdestudosrurais@gmail.com](mailto:rdestudosrurais@gmail.com)

## A Abag: Origens

A direção exercida pela OCB junto ao conjunto das entidades patronais da agroindústria consolidou-se na virada dos anos 1980 para os 1990, contando com um expressivo “capítulo” final: a proposição e criação de uma nova entidade – a ABAG – em teoria seria responsável pela articulação de todas as demais. O eixo articulador dessa proposta, enunciada pelo presidente da OCB, Roberto Rodrigues, residiria na afirmação do então chamado *agribusiness* no país. Segundo revista da agremiação,

“Foi dessas viagens que surgiu um conjunto de idéias que, aliadas a sua [de Roberto Rodrigues] experiência como representante da agricultura no Conselho Monetário Nacional, membro do Conselho Nacional de Política Agrícola e Coordenador da Comissão Empresarial de Competitividade do Ministério da Economia, resultou no trabalho apresentado, que será um ponto de partida para o debate junto à classe rural do “agribusiness” brasileiro (*Informativo OCB*, nov., 1991, p. 34).

Em maio de 1993 nasceria a ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness), presidida por um dos diretores da OCB, Ney Bittencourt de Araújo, também dirigente da SNA e da SRB, além de legitimado por sua própria trajetória, de todo compatível com o perfil da nova entidade. Mineiro; Agrônomo; diretor da Sementes Agrocere S/A; da Sementes Hortícolas S/A e da Agrocere Importação e Exportação, Comércio e Indústria S/A; membro da Associação Paulista de Engenheiros Agrônomos, da Sociedade Brasileira de Agronomia, da Sociedade Brasileira de Olericultura e da Sociedade Brasileira de Defensivos para Agropecuária, além de ter sido presidente da ABRASEM (Associação Brasileira dos Produtores de Sementes e Mudas), Bittencourt foi o “copartícipe” do legado de Rodrigues, incumbido de levar à prática o mais importante instrumento de consagração da OCB como força social hegemônica (GRAMSCI, vol. 3, 2000).

A fundação da ABAG seria justificada a partir de dois argumentos cruciais. De um lado, a constatação – ou construção ideológica? – de que já existia no país uma “nova agricultura”, distinta daquela até então em vigor, posto que “desenvolveu-se a agroindústria, que passa à liderança do processo produtivo e **consolidam-se as grandes cooperativas**, dando origem a um novo sistema” (ARAÚJO, 1994, p. 3). De outro, como extensão “natural” da primeira impunha-se a imperiosa necessidade de estabelecerem-se novos canais de representação política setorial, à altura de sua relevância econômica. No primeiro caso, desenvolveu-se todo um trabalho de direção ideológica destinado a fazer convergir para a agricultura todo o conjunto de atividades econômicas do país, passando ela a ser tida como “a atividade principal” na medida em que respaldara “galhardamente” a economia brasileira ao longo da crise vigente desde inícios da década de 1980. Face a essa evidência e numa operação simbólico-política da maior envergadura, a OCB, promoveria uma “recriação” do próprio conceito de agricultura imbricando-a à noção, bem mais ampla, de “*agribusiness*”, não mais limitado à atividade agrícola *tout cours*, porém referida a um brutal processo de tecnificação e financeirização do mundo rural, responsável pela emergência de

“um novo segmento antes da porteira da fazenda, o da pesquisa e experimentação, que passaram a ser exigências fundamentais através da produção de sementes melhoradas, corretivos e fertilizantes; tratores, defensivos, vacinas, rações e medicamentos Surgiram ainda mecanismos especializados de crédito, para custeio e investimento e apareceram ações de marketing no campo” (ARAÚJO & PINAZZA, 1994, p. 35).

Contudo, o “novo segmento” acima aludido – ou discursivamente construído? - não era tão recente quanto se pretendia fazer ver e fazer crer (BOURDIEU, 1989, pp. 7-15) tendo-se originado a partir da “modernização” da agricultura dos anos 1970, conquanto não tão explicitamente associado ao capital financeiro como agora. Se alguma “novidade” existia, consistiu na fundação de uma entidade que passou a integrar, num único sistema, todas as atividades definidas como correlatas ao “agrário”. Todavia, a noção de “agribusiness” atrelada à ideia de interdependência inter-setorial, não estaria completa caso vinculada, tão somente, ao

chamado “mundo anterior à porteira”, pois este só se justificava e se instituía em razão da existência de

“um segmento ainda maior, **depois da porteira da fazenda:** armazenamento, transporte, processamento e embalagem, industrialização, distribuição de produtos [...]. **O agricultor passou a ser um especialista em plantar e criar, em íntima interdependência com os segmentos a montante e a jusante da fazenda**” (*Id. Ibid:* 120, grifos nossos).

Quando ao segundo ponto acima mencionado é fundamental sinalizar que a noção de “agribusiness” organizaria e instrumentalizaria a imbricação de todas as atividades econômicas direta ou indiretamente à agricultura – resignificada como a mera “especialização em plantar e criar” – dando origem a um poderoso complexo de cunho comercial-financeiro, cuja importância não se aquilataria, apenas a partir de seu desempenho econômico, porém, sobretudo, de sua influência política. Não é difícil perceber que a “agricultura” tornou-se avalista de um sistema produtivo bem mais amplo e complexo, em função do qualurgia criar-se uma mega-agremiação, supra associativa e correspondente, no plano político, a seu “peso” econômico ainda que, nas palavras de seus idealizadores, “nenhuma das entidades pré-existentes fosse desaparecer”, pois “A ABAG não nasce **para substituir as associações dos vários segmentos que a constituem**, todas elas participantes de seu conselho Consultivo” (*Id. Ibid.:* 141, grifos na fonte).

### A Abag: Legitimação

A fundação da ABAG seria também legitimada como uma reação do empresariado agroindustrial à “incompetência” das agências estatais no enfrentamento da crise econômica em geral e da agricultura, em particular. A “miopia” atribuída ao Estado respondeu pela estagnação das atividades agroindustriais, “transferindo-se” para as entidades patronais a responsabilidade de buscar soluções para os problemas enfrentados. Afinal, “o Agribusiness brasileiro **existe e já está consolidado desde a década de 1970**. Ele é o maior negócio do país, representa quase 40% do PIB, metade dos empregos, 46% do dispêndio das famílias, 40% das exportações e 60% da balança comercial” (ARAÚJO, 1994, p. 2, grifos nossos).

O *site* oficial da ABAG em suas origens apresentava, dentre suas “tarefas e missões”, aquela de

“(…) **conscientizar os segmentos decisórios do país** - os políticos, os empresários, os trabalhadores organizados, os acadêmicos, os líderes de comunicação - **para a importância e complexidade da cadeia do agribusiness**, a relevância de seu papel no desenvolvimento econômico e social e a necessidade de tratá-lo sistematicamente, sem o que se torna impossível otimizá-lo; (...) a de tornar o agribusiness ciente e entendido, já que a falta do conhecimento mais elementar de seu funcionamento e dos seus elementos mais importantes, eclipsa a visão de conjunto e as importantes interações que ocorrem dentro do sistema” ([www.abag.org](http://www.abag.org), acesso em 20-11-2004, grifos nossos).

A grande imprensa igualmente promoveu a entidade que surgia através de matérias francamente elogiosas e com forte apelo à opinião pública:

“AGROINDÚSTRIA TEM ENTIDADE DE NÍVEL NACIONAL: ABAG - Reunidos sob uma mesma entidade, **40% do PIB brasileiro**, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, foi lançada nacionalmente, a Associação Brasileira de Agrobusiness, que surge para **representar e articular as ações de empresas vinculadas ao complexo agro-industrial, reunindo desde cooperativas até frigoríficos exportadores**. O peso pesado da nova entidade congregará a Agrocereceres, Maxion, Samba, Cobram e Febraban e, **como não poderia deixar de ser, sua sede nacional será em São Paulo**” (*Correio Braziliense*, 5-5-1993, p. 9, grifos nossos).

Como se percebe, a ABAG consistiu muito mais numa agremiação de empresas do que de entidades patronais propriamente ditas, inaugurando uma **modalidade associativa de novo**

**tipo** no país. Apesar disso, o mesmo jornal insistiria em afirmar, tal como os dirigentes da associação, que

“(…) a nova entidade **não se superpõe às diversas organizações representativas** de segmentos do setor agroindustrial. Ela tem, em sua definição, **uma função macro, não se constituindo em órgão de lobby setorial** e visa desenvolver um **trabalho de doutrinação** sobre a importância da atividade agroindustrial para a sociedade” (*Correio Braziliense*, 6-5-1993: 14, grifos nossos).

Insistindo em caracterizar a ABAG como órgão apolítico, o periódico enfatizava sua função “técnica”, justificando-a pelo fato de ampliar a competitividade estrutural e setorial uma vez que, até então,

“o setor de ‘negócios agrícolas’ vinha atuando em segmentos distintos, máquinas e implementos, adubos e defensivos e outros, não buscando soluções para resolver os problemas comuns [...]. **Porém o empresariado se deu conta da necessidade de globalizar as estratégias para ter resultados mais rápidos**” (*Correio Braziliense*, 9-5-1993, p. 17, grifos nossos).

Todavia, o cunho obviamente político da nova agremiação era evidente. Segundo matéria de *O Estado de São Paulo*,

“Criada pelos principais grupos econômicos do setor agrícola, a ABAG é o principal instrumento para tornar viáveis as metas do setor. Esses grupos estão convencidos de sua capacidade de influir na revisão constitucional em favor do que chamam de **Revolução do setor agrícola. A ABAG é a nova força do setor**” (*OESP*, 7-5-1993, p. 2, grifos no original).

O discurso de posse de seu primeiro presidente, Ney Bittencourt Araújo, ratificava os pontos axiais de atuação da nova entidade, destacando que “**o desenvolvimento sustentado do Brasil começa pela segurança alimentar** e pelo fortalecimento da cadeia de alimentos e fibras e por isso a OCB e lideranças do sistema decidiram fundar a Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG” (ARAÚJO, 1994, p. 1, grifos nossos).

Como se percebe, os dirigentes da ABAG construíram sua legitimidade a partir de duas noções fortemente imbricadas à retórica neoliberal dos anos 1990: **Segurança Alimentar e Competitividade**. Conquanto “incompatíveis” os intelectuais orgânicos da agremiação rapidamente trataram de compatibilizá-las imputando ao agribusiness brasileiro papel de coadjuvante essencial da Segurança Alimentar mundial. Por esse mecanismo ideológico, **despia-se o agronegócio de seu caráter plenamente capitalista e transnacional**, integrado por uma cadeia empresarial de forte cunho comercial, industrial e financeiro. Tal como já analisado em relação ao Cooperativismo (MENDONÇA, 2010), cuja entidade máxima (OCB) lhe dera origem, também se verifica, no caso da ABAG, a mesma operação simbólica de “transmutação” de seu *ethos* empresarial em “missão social”<sup>3</sup>. A “responsabilidade social” dos empresários do agribusiness para com a sustentação alimentar de uma comunidade internacional altamente “globalizada” foi o grande instrumento de produção do consenso nacional em torno a seu projeto.

“Em matéria de segurança alimentar, o Brasil tem um papel a cumprir. É o 4<sup>o</sup> exportador de produtos do agribusiness mundial e tem a 6<sup>a</sup> população mal nutrida do planeta. **Acima de uma política agrícola** cumpre o que está se discutindo é a **urgência e o compromisso com uma política de alimentos**. O desenvolvimento rural e o aumento de produtividade jamais ocorrerão se não estiverem **inseridos no contexto de uma bem-sucedida estratégia global**, dotada de alta competitividade” (ARAÚJO, 1990, p. 87. Grifos nossos).

<sup>3</sup> Segundo Araújo, “**a ABAG nasce de uma visão e de uma missão**. A visão é a de que a vocação, a capacitação e os recursos brasileiros no agribusiness podem se adequadamente administrados, contribuir de forma decisiva para vencer os grandes desafios da sociedade brasileira [...]. A missão, penosa, ambiciosa e difícil, é sistêmica e se encadeia em múltiplas tarefas. A primeira e maior delas é **de conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do país** – políticos, empresários, sindicatos, acadêmicos, líderes de comunicação – **para a importância do sistema do agribusiness**”. ARAÚJO, *Id.*, *ibid.*, p. 7., grifo no original.



Ao mesmo tempo, a citação explicita a grande contradição embutida na autojustificação do conceito de agronegócio e sua “missão”. Encontramo-nos diante de uma cadeia de atividades econômicas altamente empresarializadas e financeirizadas, cujo produto final destina-se, prioritariamente, à exportação, mormente no contexto histórico de início do processo de desindustrialização brasileira (MENDONÇA, 2004), marcado pela extrema abertura externa da economia do país, que detinha a **sexta população mais mal alimentada** do mundo! A despeito disso, os dirigentes da nova entidade iriam mais longe na explicitação de seu projeto para a “agricultura brasileira”, ao definirem seus parâmetros norteadores:

“A competitividade exige **harmonização de vários componentes**, mas dois são essenciais: tecnologia e gestão. O **centro do poder migrou para a capacitação científica e tecnológica, centrada na informação e em novas técnicas de gestão**” (ARAÚJO & PINAZZA, *op. cit.*, p. 116, grifos no original).

Ora, tal projeto guarda bem pouca afinidade com o mercado interno ou mesmo com os destinos da “população” brasileira, embora se tenha insistido em “vestí-lo” do estratégico papel de compatibilizador entre “desenvolvimento econômico” e “bem-estar social”<sup>4</sup>. O peso político do “novo setor”, assim “reinventado”, deveria estar à altura de seu papel na geração da riqueza nacional e, para tanto, a “modesta” ambição política dos dirigentes da ABAG consistia em

“**Juntar suas forças às demais instituições brasileiras neste momento em que se discute a Reforma Constitucional** e participar ativamente na grande discussão nacional de redefinir o Estado. (...). E o agribusiness não se coordena sem íntima parceria com Estado. Há, pois **uma tarefa política** para a ABAG, **a de transformar-se em importante ferramenta de apoio ao planejamento estatal do agribusiness brasileiro**” (Araújo & Pinazza, *op. cit.*: 6, grifos nossos).

## A Abag: Composição.

O *site* oficial da ABAG destacava, dentre seus objetivos e ações já no ano de 2005, os de firmar parcerias com Ministérios e agências do Estado - CNPq, FINEP, DENACOOP, etc. - para promover a evolução da política agrícola e alimentar; participar das gestões preparatórias às negociações com organismos normativos do agribusiness internacional (como a Organização Mundial do Comércio e a Cúpula Mundial de Alimentação); aproximar-se de agências oficiais de fomento econômico de vários países, visando atrair investimentos e integração tecnológica; participar de fóruns e câmaras que integram os programas de governo destinados ao aumento das exportações, além de programas educativos ou de desenvolvimento profissional, em conjunto com entidades setoriais como a SRB, a ANDA (Associação Nacional para a Difusão de Adubos), a ANDEF (Associação Nacional de Defesa Vegetal), a ABMR (Associação Brasileira de Marketing Rural), dentre outras. Agremiações como a SNA que, desde 1985, redirecionaram sua linha de ação no rumo das atividades de cunho ambiental e educacional, foram excluídas da nova agremiação “patronal”.

Apenas a título de comparação, elaboramos o Quadro I que se segue, elencando as “entidades patronais” que constam como associadas da ABAG em 2003 e 2013.

QUADRO I – ABAG: PARTICIPANTES	
2003	2013
1 <b>AGCO do Brasil</b>	Adeco Agropecuária Brasil S/A (*)
2 Agência o Estado (OESP);	ADM do Brasil Ltda. (*)
3 <b>Agroceres Nutrição Animal Ltda</b>	<b>AGCO do Brasil</b>
4 <b>Algar S.A. Empreendimentos e Participações</b>	Agrifirma Brasil Agropecuária S/A (*)
5 <i>Arthur D. Little Ltda</i>	<b>Agroceres Nutrição Animal Ltda</b>
6 <i>Associação Brasileira da Batata (ABBA);</i>	Agroconsult Consultoria e Projetos Ltda. (*)
7 <b>Associação Nacional de Defesa Vegetal -ANDEF</b>	Agropalma S/A (*)

<sup>4</sup> “Um modelo de desenvolvimento que, pela competitividade econômica e importância social, priorize a cadeia de alimentos e fibras, deve prover estratégias que dissolvam o conflito entre o desenvolvimento econômico a médio e longo prazos e os problemas críticos do bem-estar social, em curto prazo. Uma política de segurança alimentar sólida pode ser este solvente”. ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1992: 23 (mimeo).

8 Banco Cooperativo do Brasil S.A. - <b>BANCOOB</b>	<b>Algar S.A. Empreendimentos e Participações</b>
9 Banco Cooperativo Sicredi S.A. - <b>BANSICREDI</b>	Aprosoja Brasil (*)
10 Banco do Brasil S.A.	Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ (*)
11 Bayer Cropscience Ltda	<b>Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF</b>
12 Bolsa de Mercadorias e Futuros – <b>BM&amp;F</b>	Assoc. Nacion. Export. Sucos Cítricos – CitrusBR (*)
13 Bunge Alimentos S.A	<b>Banco Cooperativo Sicredi S/A</b>
14 Bunge Fertilizantes S.A.	<b>Banco do Brasil S/A</b>
15 Caramuru Alimentos S.A.	Banco Itaú BBA S/A (*)
16 Ceres Consultoria S/C. Ltda	Banco Rabobank International Brasil S/A (*)
17 Consult., Métodos, Asses. e Mercantil Ltda (CMA)	Banco Santander S/A (*)
18 CNH Latin America Ltda	Basf S/A (*)
19 Cia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas)	<b>Bayer S/A</b>
20 Cooperativa Agropecuária de Araxá (Capal)	<b>BM&amp;F Bovespa S/A</b>
21 Cooperat. Agropecuária Cascavel Ltda (Coopavel)	BRF S/A (*)
22 Cooperat. Agricultores Região de Orlândia (Carol)	Brascan Agri S/A(*)
23 Cooperat. Cafeicult. e Agropec. Maringá Ltda. (Cocamar)	Brasilagro Cia Brasileira de Propriedades Agrícolas (*)
24 Copersucar	Caixa Econômica Federal (*)
25 Cooperat. Mista Prod. Rurais do So Goiano Ltda. (Comigo)	<b>Caramuru Alimentos S/A</b>
26 Cooperat. Reg. Cafeicultores de Guaxupé Ltda. (Cooxupé)	Cargill Agrícola S/A (*)
27 Cooperat. Triticola Mista Alto Jacuí Ltda. (Cotrijal)	<b>Ceres Consultoria S/C Ltda</b>
28 Du Pont do Brasil S.A	Cetip S/A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativo (*)
29 EMBRAPA	CGG Trading S/A (*)
30 Fecoagro/Fecotrigo	CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda. (*)
31 Fertibrás S.A.	<b>CMA Consultoria, Métodos e Assessoria Mercantil S/A</b>
32 FMC Química do Brasil Ltda.	<b>CNH Latin América Ltda.</b>
33 Fundação Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq)	<b>Cocamar Cooperativa Agroindustrial</b>
34 Grupo Kepler Weber	<b>Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas)</b>
35 John Deere Brasil S.A.	<b>Coopavel Cooperativa Agroindustrial</b>
36 Maeda S/A. - Agroindustrial	<b>Cooperat, Agroind. Prod. Rurais So Goiano (Comigo)</b>
37 Malteria do Vale S.A.	<b>Cooperativa Agropecuária de Araxá (Capal)</b>
38 Máquinas Agrícolas Jacto S.A.	<b>Cooperativa Agropecuária e Industrial (Cotrijal)</b>
39 Marchesan Implementos e Máquinas Agr. Tatu SA	<b>Cooperat. Regional Cafeic. Guaxupé Ltda. (Cooxupé)</b>
40 Monsanto do Brasil Ltda.	Demarest & Almeida Advogados (*)
41 MRS Logística S.A.	Dow AgroSciences Industrial Ltda. (*)
42 Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)	<b>Du Pont do Brasil S/A</b>
43 Pioneer Sementes	<b>EMBRAPA</b>
44 Pirelli Pneus S.A.	Evonik Degussa Brasil Ltda (*).
45 Rutherford Trading S.A.	<b>Fecoagro/Fecotrigo</b>
46 Sadia S.A.	<b>FMC Agricultural Solutions</b>
47 Seara Alimentos S.A	Gaia Agro Securitizadora S/A (*)
48 Sindic. Indúst. do Fumo no Estado RS (Sindifumo)	<b>Globo Comunicação e Participações S/A</b>
49 Sind. Nac. Indústria Defensivos Agrícol. (Sindag)	Guarani S/A – Usina Cruz Alta (*)
50 Sipcam Agro S.A.	Instit. Nac. Processamento Embalagens Vazias (InpEV) (*)
51 Sucos Del Valle do Brasil Ltda	IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional (*)
52 Syngenta Proteção de Cultivo Ltda	<b>John Deere Brasil S/A</b>
54 Syngenta Seeds Ltda.	Justino de Moraes Irmãos S/A – JUMIL (*)
55 TV Globo Ltda	Lazzarini Moretti Sociedade de Advogados (*)
56 União da Agroind. Canavieira de SP (UNICA)	<b>Malteria do Vale S/A</b>
57 Usina Alto Alegre S/A. - Açúcar e Alcool	<b>Máquinas Agrícolas Jacto S/A</b>
	58 Maubisa Agricultura S/A (*)
	59 Monsanto do Brasil Ltda.
	60 O Telhar Agropecuária Ltda. (*)
	61 <b>Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)</b>
	62 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (*)
	63 Radar Propriedades Agrícolas S/A (*)
	64 Sindic. Nac. da Ind. Prod. Defesa Vegetal (Sindiveg) (*)
	65 Sindic. Nac. da Ind. de Prod. Saúde Animal (Sindan) (*)
	66 SJ Brazil Agropecuária N. 1 Ltda. (*)
	67 SLC Agrícola S/A (*)

	68 Sollus Gestora de Terras Ltda. (*)
	69 Syngenta
	70 Tiba Agro (*)
	71 União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)
	72 União dos Produtores de Bioenergia (UDOP) (*)
	73 Usina Alto Alegre S/A – Açúcar e Alcool
	74 Vanguarda Agro S/A (*)

FONTES: [www.abag.org](http://www.abag.org) (acesso 20/11/2003 e 10-04-2014) e *Caderno ABAG 20 anos*.

**LEGENDA:** **NEGRITO** – associados que permaneceram

*ITÁLICO* – associados que desapareceram

(\*) – novos associados

Alguns aspectos importantes se destacam da observação do Quadro I. Em primeiro lugar, o aumento do número de associados da entidade, representando, em termos percentuais, um crescimento de 130%. Em segundo, a duplicação do número de integrantes ligados ao capital financeiro, que passa de 04 (2003) para 08 (2013) empresas. Ao mesmo tempo, caso se agregue a este total os associados vinculados a atividades comerciais e de “consultoria”, este total sobe de 9 para 19 membros, implicando num crescimento aproximado de 212%, o que revela a crescente financeirização da agremiação. Em terceiro lugar, dois outros pontos chamam nossa atenção no Quadro: a presença de firmas advocatícias e de empresas vinculadas a negócios com a terra ambas, categorias ausentes da composição vigente em 2003<sup>5</sup>. Esses aspectos podem significar duas questões: a) o envolvimento da ABAG em causas, processos e/ou litígios que demandem apoio jurídico, como os casos envolvendo a biossegurança e crimes ambientais variados e b) a necessidade da ABAG estender seus tentáculos diretamente junto ao mercado de terras de modo a interferir em conflitos por sua posse e/ou estabelecer uma espécie de “banco” de terras como reserva de valor para os empreendimentos setoriais em seu conjunto. Um quarto ponto refere-se à manutenção de Cooperativas junto aos associados da entidade, a despeito do declínio em seu número em 2013, caindo do total de 08 (2003) para 06 no segundo momento do Quadro, excetuando-se a permanência econômica e politicamente estratégica da própria “instituição-mãe”, a OCB. Cabe ainda destacar que as cooperativas remanescentes em 2013 transformaram-se, quase todas, em **cooperativas agroindustriais**, enquanto em 2003 elas eram **cooperativas agropecuárias**.

Por fim, num breve balanço geral dos dados fornecidos pelo Quadro I, constata-se que, tanto em 2003 quanto em 2013, a ABAG caracterizou-se pela **grande diversidade dos tipos de instituição dela participantes**, abrigando desde empresas ligadas à produção e aperfeiçoamento de sementes – incluindo-se a pesquisa genética como a Monsanto ou a Bayer –, até aquelas vinculadas à mídia – como a Globo. Ao mesmo tempo, importa destacar o surgimento de 42 novos integrantes da entidade em 2013 (ou seja, renovando-se 57% dos filiados); a permanência de apenas 32 (43%) dos agremiados em ambos os anos do Quadro e o “desaparecimento” de 25 (33,8%) empresas constantes apenas da lista de 2003, o que pode sugerir tanto processos de fusão/concentração empresarial, quanto alterações da razão social e/ou do âmbito de atuação de antigos membros<sup>6</sup>, abrindo-se toda uma nova trilha de questionamentos a serem investigados com o aprofundamento da pesquisa.

Logo, conquanto teoricamente definida como instância de articulação política de “agremiações patronais” do agronegócio, a ABAG desnuda-se, de fato, como um *pool* de

<sup>5</sup> Esses seriam os casos da Demarest & Almeida Advogados, Lazzarini Moretti Sociedade de Advogados e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e da Brasilagro Cia Brasileira de Propriedades Agrícolas, Radar Propriedades Agrícolas S/A e Sollus Gestora de Terras Ltda.

<sup>6</sup> A Syngenta Seeds Ltda. resultou da fusão entre a Syngenta Proteção de Cultivo Ltda e a Syngenta Seeds Ltda; a Cocamar, em 2010, arrendou 24 unidades de negócios da Carol; a Maeda S/A, formou, junto a outras empresas, em 2011, a Vanguarda-Agro (V-Agro); a Pioneer Sementes foi incorporada a Du Pont Brasil; Sadia S.A. juntou ações com a Perdigão S.A. em 2009, integrando o Grupo Brasil Foods, BRF, por exemplo.

grandes empresas, muitas delas estrangeiras e produtoras de tecnologia agrícola de ponta, com limitada participação de associações de outro tipo. Ratifica-se, em 2013, quando do 20º aniversário da entidade, o predomínio evidente das grandes empresas alimentadoras do agronegócio, em boa parte transnacionais, sobretudo aquelas ligadas ao setor químico, como a Monsanto, a AGCO do Brasil; da Bayer S.A.; a DuPont do Brasil S.A.; a FMC ou a John Deere do Brasil S.A., dentre outras. Igualmente ilustrativa da abrangência das atividades dos “associados” da ABAG é a presença de empresas públicas em seus quadros, com destaque para a Embrapa que, além de membro, executa pesquisas de ponta em parceria com outros sócios da ABAG e chega a contar com alguns de seus setores dirigidos por membros da entidade (MENDONÇA, 2011).

### **A Abag: Representatividade e Afirmação Hegemônica.**

A despeito de ter-se imposto como força social hegemônica junto à sociedade civil como um todo, o coroamento da hegemonia da ABAG não estaria completo sem que conseguisse inscrever, junto à materialidade do Estado restrito ou sociedade política (GRAMSCI, vol. 3, *op. cit.*) seus representantes, de modo a integrar a totalidade representada pelo binômio coerção-consenso, inerente ao Estado Ampliado capitalista ocidental (BIANCHI, 2008).

Logo, nosso objetivo nesta seção do trabalho é verificar em que medida processou-se a inscrição do projeto veiculado pela ABAG junto às agências do Estado restrito, mormente aquelas afetas à definição e implementação de políticas econômicas em geral e agrícolas/agroindustriais em particular. Muito embora seja difícil acompanhar a configuração dos quadros dirigentes da agremiação desde seu início – posto que a documentação pesquisada apenas remeta, sintomaticamente ao período iniciado em 2003, com a posse de Roberto Rodrigues junto à Pasta da Agricultura no governo Lula – tentaremos, mesmo com lacunas, recuperar essa trajetória. Para dar início a esse percurso, elaboramos o Quadro II a seguir, que contempla os dirigentes da ABAG.

<b>QUADRO II – ABAG: DIRIGENTES (1993 – 2013)</b>					
<b>Anos</b>	<b>Presidente</b>	<b>Vice – Presidente</b>	<b>Diretores</b>	<b>Diretores Executivos</b>	<b>Diretores Técnicos</b>
<b>1993/1996</b>	-Ney Bittencourt Araújo (Agroceres e Abrasem) -93/4  - Alberto Duque Portugal (ex-diretor Abrasem e diretor executivo da Embrapa (1991/4). Completou o mandato de Araújo (1994/95)	-Arturo José Furlong (Bunge)  -Alex Fontana (Sadia)  -Rui Polidoro Pinto (Farsul)		- Ubaldino Dantas Machado (mar.93 a set.95)  - Antonio Herminio Pinazza (set. 95)	
<b>1996 (jan/jun.)</b>	-Arturo José Furlong (Bunge)	-Alex Fontana (Sadia) -Rui Polidoro Pinto (Farsul)			
<b>1996/1999</b>	-Luiz Alberto Garcia (Algar e presidente da Abiove)	-Arturo José Furlong -Nelson Mamede (Sadia) -Roberto Rodrigues	-Pedro Carlos de Brito (mar. 97) -Petrus Henricus Hermnas (mar.97)		
<b>1999/2002</b>	-Roberto Rodrigues (ex-	-César Borges de Sousa (Abrange e	-Francisco Matturro (Jumil)		

	Presidente da OCB e diretor Agroceres)	Caramuru) -Cristiano Walter Simon (Andef)	-Luiz Carlos Corrêa Carvalho -Mário Barbosa -Pedro Carlos de Brito -Raul Gilberto Corte -Carlo Lovatelli (abr.01)		
<b>2002/2005</b>	-Carlo Lovatelli (Vice-Presidente da Fundação Bunge e da ABIA; presidente da Abiove)	- Cristiano Walter Simon (Andef) -Carlo Lovatelli (jul.02 a dez.02) -Evaristo Câmara Machado Netto (OCB)	-César Borges de Sousa (Abrange e Caramuru) -Felix Schouchana (BM&F) -Luiz Carlos Corrêa Carvalho (Usina Alto Alegre) -Pérsio Luiz Pastre (CNH) -Shiro Nishimura (Jacto) -Urbano C. Ribeiral (Agroceres)	- Antonio Herminio Pinazza (jul.- out.02)  - Alexandre Abbud (Dow Química e diretor da SRB)	- Luiz Antônio Pinazza
<b>2006/2008</b>		-Cristiano Walter Simon (Andef) -Evaristo Câmara Machado Netto - Luiz Carlos Corrêa Carvalho (Usina Alto Alegre)	-César Borges de Sousa (Abrange e Caramuru) -Félix Schouchana (BM&F Bovespa) -Francisco Matturro (Jumil) -Ingo Plöger (Ipdes) -Luiz Lourenço (Cocamar) -Mário Fioretti (Agco) -Mônica Bergamaschi (Abag.-RP) -Urbano C. Ribeiral (Agroceres) -Weber Porto (Evonik)		
<b>2008/2011</b>		-Cristiano Walter Simon (Andef) -Luiz Carlos Corrêa Carvalho (Usina Alto Alegre)	-Alexandre Enrico Figliolino -César Borges de Sousa (Abrange e Caramuru) -Félix Schouchana -Francisco Matturro (Jumil) -Ingo Plöger (Ipdes) -Jorge O. Rodrigues -Luiz Lourenço (Cocamar) -Mário Fioretti (Agco) -Mônica Bergamaschi (Abag.-RP) -Urbano C. Ribeiral -Weber Porto	-Eduardo Soares de Camargo	

<b>2012/2013</b>	-Luiz Carlos Corrêa Carvalho (usineiro, fundador da Canaplan; diretor Grupo AltoAlegre; ex-diretor IAA)	- Francisco Maturro (Jumil)	-Alexandre Enrico Figliolino (Itaú BBA) -André Pessoa (Agroconsult) -César Borges de Sousa (Abrange e Caramuru) -Christian Lohbauer (CitrusBR) -Eduardo Daher (Andef) -Glauber Silveira da Silva (Aprosoja BR) -Ingo Plöger (Ipdes) -Luiz Lourenço (Cocamar) -Marcello Brito (Agropalma) -Mário Fioretti (Agco) -Urbano C. Ribeiral (Agroceres) -Weber Porto (Evonik)		
------------------	---	-----------------------------	--	--	--

**FONTE:** ABAG 15 anos; PINTO (2010) e MENDONÇA (2011)

O primeiro aspecto revelado pelo Quadro II é o perfil de carreira seguido pelos presidentes da entidade, uma vez que todos eles - à exceção de Luiz Alberto Garcia - ocuparam previamente algum cargo na Diretoria ou Vice-presidência. Outra característica é a longevidade dos mandatos de alguns dirigentes, como por exemplo, César Borges de Sousa (Diretor e Vice-presidente entre 1999 e 2013), Luis Antonio Pinazza (Diretor Técnico desde 2002 até hoje) ou mesmo Carlo Lovatelli (presidente da entidade de 2003 a 2012) e Luiz Carlos Corrêa Carvalho (Diretor e Vice-presidente entre 1999 e 2011, quando assumiu a titularidade). É digno de nota o crescimento do número de Diretores da ABAG, que passou do total de 8 (1996), para 12 (em 2012).

Todavia, o efetivo coroamento da hegemonia da ABAG somente ocorreria com a crescente inserção de seus porta-vozes junto a algumas agências da sociedade política. Para verificá-lo, elaboramos o Quadro III, abaixo

<b>QUADRO III – A ABAG EM ALGUNS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE POLÍTICA</b>		
<b>ÓRGÃOS</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>REPRESENTANTE</b>
<b>MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</b>		
1. Secretaria de Política Agrícola	<b>2009 - 2011</b>	<b>José Carlos Vaz</b> – ex-Diretor de <b>Agronegócios do BB</b> ; <b>dirigente da OCB</b> e dirigente da <b>OCB</b>
2 Secretaria Executiva	<b>2011 - 2013</b>	<b>José Carlos Vaz</b> – ex-Diretor de <b>Agronegócios do BB</b> e ex-Secretário de Política Agrícola no Ministério da Agricultura; <b>dirigente da OCB</b>
<b>3 Consagro</b> - Conselho do Agronegócio (criado 1998)	<b>2003 - 2004</b>	<b>OCB</b> (Organização das Cooperativas Brasileiras); <b>CONTAG</b> ; <b>ABAG</b> ; <b>BM&amp;F</b> (Bolsa de Mercadorias e Futuros); <b>SRB</b> (Sociedade Rural Brasileira).
	<b>2009 -2011</b>	<b>OCB</b> (Organização das Cooperativas Brasileiras); <b>BM&amp;F</b> (Bolsa de Mercadorias e Futuros); <b>SRB</b> (Sociedade Rural Brasileira); <b>ABAG</b> (Associação Brasileira de Agribusiness).
3.1 Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Milho e Sorgo	<b>2004 -2008</b>	<b>Presidente:</b> César Borges (diretor da <b>ABAG</b> desde 2006); <b>Suplente</b> - Luiz Antonio

		Pinazza (Diretor Técnico da <b>ABAG</b> , 2003-2013)
3.2 Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura	<b>2004-2008</b>	<b>Presidente</b> – Monica Bergamaschi (Diretora da <b>ABAG</b> , 2003 - 2011)
3.3 Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool	<b>2003 – 2008</b>	<b>Presidente:</b> Luiz Carlos Corrêa Carvalho (presidente da <b>ABAG desde 2012</b> )
3.4 Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel	<b>2004 - 2008</b>	<b>Presidente:</b> Carlo Lovatelli (presidente da <b>ABAG</b> , 2002 -2012).  <b>Suplente:</b> Luiz Antonio Pinazza (Diretor Técnico da <b>ABAG</b> , 2003-2013)
3.5 Câmara Temática de Insumos Agropecuários	<b>2007 – 2010</b>  <b>2011- 13</b>  <b>2014-.</b>	<b>Presidente</b> - Cristiano Walter Simon (consultor institucional da Andef e <b>Vice-presidente da ABAG (2003-2011)</b> ; <b>Suplente-</b> Luiz Antonio Pinazza (Diretor Técnico da <b>ABAG</b> , 2003-2013)  <b>Presidente</b> - Luiz Antonio Pinazza (Diretor Técnico da <b>ABAG</b> , 2003-2013); <b>Conselheiro</b> – Carlo Lovatelli (presidente da <b>ABAG</b> de 2002 -2012)  <b>Presidente</b> - Carlo Lovatelli (presidente da <b>ABAG</b> , 2002 a 2012)
3.6 Câmara Temática de Negociação Agrícola Internacional consagro	<b>2004-2008</b>	<b>Presidente:</b> Monica Bergamaschi (diretora da <b>ABAG</b> , 2003 a 2011); <b>Suplente:</b> Alexandre Abbud (diretor executivo da <b>ABAG</b> , 2003 a 2008)
3.7 Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio	<b>2004-2008</b>	<b>Presidente:</b> Luiz Antonio Pinazza (Diretor Técnico da <b>ABAG</b> , 2003-2013).
3.8 Câmara Temática Infraestrutura e Logística	<b>2004-2008</b>	<b>Presidente:</b> Carlo Lovatelli (presidente da Abiove e da <b>ABAG</b> , 2002 – 2012) <b>Suplente:</b> Alexandre Abbud (diretor executivo da <b>ABAG</b> , 2003 a 2008)
4 EMBRAPA	<b>1991-1994</b>	<b>Diretor Executivo:</b> Alberto Duque Portugal (ex-Diretor da ABRASEM e <b>1º. Presidente da ABAG</b> após a morte de Ney Bittencourt Araújo)
<b>MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior</b>		
1. CAMEX – Câmara do Comércio Exterior	<b>2010-2012</b>	<b>Conselheiros</b> Marcos Jank (presidente da <b>UNICA</b> ) Roberto Rodrigues – <b>ex-presidente da ABAG (1999-2002)</b> ; ex-Ministro da Agricultura (2003- 2005) Mário Fioretti – presidente da <b>AGCO</b> e <b>Diretor da ABAG (2011-2003)</b>
<b>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</b>		
1. <b>CDES - Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2003)</b>  <b>OBS:</b> Apesar da <b>ABAG</b> não aparecer como participante <b>DIRETA</b> do <b>CDES</b> , inferimos sua representação de forma <b>INDIRETA</b> , através da atuação dos <b>Conselheiros</b> que dirigem empresas-membro da entidade.	<b>2009 -2011</b>	- <b>Abilio Diniz-</b> presidente do conselho administrativo da <b>BRF</b> ; - <b>Amarílio Proença de Macêdo</b> – ex-presidente do Sindicato da Indústria do Trigo (Pa, Pb, Ce e Rn) e vice-presidente da <b>FECOTRIGO</b> ; - <b>Fabio Barbosa</b> – ex-presidente do <b>Grupo Santander Brasil</b> e da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban); atual presidente do Grupo Abril S/A. - <b>Luiz Eduardo Abreu</b> - Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração das Empresas do Grupo NSG Capital; <b>diretor-Presidente no BB Banco de Investimentos S.A.</b> ; - <b>Márcio Lopes de Freitas</b> - agropecuarista e cooperativista; presidente da <b>Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)</b> desde

		<p>2001.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Marcos Jank</b> – Managing Partner na Plataforma Agro (Agro Platform); presidente da UNICA; atualmente diretor executivo da <b>Global Public and Governmental Affairs na BRF</b>;</li> <li>- <b>Maurílio Biagi Filho</b> - empresário brasileiro sucro-alcooleiro; CEO da <b>Maubisa Consultoria</b>; presidente das Usinas Uroeste e Moema; presidente do Comitê de Agroenergia e de Biocombustíveis da <b>SRB</b>; atual presidente da <b>Agrishow</b>.</li> <li>- <b>Rozani Holler</b> - conselheira da <b>Organização das Cooperativas Brasileiras</b>; representante nacional do ramo das cooperativas de trabalho.</li> <li>- <b>Viviane Senna</b> – empresária; membro de diversos Conselhos Consultivos e Administrativos dentre eles o da Febraban, World Trade Center, Citibank, <b>Grupos Santander e Itaú</b>.</li> </ul>
2. <b>CONSEA</b> - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ( <u>criado 2003</u> )	<p><b>2004 -2006</b></p> <p><b>2007 -2011</b></p>	<p><b>Presidente:</b> Francisco Antonio da Fonseca Menezes (diretor do IBASE)</p> <p><b>Presidente:</b> Fábio Meirelles (presidente da CNA)</p> <p>- <b>Suplente:</b> - Luiz Antonio Pinazza (Diretor Técnico da <b>ABAG</b>, 2003-2013)</p>
3. <b>CNPA</b> - Conselho Nacional de Política Agrícola	<b>2011 - 2014</b>	<b>ABAG</b>
<b>SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SP</b> <b>CODEAGRO</b> - Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo)	<b>2011 - 2013</b>	<b>Embrapa; Mônica Bergamaschi</b> (Diretora <b>ABAG</b> , 2006-2011)

**FONTES:** *As Câmaras do Mapa - Um instrumento democrático e transparente de interlocução com a sociedade.* Brasília: Mapa/ACS, 2009, acesso em 10-4-2014; *ABAG: 15 Anos.* Brasília: Abag, 2009; <http://www.cenariomt.com.br/noticia/208737> acesso em 10-4-2014; acesso em 10-4-2014; [www.avisite.com.br](http://www.avisite.com.br) acesso em 10-4-2014; <http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/RelatorioFinal.pdf> acesso em 10-04-2014; <http://www.cdes.gov.br/conteudo/41/o-que-e-o-cdes.html> CDES 10 ANOS, acesso em 09-04-2014; [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/camaras\\_tematicas/Insumos\\_agropecuarios/71RO/Ata\\_71RO\\_Insumos.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_tematicas/Insumos_agropecuarios/71RO/Ata_71RO_Insumos.pdf), acesso 10-4-2014; <http://www.camex.gov.br/legislacao/interna/id/7> acesso em 09-04-2014;

O aspecto central do Quadro III – a despeito das lacunas que contém – é a participação concentrada e representantes da ABAG junto a diversas agências do MAPA, em particular, junto às Câmaras Setoriais e Temáticas que integram o Consagro. Embora tenhamos localizado dados em apenas 08 dessas agências, cremos ter uma amostragem significativa da atuação dos intelectuais orgânicos da Associação junto ao Estado Restrito brasileiro. Cabe destacar que, boa parte dos integrantes da Abag nas Câmaras compõe-se dos dirigentes de alto escalão da entidade, quando não, de seus próprios presidentes, como nos casos de Luiz Antonio Pinazza. Diretor Técnico da agremiação entre 2003-2013 e membro de quatro das oito Câmaras selecionadas, quer como suplente, quer como seu presidente e de Carlo Lovatelli, presidente da ABAG entre 2002 e 2012 e que igualmente presidiu três Câmaras setoriais no período de 2004 a 2011.

Nas agências dos demais Ministérios, a presença da ABAG igualmente se verifica, muito embora as fontes apenas mencionem a empresa dos conselheiros. Foi a partir delas que inferimos a participação indireta da Associação junto a organismos como o Consea e, sobretudo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Neste último, essencial para a tomada de decisões de política econômica nacional e setorialmente fundamentais, localizamos nove dirigentes de empresas-sócias da ABAG, das quais quatro são



Grupos Financeiros/Bancários, demonstrando a preponderância desta fração do capital tanto junto à agremiação, quanto ao próprio Estado restrito. Outra associada da ABAG com destacada presença junto à sociedade política é a OCB, participante em quatro dos organismos pesquisados: Secretaria de Política Agrícola, Secretaria Executiva e Consagro (MAPA), além de contar com dois representantes no CNDES.

Não podemos, todavia, esquecer de mencionar o fortalecimento da ABAG também no âmbito da sociedade civil, tendo ela participado de aparelhos de hegemonia como o Conselho Superior de Estudos Avançados (Consea) e Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), ambos da Fiesp e do Comitê Nacional de Agroenergia, criação conjunta da Fiesp, ABAG, CNA, OCB, SRB e Força Sindical, dentre outros.

### Comentários Conclusivos

Creemos, diante do até aqui apresentado, ter evidenciado – ainda que pontual – a afirmação da ABAG como força hegemônica nacional em função de dois aspectos. Em primeiro lugar, pela conquista de **novos canais de representação política setorial** junto ao Estado Restrito, capaz de interferir junto às políticas econômicas dele emanadas. Em segundo lugar, pelo fato da ABAG ter conseguido “absorver” e “neutralizar” dois processos contraditórios: o da progressiva fusão e concentração de empresas e capitais ligados a atividades concorrentes e o da gestão política das tensões daí advindas, instituindo-se num espaço de neutralização dos conflitos intraclasse dominante, em particular aqueles derivados da crescente financeirização do agronegócio.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- ABAG. *ABAG 15 anos. Uma História de realizações em benefício do agronegocio brasileiro*. Brasília: ABAG, 2008.
- \_\_\_\_\_. *ABAG 20 anos*. Brasília: ABAG, 2013.
- ARAÚJO, Ney B. *ABAG – Sugestões da ABAG para o presidente eleito, Dr. Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: outubro, 1994.
- ARAÚJO, Ney Bittencourt de. *Complexo Agroindustrial. O “Agribusiness” Brasileiro*. São Paulo: Agroceres, 1990.
- ARAÚJO, Ney B. & PINAZZA, Luiz Antonio. *Agricultura na Virada do Século XX – Visão de Agribusiness*, São Paulo: Globo, 1994.
- ARAÚJO, Ney B; WEDEKIN, Ivan & PINAZZA, Luiz A. (orgs.). *Agribusiness – o Complexo Agroindustrial Brasileiro*, São Paulo: ABAG, 1992.
- BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- CORREIO BRAZILIENSE. Brasília: 1991 - 93.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2000.
- INFORMATIVO OCB. Brasília: OCB, 1991.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Industrialização Brasileira*. 2ª. ed. reformulada. São Paulo: Moderna, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A Política de Cooperativização Agrícola do Estado Brasileiro*. Niterói: EdUFF, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural no Brasil (1944 – 2005)*. Niterói: Relatório Final de Pesquisa ao CNPq, 2011.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: 1993.
- PINTO, Raphaela Giffoni. *O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002)*. Niterói: PPGH-UFF (Dissertação de Mestrado), 2010.

**Conflitos entre populações tradicionais e grandes empreendimentos privados do dendê: Quilombolas de Santa Maria do Traquateua**

Suely Rodrigues Alves  
Edna Maria Ramos de Castro

<sup>1</sup> Mestranda do PPG do NAEA/UFPA, su.rodriguesalves@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do PPG do/ NAEA/UFPA, edna.mrcastro@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho analisa a trajetória de resistência de comunidades negras rurais frente a pressões sobre seus territórios. Realidade marcada por conflitos que ameaçam a reprodução do sistema de uso comum da terra praticado pelas populações tradicionais, caso da comunidade estudada de Santa Maria de Traquateua, Pará. Mostramos que os conflitos entre o modo de vida tradicional e a lógica privada de apropriação da natureza tendem a se ampliar à medida que crescem os incentivos ao agronegócio.

**Palavras-chaves:** Conflitos; Quilombolas; agronegócio de dendê.

## Introdução

O cenário rural da agricultura familiar com diversas atividades agrícolas e não agrícolas experimentou nas últimas décadas no Brasil transformações significativas. Graziano da Silva (1999)<sup>1</sup> refere-se ao “novo mundo rural” para exprimir as mudanças ali verificadas e que revelam uma multiplicidade de formas de produção e de vida, se visto numa concepção mais ampliada de meio rural.

Wanderley em *Raízes históricas do campesinato brasileiro*<sup>2</sup> analisa a agricultura familiar moderna e suas mudanças, apontando as tendências no processo de diferenciação e o que tenderia a predominar no século XXI. Trata-se de novos personagens e novas estruturas históricas presentes na organização da produção. Parte desse processo de diferenciação se deve à intervenção do Estado com políticas de modernização na agricultura e de pressões vindas de fora, da concorrência do mercado e do avanço de unidades produtivas do agronegócio e da monocultura. Assim, o agricultor familiar para Wanderley, embora mais inserido no mercado e informado

<sup>1</sup> SILVA, José Graziano da – O novo rural brasileiro. 2ª. Ed. Campinas: UNICAMP, I.E., 1999.

<sup>2</sup> WANDERLEY, M. N.B. Raízes Históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3ª. Ed. Passo Fundo, ED/UPF, 2001, p. 23-56.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

sobre processos, materiais e tecnologias para aplicar em sua produção, mantem ainda seus vínculos com a tradição, os costumes, e a racionalidade camponesa utilizando-se de saberes sobre o território e a vida rural repassados por gerações. Em outras palavras, a produção familiar tem sua base econômica e social no trabalho familiar e possui a propriedade de seus meios de trabalho, justamente sobre os quais repousa a base de sua reprodução social, como mostra Neves (2001) <sup>3</sup>

Efetivamente, essa combinação estrutural de posse dos meios de produção e realização do trabalho familiar constitui para Chayanov (1974) o sistema de produção camponesa<sup>4</sup>, o camponês tradicional, que não funciona pela lógica do mercado, embora crie valor de troca de seus produtos, mas subordinado ao interesse central da reprodução familiar e social. Nessas unidades eles praticam a agricultura associada à criação de animais e tendo também agregado o trabalho extrativista em sistemas florestais, como ocorre ainda na Amazônia de forma expandida.

Falar em campesinato na Amazônia exige que façamos uma reordenação, em nível abstrato, sobre os distintos campesinatos historicamente presentes no tempo e no espaço (MOREIRA, HEBETTE, 2009) os quais se constroem no meio a relações conflituosas. Desde os conflitos com a ordem colonial e escravocrata (GOMES, 2004; CASTRO, 2007; CASTRO, 2008), às relações contraditórias com fazendeiros, madeireiros, empreendimentos nacionais e multinacionais, os trabalhadores rurais tem estado no centro de conflitos em situações as mais diversas, ameaçados e perseguidos, vítimas de chacinas e de deslocamentos compulsórios de suas terras<sup>5</sup> de diversas formas (MARTINS, 1986, p. 109). Jean Hébette (2004, 2009), pesquisador atento ao estudo do mundo camponês na Amazônia, classifica-o como um modo de vida específico, familiar, com laços de solidariedade e consanguinidade possibilitando forte coesão e a vivência coletiva, encontrando na natureza as bases para sua reprodução material e social.

---

<sup>3</sup> NEVES, Delma P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E.S.A.; MOTA, D.M.; SILVA T.E.M. (Org.) Desenvolvimento Rural e transformações na agricultura; Aracaju, Embrapa Tabuleiros Costeiros, UFS, 2002 p. 133-159.

<sup>4</sup> CHAYANOV, Alexandre V. La organización de la unidad económica campesina. Tradução de Rosa Maria RUSSOVICH, Buenos Aires: ed. Nueva Vision, 1974.

<sup>5</sup> Um olhar sobre a trajetória de ocupação das terras no Para, constata que um dos elementos mais constantes é o conflito motivado por questões fundiárias. A notificação de mortes anunciadas, perseguições a camponeses, chacinas de famílias e de sindicalistas envolvidas na defesa dos trabalhadores deixa uma dívida social até o presente pela quantidade enorme de crimes impunes.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

As especificidades do camponês amazônida tradicional são obscurecidas pelo modelo de campesinato que se tornou parâmetro para políticas públicas no Brasil, que foi aquele formado no Sul e Centro-sul do país, caracterizado por uma população inicialmente européia alocada em região de clima bem específico e diferente do restante do país. Para “o Norte ficou o refúgio dos camponeses atrasados, os ‘caboclos’” (HEBETTE, 2005, p. 95), enfim, representação que ainda perdura mas contrariada pelos estudos que têm mostrado a diversidade, a história da formação camponesa e a presença na contemporaneidade de sujeitos bem distintos que se fazem presentes enquanto categorias políticas de identidade e de organização (ACEVEDO, R. CASTRO, 1998), que conformam a realidade da Amazônia.

Para Hébette (2004) aqueles fugidos da escravidão estão na base de formação do primeiro campesinato totalmente livre no Pará. Mais tarde, segundo o autor, outros se juntaram a ele, como os revolucionários do movimento Cabanagem que conseguiram escapar das tropas legalistas do Império. Esses camponeses tiveram que esperar “até o fim do século XX para ter algum reconhecimento público de sua identidade e de seu direito à terra duramente conquistada (HEBETTE, 2005, p. 95).

Quando se fala do sujeito da ação o termo camponês desaparece do léxico oficial perdendo espaço para o uso de denominações mais locais, como “lavradores, agricultores, ribeirinhos, varzeiros, quilombolas, extratores, posseiros, colonos, assentados, atingidos por barragem etc” (HEBETTE, 2004, 12-13 *apud* CARVALHO, 2005, p. 69), politizando também estes termos, o que confere uma politização das realidades desses agentes, erigindo-os como agentes da ação “ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana” abalando o “monopólio político do significado dos termos camponês e trabalhador rural” (CARVALHO, 2005, p. 68). Exemplo desse movimento é o processo de politização que se faz em torno da denominação quilombola.

Este artigo objetiva analisar o processo de resistência de comunidades negras rurais que têm como particularidade a autoidentificação enquanto remanescentes de quilombos frente à política de valorização do agronegócio no Brasil. Entende-se para efeito deste trabalho os remanescentes quilombolas como grupos étnico-raciais, “segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas” (MARQUES; MALCHER, 2009) considerando ainda presunção de

ancestralidade negra em relação com o processo de resistência à opressão histórica vivenciada.

## **Mudanças a partir da Constituição Federal de 1988**

Ocorre no Brasil de forma expressiva a emergência de processos diversos de afirmação de sujeitos coletivos, processos de etnogênese, termo que tradicionalmente tem sido utilizado para designar processos sociais protagonizados por grupos étnicos diversos. Mais recentemente o termo tem sido empregado nas análises daqueles processos “de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação” (HILL, 1996, p. 1 *apud* BARTOLOMÉ, 2006, p. 39). Ao contrário do que os opositores deste processo argumentam, “um dos objetivos pode ser a obtenção de recursos, mas o outro é a própria recuperação ou reconstrução da coletividade étnica de pertencimento” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 56).

Este rico processo de etnogênese (indígena, quilombola) tem sido fortemente confrontado por interesses privados e até mesmo públicos, de forma direta e indireta, na tentativa de refrear a expansão do processo de autoafirmação desses sujeitos, uma vez que está na base desse processo a busca por garantir o direito a permanecer nos territórios efetivamente ocupados.

No que tange ao Estado os impasses se originam na orientação política de valorização da grande propriedade por parte deste, o que não é recente. A *Lei de Terras* de 1850 inaugurou uma nova fase de desigualdade e injustiça social no meio rural ao determinar que o acesso à terra só seria possível a quem pudesse pagar por ele, submetendo o camponês pobre a situações de exclusão, desapossamento e conflitos de terra.

Diante de forte articulação do Movimento Negro, associado a grupos diversos que defendem os direitos da população negra no país, conseguiu-se grande influência durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, o que resultou em conquistas como a instituição do Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCTs): “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Sobre os primeiros momentos de interpretação do texto há críticas quanto a uma demasiada confusão que vincula o direito estabelecido ao

“passado e para o que idealmente teria ‘sobrevivido’” (ALMEIDA, 2002, p. 46). Este fato comprometeu inclusive os procedimentos operacionais à identificação das “remanescentes das comunidades dos quilombos”. Hoje há o reconhecimento de que as comunidades negras rurais guardam diversidades e complexidades irredutíveis à achados arqueológicos que confirmem ancestralidades (ARRUTI, 1997).

Essa revisão passa também pela observância da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ratificada em 2002 pelo Brasil. Em seu artigo 14, esta convenção determina que “Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos ao título de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.

São momentos de conquista política importante, uma vez que abriu-se as portas a considerar como sujeitos de direitos populações esquecidas a mais de um século depois de uma pseudolibertação. Podiam já reivindicar o título das terras que ocupavam e ainda outros direitos fundamentais. No entanto, com o passar dos anos o processo foi sendo refreado, como mostram dados do INCRA quanto aos processos abertos até o ano de 2012.

Segundo Arruti (1995) o Artigo 68 só foi usado pela primeira vez em 1992, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Ministério Público Federal (MPF) como recursos em uma situação de conflito fundiário que envolveu a comunidade de Rio das Rãs (Bom Jesus da Lapa/BA). Ainda segundo o autor, o termo “remanescente de quilombo”, nas leituras que se seguiram (tornadas nacionais a partir de 1995), foram deslocadas de seu sentido histórico, desenhando-se “uma interpretação do artigo constitucional que, pautado mais na intenção da lei que no seu limitado texto, contemplava não só as comunidades que conseguissem documentar a sua vinculação direta com antigos quilombos” (ARRUTI, s.d, s.p.), abrangendo ainda:

(...) aquelas que, sendo compostas por descendentes de escravos, e estando ameaçadas na posse das terras de uso comum centenário, não possuem outro recurso legal para o reconhecimento de suas particularidades e de seu direito, historicamente construído (ARRUTI, 2005, p. 6).

Essa “complexidade de elementos identitários, próprios de autodenominações afirmativas de culturas e símbolos, que fazem da etnia um tipo organizacional (BARTH: 1969)” quando foram trazidos para o campo das relações políticas provocou uma ruptura profunda com o caráter colonialista homogeneizante que, historicamente, fez

das diferenças étnicas e diversidade cultural aspectos diluídos “em classificações que enfatizavam a subordinação dos ‘nativos’, ‘selvagens’ e ágrafos ao conhecimento erudito do colonizador” (CARVALHO, 2005, p. 69).

Essas novas práticas movem processos etnopolíticos “que propõem a configuração ou a reconfiguração de *sujeitos coletivos* definidos em termos étnicos” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 54) que não tiveram, ou perderam, a experiência de mobilizações coletivas na busca daqueles objetivos comuns. É diante deste contexto que novos coletivos passam a ler de forma diferenciada sua relação com a sociedade envolvente e sua relação com o estado no que tange a luta por um direito historicamente negado, que é o direito ao território onde vivem.

Há o processo de titulação caminha a passos curtos pelas iniciativas promovidas pelos grandes latifundiários que pressionam de formas diversas à liberação de terras públicas para o mercado, ignorando de forma sistemática que esses territórios sejam ocupados por populações tradicionais. Seus discursos são, portanto, de invisibilidade expropriadora (ACEVEDO; CASTRO, 1998). No Pará o caso das comunidades negras do rio Trombetas, especialmente a comunidade de Boa Vista ficou conhecido pelo detido estudo feito por Acevedo e Castro (1998) e que acompanharam a resistência dessas comunidades frente aos processos de invisibilidade expropriadora reproduzida pelas empresas presente na região, como a Mineração Rio do Norte. Casos como esse se multiplicam às centenas.

Além disso, os representantes dos grandes proprietários de terras no Congresso Nacional insistem em projetos para reformar os dispositivos legais que hoje garantem esses direitos às populações tradicionais, a exemplo do Partido Democrata (DEM) que, em 2004, impetrou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra o Decreto Presidencial n. 4.887, de 20 de novembro de 2003 ou do Projeto de Lei nº 3.654 proposto, em 2008, pelo deputado agropecuarista Valdir Colatto<sup>6</sup>, defendendo modificação no artigo nº 68 do ADCTs.

Dentre os casos em que podemos confirmar muitas das afirmações feitas acima, aqui nosso recorte espacial é o Território Quilombola de Jambuaçu (com população estimada em 2.724 habitantes<sup>7</sup>), localizado a 15 Km da cidade de Moju/PA, formado pelo

---

<sup>6</sup> Filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

<sup>7</sup> População estimada segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

conjunto de quinze comunidades das quais quatorze já estão tituladas enquanto remanescentes de quilombos.

## **Os agentes no campo de conflitos**

Na construção da história das comunidades que compõe o Território Quilombola de Jambuaçu, assim como na narrativa dos conflitos, diversos agentes se articularam às redes de relações tecidas pelas comunidades. Cada um desses agentes entra no jogo com capitais distintos que são colocados em jogo para suprir interesses particulares e/ou coletivos (BOURDIEU, 1989), cujas influências vão do local ao global.

Nessa rede de relações a participação de alguns agentes salta aos olhos dada a referência feita pelos próprios quilombolas, como o papel desenvolvido pela Comissão Pastora da Terra (CPT), representada por pessoas que colaboraram de forma decisiva para o processo de autoafirmação da identidade étnica e mesmo de resistência diante dos enfrentamentos na defesa do território; outro agente é a Academia (UNAMAZ, UFPA, UEPA, USP, UFRA), representada por pesquisadores e estudantes, que vêm contribuindo na problematização dos processos em curso no território, cujos reflexos são de diversas ordens (ambiental, política e social). Há ainda os representantes legitimados pelos remanescentes como a Malungu (Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará) que possui forte articulação nacional com órgãos e entidades voltadas à questão quilombola; outros, com atuação pontual, como a Fundação Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (COHRE), organização internacional de Direitos Humanos que foi chamada a intervir na localidade.

Aqui, no entanto, destacamos o papel das empresas privadas quanto a intervenção que promovem no território e que vêm na esteira de outro agente fundamental neste processo que é o Estado, cuja intervenção dá sob diversos aspectos como com a necessidade burocrática da verificação e certificação da identidade étnica, nas ocasiões de mediação dos conflitos entre comunidades e empresas, assim como pela promoção de políticas que beneficiam a intervenção das empresas no território;

Segundo Martins (1991), pelo caráter diferenciado que possui o homem do campo, enquanto ser social e político, só uma força de fora de seu mundo, “uma força que atinja



por igual a todos (...) é que pode levá-los a se unirem (...)” (MARTINS, 1991, p. 17)<sup>8</sup>, e essa força exógena está presente no território quilombola desde a década de 70, fazendo da mobilização do homem do campo, em resistir na sua terra, mais um aspecto que une essas comunidades, além dos laços de consanguinidade e vizinhança.

Até as décadas de 1960 e 1970 a economia do município de Moju estava assentada em sistema agroflorestais com base na produção de mandioca, seringa, malva, e outros produtos agrícolas e da floresta, possibilitado pelo trabalho familiar. Esta realidade começa a mudar com a abertura da PA 150 na década de 70, ligando Moju ao município de Tailândia, que favoreceu a chegada de novos agentes a região (famílias, empresas) e mais o aparato para dar suporte às novas demandas (serviços públicos, mercados de alimentos, pequenas lojas, postos de gasolina etc). A estrada inaugura momentos de tensão e conflito, seja entre antigos e novos moradores da região, sejam entre os novos migrantes na disputa por lugares mais privilegiados de acomodação.

Não tardou a iniciar o processo de expropriação causado não somente “pelos famosos latifundiários. Esse processo [passou a ser] conduzido diretamente por grandes empresas capitalistas nacionais ou multinacionais, com amplos incentivos financeiros do próprio Estado” (MARTINS, 1991, p. 50). Em se tratando de Moju, será a partir deste período que a violência no campo se intensificará, “especialmente nas regiões do Alto Moju, PA 150 e PA 252, inclusive com mortes de lideranças de agricultores e de um vereador local” (STEINBRENNER, 2006, p. 106).

No que tange à localidade onde hoje está o território de Jambuaçu a Empresa Reasa (Reflorestadora S/A da Amazônia) foi a primeira a se instalar na região (fins da década de 70). A proposta da empresa era, sobretudo, o monocultivo de palma dendê e, recorrendo aos incentivos fiscais dados pelo Estado, recebeu recursos tanto do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) quanto da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (MULLER e FURLAN JUNIOR, J., 2001). Este período foi mais crítico para as populações locais, pela forma ostensiva de atuação da empresa, protagonizando graves conflitos de terra:

Logo abaixo da vila, na localidade Itero, existe um terreno de 1.400 metros de frente e 2.500 de fundo (...) Manoel Edvige, José Sarmento, Vicente (...) e a dona Rosa são os legítimos herdeiros. Acontece que a

---

<sup>8</sup> “Tanto o lavrador do campo quanto o operário da fábrica são antagonizados e violentados pelo capital, mas de formas diferentes” (MARTINS, 1991, p. 17).

REASA, nunca satisfeita com aquilo que já tirou dos lavradores do Jambu-açu, colocou a pata nesta dita área, alegando que tinha sido vendida (...) os herdeiros e mais dez famílias, que ali encontraram amparo, com o pessoal da comunidade, foram lá exigir respeito para o que é deles (Jornal Lavrador é hora de levantar-se, arquivo CPT).

Os trabalhadores rurais não acompanharam de forma passiva este processo. Apesar de, naquele momento, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju não ter tomado posicionamento nos conflitos em favor dos trabalhadores, a organização dos ameaçados do campo foi intensa e profícua<sup>9</sup>, inclusive com a proximidade com trabalhadores rurais de outros municípios que passavam por problemas da mesma ordem, como os expropriados das terras para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

Muitos projetos que receberam financiamento público na década de 80 para se instalarem na região amazônica, acabaram falindo total ou parcialmente (MULLER e FURLAN JUNIOR, J., 2001), como foi o caso da REASA, cujo projeto foi assumido pelo Grupo Marborges (composto pelas empresas Marborges Agroindústria S.A e a Reflorestadora Moju Acará Ltda) que está presente na localidade até hoje. Com o advento do processo de valorização do biodiesel, “a Marborges, em abril de 2008, retirou os marcos que limitam o território quilombola e sua propriedade, tendo iniciado nova fase de conflito manifesto” (ZIGONI, s/d, p. 9).

Na memória dos moradores mais antigos que vivenciaram os conflitos com a Reasa, os sentimento de tristeza e perda do território permeiam o imaginário que possuem sobre a Empresa Marborges, entendendo-a como herdeira dos conflitos com as comunidades: “A gente quando, esse pessoal ai da Reasa que primeiro quando eles entraram ai era chamada Reasa, hoje em dia é que ela já é Marborge” e continua “isso tudo foi botado embaixo (...) o meu pai morreu porque eu acho que ele se impressionou quando essa Marborge... essa Reasa entrou ai (...) e eles arrancaro tudo as nossas roça” (F.C.S., 76 anos, moradora da comunidade de Santa Maria do Traquateua, trabalho de campo).

Os anos se passaram sem intercorrência mais graves até a década de 2000 quando chega à região uma extensão do Projeto Bauxita-Paragominas, Platô Miltônia 3 (que compõe um Projeto maior chamado Alumina Brasil China-ABC). O beneficiamento da bauxita

---

<sup>9</sup> A movimentação entre os trabalhadores rurais na busca por organizar-se e criar melhores condições de enfrentar as situações de conflito tomavam a região do Baixo Tocantins, a exemplo do que ficou conhecido como *A Lei Anilzinho. Reunidos no I Encontro Anilzinho*, realizado em Baião, no ano de 1980, cujo tema era *Terra para quem trabalha nela*, trabalhadores de diversos municípios da região compuseram 12 leis que orientaram, por mais de uma década o processo de resistência (SOUSA, 2000; SACRAMENTO, 2007).

retirada de Paragominas tem como uma das etapas o transporte do minério, através de três minerodutos (com 244km de extensão na forma de polpa), passando sete municípios paraenses: Paragominas, Ipixuna do Pará, Tomé-Açú, Acará, Mojú, Abaetetuba e Barcarena – onde está localizado a Alunorte Alumina Norte do Brazil (refinaria vendida pela Vale à Empresa Hydro).

Dentre as várias comunidades que este projeto atinge, ao longo do percurso de Paragominas à Barcarena, em Moju houve forte resistência de algumas comunidades, aquelas que compõe o Território Quilombola de Jambuaçu. Segundo EIA-RIMA do projeto, sete comunidades em Jambuaçu estavam na Área Diretamente Afetada (ADA) (São Sebastião do 40, Santa Luzia do Traquateua, Santa Maria do Traquateua, Nossa Senhora das Graças, Santa Ana do Baixo, Santa Luzia do Poacê e São Bernardino) (, mas a mobilização que se viu foi das quinze comunidades que compõe o território quilombola hoje.

Entre os anos de 2001 e 2009, acionado o direito disposto no Artigo 68 das ADCTs da Constituição de 1988, 14 comunidades tiveram suas terras titulação definitiva, e coletiva, da terra. A maioria destes processos de titulação foi consolidada durante as relações de conflitos com a Empresa Vale (que inicio a passagem dos minerodutos no ano de 2004). É comum o sentimento por parte de moradores das comunidades de que tiveram seus diretos utilizados como instrumento de barganha pela Estado em beneficio da empresa (CPT, 2007).

Uma das comunidades mais afetadas tanto pelos conflitos com a Reasa como pelo projeto Bauxita Paragominas da Vale foi Santa Maria do Traquateua. Segundo relato de moradores da comunidade e informações da CPT (2007), esta comunidade, até o início dos anos 80, possuía uma área com cerca 2.000ha, mas uma vez finalizado seu processo de titulação passou a contar com apenas 833ha do total reivindicado, um vez que a diferença teria sido expropriada pela REASA na década de 70. Território que, na prática, diminuiu ainda mais com a passagem dos minerodutos e linha de transmissão de energia do projeto Bauxita Paragominas da CVRD/Hydro. Assim, os moradores da comunidade de Santa Maria do Traquateua passam a dispor de apenas 633ha (sobretudo, áreas de várzea e igapós), o que compromete seriamente o modo de reprodução da vida de algumas famílias desta comunidade, uma vez que não possuem mais terras agricultáveis o suficiente e hoje dependem de recurso financeiro repassado

pela Vale, como condicionante, a espera do projeto de geração de renda que deveria ser implementado pela Vale.

Depois de operação financeira o projeto Bauxita Paragominas passou a pertencer à Norsk Hydro ASA (terceira maior fornecedora mundial de alumínio), presente na comunidade através do projeto e por meio também de funcionários que buscam marcar a identidade da empresa, mais amistosa, para se diferenciar da Vale. Aqueles mais jovens que não compartilham do sentimento dos mais velhos quando à presença da Marborges em substituição à Reasa, tiveram a oportunidade de fazê-lo em relação à Vale quando está foi substituída pela Hydro. Uma moradora da comunidade Quilombola de Santa Luzia do Traquateua resume essas transações utilizando um ditado popular: “mudam-se as coleiras, mas os cães são os mesmos”.

Os conflitos que marcam a região poderiam servir de exemplo às novas medidas no que tange a projetos de desenvolvimento e reconhecimento de direitos das populações tradicionais, no entanto mais uma vez o estado orienta suas políticas de gestão do território e desenvolvimento a partir da valorização do agronegócio.

Essa afirmação pode ser confirmada a partir da análise das consequências do lançado o marco legal que instituiu o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), da 2004, pelo foi. O fato vai influencia a politica de incentivos a pesquisa de novas fontes oleaginosas como marca as condições legais para o uso do biocombustível na matriz energética do Brasil, regulamentada oficialmente pela lei 11.097 (ALVES, 2007; PRATES et al., 2007, *apud* ALVES, 2011).

Outras políticas, planos e programas vão sendo criados para fortalecer a cadeia produtiva da agroenergia, a exemplo de linhas de crédito específicas no Programa de Nacional de Fortalecimento e Agricultura Familiar (Pronaf), lançado em 2005; podendo recorrer a linhas de crédito lançadas por bancos, como o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia (BASA) para “produtores rurais (familiares e empresariais) até cooperativas agropecuárias e agroindústrias” (ALVES, 2011, p. 55).

A pouca regulamentação sobre a implantação de projetos agroindustriais de dendê e a não observância das legislações vigentes tem provocado novos conflitos, como o caso da comunidade Dezenove de Maçaranduba, em processo de titulação como remanescente de quilombo, localizada no Alto Acará, quando um atentado “resultou na

morte de 02 (dois) quilombolas e na tentativa de homicídio de outros 04 (quatro) integrantes da comunidade” (MPPA, 2013, sem paginação).

Segundo os quilombolas as ameaças não partem da Empresa BIOVALE [monocultora de dendê], mas sim de pessoas que querem vender suas terras para esta empresa que desenvolve no local atividades de plantação e extração de dendê por intermédio da BIOPALMA e que a área é objeto de litígio que está sendo apreciado na Vara Agrária de Castanhal por intermédio do Processo conhecido como Fazenda São Jorge (MPPA, 2013, sem paginação).

Há então, neste novo cenário, a continuidade de velhos processos como a insistência em fazer com que a Amazônia continue sendo vista como uma fronteira agrícola (NAHUM E MALCHER, 2012) e cenário de graves conflitos agrários.

## **Conclusão**

O contexto mundial em que vivemos “defrontamo-nos com a urgência em redefinir os cânones pelos quais a sociedade ocidental concebeu sua relação com a natureza” (CASTRO, 1998, p. 4) e cujas consequências são sérios problemas ambientais (desmatamento, poluição, aquecimento global, etc), além dos problemas sociais. É na crítica ao uso do petróleo que se busca por fontes alternativas de energia, fazendo nascer a economia da agroenergia, hoje desenvolvido de tal forma que “os biocombustíveis originam novos ciclos econômicos” (HOMMA; VIEIRA, 2012, p. 81).

Este momento de revisão do lidar com a natureza esbarra em velhas deficiências como o não reconhecimento das contribuições dadas pelos grupos marcados por questões étnicas, uma vez que “elementos ideológicos e políticos resultam incompreensíveis para o conhecimento técnico-econômico, pelos fortes traços de preconceito e estranhamento” (CASTRO, 1998, p. 6). Nas comunidades as práticas são formuladas na experiência com a natureza, acumulando conhecimento de geração em geração e que subjazem às relações sociais (CASTRO, 1998), diferente da racionalidade que marca a intervenção da lógica desenvolvimentista e instrumental de ver esta mesma natureza.

As críticas voltadas às Leis e Políticas Públicas para o campo seriam regidas pela falta de vontade política do Estado, além do viés autoritário lhes atribuída. Para Martins (1991), antes de ser a inércia do Estado, o que pauta a atuação deste é o reconhecimento

da propriedade capitalista como promotora do desenvolvimento, o que automaticamente nega outras formas de reprodução não capitalistas da produção no campo.

Esse favorecimento às grandes apropriações, inclusive como política de ocupação do território, calcado em incentivos fiscais à agropecuária e à agroindústria foi a escolha do Estado na gestão do território na Amazônia, traçando o destino da região quanto às suas questões agrárias.

Na contramão desse processo, formas populares de organização são fomentadas, desde a própria sindicalização (pensada e executada de baixo para cima) a processos menos abrangentes, mas não menos eficazes, como as formas coletivas viver a terra (MARTINS, 1991). Essa realidade teorizada a mais de meio século é sentida diariamente pelo homem do campo enquanto o capital avança na contra mão se sua forma tradicional de reprodução da vida. Há resistência por parte do homem do campo, que se organiza dando origem às lutas sociais que hoje persistem, a exemplo do que se relata neste trabalho.

Certamente o Estado, através de dispositivos legais e de suas políticas, poderia ter criado mecanismos mais democráticos para apoiar os pleitos das comunidades quilombolas e fazer valer de forma irrefutável o Art. 69 das Disposições Transitórias. Mas eles têm se mostrado aquém das possibilidades de resguardar os direitos constitucionais de populações tradicionais face às pressões do mercado. Uma política pública para ser mantida como tal é necessário preservar sempre o foco, as demandas e os agentes que demandaram aquela política, o que significa atender com autenticidade a demanda original que deu origem à uma política de governo, mesmo entendendo que essa é dinâmica na medida que contem possibilidade de ajustes, de adequações no correr de sua vigência, por parte de processos de participação que ajudam a reorientar o processo, via negociação, tensão e mudanças no percurso. O controle dos atores por isso é necessária como item de garantia na condução desse processo. Justamente, uma política pública para grupos quilombolas deve ter alencado algumas questões a serem negociadas pois se é ilógico falar de políticas públicas em um Estado que não seja democrático, é necessário considerar a relação Estado x sociedade como um processo e por isso mesmo um jogo de interesses que se estabelece entre atores e que o Estado tem o dever de regular de forma equânime.

## Referências bibliográficas

- ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros do Trombetas** – Guardiões de Matas e Rios. Belém: Cejup/NAEA/UFPA, 1998.
- ALMEIDA, A. W. B. De. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p.
- ALVES, S. A. O. **Sustentabilidade da agroindústria do Estado do Pará**. 2011. 161 f. Tese (Doutorado em Ciências). Escola Superior de Agricultura, "Luiz de Queiroz". Piracicaba, 2011.
- ARRUTI, J. M. A. Quilombos do Sapê do Norte- As comunidades negras rurais dos municípios de Conceição da Barra e São Matheus ES. **Relatório de Pesquisa**. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2005. 75p.
- \_\_\_\_\_. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **MANA** 3(2), 1997. p. 7-38.
- \_\_\_\_\_. **A emergência da questão quilombola**. s/d, s/p. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/tn/9/txt3.htm>>. Acessado em: 23/02/2014.
- BARTOLOMÉ, M. A. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. Mana, Apr. 2006, vol.12, no. 1, p. 39-68.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.
- CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASTRO, Edna – **Escravos e Senhores de Bragança** (Org.) Belém, Ed. NAEA, 2007
- CASTRO, Edna – **Quilombolas de Bujaru: Território Étnico, Identidade e Conflitos fundiários**. Relatório de Pesquisa. Belém, NAEA/Ptograma Raizes/Governo do Estado do Para. 2008.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **PAPERS DO NAEA** Nº 092, Belém: NAEA/UFPA, 1998. 16p. Disponível em: <[www.naea.ufpa.br/pdf.php?id=168](http://www.naea.ufpa.br/pdf.php?id=168)>. Acessado em: 12/02/2014.
- CHAYANOV, Alexandre V. La organizacion de la unidad econômica campesina. Tradução de Rosa Maria RUSSOVICH, Buenos Aires: ed. Nueva Vision, 1974.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Quilombolas de Jambuaçu x Companhia Vale do Rio Doce. **Dossiê**. CPT Região Guajarina, 2007.
- HEBETTE, J. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vo II. Belém: EDUFPA, 2004.
- \_\_\_\_\_. O Campesinato Paraense do estudo Agriculturas Camponesas Paraenses. In: **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HYDRO. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.hydro.com/pt/Aluminio/A-Hydro-no-Brasil/Sobre-a-Hydro/Escritorios/Paragominas/>>. Acessado em: 19 mar 2014.
- HOMMA, A. K. O; VIEIRA, I. C. G. Colóquio sobre dendezeiro: prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, PA, v. 8, n. 15, p. 79-90, jul./dez. 2012.
- MARQUES, J. A. ; MALCHER, M. A. Territórios Quilombolas. **Texto, Instituto de Terras do Pará**. Belém: ITERPA, 2009. 74 p.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1986. 232p.

----- **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1991. 185p.

NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na mic

rorregião de Tomé-Açu (PA), 2012. **Confins**. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7947> ; DOI : 10.4000/confins.7947>. Acessado em: 23/03/01.

NEVES, Delma P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E.S.A.; MOTA, D.M.; SILVA T.E.M. (Org.) **Desenvolvimento Rural e transformações na agricultura**; Aracaju, Embrapa Tabuleiros Costeiros, UFS, 2002 p. 133-159.

MOREIRA, E. S.; HEBETTE, J. 2009. Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense. In: GODOI, E. P.; MENEZES, Marilda A; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categoriais: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.187-207.

MPPA - Ministério Público do Estado do Pará. MP apura conflito agrário envolvendo quilombolas do Alto Acará. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=1723&class=N>>. Acessado em: 19/09/2013.

MULLER, A.A.; FURLAN JUNIOR, J.. **Agronegócio do dendê**: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001. 288p.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M.(Orgs). **O Campo no século XXI**: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. pp. 145-157.

SACRAMENTO, E. D. **As almas da Terra: a violência no campo paraense**. . 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém/PA. 2007.

<sup>1</sup> SILVA, José Graziano da – O novo rural brasileiro. 2ª. Ed. Campinas: UNICAMP, I.E., 1999.

SOUSA, R. V. de. **Modalidades de crédito, organizações coletivas e reprodução camponesa na história de Cametá**. 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém/PA. 2000.

STEINBRENNER, R. M. A. **Para além da informação**: dilemas e desafios da participação. NAEA/UFGA, 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFGA, Belém/PA. PA. 2000.

WANDERLEY, M. N.B. Raízes Históricas do campesinato brasileiro. In:TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3ª. Ed. Passo Fundo, ED/UPF, 2001, p. 23-56.



## GT 05 – Elites patronais rurais e agroindustriais, ação coletiva e pensamento crítico

### *Do mundo dos engenhos à sociedade do agronegócio*

Glauber Lopes Xavier<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: [glauber.xavier@ueg.br](mailto:glauber.xavier@ueg.br).

Para a apresentação deste trabalho no VI Encontro da Rede de Estudos Rurais, o autor recebeu apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

#### **Resumo:**

Objetiva-se apreender a *sociedade do agronegócio* com base no *mundo dos engenhos* do Brasil colônia. Tem-se que do ponto de vista econômico, social, político e cultural, o primeiro evoca ao segundo, sendo o Estado elemento central nesse processo. Ademais, o artigo promove uma reflexão no tocante a atuação do patronato rural numa perspectiva histórica ao tratar da questão da distribuição fundiária e das relações de trabalho no campo. Conclui-se que o poder político no país continua, em expressiva medida, associado a posse fundiária e que as bases sob as quais se sustenta a produção de *commodities* para exportação (agronegócio), *mutatis mutandis*, remetem as bases da produção colonial canavieira.

**Palavras-chaves:** Agronegócio. Brasil colônia. Patronato Rural.

### ***Do mundo dos engenhos à sociedade do agronegócio: algumas inferências***

Sob a pretensão de se exercer uma sociologia histórica e, ao mesmo tempo, uma história social do mundo rural é que se discute a formação social, econômica e política brasileiras para, em seguida, se considerar a sociedade contemporânea à luz da relevância política, econômica e social configurada pelo agronegócio. Tem-se que a apreensão do último só se torna possível com base nos elementos fundantes do primeiro, de tal sorte que a tarefa de explicação da questão agrária de nossos tempos remete, a partir de seus caracteres, à experiência colonizatória, seu povoamento, o assento da empresa colonial canavieira e seus desdobramentos durante os séculos que sucederam o século XVI.

Da mesma forma que o cultivo da cana-de-açúcar em terras brasileiras nos tempos hodiernos não é fruto do acaso e tampouco resulta de uma suposta vocação natural da qual é dotado o país, a escolha pela atividade canavieira no Brasil colônia não foi fortuita, mas adveio do interesse de Portugal em garantir o domínio da colônia diante das ameaças de possessões holandesas e francesas no transcurso dos séculos XVI e XVII. Admite-se, contudo, que as condições de solo e de clima se apresentaram favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar. Todavia, estes elementos, por si só, não asseguravam a decisão de tal empreitada. A empresa colonial canavieira, com efeito, emergiu enquanto alternativa principal devido aos moldes a partir dos quais ela deveria se estabelecer. Noutros termos, o plantio da cana-de-açúcar, por sua própria dinâmica, deveria se instaurar em vastas extensões territoriais, o que garantiria a ocupação do território sob ameaça externa.

Assim, a faixa litorânea do território brasileiro, já na primeira metade do século XVII, encontrava-se densamente povoada. Conforme aponta Caio Prado Júnior (2011), tal povoamento se dera em três núcleos centrais, quais sejam, a região de Pernambuco, o recôncavo baiano e o Rio de Janeiro, especialmente a região de Campos dos Goytacazes. Nestes núcleos cresceu vertiginosamente a quantidade de engenhos e alambiques durante o século XVII, conformando um modelo de sociedade bastante peculiar, cujos traços, de algum modo, delineiam a sociedade brasileira contemporânea.

Dá a problemática central do presente artigo: os elementos constitutivos da chamada *sociedade do agronegócio* que, *mutatis mutandis*, evocam os pilares do *mundo dos engenhos* e sua civilização, a *civilização do açúcar*.

A *priori*, com o intento de facilitar a inteligibilidade da reflexão, cabe apresentar o que se entende por *mundo dos engenhos*, *civilização do açúcar* e *sociedade do agronegócio*. Por *mundo dos engenhos* entende-se todo o poder econômico emanado dos senhores proprietários de engenhos durante o período colonial, sobremaneira aqueles localizados na região nordeste, centro dinâmico do território nesse período. Correlato ao *mundo dos engenhos* tem-se a *civilização do açúcar*, estrutura social e cultural dessa lógica material de existência, de produção e de reprodução social de um modo de vida. (FERLINI, 1986, 1988). E, finalmente, por *sociedade do agronegócio* denomina-se o modelo econômico, social, político e cultural vigente engendrado a partir do poder representado pelos grandes empresários do setor. (HEREDIA, PALMEIRA, LEITE, 2010).

Mais que no domínio econômico, a *sociedade do agronegócio* consiste num aparato ideológico e cultural ancorado no primado do “progresso” que tem, no patronato, seu legítimo representante. O lugar outrora ocupado pelos senhores de engenho é, hoje, sutil e estrategicamente reservado à esse patronato, cujos mecanismos de perpetuação de suas benesses, amiúde, recuperam premissas de um modelo colonial de sociedade nos trópicos. Há, no tempo presente, um caldo de cultura gestado com base no patrimonialismo, familismo, clientelismo e mandonismo local típicos do *mundo dos engenhos*. Não por acaso o patronato rural brasileiro, especialmente aquele relacionado ao agronegócio do açúcar e do álcool, encarna o poder ou, tomando de empréstimo a definição de Raymundo Faoro, são efetiva e inegavelmente os “donos do poder”.

Com efeito, o poder econômico e político no Brasil contemporâneo, do mesmo modo que em seu período de colônia, circunscreve-se predominantemente aos proprietários de terras. Com uma diferença, contudo, qual seja a de que nos tempos do Brasil colônia a posse *per si* da terra consistia na garantia de domínio dos senhores, conquanto em tempos hodiernos exista um fecundo e lucrativo mercado de terras. Um traço em comum, nesse particular, resguardadas as devidas diferenças sociais e históricas, consiste nas garantias que a posse da terra reserva em termos de relações de

trabalho. Em pormenores e com reservas, entende-se que há um eixo explicativo comum ao trabalho escravo no Brasil colônia e o trabalho análogo à escravidão que atualmente é utilizado nos canaviais, no plantio de soja e outras *commodities*, a saber a lógica de distribuição fundiária.

Se outrora a impossibilidade de ocupação e apropriação de terras por parte de trabalhadores provenientes da África os tornava peças para a constituição de um regime escravocrata e, mais que isso, mercadorias de alto valor, nos tempos presentes a estrutura fundiária altamente concentrada impede que legiões de braços, independentemente das filiações étnico-raciais, se apossam de terras para subsistência de suas famílias, levando a que se tornem alvo privilegiado do agronegócio. Subjaz a esse fator as raízes de nossa formação social e cultural, preconizadas pela sutileza nas formas de sujeição do trabalho alheio e aos mandos do patronato mesmo no período pós escravidão, o que parcialmente explica o sentido do trabalho escravo contemporâneo, especialmente a chamada escravidão por dívidas, erigida sob falsas promessas e mediada, não raras vezes, por estreitamento de relações entre agenciadores e futuros escravos.

Ressalte-se, ainda, a relevância ocupada pela religiosidade no tocante à escravidão por dívidas, o que leva o trabalhador a se ver e se sentir devedor, do que este responde sua situação por uma questão de honra e de moral pessoais e cuja obrigação passa inexoravelmente pelo pagamento da dívida. Assim é que fatores da ordem material, como a questão econômica investida na lógica da distribuição de terras e de extração da força de trabalho, alia-se a fatores sociais e culturais, como os valores, códigos de conduta, representações sociais e imaginário imantados na religiosidade e no comportamento de um povo para dar sentido e explicação ao trabalho escravo contemporâneo. É esta a liga que une o presente ao passado, que responde o sentido da *sociedade do agronegócio* com base no *mundo dos engenhos* e sua *civilização do açúcar*.

Há, contudo, que se levar em conta outros fatores, como os mecanismos a partir dos quais o patronato do agronegócio garante e exerce seu poder e em que medida tais mecanismos evocam o poder representado pelos senhores de engenho. No que concerne esta questão, tem-se que a fragilidade institucional que impede o efetivo exercício da democracia, assim como o reconhecimento e a garantia de direitos deve-se ao modo

pelo qual o poder foi historicamente exercido no Brasil e sua aliança com a questão agrária desde a colonização de suas terras. As barreiras que impedem a consolidação das bases democráticas apresentam-se intransponíveis quando se observa que mesmo após a constituição da república e o fim da ditadura militar (1964-1985) a estrutura fundiária mantém-se altamente concentrada.

A tríade a que se apoiou Ferlini em seus estudos sobre a história do Brasil colônia mantém-se indelével quando perscrutamos a questão agrária contemporânea: terra, trabalho e poder. Esta tríade confunde-se com aquela a que se sustentou Caio Prado Júnior (1976) ao fornecer as bases explicativas da formação econômica e social brasileira: trabalho escravo, monocultura e grande propriedade. Somente e tão somente a partir da questão de terras é possível apreender a problemática no campo brasileiro. Foi com base nela que o patronato da colônia exerceu e o patronato de tempos hodiernos exerce seu domínio. Para tanto, valeram-se do Estado e de seus representantes para a aprovação de Leis, Decretos e Estatutos que pudessem atender a contento suas demandas e pudessem garantir-lhes manutenção/ampliação da riqueza e do lucro. A análise desse processo remete à Lei de Terras, de 1850, dada a importância desta na criação de um mercado de terras em substituição ao mercado de escravos em crise. *“Durante a crise do trabalho servil, o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra, do predomínio num para a outra, da atividade produtiva do trabalhador para o objeto do trabalho, a terra.”* (MARTINS, 2010, p. 40).

Ao perscrutar as transformações nas relações de trabalho decorrentes do fim do regime escravocrata, Martins observara ainda que com o fim deste não emergiram relações de trabalho tipicamente capitalistas, mas que, no interior do próprio capitalismo foram gestadas relações não capitalistas, como o regime de colonato. Este regime, imperioso tanto na cafeicultura quanto na atividade canavieira paulista, era marcado, conforme Martins, pelo trabalho familiar e pela ausência de salários. Com base nestes fatores é que Martins (2010, p. 36) lançou sua hipótese de que:

[...] o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e é contraditoriamente necessárias a *essa reprodução*.

Cabe considerar o papel exercido pelo Estado ao promover a imigração subvencionada de europeus, especialmente de italianos, que foram empregados no regime de colonato. Ademais dessa questão, em que pese as relações engendradas a

partir de um regime de trabalho não capitalista porém imerso em um modelo capitalista no tocante à negociação das mercadorias e de promoção dos lucros, cabe considerar a existência de um *ethos social* original, próprio dos trópicos, o qual, a partir do trabalho reverberou-se em todas as instâncias da vida social. Sobre esta questão, são valiosas as palavras de Ferlini já no preâmbulo de sua obra “*A civilização do açúcar*”: (1986, p. 1):

Ao analisarmos a situação sócio-econômica do Brasil, realmente encontramos entraves poderosos ao crescimento: o latifúndio que expulsa o homem do campo, agricultura de exportação que sufoca o mercado, o monopólio da terra que plasma o poder político, séculos de escravismo impondo o preconceito ao trabalho. Como se forças do passado sempre se levantassem, atrelando-nos, impedindo a renovação, barrando o progresso e a liberdade.

*Mutatis mutandis*, esses elementos persistem mesmo em tempos hodiernos, de sorte que não basta explica-los à luz das bases de nossa formação econômica, mas também de nossa formação social e cultural. Em que medida o *ethos social* de nossos tempos evoca a sociedade de outrora, calcada num modelo escravocrata, no qual eram ausentes quaisquer direitos civis, políticos e sociais por parte da maior parcela da população? Parte-se do pressuposto de que, assim como existiu uma *civilização do açúcar*, existe uma *sociedade do agronegócio*, entendendo que o poder que emana do meio rural, outrora na figura do senhor de engenho, hoje na figura do usineiro, sintetiza a sociedade brasileira, seja pela importância econômica de sua agricultura, seja pela própria conformação política advinda do poder ligado à posse da terra.

Sobre esta questão, Martins (1994) forneceu relevante contribuição ao cunhar o conceito de *prefeito-usineiro*, o qual segundo o sociólogo seria a expressão mais apurada do que ele concebe enquanto poder do atraso. O atraso a que se refere Martins é demarcado pela prática política que qualifica o chamado *prefeito-usineiro*, figura não raramente encontrada no Brasil e que se vale de relações clientelistas e de um poder local bastante arraigado para que possa manter seu domínio político e econômico. Seguramente muitos dos leitores que conhecem as regiões interioranas do país já ouviram falar sobre prefeitos, proprietários de usinas que, em épocas de eleições praticam inúmeras coações para que seus empregados votem no candidato indicado, quando não da própria família, sob pena de perda dos empregos.

Aliado a isso, uma variedade de práticas adotadas durante períodos eleitorais denunciam o caráter pretérito das relações políticas no âmbito local, como a compra de votos em troca de eletrodomésticos, de consultas médicas, de materiais de construção,

de tanques de combustível e até mesmo de partos cesáreos além, é claro, das promessas de empregos em cargos comissionados. Conforme dito, é a posse da terra, mas não apenas, um elemento crucial para o deslindamento de tais práticas. O poder econômico pela forma como foi instituído no Brasil, com base em um regime escravocrata e numa estrutura fundiária altamente concentradora resultou numa sociedade ancorada no patrimonialismo. Politicamente, segundo Carvalho (1997), “[...] *da postulação do patrimonialismo deriva um estilo político baseado na cooptação, no clientelismo, no populismo, no corporativismo de Estado.*” No tocante a essa questão, a tese do patrimonialismo opôs-se a outra bastante difundida nos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a de um Brasil de raízes feudais.

A importância de se considerar o confronto entre ambas as teses, a de matriz weberiana e a de matriz marxista, reside na própria maneira pela qual a questão foi considerada pelo pensamento social brasileiro e como isto interferiu politicamente na luta travada no interior do PCB. Cabe, nesse momento, dar relevo as bases do patrimonialismo, o qual, segundo José Murilo de Carvalho não se resumia a Guarda Nacional. Delegado, juiz de paz, vereador e senador não raras vezes eram indicados por uma ou duas famílias. À medida em que o patrimonialismo se arrefeceu houve o fortalecimento de uma burocracia estatal, acompanhada da ruptura entre Estado e igreja. Surgia, então, o coronelismo, cujos traços ainda residem nas práticas políticas na dimensão local em muitos rincões do Brasil. Importa elucidar que o coronelismo enquanto prática política está diretamente associado ao poder econômico representado pela propriedade fundiária, de sorte que os dominantes, nesse período, eram os grandes proprietários de terras. Em que medida a *sociedade do agronegócio* remete ao *mundo dos engenhos* e sua *civilização do açúcar*?

### **O agronegócio e as novas formas de dominação de classe**

Tem-se que é pelo deslindamento das relações de poder, o que passa inexoravelmente pela problematização de leis, decretos, estatutos, próprios à um campo jurídico, mas também pela problematização do poder que emana das representações, os valores, os códigos de conduta, os discursos engendrados, atinentes ao arcabouço

cultural, que o questionamento que encerra o tópico anterior poderá ser respondido. Na esteira dessa reflexão, o agronegócio amiúde recupera práticas inerentes ao senhor de engenho e seus sucedâneos. Com efeito, a matriz discursiva do agronegócio possui no seu bojo elementos que, ressignificados, pretendem assegurar garantias centrais do domínio de classe, elementos esses que pouco dissociam daqueles que sempre balizaram o poder dos grandes ruralistas no Brasil.

Ao tratar do agronegócio e os novos modos de conflitualidade numa perspectiva que privilegia as contradições constitutivas de nossa formação histórica, Bruno (2008) problematiza o poder dos representantes do agronegócio com base em algumas questões, das quais nos ocuparemos para discutir a *sociedade do agronegócio* e, sob quais termos, ela evoca o *mundo dos engenhos* e a *civilização do açúcar*. Ao considerar a questão dos transgênicos, a responsabilidade social *versus* trabalho escravo, a agricultura empresarial *versus* a agricultura familiar e finalmente a forte oposição ao MST, Bruno elucida os campos de tensão que configuram o agronegócio. O ponto nodal a essas questões consiste nas estratégias utilizadas pelo patronato a fim de assegurar ideologicamente seus interesses, recorrendo a uma retórica que propugna fundamentalmente a oposição entre o atrasado, velho, antigo ao progresso, moderno e atual.

Contudo, tal retórica visa basicamente manter condições que, *mutatis mutandis*, marcam o rural brasileiro desde o período colonial e outras próprias da nova república, quais sejam: grandes propriedades, atividades de monocultura, trabalho precário, concentração fundiária, dentre outras que gravitam em torno destas, mormente aquelas que dizem respeito às artimanhas políticas para sustentação dos interesses do patronato. Em sua análise acerca dos dispositivos de controle político, Bruno assevera que: “*De uma outra perspectiva podemos dizer que a matriz empresarial do agronegócio incorpora e conforma o passado patrimonial, corporativista e clientelista encontra-se interiorizada e se objetiva nos embates sociais.*” (2008, p. 101). Assim, conforme aponta Bruno (2008, p. 84):

A ótica mais geral, a partir da qual desenvolvo a reflexão, é a de que as tensões advindas podem ser lidas como um momento do processo de formação de classes e de renovação de suas condições de exploração e dominação, ou seja, envolve mediações, contradições e conflitos.



Destarte, com base na inferência de uma correlação entre o *mundo dos engenhos* e a *sociedade do agronegócio*, considera-se que a despeito das lutas historicamente travadas no meio rural brasileiro, mantém-se indelével o mecanismo a partir do qual a classe dominante ancora seus interesses, o binômio propriedade-violência. Retomando as contribuições de Regina Bruno ao pensar a natureza dos conflitos que marcam o agronegócio, esse binômio permeia desde as discussões sobre os produtos transgênicos até o trabalho escravo, passando pela questão atinente aos movimentos sociais e a agricultura familiar. Ao se posicionar favorável aos transgênicos, ao negar a existência do trabalho escravo ou minimizar sua importância, ao contrapor a agricultura empresarial a agricultura familiar e, finalmente, ao criminalizar os movimentos sociais, o patronato rural brasileiro lança mão de sua perversidade e não mede esforços para manter inalterada a estrutura fundiária altamente concentradora, pois que esta tem como desígnio: “*A defesa da propriedade como direito absoluto e a violência como prática de classe.*” (BRUNO, 2003, p. 285).

A defesa da propriedade: esta questão remete à Lei de Terras, de 1850, conforme apontado. Ela está relacionada à violência enquanto prática de classe na medida em que teve como principal desdobramento a existência de uma legião de trabalhadores alijados do acesso à terra para sobrevivência, lhes restando como alternativa o fornecimento da força de trabalho em condições precárias no campo e na cidade. Assim como grande propriedade e trabalho escravo eram questões correlatas no Brasil colônia, o são grande propriedade e trabalho degradante no Brasil de nossos tempos. É com sutileza, porém, que atualmente estas condições são instauradas. A violência de que faz uso o patronato contemporâneo é sempre eufemizada nos discursos, como a violência do trabalho escravo o qual é muitas vezes explicada pelo comportamento mais severo dos patrões ou pela insolência dos subalternos. Há, por outro lado, um discurso que assegura a grande propriedade. Aquele que associa o agronegócio ao progresso, uma vez que a pauta de exportações brasileira tem vertiginosa contribuição do setor primário.

Há que se ter em conta que a garantia dos *superávits* nas exportações advém de processos extremamente violentos no campo, tanto relacionados às relações de trabalho, quanto à própria dinâmica de ocupação dos territórios. Nesse particular, nas últimas décadas o Brasil tem vivenciado com bastante peso a estrangeirização de suas terras, as quais são compradas por grandes corporações multinacionais ou mesmo transnacionais,

como bancos, grandes empresas, etc., pertencentes a países ricos. Este processo tem ocorrido especialmente nos territórios que conformam a chamada “nova fronteira agrícola”, a saber os cerrados dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão e Bahia. (XAVIER, 2013). Segundo Xavier (2013, p. 82):

Essa estrangeirização se dá por meio da compra ou do arrendamento de terras localizadas nos países pobres. Em geral, os compradores são países ricos que intentam obter terras para a produção de alimentos e agrocombustíveis.

Tal processo remete ao Brasil colônia quando descortinamos o sentido da nova dependência decorrente de uma dinâmica global de acumulação capitalista, seus novos agentes e a geopolítica que a concerne. Ou seja, nossas terras e nossos braços constituem o elemento central de um neocolonialismo que tem se instaurado com toda força na América Latina, África e Ásia durante as últimas décadas. Do ponto de vista econômico, trata-se de um novo modelo de acumulação segundo Harvey (2004), a acumulação via espoliação, a qual, em relevante medida recupera traços da acumulação primitiva do capital. Ainda segundo Harvey (2004), estaríamos vivenciando um *novo imperialismo*, cujos efeitos para as populações dos países pobres não são menos danosos que os do velho imperialismo.

Do ponto de vista ideológico, assim como o velho imperialismo calcava-se na oposição civilização x selvageria, atraso x progresso, passado x futuro, ciência x religião, o novo imperialismo se sustenta sob o primado do pensamento único, do conhecimento como vetor de solução para todos os problemas sociais, da inovação tecnológica, sobremaneira no campo da biotecnologia, engenharia genética, robótica, dentre outras em oposição aos saberes sociais. Ele se institui hegemônico, imperioso e imperativo como caminho a ser trilhado, principalmente pelos países pobres ou em desenvolvimento. Sob estas bases esteia o agronegócio brasileiro, pungente, promissor, moderno, garantia de progresso da nação. À mesma velocidade que os verdejantes canaviais se proliferam por todo o território é disseminada, principalmente pela grande mídia, a representação que associa o agronegócio ao progresso e que o caminho tomado consiste no que melhor poderia ocorrer.

Ao mesmo tempo, o discurso defendido e propalado, os arranjos político-institucionais estabelecidos no âmbito do agronegócio, recuperam toda a história do Brasil no tocante a atuação do Estado em favor dos ruralistas, como a criação do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) em 1933, o PROCEDER (Programa de Cooperação

Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados), em 1974, o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) em 1975, dentre outros no bojo do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), sendo que os principais programas foram implementados consoante as políticas de modernização da agricultura durante o regime militar. Conforme Heredia, Palmeira e Leite (2010, p. 159)

O que a bibliografia constata, e as visitas às nossas áreas de campo da nossa pesquisa nos mostram, são os enormes investimentos que põem em evidência o fato de que não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem mas também sua expansão.

A expansão é a tônica do agronegócio na atualidade. Para tanto, o setor recorre a vultosos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal, dentre outros órgãos que financiam a aquisição de máquinas, equipamentos, etc. Ao mesmo tempo, tal expansão tem se dado mediante a entrada de capital estrangeiro na aquisição de vastas extensões de terras. Não faltam defensores dessas políticas. Para tanto, o setor conta com uma poderosa bancada ruralista, a qual reluta para que não sejam aprovadas Leis em favor dos trabalhadores rurais e agem a fim de terem suas garantias expandidas. Essas bancadas vão desde as câmaras municipais, passando pelo legislativo estadual até o congresso nacional.

Esse cenário é extremamente preocupante. Por ora, ocupamo-nos da tarefa de tentar apreendê-lo com base na formação econômica, política e social brasileiras. Conforme delineado no trabalho, tem-se que persiste uma distribuição fundiária impeditiva do avanço da agricultura familiar e, ainda, que esta distribuição é correlata das formas precárias de trabalho, não raras vezes marcada pelo trabalho escravo. Quanto a estas questões, a mesma bancada ruralista reluta em afirmar que não há trabalho escravo ou minimizam seus efeitos, ademais da sua atuação no sentido de criminalizar os movimentos sociais, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o MST. (BRUNO, 2008). Considera que o poder da chama bancada ruralista, ou seja, o poder do agronegócio tem, no *mundo dos engenhos* e no poder dos senhores, seu embrião, o que seguramente requer novos e aprofundados estudos.

## Considerações finais

O avanço das monoculturas ligadas ao agronegócio, especialmente de soja e cana-de-açúcar, impõe séria problemática no tocante à questão agrária atual, qual seja o recrudescimento de relações precárias de trabalho ou mesmo o trabalho escravo associado ao processo de estrangeirização das terras brasileiras. Tem-se que a apreensão deste fenômeno requer uma sociologia histórica, de sorte que o devido deslindamento dessa questão torna-se possível apenas contemplando o processo de formação histórica do país.

Assim, ao se recorrer a uma série de postulados acerca da formação econômica e social brasileiras, intentou-se observar em que medida a *sociedade do agronegócio* recupera traços do *mundo dos engenhos* no período colonial. Tem-se que, *mutatis mutandis*, a estrutura social e econômica do *mundo dos engenhos* reverbera na sociedade contemporânea, seja pela questão política, marcada pelo conservadorismo, clientelismo, mandonismo e mormente pelas relações estabelecidas entre o patronato rural e o Estado, seja pelas próprias bases da produção das monoculturas sob o tripé trabalho precário, grande propriedade e monocultura.

O estudo da questão agrária contemporânea aponta que a terra é, passados cinco séculos, o elemento central no que tange a lógica do poder político da nação. Reconhece-se, porém, que outros setores não são menos relevantes, como a indústria e os serviços contribuem sobremaneira para a produção da riqueza nacional. Contudo, mediante uma nova dinâmica de produção e circulação de *commodities*, própria de um capital financeirizado e global, ainda é expressivo o poder político dos representantes do setor agrícola via o chamado agronegócio. Tal expressividade é clarificada pelo forte enraizamento de uma ideologia que o associa ao progresso e que propala a necessidade de se exportar a todo custo. Associa-se a esta ideologia uma matriz discursiva que relaciona o agronegócio ao moderno e a tecnologia e se nega a existência das mazelas que ocupam o campo brasileiro, como a legião de homens e mulheres desprovido de terras para a sobrevivência e o aumento de casos de trabalho escravo.

Destarte, é neste sentido que a *sociedade do agronegócio* evoca o *mundo dos engenhos*, no sentido econômico, político, social e cultural da questão. O presente trabalho não teve a intenção de esgotar a questão, mas apenas de fornecer discussões introdutórias, entendendo que reflexão de tamanha envergadura exige inúmeros trabalhos advindos dos mais variados campos do saber. Por ora, intentou-se o estabelecimento de uma correlação entre o Brasil colônia e o Brasil de nossos tempos pelo poder representado por aqueles que detém a propriedade fundiária e, em que medida e sob quais termos, o poder de outrora e o de hoje se assemelham. Conclui-se, a princípio, que o Estado - nesse processo - teve papel crucial e que, a despeito das históricas

transformações, o poder político ligado a terra é consideravelmente expressivo, a considerar a importância da bancada ruralista e a defesa de seus interesses. Finalmente, a existência/recrudescimento de trabalho escravo, somada a alta concentração da terras corroboram para a conclusão de que a *sociedade do agronegócio* ancora-se em um modelo cujas origens evocam ao *mundo dos engenhos* durante o período colonial.

### Referências bibliográficas

BRUNO, Regina. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: Bernardo Mançano Fernandes (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: A questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRUNO, Regina Ângela Landim. Nova república: A violência patronal rural como prática de classe. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 5, n.º 10, jul/dez 2003, p. 284-310.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Dados**. v.40, n.2, Rio de Janeiro, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1987.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder: O mundo dos engenhos no nordeste colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense/CNPq, 1988.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEREDIA, Beatriz. PALMEIRA, Moacir. LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 25 n.º 74 outubro/2010.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: Ensaio de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

XAVIER, Glauber Lopes. Violência e Escravidão Contemporânea nos Canaviais Goianos. **Revista IDEAS (Online)**. CPDA/UFRRJ, v. 7, 2013, p. 67-105.

## FRONTEIRA E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE.

Edison Antônio de Souza<sup>1</sup>

### **Resumo:**

A presente comunicação faz uma discussão sobre a fronteira enquanto expansão do capitalismo no campo. Neste modelo de desenvolvimento econômico, adotam-se práticas nas quais prevalece a lógica do uso privado dos bens de uso comum, acarretando danos ao meio ambiente e à saúde da população. Discute-se o papel do Estado Brasileiro na condução do processo de ocupação, desenvolvimento e mudança social da Amazônia mato-grossense. A ação oficial, os interesses empresariais, os conflitos sócio - ambientais travados em torno das disputas pelo uso e apropriação dos recursos naturais. Essa análise permite perceber de que forma a fronteira aparece como perspectiva de liberdade, possibilidade de progresso e desenvolvimento econômico. Por outro lado, procura-se compreender também, a devastação ambiental e o impacto ambiental a partir da implantação dos projetos de colonização particular, empreendimentos do agronegócio, grandes projetos agropecuários e madeireiros responsáveis pela devastação da floresta.

**Palavras-chaves:** Fronteira; Amazônia; Mato Grosso.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social (UFF). Docente e Pesquisador da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Sinop. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil - CNPq. E-mail: [edison.unemat@gmail.com](mailto:edison.unemat@gmail.com)

## **FRONTEIRA E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE:**

A partir das últimas décadas a questão ambiental tornou-se uma preocupação mundial, pois a maioria das nações do mundo tem reconhecido a emergência dos problemas ambientais. Atualmente, a Amazônia ganhou destaque no cenário internacional no que se refere à complexidade da questão ambiental e acaba despertando conflitos de interesses, fruto das contradições de inserção do país no mercado internacional e da dinâmica interna da sociedade brasileira. Logo, pergunta-se, o que está em jogo para o futuro de Mato Grosso, com a devastação de matas ciliares, comprometendo as cabeceiras dos rios; quais são os interesses e a lógica econômica e social desse modelo de desenvolvimento? Nesse processo de ocupação, percebe-se uma política de valorização do empreendimento, em um ciclo rápido. Exige-se, além das benesses fiscais, a super-exploração do trabalho. O preço pago pela sociedade por tal velocidade de ocupação destas áreas de cerrado, floresta e zonas de transição, foi alto. Outro fator a ser considerado e que agrava ainda mais essa situação, foi a forma predominante de como se procedeu esse desmatamento.

No norte de Mato Grosso existe um ‘descompasso histórico’, ou seja, um crescimento da agroindústria com grandes investimentos tecnológicos e de informação, com problemas que, na sua origem, ainda não foram superados, como por exemplo, assistencialismo político, paternalismo, favorecimentos e mentalidade em grande parte colonialista e paroquial. É interessante observar a hegemonia do discurso da organização extrativista como representante do projeto coletivo regional. Existe uma tendência em ocultar as contradições que apontam para o desencadeamento de uma crise estrutural nas atividades econômicas e sociais. O setor madeireiro no norte de Mato Grosso, além de legitimar-se como o responsável pela identidade do trabalhador que habita neste espaço, inscreve-se numa estrutura mercadológica em que os discursos desenvolvimentistas e neoliberais prevalecem sobre os demais que tentam um embate no campo ideológico-social, como no seguinte anúncio: “Madeira: o princípio do crescimento”

Há poucos mais de 25 anos, quem sobrevoasse a selva norte mato-grossense dentro da Bacia Amazônica, por mais que se esforçasse, nada veria senão selva e mais selva. Entretanto por uma questão de segurança nacional sob a égide do ‘integrar para não entregar’, somada ao ímpeto de desbravadores que jamais serão esquecidos, tendo a sua frente a ilustre personalidade ‘in memória’ Enio Pipino, somado a força de vontade de outros pequenos comerciantes, agricultores, implantava-se a promissora cidade de Sinop, que devido ao solo plano, seu traçado desde o início transmitia a visão da beleza e organização. Para que seu desenvolvimento fosse completo havia a necessidade em se aproveitar as madeiras que eram derrubadas para a implantação da agricultura, pecuária e principalmente para a construção das primeiras casas e armazéns. Assim, surgiram os primeiros madeireiros que a princípio vieram para prestar serviços à nova comunidade, entretanto devido a abundância de madeira na região, houve uma corrida desenvolvimentista dos madeireiros que por certo foi e ainda é um dos expoentes mais acentuados no crescimento da região, contribuindo decisivamente na economia do município e do Estado de Mato Grosso. Sinop é, com toda a certeza, a cidade pólo da região norte do Estado. Hoje completando 25 anos de fundação, parabenzamos a todos os sinopenses pelo transcurso desta data comemorativa<sup>2</sup>. O empresário madeireiro, apesar das altas taxas de impostos e do grande descaso do governo, vem se mantendo como ponto de apoio para a região de Sinop. Seus empregados usufruem de água, luz, moradia e assistência médica gratuita de emergência. Um exemplo disso, é Madeireira Sinop, que gera em média 60 empregos diretos, na produção de madeira bruta pra o mercado interno<sup>3</sup>.

Neste contexto, o papel dos intelectuais orgânicos (advogados, engenheiros florestais e economistas), que prestam assessoria aos empresários madeireiros é de formular mensagens ideológicas voltadas para criar uma ‘bela imagem’ do setor. São aquelas formas de discursos que, sob a aparência de uma função informativa, veiculam uma propaganda do grupo e dos interesses do grupo hegemônico que está no poder. Pode-se expressar sob a forma, falas apologéticas públicas, através do uso da mídia, utilizados como meio de divulgação e propaganda ‘oficial’, com forte conotação política, ideológica, religiosa e afetiva. De qualquer modo, as mensagens ideológicas fazem largo uso de um tipo de argumentação que requer dos receptadores uma adesão muito mais próxima da fé do que da razão crítica.

---

<sup>2</sup> Revista *POTENCIAL SINOP – 25 anos. Uma trajetória de sucesso*. Sinop/MT. 2000. p. 44

<sup>3</sup> *Ibid*, p. 46.



Desta forma, precisamos discutir quais são os benefícios sociais do avanço do agronegócio, pois a questão da Amazônia é uma questão política. Há recursos naturais e não conhecimento científico, que requer um projeto nacional, pois sem conhecimento aplicado, reproduz-se o atraso. No norte mato-grossense ocorreu uma mudança da paisagem natural (cerrados e matas) pela agricultura mecanizada, provocando um desmatamento nesses dois biomas, ameaçando o desaparecimento desses ecossistemas em escala local e regional. Esta mudança deve-se ao modelo de colonização dessas novas áreas, onde as terras ocupadas, em sua grande maioria, estavam acima de 100 hectares, reproduzindo, assim, na fronteira o padrão de concentração característico da estrutura agrária tradicional do restante do país.

Dentre os principais problemas ambientais podemos destacar os desmatamentos e as queimadas, provocadas pelos sojicultores, fazendeiros e pecuaristas, com objetivo de abertura de novas áreas para o plantio e criação de gado, pois estes constituem as principais ameaças ao meio ambiente mato-grossense. A elite dominante utiliza-se de uma justificativa e/ou 'explicação' sobre o meio ambiente de conotação romântica, religiosa ou preservacionista, de cunho idealista. Estes transgressores da Lei ambiental usam enquanto estratégia política a desqualificação e desmobilização dos movimentos sociais, pois afirmam que é necessário 'conhecer a realidade do Estado'; porém organizam-se através da bancada ruralista pelos subsídios federais para financiar os custos de produção. Essas estratégias em Sinop e região são utilizadas em primeiro lugar por uma forte crítica das forças políticas conservadoras, utilizando-se da Mídia para desqualificar qualquer movimento social, depois acionando o poder judiciário e por último o uso da força policial para efetuar despejos dos Sem Terras, como consta na matéria abaixo:

A ordem de retirada de invasores de fazenda no Nortão pode sair ainda esta semana. A ordem da Secretaria Estadual de Segurança para cumprir a liminar da Justiça e fazer a retirada dos invasores da Fazenda Continental III deve sair ainda esta semana. A informação é do chefe Administrativo do Comando Regional Norte da Polícia Militar de Sinop, major Antonio Mário da Silva Ibanez Filho. Segundo ele, a PM aguarda uma determinação. A fazenda foi invadida há mais de um mês por famílias ligadas ao MST (Movimento Sem Terra). São aproximadamente 100 famílias que invadiram a propriedade localizada a 60 km de Sinop. Na semana passada, saiu a decisão judicial, expedida pela Comarca de Cláudia, que determinou a retirada dos invasores. O prazo para a saída espontânea terminou no último dia 12. O Governo Federal decretou que a área, de mil alqueires, é para fins de

reforma agrária. Mas a indústria madeireira instalada em Sinop, que é proprietária da área, está finalizando documentação para recorrer da decisão. A empresa alega que está tendo inúmeros prejuízos e cerca de 100 funcionários (50 em Cláudia e 50 em Sinop) estão parados porque a proprietária da área não conseguiu retirar madeira da fazenda invadida por famílias ligadas ao MST<sup>4</sup>.

Naquela região existe um monopólio político de uma classe (agronegócio – sojicultores, fazendeiros, madeireiros), na expressão política de grupos particulares, em detrimento do interesse social mais geral, a chamada classe economicamente dominante (produtores rurais e madeireiros) disputam espaços internamente, porém quando a questão é problema de terra, unem forças procurando legitimar a sua hegemonia através de vários meios possíveis para esse fim. Com o avanço do agronegócio em Mato Grosso, o passivo ambiental é altíssimo, porém, justificam suas ações com o tradicional discurso da ‘segurança alimentar’, que é necessário ter ‘bom senso’, que a legislação ambiental é punitiva e os problemas são do Estado. Criticam a ameaça internacional<sup>5</sup> à nossa soberania nacional de ocupação da Amazônia e que o sucesso do agronegócio deve-se ao espírito do empreendedor rural. A respeito dos crimes ambientais, o que a realidade nos revela? E o desrespeito às questões trabalhistas?

A complexidade da questão ambiental na Amazônia reflete a forma de ocupação daquele espaço, que ocorreu sem um estudo sobre a região (com exceção do Projeto RADAM Brasil), onde inúmeros projetos de colonização foram implantados pelo Governo Federal e executados pela iniciativa privada. A região foi usada como uma válvula de escape para os conflitos sociais do campo no Sul e Sudeste do País. A partir da década de 1970 onde Mato Grosso passa a ser inserido no mercado nacional e internacional como fornecedor de matéria prima e consumidor de produtos industrializados. Através da expansão capitalista, no que ficou conhecido como fronteira agrícola, provocou um aumento pela propriedade privada e a abertura de grandes fazendas agropecuárias, através de incentivos fiscais e creditícios fornecidos pelo governo federal.

Para combater os crimes ambientais no norte de Mato Grosso, uma grande operação foi desencadeada, em junho de 2005, chamada “operação Curupira”,

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.sonoticias.com.br/mostra.php?id=4563&ano=2006> Acesso em 24 de maio de 2005 .

<sup>5</sup> Cf. documento divulgado pela Maçonaria em todas as suas lojas no Brasil.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

comandada pela Polícia Federal. Esta operação fechou mais de 400 empresas-fantasma especializadas na venda de autorizações de transporte ilegal de madeiras e levou 47 funcionários públicos à prisão. Segundo estimativas do Governo Federal, publicadas no livro “A Grilagem de Terras Públicas na Amazônia”, existem no país aproximadamente 100 milhões de hectares sob suspeitas de grilagem, das quais 30 milhões de hectares estão no Pará. O estudo, que resultou no livro, analisou casos exemplares de grilagem (apropriação ilegal e indevida) de terras públicas na região, associados ao desmatamento e à exploração ilegal de madeiras, bem como a eficácia dos atuais mecanismos jurídicos e institucionais que atuam no controle dessas práticas ilegais.

Forças econômicas e políticas regionais não tiveram uma visão de longo prazo em relação à exploração dos recursos naturais e não fizeram um reflorestamento adequado para que desse sustentação à atividade madeireira, base da economia regional. Acomodou-se e como o extrativismo é e foi presa fácil para os diversos tipos e ilegalidades em menos de 30 anos de exploração das reservas naturais basicamente se exauriram, provocando dentre outros fatores o declínio dessa atividade. Em Mato Grosso, a grilagem de terras é um problema fundiário sério influenciado pela dinâmica de desmatamento, campeão nessa questão e com problemas de titulação. A questão ambiental no Estado decorre do próprio modelo de ocupação e de propriedade imposto pelo avanço do agronegócio. Grilagem de terra, indústria madeireira e pecuária, são os responsáveis pelo desmatamento em Mato Grosso. A região norte do Estado nas últimas décadas vem sendo explorada por colonizadoras e grandes produtores agropecuaristas, cujo objetivo principal é transformar aquela região em grande produtora de grãos, utilizando-se a princípio da madeira extraída em grande parte de forma ilegal, como capital inicial para seus empreendimentos inclusive adquirir áreas de terra a preços baixos para posteriormente revender ou usar para o cultivo de grãos (em nossa pesquisa de campo, constatamos que aproximadamente 40% dos agropecuaristas de Sinop e região, são ex-madeireiros).

Além desses sérios impactos causados ao ecossistema florestal devido à exploração predatória da madeira, na estação seca (abril a outubro), quando as queimadas das áreas rurais e das áreas urbanas intensificam-se, a poluição do ar e a temperatura tendem a elevarem-se, ao passo que, a umidade relativa do ar diminui, provocando desconforto térmico e problemas respiratórios na população que vive

próxima das áreas mais comprometidas. Neste sentido, surge a necessidade de se avançar com os projetos de manejo florestal, visto que esta prática é um fenômeno recente – até 1994, era praticamente inexistente na Amazônia.

É possível observar que, nos últimos anos, os sistemas de exploração da madeira, na Amazônia, estão mudando as formas de fiscalização e aplicação de leis, uma vez que o madeireiro típico, que tinha a serraria e uma série de áreas de exploração próprias que o abasteciam, controlando, muitas vezes, até a vida das comunidades das redondezas, deu lugar a um dono de serraria tipicamente urbano, que não quer se envolver com toda a burocracia dos planos de manejo, nem pode mais manter os esquemas de barracão que antes atrelavam aos seus negócios a população local. Prefere, agora, comprar a madeira de terceiros, cujas toras são provenientes das pequenas áreas autorizadas de desmatamentos, sobretudo em assentamentos agrários, e já chegam na entrega da matéria prima com os papéis necessários para a comercialização do produto. Esta é uma forma disfarçada de terceirizar o desmatamento e não pagar os direitos trabalhistas dos operadores das máquinas de exploração vegetal. As atividades econômicas hegemônicas (soja e pecuária) provocam um inchamento urbano, num contínuo movimento da fronteira, devido a expansão capitalista com rápidas alterações no processo migratório. A produção mecanizada de grãos e seu impacto no desmatamento amazônico, voltada principalmente para a exportação com apoio financeiro ocupa grandes áreas. Esta modalidade de produção agrícola, principalmente arroz, soja e milho, com grandes áreas desmatadas no Centro-Oeste para a plantação de soja, fragilidade institucional e socialmente, acabam afetando os trabalhadores além do desrespeito às leis ambientais. Nesse sentido;

O ciclo da pecuária extensiva, que desmatou paulatinamente a Amazônia nos últimos 40 anos, constituiu um processo de ocupação relativamente lento, baseado em atividades desenvolvidas pela elite local, subsidiada por incentivos fiscais, ou por migrantes com baixo nível de capitalização. A soja, no entanto, apresenta dinâmica totalmente distinta. Esse cultivo é uma atividade praticada por produtores altamente capitalizados ou subsidiados (por meio de pré-financiamentos) por meio de grandes empresas exportadoras. Assim, o potencial de entrada da soja na Amazônia é mais dependente de aspectos topográficos e do movimento de preços internacionais<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> PUTY, Cláudio. ALMEIDA, Oriana, RIVERO, Sérgio. *A produção mecanizada de grãos e seu impacto no desmatamento amazônico*. Rio de Janeiro: Revista Ciência Hoje. *Amazônia: o desafio mal começou*. Vol. 40, nº 239. Julho de 2007. P.47.

Puty afirma ainda que a relação entre a expansão da agricultura mecanizada e o desmatamento não é direta, já que a mecanização exige áreas já totalmente antropizadas, o que do contrário, tornaria a própria atividade inviável economicamente. O avanço da soja na floresta amazônica depende da demanda internacional, e na busca por novas terras, o que possibilita o desmatamento a partir da capitalização de madeireiros, que vendem ou arrendam suas antigas propriedades e passam a grilar terras devolutas. Esta apropriação de novas áreas de floresta primária poderá vir a se constituir numa nova área de expansão da agricultura mecanizada no futuro<sup>7</sup>.

O processo extrativo madeireiro se caracteriza de forma predatória numa lógica capitalista atrasada utilizando-se de técnicas ultrapassadas em sua grande maioria, trazidas do Sul do país, sendo que seus proprietários valorizam acima de tudo as suas terras como reservas de valor. Podemos destacar alguns problemas ambientais provocados pela atividade madeireira, como pó de serra residual produzido em grande quantidade, devido aos desajustes dos equipamentos, ficando suspenso no ar, causando irritação às pessoas mais expostas, com sérios problemas de saúde dos trabalhadores das indústrias e para a alegria dos proprietários de hospitais e farmácias da cidade. Quando esse pó de serra é queimado, a fumaça toma conta de toda a cidade, independentemente de classe social, além dos acidentes de trabalho e de trânsito provocando por ele. Com a decadência do setor madeireiro, estes empresários mudaram o discurso para “atividade de base florestal”, e as elites políticas procuraram incentivar a atração de indústrias com incentivos fiscais municipais, justificando a geração de emprego e renda, ou seja, quem vai “ganhar é a classe pobre”.

No âmbito da fronteira norte mato-grossense, as forças capitalistas (madeireira e agropecuária), apoiadas pelas forças oficiais, negam a importância da floresta, da preservação do meio ambiente, visando à expansão dos seus projetos, dos seus interesses ligados à exploração predatória dos recursos naturais. As forças políticas regionais vinculadas à economia madeireira e agropecuária, forças que reagem violentamente frente às conquistas dos trabalhadores como greve para forçar os patrões a concederem aumento salarial, buscam interlocução no âmbito da sociedade política, demonstrando a importância da esfera institucional enquanto campo de luta da elite

---

<sup>7</sup> PUTY, Cláudio Castelo Branco. Relatório: Agricultura Empresarial Mecanizada. *Zoneamento Econômico ecológico da BR-163*. Belém/PA: UFPA. Departamento de Economia. 2007. P. 55.

regional. Essa apropriação dos recursos naturais, com interesses imediatos de capitais privados, não é considerada como um bem público, seguindo a lógica da mercantilização da natureza<sup>8</sup>. Os grandes proprietários de terra, fazendeiros e madeireiros, influenciam e demarcam a estrutura agrária regional, mesmo sendo a minoria em termos quantitativos, mas poderosos do ponto de vista econômico e político. Residem nas cidades (SINOP, Sorriso, Lucas do Rio Verde, dentre outras), onde atuam também no comércio e indústria. Politicamente, são forças retrógradas, reacionários, onde procuram direcionar os investimentos para o agronegócio, estabelecendo uma rede estratégica de alianças entre fazendeiros, pecuaristas e políticos locais. Ao tornar-se uma fronteira de ocupação a Amazônia mato-grossense atraiu também empresários socialmente irresponsáveis, que se apropriando de modo ilegal e violento do patrimônio natural (terra, florestas/madeira, recursos hídricos), ocasionaram graves conflitos entre estes e a população indígena, posseiros e ribeirinhos. Logo:

A atuação desses empresários tem causado graves problemas na Amazônia, porque se baseiam em vantagens competitivas espúrias, as quais compreendem o que se pode denominar kit ilegalidade, composto de grilagem de terras, desmatamento ilegal, suborno, corrupção, desvios de recursos públicos, trabalho escravo, não cumprimento das contribuições tributárias, fiscais e previdenciárias. Nesse sentido, reproduzindo os conflitos por terra que aconteciam nas regiões de origem dos migrantes. Hoje, esses conflitos agravam-se com a expansão dos agronegócios na própria Amazônia, que expulsam os antigos migrantes, colonos e assentados e não absorvem os novos, ao se implantarem com uma tecnologia avançada<sup>9</sup>.

O crescimento econômico da Amazônia Mato-grossense ocorreu de forma que reproduziu as desigualdades regionais e sociais de outras regiões do país, a concentração de renda e o não cumprimento da legislação trabalhista (desrespeito ao Estado Democrático de Direito), sobretudo nas atividades agropecuárias e madeireiras. Esses conflitos estão associados com a cumplicidade do poder público, com a grilagem de terras e com o desmatamento ilegal, dado que ‘a fronteira é uma terra sem lei’ uma vez que representantes dos pecuaristas, junto com os madeireiros, frações da sociedade civil regional, delimitam um espaço de ação e intervenção sobre o território. Esses

---

<sup>8</sup> Sobre esta questão consultar: *Terra e natureza: um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade*. MOREIRA, José Roberto. In: *Mundo Rural e Política: Ensaios Interdisciplinares*. SANTOS, Raimundo et. alli. Rio de Janeiro: Campus, 1998. P.120 a 133

<sup>9</sup> FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Amazônia, Estado e Sociedade*. Campinas/SP: Armazém do Ipê (Autores Associados). 2006. 106 p. p. 10 e 13.

agentes interferem sobre a política local e estadual e estão também articulados nacionalmente. Seus interesses são defendidos por uma bancada suprapartidária, a maior representação política presente no Congresso Nacional<sup>10</sup>. No Estado de Mato Grosso, o dinamismo econômico está fortemente atrelado ao setor agropecuário, e este, à constituição de complexos agroindustriais como a do agronegócio. Assim, pode-se considerar que naquele Estado verificou-se um processo de expansão produtiva acompanhada de concentração fundiária e da estrutura produtiva agropecuária. Este avanço da fronteira capitalista provocou sérios impactos causados ao ecossistema florestal devido à exploração predatória da madeira, na estação seca, quando as queimadas das áreas rurais e das áreas urbanas se intensificam, a poluição do ar e a temperatura tendem a se elevarem, ao passo que, a umidade relativa do ar diminui, provocando desconforto térmico e problemas respiratórios na população que vive próxima às áreas mais comprometidas.

É possível observar que, nos últimos anos, os sistemas de exploração da madeira, na Amazônia, estão mudando as formas de fiscalização e aplicação das leis, uma vez que o madeireiro típico, que tinha a serraria e uma série de áreas de exploração próprias que o abastecia, controlando, muitas vezes, até a vida das comunidades das redondezas, deu lugar a um dono de serraria tipicamente urbano, que não quer se envolver com toda a burocracia dos planos de manejo, nem pode mais manter os esquemas de barracão que antes atrelavam aos seus negócios a população local. Prefere, agora, comprar a madeira de terceiros, cujas toras são provenientes das pequenas áreas autorizadas de desmatamentos, sobretudo em assentamentos agrários, e já chegam na entrega da matéria prima com os papéis necessários para a comercialização do produto. Estudos mostram que hoje, uma pequena parte da madeira extraída na Amazônia são legalizados por autorizações de desmatamento, o restante sai de áreas com planos de manejo regulares ou são ilegais, correspondendo à madeira roubada de unidades de conservação e áreas indígenas, principalmente.

Elder Andrade de Paula fez um importante estudo sobre o (Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental, onde sustenta que: (...) ao “jogar o jogo” da mercantilização da natureza, o Estado (no sentido ampliado) corroborou ativamente para maximizar a apropriação privada do patrimônio natural. É preciso inverter esse

---

<sup>10</sup> Id. p. 42.

jogo, combater esse pragmatismo exacerbado, que relegou, em grande parte, aos ‘mercadores da natureza’ o destino da conservação da paisagem natural na Amazônia”<sup>11</sup>. Já em Mato Grosso, podemos afirmar que ocorre o desmatamento insustentável na Amazônia norte mato-grossense através da associação de crescimento econômico, desmatamento e avanço do agronegócio em áreas de florestas, unidades de conservação, terras indígenas para usos e abusos dos recursos naturais, pois esta exploração ajuda a aumentar o desmatamento.

Além do prejuízo direto da perda da floresta, o desmatamento provoca emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global da atmosfera. Em 1988, quando foi publicada a primeira avaliação oficial sobre o desmatamento na Amazônia, entre 1978 e 1987, a taxa média do período foi de 21.050 km<sup>2</sup>. Diante das críticas de ambientalistas e organismos internacionais, a resposta do governo foi o programa Nossa Natureza, de que resultou a criação do IBAMA (Lei nº 7.735 de 22/02/89) a partir da fusão de quatro entidades que atuavam na área ambiental: a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), a Superintendência da Pesca (SUDEPE) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A partir daí o desmatamento anual diminuiu, atingindo o mínimo histórico de 11.030 km<sup>2</sup> em 1991, véspera da Conferência Internacional do Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro (Rio-92). Já em 1992, porém o desmatamento voltou a subir, até chegar ao máximo histórico de 29.059 km<sup>2</sup> em 1995. Para conter essa escalada, o governo alterou, por meio de Medida Provisória, em agosto de 1996, o Código Florestal, ampliando a Reserva Legal (parcela da floresta existente em uma propriedade que não pode ser desmatada) de 50% para 80% em projetos agropecuários<sup>12</sup>.

Para o Estado de Mato Grosso o Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/65, com as alterações promovidas pela Medida Provisória (Lei nº 2166-67/01) determina que a Reserva legal seja de 80% do imóvel rural em áreas cobertas por florestas (incluídas as chamadas florestas de transição) e de 35 no cerrado.<sup>13</sup> A relação entre cultivo de soja e o desmatamento na fronteira norte mato-grossense, deve ser analisado como uma das consequências do processo de expansão e concentração fundiária, de renda, com grandes fazendas de gado e monocultura mecanizada (principalmente a soja),

<sup>11</sup> PAULA, Elder Andrade de. *(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos Missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Rio Branco: EDUFAC, 2005 383p.

<sup>12</sup> HIGUCHI, Niro. *O desmatamento insustentável na Amazônia*. In: *Ciência Hoje – Revista da divulgação Científica da SBPC*. Rio de Janeiro: Vol. 39. nº 232, nov. de 2006. p.69.

<sup>13</sup> Mato Grosso, Amazônia (i)Legal. *Desmatamentos de Florestas em propriedades rurais integradas ao Sistema de Licenciamento Ambiental Rural entre 2001 e 2004*. Brasília: Instituto Sócio Ambiental, junho de 2005.



produtores de outras regiões do país que compram terras, com acesso ao capital e tecnologia. Este processo tem provocado nos últimos anos uma pressão sobre a abertura de novas áreas, aumentando os conflitos pela posse e uso da terra, com práticas de escravidão e desmatamento (ilegais) para conversão das florestas em pastagens ou lavouras. A questão econômica do norte de Mato Grosso caracteriza-se pela retirada da madeira, avanço da pecuária com empresários capitalizados e demais profissionais da chamada fronteira consolidada, médio norte e Sul mato-grossense, além de empresários do Sul e Sudeste do país e mais recentemente empresários de outros países, como fazendeiros norte americanos que estão comprando terras em Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Com a disponibilidade de terras e o investimento em infra-estrutura pelo governo Blairo Maggi, as chamadas PPPs, ocorreu um direcionamento da atividade madeireira e agropecuária para a região noroeste do Estado e a divisa com o Pará, provocando uma relação direta da expansão da agropecuária com o desmatamento<sup>14</sup>. Estudos mais recentes afirmam que a Amazônia exerce um papel fundamental na formação e controla da incidência de chuvas no Planeta, diferente do mito de “Pulmão do Mundo” difundido no início da década de 70 do século XX.

O equívoco da expressão pulmão do mundo, que passou a caracterizar a Amazônia há mais de vinte anos, teria surgido quando um repórter americano trocou a fórmula do dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) pela de oxigênio (O<sub>2</sub>), ao transcrever uma entrevista do Biólogo alemão Harald Sioli. O alemão, que, no início dos anos 70, fazia pesquisas na região, afirmou na verdade, que a floresta amazônica continha grande quantidade de dióxido de carbono, e não do oxigênio existente na atmosfera. O erro do jornalista foi difundido no Brasil pela edição especial da revista Realidade sobre a Amazônia, em setembro de 1971. A floresta amazônica não pode ser considerada “pulmão do mundo” simplesmente porque não oxigena o planeta. Sendo uma floresta madura, praticamente todo oxigênio que produz é absorvido pela própria floresta durante a noite, quando se interrompe o processo de fotossíntese. A floresta só produziria volume de oxigênio maior do que o necessário para a sua respiração se fosse uma floresta em formação<sup>15</sup>.

A partir da década de 1990, com a privatização de áreas importantes do Estado Brasileiro, ampliou-se a presença das chamadas Organizações Não Governamentais que

<sup>14</sup> *Relação entre cultivo da soja e desmatamento*. São Paulo: Relatório de Pesquisa: Grupo de Trabalho de Florestas. Amigos da Terra – Amazônia, 2004.

<sup>15</sup> PINTO, Lúcio Flávio. A Última Página da Criação. In: AMAZÔNIA: O QUE FAZER? Revista da UnB. Brasília/DF: Ano i. Nº 2. Abril/Jun de 2001. P. 27.

atuam em diversas áreas no espaço da Amazônia Legal. São entidades nacionais e internacionais presentes nos nove Estados que compõem aquela região. Sobre a atuação das ONGs na Amazônia brasileira, Becker afirma que:

Para a bancada ruralista da Amazônia e alguns setores militares conservadores, as organizações não-governamentais são o cavalo de tróia da internacionalização da Amazônia. Dezenas delas atuam na região, trabalhando com as populações indígenas e ribeirinhas, em projetos de preservação ambiental ou em pesquisas científicas. São financiadas por entidades privadas, organismos internacionais e mesmo por órgãos do governo, mediante convênios. As ONGS merecem críticas também à esquerda. James Petras, Professor de Ética Política, da Universidade de Binghamton, Nova Iorque, afirma que elas se converteram no “rosto comunitário” do sistema neoliberal, contribuindo para despolitizar os movimentos populares<sup>16</sup>.

Neste contexto, o norte de Mato Grosso pode ser chamada de um “espaço de transição inconclusa”, que significaria uma acelerada transformação na paisagem ambiental, rural e urbana, espaço em construção, travessia inacabada, disputas fundiárias, problemas da origem do processo de colonização que ainda não foram resolvidos, desafios que a História Contemporânea impõe àquela região de fronteira agrícola em expansão. Alianças políticas locais e regionais, entre a burguesia urbana e rural, setores da atividade madeireira, construíram e praticam um conservadorismo ideológico enquanto classe dominante frente aos desencontros produzidos pelo mundo moderno. Essas forças políticas conservadoras e seus aliados, “temem” a presença de fiscais do IBAMA e da Polícia Federal, mas não respeitam as Leis (ambientais e fundiárias), procurando sempre justificar a sua presença no cerrado e na Amazônia mato-grossense, como ‘verdadeiros nacionalistas’, com práticas de poder e de ordem, exaltando a importância da sociedade ordeira e trabalhadora. Nessas cidades da fronteira agrícola norte mato-grossense, como Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, formada basicamente pelo migrante sulista, estabelecem a “reprodução de relações sociais capitalistas e uma identidade regional muito distinta, é a segregação espacial que se configura, pelo menos entre uma parcela de migrantes (geralmente a mais privilegiada), com a formação de verdadeiros ‘territórios gaúchos’ – um verdadeiro apartheid social, não apenas econômico, mas também cultural e, em muitos sentidos também político”<sup>17</sup>,

<sup>16</sup> BECKER, K. Bertha. No Início do Século 21, a Geopolítica do Poder. In: AMAZÔNIA: O QUE FAZER? Revista da UnB. Brasília/DF: Ano i. Nº 2. Abril/Jun de 2001. P. 35.

<sup>17</sup> HAESBAERT, Rogério. Ser Gaúcho no Nordeste. TRAVESSIA: Revista do Migrante. São Paulo: Publicação CEM. Ano VII, Nº 19, maio/agosto de 1994. P. 14.

pois o segmento do agronegócio (liderado pelos descendentes de italianos e alemães sulistas) acabam monopolizando quase todos os financiamentos bancários da região. A proposta de divisão de Mato Grosso se insere nessa ideologia separatista para criar o “Estado do Araguaia, cujo objetivo não revelado é a criação de um território gaúcho nos cerrados mato-grossenses”.

Desta forma, afirmamos que os problemas ambientais relacionam-se com disputas mais amplas que atualmente ocorrem em Mato Grosso. O jogo de poder e interesse econômico entre as classes e frações de classes transforma os problemas ambientais e as propostas de resolução (ou a ausência delas) em instrumentos de dominação. A definição dos usos e dos destinos do meio ambiente é elemento central do jogo político na região, pois, desta definição dependem enormes investimentos e negócios. Geralmente, elas se articulam em torno dos discursos hegemônicos existentes na sociedade. O apego às propriedades rurais é profundamente emocional e seu questionamento evolve um longo trabalho de transformação cultural. Este significado social da propriedade privada é parte dos conhecimentos adquiridos pelos donos do poder e da riqueza como símbolos das crenças e dos valores. Esse uso simbólico da propriedade rural ocorre nas relações sociais em que seus proprietários estão envolvidos. Relações que acontecem com o grupo social ao qual pertencem, com os vizinhos de sua propriedade, com os trabalhadores da propriedade, com as instituições de crédito, com o Estado e com a sociedade em geral.

O que ocorre no norte de Mato Grosso não é apenas a incorporação das terras em um processo econômico. Existe outra incorporação relativa a um universo social e simbólico. Isto é, a valorização econômica das terras e seus usos pelos novos moradores dependem de um conjunto de relações sociais e de afinidade e status como o lazer, as chácaras, e a reaproximação com a “natureza” têm sentido. Na verdade, podemos ir ainda mais longe e afirmar que esses objetos (terra, natureza, lazer), são transformados em forças capazes de produzir sentido para a vida humana. Como afirmamos anteriormente, eles são símbolos do sucesso e esse sem eles (ou outros símbolos materiais) não tem significado. Eles são símbolos na comunicação social, são símbolos para os outros agentes sociais, mas não deixam de ser símbolos para os que compram as terras.

## Referências bibliográficas:

- BECKER, K. Bertha. No Início do Século 21, a Geopolítica do Poder. In: AMAZÔNIA: O QUE FAZER? Revista da UnB. Brasília/DF: Ano i. Nº 2. Abril/Jun de 2001. P. 35.
- BRUNO, Regina. Quem São os Novos Ruralistas no Governo Lula? Niterói/RJ: I Simpósio “Estado Brasileiro: Agências e Agentes”. Universidade Federal Fluminense. De 13 a 15 de julho de 2004.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. Amazônia, Estado e Sociedade. Campinas/SP: Armazém do Ipê (Autores Associados). 2006. 106 p. p. 10 e 13.
- HIGUCHI, Niro. O desmatamento insustentável na Amazônia. In: Ciência Hoje – Revista da divulgação Científica da SBPC. Rio de Janeiro: Vol. 39. nº 232, nov. de 2006. p.69.
- HAESBAERT, Rogério. Ser Gaúcho no Nordeste. TRAVESSIA: Revista do Migrante. São Paulo: Publicação CEM. Ano VII, Nº 19, maio/agosto de 1994. P. 14.
- MOREIRA, José Roberto. In: Mundo Rural e Política: Ensaio Interdisciplinares. SANTOS, Raimundo et. alli. Rio de Janeiro: Campus, 1998. P.120 a 133.
- PAULA, Elder Andrade de. (Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos Missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005..
- PINTO, Lúcio Flávio. A Última Página da Criação. In: AMAZÔNIA: O QUE FAZER? Revista da UnB. Brasília/DF: Ano i. Nº 2. Abril/Jun de 2001. P. 27.
- PUTY, Cláudio. ALMEIDA, Oriana, RIVERO, Sérgio. A produção mecanizada de grãos e seu impacto no desmatamento amazônico. Rio de Janeiro: Revista Ciência Hoje. Amazônia: o desafio mal começou. Vol. 40, nº 239. Julho de 2007. P.47.
- PUTY, Cláudio Castelo Branco. Relatório: Agricultura Empresarial Mecanizada. Zoneamento Econômico ecológico da BR-163. Belém/PA: UFPA. Departamento de Economia. 2007. P. 55.
- Revista POTENCIAL SINOP – 25 anos. Uma trajetória de sucesso. Sinop/MT. 2000.
- SOUZA, Edison Antônio de. O Poder na Fronteira. Hegemonia, Conflitos e Cultura no Norte de Mato Grosso. Cuiabá/MT; Editora da UFMT, 2013.
- Mato Grosso, Amazônia (i)Legal. Desmatamentos de Florestas em propriedades rurais integradas ao Sistema de Licenciamento Ambiental Rural entre 2001 e 2004. Brasília: Instituto Sócio Ambiental, junho de 2005.
- Relação entre cultivo da soja e desmatamento. São Paulo: Relatório de Pesquisa: Grupo de Trabalho de Florestas. Amigos da Terra – Amazônia, 2004.
- <http://www.sonoticias.com.br/mostra.php?id=4563&ano=2006> Acesso em 14/05/2005.

**GT 5 – Elites patronais rurais e agroindustriais, ação coletiva e pensamento crítico**

**INTERPRETAÇÕES CONTROVERSAS DO AGRONEGÓCIO**

Joelson Gonçalves de Carvalho<sup>1</sup>

**Resumo**

O objetivo deste trabalho é problematizar o termo *agronegócio*. Sua estrutura está dividida em 3 tópicos. No primeiro buscamos, em uma recuperação histórica, explicitar o processo das transformações socioeconômicas no campo nas últimas décadas. O segundo demonstra que o agronegócio, como mecanismo ideológico, já transbordou o setor privado, dominando setores importantes do Estado. No terceiro buscamos problematizar o termo agronegócio apresentando sua base de sustentação política e econômica.

Palavras-chave: agronegócio, desenvolvimento rural

---

<sup>1</sup> Mestre e doutor em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP e Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (DCSo/UFSCar). Endereço eletrônico: [joelson@ufscar.br](mailto:joelson@ufscar.br).

## **1 – AGRONEGÓCIO COMO RESULTADO DA REESTRUTURAÇÃO DO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO NA AGRICULTURA**

Enquanto breve recuperação histórica cabe lembrar que o chamado Complexo Agroindustrial (CAI) tem como marco de constituição o final da década de 1960. Este processo segundo Delgado (1985) foi caracterizado pela implantação de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura ao mesmo tempo em que se expande o mercado demandante de produtos industrializados de origem agropecuária. Em outras palavras, passou a ocorrer uma junção dos processos produtivos agrícolas e industriais, no qual a agricultura, de modo subordinado, começou a demandar produtos industriais para produzir produtos agrícolas e a ofertar produtos agrícolas para serem processados pela indústria.

A constituição do CAI no Brasil foi possível, pois houve uma transformação dos meios de produção na agricultura que deixaram de ser “naturais” e passaram a ser industriais, a exemplo do adubo, além da introdução de máquinas e equipamentos que ratificou esta constituição.

Sendo assim, no CAI é visível um ramo industrial a montante (que se dirige a produção agropecuária) e um ramo a jusante (que processa produtos vindos do campo). Estes setores a montante e a jusante não se consolidariam no país de modo tão ativo sem o apoio claro das políticas públicas voltadas ao modelo produtivista que privilegiou a formação de cadeias agropecuárias complexas.

As consequências dos CAIs foram segundo KAGEYAMA et al, (1990) e DELGADO (1985) a verticalização da produção agrícola, voltada à consolidação de complexos agroindustriais internacionalizados; a formação de nichos regionais de especialização produtiva, e o elevado grau de concentração tanto da terra quanto do capital e conseqüente exclusão de determinados grupos sociais e regiões econômicas.

Todavia, o movimento de modernização da agricultura não poderia estar descolado dos movimentos gerais da economia nacional e internacional e, assim, foi também, duramente afetado pelos choques de liquidez, com as crises do petróleo, sendo a última, em 1979, um divisor de águas para

Após um período de elevado crescimento econômico, a década de 1980 se inicia pautada no crescimento do endividamento externo e interno e inflação, ao passo que as taxas de crescimento do produto da economia passam a ser inexpressivas. Neste contexto, a opção governamental foi garantir o pagamento do endividamento externo e, para isso, valeu-se de estímulos à exportação agrícola; entretanto, a incapacidade de manter o crescimento econômico foi patente. Ao final da década, a grande produção agrícola mais uma vez foi beneficiada com estímulos do governo, mas o setor não resolveu as questões seculares que o perseguiram, como a

concentração e o empobrecimento dos pequenos produtores. A década termina com a saída gradativa do Estado e a assunção do mercado nas funções de estímulo à produção agropecuária com as contradições inerentes a isso.

A adoção de políticas neoliberais no Brasil, notadamente a partir dos anos 1990, trouxe à realidade brasileira um duro golpe: o agravamento dos problemas estruturais nacionais, a exemplo da concentração de renda e da propriedade. Este quadro de agravamento se deu concomitante com a redução das possibilidades de ação estatal concreta e coordenada para a efetiva superação do atraso social e econômico nacional. É fato que, com a opção neoliberal, ocorreram alterações na capacidade de ação estatal e isto, por seu turno, acarretou rebatimentos sociais significativos que, para o que nos interessa, podem ser expressos no agravamento da realidade agrária, no aumento de ocupações e, infelizmente, no aumento da violência no campo.

Em síntese, a década de 1980 foi marcada pela persistente retração econômica. A resposta brasileira para anos de recessão e crise foi o alinhamento às políticas neoliberais, já em voga no continente sul-americano no início dos anos 1990. Não é demasiado observar que o Estado, segundo os neoliberais, deve assegurar que o ambiente macroeconômico para a tomada de decisões seja financeira e monetariamente estável. Assim como na escola de pensamento liberal, os neoliberais propõem a não participação do Estado na economia, pois a liberdade do mercado garante, segundo seus defensores, não apenas o crescimento econômico de um país como também o desenvolvimento social de seu povo. Entretanto, como é notório, este discurso se mostrou meramente retórico.

No Brasil, o ajuste estrutural neoliberal impôs uma abertura comercial que fragilizou a produção interna, uma desregulamentação do mercado financeiro que favoreceu os capitais especulativos em detrimento do capital produtivo e, entre outras coisas, um processo de privatização que acabou por desnacionalizar antigas empresas estatais.

Estes princípios de plena liberdade de mercado, com nenhuma ou quase nenhuma intervenção do governo, no plano da agricultura também são recorrentemente defendidos. A mais recente modernização da agricultura, que conhecemos, notadamente ligada a importantes cadeias do agronegócio internacional, aumentou a vulnerabilidade da produção agropecuária nacional às determinações externas, colocando o Brasil, mais uma vez, como exportador de *commodities* de baixo valor agregado, especialmente grãos, carnes e minérios.

Em outras palavras, superamos a fase dos complexos agroindustriais, ampliando nossa dependência em relação às determinações do capital internacional, haja vista que avançamos para uma fase, na qual o capital financeiro passa a ser decisivo no processo de acumulação de capital na agricultura, processo que, para nós, é a materialização do que entendemos como agronegócio.

Diante deste quadro histórico é que entendemos a emergência do agronegócio no Brasil. Afirmamos a priori que aqui o tratamos como a manifestação de uma associação entre o latifúndio, o capital agroindustrial e o capital financeiro e, também, como a maneira que o capitalismo tem usado para acumulação de capital no campo, em sua busca de lucros cada vez maiores.

## **2 – AGRONEGÓCIO COMO DERIVAÇÃO DE AGROBUSINESS**


Uma pergunta simples como *o que é agronegócio* pode, à primeira vista, parecer trivial, mas responder a tal questão não é tão simples assim. Esperamos ter ficado claro que estamos trabalhando com a ideia de agronegócio como a manifestação de uma associação entre o latifúndio, o capital agroindustrial e o capital financeiro na busca de acumulação incessante de valorização do capital. Entretanto, esta não é uma afirmação consensual, aliás, arriscamos dizer que nem é a mais aceita.

Muitos estudos tratam o termo agronegócio como uma simples derivação de *agrobusiness*. O termo em inglês foi cunhado por dois economistas norte-americanos, em 1957, no trabalho “*A concept of agribusiness*” e seria a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas, e itens produzidos com eles (DAVIS; GOLBERG, 1957).

Dentro desta visão sobre agronegócio, teríamos três momentos principais: o primeiro conhecido como “antes da porteira” e representado por insumos, bens de produção e serviços para a agropecuária; o segundo seria o chamado “dentro da porteira” fazendo referência à produção agropecuária propriamente dita e, por último, o “depois da porteira” referindo-se ao processamento agroindustrial e distribuição (PIZZOLATTI, 2004, p. 4).

Seguindo esta linha de raciocínio, diversas entidades, centros e institutos de pesquisa divulgam estimativas sobre a importância do agronegócio para a economia brasileira. Um dos mais respeitados é, sem dúvida, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), ligado à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). O *print* do site do CEPEA não deixa dúvidas quanto a isto.





**CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - ESALQ/USP**  
 INSTITUCIONAL ÁREAS DE PESQUISAS IMPRENSA CONTATO  
 "A pesquisa que se aplica ao seu dia a dia"  
**cepea**

Açúcar Algodão Arroz Bezerro Boi Café Citros Etanol Frango Ovos Hortifrutícolas Leite Mandioca

INDICADORES DE PREÇOS 21 mar 2012 PIB-AGRO/RJ: Cepea prepara cálculos do PIB do Agronegócio do Rio de Janeiro  
 ÍNDICES EXPORTAÇÃO AGRO Home > PIB do Agronegócio > [pibcepea@usp.br](mailto:pibcepea@usp.br)  
 PIB AGRONEGÓCIO - BR  
 PIB CADEIAS AGROPEC.  
 PIB AGRO MINAS GERAIS  
 ECONOMIA FLORESTAL  
 MERCADO INTERNACIONAL  
 ECONOMIA SOCIAL  
 ADECA - VIAB. ECONÔMICA

**Definições**

Define-se o Produto Interno Bruto (PIB) como o valor da produção de bens e serviços finais, deduzindo-se o consumo intermediário. O cálculo do PIB da agropecuária e do agronegócio é feito pela ótica do valor adicionado, a preços de mercado, computando-se os impostos indiretos líquidos de subsídios e deduzindo-se a dummy financeira.

O PIB da agropecuária, composto pelas atividades da agricultura e da pecuária, indica o valor adicionado da produção primária - "dentro da porteira".

O Agronegócio ou o termo "Agribusiness" foi formulado por Davis & Goldberg (1957), como sendo a "soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; das operações de produção na fazenda; do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles".

**Figura 1 – Site oficial do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da ESALQ/USP.**  
 Fonte: <http://cepea.esalq.usp.br/pib/?page=507>. Acesso em 18/05/14. Destaque do autor.

O CEPEA divulga mensalmente o PIB do Agronegócio, considerando este como a soma de quatro segmentos: a) insumos para a agropecuária; b) produção agropecuária básica ou, como também é chamada, primária ou “dentro da porteira”; c) agroindústria (processamento) e d) distribuição.

A análise desse conjunto de segmentos é feita para o setor agrícola (vegetal) e para o pecuário (animal). Ao serem somados, com as devidas ponderações, geram uma base quantitativa para se fazer diversas análises do agronegócio. Como ilustração, a partir dos valores de 2011, feito este cálculo e comparando com o PIB total do Brasil, o CEPEA chegou à conclusão que o PIB do agronegócio é 22,15% de todo o PIB do país.

Caber refletir que, se o agronegócio é entendido como mera derivação do termo *agrobusiness*, ele passa a representar um setor que não leva em consideração as diferentes realidades sociais dos produtores, ou seja, desconsidera ou escamoteia as distintas relações sociais de produção.

Um exemplo deste fenômeno no arcabouço das instituições de Estado, pode ser observado no *site* do Banco do Brasil, conforme a figura 2. A partir dos destaques em vermelho, podemos perceber que agricultura familiar e agronegócio, para o Banco do Brasil, são “variações do mesmo tom”. O mero desenvolvimento do agronegócio seria então, ao mesmo tempo, a solução dos problemas agrícolas e agrários no país. Acreditamos que esta visão não pode ser tão objetiva assim.



Brasil | 1º Titular | Agência | Conta | OK

Você | Estilo | Private | Empresa | Governo | Mais públicos | Outros sites

**Agronegócio**

Crédito | Serviços do Agronegócio | Cartões | Seguros | **Agricultura Familiar** | Conta Corrente e Serviços | Capitalização e Consórcios | Investimentos e Previdência | Promoções e Ponto pra Você | Feiras e Eventos | Agronegócio Sustentável

Home >> Produtor Rural >> Agricultura Familiar

**Agricultura Familiar**

A agricultura familiar cria, inova, produz e também alimenta o País. São mais de quatro milhões de unidades familiares distribuídos entre os 26 estados e o Distrito Federal que alimentam a população nacional, contribuindo com a economia brasileira em 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e com 74% da mão de obra empregada no campo.

Completados 10 anos de Plano Safra, a renda do setor cresceu 52% a partir de políticas públicas que fortalecem a produção e o desenvolvimento, movimentando cerca de R\$100 bilhões e destacando a agricultura familiar como um dos pilares do desenvolvimento nacional.

Reconhecendo o seu valor e importância para toda a sociedade brasileira, o Banco do Brasil, o maior parceiro do Agronegócio Brasileiro, com mais de 70% de todo o crédito destinado ao Programa no Sistema Financeiro Nacional, desenvolveu para você, agricultor familiar, um espaço com informações sobre produtos e serviços bancários, linhas de crédito do Pronaf, entre outras que possam contribuir para melhorar ainda mais o seu desempenho e de nosso País.

Sidebar items: Pronaf Custeio, Pronaf Investimento, BB Seguro Vida, Agricultura Familiar, Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014, Tecnologias de Produção, Técnicas de Gestão, Comercialização, Aplicativos, Habitação Rural

**Figura 2 - Site do Banco do Brasil sobre Agronegócio e Agricultura Familiar**

Fonte:

<http://www.bb.com.br/portalbb/page100.8623.10816.0.0.1.1.bb?codigoNoticia=19538&codigoMenu=11724>. Acesso em 25 de maio de 2014. Destaque do autor.

Poderíamos nos valer da mesma estratégia de expor outras páginas ou conteúdo de internet de instituições públicas ou privadas para concluirmos o elevado grau ideológico do termo agronegócio, entretanto, finalizaremos com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que, por ser um Ministério de Estado, dispensa comentários adicionais sobre seu papel estratégico na gestão de políticas públicas de estímulo as atividades agropecuárias. Em seu site, na apresentação institucional do MAPA, não poderia ser mais explícito o que estamos buscando demonstrar:

No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final<sup>2</sup>

É fato que o agronegócio não é um conceito simples e isento de controvérsias, entretanto, é importante deixar isso sempre claro, pois, na ausência desta problematização, podemos interpretar equivocadamente o processo de “desenvolvimento” rural em curso no Brasil. Nesse sentido, avançar no campo das explicações nos marcos da Economia Política do

<sup>2</sup> Trecho extraído de <http://www.agricultura.gov.br/ministerio>. Acessado em 08/06/14.

Desenvolvimento, dando a devida importância às relações sociais de produção é fundamental para termos uma contraposição teórica e metodológica ao *mainstream*, concepção já bastante impregnada não apenas nas instituições privadas ligadas às elites rurais e aos grandes capitais do setor, como também em instituições públicas que, em tese, se dedicam ao desenvolvimento rural e às políticas públicas direcionadas ao setor.

### 3 – PROBLEMATIZANDO O AGRONEGÓCIO

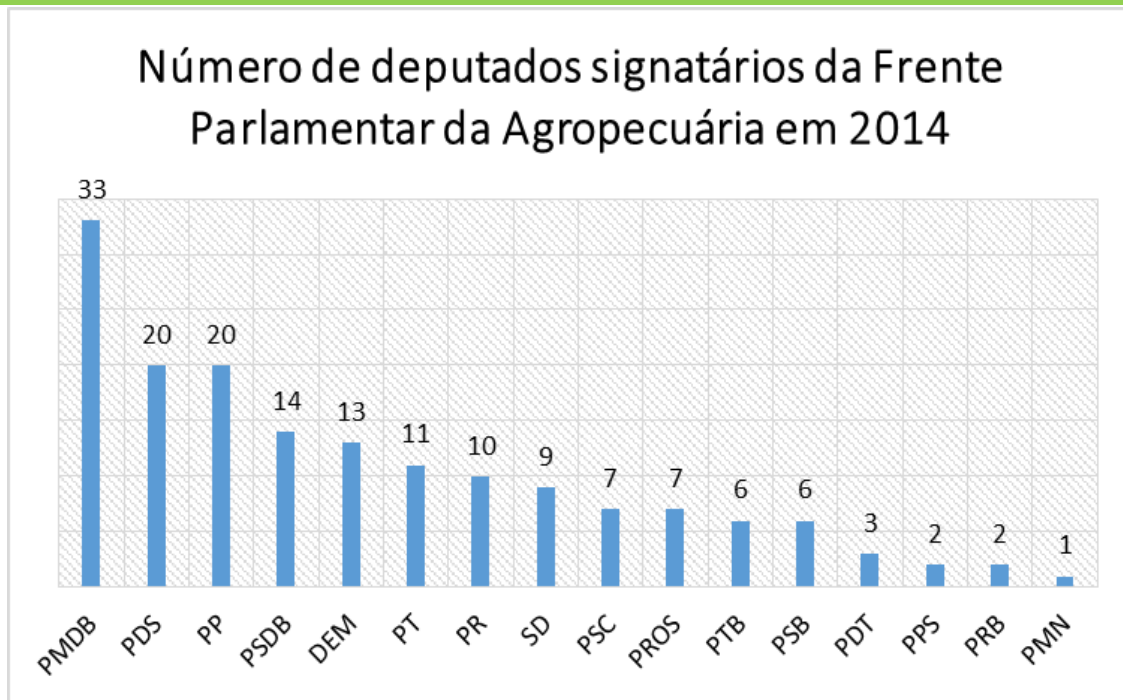
A apropriação privada e concentrada da terra é uma das formas concretas de acumulação patrimonial da riqueza capitalista enquanto traço marcante da desigualdade socioeconômica no país, desigualdade essa também expressa na representação política no país.

Embora exista uma gama infindável de articulações políticas locais/regionais na defesa de interesses relacionados à perpetuação da relação dominância e subordinação, o melhor exemplo que pode ser dado é a Bancada Ruralista. Ela é uma agremiação tanto antiga quanto conservadora no Congresso Nacional e não conta com status jurídico definido. Em sua expressão mais metafórica, ela se apresenta como a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), que datada de fevereiro de 2008, tem como objetivo “*estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional*”. Apenas como ilustração, em seu Relatório de Atividades 2009/2010, a FPA se arrogava de ter contribuído para a revisão de demarcações de terras quilombolas, sustação de demarcação de terras indígenas, mobilização contra revisão de índices de produtividade, entre outras ações de igual teor político<sup>3</sup>. Atualmente, a FPA, conta com 191 deputados federais, exercidos ou não<sup>4</sup>, distribuídos em diversos partidos, incluindo, o próprio Partido dos Trabalhadores, conforme o gráfico 1.

---

<sup>3</sup> Estas informações foram colhidas em 2011 no site <http://www.fpagropecuaria.com.br> que não está mais disponível na internet.

<sup>4</sup> Os deputados em exercício somam 164, entretanto, no site da Câmara dos Deputados, a FPA informa também os que não estão em exercício, por renúncia para assumir outros cargos, tais como prefeitos ou por problemas com denúncias.



**Figura 3 - Número de deputados em exercício signatários da Frente Parlamentar da Agropecuária em 2014**

Esta bancada é fundamental para se entender o porquê, na disputa dos “escassos” fundos públicos, o agronegócio acaba concentrando maior volume de crédito ao mesmo tempo em que faz recrudescer o poder econômico e extraeconômico da burguesia agrária. Para Tavares (2000, p. 136), existem fundadas razões para atribuir importância fundamental às dimensões econômicas e políticas da ocupação e do domínio privado, e político do território.

Entre as dimensões econômicas mais importantes para o processo de acumulação de capital, a expansão da fronteira pelos negócios de produção e exportação do *agrobusiness* e da exploração de recursos naturais mantém-se ao longo de toda a história econômica brasileira. Isto fica claro na medida em que a difusão do progresso tecnológico e a consequente inserção comercial dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, estão sujeitas a esquemas mutáveis de concorrência e de estratégias de grandes empresas internacionais (TAVARES, 2000).

Cabe como ilustração o fato de dentre as 20 maiores empresas do agronegócio, em 2008, presentes no Brasil, 12 serem transnacionais e representarem 63% de toda a receita líquida do setor (Tabela 1).

**Tabela 1: Principais agroindústrias que atuam no Brasil, controlando a agricultura - 2008**

Ranking *	Empresa	Sede	Origem do Capital	Receita líquida (R\$ milhões)	Lucro líquido (R\$ milhões)	Margem Líquida (%)
1	BUNGE ALIMENTOS	SC	Holanda	21.669	2,1	0,0
2	CARGILL	SP	EUA	12.996	-383,2	-2,9
3	PERDIGÃO	SP	Brasil	11.393	54,4	0,5
4	SADIA	SC	Brasil	9.987	-2493,7	-25,0
5	BENGE FERTILIZANTES	SP	Holanda	7.798	118,9	2,4
6	BERTIN	SP	Brasil	5.310	-681,8	-12,8
7	LDC BRASIL	SP	França	5.251	65,2	1,2
8	SOUZA CRUZ	RJ	Grã Bretanha	5.199	1212,1	23,3
9	JBS-FRIBOI	SP	Brasil	4.866	25,9	0,5
10	BASF	SP	Alemanha	4.462	252,8	5,7
11	COAMO	PR	Brasil	4.296	-434,8	7,3
12	AMAGGI	MT	Brasil	3.433	66,9	1,9
13	BAYER	SP	Alemanha	3.399	183,1	5,4
14	SYNGENTA	SP	Suíça/Holanda	2.996	162,6	5,4
15	ADUBOS TREVO	RS	Noruega	2.952	-356,9	-12,1
16	SEARA	SC	EUA	2.887	-72,5	-2,5
17	IMCOPA	PR	Brasil	2.649	-141,6	-5,3
18	DU PONT	SP	EUA	2.584	-	-
19	AURORA	SC	Brasil	2.427	-111,7	-4,6
20	KRAFT FOODS	PR	EUA	2.212	273,4	12,4
<b>TOTAL</b>				<b>118.765</b>		

\* O número da classificação refere-se ao posto em relação as 1.000 maiores empresas que atuam no Brasil, por receita. Alterado do original pelo autor. Apud Carvalho, 2011.

Fonte: Jornal Valor Econômico - Revista valor 1000 - Agosto de 2009

Por outro lado, as contradições do “modelo de desenvolvimento” agrícola no Brasil são inúmeras. Em um contexto marcado pela orientação neoliberal na condução da política econômica mais geral, o agronegócio, se estruturou, agravando as tensões e conflitos por terra no país, gerando lastimáveis fatos que marcaram a história recente do país, conforme podemos ver no quadro a seguir, que ilustra apenas alguns dos muitos fatos ocorridos na história recente do país:

**Quadro1 – Massacres em conflitos agrários que marcaram a história do Brasil.**

<b>Massacre de Corumbiara</b>	Ocorrido em agosto de 1995, no município de Corumbiara, em Rondônia, onde, em confronto com a polícia, 12 pessoas foram mortas.
<b>Massacre de Eldorado dos Carajás</b>	Ocorrido em abril de 1997, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, onde, em confronto com a polícia, 19 trabalhadores rurais foram assassinados.
<b>Massacre de Felisburgo</b>	Ocorrido no município de Felisburgo, Minas Gerais, em 2004, onde, em confronto com pistoleiros armados, 5 trabalhadores rurais foram assassinados e mais 20 gravemente feridos.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de informações disponíveis na imprensa.

Cabe lembrar, por fim, que a violência não é expressa somente no número de mortes, ela deve ser entendida de maneira mais ampla de modo a incluir ameaças de morte, tentativas de assassinato e agressões físicas, expulsões por parte de grileiros e fazendeiros ou os despejos executados pelo Estado.

**Considerações finais**

O desenvolvimento rural em um contexto marcado pela orientação neoliberal na condução da política econômica mais geral, ratificou o agronegócio como um setor dinâmico a ser incentivado. Porém, o entendimento do que vem a ser exatamente isso é bastante polêmico, tanto na academia quanto nas instituições públicas ligadas direta ou indiretamente à agropecuária.

Para nós, parece óbvio que o agronegócio, deve ser entendido como a associação do grande capital, notadamente o financeiro e o latifúndio exportador, entretanto, esta obviedade acaba sendo negada quando nos deparamos com importantes centros de pesquisa, agentes financeiros públicos e até órgãos subordinados diretamente à Presidência da República que, ao definirem o que entendem como agronegócio, demonstram que a capacidade de dominação das elites rurais e das grandes empresas do setor agropecuário é descomunal.

Mesmo com a intensificação da luta pela reforma agrária, não houve uma redução significativa da concentração fundiária entre 1985 e 2006, de modo a se tornar perene a expropriação, a expulsão e o desemprego, que continuam configurando como elementos centrais da questão agrária nacional com rebatimentos sociais significativos, a exemplo da violência no campo que é constante em todo este período de estruturação do agronegócio.

## Referências bibliográficas

BARROS, G. S. C; ADAMI, A. C. O (2013). Mesmo com redução dos preços, volume exportado pelo agronegócio inicia 2013 em alta. CEPEA/Esalq-USP. Disponível em: [cepea.esalq.usp.br/imprensa/](http://cepea.esalq.usp.br/imprensa/)

CARVALHO, J. G. (2011). *Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado. IE/Unicamp.

DAVIS, J. H. e GOLBERG, R. A. (1957). *A concept of agribusiness*. Harvard University: Boston.

DELGADO, G. C. (1985). *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo; Campinas: Ed. Ícone/ Ed. da UNICAMP.

IBGE (2009). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro – RJ.

KAGEYAMA, A. A. (coord.) (1990). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, G. et al (org.) *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA.

PIZZOLATTI, I. J. (2004). Visão e conceito de agrobusiness. Biblioteca online Sebrae.

REVISTA VALOR 1000. (2009). *Jornal Valor Econômico*, edição de agosto.

## **GT 05 – Elites patronais rurais e agroindustriais, ação coletiva e pensamento crítico**

### **Mar de cana: arrendamento fundiário, memória e identidade social**

**REIS, Tainá<sup>1</sup>**

**Resumo:** O arrendamento fundiário tem sido uma estratégia de expansão de áreas de cultivo canavieiro para muitas usinas no Estado de São Paulo. Como consequência há uma reorganização fundiária nos municípios que cercam essas unidades agroindustriais. O objeto deste trabalho é demonstrar os impactos que esse tipo de organização fundiária tem sobre a memória e identidade de pequenos agricultores. As grandes usinas sucroalcooleiras exploram as terras de pequenos agricultores por meio de contratos de arrendamento, a partir dos quais podem decidir sobre o uso do solo, apesar de não terem sua posse legal. Os pequenos produtores não têm autonomia sobre suas terras. Muitos abandonam suas fazendas e se dirigem às cidades. As casas são derrubadas e toda vida social do campo se reconfigura, estando não mais relacionada aos pequenos agricultores, mas sim à grande produção monocultora de cana de açúcar. A derrubada da infraestrutura das propriedades também influi na memória dos proprietários. Uma vez que a memória necessita de um grupo e de um espaço físico para manter-se viva e como elemento de identidade social, destaca-se que a espoliação econômica da propriedade repercute como uma espoliação da própria memória.

**Palavras-chaves:** arrendamento fundiário; memória; identidade social

<sup>1</sup> Mestre e doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos. tainareisz@gmail.com



## 1. Apresentação

O presente trabalho apresenta resultados da pesquisa de mestrado da presente autora, intitulada Propriedade e renda fundiária: configurações contemporâneas do rural paulista. O objetivo da pesquisa foi compreender as atuais relações de arrendamento de terra para a produção canavieira nos municípios São Manuel e Barra Bonita – SP. Ambos os municípios contam com a presença de grandes unidades agroindustriais sucroalcooleiras, que foram determinantes para a reorganização das relações sociais no campo.

Acredita-se que os casos dos municípios de São Manuel e de Barra Bonita podem corroborar para a compreensão de tais questões. O primeiro pelo o que foi relatado por atores locais acerca da expansão do arrendamento (depoimentos coletados na pesquisa de campo de iniciação científica da presente autora), e o segundo pela grande expressão na produção sucroalcooleira do Estado de São Paulo e, sobretudo, por ambos estarem interligados na relação da produção canavieira. Esses municípios se localizam no centro do estado de São Paulo, região que passou por importantes processos relacionados à questão agrária brasileira, como a marcante monocultura latifundiária cafeeira, a posterior modernização da agricultura e a ascensão da cultura canavieira e dos complexos agroindustriais.

Destaca-se que no município de São Manuel grande parte da produção canavieira incorpora a demanda da Usina Raízen, de Barra Bonita. Nos últimos 40 anos o município de Barra Bonita-SP (vizinho de São Manuel) se destacou como um importante polo da produção sucroalcooleira do Brasil, contando com uma Usina que tem a segunda maior capacidade de moagem de cana-de-açúcar do mundo. “A presença de uma grande unidade agroindustrial do setor no município foi fator decisivo nos rumos tomados pela expansão da agricultura regional na segunda metade do século XX” (MARTINS, 2006, p.300). A cultura canavieira correspondia em 2003 a 93% da exploração agrícola do município, e 60% do quadro de funcionários da unidade agroindustrial referida trabalhavam diretamente no plantio/colheita da cana. Além disso, os fornecedores que possuíam área agrícola de até 80 hectares arrendavam suas terras para a Usina (MARTINS, 2006).

A partir dos objetivos da pesquisa, a metodologia utilizada foi de base qualitativa, contando com observação direta e assistemática, e entrevistas de roteiro

semiestruturado. Foi realizada revisão bibliográfica e pesquisa documental. Fez-se levantamento de registros institucionais municipais sobre os usos do solo, identificando os gêneros produzidos e a quantidade e tamanho dos estabelecimentos rurais. No trabalho de campo foram entrevistados pequenos proprietários rurais que arrendam ou já arrendaram - parcial ou integralmente - suas terras para o cultivo canavieiro, e representantes dos principais órgãos rurais municipais.

Apesar de a pesquisa ter gerado diversas conclusões sobre relações de propriedade e renda fundiária, neste artigo serão apresentados dados concernentes à questão da memória e da identidade social dos pequenos proprietários de terra dos municípios em questão. A vida social no campo nos municípios em questão foi fortemente impactada pela presença de grandes usinas sucroalcooleiras, não estando mais relacionada aos pequenos agricultores, mas sim à grande produção monocultora de cana de açúcar.

## **2. O arrendamento como “saída”**

O arrendamento já era uma prática tradicional do setor canavieiro desde meados do século XX, mas se intensificou com o aumento pela demanda de matéria-prima resultante do ganho de produtividade advindo da aplicação de insumos (MARGARIDO, 1986; RAMOS, 1999). Contando com a mão de obra escravocrata e imigrante, e as consequências da crise do café, a organização fundiária se deu, antes em Barra Bonita, e depois em São Manuel, em torno de uma unidade de produção sucroalcooleira. A expansão da produção canavieira se fez dentro das fazendas de café. Dentro das grandes propriedades fundiárias, pequenos produtores, pessoas livres e de classes pobres, pagavam pelo uso do solo por meio do arrendamento (RAMOS, 1999). A queda dos preços de café e a ascensão da cultura do algodão em São Paulo são elementos relevantes no surgimento do arrendamento (CALDEIRA, 1950).

Uma vez que o sentido das transformações capitalistas na agricultura é o ganho da produtividade, para tanto se faz uso de produtos industriais (máquinas, defensivos, etc.). Assim, “o desenvolvimento do capitalismo no campo se faz industrializando a própria agricultura” (GRAZIANO DA SILVA, 1983, p.14). Tal processo é a própria transformação dos complexos rurais em complexos agroindustriais. Uma das formas de organização da produção agropecuária no período de desenvolvimento capitalista da agricultura é o arrendamento (BESKOW, 1986).

Por meio dos dados do LUPA - Levantamento de Unidade de Produção Agrícola, foi possível perceber como este tipo de organização resultou na atual configuração da estrutura fundiária dos municípios em questão. Alguns entrevistados relataram que em gerações anteriores havia outras culturas na propriedade. Mas, por diversas dificuldades, passaram a se dedicar à produção de cana, que era mais lucrativa. Contudo, a crescente demanda pela mecanização, assim como dito pelos entrevistados institucionais, se mostrou como fator limitante para a manutenção da condição de pequeno fornecedor.

*E sitiante pequeno é ruim, a gente não tem os maquinários, tem que pagar tudo pra fazer. Então, é difícil o pequeno ir pra frente né. O que tem bastante é diferente né. Então resolvi arrendar, a gente ganha menos mas o moço tá cuidando bem [...]*

Paula, 74 anos. Barra Bonita.

Um dos entrevistados apontou que o valor adquirido no arrendamento da terra para usina é usado para cobrir os prejuízos do plantio de milho. Muitos reclamaram das políticas governamentais para o pequeno produtor, da burocracia e das dificuldades para o setor. Seja no caso de plantio de outras culturas, seja na própria produção de cana de açúcar.

Por dificuldades de ordem econômica e técnica, assim como por conta do fator envelhecimento, a atividade agrícola se mostrou dificultosa (seja para outras culturas, seja para o fornecimento de cana de açúcar). Neste caso, o arrendamento se mostrou como a melhor “saída”. Os proprietários, em maioria, relataram que o arrendamento foi uma solução para as dificuldades enfrentadas na manutenção de outros cultivos, como o café ou o milho, por exemplo. Principalmente por conta dos gastos com manutenção de funcionário, cuidados com a plantação, entre outras coisas.

*Eu plantava milho, o milho deu certo dois anos, não foi um bom negócio, arrendei pra cana. [...] se fosse o caso que compensasse eu tá fazendo outra coisa, eu não teria arrendado.*

Enrique, 64 anos, São Manuel.

*Hoje numa propriedade pequena, os commodities, você não consegue plantar, porque ela é pequena e não se justifica você ter um trator pra plantar 10 alqueires. Então as propriedades pequenas hoje você não consegue pagar nem empregado o que ela vai render.*

Pedro, 61 anos, São Manuel.

Outro fator de destaque é a própria facilidade do arrendamento. Apesar do pagamento pela cana de plantio próprio que é fornecida ser mais alto, os riscos incluídos na atividade são muitos e seria complicado ter que arcar com o prejuízo de uma safra ruim, por exemplo. Seria, de fato, uma escolha segura de “investimento”.

Contudo, não são apenas questões de ordem material que levaram os proprietários entrevistados ao arrendamento fundiário. A maioria tem uma faixa etária acima dos 50 anos e com a falta de interesse dos herdeiros em manter e administrar as propriedades, o arrendamento se mostrou como uma forma de “*manter o patrimônio de algum jeito*”, conforme o produtor Lucas. Uma pequena produtora, ex-arrendante, disse que “*o arrendamento ajudou muito o pequeno produtor, que não tinha condições de se manter. Mas também tirou o proprietário da sua terra*”.

*O problema é que os produtores vão ficando velhos, e ele então não se aventura a criar uma infraestrutura pra ele, precisa comer! Pra ele plantar a laranja, ele precisaria entrar numa linha de crédito, pra 2, 3 anos a renda dar, café também, eucalipto, 6, 7 anos. Então ele acaba insistindo na cana, que é o que ele conhece, que ele trabalha há tantos anos.*

Flávio, 64 anos, Barra Bonita.

Fasiaben et al (2011) também observaram características semelhantes às encontradas em São Manuel e Barra Bonita no estudo sobre a região nordeste do estado de São Paulo. Apontaram que apesar de os pequenos produtores terem suas propriedades localizadas em áreas de boa aptidão agrícola, têm enfrentado baixa produtividade. Além disso, observou que os jovens têm sido atraídos pelo mercado de trabalho urbano, abandonando as propriedades rurais. “As unidades deste tipo vêm enfrentando um processo de envelhecimento dos agricultores, obsolescência tecnológica e dos instrumentos de trabalho e descapitalização” (FASIABEN et al, 2011, p.1077). Esse parece ser o mesmo processo pelo qual os municípios em questão se inserem, sendo que o arrendamento surge, então, como uma forma de obter renda da terra.

Foi relatado que por conta da grande demanda regional de cana de açúcar e das dificuldades na manutenção de outros cultivos, a maioria dos produtores passou a se dedicar à produção de cana de açúcar. Essa transição se deu no decorrer dos anos 60 e 70 - justamente período de maior ação do Estado sobre o setor canavieiro, com a política de créditos e outros incentivos. Posteriormente, com a necessidade de mecanização da colheita e do uso de tecnologias mais avançadas, a manutenção de

pequenos fornecedores de cana se tornou mais dificultosa. Por conta disso, e também devido ao envelhecimento dos produtores e da falta de interesse dos herdeiros em manter a produção, o arrendamento das propriedades para as usinas ou para grandes produtores de cana se mostrou como uma “solução”.

### **3. Espoliação da memória**

No caso estudado pequenos proprietários cedem suas terras para uma grande unidade agroindustrial sucroalcooleira, para quem o arrendamento, e não a compra das terras, se torna mais vantajosa. Com a presença quase total de propriedades arrendadas, é rara a existência de pequenos produtores rurais; são, de fato, pequenos proprietários rurais, que há anos sequer moram nas propriedades. Frente às transformações pelas quais o espaço rural tem passado nas últimas décadas, a questão da renda fundiária aparece como um fator a mais, que deve ser considerado.

Por dificuldades de manutenção econômica de outras culturas e principalmente pela grande demanda por cana de açúcar, os produtores municipais se dedicam majoritariamente ao cultivo da cana. Os pequenos produtores que não conseguiram se manter como fornecedores, por fim, arrendaram suas terras para a usina sucroalcooleira local, saindo de suas propriedades e passando a residir nos centros urbanos das cidades ou até mesmo em outras cidades.

Foi visível a predominância da produção canavieira nos municípios estudados. Por meio de relatos de representantes institucionais e atores envolvidos diretamente com as usinas, ficou claro que a maior parte dessas propriedades destinadas ao cultivo de cana de açúcar é fruto de arrendamento. Os arrendatários, neste caso, são majoritariamente as usinas. Assim sendo, são elas as principais atuantes no setor agrícola de São Manuel e Barra Bonita. Mais do que isso, são as usinas quem tem o controle do uso do solo, elas que decidem quando colher, quando plantar, como tratar o solo. Principalmente, pois após o arrendamento em áreas contíguas, as usinas frequentemente derrubam as divisas entre as propriedades, fazendo perder de vista os limites entre uma ou outra propriedade; torna-se tudo uma coisa só.

*Se você não tiver bem demarcado ou levantamento do georreferenciamento, você não sabe mais aonde que é a sua propriedade, aonde termina a divisa de um começa a cana de outro. A divisa praticamente é o carreador, e com a utilização do transporte rural grande né, normalmente eles derrubam todas as marcações de*

*divisas, e com o tempo vai ficando. Então, se você não tiver uma coisa bem delimitada, você não sabe nem onde é sua propriedade mais.*  
Pedro, 61 anos, São Manuel.

Foi explicitado pelos agrônomos responsáveis pela Casa da Agricultura, tanto de São Manuel quanto de Barra Bonita, que a tecnologia necessária para o mapeamento dos limites das propriedades já arrendadas pertence às usinas. Moraes e Costa (1984, p.154) apontaram que “o controle da tecnologia (...) age como fator de centralização de capitais. Cada vez ficará mais difícil o ingresso de um novo produtor num ramo de produção, pois em muitos deles a produção total é controlada por poucas e poderosas empresas”. A cana é, majoritariamente, plantada, cultivada e colhida pela usina responsável, no caso Usina Raízen ou Usina São Manoel. Toda a tecnologia para esse manejo pertence às usinas. Isso quer dizer que o controle sobre as áreas rurais dos municípios está nas mãos das usinas.

*E você não pode perder, um metro de terra que você deixa de produzir, você tá perdendo um metro de terra. Você sabe hoje com computador analisar direitinho os resultados - quanto deu um talhão, quanto deu outro. Tem que fazer uma radiografia do solo, você não pode trabalhar de uma forma primária, empírica! Você tem que ser um profissional, trabalhar com agricultura de precisão, de alta tecnologia. Senão você não produz, entendeu?*  
Flávio, 64 anos, Barra Bonita.

Apesar de estatisticamente se poder verificar a existência de várias pequenas propriedades rurais, esses estabelecimentos se encontram, em maioria, vazios. Vazios de ocupação e de estrutura, já que na maioria das vezes as casas e outras áreas da fazenda foram derrubadas. Além disso, é indiferenciável na paisagem onde começam e onde terminam as propriedades, já que não há divisão entre elas. A única divisão é aquela onde passam as máquinas do corte da cana. É, literalmente, um mar de cana.

A memória é constituída não só por lembranças individuais, mas por acontecimentos, lugares e pessoas. “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 5). Halbwachs (1990) já apontava que apesar de a memória poder ser individual, é sempre coletiva, uma vez que nunca estamos sós, e no sentido de que todas as experiências são vividas socialmente, em relação com a família, com a escola, com a profissão, com a classe social, em um contexto social. Para o mesmo autor, “nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais definidas” (HALBWACHS, 1990, p.36).

Contando com essas reflexões, defende-se que o tipo de organização social do espaço rural antes da grande expansão canavieira se configura como um quadro social de memória. Isso porque foi a partir do aumento da cultura canavieira e do arrendamento de propriedades para tal que esse tipo de organização se dissolveu. Eram nos espaços das sedes das fazendas, das capelas, dos centros de convivência dos colonos e moradores que se davam as interações sociais. É preciso lembrar que não pode haver memória coletiva desvinculada de um quadro espacial (HALBWACHS, 1990).

Como já exposto, muitas propriedades arrendadas tiveram além da perda do controle das divisas, a destruição de outras estruturas, como sede da fazenda, paiol, terreiro, etc. Os sítios se transformam, de fato, em áreas de simples cultivo de cana. No caso dos municípios estudados, a derrubada das casas tem um significado simbólico que influi diretamente na memória dos indivíduos, uma vez que é a própria perda da base material da memória. A sede da fazenda representava não só uma construção física, mas a organização da vida social em torno daquela construção.

*É diferente, hoje o rural tá muito abandonado. Antigamente tinha tudo, torneios, os bailes todo dia, casamentos, e era muito animado. Hoje você vê tudo difícil, tudo as tecnologias...*

Flávio, 64 anos, Barra Bonita.

*Eu nasci na fazenda. (...) Naquela época, 1957, não tinha luz elétrica! A geladeira era a querosene, o fogão era de lenha. (...) Luz não tinha, era só de lampião á gás ou lamparina de querosene. Nessa fazenda que a gente morava tinha uma turbina pequeninha que acendia 2 ou 3 lâmpadas dentro da casa. Você vê, em 60 anos a mudança que teve, (...) o que mudou na perspectiva das pessoas...*

Pedro, 61 anos, São Manuel.

A partir das falas acima é possível compreender aquilo que Pollak (1989, p. 9) explica quando diz que a “referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade”. Halbwachs (1990) sinaliza que o entorno social carrega a marca das pessoas. Os objetos e o lugar que ocupam rememoram um modo de ser comum aos homens.

As formas dos objetos que nos cercam têm muito esta significação. Não estamos errados ao dizer que estão em torno de nós como uma sociedade muda e imóvel. Se não falam, entretanto os compreendemos, já que têm um sentido que deciframos familiarmente. [...] A estabilidade do alojamento e de seu aspecto interior impõem ao próprio grupo a imagem apaziguante de sua continuidade (HALBWACHS, 1990, p.132).

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

Nessa via, foi relatado:

*E nossa fazenda era feita inteirinha desse jeito, todinha com cerca paraguaia, dividida inteirinha. Dois dias depois a gente foi na fazenda, ela não tinha mais cerca nenhuma, tava todinha arada. Foi uma das poucas vezes que eu vi meu pai chorando. Ele falou “Nossa, tanto trabalho pra fazer isso aqui e agora em dois dias os caras desmontaram tudo”.*

Bernardo, ex-funcionário setor industrial Usina Raízen

Apesar de este entrevistado se referir a uma propriedade localizada na região de Ribeirão Preto, o processo é o mesmo: uma fazenda que se dedicava a outro cultivo e que depois de arrendada para produção de cana de açúcar teve sua estrutura derrubada. Não se trata apenas da estrutura física em si, mas tudo o que ela representa - o trabalho de construção daquilo, é a vivência de uma prática cotidiana que é colocada abaixo. Bosi (1987, p.35) fala: “destruirão amanhã o que construímos hoje”. Na sociedade na qual vivemos, o sentimento de continuidade é retirado das pessoas.

Pollak (1992) aponta que a memória é um elemento constitutivo da identidade social. Isso justamente por ser um fator de importância no sentimento de coerência e continuidade das pessoas ou grupos na reconstrução de si mesmos. No município de Pratânia, vizinho a São Manuel, a tradição rural permaneceu na família dos entrevistados, principalmente, pois todos continuaram a se dedicar à produção agrícola. Essa família fundou uma associação de produtores rurais na região, como forma de organizar a produção rural e resistir aos avanços da cana. Houve no final da década de 1990 um abandono em toda a região das áreas destinadas ao arrendamento por parte das usinas, o que fez com que os pequenos proprietários buscassem vias alternativas de manutenção da propriedade. Neste período houve uma crise no setor sucroalcooleiro, que repercutiu sobre os proprietários arrendadores.

*Em 1997, 1998, 1999 as usinas estavam devolvendo essas áreas de cana, onde o produtor tinha arrendado a área total. Eles [os proprietários] não tinham condição de colocar cerca sequer em volta da propriedade, porque o dinheiro do arrendamento eles tinham gasto com a subsistência da família. Aí se encontraram com as terras extremamente exploradas, sem mais condição nenhuma de produzir se não fosse novamente investido um capital grande [...] Não tinham condição de voltar pra propriedade. [...] Algumas propriedades começaram a ficar abandonadas. Aí alguns proprietários que conseguiram pegar essas áreas de graça, só pra limpar, e*



*começaram a colocar soja nessas áreas, o milho nessa época foi uma boa parte também. Aí de novo começou a se reerguer. (...)*

Lucas, produtor rural, presidente da Associação Rural de Pratânia, gerente comercial da cooperativa de café COOPERPRATA. Ex-arrendador Usina São Manuel.

Para evitar que suas propriedades ficassem abandonadas, os proprietários que já não residiam mais nas fazendas disponibilizaram suas terras para que terceiros as utilizassem. Neste caso, não se tratou de novo contrato para o uso da terra, já que muitas vezes não se realizava nem o pagamento para o uso deste solo. Essa estratégia apareceu como forma de manter a propriedade ativa de alguma forma. Acredita-se que não se trata apenas da manutenção da terra em si, mas da própria memória circunscrita naquele espaço. O que persiste não é apenas a construção em si, mas o próprio grupo que está e contato com aquele espaço e que confunde a própria vida com esse espaço (HALBWACHS, 1990). Alguns elementos fazem parte da própria essência das pessoas. (POLLAK, 1992).

O que se sucede é que a incapacidade de manutenção econômica da propriedade resulta numa incapacidade de manutenção da própria vida cotidiana. Entende-se que a subordinação da agricultura ao capital reorganiza a lógica das pequenas produções. Justamente por não dispor de capital que os pequenos proprietários têm que optar entre o abandono de suas terras ou o arrendamento (WANDERLEY, 1985). Neste sentido, o arrendamento, nos moldes que é colocado em São Manuel e em Barra Bonita, representa a perda dos marcos de memória, e conseqüentemente da própria identidade social.

Existem ainda aqueles que continuaram residindo nas propriedades, que fizeram um arrendaram parcial. No caso desses, foi questionado se sentiam falta de autonomia dentro de suas terras. Para muitos, a perda da liberdade na própria fazenda aparece como algo natural.

*Desde que a gente arrenda a gente não faz mais nada na terra não. Eles que fazem...*

*Entrevistadora: Mas a senhora sente que isso tira sua liberdade dentro da sua propriedade?*

*Tânia: No fim, tirar tira, porque você não vai nesse lugar, mas não tem tanta diferença não, porque se a gente arrendou é porque a gente acha difícil de cuidar né.*

*Tânia, São Manuel.*

*Olha, sinceramente, a gente acha falta sim [da autonomia] porque... se fosse o caso que compensasse eu tá fazendo outra coisa, eu não teria arrendado.*

*Entrevistadora: Mas aí não compensa por quê?*

*Enrique: Não compensa por causa do rendimento...*

Enrique, 64 anos, produtor rural. Arrendador Usina São Manoel.

Nos casos acima se pode notar que a perda da autonomia aparece como uma consequência inevitável do próprio arrendamento. É interessante que, apesar de todo o discurso de preservação do patrimônio, o uso e o controle sobre ele é feito pela usina, e isso aparece para os entrevistados como algo normal. Para eles se torna mais importante a garantia da renda advinda da terra do que o uso de fato da propriedade, principalmente pois eles já não tinham condições de realizar esse uso produtivo do solo. A preservação da terra, ou mesmo da casa é, acredita-se, superficial, no sentido de que está ali apenas materialmente, mas não há nenhuma liberdade do proprietário sobre a terra arrendada.

*Hoje a usina tá fazendo tudo, a pessoa nem se envolve. Tá muito fácil tocar propriedade. (...) Eu nem aceitaria derrubar benfeitorias né. Tem casa antiga lá, do tempo do pai dela [da esposa], antes ainda. Cristovam, 81 anos, Barra Bonita.*

A vontade de manter a propriedade revela uma tentativa de preservar a própria memória, que busca reforçar sentimentos de pertencimento, e de continuidade (POLLAK, 1989). É um passado que vem sendo ressignificado, de acordo com as gerações que estão mais próximas ou mais distantes da vivência do rural como espaço de vida.

*Mas a gente não quer vender, porque era uma relíquia do meu pai e não é um sítio muito grande, tem 8 alqueires de terra. Então a gente vai cuidando. [...] Não, não vamos vender não, é coisa do pai, judiação*

Paula, 74 anos, Barra Bonita

*Ah, meu pai já teve milho, plantava mamona, café antigamente. Depois tirou o café pra plantar cana, foi o que todo mundo fez.*

*Entrevistadora: Mas e aí você tem algum plano caso essa pessoa que arrende de você não queira mais arrendar? O que fazer quando acabar esse contrato de arrendamento?*

*Nádia: Continuaría sendo cana porquê... Não tem outra coisa que renda... Mesmo a cana sendo ruim, você vai plantar o que? Algodão? Tem que ser cana! [...] Eu vou construir a casa no meio do canavial? [muitos risos]*

Nádia, 50 anos, Barra Bonita.

Existe uma “crença” na cultura da cana de açúcar, numa certa invencibilidade da mesma. “isso é uma corrente que nunca vai acabar”, falou o sr. Beto, de 64 anos,

produtor rural a vida toda, que arrenda para a Usina São Manoel. A maioria dos demais entrevistados, quando questionados sobre o que fariam quando acabasse o período de parceria, disse que arrendariam para outras usinas. A tendência, para a maioria dos entrevistados é que a produção canavieira se mantenha estável, de forma que os pequenos produtores não poderão manter suas lavouras próprias, uma vez que a demanda por tecnologia e o custo de produção são altos.

Caio Prado Jr foi um dos autores da construção política e teórica da “questão agrária” no Brasil. Destacava duas vertentes que deveriam ser resolvidas na crise agrária: as relações injustas de trabalho no campo e a iniquidade da estrutura fundiária. Apontava a concentração de terras como um problema a ser corrigido. (DELGADO, 2001, p.159). Apesar de o latifúndio no Brasil ainda representar um entrave social, nos casos estudados há de se levar outros fatores em consideração. O que ocorre em Barra Bonita e em São Manuel, em menor escala, é a grande presença de pequenas propriedades. Então, não se trata apenas da distribuição fundiária. O que ocorre nos municípios em questão é que não é viável a manutenção de outras culturas que não a cana de açúcar. E, não é viável a manutenção da cultura de cana de açúcar por pequenos proprietários. Essa não viabilidade econômica representa também a inviabilidade da manutenção da vida cotidiana, da identidade social, da memória.

A renda fundiária aparece como uma forma de manter a existência do pequeno proprietário, que não será extinto, mas pulverizado. Seria possível afirmar que ele encontra-se submetido à lógica capitalista, mas a parceria aparece muitas vezes como uma estratégia, fruto de um cálculo de custos e benefícios. Mas, é um cálculo que resulta de uma série de fatores externos que levaram os pequenos proprietários a ter que escolher entre arrendar e manter a propriedade, vendê-la, ou mantê-la e operar sempre numa margem de prejuízo. A propriedade fundiária só aparece como subordinada ao capital, pois produz sob seus pressupostos (MARTINS, 1995).

### **Considerações finais**

A existência dessas unidades de produção agroindustrial (Usina Raízen e Usina São Manoel) estabelece uma concentração fundiária não por posse da terra, mas por meio do uso produtivo do solo, principalmente, pois a maioria das terras é arrendada, neste caso, fruto de parceria. O que há, então, em São Manuel e em Barra Bonita - lugar onde o cenário se radicaliza - não são pequenos produtores rurais que demandam

assistência e, sim, pequenos proprietários rurais que há anos sequer moram em suas propriedades. A questão da renda fundiária advinda da produção canavieira se mostra como fator relevante neste contexto.

Destaca-se que, se há uma espoliação da terra por meio da apropriação de seu excedente por parte da usina, há também uma espoliação da própria lembrança dos proprietários, com a perda da referência material de seu passado. Por consequência, há uma espoliação da própria identidade. A memória nada mais é que a forma de encontrar o passado no presente. Não é a simples reconstituição de fatos vividos que constitui uma lembrança. É sim a reconstrução de dados e lugares comuns, partilhados por aqueles que ainda fazem parte do mesmo grupo. (HALBWACHS, 1990). Atualmente, em São Manuel e em Barra Bonita, os proprietários rurais estão pulverizados pela área urbana das cidades ou mesmo em outras cidades.

### **Referências bibliográficas**

BESKOW, Paulo. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. EDUSP, São Paulo, 1987.

CALDEIRA, Clóvis. Arrendamento rural no Brasil. **Observador Econômico e Financeiro**, Rio de Janeiro, 1950.

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos avançados**. São Paulo, n. 43, vol 15, 2001.

FASIABEN, Maria do Carmo R. *et al.* Impacto econômico da Reserva Legal sobre diferentes tipos de unidades de produção agropecuária. **RESR**. Piracicaba, n. 04, vol. 49, out/dez. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é a questão agrária**. São Paulo: Brasileense, 1983.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Editora Vértice, São Paulo, 1990.

MARGARIDO, Luiz Antonio C. **Sistema de arrendamento de terras no setor sucroalcooleiro do Estado de São Paulo**. 1987. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Escola Superior de Agronomia “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1995.

Martins 95

MARTINS, Rodrigo. C. Representações sociais, instituições e conflitos na gestão de águas em territórios rurais. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 08, n. 15, jan/jun 2006.

MORAES, A.C.R.; COSTA, W.M. **A valorização do espaço**. São Paulo. Hucitec, 1984.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol 5, n. 10. 1992.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Editora Brasiliense, São Paulo. 1994.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

WANDERLEY, Maria. Nazareth. B. O camponês, um trabalhador para o capital. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v.2, n.2, jan-abr, 1985.

## **GT 05 - Elites patronais rurais e agroindustriais, ação coletiva e pensamento crítico**

### ***Mudar o Código é a salvação da lavoura: estratégias discursivas, práticas sociais e comportamentos políticos das elites rurais e agroindustriais no Brasil.***

**Janaína Tude Sevá<sup>1</sup>**

#### Resumo:

Este artigo versa sobre as estratégias discursivas, as práticas sociais e os comportamentos políticos das elites rurais e agroindustriais no Brasil contemporâneo. Sua ênfase recai sobre a atuação organizada de grupos de representação classista e política – como a Confederação Nacional da Agropecuária (CNA) e os parlamentares da Bancada Ruralista – no processo de reforma do Código Florestal Brasileiro, especialmente na mobilização nacional realizada em 2011 na Esplanada dos Ministérios em Brasília. Considera-se que as manifestações de rua são momentos ricos para a compreensão e análise das práticas sociais e comportamento políticos de grupos e classes sociais, sendo as estratégias discursivas parte importante do processo de construção e reconstrução de identidades coletivas – já que sintetiza valores e visões de mundo, e que se dirige a diversos interlocutores. Cabe a pergunta: Em que medida a presença dos termos “Produção Agropecuária” e “Nacional” associados às noções de “Sustentável” e “Preservação da Natureza”, indicam continuidades e rupturas nas formas de organização e atuação da representação política do chamado agronegócio, particularmente diante da sua reconhecida hegemonia econômica e política no Brasil?

#### Palavras chaves:

Elites rurais e agroindustriais; Representação política; Código Florestal Brasileiro

---

<sup>1</sup> Cientista Social / Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) / janainatudeseva@gmail.com

**“A mão que planta é a mesma que preserva”:** estratégias discursivas, práticas sociais e comportamentos políticos das elites patronais rurais e agroindustriais no Brasil.

Este artigo tem por objetivo sistematizar as informações levantadas e o material empírico produzido no trabalho de campo por mim realizado junto a Mobilização dos ruralistas a favor da reforma do Código Florestal Brasileiro (CFB, Lei 4.771 / 1965). Esta mobilização, organizada pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ocorreu em abril de 2011, na esplanada dos ministérios no Distrito Federal/Brasília, e tinha como motivação central pressionar os parlamentares para a votação na Câmara dos Deputados do relatório elaborado pelo Deputado Federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP).

Nesta análise pretendo observar aspectos como os atores organizadores, participantes e apoiadores das manifestações; as reivindicações e a quem são direcionadas; as bandeiras e palavras de ordem; os símbolos; e as atividades realizadas durante as mesmas, dentro outros.

Cabe lembrar que este ensaio é fruto uma atividade de observação e levantamento de campo, realizada como parte da pesquisa para a elaboração de uma tese de Doutorado em Ciências Sociais. Esta, que tem como tema a atuação da Bancada Ruralista<sup>2</sup> na Reforma do CFB, corresponde a um esforço que vem sendo travado desde o mestrado para melhor compreender sociologicamente e historicamente a conformação, atuação e reprodução social das classes dominantes no campo e elites rurais e agroindustriais no Brasil contemporâneo.

Estudar a manifestação dos ruralistas se justifica pela perspectiva teórico-metodológica adotada sobre a representação política do patronato rural e agroindustrial brasileiro, “uma noção de representação como elaboração e disseminação de uma dada visão de mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e que busca a conquista de poderes e privilégios” (BOURDIEU, 1989 in: Carneiro, 2008). Considerando os contextos sócio-políticos e econômicos nacional e internacional, a reforma do CFB toca nos principais temas em debate na sociedade brasileira de hoje: crescimento econômico a que custo? e, desenvolvimento para quem? Estas perguntas são apresentadas midiaticamente com uma polarização entre Desenvolvimento o Meio

---

<sup>2</sup> Bancada Ruralista é o nome conhecido da Frente Parlamentar da Agropecuária, no Congresso Nacional. Para maiores informações ver Bruno, 2010 e Tude Sevá, 2011.

Ambiente, antagonismo que não se efetiva nas práticas políticas e sobretudo econômicas dos agentes em questão. Neste sentido a manifestação de rua observada permite ao mesmo tempo identificar qual o debate proposto, de que forma é construído, tanto junto a suas “bases” como para o Congresso Nacional e o Poder Executivo, revelando como enxergam a sociedade e a si mesmos; e como eles defendem seus pontos de vistas e os colocam como inexoráveis para garantir o futuro nacional e do planeta.

Bruno e Sevá (2010) destacam que uma nova configuração na representação de interesses patronais rurais, agroindustriais e do agronegócio está, nas últimas décadas, fortemente atrelada a processos sociais mais amplos como a modernização da agricultura, a internacionalização dos mercados, a democratização política e as transformações na sociedade brasileira. Ela se caracteriza por um processo crescente de institucionalização de interesses e de profissionais de representação; pela ampliação e diversificação dos espaços de representação; pelo surgimento de uma nova geração política portadora de uma retórica de legitimidade e de identidade fundada na competitividade e na defesa da tecnologia como paradigma da modernidade e desenvolvimento. As autoras partem do pressuposto de que a representação de interesses ocupa um lugar estratégico na reprodução dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e do agronegócio, sendo uma das suas estratégias de ação a crescente ampliação de espaços de atuação e representação política, em especial dentro do Estado (Bruno, 2002 e 2007; Mendonça, 2005).

Importante ressaltar que as manifestações de rua organizadas pelas organizações patronais sindicais e não sindicais ligadas ao agronegócio, apesar de se darem de forma esparsa no espaço e no tempo, são significativas da diversidade de estratégias políticas e formas de ação coletiva dos mesmos. Revelando, neste sentido, sua intenção de participação em diversas instâncias e esferas da “política democrática”, a despeito e em proveito de seu reconhecido e influente poder econômico.

O segundo esclarecimento necessário é sobre o histórico recente do CFB e de seu projeto de reforma. O Código Florestal Brasileiro, desde que foi instituído em 1965, certamente sofreu inúmeras alterações e adaptações, geralmente no que diz respeito aos limites que impõe à exploração do solo e dos recursos naturais.

Na visão dos juristas Figueiredo e Leuzinger (2000) o CFB não apenas articula, mas subordina o direito de propriedade aos “interesses comuns de todos os habitantes do país” (artigo 1º do CFB, 1965) e traz o tema da preservação para dentro do direito de propriedade até então vigente. Quando da criação da Lei 4.771/1965, que institui o



CFB, regulamentou-se sobre Área de Proteção Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) e corroborou-se o cumprimento da função socioambiental já previsto no Estatuto da Terra, de 1964. Não sem conflitos e disputas, como ressalta Wanderbilt Duarte de Barros, representante do Ministério da Agricultura na Câmara Federal que analisou o projeto de Lei do CFB, em 1964 e 65. Segundo o engenheiro agrônomo “o Código Florestal de 1934 era muito melhor, mais racional, mais aplicável. [para ele] O Código de 1965 é muito restritivo”, afirma, ao tratar de especificações sobre delimitações prévias de áreas de proteção ambiental e apontando a incapacidade do Estado em aplicar esta lei e fiscalizar seu cumprimento (Urban, 1998).

O processo mais recente e significativo de alterações no Código Florestal Brasileiro e que está em discussão atualmente, pode ser reconstituído a partir das alterações promovidas no seu conteúdo durante os Governos Fernando Henrique Cardoso (1994-2003), com a Medida Provisória 1.511/96, que aumentava as RL nas propriedades localizadas no bioma amazônico – de 50% para 80% da área total da propriedade - e impedia a exploração florestal do bioma. Depois diversas alterações foram feitas no texto original do CFB, tais como Lei 9.605/98 que determina a aplicação de multas aos proprietários que descumprirem o CFB; a MP 2.166/2001 que, originada na MP1.511/96, desregulamenta a exigência de manutenção de RL e APP, dentre outros.

Segundo a assessoria parlamentar da Comissão Especial de Reforma do Código Florestal, foi em 2007 que as tensões aumentaram e provocaram uma mobilização da bancada ruralista de modo mais contundente contra o CFB. O Decreto 6.321/2007, que tinha por fim estabelecer ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento na Amazônia, interpunha um conjunto de medidas restritivas aos proprietários que descumpriam a legislação vigente, com consequências diretas sobre as atividades produtivas. Dentre elas, a não emissão do Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais para proprietários que tivessem desmatado irregularmente ou algum dano ambiental em suas propriedades. Assim, segundo o decreto, criou-se uma lista atualizada anualmente pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em que os municípios com menores índices de desmatamento têm prioridade na concessão de incentivos econômicos e fiscais e nos demais planos e programas da União voltados para a região amazônica.

Em 2008, o Conselho Monetário Nacional publica Resolução (3.545/2008) que subordina a concessão de crédito rural no bioma amazônico à apresentação, pelo proprietário, do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, comprovando a inexistência de danos ambientais anteriores naquela propriedade. Conhecida como a moratória da

soja e da carne, pois tinha vinculação direta com o embargo pela Comunidade Europeia de consumo de carne e produtos agrícolas oriundos de regiões desmatadas da Amazônia ou Cerrado, esta resolução é complementada pelo Decreto 6.514/2008, que tinha por objetivo a efetivação do CFB. Esta efetivação dava-se pela caracterização de infrações ao Código e pela aplicação penalidades nas formas de sanções administrativas e na cobrança de multas aos proprietários inadimplentes.

Sob este cenário que se intensificam as críticas e se consolidam tentativas de mudança no CFB pelos ruralistas. Para tal os representantes da bancada ruralista abriram várias frentes de pressão: sobre o executivo pela edição de sucessivas MPs; pela presença nas comissões permanentes de meio ambiente e na especialmente criada para propor novo texto para o Código; além das negociações nas pautas de votação do Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado. Identificou-se também a realização de protestos e manifestações públicas, bem como a presença do tema em feiras agropecuárias, seminários e debates organizados por entidades de classe. Esta abrangência demonstra que a ação parlamentar e a representação política institucional se fazem também fora do Congresso e em constante interlocução com a opinião pública e com seus representados.

### **Ambientalização do discurso e apropriação de linguagens**

É fartamente documentada a incorporação de “linguagem e práticas ambientais” pela sociedade e pelos diversos grupos sociais (Lopes, 2004: 217). Em que medida, porém, elas representam o instituído e/ou anunciam o instituinte na sociedade brasileira? O que significa em termos de estratégia coletiva a multiplicação de setores e departamentos dentro das organizações ou mesmo de instituições específicas para tratar do tema ambiental pelos segmentos vinculados ao agronegócio? <sup>3</sup>.

Ao mesmo tempo, a visão tradicional do “empresário”, “usineiro”, “dono da indústria”, “dono da fazenda”, combinado às tendências de mudança no controle societário observadas no universo das maiores empresas brasileiras coloca em questão a própria identidade de setores e a composição das estruturas de classes no Brasil. Para Bruno (2007), “a aliança entre a renda fundiária e o capital contribui para instituir novas práticas sociais e de poder”. Nesse sentido, a autora mostra que identidades comuns têm a habilidade de consolidar alianças, neutralizar diferenças, divergências e contradições

---

<sup>3</sup> Apenas como exemplo tem-se o Ares (Instituto para o Agronegócio Responsável), o Instituto do Algodão Social, o Instituto CNA e seu estande “Agro Sustentável” na *Rio +20*.

existentes entre setores. Mas em que medida novas identidades podem ser também catalizadoras de novas alianças, por um lado, e a redefinição do campo adversário?

A partir das imagens e registro elaborados ao longo do trabalho de campo e das análises extraídas do material empírico reunido, edifica-se a seguinte hipótese: a ambientalização do discurso ou processos conhecidos internacionalmente pelos críticos ambientais como *green washing*<sup>4</sup>, são elementos concretos destas mudanças na representação política destes atores sociais.

Esta ambientalização passa pela construção de dois argumentos centrais que re-significam e reinterpretam a relação entre agricultura e meio ambiente. O primeiro deles passa por uma ideia de naturalização da agricultura como algo intrínseco à natureza humana e sua forma mais natural e imediata de relação com a Natureza. Assim o *slogan* da mobilização “A mão que planta é a mesma que preserva” re-equilibra e harmoniza a relação agricultura e meio ambiente, colocada sob tensão pelas perspectivas da mídia e da ciência. Enquanto a frase “Nos também dependemos do meio ambiente para sobreviver” recoloca o agricultor como aquele que não apenas explora a Natureza, mas está conectado a ela, dependendo de sua preservação para que possa sobreviver<sup>5</sup>.

Por último exemplo a faixa “Agropecuária sustentável: bom para o produtor, melhor para o Brasil!” reforça a imagem de uma produção agropecuária que não degrada a Natureza, associando ao mesmo tempo atividade produtiva ao desenvolvimento do País e não apenas um interesse de classe.

O segundo argumento para por um reconhecimento de que a produção agropecuária pode e deve melhorar, ser mais compatível com os preceitos do “desenvolvimento sustentável” e, mais que isso, que esta classe ruralista está preparada e pode fazê-lo, economicamente, voluntariamente e eficientemente. Evocando por tanto a capacidade de assumir a mudança exigida pela sociedade pela sua racionalidade e experiência.

Mas como veremos adiante, esta ambientalização está permeada pela estratégia de referenciar as tradições e projetos políticos das classes dos ruralistas e de sua necessidade de reificação de si enquanto grupo social diferenciado, com culturas ligadas a Natureza, que assume a necessidade de mudança sem abrir mão se suas tradições,

---

<sup>4</sup> Para maiores informações ver artigo Way Beyond Greenwashing: Corporations Captured “Big Conservation”? de Jonathan Latham no blog norteamericano “Truthout”, março/2012. Disponível no site: [http://truth-out.org/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=7097:way-beyond-greenwashing-have-corporations-captured-ã€œbig-conservationã€•](http://truth-out.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=7097:way-beyond-greenwashing-have-corporations-captured-ã€œbig-conservationã€•). Esta análise será aprofundada futuramente pela autora deste ensaio.

<sup>5</sup> Na tentativa de igualar suas falas às reivindicações de povos e populações tradicionais, como ribeirinhos, comunidades quilombolas e indígenas.

sendo portadores da “missão de produzir alimento para o Brasil e para o mundo”. Por tanto como sinalizou a professora Selene Herculano tem-se que estar atento para que “a inclusão da questão ambiental no debate fundiário não o sombreia/escurece, escamoteia”<sup>6</sup>. Ao evidenciar esta ambientalização estou à procura de argumentos adjacentes postos como centrais de um processo mais amplo, complexo e diluído no longo prazo que é o esforço desta classe de secularmente interferir e comandar as regras do processo de concentração – distribuição fundiária.

Evidenciou-se que ao focalizar na explicitação de um discurso pró meio ambiente, pró alternativas de produção “sustentável, e eliminar quase completamente as palavras propriedade privada ou rural, função social, produtividade, estava desviando em parte o principal debate entorno do CFB. Ou seja, ao não assumir, dentre outros, sua palavra política mais representativa na atualidade, “o agronegócio”, os ruralistas tentaram promover sua imagem associando-a a outras práticas que não as suas, e a uma noção de criminalização dos produtores pela legislação ambiental e pela sociedade brasileira, em especial pela imprensa.

Assim, ainda de acordo com Herculano, evidencia-se um jogo de “Disputa pelo consenso da imagem do Brasil (celeiro do mundo X pulmão do mundo)” em que os ruralistas são eles próprios os algozes e os salvadores. Vejamos agora o que está por dentro deste mecanismo de ambientalização do discurso oficial da mobilização.

O enfoque é a questão da ambientalização que passa pela apropriação dos argumentos e linguagens socioambientais que fazem crítica ao conservacionismo e à visão biocêntrica. Neste sentido a crítica ruralista à legislação ambiental é que ela exclui o homem da Natureza, mas usa referência do homem, conforme dito anteriormente e será detalhado adiante, é o homem do campo.

Como destaca Thompson (1987), “a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica” e como “qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura”. Essas especificidades históricas colocam a necessidade de compreender as motivações (isenção fiscal, reputação empresarial, etc.) associadas às lógicas desenvolvidas nos projetos e programas sociais no mundo rural, que re-significam as imagens historicamente construídas nos momentos de conflito social entre movimentos sociais,

---

<sup>6</sup> Nota tomada em Seminário de Tese, PPGSD/UFF, novembro de 2011.

trabalhadores organizados e os segmentos detentoras do capital (terras, equipamentos, dinheiro etc.) no Brasil.

Duas hipóteses são levantadas a partir da reflexão exposta acima: (1) a ambientalização dos discursos se apresenta como uma forma de legitimação política e ideológica no “campo” ambiental visando à consolidação de interesses privados na esfera de direitos coletivos, mais especificamente junto à política institucional; (2) a ambientalização do discurso também evidencia um esforço de responder às pressões do mercado (concorrência e consumo) e políticas ambientais.

### **Projeto de desenvolvimento nacional: agropecuária sustentável, soberania alimentar e a paz no campo**

Torna-se necessário uma discussão mais aprofundada sobre as classes sociais e os projetos nacionais dos quais são portadoras. Entretanto, neste ensaio, vou me restringir a identificar nas imagens e falas a construção de sua identidade de classe através de argumento central que é a produção de alimentos, sendo esta uma vocação nacional, cujo sucesso está representado na balança comercial favorável brasileiro, e o modelo de desenvolvimento certa para o País, em termo econômico e de “soberania alimentar”. Partiremos não apenas da realidade para pensar depois aspectos teóricos desta classe, mas, sobretudo das categorias a partir das quais se classificam.

Nas “Orientações Gerais” distribuídas a quem chegava, haviam as seguintes autor-referências:

“Esse é o papel que nos cabe, representar os produtores rurais do Brasil de forma pacífica e ordeira. O sistema Famato e as entidades parceiras – Acrimat, Ampa, Aprosoja, OCB – contam com a compreensão de todos para alcançar o objetivo almejado: garantir a continuidade e o crescimento sustentável da produção agropecuária, fonte de alimento da nação” (FAMATO, Brasília: 05/04/2011, grifo meu)

Neste trecho é possível perceber como está vinculada à manifestação a reprodução da representação política, seu fortalecimento por meio da “continuidade” de seu projeto e da “mudança” de parte de seu conteúdo e formato. Incorporando e assumindo sua ambivalência.

As faixas também fazem fortes referências ao projeto de nação, do Brasil como celeiro do mundo que não pode ser travada pelos interesses concorrenciais dos “países ricos”.

“Produção eficiente e compromisso com o meio ambiente: o melhor do Brasil para o Brasil.”; “Para a independência alimentar do Brasil, exigimos a votação do Código Florestal!”; “Agropecuária forte produz comida barata”.

Então se mistura a questão nacional agregando “soberania alimentar” com “interesses internacionais”, nos quais são incluídos ONGs ambientalistas e países produtores que estabelecem barreiras tarifárias consideradas de motivação político e de tom reprovador das condutas dos produtores. Ou seja, os interesses do setor, que estão relacionados em grande medida à necessidade de alterarem a lei para não ter que se adequar a ela, aparecem como sendo os da nação e ser nacionalista passa por defender a agricultura. Elas indagam “os países ricos poluem, e nós pagamos a conta?”.

Na associação da agricultura e do homem do campo com a mitologia dos textos bíblicos, também se constrói o argumento de se trata de uma questão divina, e não um determinado modo de vida em um determinado período histórico, de ser e se relacionar com a Natureza e com os seres humanos. “A terra é o nosso pão de cada dia, precisamos de mais espaço para produzir”.

Ou ainda na “Invocação da inspiração divina...” assinada por Kátia Abreu e lida durante a missa campal, na qual evoca: “Que os nossos olhos, Senhor, que testemunham todas as maravilhas que derramais cotidianamente sobre nossa terra e sobre nossas cabeças possam continuar contemplando tais prodígios e bênçãos” (Kátia Abreu, 05/045/2011).

Ao explicitar seu projeto também se posicionam politicamente quanto às políticas sociais do Governo, desqualificando-as nas faixas: “Na nossa região, 85% são mini e pequenos produtores até 60 há. Podemos sobreviver da agricultura, gerando renda, trabalho e dignidade ou mudar para a periferia e receber Bolsa Família. Qual Brasil queremos?”. Como resposta outra faixa responde: “Por um Código Florestal justo, caminho para uma agricultura forte e sem fome”.

Completando o cenário argumentativo do projeto nacional pela produção de alimentos visando à independência alimentar e se proteger contra a ameaça da fome, os produtores evocam no palanque a necessidade de um marco regulatório favorável e permanente, chamado por alguns como segurança jurídica, para se garantir a “produção com tranquilidade” e a “tranquilidade no campo”. A noção de paz é evocada como o veículo o produto desta segurança jurídica, assim como algo divino que não deve ser mudado pelo homem, por tanto as terras devem continuar com quem está e da forma como está.

Conforme registrado nas fachtas abaixo: “Tranquilidade no campo. Aprovação Já!” e “Deputado Carols Melle: Novo Código Florestal é a paz no campo e na cidade para garantir o direito de produzir”.

Outros demandam que não se criminalize o agricultor, como vêm acusando os movimentos sociais de terem suas lutas por terra e por direitos criminalizadas e sendo respondidos com repressão muitas vezes violenta. Assim incorporam a linguagem reformista e crítica da luta pela terra e, simultaneamente, refinam sua perspectiva liberal do Estado, ao associar a regulação do uso da terra (segundo o preceito de que é uma propriedade privada sobre a qual se impões o cumprimento da função social) a uma pura interferência do Estado na esfera privada do individuo, um cerceamento gratuito e sem justificativas que vira perseguição. Nas palavras dos manifestantes lia-se: “produzir alimento no Brasil virou caso de polícia. Prisão aos produtores, pense nisto srs Deputados” e “quem produz e preserva merece incentivo e não punição”.

Acompanha o discurso acima, que pode ser considerado o da continuidade, a um discurso que subliminarmente incorpora a imperatividade de se abrir para o debate ambiental e a para as demandas decorrentes destas tensões estabelecidas entre as diversas vozes críticas ao agronegócio na sociedade nacional e internacional. Seja por pressões econômicas, seja por pressões políticas, há uma fala explicita de que “É possível produzir com responsabilidade ambiental” ou ainda que “produzir alimentos, preservando a natureza. Nós sustentamos que é possível”; mas não deixa escapar a imperatividade de aprovação das novas regras para que possam dar o passo para a sustentabilidade “almejada”.

Aqui o reconhecimento de uma classe portadora da capacidade de mudança, por que sabe dosar a razão em relação a emoção, por que tem eficiência comprovada pela “agropecuária mais tecnológica mundo”, “por que é economicamente forte”. É por tanto a classe cuja identidade nacional se aproxima mais da “vocaçao natural” do território brasileiro e também da predestinação divina desta “terra prometida nos trópicos”.

Assim, a construção de um discurso falando da agropecuária sustentável como se ela já existisse, e que nega a dicotomia produção X preservação, se apresenta como a alternativa possível e realizável enquanto projeto nacional - que, diga-se de passagem, já está em curso. Estas falas se complementaram aos discursos realizados no Congresso Nacional, entre Câmara e Senado, de que o novo código é o “código do consenso em torno do projeto nacional, do que é melhor para o Brasil”. Também se omitiu a palavra conflito, mas se evocou a tranquilidade e a paz no campo, como visto anteriormente,

como um recurso de associar positivamente a manifestação a um movimento pacífico, contrariamente aos índices de violência no campo publicados pela CPT e repercutidos pela imprensa anualmente.

Por outro lado alegam serem os únicos responsabilizados pela destruição da Natureza, abrindo fogo explicitamente aos industriais e pessoas da cidade e dos meios urbanos: “será que só o produtor rural tem que pagar o pato sozinho? E os grandes industriais?”

### **Identidade rural do homem do campo**

Descreverei a seguir elementos que chamaram a atenção por valorizar aspectos da cultura do “homem rural”, e neste sentido sugerir uma essência deste homem do campo que aproxima de uma natureza humana. Acredita-se neste ensaio que esta linguagem cultural é um dos mecanismos de acessar o mundo dos trabalhadores e mais que isso de aproximar as identidades entre patrões e empregados, entre dominantes e dominados, contornando os conflitos intrínsecos a estas relações. Mas, antes disso, envolve uma intensão de se definir e redefinir segundos os elementos que lhes são prioritários no momento.

Porém, ressalta o professor Miranda, “não se pode tergiversar ao aspecto relacional das ações e identidades ruralistas neste contexto, que são os ambientalistas. É preciso se questionar quem são esses que se autoproclamam e aqueles denominados pelos ruralistas de ambientalistas”. Abordarei oportunamente a centralidade das relações de alteridade entre esta classe e outros setores da sociedade, cujas tensões são explicitadas nos meios de comunicação corporativos, mas não estavam presentes na manifestação. Já que ali o intuito parecia ser o de sombrear as identidades e diferenças de classe e ideológicas entorno das vertentes ambientalistas, não estava explícito o campo de adversários, a não ser nas mensagens subliminares.

### ***O “Homem do campo”: Culturas rurais, sertanejo, caipira, violeiro, berrante***

Desde o início da manifestação foram exibidas diversas atividades de valorização e exaltação da cultura rural entre elementos sertanejos, caipiras, vaqueiros, violeiros e sanfoneiros.

Além de grupos de apresentação de dança, que aconteciam entre as falas dos políticos, e quando estes já não mais estavam no palco, a pequenos discursos de membros dos sindicatos, alguns dirigentes vinham falar a exaltar a condição do “homem



do campo” e do “produtor rural”. Sempre no sentido de preservar esta condição, em oposição aos moradores das periferias e aos assentados que recebem o “bolsa família” e outros benefícios sociais. Mas também no sentido de reconhecer este homem que “trabalha de sol a sol”, mas que tem sua sensibilidade musical ou sua intimidade com os animais, como os pássaros cantantes que frequentam suas fazendas e bois que chama pelo berrante.

Conforme seguem as fotos, tanto a organização do evento como os próprios participantes se expressavam evocando e exibindo diversos signos e símbolos. A poesia, como lamento do homem do campo remetendo ao sertanejo; o repente, a viola e a sanfona resgatando a moda caipira; os berrantes e os tocadores de berrante exaltando os vaqueiros, sua bravura e resistência. Neste conjunto se diferenciam os gaúchos, com sua indumentária tradicional, vestidos com bombachas e botas, acompanhadas do chimarrão, mas sempre num tom de união com as demais regiões do país presentes.

Enfim, foi perceptível um esforço explícito de associar as demandas feitas pelos ruralistas aos parlamentares à imagem deste “homem do campo”, reificando certos sentidos de sua tradição e ao mesmo tempo demonstrando como são homens capazes de produzir e se adaptar as regras mesmo em meio a dificuldades. Como dito anteriormente trata-se de uma idealização da essência do ser humano materializada neste homem do campo, que é o agricultor e cuja relação com a Natureza, mediada pela agropecuária, é “naturalizada” e quase “sacralizada”.

### ***O produtor, o agricultor, o homem do campo: perseguidos e criminalizados***

Complementa esta construção simbólica do “homem do campo” duas percepções sobre a relação entre agricultura e estado e entre agricultura e sociedade. Como visto em outras pesquisas<sup>7</sup> existe um discurso do setor quando se dirige a imprensa e a opinião pública (políticos e sociedade) de que é uma classe sofrida e cujos interesses são “sub-representados” ou pouco atendidos pelos Governos. Soma-se a esta fala um sentimento de que apesar de fazer grandes feitos pelo Brasil (como a questão econômica hoje em dia, ou a capitalização do Estado que permitiu investir na industrialização do País em meados do século passado), a agricultura e pecuária continuam sendo preteridas e pouco reconhecidas, tanto em termos econômicos e políticos, como em aspectos simbólicos,

---

<sup>7</sup> Bruno: tese doutorado + com a boca torta pelo uso do cachimbo; Bruno, Carneiro e Sevá (2008) e Sevá (2008).

que remetem a uma moral e conjunto de valores (a que se pode chamar de ideologia) que sua classe reproduz.

“União da Floresta e das famílias do campo pelo Novo Código Florestal”; “Somos os últimos representantes do homem do campo, que pagam para produzir alimentos e preservar a natureza. E você nos pune?”.

Neste sentido também houve uma adaptação do discurso para a questão ambiental. Cabe lembrar que as reformas do CFB tiveram início com a implementação de medidas provisórias (MP) que tiveram impacto direto na cadeia produtiva do agronegócio exportador brasileiro por estipular medidas fiscalizadoras e a aplicação de sanções em caso de descumprimento das mesmas, para aqueles produtores não regularizados ambientalmente. E ao mesmo tempo a incorporação em seu discurso de “esquecidos ou punidos pelo Estado”, das críticas oriundas dos setores que mais lhe fazem oposição política e ideológica. Ou seja, as críticas feitas pelos movimentos sociais ambientalistas, assim como de populações e povos tradicionais e de agricultores familiares à legislação ambiental assumem posição central na argumentação contrária ao atual CFB. Veja-se a seguir nas frases das fachas e nas imagens: “Produzir alimento no Brasil virou caso de polícia. Prisão aos produtores, pense nisto srs Deputados”; “quem produz e preserva merece incentivo e não punição”.

Assim evocam a sua identidade de produtores (em oposição à de desmatadores) e incorporam a crítica de estarem sendo criminalizados por “reivindicar seus direitos” e “defender seus interesses”. E neste sentido chama a atenção a capacidade de síntese e captação das principais tensões entre “meio ambiente e desenvolvimento”, adequando às questões específicas da agropecuária, e elevando suas demandas a âmbito de interesse nacional. “Crime ambiental é destruir a agricultura.”, alertam; e na sequência apontam uma “injustiça” sofrida pelos produtores que deveriam se enquadrar à lei: “Não aos 20%. Preservação sim, injustiça não”.

### **Referências bibliográficas**

- ACSELRAD, H. (org.) Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ALMEIDA, A. W. B. et all. Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- ARHENS, S. O “novo” Código Florestal Brasileiro: conceitos jurídicos fundamentais. VIII Congresso Florestal Brasileiro, São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura; Brasília: Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais, 2003. 1º CD-rom.
- BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva: 2001.

- \_\_\_\_\_, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRUNO, R. A. L. Senhores da Terra. Senhores da Guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUR, 1997.
- \_\_\_\_\_, R. A. L. “O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República” Tese de doutorado apresentada ao IFCH da UNICAMP, 2002.
- \_\_\_\_\_, R. A. L.; SEVÁ, J. T. e CARNEIRO, O. B. “Agronegócio e Representação de Interesses”. In: BRUNO, Regina et al. Um Brasil Ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009.
- \_\_\_\_\_, R. A. L. e SEVÁ, J. T. Representações de interesses patronais em tempo de agronegócio. In: Moreira, J. R. e Bruno, R. A. l. (org.) Dimensões rurais de política brasileiras. Rio de Janeiro: Mauad – Seropédica: Edur, 2010.
- CARNEIRO, E. J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: Zhouri, A., Laschefisk, K., Pereira, D.B (orgs). A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DELGADO, G. C. Capital financeiro e agricultura. Ícone: São Paulo, 1985.
- FIGUEIREDO, G. J. P. de e LEUZINGER, M. D. Anotações acerca do Processo Legislativo de Reforma do Código Florestal. Acesso em 20/07/2011, <http://www.ibap.org.direitoambiental/artigos.html>
- GANEM, R. e CUNHA, A. S. O Código Florestal em Debate. Texto de referência – Consultoria Legislativa da Camara dos Deputados. Nov.2004. Acesso em 05/07/2011 <http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/codigo-florestal/documento-de-referencia-da-consultoria-legislativa-1>
- LATHAM, J. Way Beyond Greenwashing: Corporations Captured “Big Conservation”? In: “Truthout”, março/2012.
- Disponível no site: [http://truth-out.org/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=7097:way-beyond-greenwashing-have-corporations-captured-œbig-conservation&](http://truth-out.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=7097:way-beyond-greenwashing-have-corporations-captured-œbig-conservation&)
- LOPES, J. S. L. A ambientalização dos conflitos sociais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- MARTINS, J. S. O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta. SP: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_, J. S. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MEDEIROS, L. S. Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.
- MENDONÇA, S. R. Estado e Sociedade. In: Mattos, M.B. (org.) História: pensar e fazer. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- \_\_\_\_\_, S. R. O Plano Nacional de Reforma Agrária e as entidades patronais rurais do Sudeste brasileiro na década de 1980. II Jornada História Regional do Sudeste Brasileiro. Porto Alegre RS: PUCRS, 2005 (p.:1-20)
- SEVÁ, J. T. “Classes patronais rurais e conflitos sociais: um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental”. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ, dezembro. 2008.
- THOMPSON, E. P. Tradición, revuelta e consciéncia de classe: estúdios sobre La crisis de La sociedade preindustrial. Barcelona: Crítica, 1984.
- VERDUM, R. O Código Florestal e o novo Congresso. Brasília: INESC, 2011.
- URBAN, T. Saudades do matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: UFPR, 1998.
- Outras fontes:
- Dados da Assessoria de Imprensa e Documento Mobilização O Novo Código Florestal - Orientações Gerais. CNA e Sistema Famato, Abril, 2011.
- Código Florestal Brasileiro, 1965. Presidência da República. Acesso em 01/08/2011, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm)



(Foto: Janaína Tude Sevá, Brasília/DF, Abril/2011)  
Participantes da mobilização caminham no gramado da Esplanada dos Ministérios (DF) diante da faixa com o *slogan* da mobilização nacional pela reforma do Código Florestal: “A mão que planta é a mesma que preserva”.



(Foto: Janaína Tude Sevá, Brasília/DF, Abril/2011)  
Participantes da manifestação uniformizados assistem aos discursos de parlamentares e lideranças patronais rurais, tendo ao fundo a mensagem assinada pelas principais entidades de representação do agronegócio (APROSOJA, FAMASUL e SENAR, dentre outros) e pelas principais espécies florestais brasileiras.

**GT 05 - Elites patronais rurais e agroindustriais, ação coletiva e pensamento crítico**

**O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E A INTERFERÊNCIA NA SOBERANIA CAMPONESA MOÇAMBICANA**

**Catiane Cinelli<sup>1</sup>**

**Marlene Ribeiro<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente ensaio pretende apontar reflexões sobre o agronegócio brasileiro e como este invade o território moçambicano, por meio do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSavana). Com o objetivo de compreender os impactos causados por esse programa naquele país, mostram-se as contradições do agronegócio no Brasil, a forma como se impõe em Moçambique, bem como a resistência dos movimentos sociais populares, a partir da experiência.

**Palavras-chave:** agronegócio; ProSavana; resistência.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); bolsista CAPES; [katimmc@gmail.com](mailto:katimmc@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Educação; professora do PPGEdu/FACED/UFRGS; bolsista produtividade CNPq; [marlene.ribeiro@ufrgs.br](mailto:marlene.ribeiro@ufrgs.br).

## **O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E A INTERFERÊNCIA NA SOBERANIA CAMPONESA MOÇAMBICANA**

O artigo traz reflexões sobre o agronegócio brasileiro e como esse invade o território moçambicano, por meio do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSavana). Na tentativa de compreender a realidade camponesa, nos dois países, tentamos mostrar alguns elementos do agronegócio no Brasil, a forma como se impõe em Moçambique, bem como a voz dos movimentos sociais populares dizendo não a esse modelo de agricultura capitalista. Compreendemos que esse grito das organizações assume uma dimensão educativa no processo mesmo em que se organizam aqueles movimentos, e que forja uma Educação Popular como cultura rebelde, no dizer de Brandão e Assumpção (2009).

As reflexões aqui contidas resultam de pesquisas em textos, artigos, denúncias e manifestos divulgados a respeito da situação em Moçambique, especialmente na internet, além de autores que trabalham sobre o agronegócio e suas consequências para as famílias camponesas, tanto no Brasil quanto naquele país. Iniciamos por contextualizar e conceituar o agronegócio que sucede à Revolução Verde, no Brasil, para, em seguida, trazer reflexões sobre o ProSavana em Moçambique, culminando com a abordagem da resistência dos camponeses, presente na luta pela ocupação do território em que vivem e trabalham, seja no Brasil seja em Moçambique.

### **O agronegócio no Brasil**

O campo brasileiro, na atualidade, experimenta profundas contradições expressas em momentos difíceis, onde muitos problemas aparecem, como a contaminação de águas, terras e alimentos. Para ilustrar essa afirmação, trazemos o exemplo da contaminação do leite materno por agrotóxicos, notícia que chocou a maioria da população nacional, por considerar este leite como um alimento sagrado, o mais necessário ao desenvolvimento das crianças. Sobre isso, Palma (et alii, 2010, p. 2), em pesquisa realizada com sessenta e duas nutrízes de Lucas do Rio Verde-MT, mostra que todas apresentaram pelo menos um tipo de agrotóxico. “Os resultados podem ser oriundos da exposição ocupacional, ambiental e alimentar, do processo produtivo da agricultura, que expôs a população a 114,37 litros de agrotóxico por habitante, na safra agrícola de 2009/2010”. Esta – a contaminação do leite – é uma das consequências do agronegócio, que se propagandeia como saída para os problemas da agricultura, mas que, na prática, só visa o lucro para enriquecer a poucos.

Isso, por um lado. Por outro, as camponesas e os camponeses tentam re/produzir sua própria vida e cuidar da natureza, com a produção de alimentos saudáveis e de plantas medicinais, os cuidados com pequenos animais, a agroecologia e o uso de sementes crioulas, o que se pode caracterizar como uma ação educativa. As práticas de cuidado, por parte das camponesas e dos camponeses, recebem muitas ofensivas de uma agricultura dita moderna, que, de acordo com Aly Junior (et alii, 2008, p. 326), “surge como poupadora de mão-de-obra, principalmente buscando aumentar a competitividade da produção visando o mercado internacional”. O que podemos perceber é que a conjuntura brasileira não está deslocada da internacional, sendo que ao nosso país cabe a função de participar do mercado mundial, através do agronegócio que definiremos adiante. Retomando os autores citados, os mesmos afirmam que há:

Um *re-ordenamento* da estrutura produtiva, combinada com uma política de controle inflacionário, adotada em especial a partir do Plano Real, acabou por gerar uma contínua redução dos postos de trabalho, tanto nas cidades quanto no campo (...). Cidades industrializadas, com uma economia local mais dinâmica, se permitem uma migração de parte dos trabalhadores para outros setores da economia (comércio, serviços, construção civil e setores informais). No campo, as poucas alternativas de emprego, a sazonalidade e informalidade de muitas atividades transformam os trabalhadores rurais e os pequenos produtores (os sem-terra ou com pouca terra), em importantes atores sociais, que colocam a questão agrária e a questão agrícola como expressão de uma luta, de um conflito social (ALY JUNIOR, et alii., 2008, p. 326, grifo dos autores).

Essa expressão da luta resultante de um conflito social só pode ocorrer com a sociedade civil organizada, colocando em questão a estrutura social capitalista, que trata o campo, a terra, os bens naturais e as próprias pessoas, como mercadorias. E, por essa razão, os movimentos sociais populares investigam e se apropriam do conhecimento sobre a realidade em que estão inseridos, para, além de protestarem, construírem alternativas com o propósito de enfrentar essa situação. E, nas suas lutas, se forjam e fortalecem, assumindo este processo um caráter pedagógico de formação dos movimentos sociais populares enquanto sujeitos político-coletivos (RIBEIRO, 2010).

Em se tratando da questão agrária brasileira, aqueles autores ainda relatam que, em todas as regiões, têm-se muitos problemas como: latifúndios improdutivos, terras públicas federais e estaduais griladas, posseiros não titulados, pequenos proprietários, trabalhadores expulsos do campo pelo processo de concentração de capital na agricultura, além de indígenas que exigem a demarcação de suas áreas. Enquanto isso, a expansão do agronegócio da cana se expressa “em um acúmulo de terras que satisfaçam as condições edafoclimáticas e físicas de aproveitamento de um maquinário e de uma dada planta industrial” (ALY JUNIOR et alii,

2008, p. 327). Um exemplo concreto dessa problemática são os conflitos que ocorrem no município de Faxinalzinho, no estado do Rio Grande do Sul, numa disputa por terras entre agricultores e índios caingangues. Estes conflitos “voltaram a expor o dilema mais real e perverso de um país que há mais de 500 anos ainda tenta descobrir qual é o lugar dos povos indígenas, nesta pátria nem tão gentil” (DUARTE, 2014, p. 6).

Gorender (2002, p. 17) aprofunda a compreensão desta conjuntura, ao refletir sobre a “gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”, afirmando que:

No modo de produção capitalista constituído, a agricultura não é simplesmente agricultura, ela é também um ramo industrial como a siderurgia, a tecelagem, o ramo mecânico, como o ramo químico ou qualquer outro. Mas, se isso acontece, há uma peculiaridade que na agricultura é impossível de eliminar, que é o problema da terra, uma vez que esta constitui um recurso limitado e insubstituível. A propriedade da terra, entretanto, se for historicamente herdada de formações sociais anteriores, por exemplo, do feudalismo, ou se já tiver sido transformada, como o fez a revolução burguesa, digamos, na França, não deve representar empecilho à aplicação de capital na exploração agrícola, porém constitui título a recepção de uma renda fundiária de tipo capitalista.

E retrocedendo um pouco na história, chegamos aos anos de 1990, quando o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso adota uma política agrária a qual chama de “Novo Mundo Rural”, com o apoio do Banco Mundial, e, seguindo as regras do mercado, promove a privatização de terras improdutivas. “Segundo essa concepção, os camponeses devem buscar maior “eficiência” por meio de sua integração ao agronegócio” (RESENDE; MENDONÇA, 2004, p. 75, com aspas dos autores). Mas o agronegócio não é totalmente novo, apenas aprofunda e introduz mudanças propiciadas pelo avanço tecnológico, orientando-se pelas transformações do modelo flexível que veio a substituir o taylorismo-fordismo, em decorrência da crise deste em meados dos anos 1970 (ANTUNES, 1995), que atinge, também, a produção agrícola.

A política agrícola anterior era determinada pela Revolução Verde, aplicada no Brasil a partir do segundo governo de Getúlio Vargas (1950-54), quando ocorreram perdas irreparáveis ao serem utilizadas sementes híbridas para substituir os plantios tradicionais diversificados, ocasionando a extinção de suas sementes. “No pacote da Revolução Verde, a perda dos usos múltiplos para além do uso para o mercado não é considerada: os custos ecológicos são deixados de fora como externalidades, assim como os sistemas de saber nativos são degradados e desaparecem” (PEREIRA, 2012, p. 685).

Assim, nesse contexto, no qual estão imersos as camponesas e os camponeses em luta e praticando a agricultura de forma diferenciada, é que se faz necessário destacar a opção pelo agronegócio, de países, como o Brasil, cuja economia se sustenta na produção de artigos



primários, oriundos do trabalho da/com a terra, ou que agregam pouca tecnologia, e destinados à exportação.

Consiste o agronegócio numa articulação empresarial voltada à exportação de produtos primários ou que agregam pequena parcela de tecnologia, tratando-se principalmente de minérios e gêneros agrícolas que são produzidos em larga escala e comercializados no Brasil e no exterior. Envolve o setor de máquinas (tratores, ceifadeiras, colheitadeiras etc...), a produção agrícola, as tecnologias associadas a esta produção, a industrialização dos produtos, o setor de distribuição e serviços e o setor bancário, responsável pelo financiamento da produção (RIBEIRO, 2013, p. 674).

O agronegócio é, então, o caminho definido pelo e para o Brasil no plano econômico nacional e internacional, e que está associado ao poder e à propriedade privada de grandes extensões de terra, os latifúndios, poder este que, além de econômico, é político, inclusive no Congresso Nacional em que é forte a participação de deputados e senadores organizados na União Democrática Ruralista (UDR), presidida pela senadora Katia Abreu. Com esse modelo capitalista, em que agricultura significa apenas lucro e a qualquer custo, vivemos em tempos de perda da biodiversidade e de recursos naturais, com desrespeito aos povos camponeses, indígenas, quilombolas, coletadores e pescadores. Tem-se um alto investimento em maquinários pesados, no uso abusivo de agrotóxicos e de sementes transgênicas o que, além de invadir as lavouras camponesas, trazem doenças para a terra e, também, para os seres humanos. Há um alto índice de câncer em várias regiões do mundo e também no Brasil. Coletando dados sobre o problema, afirma Carvalho (2005, p. 55) que o “quadro mais terrível do uso da tecnologia na agropecuária brasileira refere-se ao consumo de agrotóxicos, quer para os vegetais quer para os animais”. Todavia, a propaganda do agronegócio diz que o uso dos agrotóxicos e das sementes transgênicas resulta em uma maior produtividade, justificando que esta poderá contribuir para matar a fome de milhões de pessoas que vivem em precaríssimas condições de higiene e infraestrutura, não só no Brasil, mas em muitos lugares do mundo, incluindo Moçambique, país que iremos tratar neste artigo.

A opção pelo agronegócio, em nosso país, serve para manter e, ainda, fortalecer a concentração de terras, pelo fato de não ter sido feita a reforma agrária. Esta é a realidade em que camponesas/es vivem, numa sociedade em que se impõe o capitalismo sem controle, e, com referência às famílias camponesas brasileiras, uma reforma agrária já não encontra, na atualidade, as condições necessárias para efetuar-se; com isso, ampliam-se as injustiças sociais. Assentado sobre a concentração da terra, o uso de sementes híbridas, gerando a dependência das famílias que sobrevivem do seu trabalho com/da terra, além da aplicação de agrotóxicos e do maquinário que reduz o número de postos de trabalho, este modelo de

agricultura – o agronegócio – já se faz presente em Moçambique. É este um país “localizado ao sudeste do continente africano e tem na agricultura a principal fonte de renda e trabalho para uma grande parte da população” (EMBRAPA, s/d). Assim como foi a implantação da Revolução Verde no Brasil, em meados do século XX, tendo continuidade com o uso de transgênicos e do agronegócio, desde o final deste século, intensificando-se no século XXI, vemos o discurso do Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), invadindo o território moçambicano com as mesmas promessas de aumento sustentável da produção agropecuária e com a autossuficiência em alimentos, o que podemos afirmar – porque vivenciamos na pele – que não acontece no Brasil.

### **O ProSavana em Moçambique**

Moçambique vive um momento complexo em sua história, em meio a ataques militares, a enchentes e secas periódicas. Além disso, chegam empresas estrangeiras explorando seus minérios, suas terras e invadindo sua cultura e seus modos de vida (UNAC, 2013). O ProSavana, com a coordenação do Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG), da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), se insere nesse contexto. Podemos ver o objetivo de “Melhorar e modernizar a agricultura com vista a um aumento da produtividade e produção”, na divulgação do Programa, feita pelo Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG, s/d). Ao afirmar que objetiva modernizar a agricultura é porque considera que a existente é atrasada, o que significa dizer que todos os conhecimentos camponeses reproduzidos e praticados durante milênios não “servem”. Isso nos faz pensar, mas para quem é essa agricultura moderna? E com isso somos instigadas a procurar saber o que é esse Programa e o que o mesmo está propondo.

No Projeto de Extensão e Modelos (PEM), elaborado para o ProSavana, divulgado na página eletrônica do MINAG, podemos identificar o objetivo de aumentar a produtividade da agricultura, através de medidas apropriadas, incluindo melhoria do sistema de produção, acesso aos serviços de extensão agrária, incluindo técnicas e insumos de qualidade e, em quantidade suficiente para o desenvolvimento de cadeias de valor e expansão das áreas cultivadas. Já em Brasil de Fato, um jornal identificado com as demandas populares, consta que:

O governo brasileiro junto ao setor privado está colaborando com o Japão para promover um projeto de agronegócio em grande escala no norte de Moçambique. Denominado ProSavana, o projeto poderá disponibilizar 14 milhões de hectares de

terra para empresas brasileiras do agronegócio para a produção de soja, milho e outras culturas de rendimento que serão exportadas pelas empresas transnacionais japonesas. Essa área de Moçambique, conhecida como Corredor de Nacala, é uma região onde moram milhões de famílias camponesas que correm o perigo de perder suas terras nesse processo (BRASIL DE FATO, 2012, s/p).

Com essas duas fontes – o documento do MINAG e a publicação do Jornal Brasil de Fato – podemos concluir que há pelo menos algumas contradições nesse processo. Ao mesmo tempo em que o ProSavana registra, como objetivo, promover a diversificação da produção agrícola com base nos resultados de estudos centrados no aumento da rentabilidade (EMBRAPA, s/d), apresenta-se um cenário em que empresas do Brasil e Japão pretendem tomar o controle das mesmas terras moçambicanas, para estabelecer grandes fazendas industriais e produzir culturas de rendimento baratas, destinadas à exportação. “Com o ProSavana pretende-se transformar o Corredor de Nacala numa versão africana do cerrado brasileiro, que foi convertido em grandes plantações de soja e cana de açúcar” (BRASIL DE FATO, 2012, s/p). Em artigo publicado pela organização Justiça Ambiental (JA, 2013, p. 1), podemos ler:

Quem tem vindo a acompanhar as discussões em torno do Programa Prosavana já deve ter apercebido que existem pelo menos duas percepções, dois discursos que não podiam ser mais diferentes, o do governo, ou melhor, dos proponentes do programa e o de algumas organizações da sociedade civil. Para o governo, este programa vem resolver quase todos os problemas ligados ao sector no Corredor de Nacala, vai transformar milagrosamente os pequenos e médios agricultores em grandes produtores competitivos, orientados para uma agricultura de mercado; vai ainda assegurar que aqueles que não abandonam a agricultura de pousio e se transformam, também terão um lugar privilegiado neste programa, pois terão toda a sua produção, as culturas a produzir ainda serão definidas, comprada pelos grandes produtores a um preço justo, haverá vias de escoamento para o excedente agrícola, enfim, o programa Prosavana é, segundo os proponentes, a resposta e solução aos problemas de baixa produtividade agrícola, à agricultura de pousio praticada pelos pequenos agricultores, à pobreza, fome, etc.

Segundo essa organização, nos documentos do ProSavana podemos encontrar o trabalho com agricultura orgânica. Por outro lado, a mesma publicação, JA (p. 1), afirma que não podemos ficar só ouvindo os discursos bonitos, mas precisamos ler nas entrelinhas, pois o que está sendo falado, não está sendo escrito e nem feito. De acordo com Estarque (2013), o programa prevê a sustentabilidade alimentar do Japão. “O ProSavana, em Moçambique, não é o primeiro projeto de cooperação japonesa para desenvolver a agricultura em países do Sul. Houve um antecessor no Brasil, o PRODECER, na década de 70”, que transformou as terras em grandes plantações industriais (Op. cit., p. 1). Estarque, na mesma página, ainda cita: “O objetivo do Japão com projetos de cooperação na África, como o ProSavana no norte de

Moçambique, é garantir a oferta de alimentos para consumo dos japoneses, afirma a pesquisadora da Universidade de Estudos Estrangeiros de Tokio, Sayaka Funada-Classen”.

Em Moçambique, o Programa atinge 19 distritos, sendo eles: Monapo, Muecate, Meconta, Nampula, Mogovolas, Murrupula, Mecubúre, Ribáuè, Lalaua e Malema na província de Nampula; Cuamba, Mecanhelas, Madimba, Ngauma, Lichinga, Majune e Sanga na província do Niassa e Gurué e Alto Molócuè, na província da Zambézia. O corredor de Nacala se estende ao longo de uma via ferroviária, que vai do Porto de Nacala, na província de Nampula, até a província de Niassa. Com seus solos férteis e suas chuvas regulares e abundantes, milhões de camponesas e de camponeses trabalham essas terras para produzir alimentos para suas famílias, assim como para os mercados locais e regionais. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), contratada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), para formular o Plano Diretor desse projeto, o ProSavana é um dos maiores projetos de cooperação do Brasil no exterior.

Para termos ideia de como são feitas as articulações políticas e econômicas no agronegócio, basta constatar que a GV Agro, filial da Fundação Getúlio Vargas e dirigida pelo antigo ministro brasileiro da Agricultura, Roberto Rodrigues, está coordenando os investimentos na área, feitos por brasileiros. De acordo com Pessôa (2013, s/p):

As dimensões gigantescas do ProSavana despertam o apetite de investidores privados. Para canalizar esses interesses, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) auxilia na criação do chamado Fundo de Nacala – que é uma iniciativa de setores privados no valor inicial de 2 bilhões de reais. Conforme o site da FGV, o fundo deve atrair investimentos “para o desenvolvimento do agronegócio e da produção de alimentos na região”.

Mais uma vez aparece a contradição, pois o investimento é no privado e, ao mesmo tempo, afirma-se que visa contribuir para a produção de alimentos, quando pesquisas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)<sup>3</sup> mostram que 70% dos alimentos são produzidos pela agricultura camponesa e familiar. Outra questão que nos causa dúvidas - senão desconfianças sobre os discursos anunciados - refere-se à da terra, pois, de acordo com Zacarias (2014), o ProSavana pretende aumentar a produção no corredor de Nacala, uma área de 14,5 milhões de hectares, no centro e ao norte de Moçambique, com potencialidades agronômicas semelhantes às do cerrado, a savana brasileira, o que converge com a informação do Jornal Brasil de Fato. Zacarias, na mesma obra, afirma que vivem ali cerca de 4,5 milhões de habitantes, 80% na zona rural, uma alta densidade em comparação com países, como o Brasil, que já viveu uma modernização agrícola promotora da

---

<sup>3</sup> Food and Agriculture Organization of the United Nations

expropriação/proletarização dos seus camponeses, no estado do Amazonas, em que foi possível identificar, também, uma ação educativa nas organizações geradas nesse processo (RIBEIRO, 1987). Assim, nos perguntamos, para onde vão esses camponeses moçambicanos? Zacarias pontua que as “comunidades do corredor de Nacala sofrerão uma ruptura na sua forma de viver, porque os grandes investidores trazem novas relações, de empregados e patrões”, e as monoculturas põem em xeque o hábito de produzir um pouco de tudo para sua alimentação (ZACARIAS, 2014, p. 1).

Um grande número de investidores brasileiros já fez um levantamento das terras na parte norte de Moçambique, com o ProSavana. De acordo com este Programa, estão sendo oferecidas grandes extensões de terra numa base concessionária em longo prazo, pelo valor de um dólar por hectare, por ano, o que é um absurdo. Segundo carta aberta da sociedade civil moçambicana, o que está acontecendo é a usurpação das terras comunais em Moçambique. Todo esse processo está sendo imposto sem um diálogo com a população, o que podemos ver nessa denúncia (JA 2013, s/p.):

Quero acreditar que é possível sentar e dialogar de facto, que é possível participar num processo de construção de um programa dos camponeses para os camponeses, um programa que vise realmente melhorar as condições de vida e trabalho deste tão grande e tão importante sector que é a agricultura familiar, mas o Prosavana não é isso! O Prosavana é uma má experiência importada do Brasil, um exemplo perfeito de abordagem do topo para a base, um processo iniciado e conduzido apenas ao mais alto nível... sem espaço ou interesse pelos “meros mortais.

Os discursos das empresas coordenadoras do ProSavana dizem que são terras abandonadas, onde não se pratica a agricultura. No entanto, estudos mostram que milhares de camponeses (as) moram nessa área e praticam, sim, a agricultura camponesa. No jornal Brasil de Fato (2012), podemos ver que as investigações feitas pelo Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) apontam claramente que, quase toda a terra agrícola nessa zona já está sendo usada pelas comunidades locais, trazendo, do pesquisador Jacinto Mafalacusser, deste Instituto, a afirmação de que: “Não é verdade que haja terra abandonada no Corredor de Nacala”.

### **Quais são as resistências construídas em Moçambique?**

Para falarmos das resistências construídas em Moçambique, nos amparamos em autores que expõem a necessidade de alianças entre diversos Movimentos Sociais Populares (MSP) mundiais, na perspectiva da internacionalização da luta anticapitalista. Santos (2010, p. 166) fala em outra globalização ou de formas de superação dessa sociedade, em que “uma outra história a partir dos vetores “de baixo” é tornada possível”. Essa possibilidade pode ser

observada a partir de organizações que se encontram e discutem a mudança dos paradigmas da sociedade.

Em relação ao ProSavana, associações e uniões ligadas à União Nacional de Camponeses de Moçambique se reuniram, em 2012, e lançaram um pronunciamento denunciando a forma como este Programa estava se desenvolvendo no país, sem uma consulta à população e sem informações claras sobre seus objetivos. Com isso, passaram a exigir:

Se é para se investir no Corredor de Nacala, ou em Moçambique em geral, recomendamos e exigimos que esses investimentos sejam feitos prioritariamente para desenvolver a agricultura e a economia camponesas, que nós, membros da UNAC e membros da Via Campesina, sabemos que é a única agricultura capaz de criar empregos dignificantes e duradouros, conter o êxodo rural, produzir alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para toda a Nação moçambicana, e assim favorecer o caminho para atingirmos a **Soberania** Alimentar (UNAC, 2012, s/p, grifos do autor).

Essa soberania alimentar pretendida pela UNAC, com suas ações ligadas à agroecologia, visa a praticar a produção de alimentos saudáveis, a recuperação e a produção de sementes crioulas de hortaliças. Para isso, além de um trabalho interno no país com os camponeses e as camponesas de todas as províncias, pretende efetuar intercâmbios com organizações sociais internacionais que comungam da mesma proposta. É o caso do *Projeto de Implantação de Bancos Comunitários de Sementes em áreas de Agricultura Familiar*, que se desenvolve entre movimentos populares da África do Sul, Moçambique e Brasil, no sentido de fortalecer trocas de experiências entre movimentos sociais populares. Em cada país africano há um movimento popular envolvido, sendo que, no Brasil, eles contam com a participação das organizações: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Movimento Camponês Popular (MCP) e Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), um dos movimentos populares organizados na Via Campesina-Brasil. Esta organização<sup>4</sup> vem acumulando uma história de lutas pela terra e por uma agricultura agroecológica.

Da mesma forma, há experiências de intercâmbio entre UNAC e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), também da Via Campesina, na área das sementes crioulas. Vale ressaltar que essas não são ações isoladas, porém fazem parte de uma proposta de

---

<sup>4</sup> A Via Campesina, no Brasil, envolve movimentos populares, entre os quais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Federação dos Estudantes de Agronomia (FEAB), Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF) (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 1).

transformação da sociedade, nas discussões sobre a alternativa de *Um outro mundo possível*, e ainda, das estratégias de organização da Via Campesina Internacional, que visa a produção de sementes crioulas como forma de garantir a soberania alimentar dos povos.

Nas experiências apresentadas e em diálogo com outras experiências, no Brasil e em Moçambique, não se trata de distinguir um país como mais importante que o outro, mas, sim, de as camponesas e os camponeses aprenderem uns com os outros, com as diferentes práticas, costumes e tradições. E é nesse processo de organização e troca de experiências que identificamos uma dimensão educativa, como afirmado no início. Sabemos da diversidade de culturas existentes em Moçambique as quais, nos últimos tempos, vêm despertando interesses de estudo e investimentos externos. Segundo Mama (2010), a maioria das pesquisas acadêmicas sobre o continente africano é de autores norte-americanos e da Europa Ocidental. Com o que conhecemos da experiência dos movimentos populares do campo, percebemos que os mesmos visam fortalecer os laços do poder popular, estando ligados a outros processos de construção de *uma outra globalização*, conforme propõe Santos (2010).

Parece-nos que o envolvimento do Estado na agricultura é contraditório, pois, ao mesmo tempo em que a ABC financia o ProSavana, também financia o *Projeto de Implantação de Bancos Comunitários de Sementes em áreas de Agricultura Familiar*, o mesmo acontece com o MINAG moçambicano. O que nos fica evidente é a opção clara dos movimentos sociais populares, que contam com o financiamento público para a garantia de seu trabalho, visando à produção de alimentos saudáveis e a autonomia na produção da população camponesa, com o propósito de atingir a soberania alimentar e popular, a partir da produção e troca de vários conhecimentos.

De acordo com nossas percepções, entendemos que as articulações e alianças desenvolvidas vêm no sentido da construção de uma sociedade solidária, com justiça social, e de um projeto de agricultura camponesa ecológica e socialista. A UNAC e a JA exigem que o governo moçambicano “reavalie o ProSavana, tendo em conta os anseios, preocupações e necessidades dos moçambicanos, em particular dos camponeses que são os mais afectados pelo Programa”, esses que constituem a grande maioria do povo moçambicano. “O ProSavana, nos termos em que se propõe, irá colocar em risco a soberania alimentar, de acesso à terra, à água e toda a estrutura social de milhares de famílias de moçambicanos, mutilando assim o futuro da nação” (UNAC, 2013, s/p). Segundo Schlesinger (2013) os camponeses moçambicanos estão em alerta e condenam a expropriação de terras dos pequenos agricultores para dar lugar a grandes investimentos da agricultura com interesses internacionais e privados.

Com este artigo, o qual levanta questões sobre o agronegócio no Brasil e a sua transposição para Moçambique, através do ProSavana, somos impulsionadas a pesquisar mais sobre esta realidade nos dois países. E para encerrá-lo, podemos afirmar que, além dos riscos que significa o uso intensivo dos agrotóxicos para a saúde, o agronegócio traz enormes prejuízos à soberania dos povos. Ao transpor para Moçambique um modelo que enormes prejuízos está causando às populações que vivem no campo – camponeses, indígenas e agricultores –, no Brasil, através do ProSavana, pensamos que isso se constitui numa afronta à população camponesa daquele país. Por outro lado, as organizações sociais e os sujeitos político-coletivos organizados em movimentos sociais populares, tanto no Brasil quanto em Moçambique, com sua prática educativa no sentido da ação-reflexão-ação, ou práxis, conforme Freire (1987), permanecem com firmeza na luta anticapitalista e apontam a agricultura camponesa como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável de ambos os países. Nossas reflexões e pesquisas até o momento nos deram elementos para chegarmos até aqui, no entanto, novas investigações e estudos se fazem necessários para a continuidade.

#### **Referências:**

ALY JÚNIOR, Osvaldo [et al]. Questão Agrária e Agricultura em São Paulo: elementos de diretrizes do Incra-SP. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Ed. Cortez/Edunicamp, São Paulo, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPCÃO, Raine. *Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL DE FATO. *Agronegócio brasileiro invade a África*. 2012. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/11330>. Acesso em 24 de maio de 2014.

CARVALHO, Horácio M. *O campesinato no século XXI*. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

DUARTE, Letícia. Tensão indígena na aldeia global. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 18/05/2014, seção Cultura, ideias e debates, p. 6.

EMBRAPA. *Apoio ao Sistema de Inovação no Setor agropecuário*. [s/d]. Disponível em: <http://www.cnpmf.embrapa.br/destaques/Mocambique.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2014.

ESTARQUE, Marina Mendonça. *Projeto ProSavana em Moçambique visa garantir segurança alimentar do Japão, diz especialista*. 2004. Disponível em: <http://www.dw.de/projeto-prosavana-em-mo%C3%A7ambique-visa-garantir->



[seguran%C3%A7a-alimentar-do-jap%C3%A3o-diz-especialista/av-17128607](#). Acesso em 24 de maio de 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Prosavana*. [s/d]. Disponível em: <http://fgvprojetos.fgv.br/projeto/prosavana>. Acesso em 24 de maio de 2014.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*, São Paulo, Expressão Popular, 2005.

JA, Justiça Ambiental. *Prosavana - Mudança de estratégia*. Disponível em: <http://farmlandgrab.org/post/view/22889-prosavana-mudanca-de-estrategia>. 2013. Acesso em 24 de maio de 2014.

MAMA, Amina. Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAG, Ministério da Agricultura de Moçambique. *ProSavana: Projecto de Criação de Modelos de Desenvolvimento Agrícola Comunitários com Melhoria do Serviço de Extensão Agrária com vista ao Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala, em Moçambique*, [s/d]. Disponível em: <https://www.prosavana.gov.mz/index.php?p=pagina&id=10>. Acesso em 27 de maio de 2014.

PALMA, Danielly Cristina (et alii). *Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde - MT*. Disponível em: [xa.yimg.com/.../RESUMO+Agrotóxicos+em+leite+Lucas+Rio+Verde+UF](http://xa.yimg.com/.../RESUMO+Agrotóxicos+em+leite+Lucas+Rio+Verde+UF). Acesso em 24 de maio de 2014.

PEREIRA, Mônica C. de Britto. *Revolução Verde*. Verbete. CALDART, Roseli et alii. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 685-690.

PESSÔA, Marcio. *Programa brasileiro ProSavana causa temor de conflitos de terra em Moçambique*. Disponível em: <http://www.dw.de/programa-brasileiro-prosavana-causa-temor-de-conflitos-de-terra-em-mo%C3%A7ambique/a-16916129>. Publicado Em 13.07.2013. acesso em 24 de maio de 2014.

RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luisa. A contra-reforma agrária no Brasil. MARTINS, Mônica Dias (Org.). *O Banco Mundial e a terra. Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 75-82.

RIBEIRO, Marlene. Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência. *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 18, nº 54. Rio de Janeiro: ANPED, p. 669-796, jul./set. de 2013.

\_\_\_\_\_. “De seringueiro a agricultor-pescador a operário metalúrgico. Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses”. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1987. 375 pp.

\_\_\_\_\_. *Movimento Camponês, Trabalho e Educação*. Liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação Humana. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHLESINGER, Sergio. *Cooperação e investimentos do Brasil na África: O caso do ProSavana em Moçambique*. Maputo: FASE, 2013.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19.ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES. *Pronunciamento da UNAC sobre o programa ProSavana*, outubro 2012. Disponível em <http://www.unac.org.mz/index.php/documentos-de-posicao/38-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>. Acesso em 24 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. *BOLETIM INFORMATIVO*. Maputo: UNAC. Outubro/dezembro, 2013.

ZACARIAS, Amos. *ProSavana: o Brasil agora esporta latifúndios?*, 07 de janeiro de 2014. Disponível em <http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/prosavana-o-brasil-agora-exporta-latifundios/>, acesso em 24 de maio de 2014.

## O agronegócio na Chapada do Apodi e a atuação de resistência do Movimento 21

MENDES, José Ernandi<sup>1</sup>  
CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de<sup>2</sup>  
FREITAS, Bernadete Maria Coêlho<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de compreender as práticas políticas dos sujeitos e movimentos sociais em confronto com o agronegócio na região do Baixo Vale do Jaguaribe, no município de Limoeiro do Norte, no estado do Ceará, Brasil. Desenvolve-se no âmbito dos saberes das ciências sociais, mais especificamente, na educação e geografia. A metodologia inclui pesquisa bibliográfica e baseia-se na referência real dos conflitos agrários e ambientais e das lutas pelo direito à educação, a terra e ao território tendo a observação participante e entrevistas como elementos catalizadores dos dados. As denúncias sobre a concentração fundiária e a contaminação do ambiente, culminaram no assassinato do líder comunitário José Maria do Tomé, em 21 de abril de 2010, ocasionando manifestações, as quais convergiram para a criação de um movimento/rede política – Movimento 21 (M21) – que mantém acesas suas denúncias. O M21 e agentes pastorais têm atuado na mobilização e animação das comunidades para o enfrentamento da violência, da concentração de terra e do uso indiscriminado de agrotóxicos por empresas vinculadas ao agronegócio. Neste processo, percebe-se a construção de uma educação do oprimido na perspectiva de sua emancipação que ganha força nas práticas coletivas de sujeitos oriundos de instituições e movimentos sociais distintos.

**Palavras-chave:** práxis político-educativa – movimentos sociais do campo – agronegócio

### Introdução

O agronegócio tem se expandido no Brasil, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, em função dos incentivos do Estado e da sujeição da renda da terra camponesa. Esse processo – que tem ocorrido no âmbito da mundialização do capital – ampliou os problemas estruturais do campo, a exemplo da concentração fundiária e, mais recentemente, questões de ordem ambiental e culturais, pondo em risco a vida dos(as) trabalhadores(as) e a existência das comunidades camponesas, além de protagonizar ações violentas contra os que denunciam sua lógica perversa.

A expansão do capitalismo no campo ocorre de forma contraditória e combinada interligando processos de expulsão e recriação do campesinato com a eclosão das lutas unindo campo e cidade como materialização das resistências e da conflitualidade. A colisão entre agronegócio e campesinato revela interesses e projetos diferenciados, em que o primeiro ameaça a vida e o território do segundo, ao passo que, contraditoriamente o recria, embora com relações dissimétricas de poder.

O presente trabalho tem o objetivo de compreender as práticas políticas e os saberes constituídos na resistência dos sujeitos e movimentos sociais ao agronegócio na região do Baixo Vale do Jaguaribe, no município de Limoeiro do Norte, no estado do Ceará, Brasil. Desenvolve-se, no âmbito dos saberes das ciências sociais, mais especificamente, da educação e geografia. A partir de uma perspectiva crítica, notadamente de teóricos como Gramsci, Snyders, Löwy, Frigoto, Ghon, Paulo Freire, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Teodor Shanin, David Harvey, Claude Raffestin, procura-se compreender as relações desses saberes com os movimentos sociais, na atual realidade do campo brasileiro. A metodologia baseia-se

---

<sup>1</sup> Professor do Mestrado Acadêmico Intercampi Em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Pós Doc – EHES – France - Bolsista apoiado pela CAPES. Email: ernandi.mendes@uece.br

<sup>2</sup> Professora do MAIE/UECE, Pós Doc – EHES – France - Bolsista apoiado pelo CNPq. Email: sandra.gadelha@uece@br

<sup>3</sup> Professora da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos-FAFIDAM/Universidade Estadual do Ceará (UECE), Doutoranda em Geografia Humana (USP). Email: bernadetegeo@gmail.com

na referência real dos conflitos agrários e ambientais e das lutas pelo direito à educação, a terra e ao território tendo a observação participante e entrevistas como elementos catalizadores dos dados.

Inspirados em Paulo Freire, evidenciamos as práticas educativas presentes nas ações das classes sociais do campo numa situação específica. Para melhor entendimento do leitor, o texto encontra-se organizado em três partes: na primeira, situamos o contexto do agronegócio, mostrando contradições do modelo neoliberal neodesenvolvimentista, situando-o no conjunto das relações capitalistas contemporâneas; na segunda parte, apresentamos o agronegócio na microrregião do Baixo Vale Jaguaribe e as lutas existentes; e, na terceira parte, procuramos evidenciar a presença da educação no conjunto de práticas, hegemônicas e contra-hegemônicas dos sujeitos coletivos e do Movimento 21 nos conflitos socioambientais.

### **A escala espaço-temporal**

O entendimento da nova realidade do campo brasileiro se dá a partir de sua inserção na atual fase do capitalismo monopolista e da nova ordem mundial: a mundialização do capital (Chesnais, 2000), que revela a expansão dos tentáculos do capitalismo no mundo e novos papéis do Estado. Percebe-se assim, o incremento do comércio internacional, com a multiplicação da oferta de produtos; a organização do trabalho num sistema flexível (Harvey, 2008), permitindo ao capitalista acelerar o processo de acumulação; a revolução técnico-científica, com o suporte da robótica e da informática, as quais cumprirão importante papel na produção e realização da mais-valia; e o caráter neoliberal que se constituirá na racionalidade de gestão que os capitalistas encontrarão para subjugar os estados nacionais à lógica objetivamente internacional.

O capital mundializado é um sistema que nega sua *raison d'être* na medida em que se pauta na: dispensa relativa e crescente de trabalho vivo; perda relativa de capacidade dos Estados nacionais (em geral, mas especialmente os da periferia do sistema) de imporem limites e mecanismos de controle ao capital mundializado; negação prática dos ideais liberal-democráticos da escola (SOUSA JÚNIOR, 2010, p.231).

Nesse sentido, é importante destacar que “a mundialização do capital não apaga a existência dos Estados nacionais, nem as relações políticas de dominação e de dependência entre eles”. Percebe-se o aprofundamento das contradições, uma vez que acentuou “os fatores de hierarquização entre países, o abismo que separa os países” (CHESNAIS, 2000, p. 14).

O capital aprofunda a sincronia de ação dos setores financeiro, industrial e agrícola. Esse formato se expande no Brasil, que mantém seu lugar na divisão internacional do trabalho, como exportador de matérias primas e produtos primários, desta feita tendo o agronegócio como protagonista do campo num cenário de expropriação, exploração e degradação ambiental.

O negócio capitalista no campo tem se expandido, a partir da industrialização da agricultura, da formação de oligopólios, compostos pela indústria química, pesquisas transgênicas e produtos agropecuários. O aparelho de estado se constitui num elemento impulsionador desta lógica, que ameaça a biodiversidade, aumenta os problemas ambientais e sanitários, pondo em risco a vida dos trabalhadores, sobretudo quando denunciam perversa lógica. Em defesa da agricultura familiar camponesa, sujeitos sociais no campo se levantam.

A região do Baixo Vale do Jaguaribe no estado do Ceará (Figura 1) é um exemplo emblemático dos dois projetos em disputa no campo brasileiro. É deste contexto sócio-econômico e político que emergem contradições e práxis educativas, refletidas neste trabalho.

O Governo do estado do Ceará, Brasil, cria o Programa Cearense de Agricultura Irrigada (PROCEAGRI), o qual incentiva a ocupação da Chapada do Apodi por grandes empresas nacionais e internacionais voltadas para a fruticultura de exportação. O incentivo se aprofunda com isenção integral de impostos ao comércio de agrotóxico, facilitando a generalização de seu uso, e, por conseguinte, a contaminação do ar, do solo e da água, inclusive do subsolo do aquífero Jandaíra, na fronteira com o vizinho estado do Rio Grande do Norte.

Figura 1. Localização do Baixo Jaguaribe



Fonte: Classificação do IBGE (1990; 2002); organizado por Freitas (2013).

Em contrapartida, as denúncias sobre a concentração fundiária e degradação do meio ambiente que culminaram no assassinato do ambientalista José Maria do Tomé, em 21 de abril de 2010, fizeram eclodir manifestações e movimentos, emergindo e despertando sujeitos sociais coletivos: agentes pastorais da igreja católica na região jaguaribana, inclusive com a presença de alguns padres; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB); Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP); sindicatos de trabalhadores da região; e, professores das universidades, através do grupo TRAMAS – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a

Sustentabilidade – núcleo de pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC), e, do LECAMPO – Laboratório de Estudos da Educação do Campo, vinculado a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – (FAFIDAM) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Estes sujeitos criaram um amplo movimento – Movimento 21 (M21)<sup>4</sup> – que mantêm acesas as denúncias realizadas pelo José Maria. Os agentes pastorais referidos acima têm sido imprescindíveis na mobilização e animação das comunidades assustadas pela violência (Lima, Vasconcelos e Freitas, 2011).

A construção de uma atuação em rede, além de efetivar a solidariedade às populações mais vulneráveis, percebidas justamente como aquelas comunidades que mais sofriam com a expropriação de terras e com a contaminação ambiental decorrentes do agronegócio, ampliou o conceito de ‘atingidos’ e de atores sociais legítimos a reivindicar direitos (TEIXEIRA, 2011, p.532).

A reunião prática dos movimentos sociais do campo, setores da igreja católica vinculados à teologia da libertação, organizações de esquerda, ambientalistas e pesquisadores das universidades públicas (UECE e UFC) representa a constituição de um sujeito coletivo, com práxis político-educativa de características peculiares, comprometido com a denúncia das “forças destruidoras” do capitalismo contemporâneo e anúncio de uma práxis política e científica, como é o caso na perspectiva de uma sociedade ecossocialista. “O ecossocialismo é uma estratégia de convergência das lutas sociais e ambientais, das lutas de classe e das lutas ecológicas” (LÖWY, 2010, p.231).

As comunidades da Chapada do Apodi nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, dentre elas a do Tomé, que sobreviviam da prática da agricultura e comércio familiar, vêem seu modo de vida se modificar drasticamente. Sujeitas aos mecanismos de hegemonia do agronegócio, inclusive a ideologia neoliberal neodesenvolvimentista e seus mitos de mais dinheiro e mais emprego, não conseguem impedir que a grande propriedade moderna invada seus territórios de subsistência, dando uma nova configuração agrária à região. As terras públicas são gradativamente ocupadas pelo agronegócio, que conta com as benesses do estado através de incentivo direto ou omissão nos processos de transgressão da lei tanto na posse da terra quanto, posteriormente, no uso abusivo de agrotóxicos, que provoca o envenenamento da água e, por conseguinte, dos habitantes da Chapada.

Hoje, a população trabalhadora, assalariada do agronegócio, é privada de água potável para o uso diário. Normalmente, a água envenenada que sai das torneiras é usada no banho, lavagem de roupas e louças. A água de beber é comprada em garrafas de água mineral. A lógica de mercado prevalece em todos os sentidos no relacionado às necessidades básicas da população. Nas escolas, com a anuência dos governantes dos municípios acima referidos, o quadro é gravíssimo, pois as crianças são obrigadas a beber a água contaminada das torneiras.

Os mitos construídos são poderosos na contenção de ações de resistência, impondo a crença que a condição de empregado que manipula diariamente venenos nas plantações da grande propriedade ou prepara o abacaxi para exportação é melhor para todos que a realidade anterior de agricultura familiar. Sem mencionar a política do estado brasileiro de apoio ao modelo de desenvolvimento no campo, os poderosos propagam a representação social de que a água abundante e empregos em período de seca são conquistas das empresas da Chapada. Desta forma, naturaliza-se a metamorfose do mundo do trabalho e novo modo de vida no campo.

---

<sup>4</sup> O M21 – é uma alusão a 21 de abril de 2010, data do assassinato de Zé Maria, numa emboscada com 25 tiros.

A pedagogia do opressor se hospeda na consciência dos trabalhadores da Chapada na aceitação destas representações e sobretudo na cultura do medo: medo das pessoas perderem o emprego, medo de falar sobre o mal dos agrotóxicos, o medo de se organizar para resistir na perspectiva de uma pedagogia do oprimido e ser assassinados como foi Zé Maria etc. O medo é portanto um instrumento do opressor e sua pedagogia, não se restringe a um fato psicológico, mas um fenômeno social, cultural, político e educativo, pois incide na formação das pessoas.

Na contramão do medo que beneficia o opressor, membros da igreja católica, procuram encorajar a comunidade, formando(educando) lideranças, através de um paciente processo de educação popular. Junta-se a esta perspectiva o M21, que procura articular investigação científica e práxis política no contexto da Chapada. Aliados à experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), estes sujeitos produzem uma articulada pedagogia libertadora a serviço dos oprimidos.

### **A expansão do agronegócio e as lutas no Baixo Jaguaribe**

É na microrregião do Baixo Vale Jaguaribe que ocorreu a primeira experiência de política pública de irrigação do Ceará. O poder político local foi definidor para sua efetivação durante a Ditadura Militar, que governou o Brasil no período de 1964 a 1984.

É nesse território, construído a partir do espaço, marcado por relações de poder, conflitos e luta de classe (Raffestin, 1993, Oliveira, 1999) teve papel central desde a re-ocupação do Ceará, no século XVII. Configurou-se a principal via de penetração dos dominadores europeus, em função, especialmente, da presença do rio Jaguaribe, maior do estado. Após esse processo, a arquitetura socioespacial foi redefinida, marcada, a princípio, por conflitos entre as populações originárias (indígenas) e os colonizadores e, em fases seguintes, pelos camponeses e agronegócio/latifundiários (Freitas, 2010; Lima et. al, 2011; Diniz, 2009).

Nessa região é expressiva a sujeição da renda da terra ao capital (Martins, 1995) que tem prejudicado substancialmente os camponeses das comunidades rurais, seja pela desvalorização da sua produção no momento da compra, seja em função do preço de monopólio empregado nos insumos agrícola, como é o caso dos agrotóxicos. Além disso, esse processo de sujeição de parcela do território camponês ao capital ocorre pela imposição de um modelo de agricultura extremamente degradador, tanto da vida humana como da natureza.

A escolha política do Estado brasileiro de incentivar o modelo do agronegócio tem gerado custos sociais altíssimos e danos irreparáveis à sociedade e ao ambiente, pois esse modelo de agricultura é inviável e insustentável tanto do ponto de vista socioeconômico, pois gera a concentração da renda e da terra; do ponto de vista ambiental, em função da contaminação da natureza e dos trabalhadores pelo uso intenso de agrotóxicos e do pacote tecnológico como um todo, próprio do modelo monocultor; do ponto de vista cultural, pois expulsa comunidades camponesas e agroecológicas, impossibilitando as relações identitárias com seus territórios. Alguns desses problemas atingem, inclusive, as comunidades rurais do entorno dos projetos públicos de irrigação, espaços pelos quais o agronegócio tem se expandido, tornando-se uma ameaça aos agricultores familiares e camponeses da região (Freitas, 2010; 2011; Rigotto, 2011; Pontes et al, 2013).

No que se refere à produção agrícola do Baixo Jaguaribe, destacam-se: feijão, arroz, mandioca, melão, banana, castanha, milho, melancia, mamão etc. O feijão, milho, mandioca, arroz são culturas produzidas, principalmente, pelos camponeses para atender ao

mercado interno, em condições bastante precárias, em função da quase inexistência de apoio do Estado. Já as frutas são produzidas de forma predominante pelo agronegócio, em geral, para exportação. Nesse último caso, com acesso à terra facilitada, inclusive ilegalmente (DNOCS, 2009); ao crédito; além de contar com diversos incentivos do Estado, incluindo legislação específica, a exemplo da isenção de ICMS, IPI, COFINS e PIS/PASEP para atividades envolvendo agrotóxicos (Rigotto, 2011; Londres, 2011)

Isso significa que o uso de agrotóxicos é incentivado no Ceará, sobretudo para facilitar a produtividade e lucratividade do capital, leia-se nesse caso, do agronegócio (Rigotto, 2011). Essa questão esclarece o fato do Ceará, segundo o Censo Agropecuário (2006), ser o quarto maior do Brasil e o primeiro do Nordeste em número de estabelecimentos que informaram usar agrotóxicos, não em termos de volume consumido (Freitas, 2010). Além disso, o Estado tem conhecimento e favorece a invasão e ilegalidade de terras da União em áreas de perímetros, por parte de empresas nacionais e transnacionais (DNOCS, 2009).

No caso da ilegalidade das terras, estudo realizado por Freitas (2010) sobre o perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, com base em levantamento do DNOCS (2009), mostra que do total de 10.655,56 hectares de terras, 40% (4.033,40 ha) desse número encontrava-se invadida, principalmente, por empresas do agronegócio. Das áreas invadidas superiores a 100 ha., apenas quatro empresas (duas nacionais do ramo da banana e duas transnacionais - abacaxi, melão e banana) somavam 50%, o equivalente a 2.038,76ha.

Com a expansão do agronegócio na Chapada do Apodi, localizada no Baixo Jaguaribe, muitos problemas foram desencadeados, dentre eles a destruição da Comunidade Km 69, a partir da inserção de uma empresa transnacional do ramo do melão, abacaxi e banana. Esse fenômeno é decorrente da territorialização do capital naquela comunidade, promovendo a degradação da natureza e alterando as relações entre os sujeitos sociais e seus territórios, historicamente constituídos.

A Comunidade Km 69 era formada por cerca de setenta (70) famílias, restando atualmente, apenas quatro, que são atingidos pela degradação do agronegócio. O povoamento da comunidade iniciou-se em fins da década de 1950, com três moradores: Sr. Alexandre Costa, seu irmão (Elizeu Costa), oriundos da cidade Quixeré, e o Sr. Antônio Germano (Jaguaretama). O Sr. Alexandre foi o primeiro a compor aquela comunidade, como morador na grande propriedade de Cândido Gadelha (Limoeiro do Norte). Após três anos, comprou terrenos juntamente com Sr. Elizeu e Antônio Germano, tornando-se também proprietários (Freitas, 2010).

Novos moradores foram chegando, a princípio para atender a demanda de trabalhadores desses primeiros, se apropriando daquele espaço. De início, trabalhavam com agricultura de sequeiro, pecuária, a extração de madeira e, posteriormente, com extração de cal, com enormes dificuldades, em razão da falta de água, principalmente.

No ano de 2005, o Sr. Alexandre e o Sr. Elizeu venderam parte de suas terras à empresa transnacional, iniciando a desestruturação da comunidade. O primeiro vendeu em torno de 40 hectares e o segundo 210 hectares. Na época, a comunidade possuía infraestruturas como igreja, escola, clube etc., nas quais as famílias mantinham suas relações de vizinhança (Freitas, 2010).

Após a expansão da empresa multinacional, a expulsão das famílias se tornara inevitável, conforme conta uma moradora: “a empresa assombrou primeiro, dizendo que o veneno matava e o enxofre fazia mal, aí todo mundo ficou com medo e foi embora”. O uso do



enxofre foi uma das principais estratégias da empresa para a “expulsão” das famílias, que se obrigaram a vender as terras pelos preços por ela estabelecidos (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011).

Tal ação das transnacionais é comum, porquanto já se inclui nos estudos de teóricos: “as empresas multinacionais são responsáveis pela mobilidade da população, podendo causar diversas consequências em determinadas regiões, inclusive a desterritorialização” (RAFFESTIN, 1993, p. 94). Esse autor ensina, ainda, que “não há uma territorialidade da unidade de produção, mas somente a localização temporária que explora vantagens, como mão-de-obra barata e incentivos fiscais do governo”. A destruição dessas comunidades representam danos irreparáveis do ponto de vista cultural, mas também desconsidera o papel desses agricultores familiares e camponeses, no âmbito brasileiro.

Vale destacar, nesse sentido, que embora com inferior acesso a terra e aos investimentos do governo, são responsáveis por 70% da produção de alimentos no Brasil e pela maior oferta de trabalho, pois a cada 10 brasileiros ocupados no campo, 7 correspondem ao trabalho familiar, contra 3 trabalhadores do agronegócio, segundo o último Censo Agropecuário (2006). Além disso, os camponeses(as) mantêm experiências que, em muitos casos, não utilizam agrotóxicos, em função da diversidade de culturas produzidas, tornando-se uma relação mais harmônica com a natureza. Leva em conta, ainda, a cultura dos povos camponeses e seus laços afetivos com os territórios. Daí o campesinato ter seu lugar histórico no Brasil e defesa dos sujeitos que protagonizam as lutas e a pedagogia da emancipação humana no Baixo Jaguaribe.

Dessa forma, com a expansão da empresa na comunidade, em torno de 20 famílias destinaram-se à área “periférica” da cidade de Limoeiro do Norte (Bairros Bom Nome e Luiz Alves de Freitas), onde o modo de vida é completamente diferente daquele antigo lugar. As demais famílias se deslocaram para as comunidades vizinhas, como Santa Maria e Cabeça Preta, na própria Chapada e para outras cidades, em busca de sobrevivência.

Esse processo significou uma ruptura com o modo de vida daquelas famílias, conforme relato de uma moradora resistente (neta de um dos primeiros moradores da comunidade):

Foi aqui aonde meu avô veio apenas com sua família e teve 20 filhos. Foi aqui que eu me criei e aprendi a viver. Eu acho assim, quando você sai por vontade própria não é tão difícil, mas você sair da sua terra, da sua raiz por causa de uma empresa que vem lá do estrangeiro e não tem preocupação nenhuma com você, com sua família. Como é que a gente vai sair daqui pra viver como, onde? Viver numa cidade sem ter condições. E aqui eu acho que a gente deveria preservar nossas raízes, nosso pedaço de terra que a gente pode plantar, pode criar e pode construir nossas famílias, criar nossos filhos com um pouco de liberdade. Eu penso mais assim, no problema, que a cidade tá muito violenta [...].

Em relação às quatro famílias “resistentes” que permaneceram na comunidade, estas muitas vezes tornaram-se vítimas da empresa, que dissemina pragas na comunidade, a exemplo de uma mosca branca que apareceu após a implantação da monocultura do abacaxi. A mosca atingiam até mesmo o cotidiano das famílias que não conseguiam mais conversar na calçada com os poucos vizinhos – hábitos típicos das comunidades rurais.

Desse modo, a ruptura com a mudança do modo de vida não atinge somente as famílias expulsas, mas também aquelas resistentes que permaneceram na comunidade, que passam a “consumir” os problemas gerados pelo agronegócio.

Frente a essas questões, dentre outras, diversos conflitos são desencadeados, levando a ampliação da violência e, concomitantemente, da resistência no campo, a exemplo do assassinato do líder comunitário Zé Maria do Tomé, mencionado anteriormente, o que levou a constituição do Movimento 21. Ainda que essa união academia-movimentosocial-comunidade já viesse ocorrendo na região anteriormente, principalmente entre FAFIDAM/UECE, Cáritas Diocesana e Associações Comunitárias, foi após o ano de 2007 que esse processo foi impulsionado, consolidando-se após o assassinato do Líder Zé Maria. O impulso ocorreu com a realização da pesquisa “Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos”, contemplada no edital: MCT-CNPq/MS-SCTIE-DECIT/CT – Saúde – N°24/2006, coordenado pela professora Dra. Raquel Maria Rigotto (Faculdade de Medicina da UFC).

O Movimento 21 que parte da Utopia de Paulo Freire – conjugar a Denúncia do modelo desumanizante do capital ao Anúncio de outras formas humanizantes, a exemplo do ecossocialismo, da agroecologia, do bem viver – tem protagonizado as resistências no Baixo Jaguaribe, unindo as lutas dos trabalhadores(as) assalariados(as) ao lugar histórico dos(as) camponeses(as) nessa região.

### **O lugar da educação**

A contradição capital – trabalho em geral e no campo brasileiro em particular objetivamente constitui-se relações sociais entre sujeitos com distintos e antagônicos interesses. As relações sociais no campo brasileiro são históricas. As circunstâncias formam os indivíduos e estes se fazem, apesar das circunstâncias (Marx e Engels, 1980).

A história existe, porque os sujeitos sociais fazem a história. Esta existe, porque os seres sociais se formam (se educam) em diversas e complexas relações. No contexto de luta de classes, a educação é, portanto, inerente aos processos formativos das classes, que constroem seus distintos projetos históricos nas lutas sociais. Portanto, os sujeitos sociais se educam objetiva e subjetivamente.

A educação, desde sempre, se espalha no conjunto do tecido social, compondo as relações sociais, vinculada a interesses distintos e também antagônicos. Apresenta-se em formas, lugares, sujeitos, tempos e pedagogias diversas (Brandão, 2007). Ela existe na mera existência dos homens e mulheres, até independente de vontades pessoais, porque em relações, os seres humanos se formam. A formação é decorrência de práticas, relações sociais e relações entre saberes (Mendes, 1993).

Se as relações sociais são a essência genérica do homem; se a linguagem e consciência são mediadoras de toda práxis, além de serem produtos dela; se o homem é um ser que se constrói no conjunto das relações, num movimento constante, num processo infinito, então não há como se recusar o caráter educativo imanente a toda a história da formação do homem (JUSTINO JÚNIOR, 2010, p.23/24).

Neste cenário, o lugar descrito acima, a hegemonia se faz presente através de um forte poder econômico, político e cultural, afinal as idéias dominantes de uma dada época são

as idéias da classe dominante. Na contra-hegemonia, os sujeitos sociais se formam e através de suas práticas disputam a formação de novas consciências e práticas que põem em cheque o status quo dominante. A ideologia dominante tenta restringir o espaço da educação à escola. Impõe-se aos sujeitos que fazem a escola e aos que participam de movimentos sociais a superação de concepções de educação num e noutro espaço. De um lado, cabe aos que fazem a escola acolher a grande experiência educativa produzida na práxis cotidiana do trabalho, das lutas e produções culturais, e de outro, cabem aos movimentos sociais compreender a educação que se espalha em todo processo formativo, inclusive na escola.

No contexto de luta de classes, a relação entre opressor e oprimido produz educações voltadas para um e para outro (Freire, 1987). Frente a pedagogia opressora do agronegócio e seus representantes no aparelho de estado, no âmbito federal, estadual e municipal, emergem pedagogias dos oprimidos, “dos atingidos”, marcada pela práxis da educação do campo (Carvalho, 2006).

As classes hegemônicas produzem um estado e também pedagogias de práticas e ideias que estejam em sintonia com seus interesses. Desta forma que o poder político local de Limoeiro do Norte, prefeito João Dilmar da Silva (2005-2012) e vereadores aliados realizam escabrosa articulação com os empresários do agronegócio e derrotam a lei anti-pulverização aérea, seis meses após o assassinato de Zé Maria.

Em relação à educação do campo, a pedagogia do estado brasileiro tem se mostrado contra a vida em várias instâncias da disputa: da produção de uma ciência transgênica a um currículo escolar apartado das dores e doenças sofridas pelo povo; da isenção de impostos ao agrotóxico à produção de leis municipais que legitimam a pulverização aérea, a despeito dos males que causam às comunidades circunvizinhas às plantações; da convivência a ilegalidade da grilagem de terras públicas para a agricultura de exportação à morosidade da lei na apuração de assassinato do líder comunitário; da disseminação da pedagogia do medo e do terror nas comunidades vítimas da violência do agro(negócio)tóxico à criminalização dos movimentos sociais do campo (Carvalho e Mendes, 2014).

A Chapada, dada a precária tradição democrática dos municípios envolvidos, a construção da pedagogia hegemônica, fundada no consentimento da maioria da população local, caminha lado a lado com a coerção e a opressão. Exemplo emblemático disso é o medo quase generalizado que oprime a população das comunidades atingidas pelo agrotóxico. A sociedade civil local expressa às circunstâncias as quais a hegemonia se constrói, articulada à prática da dominação (Coutinho, 1992, p. 78).

O êxito da pedagogia dominante corresponde ao tempo em que as idéias dominantes se mantiverem em forma de “hospedeiro” na consciência e prática dos oprimidos. O medo sentido pelas comunidades do Tomé, Km 69, Cabeça Preta e comunidades vizinhas, e por nós mesmos diante da violência do agronegócio, após o assassinato do Zé Maria do Tomé, que corajosamente enfrentou os “hospedeiros” da Chapada, é uma das expressões da pedagogia do opressor. “Em verdade, instaurada uma situação de violência, de opressão, ela gera toda uma forma de ser e comportar-se nos que estão envolvidos nela” (FREIRE, 1987, p.45). “Se os homens são os produtos desta realidade e se esta, na ‘inversão da práxis’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens” (FREIRE, 1987, p.37).

Na objetividade da exploração capitalista, que subjuga uma massa de trabalhadoras à alienação, há também uma dimensão educativa, uma vez que nela os indivíduos são impelidos a se unirem para a superação da alienação. O esforço que os trabalhadores, os oprimidos, precisam fazer para resistir à exploração e à opressão e compreender a realidade alienada, que

forma o ser humano unilateral, se constitui em importante ato de formação (auto-educação) do ser (sujeito) social.

A (trans)formação (ou educação) – neste caso esses conceitos apresentam elementos comuns na direção semântica da educação como permanente processo de constituição/transformação do ser – ou ainda elevação dessa massa como classe potencialmente revolucionária a classe efetivamente revolucionária também aparece como momento educativo e aqui surge com força a categoria da práxis, como atividade político-educativa dedicada à transformação social. Resumindo: a passagem da classe-em-si à classe-para-si não é outra coisa senão a efetivação da práxis política como práxis educativa (SOUSA JÚNIOR, 2011, p.122).

A práxis educativa que alça os oprimidos, as classes populares, a condição de sujeitos históricos se dá em vários espaços: movimentos sociais, escola, pastorais, intelectuais orgânicos, sindicatos, partidos, meios de comunicação etc. Alguns destes espaços, como o M21 e seus sujeitos, se constituem em instrumentos voltados aos interesses dos trabalhadores, portanto, bem definidos quanto à emancipação social; outros, como a escola e os meios de comunicação, são campos de disputa.

O conjunto de ações de resistência dos diversos sujeitos sociais que atuam na Chapada e municípios do entorno produz uma diversidade de práxis educativa com características relacionadas ao campos<sup>5</sup> de atuação de cada coletivo envolvido.

As lutas e os movimentos sociais, enquanto práxis, têm forte conteúdo educativo, uma vez que levam os seres sociais, sentirem-se como sujeitos históricos de superação da realidade alienante. Constitui-se numa das mais vibrantes conquistas educacionais a ocasião em que os oprimidos se apropriam do fazer história. É inerente aos movimentos sociais a formação (educação) para uma consciência de recusa à condição de objeto das classes hegemônicas. Foi assim na grande audiência pública da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte para discutir a pulverização aérea vinte dias após o assassinato do Zé Maria, realizada no maior auditório da cidade, na FAFIDAM; nas manifestações na Chapada, após seis meses da morte do ambientalista, sem a Justiça encaminhar nada no inquérito; nas greves dos trabalhadores da empresa Delmonte em 2008 e 2012, quando se tornaram públicas as condições de trabalho desumanas na manipulação dos agrotóxicos; por último, na ocupação da Chapada por cerca de oitocentas famílias em maio de 2014, na luta pela terra prometida aos camponeses para a segunda fase do Projeto do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi e cuja espera já se aproximava de vinte anos. Nestes quatro casos, a definição dos distintos projetos em disputa ficou bem evidente.

E a escola, como se põe diante deste caudaloso ambiente educativo, além dos seus muros? A escola como instituição do aparelho estatal burguês reflete, em grande medida, as contradições da sociedade burguesa e as relações hegemônicas do contexto estudado. Os professores e outros sujeitos sociais da Chapada, refletindo as duas principais pedagogias em disputa, apresentam manifestações que variam entre a indiferença, o medo e a indignação. A oposição ao modelo fundado no agronegócio se dá de forma indireta, através da recriminação a longa jornada de trabalho dos pais, que inviabiliza o acompanhamento da formação (educação) dos filhos.

---

<sup>5</sup> Os campos são “...lugar de uma lógica e necessidades específicas. Por exemplo, o campo artístico, o campo religioso, ou o campo econômico obedecem a lógicas diferentes” (Bourdieu apud Bonnewitz, 2003, p.60).

Embora haja iniciativas de alguma seleção de conteúdos curriculares, como meio-ambiente, água de qualidade e alimentos saudáveis – temáticas profundamente vinculadas aos problemas vivenciados pela população local – na prática educativa do dia-a-dia ainda é marcada pelo conformismo de pais, professores e diretores quanto à ingestão de água contaminada da torneira, pelos alunos. Tão cruel quanto esta contradição é o medo e o trato da memória do Zé Maria. Sem meias palavras diz uma professora: “o acontecimento de sua morte, as pessoas meio que se fecham quanto tocam no assunto”. A esperança parece que ainda está nos alunos que reagem positivamente quando algum educador decide abordar o assunto: “o agronegócio é isso e isso, a gente vive aqui, e, aqui é muito atingido pelo veneno e os meninos gostavam da temática e participavam à vontade”. Profeticamente, “os meninos” esboçam a inquietação com a realidade que lhes é imposta a eles e aos seus pais, indicando esperança no enfrentamento da problemática ambiental e agrária. A insubordinação das comunidades, até a pouco improvável, ocorre com a ocupação, já mencionada, rompendo as amarras do medo impostas pela pedagogia violenta dos opressores na microrregião do Baixo Vale Jaguaribe.

O M21, dada suas características de rede, “em que cada elo desempenha um papel específico e complementar” (TEIXEIRA, 2011, p.532), produz práxis educativas diversas, relacionadas a reunião de diferentes sujeitos sociais, a produção científica interdisciplinar, a metodologia multifacetada, a socialização de pesquisas, a mobilização política dos sujeitos ‘atingidos’ pelo agro(tóxico)negócio. Gohn (1997, p.239) observa que “os movimentos locais que trabalham com demandas globais como as reivindicações culturais dos indígenas, as ecológicas, pela paz, direitos humanos etc. se fortaleceram”.

A educação se manifesta na simples práxis de reunir, dialogar e discutir coletivamente problemáticas acadêmicas e políticas, rompendo as barreiras da perspectiva positivista de “cada coisa no seu lugar”. Isto também impõe desafios e contradições, também educativos. A prática de produzir ciência crítica, deliberadamente associada às questões políticas que afetam a população pobre em confronto com o modelo hegemônico de desenvolvimento no campo, voltado para o agronegócio e o pragmatismo científico da ciência-mercadoria empenhada na satisfação do mercado, tem uma dimensão educativa transcendental.

### **Considerações Finais**

A territorialização do capital na região do Baixo Vale do Jaguaribe tem promovido a degradação da natureza e alterado as relações entre os sujeitos sociais e seus territórios, historicamente constituídos. Constata-se a destruição de comunidades, o impulso a migração interregional, alterando o modo de vida e trabalho tradicionais no campo. Mesmo os que resistem em suas pequenas glebas, sofrem com a pulverização massiva de agrotóxicos e o rareamento da vizinhança, fechamento de escolas, fatores que tem ocasionado adoecimento, esvaziamento social e, portanto, reconfiguração do território.

Parte dos expropriados, os quais se instalaram na periferia das cidades sedes dos municípios, enfrentaram o desemprego ou a inserção na informalidade, além de um modo de vida radicalmente diferente do anterior. Fatos que no seu conjunto apontam uma secundarização do papel e importância dos agricultores familiares e camponeses no âmbito da produção agrícola.

O avanço do agronegócio desencadeou conflitos, levando a ampliação da violência e concomitantemente da resistência no campo, a exemplo do assassinato do líder comunitário

Zé Maria do Tomé, o que levou a constituição do Movimento 21, em cujas ações articulam-se grupos acadêmicos, agentes pastorais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sindicatos, entre outros. Estes sujeitos têm animado a mobilização e organização das comunidades na região, as quais protagonizaram no dia 05 de maio de 2014, uma ocupação da segunda etapa para expansão do Perímetro Irrigado Jaguaribe –Apodi, com um total de 1070 famílias envolvidas.

Nos conflitos sociais na Chapada do Apodi decorrentes do modelo neodesenvolvimentista para o campo brasileiro, no qual o agronegócio é protagonista da hegemonia de classe, há uma produção diversa de pedagogias que se confrontam e se cruzam formando(educando) sujeitos sociais. De um lado, a prática do agronegócio e de seus representantes no aparelho de estado para manter suas ações de exploração da terra e dos trabalhadores e a lógica de degradação ambiental corresponde ao que Paulo Freire denomina de “pedagogia do opressor” na manutenção da hegemonia. De outro, as práticas produzidas por sujeitos sociais “atingidos” pelos níveis de exploração do trabalho e degradação ambiental do lugar onde residem, incluindo aliados provenientes de instituições diversas, igreja, universidades, movimentos sociais, M21 etc. são portadoras de práxis educativas contra-hegemônicas, identificadas com a pedagogia dos oprimidos. Os sujeitos que compõem a comunidade escolar, em particular, apresenta contradições referentes as duas principais pedagogias em disputa.

A educação não formal que ocorre no processo de resistência e de luta constitui-se uma característica de vários sujeitos sociais e coletivos frente à hegemonia do agronegócio na região. Neste processo, percebe-se a construção de uma educação do oprimido na perspectiva de sua emancipação que ganha força nas práticas coletivas de sujeitos oriundos de instituições e movimentos sociais distintos.

### **Referências bibliográficas**

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BONNEWITZ, P. **Primeiras Lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Educação do Campo: Pronera, uma política pública em construção**. (Tese Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2006.
- CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de, MENDES, José Ernandi. Práxis educativa do Movimento 21 na resistência ao agronegócio **In: Interface Journal**. INSS: 2009-2431. <http://www.interfacejournal.net/2014/06/interface-volume-6-issue-1-movement-pedagogies/> (pp. 45 – 73), 2014.
- CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. Tradução de Ruy Braga. [s/l]. **Revista Les Temps Modernes**, 607, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Levantamento agroeconômico social do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**. Fortaleza-CE, 2009. (Relatório Técnico).

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. 240f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2009.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

\_\_\_\_\_. Marcas do agronegócio no território da Chapada do Apodi. In: RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: UFC; Expressão Popular, 2011.

FREIRE, Paulo (1987). **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. V. I. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

\_\_\_\_\_. **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

GOHN, M. da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LIMA, Luis Cruz, VASCONCELOS, T. S. L e FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Os Novos Espaços Seletivos no Campo**. Fortaleza: EdUECE, 2011.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

LÖWY, Michael. A Alternativa Ecosocialista. In: Melo, J. A. T. **Direito Ambiental, Luta Social e Ecosocialismo**. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, Fredrich. **A ideologia alemã**. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1980.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5 ed., Petrópolis: Vozes, 1995.

MENDES, José Ernandi. Relação entre saberes. **Revista Educação em Debate**. Ano 15, n. 23-24-25-26. Fortaleza/CE: EUFC, 1992/1993

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PONTES, A. G.V.; GADELHA, Diego; FREITAS, B. M.C.; RIGOTTO, Raquel M.; FERREIRA, M. J. M.. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 18, núm. 11, novembro, 2013, pp. 3213-3222. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, Brasil, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIGOTTO, Raquel (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe**. UFC/Expressão Popular, 2011.

SOUSA JÚNIOR, Justino. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do Capital**. Aparecida, SP: Editora Idéias e Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. Educação profissional e luta de classes: Um debate em torno da centralidade pedagógica do trabalho e do princípio educativo da práxis In: ARAÚJO, R. M. de L., Rodrigues, D. S. (Org). **Filosofia da práxis e didática da educação profissional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

TEIXEIRA, Maiana M. Por Deus que parece que fizeram por aí algum rebuliço: experiências de combate à pulverização aérea na Chapada do Apodi, Ceará. Rigotto, R. (Org). **Agrotóxicos, Trabalho e Saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza-Ce: Edições UFC, 2011.



GT 05 – Elites patronais rurais e agroindustriais, ação coletiva e  
pensamento crítico

O papel das elites rurais na entrada do capital estrangeiro e no uso abusivo de  
agrotóxicos no Brasil

Amanda Dias Verrone<sup>1</sup>

Leonardo Mattoso Sacilotto<sup>2</sup>

Elisabete Maniglia<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho apresenta como preocupação central a investigação acerca do poder que as elites rurais historicamente exercem sobre a política agrícola e fundiária do Brasil desde o período colonial. Elites que monopolizam decisões políticas, econômicas e sociais e favorecem a entrada do capital estrangeiro de forma direta e indireta tanto através do uso exploratório do solo nacional por parte de empresas internacionais, quanto pelo uso massivo de agrotóxicos, pesticidas e adubos químicos produzidos por multinacionais que, além de deterem a força e monopólio da venda destes produtos, utilizam as terras brasileiras como verdadeiros laboratórios de pesquisas e experiências, violando direitos fundamentais e provocando danos de monta ao meio ambiente. As discussões apresentadas fazem abordagens de cunho multidisciplinar, envolvendo referenciais históricos, sociológicos, jurídicos, econômicos e agroambientais. Como conclusão, o trabalho apresenta a necessidade e a urgência em questionar cientificamente a participação do capital estrangeiro, materializado pelas elites rurais tradicionais e que, contemporaneamente, traduzem-se fortemente através das grandes empresas multinacionais, e seu real papel no cumprimento da sustentabilidade agrária.

**Palavras-Chaves:** Elites rurais; Capital estrangeiro; Agrotóxicos.

---

<sup>1</sup> Graduanda no curso de Direito da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Bolsista FAPESP. E-mail: amandaverrone@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando no curso de Direito da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Bolsista FAPESP. E-mail: lmattososacilotto@gmail.com

<sup>3</sup> Livre docente pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e professora adjunta de Direito Agrário e Direito Ambiental da UNESP. E-mail: manigliaelisabete@gmail.com

## *1. As elites rurais: das sesmarias ao agronegócio no Brasil, apenas uma mudança de nomenclatura*

As elites rurais no Brasil sempre foram uma constante. Mudaram de nomenclatura, se transformaram, conseguiram novas tecnologias, transformaram o latifúndio em terra produtiva, sofreram mutação de capital, mas sempre estiveram à frente da política, da economia e da sociedade. Manipulam informações, influenciam em decisões jurídicas a seu favor, esfoliam os trabalhadores, chantageiam dirigentes governamentais, seguem em suas jornadas como heróis nacionais, responsáveis pelo superávit da balança comercial e do desenvolvimento do Brasil.

As razões para tal feito podem se explicadas pelo carisma e poder que a terra representa no continente Latino, em particular no Brasil, devido as origens coloniais, formação do território, política implementada e critérios jurídicos observados. As consequências de tais fatos resultam num emaranhado de conflitos e desigualdades sociais, cumuladas com a concentração de terras, abuso de poder, pobreza, insegurança alimentar e ausência de democracia e dignidade no meio rural.

A esta situação generalizada que abarca este processo de miséria e insustentabilidade no campo, dá-se o nome de Questão agrária, tema a ser tratado de forma multidisciplinar, pelas ciências sociais aplicadas em especial neste trabalho pelo Direito Agrário, que se ocupa em consonância com a sociologia, economia, história e geografia buscar as raízes e pretensas soluções para o desenrolar do tema. A metodologia se fixa no método dedutivo partindo de conceito destas ciências para análise da realidade, numa dinâmica sistemática e dialética.

As origens destas desigualdades repousam na América Latina como herança das práticas colônias exploratórias, em contraposição as colônias de povoamento da América do Norte, que na leitura de LINHARES e SILVA (1999, p. 40), assim se expressa:

se voltarmos um pouco na história poderíamos mesmo acreditar como muitos o fazem que a questão agrária na América Latina é um nó indelével, uma destas taras ou doenças que afligem sociedades que começaram mal e cujos homens com responsabilidade política nada ou quase nada, fizeram para corrigir. As origens do atraso, da desigualdade residiram ora na origem colonial e no caráter do colonizador – principalmente quando ibérico, espanhol, ou português-, ora no caráter da própria colonização.

Prova disto é que observamos uma dominação de elites rurais por todo o território Latino e uma resposta a esta dominação movimentada pelos Índios em geral, latinos, zapatistas mexicanos, camponeses da Guatemala e El Salvador e o Movimento dos Sem terra no Brasil, afora os movimentos esporádicos de protesto e rebelião em defesa da terra.

Mas não há nada que exista como fato passado que não possa hoje ser alterado. O passado tem seu peso, mas a dinâmica política dos movimentos sociais pode alterar este sistema a partir de lutas desencadeadas em busca da alteração política e econômica dos fatos. É o que tem sido feito pelas representações populares e dos governos que clamam pela defesa dos povos. Isto pode ser observado pelos governos da Bolívia e do Equador, que partiram em busca de novas Constituições que defendessem o território para seus índios. Uma questão de mudança e de volta

para seus ditames internos sem influências estrangeiras. Um aspecto sustentável da geografia dos povos da fixação da localidade de seus problemas de suas características históricas.

Em particular no Brasil, vemos que a Colonização se firmou primeiramente no Instituto das capitanias, que foi substituído pelas sesmarias. Ambos fixando na mão de poucos grandes léguas de terra, sob o regime da posse, pois as terras continuavam na mão de Portugal, senhor e único proprietário. A economia gerada nestas terras voltava-se para a economia de exportação sob a égide de monoculturas, que mesmo no ciclo do ouro não deixaram de produzir cana. Neste momento a elite rural tinha o nome de senhores da terra, senhores de engenho, portugueses amigos do rei que foram sendo substituídos por brasileiros herdeiros dos títulos de sesmeiros, que foram se constituindo no poder local originário da posse da terra. A mão de obra era escrava, primeiramente o índio, que foi substituído pelo negro africano.

Pós-independência, o poderio agrário teve como enfrentamento os abolicionistas e, em resposta, já em torno do Império eles conseguiram aprovar a Lei de terras – Lei 601/1850 –, que transformou suas posses em propriedades e cerceou o direito do povo brasileiro pobre, negro e indígena a ser tornar proprietário, pois a terra seria apenas de quem pudesse comprá-la. As posses não mais seriam transformadas em propriedades. Todos teriam que comprar a terra se quisessem ser donos. Uma estratégia da elite rural para garantir mão de obra barata para suas culturas agora neste momento foi o café. Uma segunda garantia, também foi constatada: de que os pobres não teriam acesso a terra, sendo este monopólio, desta classe econômica agrária, que agora também passaria a ter o poder político em suas mãos.

Na velha república a elite cafeeira de São Paulo em parceria com os produtores de leite de Minas Gerais formaram a dominação política do café com leite e a entrada da bancada ruralista no Congresso, políticos que nunca mais saíram do poder, sendo substituídos ao longo da história por seus correligionários de partido ou de estrutura familiar.

A crise de 1929 e a ascensão de Getúlio Vargas provocou a primeira grande declaração contrária de um governo à hegemonia agrária exportadora e a monocultura, criticando a dependência externa do país e sua vinculação com o capitalismo mundial. O impacto da crise de 29 sobre o Brasil desvalorizando o café – produto básico da pauta de exportações – mostrou que todo país poderia afundar junto com a monocultura. (LINHARES, SILVA, 1999, p. 126)

O Estado novo freou em certa parte o poder das elites agrárias; impostos rurais foram cobrados com veemência. Houve sérias intervenções do Estado na agricultura, criou-se uma série de institutos para controle da produção e comercialização, permitindo ou proibindo a exportação ou importação de certos produtos e os recursos arrecadados sobre as exportações, através do confisco cambial deveriam financiar as atividades do Estado na industrialização.

Iniciava-se um processo de cerceamento das elites rurais, que em troca dos financiamentos agrícolas e apoio técnico perderam parte de seu poder político. Mas, logo em seguida, descobriu-se que o desenvolvimento industrial não seria suficiente para superar os entraves existentes na política econômica do país. Getúlio suicida-se e a nova era propõe uma retomada da não intervenção do Estado na economia, novamente as elites rurais se fortalecem. Ademais se iniciava a revolta camponesa, as ideias de reforma agrária cresciam pelas liga dos camponeses, e deputados comunistas. A revolução de 1959 em Cuba num mundo que já se encontra polarizado pela Rússia comunista e os EUA capitalista aterrorizam os latifundiários que

se unem contra as reformas de base em especial a de reforma agrária. O período Juscelino, Jânio e Jango não foi muito diferente entre si. O primeiro voltou-se para a construção da nova capital e a industrialização, deixando as elites políticas agrárias à vontade, se fortalecendo para enfrentar a oposição que crescia. Jânio em pouco tempo de poder criou um novo temor na classe rural condecorando Che Guevara e Jango teve com o um dos motivos de sua eliminação do governo e a existência do golpe na fala pontual de seu discurso sobre a reforma agrária feito no Rio em março de 64.

A era da ditadura foi paradoxal: criou o Estatuto da terra que tratava em seu segundo artigo de reforma agrária o que chocou as elites rurais. Porém, ao longo dos tempos este instrumento legal foi tido como parcialmente perfeito no que se referia a Política agrícola e as benesses dos financiamentos agrícolas para os grandes latifundiários que passaram apoiar os militares, bem antes do golpe e que agora em negociações políticas teriam que enfrentar um inimigo: a subversão e para tal passaram a financiar o governo militar na eliminação dos que atentavam contra o poder instituído.

Qualquer manifestação em favor da reforma agrária, dos trabalhadores rurais, era tida como subversão da ordem. As elites rurais se beneficiaram não só desta situação, mas também dos incentivos fiscais oferecidos pelos governos. Exploraram o trabalho agrícola sem temer punições. As grandes empresas passaram ocupar terras, inclusive terras públicas, derrubaram matas, mataram posseiros com posse mansa e pacífica, destruíram florestas, destruíram os sindicatos rurais, perseguiram os líderes rurais, tudo em nome do progresso.

As elites rurais passaram à posição de iminência parda, porém, sempre em parcerias com os militares. Delgado (2001, p 164), ensina que

As questões postas no debate agrário ficaram inteiramente dominadas pela agenda oficial que promoveu uma metamorfose da questão agrária [...] Este período histórico constituiu-se com muita clareza na idade de ouro de desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público

A era da modernização agrária e a entrada de capital estrangeiro revolucionou o campo pelas mãos da elite rural. De fato, neste período entraram no setor agrário novas tecnologias, modernização agropecuária, aumento de produção e sua diversificação, mecanização agrícola e o Brasil passou a ocupar rankings de produção e ser visto como celeiro do mundo. A modernização tão clamada pelo setor elitista agrário estava consolidada em parte.

No reverso da situação da modernidade estava um Brasil atrasado que Caio Prado Jr. citado por Veiga (2000) descrevia como sendo um centro de misérias das condições da vida à perversidade das relações de trabalho e relações de propriedade, o que permanece perfeitamente atual pós quase 50 anos de comentários sobre a questão agrária no país.

Com a Constituição de 1988, houve melhorais no tocante aos direitos humanos, em parte a questão agrária, no tocante a função social da propriedade rural, entretanto, o embate da propriedade produtiva constituiu-se em mais uma agressividade da elite rural hoje consolidada na política, na economia e no poder e, em muitas decisões judiciais. A conformação da União Democrática Ruralista é a forma de uma associação que busca se fortalecer contra os movimentos sociais, em especial o MST que se fortaleceu na década de 90.

Mas, outra ameaça passou a ferir os interesses do sem terra. Os latifundiários mantêm até hoje terras devolutas sob seu jugo, ocupando-as, plantando-as e se beneficiando de seus produtos sem pagar nada ao Poder Público e sem deixá-las mesmo quando há ameaças de reintegração de posse por parte dos governos estaduais. Tudo isto acontece sob o poderio que a elite rural ainda domina em pleno séc. XXI, como se estivessemos ainda na era colonial no regime de posses livres.

Atualmente outra preocupação causada pelas elites rurais assola a agricultura. Não satisfeita em dominar as terras brasileiras desde a década de 90, estes proprietários, posseiros e arrendatários de alto poder financeiro têm se aliado ao capital estrangeiro de forma direta ou indireta e têm provocado uma ingerência na dominação das terras, no seu uso, manipulação, o que vem trazendo danos sociais, ambientais e para economia como um todo do Brasil. Empresas como a Pão de Açúcar, Nestlé, Cargill, Bunge Alimentos, BRF aves e suínos, Glencore são algumas que agem de forma direta no plantio e utilização de terras e outras como empresas de fertilizantes adubos e agrotóxicos dominados pela Bayer, Nidera, Granol, Syngenta e outras tantas estão no mercado dominado pelos agrotóxicos. O Brasil hoje lidera o uso de pesticidas e adubos, prova da interiorização do capital estrangeiro.

Por fim, pode-se dizer que as elites rurais estão presentes desde a chegada dos portugueses no Brasil. Passaram por muitas denominações. Hoje, recebem a alcunha de “fortalecedores do agronegócio”, que produz riqueza e vitalidade ao Brasil. Há de se perguntar o campo realmente mudou e se modernizou no Brasil.

## ***2. A influência das elites agroindustriais na perpetuação da (in)sustentabilidade do meio rural brasileiro em uma perspectiva histórica da entrada do capital internacional no Brasil***

Como já apresentado acima no presente trabalho, as condições de existência do sujeito que trabalha e exerce sua cidadania no meio rural, a devastação ambiental e o descaso do Direito perante a complexa realidade agrária infelizmente não são elementos novos no cenário brasileiro. Ademais, é notório que as recentes políticas econômicas baseadas na aliança entre instituições financeiras e internacionais, representantes do modelo neoliberal de desenvolvimento, e a ação política de governos nacionais, acabam por acirrar ainda mais a (in)sustentabilidade do meio rural frente às perversas imposições, sobretudo, do capital estrangeiro. Peter Rosset, inclusive, chama a atenção para a ação desses órgãos internacionais que comandam um conjunto de políticas comerciais e macroeconômicas que conspiram para solapar a viabilidade econômica da agricultura camponesa, de agricultores familiares e da agricultura coletiva. Para ele essas políticas estrangeiras que, cada vez mais, se naturalizam brasileiras e se amparam no discurso de financiamento à sustentabilidade, incluem a liberalização do comércio e a subsequente inundação de mercados locais com importações de alimentos baratos e subfaturados, com os quais os agricultores locais dificilmente conseguem competir. “Cada vez mais, pequenos agricultores e pobres descobrem que o crédito é inadequado ou muito caro para cobrir os crescentes custos de produção; os compradores são cada vez mais raros e monopolizados” (ROSSET, P. apud PEREIRA, J. M. M., SAUER, S., 2006, p. 317).

De acordo com os estudos de Sérgio Sauer e João Márcio Mendes Pereira, o modelo neoliberal de desenvolvimento econômico, social e ambiental, bem como de entrada do capital

estrangeiro, iniciou-se no Brasil por meio do projeto “Reforma Agrária Solidária”, que foi implementado através da introdução de componentes fundiários no “Projeto São José” que, na verdade, é a repaginação do “Programa de Combate à Pobreza Rural” (PCPR) e esse que, por sua vez, foi sucessor do antigo “Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural” (PAPP) e de vários outros projetos financiados pelo Banco Mundial no nordeste brasileiro. Além da criação do “Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza” (mais conhecido como “Cédula da Terra”), do Banco da Terra e do Crédito Fundiário que, em conjunto, além de constituírem a materialização das problemáticas medidas de apropriação das terras, das sementes, dos direitos e das vidas brasileiras por parte do capital internacional, reforçam o discurso do Banco Mundial sobre a participação e o empoderamento dos trabalhadores rurais e camponeses em projetos de dignificação da vida e acesso à terra (PEREIRA, J. M. M., SAUER, S., 2006, p. 173).

Importante salientar que, além dos evidentes problemas geográficos e ambientais que a produção monocultora sustenta ao praticar, por exemplo, apropriações das terras de povos típicos brasileiros, reforço do fenômeno de inversão forçada da produção típica nacional – o que recrudescer o uso de agrotóxicos e pesticidas para criar artificialmente condições favoráveis ao plantio – e desgaste intenso das características originais dos solos, flora e fauna, a técnica de monocultura voltada à exportação facilita o aumento da participação do capital estrangeiro nas relações econômicas e políticas internas. Isso significa a entrada de grandes agroindústrias multinacionais que, valendo-se de práticas extraoficiais, violam as frágeis legislações nacionais de proteção do acesso à terra ao trabalhador rural brasileiro, afastam ainda mais a possibilidade de incentivo à agricultura familiar e aumentam o processo histórico de concentração fundiária.

Estudos do professor Sérgio Sauer mostram que as agroindústrias multinacionais de esmagamento de soja para produção de farelo, óleo, ração e demais produtos derivados, em particular o chamado “grupo ABCD” (ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus), que possuíam, nos anos de 1995, participação de 16% no mercado nacional de esmagamento de grãos, nos anos de 2005 já detinham 57% de participação. Processo esse que, segundo o professor, caracteriza “um forte processo de concentração econômica e desnacionalização do setor” (SAUER, S., LEITE, S. P., 2012, p. 509).

O modelo sustentável de desenvolvimento, amplamente divulgado a partir da década de noventa e contraditoriamente encarregado pela salvação de séculos de violações, que deveria representar a expressão da efetiva construção de uma relação racional, dialética e emancipatória entre sociedade e natureza, ao amparar-se sobre os imperativos que o grande capital internacional apregoa como, por exemplo, a aquisição em massa de terras brasileiras por grandes empresas estrangeiras, a produtividade como elemento determinante de manutenção da propriedade e a expropriação desumana do trabalho, principalmente do trabalho rural, reforça a ruptura do que Marx denominava como “relação metabólica” entre os seres humanos e a natureza. É preocupante constatar que o mesmo modelo de desenvolvimento - que supostamente deveria guiar-se através dos ditames da sustentabilidade que ele mesmo propaga - investe em fusões e aquisições entre empresas brasileiras e internacionais nas áreas de energia, agricultura, biotecnologia e química, o que possibilita às corporações estrangeiras o controle de 22% das empresas de etanol (GEIVER, L.; JESSEN, H., 2010).

As denúncias e discussões acerca do fenômeno de estrangeirização das terras nacionais, também não é assunto novo na pauta daqueles que buscam a emancipação humana por meio da libertação das terras do campo. Conforme lembra o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entre os anos de 1964 e 1970, o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) “viveram um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros, que terminou na constituição, pelo Congresso Nacional, em 1968, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias veiculadas pela imprensa” (OLIVEIRA A. U., 2010, p. 7). Foi inclusive a partir dessa CPI que surgiu o Relatório Velloso, que comprovou o envolvimento de inúmeros brasileiros, particulares e funcionários do IBRA no processo de aquisição de terras por estrangeiros. Esse relatório, que atualmente sinaliza dados um tanto quanto ultrapassados, naquela época já apurava a venda de cerca de 20 milhões de hectares de terras distribuídas ao longo do território brasileiro a pessoas ou agroindústrias estrangeiras. Analisando cuidadosamente o Relatório é possível identificar três principais processos de aquisição de terras: a compra de terras pertencentes a antigos proprietários ou posseiros endividados, requisição de terras devolutas e o fraudulento e vastamente conhecido na história do Brasil processo de “grilagem”.

Importante destacar que, no que tange ao âmbito do Direito, todas as agressões e apropriações de terras por parte do capital estrangeiro não ocorrem por falta de texto legal que as ampare, ainda que a maioria dos textos seja problemática e permita espaços vazios. Além da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 170, I, II e III que, ao definir os princípios gerais da atividade econômica, assegura os princípios da soberania nacional, propriedade privada e função social, também no artigo 172 que trata do disciplinamento dos investimentos realizados pelo capital estrangeiro por meio da lei e do artigo 190, que assegura a regulamentação e limitação da aquisição ou arrendamento da propriedade rural, há também legislação vigente no Brasil desde o ano de 1971 que regula a aquisição de imóvel rural por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. A doutrina jurídica esclarece que a legislação brasileira, por meio da Lei n. 5.709/71, tem como objetivo atender aos interesses nacionais e, assim, defender aspectos como a segurança e soberania nacional, entretanto, em nenhum momento o texto legal refere-se aos aspectos qualitativos histórico-político-culturais próprios da vida brasileira.

Além disso, a Lei 5.709/71 permitia que os estrangeiros que houvessem adquirido terras antes de 1969, teriam um prazo estipulado para regularizá-las. Mais do que isso, o texto normativo permitia que o presidente da República autorizasse, através de decreto, a aquisição de terras pelo capital internacional além dos limites fixados em lei, se assim fosse julgado interessante ao modelo capitalista e neoliberal de desenvolvimento do país. Desse modo, embora o cunho legal da legislação elaborada no auge da ditadura não tivesse como escopo o impedimento da entrada do capital estrangeiro, mas sim a suposta limitação de 50 módulos fiscais, a lei se mostrou bastante aberta e, até mesmo, facilitadora em diversos momentos da entrada e expansão do capital internacional. Além do desrespeito do texto normativo de 1971 a diversos princípios da Constituição de 1988 que, se houvesse sido respeitada integralmente, certamente a realidade agrária se apresentaria sob outra ótica.

Fica evidente, portanto, que o processo de monopólio dos meios de produção agrícola, de perpetuação dos latifúndios, de concentração fundiária e de subserviência da economia e das

políticas sociais nacionais em prevalência dos interesses do grande capital estrangeiro, iniciado pelas elites patronais brasileiras desde a invasão portuguesa nessas terras, continua e é recrudescido através das ações das agroindústrias multinacionais que agem sob a lógica do agronegócio. Em nome de um fantasioso desenvolvimento dito sustentável, montantes significativos e crescentes de riqueza são investidos na monocultura, no uso de sementes transgênicas e pesticidas e em parcerias mundiais que utilizam do campo brasileiro como verdadeiro laboratório de pesquisa das indústrias internacionais.

Por acreditar que a instituição da propriedade, em específico, da propriedade privada e todos os elementos políticos, sociais e jurídicos que a protegem são questões fundantes dentro do funcionamento da sociedade regulada pelo capital e na busca pela compreensão crítica acerca do fenômeno de “estrangeirização” e “financeirização” que assolam as terras brasileiras, é necessário resgatar os pilares teóricos e práticos de um Direito Agrário que enxergue os tão precarizados trabalhadores rurais como sujeitos concretos e não apenas como sujeitos de direitos considerados em igualdade com o latifundiário. Resgatar um Direito Agrário que combata a política de incentivo ao agronegócio e que compreenda a real democratização de acesso à terra e o efetivo cumprimento de sua função social como sendo elementos essenciais para a consolidação de uma sociabilidade humana justa.

O Direito, que ao assegurar direitos fundamentais deveria proteger a dignidade da pessoa humana e representar a contraposição e prevalência da justiça sobre o poder político-econômico mundial, permanece em silêncio ou, quando muito, atua em defesa da manutenção da propriedade privada e do status quo desigual, influenciando e reforçando as contradições estruturais de um sistema que coloca em xeque questões relativas à justiça social, segurança alimentar e até soberania política e territorial nacional. Fábio K. Comparato, inclusive, ensina que

Quando a propriedade não se apresenta, concretamente, como uma garantia de liberdade humana, mas, bem ao contrário, serve de instrumento ao exercício de poder sobre outrem, seria rematado absurdo que se lhe reconhecesse o estatuto de direito humano, com todas as garantias inerentes a essa condição. (...) É, justamente, à luz dessa consideração da propriedade como fonte de deveres fundamentais que se deve entender a determinação constitucional de que ela “atenderá a sua função social” (COMPARATO, F. K., 2000, p. 140).

É nesse ponto que se demonstra a necessidade da luta política, da ação coletiva e do pensamento crítico, sobretudo dentro do Direito, como importantes instrumentos de ruptura com o véu da neutralidade que encobre a atuação judiciária, para que assim se efetive um Direito que passe a ser o locus onde as contradições, os conflitos e os debates efetivamente se dão. Portanto, faz-se mister questionar: que projeto de desenvolvimento sustentável é esse que permite todos os tipos de violações ao meio ambiente, aos direitos fundamentais, sociais, trabalhistas e ambientais arduamente conquistados pela classe social historicamente mais subjugada, discriminada e alijada de condições materiais mínimas de existência? Onde está a sustentabilidade na atuação destrutiva do capital internacional que monopoliza o acesso às terras nacionais, viola legislações internas e faz prevalecer os interesses do agronegócio em detrimento da agricultura familiar tipicamente brasileira?



### ***3. O agronegócio e os agrotóxicos: uma relação insustentável***

É sabido que o Brasil é um dos maiores produtores agrícolas do mundo. É, também, bem conhecido que o país é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do planeta. O que, aparentemente, é uma simples decorrência de um fato a outro, esconde uma realidade muito mais complexa. A relação entre agrotóxicos e nossa agricultura de exportação, o agronegócio, envolve questões sobre o uso indiscriminado dessas substâncias, danos para o meio ambiente e para a saúde coletiva, manipulação, lobby empresarial e desinteresse do Poder Público em afrontar o poder econômico. Permeia o debate – e são largamente utilizadas como justificativas para todo e qualquer abuso – questões econômicas e a produtividade.

De acordo com Gliessman (2005, p. 34), a agricultura convencional está fundada em seis práticas básicas, a saber: cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizante inorgânico, controle químico de pragas e manipulação genética das plantas cultivadas. Este modelo tem sua origem na formação histórica dos latifúndios no Brasil e se completa a partir da Revolução Verde e com a chamada modernização conservadora da agricultura com suas consequências.

A Revolução Verde refere-se a uma série de pesquisas e iniciativas de transferência de tecnologia, cujo período de grande expansão deu-se a partir da década de 1960, voltada para aumentar a produção agrícola mundial, principalmente em países em desenvolvimento. De acordo com Conway (2003, p. 90), caracterizou-se por três ações principais: a reprodução de cereais básicos de alto rendimento; a organização e distribuição de insumos de alto retorno, como os fertilizantes e os agrotóxicos, a regularização da água na produção e, por fim, a implementação destas inovações técnicas nas regiões mais favoráveis para o cultivo e para os agricultores mais propensos a obter melhor rendimento.

É fato que a Revolução Verde obteve reconhecido sucesso no aumento da produtividade agrícola, sem o qual, certamente, haveria muito mais pessoas passando fome no mundo. Um dos seus criadores, Norman Bourlaug, recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo desenvolvimento de variedades de sementes de trigo de alta produtividade. À parte o sucesso, também houve impactos negativos: importantes problemas sociais e ambientais, presentes na realidade brasileira, consequentes, ademais, da modernização conservadora da agricultura, também chamada de “excludente” ou “parcial”. Essa modernização caracterizou-se, em linhas gerais, pela manutenção da dominação social, política e econômica dos latifúndios, originada no processo de colonização portuguesa, perpetuada através de políticas agrícolas que estimulavam a modernização e a reprodução deste modelo, deixando à margem o pequeno produtor rural.

A Revolução Verde começa a tomar forma no Brasil por volta da segunda metade da década de 1960 – durante a ditadura militar, portanto. De acordo com a política de desenvolvimento nacional do período, privilegiou-se a modernização dos grandes produtores, através do crédito rural, e deixou-se de lado a reforma agrária. Em 1964, é promulgado o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964), que estabelece o financiamento agrícola através do crédito rural que, posteriormente, é institucionalizado pela Lei Federal nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. Anteriormente às referidas leis, o crédito rural existia no âmbito estadual. Cada banco financiava de acordo com as próprias regras através de dinheiro particular ou dos

próprios Estados. O Estatuto da Terra, portanto, inova ao trazer para a esfera federal o financiamento da atividade rural, através unicamente de dinheiro público federal.

A política agrícola brasileira foi, portanto, arquitetada para “receber” a Revolução Verde, com suas sementes de alta produtividade e a intensa dependência de insumos. Sustenta Ehlers (apud Balsan, 2006, p. 136) que a agricultura passou a exercer uma nova função: a criação de um mercado para a indústria de insumos agrícolas. Por óbvio, os maiores beneficiados do processo foram os grandes latifundiários com seu poderio econômico e sua monocultura de exportação, mais aptos a efetivar a modernização das técnicas, sobretudo porque a questão fundiária não recebeu a importância devida. Além disso, argumenta Fernando Carneiro (2011, p.1), que o crédito rural, alinhado à política agrícola de então, obrigava o agricultor a comprar um “pacote tecnológico” para receber o crédito, e esse pacote já vinha com os insumos. Isso foi alterando uma cultura de produção ancestral que possuía outras soluções para reduzir pragas e melhorar o solo, e tornando o produtor rural cada vez mais dependente de agrotóxicos e fertilizantes, no que Carneiro chamou de “ciclo vicioso de dependência”.

A degradação ambiental foi consequência de um processo em que a produtividade e o lucro eram privilegiados em detrimento do meio ambiente, resultando em erosão, destruição de florestas, perda da biodiversidade genética e a contaminação do solo, da água, dos animais silvestres, do homem e dos alimentos. Houve também problemas sociais, como a concentração fundiária, o êxodo rural, o acúmulo populacional nos centros urbanos mais industrializados, a favelização. Sobre as consequências, conclui Balsan:

A dinâmica territorial observada pelo processo de modernização mostra o agravamento das questões ambientais, inchamento das cidades, concentração da terra e da renda, intensificação das lutas sociais, inclusão e/ou exclusão de segmentos sociais e de lugares no processo agrícola. Desta forma, põe-se em marcha um modelo de exploração capitalizada, dotada de meios e técnicas que asseguram a eficácia e rentabilidade de produção. Os agrotóxicos surgem neste período da chamada “moderna agricultura”, trazendo inúmeros problemas que afetam o meio ambiente, a qualidade de vida e o processo de produção, colocando em risco a continuidade do mesmo.

A modernização conservadora da agricultura deu condições para o surgimento e fortalecimento do agronegócio. Desde o início desse processo, o uso de agrotóxicos já se constituía como fator preponderante de sucesso, insito à nova forma de produção, mesmo quando os danos ocasionados pelo uso dessas substâncias ainda não eram conhecidos. Hoje, embora já conheçamos melhor os problemas advindos da utilização dos agrotóxicos, permanecemos presos a um modelo de agricultura, dependente de agrotóxicos, que se tornou capaz de se autossustentar na política, na economia e na sociedade, mesmo que não represente a maioria da população e dos trabalhadores rurais.

O poder econômico do agronegócio expande sua influência para todos os setores políticos. É bem conhecida a força da bancada ruralista no Congresso Nacional: projetos de lei contrários aos interesses do agronegócio dificilmente são aprovados e, assim, perpetua-se o modo de produção. Sementes transgênicas, ademais, demonstram a afinação desse modelo: as mesmas empresas que produzem e comercializam agrotóxicos investem na produção de variedades de sementes transgênicas tolerantes a um determinado tipo de agrotóxicos – aqueles que elas mesmas produzem, é claro.

Trata-se, portanto, de um mercado fechado em si, voltado para o próprio lucro. Embora capaz de se autossustentar, não se trata, claramente, de uma atividade sustentável – e isso é evidente desde o momento de sua formação. Para Freitas (2012, p. 41), a sustentabilidade

trata-se do princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente no futuro, o direito ao bem-estar

O desenvolvimento sustentável não deve ser entendido como um oxímoro. Trata-se, como visto, de princípio constitucional vinculativo, consubstanciado na parte final do *caput* art. 225, da Constituição Federal de 1988, a conferir: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, *impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*” (grifo nosso).

A “agricultura convencional”, gerida pelo agronegócio, originou-se de um processo – e, até hoje, se sustenta através desse mesmo processo – cuja consequência foi uma grande fragilidade ambiental, econômica e social. Todos os problemas sobrevindos, sociais e ambientais, citados anteriormente, denotam a incompatibilidade desse modo de produção com a sustentabilidade. O uso indiscriminado de agrotóxicos é talvez a faceta mais nociva dessa insustentabilidade, com reconhecidos danos ao meio ambiente e à saúde coletiva.

A relação entre agronegócio e agrotóxicos foi construída durante a modernização conservadora da agricultura brasileira, no âmbito da ideologia e das técnicas da Revolução Verde. Desde então, e até hoje, se mostra como insustentável, e as consequências negativas do uso indiscriminado atingem a todos. É necessário que essa questão seja mais difundida na sociedade civil, para que se discuta qual o modelo de agricultura devemos fomentar. Em última instância, trata-se do direito social à alimentação e do direito coletivo ao meio ambiente que se põem em questão (arts. 6º e 225, da Constituição Federal/1988, respectivamente). Para tanto, é necessário que se cumpra com o princípio do Direito Ambiental à informação. O Poder Público, por sua vez, deve reorganizar suas políticas públicas de modo a concretizar a sustentabilidade proposta constitucionalmente.

#### **4. Conclusão**

As terras brasileiras historicamente pouco foram ocupadas por aqueles que nela efetivamente trabalham. Foram esbulhadas dos índios e passaram ao domínio da elite portuguesa, os amigos do rei que aqui se instalaram. Com o passar dos tempos, esses portugueses que aqui se radicaram tornaram-se senhores de engenho e de terra e o negro passou a ser a mão de obra escrava. Perdurou-se a realidade concentradora da terra nas mãos de poucos tanto no período do Império, quanto da República Velha, da ditadura de Getúlio nos idos dos anos de 1960 até a Constituição de 1988. A ideia de direitos humanos, democracia e participação popular, devido à complexidade teórica e material de sua concepção, ainda encontra-se em cuidadosa construção.

Entretanto, a terra permanece sendo importante fonte de poder e estando sob o domínio de elites que hoje não apenas rurais, mas em perfeita simbiose e estreitamento com as elites empresariais nacionais e internacionais.

Um fator agravante vem recrudescendo a dominação fundiária no Brasil. A demanda mundial por terras está em confronto com a demanda histórica por reforma agrária, ameaçando, assim, questões fulcrais da política interna do país, como, por exemplo, a garantia do acesso democrático às terras, do exercício pleno da cidadania dos indivíduos do campo e a própria segurança alimentar. O capital estrangeiro, segundo os estudos do professor Sauer, tem se apropriado cada vez mais das terras nacionais e utilizado de práticas extremamente danosas aos direitos humanos, sociais, trabalhistas e ambientais, representando verdadeiro descompasso entre o sentido de “modernização” propagado a partir da década de 60 e as diversas mazelas e violações jurídicas identificadas no campo atualmente. A lógica destrutiva e apropriadora do modo de produção capitalista, além de reforçar a grave dependência externa do país consolidou o modelo do agronegócio dirigido pelas elites rurais em detrimento da agricultura que efetivamente alimenta e sustenta a nação.

Fica evidente, portanto, que a presença do capital estrangeiro deve ser elemento profunda e cuidadosamente estudado, no sentido de conter seu avanço e sua dominação. O Direito, enquanto importante instrumento de resolução de conflitos e prevalência da justiça, através da legislação responsável pela regulação da aquisição de terras no Brasil, pelo cumprimento de direitos trabalhistas, pelo uso controlado de agrotóxicos e, sobretudo, pela efetivação da função social da propriedade pode ser um dos meios para atingir a tão necessária sustentabilidade no meio rural. A crítica ao pensamento das elites rurais deve ser construída a partir da análise da realidade que se apresenta em todas as dimensões da sociabilidade humana brasileira e também dos dados científicos que apresentam os verdadeiros usufrutuários das riquezas originárias do campo que, durante muito tempo, tem sido banhado por sangue. A ideia de modernidade deve ser questionada e revista com base nos princípios democráticos e não mais com base nos interesses estritamente mercadológicos apresentados pelas tradicionais elites do campo que dominam a estrutura de poder agrário há mais de cinco séculos e não permitem que o campo seja expressão de, pelo menos, igualdade e cidadania.

### ***Referências Bibliográficas***

BALSAN, Rosana. **Impactos da modernização da agricultura brasileira.** In: Campo-território: Revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, agosto de 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11787/8293E>. Acesso em: 06 de maio de 2014.

CARNEIRO, Fernando. **Alternativa agroecológica contra os agrotóxicos e transgênicos.** In: IHU online, nº 377, ano XI, 24/10/2011, pp.1-3. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4137&secao=377](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4137&secao=377)> Acesso em: 02 de maio de 2014.

CONWAY, Gordon. **Produção de alimentos no século XXI: Biotecnologia e Meio Ambiente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder (colaborador); STROZAKE, Juvelino José (organizador). **A Questão agrária e a justiça**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DELGADO, Guilherme. **Expansão e Modernização do setor agropecuário no pós guerra : um estudo de reflexão agrária**. Revista de Estudos Avançados da USP vol. 15 n. 43. Dez 2001.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GEIVER, Luke; JESSEN, Holly. International Ethanol Report: 2010. **Ethanol Producer Magazine**, 2010. Disponível em: <[http://www.ethanolproducer.com/article.jsp?article\\_id=6696&q=&page=3](http://www.ethanolproducer.com/article.jsp?article_id=6696&q=&page=3)> Data de acesso: 10 de março de 2014.

GLIESSMAN, Stephan R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês**. Agrária, nº 12, p.p. 3-113. São Paulo, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. **Contribuição para questão agrária no Brasil IV**. Jose Eli Veiga (org.) **A questão agrária**. p. 15-85. São Paulo Brasiliense, 2000.

SACHS, Ignacy; STROH, Paula Yone (org.). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Marcio Mendes (Org.). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_; LEITE, Sergio Pereira. **Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terras Por Estrangeiros no Brasil**. RESR, Vol. 50, nº 03, p. 503 – 524. São Paulo, 2012.

VEIGA . Jose Eli da Veiga (org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

## **GT 05 – Elites patronais rurais e agroindustriais, ação coletiva e pensamento crítico**

### **Título do Trabalho: Representação patronal e formas de mobilização da CNA durante a ditadura brasileira**

**Elisandra de Araújo Galvão<sup>1</sup>**

#### **Resumo:**

A partir da constituição da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA) busca-se traçar como a entidade assume protagonismo na representação sindical patronal e se consolida como principal fórum de debates e decisões do agronegócio brasileiro, além de exercer notória influência nas políticas públicas voltadas para o setor agrícola. Refletir sobre o papel da CNA e a forma como seus atores se mobilizam durante a ditadura empresarial-militar nos permite analisar estratégias, ações e diretrizes que foram determinantes para essa agremiação se destacar como representante oficial patronato brasileiro. Embora este *paper* trace breve histórico sobre as ações e posições de uma classe que não é homogênea e é formada por segmentos que estão envolvidos em embates, disputas e possuem projetos próprios para o meio rural, busca ampliar o debate sobre as formas de mobilização desses atores.

**Palavras-chaves:** CNA, patronato, mobilização

---

<sup>1</sup> Mestre pela UFRJ e doutoranda da UFRRJ. Contato: [elis.galvao@gmail.com](mailto:elis.galvao@gmail.com).

Refletir sobre o papel da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a mobilização de seus atores no período da ditadura, 1964 a 1985, permite-nos identificar estratégias, ações e diretrizes que foram determinantes para que a CNA se consolidasse e se destacasse como representante oficial da classe de proprietários rurais, ou seja, do patronato brasileiro.

No contexto do processo de sindicalização rural há tensões e pressões das frações da heterogênea classe dominante agrária sobre as agências da sociedade política que elaboram a legislação sindical. Tais pressões fizeram com que o setor agrícola não tenha se estruturado nos moldes do sindicalismo corporativista das décadas de 1930 e 1940, como ocorreu com o setor industrial, e tivessem uma legislação específica (RAMOS, 2010, p. 2).

A CNA destaca-se como instância de representação sindical do patronato, atualmente com cerca de dois milhões de produtores rurais comerciais brasileiros. Segundo seu estatuto, a entidade foi reconhecida pelo Decreto nº 53.516, de 31/01/1964, meses antes do golpe empresarial-militar. A Confederação se consolida nas últimas décadas como o principal fórum de discussões e decisões do agronegócio brasileiro e exerce relevante influência nas políticas públicas voltadas para o setor.

Antes da CNA ter a configuração atual, deve-se lembrar que a mesma é antecedida pela Confederação Rural Brasileira (CRB), fundada em 1951, quando a entidade que exercia liderança era a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Esta agremiação defendeu a criação da CRB, ao contrário do que fez a Sociedade Rural Brasileira de São Paulo. Mesmo que tivessem posições contrárias neste ponto, a fundação da CRB contemplou uma demanda comum a essas entidades, a não organização dos trabalhadores rurais em sindicatos reconhecidos pelo governo.

A criação da CRB acontece juntamente com a da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), ambas estavam previstas no Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) como instâncias de representação dos proprietários e dos trabalhadores agrícolas, respectivamente. A iniciativa teve ampla participação, além de

disputas de diferentes organizações da sociedade civil. Como descreve Ramos (2010), em relação à Contag observou-se embates entre a “União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), a Ação Popular (AP) e setores da Igreja Católica ligados aos Círculos Operários Cristãos pela hegemonia na direção do novo órgão. Já em relação à CNA, houve apenas a transformação da CRB em entidade sindical” (RAMOS, 2010). Mas, no cenário que envolve as divergências da SNA com a SRB e a constituição da CRB, os conflitos expõem distintos interesses e projetos para o meio rural do País.

Na dinâmicas e rearranjos na correlação de forças destas entidades após o golpe de 1964, há traços que permitem a caracterização do patronato representado pela CNA que precisam ser investigados para que se possa delinear melhor a atuação dos atores que contribuíram para a consolidação da identidade patronal da CNA e como, com as implicações da ditadura nas esferas política, economia e social, se conformaram as relações das federações de agricultura e sindicatos rurais no sistema CNA. Para entender suas formas de ação é preciso situá-los historicamente, compreender de que maneira se constituíam, de que forma funcionava a CNA e que estratégias foram basilares para dar unidade aos interesses do diversificado patronato que representa. Bruno (2006) afirma que, mesmo com a diversidade de interesses que as separa, as classes e grupos patronais têm em comum dois principais traços, fundantes, que só adquirem uma maior visibilidade nas situações em que se sentem ameaçados em seus privilégios como proprietários de terra: a concepção de propriedade como direito absoluto e a defesa da violência como prática de classe. O que, para ela, estabelece estreita relação entre propriedade, intolerância e violência.

Durante a ditadura, a questão das relações entre classe dominante e Estado, especialmente quando entra em cena as frações agrárias, traz a problemática de como estes atores definem suas posições estratégicas e que mecanismos usam junto aos organismos estatais para conformarem e se beneficiarem das políticas agrária e agrícola. Reconstituindo o histórico dessas ações e sua formas de mobilização, possivelmente, podemos entrar numa senda que nos permita observar como a CNA se torna umas das mais importantes instâncias de representação do patronato brasileiro. Atualmente, a



CNA agrega 27 confederações e mais de dois mil sindicatos rurais, além do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR<sup>2</sup>), que capacita trabalhadores e produtores rurais desde 1991, e o Instituto CNA (ICNA), criado há cinco anos para desenvolver e divulgar estudos e pesquisas sociais e do agronegócio.

Identificar os momentos de coalizão de interesses por meio de alguns marcos como suas reações ao Estatuto da Terra e à reforma agrária, o engajamento à revolução verde e à modernização da agricultura possibilitará analisar as redes formadas e observar em quais ramos econômicos estavam inseridos, qual o perfil profissional, e qual visibilidade buscavam por meio dos veículos de comunicação que tinham a seu dispor. Como seus discursos sobre desenvolvimento, modernização da agricultura e investimento em tecnologia se contrapuseram e constituíram obstáculos às soluções propostas para a reforma agrária no país. Contudo, esta via de caracterização ainda não poderá ser apresentada neste *paper* porque será desenvolvida ao longo da minha pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na UFRRJ.

Mas há investigações realizadas que apresentam além do contexto histórico em que a CNA é protagonista elementos que nos permitem visualizar arranjos e articulações do patronato. Para Sonia Mendonça (2006), a maneira como se verificou a articulação entre Estado e negócios privados criou não uma aliança entre classes, mas sim o que é interpretado por Moacir Palmeira<sup>3</sup> como “coalizão de interesses”, individualizados em torno de negócios ligados à terra e envolvendo toda uma gama de beneficiários dos incentivos estatais, o que emprestou à questão agrária no Brasil uma nova configuração e dimensão de amplitude insuspeita até então. Há uma problematização valiosa ante contexto que buscamos reconstituir no período da modernização da agricultura, na década de 1970, quando a representação patronal entra crise com a especialização da atividade agrícola e surgem novas associações de classe. A questão que se coloca é como as entidades que reivindicavam a representação patronal passaram a se relacionar com a CNA e quais os conflitos se dão no campo da disputa intraclasse pelo monopólio

---

<sup>2</sup> Ver mais sobre o financiamento ao SENAR em Sauer e Tubino.

<sup>3</sup> O autor constata que os estudos sobre a questão agrária exploram pouco o papel das coalizões de interesse desempenham no impedimento da efetividade de uma solução para a questão/reforma agrária.

da representação do conjunto dos interesse diversificados e de patronado heterogêneo? Como as agremiações se aproximam em momentos de coalizão de interesses e quando se opõem?

Outras questões sobre as quais se pode pensar é o que a CNA apóia no período da ditadura? Quais são as políticas que interessam e de quais se beneficiaram? E como a ciência e tecnologia fortalecem o discurso do modelo de desenvolvimento apoiado pela CNA?

A Confederação se posicionou contra o Plano Nacional de Reforma Agrária (Mendonça, 2006). No pré-1964, o crescimento do movimento camponês colocou nova ênfase sobre a questão agrária no Brasil. Desde a década anterior que a CRB marcava sua posição contra qualquer reforma agrária distributivista. Para as associações patronais, a reforma não era um problema de terras: “a reforma agrária é mais uma obra de educação e preparação técnica, seguida de apóio financeiro, do que um problema de terra; o problema da terra e seu acesso é o menos; a adubação técnica e o apoio econômico é substancial” (MEDEIROS, 1982). A SRB também concordava e defendia essa posição.

O conceito de reforma agrária do Estatuto é traduzido como o conjunto de medidas voltadas para promoção de uma melhor distribuição da terra através modificação do regime de sua posse e uso. Em oposição a essa proposta, houve reação dos grandes proprietários de terra e suas entidades de classe, que já se destacavam pela mobilização contra a reforma agrária e sentiram-se traídos por Castello Branco (Bruno, 1997). Os que se opunham a uma reforma que consideravam socialista, perceberam que a proposta vencedora foi a da reforma agrária ‘democrática e cristã’. O próprio anteprojeto do Estatuto da Terra se antecipara na contemplação das demandas das elites agrárias e empresariais, entre elas uma política agrícola.

O debate do anteprojeto do Estatuto envolveu uma disputa por palavras, de nomear categorias da forma mais conveniente como na proposição da troca do conceito de latifúndio pelo de grande propriedade rural. Entre as características históricas de nossas classes dominantes está a resistência a toda mudança capaz de pôr em risco seus

privilégios e a defesa dos *status quo* social que prevalece sobre os propósitos do desenvolvimento (Furtado, 1977).

A exemplo do que se dá no Estado Novo, com novas formas de articulação e domínio de classe (Deifruss, 1981), novas formas também se configuram durante o período militar e blocos de poder se articulam constituindo outras conformações no cerne das agremiações patronais e sua ação política diante da organização política e da ditadura.

Outro elemento que pode ser considerado com o estabelecimento da ditadura é a sua interferência no sistema de anéis burocráticos que marcaram o populismo. Segundo Romano (2007), esses estiveram presentes não apenas no período populista, mas chegaram, também, a caracterizar a forma de fazer política pública durante o que nomeia de Estado burocrático autoritário, pois o relacionamento das empresas privadas com o Estado seguiu associado aos anéis burocráticos, vistos como mais eficazes que os *lobbies* por serem mais abrangentes e não somente econômicos. Além disto, incluíam diversos tipos de atores como os funcionários, empresários ou políticos.

O que difere os anéis burocráticos dos *lobbies* é que os primeiros precisavam estar centralizados ao redor do detentor de algum cargo, portanto não figuram com instrumentos de pressão da sociedade sobre o Estado. Chama atenção a particularidade de serem “uma forma de articulação que, sobre a égide da ‘sociedade política’, asseguraria ao mesmo tempo um mecanismo de cooptação para integrar nas cúpulas decisórias membros da elite de diferentes classes e grupos. Estes se tornariam participantes da arena política, mas integrando-se em termos pessoais e não como “representantes” de suas corporações de classe” (Romano, *ibidem*).

Ao analisar o regime de países da América Latina, Fernando Henrique Cardoso constata que, no caso brasileiro, há um regime de ‘elite de poder’ que mesmo quando propõe metas sociais não mobiliza a base social, nem se abre institucionalmente para formas de decisão política menos limitadas pelo círculo burocrático-autoritário do poder (Cardoso, 1993). Para ele, além dos regimes e das elites dirigentes, é preciso considerar as forças sociais e a história de sua atuação política. “A estreiteza de visão das elites (tanto as opositoras como as de governo, porém a responsabilidade decisiva cabe a estas

últimas) está levando alguns países a um beco que, se não é sem saída, tem um custo de escape muito alto” (Cardoso, *ibidem*). O autor destaca que as elites locais menosprezam o significado que a massa tem no desenvolvimento de um país, por isso, passam a definir ‘tecnicamente’ as possibilidades de estratégias de desenvolvimento, reprimem correntes discordantes de opinião e garantem uma dose razoável de desinteresse nacional diante de tudo que não seja propaganda e consumo.

Na perspectiva de Cardoso, a intervenção militar no Brasil tem um caráter de contenção e procura legitimar-se como restauração da economia e como favorável à definição de um padrão de desenvolvimento baseado na livre empresa contra o estatismo econômico atribuído ao governo de João Goulart. Mas a caracterização que ele traz tem limites de abrangência porque não permite compreender a natureza do regime implantado nem suas consequências políticas e sociais.

Durante a ditadura há novos estilos de atuação política? Sim, a literatura que traz a historiografia do país apresenta evidências nesse sentido. Trabalharei, portanto, com a hipótese de que a CNA também desenvolveu seu repertório de atuação nessa conjuntura sociopolítica que muda os rumos do Brasil, especialmente no padrão de desenvolvimento e na correlação de forças que o sustentava. A posição dos antigos setores dominantes se altera. Há perda de prestígio e poder dos setores agrários tradicionais que não se redefiniram em função da forma como se dá a nova expansão do mercado e a reorientação da política econômico-financeira (Cardoso, *Ibidem*). A perda também se dá para os setores da classe média burocrática tradicional e representantes políticos do antigo regime. Os líderes sindicais foram marginalizados e os ‘políticos profissionais’, que expressaram as alianças de classe para dar suporte à Velha República, depois refizeram-se para dar visibilidade ao ‘nacional-populismo’.

As formas de organização e pressão política da classe média e da burguesia, que nunca foram sólidas, segundo Cardoso, passaram a depender de contatos e alianças com grupos militares e tecnocráticos do Estado. Ele é assertivo quando declara que o processo político joga um papel ativo na definição do curso dos acontecimentos. O Estado Militar, na denominação de Furtado, tinha como peculiaridade o burocrático em sua forma de dominação no Brasil. A lógica de atuação no regime militar parte de um

modelo de dominação autocrático, sob controle burocrático-militar, e cujas bases são economicamente dinâmicas.

O campo empírico inicial da pesquisa em curso é a documentação e publicações produzidas pela CNA, a partir da conjuntura do governo militar. Entre as décadas de 1960 e 1980 surgem também novos atores. Nas duas décadas “que separam o Estatuto da Terra do PNRA, novos atores sociais - do capital, no caso - entraram em cena, semeando ‘a fazenda, a grilagem, a injustiça, a brutalidade. E semeou, também, a resistência, semeou novas significações para velhos atos, novos atos para velhas significações, novos atos e novas significações” (Martins *apud* Mendonça, 2006, p. 24). Serão tratados ainda os círculos de poder constituídos<sup>4</sup> que se constituem em mecanismos para permitir a articulação entre setores do Estado e das classes sociais, em geral, as elites.

Espero que esse material possa trazer evidências sobre os papéis da representações sindicais do patronato. Ao contrário do movimento operário sindical<sup>5</sup>, que ficou com pouco espaço de ação após o golpe militar, as agremiações patronais não foram atingidas no momento do golpe porque estavam a seu favor, além disto constituíram alianças, como as que haviam sido realizadas por outros grupos civis para promover a derrubada de Goulart.

---

<sup>4</sup> Esta definição pertence ao conceito de anéis burocráticos de Fernando Henrique Cardoso apresentado na tese de Jorge Romano. Já Deifruss apresenta a categoria anéis de poder burocrático-empresariais considerando a formação de blocos com elevada presença de empresários.

<sup>5</sup> A estrutura sindical brasileira é concebida em 1930, no governo de Getúlio Vargas, com a criação da legislação sindical que garantia o controle estatal dos sindicatos, tanto em termos financeiros quanto organizativos, políticos e ideológicos. O que figura como uma engenharia poderosa porque enquanto criava a legislação trabalhista, sua aplicação e efetividade vinculava-se à vida do sindicato oficial. Isto foi um duro golpe dado no pequeno, mas ativo, sindicalismo autônomo que existia antes de 1930. Ver mais sobre o novo sindicalismo e a ditadura em Antunes e Santana (2014) - In: A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.

## Referências bibliográficas

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. *Nova República: a violência patronal rural como prática de classe*, disponível em [www.scielo.br/pdf/soc/n10/18722.pdf](http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18722.pdf) (consulta em 20 de abril de 2014).

\_\_\_\_\_. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. In: *Estudos Sociedade e Estado*, nº. 5, novembro 1995, pp. 5-31.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1993.

Canal do Produtor. Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária. <http://www.canaldoprodutor.com.br>

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981.

Estatuto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Disponível em: <http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/estatuto.pdf>.

FILHO, Daniel Aarão Reis; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

FURTADO, Celso et al. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria>.

Lei N 4.504, de 30 de novembro de 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm).

MEDEIROS, Leonilde S. *A questão da reforma agrária no Brasil (1955-1964)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, USP, 1982.

MENDONÇA, Sonia. R. de. *A Classe Dominante Agrária: Natureza e Comportamento (1964-1990)*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROMANO, Jorge Osvaldo. *Política nas políticas : um olhar sobre os estudos na agricultura brasileira*. Tese de doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007.

RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. GT 1 - Estado, Classes Dominantes e Cultura no século XX. Coordenadora: Sônia Regina de Mendonça (UFF). Universidade Federal de Sergipe, outubro 2010.

SAUER, Sérgio, TUBINO, Nilton Luis Godoy. A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro. *Revista Nera*, Ano 10, N. 11, julho \dezembro, 2007. Disponível em [http://www.ftmrs.org.br/arquivos/publicacao\\_arq\\_17.pdf](http://www.ftmrs.org.br/arquivos/publicacao_arq_17.pdf). (Visita em 20 de abril de 2014).

**Título do Trabalho:**  
**Trajetórias, investimentos escolares e acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha<sup>1</sup>**

Autor: Marcos Botton Piccin<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Professor Adjunto no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. E-mail: [marcospiccin@yahoo.com.br](mailto:marcospiccin@yahoo.com.br)

**Resumo**

Este artigo analisa os significados dos investimentos em relações sociais e em títulos escolares da elite estancieira grande proprietária de terras no Rio Grande do Sul, entre 1930 e 1980. Ao contrário das principais elites agrárias no país, os estancieiros possuem uma trajetória coletiva de ascensão tanto econômica quanto política no período em questão. Nesta investigação se fez uso da observação direta para geração de dados etnográficos, entrevistas e pesquisa documental e genealógica.

**Palavras-Chave:** Elites Rurais; Patronato Rural; Estancieiros

---

<sup>1</sup> Artigo baseado no Capítulo V da tese de doutorado do autor, Piccin (2012).



## Introdução

As ciências sociais brasileiras costumam situar o início da segunda metade do século XX como de relativa decadência econômica das elites agrárias, como no caso dos *senhores de engenho* (cf. Garcia Jr., 1989), ou política, como no caso dos *barões do café* (cf. Stolcke, 1986). Os *senhores de terra* viram diminuídas suas influências sob a vida política nacional e clientelas de subordinados nos seus domínios fundiários. Relativa decadência econômica e política passa a caracterizar a imagem dos grandes proprietários de terra, sobretudo a partir da Revolução de 1930, em que pese conduzida por filhos das elites agrárias de estados secundários na Federação (cf. Garcia Jr. 2007). É, notadamente, a partir daí que temos um Estado e uma economia nacional, em que o Brasil surge como “país do futuro” (cf. Zweig, 1941), dadas as transformações que começavam a ocorrer.

Inversamente às trajetórias coletivas de descenso relativo daquelas elites agrárias, os grandes proprietários de campos do sul do Brasil, criadores de gado extensivo, cujos domínios são chamados de *estâncias* e de *estancieiros* os seus *senhores*, possuem uma trajetória ascendente tanto econômica quanto politicamente, em que seus integrantes passam a ocupar os principais postos de mando da política nacional e da burocracia do Estado (cf. Love, 1975; cf. Piccin, 2012, p. 212-220). Foi a partir de 1930 que as antigas charqueadas foram substituídas por uma rede de cooperativas-frigoríficos dirigidas pelos próprios estancieiros. Os significados da mudança de estabelecimento para o beneficiamento da carne ultrapassam o fato de que os estancieiros é que passaram a controlar o preço ofertado ao gado do produtor. A própria natureza da inserção nas relações entre as elites agrárias nacionais mudou – antes, produtoras de charque que se destinava à alimentação das classes trabalhadoras das lavouras de exportação, açúcar e café, agora, produtoras de carne frigorificada destinada às classes médias e altas urbanas. A inserção como subsidiários às principais lavouras de exportação do país nunca poderia dar o mesmo prestígio dos *Senhores do açúcar* ou dos *Barões do café*, produtos cujo consumo europeu sempre se iniciou em círculos restritos da nobreza ou das classes mais endinheiradas (cf. Mintz, 2003). Os estancieiros viram-se então libertos da submissão imposta por outras frações da classe dominante que precisavam garantir uma cesta de produtos barata para o aumento da extração da mais-valia de seus explorados via compressão do salário; passaram a ofertar no mercado artigos de consumo de luxo numa conjuntura de aumento da demanda interna e externa, haja vista os processos de urbanização no pós-guerra.

Este artigo analisa como os investimentos em relações sociais e em recursos educacionais constituíam uma estratégia de aumento do capital simbólico e não uma estratégia para fugir do descenso social devido à crise econômica dos domínios fundiários de suas famílias, como no caso Nordeste (cf. Miceli, 1979; cf. Garcia Jr., 1989; 2007) no mesmo período. No Nordeste se deu uma diferenciação no interior da classe dirigente entre *senhores de engenho* e *usineiros*, em que a reconversão de trajetórias dos primeiros e de seus descendentes tornava-se uma estratégia para fugir do declínio com a ascensão das usinas. No caso Rio-grandense ocorre o contrário: a divisão entre *estancieiros-charqueadores*, mais bem posicionados nos postos de comando do estado, e os *estancieiros que só criavam* deixou de existir depois que houve a constituição da rede de cooperativas-frigoríficos a partir de subvenção pública (cf. Piccin, 2012, p. 131).

Assim, o sentido dos investimentos escolares dos estancieiros perpassa o fato de ser uma elite em ascensão econômica que busca maior legitimidade social. É possível afirmar, pela análise das linhagens de famílias, que seu capital de relações sociais atinge seu máximo justamente no período que vai de 1930 até o processo de redemocratização em final dos anos de 1980. Para tanto, esta pesquisa foi realizada entre 2009 e 2011, com observação direta no município de São Gabriel para a produção de dados etnográficos, na

qual foram estudadas em profundidade 6 linhagens de famílias e entrevistados 16 estancieiros e/ou casais de estancieiros com posses fundiárias acima de 1.000 hectares (ha), além de outros agentes sociais, como os trabalhadores das estâncias, comerciantes e descendentes de colonos.

Talvez uma das maiores características incorporadas/reafirmadas como *habitus* no caso dos estancieiros, resultado das condições econômicas, seja um comportamento *desinteressado* frente às questões mundanas, como atestador da maior honra. Um *desinteresse* interessado que acaba por ser acumulado como capital simbólico, cujo substrato é a própria possibilidade de mostrar distância da necessidade (cf. Bourdieu, 2002; 2008). Os *estancieiros* só entram em franca decadência econômica a partir do final dos anos de 1980, devido à quebra da rede de cooperativas-frigoríficos, e também de relações sociais com a redemocratização do país, que acaba por redefinir mesmo a morfologia do patronato gaúcho. Assim, a etnografia por mim realizada deste grupo social ocorre não em um momento de ascensão, mas em que ele se encontra ameaçado de decadência, o que faz com que o *desinteresse* do *habitus* herdado constitua um grande obstáculo para adotar estratégias de reconversão já utilizadas por linhagens de *senhores de terra* no Brasil.

Trata-se de famílias de aristocracia de base agrária que contribuíram para a formação do Estado brasileiro pós Revolução 30 tal qual o conhecemos hoje, de forma semelhante aos casos analisados por Moore Jr. (1983), em que as elites vindas do rural conseguem controlar a transição para uma sociedade industrial sem se contrapor a ela e nem deixar de estimulá-la, nem tampouco perdem o controle do campo. A análise das linhagens e biografias, das atividades políticas e dos investimentos, sobretudo, em relações sociais e escolares permite investigar a contribuição dessa recomposição dos círculos dirigentes e compreender a diversificação das elites políticas com a afirmação do Estado nacional.

### **O desinteresse tornado habitus**

- *Quanto lhe devo?*

*Rodrigo teve a impressão de que o esbofeteavam e seu primeiro impulso foi o de agredir o outro fisicamente. Aquele “quanto lhe devo” dito de cima para baixo [...] como que colocava o teuto-brasileiro numa posição superior à sua, assim como a do patrão perante o empregado. Vermelho, o rosto a arder, Rodrigo teve uma rápida hesitação, mas depois, com a voz alterada pela indignação, vociferou:*

- *Não me deve coisíssima nenhuma!*

- *Mas como, doutor?*

- *Já lhe disse que não me deve nada.*

*O rapaz mantinha a mão no bolso e olhava espantado para o médico.*

- *Desculpe, eu... eu só queria pagar. Pensei...*

*Caindo em si, Rodrigo tratou de remendar a situação.*

- *Depois falamos nisso. O tratamento não está terminado. Você terá que voltar aqui dentro duma semana.*

- *Bem. Então... muito obrigado.*

*Depois que o cliente saiu, Rodrigo sentou-se, pegou o corta-papel e começou a tamborilar nervosamente sobre a mesa. É melhor eu ir me acostumando com essas coisas. No fim das contas um médico tem de cobrar as consultas...* (Érico Veríssimo. O Tempo e o Vento. O Retrato, p.

286 – destaques são meus).

Nesse trecho do famoso romance de Érico Veríssimo, o autor faz do encontro entre seus personagens, um desencontro entre princípios orientadores da ação, em que tanto *Rodrigo* quanto *Arno Spielvogel* não entendem as reações um do outro, como resultado da própria configuração social do Rio Grande do Sul – dividido entre região estancieira e

região colonial. Este estado é marcado pelo estabelecimento de grandes propriedades de criar em suas áreas de campos, sobretudo na parte mais ao sul, e de colônias de imigrantes pequenos proprietários e livres da subordinação aos *senhores de terra*, em sua maior parte alemães e italianos, nas áreas de florestas, sobretudo ao norte. Assim, a oposição descrita por Veríssimo está inscrita na própria dinâmica de ocupação do território, em que as regras de retribuição e reciprocidade inscritas na ação do *teuto-brasileiro Spielvogel* contrastam com as de *Rodrigo*, médico e *estancieiro*.

Desse modo, o autor retrata a expressão de um *habitus desinteressado* que não encontra limitações objetivas para orientar de forma inconsciente as práticas de Rodrigo, na relação com seus pacientes quanto à cobrança das consultas. Ao não imaginar como possível a pergunta formulada por Arno Spielvogel, *Quanto lhe devo?*, Rodrigo Cambará teve a impressão de ser agredido, reagindo com um *impulso* de querer golpeá-lo fisicamente. Desconcertado pela situação inusitada, somente depois da saída do paciente de seu consultório Rodrigo racionaliza e expressa ser melhor se acostumar *com essas coisas*, pois no fim das contas um médico tem de cobrar as consultas... No fim das contas o personagem de Veríssimo abandona a profissão de médico e dedica-se à política, participando ativamente da Revolução de 30 e do Governo Provisório instalado no Rio de Janeiro.

A situação retratada na ficção poderia resumir não só as condições objetivas de poder manter um estilo de vida de elite independentemente das remunerações monetárias do exercício de suas profissões, como a estrutura das relações baseadas no acúmulo de capital simbólico pelas elites estancieiras. A análise de Grijó (1998) sobre a chamada Geração de 1907, formada por Getúlio Vargas, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha e Paim Filho, todos filhos de estancieiros, revela que os investimentos em capital cultural e escolar se enquadravam em uma estratégia de ascensão do grupo familiar e de seus membros, de modo que não estava em jogo o controle das propriedades fundiárias de seus pais, até porque se conservaram também como estancieiros pelos mecanismos da herança. Essas profissões podiam ser exercidas pelas regras morais do *desinteresse*, que se convertiam em dívidas e em capital de relações e simbólicos para os membros desta elite. Para Grijó (1998, p. 77-78), “tratava-se da imagem do desinteresse e da independência material”. Sem cobrar a consulta de Arno, a relação não se fechava e facilmente Rodrigo poderia cobrar a retribuição de outro modo, ou simplesmente acumular em reputação e autoridade.

Tal comportamento das elites estancieiras para com o uso dos títulos escolares também se traduzia em suas relações com a ocupação de cargos burocráticos e/ou eletivos. A dependência material no exercício de cargos públicos era tratada com desprezo, impingindo a qualificação de “políticos profissionais” aos que deles dependiam para viver, o que marcava toda a sua condição de distância da necessidade e das hierarquias baseadas na honra (Grijó, 1998, p. 77). Não que deixassem de lucrar com distintos tipos de capitais, mas esse saldo se revestia de mecanismos mais complexos que o simples recebimento em dinheiro, como no aumento do capital de relações e a ampliação das redes de clientes. A valorização que a economia estancieira sofreu entre 1930 e 1980 só reforçava as condições para atestar um *habitus* baseado no *desinteresse* como mecanismo de distinção social, na reciprocidade assimétrica e na dominação personalizada.

Esse foi o caso das elites agrárias do município de São Gabriel a partir de 1930. As principais linhagens de *estancieiros* de distintas cores políticas envolveram-se diretamente na criação, administração e controle da Cooperativa-frigorífico do município, na qual o capital simbólico tornava-se um dos principais recursos a serem acumulados. Figueiredo (1985, p. 120), autor local que sistematizou os documentos oficiais da

Cooperativa durante parte de sua existência, louva a dedicação dos principais dirigentes que assim o faziam sem receber recursos monetários, “[...] com enorme desprendimento e desinteresse”, de acordo com suas palavras.

Quando o frigorífico fora expandido em meados de 1956/57, houve visitas de autoridades estaduais, como o Governador do estado Ildo Meneghetti, integrante do Partido Social Democrático (PSD), que viria a apoiar o Golpe Militar de 64. Também visitaram o local autoridades nacionais, como o Vice-Presidente da República João Goulart, integrante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), advogado e adversário político de Meneghetti. A foto a seguir é interessante por que ilustra o envolvimento dos principais expoentes das elites estancieiras na Cooperativa, assim como as trajetórias e os investimentos de seus integrantes.



Fonte: Figueiredo (1985, p. 121).

A imagem é de 29 de outubro de 1957, quando da visita de Goulart à Cooperativa, e marca a assinatura de documentos para repasse de recursos federais à expansão do frigorífico. O Vice-Presidente da República está sentado e, da direita para a esquerda de Goulart, estão Dácio de Assis Brasil (então presidente da Cooperativa), Juraci Cunha Gonçalves (prefeito municipal pelo PTB), sendo que ambos, depois de formarem-se em medicina e trabalhar como tal durante um tempo, abandonam as profissões e dedicam-se às suas estâncias e à política. Por último, Amarílio Vieira de Macedo, professor da Escola de Medicina de Porto Alegre. Todos são filhos de estancieiros e também estancieiros, com curso superior e exerceram atividades remuneradoras que não apenas a propriedade da terra.

No trabalho de campo para esta pesquisa, portanto já num contexto de crise e de ameaça de reprodução do *desinteresse* do *habitus* herdado, em que a hierarquia tornara-se instável e suscetível de ser colocada em causa por novos agentes sociais em plena ascensão – como os descendentes de colonos enriquecidos e empresas agrícolas, poucas foram as entrevistas com os estancieiros em que a conversa sobre o *mundo econômico* tenha se estendido para além de poucas palavras. Esse aspecto também foi percebido por Heinz (1996, p. 25) nas entrevistas para sua tese. Havia questão de demonstrar desinteresse a respeito das perguntas sobre o funcionamento econômico da estância, em que uma das respostas a mim foi: “eu ligo tão pouco para essas coisas, essas coisas materiais”. Mas o contrário ocorria quando os assuntos tratavam da história da linhagem, das trajetórias dos integrantes da família, da política ou das atividades consideradas prazerosas como a música, a pintura, a literatura e a poesia. Era como se nos dissessem: ora, questões como índices zootécnicos da exploração econômica podem ser perguntadas ao *capataz* da *estância*!

A valorização e elaboração da genealogia e da história familiar, além das principais realizações de cada ascendente mais remoto até ele próprio, manifesta que sua geração atual é responsável por honrar, manter o nome e perpetuá-lo socialmente. Mais que isso, de conservar os vínculos com outras grandes linhagens que fornecem uma espécie de valor social e manutenção do status social. Orgulhar-se de seus feitos, em

declaração ao pesquisador, como caçadas, danças, participação em campeonatos de esportes diversos, gosto por carros, mulheres, gentilezas e doações financeiras gratuitas, ou acender cigarros com notas de dinheiro na juventude tinham o efeito de fazer reconhecer que o poder simbólico não advinha somente da riqueza do poder econômico.<sup>2</sup> O campo propriamente econômico e suas regras específicas ainda não eram hegemônicos neste espaço social sob os demais domínios das práticas econômicas dissimuladas pelo véu das obrigações morais (cf. Bourdieu, 1980). A prática de doações *gratuitas* também é uma forma de acumulação, pois inicia uma relação durável de obrigações que permite satisfazer o interesse econômico sob a forma aparentemente desinteressada.

Se a destruição de dinheiro para acender cigarros pode ser encarada como uma situação extrema de demonstração do poder simbólico herdado e mantido por outras práticas que não o monetário, está longe ser a única. Era antes uma regra àqueles em posições sociais e trajetórias semelhantes. Nada mais representativo de tais comportamentos do que a tradição de três bailes em sequência – um baile de máscaras, um de gala e outro alto esporte – no chamado ‘Aristocrático Clube Comercial’, durante a realização das exposições de gado anuais, o consumo suntuoso, as tradições de jogos e apostas, a fundação de um aeroclube clube em 1941. O que mais importa são os significados da destruição das riquezas, seja literalmente, ou em demonstrações como bailes suntuosos e compra de aviões.

Nesse caso, o que se busca demonstrar é que não se necessita daquilo para se viver e o que se mede é a grandeza em termos de honra e de prestígio; uma espécie de *potlatch* (cf. Mauss, 2007). Sobretudo, importa que seja uma demonstração de poder pelo ato de mostrá-lo como capital simbólico, em que o acúmulo de riqueza material não tem justificação em si. Ou seja, importa fazê-lo reproduzir e legitimar as hierarquias em vigor, pois a acumulação de riquezas não é mais do que um meio entre outros de acumular poder simbólico como recurso de fazer-se reconhecer com poder (cf. Bourdieu, 1980, p. 226).

Estamos, portanto, diante de uma economia da *demonstração* em que o poder se afirma de maneira visível, pública, por oposição a todos os demais poderes ocultos e escondidos, como dos descendentes de *colonos* que buscavam acumular recursos para garantir a reprodução de seus filhos enquanto pequenos proprietários. O título de propriedade e a certeza de pertencer a uma casta nobre lhes autoriza não só a ocupar a posição dominante na hierarquia, como demonstrar esta associação pela queima de dinheiro, literal ou não, enquanto as condições econômicas e a instauração de relações de reciprocidade assimétrica permitiram.

Os investimentos escolares agem de modo decisivo e diferentemente sobre as possibilidades de constituição de trajetórias dos indivíduos nesta situação. Em situações de decadência econômica é maior a pressão para a reconversão das trajetórias e abandono da condição de origem. Precisamente, este é o caminho trilhado por dois líderes da Revolução de 30, provenientes das *Casas-grandes* nordestinas: José Américo de Almeida e Juarez Távora (cf. Garcia Jr., 2007). Em ambos os casos, os investimentos em estudos estiveram relacionados com as situações de declínio social, pois constituíam um meio de fazer carreira em postos relacionados à política ou na alta administração do Estado. O autor citado considera que para um bom número de filhos das elites agrárias do Nordeste sobrava esta perspectiva dos investimentos escolares como forma de escapar do declínio econômico e reconverter trajetórias nas quais os capitais escolar e cultural fossem condições necessárias para o acesso e sucesso. O encontro dos filhos deserdados das *Casas-grandes* com gaúchos em ascensão econômica como líderes da Revolução de 30

---

<sup>2</sup> Em 1940, São Gabriel, então com 35.849 habitantes, tinha 8 associações culturais e artísticas, 8 entidades esportivas, 2 teatros e 2 clubes sociais. Somente naquele ano foram realizados 53 torneios de tênis e polo em São Gabriel e região da Campanha Gaúcha (Pimentel, 1941; Silva, 1963).

se dá no quadro de trajetórias sociais cruzadas no que se refere aos capitais econômicos e aos significados dos investimentos escolares.

### Investimentos escolares do patronato estancieiro

Analisemos os investimentos nos títulos escolares como legitimação de uma posição já dominante no caso dos estancieiros. De forma geral, isso pode ser percebido por um conjunto maior de dados. Começamos pelas respostas dos estancieiros aos cadastros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, sistematizadas na Tabela abaixo, quanto ao grau de escolarização.

Tabela. Grau de Escolarização do Patronato Estancieiro em São Gabriel.

	1965	1972	1978	Soma/Média
Nº total da amostra	51	110	77	238
Total (%)	100	100	100	100
Primário Completo (%)	37,25	26,36	20,78	28,13
Médio Completo (%)	19,61	37,27	37,66	31,51
Superior Completo (%)	43,14	36,36	41,56	40,35

Fonte: Cadastros do INCRA de 1965, 1972 e 1978

Pode-se notar que em 1965, 43,14% dos proprietários de terra declarantes, disseram ser detentores de títulos universitários, enquanto 19,61% deles com ensino médio e 37,25% com ensino primário. Nos outros anos, cresce a relação daqueles com ensino médio, diminui o número dos que apresentam somente o ensino primário e os que declararam possuir títulos universitários permanece relativamente estável. Em média, mais de 40% dos declarantes disseram possuir títulos universitários.

Deve ser assinalado que a Tabela trata de apenas os proprietários efetivos das terras declaradas sem, por óbvio, a consideração dos parentes (filhos, genros, irmãos e tios), nem de quais títulos eram os mais valorizados. Essa perspectiva pode ser analisada no Quadro abaixo, com a vantagem de individualizar as estratégias com relação aos títulos escolares das 6 linhagens pesquisadas. O Quadro foi gerado a partir dos dados genealógicos pesquisados por meio de documentos e entrevistas, e informa desde os iniciadores das linhagens consideradas, ou seja desde o primeiro a tornar-se *senhor de terras* em São Gabriel, até a geração atual que efetivamente dirige os negócios e a propriedade da terra.

Quadro. Linhagens Estancieiras e Títulos Escolares

Linhagens	Assis Brasil		Prates Bento Pereira		Menna Barreto		Cunha Gonçalves		Chagas		Macedo		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Posição dos iniciadores das linhagens	Comerciante + filha de um cirurgião-mor do exército		Desembargador do RS + filha de general		Major do exército + filha de general		Filho de um militar + filha de estancieiro		Filho de barão + filha de estancieiro		Filho de coronel e descendente de barão + prima			
Total de filhos homens e genros <sup>3</sup>	24	100	20	100	22	100	11	100	11	100	17	100	105	100
Advogado	2	8,33	5	25,00	3	13,64	4	36,36	0	-	3	17,65	17	<b>16,19</b>
Médico	0	-	4	20,00	2	9,00	3	27,27	0	-	3	17,65	12	<b>11,43</b>

<sup>3</sup> Como se considerou todos os títulos dos filhos e genros do iniciador de cada geração, todos os indivíduos tornaram-se ou 'filhos ou genros'; pais, sobrinhos e tios, acabaram sendo incluídos como 'filhos ou genros'.

Militar	4	16,67	1	5,00	2	9,09	0	-	1	9,09	0	-	8	<b>7,62</b>
Engenharia	1	4,17	2	10,00	1	4,55	1	0,09	1	9,09	1	5,88	7	6,67
Ciências agrárias	2	8,33	0	-	1	4,55	2	18,18	0	-	1	5,88	6	5,71
Outras	1	4,17	0	-	1	4,55	0	-	1	9,09	2	11,76	5	4,76
<b>Total com título</b>	<b>10</b>	<b>41,67</b>	<b>12</b>	<b>60,00</b>	<b>10</b>	<b>45,45</b>	<b>10</b>	<b>90,91</b>	<b>3</b>	<b>27,27</b>	<b>10</b>	<b>58,82</b>	<b>55</b>	<b>52,38</b>
<b>Total sem título</b>	<b>14</b>	<b>58,33</b>	<b>8</b>	<b>40,00</b>	<b>12</b>	<b>54,55</b>	<b>1</b>	<b>9,09</b>	<b>8</b>	<b>72,73</b>	<b>7</b>	<b>41,18</b>	<b>50</b>	<b>47,62</b>

Fonte: Genealogias das famílias e entrevistas.

Do total dos filhos homens e genros do conjunto das linhagens consideradas, 52,38% deles são detentores de títulos universitários, sendo que em primeiro lugar o título mais valorizado é o de direito, seguido pelo de medicina e pelos títulos militares, em seguida pelos de engenharia e cursos das ciências agrárias.

Possuir um título de bacharel ou de oficial militar ou ter um filho ou genro que os acumulasse representou um dos principais recursos para a ampliação das relações sociais das famílias de elite. Esse título poderia ser investido na disputa política, no acesso a cargos públicos, na ampliação do capital simbólico e legitimação das posições hierarquicamente dominantes no espaço social, sobretudo numa sociedade em que não há ou é muita fraca a autonomização de diferentes campos com lógica e princípios de concorrência próprios. Nesse contexto, os princípios de legitimação e hierarquização social decorrem menos do capital escolar, uma vez que falta uma estrutura que garanta a equivalência dos títulos e da posição correspondente, mas sobretudo das posições sociais dominantes relacionadas com o capital econômico, político ou cultural (cf. Coradini, 1997; 2003). Em tal ordem de poderes, o uso dos títulos se dá de modo mais instrumental como fonte de acumulação de capital simbólico, podendo ser investidos na ocupação de posições em outras esferas sociais. É a inserção do possuidor dos títulos nas redes de relações sociais privilegiadas que garantem valor ao mesmo.

Analisando o caso da Paraíba no período da República Velha, Lewin (1993, p. 173-177) argumentou sobre a importância que os títulos educacionais assumiram na estratégia das famílias para manter o controle sobre os municípios e influenciar a política estadual e nacional. Isso significou mesmo a necessidade de recrutar “estranhos” como genros ou cunhados “talentosos” que ampliavam as relações sociais e o acesso a diferentes cargos e controle da política. Munidos de novos recursos derivados de seu treinamento especializado e dos valiosos contatos políticos estabelecidos nas faculdades, os que voltavam aos seus locais de origem ampliavam as influências e revelavam-se como um trunfo político da família.

No caso dos paulistas, Miceli (1979, p. 39-41) argumenta que a desvalorização dos diplomas jurídicos devido ao aumento do número de profissionais e das profissões, somado à conjuntura política de derrota das facções dirigentes do sistema oligárquico em 1930, ameaçava as expectativas de constituir carreira na política ou nos escalões superiores do serviço público. No caso dos principais dirigentes da Revolução de 30, os que vêm do Nordeste possuem trajetórias em que a legitimidade e poder simbólico construído se dão, antes de tudo, fora dos círculos de controle de suas famílias (cf. Garcia Jr. 2007). O contrário ocorreu com as lideranças vindas do Sul, em que os filhos de estancieiros, depois de formados bacharéis, voltam para suas cidades de origem e tornam-se fundamentais para a ampliação das redes de clientela política locais; condição para alçar voos posteriores em esferas políticas estaduais e nacionais (cf. Grijó, 1998).

Essa ideia do conjunto e uso dos recursos disponíveis aos indivíduos só é percebida com a análise das trajetórias sociais, como se examinará na próxima seção para o caso das linhagens de estancieiros em questão.

## Trajetórias e redes de relações sociais

Mais do que condição ou posição, os investimentos pessoais devem ser vistos em relação à trajetória do grupo familiar e do universo social como um todo. Para além de ser um grupo social em ascensão econômica relativa, trata-se de um estilo de vida que tem no capital social, político, cultural e simbólico suas bases. Antes de analisar essas trajetórias, importa destacar que o período a partir de 1930 até a redemocratização do país em meados de 1980 parece representar o de maior acúmulo de capital de relações sociais pelas elites estancieiras. Elas estão no centro das principais decisões e na ocupação de cargos públicos. A crise que se processa a partir de 1990, econômica devido à queda do preço dos gados (cf. Viana, 2009), é também de perda de capital de relações sociais e a marginalização em termos de importância política no contexto estadual e nacional (cf. Cadoná, 2002). Até então, no seio da maior parte das famílias havia relações estreitamente mantidas com ambos os espectros da política, o que implicava no controle de cargos públicos e influência.

A análise das trajetórias procurará destacar as relações sociais dos principais integrantes de cada família. Ou seja, por vezes se procura construir mais uma espécie de “trajetória da família”, assinalando-se as ligações políticas de seus integrantes e as possibilidades de mobilização de relações sociais. Quando se tratar de pessoas ainda vivas, os nomes não serão identificados. De todo modo, a análise procura colocar em relevo o capital social possível de ser mobilizado pelos indivíduos. Devido estritamente aos limites de tamanho deste artigo, privilegiar-se-á a análise das duas primeiras linhagens do Quadro acima, Assis Brasil e Prates Bento Pereira.

Quanto aos Assis Brasil, essa linhagem fora iniciada por um filho de rico comerciante sesmeiro, casado com a filha de militar – para o fluxograma genealógico, ver anexo A<sup>4</sup>. Seu integrante mais famoso é Joaquim Francisco de Assis Brasil<sup>A</sup>, que encabeçou a oposição a Borges de Medeiros, Presidente do estado do Rio Grande do Sul durante a maior parte do período da República Velha. Francisco nasceu em 1857, alfabetizou-se na estância de seu pai e foi o único filho a se formar bacharel em direito na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1882; casou-se com uma irmã de Julio Prates de Castilhos e participou ativamente ao lado deste na criação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), compondo a Junta Governativa do estado em 1891. Contudo, o rompimento entre os cunhados se dá quando Castilhos elabora sozinho a Constituição do estado, baseado no positivismo, e não recebe a chancela do primeiro; então afasta-se da política estadual e torna-se diplomata brasileiro na Argentina, Portugal, Estados Unidos, México e outros países. Com a morte de sua esposa, casa-se novamente em 1898 com uma filha do 2º Conde de São Mamede (José Ferreira Pereira Felício), quando inicia a construção de um castelo em uma de suas estâncias no atual município de Pedras Altas, divisa com o Uruguai. Mais tarde, retorna à política estadual e dirige a oposição a Borges na eleição de 1923. Derrotado devido às fraudes eleitorais, não sem desencadear-se um conflito armado, é em seu castelo em que ocorre o chamado Pacto de Pedras Altas, em que se reconhecia Borges como Presidente estado, mas com o compromisso deste não concorrer novamente. Com a chegada de Getúlio Vargas ao Executivo Estadual em 1928 e com a unificação das duas facções políticas rivais, Joaquim Francisco participa ativamente dos preparativos para a Revolução de 30, tornando-se Ministro da Agricultura entre 1930 e 1932, quando é sucedido por Juarez Távora (Garcia Jr. 2007, p. 83); morre em 1938.

Um sobrinho de Joaquim Francisco, Ptolomeu de Assis Brasil<sup>B</sup>, também teve papel destacado nos principais acontecimentos vividos por seu tio, mas como adversário

---

<sup>4</sup> Os nomes citados no texto que estão indicados nas genealogias em anexo serão sobrescritos por letras maiúsculas.



político. Ptolomeu nasceu em 1878, seguiu carreira militar, tornando-se General do Exército. Chefe republicano, na Revolução Federalista de 1893 combateu ao lado de Júlio de Castilhos e em 1923 de Borges, sendo que na Revolução de 30 participou dos levantes no Rio Grande do Sul, quando então toda a linhagem se unificara politicamente. Neste mesmo ano, fora nomeado como Governador interventor no estado de Santa Catarina, em que seu irmão por parte de mãe, Ruy Zobaran, major do exército, e seu sobrinho, Marçal de Assis Brasil<sup>C</sup>, então advogado e depois major do exército, também assumem cargos naquele Executivo. Em 1932, devido a desentendimentos com Flores da Cunha, então Governador do Rio Grande do Sul, sobre uma disputa de território entre estes dois estados, deixa o cargo para seu meio-irmão Ruy e retorna para sua estância em São Gabriel, onde morre em 1935. A trajetória de Marçal e sua esposa é interessante pelo que depõem quanto aos estilos de vida e ligações familiares. Marçal nascera em 1904, também se alfabetizou na estância de seu pai, fez colégio militar em Porto Alegre, bacharelou-se em direito na UFRGS, e trabalhou no Ministério da Guerra na capital federal entre 1940 e 1941, depois de acompanhar seus tios como interventores de Santa Catarina; morreu em 1953. É descrito pela família como atleta e ginasta de barra e solo, exímio tenista e cavaleiro, além de poliglota, como sua esposa. Marçal casara-se com Isabel da Jornada Dorneles, irmã de um de seus melhores amigos de faculdade, Oneron Dorneles, primo materno de Getúlio Vargas e um dos dirigentes do Partido Comunista no estado, candidato a deputado estadual nas eleições de 1947.

Leônidas de Assis Brasil<sup>D</sup>, sobrinho de Joaquim Francisco, irmão de Ptolomeu e tio de Marçal, apesar de não ter seguido carreira militar, nem investido em títulos universitários, constituiu-se como um dos principais estancieiros em São Gabriel apoiadores de Leonel Brizola e Goulart em idos de 1950 e 1960. Como veremos, nesse contexto, a linhagem volta a se dividir politicamente. Leônidas nasceu em 1879, casara-se com sua prima de primeiro grau em 1903, e torna-se estancieiro com mais de 3.000 ha; morreu em 1963. O terceiro filho de Leônidas, de um total de dez filhos legítimos, Argemiro de Assis Brasil, era Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência da República quando houve o Golpe de 64. Argemiro nasceu em 1907, fez colégio militar em Porto Alegre e escola militar em Realengo, no RJ. Em 1932, revolta-se ao lado dos paulistas contra Getúlio Vargas, é exilado e posteriormente anistiado em 1934; casa-se em 1939 com a filha de um estancieiro uruguaio; torna-se Chefe de Estado-Maior da 3ª Região Militar, em Porto Alegre, e em 1963 é convidado por Goulart para compor o governo; destituído do exército em 64, morre em 1982.

Por outro lado, Dácio de Assis Brasil, que aparece ao lado de Goulart na fotografia sobre a expansão da Cooperativa de carnes, era filho de Ptolomeu e primo de Argemiro, tendo construído uma trajetória política à direita do espectro político. Dácio nasceu em 1904, o segundo de cinco irmãos, fez seus estudos básicos em uma escola do município de São Gabriel, seguiu no Colégio Militar em Porto Alegre e fora o único a fazer estudos universitários. Formou-se na Escola de Medicina do Rio de Janeiro em 1930, onde frequentava a casa de seu tio-avô, Joaquim Francisco de Assis Brasil<sup>A</sup>, que se tornara também seu sogro. Retorna a São Gabriel em 1932, onde exerce a profissão até 1939, quando a abandona para se dedicar à Cooperativa e à Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL). Dácio é considerado um dos maiores nomes do ruralismo na história do estado por ter liderado as mobilizações contrárias às ameaças de reforma agrária dos Governos Brizola e Goulart. Era amigo pessoal dos Presidentes Militares, como os gaúchos Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel e de vários ministros e governadores do estado. Tudo se passa como se Dácio reunisse tanto o capital simbólico de seu pai, quanto o de seu tio-avô e sogro nas lutas que empreende, tanto no que se refere

ao ruralismo no estado, quanto em termos de influência nos círculos mais restritos dos Governos Militares; morre em 1977, em uma de suas estâncias.

Na mesma direção que Dácio, quanto à participação e influência no espectro político, esteve Gastão Álvaro Pereira dos Santos<sup>E</sup>, que se casou com uma prima deste. Gastão nasceu em 1915, fez carreira no exército, chegando ao posto de Coronel, tornou-se prefeito de São Gabriel entre 1961 e 1963. Seu irmão, Adalberto Pereira dos Santos, também militar, havia participado dos movimentos tenentistas da década de 20, da revolta constitucionalista de 32 e alcançou o posto de general do exército em 1965. Adalberto foi chefe do Estado Maior do Exército no Governo de Costa e Silva (1967-1969), Ministro do Superior Tribunal Militar em 1969 e Vice-Presidente da República no Governo do também general e gaúcho Ernesto Geisel (1974-1979). Gastão também foi dirigente da FARSUL, Diretor-Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/Banrisul, presidente da Companhia União de Seguros. Seu nome foi cogitado para candidato pela ARENA ao Governo do estado nas eleições de 1970, mas declinou em apoio ao também militar Euclides Triches. Da herança em terras que coube a sua esposa, teria duplicado o patrimônio fundiário, mas nunca se constituía como estancieiro e criador, “mais como proprietário”, como declarara sua família; morreu em 2011.

Quanto aos Prates Bento Pereira, a linhagem fora iniciada por Tito Prates da Silva, desembargador do estado, primo do Conde de Prates e de Júlio Prates de Castilhos – fundador do PRR, já citado anteriormente -, casado com Alice Palmeiro Menna Barreto, filha do general do exército João Manuel Menna Barreto - para o fluxograma genealógico, ver anexo B. O filho mais velho do casal, João Raimundo Prates da Silva<sup>A</sup>, nasceu em 1885, formara-se em direito na mesma turma que Getúlio Vargas, em 1907. Em 1911, João Raimundo casa-se com Iracema Lopes, filha de Aníbal Lopes, estancieiro do município de Cruz Alta. Iracema era irmã de Abegahy, casada com o farmacêutico Sebastião Veríssimo da Fonseca, pais de Érico Veríssimo, autor do romance *O Tempo e o Vento*. João Raimundo, depois de assumir um cargo de juiz, abandonou a profissão para se tornar estancieiro; foi considerado por Érico como um de seus principais influenciadores na literatura (cf. Veríssimo, 1987, p. 87-96); morreu em 1949.

Para o que interessa mais diretamente dessa linhagem, importa os descendentes da primeira irmã de João Raimundo na linha genealógica, haja vista que constituiu o ramo da linhagem cujos integrantes foram objeto de estudo em São Gabriel. Alice Menna Barreto Prates da Silva<sup>B</sup> casa-se com Alfredo Bento Pereira, também de uma família de republicanos. Alfredo participou ao lado dos republicanos dos diversos conflitos armados, dos quais ganhou o título de Coronel. Na Revolução de 1930, torna-se intendente no município, onde permanece como prefeito até 1935; morre em 1946. Dos sete filhos de Alice e Alfredo, apenas um deles seguiu carreira militar. Valdo Prates Pereira<sup>C</sup> nasceu em 1919, alfabetizado na estância de seu pai, seguiu os estudos primários no município de São Gabriel, depois na Escola Militar de Porto Alegre, onde se formou oficial em 1940, posteriormente constituiu matrimônio com uma prima. Valdo compôs o Gabinete do Ministro da Guerra, Cel. Jair Dantas Ribeiro, até o Golpe de 64. Com o Golpe, teve sua carreira interrompida e acabou no desterro em Mato Grosso, fora reformado na patente de Coronel do exército. Posteriormente, Valdo refugiou-se em sua estância em São Gabriel, onde morreu no início de 2012. Um de seus irmãos, Alfredo Bento Pereira<sup>D</sup> Filho, possuía relações privilegiadas no outro espectro da política. Alfredo nasceu em 1920, formou-se em engenharia civil e constituiu matrimônio com Lovely Garcia, filha de um estancieiro e médico do município de Cachoeira do Sul, José Felix Garcia. Alfredo se torna prefeito municipal entre 1969 e 1973; morre em 1979. Quanto aos demais irmãos, o que mais importa perceber são os casos das relações que se constituem entre primos e, na geração seguinte, com os primos dos pais.

Tais relações serão analisadas a partir da trajetória de um dos estancieiros por mim entrevistados, sobrinho de Valdo, cujo nome chamarei de Rogério<sup>E</sup>. Rogério nasceu em 1944, na cidade de São Gabriel, onde fez seus estudos primários. Posteriormente, realizou os estudos secundários no Colégio Julio de Castilhos, em Porto Alegre; em 1963, inicia o curso do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e se forma em 1965; sai dos quadros do exército em 1967, como primeiro tenente, quando entra na faculdade de direito da recém criada Universidade Federal de Santa Maria. No ano de 1969, durante a realização do curso de direito em Santa Maria, um primo de seu pai, Helio Prates da Silveira, é indicado pelo Governo Militar como governador do Distrito Federal. Helio nasceu em 1920, em São Gabriel, seguiu os estudos no Colégio Militar de Porto Alegre, em cuja carreira alcançou o posto de Coronel, foi Governador do Distrito Federal entre 1969/1974, presidente do Banco Militar, renomeado depois para Banco Sulamericano; morreu em 1997. Na ocasião da nomeação de Helio ao Governo do Distrito Federal, seu irmão Caio, médico formado pela Escola de Medicina de Porto Alegre, um ano mais novo, foi nomeado como Chefe da Casa Civil. Além de Caio, outros três integrantes da família também foram nomeados à assessoria de Helio: dois filhos de um primo por parte de mãe, entre os quais Rogério, e outro filho de um primo de seu cunhado, unindo na mesma indicação integrantes das linhagens Prates Bento Pereira e os Macedo. Deslocando-se para Brasília como assessor do primo de seu pai, Rogério terminou o curso de direito no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Quando o governo de Helio findou, um primo deste e também do pai de Rogério, Marco Aurélio Prates de Macedo, então Procurador Geral do Trabalho e Presidente do Tribunal Superior do Trabalho entre 1988/1991, o convidou para ocupar um cargo como Procurador do Trabalho. Marco Aurélio era casado com uma prima de primeiro grau, Eliana Prates, única filha de Homero Prates<sup>F</sup> – irmão de João Raimundo e cunhado de Alfredo Bento Pereira -, seu tio e portanto também sogro, que na época era desembargador e juiz do trabalho no estado do Rio de Janeiro. Rogério exerceu a profissão de juiz do trabalho até se aposentar, em 1992, quando decidiu retomar a criação de gado em sua estância. Das relações privilegiadas no juizado trabalhista, vários parentes, bacharéis em direito, se beneficiaram, entre eles um tio de Rogério, irmão de Valdo, nomeado juiz e posteriormente promotor público, além de um filho deste, também indicado para cargos correlatos.

É impressionante perceber que os integrantes das demais linhagens apresentam trajetórias semelhantes, no que diz respeito ao uso de seus títulos e posições ocupadas, além das redes de relações extensas. Os Menna Barreto foram considerados por Seidl (1999, p. 139) como a linhagem “[...] que forneceu maior quantidade de oficiais ao Exército brasileiro em toda a sua história”, constituindo “um fenômeno impressionante de reprodução social de um grupo familiar no seio de uma instituição, fazendo parte da estrutura governamental de um país”. Trata-se de uma família considerada por outros estancieiros como “a mais importante do município de São Gabriel”, devido ao poder simbólico que carrega. De modo semelhante ocorre com os Chagas, a pesar de serem os que menos investiram em títulos escolares, somente 27% de seus integrantes; o que parece se passar é que o fato de pertencer a uma linhagem nobre já lhes atesta a legitimação de uma posição dominante, na qual a pressão pela conquista de títulos escolares e reconhecimento social é menor. Quanto aos Cunha Gonçalves, também apresentam integrantes em ambos os espectros da política, com destaque para o médico Juraci da Cunha Gonçalves, amigo pessoal de Goulart, que aparece na fotografia sobre a expansão da Cooperativa de carnes, e seu irmão mais novo, também médico, mas adversário político, prefeito entre 1963 a 1969.

As trajetórias sociais pesquisadas se desenrolam a partir dos contatos com outros familiares que ocupam posições privilegiadas e cujo nome carrega o poder simbólico da

linhagem. Quanto ao capital de relações possível de ser mobilizado pelas famílias, a análise dos dados recolhidos em campo parece demonstrar o que Coradini (1997, p. 426) argumentou quanto à análise das relações da elite médica no século XIX, ou seja, não são apenas “constituintes do grupo, como são oficialmente admitidas e até proclamadas com solenidade”. As possibilidades de mobilizar uma rede complexa de relações são expostas a três vozes sempre que possível - como no discurso de enterro de um proeminente médico e estancieiro, em que o tribuno lembrara o arco social de relações até então mantido pelo morto.<sup>5</sup>

### **Considerações finais**

Todos esses protagonistas poderiam ser tomados como casos exemplares de uma “classe” ou de um grupo social que possui trajetória coletiva ascendente a partir de 1930 a meados dos anos de 1980, diferentemente das principais elites agrárias do país. Do mesmo modo que a reafirmação de um *habitus desinteressado* proporcionado pelas próprias condições objetivas características ao grupo, que se torna fonte de distinção social, mas que na atualidade constitui-se como obstáculo para se adotar estratégias de reconversão já utilizadas por linhagens de senhores de terra no Brasil. Assim, trata-se de um estilo de vida que media as condições de origem e os destinos sociais e políticos, em que o capital simbólico, social, político e cultural são basilares. O sentido dos investimentos escolares é mais relacionado com a consagração social e ampliação dos distintos capitais do que estratégias de reconversão de trajetórias sociais.

Em um ambiente social que se caracteriza pela inexistência de um mercado estruturado que garanta a equivalência entre títulos, a acumulação das diferentes formas de capital está centrada em relações de reciprocidade – assimétrica ou não – e relações personificadas. Nesse contexto, compreender as redes de relações sociais torna-se central para a apreensão das estratégias de reprodução social e os investimentos pessoais desta elite rural estancieira, de modo semelhante ao percebido por Bourdieu e Saint Martin (1978) no estudo das famílias oriundas da antiga nobreza. Além disso, os títulos escolares são usados mais para galgar posições sociais em outras esferas de poder, uma vez que a centralidade da hierarquia não é dada pela profissão. Mas esse galgar outras posições sociais é construído de modo que apareça de modo *desinteressado*, como se houvesse predestinação natural a tais posições. Aí reside uma grande diferença para com as demais elites agrárias no mesmo período. Desde o personagem do romance de Veríssimo às várias das trajetórias de estancieiros apresentadas neste artigo, o título escolar fora investido em outros jogos sociais relacionados à política e/ou mesmo temos o retorno à administração de suas estâncias, de modo que não há reconversão de trajetórias ou abandono da condição de origem.

### **Bibliografia citada**

- BOURDIEU, Pierre. (2008), *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, Zouk.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *La Noblesse d'état. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Les éditions de minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (1980), *Le sens pratique*. Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (2002), *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 6ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre & SAINT MARTIN, Monique. (1978), “Le Patronat”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, Vol. 20-21, pp. 3-82, mars/avril.

---

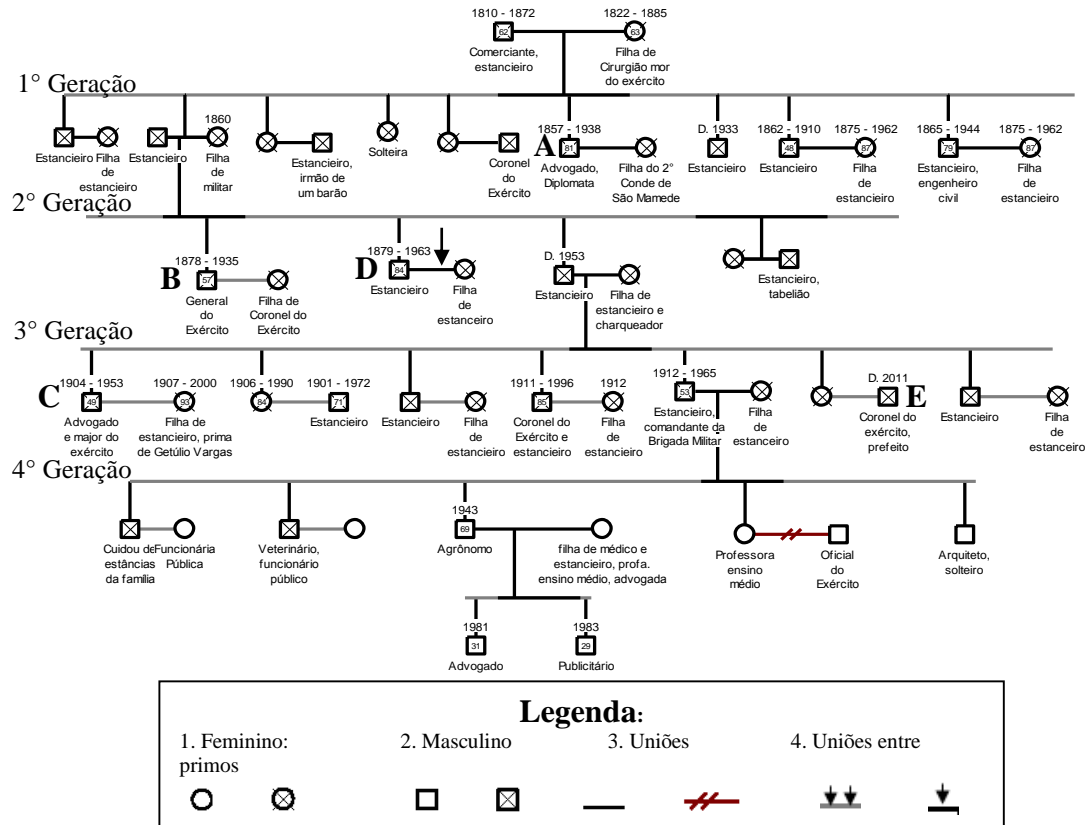
<sup>5</sup> Conforme documento de família recolhido em campo (Arquivo pessoal).

- CADONÁ, Marco André. (2002), *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*. Santa Cruz do Sul, UDUNISC.
- CORADINI, Odacir Luiz. (2003), “As missões da ‘cultura’ e da ‘política’: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 32, p. 125-144
- CORADINI, Odacir Luiz. (1997), “Grandes famílias e elite profissional na medicina no Brasil”. *História, Ciência, Saúde*, Manguinhos, 3 (3) p. 425-266, Fevereiro.
- FIGUEIREDO, Osório Santana. (1985), *Cooperativa Rural Gabrielense Ltda: 50 anos de História*. Porto Alegre, Metrópole S.A.
- GARCIA Jr., Afrânio. (1989), *O Sul: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Marco Zero; Brasília, UnB; MTC-CNPq.
- GARCIA Jr., Afrânio. (2007), “Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964)”. *Revista Ciências Sociais*, Ceará, 2 (28), p. 73-87, setembro.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. (1998), *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”*. Porto Alegre, 250 p. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- HEINZ, Flávio Madureira. (1996), *Les fazendeiros a l’heure syndicale: representation professionnelle, interets agraires et politique au Brésil, 1954-1967*. Nanterre, 619 p. Thèse de Doctorat d’Histoire. Université de Paris X.
- LEWIN, Linda. (1993), *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Tradução de André Villalobos, Rio de Janeiro, Record.
- LOVE, Joseph L. (1975), *O regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva.
- MAUSS, Marcel. (2007), *Essai sur le don*. Paris, PUF.
- MICELI, Sergio. (1979), *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*. São Paulo, Difel.
- MINTZ, Sidney W. (2003), *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Trad. e Org. de Christine Rufino Dabat, Recife, UFPE.
- MOORE Jr., Barrington. (1983), *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo, Martins Fontes.
- PICCIN, Marcos Botton. (2012), *Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro*. Campinas, 458 p. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- PIMENTEL, Fortunato. (1941), *Aspectos Gerais de São Gabriel*. Porto Alegre, Gundlach.
- SEIDL, Ernesto. (1999), *A espada como “vocaçãõ”: padrões de recrutamento e de seleção das elites do exército no Rio Grande do Sul (1850-1930)*. Porto Alegre, 203 p. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Porto Alegre.
- SILVA, Aristóteles Vaz de Carvalho e. (1963), *São Gabriel na História: o drama da fronteira*. Porto Alegre, Cital.
- STOLCKE, Verena. (1986), *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Tradução de Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo, Brasiliense.
- VERRÍSSIMO, Érico. (1987), *Galeria Fosca*. Rio de Janeiro, Globo.
- VERRÍSSIMO, Érico. (1951), *O tempo e o vento. O Retrato*. São Paulo, Globo.

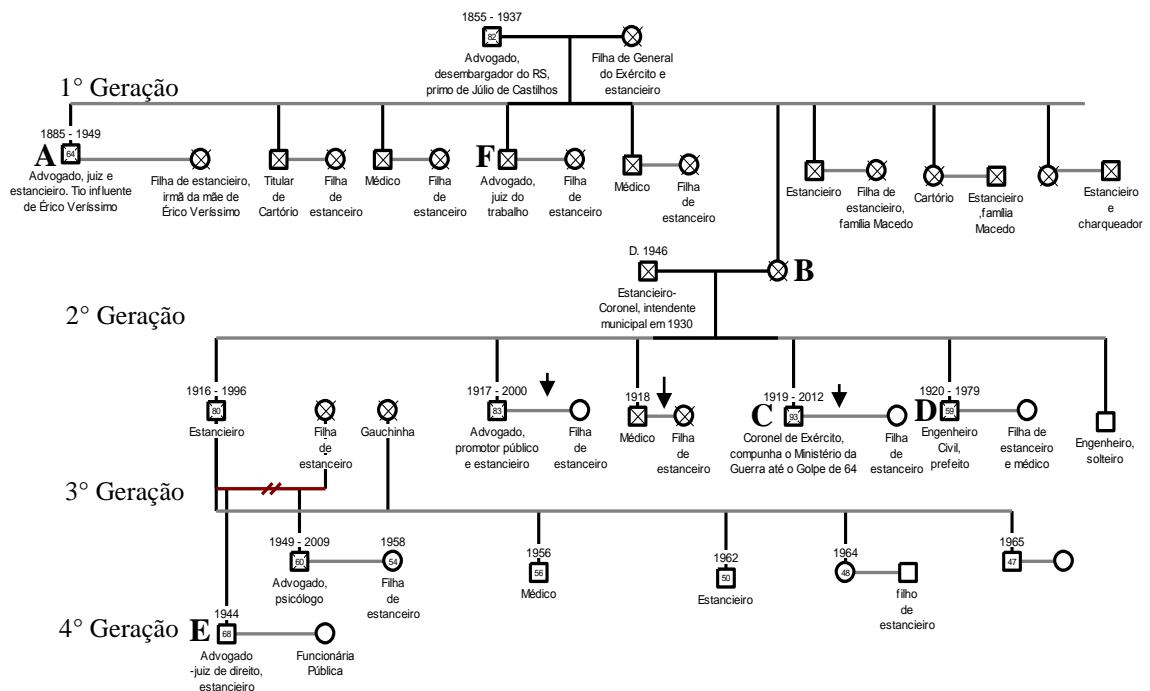
VIANA, João Garibaldi Almeida et al. “Evolução dos preços históricos da Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: tendência e comportamento dos preços em nível do produtor e consumidor”. *Ciência Agrotecnologia*, Lavras, n° 4 (33), p. 1109-1117.

ZWEIG, Stefan. (1941), *Brasil, país do futuro*. Rio de Janeiro, Guanabara.

Anexo A. Fluxograma genealógico - linhagem Assis Brasil



Anexo B. Fluxograma genealógico - linhagem Prates Bento Pereira



## GT 05 – Elites patronais rurais e agroindustriais, ação coletiva e pensamento crítico

### Visões do *agronegócio*: notas sobre a presença de agricultores *gaúchos* no Maranhão

Rafael Bezerra Gaspar<sup>1</sup>

**Resumo:** O trabalho discute a presença de agricultores autodenominados e conhecidos como *gaúchos* em municípios no leste do Maranhão e que passaram a desenvolver atividades vinculadas ao chamado *agronegócio* da soja na região. Tomam-se como objetos de reflexão as origens sociais dos chamados *gaúchos*, as classificações atribuídas a esses agentes, assim como suas autoclassificações e as representações elaboradas sobre o universo do *agronegócio* no Maranhão.

**Palavras-chave:** *Gaúchos*; *agronegócio*; Maranhão

#### 1. Introdução

O presente trabalho discute a presença de agricultores autodenominados e, também, chamados de *gaúchos* em municípios da região leste do Maranhão, Nordeste do país. Esses agentes se deslocaram de diferentes estados do país e, a partir dos anos 2000, passaram a produzir soja em bases empresariais no cerrado maranhense. Tomam-se para análise as origens sociais dos chamados *gaúchos*, as classificações atribuídas a esses agentes, assim como suas autoclassificações e as representações construídas sobre a participação no universo do chamado *agronegócio* de grãos no leste do Maranhão. O texto corresponde, assim, às reflexões desenvolvidas em minha dissertação de mestrado, recentemente publicada em formato de livro (GASPAR, 2013)<sup>2</sup>.

As questões levantadas, aqui, tratam de aspectos sociais relativos ao chamado *agronegócio* e se aproximam de recentes estudos (COMERFORD, 2011) (DESCONSI, 2011) (NOVAES, 2011) (RUMSTAIN, 2012) (SOUZA JÚNIOR, 2011) que analisam, sob uma perspectiva qualitativa, distintas e semelhantes dimensões do que denominam de sociedade(s) do *agronegócio* (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010)<sup>3</sup>. Nesse sentido, o texto toma para

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [rafaelbgaspar@yahoo.com.br](mailto:rafaelbgaspar@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> O estudo sobre a presença dos autodenominados *gaúchos* no Leste Maranhense seguirá com pesquisa de tese no curso de Doutorado sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Beatriz Maria Alasia de Heredia (UFRJ).

<sup>3</sup> Pesquisa denominada “Sociedade e Economia do *Agroegócio*”, coordenada por pesquisadores do Museu Nacional, UFRJ e UFRRJ e que inclui alunos de mestrado e doutorado dessas instituições.

reflexão certos temas pouco evidenciados quando o assunto se refere à concepção do *agronegócio* para além da unidade agrícola e industrial e menos voltado para um foco nas estruturas econômicas e padrões de produtividade (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010). Aqui, o chamado *agronegócio* é pensando a partir das lógicas, dos interesses e percepções dos agentes que se autodefinem como porta-vozes do seu avanço no país e que torna mais evidente a existência dessa atividade sob o ponto de vista de quem a realiza.

## 2. Origens sociais e tradição agrícola dos *gaúchos*

A partir do início dos anos 2000, a chamada *mesorregião* Leste Maranhense<sup>4</sup> tornou-se o segundo pólo da agricultura de grãos no Maranhão (CARNEIRO, 2008)<sup>5</sup>. Os municípios já alcançados diretamente são Anapurus, Brejo, Buriti de Inácia Vaz, Chapadinha, Mata Roma e Milagres do Maranhão na *microrregião* de Chapadinha e o município de Magalhães de Almeida na *microrregião* do Baixo Parnaíba Maranhense, com crescente produção das culturas de arroz, milho, milhete e, sobretudo, soja (HOLANDA, 2008, p. 13).

A soja cultivada no Leste Maranhense já representa, aproximadamente, 10% do total de grãos produzido em todo o estado do Maranhão e se transformou no principal produto dos investimentos agrícolas à frente de outras culturas no estado, como é o caso do arroz, do milho e da mandioca (GASPAR, 2013)<sup>6</sup>. Vale mencionar, também, que já se encontram presentes, também, as chamadas *tradings* com escritórios no município de Chapadinha ou com áreas de cultivo de grãos em municípios da região<sup>7</sup>.

A presença de agricultores autodenominados e, também, chamados de *gaúchos* em áreas do Leste Maranhense (IBGE, 2010) se vincula, historicamente, aos deslocamentos promovidos por diversas famílias de ascendência europeia estabelecidas na região Sul do País

---

<sup>4</sup> A *mesorregião* Leste Maranhense é constituída de seis microrregiões – Chapadinha, Coelho Neto, Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadas do Alto Itapecuru, Codó e Caxias. Juntas, tais microrregiões abrangem 44 municípios, com uma área de 70.606,230 km<sup>2</sup> e população total estimada em 1.336,005 habitantes (IBGE, 2010).

<sup>5</sup> O principal polo da agricultura graneleira, e de maior concentração no Maranhão, despontou em meados da década de 1970, consolidando-se no início da década de 1990, na *Mesorregião* Sul Maranhense. Teve como resultado o chamado *boom* da soja, intensificado pelos incentivos fiscais federais através do chamado do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado – PRODECER III (CARNEIRO, 2008) (HOLANDA, 2008).

<sup>6</sup> Conferir os dados do financiamento de custeios de lavoura concedidos a *produtores* e *cooperativas* no estado do Maranhão em Anuário Estatístico do Crédito Rural (BACEN). Ver o seguinte endereço: <https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>.

<sup>7</sup> ABC INCO, SLC Agrícola S/A e a Prio são as empresas privadas que compraram propriedades no Leste Maranhense e, conseqüentemente, vem promovendo suas instalações nessa região (CARNEIRO, 2008, p. 84). A empresa ABC INCO ([www.inco.com.br](http://www.inco.com.br)) já conta com propriedade entre os municípios de Anapurus e Brejo, porém ainda não implantou nenhuma estrutura física. A empresa SLC Agrícola possui uma unidade no município de Buriti. A Prio Advanced Fuels mantém uma representação em São Luis (MA) e uma propriedade no município de Anapurus (GASPAR, 2013).



e que, a partir das décadas de 1960 e 1970, se espalharam por estados do Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país (OLIVEN, 2006) (SEYFERTH, 1996). Esses movimentos coincidiram ou se cruzaram, em diferentes momentos, com a expansão territorial do chamado *agronegócio* de grãos, caso, principalmente, do cultivo da soja em áreas de cerrado no país (FERNANDEZ, 2007) (HAESBAERT, 1997) (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2009).

Os autodenominados *gaúchos* se deslocaram do Sul do país e se fixaram em municípios do Leste Maranhense, ainda no final da década de 1980. Mas, somente passaram a produzir grãos (arroz, milho, milhete e, sobretudo, soja) em bases empresariais, a partir do início dos anos 2000. Fatores como os poucos recursos financeiros reunidos com a chegada ao Maranhão, a ausência de uma tecnologia (correção de solo, manejo de sementes) adaptada às condições ecológicas da região e as dificuldades para a obtenção de crédito bancário para a instalação de lavouras de arroz e milho foram impasses que inviabilizaram o desenvolvimento da agricultura graneleira logo após o estabelecimento dos primeiros *gaúchos*.

Aqueles primeiros agricultores *gaúchos* que chegaram ao Leste Maranhense não foram beneficiados, necessariamente, com políticas oficiais ou destinadas à implantação de projetos de colonização, como aconteceu em situações envolvendo famílias sulistas no Centro-Oeste do país (TAVARES DOS SANTOS, 1993). Entretanto, a fixação inicial foi fruto de ações particulares baseadas, fundamentalmente, na acumulação do patrimônio familiar nos locais de origem e naqueles por onde esses agentes se deslocaram (GASPAR, 2013).

Esses agentes afirmam sua ascendência e origem social vinculada aos colonos europeus estabelecidos no Sul do país, especialmente no Rio Grande do Sul, em meados do século XIX (SEYFERTH, 1996). Relembrem a participação de suas famílias na pequena agricultura baseada nos cultivos de trigo, milho e soja, além da fabricação da farinha e da criação de animais domésticos, como gado, suínos e aves (SEYFERTH, 1996) (WAIBEL, 1949). Esses aspectos são destacados em trechos de três entrevistas, conforme descritos abaixo<sup>8</sup>:

#### **Trecho I**

**Pesquisador:** O senhor é de onde?

**Antonio:** Eu sou do, de Soledade, município de Soledade, Rio Grande do Sul, né. Vai fazer agora, 25 de agosto, vinte anos que eu estou aqui no Maranhão e **nós viemos para cá para trabalhar na agricultura, né.**

**Pesquisador:** E lá no sul, o senhor sempre trabalhou, a família sempre trabalhou com agricultura?

**Antonio:** **Sempre trabalhamos, desde criança, nós sempre foi agricultor. Nós plantava muito mandioca, lá no Rio Grande do Sul, fazia muita farinha de mandioca, né, criava**

---

<sup>8</sup> Optei pelo uso de nomes fictícios dados aos entrevistados. Os nomes podem se repetir no decorrer do texto, indicando o mesmo entrevistado.

**muito porco como esses criadores aqui do interior, pois é, era nossa, nosso costume lá no Rio Grande.**

**Pesquisador:** O avô, o pai?

**Antonio:** **Meu pai, o avô eu nem cheguei a conhecer, mas nós plantávamos, assim, muita mandioca, fazia a parceria, tive também de mandioca.** Ai, então, nós fazia a parceria, é, comprava a mandioca, fazia a parceria com aveia, mandioca, farinha e criava muito porco. O (...) a gente a, criava o porco, aí encarneava o porco, porque naquela época não tinha, assim, óleo pra cozinhar, então se cozinava com a gordura do porco. (...) **E, então nós vendia a gordura, é, vendia o couro e nós também trabalhávamos com fábrica de tachado, né, e o meu pai sempre foi um agricultor destacado na região** (Entrevista realizada em 12 de julho de 2009).

## **Trecho II**

**Pesquisador:** Qual é sua cidade natal?

**Jonas:** Getúlio Vargas, é norte do Rio Grande do Sul, região essencialmente de imigrantes. Todos os imigrantes, à época, foram colocados no norte do estado, região montanhosa, até então, inóspita no início do século e foram até preferidas pelos imigrantes porque elas se assemelhavam muito com o próprio local que eles vieram da Itália, que era montanhoso, que era frio em determinada época do ano. **Nós somos a 2ª e 3ª geração dos imigrantes alemães e italianos, tanto é que em Chapadinha, se diz, nós estamos meio a meio, 50% são descendentes de alemães e 50% são descendentes de italianos.**

**Pesquisador:** E lá, trabalhava com o quê, seu pai, era sempre com arroz, soja, o que é que era?

**Jonas:** **É, lá ele praticava aquela agricultura de subsistência, na época não era agricultura de negócios, e hoje nós não subsistiríamos, não sobreviveria com uma área pequena, né.** Na época dava para sobreviver porque eles faziam tudo, não dependiam muito do, de comprar muitas coisas, né, produziam suas próprias, os itens mais necessários. **Então, plantavam trigo, justamente pra trocar o trigo por farinha, plantavam o milho trocavam por farinha, o milho, trigo feijão, criavam abelhas e produziam animais, pequenos animais, porcos, aves, faziam troca** (Entrevista realizada em 12 de julho de 2009).

Observamos nos excertos acima uma referência ancestral comum à pequena agricultura desenvolvida na região Sul do país e o vínculo dos chamados *gaúchos* com os colonos descendentes de imigrantes de italianos e alemães no Rio Grande do Sul. Waibel (1949) aponta, em seus estudos sobre a colonização italiana e alemã no Rio Grande do Sul, a permanência de um sistema agrícola baseado na parceria ou arrendamento e com as áreas de cultivo variando a uma média de 25 a 30 hectares.

Esse autor ressalta, também, o desenvolvimento de um regime de trocas e comercialização de produtos, como farinha, trigo, milho, curtume e criação de animais domésticos (WAIBEL, 1949, p. 195), correspondendo, assim, ao que aparece nos dois trechos citados acima. Ainda segundo Waibel (1949), as dificuldades de cultivo em lotes inferiores – conforme destacado no trecho I – e com conseqüente esgotamento dos solos e agravamento das condições econômicas, resultou em intensa migração de colonos descendentes de europeus para cidades maiores ou outras áreas reconhecidamente agricultáveis e com disponibilidade de maiores lotes no decorrer da primeira metade do século XX.

O legado de uma tradição agrícola é vinculado, segundo os entrevistados, às gerações descendentes de imigrantes europeus formados, em sua maioria, por pequenos agricultores ou artesãos. Esses imigrantes europeus foram submetidos a uma ação oficial de povoamento de áreas consideradas “vazios demográficos” no Sul do país e legitimaram no imaginário social a figura do imigrante trabalhador baseada na pressuposição da superioridade europeia como um dos requisitos fundamentais para a instalação desses grupos em solo brasileiro (SEYFERTH, 2002, p. 119-120).

Por isso, imigrantes de origem alemã e italiana e seus descendentes constituíram-se, na hierarquia das nacionalidades, como aqueles identificados como os “bons agricultores”. Seriam eles que levariam ao desenvolvimento de uma Nação e ao rompimento com traços arcaicos e de atraso econômico, vistos, por exemplo, com a escravidão brasileira (SEYFERTH, 2002, p. 120). Assim, atributos relacionados ao campesinato, como fazer parte de uma família, habilidade no trabalho diário, demonstração de sobriedade, perseverança e resignação reforçavam a ideia de que as primeiras levas de imigrantes deveriam vir dos segmentos de trabalhadores, principalmente, de origem camponesa europeia. Eles deveriam se adaptar à vida em pequenas propriedades rurais pensadas, pela política oficial à época, para serem colônias no Sul do país.

### **3. (Auto) classificações e representações no mundo do agronegócio**

Entre os agricultores estabelecidos encontram-se, sobretudo, aqueles nascidos no Rio Grande do Sul, mas também outros provenientes de diferentes estados do país, como Paraná, Santa Catarina e Goiás (GASPAR, 2013). Esses agentes que chegam de fora da região são chamados de *gaúchos* pelos grupos locais mesmo que a origem possa ser distinta do Rio Grande do Sul (GASPAR, 2013). A princípio, isso permitiria pensar que a classificação nativa engloba qualquer indivíduo de fora da região, independente da origem, na categoria genérica *gaúcho*. Porém, outros elementos parecem estar em jogo quando se toma para reflexão esse termo no contexto analisado.

Para os moradores locais, a atribuição recorrente à categoria *gaúcho* está vinculada fundamentalmente, àqueles que se dedicam à agricultura de grãos ou a outros empreendimentos relacionados a essa atividade (empresas de sementes, fertilizantes ou de maquinário agrícola). À primeira vista, os *gaúchos* seriam identificados pelos moradores

locais como os donos de *fazendas*<sup>9</sup> envolvidos em atividades relacionadas à cultura da soja na região. Porém, os moradores locais atribuem o termo *gaúcho*, também, aos trabalhadores contratados pelos produtores de grãos. São trabalhadores que migram de outros estados, chamados de *gaúchos* pelos moradores da região, mas que também recebem outra classificação, qual seja a de *encarregados* que correspondem ao segmento especializado, geralmente, nas atividades com o maquinário agrícola.

Ademais, os próprios agricultores autodenominados *gaúchos* afirmaram, em suas narrativas (GASPAR, 2013), que alguém de fora do Maranhão, independente do local de nascimento ou local de origem, pode vir a ser classificada pelos moradores locais como *gaúcho* devido às relações de amizade existentes entre quem chega de fora e quem já havia se estabelecido na região nos primeiros anos. Aqueles que são proprietários de *fazendas*, também, se autodenominam como *produtores rurais* na região. Eles apontaram diferenciação interna ao agrupamento genérico chamado de *gaúchos*, a partir da mobilização de elementos distintivos, tais como: maior volume de recursos econômicos adquiridos, tecnologia montada (maquinário), tamanho das propriedades e dependência de certos fatores, como o aluguel de máquinas.

Como forma de melhor exemplificar essas definições, apresentarei trechos de entrevistas realizadas com os chamados agricultores *gaúchos*. A partir delas, tomarei para reflexão, as autoclassificações desses agentes, assim como as representações elaboradas a partir de sua inserção no mundo do chamado *agronegócio*.

Um dos agricultores *gaúchos* já mencionado anteriormente em trechos de entrevista e que se auto intitula como um dos primeiros a chegar ao Leste do Maranhão chama-se Jonas e tem 60 anos<sup>10</sup>. Atualmente, ele produz soja, além de arroz, milho e milhete. Sua residência se localiza na cidade de Chapadinha, porém sua propriedade agrícola, chamada de *fazenda*, situa-se no município Brejo, distante 67 km daquela cidade.

Os trechos da entrevista desse agricultor destaca sua trajetória sob uma perspectiva singular em relação ao conjunto dos outros agricultores que produzem soja. Ele destaca os distintos contextos de migração vividos, desde a origem no sul do País, passando pela etapa migratória, até chegar ao estado do Maranhão com seu consequente estabelecimento no Leste

---

<sup>9</sup> As chamadas fazendas abrangem os seguintes espaços: os campos destinados ao cultivo de grãos; os chamados *galpões* – médios e pequenos – destinados ao abrigo da maquinaria e de outros instrumentos utilizados no cultivo agrícola; os *silos* que seriam galpões maiores destinados ao armazenamento dos grãos colhidos nos campos; os chamados *secadores* que correspondem às grandes estruturas metálicas integradas aos *silos* maiores e, também chamados de *silos secadores*, *silos graneleiros* ou *silos de armazenamento* (GASPAR, 2013).

<sup>10</sup> No texto, opto pelo uso de nomes fictícios para os informantes, com o objetivo de preservar suas identidades.

Maranhense. Primeiramente, um dos aspectos destacados pelo senhor Jonas diz respeito ao ingresso na educação formal como um momento que o diferenciou de outros agricultores e dos próprios pais e avós.

**Jonas:** Mas essa, essa primeira geração que o senhor fala trabalhava com o que lá? O que é que eles faziam?

**Pesquisador:** Quando eles chegaram, foi dado a eles as terras, se chamavam colonos, então, eles davam lotes de terra e essas pessoas trabalhavam com a terra. Daí a continuidade do gosto, né, de trabalhar com a terra, fizeram disso um negócio que está se perpetuando até hoje e as famílias eram, pelo menos a família do meu pai e todos, né, elas eram enormes né, porque tinham um, um, eles tinham necessidade de ter muitos filhos pra ajudar a tocar o pedaço de terra, o medo, talvez, era de se perder a terra e não trabalhar ela toda, então eles procuravam, imediatamente casar cedo e ter um monte de filhos. Meu avô teve mais de seis, né. **E aí, veio outro problema: como dividir um pequeno pedaço de terra que não passava de 24 hectares, que era uma colônia, como dividir com um monte de filhos, né.** Então teve esse, praticamente eles se formavam agricultores, esses filhos, aí iam dividir e ficavam mini, minifúndio, né

**Pesquisador:** O senhor se inclui nisso?

**Jonas:** É, eu também me incluo nisso, né, meu pai, é, ele desistiu do interior quando meu avô morreu, aí de 24 hectares ele tocou pra ele uma parte pequena, aí a parte pequena não dava pra alimentar a família, foi daí que a gente saiu do interior e veio até para a cidade. Eu já, meu pai, então, foi agricultor, meu avô era agricultor, meu pai foi agricultor e eu já tô na parte urbana, me criei na infância, minha infância minha não foi na roça, mas aí a partir da (inaudível), **já fui destinado a uma escola agrícola, é a parte, que foi a especialização do ciclo.**

**Pesquisador:** A maioria desses [*produtores gaúchos*] que estão aqui em Chapadinha também seguiram essa mesma trajetória?

**Jonas:** A maioria a mesma trajetória.

**Pesquisador:** São formados em que, quais são as formações?

**Jonas:** **Temos muitos técnicos em agricultura, tem uma série enorme de engenheiros agrônomos, eu acho que de um universo de 60, 70 famílias são, residindo aqui, mais de 15%, 20% são técnicos. Já faz parte dessa geração que foi para a escola, foi morar na cidade** ou alguns ainda no interior foram pra escola e seguiram o mesmo caminho.

**Pesquisador:** E lá, ele trabalhava com o que, seu pai, era sempre com arroz, soja, o que é que era?

**Jonas:** **É, lá ele praticava aquela agricultura de subsistência, na época não era agricultura de negócios, e hoje nós não subsistiríamos, não sobreviveríamos com uma área pequena, né.** Na época dava para sobreviver porque eles faziam tudo, não dependiam muito do, de comprar muitas coisas, né, produziam suas próprias, os itens mais necessários. Então, plantavam trigo, justamente pra trocar o trigo por farinha, plantavam o milho trocavam por farinha, o milho, trigo feijão, criavam abelhas e produziam animais, pequenos animais, porcos, aves, faziam troca (Entrevista realizada em 12 de julho de 2009).

Conforme aparece no trecho da narrativa, o senhor Jonas se auto inclui em uma parcela de agricultores que conseguiu superar a vida na *roça* e ingressar em uma educação formalizada na cidade. Diferentemente dos pais e outros agricultores que não tiveram oportunidades de ingresso nos bancos escolares, a presença nas escolas agrícolas, para ele, foi o momento de se especializar e conseqüentemente, construir uma posição social e cultural distinta no mundo da agricultura.

Para esse agricultor, existiu uma espécie de especialização gradual entre gerações que agregou formação escolar à trajetória de agricultores. Essa representação aparece como relevante para o senhor Jonas, já que ele cita outros agricultores, além dele próprio, como técnicos formados nos bancos escolares e que, nos dias atuais, estão produzindo soja no Leste Maranhense. Entende-se, assim, que a oportunidade de vivenciar uma escola técnica e superar aqueles da 1ª geração – avós e pais que trabalhavam na pequena agricultura – serviu como trunfo para esse agente participar anos mais tarde, daquilo que ele chama “agricultura de negócios”. Essa ruptura entre as trajetórias dos avós e pais e do senhor Jonas explicitado por meio das referências do entrevistado em “ser criado no meio urbano” e “ter frequentado escola agrícola” inscreve-se em um contexto de mobilidade fundamental na vida desse agricultor.

Antes mesmo de se deslocar para outro estado mais distante, o entrevistado entende que sair da pequena propriedade ou da chamada *roça* é superar, ao mesmo tempo, uma espécie de lugar marcado pela limitação de terras em relação ao tamanho da família e de superar “um tempo da subsistência” – “na época dava para sobreviver porque eles faziam tudo” – das trocas, da necessidade e da falta de conhecimento especializado. Não significa, necessariamente, abandonar as origens ou os laços que o ligavam ao mundo da *roça*, já que o senhor Jonas reconhece, logo no início do trecho da entrevista, uma espécie de herança moral deixada pelos pais e avós e explicitada em “a continuidade do gosto, né, de trabalhar com a terra, [se perpetua] até hoje”, mas seria construir um modo de ser e um modo de produzir agricultura ligado aos bancos escolares e todas as habilidades técnicas que o ambiente urbano confere.

Isto nos permite pensar que, depois de formados pelas instituições escolares, agricultores como ele podem retornar ao ambiente rural mais capacitados, na medida em que se qualificaram para estarem ali em melhores condições técnicas, legitimando o avanço de uma “agricultura de negócios” nos dias atuais, com o próprio senhor Jonas destaca. Ao falar de si e dos demais *gaúchos* que compartilham a mesma posição que ele, ressaltando suas qualidades técnicas e seu afastamento do que entende por *roça* e do ambiente rural, o entrevistado classifica, também, por oposição, aqueles que não compartilham a mesma formação escolar – a escola técnica – entendida como aspecto fundamental para a sua trajetória até se tornar produtor de grãos.

Em outros trechos da entrevista com o senhor Jonas, observaremos como ele distingue dois importantes momentos de sua trajetória, ao mesmo tempo em que reconhece relevante

reputação social dentre aqueles que se autodenominam *gaúchos* e se autoclassifica a partir da referência às posições sociais e econômicas dos agentes envolvidos com o *agronegócio* da soja no Maranhão.

**Pesquisador:** E foi antes de vir para o Maranhão que o senhor ficou lá [no Rio Grande do Sul], ou mudou para outro estado?

**Jonas:** Não, aí existe um processo, a gente diz assim, o gaúcho antes de jogar, assim, a 5.000 km, ele passa pelos outros estágios. Então, **eu já fui o gaúcho cansado, já estive no Paraná.** Então, é, formado, técnico agrícola, é, emprego no Rio Grande do Sul não era fácil porque técnicos existiam em quantidade, até demasiada, porque escola no Rio Grande do Sul é normal, toda região tem uma escola agrícola, ou federal, ou estadual, então se formam muitas pessoas capacitadas pra mexer com agricultura. E isso foram exportados, né, os técnicos estão sendo e ainda até hoje foram exportados. Então, meu primeiro emprego não foi no Rio Grande do Sul, foi no Paraná. Foi aonde, numa região, também, que foi colonizada, também, por *gaúchos*, né, o Oeste do Paraná, por *gaúchos* descendentes de italianos, de novo.

**Pesquisador:** Porque? Trabalhou muito?

**Jonas:** *Gaúcho cansado*, saiu do Rio Grande, passou no Paraná, cansou e tá lá, **cansou de andar.**

**Pesquisador:** O senhor passou em Mato Grosso antes?

**Jonas:** É, **foi minha base de conhecer o cerrado**, né. Eu passei cinco anos em Mato Grosso e do Mato Grosso é que eu vim pra cá.

**Pesquisador:** Lá em Mato Grosso foi em qual local?

**Jonas:** Rondonópolis.

**Pesquisador:** Quais foram os interesses imediatos para ir para o Mato Grosso?

**Jonas:** É, **questão de propriedade com fim específico de produzir**, né.

**Pesquisador:** Era soja?

**Jonas:** Em si, **era arroz, grãos, é porque mesmo porque no ano que eu fui para Mato Grosso em 1977, a soja ainda não existia**, não, não se tinha trabalho nenhum em soja. Nós iniciamos, **inclusive eu fui um dos pioneiros lá, de plantar soja no Mato Grosso, no Mato Grosso.** Eu acho que se tiver que se botar entre os dez, dez primeiros a exportar soja do Mato Grosso fui eu, com certeza. **Eu era menino muito novo.**

**Pesquisador:** O sul do Maranhão é diferente daqui?

**Jonas:** Com certeza.

**Pesquisador:** Lá está mais consolidado?

**Jonas:** Está consolidado. No sul [do Maranhão], as regiões são maiores do que [aqui]. **No sul [do Maranhão] você encontra dois produtores, duas empresas que tem 100 mil hectares.** No Piauí, se pegar duas, duas empresas você pega a região inteira. Então, são duas empresas, trinta, quarenta funcionários cada empresa com 100 mil hectares de terra. Aqui, nós somos 90 famílias e ajudamos (...), até a base, hoje, talvez de uma futura, de um desenvolvimento, talvez, de uma sociedade de 200 mil pessoas.

**Pesquisador:** O senhor se define como?

**Jonas:** *Produtor rural familiar*, montada pela própria família com alguma, mão de obra contratada de fora. **Agora, nós somos classificados, aqui, como grandes produtores, na verdade na nossa atividade nós temos alguns grandes produtores aqui, mas a maioria são, vamos, em médios e pequenos produtores. Produtor de soja, viável, pra você ter continuidade, você vai ter que ter no mínimo, vamos dizer, 300 hectares de soja plantados, senão você não compra nada, não viabiliza nada, você quebra, né. Então, pequeno produtor de soja é 300 hectares. O grande produtor de alface é 1 [hectare].** Eu costume dizer que, o que é um grande *produtor* e um grande *proprietário*, depende do que ele planta, né.

**Pesquisador:** Esses [tipos de] *produtores* que você citou seriam os *pioneiros*?

**Jonas:** Não, **eu acho que os pioneiros, são pequenos produtores.** Normalmente, quem vai para o *front da guerra* é o *soldado raso*, depois é que os *generais* vêm olhar o que é que aconteceu. Os grandes *produtores* são empresas hoje, tipo SLC, Prio que vieram se instalar

**depois que os soldados já morreram uma parte e tal, que era, a terra ta limpa. Essas empresas são as grandes produtoras da região.** Acima de três, quatro mil hectares, já, acima disso (Entrevista concedida em 12 de julho de 2009).

A referência à autodenominação *pioneiro* aparece na narrativa do entrevistado. O chamado *pioneiro* é entendido como o introdutor de uma nova agricultura consolidada com o incremento gradativo da produção de soja, e, dessa forma, está associado a um contexto de mudanças sociais e econômicas que marcou a passagem de gerações de agricultores em áreas marcadas pela dinâmica do chamado *agronegócio*. Corresponde, assim, à superação de uma posição anterior – a do chamado *gaúcho cansado* – para a afirmação da qualificação profissional como técnico agrícola que o levará a seguir novas rotas de mobilidade até se constituir, em outras áreas, como um dos *pioneiros* da agricultura empresarial.

A inserção precoce na agricultura moderna e a passagem anterior pelo Mato Grosso lhe teria fornecido experiência nesse novo ambiente – o cerrado – percebendo-se como *pioneiro* da atividade sojícola. Ser *pioneiro* significou chegar primeiramente às áreas do Mato Grosso ou da Bahia, antes do Maranhão, comprar terras naqueles estados e, somente depois de um período de montagem das áreas de plantio, passar a cultivar arroz e soja.

Essa categoria remete, também, a uma inserção precoce na agricultura moderna e a experiência nesse novo ambiente – o cerrado – antecipando certos critérios essenciais para a constituição do *pioneirismo* na atividade sojícola. Vinculado a isso, os chamados *pioneiros* correspondem àqueles que alcançaram primeiramente o Leste Maranhense e aí compraram terras, independentemente de terem ou não cultivado soja nos primeiros anos nessa região.

Indica, também, uma ideologia do agente que acredita trazer consigo o progresso e o desenvolvimento para áreas antes entendidas por eles como atrasadas e onde se registraria o que classificam como um tipo inferior de agricultura (PAULA ANDRADE, 2008). A presença desses agentes na região é entendida por eles como correspondentes à chegada de uma agricultura e de uma nova forma de trabalho distinta e superior daquela existente nas novas áreas onde eles se estabelecem. Com a autoclassificação *pioneiros*, os chamados *gaúchos* se fazem entender entre eles e em relação aos grupos nativos, como aqueles capazes de trazer técnicas agrícolas consideradas modernas e avançadas, a partir de suas experiências por outros estados antes da chegada ao Maranhão.

Observamos que o entrevistado realiza dois movimentos ao distinguir diferentes tipos dos chamados *produtores*. Primeiramente, diferencia as regiões de produção de soja no Maranhão e, em seguida, classifica os tipos de agentes presentes nessas áreas a partir da



concentração das propriedades. Por um lado, no Sul do Estado, o domínio das terras se encontra nas mãos de empresas particulares<sup>11</sup>, e no Leste Maranhense, aparecem muitos produtores familiares concentrados em dimensões de terras menores, pois as empresas instaladas já dominam uma parcela maior de hectares. Segundo o entrevistado, um dos aspectos de diferenciação entre uma empresa privada e o chamado *produtor rural familiar* corresponde à vinculação desse último agente ao trabalho assentado no núcleo familiar e assalariamento de terceiros (GASPAR, 2013).

O chamado *produtor rural* aparece classificado com base em representações sobre o que o entrevistado entende por *grande e pequeno produtor*. Uma primeira classificação diz respeito à distinção entre *grande produtor* e um *grande proprietário* a partir da espécie plantada. Segundo o entrevistado, essas expressões não são categorias que, necessariamente, coincidem. Com a diferença estabelecida entre o horticultor e o sojicultor, o entrevistado indica critérios para se alcançar a posição de *grande produtor*, como as condições de montagem de uma cadeia produtiva, a quantidade de hectares adquiridos e a constituição de uma estrutura sólida que possibilite rentabilidades e continuidade das safras. Nesse caso, a maior quantidade de terras não conta para ser um *grande produtor*, mas o que vale são os recursos investidos, como capital, técnica, insumos, mão de obra e máquinas.

Nos últimos trechos do relato, observamos que a diferença entre os chamados *pequenos, médios e grandes produtores rurais*, no Leste Maranhense, é explicada pelo entrevistado a partir de certas representações que envolvem, nesse caso, a metáfora do *front de guerra*. Entende-se da narrativa do entrevistado, que ir para o *front de combate* significa enfrentar uma batalha árdua na *fronteira* em busca de terra para produzir ou de condições viáveis à reprodução do núcleo familiar.

Aqueles que chegaram primeiramente seriam, conforme apontado pelo senhor Jonas, os chamados *soldados rasos*, ou seja, os *pequenos produtores* que chegaram nos primeiros anos, sem recursos e sem tecnologia. Após um melhor conhecimento dos solos, das condições ambientais e com a adoção de máquinas, viriam aqueles que possuem mais recursos e dispõem de maiores vantagens econômicas, ou seja, uma espécie de *general* dotado do poder

---

<sup>11</sup> ABC INCO, SLC Agrícola S/A e a Prio são empresas privadas que compraram propriedades no Leste Maranhense e, conseqüentemente, vem promovendo suas instalações nessa região (CARNEIRO, 2008, p. 84). A empresa ABC INCO ([www.inco.com.br](http://www.inco.com.br)) já conta com propriedade entre os municípios de Anapurus e Brejo, porém ainda não implantou nenhuma estrutura física. A empresa SLC Agrícola SLC Agrícola possui três unidades: duas delas estão localizadas no Sul Maranhense, no município de Balsas (Fazenda Planeste) e Tasso Fragoso (Fazenda Parnaíba) e a outra localizada no município de Buriti, no Leste Maranhense. A Prio Advanced Fuels mantém uma representação em São Luis (MA) e uma propriedade no município de Anapurus, destinada ao plantio de soja, com vistas à produção de óleo voltada ao biodiesel (GASPAR, 2013).

aquisitivo para se apropriar de novas terras. Conforme alusão do entrevistado, essa espécie de *general* seriam as grandes empresas que se instalam na região e açambarcam dimensões maiores de hectares.

A narrativa de outro agricultor autodenominado *gaúcho* chama atenção, também, para a elaboração de representações sobre a presença dos agentes envolvidos com a produção de soja entre o Leste e o Sul do Maranhão. O trecho abaixo corresponde à narrativa elaborada pelo senhor Paulo<sup>12</sup> que reside, atualmente, em São Luís, mas é proprietário de empresa de sementes e de uma *fazenda* de produção de soja, ambas localizadas em Balsas.

Esse agricultor informou que exerceu função de direção durante vinte anos (1980-2000) na antiga CEVAL, empresa de alimentos ligada ao esmagamento de soja e produção de óleos vegetais e comprada, na década de 1990, pela multinacional BUNGE nos anos 90, uma das chamadas *tradings* que domina, atualmente, o mercado de comercialização e exportação de grãos, óleo e farelo de soja do país (CARNEIRO, 2008). Como diretor daquela empresa, ele afirmou que chefiou a implantação de atividades da CEVAL em Barreiras (BA), durante a década de 1980 e, posteriormente, em Balsas, no início da década de 1990. Alguns trechos da entrevista com o senhor Paulo apontam como ele classifica aqueles envolvidos com a produção graneleira no Maranhão e suas representações sobre a chegada desses agentes no estado.

**Paulo:** Os agricultores que vieram pra cá eram agricultores pobres, não eram agricultores que tinham um patrimônio grande lá, e ele veio pra cá e começou com recurso próprio, não, ele veio pra cá com a cara e a coragem.

Pesquisador: Esses de Chapadinha?

**Paulo:** Esses de Chapadinha. **A maioria das fronteiras agrícolas começa com um aventureiro, muitas vezes, né.**

**Pesquisador:** Considerando a experiência que foi no Sul [Maranhense] e em Chapadinha, quais as principais diferenças em relação às condições econômicas desses produtores aqui, os de Chapadinha para os do Sul Maranhense?

**Paulo:** Em Chapadinha se você analisar o seguinte. **Eles são médios produtores, mas eu digo o seguinte, rico pode fazer qualquer coisa, em qualquer lugar e em qualquer tempo. Rico é rico, paga caro, paga barato, tem dinheiro paga, acabou. Mas para pequeno agricultor que tem uma terra no Sul [Maranhense] super valorizada, ele vende 100 hectares lá e compra 1000 hectares aqui** (Entrevista realizada em 09 de setembro de 2009).

Para este entrevistado, o que está em jogo na representação entre o *grande* e o *pequeno produtor* diz respeito ao montante de recursos que o agricultor dispõe quando se estabelece no Maranhão. Nesse caso, entende-se que o chamado *pequeno produtor* não possuía nada além de seus 100 hectares no Sul do Maranhão, e seu deslocamento só é possível porque, dada a

---

<sup>12</sup> Nome fictício.

valorização de sua terra no mercado, esse agente pode, então, vendê-la e aceder 10 vezes mais terra no Leste Maranhense. As categorias *grande proprietário* e *grande produtor* não coincidem, mas se distinguem em relação à maior ou menor acumulação de recursos obtida com a valorização dos imóveis.

Os agricultores que chegaram ao Leste Maranhense são representados, de acordo com o entrevistado, como uma espécie de *aventureiro* que sai de seu lugar de origem em busca de novas terras na *fronteira*. O chamado *aventureiro* é representado como um agricultor pobre que, somente, após uma acumulação de recursos, realizando vendas de antigas propriedades em seu local de origem ou pelos lugares por onde ele se desloca, consegue tornar-se um médio produtor de soja. As regiões de novas *fronteiras agrícolas* se apresentam como local de compra de propriedades bem maiores do que as anteriores. Essa comparação sugere a ideologia do suposto *gaúcho aventureiro* como algo intrínseco à sua identidade, tão bem difundida na literatura rio-grandense (HAESBAERT, 1997) (OLIVEN, 2006).

As representações sobre *produtor rural* permitem apontar para uma espécie de mudança de uma condição anterior, qual seja daquela de proprietário de pequenas áreas no Sul do país, para uma ascensão econômica prioritária que seria se transformar em produtor de grãos com áreas maiores em um novo espaço. Vale destacar que aqueles que chegaram primeiro no Leste Maranhense encontraram dificuldades em seus primeiros anos de estadia, pois não receberam incentivos oficiais ou não conseguiram liberação de recursos para os primeiros investimentos. Eles se distinguem daqueles produtores gaúchos que chegaram à região de Balsas nos fins da década de 1970 beneficiados pelos créditos bancários através de programas oficiais (PAULA ANDRADE, 2008).

### **Considerações finais**

O texto permite sintetizar algumas considerações. A forma de retratar um passado vinculado à pequena agricultura e limitado pela diminuta quantidade dos lotes agricultáveis, conforme observado nos trechos de entrevistas com os autodenominados agricultores *gaúchos*, mostra que esses agentes tiveram pouco contato com maquinário agrícola e com uma tecnologia avançada. Indica, assim, que a imagem do “produtor moderno”, em oposição ao maranhense, se configura como uma ideologia que valoriza o mundo agrícola a partir da ótica da chamada *agricultura empresarial*, opondo-se ao sistema de produção próprio dos camponeses maranhenses.

Aparece, assim, o chamado *pioneiro* que corresponde a uma espécie de reputação social daqueles que migram de diferentes pontos do país para novas áreas de expansão agrícola, se percebem como legítimos propagadores da agricultura moderna e mecanizada e alcançam o sucesso no mundo do *agronegócio*. Do ponto de vista desses agentes, eles se veem como aqueles que carregam consigo a experiência de técnicas agrícolas consideradas modernas, avançadas e de uso racional, com o objetivo de trazer o progresso para áreas consideradas atrasadas.

As classificações atribuídas aos chamados *gaúchos*, assim como as autot classificações formuladas por esses agentes mostram que, menos do que pensa-los como um segmento homogêneo e indiferenciado, estamos diante de um suposto grupo que se diferencia internamente. Ancoradas em certos critérios de avaliação social e econômica, como a quantidade de hectares ou a acumulação de recursos nos locais por onde passaram, as distintas posições sociais e econômicas desses agentes se relacionam às representações que eles elaboram sobre o mundo do *agronegócio*. Ao mesmo tempo em que se distinguem entre si e, também, em relação a outros agentes presentes em espaços mais estruturados de produção de grãos, como os da região de Balsas, no Sul do Estado, os chamados *gaúchos* estabelecidos no Leste Maranhense cartografam socialmente os espaços de avanço da soja no Maranhão e mostram os efeitos desiguais do mundo do *agronegócio* nas áreas de expansão pelo país.

### **Bibliografia**

- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. 2008. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, Sergio et alli. *Agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo de soja no Brasil*. Rio de Janeiro: FASE: 77-146.
- COMERFORD, John Cunha. 2011. O “agronegócio” e os limites da ambição. Trabalho apresentado na VIII Reunion de Antropologia del Mercosur. Buenos Aires-Argentina: 01-13.
- DESCONSI, Cristiano. 2011. *A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para Mato Grosso*. Rio de Janeiro: E- papers.
- FERNÁNDEZ, Antonio José Castrillon. 2007. *Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- GASPAR, Rafael Bezerra. 2013. *O eldorado dos gaúchos: deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense*. São Luís: Edufma/Fapema.

- HAESBAERT, Rogério. 1997. *Des-territorialização e identidade. A rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio. 2010. “Sociedade e Economia do ‘Agronegócio’ no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, nº 74. (www.scielo.org.br; acesso em 13/10/2010).
- HOLANDA, Felipe de. 2008. “Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos”. *Cadernos IMESC 4*. São Luis: IMESC: 09-38.
- IBGE. Censo Demográfico. 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.
- NOVAES, Roberta Brandão. 2011. *Gente de fora. Vida e trabalho dos assalariados do café em uma região de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: E- papers.
- OLIVEN, Ruben. 2006. *A Parte e o Todo - diversidade cultural no Brasil nação*. São Paulo: Vozes.
- RUMSTAIN, Ariana de Cassia. 2012. *Peões no trecho: trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers.
- PAULA ANDRADE, Maristela de. 2008. *Os gaúchos descobrem o Brasil. Projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: GERUR/EDUFMA.
- SEYFERTH, Giralda. 2002. Colonização, imigração e questão racial no Brasil. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 53, p.117-149, março/maio.
- \_\_\_\_\_. 1996. “Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade”. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. CPDA-UFRRJ, nº 7: 29-58.
- SOUZA JUNIOR, Hailton Pinheiro. 2011. *O lugar do progresso: família, trabalho e sociabilidade em uma comunidade de produtores de café do Cerrado Mineiro*. Rio de Janeiro: E- papers.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. 1993. *Os Matuchos. Exclusão e Luta: Do sul para Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- WAIBEL, Leo. 1949. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 11. n. 02. IBGE. Rio de Janeiro. Abril/Junho, p. 159-222.

# VI Encontro da Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS  
NOS ESPAÇOS RURAIS

02 a 05 de setembro de 2014.

GT6

ALTERNATIVAS  
AGRÍCOLAS: DISCURSOS  
DE JUSTIFICAÇÃO E DE  
CONTRAPOSIÇÃO AO  
PRODUTIVISMO

COORDENAÇÃO

PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES (ESALQ/USP)

JULIEN BLANC (MUSEUM NATIONAL D'HISTOIRE NATURELLE)

## GT (6) – (Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo)

### « Encampesinamento » das lutas urbanas: Quando a defesa da terra agrícola ocorre no seio das cidades, o exemplo da horta coletiva de Lentillères

Yannick Sencébé<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Maître de conférences en sociologie, Agrosup Dijon, UMR INRA Cesaer, yannick.sencebe@dijon.inra.fr

#### Resumo:

Este trabalho veicula uma interpretação sobre experiência da horta coletiva de Lentillères, situada em terreno ocupado ilegalmente em Dijon, na França, desde 2010. Esta iniciativa leva a conceber um “encampesinamento” das lutas urbanas, a partir da defesa de terras destinadas a uma produção alimentar em meio urbano. O trabalho examina a oposição daqueles engajados em tal experiência diante dos diferentes gestores do espaço, o que lhes permite participar ativamente da aventura de construir uma cidade agrícola.

**Palavras-chaves:** agricultura urbana; lutas urbanas.

#### Introdução

Esta comunicação trata da experiência da horta coletiva de Lentillères, situada em terreno ocupado ilegalmente em Dijon desde 2010. Existe um laço estreito entre esta experiência e outras em torno de grandes cidades (Genève, Lyon, Rennes...), em particular aquela de resistência à construção do aeroporto em Notre Dame des Landes.

Estas iniciativas permitem salientar, de toda evidência, um “encampesinamento” das lutas urbanas em torno da defesa da terra agrícola destinada à alimentação. Tal fenômeno diz respeito a outras questões (econômicas, urbanísticas, sociais), tornando-se mesmo laboratórios de conceber a sociedade.

No Pot’Col’Le – como é designado a horta coletiva de Lentillères (em francês Potager Collectif des Lentillères), cuja experiência acompanho desde seu início – esta defesa iniciada por militantes urbanos se ampliou gradualmente no que se refere aos seus participantes e ao seu modo de agir, até tornar a horta um suporte para reivindicações e experimentações multidimensionais.

Finalmente, ao longo do desenvolvimento da experiência, iniciada a partir de uma parcela abandonada que foi recolocada coletivamente em cultivo, houve a reconquista de todo um bairro em abandono, o Bairro Liberto de Lentillère (quartier libre des lentillères). Deste modo, trata-se da possibilidade de conceber outro urbanismo integrando natureza e agricultura, funcionando sobre uma economia não mercantil, e uma outra cidade erigida por seus moradores. Opondo-se aos diferentes gestores do espaço, estes habitantes passam a participar ativamente da aventura de construir a cidade.

### **Gênese de uma ocupação ilegal urbana com fim agrícola**

O bairro « des Lentillères » em Dijon conheceu, desde o final dos anos 1990, diversos projetos (como aqueles de instalação de uma estação de trem de alta velocidade, TGV, ou de uma clínica) jamais concretizados. Por outro lado, há no bairro uma antiga ancoragem de horticultores que cultivavam suas terras férteis, do ponto de vista agrônômico.

Os proprietários aguardavam a valorização destas terras para vendê-las, sem que a prefeitura interviesse a partir de seu direito de preempção. Trata-se de nove hectares de terras hortícolas ao lado de dez hectares de terrenos abandonados com antigos abatedouros e curtumes.

Neste local, um espaço autogerido denominado « les Tanneries » se instalou, obtendo o direito de desenvolver atividades públicas (concertos, biblioteca, leitura). Estas instalações se integraram a um projeto designado Grand Dijon, destinado à aglomeração urbana, que foi anunciado em 2010, divulgando a vontade desta cidade em tornar-se uma “capital verde”. Nesta perspectiva, as terras em questão seriam transformadas no que foi designado como « l'éco-cité jardin des maraichers » (a ecocidade jardim dos horticultores). Este projeto previu prédios com 1.500 apartamentos e 15.000 salas para escritórios ou lojas comerciais. Tal plano deixa margens pouco claras para a implantação de pequenos jardins privados, assim que uma estreita parcela para hortas familiares (1 ha) em área na qual é proibido construir em razão de sua proximidade com a estrada de ferro. Exceto no que se refere aos metros quadrados de escritórios adicionados às já numerosas zonas comerciais da cidade, o projeto poderia parecer coerente, caso ele não ignorasse o existente: as terras hortícolas e um bairro que renasce em torno de uma dinâmica coletiva, agrícola e cidadã. O “espírito do lugar” (« génie du lieu ») do qual o arquiteto responsável<sup>1</sup> declara se inspirar em seus projetos é também o nome escolhido pelo coletivo militante para seu jornal de informação.

É em 2010 que nasce o desejo de preparar o terreno para o cultivo e de ocupar ilegalmente uma parte desta área abandonada para desenvolver uma produção hortícola

---

<sup>1</sup> Entrevista para o jornal Palais de Bourgogne, n°4256, 26 set./ 2 out. 2011, p.5



orgânica. Tudo começou com o encontro de coletivos bem representativos do “encampesinamento” das lutas urbanas.

De um lado, o coletivo Urgence bio 21 (composto de 23 associações) tinha nascido em junho de 2009 da vontade de desenvolver, no departamento Côte-d’Or, a agricultura orgânica, quase inexistente até então neste território administrativo. 700 famílias em listas de espera para participar de associações locais de manutenção da agricultura camponesa (associations pour le maintien d’une agriculture paysanne, AMAP) constituíam um forte apelo para defender esta causa com bons argumentos junto aos representantes eleitos e aos cidadãos

De outro lado, membros do espaço autogerido des Tanneries tinham laços fortes com antigos horticultores do lugar e jovens militantes do coletivo. A informação da existência de uma zona com potencial hortícola em pleno Dijon, mas prometida à urbanização, passa a circular. Assim, é tomada a decisão de ocupar ilegalmente esta área por associações e pessoas motivadas por este modo de ação.

O dia 28 de março de 2010 marca o nascimento oficial do Pot’Co’Le. Tratando de encorajar os cidadãos de Dijon à ocupação do lugar sem despertar suspeitas na polícia, um panfleto foi divulgado conclamando a « *Libérer les terres ! Pour défricher ensemble les bases d’une agriculture locale, directe, bio et s’émanciper du modèle productiviste et industriel [...] pour faire sauter le verrou de l’accès au foncier en zones rurales et périurbaines* » (Liberar as terras ! Pelo cultivo juntos das bases de uma agricultura local, direta, orgânica e se emancipar do modelo produtivista e industrial [...] pelo desbloqueio do acesso ao fundiário em zonas rurais e periurbanas). Apesar da chuva torrencial, 200 pessoas armadas de carrinhos de mão e ferramentas agrícolas convergem para a área abandonada que vivia seus últimos instantes de sono especulativo.

O depoimento publicado em jornal alternativo local<sup>2</sup> permite compreender o sentido da ação. Trata-se assim de liberar a terra do domínio dos promotores imobiliários e especuladores urbanos para recolocar nas mãos de « *tou-te-s celles et ceux qui désirent un bout de jardin en ville pour produire une partie de leur nourriture et apprendre. Elles s’ouvrent aussi à des paysans encore « sans-terres » qui voudraient se faire les dents, bénéficier de soutien et partager leur savoir avec d’autres* » (todas e todos que desejam um pedaço de terra na cidade para produzir uma parte de sua alimentação e aprender. Estas terras se abrem aos camponeses ainda sem terra, que queiram se engajar, beneficiando de apoios e compartilhando seu saber com os outros).

Agricultores sem terra e cidadãos sem jardim são assim convidados a se unir para se reapropriar das terras, mas também dos saberes com vistas a uma autonomia alimentar e a uma emancipação coletiva. A crítica ecológica é articulada à crítica social num modelo que rejeita globalmente o capitalismo (por meio de sua agroindústria e seus trusts), visto como responsável pela destruição da biosfera e pela agravação das desigualdades sociais.

---

<sup>2</sup> Publicado em 31 de março de 2010 (<http://www.brassicanigra.org/contributions/recit-de-la-liberation-de-terres-du-28-mars-a-dijon-etappel-a-venir-cultiver.html>)

Uma ligação estreita é estabelecida entre o desaparecimento dos camponeses na Europa, em razão das políticas alimentares, e a dependência crescente dos agricultores e consumidores em relação à agroindústria. Ligação que o logo do jardim (um garfo numa cenoura, na figura abaixo) ilustra bem.



**« Uma lavoura em seu bairro »: a dimensão camponesa da experiência em questão.**

No seu início, o Pot'Co'Le<sup>3</sup> era uma parcela de cerca de 5000 m<sup>2</sup> que chega a 1 ha nos dias de hoje. Inicialmente, foi um lugar de experimentação e aprendizagem para os jardineiros aprendizes. A partir de então, alguns dentre eles amadureceram um projeto profissional de instalação agrícola. Numerosos intercâmbios se desenvolveram com agricultores da região: estágio em permacultura, semeadura junto com horticultores profissionais, colaboração nos estabelecimentos agrícolas e vinda anual de um criador orgânico trazendo 12 toneladas e esterco em trator (passando por um percurso de 1h30 em estradas). Este último era acolhido por uma « vélorution » (nome de um movimento francês em favor das bicicletas, aqui tendo o sentido de um cortejo em duas rodas) promovida por membros do coletivo.

<sup>3</sup>Ver o site : <http://lentilleres.potager.org/>

## DIMANCHE 15 SEPTEMBRE

### UN CONVOI DE FUMIER TRAVERSE DIJON !



Joignez vous aux occupant-e-s du quartier des  
Lentillères pour accompagner le convoi au travers de  
ville jusqu'à la friche !

Rendez vous 11h, Place Darcy



A lavoura do « jardin des maraîchers », instalada no dia 26 de maio de 2012, constitui outro ponto forte desta impregnação camponesa em meio urbano des Lentillères<sup>4</sup>. Esta instalação em três ha de três horticultores permanentes fora dos circuitos habituais possui um sentido prático e político. Para os habitantes do bairro, trata-se de cultivar procurando certa autonomia, apoiando-se em laços de solidariedade. Uma feira semanal de produtos orgânicos foi concebida com preço livre, tornando uma alimentação de qualidade acessível a todos. Esta feira, que atrai muitas pessoas além daquelas do bairro, constitui um argumento vigoroso mostrando que outras agricultura e alimentação são possíveis.

Esta instalação é igualmente em si um ato político, tal como a mensagem difundida em panfleto quando da instalação desta área de produção alimentar: « *Comme de nombreux paysans sans terre nous sommes pour notre part confrontés aux difficultés d'accès au foncier, au bétonnage et à l'impérialisme de l'agro-industrie* » (Como numerosos agricultores sem terra, confrontamos de nossa parte as dificuldades de acesso ao fundiário, associado à urbanização e ao imperialismo agroindustrial).

Comparando-se a camponeses sem terra, « paysans sans terre », em pleno coração da cidade, estes jovens horticultores utilizam a forma de irrupção que, longe de ser uma operação de vitimização, funda-se de uma economia moral<sup>5</sup>. Trata-se de

<sup>4</sup> Ver o site : <http://jardindesmaraichers.potager.org>

<sup>5</sup> O conceito de economia moral de E.P. Thomson (2008) designa os valores e práticas visando a defender os interesses de uma comunidade diante de uma ordem considerada como imoral e injusta: pilhagem de lojas contra a

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: [rdestudosrurais@gmail.com](mailto:rdestudosrurais@gmail.com)

inverter as estigmatizações identitárias, fazendo parte do processo de dominação (GOFFMAN, 1977), e de se inserir numa narração universalizante da injustiça (MOUCHARD, 2010): aquela das lutas camponesas e revoltas agrárias.

### **Do Pot'Col'Le ao bairro livre des Lentillères : o poder insuspeito das saladas sobre o laço social**

O poder insuspeito das saladas consiste em ter unido em torno da jardinagem e horticultura também a defesa de um lugar e um coletivo marcado por uma forte miscigenação social e geracional. Desde o início, ao longo dos canteiros de cenoura, tanto “militantes clássicos” quanto “radicais” colocaram a mão na massa como todos os outros. Os jardineiros e horticultores se diversificaram igualmente: vizinhos, estudantes, assalariados, aposentados, aqueles decepcionados com os *jardins familiaux* (pequenas hortas em terrenos em concessão à famílias do local sob a gestão principalmente do poder municipal), pesquisadores, professores, famílias populares, todos eles passam a participar da aventura hortícola.

Em três anos, a dinâmica se propagou sobre o conjunto do bairro. O segundo aniversário (março de 2012) gerou o estabelecimento de múltiplos jardins individuais. Em outubro de 2013, cerca de trinta jardins passam a ser ocupados por grupos de amigos e, mais frequentemente, por famílias. Nos dias de hoje, estima-se que aproximadamente seis ha são ocupados e que uma centena de pessoas frequentam o que tornou-se o « quartier libre des Lentillères » (o bairro livre des Lentillères). Uma granja agrícola restaurada serve às atividades hortícolas e festivas. Um bar-restaurant batizado Snack-Friche é previsto para acolher as jornadas de inverno dos horticultores e jardineiros. Placas dispersas no local já contam a memória viva deste território. Casas abandonadas foram ocupadas e reformadas. Caravanas se instalaram e cabanas foram construídas para permitir cuidar dos lugares. Uma ZAD (Zona de Ordenamento Diferenciada, instrumento de planejamento público que, na França, foi instituído para notadamente evitar especulação urbana) se consolida a cada dia, tornando o despejo algo um pouco mais difícil de se imaginar.



---

especulação em torno dos preços dos alimentos, interrupção da produção camponesa diante do peso de tributos impostos pela nobreza são algumas manifestações desta natureza.

Um bairro nasce assim graças a uma iniciativa cidadã. As decisões são tomadas em assembleia geral dos moradores. Uma lista e-mail, um jornal, panfletos e cartazes permitem a circulação de informações. A dimensão de seu desempenho em termos urbanísticos se associa a seu caráter muito organizado, à harmonia surpreendente dos caminhos e jardins que são implantados considerando o que foi pioneiramente realizado e às decisões coletivas que orientam os desmates e podas, salvaguardando as áreas de “natureza virgem”. Em suma, trata-se de um urbanismo autogerido e coletivo se apoiando na história hortícola do lugar e articulando natureza e cultura.



### **Lutas hortícolas: « a dialética dos buracos »**

A dinâmica do lugar foi crescente sem que a repressão municipal pudesse a entrar, bem ao contrário. A destruição de uma bela casa que servia de suporte para as atividades hortícolas (reuniões, estocagem) ou a “semeadura” de buracos imensos e numerosos por uma retroescavadeira sob ordens da administração municipal, justamente antes da instalação da fazenda hortícola, foram seguidas de mais resistência e crescimento do coletivo. Em poucas palavras, trata-se de uma “dialética dos buracos”.

Tais repressões mediatizadas provocaram a indignação, atraindo a simpatia de números cidadãos de Dijon que participam ao « concours de rebouchage des trous » (concurso de fechamento dos buracos) organizado quando de uma festa do coletivo. Desde então, a experiência começa a ser mais conhecida, atraindo a atenção de jornalistas e estudantes, assim como oferecendo material para diversos textos<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Dois programas de « Terre à Terre » no canal de rádio France Culture foram dedicados ao assunto em junho de 2013. Um livro trata também da questão (DEN-HARTIGH, 2013).



Fonte: [jardindesmaraichers.potager.org](http://jardindesmaraichers.potager.org)

### Considerações finais sobre a concertação e o ordenamento territorial

A ausência de concertação nos projetos de urbanismo por parte da prefeitura local (mairie de Dijon) – o éco-cité jardin des maraichers é um entre 13 projetos éco-quartiers (eco-bairros) – explica-se sem dúvida pela cultura tecnicista dos representantes municipais eleitos e sua procura por eficácia que os recursos tecnológicos crescentes dos *experts* permitem reforçar (SENCÉBÉ, PINTON, ALPHANDERY, 2013). Os procedimentos foram respeitados em seus mínimos regulamentares – consulta pública na prefeitura, apresentação do projeto quando já concluído, sondagem pública prévia à Declaração de Utilidade Pública – mas não verdadeiramente no espírito de uma efetiva democracia participativa, que supõe oferecer meios de uma co-construção dos projetos com os cidadãos.

As diversas petições, as demandas do coletivo de audiência com o prefeito, as inúmeras observações nas atas de registro das consultas públicas (estas últimas reduzidas ao estrito mínimo) não foram tomadas em consideração. A questão fundamental dos eleitos de Dijon, pequena capital regional que espera alcançar um mínimo de 400 000 habitantes para enfrentar outras grandes aglomerações na competição territorial, explica o esforço investido para repovoar o centro da cidade cuja dinâmica demográfica se mostra estagnada, segundo as estatísticas<sup>7</sup>. O interesse é

<sup>7</sup> Rapport de présentation du diagnostic communal du PLU de Dijon, 28 Juin 2010, p.7.

certamente oferecer alojamentos acessíveis a jovens casais e igualmente permitir a “atratividade”<sup>8</sup> desta aglomeração do nordeste francês, pouco atrativa.

Os argumentos em favor de tornar mais denso o tecido urbano para evitar e controlar o consumo fundiário são pertinentes, mas eles devem ser debatidos à luz das escolhas de ordenamento e de equilíbrio campo-cidade: trata-se de aproximar os moradores de seus empregos que se concentram na cidade ou os empregos dos habitantes que se localizam no campo?<sup>9</sup> A batalha entre eleitos urbanos e rurais não está acabada. A ausência de uma política redistributiva, antes que competitiva entre os territórios, torna o consumo do fundiário o alto preço a ser pago.

Trata-se de ainda tornar mais denso os centros das cidades<sup>10</sup> ou de refletir em termos de uma densidade vivível deixando espaços tanto de respiração para aqueles que não possuem os meios para escapadas em meio rural quanto de zonas de produção alimentar integradas em meio urbano? A propósito, a grande Dijon (sua aglomeração) concentra já 80 % da população do Scot dijonnais e o PADD preconiza « um desenvolvimento mais equilibrado do território » tomando apoio nos povoados próximos (*bourgs relais*).

Devemos então perguntar se não seria pertinente encontrar um lugar para o bairro livre das Lentillères (*quartier libre des Lentillères*) nos projetos eco-urbanistas da futura capital verde?

## Referências bibliográficas

DEN-HARTIGH C. (2013), *Jardins collectifs urbains : parcours des innovations potagères et sociales*, Dijon : Educagri Editions

GOFFMAN E. (1977), *Stigmate*, Paris : Ed. de Minuit.

MOUCHARD D. (2010), Les mouvements sociaux, laboratoire de la démocratie, *La vie des idées*, en ligne : <http://www.laviedesidees.fr/Les-mouvements-sociaux.html>

SENCEBE Y, PINTON F., ALPHANDERY P. (2013), Le contrôle des terres agricoles en France : du gouvernement par les pairs à l’action des experts, *Sociologie*, n°3, pp. 251-268.

---

<sup>8</sup> Segundo o PADD (Plan d’Aménagement et de Développement Durable) du Scot Dijonnais, (2009, p.11), trata-se de permitir a atratividade do território do Scot (ou seja 116 municipalidades da região). Para o diagnostic communal du PLU de Dijon (rapport de présentation, 2010, p. 73 et svts.), trata-se de reforçar a atratividade da cidade que sofre de um saldo migratório negativo.

<sup>9</sup> O relatório « L’avenir des campagnes » da delegação do senado para a prospectiva (n°271, 2012-2013, Sénat) aponta para um desenvolvimento equilibrado de todos os territórios.

<sup>10</sup> A municipalidade de Dijon segundo o PLU (op. cit., p.11) alcança uma densidade de 3 750 hab./ km<sup>2</sup>. A média das cidades centrais da França sendo de 1154 hab./ km<sup>2</sup> (fonte: RP, Insee Première, n°1218, Janvier 2009).

THOMPSON, Edward P (2008), *La formation de la classe ouvrière anglaise*, Paris: Points.



## GT 06 - Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo

### A dinâmica do desenvolvimento da Agroecologia no Brasil e, na América Latina.

Lucimar Santiago de Abreu<sup>1</sup>; Stéphane Bellon<sup>2</sup>

#### Resumo

A agroecologia é fonte de inspiração para a construção de sistemas agroalimentares ecológicos, a partir de 2003, foi fortalecida através de políticas públicas. O objetivo do artigo é o de apresentar as características, os elementos históricos determinantes da dinâmica de desenvolvimento da agroecologia no Brasil e, em alguns países da América Latina, bem como suas diferentes facetas e o estado atual de sua estruturação. A metodologia utilizada é fruto de uma revisão bibliográfica, análise compreensiva de natureza sociológica e agrônômica de um conjunto de estudos de casos. A agroecologia é atualmente legitimada pelo movimento social, redes científicas e técnicas, num cenário de tensão permanente e, de coexistência com a agricultura denominada de convencional ou produtivista.

**Palavras-chaves:** Sistemas agroalimentares, agricultura familiar; trajetórias.

#### 1. Introdução

Agroecologia apresenta um quadro conceitual para o desenho de uma agricultura que concilia metas de produção com objetivos ecológicos e sociais (justiça social, geração de emprego e qualidade de vida das populações, segurança alimentar, relações harmônicas entre produtores e consumidores, etc.) (Wezel, et. al 2009). A trajetória de movimento da agricultura ecológica em alguns países da América Latina tem sido estudada por diversos autores, no Brasil, Brandenburg (2002), identificou três importantes fases: i) a emergência de um movimento contra a industrialização da produção agrícola; ii) o surgimento de novos grupos e de formas de organização social; iii) a institucionalização da agricultura ecológica, acompanhada por uma diluição parcial de seus princípios. Contudo, atualmente, observamos um quarto momento de redefinição e de recomposição de diferentes versões da agricultura alternativa, no qual a agroecologia ocupa um lugar importante e influencia o desenvolvimento rural (Olivier, & Bellon, 2011). Trata-se de um processo de reagrupamento progressivo das agriculturas alternativas sob o “guarda-chuva” da agroecologia, cuja concepção é defendida por inúmeros atores sociais. (Instituições, movimento social e redes técnicas e científicas). O objetivo deste artigo é o de descrever as características, os elementos históricos e determinantes da dinâmica de desenvolvimento da agroecologia no Brasil e, em alguns países da América Latina.

---

<sup>1</sup> Pesquisadora. Embrapa Meio Ambiente/Brasil. Lucimar.Abreu@embrapa.br

<sup>2</sup> Pesquisador. Unidade de Ecodesenvolvimento do INRA/França. Bellon@avignon.inra.fr

Visa também desvendar suas diferentes facetas e o estado atual de estruturação da agroecologia.

A agroecologia é entendida por diversos atores do mundo rural como uma proposição científica, um conjunto de práticas e um movimento social (Wezel et al., 2009), que busca promover mudanças no processo de produção da agricultura convencional, a partir de uma abordagem interdisciplinar e do estabelecimento de pesquisas participativas (interação com os atores do desenvolvimento e produtores rurais), privilegiando a valorização do saber ou do conhecimento local.

Neste artigo, primeiramente, mostramos que a produção familiar tem uma importância social e econômica no âmbito da América Latina, sendo que 80% da produção certificada de base ecológica, é oriunda da produção familiar, salientando a necessidade de se levar em conta os contextos locais e os grupos diferenciados de produtores familiares, caracterizados pela sua forte heterogeneidade tanto social e cultural como pela diversidade de estilos de produção de base ecológica.

O segundo aspecto abordado foi à história da agricultura alternativa, a partir da década de 1970, identificando seus sucessivos momentos e características, a evolução da agricultura alternativa para a construção da agroecologia e suas diferentes facetas na América Latina. Em seguida, analisamos o estado atual de estruturação da Agroecologia na América Latina, ou seja, os elementos que favoreceram a construção de programas de pesquisas, de ensino e de desenvolvimento, e a atuação do movimento social:

Portanto, nesse artigo estamos interessados em qualificar a importância e o significado da agroecologia na América Latina, a partir da interpretação do seu processo de estruturação e suas manifestações científicas, técnicas e políticas, visando entender em que medida a agroecologia tem capacidade de ocupar espaços institucionais, e quais têm sido seus feitos, em termos de transição agroecológica?

## 2. A abordagem da pesquisa

A abordagem tem como base de sustentação a revisão da literatura, de documentos (Aventurier, P. & Alencar, F. M. C. 2013), combinada com uma análise multidisciplinar (sociológica e agrônoma) de material oriundo de situações estudadas pelos autores (Abreu, & Bellon, 2013). Provavelmente os diferentes estilos de agricultura ecológica e de práticas visualizadas empiricamente, no Brasil e, na América Latina estão relacionadas às concepções e correntes teóricas que influenciam os agentes e atores locais, em um contexto onde as redes científicas e sociais dedicada a agroecologia estão em permanente interação e evolução.

O desenvolvimento da agroecologia diz respeito a diferentes atores sociais (produtores, cientistas, técnicos do governo, pesquisadores, consumidores e setores interessados da sociedade, governos locais, estaduais e federais, etc.). Neste sentido, o tema da agroecologia enquanto projeto social para uma agricultura contemporânea e respeitosa do meio ambiente tende a contribuir para a centralização das questões agrárias, uma vez que propicia ambiente favorável para a construção de soluções inovadoras de problemas cruciais ligados ao emprego e as migrações (internas e externas), a soberania alimentar e a preservação dos

distintos biomas deste imenso continente. O desenvolvimento da agroecologia pode estar contribuindo para que a agricultura convencional possa repensar seu modelo, através da demonstração de exemplos bem sucedidos. Portanto, o argumento que defendemos é que o desenvolvimento da agroecologia depende da interação entre movimentos sociais, redes científicas e construção de políticas públicas.

Finalmente, foram evidenciados em alguns estudos de casos sobre estratégias produtivas e aplicação de princípios da agroecologia, que o estabelecimento de relações econômicas entre grupos organizados (associações, cooperativas, etc.) e, de terminadas entidades de comércio estimulam o aumento expressivo da diversidade produtiva e a aplicação de princípios da agricultura de base ecológica, bem como proporciona uma visível mudança de atitude quanto á exploração dos recursos naturais das localidades (Almeida, G. F. & Abreu, L. S. de, 2009).

### **3. Breve contexto empírico da produção familiar<sup>3</sup>**

Na América Latina a produção de alimentos baseados em princípios ecológicos tem crescido nos últimos 20 anos. No caso brasileiro, a origem deste modo de produção pode ser interpretada como parte da herança de modelos europeus (Brandenburg, 2002), adaptados ao contexto brasileiro, ao mesmo tempo em que convive com outras formas originais estabelecidas sob as condições específicas do contexto local. (Bellon, & Abreu, 2006).

Valem destacar que nesse cenário identifica se, estilos distintos de agricultura, onde constata se vários referenciais de conhecimento: biodinâmico, natural, orgânico, permacultura, sistemas agrofloretais, inspirados em princípios da agroecologia, etc. Essa diversidade de formas de produção foi reconhecida pela legislação brasileira que regulamenta a produção de alimentos denominada de sistemas orgânicos de produção. Esse aparato legal foi construído a partir de intensas consultas das partes interessadas. Portanto, é importante ressaltar a influência da agroecologia na construção da Lei da Produção Orgânica 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada em 2007. A lei da produção orgânica reconhece também a diversidade de sistemas de certificações, a saber: terceira parte, sistemas de garantia da qualidade participativa (SPGs) e, vendas diretas com controle social.

A proposição da agroecologia tem estimulado interações múltiplas entre sistemas agroalimentares de alta diversidade de produtos, práticas e experiências sociais que se contabilizadas somente em as áreas certificadas totalizam mais de

---

<sup>3</sup> Neste artigo (15 páginas) suprimimos os dados quantitativos do levantamento realizado internacionalmente. Informações mais detalhadas: i) Abreu, et al 2009. e, ii) levantamento denominado "The World of Organic Agriculture, Statistics & Emerging Trends 2006 ". Publicado pela International Federation of Organic Agriculture Moviments (IFOAM), Bonn Germany e pelo Research Institute of Organic Agriculture (FiBL). Esse levantamento foi realizado na América Latina em 23 países. iii) Willer and Yussefi, 2008. A lei sobre Agricultura Familiar é de 1980. Mas ocorreu mudanças que denota o reconhecimento da pluriatividade. Detalhes da legislação: <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/c/noticias/>. Entrevista realizada com o secretário-adjunto de Política Econômica da Fazenda, Gilson Bittencourt, em 28/07/2011.

10 milhões de hectares, incluindo a Argentina, Uruguai e o Brasil. As áreas cultivadas com sistemas orgânicos de produção na América Latina envolvem também sob o plano produtivo uma diversidade alta de produtos alimentares, mel, hortaliças, café, açúcar, palmito, soja, frutas, legumes, ovos, carne, leite, milho, etc. A Argentina possui uma área de 2,8 milhões de hectares, mas as áreas de pastagens para a exploração pecuária, ocupam 2,3 milhões de hectares do total. A Costa Rica também vem se destacando em sistemas de produção orgânico, especialmente relacionado ao café. Atualmente são estimados na América Latina 6,4 milhões de hectares no total de área em sistemas orgânicos certificados. E possuem outros seis milhões de hectares em sistema de manejo sustentável com algum tipo de certificação, como a certificação florestal, no caso de países como o Brasil, Costa Rica, Argentina e Uruguai. Predomina na produção de base ecológica na América Latina, o trabalho baseado na gestão familiar (Willer; & Yussefl, 2008).

Os resultados do levantamento internacional indicado (nota de pé de página, 3.), mostram que o perfil entre os países tem diferenças, quanto à dimensão das áreas e, o número de unidades de produção certificadas baseada na gestão familiar. No entanto, é inquestionável, a contribuição da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional dos países. A importância de tal segmento social para a segurança alimentar vai além da produção primária, mas envolve também a forma de distribuir a renda e gerar empregos.

#### **4. História e evolução da agroecologia na América Latina**

Buscando retratar a trajetória da agroecologia na América Latina, nesta seção, salientamos a emergência do processo de reagrupamento progressivo das agriculturas alternativas direcionadas para o guarda-chuva da agroecologia.

A partir da década de 1970, com a emergência de críticas sobre a revolução verde, a agroecologia passou a ser construída como disciplina científica e, no início na década de 1980, ela surge gradualmente como movimento social associada a um conjunto de práticas agrícolas. O movimento agroecológico diz respeito tanto aos grupos de agricultores que buscam segurança, soberania e autonomia alimentar, como aos movimentos sociais que reivindicam políticas públicas comprometidas com a aplicação de seus princípios. Mas a agroecologia ainda é observada em movimento de grupos de agricultores que se dedicam a agricultura alternativa por meio de parcerias sociais para melhor responder aos desafios ecológicos e ambientais de produção agrícolas altamente especializadas, esse é o caso de produtores da Califórnia nos Estados Unidos (Wezel et al. 2009).

As organizações não governamentais (Ongs) associadas em especial, a igreja católica (Comunidades Eclesiais de Base), sindicatos, ambientalistas e profissionais do meio agrônômico, foram responsáveis pelas iniciativas em agricultura alternativa ou ecológica, buscavam apoiar pequenos produtores que se encontravam em situações precárias e marginalizadas pela revolução verde, mais tarde novos atores são constituídos por uma elite de produtores neo-rurais (Karan, 2001, Brandenburg 2002). Alguns autores, afirmam que os sistemas ecológicos de produção têm sua origem e desenvolvimento ancorado em sistemas tradicionais andinos, fruto do conhecimento local sobre o funcionamento dos agroecossistemas, observados nos Andes (Altieri, 2002a), e também na Amazônia brasileira (Abreu, 2009; Almeida, 2007). (Ollivier, & Bellon, 2013). O conhecimento

local, integra uma das dimensões do conceito de agroecologia, associado à gestão e a manutenção dos recursos naturais, valorizando esse conhecimento como ciência. Alguns dos fundadores da agroecologia denomina de conhecimento tradicional.

Nas regiões desenvolvidas em especial, a agricultura ecológica foi inicialmente conhecida com agricultura alternativa. O conceito era vago, significando simplesmente um conjunto de técnicas que deveria ser utilizada de forma integrada e, em equilíbrio com o meio ambiente. Entretanto, as experiências práticas eram poucas significativas, foram inicialmente inspiradas nos seguidores da agricultura biodinâmica, baseadas em ensinamentos de R. Steiner e, de Fukuoka e Mokiti Okada<sup>4</sup>.

O conceito de agricultura alternativa foi gradualmente sendo substituído por agricultura sustentável e, depois pelo conceito da Agroecologia. A ideia de um sistema de agricultura focada em técnicas alternativas, perde espaço quando ocorre uma ruptura cultural no movimento ambientalista. A visão agroecosistêmica emerge na América Latina, no final da década de 80, com a contribuição de M. Altieri, em articulação com ONGs latino americanas. O movimento ambientalista constituído pelas ONGs e profissionais da agronomia (associações de engenheiros agrônomos) se divide, pelo fato de que existiam intensas críticas ao modelo da revolução verde, mas pouca experiência prática de agricultura de base ecológica (Petersen, P. 2007).

Neste contexto, a construção de projetos junto às comunidades de produtores familiares, foi crucial, sendo que foram criadas estruturas de organização em diversos países latinos, fato que resultou no aumento considerável de experiências, no Brasil. Deve se salientar o papel decisivo de organizações não governamentais, em particular da AS-PTA, pelo seu protagonismo. Esta organização visava atingir os seguintes objetivos: 1) Controlar a expansão dos latifundiários e do êxodo rural e apoiar os agricultores familiares; 2) Estimular o processo de organização e conscientização dos agricultores familiares; 3) promover a adoção de um novo modelo de desenvolvimento. Com as três seguintes estratégias de ação: i) Local: construir novas alternativas para a produção rural. (ii) Global: revelar a situação dos produtores familiares latinos americanos, iii) Política: Influenciar a formulação de políticas públicas.

Na década de 90, o cenário é de evolução e redefinição de métodos e conceitos. Assim, o termo da agroecologia foi introduzido na América Latina num quadro de articulação e colaboração entre projetos alternativos. Em 1989, foi criado no Chile o Consórcio Latino Americano de Agroecologia e Desenvolvimento

---

<sup>4</sup> 1924 – Agricultura Biodinâmica (Europa) - Rudolf Steiner. Em 1925 - 1930 – Agricultura Orgânica - Albert Howard; 1925 - 1930 - Agricultura Biológica - Hans Muller; 1935 – Agricultura Natural (Japão) - Fukuoka e Mokiti Okada. Portanto, sob distintas denominações desenvolveu-se, a partir do início do século XX, a agricultura biodinâmica (Alemanha e Áustria), agricultura orgânica (Grã Bretanha e EUA), agricultura natural (Japão) e agricultura biológica (França). Destas correntes iniciais irá se desenvolver a partir da década de 70 e 80, a agricultura ecológica, (Alemanha e Holanda) a agricultura regenerativa (EUA) e a permacultura (Austrália) (Branderburg, 2002; Darot, 2002).

Sustentável CLADES, ocasião que já tinha sido lançada em inglês, a obra denominada “**Agroecologia: bases científicas da agricultura alternativa**”, de M. Altieri, traduzida no Brasil, em 1989. Mas foi no início da década de 90, durante uma grande reunião organizada pela CLADES, que contou com representantes de mais de 12 ONGs, que a proposição científica da agroecologia foi apresentada por Miguel Altieri. (Petersen, 2007).

De acordo com Paulo Pertensen (Diretor da Associação Nacional de Agroecologia, Brasil, 2009) a noção de transferência de tecnologias deveria ser substituída pela ideia de processos sociais de inovação agroecológica. A tecnologia não é algo externo, mas notadamente o resultado de relações ecológicas e sociocultural. A adoção parcial da proposição da agroecologia passa a ser motivada por um conjunto de organizações políticas comprometidas com a construção de um modelo novo de sociedade, baseada em reivindicações por equidade e justiça social. São às condições de vida dos produtores familiares, associadas aos fatores ecológicos e técnicos que configuram a dinâmica da emergência da agroecologia, fazendo com que agricultores empenhados com a transição em certas situações de uso da terra enveredem por trajetórias diferenciadas. Esses agricultores em certas localidades são apoiados por organizações, as quais estão envolvidas diretamente com os processos de desenvolvimento rural e com a institucionalização da agroecologia, em diversos destes países. Essa força social é um dos elementos fundamentais das evoluções intensas identificadas nos últimos anos.

Esses coletivos lutam pelo reconhecimento destas formas ecológicas de produção, tais avanços são consubstanciados no quadro institucional, mais especificamente, no caso brasileiro, no âmbito da legislação dos sistemas orgânicos já referida e, num conjunto de políticas que foram inspiradas no conceito e abordagem da agroecologia, uma vez que reconhecem a importância da integridade cultural das comunidades rurais, da equidade social, da valorização econômica das produções familiares, além do respeito aos recursos naturais. (Bellon, & Abreu, 2005).

Recentemente ocorreu a construção participativa do PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), envolveu diferentes órgãos de governos e representantes da sociedade civil, foi lançado pela presidenta Dilma Rousseff, no dia 17/10, é o principal instrumento de execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Esse plano nacional busca integrar e qualificar as diferentes políticas e programas de dez ministérios parceiros. Articular programas e ações indutoras da transição dos sistemas agroalimentares de base ecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável. Segundo o documento oficial o plano visa: Promover sistemas justos e sustentáveis de produção; valorizar experiências locais de uso e o manejo sustentável de recursos naturais; ampliar a participação da juventude rural na produção e consumo de produtos orgânicos e de base ecológica; contribuir na promoção e redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres. O público beneficiado pelo plano serão especialmente agricultores e agricultoras familiares e não familiares, dentre outras categorias sociais, povos e comunidades

tradicionais, incluindo a juventude rural e suas organizações econômicas que queiram fortalecer ou modificar suas práticas produtivas para sistemas agroalimentares de base ecológica. Os eixos estratégicos são compostos pela Produção, Uso e Conservação de Recursos Naturais, Conhecimento, Comercialização e Consumo. Visa alcançar 50 mil unidades de produção adequada a produção de base ecológica, apoiar a distribuição de sementes crioulas e varie tais adequadas à produção de base ecológica, com acessos a mercados, apoiando à promoção e comercialização desses produtos e ampliando a participação dos agricultores nos mercados locais, regionais e institucionais ([www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br), novembro de 2013).

Concretamente observa se claramente avanços mas requer uma investigação aprofundada sobre a efetividade dos projetos, planos e discursos institucionais e, verificar em que medida poderá impactar positivamente e, contribuir para a transição da agricultura, neste caso específico ainda é cedo para analisar os efeitos do plano, uma vez que ainda não foi objeto de intervenção no mundo rural, ou vulgarmente falando *ainda não saiu do papel*.

## 5. As diferentes facetas da agroecologia

O aporte teórico da agroecologia recebeu influências da agronomia, ecologia, antropologia e sociologia (Altieri, 1995). A agroecologia é considerada como uma proposição científica emergente e um campo de conhecimento transdisciplinar. A agroecologia é a ciência que estuda os agroecossistemas ou as unidades agrícolas de forma abrangente, nas quais ocorrem os ciclos minerais, as transformações energéticas. Nos agroecossistemas, assim como nos ecossistemas naturais, ocorrem processos ecológicos como ciclagem de nutrientes, interações animais, insetos (fauna), competição, comensalismo e sucessões ecológicas (flora). Porém nos agroecossistemas, o grau de resiliência e estabilidade não são determinados unicamente por fatores ambientais e bióticos, mas também por fatores sociais e econômicos, tais como: posse da terra, inserção em mercados e, com a possibilidade concreta dos produtores de colocar em práticas princípios da agroecologia, etc. Outros elementos são destacados como condicionantes da estabilidade, tais como o patrimônio cultural dos produtores, suas tradições relacionadas ao uso e manejo da terra (Abreu, et. al. 2012). Portanto, segundo os fundadores desta proposição, os sistemas agroalimentares inspirados pela agroecologia, promovem biodiversidade, resiliência, eficiência energética e justiça social. Também são planejados para se tornarem estratégicos em termos de soberania energética e de alimentos (Altieri, 2001).

A origem da matriz conceitual da agroecologia está fortemente vinculada a três instituições universitárias, duas se encontram na Califórnia, EUA e, a última na Andaluzia, Espanha. i) Universidade de Berkeley onde Miguel Altieri ministra cursos; ii) Universidade de Santa Cruz, onde se encontra S. Gliessman. Esse último focaliza a agroecologia, como uma ciência e um conjunto de práticas (Gliessman, 2000).

Salienta se também, as pesquisas coordenadas por Eduardo Sevilla Guzman, da Universidade de Córdoba, Espanha, e as inter-relações profissionais entre Miguel Altieri e Eduardo Sevilla Guzman, entre outros, que desenvolveram

estudos fortemente articulados com a problemática Latina Americana. As articulações no campo acadêmico, se consolidou com a construção do programa de pós-graduação (doutorado) em Córdoba, envolvendo também, um número significativo de latinos americanos. Deve se destacar a importância da Universidade de Córdoba, da Andaluzia, precisamente do ISEC (Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses), no campo da agroecologia. Esse instituto foi criado em 1978.

De acordo com Eduardo Sevilla Guzmán<sup>5</sup>, com a evolução do trabalho empírico no ISEC, o programa passa a articular num mesmo programa científico, ciências sociais e metodologias do campo da educação de cunho participativas. A mudança de paradigma se deu a partir da necessidade de compreender a natureza da agricultura convencional e, seu impacto vis-à-vis os recursos naturais e a própria sociedade. Foi essa escola de pensamento que introduziu no conceito de agroecologia, o sentido sociopolítico de desenvolvimento da agricultura, vinculando o, aos processos históricos, resultado da crítica social ao atual contexto do neoliberalismo e da globalização. A nosso ver essa é a dimensão privilegiada desta escola de pensamento.

Assim, a busca de soluções para as várias formas de degradação socioambiental estimulou um grupo de pesquisadores associados ao ISEC, para a construção de pesquisas que tivessem como objetivo desfazer a dualidade da ciência (como a epistemologia e estrutura de poder) e, ao mesmo tempo desenvolver ações de investigação e intervenção, reconhecendo e valorizando o conhecimento local e camponês indígenas. Naturalmente também, ocorreram outras contribuições de pesquisadores que tiveram papel importante, relacionadas na obra sobre agroecossistemas (Suzanne B. Hecht, 1997). A proposição teórica denominada agroecologia foi assim formulada, enquanto que a metodologia necessita ser ainda melhor qualificado para se atender o objetivo crucial de promover ações e intervenção locais.

Entretanto, a agroecologia vai além do estudo de agroecossistemas. Para Francis et al. (2003) a agroecologia é uma ciência que estuda todo o sistema de produção de alimentos. Nesta perspectiva, produtores e consumidores estão diretamente inter-relacionados. Consequentemente o autor contribui para o debate conceitual a partir de uma perspectiva mais ampla da agroecologia. Trata se do estudo que integra a disciplina da ecologia ao sistema de produção de alimentos, incluindo também as relações sociais e institucionais relacionadas à produção, à distribuição e ao consumo desta produção. Ademais, a agroecologia não é vista por muitos autores apenas como ciência, mas também como movimento social e prática agrícola. Segundo Wezel et al. (2009) as três dimensões estão presentes na agroecologia, ocorrem interações entre a visão política (movimento social), a aplicação tecnologias inovadoras (práticas) e a produção de conhecimentos (a ciência). Essas dimensões não podem ser observadas em todos os países com a mesma intensidade.

---

<sup>5</sup> Entrevistado em 2006, pela autora deste trabalho, durante visita e discussão sobre o papel do ISEC, na formação de pesquisadores latinos americanos (Relatório de pesquisa/Lucimar Santiago de Abreu/2006/INRA/França).



A agroecologia elege como conceito chave a transição agroecológica expresso pela ideia de redesenho. A grande maioria dos autores latinos americanos, embora envolvidos no desenvolvimento rural, rejeita o fato da agroecologia ser apresentada muitas vezes, como modo alternativo de produção (Corporal & Costa Beber, 2004). A agroecologia tem também uma posição crítica em relação à agricultura orgânica, embora desde 2003, estejam agrupadas dentro do mesmo mecanismo institucional de regulação da produção e do mercado, já mencionado anteriormente. A crítica centra-se, sobretudo na visão minimalista da agricultura orgânica, na medida em que ela é vista como substituição simples de insumos, em detrimento de um redesenho dos sistemas agrícolas. Parte dos militantes e técnicos mais críticos tiveram em sua formação uma passagem (formação) pela Universidade de Córdoba, que privilegia a dimensão política da análise dos processos da transição. Mas apesar dessas críticas, a conversão para a agricultura orgânica é frequentemente lembrada para ilustrar as perspectivas de transição agroecológica (Abreu, & et al, 2012).

## **6. Estratégias de desenvolvimento da agroecologia na América Latina.**

Na América Latina, a agroecologia desenvolveu-se rapidamente nas duas últimas décadas, diversos cursos foram criados em diferentes universidades, de graduação e programas de mestrado em agroecologia, centenas de ONGs têm se inspirado na abordagem da agroecologia para promover a agricultura sustentável. Cabe destacar a fabulosa influência na América Latina de algumas instituições universitárias, entre as quais, destacamos a formação científica no Programa de Doutorado em "Agroecologia, sociologia e desenvolvimento rural sustentável", da Universidade de Córdoba, que teve início em 1991. Portanto, como mencionado, a pós-graduação (Doutorado) da Universidade de Córdoba se fortaleceu devido às inter-relações entre grupo de pesquisadores de diferentes países, em especial da América Latina. Fato que permitiu a realização de três objetivos principais: 1) formação e investigação, 2) ações com os movimentos sociais, especialmente com o movimento dos sem terras, no Brasil (MST) e, 3) pesquisas em modelos alternativos de agricultura, que foram desenvolvidas com a colaboração dos pesquisadores e técnicos de extensão rural, no Brasil, entre eles podemos indicar (Caporal e Costa Beber, Costa Gomes, etc.). Esses dois primeiros autores possui um conjunto de publicações sobre a temática. Neste instituto se produz vários trabalhos de teses dentro da problemática da Agroecologia.

Este grupo continua com fortes relações de colaboração com o ISEC, afirmam-se como instituição de pesquisa científica, intensamente povoada de estudantes e profissionais, que por sua vez, tem relações (militância ou técnica) com movimentos sociais. Com a eleição de Lula e, posteriormente de Dilma, para a Presidente da República do Brasil, líderes deste grupo de pesquisadores em conjunto com o Partido dos Trabalhadores (PT), passam a ocupar importantes cargos políticos no Ministério do Desenvolvimento Agrário, fato que lhes permitiu influenciar diretamente em programas públicos, em especial, na área de extensão rural e, de pesquisa agropecuária.

As políticas de desenvolvimento rural em sentido amplo, abrem espaços para ONGs (organizações não governamentais) e, para grupos independentes, alguns pertencentes ao movimento original da agricultura alternativa, no Brasil, por

exemplo, a Associação Nacional de Agroecologia (ANA), criada em 2004. Também, foi possível, obter acordos entre as diversas partes interessadas, na ocasião da formulação do Programa Nacional de Pesquisa em Agroecologia da Embrapa, integrando pesquisa em sistemas de produção orgânica, permacultura ou sistemas agroflorestais.

As instituições públicas do Brasil, Cuba, Venezuela, Bolívia, Peru, têm integrado a perspectiva da agroecologia em suas estratégias de desenvolvimento rural. Recentemente movimentos rurais (Via Campesina, Movimentos Sem Terras (MST), Movimento Pequenos Produtor Agrícolas (MPA) etc.) adotaram a proposição da agroecologia buscando incluir em suas agendas o tema, especialmente associado a questão da soberania alimentar. Atualmente, parece não haver espaço acadêmico da área de ciências agrárias (professores e pesquisadores, extensionistas) na América Latina que não encontrem profissionais comprometidos com a agroecologia. Trata-se de profissionais que buscam conhecimentos sobre alternativas e tecnologias inovadoras do ponto de vista ambiental e, adequadas aos produtores familiares. Interessam-se também por mercados locais alternativos. Tal conhecimento na perspectiva da agroecologia depende de uma interação forte entre o conhecimento técnico científico e as experiências locais das organizações de produtores de base ecológica.

O movimento Latino Americano em defesa da agroecologia, tem como objetivo influenciar a construção de políticas que estimulem a soberania alimentar e o desenvolvimento rural sustentável. Para preencher a falta de conhecimento oriundos da investigação científica, da educação formal e da extensão, colocam à disposição dos diferentes profissionais e agricultores um conjunto de processos educativos e de investigação. Uma das instituições que tem mais atuado para resolver essa questão, foi a Sociedade Latina Americana (SOCLA, 2007). Essa instituição trabalha em articulação com um conjunto de instituições não governamentais e são apoiadas pelos movimentos sociais, visando promover o desenvolvimento da base científica da agroecologia. Essa construção do conhecimento científico foi estabelecida como missão privilegiada e estratégica de desenvolvimento sustentável na América Latina. Os grandes temas abordados são os seguintes: soberania alimentar, a conservação de recursos naturais e diversidade biológica na agricultura.

Para tanto, essa organização Latino Americana (SOCLA) organiza um congresso científico de três em três anos, cursos de formação em diversos países, produz publicações sobre questões fundamentais e mantém grupos de trabalho técnicos visando oferecer subsídios para um número considerado de indivíduos interessados e organizações de agricultores envolvidos com a agroecologia no continente. Uma das iniciativas foi à criação do programa de pós-graduação doutorado, em Medellín, na Colômbia, em 2007. No congresso de Medellín Colômbia em agosto de 2007, foi definido um plano estratégico e foram criados vários grupos de trabalho para atuarem em pesquisas, educação e divulgação de problemas contemporâneos que afetam a América Latina (mudanças climáticas, a emergência da biotecnologia e das culturas de biodiesel, impactos da globalização e em acordos de livre comércio, soberania alimentar, etc.), bem como para efetuar uma análise do estado da arte da agroecologia em vários campos científicos. Assim a agroecologia visa tornar-se uma referência e, propor mudanças no modo

de produção, visando conciliar desenvolvimento e questões de interesses sociais, tais como segurança alimentar e o empoderamento das populações rurais.

Existem laços de colaboração entre diversas organizações não governamentais na América Latina (MAELA), e movimentos sociais organizados (Via Campesina, MPA-Brasil, ANAP-Cuba, ANPE-Peru, etc.), portanto, espera-se que resultados possam fornecer elementos para as organizações de agricultores e que permita subsidiar e reorientar as políticas de produção e o desenvolvimento de mercados inovadores. Estas redes têm conduzido uma série de reuniões, produzindo um importante material bibliográfico. O tema já foi objeto de uma reunião em Porto Alegre, cujo tema era “O estado da arte em agroecologia”. Assim pesquisadores, técnicos, e estudantes latinos americanos e espanhóis da Universidade de Córdoba, participaram do Simpósio, fato que permitiu o intercâmbio frutuoso e uma estreita relação de trabalho.

Em suma, o desenvolvimento da agroecologia na América Latina tem sido orientado por estratégias políticas de diferentes atores envolvidos e um interesse crescente da sociedade, em particular dos consumidores. Esse desenvolvimento tem combinado mais recentemente, a construção de programas científicos interdisciplinares, práticas agrícolas e movimentos sociais.

## 6. Conclusão

A proposição da agroecologia está sendo aplicada fortemente no universo da agricultura familiar, onde a família desempenha um papel fundamental na gestão e na condução das atividades agroecológicas. A agroecologia se desenvolve também ancorada em movimentos sociais e aborda questões de desenvolvimento através de redes sociotécnicas que legitima um conjunto de formas de agricultura, transformando a paisagem agrária contemporânea. A agroecologia desencadeia uma ruptura paradigmática e promove a emergência de debates e de críticas à agricultura convencional e conseqüentemente defende um conjunto de valores políticos e sociais associados ao ideário de uma sociedade justa e igualitária. A agroecologia é legitimada no Brasil e na América Latina por sua forte relação com o movimento social. O tema agroecologia coloca no debate público a questão do poder da ciência sobre o desenvolvimento da sociedade, destacando a natureza política do que está por trás das opções tecnológicas dos diferentes modelos utilizados na agricultura, portanto, a agroecologia coloca a questão mais geral da importância da relação entre sociedade e ciência.

Em essência o significado do movimento em defesa da agroecologia se traduz nos tempos atuais, num processo de desenvolvimento rural de dimensões múltiplas que vêm recompondo o mundo rural, na medida em que reconstrói paisagens preservando recursos naturais, resgata os saberes associados à produção de alimentos, além de dinamizar a produção de fibras, artesanatos e moda ecológica usando energias renováveis, reinventa a consciência ética e humanista no espaço rural.

A agroecologia é resultado da ruptura cultural das comunidades científicas e de grupos envolvidos no desenvolvimento rural, ou seja, a crítica ao modelo produtivista mostra-se concretamente na busca de práticas agrícolas de natureza

ecológica e na introdução de inovações alternativas como, por exemplo, o manejo ecológico dos solos e a aplicação de princípios sociais da agroecologia. Essa atitude social crítica, reflexiva, é necessária em contextos em evolução, em particular tendo em vista a regulamentação da produção, que faz com que agroecologia passe a ser uma disciplina de referência, do ponto de vista das práticas agrícolas e da busca por equidade social, podendo servir de exemplo para outras formas de agricultura. A análise indica que a evolução da agroecologia depende da força da interação entre os movimentos sociais, redes científicas e construção de políticas públicas, tal como demonstramos no caso brasileiro, com avanços, mas pleno de incertezas no campo político e institucional.

Entretanto, pouco se tem avançado no âmbito da abordagem que toma a agroecologia como sistema agroalimentar. Ou seja, em questões relativas à transformação, conservação e sobre as diferentes formas de relação produtor e consumidor, ocupam ainda pouco destaque nos programas e ações do governo federal e estadual. Assim está reflexão nos estimula a colocar algumas interrogações: seria a transição inspirada na agroecologia incerta uma vez que parece colocar em risco a perda da sua identidade conceitual original? Sem dúvidas é preciso aprofundar o estudo sobre questões cruciais do desenvolvimento da agroecologia, em especial analisar em que medida em países latinos americanos a dimensão econômica associada à reprodução social das famílias envolvidas, pode redefinir a sustentabilidade dos agroecossistemas.

## 7. Agradecimentos

À Capes-Cofecub nosso agradecimento pelo financiamento dos programas de trabalhos e estadias de estudantes e pesquisadores brasileiros e franceses em 2011 e 2013.

## 8. Referências bibliográficas

ABREU, L. S. **A construção da relação social com o meio ambiente entre agricultores familiares da mata atlântica brasileira.** Jaguariúna. Embrapa meio ambiente 2005. 176p.

ABREU, L. S. DE; BELLON, S. The dynamics and recomposition of agroecology in latin america. In: HALBERG, N; MULLER, A. (ed.). Organic agriculture for sustainable livelihoods. Londres: Ed. Routledge, 2013. p. 223-245.

ABREU, L. S. DE; BELLON, S; BRANDENBURG, A.; OLLIVIER, G.; LAMINE, C.; DAROLT, M. R.; AVENTURIER, P. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. Desenvolvimento e meio ambiente, Curitiba, v. 26, p. 143-160, 2012.

ABREU, L. S. de; KLEDAL, P.; PETTAN, K.; RABELLO, F.; MENDES, S.C. Trajetória e situação atual da agricultura de base ecológica no Brasil e no Estado de São Paulo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 26, n. 1/3, p. 149-178, jan./dez. 2009.

ALMEIDA, Silvio G; PETERSEN, Paulo; CORDEIRO, Ângela. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira:** subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 122p.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. 110p.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Guaíba: Agropecuária, 2002a. 592p.

ALTIERI, Miguel. **Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments.** Agriculture, Ecosystems & Environment, v.1971, p.1-24, 2002b.

AVENTURIER, P; ALENCAR, F. M. C. Uso e Gestão de Fontes Bibliográficas de Agroecologia em Trabalhos Técnicos Científicos. **Oficina** do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Porto Alegre, 2013.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.6, p.11-28, jul./dez. 2002. Editora UFPR

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente / IBAMA. **Agricultura sustentável.** Maria José Lima Bezerra e José Eli da Veiga (Coord.). Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio Museu Emílio Goeldi. Brasília, 2000. 190p.

BRASIL. Decreto nº 4739, de 13 de Junho de 2003. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de Jun. de 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Versão final de 25 de Maio de 2004. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0878513433.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar - DATER: IICA, 2004.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Trad. Maria José Guazzelli. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 653p.

GLIESSMAN, S.R., **Agroecosistemas con énfasis en el estudio de tecnología agrícola tradicional.** Colegio Superior de Agricultural Tropical, Cardenas, Mexico. 1978.

GLIESSMANN, S. R. Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture. 1982.

GUZMAN, Eduardo S. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.**, v.3, n.1, p.18-28, jan./mar. 2002.

HECHT, S. (1997). La evolución del pensamiento agroecológico. In Altieri, M. Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable. Consorcio Latino Americano sobre Agroecología y Desarrollo. Asociación Cubana de Agricultura Orgánica, ACAO, La Habana, Cuba.

HERNANDEZ , X. Editor, 1977. Agroecosistemas de Mexico: Contribuciones a la Enseñanza, Investigación, y Divulgación Agrícola. Colegio de Postgraduados, Chapingo. Mexico.

**Marco referencial em agroecologia.** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília, 2006. 70p.

OLLIVIER, G. BELLON, S. Dynamiques des agricultures écologisées dans les communautés scientifiques internationales : une rupture paradigmatique à rebondissements, **Nature, Sciences et Sociétés.** 2013.

PLOEG, J.D.Van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade no século XXI.** Porto Alegre, Editora da Universidade, 2008.

TOLEDO, Victor M. **As experiências agroecológicas do México: uma visão geopolítica.** In: Agriculturas, v.7, n.1, mar. 2010.

VANDERLEY, M. N. B. **A exploração familiar no Brasil.** In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar, uma realidade multiforme: comparação internacional.** Campinas: Editora da Unicamp.1999.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. **Agroecology as a science, a movement and a practice.** A review. Agronomy for Sustainable Development, v. 29, n° 4, p. 503-515, 2009

WILLER, H.; YUSSEFI, M. **The world of organic agriculture: statistics and emerging trends.** In: IFOAM Organic World Congress, 2008, Modena (Italy). Anais.

**GT (06) – (Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo)**

**A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: Um estudo de caso no município de Lajeado-RS**

**FRANZ, Juliana Cristina<sup>1</sup>  
SALAMONI, Giancarla<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas – julianafranz@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Doutora da Universidade Federal de Pelotas – gi.salamoni@yahoo.com.br

**Resumo:**

No presente trabalho realizou-se um levantamento bibliográfico sobre a temática da geografia rural, mais especificamente, sobre a pluriatividade desempenhada no campo da agricultura familiar, e posteriormente realizou-se um estudo de caso no município de Lajeado-RS, tendo em vista a proximidade entre os espaços urbano e rural no referido município. Compreendeu-se, também, a dinâmica de reprodução da agricultura familiar em espaço normativamente urbano, considerando as limitações e as perspectivas de continuidade desta categoria social, com base na peculiaridade municipal em relação às decisões normativas que influenciam a organização espacial. A proximidade com o urbano permite estabelecer uma análise comparativa dos modos de vida, os quais fazem com que o produtor rural, principalmente os jovens aspirem por novas formas de trabalho para atender suas necessidades de consumo. Assim, a pluriatividade é analisada como uma estratégia de reprodução dos agricultores familiares, por permitir a continuidade das famílias no campo, a partir da combinação de ingresso de renda agrícola e não agrícola, evitando o êxodo rural.

**Palavras-chaves:** Agricultura Familiar; Pluriatividade; Lajeado.

**INTRODUÇÃO**

A associação de atividades agrícolas e não agrícolas dentro e, por vezes, fora das propriedades rurais encontra-se, em alguns casos, relacionada com a modernização da agricultura, a qual provoca liberação de mão de obra utilizada diretamente nas atividades agrícolas. Em outros casos, a proximidade do espaço rural com o urbano favorece as oportunidades de emprego na indústria ou no comércio. Esta pluriatividade necessariamente representa uma produção do tipo *part-time*<sup>1</sup>, ou seja, a agricultura de tempo parcial. E, conforme Pereira e Ferreira (2009):

---

<sup>1</sup> Barthez (1987 *apud* PEREIRA; FERREIRA, 2009, p.220-1) explica que o trabalhador *part time* não é o mesmo que trabalhador pluriativo, “[...] o agricultor em tempo parcial precisa ocupar

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

[...] o exercício de atividades agrícolas e não agrícolas por membros de uma família, fora da propriedade, não informa necessariamente a desagregação do núcleo familiar. Essa ruptura depende de como a família consegue organizar seus projetos coletivos e individuais. (PEREIRA, FERREIRA, 2009, p. 219).

Neste trabalho, a pluriatividade é entendida como uma alternativa de reprodução da categoria social da agricultura familiar. A pluriatividade, segundo Schneider (2001), consiste na combinação de forma permanente de atividades agrícolas e não agrícolas, podendo ser uma estratégia de reprodução social da família ou uma estratégia individual de um dos membros do grupo familiar.

Entretanto, este autor limita a sua análise a associação de atividades no âmbito externo a propriedade familiar: “Denominamos *pluriativos* os agricultores ou membros da família rural que além de estarem ligados às atividades agrícolas desempenham outro tipo de trabalho remunerado fora da propriedade” (SCHNEIDER, 1996, p.311). Ou seja, não considera as atividades não agrícolas que são desempenhadas no interior da propriedade familiar. Para o desenvolvimento deste estudo, a pluriatividade será entendida da seguinte maneira:

[...] pode ocorrer via diversificação da unidade produtiva, com exploração de atividades não agrícolas (lazer e turismo rurais) e de nichos de mercado ou pelo emprego de membros da família em ocupações (assalariadas ou não) externas, não vinculadas diretamente à unidade produtiva. (BACCARIN, SOUZA, 2012, p.20)

No mesmo sentido, como expõe Fuller (1990 *apud* PEREIRA, FERREIRA, 2009, p. 222), a pluriatividade acontece em “uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas [...]”

Assim, esta alternativa é muito comum de ser adotada pelos agricultores familiares, ou seja, a associação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas, dentro ou fora do estabelecimento agrícola, por um ou mais membros da família, que continua mantendo a sua identidade de agricultor, geralmente se constituindo em agricultor de tempo parcial.

A pluriatividade, então, surge com a finalidade de complementação da renda para o sustento das necessidades básicas da família, ou ainda, para investir em

---

produtivamente o seu tempo livre, isto é, trabalhando dentro ou fora de sua propriedade para ter o caráter de pluriativo.”



melhorias na propriedade rural, bem como, para os jovens, pode servir para formar reservas financeiras ou o suprimento de necessidades individuais. A pluriatividade entre as famílias permite uma diversificação dos riscos, considerando os condicionantes naturais envolvidos na produção agrícola, e também uma ampliação de renda (BONNAL, FUSILLIER, 2003).

Com o objetivo de compreender o contexto no qual as famílias rurais optaram por desempenhar atividades não agrícolas, de forma concomitante com as atividades agrícolas, é necessário “identificar dinâmicas locais e regionais, atores sociais potenciais, atuação dos poderes públicos nos arranjos institucionais, etc.” (PEREIRA, FERREIRA, 2009, p.224). Assim, é necessário analisar também os fatores exógenos que influenciam a adoção dessa estratégia de reprodução social, como o mercado de trabalho, a proximidade com o urbano e os fatores internos, como a dinâmica do processo de trabalho e composição demográfica da família (SCHNEIDER, 2001).

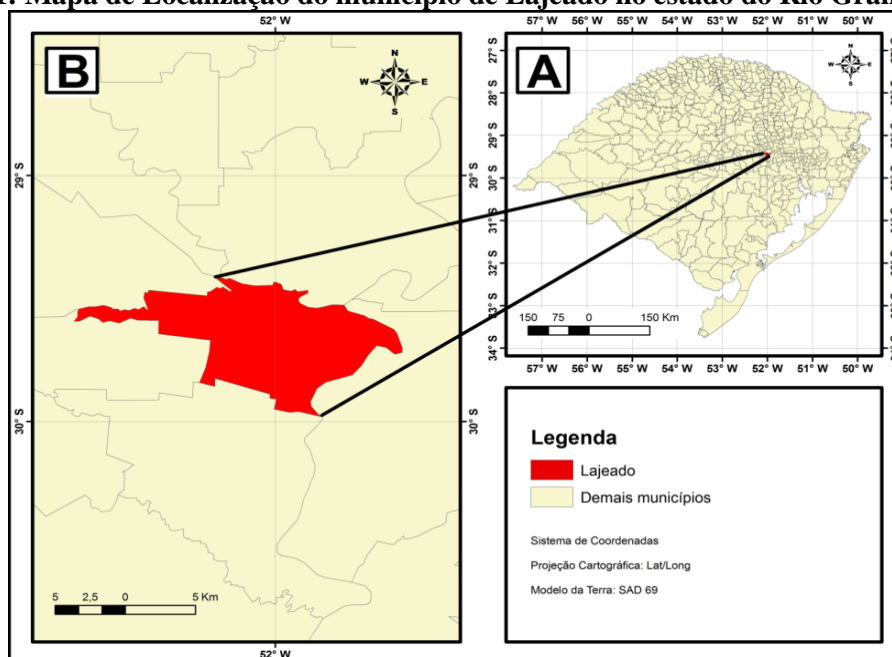
Este estudo da pluriatividade no Brasil é recente, teve início na década de 90 do século XX (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2009), e a terminologia se aproxima do conceito adotado para o contexto da agricultura europeia. Entretanto, a sua aparição recente nos estudos acadêmicos brasileiros não significa que a prática da associação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas, por membros de um mesmo estabelecimento familiar, não estivessem presentes na história da agricultura brasileira. Pelo contrário, como é possível identificar nos estudos de Seyferth (1974), a prática do trabalho não agrícola já era comum na Alemanha antes da imigração para o Brasil e teve continuidade no contexto da colonização no Brasil (cita-se como exemplo o trabalho na construção de estradas de ferro, entre outros). Principalmente, entre os homens adultos que saíam da propriedade em busca de trabalho assalariado para pagarem as dívidas, bem como, com o propósito de investirem os rendimentos obtidos nessas atividades em melhorias na propriedade rural.

Assim, a pluriatividade pode ser considerada como um conceito novo no contexto brasileiro para compreender a diversidade de práticas sociais relacionadas ao mundo do trabalho no espaço rural, que existe e persiste ao longo do tempo e em diferentes espaços.

## ANÁLISE DA PLURIATIVIDADE NA ESCALA DO LOCAL: um estudo de caso no município de Lajeado-RS

Em vista da importância do segmento da produção familiar na agricultura brasileira e das transformações pelas quais esta categoria social vem passando ao longo do tempo, este trabalho busca relacionar o papel desempenhado pela agricultura familiar, em um estudo de caso sobre o município de Lajeado-RS (Figura 1), com a organização socioespacial, enfatizando a estratégia da pluriatividade adotada pelos agricultores familiares para se manterem ativos no processo produtivo até os dias atuais. Esse interesse se deve pela peculiaridade existente na dinâmica territorial municipal, uma vez que vem ocorrendo uma expansão gradativa do perímetro urbano sobre o espaço rural e, conseqüentemente, interferindo nas expressões da ruralidade no referido local. Em suma, os loteamentos urbanos vêm restringindo cada vez mais a zona rural e a reprodução da agricultura do município.

**Figura 1: Mapa de Localização do município de Lajeado no estado do Rio Grande do Sul**

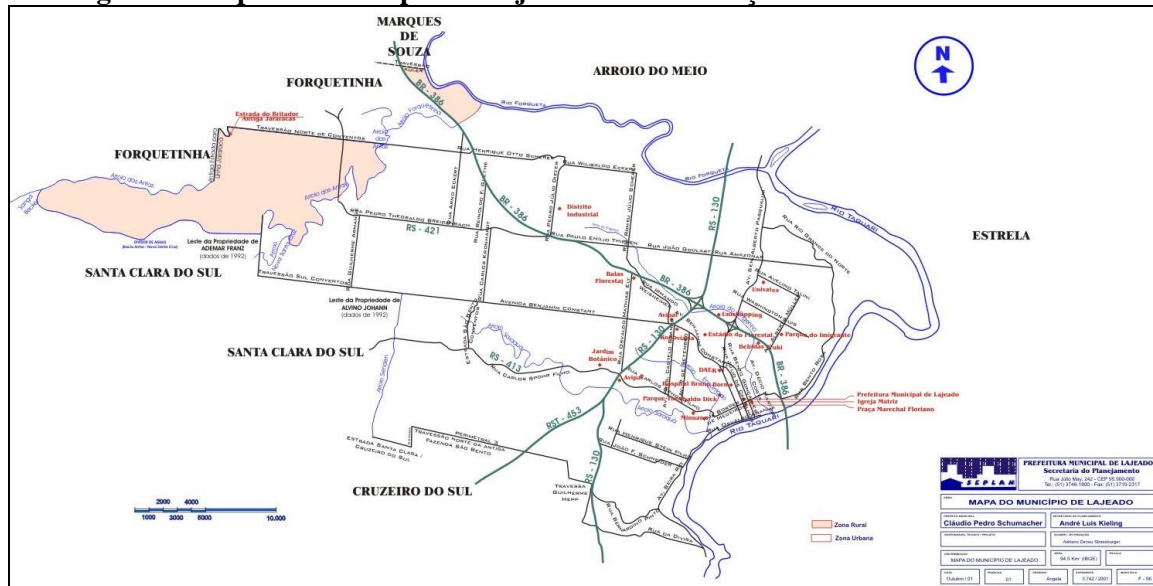


Fonte: Do autor, 2011.

Lajeado apresenta como peculiaridade ser um município predominantemente urbano (Figura 2) e, a grande maioria das propriedades rurais está localizada no perímetro considerado normativamente como urbano pela legislação municipal. Estas propriedades dividem e, por vezes, cedem espaço para as obras urbanas que vem se instalando nas proximidades. Pois, segundo o Censo de 2010 do IBGE apenas 265

peças residiam na área rural, indicando que 99,6% da população lajeadense reside na área urbana. Os desmembramentos distritais foram fator determinante para dimensionar a área territorial atual do município de Lajeado em apenas 94,5 km<sup>2</sup>. (Prefeitura Municipal de Lajeado, 2012)

**Figura 2: Mapa do município de Lajeado com a distinção da área urbana e rural**



Fonte: Prefeitura Municipal de Lajeado – RS, 2012.

Diante da peculiaridade municipal quanto à normatização do perímetro urbano e das possibilidades e restrições para a reprodução das propriedades rurais no mesmo, percebe-se uma relação por vezes favorável e, por outra, desvantajosa para os agricultores. A proximidade com o urbano traz melhorias de acesso ao mercado consumidor para as famílias rurais, no caso em que os produtos agrícolas são comercializados na escala local. E, ao mesmo tempo, por vezes, impede a formação de novos empreendimentos rurais pela proximidade com o urbano, além de também restringir a área territorial antes destinada para a produção agrícola.

Entretanto, mesmo com a normatização municipal, os agricultores familiares não deixaram de se reproduzir como tais neste município, eles continuam com suas propriedades rurais produzindo com suas famílias, através de diversas alternativas, mantendo relações sociais típicas do rural com vizinhos e parentes. Bem como,

<sup>2</sup> Dado apresentado pela Prefeitura Municipal de Lajeado no Mapa de distinção de área urbana e rural do ano de 2001. Cabe ressaltar, que este dado não corresponde aos dados expostos pela FEE (2011), onde a área do município é de 90,4 Km<sup>2</sup> e nem com os dados do IBGE(2013) onde a área municipal é de 90,087km<sup>2</sup>.

preservam costumes e modos de vida, mesmo no espaço determinado normativamente pela câmara municipal como sendo urbano.

Ainda, esta proximidade entre os espaços urbano e rural permite o surgimento do agricultor pluriativo, pois, este, além da atividade agrícola, desenvolve outras atividades, seja no segmento industrial, comercial, ou de serviços, buscando uma complementação da renda familiar. Por meio da pluriatividade alguns integrantes do grupo familiar encontram alternativas de trabalho, exercendo funções não agrícolas fora das propriedades rurais, porém, continuam se identificando como agricultores.

E para verificar esta atividade na escala do local realizaram-se entrevistas, baseadas em roteiros semiestruturados, em doze (12) estabelecimentos agrícolas familiares, em três (3) diferentes bairros que compõem a malha urbana do município, e mais a localidade rural do município, pode-se inferir que nove (9) destes estabelecimentos agrícolas familiares caracterizam-se como sendo pluriativos. Ou seja, no mínimo um membro do grupo familiar desempenha alguma atividade não agrícola. Em dois (2) casos dentro da própria propriedade, sendo que em uma propriedade o filho do casal além de auxiliar nas atividades agrícolas desempenha o ofício de marceneiro, fabricando móveis sob medida. E, em outra propriedade, além da criação de suínos na propriedade também está instalada uma agroindústria familiar de processamento de embutidos de origem animal, principalmente suína (Figura 03).

**Figura 03: Pluriatividade interna à propriedade: Agroindústria familiar de embutidos - Lajeado/RS**

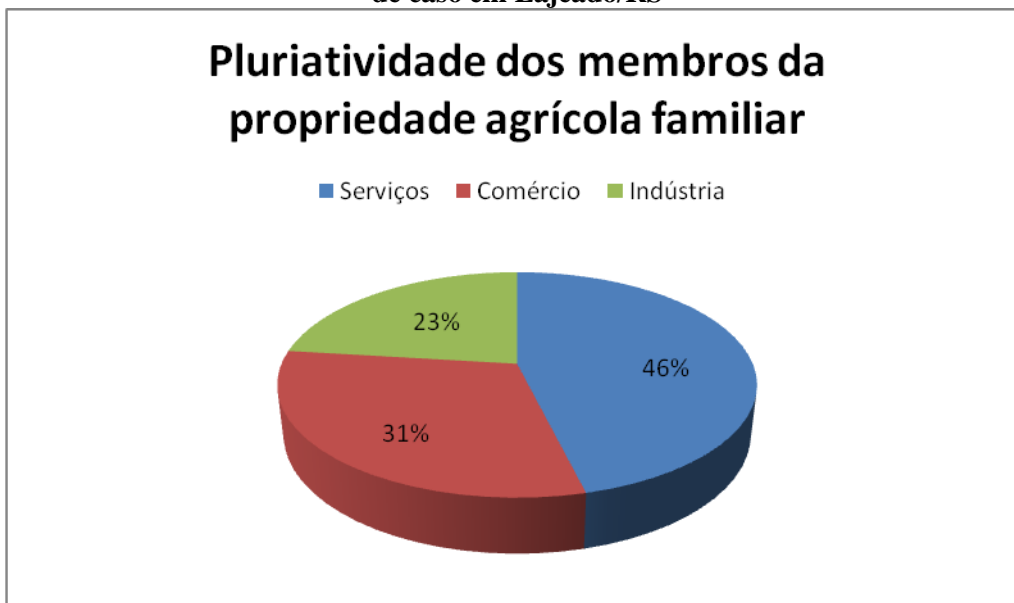


Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Conforme expõe Schneider (1996) essa combinação de atividades dentro da propriedade já era comum entre os colonos imigrantes europeus, os quais desempenhavam diferentes profissões, associando a agricultura e o artesanato doméstico. Carneiro (2001 *apud* STROPASOLAS, 2006, p.72) também salienta que “a tradição industrial dos campos é multissecular, atividades diversas, artesanais, indissociáveis da atividade agrícola, constituem um indispensável complemento para a renda da população rural [...]”.

Em outros sete (7) estabelecimentos agrícolas, a pluriatividade é estabelecida por atividades fora do mesmo, sendo que treze (13) pessoas que vivem nestas propriedades desempenham atividades relacionadas ao comércio, a indústria, ou ainda, na condição de prestação de serviços, conforme Figura 04. E, outros três (3) estabelecimentos desempenham exclusivamente a atividade agrícola, sendo denominados de monoativos<sup>3</sup>.

**Figura 04: Pluriatividade externa à propriedade: serviços, comércio e indústria no estudo de caso em Lajeado/RS**



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

A partir da Figura 04, é possível inferir que a maior parte da pluriatividade externa à propriedade está atrelada ao setor de serviços, destacando-se a construção civil. E, destas pessoas que optaram pelo desempenho de outra atividade não agrícola

<sup>3</sup> Os estabelecimentos monoativos caracterizam-se por desempenharem atividades agrícolas exclusivamente, ou seja, não conciliando atividades agrícolas com não agrícolas.

fora da propriedade rural, quase 70% (9 pessoas) trabalham com carteira assinada, outras duas (2) contribuem de forma autônoma com a previdência social e apenas duas (2) pessoas não possuem vínculo empregatício formal.

Schneider (1996), em um estudo sobre os colonos da indústria calçadista, na microrregião do Vale do Taquari, expõe que a industrialização passa a atrair, a partir da década de 1970, de forma crescente a mão de obra ligada à agricultura, ocorrendo o assalariamento direto da força de trabalho que provem do meio rural. Neste estudo é perceptível a presença, principalmente, das atividades relacionadas aos serviços, como por exemplo, no setor da construção civil e no trabalho doméstico, seguido do comércio.

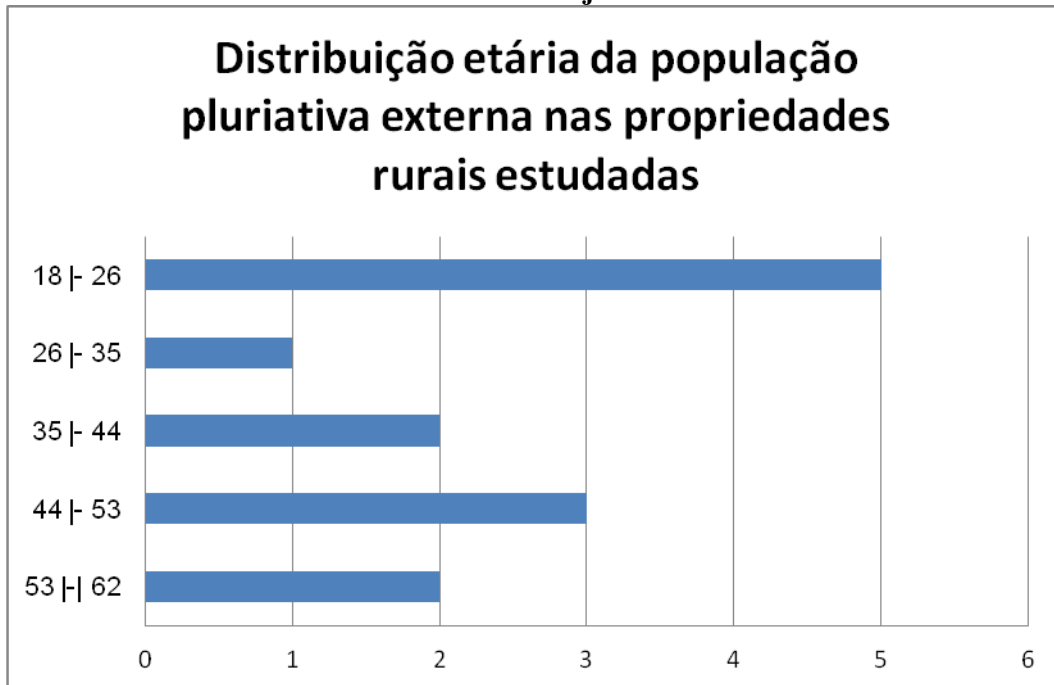
Ao serem questionados sobre a motivação de terem optado pela pluriatividade, seis (6) entrevistados responderam que o objetivo principal do emprego não agrícola fora da propriedade é auxiliar na manutenção da propriedade agrícola. Outros seis (6) entrevistados mencionaram que foram motivados pela obtenção de renda própria (individual). Esta foi a resposta dada, principalmente, pelos jovens, pois estes buscam a sua autonomia financeira. E, apenas um entrevistado alegou outros motivos.

A opção pela pluriatividade pode ser compreendida não apenas pelo aspecto econômico, mas sim por outras variáveis, sendo uma estratégia que também busca garantir a manutenção da propriedade, sendo uma alternativa para evitar o êxodo rural (STROPASOLAS, 2006). Ainda, conforme Schneider (1999),

Em muitos casos, mulheres, esposas ou filhos jovens, membros de famílias de agricultores bem-sucedidas e tecnicamente modernizados, buscam fontes de renda fora da propriedade para satisfazer interesses não-econômicos, como obter garantias previdenciárias ou, simplesmente, como uma forma de manter vínculos com a cidade e o estilo de vida urbano. (SCHNEIDER, 1999, p.183)

Ao considerar os integrantes das famílias pluriativas, que trabalham em outra atividade além da agrícola fora da propriedade, é perceptível a equivalência entre o número de homens (sete) e de mulheres (seis) que desempenham estas atividades. Já em relação a faixa etária (Figura 05), a maioria, quase 40%, das pessoas pluriativas são jovens de 18 a 26 anos, e, em seguida, a faixa etária que se destaca é dos 45 aos 53 anos, com 23% das pessoas pluriativas. Neste último caso, destaca-se o emprego no setor dos serviços (construção civil, empregada doméstica).

**Figura 05: Distribuição etária da população pluriativa externa nas propriedades rurais estudadas em Lajeado/RS**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Schneider (1996) expõe que os colonos-operários das fábricas calçadistas já eram em sua grande maioria os jovens e mulheres, que se assalariavam nas indústrias e mantinham suas residências no rural e, diariamente, faziam o movimento pendular de ir e vir. Isto se justifica pela atração ao modo de vida urbana, pelas “cores e sabores” do mesmo, considerando os bens materiais e serviços dispostos no meio urbano que atrai principalmente os jovens (SCHNEIDER, 2001; PEREIRA; FERREIRA, 2009).

Já ao analisar a composição das três (3) famílias monoativas estudadas, percebeu-se que o número de integrantes do grupo familiar varia entre 2 a 4 pessoas, enquanto que nas famílias pluriativas esta composição varia de 3 a 8 membros. E, considerando a faixa etária das famílias estudadas, percebeu-se que nas famílias monoativas 56% dos membros tem 60 anos ou mais. Ainda, 66% das pessoas que compõem as famílias monoativas são aposentadas e, conforme pode ser observado na Tabela 01, até a faixa etária dos 30 anos não tem nenhum membro que compõe as famílias monoativas.

**TABELA 01: Faixas etárias e distribuição dos membros das famílias monoativas e pluriativas estudadas em Lajeado/RS**

Idade	Monoativas		Pluriativas*	
	n.	%	n.	%
<b>0  - 10</b>	0	0	5	10,7
<b>10  - 20</b>	0	0	4	8,5
<b>20  - 30</b>	0	0	5	10,7
<b>30  - 40</b>	2	22,2	4	8,5
<b>40  - 50</b>	2	22,2	8	17
<b>50  - 60</b>	0	0	8	17
<b>60  - 70</b>	5	55,6	4	8,5
<b>70 ou mais</b>	0	0	9	19,1
<b>Total</b>	9	100	47	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

\* Considerando tanto a pluriatividade interna quanto a externa à propriedade.

Cabe destacar nesta análise, que nas famílias pluriativas o percentual de aposentados é de apenas 32%. E, quanto a faixa etária, o percentual de jovens de até 20 anos é de 19%, e o maior percentual nestas é de membros entre 20 e 60 anos, representando 53,2% do total. Com base nestes dados é possível inferir que as famílias pluriativas são compostas por integrantes mais jovens e que as famílias monoativas, em grande parte (66%), dispõem de mais um ingresso de renda proveniente da previdência rural.

Os dados obtidos nesta pesquisa podem ser comparados ao estudo realizado por Schneider *et al.* (2006) em quatro distintas microrregiões gaúchas, no qual identificou-se que as famílias pluriativas tendem a ter um número maior de membros.

Ao tomar como parâmetro a escolaridade dos membros que compõem as famílias (Tabela 02) é perceptível que os integrantes com maior nível de escolaridade são os que compõem a parcela de membros pluriativos. Onde, 67% das pessoas com Ensino Médio completo são pluriativas, e 100% das com ensino superior cursando ou completo também o são.



**TABELA 02: Proporção de Membros Pluriativos segundo o grau de Instrução das famílias estudadas em Lajeado/RS**

Nível de Escolaridade	Membros das Famílias agricultoras		Pluriativos
	n.	n.	
<b>Crianças até 14 anos</b>	7	-	0
<b>Analfabetos</b>	1	-	0
<b>1º Incompleto</b>	34	5	15
<b>1º Completo</b>	6	2	33
<b>2º Incompleto</b>	-	-	-
<b>2º Completo</b>	6	4	67
<b>Superior Incompleto</b>	1	1	100
<b>Superior Completo</b>	1	1	100
<b>Total</b>	56	13	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

\* Percentagem em relação ao total de membros que compõem o grupo familiar em cada categoria de escolaridade.

Neste sentido, é possível afirmar que as pessoas com um maior grau de instrução formal desempenham atividades fora da propriedade rural, onde segundo a pesquisa desenvolvida por Schneider et al. (2006) também é perceptível uma significativa associação entre grau de instrução e a pluriatividade, sendo que esta possibilidade de acesso a educação pode significar melhores chances para inovar e diversificar as fontes de ingresso monetário na propriedade.

E ainda, a fim de caracterizar as relações entre pluriatividade e a dimensão física dos estabelecimentos familiares, percebeu-se que esta é bastante variável, enquanto que as propriedades monoativas variam de 5 a 8,5ha, as propriedades pluriativas possuem de 4,1 a 38 ha, apresentando em média 15,3 ha, enquanto que a média das propriedades monoativas é de 6,5 ha. Em relação ao uso da terra, averiguou-se que em ambas as categorias a utilização ocorre de forma diversa, com áreas destinadas a lavoura temporária, matas, pastagens e, também, em todas as propriedades encontram-se áreas destinadas ao pomar e a horta doméstica.

Ao considerar apenas os estabelecimentos ou as famílias pluriativas, é possível fazer uma diferenciação interna, ou seja, das nove (9) famílias estudadas, duas (2) caracterizam-se por desempenharem atividades não agrícolas dentro da propriedade.

Em um dos casos, a mão de obra familiar está ocupada nas atividades da agroindústria de processamento de embutidos de origem animal, onde os produtos são comercializados na própria propriedade e, principalmente, na feira do produtor que ocorre duas vezes por semana no centro urbano. Em outro, caracteriza-se por um agricultor que também desempenha atividades como marceneiro, confeccionando móveis sob medida por encomenda, principalmente, para atender a demanda local.

Ao analisar a atuação do poder público relacionado à presença da pluriatividade, se percebe a importância da criação do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF), o qual:

[...] permite que produtos de agroindústrias familiares, que possuem venda autorizada apenas dentro do município de origem, possam ser comercializados em todo o Estado, mediante certificado dos Serviços de Inspeção Municipais (SIM), devidamente auditados pelo Susaf. (SDR, 2012, p.1).

Assim, há o incentivo para a criação de agroindústrias familiares, prática comum no município, onde os agricultores buscam uma fonte complementar de renda, a fim de garantir o suprimento das necessidades básicas da família, permitindo, também, investimentos em melhorias na própria propriedade rural.

O município de Lajeado possui um importante parque industrial, possibilitando a oferta diversificada de emprego com flexibilidade de turnos de trabalho. Isso permite a integração de atividades agrícolas com não agrícolas não só no período da entressafra, mas durante todo o ano.

Enfim, no que se refere ao número de pessoas que compõem o grupo pesquisado, 13 são pluriativas e, deste total, 74% correspondem a pluriatividade que combina atividades dentro e fora da propriedade e, cerca de 26% dos trabalhadores, representam a pluriatividade desempenhada somente no interior da propriedade.

## CONCLUSÃO

A pluriatividade analisada no estudo de caso no município de Lajeado-RS é percebida como estratégia de reprodução dos agricultores familiares, por permitir a continuidade das famílias no campo a partir da combinação de ingresso de renda agrícola e não agrícola. Inferiu-se que a pluriatividade acontece nas famílias mais jovens, com maior escolaridade e mais numerosas. Ao considerar a formação de agroindústria familiar como expressão da pluriatividade, percebe-se o papel da política

governamental (SUSAF) na consolidação desta estratégia e, também, uma perspectiva maior de reprodução futura. Assim, conclui-se que tanto os fatores internos quanto externos aos estabelecimentos agrícolas interferem na emergência da pluriatividade na agricultura familiar, na escala do local.

## REFERÊNCIAS

- BACCARIN, José G.; SOUZA, José G. Um Questionamento sobre a Capacidade Explicativa do Conceito de “Pluriatividade” em uma Região de Pequena Agricultura Diversificada. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, n.1, p. 19-31, abr. 2012.
- BONNAL, Philippe; FUSILLIER, Jean-Louis. Análise da relação entre agricultura e emprego: o exemplo da Ilha Reunião (França). In: CARNEIRO, M. J. ; MALUF, R. S. (Orgs.) **Para Além da Produção**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 185 – 200.
- FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Resumo Estatístico município de Lajeado RS**, 2011. Disponível em:  
<[www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_municipios\\_detalhe.php?municipio=lajeado](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=lajeado)> Acesso em: 20 jan. 2013.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades Infográficos, Lajeado**, 2013. Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431140>> Acesso em: 18 maio 2013.
- PEREIRA, José C. A.; FERREIRA, Darlene A. de O. Camponeses e Agricultores Familiares: Caminhos e descaminhos em contexto de pluriatividade. In: FERREIRA, Darlene A. de O.; FERREIRA, Enéas R. (Org.) **Estudos Agrários: conceitos e práticas**. Rio Claro: IGCE/UNESP, 2009, p. 215-29.
- PREFEITURA Municipal de Lajeado. **O meio Natural em que vivemos**, 2012. Disponível em:  
<[www.lajeado.rs.gov.br/home/show\\_page.asp?titulo=meionatural&categoria](http://www.lajeado.rs.gov.br/home/show_page.asp?titulo=meionatural&categoria)> Acesso em: 22 mar. 2013.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia V. A Propósito do Debate sobre Pluriatividade e Multifuncionalidade na Agricultura: o surgimento de uma nova formação discursiva. **Revista THEOMAI**, Buenos Aires, n.20, p. 22-33, 2009.
- SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.16, p.164-84, abr. 2001.
- \_\_\_\_\_. **Agricultura Familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. Os Colonos da Indústria Calçadista: Expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 17, n.1, p. 298-323, 1996.

SCHNEIDER, Sérgio et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 137-165.

SDR-Secretária de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo/RS. **Susaf-RS**.

Disponívelem:

<[http://www.sdr.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_conteudo=1712&cod\\_menu=2](http://www.sdr.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=1712&cod_menu=2)> Acesso em: 04 jul. 2012.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã: No Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos Jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

**GT 06 - Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo**

**Título do Trabalho: Ações públicas para o desenvolvimento local da comunidade quilombola do Mandira em Cananeia – SP: uma análise a partir da expansão das liberdades humanas e da multifuncionalidade da agricultura**

**Andrea Yumi Sugishita Kanikadan<sup>1</sup>**

**Rafael José Navas<sup>2</sup>**

**Paulo Eduardo Moruzzi Marques<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Doutora em Ecologia Aplicada/Professora Assistente/ ESALQ-USP e UFAL, [andreak@usp.br](mailto:andreak@usp.br)

<sup>2</sup> Doutorando em Ecologia Aplicada /Professor / ESALQ-USP e FATEC, [rafaelnavas@usp.br](mailto:rafaelnavas@usp.br)

<sup>3</sup> Doutor em Sociologia /Professor livre-docente / ESALQ-USP, [pmarques@usp.br](mailto:pmarques@usp.br)

**Resumo:**

Esta pesquisa buscou analisar projeto de desenvolvimento local no quilombo Mandira (SP). Trata-se de identificar os impactos socioculturais, econômicos e ambientais com entrevistas e observação participante. Utilizamos modelo que contemplou o desenvolvimento como liberdade e a multifuncionalidade da agricultura. O projeto renova os papéis atribuídos aos quilombolas, pois seus pressupostos fundamentam-se em novas práticas: existem regras para extração da ostra e comercializa-se pela cooperativa.

**Palavras-chaves: Desenvolvimento local; quilombolas; multifuncionalidade da agricultura**

## **Introdução**

A pesquisa que originou esta comunicação teve como objetivo geral analisar projetos de desenvolvimento local vinculados ao Subprograma Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente (PDA-MMA), com vistas ao fortalecimento das populações envolvidas. Aqui, o projeto em questão é intitulado: “Plano de estruturação da reserva extrativista de Mandira”, envolvendo uma comunidade quilombola, no Vale do Ribeira, município de Cananeia (SP). Trata-se de identificar os impactos socioculturais, econômicos e ambientais desse projeto no seio da comunidade envolvida, sobretudo, no que diz respeito à melhora de suas condições de vida, ao cumprimento dos objetivos inicialmente estabelecidos pelos projetos e ao atendimento das expectativas das populações envolvidas. Em poucas palavras, trata-se de examinar em que medida esses projetos de desenvolvimento local tem melhorado as condições de vida das populações numa perspectiva sustentável, considerando o desenvolvimento como liberdade proposto por Amartya Sen (2000).

Assim, nossa hipótese admite que o reconhecimento das especificidades territoriais, considerando atividades que levem em conta a conservação da natureza, favorece o desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000). O reconhecimento das especificidades territoriais está relacionado àquilo que Bernard Pecqueur (2005) defende sobre o princípio de especificação dos ativos ou a busca pelos recursos próprios ao território. O autor reforça que os recursos presentes em um dado território podem se transformar em ativos, como um produto de um processo de melhoria, resultado de interesses e mobilização de diversos atores. A especificidade territorial, nesta perspectiva, constitui uma chave para um desenvolvimento mais criativo e inovador, fundado em saberes locais.

## **O Desenvolvimento como Liberdade**

Dentre os diversos autores que tem se debruçado nas discussões sobre desenvolvimento, destacamos as ideias de Amartya Sen (2000), como “a expansão das liberdades humanas”. Ele propõe uma agenda positiva em torno de uma noção de desenvolvimento possível e desejável, que tem a expansão das liberdades como principal meio e fim. A expansão da liberdade consiste em participação política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. A participação política refere-se às oportunidades que a pessoa tem em escolher quem governar, em expressar-se politicamente, em escolher diferentes partidos políticos.

As facilidades econômicas dizem respeito “às oportunidades que o indivíduo tem para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca”. As oportunidades sociais referem-se ao acesso a educação e a saúde. As garantias de transparência estão relacionadas a liberdade de lidar com as pessoas de forma sincera e clara. Por fim, a segurança protetora, diz respeito às disposições institucionais fixas, como os benefícios aos desempregados, suplementos de renda para indigentes, distribuição de alimentos em crises ou empregos públicos de emergência. Por sua vez, os principais fatores para a negação de liberdades seriam: pobreza, carência de oportunidades econômicas (emprego remunerado) e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos, carência de oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, educação funcional, desigualdade entre mulheres e homens. Estas formas de privação estão relacionadas a processos e oportunidades, que não dizem respeito unicamente a questão de renda.

Assim, Amartya Sen (2000) considera a “necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições e muitas condições de agente relacionadas de forma interativa”.

O que muito nos interessa em Amartya Sen (2000) é que, ao se referir à perspectiva da liberdade, o autor cita as relações entre rendas e realizações, entre mercadorias e capacidades, entre nossa riqueza econômica e nossa possibilidade de viver do modo como gostaríamos. Ainda, descreve algo que talvez nossa sociedade tenha perdido, ou esquecido, sobre riqueza: “(...) a riqueza evidente não é o bem que estamos buscando, sendo ela meramente útil e em proveito de alguma outra coisa”.

Assim, cabe-se perguntar o que estamos buscando? Essa perspectiva baseada na liberdade apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com a qualidade de vida, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem e nas escolhas que efetuam, e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem.

A participação nas decisões garante a liberdade das pessoas afetadas de decidir sobre o que “elas desejam e do que elas estão certas ao aceitar”. Finaliza essa reflexão falando da importância que a educação tem em todo esse processo participativo. Um dos caminhos sugeridos por Amartya Sen (2000) são as políticas públicas, que visem o aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral.

Tais ideias conduzem a repensar as estratégias de indução ao desenvolvimento baseadas na maior participação dos atores locais, como forma de atenderem as suas necessidades. Assim, é a partir da década de 90 que torna-se cada vez mais evidente que o Estado havia exaurido as formas usuais de gestão das políticas públicas, reconhecendo-se a necessidade de formas diferenciadas e mais democráticas de gestão das ações governamentais (SILVA E SCHNEIDER, 2004). A constituição de 1988 dá ênfase na participação da sociedade civil. Nesse sentido, enfatizam-se as diferentes iniciativas de *desenvolvimento local*, definidas justamente pelo protagonismo dos atores locais na definição de objetivos e prioridade, formulação de estratégias, tomada de decisões e implementação de ações e processos, muitos deles apoiados pelo Estado.

Não obstante, Bernard Pecqueur (2005) concebe o conceito de desenvolvimento territorial como mais adequado para nos referirmos ao local. De acordo com este autor, “o desenvolvimento territorial designa todo o processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”. Considera importante a existência das políticas públicas, mas mesmo assim deve estimular e mobilizar os atores na construção de suas estratégias, dando ênfase ao território, de modo que reorganizem a economia local, com “recursos próprios ao território que permitirão a este se diferenciar em relação a seu vizinho”. Os produtos padronizados seriam aqueles da globalização, onde se encontra em qualquer lugar, e o que o desenvolvimento territorial busca é identificar e valorizar o potencial de um território (PECQUEUR, 2005).

A participação social leva às pessoas a influenciar no processo e nas decisões, visto também os questionamentos aos agentes políticos tradicionais, que funcionavam mais como instrumento de reprodução de dominação política e menos como representante de interesses sociais (SILVA E SCHNEIDER, 2004). Oportuno lembrar que Amartya Sen (2000) destaca que a participação é parte do processo de desenvolvimento.

A propósito, Paulo Eduardo Moruzzi Marques e George Flexor (2007) enfatizam que as ideias em torno do desenvolvimento sustentável permitem o fortalecimento de prescrições participativas, ao considerar o conhecimento local como essencial para a concepção de projetos fundados na valorização dos recursos disponíveis.

## Os Quilombolas no Litoral Sudeste

O estudo sobre quilombolas em diversas regiões do Brasil permite discutir as marcas profundas da exclusão social das populações negras do país. Os primeiros afrodescendentes que se instalaram em tais regiões chegaram como escravos, a força de trabalho predominante no Brasil colonial e imperial.

Aqueles negros libertos que conseguiram sobreviver longe dos centros urbanos puderam se reproduzir em unidades conhecidas como remanescentes de quilombos, constituídos a partir de uma grande diversidade de processos: fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas; heranças; doações etc. (SCHMITT et al, 2002).

De modo geral, o fim do cativeiro fez com que os quilombolas sobrevivessem por meio da subsistência, apropriando-se dos recursos naturais na medida em que as famílias se refugiaram em áreas de florestas e matas (CARRIL, 2006).

Nos anos recentes, podemos definir quilombo, como:

“Uma comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco, que vivem da agricultura de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada por seus antepassados, os quais mantem suas tradições culturais e as vivenciam no presente, como suas histórias e seu código de ética, que são transmitidos oralmente de geração a geração” (SANTOS E TATTO, 2008).

Além das práticas do passado, que visavam garantir a subsistência, tem-se nos dias atuais, a necessidade de reprodução considerando-se o não-isolamento a que estão sujeitos, e por constituírem comunidades inseridas em espaços rurais, sua dinâmica de produção depende em muito da sustentabilidade da atividade agrícola considerando sua relação com o território e a natureza.

De certa maneira, nota-se uma transformação do olhar dos próprios quilombolas sobre seu estilo de vida, fortalecendo seus meios de luta e sua participação ativa na sociedade, de modo a saírem daquela condição de subcidadão estudada por Jesse Souza (2006). Em termos legislativos, dois aspectos favoreceram tal transformação: a inclusão na Constituição de 1988, do artigo 68 das Disposições Transitórias de Direitos Territoriais aos Remanescentes de Quilombos e o Decreto 6.040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Por outro lado, autores como Maria José Carneiro e Renato Maluf (2003) denominam de multifuncionalidade da agricultura essa “concepção do desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura e do meio rural” tratando de perspectiva inovadora de desenvolvimento rural, pois a multifuncionalidade privilegia os seguintes aspectos da agricultura: reprodução socioeconômica das famílias, promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais (CARNEIRO E MALUF, 2003; p.14).

A multifuncionalidade “rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais: conservação dos recursos naturais, do patrimônio natural e da qualidade dos alimentos”. Essa nova concepção pretende integrar a agricultura a outras organizações econômicas na análise do desenvolvimento local. E mais que isso, “procuram responder a questões que vão desde a natureza do processo produtivo agrícola e seus impactos socioambientais até a dinâmica de reprodução das famílias rurais e de ocupação do espaço social agrário” (MALUF, 2003).

A abordagem da multifuncionalidade da agricultura é aquela que integra a agricultura a diferentes dimensões para a análise do desenvolvimento local. Os territórios quilombolas, por terem uma característica peculiar de posse da terra, sendo, em princípio, impossível a venda de terras que são transmitidas de geração a geração,



são territórios multifuncionais nos quais a agricultura representa sua atividade central. Ao mesmo tempo, atividades ligadas à conservação ambiental de seu entorno são cada vez mais frequentes. Portanto, é possível assinalar que antigas práticas podem assumir novos significados nos dias de hoje.

### **Análise dos Dados**

Nosso quadro de análise foi elaborado a luz das reflexões realizadas por Amartya Sen (2000) em seus estudos sobre o desenvolvimento como liberdade. A estruturação da análise consistiu em criar categorias a partir da ênfase nas capacidades, referindo-se a estas últimas como um amplo recurso para avaliação do bem-estar individual, dos arranjos sociais, do estabelecimento de políticas e das propostas sobre mudanças sociais na sociedade. Seriam as capacidades que levariam as realizações (trabalhar, descansar, ser alfabetizado, ser respeitado, ter boa saúde...). Em sua concepção sobre o desenvolvimento como liberdade, Amartya Sen (2000) destaca alguns aspectos fundamentais para a expansão das liberdades, a qual só é obtida pelo desenvolvimento das capacidades. Para nossa análise, efetuamos ajustes quanto a cada um desses aspectos considerando o caso específico em questão. A proposta original de Amartya Sen, para a expansão das liberdades, seria focalizar a participação política, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora.

Em razão de nossas hipóteses em torno da expansão das liberdades, consideramos os novos papéis atribuídos aos quilombolas (aqueles mencionadas no debate da multifuncionalidade da agricultura) com vistas a discutir suas capacidades. Tratou-se de aspectos relacionados a reprodução socioeconômica das famílias, a promoção da segurança alimentar da sociedade e das famílias, a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e das paisagens (MALUF, 2003), permeados pela ideia de participação, pois são decisões que devem ser tomadas considerando os aspectos da multifuncionalidade.

Em nosso entendimento, consideramos a atuação política e as garantias de transparência como “oportunidade de participação”, já que esta ideia de participar está relacionada a expressar-se em sua comunidade, diante de seus membros e instituições, em uma esfera pública local, envolvendo interesses específicos dessas comunidades. Ter transparências nos processos e informações garante uma participação mais efetiva.

Por sua vez, as facilidades econômicas são entendidas como “produção e geração de renda” por meio das atividades econômicas desenvolvidas e os programas sociais de transferência de renda. Estes últimos contribuem de maneira significativa no acesso ao consumo de diversos itens. Interessa-nos saber se tais atividades permitem a reprodução socioeconômica das famílias, tal como sugerido em termos da multifuncionalidade da agricultura, simultaneamente ao aumento de suas capacidades e liberdades.

As oportunidades sociais são expressas pelo “desenvolvimento e saúde”. Quanto ao desenvolvimento, pode ser pensado em termos de impulsos de ações voltadas para a educação, capacitação e treinamento dos indivíduos na comunidade. Na saúde, incluímos análises da sensibilidade ambiental, dos hábitos alimentares e das relações sociais. A sensibilidade ambiental está relacionada ao desejo de preservação dos recursos naturais e das paisagens; os hábitos alimentares permitem pensar na promoção da segurança alimentar das famílias rurais bem como da sociedade e; as relações de sociais permitem-nos discutir em que medida ocorre a manutenção do tecido social e cultural das comunidades envolvidas enquanto meio favorável para a expansão das capacidades.

Finalmente, a segurança protetora seria expressa pela sensação de “conforto e segurança”. Trata-se de examinar o projeto na comunidade no que se refere a esta segurança protetora. Cumpre aqui também desenvolver uma análise particular quanto aos filhos: qual o futuro desejado por eles mesmos e por seus pais. A teoria das capacidades, apoiada também na noção de multifuncionalidade da agricultura, permitiu gerar o quadro abaixo:

Aspectos que queremos analisar	Amartya Sen	Multifuncionalidade da agricultura	Categorias criadas
✓ Participação	✓ Participação política ✓ Garantias de transparência	✓ Participação	✓ Oportunidade de participação
✓ Produção	✓ Facilidades econômicas	✓ Reprodução socioeconômica	✓ Produção e geração de renda
✓ Mudanças em termos de alimentação ✓ Produção ✓ Sociabilidade ✓ Sensibilidade ambiental	✓ Oportunidades sociais	✓ Promoção da segurança alimentar ✓ Manutenção do tecido social e cultural ✓ Preservação dos recursos naturais e paisagens	✓ Desenvolvimento e Saúde
✓ Sensação de conforto e segurança (prazer e liberdade) ✓ Futuro concebido aos filhos	✓ Segurança protetora	✓ Manutenção do tecido social e cultural	✓ Conforto e Segurança

## **PROGRAMA NO VALE DO RIBEIRA: ESTRUTURAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MANDIRA**

A história do quilombo do Mandira remonta a 1868, quando o patriarca da família, Francisco Mandira, recebeu cerca de 2.880 hectares em doação de sua meia irmã Celestina Benicia de Andrade. Seus filhos Antônio Vicente e Joao Vicente herdaram as terras e as dividiram entre si tal área do “Sitio Mandira” original. Por um lado, a família de Antônio Vicente vendeu, aos poucos, suas terras e, por outro lado, João Vicente casou-se com Maria Augusta e teve dez filhos. Ou seja, é desta parte da família e de seus descendentes que se origina a comunidade Mandira atual (TURATTI, 2002).

As terras do Mandira, a época da doação, tinham a agricultura como atividade principal (SALES E MOREIRA, 1996). As mudanças mais recentes foram em muito provocadas pelas imposições da legislação ambiental. Tratou-se em grande medida, de uma adaptação as novas exigências em torno da sustentabilidade.

A área para cultivo tornou-se pequena e em solos de qualidade inferior àqueles que tinham anteriormente disponíveis. A exploração e comercialização de ostras foi uma possibilidade, constituindo-se na atividade produtiva mais importante dos moradores locais, transmitida de geração em geração. O cultivo de ostra iniciou-se na forma “desmariscada”, ou seja, já retirada da concha (TURATTI, 2002).

A forma como a ostra era “desmariscada” e comercializada era considerada ilegal, pois era extraída de maneira pouco controlada, com risco de super-exploracao dos bancos naturais, além de não atender as exigências sanitárias, caracterizando-se como atividade predatória (MALDONADO, 1999 apud TURATTI, 2002). A ostra desmariscada era vendida em sacos de um quilo, sem a concha e no gelo, pouco importando seu tamanho. Ademais, a região estava sendo palco da exploração predatória praticada por grupos coletores vindos de outras regiões (MOREIRA, 2000), o

que favoreceu a organização social dos moradores em torno do manejo da produção de ostras.

Essa organização social foi fortalecida, inicialmente, pelo disposto na Constituição de 1988, com o reconhecimento dos direitos sobre as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. É, na década de 90, que a comunidade do Mandira inicia seu pedido de reconhecimento como população quilombola. Esta solicitação exige a organização dos moradores em torno de uma associação. Trata-se de uma exigência do Estado para emitir o título da terra. Foi criada, então, a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Bairro Mandira (REMA).

É possível interpretar tal fenômeno em termos de uma nova relação do Estado com a sociedade civil, desenvolvida graças à democratização brasileira. Podemos destacar aqui a força da associação de moradores, o que permitiu o acesso à terra. Na visão de Amartya Sen (2000), são iniciativas de natureza associativa que podem levar ao desenvolvimento social. Uma vez criada a associação de moradores, esta organização se inscreve como parceira do Estado na condução das políticas públicas, fenômeno que se propagou no Brasil desde os anos 1990 (DAGNINO, 2004).

Neste quadro, o PD/A constitui uma nova linha de financiamento de projetos inovadores, onde o Estado responsabilizou-se pela gestão de recursos internacionais para viabilizar ações públicas de âmbito local, em princípio com a participação comunitária. A comunidade do Mandira beneficiou-se destes recursos em dois momentos, conhecidos como Fase I e II do PD/A.

Nosso foco concentra-se na fase II, quando a comunidade buscou a estruturação da reserva extrativista, visando a gestão ambiental sustentada e a melhoria das condições de vida da comunidade, por meio da educação, do desenvolvimento e da diversificação das atividades geradoras de renda. Esta segunda etapa iniciou-se em 2003 e foi finalizada em 2010. Foram destinados ao projeto R\$ 449.606,00 (CARDOSO, 2005). Os membros de 18 (dezoito) famílias entrevistadas forneceram-nos dados para compreendermos todo o processo ocorrido nesta segunda fase.

### **Oportunidade de Participação**

O discurso sobre a participação, emergente na década de 90, com a descentralização das políticas em contexto de controvérsia entre reforma do Estado e consolidação democrática, tornou-se aspecto central nas iniciativas de desenvolvimento local. Assim, este fenômeno está no centro de nossos estudos sobre os projetos demonstrativos.

Discutido longamente e concluído em 2010, o plano de manejo da reserva extrativista representa o principal produto gerado pelo PD/A-MMA no caso de Mandira. Houve a criação de um Conselho Deliberativo o qual aprovou seu regimento interno, conforme modelo disponível na ata da reunião realizada em maio de 2005, e aprovou o Plano de Utilização da Reserva, bem como a composição de um Grupo de Trabalho para acompanhamento da elaboração do Plano de Manejo. O grupo de trabalho teve duas vertentes: sociocultural, coordenada pela Fundação Florestal, e recursos pesqueiros, coordenada pelo Instituto de Pesca. Foi realizado um diagnóstico inicial em julho de 2005 para auxiliar na elaboração do Plano de Manejo.

Neste âmbito, houve a escolha dos locais destinados às estruturas de manejo, a divulgação das restrições de uso na área da reserva a pescadores profissionais e amadores, a solicitação das providências para agilização do processo de emissão de licenças exclusivas de pesca e coleta de crustáceos e moluscos aos beneficiários da unidade e o encaminhamento de petições tanto para a concessão do direito real de uso

da área às famílias locais, quanto para agilização da regularização da área quilombola e para melhoria dos serviços e estruturas sociais dos bairros do entorno (BRASIL, 2010).

Aquilo que Bernard Pecqueur (2005) discute sobre o conceito de desenvolvimento territorial pode ser muito pertinente para se analisar a “Estruturação da Reserva Extrativista do Mandira”. Trata-se de um processo de mobilização das comunidades, que permitiu criar uma alternativa de exploração econômica, utilizando-se de um recurso natural com especificidades territoriais, as ostras, apoiada por uma política pública. Assim, o PD/A sustentou uma iniciativa de diferenciação territorial para Mandira. Os projetos de desenvolvimento local com estas características se inscrevem em políticas da diferença. Ou seja, trata-se de projetos que apresentam marcas específicas das regiões em que acontecem, tornando uma via de diferenciação territorial.

Apesar de todo o esforço demonstrado pelos dirigentes da associação em atrair os moradores para participar, dois entrevistados manifestam bastante insatisfação com o processo, pois consideram a tomada de decisão muito centralizada. Com efeito, nossos entrevistados afirmam participar das reuniões, mas são enfáticos quanto à dificuldade de uma participação efetiva. Mesmo se são chamados a participar, quase nunca suas ideias são consideradas. Deste modo, o desejo de participar diminui a cada dia.

Este déficit participativo é constatado em razão do grande desconhecimento em torno dos financiamentos dos projetos pelos membros da comunidade. Em seus relatos, as entidades governamentais, representadas por pessoas de fora, entram na comunidade para lhes proporcionar algo e os moradores avaliam positivamente iniciativas em que é possível visualizar o retorno oferecido. Estes moradores associariam o sucesso de um projeto a um bem transferido para a comunidade, tal como um barco, um carro ou uma outra estrutura. A questão relativa à forma de tomada de decisão, com pouca ou muita participação, não seria levada em conta nestas avaliações.

Houve menção de um dos entrevistados de certa manipulação por parte dos órgãos governamentais na medida em que propõem a comunidade projetos pré-concebidos sem lugar para a participação na tomada de decisão. Se existe o déficit de participação, como mencionado acima, nas atividades na comunidade, outros eventos ou organizações fora de Mandira atraem a participação de seus moradores, tais como o grupo de fandangos do Porto e de Itapitangui (regiões próximas ao quilombo), a colônia de pescadores, a Rede Cananeia, a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE), o Encontro Quilombola, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MABE), a Associação de Monitores Ambientais de Cananeia e o Conselho do Parque Lagamar.

### **Produção e Geração de Renda**

O PD/A favoreceu um reconhecimento da multifuncionalidade da ostreicultura, pois leva a um olhar ampliado de seus papéis, notadamente no que se refere à conservação dos recursos naturais, do patrimônio natural e da qualidade dos alimentos. Ademais, esta multifuncionalidade, tal como concebe Renato Maluf (2003), permite que a exploração das ostras seja em Mandira a principal fonte geradora de renda da comunidade. Com efeito, a ostreicultura responde a questão produtiva, ao mesmo tempo que oferece boas soluções para a preservação ambiental de um ecossistema frágil e para a ocupação do espaço social rural. A propósito, o cultivo da ostra também favorece uma diversificação de atividades econômicas, muito além de uma simples produção alimentar, sendo estímulo para o artesanato, o turismo e a festa da ostra. Aliás, as atividades paralelas à ostreicultura são uma espécie de amortecedor para períodos de

dificuldade no cultivo da ostra, oferecendo momentaneamente oportunidades de renda nestas ocasiões difíceis.

Neste quadro, a criação da reserva e o estabelecimento de seu plano de manejo foram considerados bastante positivos para a comunidade. Existem agora limites que não podem ser mais ultrapassados por pessoas que não são do local. Ademais, tal plano tornou legal atividades que estavam anteriormente no limite da legalidade. Desta forma, o Estado cumpre um papel social, tal como sugerido por Renata Paoliello (2007), de colocar as instituições políticas a serviço da sociedade e de elaborar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de grupos desfavorecidos.

A cooperativa compra uma quantidade fixa de dúzias de ostra por semana. Antes de existir a cooperativa, os quilombolas vendiam o produto pela metade do preço a atravessadores. No verão, quando é a época da “andada do caranguejo”, algumas famílias passam a extraí-lo e vendem à cooperativa, pois seu preço é melhor que o da ostra. É importante ressaltar que cinco famílias não participam da cooperativa, vendendo as ostras diretamente a atravessadores. Segundo nossos interlocutores, nesta situação, o preço pago é melhor e o recebimento acontece na hora.

O preço praticado pela cooperativa permite que os ostreicultores obtenham uma renda média girando em torno de um salário mínimo. Na alta temporada, esta renda pode atingir quase dois salários mínimos, segundo um de nossos interlocutores. Considerando os tamanhos médio e grande de ostras, é possível tirar um valor de pouco mais de um salário mínimo. Em janeiro de 2014, o salário mínimo era de R\$ 724,00, a cooperativa pagava R\$ 760,00/mês (30 dúzias de tamanho médio x R\$ 3,00 somadas a 20 dúzias de tamanho grande por quatro semanas).

Grande parte dos mandiranos considera a ostreicultura como melhor atividade do que aquelas desenvolvidas no passado, como a exploração da caixeta. Mesmo assim, os jovens já não desejam mais desenvolver tal atividade. Nossa interpretação se apoia naquela de Marshall Sahlins (1990) sobre a mudança cultural. Os jovens se encontram muito influenciados pela cultura urbana, acreditando que o trabalho na cidade seja menos insalubre. Ademais, a condição de jovem é aquela em que se busca o conhecimento e o experimentar das coisas novas. Mas é possível observar casos de retorno à comunidade daqueles que na juventude foram para a cidade, para depois se desiludir. As ideias de Amartya Sen (2012) levam a pensar sobre a liberdade de escolher o que realizar, o que permite considerar a eventual opção dos jovens de tentar outro futuro fora da comunidade como saudável. O problema reside então no grau de informação que estes jovens possam ter das oportunidades e das dificuldades em torno de uma escolha desta natureza. Voltando a questão da renda obtida além daquela com a ostra, algumas famílias possuem benefícios como aposentadoria (3 famílias), bolsa família (7 famílias), bolsa escola (1 família) e renda cidadã (1 família).

Neste campo das formas de obtenção de renda, convém salientar também que, com o plano de manejo, aqueles mandiranos com atividades pesqueiras recebem pelo defeso, no período de 18 de dezembro a 18 de fevereiro. Existem dois moradores cuja atividade predominante é a pesca (bagre), fazendo com que recebam um apoio financeiro em razão do defeso pelas colônias de pesca, no período de 01 de janeiro a 31 de março. O fato é que todos recebem um salário mínimo pelos meses em que estão proibidos de pescar ou coletar ostras. Trata-se de um meio para oferecer tranquilidade no período, assegurando uma limitação da extração/pesca predatória.

Na comunidade do Mandira, a criação da reserva e o estabelecimento de um plano de manejo favoreceram a expansão das liberdades em diversos aspectos. Amartya Sen (2000) valoriza as oportunidades que as pessoas têm para utilizar os recursos econômicos para consumir, produzir ou realizar trocas. Em Mandira, nota-se que a

obtenção de ao menos um salário mínimo garante às pessoas o acesso aos mais variados bens perecíveis, encontrados nos mercados próximos, além de bens de consumo duráveis, como carro, moto, tv, dvd, encontrados em lojas mais específicas.

Convém então discutir até que ponto a comunidade desenvolve aquilo que Arturo Escobar (2005) ressalta em torno de uma busca pelas melhorias materiais mantendo-se as identidades culturais. No plano da expansão das liberdades, a mudança de comportamento quanto à extração das ostras no mangue com o plano de manejo trouxe uma conscientização ambiental, facilitou o trabalho dos extratores e aumentou o valor recebido pelas vendas a cooperativa, mesmo que existam reclamações quanto à demora para receber o pagamento ou uma certa desconfiança dos moradores em relação aos gestores da cooperativa.

O PD/A também previu geração de renda a partir do artesanato. Em nossas entrevistas realizadas com artesãs, foi possível verificar que praticamente todas as famílias tem pelo menos uma pessoa que se dedica a esta atividade, de forma complementar. A comercialização ocasional, não representa um porcentual considerável da renda destas famílias. De toda maneira, as artesãs estão bastante influenciadas pelo tipo de artesanato realizado no meio urbano. A grande maioria das artesãs trabalha com tecidos, deixando de lado aquele artesanato com recursos naturais disponíveis localmente, mais rústico, podendo ser considerado tradicional e talvez mais atrativo ao turista.

Neste ponto, caberia pensar naquilo que Amartya Sen (2000) ressalta sobre o desenvolvimento econômico como processo que leva a eliminação de tradições. Porém, diz que se é desejo da comunidade tomar decisões que por ventura alterem suas tradições ou herança cultural, são as pessoas diretamente envolvidas que devem escolher. De nossa parte, convém conceber que estas escolhas, sejam quais forem, devem ser realizadas com base em muita informação e conhecimento. Desta maneira, tais escolhas poderão de fato se inscrever profundamente num processo de desenvolvimento como liberdade.

Outra atividade de formação que merece ser mencionada é aquela intitulada Recepção a Visitação Turística e Educacional, fomentada pelo PD/A-MMA. Assim, foram ofertados cursos relacionados a atividade turística, conforme consta na ficha do projeto. O tipo de visita concebido tem caráter educativo e suas atividades se apoiam no cultivo de ostras enquanto principal atrativo. Desta maneira, são propostas visitas ao mangue e aos parques de engorda das ostras, assim como degustação deste alimento, realização de percursos em trilhas ecológicas e artesanato. Seja como for, os turistas que, em geral, visitam a comunidade são alunos de escolas públicas e particulares, tais excursões pedagógicas acontecendo em período letivo. Muito esperado pela comunidade, neste momento o artesanato é procurado; os alunos compram-no para levar uma recordação a seus familiares. Quando participam de feiras, os quilombolas também levam seu artesanato para ser comercializado.

O poder público ofereceu algum apoio ao desenvolvimento do turismo, mas há pouca continuidade. Em todo caso, o turismo poderia fornecer aquilo que Amartya Sen (2012) salienta como importante para que as pessoas disponham de bens materiais necessários, sem se sentir envergonhadas de aparecer em público. Ou seja, quando a comunidade apresenta uma infraestrutura adequada, acaba por atrair mais pessoas a conhecer o local, seus membros tendem a se relacionar com mais autoestima e confiança. A propósito, um interlocutor crítico considera que a atividade turística está restrita a um grupo reduzido. Observa-se que o movimento em torno da atividade turística na comunidade não é realmente significativo para envolver muitas pessoas. É neste sentido que a melhoria da infraestrutura e a capacitação de mais membros da

comunidade são consideradas um meio para estimular o turismo na reserva extrativista. Uma perspectiva desta natureza demanda políticas multitemáticas (BOCAYUVA e SILVEIRA, 1999) capazes de visualizar o projeto, no caso de desenvolvimento de turismo, de maneira abrangente.

O artesanato é uma atividade que permite aos envolvidos utilizarem a criatividade, na interpretação de Jane Jacobs (2001), o que também permite pensar em liberdade. As atividades turísticas desta natureza, ao mesmo tempo, oferecem renda e preservam os manguezais (MORUZZI-MARQUES, 2010).

No que se refere às atividades agrícolas, convém olhar muito além de sua vertente econômica, tal como sugerem Renato Maluf e Maria Jose Carneiro (2003). Estes autores privilegiam uma análise das atividades rurais focada nas famílias e suas relações com a natureza e sociedade. Em sua perspectiva, o reconhecimento do caráter multifuncional da agricultura permite legitimar formas de produção e geração de renda que não são computadas na análise hegemônica. Nesta linha, convém considerar nessa comunidade tudo o que é produzido, mesmo que seu ganho seja reduzido ou sazonal, tal como a atividade de recepção turística. Assim, esta última contribui com as dinâmicas de reprodução das famílias e da ocupação do espaço social agrário (CARNEIRO E MALUF, 2003).

Na comunidade, o assalariamento parece ser considerado como a forma por excelência de um emprego seguro. De fato, o emprego remunerado é visto por Amartya Sen (2000) como um meio eventual para alcançar desenvolvimento como liberdade. No entanto, trabalhar e residir em meio rural, em seus estabelecimentos agrícolas, mesmo se exercendo outros tipos de atividades externas, possibilita manter um ponto de referência e pertencimento, conservar as redes sociais de parentesco, os laços com a localidade e a memória social. Estas âncoras (casa, estabelecimento rural, comunidade) podem ser vistas como ponto de convergência em caso de crise (MATHIEU, 1995 apud FERREIRA, 2002). Portanto, uma reflexão sobre desenvolvimento como liberdade deve tomar em conta estes sentidos em torno da vida em comunidade rural.

### **Desenvolvimento e Saúde**

Nesta parte, a análise diz respeito ao ponto de vista dos mandiranos em relação ao desenvolvimento e saúde, em particular no que se refere aos efeitos da execução do PD/A na comunidade. Ainda com algum apoio deste PD/A, houve um curso de informática, destinado aos jovens da comunidade, a produção de um livro sobre o terço cantado, a gravação de um cd com o terço cantado, projeto de melhoria do escritório da Cooperostra e projetos de melhoria da comunidade.

Além dos recursos advindos do projeto PD/A-MMA, outros fundos Financeiros beneficiaram a comunidade, tais como aqueles oriundos dos seguintes projetos ou institutos: Projeto de Execução Descentralizada (PED) do Ministério do Meio Ambiente, Shell do Brasil S.A., Fundação Florestal, Prefeitura da Estancia Balnearia de Cananeia, NUPAUBUSP/ FINIDA/Fundação Ford, ONG Visão Mundial, Fundação Botânica Margaret Mee, Comissão Pastoral da Pesca, Iniciativa Equatorial e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) (TURATTI, 2002; GARCIA, 2005).

Ademais, percebe-se que quando um dado projeto está em execução na comunidade, diversos outros passam a ser concebidos seguindo seus passos, resultando em sinergias que permitem mais facilmente atingir os objetivos originais. O projeto PD/A em Mandira atraiu o Projeto Territórios Digitais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa de Ação Cultural de 2010, da Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo, os cursos da ONG PROTER (agrofloresta e compostagem), o inventário de bens culturais e o circuito turístico

quilombola do Instituto Socioambiental (ISA), tudo concorrendo para um frutífero desenvolvimento da comunidade, mesmo que nem sempre os resultados destas iniciativas foram aqueles esperados.

Quanto aos hábitos alimentares, as práticas tradicionais estão sendo deixadas de lado. A roça, em função da legislação ambiental, conhece restrições, o que se tornou um motivo de desânimo em relação a agricultura. Dois moradores afirmaram que mesmo se pudessem plantar em mais lugares, não gostariam de voltar a cultivar. São enfáticos ao manifestarem que “tem preguiça, dá trabalho” (Entrevista nº 01). Estes relatos podem estar muito relacionados a incorporação de hábitos modernos relativos a obtenção de renda para a compra de produtos que anteriormente eram oriundos da atividade agrícola. De outra parte, trata-se de uma agricultura muito pouco equipada, o que representa efetivamente muita precariedade e grande dificuldade.

As transformações se referem também ao uso dos equipamentos tradicionais, notamos que em diversas casas, ainda existe um fogão a lenha. Mas este aqui não é utilizado em razão das facilidades em torno do fogão a gás. Estes hábitos modernos reforçam a influência do meio urbano no meio rural. Sob a perspectiva de Amartya Sen (2000), a manutenção ou não da tradição e herança cultural devem ser escolhas dos indivíduos envolvidos. Convém insistir então que tais escolhas devem ser precedidas de um amplo acesso as informações que possam sustentar a tomada de decisão.

Nota-se que as questões ambientais permeiam os discursos de nossos entrevistados. Anteriormente, afirmam que “machucavam” o mangue. Com o estabelecimento de regras para coleta, a comunidade passa a contribuir com a reposição de estoques, contando com o apoio de um órgão governamental, o ICMBio, responsável pela fiscalização da reserva. Vale ressaltar que a consciência ambiental mostra-se apenas quando referimo-nos ao plano de manejo. Para nossos interlocutores da comunidade, é bastante claro que muitas das atividades fomentadas pelo projeto PD/A-MMA, não propriamente agrícolas, fundam-se no uso dos recursos naturais, como é o caso do artesanato com cipós do morro, timbopeva, piri, Imbé, madeira caixeta, sementes, todos extraídos do entorno. Um de nossos entrevistados relatou que cada vez mais é preciso se distanciar de onde vivem para obter esses recursos para o artesanato. Neste caso, somos levados a pensar em que medida esse projeto trabalha com o manejo sustentado de outros recursos além da ostra. No geral, o que se observa na comunidade é uma baixa conscientização ambiental com questões básicas como descarte e separação de lixo, embora em 2006, existiu um projeto de uma cartilha de educação ambiental, de forma interativa, distribuída na comunidade para conscientizar a comunidade.

Por outro lado, convém insistir que a cultura tradicional se modifica com o desenvolvimento da comunidade, em alguns casos favorecendo a difusão de certos saberes locais. Por exemplo, um morador mencionou que toca e pratica a viola, participando de um grupo de fandango no Porto e em Itapitangui. Nos dias de hoje, suas apresentações musicais ocorrem sobretudo quando é solicitado pelos responsáveis pelo turismo local. Estas apresentações ocorrem em visitas turísticas ou em festas tradicionais como a Festa da Ostra. Tal festa representa um reconhecimento do prestígio que a comunidade ganhou graças a ostreicultura. Os convidados e visitantes participam da vida da comunidade, nesta ocasião, consumindo produtos e serviços oferecidos por seus membros. É um momento em que todos se mobilizam na organização do evento, desde o fornecimento das ostras até as escolhas musicais, como aquelas do fandango.

### **Conforto e Segurança**

Nesta parte, o foco recai sobre os aspectos relativos a segurança em termos das atividades profissionais e das condições de moradia, o que se reflete igualmente na



sensação de conforto da família. Salienta-se que pelo menos onze moradores já procuraram outra solução de vida fora da comunidade, com o intuito de tentar uma nova vida em locais próximos, com a obtenção de uma renda maior e um trabalho menos insalubre. Em sentido inverso, sete moradores vieram de fora da comunidade e passaram a morar lá por terem se casado com morador da comunidade. Outros treze moradores, afirmaram nunca ter saído da comunidade.

Entre os nossos entrevistados, os pais que incentivam seus filhos a continuarem na comunidade, são maioria, ou seja dezesseis moradores da comunidade. Gostariam de deixar legado aos filhos, pois gostam do local e desejam permanecer. Acreditam que o apoio de políticas públicas poderia favorecer tal desejo. Entre nossos entrevistados, mais lazer na comunidade é visto como forma de reter esses jovens. Igualmente importante seria a implantação de escolas melhores na comunidade. Com efeito, os filhos devem sair da comunidade para poder estudar. No ensino universitário, é possível observar que a oferta de vagas em cursos de graduação no campus da Unesp de Registro, a universidade pública mais próxima da região, é limitada, não há maiores apoios para que jovens da comunidade possam frequentá-la. Desta maneira, no ensino universitário, ou mesmo médio, aqueles que desejam continuar a estudar precisam se distanciar, arcando com altos custos. A única jovem que se encontra frequentando um curso universitário está em Cuba, cursando Medicina. Mesmo existindo dificuldades, este caso é revelador de ausência de apoios para que os jovens quilombolas frequentem um curso universitário.

Duas famílias desejam um futuro diferente para os filhos, manifestam insatisfação em razão de uma descrença em relação as ações da associação. Desta maneira, não participam da associação, nem tampouco da cooperativa, limitando-se ao necessário para obter sua renda no final do mês.

Para maior segurança no âmbito da profissão e da moradia, a outorga da titulação das terras é vista, para dois entrevistados, como necessária para maior liberdade para produzir. Com tal ampliação da margem de escolha, desejam plantar pupunha, além de instalar um viveiro de mudas de guanandi.

Amartya Sen (2000) considera a possibilidade de viver do modo como gostaríamos, com grande qualidade de vida, mais importante que os recursos ou a renda que dispomos. No bairro de Mandira, dezesseis famílias pensam que o direito à terra permitiria continuar na comunidade e exercer atividades econômicas resultantes de um uso parcimonioso dos recursos naturais, não desejando se submeterem aos trabalhos precários oferecidos nos centros urbanos. Esta perspectiva revela que existe um reconhecimento do potencial de desenvolvimento local oferecendo qualidade de vida. Segundo nossa interpretação, as poucas experiências de agricultura e o turismo ainda embrionário colaboram com um reforço desta perspectiva em razão da valorização dos múltiplos papéis destas atividades, muito além de uma simples geração de renda. Embora existam aqueles que dizem cultivar ostra por ausência de alternativa, esta atividade pode ser considerada como multifuncional: preserva o mangue e é suporte de outras atividades, principalmente o turismo. De todo modo, esta decisão de permanecer na comunidade está relacionada a escolha de não sujeição aos trabalhos precários, tal como muitos de seus conhecidos ou familiares nos centros urbanos.

Efetivamente, é possível obter renda pela ostreicultura para adquirir os bens de consumo mais frequentemente encontrados no meio urbano. Mas não deveríamos considerar apenas estes itens de consumo como suficientes para acreditar no desenvolvimento. A teoria das capacidades de Amartya Sen (2012) leva a pensar em dimensões muito além dos desejos deste tipo de consumo. Trata-se de tomar em conta aquilo que permita adquirir capacidades a fim de escolher seus funcionamentos. O

estabelecimento das políticas públicas, fundadas no desenvolvimento como liberdade, deve considerar tais dimensões.

### Considerações Finais

As estratégias de reprodução social adotadas pela comunidade Mandira, com a criação e estruturação da Reserva Extrativista em torno de um plano de manejo, bem como as atividades associadas, permitem uma reflexão sobre o papel das políticas públicas em termos das mudanças de orientação do desenvolvimento. A implantação desta Reserva Extrativista permite igualmente pensar na confluência de ações dos órgãos financiadores e instituições apoiando as iniciativas em torno da comunidade.

Notadamente, a ação do Instituto de Pesca no controle de estoque de ostra, favorecendo um maior conhecimento dos recursos naturais disponíveis e de entidades de assistência técnica revelam certa confluência com vistas a uma orientação sustentável do desenvolvimento. A constituição de um conselho, estimulando a participação da comunidade e favorecendo o contato com entidades de apoio, leva também a considerar a construção de vias pertinentes no sentido de maior convergência das ações.

De nosso ponto de vista, é plausível considerar que o PD/A constitui uma política que atua na valorização da diversidade, tal como destacado por Renato Maluf (2000), quando apoia a comunidade com vistas a se tornar responsável por manter sua identidade cultural ao mesmo tempo em que concebe melhoria de seus bens materiais.

Neste sentido, é possível se pensar na construção de um projeto de desenvolvimento ancorado em especificidades locais, conforme destaca Bernard Pecqueur (2007), considerando que os ativos e os recursos do local estão sendo concebidos em grande medida como específicos. A identificação como reserva extrativista, associada a um plano de manejo sustentável, pode caracterizar os ativos específicos territoriais. O grau de assimilação com que a comunidade absorveu os cursos e as vivências oferecidas permite-nos pensar na existência de recursos a serem explorados, organizados ou ainda revelados.

Por outro lado, a existência de políticas públicas que permitam o aumento da escolaridade dos mandiranos pode representar a transformação no futuro de recursos em ativos específicos. Este fenômeno constituiria a expressão do processo cognitivo que se inicia quando atores dotados de competências produzem conhecimentos novos. Para a especificação dos ativos, é importante que os saberes locais passem a ser mais valorizados, como é o caso do artesanato com recursos naturais do entorno, ou a música, com o fandango, pouco difundidos na comunidade e que vai se perdendo nas práticas locais.

### Referências bibliográficas

BOCAYUVA, P.C.; SILVEIRA, C.M. “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – enfoque estratégico e construção de indicadores”. In: \_\_\_\_\_ **Interface Políticas Sociais & Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, 1999. p. 57-63.

BRASIL. **Ministério do Meio-ambiente**. Plano de Manejo Participativo Reserva Extrativista do Mandira. Cananeia/ São Paulo: ICMBio, 2010. p.192.

CARDOSO, T. A. **Ficha do Projeto**. Brasília: Ministério do Meio-ambiente, 2005. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/\\_arquivos/prj\\_cs\\_035\\_fch.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/_arquivos/prj_cs_035_fch.pdf). Acesso em: 29 out 2011.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. “Introdução”. In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 17-27.

- CARRIL, L. de F.B. "Quilombo, Território e Geografia". **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 156-171, 2006.
- GARCIA, T.R. **Impactos da implantação de uma cooperativa de produção de ostras junto a comunidades extrativistas caiçaras do Litoral Sul/SP: um estudo de caso**. 2005. 103p. Dissertação (Mestrado da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos) - Universidade de São Paulo, Pirassununga. 2005.
- DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ESCOBAR, A. "El 'postdesarrollo' como concepto y practica social". In: DANIEL MATO (Ed.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Economicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.
- FERREIRA, A.D.D. "Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras." **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, p.28-46, 2002.
- JACOBS, J. **A Natureza das Economias**. São Paulo: Beco, 2001. 190p.
- MALUF, R. "A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira". In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 230p.
- MALUF, R.S. "Atribuindo sentido(s) a noção de desenvolvimento econômico." **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 53-86, out, 2000.
- MOREIRA, R.J. "Críticas ambientalistas a Revolução verde". **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p.39-52, 2000.
- MORUZZI MARQUES, P.E. O reconhecimento social quilombola em questão: estudo de casos no Vale do Ribeira. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Ipojuca/PE. **Anales...** America Latina: realineamientos politicos y proyectos en disputa. Recife/PE: ALASRU, 2010. 13p.
- MORUZZI MARQUES, P.E.; FLEXOR, G. (2007). "Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura." **Cadernos do CEAM (UnB)**, Brasília, v. 7, p.45-66, 2007.
- PAOLIELLO, R.M. "Remanescentes de quilombos": redes sociais e processos políticos. **Perspectivas**, São Paulo v. 32, p. 127-159, jul/dez, 2007.
- PECQUEUR, B. "O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul". **Raízes**, Campina Grande, v.24, n.1/2, p.11-22, 2005.
- SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1990. 218p.
- SALES, R. J. R.; MOREIRA, A. C. Reservas extrativistas no complexo estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia – domínio mata atlântica. **Série Documentos e Relatórios de Pesquisa**, nº 22, São Paulo, 1996. SANTOS, K.M.P.D.; TATTO, N. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.
- SCHMITT, A.; TURATTI, M.C.M.; CARVALHO, M.C.P. A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Território nas Definições Teóricas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.5, n.10, p6, 1.sem. 2002.
- SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. Tradução: Ricardo Doninelli Mendes. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 302p.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 416p.
- SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. "A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: a experiência recente dos Conselhos Municipais e os impactos do PRONAF – Infraestrutura e Serviços". In: SCHNEIDER, S; SILVA, M.K.; MARQUES, P.E.M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: 2004. p. 147-174.
- TURATTI, M.C.M. (2002). **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Mandira/Cananeia-SP**, 2002. 50p.

**GT (06) – (Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de  
contraposição ao produtivismo)**

**Agricultura produtora de água: impactos do mecanismo de pagamento  
por serviços ambientais do Projeto Conservador das Águas, em  
Extrema, MG.**

**Rafael E. Chiodi<sup>1</sup>**  
**Paulo E. Moruzzi Marques<sup>2</sup>**  
**Roldan Muradian<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Agrárias/Doutorando em Ecologia Aplicada/ Universidade de São Paulo/ ESALQ-CENA, rafaelchiodi@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia/Prof. do Departamento de Economia, Administração e Sociologia e do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada, Universidade de São Paulo/ESALQ, pmarques@usp.br

<sup>3</sup> Doutor em Economia Ecológica/Prof. da Faculdade de Economia/Universidade Federal Fluminense, r.muradian@maw.ru.nl

**Resumo:** O trabalho analisa impactos do Projeto Conservador das Águas sobre a percepção dos participantes, considerando notadamente dimensões econômicas e produtivas. O projeto, que operacionaliza o mecanismo de pagamento por serviços ambientais, afetou de modo diferenciado os participantes segundo seus graus de dependência da propriedade rural para a sua reprodução social. O programa tem maiores consequências sobre o agricultor familiar, que considera a contribuição de sua atividade para o meio ambiente como um fardo pesado, já que representou redução de sua renda total.

**Palavras-chaves:** Políticas públicas; Agricultura familiar; Serviços ambientais.

## 1 – INTRODUÇÃO

A noção da multifuncionalidade da agricultura (MFA) emerge na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992 (MALUF, 2002; DELORME, 2003; SABOURIN, 2005). Para Sabourin (2005), a multifuncionalidade “foi caracterizada como o reconhecimento pela sociedade do interesse público de funções sociais, ambientais, econômicas e culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis, associadas à atividade agropecuária” (SABOURIN, 2005, p.161). A noção traz duas perspectivas: aquela de um “referencial analítico no qual se procura definir teoricamente as externalidades da atividade agrícola” e, também, aquela de “um conjunto de ideias capaz de reorientar políticas públicas para a agricultura” (MORUZZI MARQUES & FLEXOR, 2008, p. 47).

O enfoque da MFA está voltado à análise da agricultura familiar (MALUF, 2002). Em meio a distintas conceituações da agricultura familiar (MORUZZI MARQUES, 2003), cabe apontar que esta última pode ser definida simultaneamente como unidade produtiva e unidade doméstica. Efetivamente, a agricultura é aqui atividade e fonte de renda de primeira grandeza. A agricultura familiar mostra como característica a habilidade de adaptar-se a distintas situações sociais, econômicas e ambientais (LAMARCHE, 1997).

Partindo da noção de multifuncionalidade da agricultura se propõe entender alguns dos impactos do mecanismo de pagamento por serviços ambientais direcionados à conservação dos recursos hídricos (PSA-Água). Sob esta ótica, é possível considerar que a agricultura no âmbito do PSA é em princípio concebida como produtora de água. O PSA nasce da problemática ambiental como um mecanismo econômico para a gestão dos recursos naturais (WUNDER, 2007). Os serviços ambientais abrangem as intervenções que favorecem as condições e os processos pelos quais os ecossistemas mantêm suas funções e sustentam a vida (DAILY, 1997). Assim, quem promove a manutenção ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos está promovendo um serviço ambiental. O mecanismo de PSA pode ser definido como uma transferência de recursos entre atores sociais, com a qual objetiva criar incentivos para alinhar decisões individuais ou coletivas de uso da terra com o interesse social na gestão de recursos naturais (MURADIAN et al., 2010).

No Brasil, o mecanismo de PSA para a conservação dos recursos hídricos foi recentemente assimilado às políticas públicas ambientais. A sua materialização no

bioma Mata Atlântica ocorre pela implementação de projetos inseridos ao escopo de políticas públicas federais, estaduais e municipais (VEIGA & GAVALDÃO, 2011). Em nível nacional, o Projeto Conservador das Águas no município de Extrema/MG é o caso de maior destaque, porque foi pioneiro com base legal estabelecido no país e porque alcançou resultados práticos significativos (PAGIOLA et al., 2013).

Apesar do objetivo central do mecanismo de PSA ser a manutenção ou provisão dos serviços ambientais (PAGIOLA et al., 2005; WUNDER, 2013), a implementação deste mecanismo por meio de políticas públicas afeta diferentes dimensões do mundo rural, pois estabelece novas inter-relações entre atores quando operacionaliza um instrumento econômico. Por esta razão, diferentes olhares foram direcionados para entender os impactos deste mecanismo. Além do impacto da transferência monetária sobre a renda e pobreza rural (GRIEG-GRAN et al., 2005; PAGIOLA et al., 2005; WUNDER, 2008), lançam-se luzes sobre a percepção da população rural sobre o mecanismo. Trata-se de entender por que os proprietários rurais participam (ZANELLA, 2011); quais tipos de motivações o pagamento por serviços ambientais podem despertar (MURADIAN & RIVAL, 2012); após participarem, quais são suas percepções de um projeto de PSA (GONÇALVES, 2013); quais tipos de conhecimentos estão interagindo quando se implementa um projeto de PSA em comunidades rurais (KOSOY et al., 2007) e; enfim quais dimensões podem ser influenciadas pelo mecanismo de PSA.

Aqui, entende-se que a perspectiva assumida pelo Projeto Conservador das Águas consiste em promover a adequação ambiental em propriedades rurais, ajustando o uso do solo ao que institui o Código Florestal (PEREIRA, 2013). Nesta direção, entender os impactos do projeto sobre os sujeitos sociais envolvidos se torna importante para sua avaliação. Nesta perspectiva, este trabalho centrou-se em analisar como uma política pública de caráter agroambiental e não produtivista, que visa ampliar a importância da dimensão ambiental no meio rural, afetou principalmente as dimensões econômica e produtiva dos participantes, para assim examinar como o papel agroambiental foi percebido pelos agricultores familiares.

## **2 - O Contexto do caso**

A Lei Municipal 2.100, de 21 de dezembro de 2005, criou o Projeto Conservador das Águas, tornando-se a primeira legislação municipal no país a regulamentar o PSA para a conservação da água. A Lei objetiva: aumentar a cobertura vegetal em sub-bacias

hidrográficas; implantar corredores ecológicos; reduzir os níveis de poluição difusa rural; difundir o conceito de manejo integrado de vegetação, solo e água; e, garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental das práticas implantadas. A Lei permite o apoio financeiro aos proprietários rurais que cumpram metas de adequação ambiental, que significa o cumprimento de todas as regulamentações estabelecidas pelo código florestal brasileiro, Lei federal nº 12.651/2012 que estabelece as áreas de preservação permanente (APP) e a proporção do imóvel a ser destinada a reserva legal (RL).

Em 2013, o projeto alcançou 144 contratos assinados, atingindo 5.204 hectares em propriedades privadas com algum tipo de ação de conservação: foram 170.747 metros de cercas construídas, foram plantadas 368.511 mudas de espécies nativas e construídos terraços em 100 hectares (EXTREMA, 2013). Neste ano, o valor pago aos proprietários foi de R\$ 210,00 por hectare por ano. O valor recebido é relativo ao tamanho da propriedade. O pagamento é feito de forma direta e mensal (PEREIRA, 2013). A operacionalização do projeto é de responsabilidade da prefeitura de Extrema com equipe e estrutura própria. Contudo, parcerias com diferentes setores da sociedade são firmadas para a execução das ações. A adesão é voluntária e os critérios de elegibilidade são: a propriedade rural deve estar inserida em uma das sub-bacias englobadas pelo projeto; a área deve ser maior ou igual a dois hectares e; ter o uso da água regularizado por meio da outorga de uso da água (PEREIRA, 2013).

O projeto é executado nas sub-bacias hidrográficas dos ribeirões das Posses e do Salto que são vizinhas e suas delimitações se confundem com os bairros rurais de mesmos nomes. O meio rural do município de Extrema (MG) é marcado pela atividade agropecuária, sendo que 62% do seu solo estavam ocupados por pastagens em 2007 (IPÊ, 2012). Há predominância da pecuária bovina extensiva para produção de leite e carne. Recentemente, o pasto vem perdendo espaço para novos modos de usufruir da propriedade. A presença de novos moradores, os “neorrurais”, conforme Carneiro (2012), provenientes de grandes cidades como São Paulo é um fato consolidado.

Assim, o Projeto Conservador das Águas acontece em uma localidade que se aproxima do fenômeno que Carneiro (2012) descreve como “ruralidades contemporâneas”, onde ocorre a reestruturação dos elementos da cultura local mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas, o que reflete numa heterogeneidade social que se expressa nas formas de apropriação dos bens materiais e simbólicos das localidades rurais.

### 3 - Técnicas de pesquisa e análise dos resultados

Optou-se por utilizar como principal técnica de investigação a documentação direta, composta por material obtido em pesquisa de campo. Nesta última, a entrevista semiestruturada foi o principal instrumento de investigação, pois trata-se de um meio que ao mesmo tempo “valoriza a presença do investigador [e] oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVINOS, 1987, p.146). As entrevistas foram realizadas com famílias proprietárias rurais participantes do Projeto Conservador das Águas. Nas entrevistas utilizou-se o roteiro misto, composto por perguntas abertas e fechadas como descrito por Richardson (2010). Foram entrevistados 32 proprietários rurais, aproximadamente 22% do universo de participantes em 2013. A pesquisa de campo ocorreu durante o mês de outubro de 2013.

Devido à heterogeneidade de finalidades de uso da propriedade rural encontrada em campo, optou-se, para melhor analisar os impactos do projeto, por conduzir uma diferenciação entre perfis de proprietários. Para isso, levaram-se em consideração três condições centrais: a) o local de residência da família, b) a origem da renda familiar e, c) a dedicação da família, em tempo de trabalho, a atividades produtivas rurais próprias. Identificaram-se quatro perfis de proprietários rurais, tendo como aspecto central de diferenciação o grau de dependência do grupo familiar em relação às atividades produtivas rurais dentro da propriedade. Por um lado, um perfil com dependência completa foi denominado de “agricultor familiar”, quando a família reside, obtém renda e trabalha integralmente na propriedade rural. De outro lado, um perfil não dependente foi denominado “não morador”, quando a família não reside, não obtém renda e não trabalha na propriedade rural. Nesta categorização, dois perfis intermediários foram igualmente considerados: um denominado de “morador”, que reside, mas não obtém renda e não produz e; o denominado “agricultor pluriativo”, que reside, obtém renda da produção, mas cuja família não depende desta renda para sua reprodução social.

Especificamente, para identificar e discutir o impacto sobre a renda proveniente da agropecuária dos participantes (dimensão econômica-produtiva) foram utilizados três modelos de cálculo: 1) Modelo 1, a partir de dados declarados, calculou-se a perda de receita (quantidade deixada de produzir multiplicada pelo preço médio do produto), subtraindo os custos de produção declarados (remédios, vacinas e sal mineral); 2) Modelo 2, a partir do valor do arrendamento do pasto, calculou-se a área de pasto alterada após a inserção no projeto multiplicado pelo valor médio do arrendamento de



pasto (este valor equivaleu a R\$ 20,00 por cabeça ao mês); e c) Modelo 3, a partir do custo de oportunidade calculado por Sarcinelli et al. (2013) para a mesma região onde ocorreu a perda produtiva, que foi de R\$ 237,43 por hectare ao ano para a pecuária de corte e R\$ 510,23 para a pecuária de leite, contabilizando as receitas com a venda dos produtos menos os custos com aquisição de produtos e serviços em torno da saúde animal e com força de trabalho familiar. A principal diferença entre os Modelos 1 e 3 está na inserção do custo da força de trabalho familiar.

#### **4 - Produção e renda rural**

Quando se quer analisar impactos de projetos de PSA-Água, impreterivelmente deve-se olhar para dimensões da população rural. Martin Ortega e colaboradores (2013), analisando 40 projetos de PSA-Água em dez países da América Latina, identificaram que em 36 deles estão envolvidos agricultores individuais/proprietários rurais. Contudo, no caso estudado aqui, identificou-se que os proprietários rurais não necessariamente são agricultores. Dentre os perfis classificados, identificou-se que, dos 32 entrevistados, 34% se enquadram como agricultores familiares, 25% como moradores, 22% como não moradores e 19% como agricultores pluriativos.

Em termos produtivos, aproximadamente 63% (N=32<sup>1</sup>) dos entrevistados afirmaram que o projeto em questão provocou alterações em atividades produtivas dentro da sua propriedade rural. Este impacto afetou todos os perfis de participantes, mas de modo diferenciado. Deste universo, 45% (N=20) são agricultores familiares. Dos 11 participantes classificados como agricultores familiares, nove afirmaram ter reduzido áreas de produção. Esta redução afetou os não-moradores em 25% (N=20), os moradores e os agricultores pluriativos em 15% (N=20). A redução sofrida foi especificamente sobre a produção de cabeças de gado e de litros de leite devido à diminuição de áreas de pastagem. Em termos de área de pastagem, houve uma redução média total de 9,7 ha. Dentro das propriedades dos agricultores familiares, tal recuo foi de 13,5 ha. Naquelas dos não moradores dos moradores e dos agricultores pluriativos, a diminuição foi de 7,4 ha, de 6,4 ha e de 3,7 ha respectivamente. Quando se considerou a relação entre a área de pastagem existente em 2013 e a área de pastagem reduzida, que foram destinadas às ações de conservação, observa-se que: a redução representou 37,1% para os agricultores familiares; 21,3% para os agricultores pluriativos; 14,1% para os

---

<sup>1</sup> O valor de “N” representa o número total de entrevistados.

moradores; 11,4% para os não moradores. Estes resultados mostram que a maior mudança no uso do solo ocorreu dentro das propriedades dos agricultores familiares.

A execução do Projeto Conservador das Águas alterou, em parte, a ocupação e o uso do solo nas propriedades dos participantes: da ocupação por capim usado como base produtiva para aquela por espécies arbóreas nativas com o fim de proteção do solo. Desta alteração, derivou uma redução da contribuição da renda proveniente da agropecuária na renda familiar total, o que deveria ser compensado pelo pagamento pelo serviço ambiental prestado. É claro aqui o impacto de redução da renda da agropecuária e o aumento de renda não agrícola na composição total da renda familiar. Considerando todos os entrevistados que declararam terem reduzido produção, pelo Modelo 1, a perda chega em média ao mês a R\$ 1.758,12, pelo Modelo 2, R\$ 412,13 e pelo Modelo 3, R\$ 131,81. A partir destes valores, torna-se clara a grande variação destas estimativas conforme cada modelo, o que refletirá em considerações muito distintas sobre os impactos da redução da renda da produção e sobre a compensação promovida pela transferência monetária do projeto sobre a renda familiar total. Pelos Modelos 2 e 3, o pagamento do PSA sobre a renda total será positivo e pelo Modelo 1 será negativo.

Defende-se, aqui, que as famílias enquadradas no perfil de agricultor familiar desenvolvem suas atividades agropecuárias muito próximas de uma lógica camponesa, conforme Chayanov (1974), onde a reprodução da família está no centro da racionalidade econômica, a finalidade da atividade produtiva sendo garantir a reprodução social da família e, não necessariamente, obter lucro líquido. Por esta razão, em poucas entrevistas foram declarados valores exatos dos custos e das receitas da produção, pois não se usa planilha de custos e, muitas vezes, estes números são indissociáveis daqueles do lar. Ademais, não se contabiliza a força de trabalho familiar como custo de produção. Efetivamente, 94% (N=32) dos entrevistados declararam que a inserção no projeto não diminuiu o tempo de trabalho familiar dentro da propriedade. Assim, inserir a força de trabalho familiar no custo de produção impõe outra lógica para analisar a dinâmica de reprodução destas famílias, e por consequência, induz a uma subestimação da renda da produção agropecuária. Ainda, os agricultores familiares, por estarem ativamente envolvidos com a produção agropecuária, são frequentemente arrendatários de terras de terceiros. Ou seja, a disponibilização de terras para arrendar ocorre em perfis menos dependentes da propriedade para gerar renda e ocupação. É a partir destas considerações que a discussão dos impactos dos projetos se torna muito pertinente, principalmente, em termos dos agricultores familiares afetados.

## 5 - Percepção e motivação

A partir destes impactos, não necessariamente positivos, pois a adesão ao projeto promoveu não somente uma redução na renda agropecuária, mas também sobre a renda familiar total, pergunta-se: Por que estes proprietários entraram no projeto? Por que os agricultores familiares se interessaram em fazer parte deste projeto? Estes agricultores estariam assumindo novas possibilidades de ocupar e usar o solo rural, dentro de uma reflexão sobre um novo modelo de propriedade, mais voltadas às questões ambientais? As respostas a estas perguntas derivam tanto do desenho do projeto como da sua implementação prática, que aproximou executores públicos da população rural por meio de um diálogo conservacionista e não produtivista. Neste sentido, a Tabela 1 apresenta as respostas dos entrevistados para a pergunta: Por que aderiu ao Projeto Conservador das Águas?

Tabela 1. Respostas e número de entrevistados que responderam o porquê aderiram ao Projeto Conservador das Águas, por perfil de participante, em 2013.

Respostas/Perfil	Agricultor familiar	Morador	Agricultor pluriativo	Não morador
Conservação ambiental	2	6	3	3
Obrigado	4	1	1	-
Convencido pelos técnicos ou vizinhos	4	-	1	2
Pelo pagamento	1	1	1	2

De modo geral, aproximadamente 44% (N=32) dos entrevistados afirmaram terem aderido ao projeto para contribuir com a conservação ambiental, o que representa o interesse em proteger os cursos d'água, como córregos e nascentes e fragmentos florestais chamados de "matas". Contudo, dos 14 entrevistados que afirmaram terem aderido por esse motivo, somente dois são agricultores familiares. Os agricultores familiares afirmaram terem sido obrigados ou convencidos. Que de toda evidência, os gestores deste projeto optaram inicialmente por utilizar a pressão para a adesão de alguns proprietários, o que chamei em outra ocasião de "pressão para o incentivo" (CHIODI et al., 2013). Até 2008, quando havia 35 contratos assinados, segundo Gavaldão (2008), 50% das adesões ao projeto foram identificadas como não voluntária. O que contraria o princípio de voluntariado do mecanismo e do projeto. Essa resposta não foi dada pelos entrevistados do perfil não morador e, em menor proporção (uma resposta), pelos moradores e agricultores pluriativos. Os entrevistados do perfil agricultor familiar respondem assim: *"o prefeito fez a lei e nós fomos obrigados a*

*participar*”; “*não obriga, mas se não entrar corre na justiça*”; “*fui um pouco obrigado sim*”. A obrigação derivou da pressão exercida pelos executores junto aos proprietários rurais sobre a exigência da lei ambiental. Porém, parece que o modo de agir dos executores diferiu entre os perfis, pois as respostas dos não moradores sobre a imposição do projeto se apresenta com outro tom: “*foi livre*”, “*fui convidado com esclarecimento, sem imposição*”, “*houve o aviso que era obrigado, mas não precisou ser obrigado*”. Mesmo não podendo afirmar que estas posturas opostas ocorreram de modo absoluto, é nítida a diferença como foi percebido a motivação para participar.

Ainda, vale apontar que Zanella (2011), estudando o Projeto Conservador das Águas, identificou o acesso à informação e a preocupação ambiental dos participantes como os principais fatores que influenciaram a adesão dos proprietários, mais do que o valor do pagamento. Pelos nossos resultados, está claro que o pagamento não foi o motivo para participar, mas no perfil de agricultores familiares deve-se considerar como aspectos centrais da análise sobre a participação as dimensões econômicas e produtivas, que de certo modo, podem explicar a necessidade de utilizar a força da lei para impor o projeto. Esta postura assumida pelos gestores do projeto, quando agem em termos de imposição da lei, funda-na prioridade da proteção ambiental pelo cumprimento da legislação ambiental, o que conferiria legitimidade política, pois os proprietários rurais não cumprem a lei. Assim, utilizando como referência Godard (1997), nota-se que a representação de natureza assumida pelos formuladores do projeto é aquela da “natureza cívica” quando a forma de expressão da legitimidade está constituída na lei e nas instituições representativas de interesse geral, como a administração estatal, que são bastante valorizadas nesta ordem de justificação. Convém observar um déficit de legitimidade aqui em razão do interesse geral não ter sido efetivamente constituído por meio de ampla participação.

De todo modo, quando perguntado sobre o orgulho em participar do projeto, as respostas em concordância vieram de 55% dos entrevistados com perfil de agricultor familiar, de 75% com o perfil de morador, de 83% com o perfil de agricultor pluriativo e de 86% com o perfil de não morador. Mais uma vez, se expressa uma menor satisfação, neste ponto na forma de orgulho, por parte dos agricultores familiares. Aqueles que manifestam orgulho, este se expressa como um sentimento de cooperação social, como pode ser interpretado por estas afirmações: “*participo para colaborar, mas não tenho orgulho*” e “*eu colaboro com algo que traz benefício para todos*”.

Dentre os outros perfis, há orgulho em razão da preocupação com as próximas gerações: “*por participar e conservar, garantindo um futuro melhor para os filhos e netos*” (agricultor pluriativo), ou por apoio político, “*o prefeito daqui é muito bom*” (não morador). Os que não se sentem orgulhosos apontam falhas e desacordos em relação ao projeto.

De modo geral, estes resultados expressam uma percepção positiva e que pode ser reforçada pelo interesse em continuar no projeto, pois aproximadamente 94% (N=32) dos entrevistados afirmaram esse interesse. Foram várias as justificativas: pela preservação das “matas” e das “águas”, pelo pagamento, pelo desinteresse em usar as áreas novamente, etc. Mas deve-se explicar que, as áreas de preservação permanente recuperadas pelo projeto, após alcançar o estágio médio de regeneração, passam a ser proibidas de supressão pela legislação ambiental em vigor. Muitos proprietários têm consciência desta proibição. Assim, a estratégia do projeto seria incentivar esta recuperação com o pagamento, mas depois ele ser suspenso. Para as famílias que não dependem da propriedade, as perdas são menores, mas para os agricultores familiares os impactos serão mais significativos, pois o projeto não vem acoplado com alternativas no que se refere à melhoria dos sistemas produtivos.

## **6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Projeto Conservador das Águas estabeleceu um mecanismo que visa alterar o modo de uso e ocupação do solo em propriedades rurais. Este projeto está sendo implementado em um contexto rural heterogêneo, o que promove impactos e percepções diferenciadas sobre os participantes. O grau de dependência da família sobre sua propriedade rural, diferenciadas pelos perfis de participantes, permitiu indentificar alguns destes impactos e percepções. Desse modo, os agricultores familiares foram os que mais reduziram, em média, a produção agropecuária, o que refletiu na redução da renda proveniente da agropecuária. A transferência monetária pela prestação do serviço ambiental não conseguiu cobrir esta redução, mas incrementou renda não agrícola sobre a renda familiar total. Apesar de outros perfis terem conhecido impactos, estes aqui não se apresentaram de modo tão profundo como ocorreu para os agricultores familiares.

Considerado os motivos que levaram os proprietários a participar, é possível interpretar que existem motivos diferenciados, mas que estão nitidamente delimitados entre os diferentes perfis. Os agricultores familiares entrevistados aderiram o projeto, não por livre vontade, mas por certa imposição com força de lei. Esta postura não foi

assumida de modo generalizado por outros perfis, inclusive os proprietários não moradores afirmaram terem tido muito liberdade para decidir. Mesmo que possa não ter sido a imposição um modo usado para todos, mas somente para os mais relutantes em aderir ao projeto ou que a abordagem dos técnicos do projeto tenha sido indêntica para todos, sendo a interpretação de imposição assumida pelos agricultores familiares, estes resultados mostram que os impactos econômicos e produtivos já teriam sido de alguma maneira estimados por este grupo mesmo antes de aderirem ao projeto.

Por fim, o Projeto Conservador das Águas veicula de toda maneira certa credibilidade junto aos participantes, que desejam continuar no projeto. Este resultado, se por um lado mostra certo sucesso do mecanismo no sentido de adesão e de aumento de fragmentos florestais em meio rural, pode-se concluir que não foi uma proposta bem aceita pelos agricultores familiares. A pouca consideração das aspirações destes últimos limita seu comportamento favorável a uma perspectiva de desenvolvimento rural fundada na valorização da multifuncionalidade da agricultura.

### Referências bibliográficas

- CARNEIRO, M. J. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, M. J. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012. Cap. I p. 23-50.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.
- CHIODI, R. E.; PUGA, B. P.; SARCINELLI, O. **Análise institucional do mecanismo de pagamento por serviços ambientais: o Projeto Conservador das Águas em Extrema - MG**. Revista de Políticas Públicas (UFMA), v. 17, p. 37-47-47, 2013.
- DAILY, G. C. Introduction: what are ecosystem services? In: DAILY, G. C. **Nature's services: societal dependence on natural ecosystems**. Washington: Island Press, 1997. Cap.1. p. 1-10.
- DELORME, H. Ambiguïté et richesse de la multifonctionnalité. Juillet/Août, 2003. Disponível em: <http://www.ceri-sciences-po.org>. Acesso em: 20 abr. 2011.
- EXTREMA (Cidade). Prefeitura Municipal. **Conservador das Águas: 8 anos**. 2013.
- GAVALDÃO, M. **Avaliação da percepção ambiental e dos impactos sócio-econômicos do projeto “Conservador das Águas” Extrema, Minas Gerais, Brasil**. Relatório III de Resultados e Discussão, nov, 2008. 69 p.

- GODARD, O. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimidade. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 1997. Cap. 6, p. 201-266.
- GONÇALVES, H. **Pagamentos por serviços ambientais segundo a ótica da comunidade envolvida** – o caso do projeto “Conservador das Águas”, Extrema/MG. 2013. 207 f. 207. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, 2013.
- GRIEG-GRAN, M.; PORRAS, I.; WUNDER, S. How Can Market Mechanisms for Forest Environmental Services Help the Poor? Preliminary Lessons from Latin America. **World Development** Vol. 33, No. 9, pp. 1511–1527, 2005.
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS – IPÊ. Projeto Semeando Água: Pagamento por Serviços Ambientais no corredor Cantareira-Mantiqueira. **Relatório Final**, Nazaré Paulista, 2012.
- KOSOY, N.; MARTINEZ-TUNA, M.; MURADIAN, R.; MARTINEZ-ALIER, J. Payments for Environmental Services in Watersheds: insights from a comparative study of three cases in Central America. **Ecological Economics**, vol 61, p. 446-455, 2007.
- LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar: comparação internacional, uma realidade multiforme**. Campinas: UNICAMP, 1997. 336 p.
- MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: Dalmo M. A. Lima; John Wilkinson. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002, Cap. 20, p. 301-328.
- MARTIN-ORTEGA, J.; OJEA, E.; ROUX, C. Payments for Water Ecosystem Services in Latin America: A literature review and conceptual model. **Ecosystem Services** (In press).
- MORUZZI MARQUES, P. E. Concepções em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: um releitura sobre a criação do PRONAF. **Revista Raízes**, Campina Grande, vol. 22, n°. 2, jul/dez. 2003. p 16-28.
- MORUZZI MARQUES, P. E. M.; FLEXOR, G. Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papeis sociais e ambientais da agricultura. **Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v. 2, n. 1, 2008. p. 45-65.
- MURADIAN, R.; CORBERA, E.; PASCUAL, U.; KOSOY, N.; MAY, P. Reconciling theory and practice: An alternative conceptual framework for understating payments for environmental services. **Ecological Economics**, vol 69, p. 1202-1208, 2010.

- MURADIAN, R.; RIVAL, L. Between markets and hierarchies: the challenge of governing ecosystem services. **Ecosystem Services**, vol 1, p. 93-100, 2012.
- PAGIOLA, S.; ARCENAS, A.; PLATAIS, G. Can Payments for Environmental Services Help Reduce Poverty? An Exploration of the Issues and the Evidence to Date from Latin America. **World Development** Vol. 33, No. 2, pp. 237–253, 2005.
- PAGIOLA, S.; CARRASCOSA, H. V.; TAFARELLO, D. Introdução. In: PAGIOLA, S.; CARRASCOSA, H. V.; TAFARELLO, D. **Experiências de pagamento por serviços ambientais no Brasil**. São Paulo: SMA - SP/CBRN, 2013. p. 17-27.
- PEREIRA, P. H. Projeto Conservador das Águas - Extrema. In: PAGIOLA, S.; CARRASCOSA, H. V.; TAFARELLO, D. **Experiências de pagamento por serviços ambientais no Brasil**. São Paulo: SMA - SP/CBRN, 2013. p. 29-40.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 334 p.
- SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 13. n. 2, p. 161-189. 2005.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: ed. Atlas, 1987. 175 p.
- VEIGA, F.; GAVALDÃO, M. Iniciativas de PSA de Conservação dos Recursos Hídricos na Mata Atlântica. In: GUEDES, F. B.; SEEHUSEN, S. E. **Pagamento por serviços ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios**. Brasília: MMA, 2011. p. 123-181.
- WUNDER, S. The efficiency of Payments for Environmental Services in Tropical Conservation. **Conservation Biology**, vol 21, n. 1, p. 48-58, 2007.
- WUNDER, S.; BÖRNER, J.; TITO, M. R.; PEREIRA, L. **Pagamento por serviços ambientais: perspectivas para a Amazônia Legal**. Brasília: MMA, 2008. 136 p.
- WUNDER, S. When payments for environmental services will work for conservation. **Conservation Letters**, v. 6, n.4, July/August, 2013, p. 230–237.
- ZANELLA, M.A. **Why do farmers Join Payment for Environmental Services (PES) schemes?** An assessment of PES-Water Project Participation in Brazil. Thesis (Erasmus Mundus International Master of Science in Rural Development) - Faculty of Agriculture and Horticulture, Humboldt University of Berlin, Berlin, 2011.



## GT 06 – Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo

### Agroecologia e campesinato *versus* o dogma do crescimento econômico

Igor Simoni Homem de Carvalho<sup>1</sup>

**Resumo:** A “necessidade incontestável” do crescimento econômico tornou-se um dogma da modernidade, e sustentáculo do capitalismo enquanto prática e discurso. As sociedades camponesas não se “adequam” ao modelo produtivista que gera crescimento econômico. Partindo do debate sobre o “decréscimo”, sugiro a agroecologia e o campesinato como alicerces da contraposição ao produtivismo e da justificação das alternativas que tenham, como fim, o bem-estar humano a sustentabilidade ambiental.

**Palavras-chaves:** decréscimo; campesinato; agroecologia

#### Introdução

Um dos principais sustentáculos do capitalismo, enquanto prática e discurso, é o *crescimento econômico*. É lugar comum vermos políticos e empresários clamando por mais e mais crescimento, como única forma de melhorar as condições de vida da população, gerar empregos etc. Ou seja, o crescimento econômico é a panacéia para todos os males da sociedade; no limite, o objetivo central da humanidade; ninguém ousa contestá-lo. Pode-se afirmar, assim, que o crescimento econômico tornou-se um *dogma* da modernidade, sendo, há séculos, imposto ao mundo pela sociedade ocidental.

Recentemente, têm surgido movimentos contestatórios ao dogma do crescimento econômico. O mais notável é o que carrega, exatamente, o nome “decréscimo”. O debate sobre o decréscimo busca aglutinar críticas, ideias e propostas sobre diversas questões da atualidade: a sustentabilidade e o meio ambiente; o trabalho, o (des)emprego e as atividades produtivas; a qualidade de vida e a saúde física e mental; entre outras. Questões que tocam no cotidiano e no imaginário da humanidade e que, cedo ou tarde, deverão ser encaradas de forma mais objetiva e menos demagógica.

Uma coisa está clara: se não se pode crescer indefinidamente em um planeta de recursos finitos, então, em algum momento, não nos restará outra opção que não a do decréscimo, ou, pelo menos, a do “crescimento zero”, como preferem alguns. Resta saber se este momento chegará pelo bem – voluntária, racional, solidária e ecologicamente, como quer Taibo (2010) – ou acompanhado de guerras, barbárie e catástrofes sociais e ambientais.

Conforme lembra Latouche (2009), um crescimento lento ou negativo, em uma sociedade cuja base de sustentação é o próprio crescimento econômico, provocaria (e

---

<sup>1</sup> Doutor em Ambiente e Sociedade (Unicamp)/Assessor do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, [igorshc@yahoo.com](mailto:igorshc@yahoo.com)

provoca) conseqüências perversas, como o desemprego e o fim de programas sociais e ambientais financiados pelos “promotores do crescimento” (estado e empresas). Portanto, insistimos, não se trata simplesmente de mudar a direção das metas econômicas; o projeto de decrescimento requer a mudança de muitos de nossos alicerces sociais e culturais. Devemos abraçar características “futuristas”, como as tecnologias eco-eficientes propostas por Goldsmith (1972), Schumacher (1973) e Dickson (1980); mas devemos também nos basear em características presentes desde o início da humanidade: a solidariedade, a primazia do local sobre o global e a adaptação de nossos modos de vida aos ciclos naturais (Latouche, *ibid*; Taibo, *ibid*).

Muitas dessas características, desejáveis em uma sociedade sustentável, encontram vitalidade na medida em que nos aproximamos do modo de vida camponês, ao passo que se escasseiam quanto mais urbano-industrial se apresenta o estilo de vida. Dessa forma, defendemos a comunidade camponesa como potencial berço desta nova sociedade, e imprescindível foco de análises e ações vinculadas à sua construção. Antes de entrarmos diretamente no tema do campesinato, abordaremos duas características que evidenciam o potencial do protagonismo camponês nesta construção: a descentralização e a sustentabilidade.

### **Descentralização e sustentabilidade**

A presença humana na Terra deve ser sustentável, ou não será possível. O modelo de crescimento econômico ilimitado, e o próprio capitalismo, são insustentáveis – isso já se pode considerar um consenso. Cabe então a tarefa de analisarmos as características desse modelo para propormos alternativas. Dentre estas características, é notória a grande *centralização* das estruturas econômica, política e social; daí, portanto, a necessidade de uma radical *descentralização* destas estruturas como um dos vetores de um projeto de sociedade sustentável.

Taibo (2010:73), ao postular os alicerces do decrescimento, destaca a “redução das dimensões de muitas das infraestruturas produtivas, das organizações administrativas e dos sistemas de transporte” e a “primazia do local sobre o global”. Para colocar tal projeto em prática, Latouche (2009) sugere ações resumidas em oito “erres”: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar. E chama atenção especial para o quinto erre, esclarecendo que realocar

significa, é claro, produzir localmente, no que for essencial, os produtos destinados à satisfação das necessidades da população. (...) a realocação não é apenas econômica. A política, a cultura, o sentido da vida é que devem recuperar sua ancoragem territorial. (...) toda decisão econômica, política e cultural que possa ser tomada em escala local deve ser tomada localmente (Latouche, 2009:49).

As propostas de descentralização já se fazem presentes no debate ambiental há algum tempo, apesar de autores filiados à tese da “modernização ecológica”, como Spaargaren (2000:42), não acreditarem na possibilidade de uma “sociedade de eco-

comunidades de pequena escala”. Já no início da década de 1970, Goldsmith (1972) e Schumacher (1973) apresentavam um modelo alternativo, de numerosas unidades políticas descentralizadas com tecnologias de pequena escala apropriadas aos contextos social e natural. O pensamento anarquista, há mais tempo ainda, incorpora o jargão “pensar globalmente, agir localmente”, privilegiando “tudo o que é da ordem do local, do próximo, do cotidiano, da dimensão humana”, sem, no entanto, “acantonar-se em seu reduto ou por desprezo pelo nacional, pelo internacional, pelo mundial” (Raynaud & Noël, 2003:7). Talvez o principal pensador a costurar a proposta anarquista com a questão ambiental seja o nova-iorquino Murray Bookchin, que, influenciado por “descentralistas radicais” como Peter Kropotkin, William Morris e Paul Goodman, lançou manifestos como a *ecologia social*, o *municipalismo libertário* e o *ecomunicipalismo*. Em sua obra, o autor defende que as decisões que interferem na escala local devem ser tomadas ainda nesta escala, ou seja, defende a gestão da comunidade *pela* comunidade e a democracia direta. Neste modelo de comunidades descentralizadas autogestionadas, a ecorregião seria a “entidade espacial coerente que traduz uma realidade geográfica, social e histórica”, dentro da qual haveria uma possibilidade concreta de harmonia com os ecossistemas naturais (Bookchin *et al.*, 1997).

Latouche observa que, quanto menor é a unidade política, mais facilmente ela será controlada por seus membros; por outro lado, quanto mais se estende a circunscrição política, mais diminuem as oportunidades de participação dos cidadãos. O autor cita Bookchin ao defender que as necessidades básicas (alimento, vestuário, moradia) deveriam ter sua produção e distribuição determinadas pela comunidade. E cita também a italiana Paola Bonora: “o que conta é a existência de um projeto coletivo enraizado num território como lugar de vida em comum e que, portanto, deve ser preservado e cuidado para o bem de todos”, território este que representa o espaço de reconhecimento da identidade e da capacidade de ação coordenada e solidária.

Carlos Taibo (2010) agrega os benefícios da descentralização mencionando: o caso da energia, onde os grandes projetos subsidiados pelos governos costumam ter graves impactos sociais e ambientais, em detrimento do desenvolvimento de energias renováveis de base local; o caso da saúde, que deveria ser muito mais descentralizada e baseada na prevenção e na medicina geral; e o caso da distribuição de mercadorias, pela qual a consolidação de grandes redes de longa distância estão a dar cabo dos mercados locais. O autor lembra, junto a Latouche, que, para cada emprego precário gerado nas grandes redes comerciais, cinco empregos estáveis se perdem no pequeno comércio. Soma-se a isso os enormes impactos gerados pela produção e distribuição em larga escala, com destaque para a emissão de grandes quantidades de poluentes agravantes do efeito estufa.

Por outro lado, Mendras (1978:29) argumenta que a concentração de serviços públicos – como rede de água e de eletricidade, escolas e hospitais – resulta em um menor custo, e que sua dispersão pode ser inviável do ponto de vista econômico. Contudo, uma descentralização de baixo custo pode perfeitamente ser alcançada, por exemplo, por meio de: poços, pequenas barragens e armazenamento de água da chuva; e da energia solar, eólica e pequenos geradores movidos a combustível vegetal. Da

mesma forma, pode-se reduzir os custos de transporte com o estabelecimento de escolas e postos de saúde comunitários. A proximidade da escola ao “saber fazer” camponês não deve ser somente pedagógica, mas também física. Muitos dos problemas de saúde podem ser resolvidos com uma medicina preventiva e com fitoterápicos, na própria comunidade. Assim, o argumento em prol das concentrações urbanas só se sustenta pela questão dos custos em uma estrutura social, econômica e política já concentrada.

Ora, se a descentralização econômica, política e das infra-estruturas adquirem tamanha importância na construção de uma sociedade sustentável, o que fazer com as grandes cidades, que concentram já cerca de metade da população mundial? Podemos, inicialmente, focar nossa análise sobre as metrópoles dos países do sul, como as do Brasil: São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Recife... Estas cidades e suas regiões metropolitanas crescem descontroladamente junto ao crescimento da economia, que privilegia um modelo agrário concentrador de terras, gerando um processo permanente de êxodo rural e, conseqüentemente, o inchaço urbano e a imensa gama de problemas decorrentes. A pegada ecológica destas cidades é enorme, o que nos leva a concluir que elas são insustentáveis, ao menos do ponto de vista ecológico e energético. Não é difícil perceber que a concentração do poder político e econômico está intimamente ligado à aglomeração humana nestas aberrantes e caóticas cidades. Logo, um desejável processo de descentralização política e econômica também deveria vir acompanhado de um “êxodo urbano”, capaz de permitir uma qualidade de vida máxima e uma pegada ecológica mínima no meio rural, que seria *locus* de vida para uma parte muito maior da população.

É claro que tal processo não seria simples, e exigiria uma remodelagem profunda de nossos valores, conceitos e estilos de vida, de nossa economia e nossos trabalhos, enfim, estaria atrelado aos cinco primeiros Rs propostos por Latouche (reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar) e teria os outros três Rs (reduzir, reutilizar e reciclar) como conseqüência. Estamos falando de uma necessária *reforma agrária*, mas que não signifique somente uma redistribuição de terras, mas sim uma mudança radical de nossa sociedade, e que teria pelo menos dois referenciais imprescindíveis: o campesinato e a agroecologia.

### **Campesinato**

Durante a maior parte da história da humanidade, predominaram os modos de vida e produção camponeses. Com o progressivo avanço do modelo urbano-industrial, a crença no “fim do campesinato” tornou-se amplamente difundida, tanto entre capitalistas quanto socialistas. O que se tem observado, entretanto, é que, mesmo estando em uma situação desfavorável nas disputas políticas e econômicas contemporâneas, o campesinato resiste em grande parte do mundo, e ainda representa uma parte significativa da população, em especial nos países do Sul (Mendras, 1978; Lefebvre, 1986; Toledo, 1992; Wanderley, 2000; Ferreira, 2002; Sevilla-Guzmán & Molina, 2006).

O debate sobre as sociedades e comunidades camponesas é intenso e profícuo, e talvez suas especificidades regionais e temporais tornem improvável uma definição de

campesinato universalmente aceita. Diversos autores, desde Chayanov (1981), destacam a natureza não-capitalista da economia e do modo de vida camponês. Fernandes (2004) aponta o mercado capitalista como o espaço de destruição do campesinato, defendendo que os camponeses se definem, hoje, mais pela luta política contra o capital do que pela integração a ele. Para Boaventura de Souza Santos (2002), o campesinato encontra formas de cooperação e por isso resiste dentro do capitalismo. Para o sociólogo rural Henri Mendras, o campesinato seria um “meio termo” entre as sociedades “primitivas” (totalmente isoladas da sociedade global) e a sociedade urbano-industrial (totalmente dependente):

“a preocupação dominante do camponês é a perpetuação do sistema, a *manutenção* de seu gênero de vida e a continuidade de sua família, grupo doméstico e linhagem. (...) A outra face da economia camponesa é, precisamente, a sua participação em uma economia mais ampla, que a domina, contra a qual ela se protege e que procura também utilizar em seu proveito.” (Mendras, 1978:46)

Para efeito deste artigo, incluiremos sob a designação de camponeses também as sociedades ditas “indígenas” ou autóctones. O completo isolamento de comunidades pertencentes a estas categorias já praticamente inexistente no mundo, o que seria suficiente para caracterizá-las como camponesas. Não nos cabe aqui aprofundar nesse debate, mas somente constatar que, independente de seu grau de autonomia ou integração à sociedade global, o mundo camponês é dinâmico, complexo e diverso, e está imerso em espaços interculturais que promovem a elaboração de modos de vida segundo *valores referenciais*, dos quais alguns podem ser destacados:

- Produção voltada prioritariamente à auto-suficiência, o que confere uma relativa autonomia social e econômica frente à sociedade global;
- Importância estrutural da família e da comunidade, onde a solidariedade e a reciprocidade desempenham papel fundamental na reprodução sócio-econômica;
- Sistemas poliprodutivos, onde cultivos agrobiodiversos são combinados com criações de animais e atividades não-agrícolas;
- Adaptação de suas culturas e modos de produção ao território e aos ecossistemas que ocupam (Mendras, 1978; Lefebvre, 1986; Wanderley, 1999; Neves, 2009).

Nos interessa, aqui, destacar estes *valores referenciais*, como valores presentes em maior ou menor grau nas comunidades camponesas, e também em grande parte das sociedades humanas, mesmo as urbanas.

Nas décadas recentes, iniciou-se um processo de “redescoberta” do rural, suscitado especialmente pelo debate ambiental e por um certo “sentimento nostálgico” cidadão. Estudos nas mais diversas áreas – como na sociologia rural e na etnoecologia –

têm demonstrado o profundo conhecimento dos camponeses sobre seus ecossistemas e uma excepcional capacidade de implementar estratégias de vida sob condições adversas, com um mínimo de recursos materiais disponíveis (Alcorn 1994; Toledo, 2000; Sevilla-Guzmán, 2001; Ferreira 2002; Sillitoe 2006; Neves, 2009). Tal “redescoberta” emerge como base potencial para se repensar a sociedade contemporânea, em especial nossa relação com os recursos naturais.

Os autores dedicados à reflexão sobre o decrescimento têm destacado propostas consonantes com os valores referenciais camponeses sobre os quais estamos falando. Latouche (2009), por exemplo, defende a necessidade de se restaurar a agricultura camponesa – mais local, sazonal, natural e tradicional possível. A auto-suficiência alimentar em nível local é um dos pontos básicos em um projeto decrescentista, pois diminuiria substancialmente os gastos energéticos da produção e do transporte de alimentos, promovendo não só a segurança alimentar como também uma melhor qualidade de vida e interações sociais mais positivas (Latouche, 2009; Lynas, 2007 *apud* Taibo, 2010).

Taibo (2010), Latouche (2009) e Mendras (1978) destacam a obra de Marshal Sahlins, que demonstrou que as sociedades “primitivas” do passado não eram miseráveis, e trabalhavam menos para obter uma relativa fartura de alimentos. Cabe aqui lembrarmos da importância de *reavaliar* e *reconceitualizar*: o conceito de pobreza comumente utilizado se refere muito mais à ausência de acumulação de bens materiais do que à qualidade de vida ou segurança alimentar. Viver com menos de dois dólares por dia pode definir uma família “pobre” no âmbito das Nações Unidas, mas há de se considerar a enorme diferença entre uma família urbana que depende exclusivamente do dinheiro para viver, e uma família rural com acesso digno à terra e água. Latouche (2009) resgata também a obra de Albert Tévoédjrè (1978), “Pobreza, a riqueza dos povos” (*La pauvreté, richesse des peuples*), que, não por acaso, propunha um retorno a auto-produção camponesa. Ademais, cabe realizarmos uma reflexão sobre *pobreza* tendo como referencial não as classes médias e altas de hoje, mas sim projetando um futuro com crises agudas de energia, alimentos e água...

Por outro lado, conforme aponta Cacciari (2006 *apud* Taibo, *ibid*), as cidades costumam ser “lugares marcados pela exclusão, a inabitabilidade, o vazio das relações e a falta de sociabilidade”, enquanto que no meio rural estão vivas relações humanas mais sólidas. Quem visita uma comunidade camponesa, em geral se admira com a hospitalidade das pessoas, que, por mais “pobres” que possam parecer, fazem quase sempre questão de oferecer algo de comer e de beber, e, se necessário, abrigo para dormir. Tal atitude parece bastante difícil se mudarmos o cenário para os bairros nobres das grandes cidades... O sentido de comunidade e a solidariedade, também presente em meios populares urbanos, mas especialmente nítidos no meio camponês, será cada vez mais valioso em uma sociedade que se quer justa e sustentável. No caso do campesinato brasileiro, tais características já foram muito bem retratadas por autores como Antonio Cândido (1971), Maria Isaura de Queiroz (1976), Klaas Woortmann (1990), Maria Nazareth Wanderley (1999) e Carlos Brandão (2007).

Outra característica do campesinato de suma importância a uma sociedade sustentável é a escala. A *relocalização* de que trata Latouche (*ibid*) diz respeito aos

gastos energéticos e ao aproveitamento de matérias-primas dos processos produtivos. Se, por um lado, a agricultura industrial requer grandes quantidades de combustível, máquinas e logísticas de produção e distribuição altamente burocráticas, por outro lado, a agricultura camponesa sustentou a humanidade por milênios com base em um aproveitamento energético muito mais eficiente e uma lógica de distribuição mais simplificada. Deve-se reconhecer a importância exercida, neste caso, pela escala local. Chama atenção ainda o *reaproveitamento* de produtos verificados na agricultura camponesa – os restos de poda viram adubo para outras plantas; os restos de comida viram alimento de animais domésticos; a água suja da cozinha é direcionada às bananeiras etc. – em contraste com os inaceitáveis desperdícios do *agronegócio*, como as toneladas de alimentos que se perdem no transporte ou na estocagem com fins especulativos. A escala local abriga ainda grande potencial de desenvolvimento tecnológico, afim de, por exemplo, atenuar penosidades do trabalho manual e maximizar o aproveitamento energético, como preconizado por Schumacher (1973) e Dickson (1980). Se toda a tecnologia desenvolvida em função do modelo industrial tivesse sido direcionada aos circuitos curtos de produção e distribuição, provavelmente não estaríamos nessa situação complicada...

É importante ressaltar que a escala de produção camponesa dificilmente sustentaria grandes aglomerações de pessoas não-envolvidas diretamente em atividades ligadas à produção de alimentos, como as verificadas nas zonas urbanas. Durante milênios, o campesinato sustentou a humanidade, mas esta era, ela mesma, composta em sua maioria por camponeses. Portanto, um processo de “recamponesação”, conforme defende Carvalho (2010), seria imprescindível na construção de uma sociedade sustentável. Este processo de “volta às origens camponesas” não deve ser entendido como uma volta a um campesinato de outrora, mas sim como um processo de cultivar *valores referenciais camponeses*, por meio dos quais foi possível a humanidade se sustentar por tanto tempo. Um êxodo urbano, bem como um radical redirecionamento das atividades produtivas de grande parte da população – daquelas ligadas à *economia insustentável* àquelas ligadas diretamente à produção de bens essenciais, em especial alimentos – teriam papel estratégico neste processo. Uma menor parte da população, dedicada a atividades não relacionadas aos alimentos, poderia ser sustentada pelos excedentes produtivos destes “novos camponeses”. Cabe ainda lembrar a importância do progressivo desenvolvimento de tecnologias de pequena escala que possibilitem uma produtividade satisfatória com um esforço de trabalho cada vez menor.

A realocação não deve ser entendida como “um retorno à opressão comunitária, e sim um novo tramado orgânico do local”, como bem colocou Latouche (2009:62). A recamponesação que defendemos também deve incluir valores comumente associados à modernidade “urbana”, como o respeito à diferença e às liberdades individuais e coletivas. O machismo, a homofobia e preconceitos em geral, encontrados em grande medida no interior e nas áreas rurais – mas também em metrópoles – devem ser combatidos nas formas cabíveis, assim como já vem ocorrendo nas lutas de diversos movimentos sociais tipicamente urbanos. Vale destacar os grupos ou movimentos de mulheres camponesas (ver, p.ex., Via Campesina, 2002), que podem ser considerados como “feminismo rural” – diferente dos movimentos feministas urbanos, mas igualmente importantes na luta por equidade de gênero.

Outra característica camponesa que conflui às ideias decrescentistas diz respeito ao *tempo*. Ante a necessidade de “fazer frente ao culto à velocidade” (Taibo, 2010:91), não custa recordarmos nossas próprias experiências em áreas rurais ou pequenas cidades, onde nos surpreende a “falta de pressa” e a “lentidão” de seus habitantes. Analisada muitas vezes sob o preconceito dos moradores das metrópoles, que condenam a “preguiça” e o “ócio”, tal característica nos revela uma relação bastante distinta com o tempo e o trabalho, típica de camponeses. Não faltam afazeres na vida camponesa! – é importante enfatizar – e, se nos dedicássemos a contabilizar suas horas trabalhadas, provavelmente chegaríamos a valores superiores às oito horas diárias. A diferença principal reside no fato de que o camponês é muito mais “dono do próprio tempo” do que os cidadãos, e, por não ser refém do dinheiro, trabalha o suficiente para ter tempo livre. Tal constatação pode parecer simplista, e seguramente merece uma análise mais aprofundada. De todo modo, sabemos que um camponês nos recebe em sua casa a qualquer hora do dia, independente do que esteja fazendo naquele momento, pois nada parece tão urgente a ponto de comprometer a socialização e a solidariedade.

Poderíamos ainda relacionar outra característica, desejável em uma sociedade do decrescimento, ao modo de vida camponês: a simplicidade, que se quer “voluntária” para aqueles que a perderam ou nunca a tiveram, e que parece muito mais “natural” no campesinato. Tal simplicidade pode ser confundida com “pobreza”, e, de fato, existe o risco de cairmos no discurso da “ausência absoluta de demandas materiais” por parte das populações rurais. Não obstante, o atendimento a estas demandas deve estar intimamente relacionado à simplicidade intrínseca, e não ao “conforto” cidadão – que, para os camponeses, se aproxima muito mais do “luxo”. A estrutura material necessária a uma vida com sobriedade e austeridade deve se atrelar muito mais à saúde (notadamente a preventiva) e à qualidade de vida.

### **Agroecologia**

Uma bandeira cada vez mais atrelada aos movimentos camponeses do mundo, e também aos movimentos sociais e ecológicos urbanos, é a da *agroecologia*. Primeiramente, é importante reconhecermos que muito do que se preconiza no movimento agroecológico não é novidade na história agrícola mundial, pois se refere a práticas agrícolas e sociais muito próximas das historicamente presentes nas sociedades camponesas (Suzana Hecht, 2002 *apud* Moreira & Carmo, 2004). Não obstante, tal movimento está alicerçado em concepções sistêmicas e revolucionárias e na luta contra a agricultura “convencional”. Cabe esclarecer que o termo “convencional” é bastante inapropriado para se referir à agricultura industrial, altamente mecanizada e dependente de insumos químicos, pois, além desta agricultura não ter sido definida em uma “convenção”, ela é extremamente recente na história da humanidade – começou seu desenvolvimento no século XIX nos países do norte e só passou a se difundir para o resto do mundo na segunda metade do século XX. Assim, poderíamos assumir que ao menos as práticas agrícolas, sociais e econômicas do campesinato são, originalmente, agroecológicas, e que a inserção do debate mais amplo (político, cultural, econômico, social e ambiental), bem como a articulação com outras bandeiras e lutas sociais, compõem as bases do *movimento agroecológico* ao qual nos filiamos.



Hoje, são diversos os movimentos e expressões relacionados a uma agricultura ambientalmente mais “amigável” e à produção de alimentos mais saudáveis. Dentre eles, estão os da agricultura orgânica, da agricultura biodinâmica e da permacultura. Consideramos o conceito de agroecologia como o mais completo, pois apresenta uma forte inserção nos movimentos populares (em especial dos camponeses dos países do sul, v., p.ex., Via Campesina, 2011) e apresenta uma reflexão mais ampla sobre nosso modelo de sociedade e a luta de classes. Muito do que se apresenta hoje com o selo da “agricultura orgânica” nada mais é do que um *oportunismo de mercado*, levando a um maior controle do capital sobre os meios de produção e distribuição de alimentos e a uma elitização do consumo de alimentos saudáveis, concomitante a uma massificação do consumo de alimentos industrializados, contaminados e de baixo teor nutritivo (v., p.ex., Marrero, 2003).

Existem diferentes definições de agroecologia, e, dentre elas, podemos identificar uma mais focada na ciência e na técnica:

“La disciplina científica que enfoca el estudio de la agricultura desde una perspectiva ecológica (...) y se define como un marco teórico cuyo fin es analizar los procesos agrícolas de manera más amplia. El enfoque agroecológico considera a los ecosistemas agrícolas como las unidades fundamentales de estudio; y en estos sistemas, los ciclos minerales, las transformaciones de la energía, los procesos biológicos y las relaciones socioeconómicas son investigados y analizados como un todo” (Altieri, 2000:14).

e outra mais “político-ideológica”:

“Manejo ecológico de los recursos naturales a través de **formas de acción social colectiva**, que presentan alternativas al actual modelo de manejo industrial de los recursos naturales, mediante propuestas, surgidas de su **potencial endógeno**, que pretenden un **desarrollo participativo desde los ámbitos de la producción y circulación alternativa** de sus productos, intentando establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar la crisis ecológico y social, y con ello a **enfrentarse al neoliberalismo y la globalización económica**” (Guzmán, 2001:12, grifos do próprio autor).

Definir agroecologia somente como disciplina científica, como faz Altieri, não incorpora o fato de que diversos movimentos sociais de todo o mundo (como o MST e a Via Campesina) a adotaram como uma causa, uma bandeira. Estes movimentos provavelmente se identificam mais com a definição proposta por Guzmán. Não obstante, caberia acrescentar, à esta última, a possibilidade de a agroecologia ser

encarada de uma forma mais ampla – não somente como *manejo*, mas também como *processo*, *iniciativa* ou mesmo *movimento*. Unificando os parâmetros estabelecidos por estes dois autores, poderíamos definir a agroecologia como uma *matriz de análise* sobre os diversos sistemas agrícolas do mundo, em uma perspectiva histórica, política, social, cultural, técnica, econômica, ambiental e (por que não?) revolucionária, e que aponte à construção de uma sociedade justa e sustentável.

Alguns desses *parâmetros agroecológicos* confluem com ideias colocadas no debate sobre o decrescimento. Latouche (2009), por exemplo, afirma sobre a necessidade de: se “passar de uma crença na dominação da natureza para a busca de uma inserção harmoniosa”; evitar os monocultivos e os agrotóxicos; preferir uma agricultura orgânica e adequada às estações; retornar dejetos à terra como fertilizantes; investir em coletores e reservatórios de água da chuva etc. Já Taibo (2010) defende que “há que propiciar a biodiversidade, a segurança alimentar e os regimes são” e, citando Yves Cochet, reforça que “uma alimentação que poupe mais energia seguiria, portanto, três orientações opostas às de hoje: seria mais local, mais sazonal e mais vegetariana”.

É claro que nem todos os camponeses podem ser, automaticamente, considerados agroecológicos – muitos deles, inclusive, passaram a utilizar insumos químicos e práticas ambientalmente inadequadas sob “orientação” de órgãos de assistência técnica. Ademais, algumas práticas tradicionais camponesas podem também ser identificadas como insustentáveis. Por outro lado, eventuais campos de produção agroecológicos de larga escala, atrelados a redes de distribuição de médio ou grande porte, são possíveis e podem ser desejáveis, dependendo do contexto. Mas, neste caso, demandaria investimentos mais caros, uma organização mais hierárquica, além de maiores custos com combate a pragas e maquinário, e teria tendência a uma agrobiodiversidade menor e uma maior limitação de consórcios. O que argumentamos é que o modo de vida camponês já apresenta características mais favoráveis à agroecologia, e logo à sustentabilidade: tecnologias de pequena escala, circuitos econômicos curtos, reaproveitamento de matérias-primas e de energia, solidariedade e reciprocidade.

## Conclusões

Parece faltar uma análise mais fria, crua e conseqüente da realidade: o sistema capitalista é insustentável, e não há remédio para uma doença incurável. O capitalismo se assemelha a uma bola de neve rolando montanha abaixo: cresce na medida em que anda, mas em algum momento haverá uma barreira intransponível, seu curso será detido e ela será despedaçada. As possíveis “reformas” ou adaptações propostas podem prolongar um pouco sua vida; porém, quanto maior a altura da queda, maior será o estrago.

Não devemos esperar soluções “mágicas” para os problemas que afligem nossa sociedade e nossa relação com o planeta. Contudo, não podemos nos abster de refletir

sobre o vindouro “pós-capitalismo”, mirando no horizonte da sustentabilidade. Não podemos mais abaixar a cabeça para um sistema que, por definição, se baseia na expropriação do homem pelo homem, e na depleção dos recursos naturais, gerando irrefreáveis desigualdades sócio-econômicas e tragédias ambientais.

Os autores dedicados ao decrescimento ainda concentram-se na Europa, e, naturalmente, têm suas atenções voltadas especialmente aos países de industrialização e capitalismo avançados. Eles buscam discutir, também, a pertinência de um projeto decrescentista para os países ditos “subdesenvolvidos”. Não resta dúvida que as “receitas” aplicadas no Norte não servem ao Sul. Neste, há que se resolver problemas básicos relacionados à saúde, educação e saneamento – que o Norte já praticamente resolveu, mas que o simples crescimento econômico não resolve. Para Mendras (1978:17), “a ‘campe sinização’ do Terceiro Mundo é um dos fenômenos mais importantes do final do século XX”. Dessa forma, defendemos que, ao menos nos países do Sul, a principal oportunidade de encampar um projeto de sociedade sustentável reside exatamente na imensa população “pobre”, notadamente das áreas rurais – ou seja, que conserva valores camponeses.

Por abrigar a característica “ambígua” de uma relativa autonomia concomitante a uma relação dinâmica com a sociedade envolvente, o campesinato demonstra ter grande poder de adaptação e resistência, criando um espaço próprio dentro do capitalismo, e mantendo acesa a chama de uma sociedade não-capitalista.

O campesinato tem, como valores referenciais, a diversidade agrícola, a solidariedade e os circuitos econômicos locais, ao invés da monocultura, competitividade e economia globalizada do capitalismo. Se encontra disperso pelas mais diversas regiões do mundo – notadamente nos países do Sul – e, dessa forma, apresenta conhecimentos e potenciais para a criação de uma verdadeira sociedade descentralizada e adaptada aos ecossistemas. Os movimentos sociais camponeses têm, na agroecologia, uma de suas principais bandeiras, e reclamam não só os direitos de uma classe social, mas de toda a sociedade e da vida na Terra. Não se trata de idealizar as comunidades camponesas como portadoras inequívocas das características desejáveis a uma sociedade sustentável, mas sim de reconhecer a existência destas características e o potencial de fortalecimento das mesmas.

Grande parte dos esforços da sociedade e dos poderes públicos para eliminar a “pobreza” já é direcionada às populações rurais, baseados, porém, em um etnocentrismo onde o crescimento econômico e o mercado globalizado ainda são os parâmetros de riqueza. Se tais esforços passam a se basear na solidariedade, na auto-suficiência e nos cuidados ambientais, encontrarão nestas comunidades um grande potencial de

fortalecimento destas características, e estarão contribuindo não somente para melhorar a vida destas comunidades, mas também de toda a sociedade.

Em uma sociedade sustentável, essa “recamponesação” torna-se desejável para as camadas pobres das populações rurais e também urbanas. Mas, o que dizer a respeito das classes médias? Deveriam elas também ser alvos de um projeto de “êxodo urbano”? Sabemos da enorme resistência que tal projeto causaria – quantos estariam dispostos a abrir mão dos *shoppings centers*?! Mesmo assim, nos arriscamos a dizer que sim. A adequação dos estilos de vida a uma sociedade sustentável torna-se muito mais fácil em comunidades rurais. E, para isso, existem testemunhas: “neo-rurais” de todo o mundo que demonstram ser possível viver com muito menos recursos financeiros e muito mais qualidade de vida. Este fenômeno de “êxodo urbano” e “neo-ruralização” das classes médias urbanas também poderia ser enquadrado no desejável processo de “recamponesação” da sociedade que almejamos.

É certo que muitas das idéias apresentadas aqui referem-se a um horizonte utópico, que nos aponta uma direção, mas cujos caminhos possíveis suscitariam discussões de grande complexidade, as quais vão além do escopo deste trabalho. Afinal, nas palavras de Eduardo Galeano (1994:310), a utopia

*(...) está en el horizonte. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. Para que sirve la utopia? Para eso sirve: para caminar.*

### Referências bibliográficas

- ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara I. **Agroecología**: teoría y práctica para una agricultura sustentable. México, DF: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 1ª ed., 250p, 2000.
- BOOKCHIN, M.; LIGURI, D.; STOWASSER, H. *La utopía es posible*: experiencias posibles. Buenos Aires, Tupac Ediciones, 1997.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, v.1, n.1, Março de 2007.
- CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.13, jul/set 2002.

- CARVALHO, H.M. **Na sombra da imaginação (2):** a recomposição no Brasil. Curitiba, maio de 2010. Artigo não publicado.
- \_\_\_\_\_. **De produtor rural familiar a camponês:** a catarse necessária. Curitiba, 26 de fevereiro de 2009. Artigo não publicado.
- CHAYANOV, Alexandr V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. México, DF: Siglo XXI Editores, 1981, p.49-81.
- DICKSON, D. *Tecnología alternativa*. Madrid, H. Blume Ediciones, 1980.
- GALEANO, E. **Las palabras andantes**. Ed. Siglo XXI, 1994.
- GARCÍA, L. **Elementos de Agroecología**. In: Curso Agroecología y Agricultura Sostenible. CLADES, CEAS-ISCAH, La Habana, 1996.
- GIDDENS, A. 2000. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Editora Presença, 91p.
- GOLDSMITH, E. Towards the stable society: strategy for change. **The Ecologist**, 2(1), 1972.
- GUZMÁN, E. S. **Bases Sociológicas de la Agroecología**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Botucatu. FCA/UNESP (CD ROM), 2001.
- LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- LEFEBVRE, H. Perspectivas da sociologia rural: a comunidade camponesa e seus problemas histórico-sociológicos In: Martins, J.S. (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARRERO, Carmelo R. **Alimentos corporgânicos**. Centro de Medios Independientes de Puerto Rico, 2003.
- MARTINEZ-ALIER, J. Decrecimiento económico socialmente sustentável. in Cleveland, C.J. (Ed). **Encyclopedia of Earth**. Washington, D. C. : Environmental Information Coalition, National Council for Science and the Environment, 2009.
- MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 265p., 1978.
- MOREIRA, Rodrigo M. M.; CARMO, Maristela S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura em São Paulo**, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004
- QUEIROZ, Maria I.P. **Campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- RAYNAUD, J.-M.; NOËL, R. Viva a comuna! In: BOOKCHIN, M.; BOINO, P.; ENCKELL, M. *O bairro, a comuna, a cidade... espaços libertários!* São Paulo, Ed. Imaginário, 2003.
- SANTOS, Boaventura de S. (org.) **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.23-31, 2002.
- SCHUMACHER, E.F. **O negócio é ser pequeno** (*Small is beautiful*). Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

- SEVILLA-GUZMÁN, E. **Bases Sociológicas de la Agroecología**. Botucatu, UNESP, 2001.
- SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manuel G. Sobre a evolução do conceito de campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 3ª Ed., 2006.
- SPAARGAREN, G. Ecological modernization theory and the changing discourse on environment and modernity. In: SPAARGAREN, G.; MOL, A.P.J.; BUTTEL, F.H. (eds.) **Environment and global modernity**. London, SAGE Publications, 2000.
- TAIBO, C. **Decrescimento, crise, capitalismo**. Estaleiro Editora/ Creative Commons, 2010.
- VIA CAMPESINA. **Proposals of Via Campesina for sustainable, farmer based agricultural production**. Publicado por ocasião da *World Summit on Sustainable Development* (WSSD), Joanesburgo, 2002.
- VIA CAMPESINA. **Peasant Seeds: Dignity, Culture and Life**. Farmers in Resistance to Defend their Right to Peasant Seeds (Bali Seed Declaration). Bali, 2011.
- WANDERLEY, Maria N.B. 1999. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, p.23-56.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**, pp. 11-73. Brasília: Edunb, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

# AGROECOLOGIA E QUESTÃO AGRÁRIA, LIMITES E DESAFIOS PARA UMA CONSTRUÇÃO EMANCIPADORA

Wilson Mazalla Neto<sup>1</sup>  
Sonia M. P. P. Bergamasco<sup>2</sup>

## RESUMO

O campo brasileiro tem enfrentado, nos últimos 50 anos, sinais de crise ambiental e social cada vez mais significativos, que vêm se consolidando desde a segunda metade do século XX no bojo da revolução verde, modelo que segue se fortalecendo no que hoje se denomina agronegócio. Neste contexto, a Agroecologia aliada à trajetória de luta e resistência camponesa por meio dos movimentos sociais, passou a chamar atenção como formas organizativas, tecnológicas e culturais com potencial de superar o agravamento dos problemas sociais e ecológicos. Esse trabalho analisou os componentes da proposta agroecológica para o campo, sob a perspectiva da transformação social e cultural, na qual as experiências concretas no mundo da vida se constituem como embriões de renovadas relações sociais que superem as anteriores de opressão, exploração e destruição da natureza. Abordamos, então, possíveis limites e desafios para a construção da Agroecologia como forma da emancipação humana na questão agrária contemporânea.

**Palavras Chave:** Agroecologia, Emancipação, Questão Agrária

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. Pesquisador, UNICAMP, Brasil. Endereço: Av. Cândido Rondon, 501 - Barão Geraldo 13083-875 - Campinas/SP, Brasil. e-mail: wmazalla@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. Professora, UNICAMP, Brasil. Endereço: Av. Cândido Rondon, 501 - Barão Geraldo 13083-875 - Campinas/SP, Brasil. e-mail: sonia@feagri.unicamp.br

## 1. Introdução

Os problemas sociais e ambientais no campo brasileiro se consolidaram em caráter público e social na segunda metade do século XX construídos no bojo da revolução verde e no que hoje se denomina agronegócio, que traz a mesma forma produtivista e concentradora no mundo rural. Neste contexto, a Agroecologia aliada a trajetória de luta e resistência camponesa e sua configuração em assentamentos passaram a chamar atenção através de formas organizativas, tecnológicas e culturais com potencial de superar o agravamento da questão socioambiental no campo brasileiro.

Nessa tentativa, a Agroecologia se coloca como base teórico metodológica para a construção de estilos de agricultura sustentável. Dessa forma, a Agroecologia, não é um modelo de agricultura de base ecológica, aborda a organização social, o comportamento econômico e a postura política na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. (Caporal e Costabeber, 2002).

A Agroecologia poderia, então, sustentar um novo paradigma baseado na busca de qualidade de vida através da geração de renda, segurança alimentar garantida na própria propriedade; produção de alimentos saudáveis, limpos e acessíveis para a população, atendendo o mercado interno; equilíbrio com os ecossistemas e produção sustentável e ecológica locais. (Caporal e Costabeber, 2007).

Vêm, também, fortalecendo iniciativas que se opõem à degradação ambiental e a exploração dos trabalhadores rurais, quando traz embutida a lógica de permanência na terra e as práticas de conservação ecológicas, ancorada na ciência que integra conhecimentos acadêmicos de diferentes disciplinas e saberes tradicionais.

A Agroecologia nas últimas duas décadas vêm crescendo de forma significativa em cursos, experiências produtivas, projetos de extensão, encontros e seminários, e foi ganhando, pouco a pouco, expressão social e científica que culminaram na promulgação do decreto N° 7.794, de 20 de agosto de 2012, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) com o objetivo de *“integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.”*



Em síntese, esse trabalho analisa a Agroecologia com as lentes da transformação cultural, onde as experiências concretas no mundo da vida e da cultura vão construindo embriões de outras relações sociais que superem as anteriores de opressão, exploração e destruição da natureza. A partir daí, buscamos investigar, então, se essas novas construções operam no sentido da libertação humana e, portanto, se carregam, concretamente, aspectos emancipadores.

São significativas, atualmente, as atividades de formação, extensão e assistência técnica com base na Agroecologia tanto nas instituições governamentais, quanto nas Ongs e, também, nos movimentos sociais. Porém, os avanços da Agroecologia no campo ainda são modestos. Num primeiro olhar a Agroecologia, como crítica à revolução verde, o resgate do conhecimento tradicional da agricultura e o envolvimento de movimentos sociais na construção do campo agroecológico apontam para uma alternativa ao latifúndio e ao agronegócio. Assim, esse trabalho se propõe a refletir formas de ampliar o sentido emancipador e abrangência social da Agroecologia.

## **2. A Proposta Agroecológica de intervenção na realidade**

Para Caporal et al. (2005) a Agroecologia se propõe a ser uma nova matriz disciplinar, uma área científica de construção do conhecimento concebida de forma complexa, integrando e interagindo a concepção do conhecimento a partir das várias ciências já existentes e ainda dos saberes sociais e populares não reconhecidos pelo saber acadêmico.

Uma nova perspectiva onde o reducionismo científico, atualmente vigente, não consegue responder as questões da realidade “objetiva”, e assim seria necessário expandir a concepção científica para a perspectiva complexa da interrelação dos fatores na busca da inter, multi e transdisciplinaridade. Neste sentido contribuições de vários campos teóricos seguem integrando-se em torno do rural e compondo o conhecimento em Agroecologia como já se observa na Física, Economia Ecológica, Ecologia Política, Agronomia, Ecologia, Biologia, Educação, Comunicação, História, Antropologia e Sociologia. (Caporal et. al., 2005)

Segundo Altieri (1989) nas ciências clássicas se gera conhecimento criando situações experimentais parecidas com o sistema real e os observa sobre condições controladas. A formação do pensamento ocidental se fundamenta na construção do

conhecimento útil e universal, que se aplique na realidade em qualquer situação e local que estiver. Pilares sobre os quais se pode formalizar que a ciência é sempre acumulativa e esta sempre em desenvolvimento.

Já na visão agroecológica, apesar de reconhecer as leis gerais da física, química e biologia, acredita a maneira de se inter-relacionarem e se combinar são complexas e únicas dentro de um determinado processo, principalmente porque envolve seres humanos e disputas de poder. A construção do conhecimento se dá baseada na observação da “evolução” das comunidades tradicionais e sua maneira de interagir com a natureza e resolver os problemas agrícolas.

Assim, a natureza de determinado lugar reflete a organização social, conhecimento, tecnologias e valores daquele povo, bem como a cultura desse povo é fortemente influenciada pelas condicionantes ecológicas deste local. Desta forma, a natureza das partes só pode ser entendida no contexto da “coevolução” como um todo, respeitando a história específica de cada agroecossistema.

Para Gliessman (2000) a Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. “A Agroecologia é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.” (Gliessman, 2000)

Para Altieri (1998) a Agroecologia busca através da gestão e análise de técnicas e tecnologias, aplicadas a agroecossistemas como unidade fundamental, abarcar os campos ecológico, sócio-cultural e econômico. A partir da visão agroecossistêmica, podem-se construir unidades saudáveis, produtivas, equilibradas e com baixo consumo energético externo, para que interações ecológicas gerem um equilíbrio complexo e dinâmico, protegendo as culturas e gerando fertilidade no solo.

Nestes trechos é possível verificar na Agroecologia, enquanto formulação teórica, uma busca por superar a alienação entre as Ciências, o que Meszáros(2006) expõe como o estranhamento uma em relação as outras, num primeiro momento buscando a inter e transdisciplinaridade. Os autores apresentados apontam e reforçam a necessidade da interação entre as ciências existentes para construir para um fato social total, a agricultura e vida dos camponeses, e não o fragmentado nas áreas do conhecimento. Uma tentativa inicial de combater este estranhamento das Ciências que lançam seu olhar a círculos específicos e isolados de uma totalidade social, e assim

não percebem sua interrelação com os outros fatos da realidade social. Enxergando então, a vida dos camponeses como um fato social mais complexo, buscam as contribuições das várias Ciências para compreender esse processo social e seus determinantes e determinações.

De forma explícita busca negar a relação idealizada e fundamental, ou seja, “ahistórica” dos camponeses com a Natureza, como crítica Mészáros (2006), onde um homem idealizado, puro e não existente, busca reatar seus laços com uma natureza intocada e selvagem pois não percebe a mediação essencial da indústria, ou seja da atividade produtiva, nesta relação. A Agroecologia, enxerga sim essa mediação, através do conceito de coevolução, onde há uma relação específica de construção tecnológica e de atividade produtiva localizada no espaço com um tipo específico de Natureza e bioma, e na história, com um grupo social que tem raízes culturais e uma trajetória camponesa.

Segundo Altieri (1989), então, a Agroecologia elege o agroecossistema como unidade de análise, constituindo-se num conjunto de elementos e relações complexas que interagem num espaço composto por produção agrícola, alocação de recursos físicos financeiros, comercialização e relações sociais envolvidas no caráter regional. Por outro lado os agroecossistemas moldados pela agricultura de monocultura são instáveis e de baixa eficiência energética, a simplificação leva a fragilidade.

Com isso a Agroecologia traz novos elementos de análise do agroecossistema como a sustentabilidade, equidade, e estabilidade (manejo, econômica, cultural) que tem como objetivo otimizar a produtividade e melhor utilizar os recursos do sistema a longo prazo do que maximizar a produção no curto prazo, bem como promover a preservação ambiental, ser culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis. (Altieri, 1989).

Um de seus grandes pilares é a preservação e ampliação da biodiversidade. Situação de sinergismo e interações complementares que geram cobertura vegetal contínua; produção diversificada de alimentos e outras utilidades; uso eficaz de recursos locais e fechamento do ciclo de nutrientes; múltiplo uso do território; não uso de insumos químicos que possam degradar o ambiente. (Altieri, 1987; Harwood, 1979; Richards, 1985).

Para Altieri (1989) o conhecimento tradicional acumulado nas comunidades de agricultores ao longo de muitos anos possibilitou a criação de sistemas de

autossuficiência alimentar baseado em tecnologias simples de baixo uso de insumos. Situação que favorece a capacidade de tolerar riscos, aumentando a eficiência produtiva de misturas simbióticas de cultivos, utilização dos recursos germoplasmas locais e oferecendo habilidades para explorar toda gama do micro ambiente. E complementa:

“Outro elemento importante na discussão de sustentabilidade e Agroecologia é o fato de se reconhecer a importância do conhecimento tradicional dos agricultores, e mais do que isso criar soluções técnicas a partir de seus conhecimentos não o sobrepondo como na revolução verde.” (Altieri, 1998, p.26).

O laço de permanência na terra imprime um uso mais sustentável do ambiente mantendo ciclos de materiais e resíduos através de práticas eficientes de reciclagem. Práticas agrícolas voltadas para otimizar a produção a longo prazo e não maximizá-la a curto prazo, utilizando recursos locais e atentando para os limites espaciais e energéticos.

Tem-se observado que essa gama de conhecimentos fundamentou-se com o passar das décadas na observação precisa e na experimentação. Com isso desenvolveram-se estratégias produtivas inúmeras: diversidade e continuidade espacial e temporal da produção; otimização de uso do espaço e dos recursos; aumento de produtividade e uso mais eficiente de solo, nutrientes, água e radiação solar; reciclagem de nutrientes; conservação da água.

O uso da biodiversidade (ancorada em sistemas de policultivos, padrões agroflorestais e alta variabilidade genética de espécies) e de tecnologias simplificadas, além de diminuir os riscos de ataque de pragas, produz estabilidade produtiva a longo prazo e fornece grande gama de elementos necessários à rotina humana como materiais de construção, lenha, ferramentas, medicamentos, alimentos para os animais, utensílios gerais, combustível e artefatos religiosos.

Para Chambers (1983) a produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que projeta a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. A Agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e

atividades de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento.

Neste sentido, a Agroecologia aposta no enfrentamento dessa relação entre homem e natureza mediada por uma atividade produtiva alienada. Atua, como diz Mészáros (2006), buscando anular os antagonismos entre propriedade e trabalho na medida que o agricultor, com autonomia relativa em relação ao uso da terra, atua negando historicamente a dominação do trabalho assalariado, a pobreza que foi submetido, à expulsão sistemática de suas terras e, como retrata Sevilla Gúzman (2011), outras agressões da sociedade moderna. Desta forma, atua na construção de um trabalho menos degradante e extenuante, menos moralmente humilhante, menos sujeito a violência moral e assédio de superiores como na agricultura convencional.

O fato de ter a propriedade, ou melhor o direito de uso da terra, age de forma dialética na medida que permite ressignificação das relações de produção, mas está longe de realizar a emancipação total humana. Primeiro porque isso exige um processo estrutural na sociedade e segundo, porque nem todas as negatividades de poder e ideológicas são desfeitas. No momento em que vivemos do desenvolvimento capitalista, a alienação da sociedade como processo histórico se instalou tanto em instituições como em valores e ideologias, que permitem uma forte pressão externa sobre os agricultores, desde influencias ideológicas até determinações objetivas e produtivas estabelecidas pelo mercado.

Ao mesmo tempo, a agroecologia, atua tentando reatar os laços entre homem e a natureza, entrelaçados pela terra, na figura do camponês. A primeira aproximação é bastante clara entre homem e natureza na medida em que o agricultor trabalha no campo no espaço natural, interage diretamente com plantas, cursos de rio, o solo, a fauna local. Aproxima o homem não daquela Natureza idílica e idealizada, mas sim da real, através do trabalho, através da atividade produtiva sobre a terra e dependente da terra.

Nesta dupla aproximação constrói o trabalho como manejo dos recursos naturais, que promove cobertura vegetal contínua, o uso eficaz de recursos locais e fechamento de ciclos de nutrientes, a biodiversidade, a fortalecimento dos ciclos d'água e dos solos. Neste sentido, desenha o trabalho numa relação muito mais próxima com a natureza, e ao reconhece-la como essencial a sua vida e ao seu sustento estabelece uma relação não destrutiva, mas de necessidade e de preservação.

No trabalho da agricultura também, atua promovendo sua auto sustentação alimentar ao invés de produzir lucro e dinheiro, atua preservando a saúde do trabalhador não empregando agrotóxicos e diminuindo a jornada de trabalho, promove uma produção mais resiliente a impactos ambientais e a flutuações do mercado, o múltiplo uso do territórios para fins não apenas produtivos.

Caporal e Costabeber (2002) definem o conceito de Agroecologia como “ciência que estabelece as bases – princípios, conceitos e metodologias – para a construção de estilos de agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável”.

Dessa forma a Agroecologia, mais que um modelo de agricultura de base ecológica, aborda a organização social, o comportamento econômico e a postura política que contribuem nas transformações sociais necessárias para gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis e equitativos.

Ou seja, não se pode conceber a Agroecologia como um tipo de agricultura, um sistema de produção ou uma tecnologia agrícola. Dentro da perspectiva da Agroecologia, os processos de manejo e de organização do agroecossistema devem estar integrados à cultura local de forma respeitosa e valorizada. Os saberes, valores, o modo de se organizar e os conhecimentos locais e tradicionais têm grande valor e relevância na construção de um modelo de agricultura e organização sobre os preceitos agroecológicos. Não só relevância, mas se configura como um dos pilares de construção de um novo paradigma. (Caporal e Costabeber, 2002).

“A agricultura, nesse sentido, precisa ser entendida como atividade econômica e sociocultural - uma prática social - realizada por sujeitos que se caracterizam por uma forma particular de relacionamento com o meio ambiente.” (Simón Fernández e Dominguez Garcia, 2001, p. 4).

Segundo Mészáros (2006), então, uma reflexão acerca de um ser humano emancipado, ou totalizado, só se pode conceber em meio a negação das relações sociais de produção capitalistas. Toda e qualquer ciência que não percebe o antagonismo entre propriedade e trabalho, enfrentará dificuldades em construir um conhecimento social útil à emancipação.

Considerando a necessidade histórica de autotranscendência em direção a construção do trabalho como atividade integradora do homem com a natureza,

verificou-se o agravamento das contradições sociais entre capital e trabalho, sua superação se torna uma necessidade histórica para a própria manutenção da necessidade ontológica do trabalho de se realizar. Assim, na abordagem do sistema de Marx se supera o pessimismo em relação a humanidade vigente em muitas correntes do pensamento social, já que tanto a alienação, quanto sua superação são percebidas como necessidades ontológicas humanas. (Mészáros, 2006)

A ciência humana, a ciência substantiva desejada, então, também, não pode se dar de uma forma abstrata e idealista, tem que se constituir como demanda da realidade, como necessidade da prática social como um todo, pois só ela produz as necessidades intelectuais realizáveis. Bem, como o olhar se dá para um os fatos reais concretos, a ciência humana não se faz a priori, mas vai respondendo as demandas concretas. Ela tem que focar o trabalho em sua universalidade autotranscendente, se faz assim, também ao negar as relações sociais de produção existentes e a superação das contradições entre capital e trabalho. (Mészáros, 2006)

É importante atentar que, segundo Mészáros (2006), na prática, enquanto a alienação não for suprimida não se pode realizar essa ciência humana integralizadora, ele se constrói socialmente, gradualmente ao enfrentar cotidianamente as facetas negativas da alienação. Porém, as ciências na realidade estão contrapostas entre si e também à existência social no mundo real, tanto teoria quanto prática se opõe mutuamente. Tarefas concretas se colocam para superar a alienação entre os próprios campos do conhecimento e buscar sua integração recíproca como também estabelecer um olhar para a totalidade da prática social e não seus fragmentos isolados.

Como não poderia ser diferente ao olhar dialético de Marx sobre os processos sociais, a supressão da alienação na prática social real, não pode se dar sem a superação da alienação nos campos teóricos, esses enfrentamentos à alienação vão se dando nos dois campos, refletindo e se alimentando mutuamente, nas palavras de Mészáros:

“Desse modo Marx concebe o processo efetivo de “*Aufhebung*” [superação] como um movimento dialético entre esses dois polos – o teórico e o prático – no curso de sua reintegração recíproca” (MÉSZÁROS, 2006, p. 108)

Neste sentido pode-se localizar a Agroecologia nesta perspectiva emancipadora abordada por Mészáros, pois busca caminhar pela práxis e a dialética, para além de uma proposta teórica pura e desconectada do mundo real, apresenta muitas experiências concretas e um olhar atento para o movimento da realidade, ou seja, a situação dos agricultores camponeses e como vêm se relacionando com a prática concreta da Agroecologia e suas consequências sobre a alienação.

Para Mészáros (2006) há sempre uma relação dialética entre história e estrutura, entre continuidades e discontinuidades, sempre existem elementos temporais na estrutura e elementos sistemáticos na temporalidade. Os recortes mais específicos e regionais, com características próprias culturais e de organização social, sempre influenciam o processo histórico.

Entendendo a automedicação e o autodesenvolvimento como necessidades ontológicas da humanidade, por consequência, tanto a alienação quanto sua transcendência também o são, neste processo constante de movimento, o homem busca a realização da “essência humana”, utilizando as próprias palavras de Marx. Como um ser automediador da natureza, com papel ativo, no desenvolver das suas atividades e ações vão se criando novos objetivos e necessidades, isso confere o caráter aberto à história e de suas possibilidades constantes de mudança. Os objetivos da história se constroem no ato de fazer história, nunca a priori, como algo previamente definido. Se faz nas implicações concretas das relações já construídas sobre a automedicação humana, como também nas necessidades e objetivos humanos que se reconfiguram o tempo todo. Neste sentido a ação política é essencial à superação da alienação na medida que cria condições para sua concretização futura, nestes termos a ação política não pode ser confundida com a própria superação da alienação (Mészáros, 2006).

É neste contexto que localizamos a Agroecologia neste trabalho, uma proposta de práxis, de intervenção na realidade integrando teoria e prática, que busca superar as relações alienadas de opressão, buscando a transformação social no campo através do manejo de recursos naturais e ressignificação do trabalho e da relação humanidade e natureza. No próximo capítulo serão debatidos alguns elementos pertinentes para aprofundar o caráter emancipador da Agroecologia e sua potencialidade para a superação da alienação.

As análises, realizadas, não tem a pretensão de mostrar que a Agroecologia apresenta apenas aspectos emancipadores, mas procuraram identificá-los em meio ao



universo de contradições, reprodução de relações opressoras, de valores e ideologias dominantes, que manifestam a Agroecologia ou qualquer iniciativa de organização social no plano concreto e no mundo da vida, utilizando os conceitos de Mészáros (2006).

Especificamente no Brasil, essa construção contraditória, teve muita influência das Ong's ambientalistas, de agriculturas alternativas e de setores das Universidades, foi pelo intermédio dessas instituições que a Agroecologia chega e se consolida durante a década de 1970. Essa chegada trouxe à tona o debate ecológico e das formas alternativas de fazer agricultura, o que historicamente, foi de extrema importância, principalmente para o debate da questão ecológica e a crítica à revolução verde.

Porém, dialogando com as reflexões do professor Sevilla Gúzman (2011), as construções teóricas e práticas da Agroecologia mais ligadas a sua raiz de pensamento, como formas camponesas de resistência à opressão e manifestações de libertação na ressignificação das relações sociais no campo, ocorreram fora, em países estrangeiros como o Estados Unidos. Já, no Brasil, longe de suas origens, as configurações da Agroecologia, se dão tanto na ciência como na prática, com aspecto técnico muito exacerbado, ligadas à ecologia e aos manejos sustentáveis na agricultura.

Outra influência forte, no período, dentro do debate de agricultura e questão ambiental, foram as agriculturas alternativas, como a natural, a biodinâmica, a orgânica e a permacultura, que contribuíram para acentuar esse caráter técnico da Agroecologia no Brasil. Esses aspectos, influenciam como a Agroecologia é enxergada até hoje, sua conformação difusa criou muitos entendimentos diferenciados, que ainda perduram na relação com o Estado e na visão da sociedade civil. Sentidos e abordagens como uma forma de inclusão produtiva, como um nicho específico e rentável de mercado para alimentos, como uma forma de consumo de alimentos saudáveis, como preservação da natureza, como agricultura sustentável são disseminados, concepções essas, que se afastam da perspectiva emancipadora da Agroecologia.

É mais tarde, entre as décadas de 1990 e 2000, a partir da retomada das influências, em pesquisadores e extensionistas nacionais, de pensadores como Eduardo Sevilla Gúzman e Juan Martínez Alier, dentre outros, e da aproximação dos movimentos sociais do campo à Agroecologia, que a Agroecologia retoma sua dimensão política, reata a suas raízes camponesas com a resistência simbólica à

opressão na sociedade, e com a forma de enfrentar à sujeição, a partir de um manejo específico e autônomo dos recursos naturais. A partir deste momento, a Agroecologia retoma o enfoque central na relação entre homens/mulheres, trabalho e natureza, suas possibilidades emancipadoras, e sua abordagem como enfrentamento à ordem estabelecida.

Ainda hoje a influência do caráter da inserção da Agroecologia no Brasil tem forte peso nas ações desenvolvidas e no entendimento que o governo e a sociedade civil apresentam em relação à Agroecologia, e certamente tem influência no forte caráter comercial que a PNAPO apresenta.

### **3. Reflexões finais**

Fundamentando-se na argumentação do professor Sevilla Gúzman, a Agroecologia parte de um conjunto extremamente heterogêneo de grupos sociais articulados pelas relações solidárias de produção e consumo que contribuíram muito ao debate de enfrentamento à intolerância nas relações de gênero, de etnia, de diferenças entre gerações, de classe ou, utilizando as categorias empregadas por Mészáros, podemos dizer que estabelecem experiências concretas que atuam no sentido de desconstruir a alienação do homem em relação ao homem e à sociedade.

Porém, a construção agroecológica não apresenta apenas avanços e aspectos emancipadores, como todo processo dialético e real apresenta contradições e aspectos negativos. Deste modo, compõe a multiplicidade agroecológica, grupos com interesses políticos e ideológicos distintos, sendo integrados por agências de assistência técnica do governo, universidades, movimentos sociais, grupos de estudantes, coletivos de produção urbana, ecovilas, coletivos de consumidores de classe média. Os espaços sociais da Agroecologia, por vezes, reproduzem conteúdos ideológicos culturalmente opressores, classistas e racistas, que estão impregnados na sociedade por sua compartimentalização da experiência social, conforme a concepção de Mészáros. Neste contexto, opera, da mesma forma, a dialética histórica e material gerando, por um lado, avanços libertários, entre teoria e prática, já expressos nas experiências da Agroecologia e, por outro, essa experiência agroecológica, ao incorporar-se no movimento da vida, e ao se tornar real, volta a constituir contradições. Ou seja, a existência de elementos conservadores em experiências

libertárias não se coloca como um bloqueio à Agroecologia, mas como um alerta à necessidade de se reavaliar e se questionar continuamente.

Segundo Sevilla Gúzman (2011) a análise, na qual a estratégia agroecológica se coloca como contraposição e enfrentamento a depredação ecológica e a exploração social que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura provocou, vem perdendo força nas reflexões teóricas e publicações acadêmicas mais recentes.

De fato, os enfoques científicos têm sido muito concentrados nas áreas da Agronomia e da Ecologia e, ainda, de uma forma alienada e estranha aos processos sociais, muito mais como técnicas de manejo ecológicas. A Agroecologia tem sido colocada comumente nas esferas de debate teórico como um mero instrumento metodológico para compreender a dinâmica dos sistemas agrários e resolver problemas técnico-agronômicos, que as ciências agrárias convencionais não têm dado respostas. Nessa abordagem resume-se em resolver questões relativas à áreas produtivas específicas e à técnica aplicada pontualmente. Nessa perspectiva pouco se diferencia da agronomia tradicional, é uma ruptura parcial com as visões tradicionais da ciência, ao invés de dialogar com soluções globais e comprometidas sociambientalmente (Sevilla Gúzman, 2001). No Brasil, muitas vezes, as técnicas agroecológicas chegam como pacotes tecnológicos verdes fechados, e entram de forma hierárquica nas comunidades tradicionais, ao invés de buscar fortalecer os processos a partir do conhecimento local, o que resignificaria seu potencial e as relações de produção num sentido emancipador.

Essa reflexão é de central importância neste trabalho, quanto à necessidade de retomar a centralidade, no caráter de transformação social da Agroecologia, da organização camponesa das bases produtivas e culturais da vida no campo e, em sua relação com a natureza. Coloca-se a necessidade de contemplar e resgatar a dimensão histórica da Agroecologia como luta e resistência dos camponeses frente à opressão no campo, e de posicionar a trajetória camponesa como fundante das estratégias de manejo de recursos naturais da Agroecologia, pois é no desvelar dessas relações de dominação e violência histórica, que se podem construir novas formas emancipadoras de existir no campo.

O caminho da Agroecologia foi edificado no campesinato, em sua resistência à dominação do capitalismo agrário e na resignificação em um manejo específico dos recursos naturais. Porém, hoje este processo volta a se alienar e focar no tecnicismo,

se descolando da história e da construção dessas relações de alienação e opressão no campo. Ao se desprender da sua raiz histórica, como pensamento estrutural e social, a Agroecologia, volta a se tornar um pacote tecnológico que, muitas vezes, gera estranhamento entre os agricultores e agricultoras, e enfraquece seu potencial de transformação social e de luta direta.

No campo das organizações e grupos que atuam em Agroecologia, verifica-se um foco nos marcos da legalidade e na relação obediente com o estado, quando deveriam se colocar mais na perspectiva de movimentos sociais, que impõem um caráter maior de enfrentamento político à ordem institucional. (Sevilla Gúzman, 2011)

Hoje, podem ser vistos muitos exemplos de construções agroecológicas com centralidade em seu caráter econômico, colocando a Agroecologia como uma forma de “sair” da pobreza e de inserção no mercado. A Agroecologia deve negar e buscar anular todas as relações de opressão, dominação e exclusão presentes no capitalismo agrário brasileiro, principalmente, representadas pelas mudanças sociais, tecnológicas e implementadas na Revolução Verde. Essas experiências, de crítica e negação da revolução verde dentro dos movimentos sociais do campo e, da trajetória camponesa, sentida na pele pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, se renova em novas formas de construir a vida no campo, libertas das chibatadas do agronegócio e, assim, produz experiências que resignifiquem as relações de produção, superem a alienação, e que construam relações de novo tipo com o trabalho, a natureza, e entre os indivíduos.

#### **4. Referências Bibliográficas**

ALTIERI, Miguel A; TOLEDO, Victor, M. **La Revolución Agroecológica en América Latina: rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino.** Versión al español del artículo “The agroecological revolution of Latin America: rescuing nature, securing food sovereignty and empowering peasants”. *The Journal of Peasant Studies*, Vol.38, No 3, July 2011, 587-612.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: As bases científicas da agricultura alternativa**. tradução de Patrícia Vaz. Rio de Janeiro, PTA/FASE, 1989.

CAPORAL F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável** (texto provisório para discussão). Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002. (Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS. Sustentabilidade e Cidadania, texto 5).

CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília. MDA/SAF/DATER, 2007.

CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. III Congresso Brasileiro de Agroecologia. Florianópolis, 2005.

CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. London: Longman, 1983.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo, Boitempo, 2006.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Bases sociológicas de la agroecología**. In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. (texto para conferencia). Botucatu, 2001.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **De la Sociología Rural a la Agroecología**. Barcelona: Icaria editorial, s.a.2000a.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. La Paz-Bolivia, Plural Editores, 2011.

## GT 06 – Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo

### Algumas considerações sobre a gestão da fertilidade do meio natural pelos agricultores familiares da região do Baixo Tocantins, Estado do Pará

**Francinei Bentes TAVARES<sup>1</sup>**  
**Ramon Muler Sales VIANA<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia; Professor do Curso de Agronomia do Campus Universitário do Tocantins / Cametá (CUNTINS) / Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [francinei@ufpa.br](mailto:francinei@ufpa.br)

<sup>2</sup> Discente do curso de Licenciatura em Ciências Naturais – Campus Universitário do Tocantins / Cametá (CUNTINS) / Universidade Federal do Pará (UFPA), e bolsista de extensão do Programa SORDAM (PROEXT / MEC / SESu). E-mail: [ramonokara2@hotmail.com](mailto:ramonokara2@hotmail.com)

**Resumo:** O trabalho busca discutir as formas que agricultores de duas localidades do Baixo Tocantins, no Estado do Pará, gerenciam os recursos do meio, de maneira a gerir também o seu potencial produtivo. Discorre-se ainda sobre o sistema técnico de corte-e-queima predominante na região e analisa-se sucintamente dois casos de agricultores que modificaram suas práticas produtivas a partir de intervenções técnicas que buscavam implementar atividades mais “sustentáveis” para a agricultura familiar regional.

**Palavras-chaves:** Gestão da fertilidade; agricultura familiar; Baixo Tocantins.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado direto do Programa de extensão denominado SORDAM (“Sociedades Rurais Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental”), financiado pelo Edital PROEXT / MEC – SESu 2013, desenvolvido pelo Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará (NCADR / UFPA), e envolvendo alguns docentes e estudantes do Campus Universitário do Tocantins / Cametá (CUNTINS / UFPA). Tal programa objetivava preliminarmente, em seu primeiro eixo estruturante (denominado Identificação e análise de experiências inovadoras em nível dos sistemas de produção e de uso e gestão dos recursos naturais), “estudar os sistemas de conhecimentos mobilizados no curso das ações de produção e das ações de formação no contexto das sociedades rurais que participam da trama territorial [...]. Nele reside a responsabilidade de identificar experiências inovadoras promissoras que tenham por base a aplicação dos princípios da agroecologia. Essas experiências devem ser catalogadas para o posterior acompanhamento das mesmas” (SORDAM, 2011, p. 21).

No âmbito da consecução dessas metas, um elemento específico que será tratado aqui é a discussão sobre a gestão da potencialidade do meio natural levada a cabo por agricultores familiares da região de atuação do Programa SORDAM, o Baixo Tocantins. Tal gestão significa, em princípio, a ideia de uma construção social tendo a “fertilidade

dos solos” como elemento central, ou seja, a noção de que atores sociais gerenciam o potencial produtivo do meio natural nas atividades agrícolas e pecuárias que exercem, a partir de determinadas ações técnicas. Nesse sentido, compreender as formas locais de gerenciar a fertilidade do meio equivale a entender as construções históricas e sociais que envolvem a transformação social que o solo e os demais componentes do meio natural sofrem por meio das atividades agrícolas.

Esses aspectos serão melhor trabalhados no texto, levando em conta que, tendo como guia a discussão sobre as formas que agricultores de duas localidades do Baixo Tocantins gerenciam os recursos do meio de maneira a gerir também o seu potencial produtivo, faz-se também uma breve discussão sobre o sistema técnico de corte-e-queima predominante entre os agricultores familiares da região e analisa-se de forma sucinta dois casos de agricultores que modificaram suas práticas produtivas a partir de intervenções técnicas que buscavam implementar atividades consideradas, de certa forma, mais “sustentáveis” para a agricultura familiar regional.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Segundo o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Baixo Tocantins, um planejamento para as ações de desenvolvimento social e econômico para a chamada “Região de Integração do Baixo Tocantins”, esta abrange uma área de 36.024,20 Km<sup>2</sup> e possui 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Limoeiro do Ajuru, Moju, Tailândia, Barcarena, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Mocajuba e Oeiras do Pará (IBGE, 2010).

Ainda segundo esse documento, se pode afirmar que a Região de Integração do Baixo Tocantins apresenta duas realidades bastante diferentes quando se leva em conta seu histórico de ocupação: a mais tradicional (também conhecida como “ribeirinha”) que se ocupa de diversas atividades que se baseiam no extrativismo vegetal de espécies florestais, na pesca e na prática da agricultura de subsistência; e a “migrante”, constituída de famílias que se deslocaram para a região a partir dos anos 1970, se ocupando de atividades agropecuárias e madeireiras junto às rodovias estaduais e federais, e que ganham maior relevância econômica a partir da construção da antiga PA – 150 (atual BR – 155) em meados dos anos 1970, que ligava o município de Moju ao sudeste do Estado. Mais recentemente a PA-151, que é paralela ao rio Tocantins, ligando a capital Belém até Tucuruí, melhorou a acessibilidade rodoviária das populações ribeirinhas em municípios como Cametá, Mocajuba e Baião, possibilitando o surgimento de uma certa integração rio-estrada.

No que se refere ao meio natural, o mesmo documento afirma que os referidos municípios apresentam áreas de várzea e de terra firme, predominando as várzeas na medida em que se aproxima a desembocadura do rio Tocantins, na junção com o Rio Pará, próximo à Ilha de Marajó. As terras firmes são mais elevadas e são cobertas de floresta secundária, predominando na região (o município de Tailândia seria o único composto inteiramente por terra firme).

Grosso modo, as várzeas são áreas constituintes do bioma amazônico, e que são próprias de regiões periodicamente inundadas, chamadas terraços fluviais. Intermediárias entre os igapós (áreas permanentemente inundadas) e a terra firme, as espécies da mata da várzea têm formações variadas como seringueira e palmeiras diversas, como o buriti e o açaí. Já a terra firme corresponde à parte mais elevada do relevo. Com solo seco, livre de inundação, as árvores podem chegar a 65 metros de altura, nas áreas com vegetação florestal original. Em algumas regiões, o entrelaçamento de suas copas impede a passagem de luz, o que torna o interior de

floresta úmida, escuro e pouco ventilado. Em terra firme, encontram-se espécies como a castanheira e o cupuaçu (PDRS, 2010).

O referido documento afirma ainda que, de certa maneira, há uma influência do meio natural nas atividades agrícolas praticadas. Assim, em áreas de terra firme, a agricultura envolvendo culturas temporárias apresenta uma distribuição de usos na região, que tem a mandioca, o arroz e o milho como principais produtos. Essas culturas concentraram mais de 90% da produção agrícola regional (IBGE, 2010), com grande destaque para a mandioca (utilizada principalmente para a fabricação de farinha), que tem uma média de 45,5 mil hectares cultivados por ano nos 11 municípios da região. Já o arroz teve uma média anual de 4,6 mil hectares plantados e o milho, 4,2 mil hectares de média anual no período entre os Censos Agropecuários do IBGE, de 1995-1996 a 2006. Além disso, o cultivo de culturas perenes (principalmente a recente expansão do dendê na região, por conta de políticas públicas voltadas para a utilização de biodiesel como combustível renovável) também é mais presente nas áreas de terra firme, mais próximas aos eixos rodoviários que cortam a região.

Já o extrativismo vegetal e a silvicultura da região do Baixo Tocantins podem ser realizados tanto em áreas de terra firme, como em regiões de várzea, e caracterizam-se principalmente pela extração do açaí (fruto e palmito), buriti, castanha-do-pará, madeira em tora, lenha, carvão vegetal e outros produtos. Destes, o açaí e a madeira (tora, lenha e carvão), representam em torno de 27% e 73%, respectivamente, de todo o valor médio anual da produção gerada com a exploração dos recursos extraídos da floresta. Outros produtos de menor importância em termos de valor de produção representam apenas 1% deste valor (PDRS, 2010).

Essa breve contextualização mostra alguns aspectos interessantes, que podem ser objeto de futuras avaliações mais detalhadas, principalmente no que tange à diversidade de modos de vida e de utilização do meio natural na região, que está relacionada em parte com o histórico socioeconômico de ocupação regional e também a características próprias do meio natural que podem afetar as atividades produtivas rurais, como a localização dos estabelecimentos familiares (em áreas de várzea e/ou terra firme, por exemplo).

### 3. ELEMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista as metas do Programa SORDAM, conforme referido anteriormente, algumas ações foram realizadas objetivando sua consecução na região do Baixo Tocantins. A partir de parcerias com algumas organizações de apoio e de representação dos agricultores familiares na região, como a APACC (Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes), cujo Núcleo Rural funciona na cidade de Cametá-PA, a equipe de execução do Programa SORDAM pôde levantar e catalogar informações básicas de 56 agricultores familiares de cinco municípios do Território do Baixo Tocantins (Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Igarapé Miri e Baião), que fazem parte da área de atuação dessa Organização Não-Governamental, que é parceira privilegiada da equipe multicampi da UFPA que executa o Programa SORDAM.

Os dados coletados incluíram as localidades rurais de residência e as principais atividades dos sistemas produtivos, entre outras informações importantes para caracterizar tais experiências como potencialmente inovadoras, no âmbito da aplicação de princípios agroecológicos, a partir da intervenção técnica. Isso só foi possível pelo fato de que os agricultores catalogados fazem parte da “Rede de Multiplicadores em Agroecologia e Economia Solidária”, construída pela APACC ao longo de mais de uma década de atuação no meio rural do Baixo Tocantins. Essa parceria permitiu então

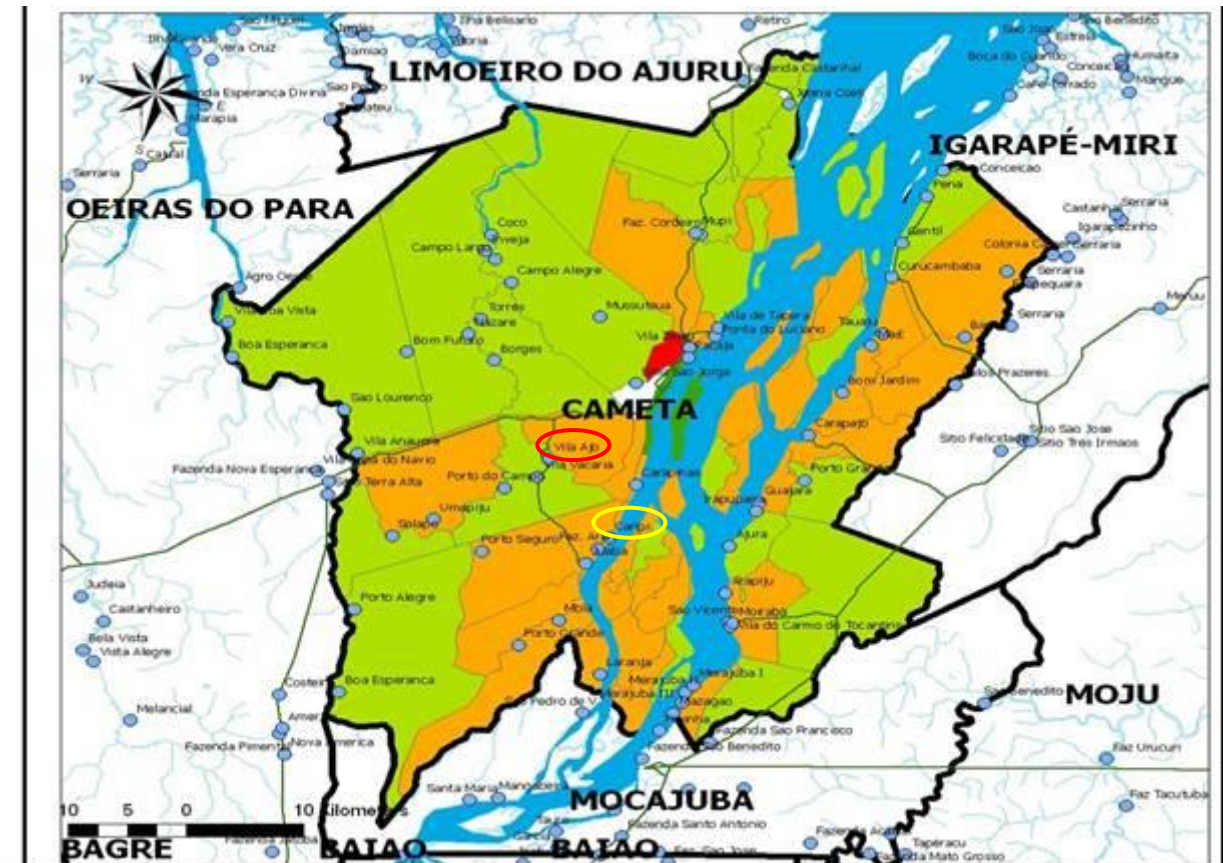


considerar famílias que fazem parte da rede de ações e iniciativas dessa ONG de apoio e assessoria aos agricultores familiares regionais como sendo possíveis portadoras de potenciais experiências promissoras no âmbito das práticas e princípios da Agroecologia, conforme estabelecem as metas do primeiro eixo de atuação do Programa SORDAM.

Esse levantamento permitiu a escolha, com o apoio da APACC, de quatro dentre os agricultores multiplicadores que fazem parte da rede dessa instituição para que se pudessem realizar estudos mais detalhados acerca do que se considera como inovador, no âmbito das práticas dos agricultores e das atividades dos seus sistemas produtivos em relação aos princípios agroecológicos, tentando compreender melhor as complexas interfaces entre os conhecimentos dos agricultores (tributários de suas práticas e histórias de vida) e os elementos do meio biofísico local, marcado por grande diversidade (como áreas de igapó, várzeas alta e baixa e terra firme). Essa escolha foi marcada pela intenção de aprofundar detalhamentos em função do meio biofísico (dois agricultores em áreas de várzea / terra firme e dois agricultores em áreas de terra firme), e também levando em conta as atividades desenvolvidas nas propriedades (como a apicultura, a piscicultura, o agroextrativismo de açaí e o plantio de Sistemas Agroflorestais – SAF's), de forma a ter elementos comparativos para a estruturação das pesquisas acerca dos sistemas produtivos locais e das formas de gestão dos recursos naturais desenvolvidas localmente, e que são influenciadas, de certo modo, pela intervenção técnica.

Os quatro agricultores escolhidos foram alvo de visitas exploratórias preliminares, realizadas no período de 03 a 08/07/2012, envolvendo três pesquisadores da equipe de execução do SORDAM, um bolsista do programa, do Campus de Belém, duas bolsistas de iniciação científica do Campus de Cametá / UFPA e dois bolsistas do Programa que pertencem a este Campus, além de uma técnica da APACC, sendo que uma outra viagem foi realizada no período de 07 a 12/11/2012. Durante essas viagens de campo, foram coletadas amostras de solo, avaliadas as características do meio biofísico (tipos de biomas, ecossistemas e características de vegetação) e georreferenciadas as áreas em que são realizadas as atividades produtivas consideradas como importantes, além de serem coletados dados quanti-qualitativos, através de questionários semiestruturados e entrevistas abertas durante as caminhadas nos lotes, que permitiriam coletar dados sobre os sistemas produtivos dos agricultores da região, no âmbito das atividades de extensão do Programa SORDAM. Assim, a principal ideia era recolher informações, de forma detalhada e de maneira ampla, acerca dos principais referenciais técnicos dos agroecossistemas e das atividades desenvolvidas nas propriedades escolhidas, de modo a permitir um melhor entendimento sobre essas experiências consideradas inovadoras em relação às majoritariamente existentes na região do Baixo Tocantins. Além disso, por serem objeto de intervenções técnicas da APACC desde meados dos anos 2000, tais propriedades permitiriam avaliar quais resultados poderiam ser atribuídos, direta ou indiretamente, a essas intervenções no âmbito dos sistemas produtivos locais.

A partir desses quatro agricultores, para os objetivos específicos desse trabalho resolveu-se escolher os dois casos considerados mais representativos do ponto de vista da diversidade de elementos do meio natural e dos agroecossistemas construídos localmente (principalmente pela presença concomitante de áreas de várzea e de terra firme nas duas propriedades), que foram os estabelecimentos familiares do Sr. Maurício Barros (na localidade de Ajó) e do Sr. Antônio Pelaz de Brito (cujo apelido, pelo qual o agricultor é mais conhecido, é “Coelho”), na localidade de Caripi, ambas no município de Cametá, à margem esquerda do Rio Tocantins, conforme mostra a FIGURA 01.



**FIGURA 01: Localização das comunidades estudadas no município de Cametá-PA**

FONTE: IBGE (2010)

A partir dos dados coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas e das visitas realizadas nessas duas propriedades, é possível levantar nesse trabalho alguns aspectos considerados importantes na maneira de gerir os recursos do meio natural e a fertilidade potencial do meio, que é co-construída na relação entre sociedade e natureza (VEIGA; ALBALADEJO, 2002). Nesse sentido, o que importa perceber nesses dois casos específicos é o fato de que a intervenção técnica por parte das ações da APACC ocasionou algumas mudanças perceptíveis na maneira como a gestão da fertilidade do meio é conduzida nesses dois estabelecimentos, com modificações nas práticas dos agricultores, inclusive com o surgimento de novas atividades nos sistemas produtivos adotados localmente. Esses elementos é que serão aprofundados, de maneira mais detalhada, na sequência do trabalho.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio das visitas nas comunidades rurais estudadas, percebe-se que o sistema técnico de corte-e-queima é vigente entre grande parte dos agricultores familiares do Baixo Tocantins, notadamente em áreas de terra firme. Para alguns autores, esse sistema de cultivo seria considerado prejudicial por estar baseado na utilização do fogo, visto como “mal necessário” nas fronteiras amazônicas de ocupação, pois eleva (a curto prazo) a produtividade das áreas agrícolas e pecuárias, sendo considerado o método mais barato de fertilização do solo e, por isso, indissociável da expansão de novos

espaços de cultivo. Todavia, os grandes danos econômicos e ambientais causados pelos incêndios florestais descontrolados; o contínuo empobrecimento das áreas de vegetação primária e secundária remanescentes causado por estes incêndios, com a morte de parte da fauna e da flora e o aumento dos riscos de inflamabilidade da vegetação florestal, deixando-a suscetível a futuros incêndios; além da emissão de gases poluentes para a atmosfera (como o dióxido de carbono, um dos causadores do chamado efeito-estufa que pode originar o aquecimento global, com preocupantes consequências planetárias) servem para mostrar o paradoxo que representa o uso do fogo, ao mesmo tempo visto como ferramenta agrícola essencial e como um potencial “agente de destruição” ambiental na Amazônia (NEPSTAD *et al.*, 1999).

No entanto, no atual contexto da agricultura familiar do Baixo Tocantins, o sistema técnico de corte-e-queima é utilizado largamente visando a reprodução dos agricultores, que adotam os cultivos de subsistência com base nesse tipo de agricultura para a sua sobrevivência. Mattos *et al.* (2001) consideram que os agricultores familiares só poderão contribuir com a diminuição do ritmo de desmatamento da Amazônia se lhes forem asseguradas condições para garantir segurança alimentar sem a necessidade de uso do fogo e, no limite, sem a derrubada das áreas florestadas. Todavia, isso exigiria modificações que afetariam não apenas as práticas constituintes do sistema técnico de corte-e-queima, mas principalmente a própria maneira de produzir entre esses agricultores, significando a convergência com uma proposta de agricultura “economicamente viável e ecologicamente sustentável” (TURA; MATTOS, 2005, p. 05).

A questão que se coloca como importante nesse contexto é, portanto, a reprodutibilidade e a manutenção a longo prazo da agricultura familiar nessas áreas. Políticas públicas de Compensação por Serviços Ambientais, como as sugeridas por Mattos *et al.* (2001), poderiam ajudar a controlar os impactos do uso do fogo ou do desmatamento para garantir a subsistência dos agricultores e a produção que realizam para o abastecimento dos mercados formais aos quais estão relacionados, principalmente os centros urbanos regionais, como é o caso da cidade de Cametá, maior centro consumidor da região do Baixo Tocantins.

Nas condições legais atuais, para que os agricultores familiares mantenham a reserva legal de 80% das propriedades sem retirada da vegetação (permitindo-se o uso dito “sustentável”, por exemplo, através de técnicas de utilização manejada dos recursos naturais das áreas de vegetação secundária predominante), pode haver uma exigência tecnológica de mudanças nos sistemas técnicos, com maior intensificação para o uso de superfícies menores para cultivos temporários, dentre outros usos.

O que se pode perceber é que o nível técnico/tecnológico para que o agricultor permaneça cultivando produtos temporários essenciais nos restantes 20% das propriedades provavelmente seria mais elevado, de forma a garantir a subsistência familiar e a produção para o mercado, caso as dinâmicas dos sistemas produtivos continuassem baseadas em cultivos anuais, principalmente (como é o caso da mandioca para a produção de farinha entre os agricultores familiares do Baixo Tocantins). De certa forma, o que se colocaria em xeque seria a dinâmica itinerante das formas de cultivo adotadas no sistema técnico de corte-e-queima. Mudanças no sistema técnico e nos sistemas produtivos visando uma maior estabilização dos agricultores em uma mesma área de cultivo se fariam necessárias para garantir sua permanência. Essas mudanças podem passar pela recorrência a uma maior intensificação do uso do espaço para as atividades produtivas, o que implicaria necessariamente em algumas modificações técnicas e/ou econômicas que permitissem aos agricultores utilizar essas

áreas com outros tipos de culturas, que não aquelas que dependessem do uso do sistema técnico de corte-e-queima, como é o caso da mandioca.

Nesse contexto, instituições não-governamentais que atuam com iniciativas de desenvolvimento rural no Baixo Tocantins (como a APACC) buscaram, desde 2000, trabalhar com agricultores familiares dos agroecossistemas de ilhas, de várzeas e de terra firme, visando identificar os principais sistemas produtivos encontrados, trabalhar a inovação técnica nesses sistemas de produção visando superar suas limitações, e ainda apoiar a dinâmica organizativa das famílias, de forma a estabelecer ações de comercialização com base em ações de economia solidária. No período de pouco mais de uma década, foram formados cerca de mil agricultores(as), 66 jovens rurais e 500 mulheres de várias comunidades rurais da região (MARCIEL *et al.*, 2006).

As atividades de intervenção técnica e capacitação da APACC também permitiram a adoção de métodos considerados agroecológicos por esta instituição, como a adubação verde, por meio da poda dos galhos de árvores, a adoção das roças sem a utilização de queimadas, e ainda o manejo de sistemas agroflorestais (SAF's).

Assim, a “recomendação” por mudanças nos sistemas técnicos em direção a processos em que predominem características consideradas como “agroecológicas” deve ser avaliada em função das dificuldades e contingências apresentadas para que os agricultores familiares da região adotassem perspectivas potencialmente mais de acordo com os princípios agroecológicos propugnados pelas instituições que trabalham diretamente com esses agricultores, como é o caso da APACC. Esses elementos também podem ser fundamentais para fomentar as futuras reflexões que devem ser levadas em conta quando se discutirem as questões ambientais em relação à agricultura familiar regional.

Assim, nesse panorama, a discussão sobre a agroecologia na região, em uma perspectiva ampliada, não deveria se restringir apenas à da agricultura praticada sem o uso do fogo ou de insumos de base química, etc., mas também a da construção de novas formas de organização política, social, econômica (de mercado), ampliando esse foco para além do aspecto técnico, como está sendo colocado em prática recentemente pela APACC, ao discutir formas de comercialização mais justas, com base em princípios da economia solidária<sup>4</sup>.

Os principais resultados alcançados nos aspectos técnicos dos sistemas produtivos mostraram que essas iniciativas trouxeram resultados positivos para as famílias envolvidas, incluindo o aumento de produtividade dos açais através de práticas inovadoras de manejo, um diálogo mais aprofundado entre saberes locais das comunidades ribeirinhas e o saber científico dos técnicos das instituições de intervenção na realidade rural, e ainda o fortalecimento das organizações sociais locais, por meio de ações de comércio justo e de combate à pobreza rural. Assim, pode-se dizer que certos aspectos de sustentabilidade econômica, social e ambiental estão sendo trabalhados por meio de iniciativas como a estudada, o que pode ser considerado como importante para a adoção de princípios agroecológicos nos sistemas produtivos locais nessa região da Amazônia Oriental (MORAES *et al.*, 2012).

---

<sup>4</sup> Nessa perspectiva, segundo Hecht (1989 citado por ALTIERI, 2001), a agroecologia pode ser definida como sendo a área do conhecimento que incorpora ideais ambientais e sociais acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica, econômica e social dos sistemas de produção. Este pode ser chamado o uso normativo ou prescrito do termo agroecologia, porque implica em um número de fatores sobre a sociedade e sobre a produção que estão além dos limites do campo da agricultura *stricto sensu*. Nessa perspectiva, a agroecologia pode ser mais bem descrita como uma tendência que integra as ideias e métodos de vários subcampos do conhecimento, ao invés de uma disciplina específica.

Porém, para os interesses desse trabalho, o que importa principalmente notar é que houve uma mudança interessante também de ser observada nas técnicas de cultivo. Em geral, nas áreas de fronteira agrária da Amazônia Oriental, as operações técnicas visando a realização de um cultivo utilizando o sistema técnico de corte-e-queima em uma determinada área segue uma determinada série de operações.

Assim, em uma área de roça adotando o corte-e-queima, Veiga e Albaladejo (2002, p. 119) descrevem as técnicas utilizadas para o cultivo de uma “roça” no qual o principal produto é o arroz:

[...] todas as atividades são realizadas manualmente. Em geral um homem pode cultivar no máximo por volta de 4,8 hectares [...]. As áreas cultivadas são chamadas ‘roças’, as quais, em geral, variam entre 2 a 5 hectares por família. O trabalho na ‘roça’ pode ser dividido em dois grandes períodos: a abertura de uma área coberta por mata ou por vegetação secundária [...], e os tratos culturais propriamente ditos.

Essas operações são geralmente utilizadas no sistema técnico de corte-e-queima, relativamente comum nessa região. *Grosso modo*, consistem em uma série de sucessivas atividades. A “broca” corresponde à primeira limpeza na área onde será implantada a roça, consistindo na eliminação das árvores de menor diâmetro utilizando foice e/ou facão, antes de ser efetuada a “derrubada” (retirada da cobertura florestal ou de capoeira), em geral realizada com machado (mais raramente) ou com motosserra. A “queimada” se dá através do uso do fogo, após um período de secagem da vegetação derrubada (galhos, troncos, folhas), para disponibilização de nutrientes no solo através das cinzas da biomassa vegetal. Já a “coivara” (que não é sempre praticada) consiste em uma limpeza por meio da retirada dos restos maiores que não foram totalmente consumidos na queimada (galhos mais grossos, troncos pequenos), para nova queima à margem da área da roça. As áreas de mata e capoeira possuem uma maior quantidade de espécies de hábito arbustivo e arbóreo, produzindo uma grande quantidade de biomassa vegetal e, conseqüentemente, uma maior quantidade de cinzas que ao serem incorporadas ao solo aumentam o seu pH e seus teores de fósforo, cálcio, magnésio e potássio (OLIVEIRA, 2009). Na sequência, seguem-se os tratos culturais (como a capina), que podem incluir ou não a utilização de insumos externos (como herbicidas).

Veiga e Albaladejo (2002) analisam ainda a gestão local da fertilidade dos solos nas localidades rurais a partir da formalização do ponto de vista dos agricultores, levando em conta os elementos influenciadores sobre a produção dos cultivos de uma “roça”. Assim, são elementos importantes nessa gestão a quantidade de “mato” (invasoras) que pode surgir em um determinado plantio, e também a presença ou ausência de outro componente da fertilidade (o “adubo”), que influencia na capacidade de produção do terreno, o que variaria também conforme o tipo de vegetação (áreas de mata gerariam mais cinzas incorporadas ao solo nas queimadas do que áreas de capoeira, que seriam variáveis de acordo com a idade e dependendo da quantidade de biomassa presente na vegetação).

Assim, nos casos estudados, um agricultor que fazia, anteriormente à intervenção da APACC, uma “roça” de cultivos temporários (com mandioca, arroz e/ou milho, em geral em uma área de vegetação secundária, ou “capoeira”), quando adota outras práticas necessárias para atividades produtivas diferenciadas da “roça” (como a piscicultura, um SAF ou a criação de abelhas), está também modificando as características de gestão da fertilidade do meio, ou seja, mudando a própria maneira de lidar com a capacidade produtiva em seu estabelecimento agrícola.

Na prática, isso pôde ser observado nas entrevistas realizadas com os dois agricultores nas localidades visitadas. Esses elementos poderão ser tratados com maior propriedade a seguir.

#### 4.1 PROPRIEDADE DO SR. ANTÔNIO PELAZ DE BRITO (“COELHO”)

A propriedade é localizada na comunidade de Caripi, a cerca de uma hora de barco da cidade de Cametá, na margem esquerda do Rio Tocantins. Inicialmente, morava com os pais na propriedade ao lado da atual, sendo que a área em que reside hoje foi adquirida em 1990. Na chegada, havia plantios de cupuaçu, cacau e áreas de açai nativo. No entanto, logo o agricultor começou a fazer “roças” de mandioca visando a fabricação de farinha, por meio do corte e da queima da vegetação secundária já presente no estabelecimento.

Porém, a partir do ano de 2002, o agricultor começou a participar de uma série de atividades promovidas pela APACC, inclusive participando de cursos de formação de agricultores multiplicadores, dando início à implantação das atividades de piscicultura (com seis tanques de diferentes tamanhos e cerca de mil peixes atualmente), o manejo de açazais nativos e a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF’s), incluindo espécies frutíferas como caju, cupuaçu, cacau e bacuri.

Essas mudanças foram consideradas pelo agricultor entrevistado como “positivas”, pois além de receber uma “formação adequada” através dos eventos e iniciativas da APACC, ele também teria deixado de fazer queimadas para a implantação de novas roças, e também novos desmatamentos, passando a se dedicar principalmente à criação de peixes, ao cultivo de espécies nativas e ao manejo dos açazais existentes na propriedade.



**FIGURA 02: Açazais manejados em áreas de várzea na propriedade do Sr. “Coelho” (localidade de Caripi)**

FONTE: Ramon Muler Viana – Dados de campo (2012)

Nesse caso, certamente também mudam os elementos da gestão da fertilidade do meio. Assim, nos tanques de piscicultura que se situam na várzea, a renovação da água para garantir uma boa produção de peixes depende da maré, além do fato de que a alimentação dos animais provém do uso de ração (adquirida na cidade) e de outros produtos da propriedade (como os frutos que sobram da produção).

Além disso, as áreas de várzea também são cultivadas com banana e cacau, além de possuírem áreas de açazal manejado, plantios que também se beneficiam bastante dos sedimentos e nutrientes trazidos pelo processo cíclico de elevação das águas por efeito da maré (apresentando variações diárias), ou ainda por efeito das inundações sazonais (em áreas mais afastadas do rio, em direção à terra firme). A FIGURA 02 dá uma ideia da paisagem predominante nessa parte do estabelecimento.

Mais adiante, nas áreas de terra firme, o agricultor cultiva espécies como pupunha, cupuaçu e bacuri, além de possuir produtos que são alvo de extrativismo, como a castanha-do-pará e a andiroba. Nessas áreas, a recuperação do solo é feita de forma natural, ou seja, o “adubo” das plantas provém do esterco natural de pequenos animais criados pelo agricultor (pequenas aves e porcos) e de caroços de açaí já descascados, sendo que o agricultor deixa as folhas e galhos no chão quando caem naturalmente para manter a matéria orgânica ao solo, e que é necessária para os cultivos e para as áreas de espécies nativas. Além disso, o agricultor possui uma área de vegetação secundária (“capoeira”) conservada no fundo da propriedade, com tamanho médio de cinco hectares, que não foi mais utilizada para o plantio de culturas temporárias.

Nota-se que ainda que as categorias da gestão da fertilidade do solo mudam a acepção em que são tomadas. O “mato” não é visto tão-somente no sentido de “espécies invasoras”, mas também como um elemento que, quando “cortado”, transforma-se em “adubo” para as culturas permanentes. A “água da maré” também é um elemento próprio das áreas de várzea que mantém o solo mais “adubado”, e assim aumenta o potencial produtivo desses locais.

#### 4.2. PROPRIEDADE DO SR. MAURÍCIO BARROS

Assim como o sr. “Coelho”, o sr. Maurício Barros adquiriu sua propriedade, chegando em 1986 na comunidade do Ajó, distante cerca de 5 km do centro da cidade de Cametá, e acessível por uma estrada vicinal de terra. Na chegada à propriedade, o agricultor fazia “roças” com plantação de mandioca para a produção de farinha, com o uso de queimadas, e também uma plantação de pimenta-do-reino (inclusive quando da entrevista, o agricultor afirmou que chegou a derrubar uma área que tinha como cobertura vegetal natural bacurizeiros e castanheiras para plantar pimenta-do-reino, e que “todo ano era assim, eu fazia apenas para dizer que possui alguma atividade na minha propriedade”).

Porém, em 2003 houve uma mudança nas atividades produtivas a partir do momento em que o agricultor passou a fazer parte das iniciativas promovidas pela APACC. Assim, “roça” e pimenta-do-reino foram substituídas por outras atividades, como a piscicultura, a apicultura, o manejo de açazais e o plantio de hortaliças, e na sequência foram evitadas as queimadas e o desmatamento. Nesse sentido, para além das transformações produtivas, as práticas diárias e as técnicas de cultivo também sofreram modificações importantes, implicando ainda em uma mudança nas próprias maneiras que o agricultor utiliza para gerir o potencial produtivo de seu estabelecimento.

Segundo o agricultor, passando-se os anos houve melhorias na propriedade, a partir da intervenção da APACC e da assistência de técnicos da EMATER (Empresa

Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural), com maior diversificação das espécies que foram plantadas (inclusive com o plantio de um Sistema Agroflorestal no estabelecimento), com a substituição da “roça” (que, segundo ele, não dava uma “renda fixa”), pelo investimento no plantio de hortas, aproveitando-se da proximidade do mercado urbano, o que possibilitou uma melhor renda mensal e é um trabalho que não desgasta tanto quanto a “roça”, de acordo com o próprio agricultor. O agricultor também possui uma área de conservação com vegetação secundária mesclada a algumas culturas perenes nos fundos da propriedade.

Para a revitalização do solo, ainda segundo o agricultor, ele evita as queimadas e a derrubada da vegetação secundária “para não causar erosão”, e assim ele trabalharia com enxadas e outras ferramentas manuais, espalhando as folhas e plantas caídas pelo solo nas áreas de cultivo (implicando um processo natural de regeneração do potencial produtivo da área), e com a incorporação de esterco animal no plantio de hortaliças. Nesse último caso, a importância do “adubo” para a “força da terra” depende muito mais de técnicas de cultivo visando auferir a produção das hortaliças do que de processos naturais. No caso da criação de peixes, apesar do fato de que a propriedade não se localiza tão próximo ao Rio Tocantins, sua área ainda é afetada pela influência da maré proveniente de tributários do rio (Igarapé Merajuba e Rio Auricurá), mesmo que em menor proporção quando comparada a outras áreas de várzea da região. A renovação da capacidade produtiva dos tanques se dá em grande medida pela vazão de água proveniente do fluxo das marés, o que permite gerenciar a renovação periódica de água necessária para a manutenção da atividade de piscicultura. A FIGURA 03 mostra dois dos tanques de criação de peixes existentes nesse estabelecimento.



**FIGURA 03: Tanques de piscicultura em áreas de várzea na propriedade do Sr. Maurício (localidade de Ajó)**

FONTE: Ramon Muler Viana – Dados de campo (2012)



Porém, uma questão que sobressai dessa discussão sobre as mudanças produtivas influenciadas pelas intervenções técnicas, podendo ser formulada do seguinte modo: os demais agricultores das localidades estudadas também agem de forma semelhante quando se levam em conta as técnicas de cultivo adotadas e os modos de gestão da potencialidade produtiva do meio natural?

Obviamente, como um elemento de resposta observa-se que nem todos os agricultores agem da mesma forma, visto que muitos dos vizinhos dos dois agricultores pertencentes à “rede de multiplicadores” da APACC ainda utilizam as queimadas para a instalação de “roças” como meio de sobrevivência, tendo como principal cultivo a mandioca. Em alguns casos, isso acaba afetando os agricultores que não se utilizam dessas formas de cultivo, como mostra o exemplo do Sr. “Coelho”, quando um de seus vizinhos, quando estava fazendo uma “roça de mandioca” na sua propriedade, acabou causando uma queimada acidental que se espalhou e acabou atingindo os plantios de perenes do Sr. “Coelho” (no caso, sua área com plantação de bacurizeiros).

De certa forma, por um lado esse acidente comprova que nem todos têm acesso ou fazem parte da rede de informações sobre as intervenções técnicas, e por outro lado o acontecimento demonstra que ainda há diferentes percepções acerca das maneiras de gerenciar tecnicamente os sistemas de produção, sendo que isso mostra uma diversidade importante de formas de agir, nas quais as inovações que levam em direção à diversificação produtiva de certa maneira rompem com a lógica predominante do sistema técnico de corte-e-queima, podem ser consideradas como francamente minoritárias ou pouco utilizadas pelos agricultores familiares das áreas rurais da região.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, é importante destacar que, de certa forma, ao longo das visitas de campo para coleta de dados pôde-se perceber que os técnicos da APACC consideram que as propriedades dos srs. Maurício e “Coelho” são “modelos”, ou seja, estes seriam agricultores que investiriam na diversificação das atividades produtivas, tendo como carro-chefe das suas propriedades a piscicultura e a produção de frutas nos Sistemas Agroflorestais presentes nos estabelecimentos. Até mesmo pela própria dinâmica de funcionamento da intervenção proposta, que pressupõe que os agricultores sejam “multiplicadores” desses conhecimentos no âmbito das comunidades estudadas, cabe lembrar ainda que esses agricultores participam de eventos e intercâmbios promovidos pela APACC e por instituições parceiras, apresentando as experiências de suas propriedades na produção agrícola no âmbito de iniciativas denominadas como “agroecológicas”.

Dessa forma, ao apresentarem tais propriedades como “modelos” e ao visitarem com frequência as comunidades dos srs. Maurício e “Coelho”, os técnicos da APACC pretendem demonstrar que há possibilidades concretas de se ter uma gestão sustentável da produção agrícola sem necessariamente se convergir para o sistema de corte-e-queima ainda predominante na agricultura familiar regional. Uma das premissas contidas no termo “diversificação”, que é utilizado por esses técnicos ao relatar experiências como a dessas famílias, é o fato de que os agricultores conseguiriam ter várias atividades produtivas no seu estabelecimento, muitas vezes prescindindo da utilização de queimadas para o manejo das produções. Já as dificuldades encontradas para que isso fosse posto em prática – principalmente a grande demanda de mão-de-obra para dar conta de diferentes atividades – seriam compensadas pelas melhores chances de reprodução social e econômica que esses agricultores teriam frente aos demais, ao diversificar e ampliar o leque de suas fontes de produção e renda.

Nesse sentido, a discussão sobre uma gestão “sustentável” dessas propriedades pode representar uma dimensão externa, que não necessariamente passaria pelas práticas localmente realizadas anteriormente pelos agricultores e de suas famílias. Tal dimensão é trazida por técnicos, pesquisadores e acadêmicos que muitas vezes possuem um senso normativo que pode ser percebido facilmente. Pode-se considerar que, apesar do fato de que os agricultores familiares desenvolverem anteriormente ao contato com a APACC relações próprias com os recursos naturais de seus estabelecimentos familiares, o que se depreende em um primeiro momento é o fato de que existem “especialistas” (*experts*) que incorporam, a partir de um universo social próprio, toda uma construção técnico-científica que mobiliza saberes distintos para pensar formas sustentáveis de gestão das coberturas vegetais dos lotes dos agricultores. Esses especialistas, no caso concreto analisado, são os técnicos agrícolas e outros profissionais que visitam periodicamente as propriedades dos agricultores a partir da execução das iniciativas de intervenção técnica voltadas, por exemplo, para o manejo de açazais ou para a criação de peixes.

Nesse caso, a ação dos *experts* também se mostra presente, visto que, tanto para a definição do que é uma prática agrícola considerada sustentável, como para a formatação e delineamento das normas que servem de base para concretizar tais práticas, atuaram pessoas cujo conhecimento acerca do que se queria discutir era aceito de forma institucional, e aplicável às atividades produtivas dos estabelecimentos familiares envolvidos em uma iniciativa como as ações de intervenção da APACC. Ou seja, a perspectiva da implantação de atividades voltadas para a diversificação produtiva nessas e em outras comunidades da região demonstra que, além de serem “modelos”, as propriedades dos srs. Maurício e “Coelho” representam também um objetivo, uma finalidade: o que se quer destacar é a perspectiva da sustentabilidade, definida pelos *experts*, e nesse caso, nada melhor do que demonstrar através de agricultores que preferiram deixar de lado atividades como a queima da vegetação para o plantio de mandioca, e investiram fortemente na implantação de atividades diversificadas, mesmo com as dificuldades que as suas situações concretas podem revelar.

Isso não significa que apenas a intervenção técnica externa é a responsável por mudanças nas atividades ou nas práticas produtivas, visto que os agricultores familiares estão sempre experimentando, buscando maneiras variadas de se relacionar com o meio e constantemente desenvolvendo novas normas locais e práticas diferenciadas de uso dos recursos naturalmente disponíveis (SABOURIN, 2001). Assim, também podem existir grupos familiares multiplicando experiências próprias de gestão dos recursos naturais de seus lotes e da fertilidade do meio e constituindo, por esse modo, verdadeiros “experimentos” locais.

Esses aspectos também podem ser evidenciados a partir da heterogeneidade de formas de gestão que potencialmente podem ser encontradas em localidades como essa, e que podem ser analisadas a partir dessa perspectiva. Os agricultores visitados experimentavam cotidianamente nas suas áreas de cultivos as mudanças propostas pelos técnicos da APACC em atividades como a apicultura (adotada desde 2003 pelo sr. Maurício), mas enquanto isso, outros agricultores locais apostavam na roça de mandioca, e outros ainda no plantio de pimenta-do-reino ou no extrativismo de açaí. Nesse sentido, talvez seria interessante aprofundar, em um outro momento, as diferenças existentes entre as propriedades que tiveram iniciativas de intervenção técnica, comparativamente àquelas que não chegaram diretamente a ser objeto desse tipo de iniciativa.

Por outro lado, se encontram, em um mesmo local concreto, como as propriedades dos dois agricultores visitados, os saberes técnico-científicos ligados a

uma dimensão normativa das práticas locais, embasadas em uma noção de sustentabilidade a ser buscada pelos envolvidos e constituindo, de forma externa ao local (porque trazida por *experts*), um “objetivo comum” entre técnicos e agricultores, que mobilizaria dimensões individuais e coletivas em torno de uma mesma proposta de gestão dos recursos naturais e das atividades produtivas da propriedade (materializada nas intervenções técnicas em torno da diversificação da produção desenvolvidas pela APACC). Constatam-se ainda que essas iniciativas reforçam uma dimensão relacionada à viabilidade técnico-econômica da agricultura familiar regional, objeto de preocupação dos técnicos e agrônomos que visitavam regularmente as propriedades rurais, além de ser um motivo de debate nos espaços interinstitucionais de discussão de temáticas como essa, como é o caso dos eventos promovidos pela APACC, como visitas de intercâmbio e de trocas de experiências entre agricultores de diferentes comunidades da região.

Esses aspectos podem ser interpretados a partir do ponto de vista da possibilidade de diálogo entre saberes diferenciados. Para os agricultores visitados, pode-se perceber que a atividade da piscicultura, por exemplo, constitui um elemento privilegiado que entra como um recurso em um projeto de vida mais amplo da família, visto como essencial para a reprodução familiar. No entanto, é interessante observar que os agricultores como os srs. Maurício e “Coelho” não concebem apenas uma atividade de maneira isolada das demais que compõem os sistemas produtivos que concretizam em seus lotes. Assim, se pode observar essas atividades a partir de uma visão de sua importância para todo o sistema de produção, visto que a piscicultura, por exemplo, teria um valor em si mesma, ou seja, era considerada uma atividade mais “sustentável” do que a sobrepesca, praticada muitas vezes no Rio Tocantins, e que traria prejuízos para a fauna aquática local. Para esses agricultores, essa atividade produtiva representa um valor aproximadamente definido, a partir de sua importância para a reprodução socioeconômica da família, em um diálogo em que são citados argumentos como a importância da manutenção de tanques que podem fazer com que o agricultor prescindia de ter que pescar sempre para garantir parte da subsistência familiar.

Isso não significa que noções como a de sustentabilidade ou a de geração de renda, que se encontram presentes, de forma aberta ou velada, nesse e em outros tipos de iniciativa, embasam a existência de uma dimensão até certo ponto normativa em relação às práticas dos agricultores nos seus estabelecimentos, dimensão essa trazida pelos técnicos propositores das ações de intervenção nos sistemas produtivos. Porém, é importante destacar que tal situação não significa necessariamente que está havendo uma sobreposição das perspectivas dos técnicos sobre as dos agricultores, visto que esses últimos é que decidem, em última instância, sobre as atividades que irão praticar nas suas unidades produtivas. As noções de sustentabilidade e de geração de renda também trazem consigo uma carga de normatividade, que delimita “aquilo que deveria ser” de um determinado ponto de vista (dos técnicos, por exemplo), permitindo a emergência de novos significados para ações e situações que já existiam anteriormente.

## 6. REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. 182 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de Dados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

MARCIEL, F.; COLMET, N.; REGINA, S.; XAVIER, R.; LACERDA, A.; MACHADO, G.; SOUSA, R. Aprimorando o manejo tradicional de açaizais nativos. **Revista Agrícolas**, v. 3, n. 3, p. 20-23, out. 2006.

MATTOS, L. M.; FALEIRO, A.; PEREIRA, C. Uma proposta alternativa para o desenvolvimento da produção familiar rural da Amazônia: o caso do PROAMBIENTE. In: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA – ECOECO, 4., 2001, Belém. **Anais...** 26 p.

MORAES, A. C. R.; CRUZ, M. J. S. S.; DIAS, S. C.; TAVARES, F. B. As relações sociedade-natureza no Baixo Tocantins: um olhar a partir da agricultura familiar regional e das suas formas de manejo e gestão dos recursos naturais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO (IX CSBSP), 9., 2012, Brasília, DF. **Anais...** Brasília: SBSP, 2012. 04 p. CD-ROM.

NEPSTAD, D. C.; MOREIRA, A. G.; ALENCAR, A. A. **A Floresta em Chamas: Origens, Impactos e Prevenção de Fogo na Amazônia**. Brasília: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, 1999. 202 p.

OLIVEIRA, M. C. C. **Agricultura familiar e dinâmicas das relações sociedade-natureza em área de fronteira agrária na Amazônia Oriental**. Porto Alegre, 2009. 305 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (PDRS). **Região de Integração Tocantins**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos / Universidade Federal do Pará (NAEA / UFPA), 2010. 207 p.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 37-61, abr. 2001.

SOCIEDADES RURAIS AMAZÔNICAS E DESENVOLVIMENTO AGROAMBIENTAL. **Programa de Extensão (proposta)**. Belém: Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / Universidade Federal do Pará (NCADR / UFPA), 2011. 48 p. (mimeo.).

TURA, L. R.; MATTOS, L. M. **Financiamento da Transição para a agroecologia: a proposta do PROAMBIENTE**. 2005. 05 p. Disponível em: <[http://www.encontroagroecologia.org.br/files/Amazonia\\_Financiamento\\_TransicaoAgroecologica.rtf](http://www.encontroagroecologia.org.br/files/Amazonia_Financiamento_TransicaoAgroecologica.rtf)>. Acesso em: 13 mai. 2010.

VEIGA, I.; ALBALADEJO, C. Gestão da fertilidade dos solos de uma localidade na Amazônia Oriental: a formalização dos pontos de vista dos agricultores visando um diálogo entre agricultores e agrônomos. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 1, n. 3, p. 109-137, 2002.

**GT (06) – (Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de  
contraposição ao produtivismo)**

**Conhecimento e interações dos agricultores do semiárido pernambucano  
em relação à avifauna local**

**Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>1</sup>**

**Luciano Pires de Andrade<sup>2</sup>**

**Wallace Rodrigues Telino Jr.<sup>3</sup>**

**Lauana Souza Muniz<sup>4</sup>**

**Cartiele Rosale Borges de Noronha<sup>5</sup>**

**Rachel Maria de Lyra-Neves<sup>6</sup>**

**Resumo:** A avifauna tem sido mais estudada em ambientes urbanos e em unidades de conservação. Este trabalho pretende contribuir para a discussão sobre a avifauna em áreas rurais e interações com os agricultores, considerando o perfil socioeconômico e o contexto. Os agricultores mencionaram 47 etnoespécies de aves, seus usos mais comuns e as ações que praticam junto às aves. Considerar e valorizar a percepção, conhecimentos e práticas dos agricultores poderão contribuir para a conservação da biodiversidade, da avifauna local e no desenvolvimento de agriculturas sustentáveis.

**Palavras-chaves:** Aves; Caatinga; Etnoecologia

O grupo “aves”, dentro de um agroecossistema, seja ele rural ou urbano, desempenha diferentes papéis, desde dispersão de sementes a biorregulador de insetos, composição de teias e cadeias alimentares, indicador de equilíbrio ambiental, porém, muitas vezes, vem sofrendo ações de preservação ou de perseguição pelos humanos.

Nas áreas rurais há relatos de perseguição às aves, que ao longo dos anos, sofrem com a pressão de caça e outras ações humanas predatórias, justificadas como práticas decorrentes de tradições culturais para finalidades distintas sejam estas a alimentação, o lazer, o uso medicinal dentre outras. Inclusive, com o avanço de formas de agriculturas convencionais e com o alto avanço da degradação de ambientes, modificação de paisagens e invasão de culturas nos territórios rurais, a ação sofrida por este grupo tem acarretado impacto em suas comunidades biológicas.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Etnoecologia e Conservação da Natureza – PPGEtno-UFRPE/ Pesquisadora do CNPq, Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar e Camponesa-AGROFAMILIAR- da UFRPE/UAG; Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, da Unidade Acadêmica de Garanhuns- UFRPE/UAG, e-mail: horasaa@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando do PPGEtno-UFRPE/ Professor da UFRPE/UAG e Pesquisador do CNPq no Núcleo AGROFAMILIAR- da UFRPE/UAG, e-mail: lpandrade@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Dr. da UFRPE/UAG - Pesquisador no Núcleo AGROFAMILIAR- da UFRPE/UAG; Professor no PPGEtno- UFRPE, e-mail: telinojr@uag.ufrpe.br

<sup>4</sup> Graduanda em Agronomia da UFRPE/UAG- Assessora Técnica da Incubadora de Economia Solidária da UFRPE/UAG, e-mail: lauanasm@hotmail.com

<sup>5</sup> Engenheira Agrônoma pela UFRPE/UAG- Assessora Técnica do Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia da UFRPE/UAG, e-mail:cartiele@hotmail.com

<sup>6</sup> Professora Dra. da UFRPE/UAG - Pesquisadora no Núcleo AGROFAMILIAR- da UFRPE/UAG; Professora no PPGEtno-UFRPE, e-mail: rmlneves@uag.ufrpe.br

No semiárido brasileiro, domínio da Caatinga, registra-se a ocorrência de cerca de 510 espécies de aves (Silva *et al.* 2003), enquanto que no Brasil há 1.901 espécies de aves (CBRO 2014), representando uma das mais ricas avifaunas do mundo. Mas com o avanço das práticas convencionais de agriculturas e o desmatamento na Caatinga, as espécies animais vêm perdendo seu habitat o que tem contribuído para sua diminuição ou extinção de algumas delas. Assim é de fundamental importância o estudo da avifauna e sua distribuição para a conservação da biodiversidade, em diferentes contextos, incluindo os territórios rurais.

A partir da atuação de um Núcleo de Agroecologia e por meio de uma investigação realizada pelo Programa de Pós Graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza-PPGEtno/UFRPE vem se estudando sobre as influências e a correlação entre avifauna e as práticas de agriculturas desenvolvidas, sejam estas convencionais ou as de cunho mais agroecológico, representadas sobretudo, neste estudo, pelos quintais agroflorestandos presentes nas propriedades dos agricultores familiares de uma região do semiárido pernambucano, no município de Jupi. Este projeto faz parte de um estudo mais amplo sobre agroecologia e fomento à economia solidária, financiado pelo MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq (chamada N°81/2013) e MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq (chamada N° 89/2013) e tem o intuito de levantar percepção dos agricultores sobre as aves locais e seus conhecimentos e práticas sobre as espécies, além dos usos feitos e conflitos existentes na região. E ainda traçar um perfil dos agricultores/informantes, considerando os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais.

Nesse sentido, pretende contribuir para fomentar a discussão sobre a avifauna em contextos rurais e a relação e interações dos agricultores com estas espécies, considerando o perfil socioeconômico dos agricultores e da comunidade local, a fim de subsidiar futuras investigações para manejo e conservação da biodiversidade, da avifauna local e o desenvolvimento de agriculturas mais sustentáveis. Pretende-se ainda subsidiar os programas e o desenvolvimento de políticas públicas de sustentabilidade, de conservação, programas de Educação Ambiental que incluam a percepção e o conhecimento dos agricultores nos territórios e contextos rurais, em um processo emancipatório de participação e empoderamento.

### **1- Estudos sobre avifauna e as comunidades rurais**

Os estudos sobre aves tem se concentrado mais fortemente em ambientes urbanos e em áreas de unidades de conservação (Franchin e Marçal-Júnior 2004; Olmos 2005; Farias e Alves 2007), mas há estudos, apesar de poucos, correlacionando as aves e ambientes rurais, discutindo sobre a necessidade de cercas vivas, arborização e corredores ecológicos para a conservação das espécies avifaunísticas (Lira Filho e Medeiros 2006; Silva *et al.* 2010). Estudos em ambientes rurais e avifauna foram abordados também nos levantamentos sobre os quintais em áreas rurais

e seus usos (Florentino e Albuquerque 2007; Toledo *et al.* 2010; Goulart *et al.* 2011). Outros estudos demonstraram o impacto de ações humanas sobre a avifauna como os ocasionados pelo uso de agrotóxico que vem causando a morte indiscriminada das aves, além das ações de caça e perseguição exercida pelos humanos (Valdes 2010).

Ao longo dos tempos, as aves têm sido alvo de perseguição e de conflitos em áreas rurais (Barbosa *et al.* 2010; Mendonça *et al.* 2011) devido a algumas espécies serem consideradas pragas o que leva a população a desenvolver ações para as eliminarem do agroecossistema. Na perspectiva de procurar compreender as formas de pensar e agir das comunidades integrando corpus e práxis (Toledo 1992), a Etnobiologia e a Etnoecologia buscam compreender o conhecimento de populações e comunidades locais acerca do ambiente e suas interações a fim de favorecer estratégias para a conservação, inclusive das espécies avifaunísticas. Baseado na Etnozoologia, no sertão paraibano ocorreu a pesquisa “Aspectos da caça e comércio ilegal da avifauna silvestre por populações tradicionais do semi-árido paraibano” (Barbosa *et al.* 2010) que caracterizou o contexto socioeconômico, cultural e ambiental em que ocorrem os usos das aves, sendo constatado uma maior incidência de uso para fins de alimentação e criação, em caráter lúdico-recreativo. Segundo Alves (2009) os fatores sociais, econômicos e culturais desempenham um papel importante na determinação de como as populações acessam e fazem usos dos recursos da natureza, assumindo práticas que podem contribuir para o seu desaparecimento ou conservação.

Embora os estudos possam caracterizar a perseguição e as relações de conflito que o grupo de aves vem sofrendo pela ação humana, pode-se investigar, por outro lado, que há outra dimensão ao estudo da avifauna, na qual a presença das aves, em um agroecossistema, aponta para uma relação de práticas e de manejo na qual estas espécies podem ser consideradas restauradoras de ambientes, controladoras biológicas, bioindicadoras de sustentabilidade, dispersoras de sementes e a ação humana poderia ser de integração (Sick 1997; Gliessman 2000; Silva *et al.* 2010; Valdes 2010). Assim, é extremamente relevante estudar a integração entre os seres humanos e a avifauna local a partir do comportamento humano frente aos animais formando pelo conjunto de valores, conhecimentos e percepções, bem como pela natureza das relações que os seres humanos mantêm com esses organismos (Costa-Neto e Fita-Santos 2009).

O Núcleo AGROFAMILIAR vem desenvolvendo uma pesquisa no município de Jupi- PE, para o levantamento da percepção dos agricultores sobre as aves locais e do perfil dos informantes (aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais). Foram feitas visitas, observação direta e aplicados formulários e entrevistas semi-estruturadas com 58 agricultores familiares no período de outubro de 2013 a janeiro de 2014. O formulário apresentava como campos de investigação: I- levantamento do perfil sócio econômico dos agricultores; II-

conhecimento sobre avifauna local; III- levantamento das práticas de agriculturas desenvolvidas; IV- interações, usos e práticas em relação à avifauna.

Dos entrevistados, 32 homens e 26 mulheres, sendo 41 destes com idades superiores a 40 anos e 17 entre 20 e 40 anos. 68% têm curso fundamental, 13,5% médio, 3,5% superior e 15% não possuem escolarização formal. 94% e moram no local entre 10 a 20 anos. Os agricultores têm como principal fonte de renda a agricultura e os programas sociais. A maioria dos entrevistados possui terra própria que apresenta em média 2 ha, onde cultivam mandioca, feijão e milho (Figuras anexas).

## **2- A relação entre as aves e os humanos e as práticas de agricultura**

Os animais formam um grupo que ao longo da história tem estabelecido relações de interações com o ser humano e este tem demonstrado interesse pelas outras espécies. A esta interação dá-se o nome de biofilia (Primak e Rodrigues 2001). Mas ao mesmo tempo em que é desenvolvida esta biofilia, os animais que vivem livremente na natureza tem sido alvo constante de perseguição para diferentes fins, seja caça, captura, alimentação, comércio e tráfico de animais silvestres, reduzindo ou eliminando espécies do ecossistema (Costa Neto 2009; Alves *et al.* 2010; Barbosa *et al.* 2010; Bezerra *et al.* 2010; Mendonça *et al.* 2011). Desta forma muitas das ações humanas são consideradas como causadoras de impacto negativo em relação a preservação da biodiversidade e os animais tornam-se portanto como um dos principais elementos da ação humana o que contribui para o desaparecimento total ou parcial de espécies, seja por exploração ou desmatamento e fragmentação e conseqüentemente leva a destruição de habitats (Primak e Rodrigues 2001). Estas perturbações no ambiente podem acontecer ainda devido as ações e práticas culturais do ser humano em relação às espécies da fauna.

Os agricultores da Comunidade de Miné, no município de Jupi- PE, em sua maioria apresentam práticas de agriculturas que associam os quintais agroflorestandos nos arredores de casa aos seus “roçados” onde predominam o cultivo de mandioca, do feijão e do milho. Desta forma são agricultores que apresentam mais fortemente a prática de agriculturas mais convencionais, tendo os quintais a função atribuída para complementação da alimentação familiar, dentro da perspectiva de segurança alimentar. São, portanto, agricultores que nas entrevistas atribuem que os quintais acabam contribuindo para atrair e abrigar as aves, porém não percebem a importância destes para a conservação da biodiversidade. Mencionam, além da seca, o desmatamento como principal fator que tem contribuído para o desaparecimento das aves da região. Em relação ao conhecimento destes agricultores sobre a avifauna local, mencionaram 47 etnoespécies de aves presentes na região, tendo um maior número de citações para as rolinhas, o pardal, a lavadeira e o bem-te-vi.



No que se refere a relação dos agricultores da região com as aves percebeu-se que estes, por um lado, se referiram mais fortemente a ação de proteção à biodiversidade principalmente pela beleza e canto das aves. Nesse sentido, Barbosa *et al.* (2011) citam que desde os primórdios da humanidade, as aves estiveram associadas aos seres humanos numa relação que envolve uso, domínio e admiração.

Houve ainda, por outro lado, relatos de situações de práticas predatórias às aves, como a de captura para alimentação, comercialização. Além das referências de que, na região, alguns agricultores faziam uso de agrotóxicos e que seus resíduos provocava a mortalidade de algumas espécies de aves do local, acontecendo tal fato principalmente ao se plantar o feijão e o milho na região.

Em relação aos usos, as espécies mais citadas pela população tiveram seu uso relacionado à alimentação (o lambu e as rolinhas), além da captura para criação/comercialização (patativa, papa-capim, canário). Os usos, de certa forma, têm relação direta com as práticas relatadas pelos agricultores que ocorrem na região ao mencionarem que ainda que há caça de aves na região tanto para fins de alimentação quanto para criação/comercialização. Os resultados encontrados corroboram com o estudo realizado por Alves *et al.* (2010) no semiárido paraibano de que o grupo aves sofre pressão antrópica para criação/comercialização e alimentação.

É relevante destacar que, de maneira geral, os agricultores consideram que não há conflitos entre eles e as aves. Os conflitos mais comuns dos agricultores em relação à avifauna se caracterizaram pelas citações de destruição que os pardais provocam nas casas deles e no ataque às plantações de feijão de corda e de milho, pelos estragos provocados pela garça na mandioca e pelo ataque dos gaviões às ninhadas de pinto. Eles referiram como ação positiva por parte da população local, a proibição à caça e como ações negativas o uso de agrotóxico nas lavouras de feijão e milho e a captura das aves para criação/comercialização.

### **3- As aves como componentes de paisagem rural e a conservação da biodiversidade**

A conservação da biodiversidade é um tema recorrente na literatura científica, mas estudos mais recentes demonstram que é preciso ver que estratégias podem garantir a manutenção de espécies, para além das unidades de conservação (Olmos 2005). Desta forma, corroborando com esta perspectiva é que este estudo se propôs a investigar as aves na área e no contexto rural, correlacionando conhecimentos, práticas de agriculturas e interações dos agricultores com a avifauna local.

No que se refere a relação dos agricultores da região com a avifauna, estes se referiram mais fortemente a beleza e ao canto das aves como elementos de integração e ação de biofilia junto a este grupo, relataram inclusive que a ação humana deveria ser de proteção as espécies do local.

Os agricultores vêm atribuindo a diminuição das aves as ações de desmatamento e a seca ocorrida nos dois últimos anos na região e embora em uma escala muito pequena atribuam esta diminuição ainda a caça, realizada principalmente pelas crianças, o que demonstra a influencia intergeracional. Porém, foi observado durante as visitas no local que a caça na região não é praticada apenas pelas crianças.

Houve, por outro lado, relatos de situações predatórias de captura para alimentação, comercialização, além da observação de que há aves capturadas e presas em gaiolas nas casas visitadas. Ocorreu ainda citação de que, na região, alguns agricultores fazem uso de agrotóxico e que o resíduo chega a matar as aves presentes em suas plantações. Tal resultado aponta para a necessidade de maior investigação da avifauna em áreas e contextos rurais, uma vez que há uma maior concentração de pesquisas sobre avifauna em parques urbanos e em áreas naturais, incluindo as unidades de conservação- UCs (Franchin e Marçal-Júnior 2004; Farias e Alves 2007).

Como os aspectos da conservação da biodiversidade têm despertado interesse em todo o mundo, movimentos ambientalistas e conservacionistas têm defendido a conservação das espécies animais e vegetais, incluindo a avifauna, principalmente quando desde as décadas de 1970-1980-1990 vem se aumentando o interesse da sociedade em relação à preservação da biodiversidade e a práticas de agriculturas mais sustentáveis. Assim é importante que cada vez mais no desenvolvimento e práticas de agriculturas, nas políticas públicas, programas e ações possa se ir se assumindo os paradigmas da conservação, da sustentabilidade e da participação popular no uso e manejo dos recursos naturais.

Em relação a uma mudança de atitude, Benayas (1992) pontua que para que ocorra uma mudança profunda e progressiva de escalas de valores e atitudes dominantes na sociedade atual, é preciso o desenvolvimento de programas e ações de caráter educativo que incitem e provoquem esta mudança. Desta forma, corroborando com este estudo é importante que as estratégias de educação ambiental que possam vir a ser realizadas incluam a percepção dos atores sociais.

O levantamento da percepção e práticas das populações e comunidades locais em relação a avifauna, referendados pela Etnobiologia e a Etnoecologia e Agroecologia podem contribuir no favorecimento das estratégias para a conservação da biodiversidade, valorizando e resgatando os conhecimentos locais.

## Referências bibliográficas

- ALVES, R.R.N. Fauna used in popular medicine in Northeast Brazil. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine* 5: 1. 2009.
- ALVES, R.R.N.; NOGUEIRA, E. G.; & ARAUJO, H. F. P.; BROOKS, S. E. Bird-keeping in the Caatinga, NE Brazil. *Hum Ecol* 38:147–156. (2010).
- BARBOSA, J. A. A.; NOBREGA, V. A.; ALVES, R. R. N. Aspectos da caça e comércio ilegal da avifauna silvestre por populações tradicionais do semi-árido paraibano REVISTA DE BIOLOGIA E CIÊNCIAS DA TERRA, Volume 10 - Número 2 - 2º Semestre 2010.
- BENAYAS, J. **Paisaje y educación ambiental**: evaluación de cambios de actitudes hacia el entorno. 1992. 243 f. Tese (Doutorado em Ecologia)- Universidad Autónoma de Madrid.
- BEZERRA, D. M. M.; ARAUJO, H. F. P.; ALVES, R. R. N. Captura de aves silvestres no semiárido brasileiro: técnicas cinegéticas e implicações para conservação. *Mongabay.com Open Access Journal - Tropical Conservation Science* Vol.5 (1):50-66, 2012.
- CBRO – Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. (2014). Listas das aves do Brasil. Versão 2011. Disponível em: <http://www.cbro.org.br>. [Acessado em: 14/01/2014].
- COSTA-NETO, E. M.; SANTOS FITA, D. & CLAVIJO, M.V. 2009. Manual de Etnozoología: una guía teórico-práctica para investigar la interconexión del ser humano con los animales. Tundra Ediciones, Valencia.
- FARIAS, G.B; ALVES, A.G.C. É importante pesquisar o nome local das aves? *Revista Brasileira de Ornitologia* 15(3): 403–408, 2007.
- FLORENTINO, A. T.N; ARAÚJO, E. L. & ALBUQUERQUE, U. P. Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, Município de Caruaru, PE, Brasil. In: *Acta bot. bras.* 21(1): 37-47. 2007
- FRANCHIN, A. G.; JUNIOR, O. M. A riqueza da avifauna no Parque Municipal do Sabiá, zona urbana de Uberlândia (MG). *Biotemas*, 17 (1): 179-202, 2004
- GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.
- GOULART, F. F.; VANDERMEER, J.; PERFECTO, I.; MATTA-MACHADO, R. P. Frugivory by five bird species in agroforest home gardens of Pontal do Paranapanema, Brazil. *Agroforest Syst* (2011) 82:239–246
- LIRA FILHO; MEDEIROS, M. A. S. Impactos adversos na avifauna causados pelas atividades de arborização urbana REVISTA DE BIOLOGIA E CIÊNCIAS DA TERRA ISSN 1519-5228 Volume 6- Número 2 - 2º Semestre 2006.
- MENDONÇA, L. E. T.; SOUTO, C. M.; ANDRELINO, L. L.; SOUTO, W. M. S.; VIEIRA, W. L. S. & ALVES, R. R. N. Conflitos entre pessoas e animais silvestres no Semiárido paraibano e suas implicações para conservação. *Sitientibus série Ciências Biológicas* 11(2): 185–199. 2011.
- OLMOS, F. Aves ameaçadas, prioridades e políticas de conservação no Brasil. *Natureza & Conservação* - vol. 3 - nº1 - Abril 2005.
- PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. *Biologia da conservação*. Londrina: Vida, 2001.
- SICK, H. *Ornitologia brasileira, uma introdução*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1997.

SILVA, J. M. C.; SOUZA, M. A.; BIEBER, A. G. D.; CARLOS, C.J. Aves da Caatinga: status, uso do habitat e sensibilidade. In: I.R. Leal, M. Tabarelli & J.M.C. Silva (eds), *Ecologia e Conservação da Caatinga*. Editora Universitária, UFPE, Recife, 2003.

SILVA, R. W.; PIZO, M. A. & GABRIEL, V. A., A avifauna como promotora da restauração ecológica. PP. 505-516. In: Von Matter S, Straube FC, Accordi IA, Piacentini V de Q, Cândido-Júnior JF (Orgs) *Ornitologia e Conservação: Ornitologia aplicada, técnicas de pesquisa e levantamento*, 1ªed. Technical Books Editora. Rio de Janeiro. 2010.

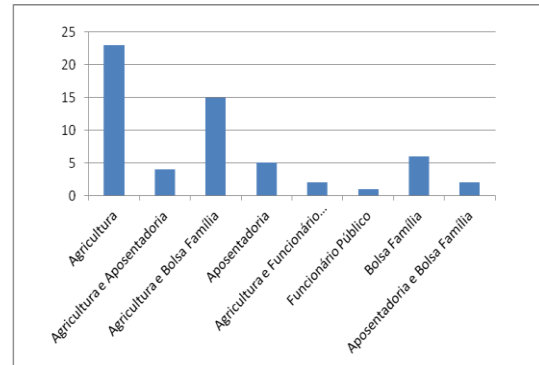
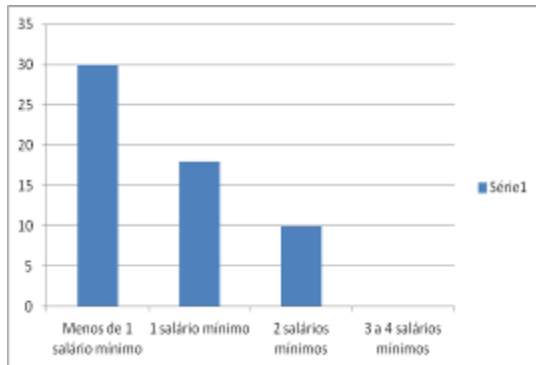
TOLEDO, V. M. What is Ethnecology? Origin, scope and implications of a rising discipline. *Etnoecológica* 1 (1): 5-21, 1992.

TOLEDO, V. M.; LEYEUQUIE, E.; BOER, W.F. Bird Community Composition in a Shaded Coffee Agro-ecological Matrix in Puebla, Mexico: The Effects of Landscape Heterogeneity at Multiple Spatial Scales. *BIOTROPICA* 42(2),: 236–245, 2010.

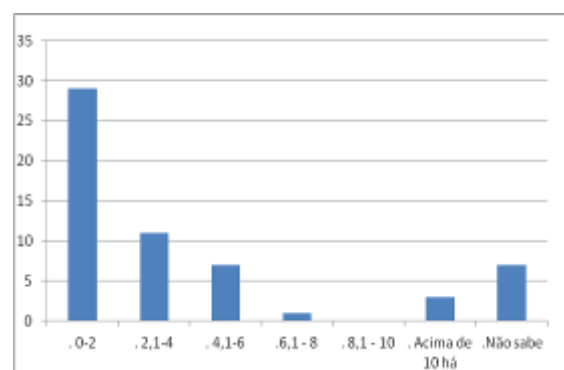
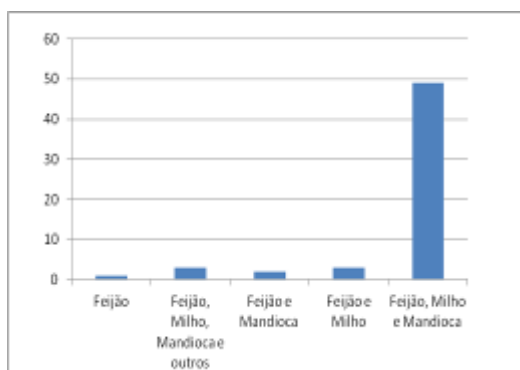
VALDES, S. A. C. Avaliação da exposição a agrotóxicos em aves silvestres de vida livre PP. 427-440. In: Von Matter S, Straube FC, Accordi IA, Piacentini V de Q, Cândido-Júnior JF (Orgs) *Ornitologia e Conservação: Ornitologia aplicada, técnicas de pesquisa e levantamento*, 1ªed. Technical Books Editora, Rio de Janeiro. 2010.

## ANEXOS

### Levantamento do perfil dos agricultores



Figuras 1 e 2- Renda média mensal e principal fonte de renda familiar dos agricultores entrevistados (Fonte: Andrade, 2013)



Figuras 2 e 3- Principais culturas cultivadas na região e concentração de terra dos agricultores (Fonte: Andrade, 2013)



Figuras 7 a 10- Entrevista e vista de residências no município de Jupi- PE  
(Fonte:Andrade, 2014)

# Contribuição para a fundamentação sócio-antropológica da alternativa agroecológica

## **Resumo:**

*A matriz disciplinar agroecológica, enquanto paradigma vivo, encontra-se em constante processo de construção. Pretendemos contribuir no embasamento dessa matriz na vertente sócio-antropológica. Para isso, apresentaremos o arcabouço da chamada teoria mimética e o interesse epistemológico e heurístico que ela encarna, em particular, na compreensão da crise socioambiental. Em seguida, mostraremos como a agroecologia e, particularmente, a permacultura e a agrofloresta, constituem propostas inovadoras e pertinentes para os desafios que as sociedades contemporâneas têm e terão de enfrentar. Enfim, concluiremos estabelecendo uma discussão sobre as contribuições e os limites das perspectivas adotadas.*

Palavras-chave: agroecologia, agrofloresta, permacultura, hipermodernidade, modernidade reflexiva, limites críticos, contraprodutividade, teoria mimética.

**Title:** Contribution to the socio-anthropological basis of agroecological paradigm

## **Abstract:**

*As a living paradigm, agroecology finds itself in a constant process of elaboration. In this paper, we intend to contribute to the construction of this paradigm from a socio-anthropological point of view. For this purpose, we present the framework of the mimetic theory and how it can help not only in understanding the socio-ecological crisis but also in underpinning the agroecological approach. We will then show how agroecology (and particularly permaculture and agroforestry) constitutes an innovative and pertinent approach to some of the challenges that modern societies have and will have to face. We will conclude with a discussion of, both, interests and limits of this proposal.*

Keywords: agroecology, agroforestry, permaculture, hypermodernity, reflexive modernity, critical threshold, counterproductivity, mimetic theory.

\*\*\*

Em um artigo fundamental para o embasamento epistemológico da Agroecologia como ciência, CAPORAL *et al* (2011) mencionam "as inúmeras possibilidades de integração de distintas áreas do conhecimento na consolidação do enfoque agroecológico como matriz disciplinar"<sup>1</sup>.

Neste artigo, pretendemos contribuir na integração e na construção do embasamento epistemológico da matriz disciplinar agroecológica nas suas vertentes *sociológica* e *antropológica* a partir de duas vias que constituem a primeira e segunda

---

<sup>1</sup> CAPORAL Francisco Roberto; COSTABEBER José Antônio, PAULUS Gervásio, *Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável* in CAPORAL, F. R. (Org.); AZEVEDO, E. O. (Org.). *Princípios e perspectivas da Agroecologia*, Ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011. V. 1. 192 p. (p.54)

parte deste estudo:

-uma contextualização do período sócio-histórico contemporâneo (baseada nos conceitos de *escalada aos extremos*, *hipermodernidade*, *contraprodutividade* e *modernidade reflexiva*) para tentar caracterizar o período atual e os imensos desafios sócio-antropológicos que a transição de paradigma tem e terá de enfrentar;

- uma apresentação das especificidades do ser humano segundo a teoria mimética<sup>2</sup> para ampliar o quadro teórico e proporcionar ferramentas epistemológicas cujo objetivo é apreender uma visão do homem na sua complexidade. Faremos as seguintes perguntas: Como compreender a tendência do ser humano à destruição tanto dos seus semelhantes quanto do seu meio ambiente em proporções que não se encontram em outras espécies? Como compreender ainda a tendência à *húbris* característica do ser humano? Como entender a crise de um ponto de vista antropológico?

Na terceira parte desse trabalho, tentaremos contribuir para a fundamentação da matriz agroecológica. Definiremos várias pistas sócio-antropológicas nesse sentido e veremos como o paradigma agroecológico apresenta propostas desafiadoras que precisam ser discutidas e enriquecidas.

### **1-HIPERMODERNIDADE, CONTRAPRODUTIVIDADE, ESCALADA AOS EXTREMOS: A MODERNIDADE COMO ÉPOCA DA DESMEDIDA GLOBALIZADA**

A teoria econômica moderna considera o ser humano como um ser de necessidades, fundamentalmente racional, e capaz de exercitar a sua razão afim de fazer as melhores escolhas para si próprio com a finalidade de maximizar sua satisfação e aumentar ou preservar seus interesses (AGLIETTA, ORLÉAN, 2002, p.22). Estendendo esse raciocínio à humanidade, os seres humanos que a compõem deveriam ser também capazes de coordenar-se e adotar uma conduta racional perante os eventos sociais e ecológicos críticos que estão acontecendo. No entanto, vivemos um conflito entre a dimensão ilimitada do ser humano (que é o seu desejo prometeico, chamado, na sua forma sócio-político-econômica, desenvolvimento, crescimento ou progresso) e uma dimensão limitada (a capacidade dos ecossistemas de absorverem lesões e poluições sem mudarem de estado e desenvolverem qualidades indesejáveis para o ser humano).

Se o ser humano fosse assim tão racional, ele seria capaz de se autolimitar, ou seja, de formular alguns limites críticos (BOURG, 2010) e de não ultrapassá-los para preservar seus próprios interesses enquanto espécie. Porém, os fatos mostram a impossibilidade de chegar a acordos globais de redução do impacto das atividades antrópicas. As diversas reuniões internacionais<sup>3</sup> sobre o clima deixam claro que as nações contemporâneas não conseguem conter as consequências das suas atividades no seu meio ambiente abaixo de alguns limites críticos (ROCKSTRÖM *et al.*, 2009) assim como não conseguem conter o desenvolvimento das instituições heterônomas<sup>4</sup> para evitar a contraprodutividade das mesmas (ILLICH, 1975) deteriorando, dessa forma, as condições de melhoramento da qualidade de vida.

Desde o final da década de 1960, os grandes encontros internacionais que tratam

---

<sup>2</sup> A teoria mimética foi formulada pelo antropólogo francês René Girard. Ela apareceu primeiramente no campo da literatura comparada no início dos anos 1960. Hoje, ela constitui um ramo legítimo da teoria antropológica contemporânea. Ver GIRARD (1961, 1972, 1978).

<sup>3</sup> Como a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburg em 2002 ou a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2009

<sup>4</sup> Para mais detalhes sobre o modo heterônimo de produção, ver o capítulo 1-3.



das questões ambientais procuram regulamentar e limitar o impacto destruidor das atividades humanas sobre o meio ambiente. Um exame dos principais resultados de Rio+20 mostra que as decisões tomadas pelos representantes dos países presentes não têm caráter supranacionalmente normativo do ponto de vista jurídico<sup>5</sup>. Quando se trata de amenizar o impacto das atividades humanas sobre os ecossistemas, as nações contemporâneas não encontram uma autoridade suficientemente externa e legítima a quem se referir e que possa impor limites absolutos. Em 1998, o relatório Brundtland, *Nosso futuro Comum*, já dizia que não existiam limites desse tipo:

O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites, não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social no tocante aos recursos ambientais e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas afim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico. (CMMD, 1988, p.9)

Portanto, parece-nos importante salientar que, enquanto nas grandes reuniões internacionais organizadas pela ONU busca-se meios de promover a "economia verde e combater a pobreza"<sup>6</sup>, diversos pensadores e teóricos afirmam que as sociedades contemporâneas já ultrapassaram vários limites críticos. Estes estão relacionados ao modo de organização da sociedade<sup>7</sup> (ILLICH, 1975) e aos ecossistemas determinantes para a manutenção de condições de vida aceitáveis para as sociedades humanas (ROSCKTRÖM, 2009).

A noção de hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004) permite caracterizar em um termo único a modernidade como a época histórica da desmedida generalizada (*húbris*), um momento histórico caracterizado por uma *escalada aos extremos* (GIRARD, 2007) em todos os domínios: na destruição ambiental, na violência, na velocidade do ritmo das atividades socioeconômicas. Um exemplo que ilustra a hipermodernidade no campo da economia e da temporalidade é o das transações financeiras informatizadas. Hoje, mais da metade das decisões relativas às transações financeiras nos Estados Unidos é efetuada por algoritmos a uma escala de tempo que se tornou sem significado para o ser humano. Essas ferramentas são frutos de uma concorrência global<sup>8</sup>. Porém, embora abstratas e sem significado para o ser humano, essas escalas de tempo impõem um ritmo que influencia a cadência da "economia real" e, por conseguinte, o modo de vida real dos cidadãos. A primeira fase da modernidade se caracterizava por um *processo* e um *projeto*. Pretendia ser um processo cumulativo nos campos da técnica, da ciência, da economia cujo objetivo fundamental era a liberação do Homem de todo tipo de *obstáculos*, isto é, das suas limitações as quais ele sempre teve que se adaptar e dar sentido: a doença, a pobreza, a morte e a dor (ILLICH, 2007). Na prática, esse projeto histórico correspondeu com a desapareição do modo de vida tradicional camponês. A modernidade é, nessa perspectiva, um processo de *transgressão sistemática dos limites tradicionais*, inclusive os limites que separavam o campo das atividades humanas de um espaço alheio que, na tradição clássica ocidental, chama-se de Natureza<sup>9</sup>.

<sup>5</sup> Disponível na página: <http://www.objectifterre.ulaval.ca/19584/>

<sup>6</sup> Idem

<sup>7</sup> Isso leva a pensar que as sociedades contemporâneas estão se tornando cada vez mais contraprodutivas, ou seja, afastando-se dos objetivos de liberdade e de autonomia característicos do projeto da modernidade.

<sup>8</sup> Para mais detalhes, ver: <http://www.nature.com/srep/2013/130911/srep02627/full/srep02627.html>

<sup>9</sup> Embora essa concepção seja errônea, foi ela que prevaleceu na ciência até recentemente. Hoje, o retrato que a ciência está dando da Natureza é muito mais o de sistemas complexos capazes de produzir algo novo e imprevisível recorrendo a estratégias elaboradas e refinadas. Mesmo assim, esse espaço outrora

Enquanto a primeira fase da modernidade caracterizou-se pela destruição da cultura camponesa e o surgimento da sociedade industrial e da classe operária, na *modernidade reflexiva* (BECK, 1986) esta primeira modernidade encontra-se por sua vez em crise. Em sua dimensão física e ecológica, a modernidade reflexiva significa uma época na qual a ciência e a técnica estudam e modificam um mundo *já* afetado pelas atividades humanas da primeira fase da modernidade. O mundo de hoje encontra-se, portanto, em *processo de saturação*. Trata-se, por conseguinte, de um mundo no qual a natureza não existe mais<sup>10</sup>. Devemos aqui ter muita clareza. Estamos provavelmente vivendo o fim tanto da ideia clássica de Natureza (naturalismo), quanto da realidade que as várias denominações tradicionais e modernas de Natureza designavam e designam ainda<sup>11</sup>.

### **1-1- Hipermodernidade, modernidade reflexiva e o fim da natureza:**

Tentaremos articular as duas noções de hipermodernidade e modernidade reflexiva e tirar algumas conclusões sobre o estatuto da relação entre o ser humano e a natureza na época contemporânea.

Alguns pensadores (BECK, 1986; MCKIBBEN, 1989, 2010; DUMOUCHEL, 2004) definem o mundo contemporâneo como aquele que é caracterizado por uma ausência de *exterioridade radical*. Como vimos acima, na tradição ocidental clássica, a Natureza é definida como sendo uma dimensão separada e externa às atividades humanas. Todavia, para esses pensadores, não há mais instâncias sagradas ou dispositivos simbólicos cuja função e cujo efeito eram de definir limites às ações dos homens pertencentes às sociedades antigas através das proibições, das obrigações, dos sacrifícios, etc. Nessa abordagem, o mundo contemporâneo é um mundo *dessacralizado* que aspira à autonomia e, portanto, a tendência é que não haja Natureza.

Como já vimos, a modernidade reflexiva é essa fase da modernidade onde o mundo estudado pela ciência contemporânea é um mundo *já* afetado e transformado pela tecnologia. Por exemplo, as novas formas de poluição que são distribuídas em toda a cadeia alimentar (agentes persistentes, perturbadores endócrinos, nanopartículas) e em uma escala de tempo geológica (lixo nuclear) afetam todas as dimensões (e se encontram a todos os níveis) da biosfera (COLBORN et al., 2002). Desde então, temos que lidar com *sistemas híbridos*. O sistema climático (que engloba e afeta todos os outros) é o exemplo paradigmático dessa nova realidade, ou seja, de um entrelaçamento das atividades humanas e dos sistemas naturais.

Isso tem implicações profundas em relação à tendência da economia a *terceirizar* (ou externalizar). Em um mundo que sofre de uma falta de exterioridade radical, não há mais como continuar terceirizando os riscos, a poluição ou, ainda, a violência sem que o "terceirizador" seja afetado por aquilo que ele rejeita ou expulsa (de várias formas, fisicamente, simbolicamente e psicologicamente, e em vários graus). Como cada um dos

---

considerado sem afetividade ou intencionalidade, e hoje considerado muito sutil e complexo, tende a desaparecer. Até recentemente ainda existiam espaços que ficavam fora do campo das atividades humanas no sentido que não eram alvo de rivalidades para a exploração dos recursos. Esses espaços, constituindo a Natureza, (no sentido de uma dimensão não afetada pelas atividades humanas, mas que as englobava e fazia com que se perpetuassem) tendem a sumir.

<sup>10</sup> É a tese do Bill McKibben no livro *Eaarth* (com dois "a") (MCKIBBEN, 2010). Nesse livro, o autor defende a ideia que o ser humano afetou de forma tão profunda o ambiente em que vive que o planeta Terra deixou de ser (mais ou menos) parecido com o que era há mais de 10.000 anos (desde o início do Holoceno) para se tornar um planeta com outro clima. *Eaarth* é, ao mesmo tempo, aparentemente parecido e muito diferente de *Earth*.

<sup>11</sup>Na sua tipologia, Philippe Descola propõe quatro tipos de identificação do ser humano com os não humanos: o totemismo, o naturalismo, o animismo, o analogismo (Descola, 2006).

sujeitos contemporâneos é, ao mesmo tempo, "terceirizador" e "terceirizado" em graus variáveis, cada um afeta e é afetado pela poluição e pela violência coletivamente gerada. O espaço que absorvia os dejetos e a violência dos homens era, tradicionalmente, a Natureza. Como tentamos lembrar, o processo da modernidade e, logo, da globalização, é um processo de *saturação* de todo o espaço outrora disponível. Podemos portanto qualificar esse processo de *biocida* à escala global.

Um exemplo eloquente da situação global, que pode se tornar paradigmático, está relacionado com o derretimento dos polos devido às atividades antrópicas e às novas possibilidades de exploração petrolífera e marítima que estão surgindo. Esse derretimento abre novas rotas marítimas e deixa rentável a exploração de campos petrolíferos cujo uso contribuirá ao aumento das emissões de gás carbônico!

Nas tentativas recentes de "conserto" dos efeitos perversos do desenvolvimento, como o paradigma do desenvolvimento sustentável tal como ele se apresenta no seu texto fundador *Nosso futuro comum* (1991), a noção de limite nunca é levada seriamente em consideração nem do ponto de vista institucional nem do ponto de vista ecológico. No entanto, nossas sociedades parecem obcecadas pelo medo de um colapso generalizado, mas protelam em tomar medidas concretas para impedi-lo ou, ao menos, amenizá-lo.

Para melhor compreender a dinâmica e o tamanho dessa tendência à *desmedida*, apresentaremos agora a abordagem de Johann Rockström e, em seguida, a de Ivan Illich.

## **1-2- A hipermodernidade e o seu impacto nos ecossistemas: o conceito de fronteiras planetárias como tentativa de mapeamento global da crise ecológica.**

Com o conceito de *fronteiras planetárias*, o biólogo Johan Rockström e sua equipe foram muito longe na tentativa de mapear as consequências globais da relação que o homem moderno estabeleceu com o seu habitat. J. Rockström identificou nove dimensões capitais para a manutenção de condições de vida decentes para as sociedades humanas, condições que se mantêm mais ou menos estáveis desde o início do neolítico, há 10.000 anos, e que permitiram o surgimento da agricultura e das grandes civilizações. Essas dimensões são as seguintes: mudança climática, acidificação dos oceanos, depleção do ozônio estratosférico, ciclos nitrogênio/fosforo, uso global da água doce, mudança no uso do solo, perda da biodiversidade, aerossol atmosférico e poluição química<sup>12</sup>.

Segundo os pesquisadores, é possível situar as variáveis em três zonas: a zona de segurança, a zona de perigo e a zona de incerteza.

As pesquisas mostram que três das nove variáveis já encontram-se na *zona de incerteza*. Isto é, não há mais como reverter o processo. Trata-se da mudança climática, da perda da biodiversidade (que está se acelerando) e dos ciclos do nitrogênio (cujo excesso gera zonas mortas nos litorais). Quando os limites críticos são ultrapassados, esses sistemas mudam de comportamento. Eles se tornam, então, imprevisíveis e instáveis podendo ter propriedades indesejáveis para o ser humano.

A ciência ecológica contemporânea tem que lidar com essa dupla característica dos ecossistemas. Eles apresentam traços de robustez e de vulnerabilidade. São capazes de absorver e resistir à numerosas lesões e agressões até um certo ponto. Porém, além de um certo ponto crítico, rompe-se o equilíbrio relativo que eles apresentavam. Os mesmos

---

<sup>12</sup> Para mais detalhes: [http://www.nature.com/nature/journal/v461/n7263/fig\\_tab/461472a\\_F1.html#figure-title](http://www.nature.com/nature/journal/v461/n7263/fig_tab/461472a_F1.html#figure-title)

reencontram então um estado de equilíbrio dinâmico com outras características, potencialmente indesejáveis para o ser humano. Como isso é possível?<sup>13</sup> Os elementos que compõem um ecossistema não são interligados de forma aleatória, mas sim segundo padrões de distribuição do tipo redes livres de escala (*scale-free network*). Na maior parte dos ecossistemas, algumas espécies tendem a concentrar as relações com a maioria das demais espécies em uma proporção de 80 por 20. Assim, 20% das espécies concentram em torno de 80% das relações com as outras. Por outro lado, os outros 20% das relações são distribuídos entre os 80 % das espécies restantes. Isso significa que, em caso de agressão ou lesão aleatória, a probabilidade de afetar elementos (ou espécies) com poucas relações com o resto do ecossistema é maior do que a probabilidade de afetar um espécie altamente conectada (chamada *hub*, na linguagem sistêmica e *espécie-chave* em ecologia). Quando um *hub* é afetado, pode acontecer um colapso do sistema que, sendo relacionado com outros ecossistemas, pode arrastá-los em sua queda (BARABASI, 2003). É exatamente o que ilustra esse conceito de *fronteiras planetárias*. Em cada um dos nove campos citados<sup>14</sup>, fenômenos desse tipo estão acontecendo. Além de um ponto crítico (*tipping point*), mudanças radicais e imprevisíveis podem acontecer. Abordaremos agora a questão dos limiares críticos na organização da sociedade.

### **1-3- Manifestação da Hipermodernidade na organização social e institucional: a noção de contraprodutividade no pensamento de Ivan Illich**

Para descrever a dinâmica paradoxal que surge nas sociedades industriais, Ivan Illich falava de contraprodutividade global. Para melhor compreender esse conceito, é preciso distinguir dois modos de produção de bens e serviços. O "modo autônomo" e o "modo heterônomo" de produção. O primeiro é característico das sociedades tradicionais, comunitárias. O que é produzido no modo autônomo dificilmente pode ser quantificado, avaliado, comparado, porque o que é produzido não passa por uma divisão do trabalho nem depende de um trabalho assalariado. Os produtores não pertencem a nenhuma empresa especializada na produção específica de tal ou tal bem ou serviço. A troca se baseia, e se integra, na teia das relações tradicionais de proibições e obrigações.

Já o modo heterônomo (gerenciado por terceiros e dependente de um conjunto de "outros" desconhecidos) é característico das sociedades modernas. O saber, por exemplo, não é mais transmitido pela comunidade, porém, por uma instituição especializada como a Escola. Foi esta última que, historicamente, contribuiu para desqualificar qualquer outra forma de saber (tradicional ou comunitário). Em relação à saúde, ela não é mais integrada a uma visão e a uma praxe religiosa e tradicional, mas encontra-se monopolizada pelo Hospital e pela medicina acadêmica convencional.

Em período de crescimento econômico, amplos setores da sociedade deixam de se organizar segundo um modo autônomo de produção para passar a um modo heterônomo de produção (Illich, 1971, 1975). Ivan Illich mostrou perfeitamente dois fatos primordiais: o monopólio do modo heterônomo de produção sobre o modo autônomo não é desejável até em período de crescimento econômico devido à dinâmica contraprodutiva que ele gera. Além disso, a impressão de benefício desse monopólio se dissipa totalmente em período de recessão econômica. Quando esta acontece (como é o caso na Europa), as populações, uma vez totalmente dependentes deste modo de produção de bens e serviços

---

<sup>13</sup> Para mais detalhes, ver Montoya, J.M., Pimm, S.L., and R.V. Sole. (2006) *Ecological networks and their fragility*. Nature, n° 442, pp. 259-264.

<sup>14</sup> Os mesmos fenômenos acontecem também, claro, *entre* os diferentes campos.

- extremamente dispendioso em recursos financeiros e energéticos, mas incapaz de cumprir as promessas feitas - tornam-se incapazes de se deslocar facilmente, de se alimentar decentemente, de escolarizar de forma satisfatória as suas crianças ou de se curar com dignidade, isso ocorre porque todas as dimensões da vida social (física, econômica e simbólica) foram reorganizadas por e para o modo de produção heterônomo, que se tornou uma finalidade em si e que criou os principais obstáculos aos objetivos que ele se propôs alcançar.

Illich não dizia que o modo autônomo era o Bem e o modo heterônomo o Mal. O modo de produção autônomo encontrava-se, historicamente, em sociedades tradicionais nas quais o religioso permeava todas as dimensões da vida social e pessoal. Neste contexto, as atividades dos homens eram contidas em certos limites de tipo sagrado que não podiam ser questionados e, portanto, ultrapassados. O modo autônomo baseava-se, então, em limites, o que não é o caso do modo heterônomo característico das sociedades modernas ocidentais. Este tem uma dinâmica de desenvolvimento ilimitado. Em algumas circunstâncias, os dois modos podem entrar em uma sinergia positiva. Porém, em todos os países industrializados (e o mesmo fenômeno está acontecendo nos países emergentes) o modo heterônomo encontra-se em situação de *monopólio* gerando assim uma situação paradoxal e uma dinâmica contraprodutiva.

Um primeiro nível da contraprodutividade é a chamada *contraprodutividade específica*. Ela ocorre quando o modo heterônomo se auto-obstrui e, portanto, se "autobloqueia". O transporte motorizado é um exemplo típico. No entanto, existe outra dimensão da contraprodutividade, a chamada "paradoxal". Não somente o modo heterônomo se auto-obstrui como também impede o modo autônomo de se expressar, de existir. Nas grandes cidades, tornou-se muito complicado se deslocar a pé ou de bicicleta em um espaço que foi distorcido pelo transporte motorizado (carros, ônibus e motos): sem carro é complicado, com carro é difícil! Para escapar do trânsito, a tendência é de se adquirir um carro<sup>15</sup>, o que vem piorando os engarrafamentos...

Logo, além de certo limite de desenvolvimento, as instituições e atividades modernas de grande porte produzem o inverso do que elas supostamente deveriam produzir: a autonomia e a satisfação plena das pessoas. Dessa forma, elas mesmas produzem os obstáculos aos objetivos que deveriam atingir. A dificuldade para se sair dessa situação está no fato de que os efeitos perversos dessas instituições (doenças, acidentes, poluição, etc.) possuem um valor financeiro e geram um fluxo monetário tal (por exemplo, empregos) que podem aumentar o PIB de um país. Torna-se, então, muito difícil escapar da lógica infernal que consiste em "recorrer cada vez mais ao que gera o problema". Propomos, assim, definir a contraprodutividade como a *nova condição societal contemporânea*, o contexto global no qual as organizações e os sujeitos contemporâneos evoluem.

O paradigma do desenvolvimento sustentável é um sintoma, um produto das contradições que dividem as sociedades contemporâneas e expressa a *relutância em escolher*. De fato, queremos tudo: um mundo sem pobreza, com um crescimento econômico firme e um meio ambiente preservado, de boa qualidade.

Pode-se dizer, portanto, que o desenvolvimento sustentável é de certa forma a mais recente tentativa de resolver democraticamente os dilemas das sociedades modernas. Todavia, esse paradigma seria realista ou estaria pecando por ingenuidade? Vejamos agora as consequências epistemológicas dessas observações.

---

<sup>15</sup>Como em Recife onde andam 100 carros a mais por dia. Para mais detalhes, ver: [http://www.diariodepernambuco.com.br/2010/06/07/urbana3\\_0.asp](http://www.diariodepernambuco.com.br/2010/06/07/urbana3_0.asp)

No corpus da literatura especializada que temos estudado sobre o tema da sustentabilidade<sup>16</sup>, assim como na pesquisa de campo realizada na Mata Atlântica pernambucana (com atores envolvidos na gestão sustentável do território), nunca encontramos exposta uma visão Homem como sendo um ser de desejos e de paixões, ou seja, nunca ouvimos falar no que há de ilimitado nele. Parece-nos que isso representa a carência principal desse paradigma.

## 2- ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA DA *HÚBRIS*: A PROPOSTA ESCLARECEDORA DA ANTROPOLOGIA MIMÉTICA.

Nesse tópico procuraremos retomar as temáticas prévias e esclarecê-las à luz da teoria mimética. A procura da singularidade do ser humano em relação aos outros animais é uma temática recorrente na história do pensamento ocidental. O riso, a razão, os sentimentos, foram propostos para distinguir o ser humano dos demais animais. A proposta da teoria mimética é ao mesmo tempo clássica e inovadora. Ela constrói uma antropologia baseada nas formidáveis capacidades miméticas (ou imitativas) do ser humano. Apresentada assim, a proposta pode parecer estranha, pois a noção de imitação não é bem considerada no pensamento moderno. Por sua vez, o pensamento clássico, desde Platão, considerava a *imitação* como a reprodução limitada da perfeição do Eidos, o reino das Ideias.

No início da década de 1960, o teórico francês René Girard, renovou a visão da imitação quando sugeriu estender a imitação ao campo do *desejo* (GIRARD, 1961). Através de um trabalho em literatura comparada, ele propõe a ideia aparentemente simples segundo a qual o desejo, longe de se enraizar nas profundezas biológicas ou psicológicas do sujeito, encontra a sua “fonte” no *outro*, um modelo. A imitação, claro, é fundamental para a aprendizagem. A criança aprende, socializa-se através da imitação de modelos. Essa imitação é benéfica e socialmente incentivada. A criança demonstra interesse para com os adultos e demais modelos. A riqueza da proposta de Girard é que não existe um sinal claro alertando a criança quando esta passa de uma imitação benéfica para uma imitação perigosa. O que seria essa imitação perigosa? É quando ela imita o desejo de possuir do seu modelo. Esse desejo de possuir, Girard o chamou de *mimese de apropriação* (GIRARD, 1978). Quando isso ocorre, um objeto qualquer se torna desejável por vários motivos: porque o modelo o deseja de forma ostensiva, porque ele parece desejá-lo ou porque ele poderia desejá-lo. O sujeito é, portanto, suscetível de se tornar um modelo para o seu modelo que se torna, por sua vez, um sujeito do sujeito.

Logo, os dois tendem a dar um valor especial a esse objeto. Porém, paradoxalmente, eles tendem também a esquecer o objeto ou procuram até destruí-lo. O que importa para cada um é, doravante, impedir o outro de usufruir do objeto. A *mimese de apropriação* transforma-se, então, em *mimese do antagonista*. Cada um imita o outro não somente como *modelo*, mas agora enquanto *obstáculo*. Cada um se torna um *modelo-obstáculo* para o outro. Essa teoria mostra que, contrariamente aos outros animais, o ser humano não dispõe de freios instintivos<sup>17</sup> que permitam conter a violência dentro de limites suficientemente estáveis (*dominance patterns*). A violência humana é, portanto, suscetível de se desdobrar até a destruição total de um grupo e do seu meio ambiente por meio de uma imitação negativa mútua. Uma guerra civil, cujo resultado é a destruição dos *interesses* comuns e dos protagonistas, é um exemplo dessa característica

---

<sup>16</sup> Ver AUBIN, 2012

<sup>17</sup> Edgar Morin também formulou essa ideia fundamental para o entendimento do ser humano no seu livro *Le paradigme perdu: la nature humaine* (Seuil, 1972).

antropológica.

Essa proposta contraria a visão que se tem do ser humano no individualismo contemporâneo e, logo, na teoria econômica moderna. O indivíduo contemporâneo sonha ser autônomo. Ele sonha como a fonte do seu *próprio desejo*.

Essa simples observação nos leva a identificar um paradoxo fundamental do individualismo contemporâneo e, por conseguinte, uma falha epistemológica do paradigma do desenvolvimento sustentável. Esse não consegue levar em consideração de forma radical a desmedida no que se refere às coisas humanas.

Essa teoria do desejo ajuda a compreender como os seres humanos exercem uns sobre os outros uma fascinação mútua em detrimento do interesse comum.

## **2-1- Paradoxos do individualismo e sustentabilidade**

### **2-1-1 Necessidades e desejo mimético**

As democracias modernas caracterizam-se por um tipo de relacionamento social e uma visão do mundo que pode ser resumido pela noção de *individualismo*. Será que esse modo de ser no mundo é compatível com a tão procurada sustentabilidade? Essa pergunta nos leva a uma outra: nos textos sobre sustentabilidade define-se, muitas vezes, o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMD, 1991, p.46). Mas o que significa exatamente o termo *necessidades*? Serão absolutas, relativas, primárias, secundárias ou trata-se ainda de *desejos*?

Percebemos, logo, algumas dificuldades. A definição acima não distingue "necessidades absolutas" e "necessidades relativas" (KEYNES, 1931, p.174). As necessidades absolutas não precisam da presença do outro para serem sentidas. Já as necessidades relativas nascem da *comparação*, ou seja, da relação com os outros. A frase também não detalha se essas necessidades são fundamentais, primárias ou secundárias. Isso gera confusão. Outrossim, já é muito difícil saber quais são as necessidades das gerações presentes, quanto mais difícil seria conhecer as necessidades das gerações futuras. Resumindo: quando se fala indistintamente de necessidades, confundem-se dimensões complementares da existência;

-o que é necessário para se manter em vida (necessidades primárias, essenciais, fundamentais ou absolutas) e

-o que é necessário para se realizar plenamente enquanto ser humano (necessidades secundárias, relativas)

A primeira dimensão parece possível de ser realizada, embora saibamos que não é tão simples. A segunda já é muito mais complexa, subjetiva, ou melhor, *intersubjetiva*. Parece-nos que a confusão vem exatamente do seguinte fato: falar de "necessidades relativas" é uma maneira de não usar um termo com o qual a economia e a sociologia têm certa dificuldade de lidar e que geralmente pertence ao campo de estudo da psicologia ou da filosofia: o "desejo". Para ilustrar este ponto, continuaremos a análise do texto:

"As maneiras de satisfazer as necessidades humanas são social e culturalmente determinadas" (CMMD, 1991, p.47).

Já que as necessidades são "social e culturalmente determinadas", a trajetória entre o sujeito e o objeto deixa de ser uma linha reta (assim como se poderia representar espontaneamente as necessidades) e passa a ser descrita por um triângulo formado pelo

sujeito, o modelo impessoal (feito de uma agregação de diversos modelos sociais e culturais incorporados pelo sujeito) e o objeto procurado e supostamente capaz de satisfazer a "necessidade".

Mesmo quando se trata de satisfazer necessidades básicas, a imitação, e portanto o desejo, pode surgir. Quando público, o ato de aquisição de um objeto é, antropológicamente falando, altamente delicado. Quando o modo de satisfazer as necessidades se torna visível aos olhos de terceiros, o comportamento de aquisição do objeto é suscetível de ser imitado por esses terceiros. Nesse caso, o terceiro procura satisfazer uma "necessidade" ou um "desejo"?

Em pesquisas de campo, muitas vezes temos observado que, em certas comunidades, enquanto as "necessidades essenciais" não são atendidas de forma satisfatória (falta de comida diversificada na mesa, moradia precária, etc.), existem objetos de consumo não essenciais presentes no lar. Como definir o limite? Um telefone celular se classifica em que categoria e atende que tipo de necessidade? Necessidade essencial ou secundária? Objeto de desejo não imediatamente útil? Será que certas famílias *preferem* "passar fome" ao invés de serem rejeitadas do seu grupo de pertença por não possuírem um objeto socialmente valorizado? É assim que se deve formular a questão? Quem tem hoje a autoridade para arbitrar as prioridades?

A teoria mimética enraíza o desejo humano (essa dimensão potencialmente infinita do ser humano) na capacidade imitativa (mimética) hiperdesenvolvida do mesmo. Ela permite esclarecer alguns desses pontos.

A visão que o paradigma do desenvolvimento sustentável tem do ser humano, como já vimos, é a de um ser de necessidades (que a economia teria como objetivo identificar e satisfazer) e a de um ser de razão (que a educação teria como vocação despertar e cultivar). Não negamos essas dimensões, mas se o ser humano fosse reduzível a isso, os desafios do desenvolvimento sustentável seriam mais fáceis de resolver. Essa visão revela a crença, fortemente enraizada, em uma sabedoria inerente ao ser humano. Propomos, no entanto, enfatizar sua natureza mimética e, portanto, sua dependência radical a modelos. Com efeito, dependendo dos modelos que o sujeito humano imita, ele desenvolverá comportamentos muito diversos.

Por outro lado, não propomos, obviamente, renunciar à razão, mas sim incluir, dentro de uma racionalidade ampliada, a dimensão "hipermimética" do ser humano.

Desse ponto de vista, o dilema do individualismo é o seguinte: o sentimento de liberdade do indivíduo é incontestável quando este consegue se emancipar do poder das figuras de autoridade antigas (culturais ou políticas) e das obrigações comunitárias. Todavia, essa emancipação logo faz entrar o sujeito em um novo regime de alienação muito mais sutil do que o primeiro porque, então, ele se encontra em uma situação constante de comparação e, portanto, de competição e concorrência em todos os aspectos da sua existência. Nessa situação, o *outro* representa tanto um modelo quanto um obstáculo. Daí a pergunta de Stendhal: "Porque os homens são infelizes na modernidade? Porque eles se comparam e, logo, são vítimas de sentimentos modernos: a inveja, o ciúme e o ódio impotente" (Girard, 1961).

O individualismo é uma crença coletiva na autonomia ontológica do sujeito que gera um conjunto de atitudes de pseudo-indiferença em relação ao outro. O individualismo é portanto uma construção social paradoxal que gera no sujeito dois movimentos opostos:

- uma aspiração a ser autônomo, baseada em uma crença na possibilidade de uma autonomia ontológica;
- uma preocupação e até uma fascinação para com o outro visto como detentor de



uma autonomia (qualidades, talentos, fortuna, felicidade) que, é claro, nem sempre tem mais do que o sujeito mas parece ter e faz até questão de dar a impressão de ter! Essa divisão é causa de grande sofrimento e de cansaço psicológico ou psíquico do sujeito hipermoderno (EHRENBERG, 1998).

Todos os sujeitos acham que são únicos, originais e livres de qualquer dependência. O problema é que, para se distinguir do outro, o sujeito acaba usando os mesmos meios que esse outro usa. Paradoxalmente, isso reforça a semelhança entre os dois.

Quando o individualismo se desenvolve em um país, substituindo um modo de vida comunitário ou tradicional, a quantidade de energia e de material para atender às exigências de conforto de cada pessoa aumenta, como, por exemplo, o consumo de energia e de carne. Assim, como salienta Dupuy (2007), “os homens não destroem a natureza porque eles a odeiam. Eles a destroem porque, na competição na qual eles estão envolvidos entre eles, não se importam com os efeitos destrutivos da rivalidade e a natureza faz, dessa forma, parte dos terceiros excluídos e esquecidos”.

O que está em jogo é a questão dos limites pois, ao contrário das necessidades vitais que são limitadas, o desejo (mimético) é potencialmente ilimitado.

### **2-1-2- Rivalidade mimética e mecanismo do bode expiatório**

O que nos chama a atenção nas nossas observações de campo é justamente o papel importante das paixões e dos desejos contraditórios nas dificuldades de implantação de projetos sustentáveis. Entre os fenômenos relacionados ao desejo, encontram-se as rivalidades que não correspondem diretamente com a satisfação das necessidades, mas sim, muitas vezes, com a busca do prestígio (cuja etimologia, que significa *sortilégio*, ensina-nos que ele não tem relação com objetos materiais, porém com o que provem da vitória após uma luta entre rivais). Quando existe rivalidade entre membros de um mesmo grupo, as propostas potencialmente interessantes nem sempre são aceitas, pois o sujeito não pode aceitar que a "boa proposta" seja feita por um rival. Ele pode preferir recusá-la (ainda que em prejuízo próprio), ao invés de ver o rival se beneficiar do prestígio (da admiração / do reconhecimento) de terceiros devido ao eventual sucesso. Nesse caso, o objeto está sendo esquecido. O que sobra e estrutura o andamento coletivo é a relação de rivalidade entre os agentes sociais.

A presença dos terceiros é determinante na escolha do objeto. No decorrer da luta, os protagonistas, que são modelos uns para os outros, acabam esquecendo o objeto e se focalizam cada vez mais no outro, que passa a ser visto como *obstáculo*. Essa teoria nos ensina que o valor do objeto da luta surge da própria luta, ou seja, da comparação mútua entre atores sociais e do obstáculo que cada um encarna aos olhos do outro. Essa mesma luta entre antagonistas acaba se "autonomizando" e tendo uma vida quase própria durante a qual a finalidade original acaba sendo esquecida.

Quando, por vários motivos, a rivalidade toma conta de um grupo, a tendência desse grupo é criar as condições de surgimento de um *bode-expiatório*. Esse mecanismo antropológico catártico regula temporariamente a violência e resgata uma paz que o grupo não conseguia proporcionar a si mesmo. Esse mecanismo é, segundo Girard, universal e encontra-se na origem do sagrado, ou seja, da cultura humana. O religioso, nas suas formas mais antigas, é a repetição, ou melhor, a *ritualização* desse mecanismo cujos efeitos têm sido positivos para a comunidade. Segundo Girard, o sagrado (proibições, obrigações, mitos, rituais e sacrifícios) controla a tendência dos grupos humanos à *húbris* (GIRARD, 1972, 1978, 2004).

Por razões históricas complexas, o mundo moderno é um mundo em processo de *dessacralização*<sup>18</sup> avançado. Isso significa que o mundo contemporâneo não pode mais recorrer aos métodos antigos para lidar com a sua própria violência. Recorrer à violência para resgatar a paz não funciona mais. A violência não tem mais a capacidade de criar nem ordem nem significado. A violência adiciona-se à violência.

Depois dessa breve apresentação da teoria mimética, passamos a definir com mais rigor o desafio epistemológico de uma fundamentação sócio-antropológica da matriz disciplinar agroecológica. Trata-se aqui de uma inovação no tratamento dessas questões e o desafio que consiste em praticar a sociologia em um mundo que se revela limitado e desprovido de exterioridade radical, no qual, portanto, não é mais possível, eticamente e racionalmente falando, continuar terceirizando os riscos, a poluição e a violência.

Nessa perspectiva, um dos desafios da agroecologia é de ser uma ciência capaz de incluir na sua racionalidade a falta de *exterioridade radical*, ou seja, de ser uma ciência capaz de interagir com (e estudar) um mundo onde vários limites críticos vitais já foram ultrapassados. Apresentaremos agora alguns conceitos da permacultura e da agrofloresta e veremos como elas lidam com os dilemas expostos acima.

### **3-PISTAS DE FUNDAMENTAÇÃO SÓCIO-ANTROPOLÓGICA DA MATRIZ AGROECOLÓGICA**

#### **3-1- Permacultura e agrofloresta: esclarecimentos conceituais**

O conceito de permacultura (do inglês *permanent agriculture*<sup>19</sup>) nasceu nos anos 1970, na Austrália. É, portanto, uma disciplina nova, um paradigma em construção. O termo criado por Bill Mollison e David Holmgren e pode ser definido da seguinte maneira:

A permacultura é a arte e a ciência do bom senso. É a união do conhecimento tradicional com a informação da ciência moderna em uma metodologia de design para permanência humana. (MORROW, 2010)

A proposta permacultural abrange muitas dimensões das organizações humanas e, dessa forma, é um rico objeto de estudo. Trata-se de uma reflexão global sobre nosso mundo cujo desafio é levar em consideração os limites ecológicos e o caráter contraprodutivo das sociedades contemporâneas nas suas diversas dimensões, inclusive a da agricultura intensiva que se tornou o exemplo paradigmático. A permacultura recorre a um leque muito amplo de saberes, técnicas e tecnologias: dos saberes agrícolas tradicionais à ecologia científica e ao pensamento sistêmico mais moderno.

A meta da permacultura é a sustentabilidade dos sistemas de produção, ou seja, a criação e o manejo de sistemas que geram mais energia do que gastam. Tendo definida essa meta geral, a sua abordagem é ao mesmo tempo ética e pragmática. Eticamente, trata-se em primeiro lugar de cuidar da terra (que constitui a condição *sine qua non* da manutenção da vida humana). Em seguida, trata-se de cuidar das pessoas. Enfim, procura-

---

<sup>18</sup> Na antropologia mimética, o evento que quebrou a possibilidade de continuar recorrendo ao sacrifício para resgatar a harmonia coletiva de um grupo ou de uma coletividade (nem que seja temporariamente) foi o cristianismo que, revelando a inocência radical da vítima acaba com a legitimidade sócio-política do mecanismo do bode-expiatório (ver GIRARD, 1978).

<sup>19</sup> *Permanent*, neste sentido é sinônimo de *sustentável* pois nas atividades que envolvem os ecossistemas (são muitas!), enquanto não se passa dos limites críticos, os recursos encontram-se em quantidade ilimitada e, portanto, *permanente*. Quando se passa dos limites, acontece uma produção abundante repentina. Porém, a tendência a médio e longo prazo é ir, cada vez mais, rumo à escassez.

se dividir o excedente. A permacultura é também pragmática, ou seja, não dogmática no sentido em que ela não rejeita a priori técnicas ou métodos aparentemente antiecológicos. Porém, ela avalia rigorosamente o que estes podem trazer para o sistema e se sua função o ajuda a ser mais produtivo para atingir a meta geral ou, ao contrário, o afasta dela.

A sua reflexão enraíza-se sempre em um território concreto e localizado, mas abrange várias dimensões sociais, econômicas e ecológicas<sup>20</sup>.

A permacultura é a aplicação rigorosa do pensamento sistêmico junto aos saberes tradicionais de cultivo e produção de alimentos. Na concepção e manejo de espaços permaculturais, procura-se, em primeiro lugar, conhecer a fundo o local, os elementos presentes, os fluxos (energia, água, etc.). Através da observação atenta, procura-se também identificar as conexões entre os elementos. Quando se quer introduzir um novo elemento dentro do sistema, como um pomar (ou dentro do pomar, um pé de fruta), o permacultor sempre se questiona: qual é a sua função e o seu papel? De que maneira ele vai poder contribuir para aumentar a diversidade e a resiliência do sistema?

Como o objetivo dos sistemas permaculturais é criar espaços resilientes e produtivos, cada elemento deve cumprir pelo menos duas funções e cada função deve ser assegurada por, pelo menos, dois elementos. Assim, em caso de escassez ou de ruptura de uma função ou de um elemento, os moradores não se encontrarão numa situação crítica.

Sendo a abordagem permacultural integradora e "inclusivista", pode-se encontrar dentro de seu campo de ação uma variedade de práticas, saberes e métodos que até então estavam relativamente isolados ou desconectados uns dos outros. Assim, por exemplo, a agrofloresta pode ser vista como uma abordagem em si de manejo sustentável do solo através da combinação entre a preservação da floresta por um lado e o cultivo de plantas frutíferas e/ou de verduras por outro lado. Porém, ela pode ser vista igualmente como uma dimensão da permacultura ou da agroecologia que contribui para o propósito geral destas últimas.

De um ponto de vista metodológico, a permacultura procura alcançar a eficiência trabalhando com a natureza e não contra ela. Além disso, ela procura otimizar e não maximizar a produção. Esse ponto é fundamental pois isso significa que ela procura identificar limites críticos além dos quais a busca de maior rentabilidade se transforma no seu contrário.

Em condições normais, inclusive, ela pode ser tão produtiva quanto a agricultura convencional ou até mais, visto que os gastos em *inputs* energéticos e em produtos fitossanitários são bem menores<sup>21</sup>. Enfim, em relação ao que foi dito previamente sobre os limiares críticos, a permacultura participa de uma reflexão abrangente que consiste em estabelecer limites à expansão cada vez mais rápida dos modos heterônomos de produção altamente dispendiosos em recursos naturais e energéticos. Ora, a expansão contínua desse modo é um motivo importante de conflitos socioambientais (ACSELRAD, 2003). A permacultura propõe uma reflexão global sobre diversas dimensões envolvendo todas as interações ser humano/meio ambiente. Ela pretende, então, criar territórios mais preparados para enfrentar as mudanças climáticas e os choques socioeconômicos que comovem, e provavelmente comoverão, as sociedades globalizadas contemporâneas,

Quando se pesquisa sobre agrofloresta no Brasil, é fácil ouvir falar da figura do

---

<sup>20</sup> Essas várias dimensões encontram-se resumidas sob a forma da "Flor da permacultura" (HOLMGREN, 2002).

<sup>21</sup> Ver as pesquisas do Rodale Institute: <http://rodaleinstitute.org/our-work/farming-systems-trial/farming-systems-trial-30-year-report/>

Ernst Götsch devido à influência do seu trabalho através das várias ONGs que ele assessorou (Centro Sabiá, Agroflor ou o IPOEMA). Há mais de 30 anos, Ernst Götsch vem desenvolvendo e divulgando essa abordagem promissora. Trata-se de um tipo de método de produção de alimentos em associação com a floresta. Ela procura implantar Sistemas Agroflorestais (SAFs) baseando-se em alguns princípios (GÖTSCH, 1997):

- observar o que a natureza faz,
- aprender com ela tentando *copiá-la*<sup>22</sup>,
- criar consórcios de plantas,
- favorecer os processos sucessionais (afim de nunca faltar alimentos)<sup>23</sup>,
- deixar toda matéria orgânica podada no local para melhorar as condições biológicas do solo (para proteger o solo contra a erosão, as radiações solares, para manter a umidade e criar humo).

Em termos de virtudes a serem desenvolvidas, procura-se cultivar a humildade perante a criatividade da vida deixando de lado a arrogância. Por exemplo, parte-se do princípio que a natureza sabe limpar, preservar, armazenar, proteger e enriquecer o solo, ou ainda aumentar a biodiversidade, etc.<sup>24</sup> Portanto, a vida produz as condições favoráveis para a manutenção da própria vida. Assim, a visão que se tem da natureza aqui não é a de uma entidade encantada ou sagrada (como se encontra nas sociedades animistas) nem a de uma natureza inerte (como se encontra no naturalismo antropocêntrico de tipo ocidental). As entrevistas que tivemos com agricultores agroflorestais mostram que a agrofloresta confia em uma inteligência do reino vegetal, do reino animal, e na capacidade desses sistemas em criar padrões de organização com características próprias que podem ser identificadas e das quais pode-se aprender. Isso leva a uma mudança radical de ótica. Por exemplo, na agrofloresta, não existem ervas daninhas. Há, sim, solos pobres e descobertos. A erva danosa é uma erva pioneira cuja função principal é cobrir o solo para protegê-lo da erosão hídrica e eólica assim como das radiações solares, criando, dessa maneira, as condições de aparição das plantas secundárias. Essa mudança de ótica tem profundas implicações, pois, assim, se deixa de querer dominar a natureza lutando contra ela, mas procura-se, ao contrário, cooperar com ela. Como disse Jones Severino Pereira da Associação Terra e Vida: “Quando você termina o manejo de uma área, você observa com cuidado e você se pergunta: Eu diminuí a vida neste local ou eu aumentei a vida?” A agrofloresta é nesse sentido *biófila* (trabalha em prol da vida) em oposição à tendência *biocida* dos modelos agrícolas convencionais dominantes.

### 3-2 Antropologia mimética e agroecologia

É possível agora estabelecer uma relação entre a antropologia mimética e a abordagem agroflorestal e permacultural. Na antropologia mimética, o ser humano é radicalmente *alterdependente*. Ele depende inteiramente do outro, primeiro fisiologicamente e segundo existencialmente na formação e determinação do seu desejo. A fonte do desejo humano não se encontra na constituição biológica do sujeito nem nas profundezas psíquicas do mesmo, mas sim, no *outro*, mediador e modelo do desejo do sujeito. O desejo é, portanto, um fenômeno *intrinsecamente relacional* ou, o que significa o mesmo, social (OUGHOURLIAN, 1982, 2007). Por isso, fala-se nessa antropologia de

<sup>22</sup> A antropologia mimética não pode ficar indiferente a esse tópico. Como veremos no ponto 3.2.

<sup>23</sup> Favorecer os processos sucessionais é *imitar* a dinâmica sequencial dos ecossistemas naturais: certas espécies preparam as condições de aparição de outras espécies.

<sup>24</sup> Assim como a bióloga Janine Benyus mostrou através de dezenas de exemplos no seu livro *Biomimicry: Innovation inspired by Nature* (BENYUS, 1997).

psicologia *interdividual* (e não interindividual) para enfatizar o fato que o sujeito encontra-se sempre dividido, tendo o outro nele mesmo.

O projeto ético e existencial da modernidade baseou-se na crença e na ideologia que é possível para o sujeito atingir uma *autonomia ontológica*, ou seja, a modernidade construiu-se na *negação* da dependência radical do sujeito em relação a todo tipo de alteridades. Em termos filosóficos, essa postura representa um tipo de orgulho metafísico. Este caracteriza-se por um desejo de superar Deus. Confundindo Deus com um mero ser de potência e de autossuficiência, o Homem pretende, portanto, superá-lo nesses campos<sup>25</sup>! Esse sonho manifesta-se nas suas formas mais contemporâneas com o projeto de manipulação da vida, que pretende *criar* a vida, isto é, produzir a partir da manipulação do material genético seres híbridos capazes de se auto-organizar. O critério de sucesso dessas tentativas será a incapacidade dos engenheiros de prever e controlar a reação dessas entidades, devido à característica até agora própria às formas vivas: a de criar algo radicalmente novo (DUPUY, 2008, p.83).

De forma notável e contrastante com essa postura, a permacultura e a agrofloresta *reconhecem* essa dependência radical do ser humano em relação à alteridade natural que o constitui e assume uma posição de *imitação consciente* dos padrões naturais. Assim, o modelo que a permacultura e a agrofloresta propõem imitar é a *natureza*, ou melhor, elas procuram imitar os padrões naturais tais como descritos pela ecologia e a biologia modernas assim como por vários saberes antigos. Para isso, buscam resgatar as virtudes dos povos tradicionais como a da temperança e da humildade perante a natureza, sem necessariamente “*ressacralizar*” a mesma. Temos no caso da agroecologia, nas suas componentes permacultural e agroflorestal, uma tentativa ambiciosa e instigante de criação, na era contemporânea, de mediações virtuosas entre cultura e natureza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas pesquisas há vários anos sobre o tema da sustentabilidade nos levaram a trabalhar com permacultura e práticas agroflorestais. Trata-se de abordagens em plena expansão que pretendem ser não dogmáticas, mas baseadas em alguns princípios éticos fortes. Essas abordagens ainda são minoritárias no Brasil. Os obstáculos a uma maior divulgação são numerosos, entre eles, encontra-se a dificuldade de desistir de práticas agrícolas convencionais baseadas em uma atitude de controle e exploração da natureza para maximizar a produção alimentícia. Essas práticas produtivistas e intensivas são questionadas e desafiadas pela permacultura e pela agrofloresta que colocam em primeiro lugar a humildade e a observação perante a inventividade e a criatividade da vida. A permacultura e a agrofloresta afirmam que é possível resolver a maioria dos problemas da humanidade com os métodos que elas propõem.

Pode-se dizer que elas são arrogantes ou, ao contrário, ingênuas, em relação ao mal moral que atua no mundo sob sua forma banalizada (Hanna Arendt, 1966), invisível (Illich, 1975, Dupuy, 2008) ou intencional e que vai além da problemática agrícola. De fato, aderimos ao pensamento radical de René Girard ou à tese fundamental de Ivan Illich segundo a qual o mundo contemporâneo tornou-se estruturalmente contraprodutivo. Todos esses autores convergem para afirmar que a modernidade é um momento histórico

---

<sup>25</sup> “Pela primeira vez, Deus tem um rival!”: foi com essas palavras que o grupo ambientalista ETC comentou e criticou a proeza tecnológica realizada pela J. Craig Venture Institute, especializado em manipulação genética.

durante o qual a humanidade ultrapassa limites irreversíveis tornando-se capaz de se auto-alienar e de se autodestruir: ou diretamente através da violência ou através da destruição/poluição do seu habitat. No entanto, esses mesmos autores nos incentivam a agir fazendo tudo que for possível para amortecer o impacto das catástrofes ou protelá-las o quanto antes (Dupuy, 2002); para nos afastar da loucura e da destruição (Girard, 1978), e ainda para nós liberar da dependência mortífera ao modo heterônomo de produção (tema que permeia toda obra de Illich). Foi nessa perspectiva que apresentamos os desafios e os limites da proposta agroecológica e particularmente a permacultura e a agroflorestais.

Esperamos ter mostrado os proveitos heurísticos e práticos que o paradigma agroecológico pode ter a partir da teoria mimética. Parece-nos que a agroecologia pode se enriquecer ao levar em consideração essa complexidade do ser humano e que a teoria mimética pode contribuir de forma importante para isso pois ela esclarece de uma nova luz fenômenos humanos complexos tais como a rivalidade, a violência, a *húbris*, etc.

O que está em jogo hoje, parece-nos, é a manutenção ou a ruptura das condições de possibilidade de convivência entre o gênero humano e o resto da Criação ou, dito de outra maneira, da convivência entre os humanos e os não-humanos e, conseqüentemente, dos homens entre si.

## BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri: **Conflitos ambientais revelam onde o desenvolvimento emperra.** In: *Justiça ambiental*, v. 1, n° 2, novembro 2003, pp.2-3.

ARENDDT, Hannah: **Eichmann à Jérusalem. Rapport sur la banalité du mal.** Paris, Gallimard, 1966.

AUBIN, Ludovic: *Articulando os paradigmas da Cultura de Paz e do Desenvolvimento Sustentável: desafios locais e globais.* In: **Cultura de Paz – restauração e direitos.** EDUFPE, 2010, p. 145-175.

----- **Paradoxes, apories et contradictions au cœur du paradigme du développement durable: Etude d'un champ institutionnel de la région métropolitaine de Recife et de la Zone de la Forêt Atlantique du Pernambuco, Brésil,** Paris, 2012, 379p. Tese (Doutorado) - IEDES - Universidade Paris 1 - Panthéon-Sorbonne. Acessível em: <http://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00983881>

BARABASI, Albert-Laszlo: **Linked: How Everything Is Connected to Everything Else and What It Means for Business, Science, and Everyday Life,** New York, Plume Books, 2003.

BENYUS, Janine: **Biomimicry : Innovation inspired by Nature,** Harper Perennial, New York, 2002.

BOURG, Dominique: *L'éco-scepticisme et le refus des limites.* In: **Etudes**, Tome 413, juillet 2010, pp. 29-40.

CAPORAL Francisco Roberto: COSTABEBER José Antônio, PAULUS Gervásio, **Agroecologia : uma ciência do campo da complexidade**, Brasília (DF), 2009.

COLBORN, Theo: **O futuro roubado**, L&PM Editores, Porto Alegre, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMMD): **Nosso futuro comum**, editora da Fundação Getúlio Vargas, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1991.

DESCOLA, Philippe: **Par-delà nature et culture**, Paris, Gallimard, 2006.

DUPUY, Jean-Pierre: **La marque du sacré**, Paris, Carnets Nord, 2008.  
-----« *Qui veut sauver l'espèce humaine ?* » Dialogue avec Corinne Lepage. In: **Philosophie Magazine**, n° 13, Octobre 2007.

EHRENBERG, Alain: **La Fatigue d'être soi – dépression et société**, Odile Jacob, Paris, 1998

GIRARD, René: **Mensonge romantique et vérité romanesque**, Paris, Grasset, 1961.  
-----**La Violence et le Sacré**, Paris, Grasset, 1972.  
-----**Des choses cachées depuis la fondation du monde**, Paris, Grasset, 1978.

GÖTSCH, Ernst: **Homem e Natureza, Cultura na Agricultura**, Recife, Centro Sabiá, 1997.

HOLMGREN, David: **A Permaculture: Principles and Pathways Beyond Sustainability**, Hepburn: Victoria: Holmgren Design Services, 2002.

ILLICH, Ivan: **Némésis médicale**, Paris, Seuil, 1975.  
-----**La corruption du meilleur engendre le pire, entretiens avec David Cayley**, Arles, Actes Sud, 2007.

KEYNES, John Maynard: **Essais de persuasion**, Paris, Gallimard, 1933.

LIPOVETSKY, Gilles: **Les temps hypermodernes**, Paris, Grasset, 2004.

MC KIBBEN, Bill: **The End of Nature**, New York, Random House Trade Paperbacks, 1989.  
-----**Eaarth: Making a Life on a Tough New Planet**, St. Martin's Griffin; 2010.

MOLLISON, Bill: **Permaculture, a designer's manual**, Tagari Publications, 1988.

MONTOYA, J.M., Pimm, S.L., and R.V. Sole. Ecological networks and their fragility. In: **Nature**, 2006 n. 442: 259-264.

MORIN, Edgar: **Le paradigme perdu : La nature humaine**, Paris. Seuil, 1972

MORROW, Rosemary, **Permacultura, passo a passo**, 2ª edição, Editora + Calango, Pirenópolis, GO, 2010

OUGHOURLIAN, Jean-Michel: **Un mime nommé désir**, Paris, Seuil, 1982.

ORLEAN, André, AGLIETTA, Michel: **La Monnaie : entre violence et confiance**, Odile Jacob, 2002.

ROCKSTRÖM Johan et al., *A safe operating space for humanity*. In: **Nature**, n° 461, 24 September 2009.



## **Convivência com o semiárido: nas fronteiras entre o novo que se legitima e o antigo que teima em ficar**

**Mariana Moreira Neto\***  
**Maria Thaize dos Ramos Lira\***

### **Resumo**

O discurso da convivência com o semiárido está entrelaçado a um diálogo conflituoso entre discursos que restringem as fronteiras, intervindo em ações e alterando sua institucionalização. A compreensão da convivência no contexto da vivência de entidades, organizações e agricultores que trabalham com esta ideia é o objetivo deste artigo que busca apreender quais associações são estabelecidas entre convivência, desenvolvimento sustentável, sertão, autonomia e assujeitamento.

**Palavras-chave:** Semiárido; convivência; desenvolvimento sustentável.

---

\* Socióloga, Professora. Doutora, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cajazeiras, PB, E-mail: [moreiramariana@uol.com.br](mailto:moreiramariana@uol.com.br)

\* Graduanda em História, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cajazeiras, PB, E-mail: [tramoslira@gmail.com](mailto:tramoslira@gmail.com)

## Introdução

Ao se pensar o Semiárido Brasileiro, a imagem que vem à mente, a *priori*, é de uma localidade seca e inadequada ao convívio humano, ou seja, uma região periodicamente afetada por estiagens prolongadas que, manipuladas por grupos políticos e econômicos regionais, ditos oligárquicos, agrava a pobreza da população e corrobora o discurso de que a miséria é castigo divino ou resultado da inviabilidade econômica e social. Um discurso que, valendo-se da literatura, reforça a imagem do sertanejo como condenado a retirância.

Ninguém pergunta ao retirante donde vem nem para onde vai. É um homem que foge do seu destino. Corre do fogo para a lama. (...) Baldara-se lhe todo o heroísmo sertanejo. Ainda bem não se refazia de um cataclismo, sobrevinha-lhe outro. Horrendos desastres desorganizando a economia remanescente. O sertão vitimado: todo o seu esforço aniquilado pelo clima arrítmico, perturbador dos valores, regulador inconstante dos destinos da região. (ALMEIDA, 1980: 29-31).

Estereótipos enaltecendo de miséria perpetuam por um longo período a visão de Nordeste, mas o que não se pode deixar de expor é que se trata de visões curtas e espaciais, que ofuscam a possibilidade de pensar cada indivíduo inserido no seu tempo. Assim, líderes políticos se apresentam como reforçadores desse discurso que associa o Nordeste apenas a seca e a fome e são, por muito tempo, gerenciadores de um meio representativo corrupto e falseado, fazendo uso da chamada *indústria da seca* para manter seus meios de enriquecimento.

Os inúmeros discursos que se lançam sobre o Nordeste não surgem aleatoriamente, nem tão pouco sem um foco. Eles objetivam, sobretudo, as barganhas políticas e financeiras apropriadas pelas chamadas elites regionais.

As políticas governamentais sempre foram acionadas a partir das necessidades extremas da população nos períodos de seca, mas sempre foram comandadas pelas elites regionais que controlavam a situação. Tanto a distribuição de cestas básicas, como a distribuição de água e a organização de frentes de trabalho foram controladas pelas elites e serviram para aumentar sua riqueza e seu domínio sobre a população. (ÁGUA DE CHUVA: 2001 p.14 – 15)

Deslocando essa concepção, uma nova leitura da região é empreendida sobretudo por organizações não governamentais, que passam a apontar a ideia da convivência entre o homem e o meio ambiente como alternativa para se pensar a vida nesta região. Uma concepção que compreende esse espaço como de interseção, encontro e convivência entre homem e o seu meio.

A nova releitura da região semiárida procura desmistificar a ideia de que o problema central desse espaço é a falta de água. Aponta também que o nordestino não deve abandonar seu espaço, não sendo preciso deixar sua localidade, mas adaptar-se a ele, quebrando a ideia de que no Nordeste não se vive. Esse debate tem como principal suporte a ideia da convivência que se apóia nos parâmetros do desenvolvimento sustentável, como possibilidade concreta de construção de alternativas de vida e de promoção do protagonismo dos habitantes do Semiárido.

O discurso da convivência passa a ver o sertanejo não como um povo sofrido, ignorante, sem conhecimento algum, ou meros habitantes de um Brasil isolado e devastado pela fome, pelo descaso, pela miséria ou pelo atraso. As leituras que apresentam o Nordeste como uma localidade própria ao convívio são muitas, considerando ser esse,

(...) o Semiárido mais chuvoso do planeta: a pluviosidade é, em média, 750 mm/ano (variando, dentro da região, de 250 mm/ano a 800 mm/ano). É também o mais populoso, e em nenhum outro as condições de vida são tão precárias como aqui. O subsolo é formado em 70% por rochas cristalinas, rasas, o que dificulta a formação de mananciais perenes e a portabilidade da água, normalmente salinizada. Por isso, (...) a captação da água de chuva é uma das formas mais simples, viáveis e baratas para se viver bem na região". (MALVEZZI, 2007, p. 10).

Essa nova compreensão de como devem ser construídas as relações entre o homem e a semiaridez passa, necessariamente, pelo viés da sustentabilidade em suas múltiplas manifestações.

O que se busca é a abertura de uma nova cultura de relação com a chuva, uma nova cultura de conservação da água. Isso não é fácil, pois significa uma crítica a tudo que se tornou tradição na região e um despertar para caminhos novos de convivência com ela. (POLETTO: 2001, 21).

Nesse sentido, a sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, através do uso dos recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro. A questão que se apresenta como pertinente nesse debate é a de compreender como são estabelecidas as relações entre o homem e o meio, quais políticas e projetos são definidos na perspectiva da convivência e, como essa ideia se sustenta na proposta da sustentabilidade do desenvolvimento.

A temática que cerca o desafio da sustentabilidade ambiental requer em uma primeira análise a contemplação de mecanismos conceituais e estruturais que se evidenciam principalmente no que diz respeito à interação entre homem e natureza. (GEWEHR, 2006, s/p).

A partir dessa compreensão, Chacon 1999, elenca alguns pontos que servem para destacar uma formulação do conceito de sustentabilidade, situados nas dimensões do social, do ambiental, do territorial, do econômico e do político. A observação desses critérios é apontada pela proposta da convivência como pré-requisito para que o desenvolvimento do Semiárido aconteça na interface entre as dimensões social, econômica, política, cultural e ambiental, ou seja, que a irregularidade das chuvas e a aridez do solo não sejam convertidas em argumentos políticos de legitimação e justificação da miséria regional. Portanto, viver no Semiárido traduz-se em adequar-se as características da região, através do uso racional dos seus recursos naturais e favorecendo a autonomia e o protagonismo social.

Portanto, a sustentabilidade se anuncia como a possibilidade concreta de produção de melhores perspectivas de vida e de valorização humana e social, rompendo com o ciclo vicioso do conformismo que, historicamente, vem configurando as relações de poder nessa região. Essa ruptura que se observa com a proposta da convivência com o semiárido passa pelo incentivo, através de inúmeras organizações não governamentais e movimentos sociais, de práticas e vivências de organização comunitária, de novos conhecimentos sobre a realidade social e ambiental da região, de produção de novos dizeres e novos saberes que legitimem e respaldem as experiências exitosas de convivência.

Dessa forma, a proposta da convivência pode ser considerada como um novo discurso que se anuncia como possibilidade de produção da existência no Semiárido, quebrando paradigmas e instituindo novas concepções de mundo, reforçando o argumento de Foucault, para quem *“o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”* (FOUCAULT, 1999, p.10).

### **Nuances e intrigas do velho que sai e do novo que chega**

A compreensão de quais associações são estabelecidas entre a ideia de convivência e de desenvolvimento sustentável a partir da prática de entidades<sup>1</sup> que trabalham com a proposta no Alto Sertão Paraibano permite apreender como esse discurso é significado e ressignificado

---

<sup>1</sup> Foram pesquisadas as seguintes entidades: Comissão Pastoral da Terra (CPT-Sertão), Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), Programa de Ação Social de Políticas Públicas da Diocese de Cajazeiras (PASPP) - Cáritas Diocesana da Diocese de Cajazeiras, e os sindicatos de trabalhadores rurais do município de São José de Piranhas e de Aparecida, todas situadas na região do Alto Sertão da Paraíba. Também foram entrevistados agricultores de assentamentos de reforma agrária e de comunidades rurais situadas em municípios do Alto Sertão Paraibano, como Cajazeiras, São José de Piranhas e Aparecida. A pesquisa foi realizada no período de 2010 a 2013, vinculada ao Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFCG).

no cotidiano dessas entidades e quais elaborações e reelaborações ele opera na produção de relações de poder saber que perpassam e situam o dizer da convivência. Também se apresenta como imperativo a compreensão elaborada por agricultores<sup>2</sup> e como eles constroem entendimentos políticos e culturais acerca da convivência com o semiárido, bem como as suas divergências e convergências para com as maneiras de apropriação do poder por parte das entidades.

De acordo com Foucault (1999), é pertinente ter a compreensão de como os discursos veiculados a uma prática que provém da formação de saberes, se instituem como um espaço em que poder e saber se articulam para construir subjetivações sócio-culturais e criar identidades. Aprofundar esses discursos em seu poder de afirmação, de construção de domínios de objetos e de codificação de correlações de forças como pontos de interseção entre saber e poder se apresentou como pressuposto determinante na compreensão de como o discurso da convivência com o semiárido transita e oscila entre a legitimidade e a resistência.

A partir dessa compreensão e, seguindo a linha argumentativa construída por Foucault, percebe-se que a produção de um processo criativo das lutas de resistência constituem uma nova economia das relações de poder, pois “tudo isso está diretamente ligado a uma prática e as estratégias que são, por sua vez, moveis e se transformam”. (FOUCAULT *apud* BRANCO, 2001: p.7). Foucault ainda concede lugar às variadas modalidades de lutas em jogo na atualidade. Elas se verificam no campo dos afrontamentos ao poder, nas pelepas e nas

(...) lutas contra a dominação (étnicas, sociais, religiosas), [n]as lutas contra as formas de exploração (que separam o indivíduo do que ele produz), e finalmente [n]as lutas que levantam a questão do estatuto do indivíduo (lutas contra o assujeitamento, contra as diversas formas de subjetividade e submissão)”. (FOUCAULT *apud* BRANCO, 2001: p.9.).

Sendo assim, compreende-se que as lutas de resistência são lutas pela autonomia e emancipação<sup>3</sup>. Nesse sentido, apreende-se como o discurso da convivência com o semiárido se contrapõe a um discurso tradicional que desenha o sertão e, conseqüentemente, o sertanejo como um povo sofrido, ignorante, sem conhecimento algum, ou meros habitantes de um Brasil isolado e devastado pela fome, pelo descaso, pela miséria ou pelo atraso. As elaborações teóricas que constroem e subsidiam o discurso da convivência com o semiárido, bem como a prática das entidades que trabalham a idéia da convivência e as falas das

---

<sup>2</sup> As entrevistas foram realizadas tendo como pressuposto a argumentação teórica elaborada por Michel Foucault que trabalha a análise do discurso como uma forma de compreender como os ditos e escritos revelam um sentido que define posições e produz compreensões e explicações sobre a realidade.

<sup>3</sup> Para uma maior compreensão das idéias de Foucault sobre resistência, ver ALVIM (2009); BRANCO (2001).

lideranças e dos agricultores, buscam referenciar o espaço do semiárido como um espaço de aprendizagem. Ou seja, é preciso aprender a conviver se adaptando ao meio e construindo relações de interação entre o homem e o meio ambiente.

É possível perceber como o discurso da convivência é apropriado e reelaborado a partir dos interesses e das intencionalidades históricas que marcam cada momento e cada experiência das entidades no percurso de suas práticas cotidianas. As análises permitidas pelos discursos e falas de entidades, lideranças e agricultores possibilitam auferir que a convivência com o semiárido é uma questão de saber lidar com a estrutura que o clima disponibiliza, a partir da construção de cisternas de placa<sup>4</sup>, mandalas<sup>5</sup>, banco de sementes comunitário<sup>6</sup>, barragem subterrânea<sup>7</sup>, com a armazenagem da ração forrageira, a criação de animais, respeitar e zelar o meio ambiente, evitar o uso de agrotóxicos. A configuração de um discurso político sobre a convivência pode ser manifesto no exemplo da cisterna de placa que, de forma dominante, emerge das falas, como um artefato que não traz apenas água, mas também a autonomia das famílias em relação aos grupos políticos que, no decorrer de décadas, escravizaram a população com a utilização de carros pipas assim como outras escolas públicas.

### **Quem fala em nome da convivência diz o que?**

---

<sup>4</sup> Cisternas de placa são cisternas de captação de água de chuva, que recolhem a água dos telhados, conduzindo-a diretamente para o reservatório, sem deixá-la cair no chão. Tem a finalidade de oferecer, durante as estiagens, água de qualidade para o consumo humano e para o preparo dos alimentos. As cisternas de placas são tanques construídos sob os oitões das casas a partir de placas de concreto e onde é armazenada a água da chuva coletada dos telhados. Cada cisterna armazena em média 16 mil litros de água. A tecnologia foi testada e adotada pelo Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido (P1MC) e por programas governamentais, ONGs, igrejas, sindicatos etc..

<sup>5</sup> As mandalas têm uma concepção agroecológica, com uma mística, inspirada no próprio sistema solar. É um conjunto produtivo que tem no centro um tanque – em formato de bacia – com capacidade para até 30 mil litros de água, abastecido com água de adutora, barragem ou açude. Ao redor da mandala, em círculos concêntricos, são cultivados em canteiros os alimentos básicos como feijão, arroz, mandioca, batata, hortaliças e frutas de que a família precisa para alimentar-se e para vender.

<sup>6</sup> Os bancos comunitários de sementes (BCS) se constituem em espaços coletivos organizados pelos agricultores familiares onde são armazenadas as sementes que, anualmente, a cada início da estação chuvosa, são distribuídas com os agricultores para o cultivo das lavouras. Além de preservarem sementes de variedades nativas ou já adaptadas as condições de clima e solo do Semiárido, os bancos de sementes são considerados, sobretudo, pelos que comungam da proposta de convivência instituída pela ASA, como espaço importante de discussão política sobre preservação do solo, conservação da caatinga, uso de fertilizantes e defensivos naturais, utilização de recursos hídricos.

<sup>7</sup> As barragens subterrâneas são uma tecnologia simples e barata que permite captar e armazenar água de chuva sob a terra sem inundar as melhores áreas de plantio nos baixios. Para fazer a parede da barragem, cava-se uma valeta, cortando o leito do riacho ou baixio até encontrar a rocha firme. Dessa forma, quando chega a água de chuva, ela fica sob a superfície, formando uma área embrejada. Essa concepção de guardar a água sob o solo evita, ou pelo menos reduz drasticamente, o fenômeno da evaporação. Dessa forma, podem-se formar pomares e fazer cultivos de mais longo prazo na área banhada pela barragem.

A compreensão da convivência como estratégia de construção de dignidade de vida no Semiárido se expressa no desenvolvimento de saberes e experiências que possibilitam aos homens e mulheres que vivem neste espaço ressignificar saberes e modalidades de vida, transformando concepções políticas e desmistificando crenças. A convivência é vista além de uma compreensão climática ou meteorológica, assumindo dimensões política, cultural e, mesmo religiosa, quando passa a ser incorporado como motivação para a ação de entidades religiosas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT-Sertão)<sup>8</sup>.

Para a CPT-Sertão a convivência com o semiárido é uma questão de saber superar as adversidades do clima, é o armazenamento de água e de sementes, como também o manejo adequado da terra, possibilitando, assim, a pastagem para os animais. É uma garantia de sobrevivência dos seres humanos, dos animais e da produção e que por mais que essa seja uma região onde a chuva é irregular as pessoas têm que se conscientizar de que é necessário armazenar, pois, caso contrário, passará por sérias dificuldades no período de estiagem.

Essa elaboração da convivência explicita como os discursos são articulados a partir das posições e dos lugares que os sujeitos ocupam, o que empresta legitimidade e reconhecimento as suas falas. A percepção de como é morar no sertão está imbricada pela desconstrução da idéia de combate à seca, e a instituição de uma nova concepção que elege e aponta a positividade das inúmeras possibilidades de se viver no sertão. Possibilidades negligenciadas pelo discurso dominante assentado na compreensão da seca como determinação natural.

Nesse sentido, as elaborações discursivas produzidas pela CPT-Sertão, revelam como a idéia da convivência vem atrelada a uma mudança de concepção que se processa no curso de ações educativas e formativas que positivam o semiárido como possibilidade e desconsideram o sertão como espaço da fome, da miséria, do degrado. Tais elaborações discursivas permitem apreender como o deslocamento de compreensões acontece a partir da legitimação de novos discursos. Percebe-se, pois, como o discurso da convivência com o semiárido começa a se instituir no imaginário sertanejo suplantando a compreensão prevalecente, até algumas décadas, quando as pessoas pensavam que seria possível acabar com a seca, não dando

---

<sup>8</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT-Sertão), sediada na cidade de Cajazeiras, trabalha com 24 assentamentos, compreendendo ao todo 22.475,20 hectares somando um total de 961 famílias. A entidade desenvolve o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), idealizado pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que tem por objetivo fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido Brasileiro, trabalhando com a relação de uma terra e duas águas, onde seria uma água para plantar e outra para consumo puro e adequado. A CPT desenvolve ainda projetos de sustentabilidade e de fundo rotativo, como Rede Sementes, Rede Abelha, Rede Água, Rede Educação, Rede Saúde e Alimentação etc. Todas essas redes integram, além dos assentamentos e acampamentos, outras comunidades e entidades ligadas a fóruns de nível estadual, regional, e nacional, a exemplo da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB), da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) e da Rede Abelha Nordeste.

relevância ao fato de ela ser um fenômeno climático natural. A convivência com o semiárido está imbricada por uma relação de aprendizagem, ou seja, aprender a respeitar o meio em que se vive, estabelecendo estratégias de sobrevivência.

O respeito ao meio em que se habita é o passo principal para a convivência, pois é a partir dele que se consegue estabelecer estratégias de sobrevivência. A sustentabilidade torna-se, nessa região de clima semiárido, uma prática essencial a partir do momento em que as pessoas aprendem a respeitar a natureza e interagem com o contexto social, político e cultural que está em seu entorno.

O discurso da convivência emerge ainda nas elaborações discursivas das entidades como uma estratégia fundamental para a produção de novas concepções e novas formas de dizer um lugar e modos de situá-lo e configurá-lo historicamente. Isso fica evidente nas falas das lideranças da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP)<sup>9</sup>. A convivência com o semiárido, na configuração elaborada e legitimada pelas entidades e por suas lideranças, se assenta na proposta da relação racional e respeitosa do homem com o meio e, a partir dos projetos e das atividades, valorizar a cultura e as experiências das gerações passadas e pensar o futuro com autonomia e determinação.

Essa compreensão reforça o argumento de que é possível conviver no Semiárido desde que se aprenda a lidar com as condições que ele disponibiliza. Para tanto, a educação, sobretudo, aquela que se processa no âmbito das formações políticas e técnicas, tendo como referência o aspecto da contextualização, destaca-se como imperativa. Pois, para que seja possível a convivência é necessário demonstrar que “*conviver com a seca não é fácil, mas é possível*” seja através de palestras ou cursos de capacitação, dentre outras atividades e projetos que promovam a interação social embasada pela proposta da convivência com o semiárido.

O discurso da convivência também ganha legitimidade em outras instâncias, através da atuação, por exemplo, de entidades sindicais, sobretudo, de trabalhadores rurais, como parceiras na execução de programas e projetos que tem a proposta da convivência como pressuposto fundamental. Isso fica evidente nas falas de lideranças do Sindicato dos

---

<sup>9</sup> A CAAASP, sediada na cidade de Cajazeiras, trabalha com a proposta de convivência com o semiárido, sobretudo nos assentamentos, buscando qualificar os assentados acerca das estratégias de convivência e sobre cidadania e direitos. Nesse sentido, executa projetos como PIMC, o P1+2, o Banco de Sementes, a mandala As ações desenvolvidas pela CAAASP buscam atingir os moradores dos assentamentos e acampamentos, colocando parte dos habitantes da região semiárida do Alto Sertão Paraibano num contexto de inserção com seu ambiente de forma a se adequar a ele.



Trabalhadores Rurais de Aparecida<sup>10</sup>, que constroem o discurso da convivência a partir do viés do protagonismo social e político dos habitantes dessa região, e de suas ações voltadas para o desenvolvimento sustentável e para a montagem da autonomia social, do desenvolvimento de tecnologias sociais adaptadas a realidade do Semiárido e da geração de renda.

A construção de um discurso articulado e socialmente referenciado sobre a convivência é perceptível quando as lideranças sindicais afirmam que é preciso que se construa “*uma compreensão de que ninguém pode acabar com a seca e que se vive em uma região de quadro seco*”. A proposta da convivência com o semiárido passa, portanto, pelo desenvolvimento de experiências que municiam a população para suportar a época de estiagem. Um discurso que expressa a compreensão de como as entidades e instituições que elaboram e produzem a proposta da convivência ganham lastro de verdade e de concepção política de um espaço por legitimar uma possibilidade de vida para o Semiárido. Nesse sentido, a proposta da convivência ressignifica antigas concepções, como a de que, sobretudo em períodos de estiagens, eram naturais as práticas das esmolas públicas no intuito de combater a seca.

Desponta ainda como fundamental a questão de que é importante a discussão da convivência, porém, ela tem de ser sustentável, “*tem que levar para a mesa do governo, é como uma obrigação, a concepção de entendimento do desenvolvimento da região. Até um dia desses só existia Estado de Campina Grande para lá, Sertão não existia. Hoje estamos todos discutindo desenvolvimento sustentável, agroecologia. Enfim, sementes da paixão, região, sementes que sejam produzidas pelos próprios trabalhadores, e não aquela semente introduzida pela EMBRAPA. O desenvolvimento sustentável deve estar aliado como o semiárido. A convivência é você aprender a lidar com as condições que a região lhe oferece*”.

Essas práticas discursivas consideram e legitimam a compreensão de que não adianta querer acabar com a seca, pois ela é um fenômeno climático e não cabe aos seres humanos alterar essa realidade. Percebe-se que a proposta da convivência vem se institucionalizando como um discurso que ganha cada vez mais projeção como uma forma de ver e de dizer sobre esta região. Nesse sentido, observa-se que as entidades trazem como consequência principal o

---

<sup>10</sup> O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida (STRA) desenvolve programas relacionados à convivência com o semiárido brasileiro, promovendo ações relevantes no sentido de promoção da cultura de convivência com o semiárido. O STRA trabalha em parcerias com outras organizações da sociedade civil como ASA, RESAB e CPT-Sertão e programas de cunho socioeconômicos empreendidos pelo governo federal.

redimensionamento do lugar que os sujeitos sociais ocupam e as estratégias e táticas utilizadas na produção desse espaço.

Observa-se ainda que a interseção entre convivência e sustentabilidade vem marcando os empreendimentos desenvolvidos na região e estabelecendo novos paradigmas na relação que os homens constroem entre si e com o meio ambiente. As práticas de armazenamento da água da chuva, de manejo sustentável da caatinga, de educação contextualizada, a preservação dos recursos hídricos se constitui, portanto, em formas de construção de uma articulação harmoniosa entre homem e meio ambiente. Dessa forma, visando superar o sofrimento político e social provocado pelas estiagens e reelaborando relações de poder saber que valorizem o protagonismo e a vivência no espaço semiárido o discurso da convivência se insinua como uma possibilidade de construção de condições de vida e se legitima como um dizer sobre este espaço e sobre como devem ser os procedimentos para se habitar esta região, mesmo com as adversidades climáticas e naturais que lhes são peculiares.

Os ditos e escritos que dão subsídio a compreensão do que é ser semiárido, a partir da visão das entidades e lideranças, subsidiam a percepção de que não é necessário abandonar o sertão e ir em busca de melhores condições de vida, pois a região apresenta estratégias de convivência, basta saber lidar com elas.

### **Entre o que chega como novidade e o medo do assujeitamento**

As falas dos agricultores, por sua vez, revelam maneiras diversas de dizer e fazer um discurso e expressam compreensões que, por vezes, se apresentam divergentes e diferentes. Percebe-se que, enquanto a versão dos líderes das entidades remete para o campo das possibilidades e da aceitação do discurso da convivência como legítimo, circulam outras versões que destoam e divergem dessa idéia.

A possibilidade de abrir espaço e dar voz para essas manifestações distoantes tem como propósito perceber como e que em dimensão são elaboradas posturas e compreensões sobre temáticas e vivências como convivência, sustentabilidade, educação contextualizada, considerando serem estes indivíduos que personificam e sentem na prática os percursos do caminho de se tentar viver melhor no Alto Sertão Paraibano, bem como a sua viabilidade ou não.

Analisar os mecanismos de resistências se constitui relevante quando se apreende como os agricultores, em determinados momentos, apresentam posições de descontentamento, de divergência, de não aceitação e de resistência às práticas e aos discursos veiculados por

entidades e lideranças e que, de forma determinante, buscam diluir as individualidades em um contexto totalizante.

(...) a individualidade é completamente controlada pelo poder e que nós somos individualizados, no fundo, pelo próprio poder. Dizendo de outro modo, eu não creio que a individualização se oponha ao poder, mas, pelo contrário, eu diria que nossa individualidade, a identidade obrigatória de cada um é efeito e instrumento do poder, e o que este mais teme é: a força e a violência dos grupos. (FOUCAULT, 1994, p.663)

A partir da análise das falas dos agricultores que manifestam alguma resistência e/ou divergência com o discurso da convivência e com a ação de lideranças das entidades que trabalham essa proposta na região, percebe-se que, embora destaquem a relevância de alguns projetos significando a possibilidade de uma melhor relação do homem com o meio ambiente e suas peculiaridades de aridez, revelam a atuação das entidades e das pessoas que as representam criando certa hierarquia, e instituindo relações de poder que inibem ou afastam a participação de todos. Nesse sentido, as falas dos agricultores permitem identificar um sentimento de desconfiança em relação às lideranças e ao discurso que elas elaboram e representam, sobretudo, quando essas lideranças passam a ter uma atuação nas comunidades, traduzindo, enfim, um sentimento de medo ante a perda das individualidades e o risco do assujeitamento a um discurso e as práticas que lhes são correlatas, e que começa se legitimar e a ganhar visibilidade como uma maneira de dizer e sentir esse espaço.

As falas expressam como as resistências e discordâncias são visualizadas. Uma posição que traduz um sentimento de distanciamento e ruptura não revelado nas falas das lideranças quando defendem que a convivência com o semiárido é a garantia de sobrevivência dos seres humanos, dos animais e da produção e que por mais que essa seja uma região onde a chuva é irregular as pessoas têm que se conscientizar de que é necessário armazenar, pois, caso contrário, passará por sérias dificuldades no período de estiagem. Não se considera, nesse cenário, as posições e os lugares dos homens no intrincado mundo das relações de poder que se manifestam em suas variadas matizes e, portanto, as individualidades que permeiam os embates e as resistências.

Nesse sentido, Branco (2001), ao analisar a questão considera que, na visão foucaultiana,

(...) as lutas de resistência em torno do estatuto da individuação podem ser sintetizadas pela palavra de ordem seguinte: "sem dúvida, o objetivo principal, hoje, não é o de descobrirmos, mas o de nos recusarmos a ser o que somos". De tal modo que o problema não está tão somente no Estado e nas suas instituições, mas sobretudo na própria esfera subjetiva, onde eles têm uma influência produtiva de aniquilação do *moto* próprio da condição livre. A questão, assim, é produzir, criar, inventar novos modos de

subjetividade, novos estilos de vida, novos vínculos e laços comunitários, para além das formas de vida empobrecidas e individualistas implantadas pelas modernas técnicas e relações de poder. (BRANCO, 2001, p. 10).

Apesar de não participarem ativamente de todos os projetos desenvolvidos pelas entidades, os agricultores que não partilham da mesma compreensão do discurso da convivência, reconhecem que muitas ações representam uma possibilidade de conviver melhor com o semiárido. Um caso especial é a construção de cisternas de placa<sup>11</sup>, que possibilita as pessoas ter água no período de estiagem, e que, atualmente, tem uma aceitação majoritária na região, permitindo que, independente de um envolvimento direto ou não com a proposta da convivência com o semiárido, ressignificaram e ressignificam uma compreensão sobre o sertão e o semiárido. No entanto, essa compreensão não se legitima como uma idéia.

Os discursos permitem perceber até que ponto e em que medida o discurso da convivência é apropriado e reelaborado a partir dos interesses e das intencionalidades históricas que marcam cada momento e cada experiência dos agricultores no percurso de suas práticas cotidianas. Falas que não podem ser divorciadas do contexto histórico em que elas são elaboradas, ou seja, a vivência e a realidade dos assentamentos e das comunidades as quais os agricultores estão vinculados. Nesse sentido, compreender essas falas implica situá-las enquanto ditas sobre um espaço e uma contextualidade, e que, em momentos diversos, se afinam ou destoam da realidade em que vivem, produzindo múltiplas versões dos fatos e gerando outros olhares sobre as práticas ditas e trabalhadas pelas entidades.

### **Finalizando essa prosa**

A revelia das ressalvas e prevenções que, de maneira recorrente, se manifestam nas elaborações discursivas, sobretudo, de agricultores, já desponta como uma evidência real a constatação de que o discurso da convivência é elaborado e reelaborado por cada assentado em consonância com suas práticas e posições políticas cotidianas, o que favorece que determinadas vivências e experiências sejam aceitas e legitimadas mesmo quando há posturas pessoais divergentes.

Outra expressão das divergências que marcam o discurso da convivência é revelada quando se analisa a forma como são compreendidos, interpretados e ressignificados os projetos e as ações. As classificações e divisões políticas e culturais que instituem posições e

---

<sup>11</sup> O Programa um milhão de cisternas (P1MC) além da construção das cisternas de placas, trabalha com um processo de mobilização social através da capacitação da população, sobre a convivência com o semiárido, o gerenciamento dos recursos hídricos, cidadania, relações de gênero.

concepções de sujeitos, como lideranças, técnicos, agricultores, revelam um processo de institucionalização que hierarquiza e, de alguma maneira, determina exclusões e privilégios, gerando situações em que pessoas são referenciadas como “donas” das entidades.

Nesse sentido, em muitos aspectos dos discursos é perceptível as resistências e as dissonâncias que entremeiam e perpassam a proposta da convivência com o semiárido e a sua vivência e operacionalização através dos projetos e ações que são executados e realizados por diversas entidades no Alto Sertão Paraibano. A omissão e o desinteresse em participar das ações, a crítica a hierarquização das entidades, a maneira desigual com que os projetos são distribuídos com as comunidades, a forma como as lideranças concentram poder e, dessa forma, instituem e estabelecem relações assimétricas com as comunidades produz situações em que, as entidades somente são procuradas em momentos pontuais, como a necessidade de um documento. É freqüente a expressão de descaso para com a atuação das lideranças e a cobrança e crítica em razão a falta de diálogo, levando um assentado a afirmar que “já arrumei muita intriga por não aceitar as coisas do jeito deles”.

Uma avaliação das falas dos agricultores e das lideranças das entidades permite apreender que essa proposta vem ganhando cada vez mais legitimidade como forma de ver e dizer um espaço e de classificar e nomear as práticas e os procederes de uma população. E, ao mesmo tempo em que se legitima, enfrenta resistências e divergências como expressão das práticas cotidianas que, oscilando entre o novo e o antigo, procura se instituir e se institucionalizar como verdade e, dessa forma, homogeneizar práticas, instituir identidades e silenciar as vozes destoantes.

A proposta da convivência que, embora sendo uma idéia elaborada a partir de uma intencionalidade discursiva que, numa diversidade de abordagens, apresenta as possibilidades de se conviver com esse ambiente sem agredi-lo, não se institui e se legitima como uma questão unânime e homogênea, revelando fissuras e brechas. Essas elaborações mostram a complexidade que existe entre os habitantes dessa localidade, defendendo que conviver não apenas se resume as pessoas que habitam esse espaço, mas abrange todo um contexto político, cultural, social e econômico, sobretudo quando se considera o Semiárido Brasileiro em sua complexidade e versatilidade onde habita e convive uma polissemia de idéias e discursos.

Em suma, a mudança que vem se operando no Semiárido Brasileiro, com o deslocamento do discurso do combate à seca para a concepção de convivência, vem instituindo um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é ser Semiárido. A ideia da convivência como contraponto ao descaso histórico para com o Semiárido Brasileiro, por

exemplo, baseia-se em evidências que coloca a região como espaço de tematizações pertinentes sobre o ecossistema caatinga, suas diversidades e sobre as possibilidades de um desenvolvimento sustentável. Mudança que, se assentando em enunciados como o da convivência, possibilita a (re)elaboração de novas perspectivas de identificação e caracterização do sertão.

Portanto, a proposta de convivência com o semiárido não é algo que existe desde sempre, mas uma idéia que, graças à atuação de entidades governamentais e não governamentais, vem ganhando cada vez mais espaço e legitimidade. A institucionalização desse discurso se operacionaliza a partir de um complexo encadeamento de redes e práticas sociais que, desenvolvidas sobretudo, por organizações não governamentais (ONGs) e entidades religiosas, ensaiam novas relações sociais, inventam novas interpretações desse espaço e dimensionam novas maneiras de ver e dizer o Semiárido. Uma proposta que, ancorada na educação e no protagonismo social e político, pensam o sertanejo como parte integrante de seu meio, e que nele vive com dignidade e autonomia, sem mais repetir os exercícios humilhantes da mendicância ou da retirância, sobretudo, quando do registro de estiagens.

Neste contexto, a estratégia da convivência com o Semiárido compreende focar a vida nas condições sócio ambientais da região, considerando seus limites e potencialidades, pressupondo novas formas de aprender e lidar com esse ambiente, valorizando a região semiárida.

Os projetos de convivência com o semiárido ao propor uma relação de interação e parceria entre o homem e a semiaridez traz como intenção principal a superação de relações políticas, sociais e culturais que, tradicionalmente, construíram uma imagem sobre este espaço como inviável e improdutivo. Com efeito, o discurso da convivência considera como fundamental a invenção de sujeitos ativos, autônomos e inventivos.

As ações desenvolvidas pelas entidades mostram como a idéia da convivência com o semiárido se complexifica quando sai do campo do discurso articulado e elaborado e ganha o território das práticas cotidianas. A visibilidade e dizibilidade revelados pelas falas dos agricultores demonstram haver idéias e práticas destoantes da realidade enfatizada pelas lideranças das entidades. Falas que expressam um desejo de insatisfação, de descontentamento quanto ao tratamento às pessoas, as propostas, e a própria perspectiva de convivência com o semiárido. Não se trata de desmerecer a atuação dos líderes, mas de voltar as atenções também para os resistentes, em que pontos pode haver um diálogo para uma melhor convivência dentro das comunidades.

Em suma, a ideia de convivência com o semiárido, mesmo ganhando cada vez mais espaço no debate intelectual e no diálogo social, não se expressa, na prática, como uma ideia totalizante, unificadora. Ela sofre as tensões, distensões e contradições de sua operacionalização. No entanto, é fundamental que se perceba que esse diálogo que vem ocorrendo em inúmeras ONGs é responsável pela produção de uma compreensão político-pedagógica, que procura colocar a discussão da convivência com o semiárido como essencial para se pensar possibilidades diferentes de construção da vida nesse espaço.

## Referências

- ALVIM, Davis M. O rio e a rocha: resistência em Gilles Deleuze e Michel Foucault. In: **Intuitio**. V.2 – Nº 3. Porto Alegre, Novembro 2009. pp. 78-90.
- \_\_\_\_\_. Pensamento indomado: história, poder e resistência em Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 193-207. UFES - Programa de Pós-Graduação em História.
- BRANCO, Guilherme Castelo. As resistências ao poder em Michel Foucault. In: **Trans/Form/Ação**. Vol. 24. Nº.1 Marília 2001.
- CHACON, Suely Salgueiro. **O Que é Desenvolvimento Sustentável?** Definição da Sustentabilidade para Comunidades Rurais Carentes através do Planejamento Participativo. 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 1994. 4v.
- GEWEHR, Mathias Felipe. **Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira:** implicações conceituais e específicas. Revista Jus Vigilantibus. 2006.
- LIRA, Maria Thaize dos Ramos, MOREIRA NETO, Mariana. **Relatório Parcial:** Discursos sobre convivência com o semiárido: invenções e dispersões. UFCG/PIBIC/CNPq. Vigência 2012/2013
- \_\_\_\_\_. Relatório Parcial da Pesquisa UFCG/PIBIC/CNPq. **Relatório Parcial:** Discursos sobre convivência com o semiárido: invenções e dispersões. UFCG/PIBIC/CNPq. Vigência 2011/2012.
- MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido:** uma visão holística. – Brasília: Confea, 2007.
- OLIVEIRA SILVA, Maria Rosivânia, MOREIRA NETO, Mariana. Relatório Parcial da Pesquisa UFCG/PIBIC/CNPq. **Relatório Parcial.** Discursos sobre convivência com o semiárido: invenções e dispersões. UFCG/PIBIC/CNPq. Vigência 2010/2011.
- POLETTO, Ivo. Da indústria da seca para a convivência como o Semiárido Brasileiro. In: **Água de chuva:** o segredo da convivência com o Semiárido brasileiro. São Paulo: Paulinas, 2001. Pp. 9-25.
- SAMPAIO, Simone Sobral. Resistências. In: **Revista Aulas**. Dossiê Foucault. N. 3 – dezembro 2006/março 2007. Organização: Margareth Rago & Adilton Luís Martins.
- SHISTEK, Harad. Como Conviver com o Semiárido. In: **Água de chuva:** o segredo da convivência com o Semiárido brasileiro. São Paulo: Paulinas, 2001. Pp. 41-61

## GT 06 – Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo.

### DA REINTERPRETAÇÃO DE SISTEMAS TRADICIONAIS DE USO DA TERRA À CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES DA ROÇA DE TOCO DE BIGUAÇU, SC<sup>1</sup>

Cintia Uller Gómez<sup>2</sup>

Reney Dorow<sup>3</sup>

Ivonete Lenir Stern<sup>4</sup>

**Resumo:** Neste artigo apresentamos uma rediscussão acerca do sistema tradicional de produção denominado roça de toco, no município de Biguaçu, SC. Apresentamos e discutimos também as possibilidades de acesso a mercados diferenciados baseados na inovação e organização coletiva dos agricultores. Essa mudança partiu do entendimento das verdadeiras preocupações e anseios dos agricultores familiares praticantes do sistema que, aliado ao processo participativo de planejamento, resultou em inovações organizacionais, de gestão e de produto. A cooperação interinstitucional entre organizações de pesquisa, de ensino, de extensão e de meio ambiente permitiu uma reinterpretação e valorização da roça de toco, que se expressou pela regularização ambiental do sistema e na criação de uma marca coletiva denominada “Valor da Roça”. Esses mecanismos têm auxiliado na diminuição da assimetria informacional e no aumento da renda, embora, sob a ótica dos agricultores, o mais importante trata-se do aumento da autoestima.

**Palavras-chave:** agricultura; desenvolvimento sustentável, renda.

#### Introdução

Trabalhos recentes têm pontuado a importância econômica, social e ecológica de sistemas tradicionais de uso da terra, aqui entendidos como maneiras de usar a terra e os recursos naturais pautadas no saber tradicional e historicamente construídas. Com essa denominação nos aproximamos do termo “populações tradicionais” usado por Arruda (2000, p.274) para designar aquelas populações que “apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para o autoconsumo, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto e, habitualmente, de base sustentável”.

Completam a abordagem associando o termo acima à noção de “campesinidade” (Woortmann, 1990), que seria uma forma simbólica de conceber a articulação entre a terra, o trabalho e a família, mais ou menos presente entre os agricultores familiares, mas sempre de forma articulada e peça central no seu discurso - a terra nunca é pensada independentemente do trabalho e da família.

Com esses dois termos, vamos nos referir a dois sistemas tradicionais de uso da terra: a roça de toco e os bracingais. Muitos trabalhos abordam a importância dos

---

<sup>1</sup> Este estudo é parte dos resultados dos Projetos de Pesquisa Rede Sul Florestal, Valor da Roça e Nosso Carvão, apoiados pelo CNPq e FAPESC.

<sup>2</sup> Eng. Agr. Dra. Ciências Humanas. Analista Técnico em Gestão Ambiental. Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – Fatma – [cintiauller@fatma.sc.gov.br](mailto:cintiauller@fatma.sc.gov.br).

<sup>3</sup> Eng. Agr. MSc. Agronegócios. Pesquisador. Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri – [reney@epagri.sc.gov.br](mailto:reney@epagri.sc.gov.br).

<sup>4</sup> Nutricionista. Bolsista CNPq, Projeto Rede Sul Florestal – [ivonete.stern@gmail.com](mailto:ivonete.stern@gmail.com).



sistemas tradicionais para a produção voltada ao autoconsumo. Neste texto, a despeito da inquestionável importância desse aspecto, temos o objetivo de discutir a possibilidade de que esses sistemas tradicionais sejam fonte de renda monetária para a família rural. Para tanto, apresentamos o referencial teórico já mobilizado para conseguir formalizar a produção tradicional de agricultores de Biguaçu, SC, bem como as estratégias organizacionais promovidas que permitiram alcançar mercados alternativos e melhorias de renda e autoestima.

### **1. O potencial e a necessidade de valorização dos sistemas tradicionais de uso da terra**

No que diz respeito à **roça de toco**, outros termos também são usados na literatura para designá-la, como agricultura itinerante, coivara, pousio ou corte-e-queima. Embora existam variações, de um modo geral, a vegetação de uma pequena área de floresta é derrubada e queimada para preparar e fertilizar a terra para o cultivo de espécies agrícolas por curto período de tempo, geralmente de um a três anos e, após a colheita, a área é deixada em pousio por longo período, que geralmente varia de dez a vinte anos.

Van-Vliet *et al.*, (2012) afirmam que até a segunda metade do século XX, a roça de toco foi o sistema de uso da terra dominante nos trópicos e hoje ainda continua sendo um importante meio de subsistência. Fox *et al.* (2009) identificaram uma mudança muito acentuada ou o abandono das práticas tradicionais de uso da terra no Sudeste da Ásia depois da Segunda Guerra Mundial. Procurando compreender as razões dessa mudança, esses autores constatam estão amparadas em um contexto mais amplo de transições político-econômicas e político-ecológicas que preconizam a agricultura sedentária como modelo e promoção da agricultura industrial. Defendem também a importância de outros processos de grande escala, entre eles, a ascensão e integração das políticas e práticas associadas à disseminação da produção capitalista e do comércio e a gestão científica e burocrática da terra.

Padoch e Pinedo-Vasquez (2010) ressaltam que poucas das características da roça de toco se enquadram em uma categoria convencional de manejo sustentável. Por conta disso, esses autores ressaltam que esse sistema tem sido condenado, criminalizado e que esforços para eliminar a roça de toco são comuns em programas de conservação e de desenvolvimento.

Como resultado, a roça de toco está desaparecendo ou sendo substituída por outros usos da terra nas últimas décadas, o que se acentuou no período da revolução verde. Uma análise global publicada recentemente (VAN-VLIET *et al.*, 2012) mostrou que a roça de toco diminuiu muito em regiões onde o fácil acesso aos mercados tem incentivado a agricultura intensiva, com cultivo de espécies e variedades de maior valor comercial. O estudo mostrou ainda que políticas de conservação concentradas na restrição ao desmatamento da floresta também têm acelerado o desaparecimento da roça de toco em diversas áreas.

Em Santa Catarina esse sistema de uso da terra também é muito importante. Siminski e Fantini (2007) afirmam que ele era predominante nos pequenos estabelecimentos rurais em grande parte deste Estado até a publicação do Decreto 750, em 1993, a partir do qual ficou permitido apenas o corte raso de fragmentos florestais em estágio inicial de regeneração.

Uller-Gómez e Gartner (2008), por sua vez, identificaram também as restrições ambientais e a falta de assistência técnica aos agricultores tradicionais entre os fatores que colaboraram para o declínio da roça de toco na região da Grande Florianópolis. Nessa região, produz-se, no sistema tradicional de roça de toco o aipim, farinha de

mandioca e carvão vegetal, muitas vezes, em situação de absoluta clandestinidade.

Embora, nessa região, o sistema tem sido historicamente dominante, assegurando os meios de subsistência de grande parte dos agricultores que vivem em áreas declivosas e se tenha constatado que, após uma intensificação do sistema e queda da fertilidade do solo, o plantio de espécies arbóreas nativas permitiu a regeneração da floresta nativa nessas áreas (BAUER, 2012, LUCA, 2011; ULLER-GÓMEZ; GARTNER, 2008), a roça de toco está claramente em declínio na região. Estudo realizado por Bauer (2012) apontou que, nas duas últimas décadas, grande parte da terra antes ocupada por um mosaico de áreas agrícolas e florestas em diferentes estágios de sucessão - típico do sistema roça de toco - vem sendo convertida em pastagens e plantio de eucalipto. Restrições legais ao uso da floresta nativa, bem como a falta de mão de obra provocada pelo êxodo rural e envelhecimento dos agricultores, foram apontadas como as principais causas dessas mudanças.

Outro sistema tradicional de uso da terra muito importante no Sul do Brasil são os **bracatingais** que, às vezes, também aparecem combinados com a roça de toco.

A bracatinga (*Mimosa scabrella* Benth) é uma espécie arbórea pioneira que ocorre naturalmente do sul de São Paulo ao norte do Rio Grande do Sul (ROTTA & OLIVEIRA, 1981 *apud* MAZUCHOWSKI, 2009). Os bracatingais, por sua vez, são formações florestais com predominância da bracatinga sobre as demais espécies em todas as fases de desenvolvimento, florística e estruturalmente distinta das florestas nativas, resultante de intervenções realizadas para a promoção da bracatinga (cuidados para a manutenção do banco de sementes no solo em longo prazo, promoção da germinação das sementes da espécie, adubações, desbastes, desrama, controle de formigas, controle de acesso de gado e/ou escalonamento de corte, entre outros) (Lei Estadual 16.342/2014 - SANTA CATARINA, 2014).

Nesses termos, Steenbock e Reis (2013) argumentam que o significativo número de intervenções intencionais para a formação e manejo dos bracatingais indica que essas formações são paisagens fortemente manejadas, portanto, mais próximas de artefatos humanos do que de florestas propriamente nativas. Como acontece na roça de toco, esses autores destacam que o manejo de bracatingais acontece em regime de economia familiar, sendo muito presente nos assentamentos de reforma agrária do noroeste catarinense, onde foram iniciados na década de 1980. Nesses assentamentos, os bracatingais se constituem como a principal atividade econômica, principalmente porque geram lenha para a produção de carvão vegetal.

Steenbock e Reis (*op. cit.*) destacam também que as normativas ambientais vigentes - não contemplam essa prática tradicional de uso da floresta e que, no entanto, o manejo praticado pelos agricultores apresenta mais elementos conservacionistas do que os atuais instrumentos legais. Ressaltam ainda que a possibilidade de manutenção dos bracatingais depende da possibilidade de que o agricultor obtenha renda através dele.

Mazuchowski (2012) relata à existência, no Paraná, de bracatingais cultivados desde 1909, existindo já nos primeiro e segundo anos, a prática de retirada de estacas para horticultura e, em bracatingais com cinco anos de idade, a retirada de escoras para construção civil consideradas de muito boa qualidade.

Em Biguaçu, SC, Luca (2011), identificou a introdução da bracatinga na região, no sistema der roça de toco como uma estratégia adaptativa desenvolvida pelos agricultores para prover lenha para abastecer a cozinha e os engenhos, depois de um período de exaustão das terras devido à diminuição do tempo de pousio provocada pela pressão populacional. No entanto, diante das restrições legais para uso da floresta nativa com o tempo de pousio desejado, esse autor verifica que os agricultores, recentemente,

vêm desenvolvendo uma nova estratégia adaptativa: o plantio de espécies florestais exóticas.

Desse modo, esses dois sistemas tradicionais geram renda na agricultura familiar de forma ecologicamente inteligente, mas que, no entanto, se conforma como irregular perante as atuais normativas ambientais.

Essa irregularidade deixa os agricultores em situação de extrema fragilidade social, especialmente quando se trata do carvão vegetal devido à associação direta com o “desmatamento”. Ao analisar a cadeia produtiva do carvão produzido em assentamentos de reforma agrária do noroeste catarinense, produzido com lenha oriunda de bracatingais manejados, Steenbock (2009) destaca a dependência dos agricultores em relação aos atravessadores e o baixo preço recebido pelo produto. Nesses assentamentos a produção de carvão é destinada principalmente às indústrias siderúrgicas. Nestes casos, circula com “notas frias” de carvão de eucalipto ou carvão de pinus. Quando é destinado ao comércio varejista o produto é embalado por um intermediário que o acondiciona em embalagens, geralmente, de carvão de eucalipto.

O trabalho de Uller-Gómez e Gartner (2008) apontou que os agricultores de Três Riachos (Biguaçu, SC) tinham uma relação de dependência com os intermediários para quem vendiam seus diversos produtos (com exceção da farinha) e destacou o baixo preço pago aos produtores. Carrieri (2010) ao focar a comercialização do carvão produzido por esses agricultores constatou que o mesmo chegava ao mercado de duas formas: “esquentado”<sup>5</sup> em embalagens formais ou de forma irregular, em embalagens de cimento reutilizadas. A autora verificou que, embora no mercado informal e clandestino, os consumidores apreciavam o carvão em “sacos de cimento” e sabiam de sua procedência. A autora salientou também que os intermediários de carvão eram produtores ou ex-produtores de carvão, parentes ou vizinhos dos agricultores, e destacou as relações de reciprocidade e confiança existentes entre produtores e intermediários.

Ampliando seu olhar para outros dois municípios (CARRIERI, 2014) verificou que em Santa Rosa de Lima em Santa Catarina, o carvão sempre chega ao mercado em embalagens formais, mesmo que nem sempre é produzido de forma regularizada, passando sempre por intermediários que embalam e distribuem a produção; é vendido como carvão de eucalipto embora seja também produzido com a mata nativa. No Assentamento Sonho de Rose, em Bituruna, no Sul do Paraná, Carrieri (*op. cit.*, 2014) registrou produção de carvão a partir lenha de bracatingais, verificando uma inserção ainda menor dos agricultores na cadeia de comercialização. Neste caso, os agricultores se limitavam a produzir o carvão e alegavam desconhecer detalhes de seu destino.

A mesma autora calculou os valores aproximados recebidos pelos produtores de carvão nos três municípios – Biguaçu R\$ 0,45 kg; Santa Rosa de Lima R\$ 0,33 kg e Bituruna R\$ 0,23 kg - e sugere que quanto menos o produtor está inserido na cadeia de comercialização, menor é o preço que recebe pelo seu produto.

Numa análise da roça de toco ao redor do mundo, Van-Vliet *et al.* (2012) constatam que, apesar das dificuldades já pontuadas aqui, o sistema persiste em regiões onde os agricultores têm pouco acesso a investimentos e oportunidades de mercado. Em algumas áreas, a roça de toco continua sendo importante, simplesmente porque a agricultura intensiva não é uma opção viável, por exemplo, em terrenos declivosos ou solos com baixa fertilidade, ou ainda quando as densidades populacionais e/ou

---

<sup>5</sup> Os agricultores usam o termo “esquentar” para se referirem ao envasamento do carvão produzido de forma irregular em embalagens formais; com essa nova forma de apresentação, o produto adquire “roupagem” adequada para acessar o mercado formal.

demandas do mercado de alimentos estão baixos (VAN-VLIET *et al.*, 2012).

Os mesmos autores constataram um conjunto de consequências negativas nas regiões do globo em que esse sistema desapareceu, entre elas: insegurança alimentar, aumento de conflitos, dificuldades de acesso à terra e perda de identidade cultural.

Na Mata Atlântica, o sistema roça de toco é realizado desde tempos pré-colombianos (DEAN, 1997) e ainda está presente em muitas comunidades tradicionais de agricultores (ADAMS *et al.*, 2013). Especificamente na região do Vale do Ribeira, estado de São Paulo, domínio da Mata Atlântica, Adams *et al.* (2013) verificaram que, nos lugares onde a roça de toco desapareceu, houve: diminuição da agrobiodiversidade com uma redução de 52% das variedades vegetais; aumento do uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos; redução da heterogeneidade da paisagem; maior dependência do mercado (comprometimento da renda) para aquisição de alimentos; redução da capacidade de retornar à roça (resiliência) em caso de necessidade, por conta da perda da agrobiodiversidade e do etnoconhecimento e do fato de que, quando por ventura se pretende voltar a fazer roça, as áreas florestadas já superaram a idade legal para uso.

A despeito de que os trabalhos acadêmicos evidenciem que a produção de alimentos em sistemas tradicionais é destinada ao autoconsumo e somente os excedentes, ao mercado, em Santa Catarina existem bons exemplos de que esses sistemas podem gerar renda. Por outro lado, a despeito do seu potencial ecológico, os agricultores que os praticam estão em situação social muito fragilizada e com inserção muito deficiente na cadeia de comercialização.

Por outro lado, se considerarmos o pressuposto da Nova Sociologia Econômica de que as decisões econômicas são sempre influenciadas pelas redes sociais, podemos pensar em estratégias que contribuam para transformar essa situação, fazendo com que os produtos de sistemas tradicionais sejam valorizados, alcançando reconhecimento também em mercados mais distantes, agregando valor à prática tradicional.

Tendo como base esse pressuposto, iniciativas têm sido desenvolvidas no município de Biguaçu para alcançar a valorização dos produtos tradicionais da roça de toco, mediante o acesso a mercados diferenciados, o que relatamos a seguir.

## **2. Referencial teórico metodológico já mobilizado**

Para melhor compreender e tentar mudar a situação de irregularidade dos agricultores familiares praticantes do sistema roça de toco, diversos projetos desenvolvidos em Biguaçu desde 2009 têm promovido a reinterpretção e revalorização da roça de toco, e já são notáveis as evidências de reversão na tendência de desaparecimento desse sistema tradicional de uso da terra na região. Dentre as estratégias para viabilizar essa revalorização, procurou-se promover junto aos agricultores a reflexão sobre sua situação e sua capacitação para realizar a gestão de todas as etapas do sistema de produção, bem como a diminuição da assimetria informacional<sup>6</sup> junto ao mercado consumidor por meio da inovação organizacional e da comercialização diferenciada dos produtos.

O trabalho de Carrieri (2010) ressaltava que as relações de confiança existentes entre agricultores produtores de carvão de Três Riachos (Biguaçu) e os intermediários deveriam ser consideradas em propostas de intervenção para melhorar a situação daquela população. O mesmo trabalho também indicava que o carvão tinha atributos de

---

<sup>6</sup> Santos *et al.* (2007) *apud* Nascimento e Reginato (2008: p.34) definem a assimetria da informação “como sendo a diferença de informação existente em uma relação contratual entre o agente e o principal em função de uma parte possuir mais informação do que a outra, ou seja, há informação oculta (*hidden information*)”.

qualidade já reconhecidos pelo consumidor, advindo da qualidade intrínseca do produto.

Assim, se procurou amparo teórico-metodológico para fundamentar uma proposta de intervenção que tentasse valorizar não somente os atributos de qualidade dos produtos, mas, sobretudo, o processo, ou seja, do sistema de uso da terra que se mostrava como um constrangimento mas, ao mesmo tempo, diante dos novos olhares mundiais sobre a roça de toco, poderia se converter em uma oportunidade de melhor inserção nos mercados.

No caso dos produtos da roça de toco de Biguaçu, estávamos diante de um caso exemplar do que Wilkinson (2008, p. 94) quis referir quando discorreu sobre a dificuldade de expansão da produção para produtores que antes só comercializavam em circuitos baseados em relacionamentos sociais fortes em que “parentesco, vizinhança conhecimentos pessoais e transações repetidas confirmam reputações e consolidam lealdade”. Segundo esse autor, “o desafio da expansão da produção não se reduz ao gerenciamento de quantias maiores, nem aos problemas ligados aos custos fixos mais onerosos, mas implica a extensão do mercado além da rede social” e enfatiza - “Como negociar essa ruptura entre mercado e rede social se torna o desafio fundamental” (*op. cit.*; p. 94) - chamando atenção para a noção de “laços fracos” (GRANOVETTER, 1973) que “aponta para a importância da mobilização de outras redes sociais que podem dar amparo aos atores locais” (*op. cit.*; p.95).

Nestes termos, a produção de carvão e alimentos no sistema roça de toco persiste em Biguaçu devido ao *embeddedness* (GRANOVETTER, 1973), ou seja, aos laços fortes estabelecidos que permitiam que os produtos, mesmo produzidos de forma irregular (especialmente o carvão), conseguissem mercado. Destaco as relações com os intermediários, ao mesmo tempo, um misto de confiança e dependência<sup>7</sup>.

Por outro lado, a necessidade de trabalhar de forma regularizada levava à necessidade de adaptação às exigências legais, o que exigia esforços de construção social de mercados, baseados em novas redes sociais, para que os produtos fossem melhor remunerados. Evidenciava-se a necessidade de melhorar a remuneração pelos produtos de tal forma que o uso parcimonioso da floresta, com exploração pequena e controlada, pudesse gerar renda capaz de atender com dignidade às necessidades da família. Assim, a construção de mercados para além das redes sociais já estabelecidas se mostrava como uma necessidade e, ao mesmo, uma possibilidade para que o uso tradicional da floresta alcançasse reconhecimento mais amplo, viabilizando assim sua perpetuação.

No caso da construção de mercados para os produtos da roça de toco, estão em jogo não apenas os agentes relacionados ao consumo, mas também um conjunto de organizações que têm ingerência (direta ou indireta) sobre o sistema de produção e que precisam ser entendidas como atores desse “novo mercado” em construção, com destaque aos agentes públicos de extensão e de licenciamento e fiscalização ambiental.

Wilkinson (2008, p. 101) defende que, quando se pretende expandir a comercialização para além das fronteiras da rede social dos produtores, são necessários “mecanismos e formas de sinalização de qualidade que substituem a falta dos conhecimentos tácitos da rede de origem”.

Ou seja, o mercado dos produtos da roça de toco deveria extrapolar os limites da rede social de origem. Para tanto, deveriam ser construídos acordos que permitissem que a qualidade dos produtos fosse igualmente reconhecida e valorizada em mercados

---

<sup>7</sup> Especificamente no caso do carvão, o *embeddedness* pode ser percebido em aspectos negativos das relações comerciais existentes também nos outros locais já mencionados, sobretudo nos assentamentos de Reforma Agrária em que o poder do intermediário se estendia além das transações sobre carvão.

onde as relações de proximidade não existem.

Tendo em conta esses pressupostos, a comercialização dos produtos da roça de Biguaçu tem sido analisada com base no enfoque de cadeias produtivas. E as intervenções no sentido de alcançar agregação de valor foram amparadas especialmente no enfoque de cadeias curtas, conforme segue.

Para Parent *apud* Batalha (1997), a cadeia de produção é a soma de todas as operações de produção e de comercialização para passar de uma ou várias matérias-primas de base a um produto final, até que um produto chegue às mãos de seu usuário - seja ele um particular ou uma organização. Esse autor propõe a análise da cadeia em três grandes macrosssegmentos:

**Comercialização:** Representa as empresas que estão em contato com o cliente final da cadeia de produção e que viabilizam o consumo e o comércio dos produtos finais (supermercados, mercearias, restaurantes, cantinas, etc.).

**Industrialização:** Representa as firmas responsáveis pela transformação das matérias primas em produtos finais destinados ao consumidor.

**Produção de matérias primas:** Reúne as firmas que fornecem as matérias primas iniciais para que outras empresas avancem o processo de produção do produto final (agricultura, pecuária, pesca, piscicultura, etc). (BATALHA, SILVA, 2012, p.7)

No entanto, este conceito não é capaz de perceber particularidades no que se refere à comercialização que acontecem na agricultura familiar. Assim, quando o agricultor não realizar o segmento da comercialização ao consumidor final, entregando seu produto a um intermediário, usamos o termo “cadeia longa”, com o propósito de diferenciá-la das cadeias curtas ou circuitos curtos, definidos a seguir.

Para que a análise pudesse incluir os diferentes tipos de formas de comercialização, incluindo as vendas diretas e os informais, nos baseamos na proposta de Marsden, Banks e Bristow (2000) e Renting, Marsden e Banks (2003), em que propõem uma tipologia para as chamadas “cadeias curtas” destacando três tipos principais de cadeias agroalimentares curtas, que se apresentam pelas seguintes características:

- **Face-a-face** – Se apresenta como venda direta ao consumidor. As formas podem variar desde a venda no estabelecimento produtivo (fazenda agrícola, fazenda marinha) a feiras de produtos agrícolas, entrega a domicílio, venda postal ou ainda e-commerce;
- **Proximidade espacial** – Se configura a partir de unidades de varejo com identidade local, como comércios ligados a rotas temáticas, eventos especiais, feiras de comércio locais, restaurantes, serviços de alimentação típicos locais;
- **Espacialmente estendida** – Inclui o processo de certificação, rótulos e identificação, representa efeitos da reputação, incluindo mecanismos como certificação “fair trade”, processos de certificação e indicação geográfica.

Em alguns casos também nos foi esclarecedora a noção de “circuito curto” sugerida por Chaffotte e Chiffolleau (2007) para denominar circuitos de distribuição com, no máximo, um intermediário entre o produtor e consumidor, não havendo prejuízos aos extremos do circuito. Além do mecanismo de venda direta, o intermediário considerado pelos autores estaria no contexto da produção e consumo, podendo ser um representante coletivo (cooperativa ou associação), ou ainda um comércio especializado ou outro produtor, que se encarrega de estabelecer a ponte com o consumidor. Aubri e Chiffolleau (2009) ajustaram esse primeiro conceito sugerindo o termo “circuitos de proximidade”, momento em que autores incorporam a temática territorial do alimento, embutindo os relacionamentos, questões sociais, de distância geográfica, aproximando o consumidor do produtor.

Independentemente das diferentes nuances entre os conceitos, os circuitos ou cadeias curtas oferecem um novo olhar possível para análise das relações entre produtores e consumidores, o que contribui em seu conjunto com o que Wilkings (2005) e Levkoe (2006) apresentam como fonte de empoderamento baseado no aprendizado, consolidando um ambiente de consumo alimentar mais consciente e democrático.

À luz desse referencial, temos tentado trazer à tona o potencial de geração de renda a partir dos produtos da roça de toco, contribuindo para romper o preconceito muitas vezes existentes de que esse sistema tem condições de gerar apenas produtos para consumo próprio.

### **3. A comercialização dos produtos da Roça de Toco de Biguaçu**

Os principais produtos oriundos do sistema roça de toco de Biguaçu, destinados ao mercado são a lenha, o carvão vegetal, o aipim, a farinha de mandioca e a banana. Outros produtos como feijão, milho e batata doce são geralmente produzidos para o autoconsumo. Pode-se dizer que a comercialização da farinha produzida no sistema de roça de toco, mesmo aquela que ainda permanece sem identificação, ocorre nos moldes de cadeias curtas de proximidade espacial, com especial destaque aos atributos de qualidade relacionados ao território.

No que diz respeito aos produtos de origem vegetal *in natura*, especialmente o aipim e a banana, uma característica comum está na comercialização a granel, em caixas, com a participação de intermediários que entregam a produção a centros de distribuição, de onde os produtos seguem para o mercado local ou regional, sem qualquer identificação quanto à procedência, origem ou qualificação. Neste caso, a comercialização acontece numa cadeia longa em que eventuais qualidades do produto ou de seu processo de produção passam despercebidas pelo consumidor. Uma única família de agricultores da região que processava minimante o aipim, descascando-o e embalando-o, vendia sua produção artesanal em embalagens de filme plástico transparente, amarradas em uma das pontas. Constava da embalagem apenas a data de fabricação e validade do produto, sendo sua comercialização viabilizada por meio de circuitos curtos, diretamente ao consumidor ou por, no máximo, um intermediário que era parente próximo dos agricultores.

Quanto ao carvão vegetal, uma das formas de venda mais comum é a venda a granel, em embalagens de cimento reutilizadas, igualmente sem rotulagem quanto à origem do produto (CARRIERI, 2014). Carrieri (2014) constatou que o carvão chega ao consumidor de várias formas: a) Venda direta em feiras livres, caracterizando uma cadeia curta face a face; b) Com a participação de intermediários que entregam o produto em minimercados, pequenos comércios e churrascarias. Nessa situação os consumidores reconhecem atributos de qualidade do produto associados ao seu local de origem, o que a caracteriza como uma cadeia curta de proximidade espacial; c) Com a participação de microempresas que embalam o carvão com sua marca, sem identificação individual dos produtores, e o distribuem tanto a minimercados quanto a mercados de maior porte, alcançando maiores distâncias em relação ao local de produção por ter uma “roupagem regularizada” e ser identificado como carvão de eucalipto, espécie exótica e livre de restrições de corte. Essa situação foi caracterizada pela autora como cadeia longa.

Embora clandestino, a autora citada destaca que não existe dificuldade de encontrar compradores para o carvão por ser muito apreciado pelos consumidores, sendo sua qualidade associada à origem e ao tipo de matéria prima. No entanto, essa situação gera muita angústia e baixa autoestima nos produtores que não podem estocar seu produto sob pena de serem fiscalizados e autuados por órgãos ambientais, vivendo

constantemente em situação de estresse. Nesse contexto, uma das características dos intermediários que são valorizadas pelos agricultores é o seu compromisso de recolher o produto tão logo seja retirado do forno.

Outro aspecto importante é que a impossibilidade de estocar e a clandestinidade da produção impõem limites à negociação do preço, que termina sendo determinado pelo intermediário.

No caso do carvão vegetal, é importante considerar que o distanciamento do órgão oficial de extensão rural e a relação conflituosa com os órgãos ambientais não permitiam que informações sobre legislação ambiental chegassem de forma correta ao agricultor. Sendo assim, a possibilidade de realizar todas as etapas da produção de carvão de forma regularizada, embora existisse, soava aos agricultores como uma utopia. O que os agricultores entendiam era “é proibido fazer carvão de [lenha] nativa”, o que gerava um círculo vicioso de falta de entendimento, desconfiança e imobilidade.

Com isso quero dizer que, por diversos motivos, os órgãos ambientais e de assistência técnica ainda eram agentes alheios à rede de mercado em que os agricultores transitavam e que era necessário, para ultrapassar os limites impostos pelo *embeddeness*, que esses agentes fossem incluídos em uma proposta que visasse à construção de mercados para os produtos da roça toco tendo como foco a autonomia dos agricultores, especialmente no mercado do carvão cujo trânsito exige regularizações ambientais específicas.

O carvão oriundo do sistema roça de toco produzido em Biguaçu é muito procurado no âmbito da cadeia curta informal, conforme destacamos anteriormente, devido à sua qualidade intrínseca e não devido às características do sistema de uso da terra de onde vem a lenha. Sendo assim, quando comercializado nas embalagens informais (sacos de cimento) sem qualquer informação ao consumidor, o atributo de qualidade associado à sua origem em um sistema cujos benefícios socioambientais vêm sendo revalorizados não consegue ser transmitido ao consumidor. O mesmo acontece quando é embalado como “carvão de eucalipto”. Assim, em ambos os casos o potencial de valor agregado é limitado pela falta de estratégias de diferenciação que comuniquem ao consumidor as qualidades do produto e do processo de produção, de modo que o produtor não consegue impor seu preço, mas sim ser tomador de preço.

Mostrava-se, assim, necessário, como já pontuamos acima, encontrar formas de sinalização de qualidade que substituíssem “a falta dos conhecimentos tácitos da rede de origem” (WILKINSON, 2008, p. 101); no entanto, essa sinalização deveria apontar também, sobretudo, para a qualidade do processo de produção: o potencial ecológico da roça de toco.

No caso do aipim descascado, as possibilidades de comercialização começaram a diminuir devido à exigência, por parte do comércio varejista, de melhor apresentação das embalagens, que deveriam ser seladas e não apenas amarradas. Assim, as normas formais de comercialização estavam se impondo aos canais de comercialização que tinham sido abertos com base nos laços fortes da rede social de origem dos agricultores. Embora por outro motivo, mas de modo semelhante ao que vinha acontecendo com o carvão, evidenciava-se a necessidade de novos mecanismos para alcançar mercados além da rede social de origem.

No caso dos engenhos de farinha ainda em funcionamento, quatro deles comercializam apenas na cadeia curta face a face, e os agricultores entendem que essa forma de comercialização não lhes oferece riscos e lhes assegurava clientela garantida e bom preço. O quinto engenho, além da venda direta no próprio estabelecimento, comercializava seu produto nos mercados varejistas do município de Biguaçu e de municípios vizinhos e vinha sendo cobrado sobre a regularização fiscal de sua



produção, considerando as normas voltadas à comercialização de alimentos. Adiante, abordaremos a mudança de estratégia deste último engenho, no âmbito das inovações implementadas junto ao grupo de agricultores.

Esse conjunto de elementos tornou-se uma questão crucial nas relações dos agricultores familiares da roça de toco com o mercado, pois como a produção, o processamento e a comercialização do produto eram informais, a sua diferenciação e adequada valorização se limitava aos conhecimentos circulados no âmbito das redes sociais de origem e no que diz respeito à qualidade intrínseca dos produtos. Mais do que isso: pode-se dizer que apenas a farinha de mandioca conseguia ser bem valorizada, alcançando o preço de R\$ 5,00 por quilo pago ao produtor sendo vendida diretamente no estabelecimento rural. Os outros produtos (carvão e aipim) conseguiam transitar no mercado devido ao *embeddedness*, mas não conseguiam alcançar preços diferenciados.

Assim, a comercialização dos produtos da roça de toco se constituía num exemplo do que se referem Moschini *et al.* (2008) ao afirmarem que a oferta de mercado de qualidade é composta por dificuldades relativas à assimetria de informação. Portanto, quando os produtores não apresentam sinal da qualidade de seus produtos, os consumidores definem suas escolhas na qualidade média percebida no mercado.

Para superar isso nos apoiamos em Kotler e Keller (2006) quando dizem que uma das formas de sinalizar ao mercado os elementos de qualidade diferenciados dos produtos de qualquer natureza é a criação e utilização de marcas, as quais devem ter uma designação singular, uma palavra ou um conceito, *slogan*, cores que a diferenciem dos demais, símbolos e logotipos e um campo de associações, que associem à marca um valor mitológico e também ideológico. Esse conjunto de aspectos, traduzidos pelo *design* e depositados numa marca permite ao consumidor identificar diferenciais como o processo produtivo e a procedência dos produtos, auxiliando no processo de escolha de um produto que manifeste elementos de qualidade e diferenciação.

Entendíamos que essa questão era ainda mais relevante por se tratar do mercado de produtos originários de sistemas tradicionais de produção e residia na dificuldade dos agricultores de conseguirem, individualmente, comunicar ao consumidor os atributos de qualidade intrínsecos (cor, sabor, etc.) e extrínsecos (forma de cultivo, processo de beneficiamento, preservação da paisagem) de seus produtos por meio do uso de marcas ou selos distintivos.

No caso dos agricultores de Biguaçu, o desenvolvimento, por cada produtor de forma individualizada, de marcas ou selos distintos para adequada comunicação com o consumidor simplesmente era inviável. Além disso, a produção baseada em sistemas tradicionais, como a roça de toco, apresenta íntima relação com território, cultura, tradição e paisagem locais. Ou seja, trata-se de objetos coletivos e difusos, os quais são de difícil apropriação individual na forma de direito de propriedade.

#### **4. Inovações organizacionais implementadas e os desafios presentes**

Com base na interpretação da comercialização resumida acima e no trabalho participativo sistemático com os agricultores, entendíamos que uma das alternativas viáveis seria o uso de marcas coletivas com apoio do *design*, congregando elementos do território, saberes, paisagem e cultura locais, como uma forma inclusiva e democrática de sinalizar e diferenciar produtos em mercados competitivos.

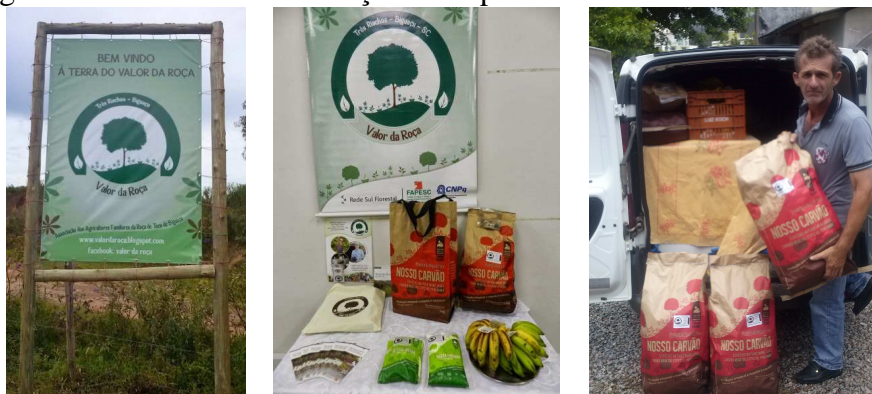
No entanto, como as marcas coletivas advêm de um processo inovativo, elas geram um direito de propriedade, e esse direito requer o registro no órgão competente para proteger os detentores da marca do uso indevido por terceiros. Era, então, necessário que os agricultores avançassem para alguma forma coletiva de gestão da marca que se viesse a criar – e esse foi o desafio que agricultores e técnicos enfrentaram

e que culminou na formação da Associação Valor da Roça, em julho de 2013. Ou seja, atualmente um grupo de agricultores constitui uma organização formal em forma de associação que pretende valorizar o mesmo sistema tradicional de uso da terra que antes os colocava como “criminosos ambientais”.

No entanto, a formação da associação foi resultado do amadurecimento do grupo. Inicialmente, os agricultores decidiram elaborar embalagens coletivas para cada um dos seus principais produtos - carvão, farinha e aipim. Decidiram também que as três embalagens deveriam ter uma identidade visual única que remetesse ao que era comum aos três produtos: sua origem no sistema roça de toco. A marca escolhida para o carvão foi “Nosso Carvão” - sugestão dos agricultores para fazer referência ao Projeto pioneiro de mesmo nome desenvolvido na comunidade. Para a farinha e para o aipim, como forma de alusão a algo comum, optou-se pelos nomes “Nossa Farinha” e “Nosso Aipim”.

Posteriormente, o grupo decidiu que essas marcas estariam amparadas sob uma marca guarda chuva que também abrangeria novos produtos que viessem a ser produzidos pelo grupo, para a qual se escolheu o nome “Valor da Roça” (Figura 1).

Figura 1 – Marca Valor da Roça e seus produtos



Passou-se, então, a discutir e decidir as regras que regeriam o uso das embalagens e das marcas coletivas, processo que culminou na elaboração, de forma coletiva, do Caderno de Normas.

Para garantir uma relação de confiança a ser construída em bases sólidas e com transparência das atitudes dos agricultores, decidiu-se criar um Grupo de Autocontrole, formado por agricultores do próprio grupo que faz vistorias periódicas nos estabelecimentos dos associados para verificar e registrar a adequação de suas práticas às normas estabelecidas em um Caderno de Normas, construído coletivamente.

Definidos esses avanços, as discussões quinzenais do grupo levaram à conclusão de que era necessário uma organização formal para abrigar os direitos de propriedade das marcas criadas. Só então, decidiu-se pela formação da Associação dos Agricultores Familiares da Roça de Toco de Biguaçu - Associação Valor da Roça.

É importante destacar que também fazem parte da Associação alguns agricultores que são intermediários de carvão, incentivados pelos agricultores de quem compravam o carvão. Dessa forma, preservam as relações de confiança anteriormente existentes entre eles, conforme havia sido sugerido por Carrieri (2010).

Sob as normas acima descritas, os produtos Valor da Roça estão sendo vendidos em estabelecimentos da Grande Florianópolis, incluindo bairros centrais da capital. Alguns produtores já se lançaram sozinhos no mercado, independentes de intermediários, conseguindo auferir melhor renda, sem prejuízo, no entanto, às relações de amizade com aos antigos intermediários que também são associados. A possibilidade

de estocar o carvão sem risco de autuação pelos órgãos ambientais aumenta o poder de barganha dos agricultores, uma vez que podem esperar para negociar outra oferta melhor.

Dados preliminares apontam que alguns produtores dobraram o valor de venda do carvão e também do aipim. No caso da farinha, o único produtor associado conseguiu voltar a atuar no mercado formal conquistando inclusive outros pontos de venda, embora o preço recebido não tenha alterado muito em relação ao anterior, que já era satisfatório. Esta família relata que a embalagem identificada já permitiu contato com consumidores, que procuraram os agricultores interessados em conhecer o processo de fabrico da farinha.

Do ponto de vista da abordagem de cadeias produtivas, com a comercialização iniciada por esse grupo, estabeleceu-se então, uma cadeia curta espacialmente estendida em que a embalagem transmite aos consumidores os elementos distintivos de qualidade relacionados, sobretudo, ao processo de produção. No caso do carvão, o estabelecimento desse tipo de cadeia é muito importante porque é uma forma de comunicar ao consumidor a regularidade ambiental da produção, que obedece às rígidas normas ambientais.

O conjunto de ações que levou à regularização e à organização dos agricultores da roça de toco no município de Biguaçu possibilitou um ambiente favorável para a conversão de produtos sem valor agregado em produtos com ascensão para mercados diferenciados pela reinterpretação do sistema de produção, da paisagem, da cultura e da tradição locais. Isso só foi possível devido à formação da Associação que serve de alicerce para o registro dos direitos coletivos de propriedade (Figura 2).

No entanto, passados oito meses de sua formalização, enquanto alguns agricultores conseguiram dobrar o valor recebido pelos seus produtos, outros ainda se mantêm estagnados, especialmente no caso do carvão. Um deles alega que não gostaria de desfazer as antigas parcerias de comercialização. Outros alegam que seus compradores ainda não acreditam que o carvão acondicionado na nova embalagem tenha a mesma qualidade que o carvão comercializado nas embalagens de cimento reutilizadas.

Por meio da discussão proporcionada em reunião realizada em 28 de abril de 2014, o grupo percebeu existem possibilidades de mercado que demanda quantidade maior que aquela que um produtor pode atender de forma individual. Perceberam que é possível administrarem as vendas de forma coletiva para alcançar novos mercados sem ser necessário romper as parcerias antigas. Ao contrário, é possível fortalecê-las para atender coletivamente as demandas de mercado que valorizem adequadamente o carvão diferenciado.

Tendo em conta que segundo Mendes e Padilha Jr (2007) a comercialização é um processo planejado e encadeado em que a produção é uma resultante do planejamento do potencial comércio dos produtos agrícolas, entendemos que a situação descrita acima se caracteriza por dois novos desafios:

a) Para os agricultores de forma individual: planejar sua propriedade tendo em conta os objetivos coletivos da associação, de modo a poder contribuir para atender as demandas de mercado que valorizem mais os produtos e, ao mesmo tempo, perpetuar o sistema de roça de toco; e que esse seu planejamento seja inteligível ao órgão ambiental licenciador;

b) Para os agricultores de forma coletiva, no âmbito da Associação: planejar as decisões do grupo, aprender a tomar as decisões de forma coletiva, bem como desenvolver estratégias para envolver outros agentes além de sua rede social para alcançar mercados diferenciados.

Como temos dito, um aspecto que tem se mostrado fundamental para que a possibilidade de mercado diferenciado se consolide é a preservação do modo tradicional de produzir e o seu monitoramento de tal forma que possa ser possível a comprovação, a qualquer tempo, da legitimidade das ações realizadas no estabelecimento rural. Portanto, faz-se necessário estabelecer um procedimento de planejamento do uso da terra sob sistema de Roça de Toco, passível de ser comunicado e entendido por demais agentes sociais interessados na manutenção do mesmo, entre eles, os consumidores e os órgãos ambientais.

Esta nossa constatação vai ao encontro de Batalha *et al.* (2004) quando apontam que na agricultura familiar a aplicação das tecnologias de gestão pode se dar em duas esferas: uma relativa às organizações associativas das quais grande parte dos agricultores familiares participam (cooperativas e associações) e outra relativa à própria gestão do estabelecimento rural. Esses autores ressaltam também a necessidade de aprimorar a gestão para que os agricultores familiares possam vencer os desafios de qualidade impostos pelos clientes (consumidores finais ou indústrias), referindo-se sobretudo às características do produto em si, que dificilmente alcança a padronização muitas vezes pretendida pelo consumidor. Dessa forma, alertam que “para os agricultores familiares, trata-se de adotar tecnologias de produto, processo e gestão que reconheçam esta variabilidade e a valorizem da melhor forma possível no mercado” (*op.cit.* p.6).

“Ferramentas apropriadas de gestão da qualidade e de planejamento e controle da produção, que padronizem normas e procedimentos intra e inter propriedades de uma dada rede de produção (se for o caso) e **abram canais de comunicação com os clientes e fornecedores**, são fundamentais para diminuir a variabilidade da quantidade e da qualidade da produção. Neste campo a informação é um insumo essencial, e escasso, no meio dos agricultores familiares.” (BATALHA, 2004, p. 6.)

Por outro lado, os mesmos autores são enfáticos ao afirmarem que as iniciativas de agregação de valor por meio do apelo a aspectos como territorialidade dos alimentos produzidos, caráter social da agricultura familiar, sabor vinculado a processos artesanais ou justiça social vinculada à remuneração dos agricultores familiares, são oportunidades que estão “longe de viabilizar a agricultura familiar tradicional, e dependem, todas elas, de capacidade de inovação dos produtores e de condições para superar as restrições da produção individual” (*op. cit.* p.2).

Assim, é preciso desenvolver formas de trabalho coletivo que levem em conta os mesmos critérios usados para avaliar o desempenho das unidades de produção agrícola em particular de forma que, em conjunto, se consiga acessar mercados impossíveis para cada agricultor de forma individualizada. Um exemplo concreto é o fato de que neste ano (2014) os agricultores da Associação Valor da Roça, por ainda não estarem suficientemente organizados, não puderam acessar ao Programa de Alimentação Escolar, que lhes permitiria conseguir preço muito melhor para vários produtos em relação ao que costumeiramente recebem.

## 5. Considerações Finais

Os sistemas tradicionais de produção constituem um dos grandes temas da agricultura mundial, por seu potencial ecológico, cultural e socioeconômico e, portanto, já não podem passar despercebidos. Abordar a capacidade de inserção no mercado dos agricultores familiares, retirando os produtores da clandestinidade requer o olhar de várias disciplinas. O desafio consiste em conseguir abordar essas práticas de forma sistêmica, proporcionando o envolvimento crítico dos agricultores, técnicos, consumidores e dos agentes ambientais – estes últimos, quase sempre distantes da prática agrícola.

Este trabalho constata que é muito importante o desenvolvimento de instrumentos de auxílio à decisão que os agricultores consigam utilizar e que sejam capazes de comunicar a singularidade e função múltipla do sistema de produção.

De outro lado, os profissionais que atuam junto às populações rurais, geralmente egressos dos cursos das Ciências Agrárias, precisam compreender que as práticas e normas sociais (formais ou informais) são construídas socialmente e que o técnico tem a possibilidade e o dever de agir para alterar determinadas situações.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, R.S.V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A.C. (org.) Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Annablume/USP, 2002 (2a. ed.)
- ADAMS, C.; MUNARI, L.C.; VAN VLIET, N.; MURRIETA, R.S.S.; PIPERATA, B.A.; FUTEMMA, C.; PEDROSO JR. N.N.; TAQUEDA, C.S.; CREVELARO, M.A.; SPRESSOLA-PRADO, V.L. Diversifying Incomes and Losing Landscape Complexity in Quilombola Shifting Cultivation Communities of the Atlantic Rainforest (Brazil). **Human Ecology**, Columbus, v.41, p.119-137, 2013.
- AUBRI, C.; CHIFFOLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**, v. 5, p. 53-97, 2009.
- BATALHA, Mário Otávio & SILVA, Andrea Lago. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. In: BATALHA, Mário Otávio. (Coord.) **Gestão Agroindustrial**. 3. ed. Vol 1. São Paulo: Atlas, 2012. 770p. pp. 01-62
- BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42, Cuiabá, 25-28/jul/2004. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004. Em CD-ROM.
- BATALHA, M.O. Gestão Agroindustrial. Vol 1. São Paulo: Atlas, 1997.
- BAUER, E. **Mudanças no uso da terra em Biguaçu-SC: agricultores em permanente processo de adaptação**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- CARRIERI, Marina. **Estudo exploratório sobre o sistema de produção e a comercialização do carvão vegetal produzido por agricultores familiares da microbacia de São Mateus (Biguaçu/SC)**. 2010. TCC (Curso de Agronomia), Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- CARRIERI, M. **Cadeias produtivas do carvão vegetal na agricultura familiar no Sul do Brasil**. 2014, 193 fls. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- CHAFFOTTE, L. ; CHIFFOLEAU, Y. Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, Montpellier, n. 1-2, fev.-mar. 2007. 8 p.
- DEAN, W. **With Broadax and Firebrand: The Destruction of the Brazilian Atlantic Forest**. University of California Press: Berkeley, 1997.
- GRANOVETTER, M.. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**. vol 78, n.6. pp. 1360-1380,.1973
- KOTLER, P.; KELLER, K. **Administração de Marketing**, 12.ed., São Paulo: Pearson Printice Hall, 2006.
- LEVKOE, C. Learning democracy through food justice movements. **Agriculture and Human Values**, Orlando, v.23, p.89-98, 2006.

- LUCA, F.V. “**Botar a roça**”: Agricultura de corte e queima e manejo de bracatingais em Biguaçu, SC. 2011. 77f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Agronomia). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- MARSDEN, T.; BANKS, J. BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v.40, n.4, p.424-438, 2000.
- MAZUCHOWSKI, Jorge Zbigniew. **Sistema de produção de bracatinga (*Mimosa scabrella* Benth.) sob técnicas de manejo silvicultural**. Tese (Doutorado em Silvicultura), Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012. 218f.
- MOSCHINI, G.C.; MENAPACE, L.; PICK, D. Geographical indications and the competitive provision of quality in agricultural markets. **American Journal Agricultural Economics** v.90, n.3, p.794-812, 2008.
- NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. Divulgação da Informação Contábil, Governança Corporativa e Controle Organizacional: uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 3, p. 25-47, 2008.
- RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, London, v.35, p.393-411, 2003.
- SANTA CATARINA, Lei nº 16.342 de 21 de janeiro de 2014. Altera a Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. **Diário Oficial Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, SC, 22 jan. 2014.
- STEENBOCK, Walter. **Domesticação de bracatingais: perspectivas de inclusão social e conservação ambiental**. 2009, 281f. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais). Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- STEEMBOCK, W.; REIS, M.S. Domesticação da paisagem em bracatingais de assentamento rurais do Planalto Catarinense. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 23, n. 3, p. 427-437, jul.-set., 2013
- VAN-VLIET, N.; MERTZ, O.; HEINIMANN, A.; LANGANKE, T.; PASCUAL, U.; SCHMOOK, B.; ADAMS, C.; SCHMIDT-VOGT, D.; MESSERLI, P.; LEISZ, S.; CASTELLA, J.C.; JØRGENSEN, L.; BIRCH-THOMSEN, T.; HETT, C.; BRUUN, T. B.; ICKOWITZ, A.; VU, K.C.; FOX, J.; CRAMB, R.A.; PADOCH, C.; DRESSLER, W.; ZIEGLER, A. Trends, drivers and impacts of changes in swidden cultivation in tropical forest agriculture frontiers: a global assessment. **Global Environmental Change**, Boston, v.22, p.418-429, 2012.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3a ed. Passo Fundo: UPF, 2001.
- WILKINS, J. Eating right here: moving from consumer to good citizen. **Agriculture and Human Values**, v.22, n.3, p.269-273, 2005.
- WILKINSON, J. **Mercados, Redes e Valores**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. 213p.
- WOORTMANN, K. Com parente não se neguecia. O campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora UNB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. 294p. pp.11-73.

## **GT 06 - Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo**

### **Título: De “cupins de aço” à agroecológicos: a transformação do paradigma produtivo do MST**

Tânia Mara dos Santos Bernardelli \*  
Antônio da Silva Câmara\*\*  
Francisco Emanuel Matos Brito\*\*\*

#### **Resumo**

Parte considerável dos problemas que contribui para a degradação socioambiental tem suas raízes na chamada Modernização Conservadora do Campo, introduzida no Brasil na década de 1960, que significou o crescimento das grandes indústrias nacionais e internacionais ligadas à agricultura, ou seja, o alastramento do capitalismo no campo.

A política agrária “desenvolvimentista” partiu do princípio de que só a grande agricultura era rentável, confirmando a ideologia dominante da época colonial do país, o que tornou, intencionalmente, milhares de camponeses dependentes de instrumentos e insumos da grande indústria.

O aumento dos danos causados pela “agricultura do lucro” impulsionou os movimentos sociais rurais, em especial o MST, a adotarem um “novo” paradigma produtivo pautado nos princípios agroecológicos. A agroecologia, neste sentido, surge como uma resistência à agricultura convencional por basear-se na construção de novas relações sociais, valorização dos saberes populares e ancestrais, além da relação menos degradante com a natureza.

De Cupins de aço, como eram chamados em um de seus assentamentos<sup>2</sup> no interior da Bahia, pela comunidade local, devido ao grande desmatamento causado na área ocupada para o plantio das culturas, os Sem-terra, a partir de 2000, passaram a se orientar por um novo paradigma de produção agrícola, o da agroecologia.

**Palavras chave:** Agricultura; Agroecologia; MST.

---

<sup>1\*</sup> Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL-IESP) E-mail: tmbarnardelli@yahoo.com.br

<sup>\*\*</sup> Doutor em Sociologia pela *Université Paris Diderot*, França. Professor Associado III da Universidade Federal da Bahia. E-mail: adscamara@yahoo.com.br

<sup>\*\*\*</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é pesquisador do Núcleo de Estudos do Meio Ambiente (NUMA) e do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais da Universidade Federal da Bahia. E-mail: frembrito@gmail.com

<sup>2</sup> O assentamento aqui referido é o *Terra Vista*, localizado no município de Arataca, Sul da Bahia. Este assentamento é hoje uma das referências em transição agroecológica no país. O texto aqui apresentado faz parte da dissertação de mestrado que buscou analisar o processo de transição agroecológica no assentamento supracitado.

## 1. A “modernização” conservadora do campo e seus impactos socioambientais

Se no contexto mundial a modernização agrícola esteve ligada ao processo de modernização da agricultura dos Estados Unidos e de seu modelo de desenvolvimento de agricultura “científica”, criado para ser exportado mundialmente, no Brasil o processo pode ser entendido como uma série de transformações tecnológicas e sociais, reflexos diretos do modelo estadunidense.

Segundo Martine e Beskow (1987), a industrialização agrícola brasileira teve sua origem na intensificação da implantação de um parque industrial extensivo, iniciado na década de 1950, com intenção de acelerar o processo de substituição de importações, porém, só obteve sucesso e foi de fato acionada a partir de 1964, dentro de um contexto político em que o governo brasileiro tinha como meta um rápido crescimento econômico.

Segundo Francisco Graziano Neto (1982), a chamada “modernização” da agricultura não passou de um processo de transformação capitalista da agricultura vinculado às transformações gerais da economia brasileira daquela época.

Assim, no campo ideológico, este processo serviu para atender os interesses do capitalismo: homogeneização da cultura e imposição das técnicas mais lucrativas desenvolvidas nas grandes metrópoles.

Gilberto Magalhães Rocha ressalta que a ideologia da modernização agrícola:

(...) como ramo especial da ideologia da modernização geral, é produto de um mesmo processo capitalista de produção; é uma mercadoria especial. A modernização, como simbolização de fenômenos complexos, é ideologia e processos capitalistas de dominação de todos os povos e culturas. Neste processo, a crença que lhe é subjacente é a homogeneização de todas as culturas à imagem e semelhança de suas metrópoles imperialistas, fundadas na manipulação da técnica destas culturas pela imposição dos “pacotes tecnológicos”, que no caso da agricultura, se chamou “Revolução Verde” (ROCHA, 2000, p. 113).

A dicotomia entre cidade-campo, ou seja, o “moderno” e o “atrasado” (ao se referir ao tradicional), presentes nos discursos do governo e legitimado pelo meio acadêmico, inclusive a sociologia, através das teorias de modernização, facilitaram a instalação do modelo de industrialização no meio rural.

O discurso ideológico, que tomava como referência a realidade dos países desenvolvidos, colocava que o maior responsável pelo atraso do país era o campo, principalmente, por uma suposta rusticidade empregada nas técnicas de produção sendo necessário aceitar as práticas adotadas pelo Estado militar através de uma meta de



desenvolvimento a ser atingida. Para isso, seria necessário observar quais os obstáculos que impediriam os países da periferia a alcançarem o nível de crescimento econômico dos demais países. Tratava-se de fazer esse ajuste para transformar o arcaico, rural e tradicional em moderno (MARTINE; GARCIA, 1987).

Esse modelo afetou profundamente as formas de técnicas tradicionais, privilegiando as formas “modernas” ou “empresariais” de produção agrícola (MARTINE; GARCIA, 1987), ao levantar a bandeira da “modernização”, da renovação sócio-econômica do país e da elevação dos padrões populares que não estariam condizentes com a do mundo “moderno”, cabe a pergunta: em benefício de quem foram propostas estas mudanças estruturais?

Ao estimular a industrialização do meio rural, o governo vinculou o produtor à indústria e privilegiou, através de subsídios à produção, os grandes e médios produtores. A agricultura passou a ser incorporada ao processo de acumulação capitalista: “surgiu o complexo agroindustrial, com o capital industrial e financeiro encontrando novas formas de realização dentro da agricultura” (MARTINE; BESKOW, 1987, p.20).

Assim, a política do Estado brasileiro permitiu que a agricultura, além de produtora de matérias-primas e alimentos, passasse também a funcionar como mercado para o parque industrial em termos de máquinas e de insumos agrícolas, estimulando o crescimento deste setor e, conseqüentemente, contribuindo para o aumento da concentração de renda da burguesia industrial.

No setor rural, os créditos foram destinados às culturas “dinâmicas”, que se voltavam à exportação e/ou agroindústria e que eram capazes de gerar uma demanda por maquinaria e insumos agrícolas e também gerar divisas ou dólares que permitissem importar bens que não produzíamos, ou seja, os processos de “modernização” do campo e da cidade estariam interligados, o favorecimento de uma elite, conseqüentemente, associava-se ao crescimento de uma outra (MARTINE; BESKOW, 1987).

A consolidação desse modelo agrícola foi fortalecida pela chamada “Revolução Verde”: pacote tecnológico e ideológico desenvolvido na década de 1960, mais especificamente a partir de 1963, pelos países do norte e que foi rapidamente assimilado pelos países do terceiro mundo, como afirma Rocha:

Após a Segunda Guerra Mundial, o processo de internacionalização do capital correspondeu à internacionalização deste modelo de modernização agrícola denominado de “pacote tecnológico” agrícola sob o mito da “revolução verde”, estendido, inicialmente, a outros países ditos modernos, e, em seguida, aos países do terceiro mundo, como o Brasil (ROCHA, 2000, p.121).

Esse modelo tinha como meta garantir a elevação da produtividade média através de sementes melhoradas, por sua vez, o aproveitamento dessas sementes estava condicionado ao uso integrado de máquinas e de insumos químicos. Para isso, os países que aderiram a este modelo foram induzidos a utilizar novas técnicas de correção de solos, fertilização, “combate” às “pragas” e “doenças”.

Esta expansão se deu pela combinação de três fatores principais “a própria difusão da “revolução verde” a nível mundial; a mudança da política de exportação de cereais do governo norte-americano e a internacionalização da pesquisa agrícola” (BRUM *apud* Rocha, 2000, p.125). Era de interesse dos países centrais inserirem os países periféricos no círculo econômico, estes se tornariam consumidores de novos insumos, máquinas e tecnologias.

Ainda com os objetivos de se alcançar a “auto-suficiência alimentar” e a produção de um excedente agrícola negociável no mercado, o pacote da Revolução Verde, composto de sementes melhoradas, mecanização, insumos químicos e biológicos, prometia viabilizar a modernização de qualquer país, acelerando a produção agrícola através de sua padronização em bases industriais (MARTINE; GARCIA, 1987).

Assim, na década de 1970, o Brasil completou o seu pacote de insumos químicos: adubos, inseticidas, fungicidas, herbicidas, além de um conjunto de variedades modernas, que serviam para um melhor aproveitamento desses insumos, sem se levar em conta todos os danos sociais, ambientais e econômicos que poderiam causar.

Neste período, diversos incentivos, no sentido de facilitar a obtenção de crédito, foram dados aos produtores para o consumo de insumos. Resoluções que se deram até o início da década de oitenta pelo governo brasileiro. Medidas estas que só favoreciam os agricultores que formalizavam suas propostas através de projetos técnicos os quais vinculavam a aplicação de aproximadamente 15% do orçamento em insumos modernos, essa aquisição deveria ser comprovada ao agente financeiro através de notas fiscais. O que beneficiou principalmente produtores que já dispunham de tecnologias modernas, tais como cana-de-açúcar, soja, laranja, algodão, café e arroz, (RUEGG *et al.* 1987).

Os agroquímicos, que tinham como objetivo evitar as perdas nas safras causadas pelas “pragas” e “doenças”, foram divididos em três grupos, de acordo com sua especificidade de uso: os inseticidas utilizados para o controle de pragas; os fungicidas, que controlam as doenças fúngicas; e os herbicidas, para o controle de ervas e plantas consideradas invasoras.

Num espaço de tempo de vinte anos, o uso desses produtos, no país, triplicou de tal forma que no ano de 1964 o consumo total desses produtos chegava a 16.000 toneladas, em

1984 esse consumo alcançou as 61.000 toneladas, um crescimento de 279% (RUEGG *et al.* 1987).

A agricultura brasileira viu-se mergulhada em um sistema cada vez mais dependente da indústria química, que aparentemente era eficiente e produtivo, tanto que, em seu primeiro momento de fomentação, pouco ou quase nada foi questionado pela sociedade e comunidade científica, muito pelo contrário, órgãos e escolas foram efetivados em prol da criação de “melhores” produtos para serem aplicados nas plantações.

O Estado brasileiro estendeu os paradigmas da modernização à pesquisa, ao invés de incentivar estudos agronômicos mais generalistas, investiu na especialização dessa área, voltando-se para o uso dos processos tecnológicos e químico-mecânico. Segundo Batista da Costa, os recursos para estes estudos provinham de grupos empresariais e fundações norte-americanas como *USAID*, Fundação *Ford*, Fundação *Rockefeller* e outras (COSTA *apud* ROCHA, 2000).

Segundo Martine e Garcia, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), se tornaram os símbolos da reprodução ideológica da modernização, redes de centros de pesquisa de produtos, de recursos e de estações experimentais foram implantados em quase todo território nacional, representando o vínculo agricultura-empresa e a centralização da pesquisa agropecuária (MARTINE; GARCIA, 1987).

Esta “revolução” foi incorporada não só à mentalidade dos agricultores, agrônomos e planejadores, mas também da população de uma forma ampla. Nas cidades houve uma mudança expressiva nos hábitos alimentares, onde produtos pouco adaptados às condições locais de cultivo foram introduzidos na mesa da maioria das casas.

No campo, a assimilação do processo “modernizante” também marcou a maneira como os agricultores encaravam as técnicas mais tradicionais, segundo Khatounian “no Brasil, até o início da década de 1990, para grande parte dos adeptos deste método de produção agrícola, seria mero contra-senso outro tipo de técnica que destoasse desse modelo convencional” (KHATOUNIAN, 2001, p.23).

Durante os anos 1970, houve um significativo aumento da força mecânica, junto a uma relativa estagnação do emprego da força de trabalho animal, essa rápida incorporação teve maior impulso entre os anos de 1970-75, anos que coincidem com os do “milagre brasileiro”, ou seja, quando as políticas de estímulo ao setor foram mais intensas.

No processo de mecanização, o trator foi um dos principais equipamentos modernos, este instrumento facilitou a ampliação da terra cultivada. Com o passar dos anos foram

introduzidos no mercado tratores mais potentes com a finalidade de aumentar a capacidade de produção.

Por sua vez, a utilização de máquinas no país não aconteceu da mesma forma entre os grandes, médios e pequenos agricultores, por se tratar de uma tecnologia cara, só favorecendo parte destes, ou seja, quem tivesse maior poder aquisitivo.

Desta forma, a busca por uma homogeneização nas técnicas de produção foi sendo consolidada, quem não se encaixava no modelo de desenvolvimento proposto não conseguia competir no mercado, milhares de pequenos produtores rurais foram sendo “eliminados” pelos grandes latifúndios e empresários rurais<sup>3</sup>. Com o pacote de subsídios os produtores maiores conseguiam reduzir os custos de produção e fixar o preço de mercado a um nível que os menores – sem subsídios – não alcançavam, e então quebravam.

A exploração familiar, entendida como “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCH, 1993, p.15), pouco a pouco foi sendo substituída pela mão-de-obra assalariada. Tem-se agora o crescimento do número de trabalhadores volantes, como a formação de um grande exército de bóias-frias: trabalhadores rurais que ao perder sua terra foram assimilados para produzir nos grandes latifúndios de cana-de-açúcar ou outros tipos de empresa rural.

O crescimento do trabalho assalariado no campo foi visto com bons olhos ao se tratar de uma campanha desenvolvimentista no meio rural, embora a maior parte dos empregos gerados no campo fosse de natureza instável e mal remunerada.

Sobre este assunto, Manoel Correia Andrade (1979), observa que a tese dominante defendia que seria melhor a condição de assalariado para homem do campo, pois isto lhe asseguraria uma série de direitos já concedidos ao trabalhador urbano. Logo, não seria necessário fortalecer a pequena agricultura camponesa que, produzindo em pequena escala, não podia concorrer com a grande empresa capitalista moderna. Os anos subsequentes trataram de por abaixo este equívoco, que servia apenas como mera ideologia para legitimar o avanço da política agrícola voltada para o interesse das grandes empresas capitalistas.

A violência por parte dos grandes proprietários no campo, também aumentou, implicando na expulsão dos arrendatários e posseiros de terra, dando vazão para a expansão de novas fronteiras rurais.

Posseiros que ocupavam terras ociosas e praticavam algum tipo de agricultura itinerante, com o desmatamento e a limpeza do terreno, expropriado por grileiros, empresários

---

<sup>3</sup> Na maioria dos casos, essa expropriação foi realizada com base na violência privada através de jagunços a mando da elite rural, muitas vezes a jagunçagem atua associada à violência estatal a partir do momento em que o aparelho do estado é posto a serviço da formação e expansão do latifúndio.

ou latifundiários, tiveram que se deslocar mais para o interior, iniciando um novo ciclo de apropriação-assentamento-expropriação.

Muitos dos pequenos agricultores rurais, expulsos de suas terras, foram transformados em reserva de força de trabalho para empreendimentos de infra-estrutura (governamentais) ou negócios privados de agropecuária, extrativismo, mineração, ou mesmo em mão-de-obra barata para a formação e expansão de latifúndios (IANNI, 1986).

A “modernização” a que o meio rural foi submetido não se restringiu apenas a mudanças nas técnicas de produção, na substituição das técnicas tradicionais por “modernas”, do burro pelo trator, do estume pelo adubo químico, da enxada pelo arado. A “modernização” significou muito mais que isso (NETO, 1982).

Ao mesmo tempo em que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificam-se o uso do “bóia-fria” ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais assalariada; os pequenos produtores, sejam proprietários, parceiros ou posseiros, vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais (NETO, 1982, p.26).

Analisando a situação da população rural com o término da ditadura militar e a continuação do processo de modernização no campo, pode-se afirmar que houve uma consolidação, sob uma nova face, dos padrões coloniais, isto é, o fornecimento e disponibilidade de mão-de-obra de fácil exploração e custo mínimo, resultando no processo de expulsão de trabalhadores rurais do campo e concentração fundiária.

Nos anos subsequentes esta situação foi agravada. Em 2009 o BRASIL bateu recorde mundial no consumo de agrotóxicos. Mais de um bilhão de litros de venenos foram jogados nas lavouras, de acordo com dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola, o que contribuiu para estender o debate para os campos de segurança alimentar, saúde pública e meio ambiente.

O modelo agrícola convencional passou a ser questionado pelos movimentos sociais rurais, ao exemplo do Movimento dos Sem-Terra (MST), que a partir do ano de 2000 adotou a Agroecologia como uma importante bandeira de luta.

## **2. A transformação do paradigma produtivo do MST**

Fundado no município de Cascavel, no Estado do Paraná no ano de 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasce em um período de transição política, após duas décadas de governo ditatorial.

As mobilizações sociais e a nova correlação de forças, decorrente das atividades dos organismos partidários, sindicais e populares contribuíram para colocar a reforma agrária como pauta fundamental do “novo” governo civil. Como reflexo das ações dos movimentos sociais, em 1985, o governo brasileiro, através de seu representante José Sarney, propôs para “solucionar” as tensões sociais provocadas pela questão agrária, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Porém o PNRA gerou reações por parte da fração agrária da classe dominante que, em 1985, contrapondo-se ao Plano, fundou a União Democrática Ruralista (UDR). Além disso, para defender os interesses do setor dominante da agricultura, outros dois organismos, quais sejam, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) apresentaram representações oficiais (MACIEL, 2005).

Luiz Norder (2004) enfatiza que, nesse mesmo ano, a CNA organizou o Congresso Brasileiro de Reforma Agrária, com o objetivo de reforçar a união das entidades representativas em torno de seus interesses, em especial o de revisar o PNRA.

Após suas sugestões, aceitas por José Sarney, o PNRA deixou de ser uma proposta de estímulo à mudança social e transformou-se em mais um obstáculo jurídico à reforma agrária (...) a reforma agrária tornava-se difícil e lenta. A desapropriação por interesse social deixou de figurar como principal recurso do PNRA as áreas prioritárias não foram definidas e o governo federal centralizaria a decisão final sobre os Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRAs) (NORDER, 2004, p, 59).

Nesta conjuntura de avanços e retrocessos de conquistas políticas, o MST buscou desde seu início viabilizar os assentamentos rurais através de estratégias produtivas que permitissem a resistência dos trabalhadores rurais na terra.

No fim da década de 1980, o cooperativismo foi adotado como sua principal forma de organização do trabalho e da produção. Para a implementação deste projeto, o MST baseado nos princípios de sua “teoria de organização do campo”, constituiu uma estrutura organizacional de abrangência local, estadual e nacional incentivando, em diversas regiões do país, a criação de cooperativas de trabalho.

As cooperativas, como principal modelo de organização sócio-produtiva, adotadas pelo movimento passaram a ser consideradas formas superiores de empreendimento agrícola. Defendia-se que o trabalho desenvolvido em seu interior deveria ser conduzido por um novo

sujeito (sem- terra), pautado por valores e práticas voltadas essencialmente para a vida coletiva. Para tanto, fazia-se necessário a superação de “vícios” contidos nas relações sociais e produtivas do campesinato.

Neide Esterci destaca que, a partir de 1985, no período de consolidação dos assentamentos de reforma agrária, o MST buscou ampliar o conceito de “sem terra”. Para o movimento, esse sujeito não deveria ser visto apenas como o militante engajado nas ações de ocupação e de acampamento, mas também como aquele que luta por direitos que vão além da conquista de parcela de terra. A autora destaca:

A segunda metade da década de 80 foi profícua em destacar assentamentos modelos, fundamentados na matriz de produção coletiva, em franca alusão ao projeto defendido pelas organizações ligadas à igreja, aos técnicos progressistas do Estado e às dificuldades dos recursos financeiros (ESTERCI, 1992, p. 11).

Para tanto, o MST montou uma estrutura organizacional visando o apoio produtivo e político-ideológico aos assentados de modo a que esses pudessem ser organizados de acordo com uma matriz de produção adequada à sua realidade. Assim, foram criados quatro setores que se articulavam em torno do projeto nacional do movimento: Setor de Frente de Massa, Setor de Formação, Setor de Educação e Setor de Produção.

Segundo Mitsui Morissawa, foi neste contexto que “começaram a discutir o desenvolvimento da cooperação agrícola como forma de resistência” (MORISSAWA, 2001, p.206).

Além dos setores acima citados, outras instâncias de representação foram criadas, nas quais seriam analisados os temas pertinentes à realidade dos assentamentos e traçadas as diretrizes gerais de atuação política e econômica (produção) do MST.

A partir de uma nova lógica de organização, novas práticas foram sendo implementadas nos assentamentos, principalmente no setor de produção, com a introdução do Sistema de Cooperativa dos Assentados (SCA) facilitado pela política governamental de crédito, a exemplo do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) criado em 1986 (BORGES, 2007).

Juliano Borges (2007) esclarece que a partir de 1989, a territorialização do MST ficou estagnada. Tal contexto impulsionou o movimento a adotar uma mudança de postura. “Toda atenção do MST voltou-se para a consolidação de sua estrutura organizacional e desenvolvimento de seu modelo de cooperação agrícola nos assentamentos” (BORGES, 2007, p.64).

Se até 1985, a organização dos assentamentos era constituída por pequenos grupos coletivos e de ajuda mútua, que tinham como ponto central de seu paradigma o pequeno grupo de cooperação voltado à organização contra as adversidades vivenciadas pela escassez e pobreza no campo, sem a mediação institucional formal homogênea para a realização de atividades (CONCRAB, 1999), a partir deste período, a organização coletiva passa a ser estruturada por associações de trabalhadores objetivando garantir melhor infra-estrutura como: **compra de maquinários, insumos, ferramentas e acesso a créditos**, disponibilizados pelo Estado.

Este modelo, implementado por meio de associações, constituiu-se na principal forma de cooperação agrícola adotada pelo MST até 1989. Com a nova conjuntura política, o movimento voltou-se para a consolidação de um novo paradigma de organização da produção: o cooperativismo (BORGES, 2007).

O sistema de cooperativismo, por sua vez, fundamentou-se na proposta de organização baseada na produção mecanizada e na inserção no mercado. O uso de novas técnicas de produção e o acesso a recursos financeiros permitiu ao movimento aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a competitividade dos assentamentos rurais.

Através da formação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), almejava-se, assim, o desenvolvimento de relações de produção superiores àquelas tradicionalmente constituídas,

Diante de uma política econômica e agrícola que penaliza o pequeno agricultor, o assentado não pode se contentar com a conquista de um pedaço de terra. Há necessidade de encontrar meios que lhe possibilite ter acesso aos recursos financeiros e técnicos, condições favoráveis de produção e comercialização, acesso à **técnicas de produção mais desenvolvidas e a mecanização**<sup>4</sup>. Recursos, esses hoje, somente ao alcance dos grandes proprietários. É para proporcionar essas condições que estamos implementando a organização de cooperativas em nossos assentamentos (JST, 1991, p.02).

Morissawa (2001) analisa que, embora o modelo partisse de uma junção de experiências internacionais, em especial dos países da América Latina, a proposta de cooperativismo agrícola do MST, nesta fase, indicava um modelo uniforme para os assentamentos rurais centrado numa proposta com ênfase econômica<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> (Grifos nossos)

<sup>5</sup> A proposta de desenvolvimento a partir da SCA estava ligada à implantação das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), que pautava na organização coletiva da produção e estratégia de inserção no mercado. No campo econômico sua principal característica era a personalidade jurídica, a qual permitia a permitia entrar no circuito mercantil ao ser registrada.



Segundo Borges (2007), a partir de 1989, com o aumento do número de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), o movimento criou, em nível estadual, as Centrais de Cooperativas dos Assentamentos (CCAs), que articulavam em um mesmo território as diversas experiências, sendo responsáveis tanto pela comercialização da produção, compra de insumos e máquinas, quanto pela obtenção de créditos e implantação dos projetos agroindustriais. Para consolidar a organização cooperativista nacionalmente fundou-se, em 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

Dentre suas finalidades estavam: projetos de viabilidade financeira; estratégias de otimização das exportações da produção cooperativa; agroindustrialização e acréscimo de mais valor aos produtos dos assentamentos; e a manutenção da coerência da organização cooperativa aos princípios político-ideológicos do MST, como esclarece Borges:

“No âmago da cooperação agrícola adotada pelo MST estavam os fundamentos da teoria da organização no campo” (BORGES, 2007, p. 75). Esta teoria buscava a formação de novos sujeitos, organizados em torno de modernas “relações de trabalho”.

Borges argumenta ainda que “o novo sujeito “sem-terra” superaria as contradições inerentes ao individualismo capitalista, aperfeiçoando-se no processo de trabalho coletivo dentro das cooperativas” (BORGES, 2007, P. 75).

Esta postura objetivava organizar os assentados a partir de outra racionalidade sócioprodutiva voltada para o desenvolvimento econômico e a integração mercantil rompendo com a lógica de produção tradicional ou camponesa.

Sônia Bergamasco e Luiz Norder aproximam esta perspectiva de organização do MST das discussões teóricas de *Kautsky* no que tange:

[...] à noção Kautskiana da superioridade técnica do grande empreendimento agropecuário, e que os trabalhadores rurais deveriam organizar a produção em grande escala, em grandes unidades produtivas, ainda que em padrões cooperativos de participação social (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p.134).

A teoria de “organização do campo”, baseada nos princípios *Kaustikianos* tinha o objetivo de potencializar a cooperação agrícola nos assentamentos rurais, rompendo com um dos principais obstáculos para o desenvolvimento econômico: as características camponesas dos assentados, caracterizada por uma organização tradicional da produção, o que dificultava a formação de uma “consciência coletiva”, pois, o processo de trabalho era simplificado e individualista.

Assim, a matriz tecnológica moderna adotada nas cooperativas conteria “novas” relações de trabalho no campo, a exemplo de: racionalização de métodos, especialização de tarefas, utilização de máquinas e insumos químicos, agroindustrialização e integração no mercado, o que entrou em conflito com a realidade da produção agrícola nacional, como pondera Zander Navarro (*et al* 1999, p. 51):

[...] esta proposta transformada em diretriz oficial a partir de 1988, entrou em conflito com a realidade da produção agrícola e suas particularidades, com as características socioculturais dos assentados, com a dinâmica própria da vida rural e, também, com as dificuldades macroeconômicas impostas à atividade produtiva agropecuária.

Além da resistência cultural do assentado ao trabalho coletivo, o tipo de produção proposto mantinha vínculos de grande dependência a fatores externos: da indústria, no caso dos insumos agrícolas, e do mercado internacional, no caso do preço das *commodities*, o que tornava as cooperativas reféns da volatilidade do mercado, para escoamento e comercialização da produção.

A matriz tecnológica moderna passava a oferecer riscos econômicos para os assentamentos. Além de ser mais dependente de recursos externos, a rentabilidade para o montante de associados era reduzida, além da produtividade por área ser baixa. Isto tornava essa atividade econômica inadequada para a lógica da pequena produção camponesa (NORDER, 2004).

O Estado capitalista também teve participação nesta crise, ao atuar como agente financiador do paradigma de produção praticado nos assentamentos rurais<sup>6</sup>. Este contexto contribuiu para que em 1995, o MST redefinisse sua matriz tecnológica, incorporando “novos” princípios orientados, essencialmente, pela agroecologia, baseando-se, a partir de então, em métodos e tecnologias, voltados para o desenvolvimento rural sustentável.

O processo de transição, por sua vez, aponta para a transformação das bases produtivas e a inserção dos assentamentos em um novo paradigma econômico, pautado pela gradual modificação do modelo de agricultura conservadora.

## **2.1 Agroecologia: a bandeira ambientalista do MST**

Frente ao processo de exclusão e degradação a que foram submetidos milhares de trabalhadores rurais no país, principalmente a partir da era da modernização do campo, novos

---

<sup>6</sup> A concepção de agricultura moderna adotada pelo estado brasileiro desde a partir de 1950 se reproduziu ao longo das décadas seguintes influenciando, principalmente através das linhas de créditos rurais, os assentamentos de reforma agrária.

modelos agrícolas vêm sendo propostos no intuito de se contraporem ao modelo agrícola convencional.

A agroecologia configura-se como o principal destes, ao ser concebida como uma alternativa técnica e também política para os pequenos e médios produtores rurais. Conceituada pelo sociólogo Eduardo Sevilla Guszmán, como:

Conjunto de formas alternativas ao estilo do manejo 'industrial', dos recursos naturais, que adotaram tecnologias de natureza ecológica no sentido de pretender proporcionar o acesso aos meios de vida, tentando recuperar, na medida do possível, a inevitável deteriorização causada pela artificialização da natureza (GUZMÁN, 2002, p.28).

Este modelo vem orientando os “novos” princípios de organização social e produtiva de movimentos sociais rurais, a exemplo do MST, da CPT e da Via Campesina, que buscam a construção de um novo paradigma voltado à sustentabilidade socioambiental e produtiva dos assentamentos rurais.

Segundo Canrobert Costa Neto e Flaviane Canavesi (2002), a perspectiva agroecológica foi introduzida oficialmente na pauta do MST após a realização do 3º Congresso Nacional, realizado em 1995, em Brasília. “De 1995 em diante, o discurso político do MST passou a intensificar o conteúdo em favor da sustentabilidade” (NETO, CANAVESI, 2002, p. 209).

Neste evento, o MST divulgou a visão de um novo tipo de reforma agrária, no qual se passa a perceber uma forte preocupação com as questões do desenvolvimento, mas notadamente o rural agrícola, a ser implementado de forma ‘auto-sustentável’ levando em conta o “desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade brasileira, preservando e recuperando os recursos naturais, com base na produção familiar cooperativada” ((NETO, CANAVESI, 2002, p. 208).

Segundo Borges (2007), neste mesmo ano, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra passou a integrar a Via Campesina (rede de cooperação internacional de organização camponesa), como forma de realizar alianças estratégicas e construir uma plataforma mais ampla de debate político.

A posição política da Via Campesina, em relação a um “desenvolvimento rural social e ecologicamente sustentável” (JST, 1995, p.14), contribuiu para reforçar no MST o paradigma da sustentabilidade agrícola.

A partir de então o cooperativismo vem passando por uma reconstrução conceitual, incorporando, ainda que de forma tímida, a matriz de produção sustentável. Já as cooperativas

em processo de implantação estão sendo criadas de acordo com os princípios agroecológicos (BORGES, 2007).

Em seu 4º Congresso Nacional, no ano de 2000, a agenda política do Movimento passou a assumir a agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos rurais, o que lhes conferiu mais um desafio, o de incentivar o processo de transição agroecológica, como principal caminho para a construção de uma “reforma agrária sustentável”, embora continue apontando suas limitações frente ao sistema capitalista.

Com esta nova bandeira de luta, as experiências agroecológicas nos assentamentos rurais ao longo destes anos, vem-se ampliando por todo o país, muitas vezes de forma tensa e conflituosa, reforçando seu caráter dialético.

### **Considerações finais**

Baseando-se nas reflexões já realizadas neste trabalho analisa-se que, dentro da proposta da sustentabilidade rural, a agroecologia, embora possível de ser praticada no sistema capitalista, não rompe com as velhas estruturas produtivistas, responsáveis por grande parte do processo de degradação humana e ambiental da sociedade atual, embora, busque fortalecer os grupos de pequenos produtores rurais, seja através do desenvolvimento de uma nova percepção ambiental, que trata de internalizar os valores de co-dependência entre ser humano e natureza, seja através da tentativa de tornar estes agricultores menos dependentes de recursos externos, ou seja, da grande indústria agroquímica.

Desta forma, a agroecologia deve ser reconhecida enquanto um modelo de resistência, de contraposição ao modelo agrícola industrial. Embora não seja o suficiente para desmontá-lo dentro dos atuais modelos econômico e político.

Por isso a importância de não se pensar as experiências agroecológicas como intervenções e conquistas pontuais, analisando-se simplesmente se deram certo ou errado em nível local, mas é preciso pensar a economia política do país, as questões que estão postas como prioritárias no atual sistema econômico. Por mais que a agroecologia se proponha a contribuir para a preservação ambiental, e de fato vem tendo uma contribuição expressiva, o avanço que conquistou na sociedade capitalista não tem sido capaz de minimizar os efeitos negativos da agricultura convencional, como a expansão do agronegócio, expropriação de terras das populações tradicionais e étnicas, degradação ambiental, perda da biodiversidade, dentre outras problemáticas intrínsecas ao modelo econômico vigente.

## Referências

- BORGES, Juliano Luis. *A transição do MST para a Agroecologia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007.
- ESTERCI, Neide, *et al.* Assentamentos Rurais: Um Convite ao Debate. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Vol. 22, set/dez, 1992.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla. A Perspectiva Sociológica em Agroecologia: Uma Sistematização de seus Métodos e Técnicas. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, nº.1, 2002, vol. 3.
- IANNI, Octávio. *Ditadura e Agricultura: O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia 1964- 1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- JST* (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, Nº 101, ano X, 1991.
- JST* (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, Nº 101, ano XIV, 1995.
- KHATOUNIAN, Carlos Armênio. *A Reconstrução Ecológica da Agricultura*. Botucatu, São Paulo: Agroecológica, 2001.
- LAMARCHE, Huesgues (Coord.). *A Agricultura Familiar*. Campinas: Unicamp, 1993.
- MACIEL, Caio. Reforma agrária, movimentos sociais e agricultura sustentável no Brasil. In: *Revista de geografia do programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco*, Vol. 02, nº 01, 2005.
- MACIEL, David. Questão Agrária e Política no Governo Sarney e na Constituinte (1985-1990). *Guanicuns, Revista da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns*. FECHA/FEA, Goiás, nº 2, 2005.
- MARTINE, George; BESKOW, Paulo Roberto. O Modelo, os Instrumentos e as Transformações na Estrutura da Produção Agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão popular, 2001.
- NAVARRO, Zander; MORAES, Maria; MENEZES. RAUL. Pequena História dos Assentamentos Rurais do Rio Grande do Sul: Formação e Desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonel de S; LEITE. Sérgio (Org). *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Rio de Janeiro: CPDA, 1999.
- NETO, Francisco Graziano. *Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NETO, Carobert; Canavesi, Flaviane. Sustentabilidade em Assentamentos Rurais. O MST rumo à “Reforma Agrária Agroecológica” no Brasil? In: ALIMONDA, Hector (Org). *Ecologia Política, Natureza, Sociedad e Utopia*. México: CLACSO, 2002.
- NORDER, Luiz A. *Política de Assentamento e Localidade: Os Desafios da Reconstituição do Trabalho Rural no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Univesidade de Wageningen, Wageningen, 2004.
- ROCHA, Gilberto Magalhães. *A ideologia da Modernização*. João Pessoa: Universitária, 2000.
- RUEGG, Elza Flores *et al.* Impactos dos agrotóxicos sobre o ambiente e a saúde. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (org.). *Os impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

**GT 6 – Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo**

**Desconstruindo o ‘convencional’: o conhecimento agroecológico e a emergência de redes de cooperação no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**

**Monique Medeiros<sup>1</sup>**  
**Flávia Charão Marques<sup>2</sup>**  
**Ademir Antonio Cazella<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Rural e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC). [mmedeiros@ymail.com](mailto:mmedeiros@ymail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). [flavia.marques@ufrgs.br](mailto:flavia.marques@ufrgs.br)

<sup>3</sup> Doutor em Ciência do Homem e da Sociedade. Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal De Santa Catarina (PGA/UFSC). [acazella@cca.ufsc.br](mailto:acazella@cca.ufsc.br)

**Resumo**

No Litoral Norte do Rio Grande do Sul é possível analisar transformações sociotécnicas que vem desencadeando uma nova dinâmica de desenvolvimento rural, que busca desconstruir o ‘convencional’ na medida em que inter-relaciona agricultores e mediadores sociais na construção de redes de cooperação. Tais transformações levam a crer que os vínculos estabelecidos em formas de redes de cooperação vão além dos aspectos sociais e técnicos, abrangendo também aspectos econômicos, ambientais e cognitivos.

**Palavras-chaves:** agricultura familiar; ação social; transformações sociotécnicas.

## Introdução

O avanço do processo de modernização da agricultura brasileira, associado à chamada “Revolução Verde”<sup>1</sup>, está relacionado às desigualdades sociais e regionais. Por um lado, o pacote tecnológico agrícola estabelecido foi formulado em centros de pesquisa onde as prioridades eram definidas sob a influência de interesses das corporações e do setor agroindustrial, privilegiando métodos e critérios de validação que se restringiam a situações de laboratório. Por outro lado, a chegada da modernização ao campo é vivenciada diferentemente pelos diversos grupos sociais ali presentes. Os conhecimentos locais, que pareciam fadados ao desaparecimento em função da homogeneização técnica proposta pelo processo modernizante e pelos processos unidirecionais de extensão rural adotados, transformam-se, acomodam-se e geram diversidades importantes.

Como contraponto à difusão de conhecimento de ‘cima para baixo’, nas últimas décadas, tem proliferado e ganhado espaço a ideia da valorização dos conhecimentos locais como parte das estratégias para o desenvolvimento rural. Pesquisas e ações de diversas organizações ligadas ao desenvolvimento rural (organizações governamentais e não governamentais, agências nacionais e internacionais de fomento ou de financiamento) vêm enfatizando, pouco a pouco, os resultados da interação do conhecimento local com os conhecimentos advindos da tecnologia e da ciência, fato este que possibilita um novo olhar sobre o espaço rural, que abrange o surgimento de adaptações e rearranjos em relações sociais e de trabalho, de novas formações de sentido e de reinvenções de práticas e técnicas, especialmente agrícolas.

Considerando-se que, durante significativo tempo, a lógica da intensificação da produtividade a partir de uso indiscriminado dos recursos naturais e de insumos químicos de síntese, a exemplo dos agrotóxicos, foi vista como referência única daquilo que era valorado como certo, ou seja, como ‘convencional’. processos de mudanças tecnológicas (como adaptações em sistemas produtivos que busquem diminuir impactos ambientais) tornam-se complexos. A reivindicação por transformações no modo de enxergar e de praticar a agricultura promove influências sobre as diversas formas de intervenção realizadas no rural e são desempenhadas por diversos atores que interagem com os agricultores, sejam eles do poder público, de organizações não governamentais, de lideranças comunitárias, das instituições de pesquisa, entre outros.

No Litoral Norte do Rio Grande do Sul, algumas transformações sociotécnicas nessa direção estão desencadeando uma nova dinâmica de desenvolvimento rural, que busca desconstruir o ‘convencional’ na medida em que inter-relaciona diversos atores sociais na construção de redes de cooperação. Essas redes, construídas por agricultores familiares aliados a distintos mediadores sociais, são marcadas pela aprendizagem coletiva, otimização no uso de recursos sociais e naturais, ampliação das relações sociais e da capacidade organizativa. As transformações ocorridas nessa região levam a crer que os vínculos estabelecidos em formas de redes de cooperação vão além dos aspectos sociais e técnicos e abrangem também os aspectos econômicos, ambientais e cognitivos. Uma evidência disso é que essas redes de cooperação têm conduzido mudanças inclusive nas formas com que o agricultor se relaciona com a natureza, atribuindo mais valor aos conhecimentos locais, formulando alternativas produtivas sustentáveis e a construção de novos mercados por meio de circuitos curtos de comercialização com vínculos diretos com consumidores.

Dessa forma, considerando que os agricultores não são simplesmente receptores passivos de iniciativas de planejamento e de intervenção social, econômica e tecnológica, mas que eles criativamente dão forma a novas possibilidades para o desenvolvimento rural, este artigo busca compreender como as redes de cooperação, construídas por agricultores familiares

---

<sup>1</sup> A Revolução Verde consistiu num conjunto de técnicas e práticas disseminadas a partir da década de 1950, que permitiu um aumento na produção e produtividade agrícola com base no uso crescente de insumos modernos: variedades vegetais de alta produtividade, fertilizantes químicos, agrotóxicos, além da intensificação da mecanização.

e diversificados mediadores sociais têm influenciado a transformação da dinâmica de desenvolvimento rural, a qual vem sendo guiada por princípios agroecológicos, em alguns municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

As reflexões que direcionam este texto basearam-se em informações obtidas pelos autores por meio de ferramentas metodológicas essencialmente qualitativas como a observação, entrevistas abertas e semi-estruturadas, fotografias e pesquisa documental. Parte das informações e observações foram realizadas por meio de visitas técnicas, reuniões e oficinas com agricultores familiares e distintos grupos de atores sociais envolvidos com a agricultura familiar de base ecológica na região de estudo.<sup>2</sup>

O artigo está dividido em quatro seções, sendo a primeira dedicada a uma breve contextualização do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com foco nas mudanças ocorridas na região com a chegada da modernização, principalmente com relação à agricultura familiar local. Na segunda é discutida a importância do compartilhamento de conhecimentos e experiências, para o desenvolvimento de ações inovadoras, como o desenvolvimento da agricultura de base ecológica por um grupo de agricultores familiares no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Na terceira são analisadas as relações de reciprocidade e o compartilhamento de conhecimentos nas redes de cooperação construídas por diferentes atores sociais nessa região. Na quarta e última seção são apresentados alguns pontos estratégicos na configuração dessas redes de cooperação que indicam uma alteração nas trajetórias de desenvolvimento rural na região.

### **O Litoral Norte do Rio Grande do Sul: qual agricultura familiar?**

A região do Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul é composta por 20 municípios com área de 5.136.723 km<sup>2</sup> e população de 284.046 habitantes (IBGE, 2010). A população atual é resultante, inicialmente, do povoamento indígena, da colonização açoriana, portuguesa e africana, e, posteriormente, de etnias como alemães, italianos, poloneses e japoneses. A partir do século XX, diferentes fatores como a potencialidade turística e boa produtividade agropecuária deram impulso ao crescimento econômico e geográfico da região.

Usufruindo das diferenças de relevo e microclima, os agricultores realizaram na meia encosta, após o corte e queima da mata, o plantio de banana e, nos vales, os cultivos de fumo e de arroz. Os principais produtos da fase colonial da região foram a cachaça, a rapadura, a farinha de mandioca, os dormentes para construção de ferrovias, o feijão e o milho. No final da década de 1950, com a construção da rodovia BR-101, e conseqüente retirada dos excedentes agrícolas do litoral via terrestre, substituindo a via lacustre, a agilidade de deslocamento de pessoas e produtos transforma a dinâmica da região. Dessa maneira, o Litoral Norte passou por um processo de expansão de suas atividades econômicas, mas como conseqüência desse panorama, sofreu também por uma intensificação de desmatamento, tendo em vista o tipo de agricultura praticada pelos agricultores pautada na queimada e no cultivo fundamentalmente de milho e feijão, e cana-de-açúcar e mandioca. Nesse sentido, essa região viu, já no final dos anos 1950, acontecerem certos fatos que auxiliaram a modificar por completo o padrão produtivo existente e, como conseqüência, a vida dos seus habitantes, em especial das famílias de agricultores. A introdução do chamado pacote de modernização da agricultura (mecanização, quimificação, adubação, sementes, irrigação etc.) teve início com a introdução e adoção de alguns cultivos específicos, até então praticamente inexistentes, como o fumo, as olerícolas e a banana tipo prata (COTRIM *et al.*, 2007). Com isso, uma parcela formada por uma diversidade de agricultores familiares, os quais possuem diminutas áreas de terra, passa a ter maiores

---

<sup>2</sup> Também foi possível acompanhar esses atores sociais em atividades cotidianas, como o trabalho nas feiras livres, os eventos regionais da agricultura familiar de base ecológica, os encontros e reuniões entre agricultores, as atividades nas lavouras, na produção agroindustrial, e em sua relação com os mediadores sociais atuantes na região. Tais atividades foram desenvolvidas pela primeira autora, entre agosto de 2011 e agosto de 2013, na qualidade de extensionista rural. Esta atuação foi realizada junto à Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER/ASCAR – RS).



dificuldades para a sua reprodução social nesse espaço devido às novas relações sociais de trabalho e de produção.

Atualmente, verifica-se que há uma forte especialização da agricultura, principalmente nas áreas de várzeas dos vales e nas planícies, desenvolvida por alguns agricultores com maior disponibilidade de áreas planas e, conseqüentemente, favorecidos por um maior grau de acumulação de capital. Como apenas uma pequena parcela de agricultores possui grande quantidade de áreas planas disponíveis nas suas unidades produtivas, a maioria dos agricultores continua a plantar nas encostas, porém com rendimentos e tecnologias bem inferiores, se comparados às áreas de várzea (COTRIM *et al.*, 2007).

Esse processo excluiu boa parte da população local, formada por agricultores familiares e comunidades locais (indígenas e afrodescendentes), que abandonou a região em busca de oportunidades de trabalho nas cidades. Devido à grande parte da região ser ocupada por florestas de Mata Atlântica, no início da década de 1990, quando foi crescente a implantação das leis de preservação ambiental e a intensificação de seu controle pelos órgãos de fiscalização, aqueles agricultores que continuaram em suas localidades passaram a enfrentar dificuldades ao terem suas práticas agropecuárias restringidas pela legislação ambiental (COTRIM *et al.*, 2007; LUZ, 2012).

Em contrapartida, é exatamente dentro dessa conjuntura que se começa a evidenciar um rico mosaico cultural e produtivo, no qual prevalece uma agricultura familiar relacionada intrinsecamente a uma dinâmica em que uma ordem moral torna indissociável a terra, a família, e o trabalho. Nessa dinâmica se compreende o papel preponderante da família como estrutura fundamental de organização da reprodução social através da formulação de estratégia (conscientes ou não) familiares e individuais que remetem diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural (a herança) e à transmissão da exploração agrícola (a sucessão) (CARNEIRO, 1999).

Guiadas por essa lógica da agricultura familiar, as famílias dos municípios de Itati, Terra de Areia, Três Forquilhas, Maquiné, Dom Pedro de Alcântara e Osório, abrangidas no recorte empírico deste trabalho, caracterizam-se pela produção de alimentos em sistemas diversificados, inclusive de base ecológica, e movidos pelo desejo de continuar produzindo no meio rural, respeitando as restrições da legislação ambiental vigente.

## **Transpondo fronteiras: indo além da ação individual**

A inclusão de novos domínios e atividades associadas à unidade de produção agrícola, como a transformação e comercialização de alimentos, as medidas e estratégias relacionadas à proteção ambiental, entre outras, implicam em transposição de fronteiras. No contexto vinculado ao desenvolvimento rural, pode-se comparar a transposição de fronteiras a uma ‘imersão no desconhecido’. Novas experiências são traduzidas em novos conhecimentos que, por sua vez, inspiram novas práticas. Nessa dinâmica, novas técnicas e novas redes se fazem necessárias e, para isso, novos conhecimentos são requeridos. Isso se aplica não só à criação de novas atividades e novas redes que agregam renda e oportunidades de emprego no rural, como também à construção de novas respostas à evolução das necessidades e expectativas da sociedade, em geral na reconfiguração dos recursos rurais (OOSTINDIE e BROEKHUIZEN, 2008).

Com base na reconfiguração desses recursos, processos de desenvolvimento rural constituídos por aprendizagem e partilha de conhecimentos fazem emergir ações inovadoras, que retroalimentam o processo, podendo vir a resultar em outras. Essas ações inovadoras carregam em si conhecimento e são constituídas em dinâmicas de aprendizagem. Para que existam relações permanentes que contribuam para o fluxo de conhecimentos é importante que os agricultores estendam suas ações e relações sociais e técnicas para fora da unidade de produção, fazendo assim com que as fronteiras sejam transpostas. Essas formas de transposição de fronteiras são constantemente criadas, recriadas e adaptadas no decorrer das vidas desses agricultores.

No Litoral Norte do Rio Grande do Sul, uma transposição de fronteira importante realizada por um grupo de agricultores pode ser visualizada na transição da prática de agricultura convencional para a agricultura de base ecológica. O início dos trabalhos com a agricultura ecológica nos municípios de Três Forquilhas, Terra de Areia e Itati envolveu diversas realidades e distintos atores sociais. Nas palavras de um dos primeiros agricultores familiares a se interessar pela agricultura de base ecológica no município de Três Forquilhas percebe-se a importância das conexões entre diferentes atores sociais na realização de uma prática inovadora.

*Quando a gente iniciou na agricultura ecológica, em 1995, a gente não conhecia as técnicas, era tudo novidade. A EMATER e o Centro Ecológico foram importantes na nossa caminhada. O primeiro curso que a gente fez sobre agroecologia foi organizado pelo Centro Ecológico e quem nos convidou pra ir foi o técnico da EMATER.*

A transição para a agricultura de base ecológica é uma construção social (ou eco-social) que emerge através das interações que se estabelecem entre atores, recursos, atividades e lugares nos processos de desenvolvimento rural (SCHMITT, 2009). Neste caso em específico, essas interações são evidentes quando o agricultor revela a importância das conexões dos agricultores com o Centro Ecológico, uma Organização Não Governamental (ONG) com sede no município de Dom Pedro de Alcântara, e a EMATER, uma instituição que trabalha com assistência técnica e extensão rural, no acesso a conhecimentos novos.

A partir desse primeiro contato com a agroecologia, esses agricultores conheceram outros espaços de troca de experiências e passam a mobilizar novos incentivos por distintos mediadores para iniciar a prática da agricultura de base ecológica. De acordo com Sabourin (2009), o início da prática de uma agricultura de base ecológica requer, em algum momento, uma motivação particular. O interesse em promover uma transição pode ser originado de diversas formas, desde a simples constatação de que um vizinho está desempenhando essa atividade e obtendo êxito, até o resgate de ideais transmitidos por ancestrais. Porém, a existência de uma motivação particular ou até mesmo de uma tomada de consciência de um interesse comum entre vários indivíduos não é suficiente para o desenvolvimento de uma ação coletiva. Muitas vezes, esta tem de ser ativada, incentivada, acompanhada ou sustentada por algum estímulo externo, cuja eficácia é maior na medida em que se vale dos canais das relações sociais pré-existentes: parentesco, compadrio, redes de diálogo ou de comunicação interpessoais. Isso se confirma ao compreendermos que os cursos, palestras, seminários e dias de campo, ministrados por diferentes instituições voltadas à agroecologia, possibilitaram e ainda possibilitam às famílias uma oportunidade de ter contato com outro modo de trabalhar com a agricultura, um modo que segundo um dos agricultores entrevistados é percebido como o ideal sob diversos aspectos.

*É o mais sustentável pra se praticar a agricultura porque tudo o que ajeitamos é para o crescimento de um todo. A agricultura convencional é diferente... Quanto mais adubo e agrotóxicos usamos, mais despesas, menos colheita, mais contaminação do solo, menos diversificação, menos saúde, menos lucro temos. Na agricultura ecológica todos os insumos aplicados são investimentos, enquanto que na agricultura convencional são despesas.*

A agricultura de base ecológica possui, na agricultura familiar, um espaço diferenciado de atuação, sustentando-se nos potenciais endógenos de cada localidade para a construção de formas de agricultura compatíveis com as realidades ecossistêmicas, econômicas e culturais específicas. Dessa forma contribui para processos de desenvolvimento rural a partir de uma

ótica localizada, isto é, que reconhece e valoriza a identidade, a cultura, a tradição, a biodiversidade e a paisagem como ativos importantes na interação da sociedade com a natureza.

Após modificar suas técnicas e se aprofundar na agricultura de base ecológica, os agricultores obtiveram resultados significativos com sua produção. No caso específico de um dos agricultores entrevistados, em sua unidade de produção ecológica de aproximadamente três hectares, a colheita anual de citros ultrapassou trinta toneladas de frutos, ou seja, uma produtividade de aproximadamente dez toneladas de frutos, contra a produtividade média da região de quatorze toneladas cultivados no sistema ‘convencional’. Obter produtividade inferior, porém, utilizando a mão de obra familiar, insumos gerados na própria unidade produtiva e garantindo a saúde não somente da família produtora, como também do ambiente e dos consumidores, motivou não somente esse agricultor como também os que vinham iniciando os trabalhos na agricultura de base ecológica a buscarem mais informações e partilhar as que estavam adquirindo.

Como esses espaços de trocas de experiência, cursos e palestras que frequentavam chamavam a atenção de outros agricultores da região, eles conheceram outras famílias dos municípios vizinhos de Itati, Terra de Areia, Osório e Maquiné, que também tinham como objetivo dar novo sentido a realizações de técnicas e práticas utilizadas na agricultura. Essas famílias desses cinco municípios, pouco a pouco, construíram laços de confiança e em meados de 2010, seis delas, assistidas por técnicos dos escritórios da EMATER, trabalhando com ideias e ideais que se opunham ao padrão ‘modernizante’, criaram um grupo informal, com o intuito de compartilhar suas experiências e ter acesso a novas informações sobre a agricultura de base ecológica. A constituição desse grupo lhes abriu outras portas e fez com que eles vislumbrassem a necessidade de sua conexão com distintos atores sociais.

### **Reciprocidade e conhecimento compartilhado na construção de redes de cooperação**

Após a criação desse grupo informal, os agricultores familiares se aliaram a distintos mediadores sociais e passaram a promover significativas modificações em suas rotinas resultantes da construção de redes de cooperação no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Essas redes de cooperação foram criadas a partir da necessidade de compartilhar conhecimentos sobre a agricultura de base ecológica, envolvendo desde os aspectos produtivos, até desenvolvimento de condições de inserção socioeconômica dos agricultores familiares nos mercados. Essa dinâmica pode ser concebida como um “conjunto entramado de processos organizativos” (ROVER, 2011, p. 60), no qual os elementos que ‘se entramam’ estão ligados à agricultura familiar, mas são colocados em marcha por distintos atores sociais: agricultores individuais, aqueles organizados em cooperativas, agroindústrias familiares, associações, grupos informais, ONGs, organizações de assistência técnica e extensão rural, institutos de pesquisa, universidades, dentre outras.

Essas redes estão propiciando, nessa região, o estabelecimento de vínculos, fundamentalmente geradores de fluxos de conhecimento, informação e aprendizagem, que promovem a transposição das fronteiras das unidades de produção e da ação individual dos agricultores e de outros atores envolvidos. Disso resulta, também, o desenvolvimento de condições de inserção socioeconômica desses agricultores familiares a mercados diferenciados.

As reuniões realizadas entre os membros do grupo de agricultores ecologistas representam oportunidades de troca de experiência que os impulsionavam a buscar sempre mais informações. Dessa maneira, encorajados uns pelos outros, passam a frequentar mais cursos e palestras com a finalidade de compreender mais a agricultura de base ecológica. Como esses cursos são elaborados por algumas organizações da região, esses agricultores tiveram a oportunidade de realizar diversas e novas parcerias, com destaque para aquelas estabelecidas com o Centro Ecológico de Dom Pedro de Alcântara, Associação Nascente Maquiné (ANAMA), pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e com a Cooperativa de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT).

Dessa forma, adaptando, transformando e interagindo práticas e técnicas embasadas por seus conhecimentos com as práticas e técnicas apreendidas por meio da execução dos projetos de apoio técnico com base em múltiplas metodologias, esses agricultores construíram, em conjunto com os mediadores sociais, uma iniciativa de trabalho diferenciada. As alternativas tecnológicas que foram sendo desenvolvidas, segundo os entrevistados, eram baseadas em princípios da agroecologia, promovendo o resgate dos conhecimentos locais, como o acompanhamento das fases da lua para realização de práticas de plantio e colheita ou a utilização de resíduos orgânicos para fertilização do solo. Inúmeras outras práticas e técnicas foram sendo desenvolvidas e sistematizadas, promovendo o reordenamento de recursos diversos e, com isso, mudando a forma de fazer agricultura, transformando, sobretudo, a relação entre os agricultores e as organizações voltadas à agroecologia presentes no local.

Essa inter-relação entre os agricultores e outros atores sociais é constituída por uma série de vínculos sociais e de fluxos de conhecimento em torno da produção. Dessa maneira, as mudanças tecnológicas englobam não somente modificações nos padrões de produção agropecuária, como também modificações nas dinâmicas sociais, nas formas com que os agricultores reagem e adaptam-se às mudanças tecnológicas (SABOURIN, 2006).

Os momentos de encontro desse grupo possibilitaram aos agricultores ecologistas ter momentos de trocas de informações importantes também sobre administração da unidade produtiva e acesso a mercados de comercialização para seus produtos. É interessante mencionar que eles tinham como principais mercados de comercialização a ‘venda de porta em porta’ nas cidades vizinhas do Litoral Norte, durante o verão; as feiras nos municípios vizinhos; e a entrega desses produtos para atravessadores. Esses agricultores, por não possuírem uma certificação desses produtos como orgânicos, muitas vezes, vendiam seus produtos como convencionais para evitar perdas no campo. Esse tipo de comercialização acaba por ser desestimulante, já que todo um trabalho diferenciado no sistema de produção é desvalorizado ou, pelo menos, não reconhecido. Pensando em solucionar esses problemas e ampliar de seus espaços de comercialização, o grupo se deparou com uma nova necessidade: a certificação de seus produtos como orgânicos.

A necessidade de certificação dos produtos orgânicos veio através da lei que começou a ser discutida em 1994, quando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) reuniu-se com representantes de entidades ligadas à produção e ao consumo de alimentos orgânicos com o propósito de criar normas para a produção orgânica em todo o território nacional. A discussão continuou nos anos seguintes e, em 2007, a legislação que rege a certificação foi estabelecida pela Lei Federal 10.831<sup>3</sup> e regulada por cinco Instruções Normativas. Essa lei abarca na categoria de ‘orgânicos’ as diferentes vertentes que englobam a produção de base ecológica. A partir da Lei Federal, foi criado o Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG). Dele fazem parte dois tipos de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC): a) as Certificadoras Comerciais, chamadas de terceira parte, por não integrarem os agricultores e trabalharem por sistema de auditoria; b) os Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPAC), que, assim como as certificadoras, precisam ter credenciamento junto ao MAPA, mas têm o sistema de acreditação feito por grupos compostos de agricultores e outros atores interessados, como consumidores, técnicos e organizações sociais (PINHEIRO, 2010).

À luz dessas informações, os agricultores deste estudo decidiram dedicar-se a realizar a certificação de caráter participativo, por meio do sistema de certificação ainda emergente. A opção foi certificar a produção através de OPAC, ao invés da contratação de empresas de certificação por auditoria. Essa escolha se deve, em parte, aos altos preços praticados pelas empresas certificadoras, mas também à inconformidade com a metodologia de trabalho, já que a credibilidade ‘concedida’ aos produtos de base ecológica por pessoas e estruturas alheias à

---

<sup>3</sup> No artigo 2º da lei apresenta-se como certificação orgânica o ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificado foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes (BRASIL, 2007).

comunidade não criam um processo de autonomia da família agricultora ou da comunidade (MEIRELES, 2003).

A partir do conhecimento e compreensão do funcionamento dos OPAC e das parcerias que o grupo de agricultores ecologistas estabeleceu, ocorreu uma aproximação com a Rede Ecovida de Agroecologia, um OPAC já atuante na região<sup>4</sup>. O objetivo dessa Rede consiste na construção de um processo distinto de certificação denominado “participativo em rede”, o qual contrapõe o modelo mais comum realizado pelas demais certificadoras: o modelo de auditoria por inspeção externa. Essa Rede abrange os estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, sendo formada por núcleos regionais. Atualmente conta com 23 núcleos, abrangendo em torno de 170 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, duzentos grupos de agricultores, vinte ONGs e dez cooperativas de consumidores<sup>5</sup>.

Após contato com esse OPAC, três famílias de agricultores ecologistas se associaram à Rede Ecovida. Para além de certificarem sua produção, esses agricultores tinham propósito de acessar informações a respeito da construção de um OPAC, a fim de transformar o grupo de agricultores ecologistas em um novo OPAC, porém, de menor abrangência.

A ideia de construir um OPAC em menores dimensões, se diferenciando da Rede Ecovida, se baseou no fato desse grupo de agricultores prezar por relações de proximidade entre os seus componentes. Os entrevistados alegam que quando o Organismo se torna muito abrangente, envolvendo centenas de famílias, essas famílias acabam não conhecendo todos os componentes desse Organismo, e os laços de confiança e as relações de reciprocidade, tão caros a um processo de certificação participativa, tendem a se tornar tênues. Assim, a proposta desse grupo foi de construir um Organismo, abrangendo os municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, no qual todos os membros se conhecessem, se visitassem frequentemente e, assim, pudessem garantir com segurança sua produção orgânica. Acompanhar as atividades da Rede Ecovida, além de facilitar o acesso a esclarecimentos sobre a parte documental de construção e desenvolvimento de um OPAC, proporcionou às três famílias associadas o estreitamento de relações com outras organizações voltadas à agroecologia que também participam da Rede Ecovida, o que favorece, conseqüentemente, a todo o grupo de agricultores ecologistas envolvidos no ideal da construção de um outro OPAC.

Concomitante à participação dessas famílias na Rede Ecovida, as atividades do grupo de agricultores ecologistas se tornaram cada vez mais disseminadas pela região em função da obtenção de colheitas significativas de produtos de base ecológica. Dessa maneira, famílias de agricultores do município vizinho de Dom Pedro de Alcântara também se agregaram ao grupo, trocando, doando, recebendo informação e, acima de tudo, construindo conhecimento, confiança e reciprocidade.

É importante salientar que por meio dessas transposições de fronteiras que requerem compromissos coletivos e organização, novas relações sociais se estabelecem ultrapassando a capacidade individual, o que torna possível aos agricultores a construção de vínculos que se apoiam sobre práticas de ajuda mútua, principalmente com relação à troca de conhecimentos e práticas relacionados ao desenvolvimento de novas formas de trabalho com a agricultura. Essas iniciativas estão fundadas no princípio de “reciprocidade”, a partir de relações estruturadas em função do interesse da totalidade do grupo (SABOURIN, 2006).

Dessa forma, o grupo de agricultores ecologistas cresceu e envolveu novos agricultores, técnicos e consumidores em sua transformação. Em 2012, teve-se a criação de uma associação e no ano seguinte do “OPAC Litoral Norte”. Atualmente, o grupo conta com o envolvimento de, aproximadamente, vinte e cinco famílias de agricultores, dentre as quais dez já possuem sua produção certificada por este OPAC.

O processo de certificação participativa envolve reuniões mensais nas unidades de produção dos sócios do OPAC, a fim de visitar as unidades produtivas para conhecimento das técnicas utilizadas a campo, validar ou questionar os procedimentos em torno das técnicas e, também, para organizar a parte documental do Organismo. Os encontros entre agricultores e

<sup>4</sup> Para uma maior discussão a respeito da Rede Ecovida de Agroecologia, consultar Rover (2011).

<sup>5</sup> Informações obtidas no site: <http://www.ecovida.org.br/a-rede/>; acessado em 27 de janeiro de 2014.

técnicos possibilitam a troca de experiências a partir das formas que cada um encontrou para solucionar problemas semelhantes, como o controle dos danos causados por insetos e doenças, melhoria da qualidade do solo e acesso a mercados diferenciados. Nesses momentos, os mediadores que acompanham as reuniões, como é o caso dos técnicos da EMATER, muitas vezes conhecem técnicas novas e são desafiados a encontrar explicações para a sua eficiência. Essa interação desafia todos a reverem seus conhecimentos.

Com o intuito de conhecer outras experiências de unidades de produção ecológica, o OPAC Litoral Norte, juntamente com a COOMAFITT, buscou parcerias com a Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (ECOCITRUS), com sede no município de Montenegro. Essas parcerias possibilitaram aos componentes do OPAC e alguns sócios da COOMAFITT a realização de uma visita técnica à sede da ECOCITRUS, onde são organizados os produtos a serem comercializados, além de visitas a alguns associados dessa cooperativa. Todos são produtores de citros certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia. Essa visita técnica despertou a atenção não só dos agricultores do OPAC Litoral Norte, mas também dos sócios da COOMAFITT, que ainda não estavam envolvidos com o OPAC. Isso possibilitou que novas famílias de agricultores se associassem ao OPAC. As relações e trocas que se estabelecem durante essas trajetórias são relevantes para além das possibilidades comerciais que se abrem, uma vez que é perceptível a ativa circulação de informação e conhecimento que leva à tomada de decisões e ações. Tais aspectos favorecem significativamente a construção de ‘espaços de manobra’ por esses agricultores, que se revelam estratégicos para a superação de problemas relacionados à sua reprodução social e ao reconhecimento de seu trabalho com a agricultura (PLOEG *et al.*, 2004).

A relação da COOMAFITT com o OPAC Litoral Norte, que foi construída já no início do grupo informal de agricultores ecologistas, é algo que vem se fortalecendo com o passar do tempo. Atualmente, em torno de dez famílias, membros do OPAC, são também associadas a essa Cooperativa, que hoje conta com 130 sócios. A proposta da COOMAFITT para um futuro próximo é de que os membros do OPAC, também sócios da Cooperativa, produzam alimentos certificados para serem comercializados no mercado institucional, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>6</sup> e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>7</sup> via Cooperativa. De acordo com os membros do OPAC Litoral Norte, essa parceria pode vir a viabilizar a logística de entrega de produtos para o OPAC, pelo fato da Cooperativa já possuir a infraestrutura necessária, se beneficiando com a comercialização de quantidades significativas de produtos. Essa cooperativa atende atualmente a demanda de quatorze municípios por meio do PNAE e de outras duas municipalidades pelo PAA. De acordo com os gestores da COOMAFITT, além de ampliar a lista de produtos oferecidos pela Cooperativa com produtos orgânicos, essa parceria estimula de forma gradativa que mais sócios realizem a transição da agricultura convencional para a de base ecológica. Esse tipo de parceria entre as organizações se mostrou tão promissor que o presidente do OPAC Litoral Norte, no ano de 2013, se tornou também vice-presidente da COOMAFITT.

---

<sup>6</sup> Regionalmente chamado de “merenda escolar”, esse Programa é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, Distrito Federal e municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. O Programa segue a Lei nº 11.947/2009 que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (FNDE, 2011).

<sup>7</sup> Esse Programa tem como finalidade incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, sendo constituído por instrumentos que permitem a estruturação e o desenvolvimento da agricultura familiar (FNDE, 2011). No PAA parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.

Duas das três famílias que já possuem certificação orgânica de seus produtos através da Rede Ecovida, e que são membros do OPAC Litoral Norte, hoje, estão associadas à COOMAFITT e fornecem seus produtos certificados ao mercado institucional através dela. É importante salientar que essas duas famílias justificam sua continuidade de vinculação ao OPAC Litoral Norte, mesmo já possuindo a certificação via Rede Ecovida, devido os laços de amizade e reciprocidade construídos entre os associados. Tais famílias afirmam que eles estarem vinculados à Rede Ecovida os possibilita no auxílio ao OPAC Litoral Norte, ainda no início do processo de constituição, principalmente nas questões burocráticas, visto que eles já enfrentaram desafios semelhantes no outro OPAC em andamento há mais tempo.

Além disso, atualmente, outras três famílias do município de Itati, sócias da COOMAFITT e componentes do OPAC, estão orientando o cultivo de palmeira juçara<sup>8</sup> de forma ecológica a fim de trabalhar com o processamento da polpa desse fruto, mais conhecida como “açai de juçara”. A ideia é de certificar a polpa via OPAC Litoral Norte e comercializá-la no mercado institucional através da COOMAFITT.

No entanto, segundo os entrevistados, há uma barreira a superar no caso do processamento da polpa. Esses agricultores não possuem uma agroindústria para essa finalidade, e junto com a COOMAFITT, eles entraram em contato com algumas famílias de agricultores ecológicos, vinculados à Rede Ecovida de Agroecologia, que trabalhavam coletivamente em uma agroindústria familiar de panificados e processamento de frutas, localizada no município de Três Forquilhas, e propuseram uma parceria com essas famílias. As quatro famílias vinculadas à agroindústria se animaram com a organização da Cooperativa e, vislumbrando o acesso a novos mercados, se associaram a ela. A partir dessas interações, a ideia desses agricultores é de que, em breve, as famílias produtoras de fruto de juçara repassem os frutos à Cooperativa e essa utilize a estrutura e a mão de obra dos associados da agroindústria para o processamento da polpa, garantindo trabalho e renda não só aos produtores de juçara, como também às famílias vinculadas à agroindústria.

É importante evidenciar que a utilização de polpas de frutas nativas na confecção dos produtos dessa agroindústria tem um significativo potencial para a valorização de hábitos culturais e dos recursos naturais existentes no local, o que intrinsecamente favorece a formação de sistemas produtivos sustentáveis. O envolvimento dos agricultores com proposta de elaboração desses produtos tem gerado outras conexões, que favorecem dinâmicos fluxos de conhecimentos, descoberta e reordenamento no uso de recursos, naturais e sociais, além da busca por estratégias de enfrentamento aos condicionantes do ambiente econômico e institucional, tão necessárias ao aprimoramento dos processos.

Enquanto essa ideia de ofertar a polpa de açai na ‘merenda escolar’ não pode ser colocada em prática, porque aguardam a regulamentação do OPAC, o contato da agroindústria com a COOMAFITT rendeu outros ‘frutos’. Após a associação dos membros da agroindústria à Cooperativa, quatro famílias começaram a elaborar panificados para entregar em distintas escolas, inclusive de Porto Alegre (capital distante 130 km), através da COOMAFITT. Os pães elaborados com mandioca, abóbora e polpa de juçara, embora ainda não certificados, já conquistaram espaço e a preferência de nutricionistas envolvidas com a elaboração dos cardápios das escolas.

Para essas famílias, a importância da certificação está relacionada ao fato de poderem receber um valor adicional, de até 30%, nos produtos destinados ao mercado institucional. Para além dos possíveis ganhos econômicos é necessário sublinhar que o fato de haver uma nova institucionalidade que reconhece a certificação participativa representa o fortalecimento da dinâmica de desenvolvimento que concebe o agricultor como ator central, garantido seu espaço de representação política e reprodução social, bem como autonomia na gestão, tomada de decisões e escolhas tecnológicas.

---

<sup>8</sup> A palmeira Juçara (*Euterpe edulis*) é uma espécie original da Mata Atlântica, que ocorre desde o estado do Rio Grande do Sul até a Bahia. Além do palmito extraído do interior do pecíolo de suas folhas, produz grande quantidade de frutos que, após amadurecimento, podem ser processados e transformados em polpa, utilizada para diversos fins alimentícios.

Essas redes de cooperação estabelecidas entre agricultores e mediadores sociais, a fim de buscar alternativas ao padrão modernizante de agricultura, são elementos que contribuem para a mudança de entendimento sobre a eficiência de uma unidade de produção agrícola, ampliando o foco também para as questões políticas e sociais. Tais aspectos desconstruem o parâmetro convencional de eficiência que considera quesitos puramente econômicos, fazendo com que os demais aspectos da vida social passem a ser valorizados.

Essas conexões que constroem tais redes levam a reordenamentos, não são simplesmente técnicos e materiais, mas envolvem, simultaneamente, negociações, renegociações, conflitos, disputas por poder e até possíveis criações de novas relações organizacionais. Ou seja, elas não se restringem à agricultura e incidem sobre outros limites setoriais e estão proporcionando aos agricultores desbravar novos caminhos e estabelecer desvios das regras que o modelo de desenvolvimento modernizante impõe (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008).

### **E para não concluir...**

O grupo de agricultores familiares do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, direcionados pelos ideais da agricultura de base ecológica e apoiados por projetos de assistência técnica e políticas públicas, como o PNAE e o PAA, executam 'práticas desviantes'. Tais práticas representam formas inovadoras de organização e combinação de recursos. Ao mesmo tempo em que resgatam antigos costumes e tradições dos processos agrícolas, inovam na articulação entre atores, em sua relação com os mercados e mesmo na criação de novas organizações. Isso retroalimenta a ideia de que a criação de vínculos entre esses agricultores familiares e organizações da agricultura familiar se estabelece para além da obtenção de melhoria de renda. Ela se constrói baseada em princípios de proximidade e reciprocidade entre os agricultores familiares, resgatando, com isso, a localidade.

Neste caso, agricultores espalhados pela região, oriundos de diferentes etnias, descendentes de açorianos, portugueses, africanos, alemães, italianos, poloneses e japoneses, embora mantenham distintos costumes e tradições, se reúnem em função das proximidades de objetivos e ideais em organizações comuns. Dessa forma, o vínculo, que seria puramente econômico, traz consigo essa diversidade de conhecimentos e culturas, técnicas e práticas, assim como valores que geralmente são desenvolvidos e direcionados por determinados costumes.

Essas diversas relações entre esses agricultores também são facilitadas pelo fato deles possuírem vínculos com mais de uma organização, que envolvem diferentes atores sociais. Foi possível verificar, durante as entrevistas e observações, que essas múltiplas ligações constituem estratégias coletivas na busca por autonomia. Os vínculos criados para dar forma a esse processo de participação em vários tipos e níveis de organizações colocam os agricultores em contato com outras associações e cooperativas, fazendo com que as inter-relações sejam cíclicas e frequentes. Essa dinâmica que amplia horizontes, através da transposição das fronteiras individuais, tem sido responsável pela visualização de oportunidades estratégicas por parte desses agricultores.

Uma das estratégias interessantes encontradas por eles em uma região, de um lado, com histórico de cultivos 'convencionais' de culturas como banana, fumo e olerícolas, e de outro, repleta de Áreas de Proteção Ambiental, foi a transição da agricultura 'convencional' para a agricultura de base ecológica. A agricultura de base ecológica vem mostrando que pode contribuir com a conservação tanto dos elementos naturais, como solo, água, biodiversidade, quanto das expressões socioculturais diversificadas, através do redirecionamento da relação com a natureza. Essas iniciativas se fazem particularmente importantes quando se focaliza a elaboração de projetos, programas e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar. A partir da emergência do debate sobre relação sociedade-natureza e sustentabilidade, não é mais possível encarar a atividade agrícola, especialmente quando se trata de formas familiares de produção, de maneira unifocal e somente pelas lentes do produtivismo.

Essas iniciativas, que estão amplamente relacionadas com o compartilhamento de conhecimentos, especificidades locais, heterogeneidade e dinamismo da ação social, parecem



indicar uma alteração nas trajetórias de desenvolvimento no espaço rural na região estudada. Através de constantes transposições de fronteiras rumo à agricultura de base ecológica, outras ações são colocadas em marcha, especialmente no que se refere ao compartilhamento de experiências e avanço na articulação de conhecimentos, fazendo germinar as redes de cooperação, tão caras aos processos de desenvolvimento rural que se distanciam do padrão 'modernizante'.

É importante salientar que essas redes passam pela mediação de atores diversos, ligados a organizações governamentais e não governamentais. Dessa maneira, a articulação entre a ação da extensão rural pública e as ações de organizações não governamentais torna-se imprescindível. Tal engajamento é fundamental no sentido de valorizar e/ou incentivar possíveis processos de desenvolvimento rural, fazendo com que se ampliem os espaços para discussão, disseminação e abrangência das práticas e conhecimentos com potencial inovador. Além disso, para a irradiação de um ambiente propício à emergência de processos que desconstruam o 'convencional', é necessário avançar também nos estudos e pesquisas. Nessa área, a inter-relação dos conhecimentos técnico-científicos com os conhecimentos dos agricultores, especialmente no tocante ao desenvolvimento de métodos capazes de compreender e apreender desde procedimentos práticas agrícolas, até a construção de dispositivos coletivos entre os agricultores, abrangendo as estratégias de inserção de seus produtos diferenciados ao mercado, como é o caso dos orgânicos, representa um tema ainda pouco analisado

## Referências

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. *In*: COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. J. (Orgs). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 323-344.

COTRIM, D. S.; GARCEZ, D.; MIGUEL, L. A. **Litoral Norte do Rio Grande do Sul**: Sob a perspectiva de diferenciação e evolução dos sistemas agrários. 2007. Disponível em: <[http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab\\_Format\\_PDF/51.pdf](http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/51.pdf)>. Acessado em 16 de maio de 2013.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**: Conceito. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em: 18 de outubro de 2011.

IBGE. **Censo Demográfico – Brasil 2010**, Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 de julho 2013.

LUZ, L. F. **Agrobiodiversidade e Agroindústria Familiar Rural**: espaços de diálogo sobre os produtos da agricultura familiar no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

MARQUES, F. C. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos**: transições no regime sociotécnico da agricultura. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OOSTINDIE, H. e BROEKHUIZEN, R. von. The dynamic of novelty production. *In*: PLOEG, J. D. van der e MARSDEN, T. (Eds.) **Unfolding Webs**: The dynamics of regional rural development. Van Gorgum, 2008. 262 p.

PINHEIRO, P. S. **Saberes, plantas e caldas**: a rede sociotécnica de produção agrícola de base ecológica no sul do Rio Grande do Sul. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PLOEG, J.D. van der.; O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. A **diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

ROVER, O. J. Agroecologia, mercados e inovações sociais: O caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, Vol. 47, N.1, P. 56-63, São Leopoldo, 2011.

SABOURIN, E. Organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores no Nordeste Semi-árido. In **Associativismo, cooperativismo e economia familiar no meio rural**, SABOURIN, E. (Org) Cadernos do CEAM, 23, Brasília, UnB, CEAM, Neagri, 2006. P 51-93.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés, V. (Org.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. de. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO J.C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001, (Capítulo 1), p.21-55.

**GT (06) – (Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de  
contraposição ao produtivismo)**

**Título do Trabalho: Disciplina e Controle:  
Aproximações e Distanciamentos entre as Estratégias dos Projetos de Colonização  
e de Projetos de Assentamento**

**Paula Adelaide Mattos Santos Moreira<sup>1</sup>  
Guiomar Inez Germani<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestre /Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário - INCRA/ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo UFBA, paulagemeos@uol.com.br

<sup>2</sup> Doutora /Coordenadora do Grupo de Pesquisa GeografAR e Professora do Programa de Pós Graduação em Geografia - UFBA / Instituto de Geociências da UFBA, Guiomar@ufba.br

**Resumo:** O texto proposto traz uma reflexão decorrente das formas de implantação de agrovilas nos projetos de colonização rural, idealizados na ditadura militar entre 1970 e 1980, e os projetos de assentamento implantados a partir da década de 1980 até 2010. Como referencial teórico tenta-se aplicar as reflexões de Foucault (1987), quanto à sociedade disciplinar. Neste caso, visualiza-se tanto nos projetos de colonização quanto nos de assentamentos resquícios de um confinamento social, muito mais acentuado no primeiro caso. Isto se explica porque o público da política de reforma agrária tradicionalmente é constituído por camponeses que lutam por terra, isto é, rebeldes. Assim sendo, no regime militar a intolerância a estes era maior, fato que os levou a serem vítimas de uma política cujo objetivo não era assenta-los e, sim, calá-los e escondê-los do conjunto da sociedade que estava, naquele momento, sendo manipulada com o discurso da modernização do país. Também se utiliza Deleuze (1992) quando este se refere à sociedade do controle. Nos projetos de assentamento nota-se como o controle do capital se estabelece de forma contínua e decisiva. Aos assentados é oferecida uma forma de produção submissa a um pacote tecnológico (sementes transgênicas, adubos químicos, agrotóxicos, maquinário) que tende a colocá-los em posição de devedores, fazendo-os enfrentar a concorrência de mercado de forma contraditória a sua condição camponesa. Entende-se que em ambas as formas de aplicação da política de agrária as intenções estavam distantes de serem libertadoras. A partir daí, tenta-se demonstrar como as questões conjunturais político-econômicas interferem nos processos e, como os conceitos de sociedade disciplinar e sociedade do controle se relacionam com as características desta política.

**Palavras-chaves:** projetos de assentamento; projetos de colonização; sociedades disciplinares e de controle.

## 1 Introdução

Este texto traz uma reflexão quanto às formas espaciais decorrentes da implantação de núcleos urbanos nos projetos de colonização rural, idealizados na ditadura militar entre 1970 e 1980, e os projetos de assentamento (PAs) implantados a partir da década de 1980 até 2010. Ambos se constituem em experiências de políticas de reforma agrária aplicadas a partir da autarquia federal, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Como referencial teórico tenta-se aplicar as reflexões de Foucault (1987), quanto à sociedade disciplinar. Neste caso visualiza-se tanto nos projetos de colonização quanto nos de assentamentos resquícios de um confinamento social, muito mais acentuado no primeiro caso. Isto se explica porque o público da política de reforma agrária tradicionalmente é constituído por camponeses que lutam por terra, isto é, rebeldes. Assim sendo, no regime militar a intolerância a estes era muito maior, fato que os levou a serem vítimas de uma política cujo objetivo não era assenta-los e, sim, calá-los e escondê-los do conjunto da sociedade que estava, naquele momento, sendo manipulada com o discurso da modernização e da integração do país.

Também se utiliza Deleuze (1992) quando este se refere à sociedade do controle. Nos projetos de assentamento nota-se com mais clareza como o controle do capital se estabelece de forma mais aberta, porém, contínua e decisiva. Como exemplo, se pode citar que não existe na atualidade uma oposição tão acirrada a implantação de projetos de assentamento, quanto houve no passado. Porém, aos assentados é imposta uma forma de produção totalmente submissa a um pacote tecnológico (sementes transgênicas, adubos químicos, agrotóxicos, maquinário, etc.) que os coloca em posição de devedores e os obriga a enfrentar a concorrência de mercado de forma contraditória a sua condição camponesa.

Entende-se a partir destes autores que em ambos as formas de aplicação da política de reforma agrária as intenções estavam distantes de serem libertadoras. Tenta-se, então, demonstrar como as questões conjunturais político-econômicas interferiram nos processos e como os conceitos de sociedade disciplinar e sociedade do controle se relacionam com as características de tais desenhos de política agrária.

Considerando como uma proposta de cunho disciplinar, os projetos de colonização tinham no planejamento espacial seu grande instrumento. O urbanismo rural era o discurso, onde cada elemento era pensado no sentido de se fazer funcionar tal estrutura de forma previamente estabelecida. Este tipo de proposta tem na materialização seu principal elemento, isto é, a arquitetura torna-se um elemento essencial, assim como a casa da família, o prédio da escola, o edifício do quartel, o edifício da fábrica e o presídio dos marginais.

Os projetos de assentamento, apesar de terem grandes resquícios do momento anterior e, muitas vezes serem reproduzidas neles formas espaciais disciplinares oriundas das experiências dos projetos de colonização (agrovilas, por exemplo), têm em sua materialidade as formas de controle estabelecidas na contemporaneidade. As disputas de poder locais geram seus modelos espaciais únicos, planejados de forma variada sem um centralismo formal, estabelecidos para as tomadas de decisão. Assim sendo, a arquitetura deixa de ser o elemento principal e o processo caminha para um mundo virtual.

Tratando-se da micropolítica. Entende-se que nos projetos de colonização, mesmo com toda estrutura física centralizada, pensada e montada para disciplinar o público alvo, houve uma acomodação das forças locais que transformaram cada experiência em algo único. Algo fora do controle disciplinar estatal, porém, bastante penoso para os colonos. Não se tem uma experiência exitosa de projeto de colonização. Atualmente muitos projetos se transformaram em municípios que, tem uma população altamente vulnerável dos pontos de vista social, econômico e político.

Nos assentamentos, que se constituem na materialização direta das lutas sociais por terra, existe a presença dos movimentos sociais. Este fato dá a estes uma conotação política completamente diferente que a dos projetos de colonização, que estavam inseridos num rol de ações de iniciativa estatal. A micropolítica se coloca neste caso de forma muito mais variada. Nuances locais se tornam mais vivas nos processos de decisão. Neste caso, segundo Guiomar

Germani (1998), o fator gerador do PA, a localização, a organização espacial da produção e, a dimensão de seus desafios deve ser compreendida porque, também, definem o espaço produzido na reforma agrária.

É, também, considerado como base para as reflexões levantadas sobre a implantação dos projetos de colonização e de assentamentos que a sociedade urbana transforma progressivamente a vida agrária, seguindo uma tendência de urbanização global (LEFEBVRE, 1999). Nesta perspectiva, considera-se que no período de implantação dos projetos de colonização estudados a expansão capitalista impunha uma lógica urbana para os espaços, mesmo que rurais e, nos casos apresentados, o modelo modernista serviu de referência para a concretização deste processo, subjulgando e desconsiderando as formas espaciais construídas historicamente pelas sociedades camponesas.

Busca-se, com a reflexão proposta compreender com que abrangência e forma, a arquitetura e o urbanismo, com suas ideias, ideários e instrumentos nos períodos analisados, interferiram nas intervenções governamentais ocorridas no meio rural. Tais reflexões são de suma importância para esta pesquisadora que, inserida no Programa de Doutorado da FAU-Ufba investiga os processos urbanos desencadeados pela política federal de reforma agrária no estado da Bahia.

## **2 As Sociedades Disciplinares no Meio Rural Brasileiro**

No meio rural, a ocupação do espaço brasileiro sempre esteve vinculada a interesses produtivos de elevado porte e a grandes propriedades. No início do processo de colonização instalaram-se as fazendas de engenho, localizadas na região costeira do país (principalmente na Bahia e em Pernambuco), que, destinavam-se a suprir os interesses da metrópole portuguesa. A mão de obra era escrava e os espaços eram eminentemente disciplinares.

No processo de interiorização do país, afirma Luccas (1997), próximo a grandes rios, surgiram as fazendas de gado. Neste caso, aparecem os vaqueiros que, construíam suas casas na área da fazenda e criavam seu gado, além do gado do fazendeiro, formando, muitas vezes pequenos vilarejos em torno da casa grande. As fazendas de gado estavam presentes em grande parte do território brasileiro desde o sul, ao norte, o nordeste, abrangendo, ainda a região sudeste, com destaque para Minas Gerais. Tais espaços, apesar de menos disciplinares que os dos engenhos, carregavam uma carga de hierarquia política, social e econômica. O fazendeiro sempre tinha o poder da decisão.

Desde a Proclamação da República até o ano de 1930 vigorava no Brasil a República Velha, conhecida hoje como o primeiro período republicano brasileiro. Neste momento, o poder político estava concentrado pela oligarquia cafeeira, já que o café exerceu uma grande importância para a economia do país, porque era praticamente o único produto brasileiro de exportação.

Seu cultivo era desenvolvido especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e algumas áreas de Minas Gerais, fato que gerou maior desenvolvimento urbano nas principais cidades destes estados.

As fazendas de café chegaram a ter edifícios bastante sofisticados e imponentes, possuidoras de arquiteturas ecléticas com grande influência neoclássica, segundo Cruz (2010). Normalmente as casas grandes eram inseridas em pontos mais altos, porém com toda a estrutura produtiva em seu entorno, mostrando a priorização do setor produtivo em relação à estética da paisagem, seguindo, neste aspecto, o mesmo conceito das fazendas de engenho, de gado, de cacau e de borracha. O fator disciplinar era o principal aspecto para justificar a implantação das casas grandes junto das áreas de beneficiamento, alojamento e produção em todos os casos citados.

Com a crise do café e a abolição da escravidão, incentivou-se um processo de colonização rural no Brasil. Germani (1993) identifica este fenômeno como a primeira fase do

processo de colonização brasileira, que aconteceu entre 1822 a 1930 e, foi caracterizado pelo seu público alvo: os imigrantes estrangeiros.

É importante destacar neste contexto que, por ocasião dos conflitos entre a França e a Inglaterra, foi forjado e veiculado pela primeira a existência de uma América Latina. Esta América, diferente da América anglo saxônica (liderada pela Inglaterra), deveria ter sintonia com padrões estéticos, culturais e comportamentais aos da França. A crise política e econômica de Portugal e Espanha propiciou terreno fértil a territorialização deste padrão. Segundo Gonçalves & Quental (2011), isto significou um prolongamento da colonialidade no Brasil em relação à Europa.

Os latinos americanos, a partir desta proposição se constituiriam dos descendentes europeus. Isto significa que os índios e negros foram desconsiderados. Desconsiderados, também, foram suas culturas, artes, religiões e saberes. A presença destes habitantes era vista de forma negativa e pejorativa. Assim sendo, eles não teriam condições de povoar e contribuir para desenvolvimento do país de forma adequada.

Neste contexto, a imigração estrangeira foi incentivada para se impedir que a nação brasileira fosse predominantemente constituída de cidadãos índios, negros e mestiços. Desejava-se que esta fosse constituída de uma “raça nobre” para se viabilizar o desenvolvimento país.

Como consequência, os negros libertos da escravidão ficaram sem opção de trabalho, no mesmo instante que grande parte dos imigrantes estrangeiros foi encaminhada para trabalhar nas fazendas de café.

Houve, entretanto, um considerável percentual de imigrantes (suíços, alemães, italianos, dentre outros) que foi assentado em colônias agrícolas com o intuito de desenvolver áreas pouco povoadas com o conhecimento prévio que haviam adquirido em seus países de origem. Províncias e agenciadores incentivavam a imigração prometendo terra e prosperidade. Os imigrantes passaram por dificuldades no início do processo, sendo que muitos desistiram. Os que resistiram, em geral, se utilizaram dos próprios recursos para desenvolver as terras que tiveram acesso. Neste caso, a organização de cada grupo e suas articulações locais definiram cada uma das colônias implantadas pelos imigrantes.

Assim sendo, longe da interferência direta dos cafeicultores, algumas colônias agrícolas do sul do país conseguiram se manter e reproduzir.

Na segunda fase de colonização (1930-1964) elencada por Gemani (1993), em meio ao debate acirrado pela viabilidade ou não da reforma agrária, foram implantadas algumas colônias agrícolas onde se destacava a pouca assistência do Estado em relação aos colonos.

Estas colônias já não tinham como característica principal o público estrangeiro. Elas estavam inseridas numa perspectiva de abastecimento alimentar aos centros urbanos que cresciam com grande velocidade. Assim, houve, neste momento uma orientação disciplinar a estes espaços, regido pelo Estado e pelas demandas advindas do capital que se introduzia nas cidades. Da mesma forma como ocorreu na primeira fase, estas colônias se desenvolveram de diversas formas, de acordo com as características sociais, culturais, organizacionais e físicas do espaço físico.

Num contexto geral, as colônias agrícolas deste período não se constituíam como uma resposta do Estado aos conflitos emergentes no campo. Estavam, sim, associadas a uma demanda do capital, como já mencionado.

Paralelamente a este fato, segundo Oliveira (2007), desde a marcha nacional para a industrialização e a conseqüente urbanização a partir de 1930, a sociedade passou a conviver com o aprofundamento dos conflitos no campo que, em parte, foram relacionados com as tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados diante da presença de latifúndios improdutivos.

Para este público, entretanto, o Estado se comportava de forma omissa, porém, segundo Oliveira (2007), um longo embate ideológico na sociedade sobre a reforma agrária se estabelecia. Existia certo consenso entre os comunistas, a esquerda nacionalista e os nacionalistas liberais a respeito de sua necessidade para o país, para eles, a oligarquia rural

representava o latifúndio improdutivo ou pouco rentável, contrário aos novos interesses industriais e democráticos.

Após 1964, o processo democrático de debate sobre a questão agrária foi cessado. Contraditoriamente o Presidente Castelo Branco assinou o Estatuto da terra (lei nº 4.504), vigente até o presente momento. Porém, apesar de seu conteúdo ser bastante amplo, tratando da função social da terra e da própria reforma agrária, esta lei não foi implementada pelos militares. Pelo contrário, segundo Oliveira (2007), o período foi marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros. Pode concluir que o Estatuto da Terra se constituiu, segundo a lógica de Harvey (1980), numa elaboração oriunda de uma teoria contra revolucionária que se apropriou de uma teoria revolucionária, no caso a reforma agrária, manipulando-a de acordo com os interesses das forças conservadoras nacionais.

O essencial é que de modo geral, como afirmam Leite et alli (2004), durante o regime militar prevaleceu a vertente do “desenvolvimento agrícola” em detrimento da reforma agrária. Políticas de governo voltadas para a modernização do latifúndio tiveram lugar central na estratégia de desenvolvimento adotada, na qual as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram essenciais para a geração de divisas.

De acordo com a lógica de urbanização dependente de Castells (1993), a sociedade agrária predominante (as oligarquias) não se decompôs como poderia ter acontecido caso o projeto de reforma agrária tivesse se efetivado, pelo contrário, se fortaleceu pela concordância dos interesses entre os grupos dominantes urbanos e rurais.

Segundo Oliveira (1972), isto se explica pelo fato de que o subdesenvolvimento das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo se constitui na “produção” das oposições entre nações (centro-periferia), das estruturas internas de dominação (classes sociais internas) e da expansão do capitalismo mundial. A modernização agrícola brasileira contou com todos estes elementos para se reproduzir enquanto realidade, tendo o Estado com grande protagonista e as conservadoras oligarquias em conjunto com os oligopólios internacionais como os maiores beneficiários deste processo.

Os projetos de colonização aparecem neste momento, dando corpo a terceira fase indicada por Germani (1993). Suas características estão tratadas de forma destacada, já que o objetivo deste artigo é relacionar as políticas de reforma agrária no regime de ditadura militar e no período democrático.

Por fim, é interessante notar que tradicionalmente os espaços rurais tinham um forte aparato de poder e, diante dele o disciplinamento era um instrumento fundamental. Mais severos nas fazendas de café e cana de açúcar, menos nas de gado, porém sempre existentes. Já nas colônias agrícolas, quanto mais o Estado e os interesses do capital se colocavam, mais os espaços se aproximavam do confinamento.

### **3 Projetos de Colonização: Confinamento na Mata Amazônica**

As ideias mais representativas elaboradas para subsidiar o processo de colonização rural dirigido exclusivamente pelo Estado brasileiro aconteceram a partir de 1970, no duro Governo Médici. Estas, segundo Germani (1993) objetivavam subsidiar uma política nacional de base geopolítica, além, de abrir divisas para a expansão do capitalismo, tanto agrícola como industrial e de mineração na região Amazônica. Os projetos de colonização de maior importância e envergadura foram implantados nas margens da recém-construída BR 230, a rodovia Transamazônica.

Uma publicação de 1973 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma redigida pelo arquiteto José Geraldo da Cunha Camargo se constitui no documento básico para se entender todo o processo de concepção inicial das formas espaciais produzidas nos projetos de colonização.

O autor explicita em seu texto sua grande experiência na implantação de colônias agrícolas na segunda fase de colonização rural brasileira (de 1930 a 1964). Ele, no início do texto sinaliza a opinião de que tais colônias sofriam evasão não dos que não

conseguiam se desenvolver nelas, mas, justamente dos que conseguiam acumular recursos para se mudar para as cidades. Esta, segundo o autor, se constituía no lócus de múltiplas possibilidades e de desenvolvimento. O campo, ao contrário, era o local da ignorância e do atraso tecnológico. Era necessário, então, levar os elementos da estrutura urbana para os projetos de colonização, permitindo, assim, possibilidades de desenvolvimento para os mesmos.

Este arquiteto foi responsável pela transposição das ideias urbanísticas e arquitetônicas de colonização ocorridas em outras partes do mundo, para o Brasil.

O conceito em que Camargo apoiou sua proposta foi o de urbanismo rural que, segundo ele, baseava-se no planejamento integrado, considerando-se elementos da área social, econômica e física do meio rural. Assim, determinavam-se zoneamentos, destinavam-se usos, dimensionavam-se áreas tendo em vista os recursos necessários para criar e promover o desenvolvimento.

As áreas deveriam ganhar autonomia econômica gerando uma espécie de rede urbano-rural autossustentável socioeconomicamente. Para tanto, deveria haver um controle social dos que iriam ocupar os espaços propostos.

Unidades espaciais de referencia conceitual foram propostas. De acordo com a publicação de Camargo (2003), interpreta-se que uma agropólis deveria se constituir num pequeno centro agroindustrial, cultural e administrativo destinado a dar apoio à integração social no meio rural. Sua influência deveria abranger um raio de 10 km, onde estariam localizadas as agrovilas. Estas, teoricamente funcionariam como bairros satélites das agropólis, com características mistas entre o rural e o urbano, objetivando acomodar os que estavam diretamente se dedicando as atividades agropecuárias.

Com a lógica do planejamento integrado, foi elaborado um modelo teórico espacial pensado para se criar uma rede urbano-rural hierárquica, onde elementos da urbanidade fossem recriados em áreas rurais. Tal hierarquia tinha como elemento central a ruropólis que se constituía como pequeno polo de desenvolvimento, onde orbitavam as agropólis e as agrovilas num raio de 70 a 140 km.

Como parte deste controle social para garantia do “sucesso” dos empreendimentos, estipulou-se que pessoas com pouca instrução e poucos recursos deveriam ser contratadas para trabalhar, sem o direito a terra. Estas receberiam uma casa em uma agrovila com um terreno suficiente somente para a sua produção de subsistência. O que se objetivava era a ocupação para fins de desenvolvimento e modernização econômica. Talvez uma das experiências com propósitos mais disciplinadores existentes na história do Brasil.

O planejamento era o grande norteador deste processo assumindo o protagonismo das ações governamentais. O Estado era o grande planejador. Sugerindo-se uma relação com Arantes (2000), percebe-se nitidamente que o planejador passa a se confundir com um empreendedor, assim sendo, o Estado empreende os projetos de colonização, embora de forma contraditória em relação a seus objetivos.

Neste contexto, pensava-se na construção de comunidades onde o coletivo prevalecesse sobre o individual. Elementos culturais característicos tais como religião e hábitos, deveriam ser diluídos para a formação de um novo grupo social que desse conta da proposta elaborada. Uma grande utopia disciplinar. Um espaço de confinamento.

Ao mesmo tempo em que se propunha a ocupação da Amazônia com funções agrícolas, negava-se o modo de vida rural. O modo de vida urbano era a utopia perseguida.

Apesar da experiência e conhecimento técnico e histórico do arquiteto, não se conhece exemplos de projetos de colonização deste período que tenham tido êxito. As formas espaciais elaboradas pelo arquiteto foram implantadas e podem ser visualizadas in loco, porém, suas funções foram completamente alteradas. Grande parte dos núcleos urbanos projetados neste período se transformou em sede municipal, mas, com alto grau de carência econômica, social e de infraestrutura. A prosperidade advinda da produção agrícola não se concretizou e, a degradação ambiental desenfreada é uma triste consequência deste processo.

Dois aspectos devem ser destacados neste contexto. O primeiro se relaciona a toda estrutura urbana montada para se viabilizar a modernização da economia agrícola na região



Amazônica. Os dados mostram que este fato não ocorreu, mesmo com todo planejamento e recursos investidos para tal.

O segundo aspecto, é o fato de que a ocupação na floresta Amazônica seguindo este modelo teórico criou um grande trauma ambiental na região. Vastas áreas foram desmatadas a partir da ocupação dos colonos nos lotes de produção. O desenho da devastação em forma de “espinha de peixe” é uma constante em todos os grandes projetos de colonização implantados pelo regime militar na região Norte do país. Exemplos desta devastação podem ser vistos ainda hoje também em Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia.

Assim sendo, avalia-se que mesmo com forte essência espacial, planejada e centralizada em caráter disciplinador, de confinamento, os projetos de colonização já estavam integrados ao início da sociedade de controle, onde as empresas e grandes corporações se articulavam de forma global para viabilizar, ou não, interesses de grupos específicos. Fato este que implodiu a manipulação estatal em tais projetos e, os lançou em sistemas abertos, também, ou, tanto mais perversos.

#### **4 Projetos de Assentamento: Espaços de Controle e de Disputa**

Em contraponto as necessidades da sociedade, as ações da política agrária brasileira vêm acontecendo vagarosamente por consequência das pressões dos movimentos sociais, no intuito de dar resposta aos conflitos por terra. Para se compreender sua repercussão é fundamental se analisar os espaços produzidos por ela e, para tanto, é pertinente tratar uma das suas mais significativas ações: a implantação dos projetos de assentamentos – PAs. Estes se constituem em fazendas (normalmente no Estado da Bahia), desapropriadas pelo INCRA, destinadas a grupos de trabalhadores rurais a partir do instrumento legal da concessão de uso.

A criação de PAs não vem se dando de forma planejada no território nacional, visto que suas implantações vêm, especialmente, perseguindo exclusivamente a dinâmica da pressão social. Assim sendo, as localizações dos PAs não são estrategicamente pensadas e não estão inseridas num projeto maior de desenvolvimento da agricultura e abastecimento nacional. Simplesmente são criados onde há viabilidade de aquisição de terra, de forma aleatória e desconectada.

É importante destacar que, na maior parte dos exemplos, os PAs são frutos de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra organizados por movimentos sociais, que reivindicam junto ao INCRA a desapropriação de uma determinada fazenda para fins de reforma agrária.

A presença dos movimentos sociais nos PAs dá a estes uma conotação política completamente diferente que a dos projetos de colonização, que estavam inseridos num rol de ações de iniciativa estatal. Nuances locais se tornam mais vivas nos processos de decisão. Neste caso, segundo Guiomar Germani (1998), o fator gerador do PA, a localização, a organização espacial da produção e, a dimensão de seus desafios devem ser compreendidos porque, também, definem o espaço produzido na reforma agrária.

Obrigatoriamente, em um PA é prevista área para reserva legal. Além disso, pode-se prever, porém sem obrigatoriedade, lotes de produção individual e coletiva e, em muitos casos, áreas destinadas à nucleação de habitações, chamadas normalmente de “agrovilas” (em referência aos conceitos estabelecidos nos projetos de colonização) onde são construídas as habitações e implantados os equipamentos sociais (escolas, posto de saúde, sede da associação, galpão, etc.). Destaca-se que o local de moradia de um PA comumente é implantado sem um estudo técnico e, sem necessariamente haver a ingerência do Estado. O local de moradia é fundamental para um PA e seus respectivos assentados porque, é justamente nele que ocorrem grandes significativas alterações espaciais num curto período de tempo, por ser o lócus principal da interação social do grupo.

Pela lógica de implantação de PAs do INCRA, até 2010, depois da desapropriação e de sua criação, eram cadastrados os beneficiários de reforma agrária que teriam a concessão de uso sobre a terra. Após este processo os assentados começariam a receber

recursos do INCRA para garantir a permanência na área e adaptar o espaço a seu novo uso. Como, normalmente, as famílias se encontravam, neste momento, em moradias extremamente precárias (barracos improvisados), uma de suas primeiras reivindicações era a concessão do Crédito Instalação/ Modalidade Aquisição de Material de Construção, destinado para construção de habitações. Este recurso era aplicado de forma coletiva, isto é, a associação comunitária realizava a compra dos materiais e dirigia, em conjunto com o INCRA, a construção das casas.

Conseqüentemente, um intenso processo de construção de habitações realizado de forma conjunta ocorria nos PAs, como uma das primeiras ações de intervenção espacial. Para isso, ruas e lotes, muitas vezes de dimensão urbana, eram demarcados, iniciando o processo de grandes transformações físicas e sociais, que misturam à práxis urbanística com a da reforma agrária, gerando o núcleos urbanos na reforma agrária, que se constituem em formas espaciais novas diferenciadas.

Neste momento, assim como em todos os momentos onde os assentados recebem qualquer crédito, surgem empresas interessadas em prestar serviços aos assentados. Estes, muitas vezes com grandes dificuldades de articulação comercial estabelecem negócios extremamente desinteressantes para o grupo. Assim sendo, instrumentos da sociedade do controle composta de sistemas abertos intercedem negativamente nestes locais distantes e pouco adensados de forma tão intensa que interferem nas formas espaciais dos PAs, conforme seus interesses.

As formas espaciais criadas neste processo de disputa, normalmente, são incompatíveis com a lógica de sobrevivência das comunidades ou, precariamente implantadas, dificultando o desenvolvimento do grupo social envolvido. Isto porque a localização, a dimensão e a caracterização dos núcleos urbanos dos PAs se constituem em elementos importantes para o grupo, pois, vão consolidar relações sociais e de trabalho.

O controle social não se dá, entretanto pelos espaços criados nos PAs. Isto porque, aos assentados é imposta uma forma de produção totalmente submissa a um pacote tecnológico (sementes transgênicas, adubos químicos, agrotóxicos e maquinários) que os coloca em posição de devedores e os obriga a enfrentar a concorrência de mercado de forma contraditória a sua condição camponesa.

Este controle é feito não de forma direta, como nas sociedades disciplinares. Ele é feito de longe e indiretamente. Interfere não somente na forma de produção e no modo de vida camponês, mas, em toda a sua estrutura de percepções, em seus anseios, em suas opções. Assim sendo, se estabelecem conflitos onde muitos assentados não conseguem manter suas vidas no meio rural através da reprodução de seus hábitos.

É neste momento que surgem processos urbanos contemporâneos no campo com variadas conotações e intensidades que se misturam com os processos de resistência e luta dos assentados, formando múltiplas relações, sempre inseridas na perspectiva do controle social.

## **5 Aproximações e Distanciamentos entre as Formas Espaciais Produzidas nos Projetos de Colonização e nos de Assentamento**

Até meados do século XX o campo brasileiro tinha como principais gestores, oligarquias conservadoras com forte poder político. Por conta desta questão, as formas espaciais das fazendas brasileiras se baseavam numa centralidade em relação à casa grande que, cumpria um papel de disciplinamento e controle social, num genuíno modelo panóptico.

Neste mesmo período, o processo de colonização agrícola foi deflagrado pelo assentamento de imigrantes de forma pouco estruturada, porém, com o objetivo de se desenvolver os processos agrícolas a partir de experiências externas, excluindo-se dos negros libertos e índios a possibilidade de acesso a terra. Não houve uma intervenção consistente do Estado e nem de setores privados para a geração de infraestrutura produtiva e habitacional. Os imigrantes que conseguiram se manter como produtores agrícolas tiveram que se estruturar com seus próprios recursos e, por isso, é muito variada a forma de organização espacial adotada para tal. O disciplinamento neste caso, não focou o espaço interno das colônias agrícolas e, sim, fora

delas a partir do momento em que se selecionava um público (imigrantes estrangeiros) para elas e, excluía outro (negros e índios).

A necessidade de modernização do campo brasileiro foi amplamente debatida a partir da década de 1950, quando o processo de industrialização estava de se consolidando. Nacionalistas e forças de esquerda apoiavam a ideia da reforma agrária acreditando que somente a desconcentração de terras poderia viabilizar a modernização e o aumento da produtividade agrícola. Esta ideia também era reforçada pelas pressões sociais, tendo, porém, as conservadoras oligarquias como opositoras.

Em meio a este contexto de disputa ocorre em 1964 o golpe militar. A partir daí um regime totalitário entra em vigor com uma estratégia que mesclava controle do território nacional e crescimento econômico. Neste momento, inicia-se o processo de planejamento estatal para áreas rurais onde se priorizou colonizar a Amazônia. O governo encontrou nos projetos de colonização uma forma de minimizar conflitos agrários e modernizar o campo sem alterar a estrutura fundiária.

Com um modelo periférico e tardio de colonização, o Brasil assimilou muitas ideias advindas de experiências externas. Fazendo-se uma analogia com Maricato (2000) quando aborda a questão das cidades brasileiras, considera-se que a importação dos padrões do chamado primeiro mundo foi um elemento de grande importância que consolidou o processo de modernização incompleta ou excludente no campo brasileiro a partir, também, dos projetos de colonização.

Neste contexto, a ideologia modernista simplificada e empobrecida prevaleceu como forma de materialização da proposta de se adaptar estruturas urbanas em áreas rurais, buscando-se viabilizar o processo de modernização agrícola. Segundo a lógica de Engels (1975), nada mais que a ordenação destinada a propiciar maiores possibilidades de acumulação de capital pelas classes dominantes.

Percebe-se nos traçados urbanos dos projetos de colonização uma tipologia padrão para as chamadas agrovilas, com formas geométricas e simétricas. Grandes avenidas com praças de funções diversas inseridas em seus canteiros centrais era uma constante nos projetos das agrovilas. As tipologias das casas não variavam por agrovila e nem se considerava as demandas rurais. É evidente o cunho disciplinador dos projetos de colonização que buscavam prioritariamente na arquitetura e no urbanismo uma forma de condicionar demandas sociais e viabilizar ampliações de espaços de empoderamento.

Mas, como o momento era de passagem da modernidade para a contemporaneidade, o modelo de sociedade também estava em mutação. As sociedades disciplinares não dispunham mais de todos os atributos para dar conta das demandas do poder globalizante e empresarial que estava emergindo. Assim, a infraestrutura produtiva não foi implantada como havia sido planejada porque, segundo Oliveira (2001), a política agrária brasileira encontrou obstáculos para enfrentar as grandes questões estruturais, permanecendo atada a mecanismos setorializados e conjunturais, já que as possibilidades de transformação foram gradativamente sendo amaciadas e substituídas por outras, alinhadas com os interesses hegemônicos e de novas perspectivas que se abriam para estes.

A sociedade do controle que, não depende da arquitetura e do urbanismo para se reproduzir, não invalidou o confinamento das populações que foram instaladas nos projetos de colonização. Este continuou e continua a existir. Porém, a proposta de colonização foi gradativamente perdendo espaço, os projetos foram sendo esvaziados a nível de recursos e esforços estatais.

Com o processo de redemocratização do país o debate em torno da reforma agrária foi se fortalecendo novamente. A constituição de 1988 assegurou a função social da terra e deu margem para ação dos movimentos sociais de luta pela terra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST ganha projeção e espacialização nacional. Sob pressão e expectativa nacional, intensifica-se a política de implantação de projetos de assentamento pelo INCRA, principalmente em meados da década de 1990.

Os projetos de assentamento não são planejados de forma centralizada. Percebe-se nos variados traçados dos projetos de assentamento as múltiplas relações sociais que agem

dentro destes espaços. Visualiza-se uma incorporação dos padrões disciplinares dos projetos de colonização, tanto pela ação dos representantes do Estado como dos movimentos. Tal padrão disciplinar, representado pela agrovila, atende, ainda que precariamente, as demandas de ambos. Pois, tanto o Estado como os movimentos tem o interesse de tornar os assentados dóceis a seus propósitos.

A sociedade do controle redimensiona e amplifica os pilares da sociedade disciplinar. Assim sendo, as agrovilas atendem a dinâmica de reprodução do capital de forma mais ágil, mas, não são essenciais. O controle é realizado por forças não especializáveis na dimensão local. Pode se citar os bancos que emprestam dinheiro para viabilizar a produção nos PAs e que tornam os assentados cidadãos endividados. Outra grande representante da sociedade do controle é a indústria de produtos agrícolas que, subordina os camponeses a um pacote tecnológico composto por agrotóxicos, sementes transgênicas, fertilizantes e maquinário de alto custo que os torna dependente de tais produtos para, em troca se inserirem nos esquemas dos agronegócios. O próprio deslocamento do modo de vida camponês a partir de tais tecnologias e dinâmicas que transformam e inserem os assentados em um público demandante de infraestrutura urbana e, retira deles sua característica de independência quanto às dinâmicas econômicas conjunturais.

## 6 Considerações Finais

A leitura de Secchi (2009) facilitou o traçado de um paralelo reflexivo entre realidades de momentos históricos diferentes, porém complementares. Isto porque o autor afirma que se deve considerar a progressiva globalização de muitos aspectos da vida social. Assim sendo, não deixa de ser global a tendência ao processo de urbanização, segundo Lefebvre (1999), mesmo nas áreas mais remotas.

Apesar de diferenças oriundas de especificidades locais, países periféricos tendem a incorporar modelos de países centrais. Além disso, segundo Oliveira (2001), políticas agrárias tendem a ser implementadas de modo cada vez mais convergente com os interesses dos segmentos mais articulados à dinâmica global.

A tese de doutorado de Germani (1993) e a publicação do INCRA sobre o urbanismo rural (CAMARGO, 1973) revelam a incorporação do modelo de planejamento espacial dos atuais assentamentos de reforma agrária, permitindo uma ponte entre a realidade brasileira atual e passada.

As considerações finais deste artigo se constituem num conjunto de questionamentos para se fechar lacunas abertas a partir da investigação traçada para tal, além de uma única afirmação.

O primeiro questionamento está ligado à necessidade de compreensão do significado da moradia rural no contexto múltiplo dos assentamentos. Estuda-lo com profundidade é como entender o embrião das relações sociais de produção e culturais estabelecidas, impostas e incorporadas à realidade brasileira.

Continuar os estudos das formas urbanas inseridas no espaço rural brasileiro, compreendendo como as sociedades disciplinares e as sociedades do controle se relacionam com elas, torna-se algo imprescindível para se refletir sobre os assentamentos de reforma agrária que vêm sendo implementados na Bahia desde o período de redemocratização do país. Assim sendo, acredita-se que o aprofundamento da compreensão das obras de Foucault de Deleuze levará a uma estruturação mais clara da realidade que se pretende discutir.

Diante desta consideração e, do que se pode refletir a partir das pesquisas levantadas, conclui-se que o processo de industrialização e suas consequências nas cidades remeteram ao campo novas necessidades, sendo a principal delas, o aumento da produtividade agrícola. Neste contexto, o século XX assistiu estratégias de inserção de valores e dinâmicas urbanas ao espaço rural, tais como a construção de núcleos urbanos de colonização como forma de controle e viabilização dos processos produtivos.

Assim, a sociedade disciplinar representada pelo controle panóptico das antigas fazendas de cana de açúcar e café foi sendo conceitualmente transportando para os projetos de colonização sob a égide do urbanismo rural e, posteriormente incorporado nos projetos de assentamento através das agrovilas. Porém, neste ultimo caso, a sociedade do controle já se coloca como uma realidade instalada e, a partir dela novas relações são colocadas no âmbito dos espaços da política de reforma agrária que não passam pela necessidade do confinamento espacial, ao contrario, a integração é dada como uma possibilidade de controle social estabelecida para a ampliação da base do capital.

Os projetos de assentamento, porém, não se configuram simplesmente em reflexos da sociedade do controle, eles se configuram como a territorialização da ação de movimentos sociais que lutam pela terra. Isto é, lutam pela inversão de padrões hegemônicos da estrutura fundiária estabelecidos secularmente no país. Assim sendo, os projetos de assentamentos estão inseridos na sociedade do controle, com todos os seus múltiplos aspectos, mas, são essencialmente espaços de grandes disputas e de resistência ao controle social.

## 7 Referências bibliográficas

- ARANTES, O. Uma Estratégia Fatal: a Cultura nas Novas Gestões Urbanas. In: A Cidade do Pensamento Único. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- ASHER, FRANÇOIS. Os Novos Princípios do Urbanismo. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- CAMARGO, JOSÉ GERALDO DA CUNHA. Urbanismo Rural. Brasília: INCRA, 1973.
- CASTELLS, Manuel. A questão Urbana. 3ª edição. RJ: Paz e Terra (coleção pensamento crítico, vol. 48), 1993.
- CRUZ, CÍCERO FERRAZ. Fazendas do Sul de Minas Gerais: arquitetura rural nos séculos XVIII E XIX. Brasília, DF: IPHAN – Programa Monumenta, 2010.
- DELEUZE, GILLES. Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- ENGELS, F. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. (tradução: Anália C. Torres). Porto: Edições Afrontamento, 1975.
- FOUCAULT, PAUL-MICHEL. Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.
- GERMANI, GUIOMAR INEZ. Cuestión Agraria y Asentamiento de población em el Área Rural: La Nueva Cara de La Lucha por La Tierra. Bahia, Brasil (1964 – 1990). Tese de Doutorado, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.
- GONÇALVES, C. W. P.; QUENTAL, E. A. Colonialidade do Poder e os Desafios da Integração Regional na América latina, 2011.
- HARVEY, D. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. A revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999/70.
- LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS L., PALMEIRA M. & CINTRÃO, R. Impactos dos Assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro. IICA:NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- LUCCAS, Luís Henrique Haas. Estâncias e Fazendas: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 1997.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: A Cidade do Pensamento Único. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- MÓNCLUS, F.J & OYÓN, J.L. História y Evolución de la Colonización Agraria em Espana (Volumen 1) - Políticas y Tecnicas em la Ordenacion Del Espacio rural. Madrid: IEAL, IRYDA y SGT, DGVA y ITUR, 1988.
- OLIVEIRA, A U. Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- OLIVEIRA, F. M. C. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. São Paulo: Editora Novos Estudos CEBRAP, 1972.
- OLIVEIRA, NELSON. Reforma Agrária na Transição Democrática: A Abertura dos Caminhos à Submissão Institucional. Salvador: Loyola, 2001.

PANERAI, PHILIPPE; CASTEX, JEAN; DEPAULE, JEAN-CHARLES. Formas urbanas: de la manzana al bloque. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1986.

PAREDES, ALFREDO VILLANUEVA & MALDONADO JESUS LEAL. História y Evolución de la Colonización Agraria em Espana (Volumen 3) – La Planificacion Del regadio y lós Pueblos de Colonizacion. Madrid: IEAL, IRYDA y SGT, DGVA y ITUR, 1990.

SECCHI, BERNARDO. A Cidade do século XX. (Coleção Debates). São Paulo: Perspectiva, 2009.

VAINER, C. B. Pátria, Empresa e mercadoria: Notas sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: A Cidade do Pensamento Único. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

# Diversidade de variedades folk utilizadas em assentamento na Área de Preservação Permanente de Floresta Atlântica, em Abreu e Lima e Igarassu/PE

Marina de Sá Costa Lima<sup>1</sup>

Laise de Holanda Cavalcanti Andrade<sup>2</sup>

Sônia Maria P. P. Bergamasco<sup>3</sup>

## Resumo:

Considerando que estudos etnobotânicos relacionados às variedades folk têm revelado práticas de manejo que influenciam na seleção, geração e manutenção da diversidade agrícola local, analisou-se o conhecimento e uso de espécies e variedades nativas e exóticas, cultivadas e coletadas por núcleos familiares de assentamentos no entorno de uma Área de Preservação Permanente de Floresta Atlântica, no litoral-mata norte de Pernambuco. A coleta de dados foi realizada durante três meses consecutivos. Foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas a 50 assentados. Adotou-se também a técnica de observação direta e check-list das plantas coletadas *in situ*. Foram referidas 231 etnovariedades, pertencentes a 31 espécies alimentares, distribuídas em 21 famílias e 29 gêneros, a maioria de uso intensivo e sazonal (97%) e as demais, de usos eventual e irregular. Destas espécies, destacam-se 29 (228 etnovariedade) cultivadas em quintais, sendo uma exclusivamente espontânea, e 18 (186 etnovariedades) manejadas em roças, inseridas em ambos os espaços; três espécies (5 etnovariedades) são extraídas na APP vizinha à comunidade. A alta diversidade genética possibilita suprir uma demanda local diversificada de produtos alimentares destinados ao autoconsumo e ao comércio, permitindo a conservação *in situ* de uma grande variedade de espécies e dos saberes mantidos e recriados nos sistemas agrícolas locais. CAPES

**Palavras-chaves:** Variedades folk, Etnobotânica, Floresta Atlântica, Assentamento rural, Conservação

---

1. Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal, Universidade Federal de Pernambuco. Av. Prof. Moraes Rego s/n, Cidade Universitária, CEP 50670-901, Recife, PE.

2. Laboratório de Etnobotânica e Botânica Aplicada, Departamento de Botânica, Universidade Federal de Pernambuco. Av. Prof. Moraes Rego s/n, Cidade Universitária, CEP 50670-901, Recife, PE.

3. Professora-titular da Feagri/Unicamp. Campus Universitário Zeferino Vaz - Barão Geraldo, Campinas - SP, 13083-970

## Introdução

A agricultura tradicional (de corte e queima, de subsistência, coivara, itinerante entre áreas de cultivo e pousio) consiste num complexo sistema de diversas práticas agrícolas encontradas nas florestas tropicais, à nível mundial, voltada principalmente para a sustentação dos povos (Altieri, 2002; Peroni e Hanazaki, 2002). Atualmente, diante de um processo constante de degradação ambiental nestas florestas, uma das principais consequências é a perda de habitats e diminuição da diversidade biológica (Tabarelli *et al.*, 2005).

A Mata Atlântica brasileira faz parte deste quadro e tem atravessado um processo acelerado de desmatamento procedente do impacto da agricultura convencional, pecuária extensiva, especulação imobiliária e exploração madeireira (Pereira e Alves, 2006). Iniciado nos primeiros séculos de ocupação, um forte impacto humano se sucedeu com a exploração do pau-brasil (*Caesalpinia echinata* Lam.), palmito (*Euterpe edulis* Mart.), além do cultivo da cana de açúcar e café, provocando grande diminuição na diversidade biológica (Joly *et al.*, 1999),.

Devido à alta diversidade florística, a Mata Atlântica está incluída entre os oito ecossistemas ‘hottest hotspots’ do mundo, extremamente rico em termos de endemismo (8.000sp.) (Myers *et al.*, 2000). Entretanto, intimamente vinculadas a estes remanescentes encontram-se comunidades tradicionais de agricultores de base familiar que, mesmo sutis a mudanças e pressões externas, interagem com a sua biodiversidade ao longo de muitas gerações, apresentando fortes dependência dos recursos naturais (Peroni e Hanazaki, 2002; Araújo e Amorozo, 2012).

As comunidades tradicionais, indígenas ou não, que habitam muitas das regiões de maior biodiversidade no mundo, são consideradas a chave para compreender e proteger a diversidade biológica, por influenciar na manutenção dos recursos, com o manejo de espécies selecionadas de acordo com a sua utilidade (Posey, 2002; Altieri e Toledo, 2011). Nos sistemas agrícolas tradicionais, a presença de uma elevada diversidade de plantas domesticadas e semi-domesticadas é proveniente de um processo acumulativo de transferência de saberes ecológicos sobre a manutenção, aquisição e amplificação da diversidade (Peroni e Hanazaki, 2002; Amoroso, 2006; Emperaire e Eloy 2008).

Os estudos sobre a agricultura tradicional vêm sendo realizados, nas últimas décadas, sobre os diferentes modelos tradicionais de subsistência de populações



predominantemente indígenas e, em menor proporção, de povos rurais que ainda mantêm práticas agrícolas tradicionais, tais como os camponeses, os caboclos, os agricultores de base familiar em áreas rurais, urbanas e peri-urbanas (Emperaire e Eloy, 2008; Altieri e Toledo, 2011). Para assentamentos rurais, os trabalhos de cunho etnobotânico são mais escassos (Araújo e Amorozo, 2012).

Diversos autores apontam para as relações sociais da produção, as interações entre os grupos humanos e seus padrões de utilização da terra, as interações desses agricultores com os diferentes atores sociais (Altieri, 2002, Guzmán e Molina, 2013). Estas abordagens têm sido integradas mais recentemente aos enfoques da etnoecologia, ciência procurada por agroecólogos no intuito de propor estratégias e convencer formuladores e executores de políticas de desenvolvimento rural a adotar os conhecimentos acumulados, as habilidades de manejo tradicional e as tecnologias locais para a pesquisa de agroecossistemas.

A perspectiva agroecológica admite uma lógica camponesa que se contrapõe à racionalidade imposta pela modernização da agricultura no Brasil, adotando também uma postura crítica ao modelo industrial da Revolução Verde, numa busca por alternativas para uma agricultura sustentável (Guzmán e Molina, 2013). Como a modernização conservadora, a expropriação e a exclusão de agricultores familiares, camponeses e comunidades tradicionais, foram as consequências mais gritantes ocasionando o deslocamento de milhares de agricultores, num processo de êxodo rural. Boa parte destes trabalhadores rurais se organizaram em lutas pelo acesso à terra, a favor do processo de reforma agrária, se estabelecendo em assentamentos rurais (Bergamasco e Norder, 1996).

Atualmente, a maioria dos assentamentos rurais em Pernambuco encontra-se em condições extremamente precárias, podendo influir negativamente com a exploração desordenada de áreas mais conservadas (Rodrigues e Rollo, 2000). Nas mudanças de uso da terra, as relações conflituosas são uma constante entre os assentados e as instituições públicas de gestão e fiscalização do meio ambiente, à nível federal e estadual. Isto decorre especialmente à retirada de populações assentadas em áreas mais férteis, hoje transformadas em áreas de Preservação Permanente – APP, e transferidas para antigas terras de cana com a fertilidade do solo desgastada (Medeiros *et al.* 2004).

Segundo Wanderley (1996), a agricultura de base familiar se adapta às mudanças nas sociedades modernas, ao contexto sócio-econômico e se reproduz sem haver uma perda total das formas mais tradicionais da agricultura, a qual nos remete às

características camponesas de produção. Sobretudo, a permanência de uma lógica camponesa (referente à agricultura tradicional) inserida numa dimensão de pluriatividade representa um processo de adaptação destes assentados e a importância da persistência de uma agricultura de base familiar para a dinâmica sócio-econômica da região (Carneiro 2002; Fidelis e Bergamasco, 2005). O desafio é fortalecer, com o apoio institucional, a agricultura tradicional camponesa, a qual proporciona uma diversidade intra e inter-específica na construção de seus sistemas agrícolas sustentáveis.

Diante de estudos etnobotânicos sobre as variedades folk, ao revelar práticas de manejo que influenciam na seleção, geração e manutenção da diversidade agrícola local, analisou-se o conhecimento e uso de espécies e variedades nativas e exóticas, cultivadas e coletadas por núcleos familiares de assentamentos no entorno de uma Área de Preservação Permanente de Floresta Atlântica, na zona do litoral-mata norte de Pernambuco. O estudo foi orientado para responder a questionamentos sobre o uso de espécies cultivadas na zona do Litoral-Mata Norte de Pernambuco: Qual o nível de riqueza inter e intra-específica de plantas comumente cultivadas? Qual a importância das práticas de manejo agrícola na manutenção da diversidade agrícola?

## **Materiais e métodos**

### *Área de estudo*

Pitanga é um assentamento rural estabelecido nas proximidades da Área de Preservação Permanente (APP) de um fragmento de Floresta Atlântica com 81,3 ha, situado ao Norte do Litoral-Mata de Pernambuco, nos municípios de Abreu e Lima e Igarassu. O município de Abreu e Lima (07°54'42" S e 34°54'10" W) compreende uma área de 126 km<sup>2</sup>. Os remanescentes de mata mais extensos do Litoral Norte concentram-se neste município, predominando a vegetação do tipo Floresta Subperenifólia, com partes de Floresta Subcaducifólia (CPRM 2005). A população é de cerca de 100.000 habitantes e está concentrada em sua maioria (80%) na Zona urbana. O município de Igarassu (7° 50' 00" S e 34° 54' 30" W) é tido como o primeiro núcleo a ser povoado em Pernambuco, tem o predomínio de Floresta Ombrófila Densa que domina essa região de clima tropical quente e úmido (As' de Köppen) (CONDEPE/FIDEM 2007).

A área dos municípios atualmente ocupada pelo assentamento, objeto desta pesquisa, era inicialmente coberta por um remanescente de Floresta Atlântica. Por volta de 1946, foi adquirida pela Cia de Tecido Paulista e em 1988, com o processo de luta pela reforma agrária, ocorreu a desapropriação de cerca de 1.400 ha (21,5% do total do

imóvel) pelo INCRA e 172 famílias foram assentadas em 840 ha da terra. Após aproximadamente duas décadas, as matas localizadas no vale do rio Bonança entre os assentamentos Pitanga I e II foram consideradas em estado crítico de conservação, apontado pelo CPRH (2005) como causa principal a expansão das áreas de policultura. No entanto, os fortes impactos nos remanescentes florestais são provavelmente devidos às ao impacto da agricultura convencional, as contínuas extrações de madeira por empresas próximas à região e à especulação imobiliária.

No assentamento Pitanga a população rural tem influência culturalmente dinâmica quanto à sua origem, pois resultaram de um fluxo de imigração principalmente do agreste para a zona da mata. Grande parte dos atuais moradores (> 500) é descendente dessas famílias residentes a cerca de 20 anos na região. Atualmente, suas atividades econômicas estão relacionadas principalmente à agricultura de subsistência, embora alguns apresentem ocupações extras vinculados ao comércio, empresas, sementeiras, granjas e ONGs. Na área de estudo encontra-se apenas uma escola que atende até o nível fundamental, uma associação de moradores, um Posto de Saúde da Família (PSF) e não existe transporte regular.

#### *Coleta de dados*

O trabalho de campo foi realizado durante três meses consecutivos, a partir de um contato inicial com a associação de moradores e com a parceria da ONG Centro Sabiá para obtenção de consentimento para a pesquisa. De acordo com o único mapa existente do assentamento, elaborado em 1989 pelo INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária), Pitanga era inicialmente constituída por 210 parcelas distribuídas em duas regiões denominadas Pitanga I e Pitanga II, subdivididas em quatro áreas. Como a inexistência de um mapa atualizado impossibilita a realização de uma amostragem aleatória da população, o tamanho total da amostra foi delimitado com o auxílio da curva de acumulação, de acordo com Albuquerque *et al.*(2008).

A unidade amostral é o núcleo familiar e a seleção das famílias foi determinada pela distribuição geográfica, facilidade de contato e acesso dentro do assentamento e por meio da experiência no trato da terra. Ao assumir que a família é o núcleo gerador e que mantém a diversidade inter e intra-específica, considera-se neste estudo que a agricultura tradicional é de base familiar e possui resquícios de campesinato na manutenção das variedades folk.

As entrevistas prévias (informais e não estruturadas) e a aplicação de entrevistas semi-estruturadas gravadas e com o preenchimento do formulário foram feitas a 50

moradores do assentamento (> 18 anos, 26 homens e 24 mulheres), abrangendo 100% das parcelas de Pitanga I e 16% em Pitanga II. A coleta de dados e caracterização do núcleo familiar sobre a diversidade manejada incluiu questões acerca de condições socioeconômicos dos informantes; tempo de residência; inventário de plantas conhecidas e utilizadas pelos agricultores, enfocando as espécies e variedades alimentícias. Empregou-se também a observação direta para acessar a percepção e uso das espécies; a técnica de *turnê-guiada*, uma coleta orientada da flora local; e o *check-list*, para o reconhecimento das plantas (Albuquerque *et al.*, 2008). As amostras vegetais foram coletadas e prensadas *in situ*, para posterior herborização e identificação pelas autoras ou confirmadas por especialistas dos Herbários IPA e UFP (Mori *et al.*, 1989; Thiers, 2009). Os nomes científicos foram atualizados de acordo com o banco de dados do Missouri Botanical Garden ([www.mobot.org](http://www.mobot.org)).

## **Resultados e discussão**

### *Diversidade de espécies e variedades folk*

A maioria dos assentados entrevistados pratica uma agricultura de corte e queima, sem uso de insumos externos, exceto por 35% dos agricultores que aplicam adubo químico e inseticida na produção. Houve, em todos os lotes, o aumento na utilização da roça devido à proibição da abertura de novas roças pela legislação ambiental. O assentamento estudado está estabelecido no entorno de uma região considerada Área de Preservação Permanente, instituída pela Lei 4.771 no Código Florestal, categoria sujeita à restrições ambientais (Borges *et al.*, 2011). Algumas roças têm sido utilizadas por vários anos sem o descanso da terra garantido pelo pousio. Uma defasagem tende a ocorrer na conservação do solo, propiciando o surgimento de pragas e doenças nos cultivos, como o problema bem relatado no assentamento Pitanga da “folha amarelada” e tubérculo apodrecido na produção da mandioca e inhame, endividando os assentados que acessaram créditos bancários.

A agricultura tradicional de corte e queima, de forte herança indígena, se praticava predominantemente na região, alternando os ciclos de cultivo e pousio. No entanto, as recentes mudanças no uso da terra por meio da repressão dos órgãos ambientais como o ICMBio e IBAMA veio a desestruturar esses sistemas agrícolas na região, promovendo em alguns casos a expulsão da terra pela pressão e multas (Adams, 2000). Outros aspectos também podem influir negativamente, como a diminuição das

áreas de cultivo com o aumento populacional, a pressão de grileiros em construir casas de veraneio e outros empreendimentos turísticos, especulação imobiliária e a introdução de cultivares objetivando predominantemente a comercialização (Emperaire, 2000; Kuma e Nair, 2004).

Em Pitanga, embora 53% dos entrevistados sobrevivam exclusivamente da agricultura, há uma grande heterogeneidade de ocupação dos assentados que não se restringem à agricultura: 26% trabalham paralelamente em serviços públicos, privados e organizações não governamentais (empresa, professor, doméstica, madeireira, sementeira, tomar conta de chácara, servente, padeiro, fábrica, trabalho temporal em São Paulo, vendedor de macaxeira, negociante, MST, Centro Sabiá) o que não impede a permanência do trato da terra e cultivo de plantas, como uma atividade extra no próprio lote; 21% são os que apenas ajudam esporadicamente no quintal, como aposentados, estudantes e outros.

Este fato se reflete no âmbito geral onde o espaço rural sofre mudanças de caráter multidimensional, levando o agricultor (especialmente os moradores próximos às cidades) e sua capacidade adaptativa a se expressar também em outras formas da atividade produtiva (pluriatividade) adquirindo diferentes tipos de remuneração e receitas, como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante (Fuller, 1990; Wanderley, 2000; Carneiro, 2002). Compreendida desta forma, a agricultura familiar pluriativa pode ser uma das consequências da falência da política da especialização na produção agrícola (Kageyama, 1998), pondo em risco um modo de vida ainda presente nos agricultores e com resquícios de campesinato, ao manter uma alta variabilidade genética no agroecossistema (Altieri, 2002; Fidelis e Bergamasco, 2005).

Os agricultores dos lotes estudados no assentamento Pitanga, em Abreu e Lima e Igarassu, demonstraram o conhecimento de 231 variedades folk para fins alimentares, distribuídas em 31 espécies, 29 gêneros e 21 famílias (Tab. I), distribuídas em duas categorias bem definidas: uso intensivo e sazonal, as espécies alimentícias cultivadas em roças ou quintais; ou uso eventual e irregular, as espécies alimentícias colhidas ou extraídas da natureza sem qualquer tipo de manejo.

Quanto ao número de etnovarietades, sobressaíram a mandioca (45), a batata doca (L.) Lam. (17) e a banana (15), propagadas vegetativamente, e o feijão L. (24), via plantio de sementes e por autofecundação. Foram registradas 1076 citações de uso para as espécies, com ênfase nas frutíferas (18 spp.) na dieta humana e para animal de

criação. A amostragem foi considerada satisfatória, com base na curva acumulativa determinada através das entrevistas realizadas. Ao se comparar com os dados da literatura, a riqueza de variedades alimentícias citadas é considerada elevada (Peroni e Martins, 2000; Peroni e Hanazaki, 2002).

As espécies alimentícias cultivadas em roças e quintais possuem um cultivo intenso, constituindo a base alimentar da dieta desses agricultores. Na tabela 1. percebe-se que os agricultores podem manejar um total de 176 variedades cultivadas em roça. Boa parte das espécies mantidas nos roçados (áreas de cultivo geralmente mais distantes da residência), também é cultivada nos quintais, área de cultivo mais próxima das moradias, e nas roças em pousio. No pousio, há o cultivo de poucas espécies, no intuito de selecionar as variedades de acordo com as preferências ou hábitos culturais, uma fonte de germoplasma *in situ* para períodos adequados de multiplicação e cultivo. A presença de agricultores anciãos na família, que detêm um “gosto à moda antiga” foi relacionada a um maior número de variedades não-híbridas cultivadas em seus terrenos.

**Tab. 1. Formas de manejo e riqueza de espécies e de variedades usadas pelas famílias para alimentação.**

	Número de espécie NE	Número de variedade NV	Espécie cultivada na roça ECR	Total de variedades cultivadas na roça TVR	Espécie cultivada no quintal ECV	Espécie colhida EC
<b>Assentamento Pitanga- Núcleos familiares</b>	29	223	18	176	29	10

Nas roças, as formas de cultivo são mais intensas e frequentemente recebem maior atenção do que nos quintais. Além de exigirem a observância de períodos de plantio e colheita, armazenamento e conservação de sementes. A manutenção das variedades é realizada em parte no roçado e a outra parte é armazenada, tais como: em forma de sementes, como no caso da fava, do feijão, do milho e do jerimum; mantidas como mudas de tubérculos, o cará; de raízes tuberosas, a mandioca e a batata doce; e de colmo, como a cana-de-açúcar.

Há também uma relação entre poucas espécies colhidas como alimento e as variedades, na medida em que a roça ou propriedade se encontram distantes da residência do agricultor. Em geral, as espécies da categoria colhidas são as frutíferas

arbóreas dependentes dos ciclos de floração e frutificação, como o Ingá caixão (*Inga laurina* (Sw.) Willd.), ingá de porco (*Inga* sp.), oiti (*Lucuma grandiflora* A. DC), sapoti (*Manilkara zapota* L.). Há variedades como cará lambu que ocorre espontaneamente no fragmento florestal, sem que os agricultores tenham a intensão de cultivo, ou seja, o recolhimento de sementes, o seu armazenamento e o posterior cultivo é o que caracteriza uma planta ser cultivada.

As variedades folk, de acordo com sua origem, podem ser encontradas localmente ou provenientes de uma região externa, adquiridas por meio de redes de parentesco, de afinidades para trocas ou ganho de plantas e dos saberes integrados. Emperaire (2005) enfatiza que a eficácia de práticas locais na manutenção de uma alta diversidade agrícola consiste numa dimensão cultural associada aos recursos naturais, podendo contribuir para a sua conservação e valorização do patrimônio material e imaterial.

No presente estudo, algumas espécies que possuem alta diversidade inter-específica são propagadas vegetativamente como a banana – mudas do rizoma - e a cana de açúcar – mudas do colmo, bem como por tubérculos ou raízes tuberosas, como a mandioca, a batata doce e o cará. Enquanto as outras espécies são propagadas através do plantio de sementes e especialmente via auto-fecundação, como o feijão, a fava e no caso do milho, a reprodução é por meio da fecundação cruzada. Ao considerar as características reprodutivas, há uma melhor compreensão do grande número de variedades destas espécies propagadas vegetativamente no local.

Segundo Peroni e Martins (2000), o manejo intencional ou não das variedades associado às pequenas taxas de cruzamento entre estas espécies de propagação vegetativa podem estar influenciando na ampliação da diversidade conjuntamente. Contudo, a diversidade encontrada por características morfológicas (fenótipo) ainda deve ser inferior à diversidade genética real no roçado. É válido salientar que a classificação folk do fenótipo pode representar exatamente a variação genotípica correspondente ou subestimar a variabilidade presente no local, pela repetição de nomes populares para variedades geneticamente diferentes.

No assentamento Pitanga, os agricultores revelaram que algumas variedades possuem um “nome”, como no caso a “macaxeira rosa”, e um “sobrenome”, à seguir: “Isabel de Souza”, “Santo Estevão”, “Manteiguinha”, “Boa mesa”, “Cordão de ouro”, “Pão da tarde”, “Pará”, “Rosa cravo”, “Rosa negra”, “Rosa branca” “Semente de rosa”, “Estrangeira”, com características estabelecidas pelo aspecto morfológico, pelo sabor e

pela consistência do alimento preparado, tais como: cor (branca, verde, roxa, rosa) da folha (acima e abaixo), da entrecasca, do caule, do pecíolo e da parte interna da raiz cortada; espessura da casca (grossa ou fina).

No caso da mandioca, há uma forte separação pelos assentados entre as variedades doces, tidas como “macaxeira” e as variedades amargas ou tóxicas/bravas, denominadas localmente como mandioca. Deste modo, os agricultores separam as variedades da macaxeira (citadas acima) e as variedades da mandioca, tais como: “xexéu”, “chapéu de couro”, “goianinha”, “olho roxo”, “pitangueira”, “cruvela”, “manipeba”, “flor da Amazônia”, “engana nego”, “enrica-homem”, “semente do Amazônia”, “manipuera”. Ao agregar o detalhamento dessas variedades folk com as variações genotípicas das variedades desta mesma classificação, o grau de variabilidade pode ser bem maior do que o observado e denominado localmente.

Na literatura, o debate acerca da classificação taxonômica das espécies existentes em comunidades tradicionais busca comparar e entender a taxonomia folk com a taxonomia científica ocidental, visando compreender as similaridades entre essas formas de classificar os organismos (Berlin 1973). À nível de variedade revela-se um padrão de classificação em que as espécies de maior valor cultural, que coincidem com as que são intensamente domesticadas, possuem um maior detalhamento na identificação folk. Para Hunn (1982), existem critérios utilitários na classificação vegetal e as espécies/variedades que apresentam maior valor utilitário tendem a ser identificadas pelo agricultor com um maior detalhe.

## Referências bibliográficas

- Adams, C. 2000. As roças e o manejo da mata atlântica pelos caiçaras: uma revisão. **Interciência**, 25(3): p. 143-150.
- Albuquerque, U.P.; Lucena, R. F. P. & Alencar, N. L. 2008. Métodos e técnicas para a coleta de dados etnobotânicos. Pp. 41-72. In: Albuquerque, U. P.; Lucena, R. F. P.; Cunha, L. V. F. C. (org.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife, COMUNIGRAF.
- Altieri, M. 2002. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 592p.
- Altieri, M. & V.M. Toledo. 2011. The agroecological revolution of Latin America: rescuing nature, securing food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, 38(3): 587-612.



- Amorozo, M.C.M. 2006. A dimensão temporal da conservação da agrobiodiversidade por agricultores de subsistência – algumas considerações preliminares sobre um estudo de caso. In: Kubo, R *et al.* (Orgs.). *Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia*. Recife: NUPPEA/Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2006.
- Anderson, A. B.; Posey, D. A. 1985. Manejo de cerrado pelos índios Kayapó. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Botânica*, **2**(1), 77-98.
- Bergamasco, S.M.; Norder, L.A.C. 1996. **O que são assentamentos rurais?** Sao Paulo: Editora Brasiliense, 87 p.
- Berlin, B.; 1973<sup>a,b</sup>. 1973. Folk systematics in relation to biological classification and nomenclature. **Annual Review of Ecology and Sistematics**, **4**:259-271.
- Borges, L.A.C.; Rezende, J.L.P.; Pereira, J.A.A. 2011. Áreas de preservação permanente na legislação ambiental brasileira. **Ciência Rural**, **41**(7): 1202-1210.
- CONDEPE/FIDEM. 2007. **Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco**. Prefeitura Municipal de Igarassu.
- Carneiro, M.J. 2002. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: Moreira, R.J.; Costa, L.F.C. (Orgs.) *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad/CPDA, 2002. p.223-24.
- Emperaire, L. 2005. A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, **32**: 23-35.
- Emperaire, L.; Eloy, L. 2008. A cidade, um foco de diversidade agrícola no Rio Negro (Amazonas, Brasil)? **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi** **3**(2): 195-211.
- Fidelis, L. M. Bergamasco, S. M. P. P. 2012. **A agricultura tradicional em comunidade remanescente de quilombo e a agroecologia no município de Adrianópolis-PR** in: V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais. Araraquara, 2012.
- Fuller, A. M. 1990. "From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe". **Journal of Rural Studies**, **6**(4): 361-373.
- Hunn, E. S. 1982. The utilitarian factor in folk biological classification. **American Anthropologist**, **84**: 830-47.
- Joly, C. A; *et al.* 1999. Evolution of the Brazilian phytogeography classification system: Implications for biodiversity conservation. **Ciência e Cultura**, **51**(5/6): 331-348.
- Kageyama, A. 1998. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, **3**(2): 15-51.
- Kumar, B. M.; Nair, P. K. R. 2004. The enigma of tropical homegardens. **Agroforestry Systems**, **61-62**(1-3): 135–152.
- Medeiros, R.; Irving, M.; Garay, I. 2004. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista de desenvolvimento econômico**, **9**: 83-93.
- Mori, S. A.; Silva, L.A.M.; Lisboa, G. & Coradin, L. 1989. **Manual de manejo do Herbário fanerogâmico**. Centro de Pesquisa do Cacao. 2º ed.
- Myers, N., Mittermeier, R.A., Mittermeier, C.G., Fonseca, G.A.B., Kent, J., 2000. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, **403**: 853–858.
- Peroni, N. e Hanazaki, N. 2002. Current and lost diversity of cultivated varieties, especially cassava, under swidden cultivation systems in the Brazilian Atlantic Forest. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, **92**(2-3): 171-183.
- Pereira, M.S.; Alves, R.R.N. 2006. Composição Florística de um remanescente de Mata Atlântica na Área de Proteção Ambiental Barra do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil **Revistade Biologia e Ciências da Terra**, **6**(1).
- Rodrigues, M. S.; Rollo, P.A. 2000. Estudo de caso: O mercado de terras rurais na região da zona da mata de Pernambuco, Brasil. **Desarrollo productivo**, **92**(2).
- Tabarelli, M.; Pinto, L.P.; Silva, J.M.; Hirota, M. 2005. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. **Megadiversidade**, **1**(1): 132-138.
- Wanderley, M.N.B. 2000. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, **15**: 87-145.

## **GT 06 – Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo.**

### **Estratégias de Reprodução Socioeconômica a partir do Sistema Socioprodutivo Agroecológico**

**Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa<sup>1</sup>**

**Alfio Brandenburg<sup>2</sup>**

**André Maia Gomes Lages<sup>3</sup>**

**Tatiana Frey Biehl Brandão<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Pós-doutorando em Sociologia (PPGS/UFPR). Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR) /Professor Adjunto I/ Campus do Sertão/UFAL, [lucianocbgb@hotmail.com](mailto:lucianocbgb@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP) /Professor Associado/ Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, [alfiob@hotmail.com](mailto:alfiob@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia (UFRJ) /Professor Adjunto III/ Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC/UFAL) e Mestrado em Economia Aplicada (FEAC/UFAL), [amglages@uol.com.br](mailto:amglages@uol.com.br)

<sup>4</sup> Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR/UFSCar)/ Professora Auxiliar II / Campus do Sertão/UFAL, [tatianafbbrandao@gmail.com](mailto:tatianafbbrandao@gmail.com)

#### **Resumo:**

O objetivo deste trabalho é demonstrar que o sistema socioprodutivo agroecológico pode constituir-se numa importante alternativa para a construção de estratégias de reprodução socioeconômica para os agricultores familiares. Como universo de pesquisa foram selecionados – de forma aleatória para aplicação de questionário semiestruturados e para a realização de observações junto aos estabelecimentos rurais – 19 agricultores agroecológicos pertencentes ao Núcleo Maurício Burmeister do Amaral, da Rede Ecovida de Agroecologia, localizados na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná. Além disso, foi realizada uma mensuração da Renda Total Bruta Anual Estimada obtida pelos agricultores do Núcleo MBA, no período de 2011-2012. Após as análises realizadas, chegou-se a conclusão que o sistema socioprodutivo agroecológico pode, de fato, constituir-se num elemento-chave para a construção de uma estratégia de reprodução socioeconômica para os agricultores, pois possibilita: *(i)* à diversificação produtiva no âmbito do estabelecimento rural; *(ii)* à geração de segurança alimentar; e *(iii)* a obtenção de retornos econômicos satisfatórios e que se realizam no transcorrer de todo o ano.

**Palavras-chaves:** agroecologia; diversificação produtiva; reprodução socioeconômica

## Introdução

O ambiente rural vem passando por uma reconfiguração socioeconômica, decorrente do processo de dinamização de sua economia local. Esta reestruturação vem, principalmente, se organizando sob os princípios da chamada **economia da nova ruralidade**, a qual tende a contemplar as particularidades social, econômica, cultural e ecológica existentes neste ambiente. Favareto e Seifer (2012, p. 85-86) expõe que esta economia alicerça-se no

[...] aproveitamento das amenidades naturais largamente disponíveis em boa parte do país, por intermédio, sobretudo, da atividade turística ou da atração de novas populações. Outro segmento de enorme importância é o aproveitamento do potencial produtivo da biodiversidade e da biomassa, seja pela produção de biocombustíveis (em bases diferentes daquela verificada na experiência recente do etanol e mais robustas do que aquela presente na experiência do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel), por exemplo, seja por meio da exploração industrial de produtos químicos, fármacos ou cosméticos (que apesar de seu enorme potencial ainda tem efeitos praticamente nulos para as populações que vivem em áreas ricas em biodiversidade). E um terceiro segmento está relacionado à exploração de nichos de mercado, como marcas de qualidade ou produtos típicos, todos eles de apelo crescente nos mercados mais dinâmicos (mas sobre os quais o país não dispõe de qualquer estratégia consistente).

Desta forma, nota-se que os recursos naturais existentes no ambiente rural estão se constituindo num fator importante para a reorganização socioeconômica e para a construção desta nova percepção acerca do rural (ou seja, para a construção de uma nova ruralidade). Além disso, emerge no rural a organização de uma lógica empreendedora alicerçada na sinergia entre práticas produtivas sustentáveis e conservação da biodiversidade. Assim, a economia da nova ruralidade propicia a construção de um ambiente favorável para que as famílias rurais organizem suas lógicas reprodutivas balizadas por meio da multiplicidade de oportunidades socioeconômicas e estratégias de inserção socioprodutivas. Cabe salientar que as lógicas reprodutivas são organizadas, tendo como parâmetro: as singularidades existentes no local e os modos e projetos de vida concernente a cada família rural.

Neste sentido, emerge o sistema socioprodutivo agroecológico como um elemento-chave para a construção de uma lógica reprodutiva socioeconômica, para os agricultores, que seja sustentável a longo prazo. Este sistema constitui-se numa agricultura menos agressiva ao ambiente, ao tempo que promove a inclusão social e uma situação de segurança alimentar para os agricultores e para a sociedade. Proporciona, ainda, melhores condições socioeconômicas aos agricultores, pois prima pela produção diversificada de produtos agropecuários *in natura* e agroindustrializados, fato este que possibilita uma diversificação da pauta produtiva e do fluxo de recebimento de rendas no transcorrer de todo ano.

Sendo assim, este trabalho detém como objetivo demonstrar que o sistema socioprodutivo agroecológico pode constituir-se numa importante alternativa para a construção de estratégias de reprodução socioeconômica para os agricultores familiares. Como universo de pesquisa foram selecionados – de forma aleatória para aplicação de questionário semiestruturados e para a realização de observações junto aos estabelecimentos rurais – 19 agricultores agroecológicos pertencentes ao Núcleo Maurício Burmeister do Amaral (MBA), da Rede Ecovida de Agroecologia, localizados na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, de um universo de 93 agricultores que possuíam um documento denominado Plano de Manejo Orgânico (PMO). O PMO é um documento elaborado pela Rede Ecovida de Agroecologia e que possui o papel de ficha cadastral dos agricultores ingressantes na Rede, através dos Núcleos. Estes Planos foram cedidos pela Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), que é uma instituição que presta assessoria aos agricultores pertencentes ao Núcleo MBA, sendo composta pelos próprios agricultores participantes do Núcleo.

A amostra foi definida por meio de um cálculo para à determinação do tamanho da amostra, que deteve como base as expressões algébricas formuladas por Hoffmann (2011) e Walpole *et al.* (2009). Além disso, a determinação da amostra de 19 agricultores agroecológicos

deveve como parâmetro: um nível de confiança de 99% e uma margem de erro de 2,6%, fato este que torna os dados e cenários apresentados neste trabalho relevantes.

Como instrumento para a coleta de informação foi elaborado um questionário semiestruturado, abordando os seguintes temas: (i) Tamanho do Estabelecimento Rural; (ii) Renda Agrícola; (iii) Renda Não-Agrícola; (iv) Local de Trabalho dos Agricultores Ecológico; (v) Local de Trabalho dos Familiares que Residem com os Agricultores Ecológicos; e (vi) Utilização de Mão de Obra. Neste trabalho foram utilizadas as informações dos itens (i) e (ii).

Além disso, foi realizada uma mensuração da renda dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA. Verificou-se na primeira fase de observação de campo que o sistema socioprodutivo agroecológico pode possibilitar a estruturação de uma forma diferenciada de se contabilizar a Renda Total Bruta Anual Estimada (RTBAE) dos Agricultores Agroecológicos, proveniente da comercialização (via transação financeira), autoconsumo e troca dos bens e serviços gerados pelas atividades socioeconômicas agrícolas, manejados no âmbito do sistema socioprodutivo agroecológico. Sendo assim, a partir das formas de alocação citadas acima (comercialização, autoconsumo e troca) teremos 02 (dois) tipos de rendas: Renda Monetária (RM) e Renda Não Monetária (RNM), que por sua vez constituem a RTBAE.

### **Sistema Socioprodutivo Agroecológico**

O sistema socioprodutivo agroecológico nutre-se dos pressupostos oriundos da agricultura sustentável. Esta agricultura tem sua origem na década de 1970, emergindo como um movimento socialmente organizado, constituindo-se num contramovimento, uma via alternativa à política da modernização e industrialização indiscriminada dos sistemas socioprodutivos agrícolas. A agricultura sustentável pode ser entendida como uma forma de organização da produção que potencializa a utilização dos recursos disponíveis nos estabelecimentos rurais, contribuindo para que haja uma redução no uso de insumo externo aos agroecossistemas e/ou eliminando o uso de insumos químicos no sistema de produção agropecuário (BRANDENBURG, 2002). Ocorre ainda que esta agricultura representa uma alternativa de sobrevivência para os agricultores, uma vez que os mesmos conseguem reconstruir ou construir uma relação socioambiental (BRANDENBURG, 2002) com seus agroecossistemas balizados nos conhecimentos tácitos adquiridos na relação cotidiana entre o agricultor e seu agroecossistema e nas práticas adotadas em seus sistemas socioprodutivos.

Assim, o sistema socioprodutivo agroecológico constitui-se numa agricultura menos agressiva ao meio ambiente, ao tempo que promove a inclusão social e uma situação de segurança alimentar para os agricultores e para a sociedade. Proporciona, ainda, melhores condições socioeconômicas aos agricultores, pois prima pela produção diversificada de produtos agropecuários *in natura* e agroindustrializados, fato este que possibilita uma diversificação da pauta produtiva e do fluxo de recebimento de rendas no transcorrer do ano. Cabe ainda salientar que os alimentos agroecológicos são isentos de resíduos químicos e de hormônios, além de não serem utilizados na produção organismos geneticamente modificados.

Guzmán (2009, p. 29) sintetiza as estratégias agroecológicas

[...] como o manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permitia projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismo de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e expropriadora da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implantação de sistemas de agricultura alternativa potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural.

Deste modo, observa-se que o sistema socioprodutivo agroecológico busca perpassar o âmbito da produção, estruturando-se como uma forma diferenciada de se obter uma melhor qualidade de vida a partir da articulação eficiente dos recursos existentes nos agroecossistemas, podendo o produto (bem ou serviço) gerado por esta articulação ser inserido

no circuito econômico ou ser utilizado para a manutenção ou reprodução do modo e do projeto de vida da família rural agroecológica. Percebe-se assim que este sistema socioproductivo não detém como único objetivo apenas a obtenção de um maior nível de renda, mas busca construir uma estratégia reprodutiva que contemple simultaneamente a obtenção de uma melhoria das condições social, econômica e ambiental dos estabelecimentos rurais que, por sua vez, se traduz em uma melhoria na qualidade de vida para os agricultores e para sua família.

Desta forma, organiza-se uma lógica reprodutiva que, por um lado, busca a viabilidade econômica dos estabelecimentos rurais a partir da inserção dos produtos agroecológicos num mercado em crescente expansão e que remunera de maneira diferenciada (pagamento de preço *premium*) aos agricultores pelo serviço que prestam à sociedade, seja por meio de atributos ligados à segurança alimentar e nutricional, à preservação/conservação do ambiente natural e à responsabilidade social. Por outro lado, são estruturados sistemas socioproductivos que integram o homem e a natureza, possibilitando que ambos se desenvolvam de maneira conjunta. Possibilitam ainda, que o agricultor perceba que ele detém uma relação diretamente proporcional, ou seja, a melhoria em sua condição socioeconômica está atrelada ao equilíbrio ecossistêmico e à diversidade biológica existente em seus agroecossistemas.

Neste sentido, por meio da agroecologia, os agricultores acessam o ambiente socioeconômico organizado pela economia da nova ruralidade, uma vez que contribuem e/ou usufruem (imaterialmente ou materialmente) do capital natural existente no ambiente rural, ao tempo que também contribuem para a sua conservação e ou ampliação. Além disso, a partir do capital natural, os agricultores agroecológico detêm os recursos produtivos necessários à produção de produtos de qualidade, seguros e diferenciados mercadologicamente.

Buscando se inserir na economia da nova ruralidade a partir dos pressupostos oriundos da agroecologia, os agricultores utilizam-se de dois fatores gerenciais importantes: o comportamento e o manejo do sistema. Em relação ao comportamento, observa-se que o sistema socioproductivo agroecológico se organiza como um sistema aberto. Por ser um sistema aberto, ele se organiza como um espaço de interação entre os ambientes interno (articulação dos diversos capitais existentes no estabelecimento rural) e externo (articulação com os ambientes social, econômico e natural), sendo este um espaço importante para a sustentabilidade dos agroecossistemas e dos agricultores agroecológicos, ao tempo que se constitui no principal elemento organizador deste sistema socioproductivo.

Internamente o sistema socioproductivo agroecológico tenta potencializar os diversos capitais existentes no agroecossistema, buscando organizar um sistema de produção, senão autossuficiente, que detenha níveis elevados de autossuficiência. Assim, quanto mais autônomo for o agroecossistema perante a dependência gerada pelo sistema agroindustrial, no que concerne à exigência na adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, mais autossuficiente será este lócus de produção e o agricultor.

Deste modo, observa-se que o nível de autonomia e autossuficiência dos agroecossistemas correlaciona-se com a capacidade de articulação dos diversos capitais (social, humano, natural, cultural, financeiro, físico/tecnológico) existentes neste lócus de produção e da capacidade gerencial dos agricultores para gestar esta articulação. Por exemplo, em seu agroecossistema, um agricultor agroecológico poderá deter (i) capital social (p. ex., participação em uma rede produtiva); (ii) capital humano (p. ex., capacitação profissional constante da mão de obra utilizada no sistema produtivo); (iii) capital natural (p. ex., conservação da fauna e flora existentes no estabelecimento); (iv) um capital cultural (p. ex., disseminação intra e intergeracional de seu conhecimento tácito); (v) capital financeiro (p. ex., capacidade financeira necessária à expansão de seu sistema produtivo); e (vi) capital físico/tecnológico (p. ex., um equipamento utilizado para a agroindustrialização de um determinado produto agrícola).

Neste sentido, todo sistema socioproductivo agroecológico detém os capitais descritos acima em maior ou menor grau, cada um cumprindo sua função dentro do sistema. Desta forma, os agricultores agroecológicos devem gerir, de maneira eficiente e de acordo com sua capacidade produtiva e de seu modo e projeto de vida, os capitais existentes em seus agroecossistemas. Assim, quanto mais diverso for o agroecossistema, maior será a possibilidade de se gerar autonomia e autossuficiência, todavia, também, há uma maior demanda para a

organização de processos gerenciais que contemplem a realidade concernente a cada agroecossistema e para cada agricultor.

Já no que concerne ao ambiente externo ao sistema socioprodutivo agroecológico, tanto o agroecossistema quanto o agricultor estão imersos na dinâmica social, econômica e natural dos ambientes que os circundam e, desta forma, seus comportamentos são organizados por meio da imposição de limites e da geração de oportunidades criados por estes ambientes (social, econômica e natural) e pela interação do ambiente externo com o interno. Assim, por exemplo, os limites e oportunidades gerados pelo ambiente econômico, podem ser derivados do comportamento do mercado, do ambiente institucional e da estrutura de governança, no qual estão inseridos os bens e serviços produzidos pelos sistemas socioprodutivos agroecológicos existentes no agroecossistema.

Com relação ao manejo do sistema socioprodutivo agroecológico, o agricultor a partir das informações, dos limites e das potencialidades concernentes aos ambientes externos e internos ao agroecossistema, busca construir estratégias reprodutivas que contemplem seu conhecimento tácito, os instrumentos produtivos a sua disposição e a realidade socioambiental no qual está inserido. Deste modo, cabe ao agricultor agroecológico

[...] decidir, a partir das informações disponíveis, como os recursos (humanos, de insumos, de capital e tecnológicos) serão utilizados para serem transformados em produtos finais. Decisões como o que, quanto, como, quando e para quem produzir devem ser tomadas considerando fatores restritivos, como o tamanho da propriedade, a tecnologia disponível, os recursos financeiros do empreendimento e as necessidades de autoconsumo (LORENZANI; SOUZA FILHO, 2005, p. 87).

Desta forma, de acordo com Batalha, Buainain e Souza Filho (2005, p. 53-54), o manejo do sistema socioprodutivo agroecológico demanda o desenvolvimento da capacidade de inovação e de gestão dos agricultores agroecológicos, uma vez que

[...] Ao contrário do que defende o senso comum, a produção de orgânicos ou a agroecologia está longe de ser uma ‘volta à natureza’, à exploração elementar da terra. Ao contrário, é um processo de produção que adota pressupostos rígidos e até mais difíceis, na medida em que não permite o uso de meios artificiais, em particular os químicos, facilitadores e estimuladores. Nesse sentido, [...] é absolutamente vital que o agricultor possa contar com ferramentas de gestão da qualidade, planejamento e controle da produção, logística de provisionamento e de distribuição, análise e controle de custos, *marketing*, etc.

Ocorre ainda que o manejo deste sistema estrutura-se a partir da busca por níveis crescentes de produtividade ecotecnológica. Sendo assim, os agricultores agroecológicos manejam seus sistemas socioprodutivos por meio da estruturação de um manejo múltiplo dos recursos provenientes da biodiversidade. Para Leff (2001) tal fato proporciona a organização de um ambiente favorável à geração de níveis cada vez mais elevados de produtividade sustentada através da inovação e da aplicação de novas biotecnologias que incentivam a produtividade primária dos ecossistemas naturais, possibilitando assim que as necessidades fundamentais das populações que se encontrem em crescimento sejam satisfeitas.

Assim, o sistema socioprodutivo agroecológico incentiva que as estratégias reprodutivas empregadas, não busquem apenas retornos econômicos, mas que possibilitem a ocorrência de retornos sociais e ambientais para os agricultores e a sua família, para os agroecossistemas, para o ambiente rural e para os atores inseridos neste sistema socioprodutivo.

Diante deste contexto, Candiotto, Carrijo e Oliveira (2008, p. 222-223) discorrem que “[...] A saúde da família rural, o aproveitamento dos recursos naturais da propriedade, a policultura e o extrativismo, a aproximação direta com o consumidor, a criação de mercados justos fundamentados na economia solidária e a politização dos agricultores, para que estes sejam protagonistas do desenvolvimento rural local [...]”, emergem como mecanismos importantes para a estabilidade socioeconômica e equilíbrio ambiental dos estabelecimentos rurais e para a busca da melhoria da qualidade de vida dos agricultores e de seus familiares por meio da possibilidade de ser estruturada uma lógica reprodutiva que se constrói de maneira multiprodutiva e multidimensional. Mas, cabe salientar que este é um paradigma em construção.

Neste contexto, o sistema socioprodutivo agroecológico, que a partir da utilização múltipla dos recursos naturais existentes nos agroecossistemas agroecológicos constitui-se numa estratégia importante para o fortalecimento e expansão da economia da nova ruralidade que, por sua vez, se reflete sobre a economia local do ambiente rural. Este cenário socioeconômico, que se organiza por meio dos princípios oriundos do desenvolvimento local sustentável, se constitui num elemento importante que tende a estruturar um ambiente favorável para a geração de desenvolvimento para o ambiente rural.

Guzmán (2001) afirma que a agroecologia possui elementos para o desenho de métodos voltados para o desenvolvimento endógeno no rural. Este desenvolvimento ocorre por meio da organização de estruturas socioeconômicas balizadas no

[...] desenvolvimento participativo de tecnologias agrícolas, como orientação que permite fortalecer a capacidade local de experimentação e inovação dos próprios agricultores, com os recursos naturais específicos de seu agroecossistema. Se trata, pois, de criar e avaliar tecnologias autóctones, articuladas com tecnologias externas que, mediante o ensaio e a adaptação, possam ser incorporadas ao acervo cultural dos saberes e ao sistema de valores próprio de cada comunidade (GUZMÁN, 2001, p. 36-37).

Grícolo (2008, p. 250) argumenta que esta lógica reprodutiva constitui-se numa estratégia importante, pois “[...] a sustentação da agricultura familiar passa por reconstruir uma nova lógica de produção e mercado onde as famílias agricultoras exercem, efetivamente, um maior controle sobre todo o processo, desde a produção, armazenamento, transformação e comercialização, apropriando-se da riqueza produzida”.

Ocorre ainda que a prática da agroecologia, especialmente para os agricultores de pequeno porte, constitui-se, além de uma alternativa ou uma opção vantajosa, numa necessidade substancial, pois através deste sistema, os agricultores conseguem reduzir seus custos de produção, ao tempo que, no longo prazo, tornam-se mais produtivos que os sistemas convencionais de produção (WEHRLE, 2009; ALTIERI, 2004) que são estruturados sob a lógica do pacote de modernização oriundos dos pressupostos trazidos pela Revolução Verde.

Além disso, o sistema socioprodutivo agroecológico deve primar por estratégias de desenvolvimento que sejam elaboradas a partir da identidade local de cada etnoecossistema como um fator importante para o manejo sustentável dos recursos naturais dos *lôcus* de produção em que está inserido este sistema de produção (GUZMÁN, 2001). Tal contexto constitui-se em um elemento gerador de desenvolvimento endógeno que tende a se organizar através da inserção dos agricultores agroecológicos na economia da nova ruralidade e no fortalecimento e expansão da economia local.

### **Diversificação Produtiva e Múltiplas Rendas Obtidas a partir do Sistema Socioprodutivo Agroecológico**

O sistema socioprodutivo agroecológico emerge como uma alternativa para a melhoria das condições de vida das famílias rurais, por meio do desenvolvimento de práticas socioeconômicas que geram emprego e renda, segurança alimentar e conservação ecológica no ambiente rural onde estão situados os estabelecimentos rurais agroecológicos.

Neste sentido, Almeida (2005, p. 04) discorre que “[...] a lógica que orienta a sustentabilidade econômica da produção familiar agroecológica, ao visar a otimização a longo prazo das rendas geradas no conjunto do sistema, difere diametralmente dos critérios da empresa capitalista, estruturada em torno da obtenção de lucros a curto prazo”. Assim, há uma tendência do agricultor em contemplar as particularidades e demandas existentes em seu estabelecimento rural e no ambiente rural onde está situado seu *lôcus* socioprodutivo. Por observar as potencialidades e limites existentes no agroecossistema, o sistema socioprodutivo agroecológico tende a estruturar de forma mais sólida uma lógica produtiva balizada na

[...] diversificação dos sistemas produtivos, com a inclusão de cultivos alimentícios, de espécies de adubação verde de inverno e verão, além da produção própria de sementes. Essas iniciativas tornaram os sistemas produtivos menos dependentes de insumos externos e levaram à redução dos custos de produção [...] (NIEDZIELSKI; MARQUES; BONA, 2008, p. 19).

Neste contexto, nota-se que o sistema socioprodutivo agroecológico emerge como um processo de articulação de saberes, experiências e técnicas oriundas do saber fazer do agricultor agroecológico (conhecimento tácito) como do saber técnico-científico (conhecimento codificado), que culmina com a estruturação de sistemas socioprodutivos diversificados, diferenciados e que respeitam a multiplicidade de lógicas reprodutivas existentes no território.

A multiplicidade de estratégias reprodutivas existentes no ambiente rural, por sua vez, possibilita que haja, simultaneamente, um manejo consciente da biodiversidade e a busca por retornos econômicos necessários ao desenvolvimento e manutenção do agroecossistema, do sistema socioprodutivo e das condições de vida dos agricultores agroecológicos e dos membros de sua família. Deste modo, nota-se que as práticas agroecológicas estão sendo organizadas de maneira a contemplar a diversidade de conhecimentos existentes no local, uma vez que este conhecimento “[...] responde às prioridades e capacidades das comunidades rurais, aceitando, ademais, que estas são capazes de desenvolver agroecossistemas eficazes, rentáveis e sustentáveis” (GUZMÁN, 2001, p. 37).

Sendo assim, verifica-se que os agricultores agroecológicos buscaram construir novas formas de se pensar a gestão (ou manejo) de seus estabelecimentos rurais, principalmente, para aqueles que detêm uma pequena área disponível à produção em seus estabelecimentos, assim como um baixo nível de renda. Deste modo, alguns agricultores buscaram inovar suas estratégias reprodutivas inserindo em seus agroecossistemas novas lógicas de produção, as quais não balizam-se apenas na busca desenfreada ao acesso ao mercado, mas na diversificação das estratégias de alocação de seus produtos para a transação mercantil, o autoconsumo e/ou a troca.

Desta forma, os bens e serviços agrícolas poderão ser utilizados para a comercialização (via transação financeira), para a troca e/ou para o autoconsumo, possibilitando que haja a redução e/ou eliminação: (i) da dependência externa dos estabelecimentos rurais, quanto à obtenção de insumos necessários a produção; e (ii) dos gastos financeiros oriundos da compra de alimentos e de insumos produtivos adquiridos no mercado. Ou seja, a partir da agroecologia, cria-se um ambiente no qual os agricultores conseguem organizar um novo caminho para a obtenção de renda, que por sua vez ocorre no transcorrer de todo o ano.

Esta percepção gerencial contribui para a redução da vulnerabilidade dos agricultores agroecológicos, pois reduz a visão dicotômica em torno da oposição entre realizar transações mercantil ou não-mercantil? Ocorre que o pensar dicotomicamente pode impactar negativamente os agricultores, uma vez que primar pela comercialização em detrimento do autoconsumo poderá elevar os gastos da família com alimentação, ou seja, demandar mais recursos financeiros para obter produtos necessários à sobrevivência da família.

Sabourin (2009, p. 178) argumenta que “[...] Recorrer à oposição mercantil/não-mercantil induz um erro, com duras conseqüências; excluir a reciprocidade do mercado, quando a maioria dos mercados no mundo não-capitalista são mercados de reciprocidade”, ou seja, são transações ou alocações de produtos que não se realizam no mercado, mas no âmbito da família ou da comunidade, por exemplo, fora dos circuitos comerciais mercantis. Assim, os agricultores agroecológicos detêm a possibilidade de definirem qual estratégia reprodutiva pretendem utilizar, estruturando assim, uma situação favorável à liberdade de transações mercantil e/ou não-mercantil, uma vez que detêm “[...] boas razões para comprar e vender, para trocar e para buscar um tipo de vida que possa prosperar com base nas transações” (SEN, 2000, p.136).

Assim, o sistema socioprodutivo agroecológico permite a organização de um conceito diferenciado acerca do que venha ser renda. Conceito este que tenta romper com o raciocínio construído em torno do enfoque econômico da renda que está

[...] centrado exclusivamente nas relações monetárias insumo-produto e voltado para oportunidades de mercado. Esse reducionismo [...] torna; agricultores, organizações, instituições de apoio, programas de desenvolvimento e políticas; reféns de um único objetivo: a oportunidade de bons negócios no mercado que, via de regra, se traduz em ganhos individuais somente viáveis em cenários de resultados negativos para a maioria (SANTOS, 2005, p. 07).

A possibilidade de se adquirir um fluxo de renda que se organiza por meio da obtenção simultânea de rendas monetárias e não-monetárias exige do agricultor agroecológico a



estruturação de sistemas socioprodutivos balizados na diversidade produtiva e de lógicas gerenciais. Este contexto tende a reduzir a vulnerabilidade perante as oscilações de mercado, ao tempo que amplia seu poder de barganha perante os canais de comercialização.

Tal fato ocorre, pois ter diversidade produtiva significar organizar um leque de estratégias que se constroem a partir da multiplicidade de formas de alocação dos bens e/ou serviços produzidos por estes agricultores de acordo com a necessidade da família e/ou da demanda apresentada pelo mercado num determinado momento. Assim, os agricultores detêm a possibilidade de alocar seus bens e serviços em circuitos comerciais (obtenção de renda monetária) e/ou para o autoconsumo e/ou troca (obtenção de renda não-monetária).

Deste modo, como é bastante comum no mercado agroalimentar, caso o consumidor pretenda substituir temporariamente um determinado produto por outro por causa de aumentos de preços, o agricultor poderá, também, substituir a pauta de produtos ofertados, autoconsumidos e trocados. Para Vilckas e Nantes (2005, p. 159) “[...] A opção por produtos substitutos é interessante para reduzir riscos, não só da oscilação de preços, mas também para o produtor não perder vendas, no caso de o produto ainda não se encontrar no ponto de colheita”, fato este que contribui com a obtenção contínua dos fluxos de renda necessários à reprodução socioeconômica dos agricultores agroecológicos. Neste sentido, Veiga e Ehlers (2003, p. 283) discorrem que “[...] nas propriedades diversificadas, os ingressos de renda agrícola são distribuídos de forma mais homogênea durante o ano. A quebra de uma safra ou a queda de preço de uma determinada cultura não causa tantos estragos quanto nas propriedades monoculturais, e os riscos de falência são muito menores”.

Diante deste contexto, nota-se que o sistema socioprodutivo agroecológico organiza uma lógica reprodutiva socioeconômica alicerçada na diversificação produtiva e na obtenção de múltiplas rendas, que, por sua vez, é dependente no nível de capital natural existente nos estabelecimentos rurais e da capacidade inovadora do agricultor agroecológico. Além disso, existe uma dependência entre está lógica reprodutiva e a forma como é articulado os diversos capitais existentes nos estabelecimentos rurais dos agricultores agroecológicos, pois cada sistema socioprodutivo possui uma demanda de capital específico de acordo com as particularidades (social, econômica, ecológica, cultural e política) existentes no ambiente rural e/ou no mercado consumidor no qual estão inseridos estes agricultores.

### **Agroecologia e Estratégias de Reprodução Socioeconômica: O Núcleo MBA**

O Núcleo Maurício Burmeister do Amaral (MBA) é composto por 200 famílias de agricultores divididas em 20 Grupos em 16 municípios pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná, Brasil. Constitui-se num dos Núcleos que compõe a Rede Ecovida de Agroecologia. Esta Rede é, atualmente, a maior forma de expressão em favor da agroecologia na Região Sul do Brasil. Em 2010 era constituída por 23 Núcleos Regionais, em aproximadamente 170 municípios, com cerca de 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores, além de haver mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização. Possui um contingente de 3.000 agricultores distribuídos pelos três Estados da Região Sul. No que se refere às organizações de representação dos agricultores que compõem a Rede, a maior parte se encontra ligada aos sindicatos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos Três Estados do Sul (FETRAF-Sul), outros ao Movimento dos Sem Terra e outros, ainda, consideram que a Rede Ecovida é seu próprio movimento.

Cabe salientar, que o Núcleo MBA é constituído por uma diversidade de identidades, possuindo como membro agricultores que se designam como agricultores: familiar, agroecológico, orgânico, etc. Além desta diversidade de identidades existe uma multiplicidade de atividades socioeconômicas que perpassa o âmbito do setor agrícola, tais como: turismo rural, trabalho assalariado no pinus, artesanato e bioenergia. No entanto, este trabalho se ateve em analisar e discutir as atividades socioeconômicas de cunho agrícola dos 19 agricultores agroecológicos selecionados e pesquisados, conforme exposto anteriormente.

Assim, observou-se que a organização produtiva dos estabelecimentos rurais dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, decorre da forma como são estruturados a lógica produtiva e o tipo de gerenciamento adotado (mais empresarial ou mais

ligado à subsistência familiar) por estes agricultores. Estes fatores são os responsáveis pela maneira como serão articulados os diversos capitais existentes num dado agroecossistema e qual será o arranjo produtivo agrícola formatado neste *lôcus* de produção. Assim, existe um leque variado de trajetórias reprodutivas que pode ser adotado pelos agricultores do Núcleo MBA.

Deste modo, de acordo com o manejo realizado no estabelecimento rural, os agricultores do Núcleo MBA constroem um ambiente propício ao desenvolvimento de uma gama diversificada de atividades socioeconômicas agrícolas, em seus agroecossistemas, como: olerícolas, frutas, grãos, produtos de origem animal *in natura*, plantas medicinais, sementes, flores, produtos florestais, produtos agroindustrializados. Por sua vez, os bens produzidos através destas atividades, podem ser alocados de diversas maneiras (comercialização, autoconsumo e troca), sendo esta uma estratégia reprodutiva socioeconômica importante para estes agricultores.

Associado ao manejo produtivo agroecológico de seus estabelecimentos, os agricultores do Núcleo MBA utilizam-se, ainda, dos mecanismos de reprodução socioeconômicas provenientes da pluriatividade como uma estratégia para a redução de suas vulnerabilidades social, econômica e ecológica, uma vez que a diversificação produtiva tende a converter-se em um sistema gerencial estruturado por meio de uma lógica que se fundamenta sobre o fluxo constante de oferta de produtos e obtenção de renda no transcorrer do ano.

Deste modo, as práticas oriundas da lógica gerencial inerente ao sistema socioprodutivo agroecológico organiza um ambiente reprodutivo, que se estrutura a partir de um *mix* diversificado de estratégias socioprodutivas agrícolas, que se baliza através da detecção dos limites e potencialidades existentes em seus agroecossistemas e da maximização dos capitais existentes nos estabelecimentos rurais. Diante deste contexto, observou-se que os 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados desenvolvem uma gama variada de atividades socioeconômicas de cunho agrícola (TABELA 1).

**TABELA 1 – ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA, 2012.**

AA	Área Total (ha)	ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS AGRÍCOLAS											
		O	F	G	POA	PA	PB	FL	PF	PM	S	IP	TS
1	20	X	X	X	X	X							
2	4,84	X			X								
3	8,8	X	X	X	X			X					
4	50	X	X	X	X	X		X	X		X	X	
5	24	X	X	X	X	X			X		X	X	
6	6,9	X	X	X	X					X		X	
7	128	X	X	X	X					X			
8	10	X		X		X		X					
9	2		X		X	X	X	X		X		X	X
10	10,1	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X
11	8,8	X	X			X	X						
12	2,25	X	X	X		X							
13	27	X	X	X		X							
14	121	X	X		X				X			X	
15	4	X			X								
16	3	X	X	X		X		X	X	X			X
17	91,96	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X
18	5,2	X	X		X	X		X	X	X		X	
19	10	X	X	X	X	X			X		X	X	

**Legenda:**

**AA** – Agricultor Agroecológico

**F** – Frutas

**FL** – Flores

**G** – Grãos

**O** – Olerícolas

**IP** – Insumos para Produção (adubos, humos e fertilizantes)

**PA** – Produtos Agroindustrializados

**PB** – Produtos Beneficiados

**PF** – Produtos Florestais

**PM** – Plantas Medicinais

**POA** – Produto de Origem Animal *in natura*

**S** – Semente

**TS** – Troca de Serviços por meio de mutirão, trabalho comunitário, etc.

FONTE: Barbosa (2013)

Avenida Presidente Vargas, 417/9º andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

Durante a pesquisa verificou-se que não há uma relação direta entre tamanho do estabelecimento e quantidade de atividades agrícolas, uma vez que há pequenos estabelecimentos com uma grande diversidade de atividades, assim como grandes estabelecimentos com pouca diversificação. Por exemplo, o Agricultor Agroecológico 16, que possui uma área de apenas 03 (três) hectares produz 61 tipos diferentes de produtos agrícolas, fora a produção agroindustrial, sendo considerado o sistema socioprodutivo mais diversificado. Isto decorre do fato de que este agricultor organizou seu sistema socioprodutivo balizado na diversificação e no manejo de diferentes culturas, no transcorrer de todo o ano, de acordo com os ciclos produtivos (safra e entressafra) e/ou de maneira a desenvolver sistemas que produzam produtos alimentares e não-alimentares que detenham grande demanda em uma determinada época do ano e que possuam potencialidades para serem desenvolvidos de forma satisfatória e eficiente em seus agroecossistemas.

Por outro lado, verifica-se, por exemplo, que o Agricultor Agroecológico 14, que possui uma área de 121 hectares produz 07 (sete) tipos diferentes de produtos agrícolas, sendo considerado o sistema socioprodutivo menos diversificado. Tal fato pode ser proveniente da lógica reprodutiva adotada por este agricultor, que aloca integralmente a força de trabalho familiar fora do estabelecimento e, desta maneira, este espaço constitui-se mais num *locus* de lazer e vivência familiar do que, efetivamente, num local utilizado para o desenvolvimento de atividade produtiva lucrativa em benefício da família, conforme foi observado.

Deste modo, nota-se que cada família rural agroecológica do Núcleo MBA organizará seu agroecossistema tendo como referência seu modo e projeto de vida em detrimento da busca incessante por retornos econômicos crescentes. Neste sentido, seu estabelecimento pode ser bastante ou pouco diversificado, ou o agricultor pode deter uma visão muito ou pouco atrelada aos retornos econômicos crescentes, por exemplo. Todavia, independente da escolha realizada pelo agricultor agroecológico do Núcleo MBA, verificou-se que a diversificação produtiva tende a constituir-se numa estratégia importante para esses agricultores, seja produzindo uma pequena ou uma grande quantidade de produtos agrícolas, pois além de ser uma prática produtiva que se adequa ao perfil produtivo de alguns estabelecimentos rurais familiares, representa uma forma importante para a obtenção de renda monetária e não-monetária no transcorrer do ano. Além disso, a diversificação produtiva constitui-se num princípio requerido pela agroecologia e para a conservação da biodiversidade existente no agroecossistema destes agricultores.

Entretanto, cabe salientar que um estabelecimento rural que detém uma diversificação em suas atividades produtivas, tende a apresentar níveis de escala produtiva reduzida quando se considera apenas um tipo de produto, por exemplo, produção de alface, morango, milho, etc. Todavia, quando se considera “o todo”, observa-se que este sistema detém escala produtiva satisfatória para suprir as necessidades financeiras (obtenção de renda financeira) e sociais (alimentos para autoconsumo) da família rural agroecológica do Núcleo MBA no transcorrer de todo o ano, servindo, ainda, como moeda de troca em alguns casos, por exemplo, trocar milho por feijão, ou morango por leite, etc. Por outro lado, nesse caso, é certa a presença de culturas de ciclo curto.

Deste modo, a partir da pesquisa de campo e observações, verificou-se que quatro elementos podem ser considerados como os principais fatores para a diversificação produtiva dos estabelecimentos rurais dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, quais sejam: *(i)* a capacidade empreendedora de cada agricultor e/ou de seus familiares; *(ii)* a compreensão dinâmica dos agroecossistemas; *(iii)* o conhecimento tácito acumulado pelo agricultor e pelos seus familiares e *(iv)* a força de trabalho disponível para o desenvolvimento das atividades socioprodutivas.

Estes fatores contribuem para a construção de estratégias de reprodução que sejam condizentes com as particularidades existentes no estabelecimento rural e inerentes aos agricultores agroecológicos. Ao entender as particularidades que circundam estes agricultores tende a reduzir sua vulnerabilidade socioeconômica, pois há uma maior possibilidade de se estruturar sistemas socioprodutivos mais sustentáveis ao longo prazo.

No entanto, a diversificação não se restringe apenas ao sistema socioprodutivo. Durante a pesquisa verificou-se que dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, 13 agricultores alocavam seus produtos em mais de 02 canais de comercialização. Ou seja, os agricultores buscam não estar atrelado apenas a um canal de comercialização, sendo esta uma estratégia que lhe gera autonomia frente às oscilações de mercado. Vale salientar que o principal canal de comercialização acessado pelos agricultores é a feira livre, uma vez que 15, dos 19 agricultores, informaram que alocam seus produtos agrícolas agroecológicos neste canal.

As feiras livres se constituem num espaço de reprodução socioeconômica estratégico, pois é o momento no qual o agricultor interage diretamente com seu consumidor construindo um espaço de diálogo. Este espaço também estrutura-se como um *locus* de negociação, formal ou informal, entre estas duas partes, uma vez que os consumidores expõem quais são os requisitos que utilizam para determinar sua compra e qual a frequência em que realizam suas transações (compras de bens).

Outros dois importantes canais de comercialização utilizados pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA para a alocação de seus produtos agrícolas agroecológicos são o mercado institucional (Programa de Aquisição de Alimentos, hospitais, presídios, quartéis, etc.) (10 agricultores utilizam este canal) e a alimentação escolar (05 agricultores utilizam este canal). Estes mercados estão se constituindo num importante espaço de comercialização, pois a compra é realizada de maneira contínua pelas instituições públicas e/ou privadas e/ou sem fins lucrativos, ao tempo que é aplicado um sobrepreço de 30% sobre o produto, devido a ser agroecológico. Ocorre ainda a tendência em haver uma obtenção de margem de lucro maior proveniente da possibilidade em ocorrer uma redução dos custos de transporte devido ao fato de que, geralmente, as relações comerciais ocorrem no local onde estão situados os estabelecimentos rurais familiares, fato este também que contribui para a melhoria do estado de segurança alimentar local.

Além disso – conforme observado durante a pesquisa e a partir das falas dos agricultores pesquisados – verificou-se que estes mercados criam um ambiente favorável à ocorrência de práticas comerciais que se organizam através da cooperação entre os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, uma vez que, na maioria das vezes, estas famílias recorrem à venda conjunta de seus produtos para que possam manter a regularidade acordada entre as partes no que concerne à frequência, quantidade e diversidade de produto.

Associado a comercialização, o autoconsumo possibilita, para as famílias rurais agroecológicas do Núcleo MBA, a oportunidade de manter uma mesa relativamente farta, com alimentos seguros e de qualidade alimentar e nutricional, ao tempo que contribui para a redução do gasto financeiro familiar, uma vez que não é necessário ir ao mercado comprar toda a cesta de alimentos consumida pelas famílias rurais agroecológicas, logo são economizados recursos financeiros que podem ser alocados para outros fins. Deste modo, as famílias rurais detêm um maior domínio e autonomia para fazer frente à mercantilização do processo produtivo e do próprio consumo de alimentos, ao tempo que possuem um melhor equilíbrio financeiro, pois produzem parte dos alimentos que consomem.

Além disso, o autoconsumo traz à baila uma questão importante, qual seja, a renda monetária (proveniente da comercialização) não pode ser considerada como o único elemento que indique que as famílias rurais poderão deter uma melhoria em suas condições socioeconômicas. Apesar deste tipo de renda possuir uma significativa importância para esta melhoria. As famílias rurais estruturam um conjunto de ações e estratégias visando à viabilização das atividades produtivas necessárias a sua reprodução socioeconômica que, por sua vez se estruturam por meio da articulação das dimensões material e subjetiva não sendo uma mais importante que a outra (SCHNEIDER *et al*, 2009).

Outra questão verificada no transcorrer da pesquisa é que não só as rendas monetárias detêm importância para a reprodução socioeconômica das famílias rurais agroecológicas do Núcleo MBA, uma vez que as rendas não-monetárias possui, também, possui uma considerável importância para estes agricultores. Assim, a lógica gerencial dos agricultores do Núcleo MBA organiza uma estrutura diferenciada para a obtenção de sua Renda Total Bruta Anual Estimada (RTBAE), que ocorre por meio de um fluxo de obtenções de valores

financeiros e de utilizações de produtos que ocorrem durante o transcorrer de todo o ano, fato este que tende a reduzir a vulnerabilidade socioeconômica destes agricultores, principalmente, no que se refere às oscilações de oferta e demanda que possam ocorrer no mercado de produtos agroecológicos e nos demais mercados nos quais estão inseridos.

Assim, verificou-se que o valor total da RTBAE obtido pelos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA foi de R\$ 2.710.157,11; sendo que 64,7% deste valor é oriundo da renda monetária e 35,3% é oriundo da renda não-monetária (TABELA 2). Este cenário evidencia que este tipo de renda tem papel significativo, mas costumeiramente não destacado nos trabalhos científicos que permeiam a linha de pesquisa voltada para a discussão em torno da agricultura (seja agroecológica ou não) e das novas faces do desenvolvimento rural. Diante deste contexto, observa-se, através da Tabela 2, a importância que a renda não-monetária possui para alguns agricultores do Núcleo MBA, pois dos 19 agricultores pesquisados, 07 possuem percentuais de participação da renda não-monetária na formação da RTBAE superior a 30% (36,8% dos agricultores se enquadram neste cenário).

**TABELA 2 – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA AGRÍCOLA OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012**

AA	RENDA				RTBAE	Área (ha)	RTBAE/Área (ha)
	Monetária		Não-Monetária				
	R\$	%	R\$	%			
1	100.000,00	88,1	13.500,00	11,9	<b>113.500,00</b>	20,0	5.675,00
2	216.000,00	98,9	2.400,00	1,1	<b>218.400,00</b>	4,84	45.123,97
3	42.150,00	71,3	17.000,00	28,7	<b>59.150,00</b>	8,8	6.721,59
4	315.241,11	46,6	361.533,00	53,4	<b>676.774,11</b>	50,0	13.535,48
5	62.930,00	58,7	44.350,00	41,3	<b>107.280,00</b>	24,0	4.470,00
6	37.550,00	41,5	53.025,00	58,5	<b>90.575,00</b>	6,9	13.126,81
7	144.000,00	80,0	35.920,00	20,0	<b>179.920,00</b>	128,0	1.405,63
8	57.000,00	98,5	840,00	1,5	<b>57.840,00</b>	10,0	5.784,00
9	93.000,00	62,5	55.800,00	37,5	<b>148.800,00</b>	2,0	74.400,00
10	177.000,00	44,1	224.000,00	55,9	<b>401.000,00</b>	10,1	39.702,97
11	70.500,00	88,0	9.600,00	12,0	<b>80.100,00</b>	8,8	9.102,27
12	41.000,00	82,3	8.800,00	17,7	<b>49.800,00</b>	2,25	22.133,33
13	45.000,00	85,2	7.800,00	14,8	<b>52.800,00</b>	27,0	1.955,56
14	18.100,00	90,0	2.010,00	10,0	<b>20.110,00</b>	121,0	166,20
15	54.800,00	83,6	10.720,00	16,4	<b>65.520,00</b>	4,0	16.380,00
16	21.300,00	55,6	17.032,00	44,4	<b>38.332,00</b>	3,0	12.777,33
17	107.000,00	66,9	53.040,00	33,1	<b>160.040,00</b>	91,96	1.740,32
18	60.500,00	76,2	18.900,00	23,8	<b>79.400,00</b>	5,2	15.269,23
19	90.000,00	81,2	20.816,00	18,8	<b>110.816,00</b>	10,0	11.081,60
<b>TOTAL</b>	<b>1.753.071,11</b>	<b>64,7</b>	<b>957.086,00</b>	<b>35,3</b>	<b>2.710.157,11</b>	-	-

FONTE: Barbosa (2013)

NOTA: AA – Agricultor Agroecológico

Todavia, nota-se que para alguns agricultores do Núcleo MBA, a renda não-monetária, ainda, detém pouca relevância quando comparado ao valor obtido com a renda monetária. Por outro lado, para os Agricultores Agroecológicos 4, 6, e 10, a renda não-monetária representa uma importante fonte de renda, uma vez que esta representa mais de 50% da RTBAE percebida por estes agricultores. Assim, para estes agricultores suas rendas não-monetárias possuem uma relevante importância para a reprodução socioeconômica da família, pois contribui para o seu equilíbrio financeiro e para a melhoria das condições socioeconômicas da família. Isto ocorre, pois a renda não-monetária implica em um não desembolso monetário e, por consequência, numa redução: do custo produtivo no manejo das atividades agrícolas, bem como, nos gastos familiar decorrente da compra de produtos alimentares e não-alimentares.

Ao serem observados os valores das RBAE Agrícola, de maneira geral, verifica-se que, dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, 12 possuem uma

Renda Total Bruta Mensal Média Estimada<sup>1</sup> acima de 10 salários mínimos<sup>2</sup> (ou seja, acima de R\$ 6.220,00 por mês). Reduzindo a faixa de rendimentos para mais de 06 salários mínimos (ou seja, acima de R\$ 3.732,00 por mês), nota-se que 17 agricultores possuem uma Renda Total Bruta Mensal Média Estimada.

Estes níveis de Renda Total Bruta Mensal Média Estimada apontam que as atividades agrícolas estão gerando, para a maioria dos agricultores do Núcleo MBA, um nível de renda satisfatório para a sua reprodução socioeconômica. Informação está também observada durante as entrevistas e que revela uma diferenciação de qualidade de vida, estruturada por novas práticas no ambiente rural, que, por sua vez, não são facilmente encontradas em outras realidades existentes no interior brasileiro. Ao contrário, na maioria das vezes este espaço é considerado bem mais atrasado em seu processo de desenvolvimento, sendo este retardo captado por indicadores de pobreza e/ou através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Além disso, por meio da Tabela 2 verifica-se que apesar de alguns agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados deterem pequenos estabelecimentos rurais, estes conseguem obter uma RTBAE alta. Por exemplo, o Agricultor Agroecológico 9 que possui um estabelecimento rural com apenas 2 hectares, consegue desenvolver 11 tipos de atividades socioeconômicas agrícolas diferentes, adquirindo uma RTBAE de R\$ 148.800,00. Esta RTBAE equivale a uma Renda Total Bruta Mensal Média Estimada de R\$ 12.400,00 (valor este equivalente a 19,9 salários mínimos mensais). Cabe salientar que este agricultor consegue obter uma RTBAE, por hectares, de R\$ 74.400,00.

Por outro lado, observa-se que existem agricultores que possuem estabelecimentos rurais com áreas relativamente grandes comparadas com as demais, mas que obtêm uma RTBAE baixa, comparada à média do Núcleo. Por exemplo, o Agricultor Agroecológico 14 que detém estabelecimento rural com área de 121 hectares e desenvolve 06 tipos de atividades socioeconômicas agrícolas diferentes, adquirindo uma RTBAE de R\$ 20.110,00, ou seja, uma Renda Total Bruta Mensal Média Estimada de R\$ 1.675,8 (equivale a 2,7 salários mínimos mensais). Além disso, este agricultor obtém uma RTBAE, por hectares, de R\$ 166,20.

Este dois exemplos, apontam que o tamanho é menos importante do que a forma de manejo da atividade agrícola adotada pelo agricultor agroecológico. Além disso, o cultivo de olerícolas, geralmente lavouras temporárias, geram rendimentos mais rápidos que outras atividades agrícolas que exigem mais escala de produção e, portanto, maior tamanho. Cabe ainda destacar que, nesse quadro, a escolha de um perfil mais agroecológico, balizado na maior diversificação, na rotação de culturas e na articulação em sistemas integrados com a criação animal, são estratégia importantes para a obtenção de níveis satisfatórios de rendas monetárias e não-monetárias.

Ocorre ainda que a RTBAE constitui-se numa renda oriunda de uma atividade produtiva (a agrícola), de um sistema de produção (o agroecológico) e de uma lógica reprodutiva (a pluriativa) que vem sendo desenvolvida há algum tempo por estes agricultores. Neste sentido, ao se inserirem na lógica gerencial agroecológica estes deixaram de ser apenas agricultores ligados exclusivamente ao manejo de suas culturas agrícolas em seus agroecossistemas e passaram a deter múltiplas funções ocupacionais e produtivas dentro do sistema socioproductivo agroecológicos (desde a produção de insumos à comercialização). Além disso, a forma como são organizadas as estratégias para a obtenção das rendas monetárias e não-monetárias são oriundas das demandas materiais e imateriais provenientes dos modos e projetos de vida dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA.

<sup>1</sup> A Renda Total Bruta Mensal Média Estimada (RTBMME) foi calculada a partir da divisão da RTBAE por 12 meses ( $RTBMME = RTBAE/12$ ). Já para se chegar a esta Renda Total Bruta Mensal Média Estimada (em salários mínimos), basta dividir a RTBMME pelo salário mínimo em vigor no ano de 2012 ( $RTBMME \text{ em salários mínimos} = RTBMME / \text{Salário Mínimo}$ ).

<sup>2</sup> Toda vez que se falar em salário mínimo neste trabalho, está se referindo ao valor de R\$ 622,00, referente ao ano de 2012.

## Conclusões

Assim, diante do contexto apresentado no transcorrer deste trabalho, observa-se que os 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, a partir do sistema socioprodutivo agroecológico, detiveram a possibilidade de organizar seus sistemas de produção estruturada sob uma lógica reprodutiva socioeconômica balizada na diversificação produtiva e na obtenção de fluxo contínuo de renda no transcorrer do ano. Isto por sua vez propícia, além de uma melhoria das condições socioeconômicas da família rural, a oportunidade dos agricultores obterem recursos financeiros que poderão ser utilizados para o reinvestimento e/ou para subsidiar o desenvolvimento de novas atividades produtivas no estabelecimento.

Ocorre ainda que esta diversificação e continuidade na obtenção de rendas no transcorrer do ano contribui para a busca pela organização de sistemas socioprodutivos mais equilibrados, tanto produtivamente, como economicamente, ou ecologicamente, ou seja, propícia a construção de sistemas socioprodutivos mais sustentáveis. Sendo assim, vale salientar que, os aspectos econômico e social sofrem uma influência direta dos aspectos ecológicos, uma vez que os agroecossistemas conservados (capital natural não degradado) significam manutenção ou ampliação das fontes de rendas obtidas no curto ou longo prazo. Por outro, lado agroecossistemas degradados podem levar os agricultores à falência ou uma situação de vulnerabilidade a inviabilização econômica a curto, médio ou longo prazo, dependendo do ritmo de depreciação do nível de capital natural.

Neste contexto, observou-se que as práticas produtivas agroecológicas possibilitaram aos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA a adoção de estratégias de reprodução balizadas na dupla eficiência socioprodutiva de seus estabelecimentos rurais, pois, por um lado, foi-lhes propiciado o ambiente favorável à organização de seus sistemas produtivos por meio de retornos financeiros que não são oriundos dos ganhos de escala de produção, mas provenientes de uma economia de escopo, balizada numa produção diversificada, com baixa escala de produção, mas com alto valor agregado e com demanda crescente.

Portanto, conclui-se que o sistema socioprodutivo agroecológico pode, de fato, constituir-se num elemento-chave para a construção de uma estratégia de reprodução socioeconômica para os agricultores, pois possibilita: *(i)* à diversificação produtiva no âmbito do estabelecimento rural; *(ii)* à geração de segurança alimentar; e *(iii)* a obtenção de retornos econômicos satisfatórios e que se realizam no transcorrer de todo o ano.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Sílvio Gomes de. Economia familiar: modo de produção e modo de vida. **Revista Agrícolas**: experiências em agroecologia, v.2, n.3, out. 2005, p. 04-06.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BARBOSA, Luciano C. B. G. (2013). **A pluriatividade na agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural**. 292 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (orgs). **Gestão integrada da agricultura familiar**. – São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 43-66.
- BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In. **I Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Indaiatuba, SP: 2002 (06 a 09 de novembro). Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/>>. Acesso em: 20 de julho de 2006.
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; OLIVEIRA, Jackson Alano de. A Agroecologia e as Agroflorestas no contexto de uma agricultura sustentável. In ALVES, Adilson Francelino; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti

- Pessôa (orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 213-232.
- FAVARETO, Arilson; SEIFER, Paulo. As diferentes formas de definir o rural brasileiro e algumas tendências recentes – implicações para políticas de desenvolvimento e combate à pobreza. In BUAINAIN, Antonio Marcio (org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012, (Série desenvolvimento rural sustentável; v.16), p. 55-106.
- GRÍCOLO, Serinei César. Referências em Agroecologia: um olhar sobre a renda e os caminhos trilhados pela agricultura familiar do Sudoeste do Paraná. In ALVES, Adilson Francelino; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CADIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 243-254.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001, p. 35-45.
- \_\_\_\_\_. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 19-32.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 4 ed rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- LOURENZANI, Wagner Luiz; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. Gestão integrada para a agricultura familiar. In SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (orgs). **Gestão integrada da agricultura familiar**. – São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 67-94.
- NIEDZIELSKI, Aires; MARQUES, Anésio da Cunha; BONA, Luis Cláudio. Trajetória e desafios da construção de mercados locais para a agricultura ecológica em Porto União (SC) e União da Vitória (PR). **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.5, n.2, jun. 2008, p. 18-22.
- SABOURIN, Eric. Dinâmicas Territoriais e acesso aos mercados: uma leitura pela reciprocidade. In SILVA, Aldenôr Gomes; CAVALVANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (orgs). **Diversificação dos Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Editora Zarina Centro Cultural, 2009, p. 146-186.
- SANTOS, Alvorci Cristo dos. As contradições da economia de mercado: um olhar sobre a renda da agricultura agroecológica. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.2, n.3, out. 2005, p. 07-11.
- SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VEIGA, José Eli da; EHLERS, Eduardo. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. In MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (orgs). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 271-290.
- VILCKAS, Mariângela; NANTES, José Flávio. Planejamento das atividades produtivas na agricultura familiar. In SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (orgs). **Gestão integrada da agricultura familiar**. – São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 131-166.
- WALPOLE, Ronald E. *et al.* **Probabilidade e estatística para engenharia e ciências**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- WEHRLE, Andrés. O movimento agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA): por uma nova face para nossa agricultura. In ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 162-168.



## **EXTENSÃO AGROECOLÓGICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO ASSENTAMENTO SANTA MARIA, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, BA.**

Rafael Sousa Rodrigues<sup>1</sup>

### **RESUMO**

A consolidação do agronegócio, modelo de produção agrícola baseado no monocultivo de grandes extensões de terras e intensiva utilização de produtos agroquímicos para a produção de commodities, trouxe importantes reflexos tanto à questão agrária como à questão agrícola no Brasil. Segundo Moreira (2000), este modelo de agricultura dependente de insumos externos foi introduzido no país a partir de meados dos anos 60 através da adoção de um “pacote” de técnicas e tecnologias que ficou conhecido como “Revolução Verde”. O presente artigo se propõe a discutir as contribuições que projetos de extensão rural com enfoque na transição à agroecologia podem trazer ao corrente debate acerca das estratégias e novos paradigmas do desenvolvimento rural num contexto de disputa entre o atual modelo hegemônico do agronegócio e a agricultura de base familiar. Partindo deste pressuposto, foi realizado um estudo de caso sobre os avanços e dificuldades que o “Programa de Formação de Tutores em Agroecologia” teve ao decurso de seu desenvolvimento em assentamentos rurais ligados ao MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em especial no Assentamento Santa Maria. Através da aplicação de questionários, foi constatado que a maioria das famílias atendidas pelo Programa apresentava um elevado grau de dependência externa a insumos produtivos. A partir desta realidade, o Programa aplicou uma série de atividades pedagógicas que buscou reconstruir os saberes locais visando um (co) desenvolvimento ambiental, social e econômico. Alguns resultados indicam que, mesmo dominando algumas práticas agroecológicas, ainda persistem conflitos com o modelo de produção calcado nos princípios da Revolução Verde. Conclui-se, desta forma, que a extensão rural em áreas de reforma agrária, mais que trazer elementos de práticas agroecológicas, deve promover um amplo processo de transição à agroecologia que busque diminuir a influência do paradigma da revolução verde, contribuindo assim para a construção de um modelo de desenvolvimento rural de base agroecológica.

**PALAVRAS-CHAVE: AGROECOLOGIA; EXTENSÃO RURAL; PRODUÇÃO DO ESPAÇO.**

---

<sup>1</sup> Aluno de mestrado do Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende discutir as contribuições e perspectivas da extensão rural de base agroecológica na produção do espaço no Assentamento Santa Maria, localizado no município de São Sebastião do Passé, Região Metropolitana de Salvador, Bahia. A consolidação do modelo de produção rural calcado nos princípios do agronegócio teve como precedente histórico a introdução de uma série de técnicas e tecnologias de produção que ficou conhecido como o “pacote tecnológico” da “Revolução Verde”. No Brasil, a Revolução Verde teve como um dos pilares centrais a estruturação de uma extensão rural voltada para a difusão deste “pacote”, que se deu através de um largo processo educativo que viabilizou a introdução destas técnicas no campo brasileiro. As expensas de um discurso que preconizava a fixação do homem no campo, esse período de “modernização” da agricultura brasileira terminou por trazer importantes reflexos tanto à questão agrária como à questão agrícola no Brasil. Por conta de seu alto custo produtivo, o modelo do agronegócio trouxe inúmeras dificuldades para os pequenos produtores, levando muitas famílias a perderem suas terras.

O surgimento dos Movimentos Sociais de luta pela terra abriu uma nova possibilidade de territorialização destas famílias, em grande medida atingidas pela consolidação do modelo produtivo do agronegócio. Assim, os Assentamentos de Reforma Agrária organizados por estes Movimentos Sociais surgem como uma possibilidade de produção agrícola e de reprodução social diferenciado na medida em que propõem uma produção agrícola calcada na produção de alimentos saudáveis que visem ampliar a segurança e soberania alimentar das famílias assentadas e da população de maneira geral. Porém, ainda é possível observar, mesmo dentro de Assentamentos de Reforma Agrária, a persistência da utilização de técnicas e métodos de produção características da “Revolução Verde”.

Compreendendo esta contradição, o “Programa de Formação de Tutores em Agroecologia” buscou contribuir com a transição à agroecologia em três Assentamentos de Reforma Agrária localizados na Região Metropolitana de Salvador. Experimentando uma prática de extensão rural que coloca a família agricultora no papel de protagonista de seu próprio desenvolvimento, o Programa de Formação buscou resgatar os conhecimentos tradicionais presentes nas comunidades tendo por objetivo diminuir a dependência de insumos externos das famílias envolvidas. No presente artigo,

tentaremos nos aproximar dos desafios e potencialidades que o decurso do desenvolvimento do Programa de Formação teve em um destes Assentamentos, o Assentamento Santa Maria.

O objetivo geral do trabalho é compreender em que medida a extensão rural de base agroecológica pode contribuir com a organização do espaço em assentamentos de reforma agrária. Os objetivos específicos são: i) compreender o significado da “Revolução Verde”; ii) perceber a intencionalidade da extensão rural na difusão das tecnologias associadas à “Revolução Verde” e seus reflexos no campo brasileiro e iii) discutir a contribuição da agroecologia e da extensão agroecológica para a promoção de um desenvolvimento rural de base sustentável no Assentamento Santa Maria.

### **DESENVOLVIMENTO**

A introdução da “Revolução Verde” no Brasil trouxe importantes reflexos ao espaço agrário no país, tanto no que tange à estrutura fundiária como à produtividade no campo brasileiro. O conjunto de transformações tecnológicas da agricultura vivida no Brasil com a difusão das técnicas associadas à “Revolução Verde” terminou por trazer importantes transformações tanto à questão agrária no país, na medida em que promoveu a concentração de terras para o plantio de monocultivos em larga escala, quanto à questão agrícola, posto que a introdução destas novas tecnologias transformou o campo brasileiro no maior mercado consumidor de venenos agrotóxicos do mundo desde o ano de 2008 (LONDRES, 2011).

Tendo se massificado após o fim da segunda guerra mundial, estas transformações de ordem tecnológica que caracterizam a “Revolução Verde” tiveram início no século XIX com os resultados dos trabalhos do químico Justus Von Liebig e Gregor Mendel. Buscando contribuir para o melhoramento genético e produtivo de espécies alimentares, estes cientistas incorporaram elementos da ciência aplicada (química, mecânica e genética, sobretudo) à produção agrícola, tendo assim contribuído para o desenvolvimento de variedades melhoradas produzidas em laboratório bem como com a produção de adubos químicos em larga escala (PEREIRA, 2012).

Para Caporal (2004), esse processo de cientifização da agricultura significou uma ruptura de paradigma, visto que fazia diminuir cada vez mais a interferência ecossistêmica na determinação da prática com a terra e com as plantas e fazia crescer as possibilidades de homogeneização do processo produtivo aplicado à agricultura.

Desta forma, inicia-se o rompimento do processo histórico de acúmulo de técnicas e conhecimentos tradicionais armazenados pela humanidade ao largo de sua relação com a natureza.

A síntese tecnológica destas modificações foi o desenvolvimento das Variedades de Alto Rendimento (VAR's), culminância dos estudos iniciados no século XIX. Estas variedades, controladas por empresas do setor de biotecnologia, apresentavam também aumento de produtividade quando associada à adubação química, formando o que ficou conhecido como o "pacote tecnológico da Revolução Verde". Para Goodman et al (2008):

“Todos os setores agroindustriais, o de maquinário agrícola, o químico e o de processamento, foram forçados a adaptar suas estratégias de crescimento a fim de incorporar as oportunidades revolucionárias criadas pelas sementes híbridas e pela nova genética das plantas. Embora seja possível identificar trajetórias separadas, a tendência dominante tem sido a convergência das inovações mecânicas, químicas e genéticas para formar um "pacote" tecnológico complementar e de integração crescente, que incorpora tanto o processo de trabalho quanto o processo natural de produção” (GOODMAN et al, 2008, p.34).

Formadas as bases técnicas deste novo modelo de produção agrícola calcado na utilização de produtos químicos e espécies melhoradas em laboratório, o mundo pós-segunda guerra mundial abriu a oportunidade de massificar o pacote tecnológico da “Revolução Verde”.

Partindo do pressuposto de que imperava um modelo de produção “atrasado” no campo, sobretudo nos países de terceiro mundo, este setor defendia que era necessário caminhar rumo à “modernização” da agricultura pela via da adoção destas novas tecnologias de produção. Sob o discurso do aumento da produtividade para equacionar o problema da fome no mundo, as empresas multinacionais que dominavam o setor passaram a organizar a difusão de seus produtos em escala global.

Neste tocante, Fonseca (1985) destaca a “Missão Rockefeller no Brasil” como um marco central do processo de expansão das multinacionais da agricultura para os países de terceiro mundo. A autora sustenta que os acordos firmados durante a visita de Rockefeller ao Brasil serviram “de base à criação e à organização dos Serviços de Extensão implantados nas regiões consideradas subdesenvolvidas, a partir da Segunda Guerra Mundial” (FONSECA, 1985, p. 41).

A criação de órgãos de assistência técnica oriundas desta política de extensão financiadas por empresas do setor agrícola consolidaram no país um método de extensão rural chamada de “modelo clássico”. Para Bechara (1954), este “modelo

clássico” de extensão rural partia da premissa de que havia um conhecimento acumulado pelo desenvolvimento da ciência aplicada à agricultura, cujas fontes de origem eram as estações experimentais. Assim, caberia aos técnicos destas estações o papel de estender este conhecimento ao povo do campo, encaminhando-os à modernidade e ampliando, assim, a produção agrícola. Foi esta concepção de extensão que se consolidou nos países subdesenvolvidos, em especial na América Latina.

Sobre isso, Fonseca (1985), nos diz que:

“Nestas regiões entre as quais incluía-se a América Latina, a ação extensionista foi proposta pelos governos locais, em convênio com as agências americanas de Extensão Rural. Foi característico desta primeira fase um exagerado entusiasmo fundado na idéia de que era preciso informar e persuadir os agricultores a adotarem melhores práticas agrícolas para se conseguir um aumento significativo na produção de fibras e alimentos. E as pessoas que sabem o que é melhor para os agricultores são os extensionistas e técnicos” (FONSECA, 1985, p. 41).

Este método de extensão rural baseava-se em uma política difusionista de tecnologias que privilegiava a grande produção capitalista na agricultura, em detrimento da agricultura familiar (CAPORAL, 1991).

A introdução do pacote tecnológico da “Revolução Verde” (a maquinaria industrial, a utilização de sementes modificadas e a intensa utilização de agroquímicos), afastou o agricultor familiar de seus conhecimentos tradicionais, aumentando assim sua dependência a este modelo de produção. Paulo Freire (1977), fazendo um estudo crítico sobre o papel que a extensão rural teve sobre os povos tradicionais da América do Sul, demonstra o efeito perverso que a propaganda teve sobre o conhecimento tradicional.

Para o educador:

“A propaganda, os slogans, os “depósitos”, os mitos, são instrumentos usados pelo invasor para lograr seus objetivos: persuadir os invadidos de que devem ser objetos de sua ação, de que devem ser presas dóceis de sua conquista. Daí que seja necessário ao invasor descaracterizar a cultura invadida, romper seu perfil, enchê-la inclusive de subprodutos da cultura invasora” (FREIRE, 1977p.42).

Suscetíveis às oscilações de mercado e sem capacidade financeira para suportar as constantes crises do setor e concorrer com as grandes empresas do agronegócio, muitas famílias que antes cultivavam alimentos essenciais para a segurança alimentar foram deslocadas de suas terras (ALTIERI, 2012). De acordo com Pereira (2012), os reflexos trazidos por este processo:

“[...] resultaram em exodo rural, dependencia da agricultura em relação à industria e às cooporações, dependencia do agricultor da ciencia e da industria, desterritorialização dos camponeses, invasão cultural e contaminação do ser humano e do ambiente como um todo. A Revolução Verde serviu para marginalizar grande parte da população rural” (PEREIRA, 2012, p. 686 ).

Tecendo críticas ao modelo produtivo baseado nos princípios da Revolução Verde, Moreira (2000) aponta três esferas de análise crítica para compreender as contradições trazidas pela mesma, a saber: i) a crítica da técnica, que leva em conta os problemas ambientais que a intensiva utilização de produtos agroquímicos trouxe ao ser humano e ao meio ambiente; ii) a crítica social baseada na exclusão da parcela camponesa do país, diretamente afetada pela penetração do capitalismo na agricultura através da Revolução Verde e; iii) a crítica econômica advinda das constantes crises do setor, ocasionadas pelos altos custos produtivos do pacote tecnológico (MOREIRA, 2000).

Compreendemos que a forma como se operou a modernização da agricultura brasileira desprivilegiou a participação dos camponeses na organização dos territórios de produção agrícola. Ao contrário, a introdução destas tecnologias de cultivo levou a uma desestruturação do espaço de produção camponês no Brasil.

Discutindo o papel da introdução da tecnologia na organização do espaço, Santos (2012), afirma que:

“O efeito desestruturador da tecnologia é tanto mais brutal quanto menos implicado estiver o país em relação às inovações técnicas precedentes. Tais efeitos são sociais, econômicos, políticos, culturais, morais e, igualmente, espaciais, geográficos, levando a uma reorganização do território, mediante uma redistribuição de papeis que inclui novos *roles*, estranhos até então à sociedade territorial” (SANTOS, 2012, p. 250).

Desta maneira, o saber camponês tradicional – e mesmo seu território de produção - foi sendo substituído pela cultura do agronegócio. Daí compreender a sistemática diminuição de áreas plantadas com culturas agrícolas características do campesinato brasileiro em detrimento da ampliação da área cultivada por monoculturas de commodities voltadas para a exportação, reguladas pelas empresas transnacionais que dominam o setor a nível global.

Essa homogeneização da produção agrícola obedece aos interesses do setor agrário do capital internacional, que, atuando sobre o território “trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio benefício” (SANTOS, 2012, p. 259).

Contrariando um discurso que prometia acabar com a fome e melhorar a alimentação no país, a “Revolução Verde” e posteriormente a hegemonização do modelo de desenvolvimento rural do agronegócio gerou a estagnação e até mesmo a diminuição da área plantada de alimentos que compõem a cesta básica da família brasileira. Os casos da mandioca, do feijão e do arroz, a exemplo, ilustram bem este problema. Ao mesmo passo, cresce a cada safra a área de plantio de commodities agrícolas destinadas à exportação (BRASIL, 2012). Mesmo se consolidando como um “país agrícola”, o número de famílias em insegurança alimentar e nutricional recua a lentos passos, sobretudo em regiões como o norte e o nordeste do Brasil (BRASIL, 2011).

Agravando este quadro, o paradigma produtivo do agronegócio alçou o Brasil à incômoda posição de maior consumidor de agrotóxicos do mundo desde o ano de 2008, trazendo sérios riscos ao meio ambiente e à saúde humana (BRASIL, 2010; LONDRES, 2011; ABRASCO, 2012). Hoje, a crise inflacionária percebida no setor de alimentos, em grande medida ocasionada por uma baixa capacidade de resiliência dos sistemas produtivos, comprova a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento rural baseado nos princípios do agronegócio.

Assim, torna-se premente a construção de uma alternativa ao desenvolvimento rural no país que coloque no centro de sua preocupação o interesse do conjunto da sociedade nacional e que redefina o caráter da produção agrícola do país. Esse processo deve ser conduzido privilegiando, sobretudo, os atores principais envolvidos neste processo, buscando um processo de construção que seja horizontal, dialógico.

Para Santos (2012):

“Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base territorial, encontrar um caminho que se anteponha à globalização perversa e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização” (SANTOS, 2012, p. 259).

Buscando a construção de um desenvolvimento rural de base sustentável para o campo, a agroecologia surge como uma opção de “horizontalidade” para o espaço agrário do país. Compreendida aqui como um enfoque metodológico voltado para o planejamento do espaço de produção agrícola e de reprodução social, a agroecologia apresenta uma série de ferramentas interessantes à consolidação de uma nova forma de organização socioespacial no campo.

Defendendo que a “[...] Agroecologia vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e de aportes externos de energia” (ALTIERI, 2012, p. 105), o autor aponta que a adoção

destas estratégias de desenvolvimento baseadas nos princípios da agroecologia devem se dar através de “[...] metodologias que valorizem a participação dos agricultores, o conhecimento tradicional e a adaptação das atividades agrícolas às necessidades locais e às condições socioeconômicas e biofísicas” (ALTIERI, 2012, p. 115).

Partindo da crítica ao “modismo” com que a agroecologia vem sendo aplicada para resolver apenas os problemas de ordem técnicas-agronômicas geradas pelo atual modelo, Sevilla-Guzmán (2001), aponta uma “adulteração” da agroecologia, a que o autor denomina de “agroecologia fraca” e que “[...] não se diferencia demais da agronomia convencional e não prevê nada, além de uma ruptura parcial das visões tradicionais” (SEVILLA-GUZMÁN, 2001, p. 104).

Para Sevilla-Guzmán, a agroecologia deve ir “além do nível de produção”, propondo então a:

“[...] utilização de experiências produtivas em agricultura ecológica na elaboração de propostas para ações sociais coletivas que demonstrem a lógica predatória do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, permitindo sua substituição por outro que aponte para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada” (SEVILLA-GUZMÁN, 2001, p. 104).

A forma – ou o método – em que deve se operar essa “substituição” do atual modelo hegemônico de desenvolvimento rural ocupa lugar central nas formulações de importantes referências da agroecologia. Sabemos que a extensão rural orientada pelos princípios da Revolução Verde contribuiu para a alienação do agricultor familiar frente à autonomia e controle de sua produção, tornando-o altamente dependente de insumos externos para seu processo produtivo.

Trazendo estes elementos à análise, Caporal et al (2004) tecem uma profunda crítica ao modelo de extensão que se baseou na transferência de tecnologias que deveriam ser aplicadas às comunidades denominadas como “atrasadas” por seus formuladores. Traz assim ao debate o método produtivista deste modelo de extensão que, mais preocupado no cumprimento de metas, pouca vazão dava à ampliação das capacidades “pluridimensionais”, fundamentais para a consolidação de uma teoria de desenvolvimento rural que respeite as características locais em seu amplo conceito, desde a sustentabilidade ambiental até a segurança alimentar (CAPORAL et al, 2004).

Para Caporal et al (2004), a Agroecologia deve ser “[...] entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e



de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis” (CAPORAL et al, p.11.).

Este conjunto de metodologias e ações coletivas com vistas à superação do atual modelo produtivo para a agricultura é compreendido como um processo de transição agroecológica, e deve considerar a dimensão complexa e multidisciplinar que a Agroecologia deve encarar no desafio de construir um novo modelo de desenvolvimento rural (GLIESMAN, 2001). Compreende-se assim que a transição agroecológica deve ser a ferramenta metodológica responsável pela materialização territorial dos princípios da agroecologia através da criação de “agroecossistemas” (ALTIERI, 2012).

Dentro deste referencial teórico que se localiza o “Programa de formação de tutores em Agroecologia: metodologias participativas na formação de cadeias produtivas em Áreas de Reforma Agrária na Região Metropolitana de Salvador”. O Programa de Formação surge como fruto de um processo de intervenção na realidade de Assentamentos Rurais localizados nos municípios de Mata de São João e São Sebastião do Passé (Região Metropolitana de Salvador, Bahia, Brasil), onde o Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA), vem desenvolvendo atividades nas áreas de saúde, educação e produção agroecológica já fazem cerca de 05 anos. Desta maneira, representa uma tentativa de dialogar com os problemas concretos percebidos em uma realidade que demonstra muitos desafios a serem superados.

## **METODOLOGIA**

A partir deste referencial teórico, o Programa de Formação de Tutores em Agroecologia buscou contribuir com a aproximação dos conceitos e práticas da agroecologia em três assentamentos rurais do recôncavo baiano, sendo eles os Assentamentos Santa Maria, Recanto da Paz e Nova Panema. Como ponto de partida, foi iniciado um processo de transição agroecológica nestes assentamentos, compreendendo que este se trata:

“[...] de um conceito que atua simultaneamente como uma referência de análise, capaz de gerar questões e hipóteses de pesquisa, e como uma ferramenta na tomada de decisões em processos concretos de intervenção” (SCHMITT, 2009, p.177).

Ao fazer esta opção de atuação sobre a realidade em que a transição agroecológica surge não como um receituário pré-estabelecido, mas sim como um processo de “[...] construção social (ou ecossocial) que emerge através das interações que se estabelecem

entre atores, recursos, atividades e lugares nos processos de desenvolvimento rural (SCHMITT, 2012, p.178)”, foi escolhida a metodologia da pesquisa-ação como orientadora deste processo de intervenção e interpretação da realidade. . Discorrendo acerca do método científico para a realização de uma pesquisa que se quer alinhada à possibilidade de superação dos problemas encontrados na realidade através da proposição de uma ação superadora, Guedes Pinto (1989), afirma que:

[...] o todo, assim como cada uma das partes que constituem a sequência lógica da pesquisa-ação, deve ser entendido como um processo dialético, que busca superar-se progressivamente, num permanente aproximar-se e afastar-se da realidade, do abstrato para o concreto (GUEDES PINTO, 1989,p 2.).

Seguindo as indicações trazidas por Guedes Pinto (1989) acerca dos momentos metodológicos a que uma pesquisa-ação deve se orientar, o primeiro momento tratou-se de uma etapa “investigativa”, como propõe o autor. Para tanto, um questionário socioprodutivo foi elaborado e aplicado pela equipe executora do projeto, composta multidisciplinarmente com estudantes de graduação da Universidade Federal da Bahia. Em pesquisa realizada em 2012 com as famílias participantes do Programa em estudo demonstraram que mais de 72% das famílias não controlam as sementes necessárias à produção. Em grande medida, estas sementes são doadas pela prefeitura local através de sua secretaria de agricultura, numa ação de caráter unicamente assistencialista. Esse processo tolhe a autonomia destas famílias, ajudando a repetir ciclos de dependência que são reproduzidos há séculos na história nordestina, como corrobora Sabourin (2011).

Mesmo para aquelas famílias que afirmaram utilizar adubação orgânica no seu processo produtivo, a forma prioritária de acesso a este tipo de insumo se deu por doação da prefeitura local, alcançando aproximadamente 59,1% das famílias. Quando somamos este percentual com o percentual das famílias que afirmaram usar adubação química na produção, cerca de 11,4%, chega-se a um percentual de 70,5% que dependem de insumos vindos de fora da propriedade.

Acerca da utilização de defensivos agrícolas, 40,9% afirmaram utilizar produtos químicos para o controle de enfermidades na produção. Em grande medida, estes defensivos são utilizados para o controle de formiga e possuem como base de sua formulação a sulfaramida, princípio de alta persistência biológica e considerado de alta toxicidade. É bastante comum sua utilização mesmo perto das casas.

Em relação à segurança alimentar e nutricional 62,8% das famílias não conseguem produzir ao menos 25% da alimentação consumida na unidade familiar. O que é ainda mais grave percebe-se que 87% das famílias entrevistadas estão em situação de insegurança alimentar grave.

Desta maneira, colocou-se como central a contradição percebida nas práticas agrícolas ainda usadas dentro dos assentamentos. De maneira geral, foi constada a persistência de métodos e técnicas da “Revolução Verde” mesmo em áreas de assentamentos rurais organizadas por Movimentos Sociais de luta pela terra. Em grande medida, o Programa, através da aplicação de oficinas, compreendeu que residia justamente nesse ponto alguns entraves percebidos na produção de alimentos dentro dos assentamentos. Buscando assim contribuir para a alteração deste preocupante quadro observado na realidade das famílias envolvidas no processo de transição agroecológica, o Programa buscou aplicar uma série de cursos que tinham como objetivo central resgatar as práticas agroecológicas existentes nos próprios Assentamentos e os conhecimentos ainda guardados pelas famílias.

Perguntadas se conheciam algum método de produção de adubos, 76% das famílias afirmaram conhecer mais de um método. Sobre a produção de sementes, 35,6% demonstraram também dominar alguma técnica. Sobre a produção de defensivos agrícolas, 40,9% conhecia uma ou mais receitas de defensivos naturais. Percebemos então que havia um enorme potencial para o desenvolvimento de práticas sustentáveis para a agricultura nestes assentamentos, porém, este conhecimento era tido pelas próprias pessoas entrevistadas como “coisa sem futuro”, no jargão utilizado na região.

Tendo como referência metodológica o Método Camponês a Camponês, foram organizados três cursos de agroecologia ao longo do ano de 2012 que tinham como principal objetivo desenvolver a capacidade coletiva de propor ações de superação aos problemas enfrentados na produção dos assentamentos. Cada curso teve uma temática específica, sendo elas: i) manejo agroecológico de solo; ii) produção de hortaliças agroecológicas e; iii) produção de defensivos naturais.

O Método Camponês a Camponês nasce justamente da crítica ao modelo clássico de extensão, propondo um método onde o conhecimento tradicional fosse o principal caminho para a superação dos problemas de ordem técnica encontradas na produção local. Desta maneira, atinge o cerne do pragmatismo da “Revolução Verde” ao propor a solução local para os problemas ao invés da importação de receitas comuns a qualquer situação (SOSA, 2011).

Assim, cada curso foi realizado em um assentamento diferente, buscando integrar ao máximo as famílias envolvidas no processo de transição e oportunizando às mesmas a aplicação dos conhecimentos adquiridos no contato com suas próprias práticas. Coube à equipe de extensionistas do projeto realizar o levantamento destas práticas junto aos agricultores e agricultoras, e num processo dialógico, organizar as etapas de aplicação dos conhecimentos a serem abordados em cada um destes intercâmbios.

Mesmo tendo enfrentado uma série de limites de ordem burocrática, pudemos perceber que o processo de transição à agroecologia que estes assentamentos estão enfrentando já trazem alguns ensinamentos importantes para nosso processo de pesquisa/construção enquanto extensionistas/estudantes.

Um dos resultados que mais nos chamou a atenção foram as propostas coletadas durante as oficinas sobre as possibilidades de gestão do território de produção do Assentamento Santa Maria, proposta pelas famílias deste assentamento. Aqui, importante ressaltar o caráter horizontal com que os conceitos foram trabalhados com estas famílias, compartilhando a compreensão de que a agroecologia, como afirma Costa Neto (2011), não deve apenas se restringir:

“[...]a um receituário de aplicação de técnicas alternativas na agricultura, mas vai além no sentido de definir-se sócio-cultural e politicamente em direção a uma determinada opção de desenvolvimento rural” (COSTA NETO, 2011, p. 71).

Localizado no município de São Sebastião do Passé, Região Metropolitana de Salvador, possuindo 620 hectares e sendo ocupado por 40 famílias, o Assentamento Santa Maria ainda não teve sua divisão em lotes individuais organizada pelo INCRA, o que coloca um sério obstáculo à produção no assentamento, como afirmam as famílias assentadas. Esta dificuldade se deve à insegurança que as famílias possuem ao trabalhar um pedaço de terra que não saberão se continuará seu após a divisão realizada pelo INCRA, que se dá através do sorteio entre as famílias assentadas.

Desta maneira, diversos problemas foram gerados no assentamento por conta deste atraso na divisão dos lotes. Sem dúvidas, o maior dele se dá na produção familiar, comprometida sobremaneira com esta situação. Dos três assentamentos atendidos pelo programa, somente o Assentamento Santa Maria não possui os lotes de produção individual, ao mesmo passo em que é o assentamento que apresenta os maiores índices de problemas relacionados à insegurança alimentar.

Esta situação, ao mesmo passo em que colocava um problema abriu também uma nova possibilidade de intervenção para o Programa de Formação: animar a produção coletiva

do assentamento. Ao iniciar a atuação no Assentamento Santa Maria no ano de 2009, as diversas oficinas aplicadas pelo NEPPA haviam constatado a existência de uma série de problemas inter-relacionais entre as famílias. À época, diversas destas famílias colocavam a inviabilidade de iniciar um trabalho de produção coletiva, posto que os problemas anteriores vividos pela comunidade haviam gerado um nível de desgaste que era “melhor deixar quieto”, como afirmava Seu Francisco, liderança do assentamento, em oficina realizada em fevereiro de 2010, durante a realização do Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção, organizado pelo NEPPA juntos aos assentamentos em que trabalha.

Aplicando uma série de atividades pedagógicas que tinham como método a utilização da educação popular, pouco a pouco estas problemáticas foram sendo debatidas de maneira coletiva entre as famílias e os estudantes/extensionistas do NEPPA. As primeiras propostas de trabalho coletivo foram aceitas ainda por um número pequeno de famílias, mas mostraram o embrião de um processo que foi crescendo à medida que as pequenas experiências mostraram sucesso.

A primeira destas iniciativas foi a construção de uma pequena horta coletiva em uma área de produção coletiva do assentamento que antes era utilizada de maneira particular. Iniciada em Abril de 2011 como resultado de uma oficina pedagógica, esta primeira horta possuía 50 m<sup>2</sup> e era trabalhada apenas por três famílias assentadas. O passo seguinte se deu ampliando o debate dos resultados com a comunidade, problematizando os resultados e, sobretudo, as possibilidades abertas com a produção agroecológica iniciada no assentamento. Assim, seguiram-se oficinas de educação popular que colocaram para a comunidade a possibilidade de ela mesma desenhar o caminho do desenvolvimento rural do assentamento. Surgiu então a proposta coletiva de ampliar a produção da horta, a que as famílias denominaram de projeto “Sempre Verde”.

Seguindo os encaminhamentos, foram agendados trabalhos coletivos onde cada família/pessoa ficou com uma tarefa específica (conseguir as mudas, conseguir o adubo, chamar mais famílias, conseguir estacas), e assim a horta passou a ocupar uma área de um hectare dentro da área de produção coletiva do assentamento, área essa que antes era usada de maneira particular para pastagem dos animais de um dos assentados. Esta área foi roçada e capinada de maneira coletiva pelas famílias, que iniciaram então uma nova etapa de produção no Assentamento Santa Maria, onde esta área tem produzido alimentos que são comercializados através de atravessadores locais e também

comercializados diretamente pelas famílias em feira agroecológica realizada na Universidade Federal da Bahia.

Desta maneira, compreendemos que a aplicação de conceitos e técnicas de agroecologia, feitos à partir de uma lógica construtivista baseada nos conceitos da educação popular, pode contribuir com uma organização espacial feita de maneira horizontal, possibilitando a participação direta dos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento rural.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ed. São Paulo: Epressão Popular, Rio de Janeiro: As-PTA, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA - ABRASCO. **Dossiê Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde**. Parte 1. Rio de Janeiro, ABRASCO, 2012.

BECHARA, M. **Extensão agrícola**. São Paulo: Secretaria da Agricultura/Departamento de produção vegetal, 1954.

BRASIL. CAISAN – Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012-2015**. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

BRASIL. INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Implantação de Projetos: área incorporada de reforma agrária**. Brasília - DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Relatório de Atividades de 2010 PARA- Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos**. Brasília, DF: ANVISA, 2010.

CAPORAL, F.R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, 1991. 134fls. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991. p.34.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

COSTA NETO, C. Relações entre o agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-71.

FONSECA, M.T.L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.p.42.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GOODMAN, D. SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias agricultura e indústria no sistema internacional.** Biblioteca Virtual de Ciências Humanas. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008 Disponível em: < www.bvce.org>. Acesso em:< 01 de fevereiro de 2013.

GUEDES PINTO, João Bosco. **Pesquisa-ação: detalhamento de sua sequência metodológica.** Recife: s.e.,1989.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida.** Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a projetos em Agricultura Alternativa, 2011. 190p.

MOREIRA, R.J. **Críticas ambientalistas a revolução verde.** Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro. n.15, 2000: 39-52.

PEREIRA, M.C.B. Revolução Verde. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P. et al. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular/ EPS Joaquim Venâncio/ MS-FIOCRUZ, 2012. P. 685-689.

SABOURIN, E. **Paternalismo e clientelismo como efeitos da conjunção entre a opressão paternalista e a exploração capitalista.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1, 2011: 5-29.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4.ed. 7.reimp. São Paulo: USP, 2012. p. 259.

SCHMITT, C. J. Transição Agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 177-203.

SEVILLA-GUZMÁN, E. **As bases sociológicas da agricultura.** In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 1, julho, 2001, Botucatu. Anais em CD, v.1, 2001.

SOSA, B. M. et al. **Revolução Agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba.** [S. l. : s. n.], 2011. 143p.

**GT 06 - Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de  
contraposição ao produtivismo.**

**FORMAS DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA EM UM CONFLITO  
ECOLÓGICO NA AMAZÔNIA ORIENTAL**

**FABIANO DOS SANTOS RODRIGUES<sup>1</sup>**

**Resumo:**

Este trabalho analisa como atores sociais constroem e mobilizam instrumentos e estratégias de dominação e resistência em um conflito ecológico. O mesmo se manifesta e evidencia no Projeto de Assentamento Califórnia, localizado em Açailândia no estado Maranhão, entre a população que ali vive e empresas que tem implantado em áreas próximas grandes plantações de eucalipto. Empresas têm garantido sua dominação sob a legitimação do desenvolvimento sustentável e a população do referido assentamento tem construído formas de resistência para garantir condições e meios básicos de vida.

**Palavras chave:** Conflito Ecológico; Eucaliptocultura; Assentamento Califórnia.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pela UFCG/ Servidor do quadro permanente do IFPA/ IFPA/  
rodriguesaps@yahoo.com.br.



## 1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Este trabalho é parte do que construímos na elaboração de nossa dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). A proposta deste consiste em analisar e refletir como ao longo de uma determinada época estratégias e instrumentos de dominação e resistências como discursos, argumentações e ações diante de um conflito ecológico têm sido construídos, modificados e mobilizados a fim de legitimar interesses de atores sociais distintos envolvidos no mesmo. Sejam interesses para o exercício de uma dominação, sejam para como formas de resistência. O caso que será tratado aqui se evidencia no Projeto de Assentamento Califórnia no município de Açailândia no estado do Maranhão, entre a população que ali vive e empresas que tem implantado nas áreas das circunvizinhanças deste assentamento grandes áreas com plantações de eucalipto.

De modo geral e em grande medida o conflito que se evidencia no Projeto de Assentamento Califórnia resulta de transformações advindas com a emergência e intensificação de dois grandes processos aos quais tem ocorrido, nas últimas décadas num contexto mais ampliado. O primeiro destes processos é o esverdeamento do mundo com a emergência da crise ecológica internacional que emerge no pós-segunda guerra e o segundo processo é o de modernização econômica ao qual passou, a partir da segunda metade do século XX, a explorar grandes quantidades de recursos naturais na Amazônia Brasileira, região esta em que se localiza no seu lado mais a leste ou oriental o projeto de assentamento ao qual dedicaremos parte de nossas atenções neste trabalho.

Transcorrida poucas décadas de significativa atividade de setores industriais que se estabeleceram na Amazônia Oriental em meio a estes processos dos últimos decênios, algumas já esbarram na escassez de alguns recursos naturais para as suas atividades produtivas, como é o caso de indústrias siderúrgicas, que atualmente tem buscado alternativas para a produção de carvão vegetal, que é um insumo energético fundamental na produção do seu produto final que é o ferro-gusa<sup>2</sup>. Entretanto, este setor industrial de uma maneira geral se utilizou durante muito tempo de recursos de origem nativa e sem preocupação ecológica alguma para com a produção do carvão vegetal (ASSIS; CARNEIRO, 2011). Dentre as

---

<sup>2</sup> A Siderurgia é um ramo da metalurgia que trabalha exclusivamente com o tratamento do ferro para produção de aço. Nas indústrias siderúrgicas da Amazônia Oriental a produção é predominantemente de Ferro-Gusa que é um subproduto para produção de aço que é obtido através da redução direta do Minério de Ferro que introduzido em um Alto-Forno passa por diversas transformações químicas e metalúrgicas até chegar ao estado líquido. Para o aquecimento destes Altos Fornos o carvão vegetal é o principal insumo energético e um dos principais insumos da produção de Ferro-Gusa como um todo (MONTEIRO, 1998).

alternativas buscadas e implantadas está o reflorestamento com eucalipto ou simplesmente a implantação da eucaliptocultura que tem se expandido em larga escala na região da Amazônia Oriental nos últimos tempos. Além das indústrias siderúrgicas, mais recentemente outro setor industrial está se implantando na região que é a produção de celulose que também tem na eucaliptocultura, seu principal insumo de produção.

Ao que parece mudanças advindas no processo de implantação e expansão da eucaliptocultura na Amazônia Oriental, não se operam apenas num plano mais estrito da produção material, mas também concomitantemente parece está havendo uma produção de estratégias e instrumentos, como ideias, discursos, ações a fim de dialogar com interesses e perspectivas de outros atores sociais presentes na região que tem convivido com problemas e que mesmo de forma às vezes não tão incisiva e organizada, tem empreendido formas de resistência a este processo de expansão deste tipo de cultura na região. Neste contexto pode está havendo ou já até esteja estabelecido algo muito semelhante ao que Alier (2012) demonstra e conceitua em grande medida como um conflito ecológico distributivo. Com isso este processo conflituoso necessita de novos instrumentos e estratégias mais aprimoradas e legitimadas que permita estas empresas manterem certo domínio perante as resistências e contestações que enfrentam. Sendo que, em virtude da grande difusão das preocupações ecológicas no mundo, esses instrumentos e estratégias aparentam estarem referenciados com preocupações e condutas, se não diretamente denominadas, mas muito diretamente relacionadas ao ecologismo e ao ecológico.

Contudo, pressupomos que estas mudanças se operam não no sentido de modificar profundamente as relações de poder entre atores sociais e nem tem diminuído problemas em especial os ecológicos, mas refinar, qualificar e adaptar a atuação destes atores sociais perante os conflitos e as novas mudanças que vem ocorrendo, em especial as que passaram a serem exigidas em virtude da difusão de preocupações advindas da crise ecológica internacional. Outra pressuposição inerente a isto é de que a dominação deste processo é exercida por atores sociais que em tese detém grande capital econômico, ou seja, as empresas e operacionalizada essa dominação não prioritariamente por meios de coerção mais rígidos, mas por meio de consensos sociais. Já os atores sociais que resistem são aqueles que não dispõem em excesso deste tipo de capital em especial atores sociais como indígenas, camponeses, dentre outros que tem nos recursos naturais uma base material básica de sobrevivência.

Para tentar demonstrar faces disto há evidências de que se processa, de maneira mais reduzida, porém não menos demonstrativa, a partir de embates e conflitos entre a população do Projeto de Assentamento Califórnia e empresas que já controlaram e controlam áreas com

imensas plantações de eucalipto que rodeiam em todos os sentidos deste projeto de assentamento no município de Açailândia no estado do Maranhão. Porém pressupomos que estes conflitos e embates resultam de longos processos, conforme colocamos acima, em que historicamente tornaram estes atores sociais muito diferentes em virtude das contradições inerentes a todos estes amplos e reduzidos processos, conseqüentemente os colocando em situações e relações de acentuadas assimetrias de poder.

A evidência mais forte deste processo de conflito entre as empresas eucaliptocultoras e a população do Projeto de Assentamento Califórnia pode ser relacionada a ocupação de uma carvoaria, que a época (2008) pertencia então a empresa Vale e atualmente pertencem a Suzano Papel e Celulose, em que parte da população do projeto assentamento, ocupou esta como forma de chamar a atenção tanto para os problemas, como a fumaça que naquela época tanto prejudicava a saúde de muitas pessoas que ali viviam e vivem, quanto para a concentração de grandes áreas de terra por empresas eucaliptocultoras e pelo uso dessas terras com fins estritamente econômicos. Não só a ocupação em si, mas os desdobramentos que isso ocasionou, conforme podemos perceber em pesquisas, com isso tais situações expuseram o conflito que às vezes não se manifesta cotidianamente de forma tão nítida, mas que em momentos de efervescência, como o colocado acima, se expõem com mais sinceridade e clareza, manifestando assim mais claramente ideias, visões de mundo e os interesses de cada ator social envolvido no mesmo.

Acreditamos serem estes o ponto de partida para tentarmos entender o referido mais ainda o referido conflito ecológico. Diante disto apresentamos a seguir nossa questão básica deste trabalho: Como atores sociais distintos, envolvidos em um conflito ecológico distributivo, a partir de exigências e necessidades de determinados períodos e contextos históricos têm mobilizado estratégias e instrumentos de dominação e resistência?

De forma genérica e pelo o que pode nos evidenciar, a partir de apontamentos preliminares, a busca por legitimidade de atores sociais ligados ao campo econômico tem sido refeita de acordo com situações e circunstâncias no intuito de considerarem preocupações ecológicas para garantirem um novo consenso e conseqüentemente manterem sua dominação por meio de uma hegemonia. No que concerne à base de legitimação da população do Projeto de Assentamento Califórnia, supomos que esta tem se operado por meio de processos de resistências, no intuito de garantirem meios, recursos básicos de sobrevivência e não de acumulação de capital econômico. Entretanto, tais resistências, apesar de fundamentais, legítimas e necessárias, não colocam em questão a hegemonia em curso muito menos a

dominação inerente a esta. Estas pressuposições acima colocadas são nossas hipóteses de partida para o desenvolvimento deste trabalho.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

O nosso enfoque para analisar este conflito ecológico é a partir da perspectiva das relações de dominação e resistência, para isso articulamos como referencial as noções de resistência cotidiana camponesa de Scott (1985); (2000); (2002) e o conceito de hegemonia de Gramsci (2011), que em grande medida é uma forma de dominação por meio do consentimento social. Sendo que Scott (2000) nos permite pensar que nenhum sistema de dominação pleno e que mesmo com a mais forte dominação que seja, existe algum tipo de resistência, contudo essas resistências não colocam em questão a dominação vigente, ela é um meio em que os subordinados predominantemente garantem recursos e meios básicos de vida.

Para pensar este conflito e essas relações numa dimensão ecologista articulamos também Alier (2012) com a concepção genérica do ecologismo popular, que é uma vertente ecologista em que atores sociais diversos como indígenas, camponeses, extrativistas que não se denominam ecologistas nem portam um discurso estritamente ecologista, mas que suas práticas, a busca pela preservação de seus meios básicos tem conteúdos ecológicos e ecologistas. Também são importantes categorias inerentes a tal tese do ecologismo popular e da ecologia política como a dos conflitos ecológicos distributivos, que são conflitos entre atores sociais do campo econômico e outros atores sociais que em virtude da expansão das fronteiras de exploração dos recursos naturais tem seus territórios e meios de vida atingidos e ameaçados.

Para nos situarmos no contexto amazônico da implantação e expansão da siderurgia, da eucaliptocultura, das organizações camponesas, das questões ecologistas, ecológicas e agrárias fundamentalmente mobilizamos leituras como Monteiro (1998); Hébetete (2004); Costa (1992); Assis; Carneiro (2011) dentre outros.

## **3. METODOLOGIA**

Tendo por pretensão estudar ações e fundamentalmente relações de poder de diferentes atores sociais em um determinado contexto de conflito e que evidentemente ocorrem num espaço e num determinado intervalo de tempo, as trajetórias histórica e social destes são de fundamental importância. Para tal as fontes de informações a respeito de empresas foi predominantemente obtidas de fontes secundárias e genéricas. A respeito da população do

Projeto de Assentamento Califórnia empreendemos durante os meses de março a maio de 2013 uma incursão de pesquisa no referido assentamento onde foi possível obter muitas informações que nos subsidiaram tanto em nossa dissertação como neste trabalho.

Com o desenvolvimento do trabalho podem ser possíveis comparações entre as trajetórias de ambos os atores sociais. Diante disto a metodologia histórica e social comparativa<sup>3</sup> nos referencia e nos possibilita fazer estas comparações e nos permite também utilizar as referências e informações secundárias e os resultados e informações primárias obtidos na pesquisa de campo. Apesar de em alguns momentos pontuais tratar informações e dados com procedimentos característicos e predominantemente atribuídos a outras formas metodológicas como o uso de imagens, a referência a discursos, o uso de dados quantitativos, o uso também de procedimentos qualitativos, mas todos são apenas para nos auxiliar e possibilitar as comparações entre os distintos atores sociais. Com isso acreditamos que é possível alcançar o objetivo do trabalho.

#### **4. DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA.**

##### **4.1. O discurso, as ações e as manifestações ecológicas de empresas eucaliptocultoras na Amazônia Oriental.**

A partir dos desdobramentos da denominada crise do carvão vegetal, que se desencadeia em meados da segunda metade da década de 2000, onde se estagnam fontes nativas de matéria vegetal para a produção de carvão vegetal, a ação de órgãos de controle e fiscalização ambiental e a ação de movimentos sociais, fazem com que algumas empresas siderúrgicas do Polo Carajás<sup>4</sup> até deixem de operar em virtude de problemas relacionados a produção e a disponibilidade do carvão vegetal (ASSIS;CARNEIRO, 2011). Essa crise foi fundamental para que empresas reformulassem seus argumentos, discursos e ações de legitimação diante de situações muito constrangedoras e desfavoráveis a qual a referida crise tornou pública e expôs. Diante disto seria muito importuno para empresas encurraladas por este processo ainda quererem se justificar e legitimar por concepções e visões de mundo a partir ideias, discursos como as noções de progresso e desenvolvimento que não levasse em conta uma dimensão ecológica. Isto exigiu destas uma reformulação de suas estratégias de dominação. Tal reformulação perpassou pela apropriação de uma ideia e da manifestação de

---

<sup>3</sup> Conforme orientações de Velho (1974); Schneider; Schmitt (1998) e Wood; Williamson (2007).

<sup>4</sup> O Polo Siderúrgico de Carajás compreende indústrias que estão em sua maioria instaladas no município de Marabá no estado do Pará e em Açailândia no estado do Maranhão ao longo do eixo da EFC (Estrada de Ferro Carajás).

um discurso amplamente difundido e aceito socialmente no mundo contemporâneo que é o desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade. Isto se tornou evidente em algumas manifestações, tanto de empresas como de organizações as quais participam, vieram a público a fim de legitimar esse processo de ecologização que em grande medida tem se materializado na expansão da eucaliptocultura nos estados de abrangência do PGC (Programa Grande Carajás)<sup>5</sup> onde se localizam tanto os empreendimentos de produção direta dessas empresas, quanto seus empreendimentos agrícolas em que fundamentalmente se cultivam eucaliptos.

Vejamos a seguir uma imagem que nos ajudaram a pensar essas manifestações públicas com conteúdos ecologizados e também uma tabela onde é possível ter uma dimensão numérica do avanço da eucaliptocultura durante anos em que a crise do carvão da siderurgia da Amazônia fora bastante incisiva e recorrente:



**Imagem 01: Capa da primeira edição do Informativo Polo Sustentável de setembro de 2007.**

Fonte: Site do SINDEFERPA.

---

<sup>5</sup> O Polo Siderúrgico de Carajás é parte de uma gama de empreendimentos vindos para Amazônia Oriental no bojo do (PGC) Programa Grande Carajás, programa este que tem sua área de atuação em todo o estado do Maranhão, parte dos estados do Pará e Tocantins (MONTEIRO, 1998).

Ano/Estado	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Maranhão</b>	60,745	93,285	106,802	111,12	137,36	151,403	165,717
<b>Pará</b>	106,33	115,806	126,286	136,294	139,72	148,656	151,378
<b>Tocantins</b>	2,124	13,901	21,655	31,92	44,31	47,542	65,502

**Tabela 01: Área de florestas plantadas com eucalipto nos estados de abrangência do PGC.**

Fonte: ABRAFF

Em meio aos problemas e constrangimentos que a referida crise do carvão trouxe as empresas siderúrgicas algumas deixaram de operar por força da legislação e das sanções legais como foi o caso da USIMAR (Usina Siderúrgica de Marabá) instalada no município de Marabá (ASSIS; CARNEIRO, 2011), além de que outras encerraram as atividades por constrangimentos ecologistas como foi o caso da Ferro Gusa Carajás empresa que pertencia a mineradora Vale, mas que em 2011 encerrou suas atividades e repassou seus ativos florestais para a Suzano Papel e Celulose, que desde então também tem contribuído para a expansão da eucaliptocultura na Amazônia Oriental. A Ferro Gusa Carajás também foi alvo de críticas e de uma ação protagonizada pela população do Projeto de Assentamento Califórnia o que em grande medida pode ter contribuído para que a Vale tenha se retirado deste ramo industrial na Amazônia Oriental (RODRIGUES, 2014).

De maneira mais específica, diante do potencial mobilizador e político ao qual a população do Assentamento Califórnia ao longo de sua trajetória construiu, muitas promessas foram feitas pela Vale após a ocupação da carvoaria em 2008, o que desde a implantação do assentamento em 1999 e até da ocupação da área pelas famílias em 1996 nunca ocorrera. Recentemente, a partir de 2011, algumas concessões foram feitas a partir do momento em que Suzano Papel e Celulose assumiu o controle das áreas que antes pertencera a Vale. Isso ficou muito nítido durante nossa pesquisa, pois de todas as localidades ao entorno dos empreendimentos florestais desta empresa, pelo menos no município de Açailândia, o Assentamento Califórnia foi o único que recebeu um projeto em que fora implantado uma biblioteca comunitária e também uma associação existente na localidade tem recebido o apoio da empresa para a implantação de um projeto de apicultura. No caso da biblioteca a mesma foi concedida como requisito para que a Suzano Papel e Celulose pudesse receber um selo e uma certificação de empresa sustentável (RODRIGUES, 2014).

A seguir imagem da fachada da biblioteca construída pela Suzano Papel e Celulose no Projeto de Assentamento Califórnia:



**Imagem 02: Biblioteca construída nas dependências da escola no Assentamento Califórnia pela Suzano Papel e Celulose.**

Fonte: Imagem feita pelo autor.

A partir disto e de inúmeras outras situações as quais não é possível comportar neste breve trabalho, as ações ecologizadas, a apropriação e a manifestação dos discursos da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável tem sido muito recorrente e incisivo após a ocorrência ao que a própria FIEMA (Federação das Indústrias do Maranhão) denominou de “crise do carvão” (ASSIS; CARNEIRO, 2011) e também da inserção da Suzano Papel e Celulose na Amazônia Oriental.

#### **4.2. Trajetória histórica e social da População do Assentamento Califórnia e suas lutas por condições e meio básicos de vida.**

A população que ao longo do tempo tem vivido e vive no Projeto de Assentamento Califórnia fundamentalmente originária dos fluxos migratórios tanto internos como externos que foram atraídos para Amazônia, a partir da segunda metade do século XX e que em grande medida não tiveram concretizadas as expectativas de melhores condições e meios de vida prometidos pelos programas e projetos desenvolvimentistas que ali se desencadearam nas últimas décadas. Isto ocasionou, em grande medida, intensos processos de luta pela posse da terra em toda área de abrangência do PGC. Haja vista que diferentemente de grandes grupos econômicos como as empresas siderúrgicas e eucaliptocultoras<sup>6</sup> que historicamente tem

---

<sup>6</sup> A partir de 2010, ano em que divulgamos o Plano Suzano 2024, o BNDES, mais uma vez, apoiou nossa empresa em dois importantes momentos: em 2010 o BNDES anunciou a liberação de R\$ 2,73 bilhões para a



recebido grandes incentivos governamentais, para outros atores sociais como camponeses, indígenas, trabalhadores urbanos a luta social é que tem garantido minimamente a conquista e a garantia de direitos e meios básicos de sobrevivência.

Organizada sob a direção do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) o Assentamento Califórnia ao longo de sua trajetória fundamentalmente tem lutado pelo acesso, posse e permanência na terra. Porém outra luta tem sido muito recorrente durante esta trajetória que são os embates e resistências perante a ação de empresas eucaliptocultoras. Em nossa pesquisa podemos constatar que desde o momento em que as primeiras famílias ocuparam a área que atualmente fica o assentamento, as empresas que já eram proprietárias das áreas próximas intensificaram o plantio a fim de garantir que grupos de trabalhadores sem-terra não ocupassem também as áreas próximas, além de que no ano de 2008 durante um evento do MST do estado do Maranhão na semana do dia 8 de março cerca de 800 (oitocentas) pessoas ocuparam a carvoaria da Fazenda Monte Líbano<sup>7</sup> a fim de chamar a atenção pelos males que a população do assentamento vinha sofrendo. Na imagem a seguir veremos a localização da área do assentamento e das fazendas que atualmente pertencem a Suzano Papel e Celulose a fim de termos uma dimensão geográfica e locacional deste conflito.



**Imagem 03: Localização e situação do Assentamento Califórnia.**

Fonte: Google Earth

---

Suzano Papel e Celulose iniciar a construção da fábrica de celulose de Imperatriz, no Maranhão (BNDES, 2012, p. 41).

<sup>7</sup> A Companhia Vale do Rio Doce divulgou hoje nota à imprensa em que acusa o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de invadir e depredar, nesta manhã, uma unidade da Ferro Gusa Carajás (FGC) em Açailândia, interior do Maranhão (ESTADÃO, 08/03/2008).

Diante de inúmeras evidências empíricas, inclusive as acima mencionadas, a partir do nosso referencial teórico conduzimos o trabalho no sentido de termos um parâmetro sobre resistência a fim de pensarmos não só as resistências mais organizadas e explícitas, mas também formas de resistências difusas espontâneas. Para isso as contribuições de Scott (2000); (2002) foram fundamentais se pensar essas resistências mais elementares e Gramsci (2011) as resistências e a dominação mais explicitadas e organizadas. Na dimensão ecologista Alier (2012) nos permitiu primeiro pensar movimentos ambientalistas e a partir de suas contribuições permitiu pensar também como ecologistas as lutas tanto as constantes como as pontuais da população do Assentamento Califórnia. Pois fundamentalmente esta tem lutado pela posse da terra que é um meio de vida básico e um recurso natural, pela qualidade dos recursos e meios naturais como o ar, que durante as operações da carvoaria que fora ocupada isso era muito precário<sup>8</sup>, a publicação de documentos contestando a expansão da eucaliptocultura na Amazônia, dentre inúmeras outras ações cotidianas que certificam essa luta ecologista.

## 6. CONCLUSÃO

A partir de desdobramento da denominada crise do carvão vegetal, crise esta que resultou da intensa exploração matérias de origem nativa por empresas siderúrgicas. Diante dos efeitos da referida crise seria muito importuno para empresas encurraladas por este processo ainda quererem se justificar e legitimar por concepções e visões de mundo a partir ideias e as noções de progresso e desenvolvimento que não levasse em conta a dimensão ecologizada. Isto exigiu destas uma reformulação de suas estratégias de dominação. Tal reformulação perpassou pela apropriação de uma ideia e da manifestação de um discurso amplamente difundido e aceito socialmente no mundo contemporâneo que é o desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade.

Para nós estes argumentos têm possibilitado os consensos sociais necessários para processos dominantes empreendidos por empresas siderúrgicas. Dentre estes a expansão da eucaliptocultura, atividade esta que tem se intensificado também nos últimos anos na Amazônia Oriental para garantir a matéria vegetal para a produção de carvão vegetal que outrora era obtida por fontes nativas. Ressaltamos que esse processo de ecologização de empresas siderúrgicas na Amazônia Oriental possa ser um processo que já venha ocorrendo

---

<sup>8</sup> Ver documentários: VALE de lágrimas I - Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=aYoRBTh7\\_4g](http://www.youtube.com/watch?v=aYoRBTh7_4g) e VALE de lágrimas - Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=nwNKe9ePj0o>.

há mais tempo<sup>9</sup>, contudo ele foi manifestado de maneira incisiva e orgânica tanto pelas empresas quanto por suas entidades representativas apenas nos últimos anos e diante de exigências demandadas em virtude determinadas situações, como fiscalizações e ações de órgãos de controle social. A Suzano Papel e Celulose mesmo não sendo uma indústria siderúrgica, mas que também tem por base a matéria-prima proveniente do cultivo de eucalipto para o desenvolvimento de suas atividades econômicas e que se insere na região a partir do ano de 2009 também se manifesta publicamente respaldada e embasada por estes argumentos do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade. A partir dos nossos pressupostos teóricos essa dominação em que o consentimento social é fundamental se denomina de hegemonia.

Esta dominação se manifesta de maneira mais ampliada e de forma muito nítida na concentração de recursos e meios naturais como a terra, o poder de mobilizar o estado e seus agentes para o atendimento e discussão de suas demandas, como a criação de áreas especiais como foi a proposta da criação do Distrito Florestal de Carajás e as propostas do Programa Um Bilhão de Árvores para a Amazônia<sup>10</sup>, os incentivos recebidos pela Suzano Papel e Celulose através da Prefeitura Municipal de Imperatriz e por meio do BNDES, dentre inúmeros outros casos. Sem contar que este apoio não garante apenas esse aporte material, mas também um aporte ideológico, político e simbólico, pois são tutelados e legitimados pelo próprio estado isso em grande medida também colabora para a obtenção deste consenso social e desta hegemonia.

Enquanto isso outros atores sociais, como a população do Projeto de Assentamento Califórnia, tem sofrido pressões sobre seus territórios, convivido com as incertezas ecológicas desse processo de eucaliptização e tentado enfrentar das mais diversas formas os conflitos e as contradições inerentes a este processo dominante. Mesmo tendo certa organização e um histórico de enfrentamento deste, por meios das suas diversas formas de resistências, essas resistências tem seus limites, além de que cotidianamente necessidades materiais básicas precisam ser supridas.

---

<sup>9</sup> Dois exemplos desse esverdeamento anterior de empresas siderúrgicas e eucalipticultoras estão a própria criação da CELMAR conforme colocado em citação de Franklin (2008) no capítulo três. Outro exemplo é a aquisição de áreas e o cultivo do eucalipto com fins industriais feito pela Siderúrgica Viena, que declara em sua página eletrônica a seguinte mensagem: “A Viena se diferencia pela sua preocupação ambiental de longo prazo, pois vem reflorestando a mais de 20 anos, sendo que já atingimos a sustentabilidade para o nível de produção atual. A Viena vem plantando mais de 3.000 ha/ano de florestas de eucalipto nos últimos cinco anos, já tendo atingido 30.261 hectares em 2012 (VIENA SIDERURGICA S/A, 2013)”.

<sup>10</sup> Uma das propostas desse programa tinha por meta viabilizar o reflorestamento de uma área de 400 mil hectares com eucalipto para viabilizar a produção “sustentável” de carvão vegetal para indústrias siderúrgicas (IDESP, 2009). Contudo este programa nunca foi executado.

Pelo que nos foi possível concluir ações foram e estão sendo feitas, como exemplo da implantação da biblioteca e a parceria com uma associação do assentamento com a Suzano Papel e Celulose, mesmo se fazendo na melhor das intenções por parte tanto dos que receberam quanto dos que concederam isso se em número não aumenta este consenso social da empresa em si, mas pelo menos o qualifica significativamente, pois não são parcerias qualquer, são parcerias com uma população ou pelo menos parte dela que esteve a frente de um dos episódios de conflitos ecológicos talvez mais tensos dos últimos tempos na região amazônica. Nisto a atuação do estado também tem um peso importante, pois a medida que ao longo do tempo não tem atendido suficientemente demandas básicas desta população, com isso tem deixado a mesma muito vulnerável a ação de atores sociais do campo econômico que atendem estas e conseqüentemente obtém consensos e legitimação para o atendimento de seus interesses e manter sua dominação. Sendo que esta dominação não é plena, haja vista as formas de resistência construídas e mobilizadas ao longo do tempo pela população do Projeto de Assentamento Califórnia.

Diante destas conclusões acreditamos ter respondido a nossa pergunta de pesquisa, pois colocamos elementos, mesmo que aqui reduzidos, nos permitiram entender instrumentos e estratégias de dominação e resistência, num conflito ecológico e como ao longo da trajetória dos atores sociais envolvidos estes foram sendo modificados por meios das exigências e circunstâncias que foram surgindo, principalmente as ecológicas e ecologistas. Também confiamos na validade das hipóteses levantadas, isto porque por meio dos elementos ficou bastante nítido que os recursos e os meios naturais para as empresas tem sido fonte de acumulação de capital econômico, para a população do Projeto de Assentamento Califórnia estes recursos e meios tem sido usados e defendidos para a sua sobrevivência básica. Tais finalidades têm sido possibilitadas por cada ator social de diferentes formas, um por meio de uma dominação em que se baseia em consensos sociais que tem por base um consentimento recente que tem sido obtido em grande medida por apelos ecologistas em especial do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade. O outro ator social tem empreendido formas de resistência das mais diversas possíveis e que as orientações de Alier (2012) nos permitiu interpretar também como ecologizadas, pois estas formas de resistência têm por finalidade garantir a disponibilidade e qualidade para o uso desses recursos e meios para a sobrevivência desta população.

## REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos pobres**. Editora Contexto. São Paulo, 2012.

ALTVATER, Elmar. **O Preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. **Anuário Estatístico da ABRAF, 2012**. Disponível em: <http://www.abraflor.org.br/estatísticas/ABRAF12/ABRAF12-BR.pdf>. Acesso em 02 de março de 2013.

ASSIS, Willian Santos; CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. **O uso de carvão vegetal como fonte de energia para o parque siderúrgico de Carajás: controvérsias ambientais, sociais e econômicas**. Marabá, 1 ago. 2010.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **BNDES: um banco de história e do futuro**. 2012. São Paulo, Museu da Pessoa, 2012.

CAMINHADA em direção a um novo horizonte. **Polo Sustentável**, Belém, set./out. de 2007.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: Editora UFPA, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1988.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel sobre o estado e a política**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2011.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2004.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Bases técnicas e referenciais para o programa de reestruturação florestal do Pará: um bilhão de árvores para a Amazônia**. Belém: IDESP, 2009.

MONTEIRO, Maurílio. Em busca de carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. **Novos cadernos NAEA**, Belém, v.9, n.2, p.55-97, 2006.

MONTEIRO, Maurílio. Mineração e entropia: notas sobre interação com processos de desenvolvimento. **Novos cadernos NAEA**, Belém, v.10, n.1, p.23-44, 2007.

\_\_\_\_\_. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia: drenagem energético-material e pauperização regional**. Belém: Escola Técnica Federal do Pará, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1998.

RODRIGUES, Fabiano dos S. **Formas de dominação e resistência em um conflito na Amazônia Oriental**. 2014. 148f. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.9 ,p. 49-87, 1998.

SCOTT, James C. Formas da Resistência Camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol.21, n. 49, p. 10-31, jan./jun. 2002. (Tradução: Marilda Aparecida de Menezes e Lemuel Dourado Guerra).

\_\_\_\_\_. Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance. Yale, Yale University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. **Los dominados y El arte de La resistencia**. México, D.F. Ediciones Era, 2000.

\_\_\_\_\_. Revolution in the revolution: peasants and commissars. **Theory and Society**, Amsterdam, v.7, n. 1-2, p.97-134, 1979.

VALE diz que MST invade fazenda no Maranhão. [S.l.], **Estadão**, 08 de mar. de 2008. Disponível em: [www.estadao.com.br/noticias/nacional,vale-diz-que-mst-invade-fazenda-no-maranhao,136941,0.htm](http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,vale-diz-que-mst-invade-fazenda-no-maranhao,136941,0.htm). Acesso em: 04 de set. de 2013.

VALE de lágrimas I : vídeo. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=aYoRBTh7\\_4g](http://www.youtube.com/watch?v=aYoRBTh7_4g). Acesso em: 15 de setembro de 2012.

VALE de lágrimas II: vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=nwNKe9ePj0o>. Acesso em: 15 de setembro de 2012.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1974.

WOOD, William R.; WILLIAMSON, John. Comparative Historical Sociology. In: BRYANT, Clifton D.; PECK, Denis L. **21 St Century sociology**. Los Angeles: Sage Publications, 2007.

## GT 06 – Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo

### O quintal e o terreiro: o lugar do feminino na agroecologia

**Jonatta Sousa Paulino<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: jonatta.15@bol.com.br

#### **Resumo:**

O quintal e o terreiro, localizados nas adjacências da casa da família do mundo rural, conformam o lugar do feminino, um complexo direcionado ao trabalho da mulher e que se configura em subordinação ao trabalho do homem, mesmo tendo importância fundamental para a reprodução da vida doméstica. Estes espaços têm sido englobados pelas práticas de movimentos sociais, refletindo tanto a reconfiguração de hierarquias como a dificuldade para o reconhecimento do trabalho feminino. Neste contexto, alguns artigos têm sido escritos demonstrando a capacidade de atuação da agroecologia dentro da família, valorizando o esforço da mulher para o sustento familiar e trazendo maior autonomia e empoderamento. Sobre esta realidade, procuro refletir sobre a relação das práticas femininas e a atuação do movimento agroecológico, tendo como objetivo debater sobre o lugar do feminino na agroecologia, percebendo como ela opera no contexto das relações de gênero e no lugar da mulher na família rural. Para tanto, tomo como metodologia uma análise de duas experiências agroecológicas com foco em mulheres informadas pela Revista Agriculturas, publicada pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). São elas: Quintais agroflorestais em Patizal, município de Morros (MA); e Terreiros agroecológicos na zona rural de Lagoa Seca (PB).

**Palavras-chaves:** Feminino; Quintal agroflorestal; Terreiro agroecológico.

## **Introdução**

A partir da década de 1990, a agroecologia tem entrado na agenda dos movimentos sociais do campo como base para suas propostas e reivindicações. Nos anos 2000, a participação feminina ganha espaço neste contexto, trazendo a tona falas que demonstram a possibilidade de autonomia e equidade de gênero no mundo rural por meio da conversão agroecológica.

A associação de mulheres em movimentos sociais é cada vez mais visível no mundo rural, refletindo tanto a reconfiguração de hierarquias como também as dificuldades para o reconhecimento do trabalho feminino dentro da família (SCOTT, 2010). Neste contexto, alguns artigos têm sido escritos demonstrando a capacidade de atuação positiva do movimento agroecológico dentro da configuração da família do mundo rural, de forma que a agroecologia seria responsável por uma guinada na importância do esforço da mulher para o sustento familiar, trazendo maior autonomia frente a sua dependência ao trabalho masculino na agricultura (MOURÃO, 2007 e 2013; DE BIASE e SILVA JÚNIOR, 2011; OLIVEIRA, 2009; PACHECO, 2009; FREIRE, MELO, SILVA e SILVA, 2005).

A respeito desta realidade, procuro refletir sobre a relação das práticas femininas nos contextos rurais e a atuação do movimento agroecológico voltada para as mulheres. Assim, me questiono: qual o lugar do feminino no movimento agroecológico? Qual seria a influência dos ideais de equidade de gênero defendida pela agroecologia para o universo feminino no mundo rural? Para responder tais perguntas, tenho como objetivo central debater sobre o lugar do feminino na agroecologia, percebendo como a ela opera no contexto das relações de gênero e do lugar da mulher na família no mundo rural, seguindo a hipótese de que a atuação feminina sempre foi de grande importância para a reprodução familiar, mesmo que não recebesse reconhecimento enquanto “trabalho” efetivo e atuante no equilíbrio da unidade doméstica.

Para tanto, tomo como metodologia de trabalho uma análise teoricamente informada de duas experiências agroecológicas com foco em mulheres informadas pela Revista Agriculturas, publicada pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). São elas:

- Quintais agrofloretais em Patizal, comunidade no interior do assentamento rural Rio Pirangi (Lagoa da Onça), no município de Morros, estado do Maranhão;
- Terreiros agroecológicos de galinhas na zona rural de Lagoa Seca, no estado da Paraíba.



## **O feminino e o mundo rural**

Segundo Heredia (1979) a vida familiar no mundo rural se organiza a partir da relação entre a unidade de produção e a unidade de consumo, respectivamente expressa na oposição entre roçado e casa. A hierarquia da unidade doméstica e também as relações de gênero, aqui entendidas como aquelas estabelecidas entre os papéis sociais de homens e mulheres em um determinado contexto (SCHNEIDER e SILVA, 2010), estão submetidas a este tipo de lógica simbólica que define as possibilidades e limitações do espectro de ação dos atores sociais, estando intrinsecamente conectada com o mundo físico e material e o suporte que este dá à unidade doméstica.

A posição de cada membro da família está de acordo com o lugar que ocupam nos seguintes espaços: o roçado, local onde se assegura o abastecimento dos meios necessários para a reprodução da família, e a casa, onde se materializa o consumo. Neste sentido, é o roçado que promove as condições de existência da casa, pois é nele que se dá a produção dos principais bens de comercialização da família rural.

As atividades realizadas no roçado, na medida em que possibilitam a produção de bens essenciais para o consumo familiar, são consideradas “trabalho”, e são atividades genuinamente masculinas, pois é de dever do homem prover a casa e a família, além de fazer a mediação entre o espaço público e a unidade doméstica por meio da figura masculina enquanto pessoa moral (WOORTMANN e WOORTMANN, 1993), um indivíduo não por ele mesmo, mas que representa a família. Assim, o roçado não apenas produz aquilo que é verdadeiramente considerado “comida” – os alimentos que configuram a maior parte da dieta – mas também permite que haja a interlocução da família com o mundo exterior por meio da venda destes produtos.

O roçado não é um espaço exclusivamente masculino, mulheres e filhos também participam das atividades nele realizadas. Porém, o trabalho no roçado é simbolicamente o trabalho do pai. Em outras palavras, “trabalho” é considerado aquilo que se limita as tarefas realizadas pelo homem. Segundo esta racionalidade, mulher não trabalha. Mesmo que existam tarefas pertencentes ao roçado caracteristicamente femininas, como por exemplo, a semeadura, ela perde o caráter de trabalho e passa a ser considerada como “ajuda” (HEREDIA, 1979).

Isto se dá porque numa sociedade onde se estabelece a dominação masculina em diversos setores (WOORTMANN e WOORTMANN, 1993), os processos decisórios estão sob responsabilidade do homem, em que, mesmo que a mulher se faça presente e

fundamental nas deliberações familiares, ela acontece de forma implícita, para que haja uma reposição do protagonismo do homem na gestão familiar. Assim, apenas é “trabalho” o que se refere ao roçado e ao homem porque é por meio do homem (que incorpora a família) que se efetua a reprodução familiar, seja nas decisões internas ou no contato com a sociedade englobante.

A casa é o espaço do consumo e das atividades domésticas, o local que recebe o que provém do roçado, conseqüentemente, um espaço feminino. Essa lógica constrói o papel feminino como subordinado ao masculino. Dentro da casa, a cozinha seria o cômodo ainda mais feminino, por ser o local de preparação dos alimentos. Já a sala, seria um espaço masculino, justamente por ser onde se efetua o contato com o público. Assim, “a noção do feminino como aquele que se liga à fonte, ao de dentro, ao endógeno; e do masculino como aquele que se liga ao que se lança, ao de fora, ao exógeno” (DE BIASE, 2013, p. 26).

Por trás da casa, como extensão da cozinha, existe o terreiro, onde as mulheres desenvolvem grande parte de suas atividades, constituindo uma esfera feminina. É no terreiro que acontece a criação de aves de curral, como galinhas e perus. Estes “bichos de terreiro” são, assim, referenciados a esfera feminina, diferentemente de animais de pasto ou de carga, como os bois.

O quintal, que também é uma extensão da casa e, desta forma, um núcleo de atividade de mulheres, está condizente com o terreiro. Ambos apontam para espaços onde a mulher produz uma diversidade de plantas, gêneros alimentícios e pequenos animais que, em momentos de “precisão”, isto é, em situações de precariedade ou de pouca produção do roçado, são acionados para complementar a alimentação e a renda familiar (HEREDIA, 1979). O quintal e o terreiro sempre foram esferas necessárias para a reprodução familiar, sendo ativados pela mulher constantemente para levar à unidade de consumo alimentos que o roçado não produz e que também participam da dieta familiar. Além disto, o quintal e o terreiro possibilitam a eventual venda de seus produtos e obtenção de outros bens que o trabalho masculino não abarca, tanto para a própria mulher quanto para os filhos.

Assim, vemos que o quintal e o terreiro formam um complexo direcionado ao lugar do feminino, onde, mesmo que haja o constante auxílio e complementaridade desses espaços dentro da reprodução familiar – que não é posta em prática exclusivamente pelo homem – e mesmo que a mulher tenha uma grande carga de trabalho por não apenas realizar atividades na casa e no quintal ou terreiro, mas também

por auxiliar o homem nas tarefas do roçado, o seu trabalho é visto como “ajuda” e o lugar do feminino ainda se configura em subordinação ao masculino.

### **O quintal agroflorestal e o terreiro de galinhas: os arredores da casa segundo a Revista Agriculturas**

A Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), um fórum voltado para a promoção da agroecologia, é uma associação de direito civil, criada em 1993, que trabalha com agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável através do enfoque agroecológico, com sede nos estados do Rio de Janeiro, Paraíba e Paraná.

A Revista Agriculturas é uma revista publicada pela AS-PTA e que tem a função de “autorizar” o discurso (BOURDIEU, 1996) da agroecologia e o trabalho da ONG por meio de publicações de seus próprios técnicos ou de textos visam positivar esse tipo de prática. Duas experiências agroecológicas e que envolvem o protagonismo feminino foram escolhidas como foco de análise. Ambas foram descritas nesta revista de forma a destacar a importância destas atividades e da parceria com os ditames agroecológicos para a consolidação da autonomia feminina e do sustento familiar.

Em primeiro lugar, temos o quintal agroflorestal desenvolvido em Patizal, uma das 54 comunidades rurais que compõem o assentamento Rio Pirangi (Lagoa da Onça), no Município de Morros (MA). A partir do ano de 2005, a Associação Agroecológica Tijupá atua na região com atenção especial as relações de gênero, já que as mulheres ainda são pouco vistas na vida comunitária, mesmo sendo atores importantes no manejo dos agroecossistemas (OLIVEIRA, 2009).

Em 2005, com a conversão agroecológica, iniciou-se a recuperação de uma área de um hectare na comunidade de Patizal. Apesar de algumas dificuldades, várias mulheres da comunidade motivaram-se para participar da experiência, expandindo a iniciativa. Em 2006, as mulheres foram convidadas para participarem dos cursos de capacitação ministrados pelo projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para Mulheres no Território Lençóis-Munim, aprovado pela Tijupá junto ao Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/Ppigre).

Segundo a revista,

... o processo serviu também para explicitar as contradições inerentes à tradicional divisão sexual do trabalho, na qual as atividades das mulheres são reconhecidas apenas no espaço privado, embora sejam determinantes na condução de cultivos e criações nos quintais e também em subsistemas de representação masculina, como as roças (OLIVEIRA, 2009, p. 34).

... por ser reconhecida pela sua função de prover segurança alimentar, a produção nos quintais não era valorizada do ponto de vista econômico, embora seja desse espaço que a família assegura os produtos de necessidades imediatas, tais como frutas, verduras e animais de pequeno porte (...) Dessa forma, os quintais agroflorestais na comunidade de Patizal vão sendo organizados pela iniciativa das mulheres como espaços que exercem funções sociais, ambientais, culturais e econômicas (OLIVEIRA, 2009, p. 35).

Em segundo lugar, temos os terreiros agroecológicos na zona rural de Lagoa Seca (PB), um dos municípios do Pólo Sindical da Borborema, revitalizados com o auxílio da Comissão de Saúde e Alimentação do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema. Foi realizada pela AS-PTA, no início de 2003, a partir de uma demanda da Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Lagoa Seca, uma pesquisa sobre o manejo da criação de galinhas na região com o intuito de orientar ações para a revalorização dos animais de terreiro (FREIRE, MELO, SILVA e SILVA, 2005).

Com o avanço dos roçados sobre os terreiros, mostrou-se necessária a reorganização deste espaço. Assim, a Comissão de Mulheres do STR de Lagoa Seca passou a estimular o Fundo Rotativo de Telas, que servia para o aprendizado da confecção de telas de arame para conter os animais e para a gestão coletiva dos recursos financeiros captados para a construção dos cercados.

Para a revista,

Embora seja um espaço no qual as agricultoras fazem o 'dinheiro pequeno' ou de onde obtêm rendas não-monetárias que asseguram maiores níveis de autonomia alimentar para a família, o arredor de casa raramente é percebido e valorizado por sua importância econômica, tornando-se vulnerável em face da pressão exercida pela necessidade de terras para o plantio dos roçados (FREIRE, MELO, SILVA e SILVA, 2005, p. 21).

Todo esse trabalho orientado para a valorização do arredor de casa favoreceu a intensificação das relações das mulheres, seja em suas famílias ou nos espaços públicos. Ao assumirem o papel de agentes ativas nos processos de geração e disseminação de conhecimentos, elas foram se afirmando como experimentadoras e tendo suas capacidades enquanto

agentes de desenvolvimento local reconhecidas pela família, por suas comunidades e organizações.

Pouco a pouco o quintal foi saindo da invisibilidade e passando a ser reconhecido como elemento importante no sistema de produção. Não são raros os relatos de maridos que passaram a ajudar a tomar conta desse espaço. (...) Observa-se assim um rearranjo do trabalho familiar e o estabelecimento de relações mais solidárias entre os membros da família (...) Tendo o domínio da produção, assumem também a responsabilidade pela venda e asseguram sua autonomia no que se refere à decisão sobre o destino do dinheiro resultante do fruto de seu trabalho (FREIRE, MELO, SILVA e SILVA, 2005, p. 23).

Em síntese, a função da agroecologia no quintal e no terreiro seria a de otimizar o funcionamento destes espaços e assim, fazer com que o trabalho feminino fosse reconhecido enquanto fundante da reprodução social. Neste sentido, a agroecologia, em parceria com movimentos feministas, não só permitira maior visibilidade para o lugar do feminino, como também faria com que a mulher alcançasse maior autonomia financeira, mais espaço nas decisões familiares e, por fim, possibilitaria um rearranjo no trabalho familiar e na relação entre os seus membros:

a agroecologia, abre caminhos para que se estabeleçam relações sociais mais igualitárias, opondo-se a naturalização da situação de opressão das mulheres e articulando-se as políticas que promovem a igualdade de gênero. (...) na prática, a construção de um campo agroecológico com relações de gênero mais igualitárias, requer uma forte atuação dos movimentos feministas, como forma de garantir não apenas a participação das mulheres nos espaços de construção da agroecologia, mas também o reconhecimento das desigualdades que ocorrem nestes espaços (MOURÃO, 2013, p. 6-7).

### **A agroecologia nem sempre é “feminista”**

Entendendo “feminismo” como uma possibilidade de igualdade de poder nas relações de gênero, é perceptível, por meio de experiências descritas nos textos de De Biase (2013) e Almeida (2012), que a agroecologia nem sempre possibilitou uma equidade de gênero, muitas vezes por ter seu processo pedagógico destinado ao público masculino, não envolvendo as mulheres e suas atividades no contexto da conversão agroecológica.

Sobre isto, De Biase (2013) realizou análises empíricas enxergando as relações de gênero e a agroecologia em dois *locus*: a região do Vale do Ribeira (municípios de Cajati, Cananéia, Sete Barras e Barra do Turvo) e o município de Joanópolis, ambos no estado de São Paulo. O objetivo de sua pesquisa era perceber a importância dos espaços

femininos da campesinidade para a construção da agroecologia para além de uma prática tecnicista e economicista. Segundo ela:

Quanto às experiências agroecológicas pesquisadas, é muito comum que apenas os homens da família participem de encontros de agroecologia e de projetos de capacitação (...). Sem um importante esforço de comunicação entre o casal, as mulheres não compartilham o ideal agroecológico adotado pelo marido. Mais ainda, o processo de construção da sustentabilidade, segundo os princípios da agroecologia, torna-se incompreensível e muitas vezes indesejável às mulheres. É nesse contexto que se pode compreender a frase da liderança comunitária, Gilberto Ohta, do bairro Guapiruvu [Sete Barras, 2006]: ‘a agroecologia desfaz casamentos’. Como fruto desta problemática, observa-se um fortalecimento do poder masculino sobre a mulher diante da obtenção individual do saber agroecológico. Assim como ocorreu durante o processo de modernização da agricultura, as experiências agroecológicas estão mais próximas aos homens e aos espaços masculinos (DE BIASE, 2013, p. 19-20).

Tais iniciativas agroecológicas podem até ter obtido sucesso em modificar positivamente o ecossistema transformado pelo processo de modernização, mas não criaram as condições necessárias para a transgressão dos efeitos desta sobre a predominância do masculino nos processos familiares de produção. Destarte, a autora conclui que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a agroecologia possa incorporar os aspectos sócio-culturais locais, e assim, valorizar o espaço feminino.

Almeida (2012), ao pensar o processo pedagógico da atuação da agroecologia a partir das relações de gênero no Projeto Assentamento Colônia I, em Padre Bernardo, e no Projeto Mulheres D’Águas, em São João D’Aliança, ambos no Estado de Goiás, percebe que, por mais que no contexto do ensino da agroecologia estejam presentes homens e mulheres, este campo tem um público masculino maior que feminino. A sua pesquisa demonstrou que as mulheres que participaram dos cursos de formação afirmavam que os assuntos tratados são mais voltados ao homem, além do que o cultivo requer um esforço físico maior, o que pode afastar o público feminino dos processos de capacitação e prática agroecologia.

As mulheres do Projeto Mulheres das Águas, em entrevistas alegaram que quando a proposta de formação foi para todos, elas se interessaram em participar até perceberem que o assunto era focado para os homens. Então elas sentiram dificuldades em pensar nos assuntos ligados ao universo masculino. Assim, ao que parece o problema pode não estar apenas na percepção feminina ou masculina, mas na construção destes processos educativos ao terem uma visão e conteúdo eminentemente

masculino (...) Os homens tiveram uma formação para a prática da agroecologia e as mulheres pouco participaram, embora elas, em muitos casos, os auxiliem nestas atividades. O que se visualizou é que em ambos os projetos as mulheres podem até participar do processo, mas tem dificuldade de ter autonomia sobre os conhecimentos transmitidos na formação, o que influencia na sua capacidade de agir autonomamente. Logo isto dificulta a capacidade de gestão da produção... (ALMEIDA, 2012, p. 8).

Almeida (2012) alega que, por mais que a agroecologia tenha um enfoque destoante da agricultura moderna, ainda tem sido destinada ao universo masculino, o que influencia o processo de aprendizagem, já que tanto homens como mulheres coexistem no mesmo campo de atuação, isto porque, “espaços femininos e masculinos encontram-se interdependentes e se complementam na dinâmica produtiva” (DE BIASE, 2013, p. 10).

Portanto, a agroecologia não é “intrinsecamente feminista” e nem sempre é voltada para o equilíbrio de poder nas relações entre o homem e a mulher. As experiências de quintal e terreiro descritas na Revista Agriculturas partem de uma iniciativa que visa o público feminino e o seu lugar na reprodução familiar, mas não significa, como vimos nos trabalhos de Almeida (2012) e De Biase (2013), que isso seja uma característica recorrente da prática agroecológica, que pode aprofundar ainda mais as desigualdades de poder nas relações de gênero e conseqüentemente o predomínio do masculino no mundo rural.

### **O lugar do feminino na agroecologia**

A agroecologia reflete, apesar de também auxiliar a construir, um processo de empoderamento feminino que vai além dela mesma, que ocorre em contexto global e, obviamente, também no mundo rural, em que outras experiências não necessariamente agroecológicas também seguem este padrão, gerando maior mobilidade e visibilidade feminina, como por exemplo, os impactos do Pronaf-Mulher (HERNÁNDEZ, 2010), a experiência de Mulheres Cisterneiras (DANTAS, 2007), o Movimento de Mulheres Camponesas (JALIL, 2009), dentre outros infinitos exemplos de protagonismos femininos na vida comunitária e política.

Apesar da nítida predominância da cultura patriarcal existente nesse ambiente, é possível também perceber a possibilidade de valorização dos espaços de construção do feminino como ser social e, portanto, de transformações nas relações de gênero baseadas na dominação masculina (DE BIASE, 2013). Assim, o reconhecimento dos

lugares femininos ocorre também fora da agroecologia, inseridas em dinâmicas da sociedade como um todo.

O quintal, uma das várias unidades de manejo características do mundo rural, sempre foi importante para a biodiversidade, sustentabilidade, segurança alimentar e comercialização – mesmo que menos reconhecido enquanto fator chave para a reprodução da organização social em detrimento das atividades masculinas –, sem necessariamente efetivar-se o trabalho agroecológica.

No estudo realizado por Aguiar (2010) em comunidades rurais Taquaral y Santana, localizadas em uma região de antiga ocupação do estado de Mato Grosso, a Morraria, vemos de que forma o quintal sempre foi importante não apenas para a mulher, mas para toda a família. Com o objetivo de demonstrar como homens e mulheres atuam de forma desigual e complementar no manejo da unidade agrícola, a autora utilizou a abordagem teórico-metodológica da Agroecologia. Isto não significa que na comunidade havia o trabalho de instituições promotoras da agroecologia, ou que ela se colocava em processo de conversão agroecológica, mas sim, que a pesquisadora procurava abarcar o maior número de elementos desta realidade, trazendo à tona a interação dos atores sociais com o ecossistema e dando também atenção especial as relações de gênero.

Em Taquaral y Santana, o quintal, além de uma área de produção, é também de socialização, diferenciando-se a cada família, exercendo funções socioeconômicas e culturais. “O quintal é espaço doméstico de trabalho, encontros, entretenimento e recreação, festas e cultura” (AGUIAR, 2010, p. 218), usado para suprir parte das necessidades nutricionais da família ao longo do ano, já que é um lugar de cultivo de plantas social e economicamente úteis, além de produzir excedentes intercambiáveis. O quintal deste *locus* de pesquisa é onde se encontra a maior parte da riqueza de espécies das unidades produtivas. Dentre

os vegetais presentes nos quintais, observamos que estes são principalmente destinados à saúde, ao entretenimento (ornamentais) e à alimentação (25,99%, 24,57% e 25,28% dos usos totais, respectivamente). Os vegetais cultivados nos quintais também têm usos destinados aos serviços ambientais, são madeiras, servem à alimentação animal, às tecnologias e à construção rural, nesta ordem de importância (AGUIAR, 2010, p. 218-119).



A mulher desempenha forte papel na introdução de espécies nesta unidade de manejo. Das achadas nos quintais, as mulheres foram responsáveis pelo plantio de 73,99% do total e os homens, 23,08%. Portanto, o quintal suporta certa complementaridade de gênero e trabalho, onde o homem também participa, mesmo que minimamente, de algumas atividades, da mesma forma que a mulher também “ajuda” na roça. Vale salientar que as regras e costumes quanto à divisão sexual do trabalho podem ser quebradas por questões relativas a gostos individuais e à função do quintal.

Percebemos mais uma complementaridade ou continuidade do trabalho na relação homem-mulher e dessas com os jovens e os velhos, do que uma oposição. Não existem, de maneira exclusiva, locais e atividades masculinas ou femininas, e cada um dos componentes da família tem graus distintos de participação nos mesmos espaços de trabalho, cada um realizando sua parte no mesmo processo. Assim, não existe exatamente uma oposição entre trabalho produtivo e reprodutivo, entre casa e roça e essas dimensões da vida possuem um caráter de continuidade (...) Temos que reconhecer, todavia, que ocorre a existência de uma desvalorização do trabalho feminino que é invisibilizado, ainda que as mulheres participem das decisões e dispensem esforços para produzir e manter agrobiodiversidade, tal como os homens (AGUIAR, 2010, p. 229).

O arredor da casa sempre foi importante para o mundo rural, mesmo com pouco reconhecimento dentro da própria família e da comunidade. Não há, assim, diferentemente do que a agroecologia propõe, nenhuma novidade apresentada quanto a existência necessária desta unidade de manejo e sua forma de funcionamento. No mais, as práticas agroecológicas de quintal e terreiro, mesmo que fortaleçam o equilíbrio econômico familiar e ative a força feminina nas tarefas familiares, não reconfiguram os papéis de gênero, isto porque, trazer visibilidade, por mais importante que seja para o protagonismo político da mulher, não faz com que aquelas atividades sejam realocadas em sua posição de subordinação frente aos papéis masculinos. Em outras palavras, a agroecologia é importante para fazer com que a mulher tenha noção do quanto seu trabalho é fundante das relações familiares, mas não chega a deslocar o lugar do feminino no mundo rural e trazer total autonomia para a mulher, podendo até mesmo, em alguns casos, reafirmar este lugar como subordinado ao masculino.

Para se entender a movimentação da agroecologia em torno dos papéis femininos, é interessante ter em mente que “mesmo que ainda não esteja fortalecida, a relação entre o movimento agroecológico e o movimento feminista está institucionalizada” (DE BIASE, 2013, p. 7). Portanto, quando as comunidades estão

envolvidas em movimentos sociais, estes tendem a ser base de pensamento e ação dos atores sociais, o que indica que as articulações políticas intensificam o papel feminino enquanto ferramenta ativa para o alcance das demandas sociais, explicando, muitas vezes, o porquê de mulheres estarem à frente em trabalhos da agroecologia.

Verifica-se que “o movimento feminista foi muito importante para a participação das mulheres na luta política” (ALMEIDA, 2012, p. 4). Assim, nos dois casos descritos na Revista Agriculturas, as práticas agroecológicas foram impulsionadas ou até mesmo solicitadas por movimentos feministas, o que significa que não é, necessariamente, a agroecologia quem impulsiona mobilizações sociais voltadas para a mulher:

- Para a realização dos quintais agroflorestais no Maranhão, houve o apoio da política da Ater para Mulheres no Território Lençóis-Munim, aprovada pela Associação Agroecológica Tijupá, junto ao Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/Ppigre);
- Os terreiros de galinha agroecológicos da Paraíba foram impulsionados a partir de uma demanda da Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Lagoa Seca.

As práticas agroecológicas voltadas para o público feminino são acionadas juntamente a movimentos sociais com esferas de trabalho pautadas nas mulheres. Deste modo, a agroecologia, apesar de sua importância: não é “naturalmente feminista”, pois geralmente é ativada por outros movimentos sociais; não é sempre feminista, porque pode reforçar uma conjuntura de dominação masculina; e também não apresenta algo completamente novo ao afirmar a importância das mulheres e do seu lugar na família e na comunidade rural.

A Revista Agriculturas é uma publicação trimestral que tem como foco a divulgação de processos de inovação agroecológica e resulta da parceria entre a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e a organização Holandesa Fundação Ilea (Centro de Informação sobre Agricultura Sustentável de Baixo Uso de Insumos Externos). A AS-PTA, que também edita a revista, tem como objetivo dar base a organizações de agricultura familiar para a promoção do desenvolvimento rural apoiado na equidade social e sustentabilidade ambiental, atuando na região que integra municípios do Centro-Sul do Paraná e do Planalto Norte de Santa Catarina (Sul do Brasil), no Agreste da Paraíba (Nordeste do Brasil) e na cidade do Rio de Janeiro, com o projeto de agricultura urbana.

Segundo Azevêdo e Azevêdo Filho (2010) a Revista Agriculturas reflete uma dinâmica institucional que busca um espaço estratégico de luta política nos meios de comunicação. Em outras palavras, a revista é uma ferramenta utilizada pela AS-PTA para dar visibilidade e força ao campo agroecológico através de processos de publicização dos dispositivos coletivos organizados com agricultores em diferentes contextos, “o que de certo modo confere uma maior legitimidade e capital social às redes sociais que atuam assim como mediadores nestes processos organizativos” (AZEVEDO e AZEVEDO FILHO, 2010, p. 8). Também é interessante observar que:

Há uma clara prevalência do chamado Relato de Experiência nos quais os atores institucionais das ONGs, movimentos religiosos, assessores governamentais escrevem sobre o modo de vida dos agricultores familiares. É raro o próprio camponês escrevendo sobre seu próprio cotidiano, pois sua palavra é sempre mediada pelos atores das redes envolvidas. Os artigos presentes em Agriculturas também apresentam marcas híbridas, numa proximidade quase fronteira com o Relato de Experiência. Evidencia-se também um percurso criativo e colaborativo de envolvimento entre academia, terceiro setor e saber popular. Por fim, a entrevista é um recurso pouco usado na revista Agriculturas (AZEVEDO e AZEVEDO FILHO, 2010, p. 16).

Não é possível perceber, durante a leitura da Revista Agriculturas, casos em que a aplicação da agroecologia não seu deu de forma bem sucedida. A prevalência do Relato de Experiência em detrimento da transcrição das reais falas dos agricultores com os quais se trabalha, demonstra a preocupação da instituição idealizadora em transparecer apenas os aspectos e experiências positivas do trabalho nas comunidades, deixando de lado as possíveis e prováveis falhas e entraves nos processos de conversão agroecológica – o que pode ser importante para um posicionamento mais firme e coerente frente aos setores capitalistas da agricultura moderna, vista como conservadora, colonizadora, promotora de desigualdades sociais e de riscos ambientais.

### **Considerações Finais**

Neste trabalho procurei realizar uma reflexão teoricamente informada sobre a vida familiar, as relações de gênero e, mais especificamente, o lugar ocupado pelas mulheres no mundo rural, através de casos descritos em uma publicação pautada na necessidade de disseminar o discurso da agroecologia. Percebi que a agroecologia revitaliza e re-significa um trabalho já existente através do contato com o saber técnico-científico a implantar novas redes sociais, outras formas de trabalho e reestruturando as

instituições sociais, o que traz mais visibilidade e reconhecimento ao lugar do feminino. Porém, isso se dá em conjunto com movimentos feministas e inseridos em transformações na sociedade global. A agroecologia emerge como paradigma que busca ser afirmado por meio de suas instituições impulsionadoras e das falas que são por elas reverberadas, o que faz com que exercícios que já existiam (quintal e terreiro) sejam visibilizadas de uma maneira propagandista de práticas agrícolas alternativas.

Por fim, o lugar do feminino está além dos campos da produção e do econômico, ele se reforça também numa lógica simbólica conectada a locais físicos de práticas cotidianas e trabalho. Assim, algumas pautas da agroecologia, ao focar no trabalho da mulher, apesar de trazer benefícios constatáveis quanto à segurança alimentar, a sustentabilidade ecológica e na politização dos sujeitos em questão, acabam por reafirmar este lugar do feminino, o espaço dos arredores da casa, os quintais e terreiros e suas plantas e animais provenientes.

### **Referências bibliográficas**

AGUIAR, Maria Virgínia de A. (2010) Complementariedade de gênero e o papel das mulheres morroquianas para manutenção da agrobiodiversidade em uma porção do cerrado brasileiro. In: SCOTT, P., CORDEIRO, R. e MENEZES, M. (Orgs) Gênero e geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.

ALMEIDA, Veronica Lima da F. (2012) Relações de gênero, agroecologia e tecnologia social: avanços democráticos no Brasil? In: VI Encontro Nacional da ANPPAS – Belém (PA), setembro.

AZEVÊDO, Sandra Raquew dos S. e AZEVÊDO FILHO, Carlos A. F. de (2010) A agenda proposta pela revista agriculturas: uma reflexão sobre mídia e agroecologia. Trabalho apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas.

BOURDIEU, Pierre (1996) A linguagem autorizada. As condições sociais da eficácia do discurso ritual. In: A economia das trocas lingüísticas. São Paulo: EDUSP.

DANTAS, Conceição (2007) Organização de mulheres e convivência com o semi-árido: a experiência das cisterneiras no Rio Grande do Norte. Revista Agriculturas. v. 4, n. 2.

DE BIASE, Laura e SILVA JÚNIOR, Roberto D. (2011) Inclusão do protagonismo feminino na agroecologia: um olhar para as diferenças e complementaridades de gênero. Cadernos de Agroecologia, v. 6, n. 2.

DE BIASE, Laura (2013) Feminino + masculino: gênero e agroecologia na construção da sustentabilidade. Disponível em: <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/1302.pdf> Acessado em: 27 de junho de 2013.

FREIRE, A. G., MELO, M. N., SILVA, F. dos S. e SILVA, E da. (2005) No arredor de casa, os animais de terreiro. *Revista Agriculturas*, v. 2, n. 4.

HEREDIA, Beatriz Maria A. de. (1979) A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. (2010) Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, P., CORDEIRO, R. e MENEZES, M. (Orgs) Gênero e geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.

JALIL, Laeticia. (2009) Soberania alimentar, feminismo e ação política: um olhar sobre as ações do Movimento de Mulheres Camponesas. *Revista Agriculturas*, v. 6, n. 4.

MOURÃO, Patrícia de L. (2007) As práticas agroecológicas e as relações de gênero nas estratégias da agricultura familiar. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 2, n. 1.

\_\_\_\_\_. (2013) Organizações Produtivas de Mulheres Rurais. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/390/Artigo%20-%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20produtiva%20de%20mulheres%20rurais%20-%20Patr%C3%ADcia%20Mour%C3%A3o%20-%20NEAD.pdf> Acessado em: 25 de junho de 2013.

OLIVEIRA, Cidvânia A. (2009) Quintais agroflorestais: mulheres redesenham espaços de produção e reprodução no Maranhão. *Revista Agriculturas*, v. 6, n. 4.

PACHECO, Maria Emília L. (2009) Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. *Revista Agriculturas*, v. 6, n. 4.

SCOTT, Parry. (2010) Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, P., CORDEIRO, R. e MENEZES, M. (Orgs) Gênero e geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.

SCHNEIDER, Sergio e SILVA, Carolina Braz de C. e. (2010) Gênero, trabalho e pluriatividade. In: SCOTT, P., CORDEIRO, R. e MENEZES, M. (Orgs) Gênero e geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.

WOORTMANN, Ellen F e WOORTMANN, Klaas. (1993) Fuga a três vozes. Ed. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro.

**GT (06) – (Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de  
contraposição ao produtivismo)**

**Os quintais agroflorestados podem atuar para a conservação da  
biodiversidade?**

**Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>1</sup>**

**Luciano Pires de Andrade<sup>2</sup>**

**Wallace Rodrigues Telino Jr.<sup>3</sup>**

**Lauana Souza Muniz<sup>4</sup>**

**Cartiele Rosale Borges de Noronha<sup>5</sup>**

**Rachel Maria de Lyra-Neves<sup>6</sup>**

**Resumo:**

Os quintais nos arredores de casa têm apresentado diferentes funções e usos, sendo os mais comuns a segurança alimentar das famílias dos agricultores. Este estudo tem como objetivo proporcionar uma discussão sobre a sustentabilidade e a função de conservação que os quintais podem ter para a conservação da biodiversidade, incluindo as aves. Os quintais devem ser considerados integrantes de um sistema agroflorestal e devem ser considerados como práticas de agricultura sustentável. Na visão e relatos dos agricultores os quintais abrigam um grande número de aves e estas o utilizam como abrigo e para alimentação (jurema, acerola, goiabeira, azeitona roxa). Os elementos para a discussão foram obtidos a partir da pesquisa de campo que vem sendo realizada pelo Núcleo Agrofamiliar e pelo projeto do PPGÉtno/UFRPE que estuda “As Influências da adoção de práticas agrícolas sobre a avifauna no semiárido de Pernambuco: um estudo de percepção voltado para a Etnornitologia, a Agroecologia e a conservação da biodiversidade.” Os quintais presentes nos arredores de casa dos agricultores podem constituir-se como práticas de agricultura responsável e sustentável e contribuir para a manutenção de espécies animais, sendo importante o fomento à programas, ações e políticas que visem a conservação das espécies, especificamente da avifauna.

**Palavras-chaves:** Agricultura familiar; Aves; Sustentabilidade

Os quintais nos arredores de casa sempre fizeram parte da vida dos agricultores familiares, tendo em sua composição desde plantas com finalidades medicinais, a sombra,

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Etnoecologia e Conservação da Natureza – PPGÉtno-UFRPE/ Pesquisadora do CNPq, Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar e Camponesa-AGROFAMILIAR- da UFRPE/UAG; Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, da Unidade Acadêmica de Garanhuns- UFRPE/UAG, e-mail: horasaa@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando do PPGÉtno-UFRPE/ Pesquisador do CNPq no Núcleo AGROFAMILIAR- da UFRPE/UAG; Professor da UFRPE/UAG, e-mail: lpandrade@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Dr. da UFRPE/UAG - Pesquisador no Núcleo AGROFAMILIAR- da UFRPE/UAG; Professor do PPGÉtno- UFRPE, e-mail: telinojr@uag.ufrpe.br

<sup>4</sup> Graduanda em Agronomia da UFRPE/UAG- Assessora Técnica da Incubadora de Economia Solidária da UFRPE/UAG, e-mail: lauanasm@hotmail.com

<sup>5</sup> Engenheira Agrônoma pela UFRPE/UAG- Assessora Técnica do Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia da UFRPE/UAG, e-mail:cartiele@hotmail.com

<sup>6</sup> Professora Dra.da UFRPE/UAG - Pesquisadora no Núcleo AGROFAMILIAR- da UFRPE/UAG; Professor do PPGÉtno- UFRPE, e-mail: rmlneves@uag.ufrpe.br

embelezamento e principalmente para a complementação da alimentação da família. Na agricultura familiar, uma das formas tradicionais de realização de agriculturas sustentáveis foi a introdução de quintais no entorno das casas. Os quintais agroflorestais representam uma unidade agrícola de uso tradicional do solo, considerados como uma das formas mais antigas de uso da terra, promovendo a sustentabilidade para milhões de pessoas no mundo (Fernandes e Nair 1986). São áreas destinadas ao plantio de um conjunto de espécies de plantas, como fruteiras, palmeiras, ornamentais e de cultivos alimentares e criação de animais domésticos (Gazel 2008).

Nos últimos anos, na paisagem rural, vem se percebendo uma mudança nesta cultura de implementação e manutenção dos quintais, ocasionada muitas vezes pela diminuição no tamanho das propriedades e uma influência no modo de pensar que levou os agricultores a utilizar toda a área para monocultivos, sendo observada na região na qual aconteceu esta investigação, um monocultivo de mandioca ou de feijão. Tal mudança tem ocasionado além de impactos ambientais a fauna e flora, uma influência para situação de insegurança alimentar nas famílias. Pesquisa realizada por Florentino e Albuquerque (2007) no agreste pernambucano apresentou que dentre as funções dos quintais estão a alimentação, a geração de renda complementar, finalidades medicinais e energéticas.

No município de Jupi-PE os agricultores nas comunidades de Miné, Catonho e Lacre, ainda preservam os quintais nos arredores de casa. E não diferente do que encontrado na literatura os quintais tem potencialmente a função de segurança alimentar da família. Neste espaço são cultivadas espécies arbóreas cujos frutos são utilizados na alimentação da família. Algumas famílias têm nos quintais espaços para criação de animais de pequeno porte, como galinhas e porcos. Mas o questionamento a ser feito é: Estes quintais que fazem parte de uma cultura tradicional entre os agricultores poderão servir para a conservação da biodiversidade? Quais as aves presentes nestes espaços e que são percebidas pelos agricultores? Quais as funções e usos destes quintais pelos agricultores? É percebida alguma interação entre as aves e as espécies vegetais existentes nos quintais?

A partir da atuação de um Núcleo de Agroecologia e por meio de uma investigação realizada pelo Programa de Pós Graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza-PPGETno/UFRPE vem se estudando sobre as influências e a correlação entre avifauna e as práticas de agriculturas desenvolvidas pelos agricultores de Jupi, município do semiárido pernambucano, representadas sobretudo, neste estudo, pelos quintais agroflorestados. O projeto faz parte de um estudo mais amplo financiado pelo MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq (chamada N°81/2013) e MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq (chamada N° 89/2013).

Este estudo pretende contribuir para a discussão de que os quintais agroflorestados presentes nos arredores de casas dos agricultores podem servir para conservação de espécies de aves uma vez que de acordo com Olmos (2005) é preciso pensar em conservação das espécies, incluindo as avifaunísticas, para além das unidades de conservação.

## 1- Funções dos quintais agroflorestais

Os quintais podem ser compreendidos como parte integrante de sistemas agroflorestais (SAF's) que envolvem o cultivo de plantas lenhosas, associado à prática de monocultura e à criação de animais domésticos, em uma determinada área (Fernandes e Nair 1986). Dentre seus múltiplos usos e funções, a mais comum é a produção de alimentos para o consumo familiar (Fernandes e Nair 1986; Wezel e Bender 2003; Costantin e Vieira 2004; Boncodin 2009; Fraser *et al.* 2012). Florentino *et al.* (2007) inclusive apresentam a importância dos quintais na conservação da Caatinga e citam sobre a necessidade de estudos dos quintais sob outras perspectivas. Estudos realizados por Goulart (2007) concluíram que os quintais, não menos importantes do que as matas desempenham papel fundamental para conservação da biodiversidade avifaunística.

Do ponto de vista da conservação, os quintais podem ser considerados como locais de conservação *ex-situ* para um largo e variado número de espécies (Alam e Masum 2005).

Sobre a importância dos quintais como alternativa sustentável para a agricultura e conservação da biodiversidade, inclusive faunística, Goulart (2007) afirma que existe uma concepção, comum no meio conservacionista, de que a agricultura leva, impreterivelmente, à perda da biodiversidade, mas os resultados obtidos pelos seus estudos e de outros autores (Thioly 1995; Perfecto *et al.* 1996; Greenberg *et al.* 1997; Vandermeer e Perfecto 1997; Moguel e Toledo 1999; Cockle *et al.* 2005; Faria *et al.* 2006) sugerem que não é a agricultura por si só que leva a perda de biodiversidade e sim o tipo de agricultura desenvolvida, sem desconsiderar que os quintais como sistemas agrofloreais não substituem as florestas ou remanescentes destas.

No município de Jupi os quintais apresentam em maior escala a função de alimentação, medicinal e ornamentação. A decisão de implementar um quintal na propriedade é geralmente do homem e os cuidados são divididos entre os homens, as mulheres e as vezes pela família toda. A decisão de se implantar um quintal nos arredores de casa tem relação direta com a função de usos dos mesmos, tendo o relato ainda de que os quintais foram introduzidos para diversificar o que tem na propriedade, o que demonstra que os quintais têm para os agricultores uma função produtiva o que o caracteriza como prática agrícola que pode ser considerada sustentável.

## **2- As aves e os quintais agrofloreais na visão dos agricultores**

No município de Jupi os agricultores identificaram um maior número de aves nos quintais agrofloreais do que em seus cultivos convencionais de mandioca, feijão e milho. Chegaram a citar inclusive um maior número de aves nos quintais do que em áreas de mata representadas na região pelo bioma Caatinga.

De acordo com os agricultores, as aves usam os quintais para abrigo, reprodução e principalmente para a alimentação. Mencionaram que a relação que estabelecem com as aves é a de proteção devido ao canto e beleza que proporcionam, embora haja relatos de caça e captura destes animais para alimentação e venda. Citaram que as aves usam as árvores como abrigo, refúgio e para fazerem seus ninhos. Mencionaram ainda que as aves procuram as espécies frutíferas de mesa para se alimentar, sendo citadas, neste caso, a mangueira, seriguela, cajueiro, goiabeira, a azeitona roxa, a aceroleira. Citaram ainda como função de abrigo e refúgio para as espécies da avifauna a algaroba e a jurema.

Os agricultores ainda não percebem o quintal como sistema agrofloreal e como possibilidade de conservação das espécies o que pode ser trabalhado por meio de um processo educativo e por meio de programas e políticas públicas visando a conservação. O quintal agrofloreal, portanto mostra-se como alternativa para a conservação de espécies avifaunísticas e tal prática, portanto, está em consonância com a Biologia da Conservação (Primack e Rodrigues 2001) e com a concepção agroecológica que admitem que certas áreas podem ser usadas para a produção agrícola e para a conservação da biodiversidade simultaneamente.

Os quintais agrofloreais, visto sobretudo como sistemas agrofloreais e como prática agrícola podem ser resgatados e valorizados como formas de agriculturas sustentáveis que além da função precípua de segurança alimentar das famílias poderá contribuir na conservação da biodiversidade. Desta forma, a produção agrícola realizada de forma responsável pode contribuir para a conservação de espécies de animais silvestres, especificamente, da avifauna que participa diretamente destes locais.



Assim, a adoção de sistemas agroflorestais, incluindo os quintais é fundamental para a manutenção da biodiversidade, incluindo a avifaunística, sendo portanto uma prática agrícola que deve ser estimulada, uma vez que se mostra uma alternativa sustentável.

### Referências bibliográficas

- ALAM, M. S.; MASUM, K. Status of Homestead Biodiversity in the Offshore Island of Bangladesh. *Research Journal of Agriculture and Biological Sciences*, v. 1, n. 3. 2005.
- BONCODIN, R. Dynamics in tropical home gardens. Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latinoamericano de Agroecologia. Curitiba PR, Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/node/110>>. Acesso em: 07 fev. 2012
- COCKLE, K.L.; LEONARD, M. L.; BODRAD, A. A. Presence and abundance of birds in an Atlantic Forest reserve and adjacent plantation of shade-grown yerba mate, in Paraguay. *Biodiversity and Conservation* 14 :3265-3288, 2005.
- COSTANTIN, A. M.; VIEIRA, A. R. R. Quintais agroflorestais: uma perspectiva para a segurança alimentar de uma comunidade do município de Imaruá-SC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 5. Curitiba. Anais... Curitiba: Embrapa Florestas: SBSAF, 2004. p.395-397, 2004.
- FARIA, D., R. R. Laps, J. Baumgarten, M. Cetra. Bat and bird assemblages from forest and shade plantations in two contrasting landscapes in the Atlantic Forest of Southern Bahia, Brazil. *Biodiversity and Conservation*. 15: 587-6, 2006.
- FERNANDES, E. C. M.; NAIR, P. K. P. An evaluation of the structure and function of tropical homegardens. *Agricultural Systems* 21: 279-310, 1986.
- FERNANDES-FERREIRA, H.; MENDONÇA, S. V.; FERREIRA, C. A. F. S.; ALVES, R. R. N. Hunting, use and conservation of birds in Northeast Brazil. *Biodiversity Conservation* (2012) 21: 221-244
- FLORENTINO, A. T.N; ARAÚJO, E. L. & ALBUQUERQUE, U. P. Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, Município de Caruaru, PE, Brasil. In: *Acta bot. bras.* 21(1): 37-47. 2007
- FRASER, J. A.; JUNQUEIRA, A. B.; CLEMENT, C. R. Homegardens on Amazonian Dark Earths, Non-anthropogenic Upland, and Floodplain Soils along the Brazilian Middle Madeira River Exhibit Diverging Agrobiodiversity. *ECONOMIC BOTANY* 65(1), 2011, pp. 1-12
- GAZEL, F. A. B. Composição, Estrutura e Função de Quintais Agroflorestais no Município de Mazagão, Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal Rural da Amazônia e Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2008
- GOULART, F. F. Aves em quintais agroflorestais do Pontal do Paranapanema, São Paulo: epistemologia, estrutura de comunidade e frugivoria. Dissertação (Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre/ICB-UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- GREENBERG, R. P.; BICHER, J.; STERLING, J.. Bird populations in rustic and planted shade coffee plantations of eastern Chiapas, México. *Biotropica* 29: 501-514, 1997.
- MOGUEL, P.; TOLEDO, V.M. Biodiversity conservation in traditional coffee systems of Mexico. *Conservation Biology* 13: 11-21. Tejada. 1999.
- OLMOS, F. Aves ameaçadas, prioridades e políticas de conservação no Brasil. *Natureza & Conservação* - vol. 3 - nº1 - Abril 2005.

PERFECTO, I.; RICE, R. A.; GREENBERG, R.; VANDERVOORT, M. E.. Shade coffee: a disappearing refuge for biodiversity. *Bioscience* 46:598-608. 1996.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. *Biologia da conservação*. Londrina: Vida, 2001.

THIOLLAY, J. M., The role of traditional agroforests in the conservation of rain forest bird diversity in Sumatra. *Conservation Biology* 9(2):335-353, 1995.

VANDERMEER J. H., I. PERFECTO. The agroecosystem: A need for conservation lens. *Conservation Biology* 11(3): 591-592, 1997. Veteto, J. R. and K. Skarbø. 2009. Sowing the seeds: Anthropological contributions to agrobiodiversity studies. *Culture and Agriculture* 31(2):73-87.

WEZEL, A.; BENDER, S. Plant species diversity of homegardens of Cuba and its significance for household food supply. *Agroforestry Systems* 57: 39-49, 2003.

**GT 06 – Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo.**

**PROJETOS AGROECOLÓGICOS: MOTIVAÇÕES, CONCEPÇÕES E CRÍTICAS SOB A ÓTICA DOS AGRICULTORES ASSENTADOS.**

**Otávio Gadiani FERRARINI<sup>1</sup>**  
**Paulo Eduardo MORUZZI MARQUES<sup>2</sup>**

**Resumo:**

O debate em torno da formulação de sistemas agrícolas de produção menos impactantes tem sido fomentado em diversos meios. Nesse contexto, a implantação de projetos produtivos de base agroecológica em assentamentos rurais tem sido uma aposta de diferentes atores (órgãos de assistência técnica, universidades, ONGs). Trata-se da construção de um modelo agrícola que consiga produzir de maneira diferenciada, gerando renda ao agricultor e mantendo o equilíbrio ambiental.

No entanto, os diversos desafios para a concretização de projetos desse tipo nos cobra uma análise cuidadosa de seus reflexos na vida dos agricultores envolvidos. Sob essa perspectiva, o presente estudo pretende apresentar as motivações, reflexões e críticas de agricultores engajados em dois projetos com esse caráter na região do Pontal do Paranapanema, buscando evidenciar em que medida os sistemas agroecológicos desenvolvidos possam ser reconhecidos por suas funções ambientais, econômicas, sociais e produtivas.

**Palavras-chaves:** Agroecologia, Projetos, Assentamentos Rurais

---

<sup>1</sup> Engenheiro Florestal, Mestrando do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ecologia Aplicada – ESALQ/USP; [otavioferrarini@hotmail.com](mailto:otavioferrarini@hotmail.com)

<sup>2</sup> Prof. Associado do Departamento de Economia e Sociologia da ESALQ/USP e professor do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ecologia Aplicada. [pmarques@usp.br](mailto:pmarques@usp.br)

## **Introdução**

O processo de modernização da agricultura e a difusão de um modelo agropecuário produtivista tomaram proporções globais. A visão de uma agricultura estritamente baseada num padrão químico, moto-mecânico e genético, que, transformada em um “pacote” a ser reproduzido, foi difundida em todo mundo, criou uma nova racionalidade produtiva (ARL, 2009). Sobre a justificativa de lidar com os problemas de insegurança alimentar agravados no período do pós-guerra, essa racionalidade produtivista da Revolução Verde tornou-se de fato o modelo hegemônico agrícola a nível mundial após a segunda metade do século XX.

Entretanto, chegamos ao século XXI com dados alarmantes da FAO/ONU (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) de que aproximadamente 868 milhões de pessoas são consideradas subnutridas em termos de consumo energético, o que representa 12,5 % da população mundial (FAO, 2013). Somado a esse insucesso explícito, são resultados dessa racionalidade diversos impactos ambientais e sociais, como a erosão de solos, a contaminação dos rios por agrotóxicos, a eutrofização da água pelo uso de adubos químicos, o aumento no número de pragas e doenças, a destruição de habitats naturais, a erosão genética e o aumento da instabilidade econômica e social nas comunidades de agricultores familiares (CROUCH, 1995 apud. SANTOS, 2012). Essa situação alarmante fez com que voltasse para a ordem do dia as propostas de construção de modelos de agricultura que conseguissem se libertar dessa lógica simplificadora, avançando para práticas que retomassem as dimensões socioambientais da agricultura, que por anos foram relegadas ao esquecimento.

Segundo EHLERS (1996), esses novos modelos construídos na concepção de uma agricultura ecológica vem à tona para reduzir os problemas sociais, bem como a degradação da biodiversidade e dos recursos naturais do planeta, como solo, água, ar, fauna e flora. Efetivamente, os danos ao meio ambiente e ao homem provocados pelos sistemas convencionais de produção de alimentos são consideráveis. Essa constatação leva não só ao debate e reflexão sobre uma reformulação tecnológica de práticas agrícolas que possam amenizar esses danos, mas mesmo sobre um completo redesenho das ideias e princípios ligados à concepção da agricultura. Nesta última ótica, um enfoque baseado unicamente na substituição de insumos é uma visão restrita, que não supera as verdadeiras limitações do atual modelo agrícola. Para autores engajados por

mudanças profundas da agricultura, a consolidação de novos agroecossistemas mais ecológicos não pode acontecer sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido (ALTIERI, 1998).

Essa consolidação passa por um processo mais amplo de construção de novos paradigmas para a agricultura, baseado em princípios como, por exemplo, a otimização ao invés da maximização de produção (VIVAN, 1998); a diversificação ao invés da monocultura; a independência de insumos externos ao invés da dependência (ALTIERI, 1998). Esses princípios norteiam as bases em que se fundamentam muitos projetos agroecológicos implementados atualmente nas comunidades rurais. No presente estudo, serão analisados dois projetos com esse caráter que foram implementados em assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo.

### **Projetos Agroecológicos no contexto do Pontal do Paranapanema**

A região do Pontal do Paranapanema está localizada no Planalto Ocidental do Estado de São Paulo, na confluência entre os rios Paraná e Paranapanema. Até o início do século XX, esta região era inteiramente coberta por florestas tropicais de grande valor biótico. Prova disso é a existência de remanescentes florestais que, ainda hoje, abrigam rica e importante biodiversidade, com a presença de inúmeras espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção (IPE, 2000). No entanto, a ocupação territorial dessas áreas, até então “selvagens”, ocorreu com base em intensa derrubada da mata nativa e a destruição de populações indígenas, Caiuás e Caigangues, que originalmente habitavam a região.

Com a Lei de Terras de 1850 e a definição de que a posse de terras no Brasil só poderia acontecer através da compra, intensificou-se na região o conhecido processo de grilagem de terras. Esta última consistiu em forjar documentos ilegais que comprovassem que as terras do Estado eram de propriedade dos colonizadores que ocuparam aquela região a base da destruição ambiental e indígena. Sobre esse processo, Leite (1998) é categórico:

*“No processo de ocupação de terras, então reservadas, tudo era válido: o suborno de escrivões, juízes e promotores; o compadresco político e, eventualmente, o recurso às armas de grupos de jagunços a soldo dos interessados. Como uma sesmaria, o Pontal foi fracionado e apossado. Desrespeitou-se a lei, a comunidade e, sobretudo, a ecologia regional”*

Exemplo emblemático dessa ocupação foi o ataque permanente às reservas florestais implantadas na região: a “Reserva Florestal do Morro do Diabo”, criada por decreto em 1941, a “Reserva da Lagoa São Paulo” e a “Grande Reserva do Pontal”, criadas ambas em 1942. No total, essas três reservas abrangiam uma área de 297.340 ha no período de sua criação (LEITE, 1998). Durante o período que se seguiu, devido à forte influência dos grandes latifundiários sobre o poder público, sobretudo durante o período da ditadura militar, essas áreas de reservas foram sendo ocupadas e desmatadas, gerando a extrema redução das florestas da região. Atualmente, o que restou dessa área florestal está localizado principalmente dentro dos limites do Parque Estadual do Morro do Diabo (PEMD), criado em 1986, que hoje apresenta uma área de 33.845,33 ha (IF/SMA/SP, 2006). Além dele, existem apenas pequenos fragmentos florestais.

Com base nesse histórico de ocupação, a região passou por ciclos econômicos diversos, como a exploração madeireira, o café, e o algodão, chegando nas décadas de 70 e 80 com um avanço intenso da atividade pecuária, o que gerou um novo processo de concentração fundiária. A pecuária extensiva extinguiu muitos postos de trabalho e avançou a fronteira agrícola sobre áreas ainda florestadas mais a oeste da região (IPE, 2000). Nas palavras de Feliciano (2009), as tentativas e brechas forjadas pelo Estado desde o início do século XX através de leis, decretos e processos administrativos de discriminação de terras, eram mais para legitimar o desenvolvimento capitalista na região, do que para resolver seus conflitos fundiários.

A junção desse contexto territorial, dentro de um panorama nacional de bloqueio da reforma agrária e a inexistência de uma política agrícola nacional destinada à agricultura camponesa durante as décadas de 70 e 80 (FERNANDES e RAMALHO, 2001), levaram milhares de sem terra da região a intensificarem seu processo de organização social, consolidando movimentos sociais de luta pela terra. Através de um longo processo de conflito com a forte ação política e social desses movimentos, o território começou a abrigar diversos assentamentos rurais a partir da década de 90, o que, de certa forma, reconfigurou a ocupação territorial e abriu novas perspectivas produtivas.

Essas novas perspectivas se baseiam na ideia de que a Reforma Agrária transcende seus objetivos óbvios como a distribuição de terras e o desenvolvimento de classes médias no campo, passando a desempenhar um papel essencial no resgate do equilíbrio com a natureza (WHITAKER, 2009). Essa leitura é reforçada pela ideia de

que os assentamentos abrem portas para o desenvolvimento de uma agricultura diferente dessa preconizada pela modernização conservadora, pois, mesmo que o assentado também seja “obrigado” a usar pacotes tecnológicos devido às exigências e pressões dessa racionalidade instrumental produtivista, sua dinâmica produtiva frequente se baseia em mosaicos complexos de diversidade agrícola, que, diferente das grandes propriedades com monoculturas modernizadas, cria brechas para uma maior preocupação e cuidado com o meio ambiente (WHITAKER, 2009)

Nesse quadro, foram desenvolvidos muitos projetos produtivos de bases agroecológicas em assentamentos rurais da região, com o intuito de responder aos desafios de uma nova “racionalidade produtivista” através da perspectiva de uma produção agrícola diversificada e multifuncional. No presente estudo, foram avaliados projetos que utilizaram os Sistemas Agroflorestais (SAFs) como modelo para a implantação de unidades de produção agroecológicas.

A aposta nos SAFs parte da ideia de que esses sistemas podem responder a um grande desafio dos assentamentos que consiste em romper a dicotomia entre produção e preservação. Por possuírem áreas pequenas, muitas vezes os assentados não conseguem cumprir a legislação ambiental de manutenção de APPs e Reserva Legal no lote. Ainda que muitos reconheçam a importância ambiental, o fato é que existem barreiras culturais, normativas, técnicas e econômicas para que tais exigências legais sejam cumpridas pelos agricultores. Nesse sentido, os SAFs podem representar uma alternativa de estímulo econômico à recuperação florestal, levando à incorporação do componente arbóreo em estabelecimentos rurais (RODRIGUES et. al. 2007). Dessa forma, os assentamentos passam a contribuir na construção de um novo modo de se fazer agricultura, sobretudo no momento atual, em que mudanças na legislação ambiental no nível federal e estadual têm aberto novas oportunidades para uma convivência menos antagônica entre assentados rurais e normas ambientais, principalmente na questão de recomposição de APPs e RL com uso de SAFs (RAMOS FILHO et. al. 2007).

### **As experiências estudadas**

Para o presente estudo, foram escolhidos, como referência, dois projetos já consolidados, que utilizaram como estratégia a implantação de SAFs agroecológicos biodiversos e sucessionais. A opção por estudar dois projetos distintos foi efetuada visando construir uma análise que evitasse a limitação metodológica de generalização a

partir de uma única experiência, uma vez que é sabido que os projetos agroecológicos são singulares e muito diferentes de acordo com a realidade em que são implantados.

Deste modo, foram avaliados o “Projeto Bioenergia com Biodiversidade e Segurança Alimentar” e o “Projeto Café com Floresta”, que serão descritos a seguir. Esses projetos foram realizados em um mesmo território e mesmo contexto sócio-político. No entanto, foram executados por entidades diferentes, com métodos diferentes e em períodos distintos, resultando em SAFs com diferentes idades e objetivos, o que nos fornece um rico cenário de estudo para os objetivos do presente trabalho.

O Projeto “**Bioenergia com Biodiversidade e Segurança Alimentar**” foi desenvolvido pelo Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento de Assentamentos Rurais e Agricultura Familiar (PPDARAF), do Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental da USP (NACE – PTECA/ESALQ/USP), com financiamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Esse projeto, assinado no final de 2008 e executado como parte do “Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel” (PNPB), teve, segundo o documento base do projeto, o objetivo geral de “contribuir com o desenvolvimento de novos sistemas produtivos no campo, com foco na produção de biocombustíveis, na diversificação da produção, nos sistemas agroflorestais, no manejo da biodiversidade e na segurança alimentar, com base na participação social e na construção da autonomia dos agricultores”.

Para atingir seus objetivos, o projeto permitiu implantar unidades de Sistemas Agroflorestais biodiversos em assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema, utilizando os seguintes elementos: a Macaúba (*Acrocomia sp.*), como espécie chave visando a produção de biodiesel e geração de renda; frutas diversas para a geração de renda; culturas anuais para a geração de renda e promoção da segurança alimentar e; árvores de espécies nativas para a composição da biodiversidade no sistema. A partir desses elementos foram desenhados os modelos de SAFs a serem implantados no lote de cada agricultor beneficiário, levando em consideração as vontades e a experiência de cada um dos assentados.

A opção pela Macaúba como uma das principais espécies do sistema se justifica pelo seu alto potencial produtivo. Trata-se de uma espécie nativa, bem adaptada às condições da região e subutilizada em termos econômicos. No entanto, essa opção representou desafios para o projeto: por um lado, por ser uma espécie com um mercado



pouco desenvolvido e bem específico e, por outro, pelo fato de ser vista pelos agricultores locais como uma “praga” que prejudica os pastos e tem muitos espinhos.

A metodologia construída para a execução do projeto, segundo entrevista com um dos técnicos executores, focou em dois princípios básicos para o alcance dos objetivos: 1) a construção participativa, através de diálogos frequentes com os beneficiários e demais atores envolvidos, empregando diversas ferramentas de participação social para captar a real necessidade dos assentados e; 2) a opção técnica por desenvolver um processo de transição agroecológica no lugar da imposição de um modelo agroecológico “ideal”. Desse modo, a intenção foi incentivar a pró-atividade e autonomia dos agricultores.

Para a execução do projeto, foram utilizadas as seguintes ferramentas: 1) realização de um amplo processo de formação em agroecologia e sistemas de produção diversificados cujo programa foi definido a partir da demanda dos assentados; 2) elaboração participativa e implantação em mutirões de áreas experimentais demonstrativas de sistemas produtivos adaptados à realidade dos assentamentos; 3) valorização do que já existe no lote e o resgate de práticas, de conhecimentos e de espécies tradicionais no arranjo produtivo; 4) acompanhamento técnico regular próximo aos agricultores e; 5) articulação interinstitucional entre o governo (MDA), movimentos sociais (MST), setor privado (empresas do ramo do biodiesel) e instituições de pesquisa (sobretudo APTA).

O projeto foi executado a partir de meados 2009 até o início de 2012, totalizando um período de quase dois anos e meio de atividades. Nesse tempo, os trabalhos foram desenvolvidos em torno de três eixos de ação principais, a saber: 1) pesquisas com a macaúba, identificando populações naturais na região, além do potencial produtivo da espécie e técnicas de produção e manejo; 2) atividades de formação, viagens técnicas e capacitação dos agricultores envolvendo temas relevantes para a execução do projeto como a implantação e manejo de SAFs, manejo ecológico do solo e dos desequilíbrios, a macaúba e suas características, entre outros e; 3) a implantação de dez Áreas Experimentais Demonstrativas com SAFs visando a produção de “Bioenergia com Biodiversidade e Segurança Alimentar”.

Com relação à implantação das áreas, as escolhas do projeto foram por atuar em quatro assentamentos localizados no município de Mirante do Paranapanema junto a doze famílias (a princípio, era previsto o trabalho com dez famílias, mas no início do projeto foi avaliado que a execução do projeto permitia a incorporação de mais duas

famílias). Desse modo, foram implantados SAFs em cinco famílias do PA Margarida Alves, três famílias do PA Roseli Nunes, duas famílias do PA Antônio Conselheiro e duas famílias do PA Paulo Freire. No presente estudo, foram entrevistados membros de uma família do PA Margarida Alves, de duas famílias do PA Roseli Nunes, de uma família do PA Antônio Conselheiro e de uma do PA Paulo Freire, totalizando cinco famílias entrevistadas.

O Projeto **“Café com Floresta”** foi desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE), ONG de cunho sócio ambiental, que, desde 1992, tem grande atuação e protagonismo em projetos na região do Pontal. O “Café com Floresta” teve seu início no ano de 2001, enquanto projeto baseado na implantação de Sistemas Agroflorestais diversificados, que associam a produção de café com o cultivo de culturas anuais diversas e com o plantio de espécies de árvores nativas da Mata Atlântica.

As áreas de café com floresta foram implementadas principalmente em assentamentos próximos a fragmentos florestais (sobretudo próximos ao Parque Estadual do Morro do Diabo), objetivando desempenhar o papel de “trampolins ecológicos”, criando uma paisagem de bosques florestais que permitiriam o trânsito de algumas espécies entre um fragmento e outro, possibilitando o fluxo gênico e aumentando a diversidade genética nestes locais (IPE, 2014). Além desse aspecto ecológico, o projeto também objetivou contribuir na geração de renda dos agricultores assentados a partir de atividades produtivas mais sustentáveis consolidando práticas que permitiam a otimização do uso dos recursos naturais disponíveis no estabelecimento dos assentados e sua interação. Suas ações foram fundadas em processos de capacitação e formação, com método que visava tanto o debate dos temas nas comunidades quanto maior independência do agricultor.

A opção pelo café como espécie chave dentro do SAF foi concebida com a intenção de constituir o principal elemento de geração de renda no sistema, tornando um incentivo financeiro e produtivo ao agricultor que se inserisse no projeto. Nesse sentido, o café representou uma boa alternativa de renda, uma vez que essa espécie possui um mercado já estabelecido. Além deste aspecto, são conhecidos os benefícios do plantio de café em conjunto com árvores, como a menor susceptibilidade à geadas e a alta taxa de ciclagem de nutrientes provenientes das folhas caídas (IPE, 2014).

Segundo entrevista com um dos técnicos responsáveis pelo projeto, a metodologia utilizada buscou a consolidação das áreas de SAFs com base em uma transição agroecológica que se utilizou de insumos internos dos estabelecimentos (como

esterco, urina de vaca, folhas e restos vegetais), objetivando, sobretudo, a recuperação da fertilidade do solo a partir da ciclagem de nutrientes e a construção de uma sucessão ecológica no sistema. O estímulo à experimentação dos agricultores e o uso de metodologias participativas também foram vistos como ferramentas importantes para auxiliar na construção do conhecimento agroecológico. Outro elemento relevante para a boa execução do projeto se referiu à questão do acompanhamento constante realizado pelos técnicos do IPE.

Desse modo, o projeto se consolidou como uma experiência de referência, a partir da estratégia de longo prazo de captação de recursos de diversas fontes de financiamento, conseguindo se manter como atividade do IPE até meados de 2012. Além das áreas implantadas diretamente com recursos dos projetos, muitas outras áreas se consolidaram através de iniciativas mais pontuais de alguns assentados, o que dificulta um levantamento preciso da quantidade de famílias que desenvolveram o sistema. A propósito, o dado preciso obtido é fornecido por Lima e seus colaboradores (2007) que apresentam no referido ano, o número de 38 famílias participantes, distribuídas em sete assentamentos, que implantaram em média um hectare de “café com floresta”. No presente estudo, foram entrevistados membros de famílias distribuídas em quatro assentamentos: uma família no PA São Bento IV, duas famílias no PA Santa Rita da Serra, duas famílias no PA Vale Verde e um família no PA Santa Teresinha da Agua Sumida, totalizando seis famílias consideradas.

### **Motivações, concepções e críticas em torno dos projetos agroecológicos**

A partir de entrevistas com técnicos executores e com os coordenadores dos projetos, foi possível realizar o levantamento das principais características metodológicas, objetivos e estratégias desses projetos, conforme apresentado anteriormente. Após essa releitura, a etapa posterior da pesquisa teve como foco realizar entrevistas com agricultores participantes dos projetos, buscando construir uma análise sobre suas motivações para se inserirem nos referidos projetos, bem como as suas críticas ao desenvolvimento das atividades.

No universo de estudo, todos os agricultores manifestaram que não tinham nenhuma experiência anterior com produção agroecológica, sendo as concepções e ideias apresentadas pelos técnicos, novidades para eles. Logo, foram os mais diversos motivos que levaram esses agricultores a se interessarem por participar dos projetos.

Em quatro casos, os agricultores mencionaram que se motivaram inicialmente por visualizarem que não teriam gastos financeiros em sua implantação, uma vez que todos os insumos utilizados foram fornecidos pelos executores. Como não teriam gastos financeiros, consideraram que eram poucas as chances de terem perdas caso o projeto não oferecesse bons resultados, o que definiu seus aceites em participar. Outros três agricultores afirmaram que a principal motivação foi o fato de já terem trabalhado com a produção de café, desejando retomar essa atividade. Os demais agricultores apresentaram outras motivações: o projeto seria uma boa oportunidade para produzir frutas no lote, o que era uma vontade antiga de um dos assentados; em dois casos, o sistema agroflorestal poderia recompor com árvores a área ao redor da casa, para cumprir a legislação e proteger o local e; a experiência apresentada em vídeo estimulou outro assentado a decidir tentar algo parecido em seu sítio. Entretanto, independentemente da motivação inicial, sete agricultores alegaram que eram receosos com relação às ideias previstas nos projetos, pois eram relativamente céticos a esta abordagem. Apenas quatro assentados desde o início consideravam a ideia interessante e estimulante.

Esse quadro revela que, na maioria dos casos, os agricultores que se inseriram no projeto tiveram sua aproximação inicial por motivos não diretamente relacionados à questão de uma produção agroecológica. Apenas três agricultores apresentaram motivos mais relacionados à vontade de desenvolver sistemas que buscassem conciliar as esferas produtivas e ecológicas.

Essa interpretação de certa forma foi reforçada pelas respostas dos agricultores sobre quais eram as expectativas e os resultados esperados com o projeto. Dos onze agricultores, seis apresentaram que a principal motivação era produzir bem para vender (seja culturas anuais, fruta, café ou leite). Outro assentado afirmou não esperar nada, qualquer resultado do projeto para ele seria satisfatório, e, ainda um assentado demonstrou em expectativa análoga, que esperava como resultado mais o aprendizado do que a produção em si. Apenas três agricultores mencionaram esperar como resultado a composição de um sistema produtivo que ao mesmo tempo servisse para recuperar a mata na região. A partir dessas respostas, é possível perceber que os principais resultados esperados com os projetos giravam em torno de um retorno produtivo e econômico a partir da implantação dos SAFs, o que demonstra a grande relevância dessa questão no universo dos agricultores assentados nesse estudo. Efetivamente, estes últimos possuem pouca margem de manobra para a realização de experiências cujos

resultados não contribuíam com meios para melhorar suas condições frequentemente precárias de vida.

Como apresentado na descrição dos projetos, a atuação dos técnicos em ambos os casos foi o suporte fundamental para a construção do conhecimento agroecológico teórico e prático por parte dos agricultores, bem como para a implantação das áreas. A utilização de metodologias participativas também foi uma opção que permeou a execução dos referidos projetos. Assim, a pesquisa buscou levantar junto aos agricultores suas impressões com relação ao acompanhamento técnico nos projetos e seus reflexos.

Com relação à apresentação inicial dos projetos realizada pelos técnicos nos assentamentos, bem como no que se refere à apresentação dos principais conceitos e ideias fundamentais sobre a opção agroecológica dos projetos, sete agricultores se manifestaram satisfeitos, pois entenderam muito bem o que se pretendia, em particular em termos de objetivos e estratégias dos projetos. Apenas três agricultores disseram que, mesmo após essas apresentações, continuaram com muitas dúvidas e acabaram desenvolvendo o projeto mais por confiarem nos técnicos do que por terem clareza do que era pretendido. Por fim, um agricultor ressaltou que, nessas apresentações iniciais, foram divulgadas promessas que não foram cumpridas ao longo do projeto, sobretudo com relação a espaços de formação e estudo sobre as técnicas de produção agroecológicas.

Na questão referente à presença e acompanhamento dos técnicos durante a execução dos projetos, seis agricultores consideraram seu bom desempenho, tanto na frequência das visitas dos técnicos como em sua participação e envolvimento com as áreas. Já quatro agricultores consideraram o acompanhamento bom apenas no começo, mas, após o estabelecimento inicial das áreas, os técnicos se ausentaram por longos períodos, o que dificultou o desenvolvimento das áreas de SAF. Apenas um agricultor avaliou como ruim o acompanhamento, considerando que os técnicos quase nunca estiveram em seu sítio, o que, em sua opinião, prejudicou o desenvolvimento do seu sistema.

Quando perguntado sobre como ocorreu o planejamento das áreas no que diz respeito à escolha das espécies, espaçamento das plantas, arranjo do sistema, local e métodos de plantio, nove agricultores avaliaram que principalmente os técnicos tomaram as decisões. Apenas dois agricultores estimaram que o planejamento foi realizado de forma conjunta, a partir do diálogo entre técnicos e agricultores. Essa

avaliação revela um distanciamento entre a proposta metodológica dos projetos, que ressaltava a construção participativa, e a execução metodológica. A partir da opinião dos agricultores, é possível inferir que essa construção não foi tão participativa como pretendia ser.

Com relação à implantação dos sistemas agroflorestais, seis agricultores consideraram que, nesse período, o acompanhamento técnico foi muito bom, ressaltando seu envolvimento tanto na organização das implantações, como também na execução, inclusive em termos de suas contribuições nos trabalhos braçais de plantio. Os outros cinco agricultores avaliaram que a participação dos técnicos na fase de implantação foi boa, mas pouco voltada para a execução, sendo mais uma contribuição organizativa e teórica, do que prática. Nota-se que, na fase mais inicial dos sistemas, o acompanhamento técnico em ambos os casos foi bem presente.

Entretanto, no que diz respeito ao acompanhamento técnico após o estabelecimento das áreas, ou seja, aquele mais voltado para o manejo e condução dos sistemas, a avaliação dos agricultores revela uma lacuna. Cinco agricultores avaliaram esse acompanhamento como ruim, estimando que houve uma total ausência dos técnicos nessa fase. Outros quatro avaliaram como regular, pois tiveram um acompanhamento muito pontual. Apenas dois julgaram que tiveram um bom acompanhamento técnico na fase de manejo e condução dos sistemas. Essa ausência revelada pelos agricultores evidencia uma das principais dificuldades na execução de projetos agroecológicos com financiamentos pontuais, ou seja, a descontinuidade das ações. Na maioria dos casos, os projetos preveem apenas a implantação dos sistemas, não garantindo um acompanhamento no longo prazo.

Por fim, quando perguntados sobre se o projeto havia atingido os resultados esperados, três agricultores se manifestaram positivamente, pois consideraram que os resultados forma atingidos integralmente, estando satisfeitos. Apenas um agricultor estima que o projeto não atingiu os resultados esperados por ele, alegando que terminou no meio de sua execução, tendo sido abandonado pelos técnicos. O restante, sete agricultores, avaliaram que o projeto atingiu parcialmente os resultados que eles esperavam. Quando perguntados sobre porque consideravam os resultados parcialmente cumpridos, todos mencionam que esperavam ter uma produção melhor do que aquela alcançada com o sistema. Já quando perguntados sobre quais eram considerados os motivos para que eles não tenham atingido os resultados esperados, as principais razões foram: problemas técnicos e produtivos (como as geadas, falta de chuva, ataque de

pragas, dificuldade de manejo); a falta do acompanhamento técnico na hora certa e; a falta de condições de trabalho da própria família, uma vez que o sistema demanda muita mão de obra.

### **Considerações finais**

Os modelos agroecológicos de produção são sistemas em princípio capazes de conciliar as funções ambientais, econômicas e sociais da agricultura. Entretanto, a partir dos resultados apresentados em nossa pesquisa, são realçados os diversos problemas a serem superados na implantação de projetos com esse caráter, representando uma série de desafios.

Um primeiro desafio consiste em garantir que o sistema consiga atender as expectativas dos agricultores envolvidos. Foi apresentado nos casos estudados que poucos agricultores se inserem em projetos desse tipo com uma clareza a respeito da agroecologia. Assim, na maioria dos casos, suas expectativas ainda giram, sobretudo, em torno dos resultados produtivos e econômicos do sistema. Logo, o desenvolvimento de projetos com esse caráter apresenta lacunas em equalizar os resultados ambientais e sociais esperados com aqueles produtivos. Em boa medida, está em segundo plano os resultados econômicos, o que é o maior referencial da ação no universo dos agricultores em questão.

Além disso, foi revelada a grande importância atribuída à criação de espaços de construção coletiva do conhecimento agroecológico dentro desses projetos. Como demonstrado, nenhum agricultor considerado no estudo tinha conhecimento anterior sobre o tema, mas a maioria gostou das ideias apresentadas desde o início do projeto e buscaram executá-las da melhor maneira possível. Porém, ainda foi identificado uma insuficiência no estímulo à participação dos assentados.

Outro aspecto relevante para a execução desses projetos diz respeito ao acompanhamento dos técnicos e seu papel diante das atividades. Como demonstrado, o acompanhamento constante é algo muito bem visto pelos agricultores, sendo avaliado como um grande fator de sucesso para os sistemas agroflorestais. Principalmente após o estabelecimento destes últimos, na época em que é necessário o manejo e a condução, a presença dos técnicos é muito relevante para a consolidação das técnicas agroecológicas (sobretudo aquelas em torno da fertilidade do sistema e de controle dos desequilíbrios). No entanto, nos casos estudados, uma limitação intrínseca aos projetos se encontra na

ausência de uma perspectiva de longo prazo, o que prejudica esse acompanhamento posterior.

O presente estudo buscou contribuir na construção do conhecimento em torno da execução de projetos agroecológicos, principalmente aqueles voltados para assentamentos de reforma agrária. A intenção principal foi evidenciar algumas questões julgadas relevantes a partir da ótica dos agricultores, o que pode ser considerado na execução de outros projetos com esse caráter.

### **Bibliografia**

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 110p. 1. ed. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1998

ARL, V. **Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e co-evolução humana na natureza**. in “Desenvolvimento Territorial e Agroecologia” Adilson F. Alves; Beatriz R. Carrijo; Luciano Z. P. Candioto (Organizadores), 256 p. Ed. Expressão Popular, São Paulo – SP, 2008, p. 155 – 168

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável – origem e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo - SP, Livros da Terra, 1996. p 178.

FAO/ONU **The State of food and agriculture** – Food and Agriculture Organization of United Nations, Rome, 2013

FELICIANO, C. A. – **Territórios em disputa: Terras (re)tomadas. Estado, propriedade de terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema** São Paulo, Tese Doutorado. Programa de pós-graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), 2009, 575p.

IF/SMA/SP – **Plano de Manejo: Parque Estadual do Morro do Diabo**. Instituto Florestal, Secretaria do Meio Ambiente, Governo do Estado de São Paulo, Helder Henrique de Faria (coordenador), Santa Cruz do Rio Pardo, SP, editora Viena, 2006, 312 p.

IPE – **Instituto de Pesquisa Ecológicas**. Site oficial. < <http://www.ipe.org.br/projetos-pontal/cafe-com-floresta> > acesso em 26 de março de 2014.

IPE – **Sistematização e análise de atividades de extensão agroflorestal voltadas ao desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema, SP**. Instituto de Pesquisa Ecológicas (IPE), Informe Técnico Final, outubro de 2000



LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec, 1998. 202p.

LIMA, J. F. et al. **Café com floresta – criando suficiência alimentar e biodiversidade ecológica.** Revista Brasileira de Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007

RODRIGUES, E. R.; et. al. **Avaliação econômica de sistemas agroflorestais implantados para recuperação de reserva legal no Pontal do Paranapanema, São Paulo.** Rev. arvore vol.31 n.5 Viçosa Set./Out. 2007

RAMOS FILHO, L. O. ; FRANCISCO, C. E. S.; ALY JUNIOR, O. **Legislação ambiental e uso de Sistemas Agroflorestais em assentamentos rurais no estado de São Paulo.** Revista Brasileira Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007.

SANTOS, J. D. **Desenvolvimento Rural, Biodiversidade e Políticas Públicas: Desafios e antagonismos no Pontal do Paranapanema – SP** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Recursos Florestais pela ESALQ/USP, 2012, 295 p.

VIVAN, J. **Agricultura e florestas – princípios de uma interação vital.** AS-PTA, Livraria e Editora agropecuária, Rio de Janeiro, 1998. 207 p.

WHITAKER, D. C. A. **Reforma Agrária e meio ambiente: Superando o preconceito contra o rural.** In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A e NUPEDOR (orgs.), “Retratos de Assentamento” N° 12, Araraquara–SP, UNIARA/INCRA, 2009, p. 33 – 46

## GT 06 – Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo

### QUINTAIS AGROFLORESTAIS COMO ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA E ECONÔMICA

João Carlos Canuto<sup>1</sup>  
Luiz Octavio Ramos Filho<sup>2</sup>  
Ricardo Costa Rodrigues Camargo<sup>3</sup>  
Fabiana Fagundes da Silva<sup>4</sup>  
Alexandre da Costa Junqueira<sup>5</sup>  
Jonas Pereira da Silva<sup>6</sup>  
Aline Carolina Galvão<sup>7</sup>

**Resumo:** Um estudo preliminar no contexto sócio-histórico do Assentamento Fazenda Pirituba, na região de Itapeva-SP, evidenciou que os quintais agroflorestais (QAs), são alternativas criadas autonomamente pelos agricultores familiares assentados na busca da reprodução social das famílias (alimentação e acesso ao mercado através do PAA). O estudo dos QAs, na medida em que os resgata da invisibilidade, poderá qualificar seu desenho e manejo, além de subsidiar políticas públicas para assentamentos rurais.

**Palavras-chaves:** Quintais agroflorestais; Assentamentos; Fazenda Pirituba.

---

<sup>1</sup> Engenheiro Agrônomo, Mestre em Extensão Rural, Doutor em Agronomia (Programa Agroecologia, Campesinato e História) pelo Instituto de Estudos Campesinos da Universidade de Córdoba, Córdoba, Espanha; Pesquisador na Embrapa Meio Ambiente; E-mail: joao.canuto@embrapa.br.

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo, Mestre em Política Científica e Tecnológica, Doutor em Agroecologia pela Universidade de Córdoba, Espanha; Pesquisador na Embrapa Meio Ambiente; E-mail: luiz.ramos@embrapa.br.

<sup>3</sup> Biólogo, Mestre no Departamento de Zoologia, Doutor em Zootecnia - Área de Nutrição e Produção Animal (Apicultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP-Botucatu-SP, com Pós-doutorado no Instituto de Química da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente; E-mail: ricardo.camargo@embrapa.br.

<sup>4</sup> Assentada de Reforma Agrária, Ass. Fazenda Pirituba, Graduanda em Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis – UFSCar; E-mail: fabfgs@gmail.com.

<sup>5</sup> Biólogo, Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela UFSCar; E-mail: alexcostajunq@yahoo.com.br.

<sup>6</sup> Assentado de Reforma Agrária, Ass. Fazenda Pirituba, Graduando em Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis – UFSCar; E-mail: psilva.agro@gmail.com

<sup>7</sup> Engenheira Agrônoma, Mestranda em Horticultura na Faculdade de Ciências Agrônômicas (UNESP), Campus Botucatu, SP.

## Introdução

Entendendo que o modelo tecnológico da agricultura convencional é pouco adequado às condições materiais e sócio-culturais da agricultura familiar, principalmente na realidade dos assentamentos rurais, a Equipe de Agroecologia da Embrapa Meio Ambiente, em colaboração com as organizações dos trabalhadores assentados e outras organizações da sociedade civil, iniciaram algumas ações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de capacitação agroecológica dos agricultores. Depois de diversas atividades de sensibilização e capacitação, em fevereiro de 2006 foram implantadas duas Unidades de Observação Participativa em Sistemas Agroflorestais (SAF) nos assentamentos Pirituba I (Itapeva) e Sepé Tiaraju (Ribeirão Preto), para estudos e observação cotidiana dos agricultores e técnicos (RAMOS-FILHO *et al.*, 2010).

Dando continuidade a essas ações, manteve-se um trabalho de assessoria e monitoramento de sistemas biodiversos em comunidades, nos espaços das chamadas unidades de referência tecnológica, em diversas regiões do Estado de São Paulo. No caso do Assentamento Fazenda Pirituba, nossas observações ao longo do período indicaram que as áreas cultivadas com maior agrobiodiversidade, a variedade dos manejos, os desenhos complexos, as relações familiares, a oferta variada destinada à alimentação da família e às trocas no mercado local, entre outros processos, ocorriam principalmente no espaço ao redor das casas nas Agrovilas.

As atividades de produção agrícola e pecuária apresentavam desenhos os mais variados, mas que, no entanto, guardavam algumas características recorrentes que se refletiam, com relativa variação, no que se conhece atualmente como “quintal agroflorestal” (QA).

Considerando a necessidade de entender melhor as formas, funções e processos inerentes aos quintais agroflorestais, buscou-se uma investigação mais aprofundada no sentido de compreender o significado destes quintais, levantando alguns elementos sobre as dimensões socioeconômicas e ecológicas inerentes a eles. Para tanto, a Equipe desenhou e aplicou em campo algumas ferramentas de levantamento de informação quantitativas e qualitativas. Na presente comunicação, apresentamos alguns dados preliminares desta pesquisa, ainda em fase de finalização da sistematização e análise completa das informações.

### Breve caracterização do Assentamento Fazenda Pirituba

Segundo Costa (2001), o Assentamento Fazenda Pirituba está localizado na zona geo-hidrográfica do rio Paranapanema, no interior da depressão paleozóica da bacia do Paraná, limite com o cristalino do planalto atlântico. Possui relevo medianamente movimentado, com altitude média entre 500 e 800 m. Pela mesma Autora, a vegetação é caracterizada por não ser homogênea, “apresentando manchas de Mata Araucária e remanescentes de cobertura original, áreas de capoeira e extenso domínio de cerrado”. Já com relação ao clima, é do tipo mesotérmico, sem estiagem prolongada, com temperaturas médias de 22°C no mês mais quente e índices pluviométricos de 1200 a 1400 mm anuais. A região está sujeita a ação de geadas entre os meses de maio a agosto (COSTA, 2001).

Quanto à atividade econômica, a região é caracterizada pela produção agrícola, predominantemente de grãos, como o milho, trigo e feijão, cultivados de maneira convencional, com a utilização de fertilizantes químicos, máquinas modernas e agrotóxicos.

O Assentamento Pirituba é na verdade um conjunto de assentamentos, composto de seis áreas (Pirituba I a VI) criadas sucessivamente ao longo do tempo desde o ano 1984, situadas nos municípios de Itapeva, Itararé e Itaberá, Estado de São Paulo, totalizando cerca de 360 famílias em aproximadamente 8 mil hectares. Cada assentamento possui um conjunto variável de lotes familiares, compostos de área de moradia de aproximadamente 1

hectare, concentradas nas chamadas Agrovilas, e uma área de produção de aproximadamente 17 hectares por família (os “lotes de produção”), separadas do “lote de moradia”.

Os lotes de produção refletem o modelo de produção regional, uma agricultura extensiva de grãos pautada no modelo convencional. Por outro lado, a produção dos lotes de moradia representa um volume muito significativo, especialmente no que diz respeito à diversidade. É a partir deles que se dá a maior parte da oferta de produtos hortifrutigranjeiros para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, além do consumo alimentar das famílias. Esta produção está conformada em grande medida nos QAs.

### **Aspectos conceituais sobre quintais agroflorestais**

Consideramos a seguir algumas questões conceituais sobre quintais agroflorestais. Introduzimos a discussão a partir da idéia de “sistemas biodiversos” ou “sistemas complexos”, que abarcam muitas variantes dos sistemas produtivos e apresentam semelhanças com ecossistemas naturais (floresta), ecologicamente mais equilibrados que os sistemas de produção em monocultivo. A complexidade, no entanto, é aqui entendida não só ecologicamente, mas igualmente sob o ponto de vista social, cultural e econômico.

#### *Sistemas complexos e biodiversos*

A concepção de sistemas de produção agrícolas complexos leva em conta, do ponto de vista ecológico, graus importantes de biodiversidade e da agrobiodiversidade, desenhos planejados e manejos inteligentes. Os desenhos aplicados no âmbito da agricultura são variados, embora os sistemas agroflorestais, silvopastoris e agrossilvopastoris sejam tipicamente sistemas complexos, em contraposição aos sistemas simplificados de monocultivo e mesmo os sistemas especializados de agricultura orgânica extensiva.

Genericamente, os sistemas biodiversos são formas de uso e ocupação do solo em que cultivos agrícolas anuais, arbustos, árvores, tubérculos, raízes, trepadeiras e animais são consorciados, de forma simultânea ou em seqüência temporal. Têm como uma de suas características a oferta diversificada e escalonada de produtos, e podem ser desenhados de diversas formas, dependendo das condições locais e dos objetivos dos agricultores quanto à escolha de produtos a curto, médio e longo prazo.

O conhecimento sobre desenho e manejo de sistemas biodiversos representa um desafio científico de primeira grandeza, pois exige a contribuição articulada de diversas áreas do conhecimento e representa uma segunda geração em relação ao que hoje possuímos em termos de “estoque de conhecimento” (CANUTO *et al*, 2013). Sistemas ecologicamente complexos e economicamente viáveis requerem conhecimentos mais avançados que os sistemas agrícolas simplificados, baseados no monocultivo e em pacotes tecnológicos homogêneos, hoje predominantes na agricultura brasileira. Nesse sentido, o estudo e desenvolvimento de sistemas biodiversos pressupõem o aprofundamento do conhecimento de seus princípios, do seu desenho, seu funcionamento e conseqüente manejo.

Entre os sistemas tipicamente biodiversos podem ser claramente identificados os sistemas agroflorestais e agrossilvopastoris. Os quintais agroflorestais, por sua vez, constituem uma expressão particular destes sistemas, mantendo nuances próprias de sua íntima relação como a morada e com a reprodução social da família.

#### *Quintais agroflorestais*

Os quintais diversificados, estabelecidos no entorno das moradias, são muito antigos. Desenvolvidos em diferentes regiões e realidades sócio-culturais, podem apresentar uma grande variedade de arquiteturas e nomenclaturas. Já na Civilização Maia, desde seu início até a chegada dos espanhóis, eles já estavam presentes. Em uma interpretação antropológica e

etnobiológica, Mariaca Mendez *et al* (2010) utilizam as denominações “huerto” e “solar maya”, comentando que tais sistemas “referem-se a uma zona destinada a cultivo de hortaliças e legumes, além de cultivos anuais; geralmente contava com algum tipo de irrigação e provia os alimentos cotidianos, plantas medicinais e flores”, tendo a capacidade de alimentar e de produzir excedentes para cobrir as necessidades das famílias que os manejam e utilizam. Dizem ainda estes Autores que os quintais representam “agroecossistemas universais, encontrados em todas as partes do mundo, sendo um sistema basicamente agroflorestal, destinado ao aproveitamento de frutas, madeira, lenha e servem de maneira importante para dar sombra”.

Segundo Lunz (2007) ele pode ser chamado de horto caseiro ou pomar caseiro, consistindo “na associação de espécies florestais, agrícolas, medicinais, ornamentais e animais, ao redor da residência, com o objetivo de fornecer várias formas de bens e serviços”.

Wiersum (2004) denomina os quintais de “jardins florestais”, afirmando que eles são desenhados “à semelhança de florestas naturais, em que as plantas cultivadas e silvestres coexistem” mantendo assim “características estruturais e processos ecológicos próprios de florestas naturais (...) embora a composição de espécies seja adaptada para atender às necessidades humanas”. Segundo o mesmo Autor, “estes sistemas ecologicamente sustentáveis são frequentemente dinâmicos na composição de espécies em resposta às mudanças nas condições sócio-econômicas. Tendo evoluído por um longo período de tempo, como resultado da criatividade das comunidades locais, os jardins florestais ainda têm recebido pouca atenção na pesquisa agroflorestal”. (WIERSUM, 2004).

Chagas *et al.* (2012) levantam a importância do conhecimento das populações locais na conservação dos recursos naturais. Por isso, afirmam que “resgatar o conhecimento popular, sobre o uso das plantas (...), estimula as populações tradicionais na valorização dos alimentos que são utilizados”, o que colabora grandemente para a preservação dos recursos genéticos associada aos agroecossistemas (*in situ* e *on farm*). Os autores também ressaltam a estreita relação entre a forma de manejar os agroecossistemas e a preservação dos recursos naturais e da agrobiodiversidade. Acrescentam que, na divisão de trabalho associada ao manejo familiar dos quintais agroflorestais, há marcante presença das mulheres.

Arruda (2007) afirma que “o quintal é a extensão de uma série de atividades não circunscritas ao corpo da casa”. Abarcando a horta, as árvores, o pomar, a criação, o plantio de subsistência e ainda as outras unidades materiais, “o quintal se consolida como uma unidade de produção, portanto, de reprodução da família”. Por outro lado, destaca que as características dos quintais agroflorestais estão em muito associados a aspectos importantes como a garantia da alimentação familiar, a integração com o espaço doméstico, a possibilidade da presença e do cuidado, a facilidade de processos de reciclagem, a ausência de contaminantes, a beleza cênica, entre outros. Pode-se considerar, por estas razões, que os quintais agroflorestais tendem a identificar-se bastante com o enfoque agroecológico.

No Assentamento Fazenda Pirituba, com semelhança aos exemplos apresentados de outros autores, os quintais agroflorestais são considerados espaços de produção agropecuária intensiva e diversificada, localizados em pequenas áreas ao redor das residências dos agricultores. Consistem na associação de espécies vegetais frutíferas, olerícolas, medicinais, condimentares, ornamentais, florestais, eventualmente combinadas com a criação de aves, suínos, bovinos, caprinos, entre outros. Orientam-se à reprodução social das famílias, seja na forma de abastecimento familiar, seja como alternativa de renda.

Alguns autores fazem referência aos quintais da Pirituba, entre eles Pinto (2009), o qual menciona que os quintais são intensivamente utilizados para a produção de autoconsumo, com a criação de pequenos animais (galinhas, patos, porcos caipiras e codornas) e o cultivo de espécies frutíferas, medicinais, hortícolas, ornamentais, dentre outras. Para este mesmo Autor, “este patrimônio sociocultural, enquanto matriz de saberes, herdado de gerações passadas, possibilita às famílias rurais (re)elaborarem diferentes e complexas estratégias de

sobrevivência para lutar pelos seus interesses frente às imposições de outros grupos da sociedade contrários à sua existência e realização”.

## Metodologia

A metodologia utilizada no presente trabalho enfoca dois núcleos de informação para os quais se busca uma combinação e análise relativamente unificada. Um deles é constituído de informações quantitativas, referentes aos dados compilados das entregas da produção dos Assentados ao Programa de Aquisição de Alimentos no ano de 2012, enfocando aspectos como quantidade, diversidade e sazonalidade da produção, entre outros.

Outro núcleo trata das informações levantadas em campo, através de entrevistas semi-estruturadas contendo 18 questões, aplicadas a 30 famílias que manejam quintais agroflorestais em seus lotes de moradia, contemplando 5 famílias de cada uma das 6 Agrovilas. Houve um evento prévio de capacitação da equipe, com a aplicação coletiva da ferramenta de coleta, seguida de uma reflexão sobre a necessidade de ajustes. Os registros escritos inicialmente foram manuais e posteriormente digitalizados. Um registro complementar foi o fotográfico, com indexação das fotos ao apontamento de cada entrevista. O conjunto de questões aplicadas nas entrevistas buscou obter algumas informações socioambientais, dirigidas a construir uma visão geral dos quintais agroflorestais. No presente artigo, faremos uma discussão preliminar com base em parte destes dados: caracterização socioeconômica das famílias, área de quintal manejada, origem dos conhecimentos utilizados nos quintais, parcela da renda familiar advinda do quintal, frequência de trabalho, diversidade de produção vegetal.

## Resultados e Discussão

### *Caracterização dos Quintais Agroflorestais do Assentamento*

Os entrevistados apresentavam idade entre 17 e 75 anos na época da pesquisa de campo. Pela Tabela 1, se nota que a maioria (60%) se situava na faixa entre 41 e 60 anos, caracterizando uma população predominantemente madura.

**Tabela 1:** Idade do(a) Entrevistado(a)

<b>Faixa Etária</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Abaixo de 25 anos	1	3,3%
25 a 40	6	20,0%
41 a 60	18	60,0%
Acima de 60 anos	5	16,7%
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

Na sua maioria, os Entrevistados possuem baixa escolaridade. Através da Tabela 2 observamos que, embora o número dos que se declaram analfabetos ou que nunca estudaram seja reduzido (apenas 10% dos entrevistados), o grupo predominante se refere ao 1º grau completo (57%), sendo que apenas 13% concluíram o 2º grau e nenhum dos entrevistados possui nível superior.

**Tabela 2:** Escolaridade dos entrevistados

<b>Escolaridade</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Analfabeta ou Nunca estudou	3	10%
1º Grau Incompleto	17	57%
1º Grau Completo	4	13%
2º Grau Incompleto	2	7%
2º Grau Completo	4	13%
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

A maior parte dos entrevistados revelou que não conseguiu terminar os estudos devido às dificuldades e falta de tempo disponível, já que desde a infância era necessário ajudar os pais na roça. Tal característica revela uma forte raiz camponesa, fato que se confirma quando analisamos as respostas quanto à origem do conhecimento sobre o manejo dos quintais agroflorestais (Tabela 3). Todos os entrevistados atribuem a seus pais a origem deste conhecimento, e uma ampla maioria (80%) atribui também aos seus avós. Chama a atenção a baixa frequência com que são citadas outras fontes, como técnicos, filhos e outros, ou mesmo o autoconhecimento, revelando de forma categórica que se trata de um conhecimento tradicional, construído de forma endógena e que vem sendo transmitido entre gerações.

**Tabela 3:** Origem dos conhecimentos sobre o manejo dos QAs

<b>Origem do conhecimento</b>	<b>Nº de Citações</b>	<b>Frequência (%)</b>
Pais	30	100%
Avós	24	80%
Autoconhecimento	5	17%
Técnicos	4	13%
Outros	3	10%
Filhos	1	3%

Quanto ao tamanho da área considerada como quintal agroflorestal, podemos observar na Tabela 4 que a maioria se encontra entre 0,41 e 1,0 ha (63%), sendo apenas 17% abaixo desta faixa, percentual igual ao dos que declararam área acima de 1,0ha.

**Tabela 4:** Tamanho das áreas consideradas como QA

<b>Grupos de Área (em Ha)</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Menos de 0,2 Ha	3	10%
De 0,2 a 0,4 Ha	2	7%
De 0,41 a 0,6 Ha	4	13%
De 0,61 a 0,8 Ha	9	30%
De 0,8 a 1,0 Ha	6	20%
Acima de 1,0 Ha	5	17%
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

Em relação ao número de pessoas envolvidas de alguma maneira no manejo dos QAs (Tabela 5), há maior frequência da participação de 2 a 4 pessoas, embora não se tenha quantificado o tempo gasto pelas pessoas no trabalho.

**Tabela 5:** Número de pessoas que trabalham no QA

<b>Numero de pessoas</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
1	4	13%
2	9	30%
3	4	13%
4	8	27%
5	4	13%
6	1	3%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

O destaque da participação das mulheres no manejo dos QAs é visível, muito embora a família como um todo e mesmo agregados e vizinhança contribuam sazonalmente. Pela Tabela 6, podemos observar que as mães trabalham nos quintais em 87% das famílias entrevistadas, um percentual superior ao de participação dos pais (80% dos casos). Pode-se, a partir disso inferir um forte fator de gênero envolvido com os QAs, que associa a necessidade de permanência e cuidado inerente à relação entre mulheres e sistemas biodiversos agroflorestais.



**Tabela 6:** Membros do grupo familiar que trabalham nos QAs

<b>Posição familiar</b>	<b>Frequência (nº entrevistados)</b>	<b>%</b>
Mãe	26	87%
Pai	24	80%
Filhos/Netos	18	60%
Outros	4	13%

Quanto à dedicação da família, é interessante notar que o trabalho nos QAs é praticamente cotidiano, envolvendo tempo parcial dos membros da família. Pela Tabela 7, se observa que 70% das famílias entrevistadas trabalha nos quintais quase todos os dias da semana. Esta maior frequência de trabalho fica mais evidente nos casos relacionados à produção olerícola, atividade que segundo os agricultores e agricultoras exigem um tempo maior para desenvolvimento das atividades de manejo.

**Tabela 7:** Frequência de trabalho no QA

<b>Nº de Dias/Semana</b>	<b>% dos entrevistados</b>
1 a 2	7%
3 a 4	23%
5 a 6	70%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

#### *Importância econômica: consumo familiar e mercado*

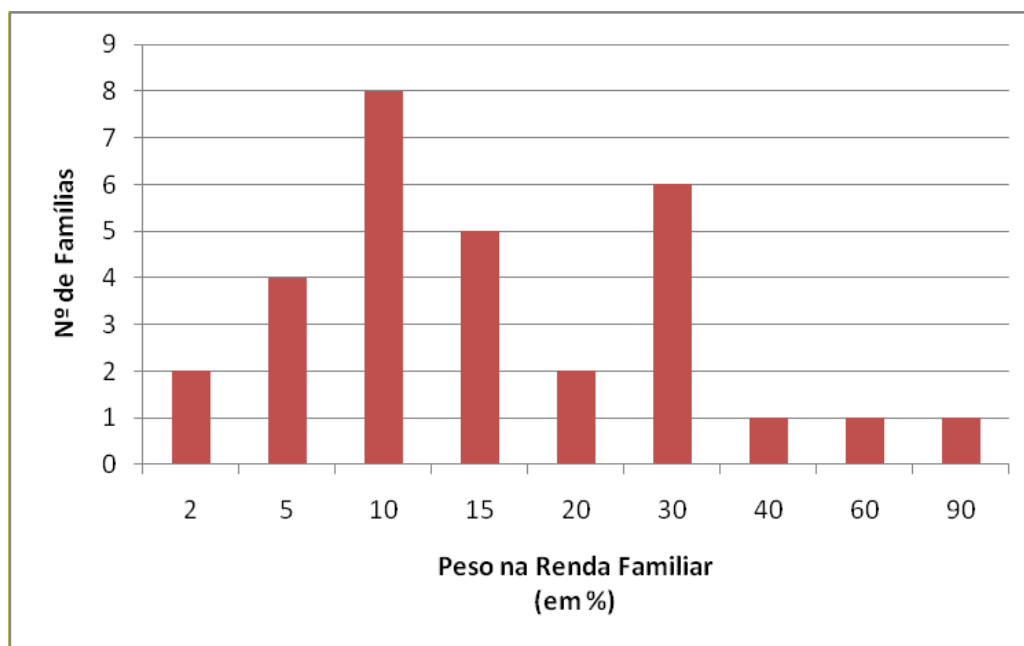
A base da produção dos QAs está tradicionalmente voltada ao que se gosta de consumir na casa, tanto para alimentação, como para uso medicinal, madeira, entre outras finalidades com valor de uso para a família. Porém, análises preliminares mostram que a comercialização da produção diversificada dos QAs também atende grande parte da obtenção de renda de algumas famílias, sendo que em grande parte delas entre 10 e 30% da renda é vinda de produtos dos QAs e em algumas famílias este percentual chega a 40, 60 e 90% (Tabela 8 e Gráfico 1). Através destes resultados pode-se ver que o embasamento da produção e da obtenção de renda está migrando para uma atividade mais diversificada, o que pode trazer mais segurança econômica em períodos de flutuação de preços no mercado e entressafra, mais segurança ecológica contra explosões de pragas e doenças e mais segurança alimentar e nutricional.

**Tabela 8:** Peso dos QA na Renda Familiar

Peso na Renda (em % da renda familiar)	Frequência (Nº famílias)	Frequência %	Frequência acumulada
2	2	6,7%	6,7%
5	4	13,3%	20,0%
10	8	26,7%	46,7%
15	5	16,7%	63,3%
20	2	6,7%	70,0%
30	6	20,0%	90,0%
40	1	3,3%	93,3%
60	1	3,3%	96,7%
90	1	3,3%	100,0%
	<b>30</b>	<b>100,0%</b>	

Ilustrando também a questão do peso dos quintais agroflorestais na Renda Familiar, o Gráfico 1 elucida visualmente os dados acima.

**Gráfico 1:** Peso dos QA na Renda Familiar



Em relação à comercialização, os quintais agroflorestais desenvolvidos nos lotes residenciais das Agrovilas respondem por parcela significativa dos produtos entregues no PAA. Tomando como base a experiência de Fabiana Fagundes da Silva, assentada da Pirituba que trabalha no registro dos dados das entregas ao PAA do Assentamento, pode-se estimar que em torno de 80% da produção comercializada atualmente junto ao PAA é oriunda dos quintais agroflorestais, enquanto 15% é proveniente das áreas extensivas (lotes de produção) e apenas 5% vem de áreas de produção coletivas. A parte da produção comercializada neste canal, ainda

assim, fica restrita ao sistema de quota anual do programa por agricultor, o que limita a oferta em relação ao real potencial de produção dos quintais (SILVA, 2014). Com essa ressalva, apresentamos a seguir uma breve análise dos dados das entregas ao PAA no ano de 2012, período em que a quantidade total de produtos entregue pelos assentados ao PAA totalizou 320 toneladas para o conjunto do Assentamento Pirituba. Em uma aproximação, a partir dos dados das entregas ao PAA, pode-se estimar que a produção dos quintais agroflorestais é constituída majoritariamente de cultivos alimentares: frutas (43%), legumes e tubérculos (25%), olerícolas folhosas (14%) e cultivos anuais (13%); outros produtos minoritários são ovos, carnes de suínos e de aves (5%).

### *Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar*

De acordo com o Quadro 1, podemos observar que a diversidade de espécies vegetais comercializadas via PAA pelos agricultores e agricultoras no agregado do ano de 2012 foi grande, chegando a 74 espécies no total, incluindo 5 espécies de culturas anuais, 18 espécies de verduras, 22 espécies de frutas, 22 espécies de legumes e 7 espécies de ervas usadas como condimentos. Além da grande diversidade de espécies, os agricultores/as cultivam diferentes variedades de algumas das espécies: três variedades de almeirão, três de repolho, quatro de banana, quatro de laranja, quatro de abóbora, quatro de pimenta e três de tomate. Com relação aos produtos de origem animal, foram comercializados ainda carne de porco, de frango, de boi, ovos, mel, leite, bebida láctea e queijo.

**Quadro 1.** Diversidade de produtos agrícolas entregues pelos agricultores do assentamento Pirituba ao PAA (2012).

	<b>Cult. Anuais</b>	19	Rúcula	37	Melancia	56	Maxixe
1	Arroz	20	Salsa	38	Melão	57	Moranga
2	Amendoim	21	Salsinha	39	Tangerina Ponkan	58	Nabo
3	Feijão carioca	22	Couve-flor	40	Caqui	59	Pepino
4	Mandioca	23	Coentro	41	Siriguela	60	Pimenta
5	Milho verde		<b>Frutas</b>	42	Carambola	61	Quiabo
	<b>Folhosas</b>	24	Abacate	43	Fruta do condi	62	Rabanete
6	Acelga	25	Abacaxi	44	Cidra	63	Tomate
7	Agrião	26	Acerola	45	Nêspera	64	Vagem
8	Alface	27	Atemóia		<b>Legumes e Tubérculos</b>	65	Caxi
9	Alho poró	28	Banana	46	Abóbora	66	Pimentão
10	Almeirão	29	Figo	47	Abobrinha	67	Mandioquinha salsa
11	Brócolis	30	Ingá	48	Batata doce		<b>Condimentos</b>
12	Catalonia	31	Jabuticaba	49	Berinjela	68	Hortelã
13	Cebolinha	32	Laranja	50	Beterraba	69	Manjerição
14	Chicória	33	Limão	51	Inhame	70	Alfavaca
15	Couve	34	Mamão	52	Cebola	71	Açafrão
16	Espinafre	35	Manga	53	Cenoura	72	Coloral
17	Mostarda	35	Manga	54	Chuchu	73	Erva-doce
18	Repolho	36	Maracujá	55	Jiló	74	Orégano

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados de entrega ao PAA-CONAB, 2012.

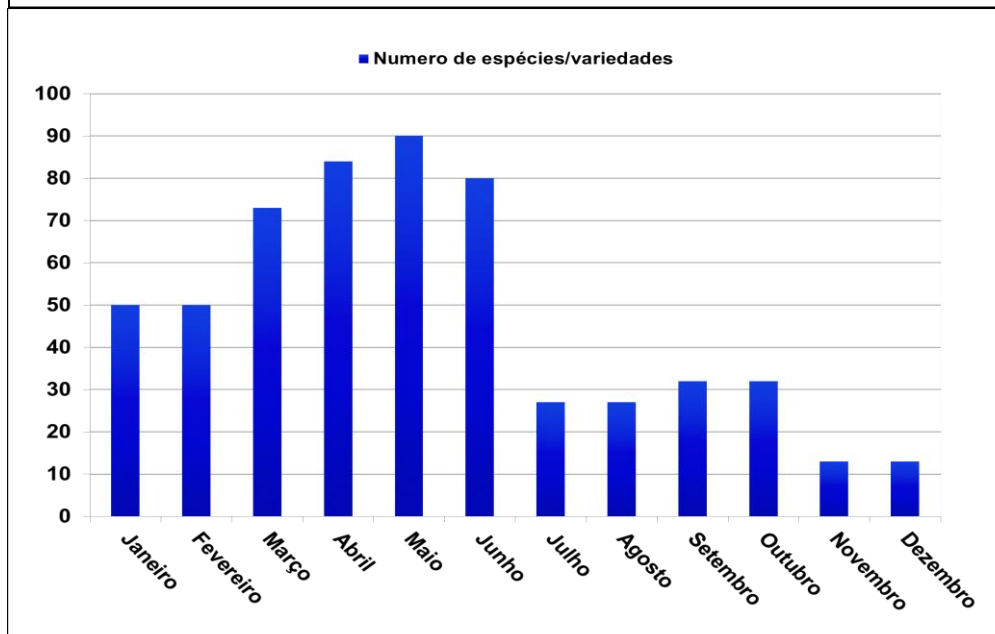
Outro aspecto importante de se observar é que a flutuação da diversidade de espécies/variedades de produtos entregues ao longo do ano foi grande (Gráfico 2) ficando entre 13 espécies no mês de novembro e 90 espécies em maio. No entanto, pode-se observar que a diversidade de produtos entregues em cada mês é grande principalmente no primeiro semestre, com valores de 50, 50, 73, 84, 90 e 80, para os meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho, respectivamente.

A questão da sazonalidade da produção deverá ser mais bem explorada nos estudos atualmente em andamento sobre quintais agroflorestais, no sentido de indicar um planejamento da produção mais equilibrado possível.

A grande diversidade de espécies e variedades de produtos entregues expressa o resgate da diversificação dos sistemas de produção, considerando tratar-se de uma região com longo histórico do processo de modernização da agricultura e grande concentração de terras, aliados à produção de grãos em monocultivos baseada no pacote tecnológico da Revolução Verde, que expulsou da terra muitos agricultores que antes praticavam o policultivo alimentar (SOUZA, 2011).

Por um lado, esta diversificação traz um maior equilíbrio ecológico aos agroecossistemas, com benefícios à conservação dos recursos naturais e maior autonomia em relação a insumos externos. Por outro lado, traz maior segurança alimentar e nutricional (SAN) para as famílias produtoras e para os beneficiários consumidores do PAA. Na pauta de discussões já há alguns anos, a segurança alimentar e nutricional (SAN) é o direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural, ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (CAISAN, 2011). A SAN então se constitui na garantia de alimentos não somente em quantidade, mas também com qualidade biológica e nutricional, características que se apoiam na diversificação da alimentação para garantir uma dieta com um conjunto mais amplo de nutrientes e vitaminas (CONSEA, 2006).

**Gráfico 2.** Flutuação da diversidade de produtos entregues pelos agricultores/as para o PAA no ano de 2012.

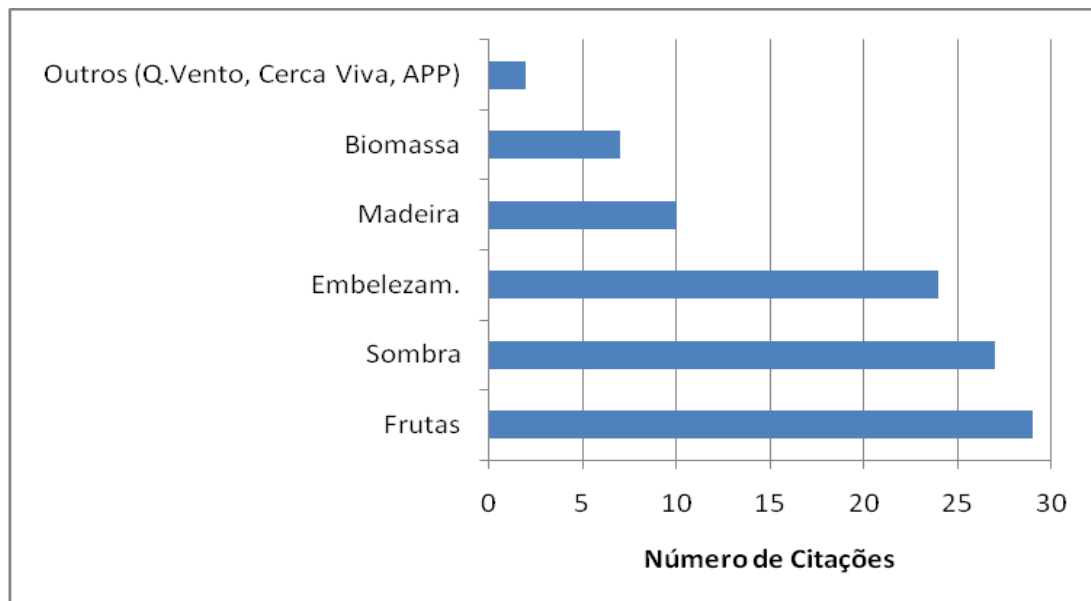


**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados do PAA-CONAB

Com relação à função exercida pelo componente arbóreo presente no QA, pelo Gráfico 3 pode-se constatar o seu caráter de múltiplo uso, com ênfase na fruticultura.

À parte das funções ecológicas, sinergias e complementaridades, de certo modo não planejadas e percebidas, as árvores têm exercido papéis os mais importantes, quer no sentido mais estritamente ecológico, quer nas respostas objetivas enquanto fertilizante, madeira, valor cênico, sombreamento e conforto térmico. Como alimento propriamente dito, as árvores frutíferas têm sido o foco constante dos quintais agroflorestais no Assentamento, fornecendo alimento para a família e criações domésticas, assim como produtos para o mercado.

**Gráfico 3:** Função exercida pelo componente arbóreo presente no QA



### Considerações Finais

Este estudo preliminar no Assentamento Fazenda Pirituba evidenciou que os quintais agroflorestais (QAs) são alternativas criadas autonomamente pelos agricultores familiares assentados na busca da reprodução social das famílias. Desta forma, os QAs são considerados espaços de produção agropecuária intensiva e biodiversa em pequenas áreas ao redor das residências dos agricultores, podendo ser apontados como práticas promissoras em termos de sustentabilidade ecológica e econômica. No contexto sócio-histórico do Assentamento Fazenda Pirituba, na região de Itapeva-SP, no qual estão associados terrenos em agrovilas a áreas de produção mais extensiva, os QAs têm grande expressão nas estratégias de reprodução social das famílias, seja na forma de abastecimento familiar, seja como alternativa de renda. Respondem por cerca de 80% dos produtos entregues ao Programa de Aquisição de Alimentos (CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento). A diversidade de produtos entregues chega a 74 espécies, tendo somado 320 toneladas em 2012 para o conjunto do Assentamento.

Esta análise preliminar indica que os QA caracterizam uma produção bastante diversificada, garantindo a preservação e manutenção de uma expressiva agrobiodiversidade de base tradicional. E ainda que a sazonalidade do volume de produção por cada tipo de produto seja bastante variável, a sazonalidade do volume da produção agregada é pequena, denotando um caráter de maior estabilidade na renda e na segurança alimentar das famílias.

Segundo os entrevistados, a produção dos quintais, que antes era apenas utilizada para consumo e o restante eram descartados, hoje representa um peso significativo na renda familiar, isto devido aos Programas e Políticas Públicas de comercialização voltada aos agricultores familiares e assentados de reforma agrária. Estes canais de comercialização vieram a contribuir fortemente para que os agricultores pudessem vender o excedente da produção dos quintais e se sentissem estimulados a buscar outros mercados locais para escoamento da produção. Com isso, a cada dia buscam melhorar qualitativamente e quantitativamente a produção para que se ampliem os canais de comercialização a mercados mais exigentes e promissores, como a merenda escolar.

Sendo assim, através da comercialização de uma pauta bastante diversificada em termos de espécies e variedades, os QAs do assentamento Pirituba estão contribuindo para uma alimentação mais abundante e saudável não só para as famílias agricultores, visto que estas utilizam uma gama diversificada dos produtos que retiram dos QAs para consumo próprio, mas também disponibilizando esta diversidade de alimentos para os consumidores em estado de insegurança alimentar da região, tendo um papel fundamental na SAN local e regional.

A importância econômica dos QAs é evidente. Ainda que os dados somente permitam ver ainda de forma grosseira este fato, sem quantificações mais detalhadas, é clara a função fundamental dos QAs tanto no abastecimento alimentar da família como na obtenção de renda pelas vendas no PAA e para outros mercados (aqui ainda não analisados). Conecta-se a isso, a questão da segurança alimentar, seja no âmbito restrito das famílias, seja na esfera da comunidade e região. O potencial hoje em abertura para entregas ao PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar coloca a grande possibilidade de ampliação da produção agroflorestral.

O trabalho cotidiano, eminentemente de base familiar, tem seu centro no papel das mulheres e isso reforça a conexão com as questões de gênero, hoje consideradas fundamentais para a sustentabilidade.

Papéis ecológicos de estabilidade e resiliência dos sistemas biodiversos são reconhecidos atualmente e indicam alternativas de desenho e manejo mais sustentáveis para os futuros sistemas agropecuários de produção. Assim biodiversidade e agrobiodiversidade se enlaçam para o alcance de objetivos simultâneos de reprodução social e manutenção da qualidade ambiental. A multifuncionalidade da agricultura igualmente está entremeadada nos ambientes biodiversos.

Constata-se que, a despeito da erosão dos conhecimentos tradicionais e endógenos, ainda se transmite no assentamento uma importante transmissão intergeracional de conhecimentos de base ecológica e espaço de preservação da memória biocultural, em especial nos ambientes dos quintais agroflorestrais.

Consideradas as limitações metodológicas inerentes a um enfoque exploratório, o presente trabalho busca uma aproximação ao entendimento dos sistemas biodiversos, na forma específica de QAs, no contexto do Assentamento Pirituba, em suas dimensões sócio-ambientais. Esta primeira visão não permite um retrato mais pormenorizado destes espaços de produção e vivência, mas representa um primeiro passo para tanto. Na sequência das pesquisas, buscar-se-a entender, quantificar e qualificar detalhes econômicos, sociais e ecológicos dos quintais, procurando uma visão mais aprofundada e integrada da questão, de maneira a contribuir para tirar da “invisibilidade” este importante e tradicional componente dos sistemas familiares de produção. Na medida em que permitam emergir uma maior visibilidade dos QAs, estudos como este poderão embasar propostas técnicas de qualificação do desenho e manejo destes sistemas, com o objetivo de conciliar produção e conservação dos recursos naturais. Eles poderão também subsidiar políticas públicas e planos de produção para os assentamentos de reforma agrária, contribuindo para garantir melhores oportunidades de alimentação das famílias e de acesso ao mercado.

## Referências bibliográficas

ARRUDA, A. F., **O espaço concebido e o espaço vivido da morada rural: políticas públicas x modo de vida camponês**. Dissertação de Mestrado. FAUSP: São Paulo, 2007, 159p.

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. – Brasília, DF: CAISAN, 2011.

CANUTO, J. C.; QUEIROGA, J. L. de; CAMARGO, R. C. R.; MALAGOLI-BRAGA, K. S.; URCHEI, M. A.; WATANABE, M. A. **Sistemas biodiversos em assentamentos rurais. Monitoramento, papel do conhecimento e especulações sobre políticas públicas**. In: VI Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2013, Campinas. Caderno de Resumos. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2013.

CHAGAS J. C. N. das; FRAXE, T. de J. P.; VASQUES, M. da S.; SANTIAGO, J. L. ; ELIAS, M. E. de A.; SOUZA, H. H. de. **Importância dos quintais agroflorestais na conservação de plantas aromáticas e condimentares em duas comunidades de várzea no Amazonas**. VI Encontro Nacional da ANPPAS. Belém, 2012.

COSTA, C. M. O. da. **Processo organizativo em assentamentos rurais: um olhar sobre a Fazenda Pirituba**. Dissertação de Mestrado. Campinas:Unicamp, 2001.

LUNZ, A. M. P. **Quintais agroflorestais e o cultivo de espécies frutíferas na Amazônia**. Rev. Bras. de Agroecologia/out. 2007 Vol.2-No.2.

MARIACA MENDEZ, R. M., GONZÁLEZ JÁCOME, G. y ARIAS REYES, L. M. **El huerto maya yucateco en el Siglo XVI**. México, 2010).

PINTO, M. S. V. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social do agricultor familiar no projeto de assentamento rural Fazenda Pirituba II** – Campinas:Unicamp, 2009.

RAMOS-FILHO, L. O.; SEVILLA GUZMÁN, E.; CANUTO, J. C. **Reforma agraria agroecológica como alternativa de recampesinización en zonas de agricultura industrializada: a experiencia del asentamiento “Sepé Tiaraju”, Ribeirão Preto, Brasil**. In: Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas. ALASRU: UFRPE, 2010.

SILVA, F. F. da. Comunicação pessoal, 2014.

SOUZA, T. J. M. **Discusión del uso de herramientas metodológicas em la construcción del conocimiento agroecológico em Asentamientos de Reforma Agraria em el Estado de São Paulo - Brasil. (Tese Doutorado). Universidad Internacional de Andalucía – UNIA, 2011. 98 f.**

WIERSUM, K. F. **Forest gardens as an ‘intermediate’ land-use system in the nature–culture continuum: characteristics and future potential**. Agroforestry Systems 61: 123–134, 2004. Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands. 123.

## **GT (06) – Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo.**

### **Sistema agroalimentar da avicultura fundada em princípios da Agricultura Natural: multifuncionalidade, desenvolvimento territorial e sustentabilidade**

Luiz Carlos Demattê Filho<sup>1</sup>

Jorge Konrado Xavier<sup>2</sup>

Giuliana Castro Magalhães<sup>3</sup>

Paulo Eduardo Moruzzi Marques<sup>4</sup>

#### **RESUMO**

Este trabalho refere-se às atividades e relações desenvolvidas em torno da agroindústria brasileira Korin Agropecuária Ltda. De origem peculiar, foi fundada com o propósito de colocar em prática os princípios, conceitos e métodos originados da Agricultura Natural, sistema agrícola preconizado por Mokiti Okada (Japão, 1882-1955). De fato, seu método produtivo se inscreve profundamente na ideia de uma agricultura sustentável, pelo não uso de adubos químicos solúveis, agrotóxicos, antibióticos, melhoradores de desempenho e outros insumos industriais. Assim, veicula uma abordagem socioambiental da atividade agrícola, com enfoque na qualidade diferenciada dos alimentos. Prioritariamente, abordamos a sustentabilidade pela visão da multifuncionalidade da agricultura, tratando também do desenvolvimento da empresa sob a ótica dos Sistemas Agroalimentares Localizados – SIAL. Realizamos pesquisa qualitativa com 28 produtores, predominantemente familiares, integrados à empresa, aplicando questionário semiestruturado para explorar e analisar suas atitudes, percepções e experiências em relação aos conceitos e métodos da empresa, ao meio ambiente, segurança alimentar e suas condições socioeconômicas. Os dados obtidos demonstraram que a prática da Agricultura Natural tem contribuído sinergicamente para que as dimensões da multifuncionalidade da agricultura sejam reconhecidas no território em questão, dinamizando e consolidando um sistema agroalimentar localizado sob uma perspectiva de sustentabilidade na produção agropecuária.

Palavras-chave: multifuncionalidade da agricultura; avicultura alternativa, agricultura familiar

1. Doutorando do PPGEA- ESALQ-CENA/USP, coordenador geral do Centro de Pesquisa Mokiti Okada (CPMO) – luiz.dematte@cpmo.org.br
2. Médico Veterinário, Setor de PD&I da Korin Agropecuária - jorge.xavier@korin.com.br
3. Bióloga, Setor de Pesquisa de Apoio a Pesquisa do CPMO – giuliana@cpmo.org.br
4. Professor associado do Departamento de Economia, Administração e Sociologia - ESALQ/USP – pmarques@usp.br



## INTRODUÇÃO

Olhando para o futuro, a pressão sobre os sistemas de produção de alimentos tendem a aumentar consideravelmente. Pelo lado da demanda, espera-se um incremento populacional em todo o mundo de mais dois bilhões de pessoas até 2050. Por outro lado, mais de um bilhão de pessoas padecem pelo excesso de alimentos, engrossando as estatísticas médicas mundiais em termos de doenças como diabetes tipo dois, obesidade infantil e aquelas cardíacas e vasculares (THE GOVERNMENT OFFICE FOR SCIENCE, 2011). Como consequência, a ideia de uma fome oculta revela outra parte do problema. Trata-se de uma alimentação desequilibrada, provocando deficiência em micronutrientes necessários à vida com qualidade em muitas pessoas no mundo que sofrem de diferentes formas de “fome que não se sente”. Contribuindo para este quadro, os processos de industrialização da agricultura e da alimentação favorecem a visão do alimento como apenas um combustível para a vida moderna.

Sendo mais específico quanto a produção de aves e ovos, efetivamente, há no cenário mundial uma crescente preocupação com o uso de antibióticos e outros medicamentos como anticoccidianos. Dinamarca e Suécia foram os dois primeiros países a abolir o uso de antibióticos como promotores de crescimento, com base em estudos que mostraram a relação entre seu uso na pecuária e desenvolvimento de resistência bacteriana (DANMAP, 2012).

Porém, a agricultura não se presta somente à produção de gêneros alimentares ou de matérias primas industriais, mas permite aos agricultores sua própria revalorização, associada a outras formas de identidade profissional. Na evolução destas ideias, o espaço rural passa a ser considerado como um patrimônio complexo que se deve gerir e preservar, não apenas como suporte para atividades agrícolas com objetivos exclusivamente econômicos, mas como um conjunto de relações sociais que dão origem e ao mesmo tempo expressam uma identidade e propósitos compartilhados por múltiplos atores. É um espaço dinâmico, que expressa as relações de interdependência e complementaridade, devendo ser considerado profundamente na gestão de políticas públicas, o que exige a construção de novas institucionalidades e prioridades de investimento (RIBEIRO, 2005).

A partir destes pontos de vista, esta comunicação visa discutir em que medida uma experiência bastante inovadora de avicultura natural favorece este reconhecimento e propagação da ideia de um rural como espaço dinâmico implicando dimensões sociais, ambientais e culturais. Nossa pesquisa qualitativa com 28 produtores, predominantemente familiares, integrados à empresa em estudo, permite uma discussão sobre suas atitudes e concepções em relação ao meio ambiente, à segurança alimentar e, em suma, ao papel da agricultura no desenvolvimento.

### **Sistema agroalimentar localizado e desenvolvimento territorial**

A ideia de sistemas, no contexto da ciência, foi inicialmente concebida por Bertalanffy no início dos anos 1950. Segundo este autor, o todo é muito mais do que simples soma das partes (DIAS; SANTOS,

2007). Utilizando o conceito de sistemas, Xu (2006) refere-se à Agricultura Natural como um sistema e não apenas como um método, como vem sendo mais frequentemente chamada até então.

A questão mais premente para este caso é aquela de saber em que medida um SIAL agroecologicamente alicerçado pode se constituir em alternativa viável ao modelo predominante de agricultura industrial e mercantil. Esta aqui, conforme enfatiza Ploeg (1992) provoca a ‘desconexão’ entre os sistemas produtivos e a natureza, a industrialização do trabalho, do tempo e do espaço, e a padronização em contraste com a produção de bens que contém atributos e especificidades locais, naturais e culturais.

A inespecificidade dos ativos comoditizados originados nos sistemas globais de produção e distribuição dos alimentos e a grande competitividade resultante da economia de escala vem ao longo de muitos anos, afogando muitas iniciativas que não conseguem se diferenciar. É consenso dentre muitos estudiosos do tema que o interesse pelo SIAL nasce, sobretudo, dos desafios impostos pela globalização, ditando limites externos a um sistema agroalimentar local. (PECQUEUR, 2005; 2000; AMBROSINI; FILIPPI, 2009). Destaca-se, também, o interesse pela institucionalização de novos mercados que, nascidos de mudanças nas crenças e preferências dos consumidores, da organização de novos territórios produtivos, tendem a apagar as referências territoriais das produções agroalimentares (FLEXOR, 2005; MORUZZI MARQUES; LUCAS; SARMENTO, 2010). As limitações econômicas e sociais do modelo produtivista, além de suas consequências ambientais, passam a demandar uma abordagem, acerca do desenvolvimento, que considere as dimensões da natureza e das relações sociais inseridas no paradigma da sustentabilidade.

Os SIAL's representam uma abordagem em resposta à crítica do modelo de desenvolvimento produtivista. As especificidades de um SIAL se referem a um tipo de produção, às características físicas, sensoriais e culturais do alimento e demais produtos, aos laços comunitários e sociais, à coordenação compartilhada do conhecimento no sistema e às relações produtivas entre seus agentes.

José Muchnik (2002 apud PECQUEUR, 2005) enfatiza três características predominantes destes sistemas agroalimentares localizados: a) A criação de economias externas ligadas à densidade das empresas situadas num local e a proximidade entre os atores; b) A valorização de conhecimentos não transferíveis. As competências, a relação de trabalho, os saber-fazer dos indivíduos e das empresas são fundados numa história comum, produzindo conhecimentos, práticas, normas e representações coletivas; c) Os modos de regulação combinam de maneira mais ou menos imbricada, de um lado, os mecanismos do mercado e, do outro, elementos de reciprocidade e de redistribuição que se enraízam na identidade social territorial. A organização coletiva constitui um recurso específico do sistema produtivo localizado, fonte de estabilização e de reprodução.

### **Multifuncionalidade da Agricultura**

As noções de multifuncionalidade da agricultura e de desenvolvimento rural sustentável surgiram de forma simultânea na Europa e América Latina, no início dos anos 1990. Tratou-se, sobretudo da disseminação das ideias discutidas na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e em seu

fórum, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Os trabalhos que aconteceram no período de 1983 a 1987 resultaram no chamado Relatório Brundtland (UNITED NATIONS, 1987) que critica o modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento (MOREIRA, 2000). Neste documento, o desenvolvimento sustentável é concebido como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Esta visão de longo prazo na consideração de desenvolvimento somou-se sinergicamente às críticas que se avolumavam ao modelo agrícola vigente e eminentemente produtivista.

A propósito, Passet (2001) considera que a busca de produtividade constitui um fenômeno positivo, mas se transforma em negativo, definido então como “produtivismo”, a partir do momento que cessa o servir a finalidades humanas, orientando-se unicamente por suas próprias finalidades. Desta perspectiva, o modelo agrícola, que se funda em redução dos custos de produção que acompanha o aumento da produtividade física de fatores de produção (mecanização, uso intensivo da química agrícola), a padronização dos produtos e o aumento da escala de produção, favorecendo uma agricultura com alto nível de especialização, concentração e intensificação, pode ser identificado como produtivista. Tal modelo cumpriu uma série de objetivos alimentares, mas passou a apresentar problemas cada vez mais evidentes.

Este modelo agrícola produtivista desempenha sua função produtiva com muitas limitações e negligências. Por esta razão que a noção de multifuncionalidade da agricultura foi concebida, insistindo sobre a importância dos papéis ambientais e sociais da atividade agrícola.

De forma geral, quatro dimensões principais são abrangidas pelo enfoque multifuncional da agricultura, com base nestas dimensões citadas, priorizando a agricultura familiar, Carneiro e Maluf (2003) estabeleceram para a observação e análise, as funções que seguem: a) reprodução socioeconômica das famílias; b) a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; c) a manutenção do tecido social e cultural; e d) a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A avicultura industrial se desenvolveu de forma pioneira na região em torno de Rio Claro e Ipeúna. Neste último município está instalada a agroindústria focalizada neste estudo, a Korin Agropecuária Ltda. Esta empresa nasceu em 1994, dentro de um propósito específico de colocar em prática os princípios de um sistema agrícola orientado por uma filosofia religiosa chamada Agricultura Natural. A Korin atua transversalmente em várias cadeias produtivas, por exemplo: na produção e comercialização de legumes, frutas e verduras orgânicas; na produção e comercialização de insumos para agricultura orgânica e sustentável; na produção de frangos e ovos orgânicos e livres de antibióticos, todo este conjunto de atividades sob a inspiração dos princípios da Agricultura Natural.

Esta última, preconizada por Mokiti Okada, leva em consideração uma série de fatores que se aproximam de aspectos multifuncionais da agricultura – produção de alimentos de qualidade, preservação

ambiental, respeito da biodiversidade, bem estar social e econômico de produtores. Com efeito, Mokiti Okada posiciona a agricultura como uma das principais atividades humanas capazes de criar uma civilização harmônica e feliz. Neste sentido, as práticas agrícolas, realizadas através da observação da natureza, possuem adicionalmente um caráter educativo, na medida em que seriam capazes de elevar a compreensão do homem para uma atuação social e ambientalmente responsável.

A filosofia em questão enfatiza nos seus princípios a qualidade intrínseca ao alimento, o qual, uma vez dotado de elevada energia vital, resultado de cultivos e processos em consonância com a natureza, serão capazes de nutrir o ser humano em suas mais profundas dimensões imateriais.

O objetivo deste trabalho foi investigar em que medida as características de um sistema de integração avícola, coordenado por uma agroindústria de capital privado cuja orientação se funda em princípios agroecológicos na produção, favorece a propagação de ideais de sustentabilidade nas esferas social, econômica e ambiental. Neste sentido, buscou-se: i) investigar as influências territoriais deste; ii) discutir a transformação em curso neste território; iii) examinar até que ponto aspectos multifuncionais da agricultura são considerados no âmbito deste sistema de produção avícola e se difundem direta ou indiretamente neste território. Em suma, objetivou-se discutir em que medida a Agricultura Natural influencia a forma de pensar e atuar no território agrícola com o apoio da abordagem do SIAL, considerando a integração dos agentes, a construção de uma identidade territorial e a inserção no mercado.

Selecionamos um universo de 28 produtores integrados na produção de frangos e ovos alternativos da empresa Korin Agropecuária Ltda, todos seguindo o mesmo sistema de produção fundado nos princípios e conceitos da Agricultura Natural. Todos os produtores de frangos e ovos que, em 2013, estavam integrados ou relacionados à empresa, foram entrevistados por dois colaboradores ligados ao Centro de Pesquisa da Fundação Mokiti Okada - CPMO, uma instituição parceira que trabalha sob os mesmos princípios filosóficos. O entrevistador previamente treinado seguiu um roteiro de um questionário semiestruturado com perguntas abertas conforme Lassen; Sandoe; Forkman (2006). O roteiro foi elaborado de tal forma a investigar suas atitudes e percepções em relação a: i) a Agricultura Natural enquanto método de produção dotado de princípios e conceitos; ii) a relação com a empresa coordenadora; iii) suas opiniões em relação ao nível de segurança alimentar atual de sua família; iiiii) suas opiniões e perspectivas relacionadas ao meio ambiente em geral e de seus estabelecimentos, além do nível de aderência aos aspectos ambientais legais, e por último, iiiiii) as questões sociais, enfatizando sua tendência ou não de permanência em meio rural, inclusive em relação às futuras gerações.

Todas as entrevistas foram registradas em gravador digital com a ciência e anuência do entrevistado. As análises procuraram considerar da forma mais fiel possível às respostas formuladas por nossos interlocutores.

## **DISCUSSÃO**

No total, 28 produtores (PRs) foram entrevistados, dos quais 25 voltados ao frango e três aos ovos. Entre os produtores de frango, quatro possuem um sistema orgânico e, os demais, produzem frango livre de antibióticos (Tabela 1). Todos os produtores de frango localizam-se a menos de 70 quilômetros da unidade de produção da empresa localizada em Ipeúna-SP.

Tabela 1 - Características dos produtores integrados da Korin

Integrado	Tempo de parceria com a Korin	Área Total (ha)	Mão de obra própria ou terceirizada?	Agricultor Familiar**	Visão da Korin***	Outra atividade? Qual?	Importância da atividade	Produz alimentos para consumo próprio?	Tipo de Produção	Adequação Ambiental #
PR01	Mais de 9 anos	De 4 a 16	Própria	Sim	Sim	Bovinocultura	Principal	Sim	Corte AF	Sim
PR02			Própria	Sim	Sim	Gado	Principal	Sim	Corte AF	Sim
PR04			Terceira	Não	Sim	Não	Principal	Sim	POSTURA	Sim
PR05			Própria	Sim	Sim	Não	Principal	Sim	Corte AF	Sim
PR06			Própria	Sim	Sim	Horta	Principal	Sim	Corte AF	Sim
PR07		Própria	Sim	Sim	Não	Principal	Sim	Corte AF	Sim	
PR03		De 29 a 63	Própria	Sim	Sim	Gado de Leite	Principal	Sim	Corte AF	Sim
PR08			Terceira	Não	Não	Imóveis	Secundária	Sim	Corte AF	Sim
PR09			Própria	Sim	Sim	Não	Principal	Sim	Corte AF	Sim
PR10			Própria	Sim	Sim	Não	Principal	Sim	Corte AF	Sim
PR11	Terceira		Sim	Sim	Gado	Principal	Sim	ORGANICO	Sim	
PR12	Mais de 4 anos	De 29 a 63	Terceira	Não	Sim	Carpintaria	Secundária	Sim	Corte AF	Sim
PR13			Terceira	Sim	Sim	Não	Principal	Sim	ORGANICO	Sim
PR14		De 150 a 745	Terceira	Não	Não	Corretor	Secundária	Sim	Corte AF	Sim
PR15		Própria	Sim	Sim	Não	Principal	Sim	ORGANICO	Sim	
PR16		Própria	Sim	Sim	Não	Principal	Sim	ORGANICO	Sim	
PR17	Menos de 3 anos	De 4 a 16	Terceira	Não	Não	Empregado	Secundária	Sim	Corte AF	Sim
PR23			Própria	Sim	Sim	Prod. Leite	Principal	Sim	Corte AF	Sim
PR24			Própria	Sim	Sim	Prod. Leite	Principal	Sim	Corte AF	Sim
PR25			Terceira	Não	Sim	Não	Principal	Sim	POSTURA	Sim
PR26			Própria	Sim	Sim	Prod. Leite	Principal	Sim	Corte AF	Sim
PR27		Terceira	Não	Não	Publicitário	Secundária	Sim	Corte AF	Sim	
PR18		De 29 a 63	Própria	Sim	Sim	Eucalipto	Principal	Sim	Corte AF	Não
PR19			Terceira	Sim	Sim	Não	Principal	Sim	Corte AF	Não
PR21			Terceira	Não	Não	Empresa	Secundária	Sim	Corte AF	Não
PR20			Terceira	Não	Não	Não	Principal	Sim	Corte AF	Sim
PR22	De 150 a 745		Terceira	Não	Não	Empresa	Secundária	Sim	Corte AF	Sim
PR28			Terceira	Não	Não	Consultor	Principal	Sim	POSTURA	Sim

Notas: Dados coletados até 30/11/2013.

(\*\*) Classificação dos agricultores familiares conforme o critério do PRONAF

(\*\*\*) Classificação dos agricultores familiares conforme o critério da Korin: aqueles que dependem diretamente da atividade agropecuária utilizando mão de obra de base familiar

#) Adequação ambiental da propriedade conforme critérios estabelecidos pela Korin nas condições de: ter uma Área de Preservação Permanente - APP e estar preservada; não ter APP e não estar poluindo; possuir área de RL e não estar necessariamente averbada.

Dentre ainda os 28 produtores, 17 agricultores se enquadram nas definições do PRONAF, de agricultura familiar, ou seja, 61%. Além deles, três produtores não se enquadram especificamente na definição do PRONAF (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2013) como agricultores familiares. Porém, estes agricultores dependem diretamente da atividade agropecuária utilizando mão de obra de base familiar. Adicionando estes três produtores, o percentual dos estabelecimentos de base familiar se eleva para 71,5%.

Baseando-se nas respostas, percebe-se que, quanto à importância da avicultura em seu estabelecimento, 21 produtores (75%) declaram que a produção de frango e ovos constitui sua principal atividade. Desses, 19 são agricultores familiares. Estes dados apontam para uma produção de frangos e ovos em importante base familiar, com relevante importância econômica para estes produtores. Convém insistir que a reflexão fundada sobre a multifuncionalidade da agricultura se refere, sobretudo, à agricultura familiar. Abaixo, cada uma das dimensões consideradas com mais ênfase neste debate em torno da multifuncionalidade é destacada a partir dos dados obtidos em nossa pesquisa.

### **Do ponto de vista da reprodução social das famílias rurais**

No universo de respostas, muitas preocupações foram potencialmente relacionadas à permanência do produtor na atividade rural. Dados atualizados até março de 2014 mostram percentualmente o tempo de parceria dos produtores com a empresa. Dentro do grupo de mais de quatro anos, 81% caracterizam-se por produtores que estão na parceria por mais de nove anos (tabela 1). Somando o grupo de mais de quatro anos com o entre 2 a 4 anos, teremos 82%, o que representa uma estabilidade significativa da parceria.

A maioria dos entrevistados são os chefes da família, trabalham e dependem da renda proveniente da atividade rural (68%). Os demais membros da família também atuam na atividade rural e dependem desta renda. Em alguns casos, os filhos jovens somente estudam e eventualmente auxiliam na atividade rural.

Os ganhos com a atividade avícola são satisfatórios para a maioria (75%). Outros 61% dos produtores desejam aumentar sua produção, o que constitui uma indicação forte de desejo de permanência na atividade rural.

A propósito, o agricultor familiar PR09 menciona que “se houvesse uma proposta de alguma outra atividade a ser realizada com a Korin, seria de grande interesse”. Segundo PR16, faria outra parceria, com interesse em produzir verdura ou frango orgânico. PR11 pretende diversificar a propriedade com suínos se for de interesse da Korin. O agricultor familiar PR02 espera ampliar a produção com aumento da granja.

O nível de satisfação dos produtores com a empresa é um fator relevante, pois também se relaciona potencialmente com a permanência do produtor na atividade rural. Assim, quando arguidos sobre o conhecimento a propósito da empresa com quem trabalham, todos manifestaram impressão positiva ao avaliá-la, fazendo uso de termos, como: “seriedade, idoneidade e o fácil acesso e contato próximo com gerentes e administradores”. Pode-se inferir desta forma um nível de bom relacionamento entre integradora e integrados.

No que se refere à remuneração, o agricultor familiar PR16 expressa sua satisfação em relação aos seus resultados financeiros: “Com a melhor remuneração da Korin, isso garantiu que pudéssemos melhorar nossas instalações e condição de vida. Vejo que como estou recebendo mais trabalhando com a Korin e que a qualidade de vida melhorou um pouco”.

Em linhas gerais, estas posições se alinham com outro estudo sobre os mesmos produtores (Almeida, 2012). Neste trabalho, três grupos de produtores de frangos em sistemas diferenciados de produção em três regiões brasileiras foram analisados. Mais de 70% dos produtores integrados à Korin responderam que o melhor preço pago e a certeza da venda dos frangos constitui uma importante motivação para se manterem ativos e produzindo neste sistema.

Por outro lado, muitos deles, como os agricultores familiares PR26 e PR23, assim como os agricultores PR27, PR21 e PR08 manifestam seu gosto em morar na zona rural e pretendem permanecer. Porém, quando se pergunta sobre a sucessão da unidade produtiva, a maioria dos filhos estuda ou atua em outros setores, o que leva os pais a acreditarem que eles não permanecerão na atividade rural, apesar de que 79% dos entrevistados desejam que os filhos continuem como um produtor agropecuário.

Em outros trabalhos investigativos sobre esta dimensão são destacados contradições e conflitos. Expressam que são necessárias condições adequadas para que os filhos permaneçam na propriedade, no entanto não as observam na prática. Com efeito, trata-se de um fenômeno generalizado, entre as famílias rurais no Brasil, o êxodo dos jovens do campo. Maior acesso a serviços públicos constitui a tônica nestas reivindicações, especialmente o acesso à educação. As melhores condições de trabalho, geralmente associada à maior renda obtida com a comercialização dos produtos agrícolas são também consideradas essenciais para que as perspectivas de permanência em meio rural sejam favoráveis. Mesmo o direito garantido de acesso à terra, em casos de assentamento, não é suficiente para assegurar a permanência dos jovens (CARDOSO et al., 2003, SCHMIDT, 2003).

Neste estudo, é possível destacar preocupações desta natureza. O desejo do PR17 é de que os filhos permanecessem na atividade rural, desde que trouxesse renda digna e fosse alinhado com o desejo deles. Segundo o agricultor familiar PR06, apesar de não ter filhos, considera que trabalhar na cidade é mais cômodo, pois acredita que a política agrícola brasileira não é satisfatória para despertar o interesse do jovem pelo campo.



Em boa medida, o sistema de integração da avicultura natural responde a estas preocupações. O aumento da renda dos avicultores neste sistema ocorre em razão da diferenciação do produto. Com efeito, o sistema de produção orgânico é aquele que confere mais especificidade ao produto. O fato de explorar áreas externas, como piquetes, menor adensamento das aves e melhores condições sanitárias gera resultados produtivos interessantes. Estes ganhos se associam aos programas de certificação, que permitem a internalização nos produtos das externalidades positivas da avicultura natural (MALUF, 2004), favorecendo uma gestão mais sustentável do estabelecimento e/ou da atividade.

A propósito, na produção de PR13, adjacente ao piquete dos frangos, há uma horta bastante diversificada com frutas, legumes e verduras utilizadas na alimentação da família. As sobras da produção das hortas são destinadas aos frangos. Neste caso mais especificamente, os animais são de linhagens de crescimento lento, o que permite caracterizá-los como frango caipira orgânico.

Convém destacar que os produtores engajados na produção do frango orgânico dedicam-se exclusivamente às atividades rurais, não possuem renda complementar à atividade agropecuária, todos respondem que os ganhos são satisfatórios, manifestam o desejo de que seus filhos continuem na atividade agropecuária e finalmente manifestam o desejo de ampliar a produção de frangos orgânicos.

### **Com relação à segurança alimentar e nutricional**

Na análise, 75% dos integrados afirmam que os treinamentos realizados em torno da avicultura natural contribuíram na mudança de seu padrão alimentar e para 61% houve mudanças também com relação aos tipos de alimentos consumidos. Assim, expressam um elevado nível de conhecimento e de aderência aos princípios da Agricultura Natural. Tais treinamentos resultaram, portanto, em uma maior conscientização acerca do consumo de alimentos. O interesse por alimentos mais saudáveis aumentou visivelmente, seja por meio de produção própria ou por tomar em conta mais critérios no ato da compra dos produtos. De outra parte, estes avicultores são confiantes quanto ao seu papel alimentar, uma vez que 61% considera ser contribuinte para a manutenção do abastecimento de produtos alimentícios de qualidade e em quantidades para a sociedade.

O agricultor familiar PR07 declara que “a partir do momento em que você começa a trabalhar com a criação diferenciada você começa a ser mais exigente na alimentação e isso faz com que a alimentação da família também venha a mudar. Aumenta os cuidados pessoais”.

Todos, sem exceção, produzem alimentos para consumo próprio. Estudos realizados com o enfoque em avaliar a presença de aspectos multifuncionais da agricultura mostram que mesmo em áreas de assentamento, porém localizadas em regiões economicamente mais desenvolvidas, como é o caso de um assentamento no município de Araras/SP, a produção de alimentos para consumo próprio é substituída em grande medida pela compra no mercado local (MALUF, 2003).

Mas este comportamento não se verifica no grupo estudado. Por exemplo, o agricultor familiar PR09 estima que ele e sua família possuem um hábito alimentar saudável e próximo ao natural, uma vez que a grande parte de sua alimentação é produzida no estabelecimento (leite, suínos, frangos, além das verduras).

Abordando neste momento, mais especificamente, o tema do risco alimentar, a pergunta dirigida aos produtores foi: O(a) senhor(a) considera que sua família, está protegida contra algum risco alimentar? As respostas compuseram o percentual de apenas 4% dos entrevistados que se sentem protegidos contra risco alimentar, o que nos pareceu surpreendente. O produtor de ovos PR25, quando questionado, se manifesta da seguinte forma: “Não, porque não se sabe a procedência dos alimentos. Já tive a experiência de trabalhar em lugares que os responsáveis não se importavam em disponibilizar para clientes produtos fora do prazo de carência”.

De certa forma, este dado é paradoxal, visto nossa interpretação anterior. Com efeito, as respostas consideram o risco acentuado do consumo de alimentos contendo substâncias nocivas, como agrotóxicos, adquiridos no mercado, mesmo que dependam pouco deste tipo de abastecimento alimentar.

Flexor e Gaviria (2003) realizaram um estudo com agricultores familiares de um assentamento sob a responsabilidade do INCRA em Paraty/RJ. Neste caso, 68,18% dos assentados afirmam estar protegidos contra o risco da fome porque “quem mora na roça sempre está protegido, basta plantar”, ou “produzo o suficiente para abastecer a família”. Nesta mesma pesquisa, 90,5% acreditam possuir hábitos alimentares saudáveis porque “comem o que plantam” ou “produzo para mim, sem veneno”. Estes depoimentos são deveras concordantes com os obtidos nesta pesquisa. Efetivamente, estes discursos revelam uma preocupação considerável relativa aos métodos em que os alimentos são produzidos.

Uma questão mais específica avaliou o nível de conhecimento dos produtores sobre a Agricultura Natural enquanto um sistema produtivo diferenciado. A maior ênfase se concentra sobre a ideia de que a produção de alimentos “limpos” e de qualidade diferenciada é fundamental. Portanto, convém insistir sobre esta associação entre qualidade diferenciada do alimento e a compreensão da Agricultura Natural.

Causa certa perplexidade a porcentagem elevada (32%) daqueles que afirmam não ter conhecimento sobre a Agricultura Natural. Nestes casos, os respondentes não conseguiram exprimir ideias coerentes com a perspectiva da Agricultura Natural. Os 68% que expressam ter conhecimento realçam bem, com suas palavras, características que permitem apresentá-la criativamente, como aquele do agricultor familiar PR06, segundo o qual “fazer Agricultura Natural é plantar e que o desenvolvimento da planta é por conta da força da terra”. Efetivamente, este constitui o princípio fundamental da Agricultura Natural.

Outros, por sua vez, ressaltam o fato de não usar produtos químicos, como o produtor de ovos PR04, o agricultor familiar PR10 e PR15, que destacam como consequência desta premissa a garantia da saúde. Cada um assimila este modelo agrícola com o que mais lhe chama a atenção, desde um olhar para a fertilidade do solo, passando pela preocupação pela saúde humana até as preocupações com o meio-ambiente.

### **Com relação às questões ambientais**

De maneira geral, nota-se um quadro favorável à adoção de cuidados ambientais pelos integrados ao sistema avícola natural. Para esta parte, tomou-se como referência o Código Florestal Brasileiro - CF e suas principais dimensões: Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL. Outro aspecto abordado foi com relação às boas práticas agropecuárias difundidas no âmbito da empresa. Na tabela 1, nota-se que, com exceção dos produtores PR18, PR19 e PR21, todos estão adequados ambientalmente.

De toda maneira, a maioria se sente comprometida, apesar de tantas dificuldades naturais, políticas e gerenciais, em contribuir de alguma forma para a preservação do meio ambiente. Sua escolha produtiva já revela em boa medida, esta postura. Com efeito, enfatizam que, caso tivessem incentivos por parte do governo, ações em favor do meio-ambiente ocorreriam de forma regular e eficiente, como por exemplo, o agricultor familiar PR07 manifesta: "Eu preservaria os recursos ou aumentaria as áreas de proteção que possuo e a recompensa não precisaria ser financeira, mas poderia vir como forma de estímulo, tal como na saúde ou educação." Isto evidencia uma notável consciência em favor do meio ambiente, fundada em uma prática respeitosa para com o meio e as reservas naturais, assim como uma atitude cidadã positiva e generosa.

Quando tomamos apenas os produtores de frango orgânico, as respostas apresentam um padrão ainda mais favorável ao meio ambiente. Trata-se de um grupo que considera o modelo de agricultura por ele praticada como capaz de cuidar da natureza (100%) e conhecem também o que são os serviços ambientais (75%).

### **Com relação às dinâmicas sociais e a identidade com o local**

Com base nos dados das entrevistas, 22 de 28 produtores, dos quais 18 são agricultores familiares, estão ativos nesta região há muito tempo. Todos os estabelecimentos estão muito próximos das cidades, assim, é hábito participarem de atividades comunitárias, nos centros comunitários municipais. A grande maioria menciona que suas atividades de lazer são a organização de almoços entre família.

Em resposta ao questionário, os produtores comentaram as mudanças em suas relações familiares e sociais após terem iniciado o trabalho com a Korin. Notaremos isso nas respostas dos agricultores familiares: PR08, PR12, PR15, PR16, os quais se expressaram da seguinte forma: “Acredito que houve sim melhoras na vida familiar e social em função da remuneração provinda da avicultura”, “Houve mudanças, a qualidade de vida melhorou em função da maior renda que vem sendo gerada” e “Aumento da renda. A relação vem melhorando”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados obtidos permitem considerar a propagação de um sistema de produção avícola diferenciada, em um território caracterizado como tradicionalmente relacionado a uma produção avícola convencional. Neste processo de expansão constatamos que elementos de reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura foram incorporados pelos produtores, sobretudo nos 20 agricultores familiares, que se integram a agroindústria coordenadora deste sistema. Desta forma, estes agricultores, tornam-se importantes difusores de ideias condizentes com as noções de multifuncionalidade da agricultura. Adicionalmente constatamos que o sistema se insere em uma dinâmica característica de um sistema agroalimentar localizado. Ambas as estruturas presentes e ativas nesta dinâmica são otimizadas pelos princípios, conceitos e práticas da Agricultura Natural. É sob os preceitos desta filosofia religiosa que o trabalho coordenativo desempenhado pela empresa em questão promove a criação de um sistema agroalimentar localizado. Produtores, empresa, canais de comercialização e consumidores formam um sistema que se integra e se retroalimenta, onde seus agentes, quer seja de forma consciente ou inconsciente, promovem uma compreensão, sobretudo, de hábitos alimentares e ambientais diferenciados. Os produtos comercializados, que são o resultado da aplicação de normas, protocolos de certificação e selos de qualidade com atributos de diferenciação, fortalecem a ideia de que um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) está em franco desenvolvimento. É neste sentido que se pode conceber a dinâmica de expansão da avicultura natural em um território tradicionalmente avícola.

Aqueles engajados na produção de frangos orgânicos desenvolvem ainda mais uma perspectiva favorável aos princípios da Agricultura Natural. Trata-se de um modelo que diferencia ainda mais os alimentos, resultando em maior nível de especificidade do produto final. O sistema de produção orgânico torna o manejo produtivo muito mais confortável para quem trabalha nele e favorece uma ocupação do espaço de forma menos intensiva e mais integrada ao meio ambiente. Igualmente, processos de produção animal, devidamente certificados como orgânicos irão demandar grãos orgânicos, promovendo mudanças estruturantes fundamentais nos sistemas agrícolas de produção.

Por outro lado, a multifuncionalidade da agricultura contribui sobremaneira para a discussão de modelos agrícolas mais adequados. São muitas as leituras possíveis com relação ao tipo de agricultura

que teremos no futuro, mas seguramente vivemos um momento de uma espécie de reemergência de modelos agrícolas, com uma revalorização da diversidade das agriculturas.

Em tempo, sugere-se que uma visão sistêmica em torno dos processos produtivos na produção de alimentos busque frequentemente um melhor diálogo com as áreas sociais e ambientais, de forma a melhor caracterizar suas reais potencialidades, seja no plano acadêmico ou técnico-produtivo, para refletir sobre os processos de desenvolvimento territorial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G.F. **Use of forage and plant supplements in organic and free-range broiler systems: implications for production and parasite infections**, 2012. 175p. Tese (Doutorado em Agroecologia) – Aarhus University, Science and Technology, Denmark, 2012.

AMBROSINI, L.B.; FILIPPI, E.E. Da era do desenvolvimento ao desenvolvimento rural: sistemas produtivos localizados sob a perspectiva de Karl Polanyi. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 121-139, 2009.

CARDOSO, J.H.; FLEXOR, G.; MALUF, R.S. Multifuncionalidade da Agricultura em Áreas de Assentamentos Rurais: O Caso de Abelardo Luz (SC). In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p.67.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 230p.

DANMAP. **DANMAP 2011 – Use of antimicrobial agents and occurrence of antimicrobial resistance in bacteria from food animals, food and humans in Denmark**. Copenhagen: Rosendahls-Schultz Grafisk A/S, 2012. 140 p. Relatório emitido pelo Danish Integrated Antimicrobial Resistance Monitoring and Research Programme. Disponível em: <[http://www.danmap.org/Downloads/~//media/Projekt%20sites/Danmap/DANMAP%20reports/Danmap\\_2011.aspx](http://www.danmap.org/Downloads/~//media/Projekt%20sites/Danmap/DANMAP%20reports/Danmap_2011.aspx)>. Acesso em: 14 jan. 2014.

DIAS, J., SANTOS, L. A paisagem e o geossistema como possibilidade de leitura da expressão do espaço sócio-ambiental rural. **CONFINS - Revista Franco-Brasileira de Geografia**, São Paulo, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://confins.revues.org/10>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

FLEXOR, G. Diferenciação e globalização do sistema agroalimentar: a questão da qualidade e os mercados alternativos. In: CONGRESSO DA SBS, 12., 2005. Belo Horizonte. **Anais...** Minas Gerais: SBS, 2005. p. 1-19.

FLEXOR, G.; GAVIRIA, M. A Terra, A Natureza e As Regras: A Multifuncionalidade da Agricultura em Paraty. In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 74 – 85.

LASSEN, J.; SANDOE, P.; FORKMAN, B. Happy pig are dirty! – conflicting perspectives on animal welfare. **Livestock Science**, Denmark, v. 103, p. 221-230, 2006.

MALUF, R. A Multifuncionalidade da Agricultura na Realidade Brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R.S. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 135-152.

MALUF, R.S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil perspectivas de inserção, obstáculos e instrumentos de política. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.25, n.1, p.299-322, abr. 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Classificação dos produtores rurais pelo PRONAF**. Disponível em: <

<http://argus.iica.ac.cr:19555/Documents/Classifica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20produtores%20rurais%20ao%20Pronaf%20participantes.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

MOREIRA, R.J. “Críticas ambientalistas à Revolução verde”. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.15, p. 39-52. 2000.

MORUZZI MARQUES, P.E.M.; LUCAS, A. de; SARMENTO, G. Estratégias dos agricultores familiares de São Pedro/SP: perspectivas de consolidação de um sistema agroalimentar localizado? ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO, 4., 2010, **Conference paper...** Curitiba: UFPR, Julho, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/741.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

PASSET, R. **L'illusion néo-libérale**. Paris: FAVARD, 2001.p.303

PECQUEUR, B. **Le développement local**: mode ou modèle. 2eme. Paris: Syros-la Découverte, 2000.

PECQUEUR, B. O. Desenvolvimento Territorial: Uma Nova Abordagem dos Processos de Desenvolvimento para as Economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1 / 2, p. 10–22, jan./dez. 2005.

PLOEG, J.D van der. The Reconstitution of Locality: Technology and Labour in the Modern Agriculture. In: WHATMORE, S.; LOWE, P.; MARSDEN, T. (Org.). **Labour and Locality. Uneven Development and the Rural Labour Process**. London: David Fulton Publishers, 1992. 224p.

RIBEIRO, D.M. A multifuncionalidade da agricultura e o aproveitamento dos recursos naturais: preocupação legítima ou protecionismo disfarçado? In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 14., 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza:CONPEDI, 2005. p. 1-21.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003. 254p.  
THE GOVERNMENT OFFICE FOR SCIENCE. **FORESIGHT. The Future of Food and Farming**: Challenges and choices for global sustainability. Executive Summary. London., 2011. Disponível em: <[https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/288088/11-547-future-of-food-and-farming-summary.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/288088/11-547-future-of-food-and-farming-summary.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2014.

UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development**. “Our Common Future”. A/43/427. 4 aug.1987. 374 p. General Assembly.

XU, H. L. **Nature Farming in Japan**. Kerala, India: Research Signpost, 2006. 168p.

# VI Encontro da Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS  
NOS ESPAÇOS RURAIS

02 a 05 de setembro de 2014.

GT7

PESCADORES  
ARTESANAIS E  
RIBEIRINHOS: FORMAS DE  
RESISTÊNCIA ÀS  
SITUAÇÕES DE INJUSTIÇA  
SOCIOAMBIENTAL

COORDENAÇÃO

NAÍNA PIERRI (UFPR)

CRISTIANO RAMALHO (UFRPE)

MARIA CRISTINA MANESCHY (UFPA)

## **GT 07 – Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistência às situações de injustiça socioambiental**

### **A Associação Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR) e a resistência pesqueira na Baía de Guanabara**

Laura dos Santos Rougemont<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O artigo em questão é fragmento de uma pesquisa de mestrado em fase de desenvolvimento que tem como principal objetivo analisar a resistência dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, frente aos impactos da instalação do empreendimento da Petrobrás denominado Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Com o intuito de compreender a resistência pesqueira, nos atemos à atuação da Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR), com sede no município de Magé (RJ), associação representativa de pescadores provenientes de vários municípios que circundam a Baía de Guanabara, e que vem atuando desde 2003 em defesa do segmento. A intensificação da instalação de empreendimentos correlacionados às atividades petrolíferas tem promovido a perda dos territórios pesqueiros, gerando uma série de conflitos socioambientais na Baía de Guanabara. A AHOMAR é acometida por um cenário de ofensivas violentas contra a pesca artesanal na Baía que banha a metrópole carioca, mas permanece lutando pela sobrevivência deste ecossistema e dos pescadores artesanais que dependem dele para trabalhar e viver.

**Palavras-Chave: Baía de Guanabara; COMPERJ; AHOMAR.**

---

<sup>1</sup> Mestranda no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Pesquisadora do Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). E-mail: lsrougemont@gmail.com.



## 1. Caracterização e ocupação da Baía de Guanabara

A Região Hidrográfica da Baía de Guanabara (RHBG ou RH5), segundo o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), é a área que abrange não só o espelho d'água da Baía, mas 17 municípios<sup>2</sup> e 8 bacias hidrográficas. Só o seu espelho d'água possui cerca de 380 km<sup>2</sup>, com profundidade média de cerca de 7 metros (CARREIRA, 2010 apud CHAVES, 2011). A área da bacia possui 4.066 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 9% da área total do estado do Rio de Janeiro, além de concentrar uma população estimada em mais de 11 milhões de habitantes e atividades econômicas industriais, zonas portuárias, refinarias e terminais de petróleo. É considerada a segunda maior baía do litoral brasileiro, sendo também, por outro lado, uma das mais degradadas. Se constitui historicamente como porto de entrada para o território fluminense e em suas margens se instalou a capital do estado, a segunda maior metrópole do país (MAPA DE CONFLITOS..., 2010).

Conforme relata o estudioso da Baía de Guanabara, Elmo Amador (1997), este espaço sempre foi ocupado por populações primitivas, como índios Tamoios (da nação Tupi-Guarani), povos caçadores, coletores, pescadores e agricultores. Porém, durante o século XVI, logo após a chegada dos primeiros navios europeus à Baía de Guanabara, em 1º de janeiro de 1502, houve a ocupação da cidade do Rio de Janeiro e de todo o entorno da Baía de Guanabara por povos que não tinham uma relação de respeito com a natureza. A lógica colonial predominou e, segundo ele, continuou predominando com o neoliberalismo, seguindo o padrão de acumulação do capital.

O estado do Rio de Janeiro teve o seu processo de ocupação estreitamente vinculado aos corpos hídricos existentes. A colonização das margens da Baía e de suas bacias hidrográficas se deu através da entrada por florestas, pântanos e morros. Os caminhos, por isso, eram traçados pelos próprios rios - como o Meriti, Sarapuí, Iguaçú, Saracuruna, Inhomirim, Suruí, Magé, Guapimirim, Macacu e Guaxindiba. Entre a Serra do Mar e a Baía de Guanabara existiam as baixadas ou planícies fluviais. O fácil acesso pela via fluvial permitia atravessar da Baía até o interior do estado, o que favoreceu os processos de uso e ocupação do solo no entorno do espelho d'água.

Já no período da colonização, foi iniciado um processo de intensa exploração de recursos da Baía de Guanabara, seja das suas ilhas ou de todo o seu recôncavo, logo após a expulsão dos franceses e o extermínio dos índios Tamoios. Conforme indica Costa (2013), com base no trabalho de Coelho (2008), a existência de florestas assegurou um reservatório de madeira

---

<sup>2</sup> 1. Rio de Janeiro (parcialmente); 2. Niterói; 3. São Gonçalo; 4. Itaboraí; 5. Tanguá; 6. Guapimirim; 7. Nilópolis; 8. Duque de Caxias; 9. Belford Roxo; 10. Mesquita; 11. São João de Meriti; 12. Magé; 13. Nova Iguaçu (parcialmente); 14. Rio Bonito (parcialmente); 15. Cachoeiras de Macacu (parcialmente); 16. Petrópolis (parcialmente); 17. Maricá (parcialmente).

e lenha que serviu para atividades como: produção de cal, montagem de armações para a pesca de baleia, construção de olarias, além da utilização em fazendas que produziam farinha de mandioca e nos engenhos de açúcar.

Já no século XVII, o apogeu da cana-de-açúcar foi o maior impulso para o desenvolvimento e crescimento econômico do estado. Há registro do funcionamento de 120 engenhos no entorno da Baía de Guanabara, configurando um lento processo de degradação ambiental da região, pois as matas litorâneas eram aos poucos dizimadas para abrir espaço para o plantio dos canaviais, bem como para abastecer as fazendas.

No século XIX, mais especificamente em 1808, a chegada da corte portuguesa marcou profundamente não só a paisagem e os hábitos da cidade do Rio de Janeiro, mas da Baía de Guanabara como um todo. A criação do Município Neutro, em 1834, e a nova configuração administrativa imperial, provocou uma primeira fratura na integridade da Baía. Mas é com a implantação da rede ferroviária que se deram as mudanças mais significativas. Além da expansão do crescimento para outras regiões, em especial no vale do Rio Paraíba, os espaços litorâneos da Baía também se redesenharam. Segundo aponta Carvalho (1996), as paisagens naturais como Paquetá, Ilha do Governador ou Charitas são confrontadas com paisagens industriais do mundo moderno (Saúde, Gamboa, Ponta de Areia), que abrigavam estaleiros, indústrias, vilas operárias e pontos de fiscalização de imigração. A cidade do Rio de Janeiro especificamente, passou a ter problemas de abastecimento de água e de descarte de esgoto doméstico desde a sua fundação. Chaves (2011) aponta que é de 1860 a criação do sistema de esgoto que despejava os dejetos na Baía. Assim, surgiram as primeiras preocupações com o controle de poluição das águas.

No século XX, na década de 1950, a Baía de Guanabara enfrenta o momento auge do seu processo de poluição e degradação, que coincide com o desenvolvimento urbano-industrial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A criação de aterros, a expansão de indústrias poluidoras, como as químicas, farmacêuticas e refinarias, somado ao espetacular crescimento populacional e à expansão urbana, interferiram na qualidade das águas, flora, fauna, na balneabilidade das praias e no declínio das atividades da pesca. Os efluentes industriais contaminaram as águas com óleo, metais pesados, tóxicos e material orgânico. Além disso, a expansão urbana e populacional sem serviços suficientes de esgotamento sanitário contribuíram para a poluição da Baía de Guanabara por esgoto doméstico não tratado, tornando várias praias impróprias para banho (BRITTO, 2003 apud COSTA, 2013).

De acordo com o Mapa de Conflitos envolvendo Justiça Ambiental e Saúde no Brasil (2010), as intervenções nas bacias hidrográficas promovem, nos ambientes estuarinos, alterações nos compartimentos aquáticos, refletindo em alteração da qualidade das águas, das taxas e padrões de sedimentação e na qualidade dos sedimentos. O INEA (Instituto Estadual do Ambiente) atribui ao “crescimento populacional” e ao “desenvolvimento industrial”, o agravamento da poluição e das questões ambientais de ordem física, como a destruição de

ecossistemas periféricos na baía. Além disso, há sérios problemas de saúde pública que vêm caracterizando a região da Baía de Guanabara, decorrentes da “inadequada gestão dos esgotos sanitários e dos resíduos sólidos urbanos”, já que os serviços de infraestrutura de saneamento e drenagem não acompanharam o crescimento populacional. (MAPA DE CONFLITOS...,2010).

Segundo aponta Amador (1997), a redução do espelho d’água da Baía se deu por conta dos aterros construídos quando da urbanização da cidade do Rio de Janeiro; outro fator é a expansão da ocupação de terrenos agrícolas em outros municípios, gerando assoreamentos naturais e artificiais. Em relação às causas da poluição, Amador (1997) descarta o discurso oficial que sempre relacionou este problema ao “crescimento da população”, ou seja, com a multiplicação das favelas que despejavam esgotos *in natura* na Baía. Para ele, a culpa da poluição da Baía de Guanabara advém da história de colonização e do modelo econômico-social e urbano-industrial do Estado. Atribuir aos moradores a responsabilidade de poluição deste corpo hídrico, associando a degradação ambiental com a pobreza, é um discurso perverso e deturpado para se entender o que de fato ocorre.

Em relação ao uso industrial, historicamente, a contaminação ao redor da Baía de Guanabara pode ser atribuída à criação, em 1954, da Refinaria de Petróleo de Manguinhos, de capital privado; da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), da Petrobrás, em 1957; da Petroflex (1962); de um duto ligando a REDUC ao terminal da Petrobrás na Ilha d’água; e de terminais de carga e descarga de produtos petrolíferos e parques de tanques de armazenamento, também ligados à REDUC, na Ilha Redonda, Ilha D’água e Ilha do Governador. Recentemente, também foram construídos dutos permitindo conectar a REDUC com o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Também é na capital carioca que estão sediadas a Agência Nacional de Petróleo (ANP), a Petrobrás, a Transpetro e a BR Distribuidora, por exemplo. Portanto, a atividade petrolífera-petroquímica é marcante na paisagem atual da Baía de Guanabara.

O processo gradual de degradação da Baía de Guanabara fez com que a partir da década de 90 fossem realizadas algumas ações em prol de sua preservação. Em 1990, a partir da Lei Orgânica Municipal (art. 471/90), se criou a Área de Relevante Interesse Ecológico (ERIE) da Baía de Guanabara. Quatro anos depois, em 1994, foi assinado o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG). Entretanto, passados 20 anos de sua criação, o programa não cumpriu com as propostas de despoluição da Baía. Em 2000, foi criado o Conselho Gestor da Baía de Guanabara (CGBG) e, em 2005, o Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara (CRHGB), de forma a gestar as medidas de despoluição da Baía. Neste ano também se elaborou o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara (PDRHGB), procurando controlar o tratamento de esgotos, efluentes industriais e outras ações (COSTA, 2013).

No ano de 2006, foi criada ainda a Estação Ecológica (ESEC) da Guanabara, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, que está contida na Área de Proteção Ambiental (APA) Guapimirim, de 1984 (Decreto 90.225). As duas são administradas pelo

IBAMA. Isto sem contar com as Áreas de Proteção Permanente (APP) da Baía de Guanabara - margens de rios, entorno de lagoas, lagos, topos de morros, montanhas, mangues, etc. – que, conforme a legislação, deveriam estar protegidas de qualquer intervenção.

Em especial a partir de 2010, Costa (2013) ressalta que o momento da cidade do Rio de Janeiro e da Baía de Guanabara, como um todo, é de investimentos ligados a dois aspectos principais: os megaeventos (a “Baía Olímpica”) e a expansão da indústria do Petróleo e Petroquímica na RMRJ (a “Baía da Petrobrás”), além de estaleiros, navios e plataformas.

## **2. As condições da pesca artesanal na Baía**

Apesar desta infinidade de problemas encontrados na Baía de Guanabara, ela ainda é o lar de diversas comunidades de pescadores tradicionais e outros profissionais que tiram de suas águas o sustento das suas famílias, como através da prática da pesca ou da caça de caranguejos, siris, ostras, mexilhões; ou seja, há grupos que têm neste espelho d’água a sua prática e meio de subsistência, de vida e de trabalho. Conforme indica o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2010), além do grande fluxo de barcos/navios que trafegam todos os dias na Baía e dos impactos na poluição (muitas vezes intensificados por acidentes das instalações industriais), “os pescadores artesanais precisam também enfrentar diariamente os impactos negativos de empreendimentos a serem instalados no local”.

Inevitavelmente, eles disputam e resistem, permanentemente, contra a apropriação privada e a poluição deste bem de uso comum. Assim, se confrontam com a força dos discursos e das práticas amparadas na ideia de promoção de um recorrente e suposto desenvolvimento regional e econômico da Baía de Guanabara e do estado do Rio de Janeiro. Isto configura uma disputa desequilibrada entre os discursos e práticas do desenvolvimento, que prevalecem, e os discursos e práticas dos pescadores artesanais, que são ignorados e invisibilizados. Conforme aponta Acselrad (2002, p. 4), não é possível separar, portanto, os problemas ambientais da “forma como se distribui desigualmente o poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos”, o que resulta em formas de opressão decorrentes da “natureza inseparável das opressões de classe, raça e gênero”, responsáveis pela geração de injustiças ambientais.

Ainda a respeito das tensões entre as propostas de desenvolvimento e as comunidades locais, Sabatini e Sepúlveda (1997) apontam que:

Os objetivos econômicos das empresas – respaldados por governos que buscam elevar a competitividade e a inserção global das economias nacionais – em grande medida entram em tensão com as expectativas de desenvolvimento e qualidade de vida das pessoas, especialmente quando se dão situações de marcada desigualdade social. Neste tipo de cenário, os conflitos ambientais põem em contato os extremos da escala social: as

empresas globalizadas e os grupos pobres. O desequilíbrio de poder político, técnico e econômico – onde o apoio das autoridades às empresas contrasta com o fato de que as comunidades devem se valer de sua própria capacidade de organização e de alianças que podem estabelecer com grupos ecologistas – representa um alerta à respeito das implicações políticas deste tipo de disputas. Se bem é possível antecipar mudanças específicas, é previsível que alguns destes conflitos gerem questionamentos mais a fundo sobre os objetivos e prioridades de desenvolvimento, assim como sobre a legitimidade dos procedimentos com que uns e outros se estabelecem (SABATINI E SEPÚLVEDA, 1997, p. 10 – tradução nossa).

Desta forma, os objetivos das indústrias que se instalam na Baía de Guanabara não coincidem com expectativas de qualidade de vida reivindicada pelos pescadores e grupos que dependem deste ecossistema para a sua sobrevivência; efetivamente, caminham em sentidos opostos, gerando um conflito socioambiental que evidencia um campo desequilibrado de disputa de poder sobre a Baía de Guanabara.

Os pescadores, além de sofrerem de forma progressiva os efeitos da densa industrialização da Baía - que têm reduzido significativamente a quantidade do pescado nos últimos anos, em especial, desde o vazamento de óleo de 2000 – também são alvos de ameaças por se portarem contrariamente às formas com que os projetos de desenvolvimento têm sido implantados. Desta maneira, se organizam na tentativa de impedir que, com o advento de grandes empreendimentos como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), haja ainda mais inviabilidade da pesca na Baía de Guanabara. São estas instalações no interior da Baía de Guanabara que cada vez mais reduzem as áreas de pesca, tornando a atividade proibida em grande parte da sua extensão. É o que o mapa das áreas de exclusão da pesca demonstra (item 2.3).

Chaves (2011) alerta que mesmo que a atividade petrolífera seja bastante intensa em termos de poluição e destruição da Baía de Guanabara, como, por exemplo, através da construção de dutos, terminais (e atualmente, podemos incluir, da instalação do COMPERJ, potencializando os impactos neste ecossistema), esta não é a atividade exclusiva na degradação ambiental. A autora cita ainda a presença de outros agentes que são elencados pelos pescadores artesanais, como determinantes de áreas de exclusão da pesca na Baía: a Marinha e o Exército; a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO); a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE); as Barcas S.A.; os aterros sanitários de Gramacho (Duque de Caxias) e Itaoca (São Gonçalo); e o próprio Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), através da criação da APA Guapimirim e do ESEC Guanabara.

## 2.1 A redução dos territórios pesqueiros

Conforme apontam os próprios pescadores no Relatório Técnico nº 50/2009<sup>3</sup> do Ministério Público Federal (MPF), a perda de espaços para a pesca artesanal é um dos mais graves problemas referidos pelo segmento: há sempre um píer, uma plataforma, uma tubulação ou qualquer outra estrutura que impede e reduz o acesso ao espelho d'água da Baía de Guanabara para a prática da pesca. Para eles, a maior responsável pela perda de seus territórios pesqueiros e vilã dos pescadores é a Petrobrás.

A pesquisadora Carla Chaves (2011) realizou oficinas de mapeamento participativo com pescadores artesanais da Baía de Guanabara, buscando revelar o discurso dos pescadores em relação aos conflitos existentes com os demais usuários do espelho d'água da Baía. Para isso, ela utilizou os métodos de observação participante e mapas mentais. Os resultados revelaram que entre 12% e 25% da área total do espelho d'água se constitui como área livre para a pesca, não havendo restrição. Em todo o restante, a prática da atividade e ancoragem de embarcações da pesca artesanal é proibida, sendo permitidos somente navios autorizados. Desta área restrita, segunda a autora, 14% pertence às áreas de proteção ambiental. A indústria petrolífera, maior usuária da Baía de Guanabara, utiliza entre 22% e 44% da superfície da água.

O “loteamento do mar” realizado pela Petrobrás e a ocupação dos locais antes destinados à pesca geram ainda outras consequências para a atividade. Durante as obras de novos empreendimentos, por exemplo, tanto as áreas das obras quanto as áreas de segurança cerceiam o espaço pesqueiro. Além disso, muitas vezes, há um barulho incessante na água, originado de “bate-estacas”, máquinas e equipamentos que se movimentam, muitas vezes remexendo o solo submarino e afugentando os peixes. Soma-se a isso, a alteração da temperatura da água ou os prejuízos às redes dos pescadores, que são rasgadas pelas embarcações da empresa. Todos estes fatores inviabilizam, pouco a pouco, a atividade, promovendo exclusão social e desconsideração dos pescadores na preservação do patrimônio cultural, natural e humano da Baía de Guanabara. Por fim, é constante a ameaça e a repressão aos pescadores por parte dos seguranças dos empreendimentos, muitas vezes com o uso de armas e bombas.

No que se refere aos principais impactos dos empreendimentos petrolíferos na Baía de Guanabara, foram apontados e elencados no Relatório Técnico nº 50/2009 os seguintes: 1) Diminuição da quantidade/qualidade da pesca; 2) Aumento do tempo para chegar nos locais de pesca, considerando os dutos, píeres e plataformas que ocupam esses locais; 3) Modificação

---

<sup>3 3</sup> O **Relatório Técnico nº 50/2009**, do Ministério Público Federal, trata dos “**Impactos de atividades petrolíferas na pesca artesanal da Baía de Guanabara – o caso do Projeto GLP**” e foi publicado em 15 de julho de 2009. Ele foi solicitado pelo procurador da república no município de São Gonçalo, Dr. Lauro Coelho Jr., e realizou-se sob a responsabilidade da antropóloga Maria Betânia Gomes Guerra Duarte, com o auxílio da estagiária em antropologia Aline Borghoff Maia.

das espécies de peixes disponíveis; 4) Preconceito do comprador, que desconfia da qualidade do pescado, diminuindo o valor agregado; 5) Redução da balneabilidade da região; 6) Perdas materiais e dívidas contraídas pelos pescadores com o impedimento da atividade da pesca e; 7) Miséria e insegurança familiar devido à dificuldade de sustento.

Embora recentemente o COMPERJ e as inúmeras obras que estão a ele associadas sejam os elementos emblemáticos de resistência pesqueira, a Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR), desde o início da sua atuação, vêm se colocando em oposição à forma como outros empreendimentos/estruturas da Petrobrás estão prejudicando a atividade pesqueira na Baía de Guanabara. A implantação do COMPERJ, neste íterim, marca um momento de potencialização dos impactos da Petrobrás que já vêm sendo praticados pela estatal há anos na Baía de Guanabara e denunciados pela associação. Ao fazer contraposição à forma como são viabilizados os projetos, a AHOMAR busca garantir não só o mínimo de direitos para a categoria de pescadores, mas também a manutenção do ecossistema aquático da Baía de Guanabara, e a sua preservação, já que é dali que provêm os recursos indispensáveis à sobrevivência dos pescadores e suas famílias.

### **3. A AHOMAR: símbolo de resistência dos pescadores artesanais na Baía de Guanabara**

O marco temporal do acirramento das tensões provocadas entre as atividades industriais da Baía de Guanabara, por um lado, e as consequências e impactos destas atividades para os pescadores artesanais, por outro, pode ser definido a partir do desastroso derramamento de óleo da Petrobrás, em 18 de janeiro de 2000, o qual causou prejuízos até hoje irreparáveis à toda comunidade pesqueira. Este fato é tratado como um “divisor de águas” para a pesca artesanal na Baía. Por esta razão, entende-se que este evento funcionou, a partir daquele momento, como um catalisador da resistência dos pescadores contra os empreendimentos já instalados e/ou contra os novos projetos previstos para a Baía de Guanabara. Neste contexto, a organização do segmento passou a ser uma necessidade cada vez mais premente, o que acabou culminando na conjunção dos pescadores na Associação Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR). Neste item, trataremos do contexto de criação desta associação, apontando os principais elementos que a caracterizam.

Segundo relata o presidente da AHOMAR, Alexandre Anderson de Souza<sup>4</sup>, no dia 18 de janeiro de 2000, ele foi avisado da chegada de uma onda negra, silenciosa, cuja consistência era semelhante a um “mingau”, bem diferente das ondas costumeiras provocadas pelo movimento das águas da Baía de Guanabara. Quando tentou entrar na água, o barco de Alexandre e de outras centenas de pescadores já estava tomado por um óleo negro, viscoso. Foi o vazamento de óleo de 2000.

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada em 22 de novembro de 2013.

Na época, apenas a pequena mídia noticiou que quem se deu conta e avisou sobre o vazamento de óleo foram os pescadores da Ilha do Governador, que estavam próximos da válvula que rompeu. O vazamento foi originado do duto PE-II, que faz a ligação, por baixo do mar, entre a REDUC, em Duque de Caxias, e a Ilha D'água, que se localiza em frente à Praia da Freguesia, na Ilha do Governador. Conforme lembra Alexandre, o então presidente do Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro (Sindipetro), afirmou que o óleo que vazou era de último refino. Ou seja, já havia sido utilizado diversas vezes e, a partir dali, só poderia virar resina ou graxa. A temperatura ideal para o bombeamento deste óleo era de 60 graus. No entanto, na intenção de bombear um maior volume de óleo em menos tempo, acelerando o processo e tornando-o mais lucrativo, estava sendo bombeado, naquele dia, a mais de 90 graus, facilitando a ruptura da válvula.

Imagina-se que esta ação tenha sido autorizada por algum responsável da própria empresa, mas até hoje não se sabe quem foi. No julgamento da Petrobrás, ocorrido em 2007, todos foram inocentados. O único acusado foi o operador da válvula, que também acabou sendo absolvido. A título de curiosidade, a válvula que se rompeu no ano 2000 foi apenas reparada, mas não substituída. É a mesma válvula e o mesmo duto funcionando sob a mesma pressão até hoje.

É aí que entra a questão dos pescadores, que durante 45 dias ficaram impossibilitados de colocar o barco no mar para pescar. E foram surpreendidos novamente quando, no final do ano 2000 e início de 2001, souberam do lançamento de um duto similar ao que havia rompido nas águas da Baía. Desta vez, seria o duto PE-III, que continha um traçado semelhante ao PE-II, e só se invertia na chegada à Ilha D'água. Para Alexandre e os demais pescadores, aquilo era inconcebível, pois ao invés de “dar descanso” (expressão comum entre os pescadores) à Baía de Guanabara e ao ecossistema, a Petrobrás aumentou o poder poluidor e o risco de novos acidentes. Concluíram que algo fora do normal estava começando a acontecer.

Além disso, observaram que o número de navios e rebocadores a serviço da Petrobrás trafegando na Baía de Guanabara aumentava consideravelmente e de forma desordenada. Apesar de existirem regras e multas para estas embarcações, que trafegam de maneira ilegal na área, elas não são cumpridas. Se as áreas de pesca para barcos do porte dos pescadores artesanais já eram bastante limitadas - já que não é permitido pescar após o limite da Ponte Presidente Costa e Silva (conhecida como Ponte Rio-Niterói), pois as embarcações não comportam a pressão das marés e as ondas, que ficam mais intensas quanto mais próximas da saída da Baía para o oceano – com o alto número de embarcações de grande porte isto piorou. Em contrapartida às perdas provocadas à comunidade pesqueira, a Petrobrás converte as ilegalidades cometidas em serviços de compensação que nada interessam à comunidade pesqueira e à continuidade de suas atividades.

Fazendo uma análise de como a atividade pesqueira foi alterada com o acidente, Alexandre aponta que em 1999, com 100 metros de extensão de rede de pesca, era possível



capturar 30 quilos de pescado, em média. No ano 2000, com o acidente, foi difícil mensurar. Em 2001, houve o dobro da captura registrada no ano de 1999 e, curiosamente, de espécies de peixes que nunca haviam sido vistas na Baía. A reprodução dos peixes, comparada a um “eclipse”, se inverteu completamente, alterando o ciclo normal reprodutivo. Para os pescadores, isso foi uma espécie de defesa natural da Baía de Guanabara. Um ápice inesperado, até que, em 2002, a pesca caiu consideravelmente. Foi o ano de maior estiagem da pesca na Baía de Guanabara.

Foi então que, em 2003, um grupo de 11 lideranças de pescadores da Baía de Guanabara se juntou e começou a buscar informações sobre o que estava acontecendo. Uma das primeiras ações do grupo foi entrar em contato com a Secretaria de Abastecimento e Pesca, relatando a situação da pesca artesanal. A secretaria os “contemplou” com uma espécie de “cheque-pescador”. Foram doados 400 cheques para o grupo, dando direito à compras no valor de cem reais para a cesta básica. Inicialmente, houve rejeição da proposta, visto que só em Magé existiam 3.000 pescadores ativos. Finalmente, após discussões, as lideranças concederam os cheques, durante 6 meses, aos pescadores que tinham maiores dificuldades (mais velhos, com material reduzido para a pesca, etc.). Segundo Alexandre, esta foi a primeira ação do grupo, a primeira vitória. Entretanto, não passou de um paliativo. Tinham convicção de que não precisavam daquilo. Precisavam efetivamente dar continuidade à pesca, porque é com a pesca que “eles pagam as suas contas”.

No começo de sua atuação, o grupo foi convidado pela APEDEMA (Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro) para começar a participar de discussões públicas a respeito de temas pertinentes aos pescadores, como audiências públicas, por exemplo. O biólogo Breno Herrera, que trabalhava na APA Guapimirim<sup>5</sup>, foi procurado pelo grupo, que expressou a necessidade de denunciar os fatos que ocorriam. Neste momento, houve a sugestão de que se definisse um nome para o grupo, que pudesse ser representativo, demonstrando do que se tratavam aquelas lideranças, provenientes de 7 municípios, e que representavam pescadores artesanais de distintos locais banhados pela Baía de Guanabara. Foi assim que se criou, em 2003, o “Grupo Homens do Mar”.

Porém, foi apenas em 13 de janeiro de 2007, que o grupo anteriormente formado fundou a “Associação Homens do Mar” da Baía de Guanabara. Posteriormente, foi incluída a palavra “Mulheres” na sigla, visto que haviam muitas lideranças femininas na pesca artesanal, dando origem, por fim, à “Associação Homens e Mulheres do Mar – AHOMAR”. Em sua

---

<sup>5</sup> A APA Guapimirim foi criada em 1984, resultado de um movimento ambientalista da sociedade civil organizada e da comunidade científica. Tem como principal objetivo proteger os remanescentes de manguezais situados no recôncavo da Baía de Guanabara e assegurar a permanência e sobrevivência de populações humanas que mantêm uma relação estreita com o ambiente, vivendo de seus recursos naturais e mantendo ainda características tradicionais no convívio com a natureza. Abrange cerca de 14 mil ha, parte dos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo. (FONTE: ICMbio, 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/apaguapimirim/>).

definição estatutária, o presidente afirma que a associação foi criada para atuar na defesa dos pescadores, mas que sua representação se deu mais na defesa do seu território e na defesa do seu ecossistema, especificamente. A sede da associação se localiza na Praia de Mauá, no município de Magé (RJ).

Ele indica que não se trata de uma associação estritamente burocrática, pois já se mostrava, desde a sua criação, que haviam demandas específicas na busca de soluções para os problemas que se acentuavam cada vez mais na Baía de Guanabara. De acordo com Alexandre Anderson, só na fundação, foram 498 filiados à associação, entre homens e mulheres pescadores e pescadoras de fato. A Associação representa, informalmente e formalmente vinculados, cerca de 6.000 pescadores da Baía de Guanabara. Deste todo, até a data da entrevista, eram 4.000 pessoas formalmente registradas, provenientes de 7 municípios da Baía. A AHOMAR é a única entidade não oficial no ano de 2007 a conseguir uma vaga no Conselho da APA Guapimirim. Desde a sua fundação, os associados começaram a receber ameaças, já que passaram a gerar um certo incômodo a respeito de questões antes não questionadas. A respeito dos profissionais que podem se associar, a AHOMAR só aceita que se associem pescadores artesanais ativos e que realizem ou pesca de rede ou sejam catadores de caranguejos (“caranguejeiros”) e siris (“sirizeiros”), diferentemente dos “curraleiros”, que trabalham com armadilhas.

O Relatório Técnico nº 50/2009 aponta que a AHOMAR consegue reunir diretores de outras entidades de pesca, de associações consideradas parceiras. Dentre elas, aponta: a Associação dos Pescadores de Porto Chacrinha; a Associação de Pescadores da Praia dos Bancários; a Cooperativa Marcílio Dias (MARCOPE); ou a Associação de Pescadores de Porto Velho (São Gonçalo). Além disso, também indica a relação com as colônias da Baía de Guanabara, como a Z-9 (Magé), Z-10 (Rio de Janeiro), Z-11 (Ramos) e Z-8 (Niterói). Existem ainda inúmeras outras organizações e associações representadas pela AHOMAR.

O Relatório Técnico destaca ainda que a AHOMAR é uma organização independente e não profissional. Seus ocupantes são voluntários e ela não é comprometida com nenhum interesse de governo ou privado. Isto a difere das colônias, que depois da Constituição de 1988, passaram a se equiparar aos sindicatos de trabalhadores rurais, ficando encarregadas de prestar auxílio relação à seguridade social, por exemplo. Conforme apontado, este fator explica a grande quantidade de filiados às colônias. Todavia, a estrutura da colônia está filiada a uma entidade oficial, a FEPERJ (Federação da Pesca do Rio de Janeiro), o que limita o posicionamento dos pescadores. Desta forma, a AHOMAR acaba por ocupar um lugar de representação mais fiel ao que os pescadores procuram.

Este relatório concluiu, já em 2009, aquilo que Alexandre Anderson relata a respeito da AHOMAR: se a AHOMAR não é a associação mais representativa, é, com certeza, uma das mais representativas e respeitadas pelas comunidades da Baía de Guanabara. Segundo o Relatório: “A AHOMAR pareceu-nos ser hoje uma das entidades mais atuantes e representativas

na região de Magé, na medida em que congrega, portanto, associados de várias outras entidades de pesca, inclusive de outros municípios” (RELATÓRIO TÉCNICO, 2009, p. 28).

Mesmo diante de tantas ameaças, perseguições, mortes e questões ainda não resolvidas envolvendo os pescadores – sobre as quais trataremos mais adiante – e mesmo com sua sede fechada, a AHOMAR continua atuando em prol dos pescadores e da continuidade da pesca artesanal e da vida na/da Baía de Guanabara. As palavras de seu presidente resumem bem o significado desta entidade.

Na verdade a AHOMAR hoje é um símbolo, “né”, é um **símbolo** de luta. Nós não somos a luta na Baía de Guanabara. Nós somos talvez o Fidel Castro da Cuba capitalista. É o que o povo “tá” querendo (...) Nós estamos entrando na “Cuba-Baía de Guanabara”. (ALEXANDRE ANDERSON, 2013)

A AHOMAR é hoje um símbolo vivo de resistência na Baía de Guanabara.

## Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Ed. UFPR, Curitiba, v. 5, p. 49-60, 2002.

AMADOR, Elmo da Silva. **Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza**. Rio de Janeiro: Edição do Autor (1997). 539p.

BOURSCHEID S.A. Engenharia e Meio Ambiente. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. **Terminal Flexível de Gás Natural Liquefeito na Baía de Guanabara**. Sem data.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. **Relatório Técnico nº 50/2009: Impactos de atividades petrolíferas na pesca artesanal da Baía de Guanabara – o caso do Projeto GLP**. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2009.

CARVALHO, Ana Maria Monteiro de. A Baía de Guanabara - Os itinerários da memória. **Revista USP**, São Paulo, nº 30, p.156 – 169, 1996.

CHAVES, Carla Maria Stella Ramôa da Silva. **Mapeamento participativo da pesca artesanal da Baía de Guanabara**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências. Rio de Janeiro, 2011, 187 p.

COSTA, Maria Angélica Maciel. **Os fluxos da água na metrópole: usos múltiplos e gestão participativa na Baía de Guanabara (RJ)**. 2013. 216 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. **Indústria do Petróleo e conflitos ambientais na Baía de Guanabara: o caso do COMPERJ** – Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Dhesca Brasil, 1ª edição, Setembro de 2013.

PESCADORES artesanais sofrem ameaças, violências e até morte, ao defender seu direito ao trabalho na Baía de Guanabara. Mapa de conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 24 de agosto de 2010. Disponível em: <http://goo.gl/gNbvML>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

RELATÓRIO 2009 – 2012. COMISSÃO de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (CDDHC) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Rio de Janeiro, dezembro de 2012.

RAULINO, S. F. **Construções sociais da vizinhança: temor e consentimento nas representações dos efeitos de proximidade entre grandes empreendimentos industriais e populações residentes**. 2009. 338 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SABATINI, Francisco; SEPÚLVEDA, Cláudia (eds.). Conflitos ambientales – entre la globalización y la sociedade civil. **Publicaciones**. Santiago de Chile, CIPMA, 1997.

SOUZA, Alexandre Anderson de. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2013. Entrevista concedida a Laura Rougemont e Cecília Mello.

**GT 7 – Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistência às situações de injustiça socioambiental**

**A gestão socioambiental dos manguezais da Estação Ecológica de Guaraqueçaba (ESEC) – Guaraqueçaba, litoral do Paraná**

**Juliana de Oliveira e Silva<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, [juliana.olisilva@gmail.com](mailto:juliana.olisilva@gmail.com)

**Resumo:**

Guaraqueçaba corresponde à região que abriga a maior densidade de manguezais do litoral do Paraná. Grande parte destes inseridos em uma Estação Ecológica (ESEC), Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, que impede o uso tradicional extrativista. Dentre as práticas socioeconômicas mais relevantes nestes ecossistemas, sobressai-se a coleta de caranguejos. Ainda que se reconheça, informalmente, a legitimidade destes usos, estes estão em situação ilegal, segundo as regras da legislação ambiental vigente, tornando-se passíveis à proibição, fiscalização e punição.

**Palavras-chaves:** Estação Ecológica de Guaraqueçaba; uso dos manguezais; gestão socioambiental

## Introdução

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2011), Guaraqueçaba é o município que possui a menor população entre os sete municípios do litoral paranaense, 7.871 habitantes. Aproximadamente 66% da população local (5.188), incluindo, neste caso, os moradores das vilas de pescadores administrativamente ligadas à sede Guaraqueçaba, vivem na área rural.

Guaraqueçaba também é a cidade litorânea que apresenta o maior número de pescadores registrados do estado, com 1.096 profissionais (QUADRO 1) (SEAP *apud* ANDRIGUETTO FILHO *et al.*, 2005. Adaptado por Pierri e Silva, 2007). Estimam-se em 11.000 pescadores ou mais o total de dependentes, entre cadastrados e não-cadastrados, da pesca no litoral do Paraná. (ANDRIGUETTO FILHO, 1999).

Sabe-se que, em média, a população das comunidades de dentro das baías depende mais da pesca do que aquelas situadas em mar aberto, sendo que aproximadamente 66,2% da renda dos pescadores provêm da pesca – abrangendo as etapas de captura, beneficiamento e venda – e 33,7% de outras fontes, as quais, em diversos casos, incluem trabalhos fora do setor, condição majoritária nas comunidades localizadas em mar aberto. (BORGES *et al.*, 2004; PIERRI *et al.*, 2006; FARACO, 2012).

Municípios	População 2007 (*)	%	População de pescadores 2003 (**)	%	1 pescador a cada X habitantes
Antonina	17.581	7,6	700	16,5	25
Guaraqueçaba	7.732	3,4	1.096	25,6	7
Guaratuba	30.793	13,4	900	21,0	34
Matinhos	23.357	10,2	215	5,0	109
Paranaguá	133.559	58,2	1.001	23,4	133
Pontal do Paraná	16.625	7,2	365	8,6	46
<b>TOTAL</b>	<b>229.647</b>	<b>100</b>	<b>4.277</b>	<b>100</b>	<b>54</b>

QUADRO 5 - QUANTIDADE E PROPORÇÃO DE PESCADORES (2003) NA POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PESQUEIROS DO LITORAL DO PARANÁ (2007)

FONTES: IBGE (2007) e SEAP (*apud* ANDRIGUETTO FILHO *et al.*, 2006). Adaptado por Pierri e Silva (2007).

(\*) Contagem 2007; (\*\*) Pescadores registrados no DPA/SEAP-PR. (Antonina e Guaratuba foram

Atualmente, em torno de 76% (351.740,66 ha) da área total do litoral paranaense se encontra inserida em UCs, destas, 12 são UCs de Proteção Integral (3 federais, 8 estaduais e 1 municipal), correspondendo a 59.440,14 ha (13% da área total da região), e 5, UCs de Uso Sustentável (1 federal e 4 estaduais), totalizando 292.300,52 ha. (IBAMA, 2004).

Guaraqueçaba compõe o Complexo Estuarino-Lagunar de Paranaguá (CEP), que compreende extensas porções de manguezais relativamente bem preservadas, em especial no seu eixo Norte-Sul, sendo estas, áreas destinadas principalmente à conservação da sua biodiversidade através das UCs locais existentes. (LANA *et al.*, 2001; MMA, 2007; FARACO, 2012).

As regiões das Baías das Laranjeiras e Pinheiros, as principais do município, compreendem extensa região estuarina de grande importância para a preservação ambiental. São marcadas pelas UCs – Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (APA de Guaraqueçaba), Parque Nacional do Superagüi (PARNA do Superagüi), Estação Ecológica de Guaraqueçaba (ESEC de Guaraqueçaba) e RPPNs, com diferenciados níveis de restrição ao uso (FIGURA 1).

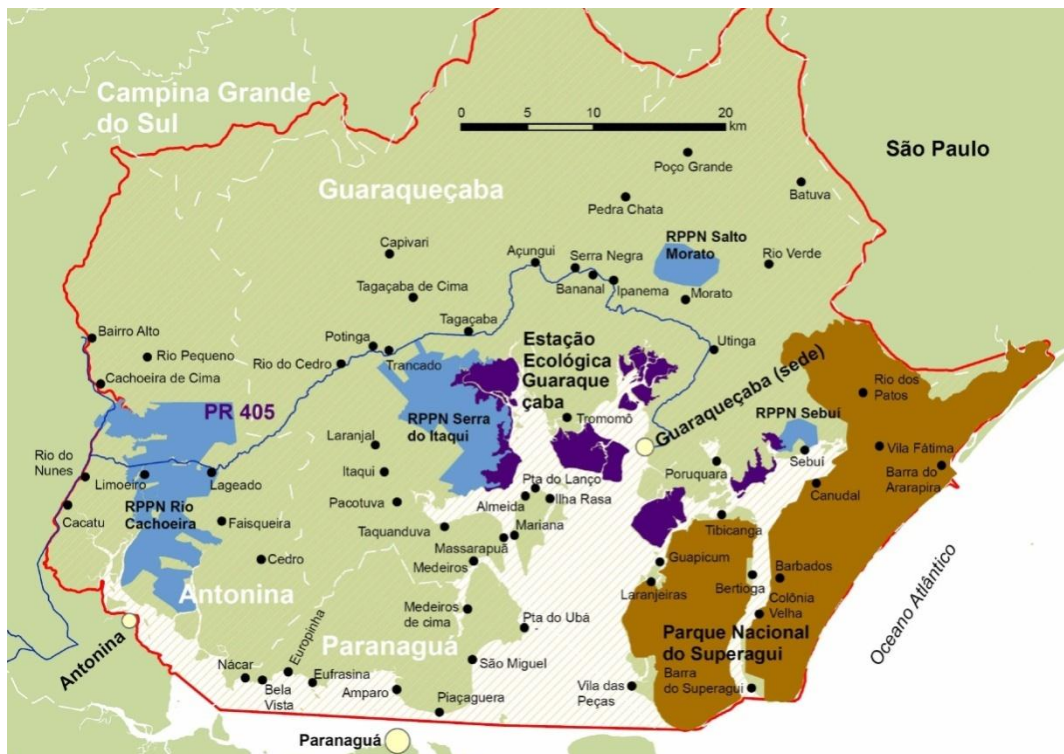


FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DAS UCS DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA  
FONTE: Fonseca (2011)

O presente trabalho foi construído a partir da dissertação de mestrado da autora, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná (PPGMAD – UFPR). A pesquisa foi realizada no município de Guaraqueçaba, localizado no litoral norte paranaense e buscou compreender uma parte da dinâmica que envolve os usos dos manguezais locais pelos pescadores artesanais da região.

Estes ecossistemas têm a sua maior porção territorial inclusa em regime protecionista de uma Estação Ecológica (ESEC), unidade de conservação (UC) categorizada como de proteção integral. Por conta dessa classificação, estes espaços naturais não permitem, legalmente, práticas extrativistas. Entretanto, o cenário real não se aplica a estas condições, já que os pescadores se apropriam destes ambientes para se reproduzirem social e economicamente. Fato este, que acarreta em uma série de situações conflitivas pela disputa de usos. Principalmente pelas restrições impostas pelos órgãos ambientais gestores e fiscalizadores, fundamentados por uma legislação que criminaliza o extrativismo praticado nesta área de manguezais.

Os principais dados analisados neste estudo foram obtidos em visitas a alguns vilarejos litorâneos, que dependem, socioeconomicamente, de pescarias em manguezais. Essa produção de informações primárias se deu através de observações em campo, mapeamentos participativos e aplicação de questionários semi-estruturados aos moradores de cinco comunidades pesqueiras locais: Tromomô, Guapicum, Engenho Velho, Massarapuã e Canudal. Como forma complementar, também foram aplicadas entrevistas junto aos órgãos ambientais responsáveis pela gestão, o ICMBio e a Polícia Ambiental, além de serem utilizadas fontes secundárias, encontradas na literatura sobre o tema. Os trabalhos em campo ocorreram nos meses de dezembro de 2010, e em janeiro, fevereiro, março, maio e setembro de 2011.

Esta proposta emerge da urgência de se conhecer melhor a situação desta UC de uso restrito em relação às populações que utilizam recursos pesqueiros nestes espaços – principalmente através da coleta caranguejo, para analisar a adequação dos regimes vigentes e/ou as dificuldades de sua implementação. Deste modo, busca trazer contribuições em debates

que possam vir a conduzir caminhos alternativos, definidos sob a perspectiva da gestão compartilhada e participativa, onde os órgãos ambientais competentes e a população local estejam aptos para atuarem conjuntamente no gerenciamento desta unidade de conservação.

### **A Estação Ecológica de Guaraqueçaba: processos de sua criação, usos dos manguezais pelos pescadores artesanais e a gestão socioambiental local**

O estabelecimento de uma ESEC, em consonância com o conceito de UC de proteção integral, tem como objetivo básico favorecer a preservação da natureza, a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento da educação conservacionista, conforme os Art. 1, 8 e 9 da Lei nº 6.902/81 (BRASIL, 1981). Motivado pelas belezas naturais da região, no de 1981, o então Secretário do Meio Ambiente do Estado da época, solicita ao órgão competente (SEMA) a criação de uma Estação Ecológica (ESEC) para o município de Guaraqueçaba (ICMBio, 2010). Processo este, formalizado verticalmente, sem uma consulta prévia às comunidades locais, além de estabelecido sem o embasamento em estudos que pudessem sustentar, cientificamente, a ideia de preservação exclusiva desta unidade.

No ano seguinte, por meio do Decreto nº 87.222/82, foi oficializada a criação da ESEC de Guaraqueçaba, porém, apenas em 1984, efetuou-se o seu primeiro mapeamento (na escala 1:250.000) pela antiga SEMA (FIGURA 3). (ICMBio, 2010). Em 1986, pelo Decreto nº 93.053/86, a Ilha das Bananas (0,98 ha) e a Ilha da Galheta (13,7 ha) foram incorporadas a ESEC de Guaraqueçaba, a qual, por sua vez, a partir do Decreto nº 90.883/85 ficaria incluída na APA de Guaraqueçaba. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1985; SIA PARANÁ, 1986).

Em decorrência da criação do PARNA do Superagüi, em 1989, a ESEC de Guaraqueçaba sofreu algumas reduções na sua área original (Decreto nº 97.688/89) sendo retiradas as Ilhas das Peças e de Superagüi, anteriormente pertencentes a esta unidade de conservação (ICMBio, 2010).

Na atualidade, a ESEC, segundo o Decreto nº 87.222/82, tem uma área de aproximadamente 6.030 ha, sendo composta por oito áreas de manguezais distribuídas nas ilhas de Superagüi, dos Pinheiros, das Peças, Laranjeira, do Rabelo Sambaqui, nas baías dos Pinheiros e de Guaraqueçaba, além da Enseada do Benito. (ICMBio, 2012a; MMA, 2012).

Devido a sua formação natural ser, em grande parte, de manguezais, a ESEC, dentro de suas diretrizes de gestão, proíbe a captura de recursos naturais nestas regiões, como os caranguejos e ostras, o que gera tensões entre as comunidades locais - que dependem economicamente destas pescarias, e os órgãos ambientais e fiscalizadores atuantes, que proíbem estes usos.

Essa situação se agrava pela falta de esclarecimentos à população local sobre o regime de conservação ao que estão submetidos, e pela falta de definição clara das áreas protegidas, já que esta UC, criada há mais de 30 anos, até a atualidade ainda não tem o seu Plano de Manejo estabelecido. Um cenário de diferentes disputas de uso, gerando um quadro de injustiça social aos usuários dependentes dos recursos naturais dos manguezais, que ficam submetidos à um processo legislativo e fiscalizador que os criminaliza ambientalmente. Ainda que a polícia ambiental não consiga vistoriar estes usos com rigor, devido às dificuldades logísticas dos órgãos e também de acesso à estes ecossistemas.

A Instrução Normativa ICMBio nº 11/10, que regulamenta as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e o funcionamento de conselhos, serviu de base para o planejamento político-pedagógico de construção do Conselho Consultivo da ESEC de Guaraqueçaba (COSEC). (ICMBio, 2010). Este processo foi iniciado em março de 2011, com a participação de representantes das comunidades de pescadores, e outras entidades, como ONG's, universidade e órgãos gestores. (ICMBio, 2012c).

A constituição do COSEC teve a intenção de gerar mobilização social nas comunidades do entorno, e divulgar dentro delas a UC e seus objetivos, estes ainda desconhecidos pelos pescadores, segundo os dados obtidos com as entrevistas. Também serviu

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com



como um espaço de diálogo entre os pescadores e outros órgãos interessados na gestão socioambiental destas áreas, possibilitando uma diversidade de questionamentos e elaboração de direcionamentos para um futuro Plano de Manejo da unidade.

A participação dos pescadores neste processo ainda é superficial, já que se deu através de alguns poucos representantes escolhidos por votação realizada pela população residente dos vilarejos visitados. Assim as demandas coletivas tem baixa representatividade, o que acaba por não satisfazer as necessidades reais dos moradores na totalidade, e conseqüentemente, tem-se um cenário onde a maioria dos pescadores ainda desconhece a realidade que os cerca.

Atualmente, o ICMBio vêm repensando a questão da formalização do Plano de Manejo da ESEC, realizando para isso, mais pesquisas sobre os usos dos manguezais praticados pelas comunidades locais, tentando avaliar os impactos mais significantes deste processo para estes ecossistemas, no intuito de promover um ordenamento destas atividades em um processo mais participativo. A criação de um conselho gestor da unidade, também já está sendo organizado, juntamente com o levantamento das principais demandas locais para estes ambientes. Apesar deste cenário indicar um momento favorável à discussão do manejo destas áreas, algumas comunidades apresentam uma falta de confiabilidade nas diretrizes que estão sendo encaminhadas para o estabelecimento deste plano, com receio de que possam sofrer mais restrições sobre suas práticas socioprodutivas, dificultando ainda mais, a reprodução social dos meios e modos de vida locais.

As práticas extrativistas nos manguezais de Guaraqueçaba são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades pesqueiras locais. Além das capturas principais, a do caranguejo e ostra, alguns pescadores também realizam outras atividades, como a coleta de sururus, plantação de banana, produção de mel, construção de ranchos de pesca, cercamento de cultivos de ostra particulares, extração de folhas de “cataia”, além da retirada de madeira para lenha.

O caranguejo é a espécie-alvo das pescarias, sua captura é liberada de forma sazonal, nos meses de safra, durante o seu período reprodutivo que vai de dezembro a março. Nestes meses, durante as fases de lua cheia e nova, estes animais saem das tocas para se reproduzirem, na “andada”, o que facilita sua coleta. Porém, isso ocorre somente em poucos dias nestes três meses, nos restantes, a maioria dos pescadores utiliza a técnica denominada de “lacinho” ou “laço”, considerada por eles uma prática predatória. Ela permite ao pescador um grande volume de pescado, pela sua facilidade de utilização, no entanto não seleciona as espécies-alvo, os machos, gerando uma mortalidade de indivíduos fêmeas e juvenis.

Nessa perspectiva, a ESEC de Guaraqueçaba aparece como uma área de uso intensivo pelos moradores locais, que não sabem com exatidão os objetivos e limites deste espaço, onde o uso extrativista é proibido. O ICMBio e Polícia Ambiental focam suas atividades na fiscalização desta UC, durante o período de permissão desta pescaria, momento que gera muita tensão dentro das comunidades, pelo fato destes se encontrarem em uma situação de ilegalidade, ao mesmo tempo que dependem, estritamente, destes ecossistemas.

Trabalhos mais aprofundados, focados na conscientização ambiental dos pescadores sobre formas mais sustentáveis de utilização de manguezais, são praticamente nulos dentro destes órgãos, ou muito pontuais. Um cenário que demonstra a falta de integração entre população e gestão desta unidade. A região também carece de estudos biológicos e ecológicos destes habitats, o que impossibilita avaliar o nível de degradação dos estoques da espécie, quais os impactos gerados pelo extrativismo e técnicas de captura, etc.

Essa situação é reforçada pelo fato de que esta ESEC, criada há mais de 30 anos, ainda não tem Plano de Manejo, apesar da legislação ambiental atual exigir a sua formalização em até dois anos após seu estabelecimento. Sem estas diretrizes, o espaço de aproximação e diálogo entre as esferas sociais interessadas na gestão socioambiental desta UC torna-se ainda mais desconexo e menos inclusivo, resultando em falhas tanto na integração das populações tradicionais às questões ambientais, quanto aos princípios de sustentabilidade ecológica destes importantes ecossistemas.

## Conclusões e recomendações

Frente à exposição do cenário socioambiental caracterizado, têm-se a necessidade emergencial de se pensarem novas configurações e arranjos ambientais em relação ao regime de conservação ao qual esta UC está submetida. Neste caso, as regras ambientais não condizem com a legislação que vigora na atualidade, orientada pelo SNUC que foi estabelecido no ano de 2000. Isso, pelo fato desta unidade de conservação ter sido criada há mais de 30 anos, antes mesmo da existência dos órgãos federais ambientais gestores, como o IBAMA e o ICMBio. Por este motivo, deveria ser priorizado o seu devido planejamento.

No cenário observado nos dias de hoje dentro das comunidades visitadas fica nítido em seus discursos, que a população local ainda não se encontra apta a exercer uma co-gestão dos seus ambientes naturais de uso. A maioria das pessoas não tem um grau de instrução suficiente sobre a temática ambiental de legislação e gestão que lhes permita trazer uma discussão mais consciente sobre suas práticas extrativistas, principalmente, neste caso, para a pesca do caranguejo.

Assim, deveriam ser trabalhadas as questões ambientais entre os principais atores sociais envolvidos em conjunto, buscando uma conscientização sobre a situação degradante em que os manguezais (e outros ecossistemas locais) se encontram por estarem sendo demasiadamente explorados. Esse processo seria o caminho inicial para se atingirem objetivos de gestão considerados mais sustentáveis. Do contrário, pelo cenário aqui caracterizado, fica evidente que os pescadores não absorveriam iniciativas de gestão mais ordenadas, por uma falta de conscientização coletiva. E é provável que, no caso de alguma decisão nesse sentido, tomada pelo atual conselho gestor desta UC, que o resultado seria a geração de ainda mais situações conflitivas entre os pescadores usuários dos manguezais e também entre estes e os órgãos gestores e fiscalizadores.

Os representantes do ICMBio que atuam na região de Guaraqueçaba vêm trabalhando na tentativa de que sejam estabelecidos os Planos de Manejo das UC's locais. Estes encaminhamentos tornam-se fatores favoráveis para o município ao se pensarem em novas possibilidades de gestão, na tentativa de que estas alternativas possam contribuir localmente com a resolução de problemas gerados pelo conflito entre populações locais e as UC's de uso restrito.

Entretanto, apesar de existir essa vontade por parte do órgão, as vias escolhidas para fomentar estes procedimentos ainda seguem algumas orientações não muito eficazes. Ações que deveriam estar pautadas na busca por maior justiça socioambiental vêm sendo trabalhadas de uma forma que vem gerando efeitos contrários aos esperados, pois a participação comunitária nas decisões acaba sendo muito restrita, ao ficar na mão de representantes locais que nem sempre condizem com a vontade da maioria da população interessada.

O espaço de participação que é dado à população local ainda é pequeno e as conversas geralmente reduzidas a uma única reunião em cada localidade. Assim sendo, não são suficientes para possibilitar um diálogo mais aprofundado sobre os problemas locais, e muito menos para dar conta de tratar questões tão importantes como estas de gestão de recursos naturais, que atingem diretamente os meios de vida das populações residentes e suas manifestações socioculturais.

É necessário um amadurecimento conjunto entre órgão e população ao se discutirem as melhores formas de gerenciamento de áreas naturais protegidas e isso depende tempo e dedicação, elementos imprescindíveis para o sucesso de ações coletivas. Com essa interação mais ampla, se abririam oportunidades de negociação sobre o uso e a conservação dos ambientes naturais locais, de forma mais conscientizada.

Assim sendo, os Acordos de Pesca e Termos de Compromisso seriam boas opções para amortizar a rigidez das leis conservacionistas ao mesmo tempo em que trariam novas regras de uso, estas, mais sustentáveis. Entretanto, estas ferramentas, na prática, seguem ainda utópicas para a realidade não só das comunidades de Guaraqueçaba, como para a do país como um todo, onde a inclusão social na tomada das decisões ainda está distante de ser alcançada, ainda que não seja impossível. Por isso, a necessidade de maiores estudos e espaços

de negociação entre os atores sociais caracterizados, na tentativa de se estabelecerem alguns acordos, adaptados à realidade do lugar.

A presente pesquisa buscou elencar uma série de informações que incluíram as diferentes visões sobre as esferas e atores sociais envolvidos com a gestão ambiental de áreas naturais protegidas de uso restrito. Dessa forma, esse levantamento de dados permitiu, ainda que parcialmente, caracterizar as atuais formas de uso e apropriação dos recursos de manguezais pelas comunidades de pescadores de Guaraqueçaba, identificando algumas das situações conflitivas associadas a estas práticas e interações.

Dentre os usos identificados nos manguezais, constatou-se que a pesca do caranguejo, com um crescente incremento do esforço pesqueiro e realizada principalmente com o “laço”, vem sendo a protagonista num possível cenário de degradação destes ambientes, sendo uma atividade extrativista que merece uma atenção especial quanto ao seu ordenamento regional.

O controle da captura em manguezais poderia ser facilitado quando instituído algum tipo de acordo de uso dos recursos naturais, onde a população local pudesse participar na sua idealização e auxiliar no controle. Entretanto, isso só seria possível se os pescadores se conscientizassem da necessidade de preservarem o caranguejo para a manutenção dos ecossistemas e seus próprios usos socioeconômicos.

Tentar formalizar qualquer tipo de ação mais participativa nestas localidades, no presente (se baseando na legislação vigente e nas formas previstas para a inclusão da população nesta discussão) no sentido de serem, juntas aos órgãos ambientais, responsáveis pela gestão local dos recursos naturais, seria de certa forma, desperdiçar energias em vão. Os órgãos responsáveis deveriam, inicialmente, pensar em formas de se ampliarem os espaços de diálogo e aporte de informações entre as instituições responsáveis e a população local, que na atualidade é ainda reduzido a poucos encontros. Existe um processo chamado participativo para as determinações das UCs federais, no entanto, ele não consegue atingir os objetivos esperados devido à maneira fragmentada de como é operacionalizado.

Mais estudos biológicos sobre os estoques de caranguejos e os impactos desta pesca nos manguezais da região são urgentes para que se tenha um conhecimento real sobre a situação em que se encontram estes ecossistemas e o seu grau de degradação ambiental. Também há a necessidade de mais pesquisas sobre técnicas de captura em manguezais, principalmente para a pesca do “laço”, buscando mensurar o tipo e o nível de impacto causado pelo uso deste petrecho. Isso permitiria embasar a discussão sobre um possível ordenamento da pesca do caranguejo, buscando averiguar o grau de degradação desta espécie e se isso poderia comprometer o desenvolvimento da economia local.

Neste aspecto, se mostra interessante a participação de mais pesquisadores que trabalhem nesse sentido, visando à elaboração de orientações e recomendações para gestão, uso e manejo locais, já que iniciativas assim caracterizadas, ainda se encontram insuficientes não só para a região deste estudo, mas também para o litoral paranaense em geral.

## Referências bibliográficas

ANDRIGUETTO FILHO, J. M. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no Litoral do Paraná, Brasil. 1999. 242 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Université Paris 7, Université Bordeaux 2, Curitiba, 1999.**

BORGES, L. M. M.; MAULIN, G. C.; ANDRIGUETTO, J. M. Analysis of income sources of fishers' families on the Coast of the State of Paraná, Brazil. **Journal of Coastal Research**, Special Issue 39, p. 1.267-1.271, 2004.

BRASIL. Planalto Federal. **Lei nº 6.902/81.** Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. **Disponível em:**  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6902.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6902.htm). Acesso em: 24 mar. 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 90.883/85.** Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná. Disponível em:  
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90883-31-janeiro-1985-441417-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2011.

FARACO, L. F. D. **Vulnerabilidade de pescadores paranaenses às mudanças climáticas e os fatores que influenciam suas estratégias de adaptação. 2012. 261 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, University of East Anglia, Curitiba, 2012.**

FONSECA, A. C. **Revisão dos Limites da ESEC de Guaraqueçaba.** Parecer disponível no processo ICMBio 02070.003853/2010-85. 2011.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 11/10.** Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em unidades de conservação federais. Disponível em:  
[www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que.../in112010.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que.../in112010.pdf). Acesso em: 13 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Projeto para sinalização da APA/ EsEc de Guaraqueçaba e ParNa do Superagui.** 2012a.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira:** Atualização - Portaria MMA N.09, 23/01/2007, 2007. Disponível em:  
<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=72&Conteudo=818>. Acesso em: 3 ago. 2012.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C. *et al.* A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense : condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 13, p. 1.737-1.767, 2006.

SIA PARANÁ - Sistema de Informações Ambientais do Paraná. **Decreto nº 93.053/86.** Acresce área aos limites da Estação Ecológica de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, criada pelo Decreto nº 87.222/82. Disponível em:  
[http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form\\_cons\\_ato1.asp?Codigo=1943](http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=1943). Acesso em: 21 jan. 2012.

## GT 07 - PESCADORES ARTESANAIS E RIBEIRINHOS: FORMAS DE RESISTÊNCIA ÀS SITUAÇÕES DE INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

### A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PESQUEIRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESCA ARTESANAL NA BAHIA

Taíse dos Santos Alves<sup>1</sup>

Guiomar Inez Germani<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestranda em Geografia/Universidade Federal da Bahia – UFBA, taisealves85@gmail.com.

<sup>2</sup>Dra. em Geografia /Professora/ Universidade Federal da Bahia – UFBA, guiomar@ufba.com.

**Resumo:** A pesca artesanal, no Brasil, caracteriza-se como uma importante atividade socioeconômica que “marca” e cruza histórias no tempo e no espaço das narrativas de vida dos sujeitos e, também, está relacionada ao sustento de diferentes grupos sociais. Segundo Kuhn (2009), a pesca artesanal reconquista, a cada momento o seu protagonismo na produção econômica, pois, atualmente, é responsável pela metade do pescado produzido no Brasil. O presente artigo tem como foco trazer algumas reflexões da importância da pesca artesanal como símbolo de permanência e cultura popular, seus modos de vidas e suas subjetividades que dão visibilidade a uma atividade extrativista que resiste frente domínio do capital. E para isso tem entre seus objetivos evidenciar a importância da pesca artesanal na Bahia, em especial, para o município de Vera Cruz (Ba), trazendo uma pequena discussão acerca do espaço produzido e organizado pelo pescador artesanal.

**Palavras-chaves:** Espaço; Organização; Pesca Artesanal

*“O pescador que não tem território não tem história, e sem história a gente não pode viver”  
Iranyr dos Santos, pescadora artesanal de Remanso/Bahia<sup>1</sup>*

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de espaço geográfico teve diferentes variações no decorrer da sistematização ciência Geográfica. Ao “passar” pelas diferentes escolas de análise (Geografia Tradicional, Nova Geografia, Geografia Humanística e Cultural, por exemplo) será na Geografia Crítica (mais precisamente no final do século XX) que o conceito de espaço será debatido como a principal categoria de análise da Geografia. Período este, marcado pelo debate das ideias do materialismo histórico e dialético. Os geógrafos marxistas sentiam-se necessidade de expor a dimensão espacial pela sua contradição social geradas pelo modo de produção capitalistas que cada vez mais era evidente em

---

<sup>1</sup> Depoimento extraído do folder de divulgação da Campanha do Nacional de Regulação dos Territórios pesqueiros (Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, 2012).

diferentes sociedades. Para Côrrea (2012) esta preocupação surge primeiramente na obra de Henri Lefebvre, em *Espacio y Politica* (1976). Para o autor o espaço desempenha uma função decisiva na estrutura de uma totalidade, uma lógica, um sistema. O espaço para Lefebvre é social, vivido, e dotado de práticas sociais.

Assim, a partir de 1970 é adotado o materialismo histórico e dialético como paradigma, e o espaço passar a ser concebido como *locus* da reprodução das relações sociais de reprodução, que é visto como uma instancia da sociedade e é organizado pelo homem.

A organização do espaço é um conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície terrestre, criando-se assim uma materialidade social (CÔRREA, 2012). Santos (2012) chama a atenção para os elementos que estão no espaço. O mesmo diz que todos: homens, firmas, instituições, empresas e etc, são elementos do espaço. E afirma que cada lugar “composto” por diferentes elementos constitui um espaço de valor particular.

Nesse sentido, temos a pesca artesanal. Que no Brasil caracteriza-se como uma importante atividade socioeconômica que “marca” e cruza histórias no tempo e no espaço das narrativas de vida dos sujeitos e, também, está relacionada ao sustento de diferentes grupos. Segundo Kuhn (2009), a pesca artesanal reconquista, a cada momento, o seu protagonismo na produção econômica, pois, atualmente, é responsável pela metade do pescado produzido no Brasil. Além disso, tem influência na manutenção da diversidade cultural atrelada às práticas desenvolvidas pelo pescador, coletor de caranguejos e extrativistas espalhados pelo litoral brasileiro, a exemplo, dos caiçaras (Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná); dos açorianos (Santa Catarina); dos jangadeiros (Nordeste), e as comunidades ribeirinhas (Amazônia) constituem um patrimônio cultural (DIEGUES; MOREIRA, 2001).

Deste modo, percebe-se que a atividade não está somente associada como meio/condição de trabalho, a mesma “carrega” as influências e modos de vida do pescador artesanal. Por sua vez, é preciso reconhecer que os espaços de prática da atividade possuem uma relação singular entre terra e água, que coloca o pescador no ciclo contínuo de transformação, fazendo deste ambiente também instável pelas complexidades sócio-ambientais.

É importante destacar que, nas últimas décadas, os espaços costeiros são áreas de especulação promovida pelos agentes hegemônicos. Esta prática impulsiona os conflitos pelo território que tendem a gerar a diminuição da atividade da pesca na tentativa de também invisibilizar os grupos sociais que vivem da atividade.

O presente artigo tem entre seus objetivos evidenciar a importância da pesca artesanal na Bahia, em especial, para o município de Vera Cruz (Ba), trazendo uma pequena discussão acerca do espaço produzido e organizado pelo pescador artesanal. A atividade possui uma dinâmica singular, evidencia as relações do pescador artesanal e seu modo de vida tradicional e de lidar com a natureza. Que “carrega” histórias, culturas de raízes profundas que são passadas de geração para geração. A pesca é mais que uma profissão, é um modo de vida onde o trabalho é livre e tem um regime autônomo e coletivo (MPP, 2012).

Entretanto, a atividade pesqueira também faz parte da dinâmica do modo de produção e (re)produção capitalista que coloca a atividade em um grau complexo com distintos conflitos, sobretudo entre os pescadores e as organizações da pesca.

Neste artigo, tenho como meta trazer algumas reflexões da importância da pesca artesanal como símbolo de permanência e cultura popular, seus modos de vidas e suas subjetividades que dão visibilidade a uma atividade extrativista que resiste frente ao domínio do capital.

## **2 PESCA ARTESANAL E PESCADOR ARTESANAL**

Segundo Diegues (1983), a pesca é a única e última atividade extrativista realizada em grande escala. E sua produção envolve uma relação entre homem e natureza caracterizado assim, a identidade das diversas formas pelas quais se organiza sua produção. Este reconhecimento passa a existir a partir de condições naturais específicas, marcadas por processos determinados de forças produtivas da natureza.

Entretanto, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) define a pesca como atividade produtiva mais antiga da humanidade. Os recursos pesqueiros marítimos, costeiros e continentais constituem importantes fontes de renda, geração de trabalho e

alimento. Eles têm contribuído para a permanência do homem no seu local de origem. Ainda segundo o órgão, o pescador artesanal é o profissional que, devidamente licenciado pelo MPA exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte.

Para a Bahia Pesca, a pesca artesanal é uma atividade comercial. Realizada única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador com utilização de embarcações de médio e pequeno porte e equipamentos (petrechos), sem nenhuma sofisticação, além de insumos utilizados adquiridos nos comércios locais. Baseiam-se nos conhecimentos dos pescadores, adquiridos em família transmitidos aos demais membros, pelos mais velhos da comunidade, ou pela interação com os companheiros de pescaria.

Nesta pesquisa, é de suma relevância refletir sobre a atividade pesqueira na construção de sociedades moldando pelo modo de vida e no âmbito da produção de espaços específicos atrelada a sua história (KUNH, 2009). Os órgãos explicitados caracterizam a atividade pesqueira apenas pelo seu viés econômico, colocando o pescador como atrasado e “preso” ao seu local de origem e não evidenciando as relações que estão no cotidiano dos sujeitos da pesca, principalmente, artes, saberes e sua “intimidade” com a natureza. É importante destacar que a pesca artesanal é uma atividade que detém importância social e econômica, porque sua produção é expressiva, garantindo a base alimentar de diferentes grupos. Não queremos, aqui, afirmar que os pescadores artesanais devam permanecer na condição de excluídos ou atrasados, mas sim apresentar sua produção, diversidade, contradições e identidades no reconhecimento de sua organização e importância social vista a invisibilidade que passa este grupo social.

O MPA afirma que os maiores desafios da pesca artesanal, no país, estão relacionados à participação dos pescadores nas organizações sociais; ao alto grau de analfabetismo e baixa escolaridade; ao desconhecimento da legislação na base; aos mecanismos de gestão compartilhada e participativa da pesca. Já o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) destaca que o desafio pela manutenção da pesca está no reconhecimento sobre seu território.

Segundo Kunh (2009), a atividade encontra-se no grau complexo, já que,

[...] atualmente, esta atividade insere-se numa dinâmica muito complexa, que envolve, principalmente, (a) os pescadores artesanais e suas organizações; (b)

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ CNPJ:

10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com



o Estado e suas diversas políticas públicas; (c) os grupos que promovem a pesca e a aquicultura em escala industrial, com uma lógica concentradora e com forte implicação na natureza; e (d) os proprietários fundiários (KUNH, 2009, p. 30).

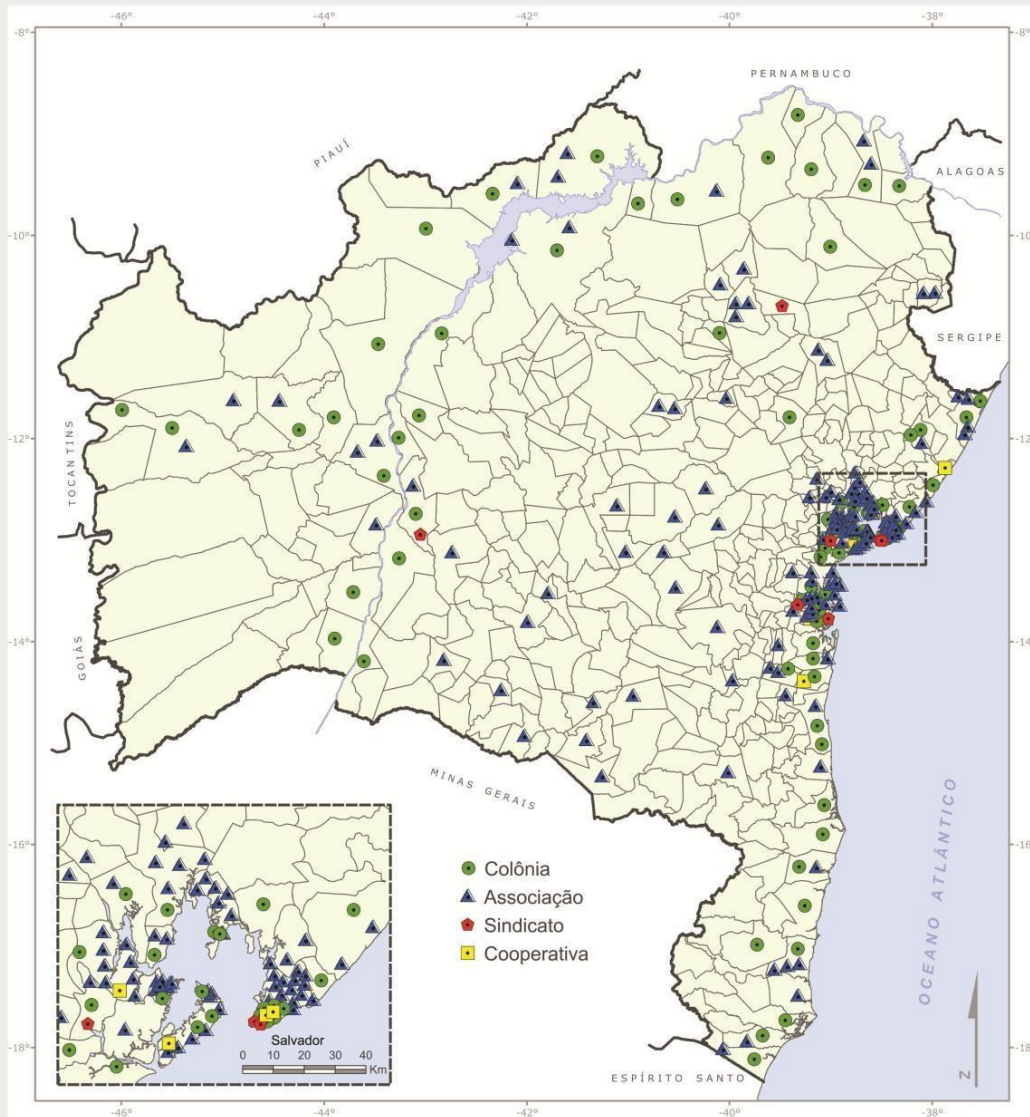
No País, existem cerca de 970 mil pescadores registrados. Destes, 957 mil são pescadores e pescadoras artesanais. Estão organizados em 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas (MPA, 2011).

Segundo Rios (2012), a organização institucional da atividade pesqueira, em nível federal, se dá pelo MPA, representado através da Superintendência Federal do Estado.

Em nível estadual, através da Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia (FEPESBA), na qual é responsável pela organização das 80 Colônias existentes no estado. Existem, também, sete Cooperativas de Pescadores e Marisqueiras e sete Sindicatos, ambos atuando na representação profissional da classe (Mapa 1).

**MAPA 1: Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas de Pescadores por município do Estado da Bahia (2012)**

COLÔNIAS, ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS E COOPERATIVAS  
DE PESCADORES POR MUNICÍPIO, 2012  
ESTADO DA BAHIA



Fonte: MPA, 2012.  
Base cartográfica. SRH, 2004.  
Elaboração: Projeto GeografAR, 2012.  
Obs: Localizações dos dados não georreferenciadas.

Fonte: GEOGRAFAR, 2012. Disponível em:

<<http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/mapas/2d618d8c40a8b7f10fa49fbb84f46bcc.pdf>>

Acesso em: 25 dez. 2013.

Já no município de Vera Cruz (BA), a organização da pesca está dividida em três Colônias de Pescadores – Baiacu, Cacha Pregos e Conceição – sete associações e um sindicato (GeografAR, 2012). A lógica de suas criações está no plano político.

Cabe ressaltar quem são os pescadores artesanais e como se reconhecem. Segundo Cartilha do MPP, podemos definir esse grupo social como:

Os pescadores e pescadoras artesanais possuem tradicional modo de viver e de lidar com a natureza, têm história e cultura de raízes profundas que são passadas de geração para geração. A pesca é mais que uma profissão, é um modo de vida onde o trabalho é livre e tem um regime autônomo e coletivo. Possui relação direta com a natureza, com espiritualidade e mística que suscita respeito e cuidado (MPP, 2012, p. 04).

Neste sentido, os pescadores artesanais são um grupo social que fazem parte das comunidades tradicionais, pois usam a tradição como modo de vida. A pesca representa uma herança cultural que representam suas identidades e laços sociais. Neste sentido, os pescadores artesanais produzem seus espaços pela atividade que constitui uma prática social (CARLOS, 2012). Assim, sua produção valoriza o espaço produzido pelos pescadores artesanais. Neste sentido, os pescadores artesanais é grupo social que são,

[...] formadores de um modo de vida particular, ou seja, como um grupo diferenciado no Modo de Produção Capitalista, que embora esteja inserido nesse sistema, possui outra lógica de relação/produção/apropriação do espaço. Para esse grupo social, o espaço possui valor de uso. A lógica que se contrapõe a esta é a lógica dos grandes agentes do capital, que vêem o espaço como valor de troca. E esse é o pano de fundo no qual é promovido o embate entre as distintas lógicas de relação/produção/apropriação do espaço geográfico (KUNH, 2009, p. 29).

Deste modo analisamos que os pescadores artesanais são um grupo transformador do espaço. Já que os mesmos organizam, produzem e transformam seus espaços e acabam por fazer parte das relações capitalistas de produção a partir do valor de uso com seu espaço numa dinâmica terra e água como destaca Kunh (2009).

Neste debate cabe refletir a materialidade do espaço geográfico que está diretamente associada ao modo de produção capitalista. Entendemos que é a partir desta produção que se configura os diferentes espaços, dando-lhe formas e singularidades. Entretanto, é importante entender que estas especificidades são frutos do trabalho humano que mesmo transformando-se no tempo/espaço persiste para cumprir sua funcionalidade: a reprodução e acumulação do capital. Interfere nas relações sociais, ao mesmo tempo, em que se organiza e não ocorre de maneira aleatória e sim um espaço concreto, com

condições necessárias à sua acumulação, regida, também, pelo Estado na qual envolve saberes, conhecimentos, relações para a abertura da sua produção (LEFEBVRE, 1972).

O pescador artesanal usa seu trabalho, a pesca, para estabelecer trocas, relações comerciais e também não comerciais, cria uma rede, um circuito produtivo de distribuição do pescado e entendemos que estes elementos irão dá materialidade e organização de um espaço específico da pesca. Entretanto este “jogo” de relações podem camuflar diferentes conflitos entre eles a exploração do pescador artesanal.

### **3 A PESCA ARTESANAL NA BAHIA: UM OLHAR SOBRE VERA CRUZ (BA)**

A produção pesqueira no estado da Bahia, ocupa a terceira colocação em relação ao país, sendo a primeira da região nordeste. Esta produção é, basicamente, desenvolvida sob responsabilidade dos pescadores artesanais, pois a pesca industrial na Bahia é inexpressiva dada as condições de nossas águas. Segundo a Bahia Pesca, esta característica ocorre devido à plataforma continental, possui uma faixa de litoral bastante estreita de fundo rochoso, aliado à baixa produtividade primária da água, por isso as embarcações e aparelhagens são feitas através de técnicas simples (BAHIA PESCA, 2003).

A produção da pesca extrativista está em torno de 1.610.530 milhões toneladas, segundo dados do MPA. Deste quantitativo, o estado da Bahia produziu cerca de 192.936 mil toneladas, colocando em segundo lugar na produção da pesca extrativista no nordeste e estima-se que existe mais de 109.000 mil pescadores artesanais cadastrados no estado (MPA, 2011). Quantitativamente, esses dados estimam o papel da pesca artesanal no Estado para seu cultivo e visibilidade econômica, além de apresentar suas diversidades de produção.

O município de Vera Cruz está localizado na Ilha de Itaparica região metropolitana de Salvador, distando da capital a 289 km por via terrestre, e a 15 km via marítima (Figura 2). Possui uma população de 37.567 habitantes (IBGE, 2010) e a atividade pesqueira configura-se como uma das principais fontes econômicas do município. Segundo o Sindicato dos Pescadores e Marisqueiras, são encontradas seis comunidades pesqueiras

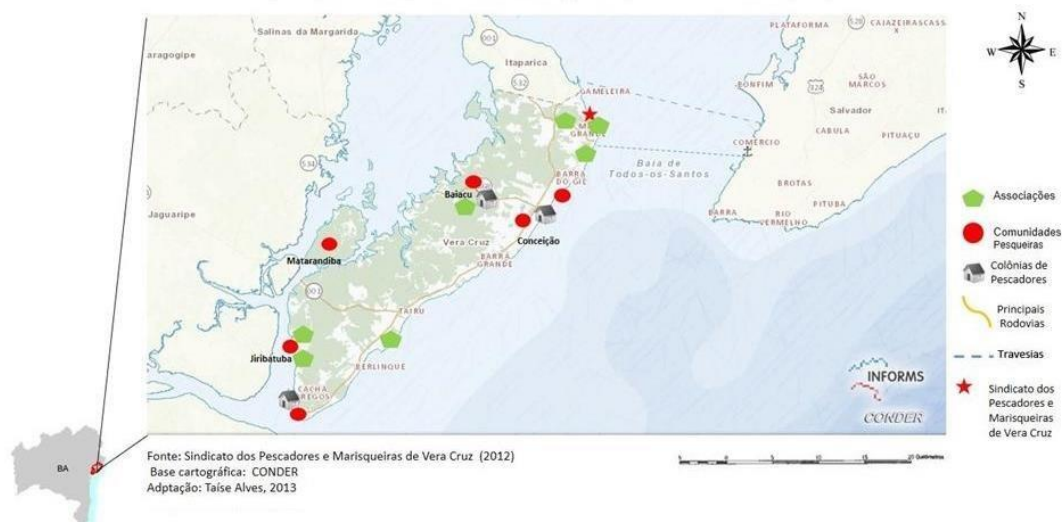
artesanais no município. As organizações de representatividade da pesca no município são as Colônias de pescadores (Baiacú, Conceição e Cacha Pregos), Associações de Pescadores e o Sindicato dos Pescadores e Marisqueiras (Figura 3).

**Figura 2: Baía de Todos os Santos com destaque para Vera Cruz (Ba)**



Fonte: <<http://uplod.wikimedia.org>> Acesso em: 10.01.2014  
Adaptação: Taíse Alves, 2014

**Figura 3: Populações Pesqueiras e suas organizações – Vera Cruz (BA)**



Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Nas comunidades tradicionais pesqueiras<sup>2</sup> de Vera Cruz (BA) (Baiacu, Barra do Gil, Cacha Pregos, Conceição, Jiribatuba e Matarandiba) a pesca artesanal caracteriza-se como elemento de destaque socioeconômico, contribuindo para a reprodução social de seus moradores.

Os pescadores, em conversas informais, relatam os problemas que perpassam habitualmente: os descasos com a educação, saúde, moradia, saneamento básico e a desvalorização da própria atividade pesqueira. Os jovens são os mais alcançados por essas fragilidades, pois seu principal desejo é sair de suas comunidades em busca de “melhores oportunidades”, entre elas, emprego. Seu imaginário de cultura, oportunidades, *status* social é a capital baiana, Salvador.

Os municípios de Vera Cruz e Itaparica estão ganhando notoriedade, nos últimos anos, pela discussão da construção da ponte Salvador–Itaparica. A proposta de construção da ponte não é recente. Desde 1980, discute-se sua implementação com o objetivo de melhorar o deslocamento para Ilha e mobilidade urbana. Para o governo, o empreendimento significa diversos benefícios. O projeto tem o desenvolvimento como discurso (para as os municípios, Salvador, além da interligação do projeto ao sistema viário oeste), entre eles, a “integração entre o Recôncavo e a capital, o desenvolvimento da atividade turística e a solução dos problemas relativos à travessia entre Salvador e a Ilha de Itaparica” (FERREIRA, OLIVEIRA; SANTOS, 2012, p. 2).

O governo do Estado também complementa que o projeto deve impulsionar o crescimento regional e melhorar a qualidade de vida das pessoas pelas dimensões: econômico, social, planejamento urbano e infraestrutura e respeito sócio-ambiental, além da democracia participativa.

Até então, não existe um estudo apontado os problemas sócio-ambientais da construção da ponte, mas podemos alegar que existem possibilidades do empreendimento

---

<sup>2</sup> De acordo o arts. 231 Povos, Populações, Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Arts. 231 da Constituição Federal de 1988 e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007).

agravar as relações sociais, disputas territoriais, desigualdades econômicas e, principalmente, a manutenção da atividade pesqueira nos municípios.

Em pesquisa de campo na Colônia de Pescadores de Baiacu, Associações e Sindicato dos Pescadores e Marisqueiras de Vera Cruz, é evidenciada a reprodução do discurso do desenvolvimento, atrelado ao empreendimento. Ambos reconhecem que pode ser um vetor de expansão comercial do pescado, entretanto, afirmam que manter a pesca é um desafio. Primeiro, por falta de investimento do poder público e, segundo, pela reafirmação da identidade do pescador. Essas dimensões são pautas no fortalecimento da pesca e seus objetivos enquanto entidades representativas para melhoria da atividade pesqueira no município. Estes grupos evidenciam que o principal conflito da pesca artesanal na Ilha é a comercializações do pescado, já que seu escoamento é feito por atravessadores. Na qual acabam por favorecer ambos em detrimento do lucro final do pescador artesanal.

Outro conflito identificado envolvendo a pesca artesanal foi o turismo. Para Assis (2009), o turismo é uma atividade complexa, pois suas relações envolvem múltiplas análises entre economia, sociedade, culturas e políticas numa disfunção acelerada movimentada pelos grandes capitais. Segundo Rodrigues e Giudice (2009), houve diminuição da potencialidade do manguezal na localidade de Conceição, com a instalação do Club Méd ocorreu:

[...] aterramento do rio, a retirada de areia da praia para formação de uma pequena baía para velejar (área particular do Club Méd). A área da praia foi sendo totalmente modificada, para serem exercidos diversos esportes aquáticos como o velejamento, *surf board*, mergulho entre outros (RODRIGUES; GIUDICE, 2009, p. 09).

No estudo, foi colocado que há um desconhecimento da população local da importância do manguezal para atividade pesqueira. Entretanto, destacam que houve diminuição de sua diversidade, tendo que buscar alimentos oriundos do mangue (siri, caranguejo, sururu e outros) em outros pontos da Ilha, a exemplo do Baiacu.

Outras questões evidenciadas pelas pesquisas exploratórias são as entidades políticas que defendem os interesses dos pescadores na Ilha. Os pescadores afirmam que estes grupos desenvolvem ações voltadas para levar a pesca industrial a Vera Cruz e (des)caracterizar o modo de vida dos pescadores artesanais. Então, a pesca artesanal na Ilha tem dimensão tanto política quanto econômica para perpetuação da exploração do

pequeno produtor. Configura-se como perpetuação da reprodução do sistema capitalista, com isso, percebe-se que transformar a pesca artesanal terá uma série de conflitos. Entre eles, perda da legitimidade e o espaço de reprodução social dos pescadores artesanais em Vera Cruz (BA). Por isso, nota-se até o momento que a pesca artesanal tem uma dimensão mais ampla que o turismo, a construção da ponte, os atravessadores, pois perpassa pela dimensão social da exploração causada ao longo dos anos a estes sujeitos.

Neste aspecto, a ciência geográfica tem como objetivo compreender os fenômenos que ocorrem no espaço, analisar a sociedade de acordo com sua organização e produção espacial, nesta perspectiva, cabe perguntar como, neste contexto, como a pesca artesanal – uma atividade extrativista – sobrevive frente à valorização do espaço no município de Vera Cruz?

Outro ponto relatado durante as pesquisas de campo exploratória é o interesse das entidades da pesca fazer investimentos para a pesca industrial. E, com a construção da ponte Salvador-Itaparica, o debate ressurgiu nestes espaços.

Neste cenário, a atuação do MPP não é evidente na Ilha, vista a fragilidade da identidade política dos pescadores que lá vivem, já que as próprias entidades representativas desqualificam o Movimento e, até mesmo, não conhecem as atividades exercidas pelo MPP, sobretudo a Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Pesqueiras Artesanais, que tem como meta proteger os territórios pesqueiros com a aprovação da lei de iniciativa popular sobre seus territórios.

## **PARA NÃO CONCLUIR...**

A pesca artesanal em Vera Cruz (Ba) apesar de apresentar um cenário em aparente ordem, carrega uma dimensão conflitante. Vista a construção da ponte Salvador-Itaparica; as relações políticas que se encontram entre os Pescadores x Colônias, Pescadores x Associações, Pescadores x Sindicato, Sindicato x Colônias, Colônias x Associações, percebe-se neste primeiro momento existe uma situação de disputas de poder e autonomia sobre a atividade pesqueira no município. Outra questão é sobre o papel do Estado nestas relações, ou seja, como a Prefeitura Municipal de Vera Cruz se posiciona frente a esta realidade e como destina os recursos para a pesca artesanal? Cabe ainda refletir, a quem



chega estes investimentos, para as entidades ou pescadores? Há um forte discurso entre a população local que a pesca artesanal no município pode chegar a sua extinção, que no passado a pesca era mais produtiva que atualmente. Deste modo, cabe uma reflexão mais expressiva sobre a pesca artesanal no município para entender como a atividade organiza o espaço pesqueiro e como produz e se reproduz frente as relações capitalistas.

## REFERENCIAS

ASSIS, Lenilton Francisco de. Do território usado à multiterritorialidade: reflexões sobre o lazer e o turismo em segundas residências no nordeste brasileiro. **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo. n. 26, p. 45 – 58. 2009.

BAHIA PESCA. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina**. Salvador: Bahia Pesca, 2003.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto nº 6.040**. (DOU). Brasília – DF, 7 de fevereiro de 2007.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (org.) **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. 1. ed. SP: Contexto, 2012. p. 54-73.

DIEGUES, A.; MOREIRA, A. (orgs). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NAPAUB/USP. 2001.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FERREIRA, J. G.; OLIVEIRA, I. S.; SANTOS, L. M. Entendendo a possível construção da ponte Salvador-Itaparica através das *politics*. **Anais do XIII Encontro de Geografia da UESC: Desafios da abordagem geográficas**. Ilhéus – Ba: Eduesc. 2012.

GEOGRAFAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Mapeamentos temáticos do Estado da Bahia. **Banco de Dados**. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2012. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=db-formas-de-acesso-a-terra>> Acesso em: 10 out. 2013.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

KUHN, Ednizia Ribeiro A. **Terra e água: Territórios dos Pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu – Bahia**. 2009. 173f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador (Ba). Disponível em:

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*). 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 1972.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes\\_e\\_Estatisticas/Boletim%20Estat%203%ADstico%20MPA%202010.pdf](http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%203%ADstico%20MPA%202010.pdf)> Acesso em: 10 jun. 2013.

MPP. Movimento dos Pescadores Artesanais. **Cartilha Movimento Pescadores e Pescadoras Artesanais**. Bahia, jul. 2012. Disponível em <<http://cppnorte.wordpress.com/documentos/>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. **Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros: pescadores artesanais e carcinicultores no distrito de Acupe – Santo Amaro (BA)**. 2012. 263f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador (Ba). Disponível em <[http://www.posgeo.ufba.br/disserta%C3%A7oes/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final\\_Kassia%20Rios.pdf](http://www.posgeo.ufba.br/disserta%C3%A7oes/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final_Kassia%20Rios.pdf)>. Acesso em 20 jul. 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2012.

RODRIGUES, Jamile Araújo; GIUDICE, Dante Severo. **A pesca marítima artesanal como principal atividade socioeconômica: o caso da localidade de Conceição de Vera**

Cruz – BA. **Revista Cadernos do Logepa**. João Pessoa. v. 6, n.2, p. 101-114, jul./dez. 2011. Disponível em: <[www.geociencias.ufpb.br/cadernosdologepa](http://www.geociencias.ufpb.br/cadernosdologepa)>. Acesso em: 22 jun. 2012.

RODRIGUES, Jamile Araújo; GIUDICE, Dante Severo; PINTO, T. C. Impactos Ambientais das atividades humanas na vila de Conceição - Município de Vera Cruz/Ba. **Anais do XII – Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**. Viçosa – Minas Gerais, p. 1-19, jul. 2009.

**GT (07) – (Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistência às situações de injustiça socioambiental)**

**Aprendizagem Coletiva no Estuário dos rios Timonha e Ubatuba (PI/CE)**

**Samuel Pires Melo<sup>1</sup>**  
**Francinalda Maria Rodrigues da Rocha<sup>2</sup>**  
**Leandro Inakake de Souza<sup>3</sup>**  
**Patrícia dos Passos Claro<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia/ Docente/ Universidade Federal do Piauí, samuelmelo@ufpi.edu.br

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ Coordenadora de Projetos / Comissão Ilha Ativa, francinalda.rocha@gmail.com

<sup>3</sup> Especialista em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa / Presidente / Comissão Ilha Ativa, leandroinakake@gmail.com

<sup>4</sup> Cientista Social/ APA Delta do Parnaíba/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, patpclaro@gmail.com

**Resumo:** o presente trabalho tem como objetivo situar os aspectos de construção coletiva no estuário dos rios Timonha e Ubatuba, nos estados do Piauí e Ceará, pelas teias de conexão entre saberes sociotécnicos de pescadores locais com as Organizações Não Governamentais (ONG) e governamentais (OG). Especificamente, deteve-se na análise dos relatórios da experiência realizada pelo projeto “Sensibilização de Pescadores/as para a Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros”, realizado de 2010-2012.

**Palavras-chaves:** Construção Coletiva; Saberes Sociotécnicos; Identidade Territorial.

### **Introdução**

O estuário dos rios Timonha e Ubatuba está localizado entre os estados do Piauí e Ceará, no extremo leste da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba. Trata-se de uma bacia hidrográfica independente da bacia do rio Parnaíba, que possui muitos dos atributos naturais presentes no Delta do Parnaíba (AQUASIS, ICMBio, CIA, 2010).

Os rios Timonha e Ubatuba têm suas nascentes na Serra da Ibiapaba, cadeia montanhosa que acompanha as divisas entre os dois estados, e ao encontrarem o mar, recebem as águas de diversos rios e camboas que terminam na Barra do Timonha. É uma região estuarina emoldurada por manguezais e salgados que constituem a segunda maior área de ecossistemas manguezais do Nordeste, cerca de 11.000 hectares, e encontra-se ainda bem conservada, tornando-se um importante berçário para a

reprodução de inúmeros animais de vida marinha, como peixes, camarões, caranguejos, siris, mariscos, etc, além de abrigar populações significativas de peixes-bois marinhos (*Trichechus manatus*) e cavalos marinhos (*Hippocampus*) (AQUASIS, ICMBio, CIA, 2010).

A diversidade dos recursos naturais apresentada no espaço geográfico do estuário possibilitou a constituição de um espaço social construído por indivíduos que se retiraram de várias regiões. É importante salientar, segundo relatos desses indivíduos, que esse processo de instalação aconteceu de forma temporal diferente, mas uma boa parte registra um período de cerca de 120 anos. Nesse espaço-tempo, eles puderam construir suas bases de produção e reprodução social por meio da tecnologia da pesca artesanal e da agricultura de subsistência.

Em tempos de elaboração do projeto, os dados obtidos apresentavam características demográficas no estuário de cerca de 2.000 pessoas. Elas mantinham a atividade da pesca como a principal ocupação no sustento físico e social das famílias. Especificamente falando, eles têm na sua alimentação cotidiana o reflexo da importância desta atividade para a sua sobrevivência, inclusive sócio-econômica. São 21,5 kg de consumo médio de pescado per capita/ano em Cajueiro da Praia e 26,3 kg em Chaval, acima do consumo médio mundial de pescado que é de 13,3 kg per capita/ano, e muito acima do consumo médio do Brasil, 9,75<sup>1</sup> kg per capita/ano (FAO, 2000).

Dados levantados por AQUASIS (2008) enfatizam que a pesca no estuário é caracterizada como propriamente artesanal e de pequena escala, com permanência da diversidade de sistemas de pesca em toda extensão dos corpos d'água locais. Nesse sistema, ainda respeita-se, entre a maioria dos pescadores/as, o ambiente e o conhecimento tradicional, passado por gerações. Entretanto, com a intensificação do turismo de massa e a influência que o mesmo exerce sobre as comunidades, seus saberes e fazeres podem ser perdidos ou transformados (AQUASIS, ICMBio, CIA, 2010).

Diante das novas configurações socioespaciais advindas principalmente pelas imposições dos modos de produção econômica e social do capitalismo, que adentram cada vez mais espaços, esses pescadores artesanais se veem diante de um processo que, muitas vezes, descaracterizam seus *modos de viver e trabalhar*, reconstruindo espaços

---

<sup>1</sup> 2010, segundo LANES *et al.* (2013).

sócio-econômicos de marginalização. No entanto, ao tempo em que essas forças se impõem, elas possibilitam margens para que os indivíduos possam gerir, com uma autonomia limitada, os recursos próximos a eles.

Com o intuito de observar as possibilidades de reconstrução social dos espaços pelos pescadores artesanais do estuário dos rios Timonha e Ubatuba, nos estados do Piauí e Ceará, analisou-se as teias de conexão entre saberes sociotécnicos<sup>2</sup> de pescadores locais e as Organizações Não Governamentais (ONG) e governamentais (OG). Especificamente, deteve-se na análise dos relatórios da experiência realizada no projeto “Sensibilização de Pescadores/as para a Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros”, mediado pelas entidades APA Delta do Parnaíba/ICMBio, AQUASIS, Centro Mamíferos Aquáticos/PI/ICMBio e Comissão Ilha Ativa, no período de 2010 a 2012.

A questão principal deste trabalho está no que diz respeito principalmente à compreensão do projeto possibilitar a atualização da “identidade coletiva” do grupo pelas atualizações impostas pelos modos econômico e social do capitalismo. Especificamente, Diniz (2002) aponta três mecanismos que se apresentam como fundamentais em uma ação coletiva e que podem permitir observar como construtos sociais de autonomia e representação. Principalmente, segundo Diniz (2002), porque estão inter-relacionados a mobilização e participação social, são eles: aprendizagem coletiva, poder/responsabilidade e normas/regras comuns.

Em diálogo com Sabourin, Diniz (2002) define a aprendizagem coletiva como os conhecimentos necessários ao grupo, mas que não são transferidos, pelo o que os autores chamam de “agentes externos” ou do acaso, mas na ação valorizada pelas experiências e os comportamentos dos membros, visto como essencial pelo seu caráter de socialização das informações, avaliação das inovações e das intervenções institucionais. Os mecanismos de poder e responsabilidade estariam ligados a aprendizagem coletiva porque esta gera autonomia política, que está ligado ao poder, com esse empoderamento surge a responsabilidade. Entretanto, Diniz (2002) nos lembra que nessa socialização da aprendizagem relacionada à coordenação de participação, faz-

---

<sup>2</sup> O que se entende neste ensaio por saberes sociotécnicos está baseado em Sabourin (2001). Para quem, são aqueles desenhados, uma parte, pelas relações de interconhecimento e de proximidade e, por outra, pelas prestações recíprocas (ou serviços mútuos) em matéria de produção ou redistribuição dos produtos e dos conhecimentos, que fazem referência às relações totais (ao mesmo tempo sociais, culturais e econômicas).

se necessário que “se definam os acordos e princípios de atuação dos membros a fim de evitar os ‘aproveitadores’ que apenas pensam em usufruir os benefícios da ação coletiva” (DINIZ, 2002, p. 99).

Assim, essa ação social “organizada”, com regras ou instituições que provêm de cálculos mais ou menos efetuados pelos indivíduos, mas que pode expressar também uma totalidade preexistente e determinante que coloca uma série de obrigações, constrangimentos ou dívidas aos indivíduos; tendo como operador privilegiado, específico da criação dos laços sociais, a reciprocidade, gera uma teia de conexão entre os pescadores artesanais de luta permanente de participação para construção dos espaços sociais.

### **Projeto sensibilização de pescadores/as para a gestão compartilhada de recursos pesqueiros**

O projeto propôs a sensibilização em gestão compartilhada de recursos pesqueiros, com o uso de metodologias participativas e do envolvimento da comunidade de pescadores do estuário dos rios Timonha e Ubatuba, para elaboração de uma proposta coletiva e continuada de gestão sustentável dos recursos pesqueiros locais (AQUASIS, ICMBio, CIA, 2012).

A execução do projeto, intitulado “Encontros de Pesca do Timonha e Ubatuba”, foi iniciado no final de 2010 e finalizado em junho de 2012. A metodologia utilizada priorizou ferramentas participativas, pois um dos objetivos do projeto fora apreender e sistematizar o conhecimento tradicional deste segmento social a partir do exercício da construção coletiva, que possa valorizar pescadores/as como agentes desse conhecimento e identificar o alcance e os limites deste saber na tomada de decisões em relação à gestão compartilhada de recursos pesqueiros (AQUASIS, ICMBio, CIA, 2012).

De acordo com o relatório do projeto executado, o interesse das instituições Comissão Ilha Ativa (CIA), AQUASIS, APA Delta do Parnaíba/ICMBio, Centro Mamíferos Aquáticos/PI/ICMBio e Universidade Estadual do Piauí (UESPI) foi em trabalhar com esse grupo social porque já existiam atividades de pesquisa e mobilização social realizado pela CIA nos municípios de Ilha Grande e Parnaíba, pertencentes à APA Delta do Parnaíba; de pesquisa e educação ambiental realizada pela Base Multifuncional do Centro Mamíferos Aquáticos de Cajueiro da Praia, na região

estuarina dos rios Timonha e Ubatuba. A execução do projeto se deu em três etapas, a saber:

1. A primeira consistiu na articulação e mobilização das diretorias das colônias de pesca e posteriormente de usuários dos recursos pesqueiros das comunidades do entorno do estuário, fossem associados(as) ou não das colônias, para em seguida, construir de modo coletivo, o planejamento do caminho que o projeto iria seguir. A partir deste planejamento, foi possível criar momentos diferenciados de reflexão, chamadas “pesqueiras”, numa alusão às casas de palha onde os pescadores e marisqueiras fazem o descanso, dormem e providenciam sua alimentação durante a atividade pesqueira. As “pesqueiras” buscaram estimular reflexões com base nas opiniões apresentadas durante as oficinas de planejamento.
2. A segunda etapa, denominada “Pesqueira do Conhecimento do Pescador”, mapeou o conhecimento tradicional a respeito dos recursos pesqueiros considerados mais importantes pelas comunidades, como sua localização, época de reprodução e pesca, além dos conflitos de uso e atividades de subsistência complementares realizadas pelos pescadores da região (AQUASIS, ICMBio, CIA, 2012).
3. A terceira, conhecida “Pesqueira da Melhoria da Pesca”, teve como objetivo zonestar e ordenar a pesca, a partir do mapeamento dos conflitos de uso existentes entre os pescadores (as) e de propostas que pudessem melhorar a situação dos recursos pesqueiros nos ambientes estuarinos, discutidas e apresentadas por eles (AQUASIS, ICMBio, CIA, 2012).
4. Na quarta e última etapa, “Pesqueira do Futuro da Pesca”, foram coletadas opiniões sobre perspectivas que se apresentam para os filhos dos pescadores e marisqueiras, propostas que possam melhorar a cadeia produtiva da pesca, e sobre outras atividades que podem gerar um impacto favorável na renda e na vida dessas comunidades (AQUASIS, ICMBio, CIA, 2012).

O projeto buscou mobilizar pescadores e marisqueiras de diversas comunidades da região estuarina, através de dois grupos com 25 pessoas: um do Piauí, constituído por moradores da sede de Cajueiro da Praia e do povoado de Praia Branca; outro do Ceará, com moradores de Chaval e de diversas comunidades de Barroquinha (Bitupitá, Leitão, Venâncio, Chapada).



### **Mobilização para participação social: propondo um bem coletivo<sup>3</sup>**

Inicialmente, o trabalho de sensibilização e manutenção das parcerias aconteceu com os presidentes das Colônias (Z-6, de Cajueiro da Praia; Z-24, Chaval; Z-23, Bitupitá/Barroquinha). Foi observado que os contatos com as diretorias foram fundamentais para a realização de reuniões com os associados de cada colônia e pescadores (as) não associados, através das quais, foram escolhidos os participantes dos Encontros de Pesca do Timonha e Ubatuba por meio de escolha aberta. Entretanto, observou-se que existiram dificuldades na mobilização, principalmente porque nem todas as entidades representativas dos pescadores locais comprometeram-se inicialmente na indicação de representantes para os demais encontros planejados.

Isso mostra, por um lado, que as instituições associativas já instaladas foram fundamentais para superar o *mal coletivo*<sup>4</sup>. Elas se destacaram como grupos de referência dos atores que se mostram em conflito para o desenvolvimento do projeto. No entanto, em alguns momentos, parte destes, se mostraram como inibidores do desenrolar da ação. Ao que parece, mesmo diante dessa diversidade, os mediadores do projeto procuraram uma metodologia que pudesse envolver pescadores na ação de identificar as posições das instituições no diálogo com eles, conforme apresentado no diagrama de Venn<sup>5</sup>.

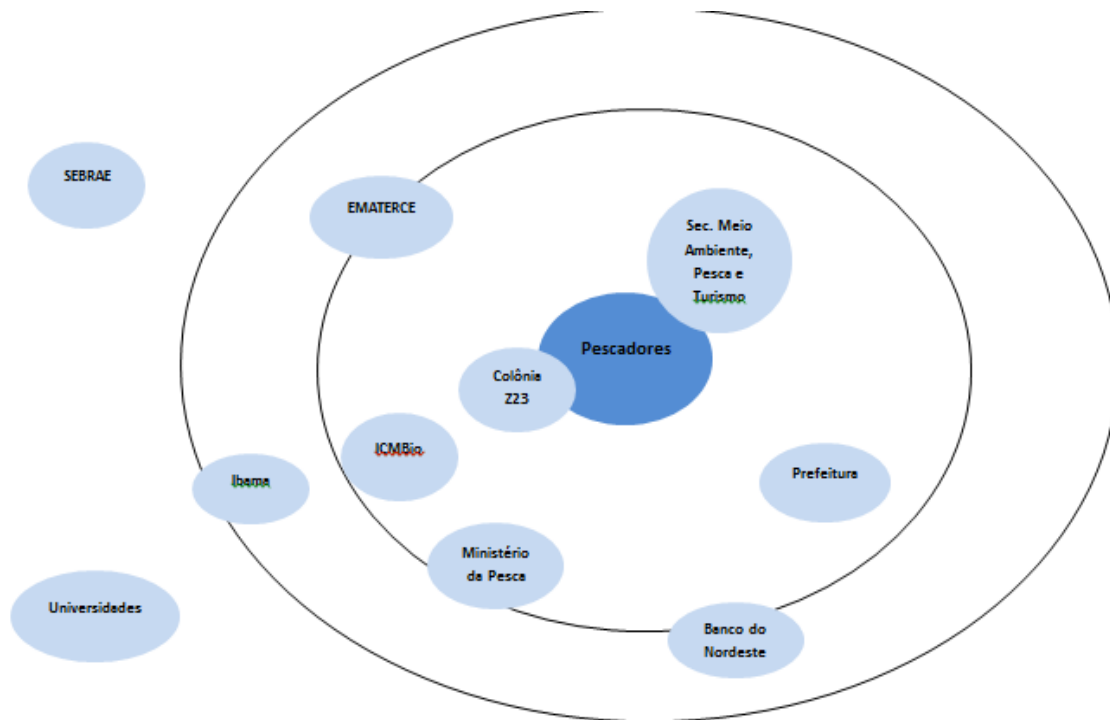
---

<sup>3</sup> Utilizamos o conceito de *bem coletivo* baseado na discussão de Oreinstein (1998). Para quem o *bem coletivo* deve ser entendido quando os indivíduos podem contribuir para o bem comum sem estarem obrigados ou privadamente estimulados a fazê-lo. “o bem coletivo é produzido com a finalidade de eliminar ou reduzir os custos que um determinado mal coletivo impõe a uma população”, e que o sucesso desse bem coletivo depende do sucesso da ação coletiva, mesmo quando a situação é semelhante à do Dilema do Prisioneiro.

<sup>4</sup> Entende-se por mal coletivo os custos que são obrigatórios e simultâneos a um conjunto de indivíduos em uma ação coletiva (OREINSTEIN, 1998).

<sup>5</sup> A metodologia do Diagrama de Venn foi usada para medir o grau de proximidade das instituições técnicas em relação aos pescadores. Salienta-se ainda que foi mantido os termos identificadores das instituições como era de conhecimento dos pescadores e pelo projeto, de uma maneira geral.

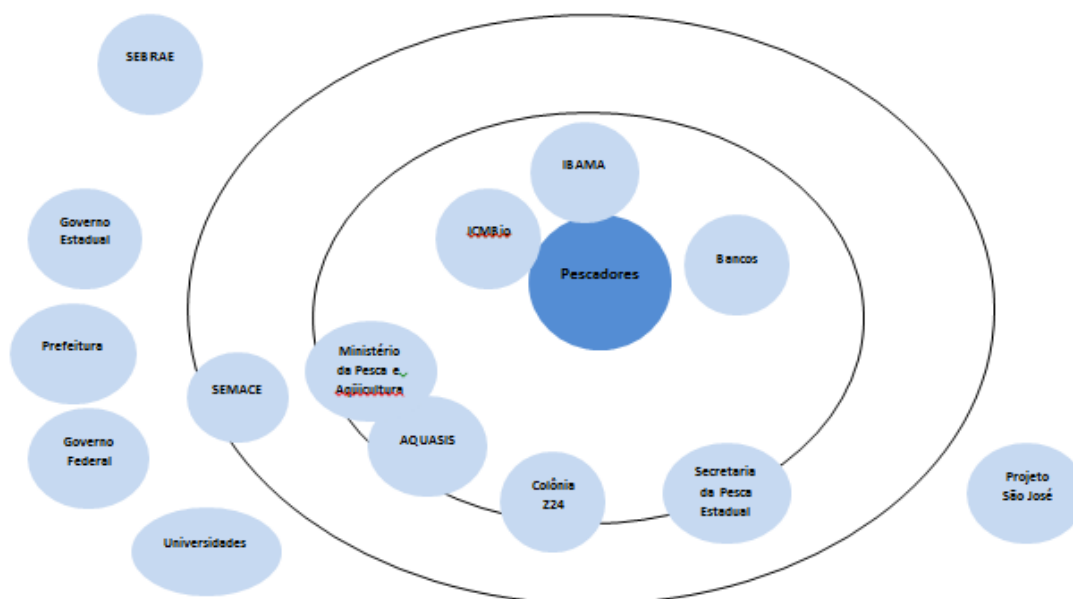
**Figura 1 - Diagrama de Venn 1 – Bitupitá**



FONTE: AQUASIS, ICMBio, CIA, 2012.

Em Bitupitá, observou-se um diálogo de maior proximidade entre os pescadores e a colônia Z23 e secretaria do meio ambiente, pesca e turismo. Embora esteja dentro do mesmo círculo ICMBIO e prefeitura local. Apesar de alguns imprevistos, houve uma mobilização de pescadores das comunidades e indicação de representantes para os encontros planejados.

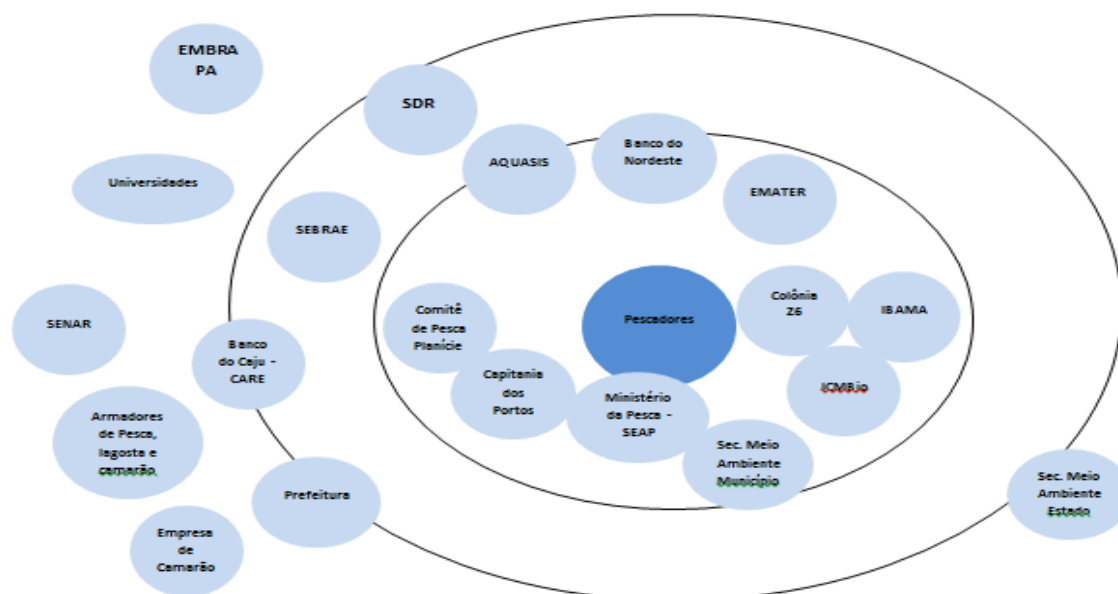
**Figura 2 – Diagrama de Venn II – Chaval**



FONTE: AQUASIS, ICMBio, CIA, 2012.

Em Chaval, observou-se um diálogo de maior proximidade entre os pescadores, o ICMBio, IBAMA, e Bancos. Embora esteja cruzando a linha do mesmo círculo Ministério da Pesca e Aquicultura, AQUASIS, Colônia Z24 e Secretaria de Pesca Estadual. Apesar de alguns imprevistos, houve uma mobilização de pescadores das comunidades, com indicação de representantes para os encontros planejados.

**Figura 3 – Diagrama de Venn III - Cajueiro da Praia**



FONTE: AQUASIS, ICMBio, CIA, 2012.

Em Cajueiro da Praia, viu-se um diálogo de maior proximidade entre os pescadores e o Ministério da Pesca-SEAP, a Colônia Z6. Com pouco de distância vimos EMATER, IBAMA, ICMBio, Capitania dos Portos, Comitê de Pesca Planície. Ainda cruzando a linha do mesmo círculo está secretaria do meio ambiente do município, AQUASIS e Banco do Nordeste. Apesar de alguns imprevistos, houve uma mobilização de pescadores das comunidades, embora não se tenha alcançado o número de representantes estabelecido pela equipe do projeto para os encontros planejados.

A perspectiva de apresentar as instituições com suas interfaces de (não)diálogo com os pescadores locais foi fundamental para mobilizar os indivíduos por meio de estratégias convincentes de que a superação do mal somente acontece com sua identificação. Eles servem como referência para que os grupos possam rever sua posição dialógica, especialmente, nesse momento de discutir e propor o bem coletivo.

Há de salientar, por outro lado, no diagnóstico apresentado no relatório, que cada grupo apresenta especificidades na forma do grupo de referência como também dos mecanismos de socialização das estratégias dos problemas. Porém, é válido ressaltar que, diante de um mal coletivo, as possíveis diferenças e desigualdades entre os indivíduos podem ser combinadas à qualidade de conhecer soluções (de projetar o bem coletivo) que eliminem o problema ou seus efeitos. Outro ponto a ser posto é com relação ao bem coletivo, pois embora seja proposto pelo grupo de referência, este não conseguiria “executar” sozinho a ação coletiva, isto é, concretizar o projeto do bem coletivo sem a participação dos demais. É papel do grupo de referência projetar o bem coletivo reivindicando a participação dos outros integrantes participantes da ação.

Nas oficinas sobre pesca, meio ambiente e conhecimento do pescador, pôde-se mapear os importantes locais dos recursos pesqueiros no estuário, as melhores e piores épocas da atividade, a época da reprodução desses recursos, os problemas e conflitos de uso da atividade, conhecer em detalhes os nomes e localização dos rios, “camboas” e “croas” que desenham os contornos do estuário, bem como construir um calendário de atividades que mapeou outras atividades econômicas que complementam a renda das famílias ligadas à pesca, e o momento em que estas acontecem. Além disso, o relato de experiências de pescadores mais velhos de cada região trouxe as diferenças da pesca antigamente para hoje e muitas histórias de pescador, de modo que as mudanças ambientais fossem percebidas para uma maior reflexão e debate.

Portanto, reconhecer grupos-referência possibilita que se reúna informações sobre o mal coletivo para projetar o bem coletivo e determinar a melhor forma de organizar os demais indivíduos do estuário para produção deste bem. Caso contrário, se a fase de “decisão” não for cumprida, a ação coletiva não se desenvolverá e os pescadores artesanais não terão o objetivo maior realizado, que é a “melhoria de suas qualidades de vida”.

A formação realizada para participação da construção do bem coletivo se deu pela metodologia da ilustração do Barco dos Sonhos. Neste mural tinha o desenho de uma Canoa à vela navegando no curso de um rio, onde foram colocadas as tarjetas que apresentavam os diversos aspectos (contexto) da pesca atual; Pedras que representavam os problemas enfrentados pelos pescadores; e uma Tarrafa onde continha os sonhos dos pescadores. No curso do rio à frente das pedras, foram desenhadas três casas de palha, simbolizando três momentos dos debates e assuntos que foram desenvolvidos nas etapas futuras do projeto (AQUASIS, ICMBio, CIA, 2012). São as seguintes:

1. A primeira das casas representou o “Conhecimento do Pescador”, o momento onde foi registrado o conhecimento tradicional dos pescadores e marisqueiras sobre recursos pesqueiros, conflitos de uso e mudanças ambientais, os apetrechos de pesca utilizados, áreas de pesca, reprodução. Nesta casa procurou-se organizar as opiniões já apresentadas pelos participantes que se relacionavam com o conhecimento tradicional, construído através de suas vivências, e que foi detalhado e registrado nos encontros voltados para este tema;
2. A segunda casa com o título de “Como Melhorar a Pesca” representa o momento onde discutiu-se a necessidade de gestão da pesca para melhorar ou aperfeiçoar a pesca. Da mesma forma, nos encontros de planejamento realizados, organizou-se as opiniões que se referiam ao tema e deixou-se um momento do projeto para aprofundar este debate, e;
3. Na terceira casa, denominada “Como Melhorar a Vida e a Renda do Pescador” foram colocadas sugestões já apresentadas com este objetivo e representa o momento em que foram buscadas propostas de melhorias para a pesca junto a instituições diversas.

As ações propostas no projeto e executadas como apresentadas no relatório, podem ser observadas como mecanismo de contestação de um modelo instituído pelas grandes estruturas, os mega-projetos. Elas se opõem a uma política que, de modo geral,

“privilegia uma representação enviesada, de cima para baixo, onde se começa com a construção de grandes questões, em função dos interesses dos grupos dominantes e não respeita as discussões de base”. Essas últimas podem envolver desde o espaço natural ao sociocultural, o que poderia significar saberes diversos, convergindo territorialmente numa aprendizagem coletiva (LAZZARETI, 2000).

A “aprendizagem coletiva” é um mecanismo essencial tendo em vista seu caráter de socialização das informações, avaliação das inovações e das intervenções institucionais. Algumas vezes, ela se estabelece da mesma forma como se inicia uma ação coletiva (pelo grupo de referência), mas seu sucesso depende dessa partilha de informações e de construção do conhecimento, buscando municiar os atores para que eles façam uma leitura do social objetivando a ação coletiva (DINIZ, 2002, p.97).

Nesse sentido, o conhecimento do pescador sobre seu território possibilitou uma aprendizagem coletiva que envolveu vários povoados e instituições. Eles delinearão no mapa geográfico as simbologias de localização dos pescados, petrechos e problemas vivenciados pelos pescadores e marisqueiras; criaram um calendário da pesca e de reprodução de cada espécie e o calendário de atividades complementares à pesca. Além disso, a equipe técnica do projeto e pescadores saíram para atividades de campo, e através de metodologia denominada “Travessia”, foi possível georeferenciar os locais assinalados no Mapa Falado da Pesca, conferir as informações, aspectos novos que não foram citados, problemas e potenciais no olhar daqueles que vivenciam a atividade de pesca. Isso nos remete a própria concepção de construção social, como lembra Diniz (2002).

A construção social, como o próprio nome já diz, é uma prática coletiva de indivíduos com o mesmo objetivo para realização de trabalhos que tenham caráter coletivo. As ações executadas pelas diversas organizações que compõem a Articulação funcionam com essa racionalidade [...] a execução dessas ações não se limita a uma simples estrutura física, mas revela um conteúdo político que dá unidade à ação do grupo (p.95).

Na discussão sobre a melhoria da pesca, observou-se uma preocupação que vai desde a produção e comercialização. Ficou claro que os pescadores e marisqueiras, quando conseguem algum recurso pesqueiro para vender, terminam por entregar o produto da sua atividade para o atravessador por qualquer preço, pois a maioria deles não são comerciantes, e não sabem comercializar e/ou não possuem os contatos para isso, assim dependem e precisam do atravessador.

As principais propostas sinalizadas com as oficinas foram: organização dos pescadores em grupo, cooperativa, associação; captação de recursos junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura e outras fontes financiadoras; aumentar a quantidade de pescados nos rios; embarcação para alto mar para alcançar pescados de maior valor; implantação de fábrica de gelo; conservar o pescado para oferecer condições para o pescador ficar livre do atravessador, comercializando a produção em melhores condições de preço, e; beneficiar o pescado para aumentar o valor agregado (filé, hambúrguer, etc), aumentando o preço final do produto e o lucro.

Sobre a melhoria das condições de vida e renda, a reflexão do grupo envolveu a produção e comercialização do pescado. Além das atividades complementares já realizadas (Construção Civil, Agricultura e Criação de Pequenos Animais, Atividade Salineira, Artesanato, Material de Pesca, Carcinicultura e Comércio) foram citadas novas propostas (Turismo, Aproveitamento de Subprodutos de Pescados, Beneficiamento de Pescados e Cultivo de Pescado e Algas). Ao discutirem sobre atividades complementares que poderiam beneficiar a renda das famílias dos pescadores/as, estes ressaltaram que se torna essencial capacitá-los na melhoria técnica daquelas atividades que já praticam (pesca, agricultura, criação de pequenos animais, artesanato) e nas novas atividades, caso sejam implantadas (cultivo de pescados e algas, aproveitamento de subprodutos dos pescados, turismo). Da mesma forma, assinalaram a importância de acompanhamento técnico constante, pois é no dia a dia que os problemas surgem e precisam ser resolvidos (SABOURIN, 2001).

Como podemos perceber, esse mecanismo de coletivização do conhecimento no interior das ações desse projeto “Sensibilização de Pescadores/as para a Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros” é de fundamental importância para o desenvolvimento das ações. Em relação às técnicas usadas no processo de gestão, por um lado, a “aprendizagem coletiva” permite a formulação progressiva de uma crítica ao modelo de representação política que penaliza o modo de viver e trabalhar dos pescadores do estuário dos rios Timonha e Ubatuba, nos estados do Piauí e Ceará, em especial. É um modelo de organização política adotado pelos governos e que tem consequências desastrosas. Dentre outros problemas, ele causa a “dependência dos pescadores e marisqueiras, a ampliação das desigualdades sociais e desvaloriza as iniciativas e recursos locais, fundamentais para a identidade territorial do litoral nordestino.

## Conclusões

A proposta do projeto “Sensibilização de Pescadores/as para a Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros” possibilitou aos pescadores, marisqueiras e instituições governamentais e ONG questionarem-se sobre o modelo de organização social e de responsabilidades no desenvolvimento territorial. O conhecimento, quando socializado, estimula tais condutas e aumenta a auto-estima dos pescadores e marisqueiras. Eles se sentem sujeito do processo de construção social do território.

E com auto-estima se consegue valorizar as comunidades pesqueiras e marisqueiras e suas experiências consolidadas socialmente, princípio adotado na realização do projeto. Na medida em que se valoriza a identidade territorial pautada no saber destes sujeitos, os saberes sociotécnicos começam a ser construídos a partir das experiências validadas socialmente, tendo os pescadores e marisqueiras como agentes fundamentais nesse processo.

Nesse sentido, as etapas do projeto para pensar a caracterização espacial do território, as condições de viver e trabalhar e suas propostas de futuro talvez não tenha avançado em sua efetivação da identidade territorial do estuário, mas sua intervenção construiu uma referência metodológica significativa para uma aprendizagem coletiva, com possibilidade de inserção de novas relações de poder e responsabilidades, pautadas em normas/regras comuns.

## Referências bibliográficas

APA Delta do Parnaíba/ICMBio, AQUASIS, Centro Mamíferos Aquáticos/PI/ICMBio – Comissão Ilha Ativa. **Projeto Sensibilização de Pescadores/as para a Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros no Estuário dos rios Timonha e Ubatuba (PI/CE)**. Encontros de Pesca do Timonha e Ubatuba – 2010/2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório de execução do projeto Sensibilização de Pescadores/as para a Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros no Estuário dos rios Timonha e Ubatuba (PI/CE)**. Encontros de Pesca do Timonha e Ubatuba – 2010/2012.

LANES, A. P. B. C. et al. Consumo brasileiro de pescado: uma demanda em potencial. In: **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**. v. 5, n. 2 (2013)

DINIZ, P. C. O. **Ação Coletiva e Convivência com o Semi-árido: a experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano**. Campina Grande: PB, Dissertação de mestrado (sociologia/UFCG), 2002. (mimeo).



FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. **The State of World Fisheries and Aquaculture**, 2010. Disponível em <<http://www.fao.org/fishery/sofia/en>>. Acesso em ago. 2013.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Processos de ação coletiva e organização dos trabalhadores rurais: o caso do assentamento Massangana III, Cruz do Espírito Santo/PB**. Cascavel: Edunioest, 2000.

SABOURIN, Eric, Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação da agricultura familiar da Paraíba, In: **Estudos sociedade e agricultura**, n° 16, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, abril 2001, pp. 37-61.

## **GT 07 - Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistência às situações de injustiça socioambiental**

### **As pescadoras de camarão em Parintins-Am: o dilema entra a subsistência e a conservação ambiental.**

**Antônia Mara Raposo Diógenes<sup>1</sup>  
Elenise Faria Scherer<sup>2</sup>**

A pesca do camarão (*Macrobrachium amazonicum*) é uma das principais fontes de renda das famílias das pescadoras das comunidades varzeiras de São Sebastião da Brasília e Santo Antônio do Catispera localizadas no município de Parintins-Am no baixo Amazonas. Embora as práticas econômicas dessas famílias sejam pluriativas como em outras comunidades rurais da Amazônia, a pesca do camarão se sobrepõem as demais atividades produtivas por ser a que produz maior rendimento econômico e ser realizada por maioria de mulheres. Os pontos de pesca, em geral, são localizados nas proximidades das residências das famílias durante os meses de julho a outubro. Tradicionalmente, os ganhos obtidos com a venda do camarão no Mercado Central da sede municipal são gastos com a subsistência dos grupos domésticos e a aquisição de apetrechos de pesca. É possível afirmar que em decorrência da ausência de um acordo de pesca no complexo Macuricanã, composto de mais de 60 lagos pertencentes à Área de Proteção Ambiental - APA Nhamundá, da criação de búfalos pelos fazendeiros locais, da inexistência de um período de defeso para o camarão e da pesca intensiva, o crustáceo vem sendo colocando em risco de extinção, situação esta observado pelas próprias pescadoras por meio da diminuição do quantitativo e redução no tamanho da espécie. A pesca intensiva, sem manejo e nem defeso, tem incitado uma redução no tamanho do crustáceo, provocando uma baixa no preço na hora da sua comercialização. Na década de 60, com o esgotamento do “ciclo” da juta em Parintins, as alternativas econômicas se deslocaram para a pesca, que inicialmente, realizava-se somente para consumo próprio, para em seguida, tornar-se quase que exclusivamente para a venda devido a fácil e rendável comercialização. O ambiente e o recurso natural pesqueiro vêm se esgotando é dando respostas ao impacto causado pela mudança na lógica produtiva. Este artigo resultado da pesquisa realizada<sup>3</sup> e objetiva analisar as consequências socioambientais causadas à pesca do camarão em Brasília e Catispera. O processo de investigação foi acompanhado de um estudo bibliográfico e pesquisa de campo onde utilizamos como a observação direta e entrevista com as pescadoras de camarão das duas comunidades. Descrevemos o trabalho das mulheres na pesca, os vários fatores que vêm contribuindo para degradação socioambiental da pesca do camarão em Brasília e Catispera e a omissão do poder público. As considerações finais destacam a urgência da proteção socioambiental como meio para sustentabilidade dessa atividade produtiva pesqueira.

**Palavras-chaves:** Mulheres Pescadoras; Pesca do camarão; Degradação Ambiental.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSCA. Professora Assistente da UFAM. [antoniaraapos@gmail.com](mailto:antoniaraapos@gmail.com)

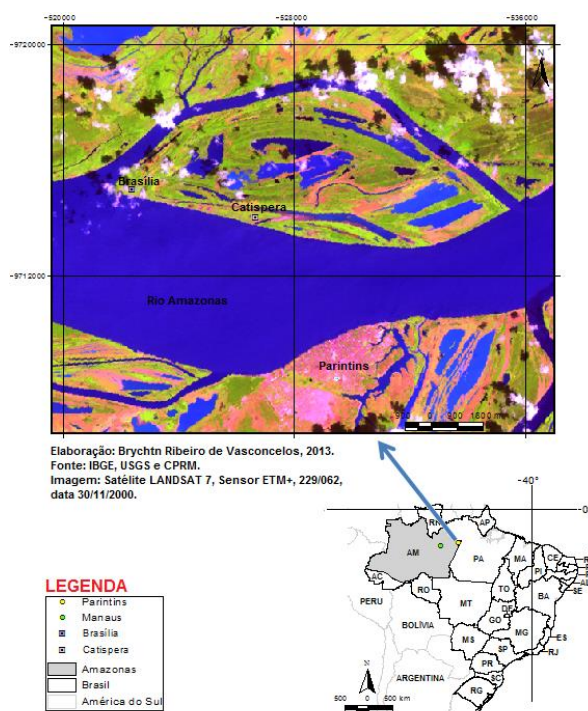
<sup>2</sup> Doutorado em Política Social pela Universidad Autonoma de Barcelona (1995). Professora do Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. [elenisescherer@gmail.com](mailto:elenisescherer@gmail.com)

<sup>3</sup> Dissertação de mestrado “As camaroeiras de Brasília e Catispera em Parintins-Am: trabalho e modo de vida em ambiente pesqueiro amazônico” / PPG-CASA/UFAM que compõe o Projeto de Pesquisa: “Na quilha da canoa: pescadores e pescadoras: trabalho, reconhecimento e Seguro Defeso”, com apoio do Edital Universal /CNPq, 2011-2013, coordenado pela prof. Dra. Elenise Faria Scherer.

## 1. A pesca do camarão em Parintins-Am

A cidade de Parintins no baixo Amazonas está localizada à margem esquerda do rio Amazonas em direção ao Atlântico distante de 325 km em linha reta e 420 km por via fluvial de Manaus a capital do Estado. Conhecida nacional e, até, mundialmente, pelas suas tradições culturais e folclóricas, a cidade atrai pessoas de diversas localidades, se tornando o segundo município mais populoso do Estado, com 102.033 habitantes (IBGE, 2008), e especialmente formada por 192 comunidades rurais (IDAM, 2011), entre as quais muitas estão localizadas na APA – Nhamundá que ocupa 70% do município de Parintins.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no município circunscrevem ao comércio de serviços e produtos, a agropecuária e a pesca, entre as quais a do camarão, realizada predominantemente pelas mulheres moradoras das comunidades Brasília e Catispera localizadas à margem direita do rio Amazonas em frente à sede municipal, num formato de ilha (mapa 01), num ecossistema de várzea nas proximidades da *boca do Bom Sucesso*<sup>4</sup> do Complexo Macuricana no exterior da Área de Proteção Ambiental – APA- Nhamundá.



Mapa 01: Localização de Brasília e Catispera, Parintins-AM.

Na época da enchente estas comunidades ficam completamente inundadas. Já no período da vazante elas compõem um contínuo de terra com formato de uma pequena ilha separada da APA Nhamumdá por um braço do rio Amazonas denominado de paraná do Espírito Santo (mapa 01). O movimento das águas influencia diretamente o modo de vida dessas famílias varzeiras que organizam suas vidas em função da sazonalidade dos rios. A força do rio modifica o mundo vivido dos homens, de modo que pode-se dizer que a água é uma dádiva do rio e ao mesmo tempo um desafio (Tocantins, 2000).

Durante a enchente as atividades de trabalho e de lazer são suspensas, praticamente o modo de vida desse povo que vive nas águas. Se o nível de subida das águas for grande, muitos moradores deixam temporariamente a comunidade e se deslocam para casas de parentes ou de amigos em comunidades de terra firme. No início da vazante dos rios (julho a dezembro), a vida

<sup>4</sup> Boca do Bom Sucesso: nome dado à entrada para o Complexo do Macuricana.

social comunitária se reinicia. Nesse eterno recomeçar as famílias plantam pequenos roçados e dedicam-se à pesca, especialmente a do camarão com maior intensidade.<sup>5</sup>

As águas do rio Amazonas são consideradas interestaduais que desaguam no oceano Atlântico, por isso, sua *dominialidade* é pública e federal, razão pela qual seus usuários só tem acesso a um termo de Concessão Real de Uso – CRU. Em vista disso, raramente tem-se a propriedade das chamadas terras molhadas. A terra, os lagos e os rios são recursos naturais de uso comum.

As duas comunidades que ora nos reportamos, não têm registros das histórias de suas origens, a não ser as informações repassadas oralmente de uma geração para a outra. Portanto, os dados obtidos apresentam-se fragmentados e contraditórios. Neste sentido, nas observações de Lima e Alencar (2001, p. 29), a memória coletiva que representa um retrato do passado e que desempenha um papel importante na construção da identidade do grupo torna-se fragilizada.

A comunidade de Brasília é espacialmente menor em relação à Catispera como pode ser observado no mapa 01. No entanto, devido o processo histórico de ocupação vivem ali, sessenta e uma famílias, perfazendo um total de duzentos e cinquenta e três pessoas, sendo cento e trinta nove homens e cento e quatorze mulheres (entre crianças, jovens e adultos). Em Catispera residem vinte cinco famílias, perfazendo um total de setenta pessoas, sendo quarenta homens e trinta e uma mulheres (entre crianças, jovens e adultos). Praticamente todas as famílias vivem e trabalham com a pesca e a agricultura nos tempos da vazante, ambas realizadas em regime de economia familiar. A pesca do camarão realizada por maioria de mulheres é uma particularidade dessas comunidades.

Como as demais comunidades rurais amazônicas as condições de vida são simples e típicas do modo de vida interiorano. Sem condições de saneamento básico, os dejetos humanos são jogados diretamente no rio, de onde se retira a água para consumo. Em vista disso os moradores principalmente as crianças, comumente adoecem de diarreia e micose, entre outras enfermidades tropicais (Relatório de Pesquisa, 2013).

Como já foi registrado, a fonte de renda mais lucrativa é a pesca do camarão (julho a outubro) estendendo-se não raro até o mês de novembro. Destaque-se o trabalho das mulheres que preparam as iscas, a tradicional camaroeira, a captura da espécie e a comercialização. No raiar das manhãs atravessam enfileiradas de canoa ou de rabeta o rio Amazonas com destino a sede municipal para a comercialização dos crustáceos, sempre ao lado do Mercado Municipal da cidade (figura 01). Elas fazem parte, também, há muito tempo da vida cidadina, já que são conhecidas e aguardadas pelos consumidores dos camarões quase todos os dias da semana durante o chamado verão amazônico.



Figura 01 : Comercialização do camarão ao lado do mercado municipal  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013.

<sup>5</sup> Toda a área de várzea onde está situada Brasília e Catispera não configuram-se como Área de Proteção Permanente – APP, pois de acordo com o Código Florestal, Lei Nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 em seu art. 2º e 3º, as áreas mais altas, que se configuram como terra firme ou várzea alta é onde deve incidir as APP's.

## 2. A tradição inventada: as pescadoras e o ambiente pesqueiro

A pesca do camarão no município teve sua origem na comunidade de Santo Antônio do Catispera, nos anos de 1960, por iniciativa de uma jovem de 17 anos com descendência portuguesa, chamada Ana Gomes Lima. Foi ela, segundo as narrativas, que inventou o apetrecho de pesca do camarão – a camaroeira (figura 02), bem como as iscas (figura 03) utilizadas para atraí-los. Esse instrumento produtivo é utilizado até os dias atuais.



Figura 02: Apretrecho - Camaroeira  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013



Figura 03: Isca para o camarão  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013

A camaroeira é um apetrecho artesanal confeccionado pelas próprias pescadoras por meio de um pedaço de estopa cortado em forma de um retângulo no qual são amarrados em suas extremidades dois pedacos de madeira flutuante em forma de X, conforme pode ser observado na figura 02. Esse apetrecho não é seletivo, pelo fato de ser aberto, acaba por capturar os camarões de todos os tamanhos, incluindo os pequenos que ainda não atingiram a idade adulta e os ovados em época de reprodução.

Entre a busca pela subsistência e a conservação da espécie, as pescadoras vivem um dilema: a captura intensiva e o risco de extinção dos recursos naturais. Embora elas tenham consciência dessa possibilidade, a captura e a comercialização seguem cotidianamente. Ainda que cultivem as roças e pequenas hortas, a pesca do crustáceo acaba se sobrepondo as demais atividades produtivas. É a forma de subsistência das famílias aliada aos programas de transferência de renda do governo federal.

Além disso, na prática pesqueira elas correm alguns riscos, pois acompanham os camarões, os peixes pequenos, animais peçonhentos como pequenas cobras e até mesmo arraias. Elas não dispõem de nenhum tipo de equipamento de proteção pessoal.

Percebemos que as instituições governamentais que cuidam da questão ambiental, nem as da sociedade civil como a Colônia de Pescadores Z -17 e Sindpesca, nem as próprias pescadoras reúnem-se para discutir os impactos que a prática pesqueira causa nesses ambientes lacustres. Assim como, não se procuram alternativas por meio da adoção de outro tipo de apetrecho que seja seletivo e não coloque em risco nem as espécies nem a vida das pescadoras.

Por outro lado, as pescadoras conhecem e já tentaram fazer uso do *matapi* – tipo de apetrecho de pesca para capturar camarão muito utilizado nos estados do Amapá e Pará que captura somente os camarões em tamanho adulto. Ocorre que as pescadoras não obtiveram êxito com o matapi, de acordo com as suas narrativas, os camarões simplesmente não entram no apetrecho. A tradição inventada – a camaroeira, acabou prevalecendo embora elas saibam que é necessário a criação de um outro tipo de apetrecho mais apropriado que não degrade o ambiente e propicie renda para a reprodução do grupo familiar.

A maioria dos lagos (13 lagos) de pesca ficam localizados dentro do espaço territorial de Catispera (11 lagos) e somente dois em Brasília, mas em nenhum deles percebemos qualquer cuidado com a conservação ambiental. Acrescente-se, ainda, que devido à criação de bubalinos nas proximidades, sobretudo nos período da vazante dos rios contribui para a destruição da vegetação flutuante (figura 04 e 05) que margeam os pontos de pesca e servem de alimento para o camarão e outras espécies aquáticas. Essa situação tem gerado a diminuição dos crustáceos que atrelada à inexistência de um efetivo acordo de pesca e do período do defeso põe em risco

de extinção essa atividade produtiva, com consequências socioambientais impactantes na vida das famílias residentes nos lagos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, pode junto aos criadores de bubalinos buscar um entendimento e chegar a um acordo por meio da oficialização de um Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental–TACA para evitar os impactos socioambientais que estes vêm causando aos moradores.



Figura 04: Lago com vegetação flutuante  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013



Figura 05: Lago sem vegetação flutuante  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013

Percebemos que a ausência de um efetivo acordo de pesca reflete a falta do diálogo necessário entre os pescadores e das organizações pesqueiras das quais são associados para com eles. A falta de informações adequada atrelada as não discussões e as informações distorcidas sobre o assunto junto aos pescadores contribuem para conflitos socioambientais e a não conservação dos recursos de uso coletivo. As experiências de acordo de pesca em outros lagos amazônicos (Santos, 2004) têm ou vem demonstrando que o sucesso depende de diálogos constantes com os agentes envolvidos no processo.

Outra questão também importante a ser abordada e que influencia diretamente o ambiente natural e social da pesca do camarão em Brasília e Catispera, é a definição de políticas governamentais que assegurasse a reprodução da espécie. Já que as circunstâncias socioeconômicas cotidianas, ou seja, as necessidades mínimas das famílias são atendidas a partir da comercialização do camarão. É praticamente este trabalho que rende ganhos aos grupos domésticos. Sabe-se que em outros momentos a pesca começou sendo apenas para consumo próprio e gradativamente passou a ser quase que exclusivamente para comercialização e, portanto, ganhos necessários à subsistência familiar.

Essa mudança na produção pesqueira ocorreu em razão do contexto econômico da década de 60 em Parintins, quando houve a decadência do cultivo da juta que era a principal atividade produtiva do município, em especial das comunidades de Brasília e Catispera. Coincidentemente, neste momento com a estratégia de subsistência – a pesca do camarão iniciada por dona Ana Gomes começou a se destacar devido a sua rentável comercialização na sede municipal.

O camarão existente na localidade é um crustáceo da espécie *M. amazonicum*, conhecido como camarão-da-Amazônia ou camarão regional (figura 06) e, mesmo sendo chamados de camarões como os da água salgada, eles estão mais próximos da lagosta apresentando muitas semelhanças em relação aos hábitos de reprodução (OLIVEIRA, 2010). Sua cor varia de acordo com a coloração da água do lago. Se a água for escura, ou seja, com maior concentração de sedimentos, o camarão após cozimento fica da cor rosa bem forte. Se a água for clara, com menor concentração de sedimentos, o camarão fica da cor rosa claro (figura 07).



Figura 06: Camarão regional in natura  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013



Figura 07: Camarão cozido  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013

Este tipo de crustáceo cresce rápido e sua idade reprodutiva é contínua. É possível em uma mesma coleta encontrar fêmeas com ovários em diferentes estágios de maturação (OLIVEIRA, 2010). Porém, é importante deixar que os filhotes atinjam a idade adulta para serem capturados. A pesca intensiva é prejudicial à espécie que vem diminuindo de tamanho gradativamente no decorrer dos anos não conseguindo mais chegar à idade adulta. (Oliveira,2010).

O crustáceo tem um bom valor comercial no mercado e sua venda representa o maior rendimento econômico obtido pela família das pescadoras durante o ano. O dinheiro adquirido com a comercialização é utilizado com prioridade na melhoria da reprodução familiar e para confecção dos apetrechos de pesca.

### **3. As mulheres, o trabalho no ambiente e os direitos sociais.**

Entre as trinta e uma mulheres de Catispera, oito são declaradamente pescadoras de camarão. Já em Brasília, das cento e quatorze mulheres, somente dezessete se auto identificam como pescadoras de camarão. As demais, embora sejam pescadoras, não se auto identificam como tal porque não se reconhecem o trabalho que realizam como uma atividade de pesca. Alegam, dentre outros motivos, o fato de não pescarem com frequência e/ou pescarem eventualmente.

Acompanhamos de perto as pescadoras de camarão no ambiente de pesca. Do mesmo modo, conversamos com seus maridos que, em geral, as acompanham no processo de captura. Além do sistemático processo de observação nos deu subsídio para descrevermos quem como vivem e trabalham na pesca artesanal.

Como já descrevemos, a pesca guarda relação direta com o ciclo das águas e não ocorre no período da enchente, devido à dificuldade de captura das espécies que saem dos lagos e se dispersam no rio Amazonas e seus afluentes. É nessa época que ocorre o chamado período do defeso ou piracema em que a própria natureza concede ao camarão a sua capacidade de reprodução. Como já registramos em outro momento, não se tem estabelecido um defeso e nem acordo de pesca para essa espécie, favorecendo a uma situação de risco tanto da conservação do recurso natural como da própria atividade produtiva das pescadoras.

As mulheres entrevistadas são pescadoras não só de camarão, mas também de outras espécies. Entretanto, poucas possuem o Registro Geral da Pesca – RGP e têm acesso ao Política de Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal - PSDPA. Isso ocorre devido à falta de acesso a informação e/ou informação confusa, pois quando questionadas sobre o motivo de não possuírem RGP, muitas responderam porque o marido já é registrado e recebe o SD, então elas “não podiam se registrar se não o marido perderia o Seguro Defeso” (Pesquisa de Campo 2013).

Apesar das proximidades das comunidades à sede municipal, as informações não chegam até essas mulheres. Além disso, apesar dos avanços ocorridos na legislação em torno do que é concebido como atividade pesqueira, a invisibilidade destas pescadoras é um fato.

A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, em seu art. 4º, parágrafo único, trouxe uma concepção ampliada de pesca e contribuiu para o reconhecimento das mulheres como agentes produtivos quando considera que a Atividade Pesqueira Artesanal são os trabalhos de confecção, reparos de artes e apetrechos de pesca e o processamento do produto da pesca artesanal, nos quais é grande e significativa a presença feminina

Maneschy (2010) chama a atenção para o fato das mulheres, nacional e internacionalmente, o movimento das pescadoras estarem reivindicando reconhecimento de sua condição produtiva em muitos contextos. Esse reconhecimento refere-se especificamente à seguridade social, ao trabalho (Ministério e delegacias regionais) e às secretarias executivas do setor pesqueiro em cada Estado da federação.

Em Parintins a maioria das pescadoras de camarão não possui sequer o RGP, ficando a margem dos direitos sociais e trabalhistas já conquistados pela categoria. Há de se destacar que dos mil novecentos e sete pescadores cadastrados nas entidades representativas da categoria - a Colônia dos Pescadores Z-17 e o Sindpesca, apenas 13,8% são mulheres o que não correspondem à realidade. Mesmo sendo o Sindpesca dirigido por uma mulher pescadora, este fato em si não garante uma discussão e avanço no sentido da busca pela conquista dos direitos ao qual essas trabalhadoras tem, apesar de significar uma avanço no que diz respeito à ocupação da mulher em espaços de poder, se faz necessário um movimento entre as mesmas onde possam

discutir sua identidade de trabalhadoras da pesca, as diferenças de gênero no universo pesqueiro, o acesso aos direitos reconhecidos e a busca da conquista de suas demandas ainda não inclusas na legislação.

Nacionalmente, as pescadoras têm alcançando visibilidade social e política, o que significa um avanço no plano das políticas públicas em relação ao reconhecimento do trabalho da mulher, porém não basta o estabelecimento das políticas públicas se faz necessário criar as condições de acesso a elas, nesse sentido Maneschky (2010) destaca:

No segundo encontro da Articulação Nacional, as pescadoras argumentaram que reconhecer sua condição significa, também, incluir a prevenção dos problemas de saúde ocupacional que lhes afligem, tais como Lesões por Esforço Repetitivo (LER), problemas de coluna e de pele devido à exposição ao sol, afecções ginecológicas e vulnerabilidade a animais peçonhentos. Elas pleiteiam uma cobertura de saúde mais abrangente e adaptada a sua realidade. Lembram que, assim como os pescadores, elas trabalham desde muito cedo. Finalmente, as pescadoras almejam segurança nos territórios de trabalho e de moradia e, também, pesquisas sobre as espécies que elas capturam para que sejam estabelecidos períodos de defeso.

Entretanto, a maioria se encontra a margem das políticas públicas, ou seja, na invisibilidade. Quando chega à época da aposentadoria muitas já se encontram com várias enfermidades adquiridas no decorrer dos anos em função do exercício da profissão, sem a assistência social e proteção devidas, como é o caso das doenças de pele e a deficiência visual. Muitas falecem sem nunca terem tido o acesso aos direitos sociais.

O reconhecimento por meio das políticas públicas governamentais as mulheres pescadoras requer o processo de auto identificação delas próprias, enquanto trabalhadoras da pesca e, portanto, sujeitos de direitos, aliada, também, pela capacidade de mobilização política em prol de suas reivindicações, temas distantes do dia a dia das mulheres de Catispera e Brasília.

O cotidiano do trabalho produtivo e reprodutivo ocupa mais de 12h diárias da vida dessas mulheres. Por serem pluriativas e desenvolverem outras atividades produtivas que dão suporte econômico para a família no período da vazante quando se dedicam a ser agricultoras rurais. Entre ser pescadora e agricultora, reforça o não reconhecimento identitário por parte dos agentes institucionais. E colabora para a invisibilidade enquanto pescadoras artesanais de camarão, atividade produtiva qual dedicam grande parte do seu tempo.

Diferente dos homens que desempenham atividades diferentes em tempo e espaço distintos, as mulheres desenvolvem diversas atividades simultaneamente, aparentemente divergentes entre si, ao mesmo tempo.

Alencar (1993) chama a atenção para o fato de que apesar de socialmente as atividades de cuidado com a casa e filhos/filhas serem aparentemente secundárias, são elas que garantem a reprodução social no universo pesqueiro. A multidirecionalidade dada nas atividades femininas reforça a invisibilidade do trabalho das mulheres dificulta a identificação como trabalhadoras. Nessa condição, ficam excluídas dos correspondentes direitos sociais e previdenciários, como no caso das pescadoras de camarão. (Alencar, 1991)

#### **4. A Vida no trabalho**

O trabalho das mulheres com a pesca do camarão inicia-se muito cedo, com a preparação para a captura do crustáceo e consiste no preparo da isca. Estas são preparadas, geralmente com restos de pão e/ou o que eles identificam como peixe cachorro cozido somente na água e/ou assados e misturados com a farinha. Os outros utensílios, materiais e equipamentos que dão suporte a pesca são a lanterna e o saco de transportar cebolas vazio (ver figura 08).

O transporte é realizado em bajara (canoa grande, geralmente com cobertura com um motor ao meio) ou rabeta (canoa com motor na polpa) e casco (canoa pequena feita na maioria das vezes do tronco de árvores, sem motor, movida a remo – ver figura 09) que leva as pescadoras aos lagos acessíveis por furos e igarapés, no qual a canoa maior pode trafegar.





Figura 08: Lanterna e saco de cebola vermelho  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013



Figura 09: casco  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013

Durante todo o processo elas aproveitam para ensinar aos filhos e as filhas que as acompanham sempre. O tempo empreendido na realização dessa etapa é o da manhã e se estende até o final da tarde, quando será iniciada a segunda etapa do processo, que é a de captura das espécies.

A captura dos crustáceos ocorre às margens dos lagos, rios ou igarapés geralmente com vegetação flutuante, uma vez que os camarões gostam de se alimentarem de suas raízes e restos de sedimentos que ficam presos à vegetação.

As pescadoras encostam o casco ou canoa à margem do lago, mergulham a camaroeira na água, jogam a isca e depois de algumas horas retiram o apetrecho da água. Em seguida despejam os camarões dentro da embarcação (ver figuras 10, 11, 12 e 13), sempre com cuidado diante da possibilidade de outros peixes menores junto as pequenas cobras e arraias. Caso isso ocorra elas tentam devolve-los o mais rápido possível para a água com a utilização do próprio remo e ou colher com que manuseiam a isca.



Figura 10: Chegada ao ponto de pesca  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013



Figura 11: Mergulho da camaroeira na água  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013



Figura 12: Lançamento da isca no apetrecho  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013



Figura 13: Retirada do apetrecho da água  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013

Antes de retornarem as suas casas, os camarões são colocados dentro do saco de cebolas vazios e lavados várias vezes nas águas. O tempo de pesca entre a saída e retorno para casa é muito variado, geralmente elas saem para pescar às 16h e retornam às 20h/21h se a pesca for boa, ou seja, capturarem uma boa quantidade. Se a pesca for fraca, elas às vezes dormem nos lagos e só retornam no outro dia.

Segundo relatos das próprias pescadoras em outros tempos, em uma única noite, elas chegavam a capturar de duas a cinco bacias grandes de alumínio cheias. Atualmente, elas levam quase três dias a uma semana para encherem uma bacia. Essa situação demonstra como o camarão vem diminuindo ano a ano nos lagos pesqueiros próximos.

A conservação do crustáceo ocorre por meio do seu cozimento com pouca água e sal em uma bacia de alumínio em cima de uma fogueira (ver figura 14) no quintal da residência. Tudo é feito de forma artesanal, envolvendo praticamente todos os membros da família.

Posteriormente, o camarão é levado na bacia para a sede do município. Ali, ao lado do mercado central é comercializado sempre durante as manhãs, somente pelas mulheres. Eles despertam as quatro horas da madrugada, arrumam-se para atravessar o rio Amazonas. Chegam ao mercado central da cidade por volta das seis horas e permanecem ali até às treze horas.

O deslocamento é feito em embarcação própria da família, bajarras ou rabetas e quem realiza a condução é geralmente os maridos, filhos ou elas próprias.

Parte do pescado é conservado no isopor com gelo e outros são expostos na bacia sob o guarda sol e sentadas no pequeno banco (ver figura 15) de domingo a domingo.



Figura 14: Cozimento do camarão  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013



Figura 15: Comercialização do camarão  
Fonte: Pesquisa de Campo 2013

A venda feita por litro e/ou frasco. Cada frasco são dois litros e o valor oscila entre R\$ 10,00 a R\$ 18,00. O tempo que as pescadoras ficam no mercado, aproveitam para resolver situações diversas, como a compra de mantimentos para a família, marcação de consultas médicas, negociação dos produtos resultante do roçado.

Os camarões que foram comercializados, produto final do trabalho desenvolvido em regime de economia familiar, no qual as mulheres desempenharam um papel estruturante e empregam sua mão de obra, foram transformados em mercadorias. É aí, que elas se realizam no seu ser social.

Mas, permanece para quem observa e para elas próprias, o conflito existencial entre a luta pela subsistência e (in) sustentabilidade dos recursos aquáticos que contribuem para reprodução social dos grupos domésticos.

### Considerações

Apesar das mulheres pescadoras de camarão residentes nas comunidades de Catispera e Brasília serem reconhecidas socialmente pela comunidade parintinense como pescadoras e terem na legislação pesqueira suas atividades reconhecidas como de pescadora artesanal, estas legítimas e legalmente trabalhadoras da pesca não são devidamente registradas como pescadora em razão do não acesso a política pública que ocorre devido a falta de informação dessas trabalhadoras que sinaliza para o distanciamento existente entre as entidades representativas do setor e a ausência de uma organização e movimento social em torno da categoria.

Os avanços existentes no campo da legislação pesqueira são muito significativos em relação ao reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres como atividades pesqueiras, mas há muito que melhorar, em Parintins, a grande maioria das camaroeiras em estudo não tem sequer seu registro de pescadora, pois mesmo se auto-identificando como pescadoras elas acreditam que a oficialização deste pode por em risco e levar a perda dos direitos de pescador do marido, principalmente em relação ao SD.

As camaroeiras trabalham cotidianamente na pesca e contribuem significativamente para a movimentação da economia local e sustento de suas famílias, mas vivem a margem de seus direitos de pescadoras e mulher, sem acesso a saúde, a educação e a segurança dentre outras situações de vulnerabilidade pessoal e social ao qual se encontram.

Quando chega a época de se aposentarem torna-se difícil terem como comprovar o exercício de seu trabalho como pescadoras que desenvolveram ao longo da vida, seja pela falta de documentação exigida, seja pelo fato de não serem devidamente esclarecidas sobre seus direitos previdenciários, doentes e fragilizadas acabam desistindo da aposentadoria.

Essas camaroeiras são pluriativas desenvolvendo várias outras atividades além da pesca, elas plantam, criam animais de pequeno e médio porte, cuidam da casa, do marido, dos filhos(as) e trabalham com respeito junto a natureza, procurando não trazer danos a mesma porque seus conhecimentos tradicionais orientam para o risco que há em degradar o ambiente natural, pois é dele que tiram o alimento e sustento para toda a família .

A ausência de uma devida efetivação das políticas públicas que levam em consideração o modo de vida e os conhecimentos tradicionais da população ribeirinha juntamente com a falta de uma educação que possibilite a autonomia e a prática do exercício da cidadania por parte da população mais o avanço imprudente do capitalismo e ausência do poder público vem pondo em situação de risco a permanência da existência de atividades artesanais como a da pesca do camarão realizada por maioria de mulheres em Brasília e Catispera, gerando com isso vários danos de ordem pessoal e social.

## Referências

ALENCAR, Edna Ferreira. **Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras** In: Org: Lourdes G. Furtado, Wilma Leitão e Alex Fiuza de Mello. **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia..** Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão. Belém –Pará, 1993.

BRASIL. **Lei n. 10.779 de 25 de novembro de 2003.** Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em <http://legislação.planalto.gov.br>

BRASIL. **Lei n. 11.959 de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em <http://legislação.planalto.gov.br>

BRASIL. **Código Florestal**, Lei nº 4771 de 15 de setembro de 1965. Disponível em <http://legislação.planalto.gov.br>.

BENATTI, José Heder. **Síntese – Aspectos jurídicos e fundiários da utilização social, econômica e ambiental da várzea: análise para elaboração de modelos de gestão.** PRÓ-VÁRZEA, MMA, IBAMA, PPG7, Manaus-Am, 20

CARDOSO, Renato Soares; OLIVEIRA, Elimar dos S. de Oliveira e. **A pesca do camarão no município de Parintins, Amazonas, Brasil.** III Encontro Nacional dos Núcleos de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura. Búzios, Rio de Janeiro, 2011.

GOES, Lidiane de Oliveira. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal.** 2008, Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. 208f.  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Informações Estatísticas.* Disponível [WWW.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://WWW.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1)

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Portaria n. 48, de 05 de novembro de 2007.** Disponível em [WWW.ibama.gov.br/sophia/cnia/!legislação/IBAMA/PT0048-051107.PDF](http://WWW.ibama.gov.br/sophia/cnia/!legislação/IBAMA/PT0048-051107.PDF)

LIMA, Deborah de Magalhães & ALENCAR, Edna Ferreira. **A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do Médio Solimões**. 2001, p. 27-48.

MANESCHY, Maria Cristina; ÁLVARES, Maria Luzia Mendonça. **Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos**. Revista eletrônica Coletiva, nº 01, JUL/AGO/SET, 2010.

MANESCHY, Maria Cristina; ALENCAR, Edna; NASCIMENTO, Ivete Herculano. Pescadora em busca de cidadania In: ALVARES, Maria Luiza e D'INCAO, Maria Angela. **A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995, p. 81-115.

MELQUÍADES Jr. In Caderno DN Regional – **Especial Povos do Mar**. Disponível em <http://racismoambiental.net.br>, 2010.

OLIVEIRA, Wendel de Souza. **Efeito da proporção sexual no comportamento reprodutivo do camarão-de-água-doce *macrobrachium amazonicum* em cativeiro**. 2010, 43f. Dissertação (Mestrado em Ciências Pesqueiras nos Trópicos) Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2010.

PARINTINS. Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento. **Relação das Comunidades Rurais do município de Parintins**. 2011.

SCHERER, Elenise F.. **O defeso e a defesa do meio ambiente**. Disponível em [WWW.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT08/elenese\\_scherer.pdf](http://WWW.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/elenese_scherer.pdf)

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. 9ª. ed. rev. – Manaus: Editora Valer / Edições Governo do Estado, 2000.

**GT 07 - Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistência às situações de injustiça socioambiental**

**Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais  
Pesqueiras: entre reconhecimento e redistribuição**

**Natália Tavares de Azevedo<sup>1</sup>**

**Resumo:** Nesse artigo, buscamos refletir sobre alguns pontos relativos à atual fase da luta política dos pescadores artesanais no Brasil, fundamentalmente, a reivindicação da regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras por meio da campanha nacional ensejada pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP. Argumentamos que, enquanto estratégia política, a culturalização da luta pelos territórios é válida e encontra ressonância no momento histórico, no qual se verifica um processo de afirmação de populações entendidas como tradicionais como sujeitos de direito. Por outro lado, apontamos para os limites inerentes a tal opção de luta política - sem em momento algum questiona-la como legítima e necessária - fundamentalmente estruturais a uma sociedade capitalista, onde o cerne da desigualdade se assenta na exploração na esfera da produção e nas distintas formas de subordinação do trabalho ao capital e extração da mais-valia.

**Palavras-chave:** pescadores artesanais, movimento social, território

*No rio e no mar: pescadores na luta!  
No açude ou na barragem: pescando liberdade!  
Hidronegócio: resistir!  
Cerca nas águas: derrubar!*  
(Grito do Movimento dos Pescadores e Pescadoras –  
MPP)

---

<sup>1</sup> Socióloga, doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, pós-doutoranda no Centro de Estudos do Mar da Universidade Federal do Paraná, bolsista FAPPR/CAPES. nataliatavares@ufpr.br

## **Introdução**

Nesse artigo, buscamos refletir sobre alguns pontos relativos à atual fase da luta política dos pescadores artesanais no Brasil, fundamentalmente, a reivindicação da regularização dos territórios pesqueiros por meio da campanha nacional ensejada pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP.

Trata-se de uma primeira aproximação com a reflexão sobre essa estratégia de luta política, fundamentada numa reivindicação de direito a regularização do território, e portanto redistribuição (das terras e do acesso a água), ancorada, porém, na noção de reconhecimento cultural. Mais do que apresentar uma reflexão acabada, levantamos algumas noções que permeiam o debate acadêmico, os instrumentos jurídicos e os discursos dos movimentos que entendemos fomentar tais estratégias. Buscamos polemiza-las, causar atrito (e calor) entre as distintas interpretações de forma a promover o debate no grupo de trabalho e nossa melhor compreensão dos limites e potencialidades dessa forma de encaminhamento da luta por justiça ambiental dos pescadores artesanais. Além disso, temos por objetivo ensejar uma reflexão sobre nosso papel enquanto pesquisadores que, por um lado, estamos comprometidos com a causa da pesca artesanal, mas que por outro, temos que manter o distanciamento necessário das paixões do movimento de forma a não perder o foco crítico que a pesquisa e a reflexão demandam.

As informações que sustentam nossa provocação a esse debate têm sido levantadas durante o processo de participação no apoio ao movimento dos pescadores e pescadoras em diferentes momentos, desde 2010. Inclui diversas inserções de observação participante nas reuniões do MPP, da Articulação Nacional das Pescadoras, no lançamento da Campanha em Brasília, em junho de 2012, em seminários e em oficinas da campanha realizadas no estado do Paraná, além do acesso aos materiais produzidos pelo movimento, como cartilhas, os conteúdos do seu sítio eletrônico e o próprio texto do projeto de lei de iniciativa popular.

O texto está organizado em 4 sessões, além desta introdução. Na primeira, apresenta-se brevemente a trajetória que levou a constituição do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e seu posicionamento mais geral frente as políticas do governo atual. Na segunda sessão, trata-se dos instrumentos jurídicos existentes no país que sustentam a demanda de reconhecimento dos territórios de comunidades tradicionais. Na terceira sessão, apresentamos brevemente o projeto de lei de iniciativa popular que é foco da Campanha. Na quarta, buscamos verificar os fundamentos das noções que fundamentam o direito ao reconhecimento no diálogo com uma literatura selecionada sobre o tema, tentando apontar algumas de suas potencialidades e limites.

Reconhecendo que é um empreendimento bastante ambicioso, alertamos que não se pretende produzir nenhuma conclusão definitiva sobre as ideias que aqui se levantam. Como texto encaminhado a um grupo de trabalho com metodologia específica e diferenciada, esperamos tão somente levantar pontos que fomentem uma boa discussão entre os participantes.

## **1 O Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)**

No ano de 2009, os pescadores artesanais do Brasil organizaram, de forma independente, a 1ª Conferência da Pesca Artesanal, que teve como tema “Pescadores e Pescadoras na luta por território, afirmando políticas de direitos para a pesca artesanal”. Esta ocorreu de forma paralela à 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca organizada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), e contou com a participação de mais de 1000

pescadores de vários estados, marcando o início do processo de uma inflexão fundamental na organização recente dos pescadores e pescadoras artesanais no país.

Em um movimento, este grupo de pescadores artesanais assumiu uma posição crítica e contestatória às políticas que vêm sendo desenvolvidas pelo governo federal, de forma geral, e particularmente pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, bem como tensionou com a própria organização dos pescadores artesanais que buscava a interlocução com o governo naquele momento, o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE)<sup>2</sup>. O MONAPE foi constituído em 1988, como resultado da luta dos pescadores no movimento que ficou conhecido como Constituinte da Pesca, pelo qual os pescadores reivindicaram direitos sociais e autonomia na organização de suas entidades representativas, em especial as colônias de pescadores, e que, após a conquista na constituinte, necessitavam de uma representação nacional forte para dar continuidade a suas lutas (Fox e Callou, 2013; Silva, 1993; Ramalho, 1999; Potiguar Júnior, 2007).

Sem pretender aprofundar nesse aspecto, fundamentalmente os pescadores organizados em torno da conferência paralela questionavam a forma de organização que o MONAPE havia assumido nos últimos anos, nos quais se institucionalizou por meio da formação de uma associação, no ano de 2000 (Fox e Callou, 2013), bem como a perda das energias mais próprias de um movimento social, como a importância do trabalho de base<sup>3</sup>. Mas, ainda mais relevante, punha-se em debate uma questão de grande importância aos movimentos sociais, à medida que o perfil neodesenvolvimentista do programa de governo do Partido dos Trabalhadores foi se tornando mais evidente, que se refere à participação e adesão ao governo.

Com o perfil das políticas neodesenvolvimentistas se tornando cada vez mais claras, privilegiando os agentes econômicos eleitos para protagonizar o crescimento econômico e a manutenção do superávit da balança comercial no Brasil, como o agronegócio e a mineração (Anderson, 2012), a falta de políticas sociais mais robustas e de incorporação de demandas históricas dos movimentos sociais brasileiros<sup>4</sup>, setores dos movimentos sociais passaram a questionar a adesão ao governo, tanto com a participação direta por meio de cargos no executivo quanto nos espaços participativos que se criaram no período, como os Conselhos Nacionais e Conferências Nacionais<sup>5</sup>. Apontava-se, sobretudo, que tais mecanismos davam legitimidade a um projeto de governo que, no limite, acabava por prejudicar aos setores populares, especialmente aqueles mais atingidos pelos atores econômicos privilegiados – justamente, as populações que tem seus modos de vida baseado no acesso aos recursos naturais, as chamadas comunidades tradicionais.

Essa movimentação em torno da conferência paralela, portanto, vai dar origem a uma nova organização, o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), com participantes na coordenação nacional oriundos de 12 estados (Bahia, Ceará, Alagoas, Pará, Pernambuco, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe). A criação do MPP se consagrou em abril de 2010, quando 65 lideranças dos pescadores artesanais, oriundos de 11 estados, reunidos em assembleia na localidade de Acupe, no município de Santo Amaro da Purificação, na Bahia, (cuja realização foi uma

---

<sup>2</sup> Referimo-nos a organização autônoma, para além da representação tradicional feita pelas colônias de pescadores, suas federações e a confederação nacional, que historicamente tem sido considerada eivada de relações clientelistas e pouco representativas das demandas dos pescadores artesanais.

<sup>3</sup> Sobre diferenças entre movimentos sociais e organizações da sociedade civil, ver Gohn (2012)

<sup>4</sup> Demandas como reformas estruturais – agrária, política, tributária, auditoria da dívida pública, ampliação de políticas sociais universalizantes, além de retrocessos como a reforma do Código Florestal.

<sup>5</sup> Sobre a relação dos movimentos sociais e sindical com o governo Lula, ver, entre outros Druck (2006); Dossiê da Revista Cult – Movimentos Sociais e a Era Lula (jul/2010).

deliberação da Conferência), após intensos debates, optaram por sua criação por entenderem que o modelo que consideravam como institucional e representativo não foi capaz de acolher “a luta e o sonho dos povos das águas”, como anunciado na Carta do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP, 2010).

Um elemento fundamental nesse processo é a afirmação da importância da participação das mulheres e jovens e da presença negra e indígena como marcas profundas em sua identidade. Seu perfil é de um movimento social combativo, que busca refazer a articulação das bases, que aposta na ação direta e na busca de canais de reivindicação e contestação para além da institucionalidade participativa criada durante o governo Lula. Nesse novo movimento, o reconhecimento das ameaças aos territórios pesqueiros com o novo impulso desenvolvimentista, a expansão do agronegócio, da mineração, das obras de infraestrutura como hidrelétricas, estradas, portos, o desenvolvimento da aquicultura empresarial, entre outros, é assumida como bandeira de luta central, que dará origem, em 2012, a Campanha Nacional pela Regularização das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.

Existe, de fato, um fortalecimento de um aspecto da matriz discursiva, compreendida como modos de abordagem da realidade e que implicam atribuições de significado a partir das quais o movimento faz uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação de valores e necessidades (Sader, 1988), que se refere às noções de identidade, território e comunidade. A renovação do movimento dos pescadores no país, portanto, ressalta o grupo para além de sua dimensão profissional de pescador artesanal, para enfatizar sua dimensão identitária e cultural sob o chamamento às Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Convém igualmente destacar a importância do Conselho Pastoral da Pesca (CPP) como mediador sociopolítico (Ramalho, 2013), o que Sader (1988) considera como agências ou centros de elaboração discursiva.

## **2 Os instrumentos de reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades tradicionais**

No Brasil, o reconhecimento dos direitos territoriais de comunidades tradicionais tem como base um conjunto diversificado de textos legais, sendo os principais: a Constituição de 1988; a Lei No 9.985 de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; a ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e o Decreto No 6.040 de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

A Constituição Brasileira de 1988 trouxe avanços na instituição de direitos coletivos para os povos indígenas e as comunidades quilombolas, postulando a garantia da demarcação e posse de seus territórios. Ainda no texto constitucional, em seus artigos 215 e 216, se destaca a garantia dos direitos culturais e da proteção ao patrimônio cultural brasileiro, em suas expressões materiais e imateriais relativas à identidade dos diferentes grupos sociais formadores da sociedade brasileira, incluindo seus modos de criar, fazer e viver, definindo a obrigação do Poder Público de protegê-lo. Como destaca Almeida (2004), também em âmbito estadual surgiram instrumentos para garantir o território de comunidades tradicionais, como a Constituição dos estados da Bahia, onde se reconhecem os direitos das comunidades de fundo de pasto, e do Maranhão, em relação às comunidades que exploram os babaçuais, além da lei estadual no Paraná, que reconhecem os faxinais, entre outras.

Além das garantias constitucionais, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) criado em 2000 compreende dois tipos de unidades de conservação que preveem a permanência das populações tradicionais— as Reservas Extrativistas e as Reservas



de Desenvolvimento Sustentável. Estas modalidades têm sua origem na luta de populações extrativistas e tradicionais na região amazônica, mas depois de institucionalizadas no SNUC, se tornaram uma importante estratégia na busca de garantia dos direitos territoriais dessas comunidades em todo o país. Porém, a criação destas reservas não institui um direito para todas as comunidades tradicionais, uma vez que são determinadas caso a caso e em função de uma política de conservação ambiental e não do reconhecimento do direito coletivo ao território. Assim, configura-se como um caminho limitado para que as populações tradicionais garantam o direito a permanecer nos seus territórios e usufruir os seus recursos.

Cabe destacar, como pontuado por Almeida (2004), que em 2002 o Brasil ratificou a Convenção no. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do reconhecimento do direito aos territórios dos povos indígenas e tribais, cujo critério fundamental para identificação é o autoreconhecimento. Apesar de o texto da Convenção tratar de povos indígenas e tribais, os movimentos sociais ligados as populações tradicionais – e as agências e centrais discursivas que contribuem com estes, como ONG's e pesquisadores – tem buscado expandir sua compreensão e de forma a abarca-las. Entendem o termo povos em sinonímia ao de populações, pois, como pontua Almeida (2004), tratam-se de situações sociais que abarcam uma diversidade de agrupamentos que historicamente se contrapuseram ao modelo agrário exportador que se apoiava no monopólio da terra, no trabalho escravo e em outras formas de imobilização da força de trabalho. Para o autor, isso permite uma reinterpretação, que abarca as diversas formas de associação que surgiram no processo de desagregação dos diversos ciclos econômicos – algodoeiro, açucareiro e cafeeiro -, que engendraram territorialidades específicas e que não tiveram reconhecimento legal. Ainda para Almeida, essa concepção ganha força na noção de terras tradicionalmente ocupadas, que figuram tanto na Constituição quanto na Convenção 169.

Essa interpretação ganha força com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, criada em 2007, nos quais estes são definidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, o que remete à Convenção 169, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Esta política tem como objetivo central o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais destas comunidades, bem como o acesso aos recursos naturais dos quais dependem para sua reprodução. Contudo, essa política ainda não possui a regulamentação necessária para a sua implementação efetiva. Atualmente, apenas quilombolas e indígenas tem processos estabelecidos para o reconhecimento de seus territórios, ainda que morosos e sofrendo a ofensiva no legislativo federal como a Proposta de Emenda Constitucional 215, que busca transferir para o Congresso Nacional a competência de aprovar a demarcação dos territórios indígenas, quilombolas e das unidades de conservação.

### **3 O projeto de lei de iniciativa popular e a Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras**

Em junho de 2012, em Brasília, cerca de 1500 pescadores artesanais de vários estados brasileiros se reuniram em uma grande mobilização para o lançamento da Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Trata-se de um momento de grande renovação do movimento social dos pescadores artesanais do país, provavelmente a maior articulação desde a Constituinte da Pesca.

Como destacado, o MPP parte da denúncia das ameaças sofridas aos territórios onde vivem as comunidades pesqueiras, enfatizando a atuação do governo na alavancagem de um modelo de desenvolvimento que os invisibilizam e tornam seus espaços de vida em alvo de interesses especulativos de diferentes atores econômicos, bem como de políticas de conservação que excluem e não reconhecem seus direitos territoriais.

Como principal estratégia de luta, criaram a Campanha, que propõe um projeto de lei de iniciativa popular que crie um instrumento jurídico objetivando regularizar a situação de titularidade dos territórios por parte das comunidades pesqueiras. Para que um projeto de lei de iniciativa popular – um instrumento previsto pela constituição brasileira - dê entrada no legislativo federal, é necessário que sejam coletadas assinaturas de 1% do eleitorado, o que corresponde a cerca de um milhão e quinhentas mil assinaturas.

O primeiro aspecto a se ressaltar em relação ao projeto de lei é seu fundamento, anunciado já em sua introdução, onde se pontua que a lei dispõe sobre o reconhecimento e proteção aos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras, entendido como patrimônio cultural material e imaterial, em clara menção aos artigos no 215 e 216 da Constituição, em que se afirmam os direitos culturais.

Em seu artigo 1º., define as comunidades tradicionais pesqueiras como aqueles grupos sociais que se auto-identificam como tais, e que tem na pesca artesanal o elemento preponderante do seu modo de vida, que são dotadas de relações territoriais específicas relacionadas à atividade pesqueira, bem como a outras atividades comunitárias e familiares, como base em conhecimento tradicionais e no acesso e usufruto de recursos naturais compartilhados.

Considera “territórios tradicionais pesqueiros” as “extensões de terra e corpos d’água, utilizados pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, bem como à sua reprodução física, social, econômica e cultural, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico”.

Ainda, propõe que os integrantes das comunidades tradicionais pesqueiras terão acesso preferencial aos recursos naturais e seu usufruto permanente, além de afirmar a necessidade de consulta prévia e informada quanto aos planos e decisões que afetem de alguma forma o seu modo de vida e a gestão de seu território tradicional.

Dessa forma, o projeto de lei acolhe as prerrogativas da Convenção 169 da OIT, bem como da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, tendo o critério de autoidentificação como o fundamental para o reconhecimento das comunidades tradicionais.

Esses territórios serão titularizados ou será outorgado o direito ou cessão de uso em caráter permanente e exclusivo em favor das comunidades e em nome das associações que as representam, e não poderão ser vendidos nem empenhados.

Complementarmente, a lei estabelece o dever governamental de formular uma política nacional de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais pesqueiras e de desdobrá-la em planos, programas, projetos e ações, com definição de metas, recursos e responsabilidades dos órgãos públicos envolvidos na sua execução. Coloca-se que esta política deverá contemplar os seguintes eixos: geração de renda com sustentabilidade ambiental, qualidade de vida, equidade de gênero, racial e geracional, fortalecimento e empoderamento das comunidades, e participação e controle social. Explicitam-se depois objetivos destas políticas de diferente tipo e alcance, dentre os quais se destacam: assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes às comunidades tradicionais,

sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade; garantir a proteção integral dos manguezais, apicuns, matas ciliares, lagoas costeiras e marginais, e garantir o livre acesso às comunidades; e promover o ordenamento da pesca por bacia hidrográfica e região costeira, com ampla participação dos pescadores e levando em consideração o conhecimento tradicional (Pierri et al, 2012).

Assim, o projeto de lei define como meta principal o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais pesqueiras onde o direito aos territórios é condição fundamental para sua instrumentação.

O MPP propõe, então, coletar as assinaturas em uma Campanha que irá até 2015. Entre as estratégias adotadas, estão sendo realizadas caravanas, articulações com entidades parceiras, bem como oficinas com pescadores artesanais em vários estados – atualmente, a campanha já alcançou 17 estados – nas quais as lideranças do movimento buscam mobilizar e sensibilizar os pescadores para a questão e para a coleta.

#### **4 As potencialidades e os limites da luta pelo reconhecimento dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras**

Um primeiro aspecto que se pode destacar é o movimento de dissociar o direito ao território da política ambiental. Assim, a reivindicação passa a se situar na esfera cultural, ou seja, os pescadores têm direito ao seu território uma vez que são um grupo culturalmente diferenciado na sociedade brasileira. Afirmam-se, portanto, critérios ligados a sociodiversidade e não a biodiversidade.

É interessante destacar, igualmente, que, se durante a Constituinte da Pesca as reivindicações dos pescadores se dirigiam especialmente a direitos sociais, como reconhecimento profissional e seguridade social, e direitos políticos, referentes à sua liberdade de organização e representação, a Campanha pelo território marca uma adoção de uma pauta de demanda por direitos coletivos, que entendemos estar fundamentalmente ligados a reivindicações de reconhecimento cultural, sem deixar, contudo, de pautar demandas ligadas a redistribuição.

Nesse sentido, pode-se situar a questão dentro de um debate realizado pela filósofa americana Nancy Fraser. Esquemáticamente, Fraser (1996; 2009) propõe que existem atualmente dois tipos de demanda por justiça social, que estão tendencialmente isoladas uma da outra. A primeira, mais antiga, são as demandas redistributivas, que buscam uma distribuição mais justa de recursos e bens. A segunda, bem mais recente, são as demandas por políticas de reconhecimento, cujo objetivo é um mundo mais amigável às diferenças, no qual a assimilação pelas normas culturais dominantes não seja mais o preço do respeito. Nessa categoria, se enquadrariam demandas étnicas, raciais, sexuais e de gênero. Para a autora, o fim das experiências socialistas do leste europeu, a primazia do capitalismo e do livre mercado – e o conseqüente abandono das ideias comunistas - contribuíram para a prevalência das demandas por políticas de identidade.

Porém, para Fraser (1996), há coletividades que demandam os dois tipos de justiça, que podem ser chamadas de coletividades bivalentes. Nesses casos, as demandas por redistribuição e reconhecimento são igualmente necessárias, e as duas formas de injustiça não são um efeito indireto uma da outra, mas são primárias e co-originadas. Nessa categoria, podem ser enquadradas as novas formas de organizar e a nova fase da luta social dos pescadores artesanais em sua demanda por reconhecimento de seus territórios.

Essa articulação entre redistribuição e reconhecimento se dá na demanda por territórios pesqueiros, uma vez que a garantia de acesso aos seus territórios e recursos naturais podem ser enquadrados como formas de redistribuição, que tem como fundamento o reconhecimento da diferença, da forma específica de ser, de conhecer e de viver das comunidades pesqueiras.

Nesse sentido, a categoria central na reivindicação por direitos territoriais é a de comunidades tradicionais. Essa tem uma trajetória muito imbricada com o pensamento ecologista e com o debate sobre a conservação da natureza. Converteu-se em uma forma de resolver os conflitos que as unidades de conservação, especialmente as de proteção integral, engendraram, uma vez que criadas em áreas onde existiam populações residentes.

Um debate mais aprofundado sobre a elaboração dessas noções e suas implicações nas concepções de desenvolvimento e conservação é apresentado por Vianna (2008), indicando que sua constituição teve origem no pensamento conservacionista e ecologista, como forma de responder aos impasses e conflitos causados pelo estabelecimento de unidades de proteção integral, com o fim de amenizar conflitos e de otimizar a conservação, ou seja, a dimensão social é incluída apenas como ponte para atingir os objetivos da conservação. Dessa forma, determinadas populações, sob a insígnia de “tradicionais” são declaradas como usuárias legítimas para permanecer nas áreas de proteção, sob o suposto de que fazem o uso harmônico e sustentável da natureza. Tal visão implica uma essencialização e generalização impróprias, independente de que uma parte dessas populações possa ter tido ou ter, em determinadas condições, práticas ecologistas. Quanto ao caráter “tradicional” que as definiria, supõe um “congelamento” dessas populações que as entende erroneamente como não afetadas econômica nem culturalmente pela sociedade de mercado e de consumo, nem pelos processos de concorrência e diferenciação social que lhe são característicos.

Como pontua Adams (2000), ao tratar das comunidades caiçaras do litoral de São Paulo, é necessário compreender o conjunto de práticas por eles realizadas numa perspectiva diacrônica, tendo em consideração os diferentes ciclos econômicos e o contexto histórico mais amplo. Ou seja, embora essas populações dependam do acesso aos recursos naturais para sua reprodução social, a intensidade da exploração dos recursos e adequação aos ritmos naturais de reposição – ou a sustentabilidade ecológica – não estão garantidos de antemão, uma vez que dependem de sua inserção em contextos sociais e econômicos diferenciados.

Percebe-se, portanto, que o termo comunidade tradicional traz consigo questões problemáticas. Como apontam Castro (et al, 2006), assumir que as populações tradicionais são harmônicas e conservacionistas leva a ignorar as relações políticas internas à comunidade bem como a dimensão histórica das populações rurais cujos meios de vida estão sob constante mudança devido a fatores locais e regionais. Em termos políticos, segundo os autores, pode jogar as populações tradicionais e “não-tradicionais” uma contra as outras.

Para os autores, apesar de o termo tradicional incluir as dimensões histórica, cultural e política, frequentemente mascara o processo cultural dinâmico e a conectividade com outras esferas de relação social. Na maior parte das vezes, tradicional é usado em contraste a moderno, implicando condições no processo de tomada de decisão que podem ser considerados retrógrados ou irracionais, ou relacionados à cosmologia de selvagens nobres em harmonia com a natureza (ou ao mito do bom selvagem, como pontua Adams (2000)). Em geral, a flexibilidade econômica e a mudança social são subestimadas, enquanto a homogeneidade social, as práticas conservacionistas, a aversão ao risco e a inovação são sobreestimadas.

Portanto, para Castro (et al, 2006), assumir que as populações são orientadas a conservação, estáticas, isoladas e homogêneas limitam a análise do uso dos recursos em um

ambiente em mudança. Em situações em que as populações locais incluem uma grande variedade de grupos sociais que emergiram em diferentes períodos históricos, a relação entre a gestão tradicional e a conservação dos recursos se torna confusa e podem afetar os critérios utilizados para definir quem é e quem não é tradicional.

Castro (et al, 2006) demonstram um caso específico tratando do Vale do Ribeira, na circunstância de construção de barragens para hidrelétricas. Essas atingiram comunidades quilombolas, caipiras e agricultores familiares. Os quilombolas, por serem considerados população tradicional, conseguiram por meio de seu movimento específico garantir seus territórios, enquanto as outras populações não tiveram acesso aos mesmos direitos, ficando ainda ressentidas por estes não fortalecer a luta de todos os atingidos pela barragem.

Questões similares são levantadas por Creado (et al, 2008), que também questionam a inspiração do termo na oposição tradicional x moderno, que identifica alguns grupos humanos ao estado de natureza, além de essencializar e homogeneizar os grupos tidos como tradicionais. Para os autores, pensando desde uma perspectiva da conservação e dos direitos de acesso aos recursos baseando-se no trabalho de Brechin e colaboradores (1991), o direito de acesso aos recursos deveria ser garantido a todos os usuários e residentes no interior ou entorno (tratando de unidades de conservação) em estado de pobreza rural, com base em técnicas e tecnologias adequadas, não necessariamente tradicionais.

Há que se reconhecer, porém, que a noção de população ou comunidade tradicional e o reconhecimento de seus direitos territoriais, além de uma estratégia conservacionista, acabaram por se tornar também uma estratégia política dessas comunidades na tentativa de defesa e permanência em seus territórios, invertendo assim, no discurso e reivindicações dos movimentos sociais, a subordinação da dimensão social à ecológica.

Dessa forma, a estratégia da Campanha dos Territórios vai além do debate sobre conservação e a “permissão” de comunidades entidades como tradicionais e “naturalmente ajustadas aos padrões ecológicos” de exploração dos recursos, uma vez que ele se funda e se situa num direito que tem seu fundamento na cultura, e não na característica ecológica, apesar de a reivindicarem como um elemento constitutivo de sua identidade. Essa vinculação entre uma característica de sustentabilidade ecológica e comunidade tradicional pesqueira não está inscrita no texto do projeto de lei, mas aparece claramente na cartilha elaborada pelo MPP para o trabalho na campanha (MPP, 2013).

De toda forma, pode-se inferir que as demandas por reconhecimento de seus territórios por parte das comunidades pesqueiras podem ser lidas a partir das noções de colonialidade do saber e do poder e dos debates em torno do pensamento descolonial (para o qual contribuem autores como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Arturo Escobar, Eduardo Lander, Carlos Walter Porto Gonçalves, entre outros). Nesse sentido, pode-se apontar, juntamente com Barbosa e Porto Gonçalves (2014), que a concepção de tradicional como imobilidade histórica, atraso econômico ou até mesmo como algo ultrapassado, arcaico e conservador é uma interpretação oriunda do discurso hegemônico, resultado da colonialidade do poder e do saber. Uma visão eurocêntrica, ligada ao discurso da modernidade, em que as sociedades modernas são opostas às tradicionais, que devem ser submetidas ao processo de modernização como fonte imediata de progresso.

Interessa destacar, ainda acompanhando o debate sobre colonialidade, que a forma atual com que vem sendo colocados os conflitos por terra e por território, e na qual os pescadores estão se inserindo por meio da campanha, especialmente nos espaços rurais (ainda que no caso dos pescadores artesanais não se limite ao rural, uma vez que a comunidades pesqueiras em áreas urbanas) tem dado margem a reivindicação por identidade cultural como estratégia de luta, gerando uma proliferação de identidades que se constituem no conflito e

que vão muito além da forma com que a disputa por terra estava anteriormente colocada, na demanda por reforma agrária e associada às noções de camponês e de trabalhador rural. Isso implica que, para demandas seculares como acesso à terra, surgiram novas estratégias políticas, e mais propriamente, novos sujeitos sociais (Barbosa e Porto Gonçalves, 2014).

É interessante notar, nesse sentido, o que pontua Almeida (2004). O autor aponta que por seus desígnios peculiares, o acesso aos recursos naturais para o exercício de atividades produtivas se dá não apenas através das tradicionais estruturas intermediárias do grupo étnico, dos grupos de parentes, da família, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido em face de antagonistas e em situações de extrema adversidade e de conflito, que reforçam politicamente as redes de relações sociais. Neste sentido, “a noção de “tradicional” não se reduz à história e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como *unidades de mobilização*” (Almeida, 2004, p.10).

Dessa forma, Almeida (2004) destaca que a própria categoria populações tradicionais tem conhecido deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada mais e mais do quadro natural e do domínio dos “sujeitos biologizados” e acionada para designar agentes sociais, que assim se autodefinem, isto é, que manifestam consciência de sua própria condição. Ela designa, deste modo, sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político-organizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais. São, assim, identidades definidas no conflito e no processo de enfrentamento, claramente, estratégia política e organizativa na luta por territórios. Ou, como destacam Barbosa e Porto Gonçalves (2014), o tradicional é do tempo presente, é social e politicamente construído, e os povos e comunidades tradicionais são comunidades dinâmicas que estão hoje envolvidas no processo de construção do “tradicional”.

Outro ponto que pode ser colocado em debate refere-se a proposições feitas por Escobar (2005) sobre as políticas de territorialidade e o conhecimento local, em especial dos sistemas naturais. O autor faz uma defesa das formas de conhecimento local e do que considera formas de economia não capitalistas, especialmente nos países de “Terceiro Mundo”, arrazoando que estas devem ser promovidas e visibilizadas. Mais do que isto, Escobar aponta o fato de que os movimentos sociais, particularmente aqueles que fazem uso dos recursos naturais em áreas tropicais (Escobar investigou comunidades negras colombianas), invariavelmente enfatizam quatro direitos fundamentais: a sua identidade, a seu território, à autonomia política, e a sua própria visão de desenvolvimento. A maioria destes movimentos é concebida explicitamente em termos de diferenças culturais, e da diferença ecológica que esta significa. Estes não são movimentos para o desenvolvimento nem para a satisfação de necessidades, apesar de que, logicamente, as melhoras econômicas e materiais são importantes para eles. São movimentos originados numa vinculação cultural e ecológica a um território. Para eles, o direito a existir é uma questão cultural, política e ecológica. Estão obrigatoriamente abertos a certas formas de bens, comércio, e às tecnociências (por exemplo, através de uma relação com as estratégias de conservação da biodiversidade), ao mesmo tempo em que resistem à completa valorização capitalista e científica da natureza. Para o autor, dessa maneira pode-se considerar que adiantam, por meio de sua estratégia política, umas táticas de racionalidade do pós-desenvolvimento e de uma alternativa ecológica, na medida em que eles expressam com força e defendem discursos e práticas das diferenças cultural, ecológica e econômica.

Por fim, é pertinente problematizar alguns aspectos em relação a essas construções discursivas e de estratégias políticas. Ao reivindicar os territórios para as comunidades tradicionais pesqueiras, baseando em critérios de tradicionalidade e pertencimento, opera-se um processo de demarcação entre o nós e o outro. O direito a acessar os recursos naturais, a propriedade da terra e o acesso as porções de água necessárias para sua reprodução social se assentam fundamentalmente em um direito que emana da tradição e da cultura, e não em pressuposições universalizantes como o direito a socialização dos meios de produção e a uma divisão equitativa entre todos os seres humanos da riqueza socialmente produzida.

Destaca-se, ainda, que a valorização do território e a luta pelo seu reconhecimento pode ser entendida como um mecanismo que visa reagir ao processo de valorização capitalista do espaço até então marginais na dinâmica do capital, no que Harvey (2004) chama de processo de acumulação por espoliação. Entretanto, entende-se que esta não é a única forma de espoliação feita pelo capital aos pescadores artesanais. A exploração dos pescadores pelo capital também ocorre nas diferentes formas de subordinação ao capital comercial e industrial, no âmbito de suas práticas produtivas. É fundamental reconhecer que os pescadores artesanais e suas comunidades não estão isentos a esses processos por serem comunidades tradicionais, que tem conhecimentos associados ao seu modo de ser e de viver. É certo que a campanha propõe formas de desenvolvimento que podem contribuir para contrabalançar a tendência de diferenciação social entre os próprios pescadores artesanais, em sua proposta de políticas de desenvolvimento sustentável para a pesca artesanal. Entende-se, portanto, que é necessário conhecer e reconhecer como se dão esses processos na pesca artesanal enquanto atividade mercantil, suas formas de relação com o capital, a tendência a diferenciação e ao empobrecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, C.. As populações caiçaras e mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Rev. Antropol.**, vol.43, n.1, São Paulo, 2000.
- ALMEIDA, A.W.B.. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Rev. Bras. Estudos Urbanos e Regionais**, v.6, n.1, mai/2004.
- ANDERSON, P. O Brasil de Lula. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 92, mar/2012.
- BARBOSA, A.M., PORTO GONÇALVES, C.W.. Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento. In: MENESES, M.P.; VASILE, I. (orgs.). **Desafios aos estudos pós-coloniais: as epistemologias sul-sul. Debates**, Coimbra, no. 5, maio, 2014.
- BRAGA, R. . Movimentos sociais na Era Lula. *Cult* (São Paulo), São Paulo, p. 50 - 52, 01 jul. 2010.
- BRECHIN, S. R. et al. Resident peoples and protected areas: a framework for inquiry. In: WEST, P. C.; BRECHIN, S. R. (eds.). **Resident Peoples and National Parks**. Tucson: The University of Arizona Press, 1991, p. 5-28.
- CASTRO, F.; SIQUEIRA, A.D.; BRONDÍZIO, E.S.; FERREIRA, L.C.. Use and misuse of the concepts of tradition and property rights in the conservation of natural resources in the Atlantic Forest (Brazil). **Ambiente & Sociedade**, Campinas, vol. IX, nº. 1, jan./jun. 2006.
- CREADO, E.S.J.; MENDES, A.B.V.; FERREIRA, L.C.; CAMPOS, S.V.. Entre tradicionais e modernos: negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XI, n. 2,p. 255-271, jul.-dez. 2008.

DRUCK, G. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. Em: OSAL, Observatório Social em América Latina, año VI, no.19, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, jul/2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf> Acessado em 10/05/2014.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.133-168.

FOX, V.P.P.; CALLOU, A.B.F.. O Movimento Nacional dos Pescadores e suas estratégias de comunicação entre 1990 e 2009. In: CALLOU, A.B.F. (org.). **Movimentos sociais na pesca.** Recife: Fasa, 2013.

FRASER, N.. **Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation.** The Tanner Lectures on Human Values, Stanford University, april/may-1996.

FRASER, N.. Uma réplica a Iris Young. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 215-221.

GOHN, M. G. M. . Novas Teorias dos Movimentos Sociais. 4a. ed. Sao Paulo: Edições Loyola, 2012. v. 3000. 166p .

HARVEY, D.. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Carta do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Acupe, Santo Amaro da Purificação, Bahia, abril/2010.

PIERRI, N.; AZEVEDO, N.T., MESQUISTA, B. Staking Claims. Artisanal Fishworkers of Brazil are mobilizing in defense of their territories through a campaign for a new bill of rights. **Samudra Report**, v. 62, p. 8-11, 2012.

POTIGUAR JUNIOR. P.L.T.. Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará. **Bol.Mus. Para. Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, Belém, v.2, n.3, p.51-62, set-dez.2007.

RAMALHO, C.W. O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP): a força de um mediador sociopolítico. In: CALLOU, A.B.F. (org.). **Movimentos sociais na pesca.** Recife: Fasa, 2013.

RAMALHO, C.W. **Pescadores artesanais e o poder público: um estudo sobre a colônia de pesca de Itapissuma, PE.** Monografia para obtenção de Bacharel em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia Rural, pela Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 1999.

SADER, E.. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores a Grande São Paulo (1970-80).** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

Silva, L.G. **Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil.** São Paulo: CEMAR/USP, 1993.

VIANNA. L.P.. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais em unidades de conservação.** São Paulo: Annablume, 2008.



## GT (07) – (Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistências às situações de injustiça socioambiental)

### Catadoras de Mangaba: caracterização e ações coletivas

Emanuele Maria Leite Suzart<sup>1</sup>

#### RESUMO

Objetivo deste artigo é conhecer as características das catadoras de mangaba do Povoado Pontal, a partir da organização do trabalho extrativista e na relação que as mesmas estabelecem com os ciclos naturais. Faz-se necessário também compreender a inserção das catadoras no Movimento Catadoras de Mangaba e no interesse em criar uma associação.

Palavras-chaves: Catadoras de mangaba; Trabalho; Associação.

#### INTRODUÇÃO

A mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) é uma fruta nativa e com alto valor nutritivo, pois é rica em ferro e é fonte de vitamina C. No Estado de Sergipe encontram-se diversas áreas remanescentes de mangabeiras é onde 90% de toda fruta é comercializada (MOTA *et al*, 2008). Devido a importância desta fruta para a sociedade sergipana ela acabou tornando-se símbolo cultural de populações tradicionais e em 1992, a mangabeira tornou-se a árvore símbolo do Estado de Sergipe

Nas áreas nativas as catadoras de mangaba são as principais responsáveis pela extração e preservação da fruta durante séculos. A cata da mangaba é uma atividade que se constitui como fonte de renda destas populações tradicionais. Em paralelo a esta atividade, as populações tradicionais têm o cuidado de manter a preservação da vegetação, através das práticas e dos saberes produzidos por estes grupos.

Nos últimos anos, áreas remanescentes de mangaba do litoral de Sergipe vêm desaparecendo devido diversas ações antrópicas. No povoado Pontal, área proposta para o estudo, situada no município de Indiaroba localizado na região Sul do estado de Sergipe, não poderia ser diferente. Atividades como turismo, monocultura de coco, a carcinicultura, e a proibição da cata da mangaba em propriedades particulares, tem causado o surgimento de problemas socioambientais vivenciados pelas populações tradicionais no povoado Pontal.

Afim de compreender a reprodução social das catadoras de mangaba do Povoado Pontal e as possíveis estratégias organizativas adotadas frente a aos problemas socioambientais que vem sendo vivenciados pelas mesmas é que se justifica a construção deste estudo.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é conhecer as características das catadoras de mangaba do Povoado Pontal, a partir da organização do trabalho extrativista e a relação que as mesmas estabelecem com os recursos naturais. Faz-se necessário também compreender a inserção das catadoras do Pontal no Movimento Catadoras de Mangaba e o interesse em criar uma associação.

Para que este estudo fosse possível foram feitas revisões bibliográficas e idas a campo com aplicação de entrevistas semiestruturadas à um conjunto de catadoras de mangaba que fazem parte de forma mais efetiva da Associação no Povoado Pontal. Esta pesquisa é parte da construção de uma dissertação que se encontra em andamento.

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, email: emanuele.su@gmail.com.

## AS CATADORAS DE MANGABA DO POVOADO PONTAL

As catadoras de mangaba são mulheres que residem em áreas costeiras e remanescentes de restinga, dependem de diversos ecossistemas e se destacam por ter uma relação equilibrada com a natureza, além de conservar a diversidade biológica. A partir destes elementos podemos considerar as catadoras de mangaba como comunidades tradicionais, ou seja,

grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (DIEGUES, 2000, p.22).

Assim, percebemos que a reprodução social e as formas de extrair recursos naturais mantendo a natureza equilibrada se dá pelo trabalho. De acordo com Godelier (1981), referendando-se em Marx, a reprodução social encontra no trabalho sua razão de ser, e também se liga a elementos de ordem cultural, ou seja, o trabalho e suas relações com o ambiente, para esses grupos tradicionais, é um lugar de existência de valores materiais e imateriais que mesclam e se apresenta na vida de homens e mulheres.

Em Sergipe e no Povoado Pontal, o trabalho extrativista da mangaba é, predominantemente, realizado por mulheres, isto se deve ao fato de que no passado a fruta não era comercializada, assim não gerava renda e, por isso, estava associada ao gênero feminino (SANTOS, 2007; MOTA e SANTOS, 2008). Porém, com a valorização da fruta no passar dos anos, as catadoras além de realizar a cata, tiveram que desenvolver formas de armazenar o fruto para conservá-lo melhor e a comercializá-lo. Todo este processo de criação de práticas do modo de produção extrativista da mangaba ajudou a inserir a fruta na rota comercial no Estado e, conseqüentemente, ajudou estas mulheres a contribuir na renda do núcleo familiar.

Assim, percebemos que o papel das mulheres é de extrema importância, pois cabe a elas catar mangaba e outras frutas nativas, de ir para o mangue catar e pescar crustáceos, moluscos e peixe, além dos afazeres domésticos, dos cuidados com os filhos e da “ajuda” nas roças mantidas pelos maridos (SANTOS, 2007; PEREIRA, 2008; MOTA *et al* 2011).

Já o papel do gênero masculino no extrativismo da mangaba é de ajudar a mulher quando pode, pois a ele cabe trabalhos considerados culturalmente mais pesados como a pesca e agricultura, o que torna sua participação bastante tímida nesta atividade. Conforme afirmava Santos (Idem)

os homens são encarregados de cuidar da agricultura, coletam mangaba apenas quando estão disponíveis, mas não há uma participação constante no encapotamento e na comercialização da mesma por que essas tarefas ficaram designadas às mulheres. O homem passa a representar o seu papel na cultura da mangaba como de ajuda ao da mulher (SANTOS, Idem, p. 17).

Neste contexto, podemos constatar que as catadoras de mangaba na divisão sexual do trabalho também assumem a função da produção social no seio familiar através da atividade extrativismo. Para tanto, não cabe às mulheres somente a tarefa do cuidado dos filhos e do trabalho doméstico, função esta que lhe foi socioculturalmente atribuída na divisão sexual do trabalho como afirma Kergoat (2002).

Isso nos mostra que as mulheres catadoras de forma significativa vêm rompendo aos poucos esta lógica, e assumindo cada vez mais a esfera pública através do trabalho fora de casa, que além de ajudar na renda da casa é uma forma de melhorar a vida de seus filhos, como disse uma das catadoras “quero que meus filhos tenha uma vida melhor do que a minha”.

No trabalho extrativista da mangaba ainda há a participação das crianças e dos jovens. A participação ocorre no sentido da companhia ou da ajuda às suas mães na cata quando não estão na escola, ou como forma de controle das mães sobre os filhos para que não fiquem “aprontando por aí” (MOTA *et al* 2008).

Neste sentido, a nossa reflexão sobre organização do trabalho das catadoras de mangaba é que a divisão social do trabalho no seio da família passa ser mais igualitária a partir do momento em que homens, mulheres e crianças contribuem na renda, mesmo tendo diferenças no trabalho dos homens, das mulheres e das crianças.

Para corroborar com esta ideia Sahlins (1978) e Godelier (Idem) afirmam que a organização e a divisão social do trabalho nessas culturas tradicionais se dá de forma mais igualitária, mesmo que ainda assim em algumas comunidades o trabalho seja dividido entre os gêneros e/ou que possua algum tipo de hierarquia.

Todas essas representações das relações sociais e simbólicas, das relações de produção das culturas tradicionais são construídas em tempos e espaços diferenciados da sociedade capitalista, pelo fato das catadoras de mangaba terem suas maneiras particulares de reprodução social. O tempo dessas mulheres é o tempo do ciclo da natureza, ou seja, o tempo do trabalho para obter sua própria subsistência, é o ciclo natural dos recursos naturais.

Como havíamos dito anteriormente, as catadoras não realizam somente a atividade extrativista da mangaba, mas também realizam a cata do marisco, como afirma a uma das catadoras do Povoado Pontal “as duas fontes de renda femininas é esse o marisco e a mangaba. Toda catadora aqui é marisqueira”.

De acordo com Diegues (2002, *apud* MOTA; SILVA JÚNIO; SCHMITZ, 2005) apesar da atividade extrativista ser fundamental para a contribuição na renda das populações tradicionais, na maioria dos casos, não é a única, nem sempre a mais importante e que toma mais tempo,

A atividade da pesca/cata do marisco sempre foi uma atividade realizada paralelamente a cata da mangaba, porém com diversos estudos sobre a mangaba e seu extrativismo e, conseqüentemente, com a valorização do fruto, as mulheres catadoras de mangaba saíram da invisibilidade e ganharam espaço, não só no meio acadêmico como também perante a sociedade sergipana por meio desta atividade.

Apesar disto, as mulheres compreendem as duas atividades como importantes, já que a mangaba não dá o ano inteiro e até porque é através delas que a mulher contribui na renda familiar. Este reconhecimento da importância do mangue e da cata para a reprodução social das catadoras é um sentimento coletivo que se reflete no Hino das Catadoras( rodapé: lançamento do Cd Canto das Mangabeiras, dia 17 de setembro de 2011):

Vamos catar mangaba  
Vamos encapotar  
No galho da mangabeira  
Onde eu vou me balançar

Pra feira eu vou levando  
Elas são nosso sustento  
Sem eles não somos nada  
Pescaria só não dá  
(CANTO DAS MANGABEIRAS, 2011)

Neste caso é importante destacar que as catadoras de mangaba antes de mais nada são mulheres da terra e do mar, pois elas estabelecem relação com os dois ambientes para que a sua reprodução social seja garantida. Sobre o tempo e o espaço para a reprodução social destas comunidades Brandão (2007) ainda diz que

Como uma boa parte do que se obtém para o sustento familiar e a reprodução da vida coletiva é obtido da natureza, por coleta, caça e

pesca, os espaços da vida e do trabalho ainda são, em uma larga medida, os da própria natureza (BRANDÃO, 2007, p. 51).

Portanto, o tempo e o espaço para a reprodução social das mulheres é o mesmo dos recursos naturais marítimos e terrestres, e que se completam entre si.

Como os membros que fazem parte de uma população tradicional não se atrelam ao trabalho para garantir meios de produção e necessidades infinitas como presenciamos na sociedade capitalista industrial (SAHLINS, 1978), e o que não é o caso das catadoras de mangaba, o trabalho e sua organização dentro destas populações tradicionais se dá de formas deferentes da sociedade atual. Aqui, o universo da reprodução da vida desses grupos é tecido por valores e lógicas de apropriação da natureza repleto de singulares, onde tempo, espaço e sociabilidade assumem outras dinâmicas (SAHLINS, Idem).

Com isso, compreendemos que a relação do ser humano com a natureza não se baseia pelo fato do homem se adaptar as condições que lhe é imposto pelo meio ambiente, muito menos em uma relação de dominação do homem com a natureza por meio da técnica para obtenção de sua subsistência. Entendemos que nesta relação homem/natureza, o homem não se vê separado da natureza, mas sim como a própria natureza, constituindo outra interpretação do mundo natural, a partir de questões materiais e simbólicas (DIEGUES, 2000; SAHLINS, 1978).

Sendo assim, as catadoras de mangaba vêm estabelecendo uma relação mais harmoniosa com a natureza, o que possibilita, conseqüentemente, a criação de técnicas de manejo que respeitem o meio ambiente intrínsecas à sua reprodução sociocultural e econômica. Associado a isto, o valor e o sentimento de responsabilidade com a conservação das mangabeiras são construídos simbolicamente nas catadoras de mangaba.

A partir do momento que se tenta entender melhor essas diversas representações, que se ligam diretamente a reprodução sociocultural de suas vidas comunitárias, compreende-se o quanto é inconcebível para as catadoras a negação ao acesso às mangabeiras. Tal negação é decorrente das diversas atividades que vêm sendo estabelecidas nas áreas de remanescentes de mangaba como o turismo, a produção de monoculturas, a carcinicultura, e a proibição ao acesso da mangaba em propriedades particulares.

Diante disto, a denominação catadoras de mangaba também representa a interlocução das catadoras num contexto de conflitos pelo acesso às plantas nos últimos anos, assim como o papel que elas cumprem na conservação das mangabeiras (MOTA *et al* 2011).

A partir desta lógica que vai sendo estabelecida no cotidiano, as catadoras de mangaba, se vêem obrigadas a se recriarem para sobreviver a essa racionalidade, até porque elas não estão isoladas deste tipo de influência, para garantir sua reprodução social. Neste sentido, algumas alternativas foram construídas coletivamente ao longo do tempo pelas catadoras não só para resolver questões locais, mas também problemas das catadoras de mangabas do estado de Sergipe.

## CATADORAS EM MOVIMENTO

Alguns anos atrás os conflitos socioambientais vividos pelas catadoras de mangaba eram pouco frequentes, pois neste período as catadoras não eram organizadas enquanto grupo social, a maioria não possuía o título da terra, não eram reconhecidas pelo poder público, assim a situação em que encontravam diante dos conflitos era bastante desfavorável.

Com o tempo esses conflitos começaram se acirrar com mais intensidade devido a crescente valorização da fruta, ao mesmo tempo as áreas tradicionais de trabalho e morada das catadoras encontram-se em constante ameaça de desterritorialização (DIEGUES, 2000), e isso tem ocorrido para dá lugar a implementação da carcinicultura, a expansão urbana, construção de áreas voltadas para o turismo, criação de monoculturas, entre outros. Além disto, proprietários de terras começaram a cercar suas propriedades para proibir a atividade extrativista.

Todas essas atividades tem causado impactos as catadoras, afetando a pesca artesanal (uma das atividades exercidas pelas catadoras de mangaba), além de fechar os locais de acesso para a catação da mangaba. A partir disso, o cotidiano das mulheres passou a ser

permeado de diversos conflitos com as mais diversas formas de coerção dos atores sociais envolvidos.

Diante do que estava posto, a equipe de pesquisa da Embrapa que realizava pesquisas nas áreas no período de 2006 à 2010 voltaram esforços na mobilização das população para a participação do I Encontro das Catadoras de Mangaba do Estado de Sergipe, realizado em novembro de 2007. No I Encontro das Catadoras a mobilização e o financiamento da participação do encontro foram de responsabilidade da pesquisa.

O encontro foi realizado em dois dias, com espaços de palestras e socialização das experiências das catadoras, contando com a participação de aproximadamente 100 “representantes” de diferentes localidades do estado. De acordo com uma das catadoras do Povoado Pontal, só do município de Indiaroba participaram 30 mulheres no primeiro encontro. De acordo com Mota, um dos resultados do encontro nascimento da identidade de catadora de mangaba, pois em um dos relatos de umas das catadoras de Pontal, ela afirmou essa ideia dizendo que “antes não tinha o nome de catadora de mangaba, cada uma tinha seu modo de se vê umas dizia que era pegadeira de mangaba, outras era catadeiras, outras era só apanhadeiras e outras não se identificava”.

Um outro resultado importante do encontro foi a parceria da catadoras com os pesquisadores para criar o Movimento das Catadoras de Mangaba- MCM (MOTA *et al* 2011). De acordo com MOTA (Idem), os primeiros passos o movimento contou com uma comissão de apoio (Comissão do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe) formada por pesquisadores, catadoras e representantes de órgãos públicos.

Neste sentido é importante destacar que a colaboração externa no movimento foi de extrema importância para sua consolidação, isso por se tratar de um movimento social novo, composto por pessoas inexperientes na organização social e na luta política e que não possuía recursos para garantir sua autonomia plena. Depois de 5 meses de sua criação, as instituições se retiraram da coordenação do MCM, mas mantiveram o apoio ao movimento. Com isso, uma catadora do Povoado Pontal, na época, passa a assumir a presidência, sendo um dos momentos mais importantes para o movimento, e que ela resume o sentimento da importância do movimento dizendo que “precisamos nos organizar pra ter mais força, pra ter mais direito”.

As primeiras ações do MCM foram direcionadas a diversas instituições estaduais no sentido de solicitar apoio ao movimento e denunciar algumas atividades que prejudicavam o extrativismo da mangaba.

Já no II Encontro das Catadoras de Mangaba realizado em 2009, as representações simbólicas e subjetivas que expressavam a identidade coletiva das catadoras como o MCM se fez mais presente através da construção de canções, sendo que uma dessas representaria o hino do movimento, assim como a criação da própria logomarca (MOTA, Idem). As principais reivindicações nesse encontro foram: o de não cortar as mangabeiras, proporcionar o acesso à terra ou às plantas nativas e o aumento das plantas para as catadoras com sítio (MOTA, Idem).

A partir da criação do MCM, as catadoras começam a se destacar tanto no cenário sergipano, quanto no cenário nacional, o que contribuiu, concomitantemente, na visibilidade e na importância da reivindicação, abrindo possibilidades para o crescimento do movimento. O reconhecimento no âmbito nacional se deu na participação das catadoras como categoria, em dezembro de 2007, na 6ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT (MOTA, Idem).

Um pouco antes disto, em fevereiro do mesmo ano, se instituiu no Brasil, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), cujo seu objetivo era reconhecer a diversidade de povos e comunidades tradicionais existentes no país, e que cabia a CNPCT a competência de implementar esta política. Já em 2009, as catadoras de mangaba passaram a ter a sua participação garantida na CNPT (MOTA, Idem).

No estado de Sergipe, em 20 de janeiro de 1992, através do Decreto nº 12.723, a mangabeira tornou-se a árvore símbolo do Estado de Sergipe o que evidencia

a importância desta fruta para a sociedade em geral, mas, principalmente, por perceber a necessidade de proteção das espécies nativas ameaçadas de extinção. Porém, o reconhecimento das catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado, segundo sua forma peculiar de organização social precisa ser protegida, assim como seus territórios e recursos naturais, indispensáveis para a garantia de sua reprodução social, só foi realizada em 16 de dezembro de 2010, por meio da lei LEI Nº 7.082.

Contrário a toda essa visibilidade, as catadoras também reforçaram o conflito já existente com os proprietários, criando novos adversários. Apesar disso, o MCM obteve conquistas tanto a nível de Estado como também nos locais onde as catadoras residem, e ao mesmo tempo permanecem alguns desafios.

Sobre as conquistas, o movimento iniciou discussões juntamente com os órgãos públicos competentes quanto a garantia do acesso à terra pelas catadoras, participou de cursos de capacitação para produzir produtos da mangaba (bombons, balas, geleias, biscoito, licores) como uma forma de garantir renda.

Outra conquista foi a garantia de que alguns municípios passaram a vender a mangaba *in natura* e a polpa através do Programa de Aquisição de Alimentos que tem a intenção de valorizar o trabalho de agricultura familiar das localidades.

Com relação às reivindicações junto ao MPF e os processos relativos às áreas em transformação em reservas extrativistas estão parados, portanto se constitui um desafio a ser retomado inclusive com outros movimentos e comunidades tradicionais.

Fazendo uma análise mais interna da atuação do MCM uma das maiores conquistas, de acordo com os pesquisadores, foi o reconhecimento da identidade como catadora de mangaba. Outro ponto positivo é que a mídia local tem ajudado bastante a divulgar as catadoras de mangaba como principais responsáveis na conservação das mangabeiras. As catadoras também têm garantido sua promoção de forma independente através do site e de redes sociais como o Facebook. Além disso, recentemente também lançaram CDS e documentários.

Um desafio do movimento se dá na própria organização e na garantia dos recursos. De acordo com o relato das catadoras o MCM não tem sede nas localidades onde existe catadoras, além disso não possui recursos financeiros próprios para garantir a comunicação das catadoras entre si, transporte para acompanhar o andamento do movimento nas localidades, materiais para mobilizar as catadoras para reuniões, entre outros. O que acaba dificultando a própria organização interna e o processo de renovação e entrada de novas catadoras, assim como uma ação mais significativa para o envolvimento dos filhos e filhas das catadoras para que futuramente se envolvam na atividade do extrativismo da mangaba.

O caminho que o MCM vem trilhando através da sua trajetória de conquistas alcançadas e de desafios a serem superados, foi um importante pois serviu de instrumento para projetar a importância do trabalho das catadoras de mangaba e sensibilizar a sociedade para a necessidade da preservação das áreas remanescentes de mangabeiras. Além disso, tem atuado como parceiros no desenvolvimento de experiências locais como é o caso do incentivo na construção de Associações.

## **ASSOCIAÇÃO DAS CATADORAS DE MANGABA E INDIAROBA (ASCAMAI)**

Assim como o MCM, a associação tem uma importância fundamental que é organizar de forma profissional as catadoras para a entrada no mercado com a produção de produtos como doces, bombons, licores, biscoitos, etc. O que ajuda não só na divulgação do trabalho como também futuramente ajudará na renda familiar destas mulheres.

Paralelamente ao surgimento do MCM e com o próprio apoio do movimento, surgiu também a ideia de se criar a Associação das Catadoras de Mangaba. Para as catadoras de mangaba de Pontal um dos primeiros momentos importantes e que deu um pontapé inicial para se organizar, enquanto associação, e que antecede a criação da mesma, foi através do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos junto a CONAB e com a ajuda da Embrapa/SE.

O PAA é um programa que requer alimentos de agricultores familiares, diretamente, ou por meio de associações ou cooperativas. Durante o período de 2006 à 2010, as catadoras começaram a entregar para a CONAB, tanto a fruta *in natura* como a polpa, via

cooperativa da qual faziam parte, a COPERAFI (Cooperativa dos Agricultores de Indiaroba), já que quando se iniciou a participação no programa as catadoras não possuíam associação própria. Para as catadoras este programa foi importante pois as fortaleceu localmente através do trabalho em grupo além de ajudar na renda familiar. O programa iniciou com a participação de seis catadoras e finalizou com a participação de 40 catadoras.

Em 2009 as catadoras começam a participar de capacitações sobre preservação do meio ambiente, produção de doces como compota e geleia de mangaba, entre outros. E em 2010, a primeira associação das catadoras de mangaba foi registrada no estado de Sergipe.

A Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba (Ascamai) é uma associação composta, em sua maioria, por mulheres extrativistas da mangaba e que possibilitou as catadoras, por meio de um trabalho coletivo, aperfeiçoar práticas e saberes que se equilibrassem com os ciclos dos recursos naturais, e que ao mesmo tempo, fosse possível promover seu desenvolvimento econômico e social. Atualmente, existem 46 associadas sendo que, somente, 15 participam desde a cata até o processo de produção de produtos da mangaba, o restante participam da cata para vender para a associação. De acordo com as catadoras, para se associar é preciso ser catadora e preservar e respeitar as mangabeiras.

Logo após o registro da ASCAMAI, as catadoras concorreram a um edital através do Projeto Catadoras de Mangaba Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe sob o patrocínio do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania e apoio do Movimento das Catadoras de Mangaba e da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

O trabalho teve início em 2011, com o objetivo de fortalecer e contribuir para as populações extrativistas da mangaba, além de implementar junto as populações tradicionais, práticas baseadas na agroecologia e na tecnologia social. O projeto abarcou os municípios de Estância, Indiaroba, Barra dos Coqueiros, Pirambu, Japarutuba e Itaporanda D' Ajuda

De acordo com o site das Catadoras, a sua primeira edição do projeto, colheu resultados bastante significativos para movimento, como: o aumento da geração de renda das extrativistas através do lançamento das linhas de comercialização Frutos de Quintal, Frutos da Restinga e Frutos Desidratados; e a consolidação da cultura tradicional das Catadoras de Mangaba através do lançamento do CD Canto das Mangabeiras e do documentário Mulheres Mangabeiras (ASCAMAI, 2013)..

Com a renovação do projeto para mais dois anos, que inicia em 2013 e vai até 2015, além de melhorar a qualidade da produção dos produtos, é registrar e organizar a Cooperativa de Comercialização das Catadoras de Mangaba de Sergipe contemplando sete municípios em sua proposta, e por fim criar uma Identificação geográfica para os produtos da Mangaba (ASCAMAI, 2013).

Foi através do financiamento do projeto que a associação, hoje, possui uma sede alugada, mas já conseguiram comprar um terreno próprio para a construção da sede, além disso possui diversos materiais que subsidiam a produção dos produtos da mangaba como: fornos, fogão, freezer, mesas, armários, cadeiras, desempolpadeiras, fogão solar, balcão.

Com todo esse suporte que associação foi obtendo ao longo dos anos permitiu que, no ano de 2014, o povoado de Pontal junto ao município de Indiaroba, fizesse parte dos três municípios do Estado de Sergipe que foram contratados para oferecerem alimentos da Mangaba na Merenda Escolar. Para a Merenda Escolar serão destinados bolinhos, biscoito e polpas de Mangaba.

De acordo com os relatos na entrevista, a organização da associação possui uma importante contribuição na organização das catadoras do povoado Pontal, pois é um instrumento conseguiu criar uma unidade entre as catadoras no local, tanto para difundir e valorizar os produtos da mangaba quanto para fortalecer a defesa e a necessidade de preservação da mangaba. Além disso, serviu como exemplo para a criação de associações em outras localidades como na Barra dos Coqueiros e em Japarutuba que já estão registradas, e em Pirambu e Estância que estão no processo de registro.

A participação na associação é motivada também porque através dela e em parceria com o MCM se busca a implementação da Reserva Extrativista do Litoral Sul, que seu processo de tramitação encontra-se parado, e que de acordo com uma das catadoras “dá a garantia de ter o que agente não tem que é a terra”. No Povoado Pontal nenhuma catadora de

mangaba tem o título da terra e, antigamente, a relação das catadoras com os proprietários era mais harmoniosa pois as catadoras tinham mais acesso as mangabeiras, é tanto que para uma das catadoras “ aqui tudo era de todos não existia cerca”.

Porém, com todo o processo de valorização da mangaba e das catadoras, os proprietários além de cercar as áreas impedindo o acesso, começaram a queimar e arrancar as plantas e com a especulação imobiliária passou a vender diversos lotes de terra para pessoas de fora da comunidade e que não vivem nem dependem da mangaba e que acabam destruindo as plantas.

Outra motivação das catadoras é que elas acreditam que a associação pode crescer ainda mais, e com isso pode ajudar mais efetivamente na renda familiar para que futuramente seus filhos não passem pela mesma dificuldades que elas passaram na vida.

Dentre os desafios da associação, que se complementa muitas das vezes com os mesmos desafios do MCM, é o da divulgação frequente do trabalho das mulheres extrativistas e do envolvimento maior de mais mulheres e dos jovens na atividade extrativista da mangaba na intenção de garantir a continuidade da história das Catadoras Extrativistas do estado de Sergipe e no local destas populações tradicionais. Com isso, uma das ações da associação do Povoado Pontal foi realizar um a Feira Cultural Sabores e Saberes na comunidade, em que além produtos da mangaba, contou apresentação cultural, músicas e exibições de filmes e fotografias sobre as catadoras, na tentativa de conquistar toda a comunidade e a se somar as reivindicações.

Outros desafios mais relacionados a localidade das catadoras de Pontal são o da construção de um cais e de um centro de apoio ao turista, para que as catadoras possam ter um espaço para divulgar sua cultura e ter um ponto fixo para vender seus produtos, já que Pontal faz parte da rota do turismo no Estado de Sergipe.

## CONCLUSÕES

Com a ressalva de que a pesquisa está em andamento, logo alguns pontos não puderam ser aprofundados devido ao tempo para a construção deste artigo.

Diante do que já foi mencionado podemos perceber que as catadoras de mangaba têm uma papel relevante na preservação da mangabeira no Estado e uma grande contribuição na valorização da própria fruta. Apesar de existirem catadoras em diversas localidades do Estado e características comuns entre elas, ao mesmo tempo as catadoras de cada localidade apresentam especificidades.

Os problemas vivenciados tem dificultado o trabalho extrativista da mangaba em todo o Estado, deste modo, é de fundamental importância ressaltarmos a relevância da criação do Movimento das Catadoras de Mangaba, pois seu surgimento não só ajudou na criação de uma identidade entre as mulheres extrativistas, mas ao mesmo tempo incentivou a construir saídas coletivas, principalmente, diante das dificuldades postas. Paralelo a isto, houve um fortalecimento das comunidades tradicionais de forma local através de diversas iniciativas para que elas conseguissem se reproduzir e se desenvolver socialmente.

Isto se reflete bastante na história das catadoras de mangaba do Povoado Pontal, tanto na participação da construção do MCM, quanto nas experiências locais vivenciadas nos últimos anos a partir da criação da Associação no Povoado, todavia há diversas contradições tanto no MCM quanto na Associação, no entanto, ambos se complementam, no sentido de auxiliar a sociabilidade e a reprodução social das mulheres extrativistas de um modo geral.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil”. In: **Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, vol. 1, n. 2, p. 37-64, Mar/2007. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/ceres/037-064-carlos\\_rodrigues.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ceres/037-064-carlos_rodrigues.pdf).

BRASIL. **Decreto nº 6040 de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a política nacional do desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Disponível em



<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acessado em 13/10/2013.

DIEGUES, Antonio Carlos *et al.* **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2000. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/\\_arquivos/saberes.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf)> Acesso em: 22 de Set. 2012

GODELIER, Maurice. Racionalidade dos sistemas econômicos. In: CARVALHO, Edgard de Assis (org.). **Godelier**. São Paulo: Ática, 1981. p. 37-58.

KERGOAT, D. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-Posições**, Campinas, UNICAMP, v.13, n. 1(37), jan./abr., 2002.

MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR, J.F.; SCHMITZ, H. Os catadores de mangaba e a conservação da biodiversidade no território Sul sergipano. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. 43, Ribeirão Preto, 2005, Anais, Brasília: SOBER.

\_\_\_\_\_. *et al.* O extrativismo de mangaba é “trabalho de mulher”? Duas situações empíricas no Nordeste e Norte do Brasil. In: **Novos Cadernos NAEA**, v. 11, n. 2, p. 155-168, dez. 2008, ISSN 1516-6481.

\_\_\_\_\_.; SANTOS, J.V. Uso e conservação dos remanescentes de mangabeira por populações extrativistas em Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. In: **Acta Sci. Human Soc. Sci.** Maringá, v. 30, n. 2, p. 173-180. 2008. Disponível em: <<http://www.catadorasdemangaba.com.br/publicacoes/texto-1.pdf>> Acesso em: 10 de Set. 2012.

\_\_\_\_\_. *et al.* As Senhoras da Mangaba. In: Dalva Maria da Mota ... [et al.]: **A Mangabeira. As Catadoras: O Extrativismo**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju : Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. 297p.

\_\_\_\_\_. *et al.* Conflitos e Movimento Social: ameaças e reações das catadoras de mangaba. In: Dalva Maria da Mota ... [et al.]: .]: **A Mangabeira. As Catadoras: O Extrativismo**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju : Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. 297p.

PEREIRA, Emanuel Oliveira. **Extrativismo da mangaba (*Hancorniaspeciosa* Gomes) no Povoado Alagamar, Pirambu – SE**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Sergipe, 2008.

SANTOS, Jane Velma dos. **O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancorniaspeciosa* Gomes) em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Sergipe, 2007.

SAHLINS, Marshall. “A primeira sociedade da afluência”. In: CARVALHO, Edgard Assis (Org.). **Antropologia econômica**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 07-44.

SERGIPE. **Decreto Lei nº 12.723 de 20 de Janeiro de 1992**. Institui a mangabeira, a árvore símbolo de Sergipe e dá outras providências. Disponível em: <[www.semarh.se.gov.br/modules/wfdownloads/](http://www.semarh.se.gov.br/modules/wfdownloads/)>. Acesso em 12 de Set. 2012.

## WEB SITES CONSULTADOS

ASCAMAI. Acessado em 25 de outubro de 2013. Disponível em [www.catadorasdemangaba.com.br](http://www.catadorasdemangaba.com.br)

## **Conflitos em torno dos acordos de pesca na Ilha Pacuí de Baixo (Cametá – PA)**

**Sara Corrêa Dias<sup>1</sup>**  
**Francinei Bentes Tavares<sup>2</sup>**

### **Resumo**

Este trabalho visa analisar os conflitos socioambientais em torno da pesca e sua relação com os Acordos de Pesca enquanto principal estratégia de conservação do potencial ictiológico na comunidade de Pacuí de Baixo, no município de Cametá-Pará. Os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa envolveram o uso da abordagem qualitativa, com a realização de quatro entrevistas semiestruturadas na comunidade. Os resultados alcançados mostram que a implantação do acordo de pesca na comunidade de Pacuí de Baixo enfrentou um período de crise, conflitos e contradições, pois muitas pessoas não queriam concordar com o acordo, nem mudar suas práticas de manejo. Atualmente, o acordo de pesca na comunidade não está em processo ativo de funcionamento, principalmente por conta da falta de apoio dos órgãos competentes. Porém, os pescadores estão lutando para atualizá-lo novamente e para continuar contribuindo para a preservação dos recursos aquáticos da ilha.

**Palavras-chaves:** acordos de pesca, gestão dos recursos pesqueiros, conflitos socioambientais.

### **Abstract**

This work aims to analyze the social and environmental conflicts over fishing and their relationship with fisheries agreements as the main strategy for the conservation the ichthyological potential in community Pacuí de Baixo, in the municipality of Cametá, Pará. The methodological procedures used in the research involved the use of a qualitative approach, with the performance of four semi-structured interviews in the community. The results show that the implementation of the fisheries agreement in Pacuí de Baixo community faced a crisis, contradictions and conflicts, because many people did not want to agree to the settlement, nor change their management practices. Currently, the fisheries agreement in the community is not in active operation process, mainly because of the lack of support from relevant organizations. However, fishermen are struggling to update it again and to continue contributing to the conservation of water resources of the island.

**Keywords:** fisheries agreements, management of fishery resources, environmental conflicts.

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Pará/Campus Cametá, e-mail: saracdias@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia, professor de Agronomia na Universidade Federal do Pará, Campus Cametá, e-mail: frankbentes@gmail.com

## Introdução

A região do Baixo Tocantins apresenta uma rica diversidade agroecológica, principalmente no que se refere aos recursos pesqueiros que habitam o espaço regional. Com isso, muitas das atividades econômicas da região baseiam-se no uso de recursos aquáticos, os quais estão sob risco crescente, devido à expansão descontrolada e mal planejada de atividades de alto impacto na região, tais como: desflorestamento; sobre-exploração dos recursos pesqueiros; pesca predatória; contaminação de corpos d'água por esgotos, pesticidas, fertilizantes; mudança no ambiente aquático e no regime hidrológico dos rios, devido à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (que agravou ainda mais o problema do pescado na região), além de conflitos crescentes entre os usuários dos recursos aquáticos, entre outros fatores.

O uso e ocupação desordenados dos tributários do Rio Amazonas, além de comprometer a qualidade dos recursos hídricos, a biodiversidade aquática e a produção pesqueira, ameaçam a qualidade de vida das populações locais, como as comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais e os grupos indígenas, que utilizam os recursos aquáticos como fonte de alimentação e/ou renda. Estudos recentes (RIBEIRO; FABRÉ, 2003) indicam que cerca de 30 a 60% das populações rurais economicamente ativas no Amazonas, dependem diretamente da atividade pesqueira para sua reprodução material, diferentemente no que ocorreria até a década de 1960, período em que a pesca representava uma atividade basicamente de subsistência para constituir-se na atualidade em uma importante fonte de renda para as populações ribeirinhas.

Desde os anos 1980, em resposta a intensificação da exploração comercial predatória da pesca na Amazônia, comunidades ribeirinhas e suas organizações representativas vêm buscando implementar modelos descentralizados de gestão dos recursos pesqueiros. Estas iniciativas, no princípio, foram fomentadas pela ação pastoral da Igreja Católica e vieram a constituir o chamado “Movimento de Preservação de Lagos”, através da CPT (Comissão Pastoral da Terra). A partir da mobilização social em torno da ECO-92 e devido ao desligamento de muitos missionários que coordenavam as pastorais sociais, o movimento se legalizou com a formação de “grupos ambientalistas” (PEREIRA *et al.*, 2007).

Este trabalho visa analisar as modalidades de uso dos recursos pesqueiros, os conflitos socioambientais em torno da pesca e sua relação com os Acordos de Pesca enquanto principal estratégia de conservação do potencial ictiológico na comunidade de Pacuí de Baixo, no município de Cametá-Pará, construído a partir de uma parceria entre a sociedade civil e o poder público, visando tornar possível o manejo de forma sustentável. Os “Acordos de Pesca” são normas criadas pelas comunidades, com o apoio de outras instituições como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Colônia de Pescadores, ONG’s etc. para o controle da pesca na região.

Nessa perspectiva, o estudo apresenta algumas problemáticas sobre a realidade da pesca desenvolvida na região do Baixo Tocantins (em especial na comunidade de Pacuí de Baixo, situada no município de Cametá), destacando as possibilidades e os conflitos existentes nas comunidades, sobretudo no que se refere aos aspectos sociais, ambientais e econômicos que norteiam o desenvolvimento do território, assegurando a conservação e o uso sustentável da biodiversidade regional, através do manejo sustentável dos recursos naturais, que também deve garantir benefícios econômicos e sociais para as populações que dependem desses recursos.

Pretendemos aplicar análises e reflexões a partir da compreensão de um contexto em pleno movimento de transformação, na qual se instituem as atuais formas de exploração dos recursos pesqueiros. As novas características do contexto regional vêm colocando outras perspectivas aos atores locais e produzindo uma maior diversidade social e ambiental na região.

## **Metodologia**

Os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa envolveram o uso da abordagem qualitativa, como entrevistas semiestruturadas, (desenvolvidas diretamente na comunidade rural pesquisada), visando identificar experiências inovadoras junto aos camponeses na comunidade escolhida. Assim foram realizadas 04 (quatro) entrevistas com ribeirinhos da comunidade de Pacuí de Baixo, em Cametá-Pa. A pesquisa bibliográfica nos auxiliou no aprofundamento teórico do trabalho através de leituras, resenhas e análise de indicações bibliográficas relacionadas

à problemática estudada. Segundo Ludke e André (1986) constitui-se num rico instrumento de pesquisa, pois fundamenta afirmações de outros autores que sejam utilizados.

O trabalho foi complementado com a análise de documentos produzidos pela organização camponesa, como Atas de assembleias, relatório de reuniões, projetos elaborados e acordos de pesca. Em nível da comunidade escolhida realizamos conversas informais a partir de estadias na casa dos camponeses, ficando atento ao desenrolar da vida social local. Essas informações foram transcritas diariamente no caderno de campo. Para análise dos dados, recorreremos principalmente à técnica indicada por Bardin (1977 *apud* CHIZZOTTI, 1991) denominada de análise de conteúdo. Segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessível.

## **Resultados e discussão**

### **Os acordos de pesca no Baixo Tocantins: o caso de Pacuí de Baixo**

As problemáticas enfrentadas pelos pescadores das comunidades ribeirinhas da região do Baixo Tocantins advindas da crescente captura do pescado associado à barragem de Tucuruí (que pode ser considerado como o maior impacto causado pela ação humana na região, principalmente aos que vivem a jusante da barragem), acabaram por conduzir estes atores sociais a práticas inovadoras de manejo, que pudessem minimizar tais problemáticas e trazer recursos concretos e positivos à população.

Nesse sentido, em resposta à intensificação dos recursos aquáticos e o aumento de impactos causados sobre o equilíbrio socioambiental, as comunidades ribeirinhas e suas organizações representativas vêm desenvolvendo novas estratégias de manejar seus recursos pesqueiros, na tentativa de conservar as espécies existentes e recuperar as que foram perdidas. Dentre as principais estratégias, destacam-se os “Acordos de Pesca”, que são normas criadas pelas comunidades, com o apoio de outras instituições como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Colônia de Pescadores, ONG’s etc. para o controle da pesca na região. Em termos conceituais, segundo a Revista Cameté, no capítulo “Conjunto de Regras dos Acordos de Pesca”, produzido pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a Colônia de

Pescadores Z-16, o acordo de pesca pode ser compreendido como sendo fruto de intenso processo de discussão envolvendo comunidades pesqueiras, incorporando aspectos “[...] culturais locais, econômicos e políticos, como o sistema de patronagem, e questões externas, como a política governamental e o mercado” (MMA, 2006, p. 31). O “acordo de pesca” estabelece, entre outras questões, a:

(1) A proibição ou limitação do uso de aparelhos de pesca, como malhadeira, lanterna de carbureto, tamanhos de malhas etc., práticas que possam prejudicar o meio ambiente; (2) proibição da pesca no período do defeso, pois é nesse intervalo de tempo que o período reprodutivo das espécies acontece; (3) podem limitar a quantidade de pescado que se pode capturar por viagem; (4) podem proibir a pesca em áreas onde os peixes se reproduzem para povoar outras áreas (rios, lagos etc.), reservando estas áreas para servir de criadouro natural. Os acordos também podem estabelecer zonas de pesca, que podem ser: (a) áreas de preservação total, onde é proibido pescar; (b) áreas de preservação temporária, onde a pesca é liberada apenas em determinados meses do ano; (c) áreas de conservação, onde a pesca é permitida de acordo com regras delimitadas pela comunidade local (PROVÁRZEA / IBAMA, 2003).

Do ponto de vista burocrático, os Acordos de Pesca foram legalizados em 31 de dezembro de 2001, por meio da Portaria do Ministério do Meio Ambiente de nº 029, e fortalecidos ainda com a criação de Agentes Ambientais Voluntários das comunidades, “[...] com poder de constatação para organizar a fiscalização dos acordos, autorizado pelo IBAMA local” (MMA, 2006, p. 32), bem como com a constituição de normas outras criadas pelas comunidades, a fim de subsidiar seus acordos, por meio da criação de Associações.

A comunidade de Pacuí de Baixo foi fundada em 1973 e sempre teve sua história marcada por muita luta e conquistas. Assim, foram surgindo lideranças que passaram a criar organizações e a participar dos movimentos sociais da região. A partir de 1978 vieram às conquistas através de lutas como a Luta Sindical (conquistada em 1980) e a conquista da Colônia de Pescadores que teve início em meados de 80 e se consolidou em 1990 com a posse da primeira junta governativa. Em 1997 foi fundada a Associação dos Pescadores Artesanais, Aquicultores e Trabalhadores Extrativistas de Pacuí, com a participação de aproximadamente 48 famílias, que foi um grande avanço em termos de organização social na localidade.

### **Conflitos em torno dos acordos de pesca na Ilha Pacuí de Baixo**

Para se entender as implicações da construção dos acordos de pesca na região Tocantina, deve-se reconhecer e situar esses acordos num cenário de disputas pela apropriação e uso dos recursos pesqueiros. Os conflitos da pesca começam pela apropriação e usos diferenciados dos territórios aquáticos os quais colocam em choque, de uma forma geral, o uso para obtenção da subsistência e o uso comercial (FURTADO, 2004, p. 58). Golding (1983) ressalta que outros impactos oriundos da atividade humana, como a construção de hidrelétricas, desmatamento das margens dos rios e lagos, poluição por metais pesados, têm efeitos mais devastadores do que a própria atividade pesqueira, que em geral, ainda pode ser considerada quando se leva em conta a grande diversidade de peixes amazônicos.

Nesse sentido, o acordo de pesca na região do Baixo Tocantins surge imerso em um contexto histórico voltado a inúmeras problemáticas socioambientais resultantes da pesca predatória e da construção da Hidrelétrica de Tucuruí na década de 80, segundo os entrevistados a maior parte dos problemas enfrentados na região são consequências da barragem. Dela decorrem graves problemas ambientais provenientes da imensa área inundada que submergiu florestas inteiras, o maior impacto foi causado sobre o estoque natural do pescado, que levou os ribeirinhos a adotarem práticas predatórias (puçá) que garantisse sua sobrevivência. Assim, *“a barragem prejudicou muito nós, ela poluiu o rio, hoje não tem muito peixe, fora o prejuízo e o desrespeito ao meio ambiente, quase 60% dos nossos problemas veio da barragem”*, afirma um dos entrevistados da comunidade (Entrevistado nº 03).

Houve aumento de doenças causadas pela má qualidade da água para consumo; lançamento de herbicida como desfolhante para retirada da madeira submersa; o nível da água baixou nos rios e lagos da região, com o aparecimento de praias e pequenas ilhas, não permitindo a navegação com a maré baixa (momento de vazão do rio Tocantins) e diminuindo as áreas úteis de pesca; êxodo rural para a sede do município, além da extinção de várias espécies de peixes, conforme nos explica um dos moradores da ilha: *“muitos peixes como a sardinha, pacú, piquirão, joão-de-ouro, curimatã, matrixã e outros tantos não existem mais, a pesca tá ficando mais difícil pra nós”* (Entrevistado nº 04).

Segundo um impresso do MAB de Cametá a partir da construção da UHE, a vida dos pescadores sofreu sérios prejuízos, tanto ambientais, quanto econômicos, precarizando ainda mais a existência ao longo do rio Tocantins. O documento expressa

que 70% dos entrevistados informam a escassez de peixes no rio Tocantins e seus afluentes, e 65% dos entrevistados destacam que a água está poluída, causando diarreia, doenças de pele e estomacais.

Todavia, embora se ressentido dos problemas advindos pela construção UHE de Tucuruí, muitos pescadores em estudo não se postaram em posição passiva diante da realidade, mas pelo contrário buscara na organização política a possibilidade de embate contra os problemas existentes. Nessa perspectiva, os pescadores produziram e produzem saberes quanto ao que seja uma economia local que lhes oportunize condições outras de vida, primando não somente pela pesca, mas também pelo aproveitamento de recursos naturais presentes na comunidade, como a extração de mel e açai.

Assim, o acordo de pesca apresenta-se como um fator crucial para a melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos. Na situação estudada, levando em conta os acordos de pesca construídos e os resultados das entrevistas e outras técnicas de campo adotadas na comunidade de Pacuí de Baixo, concorda-se com Schmitz *et al.* (2011), que em situações nas quais os recursos naturais comuns são manejados em área de acesso comum, a “tragédia dos bens comuns” não é inevitável, justamente porque não há nesses casos ausência total de regras e falta de compromisso dos envolvidos na atividade extrativa.

As formas de manejo propostas no acordo de pesca, mesmo que também estejam envoltas em conflitos localizados e em situações de descumprimento das regras por parte de alguns dos extrativistas, trouxe impactos positivos como o aumento da quantidade e qualidade do pescado, pois com as práticas de conservação os peixes têm onde se reproduzir e crescer com segurança, aumentando a produtividade e a renda das famílias, impactando de forma positiva no modo de vida e nas características sociais e econômicas da população ribeirinha.

Segundo Little (2001), os conflitos podem girar em torno de diversas situações que podem emergir ou se gerar em função dos impactos, por exemplo, o controle sobre determinados recursos naturais, os valores e modos de vida, o uso da natureza cujo núcleo central reside no choque de valores e ideologias.

Deve-se considerar que os conflitos também fazem parte do processo construtivo de uma organização, por mais que os acordos de pesca tendem a produzir divergências



entre os pescadores, também tem uma de suas metas baseadas no consenso em prol do bem comum, garantindo a sustentabilidade de todos.

Considerando-se tais questões, apresenta-se no QUADRO 01, abaixo, uma primeira sistematização dos dados obtidos através do questionário aplicado junto aos pescadores da comunidade de Pacuí de Baixo, no qual se utilizou a técnica de análise de conteúdo para interpretar as informações colhidas.

**QUADRO 01: Análise de conteúdo sobre os conflitos em torno do acordo de pesca na Ilha de Pacuí de Baixo (Cametá-PA)**

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro	Unidade de Contexto
1. Conflitos em torno do acordo de pesca	1.1 Consequências negativas e positivas dos conflitos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ameaças contra os pescadores por parte dos comunitários que não aceitaram o acordo.</li> <li>- Falta de apoio das instituições competentes.</li> <li>- Fracasso do acordo de pesca a partir dos conflitos.</li> <li>- Fortalecimento e união da comunidade, a partir dos conflitos.</li> </ul>	<p>Questão 1.1:</p> <p>“Parte dos conflitos foi bom, às vezes quando sentíamos ameaçados, sempre tinham pessoas que nos incentivavam... sofremos ameaças, pessoas que falavam contra o acordo, que queriam acabar” (Entrevistado nº 01).</p> <p>“Os próprios pescadores aos poucos foram se afastando, dando início a divergências” (Entrevistado nº 02).</p> <p>“Os conflitos quando surgiu, fracassou o acordo, foi o que acabou. As pessoas não aceitaram, não tinham o apoio dos órgãos competentes” (Entrevistado nº 03).</p> <p>“Foi bom, porque fortaleceu a comunidade, gerou a união, a organização comunitária” (Entrevistado nº 04).</p>
	1.2 Problemáticas encontradas inicialmente para a efetivação do acordo de pesca	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de implementar o acordo, principalmente com os caçadores de animais.</li> <li>- Ameaças contra os vigias que fiscalizavam o acordo.</li> <li>- Dificuldade de conscientizar os pescadores, por conta dos inúmeros conflitos.</li> </ul>	<p>Questão 1.2:</p> <p>“No início foi muito difícil, começamos, paramos e voltamos a funcionar o acordo. O mais difícil foi com os caçadores que usavam arma de fogo, cachorro, etc.”. (Entrevistado nº 01).</p> <p>“Não, no início todo mundo era de acordo” (Entrevistado nº 02).</p> <p>“Sim, surgiu ameaças de bater os vigias que fiscalizavam” (Entrevistado nº 03).</p> <p>“Sim, muitos pescadores não respeitavam o acordo, o acordo surgiu a partir do desrespeito ao meio ambiente, ele deu atividade para não mexer no rio, na mata, conscientizar as pessoas foi a maior dificuldade, porque isso gerava muitos conflitos” (Entrevistado nº 04).</p>
	1.3 Aspectos ligados aos conflitos locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pessoas da própria comunidade envolvidas nos conflitos.</li> <li>- Dificuldade de conscientizar pessoas de outras comunidades, que desconhecem o acordo.</li> <li>- Diminuição dos conflitos a partir do fortalecimento dos Acordos de Uso.</li> </ul>	<p>Questão 1.3:</p> <p>“São pessoas da própria comunidade, vem também pessoas de outro local que não sabiam do acordo (isso foi muito difícil) muitos deles pescavam com os moradores da própria comunidade” (Entrevistado nº 01).</p> <p>“Sim, sendo os próprios agentes da comunidade, por isso foi feito o acordo inicialmente para evitar que pessoas de fora viessem pescar, com o firmamento do acordo isso acabou” (Entrevistado nº 02).</p> <p>“São da própria comunidade, não vinham de outra comunidade, pessoas de outras comunidades vêm quando tem família no local” (Entrevistado nº 03).</p> <p>“Hoje não há conflito” (Entrevistado nº 04).</p>

<p>1.4 Caminhos para resolução dos conflitos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conscientização a partir de reuniões na comunidade para amenizar os conflitos, podendo ser encaminhados à Colônia caso não fossem resolvidos.</li> <li>- Falta de apoio para reforçar o acordo.</li> </ul>	<p>Questão 1.4: “Os coordenadores chamam pra conversa, reúne com os pescadores pra discutir, tentam conversar com o infrator, porque não tem apoio pra reforçar o acordo” (entrevistado n° 01). “Eram contra a vigilância, eram chamadas para reuniões onde davam suas opiniões” (Entrevistado n° 02). “A comunidade fazia reuniões, chamava atenção do infrator, caso não resolvesse levava a Colônia” (Entrevistado n°03). “Primeiro chamava o infrator pra conversar, se não resolvesse levava pra Colônia” (Entrevistado n°04).</p>
<p>1.5 Instituições envolvidas no processo constitutivo do acordo de pesca</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio da Colônia Z-16 no processo de conscientização e financiamento de materiais para o manejo do pescado.</li> <li>- Punições em alguns casos de desrespeito ao acordo.</li> <li>- Colônia de Pescadores como grande aliada na resolução dos conflitos locais.</li> </ul>	<p>Questão 1.5: “Sim, a Colônia através de reunião com a população para conscientizar, financiou também alguns materiais para a Associação” (Entrevistado n°01). “A Colônia intervia sim, querendo resolver o problema através de reuniões e conversas” (Entrevistado n° 02). “Sim, a Colônia a partir de conversa com o presidente, podendo até cortar o seguro defeso de for o caso” (Entrevistado n° 03). “A Colônia era um aliado forte, conversava com o infrator para conscientizá-lo” (Entrevistado n° 04).</p>

FONTE: Dados de campo (2013).

A implantação do acordo de pesca na comunidade de Pacuí de Baixo enfrentou um período de crise, conflitos e contradições, pois muitas pessoas não queriam concordar com o acordo, nem mudar suas práticas de manejo. Havia um grande receio de ficar sem o peixe, dada a visível escassez, o que estimulava as pessoas a intensificar as estratégias de pesca, desse modo, não respeitavam as normas construídas localmente, provocando inúmeros confrontos, discussão e até mesmo violência, várias vezes os coordenadores foram ameaçados, e isso levou ao fracasso do acordo na localidade, assim como a falta de apoio dos órgãos competentes, no processo de conscientização e fiscalização dos acordos comunitários.

Todavia, destaca-se a importância do conflito para o fortalecimento da organização, haja vista que o mesmo gerou união entre os pescadores, transformando relações de caráter conflitivo em relações de cooperação. Segundo Simmel (1983), a vitória é uma das vias de resolução do conflito e este supõe aprendizagem social, pois é em si uma forma essencial de “socialização” entre os indivíduos envolvidos na ação, ocasionando fortes interações. Segundo o autor supracitado, além da socialização, o conflito produz uma unidade que é parte positiva do conflito, e esses elementos desagregadores são pensados de uma forma para que haja união entre o grupo de interesse.

O conflito pode não só elevar a concentração de uma unidade já existente, eliminando radicalmente todos os elementos que possam obscurecer a clareza de seus limites com o inimigo, como também pode aproximar pessoas e grupos, que de outra maneira não teriam qualquer relação entre si (SIMMEL, 1983, p. 157).

Quanto ao papel do acordo na gestão dos conflitos socioambientais, com base nas entrevistas, análise dos questionários e observação *in locu*, foi possível perceber que os acordos de pesca contribuíram para minimizar algumas categorias de conflitos (todos os entrevistados afirmaram ter havido diminuição dos conflitos em torno da pesca após a criação do Acordo de Uso), principalmente os relacionados à entrada dos chamados “pescadores de fora” e também os próprios pescadores da comunidade onde vigora o acordo (que era muito frequente na área) conforme é notado no depoimento a seguir: *“São pessoas da própria comunidade que infringem a lei, por isso foi feito o acordo inicialmente para evitar que pessoas de fora viessem pescar, e com o firmamento do acordo isso acabou”* (Entrevistado nº 02).

A principal razão dos conflitos relacionados ao uso comum dos recursos pesqueiros é a quebra do acordo de uso estabelecido (isso gerava muitas adversidades) principalmente entre os pescadores de dentro e fora dos lagos, visto que, esses pescadores “de fora” e da comunidade entram na área do acordo no período noturno (em função da ausência de fiscalização) e aproveitam para pescar excessivas quantidades de peixes, modificando e desrespeitando as normas locais estabelecidas. Tais entraves impulsionaram a comunidade a fortalecer a vigilância nos poços de preservação, assim foram formados grupos entre os pescadores (sendo os próprios moradores da beirada) e cada grupo fiscalizava uma parte da ilha.

O pescador que fosse autuado cometendo irregularidades na pesca seria advertido verbalmente pelos fiscais, se voltasse a infringir o acordo seria advertido em reunião com todas as lideranças locais, caso persistisse seria denunciado a Colônia, podendo até perder os benefícios oriundos da pesca (como o seguro desemprego). Os pescadores de outras comunidades só poderiam exercer a atividade na ilha em parceria de moradores locais e obedecendo rigorosamente as normas estabelecidas no acordo, do contrário imperariam o mesmo ciclo de punições.

Para fazer funcionar o acordo, que assegurava o recebimento do seguro defeso, e resolver os conflitos existentes, os coordenadores trabalhavam na conscientização a

partir de reuniões com os pescadores. Infelizmente, a Associação dos Pescadores Artesanais, Aquicultores e Trabalhadores Extrativistas de Pacuí (APATEP) não tem contado com o apoio das instituições competentes o que dificulta o trabalho de fiscalização, como relata um pescador: *“os coordenadores chamam pra conversar, reúnem com os pescadores pra discutir, tentam conversar com o infrator, porque não tem apoio pra reforçar o acordo”* (Entrevistado nº 01).

Essa situação nos faz refletir sobre a importância do papel de cada instituição no processo de co-gestão. Esta exige que cada um, dentro de sua atribuição, cumpra seu papel, o Estado executando e monitorando as políticas públicas, as instituições de pesquisa investigando a viabilidade (social, econômica e ambiental) e propondo alternativas de manejo e a sociedade civil organizada participando e colaborando no monitoramento das regras e normas ambientais. Mas, para que isso seja possível, é necessário que se estabeleça uma relação dialógica entre os atores sociais e as instâncias governamentais para que juntos possam planejar e discutir caminhos possíveis para o desenvolvimento sustentável da região, caso contrário a tendência é a propagação da “tragédia dos comuns”.

Ressalta-se também a forte parceria que a associação tem com a Colônia Z-16, principalmente no processo de conscientização e resolução dos conflitos, através de palestras, reuniões e conversas com os pescadores, sobretudo no fortalecimento do acordo de pesca na comunidade. *“A Colônia era uma aliada forte, conversava com o infrator para conscientizá-lo”* (Entrevistado nº 04).

Como se percebe nas reflexões apresentadas, o uso dos recursos pesqueiros e a prática da pesca entre as populações ribeirinhas são elementos intrínsecos ao seu ambiente empírico, e isso fez com que os saberes locais fossem paulatinamente se constituído e dando resultados positivos à comunidade. Das entrevistas, inferimos que os acordos de pesca para os pescadores, no cotidiano de suas experiências de trabalho, não se constituíam elementos legais de preservação e controle de relação de trabalho homem e natureza. Eles faziam parte das experiências de trabalho por eles produzidas. Nas palavras de Fischer (2011), constituíam-se como saberes experienciais desses trabalhadores.

Atualmente, o acordo de pesca na comunidade de Pacuí não está em processo ativo de funcionamento, principalmente por conta da falta de apoio dos órgãos

competentes (que contribuiu significativamente para o fracasso do mesmo). Porém, os pescadores estão lutando para atualizá-lo novamente e continuar trabalhando e contribuindo para a preservação dos recursos aquáticos da ilha.

## Conclusões

As práticas inovadoras adotadas no âmbito da atividade pesqueira na região do Tocantins reafirmam ainda mais as relações entre homem e natureza, criando novas possibilidades e interesses positivos face ao problema de escassez do pescado na região, provocado não somente pelas ações predadoras, mas pelos impactos contraproducentes da Usina Hidrelétrica de, que foi sentido sensivelmente não apenas na ictiofauna regional, mas no modo de vida dos camponeses.

Nesse sentido, tais práticas oportunizaram aos atores sociais mais participação na dinâmica social, política e econômica da região. Sobretudo, provocara a elaboração de uma série de saberes entre os pescadores, quer pela constatação da realidade produzida por essa construção, quer pela política em oposição aos impactos gerados sobre seu *modus vivendi*, provocando lhes a organização.

Vale ressaltar que mesmo após duas décadas da instalação da barragem da UHE de Tucuruí, as comunidades a jusante ainda se ressentem dos danos sofridos, mas não ficaram inertes, ao contrário, vêm lutando intensamente para sobreviver. Assim, após todos esses anos pós-barragem, o campesinato vem se adaptando a nova realidade e buscando implementar saídas alternativas, como criações e cultivos, tentando fugir da crise socioeconômica e ambiental em que se encontram. Nesse contexto, o acordo surge como uma prática construtiva que visa à diversificação produtiva dos recursos naturais, pois apesar das dificuldades envoltas apresentam resultados considerados animadores para grande parte dos camponeses envolvidos na trama social local.

No mais, há de se considerar que os acordos de pesca institucionalizaram-se entre os pescadores (mesmo diante de conflitos por eles vivenciados na sua aplicabilidade), como mecanismos importantes para que pudessem ter acesso ao Seguro Defeso e, dessa maneira se fortalecerem politicamente em termos de organização de classe. Portanto, reafirmo a importância da conservação do potencial ictiológico, pois uma vez realizado, trará maior dinamismo aos camponeses (através da interação com os

processos locais de desenvolvimento) e principalmente melhor qualidade de vida à população ribeirinha.

### **Agradecimentos**

Ao GEDAF (Grupo de Estudos sobre o Desenvolvimento da Agricultura Familiar), já que o presente artigo é resultado parcial de uma bolsa de iniciação científica (UFPA / PIBIC), apoiada pelo Programa de Extensão “Ação Coletiva e Uso dos Recursos Naturais na Agricultura Familiar: os acordos de pesca na região do Baixo Tocantins (PA)”, aprovado pelo Edital PROEXT / MEC 2013, e vinculado a uma das linhas desse grupo de pesquisa, intitulada “Sociedades camponesas, ação pública e diversidade sócio-territorial”. Por fim, agradecemos à comunidade ribeirinha de Pacuí de Baixo, em Cametá, pelo apoio nas viagens realizadas e pela disposição em cooperar com a realização deste trabalho.

### **Referências bibliográficas:**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

FURTADO, G.; BARRA, J. D. F. **Pescadores artesanais de Cametá: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeitos**. Cametá, PA: Novo Tempo, 2004. (Coleção Novo Tempo Cabano; 5).

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. *In*: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2001.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Cametá: Acordos de Pesca — uma alternativa econômica e organizacional**. Série Sistematização, Revista II. Subprograma Projeto Demonstrativos. Brasília: MMA, 2006.

OLABUENAGA, J. I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificación de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

PEREIRA, H. S.; SOUZA, D. S. R.; RAMOS, M. M. **A diversidade da pesca nas comunidades da área focal do Projeto PIATAM.** Relatório de pesquisa, 2007. (mimeo.).

RIBEIRO, M. O. A.; FABRÉ, N. N. (Orgs.). **Sistemas Abertos Sustentáveis – SAS:** uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia. Manaus: Edua, 2003.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JR., J. F. Mangabeiras cercadas e soltas: formas de acesso, coleta e gestão de plantas. In: MOTA, D. M.; SILVA JR., J. F.; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. A. (Ed.). **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo.** Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental; Aracaju: EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, 2011. p. 171-202.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. **Georg Simmel.** São Paulo: Ática, 1983.

**GT (07) – ( Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistências às situações de injustiça socioambiental)**

**Título do Trabalho: MANEJO E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS: OS ACORDOS DE PESCA NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA**

**Sinara Dias Silva <sup>1</sup>**  
**Jaqueline Patrícia Santana Modesto <sup>2</sup>**  
**Cintia Letícia Monteiro do Carmo <sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Discente do curso Bacharelado em Agronomia da Universidade Federal do Pará / Campus Universitário do Tocantins Cametá (UFPA-CUNTINS) / sinarads@hotmail.com

<sup>2</sup> Discente do curso Bacharelado em Agronomia da Universidade Federal do Pará / Campus Universitário do Tocantins Cametá (UFPA-CUNTINS) / Jaquelinepsmodesto@hotmail.com

<sup>3</sup> Discente do curso Bacharelado em Agronomia da Universidade Federal do Pará / Campus Universitário do Tocantins Cametá (UFPA-CUNTINS) / cintialeticia12@gmail.com

**Resumo:** O trabalho tem como objetivo avaliar a forma de gestão dos recursos naturais, especificamente os recursos pesqueiros por meio dos acordos de pesca na comunidade ribeirinha de Tentem, município de Cametá - PA, no âmbito socioeconômico e ambiental, tendo em vista os impactos sofridos com a implantação dos grandes projetos na microrregião do Baixo Tocantins. O estudo foi realizado no período de março/2013 a fevereiro/2014, na comunidade ribeirinha de Tentem, situada nas coordenadas: 02° 22' 03,7" S e - 49° 30' 21,3" W, município de Cametá – PA, localizado a 150 km da capital do estado, Belém. A metodologia adotada foi de base qualitativa, como entrevistas semi-estruturadas, vivência na localidade, elaboração de mapas, identificação e análise de espaços onde existe uma interação entre homem e natureza envolvendo o uso dos acordos de pesca. Como resultados mais importantes, apresentamos os principais problemas que envolvem os acordos de pesca, destacando a gestão dos recursos pesqueiros como instrumentos de ação coletiva. Nessa fase das atividades observamos que houve um amplo reconhecimento de como está o funcionamento do Acordo de Pesca no município de Cametá e os resultados positivos, para os pescadores e todos que participam da cadeia de produção.

**Palavras-chaves:** Gestão dos Recursos Pesqueiros; Comunidades Ribeirinhas; Baixo Tocantins.



## 1 INTRODUÇÃO

Uma das mais ricas regiões do estado do Pará é a microrregião do Baixo Tocantins, formada por 11 municípios, a região banhada por rios onde o principal deles é o rio Tocantins (COSTA, 2006 citado por NOGUEIRA et al., 2010), onde se predomina a cobertura vegetal de floresta tropical equatorial densa e um diversificado ecossistema, composto por áreas de várzea, áreas de ilhas (situadas na bacia hidrográfica do Rio Tocantins) e áreas de terra firme. A microrregião se caracteriza por apresentar intensa relação entre o urbano e rural, baseada no sistema de produção agrícola, oriundo da agricultura familiar (COSTA; COSTA, 2007)

Na Amazônia convivem diferentes grupos sociais, e um desses grupos bem presente na região do Baixo Tocantins são oriundos das ilhas e das margens dos rios da Amazônia, conhecidos ou denominados como ribeirinhos (COSTA; COSTA, 2007). Essa população que, com a chegada dos grandes projetos na região em meados da década de 1980, como a construção da Barragem da Usina Hidroelétrica de Tucuruí (UHE Tucuruí), vem enfrentando sérios problemas ambientais, como a diminuição no quantitativo de peixes na região à jusante da barragem, tanto no quantitativo dentro de cada espécie como no número de espécies existentes nessa região (SANTOS, 2007).

Sendo a pesca uma das atividades humanas mais importantes na Amazônia, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que reside nas margens dos rios de grande e médio porte (SANTOS; SANTOS, 2005). Diante disso, pescadores artesanais e ribeirinhos das regiões das ilhas do município de Cametá resolveram adotar a prática de acordos de pesca, no intuito de preservar os recursos naturais, nesse caso principalmente os recursos pesqueiros.

No entanto, devemos entender o que são acordos de pesca, pois Santos (2007), nos diz que os acordos de pesca podem ser definidos sinteticamente como arranjos comunitários institucionais que são estabelecidos por moradores de determinadas localidades ribeirinhas com o objetivo de regulamentar o uso de recursos pesqueiros e se contrapor à “pesca predatória” por meio do manejo comunitário destes recursos.

Já para Santos e Santos (2005) os acordos de pescas são consensos ou acertos informais entre pescadores e comunitários, que passam a ser formais por medidas de portarias normativas, com vista ao uso comum ou gestão compartilhada de determinados lagos. Trata-se de modelos alternativos relativamente novos, centrados em discussões a ações coletivas e que vêm sendo orientadores de novas políticas públicas para o setor.

Segundo o órgão responsável pelo gerenciamento pesqueiro do Brasil, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de acordo com o parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa nº 29 publicada em 31 de dezembro de 2002, entende-se por acordos de pesca “um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definidos geograficamente”. Reconhecendo dessa forma os acordos de pesca como instrumento de ordenamento pesqueiro e estabelecendo critérios para a regulamentação dos mesmos.

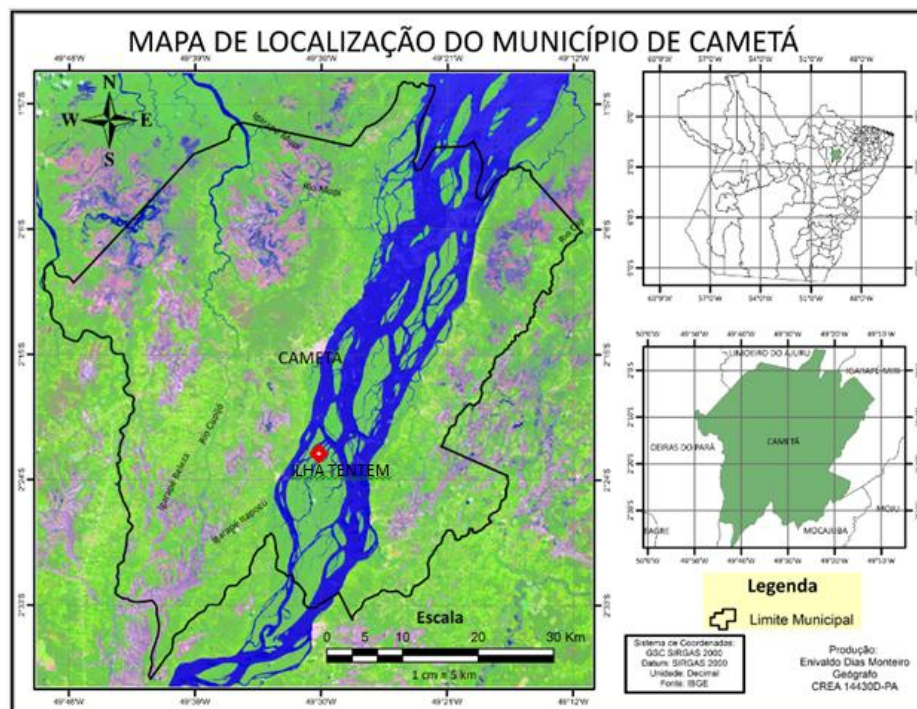
Através dessa revisão de literatura sobre acordos de pesca na visão de alguns autores, percebe-se que os acordos de pesca surgiram como uma forma de gestão dos recursos pesqueiros em uma dada localidade. Diante desse contexto, esse trabalho tem como objetivo avaliar a forma de gestão dos recursos naturais, especificamente os recursos pesqueiros por meio da iniciativa dos acordos de pesca na comunidade ribeirinha de Tentem, município de Cametá - PA, no âmbito socioeconômico e ambiental, tendo em vista os impactos sofridos no decorrer dos anos com a implantação dos grandes projetos na microrregião do Baixo Tocantins.

## **2 MATERIAL E MÉTODOS**

O estudo foi realizado no período de março de 2013 a fevereiro de 2014, na comunidade ribeirinha de Tentem situada, no município de Cametá, localizado na região nordeste do estado do Pará na bacia hidrográfica do rio Tocantins, microrregião do Baixo Tocantins. A cidade de Cametá está situada à margem esquerda do Rio Tocantins, na mesorregião nordeste paraense à 149 km de Belém, limitando-se ao norte com o município de Limoeiro do Ajurú, ao sul com o município de Baião, a leste com o município de Igarapé-Miri e a oeste com Oeiras do Pará. O município ocupa uma área

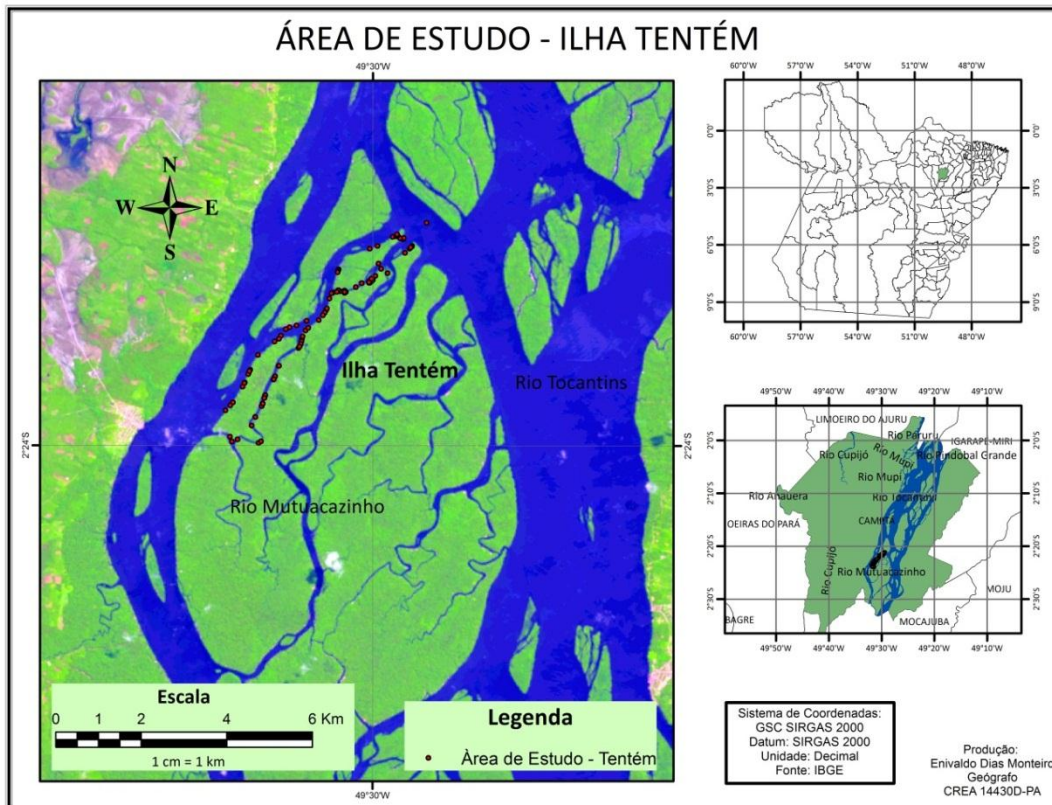
de 2.487 km, localizado a  $2^{\circ} 14' 32''$  de latitude sul e  $49^{\circ} 29' 52''$  de Longitude oeste (CARVALHO, 1998).

Cametá em alguns aspectos possui características ribeirinhas, com uma população estimada de 117.099 habitantes, onde 58% da população ainda vivem em áreas consideradas rurais (IBGE, 2009). Sendo que 50% dessas pessoas consideradas habitantes rurais vivem em áreas de ilhas, a beira de rios e igarapés. É o contato com o rio que essas comunidades possuem que nos levou a caracterizá-las como modo de vida ribeirinha, uma relação de afetividade e de dependência com o rio.



MAPA 01: Localização do município de Cametá-Pa.

A comunidade de Tentem esta localizada no distrito de Juába onde mora cerca de 250 famílias com aproximadamente 1.250 pessoas, incluindo crianças e adultos. Tendo como principais atividades a pesca, agricultura e o manejo agroflorestal.



MAPA 02: Localização da área de estudo Ilha Tentem.

As estratégias metodológicas adotadas no desenvolvimento das atividades envolveram o uso de metodologias de base qualitativa, como entrevistas semi-estruturadas, entrevista com principais representantes da comunidade, vivência na localidade, elaboração de mapas por meio do mapeamento comunitário e identificação e análise de espaços onde existe uma interação entre homem e natureza envolvendo as comunidades ribeirinhas como o uso dos acordos de pesca.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico do que já existe produzido e disponível sobre os acordos de pesca na região do Baixo Tocantins. Em seguida, houve duas visitas de campo na comunidade ribeirinha de Tentem onde foram feitas as seguintes atividades: levantamento de campo na comunidade de acordos de pesca selecionado, utilizando aparelho de GPS da marca GARMIN E-trex 10, para definir pontos de localização, trajetos e polígonos, e também aplicação de questionário que possibilitaram com ajuda da observação e da fotografia, levantar informações sobre características e condições ambientais, e principalmente as situações de uso dos recursos pesqueiros.

## 2.1 Aplicação de questionário semi-estruturado

Foram entrevistados vinte moradores da comunidade e para a realização dessa atividade dividiu-se a equipe em duplas, onde cada dupla ficou responsável por entrevistar em média cinco famílias e fazer registros fotográficos e coleta de pontos com GPS, a fim de obter as coordenadas da casa, das atividades desenvolvidas pela família e os locais onde se realiza a pesca.



Figura 01: Entrevista com moradores da comunidade ribeirinha de Tentem

Essa entrevista semiestruturada buscou informações sobre os Conflitos em torno da Construção e Funcionamento dos Acordos de Pesca. Dessa forma foram entrevistadas pessoas que fazem parte do acordo de pesca e pessoas que não apoiam essa iniciativa no intuito de analisarmos os dois pontos de vista.

## 2.2 Mapeamento Comunitário

Essa atividade buscou desenvolver junto com os membros da comunidade um mapa comunitário, elaborado pelas pessoas que ali vivem, levando em consideração o olhar e o conhecimento dessas pessoas, valorizando dessa forma o conhecimento local.



FONTE: Rudielson Ribeiro

Figura 02: Moradores elaborando o mapa da comunidade (Mapeamento Participativo).

Este mapa serviu de base para o reconhecimento da comunidade e auxiliou na coleta dos pontos com GPS.

### 2.3 Entrevista com principais representantes da comunidade

Nesse momento nos reunimos com o Coordenador da Comunidade Sr.º Antônio Júlio Gonçalves Batista e o Agente Ambiental e também

Coordenador local da Colônia dos pescadores Z-16 o Sr.º Joaquim Batista, ambos moradores da comunidade ribeirinha de Tentem e que estão à frente na gestão do acordo de pesca local.



FONTE: Edimar Pantoja

Figura 03: Entrevista com representantes da comunidade, sobre o Acordo de Pesca.

A entrevista com os informantes chave teve como objetivo adquirir informações importantes a respeito do Acordo de Pesca local como, o seu surgimento, quais os principais problemas enfrentados pela comunidade e por quais motivos surgir conflitos em torno do acordo de pesca.

#### **2.4 Coleta de Pontos com GPS**

Essa atividade teve como finalidade coletar as coordenadas geográficas dos principais pontos da comunidade com o auxílio de GPS e registros fotográficos para auxiliar na identificação, destacando dessa forma os principais usos da área, locais de pesca, poços de pesca, moradias, escola, Igreja, Assembleia e etc.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Região do baixo Tocantins já foi destaque no cenário amazônico com a sua produção agroextrativista, mas a partir da década de 80 vem passando por sérias transformações, essas causadas pela implantação da UHE Tucuruí e o Complexo Industrial Albras/Alunorte.

A instalação da UHE Tucuruí afetou diretamente o modo de vida das populações ribeirinhas a jusante da barragem, devido os sérios problemas ambientais, dentre eles temos a poluição das águas pela matéria orgânica, que por meio da implantação da usina, grande quantidade de matéria orgânica foi coberta pela água por isso, ao longo do tempo sofreu o processo de decomposição ocasionando a perda na qualidade da água; o empobrecimento do solo das várzeas, pois a barragem do rio acarretou a não ocorrência de enchentes periódicas na região do Baixo Tocantins, prejudicando a fertilização natural dos solos adjacentes ao rio utilizados para o plantio (CRUZ, 2011).

Outro ponto a se destacar foi à diminuição no quantitativo de peixes devido à barreira física imposta pela barragem, que segundo a Comissão Mundial de Barragens (2000), ocasionou um declínio na atividade pesqueira, pois houve à redução de alimentos para a cadeia trófica e essa barreira afetou também no processo de migração dos peixes que precisam adentrar os rios, para seu processo reprodutivo. No município de Cametá houve uma diminuição constante da produção pesqueira, que caiu de 900 t/ano em 1981 para 492 t/ano, em 1998, com uma queda de 83%, como exemplo a

diminuição do mapará (*Hypophthalmus edentatus*), espécie bastante numerosa e frequente e, principalmente, muito apreciada pelos moradores da região que associado com o açaí (*Euterpe oleracea*) se torna uns dos principais itens da alimentação dos ribeirinhos (BARBOSA et al. 2010).

Esses fatores atingiram diretamente a produtividade pesqueira, diante disso surge por volta de 1985 em algumas comunidades, como é o caso de Paruru de Joana Coelis os “Acordos de Pesca” ou “Acordo de Preservação” que busca a conservação dos recursos pesqueiros e florestais (CRUZ, 2011).

Perante as transformações que vem ocorrendo no Baixo Tocantins organizações representativas dessas populações (como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e a Colônia de Pescadores Z -16 de Cametá - PA), quanto instituições governamentais envolvidas com a problemática ambiental (a exemplo do IBAMA e do Ministério da Pesca), dão as bases legais para que os acordos sejam construídos, fiscalizados e cumpridos, o que levou a criação da Instrução Normativa nº 29, de dezembro de 2002 do IBAMA/MMA.

Segundo a Colônia dos pescadores Z-16 de Cametá, existem atualmente cerca de 20 acordos de pesca apenas no município de Cametá, e 5 “poços de preservação” dos recursos pesqueiros do Rio Tocantins.

<b>ACORDO DE PESCA</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
<b>CUXIPIARI</b>	Não identificado	Ativado
<b>ILHA COROA NOVA</b>	Não identificado	Ativado
<b>ILHA TENTÉM</b>	Pedro Batista	Ativado
<b>JARACUERA GRANDE</b>	Benedito Costa	Ativado
<b>PACUÍ DE CIMA</b>	Não identificado	Ativado
<b>PARURÚ DE JANUA COELE</b>	Não identificado	Ativado
<b>PRAIA GRANDE</b>	Mauro Gomes Mendes	Ativado
<b>RIO CUPIJÓ</b>	Não identificado	Ativado

TABELA 01: Lista de acordos de pesca ativados no município de Cametá-PA

### 3.1 A gestão dos recursos pesqueiros como instrumentos de ação coletiva

Os acordos de pesca constituem instrumentos legais coletivos, construídos nas comunidades ribeirinhas, envolvendo a normatização das atividades de pesca. No município de Cametá a atividade pesqueira se dá de forma artesanal onde convivem diferentes grupos sociais e instituições que surgiram no intuito de atender a demanda



das populações das ilhas que tem grande necessidade de projetos voltados para sua realidade e a própria gestão dos recursos naturais, como exemplo os recursos pesqueiros.

Os acordos de pesca buscam manter a relação homem natureza sem prejudicar o ecossistema que já está sendo modificado, sendo dessa forma que por meio de parcerias entre instituições, os pescadores vêm desenvolvendo nas comunidades ribeirinhas essa prática de gestão ou arranjo institucional, como é definido por alguns autores. Essa prática funciona com base nas normas criadas pelo próprio pescador que no ato da pesca passam a ter algumas restrições como, o local da pesca, espécies de peixe, estação do ano e ao uso de alguns apetrechos que não podem ser usado devido o grande risco que trás para a ictiofauna.

Na comunidade ribeirinha de Tentem o acordo de pesca foi criado no dia 31 de Janeiro de 2003 por iniciativa da própria comunidade, pois foi uma das formas encontrada para a preservação dos recursos pesqueiros que estavam sendo escassos. Uma das instituições locais que trabalha nessa linha é a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá que preocupada com o futuro das populações pesqueiras deste município dentro de parâmetros sustentáveis e abertos a parcerias com as organizações que efetivamente atuam no sentido de melhorar a qualidade de vida e construir uma sociedade mais democrática e justa. Vem discutindo com sua base pesqueiras várias alternativas de sustentabilidade e uma delas é formar a discursão do Acordo de Pesca desse município, como principal medida para a proteção das espécies, uso sustentável dos rios, etc.

Após várias reuniões em conjunto com a comunidade foi concordado por todos os moradores o acordo de pesca da comunidade ribeirinha de Tentem, como é mostrado alguns item a seguir.

**1º Item:** Fica proibida a pesca nos seguintes locais onde tem maior profundidade: Primeiro na boca do tentem, Japiim, Tomé, boi, tentemzinho e tentem meio, esses que são os chamados poços de preservação.

**2º item:** Ficou concordado pescar com os seguintes itens de pesca: malhadeira malha 06 com 60mm e com até 30m de comprimento; matapi; pari fino para a pesca de Camarão e pari grosso para a pesca de camboa; pesca com anzol e a gapuia.

**3º item:** Ficou proibido malhadeira de malha a baixo de 06, 50 mm para baixo; tarrafa; piranqueira de espingarda; zagaia; puçá; baque d'água na margem do rio, caçada com cachorro no mato; piaba; tirar crustáceos (conchas) e pesca ornamental, captura de filhos de peixes.

Na comunidade um dos principais problemas enfrentado na criação do acordo de pesca foi devida sua área de abrangência, o que impossibilitava a fiscalização, essa realizada pelos próprios moradores da comunidade, denominados de agentes ambientais voluntários que recebiam por meio de um curso de capacitação oferecido pelo IBAMA as instruções para atuarem junto da comunidade. No entanto, nem todos os moradores conseguiram obedecer aos acordos, pois começaram a pescar no período defeso, desrespeitando assim as normas criadas. Porém isso não foi motivo para a desistência dessa iniciativa que está em vigor até os dias atuais.

A população ribeirinha local tem como principal base econômica a pesca artesanal, a agricultura e o manejo agroflorestal e isso se relacionam diretamente com movimentos cíclicos das marés que ocorrem a cada seis horas, que regulam a navegação e o comércio, influenciam os hábitos de vida dos ribeirinhos, determinando-lhes o horário de acordar e de pescar (COSTA, 2003).

Como alternativa sócio-econômica para ajudar na renda das famílias dos pescadores e no período defeso, a Colônia Z-16 desenvolve projetos de piscicultura por meio do ministério da pesca, que serve tanto para a implantação como também para a manutenção dos viveiros; trabalha com a inserção da apicultura nas áreas de ilhas que além de produzirem o mel, servem para polinizar as plantas e auxiliar na produtividade e existe também o manejo das espécies florestais não madeireiras, como exemplo o açai.

### **3.2 Conflitos em torno dos acordos de pesca na comunidade ribeirinha de Tentem**

Os principais conflitos que surgiram em torno do acordo de pesca na comunidade ribeirinha de Tentem, estão diretamente relacionados com a grande área de abrangência do mesmo. Sendo possível explicar destacando os dois pontos principais:

O primeiro ponto é o fator econômico, pois durante a criação do acordo muitos esqueceram como iriam sobreviver, afinal para alguns a pesca era a única renda

econômica naquele momento e devido à extensa área de cobertura do acordo os impossibilitava de fazer a pesca para além de seu sustento.

O outro ponto a se destacar está relacionado com a fiscalização que logo no ato de criação ficou esclarecido que esse processo deveria ser feito principalmente pela comunidade por meio dos agentes ambientais voluntários, que são pescadores da própria comunidade que participam do acordo de pesca e receberam capacitação ofertada pelo IBAMA para atuarem junto aos outros pescadores com o apoio dos órgãos governamentais (IBAMA e SEMMA), porém não foi bem assim que tudo aconteceu logo nos três primeiros meses o cumprimento do acordo estava indo bem, no entanto houve pessoas que não conseguiram esperar a abertura da pesca e começaram a “furar” o acordo, ou seja, desobedecer às regras que eles mesmos ajudaram a criar, como explica o Agente Ambiental Voluntário do acordo de pesca e primeiro conselheiro da coordenação da comunidade do Tentem Sr.º Joaquim Batista, “bom o que levou a esses conflitos foi à chegada do pescado, as pessoas não aguentaram vê a quantidade de peixe que tinha, chegava a zoar, ai começaram a pescar com os apetrechos proibidos pelo acordo, dessa forma era uma pesca predatória”.

### **3.3 Mapeamento comunitário participativo**

Com base nestas informações levantadas *in locu*, foram feitos mapas de cobertura e usos do solo, da floresta e das águas. Nos mapas utilizou-se a metodologia do mapeamento participativo com os agentes da comunidade, no sentido de localizar e definir objetos, áreas e formas de uso de recursos, entre outras características que definem a diversidade socioespacial do território de abrangência do acordo de pesca. A imagem a seguir, que foi construída coletivamente junto com os pescadores da localidade, serviu de base para o reconhecimento da comunidade e auxílio no momento em que foi feito a coleta dos pontos com GPS (FIGURA 01).



Figura 04: Mapa elaborado com o uso da Cartografia Social.

A figura 01 mostra através da cartografia social um mapa elaborado pelos moradores da comunidade, onde é possível identificar a área de abrangência da ilha de Tentem e as formas de uso do solo, da floresta e das águas. Como podemos observar em destaque no mapa os seguintes pontos: os poços de preservação ou reprodução, que são locais mais profundos do rio, que auxiliam na reprodução dos peixes; as ilhas que compõe e fazem divisas a comunidade de Tentém; Locais de reuniões, lazer e estudos (Assembleias, Igrejas, Escolas, campos de futebol e praias); Viveiros de piscicultura e a área onde funciona o acordo de pesca atual. Os dados coletados apresentaram os principais problemas que envolvem os acordos de pesca, pois devido a esse tipo de iniciativa ser uma atividade de preservação ambiental praticada pela minoria acaba por gerar conflitos entre os moradores da localidade e também pessoas de fora que vem em busca de melhores pescado. O uso da cartografia social fez com que a população local obtivesse um maior conhecimento sobre a área onde vivem, levando em consideração o olhar e o ponto de vista dessas pessoas, valorizando dessa forma os saberes locais.

#### 4 CONCLUSÕES

Nessa fase das atividades observamos que houve um amplo reconhecimento de como está o funcionamento do Acordo de Pesca. Pois, segundo relatos feitos pelos próprios moradores, o mesmo não atendeu as necessidades dos moradores locais no momento de sua criação, devido o Acordo de Pesca ser um acordo amplo que

impossibilitou o pescador de seguir sua atividade de pesca. Os pescadores da comunidade de Tentem esperam que haja a conscientização de todos os sócios e o apoio das entidades, órgãos externos (Colônia dos Pescadores Z-16, a APAMUC, APADIC, Sindicato dos Pescadores que é a SINDPESCA), que representam a classe e depois vem IBAMA, SUDEP, Prefeitura municipal de Cametá, Câmara dos vereadores e a Polícia, a fim de obter um melhor resultado.

No entanto, mesmo com os fatores limitantes o uso dos acordos de pesca no município de Cametá vem demonstrando bons resultados, não somente para os pescadores mais sim para todos que participam da cadeia de produção. Nesse sentido devemos buscar formas de fazer com que o uso desses acordos passe a atender mais pescadores, e para isso acontecer, devemos buscar outras formas de produção que possam atender a necessidade dessas pessoas.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M. et al. **Diagnóstico Rápido Participativo da Comunidade Caripi, Cametá – PA.** Belém: UFPA /NEAF, 2010. 68 p. (mimeo.).

CARVALHO, D. M. de. **Política e exclusão social:** um estudo sobre o município de Cametá. Belém: Camutás, 1998.

COSTA, G.; COSTA, F. A. Reprodução social da população camponesa e o paradigma do desenvolvimento rural sustentável na região das ilhas, em Cametá, Pará, Brasil. In: CASTRO, Edna *et al.* (Orgs.). **Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais.** Belém: NAEA/UFPA, 2007. p. 111-154.

CRUZ V. C. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia,** UFF, NITERÓI - RJ 2011.

Ministério do Meio Ambiente – MMA ; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, **Instrução Normativa IBAMA n° 29, de 31 de dezembro de 2002.**

NOGUEIRA, A. C. N. et al. **Diagnóstico rural de comunidades de agricultores familiares: o caso de Ajó, Cametá-Pará.** Belém: UFPA / NEAF, 2010. 53 p. (mimeo.).

PDA – Subprograma Projetos Demonstrativos. **Cametá: as experiências nas localidades de Joroca de Baixo e Cuxipari Carmo.** Série Sistematização: comunidades construindo sua sustentabilidade. Brasília: PDA, Revista II, 2005.

SANTOS, G. M. ; SANTOS, A. C.M.. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, 2005.

## **GT 07 – Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistência às situações de injustiça socioambiental**

### **Mestre e memória: o resgate da história pesqueira em Carne de Vaca-PE**

**Andrezza de Andrade Melo<sup>1</sup>**

**Cristiano Wellington Noberto Ramalho<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Bolsista CNPq e discente do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco. [meloandrezza@hotmail.com](mailto:meloandrezza@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco. [cristianownramalho@gmail.com](mailto:cristianownramalho@gmail.com)

#### **Resumo:**

Este trabalho resulta de Projeto de Iniciação Científica – PIBIC - CNPq/UFRPE, Edital 2013/2014, que se encontra em fase de conclusão, onde focaliza a Comunidade Pesqueira de Carne de Vaca, Litoral Norte de Pernambuco. A referida comunidade localiza-se no município de Goiana, situado à aproximadamente 70 km do Recife. Tem como foco a pessoa do mestre de pesca, personagem fundamental para a pesca artesanal, bem como para a concentração dos saberes e fazeres e reprodução dos mesmos. Para Maldonado (1988), o mestre de pesca apresenta-se enquanto mediador do mundo do mar e do mundo da terra, como guardião dos segredos de uma sociedade, de um grupo social cheio de especificidades que é demarcada pela vida nas águas. Desta forma, o mestre é figura importante para se extrair as formas de compreensão dos pescadores acerca das mudanças ocorridas no Litoral Norte de Pernambuco, mais especificamente em Carne de Vaca, que se encontra inserida em uma área que atualmente vem recebendo grandes investimentos por parte das ações governamentais em âmbitos estadual e federal. É exemplo desse crescimento econômico a implantação da montadora Fiat e a estatal Hemobrás, alterando, assim, o cenário econômico e ambiental ao qual a praia de Carne de Vaca está inserida. Tais mudanças somam-se a outras (implantação de viveiros de camarão, desenvolvimento urbano desordenado, intensa especulação imobiliária, etc), que fazem com que, ao longo dos anos, a pesca se modificasse.

A crise socioambiental instalada, atualmente na região, gera mudanças na dinâmica sociocultural nas comunidades pesqueiras, implicando na necessidade de se analisar as práticas socioambientais deste grupo. O trabalho pretende, então, realizar uma análise dos impactos ocasionados pelas mudanças econômicas e ambientais da região, bem como as possíveis alterações socioculturais dessas comunidades; e para tal, partiremos da memória social dos mestres pesqueiros. Os mestres de pesca, por meio de sua memória e história oral/vida, se tornam essenciais para a percepção dos impactos ocorridos ao longo dos anos. Nesse sentido, a história de vida (oral) é a base estruturadora da pesquisa, no intuito de recuperar memórias coletivas da comunidade pesqueira numa íntima relação com a própria memória pessoal dos mestres de pescaria, de acordo com as experiências, representações sobre o passado e do presente e as visões de mundo dessa fração de classe social.

**Palavras-chaves:** Mestre de pesca; Memória; Pesca artesanal.

A pesca artesanal tem na pessoa do mestre um elemento importante, que comporta em si o saber e os conhecimentos relativos ao mar. Desta forma, ele mostra de fundamental importância para a composição da pesca artesanal. E como tal podemos inseri-los na categoria de líder, como fez Maldonado (Idem), pois parte dele a responsabilidade do comprimento efetivo e eficiente das etapas da pesca, bem como o recrutamento e desempenho da tripulação.

O mestre é, dessa maneira, um sujeito valioso para mostrar, por meio de sua história de vida, as mudanças ocorridas ao longo dos anos 30 anos na pesca de Carne de Vaca. Para Ramalho (2006) a pessoa do mestre é peça chave para o mapeamento do ambiente do estuário e marinho, por se apresentar como guardião da tradição pesqueira, bem como, personificar a figura de um sábio da embarcação, que conduz os pescadores durante a jornada de trabalho. Acima de tudo, traz em si um profundo conhecimento sobre a história e transformações de seu ambiente.

Construindo-se no universo familiar, autônomo e simples da pesca artesanal, o mestre se caracteriza plenamente como o responsável e o patrono dos destinos do bote e de sua tripulação, como mediador entre o mundo da terra e o mundo do mar, como guardião do segredo da sua sociedade (MALDONADO, 1988, p.263).

O trabalho se organiza em três momentos. No primeiro momento localiza-se o personagem principal, o pescador mestre em seu meio ambiente de trabalho, bem como sua trajetória dentro da pesca artesanal e as mudanças econômicas e ambientais ocorridas em Carne de Vaca. Em seguida situaremos o mestre enquanto líder das etapas da pesca. Desta forma, por meio de sua ótica conseguiremos tanto lançar análises sobre os eventos que ocorreram no passado bem como perspectivas relativas ao futuro. E por fim, faremos algumas considerações finais, pontuando os impactos das mudanças ocorridas ao longo dos anos, analisando como se encontra a pesca artesanal atualmente na região.

## **1. A pesca e os mestres em Carne de Vaca**

A pesca em Carne de Vaca apresenta-se nos moldes artesanais, sendo marcada pela simplicidade da tecnologia e o baixo custo da produção, e sendo realizada em grupos de trabalho formados pelo grau de parentesco e/ou compadrio, tal como apresentado em Maldonado (1986). O pescador artesanal pode tanto dedicar-se exclusivamente à pesca ou utilizá-la em caráter temporário ou complementar, como é o caso do pescador-agricultor (DIEGUES, 1983). O mestre é um personagem exclusivo do mundo daqueles que fazem da pesca seu meio de vida central.

Cabe destacar que a praia de Carne de Vaca situa-se no município de Goiana-PE, que é o mais importante em termos de produção pesqueira em Pernambuco (Instituto Oceanário, 2009). Na região estudada, a pesca apresenta-se pela exploração do mar de dentro (rios e pesca antes do alto mar), e conforme visto em Ramalho (2006) é um ambiente masculino por excelência marcado por uma relação dialética entre o homem e a natureza, “no qual os pescadores constroem e reproduzem seu mundo (material e simbólico) e mudam também a natureza” (RAMALHO, 2006, p. 29). A trajetória do senhor Edburgo, pescador experiente da região, pode perfeitamente sintetizar estas afirmativas, onde sua vida se mistura com o mar. O pescador Edburgo iniciou sua relação com o mar aos seis anos de idade. Idade essa relativamente semelhante aos demais mestres entrevistados, levado por seu pai, aprendeu desde cedo a lidar com os instrumentos da pesca artesanal, bem como a compreender o mar e seus segredos.

Meu trabalho era só pegar aquele cambito e entregar a ele, eu dentro da canoa, e ele dentro da água botando na rede, era meu trabalho, eu era tão



pequeno, que só fazia isso, pegava aquele cambitinho entregava a meu pai empurrando a canoa e entregando cambito pra ele botar na rede. (Edburgo)

As crianças iniciavam geralmente por intermédio de familiares e aprendiam os segredos do saber-fazer da pesca, “o legado do segredo é repassado a um dos filhos ou a outro parente do mestre (sobrinho, neto, afilhado), já que a família é a unidade de trabalho” (RAMALHO, 2004, p. 65). Desta forma, fica clara a importância da família no repasse da arte da pesca.

Com o passar do tempo, o pescador vai se tornando especialista, e, com isso, recebe o reconhecimento dos outros pescadores, por possuir um conhecimento diferenciado dos demais. Tornar-se mestre não significa apenas ser uma pessoa de idade avançada, mas sim aquele que domina o ofício da pesca. Um bom exemplo disto é o pescador Tato, sendo o mais jovem entre os mestres, ele se apresenta enquanto uma autoridade entre os demais, principalmente quando se trata da pesca do camarão e da confecção das redes de trasmalho e, principalmente, tarrafa.

A região de Carne de Vaca encontra-se inserida na Reserva Extrativista Marinha (Resex) Acaú-Goiana, o que implica a imposição de certas regras de manejo. Em discussões presenciadas nas caiçaras e beira mar, os mestres se mostram, em sua maioria, favoráveis às decisões oriundas da gestão da Resex, e apresentam preocupação em relação à oferta pesqueira, entendendo que as normas aplicadas na gestão da Resex, significam a preservação ambiental, e conseqüentemente um futuro sustentável para a pesca artesanal.

De acordo com os pescadores, atualmente a região está passando por inúmeras transformações ambientais, o que contribuiu para o deterioramento do meio ambiente. Tudo ocasionado pelo crescimento econômico ocorrido nas últimas décadas. A região passou a receber a instalação de indústrias e ser loteada para a criação de condomínios para veranistas, com o deslocamento dos pescadores da beira-mar e destruição de algumas áreas de manguezais. Dessa forma, modificou-se a dinâmica sociocultural, bem como a migração de pescadores para o trabalho da construção civil.

Eu acho que o mudou foi à construção civil, que influenciou muito aqui na pesca. Assim você tá tomando o espaço da pesca, o mangue não é o mesmo, as lagoas não são as mesmas, aqui atrás da minha casa tem uma lagoa, essa lagoa, era conservada. Isso aqui tinha meio mundo de camarão e peixe. A construção foi tomando o lugar, acabou a lagoa, não existe mais peixe. Isso se chama desenvolvimento, o desenvolvimento que tá acabando com a pesca, uma empresa que se instala aqui, ela vai botar os dejetos dela aonde? (Edburgo)

Podemos por meio da história de vida do pescador mestre, perceber as transformações ocorridas ao longo tempo em Carne de Vaca. Por isso, não há como dissociar a figura do mestre de pesca artesanal (DIEGUES, 2004) e o ambiente em que ele encontra-se inserido. Se a sociedade rejeita o velho, como visto em Bosi (1995), na pesca ele é figura indispensável, que traduz sabedoria e experiência. Responsável pelo repasse da tradição e dos segredos.

## **2. Mestrança e memória: o passado e o presente pela ótica do mestre**

O mestre de pesca e a mestrança são vistos como categorias indissociáveis da pesca para Maldonado (1988), pois ninguém melhor do que esse personagem para congrega todo um saber-fazer do ofício de ser pescador, com a qualidade de dominar as formas de apropriação social do espaço aquático. Desta forma os relatos desses mestres a cerca do vivido, é o ponto de partida para se compreender as transformações ocorridas em Carne de Vaca-PE.

A figura do mestre é de fundamental importância para a composição da pesca artesanal. E como tal podemos inseri-los na categoria de líder, pois, parte dele a responsabilidade do comprimento efetivo e eficiente das etapas da pesca, bem como o

recrutamento e desempenho da tripulação. Nesta medida podemos facilmente enquadrar a mestrança conforme visto em Maldonado (1994, p.134) no sentido de ser uma “dominação carismática” e pelo “fato dos mestres serem os intérpretes por excelência e por atribuição da sua sociedade”, esta figura carismática é capaz de trazer para si a fidelidade e a obediência dos outros pescadores, que se fundamenta nos saberes e a experiência, por ele acumulado ao longo do tempo.

As falas dos pescadores de Carne de Vaca apresentam sempre referências entre o passado e o presente, e a linha divisória entre esses dois tempo encontra-se justamente na presença da figura do “empresário” (misto de donos dos instrumentos de trabalho e da comercialização), que dominavam e concentravam a pesca em suas mãos. Segundo os relatos, “antes a situação era difícil” (Tato), “era escravidão” (Cisso) e atualmente “hoje eu trabalho no que é meu” (Cisso) e “hoje em dia se pega pouco, mas é melhor” (Lula).

Como pode se vê a memória de um passado negativo tem uma forte ligação com sistema de atravessadores, que possuíam os instrumentos de trabalho da pesca, e com isso se utilizavam da mão de obra dos pescadores, estabelecendo uma relação de patrão e funcionário, onde ficavam concentrados para os “empresários” os lucros e domínio da área de pesca, especialmente no fluxo do comércio. Os relatos dos pescadores mais velhos descrevem esta época fazendo um paralelo com a escravidão, onde o pescador que não possuísse uma canoa ou redes de pesca ficava obrigado a trabalhar para o “empresário” dia e noite, recebendo um valor baixíssimo em dinheiro, isso quando recebia o dinheiro, visto que muitas vezes eram forçados a adquirir alimentos no estabelecimento (vendas) do atravessador.

Na época era que nem um engenho, agente entregava todo o material, tinha um barraco que vendia as coisas, se não tivesse dinheiro na hora para pagar a gente, aí o cara lá tinha o que vender pra gente, aí a gente comprava em mercadoria, ou se não esperava quando ele voltasse da cidade para receber o dinheiro tarde. (Edburgo)

As memórias dos mestres de pesca podem ser classificadas enquanto “lembranças dos “especialistas” são em geral tratadas como elementos de uma “memória coletiva” portada pelo grupo como um todo, mas melhor conhecida e dominada por alguns de seus membros” (GUÉRIOS, 2008, p. 372), uma vez que o passado negativo da pesca é conhecido pelos membros da família dos pescadores e até mesmo moradores da região, entretanto é mais bem explicado pelos mestres. Conforme afirma Pollak (1992), a memória é socialmente construída, e não há diferenças entre fontes escrita e fonte oral, e as representações por meio da história oral, também história de vida, é uma fonte valiosa de estudo, sendo a memória um instrumento privilegiado para resgatar o passado. Segundo alguns estudiosos, a história de vida resgatará, por meio dos relatos dos setores populares, histórias das vivências cotidianas (ou de certos acontecimentos) negadas ou desconhecidas pelos meios oficiais e alguns estudos acadêmicos (AMADO; FERREIRA, 2006; BOSI, 1995; MONTENEGRO, 2003).

Os mestres afirmam que, com a saída dos atravessadores, a situação econômica dos pescadores apresentou grande mudança. Alguns pescadores apontam que a facilidade em adquirir empréstimos bancários - junto ao Banco do Nordeste com o acesso do Pronaf B - para aqueles que trabalhavam com a pesca artesanal foi um dos fatores determinantes para a saída dos “empresários”, pois os homens do mar, agora já possuíam suas embarcações e redes, e não necessitavam se submeter mais aos empresários da pesca. Os recursos pescados eram vendidos pelo próprio pescador, e pelo preço por ele estipulado. Fato que possibilitou uma grande circulação econômica nas mãos do pescador, não sendo mais forçado pela necessidade à adquirir os alimentos ao próprio “empresário”.

Entretanto, com o tempo, a região de Carne de Vaca também sofreu mudanças ambientais. A escassez dos pescados começou a dar sinais, já não existindo a oferta de antigamente.

Mudança de hoje é que a pesca tá mais extinta, não tem o produto que tinha antes, agora em relação ao valor de antes pra hoje, é 100% a mais. Hoje o cara faz uma prestação, e se o cara for pescador mesmo, faz a prestação e paga com a pesca. Hoje você ainda compra as coisas, e ainda faz uma prestação para pagar de pesca. (Edburgo)

No passado era bom, porque tinha produto pra gente pegar, agora fracou mais, mas não tinha a quem vender. Era muito ruim de vender, vendia na empresa, e o dinheiro era pouquinho, hoje em dia pra vender é mais fácil, mas falta o produto. (Tato)

Naquele tempo se pegava muito produto, mas a condição de vender era mais ruim. Hoje em dia se pega pouco, mas é melhor. Hoje falta o produto, e naquele tempo tinha demais. Hoje seria melhor de vender, mas naquele tempo era tudo difícil. (Lula)

Os depoimentos destacam que nos dias atuais, ser pescador traz em si uma dualidade, pois a pesca começa a dar sinais de esgotamento, entretanto ainda é possível sobreviver dela e com melhor qualidade de vida, quando comparado ao passado ou mesmo a outras profissões, subempregos que aparecesse na região (caseiros ou construção civil). As vantagens mencionadas não se resumem apenas ser o dono do próprio pescado, mas em ser livre, mesmo com as novas dificuldades, a pesca artesanal é vista de forma positiva e compensadora.

### 3. Algumas considerações

O mestre se apresenta enquanto detentor dos conhecimentos e segredos da pesca artesanal. Que se destaca dos demais, por possuir uma experiência do saber-fazer diferenciada. E por meios de seus relatos acerca do vivido, será possível desvelar as realidades pesqueiras e suas transformações em Carne de Vaca, Goiana-PE, ao longo das últimas décadas. A técnica de história de vida é um instrumento bastante valioso, que nos fornecerá informações para analisar os impactos das mudanças econômicas e ambientais na região.

A sobrevivência da pesca artesanal só é possível através das estratégias adotadas pelos pescadores para se enfrentar os impactos ambientais negativos ao qual estão expostos. Os homens que vivem da pesca afirmam que a maior vantagem de ser pescador é a liberdade. Não há obrigação estabelecida aos que trabalham com o mar, o que impera é a vontade, pois o mar sempre está a espera do pescador.

Por meio de seus relatos temas como o avanço da especulação imobiliária, os impactos industriais negativos sobre o ambiente marinho a chegada de grandes empreendimentos empresariais e públicos nos últimos anos afetam o ecossistema marinho, costeiro, trazendo implicações profundas no ambiente. Ademais, transformações na esfera da comercialização dos pescados e nas relações de trabalho, com o fim do regime imposto pelos empreiteiros até o fim da década de 1990, foi algo positivo para os pescadores artesanais locais. Assim, o tempo do passado é visto como algo negativo, e o presente apresenta-se enquanto elementos cheio de positividade, o que não significa negar os profundos e negativos impactos socioambientais que não surgem mais dentro do universo da pesca, mas que vem de sujeitos externos que a atingem diretamente.

Desta forma, os mestres enquanto especialistas e representantes da pesca artesanal são extremamente importantes para o resgate da história da localidade estudada. Por meio de sua história de vida há a possibilidade de se retomar o passado bem como fazer expectativas relativas ao futuro.

A memória é fundamental, pois é parte integrante da identidade dos pescadores, e dessa forma, cria um laço de unidade e de experiência entre eles, e serve como elemento de resgate da história da comunidade pesqueira de Carne de Vaca. As memórias dos melhores locais para pescar, das melhores técnicas, dos pontos corretos de navegação, das rotas e das

histórias locais, são elementos de respeito e de pertencimento grupal. Os relatos dos mais velhos servem para nos contar a história da região, e muitas vezes o individual se mistura com o coletivo, como visto em Pollak (1992).

Muitas mudanças ocorreram ao longo do tempo na referida região, refletindo diretamente na vida desses mestres, alterando as relações socioeconômicas, sendo necessário se analisar as práticas sociais, econômicas e sociais que atuam diretamente na vida desses homens do mar.

## Referências bibliográficas

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velho**. 13ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo, Nupaub-USP, 2004.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **As condições sociais de produção das lembranças entre imigrantes ucranianos**. *Mana*, 2008, vol.14, no.2, p.367-398.

INSTITUTO OCEANÁRIO-PE. **Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco**. Recife: Instituto Oceanário, 2009.

MALDONADO, Simone. **Pescadores do mar**. São Paulo, Ática, 1988.

\_\_\_\_\_. **Mestres e Mares: espaço e indivisão social na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1994.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 5ª edição. São Paulo, Contexto, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Ah, esse povo do mar!: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo, Editora Polis; Campinas, Ceres, 2006.

\_\_\_\_\_. **Embarcações do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2007.

## **GT 07 – Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistências às situações de injustiça socioambiental**

### **O “fator participativo” nas audiências públicas em São Luís**

**Jadeylson Ferreira Moreira<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Jadeylson Ferreira Moreira é mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – PPGCSoc - UFMA, e-mail: jadeylson-lelys@hotmail.com

**Resumo:** O estudo aborda a interconexão entre os diferentes modos de apropriação dos espaços na Zona Rural II, da cidade de São Luís – MA, com foco nas audiências públicas realizadas para apresentação do EIA/RIMA do Distrito Industrial de São Luís – DISAL e das obras de dragagem de manutenção do Píer IV do Porto da Ponta da Madeira, este último pertencente à mineradora Vale, a análise procura igualmente observar as lógicas de investimento dos agentes na participação política, interpretar como se posicionam em cada experiência de modo a fazer disso um fator participativo.

**Palavras-chaves:** Audiências Públicas; Estratégias e Disputas

### **INTRODUÇÃO**

O debate sociológico sobre os conflitos socioambientais no Brasil tem ampliado com o surgimento de estudos que exploram a prática discursiva dos agentes no momento das tomadas de posição no espaço de disputas e lutas pela imposição de uma visão de mundo mais adequada aos interesses de agências, grupos e agentes. O caso por nós analisado, a atuação de agentes sociais em audiências públicas, é objetivado com a ajuda do referencial teórico desse campo de produção (ALONSO, 2002; ACSELRAD, 2004; HANNIGAN, 2009) a partir das observações três audiências públicas realizadas na cidade de São Luís.

Seguindo a abordagem, que desvela os expedientes acionados nas disputas em torno das visões de mundo e peculiaridades em relação ao espaço de vivência, as estratégias desenvolvidas para legitimar seus argumentos a favor ou contra determinado

empreendimento, devem ser compreendidas à luz das suas respectivas fontes recursivas e lógicas de produção de discursos.

No presente texto, ao tratar das audiências públicas que ocorreram durante a apresentação do EIA-Rima para tratar do Distrito Industrial de São Luís e das obras de dragagem de manutenção do Píer IV do Porto da Ponta da Madeira. Foram feitas referências aos impactos dos recursos mobilizados pelos indivíduos sobre o desenho e a eficácia das estratégias adotadas frente às questões lançadas nas sessões.

Recursos e estratégias ligadas a competências pessoais, políticas ou institucionais são acionados de forma a demarcar as posições no campo de disputa tanto quanto possível *afiliadas*, isto é, são opiniões geradas a partir de fontes recursivas que os agentes detêm. Como são interpretadas as audiências por estes e como se posicionaram em cada experiência de modo a fazer disso um fator participativo é o objetivo desse trabalho.

Nesse contexto, dividimos o artigo em quatro partes, a saber: Na primeira, apresentamos uma etnografia das audiências públicas realizadas no mês de Janeiro de 2014, em São Luís com objetivo de perceber os recursos mobilizados pelos agentes no momento da apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental – EIA/RIMA. Na segunda, destacamos como as audiências podem funcionar como espaço de mobilização e resistência diante dos empreendimentos, dedicando especial atenção aos recursos mobilizados pelos agentes no momento da intervenção oral. Em seguida, apresentamos as mobilizações dos múltiplos agentes pela criação da RESEX de Tauá-Mirim. Por fim, faz-se um balanço dos movimentos de resistência, procurando destacar as estratégias de resistência dos agentes sociais, a partir das diferentes posições ocupadas no quadro de disputas.

## **AUDIÊNCIAS REALIZADAS SOBRE O DISTRITO INDUSTRIAL DE SÃO LUÍS-DISAL**

No que tange o Distrito Industrial de São Luís, apenas duas audiências públicas foram realizadas para apresentar os relatórios, o projeto, os estudos e expor os pontos concernentes ao licenciamento do empreendimento. A primeira audiência ocorreu em 27 de Janeiro de 2014, no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA, em São Luís, seguida da segunda audiência, realizada no dia 28 de Janeiro de 2014, na Unidade de Ensino Básico Gomes de Sousa, localizada à altura da BR 135,

bairro da Vila Maranhão; uma terceira foi feita em 29 de Janeiro de 2014, no Cine Teatro Municipal, Centro da capital maranhense.

As audiências realizadas no ano 2014 ocorreram numa sequência de dias e foram fortemente contestada por movimentos sociais, pesquisadores de universidades, agentes e agências. De acordo com o observado, essas audiências públicas, foram solicitadas pelo Ministério Público, por meio da Promotoria de Meio Ambiente, se tornaram espaço de manifestações, desacordos, contestações contrárias ao empreendimento e também pela imposição dos agentes (Subsecretário de Meio Ambiente, Subsecretário de Indústria e Comércio do Maranhão e responsável técnico pela elaboração do EIA-RIMA), a partir de argumentos utilizados para justificar a necessidade de desenvolvimento da área preiteada para o Distrito Industrial.

Vale dizer, participaram como contestadores os membros de movimentos sociais, representantes de comunidades da área pretendida para RESEX de Tauá-Mirim, pescadores, lavradores, pesquisadores, advogados, promotor, vereadores, deputados e professores universitários. Estes últimos, com posições diversas, alguns expressando suas preocupações com deslocamentos, impactos na área preservada das comunidades e também sobre a possibilidade de não criação da referida Reserva Extrativista que contemplará uma parcela de povoados e localidade da Zona Rural II de São Luís.

As manifestações em meio às audiências denotavam a indignação com relação às perturbações ambientais sobre a área concedida para o projeto, bem como problemas sociais que recairiam sobre as comunidades próximas da área pleiteada. No embate entre agentes, destaca-se: a primeira pergunta (sobre poluição) foi feita por uma referência comunitária do Rio dos Cachorros, o agente estatal usa um longo período para explicar a dinâmica de funcionamento de audiências públicas. Esse expediente pode ser pensado como uma estratégia de “corte” do tempo de perguntas e intervenções ao passo que os agentes da Sociedade Civil Organizada a todo o momento têm suas falas controladas. Cita que o tempo será dividido da seguinte maneira: três (3) minutos para a pergunta, dois (2) minutos de resposta, e dois (2) minutos de réplica.

Além dos agentes, professores universitários que participaram das audiências manifestaram sua indignação diante da falta de clareza e de discussões no âmbito das entidades de classe e da própria universidade sobre a necessidade de expansão do Distrito Industrial.

Em seguida o advogado da Rede Justiça nos Trilhos e membro da OAB, contesta com dados os estudos da MRS, apontando que há problemas de ordem técnica

apontados pelo Ministério Público do Estado do Maranhão (o agente apresenta dados pertinentes, quando é cortado pelo subsecretário da seguinte forma; “conclua dois (2) minutos”). A mesa responde ao advogado com base nos estudos feitos pela assessoria. O mesmo não se satisfaz e com as respostas e aponta incoerências entre o estudo e o regime de ventos na cidade de São Luís.

Em meio a isso, muitos agentes denunciaram a manipulação dos participantes das audiências, através do uso dos termos técnicos e expressões jurídicas, que foram apresentadas pelos representantes das agências governamentais e de assessoria ambiental, ora por não ser compreendido, causar constrangimentos e evitar maiores divagações no processo da oitiva, ora como estratégia para convencer aqueles que assistiam as apresentações. Contestaram também a possibilidade de terem que deixar suas localidades, as suas atividades e a possibilidade de morar em locais que não seja possível a reprodução e a continuidade dos seus modos de vida.

A intervenção do advogado da Comissão de Moradia, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB - chama atenção para as possibilidades de deslocamento. Em seguida destaca o caráter consultivo das audiências públicas, afirma ainda: “O governo do estado não quer se quer ouvi-las (referindo-se às comunidades). Com o mapa projetado (quadro 59, do Volume I do EIA/RIMA) <sup>1</sup> o agente chama à atenção para o iminente deslocamento das áreas próximas ao DISAL, de pronto a Zona ZIMEP, cuja possibilidade de deslocamento de 65 mil moradores é certa. Reitera em voz alta, a necessidade da organização das comunidades.

## **AUDIÊNCIA REALIZADA SOBRE A DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DO PÍER IV DO PORTO DA PONTA DA MADEIRA**

Em São Luís, no dia 05 de Fevereiro de 2014, realizou-se a audiência pública para apresentar as obras de dragagem de manutenção do Píer IV do Porto da Ponta da Madeira, de propriedade da mineradora Vale S.A. A notícia foi divulgada por via sonora, por carros de som, em algumas comunidades da Área Itaquí Bacanga, e on-line no site da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão – SEMA. O horário previsto para o início dos trabalhos era de 09h00min da manhã, no entanto um atraso de uma hora e meia forçou o começo a exatamente às 10h30min. O local escolhido para a

---

<sup>1</sup>Segundo o estudo da MRS, ZIMEP seria: Zona Industrial Mineral e de Expansão Portuária, na proposta de zoneamento do DISAL. No entanto, a observação do mapa revela que essa zona abrange as áreas das comunidades do Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim.



oitiva foi o Parque Botânico da Mineradora Vale, localizado às do trecho urbano da BR 135, no bairro do Anjo da Guarda. Na entrada do local havia recepcionista acolhendo os que chegavam e se dirigiam até o auditório, o que demanda uma caminhada de 10 (dez) minutos por uma trilha aberta em meio uma área de mata. Ao longo do caminho, havia guardas de segurança, de uma empresa privada, assim como uma “brigada florestal” destacada pela mineradora. A entrada do local da oitiva estava indicada por um banner sinalizando cuja iconografia era um fundo branco, escrito com letras verdes e no canto inferior constava o ícone da empresa.

Na entrada do auditório havia um serviço de staff de recepção contando com 05 moças todas paramentadas com uniformes, dispostas a fim de demonstra que ali havia exemplares, somente, para consulta do EIA-RIMA do empreendimento. Outro fato interessante nessa observação foi que as duas primeiras fileiras de cadeira de cada lado do local, estavam reservados para os assessores ambientais (fazedores de EIA-RIMA), autoridades e executivos da empresa Vale. Na formação da mesa inicial, para ouvir a execução do hino nacional brasileiro, estavam dois representantes comunitários da Área Itaquí Bacanga, um executivo, um responsável pelos estudos de licenciamento e a atual Secretária de Meio Ambiente. Executado, a canção os dois membros representantes foram convidados a deixar à mesa, permanecendo somente o assessor, o executivo e mais dois membros, sendo um coordenador e um executivo de projetos da Mineradora Vale S.A.

Feita a apresentação do projeto, elabora pela Golder Associates Serviço de Assessoria de Projetos e Construção<sup>2</sup>, deu-se um intervalo de 20 (vinte) minutos. O retorno foi marcado pelo bloco de perguntas escritas, previamente feitas no papel timbrado fornecido pela empresa, as primeiras foram selecionadas no sentido de propostas de emprego, desenvolvimento, sustentabilidade do projeto e benefícios para as áreas de influência. O segundo bloco, de perguntas escritas contestava diretamente a viabilidade da obra e suas consequências negativas para as atividades extrativistas do entorno. O clima dentro do auditório um misto de euforia e apreensão por parte de alguns agentes que ali se encontravam, destaque para os pescadores da localidade de Boqueirão que a todo o momento se escreviam para falas que confrontavam o estudo de tratado pela empresa. Nesse ínterim, representante da Golder Associates recorria a

---

<sup>2</sup> A Golder Associates é uma empresa canadense especializada em serviços de consultoria, projetos e construção na área especializadas na engenharia da terra do meio ambiente e as relacionadas à energia. No estado do Maranhão, a referida empresa confeccionou o EIA/RIMA das obras de dragagem de manutenção do Píer IV, do Terminal da Ponta da Madeira.

termos técnicos e vídeos de animação dos slides com o objetivo de desviar o foco das perguntas para expedientes técnicos de ordem gráfica. No entanto, o conhecimento detido pelos pescadores da área chocava-se com as informações dos estudos de licenciamento, particularmente em relação à deposição de sedimentos (areia) retirada do Porto da Ponta da Madeira e posta numa área denominada pela peça de “área de descarte de material dragado”.

Esse resumo dos processos de apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental foi feito para apresentar como elas foram conduzidas pelos principais interessados. Relato imprescindível para compreender a disposição dos agentes no campo ambiental da cidade de São Luís. Nesse cenário de disputas, imposição dos princípios de visão de mundo cada agente em disputa investe disposições adquiridas em lutas anteriores com estratégias condizentes com sua posição, visando transformar ou manter os conceitos e regras vigentes.

## **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO ESPAÇO DE MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA**

Muitos autores, ao analisarem as formas de mobilização que envolve Populações Tradicionais atingidas por grandes obras, indicam como reivindicação primordial a não construção dos empreendimentos, pelo fato de inviabilizar a reprodução dos seus modos de vida. O território dos atingidos – pleiteado pela iniciativa privada – é entendido nessa perspectiva como patrimônio da família, da comunidade, para além da visão mercantil e burocrática.

A questão colocada por Leite Lopes (2006), em seu artigo é pertinente, ao passo que a “incorporação e naturalização de uma nova questão pública são notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial, ou seja, a capacidade de mobilização dos agentes está atrelada a um conjunto de disposições adquiridas ao longo do itinerário individual”. No entanto, é interessante destacar que o universo empírico estudado, revela outros meandros da “ambientalização dos conflitos” diferentes dos observados por Lopes.

Numa perspectiva construtivista John Hannigan (2009) aciona seis etapas, a saber: 1) Para que haja o reconhecimento do problema, como ambiental, é necessária a autoridade científica para avaliar os seus argumentos; 2) Há a necessidade de haver um ou mais popularizadores científicos que podem transformar o que teria de outra forma,

continuado a ser um argumento baseado somente no senso comum; 3) Em seguida, é necessário que o dito problema ambiental receba a atenção da mídia; 4) Em quarto lugar, um problema ambiental tem que ser dramatizado em termos altamente simbólicos e visuais; 5) Além disso, destaca-se a necessidade de haver incentivo econômico visível para obter ação num problema ambiental; 6) Por fim, há necessidade de um patrocinador institucional que possa assegurar legitimidade e continuidade.

Sendo assim, propõem a substituição das mobilizações em torno dos problemas ambientais pela expertise dos profissionais necessários para a produção e divulgação de questões que poderão se tornar públicas ou não. Frente a isso, a perspectiva construtivista não está por toda destoante do atual quadro de reivindicação dos movimentos sociais, ONGs, Sociedade Civil Organizada, etc. Mas trata-se de uma linha de pensamento que não considera a capacidade de mobilização das populações tradicionais frente a intempéries artificiais produzidas pela expansão do capital.

Alinhado a esse pensamento, o trabalho de Jacobi (1995) argumenta que somente atores mobilizados detêm conhecimento suficiente para detectar problemas ambientais e propor soluções próprias, ao invés de demandá-las ao Estado. Em suma, o que Jacobi quer dizer é que a percepção dos conflitos é feita por grupos sociais com maior conhecimento sobre as questões e não de estratos sociais baixos (Jacobi apud Alonso; Costa, 2002).

Com base no estudo de “Representação Política” (BOURDIEU, 2008), podemos fornecer algumas respostas para assertiva de Jacobi, argumentando que a posse de capital cultural e tempo livre constituem os meios de ação para interagir com o espaço de tomada de decisão. Ou seja, “a concentração de capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e, portanto tanto mais provável, quanto mais desapossado de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão simples aderentes – sobretudo, o tempo livre e o capital cultural”.

Quanto a isso podemos afirmar que (Jacobi apud Alonso; Costa, 2002) recortou seu campo empírico como espaço de tomadas de decisão política, cujo monopólio dos meios de se fazer política está atrelado a um conjunto de agentes com competências específicas para adentrar a arena de decisões, negociações e mediações, o que de fato não se distancia da tese de Leite Lopes (2002) sobre a ambientalização dos conflitos.

A exclusividade da argumentação frente ao Estado das questões ambientais constitui-se como uma forma de monopólio; mas um monopólio artificial que, para Lopes (2002):

Nos conselhos municipais de meio ambiente, ou em conselhos municipais de outras áreas – de saúde, de educação, de política agrícola, de emprego e renda, etc.- os argumentos aparecem como transversais e conexos a outras questões tratadas. Nessas comissões os grupos populares se apropriam criativamente de questões categorias “ambientais” e “externas” ao seu universo habitual, como população pobre “atingida” ou vulnerável. Grupos como pescadores, trabalhadores rurais, “povos da floresta”, operários preocupados com a “saúde do trabalhador” apropriam-se das questões, da linguagem e da argumentação ambiental para engrandecer-se em conflitos com eventuais oponentes (Leite Lopes, 2002, p.48).

Entretanto, quanto à apropriação de categorias e linguagem específica, como é o caso percebido nas audiências públicas em São Luís, esta pode tornar-se de grande complexidade, pois suscita outros debates mais aprofundados que implica o envolvimento de um grande número de questões, demandas, discursos e posições, etc., o que pode gerar diferentes tipos de demanda e desafios para o pesquisador.

Ao analisar as argumentações ventiladas nas audiências públicas como espaço de mobilização dos agentes da área da Zona Rural II, da cidade de São Luís. Podemos perceber que as redes que se formam a partir de uma base social informal, composta por relações parentesco, vizinhança, e as redes de associativas, que possuem relações de identificação entre diversos atores coletivos cujo objetivo é a manutenção dos seus modos de vida nos seus territórios.

As oitivas tem sido palco constante de reivindicação, revolta, proposições e contra argumentação dos empreendimentos que já se instalaram ou estão em vias de fixação no Distrito Industrial de São Luís. As comunidades que estão dentro da área pretendida para RESEX de Tauá-Mirim, têm demonstrado uma real capacidade de mobilização de argumentos, alianças externas com pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão, assim como com Órgãos do setor de Meio Ambiente a nível federal. Mas nem por isso, incorporaram uma linguagem puramente acadêmica, técnica como tem posto alguns estudos sobre ambientalização dos conflitos sociais, os argumentos dos agentes rompe com essa visão superficial de arena de disputa em torno de interesses e problemas ambientais. O posicionamento dos agentes se torna emblemático à medida que o território, e não somente externalidades produzidas pelos empreendimentos, entra na pauta de discussão.

Na esteira desse argumento, destaca-se que o fator participativo, assim como de mobilização não são puramente “técnico-argumentativo”, o caso de São Luís, demonstrou que para além do discurso existe a necessidade da continuidade do modo de vida, histórico e ancestralmente construído, a proposição da criação de uma Unidade de Conservação têm reiterado como estratégia, resultante da mobilização dos agentes. Em

breve ruptura, com o argumento de Lopes (2002), não corroboramos que o “Ambientalismo propicie uma dessas formas de controle do capitalismo e restabeleça o tecido social”. Longe disso, a observação da realidade social tem demonstrado que o uso do termo tem substancializado as estratégias discursivas empregadas nos EIA-RIMA das empresas que ambicionam a entrada no Distrito Industrial de São Luís – a incorporação do discurso do desenvolvimento sustentável resulta dessa tentativa de tornar flexível e simultaneamente desmobilizar possíveis reações de formas de associativismo comunitário.

No outro extremo da discussão realizada por Henri Acelrad e Maria das Graças da Silva (2009) investiga como as “dimensões ambientais e fundiárias articulam-se de modo a constituir uma pluralidade multiforme dos conflitos sociais tendo o meio ambiente como objeto”. Segundo os autores, a expansão dos padrões capitalista de ocupação do espaço incorporou o trabalho, terra e os recursos naturais em formas sociais distintas das precedentes, à medida que grandes projetos governamentais invadem o território, vale dizer, da afirmação da dinâmica expansionista, particularmente nas áreas sob a influência do Programa Grande Carajás associaram-se à emergência de novos vetores de transformação que alteraram significativamente a natureza das relações sociais que as populações locais estabeleceram no curso da produção da sua existência.

De fato a questão proposta pelos autores corresponde à realidade da Amazônia Oriental Maranhense. A expansão do DISAL, associada à expansão da capacidade de atracação do Terminal Portuário da Ponta da Madeira, pode ser vistos como consequência do novo projeto de exploração mineral da Vale S.A, denominado Projeto Carajás S11 D<sup>3</sup>. A reestruturação produtiva do capital certamente “altera a natureza das relações sociais”, não só de forma indireta, mas também de forma direta quando suscita demandas urgentes de mobilização, como pode ser percebido nas oitivas ocorridas na capital maranhense, ao longo do ano de 2013 e 2014.

Por outro lado, também se pode fazer a seguinte pergunta: pode a reivindicação da RESEX de Tauá-Mirim estar na origem de novos estudos para o Distrito Industrial de São Luís? Tal hipótese foi levantada várias vezes à medida que vimos se propagar

---

<sup>3</sup> O Projeto Ferro Carajás S11 D constitui a expansão da capacidade de exploração da mineradora Vale S.A no Complexo Minerador de Carajás, em operação desde 1985. Para os desdobramentos do Projeto estão previstas obras de expansão do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São Luis-MA, assim como a Duplicação da Estrada de Ferro Carajás e a construção da Rodovia do município de Canaã dos Carajás (Final Brooks S11 D Port, Vale).

tantas audiências públicas no espaço mínimo de 06 meses, além da “necessidade” de se aprovar um novo estudo para o zoneamento territorial da cidade de São Luís. Em tal cenário, em função da limitação da área de vivência dos povoados que compõe a zona rural, o efeito direto só tende a ser negativo.

## **MOBILIZAÇÕES EM TORNO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE TAUÁ-MIRIM**

A luta em torno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim data década de 1990, segundo Alberto Cantanhede, o Beto do Taim<sup>4</sup>, em entrevista concedida ao livro “Ecos dos Conflitos Socioambientais: A RESEX de Tauá-Mirim (2009, EDUFMA) “a ideia (da RESEX) vem de 1996, nós fomos discutindo muito mais assim, nos espaços maiores, por exemplo, quando se reunia a paróquia, a paróquia de São José do Bonfim, a discussão a miúdo na comunidade se dá a partir de 1998. Nós começamos a ir para o Rio dos Cachorros, Porto Grande, e dizer – “olha, isso é viável”, até o Poder Público tinha participação. O IBAMA, por exemplo, muito mais espectador do que intervenção mesmo. Quando chega em 2003 que o processo é finalmente oficializado, eles mandam os técnicos para fazerem o estudo biológico, socioeconômico e em todos os passos dados para até chegar na audiência pública de 1996” (Entrevista realizada com Alberto Cantanhede por Ana Caroline Pires Miranda, Maiana Roque da Silva Maia e Rafael Bezerra Gaspar).

Apesar da ideia de constituição de uma reserva protegida na área da zona rural do município de São Luís ser anterior a episódios de possíveis deslocamentos compulsórios a organização do processo só institucionaliza-se no ano de 2003 em meio a um turbilhão trazido pela notícia da implantação de um Pólo Siderúrgico composto por 3 (três) grandes usinas siderúrgicas para a produção de placa de aço e uma para produção de ferro gusa (SANT’ANA JÚNIOR, ALVES, F. PEREIRA E PEREIRA, 2009). Isso resulta de uma ampla negociação envolvendo empresas privadas e setores da administração pública municipal e estadual, o que sem dúvida demonstra a operacionalização das chamadas Parcerias Público Privada – PPP’s, resultantes das políticas neoliberais demandadas para os setores estratégicos da economia.

---

<sup>4</sup> Alberto Cantanhede é pescador e foi dirigente da União de Moradores da localidade do Taim (uma das áreas pretendidas para RESEX de Tauá Mirim), integrante do MONAPE (Movimento Nacional de Pescadores) e do GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) e residente no povoado do Taim, localizado na Zona Rural II na Ilha do Maranhão.

Não obstante as características ambientais do local escolhido, ou seja, a área já pretendida para RESEX, empresas como: Baosteel Shanghai Group (chinesa), Arcelor (francês), Pohang Steel Company-Posco (sul coreano) e Thyssen Krupp (alemã), não consideravam esse expediente. Mas sim a proximidade com o Complexo Portuário de São Luís<sup>5</sup>, porta de entrada e saída de milhares de toneladas de mercadorias.

Isso de fato evidencia as formas distintas de apropriação do espaço em disputa. Mas também nos faz refletir em torno do Complexo Portuário de São Luís como catalisador de constantes conflitos na zona rural do município.

Por se tratar de um empreendimento que demanda constantes reparos e registra um alto fluxo de movimentação em seus píeres, as chances da lógica do empreendimento entrar em choque com a lógica das populações próximas, particularmente pescadores, são constantes. Haja vista, como pode ser observado nas audiências públicas onde os pescadores da localidade de Boqueirão e outras áreas denunciavam a escassez de pescado desde a construção do porto e suas posteriores obras de manutenção.

Em outra oportunidade esse mesmo problema foi citado em reunião realizada em 24 de Agosto de 2012, na sede do CNPT/ICMbio. Na ocasião, um grupo de pescadores denunciou a queda na produção de camarão, assim como a ocorrência do caranguejo uçá, sururu, sarnambi e outros espécimes também praticamente sumiram devido às obras de dragagem do canal de navegação/bacias de atracação dos Berços 100 a 103; dragagem e construção do aterro da retroárea dos berços 100 e 101 com material arenoso de jazidas submersas e disposição de material dragado em áreas próximas aos locais de pesca (Parecer ICMbio, 2012).

Diante da explicação atribuída ao documento, não podemos nos furtar de associar conflitos passados e atuais com o Complexo Portuário de São Luís. Uma vez que, as mesmas demandas surgiram na audiência realizada no dia 05 de Fevereiro de 2014, no Parque Botânico da Mineradora Vale.

Como forma de resguardarem seus modos de vida, assim como seus territórios as comunidades se organizaram diante da possibilidade da criação de uma “zona de segurança” ao longo do corredor industrial de São Luís. Por seu turno, essa área foi sendo cercada ao longo dos últimos 30 anos por grandes empreendimentos trazidos à

---

<sup>5</sup> O Complexo Portuário de São Luís é composto por três portos, a saber: o Porto de Itaqui, administrado pela Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, o Porto de Ponta da Madeira de propriedade da mineradora Vale S.A e o Porto do Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar, administrado pelo Consórcio ALCOA/BHP Billiton.

reboque do Programa Grande Carajás, destacando-se a instituição da Companhia Vale do Rio Doce, hoje Vale, e a implantação da planta industrial da Alcoa e seus consorciados, além do famigerado Complexo Portuário de São Luís.

Vendo seus horizontes de persistência no local ser minados pela possibilidade constante de novos empreendimentos é que grupos sociais atingidos, e cansados das constantes ameaças de deslocamento e perda da referência territorial, partiram para perspectiva da criação de uma Unidade de Conservação.

Conforme informa Sant'Ana Júnior, Alves, F. Pereira e Pereira (2009, p. 24), sobre a Reserva Extrativista:

A solicitação de instalação da Reserva Extrativista configura-se, atualmente como um dos desdobramentos conflituosos que surgiram da mobilização crescente dos povoados ameaçados pela instalação de grandes projetos de desenvolvimento na Ilha do Maranhão. A área proposta para a Reserva abrange os povoados, Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim; engloba também parte da Vila Maranhão e a Ilha de Tauá-Mirim, na qual localizam-se os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho e Tauá-Mirim, e um amplo espelho d'água, totalizando 16.663, 55 hectares e perímetro de 71, 21 km.

Com vista à manutenção dos modos de vida das comunidades que compõe a área da Unidade de Conservação referida é que em 1996 os agentes sociais mobilizaram-se em torno dos seus interesses. No entanto, frente ao atual quadro de expansão dos projetos de desenvolvimento, capitaneados pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Projetos de Expansão do Terminal Marítimo da Ponta da Madeira, Projeto de Expansão do porto do Itaqui, Duplicação da Estrada de Ferro Carajás, Expansão do Distrito Industrial de São Luís – DISAL, construção da Refinaria Premium I, em Bacabeira<sup>6</sup> com previsão de construção do Terminal Aquaviário do Itaqui para interligação com o referido empreendimento.

Nesse meio tempo a reivindicação pela criação da RESEX ganha em mobilização ao passo que as notícias de novas indústrias, ou expansão das já existentes, têm causado nas comunidades uma sensação de incertezas e apreensão diante dos EIA-RIMA apresentados nas últimas audiências públicas realizadas em São Luís.

### **CONCLUSÃO: a resistência no contexto da criação da RESEX de Tauá-Mirim**

Como destacamos nas seções anteriores, a presença de grandes empreendimentos em fase de implantação ou já instalados aceleraram a ambientalização

---

<sup>6</sup> Município situado no estado do Maranhão às margens do Rio Itapecuru, onde estava em andamento as obras da Refinaria Premium I, de propriedade da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras.



dos conflitos sociais (Leite Lopes, 2002) na Zona Rural II de São Luís. As audiências públicas constituíram termômetros dessa situação à medida que os agentes das comunidades que contestavam a posição das assessorias ambientais apresentavam seus argumentos contrários a perspectiva proposta pelos empreendimentos e seus contratados.

Vale ressaltar que a mobilização dos agentes vai ao sentido de destacar as benesses que o território ocupado oferece. Não aparece no discurso da maioria dos agentes observados nas audiências públicas, reuniões, etc., a incorporação de termos técnicos argumentativos acionados como “ferramentas” no embate no espaço de tomada de posição. Concernente a isso, as formas de resistência são traçadas no tecido social das comunidades pertencentes a área da RESEX de Tauá-Mirim, os outros espaços de discussão como a universidade, instituições do governo, etc., podem ser considerados como acessórios na disputa pelo ambiente.

De fato, a perspectiva de autores (Jacobi apud Alonso; Costa, 2002; Leite Lopes 2002) são de grande valia para análises como as empreendidas nesse artigo. Mas suas teorizações não esgotam o campo empírico escolhido por nós. Observou-se a capacidade de organização para reivindicação das comunidades a ponto de desconsiderar os argumentos de Jacobi (1995) que não considerava essa possibilidade para além da classe média carregada de expertise técnica. Nesse sentido, os anos de vivência no território e o conhecimento local são capazes de detectar agressões ao meio sem o uso de instrumentos técnicos.

Por fim, a concepção construtivista de Hannigan não contempla de forma alguma uma mobilização para além da expertise necessária para tornar público um problema ou demanda ambiental. A observação das audiências públicas, reuniões, etc., demonstra que há uma mobilização por parte dos agentes, não advindos do espaço de produção técnica, as comunidades que fazem parte da área da RESEX de Tauá-Mirim, tem demonstrado ao logo dos anos uma forte mobilização acompanhada de um movimento de resistência que objetiva preservar seus modos de vida e território frente às tentativas de expansão do capital na Zona Rural II de São Luís. Apesar de algumas limitações, principalmente quanto a uma leitura sobre as formas mobilização, entretanto, podemos dizer que estamos diante de um processo em que o fator participativo, no qual os agentes mobilizam-se em torno da continuidade dos seus modos de vida.

## **BIBLIOGRAFIA**

ACSELRAD, Henri; DA SILVA, Maria das Graças. “Rearticulações Sociais da Terra e do Trabalho em Áreas de Grandes Projetos Hidrelétricos na Amazônia: o caso de Tucuruí”. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **As Tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Editora: UFMG, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os fatores étnicos como delineadores de novos procedimentos técnicos de zoneamento ecológico-econômico na Amazônia. In: ACSELRAD, Henri et al. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB – Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, ANPOCS. Nº 53, 1º de Setembro de 2002. pp. 35-78.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processo de “ambientalização” dos conflitos sociais e sobre os dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v.12, n. 25, Jan/Jun. 2006. pp. 31-64.

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio de A; PEREIRA, Madian de Jesus F; ALVES, Elio de Jesus P; PEREIRA, Carla Regina P. A Resex de Tauá-Mirim, grandes projetos de desenvolvimento e a resistência socioambiental: introduzindo o debate. In: SANT’ANA JÚNIOR, Horácio de A. et al (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

ZHOURI, A. et al (Org.). A Insustentável Leveza da Política Ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. pp. 27-47.

ZHOURI, Andréa (Org.). **As Tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Editora: UFMG, 2011.

### **Entrevistas**

GASPAR, Rafael Bezerra; MIRANDA, Ana Caroline Pires; MAIA, Maiana Roque da S. Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de A. et al (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

### **Documentos**

VALE. **Projeto Ferro Carajás S11D: um novo impulso ao desenvolvimento sustentável no Brasil**. Disponível em: [http://saladeimprensa.vale.com/\\_arquivos/Book%20S11D%202013%20\\_PORTUGUES\\_FINAL.pdf](http://saladeimprensa.vale.com/_arquivos/Book%20S11D%202013%20_PORTUGUES_FINAL.pdf). Conteúdo acessado em: 04 de Março de 2014.

ICMBIO/CNPT. **Parecer Técnico Acerca de Eventuais Prejuízos à Pesca**. São Luís: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – Maranhão, 2012.

SEDINC – MA /SEMA – MA. **Relatório de Impacto Ambiental do Distrito Industrial de São Luís – DISAL**. São Luís: Secretária de Estado de Indústria e Comércio do Estado do Maranhão/ Secretária Estadual do Meio Ambiente – Maranhão, 2014. MRS Estudos Ambientais LTDA.

**Título do Trabalho: O cenário de impactos das grandes obras de infraestrutura no município de Pontal do Paraná****Liz Meira Góes<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Bióloga e Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento - UFPR, liz.mgoes@gmail.com

**Resumo:**

O litoral do Paraná é conhecido por ser uma região onde grande parte de seu território se apresenta dentro de áreas legalmente protegidas. Estas tem a intenção de obter a conservação da natureza com a proteção dos ecossistemas e valores culturais. Entretanto, há décadas que problemas relacionados a gestão destes espaços e violação das legislações ambientais se apresentam. O município de Pontal do Paraná que até então tem como principal economia as atividades praiano-turísticas, tem um quadro de grandes empreendimentos previstos. Estes podem ampliar os impactos ambientais na região, bem como impactos para as comunidades locais.

**Palavras-chaves:** infraestrutura; impactos; meio ambiente

**1) INTRODUÇÃO**

Perda de *habitats*, poluição, sobre-exploração, invasão de espécies são aprofundadas quando se inicia um processo de desenvolvimento industrial em diferentes ecossistemas. Construções de infraestrutura são conhecidas pelo importante papel de expansão do desenvolvimento industrial, pois ampliam o acesso e fontes de energia a regiões que anteriormente não eram densamente ocupadas. Mesmo antes da última parte do século 20, estradas, ferrovias, dutos, barragens hidroelétricas foram responsáveis por modificar regiões inteiras, tanto na dinâmica de desenvolvimento da localidade, quanto em seu ambiente físico, químico e biológico, o que trouxe grandes impactos.

Estimativas da UNEP, 2001, apresentaram que projetos de desenvolvimento de infraestrutura afetaram a biodiversidade em 22 a 50% nos EUA, de 5 a 15% no Ártico e 48% na escala global através de fragmentação, distúrbios e anulação do tráfico de vida silvestre. As regiões tropicais que são permeadas fortemente por construções de infraestrutura, rodovias, ferrovias e outras infraestruturas lineares (linhas de poder e ductos para gás e óleo) são impactadas em seus *habitats* e ecossistemas de florestas tropicais (LAURANCE *et al.*, 2009). Especificamente, as infraestruturas em florestas

tropicais têm como principais impactos 1) degradação de solos, ambiente e ecossistema aquático, 2) elevar a quantidade de químicos poluentes como metais pesados, nutrientes e moléculas orgânicas no solo, 3) mudança na dinâmica da floresta e composição de diferentes grupos faunísticos devido a efeitos de borda, 4) mortalidade de vida silvestre por atropelamento, aumento da predação e caça humana, 5) criar barreira para movimento de fauna, e 6) aumentar a probabilidade de inserção de espécies exóticas invasoras.

Os estudos que analisam os impactos socioambientais que as infraestruturas acarretam adicionam a relação entre os impactos ambientais citados e os impactos sociais. Pois, sempre que um empreendimento de infraestrutura é estabelecido, modificações no uso do território são consolidadas. Com isso, as características mais gerais de impactos socioambientais são as translocações de populações locais<sup>1</sup> e o crescimento desordenado das cidades sedes dos empreendimentos. Essas alterações são relacionadas aos transtornos na saúde das populações que se instalam ou que permanecem nos municípios, com déficits dos serviços públicos em geral como a ampliação da falta de serviços de saneamento (saneamento básico inadequado e agravamento de poluentes industriais), de saúde, os déficits habitacionais, ocupações irregulares. Desta forma, a urbanização acelerada acarreta a degradação ambiental e comprometimento dos ecossistemas, com perda na qualidade do ar, água e solo, e a mesma urbanização acelerada sobrecarrega a estrutura do município e agrava a exclusão social.

Segundo De Almeida e Bastos (2010), os empreendimentos de infraestrutura têm a intenção de reorganizar os espaços e territórios na reestruturação das regiões em um sentido industrial. Esta nova organização das regiões proporciona um contexto de grande perda de biodiversidade dos ecossistemas, como visto anteriormente.

Esta relação pode ser elucidada com exemplos atuais. Nos últimos anos, diversos grandes empreendimentos de infraestrutura adentraram em áreas legalmente protegidas, flexibilizaram os limites das unidades de conservação ou desafetaram áreas protegidas, conforme a Medida Provisória (MP) 558 editada em 18 de janeiro de 2012, a qual reduziu unidades de conservação na Amazônia para permitir a construção de hidrelétricas na bacia do Tapajós (De Almeida, 2012). Na Floresta Atlântica, no

---

<sup>1</sup> Translocações como retirada da população que se sobrepõem ao área

corredor de biodiversidade da Serra do Mar, empreendimentos de infraestrutura se sobrepuseram sobre unidades de conservação (AGUIAR, 2011).

Somado-se a isso diversas comunidades foram translocadas para o aporte de portos, barragens hidroelétricas, rodovias (Silva, 2012; Fonseca et al, 2012; Andrade, 2002, Rodrigues, 2012) e tiveram seus territórios modificados com a ampliação de indústrias em territórios que não possuíam esta como principal atividade econômica.

A intenção deste artigo é dentro do contexto geral dos empreendimentos de grande infraestrutura e seus impactos, analisar o cenário de empreendimentos previstos para o município de Pontal do Paraná e apresentar alguns potenciais impactos socioambientais no município.

## **2) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esse estudo levantou os empreendimentos previstos para o município de Pontal do Paraná pelo contato com os órgãos responsáveis pelos licenciamentos ambientais na região: IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis) e IAP (Instituto Ambiental do Paraná). Para realização das análises sobre os impactos socioambientais foi utilizado dados secundários e referências da literatura para caracterizar o contexto socioambiental do cenário de empreendimentos. Foram utilizados dados disponibilizados pelo IBAMA, IAP, além de livros, dissertações, teses, jornais, EIA/RIMA dos empreendimentos e o zoneamento econômico ecológico do litoral do Paraná. A busca de informações foi orientada na busca de variáveis com maior força explicativa.

## **3) RESULTADOS**

### **O CONTEXTO DE PONTAL DO PARANÁ**

O Pontal do Paraná é um dos municípios que compoem os sete do litoral do Estado do Paraná, Antonina, Paranaguá, Guaraqueçaba, Morretes, Guaratuba e Matinhos. Todos estes são conhecidos por suas características de ambientes costeiros e por conjuntamente serem responsáveis por uma região que tem enfoque na conservação da natureza, com a presença de diversas áreas protegidas. Atualmente a região apresenta

um pouco mais de 80% de seu território pertencendo a áreas legalmente protegidas em seus diferentes níveis (uso sustentável ou proteção integral) (ZEE, 2012).

A característica deste estar mais preservado que outros ambientes ao redor, seria devido ao estilo de ocupação da região, onde o estabelecimento de atividades industriais e populações com alta demografia estavam localizados nos locais além da Serra do Mar (ANDRIGUETTO, 2002), local que separa esta região de outras partes do Estado do Paraná. Com isto a região costeira mantevesse a margem dos modelos de desenvolvimentos adotados nas décadas anteriores (ANDRIGUETTO, 2002).

Apesar do atual aspecto apontar para um ambiente de grandes áreas protegidas legalmente, anteriormente a isso, cada município desenvolver uma forma particular de economia. Estas foram marcadas por suas especificidades de recursos ambientais e também do histórico de ocupação de cada município. Para Pontal do Paraná se destacam suas atividades turísticas o que o caracteriza como um município praiano-turístico, um município que faz divisa com Pontal e também possui acesso a baía de paranaguá é o município de Paranaguá que se destacam suas atividades portuárias (PIERRI, 2001).

O município de Pontal do Paraná em seu território possui o Parque Municipal do Manguezal e o Parque da restinga do Rio Pereque, além disso apresenta regiões protegidas por áreas de preservação permanentes (APP's) em manguezais no norte do município - na região estuária do Rio Guaraguaçu, Maciel e Pequerê - também são APP's as faixas marginais de todos os seus rios (PLDM, 2011). O município está a 2,5 milhas de distância da Ilha do Mel (pertence ao município de Paranaguá), a qual apresenta duas áreas protegidas a Estação Ecológica da Ilha do Mel e o Parque Estadual da Ilha do Mel. Ainda possui proximidade com a Ilha da Cotonga e Ilha rasa da cotonga onde se localiza o território indígena da Cotonga do Povo Guarani Mbyá e também tem proximidade com a APA Estadual de Guaratuba e APA Federal de Guaraqueçaba (PLDM, 2011).

Pontal do Paraná possui a região norte localizada na baía de Paranaguá e outra grande extensão de praia ao longo do município. Tinha na pesca, agricultura e pecuária suas principais atividades econômicas até meados dos anos 60 e somente após sua emancipação política (pertencia ao município de Paranaguá até década de 80), teve início uma maior ocupação da região, devido principalmente políticas de ocupação da região com teor turístico (PIERRI, 2005).

O município possui um pouco mais de 20000 habitantes (IBGE, 2010). Suas principais atividades econômicas são relacionadas ao turismo (PIERRI, 2001), e atividades ligadas ao comércio/prestação de serviços (IPARDES, 2008), pois é um dos municípios com maior fluxo de turistas nos seus 48 balneários (LPDM, 2011). Possui ao longo da região 28 estabelecimentos agropecuários que abrangem 342 hectares (IBGE, 2006), com produção de banana, arroz, cana, mandioca, bovinos e suínos. Apresenta apenas 4 estabelecimentos industriais (IPARDES, 2008). Mantém atividades de pesca de modo artesanal, com um total de 596 pescadores cadastrados e com a atuação da Colônia de Pescadores de Pontal do Paraná, a ASSCOMPES (Associação Comunitária dos Pescadores Profissionais e Armadores de Pontal do Paraná) e COPEIM (Associação comunitária dos Pescadores Profissionais da Ilha do Maciel (PLDM, 2011).

Uma particularidade do município de Pontal do Paraná é que em uma de suas regiões, a Ponta do Poço<sup>2</sup>, um pólo de produção de plataformas de petróleo para a Petrobrás existiu no local. A primeira empresa a se instalar foi a Tenenge, cujo canteiro de obras funcionou de 1979 a 1996 na construção de jaquetas para algumas plataformas de petróleo da Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro. Após este período o canteiro tem permanecido desativado até os dias de hoje (KRELLING e SOARES, 2013). Por volta de 1980 a CBC, empresa representante da Mitsubishi Motors no Brasil, comprou as terras do empresário João Carlos Ribeiro<sup>3</sup> para a mesma finalidade da Tenenge. O então proprietário, João Carlos Ribeiro, que havia recebido as terras de toda a Ponta do Poço como “doação<sup>4</sup>” do então governador Moysés Wille Lupion de Tróia<sup>5</sup> em 1951. Entre 1980 e 1984 também funcionou um canteiro de obras da Techint, que

---

<sup>2</sup> Região localizada na entrada da baía de Paranaguá, próxima a ilha do Mel. Possui um calado natural, ou seja, uma profundidade suficiente para aporte de grandes embarcações.

<sup>3</sup> João Carlos Ribeiro pai do atual proprietário e idealizados do projeto de um Porto em Pontal do Paraná. Pois depois da CBC a área foi vendida para a operação Mega Verão que após falência, o proprietário vendeu as terras, no ano de 1995, para o João Carlos Ribeiro Filho.

<sup>4</sup> O termo “doação” foi utilizado devido à conjuntura de tomada da posse das terras que realmente foram cedidas pelo Governador do Estado do Paraná, ao empresário João Carlos Ribeiro.

<sup>5</sup> Moysés Wille Lupion de Tróia esteve no cargo de governador por duas vezes: de 12.03.1947 a 31.01.1951 e de 31.01.1956 a 31.01.1961. O seu segundo mandato foi extremamente tumultuado. Neste período “doou” algumas terras, como a área do Guabirota para edificar a Universidade Católica e a região da Ponta do Poço, depois teve seu mandato cassado e suspensos por dez anos seus direitos políticos.



após a última plataforma finalizada o canteiro foi fechado. Na época de pleno funcionamento das três empresas foram concebidos aproximadamente 9000 empregos (KRELLING e SOARES, 2013).

Mais de 20 anos após o fechamento destas empresas, em 2011, a Techint realizou uma modernização em uma das áreas e reabriu o pólo de construção de plataformas na região<sup>6</sup> (JORNAL CORREIO DO LITORAL, 2011) . Desta forma Pontal do Paraná apresenta-se como uma cidade que atualmente tem sua base economica relacionada ao Turismo, mas empreendimentos relacionados a construção de Plataformas de Petróleo tem retomado a presença na região.

## GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA EM PONTAL DO PARANÁ

A empresa Techint que está em funcionamento no município de Pontal do Paraná, na região da Ponta do Poço, não está sozinha no projeto que o governo do Estado do Paraná tem apresentado como “Polo do Pré-Sal”<sup>7</sup>. Outros empreendimentos que ainda estão em fase de licenciamento ambiental estão previstos para a região. Abaixo apresento os empreendimentos previstos com a descrição destes e a fase no licenciamento ou estudo de viabilidade técnica e ambiental (EVTEA).

Pontal do Paraná		
Porto de Pontal	Terminal de Contêineres de Pontal do Paraná - TCPP. Infraestrutura e Superestrutura. Localização Ponta do Poço. Área de atracação 1000 m de comprimento, com três berços de acostagem (36 metros de largura). Dragagem ao longo do cais em 16 metros.	IBAMA/ LP

<sup>6</sup> Em 2013 a empresa demitiu quase todo o quadro de 3000 mil funcionários, restando apenas 150. Isto foi devido aos problemas financeiros que a OGX, estaleiro do grupo de Eike Batista, cancelar uma encomenda milionária à empresa. Em 2014, a empresa voltou a contratar devido a nova encomenda da Petrobrás.

<sup>7</sup> As reservas de petróleo encontradas na camada pré-sal do litoral brasileiro estão dentro da área marítima considerada zona econômica exclusiva do Brasil. São reservas com petróleo considerado de média a alta qualidade, segundo a escala API. O conjunto de campos petrolíferos do pré-sal se estende entre o litoral dos estados do Espírito Santo até Santa Catarina.

Odebrecht	Readequação do Cais da antiga TENENGE, permitindo a atracação de navios tipo FPSO. ( Unidades Flutuantes de Produção, Armazenagem e Transbordo). 700 metros de cais, com largura de 56 metros. Dragagem aprofundamento para 15 metros.	IAP/LP
Melpport/Catallini	Ainda em construção o projeto: Píer, Tancagem para Granéis líquidos e Dragagem.	IAP/TERMO DE REFERENCIA
Subsea7	Um píer de atracação e instalações de caldeiraria e montagens mecânicas em aço, para uso em plataformas e equipamentos Navais.	IAP/TERMO DE REFERENCIA
Techint - ampliação	Ampliação área de trabalho	IAP/fase inicial licenciamento
Duplicação PR 407	Duplicação da rodovia PR407, esta dá acesso aos balneários da cidade de Pontal do Paraná.	IAP/TR
Nova Estrada de Pontal	Novo acesso rodoviário entre BR277 e Pontal do Paraná. Estrada paralela a PR407. Com 5 vias coletoras.	IAP/TR
Ferrovias VALEC – EVTEA – APRESENTAÇÃO DO TRAÇADO	Apresenta quatro alternativas locais em análise, sendo que a primeira delas, corta o município de Morretes em 49 km, à medida que Paranaguá é interceptado em aproximadamente 13 km	EVTEA/ edital para contratação de construtora

Os empreendimentos previstos são fortemente ligados aos portos e as atividades de suporte as atividades petrolíferas de outros estados (construção de plataformas). Porém, para que estes serem realizados são necessárias melhorias no acesso a região, como a construção de uma nova estrada (PR412) e a proposta da ferrovia. Esta última, que a principio era planejada apenas entre as cidades da Lapa-Paranaguá, apresentou em seu projeto de traçado a conexão de Paranaguá até Pontal do Paraná (PROFER, 2013).

Neste momento, para que as obras iniciem, no entanto, os investidores aguardam o avanço no licenciamento da nova estrada de Pontal e também os empreendimentos portuários dependem da alteração da área de abrangência (“poligonal”) do porto de

Paranaguá<sup>8</sup>. Estes dois aspectos são responsáveis pela estagnação dos licenciamentos ambientais dos empreendimentos.

#### 4) IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Os empreendimentos que estão em fase de licenciamento ambiental mas que ainda não iniciaram sua construção, no município de Pontal do Paraná, tem como característica a ampliação das atividades de cunho industrial na região. Com isso, podemos antecipar que haverá modificações tanto nos aspectos ambientais, quanto econômicos e sociais.

Os Estudos de Impactos Ambientais de 3 dos empreendimentos previstos apresentam que os impactos negativos que os empreendimentos podem trazer para as áreas costeiras são expressos na perda ou deterioração, em maior ou menor grau, da qualidade do ar, da água e do solo, com consequências aos ecossistemas e biodiversidades presentes, assim como da qualidade de vida da população local (EIA CATALLINI/MELPORT, ODEBRECHT, TCPP). Este pode servir para ampliar o quadro de deterioração ambiental do complexo estuário da Baía de Paranaguá, que já é fruto do acelerado crescimento demográfico e desordenada ocupação do solo devido atividades portuárias em Paranguá.

Esses empreendimentos serão responsáveis por ampliar a fragmentação de habitats naturais e podem afetar a integridade das unidades de conservação mais próximas, como, por exemplo, as dragagens podem comprometer a fauna e flora local. E se não houver um cuidado com os descartes de resíduos industriais e esgotos, além da degradação ambiental, podem ser aumentados os problemas de saúde pública (EIA CATALLINI/MELPORT, ODEBRECHT, TCPP). Acidentes também podem aumentar a vulnerabilidade ambiental da região como demonstrado pelo acidente do navio Vicuña na região.

Os impactos negativos de maior importância no meio sócio econômicos são os derivados do aumento da circulação nas estradas e do aumento de população no município de Pontal do Paraná. O que afetará mais fortemente a população local, mas também em certa medida os turistas, pois uma insuficiente investimento nos serviços

---

<sup>8</sup> Área de Abrangência da Zona Portuária de Paranaguá contém a região de Pontal do Paraná dentro de seu território.

públicos, com uma não qualidade dos serviços de saúde, educação, saneamento básico, pode acarregar um incremento na pobreza, o que reflete na atratividade turística do município. Como exemplo concreto impactos de ocupação irregulares e deterioração da segurança pública. Além disso, impactos sobre a pesca pode implicar no abandono progressivo da profissão e da perda da sua cultura tradicional.

## 5) DISCUSSÃO

O conhecimento sobre os empreendimentos ao longo da bacia da Amazônia fomentam o entendimento sobre os impactos ecológicos e sociais causados por infraestruturas. Dentre estes destacam-se a translocação de população, a perda de solos, a perda de espécies de plantas e animais, as perdas de monumentos naturais e históricos, a perda de recursos madeireiros, a modificação da geometria hidráulica, a modificação da carga sedimentar, os impactos sobre a pesca, o crescimento de macrófitas aquáticas e deterioração da qualidade da água, o aumento de doenças de veiculação hídrica (JUNK e MELLO, 1990; TUNDISI, 2007; VERDUM, 2012). Segundo De Almeida (2010), a principal consequência dos empreendimentos foi a diminuição nos custos de produção de soja, o que causou o avanço dessa cultura para Amazônia, e levou a conversão de diversas porções do ecossistema amazônico. Houve também, o crescimento desordenado de cidades com alta concentração de moradores nas periferias, aumento das desigualdades sociais, com um quadro de exclusão social.

O complexo portuário de Suape, em Pernambuco, após sua construção, apresentou urbanização acelerada, o que levou a degradação ambiental e habitacional. A precariedade das condições de habitação, com o inadequado abastecimento de água e insuficiente esgotamento, acarretou problemas diversos com os resíduos sólidos e industriais no âmbito da saúde da população (GURGEL et al, 2009; SILVA et al, 2009; PEREZ E GONÇALVEZ, 2012).

A construção do complexo portuário do Açu no Rio de Janeiro, também é relacionada ao processo de expansão urbana e em diversos estudos são apontados as transformações ambientais e também sociais, principalmente devido à baixa infraestrutura e a baixa escolaridade da população, fato que tornará necessário grande importação de mão-de-obra, e conseqüentemente um elevado crescimento da população,

e um processo de urbanização espontâneo e desordenado (CAMPOS, 2010; COUTINHO, 2010).

## 6) BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, C. D. **Sobreposições entre Políticas Públicas: obras do PAC e unidades de conservação no corredor de biodiversidade da Serra do Mar.**, 2011.

CAMPOS, C.E.A. Governança do riso, complexo do açu e mídia: uma análise da comunicação dos riscos decorrentes do empreendimento. GT Meio Ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável. 2011.

COUTINHO, R. R. Avaliação das transformações socioambientais , oriundas da implantação do Complexo Portuário Industrial do Açú. Dissertação Programa de Pós graduação em engenharia ambiental. IFF. 2011.

DE ALMEIDA, R.; BASTOS, W. R. Projeto da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): O complexo hidrelétrico do rio Madeira. **T&C Amazônia**, p. 69-74, 2010.

GURGEL, A. M. ETA AL. Framework dos cenários de risco no contexto da implantação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco. *Ciencias e Saude Coletiva*. V. 14, n 6. 2009.

JUNK, W. J.; MELLO, J. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira. **Estudos Avancados**, v. 4, n. 8, p. 126-143, 1990. ISSN 0103-4014.

Krelling, A. P.; Soares, C. R. Caracterização sócio-ambiental da Ponta do Poço, Pontal do Paraná, PR. Monografia Oceanografia, UFPR. 2013.

LAURANCE, W. F.; GOOSEM, M.; LAURANCE, S. G. W. Impacts of roads and linear clearings on tropical forests. **Trends in Ecology and Evolution**, v. 24, n. 12, p. 659-669, 2009.

PEREZ M. P.; GONÇALVES, C. U. Desenvolvimento e conflito territorial-Primeiras reflexoes sobre as comunidades atingidas pelo complexo industrial portuário de suape- PE, Brasil. *Revista de Geografia (UFPE)*, v. 29, n 2, 2012.

SILVA, J. M. ET AL. A inter-relação saúde, trabalho e ambiente no licenciamento da refinaria do nordeste. *Tempus. Actas em Saúde Coletiva*, vol. 4, n4, p72-83. 2009.

TUNDISI, J. G. Exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia. **Estudos Avancados**, v. 21, n. 59, p. 109-117, 2007. ISSN 1806-9592.

UNDP-GEF. **Biodiversity – delivering results**. Disponível: <[http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/environment-energy/ecosystems\\_and\\_biodiversity](http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/environment-energy/ecosystems_and_biodiversity)> Acesso em 21/04/2014

VERDUM, R. As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia brasileira. **Brasília: INESC**, 2012.

**GT 07 - Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistência às situações de injustiça socioambiental**

**O CONFLITO ENTRE PESCA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA  
CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS PESQUEIROS**

**Autores: MARTINS, A.<sup>1</sup>; CAZELLA, A.A.<sup>2</sup>**

**Resumo**

Este artigo apresenta uma análise da rede de atores associados à pesca extrativa em uma área marinha protegida no litoral centro-sul do estado de Santa Catarina, principal polo pesqueiro do Brasil. O propósito é investigar os principais mecanismos e processos societários que organizam as interações entre segmento pesqueiro, Estado e populações locais em uma zona costeira fortemente impactada pelo turismo de massa e desenvolvimento portuário.

**Palavras-chave:** pesca; conflitos socioambientais; unidades de conservação.

---

<sup>1</sup> Andreza Martins: Bióloga, Mestre em Geografia e Doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, [andrezamartins@hotmail.com](mailto:andrezamartins@hotmail.com)

<sup>2</sup> Ademir Antonio Cazella: Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, [ademir.cazella@ufsc.br](mailto:ademir.cazella@ufsc.br)

## 1 – Introdução

Os desafios impostos pela problemática das mudanças climáticas têm colocado os oceanos no centro dos debates políticos e acadêmicos. O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de 2013 reconhece que os oceanos estão sendo alterados significativamente em resposta às mudanças do clima. De acordo com o documento, há evidências contundentes de que o excesso de emissão de CO<sub>2</sub>, acumulado na atmosfera entre os anos de 1971 e 2010, tem diminuído a capacidade oceânica de regular a temperatura do planeta. A pesca industrial representa outro importante foco de perturbação do equilíbrio dos mares. Dentre os principais fatores causadores de desequilíbrio oceânico, a sobrepesca se destaca em primeiro lugar seguida pela contaminação química (HERRERO, 2013). Segundo um recente relatório da FAO (2012), em 2012 o setor pesqueiro mundial produziu uma quantidade recorde de 128 milhões de toneladas de pescado para alimentação humana, em média 18,4kg/habitantes/ano. Ademais, os produtos de peixes e derivados estão entre os alimentos mais comercializados no mundo. Em 2010, esse mercado atingiu um recorde de 217 bilhões de dólares, colocando o peixe como o principal produto do agronegócio mundial do setor de carnes. O mesmo relatório admite, contudo, que cerca de 52% dos recursos pesqueiros marinhos do planeta estão totalmente explorados ou atingiram o máximo admissível e outros 28% encontram-se sobrepescados, esgotados ou em vias de recuperação. No Brasil, aproximadamente 80% das espécies comerciais marinhas encontram-se sobrepescadas ou ameaçadas de sobrepesca.

Para além das preocupações ambientais, o aumento do consumo mundial de pescado associado à globalização da economia pesqueira tem afetado dois outros aspectos não menos importantes, a saber: 1) a segurança alimentar e; 2) a preservação sociocultural das populações que dependem diretamente do ambiente marítimo para manutenção da sua qualidade de vida. O primeiro aspecto faz menção tanto às garantias de provisão de proteína animal para populações de baixa renda, quanto às incertezas relacionadas ao consumo de peixes contaminados com substâncias químicas prejudiciais à saúde humana. O segundo, aos impactos diretos do incremento da pesca industrial sobre o espaço de vida e meios de subsistência de populações dependentes dos recursos pesqueiros. Nas três últimas décadas, o número de pessoas que se dedicam diretamente à produção primária de pescado (via captura ou cultivo) progrediu mais rapidamente que o aumento da população mundial e o emprego na agricultura tradicional, fornecendo os meios para subsistência de 12% da população mundial.

Dentre os principais mecanismos políticos destinados a limitar os impactos da pesca sobre os oceanos destaca-se a criação de espaços marinhos protegidos. Atualmente, apenas 1% da superfície oceânica encontra-se protegida sob leis de manejo ou proteção integral. No Brasil, até o início de 2010, apenas 1,57% do território marinho estava oficialmente protegido. Contudo, durante a 10<sup>a</sup> Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que aconteceu em 2010 em Nagoia, Japão, foi aprovado o Plano Estratégico de Biodiversidade para o período 2011-2020. Esse documento contempla vinte metas para a conservação da biodiversidade no planeta - as Metas de Aichi para a Biodiversidade - e prevê, dentre elas, que até 2020, o planeta tenha 10% do total de sua superfície aquática recoberta por áreas marinhas protegidas (IUCN, WWF-Brasil, IPÊ, 2011).

No plano teórico, o campo de pesquisas técnico-científicas relativas à pesca e gestão dos recursos pesqueiros no Brasil tem sido considerado fragmentado e incipiente. Tal debilidade reflete negativamente na formulação de políticas públicas e de planos de gestão voltados para o



segmento pesqueiro (DIEGUES, 1983; VASCONCELLOS *et al.*, 2004; FILARDI, 2007). Para Diegues (1983), as políticas relacionadas à gestão pesqueira no país têm favorecido o crescimento do segmento industrial, criando um padrão perverso de esgotamento dos recursos e dos trabalhadores ligados à pesca.

A incipiência de análises teóricas acerca da realidade empírica das populações humanas em espaços protegidos e sobre os impactos socioambientais da política de criação de UCs marinhas motivou a elaboração deste artigo<sup>3</sup>. Nele analisamos as interações entre Estado, segmento pesqueiro e natureza, dentro de uma UC marinho/costeira, discutindo os mecanismos e processos societários que dinamizam essas relações e influenciam a organização de espaços geográficos calcados na conservação marinha. Sendo assim, o primeiro objetivo consiste em demonstrar que, embora a política de criação de espaços marinhos protegidos seja uma estratégia fundamental para a minimização dos impactos da pesca industrial sobre os oceanos, a iniciativa não garante sozinha a limitação da pressão antrópica sobre os recursos pesqueiros. As estratégias de governança localizadas, articuladas aos diversos espaços e escalas de atuação política extra-localizadas dos atores sociais sustentam a geração de acordos e parcerias que, de fato, irão surtir efeitos positivos para a conservação marinha. O segundo objetivo busca compreender quais são e como se estabelecem os diferentes tipos de interações societárias necessários para promover, concomitantemente, a conservação marinha aliada à melhoria das condições de vida das populações locais residentes em espaços protegidos. Para tanto, analisamos uma situação contenciosa – conflito da pesca” – relacionada à criação de uma UC no litoral centro-sul do estado de Santa Catarina denominada Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF). O conflito envolve a gestão espacial dos recursos naturais e os atores sociais (individuais e coletivos) nas suas múltiplas configurações organizativas, desde as esferas governamentais nacionais e supranacionais até as localizadas. A metodologia foi composta por três procedimentos qualitativos (análise documental, entrevistas e observação participante) que se interconectaram e complementaram nas diversas fases da pesquisa.

O artigo está organizado em quatro partes, além desta introdução. A primeira apresenta o referencial teórico-metodológico. A segunda analisa a APABF dentro do sistema brasileiro de criação de espaços marinhos protegidos. A terceira parte discute o conflito entre conservação ambiental e desenvolvimento pesqueiro na APABF articulando-o ao tema da gestão territorial da pesca. No tópico conclusivo, além de sintetizar os principais resultados, coloca-se em evidência a correlação entre a mediação das relações conflituosas pelos atores estatais e o sucesso dos projetos políticos localizados.

## 2 - Território, atores, riscos e interfaces: o campo ambiental em perspectiva

No que se refere aos modelos analíticos empregados para compreender e apreender a complexidade de processos, atores, espaços e escalas de atuação da problemática ambiental, diferentes enfoques teóricos têm sido utilizados. No geral, eles têm origem em matrizes epistêmicas diversas e podem variar desde abordagens extremistas, que entendem a natureza e a sociedade como dois sistemas opostos e inconciliáveis, até perspectivas que concebem essa relação como parte de um grande sistema vivo. A maioria das abordagens, entretanto, parte do pressuposto de que ambiente e sociedade são elementos distintos. As diferenças de perspectiva

---

<sup>3</sup> Este artigo deriva, em parte, da dissertação de mestrado em geografia defendida pela autora junto ao PPGGEO/UFSC (MARTINS, 2012). A autora manifesta especial agradecimento às prof.as. **Leila Christina Dias** e **Júlia Silvia Guivant**, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo estímulo intelectual claramente expresso no conjunto das leituras cuidadosas e atentas e das observações criteriosamente tecidas.

residem nos tipos de relações que estabelecem entre si. Neste trabalho entende-se que os modelos teóricos melhor adaptados para analisar a problemática que interconecta o tema da conservação dos ambientes marinhos com a gestão da atividade pesqueira são aqueles que pressupõem a indissociabilidade analítica entre a dimensão ambiental e social da realidade e, por esse motivo, conferem importância equivalente a ambos.

Um olhar incomum sobre as relações entre natureza e cultura é oferecido pela Teoria do Ator-Rede (TAR), que vem se consolidando, dentro das ciências humanas, como um dos modelos teóricos que melhor se adapta à proposta de congruir abordagens realistas e construtivistas da problemática ambiental (HANNINGAN, 2009). Essa abordagem inova, dentre outros aspectos, por uma particularidade teórica: o pressuposto de que não é possível separar o social do natural, nem o sociológico do científico, haja vista que tanto o ambiente quanto a sociedade são conceitos forjados pelo homem, ele mesmo um híbrido de natureza e cultura. Assim, tanto ciências naturais quanto sociais estão implicadas em problemas equivalentes, correlatos e interdependentes e, portanto, sem diferença de objeto. Nessa perspectiva não há diferenças essenciais que justifiquem a dicotomização do conhecimento em natural e social e a separação entre natureza e cultura. O social é tido com um fenômeno instável e efêmero formado a partir de relações entre atores que não são sociais em si. Homens, demais animais, plantas, fungos, micro-organismos e objetos inanimados formam a quase totalidade dos entes presentes no planeta e são as relações estabelecidas entre eles que descrevem o social, que dão forma e conteúdo à realidade vivida cotidianamente. Sendo assim, os esforços de análise centram-se nas *redes de relações* formadas por e a partir dos atores sociais, tomadas como estruturas chave na organização e dinamização dos espaços vividos (LATOUR, 2008a; b).

A inclusão de formas não-humanas e abstratas no rol de possibilidades de atores do mundo social traduz uma visão *simétrica* desse mundo. Isto é, uma abordagem que busca romper com as tradicionais dicotomias teóricas, tais como natureza/cultura, sujeito/objeto etc. Para Latour (2008a), um dos principais formuladores dessa abordagem, não se trata de tornar a sociologia uma ciência subjetiva, mas sim de modificar os marcos de referências teóricas para incluir novas perspectivas e possibilidades exigidas pelo mundo vivido. Nessa perspectiva, o social não está pronto, é simplesmente uma associação momentânea de atores que, interconectados, conseguem transformar algo no mundo vivido. A exemplo do social, nós também somos *híbridos*<sup>4</sup>, um pouco homem um pouco primata, por vezes sujeito por vezes objeto, um pouco cientistas um pouco políticos, precariamente instalados no interior das instituições científicas, meio filósofos, meio engenheiros. Nesse caminho, a elaboração deste artigo partiu dos seguintes princípios: a) pluralidade, o mundo social é plural e heterogêneo; b) instabilidade, o estático, imutável, irreversível e estável não existe na coletividade e seus agrupamentos são compostos de atores, que transitam entre grupos, coisas e mundos subjetivos diversos; e c) relatividade, os marcos de referências são mutáveis e versáteis, o que nos obriga a colocar o peso das análises na realidade social que se quer investigar e não na teoria social usada para analisá-la.

No Brasil, o campo de pesquisa que entrecruza preocupações ambientais e desenvolvimento pesqueiro do ponto de vista das ciências humanas, tem avançado de forma incipiente no estudo dos impactos da atividade pesqueira de cunho industrial sobre a pesca artesanal e das tensões e conflitos existentes entre ambos os segmentos. Algumas pesquisas, em especial no campo da sociologia ambiental, geografia e ecologia política, trabalham com a

---

<sup>4</sup> O conceito de híbrido de Latour refere-se a uma forma de interpretar ou traduzir o mundo através da noção de redes, que “se conecta ao mesmo tempo à natureza das coisas e ao contexto social, sem, contudo, reduzir-se nem a uma coisa nem a outra” (2008b:11).

categoria analítica *conflitos ambientais* como chave de análise para evidenciar a mudança social. Parte-se do pressuposto de que os conflitos são inerentes a qualquer sistema societário e que funcionam, na verdade, como propulsores de mudanças sociais (HIRSCHMANN, 1996; FERREIRA, 2005). Esse enfoque oferece um olhar alternativo aos estudos das relações entre natureza e cultura em espaços protegidos, questionando a supremacia e a eficácia da categoria “populações tradicionais” para discutir o papel das populações humanas na proteção dos recursos biológicos. Como resultado, refuta a ideia de que as populações tradicionais sejam aliadas “naturais” da diversidade biológica e sempre direcionem suas práticas para ações em sincronia com a natureza, sugerindo a ampliação do foco de análise para inclusão de todas as populações influenciadas, direta e indiretamente, pela criação de UCs. A noção de conflito tem sido então apresentada como alternativa para evidenciar a heterogeneidade de interesses, valores e modos de vida que regem os processos societários nesses espaços.

Outro conjunto de estudos provenientes da sociologia ambiental tem associado à categoria conflito o *enfoque das interfaces*. Os pesquisadores desse grupo acreditam que, embora os conflitos sejam uma importante chave de análise para elucidar a diversidade social e formas de interação presentes em determinado contexto de referência investigativa, eles não dão conta de abarcar, sozinhos, a totalidade dos processos e estruturas sociais envolvidos na vida cotidiana. Para eles, ao tomar o conflito como ferramenta metodológica exclusiva de análise científica, o pesquisador tende a desconsiderar, ou conferir pouco rigor analítico, aos demais universos paralelos e interconectados que integram a totalidade do mundo vivido. A fim de fugir dessa “armadilha” de análise, o *enfoque das interfaces* centra-se nas ligações e redes que se organizam entre atores, individuais e coletivos, mais do que nos indivíduos, e se propõem a investigar os pontos de entrecruzamento e articulação de diferentes e, frequentemente, conflitivos mundos de vida (LONG, 2007).

Por fim, a noção de território é utilizada para possibilitar a apreensão simultânea da complexidade social e material que envolve o universo das UCs. Ela serve como uma chave de análise que, em última instância, objetiva organizar e localizar os domínios do natural e do cultural sobre um referencial espacial concreto: a APA da Baleia Franca. Nesse sentido, o território é aqui entendido como a base material concreta definida por um conjunto comum de elementos (materiais e imateriais) híbridos de natureza e cultura, inerentemente interconectados por redes de relações sociais influenciadas pelo tempo e pelo espaço. Souza (1995:95) define território como sendo “o campo das relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. O território é concebido, assim, a partir do encontro e desencontro de múltiplas relações de poder, desde o poder material das relações econômicas e políticas até o poder simbólico das relações de caráter cultural ou social (RAFFESTIN, 1989; SOUZA, 1995; HAESBAERT, 2009). O território, portanto, é também relacional.

### **3 – O conflito entre desenvolvimento pesqueiro e conservação ambiental na APA da Baleia Franca**

As ações do campo ambiental no Brasil começaram a ganhar destaque entre o final dos anos de 1960 e início de 1970, como resultado de uma combinação de elementos conjunturais externos e internos ao país. Até o final dos anos de 1980, a tônica do movimento ambientalista brasileiro e das políticas públicas relacionadas à gestão ambiental, em geral, pautava-se por uma visão centrada na superioridade da natureza sobre a espécie humana. A criação de espaços naturais protegidos, ou Unidades de Conservação, já era uma das principais estratégias da política ambiental brasileira baseada no modelo *biogeográfico* de “ilhas de diversidade”. Dito de outra forma, as UCs desse período eram criadas sob um regime de Unidade de Proteção

Integral (UPI), onde não se admite a permanência humana de nenhuma natureza. Até o final dos anos 1980, foram criadas setenta e quatro UCs com essas características (ORLANDO, 2009).

Com a difusão da noção de desenvolvimento sustentável, a partir da RIO 92, o debate sobre populações humanas e UCs ganha relevo e processa-se uma mudança de foco nas políticas de criação de espaços protegidos. A admissão de alguns tipos de interações entre esses espaços e a sociedade começa a ser difundida. O Brasil, seguindo a tendência global, adota o modelo de UCs de Uso Sustentável (UUS) como principal estratégia política para gestão da biodiversidade. Esse modelo tem por objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). Segundo Orlando (2009), entre o início dos anos 1990 e o ano de 2008 foram criadas 117 UUSs contra apenas quatorze UPIs. Isso evidencia claramente uma mudança de foco sobre as políticas de gestão ambiental, que agora passam a buscar estratégias conciliatórias entre interesses socioeconômicos e ambientais.

Com aproximadamente 156.000 ha, a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca abrange áreas terrestres e aquáticas de nove municípios costeiros da porção centro-sul do estado de Santa Catarina (MAPA 1). Dentre as doze categorias de manejo previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação criado em 2000, as APAs são as mais permeáveis às ações humanas e, do ponto de vista legal, as que apresentam menor grau de proteção ambiental e, portanto, de controle espacial. A região da APABF, conhecida por suas belíssimas praias e sistemas lacustres, detém intensa atividade turística. Suas baías e enseadas constituem a mais importante área de concentração reprodutiva de baleias-francas do Brasil (PALAZZO *et al.*, 2007). No que tange à dinâmica socioeconômica, além de sofrer expressiva pressão imobiliária e turística, devido ao potencial paisagístico de suas praias, integra uma das zonas com maior produtividade pesqueira do país.

A região é historicamente povoada por pequenas comunidades de pescadores artesanais e ainda hoje preserva uma quantidade expressiva de famílias que sobrevivem da extração pesqueira artesanal. A análise dos Dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira (MPA, 2011) demonstra, por um lado, a existência de um contingente de trabalhadores informais ligados à pesca artesanal 23 vezes (95%) maior que aqueles associados à indústria pesqueira e, por outro, uma expressiva atividade de pesca industrial na região. Como resultado tem-se uma situação local de intensa competição por recursos pesqueiros e áreas de pesca específicas e localizadas.

### *3.1 - A natureza do conflito entre pesca artesanal e industrial: organização social e gestão pública*

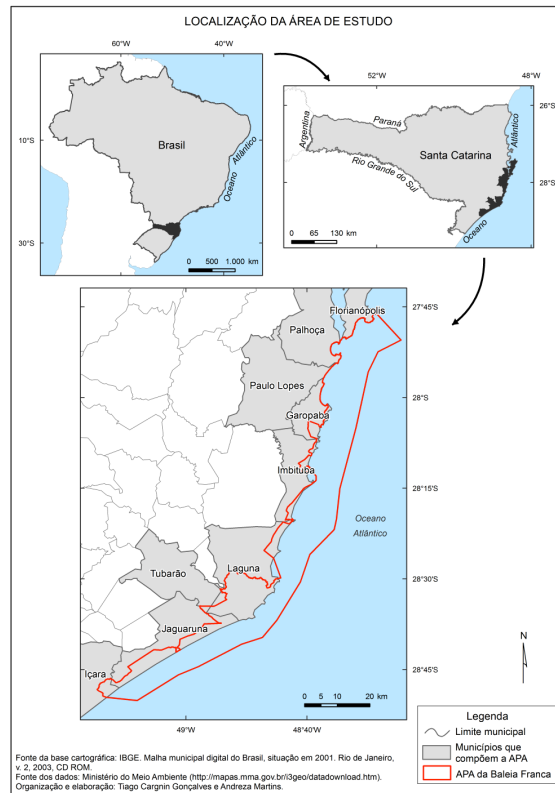
Antes de caracterizarmos os atores associados ao campo da pesca na APABF, bem como os conflitos e tensões específicos associados à problemática, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre a situação material da pesca artesanal e industrial que, na região, assume importância ímpar por três razões principais<sup>5</sup>. Primeiro pela natureza locacional e geográfica da UC enquanto uma área de proteção constituída fundamentalmente por sociedades litorâneas cujo modo de organização econômica e cultural é constantemente permeado pelas relações com o mar e com a pesca. Segundo pela centralidade da atividade pesqueira de base tradicional enquanto elemento de sustentação identitária, cultural e econômica de parcela expressiva dos

---

<sup>5</sup> A pesca industrial caracteriza-se em função do tipo de embarcação (médio e grande porte) e da relação de trabalho dos pescadores, que ao contrário do segmento artesanal, possuem vínculo empregatício com o armador de pesca. No segmento artesanal, o pescador profissional é aquele que exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias. Na pesca artesanal, em geral, o conhecimento é passado de pai para filho ou por intermédio de pessoas mais experientes (SEAP, s/d).

sistemas societários localizados. Terceiro, pela importância do segmento pesqueiro industrial de Santa Catarina, líder nacional na produção de pescados de origem extrativa<sup>6</sup>.

### MAPA 1: LOCALIZAÇÃO APA DA BALEIA FRACA



Um primeiro ponto a ser sublinhado, está relacionado à importância da pesca artesanal para a composição da identidade das sociedades litorâneas da APA BF. Sabe-se que a atividade pesqueira foi um componente central na escolha dos espaços e distribuição das famílias de colonizadores açorianos que migraram para o Brasil setentrional em meados do século XVIII. Ainda hoje, os valores, hábitos e costumes ligados à cultura açoriana e pesqueira estão fortemente presentes na formação territorial litorânea do estado de Santa Catarina. Ademais, o modo de vida essencialmente orientado pelo mar, tendo a pesca e a agricultura como atividades que norteavam a temporalidade da vida social e familiar, somados aos valores e hábitos culturais e religiosos herdados de Portugal, forjaram as bases para a formação identitária dessas primeiras sociedades litorâneas e demarcaram definitivamente sua “alteridade” — no sentido discutido por Souza (1995) — frente às demais culturas que, mais tarde, vieram a se estabelecer no território. Nos locais de concentração das populações pesqueiras presentes na APABF podemos identificar claramente uma territorialidade associada à pesca, na perspectiva atribuída por Sack (2011). Ou seja, trata-se de uma espacialidade ligada à atividade pesqueira que se manifesta a partir das tentativas, exitosas ou não, dos indivíduos e grupos no sentido de influenciar outras pessoas, relações e fenômenos para garantir o controle sobre certa área

<sup>6</sup> Existem dois tipos de atividade pesqueira: a pesca extrativa e a não extrativa. Na pesca não extrativa, a produção é obtida por meio de cultivos marinhos ou de água-doce particulares, enquanto que na atividade extrativa os recursos são retirados diretamente dos estoques naturais (de origem marinha ou dulcícola).

geográfica. É justamente essa territorialidade que difere o grupo social ligado ao modo de vida pesqueiro (os *insiders*), daqueles que estão fora do grupo (*outsiders*), a exemplo de turistas ocasionais e/ou moradores locais que não têm influência da cultura da pesca na sua formação cultural e afetiva.

Na pesca industrial, ainda que, no geral, as raízes históricas e culturais associadas ao mar e à atividade pesqueira sejam as mesmas daquelas que lastreiam a pesca artesanal, nota-se uma nítida diferenciação no modo como os indivíduos se envolvem com a atividade. Pode-se identificar dois fatores de diferenciação. O primeiro, de cunho territorial, refere-se ao modo como os atores ligados ao segmento industrial se relacionam com o espaço geográfico da pesca. Para esses atores, as áreas de pesca estão dissociadas da convivência social e familiar. Não há uma correspondência entre trabalho e afetividade. Os barcos de pesca nada mais são do que o local de trabalho ou, no caso dos armadores e empresários do setor, o meio de produção. Com a perda dos laços simbólicos e afetivos que unem o pescador industrial ao espaço da pesca, o que fica é a trabalho de pescador, ou seja, o aspecto estrutural da atividade. Assim, na pesca industrial, o espaço geográfico localizado, aquele que territorializa as populações pesqueiras de base artesanal, perde sua função e a atividade converte-se em um emprego assalariado convencional.

O segundo fator de diferenciação está associado ao modo como os atores lidam com a disponibilidade de recursos. Para um pescador artesanal, os recursos pesqueiros têm seus ciclos biológicos que precisam ser respeitados para que, nos anos seguintes, as condições de pesca se perpetuem. Essa prerrogativa é mantida, pela maioria deles. Mesmo que, via de regra, os pescadores artesanais sejam impulsionados pela lógica de mercado (quanto maior a demanda maior será o esforço de pesca), o modo como executam a atividade, incluindo os tipos de petrechos, embarcações e diferentes modalidades, não gera significativos impactos sobre o volume dos estoques pescados.

Outra característica a ser destacada diz respeito ao potencial comercial do segmento pesqueiro no estado de Santa Catarina. Conforme menção anterior, o estado é considerado o maior polo brasileiro de pesca, sendo o segmento industrial, responsável pela produção de 25% do pescado nacional e cerca de 80% da produção de pescado processado consumido internamente, grande parte dele extraído do litoral da APABF (SEPESCA, 2010). A intensa atividade industrial vem impactando significativamente a variabilidade e abundância dos estoques de fauna marinha, assim como o desenvolvimento da pesca artesanal local.

### 3.1.1 - A disputa mais geral entre pesca artesanal e industrial na APABF

A análise do campo de disputas mais geral entre pesca artesanal e industrial na APABF revelou um campo social multifacetado e extremamente heterogêneo composto por seis atores chave (os atores-rede), a saber: segmento pesqueiro de base artesanal, outro de base industrial, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade (ICMBio), equipe administrativa APABF e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Com maior ou menor grau de influência, esses atores ora disputam e ora cooperam entre si de acordo com a situação e os interesses em jogo.

Embora a pressão da pesca industrial sobre a área marinha da UC como um todo seja intensa e constante, o conflito com a pesca artesanal se materializa em algumas zonas e sobre alguns tipos de recursos organizando-se, basicamente, em torno de três modalidades de pesca: i) pesca de arrasto; ii) captura de isca viva para a pesca do atum e; iii) pesca da tainha. Cada uma dessas modalidades reproduz uma *estrutura conflituosa* particular dentro do conflito maior entre pesca artesanal e industrial. Essas *estruturas de conflitos* são compostas por um conjunto

particular de interações entre os atores dos segmentos pesqueiros artesanal e industrial, órgãos governamentais responsáveis pela gestão da pesca em escala local e nacional e demais atores representantes das populações implicadas.

As tensões entre pesca artesanal e industrial na APABF são reproduzidas e “aprofundadas” pela competição por recursos pesqueiros e áreas de pesca específicos e localizados. Quanto à natureza das disputas, o conflito está correlacionado a duas problemáticas distintas: o crescimento econômico da pesca industrial e a fragilidade do ordenamento espacial da atividade pesqueira. Esses são, respectivamente, a origem e a consequência do problema e referem-se, no primeiro caso, às incongruências estabelecidas entre o desenvolvimento pesqueiro de base industrial e a conservação das espécies pescadas, resultando em assimetrias no acesso aos recursos. Ou seja, quanto menos peixe, pior para o setor artesanal, menos capitalizado e dotado de menor potencial de captura, e maiores as tensões entre os atores implicados nas disputas. O segundo caso, diz respeito ao ordenamento da pesca na APABF que, ainda hoje, encontra-se “em aberto” e é causa, mas também consequência dos conflitos. Se efetivamente implantado, o ordenamento da atividade pesqueira poderia minimizar as disputas localizadas com o segmento industrial, na medida em que seriam criadas regras e critérios claros e “fiscalizáveis” para regulamentar a atividade dentro da UC.

Conforme ressaltam diferentes autores que investigaram o universo da pesca artesanal na região, o segmento pesqueiro de base artesanal nessa área não é uno, nem coeso (ADRIANO, 2011; FILARDI, 2007). Adriano (2011) descreve as interações entre os pescadores dos municípios de Garopaba e Imbituba como extremamente hierarquizadas e organizadas mediante relações de dominação, onde os laços familiares, o poder econômico (dos proprietários de ranchos, barcos e demais utensílios de pesca), o conhecimento intergeracional (dos mais idosos, chamados de “mestres de pesca”) e as associações político-partidárias interferem, em distintos níveis e intensidades, na organização coletiva dos pescadores segundo contextos específicos.

Quanto maior a aproximação das lentes de análise teórica e empírica, mais subdivisões, disputas e divergências serão encontradas. Simultaneamente observam-se, também, novas alianças e convergências intragrupais, muitas vezes inesperadas. Um exemplo marcante são os pequenos acordos feitos entre alguns pescadores artesanais e barcos industriais de pesca, no qual o pescador artesanal avisa para o mestre da embarcação industrial quando os cardumes de sardinha e manjuba estão perto da praia, para que a embarcação industrial possa capturá-los e utilizá-los na pesca do atum em alto mar. Em troca, recebem combustível para sua embarcação e, por vezes, uma quantidade de atuns pescados. Essa situação é no mínimo curiosa haja vista o peso histórico dos conflitos entre pesca industrial e artesanal em torno da modalidade industrial de captura com isca-viva, que se apropria de espécies pesqueiras de base de cadeia, isto é, que servem de alimento para outras espécies alvo das pescarias artesanais. Segundo Filardi (2007), casos contraditórios como esse, em que alguns pescadores vão de encontro às suas próprias demandas coletivas, não são nem exceção, nem a regra. Eles acontecem com certa frequência e são elementos que caracterizam a estrutura organizativa do segmento pesqueiro de base artesanal na região.

Uma imagem metafórica interessante para definir o universo da pesca artesanal na APABF é aquela formada quando olhamos através de um caleidoscópio e nos deparamos com uma figura geométrica multifacetada e organizada por inúmeras subdivisões que, juntas, compõem um todo. Na medida em que giramos o caleidoscópio, ainda que a figura geométrica maior se mantenha, os pequenos fragmentos de cristais que subdividem essa figura se reagrupam para formar novas subfiguras. Movimento semelhante é observado para a organização coletiva do segmento pesqueiro artesanal. Nessa região, o segmento é composto por

inúmeros subgrupos menores que se estruturam e desestruturam constantemente conforme a situação, interesses e projetos políticos presentes nas disputas cotidianas e localizadas. Para tratar dessa organização complexa, multifacetada e dinâmica, a teoria do ator-rede é bastante oportuna. Ela nos ajuda a compreender e aceitar que certas estruturas sociais não podem e não devem ser apreendidas mediante um enquadramento analítico prévio e estático, que aloca de antemão os sujeitos ou atores sociais dentro de estruturas organizativas teóricas preconcebidas.

Nesse sentido, os exemplos mencionados acima nos mostram que, embora haja disputas concretas envolvendo os pescadores dos segmentos industrial e artesanal, não é possível considerar os subgrupos que compõem essa última categoria como homogêneos e coesos.

### 3.1.2 - Os atores políticos

Este item pretende destacar as relações entre ambos os segmentos pesqueiros (industrial e artesanal) e os atores estatais implicados no conflito da pesca com o propósito de compreender como se estabelece e se perpetua a relação entre as agências estatais de gestão ambiental e pesqueira e o segmento pesqueiro na APABF e avaliar seus resultados para a conservação dos ambientes marinhos da região. A análise das interfaces estabelecidas entre esses atores nos permitiu identificar três pontos centrais, que somados à heterogeneidade do segmento pesqueiro de base artesanal e às assimetrias de poder entre esse segmento e o de base industrial podem auxiliar na elucidação dos principais obstáculos ao ordenamento da pesca naquela região: 1 - o direcionamento dos esforços de gestão relativos à pesca e recursos pesqueiros para o segmento de base artesanal; 2 - a fragilidade de interface entre a equipe gestora da APABF e o segmento industrial da pesca; 3 - as incongruências e incertezas relacionadas as instituições estatais responsáveis pela administração ambiental nas diversas escalas da federação.

Em relação aos dois primeiros pontos, Nuijten (1998) sugere forte correspondência entre a falta de compreensão, por parte dos servidores das agências estatais, da real condição estrutural dos segmentos sociais alvo de determinados programas governamentais e o insucesso de muitos desses programas. Para essa autora, grande parte das ações governamentais no campo do desenvolvimento de políticas públicas são sustentadas por teorias que ignoram a lógica e o valor das formas existentes de organização local, considerando-as simplesmente como de natureza fragmentada e caótica e, portanto, passíveis de serem controladas e organizadas pelos atores estatais. No geral, o discurso desses servidores reproduz o ideário desenvolvimentista de que os segmentos menos favorecidos do ponto de vista socioeconômico são incapazes de negociar e disputar “em pé de igualdade” com os grupos mais capitalizados (capital econômico e cognitivo). Sob esse prisma, os programas estatais dedicados a promover o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida das populações devem atender esses grupos no sentido de “capacitá-los” para a atuação nas situações de interface conflituosas. Ademais, para Nuijten, as teorias que sustentam esse tipo de iniciativa negligenciam o fato de que a diferenciação (entre grupos menos e mais capacitados) tende a criar ou reforçar diferenças de poder.

Em nossa investigação encontramos situação semelhante à descrita por essa autora. Entre 2005 e 2010, a quase totalidade das ações de gestão da equipe da APA no campo da pesca centraram-se em três frentes de ação interconectadas e sobrepostas. A primeira voltada para o fortalecimento político dos atores locais associados à pesca artesanal. A segunda centrada no apoio à criação de duas Reservas Extrativistas (RESEX) de pesca artesanal: a RESEX do Cabo de Santa Marta Grande e a RESEX de Ipiraquera, reivindicadas pelo segmento artesanal. A terceira atuando como mediador em situações conflituosas específicas demandadas pelos pescadores artesanais.



Sobre a quase ausência de interface com o segmento industrial, com exceção de alguns contatos indiretos (via ofícios ou telefonemas), até a data desta análise, não houve tentativas por parte da equipe da APABF no sentido de debater com dirigentes da pesca industrial as situações conflituosas ligadas à pesca na região. Quando indagado sobre o motivo da ausência de interação com o setor industrial, o responsável pelas ações de gestão dos recursos pesqueiros da APABF considera que o contato com a indústria pesqueira será estabelecido posteriormente no momento em que os setores artesanais estiverem mais bem preparados, do ponto de vista político, para negociar com o segmento industrial. A relativa ignorância das lideranças do maior sindicato patronal da pesca industrial do Brasil (SINDIPI) sobre a existência de uma UC marinha no litoral centro-sul catarinense, complementa o quadro de inexistência de interação entre a equipe da APABF e o segmento industrial da pesca. Quando questionados se tinham conhecimento da existência de uma APA na região, esses atores demonstraram não ter maiores informações sobre a UC. No geral, detinham uma vaga lembrança da criação de uma área protegida para as baleias, mas não a associaram ao controle do uso do espaço pesqueiro. Essa situação corrobora as considerações de Nuijten (1998), quando afirma que os atores estatais tendem a desconsiderar o jogo de forças que se manifestam nos espaços extra-localizados onde incidem os programas governamentais. Para essa autora, ainda que alguns grupos careçam de medidas particulares e especializadas, ignorar a presença de atores “mais estruturados”, material e subjetivamente, pode implicar em graves erros de gestão e no conseqüente comprometimento do sucesso das ações estatais localizadas, o que de fato ocorreu, como ficará evidente na análise do caso da regulamentação da pesca da tainha, apresentado a seguir.

#### *O caso da regulamentação da pesca da tainha*

Um dos principais conflitos que compõem a tensão mais geral entre pesca artesanal e industrial na APABF refere-se à captura da tainha pelo sistema de “arrasto”. A tainha é uma espécie migratória que realiza um percurso no sentido sul-norte, deslocando-se a partir da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, seguindo pela linha da costa até o estado do Rio de Janeiro para realizar a desova. Nesse deslocamento, os cardumes percorrem as partes mais rasas, bem próximas às praias, onde é possível a captura pelos pescadores artesanais (MEDEIROS, 2009). A disputa entre os dois tipos de pesca pela tainha é recente, porém extremamente contundente para o contexto da APABF e envolve, na sua origem, uma conjunção de fatores deflagrados a partir de sucessivas intervenções do Estado para o controle dos estoques de sardinha, com maior ênfase a partir da última crise da sardinha de 2000. O modo como o caso da regulamentação da tainha vem sendo gerido pela equipe da APABF tem influenciado de forma decisiva a forma como os pescadores artesanais se relacionam com sua equipe gestora.

As bruscas reduções históricas no volume dos estoques de sardinha somadas às sucessivas oscilações nos períodos de proibição da pesca (períodos de defeso) resultaram na instabilidade do segmento industrial e fizeram com que, em particular a partir do ano de 2000, parte da frota traineira<sup>7</sup> migrasse para a pesca da tainha, sobretudo, durante os períodos de defeso da sardinha. Com o tempo, essa situação foi se agravando em conseqüência do crescente interesse do mercado internacional pela ova da tainha, considerada o “caviar” brasileiro e largamente exportada para Ásia e Europa. Devido ao elevado poder de captura das embarcações traineiras, os estoques de tainha foram abruptamente reduzidos (MIRANDA *et al.*, 2011). A sobreposição de áreas de pesca industrial com o setor artesanal também reduziu de forma expressiva o volume dos cardumes capturados.

---

<sup>7</sup> Embarcações que operam com redes de cerco específicas para a pesca da sardinha.

Nesse contexto se aprofundaram as disputas entre pesca artesanal e industrial com reflexos diretos na APABF, pois nessa zona a tainha é uma das espécies com maior representatividade socioeconômica para o setor pesqueiro de base artesanal. O período da safra (maio e julho) é um dos momentos mais esperados pelas populações locais, incluindo os segmentos envolvidos diretamente com a pesca, mas também por aqueles que dela se beneficiam mediante a aquisição do produto, a exemplo de restaurantes, peixarias, mercados, hotéis, dentre outros. Medeiros (2002) observou que a captura da tainha incrementa a renda familiar do pescador em até quatro vezes, garantindo uma margem financeira para os períodos de escassez da pesca. Além da importância material, a pesca da tainha é uma atividade que articula outros aspectos ligados à sociabilidade e territorialidade das populações pesqueiras<sup>8</sup>.

Em 2008, o IBAMA publicou uma Instrução Normativa (IN), que estabelece critérios e padrões para o exercício da pesca da tainha no litoral das regiões sudeste e sul do Brasil (BRASIL, 2008). Dentre outras particularidades, limitou o esforço de pesca máximo permitido para frota industrial de traineiras a sessenta embarcações e proibiu o exercício de todas as modalidades de pesca artesanal, com exceção do arrasto de praia, em uma faixa de uma milha náutica da costa e trezentos metros dos costões rochosos em todo litoral de Santa Catarina durante a temporada da tainha. A medida foi recebida com indignação pelo setor industrial e por parcela do setor artesanal da pesca. Os empresários da frota industrial consideraram o corredor de exclusão da pesca muito amplo e sentiram-se prejudicados com o reduzido número de embarcações liberadas para a prática. Medeiros (2009) explica que antes, esse número era de aproximadamente duzentas embarcações. Ademais, parcela do setor artesanal, em particular os pescadores que operavam com barcos e rede de emalhar, ficaram descontentes com a proibição da pesca artesanal na faixa de uma milha (1.800 metros) das praias. Eles argumentavam que quase todo o esforço de pesca se concentra nessa faixa. Em contrapartida, a grande maioria dos pescadores do arrasto comunitário de praia – prática que mobiliza de trinta a cem pessoas, dependendo do tamanho dos cardumes – sentiu-se contemplada em suas reivindicações, pois os conflitos com os pescadores artesanais que operam com rede de emalhe diminuiriam (Medeiros, 2009).

Diante das pressões de ambos os setores, um dia antes da abertura da safra de tainha de 2009, o IBAMA foi induzido por lideranças do Ministério da Pesca e Aquicultura, a publicar uma nova IN. Com a efetivação dessa medida, a faixa de proibição de pesca artesanal com redes de emalhar foi reduzida de uma milha náutica para 800 metros da praia e a concessão de pesca foi liberada para todas as embarcações traineiras que apresentassem Mapas de Bordo (relatório oficial de produção pesqueira das embarcações industriais), comprovando a captura de tainhas no ano de 2008. Com isso, 115 embarcações traineiras conseguiram permissão de pesca em 2009 (MIRANDA, *et al.*, 2011). Para Medeiros (2009), apesar dos estudos técnicos e acordos locais firmados entre os setores quando da organização e publicação da primeira Instrução Normativa, as articulações políticas empreendidas pelo segmento industrial, diretamente no espaço político federal (junto ao MPA), determinaram a forma de uso e gestão da pesca da tainha em escala localizada.

---

<sup>8</sup> A pesca artesanal da tainha é realizada tradicionalmente no sistema de arrasto de praia desde o tempo dos imigrantes portugueses. Nesse tipo de pesca, “os pescadores reúnem-se num sistema de ‘camaradas’ e ‘tripulantes’ para a realização da atividade. Os ‘tripulantes’ são compostos por 4 a 5 pescadores profissionais, além dos vigias, responsáveis por avistar o cardume e coordenar, da beira da praia, o lançamento da rede pelos tripulantes. Os ‘camaradas’ são formados por pescadores, aposentados e moradores da comunidade que completam um rito comunitário de integração, reciprocidade e partilha dos recursos pesqueiros” (Medeiros, 2009:163).

Novamente, as observações de Nuijten (1998) sobre a ineficiência de algumas estratégias de gestão segregadoras por parte dos atores governamentais locais, mostraram-se adequadas para a análise da realidade empírica da APABF. Apesar de todos os esforços da equipe gestora dessa APA no sentido de produzir acordos e alianças locais com os pescadores artesanais para definição de uma normativa que agradasse a maior parte dos pescadores da região, a falta de habilidade em incluir na negociação o segmento industrial pode ter contribuído para “minar” as possibilidades de sucesso de efetivação da IN tal como ela fora publicada originalmente em comum acordo com o segmento pesqueiro de base artesanal. Os representantes do segmento industrial sentindo-se contrariados pela primeira normativa iniciaram um processo de articulação diretamente com as esferas federais de representação da categoria em Brasília, já que não se tem tradição de gestão da pesca industrial em escala local. Como consequência, os pescadores artesanais responsabilizam a equipe da APABF e o ICMBio pelas alterações feitas de última hora na IN. Para eles, a portaria acabou beneficiando o segmento industrial, porque quando a temporada é aberta os barcos industriais, através de seus sonares, conseguem rastrear os cardumes e deslocar-se rapidamente até eles, onde quer que estejam. Já os pescadores artesanais, que também precisam aguardar a abertura da temporada, necessitam esperar que o peixe chegue próximo à costa. De acordo com os pescadores entrevistados, a cada ano, menos cardumes “batem” na praia, pois os barcos industriais os capturam antes que se aproximem da costa.

Nas palavras de uma das lideranças da pesca artesanal e presidente de uma das instituições parceiras da APABF: “a APABF só faz prometer, mas na hora de resolver os problemas reais dos pescadores nada acontece, ‘morre na praia’”. Segundo ele, desde a criação do conselho gestor da UC, os pescadores sempre estiveram engajados nos projetos da APA, inclusive naqueles que não diziam respeito à pesca, mas poucos foram os retornos para a categoria. Em sua opinião, se a APABF contribuiu, por um lado, para frear a ocupação, sobretudo, de terrenos de marinha e áreas protegidas próximas às praias, por outro, não se conseguiu avançar na regulamentação da parte marítima. Na sua visão, a criação da UC piorou a situação da pesca artesanal, pois além de não promover a regulamentação de áreas específicas para o setor deixou que fossem criadas portarias que restringem a captura da tainha a favor da proteção das baleias. Ele relata que a maioria dos pescadores que antes era parceira da APABF agora está receosa em estabelecer novas parcerias, pois as promessas já efetuadas nunca se cumprem. Ao que parece alguns pescadores tributaram demasiada esperança nas ações da equipe da APABF, não somente com relação ao tema da regulamentação da pesca da tainha como também aos demais assuntos demandados pelo setor pesqueiro artesanal.

Para Nuijten (1998: 347), as ações de desenvolvimento promovidas pelo Estado equivalem a uma “máquina geradora de esperanças”, referindo-se à sua habilidade para “em certos pontos e em certas circunstâncias superar o ceticismo do povo e, de fato, seduzi-lo para começar a fantasiar novamente sobre novos projetos, portanto, recomeçar um ciclo interminável de grandes expectativas seguido de desilusão e riso irônico” (tradução nossa). A formação da ideia popular de “um Estado” que exerce autoridade e tudo controla, é central para o funcionamento da burocracia como uma “máquina geradora de esperanças”. Na medida em que cria a falsa ideia de que todos os projetos são possíveis e que as coisas serão diferentes a partir de “agora”, ao invés de produzir certa racionalidade e coerência, a “máquina” gera alegrias, prazeres, medos e expectativas. Embora as pessoas não sejam ingênuas, durante certos períodos podem se entusiasmar com novos programas e oportunidades que lhes são oferecidos, como o anúncio da criação de uma UC que objetiva estabelecer projetos concretos para conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida humana. Os próprios servidores estatais encontram-

se, de certa forma, cooptados pelo mecanismo de “geração de esperanças” da “máquina” burocrática. Funcionários governamentais jovens e pesquisadores contratados para cargos de confiança dedicados ao desenvolvimento humano e conservação ambiental são igualmente seduzidos pela ideia da mudança. Mas, bastam alguns anos para que percebam que boas propostas e intenções não são suficientes para transformar a cultura política de um país, assim como as formas de organização e cultura das populações sobre as quais incidem os projetos.

#### 4 – Considerações finais

Diante do exposto sobre as relações estabelecidas entre os seis atores-rede envolvidos no conflito mais geral entre pesca industrial e artesanal e suas implicações para a conservação marinha do litoral centro-sul de Santa Catarina, três aspectos merecem ser destacados. Primeiro, o excesso de fragmentação, disputas e divergências presentes no interior do segmento pesqueiro artesanal tende a dificultar ou frequentemente bloquear o estabelecimento de acordos e alianças internas ao setor, dificultando, portanto, o planejamento e execução pelos atores governamentais de ações concretas de regulamentação espacial da atividade pesqueira dentro da APABF. A realidade sugere que o universo da pesca artesanal na região é muito mais fragmentado e socialmente disperso do que se imagina. Essas características devem ser apreendidas como parte da essência da estrutura organizativa do segmento e tomadas como pressuposto, ou ponto de partida, para investigar as relações entre pesca artesanal, pesca industrial, populações locais e instituições políticas na APABF.

Segundo, o sistema político e administrativo da “máquina” estatal, baseado em interações mais interpessoais do que em normativas e em mecanismos burocráticos sinuosos, confusos, ineficazes e, por vezes, obscuros, tende a estimular uma postura desconfiada e reativa por parte das populações. A impotência da equipe gestora em levar a cabo determinadas ações importantes acordadas previamente nos espaços locais, decorre de interferências burocráticas decididas em espaços administrativos alocados em Brasília, onde o setor industrial exerce maior influência. No caso da gestão espacial da pesca e dos recursos pesqueiros da APABF, essa interação ficou evidente no conflito da tainha, na medida em que os esforços de parte do segmento de base artesanal em estabelecer parcerias com a equipe da APABF foram frustrados pelas manobras do segmento pesqueiro industrial junto ao MPA em Brasília.

Terceiro, nossos resultados sugerem que para desenvolver ou alterar as atuais formas de organização com vistas a melhorar a posição de certos grupos, primeiro é necessário o estudo das práticas existentes nos contextos localizados a fim de se obter uma visão concreta e realista das relações de força em que essas práticas se constituíram ~~desenvolveram~~. Mas, dado que essas relações de força são moldadas sem ligação direta com os contextos particulares por atores em mudança constante, o sucesso da gestão socioambiental em unidades de conservação pode depender menos dos gestores públicos e organizações da sociedade civil do que da articulação de um conjunto muito mais difuso de interações. Parafraseando Nuijten (1998, p. 357), “uma constelação, mais do que uma estrutura”, ou seja, depende muito mais de uma rede de forças e atores interativos, do que de estruturas formais organizativas e centralizadoras como o Estado, os pescadores, as indústrias, a equipe de servidores da APABF etc.

#### 6 - REFERÊNCIAS

ADRIANO, J. Rumo ao ecodesenvolvimento na zona costeira catarinense. Estudo de caso sobre a experiência do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibraquera, no período de 2001 a 2010. *Dissertação (Mestrado)*, PPGSP, UFSC, Florianópolis, SC, 2011.

- BRASIL. *Instrução Normativa nº 171, 09 de maio de 2008*. Brasília: Diário Oficial da União, 12 de maio de 2008, 89, Seção 1:67.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 9.985/2000. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. Brasília: MMA/SBF, 2002. p. 52.
- \_\_\_\_\_. Decreto de Criação da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, 14 de setembro de 2000. Brasília: *Diário Oficial da União*, nº 179, 15 de setembro de 2000.
- DIEGUES, A. C. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- FERREIRA, L. C. Conflitos sociais e o uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. *Política e Sociedade*. 4(7):105-118. 2005.
- FILARDI, A. C. L. Diagnóstico da pesca artesanal marinha do município de Garopaba (SC): potencialidades e obstáculos para a gestão adaptativa para o ecodesenvolvimento. *Dissertação (Mestrado)*, PPGGEO, UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, 2007.
- HANNIGAN, J. *Sociologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 396.
- HERRERO, T. A devastação azul. In: *S.O.S. oceanos*. Página 22. São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. Nº 79, pp. 28 - 33. out. 2013. São Paulo. SP.
- HIRSCHMAN, A.O. *Auto-subversão - Teorias Consagradas em Xeque*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.
- LATOURETTE, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro. Ed: 34, 2008a (1994).
- \_\_\_\_\_. *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del ator-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008b.
- LONG, N. *Sociología del desarrollo: Una perspectiva centrada en el actor*. México: CIESA -Colegio de San Luis Milkman. 2007.
- MARTINS, A. Entre terra e mar: interfaces no processo de transformação territorial na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. *Dissertação (Mestrado)*, PPGGEO, UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, 2012.
- MEDEIROS, R.P. Possibilidades e obstáculos à co-gestão adaptativa de sistemas pesqueiros artesanais: estudo de caso na área da Baía de Tijucas no litoral centro-norte do Estado de Santa Catarina, no período de 2004 a 2008. *Tese (Doutorado)*. PPGSP, UFSC, Santa Catarina, 2009.
- MPA. *Registro Geral da Atividade Pesqueira*. Brasília, 2011.
- NUIJTEN, M. In the name of the land: organization, transnationalism, and the culture of the State in a mexican ejido. *PhD Thesis*. Wageningen: Wageningen University. 1998. p. 407.
- ORLANDO, R. L. M. A. A evolução dos critérios par seleção de áreas protegidas. In: *Anais do IX Congresso de Ecologia do Brasil*, Setembro, São Lourenço – MG, 2009.
- PALAZZO, J.T., GROCH, K.R. SILVEIRA, H.A. *Projeto Baleia Franca: 25 anos de pesquisa e conservação, 1982-2007*. Imbituba. IWC-Brasil, 2007.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SACK, D. R. O significado da territorialidade. In: DIAS, L.C.; FERRARI, H. (orgs.) *Territorialidades humanas e redes sociais*. Ed. Insular. pp. 63-89, 2011.
- SEAP. *Cartilha do usuário do Registro Geral da Pesca – RGP*. SEAP/PR, sd.
- SEPESCA. *Itajaí vai ser palco de maior evento de pesca já produzido no país na próxima semana*. Disponível em <[http://sepesca.itajai.sc.gov.br/noticiasp\\_det.php?id\\_noticia=18273](http://sepesca.itajai.sc.gov.br/noticiasp_det.php?id_noticia=18273)>: Acesso em: 12 dez. 2012.
- SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. *Geografia: conceitos e temas*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- UICN, WWF-BRASIL, IPÊ. **Metas de Aichi**: Situação atual no Brasil. WEIGAND, R. Jr.; SILVA, D. C.; SILVA, D.O. Brasília, DF: UICN, WWF-Brasil e IPÊ, 2011.
- VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A. C.; SALES, R. R. *Relatório PNUD integrado: diagnóstico da pesca artesanal no Brasil como subsídio para o fortalecimento institucional da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca*, SEAP/PR, 2004.

## GT 07 – Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistência as situações de injustiças socioambientais

### O enfoque agroecológico em unidades de conservação: um estudo de caso na Reserva Extrativista Marinha Maracanã

Regiara Croelhas Modesto<sup>1</sup>

Angelo Carvalho<sup>2</sup>

Rodrigo Leal Moraes<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Agronomia/Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico/ Instituto federal do Pará - IFPA, [regiara.modesto@ifpa.edu.br](mailto:regiara.modesto@ifpa.edu.br)

<sup>2</sup> Mestre em Ciências/Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico/ Instituto federal do Pará – IFPA, [angeloeafcpa@yahoo.com.br](mailto:angeloeafcpa@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Engenheiro Florestal /Analista Ambiental / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, [rodrigo.moraes@icmbio.gov.br](mailto:rodrigo.moraes@icmbio.gov.br)

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi realizar o levantamento das principais atividades econômicas realizadas pela população tradicional da Vila Mota, cadastrar os currais de pesca utilizados na comunidade e reavaliar o Plano de Utilização da Resex Maracanã de maneira compartilhada com os usuários local. Foram aplicados questionários do tipo estruturado, para o levantamento de informações socioeconômicas e identificação dos usuários da RESEX. Os currais foram georreferenciados com uso de GPS. O número de currais existentes na comunidade pode comprometer, ao longo do tempo, o estoque de recursos pesqueiros do local.

**Palavras-chaves:** pesca artesanal; populações tradicionais; agroecologia.

#### Introdução

O modelo de unidades de conservação adotado no Brasil constitui um dos principais elementos da estratégia de conservação da natureza. Dentro deste modelo estão as Reservas Extrativistas (RESEX), instituídas por lei desde 1990 e definidas como espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e à conservação de recursos naturais renováveis pelas populações extrativistas tradicionais.

Porém, o sucesso das unidades de conservação depende inicialmente da superação do paradigma cartesiano conservacionista, que tem sido apontado como uma das maiores causas do insucesso deste modelo (PIMBERT e PRETTY, 1997). Neste contexto, surge a importância da agroecologia, que apresenta como diferença mais importante entre a visão agroecológica de mundo e a ciência ocidental (pautada na visão moderna da relação Sociedade–Natureza) o fato de considerar as pessoas como partes do sistema local em desenvolvimento, onde os sistemas sociais e biológicos co-evoluíram de tal maneira que a sustentação de cada um depende estruturalmente do outro. Assim, não existem verdades universais, mas cada agroecossistema tem uma história co-evolutiva diferente, baseado em mudanças que refletem as decisões de um povo, condicionadas por seus valores, crenças, organização e tecnologia (NORGAARD, 1989).

Dessa forma, é necessário desenvolver um diálogo entre as comunidades rurais, pesquisadores e extensionistas, efetivando assim a participação local e contribuindo para a troca de informações, sendo fundamental entender tanto as consequências ecológicas benéficas como as destrutivas das perturbações antropogênicas (GÓMEZ-POMPA e KAUS, 1992).

Assim, o objetivo deste estudo foi realizar o levantamento das principais atividades econômicas realizadas pela população tradicional da Vila Mota, cadastrar os currais de pesca utilizados na comunidade e reavaliar o Plano de Utilização da Resex Maracanã de maneira compartilhada com os usuários local.

### **Metodologia**

Esta pesquisa foi desenvolvida na Vila do Mota, pertencente a Reserva Extrativista Marinha Maracanã (RESEX), município de Maracanã, Estado do Pará. Criada pelo decreto de 13 de dezembro de 2002, esta unidade de conservação possui área total de 300,18 km<sup>2</sup> e é gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área.

O trabalho foi realizado em três etapas. Etapa 1: Reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da RESEX ocorrida em 29/09/2012, para discutir e reavaliar o Plano de utilização da RESEX Maracanã nas comunidades do Pólo Mota, momento em que foi levantado a problemática desde trabalho ; Etapa 2: Aplicação de questionários do tipo estruturado para identificação de usuários beneficiários da RESEX, levantamento socioeconômico e identificação daqueles que utilizavam currais de pesca e, conversas informais com os moradores, etapa ocorrida no primeiro semestre de 2012; Etapa 3: Georreferenciamento dos currais de pesca com uso de GPS (Global Positioning System), etapa ocorrida no segundo semestre de 2012.

### **Resultados e discussões**

A Reserva Extrativista Marinha Maracanã está dividida em nove Pólos: Mota, Penha, Tatuteua, São Cristóvão, São Roberto, Itamarati, 40 do Mocooca, Aricuru e Cidade os quais abrangem outras comunidades totalizando 90 comunidades na área de abrangência da RESEX, das quais existem atualmente 1100 famílias cadastradas na Relação de Beneficiários do INCRA. O Pólo Mota abrange as comunidades: Vila Mota, São Raimundo, Bom Jardim I, Bom Jardim II e Marieta, sendo a Vila Mota sede do Pólo.

A principal atividade econômica da Vila Mota é a pesca artesanal realizada por 56 das 90 famílias do local (Figura 1). A modalidade de pesca mais utilizada é a pesca de “currais”. Os currais são armadilhas fixas com varas, estrategicamente implantado no solo de modo a aprisionar o pescado para dentro de um cercado pelo movimento das marés. Na Vila Mota foram identificados, de acordo com a sua localização, dois tipos de currais: (a) currais de croa – aqueles utilizados em bancos de areia no meio da Baía; (b) curral de beira – situados às margens das praias e rios.

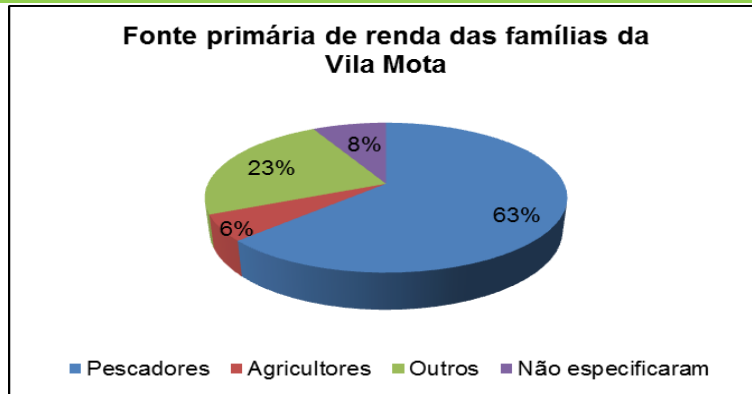


Figura 1: Representação das fontes de renda da comunidade.

No total existem 75 currais instalados na Vila Mota, sendo 46 de croa (todos ativos) e 29 de beira (dois desativados). Estes currais não foram previamente cadastrados junto ao ICMBIo e muitos deles estão em locais irregulares, por dificultar a navegação de embarcações ou a passagem de peixes no período de reprodução. Por outro lado, apesar de tradicionalmente utilizados no local, o Plano de Utilização da RESEX Marinha Maracanã, Capítulo Atividades de Pesca Permitidas na RESEX, artigo 19, regulamenta apenas os currais com espaçamento mínimo de 30 mm (30x30 mm) na tela do cacuri e 100 mm entre varas, possuindo nas enfiás o máximo de 80 metros de comprimento, com abertura máxima de 150 metros e, talvez, por este motivo os “currais” de pesca tem provocado no local, muitos conflitos territoriais e problemas ambientais (Figura 2).

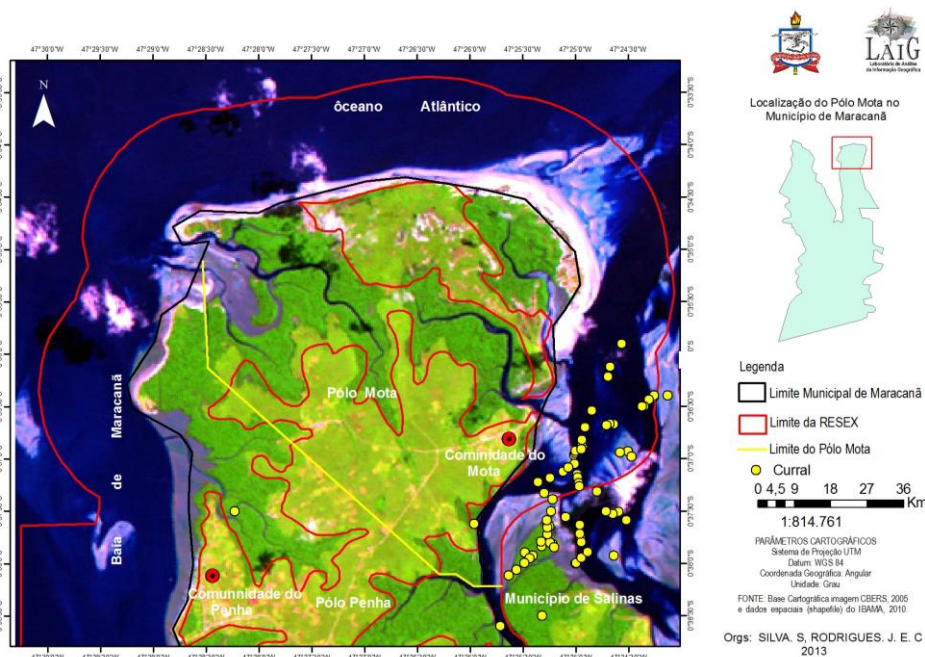


Figura 2: Localização dos Currais de pesca na Vila Mota – Maracanã, PA

A territorialidade pode ser expressa por meio da posse, da delimitação, da defesa e da marcação de áreas (MARQUES, 2001) podendo ser constatada entre as práticas de



pesca. Os “currais” trazem consigo os conceitos de territorialidade e de propriedade desde a época colonial entre os séculos XVII e XVIII, onde esses “currais” eram de propriedade de donos de engenhos. Num dos trechos do parecer do governador da capitania de Pernambuco entre 1804 e 1817 descreve: “*Estas espécies de armação embaraça o uso comum da praia, e mar, em que está estabelecida; pois o que fez o curral com seu trabalho, e despesa, quer desfrutá-lo exclusivamente*” (SILVA, 2001).

Porém, segundo LITTLE (2002) o fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Por isso, os conflitos existentes na Vila Mota precisam ser solucionados ou mitigados também em um processo de construção.

Assim, na reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da RESEX os extrativistas/pescadores propuseram o acréscimo de oito incisos ao capítulo 19 do Plano de Utilização da RESEX:

*“Os currais de cacuri deverão ter 4 cm de espessura e até 30 metros de espias com a distância entre um chiqueiro de um curral e a espia de outro curral situados na mesma linha deverão ter no mínimo 5 metros”;*

*“Os currais de camboa deverão ter no máximo 30 metros de espia com espaçamento de 10 cm entre talas. A camboa deverá ter 4 cm de espessura entre suas talas”;*

*“Os currais de crôa deverão ter espias com até 120 metros de comprimento e abertura de até 150 metros. Os depósitos (chiqueiros) deverão utilizar malheiro de no máximo 30 mm entre nós”;*

*“Os currais de croa situados em linha deverão possuir um espaçamento de no mínimo 25 metros entre a ponta da espia de um curral e a ponta a espia do outro curral”;*

*“A utilização de qualquer arte fixa de pesca fica restrita apenas aos pescadores cadastrados na AUREMAR, tendo em vista o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU firmado entre a AUREMAR, ICMBio e SPU”;*

*“Fica proibido o aluguel ou venda do curral ou ponto dentro dos limites da RESEX Marinha de Maracanã”;*

*“Será permitida a fixação de apenas 1 (um) curral por família”;*

O novo texto proposto só poderá ser aprovado depois de apresentado aos usuários das demais comunidades da RESEX Maracanã para análise e votação em Assembleia Geral Comunitária. Na Reunião do Pólo Mota, as pautas de maior discussão foram o aluguel ou venda do curral ou ponto dentro dos limites da RESEX e a permissão de apenas um curral por família. Após o georreferenciamento, constatou-se que algumas famílias possuem mais de um curral, ou seja, mais de um espaço territorial, que em geral é identificado no nome dos filhos na tentativa de diminuir os conflitos de territorialidade.

Em relação aos problemas ambientais o mais frequente é a retirada de madeira para confecção dos currais. Entre as espécies exploradas nos manguezais estão o tinteiro (*Laguncaria racemosa*), o mangueiro (*Rhizophora mangle*) e a siriubeira (*Avicennia germinans*) e, em terra firme, o bacurizeiro (*Platonia insignis*). O material utilizado são peças de madeiras, denominados “moirões”, talas de arbustos, ripas, além das e redes de malha. Basicamente os currais são compostos de duas partes: espias (cerca), por onde o pescado é direcionado, de acordo com a variação da maré; e galeria, ou chiqueiro, onde o pescado fica retido.

### Conclusões

Torna-se necessário o reordenamento dos currais de beira e currais de croa na Vila do Mota.

O número de currais existentes na comunidade pode comprometer, ao longo do tempo, o estoque de recursos pesqueiros do local.

A Agroecologia, enquanto ciência do campo da complexidade tem a potencialidade de fornecer os elementos necessários para uma efetiva conservação ambiental e sociocultural, e desta forma constituir a base de um novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável em unidades de conservação.

### Referências bibliográficas:

GOMÉZ-POMPA; A.; KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem, 1992. In: DIEGUES, A.C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2. ed. 2000, p.125-147.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002. Série Antropologia, n. 322. 32p.

MARQUES, J. G. W. **Pescando Pescadores**: Ciência e Etnociência em uma Perspectiva Ecológica. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. São Paulo: USP. 2 ed, 258pp. 2001.

NORGAARD, R.B. As bases epistemológicas da Agroecologia. In: ALTIERE, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

PIMBERT, M.P.; PRETTY, J.N. Parques, Comunidades e Profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. 1997. In: DIEGUES, A.C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2.ed. 2000, p.183-223.

SILVA, L.G. **A faina, a festa e o rito**: Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX), Campinas, SP: Papyrus, 2001

## GT 07 – Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistência às situações de injustiça socioambiental

### O Estar no Rio: Vivências e Práticas de Pescadores Artesanais

Ana Flávia Rocha de Araújo<sup>1</sup>  
Andréa Maria Narciso Rocha de Paula<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais/Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/ UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros, [aninha\\_rochaaraujo@hotmail.com](mailto:aninha_rochaaraujo@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia /Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social e no Departamento de Política e Ciências Sociais / UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros, [andreapirapora@yahoo.com.br](mailto:andreapirapora@yahoo.com.br)

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa foi estudar a pesca nas corredeiras do Velho Chico no Município de Buritizeiro, no Norte de Minas Gerais em decorrência dos Projetos de Desenvolvimento propostos para a região. O estar no rio, o jogar a rede, o esperar o peixe, a partilha dos territórios da pesca descrevem “homens anfíbios” que possuem regras próprias para a gestão do ambiente, que na complexidade da partilha e compartilhado do território promovem a articulação do grupo e dos saberes tradicionais.

**Palavras-chaves:** Rio São Francisco; pescadores; desenvolvimento.

#### Introdução

Com mais de 500 anos de história, o Rio São Francisco se faz presente na identidade, na oralidade, na vivência, nas místicas e na vida do povo ribeirinho. É a partir desta “presença” que os escritos abaixo se criam e recriam na compreensão do pescador e da pesca nas corredeiras do São Francisco, na cidade de Buritizeiro, Norte de Minas Gerais.

Abordar um assunto de tamanha relevância, especialmente nos dias atuais em que nos deparamos com uma intensa transformação do espaço natural devido às interferências do homem no ambiente se torna indispensável, principalmente numa discussão sobre o São Francisco.

Paula (2009) em uma notável concepção sobre o Rio São Francisco caracteriza este como sendo um divisor de águas, das culturas materiais e imateriais e da identidade da população sertaneja ribeirinha.

O rio esta presente nas especificidades de cada lugar: ponto de partida e chegada, espelho de crepúsculos e luares, de modos de vida e de trabalho. As populações em suas margens e no seu entorno viviam em cronologia com o rio. Secas e cheias eram tempos e espaços de plantar, colher e viver. O homem fazia o seu tempo e seu espaço no tempo e espaço da natureza. (PAULA, 2009, p. 73).

Através destas distinções e destas especificidades das sociedades ribeirinhas juntamente com as especificidades postas pelo Rio (espaço, ambiente, delimitação) há o reconhecimento de um *modo de vida* específico e um *saber fazer* característico, presente no cotidiano destes pescadores artesanais.

Uma das principais concepções que cercam este grupo social de pescadores é a autoafirmação em ser um ribeirinho-pescador. Numa visão científica posta pelas Universidades, consideramos essa autoafirmação uma identidade, que varia de conceituação de acordo com cada autor. Para uma melhor conexão e entendimento dos objetivos a que quero chegar, utilizo Castells (1999) para definir identidade, sendo

o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. (CASTELLS, 1999, p. 22).

Esta construção de significados relacionados e inter-relacionados a um determinado *significante*, é o ápice para a caracterização da pesca como um símbolo presente na vida dos pescadores e que é reproduzido diariamente sob uma forma particular de reprodução. Tal forma particular considero ser o *saber-fazer* adquirido ao longo do tempo por cada sociedade; sendo este adaptado às dinâmicas de transformação do *espaço físico e espaço cultural*.

Para Nisbet (1973) em seus estudos sobre sociedade e sobre as relações sociais, um grupo encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social, encarada separadamente. O grupo é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição. (NISBET, 1973, p. 47- 48). As territorialidades existentes nas corredeiras do Velho Chico foram construções de pessoas do passado e que ainda hoje são reproduzidas pelos pescadores evidenciando a memória como um fio condutor e ao mesmo tempo construtor das histórias. As

lembranças, recordações, histórias e estórias que fazem a memória e representam um conhecimento mais aprofundado de uma dada realidade. É através da memória que se compreende a realidade atual de um grupo.

### **O Saber – Fazer: As lógicas de gestão**

O rio esta presente nas especificidades de cada lugar: ponto de partida e chegada, espelho de crepúsculos e luares, de modos de vida e de trabalho. As populações em suas margens e no seu entorno viviam em cronologia com o rio. Secas e cheias eram tempos e espaços de plantar, colher e viver. O homem fazia o seu tempo e seu espaço no tempo e espaço da natureza. (PAULA, 2009, p. 73).

A noção de grupo social além de uma vivência coletiva *no* e *do* espaço social, se torna uma dinâmica produtiva que envolve em seu contexto a profissionalização em termos legais da pesca. Contudo, a pesca nas corredeiras em Buritizeiro – MG é legitimada pelos pescadores em seu *saber-fazer* diariamente, e não legal (de ilegalidade) aos olhos do Estado; fatores que serão discutidos com maior ênfase no decorrer do texto.

Dessa forma, analisando as concepções de espaço numa visão geral, estes são capazes de fornecer posições sociais que se evidenciam em espaços de disposições ou do *habitus*. Para Bourdieu (1996) “O *habitus* é esse principio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”. (BOURDIEU, 1996, pg.22).

Para Bourdieu (1930) esta concepção de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de espaço, que segundo o mesmo é um conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua *exterioridade mútua* e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e *entre*.

O *habitus* por si só são princípios geradores de práticas distintas, dentro de espaços distintos. Sua essencialidade esta voltada para as diferentes práticas simbólicas que constituem uma verdadeira linguagem. Linguagem esta que são as particularidades de cada sociedade, comunidade ou grupo; o que os tornam diferentes, únicos e essenciais.

Neste sentido, sendo um espaço de culturas, de símbolos, de identidades, o São Francisco constitui uma história própria. Conhecido antigamente como Velho Chico o São Francisco colaborou na transformação da região norte mineira e eclodiu na economia do país.

De acordo com Paul Little (2002/2003), a territorialidade humana tem uma multiplicidade de expressões que produz grande diversidade de territórios e que manifestam suas particularidades socioculturais. Para Diegues e Arruda (2001) isso só é possível porque os grupos culturalmente diferenciados, em sua trajetória histórica, construíram e atualizaram seu modo particular de vida e de relação com a natureza, considerando a cooperação social entre seus membros, a adaptação a um meio ecológico específico e um grau variável de isolamento.

De acordo com Rocha (2010, pg. 4) “o território é concebido como o espaço concreto e simbolicamente apropriado por determinado grupo social, cheio de significações”. Através desta vertente do concreto é que o homem afirma uma identidade com este espaço enquanto lugar, e conseqüentemente constrói uma territorialidade, que apesar de possuir vários significados, atua em toda dimensão social, cultural e política.

Esta soma dos saberes e das técnicas de uma comunidade ou determinado grupo social são os símbolos que caracterizam as especificidades de cada um. “Geograficamente o Rio São Francisco é um Rio de Planalto, cuja bacia é totalmente brasileira; caracterizando-se por uma grande heterogeneidade do meio físico, econômico e social” (DUMONT, 2007, p. 28), bem como, a do próprio povo ribeirinho, sertanejo ou barranqueiro, que são os mais utilizados como identidade, enquanto Rio São Francisco, que encontram nas relações de homem/natureza e homem/espaço uma edificação de tradicionalidade.

É neste contexto, que o conflito ultrapassa as barreiras puramente socioambientais e surge enquanto construção social dos pescadores e como forma de desestruturação no modo de vida construído. Construção social embasado em saberes tradicionais que para além da lógica sustentável defendida pela maioria da sociedade, é considerada modo de vida. E desestruturação, na medida em que o Estado implanta novos projetos ambientais, como a Transposição, desarticulando o espaço ambiental, social e cultural.

Nas travessias, entre idas e vindas, o São Francisco levava em seu “corpo”, pessoas, conhecimentos, especiarias, esperança, alegrias e tristezas, aos diversos “espaços” de seu leito navegável. Se tratando deste “sertão molhado”, as embarcações ganhavam vida através dos vapores, entre eles o *Beijamim Guimarães*<sup>1</sup>; que criado em 1923 no Mississipi, Estados Unidos, modificou a estrutura econômica e social da região (ALKMIM, 2011).

Em uma época não muito distante e de cheias no Velho Chico<sup>2</sup>, as embarcações eram as centralidades das comercializações da região. No início dos anos de 1980 (século XX), com a decadência da navegação no São Francisco, as viagens tornaram-se cada vez menos frequentes.

Se tratando do *Beijamim Guimarães*, em 1983, o vapor pegou fogo, com causas ignoradas até os dias de hoje. Cinco anos mais tarde, foi tombado pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), recebendo assim, sua primeira reforma. Em 1997, o vapor foi incorporado ao Patrimônio Histórico do Município de Pirapora e chegou a ficar parado por quase dez anos. Em 2004, porém, ele volta à ativa, navegando a pequenas distâncias nas imediações de Pirapora. Em outubro de 2007, a Capitania dos Portos de Minas Gerais autoriza o *Benjamim Guimarães*, após minuciosa vistoria técnica, a realizar viagens de longa distância.<sup>3</sup> A emoção da cidade em festa com a volta do vapor, depois da sua primeira restauração, pode ser compreendida através do denso relato abaixo de Alkmim (2011)

A pacata cidade está em festa. Na praça central, grupos folclóricos esbanjam alegria na Dança de São Gonçalo, Folia de Reis e Bumba-meu-boi. Há um clima de otimismo no ar. Grande parte dos 55 mil habitantes de Pirapora espera que as viagens turísticas do Benjamim, mesmo esporádicas e caras (estão previstas apenas seis em 2008, ao custo de 2.880 reais por pessoa), possam desencadear a ressurreição do transporte fluvial no Velho Chico, cujo apogeu foi entre 1958 e 1972.

Desde então, o rio entrou num processo de constante assoreamento, causado pelas 18 toneladas de sedimentos que recebe por ano. Os bancos de areia se multiplicaram a tal ponto que inviabilizaram a navegação comercial. Os

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.minasgerais.com.br/roteiros/vapor-benjamin-guimaraes/>, Acessado no dia: 24/10/2012.

<sup>2</sup> Utilizo a expressão Velho Chico para retratar os *tempos antigos*, de cheias do rio; e São Francisco para retratar a atualidade do rio (*tempos de hoje*).

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br> - <http://www.paradiso-turismo.com.br>, Acessado no dia: 24/10/2012.

vapores do São Francisco – mais conhecidos como “gaiolas” – só sobreviveram na memória dos ribeirinhos e nas vendidas por artesões da região.

O apito toca, com força. Esbanjando estilo, o Benjamim Guimarães zarpa ao som de fogos de artifício. Todas as medidas foram tomadas para que o barco não encalhe no trajeto. As comportas da barragem Três Marias foram abertas para elevar o nível das águas em 70 centímetros, e placas de sinalização recém-instaladas indicam o caminho a seguir em todo o percurso. “Antigamente não era assim. Dava para perceber os desníveis apenas olhando a superfície da água”, recorda o comandante Cassiano José de Castro, 78 anos, que deixou a aposentadoria de lado para conduzir novamente o velho barco, onde ganhou a vida por 47 anos. O veterano capitão que, aos 17 anos, saiu de Cachoeira, na Bahia, para realizar o sonho de marinheiro em Pirapora, admite estar ansioso. “Meu coração bate acelerado. Nada pode dar errado nesta viagem” – confessa, com alegria de menino.

O rústico barco de madeira segue resolutivo, acompanhado de perto por uma lancha de apoio da Marinha. Não vai em linha reta, mas em ziguezague, seguindo à risca a rota traçada para desviar das armadilhas de areia. O casco, com apenas 1 metro abaixo da linha d’água, ajuda nas manobras e permite imprimir uma velocidade de cruzeiro de 20 quilômetros por hora. No primeiro piso, o operador de caldeira Francisco Amâncio Neto, 77 anos, outro funcionário resgatando do passado, é o responsável pelo combustível do Benjamim Guimarães. A dinâmica é simples e eficiente.

A lenha queima na fornalha para aquecer uma caldeira, de onde sai o vapor que movimentava os pistões, fazendo girar a roda de popa. O perdulário Benjamim queima montanhas de madeira – mas os tripulantes se apressam a explicar que toda essa lenha vem de áreas reflorestadas.

Todos concordam que devastação, antes necessária para abastecer as embarcações do Velho Chico de combustível, não tem mais sentido. Deve continuar no passado.

Um apito mais longo alerta para a primeira parada, na Barra do Guaicuí, bem no encontro do São Francisco com seu principal afluente, o poluído Rio das Velhas, que nasce em Ouro Preto e abastece a região metropolitana de Belo Horizonte. Guaicuí é outro lugar cheio de história. Do final do século XVII ao início do XIX, era por esse caminho que mercadorias como sal, açúcar e milho eram levadas do Nordeste para centros de extração de ouro em Minas Gerais.

Guimarães Rosa, que conhecia o norte de Minas como a palma da mão, escolheu Barra do Guaicuí como cenário da declaração de amor de Riobaldo por Diadorim, em seu romance “Grande Sertão: Veredas”.

Não se sabe ao certo quem ocupou primeiro a região. Se foi o bandeirante Fernão Dias ou fazendeiros baianos que expandiam suas criações de gado para o sul, orientados pela Coroa portuguesa, já de olho no precioso metal.

O guia mirim Ítalo, de 13 anos, explica a origem do nome do lugar: “A Igreja de Pedra, ou do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, começou a ser construída aqui em 1650. Foi abandonada quando as cheias e a malária expulsaram as pessoas para um terreno mais alto. Só as índias idosas não foram, por isso a barra passou a ser chamada de Guaicui, que em tupi-guarani significa Rio das Velhas”. Detalhe à parte: uma gameleira cresceu sobre o topo descoberto do antigo altar-mor, com suas raízes escorregando pelos dois lados da parede da capela. “Caprichos malucos da natureza”. (ALKMIM, 2011, p. 135-137).

Atualmente, este transporte fluvial é apenas um barco de passeio movido à lenha de madeira reflorestada, e ainda percorre do município de Pirapora a Barra do Guaicuí, com menor capacidade que antigamente; aonde seu trajeto ocorria entre



Pirapora/Minas Gerais à Juazeiro/Bahia. Conhecido como “Gaiola”, o *Beijamim Guimarães* fez história na construção do povo ribeirinho.

Décadas atrás, abordo do *Beijamim Guimarães* o escritor Manoel Cavalcanti Proença, já alertava a população em seus escritos sob as possíveis dificuldades de navegação no São Francisco,

A navegação vai se tornando cada vez mais difícil, vão surgindo às coroas de areia que mudam de lugar a cada nova enchente, ora no meio do rio formando ilhas, ora coladas a uma das margens. É possível descobrir que em muitos casos a origem das coroas se deve pela destruição da mata ciliar. Encontrando o barranco desprotegido da trama de raízes, a correnteza o desmonta e o rio adquire uma largura desproporcionada. A água fica mais rasa, a velocidade da corrente diminui e não possui força capaz de arrastar as areias que vêm rodando, e que se amontoam em bancos extensos, dificultando a navegação. No baixio da Esperança, quase é possível atravessar o rio com água pela cintura. (ALKMIM, 2011, p. 57).

Para o pescador na atualidade:

*O rio começou a piorar. A água está acabando. O rio ficou mais seco, tá faltando mais água e tem muita poluição... Assoreamento no rio tá muito grande, o veneno de plantação, principalmente plantação de café, aqui pra cima tem uma e joga tudo no Rio, que é o que tá acabando com o surubim. Tem a Votorantim que joga minério, uma química no fundo, que junto com a lama mata os peixes tudo, lá ne Terezinha inda agora tem um surubim morto lá mesmo, deve dá uns vinte quilo. (Depoimento do pescador Beto, 35 anos em entrevista para Ana Flávia Rocha de Araújo - Janeiro de 2013).*

O que era uma estimativa de acontecer, já se tornou realidade de acordo com a visão dos próprios pescadores em Buritizeiro – MG. A poluição não só se tornou presente, como visível aos olhos dos turistas, da população, e do pescador; que vê na mortandade e na dificuldade de pegar o peixe, o maior problema da pesca.

Não se tratando de um “terrorismo ecológico” como cita Alkmim (2011) em sua obra: “O Velho Chico em três tempos”, esta é uma realidade que não podemos ignorar nunca. E que hoje pode ser comprovada com as fatalidades do dia-a-dia.

A história do *Beijamim Guimarães*; de um vapor que “transformou vidas” e ascendeu à economia do país, é uma das grandes maravilhas possíveis nesta viagem de “lembranças” que é descrever a história do Velho Chico. Contos, lendas, fatos de vapozeiros, remeiros, carranqueiros, pescadores do São Francisco, são concretizações de um “modo de vida” específico, e de um “viver nas águas”.

O “Gaiola” como era chamado o *Beijamim Guimarães* na época das grandes navegações (transporte de pessoas, especiarias e produtos) ainda realiza pequenas viagens pelo São Francisco. Viagens que duravam dias, meses, hoje duram por volta de três horas. Uma hora de descida e duas horas para a subida. Contudo, apesar das dificuldades encontradas ao longo do trajeto (bancos de areia, plantações, etc.) o passeio no *Beijamim Guimarães* continua sendo histórico e único. As representações e simbologias preservadas, desde a fonalha ao vapozeiro, desde as atrações artísticas ao toldo que cobre o sol escaldante do sertão, são uma perfeita representação dos *tempos de antigamente*; e ainda hoje é um dos maiores pontos turísticos do município de Pirapora – MG.

A facilidade com que as embarcações percorriam o rio foi caracterizada pela extensão de sua vazão e pelos longos trajetos de seu percurso navegável. Em se tratando de extensão, durante um longo período histórico de caracterização e reconhecimento, a nascente do Rio São Francisco era considerada em São Roque de Minas, na área do Parque Nacional da Serra da Canastra; o que tem sido questionado já há algum tempo. Para Melo (2012) estudos revelaram que a verdadeira nascente geográfica do Rio São Francisco encontra-se no município de Medeiros em Minas Gerais, onde nasce o rio Samburá, “curiosamente com maior volume de água e com nascente mais distante que o próprio Rio São Francisco em seu encontro”. (MELO, 2012, p.11).

Da nascente então identificada na Serra da Canastra, até as corredeiras de Pirapora e Buritizeiro, a região é conhecida como Alto Médio São Francisco. De Pirapora a Remanso, Médio São Francisco. De Remanso a Paulo Afonso, Submédio São Francisco. De Paulo Afonso à foz, Baixo São Francisco; caracterizando assim, uma área de 640.000 km<sup>2</sup>. (DUMONT, 2004, p. 33).

Dumont (2007) caracteriza a região do Alto Médio São Francisco que abrange as cidades de Pirapora e Buritizeiro,

Estende-se da nascente até a cidade mineira de Pirapora, abrangendo as sub-bacias dos rios das Velhas, Pará, Indaiá, além das sub-bacias dos rios Abaeté a oeste, e Jequitaiá a leste que conformam seu limite. Situa-se em Minas Gerais, abrangendo a Usina hidrelétrica de Três Marias e apresenta topografia ligeiramente acidentada, com serras e terrenos ondulados e altitudes de 1600m a 600m. O divisor leste é formado pelas montanhas da Serra do Espinheiro, com altitudes de 1300m a 1000m. Do lado oeste destaca-se a Serra Geral, cujas cotas oscilam entre 1200m e 800m. Sobressaem ainda, os escalonamentos de superfícies de erosão até a Depressão San Franciscana,

em direção à calha do rio e dos principais afluentes, cuja cota, em Pirapora, é de cerca de 450m. A vegetação é constituída de florestas e cerrado. É uma região de muitas chuvas (de 1500 a 1.000 mm anuais) no verão, que caem de novembro a abril. A temperatura média anual é de 23°. As diversas características climáticas classificam a região como tropical úmida, sendo que em algumas partes é temperada. (DUMONT, 2007, p. 29).

Localizada na região do Alto Médio São Francisco, a Usina Hidrelétrica de Três Marias é um fator determinante para a concepção da estrutura regional, assim como, uma contextualização da importância do Rio São Francisco para a região. Inaugurada na década de 1960, a Usina de Três Marias possui importância estratégica no controle da vazão do Rio São Francisco.

Abastecendo toda a região, a hidrelétrica possui um grande potencial econômico, bem como, enaltece a visão turística de toda a região. Apesar dos benefícios acarretados com sua formação, “algumas mudanças decorrentes do barramento das águas já foram constatadas na fauna dos peixes, devido à dificuldade de ultrapassarem os obstáculos físicos da barragem para a continuação da migração para locais de desova”. (MELO, 2012, p. 13).

Nos dias de hoje, uma das grandes preocupações de cientistas, biólogos e ambientalistas é a degradação do meio ambiente, que assola as margens do Rio São Francisco. O esgoto urbano e industrial, as queimadas, o uso inadequado do solo, os desvios para irrigação e para as hidrelétricas, as plantações de Eucalipto e o desmatamento das matas ciliares são algumas das atividades mais agravantes de degradação; bem como, a transformação do espaço físico do rio, que acarreta na mortandade e falta de peixes em seu leito, atingindo assim os pescadores da região que vivem da pesca ou encontram na pesca uma complementação econômica.

Depois de séculos de exploração inapropriada das águas do “Velho Chico”, beneficiando as mais diversas camadas hierárquicas da sociedade brasileira, hoje ele se encontra em estado “preocupante” quanto a sua preservação, e em processo de transposição das suas águas para o Semi-Árido brasileiro. Enquanto discurso “politicamente correto” o processo de transposição abrange perspectivas positivas e negativas, envolvendo em seu contexto posicionamentos diversos. Segundo Alkmim (2011), as informações recolhidas dos opositores sobre a situação do Rio São Francisco não se restringem à preocupação com o volume da água, mas também com as dificuldades da população rural, que conseqüentemente terão seus modos de vida modificados. Esta, considerada a maior de todas as polêmicas que circundam as obras

de transposição. Ter água nos municípios não significa necessariamente usufruí-la “como revelam as realidades de Serra do Ramalho/BA e de Itacarambi – a 673 km de Belo Horizonte/MG. Esses municípios são cortados pelo Rio São Francisco, mas os habitantes da zona rural sofrem com a falta d’água e sofrem com uma seca impiedosa”. (ALKMIM, 2011, p. 120).

Dentro do projeto de revitalização, de acordo com informações do Governo federal, 80% das obras em andamento se referem basicamente ao tratamento de esgoto. “O governo prevê a revitalização de oitocentos mil hectares da bacia do São Francisco – equivalente a quase um milhão de campos de futebol, por meio de ações de desassoreamento, contenção de barragens, proteção de nascentes e mananciais e a recomposição vegetal”. São projetos que precisam urgentemente serem consolidados. (ALKMIM, 2011, p. 121-122). Para os pescadores e moradores ribeirinhos a transposição é um meio/caminho de ajudar quem precisa. “*Nosso Rio é grande demais, porque não ajudar quem precisa?*” (Fala do pescador Beto, em entrevista – Abril de 2013). As concepções de grandezas, de valores, se confundem com a visão de um rio extenso (em largura e comprimento) que evidenciam um “bem” inacabável.

Neste sentido, as populações que conseguiram se sustentar e manter através das águas do rio, criaram ciclos bem definidos de trabalho e lazer, diferenciando suas atividades das demais atividades regidas pelos sistemas capitalistas. Sendo assim, a pesca artesanal nas corredeiras do São Francisco é hoje caracterizada por um grupo de pescadores, que não utilizando mão-de-obra assalariada, capturam o pescado através de técnicas manuais e de baixo custo financeiro. Contudo, com as dificuldades da pesca advindas da devastação do rio, da proibição da pesca nas corredeiras, dos pescadores amadores, existe na atualidade uma necessidade de profissionalização deste pescador.

É nesta busca de “qualificação”, de encaixe nos padrões exigidos pela massa do Estado, que ocorre o confronto entre os saberes tradicionais e a inevitável busca de colaboração dos Projetos Estatais na sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais. A pesca compreendida como ritual, os saberes adquiridos dessa prática juntamente com o processo de transposição proposto como forma de desenvolvimento para a região, que surge o contra ponto território enquanto água e território enquanto terra.

## Referências bibliográficas

ALKMIM, Carlos Diamantino. *O Velho Chico em três tempos: 1925/1944/2010*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos*. A Comunidade Tradicional. Editora cidade, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas sobre a teoria da ação*. Papirus Editora; 1996.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade. A construção da identidade*. Volume II; Editora Paz e Terra S/A; São Paulo, 2008.

DIEGUES, Antonio C; ARRUDA, Rinaldo S.V. *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Ministério do meio Ambiente, 2001.

DUMONT, Sandra Regina Tôres. São Francisco – *Caminho Geral do Sertão: Cenários de Vida e Trabalho de pescadores tradicionais em Pirapora e Buritizeiro – Norte de Minas Gerais*. Programa de Pós-Graduação em Geografia; área de concentração: Geografia e Gestão do Território; 2007.

DUMONT, Sávia. *ABC do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Editora Dimensão, 2000.

LITTLE, Paul. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. In: Anuário Antropológico 2002/2003. Rio de Janeiro: 2004.

NISBET, Robert A. *The Sociological Tradition*. Tradução de Richard Paul Neto. Londres: Amorrortu Editores S.A, 1973. p. 47-55.

NOVA, Paulo Bastos Boa. *Guia do Pescador*. CEMIG. Belo horizonte.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. *Travessias – Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas*. Tese de doutorado. UFU, 2009.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A região mineira do Nordeste – Grande Sertão*: Trabalho apresentado no XVIII Nacional de Geografia Agrária – Rio de Janeiro – 06 a 09 de Novembro de 2006.

PAULA, Andréa Narciso Rocha de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues; CLEPS JUNIOR, João. *Pesquisa de campo e em campo, os saberes das histórias de vida em comunidades rurais no sertão de Minas Gerais/Brasil*. In: VII Congresso latino americano de sociologia rural-Asociacion latinoamericana de sociologia rural, Quito: Eguador, 2006, anais.

\_\_\_\_ Instituto de Estudos Pró-Cidadania. *História Natural de peixes de água doce: teoria e prática nas escolas: Bacia do Rio São Francisco*; Belo Horizonte: Ed. Pró-Citta, 2012.

**GT 7 – Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistência às situações de injustiça socioambiental**

**Pescadores artesanais das praias do Jacarapé e Penha (PB): embates práticos e discussões teóricas sobre as noções de identidade e tradição**

**Autor A: Gustavo Cesar Ojeda Baez<sup>1</sup>**

**Autor B: Marilda Menezes<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Mestre em Geografia pela UFPB/ Doutorando em Ciências Sociais pela UFCG/ gbaez@bol.com.br

<sup>2</sup> PhD pela University of Manchester, Pós-Doutorado na Yale University no Agrarian Studies Programme, e Pós-Doc no Depto. de Antropologia da UNICAMP. Professora aposentada da Universidade Federal de Campina Grande e Professora Visitante Nacional Senior (CAPES/PVNS) da Universidade Federal do ABC. menezesmarilda@gmail.com

**Resumo:** O seguinte trabalho tem como objetivo central, apresentar algumas reflexões sobre como os conceitos de tradição e identidade são elaborados e utilizados por determinados autores no estudo das chamadas populações tradicionais. Essas reflexões integram partes iniciais de nossa pesquisa de doutorado, que vem sendo realizada no litoral do estado da Paraíba, e que versa sobre os pescadores artesanais desta região. Numa abordagem social, histórica e antropológica sobre os patrimônios materiais e imateriais dessas populações, pretende-se entender como estes grupos humanos e sua cultura se reproduzem no espaço e nas dinâmicas sociais nas quais se encontram imersos.

**Palavras-chaves:** Pesca artesanal; identidade; tradição.

## 1) Apresentação do tema e objetivo central do estudo.

As relações de base material e as práticas simbólicas elaboradas pelas populações humanas que habitam os litorais dos quatro continentes já foram retratadas de muitas maneiras ao longo da história. A conhecida relação entre homem e natureza já foi contada em diversos versos, epopeias, estudos e mitologias que tentavam explicar, cada uma a sua maneira, quais eram as motivações para essa gente do mar adentrar ao desconhecido e aventuroso universo marítimo. Para alguns, seriam as necessidades biológicas e a busca pela sobrevivência material o “motor” desse lançar. Já para outros, seriam os desejos, quase inconscientes da existência - o *devoir* de conhecer e de se aventurar pelos desconhecidos reinos de Netuno -, os “fatores” que movimentaram a experiência humana pelos mares e oceanos. (CALLOU, 2010)

Seja qual for a resposta, científica ou mitológica, poética ou instrumental, o que podemos observar claramente - tanto nos debates acadêmicos como nas pesquisas de campo - é, justamente, um conjunto bastante amplo e diversificado de motivações sociais, posicionamentos políticos e práticas culturais, envolvidas no exercício da pesca e da navegação. Abre-se assim, no nosso entender, um largo campo de possibilidades de estudos sociais e antropológicos que tomam a cultura pesqueira e seus atores centrais - os pescadores artesanais - como objetos de estudos privilegiados das ciências sociais.

Em meio às necessidades da vida cotidiana e entre os lampejos da imaginação criativa do homem, esses grupos de pescadores - que vivem nos limites entre o “mundo dos humanos” e a imensidão dos mares “não-humanos”- se sucederam por milênios, produzindo culturas, tecendo redes de relações sociais, estabelecendo pólos de comércio, criando fábulas e mitos que rerepresentavam e expressavam materialmente, sua relação direta com o mar.

Especificamente para o estudo das comunidades pesqueiras presentes no litoral brasileiro, podemos indicar os primeiros trabalhos acadêmicos surgindo a partir da década de 1940. Os estudos acadêmicos encontrados nesse período dedicavam-se as expressões dessa cultura milenar da pesca que chega até nossos dias - mesmo que re-significada pela *modernidade* - com o nome de pesca artesanal. (CALLOU, 2010 & DIEGUES 1983)



É sobre essa cultura pesqueira, diretamente sobre a vida social dos pescadores artesanais, que este trabalho se concentra. Pretendemos compreender melhor como são utilizados alguns conceitos-chaves como tradição identidade nas discussões e nos entendimentos dos processos sociais de reprodução da cultura pesqueira no estado da Paraíba.

Entendemos que todos esses questionamentos e reflexões apontadas até então, nos encaminham, conceitualmente, para a formulação um objetivo mais amplo deste pequeno estudo, seja ele, o de **compreender - dentro de parâmetros sociais e antropológicos - como se reproduzem socialmente essas populações no contexto da modernidade.** Em outras palavras, quais são as estratégias sociais, espaciais e políticas que essas populações adotam na contemporaneidade para se manterem atuantes? Ou ainda, quais seriam as formas coletivas de resistência dos pescadores artesanais no que diz respeito a organização do espaço costeiro paraibano?

Com efeito, somente nesta primeira formulação sobre os alcances e possíveis questões que esse trabalho induz, já mobilizamos alguns conceitos - identidade, território, reprodução social e modernidade – que serão analisados ao longo deste trabalho.

Com relação ao conceito de reprodução social citado anteriormente, vale pontuar inicialmente que, a noção de reprodução social que utilizaremos no decorrer deste texto está alinhada com uma visão sociológica bastante atualizada e crítica sobre os processos sociais. Seguindo este tipo de abordagem, que pressupõe a mudança social como “força” gerativa da própria cultura, Ramalho (2012) ressalta que tanto as formas de ordenamento do espaço e da sociedade, como as técnicas e organizações sociais do trabalho, e todo o saber-fazer da pesca, podem ser consideradas *práticas de produção e de reprodução social* da pesca artesanal.

Saber-fazer, apropriação social do mar e arte pesqueira trazem consigo formas de gestão e ordenamento dos recursos pesqueiros. Tudo isso pode ser sintetizado como práticas de produção e reprodução social da pesca artesanal. (RAMALHO, 2012, p. 264)

Refletindo um pouco mais sobre essa noção de *reprodução social* notamos claramente que, todos os conceitos e objetivos envolvidos nesse estudo (tradição, identidade e território), de alguma maneira servem, e podem ser relacionados, para uma

compreensão mais aguçada do processo de reprodução social da pesca. No corpo do texto o autor aprofunda suas considerações e afirma:

A arte pesqueira, os mestres e o modo de vida dos pescadores artesanais se confundem, por serem eles inelimináveis do processo de produção e reprodução social da atividade pesqueira e de suas maneiras de uso do ambiente aquático. (RAMALHO, 2012, p. 295)

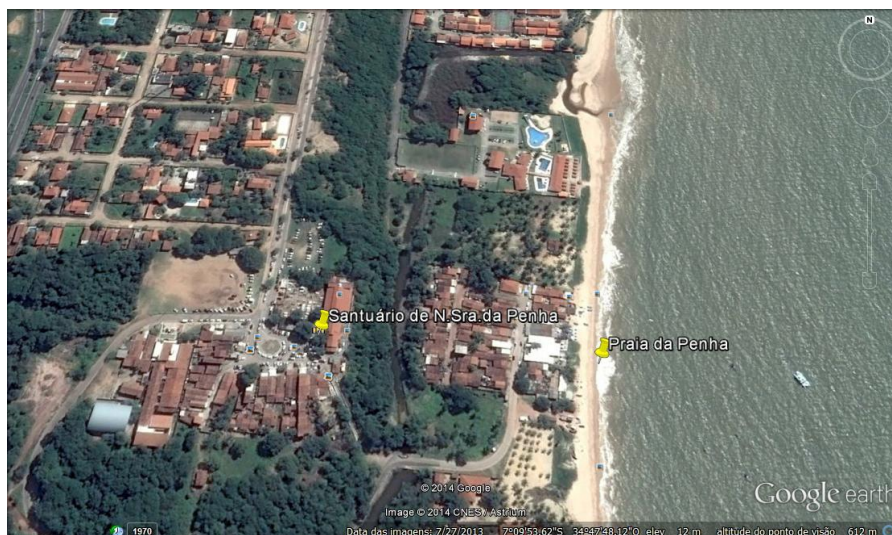
Nessa perspectiva de análise, portanto, podemos dizer que quando estudamos elementos sociais e culturais da pesca - como a organização sócio-espacial das comunidades pesqueiras, as formas de organização do trabalho e o *saber fazer* - a arte e o trabalho da pesca -, estamos nos deparando com o processo em si de *reprodução social* ao qual nos referimos.

Os outros conceitos envolvidos na temática deste artigo, sobretudo, os conceitos de identidade e tradição serão abordados em partes posteriores do texto.

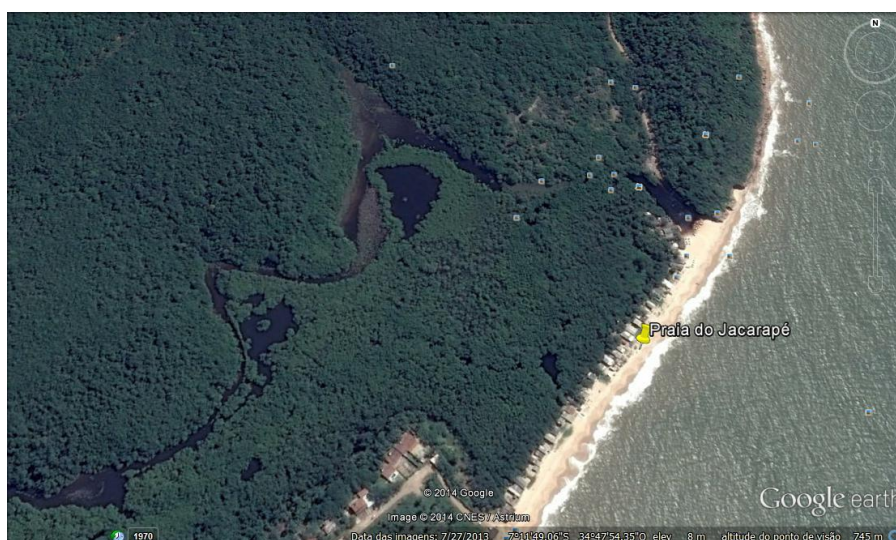
## **2) O recorte do estudo e os objetivos específicos nos campos.**

A delimitação espacial que definimos para este estudo concentra-se em duas comunidades pesqueiras localizadas nos limites da área urbana da cidade de João Pessoa. Tratam-se das comunidades de Nossa Senhora da Penha e do pequeno bairro do Jacarapé, ambas dispostas no extremo sul da região metropolitana.

Especificamente no bairro da Penha, temos o histórico de expulsões mais violentas ou, “pressões” mais antigas, que forçaram os pescadores a sair de seus territórios tradicionais de pesca, devido ao avanço urbano e turístico no bairro. Já no Jacarapé distante apenas 3,5 quilômetros da praia da Penha a situação é bem diferente. Por se localizar numa restrita faixa de areia entre os mangues da Floresta Estadual do Jacarapé, e muito próximo a área destinada para a construção do Complexo Turístico do Cabo Branco/Centro de Convenções, a situação natural e social desta localidade se tornou um caso *sui generis* de observação e estudo. A relativa distância das regiões mais habitadas ao seu entorno e a proteção dada pela presença do Parque, conservaram um “ar típico” de pequena e rústica vila de pescadores. No entanto tanto os projetos de expansão do turismo para a região como a política de proteção instituída na criação do Parque tornaram a permanência naquela porção de costa cada vez mais difícil segundo os próprios pescadores.



(Figura 1 – Praia da Penha com a área do bairro e Santuário ao fundo)



(Figura 2 – Praia do Jacarapé com a mata do Parque Estadual do Jacarapé ao fundo)

### **3) Contextualização da problemática de estudo dos pescadores artesanais e primeiras discussões conceituais.**

Para contextualizar o estudo sobre essas comunidades e compreender melhor como a cultura pesqueira se integra na dinâmica social atual da Paraíba, vamos apresentar alguns apontamentos de ordem metodológica e de organização teórica, presentes nos estudos de antropologia cultural propostos por Clifford Geertz (1978).

De forma geral aproveitaremos o cuidado analítico que Geertz aponta ao ressaltar a importância de uma abordagem eminentemente crítica e interpretativa da cultura, de seus signos e significados. Atenta o citado autor que utilizar conceitos sociológicos, sem antes refletir sobre seu processo de construção social, é um “perigo”

metodológico presente nas abordagens sobre as culturas. Segundo este posicionamento teórico, existe quase um “dever ético” do antropólogo atento, a saber, o de considerar a ação do pesquisador, e o uso de certos conceitos - *natureza, cultura, tradição e identidade*, por exemplo - como posicionamentos teóricos não neutros, ou seja, constructos teóricos impactantes na própria pesquisa acadêmica. (CLIFFORD 2008 & GEERTZ 2008)

Tomando o caso explicativo desse cuidado analítico nas pesquisas sociais<sup>1</sup>, e visando construir um panorama crítico dos estudos sobre os fenômenos sociais, podemos indicar Walter Benjamin (2014) como um dos autores que tratam, de forma quase poética, dessa temática, em seus escritos:

O que importa para o dialético é trazer o vento da história mundial para suas velas. Pensar para ele significa: içar velas. O importante é o modo como elas são içadas. As palavras são suas velas. O modo como são içadas as convertem em conceitos. (BENJAMIM, APUD, RAMALHO, 2006, p.37)

Entendemos assim que é necessário, senão fundamental, analisar os próprios conceitos, noções, e categorias que estamos mobilizando nesse campo de estudos das chamadas comunidades tradicionais. É esse “perceber diferenciado das palavras” tornando-se conceitos, e essa percepção mais sutil dos usos sociais e usos políticos dados às categorias mencionadas, que, de fato, importam na elaboração de um pensamento social dialético por excelência.

Na comparação apontada por Benjamin as palavras são interpretadas como velas içadas que se tornam conceitos a depender da direção dos “ventos” políticos e dos interlocutores envolvidos. A metáfora benjaminiana parece caber perfeitamente para o caso de estudo dos pescadores nordestinos, pois de fato, estes grupos realizam cotidianamente o citado “içar de velas”, ora no seu trabalho material, quando adentram os jangadeiros ao mar, ora de forma retórico-discursiva, nas arenas políticas, quando os pescadores no contexto de assembleias públicas, encontros de grupos de interesse, e perante instituições governamentais, utilizam os conceitos de identidade, tradição e

---

<sup>1</sup> Na academia brasileira, DIEGUES (1983) organiza larga reflexão sobre a vida social dos trabalhadores do mar, mostrando quais as implicações teóricas no uso de certos conceitos provenientes da terminologia marxista como as noções de campesinato e divisão social do trabalho. O autor constrói e apresenta as suas concepções de produção e reprodução social, destacando para seus leitores o *particularismo* deste povo do mar que transita cotidianamente entre o mundo dos “homens” e a “natureza”.

território pesqueiro, buscando a re-valorização de sua cultura e a garantia de seus direitos territoriais.

Especificamente para o estudo destes pescadores do litoral paraibano, localizados na cidade de João Pessoa, elegemos os conceitos de **identidade, tradição, trabalho, natureza, cultura e território** como um conjunto inicial bastante importante de noções que se articulam e se complementam tanto dentro da pesquisa bibliográfica, como nas pesquisas de campo já realizadas. Escolhemos este conjunto de conceitos, pois notamos nas visitas ao campo, que os próprios pescadores utilizam algumas destas noções nas suas expressões de linguagem coloquial, organizando frequentemente expressões como:

*A mata só ficou de pé por causa dos pescador tradicional. (João, pescador do Jacarapé, 57 anos).*

*Aqui nos espaços da natureza, no mar nois conhece tudo. (Ramos pescador, 65 anos).*

*A gente só quer nossa identidade garantida. (Celeide, pescadora do Jacarapé e representante da Associação de Pescadores do bairro, 45 anos).*

Todos estes relatos foram coletados entre os meses de março e maio de 2014 como parte das pesquisas de campo realizadas no bairro do Jacarapé. Os relatos nos mostram, cada um a sua maneira, variadas formas de uso e apropriação dos conceitos mencionados anteriormente.<sup>2</sup>

Na nossa visão, os seis conceitos - identidade, trabalho, tradição, natureza, cultura e território – ora se entrelaçam nas falas dos pescadores, como binômios explicativos: trabalho e tradição, natureza e cultura, identidade cultural e território, todos com forte caráter dialético, ora aparecem nas falas como cerne explicativos centrais, unos para a configuração e afirmação de uma identidade singular, distinta.

---

<sup>2</sup> Além dos relatos colhidos na praia, também coletamos diversos relatos de pescadores de todas as regiões brasileiras, durante o IV Seminário de Pesca Artesanal e Sustentabilidade realizado na Fundação Joaquim Nabuco em Recife, do qual participamos entre os dias 26 e 28 de Novembro de 2013. Os relatos colhidos neste seminário também irão compor parte importante dos resultados das pesquisas de campo (seguindo um modelo de etnografia multi-situada) que deveremos discutir e apresentar em nosso texto de qualificação para a tese. Juntamente com o referido Seminário de Pesca Artesanal realizado em Recife (novembro de 2013) aconteceu simultaneamente a avaliação da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, movimento social organizado por representantes (pescadores e pescadoras) de várias regiões brasileiras. No contexto desta campanha também notamos o uso intenso dos termos território pesqueiro e identidade cultural como marcas discursivas destas novas formas de luta social e lutas por reconhecimento de direitos humanos exercidos pelos pescadores e pescadoras na contemporaneidade.

### **3.1) Identidade cultural e tradição: enlaces com as noções de trabalho, natureza e cultura.**

O foco deste trecho é desenvolver um breve debate conceitual entre concepções que diferentes autores organizam sobre os conceitos mencionados. Na nossa interpretação atual e numa visão geral sobre o tema, consideramos que o conceito de identidade cultural aglomera e articula de forma majoritária os demais conceitos de trabalho, tradição, natureza e cultura. Isso quer dizer que, na formação e no entendimento conceitual de uma identidade cultural - no nosso caso a identidade pesqueira - os elementos do trabalho, da tradição e as concepções de natureza e cultura se fundem para formar as chamadas identidades pesqueiras.

Essa identidade pesqueira assumida, atestada e defendida por esses grupos, é a base e o “argumento jurídico” para a reivindicação dos territórios pesqueiros. Ou seja, para assegurar a demarcação e transferência de terras da União para as famílias pesqueiras, isto é para efetivar a criação de territórios pesqueiros, é necessário antes definir e identificar, afinal, quem são os pescadores? Qual é sua cultura, quais são as práticas sociais que os definem?

Dada à abrangência e o largo alcance explicativo que cada conceito e que estas questões podem tomar nos seus devidos estudos, resolvemos tratar com maior ênfase apenas dos conceitos de identidade e tradição neste momento de elaboração do artigo.

Nesse caminho de formulação de um pensamento social, voltado para o entendimento das identidades culturais na modernidade, destacamos Stuart Hall (2011) como um dos referências teóricos importantes para esse debate. O autor adverte sobre a necessidade e profundidade da tarefa que é realizar a arguição contemporânea do termo “identidade”. Tomando o termo em questão Hall escreve:

A opinião dentro da comunidade sociológica está ainda profundamente dividida quanto a esses assuntos. As tendências são demasiado recentes e ambíguas. O próprio conceito com o qual estamos lidando, “identidade”, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto a prova. Como ocorre com muitos outros fenômenos sociais, é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as proposições teóricas que estão sendo apresentadas. (HALL, 2011, p. 8)

Desse modo, a primeira sugestão que coletamos desse autor para nossa empreitada crítica sobre os referidos conceitos, é ter a seguinte assertiva em mente: as categorias sociológicas (como identidade) associadas a fenômenos sociais (como a pesca artesanal) devem ser verificadas em suas proposições antes de serem utilizadas na formulação de uma teoria social.

De forma breve, podemos recuperar as três concepções de identidade que Hall destaca nos períodos de transição da modernidade e pós-modernidade. A primeira concepção seria formada por um sujeito iluminista, que se funda numa noção de essência imutável e intocável. Neste caso, a identidade cultural ganha estas mesmas qualidades, ou seja, se configura como algo “essencial”, que não muda.

A segunda concepção de identidade é aquela formada por um sujeito sociológico, isto é: formada numa interação entre o homem e a sociedade. Neste sujeito moderno:

A identidade preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior”- entre o mundo pessoal e o mundo público [...] A identidade então costura o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (HALL, 2011, p. 12)

Nesta outra concepção, tratamos de uma identidade formada numa relação social, e por isso mesmo, a temos como algo que não é essencial e imutável, mas sim, algo passível de transformações.

Já a terceira forma de identidade que está em trânsito entre a modernidade e a chamada pós-modernidade - e da qual todos os grupos sociais fazem parte em diferentes posições - pode ser chamada de “identidade do sujeito pós-moderno”. Essa identidade torna-se uma “*celebração móvel*” do sujeito. A identidade então é vista como uma costura de posições sociais que um mesmo indivíduo pode adotar na teia social. Nesse sentido, a identidade puramente unificada, completa, uniforme e coerente é uma fantasia ou formulação imprópria do pensamento social. Como exemplo dessas “mobilidades” indentitárias, citamos a inusitada fala do pescador Adeilton mais conhecido por Del, da praia da Penha:

*Ser pescador é uma das profissões mais antigas, mas ser pescador é muito humilhante aqui. Quando a gente vai nos banco, pegá cartão de credito, empresta dinheiro, se fala que é pescador, tá danado! É hora comendo no relógio. Pescador, ele é tão esquecido,*

*tão humilhado, tão acabado que é melhor dizer que é autônomo, empresário do setor automobilístico (risos). Ai moça nem sai da linha.*  
(DEL, pescador da Penha 47, anos)

Essa “descentração” da identidade pode ser observada, de certo modo, na vida social dos pescadores, que, ora podem se filiar e agir coletivamente em torno de uma categoria de trabalho, ora em torno de uma demanda, ou ainda, a identidade pode ser polarizada pelo pertencimento a determinado grupo religioso.

Chegamos aqui a uma noção de identidade que consideramos adequada no âmbito de nossa pesquisa. Logo, vamos adotar em nossos estudos essa perspectiva da identidade como um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância fixa a ser simplesmente examinada pelo cientista social.

### **3.2) Sobre a noção de tradição**

Como já foi dito, para o estudo dos pescadores no caso nordestino, entendemos que é fundamental apresentar breves considerações sobre aquilo que entendemos por cultura *tradicional*, ou simplesmente *tradição*. Colhemos importantes contribuições para essa discussão nas abordagens sociológicas apresentadas por Lucia Helena de Oliveira Cunha, onde a estudiosa da pesca desenvolve uma reflexão aguçada sobre o tema, em suas palavras:

Essa visão idílica do pescador artesanal, centrada numa concepção fixa e exterior da natureza, tende a congelá-lo no tempo, como se fosse ausente de movimento, ausente de desordens [...] Em tais termos é que a idéia de tradição é marcada pela repetição e estabilidade, não abrindo margem a variação. (CUNHA, 2004, p 106)

A autora atenta para o cuidado analítico que os estudiosos das culturas tradicionais, devem ter para não reproduzirem uma visão idealizada sobre estes grupos sociais nas suas abordagens. Nessa visão a *tradição* será revestida de movimento, de mudanças, provenientes das próprias dinâmicas sociais nas quais está incluída, ou seja, “a tradição é algo dinâmico, algo que transita, que se movimenta, deslocando-se, assim, o sentido convencional que é imputado à palavra tradição.” (CUNHA, 2004, p.106)

Outro autor que merece destaque nos debates sobre o conceito de tradição é Rodrigo Grunewald (1999) quando estuda o processo de reinvenção das tradições dos índios Pataxó no contato com a indústria do turismo no estado da Bahia.



Para o contexto social brasileiro Grunewald mostra que para os estudos antropológicos e históricos dos índios pataxós, a noção de tradição é formada por elementos extraídos do contato intenso destes grupos com diversos segmentos sociais. Nessa vertente é o contato social, o conflito e a disputa intergrupar, e não um suposto isolamento cultural, que solicitam a invenção ou reorganização de certa tradição. (GRUNEWALD, 1999, p. 18)

Nesse mesmo sentido entendemos que a geração ou recriação de certas tradições pesqueiras ocorre pelos mesmos fatores apontados anteriormente, isto é, os pescadores estão de fato transitando em diversas arenas políticas onde fluxos e demandas sociais de diferentes grupos requerem novas *construções sociais*, e estas novas construções podem ser denominadas *tradições reinventadas*.

#### **4) Resultados parciais das pesquisas de campo e considerações finais**

De forma geral notamos nas visitas a campo que a identidade pesqueira esta sendo fundamentada num discurso e na pratica de conhecimento da natureza, na decifração de seus fluxos e funcionamentos e, incisivamente, no conhecimento dos espaços terrestres e marítimos, tendo-se sempre em mente a noção de ancestralidade, de pertencimento destes grupos, aquela faixa de areia. Como argumenta Sr. João, um dos primeiros pescadores a fixar residência na praia do Jacarapé:

*Era cinco (5) dias de pescaria na Penha e Jacarapé, dormindo nas palhoça, tudo de palha mesmo, nós pescava e dormia aqui. Voltava dois dia pra casa, dois dias só. Depois quando nois veio pra cá, eu mais a muié, montei duas caiçara, uma pra casa outra pras coisa, jangada. As duas caiçaras botaram fogo. Botaram fogo e nós resistiu. Depois já andei muitas vezes com a Sudema, os Ibama, ai dentro, mostrava tudo pra eles, mostrava tudinho, dentro desse mato (Floresta do Parque Estadual do Jacarapé) nois já andou tudo, essa floresta foi nois quem conservou, se não fosse nois pescador já tava tudo cortado (risos). (João, pescador do Jacarapé, 57 anos, atual vice-presidente da Associação de pescadores, Amigos e moradores da Praia de Jacarapé).*

Desse modo, de forma clara, podemos observar em campo que o conhecimento dos espaços costeiros e de sua natureza, norteia um processo de auto-afirmação, de auto identificação enquanto pescador artesanal.

Outro ponto interessante é a questão de Gênero nas comunidades estudadas. Presenciamos uma participação bastante ativa das mulheres nas posições de liderança e

representatividade das comunidades. Consideramos este fato importante, tendo em vista que se trata de uma profissão majoritariamente masculina. Especificamente na comunidade do Jacarapé, Dona Celeide é atualmente a representante “oficial” dos pescadores nos encontros junto aos órgãos governamentais. Sobre a tradição e identidade pesqueira coletamos boas conversas sobre o tema, como vemos nos trechos a seguir:

*Nossa principal prioridade é a vila dos pescadores. O SPU já tá vendo a área porque a prefeitura disse que ela não tem área aqui. Isso já uma demanda passada [...] A maioria das pessoas acha que a gente é morto de fome. Mas a gente não é não. Somos pessoas normais, apenas com modo de vida diferente. A gente só quer a garantia do lugar que nos dá sustento. O resto a gente faz, a gente dá jeito. O pescador em si não tem noção dos seus direitos e dos seu valor [...] Meu sonho na pesca artesanal é maior, mas a principal prioridade continua sendo documentar nossa existência. (Dona Celeide, pescadora do Jacarapé, 42 anos)*

Somente neste curto relato recuperado das conversas já travadas na residência de Dona Celeide e Seu Lobo (seu esposo e pescador mestre), podemos elencar um conjunto rico de temas que fazem referencia direta aos problemas sociais e demandas que a população do Jacarapé tem na atualidade. A luta por territórios legais para moradia, a revalorização de sua cultura, o reconhecimento por direitos humanos como o direito a igualdade, o direito a “documentar” a sua existência, são por si só, temas que renderiam extensas análises.

Após esta fala, dona Celeide destacou também, com muita propriedade, a necessidade das famílias de pescadores permanecerem juntas naquela área, pois a proximidade e ajuda mutua entre a comunidade fortalece a cultura da pesca. Segundo a pescadora, os pescadores separados são pescadores enfraquecidos, e ao longo do tempo se a comunidade não se junta, vai se separar se “desintegra”, como já acontecera no vizinho bairro da Penha.

Ao cabo, devemos lembrar que apenas indicamos neste artigo um conjunto restrito de conceitos – com ênfase para identidade e tradição – pontuando algumas reflexões sobre como os *constructos* dialogam com debates teóricos- acadêmicos e com a materialidade concreta dos homens e mulheres pesqueiras abordados nas pesquisas de campo.

As formas de resistência da cultura pesqueira nessas comunidades hoje se fazem de maneiras variadas. Pudemos observar que, no campo das práticas sociais, é o trabalho, a habilidade na arte da pesca, que dá honras ao dito pescador. É pelo trabalho que se atesta o pertencimento a categoria. Já no campo dos discursos, a cultura pesqueira tem organizado estratégias de resistência reelaborando e apresentando publicamente uma identidade pesqueira fundada na ancestralidade e no conhecimento dos espaços da natureza. Isso requer destes grupos um novo reposicionamento político, que não era adotado alguns anos atrás, uma nova forma de apresentação de sua cultura, ressaltando-a como uma forma cultural distinta dentre as outras formas de apropriação do espaço. Assim uma nova faceta é requerida para os pescadores artesanais, uma nova face que dialoga com as formas de representação política exercida por meio de movimentos sociais organizados. Com frequência testemunhamos os relatos dos pescadores e pescadoras compartilhando suas idas e vindas junto as instâncias de representação municipal, estadual e federal.

No entanto notamos pouca relação destas comunidades específicas com a Campanha Nacional pela criação de Territórios Pesqueiros. A luta, mais localizada no Jacarapé, apesar de requerer os mesmos direitos territoriais solicitados na Campanha Nacional, se fazia de forma mais “isolada”. Operava-se, a meu ver, uma resistência coletiva entre os moradores, que questionaram, conjuntamente, e por meio de Ação popular, os mandados de desocupação emitidos no passado recente. Já na praia da Penha observamos que essa demanda por territórios pesqueiros já não é mais elaborada ou formulada pelas famílias pesqueiras, pois o bairro já se encontra reconfigurado pela intensa especulação imobiliária.

Em suma podemos ter como certo que é preciso conceber e estudar essas populações humanas e sua cultura, por um viés cada vez mais rizomático, isto é, por meio da concepção de rede, de trama social, para podermos entender com mais clareza como estes grupos interagem, modificam e são modificados no processo cultural da chamada modernidade. De fato, o que temos em frente é certamente um quadro bastante amplo de lutas por reconhecimentos de direitos humanos, lutas por direitos territoriais, luta social e de classes e outras disputas jurídicas que devem novamente reorganizar a identidade pesqueira e redefinir, de certo modo, quem de fato e direito, são os pescadores artesanais do século XXI.

## 5) Referências Bibliográficas:

- BAEZ, Gustavo Cesar. *Representações Governamentais da Floresta Nacional do Tapajós: Turismo e comunidades tradicionais*. 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2006.
- BAEZ, Gustavo Cesar Ojeda. *Faróis da costa nordestina: olhares geográficos e históricos sobre os faróis marítimos no nordeste brasileiro*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.
- BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil*. *Ciência e Cultura*, v. 62, p. 45-48, 2010.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org). *Movimentos sociais na pesca*. Recife: FASA, 2013.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: MEC; 1969.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- CLIFFORD, James & GERTZ, Clifford. *El surgimento de la antropología pós-moderna*. Barcelona: GEDISA, 2008.
- COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de 500*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.
- CUNHA, de Lucia Helena de Oliveira. “Saberes patrimoniais pesqueiros”. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR. n.7, p. 69-76, jan./jun. 2003.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Anna (Org.). *Enciclopédia caiçara*. São Paulo: \_\_\_\_\_ . *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A Sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil*. São Paulo: Etnográfica, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. Modernização Reflexiva. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GEERTZ, A *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1978.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais : morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azevedo. *Os índios do Descobrimento*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres & Mares : espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: ANNABLUME, 1993.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *“Ah esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. São Paulo: Polis : Campinas, SP : CERES – UNICAMP, 2006.

\_\_\_\_\_. “A arte pesqueira: território da mestrança e do saber-fazer marítimo.” In: MOURA, Alexandrina Sobreira de (Org). *Políticas Públicas e Meio Ambiente*: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2012.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. *Metamorfozes do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

**GT 07 – Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistência às situações de injustiça socioambiental.**

**Pescadores do Açaizal, Baião/PA: uma análise sobre os efeitos a jusante da barragem de Tucuruí**

**Aquiles Simões <sup>1</sup>**

**Matheus Benassuly Maués de Medeiros <sup>2</sup>**

**Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos <sup>3</sup>**

**Flávia Sousa Garcia Sanz <sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Doutorado/Professor Adjunto/ Universidade Federal do Pará, moinaiu@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando/Bolsista de Iniciação Científica / Universidade Federal do Pará, matheusbenassuly@gmail.com

<sup>3</sup> Doutorado / Professor Adjunto / Universidade Federal do Pará, sm.mag@globo.com

<sup>4</sup> Graduando/Bolsista de Iniciação Científica / Universidade Federal do Pará, flaviasgsanz@gmail.com

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é refletir sobre os efeitos da barragem de Tucuruí para a comunidade pescadora Açaizal, Baião/PA; analisar os efeitos da barragem enquanto processos expropriatórios, que reconfiguraram as estratégias de reprodução da comunidade. O esvaziamento de direitos provocado pela barragem submete os pescadores a uma situação de injustiça ambiental e amplia os efeitos do deslocamento sofrido, caracterizada pelo deslocamento in situ, pouco discutido pela bibliografia brasileira.

**Palavras-chaves:** Barragens; expropriação; deslocamento.

## **1. Introdução**

Os efeitos da construção de grandes projetos na Amazônia são inúmeros, sobretudo do ponto de vista socioambiental. Em geral, a bibliografia que trata sobre estes efeitos, detém-se nos efeitos produzidos a montante da barragem, vinculados ao aumento do nível da cota do rio e à inundação de várias extensões de terras, em sua maioria ocupadas por comunidades reconhecidas como tradicionais - pescadores, extratores e coletores e agricultores. Como observam Richter et al. (2010:14),

"Less attention has been given, however, to populations living downstream of dams whose livelihoods have been affected by dam-induced alterations of river flows. By substantially changing natural flow patterns and blocking movements of fish and other animals, large dams can severely disrupt natural

riverine production systems – especially fisheries, flood-recession agriculture and dry-season grazing".

No campo jurídico, o Projeto de Lei nº 1.486/2007, que se encontra em tramitação, trata da regulamentação de certos direitos das populações atingidas. O IBAMA já tem incluído nas condicionantes ambientais vários “direitos” dos atingidos por barragens (CDDPH, p. 22). Esse conceito (que determina aqueles que fazem jus a esses direitos) compreende aqueles que são afetados pela construção de barragem, passando por um processo simultâneo de transição social, envolvendo mudanças econômicas, políticas, culturais e ambientais (CDDPH, p. 27).

Atualmente, tem-se incluído entre os atingidos, grupos ou indivíduos que, embora não tenham sido deslocados compulsoriamente, ficaram prejudicados em função de a barragem ter comprometido seus meios e modos de vida (CDDPH, p.28). Trata-se de “deslocamento econômico”. A perda ou restrição de acesso a meios de vida já caracteriza o grupo ou indivíduo como atingido, ainda que tais meios consistam em bens públicos (recursos pesqueiros e florestais) (CDDPH, p. 28). “O deslocamento econômico resulta de uma ação que interrompe ou elimina o acesso de pessoas a recursos produtivos sem recolocação física das próprias pessoas.” (IFC *apud* CDDPH, p. 29).

Portanto, a perda do potencial pesqueiro, decorrente de mudanças no regime hídrico, conforme evidenciado, já configuram impactos aptos a caracterizar a comunidade pescadora de Açaizal como atingida por barragem, na medida em que houve limitação ao acesso a recursos imprescindíveis à manutenção do modo de vida daquela comunidade.

Com a barragem de Tucuruí não foi e não está sendo diferente 1. Este trabalho irá analisar o caso de uma população que reside à jusante da barragem de Tucuruí e que sofreu os efeitos desse grande projeto.

Trata-se da comunidade Açaizal, localizada no município de Baião/PA, às margens do rio Maturá, situada na região do Baixo Tocantins. Neste trabalho, convencionaremos

---

1 Anthony Hall em sua obra Amazônia – desenvolvimento para quem? traçou um panorama detalhado sobre o Programa Grande Carajás (PGC), onde está circunscrito o projeto da hidrelétrica de Tucuruí. Sônia Magalhães, em sua tese de doutorado, fez análise socioantropológica de um dos efeitos mais drásticos da construção de barragens: o deslocamento compulsório (MAGALHÃES, S. B. Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém: UFPA, 2007).

tratá-la como comunidade pescadora, em razão de ser o pescado fundamental para a economia do grupo e sua consequente reprodução cultural e social. Essa comunidade pescadora possui aproximadamente 36 famílias<sup>2</sup>, distribuídas em quatro vilas: Medeiros (6), Correia (4), Puçã (6) e Vila Nova Açaizal (20). Existe ainda outra localidade, Ressaca Pocina, também chamada Pucinho, onde reside apenas uma família.

A partir da fala desses pescadores e pescadoras, tentaremos analisar as percepções acerca dessas transformações socioambientais, tomando como marco a barragem de Tucuruí e seus efeitos sobre o modo de vida dessas pessoas. Da mesma maneira, objetiva-se, a partir da demonstração dos efeitos da barragem, refletir acerca de aspectos como os desafios para a gestão do pescado e a dimensão da violação de direitos, decorrente de processos de deslocamento compulsório ocasionados por empreendimentos dessa natureza.

A partir das entrevistas, percebemos alterações drásticas na forma como o grupo se relaciona com o meio ambiente, bem como a emergência de estratégias para a manutenção de seu território. Incluem-se nestas falas denúncias de mortandade atual de pescado ocasionado pela barragem em períodos em que os peixes deveriam estar em processo de reprodução. Nesse contexto, vão surgindo novas técnicas para a obtenção do pescado, que, segundo os relatos dos pescadores, podem ampliar a escassez do pescado iniciada pela barragem.

## **2. Efeitos socioambientais da barragem.**

Segundo as falas dos pescadores, podemos afirmar que a barragem de Tucuruí teve a redução do pescado e a extinção de espécies de peixes como um de seus principais efeitos para a comunidade pescadora. Estudos realizados por Santos (2005) e Manyari (2007) indicam a extinção de espécies, o aparecimento de novas espécies, bem como modificações na morfologia do rio com a destruição de biótopos, respectivamente.

Para os pescadores, esta mudança se expressa na extinção e na escassez de determinadas espécies, sobretudo aquelas mais apreciadas em sua dieta, e na mortandade dos peixes em berçário, na época da reprodução. Ambas, decorrentes do ritmo artificial de cheia e vazante determinado pelo abrir e fechar de comportas.

### **a) Extinção e escassez**

---

2 Dados fornecidos pela Colônia de Pescadores Z-34 (ARAGÃO, 04/07/2013, comunicação pessoal).



É o que resta revelado na seguinte fala: “...Ah, Era muito farto, agora não tem mais nada, tá acabado. (...) Agora, várias coisas a gente não vê, olha. Jaraqui tu não vê. Pratiqueira tu não vê mais, né? Não tem Curimatã” (Sr. J., pescador). Algumas espécies, segundo relatam os pescadores, dependem do movimento das águas do rio, que hoje é controlado artificialmente pela barragem. “(...) tá assim o mapará. Tá conforme lá. Tá controlado pela barragem. Quando ela, eles soltam água lá. Ela lança, o peixe entra, o Mapará. Aí é nessa entrada dele que nós pega ele. É assim que tá o Mapará. Ele tem, o Mapará, mas só é assim”. (Sr. M., pescador)

Conforme relata um dos mais antigos moradores do Açazal da Ilha (Villa Corrêa), a construção da barragem ensejou, também, alterações na paisagem: “ ...Tem ilha que sumiu, isso foi depois da barragem (...) foi tudo junto né, quando some some tudo, as plantas, o aningal, os lagos onde os peixes entram para desovar (...) Aqui na vizinhança sumiu a ilha do Sacai e do Xininga, elas não existem mais, tem lugar que o barco nem passa quando seca, vira um banco de areia só...” (Sr. P., pescador). Tal relato exprime bem as transformações ambientais sofridas decorrentes das mudanças na vazão do rio Tocantins, desencadeando e ampliando fenômenos como erosão (desaparecimento das ilhas) e assoreamento dos rios (surgimento de banco de areia que dificulta a navegação).

#### b) A mortandade de peixes

As falas colhidas em campo revelam como se dá a mortandade como efeito da barragem no período de reprodução do peixe. “é da piracema. A piracema do peixe, por exemplo, a água cresce, né? A água vai crescendo, o peixe vai subindo, vai entrando pro mato pra procurar jogar a ova.(...) aí vai ele joga a ova onde tem água, aí de repente quebra, arreia, aí morre tudinho essas ovas. Porque eles tão desovando (...) eu acho que é através disso que a gente não tem vários tipos de peixe.” (Sr. J., pescador), Essa mortandade se dá principalmente quando da reprodução do peixe, período em que, contraditoriamente, é proibida a prática da pesca (que, em suma, significa a proibição de matar peixes sob-hipótese alguma). Essa é a principal razão para a diminuição da quantidade de pescado e da diversidade da ictiofauna. Quando as ovas deveriam estar sob as águas do Tocantins e afluentes, ficam expostas aos predadores por conta da retração das águas em função do controle artificial da barragem. “As ovas... Os peixes que ficaram presos pra lá morre tudo. A ova fica em terra, só urubu e pássaro e formiga.”, relata o presidente da Colônia, apoiado pelo grupo de pescadores. O presidente da Colônia, ainda apoiado pelo grupo de pescadores entrevistados, denuncia:

*“A Eletronorte é a maior predadora, é a grande criminosa e responsável pela situação que vivemos, eles matam nossos peixes antes deles nascerem...”*

Existem ainda relatos quanto à mortandade de peixes decorrente a diminuição/perda da qualidade da água, que, a partir da barragem, passou a ser imprópria para o consumo: *“ah, agora tá demais feia a água (...) agora nós não toma a água lá do rio, porque antigamente nós tomava, quando nós morava lá, só era de lá mesmo...”* (Sr. P., pescador). *“Se tu ir ver a água aí do rio como é... tudo cheio de bolota de lodo. Embolotado tudinho embolotado.”* (Sr. T., pescador)”

Observamos que existe um período em que as águas do Tocantins ficam bastante turvas (“a água fica forte”, segundo a percepção dos pescadores), em razão de uma severa baixa sazonal do nível do rio, fazendo com que os peixes sejam capturados mais facilmente. Esse é um período em que os peixes deveriam ficar “de boquinha”, ou seja, de mais fácil captura (fenômeno chamado localmente de piracaú), mas predomina uma grande quantidade de peixes mortos. *“Quando a água baixa ela fica forte mesmo. Mas foi por isso, porque desde quando fecharam a barragem, que este rio aqui era direto, aí (o peixe) não morria porque a água passava era normal, mesmo. Era corrente”* (Sr. A., pescador).

### **2.1. Novas técnicas: desafios para a gestão de recursos comuns.**

Como reflexo desse cenário de escassez do recurso natural de uso comum (pescado), passaram a ter destaque técnicas que também incidem sobre o estoque de pescado já escasso: a flechação e o açacu<sup>3</sup>. São técnicas que, em geral, objetivam um resultado pautado na obtenção de maior quantidade de pescado, de maneira mais simples e rápida. Essas técnicas, diferentemente do arco e flecha, malhadeira, lança e caniço, historicamente utilizadas, são recentes, conforme se depreende do seguinte relato: *“Não tinha pesca com flecha. Não tinha, faz pouco tempo. Era só malhadeira”* (J., jovem pescador filho de pescador).<sup>4</sup>

Os pescadores explicam como se dá esse tipo de pesca: *“A flechação ‘ilumia’ lá onde o peixe dorme. Ele vai com a lanterna, a flecha e malhadeira. Se escapar da flecha aqui,*

---

<sup>3</sup> Árvore da família das euforbiáceas (*Hura crepitans*) originária da Amazônia, de madeira aproveitável e cujo látex venenoso é usado para matar peixes em pesca fluvial. A pesca utilizando o veneno açacu consiste no despejo da substância venenosa extraída de uma árvore nativa da região, com o fim de se obter pescado de maneira mais simples e rápida.

<sup>4</sup> Essa “flecha” é uma espécie de arpão lançado às águas a fim de que se capture peixe para a alimentação.

*morre lá na malhadeira. Não é só a Eletronorte, não, tem essa flecha aí, meus sobrinhos mesmo fazem isso...*” (Sr. R., pescador pai e tio de jovens pescadores). Evidenciam, dessa forma, que essa é uma prática ligada às gerações mais jovens de pescadores, demonstrando, por outro lado, que o grupo tem consciência de que a ação de determinados membros daquela comunidade também é responsável pela escassez do recurso natural de uso comum.

A técnica utilizando o veneno açacu, segundo os relatos colhidos, está, da mesma maneira, ampliando a escassez: *“o veneno, porque hoje o nosso peixe tá acabando mais através do veneno.”* (Sr. J, pescador).

O surgimento dessas técnicas pode ter explicação na crescente dificuldade enfrentada pela comunidade para a obtenção do pescado, a partir dos efeitos da barragem. Assim sendo, acreditamos haver uma correspondência entre a escassez de pescado e o caráter predatório dessas técnicas. Ou seja, quanto maior é a escassez, as técnicas adotadas tendem a agredir ainda mais o ambiente, incidindo diretamente na perenidade do recurso. A fala dos pescadores nos dá a pista necessária para essa afirmação: *“tá difícil o peixe. Aí pra pegar eles tem que jogar o veneno.”* (Sr. J., pescador)

Os pescadores, corroborando a crença de Ostrom (2000) quanto à capacidade que possuem de criar modelos de autogestão do recurso natural de uso comum, visando à perenidade desse recurso, apontam a possível saída para essa situação delicada. *“Se tiver o acordo de pesca a gente vai ter que tomar a flecha do cara. Se não tomar a flecha dele (...) vai entrar bem ali, aí, tchan, vai tornar cair na água e vai flechar. Esse negócio aí, rapaz, isso aí não acontece mais tem que ser um acordo seríssimo.”* (P., pescador). *“Esses moleque que eles tão flechando, a gente vai lá eles ainda querem encacetar a gente.”* (B., pescador) *“era a de ante aqui tinha muita fartura porque aqui era respeitado. Se eles vissem, soubessem que tinha uma pessoa aí pra dentro, eles se ajuntavam aqui, os pessoal dali daquelas vilas, eles iam buscar na marra, vinha. “vai te embora!” não entrava, mas não entrava.”* (Sr. G., pescador). *“era respeitado e tinha muita fartura, porque era só o povo daqui mesmo, mas agora não tem.”* (Sr. P., pescador).

Dessa forma, acreditam que o acordo de pesca é uma possível alternativa para a situação em que se encontram, mas revelam a dimensão da dificuldade em se chegar a um acordo

que beneficie a todos. Pelo fato de possuírem um considerável conhecimento sobre aquele meio, inclusive das alterações da vazão provocadas pela barragem, dispõem de parâmetros para o estabelecimento de normas de caráter coletivo para promoverem a melhor gestão do recurso, com vistas a reduzir a pressão sobre o escasso pescado que restou para a comunidade.

## **2.2. Territorialidade: entre deslocamentos e resistências.**

A prática da pesca, aliás, como se pode inferir, é de fundamental importância para a identidade do grupo, sendo fator determinante para as alterações na percepção em relação àquelas pessoas que deixaram de ter a pesca como principal atividade.

Essas pessoas, em geral, passaram por um processo de deslocamento em razão da escassez do pescado e, fundamentalmente, do regime artificial de cheias. A cheia do rio passou a ser imprevisível, surpreende os pescadores, “esbandalhando” suas casas, obrigando-os a construir casas com um andar a mais ou, até, mesmo, a se mudarem para locais de terra firme (de maneira permanente, até).

Um desses locais de terra firme (que, entretanto, está estabelecido à beira do rio Matacurá) já tem nome de vila: Nova Açaizal. Hoje, a vila, que é formada por antigos moradores das áreas de várzea, é a mais populosa da comunidade Açaizal, possuindo 20 famílias. A vila foi fundada há quatro anos.

Esse deslocamento fez com que muitos abandonassem ou mesmo reduzissem drasticamente a prática da pesca, o que significou implicações na segurança e soberania alimentares para esses pescadores. Se antes se alimentavam predominantemente de peixe, hoje, após esse processo, começam a se alimentar de embutidos e enlatados.

Entendemos tal processo como uma desterritorialização (LITTLE, 2002) provocada pela construção e posteriores efeitos da barragem sobre a comunidade que, a partir dessas pressões ambientais, se viu compulsoriamente (MAGALHÃES, 2007) deslocada para outras terras. A mudança para essas terras, por estarem em uma cota mais alta da margem do rio, modificou a paisagem e a arquitetura locais. Neste caso, os pescadores construíram uma escada de 200 degraus que interliga as casas ao rio. Esta dificultou a prática da pesca, tendo em vista que os pescadores têm que subir e descer um extenso percurso, caso queiram transportar seus petrechos necessários à prática pesqueira. Nota-se, portanto, que, para alguns pescadores, a prática da pesca tornou-se inviável.

Entretanto, é possível também inferir a existência de processos de reterritorialização (LITTLE, 2002) a partir desses deslocamentos. O sofrimento social (MAGALHÃES, 2007) provocado pelo deslocamento compulsório para aquela área e o sobreesforço físico provocado pelo subir e descer várias vezes por dia os 200 degraus para recolher água das fontes que ficam ao nível do rio, por exemplo, não impedem a maioria de manter a sua identidade de pescador nem de modelar o território em sintonia com as suas práticas sociais. Deste ponto de vista, esse processo também pode ser enxergado como uma resistência à situação de injustiça ambiental a que foram e estão submetidos.

### **3. Violações de direitos.**

A construção da barragem de Tucuruí é mais um dos Grandes Projetos implantados pela política de modernização do campo e integração da Amazônia ao modelo de desenvolvimento hegemônico no país. O projeto se dá sob o fundamento do interesse nacional, mesmo que isso signifique expropriação de comunidades rurais, desrespeito amplo a direitos humanos, à dignidade humana desses grupos e suas necessidades vitais. Porém, para os militares, esse era o preço inevitável da integração da Amazônia (TRECCANI, 2006, p. 325). Além da violação de direitos referentes à transformação no regime de vazão do rio, apenas considerando a comunidade pescadora Açaizal, podem ser enumeradas as seguintes violações e/ou perdas decorrentes da construção da barragem de Tucuruí.

As Nações Unidas, através de Comentários Gerais aprovados pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, têm considerado os processos de deslocamentos compulsórios de comunidades tradicionais como violação aos direitos humanos por entenderem o espaço geográfico ocupado como necessário para a reprodução cultural e social dos grupos e tribos (SAULE. *et.al.*, 2003, p.47). Os pescadores de Açaizal são considerados populações tradicionais, de acordo com o Dec. 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A educação é outro direito fundamental, previsto na Constituição e essencial à efetivação do direito à participação, uma vez que deve buscar o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, apresentando-se como “um direito de todos e dever do Estado” (art. 205, CF).

É comum que obras de barragens alonguem os trajetos ou aumentem os custos de deslocamento para a escola. Com base nesta realidade, a Comissão Especial “Atingidos por Barragens” recomenda que nesses casos, seja “assegurado transporte adequado para os estudantes, sendo as despesas acrescidas encargos do empreendedor, por prazo a ser negociado com os governos locais e a população atingida” (CDDPH, p. 46).

. *“Aqui, nem um grupo escolar, nem um grupo não, nem uma casa escolar não existe. A gente tem apelado pra isso”*(Sr. Z, pescador) *“Nunca mais deram cesta básica, não ajudam o pessoal de escola, que a gente atravessa o pessoal de escola, ela nunca. Eu fui lá levar uma lista pra ajudar na gasolina, né? A minha diária é cem reais por mês de gasolina, aí, pra levar (...), todo mês atravesso aí...”*(Sr. P, pescador)

As falas colhidas em campo revelam, também, a dimensão dos modos de habitar da comunidade Açaizal. A percepção sobre a moradia de quem vive ao nível do rio, na região das ilhas (Medeiros, Correia, Pução e Pocina), difere da percepção dos habitantes de Vila Nova Açaizal (terra firme). Duas falas colhidas em Vila Nova Açaizal, por exemplo, demonstram que o deslocamento para a terra firme, provocado pela barragem, se, por um lado, resolveu o problema dos constantes alagamentos de moradias, sofridos pelas pessoas que moravam ao nível do rio, por outro, prejudicou a prática da pesca, bem como gerou outras demandas urgentes, relacionadas à moradia digna.

*“Sou apaixonada pelo meu lugar mesmo, na ilha. Aqui eu não me dou muito bem, não é nada, é por causa que lá eu tava acostumada a pescar”* (Sra. J, pescadora, antiga moradora de Medeiros, atualmente em Vila Nova Açaizal). *“a luz nunca chega. Olha, tá o nome aí pra chegar, tá chegando. Nós tamo esperando. Quando ele falou “vai chegar”, nós espera, mas não chega”*. (Sr. F., antigo morador de Correia, atualmente em Vila Nova Açaizal)

Ressalta-se que o direito à moradia deve ser interpretado de forma ampla, não pode ser considerada como mera mercadoria, mas como o direito à moradia adequada, a viver com segurança, dignidade, disponibilidade de serviços e infraestrutura, bem como adequação cultural (SAULE JR., et al, 2003, p. 44). A proteção aos direitos a terra deve garantir simultaneamente “o direito à segurança da posse, o direito à restituição, o direito a um padrão de vida adequado” (SAULE JR., et. al, 2003, p. 38). A ausência de proteção ao direito a terra gera condições de instabilidade e insegurança para os

atingidos por barragens que sofrem com “a falta de acesso à renda e aos serviços básicos (...), falta de moradia e a correspondente impossibilidade de alcance de um padrão de vida adequado” (SAULE JR., et. al, 2003, p. 38).

Outro desdobramento das reconfigurações observadas em Açaizal, notadamente do deslocamento para a terra firme, é a dificuldade para o transporte de petrechos da pesca, em decorrência dos quase duzentos degraus que distancia a Vila Nova Açaizal do nível do rio Matacurá. Isso tem prejudicado a reprodução física, social e cultural desse grupo, tendo em vista a inviabilização da prática da pesca, principalmente para os mais idosos.

*“(...) aqui essa ladeira pra me descer e subir, que eu já vivo desse jeito, que eu já vivo doente, pra mim tá subindo, descendo. Eu já marisco, mas já não é mais como era mais. E lá não, é só descer pegar o casco e ir embora. E aqui não tem condição pra mim. Essa ladeira cansa a gente, desde quando eu peguei um acidente do marisco. Quebrei essa minha mão, aqui. Trinquei a minha bacia. Hoje essa minha perna aqui, nem pode, ih, passei foi dois meses, paresqui ou três mês, bem dizer, pela mão do outro. Até hoje não fecha a minha mão, olha”.* (Sra. J., pescadora)

O relato acima transcrito é de uma pessoa idosa, portanto, faz parte de um grupo de pessoas em situação especial de vulnerabilidade (junto com crianças, adolescentes, deficientes, etc.). Este grupo apresenta determinadas especificidades e dificuldades particulares, que devem ser observadas no momento de implementação do projeto, assegurando condições adequadas a grupos com necessidades especiais (CDDPH, p. 45).

Conforme já demonstrado neste trabalho, segundo as falas dos pescadores, a barragem teve como principais efeitos: a mortandade de peixes (na piracema e no piracauí); a perda na qualidade da água, e; a dificuldade na gestão dos bens de uso comum. Isso denota, em primeira análise, grave degradação ambiental em razão dos efeitos da barragem de Tucuruí, em contrariedade ao direito ao meio ambiente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, que está previsto no art. 225 da Constituição. Consiste no direito “a que não se desequilibre significativamente o meio ambiente” (MACHADO, 2014, p. 61).

A barragem de Tucuruí afetou significativamente o equilíbrio do meio ambiente onde está inserida a comunidade de pescadores Açaizal, de modo que o peixe, que fazia parte

da alimentação diária dessa comunidade, falte na mesa dessas pessoas, obrigando-as a adotar, a contra gosto, outras opções. Dessa forma, o bem-estar dessa população fica comprometido, na medida em que, conforme observa MACHADO (2014, p. 64) “cada ser humano só fruirá plenamente de um estado de bem-estar de equidade se lhe for assegurado viver num ambiente ecologicamente equilibrado”.

Ademais, segundo a percepção dos pescadores, a água, antes consumível pela comunidade, significa um risco à saúde. A mudança de regime dos rios pode gerar alterações morfológicas e empoçamentos nos remansos dos reservatórios ou em trechos de vazão reduzida, propiciando a reprodução de vetores, trazendo sérias consequências à saúde pública. A saúde, tal como a educação, é direito social de todos e dever do Estado, garantido pela Constituição (art. 196).

*“É duas coisa que nós tamo mais precisando aqui: primeiramente, de Deus, a saúde, e a estrada aí, e energia também. É. Porque se joga uma energia aqui, um negócio, pode tomar um suco gelado, uma água gelada. Eu tinha um peixe aí no gelo, na geladeira, pra preparar uma merenda pra... mas não tem nada disso. E outra: a estrada tando boa, você não vinha de voadeira. Você pegava um carro lá em Baião ou uma moto, você vinha bater aqui. Isso é que nós tamo dando em cima pra ver se consegue”.* (Sr. J, pescador, morador de Vila Nova Açaizal)

A melhoria contínua das condições de vida está contemplada no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Art. 11. (CDDPH, p.. 48).

A construção de barragens, normalmente, é justificada com fundamento na promoção do desenvolvimento econômico e social. Contudo, as comunidades que vivem às proximidades desses empreendimentos são as que menos usufruem desse suposto desenvolvimento. Ao contrário, são as mais afetadas negativamente, sofrendo degradação de suas condições de vida, enquanto deveriam ser as que, em primeiro lugar, fazem jus à melhoria contínua das condições de vida (CDDPH, p. 47).

*“Eles não ajudam nada, rapaz, eles só querem só do lado deles. Aí dói pra gente”.* (Sr. Z, pescador)

Além das perdas materiais, objetivamente verificáveis, como a mudança nos hábitos de alimentação e nos tipos de estratégias para a pesca, há “perdas subjetivas existenciais”,



em decorrência da quebra brusca e dolorosa das relações sociais, ensejando inquietação, pânico, insegurança e ansiedade (BLOEMER *apud* BAGGIO, 2003, p.49). Porém, normalmente, as compensações se restringem às perdas materiais e não alcançam a dor causada (NOBREGA, 2011, p. 131). A ruptura brusca de modos de vida e redes de sociabilidade tem suscitado, em muitos casos, uma forte expansão de distúrbios psíquicos entre a população atingida (CDDPH, p. 47). A desestruturação das relações sociais, acompanhada da ciência da irreversibilidade do fenômeno e da imprevisibilidade das novas relações sociais, enseja o lamento e a dor (MAGALHÃES, 2007, p. 194, 223 e 230). Neste sentido, faz-se necessário dar visibilidade ao sofrimento vivido por estas pessoas para buscar os devidos meios de reparação dos danos causados (NOBREGA, 2011, p.125).

#### **4. *In situ displacement*: um debate necessário.**

Neste trabalho, entendemos a necessidade do debate em torno do já demonstrado esvaziamento de direitos (hoje não mais garantidos), bem como a não observação à reparação às perdas que tiveram as pessoas da comunidade. Essas perdas podem ser traduzidas em violações de direitos dos mais diversos, como já debatido.

Conforme o que pontuamos anteriormente, o acesso ao recurso natural passou a ser um problema para a comunidade pescadora Açaizal. Muitas pessoas se viram obrigadas a se retirar daquele local. Além das pessoas que se deslocaram para centros urbanos (existem relatos de antigos moradores das vilas que hoje moram nas áreas urbanas de Tucuruí/PA ou Baião/PA), houve o deslocamento compulsório para a fundação de Vila Nova Açaizal, reconfigurando as relações sociais da comunidade e incidindo nas suas práticas cotidianas.

Entretanto, além disso, para as pessoas que vivem ao nível do rio Matacurá, na região das ilhas, observamos a completa ausência do Estado que se mostrava presente anteriormente, seja na garantia de escola, seja em ações mais relacionadas à assistência social. *“Escola... e umas coisa que falta pras pessoas aqui. Hospital de novo é mesma coisa, os doutor não ficam... nem médico tem”* (Sr. Z, pescador, morador da vila Pução). *“Aqui nós não recebe nada, aqui não dá nem governo, não dá nem prefeito. [...] Nunca mais deram cesta básica, não ajudam o pessoal de escola, que a gente atravessa o pessoal de escola, ela nunca.”* (Sr. P, pescador, morador de Correia)

Esse esvaziamento de direitos, visto como efeito da construção da barragem (planejada pelo Estado, circunscrito às lógicas desenvolvimentistas do momento histórico em que vivia o país), é observado naquela comunidade pescadora, que se encontra submetida a uma situação de injustiça ambiental.

Apesar dessa situação, os pescadores buscam estratégias de resistência, buscando a permanência no local. Cremos que a escolha de alguns pela mudança para a Vila Nova Açaizal seja expressão disso, tendo em vista que muitos ainda procuram manter a prática da pesca mesmo morando em terra firme.

Mas uma análise diferenciada dessa resistência pode ser feita para os moradores das vilas em áreas de várzea. Esses ainda praticam a pesca, mas com todas as restrições e dificuldades já elencadas. Disso, resta uma inquietação que ousamos traduzir em pergunta: será que todas essas restrições de acesso ao recurso, esse esvaziamento de direitos, essa ausência estatal, é uma forma de “deslocamento” para os pescadores que ainda permanecem em Medeiros, Correia, Pução e Pocina?

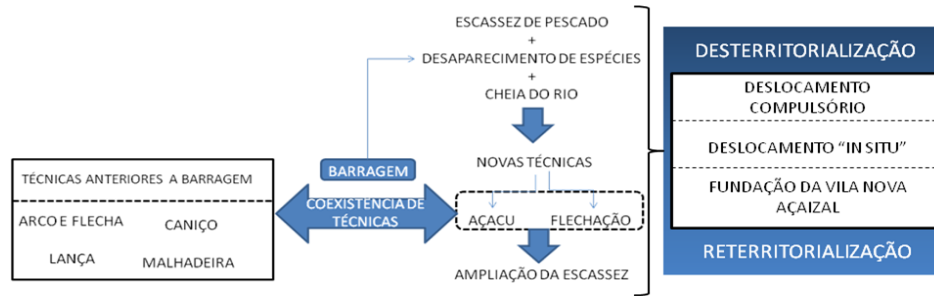
Alguns trabalhos têm mencionado essa forma de deslocamento, tão traumático quanto o deslocamento compulsório: o deslocamento *in situ*<sup>5</sup>. Geisler (2003) tenta delinear esse conceito: “perda significativa de direitos, status ou segurança sem deslocamento” (tradução nossa). Para Feldman et al (2003),

Mesmo na ausência de desenraizamento físico, as pessoas podem experimentar o deslocamento *in situ*. Esta forma de deslocamento, sentida pelas pessoas durante a sua estada no lugar, é igualmente um processo em curso, mas que conceitualmente é diferente de se encontrar em uma nova posição na hierarquia social. Pelo contrário, o deslocamento *in situ* depende de relações de exclusão que estabelecem novos limites para o movimento físico e social das pessoas. Exemplos convincentes incluem perda de benefícios sociais e outros direitos, sofrendo discriminação ou ostracismo, ou ter os direitos civis ou acordos de propriedade suspensos. Todas as formas de deslocamento são consideradas (...) como ligadas de várias formas aos caprichos dos projetos de desenvolvimento. (tradução nossa)

Para uma melhor compreensão desses processos, elaboramos o seguinte quadro esquemático:

---

5 Ver Magalhães (2013).



## 5. Conclusão

Um dos mais evidentes efeitos da barragem de Tucuruí, para a comunidade Açazal, foi a escassez de pescado provocada pela mudança no regime de vazão do rio, mortandade de peixes no período da piracema e no piracaú. A escassez fez com que surgissem técnicas diferentes para a prática da pesca, a flechação e o açacu. Essas, numa espécie de círculo vicioso, agudizam a escassez.

Neste contexto de escassez foi construída a Vila Nova Açazal, expressão de um processo de reterritorialização ainda não totalmente consumado e que vem implicando em perda de soberania/segurança alimentares. Esses pescadores protagonizaram processos de deslocamento - de áreas ao nível da água para outras em nível mais alto, buscando outros meios para garantir sua reprodução naquele ambiente. O vasto e amplo conhecimento que dispõem os capacita para produzir normas coletivas de uso e gestão do recurso ameaçado.

Ademais, os processos de sofrimento social advindos do deslocamento compulsório são ampliados pelo esvaziamento de direitos e pela exclusão social, observados tanto nas áreas de várzea quanto de terra firme. Esses processos de exclusão são traduzidos em uma forma *sui generis* de deslocamento, que não exige o desenraizamento de uma determinada área: o deslocamento *in situ* (FELDMAN; GEISLER; SILBERLING, 2003).

## 6. Referências bibliográficas

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA (CDDPH). Comissão Especial. "Atingidos por Barragens". Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07.

FELDMAN, Shelley; GEISLER, Charles; SILBERLING, Louise. **Moving targets: displacement, impoverishment, and development**. International Social Science Journal, 55: 7–13. 2003.

GEISLER, Charles. **A new kind of trouble: evictions in Eden.** International Social Science Journal, 55: 69–78. 2003.

HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia, Brasília, n.322, p. 1-32, 2002.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro.** 22 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros editores, 2014.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens.** Belém, 2007. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Brasil; Universidade Paris 13, França, 2007.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **"Deslocamento Compulsório no contexto de grandes barragens: os imponderáveis e o intangível"**. Trabalho apresentado Fórum Permanente sobre Desenvolvimento da ABA. Seminário: Antropologia e Desenvolvimento. UFPR, Curitiba, 2013.

MANYARI, Waleska Valença. **Impactos ambientais a jusante de hidrelétricas, o caso da usina de Tucuruí, PA.** Rio de Janeiro, 2007. Tese . Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE.

NOBREGA, Renata da Silva. **OS ATINGIDOS POR BARRAGEM: refugiados de um guerra desconhecida.** Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XIX, Nº 36, p. 125-143, jan./jun. 2011.

OSTROM, Elinor. **El gobierno de los bienes comunes.** La evolución de las instituciones de acción colectiva. Cidade do México: UNAM-CRIM-FCE, 2000.

Richter, B.D.; Postel, S.; Revenga, C.; Scudder, T.; Lehner, B.; Churchill, A. and Chow, M. 2010. **Lost in development's shadow: The downstream human consequences of dams.** Water Alternatives 3(2): 14-42

SAULE JR., Nelson, et. al. **A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara.** O direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, MA - Brasil. Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. 56p.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará.** Belém: ITERPA/UFPA, 2001.

## **GT 7 - Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistência às situações de injustiça socioambiental**

### **Pesquisa e extensão universitárias como subsídios à gestão participativa da pesca artesanal e de áreas marinhas protegidas no litoral do Paraná e Santa Catarina**

DESTEFANI, H. L.<sup>1</sup>; PAULA, G.<sup>1</sup>; PORTELLA, G. D. G.<sup>1</sup>; FILIPKOWSKI, D.<sup>1</sup>; MOTA, L. E.<sup>1</sup>; PAITCH, G. Z.<sup>1</sup>; SOBCZAK, J. R. S.<sup>1</sup>; TRIMBLE, M.<sup>1</sup>; MEDEIROS, R. P.<sup>1</sup>

#### **1. Resumo**

Nas últimas décadas, surgiram modelos alternativos de gestão que, através de abordagens participativas, buscam descentralizar o poder, incorporar o conhecimento local, e dividir as responsabilidades entre governo e pescadores. A criação de unidades de conservação (UCs) em áreas onde havia populações que utilizavam tradicionalmente os recursos pesqueiros gerou mudanças nos modos de vida dessas. Tal situação conflitante está presente nos litorais dos estados do Paraná e de Santa Catarina. O Núcleo de Estudos em Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas (NESPAMP) é um grupo no qual as pesquisas realizadas buscam produzir o conhecimento em conjunto com os pescadores e, assim, aumentar o empoderamento e participação desses nos processos de gestão. O objetivo do presente trabalho é analisar em que medida a função de “organização ponte” é facilitada com a participação de estruturas da universidade. Uma das conclusões do nosso trabalho é que a universidade pode atuar como uma organização ponte, mediando conflitos e construindo laços com os pescadores artesanais e os órgãos governamentais, subsidiando assim, a transição à gestão participativa da pesca e das UCs.

**Palavras-chaves:** cogestão; organização ponte; conhecimento ecológico tradicional.

---

<sup>1</sup>Núcleo de Estudos em Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas (NESPAMP) do Centro de Estudos do Mar, Universidade Federal do Paraná. Avenida Mira-Mar s/n, Caixa Postal 50.002. CEP 83255-000, Pontal do Sul, Pontal do Paraná, Paraná, Brasil.

## 2. Introdução

Políticas de conservação da biodiversidade, orientadas para a criação de áreas protegidas nas últimas décadas, afetaram sobremaneira os modos de vida associados à pesca artesanal (FARACO, 2012). No Brasil, as áreas protegidas são regulamentadas com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002). Nestas, apesar de considerar a presença de populações dentro e no seu entorno, o foco recai na manutenção de componentes biofísicos, como a proteção da fauna e flora, e de ecossistemas (MMA, 2013). O SNUC estabelece duas categorias de unidades de conservação (UCs): as de proteção integral – onde a pesca não é permitida, e as de uso sustentável, onde a pesca é permitida, sob um regime específico de gestão. Nesse contexto, existem dois ingredientes clássicos: pescadores artesanais vivendo e extraindo recursos dentro dos limites da UC (incluindo de proteção integral) e conflitos entre diversos atores sociais locais ali presentes (GERHARDT, 2008). Raramente, os governos avaliam os impactos de criação de parques (outras categorias de proteção integral) sobre o modo de vida dos moradores locais que, muitas vezes, tinham sido responsáveis pela preservação das áreas naturais (DIEGUES, 2001).

Pescadores artesanais são incluídos na definição de populações tradicionais. Neste caso, um regime especial de gestão e de viabilização dos modos de vida deve ser estabelecido, incluindo UCs de proteção integral. Não obstante, os conflitos permanecem. Tais conflitos tem sido foco analítico, envolvendo temas relacionados à gestão de unidades de conservação e os interesses locais; e do debate sobre as normas que disciplinam o uso dos recursos naturais (GERHARDT, 2008). Inúmeras são as abordagens sobre comunidades tradicionais e sua relação com áreas naturais protegidas. Diante disso, uma delimitação clara sobre o viés pelo qual cada autor lança um olhar para esta temática é fundamental (DUARTE, 2013).

Na história humana, todo saber, todo conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas, tem estado condicionado pelo contexto geográfico, ecológico e cultural em que produz e reproduz determinada formação social (LEFF, 2003). Partindo do princípio de que as formas e as estruturas do espaço geográfico provêm das ações humanas, entende-se que as comunidades rurais são socialmente produzidas, onde as pessoas realizam suas atividades produtivas, imprimem seu modo de vida, suas singularidades culturais (GIDDENS, 1989; KONKEL, 2008), sendo a pesca artesanal um sistema no qual, também, ocorrem modelos informais de gestão (locais). O homem / a mulher em sua diversidade organizacional como atores sociais, aumentam a complexidade existente em um sistema, convergindo em diferentes usos e ocupações dos recursos naturais. Para descrever essa realidade, o conceito de sistema socioecológico (SSE) complexo é utilizado (BERKES & FOLKE, 1998; BERKES *et al.*, 2006). Tais sistemas compreendem atributos como a incerteza, a não-linearidade, a emergência, a escala e auto-organização. Trata-se de sistemas adaptativos complexos, cujos componentes interagem em busca de um ajuste em resposta às condições de mudanças (LEVIN, 1999).

Abordagens recentes tratam os sistemas pesqueiros como sistemas complexos adaptativos (MAHON & MCCONNEY, 2008). Nesta perspectiva, os SSEs são compostos por diversos subsistemas e componentes, que interagem de maneira dinâmica (OSTROM, 2009), exigindo uma abordagem de gestão e governança diferenciada dos modelos convencionais. Da mesma forma, a pesca artesanal é um SSE adaptativo complexo (BASURTO *et al.*, 2013), no qual uma diversidade de componentes socioculturais e sociopolíticos estão dispersos por grandes áreas e atuam sobre uma grande variedade de recursos pesqueiros através de diferentes práticas de pesca (BERKES *et al.*, 2001).

No Brasil, a pesca artesanal é responsável por mais da metade da produção pesqueira, empregando em toda a cadeia produtiva quase três milhões de pessoas. Por sua vez, esse setor tem ficado à margem das políticas ora desenvolvimentistas ora conservacionistas, aumentando a vulnerabilidade dos pescadores artesanais (AZEVEDO & PIERRI, 2013). Uma das consequências é a descrença na gestão, caracterizada muitas vezes pela falta de participação em reuniões envolvendo órgãos gestores (TRIMBLE *et al.*, 2014), desinteresse em pesquisas que envolvam órgãos ambientais e universidades, e com o descumprimento das leis ou regras, acirrando ainda mais os conflitos dentro e fora da atividade.

A crise na gestão pesqueira pode ser indicada por alguns fatores: a má definição dos regimes de acesso aos recursos; a orientação da produção para o desenvolvimento e não à sustentabilidade; as rápidas mudanças nas tecnologias e nas políticas; pouca atenção dada às dimensões sociais, políticas e econômicas; e a falta de envolvimento dos usuários do recurso

nas tomadas de decisão (ALLISON, 2001). A amplitude e a complexidade envolvidas na gestão dos recursos pesqueiros têm sido apontadas como base da crise, sendo barreiras para se alcançar objetivos fundamentais como: melhorar as condições de vida das comunidades de pescadores e ocorrer práticas de pesca ecologicamente sustentáveis (DIETZ *et al.*, 2003; DIAS-NETO, 2011; POMEROY & BERKES, 1997).

A constatação da crise generalizada, identificada na ciência e refletida na sociedade, pode ser percebida como risco ou como oportunidade de se lançarem novas bases para mudanças (BIGLIARDI & CRUZ, 2005). Segundo Berkes (2003), a gestão convencional da pesca, e dos recursos naturais em geral, é amplamente criticada e faz-se necessário a exploração de abordagens alternativas. Em outras palavras, essas abordagens podem ser consideradas como uma mudança de visão, menos centralizada, com diferentes perspectivas, dando ênfase na necessidade de compartilhamento de responsabilidades entre os usuários dos recursos pesqueiros e agências de gestão, de adoção da gestão adaptativa, e de uma perspectiva ecossistêmica (BERKES, 2011). Modelos de gestão participativa vêm surgindo nas últimas décadas e sendo apontados como potenciais para a gestão de áreas protegidas e da pesca. No Brasil, existem diferentes termos para descrever esses arranjos participativos, por exemplo: cogestão, gestão compartilhada, gestão participativa, cogestão e manejo local (SEIXAS & KALIKOSKI, 2009). Esse tipo de modelo pode funcionar como uma oportunidade para as comunidades tradicionais, tais como os pescadores artesanais, se defenderem de pressões externas ao sistema socioecológico (KALIKOSKI *et al.*, 2009) e demonstrarem capacidade de desenvolver práticas de uso sustentável dos recursos.

O distanciamento dos usuários de recursos das arenas de gestão demonstra a necessidade de estratégias de mediação entre usuários (neste caso, pescadores artesanais) e tomadores de decisão (gestores). Organizações ponte têm o papel de mediadoras na emergência dos processos de cogestão (BERKES, 2009). Nesta transição, pescadores saem da simples condição de “usuários”, para tomadores de decisão. Há uma lacuna entre os governantes e os usuários dos recursos, sendo necessários meios de ligação capazes de intermediar a discussão. Normalmente, esse é o papel feito por pesquisadores, ONGs e outras agências.

Neste trabalho, são descritas e avaliadas ações de pesquisa e extensão universitárias realizadas pelo Núcleo de Estudos em Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas – NESPAMP (Centro de Estudos do Mar – Universidade Federal do Paraná). A proposta aqui é analisar em que medida a função de “organização ponte” é facilitada com a participação de estruturas da universidade. Neste trabalho estão descritos três eventos ou projetos com a participação do NESPAMP. O primeiro iniciou a partir da criação da Instrução Normativa nº 12 publicada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) que define normas para a pescaria de emalhe no sul e sudeste do Brasil. O segundo está relacionado aos conflitos relativos à criação do Parque Nacional do Superagui e também trata de uma demanda dos pescadores artesanais pela regulamentação da pesca de caranguejos no interior de três unidades de conservação federais na Baía de Paranaguá. O último processo envolveu um projeto de desenvolvimento de modificações tecnológicas para a redução do impacto ambiental das redes de arrasto de camarões.

Nas seções seguintes, será apresentada a metodologia utilizada, enfatizando a importância da abordagem interdisciplinar no estudo de sistemas complexos. A seguir, serão descritas as áreas de estudo (localização, presença das UCs e práticas de pesca artesanal). Os resultados estão dispostos em três estudos de caso em andamento no qual o NESPAMP está diretamente envolvido com a pesca artesanal. A conclusão explicitará os pontos comuns e mais importantes encontrados, discutindo o papel da pesquisa e da extensão universitárias em oferecer subsídios para a gestão participativa e os diferentes conflitos encontrados diante das formas de organização dos pescadores para lutar contra as injustiças ambientais.

### **3. Metodologia**

Os pesquisadores envolvidos em estudos ambientais são preparados em diferentes disciplinas, porém cada disciplina tem desenvolvido a sua própria linguagem e suas próprias definições para conceitos importantes, aumentando a distância entre elas. Isso dificulta a abordagem de questões importantes relacionadas às mudanças ambientais (OSTROM, 2008), as quais não pertencem ao domínio exclusivo de uma única disciplina (GARCIA, 1994). A interdisciplinaridade tem o seu início desde a formulação dos problemas, acompanhando os estudos disciplinares na investigação, sendo um processo que não envolve só elementos

metodológicos, mas também epistemológicos. Uma condição necessária para haver interdisciplinaridade é o trabalho em equipe, na qual diferentes especialistas devem partir de um marco conceitual (epistemológico) comum e definir o objeto de estudo, isto é, um sistema complexo, nesse caso um sistema ambiental (GARCÍA, 1994) ou ainda sistema socioecológico (BERKES & FOLKE, 1998; OSTROM, 2009). Desta premissa, a interdisciplinaridade é entendida como um caminho necessário para a produção de novas formas do fazer científico, que respondam às demandas colocadas pela crise ambiental e pela necessidade de novos paradigmas de desenvolvimento (RAYNAULT *et al.*, 2000).

A ciência voltada ao setor pesqueiro não identificou e lidou adequadamente as necessidades socioeconômicas dos pescadores, questões de subsistência, a gestão integrada dos recursos costeiros, e o potencial de abordagens participativas para atender a essas necessidades (BERKES, 2003), ainda que tenham ocorrido avanços relacionados à maior participação dos pescadores na ciência e na gestão. As abordagens alternativas para a pesca de pequena escala, desenvolvidas nas últimas décadas incluem a construção de capacidades e instituições, abordagens colaborativas para aumentar o engajamento dos usuários nas tomadas de decisão, adoção de metodologias de pesquisa participativa, abordagens que utilizam o conhecimento tradicional dos pescadores, integrando assim diferentes formas de conhecimento e enriquecendo as informações disponíveis para a gestão (BERKES *et al.*, 2001). Muitos resultados positivos têm sido atribuídos a pesquisa participativa na literatura, como o aumento da confiança no processo de pesquisa, a aprendizagem mútua, a construção de confiança, a melhoria das interações entre os participantes e a resolução de conflitos (CORNWALL & JEWKES, 1995; JOHNSON, 2010; TRIMBLE & BERKES, 2013).

Como metodologia, os estudos apresentados neste artigo orientam-se por um enfoque integrado e participativo de pesquisa e extensão, com base nos princípios do enfoque ecossistêmico aplicado à pesca. A interação dialógica com os pescadores artesanais visa construir, de maneira participativa, as melhores estratégias para estruturar novas formas de se pensar a gestão. Nos três casos, o levantamento das informações foi feito desde 2012 em visitas exploratórias às comunidades, através de conversas informais, entrevistas semiestruturadas com informantes-chave, e oficinas, além da participação em reuniões comunitárias e dos conselhos das UCs (realizando observação participante).

### **3.1. Áreas de estudo**

Para este trabalho, a área de estudo é dividida em três sub-áreas. A primeira envolve a região litorânea do Estado do Paraná, onde estão localizadas as comunidades pesqueiras que praticam a pesca nas águas costeiras. A segunda envolve as comunidades pesqueiras no interior do Complexo Estuarino do Paranaguá (CEP). A terceira, compreende o litoral de Santa Catarina, na região da Área de Proteção Ambiental (APA) do Anhatomirim.

#### **3.1.1. Litoral do Paraná**

A pesca realizada no litoral do Estado do Paraná apresenta alta diversidade. As modalidades de pesca foram descritas por diversos autores (CORRÊA *et al.*, 2001; ROBERT & CHAVES, 2006), sendo praticadas ao todo mais de 65 categorias diferentes (ROBERT *et al.*, 2012). Os pescadores estão distribuídos no interior das baías e na frente oceânica, na qual a pesca apresenta diversidade e heterogeneidade, tanto no plano sociocultural e econômico quanto no natural e técnico (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999). Entre as principais categorias em execução no litoral do Paraná estão as artes de pesca de arrasto e as de emalhe. De modo geral, a pesca no estado é considerada de pequena escala ou artesanal, como nas demais zonas costeiras no Brasil.

A pesca com rede de emalhe pode ser dividida em duas formas principais. A primeira, relacionada ao ambiente de operação (onde ocorrem as pescarias), sendo, neste caso, realizadas no interior do CEP, na Baía de Guaratuba e ao longo da costa. A segunda forma se refere ao mecanismo de funcionamento, dividido em: redes de emalhe de deriva e redes de emalhe fixa.

#### **3.1.2. Complexo Estuarino de Paranaguá**

O Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP) está situado no litoral norte do Paraná e contém aproximadamente 60 vilas de pescadores, rurais ou urbanas. Esse sistema é dividido



em duas partes principais: com orientação leste-oeste, as baías de Antonina e Paranaguá; e norte-sul, as baías de Pinheiros e Laranjeiras (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999). As populações presentes no CEP há décadas utilizam os recursos naturais (pesca, caça, agricultura e recursos florestais) para a manutenção dos seus modos de vida ou, também dedicando-se aos empregos gerados pela urbanização (ANDRIGUETTO-FILHO, 2002).

Na década de 80, foram criadas três UCs na região, que restringiram as práticas tradicionais de utilização dos recursos, afetando as populações locais e o setor da pesca artesanal. Em 1982, foi criada a Estação Ecológica (ESEC) de Guaraqueçaba que foi ampliada quatro anos após a sua criação, totalizando uma área de aproximadamente 4470 hectares (ha). É composta basicamente por manguezais no entorno das baías de Laranjeiras e Pinheiros, por algumas ilhas no estuário e pela Ilha da Galheta (MMA, 2013). No ano de 1985, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba com a finalidade de proteger o entorno da ESEC (florestas, fauna) e as populações tradicionais, sendo a única UC da região em que o uso sustentável dos recursos é permitido. Por fim, no ano de 1989, foi criado o Parque Nacional (PARNA) do Superagui, ampliado 8 anos depois, passando a ter 33.988 ha. Com a sua ampliação mais comunidades foram incluídas dentro dos limites do Parque. Além da Colônia de Superagui, também se encontram atualmente no PARNA, as comunidades de Barbados, Canudal, Vila Fátima, Ararapira, Barra do Ararapira, Rio dos Patos e Abacateiro, como também famílias isoladas da Praia Deserta.

Os principais recursos pesqueiros explorados na região são o camarão, caranguejo, siri, ostra e diversas espécies de peixes (bagre, baiacu, tainha, corvina, entre outros). Em geral, os ecossistemas mais utilizados para as pescarias são os manguezais, as águas estuarinas e próximas à costa, variando a intensidade e modos dos usos de acordo com a localização geográfica das comunidades.

### **3.1.3. Litoral Centro-norte de Santa Catarina**

A Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim, criada em 1992, está localizada na Baía Norte da Ilha de Santa Catarina, no município de Governador Celso Ramos e compreende uma área 60% marinha, tendo o objetivo principal assegurar a população residente de golfinhos da espécie *Sotalia fluviatilis*, de modo a garantir o acesso a sua área de alimentação e reprodução (FLORIANI, 2005). Essa área encontra-se também na zona de amortecimento da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (REBIO), sendo uma região tradicional de pesca desde o século XVIII (VIVACQUA, 2005).

O município concentra a maior frota pesqueira da região da REBIO, contando com a atividade pesqueira artesanal que apresenta importância fundamental para a sobrevivência de diversas famílias, sendo a principal atividade econômica no litoral centro-norte catarinense. Dentre os métodos de pesca mais utilizados estão: o arrasto de camarões, que atua principalmente no camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), mas varia de recursos-alvo ao longo do ano; o zangarilho para captura da lula; a pesca de emalhe tanto para peixes quanto para camarão, além da pesca de cerco e com anzóis, essas últimas pouco expressivas (VIVACQUA, 2005).

As comunidades abrangidas pelo projeto Rede Viva estão inseridas na APA do Anhatomirim, sendo elas: Armação da Piedade, Fazenda da Armação, Costeira e Caieiras do Norte. Em 2009, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão da área, incentivou a criação do Fórum Comunitário de Pesca (FCP) com o objetivo de trabalhar participativamente a gestão pesqueira na região. O FCP reúne pescadores de diferentes localidades escolhidos prioritariamente por seu envolvimento e experiência na atividade. A proposta de pesquisa colaborativa (pesquisadores, pescadores e gestores) para avaliar o uso de modificações tecnológicas nas redes de arrasto foi aprovada pelo fórum.

## **4. Resultados e Discussão**

### **4.1. A Instrução Normativa Interministerial nº 12/2012 e a pesquisa-ação com os pescadores artesanais do Litoral do Paraná**

No dia 22 de agosto de 2012, foi publicada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) a Instrução Normativa Interministerial (INI) nº

12, que estabeleceu novas regras para o ordenamento da pesca com redes de emalhe. A participação do NESPAMP teve início com a demanda dos próprios pescadores em entender melhor as restrições dadas por esta regulamentação e discuti-las em conjunto com os demais interessados articulando formas de resistência. Para tanto, foi escolhida uma abordagem participativa de forma a analisar as percepções dos principais prejudicados pela nova normativa e as prováveis implicações da vigência dessa norma.

Contemplar todas as comunidades e vilas potencialmente afetadas pela normativa seria um esforço demasiado para o curto espaço de tempo que a INI entraria em vigor, estabelecido para algumas das normas em seis meses e outras em um ano após a publicação (leia-se: agosto de 2013). Assim, o escopo do projeto se limitou a reuniões nos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, sendo que os pescadores se responsabilizaram pela mobilização dos demais e pela divulgação dessas. A universidade juntamente com a ONG Mar Brasil se limitou a contextualizar o que significava aquela Instrução Normativa, esclarecendo autarquias, obrigações e prazos pertinentes referentes à INI, além de opinar sobre factíveis reivindicações que as comunidades poderiam ter. Então, nos momentos de reunião com os pescadores de emalhe, estes indicaram os impactos de cada uma das medidas da INI e também as pescarias afetadas, conforme apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1.** Medidas previstas pela Instrução Normativa Interministerial nº 12, grau de impacto nas comunidades e principais pescarias afetadas (conforme discutido em reuniões com pescadores de Matinhos e Pontal do Paraná).

Medida	Impacto	Pescarias afetadas
Proibição da pesca com redes de emalhe com embarcações motorizadas dentro de 1 milha de distância da costa	Alto	Todas as pescarias em todas as localidades
Altura máxima da rede (4 metros) ou 15 metros (superfície)	Alto	Em algumas localidades rede de emalhe de fundo para linguado
		Todas as pescarias com uso da rede alta (caceio boiado e lanço)
Tamanho de malha (entre 70 e 140 mm)	Alto	Diversas pescarias, especialmente direcionados à captura de linguado, robalo, corvina, cação. Afeta também a pesca de caceio direcionada à pescadinha e camarão
Tipo de fio: monofilamento	Médio	Pesca de cações
Restrição ao comprimento da rede em 3000 metros	Baixo	Em algumas localidades rede de emalhe de fundo para linguado
Comprimento máximo da rede de superfície (2.500 metros)	Nenhum	Não foram descritas pescarias afetadas pelos pescadores

A articulação nas reuniões resultou na elaboração de um abaixo-assinado (estratégia escolhida pelas lideranças presentes nas reuniões) que contou com a mobilização dos pescadores para distribuir entre as diversas vilas, entregue a representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Pesca e Aquicultura, em uma cerimônia simbólica no Centro de Estudos do Mar - Universidade Federal do Paraná, reunindo também representantes dos pescadores artesanais nestas reuniões. Além disso, foi elaborada uma nota técnica compreendendo brevemente a descrição das pescarias, a percepção dos pescadores, considerações acerca das medidas de ordenamento previstas e sugestões de encaminhamentos e recomendações que também foi encaminhada à frente interministerial.

A situação de vulnerabilidade econômica e social da pesca artesanal causada por normativas como a INI, de caráter regional - restringindo pescarias do sul e sudeste do Brasil - somada a existência de poucos estudos interdisciplinares que contemplem as dinâmicas complexas dos sistemas pesqueiros e o conhecimento ecológico tradicional (ou local) geram conflitos diversos na gestão dos recursos pesqueiros, comprometendo de sobremaneira o

Sistema de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável dos Recursos. Este sistema prevê o “uso sustentável dos recursos pesqueiros: aquele que permite à geração atual suprir as suas necessidades pela pesca, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias, baseado em critérios sociais, ambientais, tecnológicos e econômicos” (BRASIL, 2009), basicamente se tornando um princípio no qual a gestão pesqueira deve se instruir para o processo de tomada de decisões.

A atividade pesqueira realizada no litoral do estado do Paraná, por embarcações locais, enfrenta, por vezes, o rótulo de "artesanal", pela pequena escala no contexto brasileiro, o que acaba por mascarar a heterogeneidade e complexidade das pescarias e subsidia o manejo convencional empregado no Brasil com medidas de proteção aos recursos que não contemplam as dinâmicas multidimensionais que regulam o funcionamento deste sistema complexo. Diversos desafios e obstáculos vêm sendo observados acerca dos mecanismos/estratégias para uma gestão compartilhada da pesca, sendo as principais diretrizes baseadas em uma nova forma de se pensar a gestão, como a cogestão e a gestão adaptativa.

As atividades realizadas pelo NESPAMP foram sistematizadas e encaminhadas ao MPA e MMA. O MPA acusou recebimento da documentação, indicando que as sugestões seriam submetidas ao Comitê de Gestão Compartilhada, responsável pela gestão dos recursos pesqueiros no Brasil. Foi também indicado pelo MPA, que seria formado um grupo de trabalho para avaliar os impactos da INI 12/2012. Apesar da resposta, não houve desdobramentos para a formação de um grupo de trabalho e avaliação da medida.

#### **4.2. Conflitos entre comunidades tradicionais e as Unidades de Conservação no CEP**

Desde a criação das UCs até os dias atuais, vêm-se enfrentando conflitos entre as comunidades da Baía de Paranaguá e órgãos gestores, uma vez que os primeiros contatos e tentativas de ordenamento não apresentaram bons resultados. Pelo contrário, as comunidades perderam a confiança nos órgãos gestores e, atualmente, os vêem como inimigos. Como vestígio desses conflitos e a falta de interação entre os órgãos envolvidos na gestão, fiscalização e regularização, as atuais tentativas de envolver as comunidades na gestão das UCs, resultaram em barreiras impostas pelas comunidades e uma tentativa árdua de confiança mútua. O Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná (MOPEAR) conta com lideranças de diferentes comunidades, as quais utilizam os recursos pesqueiros, e é uma organização atuante nas discussões de conflitos. O MOPEAR foi criado em 2008 e promove a mobilização dos pescadores do litoral paranaense, especialmente dos que estão situados na área do entorno do Parque Nacional do Superagui. O objetivo do movimento é lutar pelo direito de acesso aos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades de pescadores e contra a injustiça socioambiental causadas pelas normas que restringem seus modos de vida.

No ano de 2004, foi criada dentro do Conselho Gestor da APA e ESEC de Guaraqueçaba, a Câmara Técnica de Pesca (CTP), responsável por tratar dos assuntos relacionados à gestão dos recursos pesqueiros, com a intenção de reunir os pescadores artesanais, órgãos governamentais, pesquisadores e outros atores para a discussão dos conflitos, além de buscar alternativas ao ordenamento. A CTP busca integrar os problemas sobre a pesca que ocorrem no mosaico de UCs no litoral norte do Paraná. No ano de 2009 e 2010 não ocorreram reuniões devido à falta de incentivo das partes envolvidas e a falhas na construção dos processos de gestão. Em 2011 foi retomada a arena de debates, abordando temas como o ordenamento pesqueiro, conflito com a pesca industrial e a abordagem dos policiais para com os pescadores. Nesse ano a reunião contou com a presença do NESPAMP, em seu primeiro contato com o Conselho Gestor e início das atividades no litoral do Paraná.

Em dezembro de 2013, após a troca do quadro de gestores das UCs, as atividades do Conselho Gestor da ESEC de Guaraqueçaba foram retomadas e, como já discutido anteriormente na CTP, foi definido como prioridade o ordenamento da pesca do caranguejo nos manguezais dentro da ESEC e no entorno do PARNA do Superagui. Atualmente, estão havendo esforços para que ocorra uma reunião da CTP no ano de 2014. Pesquisadores do NESPAMP, gestores e pescadores vêm se reunindo desde o final de 2013 para compreender a dinâmica da pesca do caranguejo em manguezais situados dentro da ESEC e também outras pescarias dentro da baía.

Apesar da demanda de ordenamento ter surgido dos representantes locais para a CTP, muitas comunidades recusaram-se a contribuir com a pesquisa. Em outros casos, pediram o afastamento do ICMBio durante o processo, pedindo que apenas um grupo da universidade

estivesse envolvido. Para a realização dos primeiros contatos do NESMPAMP, foi necessária a autorização do MOPEAR, concedida após a exposição ao conselho de como e onde ocorreria a pesquisa e os resultados esperados. A pesquisa que está sendo desenvolvida consiste no entendimento da pesca do caranguejo, acompanhando toda sua cadeia produtiva e mapeando as áreas de uso, para assim saber as áreas de conflito entre uso e UCs.

Para essas populações é incompreensível que suas atividades tradicionais, em grande parte vinculadas à agricultura de subsistência, pesca e extrativismo sejam consideradas prejudiciais à natureza quando se permite a implantação de hotéis e facilidades turísticas para usuários de fora da área (DIEGUES, 2001). Assim como é inadmissível que as leis e regras sejam elaboradas por pessoas que nunca visitaram a região ou não entendem as práticas de pesca. Dessa forma, os pescadores que concordaram em contribuir à pesquisa sugeriram que a melhor forma de entendimento da pesca seria com o pesquisador vivenciando cada passo.

Nenhuma das UCs do CEP tem plano de manejo, como previsto no SNUC, deixando em aberto muitas regras de formas de uso. Essas lacunas de ordenamento provocam incertezas nas comunidades que têm seus modos de vida associados aos recursos oferecidos pelos ecossistemas protegidos, onde suas práticas podem ser motivo de punição ou serem proibidas a qualquer momento.

Em relação aos conflitos relacionados ao PARNA de Superagui, os temas recorrentes nas discussões são a restrição do uso de recursos florestais (roça comunitária, caça, uso de madeira), a falta de incentivo à participação dos usuários dos recursos nos processos de gestão e descaracterização dos modos de vida tradicionais. As comunidades locais precisaram aumentar o esforço na atividade pesqueira, no entanto, existem normas federais e estaduais que restringem a prática de certas pescarias e o uso de alguns petrechos. A comunidade da Barra do Superagui, devido a sua localização próxima a águas abertas, volta seus esforços para a pesca do camarão. Atualmente, as normas e os limites definidos não favorecem os pescadores artesanais. A pesca do camarão envolve, além daqueles indivíduos que saem para o mar, a questão do gênero, isto é, geralmente os homens pescam o camarão e retornam à comunidade com o produto que será beneficiado pelas mulheres. Nesse sentido, a pescaria funciona como um gatilho para que as mulheres se unam e contribuam nas atividades das comunidades agregando valor ao produto comercializável.

O camarão também foi o foco da demanda por uma reserva extrativista (RESEX) marinha no CEP, que partiu do MOPEAR. Os pescadores informaram que estão sendo encurralados pelas políticas (sejam elas conservacionistas ou desenvolvimentistas) que interferem em seus modos de vida e que contam com a RESEX para solucionar os conflitos relacionados à pesca e à proibição de áreas. A demanda da RESEX parte como uma alternativa que as comunidades tradicionais encontraram para manter ou melhorar as condições de vida e fazer um uso sustentável dos recursos naturais.

Com todas as regras e proibições de práticas, somadas ao exaurimento do estoque pesqueiro dentro da baía, os esforços de pesca passam a concentrar-se nas pescarias mais lucrativas, como a do caranguejo. Nesse contexto, encontra-se um dos maiores conflitos entre regras, gestão, fiscalização e práticas de pesca. No caso da ESEC de Guaraqueçaba, as normas de pesca não são aceitas pelas comunidades, uma vez que elas não as reconhecem como legítimas. Em contradição a outros estados brasileiros, o período de permissão da pesca, “normalizado” pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), é o mesmo período de reprodução. Esta é a época de maior vulnerabilidade do animal, a chamada ‘andada’, quando o caranguejo sai da toca para se reproduzir durante uma maré baixa de sizígia, com isso facilitando a captura e atraindo coletores. Esse período não é monitorado pelos órgãos fiscalizadores resultando num sentimento de revolta nos pescadores artesanais que vivem da prática além desse período.

Outro problema diz respeito aos petrechos permitidos, uma vez que a portaria reguladora nunca foi atualizada e as práticas foram se modernizando de acordo com a necessidade e oportunidades na melhoria das condições de trabalho. Atualmente o petrecho mais utilizado é o “lacinho”, proibido pela Portaria IAP N°180, de 07 de outubro de 2002 – válida para o litoral do Paraná. Mesmo com a constante fiscalização e punições, a armadilha continua sendo utilizada, já que os pescadores acreditam que a regra é inválida, considerando que o “lacinho” não polui e as outras práticas exigem esforço demasiado.

A confusão na falta de informações também ajuda a aumentar esse conflito, muitas vezes os pescadores não sabem diferenciar a função de cada órgão. Ainda em relação à pesca do caranguejo, a fiscalização é intensificada em função do verão. A chamada “Operação

Verão" recebe policiais de todo o estado para garantir o ordenamento de qualquer atividade realizada dentro da baía, uma vez que durante esse período a circulação de embarcações e utilização dos espaços aumenta significativamente.

Projetos participativos, como Acordos de Pesca (CASTRO & MCGRATH, 2003; ISAAC & CERDEIRA, 2004), que contam com a participação ativa da comunidade têm mais chances de serem bem sucedidos, uma vez que são os próprios pescadores quem criam as regras e realizam a fiscalização do sistema. Esses programas são mais desenvolvidos e têm maior visibilidade no norte do Brasil, não havendo nenhuma experiência no sul.

### 4.3. Dispositivos redutores de fauna acompanhante

O projeto Rede Viva dentro da APA do Anhatomirim (SC), desde 2012, visa desenvolver e estimular com os pescadores artesanais o uso de técnicas que reduzam impactos da pesca de arrasto de camarões, a partir da aliança entre os saberes científico e tradicional. A partir da pesquisa sobre dispositivos redutores da fauna acompanhante na pesca de arrasto, que vêm sendo testados e aprimorados pelo Centro de Estudos do Mar (CEM/UFPR) desde 2008, e reuniões do órgão gestor, ICMBio, o Fórum Comunitário de Pesca (FCP) e pesquisadores, foi criada na APA uma Zona de Normatização da Pesca de Arrasto, descrita como área tradicional de pesca, com o objetivo de compatibilizar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação da biodiversidade, e estimular o uso de técnicas menos impactantes.

O primeiro passo do NESPAMP foi a caracterização da frota, com a descrição das atividades e aspectos sócio-econômicos da cadeia produtiva da pesca como subsídios para um melhor entendimento das atividades pesqueiras nas comunidades de Caieras do Norte, Fazenda da Armação, Costeira e Armação da Piedade (município de Governador Celso Ramos). O levantamento permitiu uma separação entre dois grupos, ou duas frotas: a de motores menores que 45 HP, que praticam a pesca de arrasto e também o emalhe nas regiões adjacentes à Baía Norte, caracterizados por pescadores mais velhos; e a de motores maiores que 45 HP, cuja pesca é exclusivamente de arrasto, com pescadores de menor faixa etária, boa parte financiada com recursos do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que migram "atrás" do camarão para o norte, até Cananéia-SP e também para o sul.

A pesca de arrasto de camarões, ao mesmo tempo base da economia familiar de diversas famílias, é tida como a mais predatória, principalmente pelas grandes quantidades de descarte de diversas espécies marinhas. O objetivo central do projeto Rede Viva é estruturar uma rede de diálogo e aprendizagem coletiva com pescadores artesanais sobre os dispositivos redutores de fauna acompanhante, permitindo visualizá-los e investigá-los como medida alternativa de gestão.

Esses dispositivos redutores de fauna acompanhante são medidas de gestão de cunho tecnológico para diminuir a mortalidade de espécies que não compõem a espécie-alvo, sendo alterações estruturais nas redes de arrasto. O primeiro desafio está em definir com os pescadores o que seria a espécie-alvo na pesca artesanal de arrasto, já que a região é bastante rica em recursos, e essa vai variar ao longo do ano respondendo às dinâmicas naturais: por vezes, a espécie-alvo é o camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyerii*), ora o camarão branco (*Litopenaeus schmitti*), ora o rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis*) ou "perereca", como os pescadores chamam, entre outros, sendo essas as principais. Foi verificado que os peixes "graúdos" são importantes capturas ocasionais; muitas vezes ajudam a pagar o óleo e são considerável componente da dieta familiar, abrangendo diversas espécies comerciais tais como linguado, corvina, abrótea, maria-luiza, emplasto, etc.

A pesquisa até o presente momento girou em torno das alterações em redes de arrasto para captura do camarão sete-barbas, com a ajuda de um redeiro de experiência reconhecida pelos pescadores locais, que confeccionou as redes propostas pelos pesquisadores, com a Grelha Nordmore, e também uma "Rede Manguda", que ele diz ser própria para diminuir a quantidade de "mistura" (fauna acompanhante). Foram então realizadas campanhas demonstrativas com os pescadores, a fim de que trabalhassem com as redes (colocação de chumbos, cortiças, etc.) e visualizassem a produção desses dispositivos no mar, a fim de conhecer suas percepções acerca de seus benefícios e desvantagens.

Os resultados da caracterização da frota e das campanhas demonstrativas foram apresentados aos pescadores em oficinas devolutivas, a partir das quais puderam trabalhar junto conosco, os pesquisadores, em uma "rede ideal", que não traga perdas aos pescadores e

ao mesmo tempo diminua impactos da atividade. As conversas informais e entrevistas ao longo do projeto permitem, a medida que se formam laços de confiança, a percepção de diversos conflitos dos pescadores artesanais entre si e com a gestão da pesca.

A problemática relacionada ao defeso do camarão - período de recuperação dos estoques na qual fica proibida a pesca de arrasto - levanta opiniões divergentes dos usuários dos recursos, sendo alvo de críticas e merece ser melhor estudada. Muitos pescadores que têm na pesca sua única fonte de renda criticam a grande quantidade de pescadores cadastrados unicamente para receber o "seguro-defeso", tendo outras fontes de renda e utilizando-se dessa política para obter renda extra, prejudicando os que dependem desse benefício, que segundo eles, poderia ser melhor distribuído. Existe também um quadro de insatisfação e desrespeito dessa normativa por parte dos pescadores, que afirmam que o período seria importante para a produção e não corresponde ao período de recrutamento e reprodução.

Por fim, esse projeto de pesquisa e extensão tem o intuito de construir um processo de aprendizado, aliando pesquisa, usuários dos recursos e gestores visando oferecer às comunidades os meios e as motivações para conservar os estoques pesqueiros e proteger os ecossistemas marinhos, tendo nos dispositivos redutores da fauna acompanhante um importante gatilho para trabalhar também auto-organização e engajamento na pesca artesanal (KING, 2000). Muitos pescadores do município de Governador Celso Ramos consideram que a atividade pesqueira está em vias de extinção, já que se observa poucos jovens ingressarem na atividade, a medida que falta mão de obra para os mais velhos manterem a produção, além dos conflitos diversos já citados. Investigar a manutenção dos modos de vida dessas comunidades é de fundamental importância nesse processo de investigação.

## 5. Conclusões

Amplas lições e acúmulos de conhecimentos coletivos foram construídos a partir dos trabalhos desenvolvidos nos litorais do PR e de SC, em conjunto com os pescadores e os órgãos envolvidos no processo de gestão das áreas marinhas e costeiras nas quais tivemos contato no trabalho. Os encontros formam um acúmulo fundamental para que a tomada de decisões relacionada aos ecossistemas pesqueiros adquira um enfoque interdisciplinar e de ampla participação dos pescadores artesanais, atrelados a gestão de recursos pesqueiros e subsistência das populações que ocupam esses locais.

Trabalhos realizados por universidades são criticados por seu distanciamento da comunidade, e por muitas vezes, não atenderem as demandas reais dos grupos sociais. Esta situação gerou dificuldades na construção de credibilidade junto a eles, bem como se mostrou um obstáculo inicial na identificação de problemas. A retomada de confiança na participação conjunta de conhecimento científico e tradicional era vista por muitos deles com pragmatismo e desconfiança. As ações analisadas priorizaram abordagens participativas e dialógicas com os pescadores e lideranças comunitárias. Fortalecer tais ações permite criar ambientes de aprendizagem para a construção de processos de cogestão.

Observou-se que maior diálogo e abertura com os pescadores passou a ocorrer desde as primeiras atividades realizadas. Não obstante, tais ações ainda são insuficientes para reduzir a visão cética dos pescadores em relação à universidade. Mesmo que resultados positivos tenham sido atingidos, a universidade (CEM/UFPR), ainda é uma "torre de marfim". Mesmo assim, as ações realizadas contribuíram para indicar o potencial da atuação do NESPAMP como uma organização ponte. As organizações ponte contribuem para a ligação entre atores locais e comunidades com outros níveis de organizações (OLSSON *et al.*, 2004). Uma atuação fazendo diferentes conexões entre pesquisadores, pescadores, ONG e órgãos governamentais nos casos apresentados, poderia classificar a universidade dentro desse conceito. Essa apresenta uma posição essencial, uma vez que pode estimular a gestão participativa, disponibilizando um espaço para a co-produção de conhecimento, aumento de confiança, construção de uma visão e objetivos comuns, e resolução de conflitos (todas funções das organizações ponte, FOLKE *et al.*, 2005), além de fornecer funções importantes que integram pesquisas e tomada de decisões. Outro aspecto importante refere-se a uma aproximação com o ICMBio. Nesta, a abertura a processos participativos por parte deste órgão, associado ao desenvolvimento de atividades orientadas por demandas locais (ordenamento da pesca de caranguejo) oferece potencial para dirimir os conflitos existentes.

É importante salientar também a importância fundamental dos movimentos sociais na organização dos grupos afetados negativamente nos limites e no entorno das unidades de

conservação de uso integral. Consideramos um avanço, do ponto de vista político e organizativo, a criação do MOPEAR no estado do Paraná e do suporte de outros movimentos, como o dos atingidos por barragem (MAB), nacional dos pescadores e pescadoras (MPP), na mobilização dos pescadores em pressionar os órgãos fiscalizadores e gestores quanto à proibição total de suas atividades tradicionais a partir da implementação do Parque Nacional de Superagui. O Movimento dos Pescadores Artesanais conta hoje com a participação de pescadores artesanais de todo o litoral paranaense e constroem organizações para lutas comuns, se reconhecendo enquanto grupo e denunciando a criação arbitrária de UCs costeiras que não levam em consideração conhecimentos e práticas tradicionais, além da construção de uma campanha nacional pela regularização do território pesqueiro<sup>2</sup>, fazendo frente às crescentes áreas de exclusão pesqueiras criadas por parte dos órgãos governamentais.

Dois aspectos importantes envolvem o fortalecimento do MOPEAR, atual MPP. Primeiramente, o MOPEAR se tornou a instância legítima de articulação dos pescadores. Tanto que, dentre as ações previstas pelo NESPAMP, estava facilitar a criação de um Fórum de Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná. Numa conversa com as lideranças deste movimento, o Fórum representaria dispersão do processo de fortalecimento do MOPEAR. Desta forma, o NESPAMP poderia contribuir com o MOPEAR e atividades de formação e orientação relativas à legislação pesqueira. Esta articulação revela um processo de transição importante, onde, a medida que os pescadores fortalecem suas formas de organização política, organizações ponte passam a ter funções reduzidas ou efêmeras. E este é um processo importante para a busca da gestão participativa. As organizações ponte devem orientar suas ações de forma a reduzir seu papel de protagonismo e de assistencialista para serem facilitadores, sem comprometer o protagonismo dos grupos principais.

Limitações da atuação do NESPAMP, como em muitas organizações ponte, também representam desafios. A dependência de recursos e orientação de objetivos e linha de tempo associados aos projetos, muitas vezes é destoante da dinâmica das comunidades envolvidas. Por outro lado, um caminho importante, a ser construído por organizações ponte, é o desenvolvimento de projetos com os grupos sociais envolvidos, onde a linha do tempo, objetivos, aplicação de recursos financeiros, possam ser alocados de forma acordada com esses grupos.

## 6. Referências bibliográficas

- ALLISON, E. H. 2001. **Big laws, small catches: global ocean governance and the fisheries crisis.** *Journal of International Development* v.13. p. 933-950.
- ANDRIGETTO-FILHO, J. M. 1999. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil.** Curitiba, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, p. 242.
- ANDRIGUETTO FILHO, J. M.; MARCHIORO, N. P. X. 2002. **Diagnóstico e problemática para a pesquisa.** In: Claude Raynaud; Magda Zanoni; Paulo da Cunha Lana; Dimas Floriani; Angela Duarte D. Ferreira; José Milton Andriguetto Filho. (Org.). *Desenvolvimento e Meio Ambiente: em busca da interdisciplinaridade. Pesquisas urbanas e rurais.* Curitiba: Editora da UFPR, p. 159-194.
- AZEVEDO, N. T. de; PIERRI, N. 2013. **A política pesqueira atual no Brasil: A escolha pelo crescimento produtivo em detrimento a pesca artesanal.** *Samudra Report* v. 64. p. 34-41.
- BASURTO, X.; GELCICH, S.; OSTROM, E. 2013. **The social-ecological system framework as a knowledge classificatory system for benthic small-scale fisheries.** *Global Environmental Change* v.23. p. 1366-1380.
- BERKES, F.; FOLKE, C. 1998. **Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience.** Cambridge (UK): Cambridge University Press.

---

<sup>2</sup> <http://www.campanhaterritorio.blogspot.com.br/>

- BERKES, F.; MAHON, R.; McCONNAY, P.; POLLNAC, R.; POMEROY, R. 2001. **Managing small-scale fisheries: alternative directions and methods**. International Development Research Centre: Ottawa, Canada.
- BERKES, F. 2003. **Alternatives to Conventional Management: Lessons from Small-Scale Fisheries**. *Environments*. v. 31 n. 1.
- BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE C. 2006. **Navigating Social-Ecological Systems**. Building Resilience for Complexity and Change. Cambridge: Cambridge University Press.
- BERKES, F. 2009. **Evolution of co-management: Role of knowledge generation, bridging organizations and social learning**. *Journal of Environmental Management*. v. 90 p. 1692–1702.
- BERKES, F. 2011. **Implementing Ecosystem-Based Management: Evolution or Revolution?** *Fish and Fisheries* v.13 p. 465-476.
- BIGLIARDI, R. V.; CRUZ, R. G. 2005. **A Teoria da Complexidade como base para o enfrentamento da crise ambiental e da racionalidade teórico instrumental**. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental* v.15, p. 149-156.
- BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília – DF. Disponível em: <www.planalto.gov.br>, Acesso: 31/08/2013.
- BRASIL. **Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).
- BRASIL. **Decreto 6.981, de 13 de outubro de 2009**. Regulamenta o art. 27, § 6o, inciso I, da Lei no 10.683, de 2003, dispondo sobre a atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.
- BRASIL. **Instrução Normativa Interministerial 12, de 22 de agosto de 2012**. Dispõe sobre critérios e padrões para o ordenamento da pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul.
- CASTRO, F. de; D. G. McGRATH. 2003. **Moving toward sustainability in the local management of floodplain lake fisheries in the Brazilian Amazon**. *Human Organization* v. 62. v.2. p.123-133.
- CORNWALL, A.; R. JEWKES. 1995. **What is participatory research?** *Social Science and Medicine* n.41. v.12. p.1667-1676
- CORRÊA, M.F.M. 1998. **Recursos Pesqueiros**. In: Zoneamento da APA de Guaraqueçaba. Curitiba: IPARDES/Fundação Araucária. p. 51-60.
- DIAS-NETO, J. 2011. **Proposta de plano nacional de gestão para o uso sustentável de camarões marinhos do Brasil**. Brasília: MMA/IBAMA, p. 242.
- DIEGUES, A. C. 2001. **O Mito da Natureza Intocada**. São Paulo, Hucitec.
- DIETZ, T.; OSTROM, E.; STERN, P. C. 2003. **The Struggle to Govern the Commons**. *Science*. v.302 n. 5652 p. 1907-1912.
- DUARTE, L. A. 2013. **Argonautas do Superagui: identidade, território e conflito em um parque nacional brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental do Centro de Ciências Humanas e da Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, p. 211.



- FARACO, L. F. D. 2012. **Vulnerabilidade de pescadores paranaenses às mudanças climáticas e os fatores que influenciam suas estratégias de adaptação**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 260.
- FLORIANI, D.C. 2005. **Situação atual e perspectivas da área de proteção ambiental do Anhatomirim**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geociência, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 103.
- FOLKE, C.; HAHN, T.; OLSSON, P.; NORBERG, J. 2005. **Adaptive governance of social-ecological systems**. *Annual Review of Environment and Resources* v.30 p.441–473.
- GARCIA, R. 1994. **Interdisciplinarietà y sistemas complejos. Ciencias Sociales y Formación Ambiental**. Barcelona: Gedisa.
- GERDHART, C. H. 2008. **Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre a instabilidade dos “lados” e a multiplicidade estrutural das “posições”**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.
- GIDDENS, A. 1989. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes.
- ISAAC, V. J.; CERDEIRA, R. G. P. 2004. **Avaliação e monitoramento de impactos dos acordos de pesca na região do Médio Amazonas**. Ibama/PróVárzea, Documentos Técnicos v.3, p. 64.
- JOHNSON, T. R. 2010. **Cooperative research and knowledge flow in the marine commons: Lessons from the Northeast United States**. *International Journal of the Commons* v. 4 n. 1. p. 251-272.
- KALIKOSKI, D. C.; SEIXAS, C. S.; ALMUDI, T. 2009. **Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios**. *Ambiente & Sociedade* v. 12 n. 1. p. 151-172.
- KING, M. 2000. **Fisheries management by communities: a manual on promoting the management of subsistence fisheries by Pacific Island communities**. New Caledonia. p. 95.
- KONKEL, E. N. 2008. **Desenvolvimento local e processo educativo: as experiências das mulheres da agricultura familiar no município de Mafra (SC)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade do Contestado, Campus Canoinhas, p. 132.
- LEFF, E. 2003. **Pensar a complexidade ambiental**. In: *A Complexidade ambiental*. São Paulo; Cortez.
- LEVIN, S. A. 1999. **Fragile Dominion: Complexity and the Commons**, Perseus Books, Reading, MA.
- MAHON, R.; McCONNERY, P.; ROY, R. N. 2008. Governing fisheries as complex adaptive systems. *Marine Policy* v.32. p.104–112.
- MMA. 2013. Ministério do Meio Ambiente. <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao>. Acesso em: 31 de dezembro de 2013.
- OLSSON, O.; FOLKE, C.; BERKES, F. 2004. **Adaptive co-management for building resilience in social–ecological systems**. *Environmental Management* v.34. p.75–90.
- OSTROM, E. 2008. **Frameworks and theories of environmental change**. *Global Environmental Change* v.18 n.2. p 249-252.
- OSTROM, E. 2009. **A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems**. *Science* v.24. p. 325-419.
- POMEROY, R. S.; BERKES, F. 1997. **Two to tango: The role of government in fisheries co-management**. *Marine Policy*. v.21 n.5 p. 465-480.

- RAYNAUT, C.; LANA, P. C.; ZANONI, M. 2000. **Pesquisa e formação na área do meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas formas de avaliação.** *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. v.1. p. 71-81.
- ROBERT, M. C.; CHAVES, P. T. C. 2006. **Dinâmica da atividade pesqueira artesanal em duas comunidades da região litorânea limítrofe Santa Catarina-Paraná, Brasil.** *Boletim Instituto de Pesca*. v. 32 p.15-23.
- ROBERT, M. C.; DOMIT, C.; ROSA, L. 2012. **Relatório Técnico do Projeto Intermar.** Fundação O Boticário.
- SEIXAS C. S.; KALIKOSKI D. C. 2009. **Gestão participativa da pesca no Brasil: levantamento das iniciativas e documentação dos processos.** *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. v.20. p. 119-139.
- TRIMBLE, M.; BERKES, F. 2013. **Participatory research towards co-management: lessons from artisanal fisheries in coastal Uruguay.** *Journal of Environmental Management* v. 128. p.768-778.
- TRIMBLE, M.; ARAUJO, L. G.; SEIXAS, C. S. 2014. **One party does not tango! Fishers' non-participation as a barrier to co-management in Paraty, Brazil.** *Ocean and Coastal Management* v.92. p. 9-18.
- VIVACQUA, M. 2005. **Conflitos socioambientais no litoral de Santa Catarina: o caso da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, p. 244.
- WORM, B.; BARBIER, E. B.; BEAUMONT, N. 2006. **Impacts of biodiversity loss on ocean ecosystem services.** *Science* v.314. p. 787–790.

GT 07 - Pescadores artesanais e ribeirinhos: formas de resistência às situações de injustiça socioambiental

**PROSPECÇÃO DE DEMANDAS DE PESQUISA PARA A CADEIA  
PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL BRASILEIRA-PROSPESQUE**

Adriano PRYSTHON<sup>1</sup>

**Resumo**

O PROSPESQUE reuniu especialistas dos mais diferentes segmentos da pesca artesanal brasileira para discutir e priorizar demandas de pesquisa. Neste encontro, a metodologia proporcionou não apenas a priorização de demandas, mas a composição de portfólios e a formação de redes colaborativas. Levou-se em consideração a representatividade e todo o conhecimento em relação a temas relevantes à pesca artesanal marinha e continental. As demandas elencadas e priorizadas serviram de base, ainda, para a construção de portfólios de intenções, num total de 16 projetos.

**Palavras-chave:** PROSPESQUE; participação; prioridades.

<sup>1</sup> Pesquisador, Embrapa Pesca e Aquicultura. Endereço: 103 Sul, Av. JK ACSO 1 - Conjunto 1 Lote 17 1º piso, Palmas, TO - Brasil - CEP 77015-012. E-mail: [adriano.prysthon@embrapa.br](mailto:adriano.prysthon@embrapa.br)

## **Introdução**

Em junho de 2012, a cidade de Palmas (TO) sediou uma reunião inédita. Especialistas do setor pesqueiro brasileiro, da pesca artesanal continental e da pesca artesanal marinha, debateram sobre as demandas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D) que o setor enfrenta atualmente. Realizado pela Embrapa Pesca e Aquicultura, com o apoio do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o Seminário Nacional de Prospecção de Demandas da Cadeia Produtiva da Pesca (PROSPESQUE) representou um marco histórico para o desenvolvimento desse setor tão importante para o desenvolvimento econômico e social do país. Este documento é um dos primeiros frutos em prospecção de demandas que o Brasil destinou ao setor pesqueiro. Trata-se de um retrato panorâmico da pesca brasileira com suas principais demandas e necessidades de P&D e com sugestões de propostas de projetos que as respondam.

## **Metodologia**

O processo de consulta, que durou cerca de um ano e meio e culminou com o Seminário, teve como objetivo principal levantar e priorizar demandas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de forma participativa para o setor da pesca em âmbito nacional, por meio de prospecção científico-tecnológica. As metas estabelecidas neste período visaram ainda (i) Congregar e alinhar a massa crítica que atua na atividade pesqueira em torno de uma priorização de demandas de pesquisa focada nos interesses do setor; (ii) Elaborar portfólios de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e (iii) Articular a criação de Redes Colaborativas.

Quanto à representatividade do público presente no Seminário e, no intuito de retratar as diversas realidades da pesca, procurou-se buscar entre 50 participantes, as mais diversas representatividades do setor pesqueiro em todas as regiões geográficas do Brasil, a saber: (i) academia e ensino técnico, que incluiu universidades públicas, privadas e institutos de pesquisa e extensão; (ii) representantes do poder público que incluem fomento, fiscalização e conservação e (iii) representantes da base produtiva pesqueira. A dinâmica das oficinas durante o seminário mesclou os métodos Delphi<sup>1</sup> e o Painel de

---

<sup>1</sup> O método Delphi é reconhecido como um dos melhores instrumentos de previsão qualitativa. Sua área de aplicação mais corrente é a previsão tecnológica, mas, aos poucos, vem sendo estendido para outras áreas, como a administração, gestão e geopolítica. O princípio do método é intuitivo e interativo e implica na constituição de um grupo de especialistas em determinada área do conhecimento, que respondem a uma série de questões e apontam as prioridades sobre um determinado tema ou eixo de interesse.

Especialistas<sup>2</sup>, e sua condução foi dividida em três etapas: (i) palestras orientadoras, (ii) organização e priorização de assuntos críticos e (iii) construção de portfólios de projetos.

Os eixos temáticos pré-estabelecidos (1- Mapeamento e Zoneamento Territorial para a Pesca; 2- Políticas Públicas, Capacitação e Ordenamento; 3- Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros e 4- Cadeias Produtivas, Infraestrutura e Logística) foram englobados nas palestras orientadoras, que tiveram por objetivo introduzir aos participantes uma visão atual, holística e imparcial sobre cada modalidade de pesca (Artesanal Marinha e Artesanal Continental). Posteriormente, os eixos temáticos foram discutidos nas dinâmicas grupais. Após a discussão dos assuntos críticos nos grupos, foi realizada uma plenária, na qual se apresentaram as demandas levantadas. Após o enquadramento das demandas nas modalidades de pesca, foi feita uma priorização em plenária utilizando o software *Turning point*<sup>3</sup>. Ao final, foi possível listar as 10 (dez) prioridades para cada modalidade de pesca. Com as demandas eleitas, a última etapa do evento foi a construção dos portfólios de projetos também em dinâmicas grupais, porém por modalidade de pesca. Contudo, as discussões reuniram os participantes em função de suas áreas de atuação e/ou afinidade com as modalidades (marinha e continental). Os projetos originaram-se necessariamente da relação dos dez assuntos críticos priorizados anteriormente e estabelecendo o grau de impacto de cada um deles, também foram apresentados em plenária pelos grupos. Os projetos continham, ainda, elementos-chave suficientes para deflagrar um processo de construção participativa em rede para a resolução das demandas eleitas.

## Resultados e discussão

O resultado das dinâmicas apontou que apesar da priorização em 20 demandas (10 para cada modalidade), registrou-se um total de 296 (duzentos e noventa e seis) demandas que compuseram um banco de dados e também foram disponibilizados (PRYSTHON et al, 2012). Nota-se, com evidencia, nas tabelas 1 e 2, que as demandas para a pesca artesanal marinha e continental são praticamente as mesmas, o que muda são as prioridades. Os especialistas concordaram que a ausência de dados primários e a

---

<sup>2</sup> Painel de especialistas é uma metodologia que visa refletir sobre o futuro de um determinado setor de forma presencial, coletiva e participativa. Os participantes são selecionados considerando a alta qualificação e reconhecido prestígio em sua área de atuação.

<sup>3</sup> O *Turning Point* coleta as respostas *on-line* via *wireless* e converte rapidamente os resultados em pontuação de elementos gráficos, criando *slides* interativos e gerando relatórios. Ele também pode armazenar os dados para referências futuras. Este sistema integra-se facilmente com o *PowerPoint* para criar uma apresentação mais interativa. Esta ferramenta inclui o monitoramento de participantes e as ferramentas de relatório e ainda possibilita a conexão com servidores da instituição para facilitar a criação de listas de participantes e relatórios sobre os resultados.

implementação de uma plano nacional de monitoramento pesqueiro é a prioridade numero um. Sem informação contínua e confiável não há possibilidade de analisar tendências ou mudanças na pesca ou tampouco propor o ajustes ou a construção de políticas públicas voltadas aos anseios do setor, principalmente das comunidades pesqueiras.

Ainda com relação a esta questão, dada a extensão marítima e coleção hídrica brasileira, as comunidades que praticam a pesca artesanal se distribuem de forma adaptativa em seus territórios adjacentes a estes espaços, e suas pescarias são influenciadas por diversos fatores. Neste contexto, um desafio a ser enfrentado consiste num esforço diferenciado para a obtenção contínua de informações pesqueiras por parte dos gestores e tomadores de decisão. A obtenção de dados por meio de monitoramentos é uma ferramenta fundamental para o conhecimento das comunidades pesqueiras e do atual estado dos estoques pesqueiros, cruciais para o planejamento e ordenamento da atividade (FRAGA *et al.*, 2008).

Analisando a base de dados pesqueira no Brasil verificamos uma notável fragilidade e descontinuidade, principalmente para a pesca artesanal. Historicamente, a aquisição foi dividida por ambiente (marinho e continental), com metodologias diferenciadas de coleta e análise. Muitos estados adotaram seus próprios mecanismos de monitoramento, dificultando a consolidação e a padronização das informações. Durante muitos anos, a base de dados marinha foi administrada pelo STATPESCA/IBAMA<sup>4</sup> e que posteriormente foi agregada a outras bases de dados, como a da fundação PROZEE (MPA, 2011). Os dados do STATPESCA são de 2005 até meados de 2007, e não estão disponíveis para todos os estados. Ainda, em muitos estados, as informações não estão disponíveis ao longo do ano, apenas em alguns meses. Hoje, as poucas iniciativas de sucesso são pontuais e não se tornam políticas institucionais efetivas.

Portanto, o ordenamento do setor passa necessariamente pela construção de uma base de dados contínua e, sobretudo, unificado da pesca artesanal. Paralelamente, os conflitos entre instituições governamentais e a segregação de responsabilidades emperram o desenvolvimento de uma política unificada para o monitoramento e estatística. Um caminho mais árduo, porém de efetivos resultados, é considerar, também nas estatísticas, a diversidade cultural e saberes tradicionais das comunidades pesqueiras, o

---

<sup>4</sup> Desenvolvido pelo IBAMA, o ESTATPESCA é um sistema baseado em um censo estrutural da atividade pesqueira, nos locais de desembarque de pescado, a partir do qual é delineado e implementado um programa contínuo de coleta de dados.

que facilitaria as coletas de dados contínuos e de qualidade sob a perspectiva das comunidades pesqueiras. Tal consideração reflete diretamente na gestão dos recursos pesqueiros. A aquisição de informações de forma participativa, além de tornar o processo mais confiável, traz uma série de benefícios, pois: (i) fornece bases para promover pesquisas com apoio local, (ii) ampara a implementação de medidas corretas de ordenamento de acordo com as necessidades dos pescadores, (iii) fornece instrumentos legais de desenvolvimento das comunidades de forma sustentável e participativa, (iv) fortalece as políticas pesqueiras nacionais e o associativismo local, (v) aumenta o grau de envolvimento das comunidades em suas próprias decisões, (vi) fortalece a cidadania, entre outros.

Outras demandas que foram priorizadas no PROSPESQUE dizem respeito à urgência de estudo que integrem as áreas sociais, econômicas e ambientais, bem como estratégias de resolução de conflito entre usuários dos recursos pesqueiros e dos sistemas aquáticos. Trazendo novamente, a necessidade de consideração a participação efetiva das comunidades pesqueiras.

Portanto, a participação aqui é vista como fundamental na abordagem das comunidades pesqueiras, para auxiliar no estabelecimento de medidas de ordenamento mais ajustadas às necessidades da pesca artesanal. Um problema comum no Brasil é a forma de abordagem ao manejo pesqueiro, considerada convencional e inadequada. Normalmente, pesquisadores estudam a dinâmica do recurso e repassam às agências de manejo, que criam e implementam as normas que muitas vezes não são bem sucedidas (CASTELLO, 2008). Uma prova é que mais da metade dos recursos pesqueiros considerados “manejados” sobre esta abordagem, estão sobre-explorados (PAIVA, 1997). As políticas de manejo pesqueiro geralmente ignoram os aspectos sociais e culturas das comunidades ribeirinhas, dando foco nos impactos biológicos e econômicos referentes ao declínio dos principais estoques explorados (URQUHART et al., 2013). Estes mesmos autores consideram a sinergia entre pesquisadores e poder público o principal desafio na busca de metodologia que permitam inserir os valores sociais e culturais na construção de políticas pesqueiras mais justas. Já na década de 1990, Hilborn e Gunderson (1996) recomendavam uma hierarquia na estrutura de manejo baseada na descentralização de poder. A FAO, em seu Código de Conduta para a Pesca Responsável (1995) cita, nos princípios gerais do código 6.13 e 6.16, a importância da divisão de responsabilidades nas tomadas de decisão junto aos usuários dos recursos

pesqueiros. Exemplos são encontrados no Brasil como os Acordos de Pesca na região Amazônica (CERDEIRA, 2009) e algumas Reservas Extrativistas-RESEX no litoral (DUMITH, 2012). Tais ações promovem o estímulo de práticas mais democráticas e socialmente mais justas. Segundo Wilson, et al. (1994), sem o apoio dos pescadores artesanais as chances de sucesso são extremamente reduzidas.

Outras demandas relevantes também foram priorizadas no PROSPESQUE e estão inter-relacionadas. O baixo investimento em pesquisa e monitoramento, citado pelos especialistas, reflete diretamente na falta de informação, na carência de estudos de impacto, na lacuna de conhecimentos sobre a biologia das espécies afetadas pela pesca, nas poucas ações voltadas à resolução de conflitos, etc.

Tabela 1. Lista das 10 (dez) demandas priorizadas na pesca artesanal continental, com o número de votantes e a relevância (média geral).

Ordem de prioridade	Pesca Artesanal Continental	Votos	Relevância
1	Carência de monitoramento e da geração contínua de dados estatísticos da pesca como subsídio para políticas públicas e implementação de um plano nacional de monitoramento pesqueiro.	43	4,91
2	Necessidade de estudos e pesquisas integradas, bem como estudos sociais, biológicos, econômicos, ambientais e tecnológicos vinculados à atividade pesqueira.	43	4,49
3	Desatualização ou inexistência de dados científicos para embasar as medidas de ordenamento.	42	4,43
4	Baixo investimento em pesquisa e monitoramento.	44	4,41
5	Necessidade de avaliação de impactos sobre a pesca e os recursos pesqueiros oriundos de empreendimentos (exemplos: reservatórios, portos, petróleo e gás, ocupação urbana)	44	4,36
6	Necessidade de estudos com enfoque ecossistêmico para subsidiar a gestão de áreas de pesca e/ou exclusão.	42	4,36
7	Inadequação de políticas públicas de estímulo à pesca e/ou comercialização do pescado à sustentabilidade dos estoques	14	4,14
8	Carência de capacitação na manipulação do pescado nas estruturas físicas de captura, comercialização e beneficiamento.	44	4,14
9	Lacuna de conhecimentos sobre a biologia das espécies, distribuição geográfica, ecologia e dinâmica populacional dos recursos pesqueiros.	44	4,14
10	Necessidade de estudos que identifiquem, previnam e desenvolvam estratégias de solução de conflitos que envolvam múltiplos usuários dos recursos pesqueiros e ecossistemas aquáticos.	40	4,13



Tabela 2. Lista das 10 (dez) demandas priorizadas na pesca artesanal marinha, com o número de votantes e a relevância (média geral).

Ordem de prioridade	Pesca Artesanal Marinha	Votos	Relevância
1	Carência de monitoramento e da geração contínua de dados estatísticos da pesca como subsídio para políticas públicas e implementação de um plano nacional de monitoramento pesqueiro. Conflito entre disponibilização de dados e propriedade intelectual;	44	4,73
2	Necessidade de estudos sociais, biológicos, econômicos, ambientais e tecnológicos vinculados à atividade pesqueira.	44	4,41
3	Necessidade de obter informações regulares sobre a cadeia produtiva para monitoramento e orientação de políticas públicas;	44	4,39
4	Necessidade de pesquisar instrumentos tecnológicos adequados (“tecnologia limpa”), relativos a: captura, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização;	44	4,23
5	Descontinuidade de pesquisa continuada e necessidade de ampliação do conhecimento acerca da biologia e dinâmica populacional dos recursos pesqueiros e demais espécies afetadas pela pesca.	43	4,21
6	Desenvolvimento de abordagens ecossistêmicas para diagnosticar, avaliar e monitorar a sustentabilidade dos estoques e dos sistemas aquáticos explorados.	43	4,19
7	Necessidade de elaboração dos planos de gestão dos recursos pesqueiros	44	4,18
8	Baixo investimento em pesquisa e monitoramento.	42	4,17
9	Falta de interlocução entre as diferentes áreas do conhecimento que podem subsidiar o uso sustentável dos recursos pesqueiros. Escassez de informações confiáveis e de tecnologias qualificadas, com a devida abrangência biológica, ecológica e socioeconômica;	43	4,12
10	Falta de estrutura dos órgãos nacionais responsáveis pelo ordenamento pesqueiro, desarticulação entre as instituições (públicas ou privadas) na condução de projetos de pesquisa relacionados a recursos pesqueiros;	43	4,09

### Construção dos portfólios e redes colaborativas

Com as demandas eleitas, foi possível da início a última etapa do evento, a construção dos portfólios de projetos. Na formação dos grupos de discussão, os participantes se distribuíram em função de suas áreas de atuação e/ou afinidade com as modalidades de pesca (Artesanal Marinha ou Artesanal Continental). Mesmo com certa desproporcionalidade da distribuição dos participantes nos grupos, manteve-se a qualidade nas discussões e nos projetos que compuseram os portfólios. Os projetos originaram-se necessariamente da relação dos dez assuntos críticos priorizados. A

orientação inicial foi para que os grupos desenvolvessem no mínimo cinco projetos. O desempenho dos grupos, associado ao comprometimento de todos culminou na elaboração de 16 projetos no total. A construção entre estes especialistas proporcionou ainda, a criação de uma rede colaborativa voltada a cada modalidade (pesca artesanal marinha e continental). Na tabela 3, segue um exemplo de resumo de projeto proposto pelo grupo, no qual descreve o assunto a ser tratado, um resumo, os objetivos, as instituições potenciais para o seu desenvolvimento e as possíveis fontes de fomento. Vale salientar que estes projetos são esboços de proposições que ainda necessitam ser desenvolvidas pela rede colaborativa estabelecida, podendo incorporar outros atores do setor pesqueiro ao longo do tempo.

Tabela 3. Exemplo de esboço de projeto construído nas dinâmicas com os especialistas.

Tema do projeto	Pesca Artesanal Marinha
Demanda associada	<p><b>1.</b>Carência de monitoramento e da geração contínua de dados estatísticos da pesca como subsídio para políticas públicas e implementação de um plano nacional de monitoramento pesqueiro. Conflito entre disponibilização de dados e propriedade intelectual;</p> <p><b>7.</b> Necessidade de elaboração dos planos de gestão dos recursos pesqueiros</p>
Título do projeto	Programa de Estatística Pesqueira – Pesca Artesanal Marinha
Resumo	O Projeto tem por objetivo a criação e implementação de um Programa Permanente de Estatística Pesqueira que considere as especificidades regionais, através do estabelecimento de metodologia padronizada. Neste sentido são necessárias ações para formação, treinamento e reciclagem de pessoal para a coleta, validação e análise dos dados. Tem-se como resultado esperado a construção e manutenção de um banco de dados para subsidiar tomadas de decisão para o manejo pesqueiro e auxiliar na elaboração de Planos de Gestão dos Recursos Pesqueiros.
Instituições potenciais para o seu desenvolvimento	IBGE, MPA, MMA, Institutos Técnicos Federais, Universidades, Centros de Pesquisa Pesqueira e Entidades Representativas dos Pescadores.
Objetivos relacionados e instituições potenciais a se envolver	<p>1) Elaboração e proposição de metodologia para a coleta, tratamento e disponibilização dos dados de captura, biológicos, sociais e econômicos;</p> <p>2) Criação e manutenção de um banco de dados de livre acesso; e</p> <p>3) Formação, treinamento e reciclagem de pessoal para a coleta, validação e análise dos dados.</p>
Fontes potenciais de fomento	FAO, Banco Mundial, BNDES, MPA, MEC, CNPq e Capes.

Ainda, outra atividade realizada na construção dos portfólios foi o estabelecimento do nível de impacto de cada projeto de acordo com os critérios estabelecidos em três dimensões: Econômico, Ambiental e Social. O grupo atribuiu a cada projeto uma nota de 1 a 5, sendo 1 como de menor impacto até 5, como de maior impacto. Na tabela 4, seguem os impactos julgados pelos especialistas em cada projeto elaborado. É evidente

que os impactos econômicos, ambientais e sociais estão interconectados em maior ou menor grau, de acordo com o projeto listado.

Tabela 4. Escala de impactos dos projetos para a pesca artesanal marinha e continental.

Modalidade	Projetos prioritários e Impactos (nota de 1 a 5)	Econômico	Ambiental	Social
<b>Pesca artesanal Marinha</b>	1 e 7. Programa de Estatística Pesqueira – Pesca Artesanal Marinha	4	5	5
	2.1 Análises econômicas e estudos de custos-benefícios da atividade da pesca no Brasil.	5	3	4
	2.2 Estudos de dimensão socioambiental no conceito da sustentabilidade para a pesca artesanal.	4	5	5
	3. Formação e manutenção de banco de dados das principais cadeias produtivas da pesca artesanal marinha	5	3	4
	4. Desenvolvimento tecnológico para a otimização da cadeia produtiva do pescado.	5	5	4
	5. Desenvolver um programa de pesquisa em biologia pesqueira e dinâmica populacional das espécies marinhas e estuarinas.	2	5	3
	6. Elaboração de modelo ecossistêmico para subsidiar políticas de uso sustentável de recursos pesqueiros e a conservação ambientes associados.	5	5	5
	8. Estratégias de investimento em banco de dados para a pesca artesanal marinha.	5	5	5
	9. Realização anual de encontros sobre P&D&I relacionadas ao uso sustentável dos recursos pesqueiros	5	5	5
<b>Pesca artesanal Continental</b>	1 e 3. Monitoramento da Pesca Artesanal Continental	5	5	5
	2 e 9. Estudo socioeconômico, ambiental e tecnológico da pesca artesanal continental.	5	5	5
	5. Impactos na pesca e nos recursos pesqueiros do Brasil decorrentes de grandes empreendimentos	4	5	5
	6. Integridade ecossistêmica e manejo da pesca	3	5	4
	7. Políticas públicas: apoio à cadeia produtiva da pesca continental na perspectiva de contribuir com a sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros	5	4	5
	8. Valorização dos saberes endógenos, formação e capacitação dos envolvidos com a pesca continental em manuseio, transformação e beneficiamento do pescado.	5	3	5
	10. Territórios da Pesca Artesanal Continental no Brasil	3	4	5

### **Considerações finais**

A prioridade número um foi unânime tanto para pesca artesanal marinha quanto continental: “Carência de monitoramento e da geração contínua de dados estatísticos da pesca como subsídio para políticas públicas e implementação de um plano nacional de monitoramento pesqueiro”. O que implica dizer que a necessidade de informação primária e contínua sobre o setor é urgente.

A construção participativa proposta na metodologia permitiu elencar 16 esboços de projetos para comporem os portfólios, distribuídos nas duas modalidades de pesca artesanal (marinha e continental).

O evento permitiu o início da formação de redes colaborativas de Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil. A Embrapa continuará fomentando esta rede para desenvolver não somente os projetos esboçados, mas também a construção de novos projetos.

A priorização de demandas e os projetos balizarão não apenas a agenda estratégica da Embrapa Pesca e Aquicultura, mas auxiliarão na adequação de outras unidades da Embrapa, alocando esforços para os núcleos que já trabalham ou têm potencial para trabalhar com Pesca.

Por possuir um mandato nacional, a Embrapa Pesca e Aquicultura espera contribuir com o arcabouço científico, tecnológico e social, no sentido de viabilizar, por meio de pesquisa, desenvolvimento e inovação, soluções para a sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca artesanal brasileira.

Os resultados do PROSPESQUE, contendo o histórico, metodologia detalhada e o conteúdos dos projetos que compuseram os portfólios, foram publicados num livro intitulado Relatório Técnico do Seminário Nacional de Prospecção de Demandas da Cadeia Produtiva da Pesca – PROSPESQUE, e está disponível para *download* no *site* da Embrapa ([embrapa.br](http://embrapa.br)) ou impresso mediante solicitação;

## Referências Bibliográficas

CASTELLO, L. 2008. Re-pensando o estudo e o manejo da pesca no Brasil. **Pan-American Journal of Aquatic Sciences**. 3 (1): 17-22.

CERDEIRA, R.G.P. 2009. **Acordo de pesca como instrumento de gestão participativa na Amazônia**. Manaus: 134p. (Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Amazonas). Disponível em: <<http://www.pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/12-9.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2011.

CRUVINEL, P. E., et al. 2010 Estruturação de Plataforma em Aquicultura. São Carlos - Embrapa Instrumentação, Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP) e Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio (RIPA).

DUMITH, R.C. 2012. A importância da gestão compartilhada e das áreas marinhas protegidas para o sistema socioecológico da pesca artesanal: o caso das reservas extrativistas marinhas. **GeoTextos**, vol. 8, n. 2, dez. 97-121

FAO. 1995. **Code of Conduct for Responsible Fisheries**. Rome. 41 p.

FRAGA, A.P.C; HUGO, D.R.L; PRYTHON, A.; DAPPER, C.G. 2008. **Monitoramento participativo da atividade pesqueira na área de influência dos blocos BM-CAL-04 e BAS-97, no litoral do Baixo-Sul da Bahia..** In: RIO OIL & GAS EXPO AND CONFERENCE, 08., Rio de Janeiro, 15-18/09/2008. *Anais...* vol 1.,78p.

HILBORN R.; GUNDERSON, D. Chaos and paradigms for fisheries management. **Marine Policy**, Vol. 20, No. 1, pp. 87-89, 1996.

SANTOS, G. P. de C.; MAIA JUNIOR, W. M.; CAVALCANTI, L.; ROUTLEDGE, E. A. B.; CRUVINEL, P. E. (Ed.) 2010 *Estruturação de Plataforma em Aquicultura*. 1. ed. São Carlos: Embrapa Instrumentação. 1: 147p. 1CD-ROM.

MPA 2010 *Boletim estatístico da pesca e aquicultura: Brasil 2008–2009*. Ministério da Pesca e Aquicultura. 99p. Disponível em: [http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/docs/anuário\\_da\\_pesca\\_completo2.pdf](http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/docs/anuário_da_pesca_completo2.pdf) f. Acesso em: 31 de março de 2011.

MORATO MURILLO, A. e FERNÁNDEZ GÜELL, J. M. 2004 Metodologias de prospectiva tecnológica industrial. Curitiba: UNINDUS : OPTI. Relatório. 98p.

PAIVA M.P. 1997. Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil. EUFC, Fortaleza.

PRYSTHON; A,P. Relatório técnico do Seminário Nacional de Prospecção de Demandas da Cadeia Produtiva da Pesca: PROSPESQUE / Adriana Lima ... [et al.]. – Brasília, DF : Embrapa, 2012. 88 p. : il. ; 20 cm x 30 cm.

SOUZA MARTINS, M. A. 2005 Comunicado Interno: Sugestões para a coordenação do Workshop Regional da Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Maranhão, junho. 128p.

URQUHART, J.; ACOTT, T.; ZHAO, M. Introduction: Social and cultural impacts of marine fisheries. *Marine Policy*, Volume 37, January 2013, Pages 1–2. <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2012.04.007>

WILSON, J. A.; ACHESON, J. M.; METCALFE, M.; KLEBAN P. 'Chaos, complexity and community management of fisheries', *Marine Policy*, Vol. 118, 1994, pp 291- 305.

# VI Encontro da Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS  
NOS ESPAÇOS RURAIS

02 a 05 de setembro de 2014.

GT8

## A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

COORDENAÇÃO

EDGAR MALAGODI (UFMG)

JOSÉ HELDER BENATTI (UFPA)

**GT 08 – A luta pela terra e a política fundiária**  
**“Os Pivôs da Discórdia ainda continuam”:** Os Conflitos Ambientais pelo Uso,  
Gestão e Acesso a Água do Rio Riachão no Norte de Minas Gerais

Adinei Almeida Crisóstomo<sup>1</sup>  
Rômulo Soares Barbosa<sup>2</sup>

**Resumo**

Este trabalho tem como objetivo compreender o conflito pelo acesso e uso da Água do Rio Riachão entre Comunidades Rurais e Produtores Irrigantes no Norte de Minas Gerais e interpretar a configuração atual. Configura-se, um conflito ambiental que envolve projetos distintos de uso e apropriação dos recursos ambientais do Rio Riachão. Conclui-se que os conflitos ambientais não acabam ou terminam, eles simplesmente se configuram, se apresentam e se expressam por novas formas e conjunturas.

**Palavras-chave:** Água; Luta; Conflito Ambiental.

**Introdução**

Este trabalho estuda o conflito reconhecido regionalmente como a “Luta pela Água no Rio Riachão”. Tem como objetivo principal compreender o processo de disputa pelo acesso e uso da Água entre Comunidades Rurais e Produtores Irrigantes e interpretar a configuração atual. O Rio Riachão situa-se na região do Norte de Minas Gerais, na sub-bacia do Rio Pacuí, por sua vez, afluente do Rio São Francisco pela margem direita, ocupando uma área total de 1130 km<sup>2</sup> e percorrendo 94 km de extensão passando pelos municípios de Montes Claros, Coração de Jesus, Brasília de Minas e Mirabela.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos do presente trabalho, foi utilizado o método de pesquisa qualitativo, para tanto, foram realizados os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e documental com levantamento de informações em relatórios e registros impressos de instituições, organizações não governamentais, Ministério

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais; Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA; Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes; E-mail: adinei\_almeida@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pela UFRRJ; Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes; Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA. E-mail: romulosoaresbarbosa@gmail.com.



Público, além de outras fontes como, teses, dissertações, monografias, papers publicados sobre os temas da pesquisa, artigos científicos, documentos eletrônicos, leitura de livros sobre o tema. Também foram realizadas entrevistas com lideranças e com os movimentos sociais e observação direta e em oficinas realizadas pelo Núcleo de Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA/UNIMONTES). Também como perspectiva metodológica foi utilizada técnicas dos Grupos de Pesquisa: Gesta/UFMG (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais) e NIISA/UNIMONTES (Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental) do Projeto Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais. Realização de trabalho de campo nas comunidades rurais de Riacho D'antas e Pau D'Óleo, comunidades situadas ao longo do leito do rio no município de Montes Claros-MG, entrevistas com lideranças e agentes envolvidos para interpretação a configuração atual do Conflito Ambiental, organização de dados coletados, sistematização e análise dos dados obtidos em campo inter-relacionando com o referencial teórico estudado, análise das informações obtidas, das descobertas e do conhecimento produzido.

O conflito ambiental pelo acesso e uso da água no Riachão decorre da apropriação assimétrica dos recursos naturais entre, de um lado, produtores irrigantes que utilizam a água para o cultivo de grandes lavouras, gerando a falta de água para a população local e até a seca do rio em muitas épocas do ano e, de outro, famílias de agricultores que se caracterizam e se identificam como povos tradicionais "Geraizeiros" da região, acessam a água de forma diferenciada, a utilizam seguindo seus costumes e tradições na irrigação de hortaliças, uso doméstico e para animais, etc.

## **Os Conflitos Ambientais e os Conflitos pela Água**

Hoje são apontados por diversos estudos e pesquisas em suas mais variadas dimensões umas das principais questões e talvez uma das mais importantes em pautas de agendas governamentais, de universidades, ONGs, e principalmente entre os movimentos sociais, enfim entre vários outros segmentos da sociedade civil, são as Questões Ambientais. Que por sua vez são intercaladas a uma ideologia de *um modelo de "(des)envolvimento"* que perpassa questões ligadas ao chamado conceito de *globalização*, atrelados muitas vezes por interesses econômicos, particulares, hegemônicos e políticos em conseqüência, incidem grandes transformações e mudanças em determinadas sociedades. Dentre essas mudanças podemos destacar as instalações

de grandes empreendimentos industriais e de exploração dos recursos naturais, como as mineradoras, hidrelétricas e indústrias, grandes barragens para contenção de água, amplos projetos de irrigação em extensas quantidades de terras, monoculturas, enfim que por decorrências acarretam muitos prejuízos e modificações principalmente nos modos de vida de muitas comunidades rurais e populações tradicionais. Modificações na fauna e flora de determinados lugares, modificações no solo, seca de muitos rios e córregos, e é justamente nestas questões em que os Conflitos Ambientais emergem, se localizam e mais se encontram, no choque de idéias e concepções diferenciadas sobre a utilização e gestão dos recursos naturais.

Os Conflitos Ambientais estão sendo eclodidos e acirrados a todo o momento não só no estado de Minas Gerais, mas no Brasil como um todo, isso mostra e revela que modos de produção de base capitalista estão em oposição a outras formas de se apropriar e produzir a natureza como apontam estudos e pesquisas, que mostram outra realidade, de muitas populações, principalmente populações rurais e comunidades tradicionais. Uma realidade de muitas lutas e resistências durante anos para com esse modelo imposto, mostrando que é possível conviver sem destruir, danificar ou degradar os recursos naturais.

Zhour e Laschefski (2010) apontam que os Conflitos Ambientais revelam em geral, modos diferenciados de existência que colocam em questão o conceito de desenvolvimento, e expressam a luta por autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade capitalista.

Nesta perspectiva, entendendo os Conflitos Ambientais não como uma forma ou categoria isolada, mais como classificações e categorias que se assemelham entre si e um Conflito pode se configurar em mais de uma classificação, ou seja, em um Conflito Ambiental pode acontecer, por exemplo, que ele seja um Conflito territorial e espacial ao mesmo tempo.

Achselrad (2004) considera que os Conflitos Ambientais são constituídos a partir de quatro dimensões: a apropriação simbólica e apropriação material, durabilidade, que seria a base material necessária à continuidade de determinadas formas sociais de existência; e interatividade que se constitui na ação cruzada de uma prática espacial sobre outra. Essas dimensões são essenciais para apreender a dinâmica conflitiva própria aos diferentes modelos de desenvolvimento.

Partindo daí, Acsehrad (2004, p. 26) elabora a noção de Conflitos Ambientais como um terreno de disputa material e simbólica, para ele os Conflitos Ambientais são:

(...) aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Nesse aspecto, tem-se a evidência de que o conflito ambiental se dá no embate entre grupos e atores sociais de interesse e ação divergentes. Dessa forma, os conflitos ambientais envolvem grupos e atores sociais com diferenciados modos de apropriação, uso e significação do território, de modo que um determinado grupo se sente ameaçado em suas formas sociais de apropriação e distribuição dos recursos naturais por impactos indesejados ocasionados por outros grupos ou atores. Os conflitos ambientais opõem entre si as diferentes formas de adaptação dos atores sociais ao mundo natural, juntamente com suas ideologias e modos de vida respectivos.

Segundo a vertente de alguns autores que analisam os Conflitos Ambientais através da ótica econômica Acsehrad (2004) aponta que:

Os conflitos ambientais seriam, para eles, de dois tipos: o primeiro, o conflito por distribuição de externalidades, seria decorrente da dificuldade dos geradores de impactos externos assumirem a responsabilidade por suas conseqüências; o segundo seria o conflito pelo acesso e uso dos recursos naturais, decorrente da dificuldade de se definir a propriedade sobre os recursos (ACSELRAD, 2004, p. 17).

Os conflitos relacionados com a disputa, apropriação e distribuição dos recursos do meio ambiente podem ser expressos de diferentes maneiras, de acordo com os interesses particulares ou coletivos dos diversos atores em jogo.

De acordo com Barbosa *et al* (2011):

Situações comumente vistas como “problemas ambientais” originados pelo “desenvolvimento” são compreendidas pela noção de “*conflito ambiental*”. O caráter conflituoso da situação se refere à forma como ela é objetivamente estruturada pelas relações entre as distintas, e, não raro, mutuamente excludentes, pretensões de uso e significados atribuídos por diferentes grupos sociais a um mesmo território em disputa e/ou a territórios ecologicamente interconectados. Nesse sentido, os *conflitos ambientais* extrapolam as tentativas de resolução técnica e gerencial propostas pela concepção hegemônica e institucionalizada de desenvolvimento sustentável, pois evidenciam a existência de diversas formas de se conceber e se interagir com o meio ambiente. Dessa maneira, uma abordagem, calcada na análise dos

conflitos ambientais lega-nos a possibilidade de reconhecer os múltiplos projetos de sociedade que acionam distintas matrizes de sustentabilidade e esbarram nas reais assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas. (BARBOSA, R. S. *et al*, 2011, p. 88):

Para Barbosa *et al* (2011) o conceito de “conflitos ambientais” tal como desenvolvido por Acselrad (2004 a e 2004 b) se apresenta inerente às práticas sociais de uso e significação do espaço, tendo em vista a pluralidade de segmentos sociais envolvidos na construção de seus respectivos projetos sociais, no que diz respeito à apropriação conflitos social da natureza, são historicamente assimetrias. Os conflitos se reproduzem e se multiplicam na medida em que são mantidos os mesmos mecanismos desiguais de distribuição do acesso ao meio ambiente e da divisão dos custos, riscos e impactos resultantes das práticas dominantes de apropriação dos recursos naturais. (BARBOSA, R. S. *et al*, 2011, p. 91).

Como discute Zhouri e Zucarelli (2010), os Conflitos Ambientais extrapolam as tentativas de resolução técnica e gerencial propostas pela concepção hegemônica e institucionalizada de desenvolvimento sustentável, pois, evidenciam a existência de distintas formas de se conceber e de se interagir com o meio ambiente, levando-nos a reconhecer os múltiplos projetos de sociedade, que acionam diversas matrizes de sustentabilidade e esbarram nas reais assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas. Neste sentido pontuam os autores que cabe, portanto às Ciências Sociais, compreender os Conflitos Ambientais, descrevendo-os, classificando-os, desvendando os significados e interesses dos atores neles envolvidos, elucidando suas relações com as assimetrias estruturais da formação social em que ocorrem. É apenas na medida em que cumprem seu objetivo precípua, o de aplicar-se à investigação científica rigorosa das situações de conflito ambiental, que as ciências sociais podem fornecer subsídios seguros às políticas que visem, por exemplo, à democratização das condições de acesso e determinação de uso das condições naturais territorializadas.

Há muitos anos as questões que envolvem os recursos naturais vem sendo discutidos em todas as suas esferas e em todos os seus sentidos no mundo inteiro, são exemplos as grandes conferências internacionais como a Eco 92 e a Rio+20, dentre outros, recursos esses que a cada dia estão mais escassos e com grandes problemas, um desses recursos naturais importantes é a Água.

O Conflito Ambiental do Rio Riachão no Norte de Minas Gerais, por todo o seu contexto histórico de lutas de seus agentes sociais, configura-se assim como um Conflito pelo uso e gestão das suas Águas.

A Água, em suas múltiplas facetas, ocupa lugar central na maioria dos conflitos vividos pelas populações locais. Os conflitos sobre a água, de modo geral, têm sido amplamente discutidos no que se refere aos serviços de distribuição de água potável e ao tratamento de esgoto. (CASTRO, 2010)

Diegues (2009) chama a atenção para as diferentes representações culturais sobre as águas pelas comunidades rurais e populações tradicionais, contrapondo-as com os significados a partir da sociedade urbano-industrial, segundo os quais a:

(...) água doce é um bem em grande parte domesticado, controlado pela tecnologia (represas, estações de tratamento), um bem público cuja distribuição em alguns países pode ser apropriada de forma privada ou corporativista, tornando-se um bem de troca ou uma mercadoria. (DIEGUES, 2009, p. 16).

Castro (2010) afirma que “(...) os Conflitos pela Água:

São parte integrante de confrontos sociais e políticos mais amplos e estruturais, entre projetos sociais alternativos e inclusive antagônicos. Portanto, explicar os Conflitos pela Água exige incorporar a dimensão social na análise e avançar no desenvolvimento de arranjos interdisciplinares que permitam identificar a interação entre os processos físico-naturais e sociais, posto que não é possível dar por explicados esses Conflitos remetendo-se meramente a fatores tais como a escassa disponibilidade de água, aridez ou a pressão do crescimento urbano. (...) (CASTRO, 2010, p. 192)

Segundo Malvezzi (2011) a expansão do hidronegócio como também já era previsto no mundo inteiro, seria necessariamente acompanhada de Conflitos de vários graus, sendo que a ONU chega prever guerras pela água, que já existem, como no conflito entre árabes e israelenses. O fato obedece a uma simples razão: o capital avança sobre comunidades, sobre seus territórios, inclusive territórios aquáticos, tornando privado o que antes era público ou bem da União. Em seu avanço o capital se apropria dos mananciais e os depreda. Assim, atividades essenciais para as populações, como a pesca, a agricultura de vazante, a água potável, até mesmo a navegação, são subtraídas em nome de um progresso excludente, tendo o capital como único beneficiário. Esse avanço depreda os corpos d'água, tanto de superfície como rios, açudes e mangues, como também os subterrâneos.

Senra (2004) acrescenta que os movimentos sociais, ONGs, igrejas e inúmeros técnicos da área de recursos hídricos, em contraponto ao eterno discurso “de que precisamos acabar com a seca” que na prática sustenta “a indústria da seca” e a defesa de grandes obras para as empreiteiras, como é o caso atual da transposição do

São Francisco, têm discutido e implementado “alternativas para a convivência com a seca”, que vão desde projetos de armazenamento de água das chuvas captadas pelas calhas dos telhados até a construção de cisternas, a reorientação de plantio com culturas mais apropriadas para a região seca, a criação de animais que consomem menos água, a construção de barraginhas e as práticas de conservação do solo. (SENRA, 2004, p. 138) Esses são alguns dos modos de adaptação com o semi-árido em que a maioria da população do Norte de Minas, encontrou para a convivência na região principalmente nos períodos de seca, são alternativas que vem crescendo cada vez mais, programas e projetos de instituições federais, estaduais com políticas públicas voltadas especificamente para a região e órgãos não governamentais, com programas que são voltados diretamente para comunidades rurais e comunidades tradicionais, intensificando e fortalecendo as articulações e idéias entre elas, dentre várias outras formas.

Em resumo, com as mudanças climáticas e transformações nos modos de vida das populações, mudanças em relação às questões ambientais e recursos hídricos, estado, organizações, instituições e comunidades se unem em articulações e na troca de experiências, criam ações e projetos para a adaptação dos agricultores e moradores que vivem na região do semi-árido brasileiro, com programas e políticas públicas que visam dar acesso aos recursos naturais como a Água tão escassa nesta região.

### **Conflitos Ambientais no Norte de Minas Gerais**

O Estado de Minas Gerais possui um grande contraste em suas diversas regiões, tanto nas características sociais, econômicas, culturais, e principalmente naturais, isso se deve desde os princípios de sua colonização pelos bandeirantes que aqui passavam e se instalavam.

A região do Norte de Minas é localizada em uma região de transição entre os biomas do cerrado, caatinga e da mata seca caracterizada na maioria das vezes pelo seu clima semi-árido, formação bastante diversificada, conhecida principalmente pela cultura sertaneja e conhecimentos tradicionais.

O modelo de desenvolvimento rural do Norte de Minas, intensificou-se o uso de mecanização e agroquímicos, se, por um lado provocou a “modernização do campo”, por outro implicou no empobrecimento dos agricultores familiares, na degradação dos recursos naturais e na manutenção da concentração fundiária (BARBOSA *et al*, 2006).

Ribeiro (2005) ao se referir ao Norte de Minas, enquanto “o Gerais”, adjectivação negativa ou extensão marginal das “Minas”, mostrou o que justificaria a semântica do termo que divide o Estado em dois: as “Minas” e os “Gerais”. Concepção que serviu como forma de descaracterizar toda uma ocupação anterior daquele espaço geográfico por outras sociedades e justificar a penetração civilizada sobre esse “vazio” humano (Ribeiro, 2005, p. 55). Representação disseminada e reforçada através das narrativas dos cronistas coloniais, que vão de relatos e documentos do bandeirantismo às narrativas dos viajantes estrangeiros, consolidando uma literatura baseada na visão eurocêntrica de inferioridade racial do homem sertanejo como resultado do processo de mestiçagem operado na colonização e interiorizada pela intelectualidade brasileira no século XIX. Assim historicamente o Norte de Minas Gerais é remetido à margem do processo civilizatório, relegado à sua condição de periferia com toda carga negativa que isso implica, ou seja, a porção pobre de Minas. O que justificou e ainda justifica a intervenção do Estado através de projetos desenvolvimentistas e de colonização para a região.

Para o CAA/NM (2005) o desenvolvimento ocorrido no Norte Mineiro não levou em conta a existência de uma diversidade de populações rurais que, historicamente, desenvolveram estratégias sensíveis no manejo dos recursos naturais, como o aproveitamento das potencialidades de distintos habitats, uso de variedades genéticas de plantas desenvolvidas e adaptadas aos diferentes agroambientes e no aproveitamento intrínseco da biodiversidade presente na flora nativa. Pelo contrário, afetou as bases de sustentação e de reprodução social dos grupamentos humanos, designados genericamente como pequenos produtores rurais, deixando-os ainda mais frágeis frente às adversidades climáticas da região.

Araújo (2011) acrescenta que a violência física e simbólica, as mudanças nas relações de produção e na relação com a terra caracterizam o que é apontado como fase inicial do processo de expropriação que deu origem ao *encurralamento* e que se caracterizou pela perda da liberdade e pela subjugação dos lugares ao interesse do capital. (ARAÚJO, 2011, p. 79)

Nogueira (2011) afirma que as poucas áreas de cerrado em pé são mantidas por comunidades (que se enunciam ou não como tradicionais), povos indígenas e quilombolas. O *encurralamento* é uma realidade para todos, mesmo para aqueles que já delimitaram seu território. Estão cercados por fazendas de soja, canaviais ou maciços de eucalipto, por todos os

lados. Por isso, as terras logo se tornam insuficientes para reprodução dos meios de vida sustentáveis dessas populações, antes habituadas a tirar proveito de diferentes ambientes, gerais e veredas, áreas de coleta e caça, combinadas a áreas de morada e plantio, em verdadeiros sistemas agroextrativistas. (NOGUEIRA, 2011, p. 44)

Nesse sentido, as universidades, organizações, instituições, e principalmente os movimentos sociais e sindicais, etc., exercem um papel fundamente e primordial, em vários sentidos, com a produção científica, mostrando e apontando questões, buscando mediações e resoluções desses Conflitos, para essas populações tradicionais e comunidades rurais, com apoio institucional, compreendendo e ajudando as comunidades a entenderem melhor seus direitos, acionando leis, órgãos e poderes judiciais como o Ministério Público, ajudando com a organização de articulações com instituições parceiras, articulações de lideranças e movimentos sociais e populares e suas várias outras articulações, construindo uma “rede” de instrumentos para que as comunidades resistam e lutem por melhores condições de vida e pelo reconhecimento de suas condições e por seus direitos em um verdadeiro *campo de disputas* como retratado por Bourdieu (2007), espaço social é constituído por campos, microcosmos de relações objetivas que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irredutível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constringe os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura. (BOURDIEU, 2007)

Nesse sentido, entendo ser de extrema importância, compreender o processo de disputa que envolve a luta pelo acesso e uso da Água do Rio Riachão entre comunidades rurais e produtores irrigantes que se mostra de forma desigual e interpretar a configuração atual do conflito ambiental. Compreendo os processos de conflitos ambientais, como o campo de forças e disputas entre os atores sociais envolvidos e suas relações.

## **O Riachão**



De acordo com o “Atlas Digital das Águas de Minas” (2010) a sub-bacia do Riachão possui uma área total de 1.130 km<sup>2</sup> e pertence à bacia do Rio Pacuí que é afluente do São Francisco pela margem direita. Nasce na Lagoa Tiririca, no município de Montes Claros, Norte de Minas Gerais e se estende pelos municípios de Mirabela, Coração de Jesus e Brasília de Minas, percorrendo um trecho de 94 km, com vários afluentes. É subdividido em Alto, Médio e Baixo Riachão.

Ainda segundo o “Atlas Digital das Águas de Minas” o cultivo praticado pelos agricultores familiares exploram os terrenos férteis do leito do Rio, aproveitando-se das cheias e vazantes. Nessas terras, parcialmente alagáveis, as populações ribeirinhas de trabalhadores e agricultores fazem uso agrícola, pecuário e pesqueiro. As explorações das famílias de trabalhadores e agricultores nas áreas do cerrado norte mineiro tem origem nas tradições “geraizeiras” que vivem nos “gerais”, utilizam técnicas artesanais de trabalho, da colheita dos frutos do cerrado como o pequi, a cagaita, criam gado a solta, praticam a agricultura familiar dentre outros pontos.

A paisagem da região foi alterada a partir da década de 1970 com a chegada de empreendimentos industriais e agrícolas que se intensificou nos últimos quarenta anos. A transformação das chapadas, áreas de cerrado utilizadas como solta de gado e extrativismo em monoculturas de eucalipto ou de capim contrastam com a ocupação das partes baixas do vale, que persistiu intensamente povoada por um mosaico de culturas agrícolas distribuídas em roças e quintais. Estas alterações tiveram, como uma das conseqüências imediatas, o aumento significativo da escassez de água superficial, diretamente relacionada a três dinâmicas de degradação: o comprometimento das áreas de recarga pela implantação do maciço florestal de eucalipto; a demanda de água para irrigação acima da capacidade de recarga dos aquíferos; e o sobre pastejo dos terrenos pelo gado (CAA/NM, 2000).

A partir da década de 1990 a população começou a viver diretamente os impactos, onde pequenos produtores em algumas de suas reivindicações propunham a suspensão da implantação e fechamentos de pivôs de irrigação em grandes propriedades latifundiárias, pois já em determinadas épocas do ano, o rio secava, provocando a falta de água, gerando desabastecimento de água para muitas famílias de agricultores familiares que dependiam da água do rio para sobreviverem.

Para Afonso (2008), (...) essa sub-bacia é de fundamental importância regional, sendo responsável pela sobrevivência de centenas de produtores rurais. A riqueza hídrica da área foi o atrativo para as 2.291 famílias que vivem nas terras do

entorno do Rio principal e seus afluentes para a prática da agricultura de excedente. (AFONSO, 2008)

A gestão da bacia hidrográfica do Riachão se torna emblemática no Norte de Minas Gerais, haja vista que há um conflito ambiental instalado, que tem sua origem na forma desigual de uso e apropriação da água. A água, enquanto bem público, deve ser distribuída igualmente para seus usuários, porém essa diretriz legal não está sendo ou não foi praticada na bacia do Riachão. (AFONSO, 2008)

É possível considerar que o Conflito Ambiental do Rio Riachão é caracterizado principalmente pela forma desigual de apropriação da Água, bem como suas mais variadas formas de utilização, torna-se visível o choque e embate entre formas de apropriação ambiental e projetos distintos onde a produção de carvão, a utilização incorreta de agrotóxicos, a monocultura de eucalipto, e a irrigação por pivôs se tornaram fatores que comprometeram o potencial hídrico da bacia do Riachão, fazendo por diversas vezes o rio secar, e comunidades inteiras ficassem sem água para beber, para utilizar em suas pequenas irrigações e dessedentar os animais.

Este assume configurações atuais diferenciadas. Assim, o conflito ambiental decorre do confronto entre lógicas e projetos opostos de uso e apropriação dos recursos ambientais do Rio Riachão.

Com o passar dos anos a agricultura vai perdendo espaço e a vida no Riachão vai ficando cada vez mais difícil, e a partir de 1995 o Rio passa a secar pela primeira vez. A partir deste ano as captações de água na Lagoa Tiririca foram sendo substituídas por exploração de água subterrânea, com a instalação de poços tubulares às margens da Lagoa. Este fato levou a inúmeros questionamentos sobre a possível interferência dos poços no regime hidrológico do rio Riachão. Em 2002, mais uma vez o Rio Riachão seca abaixo da lagoa da Tiririca, deixando toda uma população sem água para consumo humano e animal, numa extensão de 70 km (CTP-MG, 2009).

Segundo o CAA/NM (2000), os pequenos produtores se dedicavam à agropecuária, caça, pesca e coleta de produtos silvestres, tendo garantidas suas condições de trabalho e alimentação graças à grande disponibilidade de água do Rio Riachão. Mas, a partir dos anos 1970, as políticas governamentais de fomento à monocultura de eucalipto, à expansão da pecuária, a projetos de irrigação e à industrialização de algumas cidades como Montes Claros, provocaram mudanças nos usos dos recursos naturais e na vida da população.

Conforme Fróes e Hamdan (2005), os conflitos pelo uso da água na sub-bacia do Rio Riachão tiveram início em 1991, com a utilização mais intensiva da água, diretamente da Lagoa Tiririca, com instalação de pivôs centrais para irrigação de culturas de grãos e frutas. Até então os pequenos produtores rurais sobreviviam do cultivo de arroz, milho, feijão, cana, mandioca e hortifrutigranjeiros, que abasteciam os mercados locais de Montes Claros e Belo Horizonte. Com os problemas de escassez de água cada vez mais freqüente a produção ficou prejudicada, causando inúmeros problemas para os produtores.

De acordo com o “Projeto Piloto de Gestão Participativa dos Recursos Hídricos e de Educação Ambiental na Sub-bacia do Riachão”, vinculado ao CAA/NM, procurou tratar do tema ambiental contextualizado no desenvolvimento econômico e social da sub-bacia do Riachão, identificando suas contradições e avaliando as possibilidades de recondução desse desenvolvimento, tendo, por base os princípios da sustentabilidade.

A questão da disponibilidade, acesso e forma de uso da água na sub-bacia do Riachão, constitui-se na força geradora de um conflito que se arrasta há anos. Uma história que vem ocupando espaço na mídia regional e nacional, cujos protagonistas figuram, de um lado, os interesses do capital privado na expressão local dos grandes irrigantes das reflorestadoras; do outro, os interesses dos agricultores, moradores e usuários históricos deste território e da água disponível.

### **Considerações Finais**

De acordo com todos os dados coletados, informações e entrevistas foram mais de dez anos de muitas lutas, resistências, articulações, envolvimento e engajamentos por parte dos agricultores e trabalhadores rurais. Com os movimentos sociais, sindicatos, órgãos, organizações e instituições da sociedade em geral, para que chegasse ao fim depois de anos de ações, mandatos e outorgas judiciais, reuniões, estudos e pesquisas, para que se comprovasse o que muitos agricultores e pesquisadores já sabiam, que um dos recursos naturais mais importantes, a ÁGUA não é infinito, como muitos pensavam e pensam, ao contrário está cada vez mais escassa, e que não apenas um ou um grupo da minoria tem o direito de usufruir deste recurso, mas a todos como um todo, ricos, pobres, fazendeiros, trabalhadores rurais etc. Todos têm o mesmo direito

de uso e acesso e gestão, só que infelizmente isso não acontece, é a partir de então que surgem os conflitos ambientais pelas águas.

Com a realização deste trabalho, pode-se perceber que não há exatamente uma conclusão e encerramento do conflito ambiental do Rio Riachão, mas apresentam-se desdobramentos de novos fatos, como os processos de irrigação na cabeceira do Rio, assinalados pelos agricultores das comunidades pesquisadas, que ainda continuam mesmo sendo em uma vazão menor, ou seja, “*Os pivôs da Discórdia*” ainda continuam a funcionar, outro desdobramento é sobre o crescimento e desenvolvimento em grande escala da exploração do turismo, com a construção de sítios e chácaras em uma das comunidades pesquisadas, tornando uma preocupação para os agricultores entrevistados, pois com esse crescimento, está ocorrendo o aumento da população na comunidade, aumento do consumo de água, construções muito próximas do leito do Rio, trazendo uma série de conseqüências para o Riachão, como despejo da rede de esgoto de muitas casas no Rio.

Podemos concluir com a realização desta pesquisa, na articulação concreta entre a teoria e o exercício da prática que os conflitos ambientais não acabam ou terminam, eles simplesmente se configuram, se apresentam e se expressam por novas formas e conjunturas, na luta pelo acesso, gestão e uso dos recursos naturais e territoriais.

### **Referências bibliográficas**

ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. 294 p.

AFONSO, Priscilla Caires Santana; Gestão e disputa pela água na sub-bacia do Riachão, Montes Claros/MG. Universidade Federal de Uberlândia – UFU. 2008. Disponível em: [www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/.../Priscilla Caires Santana Afonso.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/.../Priscilla_Caires_Santana_Afonso.pdf); Acesso em: 10/09/2012.

ATLAS, Digital das Águas de Minas; uma ferramenta para o planejamento e gestão dos recursos hídricos. Coordenação técnica, direção e roteirização Humberto Paulo Euclides. 2. ed. Belo Horizonte: ruralminas; Viçosa, MG: UFV. ; Disponível em: [http://www.atlasdasaguas.ufv.br/alto\\_e\\_medio\\_sao\\_francisco/impacto\\_ambiental\\_relevante\\_na\\_sub\\_bacia\\_do\\_rio\\_riachao\\_norte\\_de\\_minas\\_gerais.html](http://www.atlasdasaguas.ufv.br/alto_e_medio_sao_francisco/impacto_ambiental_relevante_na_sub_bacia_do_rio_riachao_norte_de_minas_gerais.html); Acesso em: 28/09/12.

BARBOSA, R. S. et al. Conflitos ambientais no Norte de Minas Gerais/Brasil: Uma Agenda de Pesquisa. In: Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil: Org. Dieter Gawora, Maria Helena de Sousa Ide, Rômulo Soares Barbosa. – Montes Claros: Unimontes, 2011. 227p.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2007.

CASTRO, José Esteban: O estudo interdisciplinar dos conflitos pela água no meio urbano, uma contribuição da Sociologia. In: Desenvolvimento e Conflitos Ambientais; Belo Horizonte; Ed. UFMG; 2010.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS - (CAA-NM). Riachão, Dimensão Ambiental: a sustentabilidade em discussão. In: Revista Verde Grande. Montes Claros, MG: Unimontes/SEMMA. v.1 (1), 2005. p. 44-51.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Riachão: trajetória documental de um rio marcado para morrer. Montes Claros, mimeo, 2000. 7p.

DIÉGUES, A. C. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. In: RIBEIRO, W. C. (Org.). *Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar*. São Paulo: Annablume, 2009.

FRÓES, C.M.B; HAMDAN, M.J. Os desafios da gestão de recursos hídricos em região de escassez e conflito pelo uso da água no estado de Minas Gerais: o caso do rio Riachão. In: XVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2005, João Pessoa. Resumos; João Pessoa: ABRH, 2005. Acesso em: 01/10/12.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS DE MINAS GERAIS; Disponível em; [conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br); Acesso em: 10/09/2012.

MALVEZZI, Roberto: O Avanço do Hidronegócio e os Conflitos pela Água; In: Conflitos no Campo Brasil 2011. Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: [www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br); Acesso em: 05/06/2013.

RIBEIRO, Darcy; O Povo Brasileiro, A formação e o sentido do Brasil; Cap. 4. O Brasil Sertanejo; São Paulo, Cia das Letras, 1995.

SENRA, João Bosco. Água, o desafio do terceiro milênio. In: VIANA, Gilney (Org.). O Desafio da Sustentabilidade: um debate sociambiental no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos Ambientais; Texto inspirado na Introdução do livro Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34; disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>; Acesso em: 27/03/2012.

ZHOURI, A; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. IV Encontro Nacional da ANPPAS04 a 06 de junho de 2008, Brasil; Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais - Notas Preliminares de Uma Pesquisa em Andamento - Brasília/DF; Disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT6-753-429\\_20080511203621.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT6-753-429_20080511203621.pdf); Acesso em: 01/10/12.

## “Reforma Agrária de Mercado”: o difícil diálogo com os movimentos sociais do Campo

Odimar J. Peripolli<sup>1</sup>  
Alceu Zoia<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como propósito trazer para a discussão um dos grandes problemas encontrados no campo brasileiro: a questão da re/distribuição da terra. A luta pela terra em nosso país, assim como em Mato Grosso, através dos movimentos sociais do campo, tem se colocado como importante ferramenta na busca pela implantação de políticas públicas que contemplem o acesso à terra (reforma agrária) a muitos trabalhadores do campo (sem-terra). As conquistas sinalizam que é possível pensar o campo a partir de outra lógica: em vez da terra vista apenas como negócio (lógica imposta pelo capital), concebê-la como terra de trabalho (perspectiva camponesa). Mas, as “cercas” que se levantam contra o projeto camponês, sobretudo, via programas do Banco Mundial (BM), travancam o processo, uma vez que, ao priorizarem o acesso via desapropriações (*função social*) conforme a CF/88, transfere ao mercado esta tarefa. Ou seja, através da compra e venda. Esta prática ganha força, no campo brasileiro, com o governo FHC. Como o governo Lula e o atual governo Dilma vem tratando esta questão? O levantamento de informações ocorreu a partir de fontes secundárias por meio da pesquisa bibliográfica em artigos científicos e sites de movimentos sociais.

**Palavras-chaves:** reforma agrária; Banco Mundial; função social da terra.

## Introdução

Terra é dignidade, é participação, é cidadania, é democracia. Terra é festa do povo novo que, por meio da mudança, conquistou a liberdade, a fraternidade e a alegria de viver (BALDUÍNO, 2004, p. 25)<sup>3</sup>.

Neste trabalho nos propomos trazer um pouco da realidade vivida pelos assentados em projetos de reforma de agrária (denominados *assentamentos do INCRA*)<sup>4</sup> na região norte de Mato Grosso, campo empírico de nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Professor da UNEMAT-PPGEdu/MT. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2009). ojperipolli@gmail.com.br

<sup>2</sup> Professor da UNEMAT-PPGEdu/MT. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG, 2009). alceuzoia@hotmail.com

<sup>3</sup> Dom Tomás foi personagem fundamental no processo de criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. A Assembleia Geral da CPT, em 2005, o nomeou Conselheiro Permanente. Por sua atuação firme e corajosa recebeu diversas condecorações e homenagens no Brasil e no exterior.

Importa, inicialmente, algumas considerações: 1) Mato Grosso aderiu ao programa do Banco Mundial voltados para o meio rural/campo<sup>6</sup>, a denominada “reforma agrária de mercado”<sup>7</sup>; 2) hoje, embora os movimentos sociais encontram forte resistência por parte do capital (latifundiário-monocultor), a presença destes (como é o caso do MST) vem sendo importante na organização dos assentados<sup>8</sup>; mas, 3) o mais importante, ao que nos parece, é que este silêncio vem sendo quebrado (tanto que há um significativo número de assentamentos organizados pelo Movimento).

Não por acaso, diante deste novo cenário, os latifundiários sentem-se ameaçados frente à possibilidade de terem o “sagrado” direito da propriedade privada da terra ser questionado. A preocupação procede na medida em que às margens da BR 163 (Cuiabá/MT-Santarém/PA), bem como em rodovias estaduais (MTs), serem comuns os acampamentos de sem-terra (liderados/organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST)), bem como os assentamentos que vem sendo consolidados.

Os assentamentos de reforma agrária do INCRA na região amazônica, como é o caso da região norte de Mato Grosso, foram criados na década de 1990, durante o governo de FHC (1985 – 2002). O objetivo consistia em desmoralizar e criminalizar os movimentos sociais que se punham em marcha frente às muitas crises desencadeadas pelo projeto em curso (neoliberal), em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, tanto do campo quanto e da cidade<sup>9</sup>.

Na verdade, e, ao que se percebe, esta forma de “distribuir” terra – que em nada se aproxima ao projeto de reforma agrária proposto pela FC/88: cumprir sua função social (art. 184) – materializa, na prática, a ingerência do projeto neoliberal sobre as políticas agrária, agrícola e educacional impostas pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido como Banco Mundial (BM), nos países pobres, sobretudo América Latina, Ásia e África.

Estamos diante de uma realidade concreta, projeto de assentamentos de reforma agrária aos moldes impostos pela política fundiária ditada pelo Banco, qual seja, que cumpra os interesses do capital. Capital esse que se move, de forma violenta/avassaladora/destruidora em direção a novos

---

<sup>4</sup> Esta denominação, comumente aceita, refere-se aos assentamentos cuja construção se deu sem a participação dos movimentos sociais.

<sup>5</sup> Projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos junto aos assentamentos, sobretudo, junto às escolas (formação).

<sup>6</sup> Alguns autores ressaltam a expressão “campo” em substituição ao “rural”, concebendo-o como um espaço social com vida, identidade cultural própria e prática compartilhada por aqueles que a vivem e não mais como um espaço territorial, demarcador de área (FERNANDES, 2002).

<sup>7</sup> Começaram a ser criados durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Hoje, quase todos os municípios do Estado têm assentamentos de reforma agrária.

<sup>8</sup> Talvez essa seja uma das razões para que o norte de Mato Grosso seja conhecido como “terra do silêncio” (BECKER, 1998).

<sup>9</sup> Mais de 3 milhões de empregos destruídos nos anos 90 (MATTOSO, 1999).

mercados, extrapolando fronteiras físicas, políticas e culturais do planeta. Em outras palavras, no caminho que vem sendo construído pelo mais novo projeto do capital para o campo, onde a terra passa a ser vista, única e exclusivamente, como mercadoria.

Importa ressaltar que estamos falando de um programa fundiário, imposto de fora para dentro, e que tem como objetivo implantar e consolidar o projeto neoliberal no campo. Um projeto de reforma agrária que venha ao encontro dos interesses do capital: terra de trabalho; em detrimento dos interesses dos trabalhadores que buscam na terra um meio de subsistência: terra de trabalho (MARTINS, 1985).

Instala-se, aos poucos e, de forma bastante sólida, também no meio rural, um projeto burguês de campo e que vem sendo plantado há bastante tempo no nosso país. Para Marx e Engels (2002, p. 43) a compreensão do fenômeno está no fato de que, a burguesia, “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, [...] invade todo o globo terrestre”. O que deve ser visto como uma forma do capital efetivar o projeto hegemônico de sociedade através da mundialização do capital.

Sampaio (2004, p. 13), ao se referir ao programa do BM para o campo, diz que este,

após décadas de tentativas de substituir a reforma agrária por programas de desenvolvimento rural desenhados com o intuito precípua de evitar a desapropriação em massa de terras declarou-se convencido da necessidade de alterar a estrutura fundiária dos países latino-americanos.

O BM, mediante esta política, pretensamente dita de “ajuste estrutural”, tem estimulado, a privatização das terras públicas e comunitárias, bem como das florestas e das águas (MENDONÇA e RRESENDE, 2004, p. 07).

É importante que se perceba que as atenções do BM estão direcionadas/voltadas, de forma mais intensa, para o campo. Não por acaso. Isso se deve ao fato de que as maiores regiões concentradoras de recursos naturais – como água, terra, minério e biodiversidade – estejam no campo. Estas regiões passaram, via de regra, a ser o centro das políticas de agências financeiras internacionais.

Segundo Mendonça e Resende (2004), principais programas do BM incluem, entre outros aspectos: a privatização de terras públicas e comunitárias; a mercantilização da reforma agrária; o cadastro/georreferenciamento dos imóveis rurais; o mercado de terras e a integração dos camponeses ao agronegócio. Ao que se percebe, o campo transformado em um grande mercado.



Estas ações do BM fazem parte, digamos, de um “pacote” de medidas políticas para o campo e tem como finalidade implantar, nos países periféricos, o “mercado de terra”, transformando a terra de trabalho em terra de negócio (MARTINS, 1985).

A questão que se coloca - e aí, acreditamos, está o papel de pesquisador – neste cenário é: como que, embora estes programas vem trazendo um sem-número de problemas (econômicos, sociais e ambientais) para o campo, estes continuam a compor a estratégia de um projeto maior que visa garantir as bases para a expansão da política neoliberal<sup>10</sup>? A resposta, bastante precisa, nos é dada por Mendonça e Resende (2004, p. 07) ao dizerem que

discurso da globalização se apresenta como forma integrada e harmoniosa de desenvolvimento e crescimento capitalista, associado à realização do projeto neoliberal de sociedade e de educação, conduziram o processo excludente da mundialização do capital desde os anos 80.

A crítica mais severa ao programa do BM em relação à questão fundiária está no fato de que o Estado, ao abrir mão da sua obrigação de promover a desconcentração fundiária por meio da distribuição da terra, a entrega ao mercado. O que implica em dizer que o controle do espaço agrário fica nas mãos das grandes empresas agropecuárias nacionais e internacionais, ou seja, aos grandes grupos econômicos.

A questão que se coloca como grave, neste caso, está no fato de que, ao abrir mão dessa obrigação, a deixa por conta do mercado. E, ao que sabemos, o mercado não leva em consideração a questão da função social da terra<sup>11</sup>. E é justamente neste aspecto que reforçamos os argumentos em defesa de uma proposta de reforma agrária de fato, sólida e consistente, qual seja, que atenda os interesses dos camponeses.

## **FHC (Fernando H. Cardoso): criminalização dos movimentos sociais**

---

<sup>10</sup> Sobre “gênese, natureza e trajetória do movimento neoliberal”, o neoliberalismo numa perspectiva histórica, consultar FERRARO (1997), artigo publicado na revista Sociedade em Debate (Escola de Serviço Social/UCPel v. 3, N. 4, dezembro de 1997).

<sup>11</sup> Sobre a função social da terra, ver Marés (2003).

A ideologia do BM teve maior impacto no Brasil durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Cumprindo as determinações impostas pelo Banco pôs em prática a política agrária denominada “Novo Mundo Rural”. Mas, o que haveria de novo a partir de então? Na verdade, esta proposta de “outro” campo, passou a representar, na sua essência, a implantação de uma proposta de reforma agrária oposta àquela proposta pela legislação vigente. Ou seja, em vez do que propunha a CF/88 (*desapropriações dos latifúndios por interesse social* - art. 184), uma política de estímulo a transação de compra e venda de terra. Daí, importa ressaltar, a denominação de “reforma agrária de mercado”, expressão cunhada pelos movimentos sociais do campo.

Acusado de menosprezar a economia rural e, em particular, os trabalhadores sem terra e os pequenos produtores, o presidente adotou novos programas de intervenção no quadro fundiário, seguindo a orientação do Banco Mundial (DOMINGOS NETO, 2004, p. 29).

Para Domingos Neto (2004), este programa é uma expressão utilizada para designar tanto as transformações em curso na realidade agrária brasileira quanto um paradigma a ser perseguido. Em outras palavras, as mudanças no campo passariam pela introdução de novas tecnologias. Estas, por sua vez, provocariam um ganho de produtividade e, conseqüentemente, um “excedente de trabalho”. O que induziria os trabalhadores a desenvolverem novas atividades no setor. Ou seja, uma espécie de “modernização” provocaria a sobra de mão de obra que passaria a se ocupar de atividades outras que não necessariamente agrícolas.

Um quadro montado, teoricamente perfeito: as famílias poderiam empregar o tempo disponível em atividades não agrícolas e o trabalho, propriamente agrícola, perderia sua importância. Portanto, a reforma agrária, neste caso (novo cenário), não teria um caráter estritamente agrícola (SILVA, 2001).

Esta nova proposta, segundo o governo, era defendida com base nos seguintes argumentos, dentro outros: lentidão dos processos de desapropriações; superestimação dos preços a serem pagos aos donos dos imóveis desapropriados e os altos custos dos assentamentos.

Para financiar este projeto o governo criou três programas/linhas de financiamentos: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza. Esta “ajuda” permitiria que pequenos agricultores, sem terra, pudessem comprar um lote/pedaço de terra para poderem plantar. Ora, ao que se sabe, aos bancos interessam os lucros. Os movimentos sociais ligados ao campo alertavam para os problemas daí decorrentes uma vez que a implantação desta forma de

financiamento, levaria a possíveis casos de endividamento junto aos bancos e a uma possível perda do bem/terra.

Na verdade, o que se escondia por detrás desta política foi a implantação de um projeto de reforma agrária que buscava descaracterizar todo um trabalho, toda uma proposta de reforma agrária, que vinha sendo gestados pelos movimentos sociais ligados ao campo a longo dos anos.

Dentre outras características desta proposta: política social compensatória; jogar na mão do estado (“estadualização”) e os municípios os projetos de assentamento; a substituição do instrumento constitucional de desapropriações pela propaganda do “mercado de terras”; valorização excessiva das terras improdutivas (forma de premiar o latifúndio); endividamento dos trabalhadores rurais; condições precárias de sobrevivência e abandono das áreas; denúncias de corrupção.

Podemos avançar um pouco no entendimento deste projeto e entendê-lo, segundo Domingos Neto (2004, p. 31), como uma forma do BM estender ao campo, aos trabalhadores rurais, as concepções neoliberais que vinham sendo introduzidas nos países considerados instáveis politicamente. Significou, sobretudo, todo um esforço das forças políticas, representantes das elites, no sentido de conter a ação dos movimentos sociais ligados ao campo que reivindicavam por mudanças mais profundas no campo. As ocupações, os conflitos entre proprietários latifundiários x sem terra, poderia colocar em risco o “sagrado” direito da propriedade privada da terra e os ajustes estruturais então pretendidos pelos organismos internacionais (FMI, BM).

Quem mais ganhou neste processo foram os latifundiários, pois muitos deles, com suas terras improdutivas, de má qualidade, mal localizadas, endividados, puderam se desfazer destas áreas, ou seja, vendê-las. Além dos preços das terras terem sido supervalorizados, foram beneficiados com pagamento à vista e com dinheiro público. Um bom negócio para quem tinha suas propriedades sujeitas às “invasões”<sup>12</sup>.

Durante o período em que estava sendo construído o programa “novo mundo rural” (1996), o governo criou o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Este incorpora o Procera (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), então em curso. Uma estratégia do governo a considerar que, a partir de então, o governo passaria a considerar “agricultores familiares” tanto os trabalhadores assentados quanto os empresários agrícolas. Mais, o pior de tudo: duas classes de trabalhadores bastante distantes uns dos outros em termos de

---

<sup>12</sup> O capital usa o termo “invasão” para descaracterizar ou se contrapor ao termo “ocupação” usado pelos movimentos sociais do campo: “para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a reforma agrária de mercado” (FERNANDES, 2008, p. 49).

capitalização; de conhecimentos técnicos; com interesses antagônicos, passariam a disputar os mesmos recursos junto aos órgãos financiadores. Mais uma vez perderam os camponeses.

Esta postura do governo, diante dos muitos problemas existentes no campo, tem merecido as mais diferentes críticas, pois se enquadra dentro de um modelo concentrador fundiário. Para Fernandes (2008, p. 48), qualquer nome que se queira dar ao agronegócio, “não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. Uma característica que vem se acentuando historicamente, desde a década de 1970, com a chamada “modernização” da agricultura brasileira<sup>13</sup>.

As críticas ao programa se justificam, uma vez que este, ao atribuir ao mercado a função da “democratização ao acesso à propriedade da terra”, exime o Estado de suas atribuições legais, qual seja, a desapropriação dos latifúndios por interesse social conforme a atual Constituição Brasileira (1988). O financiamento público, para a aquisição de terra, força a valorização do latifúndio improdutivo. Portanto, apresenta-se, na realidade, como uma forma camuflada de ajuda beneficiando a grande propriedade.

Em síntese, a proposta de “reforma agrária de mercado” tem negado o acesso aos trabalhadores sem terra o direito de sua conquista e/ou nela permanecer. Ou, como diz Fernandes (2008, p. 49) – e aí está mais grave, ao que nos parece –, “é uma tentativa [que deu certo] de tirar o luta popular do campo e jogá-la no território do mercado, [...]”.

Não há como negar os avanços experimentados na agricultura, sobretudo, nas últimas décadas: os recordes na produção de grãos, no final de cada safra, é um fato. Tome-se como exemplo, os commodities agrícolas, sobretudo a produção de grãos (soja, milho). Todavia, os principais problemas do campo, ou seus traços mais marcantes, permaneceram: a exclusão e a expropriação. Traços que vêm acompanhando nossa história há bastante tempo. Ou, nas palavras de Fernandes (2008, p. 48): “o aumento da produtividade dilatou sua contradição central: a desigualdade”

Dentro dos limites a que nos propomos nesta temática, como entender esta realidade contraditória? De forma bastante sintetizada pode-se dizer que, como explica Oliveira (2002), o capital se desenvolve movido pelas próprias contradições. Ou seja, ele é, por si só, contraditório.

---

<sup>13</sup> A denominada modernização do campo não passa a de uma tentativa de “ocultar o caráter concentrador, expropriatório e excludente” do agronegócio, atribuindo-lhes apenas seu caráter produtivista através do uso das tecnologias (FERNANDES, 2008, p. 48).

## **LULA (Luiz Inácio Lula da Silva): maior aproximação com os movimentos sociais**

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, um líder histórico do Partido dos Trabalhadores (PT), como presidente da República, em 2002, mudou consideravelmente o relacionamento entre o executivo e os movimentos sociais agrários (SAUER, 2010, p. 87).

Carvalho Filho (2001, p. 200), ao comparar a proposta do então candidato ao governo, Luiz Inácio Lula da Silva, às ações fundiárias que caracterizaram os governos anteriores, ressalta que esta era a que apresentava o programa mais comprometido com a questão agrária. Para o autor, o que o diferenciava, até então, estava o fato de considerar a reforma agrária como uma política de caráter estrutural: os governos anteriores o faziam “sem a menor pretensão de alteração estrutural” (Id. p. 201).

Após sua posse (2002) como presidente, a classe trabalhadora do campo passou a depositar todas as esperanças no seu novo governo. Mas, o que assistimos? A continuidade das políticas do Banco Mundial para o campo. Ou seja, com raras exceções, assistimos o continuísmo das políticas postas em práticas por governos anteriores. Em outros termos, reproduz-se o modelo.

Vejamos os encaminhamentos: através do MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) foi lançado o Programa Nacional de Crédito Fundiário, com três linhas de financiamento: Combate à Pobreza Rural, Nossa Primeira Terra e Consolidação da agricultura Familiar. A crítica que se faz em relação a estes programas está no fato de que estas linhas de financiamento são idênticas aos programas Cédula da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza do governo anterior (FHC).

Portanto, observa-se que os programas, na sua essência, são os mesmos. Em que pesem algumas modificações e/ou alterações, a característica central permanece a mesma: o caráter mercantilista da reforma agrária, mercantilização da reforma agrária (SAUER, 2004; MENDONÇA e RESENDE, 2004).

A questão que se coloca - e aí cabe as ressalvas - porém, vai além de uma simples comparação entre um e outro governo. O mais importante é percebermos que estamos falando de políticas públicas e que, nem por isso, estão, como se poderia pensar, isentas de tensões, contradições. Pelo contrário, a considerar que se constroem a partir de diferentes interesses, quando não antagônicos. Compreensível na medida em que representam interesses de grupos/classes sociais diferentes/antagônicas. Ou seja, estamos falando numa perspectiva que envolve a disputa pela

construção de dois projetos de campo: o campo do agronegócio e o campo do camponês: “o agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação. Tudo o que está fora desse espaço é sugado pela ideologia do agronegócio” (FERNANDES, 2008, p. 49). Do lado oposto está o campo do camponês, onde, qualquer outra forma de organização e/ou modelo é vista como uma ameaça: “as ocupações de terra ferem profundamente a lógica do mercado e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, [...]”.

Neste contexto o que não podemos deixar de considerar e reconhecer é a eficiência do discurso embutido (velado, às vezes explícito) nestes programas patrocinados pelos organismos internacionais (FMI, BM). Observe-se o discurso da “disponibilidade de recursos para a compra de terra – associada ao discurso de uma reforma agrária pacífica, sem a necessidade de ocupar terra – serviu para desmobilizar as pessoas que desejam um pedaço de chão para trabalhar” (SAUER, 2004, p. 44). Ou, como diz Fernandes (2008, p. 49), não deixa de ser uma estratégia para “[...] tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio”.

Dentre outros aspectos, estas são algumas questões que não podem passar despercebidas, uma vez que vem carregadas de um discurso ideológico que esconde interesses nem sempre perceptível, o que demanda, por parte do pesquisador um olhar mais atento e crítico. Basta que se observe como a elite dominante (sobretudo a representada pelos grupos midiáticos) busca, a todo custo, desmoralizar/criminalizar todas as iniciativas que possibilitem tentativas de mudanças, principalmente quando estas tem o apoio de governos vindo das bases populares e/ou que as representam<sup>14</sup>.

O que dever ser destacado, ressalta Sauer (2010), quanto ao governo (Lula), tem sido o diálogo com os movimentos sociais, visto como um instrumento importante para aprofundar a democracia e romper com o histórico processo de exclusão política dos camponeses.

Semeraro (2004, p. 59) nos chama a atenção para um fato importantíssimo e que muitas vezes passa despercebido, quando não batido, nas nossas discussões e análises. Para ele, quando um grupo social proveniente de segmentos populares chega ao poder político, “se depara diariamente com a força esmagadora dos bancos, dos empresários, das corporações nacionais e internacionais, dos magnatas da mídia, etc., que convidam, adulam, disponibilizam recursos, sabem usar de trato e, principalmente de chantagem”.

---

<sup>14</sup> Só para citar alguns exemplos: México e a destruição dos *ejidos*; a luta dos guatemaltecos, indígenas e camponeses, contra o latifúndio; a luta armada dos colombianos contra a velha estrutura fundiária herdada dos tempos coloniais; a luta dos movimentos sociais do campo no Brasil (mais especificamente o MST) contra a classe dos grandes proprietários de terras, etc., bem como a luta dos camponeses nos países pobres da África e Ásia contra as investidas do capital e as monoculturas (SHIVA, 2003).

Portanto, pode-se até conquistar respaldo popular e deter certa hegemonia política, mas o poder efetivo permanece nas mãos das elites econômicas.

No bojo das muitas questões, todavia, há que se levar em conta que as forças neoliberais, representantes do capital e patrocinadas pelos organismos internacionais multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dentre outros, são mais fortes do que os sonhos e políticas que representam as classes populares, os movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos.

## **Dilma Rousseff: a difícil ruptura com o projeto do capital**

Acredita-se que o governo Dilma dará continuidade às ações sociais implantadas pelo governo Lula sem adentrar especificamente na reforma agrária (SOUSA, 2011).

Quando do discurso de posse, a atual presidente, Dilma Rousseff, disse que a prioridade das ações de seu governo estaria voltada à erradicação da pobreza (ROUSSEFF, 2011 apud SOUSA, 2011). Porém, não houve menção à reforma agrária enquanto estratégia para alcançar este objetivo. Daí, portanto, a previsão de que daria continuidade às ações sociais implantadas pelo governo que a antecedeu (Lula), sem que viesse a mexer, de fato, na questão da estrutura fundiária. Ou seja, daria continuidade a “medidas compensatórias” adotadas pelos muitos governos anteriores. Ruim, à medida que, ao que se sabe, no campo estão os mais altos índices de incidência da pobreza no nosso país (SOUSA, 2011).

[...] a reforma agrária não pode ser excluída do debate que se inicia ao combate da pobreza, principalmente quando se refere à pobreza no campo, pois qualquer que se dote, a pobreza no campo é resultado da carência, ou acesso restrito e insuficiente, dos recursos produtivos, principalmente a terra e a água, bem como os bens e serviços fundamentais que garantam o bem estar e cidadania das pessoas, como saúde, educação, informação, comunicação, etc. (WANDERLEY, 2011 apud SOUSA, 2011).

As muitas críticas<sup>15</sup> ao atual governo se materializam sob as mais diferentes formas, sobretudo, quando a questão é colocada em números. Segundo dados do INCRA, Dilma desapropriou 186 imóveis, num total de 342.503 hectares, incorporou 2.540.772 hectares à reforma agrária e assentou 75.335 famílias (QUADROS, 2014).

Se comparados aos do governo Lula (1.987 imóveis, 48.291.182 hectares incorporados e 614.088 famílias assentadas) e FHC (3.539 imóveis, 21.129.935 hectares incorporadas e 540.704 famílias assentadas), o resultado em número de assentados no governo Dilma (75.338 – em três anos), são pífios, destaca o autor (QUADROS, 2014)<sup>16</sup>.

Segundo o autor, quando Dilma assumiu o governo em 2011, as famílias acampadas, na beira das estradas, sob lonas pretas, era de 165 mil. Destas, apenas 45 mil tiveram acesso à terra nos últimos três anos/até agora. O tempo de espera, em média, é de cinco anos para que sejam assentados.

Para o ano de 2014, segundo o INCRA (apud QUADROS, 2014), os números de assentados não deve passar de 30 mil famílias. Ou seja, o número de trabalhadores que resistem à beira das estradas deverá permanecer significativo. É sobre estes números/esta situação que persiste que o MST tece/vem tecendo duras críticas ao atual governo/Dilma.

Ao que tudo indica a situação no campo tende a ficar cada vez mais tensa, a considerar o quadro que se re/desenha no campo, qual seja, cada vez mais definido pelo poder do agronegócio: de um lado o avanço do capital (nacional e estrangeiro: grandes áreas voltadas às monoculturas, sobretudo na produção de grãos, soja e milho; cana de açúcar; celulose; pastagens; gado bovino e, de outro, camponeses pobres a espera de terra para plantar). Em resumo: terra de negócio versus terra de trabalho.

## Considerações finais

---

<sup>15</sup> Sobretudo as vindas dos movimentos sociais do campo, mais especificamente do MST (lideranças): “para os sem-terra, o atual governo é mais fraco para o reforma agrária em 20 anos” (QUADROS, 2014).

<sup>16</sup> Importa ressaltar que os números, dependendo da forma como são computados, variam bastante. Por exemplo: simples realocação de pessoas e regularização de posse de agricultores já instalados em áreas rurais, podem ser contadas como assentadas. “Durante o governo Dilma, pouco mais de 76 mil famílias foram assentadas, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A maioria desses números, entretanto, se refere à regularização fundiária na Amazônia, e não decretos de desapropriação de novas áreas”. (ALBUQUERQUE, 2014).



Às vezes, dá-se a impressão que estamos diante de um conjunto de condicionantes (“cercas”) quase intransponíveis frente às investidas do capital no campo. Sobretudo em Mato Grosso, mais especificamente, na região norte do Estado, onde predomina o latifúndio-monocultor-exportador. Este cenário constrói uma sensação de impotência frente ao que poderia ser feito e não o foi (recuo das ações afirmativas dos últimos governos). Por fim, parece cair por terra as velhas e novas utopias da possibilidade da construção de outro modelo de campo: o campo dos camponeses.

A ideia da realidade como movimento, da contradição, da unidade contraditória, do outro mundo possível, parece se diluir diante do forte apelo às práticas homogeneizadoras, à cultura da monocultura (também da mente), tão próprio da ideologia dominante. Ou seja, tudo parece sucumbir às regras impostas pelo capital.

Muitos ainda se perguntam: haveria/há outras formas de se viver em sociedade, outros modos de se produzir, distribuir renda, usar a terra, além daqueles impostos pelo projeto do capital? As muitas experiências mostram que sim. Todavia, um projeto em construção e que carece sempre de novos arranjos estratégicos para não sucumbirem às armadilhas do capital. Os muitos direitos conquistados entre os trabalhadores do campo não garantem ações efetivas por parte dos gestores de política públicas. Só a luta se coloca como possibilidade.

O mais importante, acreditamos - e aqui cabe a máxima de Marx e Engels (2002, p. 50) quando afirmam - que a burguesia “é incapaz de continuar desempenhando o papel de classe dominante e de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe. Pois ela fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria” (p. 48).

Quanto aos assentamentos<sup>17</sup>, cabe ressaltar que, apesar da lógica perversa como estes vêm sendo criados pelo INCRA, estes se continuam num importante espaço/ “laboratório” (MEDEIROS e LEITE, 1999), permitindo que se possa observar, de modo privilegiado, múltiplas experiências construídas/vividas. Para Caldart (2002), a Reforma Agrária permite reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Embora esse discussão não coubesse neste texto (o que poderá ser feita em outra oportunidade), importa dizer que há uma diferença significativa entre *assentamentos rurais* (distribuir terra, fixar o homem no campo) e *reforma agrária* (políticas de transformação da estrutura agrária, fazer cumprir a função social da terra).

<sup>18</sup> Embora a matéria tenha um certo ar de provocação, como se a produção camponesa prescindisse da tecnologia (ideia do campo como lugar do atraso, avesso à tecnologia), um exemplo de que no campo, em pequenas propriedades, pode-se produzir, desde que sejam dadas as condições (produção cooperativa), gera o seguinte destaque: “Apenas 7 cooperativas do movimento faturam cerca de R\$ 100 milhões por ano, um negócio e tanto para quem imagina que da roça do sem-terra só saem complitos” (QUADROS, 2013). Outros exemplos de iniciativas cooperativas (com resultados positivos), em diversas regiões do país, são mencionados nesta reportagem.

A presença de assentamentos de reforma agrária (independentemente se do MST, do INCRA, CPT...) nos mais distantes rincões do país, bem como de um sem-número de acampamentos ao longo de rodovias, traz escondida uma importante e significativa mensagem: ali estão sujeitos (homens e mulheres) portadores de direitos (terra, trabalho, renda, educação; enfim, vida digna). Como estes lhes foram e são negados, negam também e contestam a ordem social estabelecida, porque injusta, excludente; se recusam proletarizar-se, servir de mão-de-obra barata para o capital; bem como em deixar de serem camponeses. Aqui está a maior vitória.

Não poderíamos deixar de mencionar, enquanto professores/educadores, a importância da escola e dos professores nesse processo de busca por mudanças no campo. Segundo Ferraro e Ribeiro (2001, p. 122), falando da escola afirmam que esta, “atravessada pelas contradições próprias das classes sociais que lhe dão vida e conteúdo, [...] nunca se conformou ao modelo, aproximando-se, às vezes mais, às vezes menos, do limite entre conservação e a ruptura”. E acrescentam: “a escola que historicamente vem dando as costas a agricultores e agricultoras pode significar um instrumento de luta para permanecer na terra, de compreensão dos mecanismos de administração de recursos, de gestão da produção [...]” (p. 137).

Portanto, a escola no/do campo é um lugar onde também se produzem as contradições sociais. A estratégia está em apreendê-las. Isso faz deste espaço (campo e escola), um lugar de ação, de luta, de possibilidades e de conquista da cultura e da ciência como meios, como formas e instrumentos de enfrentamento à realidade posta. Por isso, mesmo com todas as mazelas, as escola pública, em assentamentos de reforma agrária, se constituem, para muitas crianças, como a única oportunidade na busca e compreensão da realidade social e da natureza que a cerca<sup>19</sup>.

## Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Luiz Felipe/2014. **MST impõe pauta da Reforma Agrária no governo Dilma.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15722>. Acesso em: maio de 2014.

BALDUÍNO, Dom Tomás. **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta I. Medeiros (Orgs.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Editora Casa amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

BECKER, Bertha K. **Amazônia.** São Paulo: Ática, 1998.

---

<sup>19</sup> Não se quer aqui defender a ideia de que a escola sozinha muda a realidade. Mas que o espaço escolar possa se constituir como um lugar/instrumento capaz de tornar os sujeitos mais críticos e conscientes da realidade que os cerca.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado, 1988.

CARVALHO FILHO, José de. **Política Agrária do Governo FHC**: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária. In: Leite, Sérgio (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

DOMINGOS NETO, Manuel. **O Novo Mundo Rural**. In: MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a Terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Diretrizes de uma cartilha**. In: CARLDART, Roseli Salete; CERIOLI, Paulo Ricardo; KOLLING, Edgar (org). **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. p. 89 – 101. (coleção por uma educação do campo, 4).

\_\_\_\_\_. **Educação do Campo e Território Camponês no Brasil**. In: SANTOS, C. Aparecida dos. **Educação do Campo**: campo – políticas Públicas – Educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

FERRARO, Alceu Ravanello. Gênese, natureza e trajetória do movimento neoliberal. **Revista Sociedade em Debate**. Pelotas/RS: Escola de Serviço Social/UCpel v. 3, nº. 4, dezembro de 1997.

\_\_\_\_\_. ; RIBEIRO, Marlene. **Trabalho Educação Lazer**: construindo políticas públicas. Pelotas: Educat, 2001.

MARTINS, José de Sousa. **A militarização da Questão Agrária no Brasil (terra e poder: o problemas da terra na crise política)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Porto Alegre: PENA – Composição e Arte, 2003.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MENDONÇA, M. Luisa e RESENDE, Marcelo. **As Políticas do Banco Mundial são Iguais em Todo Mundo**. In: MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a Terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80**. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

QUADROS, Vasconcelo/2014. **MST pede assentamento de 100 mil famílias e prioridade na agenda do governo**. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-02-12/em-3-anos-dilma-realiza-12-dos-assentamentos-realizados-por-lula-em-8-anos.html>. Acesso em: 29/04/2014.

\_\_\_\_\_/2013. Com agricultura familiar, MST adere a estratégias capitalistas. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-10-14/com-agricultura-familiar-mst-adere-a-estrategias-capitalistas.html>

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **Prefácio**. In: Martins, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

SAUER, Sérgio. **A Terra por uma Cédula: estudo sobre a “reforma agrária de mercado”**. In: Martins, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

\_\_\_\_. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

SEMERARO, Giovani (org.). **Filosofia e Política na Formação do Educador**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2004.

SILVA, José Graziano da. **Ainda Precisamos de Reforma Agrária no Brasil?** *Ciência Hoje*, São Paulo, SBPC, vol. 27, n. 170, abri.2001.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SOUSA, Vanilde Ferreira de/2011. **Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: perspectivas e desafios**. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/381/Vanilde%20Ferreira%20de%20Souza%20Esquerdo%20-%20NEAD%20-%20artigo.pdf>. Acesso em: Maio de 2014-05-02.

**A Geografia dos conflitos agrários nas microrregiões da Baixada e do Litoral Ocidental Maranhense**

Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima<sup>1</sup>

Francisca Sousa da Costa<sup>2</sup>

José do Nascimento dos Santos<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo constitui parte dos resultados obtidos no âmbito do projeto de pesquisa “Mapeamento e Georreferenciamento dos territórios em conflitos agrários no Maranhão”. Nele serão tratados conflitos pela posse da terra nos municípios das microrregiões da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense. As duas microrregiões apresentam significativos números de ocorrências de conflitos, com base nos dados dos Cadernos de Conflito da Comissão Pastora da Terra no período de 2002-2012. Os conflitos nestas áreas envolvem diferentes sujeitos sociais, como posseiros, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, assentados, grandes proprietários, empresários e até mesmo militares, no caso do município de Alcântara e as comunidades negras rurais desterritorializadas pelo Centro de Lançamento Aeroespacial (CLA). Nesta perspectiva, o estudo teve como objetivo identificar, mapear e analisar estes conflitos. Será apresentado o levantamento dos conflitos agrários na área de estudo com base nos dados da CPT. O território quilombola de São Raimundo, situado no município de Santa Helena, será tomado como exemplo, com a finalidade de representar as múltiplas facetas dos conflitos identificados na região. A metodologia de mapeamento dos territórios em conflitos contou com a realização de oficinas regionais de diagnóstico, entrevistas e oficinas de instrumentalização em GPS, a qual capacitou os participantes para coleta de pontos de referência para delimitação dos seus territórios. Constatou-se que a maioria das áreas em conflito nos municípios em estudo é composta por comunidades quilombolas que lutam pela titulação de seus territórios.

**Palavras-chave:** Conflitos agrários. Comunidades Quilombolas. Territórios

---

<sup>1</sup> Doutorado em Geografia, Professor Adjunto, NERA-UFMA, robertabflima@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Geografia, NERA-UFMA, francisca\_sc@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduando em Geografia, NERA-UFMA, josedonascimento2008@gmail.com

## **Introdução**

Este artigo constitui parte dos resultados do projeto “**Mapeamento e Georeferenciamento dos Territórios em Conflitos Agrários no Maranhão**”. Tal projeto nasceu de aproximação de membros do Núcleo de Estudos Pesquisas em Questão Agrária – NERA/UFMA, da CPT (Comissão Pastoral da Terra) por ocasião das manifestações do movimento quilombola contra a violência (assassinatos, perseguições e despejos) que culminou com uma série de ocupações em 2011. Membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questão Agrária - NERA/UFMA acompanharam o processo de ocupação em frente a sede da Prefeitura Municipal de São Luís, estiveram presentes nas passeatas organizadas pelo movimento e participaram das audiências com os representantes do INCRA nacional, durando o período de ocupação da sede do INCRA;

O interesse inicial do grupo NERA/UFMA era conhecer e estudar a situação do Movimento Quilombola no estado. Este primeiro interesse foi aos poucos transformando-se na ideia de mobilizar os conhecimentos geográficos com vista à produzir dados e informações que pudessem subsidiar o estado e a sociedade para uma melhor compreensão da situação fundiária do estado. De forma mais específica aqueles em conflito por terra que colocam em cheque a reprodução sociocultural e material de inúmeras comunidades camponesas.

Assim, o referido projeto teve como objetivo primeiro realizar o mapeamento dos territórios em conflitos agrários situados em municípios da microrregião Baixada e do Litoral Ocidental Maranhense, o foco inicial do projeto nestas duas microrregiões deve-se ao fato de, segundo os dados da CPT, as duas microrregiões apresentarem o maior número de casos de conflitos. E os dois municípios destas microrregiões focalizados para realização dos primeiros levantamentos deste projeto foram o de Santa Helena e de Serrano do Maranhão, com base nas informações de que muitos dos territórios em conflito nestes municípios não apresentavam nenhum tipo de estudo que pudessem auxiliá-los na luta pelo direito ao território.

Os resultados aqui apresentados têm como base a análise dos Cadernos de Conflitos da CPT publicados entre os anos de 2002 e 2012, bem como as informações coletadas nos Encontros Anuais do Movimento das Comunidades Quilombolas do Maranhão (MOQUIBOM), nos trabalhos de campo e nas oficinas de diagnóstico e instrumentalização realizadas nas comunidades. Tais oficinas foram realizadas em ambos os municípios como objetivo levantar o processo histórico de constituição das comunidades quilombolas e sua formação em territórios; além das situações de conflito vivenciadas; o acesso e uso dos

recursos naturais; o modo de organização social e demais informações sobre a infraestrutura destas comunidades.

Para a construção das informações aqui apresentadas, buscou-se articular as técnicas de coleta de informações bibliográficas pertinentes de modo a atender as necessidades da investigação. Assim, optou-se pelo uso dos fundamentos metodológicos da Cartografia Social. Este tipo de cartografia se diferencia muito da cartografia tradicional por possibilitar aos pesquisadores um trabalho diferenciado, pautado na participação direta dos sujeitos envolvidos na pesquisa, permitindo, desse modo, que as próprias comunidades localizem, delimitem e reafirmem a constituição dos seus territórios, da sua identidade.

Foi feito ainda um levantamento de dados secundários referentes ao tema, junto à Fundação Cultural Palmares e em órgãos ligados a regularização fundiária no estado do Maranhão, como INCRA e o ITERMA, bem como dos dados coletados e organizados pela CPT local e nacional sobre as ocorrências de conflitos por terra.

Foram realizados trabalhos de campo em diferentes momentos, para tanto foram elaborados instrumentos de coleta de informações no intuito de produzir um quadro de diagnóstico geral, tais instrumentos foram aplicados junto aos moradores e moradoras dos territórios e compuseram-se de entrevistas não-diretivas, questionários, reuniões e discussões que auxiliaram na coleta de um conjunto de informações relativas ao histórico de uso e ocupação, tamanho da terra, tipo de propriedade, acesso aos recursos naturais, serviços de educação, saúde, transporte, limites das comunidades, dentre outras.

O tratamento, análise e interpretação dos dados/informações coletadas em campo foi uma segunda etapa da pesquisa e consistiu na seleção e organização dos dados empíricos coletados em campo - tabulação, análise e interpretação e confronto com as informações secundárias.

### **A questão agrária no Maranhão e a configuração territorial dos conflitos**

A atual configuração do espaço agrário maranhense resulta de um processo contraditório demarcado pelos interesses dominantes desde o início da colonização do Brasil. Da divisão em sesmarias às ocupações por fazendas de cana de açúcar e algodão, da promulgação da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601/1850) à “Lei Sarney de Terras do Maranhão” (Lei Estadual n.º 2.979/1969) até os dias atuais, é notório a ocorrência de dois processos distintos de ocupação: um consumado pela participação direta do Estado, por meio de instrumentos formais que durante muito tempo condicionaram a propriedade da terra aos interesses econômicos dominantes; e outro demarcado pelas “ocupações espontâneas” em que

se destaca a participação de posseiros, ribeirinhos e quilombolas, os quais estiveram à sombra do reconhecimento formal do Estado até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

No primeiro processo vale destacar que o Estado condicionou as ocupações das terras devolutas àqueles que poderiam pagar pelas mesmas, o que resultou num verdadeiro reboiço dominial, pois muitas terras puderam ser adquiridas junto ao Estado e registradas em cartórios sem o pleno controle de suas reais dimensões, com isso, abriu-se uma grande brecha para a intensificação da grilagem de terras, que perdura até hoje. Por outro lado, impediu-se que muitos ocupantes de parte dessas terras pudessem acessá-las formalmente, alimentando assim o processo de exploração no campo e o fortalecimento dos conflitos agrários.

Mais recentemente a inserção do capital no campo promoveu profundas transformações na estrutura fundiária do espaço agrário brasileiro. No Maranhão isso se deu destacadamente a partir da “Lei de Terras do Maranhão” que potencializou a concentração de terras. Esse processo foi redefinindo a propriedade fundiária no estado, corroborado por políticas desenvolvimentistas propiciadas pela implantação dos projetos agropecuários.

Para manter o controle das áreas ocupadas por posseiros, o Estado criou projetos de colonização, prometendo assentar famílias camponesas utilizando-se do discurso de reparar os conflitos fundiários existentes e atraiu grupos de empresários dispostos a “modernizar o campo”.

Na década de 1970, com a criação da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), através da Lei n. 3.230, o Estado utilizou-se do discurso de uma “ocupação racional e ordenada das terras livres” e da modernização do setor primário com a implantação dos grandes projetos agropecuários, os quais receberam investimentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Tanto o projeto de colonização quanto os projetos desenvolvimentistas “modernos” incidiram sobre a organização produtiva. Os investimentos feitos direcionaram-se para o desenvolvimento do setor pecuário. O que era entendido por modernização do setor acabou por sustentar um sistema de exploração violenta contra as famílias camponesas de forma que acirraram os conflitos nas relações sociais no campo, afetando diretamente as relações de trabalho, agravando assim, o processo de expropriação e expulsão das terras “espontaneamente” ocupadas.

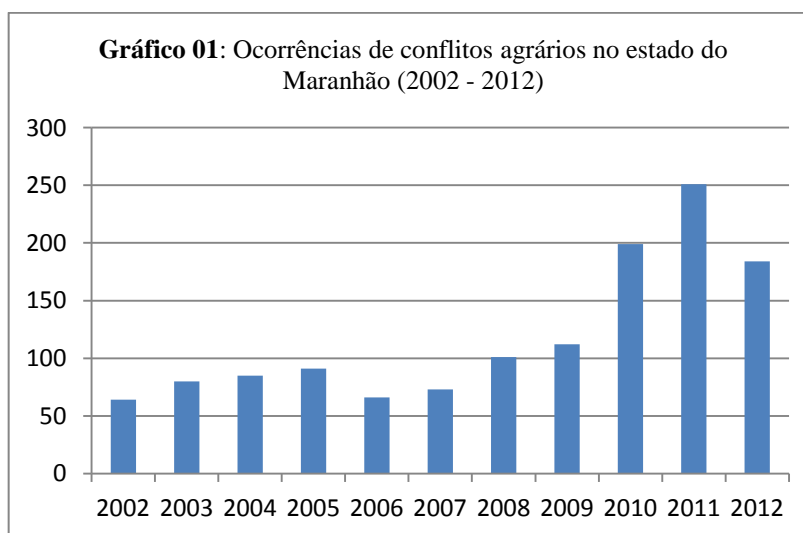
No caso das “ocupações espontâneas” são assim consideradas aquelas terras onde se assentaram posseiros e ribeirinhos, que exploram atividades agrícolas de pequena escala, as comunidades remanescentes de quilombos, estas, se caracterizam por agrupamentos não



necessariamente originados a partir redutos de negros fugidos das fazendas onde eram escravos, mas de um processo mais diversificado, com destaque para as terras “herdadas” de senhores por um escravo ou escrava, terras abandonas por senhores que não conseguiram mantê-las após a abolição da escravatura e com a decadência dos sistemas produtivos da época, além de terras “herdadas” de ordens religiosas ou mesmo terras devolutas de ocupação mais recente.

A eclosão de disputas violentas pela posse da terra revela a emergência de interesses contraditórios aos interesses dominantes. As famílias camponesas, que até então se viam obrigadas a pagar foro a um “proprietário” das terras por elas ocupadas ao longo de gerações, passaram a resistir e enfrentar a opressão que se lançava a partir desta situação, entrando em choque com os ditos proprietários, que recorrem à violência na tentativa de expulsá-los de “suas terras”.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (2012) o estado do Maranhão ocupa atualmente o primeiro lugar no *ranking* dos estados com conflitos agrários no Brasil. Uma análise dos dados apontados pelos Cadernos de Conflitos publicados pela instituição aponta o estado com uma significativa evolução dos registros das ocorrências de conflitos agrários entre os anos de 2002 a 2012 (Gráfico 01).



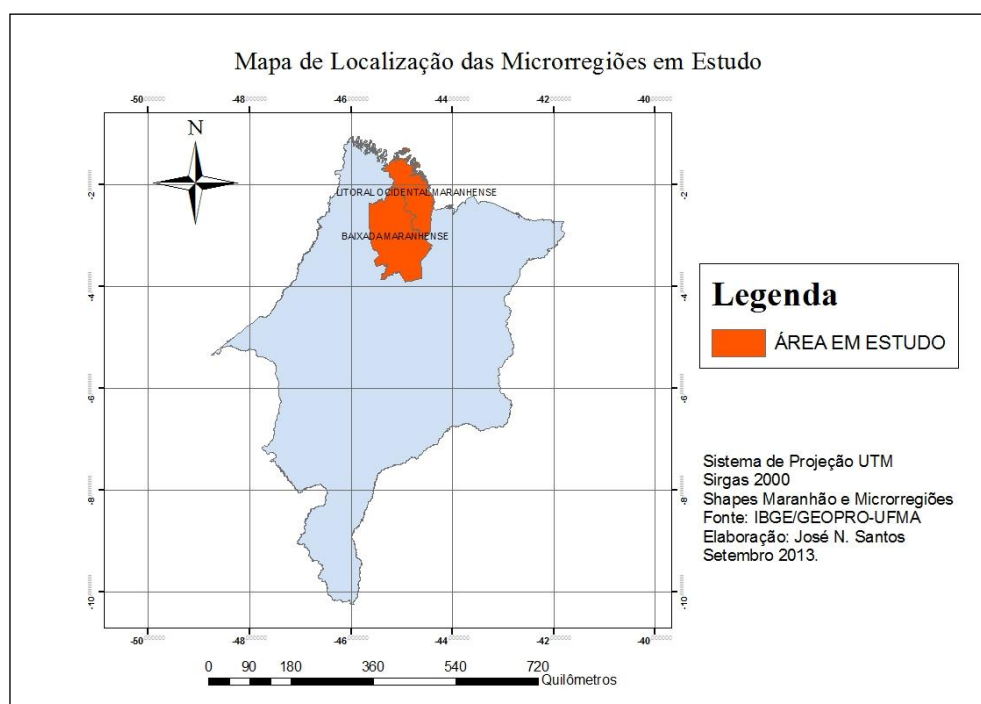
**Fonte:** Comissão Pastoral da Terra (dados publicados entre 2003 e 2013)

### **As microrregiões da Baixada e do Litoral Ocidental Maranhense**

Situadas na mesorregião Norte do estado, as microrregiões da Baixada Maranhense e do Litoral Ocidental Maranhense abrangem 34 municípios (Figura 01). A Baixada Maranhense compõe-se por 21 municípios que ocupam uma zona de transição entre a

Amazônia e o Nordeste brasileiro. Esta microrregião é assim denominada devido à sua posição geográfica demarcada pela presença de planícies de inundação de alguns dos principais rios do estado, dentre eles, o Pindaré, o Mearim e o Pericumã.

Já a microrregião do Litoral Ocidental Maranhense abrange 13 municípios e possui importantes manguezais e estuários. Segundo Souza (2009), pode se observar ao longo de todo o litoral ocidental, muitas cidades que se destacam pela prática da pesca, devido a grande faixa de litoral presente nesta região e pelas condições propícias para a prática desta atividade, entre elas pode se destacar as cidades de Cururuçu e Apicum-Açu.



**Figura 1:** Mapa de localização das microrregiões em estudo.

**Fonte:** Arquivo da Pesquisa, 2013.

A atual estrutura fundiária maranhense é resultado de um processo histórico desigual visto que os aparatos legais de acesso a terra sempre privilegiaram os detentores do poder político e econômico. Essa mesma estrutura tem respondido por inúmeros conflitos em diferentes regiões do estado, geralmente ligados a processos de expropriação territorial de comunidades tradicionais e/ou assentados. No caso das microrregiões em estudo, estes conflitos atingem diretamente as comunidades tradicionais, de modo especial àquelas remanescentes de quilombos, que representam uma significativa parcela da população rural dessas microrregiões.

A análise dos dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra entre os anos 2002 e 2012 revelou a ocorrência de 160 conflitos diretos pela posse da terra nas duas microrregiões

em foco. É importante observar que os dados acima apresentados respondem apenas pelas ocorrências dos conflitos diretos – quando há enfrentamentos, atentados, ameaças de morte ou mesmo assassinatos de lideranças. Portanto, não expõem outra situação bastante recorrente, os chamados conflitos velados, isto é, tensões as mais diversas entorno da propriedade e uso da terra ou de seus recursos naturais.

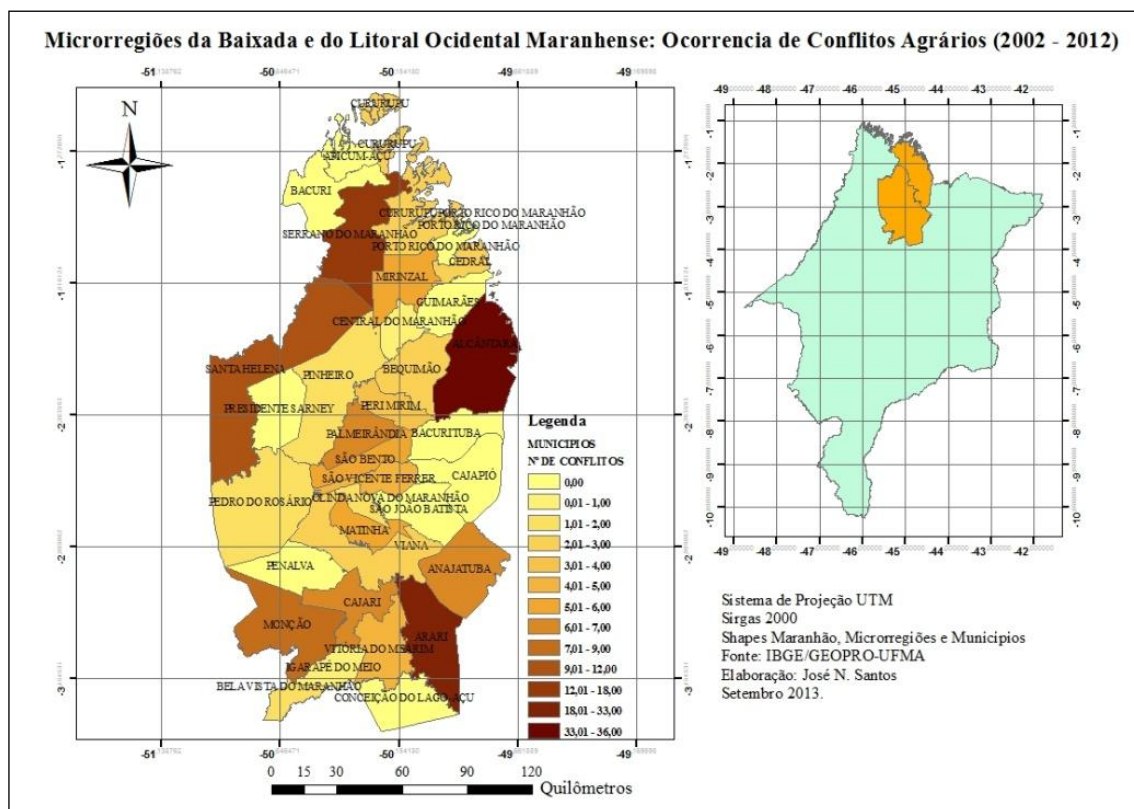
De acordo com as publicações da CPT (dados de 2002 a 2012) em quase todos os municípios da microrregião da Baixada Maranhense há ocorrência de conflitos. Dentre estes, o que apresenta maior incidência é Arari com 33 notificações, este município apresenta casos de conflitos ao longo de todo o período analisado. Em segundo lugar está o município de Santa Helena com doze casos. As maiores notificações neste município foram apresentadas no ano de 2010, com 10 áreas em conflito, todas envolvendo comunidades quilombolas.

Na microrregião da Baixada Maranhense são 3.686 famílias envolvidas nos conflitos pela posse da terra e pelos seus territórios, esta quantidade talvez seja bem maior, visto que nem todas as comunidades nos municípios desta microrregião estão identificadas.

No Litoral Ocidental o município com maior número de ocorrências é Alcântara, com 36 notificações. Neste, as comunidades quilombolas atingidas Centro de Lançamento de Aeroespacial, tentam reparar as perdas decorrentes do seu deslocamento compulsório para as denominadas agrovilas na década de 1980, cuja posse definitiva da terra nunca lhes foi assegurada.

O município de Serrano do Maranhão é o segundo em números de ocorrências de conflito com 18 notificações, todas em áreas de comunidades quilombolas. Nesta microrregião foram oficialmente notificadas 70 ocorrências de conflito. Com exceção de Alcântara, todos os outros municípios desta microrregião apresentaram um aumento nas ocorrências de conflitos a partir do ano de 2009, atingindo diretamente cerca de 1.800 famílias.

O mapa a seguir mostra a distribuição dos conflitos no espaço agrário destas duas microrregiões, levando em consideração o número de ocorrências anual de cada município. É importante ressaltar que a inexistência de notificação em alguns municípios das duas microrregiões não significa a ausência de conflitos nos mesmos, trata-se, conforme já comentado, de conflitos velados.



**Figura 02:** Conflitos agrários nas microrregiões da Baixada e do Litoral Ocidental Maranhense  
**Fonte:** Comissão Pastoral da Terra (2003-2013). Adaptado NERA/UFMA, 2013.

Ao analisar os dados da CPT nota-se que as ocorrências de conflito são recorrentes na maioria dos municípios das duas microrregiões, ou seja, comunidades que aparecem em um ano podem não aparecer no ano seguinte, mas aparecem em outro momento o que permite afirmar com base nos estudos de Fernandes (2010), que esses conflitos por serem territoriais não limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. A partir desta análise o referido autor defende o uso do conceito de conflitualidade que corresponde a um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. Este processo acaba promovendo as situações de territorialização-desterritorialização-reterritorialização de distintas relações sociais.

### **A autoafirmação territorial como instrumento da resistência quilombola**

Com a superação do conceito de quilombo do sistema colonial, surgiram novas denominações para os territórios ocupados pelo povo negro de quilombo. São elas “mocambo”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “comunidades quilombolas” ou “terras de preto”. Todas essas denominações referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável (ANJOS, S/D).

O conceito utilizado pela Constituição Federal de 1988 no artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias - ADCT é de o remanescente de quilombo. Tal conceito tem caráter restritivo e que tenta reparar parcialmente uma injustiça histórica e ainda reconhece de forma restrita um direito essencial. Segundo Almeida (2002) este conceito trata de uma única situação, a dos “remanescentes” na condição de “fugitivos” e de “distantes”.

A generalização do conceito desconsidera outras situações de formação dos territórios de comunidades quilombolas. Sendo que há situações particulares como: terras que foram compradas por famílias de escravos alforriados, as áreas de herança, as de descendentes e herdeiros e outras de doações de terra a ex-escravos ou por eles ocupados de maneira efetiva (ALMEIDA, 2002).

Contudo, estas situações ou particularidades e até mesmo as categorias de autodefinição como terras de pretos, não possuem o mesmo peso no momento das ações reivindicatórias, uma vez que, no diálogo com o Estado a maior força política está depositada nas categorias de atribuição, como a de remanescentes de quilombo.

O Maranhão é, atualmente, o estado brasileiro com o maior número de comunidades negras rurais remanescentes ou não de quilombo. Assim, o quilombo está inserido no debate sobre a questão agrária e, propriamente, a de Reforma Agrária, cuja visibilidade nesta discussão responde a um processo de luta política, eminentemente de conquistas e reivindicações.

Segundo Almeida (2006) no Maranhão, a grande maioria dos grupos étnicos que se autodefinem como quilombolas são de áreas de ocupações antiga, denominadas localmente de formas diferenciadas, como terras de preto; terras de santo, terras de santa; terras de santíssima e outras denominações locais. Porém há grupos étnicos que mesmo não tendo uma ocupação secular consolidada, em decorrência de expulsões ou de processos similares, compartilham práticas e saberes que os põem na condição de quilombola. São práticas e saberes ancestrais acionados por estes sujeitos, nas quais famílias mantêm práticas tradicionais baseadas no uso comum dos recursos naturais, no compartilhar de crenças e formas de territorialidade (MARTINS, 2010).

O território maranhense apresenta um elevado número de comunidades negras rurais, isto decorre do seu processo histórico de exploração da força de trabalho escravaque ao longo da história foi se territorializando nos quilombos, hoje reconhecidas como comunidades remanescentes de quilombo. Contudo estas comunidades ainda hoje sofrem com a ineficiência do Estado em reconhecer seus territórios como seus de direito, embora tenham estes assegurados na Constituição Federal de 1988 pelo artigo 68 dos ADCT.

Nos municípios das microrregiões pesquisadas, apesar do reconhecimento enquanto comunidades quilombolas pela Fundação Palmares, muitas áreas continuam em situações de litígio fundiário. É caso de comunidades como Bacuri, Chapadinha, Pau Pombo dos Pretos, Açude, Mariano dos Campos entre outras. A maioria dessas áreas em situações de conflitos nestes municípios foi identificada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), a partir de 2010, com exceção de Pau Pombo dos Pretos, que aparece nos levantamentos da instituição desde o ano de 2002.

**Quadro 01:** Áreas em situações de conflito no município de Santa Helena e Serrano do Maranhão (2002-2012)

Município	Nome do Conflito	Famílias	Área	Categoria	Situação jurídica
Santa Helena	Chapadinha	190		Quilombola	s/informação
	Fazenda Chapada Grande II	68	2400	Posseiros	s/informação
	Fazenda São Benedito	22	1000	Quilombola	s/informação
	Fazenda Chapada Grande	23	1800	Posseiros	s/informação
	Fazenda Espírito Santo	72	1200	Quilombola	s/informação
	Pau Pombo dos Pretos	59	2000	Quilombola	s/informação
	Bacuri	75		Quilombola	s/informação
	Cafuz	20		Quilombola	s/informação
	Centro do Armínio	26		Quilombola	s/informação
	Pov. Benfica/Olho d'Água/Ribeirão de Baixo	42	300	Quilombola	s/informação
	Comunidade Quilombola Vivo	40		Quilombola	s/informação
Serrano do MA	Vera Cruz	45		Quilombola	Lítigio
	Com. Quilombolas Cedro, Sta. Filomena, Ponta/Curral Grande	300	24964	Quilombola	Em fase de reconhecimento
	Boa Esperança II	92		Quilombola	Em fase de reconhecimento
	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	100	2500	Quilombola	Em fase de reconhecimento
	Comunidade Quilombola Mariano	30		Quilombola	Lítigio
	Povoado Portinho			Quilombola	s/informação
	Comunidade Quilombola Rosário			Quilombola	Lítigio
	Com. Quilombola de Frechal dos Campos	36		Quilombola	Em fase de reconhecimento
	Com. Quilombola Brasília	70		Quilombola	Reintegração de posse

**Fonte:** CPT NACIONAL (2002-2012). Adaptada pelo NERA/UFMA, 2013.

Neste artigo apresentamos o caso do território de São Raimundo (Figura 03), situado no município de Santa Helena. Este território é formado por seis comunidades (São Raimundo, Pau Pombo, São Roque, Boi de Carro, Faxina e Chapadinha). Todas essas comunidades estão em processo de titulação de seu território. Cada uma delas tem no processo de formação territorial suas particularidades as quais nem sempre são explícitas no

conceito de remanescentes de quilombo. Porém tal conceito é acionado pelas mesmas neste processo de luta.

**Quadro 02:** Território Quilombola de São Raimundo no município de Santa Helena

Comunidades	Tamanho	Famílias	Processo de ocupação
<b>São Raimundo</b>	Aproximadamente 2.500 hectares	75	Os primeiros habitantes vieram fugidos de Serrano do Maranhão, há mais de 200 anos.
<b>Pau Pombo</b>	Aproximadamente 3.500 hectares	65	Os primeiros moradores do quilombo Pau-Pombo foi o senhor Chico Maia que trabalhava para a senhora chamada Henriqueta Sã Cavaignao, a qual deu a terra a ele a sua companheira Bernarda Pestanha (Bernardinha).
<b>São Roque</b>	1.665 hectares	85	O nome São Roque vem devido o primeiro morador que se chamava Roque, também tem como uns dos primeiros moradores o senhor que se chamava de Major Severo Correa.
<b>Boi de Carro</b>	Mil e seiscentos hectares	42	Os primeiros moradores foram Honório, Esteva, Cristina, Emídio, Douzino, Gligorio Perez, Renato Pavão, Loterena do Rosário, João Mendes
<b>Faxina</b>	s/informação	s/informação	Foi ocupada por negros escravos fugidos das fazendas do município de Serrano/MA. Sendo que os primeiros habitantes daquele lugar chegaram a mais de 150 anos. Eles chamavam-se Negra Raimunda o seu irmão João Pé de Pinto, o negro Odorico depois vieram mais negros e construíram um mocambo e fizeram um barracão que eles chamavam faxina.
<b>Chapadinha I</b>	2.200, 00	s/informação	Os moradores reconhecem que a ocupação tem cerca de 120 anos

Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2013.

O território de São Raimundo enfrenta situações de litígio que comprometem a reprodução material e simbólica de seus habitantes. Na porção norte, foram implantadas fazendas de criação de gado, na qual os supostos proprietários impedem o acesso a terra, que anteriormente era usada para implantação dos roçados pelo moradores das comunidades próximas, além de restringir o acesso ao Lago São Francisco, que era utilizado para pesca e lazer.

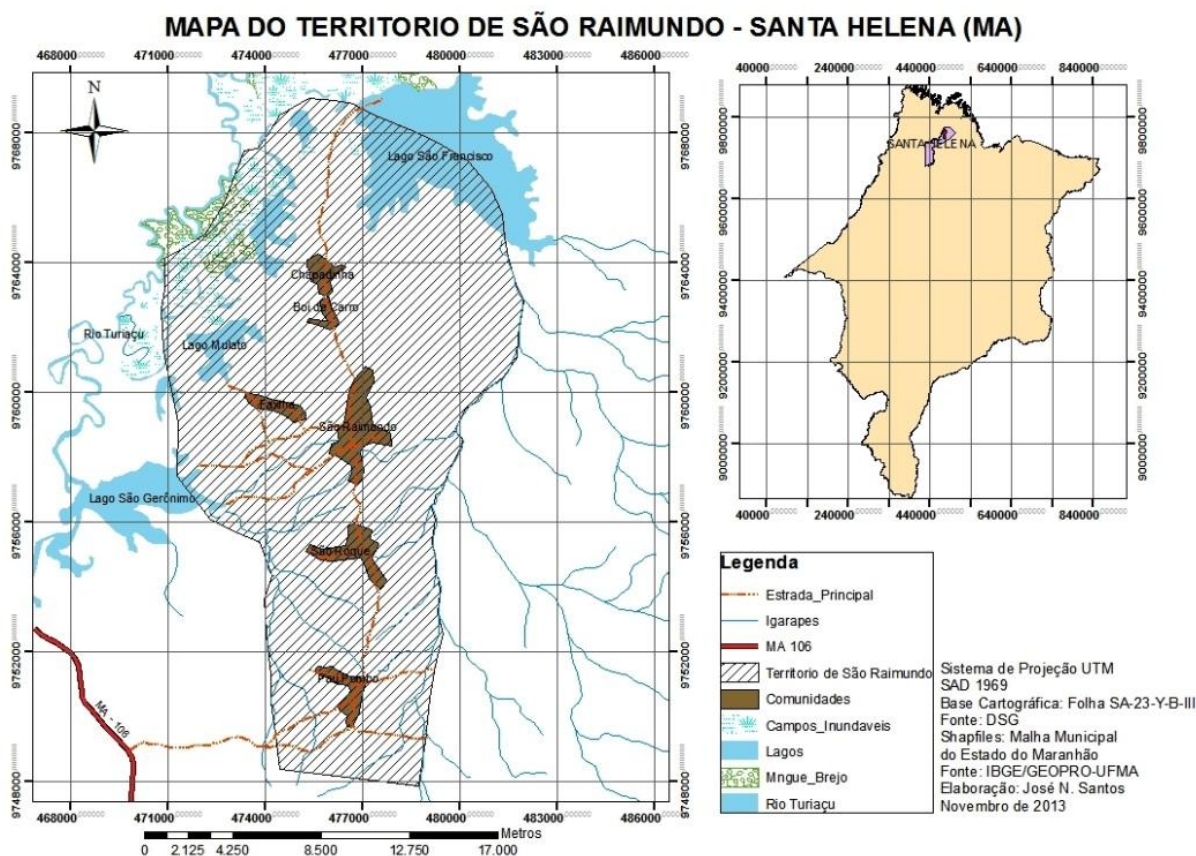
Na porção sudeste deste território, nas proximidades da comunidade Pau Pombo, o conflito situa-se no plano do confronto de práticas de apropriação do território. Um suposto proprietário de terras impede a criação de pequenos animais de modo extensivo, como tradicionalmente tem sido realizado pelos grupos que utilizam a terra em regime de uso comum, promovendo a matança dos animais que ultrapassam as cercas.

Além das situações de conflitos pelo direito a território, observa-se também em meio as comunidades uma mobilização por melhores condições de vida, pois o acesso aos serviços

públicos, como escola, posto de saúde, transporte, água tratada etc, são precários, realidade encontrada em todas as comunidades negras rurais no estado do Maranhão.

A maioria das comunidades do território em estudo não possui escolas e quando existem oferece somente o ensino fundamental menor. Para a continuação dos estudos os jovens e crianças têm que se deslocarem para outras comunidades ou para as sedes dos municípios. O deslocamento muitas vezes é custeado pelas próprias famílias, devida a ineficiência do município em disponibilizar o transporte escolar. Muitas delas fazem uso do poço artesiano ou mesmo de fontes improvisadas de água (cacimbas rasas) quase sempre desprotegidas de poluentes e/ou contaminantes.

O posto saúde é quase inexistente em muitas delas, alguns funcionam nas próprias escolas. E os serviços oferecidos nestes postos são basicamente de consultas, preventivos prestados pelo Programa Saúde da Família, os casos mais graves são levados para a sede dos municípios. Outras comunidades também contam com agente de saúde. O acesso às comunidades do Território de São Raimundo é feito por uma estrada vicinal, que no período de seca se enfrenta a poeira e no chuvoso a lama. Energia elétrica a grande maioria das comunidades já possuem, com exceção de Mariano dos Campos.



**Figura 03:** Território de São Raimundo, município de Santa Helena (MA).  
**Fonte:** NERA/UFMA (2013)



Diante deste contexto, a luta pelo direito ao território não configura somente o direito pelo espaço físico, trata-se de uma luta pelo acesso aos recursos naturais, acesso este baseado em regras próprias de uso, pelo acesso a melhores condições de vida, bem como pelas políticas públicas voltadas para este grupo étnico.

## **Conclusões**

As duas microrregiões apresentam um grande número de conflitos agrário, estes envolvendo quilombolas, posseiros, ribeirinhos, pescadores e assentados. As ocorrências de conflitos em áreas de assentamento deixa transparecer que o modelo de reforma agrária utilizado no Brasil, bem como no estado Maranhão é ineficiente.

As comunidades quilombolas estudadas representam foco de resistência. Persistindo, mesmo sob ameaça, no processo de luta pela posse da terra e do território, a maioria delas está situada nos municípios de Santa Helena e de Serrano do Maranhão. Em conflito com os quilombolas estão os fazendeiros, políticos, empresas públicas e privadas, comerciantes e militares. Os conflitos e as ações fraudulentas da grilagem passam a ameaçar a reprodução material e sociocultural dos quilombolas.

Observa-se nas comunidades visitadas a luta pela manutenção do território étnico. O reconhecimento do território representa não é somente pela posse da terra. Para estes grupos o território configura-se como um elemento fundamental para orientar e manter o seu modo de vida, baseadas na história entre gerações, transmitindo através da cultura e dos modos de produção a construção da identidade desses grupos sociais. Além do conhecimento construído no dia a dia, o qual é fundamental na produção e organização do espaço geográfico.

Diante deste contexto, o conhecimento geográfico tem muito a contribuir, visto que, a Geografia é considerada como a ciência do território. Sendo que a categoria território passa a ser um componente geográfico básico e melhor instrumento de observação do que aconteceu, porque apresenta marcas da historicidade espacial, do que está acontecendo; isto é, tem registrado os agentes que atuam na configuração geográfica atual e o que pode acontecer, ou seja, é possível capturar as linhas de forças da dinâmica territorial e apontar as possibilidades da estrutura do espaço futuro (ANJOS, 2006). Ainda para este autor a Geografia é uma área do conhecimento que tem como compromisso tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para sociedade, dando explicações para os processos de transformações territoriais e simultaneamente apontar soluções para uma melhor organização do espaço.

É neste viés que as atividades do projeto de pesquisa como um todo estão sendo realizadas. No compromisso de mapear e georreferenciar os territórios em conflitos agrários

no Maranhão e que, este estudo possa auxiliar as comunidades quilombolas no processo de reivindicação de direitos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. é necessário que nos libertamos da definição arqueológica. In: LEITÃO, Sérgio (Org.). **Direitos territoriais das comunidades negras rurais**. Documentos do ISA, n. 5. 1999.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. O espaço geográfico das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil. **Terra Livre**: nº 17, 2º sem. 2001, 139-153

\_\_\_\_\_. **Cartografia e quilombos**: territórios étnicos africanos no Brasil. *Africana Studia*, nº 9, 2006.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2002**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo Brasil 2003**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo Brasil 2004**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo Brasil 2005**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo Brasil 2006**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo Brasil 2007**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo Brasil 2008**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo Brasil 2009**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo Brasil 2012**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2013.

Eliane Cantarino (Org). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

FERNANDES, Bernardo M. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: SPÓSITO, Eliseu S.; SANT'ANNA NETO, João L. (orgs.). **Uma geografia em movimento**. – 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Reflexão preliminar sobre a categoria quilombo em Penalva**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Orgs)... [et al]. **Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos** /– Manaus: Projeto NovaCartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.p. 161-168

PROJETO VIDA DE NEGRO-PVN/CENTRO DE CULTURA NEGRA-CCN-MA. **A luta das comunidades negras quilombolas do Brasil pela efetivação de seus direitos**. In: ALMEIDA, Wagner Berno de (Orgs) [et al]. **Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto NovaCartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. P.

SOUZA, Ulisses Denache Vieira; FEITOSA, Antonio Cordeiro. **Ocupação e uso da zona costeira do estado do Maranhão, nordeste do Brasil**. Disponível em: <http://egal2009.easypanners.info/area07/7703>. Acesso em 10/09/2013.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

## GT (8) – (A Luta Pela Terra e a Política Fundiária)

### A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: O CASO DO ASSENTAMENTO MARAPICU.

Victor Tinoco.<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de luta pela terra na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como exemplo o caso da luta do Assentamento Marapicu. O que nos chama atenção em Marapicu- que surgiu da luta pela terra nos de 1980- é a sua forte proximidade com a malha urbana e o fato de ter deixado de ser uma zona rural, no período dos anos 1990 e retornado novamente no plano diretor de 2008, junto com a titulação das terras dadas pela prefeitura de Nova Iguaçu.

**Palavras-Chave:** Assentamento, Baixada Fluminense, Luta pela Terra.

#### INTRODUÇÃO:

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de luta pela terra na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como exemplo o caso do Assentamento Marapicu. Para isso é necessário compreender que o processo de luta no estado do Rio de Janeiro se dá de maneira localizada, nos de 1980, dentro do espaço metropolitano, partindo da forte centralidade do município do Rio de Janeiro e seu crescimento urbano, que se expande até suas periferias, onde há uma grande densidade de terras improdutivas, representando toda uma estrutura fundiária voltada para a especulação imobiliária e para a implantação industrial.

Diferentemente dos anos de 1950- em que a identidade política se expressa através da figura do posseiro, e que foram reprimidas e omitidas pelo período ditatorial e retomadas na abertura política pelas antigas lideranças populares do estado- a figura que assume como ator político nos conflitos de terra fluminense é a do trabalhador urbano; em sua maioria desempregados, moradores das periferias, migrantes de diferentes estados brasileiros. Em um sentido geral, o objetivo desses trabalhadores era de ocupar áreas próximas as suas moradias e aos dos serviços públicos.

---

<sup>1</sup> Geógrafo, Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade-CPDA/UFRRJ. victortinoco85@gmail.com

Com abertura política, mais especificamente com a lei da Anistia, muitos das antigas lideranças dos movimentos sociais camponeses fluminenses voltam atuar e rearticular a luta dentro do estado do Rio de Janeiro na década de 1980, fundamentalmente na Baixada Fluminense, onde teve como primeira grande articulação a ocupação de Pedra Lisa, município de Duque de Caxias, no início dos anos de 1980 tendo como sequencia a ocupação Campo Alegre, em 1984, em Nova Iguaçu- que foi resultado da atuação do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) e da Comissão Pastoral de Terra (CPT-RJ)-, sendo uma das principais ocupações de terra do período, dando início a vários outros assentamentos no estado do Rio de Janeiro, não só ao longo dos anos de 1980, mas também no início dos anos de 1990, e mais especificamente na Região da Baixada Fluminense e Norte Fluminense.

A origem da ocupação de Campo Alegre se passa pela articulação da NAF, CPT, sindicato de trabalhadores rurais de Nova Iguaçu e por participantes de ocupações rurais de Duque de Caxias, Belford Roxo, e de uma localidade denominada de Nova Aurora, em Itaguaí.

De acordo com Macedo (2009), a ocupação Campo Alegre tinha por objetivo se configurar como uma ação de fins de reforma agrária, mesmo tendo caráter urbano pelos usos da terra, e especialmente por parte dos ocupantes. Havia extrema heterogeneidade entre as origens das famílias que, em sua maioria, detinham um caráter urbano, como descrito anteriormente.

Essa ocupação ocorreu de modo diferente das anteriores, pois as “famílias costumavam ocupar a área a ser reivindicada de uma só vez” (Idem, 2009) e, a partir desse momento, optou-se por ocupar por etapas. Isto foi ocasionado pela grande extensão da área ocupada, sendo a primeira em um lugar denominado Cruzeiro ou, como muitos colocavam de acordo com as bibliografias analisadas, “Acampamento”, por ter sido a primeira área de acampamento.

No Acampamento, também conhecido como Cruzeiro, teve início toda a estrutura organizacional do movimento. Foi construída a grande barraca onde funcionava a cozinha coletiva e, no seu entorno, foram feitas barracas menores. O objetivo principal dentro da ocupação era sobreviver, resistir na área de maneira a consolidar o movimento territorializado.

Uma das principais formas de resistência, que podemos observar, foi o Mutirão, em que um conjunto de tarefas imprescindíveis, que eram feitas de maneira coletiva,

como desmatamentos, limpeza e aração das terras, construção de moradias, cozinha, vigilância etc.

Macedo (2009) descreve que as estruturas das barracas eram feitas de bambu e cobertas de lona preta e, no momento em que se juntavam um número significativo de famílias reunidas no Cruzeiro, formava-se uma nova ocupação de outras glebas dentro da Região de Campo Alegre.

Cada gleba ocupada recebia uma denominação de “regional”, em que havia um coordenador e uma comissão de trabalho que formavam um mutirão. Quando as famílias ocupavam essas áreas, elas formavam um acampamento com uma barraca destinada para cada família. Em um segundo momento, se dividia a área em lotes de entorno de três hectares, medidos pela “corda” ou pelo “barbante” (termo usado na época pelos ocupantes de acordo com as entrevistas pesquisadas). Em seguida, as famílias eram direcionadas para os seus lotes, onde construam novas barracas e davam início ao trabalho agrícola.

Ao todo, foram ocupadas e construídas sete regionais em Campo Alegre<sup>2</sup>, que foram: Cruzeiro, Capoeirão, Chapadão, Fazendinha, Marapicu, Mato Grosso e Terra Nova.

O Assentamento Marapicu surge no ano de 1985, na região administrativa de Cabuçu, município de Nova Iguaçu, sendo uma das regionais das ocupações Campo Alegre. Porém, diferentemente das outras regionais de Campo Alegre, que eram ocupações sobre articulação e responsabilidade do governo do estado do Rio de Janeiro, Marapicu estava em terras federais, e não apresentava interesse por parte das lideranças de Campo Alegre, pois todo foco se dava na articulação para com o governo Brizola naquele primeiro momento; com isso, deixava de se negociar com esfera estadual e passava ser uma questão federal, como será analisado mais frente.

Em um panorama mais geral, Marapicu recebeu a titulação das terras pela Prefeitura de Nova Iguaçu no segundo semestre do ano de 2012, quando 55 famílias foram beneficiadas pela regulamentação fundiária. Atualmente encontra-se na

---

<sup>2</sup> Atualmente Campo Alegre se encontra como uma das zonas rurais de Nova Iguaçu, participando diretamente da luta pela retomada das mesmas, ainda sofrendo com o forte processo de urbanização e desarticulação interna, mesmo assim é um movimento apoiado pelo MST-RJ e que busca manter certo grau de produção agrícola. Campo Alegre representou e ainda representa a oportunidade de retorno à área rural de trabalhadores com experiência urbana, que as buscaram não com a intenção de recriar um “modo de vida camponês”, mas de alcançar uma alternativa de sobrevivência mais estável, conciliando o trabalho agrícola com outras atividades ou rendas.

implantação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), uma parceria entre o INCRA e a EMATER. Espacialmente já está ordenado em lotes de três hectares; cada qual contém uma casa construída pelas famílias ocupantes. Cada quadra desses lotes recebe o nome dos primeiros ocupantes do Assentamento. Outro elemento importante é a existência de uma genealogia junto às famílias ocupantes pelo fato de já encontrarmos filhos e netos dos primeiros acampados e outros indivíduos que no decorrer do processo histórico do Assentamento assumiram lotes repassados ou abandonados por ocupantes anteriores.

O que se observa em Marapicu é que houve uma sobreposição do perímetro urbano da cidade de Nova Iguaçu sobre seu território nos anos de 1990, aonde os governos municipais deste período não vinham reconhecendo esses territórios rurais. No governo de Lindbergh Farias (2005 a 2010) é que são novamente reconhecidas as zonas rurais do município de Nova Iguaçu, no Plano Diretor de 2008. A regulamentação fundiária em Marapicu teve uma peculiaridade que foi a titulação das terras dada pela prefeitura em parceria com o INCRA, passando o Assentamento a ser reconhecido como uma política de reforma agrária municipal.

Para compreender a luta pela terra na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o presente trabalho está fundamentado em uma perspectiva histórico-geográfica, tendo como base para compreensão do processo foi utilizados os seguintes instrumentais: os relatos das famílias assentadas de Marapicu e das lideranças da época; levantamentos bibliográficos sobre o tema da luta pela terra na Baixada Fluminense na segunda metade do século XX e atual configuração do conflito em dada área.

Tendo como embasamento teórico o trabalho de Alentejano (1997), pois constrói abordagens sobre os assentamentos rurais na dinâmica do espaço agrário fluminense, analisando-os através do prisma das relações urbano e rural. Esse autor salienta que uma das particularidades que marcam o processo de luta pela terra no estado é o forte caráter urbano dos sujeitos que compõem os assentamentos, quando o autor analisa a forte presença da pluriatividade dentro dos assentamentos de reforma agrária como um traço marcante das dinâmicas territoriais dos assentamentos do estado do Rio de Janeiro, particularmente os localizados no espaço metropolitano do Rio de Janeiro.

Novick (1992) é base para o entendimento do surgimento de Campo Alegre e, principalmente, do papel do governo Brizola no processo de luta pela terra no estado do Rio de Janeiro em uma abordagem que compreende toda construção de uma estrutura de

regulamentação fundiária e de reforma agrária no estado. E Simões (2007) observa os processos que levaram à atual configuração territorial do município de Nova Iguaçu, suas fragmentações e a formação da organização regional da Baixada Fluminense.

Mas toda a base de pesquisa e análise sobre a história da luta pela terra do Assentamento Marapicu parte dos trabalhos de Souza (2010 e 2013), que foram construídos através dos relatos de lideranças e de famílias assentadas. Souza (2010) analisa as relações urbanas e rurais na luta pela terra no contexto do espaço metropolitano a partir do caso do Assentamento Marapicu. E Souza (2013) observa as formas de sociabilidade nas relações de assentamento rural próxima à área urbana. Contudo, ambos abordaram a história de formação do território do Assentamento Marapucu e os diferentes desafios em busca da titulação e da sobrevivência dos assentados.

O presente artigo é uma narrativa dos diversos fatos históricos que levaram a formação do território do Assentamento Marapicu; isso dentro dos diferentes contextos históricos que marcaram a luta pela terra, tanto em nível local quanto regional até a atual conjuntura da configuração político-social das famílias assentadas.

## **DESENVOLVIMENTO:**

O Mutirão de Marapicu é produto da ocupação das fazendas Boa Vista e da Adutora, que faziam parte da área delimitada pelo decreto do governo Brizola de desapropriação junto à Região de Campo Alegre no ano de 1984. Marapicu está localizado no estado do Rio de Janeiro, na Região conhecida como Baixada Fluminense, no município de Nova Iguaçu, na região administrativa de Cabuçu.

A ocupação se deu no dia 31 de março de 1985, por um conjunto de 110 famílias, que eram provenientes de Campo Alegre. Tais ações aconteceram de maneira pacífica nas fazendas e não sofreram perseguições de grileiros e da polícia. Em sua maioria, os ocupantes da terra se caracterizavam com perfil dos sem-terra da região Campo Alegre, que seria de trabalhadores urbanos sem experiência com a terra, desempregados e migrantes de áreas rurais que encontraram nas ocupações uma possibilidade de conquista de uma vida mais digna.

Na localidade onde ocorreu a ocupação Marapicu, já se encontrava construído um conjunto habitacional pela COHAB (Companhia Habitacional) no início dos anos de



1980, que foi invadido pela população que morava nas redondezas, sem estrutura básica urbana. Esse conjunto se denomina como Bairro Aliança, e não havia nenhuma relação com o movimento de ocupação de terras que estava em vigência naquele momento.

As terras diferentemente das áreas das regionais de Campo Alegre não se encontravam dentro do processo de desapropriação do estado do Rio de Janeiro, durante o governo Brizola<sup>3</sup>, pois estavam sob propriedade do BNH (Banco Nacional de Habitação) de responsabilidade do Governo Federal. Dessa forma, as terras eram propriedade federal e o poder de execução estadual não pode ser feito para fins de Reforma Agrária.

Desta maneira, o movimento de Marapicu teve que mudar sua esfera de diálogo, tendo saído do poder estadual e indo para o federal. As primeiras indagações sobre essa negociação foi um posicionamento do BNH de vender as terras para os ocupantes de forma que cada um pudesse comprar os seus lotes.

Houve uma negativa do movimento de ocupação de Marapicu, pois o objetivo era que as terras tinham que ser dadas para Reforma Agrária. Foram longas as negociações, até que, em 1986, com a extinção do BNH, a questão foi transferida para a Caixa Econômica.

As negociações se dirigiram junto ao INCRA. Seu superintendente regional na época foi bem receptivo à luta e atuou junto às negociações com o BNH e, em seguida, com a Caixa Econômica Federal. Já as lideranças de Campo Alegre, segundo os relatos de ocupantes da época, se mostraram distantes e desinteressadas na luta de Marapicu. O posicionamento era a favor de que as famílias saíssem da área por causa do impasse, já que, no movimento Campo Alegre, havia uma forte articulação política com o governo Brizola, em que a estratégia política era de que as terras teriam que ser dadas pelo governo estadual.

Houveram tentativas junto ao estado para que se comprassem as terras de Marapicu do BNH e promovesse a construção de uma agrovila. No entanto, a iniciativa foi fracassada devido ao desinteresse das lideranças de Campo Alegre, que desarticulavam dadas iniciativas.

---

<sup>3</sup> No ano de 1982 a eleição de Leonel Brizola para governador do estado do Rio de Janeiro, que apoiou e auxiliou as ocupações de terra no estado. Ele já havia tido a experiência nos anos de 1950 e 1960, quando fora governador do Rio Grande do Sul, apoiando as demandas do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra).

Contudo, o governo Brizola não deixou de auxiliar a luta com o sistema de assistência, mesmo de maneira precária, às famílias que foram à ocupação Marapicu. Para resolver esses conflitos internos frente ao impasse da questão fundiária de Marapicu, suas lideranças decidiram romper com Campo Alegre, em sentido de ruptura de representação política. Assim, em 1985, criou sua própria associação “Associação Mutirão de Marapicu”, para ter um marco jurídico próprio e não ser refém dos interesses das lideranças do “Acampamento”<sup>4</sup>.

As lideranças de Marapicu da época colocam que foi um rompimento em nível de representação junto às negociações fundiárias e que, em nível de articulação política, mantiveram-se sempre próximos e atuantes na região. Algumas das lideranças de Marapicu foram figuras de intensa atuação na UAMCA<sup>5</sup> (União das Associações Mutirão de Campo Alegre), atuando diretamente na construção da representação política da região, nas elaborações e buscas de projetos, junto aos governos estadual e federal para investimentos na agricultura.

Com o surgimento da Associação Mutirão Marapicu, deu-se início à estruturação dos coletivos e à produção agrícola da ocupação. Quando ocorreu a entrada na terra, uma das primeiras iniciativas do movimento foi dividir a área em lotes de três hectares para cada família. A princípio, muitos dos ocupantes moveram-se de maneira individual e suas famílias só foram meses depois.

A primeira direção da associação tinha grande preocupação com os repasses de lotes. Desta forma, elaboraram controle e fiscalização sobre essa questão, com o objetivo de manter a luta e impedir a venda de terras da ocupação, tanto para grilagem como para outros fins. A associação mantinha aproximadamente dez lotes como áreas coletivas, de modo a desenvolver cursos de formação e projetos para a comunidade, mantendo, assim, a unidade interna para manter a luta e a permanência na terra.

Durante todo um período, especificamente, nos primeiros anos de ocupação, Marapicu foi uma das principais áreas produtoras de quiabo do estado, se destacando

---

<sup>4</sup> Uma das chamadas regionais de Campo Alegre. O Acampamento foi a primeira área de ocupação do que se conhece como Região de Campo Alegre e centro de articulação política da luta pela terra nessa localidade.

<sup>5</sup> A União das Associações foi uma articulação entre as regionais que mudou a razão social da associação para “Mutirão de Campo Alegre”. Foi um processo de constituição de associações de moradores em cada regional de Campo Alegre para acabar com centralismo político configurado em uma só regional, o chamado “Acampamento”- Regional Cruzeiro. A UAMCA era composta por três representantes de cada regional, que organizavam a participação política e representativa de cada uma, de modo coletivo, partindo da articulação das associações que surgiram nesse contexto de “reformulação” das organizações de Campo Alegre.

como uma potencial área de investimento para a agricultura. Os principais projetos que se inseriram em Marapicu nos primeiros anos de ocupação foram os projetos de fim social do governo federal, que auxiliaram a infraestrutura agrícola local, com a compra de equipamentos individuais, como coletivos (trator). Em seguida, receberam por meio de sua vinculação à UAMCA investimentos do PROCERA (Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária) ainda na década de 1980.

O processo de desarticulação interna de Marapicu começou no final dos anos de 1980, quando ocorreu uma sucessão de outro grupo político na associação. Esse grupo orientou as demandas para outras diretrizes que se diferenciavam do projeto construído originalmente, no período em que surgiu o movimento de ocupação e que fundou-se a associação. As atuações desse grupo se deram de maneira a liberar o repasse de lotes, e o pouco interesse na busca pela regulamentação fundiária junto aos órgãos responsáveis. Aos poucos, o sentido mobilizador da comunidade foi se perdendo, dando lugar a uma desmobilização da mesma.

A primeira e mais significativa perda, segundo muitos assentados que se encontravam em Marapicu naquele momento, foi o repasse dos lotes que pertenciam à associação. Assim, perdia-se os principais espaços de socialização da comunidade, perdendo o sentido coletivo e aumentando a rotatividade, deixando de lado toda uma história de luta.

Nessa mesma época, surge um problema referente à regulamentação fundiária de Marapicu. O processo jurídico que estava encaminhado para ser assinado pelo Presidente da República e, assim, regulamentar a área enquanto assentamento de Reforma Agrária, desapareceu tanto do INCRA quanto do BNH, no caso, a Caixa Econômica Federal. A problemática perdurou até meados da década de 1990, quando uma nova diretoria assumiu a associação e saiu em busca da documentação junto aos arquivos do extinto BNH e do INCRA, encontrando o processo e suas delimitações sobre as questões que cercavam a regulamentação da área.

Essa conjuntura se dá em um período de intenso processo de emancipações e perdas fiscais para o município de Nova Iguaçu, que levaram a lógica da gestão municipal a optar por uma alternativa extração de renda urbana para arrecadação de impostos. Assim, Nelson Bornier, eleito no pleito de 1996 e atual prefeito, mediante o plano diretor, determina todo o território de Nova Iguaçu como urbano, apoiado no crescimento urbano e nas áreas novas a serem exploradas com a cobrança do IPTU. Tal

determinação político-territorial desarticulou o processo de assentamento, impedindo a titulação das terras, pois estas só seriam transformadas áreas em assentamentos de Reforma Agrária se estivessem dentro de um perímetro rural.

No decorrer dos anos, a complexidade da regulamentação se aprofundou cada vez mais entre as esferas governamentais, principalmente federal e municipal. A prefeitura cobrava o IPTU da Caixa Econômica Federal, já que estavam sobre sua propriedade as áreas onde se encontrava a ocupação que tinha por objetivo se tornar assentamento de Reforma Agrária.

Dada situação começa a mudar com a eleição de Lindberg Farias (2004 a 2010) como prefeito de Nova Iguaçu. No ano de 2004, ele assume o compromisso de recriar as zonas rurais do município, regulamentando as terras de Marapicu de maneira a torná-lo um assentamento rural municipal.

A construção das zonas rurais emerge no novo plano diretor do município no ano de 2008. Desse reordenamento territorial, ficou acordado entre comunidade, INCRA e Prefeitura que a titulação seria dada pelo município e contaria com o reconhecimento e o apoio técnico e financeiro do INCRA. Além da inclusão das zonas rurais, a prefeitura promoveu a isenção do IPTU em débito por parte da Caixa Econômica, para que se pudesse ser liberada regulamentação fundiária da área. O valor da dívida do IPTU girava entorno de cem mil reais, devido ao acúmulo dos anos que se deram o impasse da transformação do município totalmente como urbanizado.

A burocracia da Prefeitura e a falta de corpo técnico qualificado fizeram com que os andamentos do processo de regulamentação fundiária fossem atrasados e, mais uma vez, perderam uma série de investimentos orçamentários, junto às políticas tanto para Reforma Agrária quanto para Agricultura Familiar.

Mesmo com todas essas dificuldades, as famílias de Marapicu começaram a se organizar em torno de um caráter produtivo agroecológico, participando da Escolinha Agroecológica<sup>6</sup>, no início dos anos 2000. Esta era uma iniciativa da EMATER-RJ e

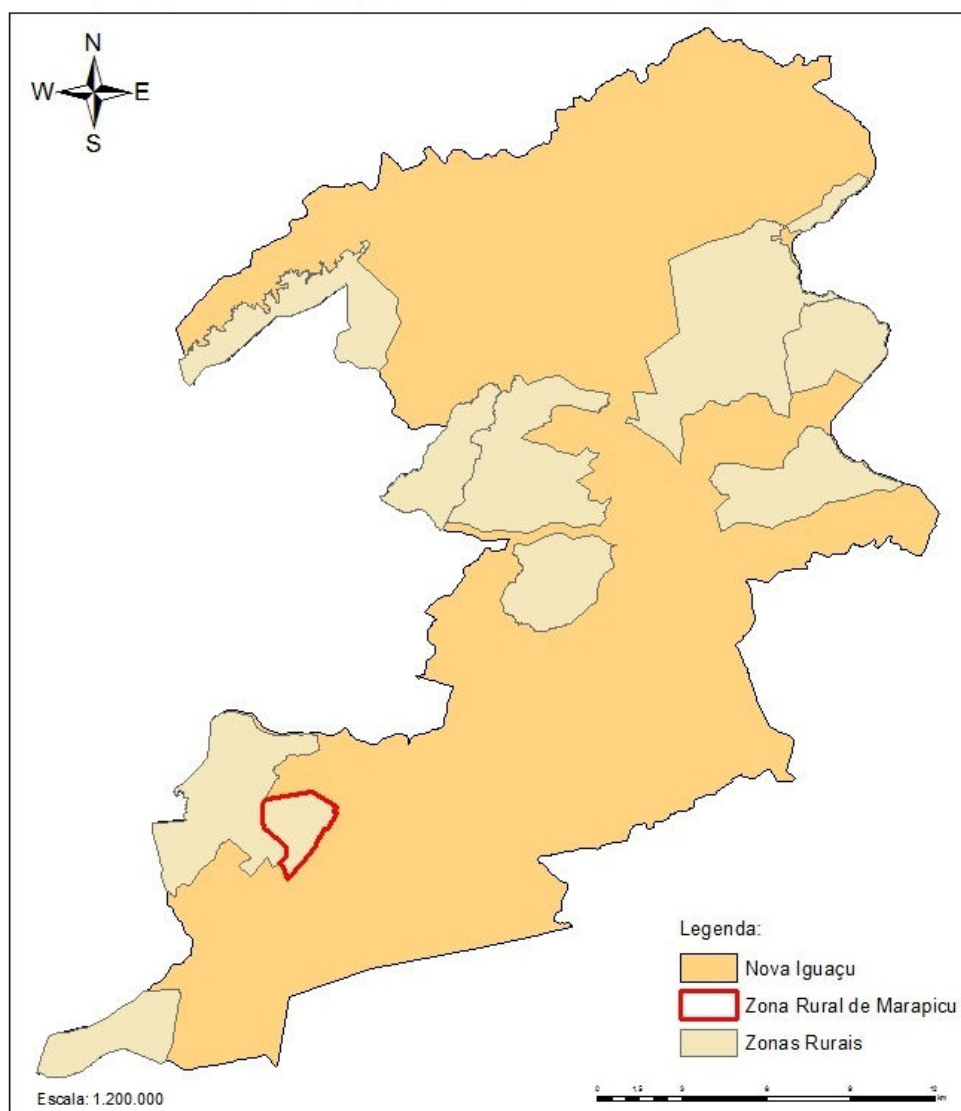
---

<sup>6</sup>O funcionamento da Escolinha se deu por cerca de três anos no Bairro Aliança no CIEP, que foi um espaço cedido pela diretoria da escola junto à Associação de Marapicu, tendo aulas regulares uma vez ao mês e trocas de experiências e vivências com outros produtores do estado por meio da articulação agroecológica. A sua principal contribuição à Marapicu foi o desenvolvimento de uma consciência agroecológica a boa parte das famílias do Assentamento, construindo referências sobre relações homem-meio e a preocupação com a qualidade dos produtos, e os efeitos dos defensivos agrícolas em toda cadeia produtiva, que afeta o produtor e o consumidor.

CPT, e teve como base o “Brizolão” do Bairro Aliança durante alguns anos. De lá, a escolinha foi para o centro da cidade.

A longa jornada pela titulação das terras é conquistada no ano de 2012, na gestão da substituta de Lindberg Farias na prefeitura, Sheila Gama. Esta executa os processos de regulamentação fundiária de 55 famílias do assentamento, com uma atuação direta da secretaria municipal de Meio Ambiente e Agricultura do Município, onde houve a inserção de um corpo técnico qualificado com as demandas da agricultura familiar do município e sensíveis às lutas das famílias de Marapicu.

**Figura 1: LOCALIZAÇÃO DA ZONA RURAL MARAPICU.**



FONTE: Adaptação de dados da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2008.

A Figura 1 ilustra a localização de Marapicu no ordenamento Territorial do Município junto às diferentes zonas rurais. Na proposta de regulamentação das terras, a prefeitura criará um assentamento Municipal de Reforma Agrária. No entanto, esta se mostra insipiente, pois não havia políticas por parte do município para o desenvolvimento e estrutura do assentamento e manutenção das zonas rurais.

A responsabilidade da prefeitura de Nova Iguaçu junto ao Assentamento é ainda muito precária, pois não detém políticas específicas para a zona rural, não há uma políticas efetivas que apoiem o desenvolvimento da agricultura familiar de maneira a abastecer a população no geral ou parte dela. Para que se possa dar início ao Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), o assentamento se prepara para receber investimentos do Governo Federal. O desafio se torna maior com as condições socioespaciais em que se encontra a área do assentamento.

Deve-se destacar o papel de um grupo de técnicos que atuavam nos movimentos sociais da Baixada Fluminense, que se inseriram na secretaria municipal de Meio Ambiente e Agricultura, cujo papel foi fundamental para regulamentação e titulação das terras junto à Prefeitura. Muitos desses técnicos são figuras que não pertencem ao quadro de funcionários efetivos do município, e desempenharam papel de extrema importância no processo de regulamentação, pois, junto às lideranças de Marapicu, conseguiram promover e desenrolar a luta das famílias, atuando de maneira significativa e dedicada.

Compreendendo que essas ações que representam um conjunto de articulações de solidariedade e luta junto à Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro, foi sua atuação junto à Ferinha da Roça, atuando como produtores e lideranças do movimento agroecológico no município. A atual configuração política de Marapicu conta com grupos de extensão rural que têm a assistência técnica da EMATER-RJ e apoio de projetos da AS-PTA, de fomento a agroecologia e desenvolvimento da agricultura familiar.

No Assentamento, existem três grupos de extensão rural que atuam de maneira contínua: o Grupo de Floresta, que atua no processo de formação dos assentados para a construção e desenvolvimento de produtos agroecológicos e agroflorestais; o Grupo FITOCAM (Fitoterapicus de Marapicu), que trabalha na formação da comunidade junto à atividade fitoterápica para fins domésticos e comerciais; e o Grupo de Apicultores.

Marapicu elabora um conjunto de articulações políticas com outras organizações, outros movimentos e entidades de luta pela justiça social que transcende as questões das delimitações entre urbano e rural.

As principais problemáticas que marcam o território de Marapicu é a poluição dos rios próximos (Ipiranga e Iguaçu) pelo lançamento de esgoto das casas do Bairro Aliança, a expansão do lixo urbano nos lotes e terras muito degradadas.

Outro fator que devemos levar em consideração é a falta de infraestrutura, como água, saneamento e luz, que só chegam ao Bairro Aliança, deixando o território do assentamento excluído de infraestrutura básica, e ainda em seu entorno podemos encontrar uma Área de Proteção Ambiental da Serra de Madureira.

De todo modo, podemos notar que o Assentamento Marapicu é uma expressão das contradições entre urbano e rural, pelo fato de ocorrer um choque entre os interesses entre o capital imobiliário, colocado pela prefeitura, e a existência de movimentos sociais rurais dentro do território municipal.

Nos movimentos sociais rurais, as famílias buscam por uma vida digna, mediante estratégias para continuar resistindo com suas particularidades e singularidades que marcam a questão agrária, e as problemáticas da urbanização dentro do contexto metropolitano do estado do Rio de Janeiro e dos desafios políticos da Reforma Agrária nas diferentes escalas governamentais.

## REFERENCIAS:

ALENTEJANO, P. R. R.. *Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: Repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1997, 199p.

CAPRILES, A. H., PACIFICO, A., TINOCO, V.. Os Planos Diretores (1997-2008) da Cidade De Nova Iguaçu: Uma Análise Do (Re) Ordenamento Territorial Do Município e a Questão Rural. In: *ANAIS do XX Encontro Nacional de Geografia Agrária-Territorialidades, Temporalidades e Desenvolvimento no Espaço Agrário Brasileiro*. Francisco Beltrão-PR, 2010. p.1118 – 1131.

GRYNSZPAN, M. . Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de

Medeiros; Maria Ignez Paulilo. (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRRJ. Dissertação de mestrado. 1987.

MACEDO, Marcelo Hernandez. As ocupações de terra no Rio de Janeiro na década de 1980. In: *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro, 2009.

Novicki. V.A. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola, 1983/1987*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1992.

\_\_\_\_\_. Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987). In: Medeiros, L. et al.. (Org.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. 1 ed. São Paulo: EDUNESP, 1994, v. 1, p. 69-86.

\_\_\_\_\_. Recuperando o indivíduo no movimento dos sem terra: o caso fluminense (1983 – 1987) *Estudos Sociedade e Agricultura*, 5, novembro 1995: 58-72.

SIMÕES, M. R.. *A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense*. 1. ed. Mesquita: Editora Entorno, 2007. 300 p.

SOUZA, Victor Tinoco. *Sociabilidade e território de um assentamento rural próximo à área urbana: os laços entre o Assentamento Marapicu e o Bairro Aliança, RJ*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2013. 147p.

\_\_\_\_\_. *As contradições e interações entre urbano e rural e a luta pela terra na região metropolitana do Rio de Janeiro: o caso do assentamento Marapicu-RJ*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia e Meio Ambiente) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 72p.



**A luta pela terra no Araguaia mato-grossense:  
Suiá-Missú/Posto da Mata versus TI Marãiwatsédé**

**Juliana Cristina da Rosa<sup>1</sup>**

**Resumo:**

Em 2012 houve intensa divulgação pela grande mídia do processo de desintrusão da população de não índios do Distrito Posto da Mata, situado dentro da Terra Indígena Marãiwatsédé do povo Xavante. Mas o que foi difundido como um fenômeno de conflito agrário pontual, como acontecimento tem um conteúdo processual: se desenrola a partir do contato de populações não indígenas, desde 1950, no deslocamento do povo Xavante para a instalação da Fazenda Suiá Missú, dentro das justificativas da expansão da fronteira através de empresas agropecuárias, lógica posteriormente normatizada pelo Estatuto da Terra, e financiada pela SUDAM que concedia créditos e incentivos. Com o fim da Ditadura Militar e a implementação da Constituição de 1988 e o impacto da ECO 92, ocorreram mudanças como a doação das terras pela então proprietária da área, a Agip Petrolí, o processo jurídico que garantiu o reconhecimento do território tradicionalmente ocupado e sua homologação e devolução. O conflito tem como epicentro o ano de 1992, quando a empresa verbalizou a intenção e devolução da área, e um grupo de políticos locais, fazendeiros, empresários, grileiros, posseiros e trabalhadores se reuniram na localidade do Posto da Mata para dividir as terras que seriam devolvidas e transformá-las em posse.

**Palavras-chaves:** Conflito; Território; Xavante.

**Introdução:**

**1. A região do Araguaia mato-grossense: o lugar de alteridade e conflito**

O historiador Alcir Lenharo (1989b) aponta um equívoco costumeiro de tratar os conflitos agrários no interior do Brasil a partir dos Governos Militares, sem considerar que em “... *muitas dessas áreas de conflito, as disputas vinham sendo fermentadas em momento anteriores*” (1989 b, p.47), tais como no caso do estado de Mato Grosso que entre as décadas de 1930-1950 foi cenário de abusos na distribuição de terras públicas, sobretudo por grandes empresas multinacionais e nacionais, como o caso da venda de mais de 695 mil hectares para Ariosto da Riva na região do Araguaia, situada no nordeste do estado e Mato Grosso.

---

<sup>1</sup> Cientista Social. Pesquisadora do NERU/UFMT (Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos). Mestranda em História. PPGHis (Programa de Pós Graduação em História) da UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso.  
E-mail: [julianacristinarosa@gmail.com](mailto:julianacristinarosa@gmail.com)

Esta região foi ocupada pelos Xavante<sup>2</sup> e sendo reconstruída através do encontro de não índios através de movimentos migracionais espontâneos e estimulados como a Expedição Roncador-Xingu e Marcha para Oeste nos anos de 1950, o que a caracteriza como região de “fronteira” por ser “... *uma espécie de estrutura migrante, uma estrutura social intensamente mediada pela migração e pela ocupação temporária, ainda que duradoura, de pontos do espaço percorrido*” (2009, p.76). O encontro entre índios e posseiros gerou conflitos agrários constantes. Mas é com o advento do processo de integração nacional e expansão da fronteira, intensificado pelos Governos Militares a partir da década de 1960, com a instalação de empresas agropecuárias e projetos particulares de colonização, que os conflitos agrários ganham maiores dimensões, com o processo de transformação da terra de trabalho em terra de negócio através de “propriedades agrárias rurais”, concebidas como empresas agropecuárias.

Novamente, a historicidade do processo de ocupação do Araguaia mato-grossense se configura como fronteira pelo seu conteúdo de alteridade e conflito<sup>3</sup>: “*O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito. (...) nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade*” (MARTINS, 2009, p. 133). E esta característica que precisa ser compreendida para que a análise não desconsidere o aspecto processual que a compõe.

## 2. A transformação da terra/território tradicional em agropecuária Suiá Missú

Ao analisar o caso do município de Conceição do Araguaia no estado do Pará, Octavio Ianni (1979) alertou para o fato que:

De repente, parece que todo mundo mudou. Todos mudaram em face da terra. Não era mais a ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento

<sup>2</sup> O nome “Xavante” deveria ser escrito com inicial maiúscula por se tratar de um substantivo gentílico derivado de uma coletividade única, um povo. Não pode ser colocado no plural, por convenção, para não cair em hibridismos: atribuir “s” em palavras que na língua nativa já estão no plural, ou ainda usar o plural em casos que os nativos não utilizam variação singular / plural; como demonstrado por *Evans-Pritchard* no clássico da antropologia britânica “*Bruçaria, oráculos e magia entre os Azande*” (1937) - “*Azande*” já está na plural na língua nativa.

<sup>3</sup> Ocorreram conflitos violentos pela posse da terra no nordeste de Mato Grosso, sobretudo a partir de 1968: “*Em Santa Terezinha (posseiros x Codeara), São Félix do Araguaia (posseiros e índios x Suiá Missú), Serra Nova Dourada (posseiros x Bordon), Porto Alegre do Norte (posseiros x Fazenda Frenova), Novo Santo Antônio (posseiros x grupo Abdalla Zarzu)*” (MARTINS SOUZA. M.A., 2008, p.238, [nota de rodapé da autora],). MARTINS SOUZA, Maria Aparecida. *A luta pela permanência na terra: a resistência dos posseiros de Santa Terezinha*. In: BARROZO, João Carlos (org.). **Mato grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carini e Caniato Editorial, 2008.

do lugar, a vizinhança, que garantiam a “propriedade”. Havia que ter papel, documento, título, prova, escritura, para que a propriedade fosse propriedade. De repente, a gente não sabe mais de quem é a terra da gente. O homem e a terra estranham-se (IANNI, O., 1979, p. 154).

Esse processo de transformação da terra de trabalho, de uso de posseiros e populações tradicionais, ou de territórios tradicionalmente ocupados por indígenas em propriedade privada, titulada com fins de produção, renda da terra ou especulação imobiliária, ocorreu intensivamente em toda a extensão da Amazônia Legal, o que inclui a região do Araguaia Mato-grossense. Esse processo foi normatizado pelos governos federais, ganhando maior impulso com o Estatuto da Terra, que apesar de trazer dispositivos legais para a efetivação de uma Reforma Agrária, trouxe em seu conteúdo uma preferência ou orientação de privilegiar a iniciativa privada, conforme salienta José de Souza Martins (1984):

O próprio Estatuto da Terra foi elaborado de tal forma que se orienta para estimular e privilegiar o desenvolvimento e a proliferação da empresa rural. (...) O destinatário do Estatuto é o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista, que organiza a sua atividade econômica segundo os critérios da racionalidade do capital. (MARTINS, J.S., 1984, p.33)

Além de dispositivos legais ocorreram ações concretas de incentivos fiscais e financiamento de projetos agropecuários.

Os “incentivos fiscais” foram tão generosos e até certo ponto eficazes (para a acumulação) que aqueles objetivos [patrióticos], em poucos anos, tornaram-se menores frente à ação dinamizadora das grandes empresas. Ao lado de Jari S.A., da Suiá Missu (hoje com 678.000 ha), da Codeara (600.000 ha), surgiram projetos novos como o do Vale Cristalino (Volkswagen) com 140.000 ha, no King’s Ranch, em Paragominas, com mais de 100.000 ha, e outros mais de empresas estrangeiras (Bruynzeel, 500.000 ha, Georgia Pacific, 500.000 ha, Robin Mac Glolm, 400.000 ha – de americanos -, Toyomenka, de 300.000 ha, japonesa. Muitos grandes grupos industriais e financeiros passaram a abrir fazendas no nordeste de Mato Grosso, norte de Goiás e sul do Pará: Anderson Clayton, Goodyear, Nestlé, Mitsubishi, Liquifarm, Bordon, Swift Armour, Camargo Correa, Bradesco, Mappin, Eletrobrás, etc. Além de grandes fazendeiros tradicionais do sul que juntaram seu espírito empresarial aos cofres do Estado. penetrar nas terras (CARDOSO & MÜLLER, 1977, p. 161)

Com os projetos agropecuários amparados pela SUDAM:

Em breve emergiriam tensões sobre os terrenos disputados. Casos de grilagem (escrituras falsas), corrupção administrativa cartorária, o despreparo do governo para enfrentar tecnicamente o problema das legitimações de posse e até mesmo para confirmar algumas de suas vendas (insuficiência de cadastro do Estado), a morosidade da Justiça Comum – tudo ensejou o aparecimento de tensões sociais... (IANNI, O., 1979, p. 157-58).

Inserida nesse processo, está a fazenda Suiá Missú que obteve da SUDAM valoare expressivos<sup>4</sup> para a criação de gado.

A Fazenda Suiá-Missu (que começou a ser aberta em 1962, pertencendo inicialmente a um grupo agroindustrial de São Paulo e posteriormente ao grupo italiano da Liguigás) ocupava uma área de 267 mil alqueires (cada alqueire tem 2,4ha) e foi projetada para conter 130.000 cabeças de gado. Localiza-se a 117 km de São Félix do Araguaia, e inicialmente, para desbravar a mata, construiu-se uma picada com esta extensão. Nesta área havia duas tribos de índios xavantes (“sic”)<sup>5</sup>, que não eram hostis, mas, de início, não deixaram os trabalhadores penetrar nas terras (CARDOSO & MÜLLER, 1977, p. 155).

### **“Assim como as árvores, eles não ficarão de pé<sup>6</sup>”: a deportação dos Xavante de Marãiwatsédé**

Para conseguir esse financiamento precisou resolver um problema da presença dos Xavante na sua “propriedade”, tida na época como obstáculo, fato conhecido nacionalmente, conforme atesta a reportagem abaixo:

(...) de início saqueavam as plantações de milho e arroz. Depois, entrando em contato com os brancos passaram a viver às expensas destes. Já não roubavam, mas pediam. (...) Com o passar do tempo e com a estrada, esses índios foram deixando suas aldeias. Iam para São Félix, desciam o Araguaia ou iam a Ilha do Bananal, do outro lado do rio. Hoje Suiá-Missú já não tem mais índios para mostrar ou temer. (O Estado, 25/04/1969, p. 7)

No entanto, muito além de peças exóticas de exibição ou selvagens ameaçadores, como a narrativa da reportagem demonstra, esses índios tinham em Marãiwatsédé o seu território de ocupação tradicional, e não apenas passaram a deixar suas aldeias num movimento espontâneo, foram deportados para o local da Missão Salesiana de São Marcos, a 400 quilômetros de distância. O bispo Pedro Casaldáliga afirmou em entrevista (2011) que a retirada dos Xavante: “*É uma verdadeira devastação. Eles foram arrancados da terra e transportados pela FAB. Então, essa*

<sup>4</sup> BARROZO (2010) apresenta como área 695.843 hectares e montante de Incentivos fiscais nas cifras de Cr\$ 7.878,000, usando como base os dados oficiais da SUDAM. (p.19-20).

<sup>5</sup> O nome “Xavante” deveria ser escrito com inicial maiúscula por se tratar de um substantivo gentílico derivado de uma coletividade única, um povo. Não pode ser colocado no plural, por convenção, para não cair em hibridismos: atribuir “s” em palavras que na língua nativa já estão no plural, ou ainda usar o plural em casos que os nativos não utilizam variação singular / plural; como demonstrado por Evans-Pritchard no clássico da antropologia britânica “Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande” (1937) - “Azande” já está na plural na língua nativa.

<sup>6</sup> Frase do sociólogo José de Souza Martins em seu artigo “Por invios caminhos” de 15 de dezembro de 2012, publicado no Jornal Estadão.

Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,por-invios-caminhos,974065,0.htm>>. Acesso em: 24/12/2013, às 14:30.

*deportação foi oficial*<sup>7</sup>”, denunciando como atrocidade o fato; que resultou ainda em cerca de 80 mortes de Xavante por causa da não imunidade contra o sarampo logo que chegaram na Missão.

Apesar de o fato chocar parte da opinião pública e sensibilizar atores sociais e instituições que posteriormente viriam a juntar-se no movimento de luta pelo seu retorno à Marãiwatsédé, não existia durante o período da Ditadura Militar nenhum indício de que a área onde foi instalada a fazenda voltaria para os Xavante.

Um dos casos mais interessantes, ricos e dramáticos, é o dos *Xavante*, no Mato Grosso. Foram expulsos de várias áreas de seu território, retirados da terra, as fazendas instaladas. Sedes de fazendas foram construídas em cima de cemitérios dos índios, o que mostra uma sagacidade diabólica dos fazendeiros na relação com essa população indígena, ocupando, mutilando e apagando símbolos e traços culturais essenciais à sua sobrevivência como povo. Aparentemente, os índios estavam confinados e conformados, com o território reduzido. (MARTINS, J.S., 1993, p.37).

### 3. A luta dos Xavante pelo retorno ao território

Ao analisar o processo de transformação de terras/territórios tradicionais em propriedade privadas, dentro da lógica do capital, é necessário observar que existe uma relação dialética através da resistência e luta dessa populações nativas ou moradores locais:

Já há um elenco de idéias e constatações<sup>8</sup> a respeito do impacto do dominado, do excluído, do diferente, na expansão do capital. (...) os “povos sem história”, demonstram que a expansão capitalista não se fez sobre a terra de ninguém. As vítimas com frequência impuseram ao capital e ao Estado, que aí também emergia, condições, exigências e limites (MARTINS, J.S., 1993, p.65).

O mesmo autor afirma que é justamente a presença de grandes projetos e a ressignificação da terra transformada em propriedade privada que fazem despertar o “*demônio da política*” e inverte a perspectiva e coloca a questão do impacto das populações indígenas diante da expansão capitalista<sup>9</sup>, chegando a afirmar que as

<sup>7</sup> Disponível em < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/07/mt-disputa-de-terra-gera-conflitos-entre-indios-xavantes-e-moradores.html> >. Acesso em: 04/01/2014, às 05:30.

<sup>8</sup> O autor cita os estudos de T.H. Marshall (1967), E.R. Wolf (1982) e E.P. Thompson (1971), sendo que a contribuição do último autor na obra “*Costumes em Comum*” (1998) é excepcional ao demonstrar como o processo de cercamento de terras comunais na Inglaterra demorou séculos para se efetivar as idéias de propriedade, lucro e direito positivo, porque esbarravam, sobretudo, no costume e na economia moral.

<sup>9</sup> Além de inverter a perspectiva, o autor ainda pondera uma crítica pertinente: “*Essa opção não é arbitrária e nem inocente. As ciências sociais têm estado divididas entre uma orientação que privilegia o econômico e o tecnológico*”

primeiras e mais ricas reações indígenas ocorrem justamente na Amazônia Oriental com os povos Xavante, Bororo, Parkatêjê, krahó, txucarramãe, entre outros (p.20).

Não é outro o sentido, político, da visita de Manoel Noziú, índio Xavante, às terras da Fazenda Suiá Missú, de onde seus parentes foram expulsos em meados dos anos 60:

*No mês de abril, eu fui lá pro norte, Suiá-Missú, sondar nossa aldeia velha. Lá fazendeiro não quer saber de índio. Então eu fui contra ele. (...) Eu fui visitar nossa aldeia, ele sabe. Essa aldeia velha foi morada de nossos parentes, meus avós, meus irmãos. Fazendeiro é ladrão, roubou terras dos índios. (...) Eu fui sondar nossa aldeia velha, pra lembrar<sup>10</sup> (MARTINS, J.S., 1986, p.37).*

Outro fator de mobilização foi o “... *comportamento de povos indígenas como os Xavante que visitaram os Tapirapé, antigos inimigos, para incentivá-los à luta por seu território, contra o branco, particularmente contra a empresa que os privou de suas terras ancestrais*” (MARTINS, J.S., 1986, p.40). Além de alianças com outros povos indígenas, se articularam com mediadores políticos como o bispo Dom Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia que denuncia sistematicamente a situação de penúria que a deportação e o posterior retorno, a pé, causou aos Xavante.

A luta dos Xavante pelo seu retorno à Marãiwatsédé ganha espaço e legitimidade após o período ditatorial com a “redemocratização” do país e a efetivação da Constituição de 1.988 que normatiza o direito originário dos povos indígenas sobre seu território: “*O direito a terra é constitucionalmente garantido, na medida em que se reconhecem os grupos indígenas como sociedades culturalmente diferenciadas, com padrões próprios de relação com o território*” (MENDONÇA, 1992, p. 93).

A atuação de ONGs e entidades internacionais envolvidas no amplo debate promovido pela ECO-92 foi fundamental para a reivindicação e conquista da “doação” do território de Marãiwatsédé aos Xavante. O controle da área de quase 200 mil hectares restantes dos 695 mil hectares iniciais estavam com a empresa italiana Liquifarm Ltda, acionista da AGIP Petrolí Ltda, que após pressão internacional, se compromete verbalmente em devolver a terra aos Xavante.

---

*(...) assumindo como fato natural e inevitável, sua transformação ou desaparecimento; e uma orientação que procura resgatar o ponto de vista da vítima, sua condição de sujeito do processo social e histórico.” (MARTINS, J.S., 1993, p.64)*

<sup>10</sup> Relato citado por José de Souza Martins registrado (p.21) na 3ª Assembléia de Chefes Indígenas.

Com a elaboração do laudo antropológico de Patrícia Mendonça (1992), o processo jurídico ganha sua primeira peça, onde os Xavante tem a oportunidade de narrar a sua versão da história. Mas o processo jurídico é composto por diferentes peças, além do laudo antropológico, e a homologação como Território Indígena ocorre somente no ano de 2008. Durante essa lacuna temporal ocorre uma invasão da TI de Marãiwatsédé por não índios, o que resultou numa dificuldade maior para os Xavante poderem adentrar no seu território. Somente em 2012 ocorreu a desintrusão dos ocupantes não índios de Marãiwatsédé, e este acontecimento foi apresentado como o epicentro do conflito agrário.

Os ocupantes não índios formavam uma população não homogênea de cerca de sete mil pessoas, que eram desde desembargadores, políticos e empresários que construíram fazendas de médio e grande dentro da área devolvida para os Xavante, cidadãos envolvidos com setor de serviço, público e comércio local, até pessoas com perfil de “clientela de Reforma Agrária”. Essa população encontrou apoio de políticos locais, de deputados estaduais (que chegaram a efetuar uma lei<sup>11</sup> que permutava o território de Marãiwatsédé por outro) e de boa parte da opinião pública que se sensibilizou com a desintrusão.

Essa população também lutou pela terra ocupada/invadida, e merece maior espaço de análise e para tanto, é importante buscar na reunião do Posto da Mata, em 1992, os motivos e razões argumentados pelos políticos locais e como essas idéias foram recepcionadas e praticadas.

#### **4. A luta pela terra dos posseiros**

Após o anúncio na ECO 92 das pretensões de devolução da área remanescente da Agropecuária Suiá Missú aos Xavante por representante da matriz da empresa Agip Petrolí, (que se concretizou em 1993), e com a publicação do Laudo Antropológico no mesmo ano com a delimitação de 200 mil hectares que seriam transformados em terras da União sob o domínio dos Xavante, ocorreu a revolta de diversos atores sociais.

---

<sup>11</sup> Le n. 9.564 de 26 de junho de 2011.

Políticos locais como Mazim Kalil, Filemon Limoeiro, entre outros, convocaram através de rádio, uma reunião na localidade do Posto da Mata em junho de 1992 com a finalidade de atrair interessados em (re) ocupar a área que a empresa italiana pretendia devolver para os Xavante. A convocação teve sucesso, reunindo trabalhadores, agricultores, posseiros e grileiros interessados em adquirir terra através da posse e posterior usucapião ou como reserva de valor.



Foto: Reunião no Posto da Mata, 1992. Fonte: Iara Ferraz.

Os discursos desses políticos<sup>12</sup> (e de um advogado) foram enfáticos ao reforçar a idéia da luta pela terra por se tratarem de produtores rurais em contraponto aos indígenas:

*"A maioria dos senhores aqui já nos conhecem de longa data. Estou nessa região há nove anos. Nós viemos de São Paulo para cá com a intenção de ajudar a construir esse Brasil novo que se implanta no coração do país. O Brasil tem ficado na região do litoral por longos anos e quem vê na televisão, vê as favelas apinhadas de brasileiros passando fome e os senhores tiveram a coragem de sair desse grande centro, de esvaziar a cidade e vir para cá amansar a terra, de produzir o alimento, para matar a fome do mundo! Os jornalistas que aqui estão sabem muito bem, que no mundo inteiro se tem grave problema de alimentação. Na África, crianças disputam grão de arroz no meio do barro, no meio da terra, para comer e querem colocar o espaço vital de 200 e tantos mil hectares de área produtiva para ficar servindo de 'passeio', de 'área de passeio' para os índios! Se eles não tivessem espaço físico para viver seria uma coisa louvável! Mas todos nós brasileiros sabemos: "os índios são os maiores latifundiários desse país"! Tem terra de sobra para viver!" (Advogado Ivair Matias, em discurso na reunião do Posto da Mata, em 20/06/1992, gravado por Iara Ferraz).*

---

<sup>12</sup> Toda a reunião foi transmitida via Rádio Mundial FM no dia 20 de junho de 1992, e foi gravada pela antropóloga Iara Ferraz que escreveu uma carta denúncia ao então Ministro da Justiça Celso Borja e o presidente da FUNAI Sydney Possuelo.



Apesar da ênfase na luta pela terra, o discurso deixa claro o “respeito à propriedade”:

*"Nós reiteramos; agradecemos a presença de todos e quero deixar bem claro que nós não somos mentores de invasão de propriedade. O Mazinho explicou muito bem aqui: essas terras aqui são ricas, estão no centro do nosso município, é uma região que agora o progresso está chegando através de asfalto de rodovias - e a "Suiá" foi uma das maiores fazendas do Brasil e talvez do mundo. Venderam algumas áreas, mesmo assim restou 217 mil hectares de terra. E quando a empresa estava intacta, nós toda vida respeitamos a "Suiá" e a propriedade - que nós somos um defensor intransigente da propriedade - porque nós temos que respeitar a propriedade para ser respeitados" (Prefeito "Baú", em discurso na reunião do Posto da Mata, em 20/06/1992, gravado por Iara Ferraz)*

Portanto a idéia de Reforma Agrária não tinha como conteúdo a reforma da estrutura fundiária, e tampouco a distribuição igualitária entre os envolvidos. Esse fato se observa pela atitude dos organizadores da reunião que já estavam munidos de um mapa, (carimbado e assinado pelo então candidato a prefeito do município de Alto Boa Vista, o sr. Mazim Kalil), onde estavam divididas as áreas de (re) ocupação, disponibilizando áreas restritas aos sem terra, agricultores e posseiros e reservando uma área mais fértil e com pasto para os médios e grandes posseiros instalarem fazendas.

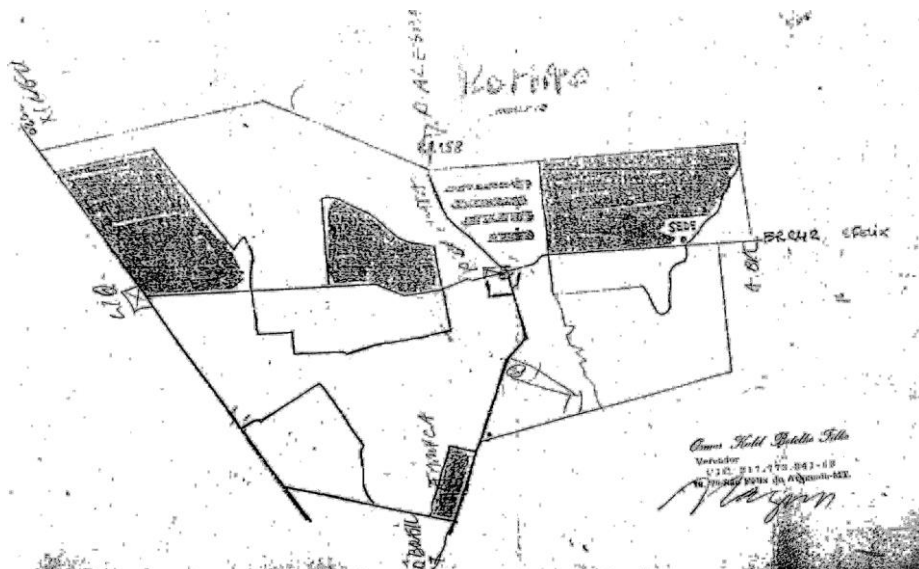


Foto: Mapa da distribuição das terras da área demarcada da TI Marãiwatsédé.

Fonte: Iara Ferraz.

(...) é possível ver o mapa que foi entregue aos invasores em 20/06/1992, em reunião ocorrida na localidade de Posto da Mata, indicando as áreas que deveriam ser “respeitadas”, sob pena de expulsão de quem ousasse ocupá-las. Em 1992, dos 165.241 hectares (ha) demarcados, havia 108.626 ha de mata (66% do total da área) e 18.537 ha (11 % do total da área) de Cerrado. Os 23% restantes eram áreas degradadas. Com a entrada dos posseiros, teve início a fase de grandes desmatamentos na TI, que perdura até hoje. As áreas contornadas em cinza indicam terras interditas aos posseiros, separadas em duas categorias:

- 1) as áreas escuras são terras da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A que ficaram fora da identificação e foram posteriormente leiloadas.
- 2) as partes claras estavam dentro da área identificada como indígena, mas, por fotos de satélite datadas de 1992, percebe-se que nestes locais o pasto já estava “formado”, ou seja, a terra era muito mais valorizada.

O carimbo e a assinatura de um indivíduo oriundo de uma família tradicional da região, que na época era vereador, demonstram a confiança na impunidade. (OPAN, 2012, p.23)

Além da distribuição desigual entre os posseiros, se observa que a filial brasileira da empresa estatal italiana tinha conhecimento da(re) ocupação orquestrada por esse grupo, demonstrando uma postura controversa:

Enquanto na Itália, a ENI e a Agip Petroli, ainda se apenas por uma questão de imagem da empresa, estavam dispostas a discutir a questão, a direção da filial brasileira, Agip do Brasil S.A., com sede em São Paulo, proprietária da Suiá, jamais se manifestara efetiva disponibilidade em restituir aquelas terras aos Xavante. Ao contrário, no decorrer dos anos, fortaleceram as suas alianças com políticos, latifundiários regionais e grupos econômicos no estado de Mato Grosso, os mesmos que, nos anos 70, formaram a Associação de Empresários da Amazônia, quase todos provenientes do sul do país e que se beneficiaram amplamente da política de incentivos fiscais (através da SUDAM). (FERRAZ & MAMPIERI, 1994, p.677)

Na própria reunião do Posto da Mata ficou evidente a negociação feita entre o grupo organizador e os dirigentes da Agip Petróleo do Brasil S.A. e o apoio do governador na época, Jaime Veríssimo de Campos:

*"Quanto a essa área de "reserva", pessoal, é porque nessa negociação que nos fizemos com a fazenda, eles pediram pra não mexer aqui nessa área (atenção) pra não mexer nessas área, porque a fazenda ainda tem muita coisa aí, tem gado, tem tudo! aqui é um outro título, que tem uns três proprietário - aqui é tudo da Liquigás, mas empresas diferentes - e eles, até o desfecho de tudo, eles quer manter as coisas deles. Então nós devemos respeitar, porque eles não vão mexer com vocês! Já conversamos com o governador, o governador também não vai mandar polícia!... Não tem nada, podem ficar tranquilo." (Prefeito "Bau", em discurso na reunião do Posto da Mata, em 20/06/1992, gravado por Iara Ferraz)*

Portanto a organização da reunião transmitiu uma idéia de que a (re) ocupação teria sucesso, fomentando a esperança de muitos trabalhadores e pequenos posseiros, agricultores sem condições de adquirir por compra terra de trabalho.

Apesar das denúncias da inconstitucionalidade, dos protestos nacionais e internacionais, e da luta dos Xavante, a (re) ocupação ocorreu de maneira continuada após a reunião e se instalaram na área diferentes tipos de agentes sociais, desde posseiros de pequenas áreas até fazendeiros que se instalaram em vasta extensão territorial. A homologação da área como Terra Indígena ocorreu em 1998, com 165.241 hectares destinados aos Xavante, que começam a retornar ao seu território, acampando na beira da estrada no município de Alto Boa vista, dando visibilidade a um problema real. No entanto, a APROSUM (Associação dos Produtores Rurais da Suiá Missú) e vários agentes sociais que respondiam processo pela invasão da área continuam a luta pelo direito a área através de disputas jurídicas que se acirram até os dias atuais e que ganham maior repercussão com a desintração dos posseiros da área no ano de 2012.

Para além do conhecimento do processo histórico de violência praticada e expropriação das terras indígenas que ocorreu no presente caso, do conhecimento da ilegalidade da (re) ocupação do território tradicionalmente ocupado de Marãiwatsédé (desde a venda de terras devolutas pelo Estado de Mato Grosso em dimensões que extrapolam os limites normatizados em 1964 pelo Estatuto da Terra, o que configura a Fazenda Suiá Missú como latifúndio desde sua criação), e também da forma ilegal com que muitos empresários, grileiros e fazendeiros fomentaram ou se aproveitaram da situação de tramitação do processo jurídico para tentar adquirir terras e ou especular sobre elas, não passa despercebido um movimento de luta pela terra: aquilo que o INCRA considera *clientela de Reforma Agrária* são agentes sociais vítimas de uma reforma agrária realizada através da colonização de áreas ocupadas que gerou o deslocamento de contingentes populacionais, servindo como “válvula de escape” para tensões sociais e lutas no campo que foram reprimidas durante o período da Ditadura Militar (IANNI, 1970).

Um exemplo da irracionalidade do processo de acesso a terra na região foi a desistência do INCRA em executar um assentamento na área (conforme mapa publicitado abaixo) remanescente da Fazenda Suiá Missú, propriedade da ENI/Agip

Petroli S.A. e controlada pela filial brasileira Agip do Brasil S.A., que no ano de 1992 executa um leilão das terras e venda imediatamente à iniciativa privada mais de 65 mil hectares de terras que poderiam ser adquiridas pelo Governo Federal a fim de assentar esses (re) ocupantes que se instalaram na área que havia sido delimitada como território indígena Xavante.



Foto: Anúncio do Leilão de Terras promovido pela Liquifarm Agropecuária Suiá Missú S/A (1992).  
 Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Não bastasse essa inoperância estratégica do INCRA, ocorreu outra após a homologação de Marãiwatsédé, em 1998, quando ficou definido que o órgão se responsabilizaria pela retirada e reinstalação dos (re) ocupantes em um assentamento na no município de Querência, Mato Grosso, proposta não efetivada.

Situando estes agentes sociais nesse processo é compreensível sua luta pela terra de trabalho, e sua esperança de encontrar na área remanescente da Suiá Missú uma oportunidade de conquista. Seu posicionamento antagônico que negligenciou ou até refutou o direito dos Xavante ao seu território tradicionalmente ocupado foi incentivado

por um discurso da reunião do Posto da Mata deixa evidente o argumento de legitimidade da posse da terra pela produção agropecuária e o trabalho:

*"Nós estamos aqui, tem uma área que é produtiva, eu acho que é anseio de todos vocês, adquirir esse pedacinho de terra. Nós não somos contra o índio! Tanto é que existe um monte de reserva pra lá! se quiserem, esses grupo que tão trabalhando aqui, nós ajuda com caminhão, põe caminhão à disposição, eu ajudo fretar, eu tenho caminhão, põe pra lá, pra carregar eles pra lá! Aqui não! (...) deixa essa área pro pessoal que está querendo trabalhar, que está querendo produzir! Porque amanhã, esse pessoal que veio de fora, daqui a 2 anos que venham visitar São Félix! venham visitar essa região produtiva! vocês não vão comer fruta de fora não! vão comer daqui, o arroz, o feijão, batata, é... abacaxi, manga, tudo é da região aqui, não vai trazer de fora não! é produzido aqui. Agora... o dia que eles produzir... se quiser, se for pra trabalhar... se os índios trabalhassem e produzissem, tudo bem! a gente ia respeitar o direito deles também! Só que eles vão atrapalhar a região, começar a invadir fazenda - que também já está desrespeitando o direito... - vai começar a matar gado, porque ... mata? o Xavante não entra! Xavante é de cerrado! em mata ele não entra! ele tem medo de onça (risos) E os Karajá estão lá dentro, né? o Araguaia, tão lá... Então isso daí é muito ruim, é péssimo! é ruim pra nossa região, gente! E difícil trazer esses índios pra região! vai prejudicar uma região toda! pro pessoal que mora nos grandes centros, é muito fácil, ditar as normas de lá pra nós aqui... Agora, venha morar aqui em São Félix! venha sair na época de inverno daqui, gastar 3 dias em Barra do Garças! A maioria não vem, porque vem de avião... então é fácil. Agora pra esse povo que mora aqui, é difícil, é difícil! Todo mundo é sofredor, todo mundo tem seu problema. Então vamos respeitar o direito desse pessoal. Muito obrigado." (Filemon Costa Limoeiro, em discurso na reunião do Posto da Mata, em 20/06/1992, gravado por Iara Ferraz)*

É justificável a esperança que esses agentes sociais, a *clientela de Reforma Agrária*, de conquistar sua terra de trabalho e seu posicionamento de antagonismo com os indígenas vistos como improdutivos e preguiçosos comparados com os trabalhadores migrantes, posseiros e sem terra. No entanto, como demonstrado por Pierre Clastres (1990), os índios não são pauperizados, preguiçosos, e sim, trabalham numa lógica de não produção de excedentes e, portanto, não necessitam trabalhar mais que quatro horas diárias para suprir suas necessidades.

Essa diferenciação na concepção de trabalho, (assim como a noção de propriedade de terras e territórios de uso) que diverge entre indígenas e posseiros é fundamental para a compreensão da luta pela terra no caso de Marãiwatsédé. É possível afirmar a concretude eficiência do conceito de José de Souza Martins (2009) que atrela ao lugar de *fronteira* como lugar da alteridade, encontro de mundos, mas acima de tudo, lugar do conflito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato grosso: a (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010.

\_\_\_\_\_. **Mato grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carini e Caniato Editorial, 2008.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Mimeo, 1972.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política**. 5. Ed - Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1990.

FERRAZ & MAMPIERI, Suiá Missú: **um mito refeito**, IN: ISA Instituto Socioambiental, Povo Indígenas no Brasil 1991/95., 1994.,  
Disponível em: <<http://www.maraiwatsede.org.br/tags/documentos>> Acesso em 20/05/2014.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1970. (Coleção Sociologia Brasileira; v.11).

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia. 1964-1978**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1979

LENHARO, Alcir. *A Terra para quem nela não trabalha: A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50*. Revista Brasileira de História, v. 6, nº. 12. São Paulo. Mar./Ago. 1986.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Não há terras para Plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986

OPAN, ANSA. **Marãiwatsédé: Terra da Esperança**. 2012. Disponível em: <<http://amazonianativa.org.br/Biblioteca.html>>. Acesso em: 05/11/2013.

## GT 08 – LUTA PELA TERRA E POLÍTICA FUNDIÁRIA

### **Título do Trabalho: A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA E DO ESTATUTO DA TERRA NO GOVERNO CASTELLO BRANCO: O que de fato ocorreu?**

**Autor: PEDRO RAMOS<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Professor Doutor/Pesquisador do NEA/IE/UNCAMP. E-mail: [peramos@eco.unicamp.br](mailto:peramos@eco.unicamp.br)

**Resumo:** O texto disserta sobre o que ocorreu com o enfrentamento da Questão Agrária e com o Estatuto da Terra no Governo de Castello Branco. Busca contrapor-se às posições que expressam a ideia de que houve uma farsa relativa a isto. Recorre a obras de analistas do tema e de protagonistas do processo, reconhecendo que aquele governo adotou uma estratégia que parece justificar tais posições porque negociou a aprovação do Estatuto apenas com o Congresso e com representantes de proprietários rurais, ao mesmo tempo em que alijou e reprimiu os sindicatos e movimentos de trabalhadores rurais.

**Palavras-chaves:** Questão Agrária, Governo Castello Branco, Estatuto da Terra.

#### **1. Introdução: Um ministro enganador?**

Este texto tem como preocupação central explicitar uma interpretação-resposta à questão indicada em seu título: O que de fato ocorreu com o enfrentamento da Questão Agrária brasileira durante o Governo de Castello Branco? Dito de outra forma, por que nele não foi iniciada a realização da Reforma Agrária?

Esta questão é motivada pelo fato de que há interpretações ou entendimentos diferentes sobre o que de fato ocorreu. Como é sabido, para a realização da Reforma Agrária aquele governo conseguiu a aprovação do Estatuto da Terra em 1964, o qual, contudo, tornou-se letra morta no que se refere às desapropriações e efetiva alteração de nossa secular estrutura fundiária e agrária, embora tenha sido útil para a implantação de alguns projetos de assentamento de trabalhadores rurais, principalmente nas regiões de fronteira. Na verdade, muitos autores já deixaram claro que aquele documento legal serviu mesmo para: a) que a ocupação de tais regiões fosse feita com base na criação de grandes imóveis que se serviram de fartos incentivos fiscais e creditícios; b) para a ampliação e intensificação do processo de modernização da produção agropecuária brasileira. A questão torna-se ainda mais intrigante quando se tem em conta o fato, apontado por muitos estudiosos, de que se tratou de um governo militar ditatorial, que tomou o poder via golpe.<sup>1</sup>

Muitos estudiosos afirmam que aquele governo não tinha realmente a intenção de realizar tal transformação estrutural. Exemplos deste posicionamento são relatados a seguir. Antes cabe apoiar este ensaio na afirmação de um conhecido historiador:

---

<sup>1</sup> Como apontado por diversos autores (entre eles ver DÉ CARLI, 1985 e MOORE JR., 1983), as reformas agrárias podem ocorrer de maneira pacífica (via negociação política, caso da Itália); de forma violenta (em decorrência de guerra civil, caso dos EUA, ou de revolução – conseguida de “baixo para cima”, caso do México); podem ser impostas de fora, com intervenção na soberania nacional (caso do Japão depois da Segunda Guerra Mundial) ou podem ser impostas “de cima para baixo”, por ação de força do poder estatal, conseguido por via pacífica no Capitalismo (caso do Chile no governo de Salvador Allende), ou na revolução socialista (casos da China e de Cuba).

O valor da investigação histórica sobre “o que de fato aconteceu” para a solução desse ou daquele problema específico do presente e do futuro é inquestionável, e tem dado novo alento a algumas atividades históricas um tanto antiquadas, desde que essas seja associadas a problemas bem modernos (HOBSBAWM, 2013, p. 38).

Em uma recente obra encontra-se escrito que: “tal como a Lei de terras de 1850, o estatuto de 1964 foi escrito *pra inglês ver*” (FERNANDES et al., 2012, p. 22, itálico no original). O Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira afirmou em uma de suas obras que “foi o próprio Ministro do Planejamento do então governo militar, Roberto Campos, quem garantiria aos congressistas latifundiários que a lei era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática” (OLIVEIRA, 2007, p. 121). Afirmação semelhante encontra-se em PORTO-GONÇALVES (2006, p. 226, nota de rodapé 2): “No Brasil, conta-se que o então ministro Roberto Campos dissera que o Estatuto da Terra deveria ser promulgado para atender às pressões dos EUA, mas que não deveria ser aplicado”.<sup>2</sup>

Em comunicação ao Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira foi perguntado que fonte serviu de base para aquela afirmação. A resposta (por e-mail) foi que possivelmente era uma entrevista no jornal *O Globo* da época ou, salvo engano de memória, matéria que poderia ser encontrada no livro de Osny Duarte Pereira, *Ferro e Independência* (ver PEREIRA, 1967). A busca por tal entrevista foi infrutífera e na leitura desta obra não foi encontrada referência e sim menção a um texto do mesmo autor publicado na *Revista Civilização Brasileira*, intitulado “O Estatuto da Terra” (ver PEREIRA, 1965), no qual tal frase ou qualquer outra indicação tampouco foram encontradas. Mas, mesmo que tal entrevista e tal frase sejam encontradas, ainda é possível levantar a questão: Não teria se tratado de um artifício retórico para conseguir os votos favoráveis à aprovação do Estatuto no Congresso Nacional? Ou, dito de outra forma: Quem ele estava realmente buscando enganar?

A parte substantiva deste trabalho, a seguir, evidenciará que se as afirmações acima forem consideradas como procedentes, além do presidente e do governo americano, foram enganados muitos homens comprometidos com aquela transformação.

Além deste aspecto principal, são apontadas, na última parte (antes das observações finais), duas contradições extraídas de diversas análises sobre o tema. Espera-se com isto dar uma contribuição sobre os acontecimentos de que trata e, se possível, provocar a realização de novas pesquisas que agreguem novas informações e permitam enriquecer as análises sobre um aspecto ainda latente na sociedade brasileira, a Questão Agrária. Isto deve ser considerado como mais importante do que a intenção de convencer os leitores deste ensaio sobre a correção da interpretação nele explicitada.

## **2. A interpretação assumida com base em posicionamentos de atores envolvidos e de obras de diversos analistas**

Muitos intérpretes ou analistas da história brasileira do período admitem que a tomada do Poder pelos militares não implicou, a princípio, o abandono do compromisso assumido pelo Brasil (na assinatura da Carta de Punta Del Este em 1961) com a realização da Reforma Agrária. Implicava isto sim, que ela deveria ser feita de forma pacífica e nos marcos da sociedade democrática capitalista.

O posicionamento dos militares, ou pelo menos do militar escolhido para presidente, implicava, portanto, o reconhecimento de que não há incompatibilidade entre Reforma Agrária e Capitalismo. Pode-se dizer que para muitos intelectuais e políticos brasileiros isto

---

<sup>2</sup> As citações feitas referem-se a obras específicas sobre a questão. Mas obras de alcance mais geral também contém indicações semelhantes. Referindo-se aos governos militares de 1964 a 1970, portanto, sem fazer uma distinção entre eles, Octávio Ianni afirmou que “Em nenhum caso pretendeu-se, especificamente, modificar as estruturas sociais e políticas” ou “Os governos dos anos 1964-1970 não estavam interessados em realizá-las” (as reformas institucionais). IANNI, 1979, págs. 252 e 254, respectivamente.



também estava claro. Contudo, havia na época uma confusão quanto à dois aspectos das relações sociais e produtivas vigentes no campo brasileiro. O primeiro deles dizia respeito à existência ou não de “restos feudais”, confusão que decorria do uso “compartilhado” das terras dos latifúndios (em função dos regimes de “morada” e “colonato” e formas de parceria, meação e arrendamento) e das atitudes “senhoriais” dos proprietários fundiários. Tal confusão ocorria principalmente na esfera política. A outra confusão associava-se a esta e ocorria mais na esfera acadêmica: tratava-se da não distinção entre “questão agrária” e “questão agrícola”, já que muitos defendiam que as ofertas de gêneros alimentícios e matérias-primas agrícolas apenas poderiam ser aumentadas com mudança da estrutura agrária.<sup>3</sup>

Isto se reveste de importância crucial porque tentativas de aprovar medidas destinadas a facilitar a Reforma Agrária foram derrotadas ou não tiveram encaminhamentos favoráveis um pouco antes do início do Governo Castello Branco. Isto ocorreu com a Emenda Constitucional n. 1, apresentada pelo Deputado Bocaiúva Cunha em 15 de abril de 1963, que alterava “a forma de indenização nos casos de desapropriação por interesse social” (ou seja, permitia a indenização em títulos da dívida pública). Ela foi rejeitada tanto na Comissão Especial em 13 de maio, como na votação em plenário, em 7 de outubro (ver CAMARGO, 1986, págs. 216/7). Já o projeto de reforma agrária elaborado pela comissão presidida pelo Senador Milton Campos (que foi a referência básica para o projeto aprovado que originou o Estatuto da Terra) foi concluído em 1962 e não votado até o golpe militar. Como observou a autora há pouco citada (CAMARGO), havia muitos outros projetos à espera de encaminhamentos no Congresso Nacional.

A aprovação do Estatuto da Terra foi precedida da aprovação, em 9 de novembro de 1964, da Emenda Constitucional n. 10, que alterou o artigo 141 da Constituição de 1946, que permitiu o pagamento das indenizações referentes às desapropriações “em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, segundo os índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos...” (CONTAG, 1973, p.2). A aprovação do Estatuto da Terra ocorreu em 20 de novembro de 1964.<sup>4</sup>

Para realizar a Reforma Agrária foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), subordinado à Presidência da República; para executar as políticas agrícolas foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), subordinado ao Ministério da Agricultura.<sup>5</sup>

Os dois primeiros artigos do Estatuto especificaram que:

1º. Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”.

2º. Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

---

<sup>3</sup> Ignácio Rangel chamou a atenção para o fato de que a “modernização do latifúndio” (a “via prussiana” de Lênin) era uma alternativa, para o que contribuiu sua distinção (em texto escrito em 1961. RANGEL, 2000, p. 115) entre os “problemas propriamente agrários” (superprodução agrícola e superpopulação rural) e os “impropriamente agrários” (“insuficiência da oferta de certos bens agrícolas e escassez sazonal de mão-de-obra em certas atividades agrícolas”). Ele fez parte da assessoria de Getúlio Vargas em seu segundo governo (1951-54) e foi um dos economistas que elaborou a proposta do Senador Milton Campos (que será a seguir mencionada), junto com Pompeu Accioly Borges e Rômulo de Almeida (SOLA, 1998, págs. 310/1). Destaca-se entre os estudiosos brasileiros por sua preocupação com os vínculos entre a “crise agrária” e a “crise urbana”.

<sup>4</sup> A aprovação do Estatuto foi objeto de discussão junto à entidades patronais e de negociação no Congresso Nacional. Isto será abordado a seguir.

<sup>5</sup> Em 1970 estes dois órgãos foram extintos e substituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA.

A obra de memórias de Roberto Campos (CAMPOS, 1994) contém um relato em que ele justifica a não realização da Reforma Agrária no governo de Castello Branco. Tendo sido chamado pelo presidente de “missionário da reforma”, ele reconhece que seus esforços foram derrotados pelas forças conservadoras, pelos proprietários fundiários, pelos seus representantes e aliados nos debates que enfrentou no Congresso Nacional e em outros espaços (de entidades representativas etc) organizados. Aqui cabe apenas destacar uma pequena parte de seu relato, em que menciona o então Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, Sr. Severo Gomes,

colocou-se frontalmente contrário à reforma, destoando da disciplina de equipe que era um dos pressupostos administrativos de Castello Branco. Como grande proprietário de terras no vale do Paraíba, sua posição podia ser acusada de inobjetividade, mas ele conseguiu mobilizar o talento satírico de Delfim Netto, então um jovem e brilhante economista de São Paulo. Este chacoteava a reforma agrária, como tendente a criar ‘chácaras na Amazônia’ e, hiperbolicamente, alegava que os tributos, como concebidos, acabariam convertendo as grandes propriedades agrícolas, implantadas como empresas industriais, em inexpressivos minifúndios. Naturalmente, nada mais longe da idéia dos idealizadores da reforma agrária!” (CAMPOS, 1994, p. 690).<sup>6</sup>

Roberto Campos associa a derrota ao fato de que o Estatuto foi um “sonho tecnocrático”, título do capítulo XII da obra mencionada.<sup>7</sup> Este aspecto será discutido a seguir.

José Gomes da Silva, que foi presidente da Superintendência de Política Agrária/Supra em 1964 e um dos contendores mais importantes da luta travada, relatou que não pode haver dúvida quanto ao empenho de Castello Branco em prol da Reforma Agrária. Para ele, o presidente estava determinado a fazer “Uma Reforma Agrária que, livre dos radicalismos demagógicos, atenda reais aspirações do trabalhador rural e, também, o crescente aumento da produção nacional”, conforme discurso do Presidente Castello Branco em Osório (RS) em 22 de maio de 1964 (citado em SILVA, 1997, p. 39).

Em texto escrito entre o final de 1995 e início de 1996 e publicado após sua morte (em fevereiro deste último ano) ele escreveu: “Na verdade, na minha opinião, foi o único Presidente, até hoje, que realmente tomou a decisão política que os doutos ensinam como indispensável para a realização de um processo de mudança com as implicações e alcance de uma RA” (SILVA, 1997, p. 36). Um pouco antes ele atribuiu este empenho ao fato de que Castello Branco “conhecia bem o Nordeste, os usineiros da Zona da Mata e o latifúndio no ‘seu Ceará’” (p. 34), tendo participado de seminário internacional e curso sobre o tema promovido pelo Instituto Joaquim Nabuco em Recife.

A correta interpretação dos fatos tendo em conta sua cronologia e a atuação dos atores principais necessita ser aqui sintetizada: em primeiro lugar, é óbvio que havia forte oposição à Reforma Agrária ou à efetiva execução do Estatuto da Terra no tocante à ela: além dos opositores já mencionados anteriormente, cabe lembrar que os governadores civis (e deputados a eles ligados) de três dos principais estados brasileiros eram refratários à idéia (os “revolucionários” Carlos Lacerda no Rio de Janeiro, Adhemar de Barros em São Paulo e

---

<sup>6</sup> É particularmente ilustrativo o comentário de Roberto Campos sobre o Sr. Severo Gomes: “A transformação de Severo Gomes, de latifundiário reacionário em líder de esquerda, foi uma das mais surpreendentes metamorfoses a que assisti na política brasileira (...) Severo passou de latifundiário impenitente a nacional-populista, sob a proteção de Ulysses Guimarães (...) passou a ser um dos próceres da chamada esquerda progressista. São exóticas as gições da política brasileira!...” (conforme nota 312 ao final da página 690 de CAMPOS, 1994).

<sup>7</sup> “Hoje se reconhece (...) que nossa falha em promover uma adequada reestruturação agrária foi um dos motivos para a má distribuição de renda do Brasil, comparativamente aos dois rivais asiáticos – Taiwan e Coréia do Sul. A reforma agrária foi parte do elenco de reformas desses países na década de 60, o que não só melhorou a distribuição da renda como do poder político entre as cidades e o campo” (CAMPOS, 1994, p. 696).

Magalhães Pinto em Minas Gerais). Além disso, um dos principais opositores no Congresso foi Bilac Pinto, amigo de Castello<sup>8</sup>. Mas, aprovado o Estatuto em novembro de 1964, sua execução passou a depender do aparelhamento da máquina estatal e dos mecanismos e detalhamento dos critérios estipulados, o que consumiu muito tempo e esforços, o que a obra de Roberto Campos destaca<sup>9</sup>. Para José Gomes da Silva o problema concentrou-se na atuação do IBRA e de seu principal dirigente, Sr. Paulo de Assis Ribeiro, porque a tributação da propriedade fundiária passou a ser considerada por ele como a forma principal de aquisição de terra. “A ingênua concepção ibraniana de que seria possível transformar maus agricultores em bons contribuintes constitui um dos mais salientes contornos da anatomia do processo de frustração aqui analisado” (SILVA, 1971, p. 187).

Esta avaliação é corroborada por outro estudioso (que trabalhou com José Gomes), para quem o tempo gasto na montagem do aparato cadastral e em sua análise exigiu tamanho envolvimento que acabou por converter “os meios em fins”, não obstante o fato de que, com o Estatuto, “o Brasil estava dotado do instrumental jurídico e institucional necessário para desencadear um programa nacional de reforma agrária” (GUEDES PINTO, 1995, p. 69).

A opção pela tributação para a obtenção de terras não pode ser creditada apenas ao Sr. Paulo de Assis Ribeiro, conforme indicam as observações de José Gomes da Silva. Talvez lhe tenha escapado que ela emanava do Ministro Roberto Campos, o que as citações acima indicam e, na verdade, ela estava definida mesmo antes da aprovação do Estatuto, o que demonstra a manchete do jornal *Folha de São Paulo* (edição de 22 de maio de 1964), reproduzida no final deste ensaio. Cabe acrescentar um trecho de um texto escrito por Roberto Campos dez anos depois:

Ainda que o objetivo saudável e confessado do Estatuto da Terra seja não desencorajar a produtividade, admitindo e preservando, portanto, a grande empresa rural (ou seja, o “latifúndio produtivo”), é forçoso reconhecer que a timidez e ineficácia da tributação vem garantindo a sobrevivência de latifúndios improdutivos, cuja terra poderia ser realocada para dar melhores oportunidades aos minifundiários ou aos camponeses sem terra. (CAMPOS, 1975, p. 238).<sup>10</sup>

Além dos textos aqui utilizados, cabe registrar que José Gomes da Silva concedeu diversas entrevistas nas quais revelou fatos e forneceu informações sobre a questão da tramitação e aprovação do Estatuto da Terra. Elas podem ser encontradas principalmente em

---

<sup>8</sup> Roberto Campos relata que Bilac Pinto, deputado por Minas Gerais e líder da bancada da UDN/União Democrática Nacional, “orador brilhante, liderava o ataque ao projeto”, argumentando que inexistiam “as três condições que justificariam a reforma agrária: produção agrícola insuficiente, produção a preços elevados e tensão na área rural. Para ele, a inegável tensão rural existente decorria do excesso de mão-de-obra rural, o que seria agravado pela reforma. Em suma, o problema não seria de falta de terra mas de excesso de gente” (CAMPOS, 1994, p. 687). Quanto à Carlos Lacerda, o autor afirma que “Lacerda chacoteava dizendo que: - As reformas de base são pretexto para todo governante que não sabe governar” (p. 686). Convém mencionar que Antonio Delfim Netto e Severo Gomes assessoraram o deputado Bilac Pinto. Sobre eles escreveu VIANA FILHO (1975, p. 279): “Delfim Neto, jovem economista de São Paulo, tido como o mágico das análises estatísticas, e Severo Gomes, integrado na poderosa agricultura paulista, tornou-se o principal opositor dos ministros Roberto Campos e Hugo Leme, que representaram o Governo”.

<sup>9</sup> “Boa parte do governo Castello Branco foi gasta no duro trabalho de montagem de cadastros rurais, de definição de módulos regionais (...) Havia nada menos que quatro milhões de propriedades a cadastrar, e era complexo o trabalho de fixar os quatro coeficientes norteadores da tributação: utilização da terra, eficiência econômica, condições sociais e rendimento agrícola” (CAMPOS, 1994, p. 694).

<sup>10</sup> É oportuno citar a continuação deste trecho: “É temerário suestimar os perigos potenciais, para o regime político consensual, de um campesinato prenhe de frustrações, conquanto incapaz ainda de vocalização. E é tentador e fácil perfilhar-se uma postura ‘escapista’, segundo a qual bastaria uma política agrária, sem reforma agrária. Ambas as coisas não necessárias” (idem, idem). Estes comentários estão em uma parte denominada “Democratização da propriedade”, na qual ainda se pode ler: “a ampliação do número de proprietários de terra, tarefa que infelizmente vem superando a capacidade administrativa e o impulso motivacional do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária” (p. 237/8).

dois números da revista publicada pela entidade criada por ele, a Associação Brasileira de Reforma Agrária, a ABRA.<sup>11</sup>

No final de 1966 o Presidente Castelo Branco ainda dava indícios de que mantinha firme o propósito de realizar a Reforma Agrária, tendo assim se pronunciado na época sobre a reforma agrária: “Em nenhum outro setor, estiveram tão ameaçados os mais caros valores de nossa tradição e os mais profundos alicerces de nossa estrutura econômica, social e política (...) Mas a Revolução sempre soube que o gritar intempestivo dos demagogos ávidos de poder ocultava a existência de uma problemática real, representada pela marginalização de milhões de brasileiros” (VIANA FILHO, 1975, p. 277).

Um dos aspectos mais contraditórios da ação presidencial foi a indicação do usineiro pernambucano Eudes de Souza Leão para presidir o INDA, o que gerou uma enorme desconfiança quanto ao real desejo do presidente, já que se tratava de um proprietário da zona canavieira/açucareira nordestina, uma das mais conflituosas áreas do problema agrário nacional. Parece que foi isto que levou Gilberto Freyre, que havia elogiado a participação de Castello Branco no seminário do Instituto de Pesquisas Sociais Joaquim Nabuco, a falar em uma “mudança de atitude do nosso Castelo com relação à questão agrária do Nordeste canavieiro” (VIANA FILHO, 1975, p. 276).<sup>12</sup> Um dos componentes do Grupo de trabalho sobre o Estatuto da Terra/Gret, Sr. Carlos Lorena, que sempre trabalhou próximo de José Gomes da Silva, chamou a atenção para a contradição de tal indicação e para o fato de que havia incompatibilidade e dificuldades entre as posições dos presidentes do IBRA e do INDA (BRUNO, 1997, p. 113/4).<sup>13</sup>

Na busca de fontes bibliográficas que trataram mais amiúde da questão levantada no título deste ensaio, cabe destaque para os trabalhos de Regina Bruno e de José de Souza Martins.

Em uma exposição feita em 1983, transcrita e posteriormente publicada (ver MARTINS, 1986, págs. 57-77), pode-se encontrar alguma dubiedade. Resumidamente, apesar de afirmar que “na verdade o golpe de 1964 (foi) feito para tirar as populações rurais das mãos das esquerdas” (p. 70), ele: a) não faz distinção entre os governos de Castelo Branco e os dos generais posteriores; b) considera que o objetivo decorrente da aprovação do Estatuto da Terra era fazer a colonização na fronteira ou na Amazônia, especificamente; c) chama a atenção para a mudança na política agrária em 1973, quando esta colonização foi substituída pela “iniciativa de levar empresários do Sul para essa região” com “uma distribuição de terras para os grandes empresários” (p. 65); d) reconhece que o Estatuto da Terra era “um aparato

---

<sup>11</sup> Ver, da revista da entidade – *Reforma Agrária* - o número 1, Vol. 25, jan.-abril 1995, que também contém artigos que tratam dos 30 anos do Estatuto e o número 1/2/3, Vol. 26, jan.-dez. 1996, dedicado à sua memória e que contém também textos de sua autoria, inéditos ou não. Cabe registrar que Regina Bruno apoiou sua obra em entrevistas com ele e com outros estudiosos que, direta ou indiretamente, envolveram-se com a tramitação e aprovação do Estatuto.

<sup>12</sup> VIANA FILHO (1975, p. 278) menciona uma frase do então presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool/IAA: “O Presidente chegou a dizer uma vez, com aquela serenidade grave, que o ex-governador Arrais estava errado nos métodos, mas numa coisa tinha razão: as forças anti-reformistas eram muito resistentes”. Trata-se do pernambucano Paulo Frederico do Rêgo Maciel, Professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia do Recife e que dirigiu o IAA entre 13/5/1964 e 24/6/1966, tendo sido Secretário de Finanças no governo de Cid Sampaio e o primeiro presidente nomeado por Castello Branco. Foi em sua gestão que se renovou a “lei do sítio”, que obrigava a “concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura canavieira com mais de um ano de serviço contínuo na mesma empresa”. OLIVEIRA, 1975, p. 71.

<sup>13</sup> Carlos Lorena faleceu em 1987. Em artigo publicado na revista *Reforma Agrária* N. 3 do Ano 18 (dez.88-mar.89) e escrito em setembro de 1965, ele relata os trabalhos que estavam sendo feitos para a implementação do Estatuto, começando pelo “zoneamento do país”: “Um dos pontos altos do Estatuto da Terra está nos dispositivos sobre o zoneamento do País em função dos problemas de reforma agrária. Esse zoneamento será feito com base em numerosos fatores:...”. LORENA, 1988/89, p. 27.

institucional legal impressionante, que chegou inclusive a impressionar a Igreja” (p. 65); finalmente, e) no texto não há explícita afirmação de que o primeiro e os demais governos militares não tinham a intenção de fazer uma Reforma Agrária. Evidentemente, sua frase “Mas, basicamente, no meu modo de ver, a finalidade do Estatuto é a de permitir o controle e a administração das lutas pela terra” (p. 61), não exclui esta intenção.

Em obra posterior, *A militarização da Questão Agrária no Brasil* (MARTINS, 1984) tal dubiedade não é desfeita, embora caiba reconhecer que predominam afirmações que parecem manifestar a compreensão de que o governo Castelo Branco não tinha realmente a intenção de realizar a Reforma Agrária. Nas págs. 31/2 pode-se ler que “O governo militar entendia, portanto, que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as mediações políticas para concretizá-las eram desnecessários e nocivos. Ao invés de a reforma ser obtida de baixo para cima, legitimada pela participação popular, seria feita de cima para baixo, conduzida como problema técnico e militar e não como problema político”. Logo a seguir é observado que o primeiro governo militar associava o encaminhamento da questão fundiária ao do desenvolvimento econômico e que os governos militares posteriores passaram a ver, mais fortemente, o elo destas questões com a da segurança nacional, principalmente porque parte significativa dos conflitos agrários ocorria nas regiões de fronteira ou na Amazônia, o que se associou com o objetivo de colonização local. Na p. 40 lê-se que “Em nenhum momento, antes e depois do golpe, durante a feitura dessa lei, houve qualquer intenção de realizar no país uma reforma agrária ampla e maciça, compatível com o nível e o ritmo das reivindicações dos trabalhadores sem terra ou com terra insuficiente para o seu trabalho”, mas logo em seguida lê-se que “Durante o governo Castelo Branco, a questão fundiária fora encaminhada a partir da perspectiva de que era possível dar uma solução empresarial e econômica ao problema social da terra, sem produzir lesões no direito de propriedade, até mesmo como recurso para atenuar as tensões sociais, diminuir o êxodo rural, aumentar a produção de alimentos” (p.41), mas, em continuação, que “Em maio de 1973, começou a liquidação final das posições favoráveis à reforma agrária” (p. 45). Finalmente, ao lembrar que o Estatuto implicava na manutenção dos compromissos assumidos em Punta Del Este, o autor escreveu: “Isto não quer dizer que o Estatuto deva ser combatido ou deva ser arquivado. Ele tem contradições que devem e podem ser exploradas, mas o Estatuto da Terra é concentracionista, ele não é distributivista” (p. 71). Esta afirmação, em que pesem as críticas que foram e que ainda podem ser feitas, não encontra respaldo em uma leitura atenta do documento legal. O autor ainda observou que Roberto Campos teria afirmado que “O destinatário do Estatuto é o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista, que organiza a sua atividade econômica segundo os critérios da racionalidade do capital” (MARTINS, 1984, p. 33), o que não necessariamente se contrapõe à redistribuição fundiária. Tais observações não implicam em desconhecer, como afirmou este mesmo autor, o fato de que “O regime militar (...) produziu uma legislação suficientemente ambígua para dividir os proprietários de terra e assegurar ao mesmo tempo o apoio do grande capital, inclusive o apoio do grande capital multinacional” (MARTINS, 1994, p. 78).

O texto de Osny Duarte Pereira antes mencionado (PEREIRA, 1965) deixa explícita a resistência do Congresso quanto à aprovação: “É difícil obter uma lei de modificação da estrutura agrária, num Congresso em que talvez a mais importante força política seja a dos latifundiários” (p. 24). Suas observações reforçam a interpretação quanto às dificuldades relacionadas à efetiva aplicação do Estatuto: tanto a tributação progressiva como as desapropriações dependiam da organização do cadastro dos imóveis rurais do país e, como observa o autor, elas não poderiam ser iniciadas sem que fossem feitas as “inscrições das propriedades” e a leitura do minucioso artigo 46 do Estatuto evidencia os procedimentos necessários para tal organização que, afinal, implicava em “um verdadeiro censo nacional” (p. 42). O autor também comenta a indenização que o Estatuto previa e que podia ser paga com

títulos da dívida agrária: “Constituem a melhor inversão de capital do mundo, considerando-se os índices internacionais de remuneração de capital investido em grandes companhias” e “São os títulos mais onerosos aos cofres públicos e jamais autorizados pelo Congresso Nacional” (p. 41). Tal comentário, se aceito como precedente, é contraditório face à mencionada resistência às desapropriações. Tratava-se de desconfiança nos títulos ou, o que dá no mesmo, na capacidade do Estado em honrá-los?

Duas novas medidas relacionadas a isto ocorreram em 1969. A primeira delas foi o fim da indenização prévia, o que ocorreu com o advento do Ato Institucional n. 9, de 25 de abril de 1969, que alterou o parágrafo 1º do artigo 157 da Constituição, especificando que a desapropriação dar-se-ia “mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer”, o que foi feito pelo Decreto-lei n. 554 de mesma data, ao estipular que o valor passava a “ser fixado por acordo entre o expropriante e o expropriado”. Estes dois documentos instituíram o “rito sumário”, que foi virtualmente extinto apenas em 1993 com o advento da Lei Complementar n. 76.<sup>14</sup>

Embora tenha solicitado exoneração do cargo que ocupava no IBRA em maio de 1965, em função da explicitação da opção pela tributação para a obtenção de terras, aparentemente José Gomes da Silva ainda nutria, em 1970/1, esperança quanto à realização da Reforma Agrária pelos militares, tendo escrito que “Oxalá seja Médici, também um general, quem no Brasil tome a decisão política que transforme o atual processo de frustração camponesa (...) em efetivo instrumento para impulsionar o nosso desenvolvimento” (SILVA, 1971, p. 284).<sup>15</sup> Posicionamento totalmente distinto expressou quando revelou sua opinião sobre a aprovação dos dois documentos acima mencionados: para ele, a adoção do AI n. 9 e do DL n. 554 no governo de Costa e Silva deve ser entendida “ora como um cochilo dos conservadores, ora como um arroubo na bonomia do general. Tanto assim, que uma única desapropriação foi realizada pelo rito sumário” (SILVA, 1997, p. 48).<sup>16</sup>

Para ROSA (1995, p. 209), “a burguesia rural manteve-se em caráter secundário no novo pacto do poder até 1967, quando as negociações para a sustentação política do regime militar pode prescindir do apoio da mesma enquanto força importante nas negociações com os governos estaduais e no próprio parlamento, ainda em atividade”. A autora afirma ainda que foi somente no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo Costa e Silva que a estratégia agrícola de modernização do latifúndio passou a ser explicitamente assumida, com o que a reforma agrária “praticamente desaparece dos discursos oficiais, dando lugar às

<sup>14</sup> Ver MORAES & FACHIN, 1993. A EC n. 10 (antes mencionada) e tais comentários legais guardam relação com dois problemas atuais da questão fundiária no Brasil: o do acesso às terras públicas (ou “devolutas”) por particulares (vale dizer, ao problema da “grilagem”) e o do encarecimento do preço da terra, geralmente tornado exagerado ou muito elevado em decorrência do trâmite/demanda judicial. Isto está demonstrado em REYDON & PLATA, 2000, com base em alguns estudos de casos. Outra novidade da EC n. 10 foi que diminuiu o tamanho das terras públicas que poderiam ser concedidas ou alienadas para particulares sem “prévia autorização do Senado Federal”: ele passou de dez mil hectares, conforme a Constituição de 1934, para três mil, “salvo quando se tratar de execução de planos de colonização aprovados pelo Governo Federal” (CONTAG, 1973, p. 2)

<sup>15</sup> Na página 249 o autor cita um trabalho de 1970 de dois estudiosos norte-americanos que, baseado em uma “série de documentos e declarações de autoridades federais (...) conduzem claramente à conclusão de que os responsáveis pela política externa adotaram definitivamente a ‘modernização de cima’ para substituir a orientação dos tempos de Kennedy relativas à ‘reforma de baixo’”.

<sup>16</sup> Ignácio Rangel nutriu esperança de que os militares, “depois de sustentarem com êxito o regime baseado no referido pacto de poder” (o de 1930), “virariam a mesa, preparando o advento de novo pacto”, no qual ocorreria a “criação do novo latifúndio: o *latifúndio capitalista*” em substituição ao “latifúndio feudal”, o que liberaria terras em decorrência da criação de um mercado de valores financeiros protegidos da corrosão inflacionária pelo instituto da correção monetária, o que faria aumentar a oferta e cair os preços da terra, em razão do fim da sua demanda especulativa. RANGEL, 1985, págs. 84/5 (itálico no original) e RANGEL, 1978, págs. 148/9.

políticas de desenvolvimento rural” (idem, idem). A autora lembra ainda que até “fevereiro de 1967, o IBRA era diretamente subordinado à Presidência da República. A partir de então, o IBRA se transfere para a jurisdição do Setor Econômico do Ministério da Agricultura” (p. 218).

Outro ponto de importância nada desprezível é a constatação de que os representantes dos grandes proprietários, dadas as iniciativas do Governo Castello Branco em direção à Reforma Agrária (principalmente quanto à mudança na forma de indenização, conforme a opinião de Regina Bruno), revoltaram-se: “as elites rurais, apoiadas pela ‘linha dura’ militar insatisfeita com o legalismo de Castello Branco, ameaçaram pegar inclusive em armas para acabar com o ‘vírus reformista que atacara o Alvorada’” (BRUNO, 1997, p. 130)<sup>17</sup>. VIANA FILHO (1975, p. 274) observou que “na primeira reunião do Ministério do novo Governo, Castelo, contrariando conservadores que o haviam apoiado, anunciou a reforma agrária preconizada pelo ministro Roberto Campos. Ela seria um dos fulcros da política econômica do Governo”. Para José Gomes da Silva, “quando o Estatuto da Terra foi aprovado e a reforma se configurou, o presidente da Sociedade Rural Brasileira na época, Saulo de Almeida Prado, disse que tinha havido uma traição e que era preciso conspirar de novo” (em entrevista publicada na *Reforma Agrária*, jan.-dez. de 1996, p. 73).

Para Regina Bruno, contudo, desde o início do próprio governo de Castello Branco ocorreu a “falência do projeto reformista e ao engavetamento do Estatuto da Terra exatamente naquilo que dizia respeito aos interesses dos trabalhadores rurais e à efetivação da reforma agrária” (BRUNO, 1997, p. 44)<sup>18</sup>. Mas o mais importante é destacar que citações já feitas e outros trechos de sua obra (ou de seus textos) revelam, em última instância, uma possível outra compreensão sobre o que realmente ocorreu. Isto não implica em negar a validade de seus argumentos sobre aspectos que podem ser entendidos como recuos, os quais, crescentemente, foram sendo admitidos ou marcando os debates que, entre abril e novembro de 1964, ocorreram e que, afinal, possibilitaram a aprovação do Estatuto. Tais recuos foram assim sintetizados por outra autora: o primeiro deles referiu-se à introdução do capítulo sobre política agrícola, “dentro de uma legislação eminentemente agrária”, mas a própria autora continua, afirmando que se tratou da “estratégia que serviu para torná-la mais palatável, politicamente, no Congresso” (MENDONÇA, 2006, P. 42); o segundo deles “referiu-se à ‘vitória da vertente tributária’, o que, afinal, não implica na mencionada falência ou efetivo abandono do interesse reformista; o terceiro decorreu da mencionada nomeação de um usineiro nordestino para o cargo de presidente do INDA, o que pode ser interpretado como uma concessão feita por Castello Branco face ao fato de que ele pertencia à classe que estava fazendo uma das mais fortes ou virulentas resistências ao projeto de reforma, o que incluiu o argumento de que o Estatuto provocaria uma verdadeira devastação na agroindústria canavieira da Zona da Mata do Nordeste. VIANA FILHO (1975, p. 277) lembra que “A alguém que o advertira sobre as imprevisíveis conseqüências da reforma agrária na região açucareira de Pernambuco”, Castello Branco “respondera prontamente: ‘Mas, quando a

<sup>17</sup> No parágrafo seguinte a autora afirma que “o discurso anti-reformista do pós-golpe (...) aos poucos foi perdendo sua força política e ideológica, e mudando a lógica de suas argumentações, porque não mais podia afirmar que a reforma agrária de Castello Branco significava a instauração do comunismo no Brasil” (BRUNO, 1997, p. 130).

<sup>18</sup> Uma das fontes que aparentemente serve de suporte para que a autora sustente tal compreensão é uma frase do presidente que ela cita logo em seguida, na qual ele teria dito que “mais importante do que levar adiante a distribuição de terras era levar adiante uma política de estímulos à produtividade, pelo crédito, preços mínimos, assistência técnica, incentivos ao uso de fertilizantes e sementes selecionadas” (p. 45). Infelizmente, tal frase não está referenciada e, assim, não se fica sabendo quando e onde ela teria sido dita e tampouco o contexto de onde foi retirada. Seja como for, não pode, efetivamente, ser tomada como indicadora firme do abandono da intenção reformista por parte do presidente, podendo mesmo ter sido um recurso retórico em função da conjuntura da época.

situação é crítica, o mais imoral é a inércia”. Em uma de suas entrevistas, José Gomes da Silva menciona que a iniciativa de fazer um projeto de Reforma Agrária foi de Castello Branco: “O fato é que o Castello, devido a uma série de circunstâncias, até de natureza pessoal, mandou preparar um projeto de lei, a partir da mudança na Constituição. Acho que esse detalhe é da maior importância: Não houve a cobrança” (ver *Reforma Agrária*, jan.-dez. de 1996, p. 71). Na mesma entrevista, quando perguntado por que o Estatuto não conseguiu ser implementado no Governo de Castello, ele, depois de mencionar a “burocratização” da reforma, afirmou que o outro motivo foi que “o Castello não poder continuar a dar atenção pessoal ao assunto. Ele se envolveu com a situação política, aquela coisa todas das cassações, e queria ser fiel a autolimitação do seu mandato, enquanto os outros queriam que ele continuasse. Logo depois, o Costa e Silva, virou a mesa e ele ficou meio acuado. É claro, ele não iria cuidar da reforma agrária e deixar a situação política de lado” (idem, p. 73).

Em março de 1967 Castello deixou de ser presidente e quando ele morreu em um acidente em julho do mesmo ano a condução da economia brasileira já era de responsabilidade de Antonio Delfim Netto. Logo depois, passou a ocorrer o “milagre” e a “colonização” da fronteira, também prevista no Estatuto. A implementação da política de modernização técnica do latifúndio foi liderada por aquele senhor, ministro da Fazenda do Governo Costa e Silva, que teve início no dia 15 do mês e ano acima. Ela foi a face mais visível do processo de modernização conservadora, processo que não era novo na sociedade brasileira porque não se restringe às atividades agropecuárias e suas técnicas.<sup>19</sup>

O General Emílio G. Médici tomou posse em 30 de outubro de 1969 e centrou esforços na ocupação (desastrada) da Amazônia; o governo de Ernesto Geisel dedicou-se à discriminação de terras públicas e à construção e ampliação da infraestrutura de energia e transportes; o governo do General Figueiredo teve que enfrentar a crise que se instalou na nossa economia no início da década de 1980, comandada novamente pelo Sr. Delfim Netto.

### **3. A estratégia para viabilização, o “legalismo-fiscalista” e duas contradições extraídas das análises sobre a tramitação e aprovação do Estatuto da Terra**

O problema quanto à não aplicação relativamente rápida das medidas preconizadas no Estatuto pode ou deve ser remetido ao comportamento legalista do Presidente (contraditório, é verdade!) e à opção tributária/fiscalista que emanou da orientação de Roberto Campos, mas isto não autoriza falar em abandono de intenções e, principalmente, em rotular tais comportamento e opção como coisas propositadamente pré-concebidas. Como apontado por diversos autores anteriormente citados, aquele problema associou-se à estratégia política que foi adotada por ambos: “Ao mesmo tempo em que impunha sua reforma agrária junto à

---

<sup>19</sup> Delfim Netto liderava um “grupo da USP” que, já em 1965, havia feito a “crítica radical conservadora, fortemente apoiada na justificação técnica e econométrica” e mostrado que bastava a “modernização técnica sem reforma, ou com reforma apenas onde se comprovasse ineficiência da estrutura agrária” (DELGADO, 2005, págs. 31/2). Pompeu Accioly Borges relata que Delfim Netto, em artigo publicado em 1967 (intitulado *Agricultura e desenvolvimento*) “pronunciou-se abertamente contra a reforma agrária, declarando que a aceleração de seu desenvolvimento independe de transformações mais ou menos radicais na estrutura agrária” (BORGES, 1984, p.23). Convém registrar que Delfim Netto produziu, no início da década de 1960, textos nos quais tratou tanto – de maneira cuidadosa e bem fundamentada – dos problemas da agropecuária brasileira, como apontou possíveis soluções, as quais podem ser tomadas como indicativos do que passaria a marcar a ação estatal nos anos seguintes. Em um deles, ao tratar do “Problema Agrário no Nordeste” e ao admitir uma “modificação da estrutura da propriedade” na região, concluiu que ela implicaria em uma redistribuição da renda que “deverá ampliar a procura de produtos de consumo generalizado, pois se fará no sentido de diminuir o nível de renda de alguns altos-rentistas e de aumentar o nível de renda de muitos trabalhadores” (DELFIN NETTO, 1963, p. 56/7).



grande propriedade fundiária, o governo militar minava as possíveis bases políticas e sociais de apoio ao seu projeto reformista” (BRUNO, 1997, p. 136)<sup>20</sup>. Esta autora destacou que o Deputado Cid Carvalho desde logo denunciou o erro disto: “onde já se viu fazer uma reforma agrária com os beneficiários da reforma de boca calada, com os interessados da reforma presos em enxovias, marginalizados pelo governo” (p. 120).

Sem a intenção de justificá-lo, cabe lembrar que este posicionamento relacionou-se com o fato de que a luta pela reforma agrária era confundida com a luta pelo Socialismo, para o que muito contribuiu a realização da reforma agrária em Cuba pelo Governo Revolucionário. Como se sabe, os movimentos sindicais e de luta pela terra tinham entre seus militantes, muitos simpatizantes e adeptos daquela luta, o que ensejou suas capturas, prisões e mortes.<sup>21</sup> Aparentemente, os dois dirigentes acreditaram que seria possível contar com o respaldo de parte das elites brasileiras e principalmente de parte dos proprietários fundiários que, tendo apoiado o golpe, acabariam por reconhecer as intenções e medidas em curso, negociadas com seus representantes. Poderiam assim adequar seus imóveis, sanando problemas e corrigindo desvios face à elas e, enfim, superando medos e dúvidas, explicitar apoio à “reforma agrária democrática e cristã” e não comunista.

VIANA FILHO, 1975, p. 281, menciona algumas orientações de Castello Branco para o andamento das negociações para a aprovação do Estatuto, tendo escrito que “Ele queria não somente demover os incrédulos, mas também ouvir e se informar, tornando-se árbitro diante dos choques de opinião. Cobia-lhe a última palavra. Mas sabia não faltar quem assoalhasse, no propósito de enfraquecê-lo, pertencer ela a Roberto Campo”.

Regina Bruno identificou “dois momentos mais expressivos de mobilização do movimento sindical com relação à política fundiária de Castello Branco” (BRUNO, 1997, p. 125). O primeiro, no início do governo, em 1964, teve como objetivo “pressionar as forças anti-reformistas para fazer passar o ET no Congresso Nacional”; o segundo a partir do II Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado no primeiro semestre de 1966 e nele “os debates se voltaram principalmente para a exigência de regulamentação de artigos do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra” (p. 126). Mas foi a partir de 1967 “quando setores mais combativos do NE voltam à Contag” que se buscou “resgatar a reforma agrária como bandeira de luta (...) A partir de agora, a aplicação do Estatuto da Terra torna-se uma das reivindicações básicas dos trabalhadores organizados nos sindicatos” (p. 128).

A observação que cabe ser feita tendo em conta estas citações é aparente: foi apenas no final de 1966 e principalmente a partir de 1967 que entidades representativas dos trabalhadores deram-se conta de que a aplicação do Estatuto enfrentava problemas ou estava demorando muito. Mas esta percepção e a mobilização dela decorrente logo tiveram que enfrentar o endurecimento do regime. Em seguida, o Brasil passou a viver o chamado “milagre econômico”, que criou muitos empregos urbano-industriais.

Há uma aparente contradição na afirmação de que o Estatuto foi feito por um governo autoritário. Como indicado, ele foi negociado tanto junto ao Congresso como junto às entidades patronais do meio rural, os quais, como destacam os autores aqui utilizados/referenciados, conseguiram introduzir alterações significativas no projeto original. Tal governo foi sim autoritário, mas apenas com os sindicatos e com os movimentos de

---

<sup>20</sup> Em outro trecho: “o Estatuto da Terra só foi regulamentado e a Constituição só foi modificada porque foram propostos por um governo autoritário. De certa forma, foram impostos ao conjunto das forças anti-reformistas e aos trabalhadores rurais que defendiam uma outra alternativa de reforma agrária” (BRUNO, 1997, p. 121).

<sup>21</sup> Isto está devidamente abordado no documentário *Cabra marcado para morrer*, que conta a história do líder da Liga Camponesa do Sapé (Paraíba), João Pedro Teixeira, e de sua família. Dois outros fatos ocorridos um pouco antes contribuíram para a confusão que se estabeleceu entre Reforma Agrária e luta pelo Socialismo: em agosto de 1961 o Presidente Jânio Quadros condecorou Che Guevara com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul e no mesmo ano foram reatadas as relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética.

trabalhadores, principalmente rurais. Como observado por Regina Bruno, “Até mesmo o preceito da justiça social – moeda corrente na época e bandeira do governo Castello Branco – foi objeto de atrito entre o governo e a movimentação da anti-reforma, por se achar que justiça social, se incluída no texto da lei, poderia justificar a desapropriação por interesse social” (BRUNO, 1997, p. 131).

Outra contradição pode ser retirada das análises disponíveis. A autora citada acima afirmou que “Teve início, então, já em 64, a modificação do Estatuto exatamente nos aspectos mais diretamente vinculados ao processo de reforma agrária. Foi a derrota estratégica” (p. 152). Mas esta mesma autora (além de outros estudiosos anteriormente citados) reconhece a “lógica distributivista” que permaneceu no projeto aprovado, o qual, a propósito, foi, como afirmado em frase acima citada, imposta “junto à grande propriedade fundiária”. Das duas uma: ou o projeto aprovado contém tamanha desfiguração face ao objetivo de permitir a Reforma Agrária, caso em que ele não necessitava ser imposto (o que, de fato, não foi o caso, conforme acima), ou ele, mesmo face às concessões feitas, manteve a potencialidade de alterar a estrutura fundiária/agrária do país, caso em que cabe considerar como procedente a compreensão de diversos estudiosos mencionados nas páginas anteriores. Aqui parece fundamental a percepção de José Gomes da Silva: mesmo que a opção fosse a da tributação como meio para a alteração da estrutura fundiária, a desapropriação deveria ter sido usada, desde logo e mesmo que de forma a gerar problemas e contestações, principalmente nas áreas que estavam sendo chamadas de prioritárias pelo próprio Estatuto.

#### **4. Observações finais: A imposição da linha dura e a vitória da modernização conservadora**

---

Não parece necessário estender os comentários quanto ao que ocorreu a partir de março ou julho de 1967 no tocante às medidas e ações relacionadas à Reforma Agrária e à evolução e estrutura subjacente à produção agropecuária no Brasil, assim como aos que se relacionam às ações dos governos que sucederam o de Castello Branco. É amplamente sabido que este presidente fazia parte da corrente militar moderada do Exército Brasileiro e que existia outra ala, de comportamento e ação muito mais voltada ou propensa ao uso da força e do poder militar. Diversos autores já destacaram isto.

Roberto Campos também observou que Castello Branco tinha a intenção de que o país voltasse logo à normalidade democrática, depois de “(corrigida) a indisciplina social, (estancada) a inflação, (minorados) os desequilíbrios sociais”, com o que estariam lançadas “as bases para a retomada do desenvolvimento (...) O Presidente Castelo Branco (...) encarava com apreensão uma longa permanência dos militares na política. Exposta aos ventos abrasivos do cotidiano administrativo e às tentações corruptoras do Poder Político, a classe militar acabaria informando suas credenciais de ‘reserva moral’ da Nação, de Poder Moderador e de nune tutelar para situações de emergência” (CAMPOS, 1975, p. 229). Embora não caiba aqui procurar textos ou possíveis manifestações que provem o contrário, o que se deve estranhar é o silêncio e, mais ainda, a conivência de Roberto Campos em relação ao endurecimento e extensão do governo militar após a morte de Castello.

Tendo em conta o que foi considerado neste texto, cabe ressaltar o fato de que as indicações são de que Roberto Campos pensou em limitar a Reforma Agrária e, portanto, a aplicação do Estatuto da Terra, às terras que pudessem ser conseguidas com base na tributação (progressiva ou não) dos latifúndios improdutivos, poupando os que eram ou viessem a ser, em um curto espaço de tempo, produtivos. Mas isto não autoriza o argumento de que ele e Castello Branco não quisessem a Reforma Agrária no Brasil ou que agiram de modo a enganar homens públicos sérios, assim como o governo americano ou que tomaram atitudes para “para inglês ver”.

Aqui foi oferecida uma interpretação sobre como ocorreu o enfrentamento da Questão Agrária brasileira no primeiro governo militar, a qual necessita ser debatida e, principalmente, servir como estímulo para novas pesquisas que possam contribuir para sua validação ou para sua contestação. A leitura das obras de diversos autores e, principalmente, dos trabalhos dos dois principais analistas aqui utilizados e dos de um dos principais atores envolvidos, apresentam contradições e podem ser consideradas insuficientes para sustentar uma oposição. É fato que ocorreu um abandono, após 1967, da intenção reformista e a opção pela modernização dos latifúndios nas regiões de ocupação antiga e pelas suas reproduções nas áreas de fronteira, geralmente parcialmente modernizados. Isto foi iniciado mesmo antes daquele ano e é amplamente sabido mesmo porque estava contemplado nos objetivos do Estatuto da Terra, mas isto não implica em que aquele abandono ocorreu concomitantemente. O reconhecimento de que havia enorme resistência para levar a cabo desapropriações que pudessem alterar significativamente a estrutura fundiária e agrária do Brasil e que o caminho escolhido foi o de forçar uma liberação de terras com base na tributação, o que enfrentou o problema cadastral, também não pode ser tomado como indicador de tal abandono naquele período.

Aqui foi defendida a posição de que as evidências disponíveis não permitem a conclusão de que Castello Branco e Roberto Campos estivessem comprometidos com uma farsa: a de aprovar um documento legal e não utilizá-lo para um dos fins a que se destinava. As indicações são de que tinham realmente a intenção de realizar uma Reforma Agrária no Brasil, a qual deveria atingir os imóveis que viessem a ser legalmente apurados como improdutivos e/ou que pudessem ser atingidos pela tributação (punitiva). Mas se isto é o que cabe reconhecer, também é verdade que a estratégia política escolhida determinou um fracasso que custou a derrota deles e um enorme prejuízo à nação: a aposta na negociação, diretamente com as entidades e com os representantes políticos das elites rurais brasileiras, associada ao isolamento e à repressão aos sindicatos de trabalhadores rurais e às ações dos movimentos organizados da época (que tinham entre seus militantes e dirigentes aqueles que, abertamente ou não, associavam a luta pela Reforma Agrária com a luta pelo Socialismo) cobrou seu preço. Quando isto ficou claro para tais sindicatos e movimentos, a partir de meados de 1967, a “via prussiana” já ensaiava beneficiar aquelas elites com base em programas e fundos de recursos públicos operados sob o comando do Ministro da Fazenda e a “linha dura militar” já havia imposto sua hegemonia no aparelho de Estado. Se a “estratégia legalista e fiscalista” (executada, é verdade, sob um violento regime de exceção) foi o erro que determinou a derrota das intenções daqueles dirigentes, um deles, Castello Branco, acertou em seu temor: os militares da mencionada linha ficaram muito mais tempo no poder do que ele queria ou esperava. Mas morreu (em um acidente?) antes de constatar isto!

## 5. Referências bibliográficas

- BORGES, P. A., 1984. “A propriedade territorial no Brasil e os caminhos para a Reforma Agrária”. In *Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Ibase, Ed. Codecri.
- BRUNO, R., 1997. *Senhores da terra, senhores da guerra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CAMPOS, R. de O., 1994. *A lanterna na popa. memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- CAMPOS, R. de O., 1969. *Ensaio contra a maré*. Rio de Janeiro: APEC.
- CAMPOS, R. de O., 1975. “A opção política brasileira”. In *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; J. Olympio, págs. 223-257.

- CAMARGO, A. de A., 1986. “A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964). In *História Geral da Civilização Brasileira* (Dir. Boris Fausto), Tomo III, 3º. Volume, São Paulo: Difel, págs. 121-224.
- CONTAG, 1973. *Questões Agrárias. Estatuto da Terra e decretos regulamentadores*. Coleção Contag, Documento n. 8. Brasília.
- DÉ CARLI, G., 1985. *História da reforma agrária*. Brasília: Gráfica Brasileira.
- DELFIN NETTO, A., 1963. “Nota sobre alguns aspectos do problema agrário”. In *Problemas econômicos da agricultura brasileira*. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo.
- DELGADO, G. da C., 1985. *Capital financeiro e agricultura no Brasil 1965-1985*. São Paulo: Ícone Ed., Ed. da Unicamp.
- DELGADO, G. da C., 2005. “A questão agrária no Brasil, 1950-2003”. In RAMOS FILHO, L. O. & ALY JUNIOR, O., (Eds.), *Questão agrária no Brasil: Perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo: Incra, págs. 21-85.
- FERNANDES, B. M. et al., 2012. *Land Governance in Brazil*. Framing the Debate, Series n. 2, ILC, Roma.
- GUEDES PINTO, L. C., 1995. “Reflexões sobre a Política Agrária Brasileira no Período de 1964-1994. In *Reforma Agrária*, Vol. 25, N. 1, págs. 65-92, jan.-abril.
- HOBSBAWM, E., 2013. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- IANNI, O., 1979. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LORENA, C., 1988/89. “A Reforma Agrária no Brasil”. *Reforma Agrária*, N. 3, Ano 18, págs. 27-33, dez./1988 a mar./1989.
- MARTINS, J. de S., 1984. *A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política)*. Petrópolis: Vozes.
- MARTINS, J. de S., 1986. *A Reforma Agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Ed. Hucitec.
- MARTINS, J. de S., 1994. *O poder do atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec.
- MENDONÇA, S. R., 2006. *A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*. São Paulo: Ed. Expressão Popular.
- MOORE JR., B., 1983. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes.
- MORAES, S. H. N. G. & FACHIN, L. E., 1993. “Rito sumário na reforma agrária”. In *Reforma Agrária*, Vol. 23, N. 2, págs. 86-90, maio/agosto.
- OLIVEIRA, H. P. de, 1975. *Os presidentes do I.A.A.*. Rio de Janeiro: IAA (Coleção Canavieira n. 19).
- OLIVEIRA, A. U. de, 2007. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH (disponível em [HTTP://www.fflch.usp.br/dg/gesp](http://www.fflch.usp.br/dg/gesp)).
- PEREIRA, O. D., 1965. “O Estatuto da Terra”. In *Revista Civilização Brasileira*, N. 1, 1965, págs. 24-44.
- PEREIRA, O. D., 1967. *Ferro e independência – Um desafio à dignidade nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- PORTO-GONÇALVES, C. W., 2006. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RANGEL, I., 2000. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS (Prefácio e organização de José Graziano da Silva).
- RANGEL, I., 1978. *A inflação brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense (a 1ª edição é de 1963).
- RANGEL, I., 1985. *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..

REYDON, B P. & PLATA, L. O., 2000. *Intervenção estatal no mercado de terras: a experiência recente no Brasil*. Brasília: NEAD/MDA (Estudos NEAD N. 3).

ROSA, S. L. C., 1995. "O Estatuto da Terra e o Esvaziamento da Estratégia Agrária no Brasil". In *Reforma Agrária*, Vol. 25, N. 1, janeiro-abril, págs. 205-219.

SILVA, J. G. da, 1971. *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar Eds..

SILVA, J. G. da, 1997. *A Reforma Agrária Brasileira na virada do milênio*. Maceió: EDUFAL.

SOLA, L., 1998. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: FAPESP.

VIANA FILHO, L., 1975. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Liv. J. Olympio, Tomo I.



**A REFORMA AGRÁRIA NA CENA POLÍTICA  
A PARTIR DE 1995**

**Fernando Garcia de Oliveira<sup>1</sup>**

**RESUMO:**

O final do regime militar gera grande expectativa quanto à aceleração da reforma agrária no Brasil. Tanto o governo Sarney quanto o governo Collor frustam completamente as expectativas. O governo de transição de Itamar Franco é diferente porque a partir de então a reforma agrária volta a ter importância no país. Este curto período presidencial pode ser, portanto, considerado como um ponto de inflexão em termos de política agrária no Brasil. Na sequência, se esperava que o governo de Fernando Henrique Cardoso desse continuidade às iniciativas do momento anterior. Não é o que acontece. O vigor da luta pela reforma agrária, associado à repercussão dos dois massacres de militantes do MST, fará com que as ações governamentais no campo da reforma agrária tenham uma importância não planejada durante o primeiro mandato de FHC.

**Palavras-chave:** Reforma agrária, Movimento Social, Mídia.

---

<sup>1</sup> Doutor / Coordenador do Projeto Universidades Cidadãs / Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)  
Rua Emídio Lucas da Silva, 75 / ap. 106  
CEP 58429-023 – Campina Grande - PB  
E-mail: aquiri48@gmail.com

## INTRODUÇÃO.

O primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) se constitui em excelente exemplo de radical redirecionamento da atenção dada à reforma agrária. Tal atitude está estreitamente relacionada a fatos decorrentes da atuação dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária. A maior cobertura, efetuada pela imprensa, confirmaria que, naquele início de mandato presidencial, a reforma agrária não estava sendo encaminhada com a prioridade necessária.

Em matéria com título “*Verba de reforma agrária é bloqueada*”, datada de 12 de agosto de 1995, assinada pela jornalista Daniela Pinheiro, o jornal folha de São Paulo revelaria.

- \* “*O governo gastou com o assentamento de trabalhadores rurais e regularização de terras, no primeiro semestre, apenas 3,29 % (R\$32,9 milhões) do total previsto no programa de reforma agrária para este ano (R\$ 1 bilhão).*”;
- \* A explicação governamental, registrada na mesma reportagem era a necessidade de redução de despesas.
- \* “*O ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, disse ontem à Folha que 92% das verbas foram bloqueadas porque essa era a única área em o ministério poderia enxugar gastos....*”

Este trabalho utiliza o que foi veiculado pela mídia para tratar do assunto.

### 1. A REPERCUSSÃO DOS DOIS MASSACRES CONTRA OS SEM-TERRA, EM 1995 E 1996.

O *impeachment* de Collor determina a ascensão de seu vice, Itamar Franco (1993-1994), a quem compete concluir o mandato presidencial.

O governo de transição de Itamar Franco que se estabelece com base em uma aliança política bastante ampla, é marcado pelo fato de que a partir de então a reforma agrária voltou a ter importância. Este curto período presidencial pode ser, portanto, considerado como um ponto de inflexão em termos de política agrária no Brasil. O programa Emergencial de Reforma Agrária, é lançado em abril de 1993, para implementação no biênio 93/94.

Este período é considerado ímpar pelas seguintes razões:

- \* A direção do INCRA é entregue a pessoas comprometidas com a Reforma Agrária.
- \* Neste governo que é superado o impasse, que impedia as desapropriações de imóveis rurais, derivado da não regulamentação dos artigos da constituição relativos à Reforma Agrária.
- \* A produção agrícola familiar passa a ter um novo enfoque a partir de então.
- \* As relações, do governo com os movimentos sociais rurais, com o movimento sindical e com as demais entidades que apoiam a reforma agrária passam a ser mais baseadas em diálogo e menos em confronto.
- \* Reafirmação da “*desapropriação por interesse social*” como principal instrumento de arrecadação de terras.. “*Sem prejuízo de utilização dos bens públicos disponíveis, este é o principal instrumento de ação para a obtenção de recursos fundiários visando o assentamento de trabalhadores rurais, conforme estabelece a Constituição e a nova Lei Agrária*”. (Programa Emergencial de Reforma Agrária, 19-20)
- \* Delimitação mais clara e mais estreita, dos casos em que poderia haver “*aquisição de imóveis*”. “*A aquisição de imóveis por compra deve se restringir àqueles que se apresentarem com tensão social ou conflito, e que sejam de interesse dos trabalhadores*”. (op. cit, 21)
- \* Aplicação do decreto 433, para casos de conflitos fundiários em pequenos imóveis: ao definir que “(a compra) *de imóveis que apresentarem tensão social ou conflito, cuja área não seja suscetível de desapropriação* (por terem área aproveitável inferior a 15 módulos fiscais), (seriam) *aplicados os*

*procedimentos previstos na legislação vigente (decreto 433, principalmente)” (idem, ibidem:21), o governo mantinha um importante dispositivo para a resolução de determinados casos.*

O primeiro ano do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso ficaria marcado pela ocorrência do primeiro dos dois massacres, contra trabalhadores sem-terra, ocorrido em 09 de agosto de 1995, em Corumbiara, no Estado de Rondônia.

As notícias divulgadas, nos dias seguintes ao evento iriam - pouco a pouco - evidenciando que, de fato, havia ocorrido uma chacina contra aquele grupo de trabalhadores, em luta pela conquista da terra.

Trechos de matéria do jornal Folha de São Paulo, de 11 de agosto de 1995, assinada por Marcelo Beraba.

- \* *“O governo federal tem a obrigação de esclarecer as circunstâncias do conflito entre policiais militares e sem-terra em Corumbiara (RO), na madrugada de quarta-feira.”;*
- \* *“As versões sobre a batalha de Corumbiara ainda são desconhecidas. Mas sobre um ponto não há dúvida: o governo não tem política para a questão fundiária. E nem qualquer controle sobre a guerra civil travada no campo e que envolve sem-terra, índios, fazendeiros, jagunços e policiais.” (grifos deste texto);*
- \* *“Os policiais e sem-terra mortos em Rondônia são vítimas de um mesmo algoz: a estrutura fundiária brasileira sustentada por governos cegos e/ou incompetentes, incapazes de elaborar e sustentar uma política de distribuição de terra e de investimento na formação dos que decidem permanecer no campo.” (grifos deste texto)*

O jornalista Jânio de Freitas, do mesmo jornal, externaria sua indignação pela forma como os fatos estavam sendo tratados, na edição de 13 de agosto do mesmo ano.

- \* *“Os vários inquéritos providenciados são, todos, desnecessários: os sem-terra que invadiram o latifúndio em Rondônia já estão condenados, em todas as declarações oficiais, pelo massacre de que foram vítimas.” (grifos deste texto);*
- \* *“O presidente do Incra, o latifundiário Brazílio de Araújo Neto<sup>2</sup> diz que “o Incra não tem nada a ver com isso”. O Incra talvez não, porque é uma instituição, e as instituições dependem dos que as conduzem e dos governos aos quais servem. Mas Brazílio de Araújo tem tudo a ver com aquilo: é um dos culpados maiores. Entre as finalidades que justificam a existência do Incra está a de prevenir e dirimir conflitos pela posse de terras exploráveis, assim como está a de promover a instalação de agricultores sem terra. O Incra não se mexeu para cumprir sua finalidade durante todo o mês entre a invasão e o massacre.”;*

A ação policial viria a sofrer condenação dos mais variados setores, tanto nacionais quanto internacionais, circunstância que determinaria um começo de mudança de atitudes do governo brasileiro no âmbito de sua política agrária. A consequência prática mais visível no ano de 1995, foi que, contrariando o que se constataria no primeiro semestre, houve a determinação de cumprimento - a qualquer custo - da meta de assentar 40 mil famílias naquele ano.

---

<sup>2</sup> O primeiro presidente do Incra, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi Marcos Lins, que estava no cargo desde o governo anterior. Trata-se de um alto funcionário da FAO, comprometido com a reforma agrária. O ministro da agricultura, o banqueiro José Eduardo de Andrade Vieira, o demitiu pelo telefone ao final de um seminário sobre “*reforma agrária e agricultura familiar*” (de 09 a 11/05/95) que se realizava na cidade de fortaleza (CE). **A nomeação de Brazílio de Araújo Neto - membro da UDR do Paraná, pelo que denunciou a imprensa - estremeceu os setores ligados à luta pela reforma agrária, pela falta de sensibilidade do ministro.** O ministro repetia - no que tange à falta de sensibilidade - a atitude do presidente da república que nomeara alguém (ele próprio) tão distante das questões agrária e agrícola para o ministério.



A ocorrência de novo massacre, menos de um ano depois, deixaria a nação chocada e provocaria a ira internacional. Condenações ao governo do Brasil e apoio aqueles que lutavam por um causa considerada como justa, uma vez que tratava-se de corrigir uma situação de injustiça secular. O fato de uma equipe de televisão (rede SBT) ter, oportunamente, registrado as imagens da ação policial, contribuiria - de forma decisiva - para a formação da opinião pública: choque e indignação!

O jornal do Brasil, de 19 de abril de 1996, estamparia duas manchetes emblemáticas: “*Tragédia anunciada*” e “*Sangue na Terra*”.

Na primeira, das duas reportagens, a tentativa de explicação para as causas dos fatos ocorridos em Eldorado dos Carajás, no Pará.

*O Interpa (Instituto de Terras do Pará) calcula que a grilagem<sup>3</sup> no Pará alcance hoje 12% do território do estado. Quase 12% do solo brasileiro. Os conflitos são inevitáveis. Os grileiros<sup>4</sup> armam suas próprias milícias, formadas em sua maioria por policiais civis e militares, que trabalham como capangas em suas horas de folga. Não usam as fardas, mas costumam usar as armas de trabalho. Por vezes, a ação milícias não é necessária. Os supostos proprietários das áreas invadidas conseguem liminares na Justiça e a PM é convocada para expulsar as famílias.*

Na outra matéria, o jornal deixava bem claro sua visão do que havia se passado.

*“A soturna chacina ficou claramente patenteada pelo fato de que nenhum dos 200 policiais militares morreu no confronto que os opôs aos 1.500 membros do MST.”*

Relembrando também o grave quadro da situação fundiária do país.

- \* *“Chegou a hora de reconhecer a explosiva situação fundiária brasileira. Atualmente, os sem terra estão acampados em 91 pontos do território nacional, e somam, 16.700 famílias.”;*
- \* *“A julgar pelas suas próprias previsões, existem hoje 12 milhões de trabalhadores sem terra no Brasil, e pelo menos 250 milhões de hectares de terras devolutas do Estado. A fuzilaria do Pará é o trigésimo massacre de trabalhadores rurais nos últimos quinze anos.” (grifo deste texto)*

A repercussão, extremamente negativa, do último massacre levaria praticamente a totalidade dos jornais do país a expressarem opinião sobre violência no campo e questão agrária. Na Paraíba, dois jornais discutiriam o assunto em editorial e um terceiro, através do artigo de um de seus articulistas.

O Jornal da Paraíba, de 21 de abril de 1996, em editorial, atribui uma responsabilidade direta ao Estado, pela forma como trata os conflitos fundiários no país mas, por outro lado, questiona os métodos de ação dos sem-terra, que levaria à possibilidade de confrontos com as forças policiais, como o que originou a chacina do Pará.

---

<sup>3</sup> Grilagem - “*É o procedimento de tomar posse de terras por meio de grilo*”. (D’ASSUMPÇÃO, 1996, p. 105)  
Grilo - “*É o imóvel rural (normalmente de grande extensão) sustentado por documento de propriedade de origem fraudulenta, falso, com vício de origem. É o produto da ação de grileiro*”. (D’ASSUMPÇÃO, 1996, op. cit. p. 105)

<sup>4</sup> Grileiro. “*É a pessoa que, por meio de fraude ou outro meio ilícito, falsifica, no todo ou em parte, documento público ou particular com o fim de obter para si ou para outrem a propriedade de imóvel alheio. Com a posse de documento falso, o grileiro toma a posse do imóvel, comumente com o emprego da violência*.” (D’ASSUMPÇÃO, 1996, ibid, p. 105). Nos conflitos agrários do início dos anos 70, era no estado do Maranhão onde constata-se a maior incidência de casos de grilagem, verificados contra os agricultores da frente de expansão agrícola em direção ao oeste.

Grilagem de terras é algo tão importante no Brasil, a ponto do governo ter publicado, em 2.000, o “*O Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil*”, procurando destacar a dimensão do problema e evidenciar as iniciativas que têm procurado tomar para saná-lo. É também assunto recorrente na imprensa, onde apresentam-se dados estarrecedores, do tipo: 50% das terras do estado do Amazonas seriam griladas.

*“O massacre sugere ainda uma reflexão sobre a atuação do Movimento dos Sem-Terra. Não se discute a sua importância para a organização dos trabalhadores. Questiona-se, no entanto, a metodologia de encaminhamento das lutas. É certo que a realidade é cruel, há centenas de milhares de excluídos no campo, mas não parece recomendável o estímulo ao confronto armado. Isso também não significa que os trabalhadores devam aceitar passivamente as propostas que não atendem as suas necessidades mais imediatas. Há meios mais pacíficos de negociação. Quando utilizados, acabam produzindo mais resultados do que o enfrentamento.”*

A “*metodologia de ação*” do MST é, sem dúvida alguma um dos temas mais importantes da discussão sobre a luta pela terra, nos últimos anos. Pode-se registrar, desde logo, que a forma de luta popularizada pelo MST - *acampar; ocupar; produzir, resistir* - generalizou-se, isto é, passou a ser adotada pela CPT, pelo movimento sindical (Contag e STR's), além das entidades formadas por dissidências do próprio MST.

O Diário da Borborema, também em editorial, em sua edição de 20 de abril do mesmo ano, faz coro ao sentimento de indignação, e inconformismo, com a repetição dos massacres, contra encarcerados, meninos de rua, trabalhadores... E faz indagações que são - ao mesmo tempo - respostas às perguntas formuladas.

*“Quem são os responsáveis pela tragédia do sul do Pará... ? A burocracia estatal que impede a reforma agrária? A cegueira de uma classe econômica ultrapassada no tempo e no espaço? A inabilidade do Governo daquele estado? Ou a impunidade que grassa em todos os quadrantes do país, estimulando ações criminosas como a repressão aos sem-terras de Eldorado?”*

No jornal Correio da Paraíba, de 20 de abril daquele ano, o articulista Luiz Augusto Crispim publicou uma “*Carta ao Presidente*”, da qual extrai-se alguns trechos.

*“Ouvi as suas palavras pela televisão, Senhor Presidente:*

*- “Este é um episódio típico de um país atrasado”.*

*A frase do presidente podia valer como um desabafo. Admito até como expressão sincera de um cidadão comum, indignado com a violência do Estado.*

*Mas o presidente da república não é um cidadão comum.*

*Isso que Vossa Excelência chama de “um país atrasado” é o país que o senhor governa.*

*... então trate de modernizá-lo, de conduzi-lo à civilização. A obrigação é sua.*

*E o primeiro passo é promover de imediato a reforma agrária.”* (grifos deste texto)

Os extratos de matérias de jornais, reproduzidos neste capítulo, não deixam dúvida: estabeleceu-se no país uma situação que exigia que fossem apresentadas ações concretas - por parte do governo - na implementação de um programa de reforma agrária.

## **2. RECEPÇÃO APOTEÓTICA À MARCHA DOS SEM-TERRA EM BRASÍLIA, EM ABRIL DE 1997**

No ano seguinte, a partir do dia 17 de fevereiro, o MST organizaria uma marcha a Brasília, cuja data de chegada coincidiria com o primeiro aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás.

A iniciativa do movimento seria coroada de êxito e permitiria evidenciar o grande apoio que a luta pela reforma agrária passara a ter, tendo obtido grande cobertura da imprensa em sua fase final. Algumas matérias de jornais comprovam isto.

Alguns trechos, de diversas matérias do jornal Folha de São Paulo, edições de 18 a 22 de abril de 1997.

\* Chegada à Capital do País.

“A marcha dos sem-terra entrou em Brasília disciplinada à semelhança de uma parada militar e coordenada como se fosse um desfile de escola de samba. A estratégia dos líderes era evitar que os sem-terra se dispersassem ou reagissem a eventuais provocações ao longo do percurso.” (18/04/97)

\* Recepção na chegada a Brasília.

“A marcha entrou em Brasília aplaudida pelas pessoas que a esperavam na via de acesso à cidade e saudada por buzinas de carro. Funcionários do Banco Central e do Banco do Brasil jogaram papel picado dos prédios para homenagear os sem-terra.” (18/04/97)

\* Importância do ato público.

“Os sem-terra comandaram em Brasília o maior protesto contra o governo Fernando Henrique Cardoso. Sob chuva e sem incidentes, cerca de 30 mil pessoas, de acordo com a PM, 2.000 delas sem terra, participaram do final da marcha pela Reforma Agrária., emprego e Justiça, iniciada em 17 de fevereiro. Para os sem-terra, havia 50 mil a 100 mil pessoas.” (18/04/97)

\* Encontro com o Presidente da República.

“O presidente FHC se encontra hoje com os líderes do MST no Palácio do Planalto. Nos últimos dias, o governo, que vinha se recusando a negociar com os sem-terra, anunciou uma série de medidas para tentar acelerar a reforma agrária.” (18/04/97)

\* Reivindicações e propostas

Na agenda estavam as reivindicações, cobranças de promessa anteriores, e propostas relativas à ampliação do programa de reforma agrária e ao que deveria ser propiciado àqueles que já estão nos assentamentos. Em duas cartas - uma, assinada pela coordenação da marcha e outra, pela coordenação do MST - entregues ao presidente da república, estavam as posições do movimento.

“As organizações de trabalhadores e da sociedade, reunidas no Fórum Nacional da Reforma Agrária, têm discutido e apresentado, ao longo desses anos, muitas sugestões aos governos, que representam uma proposta de reforma agrária.

Essa propostas não são genéricas, Essas propostas representam a redefinição da política fundiária do governo. A responsabilidade de aplicação da política fundiária é do governo. Não do MST.” (19/04/97)

\* Os comentários de Arnaldo Jabor<sup>5</sup>

“A marcha dos “sem-terra” está abrindo a cabeça do Brasil. Estamos descobrindo que:

(...)

\* “O MST é a primeira organização séria dos excluídos brasileiros, porque surgiu da necessidade real...”

\* “Para a opinião pública, os miseráveis eram imaginários e fracos; hoje são reais e fortes. O MST não provoca mais pena; provoca respeito.”

(...)

\* “O MST é tão ou mais importante do que o movimento sindical do ABC de Lula em 78...”

(...)

\* “Se o governo diz que é difícil a reforma agrária, porque há muitos obstáculos financeiros, burocráticos, etc. ... criem-se normas de simplificação.

E isso leva ao óbvio e urgente: uma reforma na constituição de 88, nos artigos 184 e 185, que tornam inviável agilidade de reforma agrária, definindo vagamente o que é “justa indenização prévia” ou o que é “terra produtiva”.

Com essa marcha, ficou claro que a reforma agrária é tão ou mais urgente que as reformas do Estado. Mude-se a Constituição!” (jornal Folha de São Paulo, 22/04/97)

---

<sup>5</sup> Importante cineasta do “cinema novo”, atualmente prestigiado articulista da Folha de São Paulo e comentarista dos jornais televisivos da poderosa Rede Globo de Televisão.

\* Televisão Americana

*“A rede americana de televisão CNN transmitiu ao vivo imagens do protesto dos sem-terra em Brasília.*

*(...)*

*“A CNN resumiu a história do Movimento dos Sem Terra no país e afirmou que a marcha é uma forma de pressão para que seja acelerado o programa de reforma agrária.”*

*(...)*

*““Dados oficiais mostram que cerca de metade das terras brasileiras está concentrada nas mãos de alguns poucos proprietários, enquanto centenas de milhares de miseráveis não têm terra nem emprego”, disse a repórter (da CNN).” (jornal Folha de São Paulo, 18/04/97)*

\* Constatação governamental

O ministro José Serra reconhece a importância do apoio internacional e propõe parceria com o MST para reduzir as barreiras às exportações brasileiras.

*“A marcha a Brasília comandada pelo MST elevou ao máximo a simpatia internacional pelos pobres brasileiros.*

*(...)*

*Seria inconcebível o papa, as ONG’s ou as igrejas apoiarem um MST engajado na preparação de algum exército de libertação.*

*Mas a solidariedade externa teria um valor inestimável se contribuísse também para a resolução prática dos nossos problemas de pobreza. Uma das ações possíveis... tem a ver com as restrições dos países desenvolvidos às exportações brasileiras, incluindo os produtos agrícolas.*

*(...)*

*Derrubar essa barreiras daria mias terras aos sem-terra.” (Folha de São Paulo, 21/04/97)*

### **3. ESPAÇO DEDICADO, PELA MÍDIA, À REFORMA AGRÁRIA**

Como se está evidenciando, a partir da metade dos anos 90 assistiu-se ao crescimento espetacular do espaço dedicado pela mídia ao tema da reforma agrária. A importância que o assunto adquire pode ser constatada por diversos indicadores. Um deles, em especial é particularmente marcante: as notícias sobre luta pela terra, reforma agrária e temas correlatos, rompem os limites das páginas policiais e - progressivamente - vão ocupando espaço nas demais editorias dos jornais. Com efeito, à medida que os fatos se sucedem, o assunto passa a ser tratado nas páginas dedicadas aos assuntos econômicas; com mais frequência nos editoriais; atinge as colunas assinadas, até chegar às páginas das colunas sociais, num curioso processo que faz com que a expressão “*sem-terra*” deixe de significar algo negativo e passe a denotar algo chique.

Esta evolução não é uniforme, sendo mais correto localizá-la no âmbito da grande imprensa (uma vez que nos pequenos municípios, e mesmo entre agricultores, esta evolução não se dá da mesma forma. Muito ao contrário, nestes ambientes, o termo ainda está marcado por significados negativos, revelando uma visão ainda preconceituosa, *voir* (até mesmo) pejorativa).

Não faltará nem mesmo a “*eleição*” de uma “*musa*” dos sem-terra, na pessoa de uma bela mulher, Débora Rodrigues, cujo charme se completa pelo fato dela dirigir um trator nas ações do MST. Como em inúmeros outros casos no Brasil, o critério de sua popularidade foi dado pelo convite para posar para a revista Playboy, e, posteriormente, passar a ser apresentadora de um programa de auditório, em uma das principais redes de televisão.

A rede Globo de televisão, com a telenovela “*O Rei do Gado*”, exibida em 1997, cuja trama dava destaque aos “*sem-terra*”, contribuirá decisivamente para a popularização - e, certamente, para

angariar simpatia para a luta pela reforma agrária, em decorrência do inquestionável poder de formar opinião<sup>6</sup> no seio da população.

Correndo o risco de abusar de simplificação, pode-se afirmar que a maior difusão de notícias - pelos jornais, principalmente - sobre esta temática informa e proporciona uma discussão sobre os assuntos, na qual se inserem representantes das partes, membros do governo, políticos e, inclusive, especialistas sobre o assunto. Sendo assim, este significativo espaço na imprensa escrita contribui para a formação de uma opinião “*culta*” sobre o tema. A discussão do assunto numa novela, apresentada em horário nobre - portanto de máxima audiência - influi, decisivamente, para a popularização do assunto, eventualmente, para sua “*vulgarização*”.

Grosso modo, a partir da metade dos anos 90, este foi o tratamento dado pela mídia aos “*sem-terra*” e à reforma agrária no Brasil. Desnecessário ressaltar que, semelhante importância, produz repercussões e possui significados diferentes do que resulta quando as discussões circunscrevem-se ao espaço acadêmico, por mais vivas que sejam. Ou seja, o alcance dos temas que ocupam grande espaço na mídia informa significativos segmentos da população, contribui de forma decisiva para a formação da opinião pública, produzindo desta forma fatos políticos não desprezíveis.

A importância do tema e o poder de influência das telenovelas desta emissora de televisão suscitaram a publicação de um artigo (ALMEIDA, 1998) na revista da ANDES (que vem a ser o sindicato nacional dos professores de ensino superior) do qual extraí-se alguns trechos, dentre os quais aquele que expressa o pensamento do autor<sup>7</sup> da novela.

*“O papel da novela e da TV: (...)” “Quando você coloca em discussão a política, está de certa forma alertando essa população que está diante do vídeo, todo dia.” (...) “Tem de haver debate. As pessoas têm de abrir os olhos, pois esse problema é sério. Esse país não tem solução se não resolver o problema do campo.”* (ALMEIDA, op. cit., 40)

A opinião do MST sobre a novela. *“Mas a opinião do MST é de que a novela foi principalmente positiva para o movimento e a luta pela reforma agrária no Brasil. Segundo um dos principais dirigentes nacionais do MST, João Pedro Stédile, essa é a posição de dirigentes e bases do movimento. Para ele, a novela foi politicamente muito importante e contribuiu de modo positivo para a luta pela reforma agrária, pois colocou a questão para milhões de brasileiros, em grande parte “alienada dos assuntos sociais”, que só vê novela para se divertir: “nem o MST nem a Igreja Católica chegariam a esta faixa com o tema da reforma agrária se não fosse por intermédio da novela”*” (idem, ibidem: 41)

Tanto o autor do artigo, quanto Stédile, tecem comentários sobre determinados enfoques da trama que seriam restritivos ou que não enalteciam certos símbolos do movimento, a exemplo de sua bandeira, que sempre trêmula num mastro bem alto quando há no local um agrupamento do movimento. Na novela a bandeira vermelha - espécie de marca registrada do movimento - não aparece.

A trama da novela ainda teria um episódio de grande significado político/emocional se é que se pode ter esta licenciosidade: no velório do senador de ficção compareceu o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que vai consolar a viúva e reverenciar aquele que - na novela - era um exemplo de honestidade, além de ser solidário com a causa dos sem-terra. Misturando ficção e realidade, o autor da novela produz reflexão sobre os fatos reais. Ao mesmo tempo, a presença do senador paulista na

---

<sup>6</sup> Registre-se, por oportuno, que no início da década de 90, esta rede de televisão cometeu a façanha de ser decisiva na eleição do presidente Collor e, dois anos depois, ser determinante no seu *impeachment*, havendo para tanto influenciado o surgimento do fenômeno dos “*caras-pintadas*”, que trouxe novamente uma colorida juventude para o meio da rua, fato não sem relação com a novela “*Anos Dourados*”.

<sup>7</sup> O artigo reproduz alguns trechos de uma entrevista dada pelo autor da novela (Benedito Rui Barbosa) ao jornal Sem Terra (JST, julho de 1997). E faz o registro: “*O jornal sem Terra é o órgão oficial, mensal, do MST*”

novela pode ser considerada como uma homenagem, reforçando a sua imagem de retidão, integridade e de ser comprometido com as mesmas questões.

Ainda sobre o espaço na televisão. Num determinado dia, uma sexta-feira, havia três programas, relativos ao tema, no horário nobre de duas redes de televisão. A novela citada e o programa “Globo Repórter”, na líder de audiência, e um documentário, na rede SBT, que havia tido uma equipe de reportagem metralhada, possivelmente por proprietários de terra, no Pontal do Paranapanema!

Apresenta-se a seguir uma quantificação da incidência de determinados termos, no jornal Folha de São Paulo, levantamento feito a partir de busca sistemática em CDROOMS, na opção “*pelo menos uma palavra do texto*”, a partir do ano anterior<sup>8</sup> a ocorrência do 1º massacre contra os sem-terra, em Rondônia.

**Tabela 3**  
Incidência de Termos relativos à questão agrária,  
no jornal Folha de São Paulo, de 1994 a 2000

Termos \ Anos	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	T o t a l
MST	40	395	715	1.635	1.083	516	1.253	5.637
Reforma Agrária	335	949	1.281	1.415	716	327	594	5.617
INCRA	84	611	584	574	399	177	358	2.787
Assentamento	99	346	337	382	231	116	267	1.778
ITR	41	59	174	83	56	36	31	480
UDR	39	29	77	193	53	23	54	468
CONTAG	17	80	78	60	50	29	59	373
CPT	20	61	41	70	33	36	59	320
T o t a l	655	2.469	3.246	4.342	2.621	1.260	2.675	

Fonte: CDROOMS e site, na internet, do jornal Folha de São Paulo<sup>9</sup>, com texto integral das edições, para os respectivos anos

A importância da reforma agrária, percebida pelo crescente interesse na sociedade, também pode ser comprovada pela quantificação da incidência com que determinadas expressões estão presentes nas matérias jornalísticas.

Os dados do quadro permitem algumas conclusões. Não há dúvida de que, do ponto de vista do espaço dedicado ao tema, 1995 é um ano que pode ser tomado como um marco, a partir do qual, efetivamente, e de forma duradoura, o assunto ganha bem maior importância na imprensa. As informações do quadro também permitem estabelecer uma certa hierarquia, resultante daquelas expressões mais presentes nos textos das matérias jornalísticas, com a clara primazia dos 4 primeiros, permitindo ainda fazer uma associação entre “MST” e “Reforma Agrária”.

<sup>8</sup> 1994 é o primeiro ano a partir do qual estão disponíveis tanto em CDROOM, quanto na internet, as edições completas do jornal Folha de São Paulo.

<sup>9</sup> Não parece temerário afirmar que o que se constata para este jornal pode ser generalizado para os outros grandes jornais do país e, mesmo, para o conjunto da imprensa. Um certo acompanhamento dos jornais, associado a outras evidências, autoriza esta afirmação. Acrescente-se que o fato de que, por vezes, um mesmo termo apareça mais de uma vez numa mesma matéria não invalida o indicador, uma vez que a pretensão é revelar “*espaço dedicado*” e não proceder a uma contagem numérica rigorosa.

O apogeu da cobertura pela imprensa se dá nos anos de 1996, ano marcado pela ocorrência do segundo grande massacre contra os sem-terra, e 1997, no qual se dá a vitoriosa marcha dos sem-terra a Brasília. Constata-se ainda que, nos anos seguintes, a cobertura dada pela imprensa se mantém muito superior ao que se verifica no período anterior a 1995, ano em ocorreu o massacre de Corumbiara, em Rondônia. A conclusão que se pode tirar é que o assunto reforma agrária adquire uma importância duradoura. Interpretando-se que a importância dada pela imprensa é um bom indicador do interesse da sociedade pelo assunto, é possível afirmar que o tema insere-se de forma consistente na pauta de interesse da coletividade.

Por seu turno, a baixa incidência do termo UDR pode ser tomada como claro indicador do refluxo desta entidade dos proprietários de terra, após ter tido decisiva ação na segunda metade dos anos 80, atuando contra a aplicação do I PNRA e contra maiores conquistas na Assembléia Nacional Constituinte, que promulgaria a nova Constituição do país, em 1988. Esta baixa incidência também pode ser tomada como indicando maior expressão das forças favoráveis a reforma agrária.

O posicionamento da Contag também não deixa dúvidas: revela que a entidade máxima do sindicalismo dos trabalhadores rurais não estava conseguindo, naquele período, maior visibilidade social para a sua atuação no campo da reforma agrária. E isto decorre, naturalmente, do fato de outras entidades estarem revelando uma capacidade de atuação superior. Em momentos posteriores, haverá uma retomada - com mais agressividade - da atuação da entidade nacional dos trabalhadores rurais, inclusive com a promoção massiva de ocupações de terra. A tentativa de recuperação do espaço perdido, incluiu a adoção da mesma metodologia de trabalho de MST.

A sigla ITR (Imposto Territorial Rural), cuja incidência chega a surpreender, normalmente é trazido à baila por quem é contra a reforma agrária, sendo também repetidamente lembrado em editoriais, em análises que aferram-se a reafirmar a capacidade potencial deste instrumento fiscal, enquanto mecanismo a disciplinar um melhor uso da propriedade rural, mas sem efetivamente apontar a via política de sua efetiva implementação.

Duas observações derivadas de mudanças bruscas na incidência das siglas ITR e UDR. Em novembro e em dezembro de 1996 há um súbito aumento de matérias com a palavra ITR - de um média inferior a 10, ao longo de quase 3 anos, passa-se a ter 51 e 61 ocorrências, nos dois últimos meses do ano. A leitura de algumas matérias explica a alteração inesperada: o parlamento estava na fase final da aprovação da nova regulamentação do ITR. Com relação à palavra UDR, ocorre algo similar em um único mês: em setembro de 1996, houve 40 incidências, o que corresponde a mais da metade do total do ano. Naquele mês, havia um acirramento das disputas entre o MST e a entidade dos proprietários de terra, na região do Pontal do Parapanema, tendo havido inclusive a ocupação de uma fazenda de um dos dirigentes da UDR. A imprensa especulava sobre o ressurgimento da entidade. As informações disponíveis na imprensa, nos meses seguintes, não confirmam esta reaparição da entidade patronal, pelo menos em níveis comparáveis com o seu período áureo.

## **A TÍTULO DE CONCLUSÃO - DEBATE NA IMPRENSA: IDÉIAS DIVERGENTES SOBRE REFORMA AGRÁRIA.**

A crescente importância do tema faz com que articulistas dos jornais, e toda uma gama de outros intelectuais, se manifestem sobre o assunto. Esta constatação, proporciona a oportunidade ímpar de recolher opiniões que, normalmente, não seriam expressos pela imprensa escrita.

Apresentam-se a seguir alguns exemplos do que está presente nas páginas dos jornais, havendo a preocupação de recolher pontos de vista de diferentes sensibilidades.

➤ O pensamento de Roberto Campos<sup>10</sup>.

Ministro do Planejamento do primeiro presidente do regime militar, em 1964, época em que foi elaborado o Estatuto da Terra, considera que “*reforma agrária*” é um tema para esquerdistas em busca de uma causa redentora:

\* Reforma agrária não se aplicaria ao Brasil, pela ausência de campesinato.

*“No Brasil, nunca tivemos um campesinato de tipo europeu ou asiático, caracterizado pelo fato de que quem cultiva a terra tem de pagar “rendas” ou “tributos” a senhores ou donos. O domínio da terra por uma “classe” constitui um traço feudal tipicamente pré-capitalista ou pré-industrial”;*

\* Responsabilidade da Estatuto de Trabalhador Rural, promulgado pelo presidente João Goulart, em 1962.

*“Este, ao equiparar o trabalhador do campo ao da cidade (ignorando o salário in natura sob a forma de casa, horta e galinhas) inventou o “bóia-fria”.”*

\* O problema é a terra como “reserva de valor”.

*“No Brasil, o real problema é que uma parte de nossa estrutura fundiária ainda é pré-capitalista, e nela grandes áreas permanecem improdutivas ou sub-produtivas, funcionando como reserva de valor.”*

\* Não aplicação do Estatuto da Terra, como parte da explicação dos problemas atuais.

*“Infelizmente, os líderes militares que se seguiram a Castello Branco não tinham a mesma sensibilidade para o conflito de terras. O Estatuto da Terra foi gradualmente esquecido. E o Imposto Territorial Rural, que, se bem aplicado, provocaria parcelamento e parcerias, tornou-se inexpressivo. Não serviu nem para desencorajar a terra ociosa nem para financiar a colonização.”*

\* O que fazer com os sem-terra?

*“O problema dos sem-terra apresenta uma dupla face que é preciso distinguir: a social e a econômica. A face social é o custo de cuidar dos desamparados improdutivos, sem permitir, porém, que ideólogos ou desequilibrados o usem como pretexto para pôr em risco a agricultura de verdade - e dessa forma, toda a economia do país. A face econômica é a incorporação do (sic) processo produtivo da mão-de-obra potencialmente qualificada.”*

A questão do emprego na agricultura também estava presente nas discussões sobre reforma agrária nos jornais.

➤ Delfim Neto<sup>11</sup> e o desemprego na agricultura. Em artigo<sup>11</sup>, também publicado pela Folha de São Paulo, em 12 de março de 1997, dizia que era “*preocupante*” o crescimento do movimento dos sem-terra e o apoio que a marcha estava obtendo, porque estava-se gerando uma perigosa oposição entre “*injustiça social*”, por um lado e “*direito de propriedade*”, por outro. E, que - naquele momento, a agricultura encontrava-se em dificuldade, sendo muito grave a situação do emprego.

*“A situação do emprego na agricultura piorou de maneira dramática, como consequência da valorização do câmbio, da redução do crédito agrícola, das altas taxas de juros, das baixas emocionais de tarifas, das importações financiadas, etc.”* Ele estimava que 400.000 trabalhadores rurais haviam ficado sem trabalho, entre 1994 e 1997.

---

<sup>10</sup> Jornal folha de São Paulo, edição de 30 de junho de 1996, coluna “Lanterna na Popa”, mantida pelo autor.

<sup>11</sup> Trata-se do mais importante ministro da economia do período militar, no cargo à época do “milagre econômico (início dos anos 70), quando formulou célebre frase, a propósito de distribuição de renda: “*É preciso primeiro deixar o bolo crescer para depois distribuir*”.



➤ Atualidade da reforma agrária, na visão Maria da Conceição Tavares<sup>12</sup>, importante economista, autora do livro “*Da substituição de importação ao capitalismo financeiro*”, que se tornou clássico, também deputada federal pelo PT do Rio de Janeiro.

\* O diagnóstico: o estilo de desenvolvimento agrícola aumentou a concentração fundiária e agravou a situação dos trabalhadores do campo.

*“Mercado pela expansão desordenada da fronteira agrícola, sem ruptura de iníquo padrão fundiário, os resultados desse processo são conhecidos: ao mesmo tempo que expandiu extraordinariamente a produtividade e a capacidade produtiva em algumas regiões do país, aumentou notavelmente a exclusão social a par com a concentração econômica e fundiária”*

\* Implementação de um novo padrão de desenvolvimento agrícola

A efetivação de um programa de reforma agrária poderia se constituir na oportunidade para modificações estruturais que levassem “... a reversão permanente do atual quadro de exclusão e desigualdade social”;

\* Significado econômico da reforma agrária.

*“A reforma agrária tem um conteúdo econômico de uma atualidade dramática, pelo menos para a maior parte da população excluída, para a qual o acesso à terra representa a única alternativa concreta de emprego produtivo e de geração de renda”.* (grifo deste texto)

\* A reforma agrária e o desenvolvimento territorial

A partir da compreensão de que as atividades produtivas na grande maioria dos municípios brasileiros - em particular em 3.300 deles, que têm menos de 25.000 habitantes - está vinculada à atividade agrícola, é feita a proposta de uma política de desenvolvimento territorial articulada com a reforma agrária.

➤ Significado econômico da reforma agrária, na visão de José Elida Veiga

Economista da USP e conceituado estudioso da questão agrária, que durante o governo Sarney (1985-1989) chegou a ocupar a superintendência do Incra de São Paulo.

Reconhecendo que a reforma agrária nos anos 90 não poderá ter os mesmos efeitos para o processo de desenvolvimento, que teria tido se implementada nos anos 50, José Eli não obstante, aponta algo essencial: o importante caráter redistributivo de uma eventual generalização do processo de reforma agrária. Opinião expressa em artigo publicado na revista ciência hoje, da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência):

*“Dizer que “a reforma agrária será anacrônica do ponto de vista econômico-desenvolvimentista” só faz sentido para quem supõe que o Brasil pode se desenvolver sem uma drástica desconcentração da riqueza.”* (VEIGA, 1998: 28).

---

<sup>12</sup> Jornal Folha de São Paulo, edição de 27 de abril de 1997

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Jorge

Reforma Agrária no ar: o povo na TV, de objeto a sujeito

*Universidade e Sociedade* (Uberlândia, MG), ANDES-SN, Ano VIII, nº 17. 1998.

CARVALHO FILHO, José Juliano de

Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária

In Leite, S. (org.), *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*

Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS. 2001.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Conflitos no Campo 1995

Goiânia: Secretariado Nacional da CPT. 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

A Luta pela Terra: a comissão pastoral da terra, 20 anos depois

São Paulo: Paulus. 1997

D'ASSUMPÇÃO, Clovis Edilberto

Vocabulário Agrário

Curitiba: Open English House. 1996.

Estatuto da Terra

Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz

Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt., 13ª ed., atualizada e ampliada

São Paulo: Saraiva. 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano

A Formação do MST no Brasil

Petrópolis: Vozes. 2000.

Brasil: 500 anos de luta pela terra

In <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>.

GONÇALVES F. FILHO, Manoel

A propriedade e sua função social

Revista de Direito Agrário, ANO 9, Nº 8,

BRASÍLIA: INCRA, 2º SEMESTRE, PP. 29-36.

VEIGA, JOSÉ ELI. Reforma Agrária. Revista Ciência Hoje(SBPC), Rio de Janeiro,

RJ, P. 27 - 31, 01 AGO. 1998.

Reflexões sobre a Política Agrária Brasileira no Período 1964-1994.

*Reforma Agrária* (Campinas, São Paulo), Nº 1, Vol. 25, jan-abril.

PONTIFÍCIO CONSELHO "JUSTIÇA E PAZ"

Para Uma Melhor Distribuição da Terra - O desafio da reforma agrária

Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana. 1997.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA REFORMA AGRÁRIA / INCRA

Programa Emergencial de Reforma Agrária (93 / 94)

Brasília: abril, 32 p. 1993.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA REFORMA AGRÁRIA / INCRA

Diretrizes para o Programa Nacional de Reforma Agrária (Versão preliminar)

Brasília: abril, 27 p. 1995.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA REFORMA AGRÁRIA / INCRA

Programa da Terra.

Brasília: junho, 81 p. 1992.

MINISTÉRIO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO / INCRA

O Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil

Brasília: 41 p. 2000.

## GT 8 – A luta pela terra e a política fundiária

### ANALISANDO ALGUNS DESDOBRAMENTOS DO PROJETO AGROEXTRATIVISTA EIXO FORTE

**Safira Canto Pinto<sup>1</sup>**  
**Delma Pessanha Neves<sup>2</sup>**

#### **Resumo**

Neste texto analiso alguns dos desdobramentos do enquadramento político administrativo da comunidade Santa Maria, Santarém, Pará. Posto que passaram a ser regidos por princípios diferenciados de organização social a partir da criação do assentamento de reforma agrária. O PAE Eixo Forte traz uma proposta de mudança social, pautada em melhores condições de vida para a população e no uso sustentável da natureza. Todavia, as propostas ditas inovadoras, trazem regras desconhecidas à população local.

**Palavras-chave:** Assentamento; organização social.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Ambientais/UFOPA, safiracanto@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia Social/ Professora/UFOPA, delmapneves@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Em minha pesquisa em Santa Maria,<sup>3</sup>– comunidade situada em uma região chamada Eixo Forte, município de Santarém, Pará – mediante aprofundamento da compreensão da composição do grupo social que ai reside, foi possível observar a grande capacidade de tais atores se constituírem mediante gestão de um conjunto de constrangimentos, adequando-se às alternativas ambientais e sociais. Aprenderam a geri-los, preservando a defesa da liberdade e o ritmo próprio de trabalho, se adequando aos ritmos dos ciclos da natureza, conhecimento coletivo constituído a partir de experiências vividas por eles mesmos e por produtores que como os primeiros ocupantes construíram o mesmo destino social.

Em 2005, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criou o Projeto Agroextrativista Eixo-Forte (PAE Eixo-Forte)<sup>4</sup>. O projeto de assentamento, segundo o que consta no processo de criação, ocorreu “por iniciativa das comunidades”, por meio de seus representantes, que solicitaram tal enquadramento à Superintendência Regional 30 (SR 30). Todavia, no decorrer da consulta aos documentos que registram este processo e das entrevistas, o que mais se ressaltava era a simplicidade das informações prestadas pelas instituições que vieram a propor a reordenação e o desconhecimento daquelas condições, tanto que os entrevistados insistem em qualificar os assentamentos como imposição oficial.

Tenho por objetivo, na análise desse processo de enquadramento das comunidades, analisar alguns dos desdobramentos inerentes a essa condição de organização social em Santa Maria. Analiso então as alterações nos padrões de organização social deliberados pelo Incra.

As fontes utilizadas para o estudo são oriundas de coleta de dados mediante entrevistas, uma primeira etapa no ano de 2011 e segunda etapa no ano de 2013, entre os meses de abril e maio, e retorno ao contato com interlocutores para descrição espacial dos lotes, no mês de agosto do mesmo ano.

---

<sup>3</sup> Por ocasião do trabalho de conclusão de curso em Ciências Biológicas no ano 2011, e da dissertação em Ciências Ambientais em 2014.

<sup>4</sup> Projeto de Assentamento Agro- Extrativista (PAE) é uma modalidade de assentamento destinado a populações tradicionais, para exploração de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, introduzindo a dimensão ambiental nas atividades agroextrativistas (Incra,1996)

Em 2013 realizei 17 entrevistas que, pelas questões propostas ao diálogo, permitiram a compreensão das condições de vida de um número muito maior de famílias, pois algumas delas, por afiliações de parentesco, coabitam o mesmo espaço em residências autônomas, em certos casos constituindo grupos domésticos. Na situação de pesquisa com grupos domésticos, foram entrevistados, preferencialmente, os pais e/ou os filhos mais velhos. Assim, as entrevistas alcançam um total de 30 famílias conjugais. Foram realizadas entrevistas com representantes comunitários e servidores do Incra.

Também foram realizadas entrevistas com membros da diretoria executiva da Associação Comunitária de Santa Maria (ACSMA), com o presidente da Federação das Associações de Moradores e Entidades Agroextrativistas do Eixo Forte (FAMCEF) e servidores do Incra. Os nomes dos entrevistados que não são figuras públicas na comunidade foram preservados. Quando, para minha argumentação, considerar necessário citar ou transcrever trechos de entrevistas colocarei apenas as iniciais dos nomes.

Dada a importância da compreensão dos sentidos consagrados aos termos construídos pelos interlocutores, que correspondem as referências altamente estruturantes dos estilos de vida, eles serão, por tais motivos, mantidos com a distinção gráfica do uso do itálico, e definidos em nota explicativa quanto à contextualização na primeira apresentação no texto.

Os estilos de vida em Santa Maria foram construídos ao longo do tempo, sob a influência das experiências vividas nos ambientes anteriores à ocupação na comunidade (ambientes de *várzea*<sup>5</sup> e outras comunidades de *terra firme*<sup>6</sup>) e sob as alternativas ambientais e sociais existentes na comunidade. A autonomia daqueles camponeses possibilitou a elaboração dos meios de adaptação e das formas de uso dos recursos naturais. A autonomia como valor é característica fundamental da condição camponesa, operando como princípio fundamental da reprodução social do grupo e manutenção do “modo camponês de fazer agricultura”. Todavia, a autonomia desejada foi interpelada pelas determinações do Incra, instituição que de certa forma visa promover alterações no modo de fazer agricultura, nas concepções sobre natureza e na organização social dos agricultores e moradores em geral.

---

<sup>5</sup> Surgik (2005), define a várzea como áreas periodicamente inundáveis por ciclos anuais regulares de rios de água branca, ricos em sedimentos. Os solos ficam submersos quase a metade do ano, são altamente nutritivos e constantemente renovados pelas deposições anuais de sedimentos no período da cheia.

<sup>6</sup> Área não afetadas pela subida e descida dos rios.

## O PAE EIXO FORTE: PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO.

O Inca decretou o PAE Eixo-Forte, segundo o que consta no processo de criação, por iniciativa das comunidades, por meio de seus representantes, que o solicitaram à SR 30. A comunidade Santa Maria, segundo os documentos consultados, encaminhou o requerimento para o assentamento coletivo por seu representante, o então vice-presidente da associação de moradores, o Sr. José Maria, no dia 13 de outubro de 2005.

Como a região na qual a comunidade Santa Maria está inserida é conhecida como Eixo Forte, manteve-se o nome original na criação do assentamento. A região pertencia à conhecida Gleba Mojuí dos Campos A, que corresponde a uma área de 39.800 ha, localizada no município de Santarém, estado do Pará. Inicialmente toda a área era pertencente à Gleba Mojuí dos Campos, arrecada e matriculada em nome da União Federal, no ano de 1978 (REGISTRO GERAL, 1978). Em 1997, com a criação do município de Belterra, o INCRA dividiu a Gleba Mojuí dos Campos, ficando para o município de Santarém a Gleba Mojuí dos Campos A.

O PAE Eixo Forte foi criado em parte da Gleba Mojuí dos Campos A, pela portaria nº 44 de 20 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União. Possui área com aproximadamente 12.689 ha (BRASIL, 2005). Essa modalidade de assentamento é destinada à exploração de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, executadas pelas populações com origem de comunidades extrativistas.

Foram criadas diversas modalidades de assentamento, justificadas como melhor adequação às características de cada região. Recentemente foram criadas modalidades voltadas para supostamente melhor adequar os assentamentos às questões ambientais, além dos assentamentos agrícolas clássicos. Por exemplo: os assentamentos agroextrativistas (Projetos de Assentamento Agroextrativista – PAE) e os assentamentos agroflorestais (Pólos Agroflorestais – PE ou Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS) (TOURNEAU e BURSZTYN, 2010).

Nesse viés ambiental, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), resolução nº 387/2006, estabelece regulamentação para licenciamento ambiental de projetos de reforma agrária, considerando a importância de diretrizes e procedimentos de controle e gestão ambiental para orientar e disciplinar o uso e a exploração dos recursos naturais.

As atas das reuniões das comunidades que, conforme alegação, solicitaram a criação do assentamento, estão anexadas no processo de criação do PAE. As reuniões, mobilizadas em cada comunidade, recebiam um espécie de assessor, no caso de Santa Maria, um assessor comunitário em nome do Incra e Prefeitura Municipal de Santarém. Esse intermediário, segundo o que consta no documento, explicou a viabilidade de implantação de um assentamento de reforma agrária na comunidade.

Ata da reunião em Santa Maria assinada por 24 moradores em 13 de outubro de 2005:

Laudelino Sardinha, assessor comunitário, em nome do Incra e prefeitura de Santarém, vem explicar sobre a viabilidade de implementação do assentamento coletivo via Incra nesta comunidade.

A prefeitura de Santarém está trabalhando em parceria com Incra na questão de prestação de esclarecimentos, efetua cadastros e medição via GPS através de visitas *in loco*.

Existem 32 famílias (de) moradores da comunidade. Houve tempo de perguntas e respostas. Depois foi colocado em votação e aprovado pelos abaixo assinados (Incra, 2005)

Após as explicações do assessor, os moradores presentes redigiram um requerimento e encaminharam ao superintendente regional da SR 30:

Ao superintendente do Incra Santarém.

A comunidade de Santa Maria, região do Eixo-Forte no município de Santarém, representada por seu vice-presidente, José Maria Vieira Mota, vem respeitosamente solicitar a V.Sa. a criação do assentamento coletivo da referida área.

Santarém, 13 de outubro de 2005. (Incra, 2005)

Todas as reuniões, nas dezesseis comunidades (de Andirobal, Cucurunã, Irurama, Jatobá, Pajuçara, Ponta de Pedras, Ponte Alta, São Braz, São Francisco do Carapanari, São Pedro, São Raimundo, Santa Rosa, Santa Luzia, São Sebastião, Santa Maria, e Vila Nova), ocorreram no mês de outubro do ano de 2005, com estrutura semelhante: um assessor que abordava a viabilidade do assentamento, votação e aprovação pelos moradores presentes e o requerimento ao superintendente regional do Incra em Santarém.

A Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) evidencia que, na região do Eixo Forte, 1390 famílias foram assentadas até a data em que reproduzi a emissão da relação<sup>7</sup>. Segundo o Plano de Desenvolvimento do PAE Eixo Forte, o assentamento tem capacidade para 1400 famílias. Se todo o trabalho da SR 30 se tratasse de assentar aquela população, a meta teria sido praticamente alcançada. Todavia, o controle da Secretária de Saúde, realizado pelos agentes de

---

<sup>7</sup> Emitido em 06 de fevereiro de 2014 em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: [rdestudosrurais@gmail.com](mailto:rdestudosrurais@gmail.com)

Saúde do Eixo Forte revela que, no ano de 2010, a população da região já alcançava 5913 indivíduos e 1593 famílias.

Com a criação do assentamento, o INCRA tornou-se o responsável, conforme o que lhe é atribuído (INCRA, 2004), pela obtenção da terra; criação do projeto; seleção dos beneficiários; aporte de recursos de crédito; oferta de infra-estrutura básica, como estradas de acesso, água e energia elétrica; e a titulação (Concessão de Uso).

São inúmeros os documentos que regulamentam a criação e implantação de projetos de assentamento de reforma agrária, como a Norma de Execução Nº 37, o manual de projetos de assentamentos e a Instrução Normativa Nº 15.

Outro documento que orienta os procedimentos no assentamento é o manual de PAEs. É uma metodologia para criação de um PAE, com etapas e protocolos que incluem desde seleção da área a procedimentos de implantação

#### DESDOBRAMENTOS DA CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PAE.

Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (BRASIL, 1964 p.47).

O trecho do Estatuto da Terra, acima mencionado, conceitua o conjunto de medidas pelas quais se caracteriza a reforma agrária. No PAE Eixo-Forte, não houve reordenamento fundiário, como o que se considera para os casos de reforma agrária. A situação de ocupação da terra não foi alterada, como no caso da propriedade privada que se torna assentamento público pela desapropriação, por exemplo. Os limites e divisas entre os lotes já tinham sido estabelecidos, segundo normas consuetudinárias determinadas há alguns anos.

O caso do PAE Eixo-Forte é um caso muito semelhante ao que ocorreu em outros lugares, na própria SR 30. No mesmo período, foram criados assentamentos em situações semelhantes. Nesse sentido, Lima (2012) destacou que o governo inflou números: os números da reforma agrária subiram vertiginosamente por conta de regularização fundiária no Norte do país em territórios tradicionalmente ocupados.

Ao que parece, os números da regularização fundiária no Norte do país serviram para alcançar as metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Dessa forma, os dados de regularização fundiária foram contabilizados para a reforma agrária no mandato do então presidente da República, Luiz Inácio da Silva. A proposta do II



PNRA era assentar 400 mil famílias. O objetivo foi praticamente atingido, pois 380 mil famílias foram “assentadas”. Destas, a maioria na região Norte, fruto do esforço coletivo de servidores e técnicos da SR 30 que, entre maio de 2005 a dezembro de 2006, criaram 49 PAEs (LIMA, 2012).

Procurei compreender como os moradores entendiam o assentamento, principalmente como o definem e quais os efeitos da implantação do projeto sobre a vida deles. Os resultados apontam para uma falta de compreensão das condições mínimas de implantação. Parte dos entrevistados não soube defini-lo: alguns se utilizaram da categoria *benefício*; outros ainda, demonstrando que nem tudo está plenamente aceito, ou que estão insatisfeitos com o projeto, alegam que se trata de *uma enganação*, uma maneira de *tomar a terra dos outros*.

Levando em conta dados obtidos em entrevista com informante privilegiado – Sr. Sebastião, presidente da Associação de Moradores de Santa Maria, que esclareceu ter acompanhado parte do processo – pode-se apontar o quanto as definições são ou vieram a ser nebulosas para os moradores da comunidade.

Chequei aqui em 2008. Em 2005 o assentamento já estava. Quando chequei estavam discutindo, depois vieram os créditos. Saíram essas casas. Primeiro veio o crédito inicial para começar a trabalhar. O fomento nós pegamos mil. Esse aqui é um assentamento coletivo porque é nosso, é o Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte.

Pesquisadora: Quando eles criaram esse assentamento muitos já estavam aqui dentro. Como fica essa situação?

As terras que tinham título estão em processo. As que não tinham são dos assentados. Se meu título é legal eu vou continuar lá, mas se meu título não é legal eu tenho que dar baixa para entrar como cliente da reforma agrária. A gente tem 20 anos para legalizar o título. Depois que passar a ser cliente de reforma agrária, eu tenho 20 anos para começar a pagar. Daqui com 20 anos, se eu for vivo, a terra vai ser dos meus filhos (Sebastião Costa, 59 anos, 2013)

A dúvida quanto às reais condições de implantação são reafirmadas por quase todos os entrevistados. Apenas como ilustração, transcrevo um dos trechos de entrevista onde o “assentado” explicita o grau de confusão por ele administrado.

Um pouco que a gente sabe sobre assentamento, é aquilo que o pessoal diz: assentamento é do governo. O assentamento é quando o governo dá terra para quem não tem terra, não tem onde morar, não tem casa. Nós já estávamos aqui antes do assentamento, então ele funcionou como benefício para a gente ter um trabalho melhor, um apoio melhor. O assentamento é um benefício para a família. Quando surgiu o assentamento aqui na região do Eixo Forte, eles fizeram três reuniões para explicar esse negócio, como poderia existir esse assentamento, como era o direito de cada um. Foi feito essas reuniões, mas de uns tempos para cá já não tem mais reunião para falar sobre isso. É assim, mais ou menos, é o que vejo nos comentários das reuniões que já participei. Isso que é assentamento: o benefício. (M. I, 45anos, 2013)

De maneira geral notei duas vertentes principais sobre a definição do assentamento: aqueles que avaliam o assentamento como algo positivo; e de outro lado, os que percebem nele um entrave às práticas cotidianas. Provavelmente, em parte, isso é decorrente dos poucos esclarecimentos dados à população de Santa Maria. É fato que ocorreram reuniões após a criação do projeto, no entanto, a decisão pela inclusão da comunidade ao PAE Eixo-Forte aconteceu após a primeira reunião (trata-se, como já assinalai, da mesma reunião assessorada por Laudelino Sardinha) do dia 13 de outubro de 2005.

Alguns dos padrões de vida construídos há anos são quebrados por regras que eles não conhecem. De “proprietários” de suas terras agora eles passam a “colocados” no assentamento, mas uma colocação que já havia sido definida pelos limites de respeito e acordadas pelo comunal. Isso parece estranho a pessoas habituadas a não dar satisfação de sua conduta de exploração dos recursos naturais para além dos diretamente interessados na gestão de recursos. Agora elas dependem das regras da instituição que os “governa”, bem como de uma representação popular que deve falar em nome das expectativas de famílias de 16 comunidades.

Hoje não tenho direito sobre a terra. Esse governo fala tanto em direito, mas eles fazem é perseguir. Eles não explicaram direito o que era assentamento. Hoje ninguém é dono da terra. Se a pessoa não se adequa ao assentamento só falta ser expulso. Nós compramos, plantamos... O que pode acontecer é que uma pessoa que está em uma área quase 30 anos, comprou a terra, e se você não se adequar tem que dar oportunidade para outras pessoas. Isso não é real, não é certo. Não sei onde eles aprenderam isso. (M. D, 56 anos, 2013)

A organização social em Santa Maria se estrutura mediante serviços básicos: Igreja, clube de futebol e atualmente pela associação de moradores. A proposta de associativismo, tal como se configura atualmente, surgiu a partir da proposta de criação do assentamento, pela qual o diálogo com órgãos do governo não se faz mais com os indivíduos da comunidade, mas com o representante delegado dos moradores, o presidente da associação. Até 2005, a ação coletiva na comunidade ocorria para solucionar problemas pontuais, para reivindicações diante de órgãos do governo, especialmente na construção de edificações de uso comum etc.

Atualmente as maneiras de viver e agir em conjunto, diante de determinadas situações ainda ocorrem. Todavia, são gerenciadas principalmente pela associação de moradores, fundada para responder à imposição do Estado. Neves (2013), acerca dos dilemas e contradições da integração de categorias socioeconômicas na ação estatal

mediante o associativismo, assinala que sua existência – imposta por órgão do Estado – se articula ao não reconhecimento de outras formas de alinhamento político, e de que há sempre nesse bojo um projeto de organização e de mudanças sociais.

Há impossibilidade de construção de um projeto durável, proposta pelo associativismo, na situação analisada por Neves (2013). Em grande parte por inexistência de condições básicas às adesões duradoras: em parte pela negação dos associados aos princípios ideais pregados pelo associativismo, especialmente quando disputam entre si a transferência de bens a serem apropriados individualmente.

Em 2006, ano da fundação, a associação de moradores registrava 51 associados, uma diretoria composta por 7 membros, ocupando os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretário, 1º e 2º tesoureiro e diretor comercial. Quase oito anos depois, a associação está sem diretoria. Após o mandato da segunda diretoria, não houve nova eleição. Apenas foi constituída uma comissão para tratar da nova eleição, que deve ocorrer no mês de fevereiro de 2014. Até o segundo semestre de 2013, apenas oito sócios eram membros ativos nas reuniões e no pagamento da taxa mensal. Os demais se afastaram e um pediu desligamento por tempo indeterminado. A principal causa dos afastamentos de associados é o não recebimento de *benefícios*<sup>8</sup>.

Eu fazia parte do assentamento [...] A casa do assentamento seria feita aqui. O meu marido também não quis ser assentado. Agora vou ter que entrar novamente, pois para aposentar vai ser preciso. Você tem que ser sócia. Eles dão uma declaração e você consegue. Quem falou foi o povo daqui da comunidade. Se eu quiser me aposentar tenho que ir com o presidente da associação, ele me dá uma declaração. (I. M, 39 anos, 2013)

Os benefícios aos quais os moradores se referem são o crédito instalação, modalidade de apoio inicial e aquisição de material de construção. O Sr. J. M atribuiu sua saída e de seus filhos a esse fator, pois não receberam os *benefícios*, sendo eles agricultores e pessoas ativas nos trabalhos coletivos. Sr. M.D também alegou não se interessar mais pela associação, por não fazer qualquer sentido ser associado e nada receber em troca.

Barretto (2004), em trabalho sobre assentamento de reforma agrária no Brasil, para o qual percorreu mais de 20.000 Km pelas cinco regiões geográficas do país, abarcando mais de 60 assentamentos, comenta o verdadeiro fracasso coletivo na organização e produção por meio de cooperativas ou associações.

---

<sup>8</sup> Dados obtidos mediante entrevista concedida pelo responsável da comissão que responde pela associação na ausência de diretoria executiva, sr. Adailson Mota.

A intervenção para as supostas melhorias nas condições de vida das pessoas, no caso, das que vivem na região do Eixo Forte, se estrutura a partir da criação de atores específicos que operam como mediadores, interligando comunitários à instituição governamental Incra, às empresas e serviços em assistência técnica, e estimulando a criação de uma associação. Ressalto, como já comentei, ainda as controvérsias abalizadas por Ros (2008), que ao destacar práticas dos mediadores que operaram por projetos de mudanças sociais como “clientelistas” ou “paternalistas”, reforçam assim a dependência dos mediados. Nessa modalidade de redefinição de autonomia como valor, cito os programas bolsa verde e bolsa família, apesar de o último ser anterior à criação do PAE.

O programa bolsa verde faz parte do plano Brasil sem miséria e seu nome oficial é programa de apoio à conservação ambiental. Ele é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e sua proposta é aliar o aumento na renda das populações beneficiadas à conservação dos ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Para serem beneficiárias do programa bolsa verde, as famílias devem desenvolver atividades de conservação ambiental e estar situadas nas seguintes áreas: florestas nacionais, reservas extrativistas federais e reservas de desenvolvimento sustentável federais, administradas pelo ICMBIO; projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável ou projetos de assentamento agroextrativista instituídos pelo Incra; territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais; e outras áreas rurais definidas como prioritárias pelo governo federal (Brasil, 2014). Algumas famílias em Santa Maria recebem o benefício bolsa família desde sua implantação, ano de 2004.

Para Barretto, a atuação do Incra como mediador social nos projetos de reforma agrária está ligada, em grande parte, apoiada na limitação de autonomia dos mediados, tendo em vista a dependência aos benefícios concedidos por meio do órgão e as dificuldades de previsão do futuro imediato.

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) do Incra foi criado em 2003, com o objetivo de assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária: objetivando implantar um processo descentralizado de apoio às famílias dos agricultores assentados em projetos de assentamento. A assistência técnica na comunidade deverá ser coordenada pelo Incra e executada em parceria com o SEBRAE

(Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) (Incrá, 2011). No entanto, nenhum projeto foi aplicado via assentamento.

De maneira geral, as propostas do projeto de reforma agrária <sup>9</sup> não se enquadram ao projeto de reprodução social das novas gerações pelas alternativas de uso agroextrativista. Na geração dos que nasceram em Santa Maria há pouco vínculo com a agricultura e extrativismo. São pessoas que dedicam maior investimento, se não todo ele, a atividades não agrícolas. São empregados de empresas privadas e autônomos. Parte dos que estão em idade escolar também demonstram desinteresse na manutenção de um estilo de vida camponês. Em muitos casos os próprios pais e avós colaboram para que optem por outros projetos de vida desvinculados da atividade agrícola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias específicas, as experiências do passado, as adaptações aos ambientes e recursos disponíveis, influenciaram a população que hoje vive em Santa Maria. A condição de agente e a busca de autonomia são características que possibilitam que essas pessoas gerenciem as diversidades de oportunidades e limitações à reprodução social e produção agrícola e extrativista em Santa Maria. No entanto, a reconquista da autonomia vem sendo colocada em questão, diante de determinações decorrentes das normativas do projeto de assentamento implantado pelo Incra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETTO, N. R. Reforma agrária: O mito e a realidade. História dos assentados, contada por eles mesmos. São Paulo: Artpress, 4ed. 2004.

BRASIL. **Bolsa verde**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>>. Acesso em 27 de janeiro de 2014.

---

<sup>9</sup> Um projeto de assentamento é um conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas, de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do (a) trabalhador (a) rural e de seus familiares (Incrá, 2004 p. 2-3). O PAE é uma modalidade de assentamento destinado a populações tradicionais, para exploração de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, introduzindo a dimensão ambiental nas atividades agroextrativistas (Incrá, 1996).

BRASIL. Portaria n. 44, de 20 de dezembro de 2005. DOU, Brasília, n. 223, 22 nov. 2005.

BRASIL. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)>. Acesso em: Mar 2013.

BRASIL. MMA. Conama. **Resolução n. 387, de 27 de dezembro de 2006.** Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, e dá outras providências. DOU, Brasília, nº 249, de 29 dez. 2006; p. 665. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res06/res38706.pdf>>. Acesso em: Jun. 2013.

CEAPAC. **Projeto Curauá Fibra do Desenvolvimento.** Disponível em <<http://www.ceapac.org.br>> Acessado em 25 jun 2013.

INCRA. Relação de Projetos de Reforma Agrária. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>> Acesso em 17 de fevereiro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa nº 58, de 05 de março de 2010.** Disponível em <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)> Acesso em 21 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte.** Santarém, 2011.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004.** Disponível em <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)> Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Norma de execução nº 45, de 25 de agosto de 2005.** DOU, Brasília, n. 166, de 29 ago. 2005

\_\_\_\_\_. Diretoria de Assentamentos. **Conceito e metodologia para implantação dos Projetos de Assentamentos Agro-extrativistas.** Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Processo administrativo de criação do PAE Eixo-Forte. Santarém, 2005.

LIMA, Moacir Henrique. **De Balaio a Acará-Açu. O processo de criação e implantação dos projetos de assentamento agro-extrativistas (PAEs) nas várzeas do Baixo Amazonas.** 2012. 143f. Monografia (Especialização em direitos humanos e políticas públicas). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém.

NEVES, D. P. Associativismo e personalismo dos mediadores formais: dilemas da organização política de assentados rurais pela intervenção estatal. **Retratos de assentamentos**, v. 16, n. 1, p. 15-42, 2013.

NEVES, D. P (Org). **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós graduação em desenvolvimento rural, 2008.

REGISTRO GERAL. **Certidão de Imóvel**, matrícula 1565. 1º Cartório de registro de imóvel, Santarém, 1978.

ROS, C. C. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuk Argentina. In: **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. NEVES, D. P. (Org). Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós graduação em desenvolvimento rural, 2008.

SURGIK, A. C. S. Estudo jurídico para a várzea amazônica. In: BENATTI, J. H; SURGIK, A. C. S; TRECCANI, G. D; McGRATH, D. G; GAMA, A. S. P. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea**: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus: Edições Ibama/Provárzea, p.15-32, 2005.

TOURNEAU, F. L; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente e Sociedade**, V. XIII, n.1, p. 111-130, 2010.

## Assentados e forjados na luta pela terra

Ramiro Teixeira da Silva Júnior<sup>1</sup>

Irene Alves de Paiva<sup>2</sup>

Cimone Rozendo de Souza<sup>3</sup>

### Introdução

As disputas em torno da questão de terras no Brasil desencadearam diversas dinâmicas no campo. De um lado, configurou-se um grupo composto por proprietários dos latifúndios, e de outro, um grupo formado por trabalhadores rurais na luta pelo acesso à posse e propriedade da terra. No segundo bloco desse embate, estão localizados, entre outros grupos sociais, indivíduos organizados em assentamentos rurais, compreendidos como novas unidades de moradia e produção agrícola, com vistas a construir estratégias voltadas para o desenvolvimento do campo através da agricultura familiar (BERGAMASCO; NORDER, 1996) em constantes embates com as políticas fundiárias traçadas para os povos do campo.

Para Veiga (1986), uma reforma agrária depende do contexto das lutas políticas do país e da correlação de forças entre os grupos envolvidos, como trabalhadores assalariados, camponeses, proprietários agrícolas etc., ou seja, “os que poderão ser beneficiados com a sua realização e os que perderão parte de seus privilégios econômicos” (VEIGA, 1986, p. 81), mas, sobretudo, conta com intervenção do Estado para efetivação de políticas de redistribuição de terra e da renda agrícola.

Neste trabalho, abordamos, em um primeiro momento, algumas reflexões sobre as concepções políticas do MST na organização das famílias agricultoras em assentamentos e temos como subsídios os artigos 184, 186 e 187 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil que versam sobre as políticas agrícolas; em seguida, expomos algumas experiências vivenciadas em 2012/2013 na Associação Nova Esperança do Assentamento Rosário, localizado em Ceará Mirim/RN. Por fim, lançamos algumas observações sobre a organização da produção de alimentos em associativismo no MST.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências Sociais (PPGCS/UFRN)

<sup>2</sup> Professora Doutora do Departamento de Ciências Sociais (UFRN)

<sup>3</sup> Professora Doutora do Departamento de Ciências Sociais (UFRN)



## **A constituição do MST e as propostas de assentamentos**

O Movimento Sem Terra é produto de diversos conflitos travados no campo brasileiro, os quais contribuíram para as articulações de movimentos sociais como uma maneira de consolidação da organização dos trabalhadores neste espaço ante às emergências produzidas pelos conflitos em torno da terra (MEDEIROS, 1989). Tem-se, ainda, que o contexto sociopolítico nacional de gestação do MST é marcado por intensas manifestações sociais urbanas na luta por direitos em meados da década de 1980, período de redemocratização do país em razão do desgaste da Ditadura Civil-Militar.

No âmbito das dinâmicas de lutas pela terra no campo brasileiro, observamos processos de marginalização pelos quais passaram os trabalhadores rurais quanto às decisões no campo da política institucional e informal sobre o acesso e a propriedade da terra, tendo desdobramentos sociais e econômicos na vida dos camponeses, vistos, portanto, como dependentes do poder governamental e dos proprietários latifundiários.

Se por um lado os grandes proprietários de terra em alianças com parlamentares se muniram de força física e violência para submeter os trabalhadores do campo e suas lideranças ao seu poderio, por outro, temos o surgimento de articulações para organização desses trabalhadores, como o Partido Comunista do Brasil (PCB) no início do Século XX, a formação das Ligas Camponesas (início de 1950), os sindicatos rurais e a atuação de alguns setores da Igreja Católica como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), experiências de ações políticas que estão no berço de formação do MST.

Este, em suas primeiras ações, atua na organização de grupos para a formação de acampamentos<sup>4</sup> e assentamentos através da ocupação e desapropriação de terras – ações atualmente ancoradas nos Artigos 184, 186 e 187 da Constituição Federal, que tratam sobre políticas agrícolas referentes a latifúndios improdutivos –, bem como na realização de encontros com trabalhadores do campo, promovendo cursos de formação política. O contexto sociopolítico brasileiro dessa época é marcado, então, pela

[...] emergência de um novo sujeito histórico (...) por sua consciência e sua luta; enfim, os trabalhadores da terra decidem emergir das sombras e da passividade e reivindicar (...) uma luta que não se

---

<sup>4</sup> A formação de acampamentos configura-se como aprendizado das ações do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Cabe informar que os acampamentos são formados por um conjunto de barracas onde as famílias dos trabalhadores rurais moram.

resume à luta pela terra (...) mas que se estende à revitalização da família e seu mundo (MARTINS, 2000, p. 27).

Nesse sopro de reinvenção na luta pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizou o seu 1º Encontro Nacional no ano de 1984, em Cascavel/PR, contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e o seu 1º Congresso Nacional em 1985, em Curitiba/PR<sup>5</sup>. As lideranças do MST apontam que

[...] era preciso ultrapassar a etapa da luta pela terra, originária na luta dos posseiros e das ocupações isoladas de latifúndios, e transformar isto tudo em luta pela reforma agrária, colocando-a em um novo patamar da política. Agora todas as mobilizações deveriam entrelaçar-se com a sociedade, pois os trabalhadores sem-terra entenderam que a derrota do latifúndio no Brasil não pode ser do interesse somente dos que querem trabalhar na terra, mas de todos aqueles que querem ver alimento farto em todas as mesas (BOGO, 1999, p. 20).

Apontando para dois problemas estruturais no campo, a pobreza e a desigualdade, o MST retoma a proposta da democratização da terra, acreditando que os camponeses assentados, ao terem acesso ao capital, podem desenvolver a sua produção agrícola, instalando suas próprias agroindústrias, promovendo mecanismos de acesso a mercados e à comercialização dos seus produtos com a derrubada da cerca do latifúndio, do capital e da ignorância para a eliminação da pobreza e das desigualdades sociais no campo (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

Ora, as políticas fundiárias, tal qual a contida no Artigo 184 da Constituição Federal de 1988, trazem a prerrogativa de a União desapropriar um imóvel rural e destiná-lo para fins de reforma agrária quando este não cumprir sua função social de utilizar adequadamente os seus recursos naturais e quando não cumprir aos itens previstos nas leis trabalhistas.

Podemos identificar, a partir disso, que as reivindicações do MST apontam para a importância da relação de proximidade existente entre trabalho e produção de vida em denúncia aos latifúndios improdutivos e ao não cumprimento das políticas fundiárias, como a proposta do Artigo 187 da Constituição Federal, que traz a prerrogativa de inclusão dos trabalhadores rurais no processo de produção agrícola respaldada pelo planejamento em forma de lei, pois é a partir do controle da sua produção que o homem

---

<sup>5</sup> Entre as ações que impulsionaram a criação do MST, destacamos a formação do acampamento na Fazenda Sarandi, ainda em 1962, no município de Sarandi/RS.

tem a possibilidade de libertação das opressões vivenciadas ao longo da história das famílias camponesas (BOGO, 2009).

Para Paiva (2005), a inovação do MST no combate às desigualdades produzidas no meio rural está nos investimentos realizados na educação formal dos camponeses acompanhada pela formação política, proporcionando a apropriação do saber institucionalizado ressignificado pela leitura social crítica desenvolvida na prática militante, processo construtor de novos valores nas relações dos sujeitos em suas práticas de reivindicações de direitos.

Entre as argumentações das lideranças do MST, identificamos que, mesmo sendo atribuída à causa de terras no Brasil uma repercussão nacional, desde a época das Ligas Camponesas e do sindicalismo rural, e mesmo com a observação de algumas medidas em favor dos trabalhadores rurais por parte do Estado, “o jogo de forças sociais no interior do próprio Estado e a falta de empenho do poder público acabaram por impedir maiores realizações” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 30).

Enquanto as ações práticas do Estado apontam a propriedade da terra como um caráter individual, o Movimento Sem Terra propõe direitos coletivos ou comunitários em práticas de reinvenção social (discussão trazida em 1980 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB- no documento *Igreja e problemas da terra*) nas áreas onde atua, como os assentamentos, os quais

[...] podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra; como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade e o incentivo à organização social e à vida comunitária (...) assim, os assentamentos rurais representam uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais mais equitativas; é neste contexto que (...) se registra a busca de novos padrões sociais na organização do processo de produção agrícola (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7).

As ações para multiplicação de assentamentos de reforma agrária podem ser compreendidas como a *novidade* descrita por Martins (1984) na luta pela terra, pois se configuram como coletivos organizados por famílias forjadas na resistência política durante a fase de acampamento, morando em barracas de lona e vivendo com precárias condições de infraestrutura e que também possuem uma vida tecida por realidades

partilhadas em comum, de exploração nas fazendas onde foram criadas.

Podemos identificar as ações do MST como propostas de canais de cooperação social, os quais podem ser utilizados para o fortalecimento da organização dos trabalhadores do campo em suas atividades de protagonismo, a partir da participação das famílias através da agricultura familiar mediante as propostas de inovações sociais (MARTINS, 2000).

Os assentamentos rurais, portanto, podem ser apreendidos como alternativas tanto à expulsão do homem do campo, da sua própria terra, quanto de resistências às formas de implantação dos processos de produção do modelo capitalista, potencializador da pobreza no meio rural (STÉDILE; FERNANDES, 1999), levantando a pauta da disputa por condições dignas de trabalho como meio de produção e construção de uma identidade humana do próprio homem no campo através da Reforma Agrária.

A formação de assentamentos é, assim, um resultado do confronto, da luta de classes, se fazendo reflexo das conquistas realizadas pelos trabalhadores (STÉDILE; FERNANDES, 1999). Contudo, isso não garante a produção de vida buscada por seus protagonistas, pois não é em si apenas a luta pela propriedade da terra, mas também a disputa pelo reconhecimento e pela consolidação do acesso ao uso reordenado da terra pelos agricultores (BERGAMASCO; NORDER, 1996; MARTINS, 1989, 1999).

O reordenamento na utilização da terra, com geração de empregos diretos e indiretos, aparece como um impulso a um tipo diferente de organização social dentro dos assentamentos, visando à viabilização da produção agrícola em associativismo e gerando a necessidade de continuação da organização coletiva nas lutas pela terra, podendo estender-se à produção econômica, como por exemplo, o acesso aos créditos fundiários e a reestruturação da família e do mundo camponês (MARTINS, 2000).

Paralelamente às ações nos assentamentos, têm-se a formação de acampamentos como denúncia das insuficiências da política em relação aos conflitos fundiários, pois os acampamentos apontam para um constante recriar da perversidade da pobreza, bem como revelam a privação da participação das famílias no cenário social e econômico do país. Além disso, denunciam o não cumprimento das políticas fundiárias de desapropriação de terras improdutivas.

Identificamos no MST, portanto, um movimento social de identidade com princípios e valores políticos próprios através de processos fomentadores de agentes sociais militantes construtores desses ideais de luta política, traduzida no social e no

econômico. Pois, os embates travados na esfera das ações políticas são uma investida para a melhoria das condições de vida das famílias camponesas em suas relações de sociabilidade ou para obter maior disponibilidade dos serviços públicos de educação, saúde e lazer, por exemplo, como os direitos conquistados nos projetos de viabilização da produção econômica dos agricultores organizados em assentamentos.

Assim, no processo histórico brasileiro de luta no âmbito da questão agrária, com desdobramentos e consequências marcantes nos dias atuais, o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é entendido pelas suas lideranças como de esclarecimento/conscientização/organização dos seus componentes (famílias, militantes e novos integrantes) sobre a realidade social e local através da consolidação de sua identidade coletiva a partir da construção dos seus princípios e valores políticos.

Por se tratar de dinâmicas de articulação das famílias, enquanto grupo social, compreendemos o processo de consolidação de identidade política como uma possibilidade de organização do homem e da mulher do campo na luta pela terra, pois nessa concepção de embates travados pelos trabalhadores rurais para efetivação da reforma agrária, constituiu-se a formação de novos pontos de produção de vida e de moradia a partir das suas reivindicações sociais e políticas na construção de assentamentos rurais.

Dessa maneira, as ações políticas do MST reclamam o protagonismo das famílias do campo, sobretudo das famílias assentadas, convocando-as para reivindicações sociais, tendo em vista que somente na esfera política o homem pode ter a expectativa de promover uma ação e de gerar um novo início nos processos sociais da vida comunitária (ARENDR, 2005). Assim, a esfera pública, na qual se dá o espaço da política, constitui o lugar no qual os homens podem exercer as reivindicações daquilo que lhes é assegurado pelo regime político, como as prerrogativas expostas nos Artigos 184, 186 e 187 da Constituição Federal, ou pelo que eles entendem ser próprio de suas demandas sociais.

Nessa perspectiva de participação dos homens na esfera política e na reflexão das dinâmicas dos movimentos sociais do campo, como os assentamentos na questão agrária, compreendemos que os militantes assentados ao atuarem no espaço reservado para a tomada das decisões políticas dão vazão à sua voz de participantes ativos numa sociedade democrática, pois, esses agentes, ao se articularem em conjunto, promovem maior ênfase em torno daquilo pelo qual estão lutando, de modo que uma maior

quantidade de pessoas envolvidas na mesma causa promove maior pressão sobre uma situação partilhada em comum por várias famílias,

[...] por isso, deve-se aproveitar ao máximo, para que, embora sejam ainda parciais e enfrentem muitas dificuldades, essas áreas de assentamento sejam um acúmulo de forças para a continuidade da luta pela reforma agrária mais ampla. Por isso é importante os assentados continuarem organizados no MST. E o governo justamente procura transformar os assentados em pequenos produtores agricultores autônomos para separá-los da organização, que significa forças para a reforma agrária (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p.163).

A expectativa de luta nos assentamentos se configura como espaço social onde o homem pode desencadear processos de mudanças no seu curso histórico e promover novos acontecimentos nos embates para suas reivindicações políticas, e, assim, terem a possibilidade de denunciar a violência sofrida e a expectativa de romperem com o monopólio da ordem vigente que os tornam submetidos aos homens nos cargos políticos, os quais muitas vezes optam por defender seus próprios interesses.

Os agentes sociais em assentamentos tendem a procurar articulações a partir de uma demanda comum, a luta pela conquista da terra, e de uma necessidade partilhada por todos, de criar condições propícias de construção digna de vida no campo, pois é necessária, além da distribuição de terras, a criação de condições tanto de produção quanto do seu escoamento para os pequenos proprietários rurais com *autonomia* frente ao monopólio capitalista (VEIGA, 1986).

Dessa forma, a voz levantada pelos movimentos sociais, como o MST, por exemplo, reivindicam a reforma agrária em denúncia do modelo capitalista, conquistando, de certa maneira, a adesão de parte da população, pressionando os grupos de parlamentares e interferindo nos espaços de decisões políticas, sobretudo por que “as novas unidades produtivas criadas a partir de uma reforma agrária podem se organizar de várias maneiras” (VEIGA, 1986, p. 22), na construção da ideia de que a terra deve pertencer a quem nela trabalha.

Com esse pensamento, a população, por um lado, tende a reconhecer na luta pela reforma agrária outras demandas sociais e políticas para desmascaramento do sistema de exploração imposto pelo regime atual. Por outro, os políticos eleitos ficam de certa forma pressionados a responderem satisfatoriamente às demandas da população sempre alheia aos processos históricos reguladores do andamento do cenário político e social nacional.

## **De acampados à peleja de assentados: uma Nova Esperança em Ceará-Mirim/RN**

O Assentamento Rosário, localizado no município de Ceará Mirim/RN, teve início em junho de 1997, com a ocupação da fazenda Santa Maria, na formação de um acampamento composto por famílias de agricultores (homens, mulheres e crianças), originárias de Dom Marcolino (distrito do município de Barra de Maxaranguape), Punaú (distrito de Rio do Fogo) e de Ceará Mirim.

A mobilização das famílias para a realização da ocupação foi feita pelo MST, além de outros atores como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ceará Mirim (STTRCM). Durante o período do acampamento, cuja duração foi cerca de um ano, as famílias participaram de ações do MST, como bloqueios de rodovias, reivindicações em órgãos públicos (prefeituras, sedes do governo estadual e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA), além de receberem sete ordens de despejo<sup>6</sup> executadas pela Polícia Militar exigindo que as famílias desmontassem as barracas e se retirassem do local.

Segundo as falas dos assentados, os momentos de despejos foram marcados por intensos conflitos entre os policiais e as famílias acampadas, pois, de um lado, estava a força policial com a obrigação de fazer cumprir uma ordem judicial, promovendo a manutenção da propriedade privada da fazenda, vista pelos acampados como uma expressão da concentração de terras e das desigualdades sociais no campo, e, de outro, as famílias acampadas, encarando a obrigação de deixarem o local como mais uma forma de marginalização do acesso à propriedade da terra. Após a execução de cada despejo, as famílias se organizavam novamente, retornando à área para montarem novo acampamento, sempre com um número maior de pessoas, chegando até cerca de 250 famílias acampadas.

As condições de vida no acampamento eram precárias, as moradias feitas de barracas de lona preta ou de palhas de coqueiros, sem estrutura de escola ou de sistema de saúde públicos, entre outros serviços. Portanto, diante do quadro de dificuldades, as famílias acampadas se mobilizavam para realização de ocupações em órgãos governamentais, como o INCRA, através dos quais reivindicavam agilidade nos

---

<sup>6</sup> Ordens de despejo são mandatos judiciais de reintegração de posse que exigem a retirada das famílias do local de acampamento onde estão instaladas e a reintegração de posse da área ocupada ao proprietário.

processos de desapropriação das terras, e a prefeitura de Ceará Mirim, da qual cobravam melhores condições de infraestrutura para o acampamento, como serviços de saúde, abastecimento de água, estruturação de escola, etc.. Em suas falas, os assentados relatam a importância do apoio de educadores que dialogam com a causa das famílias, aliando o ensino formal com a formação política das famílias já durante o acampamento.

Logo no período do acampamento, as famílias tiveram acesso a estudos sobre formas de organização coletiva a partir de debates sobre a luta pela terra e de como garantir a subsistência no campo e nos assentamentos através da produção na agricultura familiar. Assim, quanto mais envolvidas no processo de luta pelo desenvolvimento do homem do campo, mais as famílias se sentiam motivadas a reivindicarem a desapropriação de grandes fazendas para a formação dos assentamentos de reforma agrária, uma vez que

luta é uma palavra central nas narrativas desses conflitos, e aponta para enfrentamentos concretos e prolongados, com múltiplos episódios, alguns dos quais envolvendo violência física (COMERFORD, 1999, p. 19).

A desapropriação da fazenda Santa Maria ocorreu no dia 18 de março de 1998, ano no qual, ao dia 10 de junho, foi dada a emissão de posse para as famílias acampadas. O Projeto de Assentamento Rosário tem área de 994,1468 hectares disponível para o uso assentados, excluída as áreas de reservas, ao passo que o tamanho médio disponível para cultivo por família é de 8,28 hectares. As 120 famílias ali assentadas são em grande parte de origem camponesa, e a maioria permanece desde o início do acampamento.

O Assentamento é formado por duas agrovilas e conta com um número de cinco associações, entre as quais está a Associação Nova Esperança, tomada como espaço coletivo para as reflexões aqui descritas, e cuja fundação data no dia 03 de agosto de 2009. Desde então, seus associados vêm construindo o hábito de reuniões mensais, as quais, atualmente, são realizadas no dia 5 de cada mês, sempre no início da noite na casa de uma das famílias associadas. Caso esse dia seja em um fim de semana ou feriado, a reunião é transferida sistematicamente para o próximo dia útil, de maneira que essa dinâmica de reuniões, segundo os componentes da associação, já é parte da rotina de responsabilidades dos associados.



À medida que os participantes chegam ao local de reuniões, logo vão se *acomodando* entre os pilares e paredes do espaço, de forma que todos ficam em condições de verem uns aos outros sem que qualquer pessoa fique *escondida*.

As conversas que antecedem esses momentos giram em torno das notícias do município, como a expansão do comércio local com a chegada de lojas de eletrodomésticos e a multiplicação das construções de casas populares nos projetos do governo federal.

As *prosas* tratam, ainda, de assuntos do dia-a-dia do assentamento, como as dinâmicas realizadas no trabalho de organização produtiva, com as atividades que tiveram êxito e as que não apresentaram bons resultados, como perdas de algumas partes do *roçado*; a situação dos pagamentos dos agricultores envolvidos nos projetos de escoamento da produção; as formas de utilização dos recursos financeiros e a organização dos calendários de ações políticas dos movimentos sociais, estes últimos *temas* sendo sempre aprofundados nas discussões da própria reunião.

Compreendemos, portanto, as dinâmicas de reuniões

[...] para além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos do interesse dos membros das organizações, as reuniões podem ser vistas como um elemento importante na construção desse universo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para disputas pelo poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações dos trabalhadores e o papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar (COMERFORD, 1999, p. 47.)

Atualmente, a Associação conta com um número de quarenta famílias associadas e dispõe de projetos vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do qual participa desde o ano 2009, e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esses programas de escoamento da produção fazem parte do pacote de políticas do governo federal implantado no Programa Fome Zero.

Enquanto no PNAE os produtos utilizados são comercializados com a prefeitura de Ceará Mirim e de São Gonçalo do Amarante para atender as escolas desses municípios como complemento da merenda escolar, pois esse programa prevê que 30%

da alimentação das escolas municipais sejam oriundos da produção da agricultura familiar, o PAA garante a comercialização dos produtos com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a qual os destina para instituições sociais para atenderem a setores da população local vivendo em situações precárias ou de vulnerabilidade, como hospitais, grupos religiosos e movimentos sociais, entre outros.

Os produtos cultivados pelas famílias da Associação Nova Esperança para comercialização são principalmente banana, batata, cebolinha, feijão, goiaba, jerimum, melancia, mamão e macaxeira, ao passo que a participação dos assentados na Associação se dá mediante os projetos nos quais estão inseridos. Por exemplo, nos projetos do PAA, em que são comercializados banana, batata, jerimum, melancia e macaxeira, entre outros, participam os associados que produzem esses tipos de culturas; já nos projetos do PNAE, participam aqueles produtores das culturas nele comercializadas. Caso haja a exigência do mesmo produto em diferentes projetos, os agricultores procuram garantir a entrega da produção aumentando sua plantação ou em cooperação entre os produtores, de acordo com a quantidade exigida para cada cultura, visto que os editais públicos, lançados para concorrência das associações que serão contratadas, trazem as demandas das quantidades e qualidade dos produtos exigidos nos programas.

Para o trabalho da produção na Nova Esperança, alguns associados se organizam por unidade de família, a qual cultiva de maneira individual o seu lote, com o trabalho sendo realizado pelo homem da família com a participação de alguns agregados como filhos e sobrinhos, ao passo que as famílias compostas por mulheres e filhos desenvolvem a produção através da contratação de trabalhadores oriundos da vizinhança. Além disso, identificamos núcleos de associados que se organizam em grupos, seja por laços familiares seja por afinidades de amizades, de modo que essa forma de realização do trabalho permite aos produtores de um mesmo grupo juntarem as áreas de plantação de três ou quatro, às vezes até de cinco famílias, as quais se revezam no cultivo da terra, desde as primeiras atividades de preparação do terreno até a colheita da produção, rendendo, dessa maneira, maior produtividade para as famílias participantes dos grupos.

Entendemos, a partir dessas dinâmicas de trabalho de organização individual ou em núcleos, que as famílias cujo tempo de investimento no cultivo da terra é maior são aquelas que conseguem obter maiores quantidades de produtos, e, conseqüentemente, maiores subsídios para assegurarem suas entregas nos projetos de escoamento da

produção, uma vez que o fato de ser associado não garante a participação nessas ações, e mesmo com o objetivo de fazer com que todos participem do PAA ou PNAE, por exemplo, apenas quem produz as quantidades dos produtos exigidos consegue garantir a sua participação assim como a participação da associação nesses projetos.

Entre os núcleos de associados organizados em grupos, identificamos dois blocos: um primeiro, cujos associados não mantêm vínculos diretos com movimentos sociais, seja participando das suas reuniões, ações de reivindicações e mobilizações, e um segundo que tem entre os seus associados militantes do MST, os quais são vistos como lideranças tanto no espaço da Associação quanto no assentamento, pois na medida em que estão inseridos nas ações do MST, como reuniões com outros movimentos sociais, mobilizações e audiências com os órgãos governamentais (prefeituras, governo estadual, INCRA, etc.) conseguem ter acesso em primeira mão das informações sobre os programas a serem lançados para os assentamentos, seja de projetos ligados à produção econômica seja de projetos de reformas das casas, de educação, etc..

A participação nesses espaços de discussões fora do assentamento proporciona aos seus interlocutores maiores articulações com outros grupos de agricultores ou pertencentes a outras atividades trabalhistas, políticas e sociais, tanto do ponto de vista institucional, como no conhecimento dos editais lançados para os projetos de escoamento da produção ou de outra natureza, quanto do ponto de vista informal, conhecendo experiências de outros assentamentos da região e de fora do estado do Rio Grande do Norte.

A constituição dessas relações de redes no campo (SCHMITT, 2011) proporcionam trocas de experiências nas ações de organização na luta pela terra entre movimentos sociais, fortalecem as dinâmicas cotidianas, sobretudo do ponto de vista institucional nas reivindicações do cumprimento das políticas agrícolas previstas nas leis constitucionais, e favorecem a estruturação de vínculos de confiança a partir das ações já consolidadas nos rearranjos sociais para produção de alimentos.

Identificamos que os associados da Nova Esperança com maior produtividade são aqueles cujas redes de relações, tanto no assentamento entre as famílias assentadas, quanto fora dele, como no contato com movimentos sociais, permitem maior participação política nas reuniões e discussões da associação, pela “busca de novos padrões sociais na organização do processo de produção agrícola” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, pg. 7).

As negociações via programas governamentais de escoamento da produção podem viabilizar uma melhoria na renda dos agricultores, visto que um dos principais pontos das discussões entre a Associação e a Prefeitura, por exemplo, é para que os preços de compra do PAA e do PNAE sejam maiores que os valores pagos pelos atravessadores, os quais compram a baixos preços os produtos alimentícios<sup>7</sup>.

Esses dois programas possibilitam aos agricultores a comercialização dos seus produtos sem precisarem de terceiros ou atravessadores, resultando para as famílias envolvidas um maior rendimento dos lucros econômicos, conseqüentemente, maior aproveitamento do seu trabalho nos lotes de produção, além da possibilidade de os assentados cogitarem a ampliação da participação em projetos desse porte em outras prefeituras, assim como de pleitearem a conquista de outros benefícios, como projetos de irrigação, de reformas de casas, de apoio às mulheres.

O fortalecimento da participação dos assentados em associações vem proporcionando a mobilização de outros segmentos sociais na produção de suas próprias atividades políticas e econômicas, como a organização de jovens e mulheres para a formação de grupos que busquem a participação em programas com vistas ao desenvolvimento de ações em projetos de educação e formação profissional, como o ProJovem Campo Saberes da Terra<sup>8</sup>, no qual alguns jovens do assentamento estão inseridos.

Esses cursos discutem a importância de estudos que contemplam os conteúdos necessários para atuação no desenvolvimento da agricultura familiar, como a construção de um mercado popular pelas famílias camponesas a partir da coletividade da autonomia da organização e representação frente à política econômica instaurada pelos atravessadores que comercializam com as famílias assentadas.

Entendemos, com isso, que a primeira forma de organização ainda na formação do acampamento gera um tipo de experiência política voltada para reivindicação da

---

<sup>7</sup> Ora, não participando dos Programas dessa natureza, e para não perder sua produção de alimentos perecíveis, os agricultores muitas vezes são obrigados a vendê-los com os preços cobrados pelos atravessadores, mesmo sendo preços muito baixos, acarretando baixa lucratividade para as famílias.

<sup>8</sup> O Projeto Piloto Saberes da Terra foi montado em 2005/2006 e está relacionado com a mobilização dos movimentos sociais do campo em prol da garantia da construção de novas propostas de desenvolvimento do meio rural, assim como para os povos ali residentes. O Projeto traz o desafio político-pedagógico de promover a escolarização para qualificação social e profissional dos educandos. Sua inovação aponta para o sentido de adotar a pedagogia com a vinculação entre educação, trabalho e sociedade, encarando a agricultura familiar como eixo central das aulas.

desapropriação da fazenda e constituição do assentamento, resultando na necessidade de novas articulações internas para o desenvolvimento do trabalho na agricultura, o qual torna essencial outras maneiras de articulações para efetivação e participação nos projetos de escoamento da produção. Dessa maneira, no processo de articulação e dinamização das famílias sem-terra, configura-se um desencadeamento de ações organizativas ora mais internas ao assentamento ora caracterizadas pela relação com grupos externos.

### **Considerações**

Identificamos que a participação efetiva nas lutas e organização de assentamentos dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vem proporcionando a construção de espaços políticos estratégicos na produção, reprodução e transformação da realidade, mediante a clareza do papel dos agentes sociais do campo em suas ressignificações políticas na luta pela terra.

Constatamos, ainda, que as famílias assentadas organizadas em grupos associativos e que tem entre seus membros militantes do MST tendem a ter maior participação nas discussões, emitindo suas opiniões, concordâncias e contraposições em relação aos assuntos debatidos nesse espaço. Os associados vistos como lideranças, tanto social quanto política, conseguem estabelecer maior dinamização nos grupos dos quais participam, incentivando-os a uma maior participação nas reuniões e discussões relacionadas a melhorias da estrutura da associação.

Comprendemos, assim, que os assentados mais participativos nas reuniões da associação e nas discussões de quais projetos concorrerem, bem como nos debates sobre como podem melhorar seu potencial produtivo e de como se organizar para reivindicações junto à prefeitura municipal para efetivação das políticas voltadas para o campo, por exemplo, são os associados que conseguem atingir a meta estipulada para cada produção, pois, uma vez garantindo a produção nos seus lotes, a próxima necessidade é lutar pelo escoamento da mesma.

Entendemos, portanto, que a associação nos assentamentos pode ser considerada como um espaço promotor da reorganização dos assentados para reivindicarem políticas governamentais com vistas ao uso reordenado da terra e através da vida comunitária organizada por agricultores marcados por processos de marginalização no campo (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Essa dinâmica produtiva entre os assentados promove a reaproximação do homem do campo à terra sem a mediação de um terceiro agente, como um proprietário rural, como outrora era permeada a vida das famílias que não tinham acesso à propriedade da terra e estavam a mercê dos seus patrões ou dos grandes latifundiários, no sentido da separação entre o homem e a suas fontes vitais de subsistência, descrito por Kautsky (1998). Assim, diante do fato de que a cultura permite ao homem o domínio sobre a natureza através do emprego de atividades para adaptar o meio às suas necessidades, o tipo e o grau de desenvolvimento do domínio da natureza consistem no modo de produção empregado pelo homem para tal atividade.

Desse modo, concordamos com Bergamasco e Norder (1996) ao compreendermos o trabalho produtivo nessa associação como uma possibilidade de geração de emprego e renda para os trabalhadores ali atuantes, a partir de uma lógica de estruturação de processos sociais desencadeadores de bases mais igualitárias para a organização da vida das famílias residentes no assentamento e no entorno dele, assim como para a construção de uma identidade de representação política a partir dos próprios interesses dos assentados.

Configura-se, portanto, uma forma de oportunizar as famílias camponesas sua permanência no meio rural, visto que esse modelo associativo de produção agrícola nos assentamentos rurais contribui para o aumento da oferta de alimentos, tanto para os moradores do campo quanto para os moradores da cidade através da venda dos produtos mediante a transformação da produção de subsistência em meio de comercialização dos produtos extraídos da agricultura nesse Assentamento, onde, entre os associados entrevistados da Nova Esperança, cerca de 80% mantem seu trabalho somente com atividades agrícolas no próprio assentamento.

Esse tipo de produtividade vem contribuindo para o melhor aproveitamento do trabalho coletivo no meio rural, formalizado em uma estrutura de organização associativa nos assentamentos. Assim, identificamos que essa lógica de produção rural é uma possibilidade de geração de emprego, renda e serviço para as famílias assentadas, e, portanto, aponta indícios de oportunidades de permanência das famílias no campo, mediante a sua participação no processo de escoamento da produção por elas realizadas, sobretudo, através da participação em reivindicações para cumprimentos das políticas agrícolas.

## **REFERÊNCIAS**

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo, Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1996.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador, Memorial das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **O MST e a cultura**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2009, 3ª edição.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

COMERFORD, Jonh Cunha. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro, Editora Volume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1999.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Brasília: Linha Gráfica Instituto Teotônio Vilela, 1998.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Caminhada no chão da noite – Emancipação política e Libertação nos Movimentos Sociais no Campo**. São Paulo, Editora Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a história possível**. Ministério do Desenvolvimento Agrário-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

PAIVA, Irene Alves de. **Aprendizados da prática coletiva: assentados e militantes do MST**. Tese de Doutorado não publicada, USP, São Paulo, 2003.

SCHMITT, Claudia Job. **Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional**. Sociologias (UFRGS. Impresso), 2011, v. 13.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, 1ª edição.

VEIGA, José Eli. **O que é Reforma Agrária**. 11. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1986.

## GT (08) – (A luta pela terra e a política fundiária)

### Assentados reais: embaralhamento de alternativas sociais na constituição do Projeto de Assentamento Che Guevara (Campos dos Goytacazes, RJ)

Rodrigo Pennutt da Cruz<sup>1</sup>

**Resumo:** O processo de constituição de um assentamento rural está engendrado pela entrada de diversos atores: sejam eles oriundos de movimentos sociais (em especial M.S.T.) ou pelos que já residiam no local. Diante desta problemática, com este texto, analiso dois percursos de famílias atualmente assentadas em um Projeto de Assentamento localizado no município de Campos dos Goytacazes, RJ. Os casos apresentados são emblemáticos para compreensão da caracterização de P.A.

**Palavras-chaves:** (Reforma Agrária; Assentamento Rural; Percursos).

## Introdução

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Universidade Federal Fluminense. E-mail: [rpennutt@gmail.com](mailto:rpennutt@gmail.com) Esta pesquisa recebeu financiamento do CNPq e CAPES.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: [rdestudosrurais@gmail.com](mailto:rdestudosrurais@gmail.com)



Nas últimas décadas do século XX, bem como no início do século XXI, a atividade agropecuária no norte do estado do Rio de Janeiro passou por uma série de mudanças, boa parte delas decorrentes, entre outros fatores, de insolvências de agroindústrias sucroalcooleiras, desencontros que vêm sendo caracterizados como crises, não só referentes ao plano estadual, como também em âmbito nacional. Estas transformações foram também construídas pela explicitação e radicalização de conflitos entre fazendeiros, fornecedores de cana e pecuaristas, mas principalmente usineiros, confrontados pelos interesses dos trabalhadores, muitos deles agrícolas, agregados e referenciados por ideários de movimentos sociais cujos porta-vozes eram dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do MST (Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra) e de algumas ONG'S, caso especial da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Entre outros resultados, ocorreram desapropriações de terra por absorção em Programa de Reforma Agrária, configurando uma reordenação do espaço social e geográfico da região bem como reafirmando a ampla presença das pequenas unidades rurais em meio a grandes fazendas secularmente reproduzidas nesta posição.

Ter tal cenário como local para prática de pesquisa, referente ao projeto de tese para o doutorado que venho desenvolvendo, mas pesquisa integrada a projeto mais amplo, coordenado pela professora Delma Pessanha Neves, mesmo que tomando situações específicas, no caso por mim considerado, um estudo de caso entre assentados rurais, mediante unidade de assentamento localizada num dos municípios, o de Campos dos Goytacazes, todos esses fatores exigem considerar as reflexões à luz da perspectiva das mudanças sociais, ou seja, aquelas ocorridas nos últimos anos, visando entender a atual configuração social em que os assentados rurais puderam se constituir como agricultores e agentes políticos e, para tanto, levar em consideração as diversas alternativas sociais encontradas por eles para manutenção e permanência no assentamento rural.

### **O trabalho de campo e suas condições situacionais**

A região na qual realizo o referido trabalho de campo (Campos dos Goytacazes) estruturou-se com base na produção de cana de açúcar e na concentração da propriedade da terra em mãos de sesmeiros, hoje grandes produtores (NEVES, 1981). Todavia, várias têm sido as situações em que esta forma concentrada de apropriação de recursos e capital foram colocadas em questão. Um dos exemplos mais dramáticos dessa instabilidade no processo de concentração dos recursos produtivos

ocorreu nos últimos anos, momento em que a região sucroalcooleira foi palco de grandes transformações. Das 14 usinas existentes no início da década de 1970, apenas duas permanecem em atividade. Tal situação foi acompanhada de questionamentos por parte dos trabalhadores e porta-vozes de movimentos em luta pela redistribuição de terra no Brasil, correspondendo, com efeito, à criação de uma série de assentamentos rurais, principalmente em Campos dos Goytacazes (NEVES, 1997, CRUZ, 2014).

Nas situações de mudanças inerentes aos processos de falência ocorridos na região norte fluminense, tem sido criadas alternativas de trabalho por outras formas de inserção produtiva ou por reconversão de trabalhadores rurais, expressas tanto pelos que aderiram à luta pelo acesso a terra, como pelos que se negaram a integrar processos de assentamentos. Enfatizar, no reconhecimento dessas mudanças, aqueles que se inseriram nos projetos de assentamento, tem constituído o objetivo do trabalho de pesquisa que venho realizando. A mudança de posições em causa tem sido mais reconhecida quanto aos que aceitaram ou, como eles se autoproclamam, aos que decidiram compor os projetos de assentamentos, passando da condição social de trabalhadores assalariados para produtores agrícolas mercantis. Nesta condição, os produtores são detentores de possibilidades de tomada de decisões quanto à gestão da unidade produtiva e alocação de trabalho familiar. Há, no entanto, um representativo segmento de trabalhadores que, por motivos diversos, não se integraram ao programa de reforma agrária. Reempuseram as relações de trabalho assalariado, tanto pela reafirmação do vínculo como cortadores de cana, como também trabalhadores da indústria de cerâmica, ou mesmo em atividade de economia de proximidade e serviços públicos municipais (NEVES, 1997).

Com a formação desse novo cenário, os trabalhadores constituem-se agentes políticos e econômicos com trajetórias distintas, bem como identidades diferenciadas. No trabalho de pesquisa a que me dedico, venho ressaltando, sob caráter relacional, a situação daqueles que são considerados os *antigos funcionários* da usina<sup>2</sup>, trabalhadores que nasceram na localidade que sedia o assentamento rural em pauta e que aí permanecendo após a falência da usina, de certa forma reproduzem vínculos de

---

<sup>2</sup> É importante observar que a categoria “*funcionário*” não corresponde à posição que estes trabalhadores possuíam no período de funcionamento do Complexo Agroindustrial. Os trabalhadores rurais eram qualificados como “*agrícolas*” ou “*cortadores de cana*”. Os funcionários eram considerados aqueles que exerciam funções administrativas no escritório da usina. A distinção estabelecida no atual contexto contrapõe-se, significativamente, aos “*de fora*”, oriundos do MST.

pertencimento social na região, inclusive a reafirmação dos vínculos anteriores com a usina. Por tal condição, diferenciam-se dos que foram recentemente assentados por se constituírem agentes em concorrência pelo acesso a um lote de terra redistribuído segundo postulados do programa nacional de reforma agrária. Há ainda os que não participam do processo de assentamento, mas continuam residindo próximo à antiga área das fazendas, de qualquer forma espectadores, na maior parte das situações, críticos, dos desdobramentos sociais que a partir de então ocorreram. Por essas distinções, no sistema de posições se integram relacionalmente e em contraposição, os *de fora* ou *sem-terra* (aqueles que chegaram ao local via MST, participaram de todo o processo de acampamento e não possuíam qualquer tipo de vínculo, pelo menos aparente, com a população e as atividades produtivas locais); os antigos funcionários da usina, os moradores de Marreca (localidade entorno do assentamento).

#### **Percursos de vida: casos em realinho**

A compreensão de processos de construção de percursos individuais inter-relacionados em configurações sociais específicas, objeto de estudo neste artigo, está intimamente ligada à concepção de “narrativas de práticas de situação”, como salienta Bertaux (2010). Por essa concepção, o contexto social que referencia a atribuição de sentidos inerentes a cada percurso não pode ser perdido de vista, cada um exprimindo os diversos campos em que os sujeitos sociais interagem. Nesses termos, as “lógicas próprias de cada mundo social” (BERTEAUX, 2010, p. 17, 43) devem ser consideradas para efeitos de análise, de modo a se compreenderem as possíveis interações com outros universos sociais.

A proposição analítica desse autor está muito próxima à de Becker (1993), ao valorizar o estudo de casos associado à compreensão de contextos sociais, a relação entre unidades analíticas totalizantes, referência destacada mediante a reflexão analógica à figura de um mosaico:

[...] é útil para pensarmos sobre esse tipo de empreendimento científico. Cada peça acrescentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. Quando muitas peças já foram colocadas, podemos ver, mais ou menos claramente, os objetos e as pessoas que estão no quadro, e sua relação uns com os outros. Diferentes fragmentos contribuem diferentemente para nossa compreensão: alguns são úteis por sua cor, outros porque realçam os contornos de um objeto. Nenhuma das peças tem uma função maior a cumprir; se não tivermos a sua contribuição, há ainda outras maneiras para chegarmos a uma compreensão do todo. (BECKER, 1993, p. 105)

Para entendimento dos discursos apresentados em situação de entrevistas, tive em mente os diversos arranjos e sentidos que os entrevistados atribuem às ações

mencionadas. Elegi para reflexão, narrativas de alguns dos assentados reais<sup>3</sup>, com os quais comungamos as intenções de explicitação dos meandros da vida social que foram sendo traçados, mesmo que reforçados por minha tentativa de análise de processos sociais e condições de possibilidade de construção de posições. Essas posições ultrapassam então aquelas que se desenharam no processo de assentamento.

Considerando apenas dois desses casos de desdobramentos de percursos explicitados pelos assentados, absolutamente não defendo qualquer representatividade tipológica frente aos demais casos. Os casos que apresento se referem àqueles cujo interlocutor melhor explicitou as próprias experiências e eu melhor pude integrá-los mediante perspectiva processual. Eles são assim muito mais demonstrativos das diferenciadas alternativas de criação de condições de gestão produtiva dos *lotes*. Contudo, tentei ainda me valer de entrevistados cujos percursos explicitavam os critérios políticos de diferenciação quanto à origem e concorrência frente a critérios de legitimidade da pretensão de se tornar assentado.

Meus objetivos neste texto são considerar condições mediadoras da conquista de posições no assentamento; exercitar a reflexão sobre modos condicionais de interferência e gestão de princípios de constituição na posição de assentado; e não alcançar quaisquer generalizações. Considerando casos como parte do mosaico encontrado em situação de trabalho de campo (ou até mesmo idiosincrasias individuais), por esses e outros tantos estudados no decorrer da pesquisa, pretendo trazer luz à compreensão das condições situacionais de constituição de assentados e assentamentos. Levo então em conta outros dados que qualificam certa convergência, mas principalmente singularidades do trabalhador e de sua família de origem e/ou conjugal, projetos familiares e de mobilidade social, divisão sexual do trabalho e de gestão produtiva; percursos de ocupações, capacidade de trabalho e orientação produtiva. Por esse prisma, as tentativas de entendimento mais generalizante se conformam à eleição de algumas recorrentes questões, consideradas para todos os casos a seguir focalizados, mas levando em conta as diferenças por eles exaltadas como condições de produção daqueles próprios percursos: socialização e constituição de trabalhador assalariado, período de acampamento e reciprocidade inerente às condições

---

<sup>3</sup> Em todos os casos apresentados neste texto, os nomes dos entrevistados foram modificados.

físicas dos *lotes*, modos de fixação no assentamento e projetos produtivos e de vida familiar.

Os dois casos tomados para este exercício apresentam configurações distintas e demonstrativas dos arranjos e rearranjos condicionantes da posição neste Assentamento Che Guevara. O primeiro corresponde percursos diferenciados da família de um *antigo funcionário da usina*; e o outro, uma família que chegou ao local via MST.

O primeiro caso é composto por família em que tanto o esposo como a esposa comungavam de relacionamento muito próximo à família do usineiro. O esposo, após exercer diversas atividades no interior da fazenda, foi eleito para cuidar do pomar dos patrões; e sua esposa, na condição de cozinheira, trabalhou alguns anos para aquela mesma família. Os aprendizados adquiridos nas duas posições por eles ocupadas foram determinantes para a sua integração e aceitação em acampamento liderado por representantes do MST. A decisão foi por eles tomada, embora, nos termos em que os comentários foram explicitados, por avaliação retrospectiva. Eles previam a desapropriação da fazenda como fato consumado, diante da avaliação do comportamento do outrora usineiro. Tendo convivido diretamente com ele, pensavam-se capazes de prever que este não iria reverter a situação de falência.

O último caso, família também liderada por uma mulher, corresponde a uma antiga moradora de Marrecas, mas com percursos de trabalho em unidades situadas em diversos municípios do estado fluminense, onde exerceu atividades como empregada doméstica e caseira. A decisão em participar do acampamento foi tomada diante do fato de o futuro assentamento vir a estar situado na região em que nasceu. O conhecimento da vida local adquirido na infância e juventude foi para ela e sua família bem vantajoso, tal como previu, afinal, já conhecia a realidade local e poderia, com isso, dispor de apoios mais favoráveis para voltar a manter a família por meio do trabalho agrícola.

## **- Dois casos específicos**

### **1. Antigo funcionário da usina e assentado**

Rosa Batista e seu esposo Marcos Batista estão casados há mais de trinta anos. Rosa Batista tem 52 anos, e Marco Batista, 56. Conheceram-se na infância, na antiga Fazenda Marrecas, onde suas famílias trabalhavam para os De La Riva.

Rosa Batista chegou à Fazenda Marrecas ainda criança, com cerca de oito anos de idade. Seu pai, já falecido, pertencia a uma família de sitiantes da região,<sup>4</sup> dedicada ao cultivo de café. Entretanto, por brigas entre os familiares, o pai optou por tentar a vida em outro lugar. Começou a trabalhar na Fazenda Marrecas como cortador de cana. Sua mãe, por ser pessoa com deficiência física, não tinha condições de trabalhar fora, porém realizava todas as atividades domésticas. De uma família numerosa, Rosa Batista tem cinco irmãs e dois irmãos. Todos trabalharam na usina; os homens no corte da cana, e as mulheres na casa do usineiro, tal como Rosa Batista, que, aí trabalhou como cozinheira durante quase vinte anos.

Marcos Batista nasceu na Fazenda Marrecas, onde seu pai trabalhava. Sua mãe era cozinheira da família De La Riva, enquanto seu pai era tratorista e trabalhou cerca de 35 anos na fazenda; só se aposentou, de forma involuntária, porque sofreu um acidente quando estava indo ao escritório da usina para receber o salário. Devido à amizade que o pai mantinha com todos os administradores da fazenda, logo os filhos, num total de sete homens, iniciaram atividades compondo equipes para o corte de cana. Ele próprio, ainda criança, assim delimita, com menos de 12 anos de idade, começou a trabalhar na fazenda. No início, cortava cana, mas *como ficava muito cansado* pela atividade, seu pai conseguiu outra função: distribuir o café da manhã e o almoço aos demais trabalhadores. Ao completar maioridade, Marcos Batista obteve a carteira assinada, o que, de certa forma, deu a ele maior segurança com relação ao trabalho, principalmente aos direitos adquiridos pela inscrição neste documento.

Após o casamento (1975), continuou exercendo a mesma atividade, até conseguir, também por intermédio de seu pai, ser tratorista da fazenda. Logo após, *como era um funcionário de confiança*, começou a trabalhar no entorno da própria casa do usineiro, onde cuidava do pomar. Marcos Batista também precisou *se afastar por invalidez*, devido a um acidente com um trator da usina. Entretanto, em 1988, ano em que conseguiu se recuperar do acidente, retomou as atividades, mas desta vez *tombando terra*<sup>5</sup>. Em 1990 conseguiu a aposentadoria definitiva. Logo após a aposentadoria, a família mudou-se para Babosa, vilarejo próximo a Marrecas. Foram morar em terreno que a mãe de Marcos Batista recebera como herança. Dos seis filhos, quatro homens e

---

<sup>4</sup> Durante entrevista, dona Rosa Batista não soube precisar ao certo em qual parte do norte fluminense seus pais moravam antes de irem para a Fazenda Marrecas.

<sup>5</sup> Atividade realizada com trator, cuja finalidade é revirar a terra para que possa ficar apta para o plantio.

duas mulheres, apenas dois chegaram a trabalhar na usina, no corte da cana. Os demais, pela idade, não alcançaram o período de atividade da agroindústria.

Após a falência, o casal optou por aderir ao Movimento Sem Terra e ao acampamento organizado em torno da Fazenda Ilha Grande. O motivo alegado para a entrada no acampamento foi a *desorientação* de Marcos Batista, que se encontrava *desorientado* por se achar inativo e *sem saber fazer outra coisa, sem poder ir para lado algum*, segundo ele mesmo. Durante o período de acampamento, ele possuía uma caminhonete, o que lhe permitiu prestar serviços para os demais acampados, principalmente recrutar novas famílias interessadas em aderir ao “movimento”. Além disso, ele também colaborava em carregar mantimentos e angariar apoio (em forma de doações) entre os moradores da região. Através dessas colaborações, Marcos Batista ganhou respeito entre os acampados, pois sua presença passou a ser de extrema utilidade entre eles. No período em que estiveram acampados, cerca de dois anos, os filhos, que ainda eram *menores de idade*, também acompanhavam os pais.

O convite para a família ingressar no acampamento se deu por intermédio de Manoel dos Santos, amigo de infância de Marcos Batista e, na época, liderança local do MST, ou, como ele explica, *quem ajudou a organizar* o acampamento. Foi através dele, Manoel dos Santos e sua esposa, Luzia dos Santos,<sup>6</sup> *que também ajudou a organizar* o acampamento, que o casal em pauta tomou conhecimento da estruturação do grupo. Por esse conhecimento, decidiu que o melhor para a família seria tentar conquistar um pedaço de terra no futuro assentamento. Essa decisão ainda foi influenciada pelo fato de Marcos Batista ser *antigo funcionário da usina*, uma vez que, segundo ele, os líderes do MST estavam interessados em famílias com esse perfil.

Relativizando o sentido das primeiras informações que me prestou, à entrada no acampamento pela *desorientação* em que se encontrava naquele momento, ele acresceu a certeza de que *o passado não teria volta*, pois, *de fato, ele conhecia muito bem o usineiro e sabia que ele não iria conseguir recuperar as fazendas*. Pelos anos em que o casal trabalhou próximo ao usineiro, ambos reconheciam que *o antigo patrão era doido*, transgressão assim exemplificada. Muitas vezes o casal presenciou o Cubano Filho (como era conhecido o usineiro) praticando tiro nas imediações da sede da casa, o

---

<sup>6</sup> Tanto Manoel dos Santos como Luzia dos Santos não chegaram a ser *assentados* do PA Che Guevara. Durante todo o trabalho de campo, não consegui informações coerentes com relação ao paradeiro dos dois, muito menos seus nomes completos.

que colocava em risco não só a própria vida, como também a dos empregados que lá se encontravam trabalhando.

A decisão de aderir ao acampamento foi apoiada por outros membros da família de Marcos Batista, como um de seus irmãos (o caçula), Valter Batista, casado com Carla Batista, que também é filha de trabalhadores do Complexo Agrícola e têm três filhos, todos adolescentes. No início do trabalho de campo, os dois filhos mais velhos atuavam no *lote* da família, onde produziam cana e quiabo. Entretanto, em 2012, já casados e residindo no *lote* dos pais, estavam trabalhando em olarias da região. A filha mais nova, com cerca de 15 anos de idade, além das tarefas da casa, estudava em Baixa Grande. Carla atualmente é merendeira de uma escola municipal localizada em Marrecas.

Na condição de assentado, Marcos Batista, por ser tratorista, continuou prestando serviços para os demais, principalmente pela amizade que nutria por M.S. e também para legitimar a *prioridade* de escolha do *lote* que alcançou junto ao líder do acampamento. Estes serviços prestados, com caminhonete própria, eram pagos não em forma de dinheiro, mas com oferta de almoço pelos assentados beneficiados. Como insiste na explicação, o prestígio conquistado pelo entrevistado junto aos organizadores do acampamento foi determinante no momento da divisão dos *lotes*. De acordo com ele próprio, quando foi possível escolher, Manuel dos Santos determinou que o amigo tivesse prioridade na localização do *lote*. Esclarece mais ainda: como já conhecia muito bem a área, optou por um *lote* próximo à principal estrada que corta o assentamento e, além disso, um local farto em água potável. Reconhecendo que seu *lote* dispõe de excelentes condições de produção e favorável localização pela proximidade dos povoados que centralizam os recursos públicos locais e acesso à estrada pavimentada, Marcos Batista, insiste na indicação da relação de amizade com o organizador do acampamento e da redistribuição dos assentados, mas referendada pelos demais concorrentes à posição. Reafirma que ele foi reconhecido como merecedor do *lote* pelo respeito que conquistou no período do acampamento, ajudando a todos. Seu conhecimento era privilegiado ainda pelos anos em que foi trabalhador da fazenda.

O *lote* escolhido se situava ainda próximo à casa em que morava quando criança, motivo pelo qual também estava próximo ao *lote* do irmão. Como já havia uma casa construída, *que pertencia ao usineiro*, mas estava atribuída ao administrador, o entrevistado não precisou construir uma nova; apenas fez pequenos reparos com apoio



do financiamento habitação a que todos os selecionados tiveram direito no início do processo de assentamento.

Dos filhos deste casal, salvo o caçula, todos os demais estão casados e residentes na sede do município, vivendo com as famílias conjugais: três são cabeleireiros (dois homens e uma mulher), uma filha trabalha como vendedora e outro filho como funcionário da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

Com ajuda da esposa e do filho mais novo, hoje com 21 anos, eles plantam cana e coco, ambas lavouras de destinação mercantil. Entretanto, o filho só colabora no *lote* nos fins de semana, pois atualmente trabalha em olaria da região e não tem muito tempo disponível. Com relação às atividades realizadas no *lote*, para iniciarem a plantação de cana recorreram ao crédito concedido pelo Pronaf. Entretanto, devido às fortes chuvas que a região vem sofrendo nos últimos anos (2010 a 2012), não foi possível aproveitar todos os cultivos, que, segundo projeto elaborado por técnicos da Emater, consorciavam cana e aipim.

Devido a tais limitações, ainda não conseguiram arcar com o pagamento de todas as parcelas do financiamento, fato que preocupa toda a família. Assim, os filhos, por ocasião da entrevista (2012), organizavam-se para juntos quitarem as parcelas atrasadas. A inadimplência preocupava a todos da família, que temiam a exclusão em qualquer outro tipo de crédito oficial. Além disso, eles se consideravam em situação de insegurança quanto aos investimentos no *lote*, por se verem diante da possibilidade de os pais serem excluídos da posição de beneficiários do PNRA, por falta de pagamento das dívidas contraídas. Como afirma Marcos Batista, “*lidar com a lavoura é estar em constante insegurança*”. E neste assentamento, acrescentava, a *insegurança* se ampliava devido às recorrentes oscilações entre ganhos e perdas que podem ocorrer ao longo do período que vai do plantio à colheita.

Como a capacidade de enfrentamento de intempéries naturais é fator constitutivo de todo assentado ou agricultor, mas no caso em apreço, advertem todos, ela é muito recorrente, Marcos Batista e Rosa Batista insistiam na necessidade de se dotarem de alguma poupança para gerir os efeitos de tais fatores adversos. Em síntese, o relato do entrevistado acentua as dificuldades existentes na atividade agrícola na região, principalmente quando os agricultores possuem pouquíssimos recursos para reversão das perdas causadas pelas chuvas ou, em determinado período do ano, pela seca que recorrentemente atinge o norte fluminense. Contudo, mesmo com as dificuldades

existentes, o casal ressalta, com bastante entusiasmo, os produtos que cultiva, principalmente a cana, definida como fonte básica do rendimento que consegue obter no *lote*.

Da plantação de cana, uma parte é destinada ao comércio de caldo de cana, entregue a um atravessador, responsável pelo corte da cana e transporte do produto. A outra parte a família vende para a Coagro.<sup>7</sup>

Como não consegue administrar as despesas da família apenas com o que produz no *lote*, Marcos Batista também faz alguns *bicos*<sup>8</sup> para agricultores de Babosa, local onde mora com a esposa e um dos filhos, mas condição que também lhe deixa apreensivo, pois teme receber notificações de funcionários do Incra.

Se as regras que definem um assentado não podem ser aplicadas em sua plenitude, uma condição comum iguala a todos diante das diversas práticas que consideram desviantes, tanto para efeitos de seleção como manutenção no *lote*. Todos alegam que lá estão pela indiscutível necessidade da família, sintetizada pelo verbo *precisar*. No caso que estou aqui considerando, o casal e os filhos empenham-se em atender os critérios e explicitam o quanto os efeitos correspondem a tais intenções; mas o assentado ressalta que não estar morando no assentamento é a principal insegurança diante de julgamentos externos. Justifica a posição de transgressores, assumida por dificuldades inerentes às condições de assentamento; e adianta já serem, conseqüentemente, alvo de punições, que ampliam as dificuldades atualmente por eles enfrentadas: não mais recebem qualquer tipo de apoio por parte do Incra.

Apesar de todos os transtornos e constrangimentos vividos no processo de assentamento, a família considera a nova condição a melhor que foi por ela conquistada, se comparada àquelas enfrentadas no período em que eram trabalhadores do Complexo Agrícola. Na posição de assentada, de acordo com M.F.E.B., a família desfruta, indiscutivelmente, de “*mais liberdade*”, só possível por essa condição.

## 2. Moradora local e assentada

---

<sup>7</sup> A Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro (COAGRO) foi constituída no ano de 2003, pela associação de 57 produtores de cana-de-açúcar da região, que tentavam viabilizar a continuidade da atividade agrícola diante da falência de usinas de cana-de-açúcar aí localizadas. Como patrimônio, a Cooperativa conta com o parque industrial da antiga Usina São José. Em 2013 alcançou a adesão de 9 mil associados e a produção de cerca de 953 mil toneladas de açúcar e 26,5 milhões de litros de etanol por ano. Disponível em: <<http://www.coagro.coop.br/historia>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

<sup>8</sup> Esses *bicos* são referentes a trabalhos diários que presta para os vizinhos de Babosa, geralmente capinando lavoura.

Helena Almeida, 51 anos, nasceu em Marrecas.<sup>9</sup> Seu pai, cortador de cana, sempre trabalhou para fornecedores. Sua mãe, dona Sônia Almeida, hoje com 76 anos, para complementar a renda familiar, confeccionava esteiras de *tabua*.

Após a morte de seu pai, toda a família precisou encontrar alguma atividade remunerativa, pois estavam endividados e não tinham condições para continuar residindo em Marrecas, até porque, sendo o pai morador, a casa que ocupavam pertencia ao fornecedor para o qual seu pai trabalhava. Por este motivo, todos foram para a residência dos avós maternos em Campos dos Goytacazes. Nesse período, como Helena Almeida ainda era muito nova, 8 anos de idade, ficou cuidando dos afazeres domésticos da casa. Ao completar 12 anos de idade, começou a trabalhar fora, como empregada doméstica, tendo mesmo ido morar no município do Rio de Janeiro, onde encontrou um emprego por intermédio de *uma conhecida*. Permaneceu neste trabalho por cerca de dez anos.

Após passar este período no Rio de Janeiro, casou-se e foi morar em Araruama, onde nasceu seu único filho, Rafael Almeida, hoje com 19 anos. Neste município, trabalhava junto com o seu então esposo, como caseiros em um sítio. No ano de 1998, por intermédio de sua irmã, Marlene Almeida, tomou conhecimento do acampamento que estava sendo montado na região de Marrecas e decidiu aderir ao movimento, principalmente por sempre ter nutrido o sonho de ter *um pedaço de terra*. Este desejo estava aliado ao fato de o acampamento ser justamente na área em que nasceu e foi criada até a infância.

Ao lembrar o período de acampamento, Helena Almeida nega o qualificativo de *invasão*, contrapondo-o à possibilidade de conquistar um pedaço de terra e poder formar e manter sua família. Por isso, durante todo o relato, deixa claro que desconhecia o MST, que não veio de fora, sempre fora da região e *não invadiu terra de ninguém*. Apenas estava interessada em realizar seu grande sonho. Avaliando os percalços ocorridos durante o acampamento, admite que este foi um período de muito sacrifício, de *muita raça*.

Após o período de acampamento, finalmente conseguiu o seu *lote*, onde hoje reside com a mãe e o filho, ao lado do *lote* de sua irmã, Marlene Almeida, também assentada. Esta mora com os dois filhos, todos casados e com filhos. Os dois, além de

---

<sup>9</sup> Foram realizadas entrevistas em dois momentos específicos: fevereiro de 2010 e junho de 2012.

ajudarem a mãe com afazeres agrícolas, trabalham no entorno do assentamento como pedreiros. No *lote* cultivam cana e coco, produção que se destina ao mercado. Para aumentarem a renda, criam animais de pequeno porte, como galinha e marreco.

O *lote* está localizado muito próximo à principal estrada que corta o assentamento, porém as condições do solo não são boas, pois, por ser de *areia, esquentada muito durante o verão*, o que dificulta a atividade agrícola. Por este motivo, já tentou uma série de plantios diferentes para testar o que melhor se adequava às condições; contudo, não obteve sucesso.

Como forma de complementar o rendimento, uma vez que não consegue sobreviver apenas com o que produz no *lote*, coloca em prática a atividade de confecção de esteira de tabua. Como atividade tradicional de participação das mulheres na composição do rendimento, vem sendo amplamente retomada por mulheres que já a realizavam quando crianças e jovens. Helena Almeida aprendeu a fazer as esteiras, ainda criança, com sua mãe.

Além da produção de esteiras, a família também se dedica à criação de coelhos. Parte deles, ainda filhotes, é vendida para lojas especializadas em comércio de animais, localizadas na cidade de Campos dos Goytacazes. Os animais não vendidos são utilizados para autoconsumo na família.

Seu único filho, Rony, concluiu o ensino médio em 2010 e tem perspectiva de tentar continuar os estudos. Seu desejo é iniciar graduação em Química. Por enquanto, trabalha no *lote* de sua mãe, onde recebeu um pedaço de terra para plantar algumas árvores frutíferas, como goiaba e jabuticaba. O mesmo apoio recebido pelo filho Helena Almeida tem por parte de sua mãe. Porém, dona Sônia Almeida não pode trabalhar em face da idade, mas *ajuda* na economia doméstica, pois é aposentada e contribui com as despesas da casa.

A *ajuda* financeira da mãe é de extrema importância, tendo em vista que os créditos que a família recebeu após a constituição do assentamento não foram suficientes para arcar com todas as despesas, principalmente as voltadas para a construção da casa em que moram. Segundo a entrevistada, com o valor do crédito só foi possível pagar o material para a construção do telhado e do piso. Para o restante, todos os membros da família que trabalham precisam retirar contribuição dos ganhos extras, como a venda dos coelhos e *esteiras*, bem como da aposentadoria da mãe.

Mesmo assim, adverte, ainda não conseguiram terminar completamente a construção da casa.

Com relação ao crédito destinado à produção agrícola, a família só se beneficiou de parte do dinheiro, pois não estava disposta a correr o risco de gerar novas dívidas. O dinheiro serviu para a compra de uma bomba-d'água para irrigação da lavoura.

Essas dificuldades, somadas à falta de interesse por parte de seu filho em permanecer no assentamento, fazem com que Helena Almeida perca as expectativas de vir a se consolidar como assentada, pois, avalia, não encontra qualquer alternativa para a solução dos problemas que enfrenta no *lote*, principalmente aqueles relacionados à produção agrícola.

Pela falta de perspectivas vislumbradas pela família, no ano de 2009, Helena Almeida voltou a estudar (EJA – Educação de Jovens e Adultos) para terminar o ensino médio. Essa foi a forma encontrada para tentar sair da agricultura e assegurar melhores condições de vida para ela, assim como para seu filho e sua mãe.

Levando em conta um conjunto mais amplo de relações sociais que definem o assentado para além desse vínculo, valorizei, a partir desses quatro casos, outros conjuntos de princípios de afiliação e posição social na família e no território de pertencimento, tendo em conta os seguintes fatores: pertencimento à família de origem e conjugal; ciclo biológico e social de vida familiar, determinante da presença ou subtração de filhos para o trabalho agrícola, para a complementação de rendimentos como assalariados; peso de alternativas do mercado de trabalho local ou a distância, integrado por redes sociais de parentesco e vizinhança; projetos de vida construídos pelo vínculo permanente com a empresa falida, geralmente propiciadora da constituição de gerações sucessivas de trabalhadores em casa de família; aprendizados em torno da construção sucessiva de vínculos em diferentes setores de trabalho, tanto no município como fora dele.

### **Considerações finais**

Levando em conta um conjunto mais amplo de relações sociais que definem o assentado para além desse vínculo, valorizei, a partir desses dois casos, outros conjuntos de princípios de afiliação e posição social na família e no território de pertencimento, tendo em conta os seguintes fatores: pertencimento à família de origem e conjugal; ciclo biológico e social de vida familiar, determinante da presença ou

subtração de filhos para o trabalho agrícola, para a complementação de rendimentos como assalariados; peso de alternativas do mercado de trabalho local ou a distância, integrado por redes sociais de parentesco e vizinhança; projetos de vida construídos pelo vínculo permanente com a empresa falida, geralmente propiciadora da constituição de gerações sucessivas de trabalhadores em casa de família; aprendizados em torno da construção sucessiva de vínculos em diferentes setores de trabalho, tanto no município como fora dele.

Por essas vinculações diferenciadas, que permitiram socializações distintas enquanto trabalhador, demonstrei, mediante os casos considerados, como aqueles que se constituíram assentados, a partir do longo vínculo com a usina, redimensionaram, valorizando a autonomia de produtor independente, as experiências pelas quais foram socializados; os saberes técnicos e de patrimônio de conhecimento preservado entre eles; e o mundo relacional que aí foram tecendo. Por outro lado, os trabalhadores que se socializaram e construíram seus percursos identitários mediante vínculos dispersos e descontínuos com diversos setores produtivos acumularam várias experiências de saber-fazer e de constituição mais ampla e dispersa de relações sociais. Dessa experiência, tentaram, na condição de produtor autônomo, colocar em prática a associação de vínculos, tomando a ocupação agrícola como uma delas. Além disso, mediante tais experiências dispersas, investiram na construção de narrativas sobre o sentido de volta ao trabalho agrícola ou do enraizamento na terra natal, bem como valorizaram os trabalhadores da usina, vínculo pelo qual vieram a demonstrar e requerer privilégios na apropriação de recursos disponíveis na região. Privilégios que, ao considerar os casos, não se definiram na distribuição dos *lotes*, mas foram constitutivos dos investimentos para virem a galgar prioridades de escolhas.

### **Referências bibliográficas**

- BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BERTAUX, Daniel. *Narrativa de vida: a pesquisa e seus métodos*. Natal: EdUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.
- CRUZ, Rodrigo Pennutt. *Assentado, assentados: diferenciação social e reordenações políticas*. Niterói: Ed. Alternativa, 2014.
- NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: EdUFF, 1997.

**GT (8) – A luta pela terra e a política fundiária**

## **CAMPÔNES E INDÍGENA: AS LUTAS PELA TERRA E AS LUTAS PELO TERRITÓRIO.**

O caso do povo indígena Potiguara

**Angela López Cantero<sup>1</sup>**

### **Resumo:**

O presente trabalho consiste em uma breve análise do debate nas ciências sociais entre alguns autores como Eric Wolf, Robert Redfield e Henri Mendras, que estudam a realidade dos trabalhadores do campo, diferenciando entre as categorias camponês e indígena. Para concretizar o debate, tomo como estudo de caso a luta pelo território do povo indígena Potiguara, localizado no Estado da Paraíba, nas localidades de Rio Tinto, Baía de Traição e Marcação.

**Palavras-chaves:** antropologia, sociologia rural, campo.

---

<sup>1</sup> Socióloga e Antropóloga pela Universidade de Granada. Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande. email: anloca\_ele@hotmail.com

- **Introdução**

O presente trabalho consiste em uma breve análise do debate nas ciências sociais entre os autores que estudam a realidade dos trabalhadores do campo, diferenciando entre as categorias camponês e primitivo ou indígena.

Para concretizar o debate, vou tomar como estudo de caso o povo indígena Potiguara, localizado no Estado da Paraíba, nas localidades de Rio Tinto, Baía de Traição e Marcação, para contextualizar e reconhecer as particularidades de cada caso, sendo consciente de que, embora existem alguns aspectos em comuns entre as distintas etnias indígenas, cada uma é um caso específico.

O objetivo deste ensaio é entrar na discussão entre alguns autores como Eric Wolf, Robert Redfield e Henri Mendras sobre a categoria analítica de camponês como algo diferente aos primitivos e indígenas para depois mostrar que tanto camponeses como indígenas tem alguns aspectos em comum: o uso da terra, o trabalho no campo e a luta e as reivindicações pelo direito à terra e território.

A luta pela terra é uma questão difícil no Brasil, um país onde ainda não teve reforma agrária. A luta pela terra dos camponeses, a luta pelo reconhecimento dos territórios dos quilombolas, e a luta pela demarcação das Terras Indígenas é um problema histórico no Brasil que continua até agora. Existem diversas estratégias para reivindicar o direito à terra, desde as ocupações de terra como o Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST), até as longas lutas políticas do movimento indígena reivindicando a demarcação das Terras Indígenas e o reconhecimento dos seus direitos como primeiros habitantes do país, povos guerreiros que continuam lutando por uma parte do que foi expropriado há mais de 500 anos no período da colonização. Esses povos ainda hoje continuam com as reivindicações pelas terras que consideram que tradicionalmente lhes pertencem porque foram as terras onde seus antepassados moravam e subsistiam cultivando, pescando e/ou caçando.

- **O povo indígena Potiguara**

Os índios Potiguaras são os primeiros habitantes do litoral Paraibano, estabelecidos também nos Estados de Ceará e Rio Grande do Norte quando os portugueses e outros povos provenientes da Europa chegaram no Brasil e ainda hoje continuam habitando nessas terras. A



população Potiguara é aproximadamente de 19.000 indígenas, sendo uma das maiores etnias do Brasil e a maior do Nordeste etnográfico (FUNAI, 2012).

Na atualidade, na Paraíba eles habitam nas Terras Indígenas demarcadas nos municípios de Baía de Traição, Rio Tinto e Marcação. Essas Terras Indígenas demarcadas pela FUNAI são contíguas e tem uma extensão total de 33.757 hectares: Terra Indígena Potiguara (população de 8.109 pessoas), Terra Indígena Jacaré de São Domingos (população de 449 pessoas) e a Terra Indígena Potiguara de Monte-Mor (população de 4.447 pessoas). Esses dados são do documento publicado pela FUNAI em 2012 titulado: “*Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba*”. Segundo esse documento, os Potiguaras são provavelmente a única etnia indígena do Brasil que ainda habita nas mesmas terras que quando chegaram os portugueses e os povos europeus.

O povo indígena Potiguara faz parte da família linguística Tupi. A palavra tupi Potiguara significa “comedor de camarão”, como expressão de uma das bases da sua economia. Os Potiguara se caracterizam por trabalhar suas terras, sendo suas principais atividades econômicas a pesca, a agricultura, a criação de animais, o extrativismo e a comercialização dos seus produtos.

- **Trabalhadores da terra, camponeses, indígenas.**

Na área da antropologia e sociologia rural existem diversas considerações na teoria social sobre os estudos dos trabalhadores do campo, principalmente o debate sobre a categoria analítica “camponês”. Por um lado, existe a visão europeia do conceito, que exporta a ideia do camponês da França e da sociedade feudal europeia para analisar aos trabalhadores rurais brasileiros. Por outro lado, existe a perspectiva de que não existe mais aquele ideal de camponês como se entendia até agora. Nesse debate, os autores procuram delimitar a categoria “camponês” a partir da distinção com outros trabalhadores da terra, como, no caso do debate que vou apresentar, com a categoria indígena.

Embora existam diversas perspectivas com respeito ao término camponês, não podemos esquecer nas ciências sociais que é uma categoria analítica que serve como instrumento para tentar expressar uma realidade, que como social, é dinâmica e heterogênea. A categoria social “camponês” é um término utilizado para analisar a realidade social do campo, mas existem peculiaridades dependendo do contexto histórico e geográfico. Os

camponeses da França no século XVI não podem ser os mesmos que os brasileiros, nem, na América Latina, é o mesmo um camponês do Peru que do México (WOLF, 2003).

Nessa delimitação do término “camponês” entramos no debate de alguns autores como Eric Wolf, Henri Mendras e Robert Redfield. Em primeiro lugar, Eric Wolf é um antropólogo e historiador conhecido por seus estudos sobre o campesinato, a influência europeia e suas relações na América Latina. No livro “*Sociedades camponesas*” de 1976, ele faz uma comparação entre os primitivos e os camponeses. Reconhece que existem alguns aspectos em comum, como o trabalho no campo para a própria subsistência da vida familiar, mas existem outras diferenças para levar em conta na análise. Para começar, a mais importante diferença é que os camponeses fazem parte de uma sociedade mais complexa e tem relações comerciais com a sociedade. O excedente do seu trabalho no campo é transferido para as mãos de um grupo dominante, uma rede comercial, que por um pequeno preço, compra o fruto do trabalho dos camponeses para vender no mercado a um preço maior ou para as exportações (WOLF, 1976). Ao contrário, os primitivos mantêm relações comerciais com seus vizinhos, mas a um nível mais equilibrado, não nessa hierarquia da sociedade complexa e capitalista que explora os trabalhadores rurais, mas sim comerciam e trocam com outras tribos vizinhas, assim como tem relações conflitivas de guerra ou pacíficas de casamento e parentesco. Então, tanto primitivos como camponeses têm relações com os grupos envolvente, mas vemos como no pensamento de Wolf o caráter e desenvolvimento dessas relações são diferentes:

*“Nas sociedades primitivas, os produtores controlam os meios de produção, inclusive seu próprio trabalho, e trocam-no junto com seus produtores, por bens de serviços definidos culturalmente com o equivalente a outros. Nas sociedades primitivas, os excedentes são trocados diretamente pelos grupos e por seus membros. Os camponeses são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida e para distribuir o restante entre o grupo das sociedades que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bem de serviços” (WOLF, 1976: 15)*

Para Wolf, a diferença entre primitivos e camponeses se baseia nas relações de poder nas relações comerciais dos excedentes do trabalho na terra, as relações entre os povos primitivos e seus vizinhos são mais simétricas, e as relações entre sociedades camponesas e a sociedade envolvente são mais assimétricas, hierárquicas e com uma estrutura de dominação na qual os camponeses são explorados.

Em segundo lugar, o autor Henri Mendras também faz uma definição e delimitação do termo camponês como aquele trabalhador do campo e da terra, e estabelece algumas

diferenças com os primitivos. Henri Mendras é um sociólogo francês centrado na área de sociologia rural. Na obra intitulada “Sociedades Camponesas” de 1978, na introdução, o autor reflete sobre “*O que é um camponês?*”, considerando que após a revolução industrial a atitude em relação ao campesinato sofreu uma reviravolta (MENDRAS, 1978: 11). O camponês passou a ser visto pelos intelectuais e estudiosos da temática, além do cultivador da terra, como uma massa camponesa que tem protagonismo na história, principalmente, as massas camponesas do terceiro mundo, lembrando às nações industriais que a imensa maioria da humanidade havia sempre sido e continua sendo, camponeses. No feudalismo, que se estabeleceu o corte entre senhores donos da terra e camponeses, que trabalhavam a terra para os senhores. Com o desenvolvimento do capitalismo, das cidades e o aparecimento da burguesia, a relação entre o senhor e o camponês desaparece, considerando Mendras que nesse ponto o camponês transformou-se em um produtor agrícola. “*A cultura chamada de massa oblitera a cultura camponesa*” (MENDRAS 1978:13). O autor assinala em outra obra dele o fim dos camponeses, reconhecendo que a categoria analítica camponês não é mais útil na sociedade atual, já que sofreu transformações e adaptações aos novos acontecimentos históricos, aos novos modos de produção da industrialização e o capitalismo.

Embora a relação entre os camponeses e a sociedade envolvente seja modificada ao longo da história, e reconhecendo a evolução e mudanças das sociedades camponesas, continuam existindo aqueles cultivadores e produtores agrícolas que trabalham a terra para o próprio auto abastecimento e para a comercialização dos excedentes. Henri Mendras considera que não existe mais o camponês como era entendido antes da revolução industrial, mas o importante das ideias dele é entender como além das mudanças econômicas e sociais do campo, continuam existindo aqueles trabalhadores da terra, já sejam chamados pelas ciências sociais como camponeses, trabalhadores rurais, produtores agrícolas ou qualquer conceito válido para o trabalhador do campo.

Em terceiro lugar, Robert Redfield é um antropólogo e etnolinguista americano que também faz uma distinção entre os camponeses e os “selvagens” na sua obra intitulada “*O mundo primitivo e suas transformações*” de 1956. Ele considerava que o selvagem vive em coletividade restrita, mais isolado da sociedade exterior, concordando com Eric Wolf no sentido de que a diferença entre camponeses e primitivos depende da sua relação com a sociedade envolvente. Para Redfield, os selvagens somente mantêm relações fora da comunidade de guerra e troca, mas não relações comerciais com os excedentes do seu trabalho na terra. O selvagem trabalha a terra para a própria subsistência, vive do que produz,

e não se especializa em algo concreto. A divisão do trabalho entre os selvagens não existe, já que todos conhecem todo o necessário para viver da terra. A diferença deles, os camponeses mantem uma relação comercial com a sociedade industrial, pelo que tem menos autonomia frente aos grupos dominantes. Além da produção para a própria subsistência, o camponês produz para o mercado, para comercializar seus produtos. (REDFIELD, 1956).

Desse modo, vemos como os antropólogos e sociólogos especializados nos estudos dos trabalhadores rurais consideram necessário delimitar o termo camponês para concretar seus estudos, mas, embora existam algumas diferenças, não se pode negar que tanto camponeses como primitivos e indígenas tem uma relação muito estreita com a terra, dependem dela para viver e se sustentar.

Nesse ponto, a análise da luta pela terra dos indígenas cobra o sentido, sendo conscientes da importância que supõe o direito de acesso à terra para quem vive do trabalho no campo.

- **A luta pelo reconhecimento da Terra Indígena**

As comunidades indígenas têm que lidar com o Estado para lutar pelo direito de acesso à terra e território. A preocupação sociológica com a relação entre os povos indígenas e o Estado não é algo novo. Isto não é só no Brasil, mas sim em todos os países de América Latina nos que ainda existem comunidades nativas. As visões e posições sobre a relação que as comunidades indígenas e o Estado deveriam ter mudaram muito ao longo do tempo e são muito contraditórias. Segundo José Bengoa<sup>2</sup>, as tentativas de conciliar as populações nativas com um Estado oficial unificado datam desde a independência da maioria dos países latino-americanos.

O autor destaca as cinco principais tendências de pensamento sobre esta questão. A primeira é o igualitarismo formal, instalado a partir das primeiras constituições republicanas. Nesta posição, não tem um trato especial com os indígenas porque se considera a todos iguais ante a lei, sem distinções. Isto se traduz num forte golpe contra todas as comunidades indígenas que, sem ter uma atenção específica para sua situação,

---

<sup>2</sup> BENGOA, J. *Los indígenas y el Estado Nacional en América Latina*. Revista de Antropología, São Paulo, v. 38, n. 2, p.167-183, 1995.

foram massacradas pela sociedade dos latino-americanos. Principalmente nos termos de perda do território, empobrecimento, miséria e forte aculturação.

A segunda tendência observada por Bengoa foi a do evolucionismo. A ideia consiste em que os indígenas são inferiores à sociedade branca e, por isso, precisam de ser civilizados. Esta concepção foi pior ainda que a primeira, e deu lugar à exploração intensa da mão de obra nativa.

Ante isto, surgiu o Indigenismo, uma contraproposta às duas primeiras correntes de pensamento. O movimento consistia em denunciar a opressão sofrida pelos índios e procurar políticas de superação para a difícil situação das comunidades indígenas. O projeto era tentar uma integração deles com a sociedade branca.

Nesse momento, existia uma forte manifestação e defesa do caráter mestiço da América Latina. A ideologia indigenista foi marcada principalmente por seu caráter não indígena, surgiu das iniciativas das comunidades brancas que defendiam os indígenas, mas não surgiu deles. Especialmente os intelectuais, artistas e militantes políticos foram os defensores desta causa.

A partir deste movimento Indigenista surge a denúncia do primeiro aspecto para começar a solucionar a questão indígena: a não demarcação das terras e o intenso interesse da sociedade branca pelos territórios ocupados pelos nativos.

A saída encontrada pelos indigenista foi que deveria ter uma rápida integração das comunidades indígenas na modernidade.

“O indigenismo não está destinado a procurar a atenção e o melhoramento dos indígenas como sua finalidade última, mas sim como um meio para conseguir um objetivo melhor: a integração e o desenvolvimento nacional, baixo as premissas da justiça social, na qual o índio e não índio sejam tratados cidadãos livres e iguais”<sup>3</sup>.

A partir de 1970, os índios finalmente ganham voz. O movimento, composto maioritariamente por estudantes indígenas, reelaboraram o sentido da pertença e identidade étnica. Para eles, a elaboração do discurso está conectada a uma necessidade de sobrevivência das comunidades e dos povos indígenas que afirmem sua autonomia.

---

<sup>3</sup> BENGOA, J. *Los indígenas y el Estado Nacional en América Latina*. Revista de Antropología, São Paulo, v. 38, n. 2, p.167-183, 1995.

Nessa discussão, é possível entender as três distintas posições. A primeira é sobre a autodeterminação dos povos: as relações interétnicas tem que ser relações internacionais e não mais discutidas no âmbito dos países nacionais, mas sim nas relações internacionais.

A segunda é a autonomia cultural. Com ela se exige que as relações interétnicas respeitem os costumes, línguas e os valores compartilhados pelas comunidades indígenas, sem que a sociedade dominante imponha suas próprias práticas e ideias. Esta medida, embora seja muito importante, não simboliza uma ação que possa solucionar o problema totalmente. É fundamental reconhecer que significa uma ajuda à recuperação da cultura indígena, mas não soluciona a questão territorial e jurídica dos nativos.

A terceira e mais importante, e a que mais interessa: a autonomia territorial e o autogoverno. Nessa posição, é essencial a recuperação da cultura e identidade indígena, quebrando com a visão homogeneizante da sociedade branca. Os indígenas são quem escolhem as diretrizes que eles querem seguir, num território que seja propriedade legal deles.

No final da década dos 70, a questão da autonomia indígena passou a ser discutida no Brasil. A questão indígena tomou grandes proporções no âmbito da sociedade civil, especialmente porque a situação ocasionada pelos intensos conflitos pela posse das terras era ainda insuportável.

A demarcação do território era o principal tema dos debates organizados pelas organizações indígenas e órgãos em defesa dos direitos da população nativa. A ideia da autonomia territorial e autogoverno foram as principais demandas.

A questão da luta pela demarcação de terras é um dos maiores problemas do Brasil, devido a que este país foi um dos poucos da América Latina que não passou por um processo de reforma agrária. As terras estão mal distribuídas, nas mãos de poucos latifundiários, dispostos a qualquer meio para assegurar suas propriedades. Isto inclui as piores atitudes como assassinatos, propinas e uma forte manipulação política.

É frequente nos jornais as notícias sobre desaparecidos e mortes de pessoas que tentaram mexer na questão territorial no Brasil, já seja por questões ambientais, de justiça social ou demarcação de territórios indígenas.

O grande conflito dos indígenas com os latifundiários e também com todos aqueles que tem benefício da extração vegetal, mineral e da agricultura ao redor das terras onde habitam os povos indígenas fazem desta temática uma das questões mais complicadas do país.

- **A luta pela terra do povo Potiguara**

O conflito pela demarcação do território Potiguara é um dos mais antigos do Brasil. Desde a colonização, a luta pela terra foi intensa. O imperador D. Pedro II, numa tentativa de diminuir as tensões entre os índios e a sociedade não indígena, deu um lote particular às famílias indígenas na aldeia de Monte-Mor. O imperador, porém, ignorou os aspectos culturais, e não teve em conta a consideração de que o trabalho da etnia Potiguara é realizado em territórios coletivos. Isso foi uma causa que motivou a desintegração do grupo.

Além disso, as empresas começaram se localizar nas terras Potiguaras uns anos mais tarde, na região próxima às aldeias, expulsando uma boa quantidade de indígenas que se sentiam ameaçados e abandonaram suas residências e foram para outras aldeias. As famílias que tentaram resistir vieram como suas casas foram destruídas pelas pessoas que os proprietários das empresas enviavam.

A partir de 1970, com medo do risco de perder as terras que possuíam, os indígenas Potiguaras se uniram na luta pela demarcação do território. Existiam algumas divergências internas e as empresas achavam que não ia ser um movimento forte.

Os conflitos pela demarcação da Terra Indígena Monte-Mor chegaram até 2007 e ainda continuam. As medidas eram discutidas e votadas com a pressão do movimento indígena e a pressão dos empresários e latifundiários. Finalmente, em dezembro de 2007, o Ministério de Justiça, Tarso Genro, assinou a área de demarcação em 7.487 hectares na aldeia de Monte-Mor, depois de quase 40 anos desde o começo das articulações da luta indígena.

- **Considerações finais**

Finalmente, queria colocar aqui a ideia de que, embora existam grandes diferenças entre os camponeses e as comunidades indígenas, temos que considerar um aspecto em comum muito importante: o trabalho e a luta pela terra. Nas ciências sociais existem as

delimitações analíticas para poder abordar melhor uma temática concreta, mas em ocasiões isso traz alguns problemas. A distinção entre luta pela terra e luta pelo território pode ser um exemplo. Entendemos a luta dos camponeses pela terra como uma reivindicação da redistribuição das terras e da reforma agrária, para que os latifundiários não sejam os donos da maior parte do país e existam pequenos proprietários que possam trabalhar nas suas terras. Por outro lado, existe a luta pelo território das comunidades indígenas ou quilombolas, que, além da luta pela propriedade da terra, tem as reivindicações culturais pelo reconhecimento de comunidade indígena ou quilombola.

Luta pela terra e luta por território pode ser entendido como algo diferente, já que a luta pelo território indígena é algo a mais que o direito de terra, é o direito de um povo ser reconhecido como povo e com direito ao seu território comum. Mas, além disso, essa distinção dificulta a união entre as lutas pela redistribuição das terras do país. Faz parecer ver que são independentes as reivindicações de camponeses e trabalhadores sem terra, como o MST, e as reivindicações dos indígenas pelo reconhecimento do seu território, como, por exemplo, a atual luta dos Tabajaras de Paraíba pelo reconhecimento do Território Indígena Tabajara. Realmente, todos os trabalhadores da terra estão na luta pela redistribuição das terras num país onde ainda não teve reforma agrária. É importante entender como a distinção entre camponeses e indígenas, entre luta pela terra e luta pelo território são mais delimitações analíticas e administrativas que reais, que todos eles são trabalhadores do campo que lutam pelo direito de acesso à terra e uma redistribuição mais justa do país.

Como na apresentação do livro *Cartografia Social, Terra e Território*, o autor considera que:

*“Duas problemáticas foram construídas separadamente e foram objeto de esforços teóricos também feitos em separado por distintos pesquisadores do campo das ciências sociais- a problemática das demandas por terra por parte de grupos camponeses fundados na tradição familiar e, de outro lado, a questão das demandas por território, formuladas por grupos indígenas, quilombolas e extrativistas detentores de modos de vida associados ao uso de terras tradicionalmente ocupadas” (ACSELRAD, 2013).*

Como conclusão, o que quero dizer é que tanto camponeses como indígenas, embora tenham diferenças analíticas, são trabalhadores do campo, tem uma união com a terra pessoal e comercial, até sagrada, e a luta pelo direito ao acesso à terra e território é uma luta comum



reivindicando que a terra é pra quem a trabalha, por um país mais justo e uma melhor distribuição do território.

- **Referencias bibliográficas**

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nunez. *Cartografia social, terra e território*, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2013.

ALMEIDA, A.W.B. *Terras de preto, terras de santo, terras de índio- uso comum e conflito*, In Edna. Ramos de Castro e Jean Hébette (orgs). **Na trilha dos grandes projetos. Modernização e conflito na Amazônia**. Cadernos do NAEA. Belém: UFPA, 1989

AZEVEDO, Ana Lúcia Lobato de. *A terra como nossa: uma análise de processos políticos na construção da terra Potiguara*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.

BARCELLOS, Lusival Antonio, *Práticas educativo-religiosas dos índios Potiguara da Paraíba*, Natal, 2005

BENGOA, J. *Los indígenas y el Estado Nacional en América Latina*. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 38, n. 2, p.167-183, 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*, São Paulo, 1992.

FUNAI. *Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba*, 2012.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*, RJ, Zahar Editores, 1978.

REDFIELD, Robert. *O mundo primitivo e suas transformações*, SP. Edição Original, U.S.A., 1956.

WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. SP, Zahar Editores, 1970.

WOLF, Eric. *Tipos de Campesinato latino-americano: uma discussão preliminar*. In: FELDMAN-BIANCO, BELA & RIBEIRO. Ed. Da Universidade de Brasília; Ed. Da INICAMP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

**GT 08 – (A luta pela terra e a política fundiária)****CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO NORDESTE BRASILEIRO**

**Meire Eugênia Duarte**<sup>1</sup>  
**Thiago Souza de Oliveira**<sup>2</sup>  
**Gerlânia Maria Rocha Sousa**<sup>3</sup>  
**Genivalda Cordeiro da Costa**<sup>4</sup>  
**Fábio Lúcio Rodrigues**<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Economista / Professora Substituta do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (DEC/UERN), (meire.duarte@hotmail.com)

<sup>2</sup> Economista / Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), (txyago.s@hotmail.com)

<sup>3</sup> Economista / Mestranda em Economia Rural pelo Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará (DEA/UFC), (gerlaniarocha@gmail.com)

<sup>4</sup> Economista / Professora Adjunto IV do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (DEC/UERN), (genivaldacordeiro@yahoo.com)

<sup>5</sup> Economista / Professor Adjunto IV do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (DEC/UERN), (prof.fabiolucio@gmail.com)

**Resumo:** Um dos principais temas debatidos entre pesquisadores de estudos agrários no Brasil é a relação entre a estrutura fundiária e a miséria da população rural. O objetivo do presente artigo é analisar a contribuição dos Planos Nacionais de Reforma Agrária para a redução da concentração de terras no Nordeste brasileiro. Verificou-se que a região foi beneficiada com a criação de 3.784 assentamentos atendendo 297.464 famílias. Porém, à estrutura fundiária, se manteve com elevada concentração de terra.

**Palavras-chaves:** Reforma Agrária; Políticas Públicas; Estrutura Fundiária.

## 1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social e a concentração fundiária têm marcado a sociedade brasileira e tem sua origem desde o processo de colonização portuguesa que instaurou o regime de sesmarias que, era o regime de posse da terra vigente em Portugal e que foi transplantado para o Brasil. A Coroa portuguesa fez da sua colônia uma área de exploração de gêneros agrícolas exportáveis para o mundo. As formas de apropriação do solo nortearam-se para o latifúndio monocultor, em que a própria legislação estimulava a concentração fundiária, transformando a posse da terra numa determinante das condições sócio-econômica e política da sociedade colonial. Isso vem afetando a estrutura agrária no campo brasileiro até os dias atuais, com elevados índices de concentração contribuindo para a morosidade e ineficácia das políticas fundiárias no Brasil contemporâneo, que tem acarretado as tensões entre camponeses despossuídos e os grandes proprietários rurais (RECO, 2003).

Portanto, um dos grandes problemas agrários do Brasil é a concentração de terra. De um lado, existe um pequeno número de grandes proprietários de terras, os latifundiários, que monopolizam a maior parte das propriedades rurais, e no outro extremo, proprietários de milhares de pequenas propriedades rurais, os minifúndios, tão pequenos que muitas vezes não conseguem garantir a subsistência familiar.

O Censo Agropecuário de 2006 revelou que a concentração na distribuição de terras no Brasil permaneceu praticamente inalterada nos últimos vinte anos, embora tenha diminuído em 2.360 municípios. Nos Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares ocupavam 43% da área total de estabelecimentos agropecuários no país, enquanto aqueles com menos de 10 hectares ocupavam, apenas, 2,7% da área total. Considerando-se o número total de estabelecimentos, observou-se que cerca de 47% tinha menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares representavam em torno de 1% do total, nos censos analisados (IBGE, 2009).

Em 1964, o governo militar editou o Estatuto da Terra, que surgiu devido à necessidade de distribuição de terras no Brasil, além de conceituar o campo, determinar os níveis de produtividade e caracterizar o uso social da terra. O Estatuto teve um caráter inovador, pois introduziu novos conceitos ligados à questão agrária (BRASIL, 1964, apud, ALCANTARA FILHO; FONTES, 2009).

A discussão e edição do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, da Nova República – I PNRA (1985 - 1989), previsto no Estatuto como instrumento da reforma agrária, expressava como principal objetivo a alteração da estrutura fundiária do País. O documento apontava os problemas gerados pela concentração da propriedade rural e as formas efetivas de enfrentá-los. Assegurava também mecanismos para que fossem consideradas as diferentes expressões culturais dos trabalhadores, notadamente quanto às formas de exploração das terras (BARQUETE, 2005).

O II Plano Nacional de Reforma Agrária foi apresentado em novembro de 2003, que além de garantir o acesso a terra, previa ações para que as famílias pudessem produzir gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como saúde e educação, energia e saneamento. O plano expressava uma visão ampliada de Reforma Agrária que pretendia mudar a estrutura agrária brasileira. Através da democratização do acesso a terra, desconcentrando a estrutura fundiária, e ações dirigidas a impulsionar uma nova estrutura produtiva, fortalecendo os assentados da Reforma Agrária, a agricultura familiar, as comunidades rurais tradicionais e superando a desigualdade de gênero (MDA, 2003).

Diante desse cenário, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a estrutura fundiária do Nordeste brasileiro, verificando se os programas de Reforma Agrária contribuíram para reduzir a concentração da terra no período de 1975 a 2006.

Os dados utilizados são secundários, coletados junto aos órgãos governamentais, mas precisamente IBGE, INCRA, MDA, entre outros. A metodologia empregada para mensurar os níveis de concentração foi o Índice de Gini, o qual é uma medida que mede o grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

## 2. POLÍTICA PÚBLICA

A política pública surge como uma forma de equacionar problemas econômicos e sociais de maneira a promover condições para o desenvolvimento do país. Para ser elaborada é necessário definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem. Teixeira (2002, p.02) define política pública como sendo:

(...) diretrizes, princípios norteadores da ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

As políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem estar da população e garantir os direitos sociais dos cidadãos, caracterizando-se como um compromisso público, que visa atender as demandas da sociedade, principalmente dos setores marginalizados, considerados como vulneráveis. Algumas políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas). Ainda outras são necessárias para regularem conflitos entre os diversos atores sociais que, mesmo hegemônicos, têm contradições de interesses que não se resolvem por si mesmas ou pelo mercado e necessitam de mediação (TEIXEIRA, 2002).

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

Após desenhadas e formuladas, as políticas desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, ficam então submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

### **3. ESTRUTURA FUNDIÁRIA**

O estudo da estrutura fundiária, nos seus mais variados aspectos, perdeu relevância em algumas partes do mundo, não por ter deixado de ser importante mas, sobretudo, porque os problemas dela originados foram, de alguma forma, resolvidos como: a má distribuição da terra, os conflitos no campo, a baixa produtividade agrícola. Tudo isso, combinado com a modernização da agricultura e da pecuária ensejou elevados ganhos de produtividade, dispensando grande contingente de mão-de-obra no campo e culminando no alívio ou na erradicação da pobreza rural. Países como Canadá, Estados Unidos, Japão e países da Europa detêm menos de 10% de sua população no campo sem, no entanto, comprometer sua produção e produtividade agrícola. Não obstante, essa situação não se aplica ao Brasil, onde a questão fundiária se arrasta há séculos, gerando muita polêmica, conflitos e tentativas fracassadas de solução (FRANÇA; MEDEIROS, 2002).

A estrutura fundiária corresponde ao modo como as propriedades agrárias de uma área ou país estão organizadas no território, isto é, seu número, tamanho e distribuição social (ESTRUTURA FUNDIÁRIA, 2011).

A elevada concentração da estrutura fundiária brasileira dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em um modelo agrícola inibidor de um desenvolvimento que combine a geração de riquezas e o crescimento econômico, com justiça social e cidadania para a população rural.

A desigualdade estrutural fundiária interfere diretamente na quantidade de postos de trabalho, valor de salários e, automaticamente, nas condições de trabalho e o modo de vida dos trabalhadores rurais. Por isso é necessário um processo de reforma agrária, para promover uma melhor distribuição da terra, através de modificações no regime de posse e uso, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade, para promover a superação da desigualdade e a exclusão social de parte significativa da população rural.

#### 4. POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA

A Reforma agrária é um processo que se fez necessário devido à grande concentração de terras e é definida no seu artigo 1º como “conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.” (Estatuto da Terra, [Lei nº 4504/64](#)).

O Brasil herdou do período colonial práticas concentradoras de terras e até hoje o país apresenta problemas relacionados à distribuição de terras. A ocupação colonial foi caracterizada pelo regime de sesmarias, da monocultura e do trabalho escravo, fatores estes que, conjugados, deram origem ao latifúndio, propriedade rural sobre a qual centrou-se a ocupação do espaço agrário brasileiro.

Para o governo, a reforma agrária é mais do que um compromisso e um programa do governo federal, ela é:

...uma necessidade urgente e tem um potencial transformador para a sociedade. Gera emprego e renda, garante à segurança alimentar e abre uma nova trilha para a democracia e para o desenvolvimento com justiça social. A reforma agrária é estratégica para um projeto de nação moderno e soberano. (MDA 2003, p.05)

Em 30 de novembro de 1964, durante o governo do presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, instituiu-se a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, a Lei nº 4504/64. Conhecida como Estatuto da Terra, essa lei surge devido à necessidade de distribuição de terras no Brasil, além de conceituar o campo, determinar os níveis de produtividade e caracterizar o uso social da terra. O Estatuto teve um caráter inovador, pois introduziu novos conceitos ligados à questão agrária. Foi através do mesmo que se mensurou o minifúndio e o latifúndio. Essa mensuração se deu através dos módulos fiscais, que são medidas agrárias que variam de tamanho de acordo com a região. Uma propriedade rural deveria ter entre 1 e 15 módulos rurais, caso contrário, seria minifúndio ou latifúndio, logo, passíveis de desapropriação a fins de reforma agrária. Outra caracterização refere-se aos níveis de produtividade. Para isso, foram traçadas as unidades mínimas de produção por módulo rural, a fim de caracterizá-las como produtivas ou improdutivas (BRASIL, 1964 Apud, ALCANTARA FILHO, FONTES, 2009).

Os avanços das transformações capitalistas na agricultura, somado a manutenção de políticas governamentais em favor das grandes propriedades e, consequente

detrimento dos pequenos estabelecimentos, foram elementos preponderantes para a intensificação da concentração fundiária no Brasil. Outro fator contribuinte para a concentração de propriedades é a aquisição de terras com fins especulativos, ou seja, os estabelecimentos passaram a ser demandados não para atividades produtivas, mas como fundo de reserva e proteção aos ataques inflacionários (ALCANTARA FILHO; FONTES, 2009).

O destaque em torno da reforma agrária teve início com a discussão do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha como objetivo promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-a as exigências de desenvolvimento do País através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da produtividade, atendendo, em consequência, os princípios de justiça social e o direito da cidadania do trabalhador rural (Estatuto da Terra, Lei nº 4504/64).

O 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – I PNRA (1985 - 1989) destacou a importância do Estatuto da Terra como instrumento da reforma agrária, adotando seus princípios básicos, tais como: a função social da propriedade; a não-desapropriação das empresas rurais e das pequenas e médias propriedades; a garantia de que a reforma agrária não atingiria as terras que estivessem produzindo e de que as desapropriações seriam pagas mediante indenizações. Partindo de uma estimativa de 6 a 7 milhões de famílias potenciais beneficiárias da reforma agrária, constituída de trabalhadores sem-terra, posseiros, arrendatários, parceiros, parte de assalariados rurais e minifundiários, o I PNRA estabeleceu a meta de assentamento de 1,4 milhão de famílias em um prazo de quatro anos. (VALLE JÚNIOR, 1997)

De acordo com VALLE JÚNIOR (1997, p. 03):

Era uma meta grandiloquente e irrealista, para cujo cumprimento era indispensável decisão e vontade política, o que não houve. Além disso, o país atravessava uma fase de sérios problemas econômicos e financeiros e os recursos consignados para o programa de reforma agrária foram inteiramente insuficientes para alcançar as metas propostas. Assistiu-se também uma tremenda descontinuidade administrativa, que não se limitou apenas à substituição freqüente de dirigentes da política agrária, mas também criou e extinguiu instituições responsáveis pelo programa.

Como consequência, o I PNRA, resultou na criação de apenas 515 projetos com capacidade de assentamento para 83.625 famílias. Foram desapropriados 4,71 milhões de hectares. Um evento de grande importância nesta época foi à criação do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, instrumento essencial para que os trabalhadores rurais assentados pudessem criar suas unidades agrícolas e iniciar o processo de produção. Contudo, com a crise financeira do governo, não foi possível dotar o programa dos recursos necessários. (VALLE JÚNIOR, 1997)

Em 2003, foi apresentado o II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA, constituído de um conjunto de objetivos, metas, políticas e procedimentos organizados em torno do governo, e requeridas para garantir o acesso a terra, e promover ações para que homens e mulheres pudessem produzir, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais como saúde, educação, energia e saneamento.

O Plano tem uma visão ampla com respeito à reforma agrária, entendendo que para viabilizar os assentamentos e almejar uma mudança da estrutura agrária brasileira é preciso,

[...] democratizar o acesso a terra, desconcentrando a estrutura da propriedade da terra, e intervir sobre a estrutura produtiva por meio de garantia do Crédito, do Seguro Agrícola, da Assistência Técnica e Extensão Rural, de políticas de comercialização e de agroindustrialização. (MDA, 2003)

No sentido de viabilizar os assentamentos de reforma agrária, o II PNRA considera a questão da formação de cooperativas e associações de produtores. O Plano vai além, ao adotar a idéia de desenvolvimento do espaço rural como um desenvolvimento territorial sustentável.

Ao invés de um modelo único para todas as regiões do país, o Plano previa a adequação do modelo de reforma agrária às características de cada região, de cada bioma. Promovendo estratégias de produção e comercialização para abertura de novas possibilidades econômicas para os assentamentos e para sua integração numa dinâmica de desenvolvimento territorial. Buscava a democratização do acesso a terra, desconcentrando a estrutura fundiária, e ações dirigidas a impulsionar uma nova estrutura produtiva, fortalecendo os assentados da Reforma Agrária, a agricultura familiar, as comunidades rurais tradicionais e superando a desigualdade de gênero. Esta profunda mudança no padrão de vida e de trabalho no meio rural envolve a garantia do crédito, do seguro agrícola, da assistência técnica e extensão rural, de políticas de comercialização, de agroindustrialização, de recuperação e preservação ambiental e de promoção da igualdade. (MDA, 2003)

Suas metas representam a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil. Mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados. Até o final de 2006 seriam 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias com acesso a terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil teriam estabilidade na terra com a regularização fundiária (MDA, 2003, p.05).

Na avaliação do prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira os resultados obtidos pelo II PNRA, divulgados em 2005 se mostraram muito distante das metas estabelecidas. A meta referente à reforma agrária (assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compras de terra e retomada de terras públicas griladas) assentou apenas 79.298 famílias; em relação à regularização fundiária, que diz respeito ao reconhecimento do direito das famílias já existentes nas áreas objeto da ação (flonas, resex, agroextrativista, desenvolvimento social, fundo de pastos, etc) foram assentadas 39.221 famílias; os reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens (proprietárias ou com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragens e linhas de transmissão de energia realizadas pelo Estado e/ou empresas concessionárias e/ou privadas) assentaram 1.670 famílias e a reordenação fundiária (substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes) envolveram 124.872 famílias.

O meio rural brasileiro precisa se tornar um espaço de paz, produção e justiça social. A reforma agrária é uma ação estruturante, geradora de trabalho, renda e produção de alimentos, portanto, fundamental para o desenvolvimento sustentável da nação.

## 5. CONCENTRAÇÃO DE TERRA

Para mensurar a concentração da terra é necessário analisar a proporção da área destinada aos produtores rurais. Bacha (2004, p. 201), explica que:

(...) deve-se considerar a proporção da área possuída pela grande maioria dos produtores rurais e a proporção possuída pela minoria dos produtores rurais. Se a grande maioria dos produtores rurais tiver uma proporção pequena da área de terra total e a minoria dos produtores tiver uma grande proporção da área de terra total, diz-se que há concentração na posse da terra. A desigualdade considera as diferenças de concentração de áreas entre os produtores considerados de modo individual.

Sendo, a concentração um elemento central da estrutura fundiária brasileira e comum a todos os estados, as possibilidades de obtenção de terras e a situação dos potenciais beneficiários são diferenciadas, o que justifica a utilização e a combinação de vários instrumentos diferentes para democratizar o acesso a terra, superar as restrições que o acesso precário impõe à integração produtiva e promover um novo padrão de desenvolvimento territorial. (MDA, 2003, p. 19)

A concentração de terra resulta no agravante das condições sociais no Brasil, visto que essa concentração exclui a maioria dos agricultores. Nesse sentido Prado Júnior (1987, p. 15) ressalta que:

(...) por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta e indiretamente deriva de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria.

A determinação de realizar uma Reforma Agrária “ampla” e sustentável, coloca a necessidade de atingir magnitude suficiente para provocar modificações nessa estrutura, combinada com ações dirigidas a assegurar a qualidade dos assentamentos, por meio de investimento em infra-estrutura social e produtiva. É preciso combinar massividade, qualidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos (MDA, 2003).

## 6. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza descritiva, com o intuito de verificar se os Programas Nacionais de Reforma Agrária contribuíram para a redução da concentração de terra no Nordeste brasileiro.

### 6.1 Período de Análise

O estudo foi realizado com base em dados referentes ao período de 1975 a 2006. Justifica-se este recorte temporal uma vez que se busca verificar quais os níveis de concentração de terra na região Nordeste no período antes e após a implantação dos I PNRA e II PNRA.

### 6.2 Coleta de Dados

Na pesquisa são utilizados dados secundários coletados junto aos órgãos governamentais, mais precisamente IBGE, INCRA, MDA, entre outros.



### 6.3 Mensuração da Concentração de terra

Para mensurar os níveis de concentração de terra, foi utilizado o Índice de Gini (G), onde o mesmo é uma ferramenta utilizada na mensuração do grau de concentração de qualquer distribuição estatística, sendo, no entanto, mais freqüentemente aplicado à renda, à propriedade fundiária e a oligopolização industrial.

É medido pela seguinte fórmula:

$$G = 1 - \sum_{i=1}^{\eta} (Y_i + Y_{i-1})(X_i - X_{i-1})$$

$X_i$  : é a percentagem acumulada do número de estabelecimentos agropecuários até o estrato  $i$ ;

$X_{i-1}$ : é a percentagem acumulada do número de estabelecimentos agropecuários até o estrato anterior ao estrato  $i$ ;

$Y_i$ : é a percentagem acumulada da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, até o estrato  $i$ ;

$Y_{i-1}$ : é a mesma percentagem acumulada até o estrato anterior ao  $i$ ;

$\eta$ : é o número de estratos de área, das propriedades. (HOFFMANN, 1991)

### 6.4 Análise e Interpretação dos dados

A interpretação dos dados foi feita com base no método comparativo entre os Índices de Gini obtidos para os anos pesquisados e a conseqüente verificação do nível de concentração fundiária da área estudada

Ressalta-se que o Índice de Gini varia entre 0 e 1, sendo que igual a zero indica perfeita distribuição de terra e igual a 1 indica concentração total de terra no último extrato da população que está sendo considerada. À medida que se aumenta o índice, eleva-se o grau de desigualdade em questão. Desta forma, Câmara, 1949 apud ALCANTARA FILHO; FONTES, 2009) classificou-o a partir da seguinte escala:

<b>CLASSIFICAÇÃO DO ÍNDICE DE GINI PARA A CONCENTRAÇÃO DA POSSE DE TERRAS</b>	
<b>Faixa do Índice de Gini</b>	<b>Classificação</b>
0,000 a 0,100	Concentração Nula
0,101 a 0,250	Concentração nula a Fraca
0,251 a 0,500	Concentração Fraca a média
0,501 a 0,700	Concentração Média a Forte
0,701 a 0,900	Concentração Forte a Muito Forte
0,901 a 1,000	Concentração Muito Forte a absoluta

FONTE: CÂMARA (1949), apud, ALCANTARA FILHO; FONTES, 2009

Observa-se, portanto, que quanto mais próximo de 1 estiver o Índice de Gini, maior será o nível de concentração.

## 7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados dados referentes à estrutura fundiária do Nordeste brasileiro, os quais serão apresentados em tabelas e gráficos. A partir dos dados será mensurado o nível de concentração fundiária das terras da região com base no índice de Gini.

### 7.1 Número e Tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários no Nordeste de 1975 a 2006.

Na tabela abaixo, mostra informações sobre a estrutura fundiária do Nordeste brasileiro, no período de 1975 a 2006. Observa-se que em geral, foi mantida a concentração de modo que se predominava a ocorrência de pequenos estabelecimentos, porém com volume baixo em área total ocupada, enquanto que um número pequeno de grandes proprietários dominava grande parcela das terras.

**Tabela 01 – Estrutura Fundiária do Nordeste – 1975 / 1985 / 1995 e 2006**

ANO	ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO NORDESTE				
	Grupo de áreas (em ha)	Número de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos (ha)	%
1975	Menos de 10 ha	1.641.931	69.89	4.311.476	5.48
	10 a menos de 100 ha	567.033	24.14	18.185.588	23.11
	100 a menos de 1000 ha	131.045	5.58	33.222.835	42.22
	1000 ha e mais	9.120	0.39	22.969.043	29.19
	<b>TOTAL</b>	<b>2.349.129</b>	<b>100</b>	<b>78.688.942</b>	<b>100</b>
1985	Menos de 10 ha	1.971.391	70.58	4.969.961	5.40
	10 a menos de 100 ha	667.491	23.89	21.281.842	23.12
	100 a menos de 1000 ha	143.965	5.15	36.169.544	39.29
	1000 ha e mais	10.552	0.38	29.632.772	32.19
	<b>TOTAL</b>	<b>2.793.399</b>	<b>100</b>	<b>92.054.119</b>	<b>100</b>
1995	Menos de 10 ha	1.570.510	68.01	4.110.940	5.25
	10 a menos de 100 ha	604.261	26.17	19.275.283	24.60
	100 a menos de 1000 ha	125.406	5.43	31.472.449	40.17
	1000 ha e mais	8.907	0.39	23.487.735	29.98
	<b>TOTAL</b>	<b>2.309.084</b>	<b>100</b>	<b>78.346.407</b>	<b>100</b>
2006	Menos de 10 ha	1.498.389	65.92	3.785.719	5.01
	10 a menos de 100 ha	650.855	28.64	20.102.139	26.59
	100 a menos de 1000 ha	115.487	5.08	28.647.760	37.90
	1000 ha e mais	8.165	0.36	23.058.824	30.50
	<b>TOTAL</b>	<b>2.272.896</b>	<b>100</b>	<b>75.594.442</b>	<b>100</b>

Fonte: CENSO DEMOGRÁFICO / IBGE

Em 1975, as propriedades com menos de 10 hectares correspondiam a 69,89% do número total de estabelecimentos, ocupando somente 5,48% da área total ocupada, enquanto as propriedades com mais de 1.000 hectares correspondiam a 0,39% dos estabelecimentos, ocupando uma área de 29,19%. Já em 2006, 65,92% do número desses estabelecimentos ocupavam 5,1% da área total e 0,36% dos estabelecimentos ocupavam 30,50% da área total. Portanto, com base nos dados apresentados, pode-se concluir que, durante o período em análise, houve poucas modificações na estrutura fundiária do Nordeste brasileiro.

## 7.2 Número de Assentamentos Criados, Área ocupada e Famílias Assentadas no Nordeste, de 1975 a 2011

Com o intuito de promover a Reforma Agrária e reduzir o nível de concentração das terras, os Planos Nacionais de Reforma Agrária tinham em suas metas a criação de milhões de assentamentos, que possibilitaria ao trabalhador a inserção no mercado, através da produção gerada em seu próprio lote, gerando um acesso, ainda que de forma precária em alguns casos, a moradia, saúde e educação, criando novos sujeitos e resgatando a dignidade dos indivíduos.

O gráfico abaixo mostra o número de assentamentos implantados na região Nordeste e o total acumulado de assentamentos no período em análise.

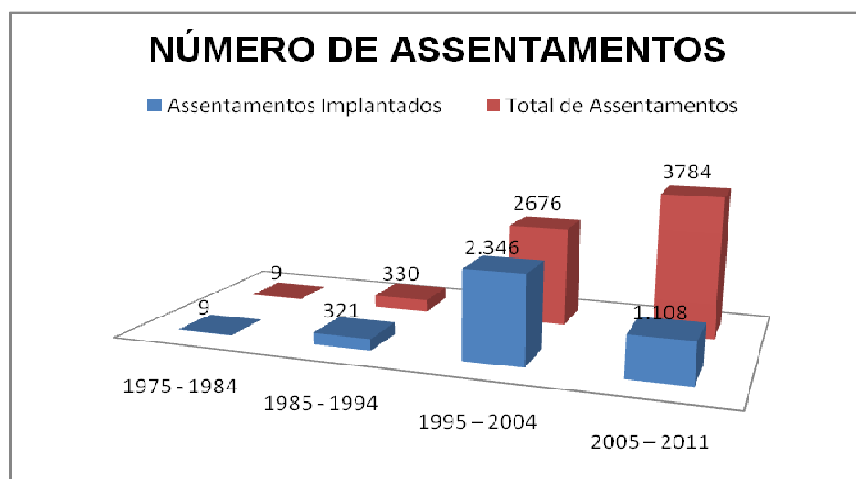


GRÁFICO 01 – NÚMERO DE ASSENTAMENTOS.

FONTE: Elaborada pelo autor. Relação de Projetos de Reforma agrária. INCRA, 2011.

Observa-se que existiam apenas 09 assentamentos no ano de 1975, neste período as discussões sobre reforma agrária ainda eram muito recente, e o campo passava por sérios problemas de desemprego, ociosidade de terras e miséria. Entre 1985 e 2004, percebe-se um elevado aumento no número de assentamentos implantados, esse foi o período do I PNRA (1985 – 1989), que buscava atingir suas metas com a implantação de novos projetos de assentamentos, e o primeiro ano do II PNRA (2003), a partir de 2004 ocorre um decréscimo nos números de novos assentamentos, pois o segundo plano tinha como prioridade qualificar os assentamentos já existentes, para manter o homem no campo e não apenas assentar novos indivíduos.

Os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas áreas de produção agrícola, organizados por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, favorecendo trabalhadores rurais sem terra ou com

pouca terra. Os mesmos cumprem um papel fundamental na dinamização da economia dos municípios onde estão localizados.

Nos gráficos 2 e 3 observa-se o número de novas famílias assentadas e a área por elas ocupadas nos projetos de assentamento.

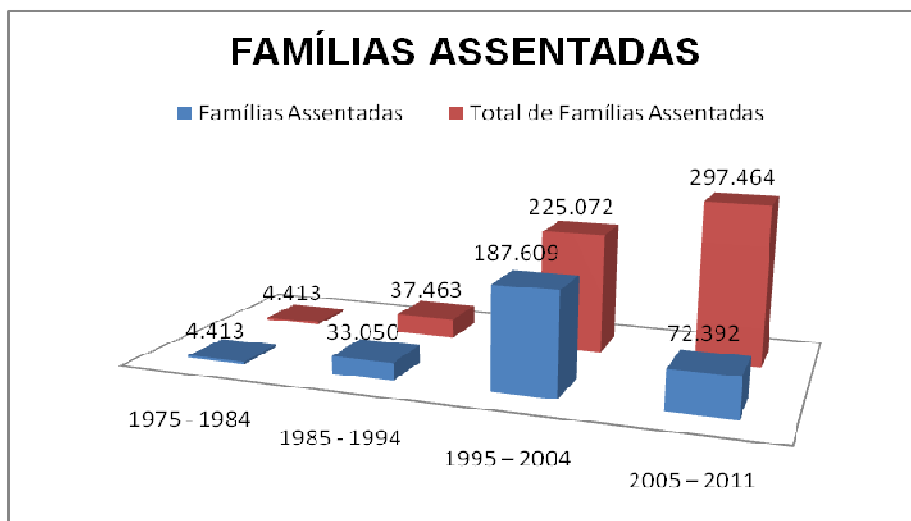


GRÁFICO 02 – FAMÍLIAS ASSENTADAS  
 FONTE: Elaborada pelo autor. Relação de Projetos de Reforma agrária. INCRA, 2011.

As formas de trabalho conjunto nos assentamentos trazem vantagens econômicas, sociais e políticas para as famílias, pois permitem que os poucos recursos produtivos, inclusive a quantidade e qualidade da terra, sejam utilizados mais adequadamente por todos, além de reforçar sua capacidade de reivindicação para resolver problemas sociais e econômicos.

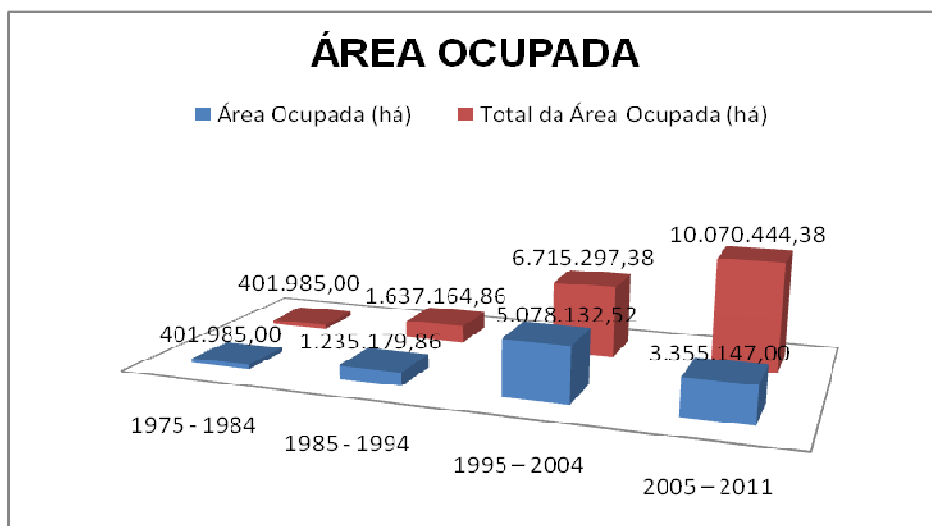


GRÁFICO 03 – ÁREA OCUPADA  
 FONTE: Elaborada pelo autor. Relação de Projetos de Reforma agrária. INCRA, 2011.

### 7.3 Mensuração da Concentração de Terra no Nordeste brasileiro

O Índice de Gini foi utilizado para medir a concentração da terra no Nordeste brasileiro. Ressalta-se que de acordo com a base de dados e a metodologia utilizada o resultado em relação ao índice pode variar. No período de 1975 a 2006, os resultados

obtidos, apresentados na gráfico 04 demonstram alto grau de concentração, expresso por 0,8173, em 1975, e por 0,8048, em 2006. A distribuição de terras é mais concentrada quanto mais próximo este índice estiver da unidade, ou seja, poucos estabelecimentos agropecuários concentram um alto percentual de terras, conforme observado na Tabela 01.

O gráfico 04 mostra a redução de 0,0125 no Índice de Gini, entre o período inicial e final da pesquisa, isso devido ao número de assentamentos criados, através dos Planos de Reforma Agrária, que tinham como objetivo criar novos assentamentos e fazer dos mesmos espaços de produção e qualidade de vida integrados ao desenvolvimento territorial.

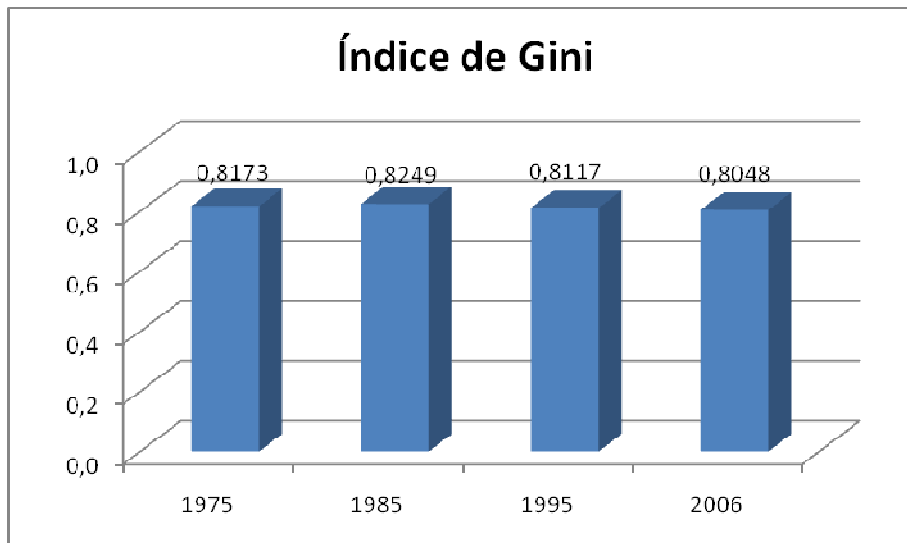


GRÁFICO 04 – ÍNDICE DE GINI  
FONTE: SIDRA / IBGE

Observa-se, portanto, que o I e II PNRA, não foram capazes de reduzir de forma significativa a concentração da terra.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade estrutural fundiária interfere diretamente na quantidade de postos de trabalho, valor de salários e, automaticamente, nas condições de trabalho e o modo de vida dos trabalhadores rurais. Por isso, a necessidade de um processo de reforma agrária para promover uma melhor distribuição da terra, através de modificações no regime de posse e uso, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade.

No Brasil, a questão fundiária se arrasta há séculos, gerando muita polêmica, conflitos e tentativas fracassadas de solução. O Nordeste, em especial, onde historicamente as atividades do campo desempenham importante papel econômico e social, embora venha perdendo importância relativa é a região do Brasil com maior concentração de população rural. Além de ser a mais deprimida social, econômica e tecnologicamente, ainda sofre sistematicamente os efeitos de sua vulnerabilidade climática. A questão fundiária nesta região continua atual e não resolvida. Afinal, apesar de tudo o que se fez e se deixou de fazer, a pobreza rural ainda é uma realidade constrangedora (FRANÇA; MEDEIROS, 2002).

Este estudo teve como objetivo geral verificar se os programas de Reforma Agrária contribuíram para a redução da concentração da terra no Nordeste brasileiro no período de 1975 a 2006. De acordo com os dados coletados e com o Índice de Gini calculado chegou-se as seguintes conclusões:

- Na região Nordeste, a concentração de terras está classificada entre forte e muito forte, o que pode ser comprovado pelo cálculo do Índice de Gini, que para o período em análise apresenta as seguintes variações: no ano de 1975 é de 0,8173, no ano de 1985 praticamente não há alteração sendo de 0,8249. No ano de 1995 há uma pequena redução chegando a 0,8117 e em 2006 atinge 0,8048.
- Apesar da região Nordeste ter sido beneficiada pela política de Reforma Agrária que resultou na criação de 3.784 assentamentos com cerca de 297.464 famílias beneficiadas no período de 1975 a 2006, e que ocupam uma área de 10.070.444,3862 ha, a concentração de terras permaneceu muito forte em todo o período analisado.

Após analisar a questão agrária no Nordeste brasileiro sob diversos aspectos, é possível afirmar que os programas de Reforma Agrária não contribuíram para uma redução significativa da concentração da terra na região durante o período de 1975 a 2006. Os Planos de Reforma Agrária tinham metas de beneficiar milhões de famílias, contudo os resultados obtidos eram inferiores, o I PNRA atingiu apenas 6,4% da meta de assentar novas famílias e o II PNRA até 2005 havia atingido apenas 27% de suas metas.

Somente através de um programa estruturado de Reforma Agrária, de caráter abrangente e com vistas ao desenvolvimento econômico seria possível mudar a realidade atual, pois, além de modificar a estrutura fundiária, o país contaria com maiores níveis de produção, gerando externalidades positivas à economia e maior bem-estar social à população brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Oliveira Fontes. **A Formação da Propriedade e a Concentração de Terras no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDIARIA-ze-luispara-pdf.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2012.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. **O Estado Brasileiro e a Reforma Agrária: 1964-2002**, Fortaleza, 2005. Disponível em: < <http://www.inclusaodejovens.org.br/BibliotecaIndice.htm> > Acesso em: 04 jan. 2012.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí (RS): Unijuí, 2007.

COSTA, R. A. **Algumas medidas de concentração e desigualdade e suas aplicações**. Estudos Econômicos, São Paulo, 1979.

**Estatuto da Terra, Lei nº 4504/64**. 1964. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/prolei4504.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

**Estrutura Fundiária**, 2011. Disponível em: <<http://www.algosobre.com.br/geografia/estrutura-fundiaria.html>> Acesso em: 22 dez. 2011.

FRANÇA, Mardone Cavalcante; MEDEIROS, Cleyber Nascimento. **Estudo Comparativo da Estrutura Fundiária do Rio Grande do Norte Período 1985-1995**, 2002. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>> Acesso em: 22 dez. 2011.

HOFFMANN, R. **Estatística para Economistas**. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

HOLANDA, Marcos Costa; GOSSON, Annúzia M. P. M.; NOGUEIRA, Cláudio André Gondim. **O Índice de Gini Como Medida de Concentração de Renda**. Fortaleza, 2006. Disponível em <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas\\_tecnicas/NT\\_14.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_14.pdf)> Acesso em: 13 jul. 2012.

INCRA - Instituto de colonização e Reforma Agrária. **Relação de Projetos de Reforma Agrária**, 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>. Acesso em: 10 ago. 2012.

INCRA - Instituto de colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária**, 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>. Acesso em: 10 ago. 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censos Agropecuários de 1980, 1985 e 1995/1996**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

JÚNIOR, Raul do Valle. **Reforma Agrária Brasileira: síntese histórica e impasse atual.** São Paulo, 1997. Disponível em:

<[http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02\\_04.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_04.pdf)> Acesso em: 13 jul. 2012.

KON, Anita. **Economia Industrial.** Nobel, 2000.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária,** 2003. Disponível em:

<[http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA\\_2004.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2012

PRADO CAIO, Junior. **A Questão Agrária no Brasil.** 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema – SP.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

RECCO, Abelardo. **A Gravidade da Questão Fundiária no Brasil,** 2003. Disponível em: <[http://www.ciari.org/opiniaio/gravidade\\_questao\\_fundiaria\\_brasil.htm](http://www.ciari.org/opiniaio/gravidade_questao_fundiaria_brasil.htm) > Acesso em: 04 jan. 2012.

SAUER, Sérgio. **“Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida.** Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010: 98-126. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/201004-098-126.pdf> > Acesso em: 09 out. 2012

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma Revisão de Literatura.** Porto Alegre, 2006

Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5605>>

Acesso em: 13 jul. 2012

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** Salvador: Bahia, 2002. Disponível em:

<[http://www.fit.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf)> Acesso em: 10 ago. 2012.



## GT 08 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

### CONFLITOS COLETIVOS FUNDIÁRIOS RURAIS E A INEFICIÊNCIA BRASILEIRA

Natasha Gomes Moreira Abreu<sup>1</sup>

Adegmar José Ferreira<sup>2</sup>

Thiago Venâncio Noleto da Gama<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* de Mestrado em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás (UFG); Advogada; natasha.moreira.adv@gmail.com

<sup>2</sup> Orientador, Pós-Doutorando na Universidad Nacional de la Matanza, Doutor em Educação pela Universidade Católica de Goiás, Professor do Programa de Mestrado em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás, Juiz de Direito titular da 10ª Vara Criminal de Goiânia (GO); adegmarjferreira@uol.com.br

<sup>3</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* de Mestrado em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás (UFG); Advogado; profissional.noleto@gmail.com

#### RESUMO

Os conflitos sociais no campo e a violência e repressão contra os trabalhadores rurais são problemas históricos e perduram nos dias atuais. No ano de 2013, sofreram uma redução pouco significativa. A postura dos poderes Judiciário e Executivo frente às ocupações do MST corroboram para a criminalização dos movimentos sociais, pois espalham uma visão distorcida da ilegitimidade da luta pelo direito à propriedade. A criminalização do MST pela mídia se torna outro entrave, pois articula e defende interesses da elite brasileira, colocando os movimentos como instância de controle informal, que prejudicam a economia e a ordem pública. O artigo tratará do panorama atual da reforma agrária no Brasil, que conforme dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) analisados dos anos de 1995 a 2012, a reforma agrária no atual governo possivelmente foi abandonada, tomando-se por base o número de desapropriações das últimas duas décadas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ocupações; Movimentos Sociais; Criminalização.

## Introdução

A concentração de terras no Brasil é um problema histórico que perdura até os tempos atuais. Durante o regime das sesmarias, o extralegal e a lei de terras de 1850 foram privilegiados os grandes proprietários de terras e impedido o acesso à terra aos trabalhadores rurais, pequenos posseiros. O processo histórico é marcado pela repressão, intolerância e criminalização dos pobres no campo.

Os movimentos sociais, em especial o MST, incomodam o governo, a sociedade e as elites ligadas ao agronegócio, por trazerem de volta no cenário político a questão agrária e pelo seu *jeito de agir*. O agronegócio por sua vez, com o escopo de macular a atuação dos movimentos, tem procurado investir na criminalização das ocupações de terra por meio da mídia e do poder judiciário.

O Brasil está longe de resolver os conflitos coletivos fundiários rurais e combater a violência no campo, promover mudanças no quadro fundiário, carece de varas agrárias principalmente em zonas de conflito, tem um judiciário com postura pouco mediadora, um governo que aparentemente abandonou a reforma agrária.

### 1. A luta do MST

Segundo o autor FERNANDES (2010, p. 179) a territorialização do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) se dá por meio da ocupação de terras, como sendo uma forma de “enfrentamento, resistência e recriação do campesinato”. Em um primeiro momento, os participantes do movimento eram camponeses expulsos de suas terras, arrendatários, posseiros, depois contou com a participação de trabalhadores rurais

assalariados e por fim, com a participação de trabalhadores urbanos.

O surgimento dos sem-terra é “fruto de um processo de pauperização ou expropriação de segmentos de trabalhadores que antes tinham acesso à terra na condição de pequenos proprietários ou arrendatários” (MEDEIROS, 2001, p. 107). Os sem terra empregam várias formas de luta pela reforma agrária, fazendo ocupações de terras, manifestações, marchas, ocupando prédios públicos etc. “A luta camponesa pela terra é territorial”, conquistar latifúndios para transformá-los em assentamentos modifica a estrutura fundiária (FERNANDES, 2010, p. 173).

O problema da concentração de terras historicamente se deu com o sistema de sesmarias, sendo responsável pela formação de latifúndios. A sesmaria foi suspensa em 1822. No período extralegal de 1822 a 1850 houve um processo de apossamento de terras contribuindo para a formação do latifúndio, com expulsão do pequeno posseiro (SMITH, 1990).

A lei de terras de 1850 no intento de regularizar as propriedades privadas permitiu a aquisição de propriedade pela compra e proibindo a posse das terras devolutas. Contudo, a apropriação ilegal de terras devolutas continuou desenfreada. (SILVA, 2008). O processo de formação da propriedade privada da terra no Brasil “revela o processo de constituição da estrutura fundiária do país, o caráter conservador da legislação de terras e o poder da classe dos proprietários rurais na sua relação com o Estado” (BORGES, 1997, p. 182).

A concentração de terra com exclusão de parcela da sociedade durante a década de 1970 foi impulsionada pela modernização da agricultura durante os governos militares. Os conflitos de terra pela reforma agrária a partir dessa época foram marcados por violência. Em 1979, o Relatório da Comissão de Inquérito Parlamentar do Sistema Fundiário mostrou o número de pessoas sem acesso à terra e que a reforma agrária “tem por objetivo ajustar o relacionamento do homem com a terra, dentro do contexto social e político de cada país”. O discurso de Paulo Torminn Borges na CPI destacou que a Reforma Agrária é a “melhor distribuição da terra” (p. 235).

A reforma agrária tem como causa básica a pobreza rural que acarreta a pobreza urbana e seu objetivo é a “eliminação da miséria e dos efeitos

negativos que ela provoca na estrutura econômica, social e política do país” (SAMPAIO, 1988, p. 09). Para GRAF (2005) a Reforma Agrária é uma necessidade econômica e social, visto que as propriedades ociosas agricultáveis poderiam ser distribuídas àqueles que têm “vocação agrícola” (p. 93), garantindo o acesso à terra, “a terra existe para ser utilizada, para dela se tirar o sustento do homem. Não se admite mais seja mantida improdutiva a terra fértil. Tal seria um crime de lesa-humanidade.” (BORGES, 1987, p. 139).

O desenvolvimento do MST “está interligado à sua capacidade de se engajar em uma forma particular de conflito social”, é considerado *ativismo público*. A sua luta é “organizada, politizada, visível, aut noma, per dica e não violenta de conflito social”. As ações ativistas buscam atrair a atenção pública, influenciar as políticas estatais e modificar os valores da sociedade (CARTER, 2010, p. 203).

A forma dos movimentos sociais de pressionar o governo para programar a reforma agrária e ganhar a atenção da sociedade, é a adoção de estratégia de ocupação tanto de áreas produtivas quanto de áreas improdutivas, culminando em tensões entre os proprietários e os trabalhadores sem terra (GRAF, 2005).

## 2. A violência e criminalização dos sem-terra

O MST incomoda o governo, a sociedade e as elites ligadas ao latifúndio, por trazer de volta no cenário político a questão agrária e pelo seu *jeito de ser*, “suas ações, mas principalmente, os personagens que faz entrar em cena, e os valores que estes personagens encarnam” (CALDART 2001, *apud* BRUNO, 2009, p. 67-68).

O agronegócio tem procurado investir na criminalização das ocupações de terra através da m dia e do poder judiciário (FERNANDES, 2010). A média segundo VOLANIN (2013, p. 14) articula e defende os interesses da elite brasileira, influenciando no processo de criminalização dos movimentos sociais, “enquanto instância de controle informal”, buscando “satanizar as ações dos movimentos”, tratando-os como irresponsáveis, insignificantes, que prejudicam a economia e atentam a ordem pública. Para ele os movimentos sociais viram

notícias quando há confronto entre a polícia.

O movimento passa a ser tratado pelo Código Penal, como caso de polícia, de segurança pública. “A direita acusa o movimento de baderneiro, violento, fora da lei, invasores” (SANSON, 2008, p. 198). A direita articula a violência com qual tratou sempre os movimentos sociais, “com formas de convencimento e apassivamento das pressões sociais”. No esforço de inviabilizar e despolitizar as contradições sociais e lutas políticas (GUIMARÃES, 2011, p.35).

O uso da violência pelos proprietários de terras como garantia de proteção de suas propriedades é constante (FERANDES, 2010; BURNO 2009). Os latifundiários e seus simpatizantes têm como tradições sociais, culturais a cultura da violência e esta se materializa em mortes e massacres (BRUNO, 2009).

O acirramento dos conflitos coletivos está nos dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nos anos de 2010, 2011 e 2012 os conflitos coletivos fundiários agrários e o número de famílias envolvidas tiveram aumento e no ano de 2013 sofreram uma leve queda de 6% e 5% respectivamente, comparados ao ano anterior. A CPT denomina conflitos por terra, como sendo ocupações e acampamentos que sofrem expulsões, despejos, destruição de bens, ameaças de pistoleiros.

O processo histórico é marcado pela repressão, intolerância e criminalização dos pobres no campo. Por exemplo, segundo MACHADO (2008, p. 269) a política de terras em Santa Catarina no século XIX derramou muito sangue durante o processo de concentração de propriedade da terra. Grandes proprietários contavam com o apoio das autoridades públicas locais e apropriavam-se de áreas habitadas por pequenos posseiros, índios etc. Apenas os grandes fazendeiros conseguiam regularizar suas posses, e os pequenos posseiros, população pobre do campo, pela dificuldade com os dispêndios cartorários, não conseguiam regularizar suas posses e passavam a ser chamados de “intrusos” vivendo em insegurança.

Esse processo de concentração fundiária rural e a expropriação dos agricultores culminaram na atração dos posseiros expulsos, de agricultores desempregados para o movimento do Contestado que foi dissolvido pelas

forças oficiais (MACHADO, 2008). Outros movimentos como Canudos, Cabanagem tiveram o mesmo fim de intolerância (MARTINS, 2007).

Filho e Frigo (2010, p. 01) destacam que mecanismos variados seletivos são usados contra os movimentos sociais para domínio das forças conservadoras, promovendo prisões, inquéritos policiais, ações criminais, ameaças e CPI's. Eventos como estes, ocorrem de modo a articular um processo de desmoralização e satanização dos movimentos sociais, “orquestrado por meios de comunicação, que priorizam as falas criminalizatórias e manipulam informações e fatos referentes às manifestações sociais” sem promover-lhes o direito à interlocutar sobre as questões levantadas.

Segundo a autora MARTINS (2007, p. 31), o problema da criminalização das condutas dos integrantes do movimento fica mais evidente no âmbito do direito quando da atuação do Judiciário e do Executivo (através de sua polícia). Quando espalham “a visão deturpada de ilegitimidade da luta pelo direito a terra”.

### 3. Os conflitos e os poderes judiciário e executivo

Analisando o último Relatório da Ouvidoria Agrária elaborado em 2011 (MDA, 2013b), ocorreram 200 (duzentas) ocupações de imóveis rurais, sendo que, nos estados desprovidos de varas agrárias totalizam 126 (cento e vinte e seis) das ocupações: Tocantins (03), Alagoas (01), Ceará (02), Pernambuco (18), Goiás (09), Distrito Federal (04), São Paulo (79), Espírito Santo (03), Paraná (01) e Rio Grande do Sul (06). Das 200 (duzentas) ocupações ocorreram 12 (doze) homicídios. O que significa que nos Estados em que não há varas especializadas na questão agrária os conflitos são mais acirrados.

A ausência de Justiça Agrária, de juízes especializados na matéria agrária, com *mentalidade de agrarista* (BORGES, 1992, p. 145), a carência de varas agrárias estaduais, até o momento, implantadas apenas em 8 (oito) estados brasileiros (MDA, 2013), conforme Ouvidoria Agrária Nacional do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo: Amazonas (Manaus),

Rondônia (Porto Velho), Mato Grosso (Cuiabá), Pará (Santarém, Redenção, Marabá, Altamira e Castanhal), Paraíba (João Pessoa), Bahia (Barreiras, Camaçari, Ilhéus, Juazeiro, Paulo Afonso e Porto Seguro), Minas Gerais (Belo Horizonte), Santa Catarina (Curitibanos) corroboram para a ineficácia do poder judiciário em garantir o acesso à justiça e a resolução da demanda de forma justa, conforme a realidade social.

As varas agrárias, segundo QUINTANS (2010) enfrentam problemas conjunturais, não têm estrutura adequada ao funcionamento de suas atividades, os juízes não têm especialização em Direito Agrário, nem os desembargadores, e entre eles há divergência de posicionamentos, cita como exemplo, enquanto o juiz da vara agrária decide pela perícia judicial, o Tribunal de Justiça de postura civilista entende pelo seu não cabimento, conforme postula o advogado do proprietário rural.

Assim, o judiciário cuja missão de resolver os conflitos não consegue dar a devida prestação jurisdicional aos litigantes quando toma decisões contrárias aos sem-terra que tem o objetivo de implementar a reforma agrária e corroboram com a intocabilidade da propriedade privada.

Por outro lado, expõe os benefícios das varas agrárias por ampliarem a participação dos demandados, com a marcação de audiência de justificação, antes de decidir sobre pedido de liminar, estimulando a mediação dos conflitos. A autora discorre ainda que, os processos julgados pelas varas agrárias são de natureza possessória e caráter coletivo (organizações de trabalhadores rurais *versus* proprietários rurais).

QUINTANS (2006) afirma que a atuação das varas agrárias na mediação dos conflitos não resolve a causa das ocupações coletivas de reforma agrária, apenas minora seus efeitos, raleando as tensões sociais sem tratar da reforma agrária. Ocorre que o Governo Federal trata de demonstrar a importância das varas especializadas como solução dos violentos conflitos coletivos pela terra, deslocando o “foco político da luta pela terra para o judiciário” (p. 128), como se responsabilidade fosse inteira e exclusivamente do judiciário.

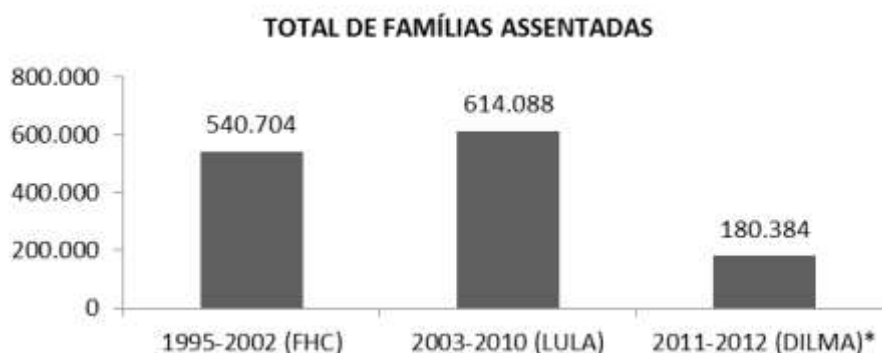
O governo de FHC implantou uma política de assentamentos rurais no Brasil, já no segundo mandato “desenvolveu uma política agrária mais

repressiva, criminalizando a luta pela terra ao mesmo tempo em que desenvolveu uma política de mercantilização da terra”. Durante seu mandato cresceu o número de famílias assentadas, mas de forma precarizada. Não houve projeto de reforma agrária porque a maioria dos assentamentos derivou de ocupações de terra (FERNANDES, 2010, p. 171).

No primeiro mandato do governo Lula, estabeleceu-se uma política de recuperação dos assentamentos precarizados com “programas de crédito e apoio ao desenvolvimento de infraestrutura básica” (ibidem, p. 190). Elaborou a II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) e passou a assentar famílias em terras predominantemente públicas. Enquanto “FHC assentou em média 57.000 famílias ao ano, o governo Lula assentou 63.000 famílias ao ano”. O autor aponta que, se os sem-terra não ocupassem as terras como meio de pressão junto aos governos para a realização da reforma agrária, a concentração de terras teria se agravado ainda mais (FERNANDES, 2010, p. 191-192).

Já o governo da presidente Dilma Rousseff apresenta os piores índices de famílias assentadas pela reforma agrária. De 2011 a 2012 foram 45.096 famílias assentadas conforme dados do INCRA atualizados em março de 2013, fazendo uma estimativa para oito anos de governo foi encontrado um número total de assentados bem aquém dos oito anos dos presidentes anteriores, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio Lula da Silva (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Total de famílias assentadas 1995-2012**



\*estimativa para 8 anos de governo

Fonte: INCRA, 2013. Estimativa para 8 anos de governo da presidente

Dilma de elaboração própria.



Em entrevista concedida à página do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no dia 28 de agosto de 2013, Alexandre Conceição da coordenação nacional do MST diz que a presidente Dilma abandonou a Reforma Agrária, pois seu governo apresenta o pior índice de desapropriação de terras dos últimos 20 anos e em 2013 até o momento nenhum imóvel havia sido desapropriado, assim, afirma que o movimento intensificará as ocupações nas propriedades rurais que não cumprem com a função social (PACHECO, 2013).

Diante dessa omissão, os conflitos tendem a se intensificar conforme o pronunciamento feito pelo MST para dar resposta à política de governo que não reduz a desigualdade social causada pela concentração de terra ociosa. O Brasil ainda não teve uma real política de reforma agrária, pois quando realizada foi de forma precária e na maioria das vezes em terras públicas, permanecendo as propriedades descumpridoras da função social incólumes de desapropriação.

### **Considerações Finais**

Os conflitos por terra marcados pela violência contra os trabalhadores sem-terra têm demonstrado a incapacidade do Estado em lidar com a questão agrária. A criminalização dos movimentos sociais acaba por se tornar o meio que a mídia e a elite brasileira têm para afastá-los, diminuindo sua credibilidade perante a sociedade, e distorcendo seus objetivos.

O atual governo brasileiro é ineficiente no que se refere à Reforma Agrária para trazer paz no campo, pois abandonou a causa campestre tendo registrado os piores índices da história pós-ditadura militar e percebe-se uma tentativa de passar a culpa da resolução dos conflitos agrários ao poder judiciário, furtando-se ao dever de promover a paz no campo, propiciando a desconcentração fundiária, por meio da reforma agrária como estatuído na Constituição Federal e Estatuto da Terra.

A implantação de varas especializadas agrárias pode ser uma forma de solucionar os casos trazidos ao judiciário, pois a visão destes juízes é

diferenciada se comparada aos puramente civilistas, mas como vimos enfrentam problemas conjunturais. Nos estados brasileiros em que ainda não foram criadas as varas agrárias pode-se afirmar, que falta interesse político.

## Referências

BORGES, Paulo Torminn. **INSTITUTOS BÁSICOS DO DIREITO AGRÁRIO**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

BORGES, BARSANUFO, Gomides. Silva, Lígia Osório. Terras devolutas e latifúndio. **História Revista**, v 2, n. 2, 1997.

BORGES, Paulo Torminn. **Institutos Básicos do Direito Agrário**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Diário do Congresso Nacional (Seção I) – (Suplemento)**. Ano XXXIV – Suplemento ao n. 121, Capital Federal, Sexta-feira, 28 de Setembro de 1979. p. 1233-1263 (Câmara dos Deputados – Projeto de Resolução Nº. 85, de 1979 - da CPI do Sistema Fundiário).

BRUNO, REGINA. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Edur, 2009.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis: Vozes, 2000. In:** BRUNO, REGINA. Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Edur, 2009.

CARTER, Miguel. **Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. In:** Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010.

CPT. **Conflitos no Campo – Brasil 2013**. coord. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin. Goiânia: CPT Nacional, 2013. Disponível em: < <http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344-conflitos-no-campo-brasil-2013?Itemid=23>>. Acesso em: 08 de jun 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação e Territorialização do MST no Brasil. In:** CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010.

FILHO, Antônio Sérgio Escravidão; FRIGO, Darci. A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça? Terra de Direitos, 2010. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/a-luta-por-direitos-e-a-criminalizacao-dos-movimentos-sociais-a-qual-estado-de-direito-serve-o-sistema-de-justica/>>. Acesso em: 29 de set. 2013.

GRAF, Amauri Milton. **A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS AGRÁRIOS SOB A ÓTICA DA FUNÇÃO SOCIAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS**. 2005, 97f. Monografia (Especialização em Direito Privado

Contemporâneo) – Campus Universitário de Mafra, Universidade do Contestado, Mafra.

QUIMARÃES, Maria Clarissa Ribeiro. MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS NA REALIDADE BRASILEIRA. **Revista Debate & Sociedade**. Uberlândia, v. 1, n. 2, 2011.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. **Poder Judiciário e conflitos de terra: a experiência da vara agrária do sudeste paraense**. 2011, 278f. Tese (Doutorado de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

\_\_\_\_\_. Varas Agrárias: qual a potencialidade da proposta? **Revista Lutas & Resistências**, v.1, p.121-130, 2006.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/a-luta-por-direitos-e-a-criminalizacao-dos-movimentos-sociais-a-qual-estado-de-direito-serve-o-sistema-de-justica/>>. Acesso em: 21 de set. 2013.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/ouvidoria/institucional/orgaosAgrariosnoBrasil>>. Acesso em: 10 de set. 2013a.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/ouvidoria/institucional/download/file/anual2011.pdf>>. Acesso em: 10 de set. 2013b.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **INVENÇÃO E TRADIÇÃO NA FORMAÇÃO DAS “CIDADES SANTAS” DO CONTESTADO**. In: MOTTA, Márcia e Paulo Zarth (orgs). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nos Brasis, v. 1. São Paulo, UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2008.

MARTINS, Daniele Comin. A Criminalização dos Movimentos Sociais e a Luta por Terras do MST no Interior do Paraná – o caso de Quedas do Iguaçu. **Revista Ciências Sociais Aplicadas**, v. 07, n. 11, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **"Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros"**. In: GIARRACCA, N. (org.). *Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.

PACHECO, Iris. “Governo Dilma abandonou a Reforma Agrária”, afirma Alexandre Conceição. Página do MST. 28 de ago. 2013.

SANSON, Cesar. **O caráter da criminalização dos movimentos sociais no Brasil**. In: OSAL197, n. 24, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal24/12sanson.pdf>> . Acesso em: 30 set. 2013.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A Reforma Agraria. **Revista ABRA**, ano 18. n. 2, 1988.

SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei 1850**. 2ª ed. São Paulo, Unicamp, 2008.

SMITH, Roberto. **PROPRIEDADE DA TERRA E TRANSIÇÃO: ESTUDO DA FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA E TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO NO BRASIL**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

VOLANIN, Leopoldo. **Poder e Mídia: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/760-4.pdf> . Acesso em: 30 de set. 2013.

## **Demarcações de terras indígenas no Norte do Rio Grande do Sul e os atuais conflitos territoriais: uma trajetória histórica de tensões sociais.**

Henrique Kujawa<sup>1</sup>  
João Carlos Tedesco<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O texto analisa aspectos do conflito pela terra entre indígenas e pequenos agricultores no Norte do Rio Grande do Sul; busca evidenciar elementos históricos ligados às políticas públicas de regularização e ocupação da terra bem como as que buscavam definir territórios específicos para os índios. O texto evidencia os grandes argumentos que embasam a luta de ambos os grupos envolvidos, bem como localiza algumas de suas grandes polêmicas, defende a necessidade da compreensão das raízes históricas do conflito, a premência de uma ampla discussão sobre os inúmeros elementos ligados à “questão indígena” na sociedade atual e a efetiva ação do estado na resolução do problema.

Palavras-chave: luta pela terra, indígenas, pequenos agricultores, políticas públicas.

### **Introdução**

O Rio Grande do Sul, principalmente na região norte, vem presenciando, nas últimas duas décadas, a intensificação dos conflitos territoriais fruto das demandas por demarcação de terras indígenas. Num raio de duzentos quilômetros, na região de Passo Fundo, existem quinze acampamentos indígenas nas áreas demandadas ou proximidades, que estão em estágios diferenciados no processo administrativo de identificação, delimitação e demarcação de área indígena desenvolvido pela FUNAI e/ou Ministério da Justiça.<sup>3</sup>

Estes conflitos, por um lado, de uma forma mais geral, possuem semelhanças com os demais vivenciados em outras regiões do Brasil, motivados pela conquistas indígenas na Constituição de 1988, principalmente nos artigos 231 e 232, que garante direito as terras que tradicionalmente ocupam e atribuem ao Estado a tarefa de demarcar e garantir o usufruto exclusivo sobre ela. Além desses elementos mais institucionais, há a ampliação da consciência coletiva indígena, fato esse que fez com que, de uma forma mais enfática, vários grupos indígenas estejam lutando para a garantia jurídica sobre os seus territórios.

---

<sup>1</sup> Mestre em História, Doutorando em Ciências Sociais/UNISINOS, professor da UNOCHAPECÓ e da IMED. Email: kujawa@imed.edu.br

<sup>2</sup> Professor do Mestrado e Doutorado em História da UPF. Email: jctedesco@upf.br

<sup>3</sup> As áreas reivindicadas e/ou com acampamento são: Votouro/Kandóia (municípios de Faxinalzinho e Benjamin Constant), Mato Preto (municípios de Getúlio Vargas, Erebang e Erechim), Passo Grande do Forquilha (municípios de Sananduva e Cacique Doble), Cacique Doble (município de Cacique Doble), Campo do Meio (municípios de Gentil, Marau e Ciríaco), Mato Castelhan (município de Mato Castelhan), Carreteiro (município de Água Santa), Pontão (município de Pontão), Novo Xingu (municípios de Constantina e Novo Xingú), Inhacorá (município de São Valério), Rio do Índios (município de Vicente Dutra), Nonoai (município de Nonoai).

Por outro lado, os conflitos no norte do Rio Grande do Sul, possuem duas especificidades relevantes, a primeira delas refere-se ao fato do estado rio-grandense ter, durante o século XX, desenvolvido uma política contraditória de definição, em momentos diferentes, das mesmas áreas, ora para indígenas e ora para agricultores provocando processos de (des)territorialização e reterritorialização forçada, tanto de indígenas, quanto de agricultores; a segunda especificidade é que os atuais conflitos ocorrem em locais densamente povoados por agricultores familiares, que chegaram nesta região motivados por uma política de colonização nas primeiras décadas do século XX, portanto são proprietários e vivem nelas centenariamente. Na prática, o conflito coloca, de um lado, indígenas demandando a recuperação de terras consideradas por eles de ocupação tradicional (imemorial) e, de outro, agricultores familiares que por diversas gerações vivem e construíram seu *modus vivendi* neste território.

Partindo do pressuposto de que os conflitos atuais possuem raízes históricas, objetivamos com este artigo fazer uma breve reconstituição histórica de políticas territoriais que resultaram, simultaneamente, no processo de colonização da região norte do Rio Grande do Sul, na criação, redução/extinção e restabelecimento de áreas indígenas e, na última década, na reivindicação da criação de novas áreas indígenas, com a intenção de compreender os diferentes contextos bem como as motivações que impulsionaram a atuação dos sujeitos (Estado, agricultores e indígenas) envolvidos.

Em termos empíricos e de recursos de pesquisa utilizamos entrevistas que fizemos com lideranças indígenas e de agricultores em alguns acampamentos na região Norte do Rio Grande do Sul<sup>4</sup>; buscamos centralizar temas e/ou eixos tais como “elementos históricos” (colonização/ocupação/migração, narrativas e memórias materiais da presença no local), “argumentos que justificam as demandas”, “ações e estratégias de luta”, “a situação atual e as mediações políticas e de representação coletiva”. As leituras dos laudos antropológicos de identificação e delimitação de Terras Indígenas de todos os grupos que demandam terras na região, bem como os laudos técnicos de defesa dos agricultores. Fizemos também uma revisão de literatura sobre políticas indigenistas no estado, processos de colonização; buscamos também documentações sobre ambas em arquivos históricos em Porto Alegre; fizemos revisões diárias em jornais locais e do estado para analisar o que foi produzido sobre o tema,

---

<sup>4</sup> Em particular os acampamentos nos municípios de Sananduva, Getúlio Vargas, Faxinalzinho, Vicente Dutra, Muliterno, Mato Castelhano, Gentil e Pontão.

participamos também de várias manifestações, principalmente de agricultores, bem como entrevistamos lideranças de instituições de representação de ambos os grupos (sindicatos rurais, Funai, CIMI); enfim, buscamos nos acercar ao máximo das informações e ações em torno dos referidos conflitos.<sup>5</sup>

Dividimos o texto, para além da introdução e considerações finais, em três partes. Na primeira, faremos uma recuperação do processo de ocupação da região durante o século XX e abordaremos três momentos de territorialização e reterritorialização de agricultores e indígenas. Na segunda parte, buscaremos caracterizar os movimentos indígenas da última década e sistematizar os principais argumentos dos dois sujeitos coletivos em disputas e, por fim, pontuaremos alguns elementos que demonstram a complexidade do contexto vivido no presente.

### **1 - Territorialização e reterritorialização de índios e agricultores no norte do Rio Grande do Sul no século XX**

O processo de ocupação territorial, na lógica colonial, do Sul do Brasil, ocorre de forma tardia se comparado com a faixa litorânea; somente no século XVIII com o desenvolvimento da atividade pecuária é que o Rio Grande do Sul se integra, embora subsidiariamente, à economia colonial e, com as disputas na região Platina, ganha importância geopolítica. No século XIX, a ocupação se intensifica com as políticas de motivação e atração de imigrantes açorianos, alemães e italianos que ocupam a região do Vale do rio dos Sinos e da Serra.

A região norte do estado, especificamente as da Encosta da Serra e do Alto Uruguai, tem a colonização intensificada após a Proclamação da República, nas primeiras décadas do século XX, fruto de um movimento de migração dos descendentes dos primeiros imigrantes italianos e da política de colonização desenvolvida pelo governo do referido estado.

Obviamente que a tardia colonização não significa a existência de um vazio populacional, uma vez que a região em tela tinha uma intensa ocupação indígena, principalmente kaingang, que vivia nestas matas e estendia o seu habitat para o oeste de Santa Catarina, Paraná atingindo o atual estado de São Paulo. Neste sentido, a expansão

---

<sup>5</sup> Um estudo maior que condensa essas práticas todas em sua análise está em fase de publicação com o título de “Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores”.

da colonização representou uma reconfiguração do território definindo, com isso, formalmente e na prática, os espaços a serem ocupados por indígenas e por colonos.

É possível, didaticamente, identificarmos, durante o século XX, três momentos onde o processo de reconfiguração territorial ganha contornos formais induzindo, ou consolidando reterritorializações forçadas de agricultores e indígenas: nas primeiras décadas do século XX, quando se consolida a política de aldeamento e se desenvolve o projeto de colonização; a segunda, entre as décadas de 1940-60, quando se reduz as áreas indígenas demarcadas destinando-as para a criação de reservas florestais e para loteamento vendido para agricultores e, por fim, após a Constituição de 1988 e a reconfiguração do direito indígena sobre as terras tradicionalmente ocupadas, quando, nessa última ocorre a retomada das terras indígenas historicamente demarcadas no início do século XX. Passaremos a abordar, rapidamente, cada um destes contextos.

### **1.1 - Ocupação indígena, processo de colonização e a consolidação de toldos.**

A presença indígena na região norte do Rio Grande do Sul é apontada como sendo de longa data pelos Guainas<sup>6</sup>, sendo os kiangang, encontrados com o processo de intensificação do contato com o branco nos séculos XVIII e XIX, descendentes destes. Os kaingang ocupavam um território que se estendia de São Paulo ao norte do Estado Gaúcho passando pelo Oeste do Paraná, Santa Catarina, território este conquistado a partir de disputa com outros grupos indígenas, principalmente com os Botocudos<sup>7</sup>. A relação da Coroa Portuguesa ganha contornos distintos com a vinda da Família Real ao Brasil e a publicação das Cartas Regias de 1808 e 1809 que reestabeleciam a 'guerra justa' contra esses povos que resistiam às frentes demográficas e econômicas que avançavam para o sul de São Paulo, com isso fragilizando os interesses portugueses nas disputas geopolíticas na região Platina. O estabelecimento, através da 'guerra justa', do direito de perseguir, matar e escravizar os indígenas que resistissem à política da Coroa Portuguesa demonstra o nível de resistência e a capacidade guerreira, bastante conhecida dos Kaingang.

---

<sup>6</sup> A denominação de Guainá se estendia a várias tribos de índios que tinham relação entre si e cujos costumes e língua se diferenciavam dos Guaranis. Bastante numerosos, esses índios viviam nas bandas do Rio Paraná (proximidade do Grande Salto) até perto do Rio Uruguai, estendendo-se pelos rios Iguaçu, Santo Antônio e outros (BECKER, 1995, p. 13).

<sup>7</sup> Becker (1995, p.128) relata que Mabilde, juntamente com o Cacique Braga, teriam visitado um cemitério indígena nas proximidades do Mato Castelhana onde estavam enterrados diversos índios kaingang, inclusive o pai de Braga, mortos num ataque dos botocudos entre 1803-1806.



Na região de nossa análise (norte do RS), os Kaingang tornam-se bastante conhecidos na medida em que se tornam um obstáculo para a passagem das tropas no Mato Castelhana que era caminho obrigatório para atingir São Paulo através de Lages. A força da resistência kaingang é apontada inclusive como um dificultador para a constituição de povoados na região, como bem ilustra o historiador Oliveira, "Passo Fundo, apesar de atravessado em todo comprimento por essa estrada, não pode ser povoado senão com demora de alguns anos, devido aos terríveis coroados, cuja cólera seria fatal ao branco audacioso que nele fosse domiciliar-se" (OLIVEIRA, 1990: 74, V.II).

Em meados do século XIX, a política do governo imperial, estava decidida em garantir o controle dos kaingang, para tanto desenvolve ações coordenadas no intuito de, com ajuda dos missionários jesuítas<sup>8</sup>, promover o aldeamento dos referidos indígenas e, simultaneamente, sob a coordenação do Engenheiro Agrimensor Mabilde, construir estradas e retirar os indígenas das regiões de mata induzindo-os a aceitar a política do aldeamento. Mabilde (1983: 165), assim relata o seu trabalho na região: "entre os campos de Passo Fundo e os de Vacaria – matas essas que abrangem o Mato Castelhana, foi aqui o ponto em que se concentravam os Coroados – existia uma grande tribo da Nação Coroada, da qual era cacique principal o Coroadado Braga".<sup>9</sup>

Os mecanismos utilizados para atingir o objetivo do aldeamento são muito parecidos aos de outras regiões e momentos da história brasileira. Junto com o trabalho missionário, foi muito utilizado as disputas internas entre caciques e lideranças indígenas, atraindo com parcos benefícios aos que aceitassem o aldeamento pacificamente, muitas vezes o acirramento dos conflitos entre grupos indígenas tornava o aldeamento a única possibilidade de sobrevivência dos líderes fragilizados. Exemplo típico foram os conflitos entre os grupos dos Caciques Braga e Doble<sup>10</sup>, levando este último a aceitar o processo de aldeamento desde que distante do primeiro (MABILDE,

---

<sup>8</sup> Teschauer (1929) relata que em 1850, os missionários jesuítas, Solanelas, Vilarubia e Parès fundaram três aldeamentos para os kaingang do Alto Uruguai: Nonoai, Campo do Meio e Guarita. Os índios de Nonoai totalizavam 400, os do Campo do Meio 90.

<sup>9</sup> A intensa presença kaingang na região nordeste é relatada, inclusive a partir de documentos oficiais, por diversos autores, entre eles: Hensel (1928); Laroque (2000; 2007), Oliveira (1990); Cafruni (1966), Teschauer (1929).

<sup>10</sup> Laroque (2000 e 2007) estuda as relações de poder dos kaingang destacando o papel cumprido pelos pay-bang (caciques gerais) que agregavam em torno de si um conjunto pays (cacique subordinados). O autor demonstra que eram comuns as disputas entre estas lideranças pelo poder político e pelo domínio de territórios. Tudo indica que o ocorrido entre o pay-bang Braga e o pay-Dobel tenha sido uma insubordinação de Doble em busca de maior poder político.

1883: 130). A aceitação do aldeamento e até a cooperação como a política imperial não significava necessariamente uma lógica de subordinação, mas, na maioria das vezes, uma estratégia de sobrevivência frente às disputas internas e, principalmente, à modificação de seu habitat que tornava-os dependentes das 'benesses' do Estado (LAROQUE 2000: 2007). Concretamente, o Império conseguiu, gradativamente, atingir o objetivo de retirar os kaingang da mata, através da violência e/ou da fragilização das suas condições de vida constituindo diversas aldeias, entre elas destacam-se Nonoai, Pontão, Campo do Meio, Caseros (Santa Isabel), Cacique Doble, Água Santa (Carreteiro) e Ligeiro.

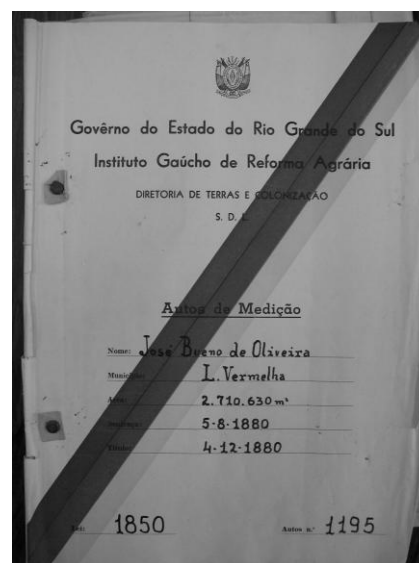
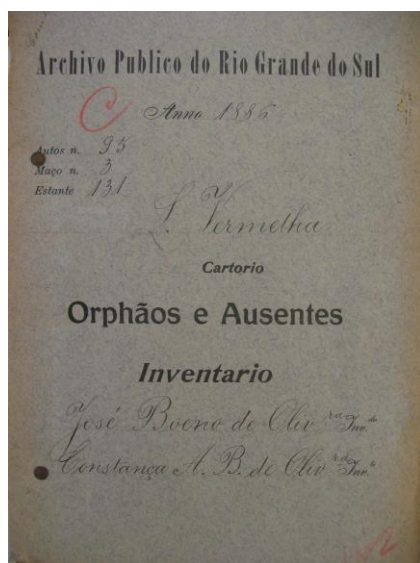
Com a Proclamação da República, o governo gaúcho, intensifica a política de garantia das áreas indígenas motivado pelos ideais positivistas de constituir uma proteção fraternal aos "silvícolas" e, simultaneamente, para viabilizar o projeto de colonização das regiões florestais através fragmentação de propriedades privadas e da venda das terras devolutas consideradas propriedade do Estado. É neste contexto que as antigas aldeias foram demarcadas como os toldos Cacique Doble (1911), Caseiros (1911), Nonoai (1911), Serrinha (1911), Ventarra (1911), Inhacorá (1911), Guarita (1917), Votouro (1918), com exceção de Pontão e Campo do Meio que, pelos indícios levantados, tinham se destituído<sup>11</sup> ainda antes do advento da República. Para além das aldeias existentes, constituiu-se o Toldo de Carreteiro (1911), no então município de Tapejara, hoje Água Santa, não muito distante do Ligeiro (1911). A existência de diversos aldeamentos e, posteriormente, toldos indígenas, está vinculada à característica cultural kaingang de rivalidades internas, fruto das disputas de poder que multiplicava o conflito interno e não permitia a junção de grupos inimigos no mesmo espaço. Com os indígenas aldeados, com os toldos constituídos e administrados pelo Estado, intensificava-se a ocupação através do processo de colonização, tema que passaremos a tratar na sequência.

A ocupação não indígena na região norte do RS insere-se, de forma mais ampla, em dois contextos. O primeiro, com a inserção dos campos de Lagoa Vermelha e de Vacaria na rota do tropeirismo (XVIII e XIX) e, o segundo, no final do século XIX e

---

<sup>11</sup> A hipótese mais provável para o abandono destas aldeias seja o não agrado dos indígenas em relação ao local. Em relação ao Pontão são vários os relatos que os indígenas não gostavam do local, inclusive a constituição de Caseiros e de Campo do Meio está relacionado à migração do grupo de Doble e Braga, respectivamente. Em relação a Campo do Meio, parece evidente que foi uma iniciativa do Império de colocar os indígenas em áreas de mais fácil controle, contudo regiões de campo não se constituíam preferência dos indígenas kaingang.

início do século XX com o processo de ocupação minifundiária através da colonização pública e privada. O primeiro vincula-se ao crescimento da mineração no século XVIII, que promoveu uma ampliação da demanda por muares e bovinos criando a necessidade de dinamizar o acesso (com a criação de novas rotas principalmente o caminho das tropas que ligava a Colônia de Sacramento à Sorocaba pelo planalto gaúcho e Lages) à região sul da colônia onde se encontravam estes animais com certa abundância. O aumento da circulação das tropas resultou no estabelecimento de curais, pousos e, com o passar do tempo, estâncias de criação, ampliando, com isso, o interesse econômico por estas terras que passam a ser reivindicadas por particulares e doadas em forma de sesmarias pela Coroa Portuguesa e posteriormente pelo Império Brasileiro<sup>12</sup>. Um exemplo foi a sesmaria recebida pro Francisco Alves Ribeiro do Amaral no então município de Lagoa Vermelha, que, após a sua morte, fora adquirida por José Bueno de Oliveira (1852) e, no início do século XX, destinada ao projeto de colonização, que resultou no atual município de Sananduva, conforme auto de medição 1195 ilustrado abaixo.



Testamento que comprova a compra dos lotes.

Autos de medição que resultou na

divisão dos lotes. Fonte: Cartório de Registro de Lagoa Vermelha

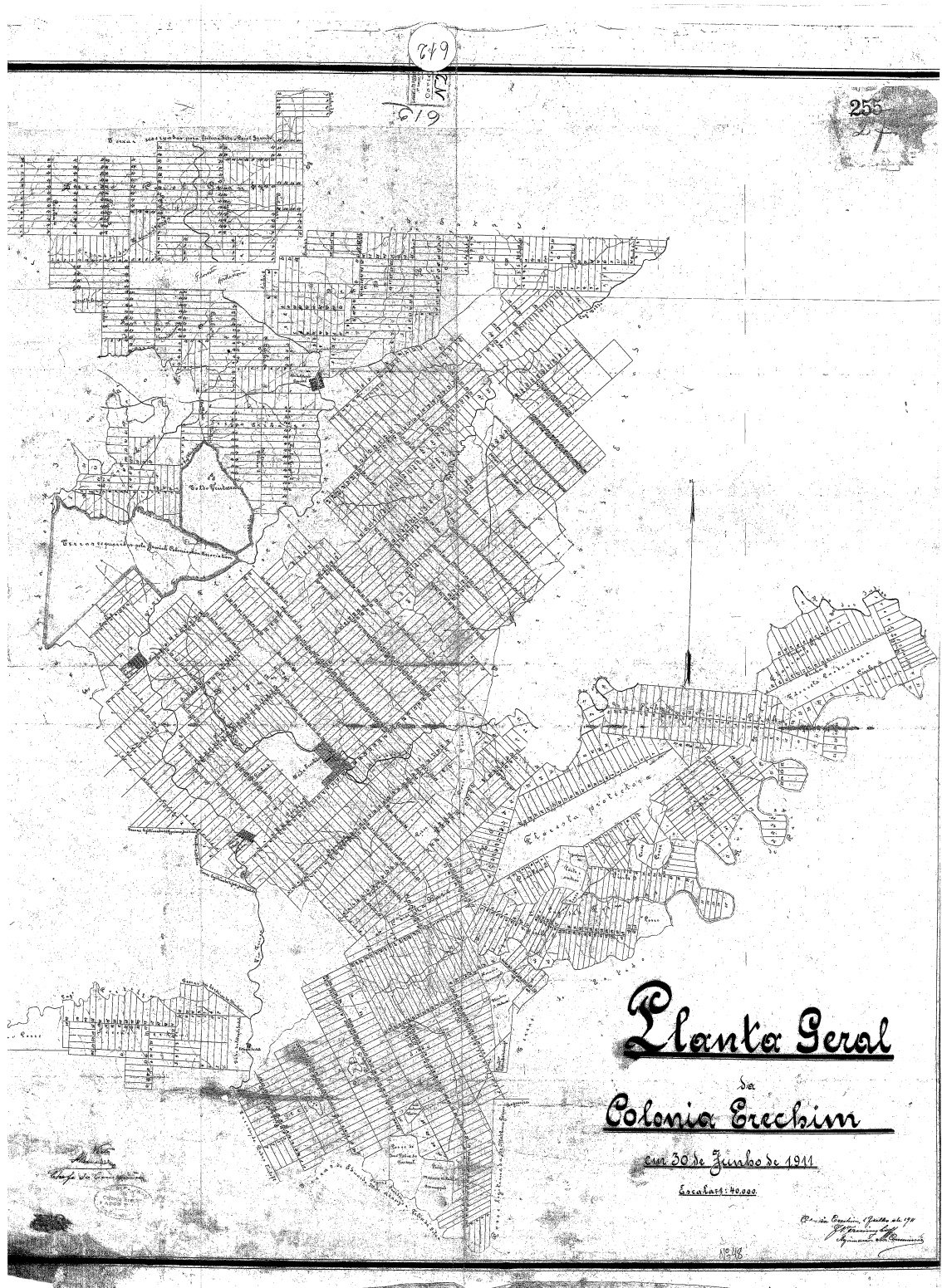
O segundo contexto refere-se ao início do período Republicano e ao processo de intensificação da colonização através da subdivisão das propriedades legitimadas

<sup>12</sup> A doação de terras através das sesmarias perdurou até 1850 quando o Império Brasileiro, através da Lei de Terras, regulamentou uma nova forma de legitimação de posse e distribuição privada das terras.

através do direito de posse ou oriundas de sesmarias (como foi da fazenda Sananduva) ou da apropriação das terras que passaram a ser consideradas devolutas e, portanto, de propriedade do Estado, o qual loteou e vendeu para os colonos (como foi o caso da Colônia Erechim no extremo norte do estado a partir de 1910).

Cabe aqui destacar dois aspectos: a motivação do processo de colonização e a responsabilidade e legitimidade do estado do Rio Grande do Sul em fazer a venda das terras. Quanto às motivações cabe lembrar que as teses do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), hegemônico no estado após a Proclamação da República, advogava a necessidade da implantação de pequenas propriedades com capacidade de diversificar a produção da economia, principalmente de alimentos necessários para possibilitar a ampliação da urbanização e industrialização e, em acordo com os ideais positivistas, entendia-se que o Estado tinha um papel decisivo na indução e na condução deste processo. Uma segunda motivação importante foi o grande contingente de famílias descendentes de imigrantes, principalmente italianos, que tinha se instalado na região da serra a partir de 1870 e que precisavam buscar novas terras, com preços mais acessíveis, constituindo, desta forma, uma pressão sobre a fronteira agrícola de colonização atingindo propriedades particulares e públicas. A colônia Erechim, ilustrada com o mapa abaixo, iniciou a medição dos lotes em 1910 e gradativamente foi abarcando toda a região do Alto Uruguai onde, conforme informado anteriormente, ocorre também, no mesmo período, a demarcação de vários toldos indígenas.

A política de aldeamento e demarcação dos toldos indígenas e a demarcação, loteamento e venda das terras consideradas devolutas, portanto, do Estado, constitui a formalização do espaço a ser ocupado por colonos e índios promovendo a territorialização dos primeiros e a reterritorialização dos segundos na medida em que demarca os Toldos; esse processo, ainda que possa ter servido de garantia de preservação de uma determinada área, também representou a redução do espaço ocupado, a seu modo, anteriormente.



Mapa da planta Geral de Erechim, 1911. Fonte: Arquivo da Divisão de Terras Publicas do Rio Grande do Sul.

## 1.2. A colonização em terras indígenas demarcadas

O processo de demarcação das terras indígenas, em nível de Brasil pelo SPI e no Rio Grande do Sul, pelo governo estadual, não significou o fim da pressão territorial provocada pela expansão agrícola, pela exploração da madeira e pela expansão demográfica. O processo de intrusão em terras ainda consideradas devolutas, principalmente nas chamadas áreas de floresta protetora (RÜCKERT; KUJAWA, 2010) e em áreas indígenas era intenso. A intrusão em terras demarcadas como sendo indígenas ocorreu, na maioria das vezes, com relativo consentimento de lideranças indígenas que, em alguma medida, obtinham pequenas vantagens, como, por exemplo, valores, mesmo que irrisórios, de arrendamento ou venda do direito de se “arranchar” e fazer roçados (CARINI, 2005). Há fortes indícios de que o SPI, que deveria ser o órgão protetor dos territórios indígenas, desenvolvia políticas que estimulavam e praticavam diretamente a exploração das riquezas existentes nestas áreas. A título de ilustração vamos mencionar dois exemplos: o primeiro nos é dado por Carini (2005) que, ao analisar o processo de intrusão no Aldeamento de Serrinha, demonstra uma efetiva participação dos representantes do Estado

Os acertos com os guardas florestais, responsáveis pelo posto de fiscalização, ou com os próprios diretores de terras públicas, visando à abertura de roças, a retirada de madeira e arranchamento definitivo, eram freqüentes e envolviam o pagamento de propinas, promessas, parcerias e arrendamentos (CARINI, 2005:152).

Outro exemplo vem da Nonoai, onde a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, instalada em 1967, relata a prática do SPI vender, através de leilões, os pinheiros (árvore de maior valor comercial no período) existentes naquela área e ser tolerante com a retirada de um número de árvores bem maior do que o oficialmente vendido, inclusive com a prática criminosa de provocar a queima das florestas para depois justificar a retiradas das árvores.<sup>13</sup>

A necessidade de novas áreas para assentar os descendentes de imigrantes, a intrusão (que significava a efetiva ocupação das áreas indígenas por não índios) e o

---

<sup>13</sup> ACPI menciona, no caso específico da TI de Nonoai, que, durante muitos anos, estes contratos foram com a empresa Hermínio Tissiani e Sartorreto e Cia. Ltda e, na década de 1960, houve uma nova licitação onde a empresa Julio Gasparotto comprou o direito de retirar três mil pinheiros e, simultaneamente, reproduz matéria da imprensa que denuncia a derrubada e o roubo generalizado da madeira: "tendo em vista os roubos de madeira que se sucedem no Toldo de Nonoai, área do Estado sob administração do Serviço de Proteção ao Índio, o sr. Fernando Gonçalves, diretor geral do IGRA, telegrafou ontem, ao seu Anísio de Carvalho, chefe daquele órgão, solicitando providências urgentes para eliminação das irregularidades. [...]. Informo ainda que recebi comunicação de incêndio possivelmente criminoso que danificou aproximadamente 1.200 pinheiros" (*O Dia*, Porto Alegre, 11/08/1965, p.2 apud Relatório da CPI fols 13).

interesse pelas riquezas lá existentes, a mudança na esfera jurídica e administrativa que deixava claro a responsabilidade da União nestas áreas, também contribuiu para justificar a sua redução. Cabe lembrar que a criação dos toldos indígenas no Rio Grande do Sul (1910-18) foi efetivada por iniciativa do Estado e não do SPI e a sua administração, com exceção do Toldo do Ligeiro, também ficou sob sua administração. A Constituição de 1934 trouxe uma mudança formal (mantida nas constituições de 1937 e 1945), atribuindo à União a responsabilidade sobre as áreas indígenas e, desta forma, retirando, no caso específico, do Rio Grande do Sul, a tarefa de administrar e, ao mesmo tempo, o poder sobre as áreas indígenas. Este processo gerou um desconforto para membros do Governo de estado exemplificado pelo ofício de 11 de março de 1841 enviado por Goldofim T. Ramos, então Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, ao Diretor Geral da Secretaria da Agricultura, manifestando preocupação com a possibilidade dos administradores federais explorarem e comercializarem a madeira dos toldos indígenas. Fruto desta preocupação, o governo, justificou o interesse em reduzir as terras indígenas, destinando parcela para constituição de reservas de matas e outras para a colonização (RIO GRANDE DO SUL, 1997).

Motivado pelas razões acima expostas e, influenciado pela lógica integracionista, a qual entendia que o número de indígenas estava gradativamente diminuindo e que em mais ou menos tempo a população indígena iria ser completamente absorvida e integrada a sociedade nacional,<sup>14</sup> o estado do Rio Grande do Sul adotou várias medidas administrativas<sup>15</sup>, as quais resultaram na redução e/ou extinção das áreas indígenas, realocando-os e criando no, até então, seu território, reservas florestais e áreas de colonização, loteadas e vendidas para as famílias de

---

<sup>14</sup> A compreensão integracionista fica muito clara na máxima na afirmação de que “há muita terra para pouco índio”; a mesma, muitas vezes, oficialmente, serviu de justificativa para a redução das terras indígenas.

<sup>15</sup> Diversos atos administrativos e jurídicos constituíram o processo de redução das áreas indígenas, dentre os quais se destacam:

- a) Despacho do Interventor Federal no Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias, de 28/03/1941, promove a redução das terras indígenas Guarita, Nonoai e Serrinha e criação de reservas florestais
- b) Decreto número 658 do Governador Walter Jobim, de 10 /03/1949, declara um conjunto de reservas florestais, incluindo em terras indígenas de Serrinha, Nonoai e Cacique Doble;
- c) Lei 3381 da Assembleia Legislativa do RS, de 06/01/1958, Autoriza o governo estadual lotear e vender a área florestal de 6.623 ha oriunda da TI de Serrinha;
- d) O Decreto do governador do Estadual nº 13.795, de 10/07/ 1962, restabelece os limites da reserva Florestal de Nonoai, oriunda da TI de Nonoai, criado a secção Planalto para colonização
- e) Despacho do Governador, de 16/02/1962, restabelece os limites das terras indígenas administradas pelo estado destinadas parcelas para o processo de loteamento e venda para os agricultores;
- f) Processo 15.703/61 Secretaria da Agricultura, redução da TI de Inhacorá.

agricultores. Com esta política, a grande maioria das áreas indígenas é reduzida ou até extinta, como foi o caso de Serrinha, Caseiro e Ventara, ambas no Norte do estado.

Este ato do Governo de estado provoca uma nova reestruturação das terras indígenas e, assim como no ato de demarcação no período de 1910-18, estabelece quais são as terras destinadas para indígenas e para agricultores, neste momento, de forma explícita, favorecendo os interesses destes últimos.

### **1.3 - A Constituição de 1988 e a retomada das terras indígenas historicamente demarcadas**

A Constituição de 1988, num contexto de redemocratização, de fortalecimento dos movimentos sociais e da sociedade civil como um todo, garante um capítulo específico, nos artigos 231 e 232, para o direito indígena. Embora este tema não seja objeto específico de análise neste artigo, cabe ressaltar que esta Carta Política abandona, em sua concepção, a lógica integracionista reconhecendo os direitos culturais dos povos indígenas e, como forma de garantia destes direitos, o reconhecimento, demarcação e usufruto exclusivo sobre os seus territórios tradicionalmente ocupados. Cabe destacar que esta conquista constitucional é fruto de décadas de debates acadêmicos e mobilização indígena com apoio de diferentes organizações indigenistas.

Em relação ao debate acadêmico destaca-se o envolvimento de intelectuais e instituições de pesquisa que constituem e reforçam a perspectiva teórica da fricção interétnica<sup>16</sup> e do etnodesenvolvimento<sup>17</sup> apontando, por um lado, que as mudanças que estavam ocorrendo na cultura indígena não representavam a assimilação e extinção e, por outro, que os modelos de desenvolvimento que estavam sendo pensados e efetivados pelos estados nacionais na América Latina deveriam partir do pressuposto de que as diferentes culturas e etnias deveriam ser contempladas.<sup>18</sup>

Somado ao debate acadêmico, surgem organizações, ainda no bojo da Ditadura Militar, principalmente ligadas à Igreja Católica<sup>19</sup> com o objetivo de contribuir na organização e mobilização indígena na conquista e preservação dos seus direitos. Com o

---

<sup>16</sup>Para aprofundar o debate sobre fricção interétnica, ver Cardoso de Oliveira (1978; 2000).

<sup>17</sup>Ver Stavenhagen (1984) e Verdum (2006).

<sup>18</sup>Merecem destaques as declarações de Barbados I (1971) e Barbados II (1977), frutos de congressos que reuniram intelectuais da América Latina, os quais criticaram as políticas assimilacionistas e estabeleceram as principais bases para o debate do etnodesenvolvimento (BITTENCOURT, 2007).

<sup>19</sup> O Conselho Indigenista Missionário – CIMI - teve um papel de destaque na organização indígena na década de 1970 e, principalmente, no processo da Constituinte (BITTENCOURT, 2007; LACERDA, 2008).



processo de redemocratização, estes movimentos ganham força de consciência dos indígenas, no que Bittencourt (2007) denomina de pan-indigenismo, de mobilização social que associa os direitos indígenas ao conjunto dos direitos dos demais setores sociais brasileiros, resultando na grande mobilização em defesa de direitos na Assembleia Constituinte de 1988.

Os direitos conquistados na Carta Magna serviram de grande impulso para que os indígenas no Rio Grande do Sul retomassem o debate e o questionamento sobre a ilegitimidade e ilegalidade dos atos que reduziram suas áreas historicamente demarcadas (1910-18). É importante destacar que este questionamento já havia sido feito pelo já mencionado relatório da CPI de 1968, por diversas ações indígenas, principalmente a de 1978 na qual os indígenas de Nonoai expulsaram, com suas próprias forças, milhares de agricultores que estavam intrusados em suas terras e, a própria Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul (1989) reconheceu que a colonização em terras indígenas demarcadas tinha sido ilegal e estabelece, no seu artigo 32, o dever de devolver aquelas terras para os indígenas e indenizar e/ou reassentar os agricultores.

Em 1991, a União realiza a redemarcação das Terras Indígenas no Rio Grande do Sul e inicia, através da FUNAI, ajuizar, junto ao Supremo Tribunal Federal, ações de inconstitucionalidade buscando anular todos os atos que, entre as décadas de 1940-60 efetivaram a redução das terras indígenas demarcadas. O Estado, por sua vez, constitui pelo Decreto 37.118 de 30/12/1996, um Grupo de Trabalho para fazer levantamento das terras indígenas que tinham sido colonizadas irregularmente e apontar a situação específica de cada uma e possíveis soluções. Após longo período de debates e tensões sociais foram restituídos os limites originários das 11<sup>20</sup> áreas demarcadas no início do século XX, restando um imenso problema econômico para o Estado para indenizar o conjunto de agricultores e, obviamente, um custo muito grande para as famílias que compraram as terras do Estado e, após algumas décadas, viram-se obrigadas a se retirarem.

## **2 - Os conflitos recentes: polêmicas e ambiguidades**

---

<sup>20</sup> Das terras indígenas historicamente demarcadas e vendidas para agricultores nas décadas de 1950-60, apenas a de Inhacorá os agricultores não foram retirados e a área restituída aos indígenas. Neste caso específico, só foi restituída aos indígenas a área de 1.737 hectares que estava destinada a uma estação experimental agrícola.

O Rio Grande do Sul é um dos estados que mais possui conflitos entre indígenas e agricultores; o norte do estado é o espaço que se concentra o maior número e os que mais produzem conflitualidades sociais; a etnia kaingang é a que mais está presente no Norte do estado e também da maior presença nos conflitos.

Vimos anteriormente que em espaços de reservas que foram extintas, principalmente pelo governo Brizola no início dos anos 60, houve a desterritorialização dos agricultores e a reterritorialização indígena; nesses espaços houve o reconhecimento da esfera pública, pós anos 90, do equívoco do passado (“vício de origem”) e foi aplicado o artigo 231 da CF/88. Com isso, houve a indenização da terra e das benfeitorias aos agricultores e o retorno de coletividades indígenas que comprovaram terem tido ou serem de descendentes dos que antes da extinção das reservas haviam habitado nos locais.

Pois bem, esse processo, não obstante sua conflitualidade (econômica, jurídica, cultural e social), foi resolvida, ou, ainda, em alguns casos, há pendengas judiciais e indenizatórias. A grande problemática evidenciada a partir dos anos 2000 se expressa pela constituição de dezenas de acampamentos indígenas, fora das atuais reservas, localizados em espaços que, segundos os mesmos, houve num período histórico, em geral, entre meados do século XIX e meados do XX, a constituição de comunidades indígenas. Esses conflitos, somados aos que de dentro das atuais reservas demandam ampliação de área (em geral, de áreas reduzidas e/ou extintas por governos entre os anos de 1940 até o início dos anos 60), dão o tom dos conflitos agrários entre agricultores e indígenas por várias partes do Brasil, em particular no Norte do Rio Grande do Sul.<sup>21</sup>

Os conflitos que mais estão produzindo visibilidade pública, acirramentos e confrontos, múltiplas estratégias de ambos os lados e que estão tensionando as relações sociais e a vida cotidiana dos grupos envolvidos, em particular de agricultores, são os constituídos por acampamentos e espaços variados (terras públicas e privadas) no Norte do estado, pois todos eles buscam configurar o local do acampamento e uma delimitação de seu entorno como área de ocupação tradicional.

---

<sup>21</sup> Em razão de falta de espaço, não teremos condições de avançar na análise específica de cada conflito. Remetemos para nossos dois últimos livros que organizamos sobre o tema: “Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul”, de 2012 e 2014, ambos pelas editoras Letra & Vida de Porto Alegre e Ed. IMED de Passo Fundo.

Para efeito de síntese, elencaremos alguns dos argumentos que embasam a luta e as demandas de ambos os grupos.

## **2.1 – Os argumentos dos indígenas:**

Os argumentos centrais que embasam a luta indígena giram em torno das ações que, segundo eles, produziram o esbulho (expulsão pela força) e expropriação, em alguns períodos históricos, em geral, por ações do estado, através de suas políticas de terra e de colonização, ou por sujeitos sociais ligados à economia pastoril, à colonização privada e à indústria extrativista.

Os índios kaingang, em maior número nos conflitos, defendem a sua existência imemorial no Norte do estado. Desse modo, os mesmos entendem serem contemplados pelo direito à tradicionalidade de ocupação, defendem e justificam a necessidade do reequilíbrio ecossistêmico através da agricultura tradicional, sementes tradicionais, mananciais de água, florestas etc.

Nos seus horizontes argumentativos está presente a necessidade da diversidade étnica em condições de igualdade no país, da propriedade da terra como condição fundamental para a reprodução de sua cultura, a compensação e ajuste de contas do estado para com os índios em múltiplos horizontes sociais, culturais, econômicos, jurídicos e ambientais. Os índios enfatizam a existência de registros da memória material e imaterial (marcos territoriais) presente nos territórios demandados, expressos principalmente no horizonte cemiterial, habitativo (ocas), árvores centenárias, passagem pelos rios e matas (ligando uma aldeia a outra), nas narrativas de ancestrais, nos agrupamentos parentais oriundos de antigos líderes indígenas que teriam vivido nos espaços demandados.

Além dos aspectos ligados ao passado, aos horizontes culturais, há também a forte pressão sobre a terra do grande contingente de população indígena nas reservas antigas (alto crescimento demográfico), na redefinição da terra para a cultura e reprodução social e econômica dos mesmos. Os indígenas argumentam que, na questão da terra, historicamente, houve favorecimento aos agricultores, a uma agricultura considerada moderna em detrimento dos indígenas e, portanto, estaria na hora do mesmo promover ações em prol desses, os quais, segundo eles, eram os “verdadeiros donos da terra”, de

“retornar a terra nas mãos dos índios para conservá-la”, dentre outros elementos mais secundários.

## **2.2 – Os argumentos dos agricultores:**

Como a situação dos agricultores encontra-se na defensiva, ou seja, como agrupamento que luta para defender o que na atualidade (para muitos, mais do que centenária) é seu e está sendo colocado em xeque, os argumentos centrais giram em torno da temporalidade longa, legal e legítima na aquisição da terra e da necessidade da mesma para a reprodução cultural, econômica e social. Os mesmos também dão ênfase ao fato de serem sujeitos de direitos, pois houve a legitimação, em ambientes legais, para a aquisição da terra.

Os agricultores atestam a não presença indígena no período da colonização ou em fases posteriores quando da aquisição das terras; defendem que os índios que, em algum período histórico, tenha vivido na região, foram aldeados através da normatização da esfera pública. Os agricultores batem na tecla de que não há nenhuma prova e/ou evidência histórica, nem documentação, nem relatos orais, nem escritos históricos que dão ciência a algum tipo de relação de esbulho indígena na região; os processos de colonização foram efetuados sem conflitos.

Os agricultores argumentam que grande parte dos acampamentos indígenas na região constituiu-se a partir de conflitos por poder no interior de reservas indígenas, de grupos dissidentes que, não encontrando mais espaços no interior das mesmas, organizam-se em pequenos agrupamentos, os quais, aos poucos, vão ganhando grande adesão de outros grupos de aldeias variadas, produzindo um grande grupo. Portanto, os agricultores enfatizam que no cerne dessa luta social empreendida pelos indígenas, há outras causas e situações que poderiam muito bem serem resolvidas pela esfera pública, sem produzir injustiças e intensa instabilidade sócio-econômica e cultural.

Um dos argumentos que está presente em todos os conflitos gira em torno do fato de que, na sua maioria, são agricultores familiares, produtores de alimentos e que não promovem desequilíbrios ambientais. Os mesmos enfatizam que a produção de alimentos proveniente desse estrato produtivo é de fundamental importância para o país, que os indígenas não o fazem e, se o farão, será na forma de arrendamento para não

índios conforme o evidenciado e documentado em várias das atuais reservas indígenas do Rio Grande do Sul.

Os agricultores insistem em demonstrar que a realidade do Sul do Brasil é diversa na histórica relação com os índios e na legalização dos títulos de propriedade em relação a outras regiões do país, principalmente o Centro-oeste e Norte. Os mesmos insistem no fato de que não adianta transferir a terra da mão dos agricultores e passar para os índios sem uma política pública de desenvolvimento (etnodesenvolvimento). Advertem para a necessidade de uma ampla discussão nacional sobre o que se considera “territorialidade tradicional” e “cultura indígena”, bem como que sejam revisados os processos e ritos de identificação, demarcação, delimitação e julgamento nas questões que envolvem a demanda indígena pela terra e, principalmente, nas questões administrativas envolvendo a centralidade da Funai no processo; que se discutam melhor as noções de produção e produtividade para ambos os grupos.

Nesse sentido, os agricultores entendem que não se resolvem problemas históricos de um sujeito, produzindo outros para outro sujeito e criando um culpado histórico e com a pecha de intruso e de expropriador, no caso, recaindo sobre os agricultores. Os mesmos apontam soluções para o problema, sem desapropriar os que já estão legitimamente na terra, principalmente na criação de novas reservas com aquisição pelo estado de grandes propriedades, sem causar danos, tensões sociais, culturais e econômicas entre os grupos que estão em conflito, inclusive, com isso, viabilizando ações da premente e histórica reforma agrária no país, dentre outras questões mais secundárias.

Percebe-se que os argumentos são múltiplos para ambos os envolvidos e, somados a esses, estão também as suas polêmicas em torno do conflito, fato esse que revela a complexidade do tema, principalmente em suas justificativas jurídicas, administrativas, econômicas e culturais. De uma forma panorâmica, sintetizaremos algumas delas a seguir como item conclusivo.

### **3. Enfim..., um cenário complexo e enviesado por múltiplas determinações**

Vimos que, em termos históricos, as políticas territoriais indígenas no Rio Grande do Sul tiveram três momentos distintos: no início do século XX, quando o governo do Estado delimita 11 áreas, frutos de aldeamento iniciados no século XIX, o mesmo

promove o loteamento e a colonização das demais terras devolutas; o segundo se processa entre as décadas de 1940/60 quando, por decisões dos governos estaduais, há um processo de redução das áreas demarcadas para constituição de reservas florestais e para o loteamento e venda para agricultores sem terra e, um terceiro, que se concretiza na década de 1990, que resultou na recuperação dos limites das áreas historicamente demarcadas.

No entanto, novas demandas indígenas, a partir de agrupamentos constituídos em espaços fora das reservas, começaram a aparecer a partir dos anos 2000, defendendo o argumento como sendo área de ocupação territorial e, passando a ser demandadas pelos índios e acolhidas pela Funai. Esse horizonte estratégico de indígenas é que está produzindo intensa tensão social em várias regiões do país, em particular no norte do Rio Grande do Sul.

Esse processo vem produzindo inúmeras situações de tensão social, ambigüidades jurídicas, ausência de uma séria vontade política de solução, divisões sociais (entre os que são a favor dos agricultores e os que defendem a “causa indígena”), estratégias múltiplas de ambos os lados, perspectivas variadas e instáveis para os dois grupos, mas principalmente para os agricultores que temem perder suas terras e sem indenização, mediações políticas e jurídicas de ambos os lados, dentre uma série de outras questões. Na realidade, em grande parte dos casos na região referida (e em algumas outras partes do país), são colocados frente a frente, em luta social, dois sujeitos coletivos subalternizados social e economicamente por políticas públicas, principalmente em suas propostas modernizadoras.

Os atuais conflitos sociais entre indígenas e agricultores estão inseridos num contexto de crise e indefinição de políticas indigenistas pela esfera pública, de grande tensão e conflito no interior das reservas indígenas, de alto valor e importância social, cultural e econômica da terra para os dois grupos, da forte densidade demográfica tanto no interior das reservas, quanto da na ocupação e apropriação da terra, em geral, por agricultores familiares (os quais, em alguns casos, não passam da média fundiária de 16 ha), de presença também histórica da constituição das famílias, comunidades e sociabilidades entre os agricultores, do fato de que a União não assume, numa eventual desapropriação, a indenização das terras para os agricultores; somam-se a isso os inúmeros decretos e portarias na esfera federal, os quais se revelam, até então, pouco

eficazes e que acabam colaborando ainda mais para o alongamento dos processos administrativos, disputas judiciais, aumentando, com isso, ainda mais as tensões sociais.

Enfatizamos também que os referenciais de memória são fundamentais para ambos os grupos. Ou seja, através de memórias de *usos*, dos objetos de referência cultural, busca-se identificar a presença de sociabilidades constituídas em espaços que denotam territorialidade, processos migratórios, espaços simbólicos (cemitérios, sedes de comunidades, ocas etc.) de pertencimentos grupais. Desse modo, argumentos de um lado servem também para o outro; ou seja, territorialidade, memória, tradição de vida na terra, ancestralidade, legitimidade de demanda, cultura de pertencimento, sociabilidades comunitárias, cemitérios etc., são horizontes que contemplam os dois lados; a grande polêmica está na definição do que um elemento desses é para um grupo e o que é para o outro, por isso a existência de múltiplas ações, discussões, judicialização, politização, revisão de legislação, posições de grupos sociais, conflitos e estratégias variadas. Nesse sentido, juntamente com os estudos técnicos e aos processos administrativos de ambos os lados, há a organização social e movimentação política e midiática (jornais e televisão) em torno do tema.

Há pressão política de um lado para mudar legislação, de outro para agilizar o processo demarcatório da terra; há uma ampla organização e presença institucional em torno da “questão indígena” no Brasil, realidade essa que ampliou os canais de participação indígena na esfera política e social, principalmente no horizonte da consciência e da diversidade étnica e cultural, no campo dos direitos e da cidadania. A terra torna-se um elemento central na reprodução social de ambos os grupos, a mesma possui significados para além de sua dimensão econômica.

O que está em jogo também é o fato de que não se pode conceber a realidade indígena do país de uma forma monolítica e nem as ações do estado em relação aos mesmos de uma forma genérica; há especificidades em cenários distintos; fato esse que demandaria cuidados nos tratamentos e metodologias dos ritos administrativos (os quais continuam sendo homogêneos) por parte da FUNAI e do Governo Federal. Entendemos que os impactos sociais e culturais da demarcação de uma terra indígena em regiões de latifúndio e daquelas em regiões de pequenas propriedades de cunho familiar são diferenciados, também não se pode tratar todos os agricultores como intrusos ou ilegítimos no processo de aquisição da propriedade.

Um elemento também central no debate diz respeito ao marco regulatório<sup>22</sup>, principalmente quanto à interpretação do Artigo 231 da Constituição Federal de 1988 no que tange ao significado de "os direitos originários sobre as terras que *tradicionalmente* ocupam" (grifo nosso), juntamente com o rito administrativo desenvolvido pela FUNAI para identificação, delimitação e demarcação das áreas indígenas. Em relação à interpretação do artigo 231 da Constituição a grande questão de considerar ou não o marco temporal da promulgação da Carta Magna para o direito territorial é a de que: se, para que haja direito sobre os territórios, os índios deveriam estar ocupando-os em 1988 e só assim se constituiria o direito originário sobre as mesmas cabendo, neste caso, a demarcação. Por outro lado, outra interpretação mais elástica (adotada atualmente pela FUNAI) é de que a Constituição Federal não estabelece o marco temporal e que a ocupação tradicional indígena, refere-se não apenas a aspectos físicos, mas também aos imemoriais.

Somados a essas questões ambíguas, há o fato de que pouco se discute e se houve também pouco os indígenas (muito mais as suas instituições mediadoras) em torno da definição da cultura indígena e de suas necessidades no século XXI, qual o papel da terra para os mesmos, qual é o seu papel na sociedade de consumo, que tipo de políticas seriam eficazes e desejadas pelos indígenas na atualidade, de cunho integracionista, isolacionista, uma terceira ligada ao etnodesenvolvimento ou alguma outra?

Enfim, a referida luta social coloca em discussão um conjunto de processos que dimensionam horizontes políticos, jurídicos e sociais; a mesma requer soluções não parciais e/ou paliativas; que seja expressiva de um grande problema social que necessita ser enfrentado em suas raízes históricas, mas tendo presente os referenciais da sociedade atual, não polarizando os dois sujeitos mais diretamente envolvidos (indígenas e agricultores).

#### **Referências:**

BECKER, Itala. *O índio kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

---

<sup>22</sup> Uma análise sobre os impactos da diversidade de interpretação do atual marco regulatório do direito territorial indígena pode ser visto em Kujawa (2013).



- BITTENCOURT, Libertad Borges. *A formação de um campo político na América Latina: as organizações indígenas no Brasil*. Goiânia: UFG, 2007.
- CAFRUNI, Jorge. *Passo Fundo das Missões: estudo histórico do período jesuítico*. Passo Fundo, 1966.
- CARINI, Joel João. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. *Estudos Avançados*, São Paulo. v.14 n.40, p. 213-230, set./dez. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: UNB, 1978.
- HENSEL, Reinald. Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 20, p. 65-79, 1928.
- KUJAWA, Henrique. Parâmetros para um novo Marco Regulatório na delimitação territorial indígena e uma nova política indigenista. In. BOFF, Salete; FORTES, Vinicius Borges; MORAIS, Fauto Santos de. *Sustentabilidade e Direitos Fundamentais*. Passo Fundo: IMED, 2013, p.101-116.
- LACERDA, Rosana. *Os povos indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008
- LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). Col. *Antropologia*, n. 56, Pesquisas/Instituto Anchietao, 2000.
- \_\_\_\_\_. Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1939). Col. *Antropologia*, n. 64, Pesquisas/Instituto Anchietao, 2007.
- MABILDE, Alphonse. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866*. São Paulo: IBRASA/Pró-memória/INL, 1983.
- OLIVEIRA, Francisco, Xavier. *Anaes do município de Passo Fundo. Aspectos Históricos*. Passo Fundo: UPF Editora, 1990 (1908), v. 2.
- RIO GRANDE DO SUL. Relatório e conclusões do Grupo de Trabalho criado pelo decreto n 37118/96 para analisar questões indígenas no Rio Grande do Sul, 1997. (mimeografado).
- RÜCKERT, Aldomar A; KUJAWA, Henrique. *A questão territorial Mato Preto nos municípios de Getúlio Vargas, Erebangó e Erechim/RS*. Porto Alegre: UFRGS; Passo Fundo: IMED, 2010. (Relatório de Pesquisa).

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. In: *Anuário Antropológico*, 84, p. 11-44, 1984.

TEDESCO, João Carlos; KUJAWA, Henrique (Org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul: negros, índios e colonos*. Porto Alegre/Passo Fundo: Letra & Vida/Ed. IMED, 2013.

TESCHAUER, Carlos S. J. Os caingangs ou coroados no Rio Grande do Sul. *Boletim do Museu Nacional*, vol III, n. 3, Rio de Janeiro, 1929.

VERDUM, Ricardo. *Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo*. Tese de Doutorado apresentada no CCPAC, Universidade de Brasília, fevereiro de 2006.

## GT 08 – A luta pela terra e a política fundiária

### Distribuição da posse da terra no Brasil: uma análise a partir do I PNRA

Renato Ribeiro Fleury<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende discutir a evolução da concentração fundiária no Brasil a partir de 1985, quando foi implementado o I Plano Nacional de Reforma Agrária. Dado o alto valor do índice que mede a concentração da posse da terra, o índice de Gini da concentração fundiária, este estudo buscará entender os motivos pelos quais a concentração fundiária permanece elevada, mesmo diante das medidas governamentais relacionadas à distribuição de terra destinada para projetos de reforma agrária.

**Palavras-chaves:** reforma agrária; concentração fundiária.

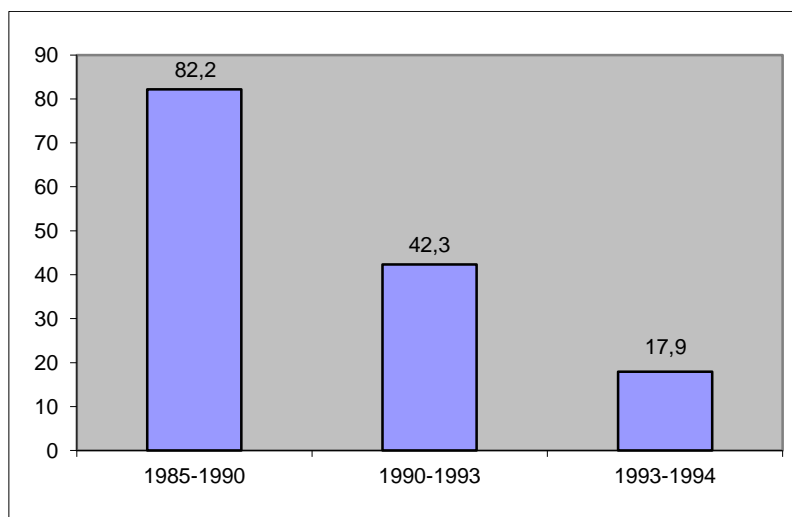
<sup>1</sup>Aluno do Programa de Mestrado em Economia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (FCL/UNESP), [renato.fleury@hotmail.com](mailto:renato.fleury@hotmail.com)

## 1. Evolução do número de famílias assentadas e do número de hectares de terras destinados a projetos de reforma agrária no Brasil: de 1985 a 2013

No ano de 1985, foi aprovado pela Presidência da República do Brasil, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), construído por meio de um grande debate nacional que integrou representantes de vários setores da sociedade que desejavam formular e oferecer propostas para contribuir com governo na busca para realizar a reforma agrária (INCRA, 1985).

Durante o início de sua execução e de acordo com os dados do Incra (2014), conforme a figura 1, pode ser visto que o número de famílias assentadas atingiu o patamar de 82.896. Após o governo Sarney (1985-1990), o número de famílias assentadas passou a diminuir entre 1990 e 1993 e entre 1993 e 1994, no governo dos presidentes Collor (1990-1992) e Itamar (1992-1994).

**Figura 1** – Total do número de famílias assentadas (em mil) durante os governos Sarney (1985-1990), Collor (1990-1992) e Itamar (1992-1994) – 1985 a 1994



**Fonte:** Incra (2014). Elaboração própria.

Entre o final da década de 1980 e o início do último decênio do século 20, a discussão da questão fundiária no Brasil voltou a ganhar relevância e era um

tema que estava relacionado com o debate sobre reforma agrária. No ano de 1989, com a volta de eleições diretas para a Presidência da República, o debate agrário estava contido no programa de diversos partidos políticos, como recorda Leite (1999, p. 170),

No caso do Brasil, a temática agrária é uma questão recorrente. Quando já se dava como morta, digamos assim, ela renasce novamente nos anos 80 e, sobretudo, na década de 90; fazendo com que inclusive, os programas de diversos partidos políticos incorporassem o tema, pelo menos no nível do discurso. O que não significa, necessariamente, trata-lo efetivamente, na prática.

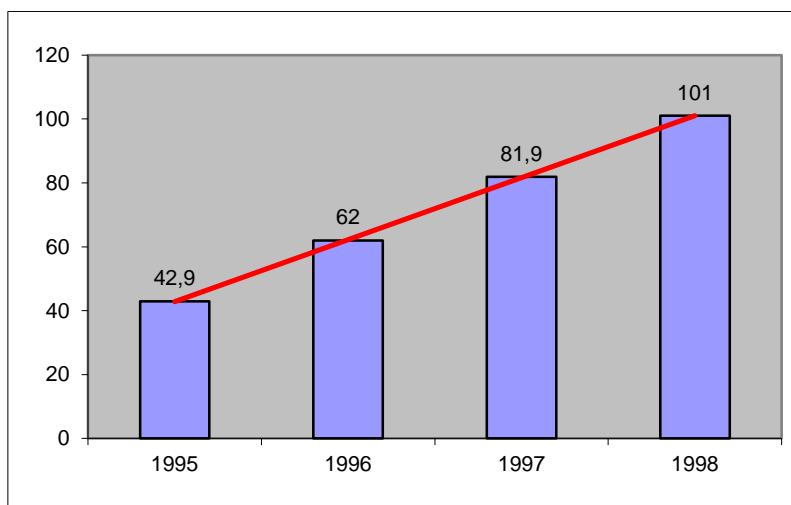
Mas isso, como ressalva o referido autor, não implicou que o então governo e futuros governantes comprometidos com a questão viessem a gerir a política agrária de um modo efetivo, como ocorreu no primeiro governo FHC, no qual houve uma pressa para implementar políticas de assentamentos o quanto antes, diante da pressão dos movimentos sociais, mas que na essência essas medidas não chegaram a constituir de fato, o que poderia se chamado reforma agrária.

Nesse período intensificaram-se a atuação dos movimentos sociais bem como a luta pela terra:

Os conflitos fundiários no Estado mais rico da Federação (São Paulo), a marcha do MST para Brasília (1997), o aumento dos conflitos e assassinatos no campo, entre outros motivos, recolocaram a demanda por reforma agrária na pauta nacional dos anos 1990. Somada às pressões internas, a repercussão internacional dos massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA) forçou a criação do Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 1996. O governo FHC deu início então a um conjunto de ações relacionadas à reforma agrária e aos conflitos no campo (MEDEIROS, 2003 apud SAUER, 2010, p.99).

No primeiro governo FHC (figura 2), observa-se a continuidade da distribuição de assentamentos iniciado durante o governo Sarney (1985-1990), no qual verificou-se novamente um patamar próximo ao do ano de 1985, com 81.944 famílias assentadas no ano 1997, e subindo para 101.094 famílias no ano seguinte.

**Figura 2** – Número de famílias assentadas (em mil) – 1º Governo FHC – 1995 a 1998



**Fonte:** Incra (2014). Elaboração própria.

Para Leite (1999), o número crescente de assentamentos distribuídos entre 1995 e 1998, mostrado na figura 2, não se traduziu em reforma agrária:

Nesse sentido, uma análise de período mais recente não permite qualificar rigorosamente esse processo como reforma agrária. Na realidade trata-se de fazer um rápido balanço da *política de assentamentos*, que pontualmente e setorialmente, tem forçado o governo a dar respostas às ações desencadeadas pelos movimentos sociais, os mais diversos, num período de pelo menos quinze anos para cá, agindo, de certa forma, diferencialmente ao longo deste percurso temporário (LEITE, 1999, p.170).

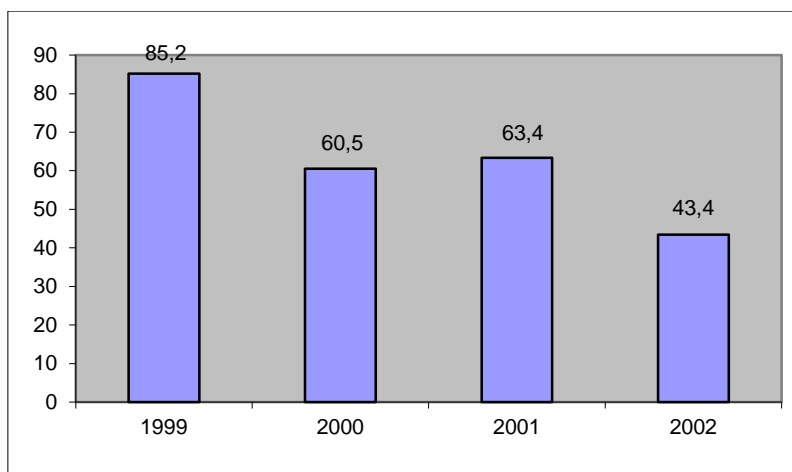
Essa *política de assentamentos*, que se proliferou diante da pressão gerada pelos movimentos sociais, forçou o governo primeiro governo FHC (1994-1998) a dar sinais rápidos que o mesmo seria capaz de responder aos anseios da população rural. Na prática, é denominado política de assentamentos:

Um conjunto de iniciativas desencadeadas através de desapropriação de terras projetos de reassentamentos em função de construção de barragens hidrelétricas, projetos de reservas extrativistas, projetos de aproveitamento de terras públicas e ainda alguns projetos de colonização (LEITE, 1999, p.173).

As consequências dessa política de assentamentos são importantes e requer alguns questionamentos. Duas delas há que se destacar. A primeira, provém de sua dimensão, que é alta, visto que o número de famílias que receberam assentamentos aumentou ininterruptamente entre 1995 e 1998, conforme evidencia a figura 2. No entanto, esses assentamentos distribuídos não são feitos de uma maneira regular, quando comparamos com outras regiões do território brasileiro. Segundo Leite (1999), determinadas regiões apresentam um excessivo número de população assentada, casos de Pontal do Paranapanema (SP), Conceição do Araguaia (Pará), Bagé (RS) e Cruz Alta (RS). São áreas que demonstram possuir certas especificidades. No exemplo de Pontal do Paranapanema, a população assentada é maior do que a população rural antes existente. Outra consequência tratada por Leite (1999), diz respeito ao modo de como passa a ser constituído um assentamento após ser apropriado temporariamente pelas famílias. São duas etapas. A primeira, é definida a partir de um “ponto de chegada”, onde a intenção inicial dos projetos do governo é inserir socialmente as famílias que até o momento estavam excluída da terra. E a segunda etapa, chamada de “ponto de partida”, é considerada de longo prazo, pois gera efeitos multiplicadores, oferecendo ao trabalhador membro da família assentada subir de “categoria” de assentado, podendo tornar-se um representante de sua comunidade, e assim obtendo voz ativa e reconhecida para dialogar com os agentes de Estado, com produtores rurais e com a sociedade civil. Ou seja, um impacto não só de dimensões econômicas e sociais, mas também de dimensões políticas.

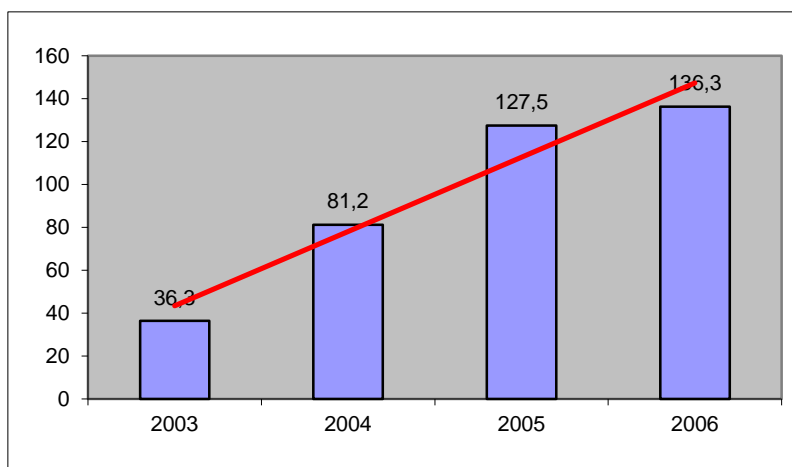
Após um breve período de declínio no número de famílias assentadas entre 2001 e 2003 (figura 3) nos últimos anos do segundo governo FHC (1999-2002), verifica-se novamente uma retomada no processo de distribuição de assentamentos. Desta vez, um novo recorde no número de famílias acampadas foi registrado, o que correspondeu ao patamar de 136.000, conforme pode ser visto na figura 4. Esse número de famílias assentadas durante o ano de 2006 foi superior ao que já havia sido então verificado anteriormente, quando o número de assentados tinha atingido a marca de 101.000 no ano de 1998 (Incra, 2014).

**Figura 3** – Número de famílias assentadas (em mil) – 2º governo FHC – 1999 a 2002



**Fonte:** Incra (2014). Elaboração própria.

**Figura 4** – Número de famílias assentadas (em mil) – 1º governo Lula – 2003 a 2006

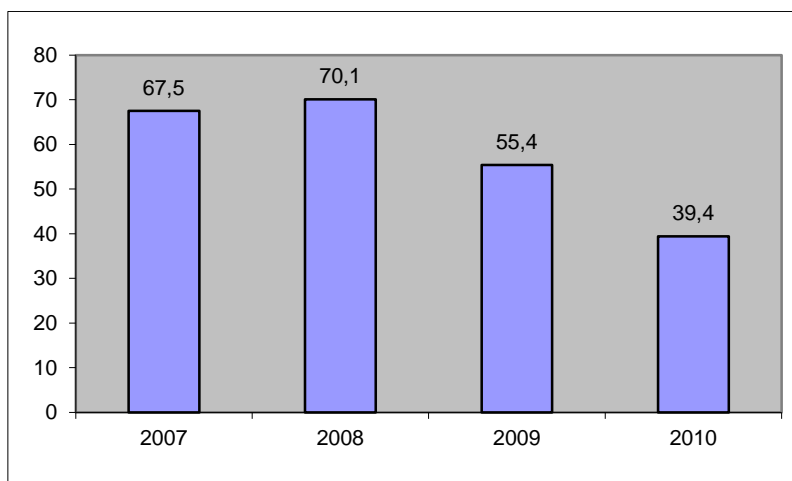


**Fonte:** Incra (2014). Elaboração própria.

Já no segundo governo Lula (2007-2010) o processo de distribuição de assentamentos não estava mais num ritmo acelerado como ocorreu em seu primeiro governo (2003-2006). Conforme pode ser visto no gráfico 5, o número de famílias assentadas começou a declinar, passando o número de famílias acampadas a ser de 67.500 em 2007 para 39.400 em 2010.



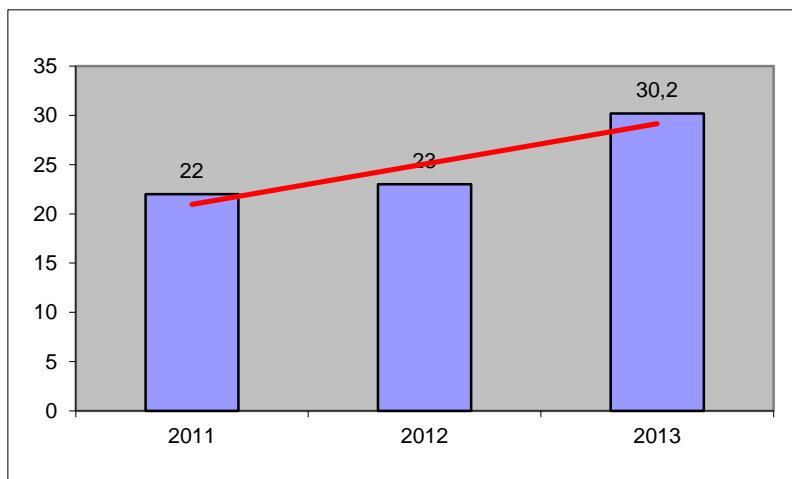
**Figura 5** – Número de famílias assentadas (em mil) – 2º governo Lula – 2007 a 2010



**Fonte:** Incra (2014). Elaboração própria.

No cenário atual, e como é mostrado na figura 6, os dados divulgados pelo Incra (2014) referentes ao governo Dilma Rouseff até a ano de 2013, indicam tendência de alta na distribuição de assentamentos, embora o número de famílias assentadas não seja tão elevado quanto antes.

**Figura 6** – Número de famílias assentadas (em mil) – Governo Dilma Rouseff – A partir de 2011



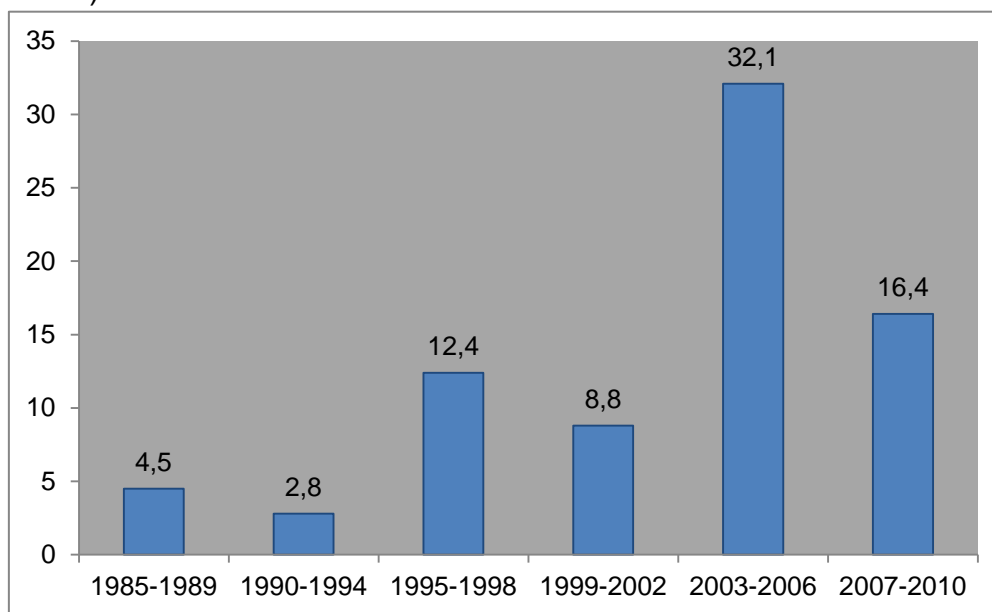
**Fonte:** Incra (2014). Elaboração própria.

De um total de vinte e quatro anos, desde a implementação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985, ao governo atual, de Dilma Rouseff (2014), e abrangendo os seis governos referentes ao período democrático, pode-se observar durante a apresentação das figuras expostas nos parágrafos

anteriores sobre a quantidade de famílias assentadas no campo, um comprometimento dos governos em questão com a distribuição de assentamentos, principalmente durante os períodos de Sarney (1985-1990), 1º FHC (1995-1998), 1º Lula (2003-2006) e atualmente, Dilma Rouseff (a partir de 2011).

As ações do governo para executar a reforma agrária também dizem respeito ao número de hectares de terras distribuídos nos últimos anos. A figura 7 evidencia essa evolução e foi elaborada a partir de três fontes de dados: Leite (2008), Girardi (2008) e Incra em parceria com Dieese (2011). Segundo Leite (2008) no período de 1985-1989, o número de hectares de terras distribuídos correspondeu a 10,5% de 43.090.000 hectares, ou seja, 4.524.450 hectares, O Atlas da Questão Agrária Brasileira, de autoria de Lombardi (2008), mostra com base no Datalutas, que entre 1990 e 1994 foram distribuídos 2.895.903 hectares de terras. E de acordo com os dados do Incra e a elaboração feita pelo Dieese (2011), a partir do ano de 1995 a área destinada à reforma agrária correspondia a 12,4 milhões de hectares de terras. Essa quantidade diminui para 8,8 milhões de hectares no período de 1999-2002 mas volta a se elevar entre os anos de 2003 e 2006 para 32,1 milhões de hectares. Entre 2007 e 2010, o número de hectares de terras distribuídos diminui para 16,4 milhões. Ao todo, nesse período, que vai de 1985 até 2010, foram distribuídos aproximadamente 77 milhões de hectares de terras.

**Figura 7** – Evolução da área destinada à reforma agrária no Brasil (em milhões de ha) – 1985 a 2010



**Fonte:** DATALUTAS (GIRARDI, 2008); DAE/ Incra - DIEESE (2011); LEITE (2008).  
Elaboração própria.

Muitas são as causas que possam estar relacionadas com os motivos pelos quais esses governos do período democrático estariam dispostos a realizar a reforma agrária, dentre os quais a pressão exercida por organizações sindicais e por movimentos sociais, bem como apontaram Leite (1999), Sauer (2010) e Medeiros (2003).

Contudo, apesar de todos esses esforços realizados pelo governo, os índices de concentração da posse da terra não diminuem. Segundo Hoffmann e Ney (2010), e de acordo com os índices de Gini de concentração fundiária que foram calculados pelo Censo Agropecuário e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad –, os índices de concentração da posse da terra permanecem estáveis e em níveis elevados.

## **2. O índice de Gini da concentração fundiária**

Quando foi divulgado pelo IBGE o último Censo Agropecuário, no ano de 2006, diversos temas vieram a ser objeto de debate, como a agricultura familiar, a estrutura produtiva no campo, as tecnologias empregadas no setor rural, a utilização de mão-de-obra e a ocupação do espaço agrário. Este último tema é o mais relevante para o estudo em questão. Conforme o Ministério do

Desenvolvimento Agrário (HOFFMANN; NEY, 2010, p.5), “ o acesso a terra é um destes temas, que merece atenção e estudo, e que voltou ao debate público em 2009, quando os resultados do Censo apontaram para a manutenção elevada nos índices de desigualdade”. Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (HOFFMANN; NEY, 2010), o censo agropecuário conseguiu mostrar resultados relevantes para difundir uma maior quantidade de informações no entorno da discussão acerca da desigualdade no acesso a terra e da estrutura agrária brasileira.

Basicamente, o dado mais importante desse último Censo Agropecuário trata-se da desigualdade da distribuição da posse da terra no Brasil, desigualdade essa que é medida através do índice de Gini. Esse índice varia entre 0 e 1. Zero significa igualdade absoluta, e um, significa desigualdade absoluta. Conforme o último índice de Gini de concentração da posse da terra, contido no Censo Agropecuário de 2006, o resultado correspondeu ao valor de 0,856, ou seja, um valor que indica elevada concentração fundiária (HOFFMANN; NEY, 2010).

De acordo com Hoffmann e Ney (2010), os números contidos no Censo Agropecuário são a mais importante fonte de informações para quem tem o intuito de analisar a distribuição da posse da terra no país. A dificuldade para essa finalidade, no entanto, decorre da comparação de dados do Censo de 2006 com o Censo dos anos de 1995/1996.

Hoffman e Ney (2010) tiveram como principal objetivo no trabalho “Estrutura Fundiária e Propriedade Agrícola no Brasil” analisar como aconteceu a evolução da distribuição da posse da terra no Brasil nos últimos anos desde a divulgação do Censo Agropecuário de 1975 até os mais recentes censos. Para isso, os autores utilizaram os censos agropecuário de 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006. Mesmo diante dos problemas de comparação, conforme mencionados no parágrafo anterior, o que vale notar é que o índice de Gini de concentração fundiária, tanto para o Censo Agropecuário quanto para a Pnad, permanece elevado.

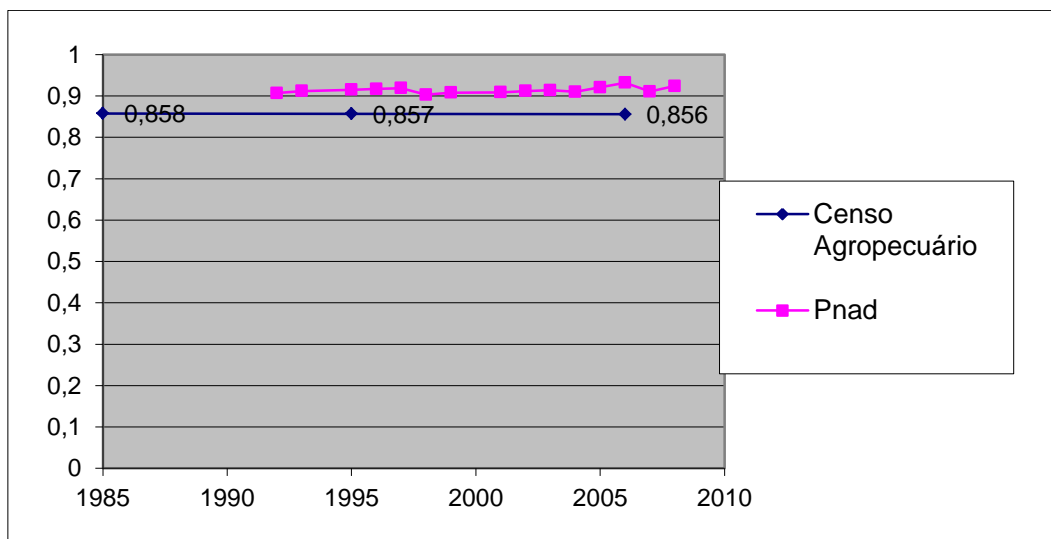
A medida de distribuição da posse da terra, além de ser representada pelo índice de Gini, não é calculada apenas pelo Censo Agropecuário. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) também calcula o índice de Gini, mas utilizando metodologia diferente. Enquanto as pesquisas dos censos agropecuários são feitas nos próprios estabelecimentos agrícolas, as pesquisas da Pnad são realizadas nos domicílios. Para Hoffmann e Ney (2010), o Censo Agropecuário consegue captar melhor do que a Pnad as informações referentes a área dos estabelecimentos agrícolas porque realizam a pesquisa dentro dos estabelecimentos e agregam informações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas. A Pnad, por sua vez, como faz pesquisa domiciliar, consegue agregar bastante informações sobre empreendimentos agrícola de pessoas físicas, mas pouco consegue obter melhores informações a respeito de empreendimentos agrícolas de pessoas jurídicas. Isso ocorre, por exemplo, com as empresas de sociedade anônima o quando os sócios dessa empresa não levam em consideração os empreendimentos agrícolas de sua empresa como sendo de sua propriedade.

Outra diferença que há entre o Censo Agropecuário e a Pnad, segundo Hoffmann e Ney (2010), trata-se da periodicidade com as quais suas respectivas pesquisas sobre o setor agrícola são divulgadas. O Censo Agropecuário tem uma periodicidade decenal, enquanto que a periodicidade da Pnad é anual. Até o presente momento, foram divulgados pelo IBGE, cinco censos, correspondente aos seguintes anos: 1975, 1980, 1985, 1995/1996, 2006. A Pnad, como divulga todos os anos, publicou a primeira pesquisa sobre áreas agrícolas no ano de 1992 e a última no ano de 2008.

Analisando a figura 8, no qual são apresentados dois índices de Gini da concentração fundiária, um de acordo com o Censo Agropecuário e outro de acordo com a Pnad, é possível notar primeiramente pelos dados dos censos agropecuários a evolução da desigualdade da distribuição da posse da terra, e que apesar de o índice ter diminuído de valor, ele continua alto e apresenta um comportamento estável. O valor do índice era de 0,858 em 1985, passou para 0,857 em 1995/1996, e atingiu 0,857 no ano de 2006, quando houve a última divulgação do Censo Agropecuário. Nesta mesma figura, que ainda mostra a

evolução do índice de Gini de concentração da posse da terra de acordo com a Pnad, o resultado é diferente. Enquanto o Gini da concentração fundiária do Censo Agropecuário, de 1995/1996 para 2006, diminuiu de 0,857 para 0,856, o Gini da concentração fundiária da Pnad aumentou de 0,915 em 1995/1996 para 0,932 em 2006. Apesar dos resultados das respectivas fontes serem distintos, o que vale observar é que o índice de Gini da concentração fundiária, tanto para o Censo Agropecuário quanto para a Pnad, permanece elevado.

**Figura 8** – Índice de Gini da distribuição da posse da terra – Censo Agropecuário (1985, 1995/1996 e 2006) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad - (1992 a 2008)



**Fonte:** IBGE, Censos Agropecuários; Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). **Elaboração:** Hoffmann; Ney (2010, p.33).

### 3. Questionamento e conclusão

Diante dessa constatação, cabe o questionamento seguinte: como pode, diante de milhares de famílias assentadas e de milhares de hectares de terras distribuídas, o grau de concentração fundiária, que é medido pelo índice de Gini, estar permanecendo elevado?

A hipótese levantada neste artigo sustenta que as políticas de distribuição de terra não estão resultando em diminuição significativa do índice de Gini da distribuição da posse da terra porque a área agricultável está se expandindo e

o Estado não consegue organizar suas fronteiras, ou seja, o governo brasileiro tem dificuldade para colocar limites à expansão territorial da agricultura no país. Desse modo, falta ao governo uma maior capacidade de regular o acesso à posse da terra.

Assim, em meio a essas medidas e resultados dos projetos implementados pelo governo Dilma (2011-2014) e pelos governos anteriores desde o começo do período democrático, iniciado com o governo Sarney (1985-1990), o apontamento que esse estudo faz refere-se à dificuldade enfrentada pelo Estado brasileiro para impor um sistema de regulação, bem como também, chamar a atenção para o atual padrão de leis e regras vigentes no setor agrário brasileiro e os interesses que estão no entorno da disputa e da posse da terra.

### **Referências bibliográficas**

DIEESE. **Estatísticas do Meio Rural 2010-2011**. São Paulo: DIEESE, NEAD e MDA, 2011. p.157.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **A luta pela terra e sua conquista**. Atlas da questão agrária brasileira. 2008. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/luta\\_pela\\_terra.htm](http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/luta_pela_terra.htm). Acesso em: 07 jun.2014.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura Fundiária e Propriedade Agrícola no Brasil**. Grandes regiões e unidades de federação (de 1970 a 2008). Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2010.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. I Plano Nacional de Reforma Agrária. Decreto nº 91.766, de 10 outubro de 1985. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria>. Acesso em: 25 out. 2013.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assentamentos de trabalhadores(as) rurais – Números oficiais. Execução anual – famílias. Vários anos. Atualizado em 30 de janeiro de 2014. Brasília, DF. Disponível

em: <http://incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1816-familias-assentadas>. Acesso em: 16 abr. 2014.

LEITE, Sérgio. Políticas Públicas e agricultura no Brasil. In: LESBAUPIN, IVO. (Org). **O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC**. Editora Vozes. Petrópolis, 1999.

LEITE, Sérgio. **La reforma agrária**. Association pour contribuer à l'amélioration de la Gouvernance de la Terre, de l'Eau et des Ressources naturelles (AGTER). Out. 2008. Disponível em: [http://www.agter.org/bdf/es/corpus\\_chemin/fiche-chemin-167.html](http://www.agter.org/bdf/es/corpus_chemin/fiche-chemin-167.html). Acesso em: 07 jun. 2014.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra. Editora Perseu Abramo. São Paulo, 2003.

SAUER, Sérgio. "Reforma Agrária de Mercado no Brasil": um sonho que se tornou dívida. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Revista semestral de Ciências Sociais aplicadas ao estudo do mundo rural, vol.18, n.1, abril, 2010. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

## **Anexos**

**Figura 1** – Total do número de famílias assentadas (em mil) durante os governos Sarney (1985-1990), Collor (1990-1992) e Itamar (1992-1994) – 1985 a 1994

**Figura 2** – Número de famílias assentadas (em mil) – 1º Governo FHC – 1995 a 1998

**Figura 3** – Número de famílias assentadas (em mil) – 2º governo FHC – 1999 a 2002

**Figura 4** – Número de famílias assentadas (em mil) – 1º governo Lula – 2003 a 2006



**Figura 5** – Número de famílias assentadas (em mil) – 2º governo Lula – 2007 a 2010

**Figura 6** – Número de famílias assentadas (em mil) – Governo Dilma Rouseff – A partir de 2011

**Figura 7** – Evolução da área destinada à reforma agrária no Brasil (em milhões de ha) – 1985 a 2010

**Figura 8** – Índice de Gini da distribuição da posse da terra – Censo Agropecuário (1985, 1995/1996 e 2006) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad - (1992 a 2008)

## GT (08) – (A luta pela terra e a política fundiária)

### Título do Trabalho: Elementos para a compreensão da renda fundiária nas microrregiões de Salinas e Grão Mogol, norte de Minas Gerais

Fabiano Rosa de Magalhães<sup>1</sup>  
Rogério Alves de Amorim<sup>2</sup>  
Felipe Teixeira Braga Capuchinho<sup>3</sup>  
Ricardo Santos Pereira da Rocha<sup>4</sup>  
Gilvar Victor da Silva Pereira<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais – PUC-MG – Licenciado em Ciências Sociais e Geografia (UFMG). Professor de Sociologia do IFNMG- Campus Salinas. E-mail: [fabiano.magalhaes@ifnmg.edu.br](mailto:fabiano.magalhaes@ifnmg.edu.br)

<sup>2</sup> Mestre de Edificações e Infraestrutura do IFNMG- *Campus* Salinas, Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - Universidade Estadual de Santa Cruz – BA. E-mail: [rogerio.alves@ifnmg.edu.br](mailto:rogerio.alves@ifnmg.edu.br)

<sup>3</sup> Acadêmico de Engenharia Florestal – IFNMG/Salinas. Voluntário em Iniciação Científica da FAPEMIG. Email: [Capuchinhofelipe@gmail.com.br](mailto:Capuchinhofelipe@gmail.com.br)

<sup>4</sup> Estudante de Ensino Técnico em Agroindústria – IFNMG- *Campus* Salinas. Bolsista PIBIC-EM – IFNMG/CNPq. E-mail: [ricardo.rcd2013@hotmail.com](mailto:ricardo.rcd2013@hotmail.com)

<sup>5</sup> Estudante de Ensino Técnico em Informática – IFNMG – *Campus* Salinas. Bolsista PIBIC-JR/IFNMG/FAPEMIG-2014. E-mail: [gilvar-vsp@outlook.com](mailto:gilvar-vsp@outlook.com)

**Resumo:** Este artigo tem como propósito apresentar uma discussão acerca da produção capitalista do espaço rural nas microrregiões de Salinas e Grão Mogol, Norte de Minas. Estas duas regiões passaram a se constituir, desde os anos de 1970, num dos espaços mais destacados em termos de monocultura de eucalipto. Hoje, dois outros projetos vêm sendo apresentados à região. Trata-se da mineração de ferro, além da construção de barragens. Tais projetos causam impactos sociais e ambientais às populações geraizeiras que estão situadas nas regiões.

**Palavras-chaves:** geraizeiros; renda fundiária, comunidades tradicionais.

### Introdução

Recentemente nos deparamos com uma série de conflitos que vem atingindo a região de Salinas e Grão Mogol. Nossa recente imersão nas questões sobre as comunidades tradicionais geraizeiras, na região do Alto do Rio Pardo, Norte de Minas, nos levou inicialmente a um problema envolvendo grilagem de terra. Para efeitos de nossas análises algumas entrevistas foram realizadas por ocasião da pesquisa, que teve como foco a organização do Movimento dos geraizeiros da Região do Alto do Rio Pardo. A pesquisa exploratória teve início a partir de um grupo de cerca de 70 famílias dos municípios de Fruta de Leite e Novorizonte, no Norte de Minas. Estas famílias foram vítimas da ação de grileiros, tendo parte de suas terras incorporadas a uma empresa. O grupo se articulou, buscando a saída judicial, além de ocuparem, por cerca de quatro meses, uma das áreas pertencentes à empresa. Isto ocorreu entre

abril a agosto de 2012. A partir de então passaram a se denominar de Movimento Geraizeiros. Posteriormente, uma decisão judicial foi favorável à retomada do território tradicional pelas famílias atingidas (PACHECO, 2012).

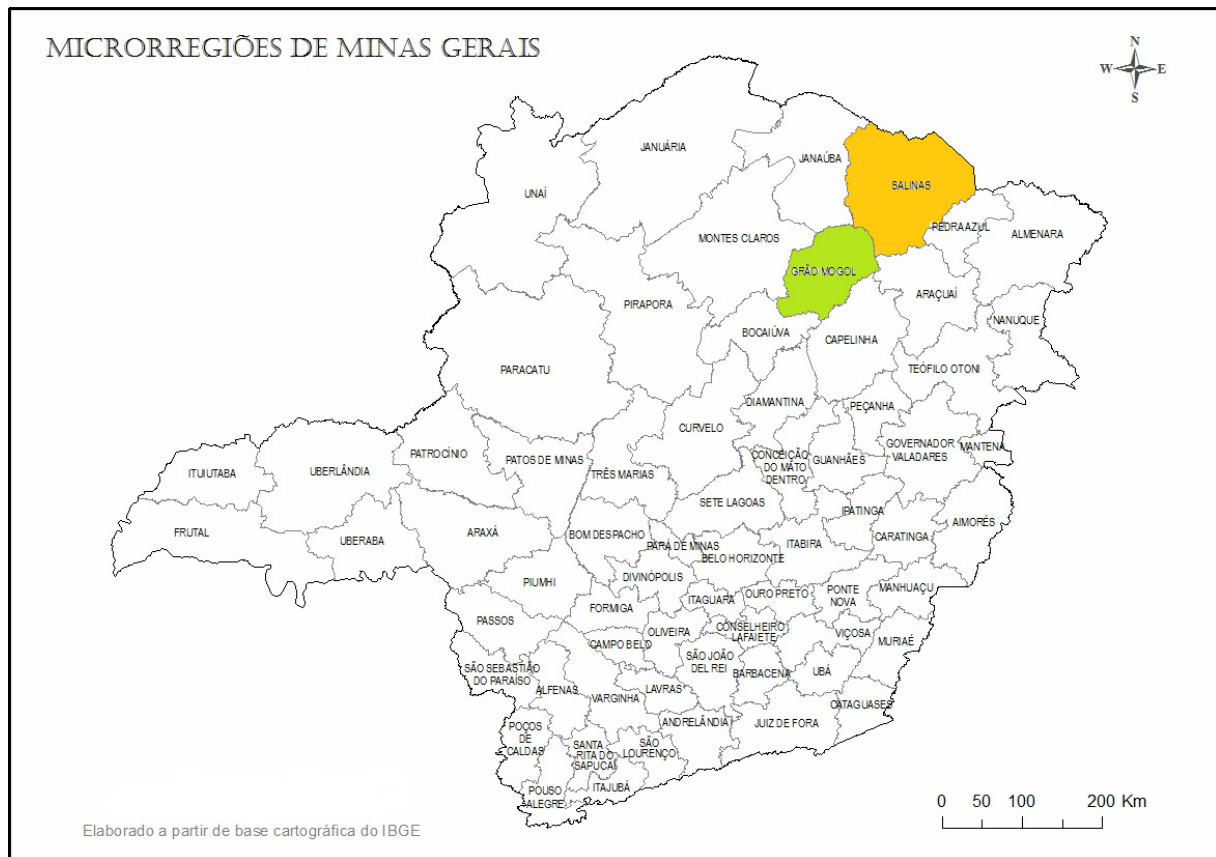
O grupo de pesquisadores teve contato com essas famílias, começando pela participação nas reuniões dos atingidos. Adotou-se a metodologia da observação participante, ou técnica de imersão, o que consiste basicamente na integração da equipe de pesquisadores às atividades organizativas do movimento. Desde março de 2013 a março de 2014 a equipe já esteve presente em diversas reuniões dos geraizeiros, além de encontros e visitas a áreas que os mesmos vêm reivindicando como seu território.

A princípio, as questões políticas dos geraizeiros estavam ainda por serem conhecidas no seu conjunto. A pesquisa exploratória conduziu a outras demandas daquelas comunidades. Em momento posterior, passou-se para a elaboração de questionários e entrevistas com dois grupos focais, representando as 70 famílias acima mencionadas. A análise e os desdobramentos daquela mobilização foram realizadas em um artigo apresentado ao XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, em setembro de 2013 (AMORIM, et. al, 2013).

Desde então passamos entender os conflitos pelo direito territorial que se estendem por toda microrregião de Salinas e Grão Mogol - que incorpora, por sua vez, parte do Alto do Rio Pardo - não podem ser compreendidos sem a devida análise sobre os processos de produção capitalista do espaço rural. É essa configuração espacial, a partir da expansão do capitalismo para as terras de fronteira, a partir dos anos de 1970, é que vai originar os processos de desterritorialização das comunidades tradicionais. Na referida região, tal produção se expressou, primeiramente, a partir da introdução do grande projeto ocupação territorial que tem sido a monocultura. O recente desenho que ora se esboça já traz novos elementos para essa produção do espaço. Um deles é a grande projeto da mineração. Outro grande projeto é o da construção de grandes barragens, como a que ora vem sendo discutida para se instalar no município de Berizal. Esses projetos não seriam viabilizados sem a própria intervenção do Estado, conforme iremos apontar no decorrer do texto.

Portanto, de início, enfatiza-se a ideia de que não há como passar por essas questões sobre os conflitos no campo, sem buscar entender o que ocorre com a terra. Não é possível tentar uma compreensão sem ter em conta a dinâmica capitalista impulsiona cada fração de espaço do planeta. É precisamente esta a finalidade deste artigo, ou seja, apresentar algumas considerações sobre a configuração de um espaço propício à expansão capitalista para o contorno regional que acima mencionamos. Elementos para se compreender a própria renda diferencial da terra, já que precisamente, sob a batuta do mercado, desde a chegada dos grandes empreendimentos para o espaço rural da região em epígrafe, além da introdução de importante via de acesso, que é o caso da BR 251, a partir dos anos de 1980, a própria terra passa a incorporar valor de mercado que antes não tinha.

## Aspectos históricos.



### **Microrregiões de Salinas e Grão Mogol – Minas Gerais. Elaboração dos autores, a partir da base cartográfica do IBGE.**

Historicamente, as microrregiões de Salinas e Grão Mogol, integrantes da Região Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, foram marcadas intensamente pelas forças políticas vinculadas ao mandonismo local ou coronelismo, termos respectivamente apresentados nas obras de Pereira de Queiroz (1976) e Leal (1975). O coronelismo, como tão bem indicado na obra de Victor Nunes Leal, foi um sistema que não pode ser simplesmente confundido com mandonismo local. Mais que isso tratava-se de um sistema político articulado desde o município até as instâncias maiores. Necessariamente, não se apresenta como um conceito alternativo ao de classes, conforme os críticos fizeram notar. Na verdade seria mais uma crise desse sistema de classes, já que, em substância, conforme sugere o autor, o coronelismo repousa numa lacuna, produto ele mesmo de uma formação econômica e política incompleta, conforme transparece no seguinte estrato do texto:

Como indicação introdutória, devemos notar, desde logo, que concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 2012, p. 43)

A propósito das regiões em epígrafe, sabe-se que não raro os seus municípios eram comandados por históricos coronéis, com força brutal, aliadas à constituição de uma imensa malha de relações de compadrio. Tal rede de relações deixou traços que ainda permanecem na conduta política local, com a marcante feição do apadrinhamento político, fato ainda presente no cenário da vida política local. Os antigos coronéis emprestam seus nomes a avenidas, hospitais e escolas, quando não à própria cidade, como é o caso de Coronel Murta, uma das cidades do norte mineiro. Ainda hoje, afastados que estamos do tempo em que tais mandatários se diziam abertamente coronéis, vemos o peso do seu sobrenome associados a famílias que ainda se abastecem da sua força.

As duas regiões foram e ainda tem sido associadas à força do conservadorismo e tradição. Politicamente, poucos movimentos sociais de grande envergadura nacional se desenvolveram nestas regiões. Menor ainda é o número daqueles que eclodiram a partir dali, levantando questões específicas.

Esse talvez seja o cenário a ser retratado por boa parte dos cientistas sociais e historiadores brasileiros. A dinâmica regional só pôde oferecer tardiamente condições de propiciar a formação de uma força de trabalho. Até os anos de 1980 essa região encontrava-se relativamente isolada do resto do estado, com vias precárias de acesso, o que dificultava a comunicação com outras cidades de maior porte. A BR 251, importante rodovia nacional que recobre estas duas regiões, só veio a ser asfaltada na década de 1980.

Tal cenário, como se poderia deduzir, pelo menos aos olhos de uma certa historiografia, não era propício a eclosão de demandas territoriais, à imagem daquelas que marcaram os estados do Centro-Oeste, além de Pernambuco, berço das Ligas Camponesas.

Em que pese o acerto de tais análises sobre o peso e permanência da cultura política do tipo patrimonialista que marcava/marca tais regiões, além do isolamento político, o fato é que há também um descuido relativamente comprometedor por parte das ciências sociais, até então vinculada aos grandes centros universitários do Sul/Sudeste que, tendencialmente, voltaram suas lentes para as regiões centrais. Talvez tenhamos a ousadia de dizer que também os cientista sociais e historiadores, a exemplo daquela “ciência de gabinete” que marcava a experiência científica do Século XIX, tenham sido vozes das metrópoles.

Com efeito, o que se tem verificado recentemente, é que as duas microrregiões foram marcadas por lutas sociais pelo direito à terra, sobretudo a partir do fim dos anos de 1970. E o *leitmotiv* é nova relação territorial impulsionada pelo Estado: a introdução da monocultura na região. De fato essa nova dinâmica não inaugura os conflitos agrários na região. Eles de fato estavam latentes, sobretudo porque a posse formal da terra era ali mais uma exceção do que regra. Isto dava origem a diversas querelas pela terra, situação em que novamente o peso da política local vinha sobrepor-se ao direito de fato. Muitos relatos informais que obtivemos dão conta das ações criminosas de determinados coronéis que incorporavam terras de pequenos proprietários, pelo uso da força. A vítima não tendo a documentação da terra, nada mais tinha a fazer.

Com a chegada das empresas reflorestadoras de eucalipto, a configuração territorial começa efetivamente a ser alterada pelas mãos do Estado interventor militar. Se no período anterior, pré-64, os movimentos sociais organizados conseguiram impor uma relação mais favorável aos segmentos populares, e, no campo, com amplas possibilidades de reforma agrária, com o Golpe de 1964, passa-se à contra-ofensiva dos setores ligados ao capital. Destarte, o Estado ditatorial passa a agir com agente direto dos interesses do capitalismo industrial, promovendo o abastecimento de matéria prima para as siderurgias no Sudeste, ao mesmo tempo em que agia de forma repressiva junto aos setores do campesinato (IANNI,

1979). Movidos pela ideologia da expansão das fronteiras, ou a ocupação dos “vazios” territoriais, o Estado impulsionou a ações de abertura de grandes vias de comunicação nacional. Oliveira (1981) indica que o Estado praticamente financiou a entrada dos grandes projetos na Amazônia e regiões consideradas “vazias”. Além disso, propiciou o fluxo da mão-de-obra, geralmente do Nordeste, para aquelas áreas.

Com efeito, esse foi o momento em que passou-se a produzir, a partir da mão do Governo de Minas, aquilo que de certa forma fora produzido pelas mãos privadas dos fazendeiros: a expropriação dos camponeses que há muito viviam nas terras dos chamados geraes, terra de cerrado. Assim, muitas terras que até então eram utilizadas, mas com documentação precária, passaram a ser consideradas devolutas. Assim, indiscriminadamente, o Governo amealhou quantidades consideráveis de terras e as arrendou às empresas de reflorestamento. Estas terras eram passadas de geração a geração, muitas vezes utilizadas de forma coletiva, para a criação de gado solto ou coleta de frutos do cerrado.

### **A emergência dos geraizeiros como agentes políticos**

Pelo fato desta população ter o seu sustento relacionado ao cerrado, passou-se a denominá-los de geraizeiros. Outro termo agora associado a eles tem sido o de povos e comunidades tradicionais, já que mantém uma específica relação com o seu meio, agregando-se a um modo de vida específico, uma cultura também peculiar. Há quem aponte, hoje, o termo comunidade como um substituto do conceito de camponinato. De nossa parte não consideramos acertada a substituição. O que temos em número e grau é o camponês, muito embora seja importante frisar as particularidades que o termo povo traz, já que garante a ideia de que a luta pela terra precisa alcançar hoje também a ideia do direito territorial. Enfim, outra reforma agrária e outra política fundiária precisariam ser gestadas. Não se trata de uma negação de uma forma de luta pela terra, mas sim da ampliação do escopo das lutas.

De sorte que, ao falarmos de povos e comunidades tradicionais, revelamos um novo agente político, sem contudo despi-lo da sua dimensão propriamente política, como tem sido comum, hoje, quando vem ganhando força o discurso daquilo que Santos (2010) denominou de “pós-modernidade celebratória”.

Na microrregião de Salinas e Grão Mogol, os camponeses se articulam sob o termo de “comunidades tradicionais”. Aqui é importante recuperar o viés da luta desses camponeses, sabendo-se que há particularidades e similitudes que importam ser consideradas.

Primeiramente, quanto à similitude, eles não se apresentam propriamente como negação das formas de lutas precedentes, tais como a luta dos sem terra. De fato até se associam a tais lutas, em alguns momentos. Também se utilizam do repertório da mística, comumente associado à diversos segmentos camponeses, em suas lutas.

Quanto ao caráter de particularidade, eles não são trabalhadores sem terra, como aqueles que integram as fileiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), mas sim camponeses “com terra” reivindicando o direito ao território, não propriamente uma reivindicação à terra, no sentido individual.

Tal condição poderia parecer, à primeira vista, uma contradição. Todavia, tal contradição tende a ser esclarecida à medida que se compreende a própria configuração assumida por esse movimento.

A dinâmica de acumulação capitalista tem intensificado a exploração de recursos naturais para áreas que até então permaneciam com baixa exploração. Com efeito, o capital necessita produzir uma nova territorialidade em áreas deixadas como reserva para

futuros investimentos. Chegou, pois, o momento. E tal necessidade de exploração veio com força, já que, por ora agrega-se diversas formas de exploração dos recursos. Tal territorialidade abate-se novamente sobre as populações instaladas nas áreas a serem exploradas. Aqui já podemos falar com propriedade o termo povos e comunidades tradicionais, visto que a força expropriadora do capital irá precisamente abater-se sobre o conjunto, ou seja, a coletividade, e não só sobre o indivíduo. Assim, quando uma empresa do agronegócio instala-se nas proximidades de uma comunidade rural e começa a lançar resíduos tóxicos no solo, e, por conseguinte, nas fontes de água, não podemos mais associar tal prejuízo a uma ou outra pessoa, mesmo que diretamente assim se possa perceber, à primeira vista. É a coletividade que passa a ser afetada. Isto do ponto de vista ambiental. Há ainda o comprometimento do ponto de vista cultural, quando uma empresa chega devastando as antigas formas de sociabilidade e conhecimento, suprimindo o direito ao lugar por meio do encurralamento dos indivíduos perante os maciços brutos da monocultura.

Nas duas microrregiões mencionadas consubstancia-se a confluência de três grandes projetos de utilização dos recursos naturais: a monocultura, as barragens e a mineração. Diante de tais projetos, os povos e comunidades tradicionais passam agora à categoria de “atingidos”<sup>1</sup>, termo que expressa a relação deletéria que emerge a partir dos grandes projetos.

É neste contexto que surgem/ressurgem os “geraizeiros”. Surgem como força política, como movimento social que busca o seu direito territorial. Ressurgem enquanto identidade de uma comunidade/povo que vivia do cerrado e apresenta alguns traços culturais que lhes dava um jeito específico de ser frente a outros povos. Apresentam uma forma de vida e relação com o solo que os caracterizam como geraizeiros. E para construção desta identidade foi necessário um conflito com as formas de expropriação representadas, primeiramente, pelas empresas de eucalipto. O eucalipto, a mineração e as barragens vieram como promessa de um futuro bom, mas de fato trouxeram a desagregação familiar e ambiental, conforme atesta um de nossos entrevistados, o Sr. Gil.

[na roça] um sobrevive não. Nós tamo na roça por causa que nós gosta da roça e somo têmoso. Nós fica na roça. Mas num dá pra sobreviver mais na roça, só da roça mais não. Por causa da água. E hoje cê pode vê que tudo mudô...tudo mudo. Quem tá na roça hoje é porque tem uma aposentadoria, se ele não tivé ele num fica. Ele vai embora pra São Paulo. Isso aqui era pá ser uma cidade grande, essa região nossa. Aqui era pra ser uma metrópole grande. Num tem ninguém. O pessoal foi embora porque não dá pra sobreviver da roça. Quem num tem uma aposentadoria já vai embora já. Seu filho vai embora, o neto vai embora, vai embora todo mundo. (Informação verbal)<sup>2</sup>

A expulsão de suas terras ou a destruição das condições para que fosse possível viver ali, nos geraes. Com a destruição do *habitat* de algumas espécies, há um descontrole e isso afeta a própria agricultura, conforme relato a seguir, feito por Dona Altina, integrante do Movimento dos Geraizeiros:

Meu marido tinha prantado uma roça de andu e eu fazia muito dinheiro com andu e poncã. Vinha os tucano catava uma poncã, saía aqui. Ela não quentava; chegava ali ela caía ela né? Que o tucano ele num chupa poncã no pé, igual os outros Passarim. Não, ele carrega. Catava a poncã e ía embora.

<sup>1</sup> Vainer (2005) sugere que a categoria do “atingido” é construída a partir do Estado. É ele quem vai decidir quem é o atingido.

<sup>2</sup> Entrevista realizada na comunidade de Martinópolis, 06/06/2013, grupo focal. Neste artigo os nomes dos entrevistados foram substituídos para garantir o anonimato dos mesmos.

Caía ali na frente, ele voltava catava outro. Quando eu disci na bera córgo eu peguei mais de três dúzia de poncã. Ele num conseguia levá, caía, ele buscava outra. Quando eu cheguei no andu parecia um castigo. Naquela semana num tinha uma bage de andu. Os passarim tinha comido. Tinha comido tudo. Eu falei como eu vô criá meus fí, gente? Quantos anos isso vai durar? os acalipto es cabô de tirar o derradeiro agora...eles vão prantá daqui quinze ano es vão colher esses eucalipe...e a soquera e a soquera que vai vino? Não. Aí daquele dia em diante eu abri a cabeça que eu ia lutá por isso e pedi Jesus Cristo prá nos dar força, que a minha força não dava. E cheguei a esse ponto. (Informação verbal)<sup>3</sup>

E a água, bem mais precioso, que acaba por ser o ponto mais elementar que todos os projetos ameaçam contaminar, esgotar, privatizar.

E esse temor torna-se ainda maior por ocasião da chegada da mineração para a região, conforme atesta o nosso entrevistado.

Nós tá é com medo. Todo mundo que mora aqui ele tá apavorado porque o que faz o pessoal ficar aqui é exatamente a água. Num tem graça cê tá na roça sem água. Num tem graça. Cê pode ficar sem energia, pode ficar sem nada. mas cê tem água, cê sobrevive. Sem água num tem jeito. (Informação verbal)<sup>4</sup>

## A produção de condições via estado

É preciso ver que a confluência dos três grandes projetos que ora passaram a atuar na região só pôde consubstanciar a partir da ação providencial do Estado, no sentido de criar as condições para submeter a agricultura ao capital (IANNI, 1984) Primeiramente, no caso da monocultura, conforme já fizemos notar, foi o Estado que deu o pontapé inicial, criando as condições para a chegada das empresas de reflorestamento que introduziram o eucalipto na região. Mais precisamente, coube ao Estado o papel de resolver os problemas relacionados à precária titulação da terra, transformando terras que estavam sendo utilizadas em sentido comunal (a criação de gado solto, por exemplo) em terras devolutas. A partir de então, o segundo ato, o Estado poderia então arrendar estas terras, passando-se a por em prática o projeto de modernização e ocupação de áreas “vazias”. Passo contínuo, era ainda necessário justificar ideologicamente a importância do projeto, acercando-se de que o mesmo traria desenvolvimento para uma região atrasada e, sobretudo, empregabilidade.

Esse primeiro projeto tinha um tempo de inversão mais ou menos calculado. O arrendamento das áreas devolutas por um tempo aproximado de 30 anos. Assim, como ocorria também na Amazônia, conforme estudo de Ianni (1979), no período que vai de 1964 a 1978, o Estado teve um papel essencial na produção de um espaço passível de ser aproveitado pela empresa capitalista. Assim diz ele

A rigor, a criação e a expansão da empresa de extrativismo, agropecuária e mineração, da mesma forma que a política de demarcação e titulação das terras devolutas, tribais e ocupadas, ao lado da colonização dirigida, tudo isso expressa o processo mais ou menos amplo e intenso de expansão das relações capitalistas na região. (IANNI, 1979, p. 55)

<sup>3</sup> Entrevista realizada na comunidade de Martinópolis, 06/06/2013, grupo focal. Neste artigo os nomes dos entrevistados foram substituídos para garantir o anonimato dos mesmos.

<sup>4</sup> Entrevista realizada na comunidade de Martinópolis, 06/06/2013, grupo focal.



E acrescenta ainda sobre a participação do Estado ditatorial no sentido de beneficiar a grande empresa:

Na Amazônia, o aparelho estatal da ditadura é colocado a serviço da formação e expansão dos grandes negócios de terras, em prejuízo de comunidades indígenas, caboclos amazonenses, posseiros antigos ou recém-chegados. Toda terra devoluta, tribal ou ocupada é transformada em domínio de grileiros, latifundiários e empresários. Com frequência, essa expropriação de índios e camponeses é realizada com base na violência privada, pela jagunçagem. Às vezes, a violência privada e a estatal acham-se associadas. A terra é monopolizada, transformada em mercadoria, “reserva de valor”, latifúndio, fazenda, empresa. (IANNI, 1979, p. 243).

De fato esse foi o teor da ocupação territorial que o Governo do Estado de Minas Gerais buscou implantar no estado. Para Ianni, o projeto do governo ditatorial é seguido pelos governos dos estados e municípios. Com efeito, em Minas Gerais, o governo cria a Ruralminas, no final dos anos de 1960, agência estatal que tinha como propósito preparar as condições para a chamada modernização do campo – ou leia-se, a introdução de empresas do agronegócio no meio rural.

### **Renda diferencial – valorização da terra**

Com isso voltamos à questão da grilagem de terras e ao tema da valorização da terra na região mencionada. O tema não é novo. Conforme fizemos anotar, a dimensão territorial fora inicialmente marcada pela ação dos coronéis que se articulavam localmente e nacionalmente. Assim, como brilhantemente escreve Pereira (1988), fazendo alusão à grilagem de terras na região do Vale do Rio Doce, as duas regiões aqui destacadas também têm suas histórias de grilagem de terra feitas pelos coronéis, contra as famílias geraizeiras.

Não obstante isto faz parte de outro processo, quando a empresa capitalista ainda não havia chegado às terras do norte. Com a denominada modernização pelo alto, feitas pelos militares, os processos de expropriação ganharam outros contornos, muito embora ainda se conte que as ações de grileiros dos “tempos modernos” ainda contem com antigos simpatizantes de coronéis, talvez utilizando recursos tradicionais de ação.

O que há de novo é que a terra também passou a apresentar atributos que aguçou a cobiça de alguns segmentos. Trata-se daquilo que Marx denominava de renda diferencial da terra, termo bem esclarecido por Harvey (1990). Se, conforme este autor, a propriedade de terra em si não é uma fonte de valor, como pode a própria terra produzir valor? Para o autor, a resposta é um tanto difícil de encontrar, já que, por efeito de um fetichismo, a terra aparece dotada de poderes mágicos que a fazem ser fonte de valor. De fato não é a terra que produz valor, mas sim o trabalho humano, ou mais precisamente, nas relações capitalistas de produção, os trabalhadores, de quem se expropria parte do tempo necessário à produção, sob a forma de mais-valia. Todavia, importa notar que ao capitalista interessa acelerar o tempo de circulação e produção das mercadorias, já que a mais-valia se realiza no final do ciclo. Neste sentido que a localização e fertilidade do solo, riquezas minerais ou outros atributos que a terra possa ter, constituem aspectos da renda diferencial, que o proprietário “cobra” pelo simples fato deterem certas extensões de terras, cujas características são exclusivas.

A produção de nova forma de acumulação para o campo, conforme indica Lefebvre (1975) a necessidade de o capitalismo destruir as antigas formas de sociabilidade que ainda perduram em determinadas regiões. Assim, conseqüentemente, cada novo empreendimento capitalista se expressa em formas mais agudas de expropriação dos

camponeses, chegando, por exemplo, a processos de encurralamento de pessoas ou comunidades inteiras diante dos maciços de eucalipto, como aponta Nogueira (2009) e Mazetto (2013).

Notamos que tal produção de características exclusivas começou a ser introduzida na região mencionada a partir do momento em que o cerrado deixou de ser considerada uma terra pobre. A partir das tecnologias que permitiram a correção do PH do solo, o cerrado tornou-se altamente cobiçado para o agronegócio.

Outro elemento que veio alterar o valor da terra na região foi a chegada da BR 251, conectando a região a outras, propiciando também um crescimento de algumas cidades, inclusive com a emancipação de alguns municípios. Citamos alguns exemplos: Novorizonte, Fruta de Leite, Santa Cruz de Salinas, Curral de Dentro, Berizal e Ninheira.

Quanto à instalação da mineração, a mesma trouxe uma intensa valorização imobiliária, aguçando ainda mais a cobiça dos segmentos ligados aos setores mineradores. Quanto à introdução desta atividade, uma pergunta que se faz é porque a mesma só veio a se tornar interessante em período recente, embora estudos geológicos já apontassem a existência de jazidas de ferro, evidenciadas a partir do mapeamento geológico de 1971 (DNPM, 1971).

A hipótese para tal questão é que a perspectiva de acumulação associada ao capital industrial, conforme apontado por Ianni (1979) já tinha o seu esboço quanto ao papel da região na divisão regional de trabalho. Assim, articulava-se um projeto em que ao norte do estado caberia o papel de fornecer mão-de-obra e produtos do setor primário para as regiões industrializadas mais ao sul do estado. Com isso estanca-se momentaneamente o projeto de exploração das jazidas de ferro.

Hoje a dinâmica de produção capitalista impõe outro processo produtivo. Os setores industriais sofreram mudanças significativas, por força da chamada flexibilização/desconcentração das áreas industriais. Algumas indústrias se deslocaram, o que de fato implica também uma necessidade do redesenho da propriedade fundiária, guardando as características de expropriação que vinham ocorrendo em períodos anteriores. Com isso, apresenta-se a oportunidade da exploração mineral na região, fato que se agrega à uma intensa valorização fundiária. Assim, as terras que são devolutas passam a ser ainda mais cobiçadas do que antes. Assim, dentro da perspectiva da renda diferencial, os setores particulares almejam transformar cada pedaço de terra em fração negociável. Assim, prefeitos, vereadores, donos de terras, sonham retirar da terra o seu tributo, o seu quinhão. Para tanto, leis são produzidas, decretos aprovados<sup>5</sup>. A terra devoluta ou pertencente às comunidades tradicionais precisa ser transformada em mercadoria para ser rapidamente vendida no mercado. A especulação imobiliária passa a figurar com sua força total. Só para exemplificar, em Vale das Cancelas, distrito de Grão Mogol, situada às margens da BR 251, os funcionários de uma empresa de mineração que passou a atuar na região, compraram diversos lotes de um loteamento que foi aberto com a chegada da empresa. O preço foi irrisório, comparando-se com o custo de um imóvel numa cidade média ou grande cidade. Todavia, a expectativa dos compradores é que o preço dos imóveis se eleve absurdamente, a partir da instalação da empresa.

---

<sup>5</sup> Dentre as leis que ora tramitam na Assembléia Legislativa de Minas, uma delas, a PEC 43, merece especial atenção. Essa emenda constitucional altera a forma de concessão das terras públicas por parte do governo. A lei vigente estabelece um limite máximo de 250 ha. além de estabelecer a prioridade das terras devolutas para fins de reforma agrária e o governo não pode doar terras a quem tenha mais do que 250 ha. Com a nova lei retira-se a finalidade das terras para reforma agrária e o governo pode repassar até 2500ha para setores privados.

O outro aspecto que deixamos para o fim é precisamente a questão da construção das barragens. Trata-se de um grande projeto que, embora tenha sido parte dos anseios de determinadas comunidades da região, não chegou a ser implementado para atender tais anseios. Agora, com a chegada da mineração algumas barragens já foram construídas para atender exclusivamente às empresas de mineração, como é o caso de uma barragem particular, construída por uma empresa de mineração, nas proximidades de Vale das Cancelas. De fato agora se percebe uma intensa propaganda em torno da construção da barragem de Berizal e outros municípios também fazem a reivindicação. Mas o que a construção de barragens pode trazer de ruim a uma comunidade? À primeira vista parece algo perfeitamente defensável e, aos olhos da população urbana, colocar-se contra tal projeto chega a ser um sacrilégio. Pois bem, é preciso perceber os interesses que se articulam em torno de tal projeto. Um deles é o da própria mineração, que demanda uma grande quantidade de água disponível para realização de suas atividades. Isso só para mencionar a própria atividade de mineração. Como agravante, o projeto inicial da mineração previa inclusive a construção de um mineroduto, para conduzir o minério até um porto no Sul da Bahia. Tal projeto encontra-se suspenso, por força da organização dos geraizeiros do Distrito de Vale das Cancelas, associados a outros movimentos.

O outro interesse associado à construção de barragens é exatamente aquele ligado à especulação e, que tende a produzir, no seu contrapé, uma grande expropriação das comunidades que residem nas áreas a serem ocupadas pelo espelho d'água. São os atingidos, à jusante e à montante da futura barragem. Essas pessoas recebem uma baixa indenização para suas terras, além de serem literalmente arrancadas do lugar cuja história não poderá ser reconstruída em outra parte. Geralmente estas pessoas são removidas para as cidades próximas, sem condições de trabalho garantidas.

## Conclusão

Nossa intenção ao produzir este artigo não foi esgotar o assunto acerca da produção do espaço e nova configuração do uso do solo nas microrregiões de Salinas e Grão Mogol. O objetivo foi bem mais modesto. A intenção foi, tão somente, oferecer pistas para posteriores estudos e discussões. De fato uma das questões intrigantes associados aos projetos de ocupação territorial capitalista na região mencionada é que ora há uma possibilidade de interposição entre três projetos: monocultura, mineração e construção de barragens. Na verdade haverá, de alguma forma, alguma interposição entre áreas de eucalipto e mineração, já que algumas jazidas estão situadas em áreas que hoje estão ocupadas pela monocultura. Decerto uma questão, ao menos, merece ser destacada ao final destas análises. É que a confluência destes três projetos capitalistas de apropriação do espaço aponta para um agravamento das condições das comunidades tradicionais que vivem na região. Neste sentido a vitalidade das próprias comunidades geraizeiras está na possibilidade de contrapor um modelo de desenvolvimento distinto daquele que ora apresenta-se como hegemônico na região.

Neste momento as dimensões do direito territorial comunitário parecem se apresentar como via da constituição de uma nova forma de distribuição de terras. A luta pela terra, por parte das comunidades tradicionais, já não implica na luta pelo direito individual à propriedade, característica inclusive do modelo de reforma agrária vigente no país. Para as comunidades tradicionais geraizeiras, o importante passa a ser o restabelecimento de certas condições ambientais que o modelo vigente solapou ou propõe solapar, a partir da mineração e das barragens. Então, neste aspecto, a luta passa a ser pela transformação das terras devolutas em terras de uso coletivo, com alternativas de manejo que permitam a exploração sustentável.

Esse é o novo movimento que se apresenta.

### Referências bibliográficas.

AMORIM, Rogério, et. al. A Questão Agrária no Norte de Minas Gerais: o Movimento dos Geraizeiros e a luta pela terra no Alto Rio Pardo. In: **XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 210 a 13 de setembro de 2013, Salvador (BA).

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. **Mapa Geológico do Brasil**. Projeção Policônica, 1971.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona-Espanha: Ediciones Península, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Cativeiro da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MAZZETTO, Carlos Eduardo Silva. **Monocultura e conflito socioambiental**. 2011. Disponível em: [conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br). Acessado em 15 ago. 2013.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre os Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. 2009. Tese de doutorado. Universidade de Brasília.

OLIVEIRA, Francisco de. “Anos 70: as Hostes Errantes”. **Novos Estudos CEBRAP**. n. 1, p.20-25 dez.1981.

PACHECO, Tânia. **Comemoremos!** Movimento Geraizeiro faz retomada de seu território tradicional. Combate Racismo Ambiental [Internet]. 08 abr. 2012. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2012/04/comemoremos-movimento-geraizeiro-faz-retomada-de-seu-territorio-tradicional/>. Acesso em 14 mar. 2014.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do Rio Sem dono**. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

VAINER, Carlos Bernardo. O conceito de Atingido: uma revisão do debate e diretrizes. **IPPUR/ UFRJ**. p. 01-23. Julho/2005.

# **Entre a evasão e permanência: Percepções dos assentamentos**

## **Francisco Julião e Novo Horizonte**

Autor: Gabriel Souza Bastos<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O presente estudo tem como objetivo analisar por quais motivos os assentados dos assentamentos norte - fluminense Francisco Julião e Novo Horizonte permanecem ou abandonam seus lotes. Para tal, damos uma especial atenção para a dinâmica interna destes, no que diz respeito a desdobramentos diretos de políticas públicas na vida dos assentados, nas relações de grupos familiares, indivíduos e atores presentes dentro do assentamento no plano simbólico. Propomo-nos a estudar esses dois assentamentos, pois estes respondem a processos de expropriação distintos que, por sua vez, dão margem a modos de vida diferentes, com níveis de coesão diferentes. Enquanto o assentamento Francisco Julião foi criado a partir de uma ocupação em uma fazenda improdutiva pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra, tornando-se assentamento em 2006, o assentamento Novo Horizonte remonta uma longa história de trabalhadores que viviam e trabalhavam na propriedade da Usina Novo Horizonte que após tornar-se massa falida, suas sete fazendas tornaram-se um assentamento em 1987. Essas origens nos chamam atenção, pois suas diferenças são capazes de produzir dinâmicas internas distintas. Investigamos, portanto, características das dinâmicas sociais desses assentamentos como fatores de evasão ou estratégia de permanência.

### **Palavras chave:**

Assentamento; reforma agrária; agricultura familiar.

---

<sup>1</sup> Mestrando bolsista CAPES pelo CPDA da UFRRJ. Contato: gabrielsbastos@gmail.com

## 1 - Introdução

Não é difícil encontrarmos, através dos grandes meios de comunicação, a constatação de que muitos assentados beneficiados por projetos da reforma agrária estão constantemente abandonando seus lotes, nos levando muitas vezes a concebermos a ideia de que a reforma agrária é inevitavelmente um projeto fadado ao fracasso e incompatível com a nossa realidade.

De acordo com o jornal O Globo, em uma reportagem intitulada “Do antigo império da soja à maior favela rural do Brasil”, expõe-se, a partir do caso de um lote arrendado em um assentamento no Mato Grosso do Sul, “um exemplo acabado de que a reforma agrária fracassou no local”. Para o jornal, a vocação deste assentamento seria imobiliária, pois muitos dos assentados estariam vendendo seus lotes.

Estima-se que 1.200 famílias, ou 40% do total assentadas, já comercializaram lotes, mas o Incra só admite que 550 negociaram as terras. No fim do ano passado, o MPF denunciou integrantes do que chamou de uma “imobiliária” que comercializava lotes.<sup>2</sup>

Enquanto a mesma reportagem, por um lado, alega que o principal problema do assentamento é a falta de apoio do INCRA, por outro, denuncia que quase todos os que por lá vivem são “invasores”. Entretanto, a reportagem não questiona em momento algum o porquê de assentados abandonarem ou arrendarem os lotes.

Esse quadro, não muito difícil de ser encontrado na mídia brasileira, nos leva a questionar essa “naturalidade” de fracasso da reforma agrária exposta por grandes setores da mídia, onde o debate sobre a evasão nos assentamentos é reduzido a pretenciosas afirmativas como “a nova geração já busca ampliar a perspectiva de vida nas cidades — com razão”.<sup>3</sup>

A fim de romper com essa armadilha, buscando aprofundar o debate, este trabalho pretende quebrar amarras especulativas, analisando quais são, por um lado, as causas de evasão, e por outro, as estratégias de permanência através de um estudo

---

<sup>2</sup> In: <http://oglobo.globo.com/pais/de-antigo-imperio-da-soja-maior-favela-rural-no-interior-do-brasil-8294519> (acessado em 28-05-2014)

<sup>3</sup> Ibidem

de caso em dois assentamentos: O assentamento Francisco Julião, localizado no município de Cardoso Moreira e a comunidade do Imbé no assentamento Novo Horizonte, localizado no município de Campos de Goytacazes.

## **2 - Metodologia**

O motivo de escolhermos dois assentamentos a serem estudados está ligado à ideia de observarmos aspectos diversos em realidades diferentes. Entretanto, devido à enorme vastidão do assentamento Novo Horizonte (cerca de 300 famílias), optamos por limitarmos nosso recorte à comunidade de Conceição do Imbé, uma das regiões do assentamento, reduzindo nossa amostra para 73 famílias.

Nossa metodologia comparada, parte do princípio que cada um desses assentamentos foi formado em contextos políticos, históricos e sociais diferentes. Em, com uma configuração de movimentos sociais, poder público e contexto da discussão nacional acerca da reforma agrária diferentes. Entretanto, em municípios próximos, com semelhantes condições edafoclimáticas.

Após a falência da usina Novo Horizonte, em 1987, a luta de seus ex-trabalhadores pela reforma agrária contou com o desgaste da imagem pública do proprietário da falida Usina, lado a lado com a imagem de sofrimento e abandono que os trabalhadores residentes na propriedade da usina passavam. Os então recém assentados do Novo Horizonte obtiveram também apoio de setores da sociedade civil e de meios de comunicação (NEVES, 1997). Entretanto, o elemento que mais o diferencia do assentamento Francisco Julião, diz respeito construção cognitiva de ruptura de uma inteira comunidade que já vivia há gerações no território que daria lugar ao assentamento:

A alternativa de deslocamento da posição de um segmento de assalariado para pequeno produtor mercantil, histórica e politicamente singular para estes atores, impôs novos modos de gestão dos conflitos e novos temas de discussão entre os demais trabalhadores (de outras unidades industriais) e seus dirigentes sindicais, os usineiros e os proprietários de terra (Ibdem, p. 406)

No que diz respeito à origem dos assentados, o assentamento “estava constituído, no momento da pesquisa, por famílias que foram, na sua grande maioria, trabalhadores da usina Novo Horizonte”. (MEDEIROS e LEITE, 2002, p.132). Quanto ao índice de evasão, de acordo com os dados fornecidos pelo INCRA, das 316 famílias listadas, entre as que já passaram pelo assentamento, 50 evadiram em 27 anos. Entretanto, não há lotes abandonados na comunidade do Imbé.

Quanto ao assentamento Francisco Julião, a problemática é outra. Embora a desapropriação da fazenda tenha se dado em um tempo curto em comparação a outras ocupações (oito meses), a implementação do assentamento encontrou dificuldades políticas locais. Com três assentamentos em seus limites territoriais, o município de Cardoso Moreira passou por um processo de desapropriação de fazendas em um curto espaço de tempo (entre 2005 e 2007) e os assentados dos então novos assentamentos tiveram suas imagens desgastadas pela mídia local.

Diante desse quadro, os assentados do Francisco Julião viveram o desafio de superar estigmas no município acerca de sua condição de assentado e “sem terra”. A própria feira onde eles vendem sua produção no município chama-se “feira do agricultor familiar” e, em momento algum, no portal da prefeitura é dito que se trata de assentados. Essa disputa pela valorização de sua própria imagem se demonstra como um elemento importante para o estabelecimento destes em uma rede de mercados no município. (FERREIRA, 2013).

Identificamos cinco casos de evasões em um universo de 48 famílias (das que ainda permanecem e das que já saíram) desde 2006. Entretanto, de acordo com os entrevistados, há aqueles que “nem ficam nem saem”: tratam-se de assentados que não moram nos lotes e ocasionalmente apresentam-se no assentamento.

Quanto as atividades exercidas antes de viverem no projeto de assentamento (PA), o quadro é diverso: trabalhadores rurais e urbanos, assalariados no campo ou na cidade e também filhos de assentados de outras regiões do país.

Nossa comparação, portanto, se trata de buscar compreender a construção de redes de sociabilidade que constroem comunidades rurais em assentamentos de



maneiras distintas. Woortman nos apresenta uma perspectiva sobre comparação de Cardoso Oliveira:

Não estão destinadas a qualquer tipo de generalização, e tampouco estão em busca de “leis sociais” (...). As pesquisas comparativas não devem se circunscrever à análise de sistemas simbólicos, mas a “compreensão de sentido”. Partindo de uma perspectiva iluminada pela hermenêutica, ele [Cardoso Oliveira] propõe uma “comparação elucidativa” que compara *life worlds*, isto é, “mundos de vida”, ou, em outros termos, visões de mundo. (WOORTMANN, 2005, p.93).

Justamente no sentido contrário de se elaborar supostas generalizações, nos propomos esboçar para o leitor (e certamente para pesquisas futuras) a complexidade da problemática, dado que em poucos quilômetros de distância e em quase duas décadas de separação do ponto de partida, dois assentamentos apresentam questões e problemas dentro de nossa curiosidade investigativa de formas bastante distintas.

### **3 – Camponeses, modernidade e os assentamentos Francisco Julião e Novo Horizonte**

Encontra-se na literatura sobre evasão, diversos fatores apontados para causas de evasão em assentamentos rurais. Em um estudo realizado em assentamentos de diversas regiões do país, constata-se que precárias condições de infraestrutura, insuficiência e atraso do crédito e morosidade de órgãos da terra em geral, são motivos de evasão. Além disso, sugere-se a hipótese de que oportunidades de vida fora dos assentamentos podem ser também um poderoso fator de evasão (BRUNO e MEDEIROS 2001.). Em outro estudo realizado no estado de Tocantins, em dois assentamentos, verifica-se também a imposição de sistemas de produção e dinâmica interna desfavorável como fatores de evasão (RIBEIRO et al 2011). Também foram levantados fatores relacionados à infraestrutura e baixa coesão social como responsáveis por evasão em dois assentamentos no Rio Grande do Sul. (MELLO, 2008).

Em síntese o ponto central da relação entre a dimensão simbólica e a reforma agrária, para o autor, refere-se ao fato de que, “mais do que uma questão econômica, (...) à medida que a balança identitária pende para o ‘nós’, a perspectiva é o alcance de maior estabilidade e, com isso, uma menor evasão” (Ibdem, p.596).

A luz de Weber, apoiamo-nos em um conceito capaz de articular com mais clareza “a balança identitária que pende para o ‘nós’” de Mello (2008). Pantoja (2011) utiliza o termo “comunitarização” para expressar a noção de relação comunitária (Vergemeinschaftung) do clássico sociólogo alemão, a fim de evocar melhor o caráter processual da palavra alemã. Os autores nos explicam que por “comunitarização”, não basta a existência de traços herdados em comum, mas a produção de relações sociais produzidas pelo sentimento de co-pertencimento, produto da comunidade.

No que diz respeito à “comunitarização” camponesa, encontramos uma vasta literatura acerca da relação entre família, comunidade, indivíduo e terra. Para Ianni (1985), o camponês é um trabalhador rural que se encontra numa condição de subalternidade. Eles carregam consigo valores da sociedade nacional e da modernidade. Entretanto, lado a lado desses valores, encontram-se laços de comunidade e afeição pela terra. “Todos são membros da mesma comunidade de laços e prestações, favores e obrigações. Apoiados na terra e trabalho, todos participam de um mesmo e um único nós.” (IANNI, 1985, p. 28).

Seguindo o mesmo fio condutor de raciocínio, Woortmann (1990), através de uma leitura de uma série de etnografias, ao lado de duas etnografias próprias, centra suas preocupações em uma leitura do que é a identidade camponesa. Sua perspectiva compreende o trabalho como valor ético. O ordenamento moral do mundo camponês, portanto, estaria associado a terra, família e trabalho.

Essas categorias se vinculam estreitamente a valores e princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado; em outras palavras, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica. (...) São, nas sociedades camponesas, seres relacionais constituídos pela totalidade e, nas sociedades modernas, seres individuais constituintes da totalidade, vista esta como agregado de indivíduos “em contato” (WOORTMANN, 1990, p. 23 e 24).

Seria, portanto, uma comunidade camponesa um grupo descolado da modernidade? Ora, Simmel (2005) nos diz que diante de uma cidade moderna que se alimenta da produção para o mercado, os egoísmos econômicos dos indivíduos “não

têm a temer nenhuma dispersão devida aos imponderáveis das relações pessoais”, gerando assim, uma atitude “blasé” (Simmel, 2005, p.582).

Em oposição a isto, Simmel nos coloca a vida no campo como um espaço de oposição ao estilo de vida que gera a atitude blasé nas cidades. Para o autor, As grandes cidades são o palco da economia monetária, pois, diante da multiplicidade e concentração da troca econômica em si, este meio fornece uma importância à troca econômica que não existiria no campo. Mais uma vez, portanto, nos remetemos às reflexões de Wortmann (1990). Dentro dessa perspectiva, os camponeses nos casos etnográficos por ele analisados, enxergam o comércio (um valor moderno), como uma relação assimétrica, podendo assim ferir a moralidade camponesa, baseada em fatores de reciprocidade. A família seria um elemento puro, em oposição ao negócio e o lucro, impuro. Portanto, “com parente não se neguceia”.

Seria então o camponês um agente coletivo que bate de frente com o individualismo moderno? Tal como Simmel, Santos (1999) nos diz que na modernidade, diante da tensão entre subjetividade individual e subjetividade coletiva, o triunfo fica nas mãos da individual. Dessa forma, para se afirmar essa subjetividade, é necessário que haja um “super-sujeito” que regule e autorize as ações dos indivíduos circunscritos nessa subjetividade. Esse super-sujeito seria o Estado.

Ora, se tratando do nosso objeto de pesquisa aqui proposto, ressaltamos, diante dessas reflexões de Boaventura Sousa dos Santos, uma das conclusões de Eric Wolf a respeito das lutas camponesas no século XX: “A utopia camponesa é a aldeia livre (...). Falta-lhes a familiaridade com a complexa máquina das operações estatais, que apenas percebem como ‘um monstro frio’”. (WOLF, 1984. p225)

Ora, se as comunidades camponesas buscam autonomia, coesão, espírito de co-pertencimento e respondem a uma lógica às avessas da tutela do Estado, como podemos, portanto, analisar isso em assentamentos; comunidades que são diretamente tuteladas por políticas públicas vindas do Estado?

Trata-se não de classificar cada comunidade em um tipo ideal, mas de nos perguntarmos: quem é o assentado? Que agente social é esse? O questionamento

central que permeia esse trabalho, portanto, se concentra em pensar que tipo de *campesinidade* se produz nestes dois assentamentos tão distintos e, como isso contribui para a permanência ou evasão dos beneficiados.

Diante dessas reflexões e dos dados colhidos em campo, o presente trabalho, ainda em andamento, aponta para a seguinte análise dos assentamentos estudados:

A primeira característica que nos chama atenção no assentamento Novo Horizonte refere-se à sua infraestrutura e políticas públicas. O escoamento da produção dos assentados é facilitado pela Feira da Roça, uma feira que ocorre todas sextas e terças-feiras em Campos, com transporte cedido pela prefeitura. Além disso, o assentamento dispõe de escolas até a quarta série, espaços de lazer e postos de saúde. De acordo com Neves (2004), diante de uma série de relatos que descrevem várias conquistas do assentamento após seu ingresso no Programa Nacional de Reforma Agrária, temos o seguinte relato em uma entrevista:

*Alguns acabaram desistindo por problema de saúde, mas a maioria ficou. E com todo o sacrifício, está tendo avanço. Houve também muito caso de morte, mas as viúvas tocaram para a frente. Alguns homens também que ficaram viúvos, mas também estão tocando. (grifo nosso) (NEVES, 2001, p.144).*

Em uma ida preliminar a campo, foi possível constatar, através de entrevistas com os próprios assentados da comunidade do Imbé, que a evasão não foi muito significativa. Entretanto, encontramos, entre os entrevistados, os seguintes motivos de evasão: Aqueles, que “não conseguiram se adaptar” ou “acharam melhor viver fora do campo” após a titulação dos lotes, vendendo-os e aqueles que optaram por abandonar seu lote por motivos de saúde, impossibilitando-os de continuar trabalhando com a terra. Além disso, uma importante liderança comunitária apontou para a saída de cerca de dez famílias em um “período de muita ausência do INCRA”, somado ao fechamento de um escritório da EMATER que existia dentro do assentamento, no final dos anos 90, resultando na evasão de dez famílias.

Nota-se que na comunidade do Imbé, no Assentamento Novo Horizonte, existe uma forte disputa de lideranças por hegemonia política nas duas associações: A associação de quilombolas e moradores e a associação de pequenos produtores.

No início do assentamento, os trabalhadores da lavoura da usina, uma vez beneficiados pela reforma agrária, começaram a produzir na terra para eles concedida. Entretanto, eles tinham grandes dificuldades em escoar sua produção. Diante da necessidade de se organizarem para resolverem esse tipo de questão, os recém-assentados fundaram uma associação de moradores.

Em 2005, grupos localizados nas regiões do Imbé (entre eles, a associação de produtores do Imbé), solicitaram reconhecimento como remanescentes de quilombo. Trata-se de um processo de auto reconhecimento como remanescentes de quilombos a partir do art. 68<sup>4</sup> da constituição. (RIBEIRO, 2011).

Conforme nos demonstra um laudo antropológico que propõe-se a pesquisar a reminiscência de quilombos no assentamento, “É povoado (o sertão do Imbé) só no seu princípio, e todo terreno pelo sertão adentro serve de asilo aos negros fugidos, que nele sustentam vários quilombos” (OSCAR, apud NEVES 2007, p.18)

O critério de auto reconhecimento refere-se ao primeiro passo do reconhecimento formal de remanescentes de comunidades de quilombos, à luz do decreto Nº4.887 de novembro de 2003. Ribeiro (2011), citando Mota, explica-nos que o parágrafo do artigo 17 de tal decreto, diz que “as comunidades serão representadas por suas ‘associações constituídas’. O que consiste em dizer que as terras não podem ser parceladas, vendidas pelos proprietários, pois são elas de domínio coletivo” (RIBEIRO, 2011, nota 14).

Diante dessa disputa jurídica, o reconhecimento abre a possibilidade dos moradores não precisarem pagar as dívidas do pagamento da titulação definitiva dos seus lotes. Trata-se de uma dívida orientada por uma série de leis que prevê o “título de domínio sob condição resolutiva” das terras. Os assentados, entretanto, questionam a legitimidade de tal resolução e alegam incapacidade de sanar tais dívidas (RIBEIRO, 2011). Além disso, a possibilidade de não mais receberem a titulação definitiva de seus lotes familiares, tornando todas as terras como coletivas, abriu uma extensa discussão a respeito da possibilidade entre os moradores, através da

---

<sup>4</sup>**Art 68.** Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

associação de produtores rurais. De acordo com a liderança desta associação, a possibilidade estava sendo discutida e analisada com suas bases.

No entanto, o grupo dos adventistas da comunidade reconhecem agentes políticos ligados ao movimento negro como “pessoal dos quilombolas”. Estes, por sua vez, carregam a marca de religiões afrodescendentes. Nos últimos anos, o primeiro grupo tem sido acusado pelo segundo de “silenciarem suas experiências religiosas” por identifica-las como não cristãs.

Entretanto, essa disputa identitária adquire um caráter mais complexo. Em tempos recentes, o próprio grupo dos adventistas, e também oposição da associação de produtores rurais, tomou frente do processo de reconhecimento de remanescentes de quilombos na comunidade do Imbé, fundando uma nova associação de “moradores e quilombolas”. De acordo com uma das lideranças opositoras a esse grupo, o interesse por este processo de reconhecimento se dá pelo fato de que muitos destes “passaram pra frente” boa parte de seus lotes, restando-lhes apenas um pequeno espaço ao redor das casas. Dessa forma, lhes seria mais vantajoso coletivizar as terras.

Apesar de uma forte disputa em torno das associações e pelo aparato simbólico identitário na comunidade do Imbé, a hipótese que levantamos, é que essa disputa movimentava a troca social entre os assentados, produzindo um sentimento de co-pertencimento e um processo de “comunitarização” (Pantoja 2011). Enquanto os mais novos trocam experiências nesses espaços sociais, os mais velhos identificam um forte sentimento de orgulho perante suas conquistas e melhoras de vida dos tempos da usina e do engenho para os atuais, do assentamento. De acordo com eles, a vida tornou-se mais independente e livre diante da sua autonomia de pequeno produtor e a ruptura com relações de patronato (NEVES, 2004). Diferente, portanto, do apontado pela grande mídia, observamos que ao invés de uma pretensão de se abandonar lotes por venda, os assentados estão mais interessados em disputarem politicamente a realidade que os cerca. Sendo assim, a possibilidade de evasão apresenta-se distante de suas realidades, diante da disputa do aparato simbólico que se inserem dentro deste território.

No assentamento Francisco Julião, o quadro é distinto. A história da vida política do assentamento diz respeito a uma desagregação de pessoas ativas em sua vida pública. De acordo com as entrevistas feitas em campo, existia mais “união” entre as pessoas nos tempos do acampamento em seus breves oito meses. Essa época política, dos tempos do acampamento e pré-assentamento<sup>5</sup>, é reconhecida pelos assentados como a “época das coordenações”. O período posterior a este, é referido como o tempo da “associação”.

Diante do atraso do INCRA pelo loteamento, as coordenações decidiram dividir os lotes por conta própria através da contratação de topógrafos. Logo após, esta estrutura organizativa desmanchou-se, dando espaço para uma associação de moradores. O que motivou os assentados a se organizarem a partir de uma associação, foi a necessidade de obter mais legitimidade com o poder público. Diante da unânime sensação de “falta de apoio” do Estado e de políticas públicas para o assentamento, os assentados optaram por fundar a associação pois, de acordo com as entrevistas, o poder público, sempre que procurado, exigia a existência de uma associação registrada na justiça para diversos fins.

Deu-se, portanto, a troca entre um fórum político permanente para uma estrutura representativa com respaldo legal. Ora, não somente a formalidade jurídica desta se modificou, como também sua forma de organização. O que antes era uma estrutura política de mediação desde um núcleo de base até uma assembleia ampla, passou para uma estrutura representativa com cargos fixos através de mandatos de direção.

A grande mudança que nos chama atenção não diz respeito apenas ao método de organização ou à formalidade jurídica que se deu no momento dessa mudança, mas também o efetivo esvaziamento de participação política do assentamento como um todo. Os motivos apontados para tal, de acordo com os entrevistados, são diversos: “cada um quer agora cuidar de seu próprio bico”, “as pessoas se tornaram mais individualistas” ou “todos desanimaram, pois não dava em nada o que a associação lutava”.

---

<sup>5</sup> Os assentados utilizam este termo para se referirem ao período anterior à divisão dos lotes feita por eles mesmos.

Mas é importante ressaltar que do período de pré-assentamento para assentamento, não foi apenas uma estrutura política que se modificou, mas a dinâmica social de todo o assentamento mudou radicalmente.

Em primeiro lugar, onde outrora os assentados viviam lado a lado, acampados próximos à sede, agora passam a viver em casas erguidas em seus próprios lotes. Esse novo arranjo espacial impede que os assentados se encontrem ocasionalmente, dando margem apenas para encontros deliberados, visitas. O sintomático desse fenômeno, reflete no esvaziamento do único espaço de organização política do assentamento onde cada vez menos pessoas participam.

Dinâmicas de vida diferentes, derrotas políticas para com concorrentes da reforma agrária e uma estrutura organizativa mais fechada, talvez, tenham sido os grandes motivos do esvaziamento do que outrora fora o espaço político mais legítimo do assentamento. No entanto, trata-se de um índice de evasão de 11%, considerado baixo no estado do Rio de Janeiro (BRUNO e MEDEIROS 2001).

Ora, se por um lado, o assentamento se desagregou no que diz respeito às suas instituições de organização e representação política, por outro, se agregou com novas formas de interação e reciprocidade, que servem como estratégias de permanência no PA. Vejamos:

Josenir e Claudia moram em um lote próximo a uma área mais montanhosa. Eles plantam aipim, cana, mamão, banana e hortaliças. Entretanto, por estarem em um lote montanhoso, não conseguem plantar feijão em grande quantidade. Seu Zézinho, por sua vez, que mora apenas com sua esposa, vive em lote mais plano e fresco. Como ambos já são de idade e não vivem com os filhos, não conseguem aproveitar todo o potencial produtivo de suas terras. Seu Zézinho, portanto, para potencializar sua capacidade produtiva, precisa de alguém para trabalhar junto. Entretanto, nas palavras de Claudia, “Meu esposo também precisa. Porque aqui, nossa área aqui é morro. Aqui a gente até plantou feijão num pedacinho ali, mas é pouca coisa. Às vezes, se precisar de uma quantidade maior, se trabalha junto”. O casal também produz lado a lado com outro assentado que por ser solteiro e morar sozinho,



necessita de ajuda para otimizar sua produção. Esta, por sua vez, pode ser dividida ora em 25% para o casal e o restante para ele, ou também “meio a meio”.

Temos, portanto, uma relação de reciprocidade onde o primeiro, por um lado, tem a possibilidade de continuar a produzir culturas em épocas que não são possíveis de se produzir em sua área e, por outro lado, o segundo consegue aumentar seu potencial produtivo. No fim, ambos dividem pela metade a produção.

Outra forma de reciprocidade existente dentro do PA Francisco Julião é citada por Ferreira (2013), no que diz respeito a redes de comercialização dentro do próprio assentamento. Trata-se de uma prática em que ambos os lados saem beneficiados. Vejamos:

Têm aqueles agricultores que investem mais na comercialização direta e, dessa forma, recorrem aos demais produtores do assentamento visando garantir a oferta mais diversificada de produtos, seja nos pontos de venda da pista, na cidade ou na feira(...) e que acaba, de certa maneira, possibilitando algum tipo de distribuição dos resultados gerados pela comercialização entre os próprios assentados, bem como o fortalecimento de uma rede interna no PA (...). Quem vende recebe preços melhores do que pagos pelos atravessadores, e quem compra consegue revender na pista por um preço melhor do que os praticados nos supermercados e estabelecimentos comerciais da cidade (FERREIRA, 2013. P.155).

Outros relatos apontam casos de reciprocidade vicinal: Existem casos de assentados que ao viajarem ou ficarem com problemas de saúde (ficando assim, um considerável período fora), contam com a ajuda de outros assentados para zelarem por seu lote. Ou, por exemplo, uma das assentadas que é responsável por todos os dias ir até Cardoso Moreira, levar e trazer de volta as crianças do PA.

Todos esses casos nos revelam um aspecto importante para a questão central deste trabalho: não só ocorrem desistências de se viver em assentamentos de reforma agrária por novas oportunidades de vida (BRUNO e MEDEIROS 2001), como também ocorrem permanências pela inexistência (de acordo com as entrevistas) de outras possibilidades de vida mais atrativas que a dura vida no assentamento. Dessa forma, diante da sensação e efetivo abandono do Estado, insucesso da associação de se obter

vitórias pressionando este e a ocasional possibilidade de se abandonar o lote por conta dos problemas gerados por tudo isso, os assentados buscam contornar estes problemas por conta própria, através de relações de reciprocidade.

Essa constatação nos revela que, pelo contrário do que a grande mídia busca convencer seus leitores, os assentados não só não têm a intenção de vender suas terras para supostamente melhorar de vida, como procuram, de todas as formas possíveis, se manter no assentamento justamente para não voltarem a uma condição pior. Enquanto isso, setores conservadores da mídia insistem em afirmarem isso:

Os assentamentos são verdadeiras favelas rurais, incapazes de manter sequer a autossuficiência dos produtores sem subsídios estatais. Muitos “camponeses” não passam de oportunistas do meio urbano seduzidos pela chance de ganhar uma terra grátis e depois revendê-la.<sup>6</sup>

Observamos que a questão da evasão e permanência nestes assentamentos, não só responde a uma realidade bem diferente daquela apresentada por grandes setores da mídia, como também se mostra de uma forma mais complexa. Ao invés da suposta investidura por se ganhar dinheiro vendendo lotes, os assentados buscam, de todas as formas, se manterem por lá. Isso se dá através de diversas formas de associação ou, devido à estrutura comunitária existente, se mantêm mais coesos, mesmo que com diversos conflitos, impedindo assim, a possibilidade de desistência.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BRUNO, Regina & MEDEIROS, Leonilde. Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais. In: *Cadernos da Terra*, nº9. Brasília: INCRA/MDA, 2001

FERREIRA, Pedro. Entre estrutura e ação: as interações entre produtores e circuitos mercantis no assentamento Francisco Julião. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDA, 2013.

---

<sup>6</sup> Rodrigo Constantino, Veja abril. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/economia/o-mst-pertence-ao-museu-ou-quem-ainda-leva-a-serio-essa-reforma-agraria/>

IANNI, Octávio. Revoluções Camponesas na América Latina. In: Santos, José Vicente Tavares dos (org). Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo: Ícone e Unicapmp, 1985.

MEDEIROS, Leonilde.; LEITE, Sérgio. Os Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões Econômicas, Políticas e Sociais. Rio de Janeiro: Convênio CPDA-FINEP, 2002.

MELLO, Paulo Freire. *Coesão Social e Evasão em Assentamentos Rurais no Extremo-Sul do Brasil*. In: Caderno CRH, Salvador, v.21, nº54, Set/Dez. 2008

NEVES, Delma. *Assentamento rural: Reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF, 1997.

NEVES, Delma. *Do Imbé, Novos Horizontes*. Niterói: Intertexto, 2004

NEVES, Delma. Quilombos e senzalas: Experiências complementares de produção social de memória de afrodescendentes. Niterói: laudo antropológico, 2007

PANTOJA, Mariana et al. Teoria e Prática da Etnicidade no Alto Juruá Acreano. Revista de Ciências Sociais e Econômicas- Raízes. Vol. 31. Nº 01. Jan/jun 2011.

RIBEIRO, Michelli Medeiros Cabral et al. Análise das Causas da Evasão em Assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Tocantins. *Revista Extensão Rural, DAER/PPGExR – CCR – UFSM*, Ano XVIII, nº22, p: 103 – 132, jul-dez, 2011.

RIBEIRO, Yolanda. Reconhecimento na diferença: direitos, religião e pertencimento nos quilombos do Imbé – RJ. XXVIII Congresso Internacional da ALAS. 2011

SIMMEL, Georg. As Grandes Cidades E a Vida do Espírito (1903). *Mana*, no 11(2), 2005.

WOLF, Eric. Guerras camponesas no século XX. Rio de Janeiro: Global, 1984

WOORTMANN, Ellen. Método comparativo, família e parentesco: Algumas discussões e perspectivas. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*,, ano 9, vol16(1). 2005

WOORTMANN, Klass. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico/87*. Ed Univ Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

## GT 08 - A luta pela terra e a política fundiária

### Formas de obtenção da terra e a visão dos *novos* agricultores familiares da Microrregião de Jales-SP

Antonio Lázaro Sant'Ana<sup>1</sup>

Gabriela dos Santos Souza<sup>2</sup>

Divanir Zaffani Sant'Ana<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia/Professor Adjunto/ Faculdade de Engenharia da Unesp, Câmpus de Ilha Solteira, lazaro@agr.feis.unesp.br

<sup>2</sup> Mestranda em Agronomia / Faculdade de Engenharia da Unesp, Câmpus de Ilha Solteira, gaby\_souza1@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestranda em Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, Câmpus de Presidente Prudente, nyllzaffani@hotmail.com

**Resumo:** O artigo apresenta as formas de obtenção da terra, a visão sobre o campo e o trabalho, e a perspectiva dos novos agricultores familiares da Microrregião Geográfica de Jales-SP. Foi aplicado um questionário a 65 agricultores familiares com até treze anos de gestão autônoma da unidade familiar. Constatou-se que o novo agricultor familiar, em sua maioria, tem origem rural, adquiriu a terra por meio de compra, avalia positivamente a vida e o trabalho no campo; e apontou um dos filhos como sucessor.

**Palavras-chaves:** luta pela terra; modo de vida; sucessão

## INTRODUÇÃO

As avaliações sobre os impactos do avanço tecnológico direcionados aos ganhos de escala e à redução de gastos com mão-de-obra, e as mudanças no padrão competitividade no capitalismo moderno mostram que esses processos resultaram na expulsão do campo de milhões de agricultores familiares no Brasil (MARTINE, 1991). O trabalho desgastante e pesado, assim como as difíceis condições econômicas vivenciadas pela agricultura familiar também tem provocado a ausência de sucessores em parte das unidades familiares (ABRAMOVAY et al., 1998; CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; SILVESTRO et al., 2001; SPANEVELLO, 2005).

Em relação aos processos sucessórios os padrões de permanência e migração dos jovens rurais motivou vários diagnósticos que apontam um duplo problema para a continuidade das unidades familiares: o desinteresse dos filhos pelo trabalho agrícola, o que, em muitos casos, leva a ausência de sucessores; e a transferência da gestão da propriedade para o filho com menor aptidão para o estudo

e/ou negócio, o que pode gerar impasses em um mundo cada vez mais exigente em conhecimento tecnológico e de mercado (SILVESTRO et al., 2001).

Este enfoque, utilizado pela grande maioria das pesquisas (MENDONÇA; RIBEIRO; GALIZONI, 2008; SPANEVELLO, 2005; BATTESTIN, 2009), que analisa as causas da saída dos jovens, permitiu identificar alguns dos fatores envolvidos na crise de sucessão da agricultura familiar, como a dificuldade de diversificação da geração de renda nas unidades familiares, as exigências pesadas do trabalho na agricultura combinada com a sua desvalorização social, as barreiras para conciliar o trabalho não-agrícola e o modo de vida rural, a insuficiência da infraestrutura geral presente no campo (especialmente aquelas ligadas ao lazer). Estes trabalhos confirmam as dificuldades de sucessão e, via de regra, apontam um futuro difícil para a agricultura familiar.

Sem menosprezar a importância da abordagem da sucessão na agricultura familiar a partir da perspectiva dos jovens, ou seja, da permanência ou da migração destes, os dados divulgados pelo Censo Agropecuário de 2006 mostram um ligeiro aumento do número de estabelecimentos familiares (em relação ao Censo Agropecuário de 1995/6). De alguma forma, portanto, esse processo de sucessão vem ocorrendo (embora haja diferenças regionais) ou houve a criação de novas unidades familiares por meio dos assentamentos rurais e/ou pela via do mercado de terras. Também como a expectativa de vida da população tem aumentado, a transferência da terra está se dando bem mais tarde, tornando insuficiente ou mesmo equivocada a análise da sucessão somente a partir das ideias e das perspectivas dos jovens. Frequentemente são os pais ou os avós destes jovens que ainda dirigem o estabelecimento familiar.

Também de acordo com os dados do último Censo Agropecuário do IBGE de 2006, no Brasil mais 1,5 milhões (35% do total) dos agricultores familiares tem entre um e dez anos de gestão do estabelecimento. No Estado de São Paulo são mais de 60 mil (40% do total do Estado) e na Microrregião Geográfica de Jales totalizam 6.449 agricultores (39,6% do total da Microrregião) (IBGE, 2010).

Este artigo discute parte dos resultados de uma pesquisa que analisou esses processos a partir de uma vertente diferenciada que buscou identificar quem são os *novos*<sup>1</sup> agricultores familiares que, na Microrregião Geográfica de Jales, assumiram, de forma autônoma, a gestão das unidades familiares no período recente, identificando as características das famílias, o que estão produzindo, a via que utilizaram para ter acesso à terra, a avaliação que possuem a respeito do campo e do trabalho agrícola, o que planejam realizar e as perspectivas que possuem em termos de sucessores.

---

<sup>1</sup> O sentido de *novos* é de que estão há pouco tempo à frente da gestão da propriedade, embora o tempo de trabalho na atividade agrícola possa ser de longa data, como o caso dos filhos de agricultores familiares que assumem tardiamente o comando da unidade familiar.

## METODOLOGIA

Foram pesquisados 65 produtores com um tempo de efetiva gestão (plena autonomia) da propriedade entre um e treze anos, e que contemplavam os principais sistemas de produção da Microrregião Geográfica de Jales, de acordo com uma tipificação preliminar feita a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e de informações obtidas junto aos técnicos que trabalhavam com extensão rural. A grande maioria dos produtores pesquisados tinham até 10 anos que haviam assumido a direção dos estabelecimentos, pois este foi avaliado como um horizonte razoável de tempo para considera-los como *novos* agricultores familiares (mas como não tratou-se de um norma rígida, foram incluídos na pesquisa produtores com até 13 anos de gestão autônoma).

Por razões de logística, mas sem prejuízo de buscar abranger os principais sistemas de produção, a pesquisa concentrou-se em alguns municípios, mas no total foram pesquisados produtores de 45% dos municípios da Microrregião (Marinópolis, Santa Albertina, Palmeira d'Oeste, São Francisco, Urânia, Santa Fé do Sul, Rubinéia, Aspásia, Jales e Santa Salete).

A escolha dos produtores que se enquadravam nas exigências da pesquisa foi precedida de visita aos órgãos de assistência técnica e extensão rural da referida Microrregião (Escritório de Desenvolvimento Rural da Cati de Jales e às prefeituras dos demais municípios). Também foram importantes na indicação de produtores dois alunos de pós-graduação em Agronomia da Unesp Ilha Solteira que trabalham e/ou moram em municípios daquela Microrregião.

O número de produtores não foi definido por critério estatístico, portanto não teve a pretensão de representar o conjunto de produtores de cada uma das faixas de tempo de gestão das propriedades na Microrregião estudada, mas buscou apreender qualitativamente as características do processo, visando entender como está ocorrendo a constituição de *novas* unidades familiares. O questionário foi respondido por um dos responsáveis pelo estabelecimento (homem ou mulher), por ambos ou mesmo com a participação de outros membros da família.

Os questionários foram estruturados com dez questões, algumas com subitens, visando permitir a caracterização dos produtores e da unidade de produção, em termos socioeconômicos. Foram levantados dados sobre o perfil da família; os tipos de atividades produtivas desenvolvidas; a tecnologia e mão-de-obra empregada, as formas de financiamento e gestão das atividades, as estratégias e formas de organização da produção e da comercialização; políticas públicas que estes produtores têm acessado; a forma de obtenção da propriedade (sucessão, aquisição ou outra forma) e as perspectivas dos produtores. No presente artigo são analisados especialmente estes dois últimos itens.

## RESULTADOS

### Breve caracterização da região, dos produtores e das propriedades pesquisadas

A Microrregião Geográfica de Jales possui estrutura fundiária marcada pela forte presença de pequenos estabelecimentos (60,7% possuem menos de 20ha), de acordo com Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2010), originários do processo de colonização da região (agricultura familiar tradicional). Na maioria das propriedades a principal atividade desenvolvida é a pecuária leiteira, mas uma parcela significativa dos produtores familiares possui áreas com fruticultura (destaque para a uva fina) que assumiram grande importância econômica e social, após a decadência das lavouras de café, a partir da segunda metade da década de 1980. Na década de 1990 ocorreu também um processo gradativo de diversificação do cultivo de frutas, especialmente a laranja (para consumo *in natura*), o limão, a banana, a uva rústica (Niagara) e a pinha; além de ter ganhado maior expressão outras culturas, como a seringueira.

Mais de dois terços (69%) dos agricultores pesquisados possuem menos de 50 anos de idade. A faixa mais representativa é de 41 a 50 anos, que reúne 43% dos produtores, sendo que média e a mediana de idade é de 45 anos. Considerando essa média de idade e o fato de que assumiram a propriedade numa faixa de tempo de um a treze anos, conclui-se que cerca da metade desses agricultores familiares herdou ou comprou a propriedade rural quando tinha mais de 40 anos de idade. Se a aquisição da propriedade foi por meio de sucessão hereditária, nota-se que o processo está ocorrendo tardiamente, pois nessa faixa etária provavelmente o indivíduo já constituiu família e possui até possíveis sucessores (filhos adultos e alguns casados) para um patrimônio que acabou de herdar.

A maioria dos entrevistados (52%) parou de estudar durante ensino fundamental ou no máximo o completaram, sendo que metade destes estudou quatro anos ou menos. Entretanto, no universo pesquisado neste trabalho, 40% dos entrevistados declararam possuem o Ensino Médio Completo, um percentual expressivo para o meio rural e quase o dobro da escolaridade dos agricultores familiares em geral dessa mesma Microrregião, conforme verificado em outras pesquisas como Sant'Ana et al. (2012). A média de idade destes agricultores com o Ensino Médio ou superior é de 41 anos, significativamente menor do que a média daqueles que estudaram somente até Ensino Fundamental (49 anos).

O ensino superior está sendo cursando ou foi completado por 8% dos produtores pesquisados, sendo dois na área agropecuária (medicina veterinária e Agronegócios), dois cursaram matemática e no outro caso não foi registrado o curso.

A Microrregião Geográfica de Jales caracteriza-se por um grande número de propriedades muito pequenas que tem como base produtiva a fruticultura irrigada (especialmente a viticultura e a citricultura). A área total própria que os produtores familiares pesquisados possuem apresentou o mesmo padrão, pois apesar do tamanho médio chegar a 11,72 ha, a mediana é apenas de 6,0ha. Se considerarmos a faixa até

20ha são 84,7% do total pesquisado. De acordo com os dados do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA) de 2007/08 (SÃO PAULO, 2008), 63% das UPA (Unidades de Produção Agropecuária) no estado de São Paulo possuem menos que 20ha, enquanto na Microrregião de Jales, 88% dos estabelecimentos tem no máximo 20ha.

O tamanho médio do módulo fiscal dos 10 municípios nos quais localizam essas propriedades situa-se entre 22 e 30ha, sendo que 87,7% das propriedades visitadas abrangem menos de 1 módulo fiscal.

Constatou-se que 89% dos produtores pesquisados possuem algum tipo de criação animal e todos diversificam a produção, conciliando com o cultivo de lavouras. Apenas uma minoria (11%) se dedica exclusivamente a exploração vegetal. A criação de aves é a mais explorada nos estabelecimentos pesquisados (74% do total), seguida pela bovinocultura de leite (54%) e suinocultura (45%). A cultura presente com maior frequência (em 54% do total de produtores) é a laranja, seguida pelas uvas finas (40%), pastagem (38%), limão (22%), milho (18%), banana (17%) e olerícolas.

### **Caracterização das formas de acesso à terra**

Em relação à forma de sucessão ou de acesso à propriedade, a pergunta realizada no questionário oferecia quatro opções (herança, compra, reforma agrária e outras formas - que poderiam ser especificadas pelo entrevistado), não necessariamente excludentes, a partir das quais o produtor respondia várias questões. No universo pesquisado, porém, não foi mencionado o acesso por meio da política de reforma agrária que inclui a desapropriação do imóvel por interesse social. As outras formas foram citadas apenas por quatro famílias (6,2%), a compra parcial ou total da propriedade foi o meio de acesso à terra de 66,2% das famílias pesquisadas e 38,5% obtiveram por meio de herança ao menos parte da propriedade (alguns produtores combinaram duas formas de aquisição). Até 2012<sup>2</sup> não havia nenhum assentamento de reforma agrária na microrregião de Jales. O fato da estrutura fundiária ser menos concentrada na região (em comparação com a vizinha Microrregião Geográfica de Andradina, por exemplo), parece ter desestimulado os movimentos sociais a priorizar sua atuação nesta área.

Embora a análise foi feita a partir das duas formas principais de acesso à terra (compra e herança), uma outra divisão pode ser realizada, detalhando mais o processo (Figura 1). Observa-se que a aquisição exclusiva via mercado de terras convencional foi a forma utilizada por 40,0% das famílias pesquisadas, enquanto 15,4% também compraram a propriedade, mas via Programa Nacional de Crédito Fundiário. O acesso somente por meio de herança ocorreu com 29,2% dos agricultores pesquisados;

---

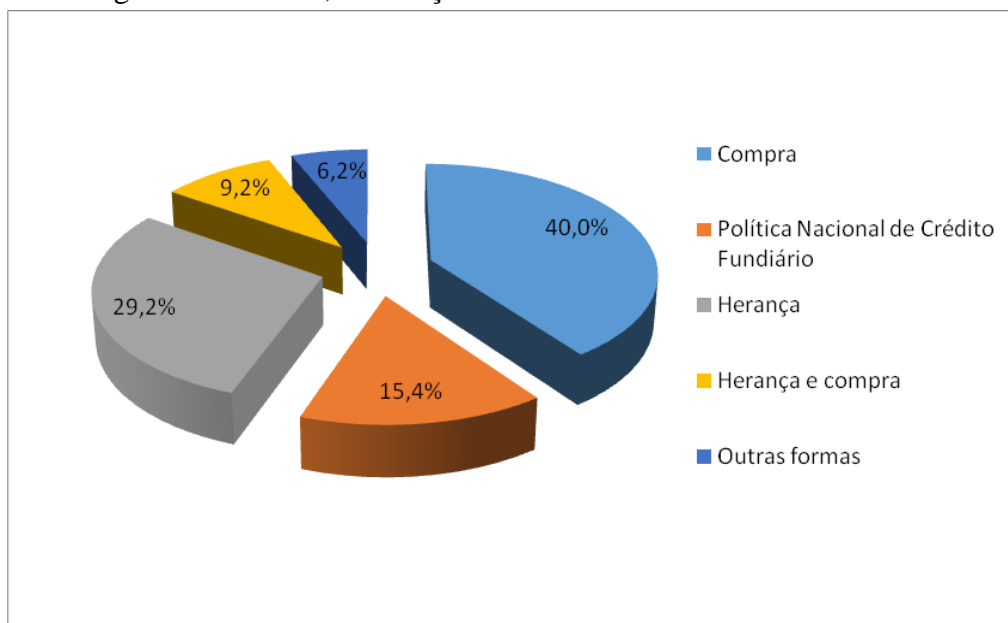
<sup>2</sup> Havia apenas o Assentamento Santa Rita, criado em 1987, na cidade de Turmalina (Microrregião de Fernandópolis que é vizinha a de Jales), com 35 famílias. Em 2012 foi criado mais um assentamento rural, um no município de Pontalinda chamado Projeto de Assentamento Fazenda Ranchão com 47 famílias (além de outros dois na microrregião de Fernandópolis denominados: Projeto de Assentamento Fazenda São Vicente para 104 famílias e Projeto de Assentamento Fazenda Bom Jesus com 53 famílias).



enquanto 9,2% possuem terras que em parte foram compradas via mercado convencional e em parte obtiveram por herança. Finalmente 6,2% utilizaram outras formas de acesso à propriedade (sociedade entre irmãos; dois casos de cessão feita pelo pai; arrendamento).

Os resultados indicaram, portanto, que a sucessão hereditária não é a forma principal de aquisição da propriedade desses *novos* agricultores e sim a compra, embora a grande maioria (72,3%), trabalhava anteriormente na agricultura. Anjos e Caldas (2009) ao estudarem a sucessão hereditária em a municípios do Rio Grande do Sul, notaram que a forma de aquisição mais frequente é a herança naquela região, mas as compras de propriedade também correspondem a um percentual significativo de 40,8% dos casos. Já Petinari, Bergamasco e Tereso (2010) notaram que as formas de acesso à terra, entre os agricultores familiares em geral da Microrregião de Jales, variam bastante entre os municípios, pois em Marinópolis 60% das propriedades visitadas eram fruto de herança e em Santa Salete 57,1%; porém em Santa Albertina, apenas 34,6% receberam a área por herança (a pequena amostra por município da presente pesquisa, não permite desagregar os dados).

**Figura 1.** Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na microrregião de Jales-SP, em função da forma de acesso à terra.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2012-13

Entre os seis agricultores que possuem propriedades provenientes tanto de compra como de herança, quatro compraram as propriedades (ou parte delas) dos irmãos ou de outros herdeiros que não quiseram continuar (ou iniciar) a atividade agrícola. Quando na herança é contemplado mais de um herdeiro, geralmente, o que fica administrando a propriedade compra a parte dos demais, o que não significa, necessariamente, que o herdeiro que vendeu sua parcela deixará a agricultura, pois pode estar adquirindo outra propriedade (SCHWARTZ; SALAMONI, 2009).

Observou-se que a grande maioria dos agricultores pesquisados, independente da forma como tiveram acesso à unidade produtiva, já possuía experiência na atividade agrícola antes de se tornar um produtor rural autônomo (74% daqueles que compraram; 88% dos herdeiros).

O comportamento relativamente semelhante das categorias (compra e herança) pode ser explicado pelo fato de que a maioria dos *novos* agricultores familiares que adquiriu uma propriedade, já possuía contato com o meio rural por trabalhar em outras áreas como parceiro, arrendatário, meeiro e até como funcionário assalariado (às vezes com longo período sem contato com o campo). E no caso dos agricultores que herdaram é mais comum que tenham iniciado o trabalho agrícola desde muito cedo, por morarem ali e as atividades já fazerem parte de seu cotidiano na propriedade dos pais. É o que constataram também, Silvestro et al. (2001):

(...) os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho – auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa – desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante a sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento (SILVESTRO et al., 2001, p.27).

### **Visão dos *novos* agricultores familiares sobre o meio rural, o trabalho agrícola e os seus planos para o futuro**

Na Tabela 1 pode-se observar que a maioria dos produtores pesquisados que residem no meio rural gostam/acham bom (39,%) ou ótimo (11,9%) morar nesse espaço, enquanto outros motivos também estão bem relacionados com esta preferência, como aqueles que consideram o campo um local mais sossegado e tranquilo para se viver (23,7%) ou o avaliam melhor que o meio urbano (15,3%) ou ainda que proporciona maior liberdade (6,8%). Vários agricultores demonstraram bastante afinidade com o modo de vida no campo e alguns destacaram que atualmente pode ser combinado com o acesso a bens que antes eram restritos à cidade: “Ótimo! Já morei na cidade, porém não trocaria de lugar. (É melhor) Para tudo, as frutas consomem aqui, outras coisas compram na cidade. Custos mais baixos, de energia, água... Propriedade perto da cidade” (AGRICULTORA 1, 43 ANOS, JALES); “Ih! Eu gosto hein! Morei alguns meses na cidade, mas não gostei” (AGRICULTOR 7, 46 ANOS, URÂNIA); “Acho bom, pois morar na área rural hoje em dia tem o mesmo conforto que na cidade, tem luz, telefone...e ainda tem o sossego” (AGRICULTOR 8, 58 ANOS, RUBINÉIA); “Gosto, a noite escuta os pernilongos e de dia o canário cantar, sou acostumado com à terra” (AGRICULTOR 29, 54 ANOS, SANTA FÉ DO SUL).

Com os depoimentos pode-se perceber que esses agricultores possuem uma forte ligação com o campo, pois todos (à exceção de seis entrevistados que residem na cidade) atribuíram somente aspectos positivos ao meio rural como moradia. Estas avaliações são coerentes com os resultados apresentados anteriormente, ou seja, a maioria desses produtores rurais trabalham e/ou moram na área desde muito jovens, fortalecendo esse vínculo com o passar dos anos.

**Tabela 1.** Opinião dos agricultores familiares pesquisados na Microrregião Geográfica de Jales-SP sobre morar na área rural, após a compra da propriedade.

<b>Opinião sobre morar na área rural</b>	<b>Nº de entrevistados</b>	<b>% total de entrevistados</b>
Acha bom/gosta	23	39,0
Mais sossegado/tranquilo	14	23,7
Prefere o rural ao urbano	9	15,3
Considera ótimo	7	11,9
Maior liberdade	4	6,8
Menos despesas/custos mais baixos	3	5,1
Mais viável/próximo ao trabalho	2	3,4
Outras respostas	4	6,8

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012-13

Em relação ao trabalho na propriedade, dois terços (66%) disseram gostar ou considerar boas as atividades agrícolas que realizam, sendo que vários deles esmiuçaram os motivos que aparecem em outras respostas contidas na Tabela 2. Entre as características que trazem satisfação para com o trabalho, está o fato de ser trabalho livre (14%), ou seja, isento de ordens, patrões, obediência a familiares ou horários: “É bom, fazer o que tem que fazer para sobreviver. Posso parar a hora que quiser, não tem turno de trabalho...” (AGRICULTOR 15, 42 ANOS, PALMEIRA D’OESTE); “Bom, porque é sossegado, trabalho do jeito que eu quero, não preciso cumprir horário” (AGRICULTOR 50, 62 ANOS, SÃO FRANCISCO).

**Tabela 2.** Avaliação do trabalho realizado pelos agricultores familiares pesquisados na Microrregião Geográfica de Jales-SP.

<b>Avaliação do trabalho que realiza na propriedade</b>	<b>Nº de entrevistados</b>	<b>% de entrevistados</b>
Acha bom/gosta do trabalho	43	66%
Trabalho difícil/pesado	12	18%
Trabalho livre (sem horário fixo ou patrão)	9	14%
Pouco valorizado	6	9%
Gratificante	4	6%
Depende para o sustento da família	5	8%
Outras respostas	6	9%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012-13

Ainda no que se refere ao trabalho, no entanto, uma parte significativa dos produtores apresentaram avaliações negativas sobre a atividade agrícola: 18% consideram o trabalho difícil ou pesado; 9% disseram que é um trabalho pouco valorizado ou que o realizam simplesmente porque dependem do mesmo para o sustento da família (8%). Alguns ponderaram que gostam da atividade mesmo com seus ônus: “É difícil, não tem sábado, não tem domingo e nem dia santo!” (AGRICULTOR 35, 41 ANOS, PALMEIRA D’OESTE); “Gosto de cuidar dos bichos e do pomar, mas é pesado o trabalho” (AGRICULTOR 23, 41 ANOS, MARINÓPOLIS); “Gosto do que faço, mas não é valorizado” (AGRICULTOR 3, 43 ANOS, ASPÁSIA); “Se o preço (dos produtos agrícolas) fosse melhor, seria ótimo o trabalho na propriedade” (AGRICULTOR 13, 41 ANOS, URÂNIA).

Os depoimentos acima demonstram a penosidade e a falta de valorização do trabalho na agropecuária. Geralmente, apesar da incorporação de tecnologias modernas e da profissionalização que incidiu sobre certos ramos produtivos, a agricultura segue sendo vista pelos produtores como uma atividade que não goza do reconhecimento esperado por parte da sociedade, para a qual é invariavelmente tida como ocupação desenvolvida por trabalhadores desqualificados e com escasso nível de instrução e escolaridade (ANJOS e CALDAS, 2009).

A avaliação dos produtores sobre a vida e o trabalho no campo indicam que a continuidade ou busca pela terra não está ligada, prioritariamente, a fatores econômicos (embora estes estejam presentes e sejam importantes), mas à manutenção ou ao desejo de estabelecer um certo modo de vida (LOBO, 1992) em que a liberdade e a tranquilidade se entrelaçam com aspectos subjetivos do “gostar”.

Em relação aos planos para o futuro mencionados pelos *novos* agricultores familiares, cabe destacar que a maioria dos entrevistados vincularam a propriedade em seus planos para o futuro (Tabela 3).

Foram mencionados um grande número de aspectos, o que indica certa dispersão em termos de objetivos, em função das particularidades das famílias e das incertezas do futuro. Os aspectos mais citados foram “continuar trabalhando ou vivendo na propriedade” (23,1%); “aumentar a produção e a qualidade dos produtos” (20%). Outros planos mencionados foram a melhoria da propriedade (16,9%) e a diversificação das culturas e criações (15,4%) (Tabela 3).

Alguns depoimentos dão indicação das estratégias de médio ou longo prazo planejadas pelos agricultores: “O futuro é aqui, penso em mudar as culturas por pastagem, pois é mais prático, mas isso quando eu não tiver mais força de trabalho” (AGRICULTOR 29, 54 ANOS, SANTA FÉ DO SUL); “Pretendo evoluir mais na Merenda Escolar, penso em produzir suco de laranja para vender e fornecer na merenda escolar, com o dinheiro desejo comprar uma casa na cidade para ter o aluguel” (AGRICULTOR 38, 32 ANOS, SANTA FÉ DO SUL).

**Tabela 3.** Planos para o futuro dos *novos* agricultores familiares pesquisados na Microrregião Geográfica de Jales-SP.

Planos para o futuro	Nº de entrevistados	% total de entrevistados
Continuar trabalhando/vivendo na propriedade	15	23,1%
Aumentar a produção/qualidade dos produtos	13	20,0%
Melhorar a propriedade	11	16,9%
Diversificar as culturas/criações na propriedade	10	15,4%
Manter a propriedade como está	8	12,3%
Investir na educação dos filhos	7	10,8%
Adquirir imóveis urbanos	4	6,2%
Adquirir imóveis rurais	4	6,2%
Melhorar a vida	4	6,2%
Aposentar/descansar	4	6,2%
Parar de trabalhar como empregado	3	4,6%
Não planejou nada	2	3,1%
Alugar ou vender	2	3,1%
Ingressar na política (vereadora)	1	1,5%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012-13

Em relação aos planos mais direcionados à vida pessoal do produtor ou família, os mais citados, também na Tabela 3, foram o investimento na educação dos filhos (10,8%), a aquisição de imóveis urbanos (6,2%) e rurais (6,2%) - mais terra - e, de forma mais genérica, “a melhoria de vida” (6,2%). Às vezes aparecem projetos pessoais combinados com os familiares: “Ser eleita vereadora, construir uma casa para cada filho e ficar sossegada com eles” (AGRICULTORA 4, 36 ANOS, SANTA SALETE); “Guardar um dinheiro para comprar um terreno na cidade e estudar a menina” (AGRICULTOR 5, 34 ANOS, URÂNIA).

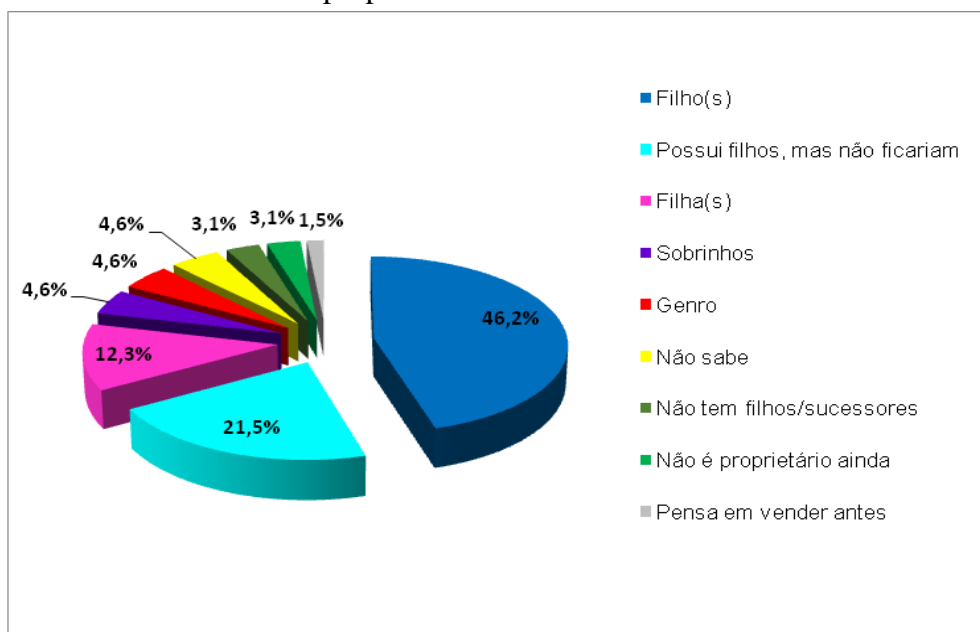
Com esse resultado, fica ainda mais evidente o vínculo que esses *novos* agricultores familiares possuem com a propriedade, pois em sua maioria incluem a unidade produtiva em seu futuro. Mas há também aqueles que combinam estratégias de diversificação da renda (aluguel de imóveis urbanos) ou encaminhamento dos filhos para a cidade, seja para estudar ou adquirindo para os mesmos uma casa. Apenas alguns entrevistados mencionaram intenção de parar de trabalhar e se aposentar (6,2%) ou de se desfazer da propriedade alugando ou vendendo-a (3,1%) (Tabela 3).

Os produtores pesquisados também foram questionados sobre quem seriam seus sucessores na propriedade rural (não no sentido da herança propriamente dita, pois nesse caso todos os filhos seriam herdeiros legalmente), referindo-se

especificamente ao sucessor do trabalho na propriedade e do modo de vida que esses agricultores adotam.

Conforme observa-se na Figura 2, do total de 65 entrevistados, 44 produtores indicaram um sucessor (cerca de 67,7%). Este percentual é superior ao obtido por Anjos e Caldas (2009) que ao pesquisarem municípios do Rio Grande do Sul constataram que apenas 47,1% dos entrevistados indicaram um sucessor. Esta questão deve ser vista com cautela, pois, como afirma Lamarche (1997), a grande maioria dos agricultores brasileiros proprietários tem um sucessor; os que ainda não o designaram têm possibilidades de fazê-lo, no momento oportuno, entre seus herdeiros.

**Figura 2.** Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função dos possíveis sucessores da propriedade.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2012-13

A grande maioria (68%) dos produtores que indicaram um sucessor mencionam que o filho do sexo masculino será seu possível sucessor (46,2% em relação ao total pesquisado). Esse resultado reflete uma tendência que constatada nesta pesquisa e que se repete em muitos outros trabalhos sobre sucessão na agricultura familiar, que é a maior presença do filho de sexo masculino na continuação do trabalho familiar agrícola na propriedade. Esse resultado também aparece nos resultados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2013), indicando que o padrão de sucessão com viés de gênero permanece, pois as mulheres representam uma minoria (na Microrregião de Jales são menos de 10%) entre aqueles indivíduos que assumiram a gestão de uma unidade familiar entre 1995/6 e 2006. Anjos e Caldas (2009) destacam que um traço marcante no universo da agricultura familiar é predomínio masculino na transferência do patrimônio fundiário, raros são os casos em que se encontram mulheres herdeiras da propriedade familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que a grande maioria daqueles indicados como responsáveis pelas unidades familiares é do sexo masculino, possui menos de 50 anos (média de 45 anos) e tinha experiência na agricultura antes de se tornarem produtores autônomos (são produtores que viviam ou tinham vivido em algum período na área rural como filho de agricultores ou trabalhavam em propriedades de terceiros), apesar da maioria ter obtido a propriedade por meio da compra de particulares ou via crédito fundiário (Programa Nacional de Crédito Fundiário).

Os resultados da pesquisa mostraram que menos de 40% dos novos agricultores familiares pesquisados, na Microrregião Geográfica de Jales, tiveram acesso à propriedade por meio da sucessão hereditária, embora mais de 70% já trabalhavam na agricultura. Este dado mostra que alguns parceiros e até trabalhadores rurais tem feito um grande esforço para adquirir um pedaço de terra (embora de tamanho bem modesto, pois metade dos pesquisados possuem propriedades de até 6,0ha) e também que parte dos filhos de agricultores familiares tem buscado sua autonomia antes de ocorrer a partilha da herança.

Embora a grande maioria dos produtores pesquisados goste do modo de vida no campo e do trabalho que realizam, e cerca de dois terços indicaram um possível sucessor da unidade familiar, um percentual significativo (21,5%), mesmo possuindo filhos, avaliou que o mesmo não assumirá a propriedade, possivelmente devido aos fatores negativos atribuídos ao trabalho na agropecuária, especialmente a desvalorização social e econômica.

Este enfoque permitiu verificar de maneira mais objetiva as formas de sucessão que estão ocorrendo na Microrregião Geográfica de Jales e a visão dos *novos* agricultores familiares, pois abordou os sucessores efetivos e não potenciais, como ocorre quando se pesquisam jovens rurais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. TESTA, V. M. *Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998. 104 p.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. *A diversidade da Agricultura Familiar*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 1-300.

BATTESTIN, S. *Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES*. Viçosa (MG), 2009. 206p. Dissertação (Magister Scientiae) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal Viçosa.

- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. Texto para discussão n.621.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Disp. em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/Brasil\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2010.
- LAMARCHE, H. (Coord.) *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. 1, 1993, 336p.
- MAIA, A. H. *Vivências e projetos das jovens rurais: um olhar sob sua condição da mulher na agricultura familiar e a relação com suas estratégias*. 2011. 71 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2011.
- MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova* [online]. 1991, n.23, pp. 7-37.
- MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, A. E. M.; GALIZONI, F. M. Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha, MG. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008. p. 1 - 20. CD-ROM.
- PETINARI, R. A.; BERGAMASCO, S. P. P.; TERESO, M. J. A. Estratégias de reprodução social de agricultores familiares da região de Jales-SP. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8, 2010, Porto de Galinhas. *Anais...* Porto de Galinhas: Alasru, 2010. p. 1 - 20. Disponível em: <<http://http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT3-RICARDO-ALESSANDRO.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.
- SANT'ANA, A. L. et al. *Análise comparativa dos sistemas de produção e das estratégias dos produtores familiares em duas microrregiões do noroeste paulista*. Ilha Solteira (SP): Unesp, 2012. 94p. (Relatório Final de Pesquisa)
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. *Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008*. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 17 jun. 2013.



SILVESTRO, M. L. et al. *Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis (SC) - Brasília: Epagri; - NEAD/MDA, 2001. 102p.

SPANVELLO, R. M. Jovens rurais, identidade social e reprodução geracional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, 2005. Ribeirão Preto - São Paulo. *Anais...* Ribeirão Preto (SP), 2005. Cd-Rom.

SCHWARTZ, L. H.; SALAMONI, G. Organização e reprodução social da agricultura familiar entre descendentes de imigrantes pomeranos no município de São Lourenço do Sul, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Usp, 2009. p. 1 - 23. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Schwartz\\_LH.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Schwartz_LH.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2013.

**LUTAS, CONFLITOS E RECONHECIMENTO. A HISTÓRIA DOS  
MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSAMAZÔNICA-PA**

**Juliete Miranda Alves<sup>1</sup>**

**RESUMO:** O objetivo central deste artigo é mostrar a constituição dos movimentos sociais na transamazônica- PA, suas lutas, as formas de resistência marcadas principalmente pelo reconhecimento de seu território de pertencimento. A ideia de território neste artigo será também compreendida como o resultado dessas lutas.

**Palavras Chave:** Movimentos sociais, Território, Resistência.

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo principal deste artigo é apresentar a emergência dos movimentos sociais na Transamazônica-PA, principalmente a partir da década de 1970, com a expansão da Fronteira Agropecuária para Amazônia. É nesta conjuntura que os movimentos sociais se consolidaram nesta área, buscando ao mesmo tempo a igualdade de direitos básicos, diante de um estado que abandonava o projeto inicial de colonização, bem como a diferenciação de suas lutas e o respeito às suas especificidades.

A construção do movimento social na Transamazônica foi organizada por dentro da dinâmica da Igreja Católica, mas precisamente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), em Congressos de jovens e eventos de catequese. Nos debates travados nesses encontros o tom do discurso e a bandeira de luta empunhada eram em defesa da reforma agrária, contra a violência, e saúde para todos, bem como, a conscientização da importância das organizações dos mais pobres. As mobilizações, retomadas de

---

<sup>1</sup> Professora e Socióloga. Doutoranda do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG. Email juliete110@yahoo.com.br

sindicatos, discussões sobre direitos humanos e a reivindicação de maior participação na discussão e elaboração de projetos para a Transamazônica, não estavam desvinculados do discurso de valorização e reconhecimento dos problemas globais, aliado as especificidades do território e na criação de condições particulares através de projetos de desenvolvimento sustentável.

O artigo está assim estruturado: na primeira parte retomaremos a discussão sobre a colonização e a abertura da fronteira amazônica a partir de 1970, com a constituição dos movimentos sociais articulados a um discurso regionalizado de defesa da transamazônica, e a ideia de território como espaço de identidade. O objetivo, não é reproduzir ou investigar as causas e consequências da expansão da fronteira agropecuária para a Amazônia, para isto há uma vasta literatura existente sobre a construção da estrada Transamazônica e a formação de núcleos de povoamento, Santos (1983), Almeida (1993), Martins (1997), Hebette (1999). Dos conflitos advindos de interesses distintos de grupos de empresários, madeireiros, fazendeiros, indígenas, agricultores, pescadores e seringalistas, ou da expulsão de camponeses, Hebette (1983), Velho (1984), Martins (1993, 1997). A intenção ao reproduzir uma parte da história sobre a expansão da fronteira agropecuária é apresentar o cenário histórico e das relações estabelecidas, com a emergência das organizações sociais na Transamazônica e as condições de constituição dos movimentos sociais.

Na segunda parte, examinam-se com a constituição dos movimentos sociais, as formas de luta e resistência, os processos políticos que fortaleceram os movimentos sociais, e a ideia de território como espaço de identidade.

## **1- A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA PARA A AMAZÔNIA E A CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSAMAZÔNICA**

Nos projetos de colonização para a implantação de hidrelétricas, de polos siderúrgicos e minerais, o investimento e a propaganda se revestiram como símbolos de atração da modernidade e de integração social no regime militar, colocando nas “entrelinhas” que as populações tradicionais faziam parte também da natureza a ser subsumida. Estes símbolos também contribuíram como instrumentos eficazes de comunicação e dominação. Foi assim, com a inauguração da estrada transamazônica em 1971. O então presidente da República, o general Emílio Garrastazu Médici, com o

discurso de projetar e integrar a Amazônia às outras regiões do país, oferecendo casas, terras, sementes, subsidio para o agricultor iniciar uma “nova vida”. A propaganda também foi marcada pela ideia de alcançar um “Brasil grande” do “milagre econômico” e para tal a floresta desempenharia um papel econômico importante na condução da modernidade e do progresso.

A estrada Transamazônica foi traçada saindo de Pernambuco e Paraíba e depois, passaria por Maranhão, Tocantins, Pará, Amazonas e chegaria até Boqueirão da Esperança, na fronteira do Acre com o Peru. A intenção projetada inicialmente era ligar todo o país e chegar aos portos do oceano pacífico, num percurso de 8.100 quilômetros. O objetivo inicial do governo era instalar ao longo da Transamazônica, dez mil famílias até 1974, assentando principalmente famílias nordestinas pobres, com um “suporte” de famílias oriundas do Sul do Brasil, presumidamente, consideradas pela tradição agrícola e recursos tecnológicos apropriados para “ensinar” agricultores do nordeste com pouca ou nenhuma experiência no trato com a terra. A pretensão era transferir a tecnologia das famílias oriundas do Sul para os nordestinos.

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária- INCRA foi o órgão encarregado em implantar ao longo da rodovia, três Projetos Integrados de Colonização (PIC): Marabá, Altamira e Itaituba. O módulo de cada lote de terra era de 100 há. Entre 1970 e 1984, segundo dados do INCRA foram implantados 64 projetos de colonização oficial (dirigidos pelo INCRA) com apoio de cestas básicas, sementes, instrumentos de trabalho e moradia. Assentaram 85.503 famílias, das quais 65.435 na Amazônia (ALMEIDA, 1990).

Com o arrefecimento dos projetos de assentamento na Transamazônica, outra forma de colonização se impôs em um movimento conhecido como ocupação “espontânea” (INCRA,1984). Nesta nova forma não dirigida, intensificaram-se os fluxos migratórios de camponeses a procura de terras. Neste contexto, a ocupação em nada era espontânea, pois o fluxo de pessoas que vieram para ocupar as terras chegaram, ou através de parentes, de amigos, ou de diferentes informações ou propagandas do governo. Em pesquisa realizada por Alves (2006, 2008), com pioneiros que chegaram nas décadas de 1970 e início da década de 1980, mostra que não era uma aventura sem propósito ocupar as terras na Transamazônica. Estas pessoas foram atraídas pela propaganda do governo militar, expostas em cartazes, faixas, tinham parentes e amigos, que haviam se deslocado e moravam na região. É verdade que muitas famílias abandonaram a área quatro ou cinco anos depois, quando o governo não

mais investiu no projeto. Outras persistiram. Estas formas de ocupação não são espontâneas e a compreendemos a partir de Elias (1994), em que os processos sociais de mudanças ocorrem de maneira não planejada (contudo, isso não significa desordem) através de ações e planos, impulsos emocionais e ordens racionais.

Nestas novas formas de ocupação “a maioria dispensou os serviços do INCRA e das colonizadoras e ocupou livremente as terras devolutas do Oeste do Maranhão, Norte de Goiás e Sudeste do Pará”. Mantiveram inicialmente a demarcação de 100 ha do INCRA, mas organizaram outras formas de convivência, trazendo parentes e vizinhos de suas terras de origem, tecendo novos valores e novas formas de comunidade, não exclusivamente baseada na ordenação territorial, mas nas relações de parentesco e de vizinhança (HÉBETTE, 1999).

Este faraônico projeto do governo militar, acabou não saindo integralmente do papel. Somente um trecho da estrada, ligando Aguianópolis (TO) a Lábrea (AM) foi construído e, mesmo assim, o tráfego fluiu apenas durante uma época do ano. Hoje, a Transamazônica tem aproximadamente 2.500 quilômetros, pouco mais de um quarto do previsto.

Muitas famílias foram praticamente abandonadas à própria sorte, não somente pelo isolamento, mas também pela precariedade de médicos, ausência de hospitais, assistência técnica, bem como, poucas vias de penetração nos lotes foram abertas. A partir de 1973, o governo militar, deu outra orientação à colonização, investindo na instalação de grandes fazendas, estimulada pela política de incentivos fiscais. Neste cenário, surge a segunda fase dos grandes projetos para a Amazônia.

A ideia de fracasso da Transamazônica pelo governo militar e da colonização baseada na pequena propriedade, foi substituída pelos megaprojetos, Martins (1997). Um exemplo desses projetos foi o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), criado em 1974, e conjugava a construção de uma infraestrutura com a concessão de subsídios para as empresas privadas. Foram projetados 15 polos no Pará, um deles em Altamira. O mais conhecido desses megaprojetos foi o Programa Grande Carajás, que cobria uma área de 900 mil km<sup>2</sup>, correspondendo a um décimo do território brasileiro, e que é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, englobando terras do Sudeste do Pará, Norte de Tocantins e Sudoeste do Maranhão. Além de assegurar o fornecimento de energia elétrica (com o início de operação da hidrelétrica de Tucuruí em 1984) e transporte ferroviário. O Estado também concedeu grandes incentivos fiscais. O crédito governamental

incentivou a destruição da floresta, elevou o preço da terra. A modalidade de apropriação da terra definiu-se pela presença de novos atores: empresários, fazendeiros, contrários à lógica da pequena produção.

No projeto de colonização o Programa de Colonização implementado pelo INCRA, atuou em duas linhas, o Projeto Integrado de Colonização- PIC- Altamira e o Projeto Fundiário de Altamira, que desapropriaram as terras do Polígono de Altamira e incluíram o município entre as zonas de Segurança Nacional. As consequências destes projetos estão na intensa migração sofrida na cidade, no que veremos a seguir e priorizou os grandes empreendimentos privados nos setores voltados para a exportação de madeira, pecuária e mineração.

## **1.2 A CIDADE DE ALTAMIRA E AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS**

Atualmente, dos dez municípios que compõem o Território da Transamazônica e Xingu: Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Pacajá, Anapu, Porto de Moz, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas. Nove possuem forte relação com o município de Altamira. Estas cidades criadas, em grande parte, na metade da década de 1980, surgiram também no momento de efervescência do movimento social na região, com a retomada do Sindicato de Altamira em 1987, a criação do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST) em 1993, e outras formas organizativas abrigadas principalmente em Altamira, tornando esta cidade um espaço importante de decisões e discussões sobre os rumos da população moradora da Transamazônica.

Até a década de 1970, a agricultura em Altamira exercia um papel econômico secundário. A atividade principal, base da economia, era o extrativismo da coleta do látex e da castanha, a caça aos animais silvestres e a garimpagem. Com os Projetos de colonização e os assentamentos implantados, intensificou-se o comércio. A cidade passou a ter agências bancárias, hospitais, aeroporto, correios, além de crescimento demográfico e comercial. Altamira transformou-se em cidade polo dando suporte a vários municípios em setores diversos, como: saúde, educação, agricultura e comércio. E se antes da colonização o rio Xingu tinha um papel importante para a trafegabilidade das pessoas, a construção da estrada dinamizou o comércio local e acelerou o crescimento populacional. Segundo dados do IBGE, a cidade em 1960, tinha 9.479.000 habitantes e não havia a separação entre área urbana e área rural. Em 1970, ela quase duplica, indo para 15.345,000, e já, com a separação neste período entre área rural e

área urbana. Em 1980, a população aumentou mais ainda, indo para 46.509,000 habitantes.

Atualmente, Altamira conta com aproximadamente 100 mil habitantes (IBGE, 2009). Apesar de que, estes indicadores populacionais não representarem de fato o aumento da população, principalmente nos últimos cinco anos por conta da construção da Hidrelétrica Belo Monte.

Os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu foram definidos pela Eletrobrás como a área de abrangência da UHE Belo Monte. Trata-se de locais que contam com floresta de terra firme e floresta de várzea e cidades nas quais vivem mais de 300 mil pessoas. Estes dados são mais para mostrar que os impactos da construção da barragem, são evidentes na cidade de Altamira, e que esta continua sendo o local de chegada de pessoas, de circulação de bens e mercadorias, local das instituições governamentais e financeiras, das grandes passeatas e mobilizações realizadas pelos movimentos sociais.

Neste registro aos movimentos sociais, podemos destacar no final da década de 1970, apoiado pela Prelazia do Xingu, organizaram-se mobilizações de grupos sociais. Destacam-se entre estas mobilizações, as ocorridas em 1975, em que a Eletronorte projetou a construção das barragens de Kararaô (Belo Monte), Babaquara, Jarina, Ipixuna e Kikraimoro, seguindo os inventários do potencial energético do rio Xingu. Porém, somente em 1980 a empresa iniciou os estudos sobre o Complexo hidrelétrico de Altamira, formado por duas usinas; a de Kararaô e a de Babaquara. Estas usinas juntas, inundariam 8 mil km<sup>2</sup> de terras. Várias mobilizações formadas por produtores rurais, povos indígenas e segmentos urbanos, contestavam os resultados destas políticas. Aliado às pressões de forças políticas internacionais, movida pelos movimentos ambientalistas, acabaram levando as agências financiadoras internacionais a reverem seus critérios de financiamento das grandes obras de energia hidráulica na Amazônia. A avaliação das agências incide sobre os possíveis impactos do empreendimento sobre o meio ambiente e as populações afetadas.

O marco destas mobilizações esta no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro de 1988 em Altamira. Naquele encontro, a índia Kaiapó Tuira, passou o facão no rosto do então representante da Eletronorte, em um gesto simbólico de advertência e indignação ao projeto de barragem. O projeto antes intitulado Kararaô (grito de guerra em Kaiapó) mudou o nome para Belo Monte. O evento foi encerrado

com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento na região. Uma das exigências foi que o Banco Mundial- BIRD retirasse qualquer apoio financeiro a novas usinas na Amazônia. Compreende-se que este evento em Altamira foi também “significativo ao contribuir para materializar alterações na correlação de forças políticas locais, quer seja por meio de uma rearticulação das forças ou por meio do reconhecimento de mobilizações (ou movimentos)” (CASTRO e ALONSO, 2005, p. 174).

Neste processo de organização de movimentos sociais, cada vez mais, tornava-se importante à valorização da identidade da Transamazônica como território de pertencimento, de sujeitos que através das suas relações, costumes, identidades, cotidiano e tradições, constroem e reconstroem o espaço, se territorializando. Hall (2004) define a identificação como um “processo de articulação, saturação, sobre determinação (...) nunca um ajuste completo, uma totalidade”, colocando a identificação como um processo dinâmico de perdas e ganhos, estando sujeitas ao jogo da diferença, pois a identificação se afirma por meio da diferença. A valorização desta identidade constrói um discurso regionalista, influenciado pela Igreja Católica e movimentos sociais. A saúde, educação e o combate à violência eram discussões que mobilizavam muitas pessoas, aliadas a reivindicação de melhorias para os agricultores e migrantes.

## **2- A EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES SOCIAIS NA TRANSAMAZÔNICA: A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO**

Oficialmente, o território da Transamazônica foi criado em 2003, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Possui área de aproximadamente 251,8 mil km<sup>2</sup>, localizando-se na Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará, no eixo da Rodovia Transamazônica (BR230) e baixo Xingu, formado por dez municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. A população total é de aproximadamente 328 mil habitantes (IBGE, 2010).

A construção deste território esta relacionado também as mobilizações de agricultores, professores, retomadas de Sindicatos, discussões sobre direitos humanos. Para os movimentos sociais da Transamazônica, a ideia de território e de pertencimento



reivindica ao mesmo tempo a igualdade e a diferença. A igualdade diz respeito ao direito à saúde, educação, transporte, melhoria das estradas, reforma agrária. A identidade territorial é construída neste contexto de lutas, **mas também por seu vínculo com outros grupos residentes na área: agricultores, indígenas, pescadores.** Na transamazônica o pertencimento identitário, muitas vezes foi fomentado através de ‘oficinas’, ‘palestras’, ‘eventos’ e ‘workshops’ promovidos pela prelazia do Xingu<sup>2</sup>. Os grupos mobilizados não podem ser desligados das práticas pastorais realizadas por esta parte da Igreja, através da formação de lideranças e da criação das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs). A ação dos agentes pastorais procurava estabelecer, com grupos indígenas e principalmente com agricultores formas de organização, que se baseavam em assumir sindicatos de trabalhadores rurais, considerados atrelados ao Estado, como o sindicato de Altamira, e com os índios fortalecendo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Estas ações representavam uma reação confrontando fazendeiros, madeireiros e comerciantes.

Ao longo da estrada transamazônica, surgiram várias comunidades, denominadas assim, pelos próprios colonos que em grande parte tinham chegado através da colonização dirigida. A comunidade era o local de moradia, de vida e de produção. O abandono sistemático do Estado ao projeto de colonização fortalecia a ideia de Comunidade e de identidade. Muitas lideranças sindicais foram estimuladas e apoiadas por padres e freiras ligados principalmente a Prelazia do Xingu, Comissão Pastoral da Terra e do sindicalismo de Santarém, este último influenciando os movimentos sociais a oeste da transamazônica. Nestas formas de organização construíram-se vários discursos, identificadas cada uma em um momento histórico distinto. Na década de 1980, sobre a influência da Prelazia do Xingu, a luta pela reforma Agrária e retomada de investimentos na Transamazônica, como saneamento, infraestrutura, deram o tom destes discursos. Neste aspecto, a retomada dos Sindicatos, de base assistencialista, tornava-se um dos mecanismos de luta importante para a reivindicação de políticas sociais para a

---

<sup>2</sup> A prelazia do Xingu é a maior circunscrição eclesiástica em extensão geográfica do Pará, compreendendo uma extensão de 342. 548 km<sup>2</sup>. Atualmente reúne 15 municípios (Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Gurupá, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Felix, Tucumã, Bannach) e 17 paróquias (áreas pastorais). Neste trabalho somam 25 Padres, 6 irmãos Lassalistas, 40 freiras e aproximadamente 100 leigos atuando em 758 Comunidades Eclesiais de Base. Foi elevada a condição de Prelazia pelo Papa Pio XI em 16 de agosto de 1934. Atualmente seu bispo é Dom Erwin Krautler. Não poderíamos deixar de mencionar a sua influência a mais de 70 anos atuando nas comunidades rurais, urbanas e povos indígenas e sua importância na formação política de lideranças.

região. Sendo assim, o termo “luta”, é valorizado na atividade militante. É a tradução da necessidade de se unir em torno de uma causa (COMEFORD, 1990). Fortalecer comunidades, sindicatos, divulgar a importância de formas organizativas para reivindicar direitos básicos: moradia, saúde, educação, terra para todos. Este cenário de lutas e reivindicações de direitos, não está dissociado nacionalmente, da formação de um campo democrático formado por movimentos populares; por movimentos pluriclassistas, como de mulheres, negros, ecológicos. Nos movimentos da Transamazônica, as lideranças surgiram principalmente das organizações sindicais: delegacias sindicais e a retomada dos sindicatos. O mais importante foi o e de Altamira em 1987 e na década de 1990, a formação dos Sindicatos dos professores. Mas também há neste período e na década seguinte, uma concepção de comunidade que extrapola a organização interna de um grupo e passa a ser incorporada como força popular, capaz de participar efetivamente do exercício do poder. Culminando com o período de redemocratização do Brasil, o mote, articulação, mobilização e participação, tornam-se carros-chefes dos movimentos sociais. Com todos estes avanços de novos espaços de participação e reivindicação de cidadania, os movimentos sociais na Transamazônica, se ressentem do isolamento e do não reconhecimento da sua área.

Na década de 1990, a luta também se identifica pela sobrevivência da Transamazônica, na formação de recursos humanos, projetos de sustentação econômica para a região. Neste processo de reconstrução da própria concepção de luta, cada vez mais se torna importante a valorização da identidade da transamazônica como território de pertencimento, como fronteira construída pelos sujeitos através das suas relações, mas também, como resultado do contato (e muitas vezes nada pacíficos) entre grupos distintos: colonos, índios, ribeirinhos, fazendeiros, comerciantes, etc. Ultrapassando, portanto, a representação de fronteira, através de um marco físico.

Neste período há uma profusão de Organizações não governamentais, embalados também pela discussão da ECO 92 em que se fortaleceram os acordos e parcerias, a profusão de recursos e financiamentos internacionais e a necessidade de profissionalização dos movimentos sociais (LANDIM, 1998) para gerenciar e administrar os recursos financeiros. Há um reconhecimento dos problemas globais, mas se ressalta a importância de resolver as especificidades, de criar condições particulares através de projetos de desenvolvimento sustentável. A reivindicação de igualdade não está separada do reconhecimento das especificidades regionais.

O discurso dos movimentos sociais se caracterizam por ter uma base regionalista e de reconhecimento, pois enfatizam ao mesmo tempo, a igualdade e a diferença. As demandas por igualdade vão além dos investimentos em infraestrutura para as estradas, assentamentos rurais, mais escolas e saúde e políticas para a agricultura familiar. São demandas também pelo reconhecimento de suas especificidades e de seu território. Honneth (2007) compreende que o reconhecimento, foi constituído na esfera da liberdade e igualdade, ideais criados pela própria sociedade burguesa como pilares ideológicos. A liberdade é um valor que só tem sentido se reconhecido por todos. O reconhecimento é também uma forma de atribuir aos sujeitos traços singulares de suas individualidades, de modo a serem reconhecidos como necessários ao meio social. Portanto, para Honneth, o conflito social é gerado a partir do não reconhecimento que um sujeito tem do outro no contexto da interação social.

Honneth compreende as lutas sociais contemporâneas, a partir de uma gramática moral<sup>3</sup>, que se organiza principalmente sobre três formas de injustiça e que podem afetar o indivíduo ou o coletivo: maus tratos, negação de direitos e negação da estima social. A cada uma delas corresponde uma forma de reconhecimento, mas todas estas formas se constituem em uma relação com os outros.

A primeira injustiça destacada pelo autor são os maus-tratos físicos que geram a “morte psicológica”, sendo os exemplos mais clássicos: a tortura, abuso e estupro (HONNETH, 2007). Segundo o autor, “a injúria física se torna uma injustiça moral se as vítimas são levadas a enxergá-la como uma ação que intencionalmente desprezou um aspecto central do bem-estar pessoal delas” (HONNETH, 2007, p. 85). O reconhecimento se dá, pelo encorajamento afetivo, pela acolhida e pelo amor que a pessoa recebe dos mais próximos. (HONNETH, 2007, p. 86). É importante destacar que esta forma de reconhecimento se limita aos círculos de relacionamentos sociais primários.

A segunda injustiça se caracteriza pela negação dos direitos, denominado de “morte social”, onde ao indivíduo são negados os direitos morais e as responsabilidades que dão forma à sociedade na qual está inserido, podendo gerar a exclusão social. O reconhecimento “recíproco” se dá pela aceitação como portadora de iguais direitos,

---

<sup>3</sup> Há um debate interessante sobre o conceito de “gramática moral do reconhecimento” desenvolvida por Honneth. As críticas a esta concepção é de sua demasiada visão culturalista e ausência de uma análise da categoria redistribuição, defendida por Nancy Fraser (FRASER,.....). O autor responde às críticas destacando que suas explicações não são culturalistas, pois a distribuição é complementar à luta por reconhecimento. Fraser aponta para o falso paradoxo redistribuição/reconhecimento e desenvolve a teoria do reconhecimento paritário (*status*), modelo também questionado por vários autores, dentre os quais o próprio Honneth (FRASER; HONNETH, 2006)

como membro da comunidade a partir do reconhecimento dos outros membros. (HONNETH, 2003, 2007).

Por fim, a última forma de injustiça, é a negação da estima social, “a depreciação do valor social das formas de auto-realização” (HONNETH, 2007, p. 87). Neste caso, o estilo e modo de vida de um determinado indivíduo é recusado, provocando depreciação ou insulto. O reconhecimento da estima social se dá pela aceitação das habilidades e do estilo de vida do indivíduo, pela solidariedade, levando em consideração os limites culturais de uma dada comunidade. A atitude positiva que um sujeito pode tomar em relação a si mesmo, quando reconhecido dessa forma, é a da auto-estima: ao se achar estimado por suas qualidades específicas, o sujeito é capaz de se identificar totalmente com seus atributos e realizações específicas. “O relacionamento de reconhecimento associado à solidariedade incorpora o princípio da diferença igualitária, que, resultante da pressão que vem dos sujeitos individualizados, pode se desenvolver mais plenamente” (HONNETH, 2007, p. 87).

Nos movimentos sociais da Transamazônica, podemos reconhecer as duas últimas formas de injustiça: a negação de direitos e a negação da estima social. A primeira pela ausência do poder público nas ações mais básicas: escolas, postos de saúde, hospitais, estradas trafegáveis, transportes. Na segunda, na recusa do outro a um estilo de vida, na depreciação das formas culturais e econômicas de viver.

A estima social está relacionada ao êxito no mundo do trabalho industrial, onde cada um desfruta dela segundo seu êxito como “cidadão produtivo” (HONNETH, 2006, p. 112). Estabelece-se uma relação social meritocrática, centrada no “princípio do êxito”, hierarquicamente organizada e ideologicamente constituída, definida “com uma norma de valor cujo ponto de referência normativo é a atividade econômica do burguês homem, independente, de classe média” (HONNETH, 2007, p. 112). Assim, a terceira forma de reconhecimento aproxima a estima social do material ou distributivo.

A valorização foi construída através das lutas. Estas não eram marcadas somente pela reivindicação de melhorias, mas de reconhecimento do seu modo de vida. O passado de pobreza antes ocultado era agora valorizado como aprendizado, destacado como luta e vitória. Na década de 1990, o discurso se relabora para um regionalismo que reconheça os direitos dos moradores na Transamazônica, mas também suas diferenças culturais. A ação dos agentes pastorais repercute na criação de um Movimento que articula diferentes atores militantes e sindicatos. O Movimento pela

Sobrevivência na Transamazônica foi fundado em 1991 e logo após em 1992, se transformou em Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica (MDTX). Este movimento representava a expressão formalizada das propostas reivindicatórias, articuladoras e propositivas de diferentes movimentos sociais: sindicatos de professores, sindicatos rurais, cooperativas, associações. Comportava-se como entidade mediadora para propor e executar projetos que visassem à melhoria das condições de vida dos moradores da Transamazônica, articuladas com uma visão do desenvolvimento sustentável da região. Em 1994, este movimento novamente se transformou em uma Fundação; a Fundação Viver, Preservar e Produzir. Atualmente a FVPP, têm 113 organizações filiadas nos municípios da Transamazônica e Xingu, e em 12 municípios do Sudeste paraense. Exerce um papel importante na mobilização de recursos financeiros para projetos, através de parcerias com organismos governamentais e não governamentais nacionais e internacionais. Tais parcerias mobilizam e implementam políticas na área da educação do campo, assistência técnica, crédito agrícola. Sua atuação está mais dirigida para as populações rurais da Transamazônica e Xingu.

Outro marco importante na constituição dos movimentos sociais foi a fundação em 1991 do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade. Este movimento foi estimulado também pela Igreja Católica. O Movimento de Mulheres organizou a formação dos Conselhos Tutelares logo nos primeiros anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente e em seguida o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Através deste movimento foram implantados em Altamira os Conselhos de Saúde. O Movimento de Mulheres ganhou mais visibilidade, denunciando e reivindicando a apuração de responsabilidades das crianças emasculadas em Altamira e colaborando na criação do Comitê em defesa da vida das Crianças Altamirenses. Outra organização com a participação do Movimento de mulheres foi significativo para a formação de lideranças, o Mutirão pela Cidadania. Constituído de diferentes movimentos sociais que atuavam na Transamazônica reivindicando melhorias no saneamento, infraestrutura, mais postos de saúde para as cidades, mais escolas para a cidade e área rural. No Mutirão pela cidadania, estavam o Movimento de mulheres, MPST, SINTEPP, Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses e Prelazia do Xingu.

A mobilização coletiva è um importante fator para compreender as ações coletivas que para Melucci (2001) devem combinar a análise da subjetividade das pessoas com a análise das condições políticas ideológicas de um dado contexto

histórico. Assim, a identidade coletiva é o resultado de trocas, negociações, conflito entre os atores. A construção da identidade coletiva implica investimentos contínuos. A importância destas questões está em recolocar a ação coletiva dos militantes de movimentos sociais para além de suas motivações dadas somente por uma orientação econômica, baseada nos ganhos materiais.

Os movimentos reivindicavam direitos, aliados ao reconhecimento de sua região de pertença. Contudo por ser uma área marcada por intensas migrações, as lutas por políticas públicas para a agricultura familiar, por demarcações de terras, assentamentos rurais diferenciados, marcaram este território e foram bandeiras de lutas nos gritos da terra Brasil<sup>4</sup> (1995,1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002). As lideranças exercem atividades em diferentes movimentos: ao mesmo tempo participam do movimento de mulheres, mas também do sindicato de trabalhadores rurais, do Sindicato dos Professores do Estado do Pará- SINTEPP e do Movimento Xingu Vivo, da saúde, mas também participam da Federação dos Trabalhadores na Agricultura- FETAGRI. Essa mistura de participação é marcado pela origem das lideranças, ou chegaram com suas famílias, ou são filhos e filhas de pessoas que chegaram durante o projeto de colonização. O ponto de encontro foi a estrada Transamazônica, a formação das cidades a beira desta estrada e a transformação desta estrada em modo de vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os movimentos sociais constroem sua luta baseadas no reconhecimento de suas especificidades. Neste processo de resistência o aprimoramento da luta passa necessariamente pelo reconhecimento das lutas destes movimentos. Nunca é demais contar e recontar as formas de resistência destes grupos sociais, marcar a singularidade destas lutas no Brasil, e registra-las também como forma de resistência.

---

<sup>4</sup> O Grito da Terra Brasil é a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É promovido pela CONTAG, Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). Reúne anualmente, na capital federal, milhares de pessoas de todo o país, entre lideranças, agricultores(as) familiares, assalariados(as) rurais, assentados(as) e acampados(as) da reforma agrária, dentre outros que apoiam as bandeiras de luta da população rural (CONTAG, 2014).

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O Intransitivo da Transição: O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1988). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras. Antropologia e Indigenismo**, n.1. Rio de Janeiro: PETI, Museu Nacional, 1993.

COMERFORD, John. **Fazendo a Luta: Sociabilidade, Fala e Rituais na Construção de Organizações Camponesas**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed, 1994.

FERRANTE, Vera Lúcia Bota. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?: un debate político-filosófico**. Madrid: Morata, 2006.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. UnB, 2001. p. 245-28.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**, São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando**. Belém: Vozes, 1997..

\_\_\_\_\_. Os movimentos sociais na Transamazônica. In: CAT: Dez anos de atuação. Belém: EDUFPA,

HONNETH, Axel. Redistribución como reconocimiento. Respuesta a Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?: un debate político-filosófico**. Madrid: Morata, 2006. p. 89-148

\_\_\_\_\_. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia. *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 79-94

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

\_\_\_\_\_. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: EDUSC, 2001.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Fronteira. A degradação do outro nos confins do humana**. São Paulo:

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, Delma Pessanha. **A fragmentação dos assentamentos rurais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.



## O DEBATE SOBRE A PERTINÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Lauro Mattei<sup>1</sup>

### Resumo

Neste artigo discute-se a questão da pertinência atual da reforma agrária no Brasil, sistematizando-se as principais teses favoráveis e contrárias à reforma agrária. Concluiu-se que as teses contrárias à reforma agrária procuram isolar o problema agrário do contexto geral do mundo rural, que continua sendo marcado pela concentração da terra, pela pobreza e pela exclusão social.

**Palavras-chave:** reforma agrária, pobreza, exclusão social.

---

<sup>1</sup> Professor dos cursos de graduação em Ciências Econômicas e de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br

## INTRODUÇÃO

O debate sobre a questão agrária brasileira está intimamente ligado ao processo histórico de colonização do país. Desde os primórdios da colonização, passando pelos diversos ciclos econômicos (açúcar, mineração, algodão, pecuária e café) e chegando aos dias atuais, a questão da posse da terra sempre esteve presente na agenda e no debate político nacional.

Neste cenário, as discussões sobre a reforma agrária ganharam dimensão política nacional, inclusive fazendo parte de forma destacada da agenda dos governos e dos diversos atores sociais rurais. Todavia, em função do processo de modernização da agricultura dos anos de 1960 e 1970 e das mudanças estruturais das últimas décadas novas questões foram lançadas. Assim, nos debates recentes sobre a questão agrária perguntas têm sido constantemente feitas, destacando-se duas delas: **o Brasil ainda precisa fazer a reforma agrária? A reforma agrária ainda é uma questão pertinente para a sociedade brasileira no início do século XXI?**

Para as organizações dos trabalhadores rurais essas questões não fazem muito sentido, tendo em vista que a reforma agrária continua sendo um tema extremamente atual em suas pautas de reivindicações e com expressão decisiva nas diferentes formas de lutas que continuam sendo desenvolvidas (ocupações de terras, organização de assentamentos, reestruturação dos sistemas de produção, etc.).

Mas é no meio acadêmico, sem dúvida, que residem as maiores contradições deste debate. Por um lado, observa-se que diversos grupos de pesquisadores das áreas das Ciências Sociais e Humanas vêm afirmando que o desenvolvimento agrário brasileiro das últimas cinco décadas rebaixou o problema fundiário, fazendo com que a reforma agrária deixasse de ser uma reivindicação nacional e um instrumento decisivo capaz de alterar os destinos históricos do desenvolvimento do país. Com isso, a “questão agrária” perde sua centralidade no debate nacional, pois deixa de ser um instrumento impeditivo do desenvolvimento social e econômico.

Por outro lado, grupos de pesquisadores das mesmas áreas de conhecimento citadas anteriormente mostram a relevância e a atualidade da reforma agrária para o Brasil, país que historicamente mantém um dos maiores índices de concentração de terra do mundo, além de apresentar graves problemas econômicos e sociais no meio rural, bem como conflitos agrários constantes.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é sistematizar os principais argumentos de cada um desses grupos de pesquisadores em relação à realização da reforma agrária. Para tanto, além desta breve introdução, o texto contém mais três seções. A primeira delas sistematiza os argumentos de alguns autores que se posicionam a favor da reforma agrária. A segunda seção discute as principais teses contrárias à ideia da necessidade da reforma agrária no século XXI, enquanto a terceira e última seção apresenta as considerações finais do trabalho.

## I – PRINCIPAIS TESES FAVORÁVEIS À REFORMA AGRÁRIA

### 1.1 - As teses de José Graziano da Silva

Este autor - integrante do grupo de “novos intérpretes da questão agrária brasileira” – possui uma vasta obra, sendo que alguns de seus estudos se tornaram referências clássicas para os debates atuais. Neste caso, destacam-se os livros *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura* (1981); *O que é a questão agrária* (1982); *A nova dinâmica da agricultura brasileira* (1996); *O novo rural brasileiro* (1999). Em todos

esses trabalhos o problema agrário está presente, porém recebendo tratamento diferenciado com o passar do tempo, conforme veremos mais adiante.

Inicialmente o autor faz uma distinção conceitual entre a questão agrícola e a questão agrária, mostrando que o primeiro tema diz respeito aos aspectos relacionados às mudanças no processo de produção (o que se produz, onde se produz, quanto se produz), enquanto o segundo diz respeito às transformações nas próprias relações de produção (como se produz, de que forma se produz), merecendo destaque neste último caso a maneira como se organiza o trabalho e a produção, o emprego e a produtividade dos trabalhadores (Graziano da Silva, 1982).

Todavia, o processo histórico de desenvolvimento da agricultura brasileiro nem sempre permitiu analisar essas duas questões de forma separada, uma vez que elas se apresentam interrelacionadas. Mesmo assim, conforme adverte o autor, a maneira como se busca resolver o problema agrícola pode agravar a própria questão agrária. Este parece ter sido o caso brasileiro durante o processo de modernização agrícola (décadas de 1950 a 1970), uma vez que a adoção das técnicas que faziam parte do pacote da “revolução verde” acabou agravando fortemente o problema agrário do país

Os trabalhos recentes do autor vão mostrar uma mudança em suas interpretações da agricultura brasileira, uma vez que ele aponta a existência de uma nova dinâmica por trás daquilo que a literatura convencionou chamar de “modernização conservadora”. É neste contexto interpretativo que os Complexos Agroindustriais (CAIs) vão ganhar destaque em suas análises, de modo a não permitir mais se falar em agricultura brasileira como única unidade de análise relevante.

Este processo, segundo o autor, gerou uma nova dinâmica na agricultura brasileira, a qual recoloca problemas antigos, mas também novas questões sobre os condicionantes estruturais desse padrão de desenvolvimento agrário. Dentre esses problemas destacam-se os temas da propriedade da terra e das classes sociais rurais, além das profundas transformações nos planos da concentração e centralização dos capitais aplicados no setor agropecuário.

Para o autor essa diferenciação desenha uma polarização crescente que se explicita da seguinte forma: “de um lado, uma perda gradativa do papel produtivo dos segmentos mais pobres de pequenos produtores, de modo a converter a terra que possuem em mero local de moradia ou, quando muito, em produção para autoconsumo da família; de outro, uma tecnificação crescente dos produtores familiares integrados aos complexos agroindustriais, aliando um patrimônio imobilizado cada vez maior a menores níveis de autonomia na organização de seu próprio processo produtivo” (Graziano da Silva, 1996:173).

O primeiro grupo, segundo o autor, estará condenado a atividades marginais do ponto de vista produtivo, ou seja, “estarão condenados à produção para autoconsumo ou, quando muito, para fornecimento direto às populações locais com um nível tecnológico rudimentar” (idem, p.176). Assim, ressalta-se que o nível de vida desses segmentos não integrados aos CAIs dependerá em muito das políticas públicas. É justamente nesta direção que apontam suas proposições de política agrária.

Tomando como referência a questão sobre o que fazer com esses excluídos, ou seja, o que fazer com os “barrados do baile”, os “descamisados”, ou os “extremamente pobres” que, segundo o autor, na grande maioria são trabalhadores temporários sem vínculo empregatício e pequenos agricultores não modernizados que trabalham por conta própria. Desta forma, são propostas diversas políticas para esses segmentos, com destaque para o novo enfoque dado à política agrária.

Confrontado com a indagação **se a reforma agrária é ainda necessária no Brasil**, o autor vai responder afirmativamente propondo uma “reforma agrária não

essencialmente agrícola”, ao mesmo tempo em que destaca os elementos básicos daquilo que ele considera como sendo um novo programa agrário para o país no final do século XX e início do século XXI. Na sequência veremos essa proposição em detalhes.

Inicialmente observa-se que o autor defende uma reforma agrária de caráter mais “social” que “econômico”, por entender que essa reforma teria a função de gerar empregos, conter os fluxos migratórios e evitar a lumpenização do campo. Neste caso, o papel da reforma agrária seria o de auxiliar no equacionamento da questão populacional do país, até que fosse completada a transição demográfica iniciada na última década. Para tanto, as políticas de um programa agrário desta natureza teriam que ser menos produtivistas e mais voltadas ao não-agrícola existente no espaço rural.

Por isso, a reforma agrária proposta “não precisa ter mais um caráter estritamente agrícola, dado que os problemas fundamentais da produção e preços podem ser resolvidos pelos nossos complexos agroindustriais. É preciso hoje a reforma agrária para ajudar a equacionar a questão do nosso excedente populacional até que se complete a transição demográfica recém iniciada. E a reforma agrária que permitisse a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas teria a grande vantagem de necessitar de menos terra, o que poderia baratear significativamente o custo por família assentada, o que é forte limitante para a massividade requerida pelo processo distributivo, especialmente nos estados do sul e sudeste” (Graziano da Silva, 1999:133).

Além dessa concepção geral, propõe-se a “a retomada da concepção de programa regionalizado de reforma agrária para o país, com a decretação das zonas prioritárias previstas no antigo Estatuto da Terra, de modo a se conseguir a concentração de assentamentos agropecuários em determinadas regiões” (Graziano da Silva, 1999: 134). Na verdade, o autor defende aqui a ideia de que é inviável uma intervenção massiva sobre a estrutura fundiária do país em função das restrições fixadas pela atual Constituição Federal que impedem uma ampla distribuição de terras em todo o país. Destaca-se como área prioritária para execução dessa proposta o sertão da região Nordeste do país.

Desta forma, o autor acredita que “a definição de regiões prioritárias permitiria estabelecer zonas reformadas com políticas públicas e regras diferenciadas do restante do país (como por exemplo, serviço de extensão rural específico, crédito do PROCERA, etc.) que garantissem o sucesso dos novos produtores rurais nos seus primeiros anos, combinados com programas especiais de previdência social que garantissem renda mínima àquelas famílias rurais ou urbanas que não tivessem condições de serem beneficiadas com um lote” (Graziano da Silva, 1999:135).

Desta forma, o autor afirma que “a alternativa de gerar empregos no meio rural através da redistribuição do acesso à terra não se impõe apenas pelo lado microeconômico de representar menores custos... mas pelo fato de que uma política social compensatória do tipo ‘passe no caixa’ tem-se mostrada muito cara até mesmo para os países desenvolvidos; e a política de inserção em serviços pessoais urbanos requer um ‘aprendizado’ que não está ao alcance da maioria das famílias ‘sem terra’ e principalmente dos ‘sem-sem’ do nosso país; além, é claro, do custo macroeconômico da urbanização dessas famílias em termos de infraestrutura de transportes, habitação, saneamento básico, etc.” (Graziano da Silva, 1999: 140). Decorre dessa interpretação sua proposição – polêmica – de reabertura das discussões sobre reforma agrária na região Amazônica do país.

Estas mesmas teses voltaram a ser defendidas na primeira década do século XXI quando foram escritos novos artigos que, na essência, apenas reforçam as mesmas proposições anteriores sobre o caráter e a função da reforma agrária atualmente. Assim, em artigo de 2001 reforça-se a tese de que a reforma agrária deste século não precisa

mais ter um caráter estritamente agrícola, uma vez que os problemas da produção e dos preços agropecuários podem ser resolvidos pelos complexos agroindustriais já instalados no país. Além disso, reforça-se a tese sobre a função da reforma agrária no contexto contemporâneo, ou seja, ela serviria para ajudar a equacionar a questão do excedente populacional do país.

Partindo de uma análise crítica sobre a política de assentamentos em prática no país, o autor a caracteriza como sendo uma ‘reforma agrária de pipoqueiro’, uma vez que “os governos, inclusive o atual, limitam-se a correr atrás dos conflitos que estouram aqui e acolá. Desde 1987 não existe um Plano Nacional de Reforma Agrária, como exige o Estatuto da Terra. Com isso, os assentamentos não passam de intervenções pontuais, verdadeiras ilhas cercadas de problemas por todos os lados...” (Graziano da Silva, 2001:5).

Mesmo diante deste cenário caótico, o autor reconhece que essa política criticada conseguiu dar casa, comida e trabalho para mais de 400 mil famílias, as quais certamente não conseguiriam – devido suas condições sociais – ser absorvidas pelas novas fábricas e indústrias que se instalaram no país. Desta forma, justifica-se a continuidade das políticas agrárias, comparando-se os custos do sistema prisional para se manter um presidiário e os custos de uma família assentada. Além desses últimos custos serem inferiores aos primeiros, deve-se registrar que a maior parte dos recursos investidos retornam para a sociedade de forma direta (produção agrícola) e indireta (famílias assentadas viram cidadãos de fato).

Desta maneira, o autor concluiu seu estudo com a seguinte afirmação: “se não existissem outras razões, bastaria essa: a pior das reformas agrárias que ao menos garante casa, comida e trabalho por uma geração, custa menos da metade do que é gasto para manter alguém na cadeia” (idem, 2001:5).

## **1.2 – As teses de Guilherme Delgado**

O economista Guilherme Delgado desde a década de 1980 se transformou em uma das principais referências analíticas sobre o capitalismo agrário brasileiro, especialmente a partir de sua obra clássica “Capital Financeiro e Agricultura no Brasil”, publicada no ano de 1985. Desde então se especializou em interpretar as mudanças no campo, mostrando que o pensamento conservador que organizou e implementou a modernização conservadora da agricultura brasileira na década de 1960 isolou a questão da reforma agrária.

Todavia, em diversos estudos publicados recentemente o autor afirmou que aquela contradição (reforma agrária x modernização técnica) está reposta na atualidade, porém sob um novo arranjo político orquestrado a partir do segundo Governo FHC e durante todos os dois mandatos do Governo Lula. Na essência, se constituiu uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária com o objetivo claro de gerar excedentes comerciais para o país.

A consequência desse arranjo, segundo o autor, recai sobre a política agrícola, cuja prioridade absoluta é apoiar o setor do agronegócio para que o mesmo cumpra sua função no âmbito da macroeconomia do país, ajudando a evitar constrangimentos do Balanço de Pagamentos. Com isso, além de não alterar a estrutura agrária, esta opção dos governos recentes reforça “as estratégia privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras” e sufoca a luta pela reforma agrária protagonizada por diversos movimentos sociais rurais.

Com isso, nota-se que a conta corrente do Brasil, que até 2002 era deficitária, passou a ser superavitária a partir de 2003. E essa inversão se deve ao papel decisivo desempenhado pelo setor primário exportador desde então. Deste modo, fica evidente a mudança da macroeconomia política para as áreas rurais, a qual passou a incentivar e priorizar o agronegócio em detrimento de uma política agrária para todos os segmentos sociais rurais, o que torna a reforma agrária apenas parte residual dos programas de governo.

Desta forma, configurou-se na última década uma estratégia de expansão das commodities agropecuárias (soja, carnes, sucos, celulose, etc.). Esta política foi viabilizada pela combinação de dois movimentos sinérgicos: por um lado, a expansão da demanda internacional desses produtos puxada pela China e, por outro, a grande valorização dos preços dessas commodities, possibilitando a manutenção e ampliação da renda fundiária. Isso levou o autor a afirmar que esse movimento positivo da renda da terra tem propiciado diferentes arranjos e acomodações políticas, porém com grande exuberância durante os períodos de expansão da atividade econômica setorial.

Mesmo que o PIB agropecuário esteja crescendo, o autor alerta que este movimento recente da economia brasileira assentado no bom desempenho das cadeias agroexportadoras depende cada vez mais da manutenção de uma situação favorável no comércio internacional, ao mesmo tempo em que destina ao país com esta característica – caso do Brasil – um lugar precário na divisão internacional do trabalho. Neste caso, Delgado reafirma que nenhum país do mundo se desenvolveu desta maneira, ou seja, apostando no setor primário exportador como setor chave. Isto porque, quando ocorrer alguma redução da demanda externa, gera-se uma falta de ligação do setor primário com o restante da economia, o que representa um desastre para o desenvolvimento do país.

Desta forma, o autor afirma que as condições que fortalecem essa estratégia de expansão do agronegócio na agropecuária brasileira são, simultaneamente, a matriz da moderna questão agrária, uma vez que elas representam obstáculos reais ao desenvolvimento da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária. Assim, qualquer projeto de desenvolvimento que não desbloqueie esses obstáculos no sentido de incorporar esses outros segmentos sociais rurais não será viável, na perspectiva analítica adotado pelo autor, para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento autônomo.

De uma maneira clara e precisa Delgado aponta que essa incompatibilidade do projeto de desenvolvimento é peculiar, uma vez que este projeto se apóia em uma estratégia que mantém a estrutura agrária intocada, ao mesmo tempo em que fortalece apenas a expansão do agronegócio. Desta forma, a exclusão do campesinato brasileiro em detrimento da expansão do agronegócio não possibilita a construção de um crescimento sustentável do país e nem mudanças significativas na estrutura agrária.

Segundo o autor, o início do século XXI está marcado por este novo ‘pacto’ do setor agrário com apoio do Estado brasileiro, o que leva a uma brutal apropriação de capital no setor primário. Este processo se revela na concentração da riqueza nacional, na expropriação dos recursos naturais e na geração de problemas nas contas externas (déficits externos). Para Delgado são exatamente esses aspectos que recolocam a questão agrária como uma ‘questão brasileira’.

É neste contexto analítico que o autor afirma que a reforma agrária segue sendo um tema pertinente e atual, uma vez que “uma reforma agrária incluyente, de desenvolvimento e igualdade, não está fora da agenda, ao menos que se pense que não há desigualdade no país. O pessoal acha que desenvolvimento é modernização conservadora. É a moda Geisel, desenvolver o modelo do regime militar” (Delgado, 2008:1).

Nestas passagens fica evidente o caráter da reforma agrária defendida pelo autor: uma reforma que promova a distribuição das terras e da renda e, ao mesmo tempo, que seja portadora da justiça e da equidade social. Esta posição se contrapõe ao projeto dominante, pois segundo Delgado, “há uma orquestração nacional em defesa do modelo primário-exportador. Contra esta visão, tudo é colocado como atraso. Mas o atraso é justamente esse modelo, essa aliança do grande capital com os grandes latifúndios. O atraso é priorizá-lo em detrimento do crescimento industrial, do setor de serviços, da agricultura sustentável, da participação familiar” (Delgado, 2008:4).

Com isso, o autor rejeita a tese ‘de que o tempo da reforma agrária já passou’. Para ele, no Brasil, diferentemente de exemplos europeus e dos EUA que fizeram mudanças na estrutura da posse da terra, não se fez nenhuma alteração na estrutura agrária. O fato de que mudaram alguns instrumentos produtivos e algumas formas de intervenção não quer dizer que passou o tempo de se fazer uma política de distribuição e de igualdade também no meio rural do país. Ao contrário, precisa-se cada vez mais de uma política agrária que impeça que apenas um setor (agronegócio) que não tem obrigações com sua função social e com o meio ambiente e que não respeita as relações de trabalho seja o condutor do desenvolvimento.

### **1.3 – Teses de outros pesquisadores defensores da reforma agrária**

Há, ainda, um número expressivo de pesquisadores, diga-se de passagem, que entende que diversos obstáculos estruturais do meio rural brasileiro continuam existindo devido à questão agrária “não-resolvida”. Estes obstáculos se situam nas esferas econômica, política e social e revelam que o desenvolvimento das forças produtivas está travado por normas, costumes, rotinas, relações de poder e de trabalho, entre outras; fatos estes que decorrem de relações historicamente estabelecidas entre os proprietários de terra e o restante da população rural. Tais relações são fortemente marcadas pela condição desigual de acesso à terra, pela desigualdade de renda e pelo poder político dominante imposto pelo latifúndio.

Na verdade, trata-se de um grupo de pesquisadores que sustenta a idéia de que a não solução da questão agrária continua sendo um impeditivo ao desenvolvimento mais equitativo e justo do país. A saída, neste caso, seria romper com o poder dos grandes latifúndios e das grandes empresas agropecuárias, via desconcentração da posse da terra. No entanto, isto não deve ser lido como se a reforma agrária se restringisse apenas a desconcentração fundiária, mas como um amplo programa que tivesse em seu seio medidas que viessem a romper com o modelo produtivista e estabelecessem os parâmetros básicos de um modelo sustentável de desenvolvimento. Vejamos alguns desses autores e suas principais teses.

Para **Sergio Pereira Leite**, professor do CPDA-UFRRJ e pesquisador do OPPA, o debate sobre a reforma agrária normalmente tem sido marcado por declarações – contrárias ou favoráveis – que nem sempre vêm acompanhadas de análises sobre os processos sociais, econômicos e políticos relativos ao tema. Ganha destaque nesta trajetória de discussões, segundo o autor, declarações que procuram enaltecer as distorções que um programa de reforma agrária geraria sobre os sistemas produtivos e a própria organização econômica.

Recorrendo às teses de Conceição Tavares sobre as transformações ocorridas no campo brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, as quais provocaram um reducionismo da concepção de reforma agrária, o autor mostra que este reducionismo “viu-se, ainda, reforçado na conjuntura das duas últimas décadas, quando uma abordagem mais complexa sobre as transformações do meio rural brasileiro deu lugar ao discurso em

prol do produtivismo renovado, agora em bases – financeiras, tecnológicas e institucionais – diferentes daquelas que vigeram ao longo do período anterior, e da forte orientação liberalizante e exportadora imposta à atividade agropecuária como resultado dos ajustes operados nas variáveis de política macroeconômica” (LEITE & VIEIRA DE ÁVILA, 2007:780)

Considerando as implicações da reforma agrária sobre o crescimento econômico, esfera em que o tema vem recebendo as maiores críticas dos segmentos contrários a um programa agrário, os autores mostram que vários países da América Latina que apresentam elevada concentração da terra correlatamente também apresentam dificuldades em seus modelos de desenvolvimento. Assim, “tais níveis de concentração econômica e fundiária são impeditivos para a promoção da justiça social, deixando milhões de pessoas à margem do processo de cidadania plena. Neste sentido, a reforma agrária constitui-se, seguramente, num dos principais mecanismos de política com amplo grau de cobertura e com baixo custo de realização para o enfrentamento dessa situação...” (LEITE & VIEIRA DE ÁVILA, 2007:784).

Nesta perspectiva analítica afirma-se que a reforma agrária é um tema ainda atual, sobretudo quando se observa que as últimas informações do IBGE (Censo Agropecuário de 2006) revelam que o Brasil se mantém entre os países com as maiores taxas de concentração de terra do mundo. Para o autor, este fato – concentração extremamente forte da propriedade fundiária no país – aliado ao grande número de pessoas que demandam terra, justifica a necessidade de uma política agrária.

Todavia, defende-se que o caráter da reforma agrária precisa ir além de uma mera política produtiva e de combate à pobreza e se transformar numa política de desenvolvimento do país que seja capaz de atuar no sentido de combater a desigualdade social. Isto porque, segundo o autor, sociedades que historicamente cresceram e se desenvolveram rapidamente realizaram, em algum momento de suas trajetórias, processos efetivos de distribuição das terras e de reforma da estrutura fundiária.

Para **José Juliano de Carvalho Filho**, professor aposentado de economia da FEA-USP, a persistência do alto grau de concentração de terras comprovada pelo Censo Agropecuário de 2006 revela que o modelo agrário exportador brasileiro é, em grande medida, responsável também pelas gritantes desigualdades da estrutura social do país.

Para o autor, esse modelo de desenvolvimento agrário é subalterno, tanto internamente como externamente. No plano interno está sendo praticada uma volta ao período colonial, uma vez que a política econômica privilegia os interesses do agronegócio, tornando o governo refém dos interesses dos ruralistas e do grande capital agrário. Com isso, a política agrícola passa a concentrar um grande volume de recursos para este setor, em detrimento dos demais. No plano externo, por sua vez, este modelo revela sua vulnerabilidade e dependência dos setores capitalistas externos, devido à baixa incorporação tecnológica e a pouca competitividade das commodities brasileiras. Com isso, o Brasil se submete à nova divisão internacional do trabalho de cunho liberal cumprindo o papel de exportador de produtos primários.

Esse processo retrógrado, segundo o autor, aumentou fortemente a dificuldade de acesso à terra por parte dos setores mais fragilizados economicamente do meio rural. Com isso, a reforma agrária passou a ser tratada pelos distintos governos do período pós-redemocratização como a pequena política, ou seja, seu caráter deixa de ser uma proposta de reforma estrutural para se transformar em ações meramente compensatórias, uma vez que o instrumento da desapropriação de terras deixa de ser o principal mecanismo da política agrária.

Assim, os resultados das ações dos últimos governos nesta esfera levam o autor a afirmar que “as medidas têm como eixo a ausência de ações públicas fundamentais



para o desencadeamento de um processo de reforma agrária capaz de enfrentar o ‘agronegócio’, um eufemismo para a atual fase do capitalismo no campo, marcada pelo aumento da taxa de exploração da mão-de-obra, pela exclusão, pela violência, pela concentração fundiária e pela degradação ambiental” (CARVALHO FILHO, 2007).

Neste contexto, afirma-se que a realização de uma reforma agrária ampla e de qualidade, capaz de alterar as atuais estruturas do campo não passou de simples promessa, ficando clara a opção dos distintos governos pelo modelo do ‘agronegócio’. Com isso, evidencia-se a questão agrária atual a partir do agravamento da contradição marcada pelos interesses do capital em detrimento dos interesses de milhões de trabalhadores rurais. Além da concentração fundiária, estão presentes também a exploração do trabalho, as migrações, as mortes, a perda da biodiversidade, a destruição dos solos e das águas, a desnacionalização das terras, a insegurança alimentar, a ampliação dos conflitos agrários, a exclusão social, etc., as quais configuram a nova face perversa do modelo de desenvolvimento rural sem reforma agrária.

Certamente haveria um número expressivo de outros autores que continuam analisando a questão agrária no contexto atual do desenvolvimento rural brasileiro, ao mesmo tempo em que defendem a reforma agrária como um instrumento eficaz para se alterar a realidade social e econômica, conforme destacado anteriormente. Optamos apenas por sistematizar as teses anteriores para apontar os argumentos centrais utilizados pelos defensores da pertinência da reforma agrária no desenvolvimento do país.

## **II – TESES CONTRÁRIAS À NECESSIDADE DA REFORMA AGRÁRIA**

### **2.1 - As teses de Zander Navarro**

Há mais de duas décadas o sociólogo Zander Navarro, professor aposentado da UFRGS e atualmente pesquisador da Embrapa, vem estudando e problematizando a temática da reforma agrária brasileira numa perspectiva analítica dos processos sociais agrários, tendo como fio condutor a ação de movimentos sociais – em especial do MST – e o papel da reforma agrária no novo cenário rural do país.

Assumindo uma posição transparente e aberta, porém crítica e dura sobre os dois temas, o autor tem insistido em suas teses que procuram mostrar a inconsistências das argumentações que defendem a atualidade da reforma agrária afirmando que “é forçoso verificar que muitos de nós continuam com a mente nos anos sessenta, ainda procurando ‘latifúndios’ nas regiões rurais, propondo ‘reforma agrária’ quando quase ninguém mais demanda esta política e usando categorias analíticas e discursos que morreram tempos atrás. Falar em ‘questão agrária’ e ressuscitar os termos do marxismo clássico, por exemplo, beira a insanidade analítica, e precisamos ser mais ousados, criativos e não temer enfrentar propostas interpretativas novas, mesmo que possam parecer demasiadamente heterodoxas”. Para tanto, o autor entende que “precisamos ter a abertura necessária para duas iniciativas e ações novas e diferentes do que estamos fazendo: a) no campo da interpretação dos processos sociais em desenvolvimento no mundo rural, e b) na ação governamental” (Navarro, 2012)<sup>2</sup>.

Nesta síntese interpretativa das proposições do autor em epígrafe nos interessa as questões relativas ao primeiro item. Neste caso, observa-se que duas grandes temáticas emergem para o debate: por um lado, a análise das transformações em curso no mundo

---

<sup>2</sup> -Conteúdo extraído de mensagem eletrônica enviada no mês de Junho de 2012 a um conjunto de endereços eletrônicos que o autor denomina de “comunidade de agraristas.

rural e, conseqüentemente, o papel da reforma agrária neste cenário de mudanças e, por outro, os autores sociais envolvidos neste processo, particularmente o MST. É amplamente conhecido por todos os analistas “agraristas” as teses extremamente críticas a esse movimento social que o autor em apreço vem desenvolvendo desde a década de 1990. Por problema de delimitação de espaço este assunto não será tratado aqui.

Iniciaremos a abordagem pelo final, ou seja, pela principal conclusão do autor: “o tempo da reforma agrária acabou”. Esta frase de impacto sintetiza sua argumentação sobre o tema, uma vez que para o autor “se fosse apenas por uma decisão exclusivamente presidencial, nem mesmo teríamos mais ações em reforma agrária. Lula não interrompe tal programa em face das inevitáveis conseqüências políticas e do poder de inércia que tem tal bandeira na visão de alguns setores sociais, incapazes de perceber que o mundo rural brasileiro mudou radicalmente nos últimos 30 anos. Este relativo distanciamento da parte principal do governo em relação à reforma agrária reflete o que todos sabemos, mas ninguém parece ter coragem de dizer claramente: o tempo histórico da reforma agrária passou” (FSP, 2007).

A argumentação posta desta forma obriga-nos a recuperar as teses centrais do autor sobre as mudanças das últimas décadas que ocorreram no campo para situar adequadamente sua afirmação explicitada no parágrafo anterior. As análises de Navarro sobre esse processo de mudanças, embora não sendo novas, ganharam maior dimensão no cenário social e político brasileiro na última década.

Assim, já em artigo de 2002 o autor afirma que os anos recentes introduziram transformações importantes no mundo rural que representaram “por um lado, um golpe mortal na dominação social e econômica da grande propriedade territorial, em amplas regiões rurais. Por outro lado, contudo, as mesmas modificações podem ter produzido a liquidação definitiva da reforma agrária como uma reivindicação nacional e decisiva para os destinos históricos do país” (Navarro, 2002:2).

Na sequência o autor apresenta um conjunto de fatores que, em sua interpretação, corroeram a proeminência política e econômica da grande propriedade rural. Neste caso, destacam-se o encurralamento econômico e financeiro da atividade agrícola, em especial da agricultura empresarial; a perda de importância da chamada bancada ruralista; a redução do peso político da agricultura empresarial e da grande propriedade territorial nas grandes decisões nacionais; a urbanização acelerada das últimas décadas e seus impactos na vida rural que também se urbaniza; o sistema de produção agropecuária e de comercialização garantiu o abastecimento alimentar, dentre outros citados.

Seguindo a mesma lógica interpretativa, o autor mostra em artigo de 2011 que as transformações operadas nas áreas rurais no período recente impuseram “uma dramática inflexão na questão agrária no Brasil, virtualmente sepultando-a em sua versão clássica... já que as áreas rurais experimentaram, especialmente a partir da segunda metade dos anos noventa, uma silenciosa e profunda revolução econômica-produtiva que rapidamente enraizou uma sociabilidade distinta do passado agrário e suas representações – ainda que estas se mantenham em boa parte do imaginário coletivo nacional” (Navarro, 2011: 98-99).

Com isso, afirma-se que os últimos quinze anos apresentaram a “formação de uma geração de agricultores com aguçada sensibilidade capitalista motivados pela elevação dos preços das mercadorias agrícolas no mesmo período, crescimento estimulado pela demanda internacional, particularmente a chinesa” (idem, p.99). Percebendo que este não é um movimento homogêneo e que a agricultura beneficiada foi a de maior escala, o autor faz a ressalva de que os produtores de menor porte não ficaram totalmente à margem deste processo de expansão capitalista. Para tanto, destaca

o papel crucial do PRONAF, as políticas sociais e, mais recentemente, a política de transferência de renda. Ou seja, a pobreza rural não foi totalmente esquecida!

Este processo de mudanças levou a um crescimento expressivo da produtividade dos fatores, tanto na agricultura como na pecuária, em função de “uma notável aceleração de incorporação tecnológica a partir de meados da década de 1990” (idem). Assim, essa nova realidade rural “mostra que praticamente não existe mais uma questão agrária no Brasil, mesmo que os padrões de desigualdade social permaneçam praticamente intocados, ilustrados pela distribuição da propriedade fundiária... isto porque quando considerado apenas o fator terra, esta não é mais contradição que tem a mesma dimensão do passado e gradualmente nos acostumamos com este padrão fundiário” (Navarro, 2011:101-102).

As razões explicativas para esse comportamento, segundo o autor, decorrem da combinação das mudanças antes mencionados com algumas tendências em andamento. Neste caso, destacam-se a já mencionada urbanização do país, fator que trás consigo o corolário da inexistência de demanda social para mudar a estrutura fundiária atual que deverá se manter concentrada; a expansão da demanda internacional para a agricultura comercial brasileira, fato que a tornará mais robusta e espriará uma sociabilidade capitalista; a manutenção de um padrão agrário bimodal com ampla dominação da agricultura comercial nas diversas regiões do país, sendo que apenas nos três estados sulinos haverá espaço para agricultura de menor porte; as potencialidades produtivas da agropecuária do país e o potencial derivado da bioenergia aprofundarão ainda mais a acumulação de capital gerada pela agricultura.

Para o autor, o resultado combinado deste processo em curso fez com que a questão agrária brasileira praticamente deixasse de existir, sendo que apenas “alguma dimensão de conflito social deverá permanecer, mas vai se tornando residual com o passar do tempo, reduzindo-se à esfera trabalhista, nas poucas regiões onde permanece importante um contingente de trabalhadores rurais assalariados... enquanto as outras dimensões de conflito (no interior das cadeias produtivas e entre Governo Federal e interesses setoriais) continuarão ocorrendo. Passivos históricos, como a apropriação fraudulenta da terra em diversas regiões e em épocas distintas, à esta altura, não tem a menor possibilidade política de serem revistos, tendendo a ser definitivamente legalizados” (Navarro, 2011: 105-106).

A consequência principal desse processo, segundo o autor, é que a questão social deixou o campo e foi para as cidades e, com isso, a questão agrária tradicional começou a entrar nos livros de história “como uma faceta do passado” (idem). Isto porque as mudanças ocorridas no campo brasileiro, anteriormente mencionadas, alteraram totalmente a natureza da questão agrária. Se esta ainda existir, ela precisaria lidar, segundo o autor, com apenas três temas: o poder econômico dos grandes grupos agroindustriais, que sem regulação estatal formarão setores oligopolizados; a face trabalhista, que é restrita apenas ao tema dos direitos historicamente negados pelos proprietários de terra e visa o estabelecimento de relações de trabalho “consentâneas com a modernidade capitalista”; e a face ambiental, que será a mais problemática nos anos vindouros devido às ameaças decorrentes das mudanças climáticas.

Para demonstrar a não necessidade de uma política pública de reforma agrária, que no passado simbolizava a própria questão agrária, o autor destaca dois aspectos centrais. Por um lado, “processos de reforma agrária ocorreram, em sua maioria, entre os anos cinquenta e setenta do século passado. Posteriormente saíram de moda, sendo o Brasil o único país que insiste com tal política.... e por outro, porque a reforma agrária significa transferir direitos de propriedade de forma irrecorrível, sendo por isto mesmo que apenas o Estado pode implementá-la e operá-la. Desta forma, com as ondas

democratizantes do período contemporâneo, tais atos de força foram se tornando crescentemente implausíveis do ponto de vista do jogo político democrático” (Navarro, 2011: 107-108).

Em síntese, com isso ficou demonstrado pelos argumentos utilizados pelo autor, o anacronismo de uma política de reforma agrária no Brasil, tanto do ponto de vista técnico como político, objetivo que se sobressai em sua produção acadêmica recente.

## 2.2 – As teses produtivistas conservadoras

Não é objetivo fazer aqui uma revisão de todo o processo de modernização da agricultura, o qual já está fartamente documentado pela literatura especializada. Apenas gostaríamos de ressaltar a importância que algumas instituições e pessoas tiveram nesta trajetória, com destaque para o caso da Embrapa e de seu grupo de pesquisadores atrelados a esta linha interpretativa. Neste caso, destacamos o papel aglutinador deste pensamento conservador do engenheiro agrônomo **Eliseu Alves**, que foi presidente da Embrapa entre 1973 e 1985<sup>3</sup>, período em que as teses produtivistas se consolidaram entre os analistas deste campo.

Recentemente este pesquisador divulgou alguns estudos em que as abordagens acima referidas aparecem com maior clareza. Tomando como referência o Censo Agropecuário do IBGE de 2006, separou-se do universo total de estabelecimentos agropecuários do país aqueles estabelecimentos com renda bruta<sup>4</sup> acima de dez salários mínimos daqueles com renda entre dois a dez salários de referência e daqueles com renda bruta inferior a dois salários. Neste último caso, chegou-se a conclusão que existem 3.775.826 estabelecimentos nesta condição no universo total de 5.175.489 estabelecimentos existentes no país no último censo. Além disso, pelo critério da renda bruta, chegou-se a conclusão que o primeiro grupo de estabelecimentos responde por aproximadamente 85% do valor da produção total, enquanto que o grupo dos mais de 3 milhões de estabelecimentos respondem por menos de 5% da produção total (Alves & Rocha, 2010)<sup>5</sup>.

Feita esta constatação a partir dos dados censitários, partiu-se para a elaboração de um diagnóstico da realidade rural brasileira. Assim, concluiu-se que há claramente dois grupos de agricultores: os bem-sucedidos e os malsucedidos, sendo que o feito dos primeiros se deve à modernização da agricultura. Para os autores, “como a pequena produção gastou muito menos por hectare, ela deve estar sofrendo discriminação pelo mercado ou discriminação que depende da personalidade do agricultor....fazendo com que os produtores malsucedidos apresentem produtividade por hectare e total dos fatores muito menores que os bem-sucedidos. Decorre daí que os malsucedidos não sabem administrar a tecnologia” (Alves et al, 2012:45).

Os autores também encontraram justificativas para o problema, uma vez que “o insucesso deve-se a escolhas errôneas de tecnologias e a má administração do estabelecimento e da tecnologia. Deve-se também a restrições intrínsecas ao próprio produtor (muito conservador quanto ao risco) e as restrições externas, principalmente do crédito, que impedem a exploração adequada dos recursos do estabelecimento” (Alves et al, 2012:47). Ou seja, a culpa é dessa massa de pequenos produtores que são “conservadores” e não souberam se modernizar. Ora, quem acompanhou atentamente o

---

<sup>3</sup> Registre-se que este pesquisador continua exercendo as funções de assessor do presidente da empresa até os dias de hoje.

<sup>4</sup> Os autores justificam o uso da renda bruta pelo fato de ter “a vantagem de escapar do problema relativo às imputações em terra, benfeitorias, etc.” (Alves & Rocha, 2010:277).

<sup>5</sup> Para os autores, o potencial migratório rural-urbano encontra-se justamente neste grupo majoritário.

que ocorreu durante o processo de modernização da agricultura brasileira sabe perfeitamente distinguir a superficialidade desse diagnóstico diante da realidade vivenciada por milhões de famílias de trabalhadores rurais que foram excluídas do processo produtivo exatamente pelo caráter e natureza do processo modernizante<sup>6</sup>.

Chama atenção que o autor e seu grupo de pesquisadores sequer mencionam nessas análises a problemática agrária, a não ser pontualmente quando se afirma que “a influência da terra é pequena em relação à da tecnologia no que diz respeito ao valor da produção” (Alves et al, 2012:46). Isto porque “a área do estabelecimento tem pequeno poder para explicar a concentração. Nesta explicação, a maior responsabilidade é da tecnologia” (idem, página 61).

Diante do cenário diagnosticado, foram propostas duas estratégias distintas. Assim a saída para o grupo de agricultores com renda bruta entre 02 e 10 salários mínimos (ao redor de 1 milhão de estabelecimentos) “é fazer cada hectare produzir mais, ou seja, usar tecnologias que poupem a terra....Portanto, a mecanização, mesmo que de pequeno porte, tem que vir ao lado da tecnologia bioquímica. Isso exige assistência técnica de boa qualidade, aliado ao crédito rural” (Alves e Rocha, 2010:284). Ou seja, trata-se de modernizar também esta pequena parcela à luz da trajetória daquele segmento minoritário que apresenta renda bruta elevada.

Já para o grupo malsucedido (3.775.826 estabelecimentos agropecuários) a solução para as baixas condições de renda não virá pela agricultura, segundo os autores. Para este grupo “forte dose de política social, de caráter assistencialista, se faz necessária para manter as famílias a ele vinculadas nos campos” (idem, página 288). Assim, os autores defendem que este enorme grupo de produtores rurais deveria ser atendido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e não pela estrutura institucional agrária (MAPA e MDA).

Em síntese, pode-se afirmar que na essência as análises e proposições deste grupo ignoram totalmente a história agrária brasileira, ficando presas ao desempenho de alguns indicadores (em especial da renda bruta) questionáveis para ser explicar a lógica e os resultados dos complexos processos em curso no meio rural do país. Desta forma, ignorar a influência da estrutura agrária nesta dinâmica analítica é tentar explicar a realidade atual de forma extremamente superficial e por parâmetros técnicos que nunca estiveram acessíveis a grande maioria dos agricultores do país, especialmente durante o período em que uma minoria teve capacidade e apoio estatal para transformar suas estruturas produtivas.

### **III – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do texto foi possível perceber as modificações sofridas pela trajetória histórica que marcou o debate sobre o papel da reforma agrária na sociedade brasileira. Se nas décadas iniciais do período do pós-guerra ela era considerada como um dos instrumentos mais decisivos na definição dos rumos do desenvolvimento do país, hoje se verifica que, diante das transformações estruturais ocorridas na esfera rural, há distintas concepções sobre o papel da reforma agrária no debate do modelo de desenvolvimento que se quer construir.

Estas teses, na verdade, procuram estabelecer um novo perfil sobre o papel da reforma agrária no desenvolvimento brasileiro, uma vez que a realidade atual não a justificaria sequer como instrumento para solucionar os problemas sociais rurais, tendo em vista que a “modernização conservadora” já resolveu o problema do capitalismo

---

<sup>6</sup> Este capítulo da história agrária brasileira está fortemente documentado na literatura especializada.

agrário brasileiro, problema este que tanto preocupava os analistas clássicos que a interpretaram como um dos pilares do modelo de desenvolvimento do país.

É nesta direção que devem ser analisadas as teses conservadoras que buscam isolar o problema agrário da dinâmica rural, ou seja, tenta-se buscar a solução para esse enorme contingente de pessoas fora da realidade agrária, como se o fato de destinar poucos recursos de programas assistenciais fosse capaz de resolver um problema histórico de pobreza e de exclusão social, cuja matriz está diretamente relacionada às condições de acesso a dois bens essenciais: terra e água. Não é por menos que o problema se revela de forma mais expressiva exatamente nas regiões onde o acesso a esses dois bens naturais foi historicamente negado.

Chama atenção, neste caso, que setores importantes do próprio Estado brasileiro passaram atualmente a compartilhar e a reproduzir essa interpretação analítica. Com isso, o resultado concreto é que a reforma agrária saiu da agenda governamental, inclusive com o abandono do uso dos dispositivos constitucionais, os quais poderiam auxiliar na execução de um processo massivo de reforma da estrutura agrária do país. Com isso, defende-se que para este público basta apenas a oferta de um conjunto de políticas públicas que podem tranquilamente ser caracterizadas como “políticas sociais compensatórias”, uma vez que elas têm apenas a finalidade de amenizar as mazelas do modelo de capitalismo agrário implantado no país.

De outro lado, como vimos, encontra-se um grupo expressivo de pesquisadores e estudiosos da questão agrária brasileira que entende que a reforma agrária ainda tem um papel importante a desempenhar nos rumos do desenvolvimento do país, especialmente em termos de auxiliar a equacionar o problema demográfico, bem como atuar tanto na esfera produtiva como na melhoria das condições sociais e econômicas das populações rurais fragilizadas. O texto mostrou ser esta concepção (defesa da reforma agrária) o elo aglutinador entre esses diferentes grupos, não escondendo a existência de divergências entre esses intérpretes quanto ao caráter e abrangência da reforma agrária.

Em grande medida, o que sustenta a argumentação dos defensores dessa posição são dois fatores fundamentais: por um lado a existência de 90 milhões de hectares de terras improdutivas e, por outro, a existência de 4 milhões de famílias de sem terras, as quais sobrevivem em regiões que apresenta elevados índices de desigualdades econômicas e sociais. Por isso, entendem que não se pode prescindir do uso de um instrumento eficaz – como é o caso da reforma agrária – para tentar reverter este cenário, processo este implementado pela maioria dos países que hoje são considerados desenvolvidos.

Finalmente, deve-se frisar que do ponto de vista dos movimentos sociais rurais as teses anteriormente discutidas são frequentemente rejeitadas, uma vez que esses movimentos defendem uma reforma agrária com dupla finalidade: por um lado que atue no sentido de destruir o poder político dos latifúndios e, por outro que promova uma alteração completa da estrutura agrária do país, no sentido de rediscutir o próprio modelo de produção agrícola que, como todos sabem, cada vez mais, torna-se injusto e ecologicamente insustentável.

## REFERÊNCIAS BLIOGRÁFICAS

ALVES, E. et al. Lucratividade da agricultura. In: *Revista de política Agrícola*, ano XXI, n.2, PP. 45-65, Abr/Mai/Jun.2012

ALVES, E.; ROCHA, D. P. (2010). Ganhar tempo é preciso. **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. GASQUES, J.G.; RIBEIRO VIEIRA FILHO, J. E.; NAVARRO, Z. (orgs.). Brasília (DF): IPEA, 2010, 298p.

- CARVALHO FILHO, J.J (2007). O esvaziamento da reforma agrária sob Lula. *Folha de São Paulo*, 01.02.2007, p.A3.
- CARVALHO FILHO, J.J (2010). *Concentração, política agrária e violência no campo: dez anos*. Texto eletrônico, 6p.
- CARVALHO FILHO, J.J (2012). *Cantar um Requiem*. Texto eletrônico, 10p.
- DELGADO, G. (2005). A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *Questão Social e Políticas sociais no Brasil*. JACCOUD, L. (org.). Brasília: IPEA, 2005.
- DELGADO, G. (2008). Lula abandonou a reforma agrária. Entrevista ao *Jornal Brasil de fato*, 18.04.2008, 5 pgs.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (2007). Uma nova agenda para a reforma agrária. *Jornal Valor Econômico*, 27 de Junho de 2007.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (2007). A reforma agrária no século XXI. *Jornal Folha de São Paulo*, 20 de Abril de 2007.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (2001). Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil? In: *Revista Ciência Hoje*, v.27, n.170, Abril de 2011, p.81-83
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1999). *O novo rural brasileiro*. Campinas (SP): UNICAMP-IE (coleção pesquisa, n.1).
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1996). Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. In: *Revista Agroanalysis*, ano 16, v.3, Março de 1996, p.8-11.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1996). *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas (SP): UNICAMP-IE.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1985). *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1981). *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo (SP): Hucitec.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1982). *O que é a questão agrária*. São Paulo: Brasiliense.
- LEITE, S. P.; VIEIRA DE ÁVLIA, R. (2007). Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. In: *Revista de economia e Sociologia Rural*, v.45, nº 03, PP.777-805, Jul/Set 2007.
- LEITE, S. P. (2008). A reforma agrária hoje ainda é necessária. Entrevista ao *Jornal IHu On-line Unisinos*.
- MATTEI, L. Reforma agrária e desenvolvimento no Brasil: antigas e novas questões. Anais do Encontro Nacional de Economia Política. Florianópolis (SC), 2003.
- NAVARRO, Z. (2012). Tierra, democracia y capitalismo: La improbable convergência (El caso latinoamericano, com ênfase em Brasil). In: *Revista Espanola de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, n.231, 2012, p.93-136.
- NAVARRO, Z. (2011). A vida e os tempos da questão agrária no Brasil. In TEIXEIRA, E. C. et al (org.). *As questões agrária e de infraestrutura de transportes para o agronegócio*. Viçosa (MG): Editora da UFV, p.85-112.
- NAVARRO, Z. (2010). Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. In: *Revista de Política Agrícola*, Ano XIX, Edição especial de aniversário do MAPA, Julho de 2010, p.107-118.
- NAVARRO, Z. (2009). Até quando a desrazão agrária? *Jornal Folha de São Paulo*, 30 de março de 2009, p. A-3.
- NAVARRO, Z. (2007). *Jornal Folha de São Paulo(entrevista especial)*, 22 de Fevereiro de 2007.
- NAVARRO, Z. (2002). O Brasil precisa da reforma agrária? *Jornal Muito Mais*, São Paulo, Janeiro de 2002, 5p.
- NAVARRO, Z. (2000). MST: decifrar é preciso. Porto Alegre (RS): Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, 01 de Maio de 2000, 8p.

## **GT 08 – A luta pela terra e a política fundiária**

### **Título do Trabalho: Os assentados do PA Che Guevara: atributos sociais e formas de gestão de recursos**

**Priscila Tavares dos Santos<sup>1</sup>**

#### **Resumo:**

A despeito da diversidade de formas de gestão de limites e da colocação em prática de saberes contextualmente elaborados para que os assentados alcancem a estabilidade do projeto de reprodução social, sobre eles incidem perspectivas acusatórias e de negação de sua capacidade produtiva. Trazer à tona as motivações e as especificidades do projeto de reprodução social dos assentados no PA Che Guevara (RJ) e revelar seu sistema de conhecimentos é fundamental para a construção uma perspectiva menos preconceituosa de compreensão desses agentes.

**Palavras-chaves:** Assentados rurais; Luta pela terra; Reforma agrária.

---

<sup>1</sup>Doutoranda PPGA/UFF, pris\_tavares2000@yahoo.com.br.



## **Os assentados do PA Che Guevara: atributos sociais e formas de gestão de recursos**

### **Introdução**

O estudo do campesinato e suas múltiplas formas de manifestação social é temática recorrente no campo das ciências sociais. Entretanto, o direcionamentos desses debates levam a perspectivas etnocêntricas e preconceituosas sobre este modo de vida e seus agentes sociais. Por esta via, construiu-se uma visão de que os agricultores são desqualificados para gerirem seu projeto de reprodução social porque desprovidos de conhecimento técnico, de vontade laborativa e de recursos materiais e financeiros. Pensar os agricultores familiares por esta perspectiva da expropriação de recursos e de conhecimento é negar-lhes a possibilidade de sua construção enquanto projeto político e agentes de transformação social. Ora, se não é do fruto do trabalho desses excluídos que provém o sustento dos grandes centros de adensamento de serviços e instituições públicas, como compreender os processos que permitiram a constituição desses modos de organização social? Negar-lhes tal capacidade produtiva é mais que negar sua contribuição na construção de projetos viáveis de estilos de vida, mas fechar os olhos para as múltiplas formas de manifestação de um problema que por anos vem tangenciando nossas análises. Se desqualificamos seu papel na construção desses domínios (urbano ou rural), ressaltamos a incapacidade de atendimento da política agrária brasileira na gestão da distribuição da terra.

Outra forma desqualificante da capacidade produtiva de agricultores familiares é construída a partir da imposição de categorias externas e próprias de outros sistemas como aparecem em muitas análises. Esse alerta sobre a necessidade de compreensão dessas unidades familiares de produção a partir de suas próprias categorias e com o respeito aos princípios de organização das relações neste contexto estabelecidas é realizado por Chayanov (1981). Compreender o modo de vida desses agricultores considerando categorias etnocentricamente elaboradas não faz mais do que repetir o discurso da negação da autonomia produtiva e da incapacidade de criação de projetos de diversificação desses atores. Trazer à tona as motivações e as especificidades do projeto de reprodução social enquanto agricultores familiares é fundamental para avançarmos nessa discussão há muito estabelecida no campo acadêmico. (Chayanov, 1981)

Buscando romper com essa perspectiva acusatória, porque etnocentricamente construída, espero contribuir neste texto na compreensão dos processos que permitiram a constituição de projetos de reprodução social enquanto assentados a partir da análise de seus atributos sociais. Muitos dos casos de assentados que aqui apresento superaram obstáculos de diversas ordens e que limitaram a objetivação de projetos individuais e coletivos no Projeto de Assentamento Che Guevara (município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro). As formas de gestão desses limites são muito diversas. Contudo, enquanto alguns produtores conseguem alcançar mais estabilidade quanto à atividade produtiva, outros gerem a minoração das dificuldades e da reprodução negativa, perdendo poupanças e se endividando, o que os leva a secundarizar a objetivação do projeto da unidade de trabalho familiar. (Santos, 2014)

Neste texto, valorizando o domínio de um saber especializado por esses agricultores assentados, trago à tona motivações e princípios de organização de sistemas produtivos que permitiram a este grupo de assentados tomados para exercício demonstrativo alcançar modelos de gestão por eles valorizados como constitutivos de projetos bem sucedidos de reprodução.<sup>2</sup> Baseando-me nesse estudo de casos para construir uma análise que acentue a especificidade do caso, mesmo que termine por produzir uma tipologia desses assentados que deram certo, levarei em consideração neste texto os seguintes fatores: origem do assentado; composição e ciclo de vida familiar; formas de socialização por inserção produtiva; sistemas produtivos associados ou relativamente especializados e criações de animais; recursos poupados ou agregados (tanto naturais quanto financeiros); e vínculos temporários por assalariamento.

Cabe destacar que essas experiências valoradas no decorrer do processo de constituição de assentado são compreendidas enquanto alternativas contextuais e possíveis de uso de recursos naturais nesse ambiente. (Chayanov, 1981) Assim, espero demonstrar que as alternativas são dependentes da composição, do ciclo de vida e da distribuição sexual do grupo familiar, mas também da presença ou da ausência de dependentes perenes, fatores que interferem na alocação de recursos produtivos no lote e na agregação de situações de crédito e assalariamento. Da articulação desses fatores,

---

<sup>2</sup> Se a escolha do pesquisador seguiu os caminhos traçados por aqueles assentados que se mantiveram no assentamento, igualmente, a eleição para tal exercício a partir daqueles que abandonaram seus lotes e seguiram outras alternativas de reprodução, rejeitando o sistema acusatório que lhes é imputado, permite chegar a compreensão de um sistema de conhecimento prático que não foi suficiente para dar continuidade ao projeto que desenvolveram enquanto assentados. Também, por este exercício, se incorporasse à análise aqueles que desistiram, talvez pudesse compreender as questões que extrapolam o domínio de um universo de conhecimento prático, mas que giram em torno do ciclo de vida, da falta de crédito e apoio técnico, da distância das estradas e outras redes de escoamento da produção e etc.

tentarei compreender as condições em que eles valorizam a autonomia alcançada, superam ou enfrentam constrangimentos relativos, todavia diferenciando a produção agrícola familiar. Valorizo, portanto, a construção de um sistema de conhecimentos que qualifica estes agricultores assentados que contribui para a construção uma perspectiva menos preconceituosa de compreensão desses agentes.

### **As múltiplas formas de gestão de recursos pelos assentados**

Analisar as condições de reprodução desses agricultores permite trazer à tona uma das mais importantes questões para se compreender os investimentos que os assentados realizam nas respectivas unidades de produção, haja vista que estas dependem, basicamente, do tempo de permanência no lote e da variedade de produtos cultivados e de criações. Se a permanência no lote é fundamental para o assentado atingir a relativa eficiência dos sistemas produtivos, a variedade e associação desses sistemas são resultantes do conhecimento que o produtor desenvolve, ao longo do tempo, no trato com os recursos naturais que ele for capaz de conhecer e de financeiramente se apropriar.<sup>3</sup>

Em estudo sobre os lavradores de cana da mesma região onde se localiza o P.A. Che Guevara, Neves (1981) ressalta que, apenas mediante sua permanência e visita à residência dos produtores, pode obter os dados sobre o autoconsumo das unidades familiares. Como a autora afirma, os produtos que fazem parte do consumo diário da unidade familiar são considerados irrelevantes para fins de computação do rendimento e, por isso, não são citados por eles. Conseqüentemente, os produtos da horta, de curta duração e que não exigem um trato muito intensivo dos produtores, não entram em circuito mercantil e não são qualificados como integrantes do rendimento.

Nos 8 casos apresentados<sup>4</sup>, em relação ao tempo de permanência, a maioria deles permaneceu por 11 anos, havendo acumulação de conhecimento e sedimentação produtiva de gastos, sendo, dessa forma, incorporados ao patrimônio. Porém, nem todos puderam se beneficiar dele. Em alguns casos, os filhos cresceram e se autonomizaram, em outros, apareceram casos de doenças, reduzindo o grupo familiar.

---

<sup>3</sup> No caso de sistemas produtivos de ciclo curto, isto é, de rápido florescimento, os produtores a eles não fazem referência, mesmo que sejam comercializados e componham parte do rendimento da unidade de produção. Por tal motivo, por eles não houve menção às hortaliças.

<sup>4</sup> Os riscos inerentes a tal forma de agregação de dados são caricaturas das formas de compreensão das relações sociais que compõem esse universo de análise. Os nomes dos assentados foi alterado para preservar a identidade dos entrevistados.

Nota-se, assim, que há diversos fatores, além daqueles de produção, interferindo na constituição de cada grupo familiar.

**João, motorista, 52 anos e Maria, agricultora, 45 anos.**

João é natural de São João da Barra; e Maria, do distrito de Mussurepe, Campos. O casal compõe família conjugal de quatro filhos: a) um de 26 anos, analfabeto, casado e que trabalhou no lote como agricultor até se integrar como trabalhador em olaria em Campos; b) outro de 18 anos, que cursou até o 3º ano do ensino fundamental, solteiro, mora com os pais no lote; c) outros de 17 anos, gêmeos, cursaram até 9º ano do ensino fundamental, um deles casado, trabalhadores rurais para outros produtores.

João, desde 1983, recebeu carteira de pescador profissional da Colônia de Pescadores de São João da Barra, mediante indicação de outro pescador (seu pai), que sempre exerceu essa função. A experiência com a pesca teve início aos sete anos de idade, quando acompanhava o pai durante pescarias rápidas no brejo. Só na adolescência passou a pescar no mar e por períodos prolongados (uma semana), quando então passou a reconhecer a presença de cardumes. O assentado também recebeu dos pais a socialização necessária ao cultivo agrícola, principalmente da lavoura de cana.

Maria trabalha como agricultora no lote. Os conhecimentos necessários à lida com a terra foram adquiridos mediante socialização na família. Antes de constituir família conjugal, recebeu, por transferência de sua mãe, algumas galinhas para iniciar sua própria criação. Enquanto assentada, participou de cursos sobre criação de galinhas, de produção de açúcar mascavo e de educação alimentar, alguns sob coordenação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e outros da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Segundo expressa, fez o curso porque tem o *gosto* e a *vocação* para as atividades reconhecidas como *da roça*. No início do projeto de assentamento, a família produzia quiabo e criava gado e galinha no lote. Nesse período, a assentada e seus filhos cuidavam da lavoura e dos animais, sendo a criação de galinha *caipira* revigorada por orientações que recebeu em curso que fez pela Emater. No segundo momento do trabalho de campo, pude perceber que a criação de gado e de aves foi praticamente interrompida: a primeira por falta de mão de obra e de recursos para o pagamento de trabalhador; a segunda, pelas invasões de animais provenientes de lotes vizinhos. Afirmam os assentados que a criação de galinhas e, também, o plantio de quiabo, foram interrompidos após uma forte enchente que alagou o lote no ano de 2004. Na agrovila, além da casa do casal, a assentada tem uma *rocinha* de miudezas, como hortaliças e fruteiras, apenas para autoconsumo e doação entre vizinhos.

Todavia, com a saída dos filhos e com a integração do assentado como assalariado, todas as atividades no lote estavam sob cuidados de sua esposa e do filho que ainda reside com o casal. Ainda criavam cavalo para utilização no lote, algumas cabeças de gado leiteiro para autoconsumo e venda de carne nos açougues locais, e algumas galinhas, também com essa mesma orientação produtiva, sendo que os ovos, quando ultrapassavam o limite do consumo familiar, eram vendidos por redes locais de comercialização.

A renda obtida com a comercialização, principalmente do quiabo, permanecia sob sua gestão que, na ausência do marido, também negociava com o atravessador os dias da visita. A produção, hoje reduzida, é comercializada via atravessador, que visita o lote durante três vezes na semana para recolher toda a produção disponível.

No momento da realização do trabalho de campo, João estava sob vínculo trabalhista como motorista de caminhão-forte pela empresa campista Agro-Paraíba. Dessa forma, assegurava rendimento mensal à sua família e a reprodução do projeto de assentado rural.

No caso do casal João e Maria, manter-se no assentamento desde o início no processo não é o único fator que lhe assegura a manutenção do projeto de assentado. Ele, proveniente de outro município e tendo sido socializado na pesca, não havia acumulado conhecimentos necessários ao pleno desenvolvimento e manutenção de sistemas produtivos. Por outro lado, sua esposa, natural do distrito de Mussurepe (Campos), conhecedora não apenas dos recursos naturais da região, desde criança foi socializada pelos pais na *lida com a terra*. Os conhecimentos que adquiriu ao longo dos anos puderam ser aprofundados a partir dos cursos de capacitação que realizou, oferecidos por instituições públicas.

Igualmente, no caso da assentada Fernanda, também natural do distrito de Mussurepe, cujos conhecimentos foram adquiridos *aoacompanhar o pai no trabalho da lavoura, semeando milho, feijão, abóbora e quiabo*, e que, posteriormente, foram acrescidos àqueles obtidos por cursos junto a instituições públicas.

**Fernanda, agricultora, 55 anos.**

Fernanda é natural do distrito de Mussurepe, Campos. Ela é solteira e mora sozinha.

Fernanda, quando criança, acompanhava seu pai, pequeno proprietário de terra, e os irmãos (sete homens e duas mulheres) no trabalho da lavoura, semeando milho, feijão, abóbora e quiabo. Afirma que, em sua prática cotidiana, repete o que aprendeu nesse tempo. No momento de realização do trabalho de campo, a assentada era reconhecida pelos demais assentados por trabalhar com plantas medicinais, um saber que, segundo ela, obteve com os diversos cursos que fez junto a Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a UFF e a UENF, em Campos. Nesses cursos, aprendeu a lidar com homeopatia e produz remédios para seu próprio consumo e para outros assentados.

Desde que chegou ao lote, planta as necessidades maiores, orgânico, isto é, plantio sem a utilização de agrotóxicos e defensivos, apenas com a ajuda de bomba que puxa água da caixa. Inicialmente, começou a plantar quiabo, mas perdeu toda produção, por plantar sem veneno, tendo assim facilitado a instalação do nematódeo. A lavoura de aipim também foi perdida porque a produção não alcançou os padrões exigidos para comercialização, visto que enfrentou longo período de seca. No período de realização do trabalho de campo, produzia, para seu consumo, abóbora, diversas fruteiras, plantas de utilização medicinal e cana para caldo, para comercialização. Da criação de galinhas, estas eram destinadas ao consumo e os ovos comercializados no mercado local. Sua criação foi reduzida porque sofreu ataques de animais dos lotes vizinhos. A criação de gado está sendo desfeita, comercializada tanto para açougues quanto criadores da região. No lote mantém somente os sistemas produtivos, tendo fixado residência no povoado de Marrecas.

Os trabalhos de corte, carreta, arrumação, organização da turma para corte e do trator no preparo da terra para o plantio da cana são realizados pelo carreteiro, que visita os lotes oferecendo o serviço.

Fernanda obtém rendimento mediante comercialização dos produtos que cultiva na lavoura e também da produção de medicamentos à base de ervas medicinais, por encomenda.

O lote que gere recebeu três financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): o primeiro para cana e quiabo e compra de motores; o segundo, para compra de cabeça de gado; e, por fim, o terceiro, para o aipim. Este último, segundo afirmou, só foi possível quitar porque vendeu o gado, pois enfrentou enormes dificuldades com a seca.

O casal Rafael e Bruna, ambos naturais do povoado de Marrecas e reconhecidos conhecedores dos recursos naturais locais, pôde acumular conhecimento sobre a atividade agrícola trabalhando com os pais na agricultura, ajudando na lavoura e cuidando da criação de animais. Neste caso, o conhecimento acumulado não foi suficiente para que eles se consolidassem enquanto assentados. Rafael adoeceu por reumatismo, pelos *anos de trabalho no corte da cana*, e não acumulou tempo de serviço necessário ao recebimento de aposentadoria. E sua esposa estabeleceu vínculo como merendeira do colégio. Por outro lado, não conta com mão de obra dos filhos: o mais velho constituiu família e saiu do lote; o filho mais novo, ainda adolescente, impossibilitado de sozinho dar continuidade aos cultivos, trabalha em outro lote, como agricultor; a filha, também adolescente, ajuda a mãe nos afazeres domésticos. Frente a esta falta de mão de obra e de recursos financeiros para tocar o lote, investiram apenas na lavoura de quiabo que a mulher e a filha cuidam. Neste caso, o salário recebido por Bruna como merendeira é usado na manutenção do lote e na reprodução da condição de assentados, juntamente com o rendimento que obtém com o aluguel de parte da propriedade (pasto) para outro assentado para criação de gado. Dedicando-se à criação de aves, os assentados tentam se especializar na criação de galos de briga, atividade sob o cuidado de Rafael e do filho, por requerer muito tempo diário de trabalho, mas que não exige grande esforço físico, visto que Rafael já se encontra prejudicado pela doença. Por tal prática, obtém rendimento oscilatório com a venda de ovos e animais para *rinhas* em Baixa Grande.

**Rafael, agricultor, 45 anos, e Bruna, merendeira, 40 anos.**

Rafael e Bruna nasceram na fazenda Marrecas, em Campos. O casal constitui família conjugal com três filhos: a) um de 22 anos, ensino médio completo, casado, agricultor; b) outro de 19 anos, ensino médio completo, solteiro, empregado na fábrica de macarrão, reside com os pais no lote; c) uma filha de 14 anos que cursou até o 9º ano do ensino fundamental, solteira, reside com os pais no lote. Dois homens e uma mulher.

Rafael é analfabeto e começou sua atividade laborativa como cortador de cana. Sua mãe, hoje viúva, e um de seus irmãos foram contemplados, cada qual, com um lote no assentamento. No entanto, ela se viu obrigada a abandonar o projeto de assentamento por falta de interesse dos outros filhos em tocar o lote. No período de realização do trabalho de campo, o assentado encontrava-se impossibilitado de trabalhar por motivo de doença (hipertensão arterial e reumatismo). É um dos filhos mais velhos de uma família composta por nove homens e uma mulher. Diante dessa composição familiar, começou logo cedo, com 11 anos de idade, a ajudar o pai a cuidar da lavoura e da criação de gado. Bruna estudou até o 5º ano do ensino fundamental e, ainda quando criança, começou a trabalhar como agricultora. No momento de realização do trabalho de campo, exercia a função de merendeira do colégio do assentamento. No lote, cultivavam aipim, milho e quiabo. O plantio de quiabo, destinado à comercialização, foi oportunidade apresentada pelo atravessador, um grande proprietário de terra na região, que adiantou as sementes e insumos químicos (adubos e inseticidas), além de transmitir as técnicas adequadas ao plantio e cuidados dessa lavoura. Para os produtos destinados ao autoconsumo, a esposa conta com a colaboração do filho mais novo, compensando a saída do esposo adoecido. Os dois assumiram, então, os cuidados com a criação de galinhas, por tais circunstâncias em reprodução descendente. A criação de galinhas assegura o consumo de ovos e da carne, e a criação de uma cabrita, a produção de leite. Ele também comercializa galos para as rinhas em Baixa Grande. A renda obtida é destinada ao suprimento da casa. O casal, mesmo com a saída dos filhos e a condição enferma do esposo, para manter-se na condição de assentado, incorporou renda obtida por aluguel de pasto aos criadores de gado e por cultivo de cana para usina. Além disso, pode dispor do salário da esposa, como foi sinalizado, que se integra como merendeira da escola.

Para os assentados, o tempo de instalação no lote é questão fundamental para a diversificação da produção na unidade produtiva, bem como para a composição do rebanho e do *terreiro*. O tempo necessário à formação do rebanho varia conforme os tipos de animais. Em geral, maiores são os investimentos em animais que possam ser destinados tanto ao consumo da unidade familiar quanto à comercialização, como é o caso da criação de gado e de galináceos.<sup>5</sup> Esse tempo de instalação sinaliza, assim, as alternativas de poupança e reinvestimento produtivo ou improdutivo, demonstrando quão longo é o tempo necessário para que o agricultor venha de fato a se assentar, mesmo quando as condições das operações são relativamente desfavoráveis.

Em outra situação, Juliana, mesmo sem experiência prática na agricultura, alcançou grande conhecimento na criação de galinhas e no artesanato (confecção de esteiras de tabua), socializada pela mãe, adota uma série de sistemas produtivos e de criação de galinhas. Essa assentada, igualmente ao caso anterior, não conta com mão de obra dos filhos: o mais velho constituiu outra unidade familiar com sua esposa; a mais

---

<sup>5</sup> A criação de aves é marcada pela instabilidade, porque elas são vulneráveis a diversos fatores externos ao controle do assentado, como doenças e ataques de outros animais.

velha casou-se e reside próximo ao povoado de origem do seu marido; e Marcos é o mais novo, pescador, casado, mas reside juntamente com sua esposa no lote. Os sistemas produtivos são praticados mediante pagamento ao cunhado. Uma alternativa encontrada pelo assentado para a lavoura de quiabo é a realização de plantio à meia com participação de outro trabalhador, sobretudo nos momentos em que Marcos *não está no mar pescando*. Os recursos financeiros são provenientes da comercialização do que produz na feira, atividade que Alice também participa.

**Juliana, feirante, 59 anos; Marcos, pescador, 23 anos; Alice, feirante, 21 anos.**

Juliana nasceu no povoado de Marrecas, em Campos; Marcos é natural de Campos, e Alice, em Quipari, distrito de São João da Barra.

Juliana é viúva e compõe uma família formada por três filhos: a) um de 40 anos, cursou até o 5º ano do ensino fundamental, trabalhador de usina, casado; b) uma de 38 anos, concluiu o curso normal, casada, professora; c) outro de 23 anos, cursou até o 6º ano do ensino fundamental, casado; reside com sua esposa (Alice) no lote. Ela cursou o ensino médio completo.

Juliana concluiu o 3º ano do ensino fundamental. Para aumentar a renda de sua família, trabalhava como artesã na confecção de esteiras de tabua.<sup>6</sup> Ela afirma que aprendeu a plantar com seu marido, ex-cortador de cana, na roça, na terra que o usineiro tinha concedido para plantar. No período de realização do trabalho de campo, comercializava, na Feira da Roça em Campos, os produtos que produz no lote com seu filho e nora. O cuidado com a criação de galinhas é conhecimento transmitido, desde pequena, pela sua mãe. Ressalta ela que a doação de algumas cabeças e frequentemente de ovos a filhos e netos é recorrentemente praticada até hoje por sua mãe.

Marcos começou suas atividades como vigia em Baixa Grande, hoje trabalha como pescador e, nas horas de folga, como agricultor no próprio lote. Sua nora, ainda estudante do 3º ano do ensino médio, ajuda nas atividades diárias da casa e também na feira.

Alice morou por muitos anos em Água Preta, local onde iniciou suas atividades na confecção de esteiras de tabua. Esta atividade, também realizada por sua mãe e tia, permitia-lhe obter algum rendimento para ajudar nas despesas da casa. Quando chegou ao assentamento, ao se casar, retomou essa atividade. Porém, durante a realização do trabalho de campo, havia interrompido suas atividades em função da dificuldade de acesso ao local de coleta da tabua. Para essa etapa do processo de produção das esteiras, Janaína contava com a ajuda do marido que, dedicando mais tempo à pesca, não pode mais coletar a planta para a esposa. No lote, produzem para venda na feira os seguintes produtos: aipim, coco, banana, abóbora, limão, pinha, feijão, quiabo e cana. As atividades de criação de animais resumem-se a algumas cabeças de gado para venda da carne para açougues locais, um cavalo para uso doméstico e alguns patos, cujos ovos são vendidos na feira. No momento de realização do trabalho de campo, a criação de galinhas foi interrompida devido ao ataque de animais pertencentes aos lotes vizinhos que, segundo afirma, cavaram por baixo da tela de proteção e entraram no terreiro. Outra atividade interrompida no lote foi a plantação de quiabo. Iniciada ainda quando o marido da assentada era vivo, no período de

---

<sup>6</sup> Para análise deste processo de produção de esteiras de *tabua*, ver Cruz (2014), nesta coleção; e Santos e Cruz (2010).



realização do trabalho de campo, a terra estava tombada, aguardando o filho retornar da pesca e à meia, dar início ao plantio das sementes.

As atividades de plantio e limpeza da roça são feitas mediante pagamento ao cunhado, principalmente nos períodos em que o seu filho fica mais tempo no mar pescando.

O rendimento familiar é obtido mediante a comercialização dos produtos produzidos no lote e pelo que o filho obtém a partir da venda do pescado.

Em um estudo realizado com agricultores imigrantes de origem alemã, Seyferth (1974) menciona que, nos meses de intervalo do cultivo principal, para não colocarem em risco suas *roças*, os produtores investiam no trabalho acessório, como o plantio de hortaliças e tubérculos. Contudo, ela não observou, entre eles, quando ali chegaram, a associação entre cultivos e criação de animais domésticos, até porque, como esclarece, os imigrantes “nada sabiam das técnicas agrícolas adequadas, do equipamento necessário ao desmatamento e ao plantio, dos tipos de roupa adequados à região ou mesmo da inexistência de animais domésticos”. (Seyferth, 1979: 56) No caso dos assentados supracitados, a produção de esteiras de *tabua* é realizada nos momentos de baixa produtividade dos plantios, por Juliana e Alice. As esteiras são comercializadas por atravessador e são vendidas em lojas no Rio de Janeiro, principalmente durante o verão, quando aumenta a demanda das esteiras para utilização em locais de praia e de veraneio. Por vezes, ponderou Alice, que *já chegou a sair para vender as esteiras no Farol*.

No caso de Carlos e Amanda (sua filha), também conhecedores das condições naturais da região onde nasceram, apostaram, sem dispor de mão de obra, na exemplar criação de gado leiteiro, dando continuidade à gestão no lote. Os recursos financeiros são obtidos pela comercialização do leite a partir da rede de contatos, construída desde os avós e pais, dando continuidade à atividade. Além disso, recebe aposentadoria como agricultor. O rendimento também é composto pelos recursos provenientes da comercialização das galinhas e ovos, sob cuidado de sua filha. Outra atividade que igualmente compõe o rendimento desse grupo familiar é a produção de queijos, que era tradicionalmente realizado pela esposa. Com seu falecimento, a filha tornou-se a responsável continuidade do trabalho. Os queijos são comercializados em sua residência (fora do assentamento) e em padarias e pessoas da vizinhança.

**Carlos, agricultor, 71 anos, e Amanda, do lar, 35 anos.**

Carlos e Amanda nasceram no distrito de Marrecas, Campos.

Carlos cursou até o 4º do ensino fundamental e é viúvo; gere a unidade de produção de titularidade de Amanda (sua filha), que cursou o ensino médio e é solteira.

Carlos é descendente de proprietários de terra que se dedicavam ao plantio da cana para a usina Baixa Grande e à criação de gado de corte, para comercialização na região do Açú. As áreas de terra que pertenciam ao seu avô foram obtidas por compra e por sucessão hereditária, transferidas ao seu pai e tios. A parte que coube aos filhos foi dividida com nove irmãos, excetuando-se a metade destinada à viúva meeira. Posteriormente, ele voltou a receber 1/9 pela morte de sua mãe. Nesta última transação, também recebeu uma bezerra, dote destinado a facilitar a constituição de sua família conjugal. No exercício dessas atividades, foi desde cedo socializado.

Após o falecimento da mãe, Amanda assumiu as responsabilidades da casa e dedica-se, desde então, na residência, à criação de galinhas que, no momento do trabalho de campo, estava em fase de reconstituição, contando apenas com algumas aves. No lote, dá continuidade à tradição de agricultor que seus familiares sucessivamente vêm exercendo. Pelo tamanho do lote, prioriza a criação de gado leiteiro. A venda de gado para corte limita-se às vacas velhas, que já não mais são capazes de produzir leite. O leite é comercializado com pessoas de suas próprias redes de contatos e encaminhado para o mercado da região de Campos. Também é beneficiado e convertido em queijo, vendido às padarias e compradores da rede de vizinhança.

O assentado é beneficiado com aposentadoria como agricultor. A filha obtém rendimento com a comercialização de galinhas, ovos e também queijos que produz.

No caso de Francisco e Carla, nascidos em Campos, percebe-se que ele pode acumular conhecimento na agricultura pela socialização com seu pai, produzindo *cana para a fazenda* da usina e, também, atuando como *puxador de gado e trabalhador na balança*. Sem contar com a mão de obra dos filhos, todos casados, conta apenas da ajuda da filha adolescente solteira. Sozinho, ocupa-se dos cultivos e da criação de algumas cabeças de gado. O recurso que recebe por aposentadoria utiliza para pagamento, *nos momentos de pico da produção*, de trabalhador à diária.

**Francisco, agricultor, 69 anos, e Carla, do lar, 45 anos.**

Francisco e Carla são naturais de Uruari, município de Campos.

Francisco, viúvo, casou-se com Carla. No primeiro casamento, teve cinco filhos: a) um com, aproximadamente, 26 anos, cursou até o 5º ano do ensino fundamental, casado, agricultor; b) outro de, aproximadamente, 24 anos, cursou até o 5º ano do ensino fundamental, casado, mecânico; c) outra de 22 anos, cursou o ensino médio, casada, contabilista; d) outra de 21 anos, cursou até o 9º ano do ensino fundamental, casada, cabelereira; e) outra de 14 anos, estudante do ensino médio, solteira, reside com o pai no lote.

Francisco começou a trabalhar com sete anos de idade e, aos 47, aposentou-se como agricultor, produzindo cana na fazenda Araçá, para a usina de Queimados. Nesta usina, o assentado foi também puxador de gado e trabalhou na balança. Após ter conseguido sua aposentadoria, tomou conta de uma fazenda em Santa Maria Madalena por cinco anos. Neste período, ficou sabendo da ocupação de terra da antiga Fazenda Marrecas e interessou-se em participar do projeto de assentamento. Ele pondera que começou a trabalhar desde criança porque seu pai falecera e precisava ajudar sua mãe com o cuidado da roça e com os irmãos. Sente-se prejudicado por isso, porque teve dificuldades em permanecer na escola e, desse modo, só pode estudar no turno da noite, com carga horária

reduzida, até a 4ª série do ensino fundamental. O assentado afirma que tem um jeito diferente (rebelde) de plantar, porque não segue os modelos adotados pelos outros produtores, mesmo sob ordens de superiores.

Carla não pôde ser entrevistada por mim em função da incompatibilidade de horários entre minhas visitas e suas atividades cotidianas.

No lote, o casal produz cana, que é vendida para a usina, e aipim, ambos comercializados por intermédio do atravessador; a produção de coco, goiaba e demais frutas destinam-se ao autoconsumo. As sobras de cana (olhadura) são usadas para alimentar as cabeças de gado que o casal cria. O leite, quando produzido em quantidades que ultrapassam a capacidade de consumo da unidade familiar, é por ele vendido aos vizinhos.

O financiamento individual obtido junto ao Pronaf foi usado para tocar o lote. Todas as atividades são realizadas por ele, sem receber a ajuda de outros trabalhadores.

Outro caso de assentado que, não dispondo de mão de obra familiar, mas podendo lançar mão de salário mensal, enquanto alternativa para manter o projeto de assentado, é demonstrado pelo casal Luiz e Eliane. Neste caso, a socialização com os pais no trabalho na lavoura e o conhecimento acumulado não foram suficientes. Para manterem o lote produzindo, dividem à meia a lavoura com trabalhador, já que sua esposa também estabeleceu vínculo como merendeira no colégio.

**Luiz, tratorista, 43 anos, e Eliane, merendeira, 45 anos.**

Luiz e Eliane nasceram no distrito de Quixaba, em Campos.

O casal tem dois filhos: a) um de 29 anos, que cursou até o 6º ano do ensino fundamental, casado, pedreiro, reside no lote com sua esposa (de 24 anos, que cursou até o 5º ano do ensino fundamental e dedica-se ao cuidado com a casa e com o casal de filhos: um menino de oito anos, estudante do 2º ano do ensino fundamental, e uma menina de três anos de idade); b) 24 anos, estudou até o 3º ano do ensino fundamental, solteiro, trabalha como agricultor em Boa Vista;

Luiz concluiu o ensino básico e começou suas atividades trabalhando em outras atividades próximo ao Farol de São Tomé, além de manter vínculo como tratorista de uma empresa transportadora de mercadorias para o Rio de Janeiro.<sup>7</sup> Eliane cursou até o 8º ano do ensino fundamental. Quando criança, ajudava os pais na comercialização de peixes na venda que a família possuía no Farol. Segundo afirmou, seu pai, mesmo trabalhando no corte da cana, se encarregava da pesca e do preparo do peixe para a venda durante entressafra (no verão).<sup>8</sup>

No lote, o casal produzia cana para a Coagro, que era comercializada por meio do atravessador. A produção semanal, tanto de quiabo como de feijão, era destinada ao Ceasa do Rio. A produção de banana destinava-se ao autoconsumo. Quanto ao cultivo de coco, o casal aguardava para colher a primeira safra. A criação de animais resumia-se a três cabeças de gado leiteiro para autoconsumo.

Segundo afirmou a esposa, o casal não teve alternativa senão interromper os sistemas produtivos, principalmente devido ao seu estado delicado de saúde,

---

<sup>7</sup> Durante o período em que estive no assentamento, não foi possível entrevistá-lo, porque ele havia saído recentemente em viagem a trabalho para o Rio de Janeiro.

<sup>8</sup> Por ocasião do trabalho de campo, ela trabalhava como merendeira do colégio que funciona no galpão construído para a realização das reuniões e assembleias da associação de moradores do P.A.

devido a doenças, e à falta de mão de obra, haja vista que seus filhos e seu esposo haviam constituído vínculo empregatício fora do assentamento. Eles obtiveram custeio do Incra (individual) por duas vezes nos valores de 4.500 e 3.000 reais e do Pronaf para implementação da lavoura no valor de 10.800 reais.

Diferentemente dos casos citados anteriormente, no que diz respeito ao conhecimento acumulado pela socialização no trabalho na lavoura, Pedro e Manuela, ambos nascidos no município de Campos, puderam dar continuidade ao projeto de assentamento, lançando mão de recursos próprios, provenientes da aposentadoria. Pedro atuou como pedreiro, e Manuela, como agricultora, mesmo tendo sido introduzida, pela mãe, na *costura* e executado essa função desde criança. Com o que recebem da aposentadoria, pagam trabalhador de fora em tempo integral ou se valem do contrato de trabalho à meia para cuidar dos cultivos e da criação que possuem no lote, posto que já não possuem mais ajuda das filhas. Estas constituíram família conjugal e *moramfora*: uma delas em outro assentamento e outra em distrito do município de Campos.

**Pedro, marceneiro-pedreiro, 67 anos, e Manuela, costureira, 66 anos.**

Pedro e Manuela nasceram em Campos.

A família do casal é composta por duas filhas: a) uma de aproximadamente 35 anos, casada, agricultora e assentada no P.A. de Ilha Grande; b) outra de, aproximadamente, 30 anos, casada, do lar, reside com a família em Donana.

Pedro cursou até o 4º ano do ensino fundamental. Começou a trabalhar com o tio, ajudando-o na oficina, sob autorização do pai. Nos dias de folga, exercia também o ofício de pedreiro, o que reconhece ter aprendido sozinho. Aposentou-se aos trinta e poucos anos de profissão como mestre de obras.

Manuela estudou até o 3º ano do ensino fundamental. Aprendeu a costurar com a mãe e, segundo reconhece, conseguiu a profissão através de um curso realizado na época pela Prefeitura. Afirma que, pela experiência que conseguiu ajudando a mãe, pode ensinar a outras mulheres essa função. Mesmo tendo trabalhado por muitos anos como costureira, ela só conseguiu se aposentar como agricultora mediante a ajuda do marido no pagamento da contribuição como autônoma.

No lote sob sua gestão, o casal produz cana para vendê-la à usina São José, via atravessador. Também são produzidos coco, para venda, e bananas, destinadas ao autoconsumo do casal e filhos. A criação de gado de corte destina-se aos abatedouros do local.

Durante a fase de acampamento, o assentado ajudava como vigia, e a renda que a esposa obtinha com a costura era destinada à manutenção do casal no acampamento. Os sistemas produtivos implementados são realizados a partir do pagamento de trabalhador em tempo integral.

Para começar a produção no lote, o casal recebeu financiamento do Pronaf no valor de 12 mil reais.

Sobre o ciclo de desenvolvimento pelo qual passa o grupo doméstico, o trabalho de Fortes (1974) oferece contribuição peculiar ao demonstrar que a dinâmica do grupo é

atingida por fatores de ordem interna quanto externa. No caso dos assentados com unidades familiares compostas por duas gerações sucessivas, nota-se que eles se comportam de maneira diferente daqueles com três ou mais gerações.

O antropólogo destaca, ainda, em sua pesquisa os efeitos do casamento dos filhos na composição do grupo. Como observado na maioria dos casos que apresentei, o casamento dos filhos e a escolha de outro local de residência provocam uma cisão de ordem espacial, principalmente pela redistribuição de controle sobre recursos produtivos (Fortes, 1974).

Sobre esse processo de desenvolvimento que incide sobre o grupo doméstico, Fortes (1974) demonstra que são fases socialmente legitimadas, não apenas pelo casamento, mas pela sucessão e pela herança. No caso dos assentados no P.A., a transmissão da propriedade da terra por herança é demonstrada por Carlos (71 anos), que herdou, dos avós e dos pais, uma parcela de terra e também algumas cabeças de gado, neste caso, por processo de substituição.

Conforme tentei demonstrar a partir desse conjunto de unidades produtivas, os assentados em pauta percorreram caminhos diversos até alcançar essa condição, porém nem sempre adotando um arranjo decisivo, já que a todo momento reordenam os investimentos para dar continuidade ao projeto de assentamento que idealizaram. Como se pode observar, muitos assentados investiram em outras formas de reprodução social, por meio do desempenho de atividades laborativas fora do lote, atuando como empregados de fábricas, transportadoras, olarias ou em outras funções de prestação de serviços. Contudo, aqueles assentados que se mantiveram nos lotes mediante alocação de recursos próprios, contam com mão de obra familiar, diminuindo, dessa forma, as despesas com pagamento de outros trabalhadores.

Reconhecer o saber dos considerados mais experientes na gestão do lote é, em parte, ratificar e consagrar esse saber como um patrimônio coletivo, visto que, na prática, não basta dominar o saber prático de sistemas produtivos e de criações de animais; é preciso também adquirir conhecimentos acerca do manejo de sistemas produtivos.

Além do casamento dos filhos ou falecimentos de membros familiares, outros fatores interferem na consolidação do projeto de assentamento que idealizam. É o caso, por exemplo, da origem do assentado e da composição familiar, da faixa etária dos membros do grupo, das formas de socialização por vínculos familiares e por relações de trabalho, sistemas produtivos e criações que foram sendo aplicados, bem como recursos

que precisaram ser rejeitados para dar continuidade ao projeto de vida enquanto assentado.

### **Algumas considerações**

A compreensão das unidades familiares de produção considerando princípios lógicos de organização das relações é fundamental para trazer à tona as motivações e as especificidades do projeto de reprodução social de agricultores e outros fatores que viabilizaram a continuidade de um projeto enquanto assentados, muitas vezes porque permitiram a superação de limites impostos pela precariedade de recursos e pela condição de degradação da terra que receberam.

Os casos analisados demonstram que as formas de gestão de limites são diversas e não estão restritas aos limites físicos do assentamento, mas relacionadas às condições de acesso a recursos financeiros poupados ou agregados, à disponibilidade de mão de obra familiar ou de trabalhador assalariado, à participação em redes de circulação de saber prático, dentre outros fatores contextualmente relevantes.

Além disso, valorizar o domínio de um saber especializado por esses agricultores assentados permite ainda romper com visão preconceituosa de que os projetos de assentamentos rurais estão condenados ao fracasso porque seus agentes são incapazes de gerirem os recursos escassos que recebem concomitante a transferência da titulação da terra.

### **Referências bibliográficas**

- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. GRAZIANO DA SILVA, José e STOLCKE, Verena. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981: 133-146.
- FORTES, M. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. **Textos de aula. Antropologia 6**. Brasília: Editora da UnB, 1974.
- NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana. Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SANTOS, Priscila Tavares. **A “luta com a terra” no Projeto de Assentamento Che Guevara (RJ): produção e transmissão de conhecimentos entre assentados**. 2011. 183f. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- SANTOS, Priscila Tavares. **Luta com a terra na luta pela terra: produção de conhecimento entre assentados do Projeto de Assentamento Che Guevara (Campos dos Goytacazes/RJ)**. Niterói: Alternativa; Brasília: CNPq, 2014.
- SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

## GT 08 – A luta pela terra e a política fundiária.

### Para que serve o Movimento Sem Terra?

Sandra Procópio da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** o debate sobre a importância dos movimentos sociais que lutam pela terra, é mais do que oportuno na atualidade, é fundamental. Fundamental, para reafirmar a antítese sobre o que apresenta como pensamento hegemônico em relação à (desnecessária) luta pela terra. Vamos procurar, neste artigo, fazer um esforço de pensar debate sobre a importância da atualidade deste tema na conjuntura do Brasil, e sobre a importância dos movimentos sociais, especialmente o MST, que está permanentemente recolocando a importância da Reforma Agrária e das lutas contra-hegemônicas.

**Palavras-chaves:** MST; luta pela terra; Movimentos Sociais.

*“Se o boi soubesse a força que tem, ninguém domava ele” (ditado popular).*

O Movimento Sem Terra (MST), recém completado oficialmente seus trinta anos, em seu VI Congresso Nacional, acontecido em fevereiro de 2014, mais do que nunca traz a tona o debate da centralidade da luta pela terra, em um país de proporções gigantescas no que diz respeito a terras agricultáveis, água, biodiversidade e potencialidades de sua classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, estão postos para os MS, tentar interpretar o conjunto dos acontecimentos, partindo da seguinte premissa:

o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e horas para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 1989, p. 39).

Reafirmando este princípio, é que os movimentos pautam temas e reivindicam garantia de direitos imediatos que dilaceram a vida concreta dos trabalhadores, e/ou

<sup>1</sup> Especialista em Educação do Campo/Mestranda em Sociologia/ Universidade Federal da Grande Dourados, [sandraprocopio@hotmail.com](mailto:sandraprocopio@hotmail.com)

lutas de enfrentamento direto ao capitalismo.

Sendo assim, é importante retomar o histórico conceito de classes sociais para analisar apenas alguns aspectos da complexa conjuntura do Brasil. Ainda faz sentido para nós, reafirmar que há luta de classes, e que existem duas classes sociais fundamentais e antagônicas entre si: a classe burguesa e classe trabalhadora, que daí derivam outras importantes e profundas análises sobre como se compõe cada uma delas, e suas nuances nos tempos atuais. A primeira que é dona dos bens de produção e, portanto, do capital, e que é composta pelas burguesias agrária, industrial, bancária, e outros modos do atual contexto capitalista de acúmulo de renda. A segunda é dona apenas de sua força de trabalho para negociar como produto de venda aos primeiros, e também é importante considerar que é heterogênea, que possui variações dependendo da conjuntura em que vive.

É impossível ignorar os contornos do capitalismo na atualidade, como se comporta, como se reorganizada para seu princípio de acúmulo de capital. Afinal, “em termos mundiais, a classe capitalista nunca foi tão pequena e tão poderosa quanto agora, com um grupo de menos de 500 corporações transnacionais dominando cerca de 60% de toda a produção mundial” (POMAR, 2013, p.34).

Desde sua fundação o MST “contribuiu para publicizar e politizar o tema da questão agrária no Brasil, país que ocupa o segundo lugar em concentração de terras, perdendo somente para o Paraguai” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 276). Porém, é importante recordar, que há 17 anos atrás, com a histórica Marcha Nacional para Brasília por ocasião de um ano de Eldorado dos Carajás, o MST novamente reacendeu na sociedade brasileira o tema da concentração de terras no Brasil.

Para Gohn (2004), sobre a luta pela terra, “a América Latina tem sido palco de violentos conflitos e permanece como um tabu para certas áreas das elites dominantes, que relutam em discutir qualquer proposta de reforma nessa área” (p. 238).

No cenário atual, o tema da terra é um grande desafio. É o dilema que temos entre a implementação de políticas públicas nas áreas sociais que contribuíram para alterar significativamente a vida de contingentes significativos de pessoas que viviam



em condições de extrema pobreza e entre uma parte de ideólogos neoliberais considerem que consideram que a reforma agrária não é mais necessária, pois

a ideologia contrária à Reforma Agrária que perpassa várias gerações acadêmicas, burocráticas e políticas, componentes da chamada elite dirigente, é possivelmente o maior responsável pela desconstrução de iniciativas inovadoras no campo da Reforma Agrária (DELGADO, 2005, p. 43).

Os últimos anos fizeram do Brasil um país com reconhecidas políticas sociais de combate a fome e a pobreza. Embora, no campo da Reforma Agrária, constantemente, estejam sendo pautados direitos sociais pelos movimentos camponeses, como conquistas históricas, a exemplo do PRONERA (Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária). É inegável que várias políticas públicas tem contribuído para que parte de grupos populacionais sintam-se incluídos e partícipes de direitos sociais. Porém, temos clareza de que as políticas sociais sozinhas, são incapazes de resolver os problemas mais agudos do Brasil. Neste contexto, as chamadas políticas compensatórias

se disseminaram na América Latina no contexto neoliberal revestidas pelo discurso do desenvolvimento humano tendo como meta reduzir a pobreza como se o fenômeno não tivesse nenhuma relação com o modo de capitalista de produção, particularmente nessa fase neoliberal (CAMPOS, 2011, p. 62).

De fato, vivemos em um período considerado complexo para ser compreendido no todo. As tendências é considerar as leituras parciais, fazendo coro com o senso comum de que tudo vai muito bem. Porém,

o que a maioria das novas análises não tem considerado é a questão das classes sociais, pois elas filiam-se a modelos pós-modernos de explicação da realidade social, desconsideram as explicações estruturais do materialismo histórico. Em nome de um debate “renovado” desqualificam veios interpretativos relevantes, ignoram a política e a conjuntura econômica, tentando criar novas leituras da realidade como “corretas”, em nome das diferenças e diversidades (GONH; BRINGEL, 2012, p. 32).

Isto posto, é fato que os movimentos sociais considerados clássicos, enfrentam forte pressão no que diz respeito ao seu papel na atualidade. Um dos aspectos provavelmente é resultante de um empobrecimento do debate brasileiro sobre o modelo de desenvolvimento em curso no país, as perspectivas, os desafios. É a necessidade de pensar mais profundamente sobre as raízes de nossos problemas sociais, políticos, econômicos, históricos, conjunturais. Estamos ausentes de debates com amplos setores da sociedade brasileira sobre o Brasil dentro do contexto latino americano e mundial.

É nesta direção que os Movimentos Sociais cumprem um importante papel de questionarem e posicionar-se no campo da produção de conflitos de idéias. Sem o

conflito de opiniões, (o)posições e diálogos, não se pode avançar para pensar o Brasil. Neste sentido,

os movimentos sociais seriam sintomas de descontentamento dos indivíduos com a ordem social vigente e seus objetivos principais seriam a mudança dessa ordem. Em determinadas condições, eles poderiam se tornar um perigo para a própria existência dessa ordem (GONH, 2004, p. 38).

Portanto, para os Movimentos Sociais, embora sabendo que há distintas trincheiras para serem enfrentadas, uma das mais importante é a trincheira do conhecimento. É a capacidade das próprias organizações da classe trabalhadora darem conta de construir conteúdos e práticas que rompam o senso comum. Afinal, hoje, mais do que nunca, é bastante atual a lógica de que

as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante (MARX; ENGELS, 1989, p. 72).

Um dos nossos problemas mais agudos é a concentração de renda. O Brasil segue sendo o campeão mundial nesse quesito. Neste sentido, as políticas compensatórias estão longe de atacar as causas, e estão situadas no âmbito do combate a pobreza e a fome, desfocadas da superação das origens das desigualdades. O Brasil pesquisado pelo economista Marcio Pochmann, retrata que “a distância da separação entre o menor e o maior salário no país chega a atingir quase 2 mil vezes parece inacreditável nesse início de 3 milênio”. Segundo Pochmann “5 mil clãs apropriam-se de 45% de toda a riqueza e renda nacional”. A mesma pesquisa revela também o tema da tributação de impostos, e sua relação com a distribuição de renda. Vejamos que “o trabalhador que recebe mensalmente até dois salários mínimos mensais tem uma carga tributária de 48% do seu rendimento”. Em contrapartida, quem recebe mais paga menos, pois “o trabalhador com remuneração superior a 30 salários mínimos mensais, deixa para os impostos somente 26% de sua renda”(1). Vale aqui destacar que a maioria destes tributos incidem sobre produtos básicos, como alimentação, por exemplo. Aí explica-se porque os mais pobres pagam mais impostos.

Ainda em relação aos tributos, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, há tempos vem denunciando a isenção do pagamento do IPVA (Imposto para Veículos Automotores) para lanchas, jatinhos e helicópteros particulares

---

1:Jornal eletrônico viomundo ([www.viomundo.com.br](http://www.viomundo.com.br)), acessado em 13 de agosto de 2013.

dos ricos do país. Neste tema ainda cabe observar o estranho caso do “sumiço” do processo que condenava a Rede Globo no Rio de Janeiro a pagar 615 milhões de reais por sonegação fiscal (2).

Dialogando com estes dados, temos também a pesquisa realizada por Christiane Senhorinha Soares Campos, tendo como pano de fundo o tema da mulher e do agronegócio, que apresenta dados que nos completam com aspectos importantes de análise desta realidade, como o que segue olhando para o cenário brasileiro:

na classificação internacional pelo critério da renda per capita, o Brasil está entre o 1/3 mais rico do mundo, por isso não pode ser classificado como um país pobre. Entretanto, cerca de 30% da população total do Brasil é pobre enquanto nos países com renda per capita semelhante esse percentual gira em torno de 8%. Isso faz da sociedade brasileira uma campeã mundial em desigualdade (CAMPOS, 2011, p. 64).

Este cenário nos leva a constatação de que mais do que nunca, existe um profundo antagonismo de classe entre a burguesia e o proletariado. Nessa configuração da sociedade brasileira, o capitalismo encontrou aqui um modelo ideal em que se engendram a “tríplice aliança latifúndio-agronegócio-Estado, no contexto neoliberal, se constitui um importante agente de perpetuação da pobreza” (CAMPOS, 2011, p. 21). Conclui-se que esta realidade está alicerçada em uma estrutura fundiária arcaica e concentradora de terras e capital, onde sua ação é cada vez mais excludente dos agricultores camponeses. Para a pesquisadora Maria Luiza Rocha Ferreira de Mendonça (2013), em sua pesquisa sobre a construção do conceito “agronegócio”, fica evidente que a acumulação de capital precisa ser analisada a nível de mundo. Para Mendonça,

a ideia da necessidade de “industrialização” e da agricultura ou da “internacionalização” do agronegócio, através de políticas de apoio à implantação deste sistema em nível mundial, continua a ser justificada como solução no combate à fome. Para isso, foi necessário difundir a noção de “desenvolvimento” da agricultura, associada à extensão territorial e aos processos de mecanização e padronização dos cultivos, que demandam grande quantidade de capital (p. 88).

A característica principal dos movimentos sociais camponeses, tem sido de denúncia da situação, de problematização da realidade, e de apresentação de formas não convencionais de se construir e auto-afirmar a proposta de um modelo em direção a uma convergência de propostas anti-hegemônicas.

Deste esforço dos movimentos camponeses em lutas pela terra, do qual o MST é

---

2:Consultar <http://vimeo.com/71304758>), acessado em 14 de agosto de 2013.

parte, é importante também observar o caráter internacionalista que assumem as organizações camponesas. Dentre os movimentos camponeses, contrapondo a proposta da globalização neoliberal, há clareza de posicionamento político no cenário mundial, articulando-se como classe trabalhadora. Um dos lemas que marcam o caráter internacionalista da Via Campesina, podemos perceber na consigna: “globalizemos a luta, globalizemos a esperança”. Sobre a organização a

surge, em 1993, uma organização internacional de camponeses: a Via Campesina. Diversos autores atribuem este surgimento a uma crescente mercantilização e internacionalização da agricultura, de forma que a organização dos trabalhadores do campo seria uma resposta a esta tendência. Progressivamente, a partir de sua fundação, a Via Campesina ampliou bases geográficas, estendendo-se e consolidando ininterruptamente em nível internacional (VIEIRA, 2012, p. 205).

A Via Campesina tem pautado como uma das suas prioridades o tema da soberania alimentar. É fato que “a Via Campesina criou e tem insistido na ideia de *soberania alimentar*. Por trás deste conceito está um conflito de modelos de agricultura (e de mundo) que alguns autores tem identificado como de *contra-hegemonia*” (VIEIRA, 2012, p. 205). Mais que a alimentação em quantidade e qualidade nutricional suficientes, a temática perpassa pela questão da soberania territorial, pela capacidade dos países em decidirem o que plantar, como, quando e quanto, e o que fazer com sua produção de alimentos. Portando, trata-se da soberania de uma nação, de sua auto-determinação. Supõe, então, um questionamento sobre um modelo de produção agrícola, de ordem mundial, onde a alimentação transformou-se em fonte de acúmulo de capital.

O tema da soberania alimentar levanta questionamentos sobre a estrutura fundiária dos países. E sobre o uso que se faz da terra. E por trás disso várias outras questões como a especulação da terra, as remoções forçadas de populações camponesas de áreas agricultáveis, os modelos de monocultivos com forte pressão sobre os recursos naturais, entre outros.

Voltamos ao ponto de início: para que serve o MST?

O MST, com trinta anos de existência, é mais necessário do que nunca. Os Movimentos Sociais, considerados clássicos, possuem imensos desafios, nesta conjuntura tão complexa. Desafios de ordem interna e externa colocam-se para serem

analisados, neste contexto de um Estado brasileiro, com governo dividido entre setores de esquerda e de direita. Toda a classe trabalhadora vivencia atuais questões relacionadas ao quefazer diante da conjuntura,

como é o caso no Brasil, do MST, o que lhes coloca desafios muito concretos em uma situação ainda amplamente desfavorável ao ascenso das lutas de massa e – o que é pior – proletárias a, pressão objetiva para que perca sua autonomia ideológica e organizativa em relação ao Estado burguês é muito forte (ALMEIDA, 2012, p. 198).

Considerando, sim, não somente o MST, mas o conjunto dos MS, as fragilidades à que estão submetidos devido as contradições do atual momento da sociedade e da política brasileira, o MST, transcende sua própria pauta e assume compromissos ético políticos com a classe trabalhadora. Desta forma, o MST tem posto ao desafio de

articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro (MST, 2008, 94)

E, sem dúvida, relacionada ao tema fundiário, segue com o princípio de “lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos” (MST, 2008, 95).

Neste sentido, também, o tema de compreender o que as pessoas pensam, querem, e como interpretam o mundo, é fundamental. Conclui-se que,

para o MST, o mais importante é manter o vínculo de movimento de massas. Na interpretação das esquerdas, uma organização política é uma organização fechada, de quadros e tal. Queremos organizar o povo. No momento que o MST perder sua base social ou o contato com o povo, aí se foi. Podemos ser os mais sabidos da Reforma Agrária do Brasil, mas não vamos ter nenhuma força (STEDILE, 1999, p. 81).

Como confirma João Pedro Stédile, para além da academia, compete também aos movimentos, o esforço político de tentar ler e interpretar a realidade brasileira. E como essa macro conjuntura se concretiza no cotidiano. Como se dão as relações entre o que acontece na localidade com os temas globais. Ou então, como é que o MST enquanto organização deixa-se permanentemente reeducar-se por seu povo, reaprende a lidar com as alterações provenientes do mundo do trabalho, rediscute o impacto das mudanças no universo camponês. Para a militância do MST, a realidade é encarada como o lugar onde se vive e

precisamos, sim, ter a humildade de aprender com os que nos antecederam. Estes só foram grandes porque aprenderam com os que vieram antes deles e

foram coerentes com o passado que herdaram de outros lutadores (STEDILE, 1999, p. 58).

Na América Latina e no mundo, os movimentos sociais do campo – indígenas quilombolas, camponeses – articulados na CLOC (Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo) e na Via Campesina (em todos os Continentes do mundo) tem dado um contribuição fundamental, fazendo a diferença na luta de classes mundial.

Para Almeida (2012, p. 191),

desde o final do século XX, a América Latina tornou-se o habitat de novos movimentos sociais que, em sua maior parte, ao contrário do que afirmavam diversas teses sobre a chamada globalização, são fortemente orientados por nacionalismos de novo tipo.

É importante também compreender que a discussão da Reforma Agrária transcende os marcos que delimitam o que é campo e o que é cidade, ultrapassa os interesses dos movimentos específicos, perpassa o conjunto das lutas que reafirma a identidade da classe trabalhadora.

Os tempos atuais nos impõem limites deste tempo histórico para conseguirmos ter uma visão ampla da conjuntura e do nosso papel de sociólogos dentro e fora do Brasil. Já enquadrados na lógica de “cada um no seu quadrado”, e à mercê da velocidade das informações, temos sido poucas as lutas que transcendem nossos objetivos individualistas. Por isso, precisamos uns dos outros. Precisamos da solidariedade de classe, radical em suas formas e dimensões.

Segue o desafio das organizações e movimentos sociais que consigam combinar o clássico tripé: lutas de massas, organização e formação permanente.

O MST, segundo Gohn (2004) é considerado um movimento de caráter clássico, enquanto possui como marco referencial o paradigma marxista, pautando suas análises e suas ações em princípios como luta de classes, teoria da revolução, lutas massivas, por exemplo. O caráter radical que o Movimento possui, faz desta uma organização que pauta as raízes dos graves problemas sociais brasileiros. O próprio Movimento tem realizado um ato de sair de si mesmo para atuar em sintonia com demais organizações da classe trabalhadora. Neste contexto,

as articulações do MST com as demandas e lutas urbanas vêm criando possibilidades de uma compreensão da luta de classes em sua totalidade, o que pode fortalecer a construção de resistências e ações contra-hegemônicas ao capital (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 280).

Ainda segundo a autora, os MS são também resultados das diferentes crises pelas quais passam as sociedades contemporâneas. Suas atuações dão sentido para interpretar a realidade. Enfim, como vemos,

contraditoriamente a toda propalada modernidade da sociedade brasileira nos anos 90, por exemplo, o MST será uma das amostras da exclusão e da desigualdade social no continente (GONH, 2004, p.238).

Ainda para Gohn (2004), merece destaque Rosa Luxemburgo e sua contribuição sobre a importância da participação das massas, o tema da revolução como produto da consciência humana, a importância para a democracia, liberdade, respeito as opiniões, como inseparáveis do processo socialista (p. 182). Importante também considerar que a estratégia dos movimentos sociais foi variada, de acordo com cada período histórico. Porém, a resposta da sociedade política para responder aos movimentos sociais tem sido a “institucionalização dos conflitos” (p. 234). Essa estratégia não tem resolvido os problemas, e tem aumentado a descrença no estado como provedor do bem comum.

Em um país como o Brasil, no momento convenientemente considerado “emergente” no cenário internacional, os contrários à Reforma Agrária, parecem que nos querem fazer crer que ela já é uma pauta ultrapassada. Esta em números os dados que servem para nos fazer refletir sobre a (falta de) soberania do nosso país. Como por exemplo, a prioridade de investimentos financeiros na política agrícola que temos no Brasil, como o exemplo que segue atual após uma década:

em 2004, dez empresas transnacionais receberam cerca de \$4,5 bilhões de reais do Banco do Brasil. Esse valor é maior do que todo o crédito concedido aos pequenos agricultores através do Pronaf. No total, o governo disponibilizou \$37 bilhões de reais em crédito para grandes fazendeiros (RESENDE; MENDONÇA, 2005, p. 47).

Qual o papel dos sociólogos? O quê vale a pena problematizar? Como contribuir para pensar o Brasil? Que considerações é importante ao estudar o Brasil?

Somos muitos e muitas. Então nossas respostas serão todas muitas, diversas, um mutirão de ideias. Porém, penso que fundamentalmente, aprendemos o valor de esforçar-se para que nosso olhar seja da realidade como um todo. Contrapondo o viés da modernidade, que nos obriga a enfiar a cabeça para ver somente as coisas miúdas, nosso objetivo deverá ser sempre um olhar mais amplo da realidade, sem deixar de fazer a relação do local com o estrutural. Enfim, explicitar as contradições da luta de classe é pensar o Brasil. Isso supõe pensar também que nossa ciência deverá ter como objetivo

principal outro sistema, onde o ser humano tenha primazia sobre o capital. Afinal, parafraseando Brech “a única finalidade da ciência é aliviar a miséria humana”.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Lucio Flavio de. Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: importantes vitórias, novos desafios. In: COUTINHO, J.A.; LOPES, J.B. (orgs) **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Buenos Aires: Clacso, 2011.

DELGADO, Guilherme C. **A realização da Produção na Reforma Agrária**. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Vol. 32 – n. 1 – Ago/Dez – 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava Gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança – Um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

GONH, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs). **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. 7 Ed. São Paulo, Hucitec, 1989.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura: A construção do conceito de Agronegócio**. Universidade de São Paulo: tese em Geografia Humana, 2013.

MENDONÇA, Maria Luisa; RESENDE, Marcelo. **Violência no Campo**. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Vol. 32 – n. 1 – Ago/Dez – 2005.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MST. **Programa de Formação para a Cooperação e Organização dos Assentamentos**. São Paulo: MST, 2008.

POMAR, Wladimir. **Debatendo classes e luta de classes no Brasil**. Fundação Perseu Abramo discute. São Paulo, n. 1 – maio/ 2013.



STEDILE, João Pedro (org). **A reforma Agrária e a luta do MST**. São Paulo: Vozes, 1999.

VIEIRA, Flávia Braga. Articulações Internacionais “desde abaixo” em tempos de globalização. In: GONH, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs). **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

**GT. 8: A luta pela terra e a política fundiária**  
**Problematizando: A demarcação de Terras Indígenas e a ineficácia do**  
**direito coletivo no Brasil**

**Waldemir Soares<sup>1</sup>**

**Erika Mesquita<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Bacharel em Direito; Advogado, [wsoares.adv@gmail.com](mailto:wsoares.adv@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutora em Antropologia UNICAMP; Docente/Pesquisadora, IFAC, [erika.mesquita@ifac.edu.br](mailto:erika.mesquita@ifac.edu.br)

**Resumo:** A Constituição Brasileira é a lei máxima, em que cidadãos e Estado deveriam nortear-se por fazer cumprir, mas a questão pertinente é: será que essa categoria cidadão agrega todos os indivíduos, denominados nacionais? Como pensar em cidadãos tendo como norte as populações indígenas, com sua cosmologia e cultura, bem como língua e *habitus*? Essas populações realmente estão contempladas por essa carta Magna? Como pensar a polemica PEC 215/00 em que a violação aos direitos territoriais está vinculada aos interesses de um Estado que não se baseia no direito coletivo, categoria que se aproxima um pouco mais das variadas concepções dos povos originários que habitam o país. Diante da paisagem atual dos acontecimentos com relação aos direitos relacionados aos indígenas até que ponto eles não são colocados como segunda linha de cidadãos por uma Constituição em si discriminadora? Com o pano de fundo as atuais questões sobre a demarcação de Terras Indígenas, abordaremos o tema no âmbito jurídico-antropológico.

**Palavras-chaves:** (Povos Indígenas; Direito Territorial Pluralidade)

### **Introdução**

Desde antes de 1500, diferentes grupos humanos habitam o território nacional, originando variadas configurações socioculturais. Neste contexto os povos indígenas que desde há muito tempo vêm vivenciando inúmeros conflitos, onde se observa de maneira geral que a violência e a intolerância têm imperado. Diante deste quadro, as respostas destes povos têm sido a constante busca pelo respeito e a necessidade de negociação da convivência com a diferença. É histórico o dado que os indígenas brasileiros têm sido expropriados de seus direitos, de suas terras por pessoas que de uma forma ou de outra tentam apossar-se delas, e essa violência continua contemporaneamente com o envolvimento de vários interesses concorrentes.

É sabido que os indígenas são entendidos por muitos como entraves para um desenvolvimento pautado na lógica capitalista. Dessa forma, percebe-se que, as sociedades indígenas tem sido campo fértil para as mais diversas projeções e idealizações ao longo da história, quase sempre balizadas em visões estereotipadas.

Entre elas, pode-se citar a imagem do índio como metáfora de liberdade natural, ou seja, o índio como um ser exótico intocável ou a imagem do índio como entrave ao progresso, ligada a um “atraso” a ser superado. Importante observar que, devido às questões ambientais, como a cada vez mais incontestável mudança climática, a conservação de áreas de florestas e dos conhecimentos tradicionais que essas populações preservam, vem conquistando certa visibilidade política, e com essa paisagem, novas reflexões devem ser feitas. Essas reflexões perpassam cada vez mais pela necessidade de se reconsiderar a maneira de pensar a visão que a sociedade não indígena tem das sociedades indígenas.

Pensar o indígena é pensar também sobre cidadania. É sabido que ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. É, em resumo, ter direitos civis, participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. Dentro desse quadro, em que ser cidadão requer todos esses direitos, o indígena é um cidadão de segunda categoria, porque grande parte desses brasileiros natos não tem direitos civis, sociais e muito menos políticos.

### **Questões sobre a PECn° 215/2000**

A Proposta de Emenda Constitucional n° 215/2000 – PEC 215 – foi apresentada a Câmara dos Deputados em 28/03/00, pelo Deputado Almir Sá, essencialmente a proposta via alterar a competência para a homologação das demarcações de terras indígenas em transito e ratificar àquelas já finalizadas. Para tanto, a proposta busca acrescentar o inciso XVIII ao art. 49; modificar o § 4° e acrescenta o § 8° ambos ao art. 231, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988):

**Art. 1° Acrescenta-se ao art. 49 um inciso após o inciso XV, renumerando os demais:**

**Art. 49 É de competência exclusiva do Congresso Nacional:**

(...)

**XVIII – aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas;**

**Art. 2° O § 4° do art. 231 passa a vigorar com a seguinte redação:**

**Art. 231 (...)**

**§ 4° As terras de que trata este artigo, após a respectiva demarcação aprovada ou ratificada pelo Congresso Nacional, são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.**

**§ 8° Os critérios e procedimentos de demarcação das Áreas Indígenas deverão ser regulamentados por lei.**

O instrumento constitucional – PEC – é uma proposta para incluir e/ou alterar determinados artigos, parágrafos e incisos da Constituição. Seu regimento está contido no art. 60 da carta magna, incluindo procedimento e possibilidades, ou seja, não são todos os artigos que podem sofrer a ação do Poder Constituinte Reformador ou Derivado (MEDINA, J.M.G, 2012) Artigos que versem sobre a separação dos poderes (art. 60, § 4º, III) e direitos e garantias fundamentais (art. 60, § 4º, IV) não podem ser matéria de Proposta de Emenda a Constituição, portanto, o poder reformador do Constituinte derivado é limitado.

No que pese qualquer entendimento contrário, é justamente, nos incisos, III e IV do § 4º do art. 60 da Constituição que a PEC 215/2000 entra em rota de colisão.

Atualmente sob a responsabilidade de relatoria do Dep. Osmar Serraglio (PMDB-PR) na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, a PEC 215, vem sendo alvo de duros ataques dos Povos Indígenas que serão diretamente afetados pelas mudanças nos procedimentos de demarcação e homologações de terras pelo Executivo se aprovado o texto proposto pela Emenda.

Neste sentido defende-se que a proposta de Emenda Constitucional aqui discutida escolhida via PEC 215/2000, além de inconstitucional, agrava ainda mais essa problemática, diante da representatividade no Congresso Nacional do agronegócio.

### **O Processo de Demarcação e Homologação de Terras Indígenas**

O processo de demarcação de terras indígenas tradicionalmente ocupadas é regido pelo dec. nº 1.775/96, que em conformidade com seu art. 1º o confere caráter administrativo e de competência do “órgão de assistência ao índio”, no caso a FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, ligada ao Ministério da Justiça.

O dec. nº 1.775/96 toma como base para sua fundamentação legal, os art. 231 da Constituição e o art. 2º, IX da lei nº 6.001/73, o último, também conhecido como Estatuto do Índio.

O presente decreto deixa claro que o procedimento para a demarcação de terras e seus critérios são de caráter administrativo e submetidos a FUNAI, então órgão competente ligada ao Ministério da Justiça. Doravante qualquer entendimento contrário, a situação dos povos tradicionais e suas garantias, tem por necessidade um órgão técnico e específico para análise etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental (Art. 2º, § 1º do Dec. nº 1.775/96).

Após o processo administrativo de demarcação, a terra indígena será objeto de homologação mediante decreto (Art. 2º, § 1º do Dec. nº 1.775/96), em conformidade com a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e posteriormente, a FUNAI promoverá a inscrição da área homologada no respectivo Cartório de Registro de Imóveis da localidade e na Secretária de Patrimônio da União (SPU) (Art. 6º do Dec. nº 1.775/96), para que esta tome os efeitos legais e de uso (Art. 20, inc. XI da Constituição Federal de 1988.)

Por todos os procedimentos percorridos, tem se, atualmente que o procedimento de demarcação e homologação de terras indígenas é administrativo e de caráter eminentemente técnico de competência de órgão ministerial e sob a responsabilidade do Poder Executivo.

### **Da harmonia entre os poderes**

A Constituição promulgada em 8 de outubro de 1988 é estruturada na divisão dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Esses poderes se compõem harmônicos entre si e cada um sua função para garantia do Estado Democrático de Direito. Esse princípio de administração do Estado encontra amparo nos art.2ª como segue: “*São Poderes da União, Independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*” Essa harmonia é fundamental e base estrutural da República e sua administração sendo que todos os cidadãos, em última análise, tem acesso ao judiciário, este como poder regulador para analisar eventual ineficiência dos poderes

Qualquer ingerência de um Poder sobre outro se reveste de inconstitucionalidade. E assim, decidiu o Supremo Tribunal Federal em ADIn 4.102: “As restrições impostas ao exercício de competências constitucionais conferidas ao Poder Executivo, entre elas a fixação de políticas públicas, importam em contrariedade ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes (STF; ADIn 4.102, rel. Min. Cármen Lúcia, Plenário, j. 26.05.2010). Nota-se que é exatamente o que propõe a PEC 215/2000, quando busca incluir o inciso XVIII ao art.49 da CF/88 com o seguinte texto: “*aprovar a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas*” Os pontos “*aprovar a demarcação*” e “*ratificar as demarcações já homologadas*” são flagrantes na ingerência sobre ações de competência do Poder Executivo, portanto, se reveste de inconstitucionalidade baseada no art. 2º e art. 60º, III da CF/88.

## Garantias fundamentais aos indígenas e o agronegócio

As garantias fundamentais dos povos indígenas são amparadas pelos artigos 5º e 231 da CF/88 quando este último trata da questão fundiária em sua parte final: “(...) *as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União, demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*” Tem-se, portanto, a responsabilidade do Poder Executivo na manutenção e proteção fundiária dos povos tradicionais. Em sentido oposto, a PEC 215/2000 busca retirar do Poder Executivo essa prerrogativa e transferi-la ao Legislativo, deixando os povos tradicionais a mercê da democracia representativa que não os representa diante da correlação de forças existentes no Congresso Nacional, em especial, a Bancada do Agronegócio.

A Bancada do Agronegócio ou Ruralista possui uma composição de frente ampla, com partidos de direita e esquerda. Essa bancada é tão representada no Congresso Nacional, que o jornalista Alceu Castilho (2012: 22) em seu livro *Partido da Terra*, elencou a quantidade de hectares que cada casa possui, e os números são alarmantes, vejamos: Deputados Federais – 157.074,91 há e Senadores – 78.786,93 há, dados levantados junto ao TSE- Tribunal Superior Eleitoral para as eleições de 2010 e atual composição do Congresso. E isso vai além como menciona o próprio autor:

Cargos mais altos implicam maior média. Entre os prefeitos eleitos, ela salta para 209 hectares por pessoa; entre os deputados estaduais, 203, entre os federais, 296; entre os senadores, atinge o pico, com 973 hectares por senador eleito; entre os suplentes eleitos para o Senado, 485 hectares; entre os governadores (e vices), volta a baixar, para 341 por político.

Em artigo para *Carta Maior*, Najar Tubino (2013) traça o perfil da bancada ruralista por partidos e regiões do Brasil:

O perfil da bancada ruralista é o seguinte: maior número de deputados é de Minas Gerais com 24, do total de 53. As bancadas regionais do MS e TO tem a maior proporção de ruralistas 87,5%. Dos oito componentes das duas bancadas sete são ruralistas. No MT dos oito são seis ruralistas. A região Centro-Oeste tem o maior número de ruralistas – dos 41, 24 fazem parte. Mas a Região Sul, possui o maior número proporcional – 62,3%. Ou seja, dos 77, 48 são ruralistas, no caso do RS, dos 31 deputados 16 são da bancada. No Paraná, de 30, 21 pertencem a dita cuja. No nordeste, dos 151 congressistas, 63 são ruralistas. No Norte, dos 65, 29 compõe a bancada. No Sudeste dos 179, 44 são ruralistas. O partido com maior número de ruralistas é o PMDB – dos 78, 46 são, além de Três senadores. O bloco PSB, PTB e PC do B dos 62, 22 pertencem e um senador. No PP, dos 39 deputados 25 são ruralistas além de três senadores. No DEM, dos 27, 26 estão catalogados. No PSDB de 51, 25 participam. No PT dos 85, 14 votam com ela.

Todo esse aparato defende interesses próprios e do agronegócio. A alteração na forma de demarcação e homologação das terras indígenas, levando-a para o Congresso Nacional, reduzirá o acesso ao direito à terra de forma substancial frente o inquestionável interesse financeiro em jogo.

Não é demais salientar que, uma vez homologada, a terra tradicional passa a pertencer a União e fica impossibilitada de manejo não tradicional e de larga escala ou extensão, criando no Brasil várias fronteiras agrícolas e impedindo a expansão do agronegócio. Como se não bastasse, além de inconstitucional do ponto de vista da harmonia entre os Poderes, a PEC 215/2000, também reduz à garantia fundamental (Direitos Humanos) de acesso a terra contida na segunda parte do art. 231 da CF/88: “(...) *as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União, demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*” O acesso a terra e manutenção de sua cultura tradicional é parte das garantias fundamentais dos povos indígenas instituída na Constituição pelo constituinte originário, portanto, sua redução e alteração não pode ser realizada por meio de Emenda a Constituição conforme preceitua o art. 60, inc IV do texto constitucional.

### **As Velhas-novas questões**

A afirmação de que a Constituição Brasileira de 1988 inaugurou uma nova fase no relacionamento das sociedades indígenas com o Estado e a sociedade brasileira é em tese real, mas em prática uma grande falácia. Não há o reconhecimento por parte da lei magna das organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições de cada etnia que habita desde tempos imemoriais o país, bem como não há o respeito ao território ancestral de cada grupo, em que muitos índios seguem morrendo por causa de sua Terra. Há um continuísmo na Constituição que ainda se dá com o desprezo pelo papel da diversidade cultural no estímulo e enriquecimento das dinâmicas sociais e na recusa etnocêntrica da contemporaneidade de sociedades de orientação cultural diversa que a branca, capitalista, cristã dominante. Esse panorama tem sedimentado uma visão quase sempre negativa das sociedades indígenas. Existe uma postura ideológica predominante, de que os índios não contam para o nosso futuro, uma vez que muitos os consideram como um resquício de um Brasil arcaico, e que concomitantemente são marcados por uma perspectiva de extinção dessas sociedades, que atravessam o progresso. Os portavozes dessa ideologia são a bancada ruralista e desenvolvimentista do Congresso que

em prol de um “progresso” age contra os povos originários. Desta forma, como salientado acima, deve-se questionar e pensar sobre a Proposta de Emenda a Constituição (PEC 215) cuja proposta retira a competência da FUNAI e a transfere ao Congresso Nacional a atribuição de aprovar a demarcação de Terras Indígenas, bem como a revisão das áreas já demarcadas.

A Constituição de 1988 trouxe uma pequena evolução de procedimento apenas com relação aos indígenas no que tange a demarcação de suas terras, porque antes de 1988, o Estado “escolhia” a terra indígena, demarcando-a. Embora fosse um direito adquirido, havia poder discricionário do Estado, gerando a política deformada de fixação de indígenas em terras que nem sempre lhes correspondem como território, na idéia de “liberar” terras para exploração ou uso público, - como estradas, ferrovias -, parte de um grande projeto desenvolvimentista que nota-se ainda não chegou ao seu final. Assim, por exemplo, ocorreram a construção do Parque Nacional do Xingu acomodando povos inimigos e gerando a questão Panará, e o confinamento dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul para projetos de colonização, dentre outros. As novas terras demarcadas, como a dos Yanomami, Alto Rio Negro e Javari, respondem mais ou menos à real ocupação do território segundo os usos, costumes e tradições, e segundo Marés (1998: 6) *“só demarcaram essas áreas assim porque não era fronteira agrícola. A questão política e administrativa é saber o que fazer com as terras demarcadas de forma equivocada ou intencionalmente reduzidas, especialmente no Nordeste, Centro-Oeste e Sul”*. Nota-se que a questão de terras e da fronteira agrícola, vem à tona com toda a ideologia negativa em cima dos indígenas, e com força, agora que o norte é entendido como a riqueza para desenvolvimento do país. Logo, as Terras Indígenas e seus ocupantes se tornam mais uma vez entrave.

Dentro do estado democrático de direito os indígenas não são representados porque não exercem cidadania plena, porque não eles não têm acesso pleno ao estado democrático de direito. Tem-se então o problema da correlação de forças entre a representatividade indígena e representatividade do agronegócio, que, diga-se de passagem, é descomunal, principalmente no plano federal onde se discute a competência indígena, em que eles são poucos representados. Com esse cenário não fica difícil de visualizar quem sairá vencedor e vencido.

### **A dificuldade de entender o coletivo dos povos indígenas**



O conjunto de direitos que migraram de um limbo para um efetivo direito coletivo, foi os direitos dos povos indígenas. Antes da Constituição de 1988 os povos indígenas eram entendidos pelo sistema jurídico como povos em transição que seriam integrados no sistema como pessoas, por isso a invisibilidade de seus direitos tão claramente expostos. Pela primeira vez, em 1988, a lei reconheceu que os povos indígenas são coletivos, garantindo-lhes o direito de continuar a serem índios. Mas os direitos coletivos a que eles têm direito ainda estão no limbo. Cada vez que são propostos ou reivindicados, é desqualificado o seu sujeito: no caso o povo indígena, se reivindica um direito coletivo, deve fazê-lo como pessoa jurídica. Sendo assim, no universo do direito individual, tudo que seja coletivo é estatal, omitido ou invisível. Os direitos coletivos têm titularidade difusa, ou seja, não apropriável individualmente, mas espalhada por todos. Os titulares dos direitos coletivos são todos, mas não o “todos” que significa cada um, como no direito individual, mas o coletivo geral, ou seja, os indivíduos somando para formar um indivíduo coletivo. O direito coletivo é visto em sua individualidade e isso não cabe em se tratando de uma sociedade com a base na comunidade e na coletividade.

A Constituição garante aos povos indígenas o direito à organização social, ou seja, direito à auto-organização, o que compreende não só as formas de poder interno, como também as de representação e direito, inclusive de solução de conflitos. Esse direito, portanto, diz respeito às questões internas do povo e varia não apenas de povo para povo, mas em função da forma e intensidade do contato com comunidades não indígenas e com o Estado Nacional. Com o contato, porém, muitas vezes essa lei interna se esgarça, modificando-se a ponto de a estrutura social ser abalada. Quanto maior a interferência do Estado e de outras instituições, maior o abalo, daí ser regra de ouro o princípio da não-intervenção e da busca pelo não-contato onde ele ainda for possível, devendo o Estado garantir a integridade do território ocupado por esses povos.

Para o Direito, a legitimidade do poder interno se dá segundo cosmologias e cosmogonias, isto é, a lei indígena. Mas tem-se que levar em consideração que não é uma Lei Indígena e sim centenas delas, conforme cada etnia e grupo. Deve-se também reconhecer os diversos níveis de representação e entender claramente as legitimidades internas e externas, respondendo de acordo com elas. Novamente, as políticas públicas fundadas nessas tarefas somente adquirem sentido se elaboradas para cada povo, região ou local, sob pena de aumentar a indesejada interferência do Estado nos assuntos

indígenas. Daí o papel dos antropólogos indígenas e não-indígenas para traduzir ao Estado as nuances de tal ou qual jurisprudência indígena. Isso significa que a política indigenista tem de obedecer à não-integração, ao consentimento informado e ao respeito à decisão indígena, garantindo que cada povo possa viver segundo sua vontade na construção de seus sonhos coletivos.

Quando se discute quais direitos possuem os povos indígenas, deve-se consignar como ponto-chave de discussão o fato de que *os índios possuem o direito de ter direito*. Faz-se necessário, pois, o reconhecimento de que os povos indígenas são sociedades complexas e auto-suficientes, e que possuem organização social, cultura, crenças, tradições, princípios éticos, valores e direito próprios. Esse fato, porém, está longe de ser reconhecido pelo imaginário branco. A concepção reinante é a de que o índio e toda sua cultura são inferiores e dependentes de tutela. O banimento dessa mentalidade colonizadora e preconceituosa consiste em premissa essencial para uma correta compreensão acerca dos direitos indígenas. E essa necessária extinção de preconceitos deve atingir, sobretudo o plano do direito. Pois é aqui, no poder regular por meio de leis a práxis social cotidiana, que de forma mais firme manifesta-se o direito de um povo à autodeterminação. E o reconhecimento desse direito passa, necessariamente, pelo reconhecimento de que tal direito é válido e paralelo ao direito estatal oficial, para que enfim os indígenas possam soerguer a categoria de cidadãos plenos.

A questão é que o Direito ainda não compreendeu em sua magnitude como tratar com o direito coletivo. O direito coletivo nos remete aos estudos de “comunidade”, que enquanto categoria analítica equivale ao que Ferdinand Tönnies chamou de *gemeinschaft*, um grupo social cuja união é baseada num entendimento compartilhado por todos os seus membros, entendimento este que precede acordos e desavenças internas. Daí os grupos de parentesco, como os indígenas serem formados por comunidades. A comunidade, isto é, o coletivo é o ponto de partida da união, e não o fim ou consequência de debates e negociações.

O direito coletivo ainda é tratado como algo obscuro devido suas bases estarem apoiadas em outra concepção, que não da propriedade individual, que baliza as leis brasileiras. Portanto, algo diferente do direito em que o indivíduo é o proprietário, é como se apresenta o direito coletivo, que se transforma em que Movimentos que vão para além do direito, em coletivos que tenham que lançar mão de correlações políticas para terem suas reivindicações, no mínimo pautadas por esse direito que ainda não

reconhece em sua amplitude o coletivo e seus direitos. Portanto, entende-se que no que tange aos novos direitos, e em especial aos direitos indígenas, que o sistema jurídico brasileiro carece de uma nova hermenêutica, de uma forma plural e multicultural de compreender o fenômeno jurídico, forma essa que assegure aos povos indígenas os direitos coletivos que até então estão eles ainda não encontraram.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Constituição. 1988, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

BRASIL. Decreto nº 1.775/96 de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm). Acesso em 04/05/2014.

CASTILHO, A. L. 2012, Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro – São Paulo: Contexto.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

Disponível em: [http://mapas2.funai.gov.br/portal\\_mapas/pdf/terra\\_indigena.pdf](http://mapas2.funai.gov.br/portal_mapas/pdf/terra_indigena.pdf). Acesso em 04/05/2014.

GALHARDO, R, 2013, Último Segundo. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-06-07/assassinatos-de-indigenas-no-brasil-crescem-269-nos-governos-dilma-e-lula.html>, Acesso em 4/05/2014.

MEDINA, G. M., 2012, Constituição Federal Comentada, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

SOUZA FILHO, C.F.MARÉS DE, 2011, Os Direitos Invisíveis, Encontro Anual da ANPOCS.

TUBINO, N. 2013, Carta Maior\_Política- Bancada Ruralista: Tudo pela Terra. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Bancada-ruralista--tudo-pela-terra/4/29182>. Acesso em 04/05/2014.

# QUESTÃO AGRÁRIA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DO TERRITÓRIO NO QUILOMBO CAFUNDÓ – SP

Lucas Bento da Silva<sup>1</sup>

Para o Brasil alcançar a modernidade era preciso pôr fim à escravização dos negros e negras. Era preciso, também, libertar as terras dos antigos proprietários coloniais, de forma racional, entre escravizados e imigrantes. A abolição da escravatura eu vivi para ver. A democracia rural não.  
(André Rebouças, 1988)

A escravidão penetrou cada um dos aspectos da vida brasileira. Além de movimentarem engenhos, fazendas, minas, cidades, plantações, fábricas, cozinhas e salões, os escravizados da África e seus descendentes imprimiram marcas próprias sobre vários outros aspectos da cultura material e espiritual deste país, sua agricultura culinária, religião, línguas, músicas, artes e arquitetura.

(João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, 1996)

## Resumo:

Este projeto é um esforço de práxis, reflexão, compreensão e contextualização sobre a questão agrária tendo como foco a dinâmica da construção da identidade e do território no Quilombo do Cafundó, localizado no município de Salto de Pirapora, região sudoeste do Estado de São Paulo. Quanto à formação do território quilombola, serão observadas e analisadas as dinâmicas das disputas e conflitos que configuram a luta pela terra e pela reconstrução da identidade do grupo. Tais conflitos envolvem posseiros, grileiros, empresas privadas, Estado e os quilombolas.

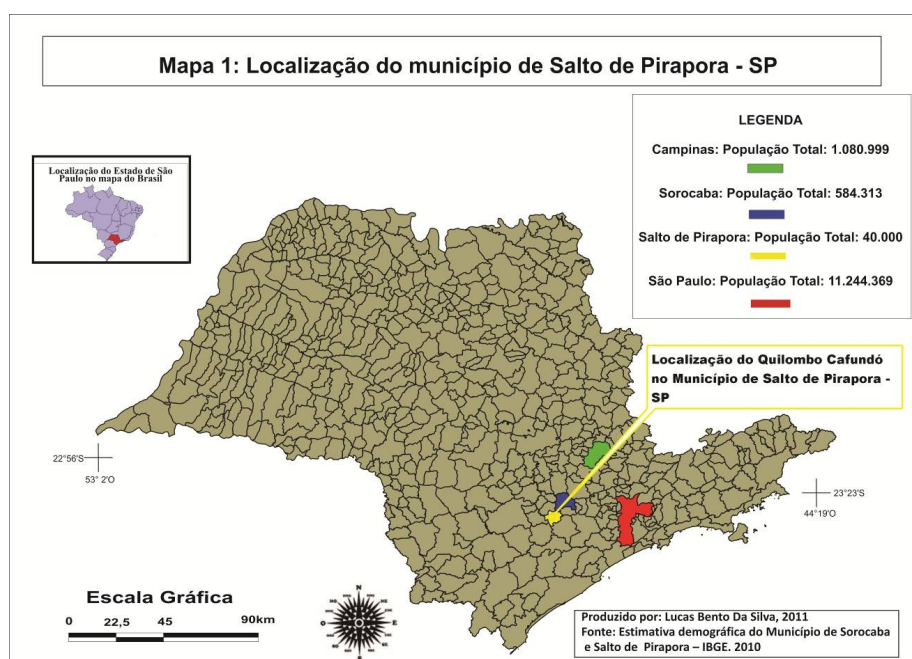
**Palavras-chave:** questão agrária; território étnico; quilombo do Cafundó.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, na área da Geografia, do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI, UNESP – São Paulo/SP. E-mail: quilombonoticias@gmail.com

## FORMAÇÃO GEOHISTÓRICA DA DINÂMICA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DO TERRITÓRIO NO QUILOMBO CAFUNDÓ

A formação geohistórica do território do Quilombo Cafundó inicia-se com a doação das terras, em meados do século XIX, pelo senhor de escravizados Joaquim Manuel de Oliveira a Joaquim Manuel de Oliveira Congo<sup>2</sup> – trazido do continente África para o Brasil como escravizado em 1840, aos doze anos de idade, para trabalhar na fazenda de Joaquim Oliveira. Tais doações eram “reservadas para alguns escravizados eleitos do senhor, no medo que o senhor tinha de pagar numa outra vida os sofrimentos infligidos aos escravizados nesta, na compra de indulgências por parte da escravizada na cozinha, ou até mesmo na cama do senhor” (VOGT; FRY, 1996, p. 69). Segundo Pietro Basso, “as teorias racistas têm suas raízes na ideologia da escravidão” (BASSO, 2000, p. 23). O Cafundó está localizado na região de Sorocaba, sudoeste do Estado de São Paulo, no município Salto de Pirapora (como mostra o Mapa 1).



A complexidade da formação social, econômica e política dos territórios submetidos à colonização europeia, nos séculos anteriores ao XIX, eram incomuns estas

<sup>2</sup> Recebeu o nome de seu senhor acrescido de Congo no final, referência ao seu lugar de origem do continente África, prática comum no período da escravidão.

doações de terra conjuntamente à alforria, tendo sido apenas uma minoria de escravizados “beneficiados” desta forma. Estas doações eram concretizadas em testamentos e efetivadas após a morte dos senhores. Para os escravizados, a permanência nas terras possibilitaria a continuidade de um modo de vida que construíram nos territórios étnicos em que foram estabelecidos, com suas identidades étnicas e costumes tradicionais. Assim, mesmo com as transformações sociais, culturais e políticas da sua formação geohistórica, os territórios étnicos conseguem manter os limites que os diferenciam dos outros territórios.

Os territórios quilombolas atuais estão inseridos no bojo das comunidades tradicionais brasileiras, que constituem grupos de grande relevância para a configuração da identidade nacional e da manutenção da preservação ambiental no país e, sobretudo, revelam as contradições geradas pelo processo de desenvolvimento econômico e territorial desigual no país (ANJOS, 2009, p. 9).

Dessa forma, entende-se que os Quilombos não foram apenas movimentos de resistência e rebeldia, como o senso comum e alguns teóricos da historiografia registram. Nesse sentido, a partir da Lei de Terras de 1850, se observa que no território brasileiro só se facilitou o plano dos grandes fazendeiros de registrar terras griladas, na maioria das vezes ocupadas por negros, indígenas, camponeses e outros.

Em meados do século XIX, o Estado imperial elaborou a primeira legislação agrária de longo alcance da nossa história, que ficou conhecida como a Lei de terras de 1850. Esta lei pretendia impor os princípios da política de intervenção governamental no processo de apropriação territorial, representando uma tentativa dos poderes públicos (o Estado imperial) de retomarem o domínio sobre as terras chamadas devolutas, que estavam perdendo em função da vertiginosa ocupação que se processava então sob a iniciativa privada. (SILVA, 1997, p. 17)<sup>3</sup>.

Nesse processo, alguns fazendeiros vão se deslocando para outros Estados, além dos seus de origem, concentrando enormes extensões de terra e formando imensos latifúndios. Tais leis só legitimavam os interesses da elite hegemônica desse período, desempenhando ordem no papel de restringir o espaço de relacionamento entre o poder público e os latifundiários de terras, estabelecendo as normas e dificultando o acesso à terra das comunidades tradicionais e etc.

---

<sup>3</sup> Silva, L. O. As Leis Agrárias e o Latifúndio Improdutivo. São Paulo em Perspectivas, 11(2) 1997.

No estado de São Paulo, como em outras regiões do Brasil, os territórios quilombolas foram se espacializando de formas diversas, antes ou depois da Lei Áurea de 13 de Maio de 1888, que “dava fim à escravização negra”. O Cafundó, especificamente, se formou depois da Lei de Terras de 1850, a partir 1877 e se insere na complexa questão fundiária no espaço brasileiro, posto que a doação das terras para a família de Joaquim Manuel de Oliveira Congo nunca foi respeitada pelos parentes do doador e grileiros da região. Segundo Otávio Caetano, um dos protagonistas da história do Quilombo Cafundó, ex-mestre da *cupópia*<sup>4</sup>, falecido em 1988 com 67 anos de idade “as terras sempre foi alvo de disputa para nós”<sup>5</sup>.

Percebe-se o quanto é importante compreender a produção do espaço deste território étnico e as estratégias de permanência no território ao longo do tempo é necessário considerar a nomeação oficial de um determinado seguimento social como quilombo a partir dos artigos 68, 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, que procurou assegurar os direitos aos territórios Quilombos e define como responsabilidade do Estado a emissão dos direitos fundiários desses territórios etnias, instituído no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, no Artigo 68: “Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os respectivos títulos”. Garantindo também os direitos culturais, definindo como responsabilidade do Estado a proteção das “manifestações das culturas populares, indígenas e afrodescendentes”.

Porém, essas leis, mesmo com suas lacunas nos textos, trouxeram algumas demandas dos quilombolas no século XXI e uma visibilidade concreta das atuais situações dos territórios quilombolas e também críticas por parte da Bancada Ruralista em Brasília, que constitui uma frente parlamentar que atua em defesa dos interesses dos empresários e latifundiários brasileiros e estrangeiros, que são os articuladores do agronegócio nacional.

A questão agrária<sup>6</sup> que se configura na região de Sorocaba no século XXI é a materialização da intencionalidade da expansão da monocultura de eucalipto muito bem

---

<sup>4</sup> Língua local do Quilombo Cafundó.

<sup>5</sup> Informação coletada da Revista Salto de Pirapora de 1977 – 1982, na Biblioteca Municipal de Salto de Pirapora, em setembro de 2013.

<sup>6</sup> O conceito "questão agrária" pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito "questão agrária" sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da

articulada entre Estado e setor privado, também marca o contexto fundiário do município onde se localiza o Quilombo Cafundó. Parte da população do município está empregada no funcionalismo concursado ou empregadas domésticas, zeladores e empregados de chácaras. Mas, a maioria da população trabalha no município de Sorocaba ou na empresa Votorantim Cimento, no município de Votorantim.

Diante dessa situação, centramos agora na dinâmica da construção da identidade e do território no Quilombo Cafundó, partindo do século XX. E, em especial, destacamos a grilagem sistemática no Cafundó - muito presente, principalmente, a partir de 1960 - que esteve associado ao desenvolvimento desigual do capitalismo e ao processo de espoliação de terras que já estava ocorrendo no município de Salto há algumas décadas antes de 1960. “O entendimento da mudança agrária no mundo moderno está centrado na análise do capitalismo e do seu desenvolvimento”. (BERNSTEIN, 2011: 5)

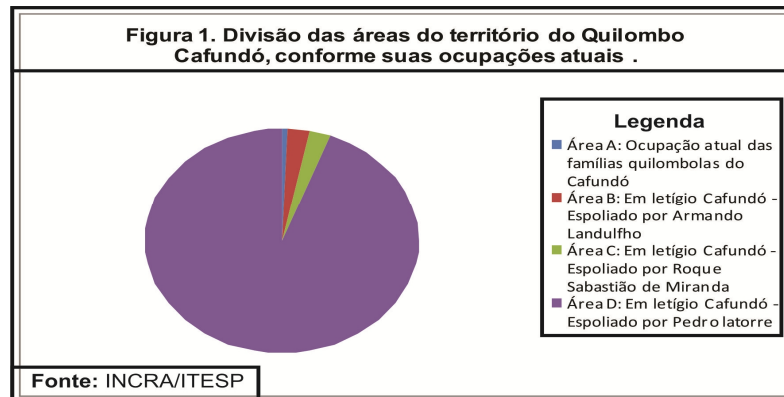
A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. (FERNANDES, 2000: 38)

Dessa maneira, para se ter idéia das conflitualidades e das complexidades das transformações ocorridas na dinâmica territorial do Quilombo Cafundó, o território atual ocupado pelos (as) quilombolas do Cafundó compreende a área *A* de 09has, mas a área total em litígio é de 210has, que está dividida em quatro áreas, são elas: a citada *A* cuja extensão é de 09 ha, a *B*, 36 ha, a *C*, 35 ha, e a *D*, 130 ha. Estes atuais 210 hectares correspondem ao que restou da sistemática espoliação, muito presente no município de Salto de Pirapora, como em quase toda a extensão do território brasileiro. A divisão atual do território do Cafundó está conforme a Figura 1.

---

propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito "questão agrária" é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão "questão agrária" para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na História, o termo "questão agrária" é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra. (STEDILE, 2005, p. 15).





Atualmente vivem aproximadamente 45 famílias na área *A*, que é fruto de um processo de conflitualidade marcado pelo conflito territorial e pela violência. A questão agrária e a questão racial são fatos que estiveram e estão presentes na sistemática espoliação das terras do Cafundó, que estão inseridas numa estrutura do não reconhecimento da posse, segundo Marcos<sup>7</sup>, “por nós ser negros e pobres”, tal contexto é reflexo de uma arquitetura histórica nacional de profunda concentração fundiária no poder da elite branca brasileira. Segundo Fernandes;

O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o empate. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. (FERNANDES, 2000: 26).

Neste contexto, a partir de 1966, fica mais evidente o conflito pela terra do Cafundó, que se contextualiza ou materializa através do processo de grilagens sistemáticas e das mortes ocorridas nesse tempo. Os sujeitos do conflito pela terra vão mostrando suas faces e, neste sentido, as intimidações, pressões e violências, psicológica ou física, por parte dos latifundiários e outros vão ficando mais visíveis no processo, principalmente com o assassinato do Benedito Norberto Rosa de Almeida, ocorrido no referido ano de 1966.

Tal fato reafirma que a violência que os quilombolas do Cafundó passaram e passam é uma manifestação característica do conflito pelas terras que se formou no território étnico em questão. Nesse processo da grilagem e da disputa por terra, tal

<sup>7</sup> (Depoimento oral, Quilombo Cafundó: Marcos – 10/09/2013).

território atualmente é dividido em quatro áreas, como já foi frisado e cada uma das áreas com suas especificidades concretas e suas territorialidades. Paul Little (2002) define a territorialidade “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”.

O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado (LITTLE, 2002, p.20)

Nessas condições, aquelas que eram as maiores concentrações de vegetação das terras do Cafundó estão cobertas de pastagens naturais ou artificiais, atualmente, as áreas *B* e *C* estão ocupadas majoritariamente por pasto e algumas cabeças de gado e, no caso da área *B*, especificamente, existe uma Área de Preservação Permanente – APP. A área *D* atualmente é coberta por eucaliptos<sup>8</sup> e um porto de areia<sup>9</sup>, fenômeno muito comum na paisagem da região de Sorocaba. Diagnostica-se que os eucaliptos e o porto de areia trouxeram, junto com a ideia do desenvolvimento, problemas graves para a biodiversidade existente no território étnico do Cafundó.

E é este o seu caráter mais importante, porque manifesta conflitualidade e desenvolvimento através de relações sociais distintas, que constroem territórios diferentes em confronto permanente. Do reconhecimento dessas diferenças compreendemos melhor a conflitualidade que promovem o desenvolvimento do Brasil. (FERNANDES, 2000: 6)

A área *D*, que está temporária e irregularmente sob o domínio do latifundiário Pedro Antonio, é uma área que após a desapropriação pelo INCRA provavelmente encontrará pouca ou nenhuma condição de uso, porque estará totalmente degradada ambientalmente, devido ao eucalipto e ao porto de areia que existem lá. Esses dois elementos de degradação acabaram por trazer conseqüências tanto para os quilombolas do Cafundó quanto para a biodiversidade do local, já que as principais nascentes de água que abasteciam as famílias do Quilombo Cafundó estão secando.

---

<sup>8</sup> O eucalipto cortado vai para empresa Suzano Papel e Celulose.

<sup>9</sup> A extração da areia no Quilombo Cafundó é feita pela Mineradora Ouro Branco, com a finalidade de fazer cimento, toda a areia extraída do território vai para empresa Votorantim Cimento.

A disputa pela área *D* chegou a tal situação que Pedro Antonio de Paiva Latorre e sua companheira Neusa Maria Grandino Latorre entraram com um mandado de segurança, publicado em 27 de abril de 2010, contra o decreto do Presidente da República de 20 de novembro de 2009, que declarou as áreas do quilombo Cafundó como de interesse social, para fins de desapropriação para titulação. Segundo Latorre, “a utilização da área *D* é para finalidades econômicas de infraestrutura de telecomunicação, reflorestamento e extração de areia<sup>10</sup>”, mas o que se vê na área é outra configuração.

Por fim, o que se nota na área *D* é bem antagônico em relação ao que Pedro Antonio de Paiva Latorre diz, pois o que vemos é uma área degradada ambientalmente e que vai demandar décadas de trabalho para que os quilombolas do Cafundó possam reconstituí-la. Enquanto a desapropriação da área não chega, Latorre continua com seu empreendimento vinculado ao agronegócio; segundo Almeida,

Terras indígenas, terras de quilombos, faxinais, fundos de pasto, áreas de extrativismo das quebradeiras de coco babaçu e de castanheiros, segundo os interesses ruralistas, vêm dificultando a reestruturação formal do mercado de terras, deixando imensas extensões fora dos circuitos mercantis de troca. As agroestratégias visam a remover tais obstáculos e incentivar as possibilidades de compra e venda, ampliando as terras disponíveis aos empreendimentos vinculados aos agronegócios. (Almeida, 2010, p. 111)

Porém, este tipo de estratégia fica bem evidente e concreta na espacialização das desconfigurações das áreas do território étnico do Cafundó, em que se perpassam outras materialidades. Outro aspecto fundamental desta disputa é que Pedro Antonio de Paiva Latorre, proibiu a entrada das famílias do Cafundó na área, configurando um problema social grave, pois algumas nascentes eram utilizadas, como já foi frisado, pelas famílias para ter acesso à água.

Outra desconfiguração é a extração de calcário pelo porto de área na área *D* do território que, em algumas situações, também na região onde se localiza o quilombo, acontece ilegalmente a céu aberto, como demonstram as figuras acima. Esse método de exploração dos recursos naturais “é o mais econômico e usado no município<sup>11</sup>”. Para que esse método se constitua, são construídas grandes valas no território onde as pesquisas dos técnicos indicarem que o veio de mineral é de melhor qualidade.

---

<sup>10</sup> <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/9058237/mandado-de-seguranca-ms-28675-df-stf>

<sup>11</sup> Notícia fornecida pelo jornal Folha de Salto de Pirapora, dezembro de 1993.

Com passar do tempo as valas construídas no território vão ganhando escala e profundidade, chegando a se tornarem lixo devido à qualidade do material extraído. Na conjuntura da extração são encontrados nas escavações “os lençóis d’água cativo<sup>12</sup>, o que leva um bombeamento ininterrupto, enquanto o Porto de Areia é utilizado<sup>13</sup>.” A degradação do solo é evidente no processo de extração do minério, que deixa buracos imensos destruindo toda a biodiversidade que há no território e assoreando os rios, como ocorrido com o rio Sarapuí, que se localiza no município de Salto de Pirapora.

Assim, As figuras oferecem uma idéia da questão agrária e sua configuração na dinâmica da construção da identidade e do territorial do Cafundó, que é complexa pelas suas dinâmicas das formas de espoliações e explorações dos recursos naturais, especialmente na área *D*, que segundo um dos quilombolas, foi um dos símbolos da resistência do Quilombo. Por tanto, os impactos ambientais vão se espacializando, acompanhando a progressão das complexidades dos fatos observados nessa disputa. Segundo Marcos<sup>14</sup>, “a disputa pela terra sempre existiu, mas de uns tempos para cá as investidas das instituições privadas e estatais só vêm aumentando, às vezes com a conivência de organizações não governamentais – ONGs”. A disputa territorial ocorre de dois modos: pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios; ou seja, controlando as suas territorialidades (Fernandes, 2009, p. 208).

Portanto, se analisa que algumas nascentes de água no território estão secando e outras já secaram, segundo Marcos, que é outra figura emblemática da resistência do Quilombo Cafundó, “o motivo das nascentes secarem e outras em processo de secar, foi os eucaliptos, porque antes de ter os eucaliptos corria água normal nas nascentes” (entrevista, 10/09/2010). Segundo Silva<sup>15</sup>, os territórios étnicos viraram um comércio de negócios – um grande negócio para organizações que se apropriam dos valores históricos, culturais e dos recursos naturais dessas comunidades tradicionais.

Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. “A questão agrária é antes de tudo uma questão

---

<sup>12</sup> Diz-se do aquífero que se encontra entre duas camadas impermeáveis. Mesmo que aquífero artesiano. A importância da água subterrânea é muito grande para os grupos humanos, condicionando certos tipos de habitat. Esse tipo de depósito d’água é o menos visível, e o mais difícil de ser medido, tendo em vista a sua situação interna, isto é, abaixo do solo. Guerra, A. T. e Guerra, A. J. T. Novo Dicionário geológico-geomorfológico. Editora Bertrand Brasil, 2001.

<sup>13</sup> Notícia fornecida pelo jornal Folha de Salto de Pirapora, dezembro de 1993.

<sup>14</sup> (Depoimento oral, Quilombo Cafundó: Marcos – 10/09/2013).

<sup>15</sup> SILVA, Lucas Bento da. A Construção da identidade e do território no Quilombo Cafundó. Presidente Prudente, UNESP - São Paulo, 2011.

territorial”. (FERNANDES, 2000: 27). Atualmente, os quilombolas do Cafundó usam o território para fazer roças esporadicamente e visam apenas à produção para o consumo, ou seja, não entram em nenhum processo de comercialização, portanto não geram rendas que lhes concedam autonomia financeira mínima para fazer a próxima safra. Desta forma, os quilombolas do Cafundó têm necessitado de algum tipo de auxílio externo, por exemplo: da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP e outras entidades, para o auxílio de compra de sementes e insumos agrícolas, etc.

Em resposta à complexa e exígua atuação do Estado em não resolver a questão das terras do Cafundó e a não desapropriação das áreas até o momento, quase todos os quilombolas do Cafundó migram procurando trabalho como empregados fixos ou diaristas, sendo as principais atividades as de pedreiro, jardineiro, caseiro de chácaras e cortadores de eucaliptos. Alguns, no processo de disputa por terras por conta da maior exposição à mídia e envolvimento em processos judiciais, relatam encontrar grande dificuldade para conseguir trabalhos, fato que eles atribuem a uma espécie de punição por terem “ousado tentar reverter” as espoliações ocorridas nas suas terras.

A desterritorialização ligado ao conjunto dos impactos socioambientais das áreas do território do quilombo Cafundó também demonstra como os latifundiários do atual contexto vão se especializando e se escondendo atrás do agronegócio, se estruturando através da lógica do consenso sob a proteção do Estado capitalista, que se revela um espaço de interesses particulares, com viés racista, de classe, de segregação espacial e com histórico autoritário, articulado com o setor privado, com as grandes empresas do agronegócio, como a Suzano Papel e Celulose que extrai as madeiras dos eucaliptos na área D do território, como já colocado na nota de rodapé - que ditam as políticas públicas para a espoliação dos recursos no Brasil, como por exemplo, a modificação do Código Ambiental Brasileiro, que só irá dar legitimidade formal para aqueles que já se apropriam das terras e seus produtos no Brasil. Segundo Almeida,

Consideramos desterritorialização o conjunto de medidas adotadas pelos interesses empresariais, vinculados aos agronegócios, para incorporar novas terras a seus empreendimentos econômicos, sobretudo na região amazônica. Para isso, estes interesses buscam liberar as terras tanto de condicionantes jurídico-formais e político-administrativos quanto de limitações associadas à presença de grupos étnicos ou de determinadas modalidades de uso das terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiras, comunidades

de fundos de pasto, faxinais, ribeirinhos, “geraiseiros” e outras categorias sociais. (Almeida, 2010, p. 116)

Neste contexto, a desterritorialização não só acontece na região amazônica, o que se observa e analisa é que se espacializa em outras regiões do Brasil, como por exemplo, as disputas das áreas do território étnico do Cafundó. A partir de tais fatos, articulados à reterritorialização das áreas do quilombo Cafundó compreende-se que a identidade étnica sempre foi um dos eixos fundamentais para a construção do território.

A discussão à cerca do termo identidade étnica no espaço brasileiro é construída em meio à disputa ideológica e de grupos conservadores e da política nacional brasileira, que usam de juízos de caráter político e ideológico excludente, como a classe latifundiária que não aceita que quilombolas, indígenas, camponeses e outras categorias étnicas ou sociais tenham acesso a suas terras e territórios que deveriam ser de direito. Os quilombolas, ao longo desse processo, resgatam a identidade e o território. Como afirma Almeida (2010, p. 3): “O território incorpora a identidade coletiva”, o que também fortalece as lutas pelo espaço ou território de resistência. De acordo com Gusmão:

A história oficial e a ideologia que lhe é própria não mostram a presença negra na terra, posto que foi assumida apenas enquanto força de trabalho escrava e, depois, livre. Disso resultam concepções enganosas e pré-noções tanto a respeito do modo de vida rural, quanto do negro, de modo geral, tornando invisível a existência de uma questão camponesa e negra (GUSMÃO, 1995, p. 12)

Como na construção do território e da identidade étnica dos quilombolas do Cafundó, que se dá principalmente pelo seu lugar de resistência, seu território étnico, simbolizando sua cultura específica, que é uma das principais formações de um grupo ou de si mesmo, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente, como colocado por Barth (1998, p. 194); “na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional”. Por exemplo, a festa da Santa Cruz, que acontece a mais de 150 anos e é realizada todo ano no mês de maio. Na figura 8, a capela também simboliza uma representação forte da identidade étnica dos quilombolas do Cafundó, em fim, nos dias da festa da Santa Cruz, as celebrações começam em frente à capela, antes de sair na caminhada no território.

**Figura 8. A capela uma das representações fortes da identidade dos quilombolas do Cafundó.**



**Foto: BENTO, Lucas, 2013.**

Outro aspecto fundamental nesta construção é a forma com que os quilombolas do Cafundó se relacionavam e continuam se relacionando com os recursos naturais do seu território, também base da sua identidade étnica territorial. Segundo Castro; a “prática em relação ao meio físico natural e todo referencial simbólico que as acompanha se reconhecem também por suas tradições ancestrais.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 2006, p. 38).

Nas últimas décadas do século XX o município de Salto, onde se localiza o Cafundó, tornou-se um território de expansão do projeto capitalista desigual patrocinado pelo Estado. Para reverter esta estrutura econômica e capitalista os quilombolas do Cafundó tiveram que reconstruir sua identidade étnica, a fim de legitimar seu território, seu modo de vida, saberes e fazeres diferenciados da população da região. Segundo Munanga (1988, p. 143-146), “como se percebe, o conceito de identidade recobre uma realidade muito mais complexa do que se pensa, englobando fatores históricos, psicológicos, lingüísticos, culturais e político-ideológicos”.

Nesse conflitualidade, as lutas pela afirmação material e simbólica dos seus modos de vida estão associadas ao processo de mudanças e transformações do jogo político, econômico e concreto do avanço do agronegócio no território do Cafundó, pois este processo é característico da luta pelas áreas e pela afirmação da identidade negada, pela forma de reconhecer o seu território como um território de sobrevivência e de resistência cultural que é cultivada desde o século XX.

A identidade político-cultural é recorrente, ela acontece sempre que determinado grupo põe-se em movimento para reivindicar o que lhe é essencial. No caso das comunidades tradicionais, o território. Território aqui entendida num sentido amplo, englobando a terra necessária para a reprodução material da vida, mas também a terra na qual o simbólico é parte da construção da identidade étnica. De acordo com Gonçalves:

A construção de uma identidade coletiva é possível não só devido às condições sociais de vida semelhantes, mas também por serem percebidas como interessantes e, por isso, é uma construção e não uma inevitabilidade histórica ou natural. E, mais, na afirmação dessa identidade coletiva há uma luta intensa por afirmar os modos de percepção legítima da (di)visão social, da (di)visão do espaço, da (di)visão do tempo da divisão da natureza (GONÇALVES, 2003, p. 379).

Nessa mesma linha de raciocínio, nunca foi tarefa fácil para os quilombolas do Cafundó assumir seu pertencimento étnico/racial e se posicionarem como negros/as e quilombolas no contexto societário amplo do município de Salto de Pirapora, pois vivenciaram e continuam a vivenciar a experiência cotidiana do racismo social e institucional, o que representa um fator essencial para o entendimento do processo de construção de sua identidade de grupo.

A construção e a luta para o (re)conhecimento da identidade étnica dos quilombolas do Cafundó se contextualiza por fatos diversos, como o que aconteceu com as crianças em dezembro de 2010, na Escola Estadual do Município de Salto de Pirapora, que segundo as palavras de Lucimara Rosa, uma quilombola: “seus filhos foi humilhados e discriminados por alguns professores dentro da escola por ser do Quilombo<sup>16</sup>”.

## **CONCLUSÃO**

Sendo assim, ainda percebendo os diversos caminhos abertos pela pesquisa realizada e a necessidade de análises mais detalhadas em futuras pesquisas, esperamos que possa somar e contribuir com elementos e conteúdos geográficos para um entendimento concreto das “atuais” categorias étnicas e sociais das conflitualidades no campo, como no Quilombo Cafundó, que os quilombolas lutaram e lutam para ter uma parcela do que restou da grilagem sistemática do seu território étnico.

---

<sup>16</sup> Diário Oficial Poder Executivo – 6 de fevereiro de 2010 – Seção I São Paulo.



## REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

ANJOS, R. S. A. D. **Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica Territórios Tradicionais**. Brasília: Mapas Editoras e Consultoria, 2009.

ALMEIDA, W. B. D. **Capitalismo globalizado e recurso territorial: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2010.

ALMEIDA, M. G. **Territorialidades na América Latina**. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: Funape, 2009.

BASSO, P. **Razze schiave e razze signore: vecchi e nuovi razzismi**. Milano: Franca Angeli, 2000.

BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. TR. Beatriz Medina. São Paulo: Ed; UNESP, 2011.

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA de 1988.**

FERNANDES, B. M. 2013. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In Stedile, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GUSMÃO, N. M. M. de. **Terra de pretos, terra de mulheres. Terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1995.

GONÇALVES, C. W. P. **Geografando nos varadouros do mundo**. Brasília: IBAMA, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**: Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAESBAERT, R. d. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil., 2007.

LITTLE, P. **TERRITÓRIOS SOCIAIS E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL: Por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, UNB, Série Antropológica, nº322, 2002. Disponível : [http://vsites.unb.br/ics/dan/serie\\_antro.htm](http://vsites.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm)

MUNANGA, k. **Construção da identidade negra: diversidade de contextos e problemas ideológicos**. In: CONSORTE, J. ; COSTA, M. (Orgs.). **Religião, política, identidade**. São Paulo: Educ-séries Cadernos PUC, 1988. P. 143-146.

POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo, SP, UNESP, 1998.

STEDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão popular, 2005. pp. 15-31.

VOGT, C., FRY, P. **A África no Brasil: Linguagem e sociedade**. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1996.

## GT 08 – A luta pela terra e a política fundiária

### Quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes: fomicultura e acesso à terra

**Maurício Schneider<sup>1</sup>**  
**Renata Menasche<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas – PPGA/UFPel.

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia Social / Professora do Curso de Bacharelado em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA/UFPel; Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PGDR/UFRGS.

#### **Resumo:**

O presente trabalho se propõe a refletir sobre as diferenciadas formas de acesso à terra de quilombolas e pomeranos na região da Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul. Enquanto os pomeranos chegaram à região por meio de um processo de colonização incentivado pelo Estado, as comunidades quilombolas conformaram-se na resistência ao regime escravocrata. Nesse sentido, percebe-se que os diferentes percursos históricos levaram a diferenciadas formas de acesso à terra, o que se reflete no presente. Mesmo com o reconhecimento de comunidades negras rurais como remanescentes de quilombo, nem todas possuem territórios demarcados. Os colonos pomeranos, bem como aqueles de outras etnias presentes na Serra dos Tapes – notadamente descendentes de alemães, italianos e franceses –, vivem em pequenas propriedades, sendo que nas últimas décadas têm se dedicado, sobretudo, à produção de fumo. Desse modo, percebe-se que o acesso diferenciado à terra configura, no presente, um quadro de relações de patronagem: os pomeranos, proprietários, empregam os quilombolas como diaristas. A pesquisa de campo tem lugar na localidade de Colônia Triunfo, interior do município de Pelotas, onde também se situa a Comunidade Quilombola do Algodão.

**Palavras-chaves:** campesinato; relações interétnicas; relações de patronagem.

## 1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a refletir sobre as diferenciadas formas de acesso à terra de quilombolas e pomeranos na região da Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul. Enquanto os pomeranos chegaram à região por meio de um processo de colonização incentivado pelo Estado, as comunidades quilombolas conformaram-se na resistência ao regime escravocrata. Nesse sentido, percebe-se que os diferentes percursos históricos levaram a diferenciadas formas de acesso à terra, o que se reflete no presente. Mesmo com o reconhecimento das comunidades negras como remanescentes de quilombo, nem todas possuem territórios demarcados. Os colonos pomeranos, bem como aqueles de outras etnias presentes na Serra dos Tapes – notadamente descendentes de alemães, italianos e franceses –, vivem em pequenas propriedades, sendo que nas últimas décadas têm se dedicado, sobretudo, à produção de fumo. Desse modo, percebe-se que o acesso diferenciado à terra configura, no presente, um quadro de relações de patronagem: os pomeranos, enquanto proprietários, empregam os quilombolas como diaristas.

Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado do primeiro autor, em curso, que tem por objetivo refletir sobre as redes formadas entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes. Tal pesquisa insere-se no quadro de pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura (GEPAC), vinculado ao Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais, da Universidade Federal de Pelotas (LEAA/UFPel). A partir da agenda de pesquisa nominada *Saberes e Sabores da Colônia*, o GEPAC vem desenvolvendo pesquisas na região da Serra dos Tapes, iniciativas em que se articulam estudos vinculados à Antropologia da Alimentação, do Consumo e do Rural<sup>1</sup>.

A pesquisa de campo tem lugar na localidade de Colônia Triunfo, interior do município de Pelotas, onde também se situa a Comunidade Quilombola do Algodão. Como método de campo, vem sendo utilizado o método etnográfico, com o emprego da observação participante, do registro em diário de campo e a realização de entrevistas. Procura-se acompanhar o cotidiano das pessoas não apenas nas atividades estritamente ligadas à esfera do trabalho, como também nas relações familiares, nos rituais religiosos, dentre outros, produzindo, após a convivência e troca com os interlocutores, registros no diário de campo. Além disso, têm sido realizadas entrevistas semiestruturadas junto às famílias e produzido registro imagético, sobretudo fotografias.

---

<sup>1</sup> Para acessar os trabalhos desenvolvidos pelo GEPAC, ver: <http://www.ufrgs.br/pgdr/gepac/>.

## 2 – PERCURSOS HISTÓRICOS E ACESSO À TERRA

### 2.1 – Os processos de ocupação

Até o século XIX, a Serra dos Tapes constituiu-se como território dos índios Tapes, pertencentes à família linguística Tupi Guarani, de onde se deriva sua denominação, conforme apontam Salamoni e Waskiewicz (2013). A partir de 1779, teve início na região Sul do Rio Grande do Sul um importante ciclo econômico fruto da produção de charque, que movimentou a região até seu declínio, em meados do século XIX (MAGALHÃES, 1993). Os charqueadores, de origem luso-brasileira, instalaram-se em grandes propriedades às margens dos rios, na planície costeira do que hoje é o município de Pelotas. Como a produção de charque era realizada por mão de obra escrava, o desenvolvimento dessa indústria trouxe grande número de escravos para a região. Ainda que ocupando posição secundária durante o período colonial e imperial, quando comparado à região nordeste do País, onde se instalou o regime da *plantation*, o Rio Grande do Sul contou com expressiva presença de escravos, conforme observam Rubert e Silva (2009).

Nos períodos de entressafra da produção charqueadora, entretanto, os escravos eram levados à Serra dos Tapes – vizinha à planície em que se instalaram as charqueadas –, a fim de extrair madeira e cultivar alimentos (SALAMONI; WASKIEWICZ, 2013). Segundo Rubert e Silva (2009), destaca-se também que a propriedade de escravos não era exclusiva dos grandes estancieiros e charqueadores, estando bastante disseminada entre a população livre rural, sobretudo entre lavradores açorianos que habitavam a Serra dos Tapes. Desse modo, embora a escravidão estivesse, a princípio, associada à atividade charqueadora, situada na planície costeira, a região da Serra dos Tapes integrava o circuito escravagista. Com a fuga das charqueadas, os escravos, buscando estrategicamente por lugares mais íngremes e distantes, passaram a ocupar a Serra dos Tapes. Posteriormente, com a abolição da escravatura, outras comunidades quilombolas foram se constituindo nessa região (RUBERT; SILVA, 2009).

A partir do início do século XIX, a imigração de famílias oriundas de países europeus não ibéricos passou a ser incentivada no Rio Grande do Sul. Conforme aponta Giralda Seyferth (2002), entre os motivos principais da política de imigração estavam as preocupações em substituir o trabalho escravo, aumentar a produção de alimentos e

defender as fronteiras nacionais, bem como promover o branqueamento da população. Acreditava-se, segundo a autora, que com a chegada dos europeus, a mestiçagem, que cada vez mais tornava a população mulata, tomaria o rumo inverso – o que não se concretizaria, devido ao fechamento das comunidades de imigrantes, principalmente alemãs, em casamentos endogâmicos. Assim, o projeto de colonização tomou áreas tidas como *devolutas* (efetivamente vazias ou ocupadas por grupos indígenas) e que não eram próprias para a atividade pecuária, dividindo-as em pequenos lotes de terra, destinados aos colonos.

Cabe notar que o termo *colono* tem sua origem no projeto Estatal de colonização, sendo posteriormente apropriado pelos imigrantes como categoria genérica de identificação. Como aponta Seyferth (1992, p.80), “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização”. Segundo a autora, a categoria *colono* passa, assim, a designar todo imigrante europeu não ibérico e a servir como elemento de diferenciação em relação aos demais grupos.

Na Serra dos Tapes, os primeiros projetos de colonização estabelecem-se a partir de 1848. Desses, alguns eram de iniciativa do Governo Imperial, outros do Governo Provincial e alguns, ainda, eram particulares. Como apontam Salamoni e Waskiewicz (2013), os projetos de colonização não eram, a princípio, bem vistos pelos latifundiários, porém, com o tempo, muitos desses proprietários perceberam na iniciativa uma oportunidade potencialmente lucrativa, parcelando suas próprias porções de terra para assentar famílias de imigrantes. Desse modo, por diferentes iniciativas, são criadas as colônias, com imigrantes de origem alemã, pomerana, italiana, francesa e irlandesa (SALAMONI; WASKIEWICZ, 2013). Algumas famílias luso-brasileiras também foram assentadas nessas colônias e, mesmo não sendo imigrantes, assumiram a identidade de colonos. Nesse sentido, pode-se sugerir que, na Serra dos Tapes, com toda a diversidade de etnias presentes no processo de colonização, constitui-se o que Seyferth (1992), em estudo realizado no Vale do Itajaí (Santa Catarina), denominou *cultura camponesa compartilhada*.

Em 1856, o empresário alemão Jacob Rheingantz funda a colônia de São Lourenço, no atual município de São Lourenço do Sul, estabelecendo o primeiro núcleo de colonização pomerana na Serra dos Tapes (SALAMONI; WASKIEWICZ, 2013).

A Pomerânia era uma região da Europa, próxima ao mar Báltico, que esteve sob domínio da Prússia até a instituição do Império Alemão, quando então teve seu território dividido entre os domínios da Alemanha e da Polônia (WILLEMS, 1946 *apud*

THUM, 2009). No Brasil, além da colônia de São Lourenço do Sul – no Rio Grande do Sul –, Santa Catarina e Espírito Santo também receberam imigrantes oriundos da Pomerânia (WILLEMS, 1946 *apud* THUM, 2009). Segundo Carmo Thum (2009, p.146), a busca por pomeranos para formar a colônia “foi realizada de modo consciente, pois, além de estarem acostumados às lides agrícolas, viviam uma situação de dependência, de longo prazo, na Pomerânia”. À época da imigração, a Pomerânia ainda vivia sob um regime feudal e a maior parte dos imigrantes que vieram para São Lourenço estava subjugada a uma situação de servidão.

Depois de assentados na colônia de São Lourenço, os pomeranos e seus descendentes foram se distribuindo por toda a região da Serra dos Tapes, ganhando outras localidades. Na atualidade, os processos de ocupação por colonos alemães, pomeranos, italianos e franceses, dentre outros, bem como por luso-brasileiros e comunidades negras rurais, criaram um complexo de relações na Serra dos Tapes. Os casamentos intergrupos – colonos de diferentes etnias, luso-brasileiros e negros – são cada vez mais frequentes. Em algumas localidades, é possível presenciar pomeranos em rodeios e *parelhas* de cavalos, prática comumente atribuída à cultura gaúcha<sup>2</sup>, bem como afrodescendentes vivendo em pequenas propriedades e identificando-se igualmente como colonos. Ao mesmo tempo, persiste a pluralidade, manifesta a partir das práticas, dentre elas as diferentes religiões, línguas e cozinhas.

## 2.2 – Quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes

A Colônia Triunfo se situa no interior do município de Pelotas, distante cerca de 60 quilômetros da sede do município. Lá também se situa a Comunidade Quilombola do Algodão. Conforme relata o presidente da Comunidade Quilombola, a ocupação da região onde hoje tem lugar a localidade Colônia Triunfo começou com a instalação, há cerca de 150 anos, de famílias negras. Essas famílias se estabeleceram em pequenos núcleos separados uns dos outros. Apenas depois que os quilombolas já habitavam a região, chegaram os colonos pomeranos.

Segundo o presidente da Comunidade Quilombola, os colonos pomeranos dividiram a terra em lotes e ocuparam todo o território em torno dos núcleos da

---

<sup>2</sup> Associada a luso-brasileiros, que tinham na criação de gado, sobretudo em grandes propriedades, sua principal atividade econômica, bem como um dos principais elementos de seu modo de vida.

comunidade, deixando apenas as áreas das casas dos quilombolas, que ficaram praticamente sem terra para produzir. Sem terra, os quilombolas não puderam cultivar lavouras ou criar animais, restando apenas cuidar de pequenas hortas, que, como ele relata, eram insuficientes para suprir suas necessidades alimentares. Assim, desde cedo alguns quilombolas passaram a trabalhar em propriedades de colonos pomeranos. Também eram frequentes, segundo ele, casos em que quilombolas roubavam alimentos de lavouras de colonos pomeranos.

Olha, assim ó, como é que era chamado antigamente, as comunidades quilombolas? Eram chamados dos negro ladrão. Porque, na realidade, as comunidades quilombolas roubavam para comer. Porque a gente não ia estar em casa vendo os filhos passar fome, lá na lavoura do vizinho tinha laranja, tinha bergamota, tinha batata, então acabava indo, buscando lá, pra dar comida pros filhos. Na verdade, era a única saída que tinha. Não tinha uma outra saída.

O reconhecimento enquanto comunidade quilombola é recente. Como relata seu presidente, o processo começou em 2010, com o pedido de reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares, com o intuito de se tornarem beneficiários de programas do Governo Federal. Como não possuem a escritura da terra, sem o reconhecimento como comunidade quilombola não podiam se inscrever nesses programas. Atualmente, tendo sido reconhecida pela Fundação Palmares, a comunidade passou a ter a acesso a programas e políticas públicas do Governo Federal, como “luz para todos”, “minha casa, minha vida” e “bolsa família”, sendo que o último assegura uma renda mensal para as famílias.

Quando os colonos pomeranos chegaram à localidade, estabeleceram-se em pequenas propriedades policultoras. Assim como em outras localidades da Serra dos Tapes, produziam alimentos que abasteciam as cidades próximas, sobretudo Pelotas. Ainda, alguns colonos assumiram a profissão de ferreiro ou de moleiro como atividade principal, a fim de atender a necessidades complementares da colônia. O beneficiamento de grãos e sua transformação em farinhas, bem como a produção de equipamentos agrícolas, tais como os arados, constituíam-se como atividades comuns na Serra dos Tapes. A partir dos anos 1960, entretanto, observa-se um processo de modernização que transformou esse contexto, sendo que o padrão de consumo passou a ser de produtos industrializados, tanto no que se refere às práticas agrícolas como alimentares.



Atualmente, as relações entre quilombolas e pomeranos aparecem de forma ambígua. De ambas as partes, é comum escutar expressões como: “aqui não existe conflito” ou “somos todos amigos”, ao mesmo tempo em que “é eles na deles, e nós na nossa”. Quando se aprofundam, nesse tema, as questões junto aos interlocutores, percebe-se que a complexidade de tais relações é ainda maior. Muitos quilombolas afirmam que há preconceito e discriminação dos pomeranos em relação a eles. Dizem também que, para os pomeranos, os quilombolas só são bons para trabalhar, “para as outras coisas, não presta”. Os pomeranos, por sua vez, reclamam que os quilombolas não os reconhecem como brasileiros, tratando-os por “alemão batata”, “alemão sujo” ou “alemão de merda”.

Ao mesmo tempo, observa-se que os dois grupos estabelecem inúmeras formas de relação, não se configurando como grupos distantes ou fechados sobre si mesmos. Quilombolas e pomeranos convivem na esfera do trabalho nas pequenas propriedades agrícolas, nas festas, nas escolas e igrejas, partilham espaços e estabelecem vínculos entre si. Também os casamentos entre afrodescendentes e pomeranos tornam-se cada vez menos incomuns.

Daros *et al.* (2007) observam que, na localidade de São Roque, no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, as relações entre quilombolas e colonos (alemães e italianos) também são marcadas pela proximidade e complexidade. Segundo os autores, afrodescendentes casam-se com alemães e italianos e alguns também estabelecem relações de compadrio. Ainda, muitos quilombolas adotam hábitos alimentares característicos dos colonos alemães e italianos, como a preparação da cuca e da polenta. Os autores apontam, ainda, para relatos de discriminação dos colonos em relação aos quilombolas. Conforme descreve uma de suas interlocutoras, nas festas de comunidade, as mulheres quilombolas ficam restritas a atividades de limpeza do salão, não podendo cozinhar junto com as mulheres colonas.

Na Serra dos Tapes, os pomeranos lançam comentários sobre a suposta falta de empenho dos quilombolas no trabalho, além de criticarem alguns de seus hábitos. Dizem que os quilombolas não têm religião e que fumam e bebem em demasia. Pode-se sugerir que tal estigmatização esteja associada a uma visão de mundo própria do colono, fundada no *ethos* do trabalho como valor. Por outro lado, essas avaliações também podem estar vinculadas a uma ética puritana, advinda do luteranismo (religião a que pertence a maioria desses descendentes de imigrantes), que vê como vícios a bebida e o cigarro, recriminando-os. Conforme aponta Nei Clara de Lima (1996), as religiões

protestantes, entre elas o luteranismo, têm seus valores marcados pelo ideal do ascetismo, isto é, de uma separação entre os domínios do corpo e do espírito e um conseqüente desprezo por tudo que supostamente sirva apenas ao corpo, como a comida, a bebida e o sexo.

Quilombolas e pomeranos também partilham, na localidade, os mesmos equipamentos públicos, como o posto de saúde e a escola. É interessante notar que, com o reconhecimento da comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares, os programas e políticas públicas dos quais a comunidade passou a ser beneficiária têm abarcado também os pomeranos. A escola da localidade já recebe verba extra para a merenda escolar, por estar inserida em área de quilombo; e o posto de saúde passará a ser atendido pelo programa “saúde da família”, uma vez que atende a área de quilombo.

Outro espaço de convivência diz respeito à esfera das religiosidades, o que pode ser observado em festas de comunidade e práticas de benzeção. Nas festas realizadas nas duas Igrejas Luteranas da localidade<sup>3</sup>, além das Igrejas de outras localidades e de moradores da cidade – muitos dos quais migraram da Colônia Triunfo –, também participam os quilombolas. Mas – diferentemente do que ocorre nessas festas de comunidade, que possuem um caráter mais aberto – os quilombolas queixam-se por não serem convidados em outros tipos de festas promovidas pelos pomeranos. Nas festas de aniversário, de confirmação e de casamento, os convites são feitos direcionadamente para aquelas famílias que se deseja se façam presentes. Esses convites incluem, em geral, pessoas pertencentes às redes de parentesco e vizinhança, colonos pomeranos, deixando de fora os quilombolas, que trabalham para eles.

Nos dois grupos existem benzedeadas, apesar de os pomeranos alegarem que, na atualidade, já não há tantas benzedeadas pomeranas como antigamente. Apesar dos pastores das Igrejas Luteranas condenarem tais práticas, a maioria das famílias admitem acreditar nos efeitos das benzeções para problemas de saúde, assim como admitem já terem visitado benzedeadas ao menos uma vez. Joana Bahia (2011), em etnografia realizada junto a camponeses pomeranos do Espírito Santo, comenta que magia e religião fazem parte da religiosidade cotidiana, sendo comuns a prática da benzeção e a crença na bruxaria. Muitos pomeranos, quando necessitados, procuram benzedeadas quilombolas.

---

<sup>3</sup> Na localidade, há uma Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e uma Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), também chamada de igreja independente, por não seguir a mesma estrutura hierárquica da de Confissão Luterana, tendo maior autonomia. Ambas as igrejas promovem uma festa de comunidade uma vez ao ano.

As relações entre quilombolas e pomeranos não se restringem à localidade de Colônia Triunfo, ao contrário, encontram-se capilarizadas por toda a Serra dos Tapes. Como apontam Patrícia Weiduschadt *et al.* (2013), nessa região, muitos quilombolas falam a língua pomerana e alguns são adeptos do luteranismo. Esses autores relatam o caso da criação, na década de 1920, de uma congregação luterana negra no interior do município de Canguçu – vizinho a São Lourenço do Sul –, inclusive com a presença de pastores negros ordenados. Contudo, apesar que marcadas pela proximidade, pode-se sugerir que as relações entre os dois grupos são muito complexas. O acesso diferenciado à terra configura, no presente, um quadro de relações de patronagem. Os pomeranos constituem-se enquanto possuidores de pequenas propriedades rurais, enquanto que os quilombolas vendem sua força de trabalho.

### 2. 3 – Fumicultura: padrões e diaristas

Nas últimas décadas, a fumicultura vem se apresentando como principal atividade produtiva da Serra dos Tapes. A maioria das famílias de colonos reduziu significativamente a produção de alimentos para passar a produzir fumo.

Em Pelotas, a implantação do cultivo do fumo ocorreu na década de 1960, bem como nos municípios de Canguçu e São Lourenço. A dificuldade em comercializar produtos tradicionalmente cultivados, como a cebola, a batata inglesa e o milho (e mais recentemente isso também se aplica ao pêssego) estimulou o crescimento da fumicultura. (AGOSTINELLO *et al.*, 2000 *apud* Pinheiro, 2010, p.167).

Cabe notar que o fumo possui características específicas para ser produzido. Por um lado, em uma pequena porção de terra é possível cultivar milhares de mudas e, por outro, necessita-se de grande quantidade de mão de obra para realizar o plantio e a colheita, bem como para classificar e estocar as folhas antes de enviá-las para a empresa compradora. Por esses motivos, as pequenas propriedades familiares se tornam ideais para desenvolver a atividade de produção de fumo (PINHEIRO, 2010).

Na Serra dos Tapes, observa-se que além da mão de obra da família nuclear, é comum ocorrer trocas de serviços entre parentes e vizinhos. Nos períodos em que as atividades ligadas à produção de fumo demandam mão de obra superior àquela disponível no grupo doméstico, sobretudo na época de colheita das folhas do fumo,

costuma-se solicitar o auxílio de parentes e vizinhos. Tal ajuda será retribuída quando esses demandarem auxílio em suas propriedades. Além disso, nas propriedades dos colonos, também é empregada a mão de obra de quilombolas, que trabalham como diaristas. Se antes a produção de alimentos era realizada quase que exclusivamente por trabalho familiar, a fumicultura necessita muito mais intensamente de mão de obra externa, seja no sistema de troca de serviço, seja via contratação de diaristas.

Na Colônia Triunfo, as duas estratégias são comuns. Muitos quilombolas trabalham como diaristas em propriedades de colonos pomeranos, sobretudo no período entre novembro e março, época de plantio e colheita de fumo, atividades que demandam mão de obra intensivamente. No restante dos meses do ano, na fumicultura, a atividade consiste em lidar com as folhas do fumo, classificando-as e estocando-as em fardos, trabalho que é realizado quase que exclusivamente por mão de obra familiar.

Como já mencionado, a grande maioria das famílias pomeranas da Colônia Triunfo trabalha atualmente com a produção de fumo. Ainda que muitos reconheçam os efeitos prejudiciais dos agrotóxicos empregados nessa produção para a saúde dos agricultores e mesmo do tabaco para a saúde dos consumidores e ainda que alguns admitam que prefeririam produzir alimentos, é quase que consenso, tanto entre pomeranos quanto entre quilombolas, a importância econômica do fumo para a região.

Os colonos pomeranos costumam ressaltar que, com a fumicultura, não apenas as condições econômicas das famílias melhoraram, mas que sem ela não haveria alternativa de produção que trouxesse renda suficiente. Como observa um interlocutor, colono pomerano:

Com 5 hectares pode plantar fumo. Porque em um hectare cabe, me parece que 17 mil pés de fumo. E se tem uma família que quer plantar 30 mil pés, ou 40, eles precisam de pouco... pequena propriedade. (...) E se não fosse esse fumo... Naquele tempo, eu me lembro, quando foi aberto esse... agora é supermercado, naquele tempo se chamava de boteco, bolicho, essas coisas assim... então, naquele tempo não tinha fumo. Aquilo era ano após ano, mês após mês, os mais pobres, tanto brancos, quanto meia cor, como pretos, aquilo era fiado na venda, caderno cheio, ano após ano. Depois que entrou o fumo, todo mundo pode comprar a dinheiro. Naquele tempo, muitos não podiam comprar carne, então compravam os miúdos dos animal: cabeça, o fígado, a parte inferior do animal, porque não podia comprar a carne. Agora isso ninguém mais come. Aquilo tudo vai... eles buscam aqui dos açougue e vai pra cidade. Todo mundo tem condições de comprar um pedaço de carne. Todo mundo tem carro, quem planta fumo. Geralmente tudo tem carro novo. Esses mais fortes tem carro novo, os outros... às vezes tem dois, um, dois trator. Tem gente que tem até três trator. Tem tudo dentro de casa, tudo digital dentro de casa. Tudo moderno.

Para os quilombolas, a atividade fumicultora representa oportunidade de trabalho como diaristas. É comum escutar também dos quilombolas discurso semelhante ao proferido pelos pomeranos: que se não fosse o fumo não haveria nada na região (referindo-se, sobretudo, a condições materiais). Como relata o presidente da comunidade, apesar da comunidade quilombola ter o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares, eles optaram por não abrir o processo de reconhecimento do território junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Segundo acreditam, esse processo levaria muitos anos para ser concluído e desalojaria a maior parte dos colonos pomeranos de suas propriedades. Segundo eles, uma vez iniciado o processo e enquanto ele não se concluísse, os quilombolas ficariam sem os empregos de diaristas e sem o território próprio que o reconhecimento do INCRA lhes traria, o que representaria, para a comunidade, a perda completa das oportunidades de trabalho.

Ainda, é preciso mencionar que quilombolas e pomeranos não ficam restritos às condições descritas acima, apesar desse quadro constituir-se como predominante. Por não possuírem terras ou capital para investir na produção de fumo, também alguns pomeranos, trabalham como diaristas em propriedades de outros colonos. Pode-se ainda observar que, na Colônia Triunfo, os casamentos entre quilombolas e pomeranos são cada vez mais frequentes, o que leva muitos pomeranos a morarem na comunidade quilombola. Alguns quilombolas, seja ou não a partir de casamento com pomeranos, também se mudam para pequenas propriedades, tornando-se produtores.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na Serra dos Tapes, quilombolas e pomeranos tiveram modos de acesso à terra muito diferenciados. Os pomeranos chegaram à região por meio de processo de colonização incentivado pelo Estado. Apesar dos colonos terem encontrado uma realidade muito diferente da que lhes fora prometida quando aliciados em seus países – na medida em que tiveram que demarcar seus próprios lotes em áreas de florestas nativas, muitas vezes endividados com a compra de terras e instrumentos de trabalho –, a colonização constituiu-se, no Brasil, como projeto oficial (SEYFERTH, 1992). Em contrapartida, as comunidades originadas a partir da resistência ao sistema escravocrata foram inicialmente perseguidas e posteriormente negligenciadas pelo Estado. Apenas

muito recentemente algumas ações têm passado a buscar atender a esse grupo, tais como o reconhecimento e a demarcação de terras de comunidades quilombolas e o acesso a programas e políticas públicas (RUBERT; SILVA, 2009).

Percebe-se, assim, que os diferentes percursos dos dois grupos na região estão refletidos em suas respectivas condições de acesso à terra no presente. Enquanto colonos pomeranos vivem em pequenas propriedades familiares produtivas, quilombolas conformam comunidades e possuem pouca ou nenhuma terra produtiva.

Contudo, pode-se sugerir que a produção de fumo na região da Serra dos Tapes, que nas últimas décadas vem se estabelecendo como principal atividade produtiva da região, aproxima os dois grupos. Se antes a produção de alimentos era realizada quase que exclusivamente pelo trabalho familiar, a fumicultura necessita muito mais intensamente da contratação de diaristas, que, em sua maioria, são quilombolas. Tais relações entre quilombolas e pomeranos, apesar de próximas, são bastante complexas. É comum escutar trocas de acusações de preconceito e discriminação de ambas as partes. Ao mesmo tempo, observa-se que os dois grupos estabelecem inúmeras formas de relação, além daquelas vinculadas estritamente à esfera do trabalho, partilhando equipamentos públicos, tais como escolas e postos de saúde, convivendo nas festas e casando-se entre si.

É, assim, nesse contexto que, no caso da Colônia Triunfo, onde está situada a Comunidade Quilombola do Algodão, apesar do reconhecimento da Fundação Cultural Palmares obtido, os quilombolas preferiram não abrir o processo de reconhecimento do território junto ao INCRA. Como já mencionado, segundo acreditam, esse processo levaria muitos anos para ser concluído e teria como resultado o desalojamento da maior parte dos colonos pomeranos de suas propriedades. Desse modo, os quilombolas acreditam que, uma vez iniciado o processo e enquanto não se concluísse, eles permaneceriam sem a ocupação como diaristas e, ao mesmo tempo, sem o território próprio que o reconhecimento do INCRA lhes traria, o que representaria para a comunidade a ausência de oportunidades de trabalho.

#### 4. REFERÊNCIAS

BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa**: identidade, magia e religião na imigração alemã. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DAROS, Alexandre; KRONE, Evander Eloí; MUNDELESKI, Everton; MENASCHE, Renata. Agriculturas familiares: práticas agrícolas, autoconsumo e modos de vida entre colonos e quilombolas In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

LIMA, Nei Clara de. A festa de Babette: consagração do corpo e embriaguez da alma. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 1-13, 1996.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Livraria Mundial, 1993.

PINHEIRO, Patrícia dos Santos. **Saberes, plantas e caldas**: a rede sociotécnica de produção agrícola de base ecológica no sul do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 199f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

RUBERT, Rosane Aparecida; SILVA, Paulo Sérgio da. O acamponesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 251-275.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, 2013.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, p. 78-95, 1992.

\_\_\_\_\_. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53. p. 117-149, 2002.

THUM, Carmo. **Educação, história e memória**: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes. São Leopoldo: Unisinos, 2009, 383 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Vale dos Sinos, 2009.

WEIDUSCHADT, Patrícia; SOUZA, Marcos Teixeira; BEIERSDORF, Cássia Raquel. Afro-pomeranos: entre a Pomerânia lembrada e a África esquecida. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 249-263, 2013.

## GT 08 - A luta pela terra e a política fundiária

### Quilombolas num conflito socioambiental contra a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara

Leonardo Oliveira da Silva Coelho<sup>1</sup>

**Resumo:** Ao tomar como referência empírica um conflito em que *quilombolas* resistiram às tentativas do Estado em expandir o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão, o escopo deste trabalho o caracteriza como um conflito socioambiental, ao destacar um tipo de resistência camponesa ancorada no ponto de vista daqueles atores, em suas práticas econômicas, simbólicas e ecológicas.

**Palavras Chave:** *quilombolas* – CLA – conflito socioambiental

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências Sociais/Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - UFMA, leosc@yahoo.com.br.



## **Quilombolas num conflito socioambiental contra a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara**

### **Introdução**

A literatura relativa aos estudos mais recentes sobre Ambiente e Sociedade amplia, sobremaneira, o leque de abordagens sobre a temática ambiental no Brasil. Destaco os estudos (ALONSO, 2002; LEITE LOPES, 2006; LITTLE, 2006, 2010; SANT'ANA JÚNIOR e MUNIZ, 2009; GUIVANT, 2010; ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010) em que a dimensão ambiental não está separada daquela social.

Diante da vastidão de temas sobre a questão ambiental, interessou-me aquelas análises que tomam por objeto a relação entre sociedade e ambiente, no tocante à antropologia e sociedades camponesas. Assim, podendo somar-se aos estudos realizados sobre a teoria do campesinato.

Neste sentido, etnografias como aquelas de Paula Andrade e Souza Filho (2006) demonstram como camponeses do Maranhão vivem situações de crise ecológica e insegurança alimentar, levando-se em conta a perda do acesso destes grupos aos recursos da natureza; nesses estudos, também discutem questões relativas à relação com a natureza: saberes, lugares, técnicas e modos de fazer de segmentos camponeses (PAULA ANDRADE E SOUZA FILHO, 2009) face aos processos de expropriação em curso (PAULA ANDRADE, 2011, 2012).

Meu interesse, portanto, se dá no sentido de me aprofundar desta perspectiva tentando refletir sobre a dimensão econômica, simbólica e ecológica dos estudos sobre campesinato. Neste sentido, a problemática socioambiental aqui considerada tentará manter um equilíbrio entre questões ligadas à sociedade e ao meio ambiente, ao não perder de vista o modo como os camponeses percebem e constroem os problemas ambientais, a saber, como uma questão totalmente entrelaçada aos problemas sociais que lhe acometem. Para tanto, a perspectiva destacada por Víctor Toledo (1988) se tornou primordial para entender o estudo de caso aqui considerado.

Víctor Toledo, ao se referir aos estudos sobre sociedades rurais, observa que muitos deles ao deixarem de fora a abordagem sobre a natureza, perdem de vista “que a reprodução da sociedade rural se dá num contexto ecológico e geográfico tão concreto como os vínculos que aquela estabelece com o mundo da cidade e da indústria” (p.12).

Então, ao se reportar à dimensão ecológica de estudos sobre campesinato, a saber, o que ele chama, com ressalva, de “modo camponês de produção” (p.13), aponta para a produção de conhecimentos sobre campesinato na década de 1970, caracterizando-a como estando majoritariamente assentada na relação econômica dos camponeses com a sociedade envolvente, sem referências aos componentes naturais do seu sistema produtivo.

Portanto, teoricamente, o campesinato foi marcado pela centralidade na dimensão econômica, bastante reforçada pelos estudos de Chayanov, avaliados pelo autor como fundamentais para a compreensão destas sociedades, mas por outro lado, de forma isolada, não dão conta de lançar luzes noutros aspectos que caracterizam estes grupos. Entretanto, Toledo não reivindica o abandono desta perspectiva em nome do apelo por uma abordagem ambiental também isolada. Pelo contrário, ele constrói nexos analíticos entre as duas abordagens, a partir da própria teoria do campesinato de Chayanov,

Se a produção camponesa é uma forma onde há um predomínio relativo do valor de uso sobre o valor de troca, quer dizer, onde a reprodução material descansa mais nos intercâmbios (ecológicos) com a natureza que nos intercâmbios (econômicos) com o mercado, então, na unidade de produção camponesa deve existir todo um conjunto de estratégias, tecnologias, percepções e conhecimentos que tornam possível a reprodução social sem descuido pela renovação dos recursos naturais (ecossistemas) (...) Dado que existe uma intrincada relação entre a reprodução camponesa e a reprodução dos sistemas naturais que os servem de sustento, quase sempre a destruição ecológica corresponde ao desmatamento e a desaparecimento das formas camponesas de produção, e vice-versa (TOLEDO, 1988, p. 14-15).

Conforme se vê, o autor reforça dois pilares para a compreensão das condições de produção camponesa: o econômico e o ecológico. É claro que esta equação deve ser analisada, relativamente às condições geográficas, ecológicas, históricas, políticas, sociais e econômicas que permitam perceber a particularidade de cada caso estudado, levando em conta estes dois aspectos, que teoricamente parecem centrais para análises deste cunho. Sendo assim, o campesinato considerado pelo autor reúne condições específicas por ele identificadas no México.

Neste sentido, a pesquisa empírica pode oferecer conteúdos cada vez mais diversificados a respeito da realidade camponesa nos dias de hoje, dada a sua dinâmica no tempo e no espaço, porém, a sua caracterização não ocorre sem relação com a forma pela qual os conflitos socioambientais são construídos, consoante a conjuntura de realidades sociais específicas, pois não é comum encontrar estudos sobre segmentos

camponeses fora de situações de conflito. Deste ângulo, a Ecologia Política traz importante contribuição, já que alia necessariamente produção de conhecimentos e engajamento político do pesquisador, como ocorre no Brasil.

Destarte, no âmbito da prática antropológica brasileira, Paul Little (2010) destaca que a disciplina tem tomado para análise o conceito de território, associado àquele de uso comum, e ao manejo dos recursos da natureza pelas populações tradicionais. Ele considera que esta perspectiva está vinculada ao engajamento da antropologia com os movimentos socioambientalistas aliando abordagens discursivas e ecológicas (p.349). Para o autor, o interesse destes estudos sobre apropriação comum dos recursos naturais (controle coletivo, em oposição à sua apropriação privada) surge contestando a tese de Hardin (1968) sobre a tragédia dos comuns, pois conseguem ir além da análise fundamentada pela teoria da escolha racional. Hardin também foi criticado por confundir “áreas de acesso aberto com as de controle coletivo” (p.349).

Enfim, a prática brasileira da Ecologia Política segundo Little, por ser crítica das relações ecológicas no país, requer um posicionamento político do pesquisador em meio aos conflitos socioambientais em torno do mundo biofísico e social. Deste modo, a etnografia tem demonstrado um eficiente instrumento com vistas a iluminar a caracterização de tais relações ecológicas (p.358).

Foi orientado por esta perspectiva que, neste estudo<sup>2</sup> de caso, trato de uma situação de conflito socioambiental ocorrida entre atores, autodenominados *quilombolas* e aqueles do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)<sup>3</sup>, Maranhão, em que os primeiros lutam pela permanência no território e os últimos buscam expandir o empreendimento<sup>4</sup>. Foi, portanto, em torno desta ação concreta, real, que um problema social passou a ser percebido e reforçado em termos da sua construção social (HANNIGAN, 2009), ao se considerar a ação intrusiva do Estado, levada a cabo às expensas do modo de vida dos grupos afetados.

---

<sup>2</sup> Estas pesquisas foram vinculadas ao projeto intitulado “Expropriação de grupos étnicos, crise ecológica e insegurança alimentar”, de autoria da professora Dra. Maristela de Paula Andrade. Minha inserção neste projeto ocorreu enquanto fui bolsista de iniciação científica entre os anos de 2006 e 2009, através do PIBIC/CNPq. Meu trabalho monográfico baseou-se nestes estudos. Novas etapas de campo continuam ocorrendo, agora para fins de elaboração da dissertação.

<sup>3</sup> Empreendimento de natureza tecnológica utilizado para fins de pesquisas espaciais através do lançamento de foguetes (VLS).

<sup>4</sup> O empreendimento em questão foi implantado pela primeira vez ainda na década de 1980, o que resultou no deslocamento compulsório (PAULA ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006) de centenas de famílias camponesas para agrovilas.

Denomino o grupo social em questão de camponeses baseado em literatura especializada nos estudos de sociedades camponesas em autores clássicos como Chayanov (1981), Shanin (1980), Wolf (1970), e autores nacionais (WANDERLEY, 2009; MARTINS, 1991; MOURA, 1988; PAULA ANDRADE, 2005), para citar apenas alguns, entendendo que este aporte teórico se aproxima do caso por mim estudado, sobretudo ao compreender as práticas econômicas camponesas baseadas no trabalho familiar, levando-se em conta aspectos do seu modo de produção/consumo/comercialização e diferenciação social, que revelam ao mesmo tempo sua autonomia relativa, e subordinação face à sociedade mais ampla.

O campesinato aqui considerado, também expressa uma particularidade, a saber, a sua condição étnica, defendida por vários estudos (FERNANDES, 1993; LINHARES, 2001; ALMEIDA, 2002; PAULA ANDRADE, 2006) que reforçaram a tese de que o conjunto de localidades que compõem o município de Alcântara configura um amplo território étnico. Esta assertiva encontra fundamento nos termos de Barth (2000), e suas considerações sobre o caráter relacional da identidade étnica, mais considerável do ponto de vista sociológico do que pela identificação de traços diacríticos, diluídos na história destes segmentos camponeses cuja classificação jurídica denominada *quilombola*, baseada na constituição brasileira de 1988, passou a ser aglutinada à sua identidade política.

A par destes pressupostos, minha pesquisa de campo foi realizada ao tomar como universo empírico uma unidade territorial denominada Mamuna, onde vivem muitos *quilombolas* que permaneceram no litoral de Alcântara, mesmo após o deslocamento compulsório de centenas de famílias para agrovilas nos anos 1980. Duas décadas depois, ocorreu o mencionado conflito, constituindo-se numa resposta deste grupo social contra a expansão do CLA, ou seja, contra mais um episódio de expropriação.

### **A barricada de Mamuna: caracterizando o embate camponês contra o CLA como um tipo de conflito socioambiental**

O antagonismo de interesses entre os chamados *quilombolas* de Alcântara e o Estado brasileiro, ao lado da empresa Alcântara Cyclone Space (ACS), culminou em uma situação de conflito, denominada pelas famílias de Mamuna de *barricada*. Embora o conflito já existisse de forma latente, o que impulsionou o grupo a avançar de forma

mais ofensiva, contra as tentativas da ACS em levar a cabo serviços de pré-engenharia nas áreas onde vivem, foi a percepção da dimensão da área devastada pelas ações erigidas por agentes da GEOCRET, empresa subcontratada por aquela. Esta avançou nos limites territoriais de Mamuna com outra localidade, Baracatatiua.

Deste modo, abriram estradas destruindo áreas classificadas pelos trabalhadores como *matas, capoeiras, roças, palmeirais, cabeceiras de rio e caminhos*. Isso foi o bastante para que aqueles camponeses se sentissem afligidos e ameaçados. E assim começaram a se mobilizar, ou seja, as famílias apontaram o quanto os ecossistemas dali foram afetados pela intrusão das máquinas, demonstrando, na mesma medida, o quanto elas mesmas seriam prejudicadas com isso; tudo aconteceu sem que o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) tivesse liberado o licenciamento ambiental para devastação destas áreas, que se encontravam repletas de sinais de prospecção, perfuração e demarcação.

Então, um conjunto de denúncias foi apresentado pelos moradores de Mamuna num encontro organizado nesta localidade pelo Fórum de Defesa de Alcântara, num momento que antecedeu a insurgência dos camponeses contra aquelas ações de intrusão em seu território. Naquele dia (16/02/2008), uma ampla rede de mediadores (WOLF, 2003) ali se encontrava, (representantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara, Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara, Igreja Católica, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara, e o pesquisador - representando o Grupo de Estudos Rurais e Urbanos da UFMA), ao lado de trabalhadores e lideranças comunitárias de Mamuna, Brito e Itapera.

Logo abaixo, exponho um relato acerca do estopim do conflito.

Na manhã de domingo (17/02/2008), um grupo de trabalhadores e trabalhadoras de Mamuna adentraram as áreas afetadas pela devastação, e lá encontraram outros trabalhadores, que embora não fossem moradores de Mamuna, eram pessoas conhecidas pelo grupo, a quem chamavam de *peões*, por ali estarem a serviço da GEOCRET fazendo aquele tipo de trabalho (pré-engenharia). Ao confrontá-los, o grupo conseguiu interromper os trabalhos daquela empresa. A estratégia seguinte, movida pelos trabalhadores, foi a formação da chamada *barreira humana*, o que depois vieram chamar de *barricada*, para bloquear o caminho de entrada para Baracatatiua e Mamuna, e assim impedir o acesso dos caminhões da GEOCRET às duas localidades.

Munidos de foice e facão, os camponeses fizeram vigília na entrada de seu território, através de um sistema de revezamento, já que ao mesmo tempo em que

participavam deste movimento, também precisavam atender às demandas da sua rotina de trabalho.

Dividiram-se em grupos, e cada um agregou em torno de 15 pessoas para o revezamento diário. Tais grupos se revezavam das 5h às 19h, distribuindo-se em intervalos de 5h às 10h, de 10h às 15h e das 15h às 19h. O movimento durou até o dia em que o Ministério Público Federal conseguiu intervir, consolidando a interrupção das ações da empresa, consideradas ilegais do ponto de vista social e ambiental.

(...)... A presente Ação Cautelar incidental à Ação Civil Pública em epígrafe destina-se à preservação de direitos das comunidades remanescentes de quilombo no município de Alcântara, em especial aquelas denominadas Manuna e Baracatiua, em face de atos perpetrados pelas requeridas, os quais representam lesão à integridade da posse dos territórios étnicos respectivos, bem como afetam os recursos ambientais da região e o modo de fazer e viver dos integrantes dos grupos étnicos locais. Os atos das requeridas consistem em aberturas de estradas e obras de pré-engenharia, não acobertadas licitamente pela Administração ambiental, que impactam negativamente as comunidades remanescentes de quilombo, as quais aguardam a titulação das suas terras, consoante o contexto apresentado na inicial da actio principal (Informações extraídas do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - Procuradoria da República no Estado do Maranhão - 2º Ofício Cível, maio de 2008, grifos meus).

Paula Andrade salienta que a ação direta de enfrentamento das máquinas das empresas tem a ver com a dinâmica da própria rede de mediadores, envolvendo antropólogos, ecólogos, advogados, estudantes, religiosos, mas não se pode dizer, igualmente, que até mesmo esses agentes, tenham deixado de se surpreender com a firmeza da negativa das famílias em permitir que as empresas dessem continuidade a seus trabalhos (PAULA ANDRADE, 2009, p.57).

Souza Filho (2009), ao explanar sobre a tal *barricada*, como ação coletiva, envolvendo uma rede de mediadores e os trabalhadores rurais, faz a seguinte consideração sobre o embargo das obras que visavam ampliar o CLA:

Foi a partir do entendimento dos interesses em jogo que envolvem nessa arena diferentes empresas, setores do Estado, instituições e agentes de variados tipos e também pela consciência do quantum de força que possuem nesse enfrentamento, que os quilombolas paralisaram as obras da ACS. Essa ação coletiva, portanto, não deve ser entendida como algo realizado de forma impensada ou aleatória, mas sim como uma ação consciente e estratégica que integra o repertório contencioso do grupo (TYLLI, 1993). O embargo das obras da ACS, nesse caso, foi realizado não só porque se sentiram ameaçados nas suas condições materiais, mas também porque tinham consciência dos desdobramentos dessa ação estratégica. Não é sem motivos que ao descrever o episódio do embargo, a quilombola Militina Serejo menciona os resultados positivos da ação das famílias ao aludir ao apoio de instituições e agentes

nesse enfrentamento. Ao salientar esse envolvimento ela tem consciência que o problema não se restringe a uma localidade, mas que tem implicações sociológicas e geopolíticas. A clareza dessa dimensão e complexidade do problema é que tem contribuído para a qualificação dos agentes para a luta. É justamente essa dinâmica de enfrentamento que nos permite entender, em termos sociológicos, o significado simbólico e metafórico da frase de seu João da Mata quando ele afirma: “Dizem que ovo não briga com pedra. Briga sim! Pode não quebrar a pedra, mas mela ela toda!!”. Nesse caso é perfeitamente possível entender o sentido político da inversão por ele realizada quando diz que ovo briga com pedra. Os quilombolas de Mamuna “melaram” o projeto de implantação de uma plataforma de lançamento no coração de seu território e redefiniram os rumos do projeto desenhado para Alcântara. Pode-se dizer que esse enfrentamento entre os quilombolas e a ACS serviu para afirmar que em termos metafóricos ovo briga com pedra. Em relação ao alcance político da ação coletiva das famílias de Mamuna, os “ovos”, aparentemente frágeis, “melaram” muitas outras “pedras”. Nesse enfrentamento, a metáfora, subvertida, foi confirmada na prática. (SOUZA FILHO, 2009, p.20-21).

Dadas estas considerações, meu interesse principal está na caracterização deste conflito no âmbito do atual debate que envolve a qualificação de conflitos sociais em torno da questão ambiental. Como qualificá-lo?

Apesar de algumas ressalvas, devido à particularidade deste conflito, considero que a chamada *barricada* pode ser caracterizada consoante a noção de conflito socioambiental, ou seja, há aqui reivindicações tanto do ponto de vista econômico, quanto ambiental, conforme Toledo (1988). Todavia, isso não reflete o discurso dominante produzido e acionado no interior da rede de mediadores externos ao modo de vida destes camponeses. Quer dizer, na arena (OLIVIER DE SANDAN, 1995) um problema social foi construído primordialmente, sendo a questão ambiental de importância secundária, ou complementar, legitimando o conflito como eminentemente social, nomeadamente, de implicação étnica. Este discurso foi construído em sintonia com a participação de vários atores nesta arena, incluindo aí entidades da sociedade civil organizada, e também intelectuais. Tal discurso veio depois fortalecer-se com a criação do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE), ao incorporar a identidade política *remanescentes de quilombo* – em sintonia com as conquistas dos movimentos sociais incorporadas na constituição brasileira de 1988.

Não tenho elementos empíricos para argumentar com acuidade e precisão os desdobramentos ocorridos na formação do MABE, e nem é objetivo desta reflexão. O que me importa aqui é opor dois discursos: este da arena e aquele percebido na manifestação dos camponeses durante a *barricada*, que até hoje é considerada um marco na recente história de resistência dos *quilombolas* de Alcântara. Este conflito lança luzes sobre a percepção dos camponeses em relação ao problema ambiental que

pra eles está intrinsecamente articulado àquele social. Entretanto, esta percepção está ancorada em suas práticas (agrícola, extrativa, pesca), identidade, conhecimentos tradicionais e manejo da natureza, e não no interior da arena como um discurso.

Isso está demonstrado quando os camponeses identificam os ecossistemas que foram atingidos pela entrada das máquinas da GEOCRET. Demonstraram preocupação com a devastação da natureza, sem a qual perdem as condições ambientais para a própria reprodução social. A temática ambiental além de aparecer nas manifestações dos trabalhadores de Mamuna, também apareceu através da manifestação do Ministério Público Federal face ao episódio da *barricada*, em que chama atenção para dois tipos de lesões: “afetam os recursos ambientais da região e o modo de fazer e viver dos integrantes dos grupos étnicos locais”. Vê-se aqui mais uma vez a dimensão ambiental amarrada com aquela social (étnica).

O IBAMA também apareceu neste contexto de conflito, no tocante ao processo burocrático de liberação de licença ambiental, pois isso foi alegado pelo MPF que classificou a intrusão no território *quilombola* como: “aberturas de estradas e obras de pré-engenharia, não acobertadas licitamente pela Administração ambiental”. Isso gerou muitos problemas para a Agência Espacial Brasileira até conseguir o licenciamento, pois concorreu para o atraso na execução das obras,

Dez anos depois, o projeto da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) ainda não decolou. Assinado em 21 de outubro de 2003, o acordo de cooperação a longo prazo entre Brasil e Ucrânia apresenta não apenas atraso no cronograma divulgado inicialmente, mas também elevação dos custos previstos e ceticismo quanto a seu modelo de ingresso no mercado internacional de lançamentos espaciais... De acordo com Sergiy Guchenkov, diretor comercial da Alcântara Cyclone Space, o projeto é desenvolvido em três frentes. De responsabilidade total da Ucrânia é o foguete Cyclone-4, o qual, segundo Guchenkov, está 78% pronto. De responsabilidade da empresa, está a construção do sítio de lançamento, cujas obras civis encontram-se 48% acabadas. Da parte do Brasil, está a infraestrutura geral do Centro de Lançamento de Alcântara. Entre 2008 e 2009 [após a *barricada*], o impasse ficou por conta de uma disputa judicial entre a ACS, que pretendia transformar toda a península de Alcântara em um parque tecnológico, e comunidades quilombolas, representadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que reivindicaram parte da área. A empresa binacional teve de abrir mão desse território. “Houve também dificuldade para conseguir uma licença para iniciar as obras, porque a região faz parte da Amazônia Legal, com regras muito rígidas”, completa Guchenkov (Parceria entre Brasil e Ucrânia para lançar foguetes enfrenta atraso/notícias.terra.com.br/21/10/2013).

Já se vê também algumas iniciativas na mídia não convencional acerca da questão ambiental,



Em Alcântara, deverá ser lançado o Cyclone-4, sucessor do Cyclone-3, um bem sucedido foguete que funcionou de 1977 a 2009. Apesar de ser elogiado pela sua eficiência, o foguete ucraniano foi aposentado nos lançamentos espaciais europeus por utilizar como combustível propelentes hipergólicos, de alto potencial tóxico. No Cyclone-4, os combustíveis são tetróxido de nitrogênio e dimetil hidrazina, classificados pela União Europeia como altamente tóxicos e perigosos ao meio ambiente... O possível dano ambiental causado pelo foguete é um dos pontos que motivou a criação de um abaixo-assinado propondo mudanças no acordo ou o seu destrato. O criador, Duda Falcão, que mantém o blog Brazilian Space, sugere que, além da utilização de propelentes menos danosos ao meio ambiente, a ACS seja transformada em uma empresa de capital misto (público e privado), com poder de veto a ambos países; que o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) e universidades parceiras participem no desenvolvimento do novo sistema de propulsão; que sejam criados mais convênios entre os dois países, com intercâmbios universitários e profissionais; e a ratificação de um acordo de salvaguardas tecnológicas com o governo norte-americano (Parceria entre Brasil e Ucrânia para lançar foguetes enfrenta atraso/notícias.terra.com.br/ 21/10/2013).

Como se pode perceber, os problemas ambientais aí apontados alimentam um discurso ambientalista que aparentemente não tem nada a ver com os problemas sociais tal como foram construídos para os *quilombolas*, pois a viabilidade de expansão do empreendimento sobre o território étnico não é questionada. Isso revela como os dois discursos, aqui destacados, se distinguem, visto que a dimensão ambiental e social são tomadas separadamente. São dicotômicas. Mas apesar do discurso, é sabido que o malefício causado ao ambiente é por consequência um malefício para o homem, seja ele habitante da cidade ou do campo. Esta ilustração serve para refletirmos sobre quão variadas podem ser as percepções e construções de problemas ambientais.

São muito comuns os problemas ambientais, construídos em contextos urbano-industriais, relacionarem-se com a poluição do ar, rios e mares, ausência de saneamento básico, inadequado tratamento do lixo, variações climáticas, e os riscos que isto traz ao homem que vive na cidade. No caso dos camponeses, o problema ambiental ou socioambiental em questão atinge as suas próprias condições materiais e simbólicas de existência.

A dimensão simbólica, articulada às práticas, merece destaque aqui porque mostra como os camponeses lançam mão de distintas formas de relação com a natureza, para além daquela material. No contexto do conflito, além de se manifestarem contra a devastação das áreas situadas nos limites do seu território, onde cultivam a terra e praticam o extrativismo, os trabalhadores denunciaram a derrubada de uma formação vegetal por eles chamada de *pau amarelo*. Ocorre que havia fileiras dele, mas ao contrário do que um observador externo poderia pensar não se tratava de plantas nativas, pois foram ali cultivadas pelos camponeses para demarcar os limites entre

Mamuna e Baracatiua, como se pode verificar no depoimento de uma das líderes da *barricada*,

Quando eu fiquei em Baracatiua [foi professora lá durante um tempo] o marco era no *pau amarelo*... E todo ano eles limpavam o caminho [refaziam a trilha]... O pessoal de Baracatiua vinha e limpava até a metade e o pessoal daqui de Mamuna encontrava [fazia sua parte]. Aí o caminho era limpo todo tempo, era tão bom de andar, todo ano eles faziam essa limpeza do caminho. Aí tinha o marco, que esse aí já ficava delimitado, né? Então com isso, todo mundo sabia que ali que era o marco, lá no *pau amarelo*, e **esses pau amarelo não nasceram lá, eles foram plantado justamente para fazer essa marcação**, foram plantados pelo pessoal de Baracatiua, que plantaram para fazer a marcação. Eles que fizeram esse plantio pra fazer o marco, até pra não misturar a terra deles (Militina Serejo, professora no povoado Mamuna).

Esses grupos sociais constroem suas fronteiras territoriais aplicando alterações na paisagem da floresta, por meio do uso de elementos da própria natureza. Por isso, para um observador externo, é difícil notar que estas fronteiras existem, porque, para ele, a floresta é um grande espaço homogêneo, onde não se diferencia o que é natural e culturalmente construído. Nesse contexto, estas duas classificações - o que é natural e o que é cultural - se confundem, porque este observador não consegue classificar a natureza segundo as relações ecológicas aí imbricadas pelos nativos. Para os últimos, a natureza é mais que um espaço biofísico, pois configura seu próprio território. Esta perspectiva se aproxima dos estudos de ecologia histórica na Amazônia, em autores como Balée (1992) e Descola (2000), com as noções de paisagens e florestas antropogênicas, respectivamente,

A abundância dos solos antropogênicos e sua associação com florestas de palmeiras ou de árvores frutíferas silvestres sugerem que a distribuição dos tipos de floresta e de vegetação na região resulta, em parte, de vários milênios de ocupação por populações cuja presença recorrente nos mesmos sítios transformou profundamente a paisagem vegetal. As próprias concentrações artificiais de certos recursos vegetais teriam influenciado na distribuição e na demografia das espécies animais que deles se alimentavam, de tal modo **que a natureza amazônica é, na verdade, muito pouco natural, podendo ser considerada, ao contrário, o produto cultural de uma manipulação muito antiga da fauna e da flora**. Embora sejam invisíveis para um observador inexperiente, as consequências desta antropização estão longe de ser irrelevantes, sobretudo no que diz respeito à taxa de biodiversidade, mais elevada nas porções de floresta antropogênicas do que nas porções de floresta não modificadas pelo homem (DESCOLA, 2000, p.150). (grifos meus)

Então, no caso em questão, conforme Eric Saborin (2010), além da dimensão material do uso da terra e dos seus recursos, “ela é um lugar de vida, mas também um

patrimônio comum, identitário, a sede das origens, a essência do grupo e das suas marcas simbólicas (fetiches, terreiros, ritos etc.). Nesse sentido, a terra é inalienável, ela não é uma mercadoria” (p.151), como já dissera Polanyi (1980).

### **Considerações Finais**

Por fim, abordo resumidamente uma questão, também observada em trabalho de campo, e relacionada com a discussão até aqui apresentada.

Trata-se do espontâneo deslocamento de trabalhadores de Mamuna para Camarajó e Peru, duas das localidades que foram esvaziadas quando do deslocamento compulsório de camponeses ainda na década de 1980. No entanto, o deslocamento espontâneo das famílias de Mamuna para estas áreas se dá pela prática agrícola e extrativa, e não pelo estabelecimento de novas áreas de residência.

O primeiro levantamento apontado em trabalho de campo revelou que as famílias de Mamuna tinham fortes vínculos de vicinalidade (PINA CABRAL, 1991) com as famílias que viviam em Camarajó e Peru, antes do seu remanejamento. Havia planos de organização social (GEERTZ, 1999) que os envolvia em termos de relações de parentesco, compadrio e trocas. Conforme relatos, depreende-se que estes princípios orientavam a organização econômica entre estes grupos, e permanece orientando face a outros grupos vizinhos que permaneceram no litoral. Em Mamuna os camponeses movimentam sua economia, mergulhados nestes princípios como o de reciprocidade no manejo dos recursos comuns, aproximando-se das considerações de Orstron (2010) e Saborin (2010), apesar da particularidade compreendida por cada autor sobre a caracterização deste termo.

Destaco que os camponeses de Mamuna reconhecem que hoje estas localidades expropriadas pertencem à Aeronáutica, no entanto, com base na sua dinâmica produtiva, através do uso comum dos recursos da natureza, passaram a se apropriar destas áreas, controlando-as, conforme suas técnicas de manejo da terra, cultivando-a e extraíndo recursos.

Entendo que esta ação coletiva, soma-se àquela da *barricada*, mas como outra forma encontrada por este grupo para resistir ao avanço do CLA. Este movimento foi empreendido de forma totalmente independente da rede de mediadores externa ao grupo. Nunca fez parte do campo das suas discussões na arena. Este é mais um exemplo de como as práticas camponesas, no sentido de Scott (2011), são carregadas de relativa

autonomia, sendo capazes de nos mostrar como estes grupos podem ser sujeitos de ação consoante suas especificidades e dinâmicas econômicas, sociais e ambientais refletidas no seu modo de vida e na relação cotidiana com a natureza, em termos materiais e simbólicos.

Quanto à *barricada*, a possibilidade de perder o livre acesso aos recursos básicos foi o que concorreu para que as famílias se organizassem e avançassem em direção às suas áreas, determinados a interromper o avanço do empreendimento. Foi nitidamente perceptível como mudou o comportamento dos trabalhadores após saberem que uma parcela significativa da área que limita as duas localidades estava sendo devastada.

O poder político camponês só pode então ficar assentado sobre dois pilares de igual magnitude e importância, um econômico, e outro ecológico (...). Com efeito, é no acúmulo de conhecimentos e estratégias produtivas que lhe permitem subsistir, onde se encontra acumulada a energia do átomo político camponês, pois diferente de outros setores explorados da sociedade moderna, a classe camponesa é a única que possui seus meios de produção e a única que, em teoria, pode gerar seus próprios meios de existência (TOLEDO, 1988, p. 15).

Portanto, o que determinou tal ação foi a preocupação do grupo em proteger suas áreas apropriadas através do sistema de uso comum. Este modo de apropriação está na organização social, econômica e ecológica do grupo. Consoante Castro (2000, p. 176), referindo-se às *populações tradicionais*: “No plano local, pode-se depreender que os conflitos pela apropriação do território estão em relação direta com as necessidades de reprodução”. Isso, então, justifica o caso de reapropriação das áreas de recursos básicos em Camarajó e Peru Velho. São dois tipos de ação de resistência. Enquanto uma (reapropriação de áreas) envolve a própria dinâmica do sistema tradicional de produção, a outra (*barricada*) envolve uma ação de confronto direto para tentar proteger o território. Ambas zelam por manter as condições de reprodução social do grupo.

Nos dois casos foram as condições de existência deste modo de apropriação, manejo da natureza que foram perturbadas e colocadas em risco. Por isso, o território *quilombola* foi, num caso, “recuperado” e ampliado, e no outro, protegido. Ambas as faces deste movimento nos dão elementos para pensarmos como a questão ambiental é crucial para os camponeses, quando está intrinsecamente relacionada com a questão ecológica, econômica e simbólica, pois é este entrelaçamento ou inter-relação que configura o modo de produzir e viver destes grupos na configuração específica percebida neste estudo.

## Referencias Bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida; Laudo Antropológico: Identificação das Comunidades Remanescentes de Quilombo em Alcântara (MA); Setembro de 2002; vol. 01 e 02; Mimeo.
- ALONSO, Angela e Costa, Valeriano. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. BIB – Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais. ANPOCS. N 53. 1ª semestre de 2002.
- BALÉE, William. People of the fallow: A historical ecology of foraging in lowland South America. New York. Columbia University Press. 1992.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Tradução de John Cunha Comeford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes das populações tradicionais. In: Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza; Antônio Carlos Diegues (org.). Editora Hucitec, São Paulo, 2000.
- CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: Silva. J.G.; Stolcke, V. (org). A questão agrária: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. In: Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza; Antônio Carlos Diegues (org.). Editora Hucitec, São Paulo, 2000.
- FERNANDES, Carlos Aparecido. Remanejamento compulsório de segmentos camponeses: o caso do CLA de Alcântara. São Luís, 1993. mimeo.
- GEERTZ, Clifford. Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa. In: Mosaico Revista de Ciências Sociais, Ano 2, Número 1, Volume 1, 1999, p. 279-303.
- GUIVANT, Julia S. Sociologia do Meio Ambiente Rural: hibridismo da Sociologia Ambiental com a Sociologia Rural. In: MARTINS, Carlos B. (Coord.); MARTINS, Heloisa H. T. de S. (Coord.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia. São Paulo, ANPOCS, 2010.
- HANNIGAN, John. Sociologia Ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.
- HARDIN, Garret. The tragedy of the commons. Science, n.162, 1968.
- LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos sociais e sobre dilemas da participação. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. v. 12, n. 25, jan./jun. 2006.
- LITTLE, Paul E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n.25, jan. 2006.
- LITTLE, Paul E. A prática brasileira da ecologia política: aportes da Antropologia. In: MARTINS, Carlos B. (Coord.); DUARTE, Luiz F. D. (Coord.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia. São Paulo, ANPOCS, 2010.
- LINHARES, Luis Fernando do Rosário. Terra de preto, terra de santíssima. Da desagregação dos engenhos à formação do campesinato e suas novas frentes de luta. 1999. Dissertação (Mestrado em Políticas públicas) PPGPP/UFMA, São Luís, 1999.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4ª Ed. Vozes. Petrópolis – RJ, 1990.
- MOURA, Margarida Maria. Camponeses. São Paulo: Ática, 1988.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. 1995. Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social. (Collection Hommes et Sociétés) Marseille: APAD; Paris: Karthala.

- PAULA ANDRADE, Maristela de. Terra de Índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum. São Luís. EDUFMA. 2005.
- PAULA ANDRADE, Maristela de; SOUZA Filho, Benedito, Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara; São Luís: EDUFMA, 2006.
- PAULA ANDRADE, Maristela de. Novos Sujeitos de Direito e seus Mediadores: uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e aparelhos de estado. Antropolítica. Niterói, n. 27, p. 43-61, 2. sem. 2009.
- SOUZA FILHO, B.; PAULA ANDRADE, M. de. Inventário Nacional de Referências Culturais do Município de Alcântara (2a fase). São Luís: Iphan, 2009.
- PAULA ANDRADE, Maristela de (coord.). Conflitos Socioambientais no leste maranhense - problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba. RELATÓRIO DE PESQUISA. São Luís, 2012.
- PAULA ANDRADE, Maristela de. Sistemas de conhecimento nativo e apropriação da natureza versus avanço do agronegócio no Maranhão. IX Reunião de Antropologia do Mercosul. GT43- A relação natureza e cultura em sua diversidade: percepções, classificações e práticas. Sessão: Saberes e práticas com plantas e animais. Curitiba - PR. Junho/2011.
- PINA CABRAL, João. 1991. Os Contextos da Antropologia, Lisboa: Difel.
- POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro - Campus, 1980.
- ORSTRON, Elinor. Gouvernance des biens communs: pour un nouvelle approche des ressources naturelles. Bruxelles: De Boeck, 2010.
- SABOURIN, Eric. Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. Sustentabilidade em Debate. 2010.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; MUNIZ, Lenir Moraes. Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de sustentabilidade global. In: Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos CEBRAP: Trabalho e dominação; número 26. São Paulo. CEBRAP. 1980.
- SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011.
- SOUZA FILHO, Benedito. Ovo Briga com Pedra: a luta como pedagogia dos quilombolas de Alcântara. In: NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do (Org.) Versos e Reversos da Educação: das políticas às pedagogias alternativas. Goiás: Editora da PUC, 2009, pp. 111- 128.
- TOLEDO, Victor M. 1988. La resistencia ecológica del campesinato mexicano. In: Ecologia Política. Cuadernos de debate internacional. ICARIA.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). Desenvolvimento e conflitos socioambientais, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- WOLF, Eric. Sociedades Camponesas; Rio de Janeiro; ZAHAR; 1970.
- WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: LINS RIBEIRO, G.; FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). Antropologia e poder contribuições de Eric Wolf. Brasília, DF: Ed. UnB; São Paulo: Unicamp, 2003.

**RESGATE HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS E A LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO MARANHÃO.**

**Aurora Amélia Brito de Miranda<sup>1</sup>**

**RESUMO:**

Neste artigo, faço inicialmente uma contextualização da produção camponesa no estado do Maranhão. Em seguida, faço um resgate histórico da constituição política dos trabalhadores rurais, via Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão – (ATAM) e dos Sindicatos Autônomos, que exigiam mudanças estruturais no que se refere à propriedade da terra e por último, mostro como este movimento foi desarticulado e despolitizado pela política fundiária do Estado Militar e pelo Estatuto da Terra, que favoreceu a expansão das grandes empresas capitalistas, através de uma política de incentivos fiscais, que proporcionou grandes investimentos na região amazônica, e na pré-amazônia maranhense.

**PALAVRAS CHAVES:** Produção camponesa, organização política, Maranhão.

**1. A produção camponesa no estado do Maranhão**

No que se refere à produção camponesa no estado do Maranhão, esta se efetivou ainda no período colonial. Inicialmente, com a monocultura de exportação, primeiramente com o algodão e posteriormente de arroz. Com a decadência deste sistema, em fins do século XIX e início do século XX, teve-se a formação de um campesinato gerado pela libertação dos escravos e pelos camponeses que vinham do Nordeste (Pernambuco, Piauí e Ceará) expulso pela crise da “plantation” açucareira de 1929 e pelas sucessivas secas. (MIRANDA, 2003).

De acordo com Arcangeli (1987), os nordestinos ao conquistarem áreas despovoadas e ao desbravarem a ‘terra livre’, formaram as chamadas “frentes de expansão”<sup>2</sup>, que se dirigiram para os Vales dos Rios Pindaré, Mearim, Grajaú e Gurupi,

---

<sup>1</sup> Doutora em Políticas Públicas e Professora Adjunta III do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. E-mail: aameliabm@uol.com.br.

<sup>2</sup> A frente de expansão constitui-se conforme Martins Apud Arcangeli (1987, p.107), numa “faixa (povoada, mesmo que com baixa densidade) que não se constitui uma frente pioneira uma vez que, sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir das relações com o mercado”.

até chegar ao município de Imperatriz. As “frentes de expansão” criaram as condições para o crescimento da “economia camponesa” já existente no Estado; esta economia seria conforme Arcangeli (1987, p.112), “[...] uma economia do excedente, pequeno – mercantil, cujo cálculo econômico não é capitalista, mas que se articula e se integra à frente pioneira, de lógica capitalista, através do mercado”.

A importância dos migrantes efetivou-se pela formação de uma “Frente Pioneira Agrícola”, nas áreas controladas ou parcialmente ocupadas pelo processo anterior de colonização (região do Médio-Mearim, Cocais e Pré-Amazônia), que coincidiu exatamente com a decadência da monocultura do algodão da região de Itapecuru e o processo de abertura de estradas, principalmente a Belém-Brasília. Com isso, essas áreas decadentes receberam um contingente de camponeses, provocando um desequilíbrio parcial do modelo vigente até então, pelo aumento da demanda por terras, que elevou o preço do aforamento e gerou maior poder de barganha para o latifúndio. A continuidade do fluxo nordestino levou à migração dos camponeses que, junto com os outros nordestinos, começaram a adentrar em direção da Amazônia. Por volta de 1960, começaram a chegar à região de Imperatriz, onde se unificaram num único fluxo. Ao penetrarem no Pará, foram denominados de “maranhenses” pelos paraenses. (MIRANDA, 2003).

Essa foi, portanto, a odisséia dos camponeses vindos dos Estados nordestinos de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí, em razão das constantes secas ou expulsos das terras pelos grandes proprietários.

Deslocaram-se para o Maranhão, primeiro pelo Vale do Mearim (Bacabal); depois, pelo Vale do Pindaré, e, sobretudo, pelos municípios de Santa Luzia e Bom Jardim. De lá, “forçados” pelos fazendeiros e pelas grandes empresas, se deslocaram mais uma vez, até à chamada região do Bico do Papagaio<sup>3</sup>, já nos anos de 1970.

A dinâmica da estrutura social na primitiva região livre de terras, tornada zona de expulsão de pequenos produtores é dada por dois fatores: de um foi a própria existência de terras que, embora já ocupadas pelos camponeses que compunham a frente agrícola, se apresentavam para a sociedade como um todo, como terras “livres”, devido a não oficialização do ponto de vista jurídico, pois o interesse dos trabalhadores para com a terra é o trabalho e não o negócio. Essa é uma das razões para não se

---

<sup>3</sup> Região do extremo norte do Estado de Tocantins, na confluência dos rios Tocantins e Araguaia, em que a linha divisória entre os Estados de Tocantins, Maranhão e Pará forma um desenho que lembra um bico de papagaio, daí o nome da região.



preocuparem com o título da terra, só que, dessa forma, a terra se apresenta como objeto de apropriação para a pecuária e para a apropriação fraudulenta para a especulação fundiária (grileiros), culminando com a limitação e o controle progressivo da ocupação camponesa; o outro fator foi o desenvolvimento do sistema rodoviário e ferroviário (ferrovia Carajás), que atraiu novos grupos e serviu tanto para o escoamento da produção (atingindo toda a rede de comercialização), como para a divulgação da ocorrência de supostas terras livres na Pré-Amazônia maranhense. (MIRANDA, 2003).

Esta situação foi profundamente alterada a partir da década de 1960, pelo processo de “modernização de caráter autoritário” da Amazônia, desencadeado pelos governos militares, que transformaram esta região em local privilegiado para investimentos do grande capital. A partir de então, uma nova frente se construiu através do açambarcamento de grandes extensões territoriais, antes ocupadas por posseiros e pequenos proprietários camponeses, então efetivados por grandes grupos capitalistas, nacionais e estrangeiros – a “frente de expansão monopolista”. O processo de apoderamento das terras efetivou-se em grande escala através de vários expedientes, muitas vezes ilícitos, como a compra de terras devolutas do Estado e a grilagem, com a conivência (quando não com o próprio impulso) da maioria dos cartórios, do poder público, de políticos municipais e da polícia militar e privada (jagunços), aliciados por políticos estaduais e/ou federais, fazendeiros e empresários.

A situação da região do Vale do Pindaré se tornou caótica. Títulos de propriedade se sobrepuseram a antigos direitos de posse, títulos esses que foram forjados pela arte da grilagem, cancelando os títulos legítimos e os direitos dos posseiros.

A primeira forma de expressão concreta do capitalismo monopolista no campo maranhense foi à dinamização do setor pecuário, onde se destacaram os incentivos fiscais distribuídos pelas agências regionais de desenvolvimento: SUDAM e SUDENE. A segunda forma foi o desenvolvimento de uma agricultura em bases capitalistas, inicialmente no sul do Estado (com a produção em larga escala de arroz e da soja) e a partir da década de 1970, no Oeste e no Baixo Parnaíba, com a produção da monocultura do eucalipto e da produção de papel e celulose.

Além destes projetos, têm-se, ainda, as instalações de grandes empresas madeireiras na região do Pindaré e do Tocantins, adentrando a região do Gurupi, até chegar ao litoral de Turiaçu, com a implantação dos grandes projetos (ALUMAR, e atualmente VALE S.A).

O processo de concentração fundiária no Maranhão foi agravado com a Lei Estadual de Terras de nº 2.979, de 17 de julho de 1969, efetuando, o denominado, reordenamento do espaço físico do Estado com, “a ocupação racional das terras livres”, determinada pela oligarquia Sarney. Conforme Feitosa e Brito (1991:16), “[...] o Estado, ao promover a venda de terras públicas para grandes grupos empresariais, por preços questionáveis, tem contribuído para o estabelecimento de condições reais e objetivas para a penetração do capital no campo maranhense”.

A partir desse processo, iniciou-se de forma violenta a questão da grilagem no Maranhão, que “legalizou-se”, com o propósito óbvio de entregar o território maranhense às empresas e fazendeiros de outros Estados, mediante a criação das sociedades anônimas, sem número limitado de sócios. A estas sociedades eram facultadas as vendas das terras devolutas sem licitação, podendo requerer cada um dos sócios até três mil ha de terras. (MIRANDA, 2003).

Com o asfaltamento da rodovia Belém-Brasília, iniciou-se também o processo de exploração da indústria madeireira por empresas que vieram do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, substituindo o ciclo do arroz pelo da madeira e pecuária. Surgiu assim, o poder dos ‘grandes projetos ditos de desenvolvimento’ que subordinaram os usineiros. Afluíram para a região mais e mais serrarias. Ocorreu uma corrida desenfreada para a região do Pindaré e Tocantins, para desmatar e plantar capim. É nesse contexto, no final da década de 1960, que surgiu o maior grilo do Estado, o “grilo Pindaré”. (MIRANDA, 2003).

No final da década de 1960 e início da década seguinte, a questão da terra se acirra ainda mais, na medida em que o confronto com o campesinato (posseiros) põe em jogo as forças institucionais manipuladas para a efetivação da política agrária do Estado. Na verdade, esses impasses são originados, conforme Almeida; Mourão (1976, p. 22), nas

[...] contradições entre a implantação de um tipo de estrutura fundiária voltada primordialmente para os interesses da “ocupação racional das terras devolutas” (pelas grandes empresas), aos quais a política oficial subordina a questão da “ordenação da ocupação espontânea” (pelo campesinato), definindo a partir dos interesses das grandes empresas as regras institucionais criadas para dar conta das tensões em torno da terra.

Considerando esta a situação mais geral do latifúndio no Maranhão, observa-se a expropriação do campesinato expresso no nível das relações de produção na agricultura e na pecuária. Esta tendência se manifesta pela intensificação dos conflitos “*roça x gado*”, significando a eliminação de fato e de direito do cultivo, através da violência, mas revela também, a resistência camponesa à expropriação das suas condições materiais de existência.

## **2. As primeiras organizações e a luta pela terra no Maranhão.**

Os trabalhadores rurais maranhenses, a exemplo de outros trabalhadores rurais em âmbito nacional, iniciam sua luta pela terra em meados dos anos de 1950, nas mobilizações que convergiam para a realização de uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

A Campanha era uma determinação das resoluções aprovadas na II Conferência dos Trabalhadores Agrícolas realizada em São Paulo no mês de setembro de 1954. A partir dessa conferência, criou-se em São Luís/MA, a comissão Estadual de Reforma Agrária, que tinha como principal bandeira uma “reforma agrária democrática”. Os membros dessa comissão percorreram o interior do Estado, principalmente os vales dos Rios Itapecuru e Mearim formando comissões semelhantes. As comissões estavam articuladas com a “campanha nacional por cinco milhões de assinaturas pela reforma agrária”. (MIRANDA, 2003).

No ano de 1956, a partir da multiplicação dessas Associações em vários municípios maranhenses, é criada a nível estadual a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão – (ATAM), a partir da Conferência Estadual para Estudos de Reforma Agrária, realizada em São Luís, com a participação de delegados de várias categorias como bancários, ferroviários, gráfico, têxteis, camponeses, advogados e outros.

A ATAM, vinculada à União dos Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), coordenaria o movimento dos trabalhadores rurais em várias regiões do estado do Maranhão, fortalecendo e combinando, em um só nível, as formas locais de organização e luta. A principal bandeira de luta dessas entidades era uma *reforma agrária democrática*, que se realizaria através da distribuição das terras dos latifúndios aos trabalhadores rurais sem - terra. (MIRANDA, 2003).

Os trabalhadores rurais se mobilizavam e se organizavam nessa época, a partir dos conflitos provocados pela expulsão dos posseiros e, pela invasão das roças pelo gado dos grandes proprietários. À medida que o posseiro desbravava a mata, o grande proprietário vinha atrás com as pastagens. Como não havia cerca, o gado destruía as roças e todo o trabalho realizado pelos trabalhadores rurais.

Para o trabalhador rural, o trabalho só pode aparecer como trabalho concreto no fruto palpável de sua colheita, da atividade de sua família - condição direta de sua sobrevivência - e não como trabalho abstrato, equivalente de dinheiro, como ocorre com o assalariado. Por esta razão a expulsão da terra, conforme Martins (1989, p.91),

[...] embora muitas vezes mascaradas por decisão legal, Aparece-lhe como ato iníquo, porque é sempre violento e compromete a sua sobrevivência. Porque priva-o de que é seu - o seu trabalho, meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa.

Além dos casos de invasão da roça pelo gado, eram frequentes as práticas de grilagem ou “ladrões de terras alheias” como denominavam os trabalhadores. As disputas pelas demarcações de terras eram comuns devido ao consentimento das autoridades municipais e dos donos de cartórios que sempre “davam um jeito” de forjar documentos.

Outro motivo dos conflitos era a regulamentação do preço do aforamento imposto pelos latifundiários, que se aproveitavam do aumento da demanda por terras, ocasionado pelo fluxo de camponeses nordestinos deslocados nos períodos de seca, o que possibilitava a elevação do preço do *foro* e um maior poder de barganha para os latifundiários nas negociações com os camponeses.

A continuidade desse fluxo de nordestinos expulsos pelo flagelo da seca somou-se com as levas de trabalhadores rurais expulsos da Vale do Itapecuru e que buscavam a chamada “terra liberta”, onde pudessem trabalhar sem se submeterem às exigências dos grandes proprietários. Porém, mal podiam imaginar que, nessas regiões os trabalhadores rurais, os posseiros e os grupos indígenas (Guajajaras, Ka apor (urubu), Krikatí, os Pukobiê (Gavião) e os Awá (Guajá)<sup>4</sup>, já estavam em disputa pelo posse da

---

<sup>4</sup> A grafia dos nomes indígenas obedece ao cuidado que teve a professora Coelho (2002), em seu livro: territórios em confrontos: a dinâmica da disputa pela terra entre os índios brancos no Maranhão.

terra enfrentando os grileiros e os grandes proprietários. O grileiro exigia o pagamento do foro e empunha a obrigatoriedade de que todos os que tinham roçados na área vendessem a produção exclusivamente para ele. (MIRANDA, 2003).

A intensidade desses conflitos abriu espaço para que as Associações se multiplicassem e alcançassem os vales do Mearim e do Pindaré.

A ATAM foi criada para coordenar, articular e ampliar as lutas das associações por todo Estado, visando uma ação mais conjugada, com repercussões que transcendiam aos contornos dos municípios.

Assim, no início de 1957 foram criadas, e devidamente registradas em cartório, as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, também denominadas de União dos Trabalhadores Agrícolas em Rosário, Santa Rita, Bacabal, Pedreiras e em outros municípios. (MIRANDA, 2003).

O líder camponês, Manuel da Conceição, no livro “Essa terra é nossa” (1980) destaca entre outras, a Associação de Bacabal, denominada de União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola de Bacabal, que se caracterizou pela ampliação de suas ações, se estendendo por 24 agências, onde reunia em seu quadro social mais de 2.500 (dois mil e quinhentos) lavradores associados. De Bacabal eram articuladas e coordenadas as lutas dos camponeses nos vales dos rios Mearim, Grajaú e Pindaré.

Para Almeida (1981, p.18), o “[...] fato de se agruparem em associações voluntárias dispendo de recursos próprios, ainda que limitados, permitia aos trabalhadores rurais uma grande autonomia de expressão. Não se encontravam subordinados e nem dependiam dos órgãos governamentais ou da ação da Igreja”. Segundo esse autor, o caráter recreativo e assistencial das Associações não pode ser separado do seu caráter político organizativo. O assistencial não excede o político, integra-o visto que o caráter voluntário das associações lhe conferia uma autonomia, que antes de tudo era uma forma de defesa política.

Esse ideal de autonomia manifestava-se pelas tentativas de construir cooperativas, que organizassem a entrada da produção de arroz, na esfera da comercialização e outras formas de controle dos meios de produção. Ou ainda, por iniciativas na construção de escola de alfabetização para os filhos dos associados e para os próprios lavradores, e as formas de ajuda mútua como: reparo nas estradas e poços, construção de sedes próprias. (ALMEIDA, 1981).

É a partir destas características que conforme Miranda (2003, p.110),

se apresentavam como independentes do Estado e se aproximavam das primeiras associações de operários livres que, numa perspectiva autonomista, buscavam oferecer aos seus associados auxílio em caso de doenças, desemprego, invalidez, e custear as despesas do enterro, bem como garantir às viúvas e órfãos uma pequena pensão regular.

Através associação, que de forma formal, os posseiros buscavam a sobrevivência pela via legal, de reconhecimento jurídico da posse da terra. Nesse sentido afirma Manuel da Conceição (1980, p.65),

[...] os moradores, com a ameaça resolveram fazer uma reunião. Nessas alturas havia no Município de Bacabal, uma Associação Rural e se sabia por notícias que ela lutava em defesa dos trabalhadores. A gente fez uma comissão de vários moradores, fomos lá e nos associamos. A gente colocou o problema que estava havendo no nosso povoado. O presidente da Associação disse assim: Vocês voltam lá e vocês elegeam um delegado do local, pra que possam discutir as medidas a serem tomadas do ponto de vista jurídico.

O conflito e a violência eram práticas rotineiras contra as formas de mobilização dos trabalhadores rurais, especialmente, os trabalhadores do Vale dos rios Itaipuru, Mearim e Pindaré. Conforme relata Manoel da Conceição (1980, p.67).

Logo no dia da primeira reunião da Associação pra discutir as medidas a serem tomadas, seu Manacé de Castro entrou no povoado com cerca de vinte e cinco jagunços municipais. Huuum... Tudo armado de rifle, revolver, faca. Nem perguntaram se ninguém era bonito ou feio. Fecharam as portas da casa todinhas, rodearam o fundo da casa que ficou cercada pelos jagunços, meteram bala. Mataram cinco pessoas, dentro de casa, a sangue frio. Todos rapazes, tudo novo. Uma senhora velhinha, que tinha mais ou menos setenta anos, viu os gritos do filho dela morrendo na peixeira, na faca encostado assim na parede. Correu de joelhos, pedir pra aquele desgraçado do Manacé não matar o filho. E ele já estava morto. Manacé só fez soltar o rapaz no chão. Deu um tapa perto do pescoço, jogou a velhinha no chão, cravou-lhe a faca nas costas até entrar na terra. A mulher dava gritos, a faca entrando. E uma criança gritava assim: “ papai! papai!papai! pelo amor de Deus”. A criança tinha entre três e quatro anos. Um dos jagunços pagou nos pés desse menino, atirou numa parede e jogou e lascou a cabeça de meio a meio, ficou miolo ali na sala espalhado, ali pela terra, ali no chão, o chão da casa, chão de barro. Isso é coisa muito deprimente.

Esse tipo de violência expressa o reconhecimento - por parte dos agentes vinculados ao poder econômico e político - das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, como instâncias de representação dos posseiros na disputa pela posse da terra e pela livre comercialização do arroz e da amêndoa do coco babaçu.

Raposo (1985) afirma que a existência de tensão entre o campesinato e os latifundiários, não tinham suas origens na questão da reivindicação da propriedade da terra pelos que nela trabalham, mas numa resistência à sujeição nas relações de trabalho, em áreas, onde a extrema exploração se assemelhava a uma semiescravidão, e que não existem, em épocas anteriores, registros de resistência expressiva dos camponeses às expulsões. Conforme a autora (1985, p.74),

[...] com exceções dos conflitos ocorridos no município de Pirapemas que chegaram em 1962 em nível de confronto armado com a polícia não existem, de épocas anteriores, registros de resistência expressiva dos camponeses às expulsões. Estas verificaram principalmente no Vale do Itapecuru, em consequência da mobilização do campesinato que, curiosamente, em muitos casos, pela não resistência, tomavam uma feição mais de abandono da terra que propriamente de expulsão.

É problemático afirmar que não havia resistência por parte dos trabalhadores, e que estes simplesmente abandonavam a terra sem contestação, pois conforme consulta ao jornal Tribuna do Povo dos anos de 1954 a 1958, já se registravam conflitos nos distritos de Caxias, Bacabal e outros. Da mesma forma Manuel da Conceição (1981, p. 55 e 65), cita que já nos anos de 1955 e 1957, antes de ser *forçado* a se deslocar para o Oeste do Estado, já havia resistido com seus companheiros a duas expulsões, e que tiveram, inclusive, requintes de crueldades, com a participação e o respaldo das autoridades locais.

Não se questiona o nível de conscientização dos trabalhadores com relação à apropriação privada da propriedade nesse momento, de ruptura com a ideologia dominante, pois, de acordo Manuel da Conceição (1981, p.169), “os camponeses na região não estavam brigando por isso. Estavam brigando pelo direito de trabalhar na mata, ter livremente a roça dele onde chegasse. Esse é que era o problema”.

A partir desses fatos, pode-se dizer sim, que havia conflito e resistência e, que os trabalhadores não abandonavam seu trabalho antes de resistir. (MIRANDA, 2003).

A ATAM constituiu-se, de fato no sindicalismo rural maranhense. A ATAM foi, portanto, a pioneira no processo de mobilização e organização do campesinato no Estado do Maranhão. Como bem reconheceu Luna (1965, p.3),

[...] A ATAM teve, inegavelmente, o valor de começar a despertar os lavradores para a necessidade de sua organização. Foi o primeiro grupo que levantou a bandeira de sua libertação neste Estado e que teve real repercussão. Representou assim, uma etapa importante na organização dos lavradores e na mobilização da opinião pública para os graves problemas rurais maranhenses.

A partir do momento em que se iniciou o processo de organização dos camponeses via associação, sindicato ou outras, aumentou mais ainda o conflito e a repressão.

O movimento dos trabalhadores rurais no interior do Maranhão revestiu-se de grande complexidade representando para os lavradores um ideal de autonomia. As tentativas anteriores de mobilização dos trabalhadores rurais eram constantemente manipuladas pelas facções das oligarquias, a exemplo da acirrada disputa que houve em 1951, com a posse de Eugênio de Barros no governo do Maranhão, que culminou com a denominada "revolta camponesa de Dona Noca" (prefeita de São João dos Patos), que se opôs militarmente à vitória eleitoral, comprovadamente fraudulenta do então governador.

A ATAM chegou a reunir 20 mil lavradores em 50 associações. Com a expansão da entidade e a sua participação nas eleições municipais, apresentando os trabalhadores rurais como candidatos a cargos eletivos em oposição aos candidatos da situação, começam as denúncias de corrupção eleitoral dos “chefes” políticos locais, representantes do pessedismo, há vários anos no poder. A entidade passa, então, a ser uma ameaça concreta aos detentores do poder, tanto municipal como estadual. Foi o que aconteceu, por exemplo, no município de Cantanhêde, quando os candidatos do então PSD não toleraram este posicionamento e deram ordem de prisão ao presidente



da ATAM, por ocasião de um comício naquela cidade.<sup>5</sup> Os grandes proprietários e os detentores do poder público procuravam impedir o funcionamento das associações e para isso mobilizavam, segundo Andrade (1981, p.37),

[...] jagunços, que passaram a dispersar a assembleia ou ordenaram às forças policiais que perseguissem os “agitadores”, que reivindicavam uma baixa no preço do foro ou se recusavam a vender o coco babaçu nos limites de sua fazenda. Esta pressão se intensificava com a proximidade das disputas eleitorais e funcionava para atemorizar os associados.

A ATAM passou a funcionar como mediadora entre os trabalhadores rurais e as autoridades federais. Assim, convocou uma assembleia geral extraordinária em março de 1959, com o objetivo de articular e imprimir força às suas reivindicações locais, diante das ações repressivas sobre as associações filiadas, que tinham como meta dismantelar o movimento através de prisões, perseguições e torturas às lideranças. (ANDRADE, 1981).

A Tribuna do Povo, nº 378, do dia 22.03.1958 registra uma nota oficial da ATAM em que evidencia a atuação policial que se tornará frequente a partir dessa posição da entidade. Como previsto, foram desencadeadas várias intervenções policiais em Bacabal, no distrito de Caxias, em Pindaré-Mirim e outros municípios<sup>6</sup>. Em contrapartida, a ATAM ampliava seus contatos com entidades de âmbito nacional denunciando as arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores rurais naquele momento.

A parceria com outras entidades sindicais a nível urbano, a participação em Congressos a nível nacional permitiam a ATAM exercer plenamente a sua representação formal. Conforme Andrade (1981, p.43), a

[...] entidade acumulou forças para enfrentar regionalmente, em termos políticos, os seus antagonistas. Entretanto, o reforço desta “face externa” não se deu em detrimento do trabalho de organização e condução das lutas localizadas. Antes, pelo contrário, foi esta prática de luta que mais fortaleceu a entidade estadual dos trabalhadores rurais.

No início dos anos de 1960, surgem os sindicatos formados a partir dos cursos de alfabetização do MEB – Movimento de Educação de Base.

---

<sup>5</sup> Para maiores detalhes, ver a Tribuna do Povo do dia 02.10.1958. São Luís/MA.

<sup>6</sup> Para maiores detalhes ver Tribuna do Povo, nº 409, 455 e 459. São Luís/MA

Os sindicatos criados a partir do MEB ficaram conhecidos como “Sindicatos dos Padres” e se localizavam inicialmente nos municípios de Pirapemas, Matinhas e Colinas. Havia também o Sindicato dos Produtores Autônomos-SPA de Pindaré-Mirim. Além desses, a partir da expansão da luta do SPA de Pindaré-Mirim, foram criados outros sindicatos. A estratégia do MEB para chegar aos trabalhadores rurais era via cursos de alfabetização, que além de ensinar a ler e escrever discutia temas como: sindicalismo, cooperativismo e os problemas locais do município.

Com a expansão do sindicalismo no estado, surgiu a ideia de se criar uma Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas do Maranhão. Entretanto, nos encaminhamentos de criação da Federação, os sindicatos se dividiram em duas formas de interpretar a luta. A que seguia os encaminhamentos da ATAM, na perspectiva de garantir o espaço legítimo/legal de reivindicar os interesses dos trabalhadores e outra, que tinha uma perspectiva do confronto direto com os segmentos que impediam o acesso a terra, ao trabalho, representada pelos Sindicatos fundados via MEB.

O Sindicato dos Produtores Autônomos-SPA de Pindaré-Mirim foi criado conforme Manuel da Conceição (1980), em 18 de outubro de 1963. Este Sindicato se destaca por ser um exemplo de espaço de luta e resistência e nesse caso específico, se contrapõe a estudos que interpretam os sindicatos dos trabalhadores rurais, em geral, com característica de moderado, apegado à legislação específica e à atuação da Igreja. A característica que vai marcar o sindicato de Pindaré-Mirim é o confronto mais localizado e o conflito que se estabelecia de forma direta com os fazendeiros e os criadores de gado. O deslocamento do conflito deixava de ser assumido pelos grupos familiares para ocupar um espaço ampliado – a dos canais de representação política. Isso se explica, conforme Manuel da Conceição (1980, p.04)

[...] veja a diferença entre a assembleia de fundação do sindicato e essa outra. A luta contra o gado começou a ganhar apoio em diferentes povoados e outros municípios, como o de Santa Luzia, Bom Jardim, Vitória do Mearim. Nesses municípios o pessoal passava a ser sócio do sindicato de Santa Inês, município de Pindaré-Mirim. Fizemos essa grande assembleia – geral extraordinária no dia 15 de novembro, pra já ir depois à prefeitura da cidade de Pindaré-Mirim. Nós sabíamos que naquele dia os prefeitos, vereadores deviam estar nos escritórios deles ou tomando café. Quatro mil trabalhadores chegaram lá com esse memorando. Com isso o pessoal se assombrou, mas ninguém disse uma palavra *contra*.

É importante registrar que alguns sindicatos foram espaço de resistência no período em que o país esteve sob o regime militar, em que se destaca o SPA de Pindaré-Mirim.

A partir de então, os poucos sindicatos que permaneciam numa linha de autonomia e independência política, no que diz respeito a dar continuidade às lutas dos trabalhadores rurais, foram fortemente reprimidos, tanto através da intervenção policial, como privada (como ocorreu com os STR's de Imperatriz e Santa Luzia), culminando em espancamentos, prisões e mortes de suas lideranças (como foi o caso do ex-presidente do STR de Imperatriz, João Palmeiras Sobrinho, assassinado em janeiro de 1975).

Conforme Miranda, (2003, p.10) a retomada da luta e a articulação do MST no Maranhão inicia-se exatamente pela região de Santa Luzia e Imperatriz, regiões que foram palcos de muitos conflitos pela terra nos anos de 1960. Esse momento efetivou-se, primeiramente através da formação das “oposições sindicais” e dos núcleos de reforma agrária, nas regiões de Imperatriz, Amarante, João Lisboa, Santa Luzia, Estreito, São Raimundo das Mangabeiras, Loreto e outros. As oposições sindicais estavam articuladas em torno de dois eixos fundamentais: a questão da terra e a retomada dos sindicatos.

Conforme Manuel da Conceição os “[...] sindicatos estavam, em sua maioria, com a ‘pelegada’<sup>7</sup>, alguns com interventores ainda da época da ditadura e uma forma de mobilizar os trabalhadores era através das oposições” (informação verbal)<sup>8</sup>.

Dessa forma, as primeiras mobilizações que culminaram na retomada das lutas pela terra, nos anos de 1980, efetivaram-se em torno das oposições sindicais.

### **Considerações finais**

Na década de 1960, instalou-se a modernização do campo, caracterizada por uma intensa capitalização e tecnificação da produção agropecuária. Mas, a expansão das relações capitalistas no campo não se daria de forma pacífica e harmoniosa. Muito pelo contrário, esse processo ocorreu de maneira excludente, com alta concentração da renda da terra, e pelo processo de expropriação do trabalhador rural. As lutas sociais no

---

<sup>7</sup> Trata-se de uma definição corrente na linguagem sindical para designar aqueles sindicatos ou sindicalista que se submetem e servem aos interesses dos patrões.

<sup>8</sup> Depoimento coletado em entrevista realizada em 06 de fevereiro de 2003.

campo, em particular as dos posseiros, tornaram - se uma luta política, na medida em que têm colocado em questão o próprio direito de propriedade, que é a viga de sustentação do modo de produção capitalista. Assim, o Estado objetivou esvaziar o conteúdo político da luta pela terra.

O governo militar propôs, via Estatuto da Terra, uma intervenção no direito de propriedade no meio rural para favorecer a expansão das grandes empresas capitalistas, particularmente dos grandes grupos econômicos. Em seguida, definiu uma política de incentivos fiscais, que proporcionou grandes investimentos na região amazônica, e na pré-amazônia.

A partir do golpe, o Estado brasileiro criou um aparato institucional para administrar a questão agrária, de forma que esta não comprometesse os planos de “*desenvolvimento*” para o país.

Estatuto da Terra foi utilizado para administrar e controlar os problemas sociais e políticos que pudessem advir dessa questão. Esse período se caracteriza pela resistência na terra: não aos “coronéis”, e sim aos grandes grupos capitalistas, econômicos industriais, comerciais e bancários do centro e sul do país e do estrangeiro.

Com o aumento da concentração fundiária, esses governos, aumentaram também o processo de repressão às lutas pela terra. Para os militares era fundamental desmobilizar toda e qualquer forma de organização política dos trabalhadores rurais, favorecendo assim um vazio político necessário para viabilizar seus projetos de reforma no campo. Este foi um fator estratégico para elaboração e aplicação do Estatuto da Terra, através da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, aprovado pelo governo de Castelo Branco. Pelo Artigo 97 desta lei, que diz: “Todo o trabalhador agrícola que, à data da presente lei, tiver ocupado por um ano, terras devolutas, terá preferência para adquirir um lote, da dimensão do módulo da propriedade da terra”. Pareceria até que o governo iria promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. Entretanto, a realidade foi outra, mas as primeiras lideranças e suas organizações na luta pela terra no Maranhão, nos anos de 1950/60, cuja maior expressão foi a ATAM e o Sindicato dos Produtores Autônomos-SPA de Pindaré-Mirim, foram fundamentais neste processo de luta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de MOURÃO, Laís. **Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo**. Brasília, 1976.

\_\_\_\_\_. Autonomia e mobilização dos camponeses do Maranhão. CPT: São Luís, 1981.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: UFMA/PPG/EUMA, 1987.

CONCEIÇÃO, Manuel da. **Essa terra é nossa**. Petrópolis: Vozes. 1980.

COELHO, Elisabeth Maria Bezerra. **Territórios em confronto**: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão – São Paulo: Hucitec, 2002.

FEITOSA, Moacir; RIBEIRO, Ribeiro. **Ensaio sócio-econômico e histórico**. São Luís: Fase, 1991.

LUNA, Regina. **A terra era liberta**. UFMA. São Luís. 1985.

MARTINS, José de Souza. **Caminhadas no Chão da noite**: Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais no Campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

MIRANDA, Aurora A. Brito de. **O Processo de luta dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária no Estado do Maranhão - O Caso do MST**. São Luís/MA. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. UFMA. 2003.

RAPOSO, Maria da Conceição. **MEB: discurso e prática**. São Luís. UFMA. 1985.

**Tentativas de Políticas Fundiárias no Brasil****Edna Maria da Silva<sup>1</sup>****Vitor de Athayde Couto<sup>2</sup>**<sup>1</sup> Mestre/Professora/ Universidade Federal da Bahia, ednasilv@yahoo.com.br<sup>2</sup> Doutor/Professor/ Universidade Federal da Bahia, vitor@ufba.br**Resumo**

Faz-se uma breve análise das políticas agrárias e um resumo da história da luta pela terra assumida pelos movimentos sociais. Por que a reforma agrária brasileira nunca se concluiu, nem mesmo nos moldes capitalistas dos países industrializados? A estrutura fundiária permanece fortemente concentrada, embora tenha havido oportunidades históricas para mudanças mais estruturais. O que se verifica é um processo de transformação agrária, do tipo modernização conservadora, que acelera o êxodo rural. Sucessivos governos executam projetos pontuais de colonização e assentamentos, quando ocorrem tensões sociais. Em 1979, em ambiente conflituoso, surge o MST – intensificando a luta pela reforma agrária iniciada com as Ligas Camponesas nos anos 1960 e reprimida no regime militar – como um movimento social e revolucionário de luta por terra.

**Palavras-chaves:** Reforma Agrária; Políticas Agrárias; MST.

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos poucos países que nunca experimentou uma reforma agrária, de fato. Mantém-se uma rígida estrutura fundiária em que se opõem grandes e pequenas propriedades. Na história política brasileira, houve vários momentos propícios para se efetuar uma reforma agrária, no entanto, o que se verifica é um processo de reconcentração de terras, e eventuais políticas de assentamentos rurais nos momentos de maior tensão social. No plano nacional, de indiscutível desigualdade social, a reforma agrária, atualmente, é defendida, também, como instrumento de combate ao desemprego, a fome, e a inclusão dos marginalizados pela sociedade. Além da distribuição de terras, reclama-se a reforma agrária como política de redistribuição de renda.

A história mostrou que o capitalismo brasileiro desenvolveu-se – com a agricultura subordinada à indústria – e avançou a partir de meados do século XX de forma rápida e concentrada. Nesse processo, a grande propriedade não constituiu empecilho para a modernização do campo. A burguesia nacional nunca admitiu a existência de problemas agrários, ao entender que a estrutura fundiária não representa um entrave para o desenvolvimento econômico. Assim, não existe mais razão para realizar a reforma agrária. Considerando a separação abstrata entre a questão agrária e agrícola, Graziano (1997) admite que, de certa forma, com o desenvolvimento da agricultura brasileira obtiveram-se avanços na solução da questão agrícola. No outro extremo, a questão agrária foi agravada. O processo de desenvolvimento foi direcionado para as grandes propriedades, enquanto a média, e principalmente a pequena propriedade que, sem qualquer diretriz de política econômica a seu favor, passaram por um grande processo de espoliação; decorrendo daí a intensificação do êxodo rural ocorrido nos anos 1970 e 1980, com a consolidação da modernização conservadora. Nesse ambiente de conflito e exclusão social surge o MST e demais movimentos sociais que retomam a luta por terras iniciada na década de 1960 e paralisada pela ditadura militar.

Neste artigo faz-se uma breve análise das políticas agrárias e da luta assumida pelos movimentos sociais no Brasil. O objetivo é verificar por que a reforma agrária histórica permanece circunscrita a políticas agrárias de sucessivos governos. Além desta introdução, o artigo é composto por mais três seções. Na segunda seção mostram-se as tentativas de se criar uma política de reforma agrária e os instrumentos jurídicos vigentes. Na terceira seção expõe-se o surgimento do MST e as suas ações na luta por terra. Na quarta e última seção apresentam-se as considerações finais.

## 2 TENTATIVAS DE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS: UM BREVE HISTÓRICO

A questão agrária no Brasil é antiga e está diretamente ligada a uma estrutura muito desigual de propriedade da terra. Sabe-se da literatura que a sua origem remonta à época da colonização brasileira, pois a estrutura fundiária foi definida com as capitânicas hereditárias, grandes latifúndios com monoculturas voltadas para exportação. A colônia brasileira foi constituída numa organização totalmente mercantil, com sua produção direcionada para o comércio externo, assentada numa estrutura agrária definida por imensas propriedades (PRADO Jr., 1987). Durante toda a vida da colônia as atividades voltadas para a produção de alimentos eram subsidiárias das lavouras principais; no conjunto havia insuficiência de alimentos para o consumo interno da colônia, uma vez que o engenho e a sesmaria se constituíam um entrave à pequena produção (GUIMARÃES, 1968).

No início do século XIX, com a extinção do regime de sesmarias expande-se a pequena agricultura sem alterar a estrutura agrária. Esse momento histórico é apontado na literatura como ideal para a execução de uma ampla distribuição de terras. Em meados do século XIX, foi criada a Lei de Terras - Lei 601-, na qual está estabelecido que o acesso às terras devolutas só poderia ser feito através de compra e venda; restringia-se o acesso a terra aos ex-escravos, posseiros. Essa lei resultou numa maior concentração de terras e fortalecimento do poder político das oligarquias, vez que instituiu a propriedade privada da terra, bem como, a transformou numa mercadoria (GUIMARÃES, 1968).

Somente em 1926 surgiram as primeiras limitações ao direito da propriedade com a Emenda Constitucional de 03 de setembro de 1926, que no parágrafo 17 aborda o assunto “O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade, ou utilidade pública, mediante indenização prévia”. No que diz respeito às desapropriações de terra a Constituição Federal de 1946 exigia o pagamento à vista, em dinheiro e pelo valor de mercado (SILVA, 1971).

Na década de 1950, o capital investido em terras representava 78% do total do montante aplicado na agricultura, e a estrutura agrária era considerada um problema para o desenvolvimento do país (GUIMARÃES, 1968). Assim, a reforma agrária passa a fazer parte do debate político na conjuntura nacional. De um lado, a classe dominante não admitia alterações na estrutura fundiária enquanto do outro, a situação dos camponeses se agravava devido às transformações impostas pela recente industrialização (SAMPAIO, 2004). Nesse contexto, surgem, sob a organização notadamente do Partido Comunista Brasileiro e da Igreja Católica, diversos movimentos de trabalhadores rurais, bem como as Ligas Camponesas.



No governo João Goulart, a reforma agrária, inserida no programa de reformas de base, fazia parte do plano de desenvolvimento econômico para o Brasil, o que implicava mudanças estruturais na economia. Fazia-se necessária a intervenção direta do Estado na estrutura fundiária concentrada - considerada um entrave ao desenvolvimento capitalista -, uma vez que o setor agrícola atrasado impedia o avanço da industrialização via mercado interno.

Em 1961, foi aprovada a sindicalização rural, “o campo havia se tornado um espaço de agitação e disputa política” (SAMPAIO, 2004, p. 18). Em 1963, Goulart propõe, num Projeto de Emenda Constitucional (derrotado), a desapropriação da propriedade a fim de promover o bem-estar social, assegurando ao proprietário indenização justa mediante títulos da dívida pública. A partir de 1963, o Governo Goulart, através da legislação sindical para os trabalhadores rurais e o Estatuto do Trabalhador Rural, incentiva a organização sindical em função das agitações espontâneas que surgiam no campo. Em 1964 cria-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), mas com o golpe militar, que interrompeu o governo de Goulart, o sindicalismo torna-se corporativista e sem direito a manifestações políticas, assume funções assistencialistas.

Durante o regime militar, especificamente em 1964, no governo Castelo Branco, foi promulgada a primeira Lei de Reforma Agrária - Lei 4.504 -, que seria o instrumento jurídico que legitimaria a reforma agrária. Essa lei que ficou conhecida como o Estatuto da Terra, foi elaborada por progressistas influenciados pela política norteamericana, através da Aliança para o Progresso, que defendia a necessidade de distribuição de terras na América Latina, com o objetivo de frear novas revoluções, a exemplo da revolução cubana ocorrida em 1954.

A reforma agrária foi definida pelo Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), em seu artigo primeiro, parágrafo primeiro, como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”. Pelo artigo segundo “É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei”. No artigo 16 está reafirmado o objetivo da reforma agrária:

A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (BRASIL, 1964).

O Estatuto da Terra define no artigo novos conceitos que designam os diferentes tipos de propriedade da terra no Brasil: Imóvel Rural, Propriedade Familiar, Módulo Rural,

Minifúndio, Latifúndio, Empresa Rural, Parceleiro, Cooperativa Integral de Reforma Agrária, Colonização. De acordo com o artigo 12, “À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei”, e, conforme artigo 13, “O poder público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social” (BRASIL, 1964).

Apesar de ter como objetivo a reforma agrária, sobretudo através da desapropriação das grandes propriedades, num período de 20 anos, o Estatuto da Terra ficou apenas no plano das ideias de quem o formulou, pois não houve de fato a sua aplicação. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), durante o período militar não houve desapropriações significativas de terra para fins de reforma agrária. Esta foi transformada pelos militares num projeto de colonização da fronteira agrícola sem exercer influência sobre a democratização da estrutura agrária, bem como se transformou num programa de regularização fundiária - titulação em favor de pequenos posseiros que viviam em terras públicas. (BRASIL, 2014).

Um balanço da política fundiária no período militar (1964-1984), feito pelo INCRA (BRASIL, 2014), mostrou que o número de famílias assentadas em programas de colonização (maioria) e reforma agrária (minoría) foi de 115 mil, tendo sido desapropriados 13,5 milhões de hectares de terras e 185 imóveis. As políticas foram orientadas para desenvolver a produtividade da agricultura, sem modificar a estrutura fundiária (modernização conservadora). A política do Estado direcionada para o agro mantém estreita relação com a reprodução do capital em sua globalidade (OLIVEIRA, 2001). A partir dos anos 70, com a modernização do setor, a agricultura impulsionada por políticas estatais sob o comando do modelo euro-americano tem significativos ganhos de rendimentos físicos e produtividade do trabalho. Sabe-se da literatura que neste período também houve um crescimento significativo na concentração da estrutura fundiária, bem como um agravamento das péssimas condições socioeconômicas nas quais viviam os trabalhadores rurais.

Com a Nova República, a reforma agrária retorna a agenda política, quando a população rural se organiza sob a orientação dos partidos políticos, da CONTAG, das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) da Igreja Católica progressista, dos movimentos sociais rurais. No final de 1985, através do Decreto 91.766, aprova-se o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), bastante descaracterizado em relação à sua versão original, visando dar aplicação aos dispositivos do Estatuto da Terra no que diz respeito à melhor distribuição de terra,

fixando metas e prazos, bem como buscava viabilizar a reforma agrária. Além disso, indicava como programas complementares ao processo de reforma agrária a regularização fundiária, a colonização e a tributação da terra. A reação do patronal diante das tentativas de distribuição de terras se fez presente através da criação da União Democrática Ruralista (UDR) (SILVA, 1971).

Na Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, a UDR comanda a luta contra a reforma agrária e obtém resultados adversos aos trabalhadores rurais, aos movimentos sociais de luta pela terra, devido à introdução de retrocessos em relação aos dispositivos do Estatuto da Terra, relacionados com a abrangência da reforma agrária, dificultando a desapropriação (SAMPAIO, 2004).

A Constituição Federal de 1988 no Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira –, Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária – artigos 184 a 191, trata da desapropriação para fins Reforma Agrária dos imóveis que não cumpram a função social, de competência da União, bem como, define a função social da propriedade (BRASIL, 1999).

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1999).

Em 1993, com a edição da Lei 8.629, através do artigo quarto, reclassifica-se as propriedades rurais<sup>1</sup>: Imóvel Rural, Pequena Propriedade, Média Propriedade, Grande Propriedades (produtivas e improdutivas), modificando alguns conceitos tratados no Estatuto da Terra. A grande propriedade, acima de 15 módulos fiscais, dependendo de análise técnica executada pelo INCRA, pode ser caracterizada como produtiva ou improdutiva; sendo as

---

<sup>1</sup> Imóvel rural - “o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial”;

Pequena Propriedade - Imóvel rural com área compreendida entre um e quatro módulos fiscais;

Média Propriedade - Imóvel rural com área compreendida entre quatro e quinze módulos fiscais;

Grande Propriedade - Imóvel rural com área acima de 15 módulos fiscais.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

improdutivas passíveis de desapropriação por interesse social e as produtivas integram uma zona de imunidade à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária (BRASIL, 1993).

A definição de propriedade produtiva, na Lei 8.629, restrita ao aspecto econômico da função social da terra, excluindo os aspectos sociais e ambientais, caracteriza o retrocesso da legislação agrária e dificulta a desapropriação de terras e, conseqüentemente, um planejamento regional que possibilite melhor distribuição de renda.

Sem respaldo político, o governo Sarney, que havia anunciado o assentamento de 1,4 milhão de famílias, assentou, de fato, apenas 89,9 mil; o governo Collor, que se caracterizou pela repressão e aumento da violência no campo, e o governo de Itamar Franco que, sem metas definidas, realizou algumas desapropriações para minimizar algumas tensões sociais, pontuais, no campo, assentaram 35,6 mil famílias; nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) os números oficiais registram 584,6 mil famílias assentadas<sup>2</sup>. Vale salientar ainda que a política agrícola adotada no governo de FHC foi nefasta aos pequenos agricultores, em 1995 e 1996: 450 mil famílias perderam as suas terras para os bancos (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

A reforma agrária foi incluída na agenda do governo pela ação dos movimentos de luta por terra, sobretudo pelos conflitos gerados através das ocupações do MST. De acordo com Graziano (1997), a partir de 1996 a discussão da questão agrária saiu do plano da necessidade ou não da intervenção do Estado para a discussão de quais instrumentos deveriam ser adicionados (desapropriação, rito sumário, ITR, dentre outros).

Em 1997, FHC criou o Programa Cédula da Terra, através do qual a compra da terra é feita a vista e pelo valor do mercado; o projeto piloto foi desenvolvido inicialmente no Maranhão, Pernambuco, Ceará, Bahia e Minas Gerais. Para Mançano (2001), a partir do governo de FHC, há um novo paradigma de reforma agrária - agricultura familiar - tendo o Estado como gestor de projetos para a integração dos trabalhadores rurais ao mercado. No segundo governo de FHC cria-se um conjunto de políticas agrárias: em 1999 foram criados o programa Novo Mundo Rural, no qual se reconhece a importância dos pequenos agricultores

---

<sup>2</sup> Através do Projeto Dataluta - um banco de dados sobre a luta pela terra no Brasil desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - fez-se uma recontagem a partir dos próprios dados do INCRA e identificaram-se locais (de assentamentos) e dados duplicados no governo de FHC (DATALUTA, 2005).

para o desenvolvimento do campo, e o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).

No governo Lula a proposta do II PNRA considera a demanda emergencial por reforma agrária que totalizava 171,3 mil famílias acampadas, em outubro de 2003, e a demanda explícita pelos 839,7 mil trabalhadores cadastrados nos correios, no governo FHC, objetivando serem beneficiados com uma área de terra (BRASIL, 2005).

O II PNRA prevê programas complementares ao processo de democratização da terra para: política de crédito rural, cadastro, regularização fundiária, atendimento às necessidades dos remanescentes de quilombos, solução dos litígios, reassentamento dos pequenos posseiros de áreas indígenas, reassentamento de atingidos pelas barragens das usinas hidrelétricas, população ribeirinha e a recuperação e consolidação econômica dos assentamentos atualmente existentes. O novo plano tem como objetivo a inserção dos assentados num contexto de sustentabilidade socioeconômica e desenvolvimento territorial, contrapondo-se à lógica de desapropriações isoladas que têm caracterizado a intervenção do Estado na questão agrária.

Segundo dados do INCRA (BRASIL, 2014) no primeiro governo Lula foram assentadas 381,4 mil famílias e no segundo governo foram assentadas 232,7 mil famílias, totalizando 614,1 mil famílias assentadas. No governo da Presidenta Dilma, o número de famílias assentadas por ano foram os mais baixos nos últimos 17 anos, totalizam 73,3 mil famílias assentadas nos três primeiros anos do seu governo.

Para ser executada, a reforma agrária, além de ser um plano de governo, depende de decisões políticas, normas de execução e do respaldo dos três poderes. Depende de uma conjugação de forças e convergência de interesses. Até o momento atual (2014), a política agrária adotada pelos governos – ditos de esquerda – Lula e Dilma não provocou mudanças significativas na estrutura fundiária, embora medidas pontuais previstas no II PNRA estejam sendo realizadas, tais como: recuperação dos assentamentos já existentes, compra da produção dos pequenos agricultores para o Programa de Aquisição de Alimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), aumento de créditos via Pronaf, distribuição de cestas básicas aos acampados, além da renegociação das dívidas dos trabalhadores rurais.

Sabe-se da literatura que efetivamente nunca se implantou uma política agrária que atuasse na estrutura fundiária, desconcentrando-a, apesar de todos os momentos oportunos para a realização de uma ampla reforma agrária e da legislação promulgada a cinquenta anos atrás.

### 3 ACIRRAMENTO DOS CONFLITOS SOCIAIS E A EMERGÊNCIA DO MST

Morissawa (2001) classifica a luta pela terra em três períodos: o primeiro período é compreendido pelas chamadas lutas messiânicas ocorridas entre 1888 e 1930, tendo como movimentos mais importantes Canudos (1893-1897) e a Guerra dos Contendados (1912-1916); o segundo período é composto por eventos isolados, isto é, lutas radicais localizadas e espontâneas, pela posse e pelo uso da terra, compreendidas entre 1930 e 1954 - nesse período existiram diversas lutas camponesas, apoiadas pelo PCB, em grande parte do território nacional -; no terceiro período estão as lutas organizadas com caráter ideológico e alcance nacional ocorridas entre 1954 e 1964. Nesta época, surgiram três organizações camponesas em favor das lutas pela reforma agrária, as Ligas Camponesas, a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Partindo da classificação de Morissawa, pode-se visualizar um quarto período de luta por terra; este teria início com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1979 e dos demais movimentos sociais no campo que tiveram início com a reabertura política e avançam na luta pela reforma agrária até os dias atuais.

Os movimentos sociais durante o regime militar sofreram violenta repressão, somente com a reabertura política se rearticularam. As principais lideranças da ULTAB, das Ligas Camponesas e do MASTER, foram presas, exiladas, assassinadas<sup>3</sup>. A experiência das ligas camponesas com o lema reforma agrária na lei ou na marra, influencia movimentos como o MST, que lutam pela justiça social no campo e pela reforma agrária<sup>4</sup>. de certa forma, a história das Ligas Camponesas tem sua continuidade no MST por defender uma reforma agrária ampla, com mudanças estruturais, combatendo o monopólio da terra pelas classes dominantes (MORISSAWA, 2001).

O MST é um movimento de massa, organizado pelos próprios trabalhadores rurais. Foi oficializado como movimento nacional em janeiro de 1984, mas o princípio de sua gestação

---

<sup>3</sup> A ULTAB criada pelo PCB em 1954. Atuando em vários estados, objetivava coordenar as associações camponesas e promover a aliança política entre operários e trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas - movimento criado no dia 1º de janeiro de 1955 com a denominação Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) - foram associações de trabalhadores rurais formadas inicialmente no estado de Pernambuco que posteriormente se estendeu à Paraíba, ao Rio de Janeiro, a Goiás, e para outras regiões do Brasil. As Ligas Camponesas - representadas por Francisco Julião do Partido Socialista Brasileiro (PSB) - exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart, quando os militares dão o golpe de Estado em 1964. Esse movimento recebeu influência de outras ligas (1945 -1947) que haviam se proliferado em Pernambuco sob a influência do então PCB. Já o MASTER surgiu no Rio Grande do Sul no final dos anos 1950, formado a partir da reunião de 300 famílias de posseiros, e recebeu apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

<sup>4</sup> As Ligas defendiam uma reforma agrária mais radical enquanto o PCB e a Igreja Católica defendiam uma reforma agrária por etapas, indenizando os proprietários em dinheiro e títulos. (MORISSAWA, 2001).

se deu em 1979, ainda na ditadura militar<sup>5</sup>. Neste período, entre as manifestações realizadas por este movimento, teve destaque a ocupação realizada por 110 famílias no dia 7 de setembro de 1979 na gleba Macali, município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, que deu início ao processo de formação do MST. “Muitas outras lutas, neste estado e em todo o país, foram gerando lideranças e incrementando a consciência da necessidade de ampliação das conquistas em busca de um objetivo mais alto: a reforma agrária” (MORISSAWA, 2001, p. 123).

Em 1980, os sem-terra acampam na Encruzilhada Natalina<sup>6</sup>, onde ficaram por três anos, organizados em grupos, setores e comissões. Com o apoio da sociedade - através da presença de padres, deputados, estudantes, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foram realizadas manifestações estimulando os sem-terra a transformar essa luta social nas bases de um movimento nacional - o movimento adquire expressão nacional.

De acordo com Stédile (2001), a gênese do movimento foi determinada por fatores socioeconômicos, ideológicos e políticos. O primeiro fator se refere ao aspecto socioeconômico da transformação que a agricultura brasileira sofreu na década de 70 do século XX. Neste período, houve uma mecanização rápida e intensa no setor agrícola; este fato, associado ao modelo de agricultura capitalista e à monocultura para exportação, implica na expulsão do homem do campo com sua consequente migração, que era promovida pelo governo com o objetivo de colonizar as fronteiras agrícolas. É dessa base social, dos sem-empregos e sem-terra, que surge o MST.

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a Igreja Católica progressista, através da CPT, tiveram uma participação importante na reorganização das lutas camponesas. Nesse sentido, o segundo aspecto, isto é, o caráter ideológico do trabalho dos líderes religiosos foi fundamental para a formação do MST, pois discutiam com os camponeses a necessidade que estes tinham de se organizar. Outro fator importante foi à visão ecumênica da CPT ao não permitir a fragmentação agregando o setor luterano, o que contribuiu para a construção de um único movimento de caráter nacional (STÉDILE, 2001). No que diz respeito à organização dos camponeses, a Igreja leva vantagem frente aos partidos políticos e

---

<sup>5</sup> O MST surgiu em vários Estados ao mesmo tempo como iniciativas isoladas, tornou-se um movimento coeso em torno de seus propósitos, a partir dos acontecimentos que reuniram seus líderes e bases. O I.º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorreu em Cascavel (PR) - com a presença de trabalhadores de 12 Estados, em janeiro de 1984 - e deu nascimento ao MST (STÉDILE, 2001).

<sup>6</sup> Em 1981 havia 600 famílias acampadas na Encruzilhada Natalina, município de Ronda Alta (RS), totalizando cerca de 3 mil pessoas em barracos que se estendiam por quase 2 km à beira da estrada.

aos sindicatos pela sua capacidade de mobilizar um grande contingente populacional (COMPARATO, 2005).

O terceiro aspecto considerado por Stédile (2001) refere-se ao contexto político nacional. A situação política bastante favorável à época, uma vez que, no processo de democratização do país, houve uma reunião de forças, isto é, a sociedade estava lutando pelo fim da ditadura militar (nesta época ocorriam greves dos trabalhadores urbanos, e a (re) organização dos movimentos sociais). Ainda no contexto do regime militar, a retomada das mobilizações - a partir de 1978/79 com as greves do ABC paulista, e a efervescência das lutas no campo - aliada à crise econômica crescente, forçaram a abertura política no país. O sindicalismo - urbano e rural -, bem como os movimentos sociais, a partir dessa época, passaram a estar mais presentes na cena política brasileira, lutando pela anistia, pela constituinte, por eleições diretas e pela democracia. Os que lutavam pela distribuição da terra, lutavam ao mesmo tempo contra a ditadura militar, e os cidadãos urbanos que se aliaram a essa causa, fizeram-no como forma de combater a ditadura. “Não é possível isolar o surgimento do MST, acreditando que ele é resultante apenas das vontades dos camponeses” (STÉDILE, 2001, p. 22).

Ainda quanto ao aspecto político, outro fator a ser mencionado é o papel dos partidos políticos de esquerda na formação do MST, pois desde o período da sua formação/expansão recebe forte apoio e influência de partidos da esquerda e organizações. A exemplo do PC do B, da Central Única dos Trabalhadores, do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>7</sup>. Apesar de o MST ser um movimento independente, há uma relação de interesses comum entre a CUT, PT, e o MST, inicialmente orientados num sentido classista e popular. Para Martins (2005), há uma dependência oculta entre o MST e seus principais aliados PT e Igreja. “O MST não é uma organização política autônoma nem é um movimento social” com independência própria.

O MST inicia-se com três reivindicações prioritárias: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade. A luta do movimento não se restringe apenas à distribuição de terras, uma vez que a luta continua no assentamento ao se buscar novas conquistas. Nisto consiste a diferença - apontada por Mançano (2001) - entre o MST e os movimentos camponeses que lutam apenas por terra. É agregado à luta pela terra o elemento político, pois o MST, no

---

<sup>7</sup> O PT, fundado em 1980, formou-se como um partido classista de base e de massas, pois nasceu da convergência de militantes do sindicalismo; da esquerda católica; da esquerda marxista; de organizações militaristas dissolvidas, entre outras (MAESTRI, 2005; STÉDILE, 2001).



primeiro momento, faz uma reivindicação econômica - que é a conquista da terra -, e prossegue na luta pelo crédito para a produção, estradas, infraestrutura, educação. O vínculo do trabalhador com o movimento faz com que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária. O MST compreende que a luta pela reforma agrária faz parte da luta de classe.

Os princípios organizativos fundamentais para o movimento foram trazidos de movimentos que o precederam. Podem-se citar: divisão das tarefas, disciplina, aprendizado, formação de quadros, luta de massa, vinculação com a base. No MST não há barreiras à entrada; sendo popular, ele aglutina, sem diferenciação, mulheres e homens, jovens e velhos, pessoas do campo e da cidade, dando as mesmas oportunidades para todos. “Sempre se preservou a vinculação com a base, a compreensão de que o MST tem que ser feito pelos trabalhadores” (STÉDILE, 2001, p. 33).

No processo de construção e expansão do MST, os acampados e assentados, a partir das necessidades específicas, formaram diversas comissões, equipes, núcleos, setores, enfim, bases de reflexão, discussão e encaminhamento das questões ligadas à luta pela terra em todas as suas dimensões. No processo de organização, foram surgindo setores, tais como: frente de massa, formação, educação, assentados, finanças, projetos, comunicação, relações internacionais, gêneros, direitos humanos. Entre as diversas formas de lutas empreendidas pelo MST podem-se destacar: ocupações, acampamentos (permanente e provisório) na zona rural, marchas, jejuns e greves de fome, ocupação de prédios públicos, acampamentos nas capitais, acampamentos diante de bancos, vigílias, manifestações nas grandes cidades. O MST recorre às ocupações de terra e às marchas como forma mais expressiva de luta e de mobilização social. Sendo a ocupação uma ação voltada a abrir um espaço de luta e resistência, com ela se cria outra condição para o enfrentamento e, ao realizá-la, o movimento conquista a possibilidade de negociação.

Devido à inexistência de uma ampla reforma agrária, a principal forma de acesso a terra ocorre através das ocupações. Na década de 1990 houve uma forte repressão ao movimento, mais de 400 mil famílias participaram do processo de ocupação de terras. “Essas lutas foram desenvolvidas por meio dos processos de espacialização e territorialização” dos movimentos sociais no campo (MANÇANO, 2001, p. 20).

Século XXI o MST continua sua luta em um ambiente político considerado amistoso devido aos governos do PT.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos três primeiros governos da Nova República não houve políticas voltadas ao desenvolvimento rural. O que ocorreu foi o fortalecimento do modelo de desenvolvimento econômico para a agropecuária, atendendo aos interesses e privilégios da agricultura capitalista. Nisso consiste a diferença entre as políticas dos governos anteriores e a política social compensatória do governo de FHC que tem continuidade nos três governos do PT. Os governos têm adotado medidas paliativas para minimizar os conflitos sociais no campo, mas a necessidade de uma reforma agrária é tão vital hoje quanto era nos idos da década de 1960.

Considerando os dados oficiais disponível em 2013 os governos – ditos de esquerda – Lula e Dilma não fizeram a reforma agrária no sentido amplo, não provocaram mudanças significativas na estrutura fundiária, não resolveram as questões de conflito por terras, embora medidas pontuais estejam sendo realizadas, tais como: recuperação dos assentamentos já existentes, compra da produção dos pequenos agricultores para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), aumento de créditos via PRONAF, distribuição de cestas básicas aos acampados, além da renegociação das dívidas dos trabalhadores rurais.

Ao longo do processo de luta por terra, o MST, nos seus mais de 30 anos de existência, teve um papel fundamental na história do país, com períodos de intensos encontros e outros de retrocesso na luta por terra, e na busca de uma mudança estrutural da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Brasília, 2003. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>. Acesso em: 04 maio 2014a.
- BRASIL. **Lei Nº 8.629, 1993**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso: em 04 maio 2014b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Disponível em: <[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)>. Acesso em: 05 nov. 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 21 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.
- BRASIL. **Estatuto da Terra (Lei n. 4504, de 30 nov. 1964)**. Brasília: MIRAD/INCRA, 1964.
- COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo, v.15, n.4, out./dez. 2001. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 23 jul. 2005.
- DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Disponível em: <[www.unesp.br/proex](http://www.unesp.br/proex)>. Acesso em: 20 nov. 2005
- GARCIA, Marco Aurélio. As esquerdas no Brasil e o conceito de revolução: trajetórias. In ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira**. São Paulo: Scritta, 1997, p. 37-47.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Agricultura e reforma agrária: uma avaliação dos anos de 1995/97. In: MERCADANTE, Aloizio (org.). **O Brasil pós-real: a política econômica em debate**. Campinas: Unicamp, 1997. p. 249-261.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 255p. ( Série Estudos sobre o Brasil e a América Latina, v. 4).
- MANÇANO FERNANDES, Bernardo. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Córtext, 2001. 120 p.
- MARTINS, José de Souza. **O MST é um movimento autônomo? Não. A dependência oculta**. São Paulo. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/opinião](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinião)>. Acesso em: 27 maio 2005.
- MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão popular, 2001, 253 p.
- OLIVEIRA, Nelson de. **Reforma agrária na transição democrática: a abertura dos caminhos à submissão institucional**. Salvador: CEAS; São Paulo: Loyola, 2001. 320p. (Col. Movimentos Sociais, I).
- PRADO Jr, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 188p.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. Da alienação à cidadania. In: DEBATE sobre a natureza da reforma agrária brasileira. 2 ed. São Paulo: MST, jan. 2004. p. 17-28.
- SILVA, José Gomes. **A reforma agrária no Brasil frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 284 p.
- STÉDILE, João Pedro; MANÇANO FERNANDES, Bernardo. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paul: Perseu Abramo, 2001.

## GT 08 - A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

### TERRITORIALIDADES EM HELVÉCIA – NOVA VIÇOSA/ BA.

João Paulo de Oliveira Santos<sup>1</sup>

Júlio César de Sá da Rocha<sup>2</sup>

#### RESUMO

O presente artigo trata da comunidade quilombola de Helvécia, distrito de Nova Viçosa – BA: o seu processo de reconhecimento como comunidade quilombola, os atores envolvidos e os conflitos que se sucedem após seu reconhecimento e a iminência da demarcação das terras pelo INCRA. O reconhecimento foi alcançado pela certificação da Fundação Cultural Palmares em 2005. A Associação Quilombola de Helvécia, que pediu o reconhecimento, sofreu retaliações por parte da comunidade já que não foi pedido pela maioria e sim por um grupo pequeno que participava da associação. Configura-se um conflito na comunidade pela distribuição das terras que são pertencentes a alguns fazendeiros e duas empresas de eucaliptocultura com a comunidade, a associação quilombola e o poder público. Procurou-se analisar o papel de cada um dos atores na comunidade bem como, o processo de territorialização e conseqüente territorialidade. Entrevistas foram feitas com alguns habitantes da comunidade como um fazendeiro, um ex-membro da associação e um atual membro da associação e com as fontes documentais já redigidas acerca da comunidade deu-se a coleta dos dados. Procura-se também conceituar território, territorialidade, conflitos para fundamentar o discurso acerca das territorialidades exercidas pelos atores que atuam na comunidade de Helvécia.

**Palavras – chave: Helvécia; comunidade quilombola; territorialidade.**

---

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e especialista em Geografia pelas Faculdades do Noroeste de Minas (FINOM). E-mail: professorjptf@hotmail.com.

<sup>2</sup> Pós Doutor em Antropologia na Universidade Federal da Bahia e vice-diretor eleito para mandato (2013-2017) e professor adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. E-mail: julior@ufba.br

## 1. INTRODUÇÃO

O reconhecimento de terras como remanescentes quilombolas é um processo longo e burocrático e inicia-se com o auto reconhecimento da população de um determinado local. Em seguida é encaminhada uma solicitação para que esse reconhecimento seja oficializado. Passada esta fase, é dada entrada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a um pedido do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) para a delimitação das terras e posteriormente a demarcação das terras. Helvécia já passou pelo processo de reconhecimento junto a Fundação Cultural Palmares, o que ocorreu no ano de 2005. Atualmente o INCRA tem visitado a comunidade para executar o processo de demarcação.

O processo de reconhecimento e demarcação de terras quilombolas no Brasil é necessário para se cumprir uma reparação histórica com etnias que foram injustiçadas no que tange a divisão e posse de terras no Brasil. Terras outrora habitadas por negros e que seus descendentes habitam até os dias atuais, estão sendo reconhecidas para preservação de sua cultura e de sua história e também para devolver a estes, a posse das terras que são suas por direito.

A titulação como quilombola é marcada por uma forma jurídica nova denominada propriedade coletiva. Esta forma possui características diferenciadas da propriedade privada. Esta modalidade ainda em fase de implantação tem gerado uma tensão nas comunidades quilombolas, pois propriedade coletiva necessita de uma organização social e jurídica pautada na organização coletiva que é representada pela figura da associação. Esta tensão tem resultado em disputas que gera campos de conflitos.

Se por um lado a forma jurídica se apresenta enquanto campo de conflito externo, Helvécia tem de enfrentar as relações conflitivas pela disputa da área onde se encontra instalada. Este espaço, então, foi apropriado por agentes da própria comunidade e também por empresas da eucaliptocultura e os territórios foram se configurando e também, suas relações de poder, o que Haesbaert (2004, p. 79), classifica como território ao afirmar que este “pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”.

Convém conceituar territorialidade e segundo Sack (1986 apud HAESBAERT, 2004, p. 86) territorialidade envolve “o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e

comunicado”. Então, a relação entre concepção e comunicação é que determina o uso do território configurando uma territorialidade que, também tem relação com o poder exercido por determinados agentes sobre o território.

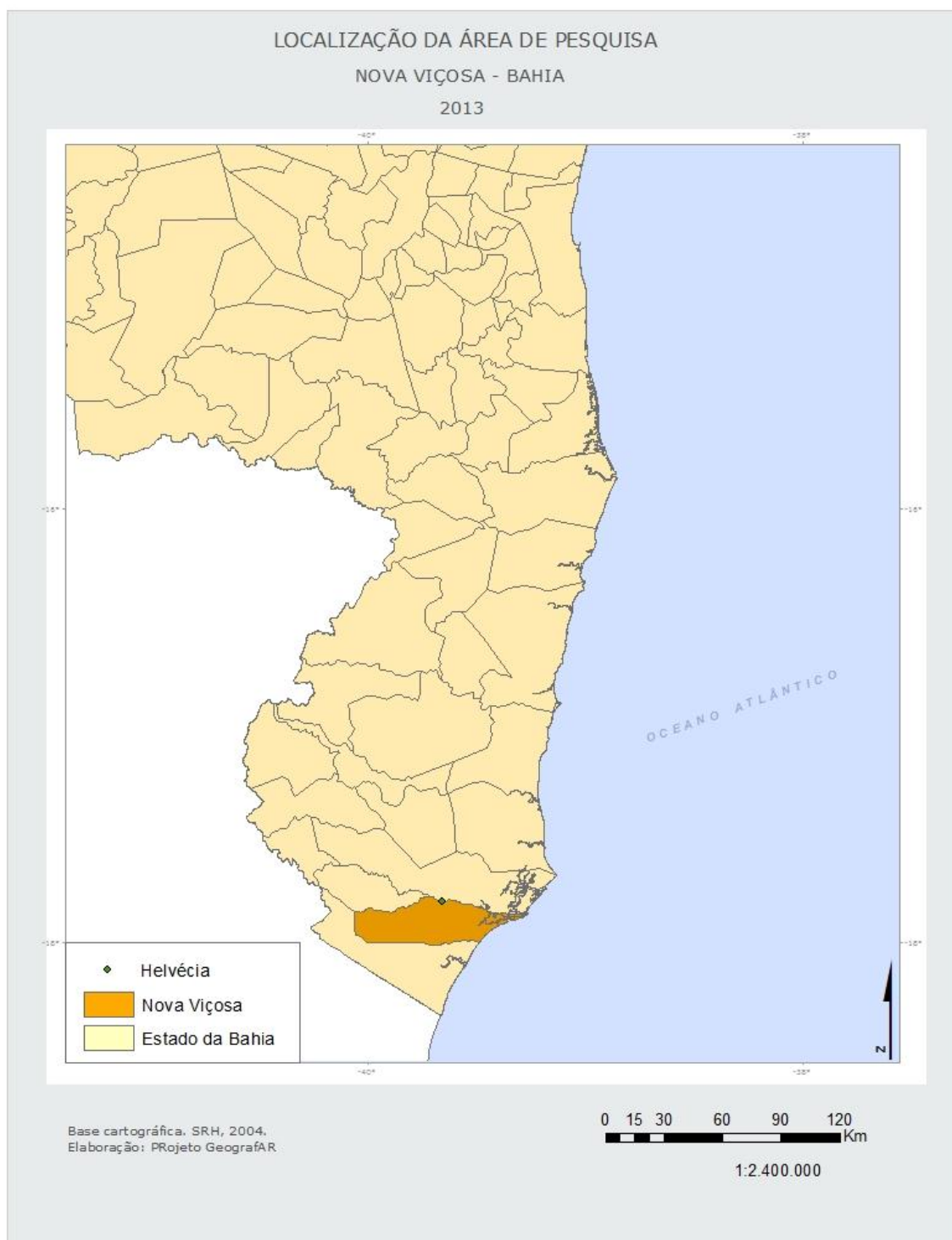
Procura-se então Identificar a territorialidade que ocorre Helvécia sendo este o objetivo geral deste artigo. Como objetivos específicos busca-se identificar a atuação dos atores no território de Helvécia e os conflitos que se engendram na comunidade em decorrência do processo de reconhecimento e possível demarcação territorial.

A metodologia usada contou de um levantamento bibliográfico, entrevistas não estruturadas com pessoas da área abordada e um estudo de campo – observação da comunidade, entrevistas com membros da comunidade – geralmente, com análise de documentos e fotografias.

## **2. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

Situada no município de Nova Viçosa, Helvécia é uma comunidade quilombola que teve sua auto identificação oficializada desde 19 de abril de 2005, se localiza no extremo sul da Bahia com coordenadas geográficas: 17°48'27'' S de latitude e 39°39'51'' W de longitude. Localizada na bacia do Rio Peruípe, no bioma da mata Atlântica do extremo sul da Bahia, está inserida no domínio dos “Mares de Morros” Florestados, uma extensão espacial com aproximadamente, 650 mil quilômetros quadrados de área com altitudes que variam entre 10-20m a 1 100 e 1300 m, com precipitações que variam de 1 100 e 1500 mm. Tem o seu meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil do país em relação as ações antrópicas (AB’SÁBER, 2003, p. 16 -17).

Historicamente, segundo Santana (2008, p. 14), Helvécia tem suas origens em 1818 quando fazia parte da



antiga Colônia Leopoldina, de posse suíço-alemã, tendo como responsáveis Pedro Peyckr e os naturalistas Freyreiss e Morhardt. Era uma sesmaria situada ao longo do Rio Peruípe, palco de grandes acontecimentos em relação ao transporte de grãos e de “gente” (escravos repatriados) de origens gêge, cabinda, manjolo, benguela e nagô.

Helvécia foi uma sesmaria onde trabalhadores escravos atuavam como mão-de-obra nas fazendas de café, no século XVIII e XIX e com a saída ou, abandono, por parte dos donos das terras, os negros tomaram posse pacificamente dessas terras. Este abandono se deu devido a crise da economia cafeeira e da propensão migratória de seus colonos para Salvador e outras cidades do Rio de Janeiro (Santana, 2008, p. 27). Havia também muitas terras devolutas que foram ocupadas por moradores da comunidade. “Algumas delas, hoje, já estão tituladas e outras não”, segundo informou um dos entrevistados que possui terras no local.

Em divisões territoriais entre 1931, a Colônia Leopoldina torna-se distrito de Mucuri – que tinha o nome de Porto Alegre - e em 30-11-1938, pelo decreto estadual nº 11089, o distrito passou a denominar-se Helvécia (IBGE, 2013). É nesta comunidade que ocorre os conflitos territoriais, devido o reconhecimento e a demarcação das terras da comunidade quilombola.

### **3. HELVÉCIA: RECONHECIMENTO COMO COMUNIDADE QUILOMBOLA E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

A ocupação das terras da comunidade Helvécia se deu, em parte, pela herança deixada pelos primeiros ocupantes para sua descendência. Alguns destes permaneceram com as terras herdadas e também a ampliaram, como relata um fazendeiro entrevistado que obteve suas terras desta forma. Também a compra e venda de parte dessas terras se deu na base de troca - por bicicletas, geladeiras, espingardas entre outros objetos. Estas trocas eram realizadas sob ameaças de capangas dos grandes fazendeiros sobre os pequenos proprietários – “venda por pressão”. Gomes (2009, p. 5) relata que “propostas aparentemente generosas, para aqueles poucos camponeses que possuíam as escrituras das terras, até a divulgação incisiva dos códigos legais do Brasil que associam a garantia da propriedade das terras à aquisição de titulação”, na forma de pressão para a expulsão. Como muitos não tinham a titulação da terra, por demandar gastos para este feito, venderam para não ficarem sem nada.

As indústrias da eucaliptocultura chegaram ao povoado, mais precisamente em meados da década de 1970 (GOMES, 2009, p. 84) e começaram a comprar terras e oferecendo empregos a população da comunidade. Mas, depois, com o passar dos anos, esse emprego foi ficando escasso nas grandes empresas – atual Fibria e Suzano – e a mão-de-obra foi absorvida pelas empreiteiras. A análise feita por uma entrevistada revela a situação a que são submetidos os quilombolas nas empresas: “eu não vejo como coisa boa pra comunidade



porque ela vem mas não dão oportunidade para as pessoas, além do salário ser menor e eles não tem oportunidade de crescer dentro da empresa.”

Segundo Haesbaert (2004, p. 20), “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’”, por isso, a necessidade da população de ser reconhecida como quilombola, afirmando sua inserção em um dado território onde, mesmo sem esse reconhecimento, a população teve sua vida socioeconômica modificada pela chegada das grandes indústrias implantaram a eucaliptocultura numa região de bioma da Mata Atlântica e mudaram a economia local e organização da estrutura agrária.

Para que se entenda essa relação entre a população com o território em que vivem ou ocupam, a provável base do processo de reconhecimento do povoado como remanescente quilombola ou, pelo menos, de seu desejo de se tornar reconhecido como quilombo, Saquet (2007, p. 163), afirma que

o território é o conteúdo da relação e a relação mesma, com seu-outro, que é ele mesmo (próprio). É um retorno a si mesmo, sem sair de si, na relação entre indivíduos que vivem, sentem, percebem, compreendem. O articular-se em redes é, por exemplo, contraditoriamente, um fracionamento e vice-versa; a conexão significa desconexão. O território vem-a-ser, acontece em sua unidade interna e externa, numa relação entre sujeitos historicamente condicionados. O território só se efetiva quando os indivíduos são e estão em relação com outros indivíduos; significa, por isso, interação plural, multiforme; relação, reciprocidade e unidade; significa territorialidade(s).

Ainda, segundo Saquet (2007, p. 08) o território resulta também, das relações sociais que o substantivam e são materiais, reafirmando o papel socioeconômico da eucaliptocultura na configuração territorial de Helvécia e nas relações entre os grupos que habitam o local.

Helvécia foi certificada como comunidade quilombola através da certificação de 19 de abril de 2005, da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/PR). A partir desse reconhecimento então, dá-se um novo processo de configuração territorial dentro da comunidade devido a questão que norteia as relações de posse de terras no interior da comunidade.

Anteriormente um novo processo de territorialização se dá devido a chegada das indústrias de celulose com a implantação da monocultura do Eucalipto, o que gerou uma mudança profunda na relação da população com seu território. Primeiro, por causa da

necessidade de desmatamento dos remanescentes de Mata Atlântica para a implantação da floresta artificial de eucalipto, mostrando a questão da degradação ambiental da vinda da monocultura do eucalipto e, segundo, pela mudança de vida da população que, antes sobreviviam de atividades pecuárias ou de subsistência e que a partir de então, com a venda de parte das terras para as indústrias de eucalipto, passam a não ter mais essas atividades como parte de seu cotidiano. Nesse momento, os atores estão bem definidos: as empresas da monocultura do eucalipto e a comunidade de Helvécia.

A mobilização popular no seio da comunidade de Helvécia se deu para o reconhecimento de sua cultura e de sua história mediante o avanço da indústria de celulose na região. Um grupo de mulheres negras educadoras e poucos homens se despertaram para o reconhecimento da comunidade porque sabiam “que era algo importante para a comunidade”, segundo relatou uma das entrevistadas, membro da Associação Quilombola de Helvécia (AQH). Zhouri e Laschefski (2010, p. 445) afirmam que

muitos processos de territorialização hoje em curso são processo de luta pelo significado e pela apropriação do meio ambiente (quilombolas, indígenas, vazanteiros, geraizeiros etc.) contra a apropriação global pelo capital, que transforma territórios sociais em espaços abstratos, ou seja, lugares em espaços que contem recursos naturais para a exploração capitalista.

A fuga, defesa do lugar e da memória movem as comunidades a lutarem por reconhecimento como quilombola (ZHOURY, 2010, p. 445), como foi o caso de Helvécia. Todo o processo de reconhecimento por parte do aparato estadual começa com o reconhecimento por parte da própria população como quilombola, o que acarreta uma projeção no campo político através de uma identidade coletiva conjugando lutas econômicas e identitárias que ressaltam o sentimento positivo de pertencimento a uma dada unidade social (ALMEIDA, 2011, p. 07).

No seio da comunidade quilombola de Helvécia, o conflito social de interesses é grande devido o processo de reconhecimento da comunidade. O enfrentamento estabelecido pelo processo de titulação é com o capital global. Segundo Gonçalves (2008), não houve uma grande mobilização da população como um todo para a elaboração do pedido de reconhecimento da comunidade. O que o pesquisador relata é que um grupo de mulheres, munidos da orientação de um antropólogo vindo do Rio de Janeiro para o local, elaborou o documento e o enviou a Fundação Cultural Palmares. Posteriormente, também, fundaram a Associação Quilombola de Helvécia. A partir do momento em que a comunidade foi reconhecida, houve uma perseguição aos “autores” do documento, ou por dizer assim, líderes

do movimento para reconhecimento da comunidade como quilombola. Segundo é relatado pelo Gonçalves (2008, p. 20), até campanha para impedir que a população aceitasse esse processo foram feitos dentro da comunidade por opostos a esse reconhecimento.

Com esta oposição, a AQH resolveu aguardar um período de tempo, segundo um membro da associação entrevistado, com o pedido de demarcação de terras do INCRA, que, assim que for feito, demarcará as terras reconhecidas como quilombola. O INCRA, por sua vez fará um laudo antropológico, emitindo a RTID (Relatório Técnico de Identificação Delimitação), depois abrirá o processo para contraditório e análises de recursos e julgamentos de processos de contestação serão feitos. Com esta etapa concluída, será baixada uma portaria que declara os limites do território, depois o Decreto presidencial que autoriza a desapropriação privadas e encaminhamentos a entes públicos que tenham a posse das terras. A notificação e retirada dos ocupantes caracteriza a fase de intrusão e por fim, ocorre a titulação com a emissão de título de propriedade coletiva para a comunidade (INCRA, 2013)

O INCRA esteve em Helvécia delimitando área da comunidade no fim de 2012 e início de 2013, segundo um dos entrevistados. Em julho ou agosto de 2013 – a data não foi precisamente informada pelo entrevistado -, o INCRA fez uma reunião com a comunidade explicando e explicitando o processo de demarcação territorial da comunidade, como seria feito e a importância do mesmo. Com a baixa frequência dos membros da comunidade, a associação resolveu esperar mais um pouco com esse pedido de demarcação porque, segundo a entrevistada, a associação busca um número maior de pessoas que tenham interesse na demarcação para que não aconteça igual ao processo de reconhecimento que, os membros da associação ficaram mal vistos na comunidade porque o reconhecimento como quilombola não era interesse da maioria da comunidade naquele momento.

As relações de poder dentro de Helvécia vão se estabelecendo com a passar da história e seu território vai se definindo e se delimitando por e partir das relações de poder estabelecidas (SOUZA, 2000, p. 78). Identifica-se então em Helvécia: a presença dos fazendeiros que adquiriram suas terras ou por herança ou por compra; as indústrias da Eucaliptocultura – Suzano e Fibria - que também compraram grande parte das terras para o cultivo do eucalipto na localidade; a comunidade de Helvécia, atualmente já reconhecida como quilombola; a Associação Quilombola de Helvécia e o poder público. É a partir desses atores que se configuram vários conflitos de interesse do território da comunidade quilombola de Helvécia e também sua territorialidade.

Segundo Fernandes (2009, p. 201)

as disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de território para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados. (...) O sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade.

Desta maneira, a disputa territorial antes do reconhecimento da comunidade como quilombola estava configurada na disputa entre a comunidade e as empresas da monocultura do eucalipto. A população estava focada nas mudanças que ocorreram no seio da comunidade com a chegada da eucaliptocultura. Depois do reconhecimento da comunidade pela FCP em 2005, o foco se volta para a questão do território individual e o território comunitário e a convergência entre esse dois dentro de Helvécia.

Os fazendeiros veem suas terras como particulares e desta maneira não concordam com o processo de reconhecimento e demarcação do território porque perderão a titulação de suas terras ou, como declara uma das entrevistadas, “eles não querem compartilhar a terra”. Então, os fazendeiros fazem um trabalho diante da população para que esta seja contra o processo de demarcação territorial. Esse suposto trabalho atual não foi citado pelos entrevistados. Foi citado apenas o que os fazendeiros faziam no período do reconhecimento que até “em velórios eles iam e diziam para o povo que ser quilombola era ruim, era voltar à escravidão”, relata uma entrevistada. Mas, é patente na entrevista feita com o fazendeiro que são contra o processo de demarcação das terras.

As empresas de eucalipto começaram a fazer benefícios na comunidade como, por exemplo, a Fibria que fez a reforma da antiga estação da estrada de ferro Bahia-Minas (figura 1) e em parceria com a associação e com a prefeitura, instalou um centro de informática e reformou a praça central.



Figura 1. Estação de trem da ferrovia Bahia-Minas.  
Foto: João Paulo de O. Santos, 2013

Uma empresa de eucaliptocultura ofereceu a instalação de um viveiro de mudas de eucalipto para, supostamente dar mais empregos a comunidade. Segundo duas entrevistadas, a construção do viveiro gerou empregos para a comunidade desde 2010, quando se iniciou a obra até quando se finalizou em 2002 e atualmente está em funcionamento e, segundo uma entrevistada que é membro da AQH,

é o segundo maior da América Latina. É meio paradoxo porque lutamos pela diminuição do eucalipto na região. Mas se fossemos contra, a comunidade seria contra a gente. Se nós não podemos com o inimigo, nos aliamos. Se nós não aceitarmos o viveiro, aqui no município de Nova Viçosa, Caravelas abraçaria. E foi uma batalha nossa para que o viveiro ficasse em Helvécia.

O poder público, por sua vez, não tem dado o devido valor à comunidade, repassando as verbas de maneira correta, como é por direito de uma comunidade quilombola. As verbas para saúde e educação são acrescidas de mais 50% para as comunidades reconhecidas como quilombola. Uma das entrevistadas relata que essa verba não é repassada devidamente, pois faltam médicos na comunidade e os que vêm, ficam pouco tempo. O hospital municipal mais próximo é na cidade de Posto da Mata, onde a população não tem muito acesso. Na merenda, escolas de comunidade quilombola recebem 60 reais por aluno e nas escolas que não são quilombolas, 30 reais. Até então essa verba não era passada de maneira adequada, o que a entrevistada relata que a batalha pelo reconhecimento dos direitos do quilombola tem sido travada pela AQH.

Verifica-se desta forma que reconhecer-se enquanto quilombola não é algo simples. Há uma mudança na vida da comunidade por inteiro, com disputas travadas em vários

sentidos. Na disputa interna entre os quilombolas o desafio é a mudança da forma de organização da produção que reflete diretamente na organização social. Os conflitos afloram devida esta nova forma. Por outro lado, os conflitos com os agentes externos que disputam a terra se tornam mais acirrados resultando em luta por terra e por vida.

#### **4. CONSIDERAÇÕES**

Por possuir interesses diacrônicos, os conflitos em Helvécia são difíceis de resolução sendo necessária a intervenção do poder público, portanto, segundo Birnbaum (1992, p.264) “cabe então ao Estado, no quadro interno, impor através de sanções negativas ou positivas a realização de uma solução comum benéfica para as partes em presença, ainda que estas prefiram racionalmente enveredar por outras estratégias”. O reconhecimento da comunidade como quilombola já foi feita e a demarcação das terras é consequência.

A AQH está primando pelo diálogo, tentando sensibilizar a comunidade acerca dos benefícios do reconhecimento e da demarcação das terras. Segundo duas das entrevistadas, a adesão da comunidade à AQH tem aumento e a aceitação do processo de reconhecimento e de demarcação. Segundo uma entrevistada, membro da associação, a demarcação deve ocorrer já, porque é necessário não somente para possuir as terras e distribuí-las com a comunidade.

As territorialidades dos atores inseridos nos conflitos em Helvécia estão definidas. Os fazendeiros não aceitam a divisão das terras, mesmo sendo moradores e alguns destes fazem um movimento interno na comunidade de não apoio a demarcação em função das perdas de terras. As empresas da eucaliptocultura, após o reconhecimento da comunidade como quilombola, tem se aproximado da população e da AQH, temendo a perda de suas terras, fazendo benefícios na comunidade, trazendo empregos, já que boa parte das terras reivindicadas estão ocupadas pelas empresas de eucalipto. Mediante pressão da associação, o poder público municipal é forçado a cumprir suas devidas obrigações com a comunidade, como, por exemplo, no caso da merenda escolar. A associação tem partido para o diálogo com a comunidade, tentando sensibilizá-la acerca da importância cultural e material e dos benefícios que a demarcação das terras vai trazer para a comunidade. A associação espera com isso, uma maior aceitação no meio da comunidade para, também, colher um maior número de assinaturas para a ata que deverá ser encaminhada ao INCRA com o pedido de demarcação das terras quilombolas para posterior titulação para a comunidade. Uma vez demarcadas e tituladas, a terra da comunidade quilombola passará para o governo da

associação que, segundo um membro relatou, será distribuída para aqueles membros da comunidade que não possuem terras.

Constata-se divergência interna quanto ao encaminhamento do processo necessidade de demarcação das terras para este momento. No que se refere a relação dos associados e não - associados no tocante ao processo de reconhecimento e titulação das terras quilombolas, um ex-membro da associação diz que não existe a necessidade de demarcação das terras neste momento, visto que a população não necessita das mesmas para sobreviver. E, que se a demarcação ocorrer em tempos próximos, corre o risco de “não haver uso das terras por não haver carência econômica na comunidade”. Já a entrevistada que é membro da AQH diz que “quem não tem terras para trabalhar, terá e as terras que foram vendidas, serão devolvidas aos seus donos”, desde que sejam quilombolas, não importando de que forma as terras foram vendidas. Contudo essa divergência requer maior estudo para sua compreensão o que não foi possível neste artigo.

## 5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AB’SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

BIRNBAUM, P. Conflitos. In: BOUDON, R. et. al. (Org.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995. p. 247-282.

COMISSÃO PRO-ÍNDIO DE SÃO PAULO (CPISP) Disponível em: [http://www.episp.org.br/comunidades/html/i\\_oque.html](http://www.episp.org.br/comunidades/html/i_oque.html). Acesso em 05/10/2013.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2002.

FERNANDES, B. M. Sobre tipologias e territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org) – **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular: UNESP. Programa de Pós – Graduação em Geografia, 2009. P.197 – 215.

GOMES, L. M. F. C. **Helvécia – Arranjos cotidianos dos homens e mulheres no convívio com a eucaliptocultura**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

GOMES, L. M. F. C. **HELVÉCIA – Homens, mulheres e eucaliptos (1980 – 2005)**. Santo Antônio de Jesus, 2009. 229 p. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local).

Departamento de Ciências Humanas – *campus* V. Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2013. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos\\_cidades/historico\\_conteudo.php?codmun=292200](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=292200). Acesso em 04 out. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>. Acesso em 05 Out. 2013.

MÜLLER, C. B. **A utilização de meios alternativos de solução de conflitos em processos de territorialização: casos de Alcântara e Marambaia.** In: ALMEIDA, A. W. B. (Orgs)... [et al]. **Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: UEA Edições, 2010.**

SANTANA, G. P. G. **Entre o dito e o não dito: conflitos e tensões na “refundação” territorial quilombola.** Uma análise a partir da Comunidade de Helvécia- extremo sul da Bahia. Salvador, 2008. 178 p. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

VOIVODIC, M. de A.; FILHO, L. C. B. **Bases Conceituais para o Entendimento de Conflitos Sociais entre Empresas Florestais Certificadas, Comunidades e Outros Atores Locais.** IV Encontro Nacional da Anppas, 2008. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT6-846-852-20080510033418.pdf>. Acesso em 02 out. 2013.

ZHOURY, A.; LASCHEFSKI, K. **DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS AMBIENTAIS.** (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



**Título do Trabalho:**

**UMA COMUNIDADE RURAL ENTRE O PDA E O PDS: TEMPORALIDADES NO  
ESTUDO DE CASO DO ACAMPAMENTO SEBASTIÃO LAN II**

**Autores**

**Ana Maria Motta Ribeiro<sup>1</sup>**

**Bernardo Raphael Bastos de São Clemente<sup>2</sup>**

**Emmanuel Oguri Freitas<sup>3</sup>**

**Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa<sup>4</sup>**

**Resumo:**

Este artigo pretende apresentar uma releitura sobre o histórico de ocupação da terra que deu origem à comunidade rural de Sebastião Lan, que comemora no dia 11 de junho de 2014 aniversário de 18 anos de ocupação. Através da observação participante, que apresentamos como metodologia, procuramos dar voz e enfatizar a morosidade e o “cansaço” dos trabalhadores rurais diante dos impasses ambientais e agrários criados por órgãos federais em conflito (INCRA e IBAMA), processo acompanhado pela Universidade desde 2002 e que continua sem solução.

**Palavras-chaves:** conflito agrário ambiental; “reruralização” do campo fluminense; assentamento no modelo PDS

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade / Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) e Coordenadora do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF) – Universidade Federal Fluminense (UFF), anamribeiro@outlook.com;

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade / Doutorando do PPGSD e pesquisador do OBFF - UFF, bernardosaoclemente@yahoo.com.br;

<sup>3</sup> Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade / Doutorando do PPGSD e pesquisador do OBFF - UFF, emmanuel.of@gmail.com;

<sup>4</sup> Mestre em Sociologia e Direito / Doutorando do PPGSD e pesquisador do OBFF - UFF, rodolfolobato@hotmail.com;

## 1 - APRESENTAÇÃO

Com este artigo pretendemos apresentar uma releitura sobre o histórico de ocupação da terra que deu origem à comunidade rural de Sebastião Lan, que faz no dia 11 de junho de 2014 aniversário de 18 anos de ocupação. Além da releitura do processo territorial, apresentamos o novo cenário, o qual não conseguiu superar o velho conflito que levou pela primeira vez os pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) a campo, em 2002. A morosidade da justiça, aliada aos impasses ambientais e agrários dos órgãos federais em conflito (INCRA e IBAMA) apresentam-se como a principal queixa dos trabalhadores rurais.

## 2 – HISTÓRICO DA REGIÃO

A implantação da Rebio de Poço das Antas, em 1974, envolveu questões importantes e problemáticas presentes no Brasil relativos à concentração de terras, modos de exploração do solo, dos recursos hídricos (minerais) e energéticos (biomassa). Superados, ou ajeitados, os impasses provocados pela implantação da Rebio, ocorre a construção de uma barragem que redefiniu os limites da Lagoa de Jurtunaíba, local que, com o passar do tempo, tornou-se de grande interesse da especulação imobiliária, por fornecer abastecimento de água para a ascendente “Região dos Lagos”, dando suporte para o início do desenvolvimento da atividade turística nesta região<sup>5</sup>.

Simultaneamente, assiste-se a um processo planejado e flagrante no sentido de caracterizar a suposta decadência agrícola - intencionalmente provocada em nome de um conceito de modernização, relacionada ao desenvolvimento urbano, como característica a ser forjada enquanto imagem do Estado do Rio de Janeiro, vinculada a uma pretensa falta de vocação rural. Assim, se seguem a morte da fruticultura fluminense de laranja, a devastação da Mata Atlântica, a decadência dos grandes ciclos de cana e café que, enfim, representavam alicerces econômicos do Estado e que passam a ser substituídos pelo capital especulativo imobiliário. A mudança da correlação de forças entre o campo e a cidade é o traço fundamental no desenvolvimento econômico da região<sup>6</sup>.

Um falso conceito de suposta “vocação turística” do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) passou a abafar ideologicamente os projetos federais com base nos modelos da CEPAL, visando uma soberania e o barateamento da oferta alimentar pela transformação da Baixada

<sup>5</sup> Encontramos indícios da participação da empresa Camargo Correa e outras empreiteiras consorciadas do movimento urbanizador: a Barragem de Jurtunaíba, a privatização da estrada para a região dos Lagos e a privatização do fornecimento água para atender o aumento demográfico da Região dos Lagos;

<sup>6</sup> Destaca-se do ponto de vista institucional a unificação dos Estados da Guanabara (centro de urbanização) que tem hegemonia nesse acordo, com o Estado do Rio de Janeiro (eminentemente rural) em 15 de março de 1975, acaba por uniformizar desejos especulativos na região;

Fluminense no Cinturão Verde da Guanabara. A mercantilização não-agrícola do território e dos recursos naturais (paisagem, madeira, terra e a fauna), valorizados no início do século XX, também podem ser citados como mais uma das prováveis causas para a concentração de grandes propriedades na medida em que empresas ou grandes investidores passaram a comprar terras que tinham reservas de mata. Em uma primeira fase econômica na região, destaca-se a extração vegetal, que de acordo com Geiger, pesquisador que atua em 1956, ocorria da seguinte forma: “*A exploração de mata visa principalmente a produção de energia com lenha e carvão*”, sobretudo para a Companhia Siderúrgica Nacional (GEIGER, 1956).

Já a partir da segunda metade do século XX, podemos observar o desenvolvimento da atividade turística na região serrana e da substituição de atividades agrícolas pela pecuária extensiva no noroeste do Estado, à exceção da monocultura da cana no Norte do Estado que se mantinha pela influência política dos usineiros, apesar de uma baixa produtividade (diferentemente de São Paulo) e altamente necessitada de subsídios do Estado para sua reprodução.

Neste quadro, destaca-se a importância do Estado mais centralizado, entre os anos 30 e 50, em termos da organização territorial, seja através da “guerra fiscal” ou mesmo por decreto federal, como, por exemplo, o que objetivava a criação de uma “Zona prioritária de emergência para fins de reforma agrária”, promulgado em 15/10/1965 para a região fisiográfica definida pelo IBGE como Baixada. O objetivo inicial desse decreto era permitir a implantação de colônias agrícolas, porém, rapidamente os interesses dos especuladores se sobrepuseram, e uma série de processos de grilagem de terra (apoiados no modelo de Estado autoritário da ditadura militar a partir dos anos 60) criaram obstáculos. O desdobramento destes processos se caracteriza em uma intensa onda de conflitos, expulsão de camponeses e pelo gradativo avanço da urbanização sobre áreas agrícolas, que convencionamos chamar na pesquisa de processos de “desagriculturação”<sup>7</sup>.

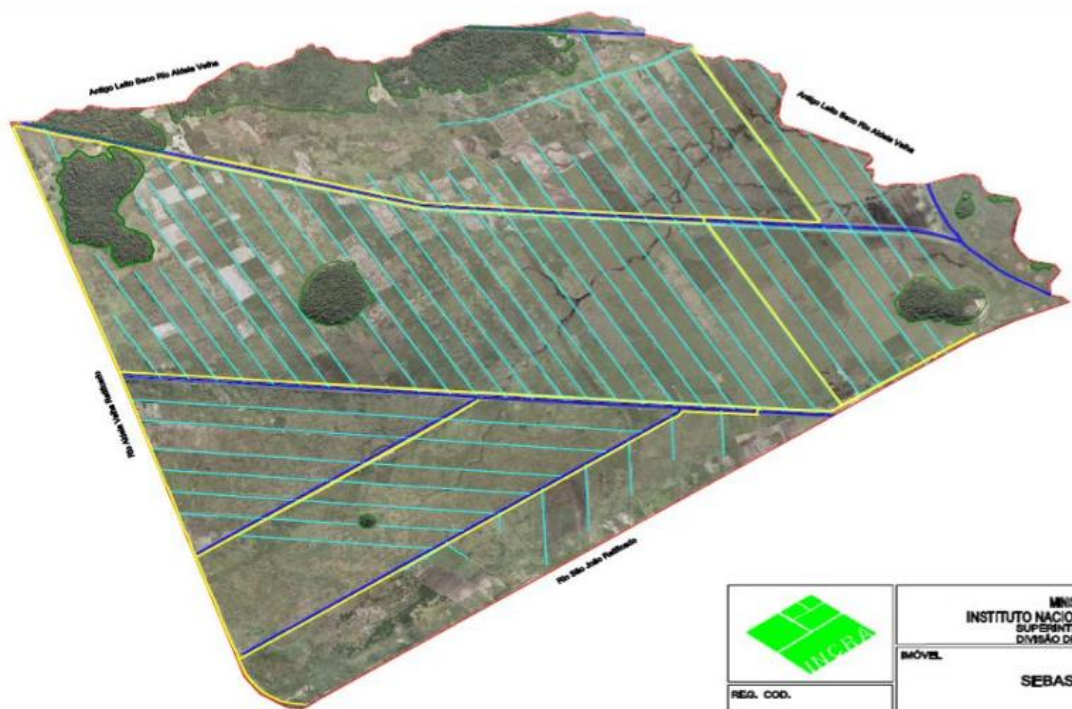
Atualmente, o entorno da Rebio possui 3 assentamentos e 1 acampamento. O primeiro foi o de Aldeia Velha, oficializado em 1991 e formado por desapropriados da própria reserva. O assentamento de Cambucaes surgiu em 1995, nomeado com o nome da antiga fazenda ocupada. E o de Sebastião Lan (gleba I) em junho de 1997, em terras que se mostraram inundáveis e inapropriadas para habitação posteriormente.

---

<sup>7</sup> Verbete “Desagriculturação”, páginas 158-161 (Dicionário da Terra, 2005).  
Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909  
CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ  
CNPJ: 10.269.919/0001-39  
Email: rdestudosrurais@gmail.com

O resquício de mata atlântica que faz parte da Rebio, e também se encontra nas Reservas Particulares de Proteção Natural – RPPNs- no seu entorno, demonstra um favorecimento de estratégias conservacionistas para áreas poucos transformadas pela ação humana e não urbanizadas. Tornam-se, portanto, áreas prioritárias para proteção integral de um “bioma natural”. Os efeitos são, além do conflito entre urbanização e áreas agrícolas, o conflito entre unidades de conservação e a população residente no local e em seu entorno, ambos os casos encontrados na região da Rebio Poço das Antas.

Outras ações governamentais nos anos 70 refletem mudanças que têm efeito até hoje, entre elas a construção de canais de escoamento e drenagem da água vinda do rio São João para o favorecimento da implantação de projetos agropecuários que associavam monoculturas de arroz, cana e gado. O represamento da lagoa, a drenagem do solo, a construção de canais, os projetos agropecuários dependentes de insumos químicos e agrotóxicos, a retirada de árvores, a pastagem e a utilização do fogo para limpar o terreno resultaram no empobrecimento do solo, modificação da rede hídrica e significativa alteração da ecologia local e da biodiversidade como um todo (PEREIRA, 2006, p. 94).



**Figura 1 - Mapa de Uso e Ocupação do Solo produzido pelo INCRA com destaques em azul para os canais construídos onde originalmente era um pântano.**

A área onde se encontra o acampamento, chamada de Brejão, após a canalização na década de 70 para plantação de arroz, foi grilada por um fazendeiro, posteriormente arrendada

para continuidade da rizicultura e, depois, recebendo tentativas de cultivo de aipim, batata-doce e banana. A área de 1466 ha que foi ocupada em 1997, possui um solo que carrega uma história que origina-se com a derrubada da mata nativa, queimadas e produção com agrotóxicos, dentro do pacote da Revolução Verde (maquinário e insumos químicos).

Hoje, a desobstrução de alguns destes canais não ocorre para favorecer a atividade agrícola, nem o abastecimento humano. Ela acontece, principalmente, após as enchentes de 2003, quando o volume de água da represa de Juturnaíba superou sua capacidade e forçou a abertura das comportas, inundando boa parcela de onde se encontra o Sebastião Lan causando efeitos catastróficos para quem ali residia (COSTA *et al.*, 2010)<sup>8</sup>.

Ao mesmo tempo em que o Estado do Rio de Janeiro é hoje um dos mais urbanizados da Federação, se mantém abertos uma série de processos que atuam em diferentes sentidos, dentre os quais destacamos a resistência dos trabalhadores em luta constante por reforma agrária, o desenvolvimento da pluriatividade enquanto estratégia de permanência no campo e o surgimento de novas iniciativas relacionadas com a questão ambiental, o turismo, o processamento de alimentos, entre outras. Destaca-se, ainda, uma óbvia participação da ocupação no processo de modificação do status de perigo de extinção do mico leão dourado que passou a frequentar um território com lavoura branca (alimentos) dos trabalhadores pobres, uma vez que era pressionado pelos “vazios espaciais” ocasionados pela pecuária, forma majoritária de ocupação territorial até o aparecimento dos agricultores familiares.

Ao ampliar o campo das funções sociais da agricultura, o que inclui a pluriatividade e a multifuncionalidade como características da reprodução simples do modelo familiar, deixando de ser mera produtora de bens agrícolas, destaca-se a capacidade inerente de ampliar a conservação dos recursos naturais (água, solo), a partir de uma produção agroecológica estimulada pelo estado, a qual, livre de venenos, poderia reproduzir um patrimônio natural (paisagem), envolvendo o fornecimento de alimentos de qualidade e o agroturismo.

Dado que existe entre parte dos acampados receptividade às práticas agroecológicas, o plantio de mudas e a fiscalização no que consiste a caça, queimadas e qualidade da água do canal que os abastece, surge entre eles uma certa indignação com os órgãos ambientais. Esses órgãos reconhecem apenas parcialmente os benefícios que a ocupação daquele território pode ter trazido à reserva e a potencialidade de uma produção e vivência que chegue a um consenso

---

<sup>8</sup> O assentamento Sebastião Lan I é separado por um canal do rio São João e o acampamento Sebastião Lan II é separado pelo canal do rio Aldeia Velha;

entre os limites para reprodução da reserva e as necessidades para sobrevivência digna dos produtores rurais ali residentes.

### 3. ARGUMENTAÇÃO

No ano de 2002, a UFF recebeu uma solicitação para formação de um Grupo de Pesquisa na tentativa de responder ao processo encaminhado pelo Ministério Público Federal (acionado pelo IBAMA e pela Rebio de Poço das Antas) relativa a algumas demandas referentes a uma Ação Civil Pública ajuizada contra o INCRA, face aos supostos danos causados por assentamentos rurais no entorno da Rebio de Poço das Antas<sup>9</sup>. Considerando o processo de extinção do mico leão dourado, eminente na época, foi criado o GT Ecosocial<sup>10</sup>, com a contribuição de especialistas de diversas áreas para superação dos conflitos socioambientais consolidados em uma cooperação técnica entre o IBAMA e o INCRA, mediada pela academia.

Realizou-se formalmente um Laudo “multidisciplinar” envolvendo as expertises nas áreas de Sociologia Rural, Direito Agrário e Ambiental; Engenharia Agrícola, Biologia e Geografia Agrária. Foi produzida, entre outras tarefas, a caracterização dos agricultores e das atividades rurais no entorno da Rebio, através de um Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Esse diagnóstico tinha como objetivo inicial mapear as atividades realizadas pelos trabalhadores antes da ocupação da terra, seus respectivos municípios de origem, as culturas produzidas, técnicas e recursos existentes<sup>11</sup>.

O Laudo, realizado através de ações coletivamente construídas em assembleias (envolvendo representantes da REBIO, do IBAMA, do INCRA, da comunidade de assentados e da UFF), culminou com a proposta de Termo de Ajustamento de Conduta, aceito por todas as tendências e grupos de interesses envolvidos. Apenas no final de 2013 é que a equipe da UFF voltou a ser convidada para acompanhar um processo de sensibilização da comunidade

<sup>9</sup> Localizado entre Silva Jardim e Casimiro de Abreu, considerando o processo de extinção, eminente na época, do “mico leão dourado”. A partir dessa demanda foi criado por Portaria especial do Reitor o GT Ecosocial, com a contribuição de especialistas de diversas áreas para superação dos conflitos socioambientais consolidados em uma cooperação técnica entre o Ibama e o Incra, mediada pela academia e centrada em agências federais públicas;

<sup>10</sup> Sob coordenação dos professores Ana Motta (sociologia), Dario Prata Filho (engenharia agrícola), Mônica Cox (geografia), Wilson Madeira Filho (Direito), o GT ECOSOCIAL contava com os seguintes pesquisadores: Ana Claudia Tavares, Carlos André da Costa, Erika Moreira, Ernane Filho, Fernando Barcellos, Flávio Serafini, Janaína Sevá, João Brito, Juliana Calomeni, Juliana Moreira, Luciana Silva, Marcelle Pires, Patrícia de Sá, Paula Pinto e Rodolfo Lobato.

<sup>11</sup> O diagnóstico identificou as seguintes culturas: Coco, aipim, maracujá, laranja, feijão, banana, milho, inhame, abóbora, cana, manga. Além de também evidenciar e pesquisar equipamentos utilizados, formas de adubação, tipos de defensivos, irrigação, comercialização, armazenamento, processamento de alimentos, energia elétrica, construções rurais, saneamento, abastecimento de água, esgotos sanitários, resíduos sólidos, queimadas, extração de recursos florestais, entre outros.

de agricultores de Sebastião Lan. Agora, trata-se de uma proposta conduzida por uma nova direção do INCRA, numa outra conjuntura, que se relaciona a construção de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) para a área. Atualmente, esse estudo pretende acompanhar e observar o processo institucional que busca integrar os imperativos de conservação da natureza com as necessidades de sobrevivência das comunidades agrícolas de pequenos produtores<sup>12</sup>.

Merece destaque o fato de que as 83 famílias originais encontram-se na condição de acampados há mais de 17 anos e um dos grandes dilemas será o de assentar, deste total, apenas 44, segundo conclusões de estudos técnicos realizados pelo INCRA<sup>13</sup>. Durante o longo tempo de espera, várias situações contraditórias emergiram. Venda de lotes por alguns que não suportaram financeiramente, ou emocionalmente a longa espera (separações de casais, morte de parentes, pais idosos ou filhos que se envolveram em situações de vulnerabilidade nas periferias do Rio de Janeiro, em busca de ocupação ou de lazer); alteração na direção política da comunidade e rachas das lideranças; reocupação desordenada por “gente de fora” que não participou da luta inicial, ocasionando o surgimento de novos interesses, entre eles, a forte presença de uma Igreja Evangélica que foi construída ao lado do prédio feito pela comunidade para situar a sede da associação<sup>14</sup>.

O fato é que hoje existe já consolidado um cinturão de agricultura familiar no entorno da Rebio de Poço das Antas, que ainda se destaca como um campo privilegiado de pesquisa sobre o rural fluminense e sobre a “rerruralização”. São movimentos de ocupação de terra em áreas historicamente ocupadas por um campesinato ribeirinho que foi expulso para a entrada da monocultura de arroz e, depois, pecuária, em larga escala, os quais com sua presença “rerruralizam” o Vale do Rio São João com a produção de alimento, ou lavoura branca. Esse cenário se desenha dinamicamente em variadas formas de conflito, uma diversidade de atores em tensão permanente acerca de direitos sobre a titularidade da terra e, principalmente, no

---

<sup>12</sup> Esse movimento de integração entre Reforma Agrária e Preservacionismo tem seu ponto de partida na luta de Chico Mendes que investiu na criação de uma Reserva Extrativista, trazendo para dentro da luta sindical e político partidária a importância da questão ambiental para a agenda dos trabalhadores rurais em luta no País;

<sup>13</sup> A situação de acampados representa a ausência de direitos por parte do estado uma vez que a ocupação de terras não constitui cidadania neste País;

<sup>14</sup> Ambos os prédios são considerados ilegais por terem sido construídos em terras da união sem qualquer autorização. A vinda da família do pastor para um dos lotes vendidos, novos “irmãos” atraídos para a área; uma nova geração de filhos dos ocupantes originais que depois de mais de uma década formaram novas famílias e demandam o legítimo direito de um lote; a presença de um grupo de perfil diferente identificado pelos moradores mais antigos como membros da “milícia evangélica” do ERJ.

enfrentamento com projetos econômicos, ambientais e agrícolas que colocam em jogo as diversas noções de territorialidade<sup>15</sup>.

Vários são os pesquisadores envolvidos no desafio de compreender as dinâmicas territoriais do território hidrográfico da Bacia do rio São João, no foco desta pesquisa. Estamos seguros de que para uma redefinição da ocupação desse vale torna-se fundamental uma releitura de trabalhos, como o do geógrafo Jacob Binstock (1998) que desenvolveu uma pesquisa na região num momento de transformação de um território camponês em um território de latifúndios.

Depois de décadas de ocupação no entorno da Rebio, alguns funcionários do INCRA já reinterpretam nominalmente a situação atual das famílias não mais como “acampados”, mas como comunidades de produtores agrícolas, em vias de assentamento. Situação que fortalece as demandas por acesso a serviços públicos e direitos, que arrastam-se por anos, mas que continuam suspensas por supostas incompatibilidades entre a implantação de uma atividade agrícola familiar e a preservação ambiental.

O caso apresenta conflitos ideológicos que se refletem em disputas institucionais entre órgãos responsáveis pela reforma agrária (INCRA) e a preservação ambiental (ICM-BIO, ex IBAMA) acerca da legitimidade na ordenação do território. Neste momento, os pesquisadores do Observatório Fundiário Fluminense (UFF) receberam a tarefa de selecionar as 44 famílias para, finalmente, viabilizar o assentamento na modalidade PDS, na área do acampamento Sebastião Lan II<sup>16</sup>.

Assim, trabalhando com um conceito importado da geografia, pretende-se delinear o território não como espaço natural imutável, mas como *artefato humano* em que seus traços são ora desfocados pelos conflitos, ora invisíveis pelos consensos. A expansão urbana do município de Casimiro de Abreu e os usos diversos de uma natureza preservada (turismo e ciência) sujeitaram os assentamentos a diversas influências que precisam ser melhor investigadas, o que possivelmente vem reforçando as tendências identificadas sob a noção de “desagriculturalização” do Estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>15</sup> “Disputando espaço com o avanço da urbanização, como é o caso do Rio de Janeiro; [...] A reapropriação de espaços pouco explorados, onde as atividades agrícolas dos assentados para além de proporcionar-lhes os meios de vida também adquire funções políticas de delimitação de território, [...] (MEDEIROS, p.14, 1999);

<sup>16</sup> Esse seria o primeiro PDS implantado no Estado do Rio de Janeiro, porém durante os encontros entre Universidade e INCRA foi publicada uma portaria da superintendência criando o PDS Oswaldo de Oliveira, localizando na antiga Fazenda Alegria, numa área de 1.530,76 hectares no distrito de Córrego do Ouro, no município de Macaé. (<http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/14456-incra-cria-primeiro-projeto-de-desenvolvimento-sustentavel-no-rio-de-janeiro>, visitado em 16/05/2014)



Até que ponto a especulação imobiliária apresenta-se como uma ameaça para a consolidação da agricultura familiar? A “desagriculturalização” em nome da preservação ambiental ou mesmo como resultado de grandes fluxos de capitais do mercado imobiliário colocariam as comunidades rurais do território em situação de vulnerabilidade? Quais são as reações ou posicionamentos dos atores envolvidos diante da interseção entre conflitos fundiários rurais com conflitos fundiários urbanos? A especulação imobiliária que avança da periferia de Casimiro de Abreu com apoio do governo local<sup>17</sup> apresenta-se como um perigo maior ou menor à preservação ambiental? A agricultura familiar pode ser apresentada como uma proteção ou barreira socioeconômica contra os usos da especulação imobiliária?

#### **4. PROPOSTA DE PESQUISA PARTICIPANTE**

A demanda, por parte do INCRA, para uma análise mais geral e implementação do PDS mostra a relevância de uma pesquisa para aprofundar a compreensão sobre a Reforma Agrária no momento atual, a partir da observação cuidadosa da relação tensa entre ecologia, preservação e a reprodução de uma agricultura sustentável, sobretudo no ERJ onde existe uma grande incidência da sobreposição entre áreas reformadas nas cercanias de sítios de preservação ambiental com vários graus de controle em termos da criação, pelo Estado, de unidades de Conservação (de simples APAS à REBIOS no outro extremo).

Fundamentalmente esse estudo pode nos conduzir a um novo conceito de reforma agrária com danos ambientais controlados (novidade no cenário nacional e nos planos do INCRA mais o menos a partir do governo Lula), uma vez que este Instituto sempre atuou desconsiderando a relação entre assentamentos humanos reformados e meio ambiente. Em nível jurídico, a pressão foi sendo intensificada na medida em que globalmente a preservação da natureza transformava-se numa pauta de compromisso internacional, no Brasil, em especial, a partir da Eco 92. Neste sentido, a transição do Acampamento Sebastiao Lan II em assentamento poderá vir a ser considerada como uma experiência substantiva e paradigmática da qualidade e da profundidade desta suposta virada governamental em território fluminense, nas suas práticas usuais de assentamento de trabalhadores sem-terra em “piores terras” ou em “terras de borda de matas” preservadas, como a Mata Atlântica.

Outra questão que diz respeito aos órgãos públicos refere-se a pouca ou nenhuma correlação entre projetos e ações governamentais. O embate judicial entre INCRA e ICMBIO

---

<sup>17</sup> Uma vez que a comunidade acampada está situada em Silva Jardim torna-se, portanto, um segmento de eleitores deste município embora utilize prioritariamente os recursos e equipamentos urbanos de Casimiro de Abreu, de onde está mais próxima;

apresenta-se como sintoma de conflitos maiores em que as famílias de agricultores familiares ficam reféns de uma estrutura estatal burocrática e cristalizada que, através da sua morosidade, impõe aos movimentos sociais uma pluralidade de estratégias. Estratégias essas que também, ou conseqüentemente, refletem processos de defesa e sobrevivência, aparentemente contraditórios, insuficientes e eventualmente até nefastos, mas que permitem uma produção agrícola já inserida no mercado.

Metodologicamente, a intenção é operar dentro da “observação participativa” e das técnicas de “cartografia social”, sempre numa dinâmica onde a experiência social possa ser registrada e estimulada de modo coletivo e reafirmada por uma estratégia de coleta de dados que se defina a partir de decisões quando em disputa. Vale reafirmar que ao longo dos mais de 17 anos de expectativa alguns ocupantes primários desistiram do esforço pessoal de sobreviver nessa longevidade ou em função da demora de definição pelo Estado, ou porque não conseguiram manter os recursos particulares como condição de sustentação de sua ocupação produtiva. O fato é que algumas vendas de lotes (ilegais por não pertencerem aos ocupantes, mas à União) que foram realizadas ao longo desse percurso, resultaram em confronto até armado dentro da comunidade e na explicitação de objetivos e interesses opostos. O que parece ter ocorrido de modo supostamente coordenado por um tipo de ator, já mencionado, e que é localmente identificado como os “milicianos evangélicos”, com propósitos individualistas e fechados dentro de seu grupo em termos de aquisição de lotes; e demais partes interessadas em um loteamento urbano da área do assentamento, que relaciona-se com a especulação imobiliária do território. Grupos que são denunciados por profissionais do INCRA por suas ameaças e, eventualmente, por utilização do argumento da violência como forma de constrangimento.

Essa tensão já pôde ser percebida com apenas uma ida a campo, onde se revelou com clareza quando encontramos a comunidade na assembleia com presença da UFF e do INCRA reativa em relação ao PDS. Percebemos uma “Campanha Ideológica” encaminhada por representantes orgânicos do grupo evangélico num discurso compatível com o diálogo acadêmico contra o PDS como suposta forma de aprisionamento totalitário e antidemocrático que tornaria trabalhadores rurais em “escravos do Estado” sem direitos, elaborada no sentido de desqualificar e gerar medos pessoais. Num segundo momento quando uma liderança antiga se pronunciou dizendo que estava aberta a ouvir e atentar para o que a universidade apresentasse em termos de esclarecimento, subitamente um indivíduo no ambiente da assembleia chamou-o para uma luta física e puxou um canivete contra a liderança, que,

posteriormente, tenta atingir com o canivete um motorista e segurança do superintendente regional do INCRA.

## **5 – ENTRE DISPUTAS E LEIS: CAMINHOS E CONTORNOS DAS AÇÕES JUDICIAIS**

Por estar ao lado de uma Reserva Biológica, o acampamento Sebastião Lan II tem seus conflitos socioambientais ligados a uma dinâmica judicial que ultrapassa o limite do seu espaço de organização. Seu traço mais marcante, para além das disputas possessórias que se deram ao longo das décadas de 80 e 90, que tinham como atores INCRA e supostos proprietários, apresenta-se nas disputas entre concepções de uso da terra, que envolvem a autarquia fundiária e o IBAMA.

A função social da terra não se resume a critérios técnicos de produtividade, mas reafirma um compromisso de preservação da força de trabalho e da natureza externa (MARÉS, 2003, p. 20). Nesse sentido, elementos de diferentes visões de mundo passam a ser foco de disputas judicializadas, a partir de representações e mediações dos atores legitimados para exercício dos papéis próprios do campo jurídico.

Durante os trabalhos que resultaram no Laudo Multidisciplinar em Conflito Socioambiental, o levantamento processual aponta uma mudança nos sujeitos envolvidos nas demandas judiciais. Pereira (2008, p.57) organiza os dados relativos à mudança da seguinte forma: década de 80, disputas entre Estado e Fazendeiros; década de 90, Estado e trabalhadores rurais sem-terra; a partir do ano 2000, IBAMA e INCRA. Por conta da participação do INCRA em qualquer dos polos das ações judiciais, todas se dão no âmbito da Justiça Federal, mas apresentam diferentes objetos e partes.

O Ministério Público Federal promove Ação Civil Pública – ACP- no ano de 1998, processo número 980010661-8, com o intuito de impedir que o INCRA promova assentamentos rurais no entorno da Rebio. As ações civis públicas visam recompor danos morais e patrimoniais referentes a questões ambientais, bem como tutelar interesses coletivos e difusos, entre outras hipóteses, tendo o Ministério Público e associações como legitimados para sua interposição. Utilizou-se, para tanto, a Resolução CONAMA número 13/90, em seu artigo segundo, que estabelece a chamada zona tampão, onde qualquer atividade que possa afetar a biota do entorno de até 10 quilômetros de Unidade de Conservação depende de licenciamento de órgão ambiental.

Pouco tempo depois a Associação dos Amigos do Rio São João – AMIRIO- interpõe ACP com o mesmo objeto. A primeira reação do Judiciário – tanto da Justiça Estadual quanto

Federal - é acatar de maneira liminar o pedido dos demandantes com base na necessidade de prevenir um suposto dano irreparável ao equilíbrio da Rebio.

Durante o período que vai da propositura da ação e a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta- TAC- envolvendo o MPF, INCRA e IBAMA, as decisões foram no sentido de acatar os pedidos de impedir o INCRA de promover assentamentos na área de amortecimento. Em 23 de maio de 2005, o TAC finalmente prevê a criação de projetos na área na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável- PDS. O documento estabelece prazos e obrigações para que o INCRA estruture o assentamento, levando em conta a situação específica do entorno de Rebio.

A partir da assinatura do TAC, com a devida homologação por parte do magistrado, a ação civil pública perde seu objeto e é arquivada. A Resolução Conama 289/2001 passa a regulamentar a dinâmica do licenciamento ambiental, interferindo na implantação do assentamento, visto que o tempo do mundo jurídico não acompanha o tempo da vida de camponeses. O licenciamento ambiental termina freando a implantação do assentamento rural e sua imposição sem uma construção dialógica tem sofrido críticas dos movimentos sociais de luta pela terra (PEREIRA, 2008, p. 56).

O processo foi desarquivado algumas vezes pelo INCRA e pelo MPF, entretanto, nunca foi imposta qualquer penalidade a nenhuma das partes em relação a descumprimento dos prazos estabelecidos no TAC. A assinatura do TAC não diminuiu os enfrentamentos entre as duas autarquias, que continuaram em desacordo acerca do tratamento aos acampados e a política ambiental no entorno da reserva.

O processo é redistribuído para a 2ª Vara Federal de Itaboraí em abril de 2011, tendo sido arquivado novamente nesse mesmo período. Desde a assinatura do TAC, o caminho da resolução do conflito na região passa a ser resolvido pela lógica da política e dos financiamentos públicos, sem, entretanto, avançar em termos de celeridade e participação dos sujeitos diretamente tocados pelos imbrólios: os/as camponeses/as.

## **6. A FALA DA COMUNIDADE:**

“Toda vez que a gente faz um novo trabalho está sempre batendo na mesma tecla. A gente tá sempre batendo num negócio chamado discussão. Eu tô até um pouco constrangido porque hoje eu vim pra reunião esperando um outro encaminhamento. E aqui tô prestando atenção desde já que o encaminhamento está sendo a mesma discussão do passado. Tô cansado de falar com XXX, com Incra... A comunidade também está cansada, tenho certeza que está. Não estamos esperando discussão, estamos esperando um projeto de assentamento. Uma solução pra gente poder sobreviver daqui pra frente. Eu fico me perguntando se eu vou morrer, se o Alencar vai morrer e

muitos daqui vai morrer e não vai ver esse projeto de assentamento ser concluído... essa discussão tá voltando todas as vezes... eu canso de falar o que interesse pra nós dentro desse assentamento se chama um trabalho, já foi citado várias vezes, que são 44 famílias pra ser assentada aqui... o mais fundamental hoje se chama um trabalho chamado seleção... precisamos saber quem é as 44 famílias que vai ser assentada... precisamos saber quem é as famílias que vai ficar recuada e esperando ou que vai pra outra terra, que vai sair. Pra nós poder ter um caminho... nós precisamos saber qual é a solução dessas famílias... não adianta nada nós sentar na cadeira, sentar no incra, e tá discutindo mais esse projeto e aí vem a mesma discussão, a mesma coisa e o assentamento nada... São 16 anos! E tô vendo que esse ano não sai o assentamento! E aí eu queria saber do superintendente que vem responder. O por que essa seleção não foi selecionada? E por que essas famílias não foi concreta: 'olha, você tá fora!' "Seu Enéias você tá dentro, Alencar você vai sair!" Pra gente pegar essas discussão com essas famílias que vai ser selecionada e que vai ser o futuro disso aqui. Não adianta nada fazer discussão com as 80 famílias e só vai ser assentada essas 44. Porque só vai dar contravença, só vai dar discussão [...] Eu só vi os que estão lutando lá fora falar, só vi acampado calado... eu não me considero acampado não, eu me considero assentado... eu queria fazer essa pergunta pra cada um que tá aqui, como pra mim também: "Algum de vocês conhece a diferença que tem do PDA pro PDS? [alguns não] Alguém de vocês conhece o que é PDA e o que é PDS? [vários não] Eu acho gente que é pra discutir isso e pra gente tá afiado nisso, conhecer bem o que é esse trabalho. Eu acho que a gente tem que discutir o projeto de assentamento. Eu acho que eu, falando do Jorge aqui hoje, como acampado simples, o mesmo processo que vamos ter do PDS vamos ter do PDA. Que é a proibição de veneno, de fogo, de vazamento, de destruição da natureza, entendeu? Acho que esses processos são os mesmos. Eu acho que o senhor devia ver o fim disso, nós queremos o assentamento. PDA ou PDS, não importa o que venha, importa que nós seja assentado. 16 anos e eu não tenho sítio pra plantar. Eu moro num sítio que eu tenho vergonha de levar aqui uns parceiros. Perto da minha casa só tem mato, e vão dizer assim: "esse rapaz tá aqui há 16, é um vagabundo!" ... porque eu não tenho um princípio pra tocar a minha vida. Entrei aqui com 40 anos e já tô com 59. Eu tenho lavoura, eu tenho roça porque eu tenho uns amigos que tem consideração comigo e me cedem um pedacinho... mas tem muitos que mora dentro da área que não planta, que tá plantando nas terras dos outros mas tá dando 20/30% do seu lucro... eu acho isso sim que nós tinha que discutir... nós tinha que discutir o assentamento... nós tinha que discutir a seleção... botar as 44 famílias aqui pra discutir com as 44 famílias: vamos ver o que nós queremos... mas tem que saber quem é essas 44 famílias! Eu tô aqui discutindo e amanhã eu vou tomar um pé na traseira e vou sair?! Eu tô discutindo bobeira? Tô falando bobeira aqui? Estou muito satisfeito e honrado de ver essa equipe aqui hoje.

Depoimento de um morador acampado desde a fundação da comunidade e que resiste na área há 17 anos sem uma definição acerca de sua transformação em assentamento, ou seja, da passagem de subcidadania para a cidadania legítima daqueles que plantam e produzem sua subsistência praticamente ‘por conta própria’ desde a ocupação da terra autorizada pelo

INCRA por ser uma área considerada juridicamente como “PRIORITÁRIA PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA”

## 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS (IMPASSES)

No caso em observação, emerge uma situação de embate entre as duas esferas governamentais gerando uma visão ambiental conservacionista que *à priori*, sem verificar a experiência social em curso, não vislumbra uma adaptação da comunidade que ali resiste em um modo de vida que não agrida a vegetação nativa circundante. Paradoxalmente, aparece para os pesquisadores a possibilidade de construção de um acerto harmônico, quando se vislumbra nas ações mais consensuadas pela comunidade uma iniciativa no sentido de criar um projeto concreto de desenvolvimento sustentável no Lan II.

O local é de interesse especial para a reprodução e expansão da reserva, além de servir como proteção ao entorno degradado pelas queimadas e pelo pasto. A ocupação demonstra uma recuperação produtiva do solo castigado, além de não interferir na reprodução do mico leão-dourado e da fauna da reserva. Existe até uma afirmação por parte de uma ONG internacional que o plantio por parte dos acampados pode ter favorecido a reprodução e comunicação do mico com outros habitats.

Finalmente, vale destacar que também para a academia, existe uma extraordinária vantagem neste estudo, que está ligada à oportunidade de acompanhamento de uma experiência comunitária de luta no meio rural fluminense à nível teórico metodológico ao longo de quase duas décadas, onde se pode verdadeiramente captar o movimento histórico humano do real .

Para Marx, em *O MÉTODO DA ECONOMIA POLITICA*, a realidade questiona a teoria do mesmo modo que por ela é questionada e, portanto, é possível que a dinâmica da realidade ultrapasse a capacidade especializada de querer explicá-la do mesmo modo que o materialismo histórico dialético ousa em desacreditar naquilo que vê de imediato ao admitir que o real não é o que aparenta, mas o produto, resultado ou síntese de múltiplas *determinações não aparentes, as quais devem ser o verdadeiro foco da investigação*.

E, enfim, até Émile Durkheim, apesar de abandonar a ideia de movimento histórico depois da Burguesia como superioridade evolutiva da humanidade, se curva à capacidade criativa sobressalente da realidade diante das interrogações do pesquisador, ao considerar, em *AS REGRAS DO MÉTODO SOCIOLÓGICO* que “[...] a sociedade decorre da natureza, embora a domine!”.

## BIBLIOGRAFIA

BINSZTOK, Jacob. **Capitalismo autoritário e a questão ambiental no espaço agrícola do Estado do Rio de Janeiro: Vale do São João**. Tese (Titular em Geografia) – Instituto de Geociências, UFF, Niterói, 1993

BINSZTOCK, Jacob. Capitalismo Autoritário e a Questão Ambiental no Vale do São João. In: **Campo Aberto- o rural no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa, 1998

COSTA et al, Júlio Roberto Pinto Ferreira da. **Levantamento socioeconômico para viabilização do sistema produtivo e geração de renda no acampamento Sebastião Lan II e no assentamento Sebastião Lan I, no município de Silva Jardim**, Rio de Janeiro: Embrapa Solos 29 p., 2010. ISSN 1678-0892

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Ed. Martin Claret, 2002

GEIGER, Pedro P. **A região setentrional da Baixada Fluminense**. Revista Brasileira de Geografia Vol. 18, n.1. 1956.

MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2003.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: Manuscritos-econômico-filosóficos. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Traduções de José Carlos Bruni. (Manuscritos econômico-filosóficos. Edgar Malagodi. (Para a Crítica da Economia Política). José Arthur Giannotti e Walter Rehfed. O Rendimento e suas Fontes e Leandro Konder (Salário, Preço, e Lucro). São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira; BENEDETTI, A. C. Luta por terra e assentamentos rurais no Rio de Janeiro. In: Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Pereira Leite (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais: conflitos sociais e políticas públicas**. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999, v. , p. 01-282

MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

PEREIRA, Monica Cox de B. Reforma Agrária e Meio Ambiente: interfaces da função social e ambiental da terra. **GEOgraphia**, ano 7, nº 14. UFF, 2006.

PEREIRA, Monica Cox de B. Reforma Agrária e Meio Ambiente: desafios e possibilidades em torno de conflitos envolvendo assentamentos rurais/INCRA e reserva biológica/IBAMA. **Floresta e Ambiente**, v.14, número 2. Seropédica: UFRRJ, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE– GT ECOSOCIAL. **Laudo multidisciplinar e termo de cooperação técnica para a convivência harmoniosa de assentamentos rurais no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas**. INCRA-MDA/IBAMA-MMA, 2002

# VI Encontro da Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS  
NOS ESPAÇOS RURAIS

02 a 05 de setembro de 2014.

GT9

## CULTURA E COMUNICAÇÃO NO MUNDO RURAL

COORDENAÇÃO

ROSEMEIRE APARECIDA SCOPINHO (UFSCAR)

MARCELO ERNANDEZ MACEDO (UERJ)



**A experiência do projeto “Histórias, cultura e culinária” no Assentamento Bela Vista do Chibarro****Viviane Cristina Pinto<sup>1</sup>**  
**Ricardo Mollan Saito<sup>2</sup>****Resumo:**

Pretende-se detalhar como o projeto “Histórias, cultura e culinária” surgiu e como se deram os processos de pesquisa e produção, que resultarão em um livro e vídeo sobre a culinária caipira no Assentamento Bela Vista do Chibarro. Para tanto, trata-se das influências teóricas, poéticas e culturais – inclusive políticas culturais – que orientam concepções e opções metodológicas para determinado modo de fazer que busca estabelecer uma perspectiva da cultura *do campo*.

**Palavras-chaves:** produção cultural, cultura caipira, cultura do campo.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH – USP), vivipolcult@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso Superior do Audiovisual da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, ricasaito@gmail.com

Para dizer como o projeto “Histórias, cultura e culinária” surgiu e como se deram os processos de pesquisa e produção até o momento, seria preciso recorrer a alguns anos atrás (2007), quando jovens do campo e da cidade, buscando compreender os problemas que os envolviam e pensar soluções e ações, constituíram o Movimento Pé Vermelho no Assentamento Bela Vista do Chibarro - Araraquara/SP. A partir da perspectiva da educação popular, da pedagogia da terra, da educação do campo, estabelecida no acesso à formação universitária, movia-se uma conscientização e organização local. A experiência de alguns jovens do campo ao estudar e conhecer o contexto em que estavam inseridos, resignificou sua relação com o espaço e foi o impulso principal para o compartilhamento daquele sentimento e conhecimento com outros jovens.

A experiência de constituição do Movimento Pé Vermelho, além de trazer inúmeros desafios aos que permaneceriam vivenciando o dia-a-dia da comunidade, estabeleceu vínculos (como, por exemplo, as parcerias que se uniram para a realização do projeto em questão) e significados, como a identidade que o próprio nome do movimento busca afirmar: o que antes era motivo de vergonha e submissão (dos que tinham que ir à cidade para completar o ensino médio e eram conhecidos como os “pé vermelho”), passa a ser a força que une os jovens a pensar perspectivas de construção de seus projetos de vida no campo. Nessa experiência o Movimento Pé Vermelho foi consolidando-se como uma energia, uma força em ação, uma vontade e capacidade para produzir e desenvolver um trabalho. Energia essa que se potencializa a cada realização e que se renova a cada nova parceria conquistada.

Na época, a identificação da importância da cultura, pela valorização da identidade camponesa, já era articulada mesmo sem o entendimento de como isso poderia se dar na prática. Passados 7 anos, a possibilidade de produção de um livro de culinária levantou os recursos materiais para a realização de um projeto cultural mais abrangente. O projeto reuniu diferentes agentes que haviam participado daquele momento de organização da juventude do campo e da cidade, além de novos parceiros, dentre eles o coletivo artístico Bando Novo e a produtora cultural Kruppa. Tendo em mente uma perspectiva participativa e coletiva do trabalho utilizou-se a metodologia da pesquisa-ação coletiva, que envolve a criação/ação seguida de reflexão e avaliação, realizada por sujeitos de dentro e de fora da realidade pesquisada, agregando diferentes conhecimentos, abordagens e interações com o objeto da pesquisa (as histórias, o modo de vida e a culinária caipira). (Barbier, 2007)

A valorização da identidade de ser e existir no campo parte de uma perspectiva da realidade social vivida, da experiência e também de um entendimento da cultura enquanto modo de vida. Nesse sentido, a busca pelo conhecimento sobre a culinária daquela comunidade se daria pela pesquisa das histórias de vida e memórias das mulheres mais experientes, procurando as características das práticas sociais na realidade em que estavam inseridas. Mas recorrer ao passado, nesse caso à tradição e aos costumes caipiras, tinha o objetivo de, além de compreendê-lo, usá-lo como força para se mover no presente. Isso porque ao mesmo tempo que a tradição produz a identidade, conservando significados, ela também permite a invenção, a criação, a produção de conhecimentos e sentidos, convocando à mudança. (Burke, 2007)

A necessidade de entender o contexto histórico-cultural pesquisado, a começar pela cultura caipira, nos levou ao trabalho do professor Antônio Candido, sobretudo à obra *Os Parceiros do Rio Bonito*. Sua perspectiva sociológica e antropológica possibilitou um olhar para os diferentes aspectos da cultura caipira e uma compreensão de suas mudanças no tempo e espaço. O caipira é apresentado pelo autor como um dos tipos do homem rural brasileiro, característico de grande parte da região sul, sudeste e centro-oeste, fruto da fusão da cultura portuguesa com as culturas indígena e africana. Para conhecer os meios de vida do caipira, o autor parte da realidade econômica e social caracterizada sobretudo por: uma estrutura simples de produção e condições de vida; uma busca dos meios mínimos vitais e sociais de que necessitavam obter para sua alimentação e moradia (específica de uma economia rudimentar de subsistência); formas de solidariedade características da rede de relações entre os habitantes de um bairro e/ou de um grupo de vizinhança, que se concretizavam no trabalho coletivo, no mutirão e na organização de festejos, a maioria deles religiosos.

O professor afirma, na década de 1950, duas condições da cultura caipira que possibilitaram manter suas características: o isolamento e o nomadismo. Frutos tanto de uma ocupação dispersa no solo e isolada dos centros urbanos, quanto da sua cultura móvel e extrativista, de uso da natureza para sua sobrevivência. Pois foram as influências da sociedade moderna – caracterizada pelo aumento das populações, pela urbanização, industrialização, individualismo, consumismo, pelo acesso às tecnologias e informações – que trouxeram inúmeras transformações e novas questões ao modo de vida caipira.

Passado mais de meio século, na pesquisa atual evidencia-se que o nomadismo não era uma opção, mas fruto de um processo crescente de expropriação dos produtores de seus meios e instrumentos de produção (a terra), submetendo-os à exploração capitalista do trabalho. A principal característica comum entre os sujeitos pesquisados foi a busca por um pedaço de terra para “enraizar”, ou seja, plantar, colher, garantir sua existência vital. A reforma agrária possibilitou a esses sujeitos, originários de diferentes lugares do país, fixar no território.

As características e mudanças da sociedade caipira, estudadas teoricamente, podiam ser percebidas nas histórias de vida e memórias pesquisadas. As diferenças no preparo – que antes era na panela e forno de barro, servido nas gamelas de madeira, todos trabalhos artesanais que seus pais, quando não os próprios entrevistados, faziam –, eram lembradas com saudade do sabor daquele alimento, mesmo diante dos inúmeros benefícios que a praticidade da vida moderna trouxe, com fogão a gás, geladeira e panela de alumínio. Os mutirões (ou maromba como chamavam os originários de Minas Gerais) eram lembrados como momentos de comunhão pelas mulheres, que também se juntavam para o preparo do alimento que seria oferecido por quem recebia o benefício do trabalho coletivo. O desejo no presente por mais momentos como aquele do passado se compõe com a ressignificação do mutirão. Em alguns depoimentos, há menções ao preparo do almoço da paróquia da Agrovila, ou ao preparo dos doces de abóbora e mamão servidos nas festas juninas, como momentos vivos de mutirão. Tal ressignificação também foi experienciada pelos sujeitos da pesquisa e comunidade envolvida na realização do “Festival Mutirão”: um momento do projeto em que algumas das receitas levantadas na pesquisa foram preparadas coletivamente e compartilhadas em meio a um sarau.

A pesquisa da realidade em que as práticas sociais analisadas estavam inseridas, além de contar com os trabalhos e experiências dos pesquisadores do projeto que vivem e atuam no Assentamento, também contou com outros estudos anteriores sobre as características do território, da formação do Assentamento Bela Vista do Chibarro e dos diferentes grupos que o constituem. Ressalta-se o documentário de José Roberto Novaes e Francisco Alves sobre a greve dos trabalhadores rurais de Guariba/SP, em 1984 – greve que desencadeará a luta pela reforma agrária na região e conquistas como, por exemplo, a constituição do Assentamento Bela Vista do Chibarro – e o trabalho *Arquitetura e modo de vida no Assentamento Bela Vista do Chibarro* (2003) de Luciana Mascaro.

A compreensão do contexto histórico-cultural pesquisado nos orientou na elaboração do roteiro de entrevistas que foi realizado com 35 mulheres, bem como na escolha das entrevistadas, que se deu considerando: um maior tempo de experiência de vida, as diferentes regiões de origem e os diferentes grupos que constituem o Assentamento Bela Vista do Chibarro. Chamamos essa primeira etapa das entrevistas por “momento garimpo” de histórias, memórias, receitas e questões centrais abordadas em cada trajetória de vida que caracterizam a cultura caipira. A segunda etapa foi o que chamamos de “vivência banquete”, em que selecionamos 10 entrevistadas (dentre as 35) para revisitar com um registro audiovisual. Além de retomar e aprofundar as memórias e histórias de vida características da cultura caipira naquele contexto, pudemos experimentar algumas das receitas levantadas na primeira entrevista e preparadas especialmente para a ocasião.

O projeto iniciou-se em janeiro e tem lançamento previsto para setembro de 2014. Desde sua concepção, ele visava a produção simultânea de um vídeo, que seria anexado ao livro. Atualmente estamos na etapa de organização do material para a edição e finalização do livro e do vídeo. Para o livro definimos uma narrativa ficcional em primeira pessoa, baseada em fatos reais, que contará em capítulos memórias da trajetória de vida – que levam às receitas – da personagem principal, Maria, que não existe de verdade mas é fruto do entrecruzamento das

histórias das mulheres pesquisadas. Seus filhos, marido, parentes e amigos também surgem em sua narrativa como aparecem nas próprias entrevistas. A ideia é que os sabores dos momentos de vida dessa personagem, construída poeticamente, possam representar as meninas-jovens-mulheres-senhoras da roça.

O processo do vídeo acompanhou o tatear do livro: registramos as primeiras reuniões e apresentações dos integrantes da pesquisa-ação coletiva, as entrevistas que compõe o "cardápio principal" do filme, captamos imagens da agrovila, da escola, dos cultivos, de diferentes momentos das lavouras, de colheitas e da feira municipal de comercialização dos produtos dos assentamentos e dos agricultores familiares da região. De aproximadamente 30 horas de registro, o objetivo é chegar a um curta com cerca de 20 minutos. Como metodologia buscamos imagens e falas envolventes, únicas, importantes para o entendimento do contexto e do processo de pesquisa e produção em movimento. Aquilo que possa fortalecer a luta pela terra, pelo conhecimento, pelo ser e existir em coletividade e comunidade no campo. O que sabemos é que o vídeo terá o papel de revelar àqueles que lerem o livro, quais foram as fontes, quem foram os contadores das histórias costuradas no livro como uma só. Sem esperar dar conta de todas as histórias e nem mesmo da história do contexto local, buscaremos com o vídeo dar um "gostinho" da variedade social e cultural do Assentamento Bela Vista do Chibarro.

Quanto às influências poéticas, musicais e artísticas, um grande inspirador é Mário de Andrade, um dos precursores do movimento modernista brasileiro. O coletivo artístico Bando Novo, orientado pelo músico e compositor Edu Viola, recorrem ao poeta para experienciar as vivências de cada encontro promovido pelo projeto, por meio de músicas da poesia *Café* (1942). Nessa obra, Mário de Andrade inventa um novo fim para a crise que acabara na ditadura do Estado Novo: uma Revolução Popular vencedora com a tomada dos meios de comunicação. No mesmo sentido da busca de uma perspectiva histórico-cultural, trata-se de voltar ao passado para mover-se no presente.

A próxima etapa a ser trabalhada será a de distribuição e circulação do produto cultural resultante. Serão distribuídos 300 exemplares do livro e vídeo para a comunidade e participantes envolvidos no projeto, bem como para instituições que trabalham com as temáticas articuladas por esta iniciativa. O material das entrevistas, assim como o livro e vídeo serão disponibilizados para o acervo da escola do campo do assentamento, EMEF Professor Hermínio Pagotto, podendo gerar outros trabalhos, ideias e leituras. Além disso, já temos articulado o lançamento com exibição do vídeo no Assentamento Bela Vista do Chibarro e no SESC Araraquara.

Quanto à forma de fomento e financiamento dessa iniciativa, trata-se de um projeto cultural submetido à lei de incentivo do Estado de São Paulo e patrocinado por duas empresas do município de Araraquara via isenção sobre o ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços). O princípio geral do incentivo fiscal é uma parceria que o Estado propõe à iniciativa privada. Na medida em que o contribuinte investe em uma área de interesse do Estado, este complementa o investimento por meio da dedução fiscal. No caso das artes o objetivo é transferir para os indivíduos, as empresas e fundações a escolha de qual arte e organização cultural deve ser fomentada. Essa forma de incentivo à cultura (característica dos Estados Unidos), ao tirar da interferência do Estado (e seus interesses políticos) pretende fomentar uma maior diversidade cultural. No entanto, no Brasil, esse mecanismo de financiamento, ao privilegiar as empresas e ao estabelecer uma prática que permite 100% de isenção fiscal – ou seja, a iniciativa privada não precisa investir nenhum recurso, apenas direcionar os impostos devidos para um projeto cultural de seu interesse particular –, promoveu uma concentração de financiamentos em regiões mais potentes economicamente e em iniciativas culturais que podem gerar maior retorno financeiro.

Essa dinâmica da substituição do Estado pelo mercado faz parte de um programa neoliberal para a cultura brasileira que surge no governo Sarney e ganha impulso no governo FHC com uma ampla difusão da cultura como um negócio<sup>3</sup>. Dessa relação intensa entre

---

<sup>3</sup> Conforme a publicação mais famosa do Ministério da Cultura, durante a administração de Weffort (em 1995), intitulada *Cultura é um bom negócio*.

cultura e investimento fortaleceram o que denominou-se por marketing cultural, em que as empresas passaram a vincular as iniciativas culturais incentivadas às estratégias de construção e viabilização de sua imagem institucional, seja como publicidade, propaganda ou mesmo enquanto certa responsabilidade social.

O mecanismo de isenção fiscal expandiu-se por todo o país tornando as leis de incentivo à cultura vitais para a economia da cultura brasileira. Essa prática de financiamento consolidou no imaginário brasileiro um problema estrutural para as políticas culturais: sua redução aos mecanismos de isenção fiscal. Com isso, os princípios do mercado – quais sejam, racionalismo, individualismo, competitividade, lucratividade – passaram a predominar na agenda pública, ficando de lado o desenvolvimento da ideia e de práticas de valorização da cultura como um direito fundamental humano, que atenda efetivamente a diversidade cultural da população e não apenas a um setor reduzido de interesse do mercado.

A iniciativa deste projeto coloca em questão os possíveis caminhos para a realização de práticas culturais que não se enquadram (e não pretendem se enquadrar) na lógica do mercado: o de buscar estratégias – inclusive dentro dos mecanismos existentes – para a realização de iniciativas que possam inverter, ou subverter essa lógica predominante, no sentido de questionar seus próprios princípios orientadores através do modo de fazer. Sabe-se que tais princípios são voltados à uma dinâmica urbana e promovem uma concepção da cultura como mercadoria, ou ainda uma visão que reforça um paradigma de democratização das artes, no sentido de levar, dar acesso à cultura segundo uma certa concepção legitimada do que é arte. No caso desta iniciativa – entendendo a cultura tanto no domínio das práticas sociais quanto no domínio das ideias, das artes e aprendizado, enquanto processos de descobertas e criações comum a todos os indivíduos –, parte-se de uma perspectiva da existência e do cotidiano do “campo”, assumindo-o como espaço de luta por um projeto de sociedade que valorize as histórias, o modo de vida, a produção simbólica dos camponeses. (Williams, 1989)

Na construção de um paradigma contra-hegemônico, a perspectiva da cultura *do campo* contrapõe-se à uma visão histórica e unilateral (de dominação, exploração e violência) sobre o mundo rural. Isso se dá na medida em que se transcende a tradicional concepção do campo como sinônimo de atraso, ou ainda como mero espaço de produção de mercadorias, compreendendo-o como um espaço de produção e reprodução da vida, do trabalho, do conhecimento, da cultura. (Moreira, 2003) Nesse sentido, diferentemente das políticas e práticas culturais historicamente hegemônicas (que promovem ações sobre o mundo rural ou *para* o campo), as especificidades da cultura produzida pelas comunidades rurais exigem um outro entendimento, de que a cultura configura-se no dia-a-dia das práticas sociais, relacionando-a ao cotidiano do campo e ao modo de vida dos camponeses.

Por fim, uma estratégia fundamental para ampliar a possibilidade de realização de iniciativas culturais voltadas para a cultura do campo é aprofundar o debate e demanda por políticas para uma democracia cultural, que valorizem o desenvolvimento de práticas culturais diversas, autônomas e historicamente excluídas do âmbito de atuação do Estado. Já existem iniciativas nesse sentido, de fomento à cultura popular e comunitária, que garantem a participação de indivíduos, grupos e comunidades – não mais vistos somente como consumidores, mas sobretudo como produtores – na realização de suas práticas culturais. No entanto, tais políticas – como por exemplo, o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura – ainda são muito tímidas diante da extrema desigualdade de condições de produção simbólica existente na realidade brasileira.

### Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. Café. In: *Poesias completas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1974.
- BARBIER, R. A pesquisa-ação; tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- BURKE, P. Cultura, tradição e educação. In: GATTI Jr., D. & PINTASSILGO, J. *Percursos e desafios da pesquisa do ensino de História da educação*. Uberlândia: EdUFU, 2007, p. 13-22.
- CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1975.
- MASCARO, L. Arquitetura e modo de vida no Assentamento Bela Vista do Chibarro. São Carlos: Escola de Engenharia USP, 2003.
- MOREIRA, J. R. Cultura, a política e o mundo rural na contemporaneidade. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, número 20, abril 2003, 113-143. [pdf] Disponível em: <<http://migre.me/hurht>>, acesso em 9 de janeiro de 2014.
- WILLIAMS, R. Culture is ordinary. [1958] In: \_\_\_\_\_. *Resources of hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, p. 03-14.

**AS ÁGUAS E OS RIBEIRINHOS – BEIRANDO SUA CULTURA E MARGEANDO SEUS SABERES**Prof<sup>a</sup> Eliana Pojo<sup>1</sup>**RESUMO**

Este texto é uma reflexão sobre os '*saberes das águas*' a partir do cotidiano e movimento dos ribeirinhos na dinâmica da Amazônia paraense. Resumidamente trata-se de elucidar os *saberes das águas* pelas representações dos moradores, seus modos de viver e estar no espaço-tempo dos rios, furos, igarapés e florestas, buscando contribuir para as discussões sobre a Educação Básica do campo no sentido de compreender como esses saberes se inserem na dinâmica educacional de forma a valorizar o desenvolvimento do 'campo' a partir das necessidades dos sujeitos ribeirinhos.

**Palavras-chave:** Povos ribeirinhos. Águas. Culturas.

---

<sup>1</sup>Doutoranda de Ciências Sociais (UNICAMP). Prof<sup>a</sup> da UFPA - *Campus* de Abaetetuba/PA (e-mail: elianapojo@ufpa.br) ]

## INTRODUÇÃO

Este escrito é oriundo das incursões ao ‘campo’ por meio da pesquisa *Travessias, Identidades e Saberes das Águas – cartografia de saberes de populações ribeirinhas no município de Abaetetuba* desenvolvido pelo grupo de pesquisa GEPESEED<sup>2</sup> desde 2012, que busca enfatizar em suas discussões a realidade amazônica, especificamente tratando sobre as populações tradicionais ribeirinhas, numa travessia pelas águas, rios e florestas componentes do cenário amazônico das, aproximadamente, setenta e duas (72) ilhas nesse município.

É nesta geografia que a pesquisa se desenvolve, no contorno de três escolas públicas: Escola Municipal Felipe Campelo, no rio Piquiarana; Escola Municipal Santo André, no rio Baixo-Itacuruçá e a Escola São João Bosco, no rio Arapapuzinho. Aliás, em se tratando desse pedaço da Amazônia não é excesso dizer que todo o movimento populacional e econômico é realizado pelos rios, tão fortes na vida da comunidade que é pelo nome deles que a escola e a comunidade são identificadas, ou seja, os nomes pelos quais a comunidade se orienta, se identifica, se conhece e reconhece é pelo nome do rio.

Nesse escrito o propósito é elucidar os *saberes das águas* pelas representações dos moradores ribeirinhos, pelos seus modos de viver e estar no espaço-tempo dos rios, furos, igarapés e florestas, vida esta tangenciada por uma travessia socio-histórica e ‘amazoniágua’, ou seja, relacionando-a com as questões atuais e dos próprios sujeitos ribeirinhos e tomando o cuidado de não anular suas expressões materiais e simbólicas, perspectivando apreender saberes que possam dialogar com uma ‘nova/outra’ forma de pensar a escola ribeirinha e sua dinâmica cotidiana rural, ainda que necessitando de maiores aprofundamentos teóricos para melhor compreendê-la.

O povo ribeirinho, dessas comunidades especificamente, possui um modo de vida atrelado à natureza e aos recursos naturais e conhece, por experiência, os desafios encontrados e enfrentados na realidade social e cotidiana onde vivem. As intempéries da natureza não as amedrontam, muito pelo contrário, há respeito, não medo. A falta de água potável também não as impedem de fazer as tarefas domésticas e a higiene pessoal, mas questiona e luta por este direito. Geralmente moram em casa de madeira e vivem da pesca, da caça, do

---

2 O Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão Sociedade, Estado e Educação: ênfase nos governos municipais e educação do campo – GEPESEED.



extrativismo de produtos florestais, do cultivo do açaí, da fabricação e venda de rabetas<sup>3</sup>, da produção de carvão, do plantio, da feitura da farinha e do trabalho nas olarias.

## **O SIMBOLISMO DAS ÁGUAS: INCURSÕES TEÓRICAS E REPRESENTAÇÕES DOS RIBEIRINHOS**

Foi o envolvimento com o lugar, com os sujeitos nas travessias pelas águas dos rios Pará, Tocantins e Maratauíra entre outros rios, observando os saberes e fazeres da comunidade ribeirinha que nos possibilitou compreender melhor os modos de vida na Amazônia paraense com a intenção de adentrar nos ‘*jeitos*’ de ser e está sujeito amazônida, captando a interpretação dos saberes e das identidades dos ribeirinhos neste pedaço da Amazônia que se faz na diferença e no diverso.

A Amazônia é interpretada a partir de diferentes olhares e dimensões de acordo com o tempo histórico, o enfoque legal e teórico, interesse político, econômico, social entre outros aspectos, porém, todos esses olhares situam o caráter de sua importância para a vida humana e das outras espécies. Para os habitantes da beira dos rios, recorte deste escrito, a Amazônia se apresenta de forma própria e somente um ‘olhar sensível e observante’ sobre as práticas sociais nela existentes poderá situá-la de forma concreta e fora de visões generalistas e exóticas a que muitas vezes é submetida.

Na Amazônia paraense convive-se com costumes e uma rotina margeada pelas águas dos rios, furos, igarapés, florestas, várzeas, baías, com as ilhas e suas praias, com os campos alagados, contextos que apresentam especificidades ambientais e sociais. A exemplo, a imagem abaixo mostra a intimidade do homem com a natureza: em pé, na pequena canoa, não desafia a natureza, é integrante dela; o vento e a forte maresia não o assustam, há equilíbrio, pura imagem amazônica paraense.

Figura 01. Rio Guamá - Belém/PA. Fonte: Eliana Pojo.



---

<sup>3</sup> Rabetas são pequenas embarcações motorizadas que podem ser cobertas (com toldo) ou descobertas, normalmente de pequeno porte. Tais embarcações funcionam como um transporte “táxi nos rios”, pois é veloz e acessível para o transporte de pequenas cargas e passageiros, fazendo o percurso das comunidades das ilhas até a *urbis* do município.

Na Amazônia, os rios são mares por sua extensão. O rio-mar<sup>4</sup> descrito escapa à racionalidade geográfica. As pessoas que o margeiam assim também o denominam, pela sua magia, pela sua temporalidade. Essa natureza biológica e os modos próprios de habitar nessa Amazônia integram um ecossistema estuarino considerado como áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na região costeira - região norte, colocada na categoria de área de “extrema importância biológica”. (MMA, 2002, p.14)

Como dito anteriormente, buscaremos focalizar neste escrito os ‘*saberes das águas*’ e os ribeirinhos, aqui do ponto de vista das relações sociais<sup>5</sup>, ou seja, problematizando as questões socioculturais do cotidiano ribeirinho pela dinamicidade das águas que perpassa os contextos e situações reais. Em outras palavras, o esforço é situar o território<sup>6</sup> social dos ribeirinhos a partir das águas e de seus modos de vida, incluindo o imaginário advindo ‘das águas’ que, sem preocupação com o científico, se confunde com o real.

Sobre o tema recorreremos a vários autores pontuando os diversos sentidos e a complexidade que envolve os ‘*saberes das águas*’, especialmente a obra *A imagem das águas*, organizada pelo estudioso Antônio Carlos Diegues, além de outros aspectos teóricos não menos importantes e, as várias observações/incursões ao ‘campo’ durante a travessia da pesquisa que vem sendo desenvolvida junto aos ribeirinhos, no seu cotidiano e suas relações com as águas.

Uma referência importante apontada por Diegues (2000b) é a imbricação existente entre águas, rios e mares representativos de práticas sociais e simbólicas de comunidades pescadoras, o que vale dizer que são comunidades ribeirinhas que não atuam necessariamente com a pesca, num diálogo de sobrevivência e vida com esses elementos. Ressalta-se que nesses lugares/contextos as comunidades participam da simbologia universal da água, mas há

---

4 Trazemos uma ideia que caracteriza o rio para além da geografia, a qual admite uma dualidade entre rio e mar. Cultivo uma concepção de mar que é rio e de rio que é mar. Se vivencia em plena Amazônia a existência de um rio-mar que não é metafórico, é literal, ou seja, não existe do mar ou do rio, porque o rio é mar. Por isso, rio-mar, termo que utilizaremos neste escrito.

5 Trato das relações sociais no sentido dos rios que geram sobrevivência aos habitantes das ‘ilhargas’ e das ‘margens’, dos *saberes das águas* que foram e são produzidos pelos ribeirinhos que convivem diariamente com às águas e suas interfaces com a dinâmica social, cultural, simbólica, identitária e econômica.

6 Aqui compreendido “como uma dimensão social construída pelos grupos sociais, de mediações espaciais (escola, igreja, plantação, transporte, etc.) que proporcionem o efetivo poder material e simbólico desses grupos. Tais comunidades ficam localizadas em ilhas que estão situadas pelos rios Arapapu, Aparapuzinho e Itacuruçá. Assim, territorializa-se integrando as dimensões ecológicas, econômicas, políticas e culturais de forma diferenciada, conforme sua identidade sociocultural e o tipo de relação que essa identidade assume com a natureza, em determinado momento histórico”. (OLIVEIRA & HAGE, 2011, p. 143)

distinções de diversas ordens, a exemplo, na mitologia a água doce assume característica feminina, enquanto o mar tem característica masculina.

Os estudos de Cunha (2000, p. 15) nesta mesma obra, indicam que:

prenhe de significados, a água é um elemento da vida que a encompassa e a evoca sob múltiplos aspectos, materiais e imaginários. Se, por um lado, é condição básica e vital para a reprodução, dependendo dela o organismo humano, por outro, a água se inscreve no domínio do simbólico, enfeixando várias imagens e significados.

Para os ribeirinhos, foco desta pesquisa, isso se manifesta no respeito e no saber lidar com o rio-mar; pela disposição em navegar dia a dia entre furos, igarapés e rios; por possuir conhecimento sobre a ‘essência viva’ das marés vazantes, cheias, de lance, de quebra; por saberem, com precisão, o tempo das águas para navegar com as embarcações, por saberem das fases da lua e sua relação com o rio-mar, confirmando que os *saberes das águas*, digno de muita reflexão e admiração, são construídos pelos sujeitos que interagem cotidianamente com essas águas.

Novamente amparado no estudo de Cunha (2000, p.18-24), a água “é o lugar de passagem ou travessia, é o ponto de navegação, de deslocamento de um continente ao outro”, digo de um rio a outro e entre furos, “de contato corpóreo quando se toca nas águas, mergulha-se em sonhos, purifica-se o corpo e a alma”, ou simplesmente se vive o lazer. Ainda, para esta autora, a água constitui-se um símbolo cheio de significados, ambivalências ou contraposições, pois representa o sublime, a magia, a paz, a tranquilidade, a liberdade, a beleza, a vida, mas também, a destruição, a dificuldade, o sacrifício, a realidade, a morte, demonstrando que a água está “repleta de elementos imagéticos, revestindo-se de significações em diversos contextos culturais – é, ao mesmo tempo, substância (matéria) e símbolo (imagem)”.

Reafirmamos com base nos autores acima citados, que o percurso e o movimento das águas marcam e demarcam as relações sociais nas dimensões econômica, política e cultural neste contexto inequivocamente rural/ilhas. Nesse sentido, as políticas públicas de saúde, de lazer, de educação, entre outras, passa necessariamente pela relação intrínseca com o movimento das águas porque, de algum modo, o rio-mar é o sinalizador da vida, como bem diz o poeta paraense Benilton Cruz quando afirma que *o rio procura o homem e o homem procura o rio*.

Esse legado social e histórico desses sujeitos remonta “à fase pré-histórica de ocupação da Amazônia, cuja cultura dos povos primeiros perpassou séculos, deixando um

legado sociocultural para as populações contemporâneas em termos de manejo ambiental, hábitos alimentares, relação entre mundo terrestre e mundo aquático e um *modus vivendi* particular”. Mesmo que pouco beneficiada pelas políticas públicas, orgulha pelo pertencimento. (UFPA, 2004, p.30)

## ÁGUAS, ILHAS E OS RIOS DE ABAETETUBA

As ilhas deste município são muitas, algumas habitadas e outras não. Na pesquisa estamos localizados em comunidades ribeirinhas e quilombolas que perpassam os rios Abaeté, Maratauíra, Arapapu, Piquiarana, Genipauba, Acaraqui, Itacuruçá, Ipanema e próximo ao furo do Gaita, que nos levam ao encontro com saberes e identidades dos ribeirinhos. A cidade desse município constitui-se numa cidade movimentada pelo trânsito intenso de embarcações na via fluvial e de motos, carros e bicicletas na via terrestre e, ainda, pelo entreposto das pessoas dos municípios vizinhos.

Localiza-se na mesorregião do nordeste paraense e na microrregião de Cametá, situado pelo estuário dos rios Pará e Tocantins, rios esses que formam a baía de Marapatá, na zona tocantina. Sua área é cercada de ilhas, constituída por uma população de aproximadamente 142 mil habitantes, sendo que 45 mil de seus habitantes vivem na região das ilhas. (CPT & MORIVA, 2009, p. 42)

Segundo Diegues (1998), o sujeito ribeirinho assume seu cotidiano, seu espaço de vida nas ilhas, situando-a enquanto *território* por constituir esse espaço com identidades e valores. Enfatiza o conceito de *ilheidade*, como sendo a apropriação, por parte do ilhéu, de sua identidade local. Nesses termos, o autor diz ser a “tomada de consciência de um modo de vida particular, diferente das populações continentais e está associada a um conjunto de representações e imagens que os ilhéus formam a respeito de seu espaço geográfico-cultural oriundo de sua insularidade” (p.14).

Das observações do cotidiano dos ribeirinhos quanto as relações estabelecidas entre estes e as águas, é evidente que os rios são territórios (lugares, espaços e tempos) habitados e em constante movimento demarcados pelos significantes e significados dados a eles por seus habitantes. Assim, conforme documento dados do lugar (CPT, 2006, p.25) alguns moradores se definem:



Esse significado dado ao viver às margens dos rios está fundado nos saberes e fazeres do viver ribeirinho nessas comunidades, demonstrando o atravessamento da vida humana pelas águas dos rios de Abaetetuba, pois é o fluxo e o tempo-espaço das águas que dirigem a vida ribeirinha, especialmente pelas dimensões que passamos a descrevê-las.

### *A água e a urbis*

Figura 02. Beira/Trapiche de Abaetetuba.  
Fonte: Projeto Travessias/GEPSEED/UFPA.



Dos que estão do lado de cá (às margens do rio-mar) ir até a cidade é comum, como nesta fala de uma das moradoras do rio Arapapuzinho: “para ir pra cidade quando a água tá bonita nós desce aqui!”. Assim, à beira e nos rios transparecem o desenho movimentado do trânsito de embarcações em direção as mais variadas localidades, incluindo a *urbis* de Abaetetuba, conforme podemos observar nas imagens que mostram moradores e estudantes vindo para a cidade e de marreteiros<sup>7</sup> indo para as comunidades ribeirinhas comprar peixe para a revenda numa travessia costumeira.



Figura 03. A travessia do ir e vir nos rios de Abaetetuba por estudantes, moradores e marreteiros.  
Fonte: Projeto Travessias/GEPSEED/UFPA

Esse atravessamento das pessoas pelas águas dos rios situa o movimento social, econômico e cultural entre duas dimensões de um mesmo território: a ruralidade advinda das ilhas e a cidade urbana. Tais dimensões se entrelaçam por necessidades sociais que passam a historicizar valores e modos de existir por meio de costumes como acordar cedo para ir à beira, o vocabulário próprio e peculiar, a venda de produtos (açai, pupunha, camarão e outros), a compra de mercadorias que não têm nas localidades, conversar sentados nas pontes,

---

<sup>7</sup> Moradores (normalmente homens) de Abaetetuba que comercializam os produtos da agricultura (área rural) e do comércio (parte urbana) no cotidiano do ir e vir entre os rios e a cidade.

fazer um chá para curar a doença do vizinho, benzer o quebranto da criança. Representações simbólicas e valorativas que dão identidade de povo, de modo particular e de comunidade, nos desafiando a

entender as novas dinâmicas urbanas que emergem na Amazônia. As estruturas de municípios ou localidades alteram-se com movimentos de fragmentação sócioterritoriais, mas ao mesmo tempo incorporam demandas de serviços tradicionalmente urbanas, embora se mantendo estruturas agrárias e modos de trabalho e de vida. O campo do urbano complexifica-se, mas com particularidades que dizem respeito também ao território marcado pela presença da floresta, das águas e de seus recursos naturais. (UFPA, 2004, p.35)

A ruralidade dos ribeirinhos movimenta a *urbis* e a *urbis* se oxigena da ruralidade, ambas produzem-se mutuamente. De outro modo, o rural está imbricado com a *urbis* e vice-versa, constituindo uma simbiose no existir cultural da cidade.



### *A água e o trabalho*

Figura 04. Pescadores às margens do rio Maratauíra/Abaetetuba.  
Fonte: Projeto Travessias/GEPSEED/UFPA

Pela fala dos moradores dessas comunidades, de profunda riqueza semântica, é possível visualizar as diferentes formas de trabalho desenvolvidas pela comunidade, identificadas por um vocabulário próprio que denomina elementos ou objetos ali encontrados como *peconha*, *rasa*, *matapi* e ações como *debulhar*, *lancear*, *gapuiar* entre outros termos, materializando seus fazeres junto à natureza por meio da terra, da floresta, às margens dos rios e nas águas.

Também nessas comunidades trabalho e alimentação estão interligados. Agir no trabalho é, em muitos casos, a retirada do alimento para sustento da família, especialmente quando se trata do trabalho n'água; comercializar os produtos no centro da cidade ou na própria comunidade pelos famosos marreteiros; vender e comprar os produtos para sua subsistência da família. Os depoimentos, a seguir, elucidam a afirmativa:

De primeiro quando tinha o camarão, *né* - que agora tem, mas não é todo o tempo como era. Antes o cara pulava, ia e pegava *avortado* peixe e camarão. Aí botava *matapi*, lanceava. Tinha vez que ele ia lancear aí pra baixo que dava, ele tirava pra comer e vendia. (Sr. Venâncio, 2012)

Olha, o açáí a gente não pega, porque ele é planta nativa, *né*. Quando pega ele já crescido a gente faz o remanejo dele, limpa as árvores. A

pessoa apanha e leva pra cidade para vender em Abaetetuba ou então o marreteiro compra no porto por um preço X. Este dinheiro é empregado pra alimentação e quem, por exemplo, têm olaria também pode ter açaizal pra sustentar, *né*, pode ter as duas coisas. Agora a farinha, o dono do açaizal também pode ter a roça. Ele tem o açaizal na várzea e tem a roça na terra firme, como acontece comigo. Não sou grande produtor de açaí, produzo pouco, só pra alimentação, mas tenho o açaizal e a roça onde produzo a farinha. (Sr. Lucindo, 2013)

O trabalho das e nas comunidades ribeirinhas tem por base a natureza e esta está sensivelmente comprometida pela poluição dos rios e pelas queimadas. As agressões sofridas pela natureza que circundam essas comunidades afetam a sobrevivência local, a exemplo, a escassez de peixes, forçando os moradores a buscarem outras atividades e outros locais para comprar e vender seus produtos.

As imagens abaixo mostram a concreta relação e a importância da natureza, neste escrito especialmente da água, com a atividade laboral da população local. Imagens de um tempo histórico social e econômico presente, sujeito a mudanças, é certo, posto não ser a vida estática, mas que não deve ser prejudicada/alterada pela insensatez sob pena de desequilibrar o movimento próprio da vida ribeirinha.



Figura 05. Colheita do açaí, a pesca e a produção de carvão. Fonte: Projeto Travessias/GEPSEED/UFPA

### ***A água e a formação da identidade nativa***

A ação social (trabalho, lazer, travessia, vizinhança, escola) é marcada pelo relógio natural impresso e expressado pelo movimento dos rios, responsáveis pelo vai e vem das pessoas. A afinidade, a empatia e a interação dos ribeirinhos com o rio-mar começa cedo, com das crianças aprendendo a se equilibrar no trapiche de suas casas, a remar, a brincar dentro da canoa, a tomar banho diário no rio e/ou na chuva, a lidar com a enchente e a vazante das marés, com o friozinho que vem lá do rio entrando pelas frestas das paredes das casas. Os adultos, os jovens e especialmente as crianças têm no encontro com o rio uma dinâmica que constitui sua identidade nativa, presente em qualquer contexto porque marcante.

As imagens expressam bem a imbricação da água na constituição formativa das crianças, no seu saber, no seu lazer, na sua relação com a natureza porque estabelecem, precocemente, uma intimidade com rio-mar.



Figura 06. Crianças brincando no rio Maracapucu/Abaetetuba.  
Fonte: Projeto ravessias/GEPSEED/UFPA

Observando o cotidiano das crianças, em certa medida podemos afirmar que “o tempo do rio, o tempo do brincar, o desafio do contato do corpo com a água é que determinam o momento de iniciar ou de terminar a brincadeira, o jogo” (POJO & LOUREIRO, 2011, p.23). Tais sensações demonstram que as brincadeiras realizadas pelas crianças também traduzem a cultura ribeirinha, pois:

as brincadeiras vividas pelos ribeirinhos se diferenciam das brincadeiras comuns da cidade urbana, principalmente pelo contexto e pelas regras. A floresta e o rio são elementos característicos da cidade ribeirinha, constituindo-se no cenário fundamental para a realização da maiorias das atividades. (POJO & LOUREIRO, 2011, p. 24)

A identidade nativa se constitui no movimento da vida, na experiência dos primeiros banhos no rio, provando as frutas, comendo peixes, camarão, farinha, brincando de ajudar ou ajudando, de fato, os pais nas atividades de trabalho e, assim, a criança aprende a andar, aprende a remar, a se movimentar pelas águas, a conhecer a floresta e sua importância, sua magia, seus encantos e desencantos, tornando-se um ribeirinho, com um olhar que atravessa as águas que conhece muito bem, um pertencimento mútuo e com a curiosidade de conhecer outros rios-mares.

### *Viver sob o signo das águas*

Os modos de viver e suas resistências à sobrevivência os situam enquanto grupo social que demarcam e caracterizam territórios gerados a partir dos saberes enquanto formas alternativas de se relacionar com os ecossistemas e seus recursos, nas aplicações e usos da biodiversidade, ao desenvolverem práticas que são atualizadas pela cultura local do presente.



Os ribeirinhos se localizam geograficamente, construindo uma forma própria de lidar com o tempo-espaço das águas e suas miragens quando afirmam: “a gente foi criado n’água” reafirmando que esse tempo-espaço é mutante, cíclico e da natureza

tirava água da cabeceira desse igarapé. Era água boa pra beber, uma água clara que dava pra fazer tudo: lavar roupa [...]. Você olhava assim quando tivesse tomando banho, quando a maré tivesse *carminha* (calma), quem vinha de canoa enxergava todo o corpo da gente. (D. Rosalina, 2012)

Eu acho que o rio significa muito pra gente. Nada nele pela montaria (risos). Com a água grande a gente anda, com a água seca, não! Aqui no nosso rio, só com água grande. (D. Rosalina, 2012)

Á água é geradora de vida, é fonte de energia, causadora do bem estar, ou não. O certo é que sem ela não há vida, e nesse lugar ela está presente em muitas situações do cotidiano. No entanto, há uma advertência a ser feita: no mundo aquático que cerca os ribeirinhos, a água não pode ser utilizada para beber. Está poluída. Situação contraditória, porque

morando lá no rio, a água potável era clarazinha tava bem pertinho da gente e a gente não tinha essa ideia de vim pra cá. Naquele momento a água era mais pura do que é hoje, pois hoje a gente está sendo obrigado a ir buscar a água da terra firme pra abastecer o consumo. (Sr. Lucindo, 2013)

A falta de água potável é um dos fatos marcantes entre tantas questões que desafiam viver nas ilhas da Amazônia paraense. Mesmo estando cercada por águas (dos rios e das chuvas), a escassez desse recurso ainda é constante. Aqui fazemos um destaque preocupante quanto a falta de água tratada para o consumo dos estudantes nas escolas que ficam nessas áreas. A questão é parte dos estudos de Ravena (2006) onde afirma que a água é recurso vital, portanto, precisa estar sob um marco regulatório de direito coletivo e universal, afirmando que seu manejo seja de bem público, por isso

a água, não pode ser regulada a partir de princípios utilitaristas que marcam predominantemente a relação entre as nações. Ao contrário, enquanto recurso vital necessita ser inserida no rol de valores universais que devem ser garantidos a partir do compromisso e da coordenação de organismos multilaterais. (p.102)

Tais ideias expressas pela autora indicam que a falta de água tratada é uma questão de poder, de mando, de política pública e o uso utilitarista desse bem, desprovido do sentido de coletividade e de importância vital para a sobrevivência das pessoas traz conseqüências desastrosas à qualidade de vida humana e dos demais seres vivos.

Assim, o cotidiano do povo ribeirinho nesse território ilhéu sedimenta uma rica diversidade cultural, numa simbiose em que

o homem e o rio são os dois mais ativos agentes da Geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional. (TOCANTINS, 1961, p.251)

Os ribeirinhos substanciam de forma própria uma observação acurada sobre as mudanças do rio-mar e da natureza em geral; dominam a localização geográfica das ilhas; são perceptíveis e sensíveis às mudanças climáticas e sociais que vem ocorrendo no lugar e no mundo; vinculam às águas às situações de assombrações e símbolos que polarizam a vida e a morte, a alegria e a dor, o real e o mágico, sentidos próprios de quem vive aqui.

### **PERCEPÇÕES DAS TRAVESSIAS**

Para nós educadores da educação do campo, fica a questão: e a escola diante desses saberes? É fato que a água é o sinalizador da vida nesse contexto e nos parece que precisa também ser para a escola, pois a tríade terra, água e floresta sedimentam a identidade ribeirinha, tão importante para a valorização da cultura amazônica e para a formação dos sujeitos. Tais saberes estão presentes na magia e sedução das lendas com significados próprios, como neste caso contado por um morador em uma de nossas travessias:

Um amigo me falou que na casa dele jogavam pedra, dentro da casa. Ele morava no Itamembuca e ele me disse que tinha noite, que ao amanhecer *tava* cheio de pedras dentro da casa. Ele mudou de lá, mora no Piquiarana. Conversando pessoalmente ele me contou esse fato. Eu fui *na* casa dele. Era toda forrada, na chave e entrava pedra não sei por onde! Esse caso foi verdade. Eu posso afirmar porque foi gente de confiança que me contou. (Sr. Lucindo, 2013)

O caráter meramente preservacionista considerado por Diegues (2000c), *o da natureza intocada*, é sucumbido por outro que considera a natureza humana e plural, que confirma a interlocução entre conhecimento científico e saberes dos ribeirinhos, ou seja, a natureza que se faz com a participação qualificada dos sujeitos que educam-se mutuamente.

Essa organização cognitiva e sociocultural é conceituada por alguns antropólogos como sendo cultura de floresta tropical, dominante na Amazônia, talvez justificada devido os ribeirinhos criarem lugares, novos espaços, serem valentes, reconstruírem o cotidiano e, a visão urbana de homens 'rurais' pobres e lentos do planeta, é ressignificada pela travessia que

fazem no cotidiano com seus modos próprios de significar a existência frente às adversidades sociais em que a relação homem-natureza é o alicerce dessa construção. (UFPA, 2004, p.30)

A dimensão socioambiental tão propagada no meio educacional ainda se ressent de um olhar imbricado às relações sociais existentes, incluindo uma análise a partir de contextos concretos. No caso específico dos ribeirinhos e seus saberes, na perspectiva de acenar a outra ‘margem’ na construção de políticas públicas voltadas aos territórios do campo visando um processo de desenvolvimento territorial sustentável pautado na defesa de bens comuns, como a água e a biodiversidade da Amazônia. (HAGE, 2010). Ou seja, os saberes podem servir para situar as problematizações existentes na sociedade, em particular nessas comunidades e que se iniciam com interrogações: qual o ‘norte’ dessa educação e para que sujeitos? Educar em que ‘margem’ ou ‘margens’? Talvez o ‘norte’ deságua na urgência social de um viver cidadão para todos, inclusive para os ribeirinhos, e acreditamos que essa ‘travessia educativa’ não se faz sem a interlocução com as lutas sociais, com a valorização das culturas rurais e com a produção do cotidiano construído pelos ribeirinhos que convivem com a água e com a floresta, na perspectiva da recriação das identidades, do empoderamento com o lugar, com sua gente e, dessa forma, assume-se uma concepção educativa mais ampla e situada historicamente.

Significa educar problematizando as identidades dos sujeitos ribeirinhos na relação com as águas, com a sociodiversidade existente, com a extensão dos rios, com a contradição das escolas estarem sob as águas e não terem água potável, com o transcurso das águas no cotidiano dos moradores ribeirinhos, com a confluência das ilhas e seus rios, com o diverso movimento entre rios, igarapés, furos, mares e marés é de alguma forma, valorizar a identidade cultural dessas populações ribeirinhas. De outro modo, esse reconhecimento cultural é não destruir a simbologia dos sujeitos e atuar pedagogicamente resistindo a ótica urbanocêntrica tão presente no currículo escolar das escolas do campo.

Os saberes ribeirinhos situados em contextos rurais confirmam, ainda, um viver humanizado fazendo frente a essa sociedade demarcada pela visão de homem-objeto onde presenciamos experiências de cooperação entre familiares, interação da vizinhança, convívio com a natureza, sob o qual esses sujeitos mantêm consigo valores, costumes, identidades e culturas singulares. Tais sujeitos e saberes podem orientar a escola formal a reorientar seu currículo e assim, resistir/persistir diante de uma escola fria e descontextualizada, ou seja, os

saberes da cultura ribeirinha podem ser o ponto de partida e de chegada para reflexões sobre as práticas educativas.

De outro modo, a singularidade rural/ribeirinha, expressa na valorização do campo como espaço de vida, cultura e trabalho pode imprimir à escola a aprendizagem coletiva de:

- a) articular diferentes dimensões da vida dos sujeitos do campo na dinâmica formativa dos envolvidos coma escola;
- b) conhecer as histórias da população do campo como importantes para a prática educativa;
- c) validar os saberes acumulados dos ribeirinhos como mediação diante das diversas áreas de conhecimento;
- d) envolvimento entre escola e os movimentos sociais existentes, enquanto contribuição relevante para as relações sociais tão engessadas entre escola e comunidade escolar;
- e) atuar na perspectiva da metodologia da alternância enquanto exercício ‘outro’ de fazer curricular e este seja agregador das experiências culturais das comunidades do campo, ratificando uma troca interativa entre cultura, saberes e o conhecimento científico.

Consideramos esse escrito uma síntese incompleta e provisória, que muito se tem a percorrer para aprofundar e completar, pois a reflexão acerca dos *‘saberes das águas’* e sua problematização engendra diferentes dimensões. As dimensões aqui explicitadas enfatizam o movimento dos saberes construídos pelos ribeirinhos na interface com a prática educativa. Nesta, o cotidiano escolar é atravessado pela maresia das águas marcando entre tantas outras coisas, a distorção que há entre o tempo escolar/tempo das águas. E, esse saber da interação homem-água num cotidiano que se faz e se refaz constantemente são elementos fundamentais para pensarmos outras formas de pedagogia escolar em comunidades ribeirinhas da Amazônia paraense.

As identidades ribeirinhas com seus saberes das águas sinalizam ou ratificam a importância de construir o currículo escolar ancorado pela contextualidade local, ou seja, na mediação com os saberes dos cidadãos e cidadãs ribeirinhos, pois os significados culturais são tão importantes quanto o acúmulo de conhecimentos socialmente construídos. A produção cultural viva é importante e atual para construção de uma identidade planetária de respeito e valorização da pessoa humana, numa identidade cultural dos saberes das águas que pode ajudar a reorientar a escola. E se faz urgente querer atravessar, pois “é o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”. (PESSOA, 2013)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002**. Ministério do Meio Ambiente, 2ª ed. Brasília, 2002.
- CUNHA, L. H. de O. **Significados múltiplos das águas**. IN: DIEGUES, A. C. (org) A imagem das águas. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Memória e Revitalização Identitária: Ribeirinhos e Ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba**. Abaetetuba/PA, 2006.
- CRUZ, Benilton. **Semeari o rio**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos>. Acesso em: 05 de maio. 2013.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000a.
- \_\_\_\_\_. **A imagem das águas**. São Paulo: HUCITEC, 2000b.
- \_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000c.
- HAGE, S. & OLIVEIRA, Lorena Maria Mourão de. **Cartografia sócio-territorial da Amazônia paraense e suas implicações para as políticas de educação do campo**. 2010. (digitalizado).
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/MMA. **Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília: MMA/SBF, 2002.
- OLIVEIRA, Lorena Maria Mourão de; HAGE, Salomão Antonio Mufarrej. **A socioterritorialidade da Amazônia e as políticas de educação do campo**. Revista Ver a Educação, Belém, v. 12, n. 1, p. 103-122, jan./jun. 2011.
- POJO, Edson e LOUREIRO, João Paulo. **Lazer na ilha do Combu....** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação – UFPA: Belém, 2011.
- PESSOA, F. **Travessias**. Disponível em: [http://pensador.uol.com.br/autor/fernando\\_pessoa](http://pensador.uol.com.br/autor/fernando_pessoa). Acesso em: 20 de maio. 2013.
- RAVENA, N. **A polissemia na definição do acesso à água: qual conceito?** In: CASTRO, E. (org.) Belém de águas e ilhas. Belém: CEJUP, 2006.
- SILVA, G. O. de. **Água, Vida e Pensamento: um estudo de cosmovisão entre trabalhadores da pesca**. IN: DIEGUES, A. C. (org) A imagem das águas. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- SOBRINHO, S. **Relatórios anuais da FASE Programa Amazônia/Pará**. Belém, Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional, 2005.
- TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ/UFPA. **Estudo das mudanças socioambientais no estuário amazônico**. Relatório Projeto MEGAM. Belém: NAEA, 2004.

## **AS CAPELAS, AS LIDERANÇAS E A POLÍTICA: as disputas pela oportunidade de falar “em tempo de política”.**

### **INTRODUÇÃO**

A transmissão de informações nos pequenos municípios interioranos acontece, em grande medida, nas igrejas destas localidades. No meio rural, é comum que as capelas católicas sejam espaços privilegiados de comunicação e questionamento sobre os diversos acontecimentos gerais, mas, sobretudo, do município e da comunidade. Na região leste de Minas Gerais, estas capelas ocupam lugar privilegiado na organização da vida comunitária.

Nas localidades em que fizemos a pesquisa, contemplando o período de meados da década de 1980 e 1990, as capelas revelavam presença de lideranças religiosas que gozavam de maior prestígio junto ao Movimento da Boa Nova (Mobon) e que, em geral, eram também militantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa filiação político-religiosa potencializava tensões nas capelas em “tempo de política”. Por um lado, agentes sociais engajados no PT objetivavam transmitir informações, muitas vezes, mediadas por simbolismos religiosos que fortaleciam as representações do partido, de outro, concorrentes políticos questionavam tal prática.

A proposta deste texto é apresentar reflexões a respeito de disputas pelo controle da comunicação em capelas de comunidades religiosas, onde havia do Mobon. A análise estará focada nas comunidades rurais de um pequeno município da região leste de Minas Gerais, Miraflores<sup>1</sup>. Privilegiar-se o “Tempo da Política”, pois são nos momentos em que a eleições se aproximam e a disputar pelo poder de “falar” e organizar as capelas se torna mais intenso.

---

<sup>1</sup> Optei pela utilização de pseudônimo para o município com o objetivo de não expor muito a localidade, pois muitos temas religiosos e políticos são controversos e poderiam gerar algum desentendimento entre os agentes, que tão prontamente colaboraram para a realização deste trabalho. Trata-se de um município de aproximadamente 15 mil habitantes, em que há predominância da população rural em relação a urbana.

## O Mobon: lideranças e comunidades

Os agentes sociais das comunidades religiosas, onde se localizavam as capelas recebiam cursos do Mobon, desde fins da década de 1960. O Mobon é um movimento católico que tem sede no município de Dom Cavati-MG, circunscrito à Diocese de Caratinga-MG, cuja emergência se deu em fins da década de 1960<sup>2</sup>.

Neste contexto, a Igreja Católica viveu momentos de efervescência em função da difusão de concepções advindas do Concílio Vaticano II (1962-1965), evento representativo de transformações que acentuavam a idéia de que a Igreja Católica era o “povo de Deus”, destacando co-responsabilidade entre clero e leigo (Mainwaring, 1989). Essa valorização das co-responsabilidades tinha muitas limitações, já que os leigos não tinham condições objetivas e capital religioso capazes de relativizar plenamente relações hierárquicas entre agentes institucionalizados da Igreja Católica – legítimos detentores da gestão dos bens de salvação (Bourdieu, 2005).

Jacques Lagroye (2009) mostra que as transformações da década de 1960, sobretudo aquelas advindas do *aggiornamento*, não foram capazes de abalar as estruturas funcionais da instituição, embora elas não possam ser desconsideradas no que diz respeito à adaptação da linguagem aos diferentes países e à participação dos leigos, mesmo que estejam submetidos aos interesses dos padres e bispos.

No caso do Mobon, a participação dos leigos se dava através de cursos de formação religiosa. Missionários do Movimento ministravam cursos com temáticas: “Preparação para Semana Santa”, “Curso de Natal”, “Religião e Política”, “Campanha da Fraternidade”, dentre outros. Os temas dos cursos podem variar em função da demanda dos leigos, interesses dos missionários, pedido do bispo, etc. Há processos sociais de negociações entre os grupos católicos que tanto podem promover novos cursos, como possibilitar que outros não sejam mais ministrados.

O objetivo dos cursos era que fossem formadas lideranças locais, sobretudo em comunidades religiosas, que fossem capazes de dinamizar a vivência religiosa nestes contextos. No município analisado, a sede da paróquia era distante das diversas capelas e comunidades religiosas. O pároco que ficara no município, entre os anos de 1970 e 1986, era grande incentivador da atuação destas lideranças e seus sucessores deram continuidade a esta organização comunitária.

---

<sup>2</sup> Para saber mais sobre o Mobon, ver Oliveira (2012).

O pároco contar com lideranças leigas em diversas comunidades da paróquia permitia-lhe que, de um modo geral, o padre, o padre exercesse grande controle do que acontecia em todo o município. Ele contava com uma rede de lideranças locais de sua confiança, ramificadas pelas comunidades, algo muito significativo para um município de grandes dimensões territoriais, que possui distritos distantes entre si e da sede da paróquia.

Neste sentido, formava-se uma rede de comunicação do pároco. Ele, tanto tinha um meio de obter informações privilegiadas do que acontecia nas comunidades e nas famílias que compunham as mesmas, como também possuía um canal de comunicação importante para divulgar informações de seu interesse. Com lideranças por todos os espaços do município poderia fazer divulgação do que desejava, de maneira rápida, por meio de pessoas de sua confiança.

As lideranças precisavam mostrar potencialidade e coerência de atuação, tanto junto aos moradores da comunidade como aos párocos e missionário do Mobon. Melucci (1996) acredita que a organização de grupos contribui para a emergência de lideranças:

a existência de uma rede de associações ou comunidade facilita a emergência de uma liderança. Porque uma rede de filiações e socialização pode prover um treinamento onde as habilidades necessárias para a emergência de uma liderança podem ser aprendidas, e porque essa rede pode lhe fornecer recompensas na forma de solidariedade e valores, o que encoraja o líder a assumir os riscos associados com sua posição (p. 335).

A formação das lideranças se dava com o intuito de que estas pudessem atuar como agentes ativos na organização comunitária e coordenação de trabalhos religiosos e sociais nas comunidades. Além disso, objetivava-se que lideranças aprendessem a ministrar cursos e reproduzi-los em outras comunidades e dioceses. Algumas destas lideranças extrapolaram a esfera religiosa e atuaram de forma ativa na vida política e sindical de suas localidades

A formação comunitária gerou, por um lado, agregação de lideranças religiosas e grupos católicos<sup>3</sup> na constituição das comunidades, entretanto, também houve divisão de propósitos nas localidades, em geral conhecidas como córregos, pois algumas pessoas não aderiram aos propósitos de organização social

---

<sup>3</sup> Pessoas participantes das comunidades mas que não freqüentavam cursos do Mobon e tinham pouca representatividade nas atividades religiosas locais não eram consideradas lideranças.



promovidos pelo pároco: alguns preferiam continuar freqüentando missas na igreja principal da paróquia, outros achavam que a descentralização não iria funcionar e pessoas que tinha problemas de relacionamento evitavam freqüentar os mesmos espaços.

Mesmo entre os adeptos à formação de comunidades havia aqueles que demonstravam insatisfação com as práticas de algumas lideranças, ou com a eleição de alguma liderança, como sendo o coordenador da comunidade. Estes eram eleitos por meio de voto dos participantes das atividades católicas e isso fazia com que o cargo fosse objeto de disputa de dois em dois anos, era na prática, uma forma de ser medir forças em contexto local, um desdobramento da descentralização paroquial.

A princípio todos seriam candidatos, as pessoas anotariam aquela que achassem bons representantes entre todos. Na prática havia uma campanha “pé de ouvido” em que os interessados pediam votos aos participantes das comunidades e o padre tinha suas preferências por alguns nomes, o que constituía uma limitação à escolha espontânea e “de base”.

Os coordenadores de comunidade tinham como desafios corriqueiros atender à demanda dos leigos, do pároco, das outras lideranças religiosas e os outros leigos participantes. Era uma atividade que exigia grande capacidade argumentativa e habilidade nas relações sociais, pois era necessário mobilizar lideranças para atividades comunitárias, conversar com famílias e pessoas cuja conduta fosse questionada pelos membros da comunidade, e, ainda, ser exemplo de conduta por serem representantes dos interesses da Igreja Católica em contexto local.

As pessoas desenvolviam estas habilidades, tanto em práticas cotidianas, como para além delas, nos cursos de formação ministrados pelo Mobon em salões paroquiais, capelas e localidades improvisadas, na mesma cidade e também fora dela. Experiências novas e relevantes para pessoas que até pouco tempo quase não tinham contato com párocos, raramente falavam em público e o aprendizado de práticas religiosas era quase restrito à transmissão de devoção religiosa familiar.

Estas pessoas acabavam mais engajadas nos propósitos comunitários, em função dos debates e diálogos que estabeleciam. Nesta perspectiva, vale a assertiva defendida por Moscovici e Doise (1991), de que as pessoas pensam por novos canais de interpretação, percebendo o que os une. Assim, o envolvimento dos indivíduos nas decisões do grupo, leva as pessoas a incorporarem as decisões como sendo suas. Segundo esses autores, quanto mais a discussão for *pública* e

*ativa*, mais ela caminhará no sentido de que os indivíduos estarão mais implicados. Vale também a afirmação de que a forma como se organiza a *discussão* também influencia. As cerimônias e formalidades inibem a *discussão*. Limites quanto a tempo, assuntos, etc. A interferência de um chefe do grupo, mesmo apenas para colocar algum tipo de ordem, tornaria o debate mais *frio*.

Esta atuação comunitária contribuía para a emergência de novos atores políticos em contexto local, cuja capacidade de comunicação e organização das comunidades estavam potencializados. Processos similares ocorreram no nordeste do Brasil, com o MEB. Segundo Kadt (2003), a organização de comunidades, mesmo que rudimentares, “fizeram uma diferença significativa na capacidade da comunidade, primeiro de formular certas metas coletivas, e depois de agir com firme propósito de realizá-las” (p.382).

O texto de Neves (2008a), sobre a organização comunitária na região amazônica, também apontou para o fato de que entre fins da década de 1960 e início da década de 1970, o Movimento de Educação de Base (MEB) contribuiu para a promoção de projetos pedagógicos emancipatórios e ajudaram a agregar “aquelas unidades sociais e políticas em fluxos horizontais e verticais, agrupando e interconectando *ribeirinhos para viverem entre comunidades*” (p. 75).

Novaes (2002) afirma que, no final dos anos 1980, agentes de pastorais tornaram-se quadros de partidos, associações e sindicatos. Nos partidos políticos destaca-se o PT, onde se encontram muitas lideranças que vieram de Cebbs. Muitas cartilhas e informações propaladas por agentes da Igreja Católica enfatizam o “voto consciente”, essa concepção fortalecia “representações e práticas presentes no Partido dos Trabalhadores (o PT), mas, ao mesmo tempo, não podem se identificar totalmente com um partido. Partido é parte, a Igreja quer atingir o todo” (Novaes, 2002: 91).

O trabalho de Rachel Meguelo (1989), sobre a formação do PT, aponta para o fato de que setores da Igreja Católica, engajados nos trabalhos de Cebbs e da Teologia da Libertação, mobilizaram um número significativo de movimentos populares urbanos que emergiram na década de 1980 e tiveram importância fundamental na formação do PT. Neste sentido,

a aproximação da Igreja ao partido deu-se desde o início, e foi provavelmente estimulada pela idéia existente da Igreja de viabilizar a construção de um partido dos trabalhadores, “um PT cristão”. Esta idéia, sem dúvida, refletia a orientação progressista que setores da CNBB

(Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) esboçavam, fundamentada na 'Teologia da Libertação (p. 64).

O PT foi um dos principais “herdeiros” dos “quadros de Igreja” (Novaes, 1987). Para Löwy (1991) os novos movimentos populares brasileiros, bem como a expressão política destes movimentos, o PT, “são, em grande parte, produto do trabalho de formiga de militantes cristãos, e de atividades de agentes leigos das pastorais e das comunidades cristãs de base” (p. 51).

Na localidade que realizei o trabalho são corriqueiras as justificativas de atuação política como consequência de motivações advindas de vivência religiosa:

O que fez eu entrar na política e ser político foi realmente a Igreja, o trabalho de Igreja. Porque não vale a pena eu falar que rezo ou que estou na Igreja se eu não tiver fazendo trabalho pelo social, trabalho em prol do mais sofrido, daquele que precisa. Então isso aí, foi o Mobon, os trabalhos do Mobon que fez a gente enxergar que a política estava caminhando para o lado errado, favorecendo às vezes um grupo e massa sofrida que precisava tava a Deus dará. Então, o nosso trabalho, na paróquia, aqui no Mobon fez a gente ver que precisava entrar na política. Pra ter alguém com consciência cristã para entrar na política<sup>4</sup>.

A representação que se faz de si é de um engajamento político como consequência de motivações das atividades religiosas. Neste caso, o engajamento é representado uma necessidade e responsabilidade adquirida por meio de suas atividades religiosas, sendo construída a perspectiva de que o trabalho político é “trabalho social a favor do mais sofrido”. Nessa lógica, seria incompatível falar: “que rezo ou que estou na Igreja, se eu não tiver fazendo trabalho pelo social”. A concepção é de a religião exige práticas pelo “social” que vão além da “reza”.

### **COMUNIDADES RELIGIOSAS E NÚCLEOS DO PARTIDO: “a disputa por quem vai falar na frente”.**

A estrutura preexistente da comunidade religiosa se tornou importante para os agentes políticos religiosos. A organização do partido acompanhava a estrutura das comunidades, onde a rede de lideranças marcava uma relativa descentralização da paróquia e transmissão de poder, tanto político como religioso às lideranças religiosas leigas em contexto local.

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida em outubro de 2009, por uma das principais lideranças religiosas e petistas do município, já exerceu cargo de vereador e prefeito.

Essa nova forma de organização da paróquia, com capelas por diversas partes, não rompia com a organização pré-existente: a sede da paróquia principal continuava sendo a principal referência e o poder das lideranças locais era restrito. O mesmo acontecia na estrutura do partido, já que as decisões mais concretas vinham das reuniões do diretório municipal do partido.

O partido denomina seu grupo na comunidade como sendo um núcleo, algo próprio da organização do PT na década de 1980. O partido, com núcleos distribuídos por diversas regiões, era importante para que as informações circulassem e pessoas de diversos pontos se agregassem ao partido.

Assim como nas organizações religiosas, em que pessoas eram escolhidas para falar em nome do pároco, o diretório do partido escolhia pessoas responsáveis por cada um dos núcleos<sup>5</sup>, com a função de convocar as reuniões, arrecadar dinheiro e representá-los nas localidades. Em geral, eram líderes políticos locais, que também tinham atuação religiosa reconhecida.

Nas comunidades, geralmente, líder religioso e líder político era a mesma pessoa. No mesmo sentido, as divisões territoriais religiosas se confundiam com a divisão de núcleos partidários. Nestes contextos, os rituais e as atividades religiosas das capelas eram modificadas em tempo de política. As divisões entre os agentes das comunidades se explicitavam durante as eleições, e as disputas por cargos mais importantes nas capelas se tornavam mais tensas.

Os estudos de Palmeira e Heredia (1997) a respeito da dinâmica política no interior do Brasil apontam para o fato de que, em pequenos municípios, e, possivelmente, para além deles, o período eleitoral é concebido como o ‘tempo da política’. É um período em que há um realinhamento social dessas populações; mais do que partidos, pesam “facções em que o voto não é, via de regra, uma escolha individual, mas um empreendimento familiar de ‘localização social’, as eleições são o pretexto para a redefinição de pertencimento e a definição de fidelidades” (Palmeira, 2006: 137).

O momento que antecede eleições, “o tempo da política”, é um momento em que “facções (os partidos reais) são identificadas, e em que, por assim dizer, existem

---

<sup>5</sup> “Os núcleos ficaram formados assim: no Córrego dos Martins, ficaram o Benjamim e Pedro; no Beija-flor, José Maria e Raimundo Barreto; na Laginha, José Gomes; no Café-Mirim, Lão Cupertino e Niltom Ribeiro; no Estrela do Sul, Pedro Severo da Roxa e Sebastião Luiz Pereira; em Nossa Senhora Aparecida, Manuel Secundino e Ilson Gomes da Silva; em Susto, Sebastião de Sousa e Elvira Sousa; no Vai-volta, José Jacinto e João Batista Filho; em São Vicente, José Severo Filho e Ideir Fernandes Carreiro e, assim, ficou terminada a reunião” (Adaptado do Livro de Atas do Diretório do Partido dos Trabalhadores, nº 1, p. 4).

plenamente, em conflito aberto, as municipalidades são divididas de uma maneira pouco habitual nas grandes cidades” (Palmeira, 1992: 27). O momento certo para política, “o tempo da política”, é identificado como o período eleitoral, “a política divide e, para conjurar essa ameaça, é necessário circunscrevê-la no tempo, como uma interrupção do cotidiano, em que a divisão é necessária para ordenar” (Palmeira, 2006: 141).

Toda a dinâmica de realinhamentos do “tempo da política” influencia diretamente as atividades da Igreja Católica, em Miraflores-MG. Isso passou a acontecer de maneira mais acentuada quando o padre Léssio apoiou o candidato a prefeito, de 1982, que mais agregava lideranças no pleito legislativo. Embora a escolha não tenha sido publicamente assumida, ela implicou a emergência de um grupo político católico legitimado pelo padre.

Em “tempo de política”, o padre teria substituído lideranças da direção de alguns rituais em função de divergências políticas. O controle da comunicação na comunidade era fundamental ao pároco, tanto no quesito religioso como político. O “falar na frente” e escolher o enfoque dado às falas eram elementos de fundamental importância aos párocos.

Neste contexto, houve divisão entre aqueles de “linha de frente” e os de reputação inferior na hierarquia das lideranças religiosas. Um participante das atividades nas capelas revela que as lideranças do Mobon-PT dificultavam a participação daqueles que não eram petistas em momentos que se poderia adquirir visibilidade social:

eram bem duros na queda, eu, por exemplo, fazia muita leitura na igreja, no culto, a primeira leitura, a segunda leitura, às vezes até dirigia o culto, mas quando era época de política, às vezes nem me chamar pra fazer leitura eles não chamavam, porque eu era do lado contrário<sup>6</sup>.

O “tempo da política” era o momento em que os líderes do Mobon procuravam ressaltar suas qualidades e engajamento junto à comunidade. Isso potencializava as disputas e tensões entre agentes petistas e não petistas. A direção de uma celebração era foco de disputas; sendo assim, os agentes queriam se mostrar mais participativos e eficientes nos trabalhos religiosos.

Outra fonte de tensão era poder ou não falar de política nas capelas durante esse período. Os agentes do Mobon queriam mostrar as vinculações entre

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida por Vicente, em janeiro de 2011.

participação religiosa e o PT, ao passo que os agentes não petistas viam isso como algo injusto, porque consideravam que os petistas faziam “uso” da religião para propósitos políticos.

A possibilidade de revelar neutralidade para evitar comprometimento com os grupos geraria uma situação ainda mais difícil, pois essa tentativa de posicionamento neutro é uma situação que gera desconfiança e inimizade junto às duas facções, pois uma certamente acreditaria que ele estaria dando apoio à outra, sofrendo represália de ambas e sem reconhecimento de nenhuma.

Antenor Carlos afirma que as relações sociais mudam de forma consistente nos períodos de eleição, mesmo entre companheiros de Igreja Católica:

Período de eleição é complicado no município. Em outros municípios também é assim, não é só em Miraflores não. No período de eleição o sujeito é do lado de lá, mas é companheiro de Igreja e tal. Deu na eleição tem um atrito, o sujeito passa a não te olhar bem, às vezes passa a não te saldar mais. É um troço assim, só porque você está no PT e ele está no lado de lá, você não vota faz uma campanha contra. E fica o lado de cá e o lado de lá<sup>7</sup>.

Para Palmeira (2006), em “tempo de política”, há um realinhamento social do município, onde os agentes definem a “localização social” e as facções se revelam de forma explícita. “Além disso, ‘o tempo da política’ é um tempo de explicitação de conflitos, dos políticos em primeiro lugar, mas não apenas deles” (Palmeira, 1997: 167).

O olhar entre as pessoas se torna diferente, elas não se cumprimentam com naturalidade, já que a população se divide entre “o lado de cá e o lado de lá”. Ser “companheiro de igreja” é algo insuficiente para aliviar a tensão nas relações sociais:

São pessoas que às vezes vão no Mobon fazendo um trabalho, chega na eleição, é campanha, e aí afasta do grupo. Ele não faz mais parte do grupo enquanto tiver eleição, entendeu? Depois às vezes ele volta, mas isso leva as pessoas a afastar na época de campanha e de eleição<sup>8</sup>.

As tensões se tornam constantes e as atividades religiosas não estão imunes a isso. Qualquer pessoa que ande pela cidade – seja em um bar, hotel, loja de informática, papelaria, dentre outros – ouvirá dizer, caso puxe alguma conversa sobre política, que “período de eleição é um inferno”.

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida por Antenor Carlos, em outubro de 2009.

<sup>8</sup> Entrevista concedida por Antenor Carlos, em outubro de 2009.

Dona Inezita, uma liderança religiosa de “linha de frente”, militante petista das mais destacadas, diz que pensa em mudar de cidade durante o “tempo da política”: “dá vontade de mudar daqui”. A dinâmica de reuniões na comunidade é muito afetada:

Continua, mas continua com poucos. Você pode olhar que você só vê os que são do lado do prefeito<sup>9</sup>. Os outros não vão, eles é pouquinho que vão. Tinha uma senhora aí que eu ficava feliz com ela, ela era do outro lado, os filhos, a nora, todo mundo dela, o genro, tudo do outro lado. Mas ela não deixava de ir à missa. Agora adoeceu e morreu coitadinha. Era a única que nós tínhamos que era firme na Igreja. Não incomodava com as críticas. Mas ela era doida por política, mas ela ia. Agora ela morreu. No mais, os outros somem todos. Agora você pode olhar, dá pra parar pra você contar, porque assim. Quando é época. Isso é na campanha, hora da campanha a Igreja enche, enche mesmo<sup>10</sup>.

Difícil acreditar que essa referida senhora “não se incomodava com as críticas”, mais fácil acreditar que sua motivação religiosa era tão grande que estava disposta a enfrentá-las. A afirmação de que as missas ficavam cheias “em tempo de política” não é incoerente com a afirmação de que as atividades religiosas nas comunidades estivessem vazias. Todos queriam ser vistos na missa, uma vez que isso configura-se como uma forma de se mostrar católico praticante, o que poderia render capital político. Aos petistas, era uma forma de se reafirmar como “partido de igreja”; aos adversários do PT, uma maneira de se mostrar religiosos, algo significativo para a obtenção de votos.

Vicente, que não é petista, afirma que as capelas se tornavam ambientes de convivência quase exclusivamente petista; ele afirma que isso levava pessoas a se enveredarem por outras religiões e a se afastarem do catolicismo. Sugere, ainda, uma necessidade de cultura para se falar de política que possivelmente as lideranças do Mobon, na concepção dele, não teriam:

Seguinte, a Igreja Católica até hoje, toda vida eles apoiaram o partido do PT, e aí quando chega na época de eleição, o cara para até de ir na igreja, porque é o seguinte: o cara prega lá na frente, e ele fala de política às vezes, só que o sujeito pra falar de política você tem que ter cultura pra falar, porque às vezes você vai falar apoiando o seu lado, o outro vai de lá que é seu adversário pensa: o cara tá falando de política não vou voltar aqui mais.<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Ela se refere a Antenor Carlos, prefeito do município pelo PT, importante liderança religiosa do Mobon.

<sup>10</sup> Entrevista concedida por Dona Inezita, em janeiro de 2011.

<sup>11</sup> Entrevista concedida por Vicente, em janeiro de 2011.

Palmeira e Heredia (1997: 168) ressaltam que a hostilidade entre facções se expressa no espaço: “através da segregação de lugares públicos (bares, farmácias, barbearia etc.) e, por vezes, de áreas inteiras dentro das cidades e povoados, especialmente nas primeiras, locais onde a política se expõe de corpo inteiro (...)”. Poderíamos incluir nesta lista, as capelas. O agente resalta a necessidade de “cultura” para falar, algo que não percebia entre as pessoas que participavam das atividades de sua comunidade.

As capelas eram locais especialmente freqüentados por grupos petistas, e a política se tornava importante no domínio das mesmas. As pessoas mais participativas, apenas durante o tempo da política, são descritas como pessoas que instrumentalizam a religião para obter votos, algo com o qual Antenor Carlos procura não se identificar:

Muitos querem fazer de santinho só pra ganhar a eleição e tal. Eu nunca parei de ir à Igreja, você entendeu. Às vezes meu trabalho diminui um pouco por causa de trabalho de prefeitura porque eu viajo muito, Belo Horizonte, Brasília porque não tem dinheiro e tem que ficar correndo atrás e às vezes muitos trabalhos da Igreja você perde. Você não está ali, naquela hora. Mas eu nunca deixei de está vindo, participar da comunidade, na Igreja<sup>12</sup>.

Participar das atividades religiosas é um modo de obter reconhecimento político. Não há motivos para duvidar da participação ativa de Antenor Carlos; mesmo os adversários o vêem como homem muito religioso. Algumas lideranças do PT não só faziam questão de ressaltar a atuação dele, como cobravam maior empenho da esposa, pois viam como obrigação que ela fosse mais participativa na militância. Essas pessoas são percebidas, cobradas pelos outros e por si mesmos para serem coerentes com todo aprendizado, nos cursos do Mobon, de darem “testemunho” de vida na comunidade.

A liderança, como afirma Melucci (1996), coloca sua atuação à prova do grupo, pois sua continuidade depende de como o grupo a avalia. A presença na reunião, as atividades no grupo e os trabalhos realizados na Igreja Católica são avaliados. No caso específico desse vereador, a atuação é considerada insuficiente e ele pode perder apoio do grupo que foi fundamental para sua eleição.

As atividades do cotidiano são avaliadas pelas lideranças religiosas, que também são cobradas e acostumadas às cobranças desde a formação das comunidades. Ao longo do tempo, as lideranças religiosas constituíram habilidades

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida por Antenor Carlos, em outubro de 2009.



para transmitirem boas imagens sobre suas práticas e para saber utilizá-las estrategicamente em momentos de disputas nas comunidades – são pessoas que não se expõem em bares e dificilmente faltam a eventos religiosos.

As lideranças religiosas que ocupavam cargos de coordenação de comunidades, em geral, possuíam grande capital político nos espaços que viviam e habilidade lingüística que os faziam agentes destacados. Esta competência pode reproduzir assimetrias sociais e tornar-se uma forma de capital simbólico relevante (Hanks, 2008:192).

Importante atentar para o fato de que ser coordenador de comunidade e falar bem, eram formas de obtenção de capital político; assim, não apenas as concepções de um necessário engajamento político contribuíram para a candidatura, mas também a própria forma de organização do Movimento “nas bases”. Nesse caso, “conscientização” e “democratização” estão bastante imersos em relações de tradicionalismo.

Nesse contexto, uma liderança religiosa contrária ao PT, Toninho da Silva, citado anteriormente, afirma que, nas comunidades, “começou uma politicagem danada” e quem “votasse no partido ao contrário da Igreja não podia ser uma pessoa pregadora do Evangelho”: “por exemplo, se o coordenador orientasse lá, pregando lá e falando política e tal, falando que a gente tem que saber votar, quase indicava o candidato, não chegava a falar o candidato que a gente tinha que votar” e

quem não entendesse só se fosse bobo. Nisso e depois se ele soubesse que a gente votou no candidato ao contrário do dele a gente não podia pregar (...). Não podia dar curso, não podia fazer uma mensagem na igreja, uma pregação, não, só porque votou no candidato ao contrário do dele. E nisso aí já começou, aí já veio o negócio derrubando a comunidade<sup>13</sup>.

As comunidades eram coordenadas por lideranças do Mobon, e a punição àquelas que não apoiassem seus propósitos políticos era evidente. Os espaços que poderiam dar destaque à participação religiosa eram ocupados por petistas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar dos leigos encontrarem uma grande limitação de autonomia – já que agiam sob comando dos párocos –, os líderes se encontravam em situação de destaque perante outros católicos, sobretudo daqueles que gozavam da função de coordenador de comunidade.

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida Toninho da Silva, em janeiro de 2011.

Mesmo sob tutela dos párocos, a rede ramificada de lideranças religiosas e comunidades pela paróquia favorecia a emergência de agentes influentes. Isso lhes rendia diferenciação e capital político: eram pessoas a serem procuradas para resolver assuntos da comunidade.

O Mobon – mesmo focado em propósitos de formação de comunidades e lideranças para trabalhos de cunho religioso – alterou formas de organizações locais e contribuiu para a mobilização de agentes religiosos para propósitos coletivos em prol das comunidades.

Na relação entre missionários e leigos, um fator de grande relevância é a utilização de uma metodologia que prezavam por uma linguagem acessível e aumentava a potencialidade da comunicação dos agentes religiosos. Muitas lideranças afirmavam ter aprendido a conversar, dialogar e fazer discursos através dos cursos.

Muitos realizaram trabalhos religiosos e comunitários e outros ampliaram as possibilidades de participação e iniciaram para trabalhos de maior engajamento político, em sindicatos, associações e na política partidária.

As capelas das comunidades eram espaços que potencializavam lideranças locais e era onde circulavam informações fundamentais da cidade, da paróquia e das comunidades. Por este motivo as disputas se tornavam intensas pela possibilidade de controlar os ritos religiosos e a própria organização da comunidade. Como vimos, esta disputa era muito intensa em “Tempo de Política”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre (2005). **A Economia das Trocas Simbólicas**. Organização de Sérgio Miceli. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre (2007). **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz – 11ª edição. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil.
- HANKS, William F(2008). **Língua como prática social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Editora Cortez.
- KADT, Emanuel de (2003). **Católicos Radicais no Brasil**. Editora UFPB.
- LÖWY, Michael (1991). **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, autores associados.
- LÖWY, Michael (2000). **A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne – Petrópoles, RJ: Vozes.

MAINWARING, Scott (1989). **A Igreja e a Política no Brasil** (1916-1985). Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense.

MELUCCI, Alberto (1996). **Challenging codes. Collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press.

MENEGUELO, Rachel (1989). **PT: a formação de um partido, 1979 – 1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MOSCOVICI, S.; DOISE, W.(1991). **Dissensões e Consenso**: uma teoria geral das decisões coletivas. Lisboa: Livros Horizonte.

NEVES, Delma Pessanha (2008). Mediação social e mediadores políticos. In: Neves, Delma Pessanha. **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Editora da UFRGS. Coleção Estudos Rurais.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa (2012). **Religião, política e comunidade**: emergência e politização do Movimento da Boa Nova. Tese de Doutorado CPDA/UFRRJ.

PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Número 20, ano 7, outubro. 1992

PALMEIRA, Moacir. Política, Facções e Voto. In: PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria. 1996

PALMEIRA, Moacir. Eleição Municipal, política e cidadania. In: Moacir Palmeira, César Barreira (orgs.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política /UFRJ. 2006.

PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz . Política Ambígua. In: BIRMAN, Patrícia, NOVAES, Regina, CRESPO, Samira. **O mal à brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UERJ. 1997.

## GT 09 – Cultura e comunicação no mundo rural

### Entre brasas e fumaças:

### Entre brasas e fumaças: o percurso dialógico numa produção vídeo-documental em aldeias de Portugal

Norma Valencio<sup>1</sup>

Rosemeire Aparecida Scopinho<sup>2</sup>

Luciano Lourenço<sup>3</sup>

Arthur Valencio<sup>4</sup>

Taiguara Key Sugawara<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Doutora em Ciências Humanas/Professora Colaboradora/ Universidade de São Paulo, normaf@terra.com.br

<sup>2</sup>Doutora em Sociologia/Professora Associada/Universidade Federal de São Carlos, scopinho@ufscar.br

<sup>3</sup>Doutor em Geografia Física / Professor Associado com Agregação / Universidade de Coimbra (Portugal), luciano@uc.pt

<sup>4</sup>Graduando em Física / Universidade Estadual de Campinas, arthur\_valencio@physics.org

<sup>5</sup>Graduando em Ciência da Computação / Universidade Federal de São Carlos, taiguara@r7.com

**Resumo:** Este trabalho focaliza, primeiramente, as circunstâncias de aproximação de pesquisadores de três diferentes Núcleos de Pesquisa e áreas (geografia, sociologia e psicologia social), inseridos em instituições brasileiras e portuguesas, que ensejaram a produção da proposta de pesquisa interdisciplinar que teve, como um dos resultados, a elaboração do vídeo-documento intitulado “Entre Brasas e Fumaças”. Em seguida, descreve sucintamente o processo dialógico estabelecido entre os pesquisadores e comunidades aldeãs do distrito de Coimbra para a produção do vídeo-documento e uma descrição técnica deste material.

**Palavras-chaves:** modo de vida aldeão; incêndios florestais; Portugal.

### Introdução

O contexto social atual de multiplicação das práticas de produção audiovisual, em todo o planeta, tem replicado as mesmas ambiguidades e contradições presentes em outros aspectos da contemporaneidade. Destaca-se, nesse terreno movediço, de um lado, a concentração de recursos financeiros que possibilita um acesso privilegiado a um elevado nível de sofisticação tecnológica o qual, contudo, tem servido precipuamente ao tratamento da sociedade como massas, anômicas, enquadradas no

universo cultural limitante das razões de mercado. Em contraponto, tecnologias de comunicação que se popularizaram nos anos recentes têm permitido uma multiplicação de esforços criativos e críticos na apresentação, atualização, afirmação e disseminação de repertórios culturais alternativos, fazendo-o por meio da realização de produções audiovisuais infinitamente modestas. Significa dizer que duas forças atuam, antagonicamente, no macro nível social suportado tecnologicamente: uma puxando o imaginário social para a assimilação e acomodação de sentidos mais conservadores em torno de uma ordem social global sabidamente assentada em desigualdades e injustiças e outra, puxando-a para a diversidade de perspectivas de ser-no-mundo.

No tange ao tema dos riscos ambientais e dos desastres, Guivant (1998, p.4) já havia advertido que “os leigos tendem a ser identificados como receptores passivos de estímulos independentes” e que “estima-se que os riscos percebidos pelos leigos não necessariamente correspondem aos riscos reais, analisados e calculados pela ciência”. No entanto, a dialogicidade se impõe no tema ambiental.

Para dar materialidade a tal discussão, esse estudo apresenta, inicialmente, uma síntese do percurso dos autores para viabilizar a execução de uma pesquisa interdisciplinar e interinstitucional sobre a memória de idosos acerca de incêndios florestais em diferentes aldeamentos localizados no distrito de Coimbra, em Portugal. Desse esforço, constantemente dialógico, resultou, dentre outros, a produção de um vídeo-documento, cuja descrição dos procedimentos técnicos adotados daremos ênfase. Tal produção é modesta, em termos tecnológicos, porém, o seu conteúdo colaborou para a indução de um novo patamar de colaboração científica no tema.

Dito de outra forma, refletiremos associativamente acerca dos três elementos, a saber: a construção do processo de interação dos sujeitos pesquisadores e pesquisados, o conteúdo que essa interação provocou e a forma que tal conteúdo adquiriu.

Começaremos por uma breve caracterização socioambiental que situa o sujeito focalizado no vídeo-documento, o idoso, as suas circunstâncias cotidianas, materiais e simbólicas, e o contexto da crise aguda, em que ocorrem os incêndios florestais. Após, descreveremos as motivações que levaram os autores a se agregarem, como equipes em colaboração – a saber, a do NICIF/UC – Núcleo de Investigação Científica em Incêndios Florestais da Universidade de Coimbra, Portugal, do NEPED/UFSCar – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres/Universidade

Federal de São Carlos e do NUESTRA/UFSCar – Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade/UFSCar – a realizarem um estudo cooperativo no tema. Em seguida, focalizaremos as condições práticas da pesquisa e as injunções que tanto favoreçam a sua execução quanto a limitaram, no bojo do que o vídeo-documento foi se materializando. Por fim, nos deteremos nos aspectos mais técnicos das etapas de produção e difusão deste produto, concluindo com considerações de cunho mais geral acerca da importância do vídeo na tessitura compartilhada do saber-fazer tradicional e científico e demais desdobramentos dessa interação social.

## **1. Os incêndios florestais no contexto aldeão e a importância do olhar do idoso**

Na literatura sociológica, desastre é considerado um *acontecimento social trágico*, portanto, referido a *tempo social* (SOROKIN, 1942; QUARANTELLI, 1998 e 2005). Neste acontecimento, danos e prejuízos de toda a ordem, em seus aspectos materiais e imateriais, se fundem numa mesma trama, tornando-se uma experiência indelével na memória social do grupo que atravessou tais percalços. O idoso é quem melhor aninha a *memória social* de sua comunidade de convivência (BOSI, 1979) e tem uma trajetória social que permite ressignificar os variados acontecimentos na vida coletiva a partir do denso repertório de suas experiências ao longo da vida.

O terreno concreto onde a memória é moldada é a *vida cotidiana* (MARTINS, 1998), que se revela tal como um “chão” onde o homem simples faz uso do senso comum para, coletivamente, produzir significados em torno de suas experiências e sentimentos, dentre elas, a de sofrimento, a dos temores frente aos perigos e as estratégias de enfrentamento de um desastre. Os incêndios florestais em Portugal têm provocado recorrentes desastres envolvendo, sobretudo, as pequenas aldeias do interior do país. Nelas, a predominância populacional dos moradores fixos têm sido a de idosos, posto que os mais jovens tendam a migrar para as grandes cidades em busca de novas oportunidades de trabalho no meio urbano.

Pesquisadores do NICIF/UC vêm produzindo, há muitos anos, uma alentada contribuição, no âmbito da geografia, voltada para a compreensão dos desastres relacionados aos incêndios florestais em Portugal.

Uma das regiões em que há um foco sistemático de investigação do NICIF é a do distrito de Coimbra, onde há uma associação entre os desastres relacionados às

chuvas e aos incêndios florestais. Certas características do solo o predispõe a efeitos erosivos e tem havido um preocupante abandono dos campos, seja por êxodo rural ou envelhecimento populacional e, na sua generalidade, a população idosa que ainda se ocupa no setor agro-silvo-pastoril apresenta uma média de idades já bastante elevada, o que reflete o cenário característico dos concelhos do interior do país (LOURENÇO, 2006). Um progressivo abandono dos campos em socalcos, nas terras mais afastadas das aldeias, tem sido visível e os produtores se dedicam a áreas mais próximas de suas moradias; porém, os campos em socalcos, abandonados, propiciaram o aumento da carga combustível, do que decorrem os riscos de ignição e de propagação de incêndios (LOURENÇO, 2006).

Tal contexto socioambiental tem tornado a vida cotidiana dos moradores idosos das aldeias gradativamente mais insegura. Os desastres relacionados aos incêndios florestais suscitam um intenso compartilhamento intracomunitário dos vários aspectos da imersão, pessoal e coletiva, nessa crise aguda, e isso forja um senso comum sobre o aquilo que se passou na localidade; isto é, forma-se uma memória social que, mesmo que vocalizada por um único indivíduo idoso, expressa uma representação coletiva tanto referem àquele acontecimento quanto às estratégias de resistência do lugar. À medida que outros desastres sucedem, novos pesos e significações são dados ao passado e ao presente, de modo que ambos se encontram enrijecidos, mas são temporalidades que se interpenetram continuamente na memória social.

## **2. Do esforço científico precedente à cooperação interdisciplinar e interinstitucional para abordar a memória social de idosos acerca dos incêndios florestais**

Assim como o NICIF/UC, também o NEPED/UFSCar tinha um percurso de investigação sociológica em desastres e, embora não se debruçasse sobre o tema dos incêndios florestais, seus estudos abordavam a trama e o drama de grupos sociais específicos nas circunstâncias de desastres relacionados à água, incluindo, a memória social de idosos. A aproximação entre o NICIF/UC e o NEPED/UFSCar, com o propósito de produção de um projeto conjunto focalizando alguns aldeamentos suscetíveis aos incêndios florestais no distrito de Coimbra, numa interface pioneira entre a geografia e a sociologia, deu-se a partir das discussões empreendidas numa visita técnica à Universidade de Coimbra, realizada em janeiro de 2013, ocasião em

que foi disponibilizada, pelo NICIF/UC a principal bibliografia no tema e que o NEPED/UFSCar trouxe ao seu acervo, no Brasil. A especificidade do modo de vida predominantemente rural dos moradores idosos dos aldeamentos da região a ser investigada favoreceu a articulação do NICIF/UC e do NEPED/UFSCar com o NUESTRA/UFSCar, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, especialista nesse foco desde a perspectiva sociológica e, também, no foco da psicologia social. Ademais, o NEPED e NUESTRA, ambos da UFSCar, já tinham uma parceria antecedente, através do projeto conjunto “Processos de Territorialização e Identidades Sociais”, desenvolvido, com outros parceiros brasileiros, no período de 2009-2012, sob os auspícios da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Motivados para essa nova empreitada, os coordenadores dos supramencionados Núcleos de pesquisa se agregaram virtualmente e produziram, com o apoio de suas respectivas equipes, o projeto de pesquisa interdisciplinar, interinstitucional e bilateral intitulado “*Por entre brasas e fumaças: memória social e vida cotidiana de idosos afetados em desastres relacionados aos incêndios florestais em Portugal*”. Ao longo do mês de julho de 2013, foi deflagrada a primeira atividade prevista no projeto, que compreendia: (a) a coleta de campo, entrevistando moradores idosos em oito aldeias, (b) o encontro com as autoridades das respectivas Comarcas a que tais aldeias pertenciam e (c) a participação e observação direta da Romaria de Nossa Senhora das Preces, uma das mais importantes festividades religiosas da região. Os resultados dessa coleta deveriam prover informação suficiente para a produção de uma publicação científica e um vídeo-documento, dentre outras metas estabelecidas no projeto.

As oito aldeias selecionadas para a primeira coleta de campo foram: Aldeia das Dez, Chão Sobral, Rio de Mel, Piódão, Cepos, Gramaça, Soito e Malhada, distribuídas em três diferentes Concelhos. As autoridades entrevistadas foram: a Presidência da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital; a Presidência da Câmara Municipal de Arganil; a Presidência da Câmara Municipal de Góis; a Presidência da Junta da Freguesia da Aldeia das Dez; a Presidência da Junta da Freguesia de Cepos.

A equipe deliberou por se instalar, durante o mês de coleta, em uma das aldeias a ser pesquisada, a Aldeia das Dez e, por meio das suas relações pessoais precedentes, o parceiro do NICIF/UC viabilizou a hospedagem e mediou o contato com



as autoridades locais, como, por exemplo, com a Presidência da Junta da Freguesia da Aldeia das Dez, a qual, então, colocou à nossa disposição o veículo oficial, os serviços do motorista, dentre outros. Vivenciar as rotinas comunitárias e os ritmos próprios da vida local foi fundamental para que a parte brasileira da equipe compreendesse aspectos da sociabilidade aldeã. Por exemplo, observou-se que os alimentos frescos e o vinho, que constituíam a base alimentar, eram fruto do esforço, das habilidades e do conhecimento produtivo das famílias que ali residiam; que a prática de beber a água fresca, através da coleta diária em jarros na fonte da praça principal, fazia parte de um exercício de encontro diário entre os moradores, onde se cumprimentavam e falavam da vida cotidiana, renovando, assim os seus laços; entre outros.

### **3. Aspectos técnicos da produção e difusão do vídeo-documento**

A base do vídeo-documento foi um roteiro com o foco principal no modo de vida aldeão, onde o olhar do idoso se insere e o enredo se desenvolve. O conteúdo dos depoimentos foi o eixo organizador, direta ou indiretamente utilizado, ao qual se adicionam as informações obtidas através da fotodocumentação, da observação direta e dos apontamentos do diário de campo, além da menção às referências bibliográficas antecedentes da geografia, produzidas pelo NICIF/UC.

As entrevistas ocorreram tanto individualmente como em pequenos grupos de família e com um grupo maior da comunidade. Isso favoreceu a produção de uma multivocalidade e polissemia em torno da memória social acerca do principal incêndio florestal ocorrido na localidade. Couberam, assim, diferentes perspectivas no interior de uma mesma comunidade. As entrevistas gravadas foram, aos poucos, sendo transcritas, tornando-se material para parte das legendas do vídeo. As fotografias em torno do contexto socioambiental das aldeias e de seu cotidiano, juntamente com a observação direta e os apontamentos do diário de campo, compuseram, de maneira complementar, o conjunto de informações.

A captura em vídeo dos depoimentos foi no padrão técnico H.264HD 720i, utilizando uma câmera filmadora compacta, no caso, a Samsung SMX-C10, ou explorando a funcionalidade vídeo das demais câmeras fotográficas disponíveis na ocasião. O uso de câmeras compactas tornou-se necessário, pois o uso de equipamentos maiores, além de indisponíveis na ocasião, causaria estranhamento e possível intimidação aos sujeitos entrevistados. As circunstâncias financeiras da pesquisa

também contribuíram para a limitação de equipamentos disponíveis. Isso resultou numa relativa perda de definição, da qualidade de enquadramento, da aquisição de som e no balanceamento de luz em comparação ao que poderia ter sido obtido com equipamentos profissionais. Como forma de compensação, ainda que parcial, dessas perdas, foi realizado um trabalho de edição de vídeo e som numa tentativa de recuperar a qualidade. Essa tarefa compreendeu, dentre outros: a ampliação e o corte de quadro, a interpolação, a remoção/redução de ruído e equalização, a sincronização de áudio com capturas externas, o ajuste de cor, do contraste e do brilho.

Em complementação aos depoimentos do vídeo-documento, incorporaram-se novas imagens em fotografia, sons e vídeos adicionais de curta duração, representando o cenário e a paisagem locais, além de aspectos da vida cotidiana. As imagens foram adquiridas utilizando uma câmera semiprofissional disponível (Canon SX-40) e, ainda, um conjunto de câmeras compactas – de menor definição, porém, de maior praticidade. Os registros sonoros, por sua vez, foram feitos utilizando dois gravadores portáteis de áudio. Porém, estes, sem a adição de microfones especializados (omnidirecional, hipercardióide etc.), exigiram um trabalho de edição (remoção de ruído, ajuste de tons e equalização etc.). Ao total, foram coletadas 2.559 fotos, 13:11 horas de gravação de áudio e 13:47 horas de gravação de vídeo. Diante a vastidão do material recolhido, constituindo um extenso banco de dados, a seleção das informações que foram utilizadas no vídeo adotou como critério depoimentos que, associados, dessem uma perspectiva regional do modo de vida e dos incêndios florestais. Assim, abaixo dos nomes dos entrevistados cujos depoimentos foram incorporados ao vídeo, há a sua aldeia de pertencimento, localizando a singularidade da lembrança do sujeito, mas também, no seu somatório, a memória social regional sobre tais desastres. Ressalta-se que, embora o conjunto do vídeo esteja disponível e seja de uso livre, também é feito o reconhecimento do autor de cada imagem apresentada, via marca d'água no canto superior.

Tendo em vista que a audiência do vídeo-documento, disponibilizado via internet, se constituiria potencialmente de um público que desconhecia o contexto do aldeão portugalense da região investigada, houve a necessidade de elaboração de um roteiro que facilitasse a compreensão e a imersão do espectador no tema. Isso exigiu no roteiro, um preâmbulo que apresentava sinteticamente os elementos históricos, culturais, paisagísticos, sonoros e musicais permeando os depoimentos. Outras

preocupações da formulação do roteiro foram com o seu tempo de duração e com a necessidade de certa flexibilidade sub-linguística a fim de ajustar o conteúdo a algumas especificidades de uma audiência, potencialmente, lusófona. Quanto ao tempo de duração, a experiência mostra que, por variadas razões – que vão da velocidade de carregamento do arquivo ao comportamento atual dos internautas –, um vídeo-documento deve ter duração inferior a 30 minutos, caso o meio de divulgação seja on-line. Conforme salienta Bauman (2010), o mundo virtual se tornou um mosaico de diásporas cruzadas digitais, que vivem um jogo intenso de conexão-desconexão. Por causa disso, o conteúdo precisa desenvolver-se de modo a propiciar a imersão do espectador no assunto e demonstrar ao mesmo que a informação tinha originalidade, relevância e solidez, isto é, sinalizar que o tempo investido valeria à pena, agregando outro patamar de conhecimento sobre o tema.

Dito isso, a elaboração do roteiro envolveu certo ordenamento, abaixo detalhado, no qual, em cada uma das cinco seções, recursos simultâneos de imagem, trilha sonora, efeitos de transição e composição e de narração, foram todos aliados para criar um conjunto único que desembocava nos depoimentos em si; ou seja, integravam-se a narração explicativa, feita pelos pesquisadores, e a vocalização do próprio entrevistado. As cinco seções mencionadas foram: (a) a abertura, (b) a contextualização da cultura distrital, (c) a contextualização da história local e do lugar geográfico, (d) a caracterização do modo de vida aldeão e (e) a caracterização das representações sociais locais acerca dos incêndios florestais.

A abertura invoca o imaginário serrano ancestral, com suas belezas paisagísticas inspiradoras. São expressas por excertos de dois importantes autores, um clássico, Brás Garcia Mascarenhas, referente à obra “Viriato Trágico” (publicado em 1699), e o outro contemporâneo, Branquinho da Fonseca, com um trecho do “Poema do Mar e da Serra” (publicado em 1942), narrados no português de Portugal, pelo pesquisador do NICIF/UC.

Tanto a contextualização da cultura distrital quanto a contextualização da história local e do lugar geográfico basearam-se em informações bibliográficas e documentais fornecidas pelo NICIF/UC, disponibilizadas pela Biblioteca Municipal de Oliveira do Hospital e resultado da observação de campo; no último caso, isso ocorreu quando na interação informal com os moradores locais das aldeias ou testemunhando os

moradores em seus afazeres. Dentre outros, há informações referentes à divisão administrativa e à origem do Concelho.

No referente à caracterização do modo de vida aldeão, deu-se destaque a três dimensões, a saber, a do trabalho, a da arquitetura e a das festividades religiosas que, no conjunto, traduzem a singularidade da forma de pertença dos moradores idosos das aldeias da região. De um lado, destacou-se que as aldeias serranas têm em comum, além de certos valores, um modo de vida que combina tradições seculares com as novas formas de viver e trabalhar. Em relação aos valores, há uma frequente partilha do fruto do trabalho e um trabalho diuturno, destacadamente, na produção agropastoril de autoconsumo que se entremeia às rotinas da casa, envolvendo desde os cuidados com os jardins e quintais, às hortas, pomares e trato de pequenos animais de criação. De outro, sua cultura e sociabilidade comunitária são revitalizados pelas festividades religiosas, como através de um importante evento religioso da Freguesia Aldeia das Dez, a Romaria de Nossa Senhora das Preces.

Por fim, no concernente à caracterização das representações sociais locais acerca dos incêndios florestais, fez-se uma sintética descrição, física e histórica, dos incêndios florestais a fim de contextualizar tanto os depoimentos dos moradores – referidos ao seu testemunho direto dos acontecimentos, aos seus receios e angústias bem como às suas estratégias de resistência no lugar através do suporte aos combatentes – quanto à vocalização complementar do meio técnico-operacional. A informação mais enfática desse conjunto, que o vídeo-documento pretendeu transmitir, foi a de que os incêndios florestais ao derredor das aldeias ameaçam-nas e impõem grandes rupturas na rotina comunitária, sendo os moradores idosos os mais penalizados. E que, apesar dos agentes do meio operacional e a comunidade se apoiarem mutuamente, houve ocasiões em que os moradores se sentiram desamparados e manteve-se na memória social certo ressentimento em relação a isso, uma vez que a solidariedade é uma marca identitária forte dos povos das aldeias locais.

Ao longo de todo o vídeo, com exceção dos depoimentos, permeia uma trilha sonora instrumental. O fato de ser instrumental foi fundamental, para que não houvesse riscos de sobreposição de outra mensagem verbal com a narração, e para que não se desprendesse a atenção do espectador dos elementos visuais e narrativos apresentados. A trilha visou compor o ambiente, para complementar a imagem e fornecer um elo entre duas sequências. A introdução e a conclusão eram os momentos

mais marcantes, portanto, neles procurou-se utilizar elementos de música regional, no caso, fados e folclores em violão, próprios da região do distrito de Coimbra, a qual o Concelho de Oliveira do Hospital e suas respectivas aldeias fazem parte. Porém, estes gêneros não foram adotados nas fases intermediárias do vídeo, pois são sonoridades complexas que, eventualmente, poderiam desprender a atenção nas demais informações que, então, foram associadas a uma trilha mais genérica, serena, também em violão. Todos os áudios selecionados foram obtidos de autores que os disponibilizam em licença livre do tipo Creative Commons – Share Alike. Soma-se ao vídeo os efeitos sonoros pontuais, em geral, constituídos de elementos da paisagem vinculada à imagem (*soundscape*), como o som de pássaros e sinos que retinem nas igrejas das aldeias de Vale da Maceira e da Aldeia das Dez. Alguns efeitos produzidos digitalmente também revelaram-se importantes para transmitir a mensagem e a sensação de movimento a uma imagem. Este foi o caso dos sons de caminhão de bombeiros ao chamado de uma ocorrência, de helicóptero ao auxílio no combate às chamas, de crepitar do fogo, do tom dramático dado pela sinalização de risco máximo de incêndio para a região.

As imagens e vídeos valeram-se, ainda, de efeitos associados, em particular de efeitos de transição, *zoom* e *cor*. No caso da transição, priorizou-se o uso de *fade* entre as sequências de vídeo, texto e imagem, o que permitiu passagens mais suaves entre dois cenários. Efeitos de *cor*, como aplicação de sépia, foram especialmente empregados na introdução e conclusão, a fim de transmitir a ideia de se estar contando uma história do lugar bastante enraizada em uma cultura regional secular. Os efeitos de *zoom* foram aplicados em raras ocasiões, quando se pretendia expor a singularidade de um aspecto num conjunto, por exemplo, a uma única casa histórica de xisto em meio a um conjunto de casas de arquitetura moderna.

O uso de elementos de desenho vetorial foi adotado nos momentos de contextualização do lugar geográfico. Sua adoção foi proposta para tornar claro, porém, mais informal, uma referência geográfica lúdica para o espectador circunstancial e não familiarizado com a região. No referido desenho, certos elementos culturais e socioambientais foram destacados – como o cavaleiro medieval que simboliza o Concelho, as hortênsias que ornamentam a frente das casas, a floresta de pinheiros, dentre outros – e as cores utilizadas objetivou prover uma melhor visualização. O uso do padrão vetorial, ao invés da rasterização, permite a aplicação de ampliação e efeitos quando necessário, sem perda de qualidade.

Quanto à adequação a audiência, o maior obstáculo refere-se à linguagem, mais especificamente, à diferença entre o português falado em Portugal, e o sotaque serrano em particular, e o português falado no Brasil. Para resolver à questão, propôs-se a inserção de legendas. Para estas, foi utilizada fonte Tiresias PCFont, em cor branca e contorno preto, uma vez que esta fonte, desenvolvida pelo Royal National Institute for the Blind, foi desenhada com a finalidade exclusiva de melhorar a legibilidade em telas de televisão e computador (tornando-se, atualmente, um dos padrões adotados pela rede BBC), além de possuir licença de uso público (GNU) (TIRESIAS, 2009; BBC 2009).

Um dos princípios que nortearam a elaboração do trabalho foi a livre disponibilização do produto final. Assim, quando concluído, o vídeo foi licenciado em Creative Commons – Share Alike, e disponibilizado online através dos sites do NEPED/UFSCar e do NICIF/UC, além de canal no Youtube. Cópias físicas foram também produzidas e distribuídas pelo NICIF/UC às lideranças comunitárias das aldeias que nos forneceram todo o suporte para a realização da pesquisa e da produção. O link de acesso público o vídeo-documento é: [http://www.youtube.com/watch?v=g\\_PSYTWdCpQ#t=13](http://www.youtube.com/watch?v=g_PSYTWdCpQ#t=13) ou <http://www.youtube.com/nepedproductions>

## Conclusões

O contexto macro e microsocial de encontro de diferentes sujeitos, que resultou no vídeo-documento *Entre Brasas e Fumaças*, foi aqui considerado como uma modesta ilustração de que a tecnologia ultrapassada e barata, proveniente da grande indústria, pode servir como um recurso que possibilita visibilizar um modo de vida tradicional.

Do lado da equipe de pesquisadores, sua atuação ancorou-se tecnologicamente em equipamentos de consumo de massa e em práticas do mundo urbano, porém, o fez no intuito de valorizar as especificidades daquele mundo rural no que tangia à manifestação do conjunto singular de valores, crenças e práticas relacionadas ao seu modo de vida o qual, ocasionalmente, tem sido perturbado por incêndios florestais.

O que ficou tácito no vídeo, mas que, entretanto, era o principal desafio científico que o projeto se propôs a enfrentar, foi exprimir para ambas, a comunidade

científica portuguesa e brasileira, que a geografia, a sociologia e a psicologia podem ter um diálogo virtuoso e produtivo, entre si, no tema dos desastres, o que é original, considerando a intenção de realização de uma pesquisa empírica integrada. No caso em tela, a geografia foi quem lançou as pontes de entendimento e colaboração entre esses diferentes conhecimentos, apresentando com riqueza de detalhes o contexto físico e humano que seria focalizado pelo olhar da sociologia e da psicologia social e desses com os saberes e experiências locais. Isso expressa uma adesão da equipe à ideia de complexidade na fusão dos temas do mundo rural e dos desastres – que tecem, dinamicamente, o meio social e o ecossistema natural e construído e, ainda, a vida objetiva e intersubjetivamente vivida. Sem a contextualização geográfica prévia e os vínculos que o NICIF/UC construiu previamente na região, a aproximação que resultou em sua aglutinação com a análise da sociologia dos desastres e da psicologia social, respectivamente, provenientes do NEPED/UFSCar e do NUESTRA/UFSCar não teria sido possível.

O referido vídeo-documento já foi utilizado como suporte de uma apresentação científica dos resultados preliminares obtidos na pesquisa, por ocasião do VIII Colóquio de Geografia de Coimbra, ocorrido em março de 2014 na Universidade de Coimbra. Será novamente utilizado na apresentação da equipe por ocasião do III Congresso Internacional de Riscos, a decorrer em novembro p.f. na Universidade do Minho, em Guimarães, Portugal. Além disso, tem servido como material didático e o seu conteúdo é objeto de discussão na disciplina “Sociologia dos Desastres”, ministrada na graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos e na pós-graduação do curso de Ciências da Engenharia Ambiental da Universidade de São Paulo. Na forma de publicação científica, os primeiros resultados da pesquisa foram submetidos aos Cadernos de Geografia, do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O esforço rendeu, ainda, uma entrevista da equipe na imprensa regional “Comarca de Arganil” e um artigo de opinião, no site do NEPED/UFSCar, além de novas articulações entre os pesquisadores colaboradores para se aproximar de outros esforços paralelos e das redes de pesquisa das quais cada um faz parte.

Por fim, mas não menos importante, reitera-se que a memória social dos idosos acerca dos incêndios florestais que perturbaram a rotina de suas vidas num dado momento – isto é, a perspectiva do sujeito local, em seus próprios termos – foi

apresentada no vídeo-documento como forma legítima de delimitar o problema. A coleta das informações que subsidiaram a produção do referido vídeo-documento favoreceu que a parte brasileira da equipe apreendesse a tessitura integrada dos povos serranos e da serra em si, com valores, saberes e trabalho mesclando-se continuamente. Disso decorre as nossas conclusões na mensagem final transmitida no vídeo, a saber, a de que

(...) embora os riscos relacionados aos incêndios florestais estejam implicados na rotina das aldeias do Concelho de Oliveira do Hospital, o modo de vida predominante de seus moradores fixos tem tentado resistir a essas adversidades e superá-las. As serras e as florestas, assim como os socalcos e as águas límpidas que por ali fluem, constituem um ambiente único que, através dos séculos, molda a identidade coletiva do povo local e por ela é moldado. A paisagem natural e a construída se misturam às práticas sociais de sua gente, hoje predominantemente idosa e voltada para o meio rural. Homens e mulheres que vivem e convivem nas aldeias históricas e de xisto são, por vezes, invisibilizados diante os apelos e os atores da modernidade que adentram as serras. Porém, esses homens e mulheres, sujeitos ativos desse modo de vida aldeão, seguem sendo portadores de uma história extensa, vasta e de uma grandeza incomum, que se revela por meio de sua característica humildade no viver cotidiano, através da solidariedade mútua e miúda do dia-a-dia, da transparência como exibem as marcas do tempo em seus rostos e corpos, que guardam a memória do enfrentamento das rudezas do sol que arde no céu do verão, do fogo que arde no chão da floresta.

Espera-se que a revelação de um sentimento de desproteção comunitária, de um lado, e dos laços que engendram as estratégias de apoio mútuo, de outro, tenha o potencial de gerar novos subsídios à forma de produção das políticas públicas no tema dos incêndios florestais.

### Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. (2010) **Vida a crédito**: conversas com Citlali Rovirosa-Madrado. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar.

BBC (2009) **Online Subtitling Editorial Guidelines**: v.1.1. London and Salford: British Broadcasting Corporation. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/guidelines/futuremedia/accessibility/subtitling\\_guides/online\\_sub\\_editorial\\_guidelines\\_vs1\\_1.pdf](http://www.bbc.co.uk/guidelines/futuremedia/accessibility/subtitling_guides/online_sub_editorial_guidelines_vs1_1.pdf) . Acesso em: 11/05/2014.

BOSI, E. (1979) **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz Ed.

GUIVANT, J. S. (1998) A trajetória das análises de riscos: da periferia ao centro da teoria social. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n46, 2.o sem 1998, pp. 3-37.



LOURENÇO, L.(coord) (2006). **Paisagens de Socalcos e Riscos Naturais em Vales do Rio Alva**. Coletâneas Cindínicas VI. Coimbra: Editor Núcleo de Investigação Científicas de Incêndios Florestais.

MARTINS, J.S. (1998) O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo Social*, Revista Soc. USP, 10(1), pp.1-8, maio 1988.

QUARANTELLI, E. L. (1998). Epilogue. E.L.Quarantelli (Ed.). **What is a disaster?** Perspectives on the question. London, New York: Routledge. 234-273.

QUARANTELLI, E. L. (2005). A social science research agenda for de disasters of the 21<sup>st</sup> century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementations. **What is a disaster?** New answers to old questions. R.W.Perry; E.L. Quarantelli (Eds.) USA: International Research Committee on Disasters. 325-396.

SOROKIN, P.A. (1942) **Man and society in calamity** – the effects of war, revolution, famine, pestilence upon human mind, behavior, social organization and cultural life. New York: E.P. Dutton and Company, Inc.

TIRESIAS (2009). **Tiresias PCFont: a typeface for screen systems**. London: Royal National Institute for the Blind, Digital Accessibility Team. Disponível em: [http://www.tiresias.org/fonts/pcfont/about\\_pc.htm](http://www.tiresias.org/fonts/pcfont/about_pc.htm). Acesso em: 11/05/2014.

## GT 09 – Cultura e comunicação no mundo rural

### Estado e a construção da identidade de gênero: o caso da Extensão Rural no Brasil (1948-1974)

Camila Fernandes Pinheiro<sup>1</sup>

#### Resumo:

Apoiado nos padrões difundidos pelos Estados Unidos no contexto da guerra fria, o Estado brasileiro - através do Ministério da Agricultura - desenvolveu um projeto de modernização do campo, no qual a Extensão Rural fora uma política direcionada aos pequenos produtores rurais. Nesta comunicação, buscaremos expor as hipóteses iniciais da nossa pesquisa acerca das identidades hierarquizadas de gênero dos/as trabalhadores/as rurais criadas pelo conceito de família exposto na documentação da Extensão.

**Palavras-chaves:** Extensão Rural; Gênero.

#### Corpo do trabalho

Este trabalho visa resgatar a história do processo de implantação e consolidação da Extensão Rural no Brasil, em especial, o ensino de economia doméstica às mulheres do meio rural, como uma política marcada por questões de classe e gênero. A Extensão Rural constituiu no país uma política pública levada a cabo pelo Ministério da Agricultura, tida como atividade “educacional” complementar, cujo público alvo compunha-se, em tese, do chamado pequeno agricultor.

Em perspectiva histórica, já na década de 1940, educação rural deixa de conotar atividade escolar destinada às crianças e jovens, passando a enfatizar as práticas do Extensionismo e Missões Rurais, incumbidos de difundir o crédito enquanto instrumento capaz de respaldar a aquisição de tecnologia agrícola (norte-americana, sobretudo), propagandeada e difundida através da mediação de extensionistas brasileiros treinados por técnicos estadunidenses atuantes aqui graças a convênios estabelecidos entre o Ministério da Agricultura, agências privadas e o Foreign Office<sup>2</sup>.

A prática da Extensão, originária dos Estados Unidos, foi utilizada após a Guerra de Secessão e institucionalizada naquele país em 1914. Visava veicular junto à população rural conhecimentos relativos à administração das propriedades e do lar, e também levar seus problemas aos órgãos de pesquisa<sup>3</sup>.

Após a Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos<sup>4</sup>, com o intuito de expandir o capitalismo e barrar o avanço comunista, redefiniram as diretrizes de sua política externa, lançando uma série de programas de cooperação tecnológica para aproximarem-se dos países do chamado “terceiro mundo”. A rigor, tal tática abriu caminho para a implantação de projetos políticos e econômicos que tinham finalidade de garantir a afirmação estadunidense no continente americano, enquanto expandia o mercado das empresas privadas daquele país,

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História/ UFF, cacaftp@hotmail.com.

<sup>2</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado, Educação Rural no Brasil: alguns escritos*. Vício de Leitura, 2007, p. 63.

<sup>3</sup> FONSECA, M. T. L. da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985, p. 39.

<sup>4</sup> A utilização do nome do país como sinônimo de Estado refere-se às frações da classe dominante americana no poder à época.

redundando no que pode ser chamado “ressignificação” da educação rural<sup>5</sup>, notadamente na década de 1950. É neste momento que é “descoberto” o conceito de desenvolvimento<sup>6</sup>.

A relação com o que se tornaria o “Terceiro Mundo”, pautada durante a Guerra por necessidades estratégicas e acesso a matérias-primas, foi moldada desde a fundação das Nações Unidas, em 1940, tornando o mundo não-industrializado objeto de intensas negociações. O nascimento do discurso<sup>7</sup> do “desenvolvimento” e do “Terceiro Mundo” emergiu nesse contexto do pós-guerra, inexistindo antes de 1945. Ou seja, o Ocidente redefinia para si o resto do mundo. Ciência e Tecnologia, marcos civilizacionais desde o século XIX, voltaram com força para dar suporte à esta reestruturação da economia política e da cultura no plano mundial: sanar a pobreza recém-descoberta na Ásia, África e América Latina.

O ousado compromisso de transformar dois terços do mundo rumo à “prosperidade material e progresso econômico” tornou-se projeto hegemônico junto aos círculos de poder no início dos anos 1950. Propiciar as condições necessárias para reproduzir no mundo as características das sociedades “desenvolvidas” da época, como altos índices de industrialização e urbanização, tecnicização da agricultura, rápido crescimento da produção e dos padrões de vida, além da adoção da educação e valores culturais modernos, não seria “missão” simples.

O desenvolvimento, enquanto discurso historicamente produzido, trazia consigo todo um novo campo de conhecimento e experiências, permitindo novas soluções para novos problemas e novas formas de dominação. As afirmações sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento tornaram-se um estilo de dominação, reestruturação e afirmação da própria autoridade sobre o terceiro mundo<sup>8</sup>. Muitos países passaram a perceberem-se como subdesenvolvidos e superar tal condição tornou-se problema fundamental para eles, finalmente, sujeitando-se a intervenções externas crescentes e sistemáticas.

Em síntese, o desenvolvimento disponibilizou uma forma de gerir o Terceiro Mundo, assegurando o controle sobre os “povos submetidos”, inaugurando uma realidade geopolítica que vigoraria por mais, pelo menos, quatro décadas<sup>9</sup>. Repetitiva e onipresente, tal realidade se materializava nos governos que implementavam planos desenvolvimentistas, instituições aplicando programas de desenvolvimento junto a cidades e ao campo; especialistas de várias partes do mundo estudando e produzindo teorias a seu respeito. O desejo de crescimento econômico parecia estar associado a uma fé, revitalizada pela Ciência e Tecnologia, possíveis redentoras da pobreza. Sob o viés humanitário e visão positivista dessa estratégia, formas sutis e refinadas de controle e poder eram forjadas. Simultaneamente, a capacidades dos “povos subdesenvolvidos” de definirem sua própria história foi profundamente comprometida, sendo seus saberes desqualificados.

Em função do construto do desenvolvimento, a visão do Ensino Agrícola passaria a priorizar não mais a perspectiva escolar *strito sensu*, cedendo lugar a outra, eminentemente assistencial e produtivista, voltada para qualificar e treinar a mão-de-obra, além de organizá-la junto às “comunidades rurais”. Como consequência, multiplicaram-se os tipos de agências/iniciativas conjuntas brasileiro-americanas voltadas para a agricultura, denotando a vitória de alguns grupos de interesses dominantes agrários, defensores da matriz de ensino de práticas como o Extensionismo, menos dispendiosa.

<sup>5</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*, Niterói: UFF, 2010, p.81.

<sup>6</sup> ESCOBAR, A. *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995. Ver também LEAVITT, H U. S. Technical Assistance to Latin American Education. *Phi Delta Kappa*. Gilman: vol. 45, pp. 220-25, 1964.

<sup>7</sup> A análise do desenvolvimento como campo discursivo não pode deixar de vista que há uma relação dialética entre discurso e prática

<sup>8</sup> SAID, E W. *ORIENTALISMO: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p.3.

<sup>9</sup> ESCOBAR, A. *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995

No caso brasileiro, o Extensionismo foi implementado em 1948 a partir de convênio de cooperação técnica entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a AIA (*American International Association for Economic and Social Development*), entidade sem fins lucrativos, criada pelos irmãos Rockefeller, que prestaria assistência técnica através de um sistema de crédito<sup>10</sup>. Ou seja, um projeto regional de parceria público-privada.

O Relatório Abbink, gerado a partir da Missão Rockefeller no Brasil em setembro de 1948, diagnosticara um desequilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e industrial do país. Nelson Rockefeller propôs, então, um programa de assistência técnica e crédito supervisionado, empreendimento semelhante ao utilizado nos EUA para conter os efeitos da Crise de 1929 sobre os agricultores estadunidenses. Para esta finalidade foi fundada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), que iniciou suas atividades em janeiro de 1949. O auxílio a ela se materializaria na vinda de recursos técnicos e financeiros<sup>11</sup>.

A Extensão Rural foi posta em prática, inicialmente, pela recém-fundada ACAR-MG, sob o governo do “liberal udenista” Milton Campos, com objetivos assistenciais e produtivistas. Um projeto que servia às frações da classe dominante agrária brasileira, na medida em que promovia a fixação do homem ao campo enquanto evitava sua mobilização via movimentos sociais.

A justificativa para o projeto Extensionista era de que as condições de vida ruins no meio rural brasileiro seriam causadas pela ignorância do produtor, gerando entraves ao desenvolvimento da agricultura e da indústria nacional. No caso americano, o crédito supervisionado não fora uma modalidade associada à Extensão, esta foi uma adaptação feita para os chamados países em desenvolvimento. Assim, em 1949 iniciaram as viagens de técnicos brasileiros e estadunidenses pelo interior de Minas. Eram estes especialistas em agricultura (geralmente agrônomos) e economia doméstica (mulheres especializadas em economia doméstica), a exemplo do modelo americano que inspirou a política no Brasil: “um agrônomo, uma professora e um jipe”. Em cada município onde possuía escritório, a ACAR contava com um supervisor agrícola, uma supervisora doméstica, uma auxiliar – para trabalhos administrativos – e um jipe. Eles trabalhavam viajando pela área a qual eram responsáveis, visitando comunidades e famílias rurais, organizando palestras, reuniões e demonstrações<sup>12</sup>.

As economistas domésticas eram mulheres que prestavam assistência às esposas dos produtores, ensinando cuidados relativos à alimentação e saúde da família, hortas domésticas e produção caseira de roupas, reforçando a ideia de que o papel da mulher na sociedade brasileira da década de 1950 restringia-se ao privado.

O Programa Ponto IV<sup>13</sup>, instaurado no Brasil a partir do Acordo Geral de Cooperação Técnica firmado em 1950 com os EUA, teve dentre seus desdobramentos a primeira avaliação das atividades da ACAR e a vinda dos primeiros técnicos em economia doméstica para ministrar cursos na Universidade Rural de Minas Gerais<sup>14</sup>. Tal convênio estatal

<sup>10</sup> *Idem. Ibidem.* Ver também LEAVITT, H U. S. Technical Assistance to Latin American Education. *Phi Delta Kappa*. Gilman: vol. 45, pp. 220-25, 1964.

<sup>11</sup> FONSECA. *Op. Cit.* p. 65 e 79.

<sup>12</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>13</sup> O Programa do Ponto IV teve seu marco no discurso inaugural do presidente Harry Truman quando, em 20 de Janeiro de 1949, anunciou seu conceito de um “fair deal” para todo o mundo, do qual fazia parte seu apelo aos Estados Unidos e ao mundo para solucionar os problemas das “regiões subdesenvolvidas” do globo. “*There is a sense in which rapid economic progress is impossible without painful adjustments. Ancient philosophies have to be scrapped; old social institutions have to disintegrate; bonds of caste, creed and race have to burst; and large numbers of persons who cannot keep up with progress have to have their expectations of a comfortable life frustrated. Very few communities are willing to pay the full price of economic progress*”. United Nations. Department of Social and Economics Affairs. *Measures for the Economic Development of Underdeveloped Countries*, Washington: 1951.

<sup>14</sup> EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Nota do Governo dos Estados Unidos da América. In: Coleção Atos Internacionais: Renovação do acordo sobre a vinda de técnicos americanos para a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1962.

fora substituído pelo Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA)<sup>15</sup>, criado a partir de novo acordo entre os governos norte-americano e brasileiro e dotado de recursos provenientes do Governo Federal e do Programa Ponto IV. O órgão recém-criado seria responsável, a partir de então, pelos serviços de Extensão Rural e Crédito Rural Subsidiado no país. Uma iniciativa privada, com a criação da AIA e uma pública – Programa Ponto IV<sup>16</sup> – são ícones da influência norte-americana na Extensão Rural.

Nos primeiros anos de exercício a ACAR funcionou prioritariamente como uma entidade creditícia, na qual o papel dos extensionistas consistia em convencer os produtores a se “modernizarem” pelo consumo de adubos, inseticidas, máquinas e acessórios para o “conforto” do lar, como energia elétrica e eletrodomésticos; com crédito oferecido pela Caixa Econômica do Estado de Minas e Banco do Brasil S.A.. O objetivo último da política era aumentar a produção nacional de fibras e alimentos. Cabe ressaltar que o convencimento era feito separadamente por homens e mulheres, para homens e mulheres. Estes saberes eram difundidos por meio de programas de rádio, cartazes, folhetos, artigos de jornais, filmes e fotografias. Após o convencimento, o extensionista atuava no sentido de auferir crédito bancário e orientar sua utilização para o aumento da produtividade, o chamado “crédito supervisionado”.

Em sua primeira avaliação oficial, realizada por técnicos americanos em 1952 (conforme previa o programa Ponto IV), a ACAR-MG teve as atividades do Serviço de Extensão consideradas insatisfatórias<sup>17</sup>. Ou seja, o insucesso seria causado pela incompetência dos técnicos brasileiros e o ETA viria para solucionar esta deficiência, efetivando o aumento da produção e a elevando o nível de vida da população rural, tarefa não cumprida pelos extensionistas brasileiros. A partir deste momento a Extensão seria resignificada no país, com o ETA centralizando e gerindo, junto com o Ministério da Agricultura, a execução de todo tipo de projetos ligados ao “ensino agrícola”. Os técnicos brasileiros recém-chegados dos Estados Unidos traziam consigo a ideia de que o mote do extensionismo deveria ser educar, utilizando o crédito como ferramenta para tanto, efetivando a tarefa não cumprida pelos extensionistas brasileiros<sup>18</sup>. O ETA consolidou o modelo “um agrônomo, uma professora e um jipe”, intimamente ligado à questão do desenvolvimento e funcionaria no Rio de Janeiro entre 1953 e 1964. Ele não pode ser considerado uma profunda inovação, uma vez que se trata do aprimoramento da intervenção estadunidense sobre as questões brasileiras e latino-americanas em prol da superação da pobreza.

O modelo da Extensão e Crédito associados serviu para redefinir a pequena propriedade rural, que passou a produzir para o mercado interno – demanda historicamente associada à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) desde a Primeira República – produtos baratos, permitindo o congelamento de salários dos principais consumidores daqueles gêneros, os trabalhadores urbanos<sup>19</sup>. Além da subordinação do trabalho ao capital, que permitia a expansão das relações capitalistas no campo, o trabalhador rural que não possuía terras se dirigia às cidades, tornando-se exército industrial de reserva.<sup>20</sup>

Com a consolidação da experiência mineira e a criação da ACAR em outros Estados foi fundada, sob o governo de Juscelino Kubitschek, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), órgão nacional, ligado ao Ministério da Agricultura, responsável pela coordenação das entidades estaduais; a Extensão adquiria abrangência nacional. Assim, as atividades da ACAR, experiências pioneiras originalmente patrocinadas por Nelson Rockefeller e

<sup>15</sup> O ETA foi criado em 1953, produto do acordo binacional entre o Ministério da Agricultura e o Governo norte-americano (*Foreign Office Americano*). Financiavam projetos de cooperativismo agrícola e técnicos com recursos oriundos do Programa Ponto IV. Seu objetivo principal era “*contribuir para o avanço econômico dos países subdesenvolvidos*”. MENDONÇA, Sônia. *Estado... Op. Cit.* p. 79.

<sup>16</sup> LATTA, M. Point Four: a Modest Program. Education. Gilman: vol. 71: pp. 276-281, 1951.

<sup>17</sup> MOTTA, G. O. & VIEIRA I. R. História do serviço de Extensão Agrícola no Brasil. In: *Trabalhos de Extensão*. Itabuna/BA, CEPLAC, 1970, p.20.

<sup>18</sup> MINAS GERAIS. ACAR. Relatório 1954/1955, p.6.

<sup>19</sup> IANNI, Octávio. Relações de produção e proletarianização rural. In: *Vida Rural e mudança social*, p.151.

<sup>20</sup> MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1980, p.59.

sua AIA, consolidar-se-iam na ABCAR, entidade responsável, a partir de então, tanto pelos trabalhos de extensão, quanto pelo chamado Crédito Rural Supervisionado<sup>21</sup> em todo o território nacional. Em outras palavras, uma iniciativa estrangeira e privada se tornou em pouco tempo uma política pública nacional cultivada até hoje no Brasil, porém, em caráter regional.

Assim, os técnicos extensionistas provinham do convênio ABCAR/ETA, financiado, dentre outras fontes, por créditos do BID e Banco Mundial; agiam como mediadores entre o “projeto pedagógico” e de modernização agrária e os usuários finais<sup>22</sup>. A ABCAR seria substituída pela Empresa Brasileira de Assistência técnica e extensão Rural (Embrater), em 1974. O poder simbólico<sup>23</sup> emanado destes programas é de extrema importância nas relações rurais brasileiras, devido à oposição construída entre a agricultura tradicional e a inovadora, que se projeta no homem que a desempenha.

Até meados da década de 1970, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) estabeleceu os principais quadros do alto escalão do Ministério da Agricultura. Sobressaiu o projeto de “mecanização e subsídios para os grandes produtores, cooperativização para os pequenos”<sup>24</sup>. A lógica da cooperativização, desenvolvida pela SNA para ligar o pequeno agricultor ao mercado interno, não tinha pretensão de levar a qualquer mudança no status quo vigente. A educação rural estabelecida pelo MA servia, na realidade, como veículo de submissão do labor rural. O projeto do extensionismo aparece, portanto, como uma aliança de interesses entre o capital estadunidense e aquele do patronato rural hegemônico na pasta da Agricultura.

SNA e SRB (Sociedade Rural Brasileira) eram, como demonstrado por Sônia Mendonça, aparelhos privados de hegemonia, que se voltaram para o combate ao projeto de reforma agrária em construção nas décadas de 1950 e 60, terminando vitoriosos com o golpe de 1964. Pode-se perceber a Extensão Rural como uma tática para suprimir potenciais conflitos agrários no Brasil, como fica claro a partir da década de 1950, com concentração dos esforços extensionistas e outros projetos do ETA no Nordeste, área de maior disseminação das Ligas Camponesas<sup>25</sup>.

A política desenvolvimentista no Brasil foi seguida por modificações em relação à questão de gênero. As mulheres brasileiras acompanharam as tendências internacionais de emancipação feminina derivadas da necessidade gerada pelo esforço da Segunda Guerra Mundial e pelo crescimento econômico. Todavia, a partir do final da década de 1940 e nos anos 1950, o Brasil convergiu com a política estadunidense de restabelecimento do papel doméstico das mulheres<sup>26</sup>. Ora, a transmissão dos códigos e visões de mundo propiciadas pelo imperialismo da Guerra Fria, estendia-se ao privado, que, como enunciava a geração de feministas da década de 1970: também é político<sup>27</sup>.

---

<sup>21</sup> O Crédito Rural Supervisionado, consistia em linhas de crédito concedidas ao pequeno agricultor, ou a cooperativa agrícola de uma determinada comunidade, com propósito de desenvolvimento da produção. Todavia, nesse regime havia um direcionamento na forma de destinar os recursos ganhos, para garantir a “correta” eficácia do crédito. Os extensionistas faziam a análise de crédito, e recomendavam aos bancos os candidatos capazes de obterem esse empréstimo. A supervisão ficava, ou a cargo do extensionista, ou mesmo por um funcionário do banco treinado para tal.

<sup>22</sup> *Pesquisa Agropecuária e Qualidade de Vida: A História da Embrapa*. Brasília: Embrapa, 2002, p.20.

<sup>23</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989

<sup>24</sup> MENDONÇA, S. R. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*, São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.74.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Rio de Janeiro: Faperj/Vício de Leitura, 2007, pp. 73-110.

<sup>26</sup> MCINTOSH, Mary. “The State and the Oppression of Women”. In: KUHN, Annete & WOLPE, Annmarie. *Feminism and Materialism. Women and Modes of Production*. Londres e Nova York: Routledge, 1978. pp. 254-289. Citação referente à p. 279.

<sup>27</sup> COSTA, Ana Alice. “O movimento feminista no Brasil. Dinâmicas de uma intervenção política”.

Labrys Estudos Feministas. Jan/Jul. 2005, p.2.

O modelo de família era aquele no qual o homem era responsável pelo sustento, enquanto a mulher dedicava-se ao trabalho do lar e ao cuidado com os filhos, numa realidade em que a maternidade era vista como uma “obrigação social”<sup>28</sup>. Uma organização como esta determinava o pai como chefe da família e detentor do poder sobre a prole e a esposa – arranjo reconhecido/imposto, inclusive, pela legislação vigente. A rigor, o Estado endossava a perspectiva da mulher como segundo sexo<sup>29</sup>, o “outro”, que está preso à “armadilha” da domesticidade e da maternidade.

A submissão do trabalho doméstico feminino ao assalariado masculino perfazia uma visão na qual o labor da mulher era subsidiário ao do homem. Isto coadunava com o caráter primariamente materno da esposa, já que o trabalho assalariado feminino poderia atrapalhar suas atividades domésticas, seus “verdadeiros deveres”. O modelo para o gênero feminino era a esposa recatada, boa mãe e prendada no trabalho doméstico. Tal modelo era presente não só no Brasil da década de 1950, sendo atuante nos EUA e fundamentalmente divulgado no contexto da guerra fria como parte integrante do *american way of life*<sup>30</sup>.

No caso do campo brasileiro, Paola Giuliani ressalta que não havia uma distinção entre os limites das atividades domésticas e agrícolas. Assim, as políticas públicas de retorno ao lar e educação agrícola para economia doméstica não implicavam na diminuição da força de trabalho do produtor rural, mas numa sobrecarga para as mulheres, antecipando para elas, na experiência, a dupla jornada de trabalho. Isto é ainda mais importante se considerarmos que até os anos 1960 metade da população nacional ainda se encontrava no campo e submetida a regimes de trabalho de produção familiar ou assalariamento informal, num contexto em que o poder do patriarcado<sup>31</sup> extrapolava o espaço doméstico, negando, muitas vezes, às mulheres uma participação política em cooperativas ou associações de produtores<sup>32</sup>.

Muito embora as mulheres brasileiras tenham conquistado sua cidadania política<sup>33</sup> ainda em 1932 (antes de países com França e Itália), a cidadania plena no país permaneceu, até 1964, vinculada ao emprego assalariado urbano, deixando o enorme contingente de trabalhadores rurais excluídos, por exemplo, dos direitos previdenciários. Em relação aos programas sociais e de assistência, o Estado admitia como interlocutores apenas algumas categorias e os chefes de famílias institucionalmente constituídas. Desta maneira, segundo Giuliani, a maior parte das mulheres continuava sendo contemplada indiretamente como cidadãs<sup>34</sup>. No contexto específico do campo brasileiro, então, o gênero feminino estava sujeito a uma dupla exclusão da cidadania: por serem mulheres e trabalhadoras domésticas/rurais.

A questão emergente da “economia doméstica” enquanto política pública refere-se às múltiplas determinações imbricadas a esta prática. Primeiramente, o lastro propiciado pelo nascente conceito de subdesenvolvimento para a importação de um modelo de comportamento, via imperialismo, que colocava a administração da propriedade rural e do lar como atividades distintas, ignorando os saberes dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que amparavam a lógica de estruturação das propriedades familiares. A dominação masculina

<sup>28</sup> PINSKY, Carla. “As Mulheres dos Anos Dourados”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. pp. 607-639. A citação refere-se à p. 633.

<sup>29</sup> BEAUVOIR, Simone de, O segundo sexo. (2 volumes). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 2ª Edição, 1960, p.23.

<sup>30</sup> FRIEDAN, Betty. *Mística Femina*. Petrópolis: Vozes, 1971. pp. 32-33.

<sup>31</sup> Patriarcado ou patriarquia é o conceito que “ênfatiza a inter-relação entre os vários modos em que os homens têm poder sobre as mulheres” conforme a definição presente em BOTTOMORE, Tom & OUTHWAITE, William (Edits). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. pp. 561-562.

<sup>32</sup> GIULANI, Paola. “Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *Op. Cit.* pp. 640-668. Citação referente às pp. 642-646.

<sup>33</sup> Aqui, obedece-se a divisão estabelecida por T.H. MARSHALL entre *cidadania civil*, correspondente aos direitos ligados às liberdades individuais; *cidadania política*, ligada ao exercício dos direitos políticos, em especial o voto; e *cidadania social*, relacionada tanto ao bem-estar econômico quanto à possibilidade de participação em benefícios sociais. MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

<sup>34</sup> GIULANI, Paola. *Op. Cit.* p. 643.

entranhada no tecido social brasileiro no século XX viria a se somar a esse novo estilo de dominação emergente do pós-guerra. O Extensionismo viria a produzir uma identidade de gênero que reforçava estereótipos, moldando a possibilidade de ação da mulher, associando ao feminino o particular, ao lar. Claro, a mulher também deveria consumir produtos industrializados, mas os que eram destinados à casa, como eletrodomésticos. Além disso, contribuía para que para que a agricultora acumulasse duas funções, uma vez que ela não abandonava o trabalho na lavoura, conforme supracitado. Assim como no caso das concepções sobre países ricos e pobres, importamos as noções de mulher dos países “desenvolvidos”, que estavam à década de 1950, em franco debate sobre o papel da mulher na sociedade em razão da reconfiguração propiciada pela Segunda Grande Guerra.

O modelo de ensino posto em prática inicialmente pela ACAR, consolidado pela ABCAR e levado adiante pela Embrater através de “um agrônomo, uma professora e um jipe”<sup>35</sup> referia-se a uma hierarquização dos saberes do agrônomo em relação à economista doméstica, uma vez que a meta da Extensão era a superação do atraso econômico via aumento da produtividade. A tarefa primordial estava colocada ao agrônomo e às “modernas técnicas de cultivo” que ele levava para “iluminar” a vida dos homens do campo, a ele cabia a efetivação da “missão” extensionista. À economista doméstica cabia a tarefa secundária de ensinar a cuidar do bem estar, higiene e saúde da família. Embora a tecnologia fosse compreendida como efetiva solução dos problemas do meio rural, o controle de verminoses que reduziam a capacidade produtiva, por exemplo, seria determinante nesse sentido.

As técnicas em economia doméstica que viajavam pelo interior do Brasil visitando comunidades e famílias rurais, levando filtros d’água e tanques de lavar roupa, além de lições para o feitiço de roupas e hortas, tiveram nos desdobramentos do programa Ponto IV o “reforço” de técnicas estadunidenses para a formação de novas economistas em nível universitário. Firmado em 1951, o acordo subsequente ao Acordo Geral de Cooperação Técnica, firmado entre o governo brasileiro e americano, ligado ao Ponto IV, estabeleceu o fornecimento de técnicos especializados em Economia Doméstica para lecionar na Universidade Rural de Minas Gerais, atual Universidade Federal de Viçosa<sup>36</sup>. No ano seguinte, 1952, inaugurava naquela universidade, na Escola Superior de Ciências Domésticas, o primeiro curso de Graduação de Economia Doméstica<sup>37</sup>, obviamente, para atender às demandas da Extensão Rural.

A relevância do tema aqui apresentado se dá em três feições principais: 1) a compreensão dos aspectos políticos das políticas públicas viabilizadas por uma agência do Estado Restrito, o Ministério da Agricultura; 2) a emergência da utilização do conceito relacional de Gênero para a análise histórica e 3) por se tratar de tema inédito na historiografia especializada sobre Extensão Rural a conformação de gênero perpassada por tais políticas.

Este tipo de abordagem para o Estudo das relações entre Estado e a Extensão Rural configura-se numa investigação sobre a História do Estado Ampliado no Brasil, tomando como recorte temático a conformação das relações de gênero e, como limites cronológicos, os anos de 1948 – quando da instauração da prática Extensionista no país – e 1974 – ano da extinção da ABCAR, agência que geriu a nacionalização de uma política nascida regionalmente – visando resgatar a trama de contradições políticas concernentes à atuação do órgão no país. Trata-se, tal como a documentação compulsada evidencia, de tentar revelar a necessidade, ao mesmo tempo simbólica e política de certos agentes sociais de disseminar, através de práticas de Extensão/Economia Doméstica, um conjunto de códigos de comportamento e visões de mundo que assegurem não só o disciplinamento da força de trabalho rural, como também a o discurso “modernização” do ambiente doméstico como instrumento capaz de reproduzir a dominação masculina. Em suma, trata-se de adotar um enfoque que politize, de forma complexa, o papel da

---

<sup>35</sup> SILVA, Paulo Machado da. *Um agrônomo, uma professora e um jipe. Memórias da Extensão*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2010.

<sup>36</sup> FONSECA. *Op. cit.*, p.86.

<sup>37</sup> [http://www.ufrpe.br/curso\\_ver.php?idConteudo=8](http://www.ufrpe.br/curso_ver.php?idConteudo=8)



Economia Doméstica, enquanto política estatal, superando a dicotomia público/privado, no período focalizado.

Nesse sentido, se faz necessário trazer algumas discussões acerca da questão de gênero que permeiam esta análise. Na área das ciências humanas, tais estes debates foram gerados partir do acúmulo conquistado com a construção de uma História das Mulheres, forjada no contexto político da luta feminista na década de 1960. Em um artigo fundamental para essas discussões, Joan Scott define gênero como

Um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e (...) uma forma primeira de significar as relações de poder. (...) O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”.<sup>38</sup>

Tal relação seria, assim, constituída por símbolos e normas sociais, bem como por noções políticas e identidades subjetivas, indicando sempre uma relação de dominação. Nos termos de Bourdieu, essa dominação do gênero masculino sobre o feminino é uma forma de violência simbólica, ou seja, uma relação de poder desigual constituinte do nosso habitus, mascarando, desta maneira, a dominação incorporada pelos próprios dominados. O “arbitrário cultural” seria tido como natural, permitindo que situações flagrantes de violência se perpetuassem no tecido social<sup>39</sup>. Em outras palavras, relações sociais apareceriam como sendo, segundo Scott, pretensamente naturais<sup>40</sup>. Referindo-se às categorias de masculino e feminino, o gênero deve ser entendido como um aspecto relacional.

Para Tilly, ao se filiar ao método pós-estruturalista da desconstrução e dos micro-poderes, Scott

...recusa a explicação, considerando-a um outro método de dominação. Se queremos compreender o poder, precisamos de uma análise das formas do poder, em termos de causas e consequências, que pesquise quais são as condições que tornam a desigualdade mais ou menos pronunciada e quais são os fatores associados a esta variação.<sup>41</sup>

Para além de defender, como Tilly, uma História Social, buscamos a associação com o materialismo histórico, afirmando a necessidade de entender as bases materiais do exercício do poder. Neste sentido, é importante nos debruçarmos sobre a corrente das feministas marxistas. Ao contrário da crítica rasa de Scott, de que as marxistas vêem o gênero como subproduto das causalidades econômicas<sup>42</sup>, a corrente inspirada na obra de Marx também afirma a necessidade de ligar a questão de gênero a outras relações sociais, tanto econômicas quanto extra-econômicas. Na realidade, ao tratar da relação entre os conceitos de classe (central no materialismo histórico) e gênero, Ellen Wood afirma que a lógica capitalista é que cria a noção de que a classe é apenas uma categoria econômica, quando, na realidade, ela está ligada umbilicalmente a várias relações extra-econômicas. A autora ressalta, todavia, que o capital não necessita de formas extra-econômicas de dominação (como o a submissão de gênero) para o seu funcionamento, muito embora se aproveite de qualquer destas formas para aumentar sua capacidade de exploração da força de trabalho e produção de mais-valor<sup>43</sup>.

<sup>38</sup> SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1989. Tradução de Christine Dabat e Maria Ávila. Disponível em [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod\\_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf) p. 21 e 23.

<sup>39</sup> Ver em especial BOURDIER, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

<sup>40</sup> SCOTT, J. *Op. Cit.* p. 26.

<sup>41</sup> TILLY, L. *Op. Cit.* p. 51.

<sup>42</sup> SCOTT, J. *Op. Cit.* 8-19.

<sup>43</sup> WOOD, Ellen. *Democracia contra Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 241.

Entender que, no capitalismo, as relações de classe são hegemônicas e lançam seus matizes sobre outras formas de dominação significa lembrar sempre que há diferentes formas de poder articuladas às diferenças classistas. Sendo assim, no capitalismo as mulheres estão simultaneamente sujeitas ao capital e ao patriarcado, que não são autônomos, mas partes do mesmo sistema opressivo. A centralidade da produção de mercadorias ressaltada por Marx n' *O Capital* é tão intensa que afeta todas as áreas da vida social, inclusive as relações de gênero.

A opressão do patriarcado, todavia, existe antes do capitalismo. Engels afirma que a primeira divisão social do trabalho é a sexual, configurando a exploração masculina<sup>44</sup>, que, assim como outras categorias originárias do pré-capitalismo, adquire um significado diferente sob o Modo de Produção baseado na reprodução ampliada do capital.

Ellen Wood afirma que a divisão sexual do trabalho na família acaba por ser, ainda no pré-capitalismo, distorcida por relações entre a família e outras forças. Desta maneira, as relações hierárquicas externas são mimetizadas na estrutura familiar e a opressão de classe alimenta uma opressão de gênero<sup>45</sup>. Em outras palavras, o homem vira o agente do Estado na família e, neste sentido, é reconhecido no capitalismo pelo próprio Estado, como visto, como o sujeito da família, chefe daquela instituição.

A divisão sexual do trabalho propagada inicialmente pela lógica capitalista é aquela da separação de gênero entre trabalho doméstico (feminino) e trabalho assalariado (masculino). Há um debate entre as feministas marxistas sobre a importância do trabalho doméstico para a reprodução do capital, já que os serviços do lar seriam necessários para a manutenção da força de trabalho. Além disto, manter a mulher em casa – muitas vezes apoiado na questão física de que ela seria responsável pela maternidade e a criação dos filhos – geraria um maior exército industrial de reserva, possibilitando uma diminuição nos salários masculinos<sup>46</sup>.

O interesse das classes dominantes na reprodução contínua do capital e da estrutura de exploração de classe leva, segundo Mary McIntosh, o Estado a desempenhar um papel de suporte a uma forma particular de família (aquela do marido provedor com mulher e filhos dependentes), fazendo com que as mulheres executem o trabalho doméstico não pago. Segundo a autora, isto, por um lado, permitiria o aumento do exército industrial de reserva e o pagamento de salários menores às mulheres e, por outro, estabeleceria o gênero feminino como responsável pela economia familiar e, assim, pela reprodução das forças de trabalho<sup>47</sup>.

Jane Jenson reafirma a importância da economia doméstica para a reprodução da força de trabalho e para o interesse do Estado, com a manutenção de suas tropas para possíveis guerras e a criação de uma mão-de-obra saudável e disciplinada, por exemplo. Isto faria com que a instituição estatal mantivesse um esforço para criar um padrão determinado de relação familiar<sup>48</sup> que, como vimos para o período deste trabalho, foi propagandeado durante a Guerra Fria e determinou a política de educação doméstica relacionada à Extensão Rural no Brasil. A própria maternidade – utilizada como fator determinante para a definição de gênero – é afetada no capitalismo pela política estatal:

Os Estados buscam organizar a única atividade que é inevitavelmente de gênero – o parto. Na medida em que o Estado capitalista se preocupa com sua população nacional, a construção social da maternidade tornou-se uma área provável da atividade estatal. A questão da criança e da proteção maternal surgiu no contexto da preocupação generalizada com o declínio da

---

<sup>44</sup> ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

<sup>45</sup> WOOD, E. *Op. Cit.* p. 238.

<sup>46</sup> Para esta discussão, ver ARMSTRONG, P. & ARMSTRONG. “Beyond Sexless Class and Classless Sex: Towards Feminist Marxism”. *Studies in Political Economy*. 10. Inverno, 1983. pp. 7-44.

<sup>47</sup> MCINTOSH, Mary. *Op. Cit.*

<sup>48</sup> JENSON, Jane. “Gender and Reproduction: Babies and the State”. *Studies in Political Economie*. 20. Inverno, 1986. pp. 9-46.

natalidade, a mortalidade infantil e a saúde pública, e ocupou os políticos em muitos países a partir do último quartel do século XIX.<sup>49</sup>

O tratamento dado ao conceito de Estado pelas marxistas feministas com as quais tivemos contato é, no entanto, insuficiente, já que elas parecem tratar deste a partir de uma visão monolítica que vê o aparelho estatal apenas como braço superestrutural político da classe dominante. Sem descartar a dominação de classe, acreditamos, assim, ser mais frutífero ver o conceito de Estado “no seu sentido orgânico e mais amplo”, segundo a definição do marxista sardo Antonio Gramsci:

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica ou política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil”.<sup>50</sup>

Gramsci incorpora ao Estado as tensões de classe disputadas na esfera da sociedade civil<sup>51</sup> a partir das disputas dos chamados Aparelhos Privados de Hegemonia pela construção do consenso na sociedade civil, pelo aparelhamento da sociedade política (ou Estado restrito) e o controle das políticas públicas.

Os múltiplos sujeitos políticos coletivos começam, progressivamente, a se organizar em aparelhos privados de hegemonia civil, na tentativa de obter do conjunto da sociedade o consentimento passivo e/ou ativo para seus projetos antagônicos de sociabilidade, e a exigir do Estado a criação e/ou ampliação de direitos (...)<sup>52</sup>.

A disputa de projetos antagônicos pela hegemonia na sociedade civil é associada à criação do consenso, enquanto a esfera da sociedade política ligar-se-ia mais proximamente à coerção. Lembrando que a dialética impede de tratar qualquer uma das duas esferas em separado, o próprio Gramsci entende esta como uma divisão metodológica e não real. Segundo o militante sardo,

(...) na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção).<sup>53</sup>

---

<sup>49</sup> *Idem. Ibidem.* p. 15.

<sup>50</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 139.

<sup>51</sup> Importante lembrar que Gramsci supera a definição liberal de sociedade civil, que liga tal esfera somente à vida privada. Isto é imprescindível para nosso estudo, no sentido em que as definições de gênero defendidas pelas classes dominantes e disseminadas pelo Estado constroem a esfera privada da atividade doméstica, familiar e materna. Para além disto, o conceito gramsciano também supera, como mostra Álvaro Bianchi a divisão entre estrutura e superestrutura, entendendo que a sociedade civil também é palco de relações econômicas. Ver BIANCHI, Álvaro. *O Laboratório de Gramsci. Filosofia, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2008. pp. 178-187.

<sup>52</sup> NEVES, Lúcia & SANT'ANNA, Ronaldo. “Introdução: Gramsci, o Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia”. In: NEVES, L. (org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia. Estratégias do Capital para Educar o Consenso*. Rio de Janeiro: Xamã, 2005. pp. 19-40. Citação da p. 23.

<sup>53</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 244.

No que tal concepção de Estado ajuda no estudo específico da construção de gênero através de políticas públicas voltadas para a extensão rural? É importante ressaltar que tais políticas públicas tomam a sociedade civil como ponto de partida para criar uma concepção hegemônica de gênero feminino ligada ao trabalho doméstico, que auxilia na reprodução do capital. Além disto, a mesma sociedade civil é palco das disputas entre diferentes projetos para o campo brasileiro, defendidos pelos aparelhos privados de hegemonia de classes e frações de classe, como a Sociedade Nacional de Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira. Estes aparelhos buscam dominar instituições estatais como a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), todas ligadas ao Ministério da Agricultura.

Em relação à Extensão Rural, à educação dos produtores agrícolas brasileiros e a criação de um padrão de gênero, é importante lembrar o papel educador do Estado ressaltado por Gramsci:

Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente novos tipos de humanidade.<sup>54</sup>

### Considerações Finais

Apoiado nos padrões difundidos pelos Estados Unidos no contexto da guerra fria, o Estado brasileiro desenvolveu um projeto de modernização do campo no qual o extensionismo conformou um conceito de família baseado numa divisão opressora de gênero entre o masculino, chefe da família, e o feminino, dona de casa, no qual o último é responsabilizado por uma dupla jornada composta pelo trabalho na lavoura e pela execução racional do trabalho doméstico e, assim, pela reprodução da força de trabalho. Este esforço reflexivo se dá a partir de uma perspectiva de utilizar as categorias “classe” e “gênero” na análise histórica como ferramentas com as quais se pode operar conjuntamente, sem secundarizar uma em relação à outra.

### Referências bibliográficas

ARMSTRONG, P. & ARMSTRONG. “Beyond Sexless Class and Classless Sex: Towards Feminist Marxism”. *Studies in Political Economy*. 10. Inverno, 1983.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. (2 volumes). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 2ª Edição, 1960.

BIANCHI, Álvaro. *O Laboratório de Gramsci. Filosofia, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BOTTOMORE, Tom & OUTHWAITE, William (Edits). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

BOURDIER, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

COSTA, Ana Alice. *O movimento feminista no Brasil. Dinâmicas de uma intervenção política*. Labrys Estudos Feministas. Jan/Jul. 2005.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Nota do Governo dos Estados Unidos da América*. In: Coleção Atos Internacionais: Renovação do acordo sobre a vinda de

---

<sup>54</sup> *Idem, Ibidem*. p. 23.

- técnicos americanos para a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1962.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- ESCOBAR, A. *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- EMBRAPA. *Pesquisa Agropecuária e Qualidade de Vida: A História da Embrapa*. Brasília: 2002.
- FONSECA, M. T. L. da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.
- FRIEDAN, Betty. *Mística Femina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GIULANI, Paola. “Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.).
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- IANNI, Octávio. *Relações de produção e proletarianização rural*. In: Vida Rural e mudança social.
- JENSON, Jane. “Gender and Reproduction: Babies and the State”. *Studies in Political Economie*. 20. Inverno, 1986.
- LATTA, M. *Point Four: a Modest Program*. Education. Gilman: vol. 71, 1951.
- LEAVITT, H U. S. Technical Assistance to Latin American Education. *Phi Delta Kappa*. Gilman: vol. 45.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1980.
- MCINTOSH, Mary. “The State and the Oppression of Women”. In: KUHN, Annete & WOLPE, Annmarie. *Feminism and Materialism. Women and Modes of Production*. Londres e Nova York: Routledge, 1978.
- MENDONÇA, S. R. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*, São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*, Niterói: UFF, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Rio de Janeiro: Faperj/Vício de Leitura, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Estado, Educação Rural no Brasil: alguns escritos*. Vício de Leitura, 2007.
- MINAS GERAIS. ACAR. Relatório 1954/1955.
- MOTTA, G. O. & VIEIRA I. R. “História do serviço de Extensão Agrícola no Brasil”. In: *Trabalhos de Extensão*. Itabuna/BA, CEPLAC, 1970.
- NEVES, Lúcia & SANT’ANNA, Ronaldo. “Introdução: Gramsci, o Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia”. In: NEVES, L. (org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia. Estratégias do Capital para Educar o Consenso*. Rio de Janeiro: Xamã, 2005.
- PINSKY, Carla. “As Mulheres dos Anos Dourados”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

SAID, E W. *ORIENTALISMO: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

United Nations. Department of Social and Economics Affairs. *Measures for the Economic Development of Underdeveloped Countries*, Washington: 1951.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1989. Tradução de Christine Dabat e Maria Ávila. Disponível em [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod\\_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)

SILVA, Paulo Machado da. *Um agrônomo, uma professora e um jipe. Memórias da Extensão*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2010.

TILLY, Louise. “Gênero, História das Mulheres e História Social”. *Cadernos Pagu*. N. 3. 1994.

WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Democracia contra Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.

## GT 09 – Cultura e comunicação no mundo rural

### INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL DE ASSENTAMENTOS RURAIS EM TERESINA-PI

Alyne Maria Sousa Oliveira<sup>1</sup>  
Maria do Socorro Lira Monteiro<sup>2</sup>  
Maria Dione Carvalho de Moraes<sup>3</sup>  
Clarissa Flávia Santos Araújo<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Economista, Mestre e Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela Universidade Federal do Piauí; professora do Departamento de Gestão e Negócios do Instituto Federal do Piauí; e-mail: alyne.maria@gmail.com.

<sup>2</sup>Economista, Professora Associada I do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí e do Programa Regional em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA); e-mail: socorrolira@uol.com.br.

<sup>3</sup>Cientista social, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), Antropologia e Arqueologia (PPGAArq) e Sociologia (PPGS), da Universidade Federal do Piauí; e-mail: mdione@superig.com.br.

<sup>4</sup>Economista, Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela Universidade Federal do Piauí; e-mail: cla.flavia@hotmail.com.

#### Resumo

Um dos mais importantes aspectos da sustentabilidade constitui a dimensão cultural do seu povo; entretanto, observa-se que essa perspectiva permanece negligenciada. Neste artigo que objetiva formular uma metodologia de indicadores culturais para assentamentos rurais, apresentam-se os resultados verificados em três assentamentos situados em Teresina-PI, os quais sinalizam a ausência de políticas públicas de incentivo à realização de atividades e ao consumo cultural direcionadas ao meio rural.

**Palavras-chave:** assentamentos rurais; sustentabilidade; indicadores culturais.

#### 1 Introdução

Um dos mais importantes aspectos da sustentabilidade de um ambiente constitui a dimensão cultural do seu povo. Entretanto, ao longo dos estudos realizados sobre as condições de vida nos assentamentos rurais, observa-se que essa perspectiva permanece obscura na política de reforma agrária e negligenciada na experiência vivida nesses espaços.

A vasta literatura acerca da elaboração e cálculo de indicadores de sustentabilidade em assentamentos rurais limita-se a abranger os critérios socioeconômicos; há uma restrita parcela que trata sobre as dimensões ecológicas e político-institucionais, ao passo que se evidencia uma lacuna considerável no tocante às questões culturais.

Neste artigo que tem por objetivo formular uma metodologia de indicadores culturais orientada aos projetos de reforma agrária, apresentam-se os resultados verificados em três assentamentos rurais situados em Teresina-PI, geridos por diferentes arranjos institucionais: o assentamento federal Santana Nossa Esperança, o assentamento estadual Fazenda Soares e o assentamento casulo Tapuia, criados/reconhecidos em 2005.

Visando à consecução deste estudo, foram realizados levantamento documental junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e Superintendência de Desenvolvimento Rural (SDR) da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT); pesquisa de campo, por meio de observação direta (MAY, 2004) com registros em diário de campo (WHITAKER, 2002), da realização de entrevistas não-diretivas

(THIOLLENT, 1987; MICHELAT, 1987) com os líderes das associações de assentados e os habitantes mais antigos das áreas e da aplicação de questionário a uma amostra estratificada proporcional de 139 assentados (com erro estatisticamente calculado de 5,0%), ocorridas no período de maio a novembro de 2002. Tais instrumentos permitiram reconstituir elementos da história e obter os dados necessários à construção dos indicadores de sustentabilidade cultural dos referidos assentamentos.

O artigo é composto de três tópicos: o primeiro, abordando os aspectos teórico-metodológicos da construção de indicadores de sustentabilidade cultural em assentamentos rurais; o segundo apresenta os resultados da pesquisa e o terceiro retrata as conclusões do estudo.

## 2 Construção de indicadores de sustentabilidade cultural em assentamentos rurais

Consoante a ONU (2001), o indicador constitui uma medida destinada a resumir informações relevantes de um fenômeno particular, que permite a tradução de informações relacionadas com o conhecimento científico de fatos físicos ou sociais, em unidades capazes de serem manejadas, facilitando o processo decisório e a prevenção de problemas.

De acordo com Häkkinen (2001), indicadores de sustentabilidade consistem em figuras ou sinais, que ajudam a simplificar a informação acerca da pressão sobre o meio ambiente, em um formato mais ágil e facilmente compreensível para não-especialistas. Para tanto, precisam ser objetivos, a fim de que seus resultados sejam passíveis de replicação e de cotejo em escala internacional, apesar de serem principalmente adotados em âmbito nacional.

Segundo Deponti et al (2002) e Deponti e Almeida (2008), os indicadores podem ser utilizados para operacionalizar conceitos e definir padrões de sustentabilidade. Nessa perspectiva, Moura et al (2004) definem indicadores como um conjunto de parâmetros que, além de mensurar as modificações, comunicam de forma simplificada o estado do sistema em relação aos critérios e as metas estabelecidas para avaliar a sua sustentabilidade.

Na compreensão de Bellen (2005), a construção de indicadores de sustentabilidade encerra as seguintes características: dimensões ecológica, social, econômica, político-institucional e cultural; esferas global, regional ou local; dados quantitativos e/ou qualitativos; nível de agregação em indicadores e/ou índices; participação de atores sociais entre especialistas (*top down*) e público-alvo (*bottom-up*) e interpretação dos dados.

Para efeito deste estudo, a dimensão cultural<sup>1</sup> compôs o índice cultural, formulado pelas informações extraídas das entrevistas realizadas e calculado por meio dos dados oriundos dos questionários aplicados, que foram convertidos em três descritores e seis indicadores<sup>2</sup>.

Os descritores e indicadores foram selecionados através da análise textual das entrevistas realizadas junto às pessoas-chave dos assentamentos e, sempre que disponível, foram fundamentados na literatura sobre ruralidade e/ou cultura. Os escores foram atribuídos pelas autoras, de acordo com as respostas obtidas ao questionário.

O Índice Cultural (IC) exprime o inventário de conhecimentos e saberes tradicionais acumulados pelos assentados sobre o meio em que vivem; suas formas de manifestação e transmissão dos valores simbólicos que constituem o *ethos* camponês e o acesso aos bens culturais que os interligam a outras culturas.

O IC abordou os descritores Práticas Culturais, formulado a partir da média entre os indicadores Realização e Participação em Atividades Culturais; Bens Culturais, constituído pela média aritmética entre os indicadores Acesso e Consumo de Bens Culturais; e Percepção

---

<sup>1</sup>Geertz (2008) compreende a cultura como uma teia de significados e interpretações, na qual os símbolos são partilhados pelos sujeitos sociais pertencentes ao sistema cultural. Para Barros (2008), encerra três dimensões: a perspectiva humanizadora-educativa, a vertente coletiva- política e a concepção produtiva-econômica.

<sup>2</sup>Conforme Hanai (2009), descritor é um indexador que engloba dados referentes a um assunto, identificando os seus indicadores, que constituem variáveis (de valor ou de qualidade) que sinalizam informações sintéticas sobre um fenômeno e revelam o atributo de um sistema, ao qual são atribuídos valores.



Ambiental, formatado pela média aritmética entre os indicadores Conhecimento da Biodiversidade e Consciência de Problemas Ambientais, mediante os dados fornecidos pelos assentados no questionário. Os descritores foram ponderados com igual peso e seguem sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Composição do Índice Cultural (IC) de assentamentos rurais, com base nos três descritores e seis indicadores

<b>ÍNDICE CULTURAL (IC)</b>	<b>Descritor Atividades Culturais</b>	<i>Indicador Realização de Atividades Culturais</i>
		<i>Indicador Participação em Atividades Culturais</i>
	<b>Descritor Bens Culturais</b>	<i>Indicador Acesso a Bens Culturais</i>
		<i>Indicador Consumo de Bens Culturais</i>
	<b>Descritor Percepção Ambiental</b>	<i>Indicador Conhecimento da Biodiversidade</i>
		<i>Indicador Consciência de Problemas Ambientais</i>

Fonte: As autoras (2014).

Os descritores Atividades Culturais, Bens Culturais e Percepção Ambiental e os indicadores Realização de Atividades Culturais, Participação em Atividades Culturais, Acesso a Bens Culturais, Consumo de Bens Culturais, Conhecimento da Biodiversidade e Consciência de Problemas Ambientais são explanados nos itens a seguir.

A valorização das manifestações artísticas representa uma forma de cultivar tradições e costumes e de transmitir conhecimentos de geração a geração, atuando como um meio de agregar novos conhecimentos e experiências, favorecendo o aumento da diversidade de atividades e de práticas (DEPONTI e ALMEIDA, 2008).

Para Brandão (2004), o fecundo campo tradicional de símbolos, de sentidos de vida e de significações do mundo rural é expresso pela culinária, pelas crenças religiosas, pela vestimenta, pelos ritos da comunidade camponesa<sup>3</sup> presentes nas festas, danças e cantos, além das éticas e técnicas do labor e do trabalho. Neste contexto, a cultura camponesa é permeada pelos conceitos e temas da agricultura familiar, dos conflitos agrários, do modo de vida e do trabalho agrícola, entrecruzados pelas questões de gênero, geração, religiosidade, patrimônio material e imaterial (WEIDSUCAHDT et al, 2014).

Dessa forma, o descritor Atividades Culturais avaliou se os assentados têm acesso e participam de manifestações artísticas realizadas no interior do assentamento. Foi elaborado mediante relatos dos assentados e é composto da média aritmética entre os indicadores Realização e Participação em Atividades Culturais, como as práticas do artesanato, da música, do canto, da dança, das festas e da religião.

O indicador Realização de Atividades Culturais foi atribuído segundo as respostas dos assentados às questões 5.1 e 5.2 do formulário aplicado e calculado mediante os escores: zero para nenhuma prática cultural realizada no interior do assentamento; 0,250 para uma prática cultural realizada no interior do assentamento; 0,500 para duas práticas culturais realizadas no interior do assentamento; 0,750 para três práticas culturais realizadas no interior do assentamento; e 1,000 para quatro ou mais práticas culturais realizadas no interior do assentamento.

O parâmetro Participação em Atividades Culturais foi atribuído segundo as respostas dos assentados às questões 5.3 e 5.4 do formulário e calculado mediante os escores: zero para nenhuma prática cultural desenvolvida pelo assentado e/ou seus familiares no assentamento; 0,250 para uma prática cultural desenvolvida pelo assentado e/ou seus familiares no assentamento; 0,500 para duas práticas culturais desenvolvidas pelo assentado e/ou seus familiares no assentamento; 0,750 para três práticas culturais desenvolvidas pelo assentado e/ou seus familiares no assentamento; e 1,000 para quatro ou mais práticas culturais desenvolvidas pelo assentado e/ou seus familiares no assentamento.

<sup>3</sup>São considerados povos do campo as populações que pertencem a grupos identitários, cuja produção da existência, se fundamenta na relação com a natureza, tais como aqueles que vivem nas florestas, nas comunidades pesqueiras, nos assentamentos da reforma agrária, dentre outros espaços (MUNARIM, 2008).

Conforme Santos (2006), a cultura de um povo também sofre influências externas ao seu meio, trazidas por mecanismos capazes de transmitir mensagens com rapidez para uma grande quantidade de pessoas, produzindo uma homogeneização da vida e da visão de mundo<sup>4</sup> das diversas populações que formam as sociedades, transpondo barreiras de classe social e facilitando o controle das massas. Dentre os instrumentos, cita o rádio, a televisão, a imprensa e o cinema.

Conforme Miguez (2012), a relação entre cultura e economia<sup>5</sup> situa-se inicialmente entre os séculos XVIII e XIX, quando o capitalismo avança sobre a esfera da circulação dos bens culturais os quais, dessa forma, transformam-se em mercadorias. O segundo momento, representado a partir da metade do século XIX, corresponde à captura da cultura pela lógica mercantil-capitalista; ou seja, os bens culturais passam a ser concebidos como mercadorias no momento da sua criação, portanto, como produtos destinados à troca e ao consumo no mercado, caracterizada pela noção de indústria cultural (ADORNO e HORKHEIMER, 1997).

Nesse contexto, o descritor Bens Culturais indica o acesso e o consumo de bens culturais, tais como cinema, teatro, música e literatura, por parte dos assentados e/ou seus familiares, dentro ou fora dos limites do assentamento. Foi avaliado por meio dos relatos dos assentados e é constituído pela média aritmética entre os indicadores Acesso e Consumo de Bens Culturais.

O indicador Acesso a Bens Culturais foi calculado mediante as informações prestadas pelos assentados às questões 5.18 e 5.19 do formulário, ponderado em escala numérica crescente de acesso e de acordo com os seguintes escores: zero para sem acesso a bens culturais pelo assentado e/ou seus familiares ou não soube responder; 0,250 para acesso a um bem cultural pelo assentado e/ou seus familiares; 0,500 para acesso a dois bens culturais pelo assentado e/ou seus familiares; 0,750 para acesso a três bens culturais pelo assentado e/ou seus familiares; e 1,000 para acesso a quatro ou mais bens culturais pelo assentado e/ou seus familiares.

O indicador Consumo de Bens Culturais foi medido através das informações prestadas pelos assentados em resposta à questão 5.21 do formulário, ponderado em escala numérica crescente de consumo e obedecendo aos seguintes escores: zero para nenhum bem cultural consumido pelo assentado e/ou seus familiares; 0,250 para um bem cultural consumido pelo assentado e/ou seus familiares; 0,500 para dois bens culturais consumidos pelo assentado e/ou seus familiares; 0,750 para três bens culturais consumidos pelo assentado e/ou seus familiares; e 1,000 para quatro bens culturais consumidos pelo assentado e/ou seus familiares.

Na percepção humana em relação à natureza, Soulé (1997) ressalta que há diversas formas de ver o meio circundante; ou seja, cada indivíduo detém uma lente exclusiva que explica a imagem do lugar, conforme seus usos e hábitos, fundamentando-se no temperamento e na educação.

Segundo Whyte (1978), as investigações sobre a percepção das populações que interagem com o ambiente são importantes porque expandem a compreensão das bases das diferentes interpretações e os sistemas de conhecimento do ambiente, que estão em vias de desaparecimento; encorajam a participação da comunidade no desenvolvimento e no planejamento dos ambientes, contribuem para a utilização mais racional dos recursos da biosfera e agem enquanto instrumento educativo.

O descritor Percepção Ambiental representa a compreensão que os assentados têm sobre a configuração do seu ambiente, incluindo os mecanismos que o ameaçam. Foi configurado pela média aritmética entre os indicadores Conhecimento da Biodiversidade e Consciência de Problemas Ambientais, calculados de acordo com os relatos dos assentados.

---

<sup>4</sup>Segundo Geertz (2008), a “visão de mundo” de um povo é o quadro elaborado das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo e da sociedade.

<sup>5</sup>Para o IBGE (2007), as atividades econômicas diretamente relacionadas à cultura estão associadas às artes: edição de livros, rádio, televisão, teatro, música, bibliotecas, arquivos, museus e patrimônio histórico.

O indicador Conhecimento da Biodiversidade<sup>6</sup> indica as menções feitas pelos assentados aos fatores bióticos flora e fauna nativos preservados, ameaçados ou extintos. Foi avaliado conforme suas respostas às questões 6.13, 6.14, 6.17 e 6.18 do formulário e ponderado em escala crescente de responsividade e de acordo com os seguintes escores: zero para sem resposta às referidas perguntas; 0,250 para indicação de resposta a pelo menos uma das quatro questões mencionadas; 0,500 para indicação de resposta a duas das quatro questões mencionadas; 0,750 para indicação de resposta a três das quatro questões mencionadas; e 1,000 para indicação de resposta a todas as questões mencionadas.

O indicador Consciência de Problemas Ambientais avalia o nível de informação dos assentados acerca das ameaças ao ambiente natural do assentamento. Segundo Brambilla (2007), os maiores problemas ambientais geralmente indicados pelos trabalhadores rurais residem na poluição dos rios, no desmatamento, na caça e nas queimadas. O indicador foi mensurado de acordo com suas respostas à questão 6.20 do formulário e calculado em escala numérica crescente de menções, de acordo com os seguintes escores: zero para nenhuma indicação de problema ambiental verificado atualmente no assentamento; 0,500 para indicação de um problema ambiental verificado atualmente no assentamento; e 1,000 para indicação de mais de um problema ambiental verificado atualmente no assentamento.

O cálculo do Índice Cultural (IC) foi realizado de acordo com a fórmula proposta por Rabelo (2008):

$$IC = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left( \frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{\max i}} \right) \quad (1)$$

Sendo:

IC = índice cultural;

$E_{ij}$  = escore do *i*-ésimo parâmetro (descriptor e indicador) que compõe o índice IC obtido no *j*-ésimo formulário;

$E_{\max i}$  = escore máximo do *i*-ésimo parâmetro (descriptor e indicador) do IC;

$i = 1, \dots, m$  = número de parâmetros (descriptores e indicadores) do IC;

$j = 1, \dots, n$  = número de formulários respondidos.

Conforme Rabelo (2008), salienta-se que quanto mais próximo de 1,000 for o valor obtido para o índice IC, são manifestadas melhores condições de sustentabilidade cultural do ambiente. Nesse sentido, a partir dos resultados dos descritores e indicadores calculados, foi possível enquadrá-los em uma escala progressiva do nível de sustentabilidade, como exposto no Quadro 2.

Quadro 2 – Escala de sustentabilidade de assentamentos rurais

ESCALA DE SUSTENTABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS	
Grau de Sustentabilidade	Resultado do Índice Cultural (IC)
Sustentabilidade <i>excelente</i>	$0,800 \leq I \leq 1,000$
Sustentabilidade <i>boa</i>	$0,650 \leq I \leq 0,799$
Sustentabilidade <i>média</i>	$0,500 \leq I \leq 0,649$
Sustentabilidade <i>ruim</i>	$0,300 \leq I \leq 0,499$
Sustentabilidade <i>crítica</i>	$0,000 \leq I \leq 0,299$

Fonte: As autoras (2014), adaptado de ONU/PNUD (1998).

<sup>6</sup>De acordo com IBGE (2010), a biodiversidade constitui a variedade de seres vivos e abrange os diferentes ecossistemas terrestres e aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte, a multiplicidade de formas de vida e de genes de uma população.

Adenda-se ainda, que a expressão atribui pesos idênticos a cada descritor e indicador analisado, por considerar que os fatores relacionados contribuem em igual proporção para a construção do índice de sustentabilidade cultural nos assentamentos rurais estudados. Esse pressuposto foi confirmado por 60% dos assentados de cada assentamento, durante o processo de validação dos resultados desta pesquisa.

### 3 Resultados e discussão

#### 3.1 Indicadores culturais do assentamento rural Santana Nossa Santana

De acordo com objetivo deste estudo, o Índice Cultural (IC) do assentamento, composto dos descritores Práticas Culturais, formulado a partir dos indicadores Realização e Participação em Atividades Culturais; Bens Culturais, constituído dos indicadores Acesso e Consumo de Bens Culturais; e Percepção Ambiental, formatado pelos indicadores Conhecimento da Biodiversidade e Consciência de Problemas Ambientais; situa-se no patamar de 0,468 (nível ruim), conforme sintetizado no Quadro 3.

Quadro 3 – Composição do Índice Cultural (IC) do assentamento rural Santana Nossa Esperança, em Teresina-PI

<b>ÍNDICE CULTURAL (IC) = 0,468</b>	<b>Descritor Atividades Culturais = 0,275</b>	<i>Indicador Realização de Atividades Culturais = 0,277</i>
		<i>Indicador Participação em Atividades Culturais = 0,272</i>
	<b>Descritor Bens Culturais = 0,332</b>	<i>Indicador Acesso a Bens Culturais = 0,368</i>
		<i>Indicador Consumo de Bens Culturais = 0,296</i>
	<b>Descritor Percepção Ambiental = 0,796</b>	<i>Indicador Conhecimento da Biodiversidade = 0,726</i>
		<i>Indicador Consciência de Problemas Ambientais = 0,866</i>

Fonte: As autoras (2014).

O descritor Atividades Culturais foi composto da média aritmética entre os indicadores Realização e Participação em Atividades Culturais, calculado em 0,275 (nível crítico) para o assentamento rural Santana Nossa Esperança.

Contrariamente ao exposto por Brandão (2004), a cultura rural não se materializa de forma tão diversificada no assentamento, pois para 58,1% das famílias pesquisadas, a Realização de Atividades Culturais no interior do assentamento restringe-se à celebração de cultos religiosos, ministrados nos quatro templos existentes: Igreja Católica, Assembleia de Deus, Brasil para Cristo e Congregação Cristã no Brasil (ainda em edificação); conformando o escore 0,277 (nível crítico) para o indicador.

Por outro lado, as expressões culturais presentes no artesanato, no canto, na dança e nas festas, quando manifestadas, geralmente estão associadas à religião, por ocasião da realização do festejo católico do Sagrado Coração de Jesus, comemorado na sexta-feira da semana seguinte à celebração do dia de *Corpus Christi*<sup>7</sup>, em que se observa a combinação dos traços culturais mencionados em elementos simbólicos como os trançados em palha usados para decorar a área, nos pratos típicos da culinária rural à base de milho (*Zea mays*) e mandioca (*Manihot esculenta*), na brincadeira adaptada do “mata o pato”<sup>8</sup> e nos cânticos religiosos entoados durante a procissão.

<sup>7</sup>Solenidade do Corpo e Sangue de Cristo, celebrada 60 dias após a Páscoa. Por tratar-se de uma festa móvel do calendário da Igreja Católica, geralmente realiza-se entre as datas de 21 de maio e 24 de junho de cada ano.

<sup>8</sup>Segundo a brincadeira original, enterra-se um pato vivo, deixando-se a cabeça exposta. Os brincantes são vendados e orientados a acertar o animal com um bastão de madeira, para ganharem um presente-

Deve-se ressaltar que o evento religioso conta com a presença de centenas de fiéis que habitam os bairros próximos, uma vez que a área do assentamento encontra-se vinculada à Paróquia de São Sebastião, situada no bairro Todos os Santos, zona urbana sudeste da capital. Durante o novenário, ocorrem a celebração de missas e a realização de quermesses, com a comercialização dos pratos elaborados pelas assentadas, de modo a congregar as famílias nas tarefas de organização, decoração do espaço social e venda de produtos. Segundo os assentados, trata-se de um importante marco no calendário cultural do assentamento.

Outro momento significativo reside na celebração da “farinhada”, rito da produção que geralmente acontece durante os meses de junho e julho e consiste em um trabalho de mutirão, em que as pessoas revezam-se nas tarefas de colher, transportar, descascar, lavar, prensar, peneirar e torrar a mandioca para a fabricação artesanal das farinhas de mandioca e de puba, além da goma e do beiju, os quais são repartidos ao final do processo.

A participação ativa em celebrações religiosas e festas populares também constitui um fator catalisador dos conflitos verificados entre as duas associações de assentados e um momento de congraçamento entre estes e os moradores dos bairros próximos, com os quais afirmam ter um relacionamento positivo. Entretanto, as famílias investigadas revelaram que não participam em grupos de canto, dança ou de artesanato, o que conformou um indicador 0,272 (nível crítico) para a Participação em Atividades Culturais.

O descritor Bens Culturais foi constituído pela média aritmética entre os indicadores Acesso e Consumo de Bens Culturais e calculado em 0,332 (nível ruim) para o assentamento rural Santana Nossa Esperança.

O Acesso a Bens Culturais no interior do assentamento limita-se basicamente ao cinema (61,6% das respostas), através da exibição de filmes para os públicos infantil, juvenil e adulto, realizada mensalmente pela Organização Não-Governamental (ONG) Movimento Popular pela Paz na Periferia (MP3), à música (34,8%) e ao teatro (2,7%), o que constituiu o escore 0,368 (nível ruim) para o indicador.

Em relação ao indicador Consumo de Bens Culturais pelos assentados, constatou-se que este se restringe à música (51,0% das respostas), ao cinema (44,2%) e ao teatro (4,8%); os quais foram indicados pelas famílias, constituindo o escore 0,296 (nível crítico) para o indicador.

Em geral, os assentados atribuem o restrito consumo de bens culturais à distância da zona urbana do município – onde a oferta cultural se concentra –, o que dificulta o seu acesso; com base nessa assertiva conclui-se, portanto, que consomem aqueles bens (música e cinema) que se encontram à disposição na área do assentamento, de forma a evitar o deslocamento para o meio urbano.

O descritor Percepção Ambiental foi configurado pela média aritmética entre os indicadores Conhecimento da Biodiversidade e Consciência de Problemas Ambientais, calculado em 0,796 (nível bom) para o assentamento rural Santana Nossa Esperança.

Em consonância com Weidsucahdt et al (2014), os assentados detêm um volume significativo de informações sobre o ambiente em que vivem, uma vez que 69,9% das famílias pesquisadas souberam responder pelo menos três das quatro perguntas relacionadas à indicação de espécies da fauna e da flora nativas preservadas e ameaçadas no assentamento, o que conformou o escore 0,726 (nível bom) para o indicador Conhecimento da Biodiversidade.

As espécies da flora nativa mais indicadas pelos assentados como preservadas, total ou parcialmente, são: *Orbignya speciosa* Mart. ex Spreng (babaçu, com 15,1% das respostas), *Uncaria tomentosa* (unha-de-gato, com 13,8%), *Mangifera indica* L. (mangueira) e *Tecoma cherysotricha* (pau d’arco, ambas com 12,4%) e *Cenostigma macrophyllum* (caneleiro, com 6,0%).

Entre as espécies florísticas mais apontadas como ameaçadas/extintas são: *Schinus terebinthifolius* (aroeira, com 18,8% das menções), pau d’arco (17,6%), *Cedrela fissilis* Vell. (cedro, com 11,8%), unha-de-gato (11,2%), *Guadua Weberbauer* (taboca ou bambu, com 8,2%), *Gochnatia polymorpha* (candeia, com 6,5%) e caneleiro (5,3%). Convém ressaltar que as

---

surpresa. Por considerarem a proposta violenta, as organizadoras substituem o pato por uma cabaça e o presente pelo pato.

menções à biodiversidade feitas pelos assentados estão em consonância com a descrição das condições ecológicas do assentamento, elaborada pelos técnicos do INCRA, por ocasião do relatório de vistoria para desapropriação da área (INCRA, 2007).

Dentre as espécies da fauna nativa mais relacionadas como preservadas, total ou parcialmente, são: *Cervus elaphus* (veado, com 12,8% das respostas), *Tolypentis tricinctus* (tatu, com 10,4%), *Euphractus sexcinctus* (peba, com 9,2%), *Dasyprocta leporina* (cutia) ou *Dasyprocta aguti* (cotia, com 8,0%), *Crotalus terrificus* (cobra cascavel, com 7,6%) e *Tamandua tetradactyla* (mambira, com 5,6%); enquanto as espécies mais mencionadas como ameaçadas/extintas são: tatu (16,2%), veado (15,4%), peba (11,9%), cutia ou cotia (10,4%), *Cuniculus paca* (paca, com 9,6%) e *Panthera onça* (onça pintada, com 5,8%).

No tocante à Consciência dos Problemas Ambientais, 93,5% das famílias investigadas revelaram domínio do conhecimento relativo aos principais fatores que ameaçam o equilíbrio natural da área, por meio da indicação de pelo menos um problema ambiental verificado no interior do assentamento, configurando o escore 0,866 (nível excelente) para o indicador, o que se aproxima dos resultados expostos por Brambilla (2007).

Considerando as respostas obtidas ao questionário, os problemas ambientais mais frequentemente apontados são causados pelos próprios assentados, tais como: o desmatamento/derrubada da mata nativa (26,3% das respostas) para realização da roça de toco; a caça predatória (24,2%), também praticada por indivíduos estranhos ao assentamento; o assoreamento do riacho (22,0%), provocada pela criação de gado à solta; a queimada/caieira (15,7%), para o preparo da roça de toco e a produção/comercialização de carvão; o acúmulo de lixo (10,2%) destinado a céu aberto ou à posterior queima; e a contaminação da água dos riachos por agrotóxicos e dos poços por fezes de animais (1,7%). Por outro lado, cabe ressaltar que dois respondentes (2,2% das famílias investigadas) mencionaram que o assoreamento do riacho Olho D'Água e a caça de animais silvestres praticada na área da RL não constituem problemas ambientais para o assentamento.

Atribui-se o resultado positivo obtido para os indicadores Conhecimento da Biodiversidade e Consciência dos Problemas Ambientais à procedência dos assentados, uma vez que a maioria das famílias pesquisadas (79,6%) declarou ser proveniente das zonas rural e periurbana (dos bairros circunvizinhos Jardim Europa, Deus Quer e Usina Santana) de Teresina e de outros municípios, o que culturalmente sinaliza uma relação próxima com a natureza do local. Acrescente-se ainda que 45,3% delas declararam ser ex-trabalhadoras da extinta Fazenda AGROPOL que deu origem ao assentamento, denotando um longo vínculo com o lugar.

Na vertente cultural do assentamento rural Santana Nossa Esperança, os indicadores Realização e Participação em Atividades Culturais, Acesso e Consumo de Bens Culturais configuram-se preocupantes e indicam a limitação dos meios para a reprodução da cultura camponesa, ao tempo em que confirmam a situação de exclusão das famílias assentadas em relação ao mercado cultural. Ademais, os assentados reclamaram da concentração da oferta cultural na zona urbana da cidade; nesse sentido, sugere-se a ampliação da iniciativa do cinema itinerante desenvolvido pela ONG MP3, com a exibição de peças teatrais e espetáculos de música, bem como a realização de oficinas de leitura no meio rural, a serem desenvolvidas pelas entidades responsáveis pela cultura no município.

Convém ressaltar que durante a etapa de validação dos resultados desta pesquisa, os indicadores e sua metodologia de cálculo foram explanados a uma amostra de 85 famílias (59,4% da população do assentamento), a qual participou discutindo os escores atribuídos a cada indicador e avaliando a condição geral do assentamento, concluindo pela insustentabilidade.

### 3.2 Indicadores culturais do assentamento rural Fazenda Soares

Em consonância com o objetivo deste trabalho, o IC abordou os descritores Práticas Culturais, formulado a partir dos indicadores Realização e Participação em Atividades Culturais; Bens Culturais, constituído dos indicadores Acesso e Consumo de Bens Culturais; e Percepção Ambiental, formatado pelos indicadores Conhecimento da Biodiversidade e

Consciência de Problemas Ambientais, revelando-se no patamar de 0,411 (nível ruim) para o assentamento rural Fazenda Soares. A composição do índice é apresentada no Quadro 4 e apresentada a seguir.

Quadro 4 – Composição do Índice Cultural (IC) do assentamento rural Fazenda Soares, em Teresina-PI

<b>ÍNDICE CULTURAL (IC) = 0,411</b>	<b>Descritor Atividades Culturais = 0,288</b>	<i>Indicador Realização de Atividades Culturais = 0,317</i>
		<i>Indicador Participação em Atividades Culturais = 0,258</i>
	<b>Descritor Bens Culturais = 0,258</b>	<i>Indicador Acesso a Bens Culturais = 0,258</i>
		<i>Indicador Consumo de Bens Culturais = 0,258</i>
	<b>Descritor Percepção Ambiental = 0,688</b>	<i>Indicador Conhecimento da Biodiversidade = 0,708</i>
		<i>Indicador Consciência de Problemas Ambientais = 0,667</i>

Fonte: As autoras (2014).

O descritor Atividades Culturais é composto da média aritmética entre os indicadores Realização e Participação em Atividades Culturais, calculado em 0,288 (nível crítico) para o assentamento rural Fazenda Soares.

Contrariando o exposto por Brandão (2004), dentre as manifestações artístico-culturais realizadas no assentamento, destaca-se quase exclusivamente o culto religioso, praticado por fiéis das congregações Igreja Evangélica Pentecostal Deus é a Paz e Igreja Católica, com respectivos templos edificadas no assentamento, o que configurou o escore 0,317 (nível ruim) para o indicador Realização de Atividades Culturais.

Registra-se ainda a comemoração dos dias de São Francisco, São Raimundo e Santa Luzia, nos meses de agosto, outubro e dezembro de cada ano, respectivamente. No decorrer dos festejos de São Francisco, é realizada uma festa “de conjunto”, com a presença de bandas musicais que animam a população assentada e a circunvizinhança; enquanto os festejos de São Raimundo são celebrados com novena, missas e leilões; e durante a festa de Santa Luzia, há novena, oração do terço e um grande leilão na residência do assentado Miguel Ludgero da Silva, onde assentados e amigos se reúnem para arrematar diversas peças, denominadas “jóias”, entre animais vivos, pratos salgados e doces produzidos pelas assentadas.

Ademais, os assentados revelaram apreciar as danças de quadrilha e as festas juninas, comemoradas em povoados próximos e as festas dançantes, geralmente patrocinadas por políticos, que ocorrem aos fins de semana, nos três clubes estabelecidos no interior do assentamento, e em outros espaços situados nas localidades próximas, configurando um indicador 0,258 (nível crítico) para a Participação em Atividades Culturais. Muitos assentados afirmaram participar dessas festas, nas quais há cobrança de ingresso e da bebida consumida, alegando tratar-se da única oportunidade de lazer disponível na área.

O descritor Bens Culturais foi constituído pela média aritmética entre os indicadores Acesso e Consumo de Bens Culturais e calculado em 0,258 (nível crítico) para o assentamento rural Fazenda Soares.

O Acesso a Bens Culturais no interior do assentamento limita-se à música (46,7% dos respondentes) principalmente em casa, à literatura (10,0%), e teatro e cinema (6,7% cada) prioritariamente na escola, o que constituiu o escore 0,258 (nível crítico) para o indicador.

Em relação ao indicador Consumo de Bens Culturais pelos assentados, o desempenho verificado foi idêntico ao observado quanto ao Acesso: música (46,7% dos respondentes), literatura (10,0%), teatro e cinema (6,7% cada). Esse panorama configurou o mesmo escore (0,258, nível crítico) para o indicador. Convém registrar que durante os fins de semana, observa-se a reunião de muitos jovens – assentados ou não – nos bares do assentamento, onde se divertem ouvindo música e ingerindo bebida alcoólica. Este hábito é frequentemente comentado pela população mais idosa como elemento de perturbação da tranquilidade anteriormente característica do lugar.

O descritor Percepção Ambiental foi configurado pela média aritmética entre os indicadores Conhecimento da Biodiversidade e Consciência de Problemas Ambientais e calculado em 0,688 (nível bom) para o assentamento rural Fazenda Soares.

Em consonância com Weidsucahdt et al (2014), os assentados detêm um volume significativo de informações sobre o ambiente em que vivem, uma vez que 66,7% das famílias pesquisadas souberam responder pelo menos três das quatro perguntas relacionadas à indicação de espécies da fauna e da flora nativas preservadas e ameaçadas no assentamento, o que conformou o escore 0,708 (nível bom) para o indicador Conhecimento da Biodiversidade.

As espécies da flora nativa mais indicadas pelos assentados como preservadas, total ou parcialmente, são: *Uncaria tomentosa* (unha-de-gato, com 27,6% das respostas), *Orbignya speciosa* Mart. ex Spreng (babaçu, com 13,8%), *Mangifera indica* L. (mangueira, com 10,3%), *Cenostigma macrophyllum* (caneleiro), *Hymenaea courbaril* (jatobá), *Talisia esculenta* (pitomba), *Copernicia prunifera* (carnaúba) e *Anacardium occidentale* (caju), com 6,9% cada.

Entre as espécies florísticas mais apontadas como ameaçadas/extintas, tem-se: *Tecoma cherysocotricha* (pau d'arco, com 25,4% das menções), *Schinus terebinthifolius* (aroeira, com 23,6%), unha-de-gato (com 18,2%), babaçu e caneleiro, com 5,5% cada. Convém ressaltar que as menções à biodiversidade feitas estão em consonância com a descrição das condições ecológicas da área, elaborada pelos técnicos do INTERPI, por ocasião do pedido de reconhecimento do assentamento (INCRA, 2006c; 2006d).

Dentre as espécies da fauna nativa mais relacionadas como preservadas, total ou parcialmente, são: *Tamandua tetradactyla* (mambira, com 12,5%), *Dasyprocta leporina* (cutia) ou *Dasyprocta aguti* (cotia, com 9,4%), *Tolypentis tricinctus* (tatu), *Euphractus sexcinctus* (tatu peba), *Cervus elaphus* (veado), *Micrurus sp.* (cobra coral), *Columbina passerina* (rolinha) e *Passer domesticus* (pardal), com 6,3% das respostas cada; enquanto as espécies mais mencionadas como ameaçadas/extintas são: veado (21,6%), cutia ou cotia (19,6%), tatu (18,6%), peba e *Cuniculus paca* (paca), ambos com 10,8%. Das espécies mencionadas, apenas um terço consta do relatório elaborado pelo INCRA para o fim de reconhecimento do assentamento (INCRA, 2006c; 2006d).

No tocante à Consciência dos Problemas Ambientais, 86,7% das famílias investigadas revelaram significativo conhecimento relativo aos principais fatores que ameaçam o equilíbrio natural da área, por meio da indicação de pelo menos um problema ambiental verificado no interior do assentamento, redundando no escore 0,667 (nível bom) para o indicador, o que se aproxima dos resultados expostos por Brambilla (2007).

Considerando as respostas obtidas ao questionário, os problemas ambientais mais frequentemente apontados como presentes na área do assentamento e seu entorno, são: a derrubada da mata nativa (46,3% das respostas) para extração de lenha; o assoreamento do riacho São Vicente (20,4%); a queimada (16,7%) para a produção/comercialização de carvão; a caça (9,2%) e a pesca<sup>9</sup> (5,5%) predatórias e o acúmulo de lixo (1,9%) destinado a céu aberto ou à posterior queima.

Atribui-se o resultado positivo obtido para os indicadores Conhecimento da Biodiversidade e Consciência dos Problemas Ambientais à procedência dos assentados, uma vez que a maioria das famílias pesquisadas (86,7%) revelou ser proveniente da zona rural de Teresina e de outros municípios piauienses (Campo Maior, União, Miguel Alves, Piripiri, José de Freitas e Angical), o que culturalmente caracteriza uma forte intimidade com a natureza. Acrescente-se ainda que 90,0% delas declararam ser ex-trabalhadoras do extinto projeto agrícola estadual que originou o assentamento, o que também denota um longo vínculo com o lugar.

A exemplo do que se verifica no assentamento rural Santana Nossa Esperança, os indicadores Realização e Participação em Atividades Culturais, Acesso e Consumo de Bens Culturais observados no assentamento rural Fazenda Soares também indicam a limitação dos

---

<sup>9</sup>A pesca predatória é praticada por meio do uso de cercas de palha acopladas com caixões feitos em talo de coco, que retêm inclusive os peixes menores, que ainda não passaram pela fase reprodutiva. Outro recurso é a aplicação de DicloroDifenilTricloroetano (DDT) nas áreas de vazante.



meios para a reprodução da cultura camponesa, ao tempo em que confirmam a situação de exclusão das famílias assentadas em relação ao mercado cultural.

Convém ressaltar que durante a etapa de validação dos resultados desta pesquisa, os indicadores e sua metodologia de cálculo foram explanados a uma amostra de 28 famílias (60,9% da população do assentamento), a qual participou avaliando os escores atribuídos aos indicadores do assentamento e qualificando a condição geral do assentamento como sustentável.

### 3.3 Indicadores culturais do assentamento rural Tapuia

Em conformidade com os objetivos desta pesquisa, o IC abordou os descritores Práticas Culturais, formulado a partir dos indicadores Realização e Participação em Atividades Culturais; Bens Culturais, constituído dos indicadores Acesso e Consumo de Bens Culturais; e Percepção Ambiental, foi formatado pelos indicadores Conhecimento da Biodiversidade e Consciência de Problemas Ambientais, calculado em 0,286 (nível crítico) para o assentamento rural Tapuia. A composição do subíndice segue demonstrada no Quadro 5 e apresentada a seguir.

Quadro 5 – Composição do Índice Cultural (IC) do assentamento rural Tapuia, em Teresina-PI

<b>ÍNDICE CULTURAL (IC) = 0,286</b>	<b>Descritor Atividades Culturais = 0,141</b>	<i>Indicador Realização de Atividades Culturais = 0,250</i>
		<i>Indicador Participação em Atividades Culturais = 0,031</i>
	<b>Descritor Bens Culturais = 0,195</b>	<i>Indicador Acesso a Bens Culturais = 0,219</i>
		<i>Indicador Consumo de Bens Culturais = 0,172</i>
	<b>Descritor Percepção Ambiental = 0,523</b>	<i>Indicador Conhecimento da Biodiversidade = 0,609</i>
		<i>Indicador Consciência de Problemas Ambientais = 0,438</i>

Fonte: As autoras (2014).

O descritor Atividades Culturais é composto da média aritmética entre os indicadores Realização e Participação em Atividades Culturais, calculado em 0,141 (nível crítico) para o assentamento rural Tapuia.

Em afronta ao exposto por Brandão (2004), dentre as manifestações artístico-culturais realizadas no assentamento, todos os assentados destacaram exclusivamente a prática religiosa, através da congregação Assembleia de Deus, com celebrações semanais improvisadas na sede da associação, o que configurou o indicador Realização de Atividades Culturais mensurado em 0,250 (nível crítico).

Do ponto de vista das manifestações artístico-culturais vivenciadas pela população assentada, não se observou a prática de artesanato, apenas a participação nas missas/cultos realizados no interior e fora do assentamento e em grupos de canto religioso no povoado Tapuia, uma vez que o projeto não dispõe de um espaço comunitário para realização dessas atividades.

No interior do assentamento, são celebradas missas mensais no assentamento, geralmente na última sexta-feira de cada mês; bem como cultos semanais, ambos utilizando o espaço da sede da associação, dos quais participam 37,5% das famílias investigadas. Ademais, os assentados comemoram anualmente a festa de Santa Luzia, que ocorre em 13 de dezembro, por meio da reza do terço na residência da assentada Maria Eliane Marques da Silva, ao final da qual os participantes se confraternizam com um lanche compartilhado devido à proximidade das festividades natalinas, o que configurou o escore 0,031 (nível crítico) para o indicador Participação em Atividades Culturais.

Registra-se ainda, que os assentados que professam a fé católica e da Igreja Católica, celebravam missas mensais e comemoravam os festejos de Nossa Senhora de Fátima, São Pedro, São Francisco e São Raimundo no povoado Tapuia, durante os meses de maio, junho, agosto e outubro, respectivamente, por meio da realização de novenas, missas e leilões.

Argumentaram a dificuldade de permanecerem no povoado até o final dos referidos eventos, em razão da distância e do perigo de circularem pela estrada em horário noturno avançado.

Também no povoado Tapuia, 18,8% dos assentados declararam participar de festas de carnaval nos estabelecimentos privados Bel Clube e Clube do Conga, aderindo ao bloco “Os Garantidos”.

O descritor Bens Culturais foi constituído pela média aritmética entre os indicadores Acesso e Consumo de Bens Culturais e calculado em 0,195 (nível crítico) para o assentamento rural Tapuia.

O Acesso a Bens Culturais no interior do assentamento limita-se quase exclusivamente à música (66,7% das respostas) principalmente em casa, à literatura e ao cinema (6,3% cada), prioritariamente na escola, o que constituiu o escore 0,219 (nível crítico) para o indicador. Vale ressaltar que 25,0% das famílias pesquisadas registraram não ter acesso a bens culturais dentro ou fora do assentamento.

Em relação ao indicador Consumo de Bens Culturais pelos assentados, o desempenho verificado foi semelhante ao observado quanto ao Acesso: música (58,8% das respostas) e literatura (5,9%), configurando o escore 0,172 (nível crítico) para o indicador.

O descritor Percepção Ambiental foi configurado pela média aritmética entre os indicadores Conhecimento da Biodiversidade e Consciência de Problemas Ambientais, calculado em 0,523 (nível médio) para o assentamento rural Tapuia.

Em consonância com Weidsucahdt et al (2014), os assentados detêm um volume razoável de informações sobre o ambiente em que vivem, uma vez que apenas 50,0% das famílias pesquisadas souberam responder pelo menos três das quatro perguntas relacionadas à indicação de espécies da fauna e da flora nativas preservadas e ameaçadas no assentamento, o que conformou o escore 0,609 (nível médio) para o indicador Conhecimento da Biodiversidade. Entretanto, vale registrar que 12,5% do extrato não soube responder nenhum dos questionamentos acerca das condições da biodiversidade na área.

As espécies da flora nativa mais indicadas pelos assentados como preservadas, total ou parcialmente, são: *Cenostigma macrophyllum* Tul. (caneleiro, com 30,8% das respostas), *Uncaria tomentosa* (unha-de-gato, com 25,6%), *Lecythis lurida* (Miers) S.A. Mori (sapucarana, com 12,8%), *Tecoma cherysotricha* (pau d'arco, com 10,3%) e *Hymenaea courbaril* (jatobá, com 7,7%).

Entre as espécies florísticas mais apontadas como ameaçadas/extintas são: *Lecythis pisonis* Cambess. (sapucaia, com 22,2%), jatobá, unha-de-gato, *Hymenaea intermedia* Ducke (jatobazinho), *Senecio brasiliensis* (maria-mole), *Orbignya speciosa* Mart. ex Spreng (babaçu) e *Schinus terebinthifolius* (aroeira) com 11,1% cada. Convém ressaltar que as menções à biodiversidade feitas estão em consonância com a descrição das condições ecológicas da área, elaborada pelos técnicos do INCRA, por ocasião da criação do assentamento (INCRA, 2006b).

Dentre as espécies da fauna nativa mais relacionadas como preservadas, total ou parcialmente, são: *Columbina passerina* (rolinha, com 13,6% das menções), *Cavia aperea* (preá, com 9,1%), *Tayassu tajacu* (porco caititu), *Dasyprocta leporina* (cutia) ou *Dasyprocta aguti* (cotia), *Tolypentis tricinctus* (tatu) e *Euphractus sexcinctus* (tatu peba), com 6,8% cada; enquanto as espécies mais mencionadas como ameaçadas/extintas são: cutia ou cotia (17,9%), tatu e *Cervus elaphus* (veado), com 15,4%, tatu peba (com 10,3%), *Cuniculus paca* (paca, com 7,7%), porco caititu e preá, ambas com 5,1%.

No tocante à Consciência dos Problemas Ambientais, verificou-se reduzido conhecimento da população assentada no tocante aos principais fatores que ameaçam o equilíbrio natural da área, uma vez que somente 56,3% das famílias investigadas indicou pelo menos um problema ambiental verificado no interior do assentamento, redundando no escore 0,438 (nível ruim) para o indicador, o que contesta os resultados expostos por Brambilla (2007).

Considerando as respostas obtidas ao questionário, os problemas ambientais mais frequentemente apontados no assentamento e seu entorno, são: a caça predatória (50,0% das respostas); a derrubada da mata nativa (25,0%), o acúmulo de lixo (18,8%) e a queimada (6,3%). Por outro lado, 43,8% das famílias investigadas não indicaram problemas ambientais ocorrentes ambientais na área, o que induz à compreensão de que há desinformação ou

desinteresse sobre as ameaças ao equilíbrio do ambiente, por parte de uma parcela significativa dos assentados.

Atribui-se o tímido resultado obtido para o indicador Conhecimento da Biodiversidade ao curto tempo de residência no lugar, uma vez que somente 31,3% das famílias assentadas declararam ser ex-trabalhadoras do extinto projeto agrícola municipal que originou o assentamento, o que pode ter ocasionado a restrita consciência dos problemas ambientais verificados na área.

Na vertente cultural do assentamento rural Tapuia, os indicadores Realização e Participação em Atividades Culturais, Acesso e Consumo de Bens Culturais configuram-se preocupantes e indicam a limitação dos meios para a reprodução da cultura camponesa, ao tempo em que confirmam a situação de exclusão das famílias assentadas em relação ao mercado cultural. Ademais, o desconhecimento dos problemas ambientais verificados na área induz à constatação de que essa questão não é debatida entre os assentados, seja no trabalho cotidiano, seja nas reuniões da associação, o que merece esforços para realização de ações de educação ambiental entre os assentados.

Convém ressaltar que durante a etapa de validação dos resultados desta pesquisa, os indicadores e sua metodologia de cálculo foram explanados a uma amostra de 15 famílias (60,0% da população do assentamento), a qual participou avaliando os escores atribuídos a cada indicador e concluindo pela insustentabilidade do assentamento.

Na perspectiva da sustentabilidade cultural, a situação geral dos assentamentos pesquisados caracteriza-se como crítica, na medida em que se conforma praticamente circunscrita à dimensão religiosa. Nesse sentido, é razoável admitir que, pelo menos, duas causas concorrem para tal cenário: a negligência dos órgãos gestores dos assentamentos e das associações de assentados em relação à valorização e a reprodução dos símbolos e aspectos identitários que demarcam a cultura camponesa, bem como à inexistência de espaços apropriados para os momentos de conagração indispensáveis à vida em comunidade.

Em contrapartida, merece registro o desempenho satisfatório verificado no descritor Percepção Ambiental, no que se refere aos indicadores Conhecimento da Biodiversidade e Consciência dos Problemas Ambientais, particularmente nos assentamentos Santana Nossa Esperança e Fazenda Soares, o que é motivado pelo longo tempo de vivência dos assentados nesses espaços.

Nesse sentido, sugere-se que esforços de gestão devem ser despendidos, por meio da formalização de parcerias entre os órgãos gestores dos assentamentos, as associações de assentados e entidades vinculadas à cultura no município para incentivo à realização de atividades e ao consumo de bens culturais no meio rural.

#### 4 Conclusão

O território representa o primeiro vínculo entre o homem e o meio natural; configura-se em seu espaço de vivência social, de reprodução familiar e para muitos, a fonte de onde emanam os meios imprescindíveis à sobrevivência material. Para pequenos agricultores desprovidos total ou parcialmente deste importante recurso, o acesso a terra significa condição *sine qua non* para o desenvolvimento de suas estratégias de subsistência, afetando diretamente sua qualidade de vida.

Nesse sentido, a reforma agrária, em seu sentido lato, teria por finalidade garantir os mecanismos necessários à promoção de uma ruralidade sustentável, considerando a multiplicidade de aspectos que condicionam a vida humana, sintetizados neste trabalho na dimensão cultural.

No entanto, a execução da política de assentamentos rurais tem evidenciado lacunas em direção ao objetivo de promoção da sustentabilidade ambiental nessas áreas, verificando-se inúmeras situações em que esses projetos revelam-se “meros amontoados de gente”, nos quais a ineficiência e ineficácia dos órgãos gestores responsáveis têm acarretado consequências perniciosas para a reprodução cultural das famílias “beneficiárias”, com a perda gradativa dos

elementos constitutivos do *ethos* camponês e a acelerada substituição pelo *modus vivendi* urbano.

Na perspectiva cultural, a situação dos assentamentos pesquisados caracteriza-se como crítica, sinalizando a negligência das entidades responsáveis pelo incentivo à cultura, os órgãos gestores dos assentamentos e as associações de assentados em relação à valorização das manifestações da cultura camponesa e a exclusão dessas populações do mercado cultural. Em contrapartida, o desempenho satisfatório verificado no descritor Percepção Ambiental, no que se refere aos indicadores Conhecimento da Biodiversidade e Consciência dos Problemas Ambientais, particularmente nos assentamentos rurais Santana Nossa Esperança e Fazenda Soares, revela que a intimidade com a natureza, como elemento constituinte da identidade camponesa ainda se mantém relativamente preservada.

Nesse sentido, sugere-se que esforços de gestão devem ser despendidos especialmente na perspectiva cultural, por meio da formalização de parcerias entre as associações de assentados e entidades vinculadas à cultura no município para incentivo à realização de atividades e ao consumo de bens culturais no meio rural.

## 5 Referências

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BARROS, J. M. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: \_ (org.). **Diversidade cultural**: da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.15-23.

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BRAMBILLA, M. **Percepção ambiental de produtores rurais sobre o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (MS) na perspectiva do desenvolvimento local**. 71f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2007.

BRANDÃO, C. R. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Col. Primeiros Passos, n.20.

DEPONTI, C.; ALMEIDA, J. **Indicadores para avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local**. 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/430.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2010.

DEPONTI, C. M.; ECKERT, C.; AZAMBUJA, J. L. B. Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.4, pp.44-52, out.-dez. 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HÄKKINEN, T. **City-related sustainability indicators state-of-the-art**. jun. 2001. 37p. Disponível em: <<http://cic.vtt.fi/eco/crisp/state-of-the-art2.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

HANAI, F. Y. **Sistema de indicadores de sustentabilidade**: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 432f. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

IBGE. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais e Coordenação de Geografia. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: Brasil 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Série Estudos e Pesquisas: Informação Geográfica, n.7.

\_\_\_\_\_. **Sistema de informações e indicadores culturais**: 2003-2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Série Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n.22.

- INCRA. **PCA Tapuia**: Projeto de Exploração Anual - PEA. Teresina: INCRA, 2006b.
- \_\_\_\_\_. SENAPRO – Serviço Nacional de Protocolo. **Processo nº 54380.001080/2003-73**, referente à desapropriação do imóvel fazenda AGROPOL no município de Teresina/PI. Teresina: INCRA, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Processo nº 54380.001096/2006-29**, referente à solicitação de processo administrativo para reconhecimento do projeto de assentamento PE Fazenda Soares I e II. Teresina: INCRA, 2006c.
- \_\_\_\_\_. **Processo nº 54380.001088/2006-82**, referente à solicitação de processo administrativo para reconhecimento do projeto de assentamento PE Fazenda Soares II. Teresina: INCRA, 2006d.
- MAY, T. Observação participante: perspectivas e prática. In: **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. pp.173-294.
- MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevistas não-diretivas em sociologia. In: **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987. pp.191-211.
- MIGUEZ, P. **Cultura, desenvolvimento e diversidade cultural**. VIII ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura: Salvador, 8 a 10 de agosto de 2012.
- MOURA, L. G. V.; ALMEIDA, J.; MIGUEL, L. A. **Avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas: um pouco de pragmatismo**. 2004. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/artigos\\_sustentabilidade/Lino\\_Geraldo.pdf](http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/artigos_sustentabilidade/Lino_Geraldo.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2008.
- MUNARIM, A. **Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção**. 31ª Reunião Anual da ANPED. Grupo de Trabalho 3: Movimentos Sociais e Educação. Caxambu, 2008.
- ONU – Organização das Nações Unidas. **Indicators of sustainable development: framework and methodologies**. Commission on Sustainable Development. New York: United Nations, 2001. Disponível em: <[http://www.un.org/esa/sustalev/csd/csd9\\_indi\\_bp3.pdf](http://www.un.org/esa/sustalev/csd/csd9_indi_bp3.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2010.
- ONU – Organização das Nações Unidas / PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: 1998. 1 CD-ROM.
- RABELO, L. S. **Indicadores de sustentabilidade: a possibilidade do desenvolvimento sustentável**. Fortaleza: Prodepa/UFC, 2008.
- SANTOS, J. L. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. Col. Primeiros Passos, n.110.
- SOULÉ, M. E. Mente na biosfera. In: WILSON, E. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. pp.593-598.
- THIOLLENT, M. Definição das técnicas de pesquisa. In: **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987. Cap. 1, pp.-31-39.
- WEIDSUCAHDT, P.; THIES, V. G.; THUM, C. **Cultura rural em diálogo: experiências com educação e memória**. Disponível em: <<http://www.vanessanogueira.info/sifedoc/Anais/Eixo%2004/Patr%C3%ADcia%20Weidsucahdt.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2014.
- WHITAKER, D. et al. A questão do registro e da memória do pesquisador. In: **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à Margem, 2002. pp.121-168.
- WHYTE, A. **La perception de l'environnement lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain**. UNESCO: Notes Techniques du MAB-5. Paris: 1978. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000247/024707fo.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

**Mazzaropi e a indústria de cinema do Brasil: a importância da  
comédia caipira na cinematografia brasileira nos anos de 1950-1980**

**Thaís Valvano<sup>1</sup>**

**Resumo:**

Este trabalho pretende analisar a vida e obra do cineasta Amácio Mazzaropi, a partir das críticas especializadas sobre seus filmes. O intuito não é biográfico, à medida que propõe uma discussão maior sobre os filmes e o que dele era analisado. A intenção é entender a infância do produtor e os caminhos que o levaram a criar sua produtora cinematográfica para identificar a importância do cineasta para a indústria brasileira de cinema e a representação da identidade caipira no momento de urbanização do período. A partir disso, o artigo pretende responder algumas questões como a relação entre público e crítica; tradição e modernidade e a reprodução de identidades sociais.

**Palavras-chaves:** Indústria cultural; Cultura Caipira; Cinema;

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense e mestranda em Ciências Sociais em agricultura, desenvolvimento e sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eli de Fátima Napoleão de Lima. Email: thaisvalvano90@hotmail.com

## **Da infância caipira ao sucesso de público**

Amácio Mazzaropi nasceu na capital, São Paulo, mas foi no interior que passou praticamente toda sua vida. Aos dois anos mudou-se com os pais para Taubaté onde passou boa parte da infância. Acostumando-se com o cotidiano caipira, a vida e os costumes do interior, a volta a São Paulo com 7 anos foi um desafio à medida que o menino se viu tendo que se adaptar novamente à cidade grande<sup>2</sup>. Anos mais tarde tal conflito de adaptação seria fortemente representado em vários de seus filmes.

Sua infância e adolescência foram marcadas pela falta de dinheiro de sua família, seus pais não tinham muitos recursos e quase sempre passavam por problemas financeiros. Em um deles, seu pai decidiu voltar à Taubaté para trabalhar na indústria têxtil da cidade, onde mais tarde trabalhou também Mazzaropi. Porém, desde criança o sonho de ser artista o dominava. Adorava ir ao teatro e os personagens de que mais gostava eram os caipiras, que como disse na entrevista que concedeu a revista “Veja” no ano de 1970, faziam grande sucesso nos teatros desde sua infância.

Na adolescência, Mazzaropi começou a se envolver diretamente com o teatro. Ele mesmo dizia que trabalhava com teatro, “mas não como ator - eu pintava cenários. Aliás, eu amava a pintura, sempre amei a pintura. Pois bem, um belo dia "perdi" o pincel e resolvi seguir a carreira de ator”.

Para entender os fatores que influenciaram as características de Mazzaropi como ator é importante considerar o contexto brasileiro, principalmente na cidade de São Paulo. Para isso é válido observar o trecho do texto de Cássio Santos Melo na qual ele caracteriza a capital paulista nos anos 20, no qual ele diz que “a presença marcante do estado, como grande exportador e produtor de café, são aspectos que na virada do século XIX para o XX vão delineando novos contornos ao estado como um todo e à sua principal cidade, São Paulo”<sup>3</sup>.

A partir desses fatores pode-se considerar que a arte não estava alheia a essas questões. Principalmente às peças encenadas em circos e teatros populares, pois estas visavam ao diálogo com o público que respondia à medida que se identificava com as histórias encenadas.

Essa relação de representação dos conflitos da sociedade nas peças de teatro é encontrada em quase todas as apresentações de Mazzaropi. O produtor saía para o

---

<sup>2</sup> MATTOS, M. Sai da Frente! *A vida e a obra de Mazzaropi*. São Paulo: Desiderata. 2010. pp. 15-16.

<sup>3</sup> Melo, Cássio Santos. Narrativas de Paulicéia: Caipiras numa cidade em transformação. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Janeiro/ Fevereiro/ Março de 2009 Vol. 6 Ano VI nº 1.

interior contando piadas que muitas vezes eram sátiras que condiziam com a realidade do público. A sátira é um exemplo que representa bem a característica de Mazzaropi como artista. Essa cresceu na medida em que ele foi se familiarizando com as artes cênicas, principalmente depois que foi trabalhar com cinema. Ele passou a satirizar, além dos sucessos dos filmes estrangeiros, os seus próprios colegas produtores que, segundo Mazzaropi, tinham um problema grande de não atentarem às necessidades do público.

Dizia ainda que seu sucesso advinha do trabalho que mostrava ao seu público. Segundo ele, seus filmes oferecem distração em forma de otimismo. “Eu represento os personagens da vida real. Não importa se um motorista de praça, um torcedor de futebol ou um padre. Eu documento muito mais a realidade do que construo”<sup>4</sup>. Essa é uma das principais peculiaridades de Mazzaropi, visto que os próprios recursos, ou a falta deles, na produção dos filmes eram direcionados a criar um cenário o mais real possível.

O que se tem é a constatação dessa visão de Mazzaropi, defendida pelo sucesso público que seus filmes atingiam. Realmente ele se arriscou muito para atingir o sucesso e construir sua própria produtora. Antes de atingir esses feitos, Mazzaropi trabalhou na companhia de cinema Vera Cruz<sup>5</sup> onde atuou em 3 filmes e aprendeu um pouco sobre dirigir um filme. Depois, com a crise da Vera Cruz, aceitou trabalhar em outra companhia conhecida como Cinedistri, onde aprendeu os recursos fundamentais para produzir um longa-metragem.

Assim com o reconhecimento do público; sucesso de suas piadas; capital inicial para o investimento e um sonho, Mazzaropi, no ano de 1959, funda sua própria produtora cinematográfica, a Produtora Amácio Mazzaropi – PAM filmes<sup>6</sup>. Quando questionado sobre os motivos que levaram o produtor a arriscar tão alto, dizia: “Eu via o cinema cheio de gente e meu bolso vazio. Tinha aprendido um pouco de cinema e resolvi fazer minhas próprias fitas. Afinal, minha empresa seria a única que teria o artista principal trabalhando de graça”<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> “O Brasil é meu público”. Veja 28-01-1970.

<sup>5</sup> Criada em 1949 pelos empresários Franco Zampari e Francisco Matarazzo Sobrinho. “Espelhada em Hollywood, fundaram a Companhia Cinematográfica Vera Cruz” (Matos, M. p 63).

<sup>6</sup> Criada em 1958 passa a produzir os filmes de Mazzaropi, sendo que já no primeiro filme “Chofer da praça” atingiu grande sucesso de público.

<sup>7</sup> Matos. op.cit. p 72.



Isso pode ser bem analisado na própria entrevista que Mazzaropi concedeu ao *Movimento* em 1976. Ele defendia que caminhava rumo à consolidação de uma indústria cinematográfica brasileira:

“tenho uma situação excepcional dentro do cinema brasileiro. Vejo isso pelo volume de fitas. A Pam Filmes, companhia distribuidora que é minha, tem filial no Rio de Janeiro, tem sede própria em Belo Horizonte, em Curitiba, Recife, Porto Alegre, e a matriz aqui em São Paulo onde trabalham 80 pessoas. Estou inclusive adiantado em relação ao governo brasileiro, que pretende fazer um estúdio entre São Paulo e Rio”<sup>8</sup>.

Tais dados não passavam despercebidos pelos críticos de cinema, inclusive existem fontes que mostram o interesse do governo da época nessas questões. Apesar de os anos de 1970 terem sido marcados por forte controle político estatal representado pelo regime militar, não se pode esquecer que um dos principais objetivos do governo era fomentar a industrialização nacional, incluindo a indústria cultural. Tal afirmação é vista no jornal *Estado de São Paulo* no dia 19 de outubro de 1971<sup>9</sup>, que cobriu o encontro entre Mazzaropi e o presidente Médici que discutiram sobre a fomentação da indústria cinematográfica. Segundo o jornal “o presidente Médici disse que dará todo o apoio ao cinema nacional para transformá-lo em indústria”.



Encontro entre o presidente Médici e Mazzaropi em 1971<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> O Jeca contra o tubarão - depoimento exclusivo: Mazzaropi - Jornal Movimento 5/4/76.

<sup>9</sup> Ver anexo no final.

<sup>10</sup> Imagem cedida pelo Centro de Documentação e Pesquisa Histórica – CDPH (UNITAU).

O interesse do governo não era apenas de fomentar e enriquecer a cultura no Brasil, mas havia também forte interferência econômica nessa questão. Um exemplo disso foi o objetivo da reunião entre Mazzaropi e Médici. O produtor pretendia defender a isenção de impostos nas importações de equipamentos cinematográficos. Tratava o cinema como negócio<sup>11</sup>, tanto que criava artifícios para fugir das fraudes que ocorriam frequentemente.

O reconhecimento da importância de Mazzaropi na criação de uma indústria cinematográfica nacional parecia estar somente no encontro com o presidente e em alguns críticos que reconheciam a popularidade do produtor. A crítica especializada analisava de forma pejorativa os filmes mazzaropianos, muitas vezes chegando a desqualificá-los. Contudo, tem-se que considerar os interesses políticos dos próprios jornais.

A maior parte dos relatos que se tem sobre os filmes de Mazzaropi está principalmente em seus lançamentos. A questão a se observar é que muitos críticos ressaltavam a falta de técnica, precariedade de recursos e repetição de enredo ao mesmo tempo em que concordavam que estavam a analisar mais um sucesso de público. No entanto, existiam aqueles que ressaltavam que o grande número de espectadores nos filmes de Mazzaropi condizia com o subdesenvolvimento do Brasil<sup>12</sup>, que só tal condicionamento seria a explicação cabível para tal sucesso.

Entretanto, salvo alguns críticos mais contestadores como Ignácio Loyola<sup>13</sup>, a maioria dos críticos ressaltava a importância do público nos filmes de Mazzaropi. Também não era possível relevar essa questão, principalmente ao considerar a matéria de Paulo Moreira Leite para o jornal *Folha de São Paulo* do dia 08 de junho de 1977.

“São duas mil pessoas, o trânsito está interrompido numa faixa da Avenida São João, o Largo Paissandu está agitado. Uma escola de samba, uma banda do interior as duas misturando batucada e marchinhas ao mesmo tempo. Motocicletas e viaturas do DSV, sirene, 5 soldados da PM e um sargento. Dois caminhões de uma estação de televisão, holofotes, fotógrafos. Então, com 45 minutos de atraso, o galáxie preto estaciona junto à calçada do cine Art-Palácio, para a cerimônia de estréia do filme Jecão...um fofoqueiro no céu”<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> Matos. op.cit. p 105.

<sup>12</sup> Loyola, Ignácio. A Contribuição de Mazzaropi para o Retrocesso. Última Hora, 4 de fevereiro de 1965. Cine-Ronda.

<sup>13</sup> Contista, romancista e jornalista brasileiro. Trabalhou no jornal Última Hora.

<sup>14</sup> Leite, Paulo Moreira . A Hollywood caipira. Folha de S. Paulo 08 de junho de 1977.

Esses dados acima foram apresentados em 1977, Mazzaropi já havia consolidado sua produtora que a partir de sua fundação em 1959 passou a produzir um filme por ano e todos de relativo sucesso.

Os anos de 1970 foram fundamentais para a produção de Mazzaropi. Em todos os lançamentos era esperado um grande número de pessoas. O produtor determinava que fossem feitas em média 35 cópias que eram distribuídas a um grande número de salas ao mesmo tempo. Sabendo que seu grande público estava em São Paulo segurava as fitas durante um mês só no estado paulista, para depois distribuir no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Recife e Porto Alegre.

Nesse sentido, a crítica de Paulo Moreira Leite foi ainda mais enfática ao analisar a renda dos filmes mazzaropianos, especialmente o “Jeca Macumbeiro”. Este filme atingiu um total de 530 mil e 306 espectadores com um ano de exibição, a maior bilheteria nacional do ano de 1975 atingindo 10,5 milhões de cruzeiros<sup>15</sup>. Essa afirmação sugere a demonstração da importância de Mazzaropi naquele momento. O que em certa medida incomodava alguns críticos e chamava a atenção de outros tantos.

Mais um grande sucesso era esperado pelo público de Mazzaropi no ano de 1975. O produtor estava lançando a sua mais nova película intitulada “O Jeca contra o Capeta”. Ao analisar essa fita, alguns críticos diziam que ela foi inspirada no filme norte-americano “O exorcista” e que o produtor havia feito a sátira para aproveitar o sucesso que o filme estrangeiro fizera nas bilheterias do mundo todo. Contudo, acompanhando ou não o sucesso, o que se pode afirmar é que a questão de Mazzaropi aí não era reproduzir fielmente o enredo do filme hollywoodiano, mas sim satirizar e garantir ao público muitas risadas.

Em um contexto mais geral, pode-se dizer que o filme “Jeca contra o Capeta” abrange todas as peculiaridades dos filmes mazzaropianos. Mistura comédia, questões sociais, violência e ingenuidade do caipira numa só produção. Tais fatores aparecem na discussão sobre a aprovação ou não da lei do divórcio, nas brigas intermináveis entre os homens do meio rural, nas graças do jeca e na suposta falta de malícia das pessoas do campo.

O filme pode ser considerado contestador na medida em que se inicia com uma pesquisa de opinião. Os jornalistas saem às ruas querendo saber o que a população acha da lei do divórcio. Para isso, Mazzaropi filma a discussão em um cenário externo, como

---

15

se reproduzisse, mais uma vez, o próprio cotidiano de seu público nas cidades pequenas. Desde o começo, a polêmica da aprovação da lei vai alterar as relações pessoais da cidadezinha. Alguns vão gostar da ideia, outros tantos vão ficar receosos, principalmente as mulheres que ficam com medo de perderem seus maridos.

A observação que se constrói a partir dos acontecimentos do filme é de que a população do meio rural não estava pronta para a aprovação da lei do divórcio, pois somente a possibilidade de aprovação já alteraria as relações pessoais daquele meio. Nesse sentido, Mazzaropi, além de representar os problemas que se formaram com tal notícia, procura dialogar com os próprios personagens do filme, como o padre, por exemplo.

Mazzaropi cria um enredo sobre tradição e modernidade. Seus personagens ficam um tanto quanto perdidos com a modernização que chegam a sentir falta dos costumes passados. Isso é retratado de forma mais sistemática na conversa que o personagem Poluído tem com o padre da cidade. Inconformado com as mudanças que estavam ocorrendo no interior, o protagonista pergunta se o padre da cidade é a favor da lei do divórcio, confirmando a posição contrária da igreja.

Entretanto, vale ressaltar que o filme foi produzido em 1975 e que a lei do divórcio no Brasil só foi aprovada em 1977. Ou seja, havia uma discussão de âmbito nacional e o filme se posicionou contrário à nova lei. Além disso, legitimou sua posição através de seus personagens, visto que os heróis da trama são contrários e os vilões a favor do divórcio.

A análise que Zulmira Tavares<sup>16</sup> fez sobre a representação do divórcio no filme de Mazzaropi torna-se contundente:

“Na verdade a qualidade de negra vilania emprestada ao divórcio deflagra toda a ação da estória; por exemplo o sedutor Camarão, ao tomar conhecimento da lei do divórcio, ri satanicamente e tenta logo em seguida violentar a mulher do próximo: um revólver dispara e Camarão morre (também por causa do divórcio, como se verá no fim); mete-se a respeito de uma duvidosa herança. A motivação? O divórcio. Porém como tanto os divorcistas (os vilões) como os antidivorcistas (os heróis) agem da maneira mais fora de propósito possível na defesa de um ou de outro ponto de vista, a credibilidade de ambos os enfoques fica muito duvidosa”<sup>17</sup>.

Além disso, essa é mais uma característica de Mazzaropi explicitada no filme. Ele propõe uma questão e não a defende de forma determinada. Por mais que fique clara sua

---

<sup>16</sup> É escritora, pesquisadora e professora de cinema, sendo integrante do conselho da Cinemateca Brasileira.

<sup>17</sup> Tavares, Zulmira R. De pernas pro ar. Jornal Movimento 5 de abril de 1976.

posição sobre a questão do divórcio, por exemplo, ele a coloca de forma superficial e inserida numa imensa gama de acontecimentos que ela acaba se manifestando apenas como uma consequência que se desenrola por si só.

Não obstante, é inviável fazer um estudo aprofundado do filme “Jeca contra o Capeta” sem estudar os casos separadamente. Anteriormente fiz uma breve contextualização do enredo para mostrar como os acontecimentos se encadeiam. Portanto torna-se necessário dar continuidade a essa explanação, porém de forma mais específica, de acordo com o interesse de cada personagem, que vão usar a questão do divórcio para atingir seus objetivos ou se defenderem.

O filme propõe a discussão de vários temas. É evidente que o divórcio é o tema central, mas, além dele, tem a obsessão da fazendeira rica, a prisão do filho de seu Poluído, a aparição de um advogado de defesa um tanto suspeito, o encontro de Poluído com Jesus Cristo e a sátira ao filme “O exorcista”. Toda essa rede de acontecimentos é posta simultaneamente. Sugiro, portanto, esquematizar tais questões não de acordo com o desenrolar do filme, mas sim de acordo com os casos.

Aproveitando para ameaçar Poluído, Dionísia inventa que viu Augusto matando Camarão e que o denunciaria caso o Jeca não se divorciasse para se casar com ela. Essa ameaça acontece logo no início do filme e vai se estender por toda a história, fazendo com que Poluído fique cada vez mais envolvido na trama de Dionísia que chega a compará-la com o capeta. Por isso o título do filme “Jeca contra o Capeta”, o capeta no caso nada mais é do que a fazendeira apaixonada pelo Jeca. Inclusive em uma das cenas, o caipira tem um pesadelo e vê Dionísia se transformar em demônio.

Outro fator importante do filme é a aparição de um advogado, que contratado por Dionísia inventa para o povo da cidade que o divórcio já foi aprovado e que ele resolveria o processo de quem quisesse se divorciar. O problema é que a lei não tinha sido aprovada e o advogado aproveitava a ignorância das pessoas para ganhar dinheiro através da criação de um falso processo de divórcio. Além disso, combinado com Dionísia inventa uma herança que Poluído ganharia para fazer com que ele e sua esposa assinassem o papel que na verdade seria o falso divórcio.

Mesmo sendo falso, tanto Poluído quanto sua mulher acreditavam estar divorciados. A confusão só foi desfeita quando o Jeca vai procurar a fazendeira para tentar reaver os papéis e anular o divórcio. No entanto quando chega à residência de Dionísia ouve a conversa da proprietária com seu advogado, na qual ambos riem por terem enganado a cidade toda e afirmam que a lei ainda não foi aprovada. A fazendeira ainda afirma que

foi ela quem matou o Camarão e que fez isso porque descobriu que a vítima planejava liquidá-la. Ao ouvir tudo isso Poluído se dirige à delegacia para informar ao delegado a descoberta.

Tais análises acima são interessantes à medida que fortalecem o enredo e abordam questões importantes de forma suave e eufêmica, garantindo leveza ao público mesmo quando abordam temas como violência representada pelas crueldades de Dionísia e desigualdade quando o advogado usa do seu conhecimento e informação para trapacear.

Outra questão interessante do filme é a passagem de Jesus Cristo. A primeira cena em que Poluído aparece conversando com Jesus acontece quando o Jeca está desanimado com as injustiças do mundo. Seu filho estava preso, o mundo se modernizando, sentia que não pertencia mais àquele lugar. Ele passa então a questionar o motivo de existir tanta gente que faz o mal, mas que tem bastante dinheiro e tanta gente que só faz o bem e não tem quase nada. Assim argumenta que dinheiro não traz felicidade e que a maior riqueza é ser feliz.

O interessante é que no final do filme, o público descobre que Jesus Cristo na verdade era um hippie. Essa descoberta causa uma curiosidade, não fica definido a intenção de Mazzaropi em criar aquele personagem. Muitas interpretações podem ser feitas, mas o fato é que o diálogo retoma a discussão sobre desigualdade social e injustiça econômica de certo modo não deixa de ser representada em todo o filme. Porém essas questões sugerem uma maior necessidade de entender essa analogia a Cristo, talvez por contrapor o Capeta ou então para mostrar um novo grupo social que se formava nos anos de 1970, os hippies<sup>18</sup>.

Por fim, o último caso que proponho é a sátira a um dos filmes hollywoodianos de maior sucesso nos anos de 1970 que foi “O exorcista”. Mazzaropi não propôs a reprodução do filme, pelo contrário. Como vimos, a história é marcada por grandes acontecimentos norteados por um assunto muito distante do filme norte-americano que é o tema do divórcio. Nesse sentido, o produtor demonstra de forma alusiva e lúdica que tais manifestações sobrenaturais podem muito bem serem explicadas no mundo dos homens. O medo das pessoas é que faz com que elas acreditem no fenômeno. Poluído inclusive defende que sua esposa está com o demônio no corpo e que ele havia visto isso num filme chamado o “O eletricista”.

---

<sup>18</sup> Em nenhuma das críticas sobre o filme encontrei uma explicação sobre o personagem de Cristo no filme. Zulmira Tavares defende que era um símbolo representativo que foi explicado no mundo dos homens.

O que se pode entender dessa sátira e principalmente das alusões sobrenaturais do filme terem sido explicadas por fatores de natureza concreta é que Mazzaropi pretendia no filme “Jeca contra o Capeta” mostrar que não é preciso usar terror e outros recursos para atingir o grande público. Além disso, o produtor mostrou que conseguia lotar as salas de cinema com filmes simples, que abordavam de forma cômica e leve assuntos do próprio cotidiano da população do interior. Essa hipótese pode ser levantada a partir do depoimento que o produtor concedeu ao jornalista Caco Barcelos no dia 5 de abril de 1976.

“Muita gente faz cinema no Brasil para consumo próprio e não percebe que não faz sucesso porque vive divorciada do povo, falam uma linguagem intelectual e o povo não gosta de pensar. Analisem bem o Tubarão, os americanos fazem e levam o dinheiro daqui. Me dá uma vontade de dar um soco nos beiços daquele bonecão quando ele aparece com aqueles dentão na tela. Porque nós não fizemos para o dinheiro ficar aqui mesmo.”<sup>19</sup>

Considerando a mesma lógica do filme “Tubarão” para “O exorcista”, o que Mazzaropi critica é a falta de investimento no cinema nacional. Quando ele indaga o motivo de nenhum cineasta brasileiro ter feito o filme antes de Hollywood, mostra todo seu ressentimento. Demonstra que se o filme tivesse sido produzido no Brasil, o sucesso e os lucros poderiam fomentar a indústria cinematográfica nacional e não aumentar os lucros estrangeiros.

Ainda no depoimento Mazzaropi comenta o sucesso de “Jeca contra o Capeta”. “Então eu fiz este ano o Jeca Contra o Capeta achando que nunca mais atingiria rendas tão altas como as outras. Mas tive outra agradável surpresa: um milhão de pessoas já viram a fita que está na quinta semana do circuito Serrador em São Paulo. É uma barbaridade”<sup>20</sup>. Seu discurso não muda. O sucesso de seus filmes é constantemente comparado com os filmes estrangeiros, sendo que alguns deles perdem espaço para a exibição dos filmes do Jeca.

O depoimento “Jeca contra o tubarão” é ainda mais interessante quando se analisam os depoimentos de pessoas comuns, principalmente da cidade de São Paulo, que assistem aos filmes do Mazzaropi. O próprio produtor defende que a capital paulista é um lugar de caipiras, chegando a caracterizar a variedade que existe na cidade. Em um

---

<sup>19</sup> O Jeca contra o tubarão (depoimento exclusivo: Mazzaropi) Jornal Movimento 5/4/76. Depoimento a Caco Barcelos.

<sup>20</sup> Idem

trecho, Mazzaropi defende sua posição quanto produzir um filme de acordo com o que o público caipira deseja encontrar no cinema.

“Sempre me preocupei com o caboclo, o caipira, que foi mudando seu temperamento, na medida que a sociedade entrava na onda do desenvolvimento. Antigamente eu contava uma história ingênua e todos gostavam. Eu dizia que queria casar com uma namorada mas o pai dela não queria deixar. Depois eu falava que ia dar um tiro no meu ouvido e outro no dela, para nós dois juntinhos nos unirmos no céu e era o maior sucesso. Hoje o povo dá gaitada disto, acha ridículo. Eles estão com a tv em casa e não querem mais saber de riscar o dedão no chão como faziam antes”.

Essa consciência de seu público é a grande defesa do produtor, principalmente quando vai rebater críticas recebidas sobre a falta de qualidade de seu trabalho. Segundo ele, qualquer enredo que for criado respeitando a opinião e a vontade do público tende ao sucesso. Para argumentar isso cita trabalhos anteriores como “Portugal, minha saudade” que foi um “drama desgraçado”, como ele mesmo defende, mas que atingiu sucesso de público. Para Mazzaropi, o público vai aplaudir tanto o filme que os fazem rir quanto os fazem chorar, mas que, no entanto, seja condizente com a realidade e possibilidades de compreensão desses espectadores.

A escolha do filme “Jeca contra o Capeta” para analisar o sucesso de Mazzaropi como produtor cinematográfico não foi aleatória. O filme foi a maior bilheteria que o produtor atingiu<sup>21</sup> em sua carreira, inclusive superando filmes estrangeiros. Sobre isso o produtor defende que “enquanto o Jeca briga com o diabo nas telas dos cinemas paulistas, Charles Bronson e outras fitas estrangeiras terão que esperar a vez com muita ‘humildade’”, diz Mazzaropi, sorridente e às vezes debochado: “porque eu mesmo não esperava tanto sucesso com O Jeca contra o Capeta”<sup>22</sup>.

Nos depoimentos e entrevistas que concede, Mazzaropi não esconde a alegria de superar em número de público as fitas estrangeiras. Como já mostrado aqui, sua intenção era criar uma indústria cinematográfica brasileira. Para ele, enquanto o país da abertura aos filmes estrangeiros, perde a chance de investir em produções próprias. A própria produtora de Mazzaropi defende essa discussão na medida em que seus filmes

---

<sup>21</sup> Cr\$ 15.258.957,70 .Espectadores: 2.602.630. Mês de lançamento: fevereiro. Figura em 2º lugar na lista "As 10 maiores rendas do filme nacional em 1976". Figura em 2º lugar na lista "As 10 maiores rendas do filme nacional no período de 6 anos" "(de julho de 1970 a dezembro de 1976)". Figura em 5º lugar na lista “As 10 maiores rendas do filme nacional no período de julho de 1970 a junho de 1977, com a renda de Cr\$ 16.268.307,40; e com 2.786.165 espectadores”. <http://www.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=Ink&exprSearch=ID=023417&format=detailed.pft#1>.

<sup>22</sup> Ver o depoimento “O Jeca contra o tubarão”.



são feitos somente com a renda do filme anterior. Tal renda, além de ser suficiente para os gastos que a produção de um longa-metragem necessita, ainda é capaz de fomentar a própria produtora.

Nesse sentido, o título do depoimento de Mazzaropi a Caco Barcelos ter sido “Jaca contra o tubarão” define exatamente essa problemática que o produtor tanto defendia. Além de ser contra a abertura que o país concede para os norte-americanos exibirem seus filmes no Brasil, ele também é contra o tipo de filme que é produzido nacionalmente.

### **Mazzaropi e a crítica ao cinema novo**

Em 1970, Mazzaropi concedeu à *Veja* uma entrevista na qual ele analisa o panorama do cinema nacional. Essa entrevista é importante na medida em que ele fala do seu sucesso com o público, a sua visão sobre o cinema como indústria e crítica as produções do cinema novo<sup>23</sup>. A entrevista, “O Brasil é meu público”, que foi concedida ao jornalista Armando Salem no dia 28 de janeiro de 1970, será a fonte utilizada para entender as questões entre Mazzaropi e o Cinema Novo.

Para entender a crítica de Mazzaropi, precisa-se antes entender o surgimento do Cinema Novo e sua proposta. Segundo o artigo de Armando Salem, a proposta era criar no Brasil um tipo nacional de fazer cinema e não reproduzir o modo de vida norte-americano que era difundido principalmente através dos filmes de Hollywood. Era necessário criar uma identidade para o Brasil. Por isso era muito comum a produção de filmes que retratassem o subdesenvolvimento do país, que denunciasses questões sociais. Além disso, não reconheciam existir uma produção de filmes nacionais, a não ser pela produtora Vera Cruz e pelos filmes de chanchadas dos anos de 1930 e 1940.

Os filmes de chanchadas deixaram de fazer sucesso já no final dos anos de 1940 porque não acompanharam a mudança por que a população brasileira passara nesses anos. Já a Vera Cruz foi criada em 1949 exatamente com a proposta de criar uma indústria cinematográfica nacional que produzissem filmes de qualidade. Para isso, seus criadores não pouparam recursos para contratar profissionais estrangeiros e equipamentos de alta qualidade para produzirem seus filmes. O problema é que tais investimentos foram maiores que a renda de seus filmes, o que fez com que a produtora entrasse em crise financeira, chegando a falir poucos anos depois.

---

<sup>23</sup> Simonard, Pedro. ORIGENS DO CINEMA NOVO: A CULTURA POLÍTICA DOS ANOS 50 ATÉ 1964.

Analisando essas questões, os idealizadores do Cinema Novo não queriam cometer os mesmos erros da Vera Cruz passara e decidiram agir de forma diferente. Para eles, a quebra da produtora ocorreu pelos altos investimentos em funcionários estrangeiros que não produziam filmes brasileiros, consideravam pouco nossa cultura<sup>24</sup>. O retorno financeiro não acontecia também porque “a empresa preocupava-se apenas com a produção, deixando a distribuição a cargo de multinacionais também produtoras de filmes e que não tinham interesse nenhum em ceder um pedaço do seu mercado para o cinema brasileiro”<sup>25</sup>. Nesse sentido, segundo os próprios criadores e diferentemente da Vera Cruz, a proposta do Cinema Novo era a produção de filmes baratos e condizentes com a realidade de um país em desenvolvimento.

Mazzaropi acompanhara todo esse processo, inclusive chegou a trabalhar na produtora Vera Cruz, onde produziu três filmes. Sabia dos problemas por que a produtora passava e, em certa medida, o que causava esses problemas. Um deles evidentemente é a distribuição, tanto que, logo após a criação de sua produtora, Mazzaropi tratou logo de criar uma distribuidora para impedir os desvios financeiros. Porém, sua crítica ao Cinema Novo decorre do fato de não haver nos filmes um contato com o grande público. Segundo ele, isso é prejudicial na medida em que, diferentemente dos filmes produzidos pela PAM- filmes, não ajudam a indústria de cinema no Brasil.

“Não posso falar pelos outros porque não conheço os resultados dos números daquilo que eles fazem. Tenho muita vaidade em dizer que eu não tenho nenhum problema de exibição de meus filmes. Os exibidores fazem fila na porta da Pam-Filmes. O público vai ver minhas fitas e sai satisfeito. Eu já consegui colocar 13000 pessoas num dia, nas várias sessões do Art Palácio, em São Paulo. Com isso, ando de cabeça erguida. Agora, pelo outro tipo de filme feito no Brasil, não respondo. Não sei se ele pode ajudar a indústria cinematográfica nacional”<sup>26</sup>.

Ainda sobre o Cinema Novo o caracteriza-o como sendo feito para uma minoria de intelectuais.

“Não, eu não tenho nada contra ele. Só acho que a gente tem que se decidir: ou faz fita para agradar os intelectuais (uma minoria que não lota uma fileira de poltronas de cinema) ou faz para o público que vai ao cinema em busca de emoções diferentes. O público é simples, ele quer rir, chorar, viver minutos de suspense. Não adianta tentar dar a ele um punhado

---

<sup>24</sup> Ver Salem.

<sup>25</sup>

<sup>26</sup> Ver o depoimento “O Jeca contra o tubarão.

de absurdos: no lugar da boca põe o olho, no lugar do olho põe a boca. Isso é para agradar intelectual”<sup>27</sup>.

O ressentimento de Mazzaropi está no fato de os intelectuais reconhecerem a qualidade dos filmes do Cinema Novo, mas não a dos seus. Para o produtor, o cinema nacional só se transformará em indústria quando os espectadores brasileiros deixarem de lotar os cinemas para assistirem filmes estrangeiros e passarem a assistir filmes nacionais e que isso só será possível quando estes filmes atenderem às exigências do público que no fim torna-se o principal crítico a medida que determina ou não o sucesso.

Mazzaropi defende que seu sucesso e seu dinheiro são resultados do diálogo que seus filmes sempre tiveram com o público. Ele não vê cinema como arte, apenas. Mas sim como negócio. Na entrevista diz que seu plano futuro é continuar fazendo de seu negócio a arte de entreter o público.

#### **Bibliografia:**

- BARSALINI, Glauco. *Mazzaropi – o Jeca do Brasil*. São Paulo: Editora Átomo, 2002.
- BRAGANÇA, M. “Jeca Tatu por Mazzaropi”. *Ipotesi, Juiz de Fora*, v. 13, n. 1, p. 103 - 116, jan./jul. 2009.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.
- FASSONI, Orlando. “Sai de baixo, Mazzaropi”. Folha de São Paulo 1977.
- FERRO, M. *Cinema e História*. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FRESSATO, S. B. *Caipira sim, trouxa não: representações da cultura popular no cinema de Mazzaropi*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 63.
- GOFF LE, J. NORA, P. *História: Novos objetos*. São Paulo: Francisco Alves, 1976.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- LIMA, N. T. *Um Sertão Chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- MARTINELLI, S. *Vera Cruz: Imagens e História do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Abooks, 2002.
- MATOS, M. *Sai da frente! A vida e Obra de Mazzaropi*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2010.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. “As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização”. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998. p. 267-299.
- MOREIRA, V. “JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento”. IN

---

<sup>27</sup> Idem.

NÓVOA, J. FRESSATO, S. B. Feigelson, K. (org). *Cinematógrafo – Um olhar sobre a história*. Salvador, São Paulo: EDUFBA/ Editora UNESP, 2009.

ORTIZ, R. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RAMOS, F. (org). *História do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Art Editora, 1987.

RODRIGUES, C. R. e SOUZA, O. R. N.. *Mazzaropi: A imagem de um caipira*. São Paulo: Serviço social do comércio/Taubaté: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica/ Universidade de Taubaté, 1994.

RODRIGUES, M. *O Brasil na década de 1950*. 3ed. São Paulo: Memórias, 2010.

SILVA, F. (org). *História e Imagem*. UFRJ, 1998.

TAVARES, Zulmira R. “De pernas pro ar”. *Jornal O Movimento*. 5 de abril de 1976.

TOLENTINO, C. *A dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro – um estudo sobre o rural no cinema brasileiro*. Campinas – SP [s.n.], 1997.

### **Jornais:**

Araujo, I. Folha de São paulo: “‘O Corintiano’ é uma das grandes comédias feitas por Mazzaropi”, 06 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_ “De lucro certo, filmes do comediante tinham encontro marcado com público”, 3 de abril de 2012.

Barcelos, C. *Jornal Movimento* : Jeca contra o tubarão, 5 de abril de 1976.

Fassoni, O. Folha de São Paulo: “Sai de baixo, Mazzaropi” 8 de junho de 1977.

Fonseca, Rodrigo. Documentário mostra importância de Mazzaropi. *O Globo*, 4 de fevereiro de 2013.

Leite, Paulo Moreira. *A Hollywood caipira*. Folha de S. Paulo 08 de junho de 1977.

Loyola, Ignácio. *A Contribuição de Mazzaropi para o Retrocesso*. Última Hora, 4 de fevereiro de 1965. Cine-Ronda.

Tavares, Zulmira R. *Jornal Movimento*: “De pernas pro ar” 5 de abril de 1976.

Veja: “O Brasil é meu público”, 28 de janeiro de 1970 .

### **Filme:**

*JECA CONTRA O CAPETA*. Direção: Pio Zamuner e Amácio Mazzaropi. Intérpretes: Mazzaropi; Geny Prado; Roberto Pirilo; Néa Simões; Fausto Rocha Jr; Rose Garcia; Jair Talarico e outros. Distribuição: PAM – filmes (SP). Duração: 105min. São Paulo: PAM Filmes,1975.

## GT 09 – Cultura e Comunicação no Mundo Rural

### Memória, Cotidiano e Trabalho: notas sobre modos de vida e subjetividades na Serra do Açor, Portugal

Rosemeire Aparecida Scopinho<sup>1</sup>  
Norma Valencio<sup>2</sup>  
Luciano Lourenço<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia, professora associada da Universidade Federal de São Carlos, Brasil [scopinho@ufscar.br](mailto:scopinho@ufscar.br)

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Humanas, Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da Universidade de São Paulo, [normaf@terra.com.br](mailto:normaf@terra.com.br)

<sup>3</sup> Doutor em Geografia, professor associado com agregação da Universidade de Coimbra, Portugal [luciano@uc.pt](mailto:luciano@uc.pt)

**Resumo:** Na região serrana de Açor (Portugal), o rural caracteriza-se pelas idas e vindas dos aldeões entre o campo e a cidade, em busca de trabalho e reprodução da vida social. Com base em observações etnográficas realizadas em oito aldeias localizadas no Distrito de Coimbra e apoiado nos conceitos de memória social, cotidiano e trabalho, o artigo propõe uma reflexão sobre as construções materiais e simbólicas que sustentam/enfraquecem os vínculos sociais que caracterizam o modo de vida aldeão.

**Palavras-chaves:** Memória Social, Trabalho e Cotidiano, Modo de Vida

#### Introdução

Na região serrana de Açor (Portugal) o esvaziamento do rural, por êxodo e/ou envelhecimento populacional, é um fenômeno que se intensificou nas últimas décadas e se expressa na forma de intensas mudanças na economia e nos modos de vida, antes baseados, fundamentalmente, na atividade agrosilvopastoril. Aldeias esvaziadas contribuem para agravar outro problema recorrente nesta região: a frequência e gravidade com que acontecem os incêndios florestais, o que, por sua vez, mobiliza ainda mais os seus moradores na busca de melhores condições para trabalhar e viver nas cidades do entorno e/ou nos grandes centros urbanos de Portugal e da Europa. No centro deste círculo vicioso encontra-se a exploração madeireira e de resina, principal atividade econômica desta região que envolve as pequenas e micro propriedades rurais, cujas recentes mudanças no tipo de espécie cultivada e no seu manejo têm contribuído para agravar o problema dos incêndios e o esvaziamento do mundo rural.

No entanto, esse esvaziamento não é de todo completo e apresenta algumas nuances diferenciadas. No verão português de 2013, realizamos uma pesquisa em oito

aldeias do Distrito de Coimbra com a finalidade de analisar a construção social dos desastres relacionados aos incêndios florestais na memória social de idosos, especialmente os processos que denotam a degradação da vida cotidiana e aqueles que exigem a adoção de novas estratégias, na esfera privada e pública, para revitalizá-la. No decorrer desta pesquisa, observamos que o manejo da floresta, na verdade, prescinde da presença humana constante, haja vista que os ciclos produtivos do pinheiro e do eucalipto são de trinta e dez anos, respectivamente, e o extrativismo da resina e da castanha é sazonal. A escassez de oferta de empregos regulares leva os aldeões a migrarem para trabalhar nas cidades do entorno. No entanto, muitos mantêm as suas casas para nelas passarem os finais de semana e as temporadas de verão; outros, depois de aposentados, voltam a ocupar as suas antigas casas e fazem da agropecuária mais um passatempo do que atividade econômica, propriamente dita. Assim, no que se refere à ocorrência de incêndios, o rural não é tão densamente ocupado ao ponto de permitir que os aldeões mantenham-se vigilantes no controle desta problemática e nem tão vazio de modo que estes eventos não os afetem.

Mas, o que motiva os aldeões no vai-e-vem constante entre a cidade e o campo? Paulo Baronet (2011), ao estudar o movimento migratório dos jovens no Concelho de Castro Daire, distrito de Viseu, com o aporte dos conceitos de dinâmicas *boomerang* e *atração-repulsão*<sup>1</sup>, explicou que esta estratégia migratória possibilita ao aldeão usufruir o melhor dos dois mundos. Nas cidades eles encontram possibilidades de fixação porque há empregos, redes sociais de apoio e interconhecimento, maior diversidade social e cultural; no campo eles revivem a memória coletiva e familiar, o sentimento de pertença e desfrutam o contato com a natureza e a tranquilidade de uma vida mais simples. Em suma, para este autor, nas cidades os jovens encontram possibilidade de fixação e no campo as possibilidades são de vinculação.

As observações etnográficas realizadas nas aldeias do distrito de Coimbra corroboram as análises de Baronet (2011) e nos levaram a refletir, mais especificamente, sobre que construções materiais e simbólicas sustentam/enfraquecem os vínculos sociais que caracterizam os modos de vida nas aldeias. Este é o propósito

---

<sup>1</sup> Dinâmica *boomerang* diz respeito ao movimento migratório, mais ou menos regular, realizado em diferentes temporalidades que fazem os jovens entre o campo e a cidade, ao regressarem esporadicamente ao local de origem no campo sem lá permanecerem porque já estão fixados na cidade; a dinâmica *atração-repulsão* refere-se ao retorno à região de origem, movido pela força subjetiva dos laços familiares e comunitários, cuja permanência é de curto prazo porque, objetivamente, o campo não oferece condições de permanência (Baronet, 2011).

deste artigo. Especificamente, tratamos de caracterizar a convivência que se estabelece entre o modo de vida tradicional e o moderno nas aldeias pesquisadas, com ênfase nas atividades cotidianas de trabalho e de reprodução da vida social. A reflexão é balizada pelas seguintes questões: Como se configura a ruralidade nestes territórios? Que conjunto de características, relações e valores envolvem esta ruralidade?

Do ponto de vista metodológico, partimos do pressuposto de que os desencontros entre a memória oficial e aquela que se constrói por meio dos acontecimentos e relações que se estabelecem no tempo presente entre as personagens do lugar podem contribuir com a compreensão da riqueza subjacente à vida cotidiana (Bosi, 1979). As informações obtidas por meio das observações etnográficas permitiram apreender elementos importantes do modo de vida local, desde as formas de trabalho existentes, até aos costumes e tradições mantidas, passando pela organização dos diferentes espaços de vivência. No percurso analítico, elas foram complementadas e ilustradas com a produção discursiva dos moradores das aldeias, registrada formal ou informalmente por meio de entrevistas individuais e coletivas realizadas durante os trabalhos de campo. Assim foi possível confrontar discursos e práticas sociais.

Primeiramente, esboçamos um quadro teórico de referência para a reflexão, procurando articular os conceitos de vida cotidiana, modos de vida, memória social, representações sociais e trabalho. Na sequência, descrevemos o cenário em foco, com ênfase nas atividades produtivas, procurando discuti-lo à luz das questões levantadas e do referencial construído.

### **Modos de Vida e Subjetividades**

Se, para o homem comum, a vida cotidiana apresenta-se como uma espécie de território, onde as relações sociais ganham colorido e indicam as possibilidades de realização do sujeito, também é nela que as limitações concretas e simbólicas desta realização se manifestam (Martins, 1998). Possibilidades, por um lado, e limitações por outro são, respectivamente, vias abertas e obstruídas pelas regras de tráfego da sociabilidade daqueles que convivem, produzem e partilham um senso comum. Trata-se de um conhecimento fundamental acerca do mundo vivido, reelaborado continuamente, e cujos significados, dinamicamente produzidos, são validados na interação social (Martins, 1998; 2000), onde se materializam na forma de um lugar identitariamente referenciado (Zhouri e Oliveira, 2010).

A memória social é o elemento ativo que dá sentido às feições do lugar, dota a sociabilidade miúda do dia a dia de uma história mais densa e, enfim, manifesta a energia pulsante do senso comum. Constituindo camadas de variadas experiências e conhecimentos, tanto pessoais como coletivos, testados nas contingências e entremeados nas rotinas, compartilhados pelo discurso e pelas práticas adotadas, as quais são alvo de contínuos reexames, rumações e emoções que suscitam novas reassociações e significados sobre o mundo e o sujeito no mundo, a memória social vincula assim o visível e o invisível da vida cotidiana de um lugar. O esforço coletivo que, porventura, o grupo social que enfrenta determinadas adversidades faça para elaborar interpretações aceitáveis, no âmbito do seu próprio meio social, sobre aquilo que foi vivido coletivamente como uma experiência incomum de mudança radical ou mesmo ameaça à sua sobrevivência e que, depois, engendra a adoção de novos mecanismos de autoproteção, tem muitos pilares. *Memória social* é, pois, um importante recurso conceitual, que propicia a compreensão de tais pilares, uma vez que, conforme referem Haas & Jodelet (2007), ela é um espaço social e intersubjetivo que, compartilhado por meio de diferentes linguagens, pode ser entendido como uma *arena* onde diferentes grupos sociais lutam pela sobrevivência material e simbólica.

Para que assim seja, a memória social não pode ser concebida como mero resgate do passado, mas sim como um instrumento de busca pela valorização e legitimação da pertença social, instrumento este que confere poder aos sujeitos na luta cotidiana pela manutenção da vida e pela reconstrução psicossocial frente aos eventos que se apresentem no cotidiano. Assim, ela não se constrói do nada, mas das relações que os sujeitos estabelecem entre si e com as estruturas sociais. Memória é, então, trabalho, no dizer de Bosi (1979), que se realiza por meio desse conjunto de interações e está, cultural e ideologicamente, vinculada a determinados grupos sociais e aos conflitos subjacentes às suas trajetórias.

Portanto, o seu sentido está inscrito não somente nas estruturas cognitivas de quem lembra, mas também no conjunto de códigos, valores e normas que informam determinada estrutura social e os sujeitos que delas participam. A nitidez do seu conteúdo não se relaciona apenas ao sujeito que recorda, mas à experiência social do seu grupo de referência, do mesmo modo que o conteúdo das lembranças, por sua vez, relaciona-se com os interesses sociais que com elas estão relacionados.



É assim que memória (passado) e vida cotidiana (presente) andam juntas no processo de construção de sentidos que os sujeitos conferem ao mundo e às suas condições de vida. A noção de *condições de vida* refere-se à reprodução social no sentido objetivo, como possibilidade de acesso por meio do trabalho aos bens de consumo coletivo, e subjetivo, como possibilidade de pertença e controle das relações sociais e políticas dentro e fora do trabalho (Lobo, 1992). A noção de *modo de vida* é fundamental para entender como as condições objetivas do real são vivenciadas pelos sujeitos, porque ela remete aos valores, tradições e códigos morais presentes nos seus universos simbólicos (Telles, 1992). Os sujeitos constroem e partilham sentidos sobre a realidade vivida não apenas com a finalidade de interpretá-la, mas também de transformá-la. Tais sentidos expressam as suas identidades sociais e culturais, mas não são abstrações puras porque tanto são gerados quanto se integram às suas experiências e práticas cotidianas, refletindo e constituindo reflexos da estrutura social, da ideologia e da cultura que as sustentam. A relação é de mão dupla e mediada pela atividade do sujeito no mundo, ou seja, o trabalho que ele realiza para produzir e reproduzir a vida.

Richard Sennett (2009, p.18), ao discutir as relações entre o fazer e o pensar, defende que “[...] o processo de feitura das coisas concretas revela a nosso respeito.” Para este autor, a atividade material é mediadora dos sentimentos e do pensamento no trabalho humano, mesmo em condições adversas. É falsa a divisão entre quem pensa e quem faz – que o autor considera um artefato cultural do capitalismo – porque “[...] sentimento e pensamento estão contidos no processo do fazer.” (p.17) “Materialmente, os seres humanos são hábeis criadores de um lugar para si mesmos no mundo” (p. 24). Então, para este autor, um trabalho bem feito, de acordo com as nossas habilidades criadoras, é o que nos motiva para trabalhar sempre, mais e melhor.

Sennett (2009) chama de *artífice* aquele trabalhador que se dedica à arte pela arte, que está engajado em uma atividade prática, mas, não necessariamente, faz dela um meio para alcançar um fim. Ele desenvolve a sua habilidade artesanal em alto grau e recebe recompensas emocionais por isto, tais como o vínculo com a realidade tangível e o orgulho de seu trabalho. “*Habilidade artesanal* designa um impulso humano básico e permanente, o desejo pelo trabalho bem feito por si mesmo” (p. 19), que vai além da habilidade manual, mas está centrada na coisa produzida em si mesma. O artífice encontra e resolve problemas, contorna os desafios que se interpõem no processo de trabalhar sustentando um diálogo entre a mão, a cabeça e os materiais utilizados que não

pode ser auferido e mapeado por instrumentais porque se trata de um conhecimento tácito, que nem sempre pode ser transformado em números ou palavras. A intimidade com os materiais utilizados desenvolve uma espécie de consciência material.

Como criador de si mesmo, o artífice realiza-se por meio de um trabalho bem feito, que tanto é o seu instrumento de criação quanto o que garante a sua habilidade. A motivação para fazer bem feito é mais importante do que o talento, quando se trata de desenvolver habilidades artesanais e duas condições são importantes: o aprendizado lento (diálogo consigo mesmo e com os materiais - o estudo) e o hábito (repetição). É assim que o fazer e o pensar andam juntos e são impulsionados pelo desejo de fazer bem feito. Para isto, o ritmo da rotina do artífice deve ser livre (como num jogo ou brincadeira infantil) e é preciso que haja tempo para estudar e organizar a repetição e o treino, de modo que o seu conteúdo seja modificado. São marcas distintivas da atividade artesanal a capacidade de tolerar a desorganização e a incerteza e também o grande envolvimento em atividades repetitivas que fazem aprimorar a técnica “[...] a experiência de estudar a própria prática e modulá-la de dentro para fora” (p.49). O artífice somente se autorrealiza se tiver tempos e movimentos livres para articular práticas concretas e ideias, testando e repetindo técnicas até que o produto material desta articulação possa satisfazer o seu próprio padrão de excelência.

Sennett deixa claro que, embora a figura do artesão medieval seja o protótipo do artífice, este não é um tipo de trabalhador que só existiu em um passado longínquo e é possível encontrá-los nos tempos atuais, independentemente do tipo de atividade, porque se trata de uma *característica subjetivamente desenvolvida*. Ou seja, o artífice não é produto de um determinado modelo de organização e gestão do trabalho e é possível ser artífice em qualquer tempo histórico, desde que as condições acima mencionadas estejam presentes. “Com certeza é possível se virar na vida sem dedicação. O artífice representa uma condição humana especial: a do *engajamento*.” (p. 30, grifos do autor).

Embora se valha de muitos exemplos para discutir as relações entre o fazer e o pensar: o carpinteiro ameaçado por uma fábrica de móveis vizinha, a técnica de laboratório que poderia transferir o problema encontrado para o chefe, o maestro que excedeu o tempo de uso da sala de ensaio para melhorar a apresentação, o trabalhador do sistema operacional Linux que o aperfeiçoa voluntariamente, Sennett (2009) tem sido criticado por deixar de lado os contextos sociais e institucionais que se colocam

entre o trabalho e os trabalhadores nos tempos atuais. No nosso entendimento, se “o artífice representa uma condição humana especial”, ele pode ser encontrado nas aldeias do distrito de Coimbra. É isto que procuraremos mostrar na sequência.

### **Trabalho, tradições e valores nas aldeias serranas**

As aldeias, pertencentes ao alto distrito de Coimbra, equivalem à ideia de lugar, isto é, a um processo social de territorialização, com forte vinculação identitária e moldado por um tempo histórico consideravelmente longo, uma vez que, muitas delas, remontam a várias centenas de anos. Coimbra é distrito, que possui vários concelhos (municípios), compostos por freguesias (vilas e aldeias) e estas por lugares (aldeias).

Incrustadas na Serra do Açor, as freguesias são, geralmente, cortadas por estreitas estradas em curvas que as interligam e por onde passam todos os veículos, desde os pequenos carros de passeio até os grandes caminhões de transporte de madeiras, que causam transtornos posto que a estrada é, geralmente, também a rua principal na qual os moradores locais se encontram e sociabilizam e está ladeada pelas residências e pontos comerciais. O tamanho e o excesso de carga dos caminhões provocam ruídos que abalam o silêncio característico do lugar e os fazem circular com dificuldades, danificando o calçamento e, por vezes, arrebentando os cabos de *internet*. A arquitetura compõe mosaicos de construções antigas, mas recém-reformadas, rodeadas por pequenos pomares e jardins em flor, que coexistem com as casas que foram abandonadas pelos migrantes, muitas em estágio avançado de ruínas. A diversidade de estados de conservação do mosaico arquitetônico é prova inequívoca do movimento de idas e vindas da população aldeã.

A migração em busca de melhores condições de trabalho e vida parece ser uma constante na vida dos aldeões, intensificada na segunda metade do século passado com a industrialização do país. A reconstrução das rotas traçadas por alguns moradores mostra que a migração aconteceu, geralmente, entre os 16 e 25 anos de idade, embora houvesse quem tenha migrado ainda mais precocemente para trabalhar. As suas trajetórias de trabalho revelam a inserção em atividades que não exigem elevado grau de qualificação, exercidas no setor de comércio e de prestação de serviços, no âmbito público ou privado, especialmente nos ramos de serviços domésticos, transporte, hospedagem e alimentação.

Entre os homens, o motivo da migração foi, predominantemente, a busca de trabalho e renda que permitisse viver melhor ao voltar para a aldeia de origem; as mulheres migraram também para acompanhar os maridos após o casamento. Lisboa foi o destino mais citado, mas a rota migratória dos habitantes da Serra do Açor também inclui as aldeias do entorno, especialmente quando se trata de migração por causa de matrimônio, a cidade de Coimbra e países como a França, a Suíça, a Espanha, a Bélgica, os países africanos colonizados por Portugal, especialmente Moçambique, entre outros.

A migração é naturalizada e representada como uma tendência inexorável: “Saíram porque chegou a altura da vida deles que tinham que sair” (moradora da Aldeia de Chão Sobral). Os filhos herdaram não somente os meios de produção e as habilidades profissionais dos pais, mas também a sina de terem que deixar a propriedade em busca de trabalho em certa altura da vida. A família ou parte dela se vai, mas ficam as propriedades para onde os aldeões sempre retornam para passar os finais de semana, feriados e férias e, depois de aposentados, quem sabe retornar definitivamente se a condição de saúde permitir. Por isto mesmo o número de famílias permanentes e temporárias em cada aldeia é variável, por exemplo: 11 e 50 famílias em Gramaça e 100 e 30 famílias em Chão Sobral, respectivamente, segundo o relato dos seus moradores.

A estrutura fundiária das aldeias é composta de pequenas e micro propriedades, muitas não alcançam mais de uns metros quadrados. As propriedades permanecem por décadas com as mesmas famílias que podem possuir vários pequenos pedaços de terra, não necessariamente contíguos, resultados de diferentes heranças ou modos característicos de reparti-las, a exemplo de um aposentado cujos vários pedaços somavam 1500 m<sup>2</sup> e estão espalhados pela aldeia. “Um bocadinho aqui, um bocadinho lá. Assim, que nem dá para medir.” (morador da Aldeia Gramaça)

O trabalho nas aldeias é marcado por tempos muito distintos: os tempos físicos, dados pelas estações do ano, e os tempos sociais da vida dos aldeões, que definem os movimentos migratórios. No verão, quente e seco, o trabalho na agricultura começa ao sol nascer, às cinco horas, e estende-se até às dez horas da manhã, quando o calor já se torna insuportável. Deste horário até às 17 horas, eles preparam e fazem as refeições, cuidam da casa, descansam ou trabalham em outros lugares. Às 17 horas retornam para as terras para cuidar dos animais, regar as plantas, continuar o que o sol forte interrompeu. No verão as aldeias ganham vida, as casas fechadas recebem os moradores

temporários e acontecem as festas familiares e comunitárias. No inverno, umedeado pelas chuvas e pela neve, as condições climáticas nem sempre permitem o plantio; os dias são mais curtos e dedicados aos cuidados com os animais. Nas aldeias esvaziadas ficam somente os moradores permanentes.

Os jovens interrompem as rotinas marcadas pelas estações do ano ao saírem das aldeias para estudar. Do primeiro até o décimo segundo ano, a escolarização é obrigatória. Do primeiro ao nono ano, os estudantes são levados todos os dias para as grandes escolas que atendem as várias aldeias de cada concelho. Os três últimos anos são cursados nas sedes dos concelhos, com transporte para ir e vir. Para cursar a universidade, os jovens saem de casa e nem sempre voltam depois de formados porque as aldeias oferecem poucas oportunidades de emprego. É neste tempo da vida que se inicia a relação com as cidades, o vai-e-vem que, em geral, só termina com a aposentadoria. Nas aldeias, os empregos são gerados, principalmente, pelos serviços públicos: a administração municipal e das freguesias, escolas e creches, lar de idosos e postos de saúde. Muitos trabalhadores viajam todos os dias para trabalharem na sede do concelho ou em aldeias próximas.

Os aposentados dedicam-se à pequena agricultura, desenvolvida nas hortas e pomares, e aos cuidados com os animais. Os que trabalham nas aldeias ou cidades do entorno também se dedicam aos cuidados com as hortas, pomares e pequenos animais e o fazem antes e depois da jornada de trabalho. Os que trabalham em cidades mais distantes cuidam das suas propriedades nos finais de semana e nas férias.

Em resumo, a população economicamente ativa tem uma dupla vida de trabalho, na cidade e no campo, mas isto não significa desgaste ou um fardo a carregar. Pelo contrário, porque o trabalho na cidade representa a realização profissional, a garantia de sustento e de proteção social na velhice, ou seja, é o que alimenta materialmente o aldeão; o trabalho no campo representa a manutenção e o reforçamento dos vínculos com a aldeia e com os conterrâneos, a atualização de tradições seculares, o prazer de trabalhar para si e por si. É este o trabalho que alimenta, subjetivamente, o aldeão, que lhe confere “uma condição humana especial”, como refere Sennett (2009). É este o trabalho que articula a vida cotidiana, realidade tangível, à memória social dos habitantes do lugar e realiza, subjetivamente, o aldeão.

Para compreender que construções materiais e simbólicas sustentam/enfraquecem os vínculos sociais que caracterizam os modos de vida nas

aldeias, primeiramente, convém mostrar que trabalho é este para depois tentar compreender por que é este trabalho.

As atividades produtivas predominantes são diversificadas e desenvolvidas de modo integrado. Na pecuária, eles ocupam-se da criação de pequenos animais tais como cabras, ovelhas, coelhos e frangos, que utilizam como ração o milho produzido nos socalcos<sup>2</sup> e como cama o mato que cresce entre os pinheiros. A agricultura é realizada nos socalcos e quintais onde se planta milho, batata, feijão, centeio, grão de bico, pimentão, alface, couve, repolho, mostarda, uva, tomate, espinafre, temperos, morango, kiwi, cítricos, ginja, oliveiras, entre outros. Em cada quintal e ao longo das ruelas nas aldeias encontra-se também uma grande variedade de frutas: cerejas, peras, nozes, castanhas portuguesas, entre outras. Em cada pedaço de terra plantada há uma grande variedade de espécies, um mosaico de cores e texturas diferentes, incluindo flores de vários tipos (rosas, palmas, petúnias, hortênsias, cravos, dalias, cactos, suculentas, camélias). As videiras funcionam como cercas vivas ou coberturas de garagens e outras estruturas. São utilizados adubos orgânicos e também químicos, assim como defensivos contra algumas pragas, especialmente nas videiras e críticos. As famílias organizam bancos de sementes para as hortaliças e temperos; as de batata e grãos são compradas. A base técnica é, no geral, muito tradicional e rudimentar (basicamente composta de enxadas e outros instrumentos de poda e colheita manual) porque as áreas de cultivo são muito pequenas, os terrenos são íngremes e os socalcos só permitem a entrada de pequenos tratores (que substituíram os bois), roçadeiras e cortadores de grama. A água é abundante, vinda de fontes naturais é armazenada e repartida entre a comunidade.

Em geral, a agropecuária é, tipicamente, de subsistência e os poucos excedentes não são comercializados, mas são distribuídos entre os familiares e vizinhos. É desenvolvida mais como passatempo, alimento subjetivo, do que por necessidade, embora também signifique parte do orçamento doméstico porque acaba complementando a renda familiar que, geralmente, é composta de salários e aposentadorias. Parte da produção é processada nas agroindústrias artesanais de queijos, de azeite de olivas e de vinho de uvas, para consumo próprio.

As pessoas herdaram também pequenas fábricas, geralmente, de azeite (lagar), vinícolas, entre outras, empreendimentos estritamente familiares, algumas cujas

---

<sup>2</sup> Tecnologia desenvolvida há séculos que na consiste na realização de cortes planos em terrenos de acentuado declive, sustentados por uma espécie de muro de pedras que serve de arrimo.

aparências lembram as corporações de ofícios descritas na idade média. O processamento do azeite de olivas é realizado nos lagares, porque depende de equipamento para prensar as olivas e extrair o azeite. O proprietário das olivas paga pelo serviço prestado, que ainda é feito nas aldeias em pequena escala. Em grande escala, a extração do azeite de olivas é realizada de modo mecanizado e informatizado. Visitamos um lagar antigo em Coja, que agora se tornou um restaurante turístico. O prédio ainda conserva os antigos equipamentos. Grandes engrenagens de ferro movidas por roda d'água acionavam as prensas de pedra que amassavam as frutas. O vinho ainda é, artesanalmente, feito por algumas famílias. Artesanalmente quer dizer “(...) amassar as uvas com os pés, deixar ferver e engarrafar (...)” (moradora da Aldeia das Dez). Trata-se de um vinho suave, quase um suco de uvas. Outras bebidas também são produzidas de modo caseiro: licores de várias frutas, desde castanha até amora, pêssego, ginja e outras. Da ginja também se faz a ginginha, espécie de licor mais espesso em que as frutas permanecem curtindo nas garrafas; a sopa é outro tipo de licor, se bem que mais forte, em que se utilizam um ou mais tipos de frutas secas curtidas em álcool; para fabricar a jeropiga utilizam-se duas partes do vinho de uva não fermentado e uma de aguardente.

A atividade industrial é quase inexistente. Encontramos uma fábrica de facas na Aldeia de Chão Sobral, herdada pela proprietária do pai que trabalhava na construção de estradas e fazia facas em casa para complementar a renda. Em certa altura da vida, ele ampliou a oficina e contratou empregados e hoje a fábrica é a principal fonte de renda do casal herdeiro e seus nove filhos (entre 28 e nove anos de idade). Está instalada do outro lado da rua, quase em frente à residência da família, em um cômodo de, aproximadamente, cinco m<sup>2</sup> onde estão dispostas as máquinas, ferramentas, matérias primas, estoques e tantas outras coisas. Grande parte das máquinas foi inventada e fabricada pelo próprio fundador. Há 15 anos, a família comprou uma ou outra pequena máquina com recursos oriundos de projetos financiados pela, então, Comunidade Econômica Europeia (hoje União Europeia). Se comparada com outros modelos de instalação fabril, a organização do espaço é caótica, mas ali acontece o processo produtivo de pequenas facas e, às vezes, outros utensílios como tenazes, sempre por encomenda. O processo de fabricação é simples e os equipamentos são operados ora pelo marido, ora pela esposa. A chapa de metal é talhada e as bainhas são temperadas no pequeno forno, posteriormente, são lixadas e polidas quando ficam prontas para

receber o cabo, que é feito ali mesmo com madeira da região e é fixado com rebites. A fábrica pode produzir até 10 dúzias de facas por dia. A proximidade da residência e da fábrica permite o livre trânsito da família entre esses espaços, onde o trabalho se fizer necessário: ora na produção de facas, ora nos serviços domésticos, ora no cuidado da horta e dos animais.

No conjunto, a exploração florestal – corte da madeira, extração de resina (no caso do pinheiro) e de castanhas – é uma atividade econômica importante na região e no país. No entanto, as manchas de florestas estão espalhadas numa estrutura fundiária composta por micro propriedades e nem sempre são exploradas ou são, predominantemente, exploradas em regime associativo (Coelho, 2003).

Coexistem com as atividades agropecuárias, extrativistas e agroindustriais, as da construção civil, do comércio e as relacionadas ao turismo, acompanhando as atuais tendências globais. Os pequenos estabelecimentos comerciais funcionam como lojas de conveniência, onde é possível encontrar desde gêneros alimentícios *in natura* e processados assim como também uma grande variedade de utensílios de uso doméstico, produtos de higiene pessoal e objetos de decoração, pequenas ferramentas, presentes, entre outros itens fundamentais para a sobrevivência cotidiana. Demais transações comerciais são feitas nas cidades sedes dos concelhos onde o comércio e os serviços são mais diversificados e especializados (combustível, máquinas e implementos, serviços médicos e hospitalares, bancários, por exemplo).

Por que este trabalho? O modo como se realizam as atividades produtivas nas aldeias somente é possível porque se trata de produção de pequena escala, desenvolvidas pelas próprias famílias que herdaram dos antepassados os meios de trabalho, as habilidades profissionais e certos valores que sustentam as tradições do povo do lugar, principalmente, pelo valor que tem o *trabalho caprichoso* na vida das pessoas. Associados a este valor, que do ponto de vista da nossa reflexão tomamos como o principal, estão ainda outros tais como: a partilha, o mutualismo, o respeito ao bem comum, a honestidade, a integridade, a religiosidade, que fazem valer mais as palavras empenhadas do que os contratos firmados.

A agricultura é um perfeito exemplo do que hoje chamamos de *agroecologia*: cultivo diversificado e integrado com a pecuária, consorciamento de culturas, práticas conservacionistas de recursos naturais. Vista do alto das Serras, a paisagem das aldeias já revela uma das mais antigas práticas agrícolas ali desenvolvidas: o cultivo nos



socalcos que, de modo inteligente, disponibiliza solo plano para a agricultura e facilita o trabalho do agricultor ao mesmo tempo em que combate as erosões pluviais. A distribuição de recursos hídricos também é feita de acordo com esquemas criados e acordados na comunidade há décadas. Em pontos estratégicos encontram-se tanques (de alvenaria ou não) que são fechados para se encherem com as águas da bica para serem utilizadas na irrigação das hortas. Pelas aldeias há pequenos canais (chamados de levadas) por onde a água escorre favorecida pela declividade do terreno. O canal passa pelos terrenos e em cada um deles há uma entrada que permanece fechada com pedras e panos até que chegue a vez do seu proprietário utilizar a água durante certo tempo, que é sempre proporcional ao tamanho do seu terreno. Depois de aberta a passagem, dentro do terreno, a água escorre pelas leiras, estreitos canais de irrigação existentes entre os canteiros. Cada qual vai abrindo e fechando o sistema que permanece irrigando pelo tempo que lhe é destinado (em horas ou quartos de hora).

Não há fiscalização ou qualquer mecanismo de controle do uso. O que há é o respeito da comunidade pelo foi combinado e não foi referida a existência de conflitos relacionados ao uso deste sistema de distribuição de água. Quando se pergunta sobre como e quem decide, por exemplo, sobre o tempo de irrigação destinado a cada terreno a resposta é direta e simples: “[...] sempre foi assim e nós continuamos [...]” “[...] sempre? Desde quando? [...]” “[...] há mais de quarenta anos [...]” (moradora da Aldeia Piódão). 40 anos pode não ser o tempo de existência do sistema, que pode ser bem mais antigo, mas o tempo que a pessoa entrevistada conhece as regras de funcionamento do mesmo. Este é um exemplo de prática comunitária de partilha de recursos e respeito pelo alheio que a tradição não deixa questionar.

A partilha do que se produz entre parentes, vizinhos e amigos é outra tradição exemplar e a nossa estadia na Aldeia das Dez testemunhou, cotidianamente, esta prática. “Melhor dar do que estragar”, como disse uma moradora. A solidariedade também se manifesta no cuidado e vigilância da saúde dos idosos, principalmente os solitários, parcela significativa da população das aldeias. “Os vizinhos são a família” (moradora da Aldeia Rio de Mel).

Observa-se certo padrão de igualdade social entre os moradores da serra, que se manifesta em várias dimensões da vida. Desde a propriedade de pequenas parcelas de terra e de moradia até, dependendo da faixa etária, certa homogeneidade no grau de escolarização, até as formas de cultivo, a base técnica utilizada, os produtos cultivados,

o padrão de vida, em geral. Esta igualdade aparente pode estar na base das relações de respeito observáveis nas comunidades. Se há igualdade, não há necessidade de competir ou subtrair nada de ninguém. Os relatos descreveram uma situação de autoproteção e confiança mútua entre os vizinhos que, assim, podem sair de suas casas deixando a porta encostada, frutas e hortaliças permanecem nas quintas e não são levadas, os carros ficam estacionados nas ruas e não são roubados, entre outros exemplos. Respeita-se o que é do outro porque se tem o mesmo. No entanto, algumas diferenciações também se manifestam especialmente entre os que trabalham nas cidades e passam nas aldeias apenas os finais de semana, que habitam casas maiores, chamadas de vivendas, e possuem meios de transporte próprios.

Em suma, nas aldeias serranas as tradições mantidas podem ser percebidas nas práticas de trabalho, nas relações sociais, nos festejos religiosos que celebram anualmente os padroeiros da cada aldeia, no luto permanente das viúvas que permanecem vestidas de preto pelo resto da vida e não se casam novamente. Mas a modernidade também deixa ali os seus rastros percebidos, por exemplo, pelas transformações em curso na exploração florestal, pelo avanço do turismo que transforma quintas tradicionais em hotéis de luxo e faz crescer o volume de carros que cortam as estradas, pelo tilintar dos telefones celulares cada vez mais sofisticados, pela proliferação das antenas de televisão a cabo, pelas menções ao *Facebook* e outras trocas eletrônicas. Esses são os indícios de um cotidiano que também está conectado com o mundo globalizado e denunciam as fissuras existentes na aparente homogeneidade dos modos de vida serranos.

### **Referências Bibliográficas**

BARONET, P.R. *O campo já não é só campo e a cidade também se transforma: como ler a relação entre o campo e a cidade no contexto migratório*. Lisboa, ISCTE, 2011.

Disponível em

<http://www.conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/viewFile/147/60>,

consultado em 12/05/14.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. T.A. Queiroz Editor Ltda, São Paulo, 1979.

COELHO, R. S. *Arborisae as vossas terras: um estudo sobre o valor das florestas portuguesas*. Porto, Faculdade de Economia do Porto, 2003. Disponível em

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

<http://www.fep.up.pt/disciplinas/LEC514/trabalhos/arborisae%20as%20vossas%20terra%20s.pdf> , consultado em 17/05/2014.

HAAS, V. & JODELET, D. Pensée et mémoire sociales. In J. P. Pétard (Ed.), *Psychologie Sociale*, Paris, Bréal, 2007, pp. 111-160.

LOBO, E. S. Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. *Tempo Social, Rev. de Sociologia da USP*, 4 (1-2): 7-15, 1992.

MARTINS, J. de S. O senso comum e a vida quotidiana. *Tempo Social, Rev. de Sociologia da USP*, 10(1):1-8, 1998.

\_\_\_\_\_. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo, Editora Hucitec, 2000.

SENNETT, R. *O artífice*. Rio de Janeiro: São Paulo, Editora Record, 2009.

SILVA, L. A. M. da (org.). *Condições de Vida das Camadas Populares*. Debates Urbanos 6. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TELLES, V. S. A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. *Tempo Social, Rev. de Sociologia da USP*, 4 (1-2): 53-93, 1992.

ZHOURI, A. & OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In A. Zhouri & K. Laschefski (Orgs.) *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Editora da UFMG, Belo Horizonte, 2010. pp. 439-462.

## GT 9 – Cultura e comunicação no mundo rural

### O Caipira no Pensamento Social Brasileiro

Fernando Pedrazolli Filho<sup>1</sup>

#### **Resumo:**

A figura do caipira foi uma das mais negativamente marcadas pelo processo de modernização capitalista no Brasil. Atualmente, verificam-se movimentos de valorização de seu universo cultural. O objetivo do presente trabalho é o de mapear alguns pontos do pensamento social brasileiro sobre o caipira para analisarmos como ele aparece em um processo atual específico de valorização. Acreditamos que a visão depreciativa ainda seja hegemônica nas representações sobre este personagem.

**Palavras-chaves:** Caipira; pensamento social brasileiro; Escola Sociológica Paulista.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR. Email: fernandopefi@yahoo.com.br

## 1. INTRODUÇÃO<sup>2</sup>

Durante todo o século passado, a imagem do caipira esteve relacionada aos discursos sobre a modernização, o desenvolvimento e o progresso. No pensamento social brasileiro, este personagem assumiu diferentes significados, caricaturou-se por estar sempre atrelado a determinadas ideologias e projetos de desenvolvimento em disputa, por este motivo, foi uma das figuras mais negativamente marcadas pela modernização capitalista no Brasil durante o século XX. Sob o estigma da depreciação, o caipira e seu universo cultural foi um típico representante do passado rural "arcaico" que deveria ser destruído em nome do desenvolvimento.

Este modo de pensar caracterizou o chamado estilo de pensamento dualista (MARTINS, 1981) que acompanhou, no Brasil, o tipo de desenvolvimento excludente, precário e predatório (Prado Jr, 2000) que pôs ao seu serviço a grande maioria da população, migrando eternamente para os nichos de trabalhos precários, desenraizando-se para sobreviver. Essa população, predominantemente rural, "modernizou" o país sem desfrutar dos padrões de vida considerados modernos (CÂNDIDO, 1971). A dualidade excludente entre o "progresso" e o "atraso", inerente a este modo de pensar, cumpriu seu papel ideológico neste processo.

A obra de Monteiro Lobato e, especialmente, seu personagem, o "Jeca Tatu" - preguiçoso, doente, sujo, "inadaptável à civilização" (LOBATO, 2009b) -, povoa ainda hoje o imaginário sobre o caipira. Esta caricatura consagrou-se num contexto de rápida modernização e urbanização por seu apelo raciológico e higienista, paradigmas que marcaram a construção deste personagem (SANTOS, 2003). Contemporâneo de Lobato, o folclorista Cornélio Pires disputou com este autor a definição de "caipira" sob a ótica da valorização, entretanto, o Jeca Tatu, sob o crivo dualista, foi o mais apropriado pela indústria cultural e pelo imaginário social sobre o caipira.

Críticas ao pensamento dualista foram elaboradas a partir dos anos cinquenta, já num debate acadêmico, e serviram, ao mesmo tempo, como críticas ao processo dominante de desenvolvimento econômico - à época, o chamado desenvolvimentismo. Os chamados "estudos de comunidade" foram os primeiros responsáveis por trabalhos etnográficos sobre o caipira, porém, seus autores ainda diagnosticavam a inevitabilidade do desaparecimento deste modo de

---

<sup>2</sup> A reflexão exposta neste trabalho integra minha pesquisa de mestrado em andamento realizada no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar), financiada pela CAPES/CNPq, sob orientação da Professora Dra. Rosemeire Ap. Scopinho. Nesta pesquisa, procuro compreender um dos processos sociais recentes de valorização da cultura caipira: o Encontro Nacional de Violeiros organizado pelo MST-SP em Ribeirão Preto-SP e os significados desta iniciativa para o processo organizativo dos assentamentos da região nordeste paulista. Este processo encontra-se inscrito numa disputa por diferentes tipos de desenvolvimento. Na visão dos movimentos sociais, de um lado, há o agronegócio que representa a continuidade e intensificação do tipo desenvolvimento precário, predatório e excludente que marcou a história do meio rural brasileiro, agora, chamado de neodesenvolvimentismo; de outro, os movimentos sociais pela reforma agrária, como o MST, que lutam por uma proposta popular de desenvolvimento.

vida arcaico conforme o país se desenvolvesse. Ainda nos anos de 1950, Antônio Cândido (1971) utiliza-se também do método etnográfico no estudo do caipira e chega a conclusões diferentes. Para ele, o modo de vida desta população encontrava-se em "desajuste" pelo processo de modernização capitalista, porém este processo poderia ser reparado por uma reforma agrária que assegurasse uma distribuição mais justa dos benefícios trazidos pelos padrões de vida construídos na modernidade.

São os autores da chamada "Escola Sociológica Paulista" que, nos anos sessenta, fizeram a crítica mais contundente ao dualismo, mostrando que, no Brasil, o "moderno" alimenta-se da reprodução do "atraso", ou seja, estes dois polos, constituem-se numa relação *sui generis*, e esta não é a de negação (MARTINS, 1981; BASTOS, 2002). Podemos incluir José de Souza Martins e Maria Isaura Pereira de Queiróz como representantes desta escola de pensamento.

Apesar da contundente crítica ao pensamento dualista realizada pela Escola Sociológica Paulista, acreditamos que a visão depreciativa associada ao atraso da sociedade brasileira permaneceu hegemônica no imaginário social sobre o caipira, personificado na figura do Jeca Tatu. Do mesmo modo, o triunfo do tipo de desenvolvimento excludente, precário e predatório na segunda metade do século XX, cristalizou aquela imagem.

Atualmente, há uma retomada de elementos ligados à cultura caipira sob a ótica da valorização, seja em pesquisas acadêmicas ou em ambientes artísticos e culturais. Podemos citar como exemplo de um processo recente de valorização da cultura caipira o *Encontro Nacional de Violeiros* idealizado e organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-SP) na cidade de Ribeirão Preto-SP. Este evento ocorreu em cinco edições, de 2002 a 2006 e chegou a reunir por volta de 10.000 pessoas entre assentados de todo o Brasil e moradores da região em torno do discurso do resgate e da valorização da cultura caipira que, segundo nossas hipóteses, enquadrava-se nos discursos da *recampesinação e ressocialização* dos assentados como proposta organizativa dos assentamentos da região, os quais que eram habitados majoritariamente por migrantes que passaram pelas experiências do desenraizamento e do trabalho e condições de vida precários, muitas vezes, urbanos.

Neste caso, a valorização da cultura caipira buscou significados simbólicos de um passado, muitas vezes romantizado, como forma de contrapor-se ideologicamente ao processo hegemônico por que passa o rural brasileiro: o agronegócio como principal expressão do neodesenvolvimentismo. Buscava-se enfrentar a pesada propaganda do agronegócio a qual adentrava os assentamentos rurais tanto pela indústria cultural - através da música sertaneja americanizada e seu universo *country*<sup>3</sup> -, quanto pela precariedade das políticas públicas direcionadas à reforma agrária, o que resulta, entre outros problemas em falta de autonomia, cultura e lazer, e de condições de produção

---

<sup>3</sup> A *Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos* que ocorre anualmente na região é o maior símbolo da propaganda e celebração do agronegócio.

nestes espaços, reforçando a visão negativa da reforma agrária imposta pela ideologia do agronegócio.

Torna-se patente, neste caso, o uso da figura do caipira, sob a ótica da valorização, em um processo social inscrito num contexto de disputas ideológicas sobre tipos de desenvolvimento. Os movimentos recentes de valorização da cultura caipira, depois de um século de depreciação, leva-nos a crer na importância da reflexão sobre este personagem para a compreensão de fenômenos sociais atuais. Nosso objetivo é o de fazer um mapeamento de um importante debate no pensamento social brasileiro que se refere ao caipira: o estilo de pensamento dualista e sua crítica elaborada pela Escola Sociológica Paulista. Partimos da hipótese de que a problemática que envolveu este debate ainda esteja presente no atual processo de valorização da cultura caipira proposto por nós, o Encontro Nacional de Violeiros do MST.

## 2 - PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: O DEBATE ENTRE LOBATO E PIRES

A publicação do artigo intitulado “Uma velha praga”, escrito por Monteiro Lobato, no jornal *O Estado de São Paulo* em 1914, fez com que o caipira – ainda chamado de “caboclo” pelo autor – e seu modo de vida aparecesse como objeto a ser explorado nas análises dos rumos econômicos e sociais do país. Neste primeiro momento, destacou-se o debate entre o criador do personagem Jeca Tatu e o folclorista Cornélio Pires<sup>4</sup>. O primeiro deles causou um grande impacto ao retratar os, então, caboclos como “parasitas da terra”:

A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro como o *Argas* o é aos galinheiros ou o *Sarcoptes mutans* à perna das aves domésticas. Poderíamos, analogicamente, classificá-los entre as variedades do *Porrigo Decalvans*, o parasita do couro cabeludo produtor da “pelada”, pois que onde ele assiste se vai despojando a terra de sua cama vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalsada. Em quatro anos a mais ubertosa região se despe dos jequitibás magníficos e das perobeiras milenárias - seu orgulho e grandeza, para, em achincalhe crescente, cair em capoeira, passar desta à humilde vassourinha e, descendo sempre, encruar definitivamente na desdita do sapezeiro - sua tortura e vergonha.

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se (LOBATO, 2009b, p. 160-161).

---

<sup>4</sup>Usamos a denominação folclorista para Cornélio Pires pela importância de seu trabalho na divulgação da cultura caipira: as danças, as músicas, as anedotas, a poesia, o cotidiano, etc. Porém, além desta ocupação, Pires desenvolveu a atividade de cineasta, escritor, humorista, circense, entre outras. Todas ligadas à divulgação da cultura caipira (DANTAS, 1976).

Procurando contrapor-se ao que ele chamou de “cabocismo”<sup>5</sup> e orientado por uma forte visão eugênica<sup>6</sup>, tão típica no pensamento social naquele período<sup>7</sup>, este então fazendeiro criou uma imagem extremamente depreciativa do caboclo<sup>8</sup>.

Cornélio Pires, contemporâneo de Lobato, foi um dos responsáveis por combater esta imagem; preocupou-se em valorizar o caipira. Referiu-se a ele como o verdadeiro desbravador dos sertões, mas que era vítima do analfabetismo e da exploração dos fazendeiros. Ele pintou um caipira inteligente, forte, sagaz, esperto, engraçado, bonachão, enganador, ao mesmo tempo em que dócil, amoroso e resignado (PIRES, 2002; 2004).

Em um trecho de seu livro *Conversas ao pé do fogo*, publicado pela primeira vez em 1921, ele disse, como que se dirigindo a Lobato:

O nosso caipira tem sido vítima de alguns escritores patrícios, que não vacilam em deprimir o menos poderoso dos homens para aproveitar figuras interessantes e frases felizes como jogo de palavras.

Sem conhecimento direto do assunto, baseados em rápidas observações sobre “mumbavas” e “agregados”, verdadeiros parasitas só encontrados em propriedade de “brasileiros”, prejudicialmente hospitaleiros, certos escritores dão campo ao seu pessimismo, julgando o “todo” pela “parte”, justamente a parte podre, apresentando-nos o camponês brasileiro coberto do ridículo, inútil, vadio, ladrão, bêbado, idiota e “nhampã”! (PIRES, 2002, p.19).

O esforço de refutar aquela imagem do caipira criada por Lobato levou Pires (2002) a classificar os caipiras segundo critérios raciais: o caipira branco, o mulato, o caboclo e o preto. Para ele, apenas um dos tipos – o caboclo – carregaria as características descritas por seu rival. Embora esta classificação livre a maioria dos camponeses das imagens negativas criadas por Lobato, aponta para uma orientação também raciológica do autor, segundo sua forma de classificação. No entanto, podemos identificar na obra de Pires uma inédita preocupação com os aspectos sociais que envolvem o modo de vida caipira. Para ele, o caipira é quase sempre miserável, porque é explorado e oprimido por fazendeiros, excluído da dinâmica econômica do país e totalmente desassistido pelo Estado.

Constata-se que as mesmas características - raciológicas - atribuídas ao caipira ganham conotações opostas para os dois autores. A resistência em adaptar-se que, para Lobato, significava parasitismo e incapacidade racial, para Cornélio Pires, significava o desbravamento dos sertões, a força, o pioneirismo.

Lobato (1964) retomou a cena em 1918 ao descrever, no mesmo jornal, com sua veemência característica, um caipira diferente do que ele havia pintado tempos antes. Neste

---

<sup>5</sup> Típicas manifestações, à época, de exaltação do caboclo como herói nacional, isto é, uma espécie de adaptação do "romantismo indianista" do século anterior.

<sup>6</sup> Sobre a influência do ideal eugênico na obra de Lobato: SANTOS (2003).

<sup>7</sup> Sobre a questão racial no pensamento social brasileiro nos tempos de Lobato, consultamos: SCHWARCZ (1993).

<sup>8</sup> É importante notar que o "caboclo" descrito por Lobato é o habitante rural pobre - geralmente, miserável - da região do Vale do Paraíba, sobre a qual, acabara de passar o surto de "prosperidade" do café. A situação decadente da região deixada pelo café é descrita pelo próprio autor em: LOBATO (2009a).



novo período, crente nas ideias sanitistas de Oswaldo Cruz, Belisário Pena e Arthur Neiva, o novo entusiasta disse:

A nossa gente rural possui ótimas qualidades de resistência e adaptação. É boa por índole, meiga e dócil. O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol.  
Mas é um homem em estado latente.  
Possui dentro de si grande riqueza em forças.  
Mas força em estado de possibilidade.  
E é assim porque está amarrado pela ignorância e falta de assistência às (sic) terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, caquetizam o corpo e lhe atrofiam o espírito.  
O caipira não “é” assim, “está” assim.  
Curado, recuperará o lugar a que faz jus no concerto etnológico (LOBATO, 1964, p. 285).

O caipira de Lobato, de racialmente inferior e fadado a desaparecer, adquiriu o *status* de “doente”. Assistido, saneado e curado, este degenerado regenerar-se-ia. Foi, portanto, sob paradigma sanitista que o personagem Jeca Tatu constituiu-se no aporte ideológico da modernização no Brasil. O Jeca Tatu é a antítese do progresso, seus hábitos rurais e miseráveis representavam o ridículo frente ao contexto de criação de um mercado consumidor urbano de produtos estrangeiros e industrializados.

Nota-se na primeira fase de Lobato (2009b) e em Cornélio Pires (2002) um forte apelo para o paradigma de pensamento raciológico, seja para depreciar, seja para exaltar o caipira. Lobato parece rever sua visão depreciativa ao passar a se preocupar com a questão sanitária. Entretanto, a concepção positivista, do qual fazem parte ambos os paradigmas – o raciológico e o sanitário – permaneceu na base da caracterização do caipira para este autor que, agora, era atingido pela doença, não mais pela inferioridade racial. Posto isto, a solução não seria mais combater este tipo – ou esperar que ele sucumbisse – mas sim, saneá-lo, “sanear o Brasil” (LOBATO, 1964).

Na primeira metade do século XX, portanto, podemos caracterizar este debate como sendo uma oposição entre *depreciação* e *valorização* do caipira. O critério usado pelos autores analisados foi o raciológico, pertencente ao paradigma evolucionista, característico e muito presente no pensamento social brasileiro até meados do século XX (SCHWARCZ 1993). Por este motivo, a figura do caipira esteve diretamente atrelado à ideia de “progresso”, que por sua vez, pautava a ideia de “modernização”, constituintes ideológicos do processo histórico de desenvolvimento nacional.

### 3 - O CAIPIRA NO DEBATE ACADÊMICO

Nos anos cinquenta, com o processo de consolidação das ciências sociais no Brasil<sup>9</sup>, o caipira passou a ser objeto de estudos acadêmicos e não deixou de ser alvo de disputas. Sua

---

<sup>9</sup> Ainda que restrito a São Paulo (MICELI, 1987).

apropriação depreciativa vinculada aos requisitos raciológicos e sanitários permanecem na já disseminada figura do Jeca Tatu - que por muito tempo ainda seria usada como o referencial de antítese da modernização e do progresso -, mas ele entra de forma mais profunda, neste período, na disputa ideológica que envolve o desenvolvimentismo, tão característica daquela década<sup>10</sup>. Neste contexto, o ideal evolucionista de *progresso*, que antes caracterizara negativamente o caipira, converteu-se no seu viés econômico, o de *desenvolvimento urbano-industrial*; este passou a designar a ideia de *modernização* -; ambos, sob o mesmo referencial negativo: o passado rural arcaico, representado pelo modo de vida caipira. Este modo de pensar é o que define o *estilo de pensamento dualista* (MARTINS, 1981).

Ainda na década de 1950, Antonio Candido defende sua tese que daria origem ao livro *Os parceiros do Rio Bonito*<sup>11</sup>. O ambiente acadêmico de que participava, em processo de consolidação, e as conseqüentes preocupações com o padrão teórico-metodológico que este exige - permitiram um novo olhar sobre o caipira, distinto dos anteriores<sup>12</sup>. Este autor estudou um caipira em fase de transição acentuada, quando a urbanização e a modernização capitalista desarticulavam aquele modo de vida que era baseado em "mínimos vitais" e "mínimos sociais"<sup>13</sup> e, por este motivo, extremamente dependente da mata, da mobilidade (seminomadismo), da posse (precária) da terra, da margem de lazer, da solidariedade vicinal, entre outros fatores que se conectavam e caracterizavam o modo de vida caipira. Para este autor, quando um deles era afetado pelo desenvolvimento urbano, técnico, econômico, este sistema desarticulava-se e entrava em colapso.

Para Candido, a destruição deste modo de vida era vista como efeito de um tipo de desenvolvimento desigual, ou seja, cujos benefícios concentravam-se fora das áreas rurais, excluindo o camponês tradicional que ia desaparecendo - migrando, envelhecendo, pauperizando-se - conforme avançava este processo. Ao mesmo tempo, o ajuste aos mínimos vitais - muito próximo à miséria - que, junto com os mínimos sociais, caracterizava o caipira, tornara-se inadmissível se comparados com os padrões de vida modernos. A possível solução para este impasse, para o autor, seria uma distribuição mais democrática dos benefícios trazidos pelo desenvolvimento. Esta só poderia ser realizada se tal desenvolvimento viesse acompanhado de uma reforma agrária, compreendida, para ele, como uma divisão/distribuição de terras, que

---

<sup>10</sup> Sobre o desenvolvimentismo e as correntes de pensamento econômico entre os anos de 1930-1964: (BIELSCHOWSKI, 2000).

<sup>11</sup> Apresentado como sua tese de doutorado em 1954 e publicado pela primeira vez em 1964.

<sup>12</sup> Nota-se que anteriormente a Candido, o método etnográfico empregado para o estudo de comunidades rurais, inclusive, o modo de vida caipira, foram introduzidos com os chamados "estudos de comunidade". Diferentemente de Candido, porém, estes não questionavam o a dualidade entre o arcaico e o moderno, e previam o desaparecimento inevitável desses modos de vida.

<sup>13</sup> Os mínimos vitais referem-se ao ajuste ecológico precário que conserva características do bandeirante e do nativo. Os mínimos sociais referem-se à sociabilidade do bairro rural, isto é, da vizinhança dispersa, dependente da solidariedade vicinal e, também, da socialização das festas e celebrações religiosas (CANDIDO, 1971).

visasse assegurar as condições de vida do homem rural, diferentemente do modo como se deu sua violenta expropriação.

#### **4 - A ESCOLA SOCIOLOGICA PAULISTA E A CRÍTICA AO DUALISMO**

Depois de Candido, outros autores dispuseram-se a estudar o universo rural caipira em desajuste. Ganham destaque as análises produzidas pelos autores da chamada *Escola Sociológica Paulista*. Utilizaremos os autores José de Souza Martins (1975) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) para analisarmos a questão específica sobre o caipira no pensamento desta escola. No entanto, para isso, achamos necessário nos deter brevemente sobre a formação e consolidação desta escola de pensamento sociológico.

##### **4.1 - Apontamentos sobre a institucionalização das ciências sociais no Brasil e a formação do pensamento social da escola sociológica paulista**

O surgimento da Escola Sociológica Paulista na Universidade de São Paulo (USP) esteve diretamente ligado ao tipo de institucionalização das Ciências Sociais neste local. Miceli (1987) fez um estudo comparativo sobre a consolidação das Ciências Sociais entre São Paulo e Rio de Janeiro, entre os anos de 1930 e 1964. Para ele, foi na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que ocorreram as primeiras iniciativas para uma consolidação e autonomização das ciências sociais no Brasil. O principal mérito desta, neste sentido, foi a separação do "fazer científico" da esfera de interesses da política. Esta diferenciação teve origem no fato de que enquanto no Rio de Janeiro a produção intelectual continuou estritamente ligada à elite cultural e política, marcadas por suas relações clientelistas - o maior exemplo é o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) -, em São Paulo criou-se um padrão institucional baseado na hierarquia e na excelência intelectual, nos moldes do padrão europeu.

Este mesmo autor acrescentou, ainda, o fato de que em São Paulo houve uma "democratização" das ciências sociais, possibilitada justamente por este tipo de institucionalização acadêmica que gerou uma classe de profissionais vindos também de grupos sociais emergentes e livres das relações de favor<sup>14</sup>.

Esta diferença foi determinante para a criação da chamada "escola sociológica paulista". Foi este processo de autonomização científica que gerou condições para que se criasse uma corrente de pensamento crítica ao imediatismo da realidade político-econômica - o desenvolvimentismo. O rigor do método de apropriação científica nas ciências sociais era,

---

<sup>14</sup> Um exemplo esclarecedor é o caso de Florestan Fernandes, mentor da escola sociológica paulista. Entretanto, isso que não quer dizer que aquele tipo de estrutura de criação intelectual, como dada no Rio de Janeiro, não existisse em São Paulo, mas manteve-se confinado na Faculdade de Direito da USP: "Em São Paulo, os cientistas sociais se moviam a distância das lutas acadêmicas (MICELI, 1987, p. 14).

portanto, uma novidade no Brasil e se desenvolvia, até então, somente em São Paulo. No Rio de Janeiro - tomamos como exemplo o ISEB -, dadas aquelas características de seu ambiente acadêmico, permaneceram as análises de cunho ensaísta e generalista, caracterizadas fortemente pelo dualismo, cujos objetos eram definidos em função de sua relevância política - e interesses individuais -, ou seja, sempre pautados pelo entusiasmo do desenvolvimentismo (MICELI, 1987; ORTIZ, 1990).

O estilo de pensamento dualista ancora-se numa visão linear e evolucionista da história que, aplicadas nas análises sobre os "problemas brasileiros", criou a ideia da existência de dois Brasis, um "moderno", associado ao desenvolvimento urbano-industrial, e outro, "arcaico", associado ao "passado rural" e suas relações sociais características. Segundo esta lógica, fazia-se necessária a destruição deste "passado arcaico" para a imposição do moderno. Nos anos cinquenta, auge do desenvolvimentismo, este tipo de análise foi disseminado principalmente pelo ISEB<sup>15</sup> e servia como aparato ideológico para a implantação de projetos desenvolvimentistas (BASTOS, 2002; IANNI, 2004; MARTINS, 1981; MICELI, 1987).

A escola sociológica paulista, encabeçada por Florestan Fernandes, desenvolveu uma tradição de pensamento que nasceu da crítica ao evolucionismo contido no estilo de pensamento dualista. Segundo Bastos (2002, p. 185-186),

A escola sociológica paulista, denominação que se atribui ao grupo que tem como centro Florestan Fernandes e seus assistentes, apresenta como eixo de sua reflexão a pergunta sobre as razões, o perfil e os efeitos do atraso no Brasil. A especificidade de seu caminho analítico é dada por um objetivo claro: a recusa de uma visão dualista, comum à maioria dos intérpretes, e que aparece nestes como um *continuum* onde o processo de mudança social teria a função de superação desse retardo. Recusando essa posição, o autor, acompanhado pelos pesquisadores que o cercam ou que descendem dessa tradição de pensamento, toma a imagem e altera-lhe o sentido: em lugar de uma explicação linear, opera como se as duas pontas do *continuum* se encontrassem e esse encontro gerasse, simultaneamente, o objetivo, a unidade de pesquisa, o desafio à compreensão, a busca de um suporte teórico e método de investigação.

Desta forma, no Brasil, o "passado arcaico" não só conviveria com o "moderno", mas tornava-se imprescindível para a realização do desenvolvimento. Isto é, o processo de desenvolvimento, no Brasil, depende de uma articulação específica entre o "atraso" e o "moderno".

Novos elementos foram introduzidos neste tipo de análise e outros, já comumente usados, foram ressignificados. A ideia de "periferia" - antes, associada ao atraso, inscrita numa relação linear e evolucionista da história - passou a relacionar-se com a ideia de "singularidade", isto é, portadora de um desenvolvimento histórico *sui generis*, impossível de reproduzir o desenvolvimento dos países centrais. As noções de "tensão" e de "crise" passaram a ter

---

<sup>15</sup> Sobre a inserção do ISEB como matriz da ideologia do nacional-desenvolvimentismo nos anos cinquenta, consultamos IANNI (2004). Este autor chama este aspecto da produção intelectual do ISEB de "neobismarckismo". Ver também, ORTIZ (2009).

importância fundamental para a análise da periferia, pois adquiriram uma concepção "heurística", dialética, diferentemente das análises dualistas em que são vistas relacionadas à ideia de "anomia". É este novo aparato que possibilitou a criação de um padrão teórico metodológico segundo o qual "a partir da periferia percebe-se melhor o movimento da sociedade, possibilitando a verificação dos princípios que a estruturam" (Bastos, 2002, p. 189). Esta revolução no entendimento dos "problemas brasileiros" só foi possível por conta do tipo de autonomização e consolidação das ciências sociais tal como ocorrera em São Paulo.

#### **4.2 - O caipira segundo a escola sociológica paulista**

É neste contexto que Maria Isaura Pereira de Queiróz analisou, sob uma perspectiva crítica a Antonio Candido, a inserção do caipira no processo de urbanização. Queiróz (1973), parte da definição de Candido (1971) sobre o bairro rural como unidade mínima da sociabilidade do caipira. A partir daí, avança em relação à Candido no que diz respeito à desarticulação deste modo de vida. Para ela, há uma margem maior, do que considera Candido, para a reprodução de seu modo de vida, o qual se caracteriza mais pela condição de pequenos produtores do que pelo ajuste mínimo ecológico e social. Desta forma, pode-se haver diferentes meios de inserções dos bairros ante o desenvolvimento urbano, com maior ou menor grau de desarticulação. Os diferentes bairros rurais estudados por ela mostram estes diferentes níveis.

José de Sousa Martins (1975, p. 39) desenvolveu a ideia da escola sociológica paulista de que não se pode considerar o modo de vida rural como arcaico, como "aberração" ante o desenvolvimento atingido pela sociedade urbana brasileira". Este autor afirmou que "O desenvolvimento urbano, particularmente o da economia industrial, só foi e tem sido possível, graças à existência de uma estrutura agrária estruturada de modo a suportar e absorver os custos da acumulação de capital e da industrialização". Para caracterizar o dualismo, ele utiliza a noção de "estilo de pensamento", ou seja, um "modo de conhecer" que não se confunde com o "pensamento em si mesmo" (MARTINS, 1981, p. 14).

Portanto, creio que aqueles de nós que estamos preocupados em ir além dos esquemas dualistas, devemos num primeiro momento demorar não apenas sobre os limites das dualidades, mas também sobre sua gênese histórica e seus compromissos, para darmos o primeiro passo antes do segundo, isto é, para descobrirmos, primeiramente, a razão do dualismo. É que o dualismo não pode ser ingenuamente reduzido a um engano, uma imperfeição teórica, a um viés. Assim como a análise dialética, ele também tem sua razão que é uma razão anti-histórica, mas historicamente determinada (Martins, 1981, p. 12).

A escola sociológica paulista foi responsável por desvendar a "razão anti-histórica" do dualismo que reproduzia o método positivista e evolucionista da história, para o qual, o rural brasileiro era tomado como arcaico, relegado à "periferia" do desenvolvimento urbano-industrial e, por isso, fadado a desaparecer. A imagem do caipira, alimentada pela visão

depreciativa do Jeca Tatu, mostrava-se como símbolo deste "arcaísmo". Esta primeira crítica ao dualismo foi, ao mesmo tempo, uma crítica à lógica desenvolvimentista que, de fato, corroeu as condições de vida no campo para este tipo social de camponês, obrigando-o a alterar seu modo de vida e migrar para as cidades onde já eram estigmatizados.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: RETOMADA DA VALORIZAÇÃO DO CAIPIRA

Atualmente, o imaginário urbano, cada vez mais distante dos espaços rurais, parece ter sofrido, ao longo das décadas, influência desses autores. A imagem do caipira pitoresco, engraçado, mentiroso, malandro, parece ter a influência do caipira contado por Cornélio Pires. A visão jocosa e depreciativa que define o caipira sob a falta de hábitos civilizados é nitidamente uma apropriação das imagens criadas por Monteiro Lobato. Esta é a que talvez mais tenha povoado as imagens propagadas pela indústria cultural sobre o caipira no contexto de rápida modernização e mudança social de uma sociedade predominantemente rural para predominantemente urbana.

Ridenti (2010) analisou as políticas culturais dos chamados CPCs (Centros Populares de Cultura) da UNE – formados por estudantes, intelectuais e artistas, geralmente de esquerda, nos anos de 1950 e início dos anos de 1960. Estes artistas e intelectuais concentravam-se, justamente, em São Paulo e no Rio de Janeiro e foram responsáveis por voltarem os olhos para “dentro do Brasil”, ou seja, passaram a valorizar os aspectos culturais das populações interioranas, como crítica à elite brasileira e sua concepção "estrangeirista" de arte. Na música, na literatura e no teatro, passaram a valorizar elementos culturais regionalistas misturados com eruditos<sup>16</sup>. Este autor alegou que não foi inocente a escolha da figura do sertanejo nordestino, ao invés da figura do caipira paulista, como o representante do homem rústico brasileiro a ser valorizado. A imagem do caipira já era estigmatizada demais para ser romantizada. Segundo este autor:

Certa idealização do homem do campo do Nordeste foi muito marcante do imaginário esquerdista da época, presente também nas obras de arte, em que se louvava até o banditismo social dos cangaceiros. Isso contrastava com certo silêncio acerca das figuras da gente do campo do Sul e do Sudeste, gaúchos ou caipiras, talvez porque estivessem bem mais próximos da experiência imediata de camadas médias da sociedade originária dessas regiões, recentemente urbanizadas, e que constituíam a principal base social da agitação política e da cultura do período. Era preferível mirar-se na representação do sertanejo – tido como “um forte” desde os tempos de Euclides da Cunha – que em estereótipos de submissão como o do Jeca tatu de Monteiro Lobato. Só mais tarde, em outro contexto, depois da consolidação da vida urbana é que a recusa das tradições caipiras ou gaúchas

---

<sup>16</sup> Baseado na obra do inglês Raymond Williams, Ridenti usa o conceito de "estrutura de sentimento" e caracteriza como "romantismo revolucionário" este tipo de atitude tão típica dos intelectuais de esquerda desse período.

seria superada, sendo reinventadas e difundidas especialmente por setores da classe média (RIDENTI, 2010, pp. 127-128).

Hoje, ainda, o estigma do caipira – associado ao Jeca Tatu, como antítese do moderno – parece-nos muito forte, a não ser quando esteja relacionado a um produto mercadológico como a música sertaneja, que volta a ter um recente surto de sucesso, ou quando está associado ao agronegócio. Nesses casos, há uma relação dúbia entre valorização e depreciação do caipira: ao mesmo tempo em que busca-se um referencial para a identificação com o universo rural, tenta-se negar a realidade do campo do Brasil, marcada por seu caráter precário, predatório e excludente, que gera conflitos, violência, e pobreza. Como resultado, o universo *country* norte americano e seus *cowboys* e rodeios, tornam-se a referência para o homem rural (moderno) do agronegócio.

Lucia Luppi Oliveira (2003) refere-se às festas de rodeio como um importante meio de divulgação da música sertaneja e também como celebração do agronegócio. Para ela, estas festas inspiradas nos rodeios norte americanos representam um novo imaginário urbano sobre o mundo rural. Nelas, a cultura caipira, antes associada ao Jeca Tatu, dissimula-se na figura do peão de rodeio, uma espécie de resquício americanizado do peão de boiada brasileiro. Atualmente, os discursos que envolvem o chamado neodesenvolvimentismo e o agronegócio renovam o velho pensamento dualista para se constituírem ideologicamente enquanto representantes da modernização e do moderno, deixando clara a importância desta questão para os dias de hoje.

Por outro lado, em alguns casos específicos, no âmbito de alguns setores culturais, artísticos e intelectuais, parece haver outro tipo de valorização deste passado: um passado renegado, quase perdido, que, redescoberto, teria algo a se explorar, a nos ensinar. As recentes pesquisas acadêmicas sobre a cultura caipira, que tratam da música, das festas, das danças, das crenças, da linguagem, do mutirão, dos bairros, da agricultura familiar, da convivência com a natureza, isto é, das reminiscências e sobrevivências de um modo de vida passado apontam para isto. Tal ideário de valorização da cultura caipira, entretanto, não pode ocorrer desacompanhado de uma ressignificação da mesma, conforme os objetivos que se buscam ao valorizá-la.

Este é o caso do Encontro Nacional de Violeiros, organizado pelo MST. Neste caso, a temática da valorização da cultura caipira insere-se em um processo social de disputas e tem o objetivo da contraposição cultural à ideologia do agronegócio. Este, atualmente, representa uma das principais frentes neodesenvolvimentistas (BOITO Jr., 2012) e em suas diversas configurações possíveis em diferentes territórios, ele reforça as velhas formas de desenraizamento: expropria camponeses, pressiona áreas de reserva indígena, emprega trabalho precário e em situações análogas à escravidão, etc. Além disso, investe numa pesada propaganda salvacionista que o coloca como o único processo de modernização possível para o campo no Brasil.

Isto nos aponta para o fato de que apesar de o dualismo ter sido superado teoricamente desde os anos cinquenta, este modo de pensar ainda orienta concepções atuais de desenvolvimento - o neodesenvolvimentismo e sua principal frente, o agronegócio - e é neste contexto de disputas que figura do caipira reaparece como um instrumental de enfrentamento empregado por movimentos sociais como o MST. A valorização de seu universo cultural traz elementos simbólicos que se contrapõem à lógica hegemônica. Isto só pôde ser possível graças à crítica ao pensamento dualista feita pela Escola Sociológica Paulista, nos anos sessenta, que superou as visões do modo de vida caipira associado ao passado arcaico o recolocou como uma peça fundamental, por sua exploração, para a reprodução do tipo de desenvolvimento excludente, precário e predatório adotado no Brasil.

### Referências bibliográficas

BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: ANPOCS: Sumaré; Brasília: CAPES, 2002, p. 183-230.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOITO JR., Armando. A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo, FGV, 2012. Trabalho apresentado no Fórum Econômico de 2012. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20%20PAPER.pdf>>, consultado em 17/02/2014.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. São Paulo: Livraria duas cidades, 1971.

DANTAS, Macedo. **Cornélio Pires: Criação e riso**. São Paulo: Livraria duas cidades, 1976.

IANNI, Octávio. Neobismarckismo (ISEB). In: \_\_\_\_\_. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2004, p. 252-259.

LOBATO, Monteiro. **Cidades mortas**. São Paulo: Globo, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Mr. Slang e o Brasil e Problema vital**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

\_\_\_\_\_. **Urupês**. São Paulo: Globo, 2009b.

MARTINS, José de Sousa. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. Introdução: as coisas no seu lugar (Da ambiguidade à dualidade na reflexão na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo). In: \_\_\_\_\_. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 11-38.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.



- MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. Em: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 2, nº 5, outubro de 1987.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Do caipira picando fumo a Chitãozinho e Chororó, ou da roça ao rodeio. **Revista USP**, São Paulo, nº59, set./nov. 2003.
- ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 27, jul. 1990, p. 163-175.
- \_\_\_\_\_. Octávio Ianni: a ironia apaixonada. In: IAMAMOTO, Marilda Vilela; BEHRING, Elaine Rosseti (Orgs.). **Pensamento de Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 43-54.
- PIRES, Cornélio. **Conversas ao pé do fogo: estudinhos – costumes – contos – anedotas – cenas da escravidão**. Itu: Ottoni, 2002.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000 (Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**. São Paulo: Livraria duas cidades, 1973.
- RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: UNESP, 2010.
- SANTOS, Ricardo Augusto dos. Lobato, os Jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro. **Achegas.net - Revista de Ciência Política**, n. 7, mai. 2013. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/sete/ricardo\\_santos.htm](http://www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm)>. Acesso em: Jan. 2014.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

## GT (09) – Cultura e comunicação rural

### **O modo de vida rural por detrás dos canaviais** **Um estudo sobre o bairro de Anhumas – Piracicaba [SP]**

**Autor: Alice Miguel de Paula Peres<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Doutoranda em sociologia [UFSCar/São Carlos], mestre em desenvolvimento econômico [IE-Unicamp/Campinas] graduada em ciências econômicas [UNESP/Araraquara]. Atualmente desenvolvendo a tese de Doutorado orientada pela prof. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva e financiada pela FAPESP. Contato: [peresalic@gmail.com](mailto:peresalic@gmail.com)

**Resumo.** O objetivo deste trabalho consiste em compreender o modo de vida em um bairro reconhecido no passado como rural e atualmente é circundado pela cana-de-açúcar e tomado pelo IBGE (Instituto de Geografia e Estatística) como área urbana isolada. Por meio das vozes dos sujeitos sociais o cenário desvela-se da realidade transfigurada. Ao mesmo tempo em que o processo de espoliação tirou a terra do centro da sociabilidade em comunidade, encontramos nos moradores antigos expressões da cultura e modo de vida tradicional.

**Palavras-chaves:**      **bairro rural;**      **modo de vida;**      **cana-de-açúcar**

## 1. Apresentação

Esse artigo compõe parte das análises que vem sendo construída para a elaboração da tese de doutorado na área de sociologia cujo objetivo é compreender o rural que se configurou por detrás dos canaviais. Na pesquisa procuramos conhecer como as famílias rurais viviam em áreas onde a monocultura da cana constituía atividade predominante. Como estávamos em busca das especificidades da sociabilidade rural distinta da urbana, os bairros rurais constituíam o lócus fértil para nossa investigação, lá encontraríamos nos sujeitos sociais as referências e os elementos que nos permitiriam conhecer a forma de viver a vida no espaço social rural marcado pela hegemonia do agronegócio. Como categoria histórica, tomamos então o sentido do rural vinculado ao modo de vida com base no mundo concreto.

Para a investigação empírica escolhemos o município de Piracicaba [SP] que segundo os dados do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] dos 364.000 habitantes havia 7.600 residindo na área rural<sup>1</sup>. Realizamos uma pesquisa exploratória preliminar com entrevistas e visitas a bairros rurais para delimitar qual bairro seria estudado. A diversidade de situações e as particularidades do universo populacional distribuído espacialmente nos fez questionar sobre o tempo que teríamos para realizar uma pesquisa de tal magnitude. Portanto, delimitamos para a investigação qualitativa um único bairro, o bairro de Anhumas, pois se assemelhava às descrições encontradas nos estudos de Antonio Cândido [2001] e Maria Isaura de Pereira Queiroz [1973, 1978]. A constatação, embora arriscada naquele momento, foi possível em razão dos indicativos fornecidos pela pesquisa preliminar<sup>2</sup>.

Vale esclarecer que o espanto não foi pequeno quando nos deparamos com uma realidade que podemos chamar de transfigurada. No lugar do esvaziamento populacional - uma situação clássica nas áreas canavieiras - encontramos um povoado que crescia de forma acelerada, famílias de trabalhadores se deslocavam de outras regiões do país - em busca de um lugar para morar e trabalhar - e encontravam no bairro de Anhumas esse refúgio. Ao mesmo tempo, ao contrário da imagem de pequenos sítios com produção diversificada para subsistência e mercado, nos deparamos com terras e propriedades rurais sendo loteadas para construções de residências de famílias de trabalhadores e para formação de pequenos sítios e chácaras de lazer. Circundando o bairro, as terras estavam ocupadas com cana-de-açúcar, grandes máquinas e alguns alojamentos de trabalhadores se faziam visíveis na beira da estrada. Quando nos deparamos com os dados oficiais produzidos pelo IBGE para o ano de 2014, percebemos que tais mudanças já haviam sido assimiladas na forma pela qual o local é classificado institucionalmente. Segundo os dados demográficos os moradores de Anhumas são residentes de uma área urbana isolada. Esta é a forma pela qual os moradores do bairro aparecem nas estatísticas oficiais. Tais indicativos nos levavam à seguinte conclusão: o bairro rural de Anhumas e o modo de vida antigo não existiam

---

<sup>1</sup>No município de Piracicaba [SP] a monocultura da cana constitui o símbolo representativo da ruralidade desde os primórdios por estar vinculada às possibilidades [aparente] de emprego, renda e riqueza.

<sup>2</sup>Na utilização do bairro rural como unidade mínima de sociabilidade, Antonio Cândido [2001] identificou na cultura caipira aspectos vinculados aos mínimos vitais e sociais. O bairro constituía o espaço social onde as relações e sociabilidade formava um modo de vida com relativa autonomia e isolamento e a solidariedade garantiam a sobrevivência grupal. Maria Isaura de Pereira Queiroz [1973] parte deste cenário, mas trata o bairro rural em outro contexto histórico, já diante das transformações econômicas vinculadas ao processo de modernização da agricultura e racionalização da vida, onde padrões de organização ora se reproduzem ora são interrompidos. Ao destacar a importância do trabalho de Lia F. Garcia Fukui [Queiroz, 1978:57-58] percebeu como os sítios tradicionais perdiam seu lugar nas trocas realizadas com a cidade, levando-os ao completo isolamento. A leitura destes autores nos levou a perceber que a despeito de algumas diferenças na metodologia das pesquisas e eixo investigativo, ambos trouxeram na imagem do bairro um aspecto que vinculava a área rural à identidade específica, uma sociabilidade que a distinguia dos centros urbanos.

mais, em seu lugar surgia uma nova configuração social e espacial cuja lógica explicativa da organização e vida da população local se distinguia do passado. No entanto, não contente com esta assertiva nos perguntávamos: o que havia de fato acontecido? Como aquelas transformações foram sentidas e assimiladas pelos moradores antigos? Quais dimensões dessas mudanças vinham sendo ocultadas? A única forma para encontrarmos a chave e desvendar o problema seria por meio do contato real com os moradores do bairro. Tínhamos que olhar para os sujeitos sociais, observar e conhecer suas experiências<sup>3</sup>.

Diante desse percurso, no caso do conteúdo a ser apresentado, priorizamos alguns achados da pesquisa empírica a despeito da importância da discussão teórica que o envolve. O compartilhar desses achados trazem à luz sujeitos sociais e suscitam questões pertinentes para uma reflexão e preocupação ampla que esbarra no sentido do desenvolvimento e modo de vida [cultura].

## 2. Metodologia

Na pesquisa empírica além da observação e participação de momentos significativos tal como festas tradicionais e percursos pelo bairro e arredores com a companhia dos moradores, realizamos aproximadamente 60 entrevistas priorizando os moradores mais antigos e idosos. Foram mais de 70 horas de gravação, produzimos um diário de campo descrevendo os fatos, percepções, sensações do cotidiano e um material com mais de 1.000 fotografias e 10 horas de filmagens.<sup>4</sup> Utilizamos para tanto, a metodologia da história oral. Maria Isaura de Pereira Queiroz [1988] pontuou a condição *sine qua non* para que a história de vida e os relatos orais sobre o passado pudessem ser utilizados como material de pesquisa: *comportamentos e valores são encontrados na memória dos mais velhos, mesmo quando estes não vivem mais na organização de que haviam participado [...]*. Ecléa Bosi [1994] em seu estudo de *Memória e Sociedade - lembranças de velhos* - deu visibilidade para a função social do velho na sociedade contemporânea e apontou: *neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. E segue: o velho [...] ao lembrar do passado ele não está descansando [...] ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida*. [BOSI, 1994:60-63].

Ao fim dessa experiência, o volume do material foi suficiente para compreendermos a formação do bairro assim como a história de vida dos depoentes. Para apresentar os achados de pesquisa sobre o modo de vida antigo e as transformações sociais revelando as faces ocultas desse processo, vamos primeiro recuperar de forma breve alguns apontamentos da história de Piracicaba deixando em evidência as relações sociais que acompanharam a ocupação da terra e o avanço da cana ao longo do tempo. No segundo momento situamos brevemente a história do bairro de Anhumas e a descrição sobre a imagem da configuração atual. Em terceiro recuperamos as vozes dos sujeitos sociais. Por fim descrevemos brevemente algumas observações sobre aspectos do modo de vida [cultura] com vínculos na antiga tradição rural do local.

## 3. Breve apontamento sobre a formação do município de Piracicaba - SP

Enquanto nos primórdios do século XVI na Europa expandiam-se relações mercantis que desembocaram no fenômeno das grandes navegações, nas colônias a conquista de novas terras ocorria à revelia e espoliação dos povos que habitavam os trópicos. Como parte do processo de acumulação [primitiva] de riquezas, Caio Prado

<sup>3</sup>Estamos utilizando a noção de experiência encontrada em Benjamim [1994].

<sup>4</sup>A pesquisa de campo ocorreu em dois momentos [maio a julho 2012 e março a junho de 2013].

Júnior [1983] já apontara o lugar do Brasil nas transações mercantis e na formação do capitalismo cuja empreitada se inaugura com intenções de realizar um grande negócio. Mas o que definiu a relação de propriedade do “novo” solo conquistado foi o interesse nos ganhos advindos da comercialização de escravos que vinham nos navios da África. Para a garantia da escravidão como relação de trabalho que perdurou até 1888, aproximadamente quatrocentos séculos, fez-se necessário uma definição na relação de propriedade da terra restringindo sua aquisição. Fez-se de todo território “encontrado” propriedade da Coroa Portuguesa e as terras foram sendo doadas desde o século XVI na forma de sesmarias para aqueles que levantassem os engenhos para comercializar o açúcar no mercado mundial.

No caso do município de Piracicaba [SP] nos tempos coloniais, as primeiras concessões de terras na forma de sesmaria foram para aqueles que abriram a picada no sertão aproximadamente em 1722. Segundo Torres [1975] as doações produziram os contornos dos limites espaciais do município cuja área se distingue da forma pela qual se encontra hoje definida, em decorrência dos frequentes desdobramentos. O primeiro povoado de Piracicaba [Freguesia de Santo Antonio de Piracicaba] em 1767 estava sob a jurisdição da Vila de Porto Feliz e de Itu, apenas em 1822, na mudança para a condição de Vila Nova Constituição [nome antigo de Piracicaba] é que uma vasta área ficou sob sua jurisdição. O primeiro recenseamento que se tem registro revelou que em Piracicaba em 1775, havia 45 fogos [casas] onde viviam 231 pessoas e a produção e uso da terra restringiam-se ao cultivo de milho, arroz, feijão e algodão, sobretudo para reprodução social. [TORRES, 1975: 21-23]. É neste cenário que Piracicaba vai tomando forma, por meio de uma ocupação dispersa pelos portugueses em decorrência das expedições que priorizavam a busca de ouro e preza de índios no período colonial. Autores como Petrone [1968], Torres [1975] e Terci [2001] explicam com maiores detalhes o período. Vale frisar que no recenseamento realizado em 1818, a Freguesia de Piracicaba já contava com o total de 227 propriedades, 45 pequenas, 51 médias e 71 grandes, assim como a presença de 32 engenhos de açúcar [Torres, 1975:164]. Segundo Petrone [1968:61]: *Em Piracicaba havia as maiores propriedades canavieiras de São Paulo, muitas obtidas por compra [...] fazendas com 36.000.000, 20.250.000 e 18.000.000 braças quadradas.* Fizemos a conversão e estas propriedades atingiam respectivamente 7.200 alqueires paulista, 4.050 alqueires paulista e 3.600 alqueires paulista.

Petrone [1968] estudou o ciclo da lavoura canavieira em São Paulo de 1765 a 1851 compreendendo sua expansão e relação com o renascimento do comércio local. Motivado por fatores internos e externos são eles: o aumento da demanda por açúcar na Europa e o aumento do seu preço no mercado internacional em razão da rebelião das colônias francesas; ao mesmo tempo as iniciativas e esforços do governador da Capitania de São Paulo que obrigou os habitantes a dedicarem-se tanto às lavouras de mantimentos como à produção de açúcar para exportação. Dessa forma, o açúcar passou a ser o principal produto exportado da Capitania de São Paulo e escoado em navios que saíam do porto de Santos para Lisboa. O canal quando avançou para Piracicaba atraiu produtores de cana de Itu e Porto Feliz, que viam no ainda sertão possibilidades de investimentos devido à escassez de terras em seu povoado. O próprio Capitão Mor de Itu mandou pessoas que não tinham trabalho em Itu para Piracicaba, reforçando o povoamento. De acordo com as observações de Petrone [1968] em 1818 há uma inversão na forma de aquisição e posse da terra. Os registros oficiais revelavam que a maior parte das fazendas havia sido adquirida por meio de compras. Petrone [1968] destacou que os primeiros sesmeiros, os quais ela chamou de primitivos sesmeiros, vendiam suas terras adentrando pelo sertão, e as terras de Piracicaba acabavam sendo

alvo da mentalidade de um capitalismo agrário já existente em Itu e Porto Feliz, onde os engenhos e a produção de açúcar já funcionavam havia tempo.

No recenseamento de 1822, Terci [2001] apontou que a *Freguesia* de Piracicaba contava com 306 fogos, 132 agricultores, 32 senhores de engenho, 20 artesãos, 10 negociantes, 14 profissionais rurais, 43 que viviam de suas agências, 39 que viviam de seus jornais, três esmoleres e oito sem declaração de ofício. A população livre compunha-se de 1.328 indivíduos, sendo 985 brancos, 40 caboclos, 367 pardos e seis negros, contabilizando 956 escravos a soma atinge 2.430 habitantes. [TERCI, 2001]. Estes dados são ilustrativos para indicar a base pela qual a sociedade de Piracicaba se forma. Ao lado da expansão da atividade canavieira no tempo da colônia, das presenças dos engenhos e seus senhores, se constituía uma sociedade agrária escravocrata já inserida na lógica de acumulação mercantil. Em 1828 somando todas as companhias de ordenanças<sup>5</sup>, havia na região o total de 1.089 fogos, 85 engenhos de açúcar com 2.299 pessoas escravizadas e 42 agricultores [agregados]. Quanto aos lavradores independentes somavam-se em 552 fogos, com 123 agricultores e 529 pessoas escravizadas. Vale pontuar que em 1836, Piracicaba com 78 engenhos [Porto Feliz 76, Itu 98 e Campinas 96] não havia mais terras devolutas para serem legalizadas. Nessa perspectiva temos qual sujeito social que na terra trabalhou em tempos anteriores à República, assim como na compreensão sobre a formação histórica do rural no município de Piracicaba [SP/BR] vinculada à forma e ao interesse pelo qual se deu a ocupação do território e propriedade da terra. Temos claro que grande parte daqueles cuja vida passou pelo espaço que hoje compreendemos como rural foram aliados das condições de propriedade e liberdade. No recenseamento de 1856, em Piracicaba havia 27 mil habitantes com 4 mil situados na área urbana [área do *rossio*] os demais concentravam-se na área até então considerada rural, e dentre eles, 5 mil homens e mulheres eram escravos.

De colônia tornamo-nos Império e na transição de Império para República, de 1822 a 1850 o sistema de sesmaria é inutilizado entrando em vigor o sistema de posses. Em 1950, entretanto, a lei de terras é promulgada e define-se que as terras ainda não apropriadas eram do Império, portanto apenas por meio da compra sua aquisição poderia ser efetuada. Quando a abolição [1888] foi promulgada, institucionalmente o direito à propriedade estava cerceado, tornando tal contingente populacional uma massa itinerante à busca de trabalho e reprodução social. É nesse contexto que devemos apreender no Brasil a categoria campesinato. São essas as mediações necessárias que trazem sentido à expressão e conceituação. Desde a colônia a escravidão impunha a necessidade do monopólio da terra, engrossando o contingente dos excluídos da organização social e política. Os sitiantes, os posseiros, os agregados, e posteriormente com a lei de terras [1850] e abolição [1888], os negros, caboclos, caipiras e os migrantes colonos. Todos, ao longo do tempo, engrossando um contingente populacional distribuído no território de forma desigual. Mesmo sem a propriedade jurídica do solo estas famílias e indivíduos tiveram nas suas experiências de vida o envolvimento com o trabalho na terra, uma experiência vinculada à produção dos seus meios de vida, seja nas fazendas, nos sítios, ou nas franjas da ordem social hegemônica, em sua maioria, sempre realizando longos deslocamentos na busca por sobrevivência. Essas experiências apresentam particularidades de várias ordens, desde o processo de desenraizamento, tal como o conhecimento profundo sobre o meio natural e relações sociais distintas,

---

<sup>5</sup>As Ordenanças constituem a terceira linha das forças armadas. Constituía uma força local que não podia ser afastada do lugar em que se formava, e em que residiam seus efetivos. Toda a população masculina estava automaticamente engajada. [TORRES: 1975:73]

marcadas por relações de proximidade, relações familiares, solidariedade e ajuda mútua, relações que marcam as características do campesinato sem restringi-los à noção de propriedade jurídica e econômica da terra. [Martins, 1973; 1986]

No município de Piracicaba o avanço da produção da cana-de-açúcar foi acompanhado em síntese por mudanças de várias ordens, tanto em relação ao padrão tecnológico como nas relações de trabalho e posição social/política ocupada pelos sujeitos e famílias rurais. Do trabalho escravo para o sistema de colonato, das engenhocas e engenhos para usinas<sup>6</sup>, de colono para meeiro, de sitiante para fornecedor de cana, de meeiro para trabalho temporário ou volante, de fornecedor de cana para pequeno proprietário de terras rentista<sup>7</sup>. O contingente de pessoas que passou a residir, sobretudo nas periferias das cidades se ampliou, mas ao contrário de um processo espontâneo e linear conduzidos pela luz do progresso, o que ocorreu foi o encolhimento da capacidade de sobrevivência das famílias que viviam no campo, sejam pequenos sítiantes sejam os destituídos do direito de propriedade que viviam como agregados, posseiros e trabalhadores. Nesse processo o Estado desempenhou seu papel por meio das políticas agrícolas [e outras] alavancando produtos, regiões e relações sociais. O fato não é levantar o caráter discriminatório de tais políticas, mas apontar qual modelo de desenvolvimento rural havia por detrás dessas intervenções: mais produção e produtividade, mais velocidade e racionalidade. Como contraponto: menos vida e sujeitos sociais na sua totalidade, menos democratização no acesso à propriedade da terra. A idéia do progresso e da velocidade, portanto, apareciam como redentora de uma nova vida que se estabelecia como norteadora das políticas setoriais<sup>8</sup>, e a agricultura se inseria na esteira do progresso.

Em Piracicaba [SP] a presença da cana é fenômeno antigo, desde 1930 tem-se registro de reclamação do prefeito sobre o aumento da monocultura em detrimento da redução da policultura. Mas a partir do Proálcool na década de 1970 a expansão acelerou culminando na *agudização da monocultura canavieira*, com usinas arrendando terras e fornecedores de cana abandonando o cultivo na pequena propriedade [RAMOS, 1999]. Foram várias políticas setoriais que deram dinamismo à agroindústria da cana que posteriormente veio a ser chamado de agronegócio. Todavia, a partir dos anos de 1990 um novo ambiente institucional se instaura, o Estado que até então “controlou” a atividade por 60 anos, iniciou o processo de desregulamentação do setor com a extinção do IAA [Instituto de Açúcar e Alcool]. Como resultado tem-se a abertura do mercado e a competitividade é internalizada nas estratégias empresariais dos grandes grupos. Fusões e aquisições formaram grandes conglomerados articulados à financeirização da riqueza no mercado internacional. Vale acrescentar que um cenário agressivo de valorização do capital se impôs, e, em tempos atuais, no Brasil, o etanol é destaque sob o invólucro da sustentabilidade. A pesquisa da prof. Maria Aparecida de Moraes e Silva desvela a [nova] morfologia do trabalho e relações sociais expondo uma série de depoimentos dos trabalhadores nesse novo contexto onde a mecanização joga na invisibilidade as irregularidades encontradas no trabalho no campo [SILVA, M.A.M. et al., 2013]. No que se refere às outras dimensões, vale esclarecer que as políticas

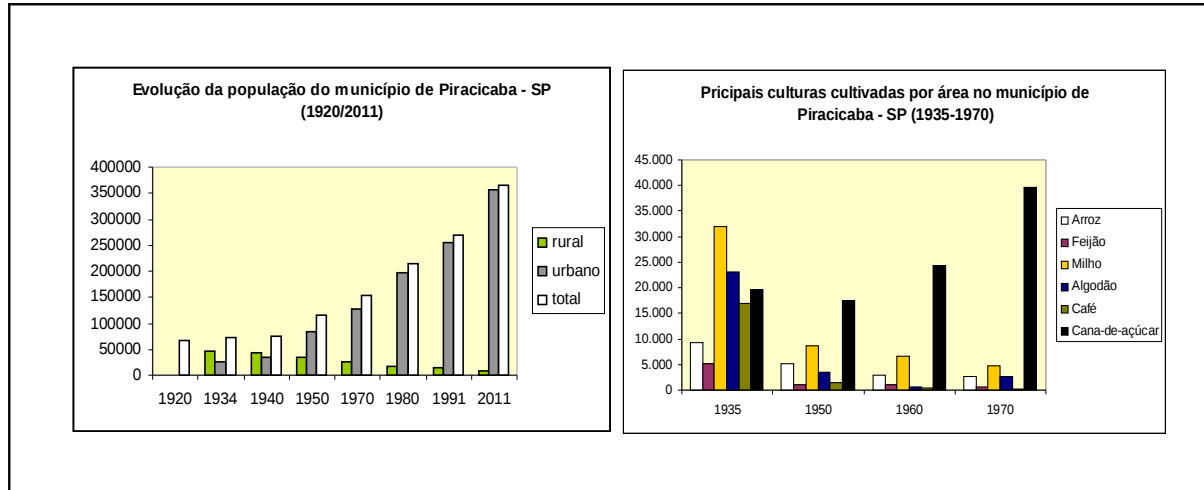
<sup>6</sup>Em Piracicaba muitas famílias que viviam em propriedades rurais mantinham pequenas engenhocas – nome dado para pequenas moendas de cana [de madeira] - para a fabricação artesanal do açúcar mascavo. Pouco a pouco, a entrada no açúcar refinado atrofiou o mercado local levando muitas famílias à especialização na produção de cana para entregar às usinas, tornando-se os fornecedores de cana. Residindo no bairro de Anhumas não encontramos nenhum fornecedor de cana. Mas por dentro dos canaviais encontramos um sitiante, que embora tenha arrendado parte de sua terra à usina, encontrava-se desconsolado com a devastação da terra pelo canavial.

<sup>7</sup>Vale salientar que tais processos não foram e são lineares. Ao mesmo tempo, o arrendamento nas pequenas propriedades constitui uma realidade. Para maiores detalhes ver Peres [2003].

<sup>8</sup>Vale lembrar que a partir dos anos 1950 na contagem da população brasileira a população urbana supera a rural. Veiga [2003] tece suas críticas à metodologia utilizada que superestimou a população urbana.

setoriais para alavancar as exportações de *commodity* e equilibrar o balanço de pagamentos não deixaram de repercutir no mundo rural, suplantando violentamente formas de viver e modos de vida que não tinham na racionalidade e lógica mercantil a marca de sua sociabilidade.

A seguir apresentamos dois gráficos que ilustram o aumento do contingente populacional da área urbana e a redução da área de cultivos de alimentos no município de Piracicaba – SP. Vale lembrar que o bairro ao qual propomos nosso estudo encontra-se situado como urbano.



Fonte: Censos e outras fontes apud.TERCI [2001].

#### 4. O bairro de Anhumas

No bairro de Anhumas há 1.105 moradores distribuídos em 324 domicílios, na forma de um aglomerado de casas construídas lado a lado semelhantes ao ordenamento residencial dos espaços urbanos, ruas estreitas sem pavimentação (apenas as duas ruas principais são pavimentadas). Além da igreja católica, contamos a existência de nove pequenas igrejas evangélicas. Há uma escola de nível fundamental, responsabilidade do município de Piracicaba, e uma escola estadual com ensino médio e colegial. Não há nenhum representante político do bairro posicionado nas esferas de poder municipal. Há um posto de saúde, uma agência de correio e pequenas casas de comércio como: peixaria, borracharia, materiais de construção, padaria, um mercado maior, cabeleireira, além de pequenos bares localizados nas varandas das casas. Há um ano a internet funciona com frequência no bairro. As ruas são estreitas e tortuosas, revelando uma formação arbitrária e espontânea. As ruas possuem os nomes dos moradores antigos. Observamos animais de pequeno porte, como galinhas passeando livremente pelas ruas, pasto com animais de grande porte, como vacas e boi fazendo fronteira com alguns terrenos. Algumas casas possuem antenas parabólicas, ao mesmo tempo, algumas apresentam cercas de bambu, intercalando estilos urbanos e rurais. Um detalhe nos chamou atenção: tijolos posicionados em frente às moradas e marcas recentes de construção. Os muros estavam sendo erguidos e muitos terrenos estavam à venda. As terras estavam sendo loteadas.

No caminho investigativo descobrimos quem eram os moradores atuais do bairro de Anhumas. Lá encontramos: netos de antigos escravos, filhos dos antigos sitiantes do bairro [filhos dos pequenos proprietários e suas famílias]; os filhos dos antigos parceiros/meeiros das fazendas do local e regiões circunvizinhas que para lá se deslocaram e fixaram suas residências; as famílias que se deslocaram em busca de trabalho no corte-de-cana e são provenientes de outros estados do Brasil, e o fenômeno mais recente: famílias de meeiros e sitiantes que haviam partido para cidade, mas com



idade avançada voltaram para o bairro, famílias em busca de trabalho na área rural [neste caso encontramos os tratoristas das máquinas do corte de cana provenientes do Paraná, e as famílias que sempre trabalharam na terra, na condição de aposentados e com problema de saúde procuram a ocupação de caseiro nas chácaras rurais], as famílias provenientes das periferias urbanas, que sem condições financeiras para morar na cidade buscam um local com custo de vida mais baixo [o trabalho é na cidade], e aqueles que compram sítios e chácaras para lazer no final de semana.

O bairro de Anhumas no passado era uma antiga fazenda, no entanto não encontramos seu registro em cartório, mas as histórias que ouvimos e os documentos informais que encontramos nos permitiram compreender alguns traços que marcaram a transição da fazenda para o tempo dos sítios. Como hipótese, compreendemos que os primeiros moradores que tomaram *posse* daquelas terras longínquas do município de Piracicaba eram oriundos da família Toledo, sob o comando de Antonio de Toledo Pizza, homem procedente de uma família de Bragança Paulista originários da Espanha. Segundo um documento [informal] fornecido por uma moradora, os “pioneiros” apareceram quando a lei de terras [1850] já vigorava, portanto a única forma de aquisição “legal” de terras devolutas se fazia por meio da compra. Mas não há menção sobre uma possível compra daquelas terras. Como uma história contada em família, a informação que tivemos é que a terra foi trocada por alguns pertences [alimento e arma], e a garantia da posse nos fez identificar a existência de um código moral de conduta compartilhado pelos envolvidos, como uma prática corriqueira da época. Vamos ao depoimento de um descendente da família Toledo<sup>9</sup>:

**Zilé:** Eu lembro que meu pai falava [...] os Espanhóis chegavam com porco e tiravam os caboclos das terras, eles estavam passando fome. O caboclo não trabalhava, não davam valor para terra e saiam para cidade trabalhar. Os italianos trabalhavam, davam valor ao trabalho. Então os espanhóis chegaram e davam porco, espingarda e o caboclo que estava passando fome ia para cidade. [Entrevista realizada com morador de 61 anos, dia 09/04/2013]

No regime de sesmaria adotado no Brasil colonial, o morgadio - sistema de transmissão hereditária da propriedade - garantia ao primogênito o controle total do patrimônio fundiário, o que impedia a dispersão da propriedade por herança e com isso da própria família [prevaleceu até 1835]. Aos interditados do direito da propriedade da terra cabiam situarem-se como agregados nas fazendas e daí as relações sociais se estabeleciam por meio dos vínculos familiares e pessoais, constituindo uma rede de poder local e códigos morais de conduta baseados, sobretudo no compadrio. Outra opção consistia em abrir novas terras mediante à ocupação e uso. Essa busca também acontecia quando os solos ficavam exaustos e eram abandonados e revertidos à Coroa, que podia abrir nova concessão. Com o fim do morgadio as famílias passaram a adotar como estratégia os casamentos entre os familiares como mecanismos de garantia do poder e monopólio da terra, evitando a fragmentação e instabilidade no modo de vida e nas relações hierárquicas. [Martins, 1981; Queiroz, 1976] A situação encontrada em Anhumas por meio do relato do morador nos conduziu a esse período histórico. Provavelmente a primeira família que tomou *posse* das terras de Anhumas é descendente dos antigos sesmeiros, que vieram re-apossarem de antigas terras outrora abandonadas. Em Torres [1975] os sobrenomes Toledo e Gil aparecem como requisitores de sesmarias no século XVIII e XIX nas áreas de Piracicaba.

Nas histórias narradas ficou evidente que os casamentos entre membros de duas famílias [Gil e Toledo] transformaram a fazenda em sítios menores. Dentre suas práticas

<sup>9</sup>Na exposição dos depoimentos estamos utilizando nomes fictícios inspirados na obra de Oswald de Andrade [1978]. Vale alertar que não há relação entre os nomes escolhidos e as histórias dos personagens.

e modo de vida encontramos relatos sobre a criação de gado e produção para subsistência. Também encontramos relatos que falam do algodão, do arroz, da vassoura e dos cereais produzidos para o mercado. Como sujeitos dessa história apareceram os sitiantes, a figura do pequeno arrendatário, dos meeiros e dos trabalhadores já individualizados, pois o bairro é circundado por fazendas que utilizavam mão-de-obra escrava, de colonos, meeiros e por dieiro. Temos assim a formação de um rural onde está subjacente a questão fundiária, o Estado e a sociabilidade tradicional. Vale ressaltar que a imagem do passado do ponto de vista dos moradores do bairro, nos deslocou para a sociabilidade dos bairros rurais tal como descritas e analisadas por Antonio Candido [2001]. Vamos apresentar alguns depoimentos que trazem esses elementos, além de outros sobre o modo de vida e costumes locais do passado:

**Alice: Como vocês viviam antigamente aqui no bairro?**

**Elesbão:** Era só sitiante aqui quando começou. Meu pai herdou o sitio. Eu ouvi falar que este terreno ia até Ibitiruna [bairro ao lado] do meu avô. Depois ficou para os herdeiros. Meu pai era um dos herdeiros. Meu avô deve ser Italiano. No começo agente era lavrador, fazia lavoura com a família. Aí sobrava um tempinho a gente ia ajudar o vizinho numa colheita de arroz. Naquele tempo tinha muita colheita de arroz. Tipo mutirão, um ajudava o outro. Depois, sempre tem um serviço, não é? Arrumar cerca, aparar a moita, o mato, sempre o sitiante tem um serviço, nunca fica parado. Naquele tempo tinha gado de leite. Era bonito. Tinha porco para o gasto, galinha, cavalo. E agora você vê, não tem mais nada. As coisas mudam. [Entrevista realizada com morador de 64 anos, dia 17/04/2013]

**Alice: E naquela época eles ganhavam dinheiro fazendo o comércio de gado com os moradores do bairro?**

**Idílio Moscovão:** Ah era. Ganhava dinheiro assim porque saía daqui, nós falávamos comitiva. Saía uma comitiva de cavaleiro e ia para Minas. Chegava lá, comprava lá às vezes, duzentos garrotes, garrotinho de ano, ano e meio e tocava pela estrada. Naquele trecho tudo que fosse gado que entrasse naquele lote vinha embora. Às vezes você comprava duzentos, chegava aqui com trezentos. Porque você passava quando ia vindo, eu via os mais velhos contar que era assim, passava num trecho lá que é de mata, um tirinho, então saía dez bois lá do meio, misturava com o gado e vinha embora. Às vezes chegava aqui com duzentos e cinquenta, trezentos bezerro, a cavalo. Hoje não, hoje transporta no caminhão. Hoje você compra vinte é vinte. Naquele tempo não, naquele tempo vinham de lá Minas, iam buscar lá.

**Alice: Então saía uma comitiva de homens a cavalo?**

**Idílio Moscovão:** Uma comitiva de cavaleiros daqui. Com burro, com canga, sabe o que é canga? Cangar é quando você põe um jancar em cada lado para levar o mantimento. Ali você leva coador, pó de café, umas latas para você fazer a comida no caminho, e você vai viajando, você vai e volta. Olha, tinha bastante gente que fazia. [...] Então eles iam para lá. Faziam as comitivas, aí eles compravam, por exemplo [...] duzentos, o outro comprava trezentos, e vinham de lá com mil bois por exemplo. Mas só que chegava aqui com mil e duzentos. Olha, eu, na época minha falavam que era em Oraba, Uberaba. Eu não tenho nem ideia quantos dias eles gastavam. Mas era longe. Aqui dividia, eram três donos, dividia o gado, você levava no seu sítio, eu levava no meu, ela no dela, ali, então, aí ia vendendo. Vendia vinte para um, vinte para outro. Tinha uns duzentos de raça lá, comprava lá vinte bezeros, começou... e os sitiantes iam comprando desses que faziam a comitiva. E foi que aqui, tudo as fazendas tinham gado. Aparecia boi Girolando, boi Gir, aparecia holandês. Vinha tudo de lá, vinha vindo. E aqui ia selecionando. Porque hoje aqui tem muito gado também. [Entrevista realizada com morador de 69 anos, dia 29/05/2013]

**Alice: E sobre o porco que criavam, como conservavam a carne?**

**Rioja:** É isso, fervia toda aquela carne, matavam um porco, acabava aquele, nós esquentávamos e comíamos aqueles pedaços grandes assim. Nossa, que delícia. Depois, os bichos que tinha, você gosta de saber? Era perdiz, codorna, nhambu, jacu, acú, era tanta coisa, tanto bicho que tinha, tantas aves, muito maravilhosas! Irapuru, Nhambu é um passarinho muito lindo que ele só canta no dia das mães. Dia das mães nós escutávamos ele cantar, só no dia das mães. Irapuru, a seriema, saracura... você vê, o tempo que eu perco para contar para você a história verdadeira que eu passei. Sumiu... sumiu... e peixe? Nós comíamos! Meu pai saía com os cachorros perdigueiros, porque ele criava perdigueiro, você conhece cachorro perdigueiro? Conhece? Saía de domingo cedo assim, aquele monte de pomba, uma coisa, e a mãe limpava e nós comíamos aquilo ali. Eu acho que por isso que eu levanto 4h da

madrugada. Eu comia só coisas boas, do mato virgem. Aquelas traíras que ele pescava no Ribeirão. Só que nós não tínhamos dinheiro, nós não tínhamos dinheiro, nós não tínhamos muito dinheiro. Muito não tinha, mas tinha também quando vendia boi, vendia lavoura, comprava... ele fazia compra para um ano! Nos grandes supermercados que era da cidade, grandes supermercados, era armazém, porque não tinha supermercado, falava armazém. Comprava, no fim do ano pagava porque a colheita era botina, era tudo para trabalhar... pagava, quando recebia aquele pacote de dinheiro que vinha, que vendia aquela sacaria e mais sacaria. E arroz, então? As tulhas eram fechadas de arroz. Aquela sacaria de arroz com casca. Era uma fatura, coisa enorme. Coisa enorme, enorme de fatura. Tulha. Era fabricada uma tulha de pau, com uma altura dessa, para rato não pegar, ficava no alto. Aquela sacaria, depois vendia, deixava um pouco para o gasto. Plantava arroz também. Plantava também feijão. Tudo o que era de cereais, um pouco de tudo. Deixava só para o gasto, o resto vendia para sobreviver. E tinha empregado também, além dessa família também vinha gente para trabalhar, precisava buscar gente para trabalhar... tinha, passava na estrada, nego com mala na costa, que morreu família, pegava também, né. E apoiávamos ele, dava comida... a comida era polenta, sardinha, tudo coisa boa para eles comerem, se alimentar e pnhava para trabalhar e já ajudava ele. Tinha muito desamparamento por febre... tinha febre, a malária. Antigamente não era curado, morria tudo. Dava na família a febre, tifo que fala, a malária. Aí morria tudo. Morria e ficava assim, sem pai, de apuros, ficava andando. Não é que era viciado, ficava pro mundo assim. Uns não tinham cabeça, outros tinham... mas ficava. Então pegava, depois ele apumava, se arrumava, casava e tudo isso... [chorando] e hoje como que está aqui, sozinho, muita gente... [chorando]. [Entrevista realizada com morador de 65 anos, dia 13/04/2013]

**Alice: E vocês eram donos de terra?**

**Roque:** Não, nós arrendávamos, igual o Seu Bento falou, nós arrendávamos para plantar também. Não fomos donos... Nunca tivemos propriedade nenhuma lá. Nós fomos em treze. Morreu três, ficou os dez e desses dez, já foram dois. Nós estamos em oito ainda, vivendo em oito Eu, na verdade, não fazia era nada. Mas meu pai fazia [risos] eu era muito pequeno, tinha sete anos. Tinha Arroz, feijão, mandioca, batata, tudo. Tudo, tudo, tudo...

**Alice: E como era para o gasto e um pouco para vender?**

**Roque:** Não, lá não vendia, fazia troca. Um vizinho tinha um porco lá, gordo e outro estava engordando, então a gente matava o porco e dividia, depois ele matava o dele e dividia com a gente. É uma base de um... você entende? Você tem, você arruma, quando não tem...

**Bento.:** Naquele tempo era difícil vender. Todo mundo tinha.

**Alice: Todo mundo tinha o que vocês tinham?**

**Roque:** O porco do Seu Bento estava na hora de matar, ele e eu tinha um, o Seu Bento passou gritando e ele matava o dele. Então nós tínhamos sempre uma misturinha. Empritava um para o outro.

**Alice: E a história do mutirão como era?**

**Roque:** O mutirão que eu entendo e Seu Bento também entende a mesma coisa, é quando tem uma lavoura no mato e chovia muito, então ele crescia muito, então ele não conseguia tratar daquela roça, ele reunia o pessoal ali, convidava ele, ele e ele... faziam um grande almoço e limpava aquela plantação. Na outra plantação ele fazia e a gente ia lá também. Daí no final de tudo isso aí, a gente fazia uma festa de noite, as mulheradas cozinhavam, todo mundo, não é, Seu Bento? Roda e viola, violão e cururu e tudo. Nós divertíamos. Era uma delícia, era uma coisa muito boa. Então, eu sendo pequeno, tenho essa recordação. [Entrevista realizada com moradores de 68 e 70 anos, dia 19/04/2013]

Tais relatos nos revelam que os sujeitos sociais produziam seus meios de vida o que garantia relativa autonomia para sua reprodução social. As relações eram marcadas pela solidariedade, relações de proximidade cujos vínculos afetivos constituíam os nexos das relações sociais. Como apontou um depoente havia ajuda aos desamparados, trocas para evitar desperdício dado que os recursos eram limitados. Na existência concreta produziam desde a reprodução material à simbólica e seus saberes eram oriundos do seu meio natural e social. Construíam suas moradas, faziam seus remédios, os ritos do parto e nascimento de uma criança, cuidavam de seus mortos, todas as relações sociais tinham mínima dependência com o mercado, ou com o mundo externo, o que não significa que estas relações não

existiam. Tal como destacado, havia uma lavoura para o mercado e o gado vinha de terras longínquas. Sendo assim, os sitiantes proprietários negociavam parte de sua produção, e esta prática fazia parte de sua vida. Todos esses elementos produziam a sensação de serem senhores de seus destinos. Todo o conhecimento provindo de uma experiência direta e concreta da vida rural. Martins [1973] utiliza a noção de comunidade utópica para expressar a particularidade dessa realidade frente à totalidade capitalista. A comunidade utópica é expressão de como o sitiante camponês apreende sua forma de viver. Trata-se de considerar por meio da sua percepção e práxis a forma como sentiam e estabeleciam suas relações sociais, como viviam suas experiências. Segundo o autor, em sua experiência real viviam o trabalho na terra e subjetivamente vivia um modo de vida onde os nexos são provenientes de uma relação direta com o meio natural e entre si, e nessas relações sociais nega-se a racionalidade capitalista, vivem relações face a face, pessoal e de vizinhança, a sociabilidade dos bairros. A seguir vamos trazer mais narrativas que revelam o saber adquirido, as experiências para a sobrevivência no meio rural: a construção das moradas.

**Alice: Lá na Cruz Alta. quem vivia lá?**

**Rioja:** A minha mãe, meu pai. Vivíamos todos juntos ali. Não, cada um foi fazendo casa também. Barrote, casa de barro, antigamente era de barro. Barro e chão batido. Era assim: bambu, cipó fechado em cima e coberto, a cobertura era uma telha de barro em cima e com coqueiro fazia os caibros e fazia aquelas enormes casas, nem chovia dentro, nada. Um barrote, feito de barro, que revestia a casa. Precisava filmar uma casa que tivesse isso daí, eu não sei se tem ainda. Então, essa casa que eu falo aí pra você, ela era até caiada, pintada com cal. Na janela, tudo tinha. Era feito com bambu, cipó amarrado, depois o saibro, batia o saibro, um pouquinho de areia e desempenava com um saco de estopa feito em um ano. Fazia assim e ficava bonito e depois batia com um saibro para poder varrer, com vassoura do mato, que chama-se vassoura de cri. Essa tem ainda, vassoura de cri. Para varrer a casa. Fazia a vassoura do mato, fazia e varria a casa. [Entrevista realizada com morador de 65 anos, dia 13/04/2013].

Foram muitos os depoimentos recolhidos que trazem elementos, símbolos e sentidos sobre o que fora o modo de vida antigo, não só dos sitiantes que tiveram a propriedade da terra como daqueles que trabalhavam de meeiros nas fazendas circunvizinhas, os trabalhadores, entre outros. Entretanto o processo de “modernização” da agricultura a partir dos anos 1950 não resultou em ampliação das condições de vida dessa população. Para muitos sitiantes as dificuldades se ampliavam na medida em que a produção para o mercado e a dependência com a tecnologia se estendiam. O próprio efeito do progresso modificou as formas de negociação e relação com o mercado. A especialização gradativa encolhia o espaço da reprodução social e trazia vulnerabilidade para a família, mas todos os esforços eram concentrados em superar as adversidades e sobreviver. Esforços nem sempre alcançados. Na medida em que a lógica da reprodução ampliada do capital reivindica terra e pessoas há que existir, de qualquer maneira, aqueles que perdem. Foram dramas vividos na intimidade familiar que podem ser tomados como um fenômeno social quando levamos em conta todo o contingente populacional envolvido. Vamos explicitar uma narrativa repleta de emoção sobre a agonia de uma família que sofre não apenas pelas intempéries da natureza, mas porque agora as forças produtivas envoltas ao processo de produção clamam pelo planejamento e racionalidade como promessas de garantias do sucesso.

**Alice: E quando o pai do senhor resolveu vender o sítio, o senhor lembra se a família estava passando por dificuldade, não conseguiu vender o algodão, por algum motivo?**

**Rioja:** [...] Como aconteceu, estava com oito alqueires de algodão e deu uma chuva de pedra. Essa chuva de pedra, amassando o algodão, olhava assim, era um lençol Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

branco, só branco. Você olhava assim, aquele lençol só branco. E estavam já encomendados os caminhões que vinham da cidade, vinha também para ajudar a apanhar porque nós pagávamos por arroba, então estava tudo certo já, veio uma chuva de pedra muito forte, porque pedra se ficasse assim, matava a gente. Pedra grande e ela demorou um pouco a passar, derrubou todo o algodão, derrubou tudo, tudo, ficou só o pé do algodão, até a folha ficou toda seca, daí foi a perda total, que não tinha para onde recorrer, perdeu o adubo, perdeu a semente, perdeu o serviço, perdeu o tratamento dos animais, que era bastante animais que trabalhavam, que eu falei para você, bastante mula, bastante burro, perdeu os dias trabalhados, o dia de arar, tudo, perdeu tudo, oito alqueires ficou no chão. Oito alqueires de algodão. Daí meu pai atacou o sistema, essa crise só que eu vi. Ele passou uma noite rodando, rodando e virando na casa. Minha mãe falou para ele assim: “João...” ela chama Hermínia Fernandes que está aí anotado... “Hermínia, deixa eu quieto...” e acendeu um palheiro meio grande, ele fumava. Ele fumava, ele acendeu aquele palheiro e ele fumando: “João venha dormir!”. “Deixa eu quieto!”. “João venha dormir!” E ele pensando em como ele ia comer, como ele ia pagar a turma, aí minha mãe falou: “João, tudo tem jeito nesse mundo, nós vamos dar um jeito e o jeito já está pensado. Nós vamos vender tudo, mais em conta, nós não vamos esperar o corte, nós não vamos esperar nada para vender as criações, boi, vaca, tudo... vaca de leite, vai tudo! Nós pagamos todo mundo e fazemos a compra”. Ele falou: “Pode ser assim também.” Daí essa foi a crise que eu vi. [...]

**Alice: E como foi o momento da venda do sítio? O senhor tinha quantos anos?**

**Rioja:** Ah, eu tinha 12 ou 13 anos.

**Alice: O senhor tinha 12 ou 13 anos. O que o senhor lembra da época?**

**Rioja:** tudo... [chorando] tudo, tudo, se tivesse hoje aquele sítio, nossa, fomos obrigados, por causa de briga, fomos obrigados. É briga entre família. Um casou com as minhas tias e depois, toda família é assim, é geral. Ah, lembro, o que é que eu lembro? Até dos animais do meu pai. Muitos animais, porque trabalhava na roça, tinha mula. A mula dele, que deu muito lucro, ele deixou morrer de velha, chamava Violeta, a outra mula, Soberba, um burro, chamado Peitudo, o outro burro, chamado Criolo, não Mimoso, esses são os animais, e um cavalo que depois teve a escolinha lá para levar as minhas irmãs, chamava Mouro, cavalo Sânio, morreu de velho também, levava as crianças na garupa. Uma lancha na escola, porque depois teve a escola. [...] Na época, nós éramos pobres, tinham os fazendeiros. Os fazendeiros já morreram, foi prefeito de Piracicaba. [Entrevista realizada com morador de 65 anos, dia 13/04/2013]

Por conseguinte vamos apresentar um depoimento que nos remete à relação entre financiamento nos bancos e venda das terras.

**Alice: E como é que vocês trabalhavam?**

**Elesbão:** Então, nós trabalhávamos de manhã fazendo lavoura. Fazia financiamento, naquele tempo era com cereais. Era lavoura de arroz, milho, algodão, vassoura e fazia, fazia planta grande. E o pai que olhava, fazia financiamento. Ele que ia negociar o financiamento e fazer a venda.

**Alice: Ele fazia financiamento com o banco?**

**Elesbão:** Era o Banco do Brasil. Tinha Banco do Brasil, tinha mais bancos. O Bradesco e o Banespa, uma coisa assim. Naquele tempo eu tinha 30 anos? Depois nós paramos de fazer lavoura, porque o homem do campo, o homem do campo, eu não sei se você sabe, não tem valor nenhum. O homem do campo é igual ao alicerce da construção. Ele não tem valor. Se ele colhe mantimento, vai vender, não tem valor. Então o cara, para começar, o meu pai, tinha ano que a lavoura não dava, então ele vendia terreno para pagar. Como nós vendemos! Para dar certo, o outro já enrola, fala que enrola, passa para a família para pagar, mas meu pai já vendia terreno, como nós vendemos.

**Alice: Ah então quando a colheita não dava o senhor se lembra disso, ele vendia o terreno para pagar?**

**Elesbão:** Pagar financiamento. É, nós financiamos o trator. Foi em 1978. Ainda nós fazíamos a lavoura. Nós fazíamos lavoura com o vizinho, com o Tio Zé Bino. Foi em 1977, eu acidentei. Eu acidentei essa perna, foi em 1977 eu acidente. Em 1978 nós fazíamos lavoura ainda. A lavoura era algodão, milho, era arroz. É, nós tínhamos feito um financiamento para comprar um trator. Com a lavoura nós pagamos o trator e no fim perdemos o trator, perdemos tudo. Tem ano que lavoura não dá. É a mesma coisa de agora, é a mesma coisa da cana. Porque cana tem muito fornecedor, tem muito que parou. [...] que nem eu estava falando. O homem da lavoura pode ver que a lavoura acabou. Lavoura, não tem mais lavoura, a única lavoura que tem é a de cana, cana, eucalipto, eucalipto tem bastante. Cana, eucalipto e laranja. E de lavoura não tem

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

nada. Como agora, lá em Anhembi, em maio nós vamos para Santa Maria da Serra, não tem um pé de planta! Não tem. Pouco tempo nós fomos para Barra Bonita, também, é só cana. Cana e laranja. Acho que é o que mais dá. Não sei. Tem financiamento bom, então nego financia tudo. E outra coisa, a gente que é da lavoura, ou foi, então sempre a gente tem, mas perde tudo que tem. E perde, que nem eu sei, não tem valor. Não tem, não tem valor, o governo não ajuda a gente. Ele é, ele é... ele não ajuda, não procura ajudar assim, o lavrador. Ele devia ajudar, mas um ano a lavoura não dá, não era para ele ajudar o nego a pagar o financiamento, era para ajudar, mas o nego tem que hipotecar, para começar, o nego tem que hipotecar o que tem. Tem isso, tem aquilo, é onde você leva. Vendemos uma parte de um sitinho para lá que nós tínhamos... [Entrevista realizada com morador de 64 anos, dia 17/04/2013]

Segundo os depoimentos, as vendas de partes das terras de antigos sitiantes para quitar dívidas foram também compradas por antigas famílias de meeiros das fazendas circunvizinhas. Ao mesmo tempo em que os sitiantes não conseguiam manter a produção mercantil com o uso de tecnologias [insumos químicos, ferramentas, máquinas], as modificações nas leis trabalhistas [sem reforma agrária], expulsavam os meeiros das fazendas<sup>10</sup>. Ali, nas cercanias de Anhumas, famílias de meeiros expulsos das fazendas, com suas economias compravam pequenos lotes para a construção de suas residências, e o bairro viveu seu primeiro aumento demográfico. Como um fenômeno geral no território brasileiro, muitos ingressaram no trabalho temporário na monocultura da cana-de-açúcar. Os sitiantes, com medo de perder toda sua terra, vendiam o que eles chamavam de “a partilha da terra”, ficando cada qual com pelo menos uma casa de morada. Atualmente o bairro vive uma explosão demográfica. Os loteamentos irregulares crescem aceleradamente na formação de um conglomerado de minúsculas casas, e parte desse contingente populacional busca trabalho na cidade. Diante dessa nova configuração espacial e social criam-se outras sociabilidades que se chocam com o passado, produzindo nos antigos moradores o sentimento de continuidade interrompido, pois a modificação da fisionomia do bairro apaga a base material da memória, a base da substância da vida: a identidade rural. Moradores antigos independentes de qual posição assumiam: proprietário, arrendatário, meeiro, trabalhadores vivenciam essa mudança como uma perda, pois ao contrário de representar ampliação de possibilidades, são acompanhadas de encolhimento do ser e viver as experiências de um modo de vida que faça sentido. Segundo o Diácono da quase paróquia do bairro muitos moradores estão apresentando sintomas de doenças psíquicas que podem estar associadas às mudanças sociais. Vamos ao seu depoimento:

**Alice: Então sobre a solidariedade entre os moradores...**

**Jeremias Morcovino:** Aqui também tinha isso [Anhumas]. Nessa região aqui também tinha. Eu conversei com vários moradores e eles contaram. E outra coisa bonita que aqui faziam [...] até vinte anos atrás. Porque tem um tempo que não cultivava nada, que é parado, não tem como trabalhar na lavoura. Tem um tempo que eles param. Principalmente em Janeiro que é o mês de muita chuva, fevereiro vai voltando, então neste tempo sem o trabalho eles faziam festa. Chamavam os vizinhos e falavam: onde vai ser hoje a festa, a janta. Na casa do seu João, na casa do seu Zé, então vamos à casa do compadre tal. Então a semana inteira tinha festa. Ficavam juntos. Então como eu estava falando, naquele tempo não precisava de psicólogo, eles se auto cuidavam, porque todos contavam o que tinham no íntimo. Agora tem esta dificuldade. Antes era, vamos juntos fazer isto, fazer aquilo. Então não tinham doenças psicológicas, emocionais, agora você percebe que tem. Na minha parte, a função é tentar resgatar isso, unir um pouco mais e restaurar este tempo. A função nossa da Igreja é justamente essa, analisar a sociedade, a comunidade como ela é para tentar resgatar um pouco ou fazer com que eles voltem a conversar, unir de novo. Hoje estão todos carentes. Você percebe que as pessoas estão todas carentes? Todo mundo estressado, com medo. Na cidade grande tudo bem, porque tem o trânsito, mas

<sup>10</sup>Para maiores esclarecimentos sobre o Estatuto da Terra [ET] e o Estatuto do Trabalhador Rural [ETR] na sua relação com o processo de expropriação ver Silva [1999].

aqui também tem isso, não é possível uma coisa desta, não é? [Entrevista realizada com diácono, 60 anos, dia 27/03/2013]

Não vamos nos estender por este caminho. No pequeno espaço que ainda temos gostaríamos de explicitar outras dimensões que também consideramos relevantes. Além das sete igrejas evangélicas que já representam um reflexo da desorganização e reorganização das representações simbólicas da religiosidade nos bairros rurais e uma vida camponesa em desintegração, em decorrência da expansão canavieira e a falta de terras, o trabalho individualizado [campo e cidade], encontramos no bairro hoje reconhecido institucionalmente como área urbana isolada manifestações culturais tipicamente rurais, como o pouso do divino, o cururu, a festa da igreja católica, etc. Essas manifestações não ocorrem como no passado, mas nos revelou elementos de continuidade vinculada a toda uma forma de ser e saber, de conhecimentos tradicionais passados de geração à geração ligada ao meio natural e sobrevivência rural. Na organização das festas presenciamos cenas como: mulheres quebrando pescoço de galinhas, homens matando porcos e boi para o preparo, e o trabalho solidário estava lá. Todos vivenciados com intimidade e identificação cuja relação ser humano e natureza, seres humanos entre si e consigo mesmo, nos fez lembrar a figura do ser genérico em Marx [1981] quando o modo de vida e cultura representava a totalidade e as experiências vivenciadas contidas em uma relação de não-alienação<sup>11</sup>. Por conseguinte vamos apresentar parte do registro do diário de campo sobre os preparativos do pouso do divino e da festa da igreja:

Percorro novamente a estrada que liga Piracicaba ao bairro de Anhumas, a paisagem revela terrenos planos e descampados. Na estrada havia palhas de cana e o asfalto estava esburacado por conta do tráfego dos caminhões [treminhões]. Ônibus rurais estacionados no meio dos canaviais e homens trabalhando no corte. Ao mesmo tempo as máquinas, as tais imensas colheitadeiras também estavam em operação. O tempo frio. Cheguei à vila e fui até a casa da Dona Zefa - a senhora que ofereceria o pouso do divino. Eram os preparativos para a recepção dos irmãos e do jantar. Ao fundo da casa da Zefa estavam homens trabalhando: montando as mesas, cerrando madeiras... Zefa nos contou que já havia preparado o terreno para a construção do galpão e no dia anterior já haviam erguido os alicerces para montar o salão. Madeira e bambu, doados e emprestados. O pouso é para receber a irmandade de Anhembi. Zefa apontou para um senhor e disse: *ele morou e foi criado na mesma fazenda que eu!* [...] Para a realização de todo o trabalho, vizinhos e parentes estavam ajudando. Perguntei à Zefa se eles tinham uma lista de quem faria o que, e se no caso poderia faltar pessoas para ajudar. Ela disse que não há nada acertado, nenhuma lista, mas muita gente já se dispôs a ajudar. Não existe hora marcada e nem a preocupação com isso. Uma rede de solidariedade se forma por detrás do evento. [Trecho do diário de campo; registro do dia 9/05/2013]

Todo ritual, desde a limpeza do terreno, o preparo do fogo, a aquecimento da água no tacho, o pegar a leitoa, do sangramento à morte, demonstram uma expertise adquirida no processo de suas vidas. [...] Depois da limpeza do pelo e couro da leitoa, veio a etapa do corte, feito pelos homens também [...] as crianças circulavam no ambiente com olhares atentos. No momento do abate da leitoa, tiravam as crianças de perto, reconhecendo no ato uma prática violenta, mas necessária. [...] As mulheres ficavam com a tarefa de quebrar o pescoço das galinhas e depená-las. Quebravam o pescoço da galinha como uma prática natural da vida e colocavam-nas em panelas com água quente para depená-las. [...] Não há desperdícios, tudo se aproveita do animal. Ao fim do dia, lembram de uma moradora que sempre fica com determinada parte descartada. Antigamente, esta prática de criação e matança era corriqueira entre moradores do bairro. Muitas casas revelaram a presença de um chiqueiro no quintal, agora inutilizado. A matança ocorria como valor de uso, como acontecera naquele dia. [Trecho do diário de campo; registro do dia 11/04/2013]

<sup>11</sup>Em anexo apresentamos o mapa com a localização do município de Piracicaba [SP] e do bairro de Anhumas, assim como um mosaico de fotos da festa do pouso do divino.

### Algumas considerações finais

Em nossa estadia em campo encontramos os sujeitos sociais com vontade de falar. Os narradores da nossa história, portanto, são os sujeitos que procuraram por visibilidade. Não ingressaram em movimentos de lutas por direitos pela terra e transformações sociais radicais, mas a disposição em narrar está associada às experiências intercambiáveis, evidenciando por esta disposição que o vivido constitui experiência formadora de identidades cuja lógica vincula-se à relações de proximidade e solidariedade, lógicas distintas da realidade que explica a “nova” configuração tomada como “urbana”. Na compreensão da sociedade contemporânea não devemos deixar de lado o essencial: a vida humana/social e os sujeitos em processos e resistência. No caso do bairro de Anhumas, [re] descobrimos uma identidade rural, não como identidade de um rural “moderno” ou de um vir a ser, mas de um rural vinculado ao mundo concreto, ao mundo sensível, como fruto das contradições produzidas pela própria história. Em um país cuja relação de propriedade é assentada no poder econômico e político, o rural também deve ser observado e compreendido dentro dessa estrutura maior que o absorve e o tenciona. Na aparência de urbano e por detrás dos canaviais em pleno século XXI, a história é de expropriação e cultura.

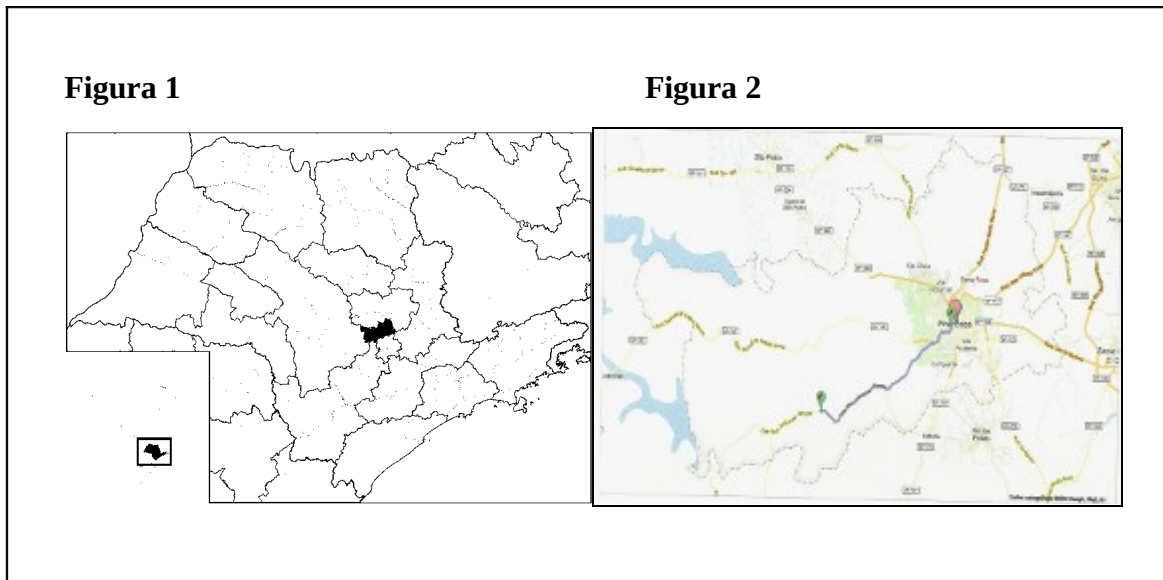
### Referências bibliográficas

- ANDRADE, O. *Marco Zero – A Revolução Melancólica*. Rio de Janeiro: editora civilização brasileira, 1978.
- BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CANDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- QUEIROZ, M I P. *Cultura, Sociedade Rural, sociedade Urbana no Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O Camponato Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Bairros Rurais Paulistas*. São Paulo: Livraria duas Cidades, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- LUXEMBURGO, R. *A Acumulação de Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Formações pré-capitalistas*. Editora Paz e Terra, 3ª edição, 1981.
- MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Livraria Pioneira editora, 1973.
- PETRONE, M, T. S. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e Declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 18ª edição, 1983.
- PERES, A. M. P. *O Arrendamento de Terras na Pequena Propriedade Fundiária Canavieira: O caso do Município de Piracicaba – SP*, dissertação de mestrado, Unicamp IE – São Paulo, 2003.
- RAMOS, P. *Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SILVA, M. A. A. et al. *A imagem do etanol como “desenvolvimento sustentável” e a nova morfologia do trabalho*. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 68, p. 253-271, Maio/Ago.2013.
- SILVA, M. A. M. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação editora UNESP, 1999.
- TERCI, E. T. (org.) *O Desenvolvimento de Piracicaba – história e perspectivas*. Piracicaba/SP: Editora Unimep, 2001.
- TORRES, M. C. T. M. *Aspectos da evolução da propriedade rural em Piracicaba – no tempo do império*. Piracicaba/SP: Academia Piracicabana das Letras, 1975.
- VEIGA, J. E. *Cidades Imaginárias, o Brasil é menos urbano do que as calcula*. Campinas: Autores Associados, 2003.



## Anexo

Para ilustrar a localização do município de Piracicaba e do bairro de Anhumas apresentamos, por conseguinte, as figuras 1 e 2. O bairro de Anhumas localiza-se 40 Km de distancia do centro da cidade do município de Piracicaba (SP).



Fonte: www.google.com

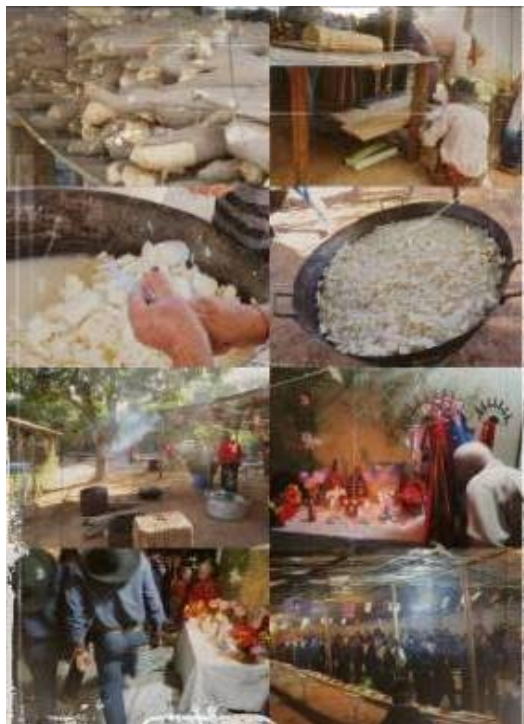


Foto 1: *O quintal do Pouso do Divino*. Bairro de Anhumas. Piracicaba/SP. 10/05/2013. Por Alice Miguel de Paula Peres.

**GT (09) – (Cultura e comunicação no mundo rural)**

**Os 30 anos da greve de Guariba, reminiscências a contrapelo no imaginário sociológico de estudantes secundaristas de Ribeirão Preto.**

**Autor Rafael Aroni <sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia / Professor PEB II / Secretaria de Educação Estado de São Paulo e ETEC, [rafaroni1@gmail.com](mailto:rafaroni1@gmail.com)

**Resumo:**

O gradual desemprego dos canavieiros conjugada a mecanização e eliminação progressiva da queima da palha da cana, ao longo das últimas décadas, impacta no desafio de rememorar as imagens de lutas sociais daquela categoria. Apresentam-se os resultados preliminares da mediação pedagógica no direito à memória da greve dos trabalhadores canavieiros, em Guariba, na década de 1980, a partir das imagens sociais aprendidas por estudantes secundaristas, no município de Ribeirão Preto, SP.

**Palavras-chaves:** greve de canavieiros, rememoração, imagens luta no campo.

## **I – Introdução**

O artigo descreve os resultados parciais, de atividades pedagógicas desenvolvidas no processo de rememoração da revolta popular dos trabalhadores canavieiros, no município de Guariba, ocorrido em 15 de maio de 1984. Atividades realizadas com alunos no ensino médio, em uma escola pública de Ribeirão Preto, a partir de fevereiro de 2014. A inquietação sociológica buscou rememorar uma importante greve ocorrida ao final do período do regime político autoritário e as imagens construídas e aprendidas pelos estudantes.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma:

Tópico II – Contornos teóricos jurídicos e sociológicos para o período atual de justiça de transição e os efeitos para uma educação promotora de direitos humanos, no início do século XXI.

Tópico III – Descrição das atividades pedagógicas realizadas com recursos audiovisuais, coadunadas as fundamentações e orientações teóricas.

Tópico IV - Apresentação dos resultados.

A metodologia utilizada fundamentou-se em atividades de leitura dirigida, artigos de opinião, na composição do complexo quadro do conflito social, no meio urbano e agrário paulista. O objetivo pedagógico foi incutir a perspectiva crítica, para percepção de elementos que permanecem do período da redemocratização, como o modelo político repressivo, que se metamorfoseou. Além da lenta e gradual transição para democracia que ainda não se complementou.

Nesta apresentação partiu-se da orientação do trabalho do sociólogo, enquanto mediador entre as reminiscências da greve, cristalizadas nos jornais, trabalhos acadêmicos e a investigação da existência de processo judicial, às imagens das memórias produzidas pelos jovens de escolas públicas sobre esse acontecimento. Além, de destacar a importância do direito inserido na educação social de novas gerações.

## **II – O poder da figuração de Angelus Novus: rupturas na ideologia da repetição do tempo vazio?**

Os fundamentos teóricos para construção deste processo de rememoração, parte da sexta tese proposta por Walter Benjamin, do materialismo histórico trabalhar as reminiscências. Buscam-se os significados em vestígios de imagens no presente, das derrotas e opressões sofridas em imagens das lutas sociais do passado. Ao se reintroduzir conhecimentos dessas memórias que são gradualmente apagadas, mas que ainda estão ocultamente preservadas e silenciadas.

Conforme aponta Benjamin, a ruptura desses elos de conhecimento intergeracionais é o maior perigo de que as novas gerações sejam subsumidas, enquanto instrumentos para

exploração do capital, e que pouco conheçam o histórico de lutas no embate entre capital e trabalho, pelas reivindicações de direitos civis, sociais e políticos, na década de 1980. Direitos os quais aparecem de forma nominativa na atual Constituição de 1988, mas com pouca efetividade no exercício pleno dos cidadãos, principalmente o campo.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador, ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1940, p.7, grifos nossos).

Partimos da metáfora do anjo da história, proposto por Walter Benjamin, a partir da obra *Angelus Novus* (1920), de Paul Klee, para compreensão da alegoria do progresso no capitalismo. Ela traz incutida a ideia de marcha ou avanço linear, com raízes profundas, e que pouco se busca memorar caminhos não trilhados, como opções que foram iniciadas, no embate com forças (capital x trabalho), que apaga vestígios dessas outras trilhas, ainda não realizadas. Os ventos do turbilhão do progresso “*continuam a fazer-se sentir, mas com muito menos intensidade*” (SOUZA, 2008, pág. 54). Talvez, o anjo não esteja a ser repellido de costas para o futuro, às cegas, como aponta Boaventura de Souza Santos (2008). O período de transição que vivemos, exige muita atenção as imagens de fulguração, que não estão no *mainstream*, e que se revelam para transformação social.

A repetição homogênea do presente implica o fim das interrogações permanente de que fala Merleau-Ponty (1968:50). O tempo de repetição pode ser concebido como progresso e como seu contrário. (...) Esta ambiguidade conduz ao apaziguamento intelectual e este, ao conformismo e à passividade. Há pois, que recuperar a capacidade de espanto e de a construir de modo a poder traduzir-se em inconformismo e rebeldia. A advertência de Walter Benjamin, escrita na Primavera de 1940, mantém plena actualidade: “O espanto pelo facto de as coisas que estamos a viver (refere-se, claro, ao nazismo) “ainda” serem possíveis não é um espanto filosófico. Ele não se situa no limiar da compreensão, a não ser da compreensão de que a concepção da história da qual provém é insustentável. (BENJAMIN apud, SOUZA, 2008, páginas 81 e 82).

O espanto, conforme relatado é transposto a atual realidade brasileira, para violência de algumas instituições orientadas ainda pelo *modus operandi* do regime ditatorial, e que repercutem no meio rural, nesta lenta e gradual concessão a democracia popular, ainda não realizada.

A seguir, são sintetizados os contornos teóricos jurídicos e sociológicos na tentativa de caracterização do atual período, nas imagens imanadas da justiça reparativa ou de

transição. Faremos a depuração dos principais debates teóricos que orientam a prática pedagógica, para uma educação de fulgurações promotoras de direitos humanos, no início do século XXI.

A questão inicial foi contextualizar histórica e socialmente o período da Greve de Guariba, ocorrida em 1984. Uma vez que se trabalhou com a educação de jovens, nascidos em sua maioria, em 1997. O desafio foi não somente remeter ao questionamento do processo de transição “linear”, para o regime de reabertura política para democracia, mas compreender como as atuais gerações entendem o contexto do presente, ao realizar uma conexão gradual, com uma realidade repressiva que não está estancada e cristalizada no passado, e que continua a produzir efeitos de forma a permanecer operante.

No atual cenário, ao escovar a história a contrapelo, os vencidos do passado gozam de força moral para reatar a lutas históricas interrompidas. Entretanto, o fenômeno é mais complexo do que a simples definição de que estamos vivendo um período pós-redemocratização, ou de plena democracia. Os alunos tem a percepção da existência de todo um aparato institucional repressivo ideológico, que cerceia qualquer luta por direitos de transformações sociais, por mais liberdades e dignidade humana.

O espanto produzido pela vinculação do documentário, *Guariba 1984*, de Beto Novaes, com imagens das graves violações de direitos humanos, como: tortura, violação de residência, prisão arbitrária, inquéritos policiais extensos e coercitivos, corroboram com o momento em se ver as imagens dos torturados, mortos e desaparecidos, relampejarem nas memórias das novas gerações. A descoberta pelas novas gerações da permanência de agentes do Estado que atuaram na repressão política, e que continuam impunes. As forças que empurravam as gerações para o tempo vazio do esquecimento arrefecem. Portanto, as estruturas repressivas no Estado se metamorfoseiam e se aperfeiçoam, no contínuo modus operandi de bloqueio à democracia direta e popular.

Enquanto hipótese sociológica para investigação aponta-se a necessidade de se aprofundar a compreensão para o período da transição, entre 1979 e 1985, como a repressão política e social foi metamorfoseada e enquadrada ao regime democrático, atrelado à estrutura do novo sindicalismo emergente.

O entendimento do período como transição remete as discussões jurídicas contemporâneas, dos limites de se pensar a punição moral, política e jurídica, aos agentes da repressão política estatal, durante o regime autoritário, como forma de impulsionar um novo momento histórico brasileiro. Corroboram neste debate as proposições da filosofia do

direito de juristas como Dimolis, Martins e Swenson Junior (2010), no profícuo debate do livro “Justiça de Transição no Brasil”. Destacam-se questionamentos que impulsionam de forma criativa e instigante os estudantes, por indagarem pelo tempo social em que estão inseridos. Principalmente, no momento em que emerge da sociedade o questionamento da lei de Anistia . Destaca-se a seguir trecho que resume a questão:

O argumento da “correta interpretação da lei de anistia”, defendido por este grupo de juristas, pode ser resumido no seguinte esquema lógico. Premissa maior: segundo o texto da Lei n. 6.683/79, não se concede anistia para os autores e participantes de delitos comuns, mas somente de crimes políticos ou conexos a eles, bem como de crimes eleitorais. Premissa menor: os crimes praticados pelos agentes e colaboradores do regime de exceção não são crimes políticos, conexos a crimes políticos ou crimes eleitorais. Trata-se de delitos comuns. Conclusão, os agentes e colaboradores da ditadura não foram anistiados pela Lei n.6.683/79. (SWENSON JUNIOR, 2010, página 38).

Frente às dificuldades jurídicas apresentadas pela questão, e também em traduzi-las para o cotidiano de jovens secundaristas, aproveitou-se a sugestão do autor em apontar a necessidade em se educar socialmente para uma moral social da responsabilização e do direito à verdade, diante de violações ilegítimas e injustas. Do contrário e estender o tempo vazio e homogêneo da ideologia do passado supostamente superado. E as imagens daquele período foram fundamentais para esse processo.

A segunda contribuição é de Martins (2010) que remete a necessidade de se extrapolar a dimensão do direito, para criação de um processo mais amplo de conscientização política e moral, no desmascaramento das atrocidades reveladas por lembranças permanentes, em discursos narrativos. Somente assim, o passado será revelado atuante ainda no presente. “*A busca e divulgação da verdade vêm definidas como necessidades de fortalecimentos do próprio Estado de Direito em sua fundação, vale dizer: como ruptura clara com o Estado Totalitário do passado*”. (página 64).

Neste ponto desta breve revisão, retoma-se a problemática em se inserir a revolta dos canavieiros de Guariba, enquanto um processo acabado e explicado, como uma greve no período de transição na redemocratização, estruturado e desenhado pelas forças do novo sindicalismo. A condição de precarização, frente à super-exploração dos canavieiros, os impulsionou a sujeitos atuantes politicamente, e de forma drástica reivindicando direitos civis, políticos e sociais. Assim, aprofundar os elos intergeracionais na lembrança das experiências de lutas sociais foi o objetivo pedagógico desta proposta de intervenção social, com objetivo de despertar lembranças para análise do tempo das lutas sociais do presente.

Dentro deste quadro teórico corrobora a perspectiva de Paul Ricoeur (2007), ao propor a valorização de elementos subjetivos na objetivação da história. Assim, tem-se a

questão de que o processo de rememoração envolve tanto a busca por reminiscências coletivas, mas que explicitem os particularismos da trajetória de cada aluno, para construção de uma interpretação individual e que contribua coletivamente, na elaboração de painéis de ideias (ANTUNES, 2010) e interpretações do fato histórico em tela.

Na rememoração para Paul Ricoeur não se nega as reminiscências das subjetivas pesquisadas na objetivação da história.

[...] os gregos tinha dois termos, mneme e anamnesis, para designar recordação, mneme, para recordação como algo passivo [...] a abordagem pragmática da anamnésia propiciará a transição adequada da pergunta “o que?”, tomada no sentido estrito de uma investigação dos recursos cognitivos da lembrança, para a pergunta “quem?”, centrada na apropriação da lembrança por um sujeito capaz de se lembrar de si. (RICOEUR, 2007, p. 24).

Assim, pensar atividades pedagógicas para acessar e perscrutar as rememorações produzidas pelos secundaristas é o desafio apresentado no próximo tópico.

## II – Imagens que relampejam no presente

Neste tópico é descrito as atividades pedagógicas realizadas, coadunadas as fundamentações e orientações teóricas a conteúdos procedimentais e atitudinais. O desafio proposto foi exercitar o olhar sociológico, desenvolvê-lo nas novas gerações, a partir da percepção das diferenças entre os períodos históricos, a greve dos trabalhadores canavieiros, em 1984, e o atual momento na transição democrática, com as manifestações estudantis de julho de 2013. Cabe ressaltar o desafio em sensibilizar as novas gerações em perscrutar o passado que ainda permanece presente na longa transição democrática brasileira.

As atividades desenvolvidas entre fevereiro e abril de 2014 foram:

- A) Pesquisa aberta a fontes da internet sobre a Greve de Guariba;
- B) Vinculação do Documentário – “*Guariba 1984*”, José Roberto Novaes e Francisco Alves, atividade com roteiro de questões dirigidas;
- C) Leitura do Capítulo 1 “*Dia Negro: A Luta*” da dissertação de Maria Antonieta G. Penedo (1995) – *Estratégia da Fome: Trabalhadores e Trabalhadoras da Cana, Maio 1984*. Atividade com roteiro de questões dirigidas;
- D) Vinculação de vídeos realizados durante as Marchas Antifascista e Fascista, realizadas em 22 de março de 2014, São Paulo, aula expositiva sobre conceito de fascismo: totalitário e autoritário;
- E) Vinculação do filme, “*O dia que durou 21 anos*”, de Camilo Tavares e palestra com Menalton João Braf e Maria Aparecida dos Santos (Cidinha). Atividade programada elaboração de artigo de opinião;
- F) Exibição documentário: “*Califórnia à Brasileira*” José Roberto Novaes e Francisco Alves, e palestra sobre os 30 anos da Greve de Guariba e as condições de vida e trabalho dos canavieiros atualmente, ministrada por Rosemeire Aparecida Scopinho e José Cláudio Gonçalves.

A metodologia pedagógica propôs a composição de atividades em crescente processo de apresentação de elementos dos temas – rememoração das lutas sociais por direitos civis, políticos e sociais, e as formas de repressão estatal, centrais para formulação do quadro complexo do conflito, e reflexos para o presente. O objetivo foi incutir a perspectiva crítica de que existe ainda um modelo político repressivo, que se metamorfoseou, e que a lenta e gradual transição para democracia ainda não se completou.

A primeira atividade proposta foi a pesquisa sobre a Greve de Guariba, a partir de dados disponíveis em sites de busca na internet. O resultado apresentado em relatório manuscrito sucinto de uma lauda apontou para apenas três alunos, dentro do universo de aproximadamente 225 alunos (5 salas do terceiro ano do ensino médio com aproximadamente 45 alunos/sala).

As dificuldades apontaram a necessidade de separar e preparar materiais, para aprofundar a conscientização do exercício da rememoração. Valorizando-se as produções próprias. Perscrutar o passado recente revelaria reminiscências, imagens que povoam o cotidiano das lutas sociais brasileiras contemporâneas. O desafio era instigá-los para o fato de que o passado recente, do período do início transição democrática, ainda não foi contado pelas novas gerações.

A segunda atividade foi a vinculação do documentário “*Guariba 1984*”, de José Roberto Novaes e Francisco Alves. Elaborado um pequeno roteiro de questões que orientou os alunos, quando da exibição deste material. O objetivo pedagógico foi propor a transposição gradual proposta por RICOUEUR (2007) de se perguntar o que aconteceu, para quem participou dos acontecimentos, e quais as forças vencedoras e perdedoras. Assim corroborando com perspectiva de BENJAMIN (1985), em investigar a contrapelo a memória da greve de Guariba, em 1984 e principalmente, contextualizar o momento, capturando as imagens das perspectivas dos jovens, que estão distantes daquele momento, contudo vivem cotidianamente as reminiscências que continuam a atuar no cotidiano.

O roteiro de questões para aproximação da memória e interpretações do conflito social de Guariba está descrito abaixo.

- 1 - O que aconteceu? Quais as características do conflito social?
- 2 – Quando aconteceu o conflito? Qual era o contexto histórico?
- 3 – Como o Estado reagiu?
- 4 – Quais fatores desencadearam a greve?
- 5 – Quem são os personagens que nos contaram a história?
- 6 – Quais elementos permanecem na história contemporânea brasileira?



A terceira atividade proposta com a leitura do Capítulo 1 “*Dia Negro: A Luta*” da dissertação de Maria Antonieta G. Penedo (1995) – *Estratégia da Fome: Trabalhadores e Trabalhadoras da Cana, Maio 1984*. Atividade com roteiro de questões dirigidas buscou diagnosticar e identificar a percepção do embate entre as forças do capital e trabalhadores. O roteiro de questões segue abaixo:

- 1- Quais forças sociais organizaram a greve?
- 2- Qual o significado de ação direta?
- 3- Qual o significado de piquete?

Como quarta atividade vinculou-se trechos de vídeos com depoimentos e imagens capturados durante a Marcha Antifascista e da Marcha Fascista, realizadas em 22 de março de 2014, Praça da Sé, São Paulo. O objetivo pedagógico foi aprofundar a compreensão sobre o sentido da repressão política policial no Brasil, através da apresentação do conceito do fascismo, enquanto sistema político em que se sobrepõe como vontade do regime estatal sobre as liberdades individuais. Sendo que no totalitarismo os indivíduos são convocados a participar ativamente enquanto uma grande massa, no movimento político, dirigido pelo estado. No autoritarismo essa característica é dispersa pela repressão, poucas são as manifestações coletivas. Buscou-se aprofundar conhecimentos sobre o conceito clássico do modelo político fascista e suas metamorfoses atuais para o fascismo social.

A quinta atividade foi a vinculação do filme, “O dia que durou 21 anos”, de Camilo Tavares e palestra com o escritor Menalton João Braf e a professora aposentada Maria Aparecida dos Santos (Cidinha). Atividade programada para a elaboração de artigo de opinião a partir da questão: Por que é importante lembrar o Golpe Civil Militar de 1964? Qual importância desta data para o ano de 2014?

A última atividade realizada foi a exibição do filme *Califórnia à Brasileira*, e palestras sobre as condições de vida e trabalho dos canavieiros, com a professora Rosemeire Scopinho e o doutorando José Cláudio Gonçalves.

Cabe destacar que as atividades perdurarão ao longo do ano de 2014, com prosseguimento da pesquisa, na produção do acesso a novas memórias produzidas pelos estudantes secundaristas. Estão em cursos pesquisas que tentam localizar o processo criminal e inquéritos policiais, sobre o conflito social de Guariba. Materiais que fomentarão novas memórias.

### **III – A memória das lutas dos trabalhadores canavieiros no imaginário sociológico de estudantes secundarista.**

Na primeira atividade, a pesquisa em fontes da internet, um trabalho apresentou a cópia de resenha do livro *O Conflito Social de Guariba*, de Alexandre Marques Mendes, de

1999. Cabe observar que o aluno transcreveu informações, das quais se destacam: o conflito que, inicialmente, não teve feições de uma greve, mas de revolta popular, com saques a supermercados, e destruição de instituições públicas, violentamente reprimidas e que o inquérito policial foi utilizado como forma de coagir os canavieiros a não mais atuarem politicamente. O segundo trabalho apontou para reflexão de que existem elementos que permanecem desse conflito social, como a luta por direitos dos trabalhadores, em uma sociedade capitalista com várias vítimas das desigualdades sociais. O terceiro aluno pesquisou o conceito de boia-fria, entendido na situação dos trabalhadores, que tinham que levar sua comida para o trabalho, mas sem condições adequadas de armazenamento, o que provocava o “esfriamento” da boia, próximo do almoço, apesar do sol implacável nos talhões. Neste material, pela primeira vez foi destacado que o conflito entre trabalhadores e a repressão política policial acarretou 40 feridos, três trabalhadores alvejados e um morto por arma de fogo, com um tiro na cabeça.

A pouca participação apontou a necessidade de separar e preparar materiais, para aprofundar a conscientização da importância de se lembrar esse acontecimento.

Da segunda atividade com a vinculação do documentário *Guariba 1984*, destacam-se separadamente, as respostas elaboradas para as questões dirigidas. Foram realizados em média 30 roteiros para 05 salas de terceiros colegiais, totalizando 150 roteiros de questões.

1 - O que aconteceu? Quais as características do conflito social?

I - Eles começaram a fazer greve, na verdade, uma rebelião devido o aumento da comida e da água, o sustento deles. Como eles eram pobres não tinham como se sustentar, então a única coisa que restava era fazer protestos para ver se mudava alguma coisa. II - [...]A greve dos trabalhadores da época foi uma greve violenta, pois o governo não aceitou essa greve e colocou tropas atrás dos trabalhadores que eram espancados e até mortos, mas mesmo assim a vitória foi dos trabalhadores, pois não desistiram e lutaram por seus direitos. (Trechos das redações dos estudantes secundaristas, Escola Estadual Otoniel Mota, Ribeirão Preto/SP, fevereiro, 2014).

Dos trechos destacados apontam os limites no processo de rememoração, posto que o documentário *Guariba 1984* abordar apenas os acontecimentos de maio de 1984, e não problematiza a greve de janeiro de 1985, quando trabalhadores grevistas foram demitidos. A visão do documentário promove uma rememoração atrelada à visão vitoriosa do novo sindicalismo. Embora, ao final problematize a gradual substituição dos trabalhadores por máquinas. Espantaram positivamente os secundaristas a violência repressiva explícita do Estado, que muito remete as ações recentes contra movimentos sociais e de estudantes.

2 – Quando aconteceu o conflito? Qual era o contexto histórico?

I - Aconteceu em 1984, contexto histórico final da Ditadura (Golpe Militar). II - [...]Naquela época os policiais tinha assumido domínio sobre os trabalhadores e

batiam neles até a morte, outros ficavam gravemente feridos pelo simples fato dos trabalhadores terem ido para as ruas lutar pelos seus direitos, o Brasil também estava vivendo uma pós-ditadura essa greve ocorreu, em 1984, em Guariba. [...]. (Trechos das redações dos estudantes secundaristas, Escola Estadual Otoniel Mota, Ribeirão Preto/SP, fevereiro, 2014).

Os trechos selecionados apontam para problematização de que período histórico foi esse? Ao se observar as diferentes designações para o momento histórico: final da Ditadura, pós-ditadura, período de revoltas e revoluções, contexto da luta pelas eleições diretas, ainda persistia a repressão política militar, portanto elementos da transição democrática que perduram no cotidiano, e dificultam a distinção entre passado e presente.

### 3 – Como o Estado reagiu?

I - Com grande violência, mandaram tropas para as ruas, que espancaram e até mataram os trabalhadores grevistas. II - [...] Como sempre o Estado reage com extrema violência, tentando oprimir-los com violência, batendo até mesmo em crianças, outros que não estavam envolvidos. III - [...] O Estado reagiu com muita violência, espancando os trabalhadores e suas famílias chegando até agredir crianças. IV - [...] O Estado reagiu de forma brutal com seu exército. V - [...] O conflito foi entre os cortadores e a polícia, onde os cortadores de cana se revoltaram e destruíram a cidade em busca de seus direitos, e a polícia por sua vez acabou criando o conflito maior agredindo trabalhadores e suas famílias. (Trechos das redações dos estudantes secundaristas, Escola Estadual Otoniel Mota, Ribeirão Preto/SP, fevereiro, 2014).

Os trechos (I a V) explicitam distinções entre a revolta legítima dos trabalhadores, e a violência repressiva explícita das forças garantidoras da ordem social, contra todos, homens, mulheres e crianças.

### 4 – Quais fatores desencadearam a greve?

I - Péssimas condições de trabalho, greve é uma manifestação que os trabalhadores fazem, parando o trabalho para exigir seus direitos do Estado. II - [...] A greve é a manifestação em grupos, para melhorar ou mudar as condições de algo, no qual foi desencadeada pelos trabalhadores revoltados e no qual o exército foi obrigado a conter a população da cidade. III - [...] A extensa desigualdade. IV - [...] O que desencadeou a greve foi as condições de trabalho, eles trabalharam muito (7 ruas) e queriam reduzir essa quantidade. Por isso, fizeram a greve que é uma paralisação de trabalhadores em luta por direitos, condições de trabalhos melhores. V - [...] Por que os trabalhadores queriam uma vida melhor com segurança e mais valor no seu trabalho. Greve é quando queremos melhorias para nós, lutamos para nosso direito e fazemos uma paralisação até chegar ao objetivo desejado. (Trechos das redações dos estudantes secundaristas, Escola Estadual Otoniel Mota, Ribeirão Preto/SP, fevereiro, 2014).

O trecho V sintetiza a percepção da greve enquanto direito legítimo dos trabalhadores em lutar por mais direitos, principalmente contra a jornada de trabalho exaustiva, mais valia relativa.

### 5 – Quem são os personagens que nos contaram a história?

I - As forças sociais atuante eram os protestantes (trabalhadores), o governo (políticos e policiais) [...] II - São os trabalhadores rurais os “pobres”, as pessoas que mais sofreram em todo o conflito. [...] III - São ainda trabalhadores rurais que hoje lutam pela memória da greve naquela época, que para eles foi uma luta que vale a pena até hoje. (Trechos das redações dos estudantes secundaristas, Escola Estadual Otoniel Mota, Ribeirão Preto/SP, fevereiro, 2014).

O fundamental é a compreensão da participação coletiva de trabalhadores e não somente um único indivíduo.

#### 6 – Quais elementos permanecem na história contemporânea brasileira?

I - As forças do trabalho e o poder das rebeliões predominam até hoje. II - [...]A busca dos trabalhadores exigindo seus direitos ao Estado fazendo manifestações e greves, e também a grande revolta do Estado e a sua resistência contra os direitos exigidos, mas não agindo com tanta violência como na época. III - [...]Falta de oportunidade para todos, desigualdade social, violência, fome, etc. IV - [...]A falta de direitos, a falta de liberdade para poder protestar por aquilo que acreditamos, pois sempre somos reprimidos pela polícia. V - [...]Falta de oportunidade de emprego, violência em relação ao protesto, algo presente infelizmente até nos tempos atuais. VI - [...]A falta de boas condições para o trabalho, a fome e o domínio violento sobre os manifestantes. VII - [...]Acredito que o que permanece daquela época até hoje é a violência do Estado contra o povo e também as greves. VIII - [...] Elementos como o governo não respeitam os direitos das pessoas, não dão a total de liberdade, pessoas são traídas pelos governadores, deputados e vereadores. IX - [...]As greves para buscar umas melhorias no que está degradando e prejudicando a sociedade. X - [...] Ainda que tenham conseguido alcançar seus objetivos, atualmente, encontra-se a mesma violência repressiva e ignorância por parte do Estado, em relação aos movimentos sociais e greves. Também é fato que as circunstâncias em que trabalhadores rurais, continuam em Estado deplorável e esquecidos. (Trechos das redações dos estudantes secundaristas, Escola Estadual Otoniel Mota, Ribeirão Preto/SP, fevereiro, 2014).

Destaca-se a predominância nos trechos da percepção da repressão política e ideológica, principalmente pela violência Estatal por meio da polícia. A permanência de situações degradantes de vida e trabalho, que somente mudaram com lutas sociais.

A terceira atividade proposta com a leitura do Capítulo 1 “*Dia Negro: A Luta*” da dissertação de Maria Antonieta G. Penedo (1995) – *Estratégia da Fome: Trabalhadores e Trabalhadoras da Cana, Maio 1984*. Atividade com roteiro de questões dirigidas buscou identificar a percepção do embate entre as forças do capital e trabalhadores. O roteiro de questões foi:

#### 1- Quais forças sociais organizaram a greve?

I - Homens, mulheres e até crianças da periferia que trabalhavam como cortadores de cana, trabalho duro, no total aproximadamente 4 mil trabalhadores. II - [...]As forças sociais foram os trabalhadores, os quais se mobilizaram e deram início a greve. Greve é um protesto popular onde as pessoas na maioria das vezes trabalhadores/estudantes fazem uma manifestação e paralisam suas atividades. III - [...]Greve é a paralização que mostrava no meio do trabalho, onde o serviço é necessário. IV - [...]Os cortadores de cana ficaram revoltados por saber que de 5

ruas iriam aumentar por 7 ruas e seu salário diminuiria de 20% a 25%, então eles se reuniram para poder lutar por aquilo que eles mereciam. (Trechos das redações dos estudantes secundaristas, Escola Estadual Otoniel Mota, Ribeirão Preto/SP, março, 2014).

Destaca-se a percepção de que a greve envolveu todos os membros da família, uma vez que homens, mulheres e crianças eram trabalhadores rurais. A paralisação do trabalho como forma de explicitar o quanto ele é necessário para produção de riquezas.

2- Qual o significado de ação direta?

I - Ação direta dos próprios trabalhadores que resolveram parar de trabalhar imediatamente, se organizaram, fizeram faixas com avental de mulheres, escritos com batons. II - [...]Ação direta é aquilo que acontece no momento que interfere diretamente no meio vivido, como aconteceu na paralisação, ocorreu à paralisação, a assembleia improvisada dos trabalhadores. III - [...]Uma ação sem intermediários, direta pelos trabalhadores. IV - [...]É quando a liderança é pelo próprio povo, os próprios trabalhadores conversam entre si e decidem paralisar sem serem liderados por um sindicato. V - [...]Ação direta é quando as pessoas não precisam de uma ordem de alguém, para ir às ruas lutarem pelos seus direitos. VI - [...]É uma ação cujo objetivo é realizar mudanças imediatas, ou seja, eu faço algo agora para mudar outra coisa no exato momento e os instrumentos utilizados somos nós mesmos.

(Trechos das redações dos estudantes secundaristas, Escola Estadual Otoniel Mota, Ribeirão Preto/SP, março, 2014).

O ponto intrigante da revolta popular de Guariba ter sido organizada pelos próprios trabalhadores de forma direta. Embora o desfecho da revolta foi enquadrá-la em protesto de greve, com piquetes e assembleia.

3- Qual o significado de piquete?

I - O piquete foi quando os trabalhadores paralisaram e resolveram ir para as ruas, dando sua cara a tapa para uma melhoria de salários, condições de trabalho. II - [...]Piquete é quanto você vai a frente e diz “não iremos trabalhar”, quando se coloca na frente para fazer acontecer a mobilização. III - [...]É quando um trabalhador tenta impedir o outro a trabalhar, mas sem violência. IV - [...]É um modo de convencer, onde uma pessoa pode conseguir outra a fazer algo que queira, no texto um trabalhador convence os outros para fazer uma greve. V - [...]É uma ação que os trabalhadores tentam paralisar os outros a se juntarem a manifestação de forma pacífica, por exemplo, através do diálogo. VI - [...]Era a forma usada pelos trabalhadores pararem os trabalhadores que não sabiam ou não tinham aderido à greve, e informavam que não iriam trabalhar, pois estavam todos em greve. VII - [...]O piquete é a greve, e o fato deles pararem, eles sem trabalhar fazem falta para o governo e assim o governo volta os olhos para eles. [...]

(Trechos das redações dos estudantes secundaristas, Escola Estadual Otoniel Mota, Ribeirão Preto/SP, março, 2014).

Por último, a compressão de que o piquete foi uma forma radical de convencimento pacífico para paralisação, ao se utilizar o próprio corpo como instrumento de luta.

A vinculação de vídeos realizados durante as Marchas Antifascista e Fascista, realizadas em 22 de março de 2014, São Paulo, com aula expositiva do conceito de

fascismo: totalitário e autoritário; ajudou na atividade programa, após, a exibição do filme, “O dia que durou 21 anos”, de Camilo Tavares e palestra com Menalton João Braf e Maria Aparecida dos Santos (Cidinha). Atividade programada de elaboração do artigo de opinião, a partir das seguintes questões: Por que é importante lembrar o Golpe Civil Militar de 1964? Qual importância desta data para o ano de 2014? Foram produzidas 38 redações, no universo de 225 alunos. Indagados pelo baixo retorno, a extensão e quantidade de informações levaram a confusões em relação às datas históricas do golpe militar. Destacamos trechos de 11 redações a seguir:

Estamos relembando o Golpe Civil Militar, pois esse ano de 2014, completam 50 anos do acontecimento. Foi um fato marcado por mortes de inocentes e um governo bruto. A ditadura foi severa. Por isso, atualmente, está acontecendo manifestações de grupos fascistas e anti-fascistas.

É importante lembrar a ditadura, pois ainda hoje vivemos reflexos da destruição que ela causou na nossa nação. Até hoje ainda há muito que se investigar, entre tantos assassinatos, perseguições, desaparecimentos. Faz mais de 3 anos que uma comissão foi criada (Comissão da Verdade – 2012) para então tentar achar uma resposta a todo esse verdadeiro massacre que ocorreu durante 21 anos. E até agora nada mais do que especulações, suspeitas e acusados.

Então é importante lembrar esse momento na história brasileira que causou sofrimento a uma nação inteira, e, lembrar também para que isso não ocorra novamente.

Acontece que continuaremos sendo reprimidos por este sistema que se diz democrático e enganados pelos discursos de faixada que ouvimos meses antes de eleições. Uma semente é implantada em nossas cabeças desde pequenos, vivemos em um país corrupto, um país que a todo momento nos deparamos com cenas fascistas, país onde a liberdade de expressão é reprimida e onde crescemos na doutrina do “pão e circo”, só que até mesmo o pão falta aqui!

Portanto, é muito melhor mantermos a democracia em que vivemos, mesmo não estando boa, ela pode melhorar em muitos aspectos, mas não deixaremos de ter liberdade de expressão. Devemos apenas eleger políticos que façam a diferença e melhore a nossa democracia, lutando contra essa intervenção militar e fascista. Lembrar do passado é também um meio de planejar e depois viver o futuro. Uma questão grande é querer saber se os torturadores, assassinos, policiais opressores vão ser punidos, por tal crueldade. Como ficarão as famílias que perderam membros nesses conflitos. Isso ainda é pouco motivo para nunca esquecermos o Golpe de 1964!!! O melhor meio nunca será a agressão. (Trechos das redações dos estudantes secundaristas, Escola Estadual Otoniel Mota, Ribeirão Preto/SP, abril, 2014).

A coletânea apontou para a preocupação de permanente vigília das gerações mais jovens, para discursos que buscam enaltecer o passado ditatorial e clamam por uma nova intervenção militar. Conforme apontado na fundamentação teórica, o espanto não é sociológico ou filosófico, mas expressa a necessidade permanente de se educar para promoção dos direitos humanos. Lutar para que o passado nunca seja esquecido e para que no futuro não volte ser repetido. E que as lembranças promovam acesso à verdade e responsabilização.

Por último, a exibição do documentário *Califórnia à Brasileira* em conjunto com a palestra de Rosemeire Scopinho e José Cláudio Gonçalves produziram as imagens nos estudantes, apresentadas em formato de relatório, as quais apontaram a percepção de que embora a luta social tenha apontado a necessidade de melhorias e condições no trabalho, elas ainda não foram efetivadas. Não obstante os avanços nos direitos sociais trabalhistas, como carteira e trabalho, contudo tardio, para o contexto do desemprego estrutural programado pela substituição pelas máquinas colhedoras, nas últimas décadas.

I - [...] mesmo após se passar 30 anos do conflito de Guariba, a situação não mudou muito, ainda existem pessoas vivendo de forma desumana nos alojamentos de boias frias, sendo transportadas de forma ilegal, sendo expostas a vários tipos de doenças. II – [...] os inúmeros movimentos para melhoria dos anos 80, por condições de trabalho dos cortadores de cana, de lá para cá, poucas coisas mudaram nessas condições, os movimentos diminuíram, ou pelo menos saíram do foco da imprensa nacional. III – [...] com o avanço das exportações de cana, e o avanço da tecnologia, o corte da cana começou a ser processado por máquinas, que fazem todo o processo mais rápido, não havendo necessidade de muitos trabalhadores, causando um alto nível de desemprego, fazendo com que as pessoas fiquem deslocadas, piorando ainda mais a situação nas periferias. IV – [...] os ônibus que transportavam eles eram enferrujados, faltavam pedaços, o tanque de combustível tinha furos, onde corria o risco do ônibus pegar fogo, então os trabalhadores colocavam uma garrafa *pet*, para aquele combustível não ficar caindo. A comida era ruim e pouca, não alimentavam eles direito, e mesmo assim no outro dia voltavam para o trabalho. Os quartos e as camas eram precárias, eram simplesmente papelões, ou colchões no chão.

#### IV – Conclusão

No presente artigo buscou-se apresentar discussões referentes ao processo de rememoração das lutas sociais dos canavieiros, na cidade de Guariba/SP, em 1984. A partir de referências do direito na perspectiva sociológica da dialética do materialismo histórico. Apresentaram-se os resultados do processo dialético social de construção do direito à verdade e responsabilização, na produção das reminiscências de imagens de lutas sociais pretéritas que ecoam nas consciências de jovens secundaristas. Objetivou-se sensibilizar pedagogicamente, que a essência dos seres humanos é aspiração pela liberdade, justiça social, e o direito é esse processo de permanente libertação, o vir a ser destas libertações. Pretende-se dar prosseguimento com a pesquisa, na produção do acesso a novas memórias, coletas em registros imagéticos, e que projetem os conteúdos desses conhecimentos, numa composição intergeracional, no campo de pesquisa da memória dos conflitos agrários no Estado de São Paulo, que envolveram trabalhadores canavieiros.

## VI – Bibliografia

### Filmes

Guariba 1984, Diretor: José Roberto Novaes e Francisco Alves, Rio de Janeiro, Brasil, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002, DVD (11 min.)

Califórnia à Brasileira, Diretor: José Roberto Novaes e Francisco Alves, Rio de Janeiro, Brasil, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002, DVD (28 min.)

O Dia que durou 21 anos, Diretor: Camilo Tavares, Brasil, 2012, DVD (77 min.).

### Bibliografia consultada

ANTUNES, Celso. Manual de Técnicas de Dinâmicas de Grupo de Sensibilização de Ludopedagogia. Editora Vozes, 2010.

ARONI, Rafael. A Memória da greve dos canavieiros nos imaginários sociológicos de estudantes secundaristas no interior paulista. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Salvador, Bahia, 2013.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas. Série Bom Livro. São Paulo: Editora Ática, 1996.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História, In:Obras Escolhidas. Trad. Paulo Sérgio Rouanet, São Paulo, ed. Brasiliense, 1985.

BERTERO, J. F. O embate entre o capital e o trabalho: as greves no meio agrário paulista na década de 1980. Perspectivas Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17/18, 1995.

FRANÇA, Teones . Novo Sindicalismo no Brasil - histórico de uma desconstrução. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. v. 1. 215p.

LYRA, FILHO, Roberto. O que é o Direito, Editora Brasiliense, 11º Ed. São Paulo, 1982.

MENDES, Alexandre Marques. O conflito social de Guariba - 1984/1985. 1. ed. Franca: UNESP/ Franca, 1999.

PENIDO, Stella. “Walter Benjamin: a História como Construção e Alegoria”. In: O que nos faz pensar. Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC - Rio, nº 1, junho 1989.

SANTOS, Boaventura De Souza, A gramática do tempo: para uma nova cultura política, Editora Cortez, Ed. 1º, São Paulo, 2006.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 22, n. 44, 2002 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882002000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 May 2013.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200008>. SWENSSON

JÚNIOR, Lauro Jappert; DOMOULIS, Dimitri e MARTINS, Antônio, Justiça de Transição no Brasil, Editora Saraiva, São Paulo, 1ºed., 2010.



**GT (09) – (Cultura e comunicação no mundo rural)**

**OS FIÉIS DEFUNTOS: NOTAS ETNOGRÁFICAS DO DIA DE FINADOS EM UM MUNICÍPIO DO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO**

Debora Cavalcanti dos Santos<sup>1</sup>  
Rosineide Meira Cordeiro<sup>2</sup>  
Rebeca Ramany Santos Nascimento<sup>3</sup>  
Vanessa Souza Eletherio de Oliveira<sup>4</sup>  
Luciana Kind<sup>5</sup>

**Resumo:** Este trabalho discute experiências diante da morte, a partir de observações durante o Dia de Finados no município de Santa Cruz da Baixa Verde-PE, realizadas durante o trabalho de campo da pesquisa “Narrativas sobre a morte: experiência de mulheres trabalhadoras rurais e mulheres vivendo com HIV/Aids no jogo político dos enfrentamentos pela vida”. O objetivo é apresentar alguns dos efeitos da pesquisa na vida das pesquisadoras, ampliando o foco de análise sobre o processo de produção científica.

**Palavras-chaves:** Contextos rurais; Morte; Dia de Finados.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação de Psicologia da UFPE

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia Social, professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE. rocordeirope@gmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação de Psicologia da UFPE,

<sup>4</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE

<sup>5</sup> Doutora em Saúde Coletiva (IMS/UERJ), professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho discute experiências diante da morte, tendo como cena observações durante o Dia de Finados no município de Santa Cruz da Baixa Verde, localizado no Sertão Central de Pernambuco, realizadas durante o trabalho de campo da pesquisa “Narrativas sobre a morte: experiência de mulheres trabalhadoras rurais e mulheres vivendo com HIV/Aids no jogo político dos enfrentamentos pela vida”<sup>6</sup>.

Partimos de uma abordagem teórico-metodológica de inspiração etnográfica, a qual tem no diário de campo um importante instrumento de pesquisa e na observação contextualizada do lócus da investigação uma das principais fontes de produção de dados. Dessa forma, na tentativa de compreender a produção de narrativas sobre a morte por mulheres rurais que têm no Sertão de Pernambuco seu território de existência e resistência, o Dia de Finados tornou-se um evento cultural promissor para a nossa equipe de pesquisa por possibilitar um certo modo de “etnografar a morte”, nos aproximando da realidade em que as mulheres participantes dessa pesquisa compõem histórias sobre a morte.

Assim sendo, temos como objetivo apresentar alguns dos efeitos da pesquisa na vida das pesquisadoras, ampliando o foco de análise sobre o processo de produção da pesquisa, tomando como referência as observações do Dia de Finados no município de Santa Cruz da Baixa Verde-PE. A escolha desse município ocorreu pela “rede de significados” e de confiança estabelecida pela equipe com as pessoas que ali residem (SILVA, 2006), constituída através de outras pesquisas desenvolvidas nesse mesmo território<sup>7</sup>.

Acreditamos que “praticar o pesquisar-a-pesquisa” (CANEVACCI, 2013) ajuda-nos a refletir sobre a coprodução dos dados, as relações entre pesquisados/as e pesquisador/as, bem

---

<sup>6</sup> Coordenada pelas professoras Luciana Kind (PUC Minas) e Rosineide Cordeiro (UFPE) e envolve discentes dos Programas de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade Federal de Pernambuco e conta com financiamento do CNPq. Na pesquisa, busca-se investigar, nas narrativas produzidas por mulheres que lutam cotidianamente por melhores condições de vida, seja na cidade ou no rural, suas experiências em relação à morte. Para tal, temos como interlocutoras, ativistas do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco (MMTR Sertão Central) e do Movimento Nacional de Cidadãs PositHIVas (MNCP). No presente texto, o foco da análise será o cenário rural, tendo como mediador de aproximação do olhar da equipe, as celebrações do Dia de Finados.

<sup>7</sup> Além da professora, a equipe de pesquisa da UFPE é composta por três doutorandas, duas mestrandas e duas alunas bolsistas, sendo uma delas de iniciação científica e outra de iniciação ao extensionismo. Estamos trabalhando com o Sertão Central de Pernambuco, um dos Polos político-sindical da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE). Os municípios que integram esse Pólo são: Flores, Santa Cruz da Baixa Verde, Triunfo, Serra Talhada, Sedro, Serrita, Mirandiba, São José do Belmonte, Calumbi, Terra Nova, Betânia, Verdejante e Salgueiro (CORDEIRO, 2004). Como já foi dito no corpo do texto, trabalharemos aqui apenas com as observações feitas no município de Santa Cruz da Baixa Verde.

como, os usos do conhecimento produzido. Essa postura está assentada na ideia de que a pesquisa é uma prática social, reflexiva e crítica.

O texto está organizado em duas partes. Na primeira, abordaremos sucintamente o debate teórico sobre o Dia de Finados. Já na segunda parte, trataremos dos efeitos da pesquisa na vida das pesquisadoras a partir de dois incidentes: o medo do cemitério e o confronto no sistema pessoal de crença. Não temos como proposta fazer uma descrição densa (GEERTZ, 1978) do processo ritual do Dia de Finados, mas sim, trazer alguns aspectos que nos permitiram problematizar esse evento em contextos rurais.

## 2. O PROCESSO RITUAL FÚNEBRE E O DIA DE FINADOS

Segundo a antropóloga Mariza Peirano (2002), estudar o ritual torna-se pertinente como estratégia analítica de eventos que acontecem na sociedade em seu sentido lato. Mas, o que seria um ritual? O que estamos tentando dizer quando caracterizamos o Dia de Finados como ritual ou parte ritual? Tentaremos a seguir nos debruçar sobre essa discussão.

Em meio à diversidade de definições e discussões existentes nos estudos dos rituais, parece que há certo consenso sobre alguns aspectos que os conformam: o ritual como um tipo de evento, formalizado e estruturado em uma ordem e um sentido de acontecimento, partilhado coletivamente com um propósito em comum (PEIRANO, 2002).

Em uma perspectiva durkheimiana (1999), o ritual seria uma espécie de divisor de águas, de delimitação de fronteiras entre o sagrado e o profano, engendrando normas de comportamento ante o sagrado. Os rituais seriam verdadeiros atos de sociedade, em que diferentes ritos integrariam o indivíduo em determinada ordem social. Assim, Durkheim postulou uma relação entre o comportamento ritual e a adesão à ordem social.

Van Gennep (1978) estudou o ritual em uma perspectiva de sequencialidade. O mundo social para ele era uma ato de deslocar-se. Sendo assim, o estudo do momento anterior e do momento posterior seria fundamental para se entender o momento do ritual. Os ritos de passagem caracterizariam uma categoria primordial para se entender o ritual. Quando submetidos à análise, eles se dividiriam em: 1) Ritos de separação (preliminares); 2) Ritos de margem (liminares); 3) Ritos de separação (pós-liminares).

Entre as décadas de 1960 e 1970, Victor Turner (1974), a partir dos seus estudos com o povo Ndembu no noroeste da Zâmbia, África Central, desenvolve o conceito de liminaridade e o modelo de “ritos de passagem” do antropólogo Van Gennep. Ele sugere que

a sociedade está organizada a partir da dialética entre estrutura e antiestrutura. A estrutura seria o modelo básico, o nosso cotidiano. A “anti-estrutura” seria um estado liminar, um despreendimento da vida diária, onde o companheirismo e a cumplicidade entre os sujeitos sociais é chamado de “communitas”<sup>8</sup>.

Quando se fala em morte, há diversas elaborações rituais que englobam tanto o morto quanto o sobrevivente. Existem várias possibilidades da estrutura ritual (e seus conteúdos) diante do evento da morte. Podem-se analisar os ritos de separação-margem-agregação de um velório (centrando no corpo do morto), bem como os ritos do período de luto (focando nos sobreviventes), ou ainda, a partir da cosmologia escatológica católica, observando a sequência céu-inferno-purgatório (REESENK, 2012). Desse modo, podemos compreender o dia de Finados como um ritual da parte da “communitas” dos vivos, que se reúnem nesse dia para rezar, acender velas, lembrar dos seus mortos (tantos das almas que estão no céu, como das almas em provação liminar do purgatório).

Em diálogo com Mísia Reesek (2010), nos referimos ao Dia de Finados como parte integrante do “complexo ritual fúnebre católico”, que também é composto pela missa do sétimo dia, missa de um ano, dentre outras. O dia dois de novembro compreende uma etapa dos ritos de passagem fúnebres católicos, composto por uma série de ritos performados pelos sobreviventes diante da morte e dos mortos. É um ritual perene e inacabado, que acontece todo ano, e revela uma eterna permanência do luto e de um estado liminar dos vivos (REESINK, 2006). Em produção mais recente, Reesek detalha esse ritual:

Nesse ritual a figura do “ente querido” se sobressai como categoria fundamental de “pessoa” na cosmologia católica. O ente querido é uma categoria de “pessoa” fundamental na cosmologia católica brasileira, este implica relações (de parentesco ou de afinidade) entre os vivos, entre os vivos e os mortos e, sobretudo a preocupação com o destino das almas dos mortos que estão em algum tipo de relação com os vivos (REESEK, 2012, p. 366).

Francisco Weffort (2012), de modo semelhante às contribuições de Reesek, aponta vestígios, aponta vestígios da dimensão simbólica do catolicismo em comunidades rurais brasileiras e nas festas populares e religiosas. Para o autor, a vida católica cotidiana apresenta

---

<sup>8</sup> “Communitas” seria uma modalidade de relação social em que os sujeitos estão correlacionados, uma “[...] comunhão, de indivíduos iguais que se submetem em conjunto à autoridade geral dos anciãos rituais.” (TURNER, 1974, p. 119). A “communitas” não possui localização e surge onde não há estrutura social, ao mesmo tempo em que só pode ser apreendida quando relacionada à estrutura. A vida cristã poderia ser um exemplo de “communitas”, quando se diz que a vida terrena de um cristão é transitória, passageira e está em constante estado de provação, devendo ele viver debaixo da doutrina da Igreja, até a sua agregação a um novo reino, com a volta de Cristo e sua possível salvação.

sinais históricos de origens tradicionais ibéricas, como nas celebrações do círio de Nazaré nas ruas de Belém do Pará, pois a devoção a Nossa Senhora de Nazaré faz relação com as lendas religiosas de Portugal datadas do século XIII.

No âmbito das comunidades rurais brasileiras, Carlos Rodrigues Brandão situa o catolicismo não como único ou ortodoxo, mas como um catolicismo popular, rústico ou camponês:

Para obter um sistema simbólico universal e concreto, capaz de abarcar de uma só vez a pluralidade de todas as trocas e a realização de suas concretudes sobre vidas, famílias e comunidades, o catolicismo camponês multiplicou categorias de sujeitos sobrenaturais polares e seus mediadores humanos, celestes e infernais. Mas a todos eles o catolicismo rústico deu atributos da gente do lugar, quando bons; e dos seus dominantes quando maléficos. Afinal, a máxima vontade de Deus é preservar a ordem camponesa e recriá-la perfeita no Céu (BRANDÃO, 1986, p. 180-181).

Para o Sertão, vale pensar ainda o catolicismo popular como um catolicismo produzido a partir das redes camponesas de trocas, constituindo uma religiosidade praticada de acordo com as regras de vida locais. Dessa maneira, entendemos o catolicismo popular como um acervo de códigos e recursos do sagrado a serviço de demandas rotineiras da vida terrena.

### 3. O DIA DOS “FIÉIS DEFUNTOS”<sup>9</sup> EM SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE – PE

O município de Santa Cruz da Baixa Verde é relativamente pequeno e pobre, caracterizado pela agricultura familiar e camponesa em pequenas glebas de terra. Está localizado na microrregião do Pajeú, ao norte do Estado de Pernambuco. Segundo o censo demográfico de 2010 (IBGE), sua população residente é de 11.768 habitantes, dentre os quais, 5.277 pessoas residem na área urbana e 6.491 na área rural. 10.827 pessoas se dizem católicos apostólicos romanos e 755 evangélicos<sup>10</sup>. Nos moldes de Veiga (2002), poderia ser caracterizado como um município rural.

A incidência da pobreza no município é relativamente alta, atingindo 61,16% da população (IBGE, 2003). A renda per capita da cidade é de R\$ 80,57, possuindo um grau de desigualdade de 0,40%, segundo o índice de Gini.

---

<sup>9</sup> Termo utilizado pela Igreja Católica do município referindo-se ao Dia de Finados.

<sup>10</sup> No Censo de 2010 (IBGE) só foram declaradas essas duas religiões no município, embora se saiba que existem terreiros de candomblé pela região e também pessoas que são espíritas Kardecistas.

Dentre as atividades econômicas desenvolvidas em Santa Cruz, destaca-se a agropecuária. Os principais produtos que integram essa atividade produtiva são: a cana-de-açúcar, o feijão e o milho. Outro destaque da economia municipal é a agroindústria de produtos alimentícios, que deu à cidade o título de Capital da Rapadura, por ser bastante produzida e consumida no local.

A cidade possui três cemitérios municipais. Dois ficam na sede do município e são popularmente conhecidos como “cemitério velho” e “cemitério novo”, sendo este segundo construído para dar conta da superlotação de sepulturas do primeiro. O terceiro cemitério fica em um distrito do município, chamado de Jatiúca.

A equipe, formada por uma Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>., três mestrandas e duas alunas de graduação, esteve em Santa Cruz entre os dias um e três de novembro de 2013. Éramos seis e nos dividimos em duplas para a observação dos três cemitérios. As duplas alternavam-se durante o período da manhã e da tarde, de modo que todas pudessem observar os três locais e trabalhar com parceiras diferentes.

No dia um de novembro nossas observações foram direcionadas para os cemitérios, na sua preparação para o Dia de Finados. Qual a localização do cemitério? Como é o acesso a ele? Quais as formas tumulares existentes? Qual a arquitetura predominante entre as formas tumulares? Como elas são organizadas espacialmente? Há ornamentações? Quais os funcionários do cemitério? Há uma divisão etária e sexual dentre aqueles/as que trabalham no cemitério? E aqueles/as que visitam? Essas foram algumas perguntas, dentre várias outras, que nos serviram de roteiro.

No que se refere ao dia dois de novembro, oficialmente o Dia de Finados, nosso olhar voltou-se além dos cemitérios para a igreja. Participamos das missas, transitamos entre os cemitérios e observamos como ocorria a relação entre vivos e mortos durante todo esse processo, principalmente através das narrativas religiosas e da visitação das pessoas ao túmulo do “ente querido”.

Diferente do que Reesink (2010) observou em Recife, os fiéis vão aos cemitérios dias antes do Dia de Todos os Santos (01 de novembro) para a limpeza e pintura dos túmulos. Também é bastante comum que jovens e mulheres sejam pagas pelas famílias para cuidarem das sepulturas durante todo o ano. Entretanto, no mês de novembro o trabalho de capinação, limpeza e pintura é intensificado. Há certa divisão sexual do trabalho: os homens pintam, realizam a manutenção da sepultura e mudam as cruces; cabe às mulheres lavar os túmulos, passar pano molhado nas placas e regar as plantas. No cemitério velho, não há água canalizada, o que faz as mulheres carregarem de casa baldes e latas com água.

Dependendo do tipo de jazigo, planta-se milho e flores (chamadas de Boa Noite). A partir das observações, foi possível identificar, nos cemitérios do município, que a população local categoriza quatro tipos de jazigo: as capelas, os túmulos, os canteiros e as covas. As capelas dizem respeito às construções de alvenaria semelhantes a uma pequena casa. Os túmulos são construções, acima do solo, de média estatura que acomodam as urnas funerárias. Podem ser construídos com cimento e tijolos, como também com pedras de mármore. Os canteiros são caracterizados pela colocação da urna funerária inteiramente no subsolo. Ao redor dessa forma tumular são colocadas grades de ferro ou construído uma pequena barra de concreto que serve para proteção do lugar onde o morto foi sepultado. No meio do canteiro são plantadas flores e milho. As covas são aquelas construções consideradas mais simples. Nessa, a urna funerária é depositada totalmente no subsolo e não há nenhum tipo de construção de alvenaria ou grades de ferro. O que identifica que ali se encontra alguma pessoa sepultada é um amontoado de terra e/ou a presença do símbolo da cruz acima daquele pedaço de chão.

As cruzes na estrada, que geralmente simbolizam mortes por acidente, também são pintadas e o mato alto ao seu redor é capinado. Azul, amarelo, branco e verde são as cores que predominam nos túmulos e cruzes da estrada, pois, através de conversas informais com pessoas locais, fomos informadas que são as tintas mais baratas.

É no dia seguinte que a cidade ganha maior movimentação. As imediações dos cemitérios, em outros dias tão bucólicas e tranquilas ganham luzes e pessoas. Motos e carros disputam o espaço da rua com vendedores de vela, comida, flores, dentre tantos outros produtos. É dia de rezar e também de vender. Em conversa com uma pessoa que vendia guloseimas em frente ao cemitério, ela nos informou que não realiza esse trabalho em seu cotidiano, era agricultora, mas aproveitava aquele dia para “apurar algum trocado”.

Dentro dos cemitérios abre-se um *vai-e-vem* de pessoas de todas as idades. Homens, mulheres e crianças disputam o local com os/as vendedores/as de velas. Há quem escolha realizar as visitas aos túmulos no período da noite. Nesse horário, as pessoas visitam o cemitério com roupas e sapatos “de festa” e as luzes das velas produzem maior luminosidade nas sepulturas.

O Dia de Finados tem uma organização bem estruturada. Pela manhã acontece a Missa dos Fiéis Defuntos às 9h na Igreja matriz, que fica na sede do município, na praça principal. O resto do dia é livre para os fiéis irem aos cemitérios, rezarem, terminarem de arrumar os túmulos, dentre outras atividades. Às 16h ocorre uma nova missa, com a mesma liturgia da primeira, porém em espaço diferente, ela é celebrada em frente ao cemitério mais antigo da

cidade. Quando essa última missa termina, os fiéis adentram o cemitério, para uma última reza ou acender de velas.

Em uma breve comparação entre as duas Missas, nota-se que existe uma diferenciação por faixa etária e territórios de moradia dos frequentadores. A primeira conta com a presença de uma população mais idosa e de pessoas que não residem na sede do município (parte urbana), mas em pequenos sítios e vilarejos distantes (parte rural). A segunda tem mais pessoas da sede do município e uma maior diversificação de idades, pois, encontramos crianças, jovens e idosos/as, o que não vimos na primeira. Acreditamos que a maior participação de idosos/as pela manhã ocorre por conta da acomodação que o templo oferece. Alguns idosos/as não podem passar muito tempo em pé e a missa da tarde, na rua, não dispõe de cadeiras. Já as pessoas que moram distante têm dificuldade de transporte para voltar para casa ao entardecer. O transporte local só vai até às 16h, talvez por isso a presença apenas pela manhã.

No cemitério, pudemos observar que os túmulos mais próximos da entrada e mais bem ornamentados pertencem a famílias com maior poder aquisitivo da cidade, geralmente, políticos ou antigos “coronéis” donos de muitas terras. Além disso, existem túmulos “adotados” pela comunidade, dos quais, implicitamente, todos assumiram os cuidados. Geralmente, são túmulos que simbolizam algum evento trágico, que permaneceu na memória e nas histórias da comunidade. Como exemplo, há o túmulo de uma família de cinco pessoas (pai, mãe e três filhas) que estavam indo à passeio para Minas Gerais, aproveitando o trabalho de caminhoneiro do pai, e sofreram um acidente na estrada, onde apenas a filha mais nova do casal sobreviveu. Esse caso nos permite pensar nas mortes que geram “comoções coletivas” e nos motivos para tais comoções (ELIAS, 2001). Nessa cidade, a “comoção” em muito se relaciona com o fato de que a realidade de viagem é algo muito comum para as pessoas desse município, muitos homens migram para o corte da cana-de-açúcar em outros estados, o que trouxe à luz os perigos da estrada para esses viajantes. Esse túmulo é um dos mais enfeitados, várias pessoas deixam presentes e flores em memória dos ali sepultados.

As diferenças religiosas também estão refletidas nos túmulos. Os túmulos dos protestantes não possuem cruces ou enfeites. Segundo uma entrevistada, são “abandonados”, pois estes não celebram o Dia de Finados, diferente dos túmulos católicos frequentemente com muitas flores e velas.

Sobre esse aspecto religioso, uma das pesquisadoras presenciou algo relevante: um desentendimento entre dois irmãos, um católico e o outro evangélico, “novo convertido”. O católico pedia que o outro fosse embora, já que agora ele compartilhava de outra fé que dizia



que quem morreu “seguia-se ao juízo” e que “não se devia acender velas aos mortos”. Mesmo assim, o neófito queria ficar no cemitério e esperou que seu irmão fosse embora para deixar, às escondidas, flores no túmulo de sua mãe e acender uma vela.

Esse acontecimento é bastante peculiar, por dois motivos. Primeiro, por retratar os conflitos de um “novo convertido” entre a sua nova fé e a sua tradição. Segundo, por falar também de um sincretismo religioso que caracteriza o Brasil e de como o pluralismo religioso intrafamiliar pode gerar tensões também diante da morte. Sobre isso, o documentário “Santo Forte” de Eduardo Coutinho (1999) é ilustrativo. Tendo como cenário uma das favelas cariocas, vários moradores, cada um de seu modo, produziram depoimentos sobre suas experiências de fé e comunicação com o sobrenatural. O impressionante é notar que várias pessoas da Umbanda se confessam como católicos/as, mesmo não frequentando a igreja católica, e mesclam seus ritos. O depoimento de um rapaz que acabara de ser pai lembra bem esse caso dos dois irmãos que brigavam no túmulo de sua mãe no Sertão. Ele realizou o batizado da sua filha segundo os ritos católicos pela manhã e à noite a consagrou no terreiro de umbanda.

A pesquisa de Luiz Duarte e Edlaine Gomes (2008), sobre família, reprodução e *ethos* religioso, também é elucidativa. Ao realizarem um trabalho etnográfico com a história de três famílias de classes populares do Rio de Janeiro (na qual duas eram as suas próprias famílias), constataram os conflitos do pluralismo intrafamiliar diante da morte. Em uma das famílias participantes, essa questão apareceu explicitamente.

O cenário era composto pelo patriarca doente em seu leito de morte, sua filha mais velha, católica, e sua nora evangélica. Naquela situação aflitiva, permitiram que se fizesse uma oração nos moldes pentecostais, apesar da antipatia de Elza por essas práticas. Visitar os doentes e orar pela sua cura é uma prática pentecostal. “Aceitar Jesus” é um imperativo para a salvação proposta por esse campo. Não foi diferente a oração feita para Geraldo. Sua nora queria mostrar com suas promessas quanto seria importante que ele “aceitasse Jesus”. Sua salvação dependia dessa resposta. Num dado momento, o doente ergueu um e seus braços. Com esse gesto iniciou-se uma grande controvérsia que se prolongou pelas duas décadas seguintes. A “conversão do patriarca” se tornou um mito familiar crítico, cercado por sentimentos conflitantes, de acordo com a perspectiva de cada grupo religioso em questão. Suas respectivas versões para o acontecimento correspondiam a dois processos concomitantes: a legitimação da posição evangélica e a resistência da hegemonia católica. A mão erguida foi interpretada de maneira totalmente diversa pelos presentes. A filha católica sustenta que o pai levantou o braço para manifestar desagrado com as orações da nora, mandando-a ir embora. Esta, por sua vez, tornou o gesto como uma resposta positiva à pergunta: “você aceita Jesus?”. (DUARTE; GOMES, 2008, p. 147).

Assim, as tensões encontradas por Duarte e Gomes (2008) constituem uma família formada por católicos e protestantes pentecostais, cuja disputa religiosa começou no processo de morrer de um de seus parentes a semelhança do caso que encontramos no cemitério de Santa Cruz.

### **3.1. O cemitério: como estudar o que se tem medo?**

Durante as nossas observações, um elemento mostrou-se imensamente desafiante para algumas integrantes da equipe: o cemitério. No universo fúnebre e, principalmente, no estudo ritual do Dia de Finados, o cemitério ocupa um lugar geográfico e simbólico central. Porém, uma das integrantes tinha total pavor a esse ambiente e nunca tinha entrado em um cemitério durante toda a sua vida. Além do medo, outro fator importante é que o seu aniversário é exatamente no dia dois de novembro. Seria muito improvável, para não falar impossível, ela estar em um cemitério no dia de celebração do seu nascimento se não fosse o trabalho de pesquisa.

Como a pesquisa de campo lança alguns desafios para seus/suas pesquisadores/as, o grande desafio dessa pesquisadora foi “manejar” seu medo da morte e o fato de estar nesse universo fúnebre no dia do seu aniversário. Todas as pessoas que a conhecem sabem que ela morre de medo de defuntos, velórios, sepultamentos, caixões e cemitérios. No entanto, seu contato e aproximação com o tema da morte através da pesquisa transformaram sua visão e seus medos da morte e dos mortos. Assim, a pesquisa, para além das contribuições científicas, tornou-se também um meio de reflexão para essa pesquisadora que resolveu desafiar seus próprios limites e medos para fazer as observações, tornando algo que parecia ser tão assombroso em um momento de “descoberta etnográfica”, como fala DaMatta (1978).

A partir das experiências vivenciadas no trabalho em campo, a integrante da pesquisa identificou que era possível o enfrentamento do seu medo. As observações realizadas nos cemitérios proporcionaram o início da sua familiarização com o universo da morte. Essas observações também possibilitaram a compreensão da relação que a população local tem com a morte e com os mortos, instigando a pesquisadora a vivenciar, por exemplo, nesse Dia de Finados, a compra de um pacote de velas que seriam acesas no canteiro do ex-coveiro do município, uma pessoa que essa integrante da pesquisa muito estimava e que havia falecido havia alguns meses. A pesquisadora relata que, pela primeira vez na sua vida, prestou uma “homenagem” a um morto.

Esse acontecimento assemelha-se com a experiência de Maria Viveiros de Castro Cavalcanti (2007) e seus estudos sobre o espiritismo. Ela fala que o medo, em cogitar demônios, objetos que mexiam, mortos que falavam, sondava a sua imaginação sobre o seu objeto de estudo e foi um interlocutor oculto de sua dissertação. Todavia, aos poucos ele foi desaparecendo e se transformando em confiança. Notadamente, o trabalho de campo possui um caráter transformador!

Essa experiência também pode nos fazer refletir sobre o processo de silenciamento da morte e de tudo que está relacionado com esse evento (cemitérios, urnas funerárias, cruzes na estrada, e assim por diante). Os discursos ocidentais hegemônicos tratam a morte como algo técnico-cientificista, que deve ser banido do cotidiano, algo que é evitado falar, que é escondido, que só deveria acontecer nas paredes de um hospital (ELIAS, 2001; ARIÈS, 1977).

### **3.2. Como estudar o que confronta seu próprio sistema de crenças pessoais?**

Outra pesquisadora da equipe deparou-se com o desafio de estar imersa e de certa forma participando de um evento totalmente divergente das suas crenças e que a colocava em um lugar de transgressão. Ela é cristã protestante e não acende velas aos mortos, nem participa de nenhum outro ritual dirigido aos mortos. Pois, a cosmovisão protestante desloca a salvação eterna para o plano estritamente terreno e individual, em que cada um/a é responsável pela sua própria salvação que ocorre segundo os seus atos em vida. Depois da morte, nada mais se pode fazer pelo morto, “ente querido”, pois este segue direto para o juízo final.

Marx Weber (2009) defende que é essa ideia de salvação que define a principal especificidade ao catolicismo. Com o protestantismo, sobretudo o calvinista, todos os ritos católicos para a salvação transformam-se em pecado e superstição, praticá-los é se colocar em uma condição de pecador/a diante de Deus.

Diante desse cenário católico, a atitude da pesquisadora foi de se deixar afetar pela experiência, como assim também o fez Favret-Saada (2005) em sua pesquisa sobre feitiçaria entre camponeses franceses do Bocage, em 1986. A autora fala de alguns desafios da pesquisa de campo, sobretudo metodológicos. Os/as interlocutores/as da sua investigação negaram-se em princípio a contribuir com a sua pesquisa. Ela passou quase um ano em campo sem conseguir estabelecer uma comunicação que lhe permitisse compreender seu objeto, a

feitiçaria, e como ele operava naquela comunidade. Somente depois que algumas pessoas da comunidade começaram a achar que ela estava enfeitiçada é que foi possível o seu acesso ao sistema simbólico da feitiçaria.

Foi a partir dessa situação involuntária e não planejada que Favret-Saada pôde pensar em um novo dispositivo metodológico. Ela não se tornou feiticeira, nem acreditava estar enfeitiçada, mas ela aceitou o convite de “participar”, experimentar e ser afetada pela intensidade ligada ao seu lócus de pesquisa. Apenas dessa forma, deixando que o seu projeto de pesquisa inicial fosse alterado pela dinâmica social do campo e ultrapassando seus próprios limites pessoais, a ponto de se envolver em sessões de desenfeitiçamento, ela conseguiu estabelecer um diálogo e produzir uma etnografia com os/as camponeses/as do Bocage.

Um acontecimento semelhante ocorreu no Sertão Central com a pesquisadora evangélica. Em uma ocasião de visita a um dos cemitérios de Santa Cruz, enquanto andava entre os túmulos, observando e procurando por histórias e detalhes que contribuíssem para a compreensão do ritual de Finados, muitos vendedores de velas e flores a abordavam na tentativa de vender seus produtos, o que a pesquisadora sempre recusava, pois não prestava cerimônia aos mortos. Até que em um determinado momento, por insistência de um vendedor, ela resolveu comprar uma vela e pediu para que lhe indicasse um túmulo de alguém para que ela pudesse acender, contrariando sua própria fé e doutrina religiosa. Comprar a vela tornou-se um meio de comunicação com aquele vendedor, que terminou contando-a várias histórias, tanto sobre o cemitério, como sobre os túmulos e mortos presentes ali, que constituíam narrativas locais sobre a morte. Inclusive a história da família que viajava para Minas Gerais e sofreu o acidente que deixou apenas uma sobrevivente, descrita no tópico anterior, nos foi contada por esse vendedor. Provavelmente, no Dia de Finados, essa integrante da equipe estaria em casa, mas ela se permitiu “participar” da missa dos Fiéis Defuntos e visitar os cemitérios. Enfim, permitiu afetar-se.

#### 4. CONCLUSÃO

Norbert Elias (2001) questionando sobre a “problemática” da morte em meados da década de 1980, diz que é nessas sociedades científicas modernas, que o ‘morrer isolado’ ocorre mais frequentemente do que em qualquer outro período anterior. O luto é solitário. Não se morre mais em casa e, sim, no hospital. Morre-se sozinho. A morte é escamoteada e se torna um tabu, objeto proibido e campo do saber médico-científico. Parece existir uma

tentativa de se matar a morte nas sociedades ocidentais, tornando-a indizível, escondida, institucionalizada e privada. Contudo, encontramos no Sertão de Pernambuco uma forma da morte subsistir. Através do trabalho de campo em Santa Cruz, encontramos um lugar onde a morte é ritualizada e se faz presente nas cruces da estrada, nas rezas, nos sepultamentos que são anunciados para todos da cidade, no cuidado em se manter a tradição ritual do Dia de Finados.

Sobre esse aspecto, Roberto DaMatta (1997) traz contribuições pertinentes ao argumentar que o Brasil tratar-se-ia, em geral, de uma “sociedade relacional” (tradicional), onde os mortos estão englobados em relações sociais com os vivos, circunscritos em uma cosmologia cristã católica. Em suas mais variadas formas, os mortos não rompem o diálogo com os vivos, mas requerem novos meios e novos códigos, que possibilitem a sua continuidade social. É assim que obrigações sociais diante dos mortos e da morte são estabelecidas: o luto é ritualizado, o morto tem aniversário de nascimento e de morte, o próprio Dia de Finados é um feriado nacional, para se lembrar e rezar os mortos, além de contar histórias de aparições de almas que vagam.

Para finalizar, não podemos deixar de pontuar a existência de uma desigualdade social e territorial que perpassa o modo como cada um/a experiência a morte. Dentre os vários direitos sociais que não são garantidos à população rural, podemos citar o acesso à saúde como uma das grandes dificuldades dessa população. Muitas vezes as pessoas em contextos rurais brasileiros não têm dinheiro para realizar tratamentos de saúde mais complexos, geralmente disponibilizados apenas nos grandes centros urbanos das capitais e por isso veem a óbito em sua própria residência. Sem contar no desgaste físico e psicológico em se deslocar para esses grandes centros, distantes de suas histórias, seus laços de amizade e parentes. Tais desigualdades também são percebidas nos cemitérios, no contraste entre a exuberância e luxuosidade de alguns túmulos em meio a outros quase escondidos no fundo do cemitério, em locais menos visíveis e feitos de materiais mais baratos, como estacas de madeira.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**: um estudo sobre a religião popular. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Conhecer desconhecendo: a etnografia do espiritismo e do carnaval carioca. In: VELHO & KUSCHNIR (orgs) **Pesquisas Urbanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

CANEVACCI, M. Apresentação. In: ZANELLA, A. V. **Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

COUTINHO, Eduardo. **Santo forte**. Brasil: 1999, VHS Rip, 80 minutos.

DAMATTA, Roberto. A Morte nas sociedades relacionais: reflexões a partir do caso brasileiro. In: **A casa & a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, Edson. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahzar, 1978.

DUARTE, Luiz; GOMES, Edlaine. **Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

DURKHEIM, Émile. **Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Trad. Joaquim Pereira Neto. Revisão. José Joaquim Sobral. São Paulo: ED. Paulinas, 1999.

ELIAS, Nobert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Tradução: Paula Siqueira. In: **Cadernos de campo**. N. 13, 2005, p. 155-161.

GEERTZ, Clifford James. A Interpretação da Cultura. In: Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. Rio de Janeiro: Zahar Editoriais, 1978, PP 13-41.

PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

REESINK, Mísia Lins. **Quando lembrar é amar: tempo, espaço, memória e saudade nos ritos fúnebres católicos**. Etnográfica [online]. 2012, vol.16, n.2, pp. 365-386.

REESINK, Mísia Lins. **Reflexividade Nativa: quando a crença dialoga com a dúvida no período de Finados**. *Mana* [online]. 2010, vol.16, n.1, pp. 151-177.

REESINK, Mísia. **Les passages obligatoires: cosmologie catholique et mort dans le quartier de Casa Amarea, à Recife (Pernambuco-Brésil)**. Lille: ANRT. 2006.

SILVA, Vagner. **O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras**. 1º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TURNER, Victor. **O processo ritual**. Petrópolis: Vozes, 1974.

TURNER, Victor. **The Anthropology of performance**. New York: PAJ Publications, 1988.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. In: **Mana**. 2002, vol.8, n.1, pp. 113-148.

WAGNER, Roy. **Invenção da Cultura**. São Paulo: CosacNaif, 2010.

WEFFORT, Francisco. **Espada, cobiça e fé**: as origens do Brasil.1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

## GT (09) – (Cultura e comunicação no meio rural)

Os usos da comunicação pelos jovens rurais no roteiro agroturístico  
“Acolhida na Colônia”<sup>1</sup>

**Mayara Roberta Martins<sup>2</sup>**  
**Carlise Schneider<sup>3</sup>**

<sup>2</sup> Mestra em Desenvolvimento Rural (UFRGS) /Doutoranda em Ambiente e Sociedade/ (UNICAMP), may\_martins10@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS) / Pós-Doutoranda FAPERGS/CAPES no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFRGS); carlise.schneider@ufrgs.br

**Resumo:** Esse trabalho teve como objetivo pensar os usos da comunicação de jovens rurais do roteiro agroturístico “Acolhida na Colônia” em Santa Rosa de Lima/SC. Por meio do trabalho de campo (abril-maio de 2012) aplicou-se a análise de conteúdo em 14 entrevistas semiestruturadas com jovens. Como conclusões gerais, o agroturismo favoreceu a assiduidade de acesso dos jovens à *internet* e, também, evidenciaram atitudes empreendedoras dos jovens na interface entre as TICs, a agroecologia e o agroturismo.

**Palavras-chaves:** Jovens Rurais; TICs; Agroturismo

### 1 INTRODUÇÃO

Ao refletirmos sobre o rural e urbano nas últimas décadas, percebeu-se que, cada vez mais, torna-se complexo elencar uma diferenciação específica, sobretudo, com relação às questões de proximidade entre esses dos meios. Essas distinções recaem, muitas vezes, pela maior abrangência de recursos naturais, de atividades agrícolas, da baixa densidade populacional e de aspectos socioculturais que nos fazem refletir sobre as diferenças quanto à organização socioespacial urbana-industrial (KAGEYAMA, 2008).

---

<sup>1</sup> Esse artigo foi originado dos resultados do trabalho de campo da dissertação *Projetos de Vida de Jovens Rurais: O caso do roteiro agroturístico “Acolhida na Colônia”* defendida por Martins (2013) no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Agradecimentos a Capes pela bolsa de pesquisa concedida entre 2011-2013.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com



As políticas públicas, em regra, organizam suas estratégias por meio de definições que delimitam as diferenças entre rural e o urbano, tendo como justificativa a priorização de públicos específicos para a destinação dos recursos financeiros e dos apoios institucionais. Nesse sentido, uma das principais preocupações quanto às políticas públicas direcionadas as áreas rurais constituíram-se na tentativa de “fixar” mais pessoas no campo, buscando minimizar o êxodo rural e os problemas socioambientais em decorrência dessas dinâmicas (SEN, 2010; FAVARETO, 2007).

Neste cenário, o presente estudo de caso ilustra algumas estratégias de desenvolvimento rural, no envolver a questão a diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas (agroecologia e agroturismo) e o uso das tecnologias de informação e comunicação pelos jovens do município de Santa Rosa de Lima no Estado de Santa Catarina. Numa época anterior, até a década 1990, aos projetos voltados ao desenvolvimento da agroecologia e do agroturismo, a principal atividade agrícola na região era o plantio de tabaco (MARTINS, 2013).

O tabaco é uma cultura agrícola não alimentícia importante na economia de mais de 150 países, sendo que sua cadeia produtiva envolve, no mundo, 2,4 milhões de pessoas. A cadeia produtiva desse cultivo envolve fabricantes de agroquímicos, vendedores de máquinas e implementos agrícolas, transportadores, distribuidores, agricultores do tabaco, safristas, trabalhadores em usinas de processamento, exportadores, fabricantes de cigarros e varejistas. O Brasil é o maior exportador mundial de tabaco e o segundo maior produtor mundial (AFUBRA, 2011). No Brasil, o cultivo do fumo em folha encontra-se nos três estados da região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As principais empresas de cigarros que operam no país são a Souza Cruz, subsidiária da *British American Tobacco*, com uma fatia de aproximadamente 75% do mercado e a Philip Morris do Brasil, integrante do grupo *Philip Morris International*, com cerca de 15% do mercado (SARTOR, SCHNEIDER, BALDISERRA, 2013).

Em 2005, o Brasil assinou o tratado internacional de saúde pública, designado como “Convenção-Quadro do Controle do Tabaco (CCQT)”. Assim como outros países, o governo brasileiro se comprometeu a tomar medidas para o controle (e estímulo à redução espontânea) do consumo de cigarros e semelhantes, bem como, a programar políticas e ações que pudessem minimizar os efeitos nocivos à saúde, tanto de fumantes como de centenas de milhares de famílias, cuja subsistência dependesse diretamente da

produção do tabaco. Esse compromisso instituiu o interesse público para a geração de oportunidades para diversificação da produção e para a melhoria das condições de trabalho, saúde e gestão ambiental nas áreas dedicadas ao cultivo de tabaco (HABERMAS, 2003).

Frente a estas novas dinâmicas por mudanças no cenário envolvendo a diminuição das áreas de produção e distribuição de fumo nos pequenos municípios, a solução encontrada foi pela diversificação rural na combinação de outros tipos de produção agrícola e não agrícolas (MARTINS, 2013). Nesse caso, foi evidenciada a opção pela produção agroecológica e com a visitação turística de modo a criar uma estratégia local conectada à questão da sustentabilidade (PLOEG, 2008; SONNINO, 2004). Esta nova lógica prioriza a conservação dos recursos naturais, pela contemplação da paisagem, por atividades produtivas e de serviços de baixo impacto ambiental como condicionantes ao desenvolvimento socioeconômico permeado por questões de identidade territorial. Assim, como no caso da Acolhida na Colônia (no município de Santa Rosa de Lima-SC) alguns casos italianos de agroturismo, como ilustraram Brunori e Rossi (2000) e Sonnino (2004), caracterizam as sinergias e a ação coletiva em prol da estruturação de rotas de agroturismo com ideais de sustentabilidade e comunicação.

Diante desse contexto de combinação estratégias, como a agroecologia e o agroturismo, tendo como objeto de análise a juventude rural, este artigo tem como objetivo debater os usos da comunicação de jovens rurais, conforme os resultados apresentados por Martins (2013) em sua dissertação de mestrado sobre os projetos de vida dos jovens do roteiro agroturístico Acolhida na Colônia. Desse modo, buscaram-se relacionar as interações sobre o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) e como os jovens corroboram na divulgação e na promoção desse roteiro agroturístico.

## **2 O CAMINHO METODOLÓGICO E A CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

A estratégia metodológica utilizada partiu da coleta de dados com abordagem qualitativa de perspectiva fenomenológica (TRIVINÔS, 2009). Assim, características vivenciadas dentro de um contexto cultural dão sustentação à interpretação dos fenômenos e da problemática de análise. O formato escolhido foi o estudo de caso, que

envolveu a análise intensiva de um número menor de situações, podendo até, em alguns casos, ser reduzido a um. Por conseguinte, a opção por esse formato teve como objetivo evidenciar a investigação empírica de um fenômeno contemporâneo e o entendimento das situações relacionadas à organização social dos jovens no contexto estudado (YIN, 2001).

Desse modo, foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas e notas de campo com jovens rurais, que colaboravam de forma direta ou indireta com o roteiro promovido pela “Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia” (AAAC). Ainda, para entender o histórico de construção sociocultural do roteiro, foram realizadas mais 10 entrevistas semiestruturadas com agricultores, analisando também a influência dos pais nas decisões dos jovens entrevistados. Como método de análise dos dados foi aplicado uma análise de conteúdo (BARDIN, 2010) por meio da contagem das frequências das palavras, que mais foram mencionadas pelas falas dos jovens ao responderem as perguntas do questionário aplicado na pesquisa de campo.

A área de estudo foi o município de Santa Rosa de Lima – SC, local onde surgiu o roteiro conhecido como “Acolhida na Colônia”<sup>2</sup>. A área de estudo está inserida no Território das “Encostas da Serra Geral”, que inclui Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Rancho Queimado, Grão Pará e Gravatal, cidades colonizadas predominantemente por imigrantes de origem alemã e italiana (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009).

A população total foi estimada em 2.065 habitantes em uma área territorial de 202, 977 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 10,17 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Entretanto, a maioria de sua população, cerca de 70%, residia na área rural do município. Está localizado a 96 km de Florianópolis, capital de Santa Catarina (Figura 1). As principais atividades econômicas eram ligadas à agropecuária e ao setor de serviços, como o agroturismo. A localidade faz parte da área relacionada ao corredor ecológico entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (IBGE, 2010).

---

<sup>2</sup> De acordo com os jovens entrevistados e seus familiares houve uma sinergia favorável à implantação da atividade turística no município de Santa Rosa de Lima. As primeiras tentativas para a capacitação dos agricultores para o agroturismo foi em 1980, por meio da demanda por visitas a propriedades, que estavam aderindo agricultura orgânica. Logo, outras instituições locais começaram a impulsionar a estruturação da atividade turística, começando por Santa Rosa de Lima. O Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e a Associação dos Agricultores das Encostas da Serra Geral (AGRECO) se tornaram parceiras desde o início da AAAC, por meio do desenvolvimento de trabalhos em parceria voltados à produção e à comercialização de alimentos orgânicos.

Figura 1 - Mapa de localização de Santa Rosa de Lima - SC



Fonte: Base Cartográfica do IBGE, elaboração por Eloise Mudo, 2013)

Alguns agricultores familiares dessa localidade, descendentes de imigrantes alemães e italianos, promoveram mudanças em suas formas de produção agrícola voltando-se para uma perspectiva de produção orgânica. De forma gradual, a Acolhida na Colônia foi construída nos moldes de um projeto francês chamado de “*Accueil Paysan*”<sup>3</sup>.

A aplicabilidade da capacitação turística no início do projeto de sensibilização dos agricultores ficou sob a responsabilidade de Guzzatti, que por aplicação experimental após vivenciar casos de agroturismo desenvolvidos na França estimulou a ideia de planejar algo semelhante no Brasil. A associação francesa de turismo, criada em 1987, com sede em Grenoble no sul da França, teve como o objetivo, desde o início, formar uma rede de agricultores que desenvolvessem o agroturismo integrado ao cotidiano das famílias rurais. A recepção dos turistas é baseada em uma infraestrutura simples, ofertada pelos próprios agricultores, cujo objetivo primordial é o acolhimento (GUZZATTI, 2003).

De acordo com Guzzatti (2003), no caso francês, os serviços de hospedagem e visitação ofertados são do tipo, hospedagem - pousada e quartos coloniais; alimentação

<sup>3</sup> A expressão vem do francês e literalmente significa Acolhimento no Campo, tendo sido incorporada no Brasil como “Acolhida na Colônia”.

- mesa colonial ou restaurante colonial; e animação – acolhimento de crianças, grupos e outros interessados. Esses serviços foram adaptados para Santa Rosa de Lima mediante as condições de cada família em receber ou não pessoas, dentro de suas casas ou em uma infraestrutura à parte em suas propriedades, e/ou ainda receberem visitas apenas para a oferta de alimentação.

Assim, os agricultores de Santa Rosa de Lima, interessados no turismo, iniciaram organização de uma associação local de agroturismo. As experiências dos agricultores com projetos de agricultura e pecuária para ao mercado de orgânicos intensificou a demanda por visitas técnicas às propriedades da região. Assim, surgiu a necessidade e a oportunidade de se pensar em estratégias de recepção aos visitantes, por meio da organização do agroturismo em Santa Rosa de Lima (CRUZ, 2007; GUZZATI, 2003; MARTINS, 2013).

### 3 OS JOVENS RURAIS E A ATUAÇÃO NO ROTEIRO AGROTURÍSTICO

O recorte analítico e conceitual pela diferenciação em “jovens rurais” versa sobre a construção das identificações e de que modo os jovens, especialmente, em meio rural, ganham cada vez mais importância dentro das organizações sociais – família, associações, cooperativas, grupos formais e/ou informais. Nesse sentido, como os jovens são compreendidos como importantes atores sociais em suas comunidades? Para tentar responder essa questão inicial foi necessário, primeiramente, compreender os projetos de vida dos jovens na situação-contexto investigada para estreitar as explicações com foco na construção dos processos de desenvolvimento rural, focando nos jovens como importantes no processo de desenvolvimento como liberdade<sup>4</sup> (SEN, 2010).

Desse modo, buscaram-se compreensões sobre essa dinâmica do turismo no contexto de vida dos jovens, não somente, envolvendo a ênfase na análise econômica, mas como uma questão de construção coletiva e que envolve a criação de redes de (re) significações (GEERTZ, 1989) e, ainda, dos processos sociais que conduzem a cenários

---

<sup>4</sup> Por meio das análises do Nobel em Economia Amartya Sen (2010), o desenvolvimento para esse autor pressupõe a busca pela liberdade, sendo essa, almejada como a capacidade de opção e acesso a diversas oportunidades, sendo elas, de ordem: sociais, financeiras, culturais, ambientais e econômicas. Ou seja, o desenvolvimento passa para o nível do indivíduo, ou seja, pela a escolha que esse possa vir a ter sobre o seu próprio destino. Desse modo, o desenvolvimento aqui é almejado como um ideal de vida, de escolha, de alternativas, sendo estas não somente reduzidas a objetivos exclusivos de crescimento econômico, portanto, vai além das estatísticas gerais, ultrapassa o nível subjetivo do que seria ideal para cada indivíduo a partir das condições básicas que esse deveria estar inserido.

para uma liberdade de escolha dos indivíduos. Ou seja, para muito além de uma racionalidade exclusivamente econômica (SEN, 2010). Nesse sentido, quem são esses jovens aqui analisados?

De modo geral, os 14 jovens eram residentes do município de Santa Rosa de Lima, que fica a 120 km da capital Florianópolis no Estado de Santa Catarina. Esses jovens participavam de forma direta ou indireta nos empreendimentos e nos serviços turísticos organizados pela Associação de Agroturismo “Acolhida na Colônia” (AAAC). De acordo com o Quadro 1, na sequência, elencou-se algumas características sobre os jovens pesquisados no turismo.

Quadro 1. Características Gerais dos Jovens Entrevistados

<b>Jovens Rurais da Acolhida na Colônia (Total de 14 entrevistas)</b>					
<b>Idade (média)</b>	<b>Gênero</b>	<b>Local de Nascimento</b>	<b>Descendência familiar</b>	<b>*Estado Civil</b>	<b>Envolvimento na Associação</b>
22 anos	50% Masculino	80% Santa Rosa de Lima	80% Alemães	75% solteiros	85% são associados
	50% Feminino	20% Municípios da Região (Rio Fortuna, Gravatal)	20% Italianos	25% união estável	15% não associado.

Fonte: Elaboração Própria (2013)

De acordo com o quadro acima, os entrevistados tinham, na época da coleta de dados, idade compreendida entre 18 a 29 anos com média aritmética de 22 anos. A mesma proporção de gênero entre moças e rapazes entrevistados foi obtida de forma não intencional, ou seja, apresenta-se aqui como a quantidade de jovens envolvidos no projeto agroturístico e que foram possíveis de serem entrevistados na execução do campo empírico. A maioria dos jovens entrevistados indicou como localidade de origem o município de Santa Rosa de Lima. Outro dado, que compôs a análise, referiu-se a origem familiar, já que o município organizou-se socioculturalmente e com foco na produção agrícola com a vinda de famílias europeias, a partir de 1905, sendo a maioria de descendência alemã e italiana (FLORES E SILVA, ARNHOLD JUNIOR, 2007).

Quando perguntados sobre o estado civil, a maioria deles identificou-se como sendo solteiros e, mesmos, os casados indicaram viver na condição de união estável, ou seja, moram junto com seus parceiros, mas ainda não oficializaram a relação como

união civil e/ou religiosa. Esse dado é interessante, do ponto de vista da autoidentificação da comunidade quanto à condição de quem são os jovens. Já que mesmo os jovens casados, que normalmente seriam considerados como pertencentes ao grupo dos adultos pela constituição de uma nova unidade familiar, entretanto, foram avaliados como ainda pertencentes ao grupo de jovens.

Isso vai ao encontro as discussões de Bourdieu (1998), quanto às novas dinâmicas de reconfigurações de identidade de um grupo, a depender do tempo e espaço e, desse modo, a caracterização dos jovens numa delimitação fixa por faixa etária já não é o bastante para defini-los como jovens, tão pouco fatores como independência financeira e de formar uma nova unidade familiar, o reconhecimento simbólico da comunidade também deve ser considerado como sendo importante para entender os processos de participação desses nas decisões coletivas, ainda como sendo jovens ou já na condição de adultos. Sobre as condições de escolha da profissão e do nível de escolaridade efetivada pelos jovens, o Quadro 2, na sequência, sintetizou esses dados conforme as respostas dadas pelos 14 jovens.

**Quadro 2. Escolaridade e Profissão**

<b>Escolaridade</b>	<b>Profissão</b>
95% completaram o Ensino Médio	14, 8% Trabalham na Acolhida
5 % E. Fundamental	63, 3% Agricultores
42, 5% Possuem o Ensino Superior	10, 95% Artesão
56, 5% Fizeram apenas capacitações locais	10, 95% Fotografo

Fonte: Elaboração Própria (2013)

De forma sucinta, verificou-se que todos os jovens estavam estudando ou alcançaram mais oportunidades profissionais por meio do acesso à educação. Dessa forma, a escolha da profissional dos jovens homens estava ligada às atividades de agricultura (agronomia) e das jovens mulheres com a ênfase na atuação pelo turismo, como venda de produtos (artesanato e gastronomia), administração e pedagogia.

Desse modo, a organização do agroturismo nas propriedades dos jovens foi atribuída principalmente ao papel da Associação de Agroturismo “Acolhida na Colônia” – como principal mediador das relações estabelecidas entre os turistas e as famílias de agricultores. De fato, a Associação exerceu a função como principal entidade de assistência técnica aos agricultores, desde a aplicação do diagnóstico participativo (para a adesão de novos associados e monitoramento da qualidade do turismo), a disseminação dos objetivos da associação, como captar novos associados, divulgação, *marketing*, planejamento e gestão do agroturismo para os agricultores, municípios e regiões associadas (MARTINS, 2013).

Diante dos aspectos de organização do roteiro pela associação, os jovens<sup>5</sup> vivenciaram experiências pessoais e profissionais também com outras entidades. Desse modo - como impulsionadora dos processos ligados a diversificação produtiva agroecológica, na diminuição das áreas de plantação de tabaco - a Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO) também foi uma das responsáveis em ações locais voltadas aos jovens por meio da produção orgânica em suas propriedades familiares.

O Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR), também, foi outra organização mencionada pelos jovens como impulsionadora de iniciativas empreendedoras de oferta de serviços e produção agrícola a serem propostas pelos jovens.

Por outro lado, condicionantes do urbano como a aquisição de bens de consumo, sobretudo, almejando a casa própria, carros ou moto e outros bens de consumo duráveis e de serviços, que fizeram com que esses jovens também almejassem melhores condições de vida, mesmo entre os outros jovens de pouco envolvimento com as atividades agrícolas, preferindo atuar no setor de serviços. O turismo, portanto, culminou como uma atividade de renda para os jovens, que os aproxima das diferenças e das semelhanças da dicotomia entre o rural e o urbano.

Conforme Schneider (2008), o CEDEJOR centrou-se em práticas com base da pedagogia da alternância, dando ênfase na criação de projetos individuais e coletivos

---

<sup>5</sup> As transformações ocorridas nas últimas décadas, principalmente com o aumento dos níveis de violência, escolaridades e novas identificações efetivadas pelos mais jovens, há ações e políticas públicas direcionadas para esse público, mas que tendem a querer impor uma especificidade limitada a uma faixa etária, de 15 a 24 anos (ONU), de 10 a 19 anos (OMS), de 10 a 29 (OIJ), de 12 a 18 anos (ECA) ou de 15 a 24 anos (IBGE) (WEISHEIMER, 2004; MARTINS, 2013).



como o objetivo de criar estímulos de permanência dos jovens no campo. O jovem envolvido no CEDEJOR tende a manifestar, em suas opiniões, que a instituição cria oportunidades e reestrutura suas próprias concepções de mundo, aliando aspectos para a geração de mudanças, como pode ser observado por meio do fragmento de entrevista, na sequência.

Eu fiz o CEDEJOR, eu fiz o curso de turismo [...] de guia da EMBRATUR [...]tinha até credencial, eu fiz [o curso] de agrobiodiversidade e fiz uns outros aí pela Acolhida. O meu projeto no CEDEJOR a princípio era a tirolesa turismo de aventura. Só que...pra mim foi inviável no começo [...] eu não tinha dinheiro e tal [...] e aí pra fazer um projeto [...] quase que impossível [...] daí eu fiz em duas partes, uma que era a melhoria da agroindústria [...]para uma reforma e assim da outra parte seria a tirolesa. Eu aprendi muita coisa no CEDEJOR, como um meio de comunicação assim [...] que deu a possibilidade de comunicação e expressão, mas quase tudo que eles trabalhavam lá a gente já trabalhava em casa já [...] (Entrevista n.13).

Diante desse relato, o trabalho desenvolvido do CEDEJOR foi constantemente atrelado aos processos relacionados à comunicação e as estratégias participativas envolvendo os jovens e seus projetos individuais. De acordo com Martins (2013), os jovens, de modo geral, ressaltaram que por meio da metodologia da alternância praticado no CEDEJOR, que as palestras e estratégias de interações entre os jovens promoveram um cenário “menos inibidor” as propostas de inovação<sup>6</sup> no meio rural O reforço da autoestima dos jovens foi um dos principais aspectos ressaltados para decisão dos jovens de participarem do CEDEJOR.

Entretanto, com relação às proposições dos jovens para as suas propriedades familiares, de acordo com Schneider (2008), algumas situações buscam promover a iniciativa dos jovens, como o CEDEJOR, mas confrontou-se com as decisões familiares sobre a gestão da propriedade. Isso, na maioria das vezes, tende a gerar muitas expectativas nos jovens para concretizarem suas ideias e projetos como forma de inovação. Além disso, foi contraditório, para não dizer intrigante, o fato de uma empresa de tabaco direcionar a busca de novas práticas orgânicas na contrariedade de seu próprio interesse por manter a produção de tabaco na região. Evidenciou-se que há dos diferentes papéis exercidos pela empresa relacionada à comercialização do tabaco,

---

<sup>6</sup> Sobre inovação, segue-se a ideia defendida por Favareto (2010), que discorre sobre a inovação numa perspectiva de adição (“inovação por adição”), que articula as mudanças por meio dos territórios aos processos de mudanças buscada pelos atores sociais e, também, influenciada pelas políticas públicas voltadas para o rural da América Latina. Portanto, devem-se observar as novas proposições por mudanças, incorporadas (ou não) nas instituições.

uma que recai sobre os jovens por meio de propostas de capacitação e inovação voltado ao setor de orgânicos (como uma ação de responsabilidade social) e outra direcionada aos adultos agricultores para a continuidade da produção de tabaco, mesmo indo na contramão da diversificação orgânica. Talvez, uma das explicações possíveis seja pela dificuldade dos pais em efetuarem um tipo de sucessão familiar ainda em vida. No Brasil, as situações de herança e sucessão enfrentam impasses familiares no que se refere aos conflitos de autoridade dos pais e de controle dos jovens. Os últimos, não conseguindo espaço de atuação, tão pouco direitos trabalhistas, tendem a buscar outras formas de se tornarem independentes, na maioria das vezes, optando pela saída das propriedades familiares em direção às melhores condições de emprego, remuneração e férias (BRUMER, 2007).

A pouca experiência, as inseguranças e a pouca responsabilidade dos jovens são supervalorizadas pelos adultos, como forma de justificar a pouca atuação dos jovens nas decisões familiares e comunitárias. Desse modo, a inclusão do turismo na realidade de alguns agricultores associados ampliou a possibilidade de permanência juvenil em suas propriedades, já que os jovens passaram a se inserirem em profissões, pequenos negócios e atuação como guias locais. Investiram em novos produtos e serviços, como agroindústrias alimentícias e cursos de hospitalidade, pensando nos visitantes e, dessa forma, conseguiram obter sua própria renda, sem precisar, necessariamente, sair das áreas rurais. Entretanto, Martins (2013) verificou que a representação social, como liderança, nas associações fica sob a responsabilidade dos considerados “adultos” pela comunidade, atrelou-se isso à questão de experiência e da trajetória desses nas organizações, além de serem identificados como sendo agricultores familiares.

Aos jovens inteirados ao turismo, desde cedo, ficaram com a responsabilidade do auxílio em tarefas domésticas e pouco recebiam remuneração financeira, sendo esse aspecto até ressaltado na fala de alguns pais, no que diz respeito a estimular a permanência do jovem no campo nas atividades relacionadas aos serviços de atendimento aos visitantes.

Após essa contextualização dos processos ligados a atuação dos jovens no presente roteiro de agroturismo, entendemos que a questão ligada à comunicação poderia minimizar esses aspectos de resistência às mudanças e favorecer melhores trocas entre as gerações de uma mesma família rural. O presente trabalho, não busca elaborar um estado da arte sobre os temas, tão pouco, esgotar a inter-relação destes à

exaustão. Na próxima seção, refletimos sobre como os jovens se apropriaram das tecnologias da comunicação e da informação e como isso têm sido favorável a permanência dos jovens estudados.

#### **4 A APROPRIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S) PELOS JOVENS**

De acordo com Bordenave (1988), houve a necessidade de uma valorização dos modos de produção agrícola, denominada por ele como “valorização integral do espaço rural”. A proposta ressaltada pelo autor fundamentou-se na redução das diferenças entre o rural e o urbano, bem como no aumento de oferta da quantidade e da qualidade dos serviços encontrados, ou seja, fatores que apontavam para a necessidade de melhoria da qualidade de vida no meio rural. Bordenave (1998), ainda destacou que a comunicação deve evidenciar à sociedade e seus governantes a necessidade de

[...] reativação da agricultura e de valorização integral do espaço rural, o que implicaria a drástica revisão do modelo de desenvolvimento vigente, que faz da agricultura e da vida rural os servidores explorados e mal pagos da indústria e da vida urbana (BORDENAVE, 1988, p. 21).

Schneider e Freitas (2013) contribuem para a discussão sobre a qualidade de vida ao ressaltar que uma análise sociológica do desenvolvimento deve incorporar as dimensões de bem-estar social como elementos definidores. Desse modo, um novo desenvolvimento rural emerge pela a necessidade de maior interface entre a comunicação e a informação, principalmente, quando é inserido o turismo em áreas rurais.

De tal modo, a comunicação é percebida como a “complexificação das sociedades” por meio de diferentes tipos e níveis de relacionamento e sociabilidades (BALDISERRA, 2008, p. 123). Dessa forma, entendemos que a produção de sentido é efetivada por meio da motivação, da atuação e das perspectivas dos jovens pesquisados envolvidos (forma direta ou indireta) nessa iniciativa de turismo de base comunitária<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Turismo de Base Comunitária (TBC) conforme Coriolano (2003, p. 41), é um tipo de segmento turístico tido como “alternativo” já que adere a uma concepção oposta ao turismo de massa, sendo esse último, comumente desenvolvido nos moldes de produção “fordista” por grandes incorporadores e com pouca participação da população local, ou seja, o TBC é “[...] desenvolvido pelos próprios moradores de um

estudada. São combinadas assim, as construções simbólicas e forças de interação permeadas pela cultura, pelos discursos, pelas significações e, por assim dizer, pelas redes de significação que formam a essência da comunicação.

No que tange as interações entre os atores sociais, a partir das tecnologias da informação e da comunicação, salientou-se que as TICS necessitam, antes de tudo, de um aparato instrumental com vias à eliminação das barreiras temporais e espaciais, ou seja, na relação entre o local e o global, como um meio de aproximação entre os produtores rurais, os consumidores e o mercado. Desse modo, as transformações incessantes das tecnologias na era digital ampliaram o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social. A rede é simultaneamente global e local e, ao mesmo tempo, genérica e personalizada (CASTELLS, 2012).

De acordo com Castells (2012), apresenta-se como característica comum, a todos os processos comunicacionais, a construção simbólica de uma rede. Também se faz presente, conforme Baldissera (2011), a competência (a trajetória, a psiquê, a cultura, o imaginário, entre outros) daqueles que utilizam essas novas ferramentas comunicacionais. Seguindo essa linha de pensamento, uma mudança no ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder (CASTELLS 2012).

Nesse ponto, refletindo sobre a juventude e suas interações com novas ferramentas comunicacionais, de acordo com Abramovay (2005) ressaltaram-se que os aspectos relacionados à mobilidade e interação entre rural e urbano contribuíram ao jovem, de certo modo, estímulos à inovação. Nesse ambiente social e híbrido, surgiram infinitas oportunidades na adoção das novas tecnologias globais como informática, telefonia e mobilidade no meio rural e, mantendo jovens rurais e urbanos conectados a mais opções e escolhas por diferenciações entre sua geração e anterior. Portanto, a noção de identidade dos jovens como grupo social passaria, também para um melhor entendimento, ao princípio de identificação (MAFFESOLI, 1996).

Conforme Maffesoli (1996), os jovens passam por um constante processo de mudança de opinião, de comportamento e de atitudes, a depender de quais sociabilidades estão mais propensos ou se identificam principalmente, quando relacionados ao coletivo os quais estão inseridos. Nesse caso, refere-se às identificações

---

lugar que passaram a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida”.

dos jovens e suas tribos, como por exemplo, *punks*, roqueiros, quilombolas, rurais e entre outros grupos, contendo uma identificação comum que os unem como um coletivo. Ou seja, os indivíduos jovens deixam de assumir uma identidade fixa e individual e tendem a “desejar” identificações comuns com outros indivíduos, mas isso é mutável conforme seu ciclo de vida.

Por um lado, no decorrer de uma mesma existência, cada um muda diversas vezes. Variações, modificações, conversões, revoluções, inúmeros são os termos que traduzem essas mudanças. E elas afetam sua aparência física, de início, mas também suas representações, suas relações amicais ou amorosas, sem falar na vida profissional. (...). Para um será de um modo público que desempenhará uma multiplicidade de personagens, segundo os lugares, as ocupações, a vizinhança do momento (MAFFESOLI, 1996, p.304)

A partir dessa multiplicidade, o sujeito é, portanto, um efeito de composição mista, segundo Maffesoli (1996). Desse modo, os 14 jovens entrevistados, se identificaram como rurais, por residirem nas áreas rurais e por terem suas funções trabalhistas atreladas às atividades agrícolas. Os jovens relataram como principal causa de permanência nas propriedades rurais, o desejo de manterem a proximidade com suas famílias. Entretanto, destacam que o apego à família também pode estar associado com o medo, principalmente, diante do enfrentamento às mudanças ao decidirem ir para cidades maiores.

Desse modo, o acesso à *internet*, aos meios de comunicação em geral (televisão, rádio, etc) e o processo de “interiorização” do ensino superior de universidades públicas e privadas no município trouxe, de forma conjunta, um adicional ao incentivo para a permanência dos jovens em Santa Rosa de Lima. Além disso, atividades de divulgação e promoção do município como a “Capital Estadual da Agroecologia” e a inserção dos jovens nas instituições (AGRECO, ACOLHIDA E CEDEJOR) oportunizaram que a comunicação fosse integrada, nesse contexto, como elemento fundamental à condição de permanência da população jovem no município.

Desse modo, com o foco nos projetos de vida dos jovens no caso da Acolhida na Colônia, percebemos que a comunicação no turismo foi exercida pelos jovens, a partir de suas interações - entre os jovens/comunidade/visitantes - através da troca de *e-mails*, acesso/manutenção do *website* (AGRECO e ACOLHIDA) e das redes sociais digitais, como o *facebook*, conforme a maior parte dos entrevistados.

O turismo inseriu-se, dentro da lógica entre o rural e o urbano, como uma atividade que reúne as interações entre esses dois espaços e permite a criação de novidades em termos de oportunidades para os jovens que utilizam, mais assiduamente, ferramentas de informática do que outras gerações. Portanto, novas condições do desenvolvimento do empreendedorismo e criatividade puderam despertar nos jovens, a vontade de permanecerem ativos em suas realidades locais, desde que estas ofereçam oportunidades de comunicação (MARTINS, 2013; FAVARETO, 2009; CARNEIRO, 2007).

A comunicação no turismo, nesse estudo de caso, é exercida desde o primeiro contato com os visitantes, seja por meio das trocas de informação (via telefone, e-mail ou pelo site), seja pela forma como os jovens conduzem os visitantes em suas propriedades e nas visitas técnicas às experiências de produção orgânica. Os processos comunicacionais envolveram a busca comunitária por planejamento de base comunitária, por meio do processo de participação dos agricultores na construção de seu próprio roteiro turístico junto à adoção de práticas sustentáveis e que são levadas ao conhecimento do público visitantes, sendo o agroturismo divulgado como um turismo de baixo impacto ambiental e importante para o desenvolvimento (MARTINS, 2013).

Isso vai ao encontro dos objetivos alcançados também por roteiros de agroturismo, desenvolvidos em pequenas localidades. De acordo com Sonnino (2004), que estudou as experiências dos agricultores familiares na região da Toscana (Itália), os mesmos definiram o agroturismo como atividade que estimula atitudes em prol da integração entre os modos de vida familiar, a experiência agrícola e a contemplação dos aspectos naturais da ruralidade apresentada aos visitantes.

Destarte, fazendo referência a mais um estudo de caso sobre o agroturismo na Itália, de acordo com Rossi e Brunori (2000) - que analisaram algumas rotas turísticas de vinho na região na Toscana - ocorreu o surgimento das estratégias de redes socialmente construídas (*networking*). Dessa forma, a venda direta de produtos agrícolas ou dos produtos processados artesanalmente pelos agricultores foram comercializados pela *internet (e-commerce)* por meio da valorização das histórias locais, com referências à simbologia dos alimentos, vinculadas conjuntamente às estratégias de divulgação dos atrativos turísticos, como vinícolas.

Assim, ressaltamos a importância das agências de pesquisa e dos pesquisadores no processo de análise da construção das estratégias comunicacionais em colaboração às

novas dinâmicas locais de permanência dos jovens no rural e do turismo. Ressaltamos que o turismo, não é a única solução dos problemas de permanência e sucessão rural. No entanto, a atividade turística carece da adoção das TICs como forma de alcançar o dinamismo nas estratégias locais, que resultem no sucesso e na consolidação da atividade turística. E ainda, nesse caso, aproveitaram-se das facilidades que os jovens têm de acesso e aprendizado a essas novas tecnologias como estratégia de divulgação do roteiro agroturístico.

A comunicação turística, portanto, deve ser compreendida como todas as interações por meio de relações de presença, reproduzida por meio da fala, ou do silêncio, ou por escrito e através de imagens, ou seja, por um sistema integrado de códigos, símbolos e significados, que constituem as disputas e as construções socioculturais de um lugar turístico (BALDISSERA, 2007).

Conseqüentemente, a melhoria dos processos comunitários na adoção das TIC's no turismo por meio de seus jovens pode ser considerada um "potencial" para o desenvolvimento, tido como diferenciado, na organização do meio rural para o turismo, desde a recepção turística à previsibilidade dos efeitos sazonais do turismo, dependendo da época do ano, tudo isso, amparados pela construção de relacionamentos e da (re) valorização de produtos e serviços ofertados no rural.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio dessas articulações de temáticas, foi analisado que existe a expectativa que os jovens da comunidade busquem mais formas de se envolverem, principalmente nas associações locais, tanto nas atividades agrícolas como no agroturismo, atividade analisada por esse trabalho.

Desse modo, os jovens desejaram romper com essas certas delimitações, no que diz respeito à superação de suas dificuldades e incertezas quanto a essa fase de seus ciclos de vida. Para além de uma delimitação por faixa etária, constatamos que os jovens são, sem dúvida, uma importante categoria social a ser estudada (PAIS, 1990; BOURDIEU, 1983; PERALVA, 1997).

Logo, ao tecer uma rede de significados, como reflete Geertz (1989), esses jovens que constituíram como sujeitos importante no roteiro para além de simbolizarem uma ideia de futuro na continuidade das atividades agrícolas e turísticas atuais, mas

como importantes agentes de desenvolvimento, sobretudo, nas estratégias relacionadas a divulgação do roteiro por meio da utilização das TICs. Nesse sentido, as TIC`s se apresentam como importantes meios de planejamento futuro e de consolidação do turismo nas áreas rurais. Além disso, viabiliza os processos dinâmicos de obtenção da informação e de repensar as estratégias de planejamento turístico dos agricultores. Dessa forma, reduzir as diferenças simbólicas entre o rural e o urbano e viabilizar a autoestima dos jovens pode ser um dos resultados alcançados na utilização das tecnologias de informação e comunicação aplicadas ao turismo. Portanto, recomendamos que essas temáticas, aqui elencadas, possibilitem mais discussões acadêmicas, que apontem outros caminhos e reflexões sobre a qualidade de vida no meio rural, especialmente sobre a juventude.



## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA. **Fumicultura Brasil**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

BALDISSERA, R. Relações Públicas, turismo e comunidade local. **Anuário Unesco/Umesp de Comunicação Regional**, v. 12, p. 123-140, 2008

\_\_\_\_\_. Comunicação Turística. In: **VIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul**, 2007, Passo Fundo. Anais - VIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul. Passo Fundo: Intercom - UPF, 2007.

BALDISSERA, R. Da responsabilidade social à sustentabilidade: comunicação, cultura e imaginários. In: Luiz Alberto de Farias. (Org.). **Relações Públicas: técnicas, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Summus, 2011, v. , p. 179-195.

BORDENAVE, J. Comunicação rural: discurso e prática. In KUNSH, M. F; BRAGA, G. M. Comunicação rural: discurso e prática, 1988. .  
<http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/0387428ead1c1a79ac42cb40d1488e1f.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2014.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1998. p.112-121.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M.J; CASTRO, E.G.(Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.35-52.

BRUNORI, G; ROSSI, A. Synergy and coherence through collective action: Some insights from wine routes in Tuscany. **Sociologia Ruralis**, v 40, n.4, oct, 2000, p.409-423.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M.J; CASTRO, E.G.(Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: MauadX, 2007. p. 53-66.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: \_\_\_\_\_. **O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003. p. 13-27.

CRUZ, F. T. **Qualidade e boas práticas de fabricação em um contexto de agroindústrias rurais de pequeno porte**. 2007. 111f. Dissertação (Mestrado em

- Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Ed. Iglu/Fapesp, 2007.
- FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou "inovação por adição"? **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 299-319, jan. 2010.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.
- GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da serra geral catarinense**. 2003. 168 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados básicos de Santa Rosa de Lima - SC** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 dez 2012.
- \_\_\_\_\_. **Banco de dados agregados: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 10 de dez 2012.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS: PGDR, 2008. (Série Estudos Rurais).
- MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Rio de Janeiro, Vozes, 1996. 350 p
- MARTINS, M.R. **Projetos de vida de jovens rurais: o caso do roteiro agroturístico "Acolhida na Colônia" em Santa Rosa de Lima – SC**. 2013. 133f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.
- PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.
- SARTOR, B.; SCHNEIDER, C; BALDISSERA, R. A construção do interesse público no debate sobre o controle do tabaco: entre a saúde e a economia. In: Associação

Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política Compolítica, 2013, Curitiba/PR. Anais do V Encontro da Compolítica. Curitiba, 2013. v. 5.

SCHNEIDER, S.; Freitas, D. T. Qualidade de Vida, Diversificação e Desenvolvimento: referências práticas para análise do bem estar no meio rural. Olhares Sociais, v. 2, p. 121, 2013.

SCHNEIDER, C. P. **Agricultura familiar e empreendedorismo**: um estudo sobre as ações do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) no Vale do Rio Pardo/RS. 2008. 193 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) –Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, K.T.P.; RAMIRO, R.C.; TEIXEIRA, B.S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. p. 374-494, 2009.

SILVA, Y. F. e ; ARNHOLD JUNIOR, M. Turismo ético e inclusivo: construções culturais, conflitos e tensões na gestão de uma rede de agroturismo em santa rosa de lima - sc - brasil. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 2007, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. v. 1. p. 1-11.

SONNINO, R. “For a ‘Piece of Bread’? Interpreting Sustainable Development through Agritourism in southern Tuscany”. *Sociologia Ruralis* 44 (3): 285-300, 2004

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WEISHEIMER, N. **Estudos sobre os jovens rurais do Brasil**: mapeando o debate acadêmico. Brasília: Nead/MDA, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Brookman, 2001.

# Ouvir, cantar e falar: algumas questões em torno da comunicação na zona da mata pernambucana

Simone Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

Esta comunicação visa a apresentar as questões acerca do processo de construção da sociabilidade na mesorregião da mata pernambucana. A partir do lugar das pessoas no contexto poético da cantoria de pé-de-parede, trabalhamos com a concepção e questões nativas de casa, buscando assinalar as especificidades quanto às formas de construção e de manutenção de relações sociais e, por conseguinte, da alteridade doméstica. De forma complementar, procuramos compreender e explicar o lugar da poesia na vida das pessoas, por meio de uma análise acerca da função poética na comunicação verbal da região. Refletindo sobre a importância da forma versificada para comunicar, expressar, convencer, etc., na arte verbal nativa, levantamos questões sobre a proeminência da audição no processo de construção e significação do espaço. Identificamos a partir da ideia de função emotiva da linguagem, que os versos poéticos, devido a ambiguidade de seus recursos estruturantes, em muitas situações, podem neutralizar o conflito, sem coibir a emissão da mensagem ou o debate.

Palavras-chaves: sociabilidades, função poética, comunicação.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta no departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. simonesilvabr@gmail.com

## 1. POESIA E SOCIABILIDADE NO CONTEXTO RITUAL

O que o canavial sim ensina ao mar:  
a elocução horizontal de seu verso;  
a geórgica de cordel, ininterrupta,  
narrada em voz e silêncio paralelos  
(João Cabral de Melo Neto, 1999)

Desde o início da pesquisa, a minha abordagem sobre a cantoria de viola na zona da mata pernambucana tem recaído preferencialmente sobre a análise de seu ritual: o pé-de-parede<sup>2</sup>. Tenho buscado refletir sobre os sentidos produzidos nesse espaço, a sua relação com a dinâmica social da região e na compreensão desse evento enquanto um espaço constituído por dinâmicas de sociabilidades de naturezas distintas (política, familiar, religiosa, econômica, etc.). Desse modo, do conjunto de elementos envolvidos na comunicação verbal, quais sejam (JAKOBSON, 2001: 179):

---

<sup>2</sup> A cantoria de pé-de-parede, na zona da mata de Pernambuco, é uma reunião organizada em casa ou em um bar por um chefe de família ou pelo dono do estabelecimento comercial para ouvir versos poéticos, improvisados por uma dupla de cantadores. O pé-de-parede, assim chamado pelo fato de a dupla cantar rente à parede, é realizado aos sábados à noite e aos domingos à tarde, reunindo amigos, parentes e vizinhos, que são convidados pelo organizador e/ou pelo cantador responsável pelo evento. A sua realização está atrelada ao calendário agrícola da região, é dizer, é de agosto a dezembro – época da safra da cana-de-açúcar - que há uma maior ocorrência de cantoria na região. Hoje em dia, em Pernambuco, a cantoria é propagada em eventos como o pé-de-parede, em festas da cidade, em eventos privados organizados em período eleitoral, em programas de rádio e em competição de duplas de cantadores por meio dos festivais regionais ou estaduais, realizados em grandes palcos em todo o estado. Além disso, a cantoria se faz presente na vida das pessoas mesmo quando o ambiente não é o da brincadeira ou da apresentação de cantadores, por exemplo, através dos versos cantados ao longo da jornada no corte da cana ou no processo do preparo da farinha, nas tarefas de casa através dos programas de cantoria do rádio, em comemorações de aniversário, nos eventos organizados pelo sindicato para a reivindicação salarial dos trabalhadores rurais.

## CONTEXTO

REMETENTE    MENSAGEM    DESTINATÁRIO

## CONTATO

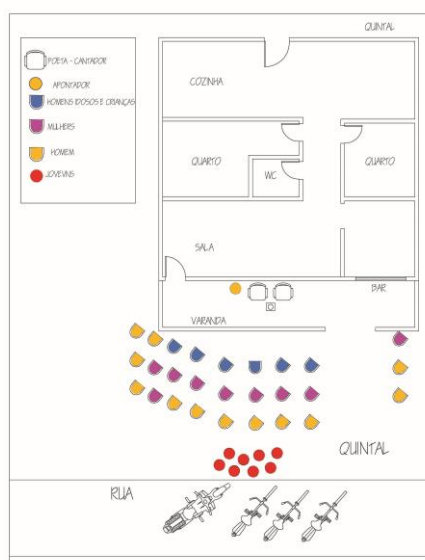
## CÓDIGO

tenho privilegiado o *contexto* e o *contato*, em detrimento dos demais fatores. Essa escolha analítica deveu-se a dois principais motivos: a minha aproximação teórica com a tradição inglesa de estudos sobre rituais e devido à escassez de trabalhos antropológicos sobre o tema.

Ao abordar a cantoria de viola por meio de seu ritual, acredito ter contribuído para a compreensão de algumas questões inerentes às relações sociais desse universo. Destaco aqui, de forma breve, a problemática à qual tenho dedicado mais atenção e que tem me parecido mais rentável teoricamente: a análise acerca das dinâmicas de sociabilidades. O estudo sobre o ritual, ou melhor, acerca das dimensões ritualísticas do pé-de-parede foi conduzido por meio da discussão teórica sobre sociabilidade. Inspirada na concepção de Marilyn Strathern (2006), em *O gênero da dádiva*, entendo por sociabilidade a constituição social e moral do “estar relacionado” (*relatedness*). A partir disso, ao examinar a reunião de amigos e familiares para escutar poesia improvisada na zona da mata de Pernambuco, interessou-me particularmente os seus elementos distintivos nessa dada forma de construir e manter as relações sociais. Resumindo o problema em uma breve questão, circunscrevi-o da seguinte forma: o que o “ambiente” do pé-de-parede me revelaria de forma singular sobre a dinâmica social dessa região? Qual seria a natureza dessa singularidade em comparação, por exemplo, com os estudos sobre as relações políticas e econômicas?

Para recuperar as questões acerca da sociabilidade no universo da poesia de viola, tratarei aqui, a partir dos dados etnográficos, sobre a concepção e as questões nativas em torno da ideia de casa e, por sua vez, sobre a alteridade doméstica. O pé-de-parede é um evento realizado preferencialmente no quintal de uma casa, que na região em questão, pode ser descrita historicamente a partir de traços como, por exemplo,

família, intimidade, subordinação, independência. A partir dela, em primeiro lugar, as pessoas da região demarcam o que é interno e o que é externo. Na ordem do interno, agrupam-se todos os elementos em torno do traço de intimidade e da categoria nativa “trato” (negociação e/ou troca feita entre amigos ou pessoas conhecidas). É a partir da casa que as pessoas, por exemplo, negociam parcerias de trabalho para a realização de cantorias, no caso dos poetas, para a formação de mutirões para atividades profissionais temporárias (confeção de lingerie para o comércio de atacado de Caruaru), estabelecem trocas em atividades domésticas, no caso das mulheres, negocia-se voto, no caso de políticos. A casa, na área rural da mata pernambucana, conforme ilustrado abaixo, é composta por uma sala, uma cozinha que, em muitos casos, é o maior cômodo, dois quartos, um banheiro (podendo estar dentro ou fora da casa), algumas vezes uma casa de farinha<sup>3</sup> e/ou um bar<sup>4</sup>, um quintal e uma pequena varanda na parte dianteira. Os poetas, por exemplo, ao chegarem à casa onde realizarão um pé-de-parede, são recebidos na cozinha com um jantar, caso o dia em questão seja sábado. Aos domingos, como o evento é realizado à tarde, a recepção se dá no bar ou na sala.



1. Planta de uma casa na área rural da mesorregião da mata pernambucana. Dia de cantoria.

<sup>3</sup> Local de produção da farinha de mandioca – o produto referência da cesta básica local.

<sup>4</sup> O bar, na zona da mata, é um estabelecimento comercial onde é possível comprar, além de bebidas, alguns produtos alimentícios, por exemplo, arroz, café, biscoito, bombons, doces, ou ainda, produtos de limpeza. Há bares menores, ou mesmo desativados, que só funcionam nos finais de semana ou em dia de brincadeira, que vendem exclusivamente cerveja, refrigerante, aguardente e doces. Na região estudada, a maioria dos bares está acoplada à estrutura arquitetônica da própria casa do dono do estabelecimento.

Como podemos visualizar, a partir da planta acima, os convidados reúnem-se no quintal, em dia de cantoria, e lá permanecem ao longo de todo o evento. Não há uma circulação pelo interior da casa. Em dia comum, as visitas, quando se trata de um conhecido, são recebidas na sala, ou na cozinha, no caso dos muito íntimos. Ainda que o bar seja parte da casa, os seus clientes (vizinhos) em dia de pé-de-parede ou em dia comum, não ultrapassam os seus limites, que em muitas vezes é o espaço da varandinha dianteira. O bar, desse modo, como parte da casa, é o espaço híbrido e de transição entre o interior e o exterior. Ele será o elemento, por exemplo, que vai operar para a não-essencialização das atribuições daquilo que pertence aos domínios de dentro e fora. Dentro da dimensão interior, por exemplo, pode haver circunstâncias de exteriorização. Pensando nesses cômodos a partir de modalidades sensoriais, diria que a intimidade construída nesse espaço da casa está atrelada à audição, pois é na cozinha de conversas infundáveis e no quintal do pé-de-parede que a rede de sociabilidade se constrói, se mantém e se reproduz. Então, a casa da zona da mata é o espaço onde, primeiramente, se ouve. Além disso, é na cozinha onde fica o rádio usado para ouvir notícias e, em especial, os tão apreciados programas de cantadores. É bem verdade que, nesse ponto, há uma diferença importante em relação aos homens e as mulheres. A visita, na zona da mata, pertence ao domínio feminino. Os homens se encontram em bar, ainda que este seja acoplado à casa do visitado e que ele seja considerado amigo íntimo.

De uma perspectiva relacional, a casa constitui uma unidade distintiva. É ela, por exemplo, quem marca a diferença entre “trato” e o “contrato”- negociação entre pessoas com pouca intimidade realizada, em sua maioria, no contexto fora da casa. No caso específico da casa em dia de cantoria, diria que, antes de comer, é imprescindível ouvir para afirmar, refazer ou produzir a relação. O alimento, quase sempre essencial nas dinâmicas de sociabilidades (MACCALLUM, 1998), quando comparado à poesia, nesse contexto, fica em segundo plano.

Organizar e/ou convidar para uma “brincadeira”<sup>5</sup> ocupa uma posição importante no processo de fabricação da sociabilidade. A população da mesorregião da mata

---

<sup>5</sup> Desde os trabalhos dos folcloristas, a categoria nativa *brincadeira* vem sendo amplamente resgatada e proliferada na literatura historiográfica, sociológica e antropológica, entretanto carece ainda de um minucioso exame para sua melhor compreensão e, sobretudo, das relações que a mesma reifica. Analisando-a brevemente pelas características circunstanciais da cantoria, diria que o objetivo de sua ação ritual - refere-se ao ato de reunir amigos e família em uma ação ritual marcada pela improvisação - em



pernambucana participa desde criança das várias *brincadeiras* locais, o que implica no amplo domínio dos compromissos e expectativas que as engendram. Ainda jovem, por exemplo, aprende-se que honrar o convite de uma brincadeira é de suma importância. No entanto, quem, por sua vez, convida, sabe que esse cumprimento está diretamente condicionado à situação financeira da pessoa no momento em que foi convidada. Todos sabem também que “sem dinheiro”, tal como me foi dito inúmeras vezes, não tem como *participar bem* da cantoria.

O *participar bem* demanda dinheiro para a compra de cerveja, aguardente, refrigerantes, às vezes petiscos, pagamento do meio de transporte que, em sua maioria, ou é um carro fretado ou o serviço de moto-táxi, além do dinheiro ofertado aos cantadores. Todas essas demandas, com exceção daquelas que têm um preço previamente estabelecido, como é o caso do frete ou do moto-táxi, tornam-se um meio de exposição do convidado. Na região, o valor da generosidade está na base da sociabilidade. Toda essa linguagem em torno da expressão dos valores é facilmente evidenciada num contexto de cantoria. Ser generoso: “pessoa muito distinta”, “pessoa excelente”, por exemplo, o que implica em compartilhar, sobretudo, cerveja ou ofertar cachaça, com os demais de sua mesa, é visto como uma qualidade positiva. Já o mesquinho, aquele que “bebe, mas não contribui”, ou que não valoriza o cantador, é altamente reprovado. Dessa maneira, quando o convite é feito, subjacente a ele, tem uma série de questões em jogo. Por isso, é muito importante avaliar as reais condições de participação e se, por acaso, a conclusão final for a impossibilidade de honrá-lo, deve-se dizer o motivo à pessoa que convidou.

Convidado: Oh eu não fui pela situação de dinheiro

Baixinha: Ah mas podia ter ido, não tem problema não. Devia ter ido. Não tinha problema por causa do dinheiro não.

Convidado: Na próxima eu vou. (Feira Nova, fevereiro de 2007)

---

muito se assemelha ao dos Mianmin, descrito por Gardener (1983, apud Strathern, 2006): “...os Mianmin agem num contexto de incerteza quanto ao resultado, o que faz de cada *performance* também uma improvisação. Um resultado bem-sucedido pode ser julgado na própria apresentação, mas esta última só deve ser julgada pelos efeitos subsequentes, nas questões de longo prazo da comunidade.” (Strathern, 2006:265). A alusão à interpretação do ritual melanésio deve-se, sobretudo, pelas características que marcam essa *performance*: improvisação e incerteza, que, de forma semelhante, estão na base da concepção de *brincadeira*. Não estou pretendendo, com isso, resolver a questão. Ao contrário, estou sinalizando que, talvez, o caminho para uma teoria geral da *brincadeira* seja a análise da concepção nativa de improvisação, que marca as relações, o tempo e o espaço nesse universo.

Uma vez apresentada a justificativa, todos da vizinhança saberão o motivo da ausência do convidado. Vale lembrar que nesse contexto é importante estar sob os olhos dos outros, já que parte dos elementos constituintes de prestígio e de honra emerge dessa sociabilidade. Em relação ao cantador, ele não deve se mostrar excessivamente preocupado com a questão do “apurado” (o dinheiro ofertado pelos convidados e pela família organizadora), porque senão os convidados podem achar que “ele está só pelo dinheiro”, ou seja, que ele é um “mercenário/interesseiro”. Além disso, ele deve obedecer ao tempo de desenvolvimento da cantoria, o que implica diretamente no cumprimento de suas etapas: abertura, elogio e pedidos. Esse tempo não é determinado por uma cronometragem determinada, mas um tempo sentido no desenrolar da *brincadeira* e negociado com aqueles presentes. O cumprimento desses preceitos implica na relação de confiabilidade que os convidados e o dono da casa terão com o cantador *dono do trato*, sem a qual a cantoria é inviabilizada.

Na região, os convites de visita feitos a amigos possuem diferentes sentidos. Vejamos dois deles: um convite direto ou um recado enviado “para fulano ir a sua casa”, tratando-se de visita comum, ou “para ir lá, porque vai ter brincadeira”. Em geral, quando convidam ou mandam recado para alguém fazer a visita, sempre usam o complemento “quando der ou se puder”. No caso da cantoria, o mesmo não ocorre. Certa vez, em um pé-de-parede, em Lagoa do Carro, vi a dona da casa dizer para uma determinada convidada que não convidaria nunca mais uma dada vizinha porque ela tinha faltado à cantoria. Entretanto, muitas vezes, perguntei por vizinhos ou mesmo parentes afins, todos considerados íntimos, e eles sempre diziam sem nenhum sinal de raiva ou animosidade: “Rapaz, fulana faz tempo que não vem aqui! Ela está bem”. O convite para ir a uma cantoria apresenta mais força do que uma visita corriqueira no processo de construção da alteridade doméstica.

O empenho empregado para honrar o convite para participar de uma brincadeira de um familiar ou de um amigo mantém uma rede de relações. Estar nesse espaço, do ponto de vista do convidado, é a demonstração de que a família organizadora do evento lhe quer bem. Do ponto de vista dos organizadores, é, em parte, o reconhecimento de seu prestígio e influência social. Além disso, há um conjunto de deduções implicado na organização de um pé-de-parede no quintal da casa: a primeira delas tem a ver com um dado êxito econômico da família organizadora, já que ela é a maior responsável pela

contribuição dada aos cantadores e pela disponibilização de bebidas e petiscos para venda; por outro lado, há um reconhecimento dessa família como apreciadora e conhecedora da linguagem poética. Se o pé-de-parede dessa família é considerado como “ambiente bom para cantar”, ou seja, se o quintal fica cheio de convidados apreciadores de poesia, ela também é reverenciada pela sua extensa rede de amigos e familiares. O contrário, quando a cantoria é classificada como “fraca” tanto pelos cantadores quanto pelos convidados, configura-se um fator que denota pouco prestígio, pois a sua rede de amigos é frágil e restrita e pouco interessada em poesia – um traço de distinção na região.

Essa esfera íntima e interior estabelecida pelo e no ritual poético fica clara quando abordamos um dos objetos mais importantes da brincadeira: o prato do dinheiro do cantador. Podendo ser substituído somente por uma bandeja, o prato deve ser forrado com um pano de prato ou toalha de mesa, receber exclusivamente cédulas e deve sempre ser colocado sobre um apoio (banqueta, banco, cadeira, etc.), ficando, assim, longe do chão. Ele só deve ser trazido pela família organizadora, em geral pelo chefe de casa, próximo do início do ritual. O prato forrado faz com que o dinheiro nele colocado assuma uma dimensão particular, distanciando-o do ponto de vista da troca puramente. Podemos dizer que o prato trava uma relação metonímica com a casa, que por um processo de contiguidade de sentidos entre eles, o dinheiro se revela pessoal. Assim, o prato forrado, aquele objeto simples e aparentemente utilitário, localizado à frente da plateia, configura o que há de mais complexo na relação: o fato de que dinheiro e laços de intimidade operam simultaneamente na construção das relações sociais desse universo.

## 2. O OUVIR E O CANTAR: A FUNÇÃO POÉTICA NO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

“Em poesia, onde a similaridade se superpõe à contiguidade, toda metonímia é ligeiramente metafórica, e toda metáfora tem uma matriz metonímica.” (Jakobson, 2001)

Propondo um exercício distinto do anterior, porém complementar, pretendo tratar aqui dos aspectos preponderantes da função poética no processo de comunicação verbal da zona da mata. A poesia, na área estudada, pode ser entendida como forma de

conversa coletiva, tendo necessariamente como mediador uma dupla de poetas. Ela é uma forma de falar de um determinado fato/indivíduo e de seu estado. A habilidade de improvisar e de jogar com formas linguísticas, além de serem altamente admiráveis, concedem aos poetas uma legitimidade para tratar de assuntos de natureza diversa, sendo muitos deles, às vezes, embaraçosos. A abstração nos versos do repente pernambucano é pouco apreciada; a sua matriz referencial é o contexto. A poesia tampouco é um meio de intermediação direta de relação amorosa. Em sua função poética, ao contrário, ela exerce uma função emotiva e expressiva, sobre a qual tenho interesse de aqui trabalhar.

Certa vez no campo, presenciei uma cena em que risos se sobrepuseram à tradicional atenção silenciadora do pé-de-parede. O motivo pela excitação deveu-se ao fato de um dos cantadores ter improvisado jocosamente sobre um dos convidados presentes: um vizinho do organizador da casa. O senhor em questão, na ocasião com 80 anos, tinha acabado de se casar com uma mulher de 27. Pela reação e comentários das pessoas da mesa na qual eu estava, ficou explícito que o fato vinha sendo motivo de comentários, fofocas e boatos. Vejamos abaixo alguns dos versos que, ao final de sua recitação, suscitaram infinitas gargalhadas.

Inácio Caqueira é um homem muito educado  
A esposa foi embora  
Ele está separado  
Mas para ele como falta  
Uma mulher do seu lado

Senhor Inácio é convidado  
Para nessa festa ajudar  
Se a mulher foi embora  
Já tem outra no lugar  
Que sabe dá mais carinho  
abraçar e mais beijar

Inácio veio namorar  
E a sua vontade é tanta  
Sua esposa foi embora  
ele a ama ...  
Que carinho de mulher nova  
Qualquer velho levanta

Inácio no meio do povo  
Meu amigo está presente  
Eu considero Inácio  
Um senhor bem  
competente

Com uma garota nova  
Eita que macho tão quente!

Ela é assanhadinha  
E ele não está cansado  
Se ontem estava sozinho  
Hoje estava acompanhado  
A nega tem muito fogo  
E já deu um beijo colado

Inácio apaixonado  
Eu acho que ele está certo  
Ela é liberta de tudo  
E ele também é liberto  
Que o viagra de Inácio  
Hoje está muito perto  
(Heleno e Severino Soares)

Percebi que ao cantar o fato, o poeta tinha dado a possibilidade de todos comentarem publicamente sobre aquele episódio. O gozo estava não só na possibilidade de comentar livremente, a partir dos versos, mas de expressar a reprovação social sem censura e conflito. Diferentemente do ginnāwa (little song), descrito por Lila Abu-Lughod (1999), que é um gênero poético egípcio usado majoritariamente para desopilar o sofrimento, ou seja, as pessoas cantam quando estão tristes, tornam-se poetas na tristeza, a poesia do repente não está condicionada a nenhum estado emotivo específico. A sua forma é tão amplamente disseminada nas dinâmicas sociais locais que vou trata-la aqui por função poética, tentando avançar na compreensão não mais do referente poesia, mas de seu lugar na relação entre signo e objeto.

Na zona da mata, a versificação é um recurso utilizado por empresas e outros estabelecimentos privados, por sindicatos de trabalhadores rurais, em escolas, na jornada de trabalho para se contar história, no trabalho de casa, pelo governo para se divulgar alguma campanha ou mesmo lei ou decreto, etc. Certa vez, escutei o relato de uma pessoa que acompanhou uma enorme reunião, que anos mais tarde, foi considerada a maior assembleia dos trabalhadores da cana, nos idos dos anos 1960, com base na qual afirmou que, em meio a burburinhos, vozes e gritos, o silêncio culminou do anúncio de que iam ler um folheto sobre as propostas para a greve. A partir de sua leitura, conforme me foi descrito, nem o canto dos passarinhos se ouvia mais. Silêncio estarrecedor. No período de constituição dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região, os convites convocatórios para a participação de trabalhadores, anunciados pela rádio, eram feitos a partir da métrica poética. Tendo a achar que alguns dos recursos poéticos empregados

no repente, por exemplo, a paronomásia e a aliteração, implicam numa aproximação entre som e sentido, condicionando o discurso a um âmbito mais familiar, mais palpável. Talvez também seja por isso que essa função poética seja estruturante das falas privilegiadas e narrativas desse universo.

Recuperando os versos sobre o senhor Inácio, apesar de sua literalidade, a supremacia da função poética, através da qual a sonoridade ganha bastante destaque quanto ao sentido do que está sendo exposto, torna-os um tanto quanto ambíguos. É nesse ponto sobre a ambiguidade dessa função que acredito residir o equilíbrio social, sobretudo, em relações, cuja eminência de conflito é latente. Em outras palavras, o desequilíbrio imane de temas conflituosos é neutralizado pela função poética.

O rádio, em áreas rurais, até os anos 1990 foi um dos poucos recursos de comunicação de longo alcance. Na região da mata, até os dias atuais, ele tem um lugar de destaque no cotidiano das pessoas. No caso específico dos poetas, é através desse veículo que ele se legitima como profissional e mantém parceiros de organização de pé-de-parede. As pessoas que “colocam cantoria em casa” ou que são simplesmente fãs do repente ficam altamente envaidecidas ao ouvir o poeta falar o seu nome no ar. Em nome dessa vaidade, os poetas dedicam a maior parte de seu pouco tempo no ar, às vezes, não mais que 10 minutos, para agradecer e enviar saudação a amigos e parceiros de cantoria.

O repente cotidiano, num sentido próximo ao ghinnãwa, foi muitas vezes descrito com uma forma de driblar o estado de desânimo desencadeado pelo cansaço físico em decorrência do trabalho na corte da cana ou do processo de descasque da mandioca para o preparo da farinha. Uma maneira de distrair o limite de seu próprio corpo. A poesia materializada no pedido de um mote (o verso tema do improvisado) pode também ser lida como expressão de saudade, de indignação, de sarcasmo, como resposta a um conflito, etc. Enquanto função ela é a expressão do modo de sentir o mundo, que no caso do contexto pernambucano, apresenta uma proeminência da audição em relação aos demais sentidos. Essa afirmação nada tem a ver com uma tentativa de associação entre audição e oralidade, texto oral, literatura oral, ou qualquer um de seus correlativos. Essa correlação, que melhor se traduz como uma metáfora radical ou auto explicativa, não se sustenta pela complexidade de seu traço generalizante. Quando recorro à audição, estou tomando as modalidades sensoriais como objetos a serem pensados a partir da perspectiva local em lidar e constituir o seu espaço. Toda economia simbólica constitutiva de um grupo é vivenciada por ele por

meio da proeminência de uma das modalidades sensoriais, já que, como Jakobson, estou concebendo aqui a poesia enquanto uma linguagem.

Nesse sentido, para concluir, retomo a pergunta básica da etnografia: o que se canta? Desde já, digo que qualquer tentativa de hierarquizar ou de elencar possíveis temas recorrentes do repente é, em si, uma tarefa inútil. Estamos lidando aqui com a função e não com a poesia. Diante disso, diria que um ensaio de resposta razoável seria aquele que vai na direção de pensar o que é cantado no repente por meio da relação social intrínseca a ele e, por conseguinte, os sentimentos expressos e veiculados nos versos.

## BIBLIOGRAFIA

AUSTIN, J.L. 1962. *How to do things with words*. Harvard: President and Fellows of Harvard College.

ABU-LUGHOD, Lila. 1999. *Veiled sentiments: honor and poetry in a Bedouin Society*. University of California Press.

ARANTES, Antônio Augusto. 1982. *O trabalho e a fala*. São Paulo, Campinas: Editora Kairós, FUNCAMP.

AZEVEDO, Débora Silva de. 2011. “Nas redes dos donos da brincadeira: um estudo do mamulengo da zona da mata pernambucana”. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, agricultura e sociedade/CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

AYALA, Maria Ignez Novais. 1988. *No arranco do grito. (aspectos da cantoria nordestina)*. São Paulo, João Pessoa: Ática, UFPB.

BATISTA, F. Chagas (org.). 1997. *Cantadores e poetas populares*. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura; Editora Universitária, UFPB.

CARNEIRO, Renato Campos. 1971. “Folhetos populares na zona do açúcar de Pernambuco.” In: Cavalcante Proença & outros (orgs). *Literatura de cordel*. São Paulo: ECA/USP.

CASCUDO, Luis de Câmara. 1939. *Vaqueiros e cantadores*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo.

CASTRO, Simone Oliveira de. 2011. *Memórias da cantoria: palavra, performance e público*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora.

ELIAS, N. e DUNNING, Eric. 1992. *A busca da excitação*. Tradução: Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: DIFEL.

EVANS-PRITCHARD, E. EDWARD. 2002. *Os Nuer*. São Paulo: Editora Perspectiva.

GARCIA Júnior, Afrânio Raul. 1989. “Senhores e Moradores: a dependência personalizada”. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Editora Marco Zero, Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPQ.

GELL, Alfred. 1995. “The language of the forest: landscape and phonological iconism in Umeda”. In: HIRCH, E. & OHANLON. *The Anthropology of landscape: perspectives on place and space*. Oxford: Clarendon Press.



- GODOI, Emilia Pietrafesa de e outros (orgs.). 2009. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Vol. I. Construções identitárias e sociabilidades*. São Paulo: Editora UNESP.
- GOODY, J. 1987. "Oral composition and oral poetry", "Literacy and the non-literate: the impact of European schooling", "Memory and learning in oral and literate cultures: the reproduction of the Bagre", *The interface between the written and the oral*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HERZFELD, Michael. 1985. *The poetics of manhood. Contest and identity in a Cretan Mountain village*. New Jersey: Princeton University Press.
- JAKOBSON, Roman. 2001. *Linguística e comunicação*. 24.ed. São Paulo: Cultrix.
- . 1976. *Six leçons sur le son et le sens*. Paris: Minuit.
- KATELL, Morand. 2013. "Em forêt, la musique: entre inquiétude et sentiment d'intimité (Gogam, Ethiopie)". In: *Etnográfica*. Vol 17 (3), Lisboa: Lodel. pp. 561-579.
- LEACH, E.1974. *Repensando a antropologia*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- LEITE LOPES. José Sérgio. 1976. *O vapor do diabo. O trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LOPES, Gustavo Magalhães. 2001. *De pés-de-parede a festivais: um estudo de caso sobre o repente nordestino na grande São Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Teoria e História Literária da Unicamp.
- MACCALLUM, Cecília. 1998. "Alteridade e sociabilidade Kaxinauá: perspectivas de uma antropologia da vida diária". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, no. 38, São Paulo. Página do Scielo.
- MARTINS, Mário. 1977. "Arte poética dos cantadores nordestinos em Ariano Suassuna". *Colóquio Letras*. Número 40, Lisboa: Editorial Notícias.
- MAUSS, Marcel. 2003. "Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac&Naif.
- MOTA, Leonardo Mota. 1987. *Cantadores*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- OSÓRIO, Patrícia Silva. 2006. "Cantoria de pé-de-parede: a atualização da cantoria nordestina em Brasília". *Cadernos de Campo*, n.(14/15): 65-81, São Paulo: USP.
- PALMEIRA, Moacir. 1977. "Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional". *Contraponto*, II(2):103-114.
- PEREZ, Léa. e outros. 2012. *Festa como perspectiva e em perspectiva*. FAPERJ, Garamond universitária, Rio de Janeiro.

- PIALOUX, Michel. 1992. "Alcool et politique dans l'Atelier. Une usine de carrosserie dans la décennie 1980". In: *Genèses*, n 7, Paris: Calmann-Lévy, pp: 94-128.
- PRADO, Regina. 2007. *Todo ano tem. As festas na estrutura social camponesa*. Coleção Antropologia e campesinato no Maranhão. São Luís: EDUFMA.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R. 1973. "Parentescos por brincadeira". *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Editora Vozes.
- SAUTCHUK, João Miguel Manzollilo. 2009. *A prática do improviso: prática e habilidade no repente nordestino*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Brasília: Universidade de Brasília.
- SIGAUD, Lygia. 1979. *Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades.
- SILVA, Simone. 2010. "A gente não esquece porque sabe o que vai dizer" *Um estudo etnográfico da cantoria de pé-de-parede da zona da mata de Pernambuco*. Tese apresentada ao PPGAS, Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.
- TURNER, Victor. 2008. *Dramas, campos e metáforas. Ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- YACINE, Tassadit. 2011. "L'art de dire sans dire em Kabylie". In: *Cahiers de littérature orale*, 70, Paris: INALCO.

***Pagar visita: sistema de trocas de localidades na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, Santarém/ Pará***

Thais Helena Medeiros<sup>1</sup>  
Ligia Augusta Amazonas Camargo Avishar<sup>2</sup>

**RESUMO**

Neste texto, descrevemos o sistema de trocas de localidades nas ilhargas dos rios Arapiuns e Tapajós, denominado de *pagar visitas*. A intenção é demonstrar como o consumo no mundo global é experimentado em lugares de interfaces de modos de vida *tradicionais* na confluência com os estilos de vida do mundo global.

**PALAVRAS CHAVES:** mundo rural; sistemas de trocas; Resex Tapajós Arapiuns

---

<sup>1</sup> Jornalista e mestre em sociologia pela UFAM, é professora e coordenadora do Curso de Jornalismo das

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Publicidade e Propaganda/ FIT e aluna do Projeto de Iniciação Científica da FIT, do qual fazem parte as argumentações que seguem aqui.

## ABRINDO JANELAS

As reflexões que ora traçamos aqui, rondam em torno do uso e escolha dos torneios de times de futebol de localidades situadas na Reserva Extrativista (Resex) Tapajós Arapiuns, como espaço sociocultural de onde submergem as relações de troca. E de onde, na atualidade, são erigidos novos modos e estilos de vida, interagindo com outras dimensões da vida social. Lugares onde também se percebe a contínua construção de expressões diferenciadas de experimentar o mundo. São entendidos como espaços das práticas e processos cambiantes e conformadores das relações sociais, da invisibilidade entre rural e urbano; onde se relacionam bruscas, múltiplas e diversas intervenções na realidade local.

A escolha do tema e sujeito de pesquisa está relacionado com investigações passadas<sup>3</sup> e, posteriormente, com as averiguações que interconectam as áreas do jornalismo & publicidade e propaganda com os estudos do consumo. Portanto, são reflexões sobre a pertinência de um projeto dessa envergadura no diálogo argumentativo sobre espaços sociais, denominados de *promoção* e de *festa grande* nas categorias locais, onde se agrupam diferenciadas atividades culturais, formações e práticas sociais e econômicas nas *regiões de rios*, interior da Amazônia de Santarém. Contexto pertinente para as análises das trocas simbólicas e materiais, possibilitando o diálogo do campo de pesquisa a partir das novas construções teóricas nas ciências sociais em torno do consumo. Nesse sentido, trazer a tona o *pagar visita* como uma das dimensões desses encontros intercomunitários, mas pensando-o tal um *potlatch*, que veremos na seção seguinte.

Após breve estudo exploratório, a oportunidade de realização logística do projeto veio através da relação institucional que os cursos de Jornalismo & Publicidade e Propaganda daquela instituição mantêm desde 2013 –via o I Festival de Vídeo FIT<sup>4</sup>– com o Projeto Saúde e Alegria<sup>5</sup> (PSA). Esta instituição em parceria com a Federação Intercomunitária Tapajoara e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), que realizam a Copa Floresta Ativa, “uma aliança que envolve governo, organizações não governamentais e de base, frente a um programa maior que é o Floresta Ativa. O mesmo tem o “desafio de promover a inclusão social a partir da produção sustentável”<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Estudo realizado junto ao Programa de Pós Graduação em Sociologia/UFAM, o qual originou a dissertação “Redes de Sociabilidade e Comércio na Floresta, *artesanias* em palha de tucumã entrançam grupos e vidas nas enseadas do Rio Arapiuns em Santarém/PA”, defendida em abril deste ano em Manaus/AM.

<sup>4</sup> [facebook.com/festivaldevideofit](https://facebook.com/festivaldevideofit)

<sup>5</sup> Sobre a instituição e o Programa Floresta Ativa: [saudeealegria.org.br](http://saudeealegria.org.br)

<sup>6</sup> Release divulgado pelo PSA após a primeira eliminatória em 4 e 5 de abril, na localidade de Anumã, situada na ilharga do Rio Tapajós.

A Copa reúne atividades culturais, técnicas e políticas, bem como o campeonato de futebol feminino e masculino.

Ressaltamos que estão correlatos no território, em estudo, processos como os Programas de Transferência de Renda Governamentais e o acesso às aposentarias; bem como aos projetos de assistência (governamentais e não governamentais) em torno das oportunidades de melhoria e qualidade de vida. Espaços interagidos com a entrada ilimitada da televisão aberta; onde ainda persiste o uso do rádio como mediador das relações sociais; e por onde a mobilidade social passa a ser agenciada pela telefonia móvel e, em alguns locais, com acesso a rede da *web*. Essa realidade alterou bruscamente o modo de vida e as formas de relacionamento entre as pessoas e o ambiente.

É importante destacar que a pesquisa se utiliza desses momentos para chegar aos públicos definidos, que são os organizadores (presidentes ou sócios) dos clubes e times de futebol e os frequentadores (familiares, amigos, vizinhos e todos aqueles que vão assistir e ir às festas). Nesse sentido, ciência e *práxis* convergem para difundir processos colaborativos, inaugurando outras perspectivas nos estudos das trocas materiais e imateriais entre culturas. Estudar o mercado e consumo nessas festividades gera uma produção de conhecimento que poderá apoiar o desenvolvimento de redes de solidariedade e sustentabilidade, agenciando construções de futuros criativos e possíveis.

Assim, a pergunta inicial impôs-se em qual o estilo de vida que prevalece no sistema de trocas e significação do mundo dos frequentadores das festividades dos torneios de times de futebol, e que conferem para dar sentido ao mundo naquelas localidades? E tem por objetivo geral, investigar as práticas sociais das festividades dos times de futebol nos torneios de localidades da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, Santarém, Pará. Como objetivo específico, desvendar os sistemas de encontros e trocas materiais e simbólicas, durante as eliminatórias e a final da Copa Floresta Ativa (como se organizam e o que consomem).

## **ENCONTROS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS**

O território da Resex Tapajós Arapiuns<sup>7</sup> abriga e reúne uma ecologia humana e natural com belas paisagens que há muito é antropizada pelos povos que por aqui passaram antes e durante a diáspora pós-colonial. A relação entre a natureza e as culturas realça as contínuas transformações e construções de subjetividades, conformando espaços de poder na relação entre local e global. As resultantes perfazem

---

<sup>7</sup> Mais sob a Unidade de Conservação em <http://zip.net/bmnCCV>

um conjunto de edificações sociais espaciais e temporais, delimitando formações socioculturais na atualidade (GARCIA CANCLINI, 2006; MEDEIROS, 2013).

Por outro lado, as festividades ou as *promoções* são espaços complexos onde ocorrem as relações de grupos sociais estruturados cultural e historicamente na economia doméstica (ALMEIDA, 2008; BARTH, 1998). Em torno das práticas e costumes festivos dos grupos sociais amazônicos, reúnem-se esferas vitais representadas pelas festividades ritualísticas, profanas e de santos, os sairés, as farinhadas, tapiocadas, os puxiruns, colheita, casamento, devoções e graças (WAGLEY, 1988; BATES, 1979).

DaMatta (1997, p.47) sugere que as festividades, das quais inserimos os torneios, são “dramatizações programadas” em um determinado local e, portanto, não se universalizam à nação brasileira. E como tais, fazem parte de eventos sociais de “onde se chama a atenção para seu caráter aglutinador de pessoas, grupos e categorias sociais, sendo por isso mesmo acontecimentos que escapam da rotina na vida diária”. Insere ainda o autor que “as festas, então, são momentos extraordinários marcados pela alegria e por valores considerados altamente positivos. A rotina da vida diária é que é vista como negativa”(1997, p.52). Duvignaud (1983), por outro lado, discorre que a festa é uma maneira encontrada pelos grupos sociais de transgredir as normas estabelecidas.

Nesses mesmos espaços, e pela interação entre os mundos na contemporaneidade, vimos brotar novos modos e estilos de vida resultante da interação social e cultural (MAFFESOLI, 2006). O que sobressai dessas formações sociais? Quais as imagens que projetam esses agrupamentos sociais sobre eles mesmos ao conformarem as *promoções* tais como estão organizadas no presente?

Debater o consumo nas festividades coletivas é associar a resignificação da natureza e da cultura, onde o mundo rural “passa a ser visto como lugar de um outro tipo de trabalho, não mais restrito à produção alimentar e de matérias-primas para as indústrias, mas como produção de bens simbólicos que alimentam a indústria cultural e de comunicação entre universos simbólicos distintos” (CARNEIRO, 2012, p.35). Os torneios, pouco a pouco, vão se consolidando como espaços onde se empreendem novos campos de trabalho, mas onde também trava-se os conflitos entre a resistência e a mudança. E nesse sentido, a organização em termos capitalistas vai preenchendo lacunas onde antes reinavam modos de vida calcados em sistemas tradicionais (ALMEIDA, 2008).

Há bem menos que cinquenta anos, as festas coletivas eram patrocinadas pelos grupos familiares em torno de seus santos padroeiros. Wagley (1988, p.193) observou que “nas zonas

temperadas, uma série de festas começa com o fim dos enfadonhos meses do inverno”. Na Amazônia, o inverno, tempo das torrenciais chuvas dos trópicos, finda-se em junho, julho. O mesmo autor notou que por esta analogia, a tradição preservou “as velhas festas portuguesas da primavera”. Quase um século e meio antes, Henry Bates (1979) pode presenciar o costume de tomar café e de beber cachaça, a mesma que era trocada por produtos locais nas tabernas. O autor acompanhou uma festa de Nossa Senhora da Conceição na, então, Vila Nova, hoje, Parintins, por onde passou subindo o rio Amazonas.

À noite, depois de ter sido rezado uma ladainha e cantado o hino, todos se reuniram para jantar à volta de uma grande esteira estendida no pátio defronte a casa. A refeição compôs de peixe cozido –um enorme pirarucu arpoado pela manhã para esse fim- de tartaruga cozida e assada, de uma farta quantidade de farinha de mandioca e de bananas. A velha índia, ajudada por duas moças, mantinha-se em constante atividade a fim de servir a todos os convidados. Marcelino [o dono da casa] mantinha-se de pé a um canto, com ar solene, atento para que não faltasse nada e dando ordens necessárias à sua mulher. Terminado o repasto, começaram as bebedeiras, e logo em seguida veio o baile, para o qual Pena e eu fomos convidados. A bebida era constituída, em sua maior parte, de uma beberagem alcoólica que eles mesmos preparavam com mandioca fermentada. As danças eram sempre do mesmo tipo, ou melhor, não passavam de modalidades do lundu, uma dança erótica semelhante ao fandango, aprendida originalmente com os portugueses. A música, era fornecida por dois violões, tocados alternadamente por vários rapazes. Tudo decorreu em relativa ordem, apesar da quantidade de bebida alcoólica consumida, e o baile continuou até o romper do dia (1979, p.121).

As festas de santos, patrocinadas por famílias que mantinham a distinção, prestígio e consideração pela comunidade, como as “festas ‘profanas’” das irmandades aconteciam em época de grande atividade econômica (WAGLEY, 1988, p.194, 215). Acrescenta ainda o humanista que, nesse sentido, entravam em conflito, e que o povo teria que “repartir o seu tempo entre o trabalho e os divertimentos durante os meses de verão. Essas festas, porém, são grandes incentivos econômicos” (p.215).

Se, do lado europeu português, as festas tinham valor material, do lado indígena desvelavam o mundo ritualístico e simbólico. E as festividades que compõem os torneios dos times de futebol trazem elementos do passado que são ressignificados no presente, e que estão encaixados nas relações do mundo contemporâneo. Nessa interação, sobressai, no agora, o que denominam de *pagar visita*. Um “contrato”, um “compromisso”, uma “troca” de amizades, de liberdades, de agrupamentos sociais intercomunitários em busca de diversão, também de fuga do mundo cotidiano. Observamos que consiste em um sistema de “negócios”, de circulação de bens: o próprio jogo, alimentação, de cerveja e refrigerantes, de bandas musicais e que move o mundo daquelas localidades.

Notamos ainda que esses pagamentos de visitas ocorrem num sistema de reciprocidade, de afetividades que envolvem a amizade e a interação social. Entenderemos os torneios e o *pagar visita* como um espaço de edificação das relações humanas daquelas pessoas. E na continuidade com as ideias de Marcel Mauss (2003), são lugares onde reina o ambiente de mercado e a circulação de dinheiro, como um dos momentos da troca. Tal como observado por Mauss (2003) nas tribos da Melanésia e Polinésia, os pagamentos de visitas não são contratos individuais, são coletividades comunitárias em torno de um time local “que se obrigam mutuamente, trocam e contratam” os jogos de futebol, a cerveja, os ingressos da festa, comidas e bandas musicais (p.190). Entre os contratantes também há respeito e status. A autor em destaque, estudando aqueles povos estabeleceu que essas trocas são “*sistemas de prestações totais*” (p.191).

O autor associa esses sistemas ao termo *chinook* utilizado por brancos e índios de Vancouver ao Alaska, *potlatch* que “quer dizer essencialmente ‘nutrir, ‘consumir’”. (p.191). Marcel Mauss (2003) descreve que as tribos “passam o inverno numa perpétua festa: banquetes, feiras e mercados, que são ao mesmo tempo a assembléia solene da tribo”. Tal como nas *promoções* dos torneios dos time de futebol, onde acontecem os jogos de futebol – em tempo corrido ou em pênaltis–; a venda de comidas e bebidas, e a festa dançante, tudo em um mesmo dia e oferecido pela organização dos times marca o momento dos pagamentos de visitas pelos times comunitários visitantes. Demarca, assim, o princípio de rivalidade e de antagonismos comunitários que dominam nessas práticas, e que sem elas nada existiria.

Por outro lado, o que faz com que atribuamos o *pagar visita* ao *potlatch* são os elementos constitutivos “essenciais”, deste último, presentes no primeiro: “o da honra, do prestígio, do *mana* que a riqueza confere, e o da obrigação absoluta de retribuir as dádivas sob pena de perder esse *mana*, essa autoridade, esse talismã e essa fonte de riqueza que é a própria autoridade” (MAUSS, 2006, p.195). O *potlatch*, portanto, é um convite a retribuir o que se recebeu com equivalência. Outros antropólogos detectaram essas movimentações em lugares outros como nas Ilhas Trobiand, povo estudado por Bronislaw Malinowisk, como na América nos estudos de Frans Boas, citando alguns entre eles.

Entrementes, se Marcel Mauss atribuiu o sentido de retribuir ao *espírito da coisa*, Leví-Strauss (2011) dirá, introduzindo o livro que contém “Ensaio sobre a Dádiva”, e seguindo seu estruturalismo, que esse *espírito da coisa* está nas estruturas do inconsciente do espírito, quer dizer, no mundo simbólico sobre o mundo imaginário. Aqui, no *pagar visita*, de acordo com o campo de pesquisa, o dom e o contra dom são formas de riquezas simbólicas,



sim (GODELIER, 2001). Ou seja, o prestígio social permite que cada membro da sociedade construa redes de relações, acumulando um capital de status, notabilidade e reconhecimento.

A importância desses mercados interlocalidades – e como um dos momentos de troca – está explícito na compra e venda das inscrições de jogos de futebol, pacotes de cerveja e refrigerantes (as vezes água mineral e bebidas como o red bull e os novos misturados), comidas (guloseimas como bolos e pratos típicos, bananas fritas, os pratos feitos, cigarros e *bombons*), ingressos da festa dançante e bandas musicais, e que constitui uma rede entre os times de uma determinada área de abrangência na Resex Tapajós Arapiuns. Notamos que o pagamento de visitas é uma rede micro local. Mas, não é regra geral, têm times que viajam longe em busca de novos “conhecimentos” sociais e ambientais, em busca de trocar e pagar visitas.

O que os organizadores dos times de futebol definem como “retornar o consumo do torneio, o compromisso”; “uma troca de amizade que a gente tem um pelo outro”, “se gastou, a gente tem que retribuir”. Aquilo que o time visitante gastou, o time anfitrião deverá pagar indo no torneio do time na localidade daquele que veio visitar: jogar e consumir. E o gasto deve ser o mesmo valor ou superior ao total gasto. Ficando de novo a dívida em aberto para ser retribuída. Se “gastam 22 dúzias a gente tem que gastar também”. Dessa forma, o time que visitou ao receber aquele time anfitrião, “recupera o que eles gastaram”, agora, na *promoção* deles. Na pesquisa, nos foi revelado que “o compromisso acaba quando vem pagar. Se eu dever uma visita, eles não vêm mais me ganhar”. Somente os times de fora da rede é que não tem o retorno da visita. Times de Santarém, por exemplo.

O que mutila a realidade dessas trocas, na contemporaneidade, é justamente a pressão e o constrangimento da economia do mundo ao impor suas regras do lucro. Se os times passaram a dever muito, abrindo os caminhos do “contrato” escrito no caderno, é porque a ausência da obrigação e do *cálculo* cedeu espaço para as relações capitalistas. As mesmas que enraízam no mundo simbólico impondo suas formas lascivas de convivência. Notamos, entretanto, que não está completamente excluindo a relação simbólica, principal mote das *promoções*. Simplesmente, estão entremeadas nas relações das trocas de mercado (GODELIER, 2001).

Assim, no *pagar visita* se recupera o que o time visitante gastou no torneio do time que passa a ser devedor daquele outro. “A visita é o jogo”. Se o time não quiser jogar, não joga. Mas, consome a comida, a cerveja (e demais refrigerantes), “só bebe, mas paga o jogo”. Muitas vezes, a cerveja comprada é jogada fora, “eles estragam, mas é o compromisso”.

Jogar a bebida fora, “é raro”, e quando acontece “a sede [do clube social] fica uma meleca de tanta cerveja derramada”. É uma forma de mostrar que consome, de se distinguir, uma demarcação social de status.

“Na verdade, não é um compromisso sério, mas ele [o time] tem que beber”. Nas conversas seguindo o roteiro de pesquisa, os organizadores dos times em suas localidades, presentes nas eliminatórias da Copa Floresta Ativa, revelaram que “o jogo é o mais trocado. Porque “a cerveja, é comprar e tomar”. Apesar de “levar meses para o cara pagar uma visita, às vezes até ano”, nenhuma das partes esquecem aquilo que é um “dever, é uma obrigação” ser restituído. Nesse jogo de trocas, sempre a compra é realizada em dinheiro espécime, o mediador da troca dos bens. Nunca o devedor deixa de pagar os bens. O que para alguns “é uma troca de dinheiro”, para outros também “é uma diversão da juventude”.

Como preconizou Mauss (2003), quem dá pode receber, mas quem recebe deve retribuir. E é esse o combustível que move esse mercado: tudo gira em torno da retribuição. Têm times que levam “mais de ano” para pagar uma visita. No entanto, ninguém esquece da dívida: nem o devedor e, tampouco, o credor. “Fica como que uma obrigação”. A graça desses jogos é que, o que entra no jogo da troca são valores que não se trocam, se exibem na sociabilidade como símbolos de honra, de prestígio. É ser *bem visto* pelos outros times comunitários. A cerveja que é derramada não só é motivo de demonstração de prestígio como também de distinção social.

Polanyi (2012) ajuda a compreender que “a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais”. E acrescenta que o ser humano “age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos”. O autor ainda reitera que tanto em sociedades de coletores como despóticas, o “sistema econômico será dirigido por motivações não econômicas” (p.48).

Para melhor incorporarmos ao estudo das *promoções* e ao sistema do pagamento de vistas essa relação de *negociar o mundo*, transcrevemos abaixo um extrato do livro de Polanyi (2012, p.49):

As paixões humanas, boas ou más, são apenas dirigidas para finalidades não econômicas. A exibição cerimonial só serve para incentivar a emulação até o máximo possível, e o costume do trabalho comunal tende a elevar ao máximo ambos os padrões, quantitativo e qualitativo. A execução de todos os atos de troca como presentes gratuitos cuja reciprocidade é aguardada, embora não necessariamente, pelos mesmos indivíduos –um procedimento articulado minuciosamente e perfeitamente salvaguardado por complicados métodos de

publicidade, através dos ritos mágicos e do estabelecimento de “dualidades” nas quais os grupos estão unidos por obrigações mútuas– deve explicar, por si mesma, a ausência da noção de lucro e até mesmo de riqueza, a não ser a que consiste em objetos que ressaltam, tradicionalmente, o prestígio social.

Apesar de ouvirmos que “a gente não tem tanto lucro”, e que o pagamento da visita “fortalece a parceria entre um time e outro”, o lucro sempre esteve na ordem das demandas dos eventos. Se antes era para satisfazer um sonho, como o de erguer uma sede ou adquirir os *equipamentos* (bolas e uniformes), ou pagar os gastos das festividades, com o passar do tempo e a demarcação desse tipo de *potlach* nos rios Tapajós e Arapiuns, os times foram alcançando uma forma de organização mais consistente e atual. Polanyi insere que esses momentos, embora disfarçados (2012, p.51) “sob a forma de distribuição recíproca de presentes e na verdade deslocada no tempo, pode ser perfeitamente organizada” (2012, p.49). Alinhando a essa ideia, Wagley (1988) já observara que as festas das irmandades religiosas, que não eram nem beneficentes e, tampouco, estavam subordinadas à igreja; daí serem combatidas pelos padres católicos; constituíam “mais do que simples associações dos devotos de um determinado santo, pois promovem a organização formal do povoado rural em que estão estabelecidos” (p. 194).

Àquela organização das irmandades está impressa na organização social e política das comunidades na atualidade, e mesmo nos times. Entretanto, a contabilidade é um elemento novo. Foi assim que, como os times começaram a dever sem controle, passaram a organizar empregando um caderno. O time chega e vai com o presidente do time ou direto no bar do torneio, e faz sua contribuição para aquela promoção, que fica registrada no caderno, “assinam um papel”. No caso, pagam-se pelos jogos de futebol, pela cerveja, comida e ingresso na festa e, em alguns casos, pagam-se até a banda da festa. É nesse momento que fica estabelecido o pagamento ou a retribuição em quantia igual, findando aí, aquele “tipo um contrato”. O ciclo se repete de novo, sempre abrindo e fechando visitas!

Podemos resumir que pagar visita é “tudo uma troca”. “É contribuir a mesma contribuição na entrada, no jogo, na cerveja”. “É a gente retribuir, com o que eles contribuíram com a gente, é uma troca de jogos, de festa, prestigiar o movimento, o lazer, a festa. Seja de clube ou de padroeiro sempre tem essa troca”. “É quando a gente vai na comunidade, joga lá com o time e tem que repor jogo noutra comunidade”. “É contribuir, sempre a gente vai pagar visita na festa e contribui com a cerveja as refeições, jogos e rever os amigos”. “É devolver aquilo que a outra comunidade gastou, é da o retorno em dinheiro para a outra comunidade que gastou na nossa”. Diante da constatação que o pagamento de

visitas conforma um mercado de trocas materiais e simbólicas, podemos supor que são formas emergentes de deformação de subjetividade, de estilos de vida onde o mundo tradicional está sendo confrontado com o mundo global?

É importante destacar que a cultura é entendida, aqui, a partir do *corpus* onde se interagem modos de vida e atividades artísticas e intelectuais (SAHLINS, 2003; WILLIAMS, 2005; APPADURAI, 2008). Cultura como um processo dinâmico e híbrido (GARCÍA CANCLINI, 2006). Por que não resistir e integrar ao novo? Nesse sentido, é Kopytoff (2008, p.99) que corrobora ao estabelecer que é pela tecnologia de troca que acontece a “explosão da mercantilização que faz parte das origens do capitalismo”.

Kopytoff desvela ainda que a mercantilização da “cultura assegura que algumas coisas permanecem inconfundivelmente singulares, e resiste à mercantilização de outras coisas” (2008, p.100). Douglas (2009, p. 106) colabora nessas argumentações ao escrever que “os bens escolhidos na satisfação dos desejos materiais e simbólicos subsistem nas relações sociais expondo o duplo papel dos bens: subsistência e mercadorias socioculturais”. Mas, as adaptações supõem um conjunto de conhecimentos de transmissão oral e material.

Partindo dessa visão, as *promoções* ou *festa grande*, com seus torneios, cozinhas, bares e festas dançantes configuram espaços de construção de estilo de vida, lugares onde dispõem-se os valores de uso e as distinções sociais (DESJEUX, 2011; LOVISOLO, 2013; MEDEIROS, 2013); e onde, historicamente, os povos são afetados por novos processos e encontros culturais. Sugere Douglas (2009, p.108) que as mercadorias “são boas para pensar: tratemô-las como um meio não verbal da faculdade humana de criar”. O que significa que a experiência social se dá não só pelos signos da linguagem, do discurso oral e verbal, mas que os bens metabolizam significados, dinamizando a cultura. Na linha desse pensamento, Lima (2010, p.9) sustenta que os objetos, usos e trocas “operam para fornecer sentido e ordenar a vida coletiva em uma totalidade”. Onde as relações sociais estão ligadas aos objetos que não são somente matéria física, mas coisas imantadas de “significados construídos socialmente” (LIMA, 2010, p.11).

## **O PERCURSO INVESTIGATIVO**

A experiência desta investigação é um encontro das abordagens qualitativas, no viés etnográfico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006; DA MATA, 1978) e quantitativa (ALENCAR, 2007). A oralidade sendo percebida como um dos métodos, assim como a memória coletiva (HALBWACHS, 2006). O passado se recompõe no presente e, entre um e

outro, aparecem as diversas formas de memórias que se constroem na realidade. Tem a pretensão de ser uma ponte para a multidisciplinariedade, ao abrir canais entre áreas tradicionais em pesquisa quantitativa.

Na possibilidade da convergência epistemológica, exercitamos, em campo, a observação nas “combinações não-previstas de elementos” (MILLS, 2009, :15); e conversas *in loco* ao lado de roteiros de entrevistas com os organizadores dos times. Seguimos com questionários estruturados destinados aos frequentadores, público maior que os organizadores. Ao adentrar o campo dos sujeitos da pesquisa, utilizamos cadernos de campo e recursos tecnológicos de linguagens híbridas; como os celulares, vídeo e fotografia, como as gravações em MP3.

Para São Pedro do Arapiuns, no início de maio, não mexemos nos questionários. Realizamos, portanto, com 06 organizadores e 25 frequentadores. Também chegamos sexta-feira a noite. Mas, aqui, nos surpreendemos no campo! E a pesquisa tomou outros rumos. Antes com enfoque somente nas festas, passou a ser focada no sistema de trocas que é o pagamento de visitas! Sobre isso, está mais delineado no referencial onde já dialogamos e produzimos algumas análises preliminares com o nosso campo.

Dessa forma, refizemos o roteiro de pesquisa com os organizadores focando o pagamento de visitas, a estrutura e organização dos clubes/times, dados da última *festa grande* ou *promoção* pensando novo rumo que tomou a pesquisa. Em Vila de Boim saímos na quinta-feira, pois a localidade fica a 8 horas de barco de Santarém. Lá, tivemos tempo de trabalhar um número maior de jogadores invertido do questionário dos frequentadores e de organizadores, pois foi o evento com maior numero de seleções comunitárias. Foram 28 roteiros de entrevista com as jogadores(as); e 10 organizadores de clubes. Entretanto, tabulamos somente 25 de jogadores(as). A última etapa do campo será em setembro, quando, então, concluiremos o trabalho. Também gostaríamos de registrar que o projeto está cadastrado no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) e validado pela Unidade Gestora do ICMBio em Santarém.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

É marcante como se cambiam as coisas nesses mercados internos. O rural que antes era o produtor, passa a depender mais e mais dos centros urbanos, onde a facilidade tecnológica, mais específico a energia elétrica, possibilita a produção em escalas que fogem à economia doméstica. As localidades na Resex Tapajós Arapiuns dependem de geração de

energia movida por combustível fóssil, o óleo diesel, outro produto largamente comercializado nas tabernas junto com a gasolina que abastece as *rabetas* e voadeiras.

Apesar da farinha e o peixe serem os principais alimentos presentes na mesa das famílias, percebe-se que a comunidade vem cedendo espaço para o costume de consumir produtos industrializados. Podemos afirmar que é influência da capacidade de compra que as aposentadorias e os programas de transferência de renda do governo possibilitam às famílias, acoplado ao acesso contínuo aos mercados urbanizados, como Santarém, Belterra e Aveiro. Observamos que há uma demanda significativa do consumo de enlatados; sardinhas (mesmo tendo peixe fresco), *apresentados* e legumes, como o de carne bovina. Compram carne no açougue em Santarém e em embarcações que passam oferecendo cortes na frente da comunidade. Ainda uma lembrança da época dos regatões da borracha. Fazem suas compras básicas na cidade, e de algumas comunidades vizinhas que oferecem frutas como o uxi, piquiá e artesanatos.

De acordo com alguns donos de tabernas, tem saído bastante o feijão e o charque. Foi percebido que existe uma preocupação entre as mulheres em sustentar o mercado da beleza ao consumirem *in loco* produtos de marcas como a Natura, Avon e semi jóias. Entre os homens, notamos o consumo dos suplementos alimentares e energéticos. Ainda em Surucuá, existem aproximadamente seis tabernas, sendo que três são conhecidas por venderem alimentos básicos, duas por alimentos e remédios e uma por fornecer bebidas alcóolicas. No dia do jogo de futebol, muitos dos moradores participam, em suas bancas defronte das casas, vendendo comidas típicas, como o tacacá e vatapá; banana frita; sucos de taperebá, cupuaçu, muruci e maracujá; doces; bolos com recheio de chocolate e sonhos.

As festas dançantes são, em particular, as promovidas pelos times de futebol em suas *festas grandes e promoções*. Essas diferenciam das festas juninas com suas danças tipo o carimbó, quadrilha, o Boi Carinhoso de Surucuá ou da festa dos Botos de Alter do Chão, apesar de somarem espaços de trocas da mesma grandeza. Nesses eventos, a música mais tocada e dançada é o forró e o arrocha. Entre um bloco e outro, no meio da noite, tem bandas que tocam o carimbó, brega, seresta, o bolero, dance e rock, mas não é regra. Um dos cantores que tem uma banda e toca no Tapajós, salientou que na madrugada costuma tocar o bregão. Outro cantor e componente de banda, afirmou nem saber tocar carimbó, por exemplo.

O comércio paralelo, as bancas das famílias locais, está disponível nos fins de semana também, independente se tem *promoção* ou não. Onde vendem vatapá, pudim, banana frita, salgados de trigo tipo rissole e coxinhas. Assim como, o churrasco de galetto de frango com

farinha e molho vinagrete. É interessante notar que o consumo de carne é um diferencial nos grandes eventos, pois no dia a dia ainda consomem muito peixe, “todo dia tem pescada e aí dela que falta”, nos disse uma moradora de Surucuá. Além da pescada, os peixes mais consumidos são a acaratinga e a sarda. Mas, também tem o famoso jaraqui, muito consumido no Tapajós como no Arapiuns.

Os meios de comunicação desconsideram, talvez pelas distâncias que persistem na logística ou por ainda desconhecerem o potencial para certos produtos e serviços, esse mundo que são as *promoções e festas grandes* nas localidades da “região dos rios”. O mundo publicitário desconhece por ainda não atentar para a importância de um nicho que abarca, em único dia, em torno de 600 a duas mil pessoas. São Pedro do Arapiuns, por exemplo, no torneio do time Arena, o maior dos 06 que são formados na localidade, que acontece sempre em fevereiro, este ano reuniu mais de 2000 pessoas em sua sede. Foram 111 times, ou duplas de pênaltis. Gastaram 85 mil, pagaram 65 mil e lucraram 20 mil. Com cinco mil reformaram a sede e o restante dividiram entre os 12 sócios.

Assim, após o campo na Vila de Boim, asseguramos que o lucro sempre foi pensado e que se utilizavam dele para satisfazer desejos ou para pagar uma *promoção*. Momento de encontros, amizades e *parentagens*, de exercitarem a sociabilidade. Bem como, que existem times mais tradicionais, com seus veteranos e suas distinções sociais. Os mesmos que se organizam com livros de contabilidade e cobranças de devedores, com uma estrutura estatutária, mesmo apesar desse instrumento ainda não existir. Os sócios são os maiores investidores agindo como empresários locais. Perguntas ainda persistem como se está definindo um estilo de vida da “região de rios” no Tapajós e Arapiuns? Explosão de subjetividades e ruralidades ao se recomporem novos modos de vida, driblando posições ainda coloniais, paternalistas e políticas que excluem em detrimento da inclusão social.

Aqui, as fronteiras do grupo étnico (Barth, 1998) e da etnicidade se interagem. Ainda preliminar, podemos dizer que as festas dos torneios são espaços sociais onde o processo é desvelado. O mundo tradicional esta sendo confrontado pelo acesso (ou a demanda vinda de Santarém) aos bens de consumo que conformam o estilo juvenil e o modo de vida naquelas localidades?

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edgard. *Pesquisa em turismo*. Lavras: UFLA/ FAEPE, 2007.

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. Disponível em [www.novacartografiasocial.com/arquivos/publicacoes/livro\\_terrasOcupadas.pdf](http://www.novacartografiasocial.com/arquivos/publicacoes/livro_terrasOcupadas.pdf). Acesso em 26 de abr. 2011.
- APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: a mercadoria sob uma perspectiva cultural*. Tradução Agatha Bacelar. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. Disponível em [http://www.4shared.com/office/Dp4OEawe/APPADURAI\\_Arjun\\_-\\_A\\_Vida\\_Socia.html](http://www.4shared.com/office/Dp4OEawe/APPADURAI_Arjun_-_A_Vida_Socia.html). Acesso em 16 de Jun. 2012.
- BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/ Jocelyne Streiff-Fenart*. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O trabalho do antropólogo*. 2a ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- CARNEIRO, Maria José (Coord.). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e de pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.
- DA MATA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, E. O. *A aventura sociológica: objetividade, paixão, método e improvisado na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DESJEUX, Dominique. *O consumo: abordagens em ciências sociais*. Tradutores Bruno César Cavalcanti, Maria Stela Torres Barros Lameira, Rachel Rocha de Almeida Barros. Maceió: EDUFAL, 2011.
- DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Tradução Plínio Dentzien. 1<sup>a</sup> ed. 2<sup>a</sup> reimp. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Tradução L.F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. Tradução da introdução Gênese Andrade. 4<sup>a</sup> ed. 1<sup>a</sup> reimp. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.
- GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. 6<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LIMA Diana Nogueira de Oliveira. *Consumo: uma perspectiva antropológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo, 2008. In: APPADURAI, A. *A vida social das coisas: a mercadoria sob uma perspectiva cultural*. Tradução Agatha Bacelar. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. Disponível em [http://www.4shared.com/office/Dp4OEawe/APPADURAI\\_Arjun\\_-\\_A\\_Vida\\_Socia.html](http://www.4shared.com/office/Dp4OEawe/APPADURAI_Arjun_-_A_Vida_Socia.html). Acesso em 16 de Jun. 2012.
- LOVISOLO, Hugo. *Tédio e espetáculo esportivo*. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/uploads/FTP-test/clacso/gt/20100920012824/14Lovisol.pdf>. Acesso em 17 de Out. 2013.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Precedido da Introdução à obra de Maurice Mauss por Claude Lévi-Strauss. Textos Georges Gurvitch e Henri Lévy-Bruhl. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.



MAFFESOLI, Michel. *No tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MEDEIROS, Thais Helena. *Redes de sociabilidade e comércio na floresta: artesanias em palha de tucumã entrelaçam grupos e vidas nas enseadas do Rio Arapiuns em Santarém/PA*. Dissertação mestrado em sociologia. Manaus: UFAM, 2013.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Seleção e introdução Celso Castro. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão técnica Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

SAHLINS, Marshall David. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Culture and Materialism, selected essays*. London: New York: Verso, Radical Thinkers, 2005.

**Palavra e imagem: diferentes linguagens em Tourém, uma aldeia rural do Norte de Portugal.**

Diego Amoedo Martínez<sup>1</sup>.

**Resumo**

O objetivo desta comunicação é aproximar o leitor de uma reflexão que parte de uma experiência na aldeia de Tourém (Portugal), quando solicitei a um aposentado da aldeia que me acompanhasse a ver uma exposição fotográfica do Ecomuseu. Partimos portanto de dois olhares e caminhamos ao encontro da teoria para iluminar processos de patrimonialização e as consequências que esses processos têm na configuração social da aldeia

Palavras-chave: Memória; Patrimonialização

---

<sup>1</sup> Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS – IFCH – UNICAMP) com auxílio de bolsa FAPESP. Doutorando em Antropologia Social (PPGAS – IFCH – UNICAMP). Pesquisador do CERES (IFCH – UNICAMP) e membro do LATA (CERES – UNICAMP). Contato: amoedo.diego@gmail.com

## Localização da aldeia

Estamos falando da zona norte de Portugal, Trás os Montes, Terras de Barroso, ao norte da serra do Gerês, ou também poderíamos definir, a zona de estudo como noroeste da Espanha, sul de Galiza, província de Ourense, comarca Limiá. Tourém é a única aldeia portuguesa banhada pelo rio Salas, ao norte da serra, literalmente falando, atrás dos montes. Há autores que a apresentam, em sentido metafórico, como uma aldeia portuguesa encravada na Galiza (Dias apud Gonçalves da Costa, 1987:70). Tourém é uma aldeia fronteiriça, está rodeada de aldeias galegas, a primeira aldeia portuguesa que encontramos está situada a aproximadamente 7 quilômetros, cinco dos quais são de subida até o topo da serra. Tourém está dentro da área de amortecimento do único Parque Nacional que Portugal possui, Peneda – Gerês. Das 150 pessoas que moram na aldeia o ano inteiro segundo o censo de 2011, a minoria são jovens, estando o 80% das pessoas englobadas na categoria de maior de 35 anos. A atividade principal da aldeia é a agricultura, a criação de gado bovino para abastecer o mercado de carne local. Essas explorações são de pequeno porte tendo a maior aproximadamente 40 vacas, a força de trabalho recai na estrutura familiar. A unidade social formada por marido e esposa é a responsável pela maior parte do trabalho. No verão devido a grande quantidade de trabalho essa rede de entreajuda se estende a vizinhos, parentes e amigos. Além da agricultura algumas famílias estão ligadas ao setor de serviços, havendo na aldeia dois *cafés*, duas lojas e uma casa de turismo de habitação. O restante das pessoas que moram na aldeia são aposentados.

## O Ecomuseu do Barroso

O Ecomuseu do Barroso<sup>2</sup> está situado na cidade de Montalegre, no entanto, em Tourém há duas extensões arquitetônicas: *A casa do boi* e *o forno do povo*<sup>3</sup> que são edifícios tombados como patrimônios históricos e administrados pelo Ecomuseu. *A casa do boi* abriga uma exposição permanente de ferramentas que eram utilizados pelos moradores da aldeia nos trabalhos com a terra

<sup>2</sup>Nasce com os seguintes objetivos específicos: promover a valorização do patrimônio cultural (arqueológico, **rural construído**, religioso e material), a valorização do patrimônio natural, assim como das práticas do mundo rural do barroso. Estes objetivos específicos se encontram dentro de uma estratégia anunciada na página web, como de desenvolvimento local integrado para a região do barroso. Elaboração do autor. Acesso em 10 de Junho de 2011. Fonte: <www.ecomuseu.org>

<sup>3</sup> A casa do boi, era o lugar onde era guardado o boi do povo. Boi que era mantido de forma comunitária, todos os vizinhos participavam da criação e manutenção desse(s) boi(s) porque era ele o encarregado de copular as vacas da aldeia, assim como era nele que recitava a função de representar a aldeia nos torneios entre aldeias vizinhas de *chega de bois*. Já o forno do povo, é uma construção de granito (inclusive o teto é formado também por lajes de granito) que fica no médio da aldeia e que era o lugar onde se cozia o pão. O forno do povo era acessado segunda feira pelo *esquentador*, e o resto das pessoas da aldeia iam lá cozer o seu pão.

e com o gado, fotografias e demais utensílios que eram usados “antigamente”<sup>4</sup>. Segundo é mostrado na etiqueta explicativa de cada item os utensílios ali expostos são de vizinhos da própria aldeia, algumas casas decidiram emprestar alguns de seus objetos para a exposição.

Conjuntamente com essa instalação temos na aldeia de Tourém a Casa dos Braganças, que é uma casa senhorial, com um pátio central todo de pedra<sup>5</sup>, e que alberga o único estabelecimento de turismo de habitação da aldeia, conta com 12 suítes, uma adega, uma cozinha completamente restaurada e um salão com uma grande *lareira*. Neste salão, o teto que se mantém é ainda o original, de madeira de castanho, todo pintado com detalhes florais em rosa e azul.

Ao longo de nosso trabalho de campo e devido a necessidade de apresentar um trabalho final para uma disciplina chamada palavra e imagem<sup>6</sup>, decidi apresentar a seguinte proposta para três senhores idosos da aldeia:

preciso fazer um trabalho para uma disciplina em que discutimos a relação entre imagem e palavra, será que algum de vocês se anima a me acompanhar e me explicar o que está em exposição na Casa do Boi?

O senhor Zé da Benta, pai da moça que dirige a casa dos Braganças, falou que me acompanhava. Tentei convencer o Gestas, o único na aldeia, atualmente que ainda tem um *boi de chega*<sup>7</sup>, e sabendo que ele gosta desse assunto em especial, lhe comentei que no acervo fotográfico tinha uma imagem de uma “chega” que ele tinha organizado em Tourém, e ele falou que não podia ir que tinha que sacar as vacas a pastar. Pelo contrário Domingos, pai da dona de um dos cafés e aposentado por França tampouco aceitou vir conosco. Veja-se aqui que tanto o Zé da Benta como Domingos estão aposentados, no entanto o Gestas tem que ir com as vacas, ele tem uma exploração de 17 vacas.

---

<sup>4</sup> Conversa informal com a pessoa que trabalha no Ecomuseu em Novembro de 2010.

<sup>5</sup> A aldeia toda é de pedra, as casas, o pavimento das ruas e os muros. Essas aldeias também são chamadas de aldeias graníticas em referência ao tipo de pedra usada. (Martins, 2005)

<sup>6</sup> Agradeço a Suely Kofes e Fabiana Bruno a oportunidade de realizar a disciplina e os debates suscitados em sala de aula, que de alguma forma se encontram neste artigo, pois ele surgiu dos desdobramentos do trabalho apresentado para a avaliação final da disciplina. Nos aproximamos aqui da experiência explorada por Fabiana Bruno em seu doutorado (Bruno, 2009) e da proposta teórico-metodológica proposta por Samain e Bruno (2004), mas de certa forma nos distanciamos de ambas propostas pois nossas imagens foram dadas pela coleção de fotografias expostas no Ecomuseu do Barroso.

Agradeço também a minha orientadora Emília Pietrafesa de Godoi por estes anos de conversa e trabalho que certamente estão aqui também.

<sup>7</sup> As chegadas de bois é uma disputa entre dois bois que se encontram frente a frente num espaço aberto. Ao se encontrarem começam uma disputa entre eles, ficam empurrando um ao outro, cabeça com cabeça, corno contra corno até que um deles desiste e abandona a disputa. Essa prática ancestral da região é hoje um espetáculo que reúne grande número de pessoas sobre tudo no verão. Os barrosões – que assim chamam os moradores do Barroso – dizem que é o futebol deles.

## Observando as imagens

Zé da Benta me acompanhou até o Ecomuseu, entramos na *Casa do Boi*, e ele começou a me explicar o que era aquela construção:

A casa do boi albergava até 1974 os bois da aldeia, que eram os bois que toda a aldeia cuidava deles, entre todos inclusive tinham umas *lamas*<sup>8</sup> que eram exclusivas deles, eram o orgulho da nossa aldeia

Em seguida, explicou toda uma série de ferramentas da lavoura que se encontram expostos no Ecomuseu, que eles denominam de *úteis*, as suas utilidades e os nomes dos diferentes componentes. O *arado de pau*, o *jugo dos bois*, os *alqueires* (um alqueire equivale a 13 kg. de centeio), o *sedeiro de linho*, os *molhos de centeio*, os *colmos* com os que se colmavam as casas<sup>9</sup>, as cestas<sup>10</sup>, a serra de mão, o *serrote*, a forcada. Enquanto Zé explicava, apareceu dona Gracinda do Feliz, mulher que viveu com seu marido no Brasil, viúva há 30 anos, voltou para aldeia para viver com seus dois irmãos, o Bino do Feliz e o Manco. Bino do Feliz morreu no 2011 e Gracinda sabendo que numa das fotos está seu irmão e “coisas das de antes” decidiu não nos acompanhar na nossa visita. Pois segundo ela mesmo nos disse, o irmão dela, o Manco, é um homem que sabe muitas histórias das de antes e só fala nisso. Gracinda nos disse que a sua vida é muito triste pois tem saudade daquele tempo e não quis entrar para não ficar mais triste. Gracinda está esperando a morte. Desde a casa onde ela mora, vê o cemitério e me disse que da casa dela só sai para se mudar definitivamente para o cemitério, não espera fazer mais traslado nenhum.

Começamos com as fotografias, que em um princípio era o que íamos visitar. No andar superior é onde estão expostas a maioria das fotografias e o senhor Zé da Benta começou a nomear as pessoas que estavam nas fotos, a família de cada um, quem eram, o seu sobrenome e poucas coisas mais.

Há fora da coleção de fotografias uma pintura que mostra uma *chega de bois*, como Zé é um grande aficionado dessa prática ele se deteve nos mostrando detidamente aquela imagem. Me disse que os bois, ali fotografados, eram do Gestas, que “um [boi] era maior que o outro, mas que o pequeno era melhor lutador que o maior, que o grande ganhava as chegadas por força não por ser melhor”<sup>11</sup>. A continuação viu uma pintura de um rebanho de cabras que num primeiro momento a identificou

<sup>8</sup> Tipo de terra que produz pasto permanente, isto é, que pode ser pastável pelos bois permanentemente. As lamias do boi eram pastoreadas unicamente por estes animais

<sup>9</sup> Os colmos de palha de centeio eram usados para fazer a cobertura das casas antes de que chegasse a aldeia a telha.

<sup>10</sup> Aparatos que se colocavam na boca dos bois e/ou cavalos e que impediam que eles pudessem comer o milho, tem a mesma função do que uma focinheira.

<sup>11</sup> Dizer também que o Zé da Benta é sócio da Liga Municipal de Montalegre de chega de bois e um apaixonado por esta atividade, ele disse que intenta não perder nenhuma.

com a vezeira<sup>12</sup>, mas que logo depois falou que não era vezeira, que era um senhor (não nomeou) que ia com o seu rebanho de cabras. Ato seguido achou uma concha marinha que era usada para chamar ao gado, tentou fazê-la soar, mas, não conseguiu emitir nenhum som. Após ter dado por concluída a nossa visita lhe fiz três perguntas.

O senhor sabe me dizer quando foi fundado este pólo do ecomuseu, o que o senhor achou da exposição e o que acha em geral de ter um pólo do ecomuseu aqui em Tourém.

O ecomuseu foi feito ... há pra aí uns 6 ou 7 anos, pera ... a nossa casa [Casa dos Braganças] foi feita em 2005, e o empreiteiro que fez esta obra foi o mesmo, mas foi depois, sim por aí 6 ou 7 anos

Tem pessoas que não ligam para isto, isto é para os de fora, as pessoas que foram criadas com estas coisas, pensam que não tem valor nenhum, mas tem.

As fotografias estão bem, mas poderia aparecer pelo menos o nome, não é? Porque você quando compra um disco sabe o cantor que é, então porque não tem o nome das pessoas lá? Era uma forma de manter o recorde deles, familiares que estão fora e as pessoas que vêm visitar conheceriam, não acha?

Antes de sairmos o senhor Zé da Benta colheu um *sacho*<sup>13</sup> e me disse:

Sabe você uma coisa?. Quando eu tinha 12 anos, sai da escola e meu pai me deu de presente a minha primeira caneta (olhando para o *sacho*), fomos os dois sacher um monte no Couto, cortar os toxos, arrancar tudo, juntar e pegar fogo... foram 8 alqueires, 600 metros por alqueire, dá? 6 x 8 dá 48, 4800 metros (disse eu), isso, 4800 metros plantado de centeio, porque nos não tínhamos terras, então fomos sementar no monte, no baldio, mas esse ano veio uma geada muito forte e nevou muito, nem um grão recolhemos. Você acha que é caneta isto para um menino de 12 anos?

## **Imagens da observação**

Da mesma forma como não podemos afirmar que exista fotografia objetiva, nem representação fiel da realidade, o observador não é objetivo, nem imparcial. Devido a isto, tomo a liberdade de me colocar como este segundo elemento ou parte da análise. Por um lado vou tentar descrever a minha impressão acerca desta visita das reações de Zé nas diversas imagens, assim como que “imagem” levo da mesma.

Em um primeiro momento fiquei muito expectante porque achei Zé da Benta, como grande amante

---

<sup>12</sup> Atividade que era desenvolvida de forma comunitária, cada pessoa deixava as suas cabras e ovelhas com o encarregado de acompanhar o rebanho naquele dia. Cada casa em função do número de animais que colocasse no rebanho era a encarregada de sair com os animais por uma série de dias por mês, assim o que colocava 5 cabras e/ou ovelhas, era encarregado por um dia, era sua vez, por isso o nome de vezeira, essa vez ia mudando continuamente de casa em casa.

<sup>13</sup> Enxada

de conversas que é, me fosse contar histórias das pessoas que estavam lá e várias ligações e conexões entre eles mediadas por piadas. Com o passo do tempo e das fotografias, senti que Zé ia ficando mais introvertido. Em algumas fotografias comentou: *já está morto* e, por exemplo, na fotografia em que aparecia Bino, o irmão de Gracinda disse que *morreu de jovem*. A impressão que tenho é que de alguma forma o passo de uma fotografia para outra e ir vendo como gente da sua geração ou inclusive pessoas mais novas e que já não estavam com eles o foi deixando triste. Por isso mesmo a visita durou o tempo que ele quis, eu não consegui fazer apenas uma pergunta acerca das fotografias, foi um compartilhar, explorar, descobrir as fotografias no tempo dele. Desde o meu olhar e pensando na visita que a Dona Gracinda nos fez quando estávamos entrando na casa do boi, as fotografias que mais impressionaram a Zé da Benta foram as do Bino, irmão de Gracinda e que *faleceu sendo um moço há menos de um ano*.

Outro elemento importante que percebi em nossa visita ao Ecomuseu, foi uma carta que estava do lado direito da escada e na qual se apresentava tanto a fotógrafa Elisa Prego, quanto a exposição:

“Existem locais que nos marcam, que nos lembram o que de mais puro e profundo subsiste no nosso íntimo, que tatuam a nossa alma a partir do momento que temos a felicidade de lhes tocar. Permanecem no nosso ser, como pedras de granito, belas e imutáveis, fortes e sólidas como devem ser os pilares essenciais da vida.

Atrás da sua objectiva, Elisa Prego tenta reproduzir a sua paixão numa terra onde não nasceu, mas que adoptou como se fosse a sua. É aqui que se refugia, que procura com sua arte expressar o amor que sente e que pode exteriorizar pelos relatos fotográficos que nos oferece.

Em cada fotografia, Elisa como que agradece a oportunidade de projectar os sentimentos que possui, captando estes belos momentos, como só os verdadeiros artistas sabem fazer” Anônimo.

### **Agentes da patrimonialização e debates do mundo rural**

Elisa é uma fotógrafa adotada pela terra. Da mesma como figura no texto de abertura, ela se afirma como parte da aldeia, pois ela não nasceu na aldeia, mas a ela regressa cada ano desde criança. No entanto ela sempre nos disse que se sentia como uma *filha da terra*<sup>14</sup> mais. Fato é que Elisa e mais seus esposo Vitor são importantes animadores da vida social da aldeia, pois além de terem uma casa na aldeia, Elisa fotografa anualmente aspectos da aldeia, sempre têm convidados em casa e trazem para Tourém múltiplas personalidades da cena pública portuguesa. O casal está envolvido na organização de algumas festividades que acontecem ao longo do verão na aldeia. No verão de 2013 Elisa e Vitor Castro trouxeram para a aldeia de Tourém António Sala, apresentador radiofônico e de televisão consagrado em Portugal por sua longa trajetória na cena pública. Ele mesmo nos disse que

---

<sup>14</sup> *Filhos da terra* é um expressão usada na aldeia e que denota o pertencimento á terra, ser filho da mesma aldeia, uma parentela comum, descendentes da mesma terra. Exploramos essas noções em nossa dissertação de mestrado (Amoedo, 2014)

depois de toda a propaganda que Elisa e Vitor fazem de Tourém, se via na obrigação de conhecer a aldeia e seus encantos. Assim acreditamos que de alguma forma a promoção que Elisa faz em Lisboa, seja próxima da que procura o Ecomuseu; lembremos os objetivos dessa instituição:

Promover a valorização do patrimônio cultural (arqueológico, **rural construído**, religioso e material), a valorização do patrimônio natural, assim como das práticas do mundo rural do Barroso.

Entramos, portanto, através dessas duas formas de promoção – a pessoal e a institucional – em uma discussão já de tom teórico. A importância que têm hoje essas instituições dentro do contexto rural é tão importante que vem suscitando debates teóricos importantes e mudanças terminológicas. Hoje temos na antropologia o uso de expressões como ruralidade, neo ruralidade ou pós-ruralidade que de alguma forma vêm a responder a essas novas configurações sociais.

O contexto rural atual é um patrimônio de projeção para fora (Godinho, 2003), ele é um espaço consumido e produzido também para consumir, para poder ser consumido também por quem não mora lá. O papel da aldeia pode ser pensado em face desse universo “global”, ao mercado, ao patrimônio, ao turismo, no que participam aquelas pessoas que saíram da aldeia, que voltam cada ano, que são turistas. A aldeia é um espaço para se reunir nas festas, a casa familiar é uma instituição de acolhida, de turismo, aonde se renovam os laços parentelares e se reafirma a pertinência. A aldeia em si, pode ser pensada como uma prestadora de serviços que garante tradições, uma paisagem, emoção e diversão.

Esse contexto rural europeu está sendo abordado pela literatura antropológica, sociológica e da agronomia, como pós-rural ou como novos contextos rurais ou novas ruralidades (Godinho, 2003; Silva, 2008; Roseman, Pereiro e Prado, 2013; Oliveira Baptista, 2008, 2006). Por exemplo, Baptista em um artigo intitulado: “O Rural depois da Agricultura” (2006) nos coloca diante de um panorama em que a população que mora no rural português está cada vez mais dissociada do seu espaço. A população rural estaria perdendo o controle de seu território em nome do ambiente e da economia. A proposta do autor, apesar do seu tom generalizante – colocando o seu *locus* de pesquisa no município ele perde a variabilidade e diferenciação interna das unidades menores, por exemplo, juntas de freguesia – se compartilhamos de parte de sua análise, é justamente no interesse em termos esses dados mais macro. Na apresentação, o autor nos mostra como que a posse de terra está cada vez em mãos de menos pessoas, como em Portugal o 1% dos produtores recebe o 42% das ajudas que o estado distribui da Política Agrícola Comum (PAC), como a agricultura da mão da PAC está sendo um braço das políticas neoliberais impostas pela união europeia e cujo objetivo seria retirar o controle dos pequenos proprietários colocando gestores dependentes de suas políticas (Oliveira Baptista, 2006).



## Apontamentos finais

Acredito que essas novas relações nos contextos rurais existem e se fazem muito presentes e marcantes, mas cunhar uma série de termos como “pós-ruralidade” e “neo-ruralidade” é negar a condição dinâmica do rural. Apostamos por um rural em contínua transformação e dinâmico, por isso enfatizamos que se trata de iluminar e entender as diferentes dinâmicas de um contexto rural no que participam múltiplos atores. Da mesma forma que expõe Pereiro e Cristovão:

[É] preciso pensar o rural como parte de um território alargado, globalizado e urbanizado, e também como parte de um processo histórico de movimentos de população, e não como uma categoria absoluta e oposta ao urbano. Dito de outra forma, o rural é uma metáfora, o que nos leva a aprofundar nos seus significados e a questionar as mudanças socioculturais (2012:3)

Estamos falando de uma aldeia onde os agricultores ainda estão presentes, onde tem vacas, galinhas, cabras, ovelhas e porcos. Onde o sistema de irrigação é comunitário, aonde os direitos consuetudinários em relação aos usos dos *baldios*<sup>15</sup> é um fato, eles são ainda gestores de seu próprio território. Talvez seja por isso que o governo português vem querendo implementar de novo um projeto que já foi testado na época da ditadura fascista portuguesa com a reflorestação dos baldios e que hoje volta a toa em médio dessa crise financeira que vive a Europa.

Acredito que ao trazer a minha experiência com Zé da Benta num espaço significativo como um ecomuseu e pensar acerca das metalinguagens daquele evento – as suas falas, os silêncios e os nunces daquelas pessoas – ficasse claro que aquela coleção era para ele um vivo retrato de sua(s) vida(s). Aquelas pessoas não eram portadoras de objetos de uso tradicional, de uma técnica fotográfica determinada, eram parentes, conhecidos, vizinhos, com nome e histórias definidas e conhecidas por ele. Gracinda não querendo entrar no Ecomuseu é representativa do que aquele espaço já comunitário – digamos – representa hoje, um espaço de visita, para que os de fora vejam como viviam aquelas pessoas (nos disse Zé).

Qual a “imagem” que desde o nosso ponto de vista emerge neste tipo de atividades de desenvolvimento rural? Podemos falar de uma uniformidade que fica dentro das paredes do Ecomuseu, nas imagens, objetos e úteis que estão pendurados. daquelas paredes centenas que viram bois, feno e pessoas. Hoje em dia a casa do boi sai colado nas narrativas das experiências que ele imprime nas visitas de viajantes e turistas que passaram pelo ecomuseu, a imagem harmônica, imutável e cristalizada de um mundo rural parado no tempo.

É mais do que isso, é um mundo criado para o consumo, para o turismo e para os de fora. Mas na

---

<sup>15</sup> Baldio é definido no artigo I da Lei de Baldios 89/97 de 30 de julho como os terrenos possuídos e geridos por comunidades locais. A junta de baldios é um organismo da aldeia que regula todas as atuações sob os baldios. A legislação obriga á junta de baldios a realizar no minimo uma assembleia anual em que cada casa tem um voto e na que se decidem todas as atividades que tem o baldio como espaço de execução.

aldeia vivem pessoas como Zé que passaram ao longo de suas vidas uma guerra civil da Espanha, as guerras coloniais portuguesas, duas ditaduras fascistas, fome e necessidade. Essas pessoas que moram na aldeia são hoje parte daquele objeto da patrimonialização, mas não seu conhecimento (pelo menos na menor das vezes) é a objetivação e coisificação deles, o camponês, e a posterior dominação. Como fala Bourdieu,

las divisiones más irreductibles subjetivamente pueden organizarse objetivamente en una división de la labor de dominación: la folclorización que remite el campesinado al museo y que convierte a los últimos campesinos em guardianes de una naturaleza transformada em paisaje para ciudadanos, constituye el complemento necesario de la desposesión y de la expulsión. (2004:257)

Mas por outro lado, essa harmonia é quebrada sistematicamente se formos falar com as pessoas. Pois atrás desse rural que está sendo produzido há de fato pessoas, sentimentos e interesses. Afinal de contas estamos lidando com um paradigma: como é que podemos entender que em quarenta anos o contexto rural do Norte de Portugal passe de expulsar seus vizinhos a hoje ser um importante foco turístico. As aldeias e seus moradores, os municípios e até a União Europeia estão interessados em participar desse processo patrimonial, mas como bem nos lembrava Bourdieu, temos que pensar acerca da violência simbólica e da dominação. As pessoas que hoje chegam na aldeia não estão interessados em ver os agricultores, seus tratores e as condições em que eles vivem. Levando o raciocínio ao extremo, será que as pessoas que chegam na aldeia querem ver as vacas pelas ruas, os velhos com suas enxadas e as casas restauradas, ou é que simplesmente com as fotografias que há expostas no Ecomuseu basta para eles?. Há nesse processo uma ativação discursiva uniforme que vimos representada através das fotografias, como elementos dialógicos que extrapolam as paredes da corte do boi. As imagens e os observadores criam uma noção de realidade vivida, espaço, território e memória. Podemos aqui chegar a afirmar que a construção narrativa dessas realidades ficcionais, se aproximam do que Anderson (1993) chamou de “Comunidades Imaginadas”, pois em momento algum vemos no discurso retórico das imagens a possibilidade de acessar à dor expressada por Gracinda e o mal estar de Zé da Benta.

Essa “imagem”, “palavra”, “elemento”, “útil”, exposto guarda na sua própria essência um ser, uma família, um uso, um fazer e um proceder, que ficam claros somente nas palavras das pessoas que com esses objetos interagiram. Como exposição eles ganham um sentido rígido, estático parado no tempo. Assim terminamos esta comunicação com as palavras de uma senhora que hoje não vive mais e que conhecemos em 2010 quando ainda não fazíamos pesquisa na aldeia.

Saía uma família do Ecomuseu e conversavam de como viviam os velhos antes, arado de pau, serrote, etc. Sem sequer perceber que a 20 metros deles, a senhora Maria, estava sentada a sombra, olhando incrédula para eles começou a falar entre os dentes, “pois é olha isso!” Que foi? Perguntei.

É que agora parece que a gente mora num lugar estranho, diferente, se fossem perguntar para seus avós como eles viviam, veriam que não diferia muito do que a gente faz, ou é que acham que todo vem da cidade? Claro como eles nasceram na cidade, mas seguro que os seus avós trabalhavam também a terra, não tem nada de mais aí dentro!

## **Bibliografia**

- AMOEDO, D. *Usos e desusos das terras de Tourém: transformações sócio-territoriais em uma aldeia rural fronteiriça entre a Galícia (Es) e Portugal*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS – IFCH – UNICAMP). Campinas, 2014
- ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BOURDIEU, P. *El baile de los solteros. La crisis de la sociedad campesina en el Bearn*. Barcelona: Anagrama, 2004.
- BRUNO, F. *Fotobiografia: Por uma metodologia na Estética em Antropologia*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Multimeios. Instituto de Artes, UNICAMP, Campinas, 2009
- BRUNO, F; SAMAIN, E. Retratos da Velhice: Memória e Fotografia. *A Terceira Idade*, Sesc SP, v. 15, n.30, p. 24-35, 2004.
- CRISTOVÃO, A. PEREIRO, X. Turismo rural em tempos de novas ruralidades. Atas do VIII CITURDES. Chaves, junho, 2012
- GODINHO, P. *Do Estado cego à fronteira invisível: na senda de um problema*. V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada. Painel: Lições do passado: os territórios rurais e o seu contexto histórico, 23-24. Bragança: Outubro de 2003.
- GONÇALVES Da COSTA, J. *Montalegre e terras de Barroso: notas históricas sobre Montalegre, freguesias do Concelho e Região de Barroso*. Vol 1. (2ªed). Montalegre: Edição da Câmara Municipal de Montalegre, 1987.

- MARTINS, H. *Will the Rocks Crumble One Day? Past and Present in the Portuguese Galician Frontier, Border Relations and Memories*. Manchester, University of Manchester, 2005.
- OLIVEIRA BAPTISTA, F. O Rural depois da Agricultura. In Fonseca, M. L. (coord.). *Desenvolvimento e Território – Espaços Rurais Pós-agrícolas e os Novos Lugares de Turismo e Lazer*. Lisboa: CEG, pp. 85-100, 2006
- OLIVEIRA BAPTISTA, F. ARNALTE ALEGRE, E. La “Cuestión Rural” en Portugal y en España: dinámicas territoriales y lógica de las políticas. *Ecuador Debate*. n.73. Quito, 2008.
- ROSEMAN, S; PEREIRO, X; PRADO,S. Antropología y nuevas ruralidades. In: *Gazeta de Antropología* 29(2), [online]. 2013
- SILVA, L. Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal. *Arquivos da Memória, Outro país – novos olhares, terrenos clássicos*. Núm. 4 (Nova Série). Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa (CEEP), 2008.

**GT 09 – Cultura e comunicação no mundo rural****PRÁTICAS COLETIVAS TRADICIONAIS, TRÂNSITOS CULTURAIS  
CONTEMPORÂNEOS E AGRONEGÓCIO: continuidades e mudanças nas  
ruralidades de Sebastião Leal-PI<sup>1</sup>****Valéria Silva<sup>2</sup>  
Camila Lima<sup>3</sup>****RESUMO**

Pesquisa de campo em desenvolvimento em Sebastião Leal, cidade do sudoeste piauiense que compõe a região conhecida como a última fronteira agrícola do Brasil. Sua extensa área rural, povoada originariamente por camponeses, ambienta na atualidade a agricultura em escala, sustentada pelos filhos dos camponeses do município e da região, agora contratados como safristas. Apresentando as particularidades teóricas que delineiam o entendimento da questão, o trabalho objetiva compreender as mudanças em curso na localidade Jenipapo provocadas pelo agronegócio, apontando alguns impactos verificados sobre os processos tradicionais coletivos. O trabalho utilizou-se da etnografia, da entrevista semiestruturada e da fotografia para interpretar os modos de vida ali encontrados, destacando práticas coletivas que têm sustentado a reprodução da agricultura de provisão, em especial o adjunto do babaçu. A análise delineia a prática apontada, situando-a entre as permanências do lugar, as interpelações externas várias e as novas realidades constituídas com a presença do agronegócio. Conclui que a atual expressão das práticas coletivas revela mudanças provocadas pela intensificação dos trânsitos rurais-urbanos e globais-locais; pelo agronegócio e pela racionalização da vida; pela modificação da presença do mercado na vida individual e coletiva e pela diversificação e expansão do consumo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Práticas coletivas. Agricultura de provisão e agronegócio. Trânsitos contemporâneos.

**1 INTRODUÇÃO**

Na atual conjuntura, marcada pela velocidade de trocas culturais e econômicas, as categorias rural e urbano podem ser interpretadas menos a partir da rigidez dicotômica e mais a partir de situações de interculturalidade, de incessantes diálogos e cruzamentos culturais que derivam tanto de deslocamentos físicos – migrações temporárias e deslocamentos turísticos –, quanto simbólicos. Contrariando uma

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia Política. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UFPI. [valeriasil@uol.com.br](mailto:valeriasil@uol.com.br)

<sup>3</sup> Doutoranda em Comunicação e Cultura do Programa de Pós Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ. Bolsista CNPQ. E-mail: [camilalima.ufrj@gmail.com](mailto:camilalima.ufrj@gmail.com)

pressuposição do rural e do urbano como matrizes unas e isoladas, as distâncias entre ambas tem se tornado cada vez menores a partir do advento das estradas e várias opções de transportes, além das trocas comunicativas e simbólicas mais evidentes, em virtude dos *mass media* e das novas tecnologias da comunicação e informação. Rural e urbano se constituem não como polos opostos, mas como realidades interdependentes, complementares, em contínua formação e em constante diálogo (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2000; FAVARETTO, 2007).

De modo geral, pode-se dizer que há uma dependência econômica, política, social e cultural do rural em relação ao urbano (WARDERLEY, 1997; MARQUES, 2008); mas, simultaneamente, a emergência da questão ambiental, a gravidade da problemática urbana contemporânea, a exigência de proteção da biodiversidade e de produção de energias limpas, dentre outros aspectos, tornam as áreas rurais valiosas à qualidade de vida, ao bem-estar, ao estabelecimento de uma nova relação com a natureza (VEIGA, 2006; CARNEIRO, 1998; WARDERLEY, 1997), conferindo a esse espaço outros sentidos, que apontam para o nascimento de uma nova ruralidade.

No campo da pesquisa, os diálogos também apontam nesse sentido. No município Sebastião Leal (PI), as trocas socioculturais e comunicativas, materializadas na convivência com a televisão, a internet, o celular, as estradas, os maiores deslocamentos entre campo e cidade, bem como as migrações temporárias imprimem relevantes mudanças no cotidiano da localidade, impactando os modos de reprodução de saberes e práticas coletivas tradicionais. Neste cenário, evidencia-se a ascensão do agronegócio no sudoeste piauiense como alavancador das trocas (SILVA, 2011a).

Na década de 90, o agronegócio chega ao sudoeste do Piauí, iniciando a ocupação dos cerrados sob outro prisma e gerando outra representação acerca dos mesmos. O estado passa, então, a compor a região Mapitoba, a última fronteira agrícola do país, ao lado dos estados Maranhão, Tocantins e Bahia. O agronegócio emerge no Piauí diante do esgotamento das atividades dos “projeteiros”, os primeiros produtores da agropecuária modernizada que aterrissaram em solo piauiense, na década de 70, para o plantio de caju e para a pecuária, com incentivos financeiros dos governos federal e estadual (MORAES, 2006; SILVA, 2011a; DANTAS e MONTEIRO, 2010).

Diante do definhamento econômico dos projetos e da não confirmação das expectativas delineadas, os “projeteiros” abandonaram as terras piauienses, abrindo, com isso, espaço para a entrada dos fazendeiros do agronegócio do Sul e Centro-Oeste

do país. Como resultado, tem-se a revalorização do solo anteriormente ocupado pelas atividades dos “projeteiros”, financiadas pela SUDENE (SILVA, 2011b).

O agronegócio, com suas características da monocultura (mecanização, insumos agrícolas e produção em larga escala), introduz novas lógicas de trabalho e de sociabilidades no espaço da produção, bem como instala novas paisagens, novos modos de relação com a terra e novos destinos aos produtos agrícolas da região, a partir da sua inserção no mercado global de *commodities*, articulado em torno das *trades*. No Piauí, foram imprescindíveis os incentivos fiscais e financeiros do governo do estado para a instalação de grandes fazendeiros da monocultura na região do cerrado, que inclui o município Sebastião Leal – sede atual das fazendas Chapada do Céu/Girassol, Trento e Progresso e, em breve, de uma quarta, conforme verificamos na última ida ao campo.

Localizado no sudoeste do estado do Piauí, a 435km da capital Teresina, Sebastião Leal foi elevado à categoria de município e distrito em 1994 – desmembrado dos municípios de Bertolândia e Uruçuí. Possui uma população estimada de 4.189 habitantes, em uma extensão territorial de 3.151,92 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 1,31 hab/km<sup>2</sup>, conforme IBGE (2013). O último censo, em 2010, mostrou sutil diferença da população em relação ao gênero (2.151 homens e 1.965 mulheres) e à zona de ocupação: 2.194 habitantes da área rural e 1.922 da urbana<sup>4</sup>. É no meio rural que estão situadas as localidades Roça Nova, Jenipapo, Vereda dos Tinguís, Roça das Canas, Chapada e Nova Olinda, compondo o que os moradores chamam de *Rego do Prata*.

De certo ponto de vista, Sebastião Leal é uma cidade com comércio pouco expressivo e uma rede de serviços ainda deficitária. Da avenida principal, visualizamos os estabelecimentos comerciais dispostos na beira da avenida – farmácia, lojas de vestuário feminino, padaria, churrascaria, lanchonete, agência bancária, cabelereiros, mercado de frutas, igrejas evangélicas, posto telefônico – e o trânsito de caminhões e tratores das fazendas de soja lado a lado com motocicletas e carroças.

O município tem escolas com ensino fundamental e médio e dispõe de transporte público para o deslocamento de moradores a escolas fora de suas localidades, pois buscando racionalizar e otimizar o uso de recursos – diz a prefeitura – os estudantes são concentrados em escolas de maior porte, distribuídas por todo o município. Na localidade estudada, há apenas uma escola, de pequeno porte, que oferece o ensino de

---

<sup>4</sup> Na eventualidade de situarmos Sebastião Leal dos marcos da discussão apresentada por Blume, 2004; Veiga, 2006 e Schneider, 2009 quanto à normativa que define o que vem a ser o rural e o urbano, este município dificilmente figuraria como urbano, em face das características ali encontradas.

algumas séries fundamentais. Uma única professora ministra aulas para diferentes séries, na mesma sala e no mesmo horário (ensino multi-seriado). Dados do censo de 2010 revelam que 432 habitantes da cidade com 10 anos de idade ou mais possuem ensino fundamental completo e médio incompleto, 2.565 não possuem instrução e têm ensino fundamental incompleto, apenas 66 têm superior completo e 25 frequentavam especialização de nível superior (IBGE, 2010).

No tocante à saúde, há um estabelecimento público do SUS, com prestação de serviços ambulatoriais, mas sem internação, nem atendimento de emergência e com discreta incorporação tecnológica. Não há equipamento de ressonância magnética, eletrocardiógrafo, eletroencefalógrafo, hemodiálise, mamógrafo, tomógrafo ou ultrassom dopler. É habitual o deslocamento dos moradores para cidades próximas – Bertolínia, Uruçuí ou Floriano – ou para a capital, a depender do tipo de enfermidade. As equipes do PSF ainda são pouco perceptíveis no cotidiano dos moradores.

Sobre a economia rural, na lavoura temporária teve-se, em 2012, a produção de 55.851 toneladas de milho (valor da produção: R\$29.043,00), 24.049 toneladas de soja (R\$18.085,00), 892 toneladas de mandioca (R\$107.000,00), 26 toneladas de feijão (R\$562.000,00) e 3.813 toneladas de arroz (R\$2.745,00). A partir dos dados e da experiência do campo, é possível depreender que a produção de mandioca e feijão se deu em pequenos estabelecimentos agrícolas, enquanto a soja é produto do agronegócio. A experiência etnográfica mostrou que o milho e o arroz são produzidos nos dois tipos de estabelecimentos e que há ainda a plantação do algodão nas grandes fazendas.

A geração de renda dos habitantes provém especialmente dos trabalhos permanentes ou temporários (colheita e plantio) nas fazendas de soja, do comércio varejista, do funcionalismo público e da agricultura de abastecimento, por meio do pagamento de diárias para realização de serviços agrícolas. O censo de 2010 identificou 3.754 moradores com renda inferior a 3 salários mínimos, correspondendo, portanto, a 89,6% da população de Sebastião Leal. Os últimos dados coletados em 2003 registraram um índice de pobreza de 52,77%, pobreza subjetiva de 64,31% e Índice de Gini de 0,33. Apesar disso, em decorrência do agronegócio, o PIB per capita de Sebastião Leal, em 2011, foi de R\$13.785,11 e, em 2010, o IDHM de 0,562. As



fazendas do agronegócio, todavia, geram poucos postos de trabalho para o município<sup>5</sup>, não participam do comércio local e não realizam investimentos na cidade.

Em uma região historicamente marcada pela agricultura de provisão, em processos de produção baseados em técnicas tradicionais e no trabalho familiar, a chegada do agronegócio provoca um profundo impacto social, ambiental, cultural e econômico especialmente para as localidades diretamente atingidas pelas mudanças. Isto porque as localidades passam a lidar de modo estreito com novas lógicas de produção e comercialização, com processos de racionalização da vida, para além das trocas de saberes tradicionais intergeracionais, estabelecidas por meio dos fluxos culturais local-global e rural-urbano. Instalados os novos processos, verificamos as rotinas laborais precarizadas, o desperdício do conhecimento acumulado intergeracionalmente, a perda da autonomia sobre o processo do trabalho agrícola, mas também a possibilidade de assalariamento – grande atrativo para os jovens, por criar maiores possibilidades de consumo – e certa aquisição de conhecimento técnico-científico sobre o trabalho agrícola, também interesse dos mais jovens (SILVA, 2011a).

Nesse cenário interessa-nos compreender de que modo as práticas coletivas tradicionais locais – como o adjunto do babaçu, o arrobo do boi, a coleta do buriti e do pequi, as limpas de roça, as celebrações religiosas, as festas etc –, que sustentam a reprodução de um modo de vida ancorado em sociabilidades dantes orientadas pelo interconhecimento e parentesco (WOORTMANN, 1995), calendários naturais, particular relação com a terra etc, são impactadas pelo agronegócio, pelas novas referências da telemática e migrações, tendo por referência também o contexto maior de globalização econômica e mundialização cultural em que está inserido.

## **2. Práticas coletivas locais: permanências e trânsitos no Jenipapo.**

A localidade Jenipapo situa-se a 6 km da cidade, distância normalmente percorrida por motocicletas e pelo ônibus escolar que, além dos estudantes, transporta gratuitamente os moradores, visto não haver transporte comercial para as localidades rurais. Ali existem 33 casas, quase todas distribuídas ao longo da via, habitadas por volta de 120 pessoas. As casas são, na sua maioria, construídas de adobe, rebocadas e caiadas em cores variadas e cobertas de telha (mais antiga ou de modelo canal). Têm piso de cimento ‘queimado’ e, algumas, piso de cerâmica. Apenas duas casas têm teto

---

<sup>5</sup> Para visualização mais clara da equação agronegócioXgeração de postos de trabalho, ver Silva, 2014, onde a autora esclarece a baixa capacidade de geração de empregos do agronegócio neste município.

coberto com palha de buriti, como antigamente predominante. Os tetos variam entre madeira roliça ou serrada, ambas provenientes do cerrado. Algumas construções mais recentes vêm adotando o tijolo de 06 furos e a madeira serrada. Todas as casas possuem energia elétrica e em quase totalidade encontramos água encanada, assim como banheiro asséptico, seja interno ou externo a casa.

As fontes de água são o próprio brejo, antigamente a única, um açude que serve ao gado e os poços. Desses, os mais antigos (tipo cacimbão) estão presentes em quase todas as casas. Do poço perfurado se origina um chafariz com 03 torneiras, as quais, no passado, serviram a todos que ainda não haviam “puxado água pra casa”, e um cano alimentador de uma caixa d’água que serve a todos os moradores.

O cotidiano da via central é dinamizado pelas constantes motocicletas, ônibus escolar, deslocamento de homens e mulheres para o trabalho e para a cidade. Há trânsito de cachorros, galinhas, cavalos e bois, compondo mais claramente a cena de um rural como costumamos projetar. Todavia, diferentemente do passado, os animais do criatório são, agora, mantidos presos em virtude dos extensos campos de soja, que são abertos.

Na localidade existe uma estrutura mínima de equipamentos à qual recorrem os locais: 01 casa de farinha de ‘projeto’ e 01 privada, 01 piladeira de arroz; 01 mercadinho, 01 clube, 01 bar; 01 venda de gasolina<sup>6</sup>, 01 venda de gás, 01 escola, 01 igreja católica. Não há posto de saúde e a visita do PSF, por meio dos agentes, não é regular e nem mesmo frequente. É na igreja que acontecem as celebrações coletivas mais importantes da comunidade: o festejo de São Lázaro (fevereiro), a Via Sacra da Semana Santa, as celebrações semanais encabeçadas pelas lideranças locais, alguma novena, a missa e os batizados e casamentos. Os bailes do clube acontecem durante os festejos, no sábado de aleluia, no dia 1º de janeiro ou em ocasiões outras de interesse dos locais e adjacências.

A agricultura é feita na área dos “baixões”, onde a terra é fértil e propícia à policultura. Na roça planta-se arroz, feijão, mandioca em terra arada por trator e, no caso de algumas famílias, também o milheto, um pequeno grão semelhante ao sorgo<sup>7</sup>. Na sistemática entendida aqui por provisionamento, as famílias se alimentam do que produzem, mas também comercializam o excedente, além do pequi e do buriti. Um

<sup>6</sup> Como nas demais localidades da região, também no Jenipapo vende-se gasolina acondicionada em vasilhame pet.

<sup>7</sup> Segundo os locais, essa cultura, introduzida no cerrado pela monocultura da soja, hoje é largamente utilizada na alimentação das galinhas, por ser de preço mais baixo que o milho e de uso possível tanto para animais jovens quanto adultos. Do estágio de compra do produto, os agricultores vêm passando a ocupar alguma área na plantação da roça com o citado grão.

pequeno número de famílias cultiva áreas às margens do brejo, com práticas de desmatamento e queima do terreno, também soltando o gado para pastar as capoeiras<sup>8</sup> ou o capim por nascido no tempo das chuvas.

As práticas coletivas estão presentes tanto no trabalho da roça, quanto na devoção, no extrativismo e no lazer local. Como se pode ver, o modo de vida encontrado no campesinato em discussão exibe uma complexidade de pautas, práticas e vivências, em curso dialógico com o seu entorno – as quais constituem espaço de intensas sociabilidades – organizando, gerando sentidos e criando as condições para a reprodução local nos atuais termos ali delineados. Não obstante a relevância de todas as atividades e de cada uma delas para a reprodução do modo de vida local – retraduzidas ou não pelas trocas da contemporaneidade – nos limites deste trabalho analisamos o adjunto do babaçu.

### **2.1 O adjunto do babaçu**

Em primeira observação o adjunto constitui-se num trabalho coletivo das mulheres da localidade, facilmente encontrado no meio rural do Piauí, com vistas à quebra do coco babaçu para retirada da amêndoa. Durante os percursos etnográficos as mulheres não souberam apontar quando e porque iniciaram a trabalhar juntas, acreditando que possivelmente tenham se inspirado no trabalho na roça, onde os homens agricultores realizam mutirões de limpa e colheita. Em campo, não conseguimos reunir evidências da precedência do trabalho coletivo masculino em relação ao feminino. No Jenipapo todas as mulheres jovens e/ou adultas quebram coco seja para o consumo doméstico, para gerar renda própria ou para ambos. Para aquelas que não têm outra atividade, a grande maioria, esta é a via de alguma capitalização feminina, somada ao criatório de galinhas.

No caso em apreço o adjunto sempre acontece na casa da “dona dos cocos”<sup>9</sup>, o que faz o grupo de mulheres percorrer quase todas as casas da localidade, num ritual repetido mais de uma vez por semana e por todo o ano. No Jenipapo as amêndoas provenientes do adjunto são utilizadas no fabrico do azeite para consumo doméstico e, em alguns casos, para a venda do seu excedente, cujo recurso é administrado pela mulher. Na época da construção das informações o litro de azeite custava R\$10,00, necessitando-se de três litros de amêndoas para produzi-lo.

<sup>8</sup> Área de roça que já teve seus legumes colhidos.

<sup>9</sup> Existem localidades rurais que possuem um local fixo para a quebra coletiva do babaçu.

O trabalho das quebradeiras ocorre em meio às suas atividades domésticas de reprodução (CARNEIRO, 1976) e atualmente, junto às mais jovens, é combinado com as atividades escolares. Desse modo, o adjunto apenas começa por volta das sete horas, quando as providências em relação ao café da manhã, às crianças, ao almoço da família e ao pequeno criatório já foram tomadas. Essa rotina é parte constitutiva da divisão social do trabalho e da correspondência de papéis na dinâmica camponesa local.

Nas famílias em que o marido está empregado temporariamente nas fazendas de soja a mulher fica mais desobrigada de providenciar o almoço e assim fará a refeição no próprio adjunto, como explicado à frente. Essa condição permite, por vezes, que ela e os filhos pequenos permaneçam no local por todo o dia, apenas retornando à casa no fim da tarde. Se durar apenas um dia, o adjunto se encerra por volta das 17 horas ou quando acabar os cocos. Não há celebração prévia dessa regra, mas uma orientação cultural das trocas locais que faz com que as mulheres se organizem dessa maneira.

Após se liberarem “das obrigações de casa”, as quebradeiras, munidas de machado, cacete<sup>10</sup> e um pequeno vasilhame plástico, de alumínio ou cuia, o qual permanecerá junto a si, recebendo as amêndoas por ela retiradas. As quebradeiras com filhos pequenos e que não dispõem de alguém para suporte com as crianças (mãe, avó, tia) levam-nas para o adjunto. No ambiente do adjunto, portanto, a presença de crianças é algo comum, como também nos demais trabalhos da família rural. Diferentemente de outros trabalhos rurais, não presenciamos crianças quebrando coco, talvez em função do risco implicado no trabalho.

No espaço repicado pelos sons da interação quebradeira-cacete-coco-machado e pelas vozes das demais, as crianças brincam com os cocos, com as cascas, correm pelo entorno, choram e se calam. São amamentadas ou recebem o alimento preparado - de acordo com as idades -, dormem e acordam. Se muito pequena, a criança adormece e é posta numa rede da dona da casa, armada no quarto ou sob as árvores próximas. É também no fogão da anfitriã que a mamadeira é esquentada, se necessário. É comum no dia do adjunto as filhas casadas virem à casa da mãe quebrar o coco e também ajudar no preparo da alimentação, combinando os dois trabalhos com o cuidado das suas próprias crianças e das demais que permanecem transitando no ambiente. É essa prática de reciprocidade (MENEZES, 2006) que permite a presença da mulher com filhos no

---

<sup>10</sup> Pequeno pedaço de madeira, medindo por volta de 40 cm e com diâmetro de 5 cm, escolhido dentre as madeiras mais resistentes e pesadas, com o qual se bate no coco babaçu colocado contra o gume do machado. Em alguns locais do Nordeste é também chamado de macete (SILVA, 2011a).

adjunto, dando viabilidade à sua sobrevivência social e material, uma vez que de outra maneira a mesma ficaria impossibilitada de partilhar dos encontros e não acessaria o produto material e simbólico resultante da quebra coletiva do coco.



Figura 1: Ambiente do adjunto de coco babaçu. Jenipapo, Sebastião Leal-PI, maio de 2012. Fotografia: Valéria Silva.

A quebra do coco acontece numa casa coberta com palha de babaçu, sem paredes, ou – mais comum – na sombra de uma árvore. Por todo o dia, este será *um ponto de encontro, de sociabilidades* na localidade. Ali param os que passam na rua, idosos, crianças e pessoas do sexo masculino, os quais não se envolvem na quebra. Todos conversam igualmente, tomam café, partilham do ambiente constituindo um momento rico de sociabilidades locais. Chegada ao local, a quebradeira prepara o ambiente de trabalho. Arruma um assento no chão próximo ao monte de cocos disponibilizado pela dona da casa; aproxima uma parte dos cocos de si e acomoda-se para iniciar seu trabalho, mas não sem antes cumprir o ritual de entrada no grupo: cumprimento às demais, alguma brincadeira, algum comentário sobre o dia anterior e considerações sobre algum outro adjunto. Neste, os fatos cotidianos mais comentados eram a falta de energia na localidade (que assim permaneceu por uma semana) e um crime ocorrido na cidade de Bertolândia, pequena cidade a 19 km. Os comentários sobre a energia revelavam a omissão do poder público, a dificuldade de tratar com as instituições, agências do Estado; a pouca compreensão das lógicas de procedimento, responsabilidades e alcances da burocracia do Estado, bem como as fragilidades da própria e suposta condição cidadã partilhada no local. Sobre o assassinato, esse se agigantava nas narrativas ‘em neon’, impondo o tratamento de questões como adultério, trio amoroso, formação de quadrilha para o crime, ocultação de cadáver, uso de drogas, migrações etc., aspectos incomuns ao lugar e relacionados às dinâmicas das cidades grandes, originários das relações complexas e amparados pelo anonimato, mas

ocupando, naquele momento, o núcleo central das sociabilidades daquele grupo social de uma comunidade rural do sudoeste do Piauí, a 435 km da sua capital. O celular e a televisão penetravam no ambiente costurando relações, estupefações e vereditos, convocando todas ao debate e não permitindo o silêncio a ninguém.

Com o machado sob a perna dobrada, a quebradeira escolhe um primeiro coco a ser partido, inaugurando uma longa série de repetições do hábil gesto. Todas cumprem o roteiro não combinado verbalmente, mas consolidado a partir de vivências transgeracionais existentes há décadas. Entre uma pancada/quebra/retira e outra, seguem conversando, contando piadas, atendendo aos filhos, falando da sua vida, atualizando, assim, o cotidiano e os códigos do lugar. Quando os adjuntos anteriores vêm à baila surgem as considerações sobre quem quebrou mais, quem foi embora cedo, quem “é mole”, quem “vem mesmo”. Por meio de tais atributos que delineiam as identidades atribuídas e reconfirmadas pelo grupo a cada uma das quebradeiras participantes, são confirmados os lugares sociais que cada uma ocupa nas relações mantidas por todas.

Tratam também sobre os programas da televisão, especialmente as novelas, que chegam por suas antenas parabólicas, adquiridas comumente com os recursos acessados através do trabalho dos homens nas fazendas de soja do agronegócio. Recursos que também viabilizam a aquisição dos celulares que, por vezes, substituem o cacete nas mãos femininas enquanto ágeis movimentos buscam um vídeo para partilha com as demais ou a música - “baixada da internet” - preferida por todas. Das novelas comentam sobre os enredos e os personagens com familiaridade e naturalização inquietantes, trazendo para o ambiente de suas vidas personagens, histórias e trajetórias urbanas virtuais, inseridas em contextos culturais distantes e estranhos àqueles que partilham. Com isso, borram as fronteiras que marcaram as análises dicotômicas da relação rural-urbano, conforme nos apresentam Sorokin (1981) e Mendras (1979). No Jenipapo, não raro o amontoado de cocos resultante da coleta familiar divide a cena com um equipamento de última geração tecnológica, a antena parabólica, que a todo instante traz notícias de todo o mundo, intercambiando a vida local com as dinâmicas globais.

Na localidade a maioria das mulheres “ajunta o coco” nas pequenas propriedades da família, ocorrendo também o arrendamento dos cocais por parte daquelas que não possuem terras ou que não têm coco babaçu em suficiência. O pagamento da renda é feito em azeite de coco e o acordo varia de “meia” até de 4/1. Além do arrendamento, também existe a prática da doação por parte de quem “não

aproveita o coco” para mulheres da sua relação de parentesco, vizinhança e/ou amizade. Nesse caso também há retribuição em forma de azeite por quem recebe a dádiva, porém a quantidade a retornar é decidida pela agora dona do azeite e não obedece a um parâmetro racional, como no caso do arrendamento.

Não há quantidade mínima, nem máxima de mulheres para compor o adjunto. O campo apontou que o total de pessoas presentes depende das (im)possibilidades de cada mulher naquele dia. Algumas mulheres vêm ao adjunto, voltam em casa para providências e retornam novamente, conferindo certa rotatividade às presenças. Pudemos perceber que a permanência ininterrupta depende também do vigor das relações comunitárias mantidas pela “dona do coco”. Algumas mulheres informam que estão ali “porque ela [a dona dos cocos] sempre quebra pra mim e eu pra ela”; “porque ela quebrou pra mim no meu adjunto”. Comentários sobre a pessoa também surgem nas justificativas de presença no adjunto. “Ela é uma boa pessoa”; “uma pessoa de acordo”; “é gente da gente”. Assim, para poder receber o fruto do trabalho coletivo sem dispêndio financeiro a mulher tem de estar incluída no circuito das sociabilidades locais, alimentando as relações, realizando trocas materiais e simbólicas.

As mulheres mais jovens por vezes trabalham por pagamento em dinheiro, na sistemática de diária, apropriando-se da renda gerada. Assim o fazem porque o trabalho no adjunto para o grupo familiar é feito pela mãe, liberando-a de tal compromisso coletivo, posto que solteira. O dinheiro gerado é aplicado em despesas pessoais, o que pode incluir, no caso em análise, sapatos, roupas de marca, perfume Natura, celular e/ou outros produtos, às vezes, adquiridos pela internet, com o uso do cartão de crédito.

À medida que o amontoado de cocos situado no centro do adjunto diminui, a dona do adjunto vai fazendo a reposição a partir de um monte bem maior que fica próximo, secando ao Sol ou já anteriormente transportado para o local da quebra, como diz Dona Bela: “Eu tenho de ajeitar as muié, né? Os coco é meu, tenho de ajeitar”. Simultaneamente, vai retirando as cascas que se avolumem próximo a cada quebradeira, as quais serão utilizadas para o fabrico do carvão para cozinha, e as leva para um lugar apropriado. As atividades do coco são um trabalho da mulher, visto que no mesmo horário o marido normalmente desenvolve as atividades da roça.

Pudemos ver que a agilização providenciada cumpre também certa divisão/racionalização do trabalho, no sentido de otimizar o rendimento do turno cumprido. A dona da casa *livra-se* de parte mais exigente do trabalho e,

simultaneamente, evita que o tempo das quebradeiras seja utilizado com o transporte dos cocos e das cascas entre o quintal e o local da quebra, interferindo negativamente na produtividade final do dia trabalhado.

O monte de cocos que descansa no quintal e ao qual recorre a dona da casa desnuda o exigente trabalho já realizado pela família dias antes ou, às vezes, apenas pela mulher da casa, auxiliada por jumentos e/ou cavalos: a cata do coco no mato. Os frutos são catados um a um, por meio de trabalho manual, debaixo das palmeiras de babaçu que possuem cachos maduros, portanto, apropriados para a quebra. Já em casa serão expostos ao sol, pois no dia do adjunto o coco deverá estar seco, do contrário a amêndoa não soltará facilmente durante a quebra, provocando perdas de amêndoa e de tempo das quebradeiras. Assim, é do interesse de todas – especialmente da “dona dos cocos” – a anterior secagem dos frutos.

Além de gerenciar o adjunto é também obrigação da “dona dos coco” oferecer o almoço para as quebradeiras. A ela e à sua família cabe o preparo da comida e da garrafa do café tomado durante a quebra, combinando a assistência ao coco com a vigilância às panelas. Dos cardápios servidos na refeição, é comum feijão, arroz e frango frito. O feijão provém da roça da família e o arroz do comércio da cidade, “porque não vale a pena plantar, mais não. É mais barato comprar”, como informa o Seu Marcos que trabalha de roça há mais de cinquenta anos. Conforme diz, o arroz proveniente do agronegócio existente “no Goiás”, por se tratar de produção em escala, reduziu o preço do mesmo, não compensando ao agricultor pagar diárias cobradas “a preço de fazenda (de soja)” para cultivar o grão. Tal fenômeno tem implicado na mudança da escolha de quais cultivares manter nas roças locais, sendo o arroz paulatinamente abandonado. Pudemos perceber que a possibilidade de compra também tem sido viabilizada pela injeção de capital vinda de programas sociais, como o bolsa-família e a aposentadoria rural.

Uma constatação que não é imediatamente visível é o fato dos agricultores locais, ao consumirem o arroz produzido pelo agronegócio, aquecerem essa sistemática de produção e, por extensão, passar a fazer parte do processo de modificação das relações no campo que o agronegócio desencadeia, tanto em relação à posse/uso/propriedade da terra quanto ao tipo de exploração do trabalho e do solo, a exemplo do que enfrentam localmente em relação à produção de soja, milho e algodão, hoje em franca expansão nos cerrados piauienses.



O frango servido às quebradeiras é o frango de granja, produzido em escala e adquirido no comércio de Sebastião Leal e também, neste item, a aritmética orienta a escolha. Para a mulher agricultora a galinha caipira é produto mais caro, por isso é reservado para alguma capitalização futura, por meio da venda, ou é destinada ao consumo em situações especiais. Seja pelo consumo do milho ou do próprio frango de granja os agricultores vêm fazendo parte do mercado local/regional, o qual dialoga com os processos nacionais e globais de produção, circulação e consumo de produtos.

Quanto ao almoço, nem todas as quebradeiras usufruem do momento coletivo. Algumas, em face de compromissos familiares, por volta do meio dia levam o prato oferecido para casa ou seguem para almoçar sua própria comida, preparada anteriormente. De lá retornam após lavar a louça do almoço, em torno das duas e meia da tarde, permanecendo no trabalho coletivo até próximo das seis horas “ou então quando o monte acabar”.

### **3 Considerações finais**

Quando os fluxos culturais tornam-se globalizados, as práticas e as identidades culturais são flexibilizadas, tornando-se menos vinculadas a tempos, lugares, narrativas históricas e tradições. Por outro lado, num cenário de múltiplos cruzamentos culturais, atores sociais podem se organizar em torno de códigos específicos de autoidentificação, de memórias territorializadas, fortalecendo suas referências, alcançando maior visibilidade de suas práticas e particularidades simbólicas, tornando assim os elementos distintivos da comunidade cultural reconhecidos pelos diversos Outros com o quais dialoga e dos quais se opõe.

Se, no contexto urbano, as experiências de pertencimento cultural - a constituição dos indivíduos enquanto sujeitos pertencentes a determinado grupo -, respondem cada vez mais às construções e veiculação de narrativas midiáticas sobre o que venha a ser sulista ou piauiense; no cenário rural, a lógica parece ser outra. A produção de identificações com a comunidade rural se dá mais em torno da transmissão de saberes intergeracionais, de memórias e práticas compartilhadas, de papéis sociais e, por conseguinte, da reprodução do modo de vida local, o que está, assim, intimamente associado ao reconhecimento e à valorização da cultura do grupo pelo próprio grupo.

Com o trabalho de campo pudemos perceber que a prática coletiva do adjunto do babaçu está presente na sustentação do modo de vida do Jenipapo, contribuindo para

o seu reforço, mas sem concebê-lo como clausura cultural. Ao invés disso, a reprodução se revela a partir de intercâmbios culturais entre local-global e rural-urbano. A etnografia do adjunto expôs certa racionalização no trabalho e do consumo, bem como a expansão deste último. Prefere-se comprar o arroz e o frango no comércio local para otimizar o orçamento num duplo movimento de economizar custos com diária e comprando produtos mais baratos. Outra dimensão do consumo fica evidente a partir das antenas parabólicas, televisão e do celular, de modo que a programação televisiva e as informações compartilhadas passam a compor as narrativas do adjunto, com similar familiaridade às narrativas de acontecimentos estranhos e/ou rotineiros entre moradores da localidade. Também as compras via internet colocam a localidade no fulcro das práticas globais/regionais/locais, fazendo-a interagir com todo o arsenal cultural disponível na rede, retraduzindo-o para as particularidades na vida no lugar.

Quanto ao agronegócio, sua presença se revela não apenas através da ausência de maridos e filhos rapazes das quebradeiras, mas também por meio dos produtos consumidos, das práticas paulatinamente adotadas localmente e das relações de largo espectro, como evidenciado.

Em relação aos jovens, a sua inserção no adjunto aproxima-se das atuais demandas globais de pagamento de salários por serviços prestados, mas não se tratando apenas de uma inserção individualizada no processo de trabalho do jovem. Baseia-se na hierarquia familiar ainda preservada na localidade em relação a diversas atividades. As relações com o grupo e com o território ainda parecem evidentes para as construções identitárias dos jovens locais e sua identificação com o grupo.

Diante dos trânsitos observados, o campo parece fornecer-nos cenários dos modos de conceber as práticas, os modos de vida e, de resto, as identidades na contemporaneidade a partir das noções de fluidez, câmbio, hibridismo e diálogos.

#### 4 Referências

BLUME, Roni. **Território e ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. [2004]. 179 f. Dissertação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: 2004. p. 54-87.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 11, out. 1998. p. 53-75. Disponível em:  
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>> Acesso em 25.ago.2010

\_\_\_\_\_. Terra da pobreza: um estudo antropológico de uma comunidade rural piauiense. 1976. 190f. Dissertação (Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio Janeiro), Rio de Janeiro, 1976.

DANTAS, K. P. e MONTEIRO, M.S.L. Custos dos efeitos internos da produção de soja no cerrado piauiense. **Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, vol 48, nº 4, out/dez 2010.

FAVARETO, Arilson da Silva. A longa evolução da relação rural–urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. In: **R U R I S. Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**. vol. 1, n. 1. Março/ 2007. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/646>>. Acesso em: 02.jul.2010.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: UNICAMP, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 29.maio.2014.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico**. Brasil: 2010.

MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In: MENDRAS, Henri; GURVITCH, Georges; COURTAINE, P. e BOSI, S.P. **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MORAES, Maria Dione Carvalho D. Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí. In: ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas sócio-espaciais**. Fortaleza: BNB, 2006. p. 173-209.

\_\_\_\_\_. **Memórias de um sertão desencantado** (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2000, 475 p.

MARQUES, Maria Inês Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.) **Campesinato**. Territórios em disputa. São Paulo: expressão popular, 2008, p. 49-78.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Reciprocidade e campesinato. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.) **Polifonia do Dom**. Recife: Ed. UFPE, 2006.

VEIGA, Jose Eli da. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, mai/ago 2006. Disponível em: <<http://periodicos.usp.br/eav/article/viewFile/10164/11750>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

SCHNEIDER, Sergio. Ciências Sociais, Ruralidade e Territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v.4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009. Disponível em: <[file:///C:/Users/Dell/Downloads/territorialidade%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/territorialidade%20(1).pdf)>. Acesso em: 12.dez.2012

SILVA, Valéria. Pequenos municípios e agronegócio: dinâmicas e impactos em Sebastião Leal-PI. In: **Informe Econômico**. Ano 16, n. 31, jun/2014. Teresina: UFPI, 2014. p. 69-79.

SILVA, M. Valéria da. **Pisando em terra firme(?)**: identidades juvenis e reprodução social na localidade rural Roça Nova, Sebastião Leal-PI. Relatório de pós-doutoramento [2011]. 175 f. (CPDA-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: 2011a. p. 74-94.

\_\_\_\_\_. Rabicheiros e bazuqueiros: identidades juvenis rurais na diáspora do agronegócio. In: III Reunião Equatorial de Antropologia/**XII ABANNE**, 2011b: Boa Vista-RR. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/213993760/Anais-III-Rea>>. Acesso em: 03 mai. 2014

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C. e GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Sousa. **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 198-224.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15 out. 2000, p. 87-145.

WOORTMANN, E. Teorias do campesinato. In: **Herdeiros, Parentes e compadres**. São Paulo-Brasília/Hucitec-Edunb, 1995, p. 30-66.

## GT 09 – Cultura e comunicação no mundo rural

### PRODUÇÃO DE BOA GENTE NO CAMPESINATO QUILOMBOLA AMAZÔNICO

Claudiane de Fátima Melo de Sousa<sup>1</sup>  
Adelson Luís Cardoso<sup>2</sup>

#### RESUMO

A agricultura familiar tem passado por intensas transformações, muitos autores apontam essas transformações como formas de se reinventar, assim como criar estratégias para manter-se enquanto sistema social e de produção ante as pressões exercidas pelo grande capital e pelas necessidades que este gera. O objetivo desta pesquisa é analisar as diversas estratégias que duas comunidades rurais quilombolas de Abaetetuba-PA tem explorado para se inserir na economia de mercado, competir com produtos diferenciados, vencer o êxodo rural, a precarização e a pobreza, e, ainda se autoafirmar enquanto sujeitos sociais e políticos.

**Palavras Chave:** Campesinato. Capitalismo. Filhos do Quilombo. Agricultura Familiar. Estratégias de reprodução camponesa.

#### Introdução

Este trabalho deu-se sob o enfoque da Antropologia Econômica, e percebe as populações tradicionais sob uma perspectiva que refuta o *Homo oeconomicus*, e que sua economia está imersa nas relações sociais (POLANYI, 2000). A metodologia adotada primou pela antropologia interpretativa, e a coleta de dados se baseou na aplicação de questionários e na observação direta. A partir da antropologia interpretativa, a incursão em campo privilegiou

---

<sup>1</sup> Mestranda em Antropologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: [claudiane.ethosamazonida@gmail.com](mailto:claudiane.ethosamazonida@gmail.com).

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo da Secretaria Municipal de Agricultura de Abaetetuba, Graduando de Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA. E-mail: [adcardoso@hotmail.com](mailto:adcardoso@hotmail.com).

um olhar a partir da antropologia interpretativa (GEERTZ, 1989) procurando apreender o ponto de vista dos atores sociais e articular seus horizontes com o dos pesquisadores, e assim, dar sentido ao que estava sendo observado (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2007). A pesquisa ocorreu nas comunidades África e Laranjituba, em Abaetetuba-Pará, no ano de 2012 e passou por uma atualização de dados em Dezembro de 2013.

Este trabalho está dividido em três partes, na primeira há reflexões acerca do aniquilamento ou não do campesinato. Uma discussão que se baseou em pressuposto marxistas da supremacia do sistema de produção capitalista sobre todos os outros. Continua esta discussão, mas inserindo a agricultura familiar, com breves delineamentos no que concerne a questão do campesinato e da agricultura familiar. Se o campesinato foi aniquilado pelo capitalismo e foi substituído pela agricultura familiar, ou ainda, se a agricultura familiar é apenas a reinvenção do campesinato, preservando, no entanto as suas tradicionais características. Na segunda parte os autores buscam diferenciar as lógicas de produção camponesa, da lógica capitalista, utilizando como base principal a obra de Michel Taussing (2010) *O diabo e o fetichismo da mercadoria*. E na terceira parte adentra-se nas atividades que as comunidades vem realizando para inserir seus produtos no mercado e sem perder suas identidades sociais e políticas, num projeto que gera ocupação e renda, evita o êxodo rural, supera a extrema pobreza e ainda é elemento fortalecedor da cultura e identidade negra quilombola.

É a partir das análises de Karl Marx (1818-1883) sobre o sistema econômico capitalista que a economia camponesa aparece como um modo de produção em vias de desaparecimento, pois a universalização do modo de produção capitalista não tardaria a aniquilar outras formas de produção. Seguindo nesta ótica Lênin (1870-1924) e Kautsky (1854-1938) são os maiores expoentes e influenciadores de estudiosos brasileiros acerca desta discussão. Todavia o debate não se encerra aí, mas se estende até os dias atuais, visto que há muitos contrapontos a esta teoria.

Neste trabalho será defendida a tese de que a agricultura de base camponesa está inserida na economia capitalista, mas não foi por ela aniquilada, antes, utiliza os espaços por ela aberto e também cria os seus para garantir sua reprodução econômica, que não se dá unicamente pela troca mercantil, mas tem ainda outras formas (economia solidária e reciprocidade). Os autores creditam à organização social e política das populações tradicionais, a capacidade peculiar de se adequar a diferentes realidades e o protagonismo da

família na divisão e consecução das atividades agropecuárias e não-agropecuárias do lote, as formas que dão base para a resistência e reinvenções de seus modos de vida, mesmo ante a um sistema econômico tão agressivo quanto o capitalismo.

E para fins de entendimento, neste trabalho, agricultura familiar e modo de vida camponês serão utilizados como correspondentes, por compreender que o camponês está inserido na categoria agricultores familiares, independente desta está inserida ou não no mercado.

### **O avanço do capitalismo e a supressão do modo de vida camponês, um debate em ação**

No Manifesto do Partido comunista (1864) Marx e Engels iniciam afirmando que “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” e continuam, “Entretanto, (...), a época da burguesia, (...). A sociedade divide-se cada vez mais (...), em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado”. (Marx e Engels, 2007, p. 47). Os autores e mais veementemente Marx em outras obras, consideravam que a classe burguesa proletarizou e continuaria este processo em todas as classes, a grande indústria expropriaria os outros meios de produção e de propriedade, existindo, então, unicamente a propriedade burguesa.

As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado: uns porque seus pequenos capitais, não lhes permitindo empregar os processos da grande indústria, sucumbiram na concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade profissional é depreciada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população. (p. 55).

Seguindo uma ótica ancorada na teoria marxiana a respeito da expansão do capital e supressão de outros modos de produção, Lênin e Kautsky são autores bases para a questão central que ronda o campesinato desde então, ou seja, o seu aniquilamento e proletarização total. Lênin defendia a tese de que o campesinato passaria por uma diferenciação interna, tornando uns proletários rurais e outros camponeses burgueses. (CARNEIRO, 2009). Para Kautsky a pequena agricultura seria absorvida pela indústria, servindo à economia capitalista, sobretudo, como viveiro de força de trabalho.

A adoção do termo agricultura familiar, para Pereira (2005) significa o Estado brasileiro endossando a tese de que o campesinato teria desaparecido. Tedesco (1994) propõe uma revisão nos estudos clássicos que pressupõem o desaparecimento da economia camponesa, ou então como um modo de produção independente que paulatinamente se transformaria em agricultura familiar.

Este autor, também, critica o olhar evolucionista sobre a agricultura camponesa, que a vê em uma linearidade, que necessariamente deve seguir uma linha sucessória de eventos que, irremediavelmente, a levará ao aniquilamento. E propõe o estudo de realidades específicas em contextos específicos, sem, no entanto, desconsiderar o ambiente global do qual faz parte a agricultura familiar, a suas estratégias de reprodução, como ela se relaciona com o capital, e como se define e redefine. Desta forma compreende que a pequena produção está integrada às empresas capitalistas, mas ainda assim não abandonou seus modos específicos de produção e conclui:

Precisa-se de estudos que privilegiem menos os elementos estruturais e que mergulhem nas práticas sociais, no sentido de perceber como os grupos sociais se potencializam em forças sociais, criando e determinando trajetórias variadas, com dimensões constitutivas do real, multidimensionais (econômica, política, cultural, simbólica...). Isto significa apreender o feixe de relações que propiciam a compreensão de que os fenômenos sociais, econômicos e históricos se manifestam na multiplicidade de suas dimensões e heterogeneidade do espaço agrário e social neles envolvidos. (p. 111).

Estudos mostram que a agricultura camponesa se transmutou, e não está isolada, mas estabelece relações com a economia capitalista pelas trocas econômicas. Para Tedesco, esta relação do/a camponês/a com a economia capitalista não se mostrou capaz de alterar o modo particular de vida do/a camponês/a. Já para Santos (1981) a agricultura camponesa historicamente esteve subordinada aos diferentes tipos de capital.

Primeiro esta subordinação se deu no capitalismo comercial, ainda no século XIX, o colono vendia os excedentes de sua produção ao vendista rural, que por sua vez revendia esta produção aos comerciantes da cidade. O vendista adquiria no comércio produtos manufaturados e até mesmo outros produtos agrícolas e revendia para o colono. O problema nesta relação comercial era a drenagem dos recursos do colono, face a desvalorização de seu produto, diante dos manufaturados.

Segundo a subordinação se deu pelo capital industrial que por meio da relação monetária se apropria do produto do trabalho cristalizado do agricultor e ainda, o capital industrial retira do produtor a autonomia sobre a organização do trabalho, impondo regras de produção nos contratos de compra de produção.

Terceiro, com a expansão da modernização da agricultura, com a injeção de capital financeiro no campo e o alto uso de insumos. Cabe ressaltar que o camponês estava completamente excluído dessa forma de produção. Por ser pauperizado e tido como resistente a tecnologias.

E há ainda uma quarta forma de subordinação da agricultura familiar ao capitalismo, é a subordinação do camponês à propriedade privada da terra. A terra que para agricultores familiares é um bem inalienável, mas que pode ser dividida, compartilhada, adquire status de mercadoria dentro da ótica capitalista.

Para Pereira (2005) a agricultura de base camponesa está inserida na economia capitalista produzindo o que para o agronegócio não é rentável. Já para Júnior & Dutra (2008) o modelo de desenvolvimento rural brasileiro tem privilegiado o agronegócio e o latifúndio, não possibilitando à pequena agricultura condições reais de reprodução, o que não significaria sua extinção, mas condições mais duras de sobrevivência e resistência. E esta resistência está amplamente ancorada na defesa de modos de vida específicos e de reprodução não só da vida material, mas também da social, política, econômica e cultural.

### **Produção de *boa gente* e produção de mercadorias: Uma diferença crucial**

Ao produzir os seus meios de existência o homem está mais que produzindo sua vida material, mas o modo como produz os meios de sua existência diz respeito a formas específicas de manifestar sua vida, ou seja, o modo de produção é também seu modo de vida. (Marx e Engels, 1989), assim o modo de produção camponês ou familiar difere e muito do modo de produção capitalista. Pois dizem respeito ao modo como os membros dessas sociedades se organizam, se relacionam e dão sentido à sua vida.

“O lendário pacto com o diabo é uma acusação contra o sistema econômico que força os homens a trocar suas almas pelo poder destrutivo das mercadorias.” (TAUSSIG, 2010, p 18). Em *O diabo e o Fetiche da Mercadoria na América do Sul*, Taussig traz à luz o



significado social do diabo nas narrativas dos trabalhadores nas minas de estanho na Bolívia e de canaviais na Colômbia. Nesta obra o autor faz uma análise da interpretação que camponeses e proletários fazem da economia, cada qual dentro de sua lógica própria. E são as diferenças entre os dois modos de produção e como são percebidos e interpretados que interessa a partir daqui. Principalmente por se assemelhar ao que se observa na agricultura familiar na Amazônia.

No Vale do Cauca (Colômbia) operam simultaneamente dois sistemas de trocas que são antitéticos o sistema de reciprocidade e de autorrenovação e o sistema da troca desigual e da autoextinção. O primeiro é o sistema de produção camponesa e o segundo o capitalista, representado pelo agronegócio. A autorrenovação e autoextinção dizem respeito à exploração da força física do trabalhador. Enquanto no sistema camponês o trabalho nas roças é visto como menos intenso e mais prazeroso, tanto por questões físicas, quanto sociais. O trabalhador do agronegócio é explorado além de seus limites físicos e envelhece rápido. Não raramente, mesmo com menor remuneração, o trabalho para o capitalista é preterido pelo trabalho para o camponês.

Há também intensas diferenças sociais entre os dois sistemas. No modo camponês as pessoas estão unidas por relações pessoais, sejam de parentesco, de afinidade, de vizinhança e de culturas comuns. As relações de trabalho se dão por meio destas relações pessoais e não há um processo de acumulação de riquezas entre eles. As diferenças de posses entre uns e outros são atenuados por mecanismos de reciprocidade e redistribuição.

Já no agronegócio as relações são impessoais e opressivas. Os trabalhadores são pressionados a trabalharem até, ou além da exaustão. Suas individualidades são substituídas por números e se sentem continuamente explorados e enganados. É um trabalho que remunera mais que o trabalho camponês, mas não traz satisfação.

A diferença crucial entre as lógicas dos dois sistemas está no valor de uso e valor de troca. O capitalismo produz para a troca, e a lógica camponesa é baseada no valor de uso. Não que não comercializem seus produtos, mas no caso camponês a comercialização obedece à fórmula M-D-M (mercadoria A - dinheiro - Mercadoria B), já o capitalismo opera na lógica da acumulação que é representada pela fórmula geral do capital D - M - D' (Dinheiro - mercadoria - mais dinheiro).

O ciclo M-D-M parte do extremo de uma mercadoria e se encerra com o extremo de outra mercadoria, que sai de circulação e entra no consumo. Consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra, valor de uso, é, por conseguinte, seu objetivo final. O ciclo D-M-D, pelo contrário parte do extremo do dinheiro e volta finalmente ao mesmo extremo. Seu motivo indutor e sua finalidade determinante é, portanto, o próprio valor de troca. Marx, 1987, p. 157.

Para Eric Sabourin (2010) a agricultura camponesa e a agricultura familiar (o autor faz uma diferença entre as duas) operam em sistemas econômicos mistos, o de troca e o de reciprocidade. E segundo ele, em situações de sistemas mistos as lógicas podem se articular de três formas:

“i) justaposição de mundos paralelos, ii) complementaridade reversível; iii) contradição, com dois tipos de consequência : paralisia mútua das duas lógicas, ou domínio de uma sobre a outra.

Portanto, a coexistência pode se dar de maneira paralela e separada; pode ser mediante tensões por conta do antagonismo de sistema; pode ser também, de forma complementar, quando existe uma interface de sistema que permite articular as práticas de reciprocidade e as práticas de troca.

(SABOURIN, 2010, p. 5)

As comunidades África e Laranjituba estão operando entre estes dois mundos, no entanto sem ainda fazer *o pacto com o diabo*. A organização social, a gestão dos recursos materiais, pessoais e ambientais vem sendo geridos de forma comunal, buscando o bem e a satisfação de todos. De uma forma ou de outra, mulheres, crianças, jovens, homens e idosos estão inseridos nas relações de produção. Produzindo mais que bens, produzindo *boa gente boa* (Tedesco, 1994, p. 10).

### **A Pluriatividade das comunidades quilombolas África e Laranjituba**

As comunidades quilombolas África e Laranjituba, localizam-se na PA 483 (Alça Viária) km 68, Ramal do Caeté, município de Abaetetuba-PA. As duas comunidades são vizinhas e contínuas, e, por terem uma trajetória e formação comum são representadas juridicamente pela mesma pessoa jurídica, a Associação Quilombola do Baixo Caeté (AQUIBAC) – África e Laranjituba.

Juntas, África e Laranjituba, são constituídas por 53 famílias, distribuídas em 33 casas, sendo característica na formação dos domicílios a família extensiva. Estes grupos domésticos, comumente, exploram as mesmas unidades produtivas, trabalhando na forma de mutirão com outros grupos domésticos. A formação dos grupos de mutirão não necessariamente é por parentesco, embora seja difícil não encontrar entre os moradores pessoas que não possuam algum laço de parentesco entre si, uma vez que o casamento cruzado entre primos, embora não seja uma regra, é muito comum.

As atividades produtivas desenvolvidas pelas comunidades são a agropecuária, o extrativismo vegetal e animal e a confecção de artesanatos. Na produção agrícola as comunidades cultivam tanto culturas anuais quanto perenes. Embora o cultivo das perenes ainda seja bastante tímido.

A mandioca (*Manihot esculenta*) é a principal cultura dentre os cultivos anuais, que é comercializada após o beneficiamento da raiz, tendo como principal produto a farinha de mesa. O tucupi, a farinha de tapioca e a goma são sub-produtos e são produzidos em menor escala, voltados apenas para o consumo doméstico, salvo algumas exceções. O arroz (*Oryza sativa*), o milho (*Zea mays*) e o feijão (*Phaseolus vulgaris*) são cultivados nas entrelinhas da mandioca, e a produção é voltada para o consumo da família e para alimentação dos animais.

Como muitos quilombos na Amazônia, as comunidades África e Laranjituba se formaram em uma antiga fazenda, e hoje parte dos produtos extrativista foram cultivos da época escravista, como é o caso do cacau (*Theobroma cacao*). Além do extrativismo do cacau, as comunidades também coletam açaí (*Euterpe oleraceae*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), pupunha (*Bactris gasipaes*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), Castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*), entre outras espécies da flora amazônica. No extrativismo animal a pesca e a caça complementam a renda e alimentação das famílias.

Mas o diferencial destas comunidades não está na produção de alimentos, mas na produção de artesanatos das mais diferentes matérias. Com destaque para a produção de cerâmica refratária, que traz em si a história, os sonhos e a identidade de um povo. Assim como as manifestações culturais e a organização social e política.

Os grupos de dança, capoeira e música e o Mestre Jorge contam e cantam a história das comunidades, levam a alegria, o encanto e a vontade de mostrar sua cultura para todos/as, exaltando o orgulho de serem negros, quilombolas e agricultores familiares.

O levantamento no campo revelou alguns problemas que as comunidades enfrentam no campo da produção agrícola, baixa produtividade e dificuldades na comercialização. Acesso deficiente às políticas públicas, baixo nível de escolaridade e que, apesar de uma produção diversificada, boa parte das famílias vivia em situação de fome oculta, ou mesmo insegurança alimentar.

Neste contexto, com vistas a vencer estas dificuldades o Projeto Sociocultural e Ambiental Filhos do Quilombo teve e tem papel preponderante. Criado em 2001 nasceu a fim de promover a organização social na busca por melhorias na infraestrutura, e somente a partir de 2008 tornou-se um projeto com cunho identitário, voltado para as questões políticas e sociais e ambientais, buscando valorizar elementos da cultura negra e fomentando o debate em torno do ser e do fazer quilombola.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas no projeto, estão: Educação, Cultura, Ecoturismo, Identidade Afro-brasileira, Música (Mestre Jorge e o Banjo de Ouro e Grupo Filhos do Quilombo), Dança (Grupo Kizomba), Artesanato (macramê, vassoura de açaí, cestaria, artefatos em madeira, tala, fibra, cerâmica - **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.**), Feira quilombola, Produção de instrumentos musicais, Intercâmbio cultural, Encontro de mestres da oralidade, dentre outros.

O projeto político e social das comunidades era trabalhar na construção do sujeito social e político quilombola, mas este projeto não excluía o acesso a uma base material e as comunidades tinham clareza que a reconstrução de seu passado histórico, o recontar de suas histórias e a valorização de suas trajetórias e a afirmação cultural não seria possível sem criar estratégias de geração de renda. Assim todos os projetos estão interligados e no fim desejam o mesmo, melhoria da qualidade de vida de todos e todas, com inclusão social de verdade, recuperação da auto-estima e valorização da cultura, da identidade e do saber quilombola.

Tudo o que a gente faz aqui engloba a renda, entendeu? (...) por exemplo, o grupo de carimbó, ninguém receber nada pra tocar ou pra dançar por aí, mas vem o pessoal que compra, por exemplo, os curimbó que seu Olgarino faz (...) sempre tá trazendo gente de fora, que circula renda dentro da comunidade. (...) e se circula dinheiro todo mundo pega um pouquinho. (Vavá)

As comunidades trabalham articuladas, mas segundo as pessoas entrevistadas esta união somente concretizou-se após a emergência do grupo de dança Kizomba. O grupo Kizomba é estratégico em relação a importância social, política e econômica do grupo e é reconhecido por

muitos dos entrevistados como *o começo de tudo*, conforme a fala de uma das entrevistadas ressalta.

O Kizomba, ele veio pra unir as comunidades, a gente era muito separado. Aí hoje as comunidades elas são bem unidas mesmo, tanto é que no grupo do Kizomba às vezes tem cinco daqui [África] cinco de lá [Laranjituba], todo mundo unido, a gente toca junto. (D. Leocádia)

O grupo Kizomba pertence a todos, não tem componentes fixos e não tem limites e imposições para sexo ou idade. Embora muitas vezes ocorram ensaios para homenagens e reverências a Obalauê, o senhor das terras. Pedindo ou agradecendo boas colheitas. Na figura 4 o grupo Kizomba está em apresentação em um centro de convenções em Belém, e nesta apresentação como em muitas outras, o grupo musical Filhos do Quilombo e o grupo Kizomba se apresentam junto. Embora, em geral, estas apresentações não sejam remuneradas, para as comunidades elas são muito importantes, pois fortalecem os laços de solidariedade entre as comunidades e os diversos grupos familiares, e reafirmam sua identidade quilombola.

O grupo musical Filhos do quilombo, tem interface com o grupo de capoeira, de mesmo nome, e este envolve principalmente os jovens e as crianças. É uma das atividades mais empolgantes para os mais jovens, pois desde cedo os envolve nas questões e discussões de interesse das comunidades, sem sobrepesar-lhes os enfados de uma movimentação sociopolítica, são mansamente cooptados para a causa. É voltado para este público também, o projeto de inclusão digital, que possui um laboratório com acesso a internet que beneficia as comunidades e principalmente os mais jovens.

Na confecção de artesanatos é comum terem os especialistas, todos sabem fazer, mas se alguém quiser comprar um móvel de madeira, indicam o Sr. Olgarino. Se quiserem cestas de talas, indicam Dona Dinair, e assim por diante, eles não geram uma concorrência entre si, mas fazem as indicações de acordo com o que eles consideram o mestre na arte. Quando expostos em feiras, os produtos passam a pertencer às comunidades, não sendo diretamente vinculado a alguém.

As comunidades ainda utilizam o mutirão para realizar as atividades agrícolas, principalmente as referentes ao preparo de área e plantio, ficando o beneficiamento mais a cargo do grupo familiar ou outras pessoas próximas, com as quais geralmente fazem a troca de dias. A produção de cerâmicas obedece a uma escala de revezamento, e a renda obtida com

a comercialização é dividida proporcional aos dias de trabalho e as tarefas executadas por cada um.

E é com este complexo de atividades que tem sido posto em prática o projeto de superar a pobreza com equidade e justiça social. Aliando à busca por melhores condições de vida a luta por respeito à diferença, reconhecimento e valorização de suas identidades por meio de sua produção.

E isto também é parte de um projeto amplo, de respeito às diversidades e reconhecimento das diferenças, conforme observou Hall (2003) para quem esta abertura não nos espaços dominantes de mercado não são dádivas, mas “é também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural” (p. 338). Ou seja, uma forma de resistir às investidas e pressões do capital, utilizando-se de necessidades por ele criadas, mas dentro de um circuito solidário, onde as relações entre as pessoas ainda não são mediadas pelas coisas, mas pelas relações sociais que estabelecem entre si.

### **Considerações finais**

O campesinato enquanto categoria social e modo de produção não foi extinto pelo capitalismo, e hoje está contido na categoria agricultores familiares, assim como os pescadores artesanais, extrativistas, quilombolas, indígenas, silvicultores, dentre outros. Resguardadas as peculiaridades que estes grupos guardam entre si, de uma forma geral operam em sistemas mistos, pois de uma forma ou de outra estão integrados à economia capitalista, ora subordinados, ora utilizando estratégias para resisti-lo e sobreviver.

Que a agricultura familiar, as populações tradicionais passaram e ainda passam por um processo de expropriação e de exploração é inegável, sobretudo no interior da Amazônia onde os usos comuns da terra não são legitimamente reconhecidos pelo Estado e suas posses estão sempre ameaçadas, ora trocados de lugar para dar espaço a fazendas, ora expropriados para dar lugar aos projetos de infraestrutura.

Todavia não se pode fechar os olhos para a forma como estas comunidade vem fortalecendo suas organizações sociais e políticas, e criado espaços legítimos de debate e reivindicações. E deste modo tem resistido às amarras do capital, pois compreendem que as

forças produtivas hegemônicas não lhes incluem, e abandonar seus modos de vida e seus modos particulares de gerar renda e acessar recursos e bens lhes jogaria na indigência, se não na dependência escravizadora da venda de sua força de trabalho.

Separar o homem do campo de seus meios de produção e da gestão de seu trabalho representa para ele um duro golpe, golpe que é verdade, já vem sendo dado pelo capital industrial, que uma vez integrada sua produção agropecuária, perde o produtor poder sobre a gestão deste trabalho.

No caso das comunidades quilombolas África e Laranjituba as formas de resistir às investidas do capital, de se reinventar e de gerar meios de melhorar a condição social das famílias, foi primeiramente por meio do fortalecimento da organização social. Em seguida um projeto de valorização da identidade cultural, que envolvia todos os membros das comunidades, independente do sexo ou da idade.

A criação de espaços e momentos que colocavam os idosos como protagonistas e a buscar por reconstruir sua história fazendo registros do que contam os mais velhos, foi também uma forma de aumentar a solidariedade entre eles e estreitar os laços. Uma história e uma origem comum os colocou em relações de afetividade que se materializaram em ações integradas nas comunidades, que passaram a se relacionar melhor.

Esta reconstrução de um passado presente lhes permitiu retomar a produção de artefatos que era apenas lembranças dos mais velhos. Como ocorreu com as panelas de barro, outros artesanatos que eram fabricados para uso pessoal passaram a ser fabricados também para serem vendidos nas feiras, congressos e encontros.

A produção agrícola não perdeu sua importância, mas com o crescimento das outras atividades houve um aumento no uso da mão-de-obra dos membros das famílias. O que gerou ocupação para um número maior de pessoas, isto possibilitou o retorno às comunidades de muitos jovens que já haviam saído em busca de outras alternativas de sobrevivência.

Hoje as comunidades ainda são compostas por casas muito simples, com uma população igualmente simples, mas que já carregam em si o orgulho de ser agricultor/a familiar, quilombola, homem e mulher do campo, com um projeto de vida que vai além da produção agrícola e da produção de bens materiais, um projeto que produz e realiza sonhos.

Cabe ressaltar que este projeto coletivo estava estreitamente ligado a um projeto de valorização da cultura negra, de afirmação e autoafirmação da identidade quilombola, que se deu a partir do reconhecimento legal como grupo quilombola, mas que carecia da busca por elementos diacríticos de suas culturas para assim então fixar uma identidade política e de projeto. E isto se deu, sobretudo, na valorização da fabricação de artefatos utilizados no cotidiano destas comunidades, uma produção que iria para além da produção da vida material, que reproduzia seus modos de vida e de se relacionarem com a natureza, e com os demais campos.

O prioritário era recuperar a autoestima, e garantir a valorização de suas culturas, dentro de uma ótica que não separa estas conquistas de acesso a uma renda, acesso este que não deveria ocorrer de qualquer forma, mas dentro de um plano de recuperação primeiro da dignidade humana. E isto as relações de produção capitalista jamais compreenderão.

E se por um lado o grande desafio do campesinato é se manter enquanto sistema social, sob uma lógica própria de produção, onde cada vez mais, falando em contextos amazônicos, os projetos de infraestrutura os empurram para fora de suas terras, que na maioria das vezes estão sob regime de posse e nas diversas modalidades de usos e apropriação da terra que não são legitimados pelo Estado (Acevedo, 2009; Almeida, 2008), por outro há uma gama de políticas voltadas para a valorização dos produtos da Amazônia, sobretudo os artefatos artesanais feitos de tala, fibra, barro, madeira, miriti, látex, sementes, folhas, entre outras matérias primas. Num discurso que alia desenvolvimento sustentável ao acesso ao mercado, coadunando, ao menos no discurso, em valorização da sociobiodiversidade.

E é talvez por este caminho que o campesinato da Amazônia deverá enveredar, a fim de vencer a pauperização e acessar recursos financeiros por meio das trocas econômicas, sem, no entanto, abandonar as formas econômicas específicas, baseadas na reciprocidade e no sistema de dádivas. Assim, o acesso aos mercados não se dará desprovida de uma identidade social e política seja ela amazônica, quilombola, indígena, ribeirinha ou da agricultura familiar.

Deste modo, o fato das famílias estarem interadas ao mercado não necessariamente as proletariza, apenas lhes dá acesso a recursos que lhes permitirão acessar uma base material, contudo esta integração não representa por si só a apropriação sem volta do campesinato pelo capitalismo.



## Referências Bibliográficas

ACEVEDO, Rosa. Quilombolas na Ilha de Marajó: Território e Organização Política. *In Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. v.1./Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 209-228.

ALMEIDA, W. B. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.<sup>a</sup> edição, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. **O Ofício do Antropólogo, ou Como Desvendar Evidências Simbólicas**. Série Antropologia. V. 413. Brasília. DAN/ UnB. 2007.

DUTRA JR, W; DUTRA, C. P. S. C. A reprodução do capital no campo e o território Da resistência do campesinato: o movimento dos pequenos Agricultores (MPA) na Bahia.

In **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista De Geografia Agrária**, v.3, n. 5, P. 195-213, fev. 2008.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura *in Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro – RJ. LTC. 1989. p. 03-23.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2003.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tomo I. Paulo – SP. Editora Nova Cultural. São. 1985.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. Coleção Grandes Obras do pensamento universal. São Paulo – SP. Editora Escala. 2007.

PEREIRA, L. C. P. **A questão agrária e o campesinato**. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. SP. 2005.

POLANYI, Karl. Segunda Parte Ascensão e queda da economia de mercado. In: **A Grande Transformação. As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. P. 49 - 157.

SABOURIN, Éric. Políticas públicas de desenvolvimento rural e reciprocidade. In: 4º Encontro da Rede de Estudos Rurais. 1ª edição, 2010. **Anais de evento Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político**. Curitiba-PR. UFPR.

SANTOS, J. V. T. A reprodução subordinada do campesinato. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v2, nº2. 1981. P. 109-117.

TAUSSING, Michael T. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo. Editora UNESP. 2010.

TEDESCO, J. C. A relatividade conceitual e os paradigmas da pequena produção familiar no pensamento socioeconômico. **In: Teoria Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 2, n. 4, p. 91-117, Novembro 1994.

## GT 09 - Cultura e comunicação no mundo rural

### Questão Agrária e Resistência: A Juventude Rural Brasileira e a Construção de um Sujeito

Bruno Lacerra de Souza<sup>1</sup>  
Mirian Lourenção Simonetti<sup>2</sup>

**Resumo:** Nosso trabalho visa problematizar a *questão agrária* brasileira e apresentar uma revisão bibliográfica sobre o conceito “*Juventude Rural*” nas pesquisas contemporâneas, demonstrando sua consolidação enquanto objeto de análise e seus atuais paradigmas. Essa discussão é parte integrante da dissertação de mestrado, “*A reprodução social nos assentamentos de reforma agrária: Os desafios e perspectivas dos jovens do Assentamento Reunidas em Promissão/SP*” (em andamento), que analisa os fatores que atraem os jovens assentados para a área urbana e os fatores que os mantêm na área rural, discutindo a importância que a permanência desses jovens em seus lotes desempenha na questão da sucessão familiar, problema decorrente ao envelhecimento dos primeiros assentados dos projetos de reforma agrária.

**Palavras-chaves:** Juventude Rural, Reprodução Social, Questão Agrária.

---

<sup>1</sup> Pós Graduando do curso de mestrado em “Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe” do IPPRI, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP – São Paulo. Bolsista CAPES. [bruno\\_lacerra@hotmail.com](mailto:bruno_lacerra@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília e São Paulo. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Coordena o Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) da UNESP/Marília/SP/Brasil. Bolsista Produtividade 2 CNPq. [mirian@marilia.unesp.br](mailto:mirian@marilia.unesp.br)

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre a questão agrária no Brasil é muito recente se comparada ao debate internacional e somente aconteceu em sua forma diversa (ideias e teses contrastantes que interpretavam a origem e a posse da terra) na década de 1960. Essa discussão surgiu, segundo Stédile (2005), devido à necessidade política e sociológica dos partidos e não ao devido desenvolvimento científico e acadêmico, que sempre foi fruto da submissão colonial e que encontrava-se impedido de desenvolver pesquisas e um consolidado pensamento nacional. Para o autor o conceito “questão agrária” é um conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira.

Para a corrente hegemônica de interpretação da evolução da questão agrária no Brasil, no período de 50.000 a.C. a 1.500 d.C., a ocupação do nosso território se deu através das correntes migratórias que vieram da Ásia, cruzando o estreito do Alasca e ocupando todo o continente americano, essa interpretação se consolida pelos vestígios humanos e instrumentos localizados no Estado do Piauí que datam deste período. A historiografia brasileira registra que as populações que habitavam nosso território viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs, de maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca, à extração de frutas, sendo que os bens naturais presentes no território eram de uso coletivo e atendiam às necessidades de sobrevivência do grupo. É de comum acordo nos debates da corrente hegemônica que a posse o uso do território nesse contexto era coletivo e que vivia-se no comunismo primitivo.

Sobre o período que vai de 1500 d.C. a 1850 d.C. existem, segundo Stédile (2005), teses e registros históricos de que missões de outros povos, seja dos fenícios, dos árabes, dos africanos e até mesmo de europeus, que chegaram ao nosso continente antes de 1500, informações para além do registro oficial da descoberta e apoderamento realizado por Cristóvão Colombo, em 1492. Com a invasão europeia e com a dominação e aculturação dos povos originais os bens naturais aqui presentes foram submetidos à lógica e às leis do capitalismo mercantil (período histórico já dominante na Europa), bem como a força de trabalho se tornou a escrava. Todos os bens foram transformados em mercadoria e enviados à metrópole, em pouco tempo os europeus perceberam que a alta fertilidade de nossas terras era a principal fonte de exploração de produtos que antes eram obtidos em territórios que não estavam sob seu domínio e pelos

quais pagavam-se altos valores; surgiram então os ciclos de exploração da cana de açúcar, do algodão, do gado, do café, da pimenta do reino e do cacau, inundando o mercado europeu através de um modelo agroexportador.

Quanto à organização da produção, para Stédile (2005), apesar das polêmicas sobre o assunto, existe um consenso de que o modelo adotado para organizar as unidades de produção agrícola foi o da plantation, que se caracteriza pela organização da produção agrícola em grandes fazendas de áreas contínuas, priorizando as monoculturas como as citadas acima e de boa localização no território para facilitar a exportação pelos portos. Apesar da utilização da mão de obra escrava, em termos de tecnologia os engenhos utilizavam o que havia de mais avançado para aumentar a produção/lucros e diminuir os custos; a propriedade da terra era da Monarquia e gerenciada pela coroa, o que não caracterizava a propriedade da terra como capitalista, pois não havia propriedade privada. O modelo agroexportador estimulou o investimento do capital na produção das mercadorias, concedeu o uso de enormes extensões de terra para a produção de mercadorias para exportação. Para o autor, a “*concessão de uso*” era dada por direito hereditário, sendo que os herdeiros do fazendeiro poderiam continuar com a posse das terras e com a sua exploração, ao mesmo tempo não lhes era garantido o direito de vender as terras, ou mesmo de comprar terras vizinhas, em suma não havia propriedade privada das terras e as terras ainda não eram mercadorias (Stédile, 2005). Podemos notadamente afirmar como demonstra Stédile (2005), que a adoção do modelo agroexportador sob a lógica da plantation foi um genocídio do povo brasileiro, o autor mostra que em 1500 existiam aproximadamente 5 milhões de pessoas em nosso território, ou seja, um grande massacre da população indígena, da população negra trazida da África, pelo colonizador europeu.

Devido às pressões inglesas para a substituição do trabalho escravo por trabalho assalariado e com a abolição da escravidão, surge em 1850 a primeira lei de terras no país que garantia a propriedade privada, não permitindo que os negros libertos se apossassem das mesmas, nem que se tornassem pequenos camponeses, pois para a compra de propriedades no Brasil era necessário que se pagasse uma parcela para a coroa.

Essa conjuntura refletia a crise do trabalho escravo e inaugurava o período que vai de 1850 a 1930, no qual os escravos continuaram sob o domínio dos fazendeiros só que agora como assalariados. Após a promulgação da Lei Áurea de 1888 estima-se que quase dois milhões de ex-escravos (Stédile, 2005) abandonaram o trabalho agrícola e

migraram para as cidades em busca de alternativas para vender a força de trabalho, ao mesmo tempo que buscavam territórios nas cidades, os ex-escravos eram proibidos pela lei de terras de se apossarem de terrenos que já eram propriedade privada dos capitalistas, surgindo assim, as primeiras favelas presentes nas grandes cidades e suas comunidades.

Como estratégia para repor a mão de obra escrava, as elites realizaram uma forte propaganda na Europa no período de 1875 a 1914 atraindo cerca de 1,6 milhões de camponeses renegados pelo avanço do capitalismo para o trabalho agrícola das grandes propriedades, para Stédile (2005) o número de imigrantes europeus coincide com as últimas estatísticas de trabalhadores escravizados. Parte desses imigrantes foram para a região sul do país e outra parte para São Paulo e Rio de Janeiro, estabelecendo o regime de produção sob a forma de colonato, no qual recebiam as lavouras de café prontas, casa, direito de moradia e direito de plantar outros produtos para sua subsistência, recebendo o pagamento em forma de café que poderia ser vendido. O campesinato brasileiro teve origem em duas formações, a primeira mencionada acima, inseriu milhares de camponeses pobres europeus no trabalho agrícola nas regiões Sudeste e Sul, já a segunda formação é relativa à miscigenação das populações branca, indígena, e negra, presentes no processo de colonização. A crise do modelo agroexportador e a migração de camponeses europeus seguiu até a primeira guerra mundial e foi nesse contexto que surgiu o campesinato brasileiro.

No período subsequente ocorreram mudanças significativas para a questão agrária no Brasil, a crise da República Velha havia se prolongado ao longo da década de 1920, os seus expoentes políticos vinham perdendo força com a mobilização do trabalhador industrial e com as dissidências políticas que enfraqueceram as grandes oligarquias. Esses acontecimentos ameaçaram a estabilidade da tradicional aliança rural entre os estados de São Paulo e Minas Gerais (a política do café com leite) e no ano de 1930 setores da elite da nascente burguesia industrial fizeram uma "revolução" política provocando a queda da república velha e tomando o poder da oligarquia rural exportadora e impondo um novo modelo econômico para o país.

Para Florestan Fernandes (1973) surge nesse contexto o modelo de industrialização dependente, o qual se explica pela condição de não romper política e economicamente a dependência com países desenvolvidos nem romper o vínculo com a oligarquia rural brasileira, mas criando-se um novo cenário, de subordinação da agricultura à lógica da indústria.

Ao mesmo tempo em que se modificou a correlação de forças entre a burguesia nascente e a oligarquia, a posse das terras e a produção para a exportação ainda era das oligarquias, perdendo somente a força política que antes detinham, isso se deve ao fato de que a burguesia industrial brasileira se originou das oligarquias e possuía origem vinculada à acumulação das exportações do período colonial. Portanto nosso processo de transição foi diferenciado de outras formações capitalistas europeias. Para a consolidação do processo industrial no Brasil necessitava-se importar máquinas, tecnologia e mão de obra operária o que, segundo Stédile (2005), gerava dívidas justificava a consequente dependência, nesse contexto surge também a necessidade de uma indústria para a agricultura que importasse insumos, ferramentas, máquinas, adubos, venenos, criando-se então a agroindústria e consequentemente uma burguesia agrária. A agroindústria dinamizou e criou também um mercado interno incorporando os camponeses à indústria e ao mercado. Nesse contexto os camponeses passaram a fornecer mão de obra barata para as indústrias, passaram pelo processo de êxodo rural e de proletarianização, consequência da lógica capitalista que desestimulou os filhos de camponeses a sonharem em se reproduzir socialmente enquanto classe camponesa, se desestimulassem com a luta pela terra e com a reforma agrária.

A partir dos anos 1960 consolida-se então no Brasil uma agricultura capitalista moderna e um setor camponês completamente subordinado aos interesses do capital industrial. Esse período é marcado pelo caráter monopolista ou imperialista do capital, no qual se desenvolveu de forma abrangente a tecnologia e a ciência, construindo novos polos de concentração de renda e conhecimento, grandes indústrias ligadas a grandes centros de estudo e pesquisa. Com a formação de grandes conglomerados financeiros e industriais, aumentou-se ainda mais a dependência dos países pobres através da dívida externa e o endividamento gerado pela lógica da industrialização dependente, como mencionado acima, para Florestan Fernandes (1973), a implantação de uma política neocolonial. É nesse momento em que ocorre o processo de industrialização da agricultura, conhecido popularmente como agronegócio.

A industrialização do campo desde os idos de 1960 vem travando uma grande batalha com a agricultura familiar e expulsando grande parte dos pequenos produtores do campo, gerando um grande êxodo rural desses camponeses para as cidades. O processo de modernização do campo alterou a estrutura agrária brasileira; os produtores rurais que não possuíam capital para investir em tecnologia e modernizar sua produção não conseguiram concorrer economicamente com as grandes produtoras e os que

fizeram empréstimos e tentaram modernizar sua produção foram engolidos pela lógica do mercado e acabaram por vender suas terras para pagarem suas dívidas. Ao mesmo tempo em que a Revolução Verde proporcionou tecnologias que atingiram maior eficiência na produção agrícola, vários problemas sociais foram criados ou agravados, como é o caso da *fome mundial*<sup>3</sup>, além da expulsão do pequeno produtor de sua propriedade. Sabemos que a manutenção da indústria de alimentos no Brasil está baseada no sucesso do *agronegócio*<sup>4</sup> e que a partir dessa lógica de funcionamento produzem-se os grandes latifúndios da monocultura e da criação de gado, fatores que geram terras improdutivas, crises ambientais e que provocam problemas sociais como a migração do campo para a cidade. Esse movimento possui força condicionante sobre a existência e os destinos dos migrantes, que através da lógica do capital, foram subsumidos de sua humanidade e tornaram-se ainda mais passivos à dominação e a exploração.

## RESISTÊNCIA CAMPONESA

O conceito de movimento social se refere à ação coletiva de um grupo organizado que tem como objetivo alcançar mudanças sociais por meio do embate político, dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico. Fazem parte dos movimentos sociais, os movimentos populares, sindicais e as organizações não governamentais. Os movimentos sociais brasileiros ganharam mais importância a partir da década de 1960, quando surgiram os primeiros movimentos de luta contra a política vigente, ou seja, a população insatisfeita com as transformações ocorridas tanto no campo econômico, social, com a concentração fundiária e com a exploração dos trabalhadores. Os principais movimentos sociais no Brasil, são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MSTS) e os movimentos em defesa dos índios, negros e das mulheres.

O MST reivindica a realização da reforma agrária através da ocupação dos grandes latifúndios como forma de negociar e pressionar o governo, no entanto, essas ocupações

---

<sup>3</sup> A questão da redução da fome mundial foi uma das principais bandeiras levantadas pelos ideólogos e precursores da Revolução Verde, a produção em larga escala prometia retirar da fome milhares de pessoas, porém observamos que essa questão acabou por ser agravada. Segundo o veículo de informações DW – Brasil (Deutsche Welle para o Brasil), um bilhão de pessoas não tem o que comer e a cada três segundos, alguém morre de fome. Fonte: <http://www.dw.de/not%C3%ADcias/a-fome-no-mundo/s-30379>

<sup>4</sup> Sob essa denominação, o agronegócio tem permeado, por um lado, uma dada “industrialização” do mundo rural, mas por outro, é fator de impedimento do acesso a terra por quem nela trabalha especialmente em experiências que buscam o assentamento de famílias agricultoras.



nem sempre são solucionadas de forma pacífica, desencadeando conflitos no campo. Nesse sentido o MST possui o território como condição de existência, designando-o como um movimento socioterritorial, ou seja, esses movimentos produzem espaços políticos (se especializando e se territorializando) realizando ocupações de propriedades privadas, reivindicando terra e moradia, gerando conflitualidades e superando a condição de excluídos da sociedade (Fernandes, 2001).

Nesse cenário de problemas políticos, sociais e territoriais do campo brasileiro é que nossa pesquisa busca entender as dinâmicas, no que se refere à resistência camponesa (após a conquista de seus direitos sociais - assentamentos, políticas públicas, financiamentos e etc.), ligadas à reprodução dos assentamentos de reforma agrária, tendo em vista que a pelo menos vinte e cinco anos (considerando a Constituição de 1988 que garante a desapropriação do latifúndio improdutivo para finalidade pública e interesse social) ocorreram as primeiras demarcações de lotes de reforma agrária, dos quais seus primeiros ocupantes, que construíram, participaram da luta pela terra, plantaram, colheram e gerenciaram as dinâmicas econômicas e políticas, estão agora chegando ao período de sua velhice, não podendo mais executar seus papéis da mesma forma com que protagonizavam outrora.

Torna-se necessária uma profunda reflexão nos movimentos sociais e assentamentos acerca da sua reprodução social, que em um cenário de mudança social, torna-se um processo preponderante, parte das tantas transformações que vem ocorrendo no meio rural, principalmente com o advento e a força incrível do agronegócio. A discussão acerca da sucessão geracional da família camponesa é prioritária para a continuidade dos movimentos sociais camponeses e de assentados, para a continuidade da reforma agrária e para a democratização da terra, pois não se trata apenas de sucessão da posse das propriedades agrícolas, mas trata também da reposição de lideranças e de dirigentes em todas as instâncias dos movimentos sociais, trata também da reposição da força de trabalho em assentamentos com relativo tempo de ocupação, nos quais os assentados então passando por um processo de envelhecimento; reposição essa que a luta pela terra e a reforma agrária exigem.

## **A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO**

Ao aprofundarmo-nos nos temas de estudos da reprodução social, nos deparamos com o grupo social “juventude” e percebemos que ela é considerada o ator

social proeminente para que a reprodução social dos assentamentos de reforma agrária se efetive. Para a compreensão da problemática da sucessão geracional dos camponeses integrantes de assentamentos de reforma agrária no Brasil, é tido como referência o conceito de “Reprodução Social”, que de acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1974), é “o processo social pelo qual as culturas são reproduzidas através de gerações”. Bourdieu aplicou esse conceito principalmente ao avaliar a maneira como instituições sociais são usadas para transmitir ideias culturais que servem de base e dão respaldo à posição privilegiada das classes dominantes ou governantes.

A reprodução social não consiste apenas na repetição da cultura atualmente existente, mas também na manutenção da própria estrutura social e do sistema de estatutos e papéis sociais existentes num dado momento. Portanto, os agentes de socialização, ao promoverem a aprendizagem da cultura de uma sociedade e a integração do indivíduo na sociedade e em grupos sociais específicos, promovem simultaneamente a reprodução da estrutura social existente num dado momento.

Para Simonetti (2013), a sucessão geracional nos lotes de reforma agrária se torna um problema na medida em que as gerações originais devem ser sucedidas pelas novas, tendo em vista que os lotes que compõem os assentamentos somente podem ser legalmente transferidos mediante sucessão hereditária, a herança. Essa demanda ocorre em um contexto heterodoxo no qual ao mesmo tempo em que os jovens criam diferentes estratégias para migrar para as cidades, também criam diferentes formas de reivindicar seus direitos sociais e se constituir enquanto movimento (ganhando representatividade e força política), tudo isso ocorre ao mesmo tempo em que estes jovens são formados cada vez mais através de um ideal urbano e por experiências profissionais urbanas - e é nesse ponto que nos perguntamos - como é possível manter trabalhando no campo, dar consecução aos projetos e lotes dos assentamentos, através desses jovens?

Portanto consideramos como Castro (2009), que a discussão sobre questão da juventude torna-se então a principal questão política para os movimentos sociais e para a reforma agrária, na medida em que esses atores reivindicam direitos sociais e estão se constituindo enquanto movimento, ganhando representatividade e força política.

Para Castro *et al* (2009), existe um claro interesse da produção científica na área do “conhecimento humano” voltado para a manutenção e o desenvolvimento de uma juventude urbana (criação de políticas públicas, programas sociais, acesso à escola e etc.), deixando de lado sujeitos que pertencem a outras estruturas e diferentes sistemas

de estatutos e papéis sociais, em um país em que 26%<sup>5</sup> da população total, ou seja, aproximadamente 46 milhões de brasileiros, ainda moram no campo. Dessa população de 46 milhões cerca de um terço é constituída por jovens, que se encontram no corte etário (15-24 anos) adotado pelos organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esse tipo de recorte busca homogeneizar o conceito de juventude a partir de limites mínimos e máximos de idade, respaldando-se em uma compreensão de que a juventude é um momento de transição da adolescência para o mundo adulto, porém essa compreensão tem sido amplamente questionada e discutida. Para Levi e Schmitt (1996), por exemplo, esse tipo de classificação só pode ser considerada em uma perspectiva histórica de longa duração e, portanto, é transitória.

Embora seja considerado um tema marginal, desde o final do século XX e do início do século XXI presenciamos um aumento no debate sobre a juventude num contexto nacional e internacional, principalmente no debate das ciências sociais<sup>6</sup>. As principais temáticas reforçam as compreensões machistas e as relações de poder da hierarquia social ao conceber a juventude, como mencionado anteriormente, enquanto um período de transição entre a adolescência e a vida adulta. Essa compreensão se baseia em formulações que estipulam padrões comportamentais para os jovens e buscam demonstrar como esses padrões são transitórios. Essas compreensões de recorte etário aparecem principalmente em pesquisas da década de 1960 e serve como facilitadora para análises estatísticas relacionadas principalmente a entrada no mercado de trabalho, ao atendimento de saúde e a formação educacional; para Thévenot (1979) o uso de termos como *jovem* e *velho* é arbitrário, pois parte de uma definição de juventude construída *a priori* e pretende somente elencar os sujeitos ativos e inativos em relação ao mundo do trabalho. Margulis, M. & Urresti, M. (1996) apontam que a categoria também aparece ligada a adjetivos de *vanguarda*, *transformadora*, *questionadora* o que sugere que a juventude é considerada um sujeito com potencial transformador, mas que por outro lado também está associada adjetivos, segundo Foracchi (1972), como *em formação*, *inexperiente*, *sensível*. Embora apareçam recortes etários, geracionais e comportamentais - partindo de contextos históricos, o ponto de partida de todas essas perspectivas é segundo Bourdieu (1983) uma categoria pré-construída e genérica,

---

<sup>5</sup> Dados obtidos do censo de 2010 a partir do site do IBGE:  
<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1766>

<sup>6</sup> Ver: Britto, 1968; Thévenot, 1979; Bourdieu, 1983; Margulis, M. & Urresti, M., 1996; Levi e Schmitt L., 1996; Peralva e Sposito, 1997; Foracchi, 1972; Novaes, 1996, 1998.

buscando a consolidação de um objeto e conceito que possa ser um paradigma. Essas perspectivas reforçam a concepção de juventude enquanto momento de transição e incapaz de produzir sua própria cultura, o que segundo Amit-Talai e Wulff (1995) limita o conceito enquanto objeto de análise. Castro (2008) sustenta que a juventude é pouco levada a sério e tratada como *adultos em potencial*, fator que possui implicações desde a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego e deslegitimar a sua participação em espaços de decisão.

Para Bourdieu (1983) as fronteiras entre a juventude e a velhice são objetos de disputa em todas as sociedades e o que marca a sua definição são as relações de dominação e de hierarquia que estruturam as posições sociais. Assim, a categoria juventude é somente uma palavra se desprovida das relações sociais pelas quais ganha significado. Para o autor, classificar é ordenar e impor limites, portanto, existem relações sociais de poder e de dominação por detrás da construção de um conceito.

Esses questionamentos sugerem a necessidade de buscar novas formas de dessubstancializar essa categoria, desconstruindo-a e demonstrando a sua representação social, o que, segundo Stolke (2006) leva em conta as diferentes visões sobre os jovens (como demarcam suas posições sociais, seu posicionamento na família) somando-se as dimensões históricas e estruturais. Para Honwana e Boek (2005) as juventudes comungam de um mesmo processo histórico e cultural e uma identidade relativa ao lugar que ocupam na sociedade, mas vivenciam a juventude de formas distintas, pois variáveis de *gênero, etnicidade, religião, classe, responsabilidade e expectativas* condicionam a definição de quem é visto, considerado ou considera-se jovem.

Em termos brasileiros, Novaes (1998), nos mostra que para além dos cortes etários, falamos agora de “*juventudes*”, olhar mais amplo e que foge da tentativa de universalizar o que é particular e ao mesmo tempo diverso. Ao pensarmos em “*juventude, educação e lazer*” - atributos constantemente estudados por diversas perspectivas teóricas - como atributos inerentes à categoria pensamos, segundo Abramo (1997), em um processo de formação de quem ainda não está inserido no mercado de trabalho e conseqüentemente retiramos da análise os jovens da classe trabalhadora que já ingressaram no mercado de trabalho. Para Castro (2008) essa é uma importante contribuição para percebermos a juventude enquanto uma construção social.

Nilson Weisheimer (2005) realizou um levantamento da produção bibliográfica sobre o tema da juventude rural no Brasil e concluiu que as questões da “*migração*” e

da “invisibilidade”<sup>7</sup> são as mais presentes nos estudos. Weisheimer apontou também que as abordagens caminham no sentido de ações (políticas públicas/ ações dos movimentos sociais) que “*impeçam*” a juventude de completar o seu “*destino*”, a migração do campo para a cidade e evitar o consequente fim do meio rural e da agricultura familiar.

Para Maria Nazareth Wanderley (2007) a categoria Juventude Rural não acompanha há muito tempo o debate acadêmico, não é uma categoria alvo de discussão e nunca foi um tema privilegiado nem mesmo dentro do campo de debate sobre questão agrária. Nas palavras de Castro (2007),

(...) a juventude rural é percebida como uma categoria específica, e não na perspectiva de jovens e rurais. É uma categoria minoritária “dentro” da juventude. Quando retomamos os dados da PNAD<sup>8</sup> essa análise faz algum sentido. Os dados apontam que a população de 15 a 29 anos é de 49 milhões de pessoas e representa 27% da população. Por outro lado, 4,5% seriam jovens rurais. No entanto, ainda que pareça pouco no universo total, estamos falando de 8 milhões de pessoas. Isso sem entrarmos na problematização da própria definição de rural e urbano. Assim, se fossemos pensar a juventude rural como categoria específica e de pouca expressão numérica na sociedade brasileira, mesmo esse eixo deveria ser revisto. É uma população de 8 milhões de jovens! Nesse sentido, a invisibilidade que marca a juventude rural deve ser problematizada. (CASTRO, 2007, p. 129)

Para Wanderley (2007) a categoria deve ser pensada então em um duplo enquadramento, enquanto *jovens e rurais*, de um lado essa juventude enfrenta os preconceitos do imaginário urbano acerca do mundo rural, são associados ao *atraso*, ao *arcaico*, ao *caipira preguiçoso*, do outro lado, na relação com os pais enfrentam o preconceito por serem muito *urbanos*. Essas relações revelam uma condição de subalternidade desses jovens que são percebidos como inferiores, seja nas suas relações na cidade, seja nas suas relações familiares e nas relações com a comunidade formada

---

<sup>7</sup> A questão da invisibilidade reside no fato mencionado anteriormente de que priorizam-se os estudos relacionados à juventude urbana e acaba-se por compreender a juventude rural como uma subcategoria.

<sup>8</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma amostra de domicílios brasileiros que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas da sociedade, como população, educação, trabalho, rendimento, habitação, previdência social, migração, fecundidade, saúde, nutrição etc., entre outros temas que são incluídos na pesquisa de acordo com as necessidades de informação para o Brasil.

pelos outros lotes. Como reforço dessa condição ainda é marcante o contexto nacional das condições econômicas e sociais para os pequenos agricultores.

Ao realizar um balanço acerca da temática da migração da juventude rural no Brasil, Brumer (2007) identificou duas variáveis, os atrativos da cidade e do novo ambiente e os aspectos negativos do lugar de origem. Os aspectos negativos estariam ligados à maneira como ocorre a divisão do trabalho nas unidades rurais de produção expressados pelas relações de hierarquia e de conflitos geracionais, em muitos casos a saída dos jovens é entendida como expressão de seus questionamentos sobre o mundo rural (Stropasolas, 2006). Compreender como a juventude constrói e resignifica suas representações sobre o rural e o urbano tem sido a grande tarefa das atuais pesquisas, as quais lidam ao mesmo tempo com a desvalorização do campo (lugar atrasado, desinteressante) e em outros processos com a valorização do campo (local seguro, local da luta pela terra e não mais somente local de trabalho). Uma pequena parcela das pesquisas trata da participação política desses jovens, sendo que as únicas referências estão ligadas aos jovens dos assentamentos rurais<sup>9</sup>. Para Andrade (1998) a especificidade dos assentados consiste no saber social diferenciado e elaborado a partir da vivência política da luta pela terra, isso implica também na formação de jovens militantes nas organizações camponesas (Loera, 2006). Ser militante destaca-se também como uma forma de acesso a determinados bens culturais (viagens, cursos, palestras, encontros, leitura, filmes...), o que promove uma diferenciação entre o jovem militante e os demais jovens assentados e acampados (Scopinho, 2013). Mesmo com o engajamento político de grande parte dos jovens no processo de reforma agrária, os pesquisadores identificaram uma baixa inserção nas atividades agrícolas e nas instâncias políticas (coordenações e associações), para Castro, E. G. (2005) esses jovens mudaram de atuação em relação ao período do acampamento ficando restritos aos afazeres domésticos; antes eram atores participativos e agora pouco se envolvem com os desafios que os lotes proporcionam. Isso demonstra segundo Castro *et al* (2009) uma distância entre os processos dos movimentos sociais, dos atores governamentais e organizações não governamentais (ONGs) da realidade vivida nos assentamentos. A pesquisa citada anteriormente também elencou as principais construções sociais sobre a categoria jovem rural presente nos trabalhos acadêmicos desde 1985. As autoras demonstram a clara emergência e expressão da Juventude Rural enquanto ator político presente no cenário nacional seja nos movimentos sindicais, Confederação Nacional dos

---

<sup>9</sup> Nesse sentido não existem estudos sobre quilombolas, indígenas, fundos de pastos e etc.

Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), nos movimentos sociais que são parte da via camponesa, MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e também na Pastoral da Juventude Rural (PJR) movimento consolidado desde 1983.

Essas organizações apresentam demandas sociais e são reveladoras para entendermos as formas pelas quais os jovens se veem no processo de construção da realidade social brasileira. Questões como acesso à terra, educação, uso dos transgênicos, agroecologia, soberania alimentar, modelo agropecuário, agronegócio, crédito especial para a juventude, agricultura camponesa e política camponesa, estão presentes nas agendas de discussão e nos congressos realizados pelos coletivos e juventude e demonstram o grau de profundidade de discussão e de inserção desses coletivos na produção de conhecimento.

Esses coletivos de juventude passaram a exercer nesse período grande força política através de suas reivindicações fazendo com que o Estado criasse programas para atender essas demandas. Para Castro *et al* (2009), não é possível afirmar se existe um direcionamento claro quanto a uma política de Estado voltada para a juventude rural nas últimas décadas, mas é possível constatar que a juventude rural como público alvo de políticas públicas não tem sido priorizada nos ministérios e seus programas, porém a intensificação de programas a partir de 2003 pode ser um indicativo de mudança de cenário (Castro *et al*, 2009).

Para Rosemeire Scopinho (2013) a juventude rural figura em um movimento mais complexo e não demonstra seus contornos, sinais e limites somente em sua manifestação enquanto ator político. Para ela, por exemplo, existe a criação e recriação de espaços de jovens vindos das periferias urbanas marginalizadas e controladas pelo crime, que encontraram nos assentamentos um local seguro para morar e morar nesses assentamentos foi o que de melhor a reforma agrária trouxe para eles. Para ela a juventude rural se constitui em uma realidade diversa e existe para além dos movimentos sociais, a juventude rural figura no movimento campo-cidade para além do tradicional êxodo rural, esses jovens seriam como “*andorinhas*” que, nas palavras da autora, “*é aquele que vai e vem no percurso assentamento-cidade-assentamento em busca de trabalho e moradia, onde houver um jeito melhor para sobreviver*”. A autora afirma que “*ao contrário do que dizem as cartilhas dos movimentos sociais e os documentos governamentais, cidade e campo não são mundo dicotômicos e os jovens*

*têm sido capazes de explorar cada um deles do modo conveniente”* (Scopinho, 2013, pág. 14)

Scopinho (2013), aponta também, que na última década houve um avanço no processo de institucionalização da questão social do jovem, mas não visualizamos a implantação de políticas para os jovens assentados, eles ainda configuram-se como parte vulnerável no conjunto da sociedade por serem jovens, trabalhadores rurais e assentados de reforma agrária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a bibliografia sobre Juventude Rural percebemos as diversas temáticas que estão ligadas a ela, como as políticas públicas, educação, êxodo rural, reprodução social e etc., demonstrando a consolidação dessa categoria enquanto objeto de estudos, contribuição que este trabalho pretende reforçar ainda mais. Nesse universo de pesquisas, a nossa tem como foco de investigação a relação dos jovens assentados com o movimento de saída ou de permanência nos assentamentos de reforma agrária, o que será investigando a partir da coleta seus relatos orais. Queremos entender quais foram os fatores que contribuíram para a sua permanência na área rural, bem como os fatores que exerceram maior atração para a sua migração para as áreas urbanas.

Possuímos então no debate contemporâneo brasileiro duas grandes vertentes de compreensão acerca da juventude rural que contribuirão para nossa pesquisa (Elisa Guaraná de Castro) Castro *et al* (2009) e Rosemeire Scopinho (2013). Elisa Guaraná de Castro *et al* sustentam no texto “*Juventude Rural - Os Jovens estão indo embora?*” uma percepção de que a juventude se constitui enquanto ator político presente no cenário nacional seja nos movimentos sindicais e nos movimentos sociais. Para as autoras essas organizações apresentam demandas sociais e são reveladoras para entendermos as formas pelas quais os jovens se veem no processo de construção da realidade social brasileira. Scopinho (2013) nos mostra uma juventude rural que não necessariamente faz parte dos movimentos sociais, que não é engajada, mas que reside nos assentamentos de reforma agrária e necessita de políticas públicas, de infraestrutura e de atenção por parte do Estado.

Essas compreensões nos mostram a multiplicidade de sujeitos que residem e atuam no campo no Brasil e colaboram para a constante reelaboração e reconstrução de nossa categoria de estudos e de nosso campo pesquisa, o da Juventude Rural.



## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.W. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*, in PERALVA, A. e SPOSITO, M. (org.), *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de educação*, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.
- AMIT, Talai e HELENA, Wulff. *Youth cultures: a cross-cultural perspective*. London; New York: Routledge, 1995.
- ANDRADE, Márcia Regina de O. *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra*. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. 1998
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974
- \_\_\_\_\_. *A Juventude é apenas uma palavra*. Em: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.
- BRUMER, A. *A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade*, Em: *Juventude Rural em perspectiva*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.
- CASTRO, Elisa. *Entre ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese doutorado. PPGAS. Museu Nacional. UFRJ. 2005.
- CASTRO, E.G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S.L.F.; RODRIGUES, M.E.B. & CARVALHO, J.G. *Os jovens estão indo embora? Juventude Rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: MAUAD X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. Em: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16, Junho, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. In STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FORACCHI, M. M. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: EDUSP, 1972.
- HONWANA, A., & BOECK, F. D., *Makers and Breakers: Children & Youth in Postcolonial Africa*, Dakar, CODESRIA, 2005.
- LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens II: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LOERA, Nashieli. *A Espiral das Ocupações de Terra*, Editora Polis e Ceres-UNICAMP, São Paulo, 2006.
- MARGULIS, M. *La Juventude es más que una plabra*, Buenos Aires: Biblos, 1996.
- NOVAES, Regina R. *Juventude/ juventudes?* in *Comunicações ISER*, n.50, ano 17. RJ, 1998.
- PERALVA, A. e SPOSITO, M. (org.) *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação*, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.
- SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. *Serei também uma andorinha? sobre as condições de inserção e permanência de jovens em assentamentos rurais*. In: SEVERI, F.C.; ANDRADE Jr., SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. *Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida*. Marília: Laboratório Editorial, 2011.
- STÉDILE, João Pedro (org.) *A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960*. São Paulo: Expressão popular, 2005.
- STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro - SC*. Florianópolis: Ed. UFSC, UFSC.
- THÉVENOT, L. “*Une Jeunesse difficile. Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements*”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. N. 26-27, março- abril. pp. 3-18, 1979.
- WANDERLEY, Maria Nazareth. *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Projeto de pesquisa (mimeo), 2003.
- WEISHEIMER, N. *Estudos sobre os jovens rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico*. Brasília: Nead/MDA, 2005.

**Relações entre o rural e o urbano e a construção de identidades: um estudo de  
Cruzeiro dos Peixotos – MG****Carolina Cadima Fernandes Nazareth<sup>1</sup>****Resumo:**

O presente artigo abarca a Antropologia Rural e Urbana, focando no distrito de Cruzeiro dos Peixotos com base na análise das relações presentes em tal localidade. O distrito aponta para uma pesquisa que não se foca nem no Rural e nem no Urbano, mas justamente no entremeio, entre o que o discurso interno, as determinações legislativas e o discurso externo colocam sobre Cruzeiro dos Peixotos.

**Palavras-chaves:** Distrito, fronteiras, hibridismo**Introdução**

---

<sup>1</sup> Mestranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. E-mail: carolina.cadima@hotmail.com

O artigo aqui desenvolvido é fruto da pesquisa de mestrado que se encontra em andamento pela Universidade de Goiás, o trabalho é trilhado por discussões entre rural e urbano, suas novas problemáticas e como no período tecnológico em que estamos vivendo, tais categorias, apesar de parecerem muito limitadas, traduzem determinadas áreas e ajudam a discutir casos como o estudado: o distrito de Cruzeiro dos Peixotos e sua relação com o urbano e o rural e sua posição de entremeio entre esses dois universos que conversam e negociam posições constantemente.

O distrito de Cruzeiro dos Peixotos caracteriza-se como um pequeno povoado com cerca de 950 habitantes, separados entre a vila e as propriedades rurais. Segundo os documentos oficiais da prefeitura do município, o distrito possui a vila que é urbana e uma zona rural. Essas distinções não são tão claras no distrito, tanto para moradores quanto para os visitantes. Essa temática será discutida no decorrer do texto.

Apesar da proximidade – cerca de 24 km entre o distrito e sua sede<sup>2</sup> –, as duas localidades são separadas pela Rodovia Municipal Neuza Resende e se diferenciam por uma série de fronteiras simbólicas ligadas à memória e ao território. Tendo em vista esse distanciamento, a abordagem da pesquisa se dá, também, sobre as visões ficcionais de um lado e o que se vive, por outro. Processo que constrói dois distritos diferentes, um pela visão do outro, uma pela visão dos moradores e ainda, uma pela visão oficial.

De tais fronteiras surgem conceitos como rural e urbano que ganham novos significados a partir da perspectiva em que é analisado, sendo assim, esses conceitos são utilizados em situações e por parcelas diferentes da população para defender, dar novos sentidos e definir a situação da vila de Cruzeiro dos Peixotos.

A noção construída para boa parte de comunidades que não se tornaram cidades mas são dependentes dela politicamente, como no caso do distrito, sempre foram desenvolvidos por análises externas, o que não permitiu um conceito interno de onde se habita. Segundo Bal (2006), conceitos não são sempre suficientes e se modificam com o uso, deformando o objeto. Desta maneira pensar em localidades “semi-urbanas” ou “semi-rurais” como na situação dos distritos no Brasil como comunidades rurais ou tradicionais”, não define de maneira fidedigna sua situação, da mesma maneira, o que se

---

<sup>2</sup> Uberlândia, cidade de médio porte fixada há 337,8 Km de Goiânia e há 536,6 km da capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte

conceitua como distrito é uma formulação antiquada que não abrange sua complexidade.

De acordo com o Decreto-Lei 331 de 1938, que apesar de ultrapassado ainda é o que se aplica, toda sede do município e seus distritos fazem parte do perímetro urbano, sem levar em conta questões estruturais, dessa maneira, a separação prática rural-urbano ainda é bastante confusa. Apesar de não ser definida de maneira específica, na Antropologia a busca desta separação foi fruto de diversos trabalhos que tentaram entender a ruralidade e a urbanidade brasileira.

Definições como a do Decreto-Lei 331 de 1938 são criticadas por diversos autores, tanto da Geografia quanto da Antropologia, por não levar em conta diversos fatores que definiriam de maneira mais específica o caso dos distritos rurais no Brasil. O fato de um distrito possuir casas, asfaltamento, serviços de saneamento básico e telefonia não deve defini-los como urbano, pois outros fatores como relações de vizinhança, autodefinição, número de moradores, entre outros, deveria constar na construção e definição do conceito. Por outro lado, tais definições tem mais importância analítica do que prática nas questões que abrangem tais regiões, apesar disso, defini-las com maior clareza segundo as questões colocadas acima e, principalmente, a partir do morador da região legitimam sua posição.

Nesse sentido, os dois universos – rural e urbano – vivem em constante processo de negociação na identidade dos moradores, que ora se automeiam como urbano e ora como rural. Esse processo obriga que ciências como a Antropologia e a Geografia repensem sobre os significados de tais categorias e como elas são pensadas pelos atores que convivem com essa constante manipulação da própria identidade. Para discutir tal problemática trago aqui duas vertentes: a discussão clássica e suas reflexões, e por outro lado uma discussão da bibliografia mais contemporânea sobre as questões rurais pensadas a partir do que Cruzeiro dos Peixotos representa.

### **Bibliografia Clássica: construção do imaginário rural brasileiro**

A visão “do outro” ou dos “de fora” é construída através de um imaginário que atribui a comunidades afastadas – afastamento não apenas espacial, mas social e simbólico - uma relação com o rural, esse processo de criação do imaginário não é

aleatória, pois há uma extensa bibliografia que se debruça sobre o tema, desde a literatura até obras consagradas da sociologia como “Os Parceiros do Rio Bonito”, de Antônio Candido (1975), que apesar de ter convivido com um tipo específico de comunidade rural, já demonstrava que tal modo de vida estava caminhando para o seu fim, já na década de 1950. Sendo assim, categorias como “caipira”, “caboclo”, “sertanejo”, entre outros, não serão utilizados no presente artigo, pois eles não abarcam a complexidade das novas relações rurais estabelecidas, já que muitas localidades, inclusive o distrito de Cruzeiro dos Peixotos, contam com uma dinâmica de vida muito diferente de tais estereótipos. Apesar disso, é importante fazer um pequeno resgate bibliográfico da construção de tais categorias.

O imaginário cultural brasileiro, construído com o auxílio de uma literatura nacionalista, cria estereótipos ligados aos habitantes de cada região do país, o que culminou em tipos ideais específicos de regiões como o nordeste, sudeste, sul, entre outros. Tais criações ganharam forma através de autores tupiniquins, como Lobato(1968), em seu livro “Urupês”, em que descreve o famoso personagem “Jeca Tatu”, um homem amarelo e sem energia para o trabalho que representa uma situação de precariedade bem presente no interior de São Paulo, no início do século XX. Em outros momentos, as Ciências Sociais contribuem também para tais noções, como em “O Povo Brasileiro”, importante obra de Darcy Ribeiro(1995), que traz em um dos seus capítulos – “Brasis” – uma análise da diversidade étnica e cultural, através de categorias bem estereotipadas que nem sempre se aplicam à realidade.

Octavio Ianni (2000), em seu artigo “Tendências do pensamento brasileiro”, mostra as diversas raízes intelectuais que formaram vertentes diferenciadas em uma análise sobre o Brasil, pois, segundo o autor

Uma das singularidades da história do Brasil é que este país é um país que se pensa contínua e periodicamente. Ele se pensa de forma particularmente sistemática, no contexto de conjunturas críticas ou a partir de dilemas e perspectivas que se criam quando ocorrem rupturas históricas. (IANNI, 2000. p. 55)

O autor, ainda explicita em seu artigo uma vertente específica das discussões teóricas típicas ideais, que são fortemente ligadas à construções literárias, sociológicas e culturalistas que definem um sujeito tipicamente brasileiro. Segundo Ianni (2000),

Aí entra o “homem cordial”, no sentido de fortemente dominado pelas emoções, a subjetividade, o coração (cordis), um tanto alheio ou mesmo

avesso ao “racional”. Aí também entram o “bandeirante”, o “índio”, o “negro”, o “imigrante”, o “gaúcho”, o “sertanejo”, o “seringueiro”, o “colonizador”, o “desbravador”, o “aventureiro”, “macunaíma”, “martim-cererê”, “martim-pererê”, a “preguiça”, a “luxúria”, “*jeca-tatu*” e outras figuras e figurações da história, isto é, de uma história a-histórica.<sup>3</sup> (p. 60)

Através destas noções, criou-se um ideal referente à região interiorana de Minas Gerais, Goiás e São Paulo que se traduz na presença de um indivíduo tipicamente caipira, matuto, com um linguajar específico e com modos de vida bem singelos, como a culinária no fogão à lenha, a sociabilidade baseada no compadrio e as relações com a terra delimitada pela economia de subsistência.

Segundo Ribeiro (1995), do tronco português restou traços como o uso do sal, dos talheres, do toucinho, da aguardente, já do tronco indígena temos, a lavoura de coivara, a colheita, a caça, a divisão sexual do trabalho, o uso de alimentos da terra como o aipim e o milho, além de uma linguagem que descende do tupi. Das duas culturas, muito diferentes, perde-se muito, como certas técnicas de plantio, o uso de azeite, trigo e vinho, além de características tipicamente indígenas, como o artesanato, a igualdade do trato social de sociedades não estratificadas em classe. Assim, segundo Oliveira (2003)

o caboclo é apresentado como o correspondente humilde do bandeirante, como uma versão equivalente ao sertanejo nordestino, e é tratado como reserva da nacionalidade ou alicerce para a formação de uma raça forte (2003, p. 234 apud FERREIRA, 1999, p. 103)

A partir disso, temos que o “homem da roça” se vê preso a um estado de “ninguendade”. Dessa maneira, percebe-se que ele não é português, nem índio, nem negro, nem bandeirante. Ele é a soma de tudo, uma geração anterior ao processo de urbanização, que encontra seu lugar no meio rural.

Esse imaginário foi ainda mais recorrente em um período em que a urbanização ainda era tímida e a tecnologia não havia invadido o campo, atualmente, como indivíduos urbanizados, nos vemos distantes desta realidade, que parece existir, muitas vezes, apenas no bucolismo das canções caipiras e nos livros de literatura das primeiras décadas do século XX.

Em diversos setores da “cultura rural”, há uma perda ou reapropriação de identidade, com traços urbanizados, tomando lugar do tradicional. Esse movimento não

---

<sup>3</sup> Grifo nosso.

é tão recente, ele vem sendo percebido desde os anos 1950. Em sua obra, Candido (1975) já deixava claro que a raiz caipira estava sendo perdida para o movimento de tecnificação do campo. Segundo Jackson (2002), que analisa com muita propriedade a obra “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antônio Candido, na terceira parte deste livro, Candido diagnostica o fim inevitável do mundo caipira diante das transformações decorrentes do impacto da sociedade capitalista em ascensão.

É importante ressaltar que, como descrito por Jackson (2002), este homem do campo, enquanto indivíduo específico analisado por Candido (1975), certamente ainda vive no pensamento e imaginário dos brasileiros, mas, de fato, esse modo de vida, se assim podemos chama-lo, desapareceu quase que completamente. O desaparecimento de tal modo de vida não nega a existência de bairros e comunidades rurais, em alguns lugares específicos.

### **Bibliografia Contemporânea: o surgimento de um novo rural**

Segundo Soares et al. (2008), a modernização do campo com a revolução científico-tecnológica intensificou o processo de urbanização e industrialização, desenvolvendo o capitalismo no campo e modernizando a agricultura, que agora passa a dispor de diversos recursos tecnológicos para ocorrer. Além disso, a modernização trouxe novas tecnologias não só para a questão do trabalho e agricultura, mas para a dinâmica social no campo, que agora dispõe de recursos como energia elétrica, internet, televisão por assinatura. São essas questões que caracterizam as relações entre campo e cidade e que permitem negociações de até onde se pode ir para continuar sendo um morador da zona rural.

Embora esse processo seja inevitável, a resistência do pequeno produtor rural ainda se faz presente em regiões como Cruzeiro dos Peixotos e suas mediações.

Segundo um dos entrevistados da pesquisa

O distrito em termos de tamanho, ele não tem crescido, porque? Porque nós somos rodeados de fazendas de produtores tradicionais, então eles não aceitam vender a terra; então o que acontece, não tem como sair, não tem como ampliar o espaço. (Entrevistado 2, 23 anos.)

Questões como a tecnificação do campo e a ascensão do capitalismo como movimentos impactantes para as comunidades rurais já foram amplamente trabalhados

pela Antropologia e Sociologia, desta maneira, o foco da pesquisa não está especificamente nesta análise, mas sim, nas relações existentes entre as práticas cotidianas dos moradores e as ficções sobre a região, que ainda a vê como região especificamente rural. Tal visão é alimentada por documentos oficiais, que ressaltam as características rurais da região.

Por outro lado, a separação brusca entre rural e urbano já não é mais possível, já que esses dois universos, apesar de separados por questões simbólicas muito fortes e pertinentes são codependentes e não devem ser pensados isoladamente.

[...] não se pode pensar o urbano e o rural, o local e o global, como polaridades, mas como interações assimétricas que não devem silenciar as intensas disputas socioespaciais que obrigam a permanentes reconfigurações das escalas de ação. O território “urbanizado”, numa escala mais ampla, em geral, está relacionado a espaços de dominação que impõem suas representações. Na escala local, essas representações também se fazem presentes nas relações assimétricas que aí, também, vigoram. Entretanto, é aí, que se processam os movimentos de resistência e de criação de alternativas e/ou estratégias de sobrevivência que podem se manifestar como releituras daqueles movimentos mais gerais que marcam o espaço contemporâneo. O local e o geral/global aparecem integrados pelas escalas da ação. (RUA, 2005a, p.31).

Dentro desse conceito, é importante estabelecermos a possibilidade de tal acontecimento no distrito, o que será analisado, principalmente através dos trabalhos de campo no decorrer dos festejos, tanto típicos, como mais atuais, que são: A Folia de Reis, em duas edições<sup>4</sup>, uma em janeiro e outra em agosto; Festa Junina; e o Festival Nacional de Viola, sediado, originalmente em Uberlândia e posteriormente no distrito.

Apesar da imagem do distrito de Cruzeiro dos Peixotos estar ligada ao rural e tradicional, nem todas as relações estão marcadas por essa lógica, pois o local possui características urbanas bem demarcadas, apesar de “amenizadas”. Mesmo assim, algumas características tradicionais ainda são muito evidentes como as relações de

---

<sup>4</sup> Pela extensa demanda de festeiros, a Folia de Reis é realizada em duas edições, a primeira na data tradicional (06 de janeiro), dia de Santos Reis. E a segunda em meados de agosto. Cada edição segue seu ciclo separadamente, não havendo relação estabelecida entre uma e outra comemoração. De qualquer maneira, as duas possuem os mesmos rituais festivos, entre rezas, procissões e festa. A edição do ano de 2014 foi adiada para que o calendário dos festejos não entrasse em conflito com as datas da Copa do Mundo.



compadrio, vizinhança e confiança, que abarcam uma rede de relações que ligam os moradores da região como quase familiares. Então, o que vemos no distrito é um processo de transformação ou um lugar mediado, localizado na fronteira entre o campo e a cidade.

Segundo um dos entrevistados, Cruzeiro dos Peixotos é uma zona rural com traços urbanos, como no caso do asfaltamento, energia, água e esgoto tratados e encanados, acesso à internet e à televisores à cabo, segundo seu relato

Então, tem uma influência urbana muito grande. E... é um distrito que a gente não pode reclamar em termos de tecnologias, porque tem internet, tem energia elétrica, a energia cai muito pouco. É... temos alguns comércios, temos alguns bares e pequenos mercadinhos, né? Que atendem, assim, questões de urgência e o preço é elevado, então a preferência aqui é Uberlândia, mas aí, como acontecem emergências você precisa comprar alguma coisinha aqui sim, e tem gente aqui, tem uns senhores de mais idade que precisam mesmo comprar mais aqui porque não vão pra Uberlândia. (Entrevistado 2, 23 anos.)

Essa visão do distrito pelo morador nos leva a crer que as negociações feitas entre o rural e o urbano estão o tempo todo em foco, em uma disputa entre o que o campo oferece versus a cidade. Essa disputa também está presente na forma em que o distrito se coloca, e, por outro lado, na forma como é feita a leitura e a interpretação dos “outros” em relação ao distrito.

As relações rural-urbano não podem ser, principalmente no caso de um distrito tão próximo de sua sede, demarcadas de maneira dualista e dicotômica, como se um setor fosse completamente oposto ao outro. Segundo Reis (2006), no caso brasileiro, a dicotomia urbano-rural não se aplica, já que a modernização do campo aproxima, tanto espacialmente, quanto em suas atividades, da cidade. Dessa maneira, a solução teórica que mais se aplica ao Brasil é o *continuum*. Segundo Silva (1997),

[...] está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. (p.1)

A ideia de *continuum*, apesar de parecer suficiente para explicar relações como a de Cruzeiro dos Peixotos e Uberlândia, ainda cai em uma análise determinista, tanto do ponto espacial, quanto do cultural, pois separa as duas dimensões e não as relaciona

como interdependentes, mas de maneira quase evolucionista. Sendo assim, segundo Soares et al. (2008),

a idéia de localidade não é a mais importante para o entendimento da relação campo-cidade, mas sim as relações existentes entre esses espaços, uma vez que é a partir da análise das dimensões social, econômica, política e cultural que o geógrafo e a Geografia poderão entender melhor as identidades, os territórios e as territorialidades existentes entre o urbano e o rural, entre a cidade e o campo.(p. 116)

Sendo assim, afirmar a zona rural como um ambiente vinculado ao tradicional já não é verdade absoluta, já que o tradicionalismo não está presente de maneira maciça no rural, e essa constatação é feita, além da tecnificação do campo, também, pelo processo neo-rural<sup>5</sup> brasileiro, que segundo Giuliani (1990), diferentemente da França, constituiu-se pelo investimento de famílias de posses em novos negócios no meio rural, em busca de uma vida afastada das cidades e mais próxima da natureza, mas em compensação, para tais negócios o emprego de trabalhadores pouco valorizados fizeram do neo-ruralismo brasileiro um processo elitista.

Alguns autores, como Oliven (2000), demonstram que a utilização do conceito de *continuum* é muito complicada e implica riscos relacionados à má interpretação do que tão conceito pode sugerir. Sendo assim, a utilização dele, quando levar em conta termos como moderno e tradicional deve ser cautelosa para que não implique em uma interpretação que culmine no determinismo cultural ou mesmo econômico.

A utilização do termo na pesquisa está relacionada ao processo de continuidade entre rural e urbano, que muitas vezes não pode ser separado já que estão muito inter-relacionados no caso de Cruzeiro dos Peixotos e Uberlândia. Além disso, a separação típico-ideal entre um e outro já não deve ser utilizada, pois ambos sofrem influência mútua, desta maneira a separação rural e urbano aqui utilizada é apenas para fins analíticos e de nomenclatura, não levando em conta separações específicas.

Pelo mesmo caminho segue a ideia de que a Antropologia deve levar em conta a auto-determinação do sujeito como morador da zona rural e/ou zona urbana, não cabendo apenas ao antropólogo e às ciências sociais essa separação conflituosa. Ao oferecermos essa oportunidade de o sujeito de retratar conseguimos verificar e perceber

---

<sup>5</sup> Termo criado na França para explicar o movimento dos cidadãos para o campo em busca de uma melhor qualidade de vida, longe da exploração da força de trabalho comum nos grandes centros.

as fronteiras simbólicas que cercam as duas localidades e as separam, ainda mais do que a distância física.

Pensando nas fronteiras físicas que separam o rural e o urbano, mesmo em casos que esse espaço parece bem delimitado, ainda existe dificuldade em pensar o que é um e o que é outro, já que em alguns momentos o espaço, como o distrito de Cruzeiro dos Peixotos, vinculado ao município de Uberlândia de Uberlândia, sendo essa a sua sede, mesmo com a estrutura bem mais precária que a do município não dá à Cruzeiro a classificação de rural<sup>6</sup>, já que este ainda se encontra dentro das delimitações urbanas da cidade de Uberlândia, dessa forma, apesar de ser separado entre zonas rurais e urbanas nos documentos oficiais<sup>7</sup>, o distrito é considerado urbano, ainda que o problema de delimitação entre um e outro, não tenha sido sanado, tanto para o próprio IBGE, quanto para a sociedade científica.

Segundo o Decreto-Lei 331 de 1938, que apesar de ultrapassado ainda é o que se aplica, toda sede do município e seus distritos fazem parte do perímetro urbano, sem levar em conta questões estruturais, dessa maneira, a separação prática rural-urbano ainda é bastante confusa. Os discursos oficiais, no caso da legislação de 1938, levam em conta apenas as questões territoriais e, portanto, espaciais para delimitar a diferença urbano-rural. Isso demonstra que as relações simbólicas estabelecidas não são abordadas para tais determinações, isso limita algumas discussões, já que a noção dos moradores e dos “de fora” não é legitimada a partir de tal definição, o que não anula a classificação do distrito como tradicional e/ou moderno, pois tais nomeações independem da questão territorial propriamente dita.

A dificuldade de delimitarmos o que é rural e urbano está tanto na legislação defasada, como no discurso oficial, como no caso do site da Prefeitura Municipal de Uberlândia<sup>8</sup>, que em alguns momentos cita os distritos como “Distritos Rurais”, mas em seus mapeamentos, divide a população do distrito entre rural e urbano, sem nenhuma explicação do que se entende por rural e por urbano. Dessa maneira, o que podemos ter como base é que o considerado urbano está ligado a uma estrutura, como ruas

---

<sup>6</sup> Segundo a legislação.

<sup>7</sup> Nas contagens realizadas pelo Censo através do IBGE, consideram os distritos separados entre população rural e urbana, tal contagem é agregada ao Banco de Dados Integrados, lançados anualmente pelo site da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

<sup>8</sup> Site: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/>

asfaltadas, rede de esgoto e água organizados, iluminação pública, agência dos correios, zonas eleitorais, características que o distrito abarca, mas apenas na vila.

É interessante, nesse sentido trazer a tona os problemas de classificação de regiões rurais e/ou urbanas para a ciência já que determinadas classificações limitam e delimitam o que se enquadra em um aspecto ou em outro. Segundo Abramovay(2000),

A definição do IBGE, para usar a expressão de Elena Saraceno (1996/99), é de natureza residual: as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. O acesso a infra-estruturas e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne “urbana”. (p. 2)

A discussão do autor no texto referido é interessante para pensarmos a situação da classificação de tais localidades, além disso, como observamos, instituições como o IBGE descartam questões culturais, simbólicas e territoriais para assumir o acesso à infra-estrutura que pode ser entendida como urbana. Dessa forma, a definição não passa por parâmetros mais profundos que resultariam numa classificação mais adequada.

Segundo Rua (2006), aspectos urbanos de infra-estrutura e comércios, por exemplo, não pode ser um objeto de definição de rural e/ou urbano, sendo assim

As “urbanidades” decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. É algo novo, ainda por definir e que desafia os pesquisadores, tanto nos países da OCDE (onde muitos criticam os critérios atualmente adotados) quanto em países como o Brasil, onde se luta para ultrapassar a concepção oficial de que rural é tudo que não é urbano. (Rua, 2006. p. 95)

Na ideias de “urbanidades no rural” de Rua (2006), o autor nos dá um aporte interessante para que possamos admitir a possibilidade de um hibridismo entre o rural e o urbano, uma correlação entre as duas dimensões sociais que não nega nenhuma das partes, mas demonstra que cada uma existe e sofre influência mútua, essa ideia tem como objetivo criticar o conceito de *continuum*, que acaba por discriminar o rural, colocando-o em uma posição menos favorecida, uma posição de que irá, de uma forma ou de outra, caminha para uma urbanização inevitável. Esse conceito – *continuum* – pode ser refutado atualmente com os movimentos visíveis de moradores do meio urbano

migrarem continuamente para o rural, negando o movimento “obrigatório” campo-cidade.

Uma das formas de classificação e distinção entre o rural e o urbano analisado pelo autor leva em conta a densidade demográfica e o número de habitantes por cada região, essa classificação muda de acordo com a legislação e as formas de organização de cada país, isso é interessante, já que no Brasil, tal modo de classificação não é levado em conta. Se o caso brasileiro, por exemplo, fosse similar ao italiano, que considera províncias de 5 mil habitantes como rural, o Brasil passaria a ser um país muito mais rural do que se apresenta hoje, já que diversos municípios pequenos possuem essa faixa de número de habitantes.

Na legislação brasileira, o distrito faz parte da cidade, pois sua sede é Uberlândia, e as limitações da sede abarcam o território do distrito. Então, o que podemos verificar é que a diferença entre urbano-rural é muito tênue e merece um cuidado especial, pois essa diferença muda de acordo com interesses de cada parte, o que torna o distrito um povoado em situação de fronteira<sup>9</sup>, mas não apenas fronteira geográfica e espacial, mas, especialmente, simbólica.

Segundo Abramovay, existem formas de delimitação muito utilizadas por alguns órgãos públicos, seguindo a própria legislação e que são insatisfatórios para pesquisadores que analisam o território, e no presente caso, também a identidade.

Segundo o autor, abordagens ligadas à legislação de 1938 levam a olhares muito estereotipados do rural, com olhares que o definem como local de carência, o que não é um critério adequado para nenhuma análise. Além disso, interesse dos poderes municipais em recolher impostos fiscais acabam prevalecendo frente aos aspectos sociais, identitários, territoriais, simbólicos, culturais e geográficos. E por fim, Abramovay(2000) critica a classificação como urbano de uma região pelo fato de dispor de serviços públicos por um grupo de pessoas, assim, algumas sedes de distrito – como no caso de Cruzeiro dos Peixotos – são consideradas urbanas, mesmo que menos de centena de residências.

---

<sup>9</sup> O termo “situação de fronteira” aqui utilizado não diz respeito ao usado por Roberto Cardoso de Oliveira. Aqui ele será usado apenas para explicar a situação entre a zona rural e a urbana na qual Cruzeiro dos Peixotos parece se encontrar.

Apesar das constatações geradas a partir das estatísticas obtidas pelos estudos do IBGE, cabe a nós, pesquisadores, o cuidado de analisar com mais profundidade essa delimitação de populações rurais e urbanas, que por vezes não sabemos como foram contabilizadas. Essa está ligada ao fato de que as legislações direcionam os resultados das pesquisas para uma urbanização do território brasileiro para além do que ele realmente é, sendo assim, talvez seja possível afirmar que “o Brasil é mais rural do que se imagina”.<sup>10</sup>

Segundo João Rua (2006),

Aspecto mais importante ainda é o risco que se corre ao distinguir estatisticamente urbano e rural, como se faz no Brasil, desde 1938, com a definição oficial do que é urbano. Rural é tudo o que não é urbano. As prefeituras, em busca de mais tributos arrecadados, têm todo o interesse em criar “espaços urbanos”<sup>4</sup>. Ao IBGE cabe acatar tais definições, mesmo que, de há muito, tente formular outras demarcações. Ao enfatizar-se as definições estatísticas corre-se o risco de obscurecer o movimento contraditório que marca as interações espaciais na atual fase de unificação diferenciadora do espaço do capital. Reconhecemos, entretanto, que é necessário buscar formas de analisar o real e, para isso, utilizar os instrumentos disponíveis, mas com muito cuidado. (RUA, 2006. p. 93)

Esse processo se complica ainda mais quando a visão dos moradores vão contra as definições já pré-estabelecidas, pois as características do que leva uma localidade ser urbana ou rural são muito subjetivas nos moradores, segundo alguns, a distância, o modo de vida, a criação de animais e a agricultura familiar nos terrenos da vila caracterizam Cruzeiro dos Peixotos como rural, já para outros, o fato de haver comércio – mesmo que pequenos - ,energia elétrica, internet, telefonia celular leva há uma noção de distrito urbano. Sendo assim, o que nos leva a crer é que as negociações e adaptações do que é rural e urbano são manipuladas de acordo com as necessidades e relações.

Como já dito anteriormente, o trabalho ainda encontra-se em andamento, desta maneira, as conclusões ainda não são definitivas, mas através do que foi escrito podemos concluir que categorias como “rural” e “urbano” não existem separadamente, elas se complementam e não existem em sua pureza, exceto para fins analíticos.

Nesse sentido, pensar em Cruzeiro dos Peixotos, é um processo de construção da imagem do distrito que é intrínseco à noção dos moradores sobre si e sobre o lugar

---

<sup>10</sup> Referência ao artigo publicado no Almanaque Brasil Socioambiental: “O Brasil é mais rural do que se imagina” de José Eli da Veiga<sup>10</sup>

em que vivem, sendo assim, o trabalho do antropólogo aqui, está muito mais na compreensão dessas negociações e dessa manipulação identitária do que em determinações de noções de rural e urbano já estabelecidas por legislações ou até mesmo pela própria literatura antropológica e sociológica.

Por fim, o que percebemos é a importância de ultrapassar tais noções está na tentativa de compreender localidades híbridas que não se enquadram em estereótipos há tempos estabelecidos e buscar como os moradores se enxergam e querem ser vistos, sendo assim, a identidade dos habitantes do distrito é constantemente construída, reconstruída, reafirmada e negada segundo as necessidades e interesses de tais moradores.

### **Referências bibliográficas**

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: Ministério do planejamento, orçamento e gestão. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 11, out. 1998. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>> Acesso em: 15 de agosto 2011.

CANDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

GIULIANI, Gian Mario. Neo-Ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. Rev. bras. Ci. Soc. v.5 n.14 Rio de Janeiro out. 1990

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(2): 55-74, novembro de 2000.

JACKSON, Luiz Carlos. A Tradição Esquecida: os Parceiros do Rio Bonito e a Sociologia de Antonio Candido. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Fapesp, 2002.

LOBATO, Monteiro. Urupês. São Paulo: Brasiliense, 1968.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Do Caipira Picando Fumo ao Chitãozinho e Xororó, ou da roça ao rodeio. REVISTA USP, São Paulo, n.59, setembro/novembro 2003. p. 237

OLIVEN, Ruben George. Urbanização e mudança social no Brasil. São Paulo: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Bairros Rurais Paulistas, Dinâmica das Relações Bairro Rural-Cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

REIS, Douglas Sathler dos. O Rural e o Urbano no Brasil. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú, setembro de 2006.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RUA, João. Urbanidades no rural: em um trecho da região serrana fluminense - a rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. In: ENCONTRO DE GRUPO DE PESQUISAS, 1., 2005a, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: NEGEF/UERJ, 2005a. 50p. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. In: CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SILVA, Jose Graziano. O novo rural Brasileiro. Belo Horizonte: Revista Nova Economia, 1997.

SOARES, Beatriz Ribeiro et al. Entre o campo e a cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG). In: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.3, n. 5, p. 113-133, fev. 2008.



## GT 09 - CULTURA E COMUNICAÇÃO NO MUNDO RURAL

### RURALIDADES NO BRASIL: QUAL O LUGAR DAS POLÍTICAS DE CULTURA?<sup>1</sup>

Maria Dione Carvalho de Moraes\*

\* Pós-doutoranda/PGS/UFPE - Professora Dra./UFPI. *E-mail:* mdione@superig.com.br

#### Resumo

Com rural ressignificado de setor a território, relações campo/cidade ressemantizadas, e cultura acionada como elemento-chave do desenvolvimento nas pautas mundiais, somos interpelado/as, teórica e politicamente, sobre políticas de cultura nas agendas de desenvolvimento. Esta presença - como direito à produção e à fruição e não como acessório - é ainda incipiente, na estratégia de desenvolvimento rural, no Brasil, desafiando a uma nova agenda de pesquisa e de gestão pública.

**Palavras-chave:** Ruralidades; Políticas culturais; Brasil.

#### Introdução

Como ponto de partida, lembro o que diz uma agenda de pesquisa, do final dos anos 1990, sobre ruralidades, no Brasil: “(...) a legislação brasileira, ao esvaziar artificialmente o mundo rural, o desqualificou enquanto prioridade para as políticas públicas (...)”. (WANDERLEY, 1997, p. 5. Grifo meu). Consequências desse esvaziamento artificial são perceptíveis em várias direções: por um lado, a subordinação da agricultura e do trabalho à acumulação do capital e ao agronegócio, e a persistência da concentração fundiária; por outro, a luta pela terra, por políticas sociais e trabalho decente, pela dignidade humana, e os avanços decorrentes, inclusive, de formas variadas de experimentação social. Década e meia, depois, com a persistência que o tema exige, a agenda é atualizada (WANDERLEY; FAVARETTO, 2013), a partir de uma análise das singularidades do rural brasileiro, seguida de quatro proposições: 1/ a não-confusão entre desenvolvimento e crescimento econômico; 2/ o reconhecimento do rural no processo geral de desenvolvimento, na perspectiva de trocas solidárias entre campo e cidade; 3/ reconhecimento da diversidade social dos sujeitos do campo, e da conseqüente vitalidade dos espaços rurais, o que requer intervenções públicas multiformes; 4/ a afirmação da cidadania dos povos do campo.

As proposições são de importância indiscutível. Mas tanto a afirmação da cidadania, quanto o seu oposto representado pela persistente – às vezes disfarçada – desqualificação, sobretudo, no plano simbólico, exigem que a relação entre ruralidades e políticas de cultura não fique apenas subtendida. Sobretudo, quando se considera que a referida desqualificação exerce importante papel na, ainda em vigor, hierarquização das relações campo-cidade no Brasil, em que pesem avanços das novas concepções de desenvolvimento rural territorial que emergem na ambiência democrática com expressão constitucional na CF/88. Assim, se a referida não-prioridade do rural para as políticas públicas vem sendo revista no plano governamental, ainda permanece problemática a relação entre desenvolvimento rural e políticas culturais quando se pensa nestas, como eixo e não como adereço.

Isso significa dizer que, no âmbito das atuais políticas de desenvolvimento territorial que visam – para além de definições geopolíticas oficiais – a cidades e seus entornos, urge

<sup>1</sup> Artigo originado de pesquisa, em curso, em Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação e Sociologia-PPGS da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, em vinculação com o Laboratório de Observação Permanente Sobre As Transformações Do Mundo Rural Do Nordeste-Lae-Rural.

questionar sobre o lugar das políticas de cultura. De forma correlata, sobre populações rurais como produtoras e consumidoras de cultura, na perspectiva da cidadania cultural, e não apenas como expressões folclóricas; como “público-alvo” de políticas sociais; ou, ainda, como diz Pereira (2010) como público de uma mera política de eventos, a maior parte, destes, realizados na urbe, quando povos e grupos culturais, salvo exceções, são acionados por uma, muitas vezes, discutível ação de mediação cultural<sup>2</sup>.

Refletir sobre o tema exige que reconheçamos o processo de colonização do pensamento com o contributo, como diz Martins (1986; 2001) das próprias ciências sociais. No plano teórico, impõe-se ter em conta as “ambiguidades de origem” (MARTINS, 1986, p. 13)<sup>3</sup> do pensamento sociológico sobre um rural e sobre povos rurais, ao mesmo tempo, objeto de estudo/espço, entendido como qualitativamente diferente do meio urbano, costumeiramente pensados como de intervenção que visa a realizar a hegemonia urbana. O mesmo podendo-se dizer em relação aos atores sociais que habitam este espaço. As ambiguidades do pensamento, contidas na teoria, transmutam-se em ambiguidades da realidade teorizada o que exige lembrar que a análise da relação entre ruralidades e cultura não deve ser delimitada pela ideologia da mudança social, na perspectiva do “público que demanda” (MARTINS, 1986, p. 34), mas que contemple a ótica dos públicos “da demanda” (MARTINS, 1986, p. 34) como sujeitos de conhecimento, sem render-se seja à ideologia iluminista, seja à populista. Ambas perspectivas – “que demanda” e “da demanda” – constituem modos distintos de elaboração da realidade socialmente construída pelo senso comum e pela ciência de modo que “rural não é ficção ou uma mistificação. (...) é produto necessário de um modo de construir a realidade social” (MARTINS, 1986, p. 36. Itálicos no original). Premissa, esta, incontornável para a pesquisa e para a gestão pública.

Deslindar as ambiguidades de origem da sociologia, assim como os construtos de senso comum, exige pensar rural (e urbano), como “*fictio*”, no sentido referido por Geertz (1989, p. 26. Itálico no original) de “algo construído”, “algo modelado” (p. 26. Aspas no original), o que não significa dizer “(...) que [tais representações] sejam falsas, não-factuais ou apenas experimentos de pensamento. [Afinal], a linha entre o modo de representação e o conteúdo substantivo é (...) intracável na análise cultural (...)” (p. 26). Nesta direção, impõe-se repensar como rural é significado no pensamento social nativo para enfrentar os desafios de compreender como relacionamos ruralidades e políticas de cultura. Nestes tempos nos quais cultura torna-se um dos pilares da economia, em escala mundial (YUDICE, 2006; MIGUEZ, 2009; 2011; BAUMAN, 2013) – sem defender, aqui, a redução da cultura a um mero recurso – penso que, no Brasil, o investimento em termos de políticas públicas de cultura que focam o rural é, ainda, incipiente e demarcado pelo imaginário da hierarquia urbano-rural. Em que pesem iniciativas que partem ora do Ministério da Cultura -MinC, ora do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, ora do Ministério da Educação-MEC, em articulações interinstitucionais diversas, observa-se timidez semelhante no debate acadêmico da temática (MORAES, 2013a).

Sem dúvida, em um mundo que se volta ao potencial econômico da cultura, a perspectiva do que se pode denominar reducionismo economicista foca-se nas enormes possibilidades econômica de um mercado mundial com gigantescos conglomerados, atuando na produção e distribuição de bens e serviços de conteúdos culturais, com uma indústria cultural cujo poder de fogo econômico, político e ideológico, e cuja capacidade de geração de riqueza material são incomensuráveis, a exemplo da indústria cinematográfica norte-americana. Podemos dizer que “o sentido antropológico da cultura se vê, assim, dissolvido

<sup>2</sup> A qual descontextualiza, por exemplo, a festa camponesa (PRADO, 2007; SANTOS e MORAES, 2012).

<sup>3</sup> A ambiguidades referidas a partir da leitura de Henri Lefèbvre, Karl Mannheim, Robert Nisbet, e Aldo Solari (MARTINS, 1986).

no banho ácido do instrumentalismo” (SAHLINS, 1997, p.43). Sem mudança de paradigma, tem-se apenas uma mudança *no* paradigma econômico-produtivo com uma economia da cultura cuja produção de bens/serviços simbólicos ocupa o lugar da produção industrial clássica (MIGUEZ, 2009). Pretendendo superar esta visão instrumental, os discursos no campo que se vem denominando economia criativa (REIS, 2008) enunciam cultura como constitutiva da vida social, geradora de riquezas intangíveis (simbólicas) e tangíveis (materiais). No entanto, esta abordagem acaba por confundir-se, teórica e politicamente com a primeira (MORAES, 2013b), em que pesem potencialidades para relacionar cultura e desenvolvimento o que, na visão de Ortiz (2007) é uma contradição, uma vez que o fenômeno cultural é irredutível à racionalização inscrita na *policy*.

Como lembra Botelho (2011), expressões como cidades criativas, classe criativa, e indústrias criativas e, por extensão, economia criativa, expressam a difusão da crença na importância do conhecimento e da inovação como eixo do desenvolvimento social e econômico, com ênfase na satisfação das sociedades, grupos e indivíduos, na economia global. São temas que ganham fôlego em estreita relação, sobretudo, com o da revitalização urbana baseada na população jovem e escolarizada da sociedade de economia do conhecimento. Emergem distinções entre indústria cultural (componente coletivo abstrato da cultura) e as novas configurações institucionais da indústria criativa (criatividade individual) baseada em pequenos negócios de produtores autônomos (comunicações, moda, *design* gráfico e de produto, publicidade alternativa, audiovisual, etc). A cidade criativa idealizada do ponto de vista do planejamento urbano reuniria esses pequenos negócios em *clusters* que expressariam e alimentariam a criatividade, a diversidade, e a riqueza.

Qual o significado atribuído a rural no emaranhando conceitual que se instala? Como uma cidade criativa incorpora seu entorno rural, em um cenário – do domínio dos fluxos ideopanorâmicos (APPADURAI, 1994) – no qual idéias como empreendedorismo cultural, economia criativa e economia da cultura são, elas próprias, elementos da dialética interna ao campo de disputas constituído pelas forças socioculturais, econômicas e políticas em transformação, pelo ideário e pelas políticas de desenvolvimento, no mundo contemporâneo? São questões que não podem ser ignoradas, dentre nós, sobretudo quando novas racionalidades se impõem na instituição de territórios e de novas articulações institucionais, inclusive, internacionais, como se vê na recente conferência *Culture in EU External Relations*, realizada em Bruxelas, em abril de 2014<sup>4</sup>.

Somos então desafiado/as a pensar, para além do reducionismo economicista, em novas formas de conceber desenvolvimento, a partir da cultura o que, diz Miguez (2009), implica na criação de possibilidades de ampliação do espaço sociopolítico de proliferação e manifestação da diversidade das expressões culturais. E em um mundo no qual, segundo Sahlins (1997) e Friedman (1994), culturas supostamente em desaparecimento tentam incorporar o sistema mundial aos seus próprios sistemas-mundo. Mas se não devemos nos render ao “pessimismo sentimental” (SAHLINS, 1997, p. 41), tampouco o façamos em relação a um “otimismo sentimental” (p. 53), ignorando que novas formas de pensar desenvolvimento implicam pensar políticas de combate à precarização e à liminaridade social, política, econômica, e cultural, de agentes criadores neófitos e múltiplos, assim como pensar rural e povos rurais na perspectiva da cidadania cultural. Afinal, como bem dito por Geertz (1989), compreender dimensões simbólicas da ação social não supõe perder contato com as superfícies duras da vida nem com as necessidades biológicas e físicas subjacentes.

No debate das ideologias de desenvolvimento, não podemos perder de vista as forças e formações sociais expressas nos papéis históricos das culturas individuais: povos urbanos

<sup>4</sup> Relatórios disponíveis em: <http://cultureinexternalrelations.eu/conference/>

e rurais, ou, ainda rurbanos (CARNEIRO, 1998) nações, língua, religiões, etc, que se exprimem em formações sociais concretas na correlação de forças, inclusive, no campo da cultura. No caso das agendas teórico-políticas relativas a programas de desenvolvimento rural, no Brasil, como esta temática vem sendo focalizada?

## II- Rural e povos rurais no Brasil: breves considerações

Parte da resposta leva à reflexão sobre rural, sobretudo, rural brasileiro, o que aponta para tradições do pensamento social nativo ou, como diz Ferreira (2008a, 2008b), do Texto Brasileiro sobre rural. Aproprio-me deste conceito para referir – com certa arbitrariedade em relação à análise do citado autor – um texto polissêmico, no qual discursos historiográficos, econômicos, políticos, culturais, trazem uma imagética de longa data, sobre rural e suas populações. Na literatura sobre sertão, com clássicos como Euclides da Cunha, João Capistrano de Abreu, Darcy Ribeiro; sobre a sociedade nacional de origem rural, como em Oliveira Viana; sobre determinado padrão de sociabilidade como em Sergio Buarque de Holanda e João Capistrano de Abreu; sobre a cultura política do mando referida por Maria Isaura Pereira de Queiroz, Raymundo Faoro, Darcy Ribeiro; sobre a relação campo/cidade, e bairros rurais como tratado por Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antônio Cândido, Lia Fukuy; e sobre cultura rústica e cultura caipira, também abordados por este/as autore/s, além de por Monteiro Lobato, dentre outro/as, em múltiplos ângulos e perspectivas teórico-políticas nem sempre convergentes.

A centralidade é o tema da construção da nacionalidade que se tornou objeto de estudos da passagem do século XIX para o século XX, com autores como Sylvio Romero, Euclides da Cunha, persistindo, no Novecentos, com Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Monteiro Lobato, Caio Prado Jr., Antônio Cândido, Sergio Buarque de Holanda, dentre outros. Ideias que demarcam importante inflexão: “[...] ao contrário do que antigamente se pensava, havia pelo menos mais uma camada social rural, além dos fazendeiros e da mão-de-obra sem terra – camada intermediária formada pelos sitiantes” (QUEIROZ, 1973, p. 14). Daí, a representação da cultura rural/rústica/sertaneja, que adjetivações tenha, pensada, via de regra, por ideias de um Brasil profundo a um tempo forte e incivilizado e a cujo respeito o público que demanda elabora projetos de um Brasil a ser, com um imaginário de rural, via de regra, como lugar da falta e, até recentemente, como lembram Veiga *et al* (2001) por definições de rural que remontam à Era Vargas.

À escrita científica, somam-se outras linguagens: na literária e ensaísta, homens e mulheres são representados em ambientes rurais nativos, em modos de vida nos interiores de um Brasil senhorial e rural, em registros múltiplos. São os sertões de José de Alencar, Euclides da Cunha, João Guimarães Rosa; as fugas da seca de Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto; o Jeca-Tatu de Monteiro Lobato. O que une abordagens diferentes em estilo e roteiros é, em última instância, a demarcação das diferenças culturais entre dois mundos: rural e urbano. Na música, talvez, a expressão de maior abrangência dentre as diversas linguagens culturais sobre rural, este é referido tanto a partir de um olhar urbano (“música popular brasileira”, “rock rural”, “sertanejo universitário”, etc), quanto de sujeitos auto-identificados com o rural em gêneros musicais como o Cururu (CÂNDIDO, 1977); músicas caipira e sertaneja (FAUSTINO, 2008; PIMENTEL, 1997), dentre outros. Na produção cinematográfica, o campo é visto pela cidade, como alteridade, quase sempre, como lugar de um tempo anterior, antigo, ingênuo, da oposição atraso/modernização como nos filmes de Amácio Mazzaropi, a partir dos anos 1950: rural é o outro. A forma teatral antiga e lúdica representa o interior arcaico, desmaterializando e deslocando sua representação: do campo político-social para o poético (GUENZBURGER (2011). Ainda hoje, retratam-se modos de socialização, via de regra,

através de algum tipo de conflito, como em longas-metragens atuais: “Baixio das Bestas”, em 2007, do diretor Cláudio Assis, com fortes cenas de exploração humana no ciclo da exploração da cana-de-açúcar, na região Nordeste; “Aspirinas e Urubus”, em 2005, de Marcelo Gomes, uma metáfora de um sertão de difícil trânsito: árduas condições de vida que se vão transformando pela chegada do outro/estrangeiro, no suposto eterno conflito cultural; “Tapete Vermelho”, em 2006, de Luiz Alberto Pereira, com o choque urbano/rural como pano de fundo para a discussão da dicotomia modernidade/atraso e seus desdobramentos (DUPIN, *et al.*, 2009). No teatro nacional, rural é significado como alteridade, em peças como “O auto da compadecida”, em 1956, de Ariano Suassuna. O rural arcaico é representado como um universo próprio, distinto do urbano. Também em “O pagador de promessas”, em 1960, de Dias Gomes, fala-se da incapacidade de entendimento entre dois brasis: rural e urbano.

Como este texto brasileiro, em especial o acadêmico e da gestão pública, apresenta-se na atualidade em um cenário de grandes transformações sociais, econômicas, políticas, e culturais? Wanderley (2011) refere quatro processos, em larga escala, nas últimas décadas, os quais desdobram-se em consequências definitivas para o mundo rural latino-americano: 1/ avanços científicos, sobretudo na genética e na ecologia reforçando as críticas políticas à perspectiva produtivista de progresso; 2/ ampliação da consciência da necessidade de preservação da biosfera; 3/ conquistas tecnológicas no campo da comunicação humana, pela emergência do que Manuel Castells denomina sociedade em rede, quer no plano interno das sociedades nacionais, quer na interface destas, no processo de mundialização; 4/ ampliação e aprofundamento das democracias com expressões de demandas pelo direito à cidadania, e o conseqüente direito à diversidade sociocultural, apontando para o que Oliveira, R. C. (2006, p. 19) concebe como “moral do reconhecimento”.

No contexto, o debate sobre o chamado mundo rural ganha modulações na direção de se repensarem tanto temas “antigos” – nem por isso, anacrônicos – como questão agrária, movimentos sociais (que criam/recriam textos, na interface com os acadêmicos e políticos), políticas públicas para o campo, relação campo/cidade; campesinatos, quanto temas “recentes”: agriculturas familiares; novo nominalismo; ruralidades e urbanidades; relações rural/urbano em pequenas e médias cidades; pluriatividade; multifuncionalidade; territorialidade; sustentabilidade, etc. E somos interpelados a incluir nesta agenda o tema cultura, para além do que tange a modos de vida, identidades, diálogos interculturais e hibridações, na direção de reconhecer a importância do protagonismo de políticas culturais, sobretudo, em programas de desenvolvimento rural.

Nas novas interpretações da vida social e de desenvolvimento, ganha corpo a reflexão sobre a relação urbano/rural nos marcos do chamado desenvolvimento territorial sustentável, sendo imperativo refletir/agir sobre limites dos modelos vigentes e sobre novas possibilidades (WANDERLEY e FAVARETTO, 2013). A mirada de estudos e pesquisas desencadeada, sobretudo, a partir dos anos 1990, foca-se no fenômeno conhecido como globalização/mundialização, repondo, nas arenas político-teóricas, conceitos de tempo e espaço, território, territorialidades, territorialização, (des)territorialização, (re)territorialização e, nesta perspectiva, a relação campo/cidade, atores e processos. No que tange a rural, múltiplas enunciações impregnam a escrita científica e ensaísta, e outras linguagens como literatura, música, cinema, teatro, etc, em contextos historicamente situados, na produção de signos da *fictio* nativa. Na linguagem conceitual, científica, a ambiguidade de origem referida por José de Sousa Martins vai cedendo espaço para tratamentos mais complexos que buscam relativizar o dualismo e as hierarquias, e a desconstrução da “sinomínia rural-agrícola” (CARNEIRO e SILVA, 2012, p. 5) no que ela tem de equívocos e de assertividade. São narrativas de ruralidades tanto na perspectiva teórico-conceitual quanto a partir de situações empíricas concretizadas em fronteiras

agrícolas, áreas pioneiras, santuários ecológicos, pólos de crescimento dominados pelo agronegócio, pólos de desenvolvimento rural integrado, de desenvolvimento territorial, de atividades agrícolas e não-agrícolas; zonas de contato interétnico, lugares de tradições camponesas, comunidades e populações tradicionais, de (re)assentamentos humanos, de modos de vida, relações de gênero, de gerações, de relações interculturais diversas, trânsitos rurais-urbanos, deslocamentos populacionais, etc. São olhares e discursos de variados matizes. (MORAES e PEREIRA, F. C., 2010).

Para além do determinismo geográfico, a literatura especializada – socioantropológica, econômica, geográfica – tende a considerar que rural não se resume a um espaço físico e que manifestações associadas a ruralidades podem ser identificadas por indícios presentes nas práticas sociais de indivíduos, instituições, e atores sociais coletivos. (CARNEIRO, 2002; 2012). São sentidos que interpelam a pesquisa a qual é, também, construtora de sentidos<sup>5</sup>, em uma discursividade demarcada por temas como: moderna questão fundiária e implicações da escolha social entre alianças da propriedade da terra, por um lado, com o capital, por outro, com o trabalho; progresso técnico e a oposição conceitual: industrialização da agricultura X gestão dos seres vivos (WANDERLEY, 2001); campesinato: elemento residual, em vias de desaparecimento ou potencializador de novas responsabilidades e novos modelos entre padrões de urbanização do campo e de desenvolvimento rural sustentável (WANDERLEY, 2002; GONZÁLES e DASÍ, 2007)? Novas relações rural-urbano (SILVA, J. G., 1999; VEIGA *et al*, 2001; FAVARETTO, 2007; CARNEIRO, 2012).

Se rural não é mais pensado, tão só, pela atividade agrícola (SILVA, J. G., 1999), isto não significa dizer que esta atividade perdeu importância no modo de vida rural (WANDERLEY, 2001). Isto, apesar da reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo (pluriatividade); de novas formas de organização da atividade agrícola como alternativa a deixar o campo, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante (CARNEIRO, 1996, SCHNEIDER, 1999; CAZELA e MATTEI, 2002); do neorruralismo (GIULIANI, 1990); da multifuncionalidade da agricultura e dos territórios – compreendendo cidades e seu entorno – (ABRAMOVAY, 2002; CARNEIRO e MALUF, 2003); dos limites dos conceitos de meio rural ou sociedade rural e da emergência de outra ruralidade que desafia às políticas públicas de desenvolvimento territorial (ABRAMOVAY, 1999; VEIGA, 2006), e à própria definição de rural. (VEIGA *et al*, 2001; 2006). Populações rurais são vistas em sua complexidade, referidas por conceitos de campesinato (GODOI, 1990; WOORTMANN, E., 1995, WANDERLEY, 2000; NEVES, 2009; MORAES, 2009), campesinidade (WOORTMANN, K., 1990), agricultura familiar (LAMARCHE, 1993; 1994, NEVES, 1998, WANDERLEY, 1996; MORAES, 1998); por paradigmas diversos sobre a relação entre campesinato e capitalismo (SHANIN, 2008; FERNANDES, 2004), campesinato e agronegócio (MORAES, 2000, 2002; SILVA, M. V., 2011); por um novo nominalismo (ALMEIDA, M. W. B (2007) que incorpora diversas formas concretas de vida que produzem identidades políticas, culturais, funcionais: camponese/as, agricultore/as familiare/as, trabalhador/as rurais assalariados, quilombolas, faxinais, caixaras, pescadores artesanais, ribeirinhos, catadore/as de caranguejo, catadore/as e quebradeiras de coco babaçu; cortadores de palhas de carnaúba, povos indígenas, povos de fundos de pasto, assentado/as de reforma agrária, rurbanos, dentre outras, desafiando políticas da diversidade.

É inegável que estudos sobre rural e povos rurais, no Brasil, trazem importantes contribuições no que tange a modos de viver, morrer, trabalhar, festejar, lutar, estabelecer

<sup>5</sup> Definições são ferramentas do pensamento e as ciências são um campo agnóstico e controverso: um artigo científico pode provocar transformações em enunciados (WOLF, 2003). Para Bourdieu (1987, 1989), as várias posições constitutivas dos campos definem possibilidades de um argumento produzir determinados efeitos.

alianças matrimoniais e políticas; socializar crianças, significar relações de gêneros e de sexos, intergeracionais, interétnicas, entre naturezas humana e não-humana; saberes, enfim, sobre cosmologias, *ethos*, identidades, etc. Isto, desde clássicos como Cândido (1977) e Queiroz (1973) que abriram caminhos para gerações de pesquisadore/as com significativo volume de pesquisas, teses, dissertações, monografias, livros, artigos, assessorias, projetos, em múltiplas direções. No entanto, são pertinentes críticas como as de Woortmann, K. (1990); Woortmann, E. (1995) e Brandão (1998; 2007), sobre a ênfase no *homos economicus*; de Ferreira (2008a, 2008 b) sobre o foco em um corpo camponês funcional; de ALMEIDA, M. W. B (2007) sobre a morte das teorias do campesinato e a emergência de um novo nominalismo. Por outro lado, os desdobramentos na articulação do conceito de campesinato ao novo nominalismo (BRANDÃO, 2007; ALMEIDA, A. W., 2009; RUBERT, 2009; PAOLIELLO, 2009; MORAES, 2011; MORAES e VILELA, 2013).

### III- Políticas de cultura no modelo de desenvolvimento rural brasileiro: essenciais ou acessórias?

Nos campos da produção de conhecimento e da ação política, *stricto senso*, os desafios nos diálogos entre teoria e empiria, e política, envolvem uma pluralidade de atores sociais, mundividências e práticas, inclusive, no que tange às relações rurais-urbanas. Temas como igualdade, diferença (PIERUCCI, 1990), identidades e reconhecimento (OLIVEIRA, R. C., 2006), multiculturalismo (HALL, 2003), diversidade cultural (BARROS, 2008), direito à cultura (CUNHA, 2011), economia criativa (REIS, 2008) ganham as cenas teórica e nas agendas de desenvolvimento<sup>6</sup>. Sentidos e direções deste debate traduzem-se na proliferação de projetos culturais em órgãos internacionais como UNESCO, Banco Mundial, fundações de caráter internacional.

No contexto, a chamada “área cultural” (MORAES, 2012, p. 1), passou a ser vista e acionada na agenda da gestão pública como meio de lidar com – e solucionar – problemas sociais, educacionais e hostilidades raciais; contribuir para reverter a deterioração urbana, gerar emprego e renda, e reduzir a criminalidade. Cultura, então, deixa de ser pensada tão só como transcendente para sê-lo voltada para resultados práticos imediatos. Como palco de inúmeros empreendimentos, ela deixa de ser um campo à parte, uma esfera autônoma e se integra à esfera social. Miguez (2011) e Bauman (2013) chamam a atenção para a significativa presença da cultura nas agendas mundiais, tanto como tema transcendente e transversal, quanto como recurso, no sentido acionado por Yúdice (2006).

Iniciativas, a partir dos anos 1980, como as da UNESCO, na Mondiacult<sup>7</sup>, em 1982, no México, tiveram desdobramentos importantes, com envolvimento, inclusive, de instituições econômicas, como o BID, visando ao investimento na ampliação dos repertórios simbólicos, com ganhos econômicos e propriamente culturais. O Brasil, na última década, busca inserir-se nestes tempos. Mas há um longo caminho a percorrer na fuga a um modelo hegemônico e monolítico de desenvolvimento para, como dito por Celso Furtado, conceber uma política de desenvolvimento a serviço do enriquecimento cultural de uma sociedade (MIGUEZ, 2011).

Como cultura é pensada no texto brasileiro sobre ruralidades? Como é acionada na política de desenvolvimento rural territorial? Segundo Azevedo (2006), no Brasil, quando se

<sup>6</sup> Sobre caminhos e descaminhos da cultura e da chamada área cultural no Brasil, ver Ortiz (1994) e Mota (2008).

<sup>7</sup> Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, realizada em 1982, na cidade do México, onde se discutiu a relação entre cultura e desenvolvimento, esboçando-se o princípio de uma política cultural baseada no respeito à diversidade. A partir desta conferência, várias convenções foram assinadas com vistas a promover e proteger direitos culturais como pertencentes ao rol dos direitos humanos.

planejam políticas de desenvolvimento, cultura não tem apresentado importância no âmbito do planejamento estatal, ao contrário do que se como se vê, por exemplo, em Programas como o LEADER<sup>8</sup> europeu no qual se tem em conta a cultura material existente, com vistas a se tentar aperfeiçoar condições de vida das populações. Como observado por Yúdice (2006), a desmaterialização das fontes de crescimento econômico e criação de riqueza, e a maior presença e peso relativo de bens simbólicos no comércio mundial dá ao campo cultural protagonismo inédito na modernidade. Avanços, na reflexão sobre o tema, ultrapassam, por exemplo, a tese da concepção genética da importância da cultura como fator determinante para o desenvolvimento, expressa em Harrison e Huntington (2002) e criticada por Hermet (2002).

Longe de pretender transposição de modelos de ruralidades do norte para o sul, vale lembrar que os programas europeus referidos explicitam o lugar da cultura como meios e fins do desenvolvimento. Segundo Saraceno (2001; 2005), ali, a política volta-se à geração de uma dinâmica endógena positiva em áreas rurais, com ampla participação de atores locais e contempla: diferenciação de produtos, ênfase na diversificação, destaque das especificidades de cada área; competitividades e atração de áreas rurais; ações compensatórias a desfavorecidos pela política de preços e mercados; novas funções que ajudam e incentivam um modelo de produção baseado na agricultura familiar: práticas de proteção ao meio ambiente, conservação do espaço natural, e preservação do tecido sociocultural.

A idéia-base é que, por um lado, atividades econômicas rurais podem gerar valor agregado e emprego, sem comprometer a riqueza e a diversidade identitária e o patrimônio cultural. Por outro, a melhoria da qualidade de vida embasa-se na afirmação identitária local visando a reforçar as bases de pertencimentos a um território, expressão de sobrevivência e de desenvolvimento<sup>9</sup>. Nesta direção, observam-se quatro áreas principais de intervenção fundamentada na cultura: 1/promoção da identidade regional; 2/valorização do patrimônio local; 3/investimentos em infra-estrutura cultural permanente (centros culturais, eco-museus, etc); 4/organização de atividades específicas (animações, festivais, etc). São eixos de uma estratégia voltada à melhoria da qualidade de vida, ao estímulo de dinâmicas locais, a tornar as áreas rurais mais atraentes (AZEVEDO, 2006; SARACENO, 2001; 2005; ROVER e HENRIQUES, 2006).

No Brasil, diz Flores (2006), estratégias de desenvolvimento territorial pela definição nacional de territórios amplos, sem homogeneidade, e a partir de definições técnicas levadas a cabo por organizadores das políticas, distanciam-se da experiência do LEADER. Distinção importante é a do lugar e ênfase dados às políticas culturais<sup>10</sup>, por exemplo, nas experiências

---

<sup>8</sup> O Programa Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural-LEADER é um conjunto de políticas de desenvolvimento territorial em países membros da União Européia, sustentado com recursos de fundos comunitários. Passou por diferentes momentos: LEADER I (de 1991 a 1994), LEADER II (de 1994 a 1999), e LEADER *Plus* (de 2000 a 2006). O caráter territorial, integrador e participativo passou a vigorar desde o LEADER I. A partir de 2007, a abordagem LEADER foi integrada à política de desenvolvimento rural global da UE. (AZEVEDO, 2006).

<sup>9</sup> O LEADER caracteriza-se por: 1/ atuação sobre territórios definidos por áreas rurais pequenas e homogêneas (o que otimiza definições de identidades culturais/diversidade de produtos/especificidades locais – com interconhecimento dos atores locais, e deles com a economia local; 2/ desenvolvimento de importante participação coletiva; 3/ promoção da integração vertical de diferentes níveis institucionais; 4/ fortalecimento da participação ampla de atores, públicos e privados; 5/ promoção de ações integradas, inovadoras e multissetoriais, com ênfase em recursos específicos locais; 6/ estímulo a intercâmbios de experiências/colaboração (SARACENO, 2001; 2005).

<sup>10</sup> No LEADER, para além da dimensão econômica, visa-se à desaceleração do esvaziamento de áreas rurais, com incentivo a: turismo rural, produção/aperfeiçoamento de artesanatos, recuperação/conservação do patrimônio histórico e cultural, divulgação/comércio de produtos e serviços com denominação de origem, ou



de variados matizes, em programas do Governo Federal<sup>11</sup>, a partir de 2008, articuladas no âmbito do Programa Territórios da Cidadania ou, ainda, no nível regional/estadual, em iniciativas na linha de consórcios intermunicipais e de planejamento territorial. Nas diretrizes, em escala ainda algo tímida, encontram-se direcionamentos para ações no campo de políticas de cultura. Talvez o exemplo mais notável em termos programáticos no qual a política cultural tem protagonismo, seja o Programa Territórios de Cultura, do Governo do Estado da Bahia, implantado em 2007.

Um indicador importante da importância dada ao tema, no Brasil, pode ser visto nas análises sobre programas de desenvolvimento territorial rural, nativos, nas quais se nota ausência da temática das políticas culturais. É como se estas não tivessem prioridade em uma ação declaradamente instituída como “(...) um programa de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais, voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. (...) (BRASIL, 2008, p. 2. Grifo meu). O objetivo declarado é “promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”. (BUTTO, 2013, p. 5). Em seu último e quinto eixo, o Programa refere a “valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações” (BUTTO, 2013. Grifo meu). No programa que, hoje, abarca 120 territórios rurais, as políticas culturais têm algum lugar mas a ênfase ainda é posta em políticas sociais e econômicas, inclusive, em ação conjunta com mais dois programas: o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, e o Programa de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços dos Territórios.

Em atuação mais próxima às políticas de cultura, encontram-se ações no Plano de Desenvolvimento da Educação do MEC, e do Programa “Mais Cultura”, do MinC, com subprogramas como: Brasil Alfabetizado; Pro Jovem Rural e Urbano; Construção de Escolas no Campo; Construção e Equipamentos para Escolas de Populações Indígenas e Quilombolas; Bibliotecas Rurais; Pontos de Cultura. E, sem dúvida, há um destaque para a atuação da Fundação Cultural Palmares, que compõe o Sistema MinC, com linhas de atuação específicas fundadas na cultura<sup>12</sup>. Some-se o projeto Territórios Digitais do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural-NEAD do MDA, criado em 2008. O objetivo declarado é oferecer, gratuitamente, acesso à informática e *internet* para populações rurais, por meio da implantação de Casas Digitais. Segundo NEAD (2008) uma das ações do projeto é a construção de Casas Digitais, ou telecentros, espaços públicos, sem fins lucrativos, conectados à *internet* e disponíveis a quem não tem condições de acesso à tecnologia, desde o simples acesso a um computador, ao uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação. Este patamar de acesso à comunicação, por si só, abre uma gama de possibilidades, nas relações (rural-rural, e rural-urbano), impensáveis, até pouco tempo.

Como observa Manzatti (2011), do ponto de vista da gestão, ações e projetos como Pontos de Cultura, Programa Mais Cultura, editais – como o Prêmio Culturas Indígenas do MinC –, a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do MDS, o controle do acesso ao Conhecimento Tradicional Associado, a Carteira Indígena

---

produtos locais e, em seus limites e potencialidades, a promoção da identidade local, de culturas regionais e minoritárias etc. (AZEVEDO, 2006).

<sup>11</sup> Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar-PRONAF, Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária-PNATER, Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária-PRONATER; Plano Nacional de reforma Agrária-PNRA; Comunidades Quilombolas, dentre outros.

<sup>12</sup> Para detalhamento, ver Moraes (2014).

do Ministério do Meio Ambiente-MMA, Territórios da Cidadania, Arca das Letras, Pronaf, Turismo de Base Comunitário e Turismo Étnico do Ministério do Turismo, Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego; Brasil Quilombola, dentre outros, tiveram proposições de forma desarticulada entre si. Isto promoveu inconsistências e contradições conceituais, áreas de somreamento, duplicação de responsabilidades e concentração de recursos. Assim, certas ações, em muitos casos, acabavam por incidir sobre o mesmo público destinatário: Prêmio Culturas Populares, Ação Griô, Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial do sistema MinC, por exemplo, foram executadas em paralelo por longos períodos, com ausência de maior sinergia entre as abordagens e de melhor aproveitamento dos recursos – escassos.

Não há como ignorar que, no contexto atual, crescem os desafios teórico-políticos, relativos à relação urbano/rural. Sobretudo, no sentido de que o olhar sobre esta relação não se resume ao princípio da urbanização extensiva, pensada de forma hierarquizante, com a primazia do urbano, seja à diluição das diferenças, muitas vezes, expressas na idéia de *continuum*, acionada em vários contextos e sentidos. Nesta mirada, impõe-se-nos enfrentar disjunções conceituais e políticas entre construtos de urbano e rural, presentes no pensamento social brasileiro, imaginário que incide na construção de agendas públicas de desenvolvimento.

#### IV- Considerações finais

Sem sombra de dúvida, o conjunto de iniciativas governamentais referidas, e que tendem a convergir no Programa Territórios da Cidadania, promove/estimula um incontável número de experimentações socioculturais, mesmo ainda carecendo de melhor definição política e teórica no que tange ao lugar da cultura nas agendas de desenvolvimento territorial rural, no Brasil. O desafio para tais agendas é que elas devem ter, cada vez mais, pertinência nas proposições e estratégias para lidar com as novas relações campo-cidade, crescentemente pensadas, teórica e politicamente, em anos recentes, pelas óticas territorializante e de sustentabilidade. Vemo-nos, assim, interpelado/as a reconhecer sentidos, diferenças, e peculiaridades culturais, rurais e urbanas, e a pautar, no debate, a tensão tanto política quanto cognitiva que acompanha o pluralismo cultural inscrito intra e inter-territórios como exige uma política da diversidade cultural.

O texto brasileiro, inclusive, o acadêmico, tem dado indevida importância a temas que merecem maior atenção, como: cultura material e imaterial e aperfeiçoamento das condições sociais de vida de povos rurais, estes, tomados como produtores e consumidores de cultura; espaços rurais como lugares de equipamentos/programas culturais; avaliação da incidência das políticas culturais na vida de populações rurais, nos últimos dez anos, afinal, desde 2003, o país encontra-se em um processo de construção de um Sistema Nacional de Cultura e de um Plano Nacional de Cultura, realizando, para tanto conferências municipais, estaduais, regionais e nacionais, com ampla participação de representantes da sociedade civil e do Estado. Sequer pensamos, neste processo, como o rural se apresenta, se representa, é representado, à exceção do que tange a povos quilombolas e indígenas, os quais acionam mais fortemente, a defesa programática da própria cultura.

Isto implica reconhecer interpelações à pesquisa, ao pensamento teórico, e a uma agenda pública, em vários sentidos. Dentre estes, o de escapar, por exemplo, à confusão (conceitual e política) entre desenvolvimento rural territorial e homogeneização cultural, contemplando a diversidade cultural campo/cidade, e no âmbito das múltiplas ruralidades, em seus diálogos e dissensos. Mas, sobretudo, o de fugir à armadilha implícita nos conteúdos discursivos e pragmáticos, nos quais cultura é brandida, tal como dito por Hermet (2000) “como mero álbi, um enfeite sem maiores consequências efetivas”.

## Referências

- ABRAMOVAY, R. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Primeiro relatório de pesquisa**. IPEA. São Paulo/Rio de Janeiro: IPEA, (Projeto BRA/97/013) 1999, 44 p.
- \_\_\_\_\_. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. **Economia Rural**, vol. 40, n.2. 2002, pp. 235-264.
- ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial (1500-1800)** & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. *In*: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARINA, R. A. (Orgs.) **Diversidades de campesinatos: expressões e categorias**. Vol II. Estratégias de reprodução social. São Paulo: Unesp/Brasília: NEAD, 2009, pp. 39-66.
- ALMEIDA, M. W. B. Narrativas agrárias e morte do campesinato. **RURIS**, v. 1, n.2, Campinas-SP, setembro/2007, pp 157-188.
- APPADURAI, A. Disjunção e diferença na economia cultural global. *In*: FEATHERSTONE, M. (Org.) **Cultura global nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 311-128.
- AZEVEDO, F. F. Cultura e desenvolvimento rural: as experiências LEADER e PRODER na Espanha. **II Encontro de Grupos de Pesquisa**. Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 20 a 22 de junho de 2006, 18 p.
- BARROS, J. M. (Org.) **Diversidade cultural: da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BAUMAN, Z. A cultura no mundo líquido moderno. Rio de Janeiro: Zahar, 2013
- BOTELHO, I. Criatividade em pauta: alguns elementos para reflexão. *In*: Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações - 2011 – 2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. p.80-85.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1987.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **RURIS**. V.1, n.1, Campinas: Unicamp março/2007, pp. 37-64.
- BRANDÃO, C. R. Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa nos Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo. *In*: NIEMEYER, A. M.; GODOI, E. P. (Org). **Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. pp.133-66.
- BRASIL. **Territórios da Cidadania**. 2008, 19 p. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/nossos-programas/portal-da-cidadania>. Acesso: 15/5/2012
- BUTTO, A. **Políticas de Desenvolvimento Territorial**. MDA/SDT: Apres. PPT, 2013
- CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo. Livraria Duas Cidades, 1977.
- CARNEIRO, F. S.; SILVA, R. O. O “novo rural” e o equívoco conceitual representado pela sinonímia rural-agrário. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: Territórios em Disputa. **ANAIS...** Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012, 9 p. Disponível em [http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1088\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1088_1.pdf). Acesso em 20 de março de 2013.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rurbarno: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. *In*: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

- \_\_\_\_\_. Pluriatividade: l'hétérogénéité cachée. **Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales**, 1996.
- \_\_\_\_\_. (coord.). Do "rural" como categoria de pensamento e como categoria analítica. *In: Ruralidade contemporâneas. Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Relatório final do projeto "Pluriatividade e Ruralidade: identidades sociais em construção"*. Rio de Janeiro, setembro de 2002, pp.5-23.
- \_\_\_\_\_. (org.). **Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.
- \_\_\_\_\_.; MALUF, R. (org.). **Para além da produção**. Multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- CUNHA, H. Direitos culturais no Brasil. **Revista Observatório Itaú Cultural / OIC** – n. 11 (jan./abr. 2011) – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011, pp. 115-26.
- DUPIN, L. V. *et al* "A gente é que nem os boi, roda, roda e não sai do lugar": estrutura e história no meio rural brasileiro. **Revista IDEAS**, v. 3, n. 2, p. 362-388, jul./dez. 2009.
- FAUSTINO, J. C. O êxodo da viola: compreensão do êxodo rural a partir da música caipira. **ANAIS... XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom. São Paulo, Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Jean%20Carlo%20Faustino.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2011.
- FAVARETTO, A. A longa evolução da relação rural-urbano. Para além de uma abordagem Normativa do desenvolvimento rural. **RURIS**, v. 1, n. 1, Março de 2007, pp. 157-90.
- FERNANDES, B. M. **Um referencial para o campesinato no Brasil** (versão preliminar). Curitiba, maio de 2004. Disponível em: [www.coptec.org.br/.../Campesinato%20e%20Reforma%20Agrária](http://www.coptec.org.br/.../Campesinato%20e%20Reforma%20Agrária). Acesso em 10 de janeiro/2005
- FERREIRA, P. R. O texto brasileiro sobre o rural: eterno retorno ao mesmo? **RURIS**, vol. 2, n. 1, Mar./2008a, pp. 129-53.
- \_\_\_\_\_. **Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas**. São Paulo, Editora Hucitec/Fapesp, 2008b.
- FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – **RIMISP**, 2006, 47 p.
- FRIEDMAN, J. Ser no mundo: globalização e localização. *In: FEATHERSTONE, M. Cultura global nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 329-348.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GIULIANI, M. **Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos**. 1990. Disponível em [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_14/rbcs14\\_05.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm). Consultado em 02/02/2010.
- GODOI, E. P. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: UNICAMP, 1999.
- GONZÁLEZ, J. R.; DASÍ, J. F. Los territorios rurales en el cambio de siglo. *In: Geografía Humana: procesos, riesgos e incertidumbres en un mundo globalizado*. Barcelona: Ariel Geografía, 2007.
- GUENZBURGER, G. O Mambembe, o rural, o antigo. O outro ingênuo como ficção para o próprio progresso. **XII Congresso Internacional da ABRALIC: Centro, Centros – Ética, Estética**, 18 a 22 de julho de 2011, UFPR – Curitiba, Brasil, 7 p. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC1035-1.pdf>. acesso em 20 de outubro/2011.

- HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. (Orgs.) **A cultura importa**. Rio de Janeiro : Record, 2002.
- HERMET, G. **Cultura & desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002
- LAMARCHE, H. (Org.) **L'agriculture familiale: du mythe à la réalité**. Paris: L'Harmattan, 1994.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **Produção familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- MANZATTI, M. As culturas populares e tradicionais no governo Dilma. 24/02/2011. Disponível em: <http://www.acasa.org.br/ensaio.php?id=296&modo=> Acesso em 05 de agosto de 2012.
- MARTINS, J. S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**, vol.15 no.43 São Paulo, Set./Dez. 200, pp. 31-6.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MIGUEZ, P. **A economia da cultura**. Letras. Belo Horizonte, n.45, p.06-07, jan. 2011.
- \_\_\_\_\_. Cultura e desenvolvimento. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v.2, n.1, 2009. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/issue/view/395> . Acesso em: 12 ago. 2010.
- MORAES, M. D. C. Ruralidades contemporâneas: qual o lugar da cultura? Uma análise do texto teórico brasileiro. **Plano de trabalho para Estágio Pós-Doutoral**. Versão preliminar. Teresina, 2013b, 20 p.
- \_\_\_\_\_. Institucionalização da “área cultural” no Piauí: um esboço analítico. **Trabalho de conclusão de disciplina**. Curso de Especialização em Gestão da Cultura para Gestores Culturais do Nordeste. Teresina, 2012, 10 p.
- \_\_\_\_\_. Ruralidades, campesinato, novo nominalismo: trilhas de um debate sobre o “rural” contemporâneo. **ANAIS... XXVIII Congresso Internacional da ALAS**. 6 a 11/9/2011 2011, UFPE, Recife-PE. GT5- Desenvolvimento rural, globalização e crises. 18 p.
- \_\_\_\_\_. Artesanato cerâmico no bairro Poti Velho em Teresina-PI (Rede sociotécnica, agenda pública, empreendedorismo e economia criativa). **Monografia**. Especialização em Gestão da Cultura para Gestores Culturais do Nordeste. UFRPE/FunDAJ/MinC. Recife, 2013a.
- \_\_\_\_\_. De Camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. **Raízes**. Campina Grande (PB), n. 17, junho/98, 121-134.
- \_\_\_\_\_. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas (modo de vida e crise ecológica de camponeses/as nos cerrados do sudoeste piauiense). In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARINA, R. A. (org.) **Diversidades de campesinatos: expressões e categorias**. Vol II. Estratégias de reprodução social. São Paulo: EdUnesp/Brasília: NEAD, 2009, pp. 131-16
- \_\_\_\_\_. Le *nouveau* Nordeste des cerrados dans les nouvelles dynamiques territoriales. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. (org.). **Planification du développement territorial au Brésil**, Montpellier: Cirad, 2002.
- \_\_\_\_\_. Memórias de um sertão desencantado (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2000.
- \_\_\_\_\_. De Camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. **Raízes**, Campina Grande-PB, n. 17, jun./98, 121-134.
- \_\_\_\_\_.; PEREIRA, F. C. Imagens e narrativas do “rural” (sentidos de ruralidades na produção acadêmica da pós-graduação *stricto sensu* na área de Ciências Humanas, da UFPI, da década de 1990 a 2010). **Projeto de Pesquisa**. Teresina, 2010, 20 p.
- \_\_\_\_\_.; VILELA, S. L. Trilhas de um debate contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 1, pp. 59-85, Jan./Mar/2013.

- NEAD. Territórios Digitais. **Boletim Nead 470**. 2008. Disponível em: [www.mda.gov.br/territoriosdigitais](http://www.mda.gov.br/territoriosdigitais). Acesso em 20 de outubro de 2010.
- MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- NEVES, D. P. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. M. (orgs). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Vol. 2. Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Ed. Da Unesp/Brasília:NEAD, 2009, pp. 303-326.
- \_\_\_\_\_. O econômico e o familiar: interdependências, potencialidades e constrangimentos. In: MOTA, D. M. *et al.* (Ed.) **Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade** (coletânea). Aracaju: Embrapa-CPATC, SDR/MA, 1998, pp. 13-33.
- OLIVEIRA, R. C. Identidade étnica e a moral do reconhecimento. **Caminhos da identidade**. Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo/Brasília: UNESP/Paralelo 15, 2006, pp. 19-58.
- ORTIZ, R. Cultura e Desenvolvimento. **V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural**. Almada, Portugal, 2007. 7 p. Disponível em: [http://www.difusaocultural.ufrgs.br/adminseminario/documentos/arquivo/Ortiz\\_port.pdf](http://www.difusaocultural.ufrgs.br/adminseminario/documentos/arquivo/Ortiz_port.pdf). Acesso em 20 de outubro de 2008.
- \_\_\_\_\_. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAOLIELLO, R. M. Condição camponesa e novas identidades entre remanescentes de quilombos no Vale do Ribeira e Iguape. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARINA, R. A. (orgs.) **Diversidades de campesinatos: expressões e categorias**. Vol I. Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Ed. Unesp/Brasília: NEAD, 2009, pp. 229-250.
- PEREIRA, F. S. Bumba, meu boi! (Cultura popular e a política cultural de eventos em Teresina-PI: encontros e desencontros na arena pública da festa). **Dissertação**. Mestrado em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2010.
- PIERUCCI, A. F. Ciladas da diferença. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2(2): 7-33, 2.sem. 1990
- PIMENTEL, S. V. **O chão é o limite**. A festa do peão de boiadeiro e a domesticação do sertão. Goiânia: UFG, 1997.
- PRADO, R. **Todo ano tem**. As festas na estrutura social camponesa. São Luiz: EdUFMA, 2007.
- QUEIROZ, M. I. Do Rural e do Urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T. E QUEDA, O. (orgs.) **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- \_\_\_\_\_. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973
- REIS, A. C. F. **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural/Garimpo Soluções, 2008.
- ROVER, O. J. ; HENRIQUES, M. A. A gestão democrática em debate: o Programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil local. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 75, Outubro 2006, pp. 117-37.
- RUBERT, R. A.; SILVA, P. S. O acamponesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do rio Grande do Sul. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARINA, R. A. (orgs.). **Diversidades de campesinatos: expressões e categorias**. Vol I. Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Ed. Da Unesp/Brasília: NEAD, 2009, pp. 251-74.
- SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II) **MANA** 3(2):103-50, 1997.
- SANTOS, G.; MORAES, M. D. C. A arte de “botar boi” no Território Palmares, Luzilândia-PI. **XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pre-AIAS Brasil**. Universidade Federal do Piauí-UFPI, Teresina-Piauí, 04 a 07 de setembro de 2012.

- SARACENO, E. La experiencia europea de desarrollo rural y su utilidad para el contexto latinoamericano. **Seminário Internacional sobre Agricultura Familiar Sustentável**, de 21 a 23/1 de 2001, Brasília-DF. (D/700440). Mimeo., 9 p.
- \_\_\_\_\_. Las políticas de desarrollo rural em los procesos de modernización. **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília, 23-25 de agosto de 2005.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**. Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.
- SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.) **Campesinato**. Territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 23-47.
- SILVA, J. G. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas-SP: Unicamp/I.E., 1999.
- SILVA, M. V. Pisando em terra firme(?): identidades juvenis e reprodução social na localidade rural Roça Nova, Sebastião Leal-PI. **Relatório final de Estágio Pós-Doutoral**. PPGCS/DAS-CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, 20 (57), 2006, pp. 333-53.
- \_\_\_\_\_. *et al.* **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: CNDRS/MDA/NEAD, 2001. (Texto provisório para discussão).
- WANDERLEY, M. N. B. **A sociologia rural na América Latina**: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/Nazareth-Wanderlei.pdf>; Acesso: 07 de julho de 2011.
- \_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. **CLACSO**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001, pp. 31-44. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso: 20 de Janeiro de 2002.
- \_\_\_\_\_. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000, pp. 87-145.
- \_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPoCS**. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Out/1996, 21 p.
- \_\_\_\_\_. O "lugar" dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. **ANAIS...** 21º Encontro Anual da ANPoCS. 21 a 25/outubro/1997, Caxambu/MG, 7 p.
- WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETTO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C.; SILVA, H (Org.). **Concepções da ruralidade contemporânea**: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável)
- WOLF, E. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder**. Brasília: EdUnB/Campinas: EdUnicamp, 2003, pp.117-144.
- WOORTMANN, E. Teorias do campesinato. In: **Herdeiros, Parentes e compadres**. São Paulo-Brasília/Hucitec-Edunb, 1995, pp. 30-66.
- WOORTMANN, k. Com parente não se neguecia. In: **Anuário Antropológico**, Brasília:UnB, 1990, pp.11-73.
- YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

## GT 09 - Cultura e comunicação no mundo rural

### **SEMenteia: Multi-mídia, Educação e Resistências em uma plataforma virtual**

Luciana Henrique da Silva<sup>1</sup>  
Kellen Maria Junqueira<sup>2</sup>  
Marcelo Vaz Pupo<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Pós-doutoranda em Ciência Política/Departamento de Ciência Política da UNICAMP, assentada no PDS Comuna da Terra Milton Santos, [lucianahen@ig.com.br](mailto:lucianahen@ig.com.br)

<sup>2</sup> Doutora/Pesquisadora/ Laboratório TerraMãe - Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP, [kellen@fegri.unicamp.br](mailto:kellen@fegri.unicamp.br)

<sup>3</sup> Mestre em Divulgação Científica e Cultural, atualmente é estudante de doutorado no PECIM/UNICAMP, [celo@riseup.net](mailto:celo@riseup.net)

#### Resumo

---

O presente artigo relata o desenvolvimento do projeto **SEMenteia: Multi-mídia, Educação e Resistências em uma plataforma virtual** ainda em processo. Visa compartilhar a experiência da concepção e construção da Plataforma multimídia na qual serão disponibilizados materiais audiovisuais, sonoros, fotográficos e gráficos relacionados à educação, sensibilização e ações nas áreas de assentamentos rurais e urbanos, trabalhadores rurais, movimentos sociais populares produzidos por esses mesmos coletivos, universidade e, prioritariamente, em parceria entre universidade e coletivos populares, no qual se possa compartilhar informações complementares para cada um dos materiais audiovisuais e artísticos que forem postados permitindo ainda a interação por parte destes pares. Neste processo de construção da Plataforma a concepção de comunicação e de linguagem e o desejo de que o processo fosse socializado e se desse de uma forma dialógica sempre permeou os integrantes do projeto e autores deste artigo. Socializamos então este processo com os agricultores do Assentamento Milton Santos, que consideramos piloto nesta concepção, que escolhemos em função da experiência que tiveram com espaços virtuais de comunicação que os permitiram ganhar força na sociedade e superar uma ameaça de despejo sofrida no ano de 2012. Neste artigo compartilhamos a base de onde partimos para semear a construção da plataforma.

**Palavras-chaves:** comunicação; diálogo; rede.



---

*Eu já sabia também que as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. Eu queria então escovar as palavras para escutar o primeiro esgar de cada uma. Para escutar os primeiros sons, ainda que bígrafos.*  
Manuel de Barros

A concepção deste projeto nasceu a partir de uma disciplina de pós-graduação oferecida pelo **Laboratório Terramãe<sup>1</sup>** da UNICAMP AP545 Meio Ambiente e Questão Agrária e Multimeios, na qual tivemos a participação do Prof. Dr. José Roberto Pereira Novaes. Algumas das reflexões feitas neste momento instigaram alguns integrantes deste grupo a se organizar e solicitar recursos a um edital da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp para criar uma plataforma virtual para centralizar e disponibilizar produções audiovisuais, assim como outros materiais que ficam à margem da produção acadêmica como a fotografia, a música, as artes em geral, e ainda, complementar as informações e discussões pertinentes a cada um destes. O projeto foi aprovado e está em processo de construção.

O nome da plataforma -SEMENTEIA- remete ao desejo de que as *sementes*, as *Unidades de Conteúdos* compartilhadas, possam fomentar e instigar os que tiverem contato com ela a uma conexão crítica com os temas abordados/apresentados. E ainda que o espaço, em sua trama e *teia* possibilite trocas e construções coletivas.

Concebemos como núcleo da Plataforma as *Unidades de Conteúdo* que serão os espaços nos quais cada material, seja vídeo, seja foto, ou qualquer outro, poderá ser postado, prevendo-se sempre incrementar a apresentação destes com textos, entrevistas, materiais complementares, que contextualizem, aprofundem e forneçam subsídios para os que desejam fazer algum tipo de uso pedagógico ou político. As *Unidades de Conteúdos* serão assim Sementes da luta, da resistência, que em teia possibilitam outras configurações, quiçá transformações...

---

<sup>1</sup> O **Laboratório Terramãe da UNICAMP** é um centro interinstitucional vinculado à FEAGRI, NEPAM e Instituto de Artes. Ele foi criado através de recursos da FAPESP com o intuito de promover a produção audiovisual favorecendo o compartilhamento das experiências que estão acontecendo no meio acadêmico e nos movimentos sociais sobre as questões sócio-ambientais dando atenção especialmente as linguagens a serem pesquisadas e elaboradas, tendo estas como foco de atenção e reflexão em uma construção a partir de uma reflexão dialógica entre o universo acadêmico e as múltiplas realidades.

Previmos na plataforma o vínculo dos parceiros como *Movimentos de resistência*, os quais terão sua apresentação, seus links e endereços virtuais e outros disponibilizados. Os parceiros poderão ainda postar informes de lutas, de eventos e encontros que julgarem importantes.

A proposta da equipe é que a plataforma ganhe autonomia tendo os parceiros como alimentadores/cultivadores. Os pesquisadores do Laboratório TerraMãe pretendem dar continuidade a manutenção e divulgação do espaço, especialmente fomentando movimentos sociais, grupos comunitários e acadêmicos a produzirem materiais para serem postados e orientando os parceiros de como se dá o uso da plataforma.

Fizemos aproximação com outros grupos que têm experiências similares como a que propúnhamos: a **Rede Mocambos**, que em parceria com o Governo Federal, instalou pontos de internet e computadores em diversos quilombos, e ainda capacitou diversos atores destes espaços para operação de hardware e software, na expectativa de que ganhassem autonomia na produção de conteúdos para a Rede (<http://mapa.mocambos.net> -usuário e senha: livre); o grupo **Ninjão Zinclair** que tem atuação junto a movimentos sociais urbanos preparando vídeos e outros para socializar as lutas e temas de interesses destes, um dos desafios compartilhados é o de que estes grupos ganhem autonomia neste processo de expressão e divulgação (<http://us.twitcasting.tv/ninjaozinclar2>); o grupo **Saravá** que cria e hospeda sites para movimentos sociais; o **Núcleo Audiovisual Maria Lacerda de Moura** criado no ano de 2013, que realiza cinema popular itinerante, exibindo filmes e documentários em diversos espaços sócio-geográficos, desde, espaços autônomos, associação de moradores, okupas anarcopunks, ocupações de sem teto, bares, praças, sempre com a idéia de descentralizar ao máximo nossas ações. Estes contatos favoreceram vislumbrar alternativas de formato de interação do espaço virtual e como estabelecer as relações entre parceiros.

Na concepção do projeto previmos uma parceria com o Assentamento Milton Santos, para a qual inicialmente iríamos apenas dar apoio a uma rádio comunitária que estava sendo organizada. No entanto no decorrer do processo o grupo se tornou um parceiro na concepção da plataforma, fortalecido pela presença de uma assentada — Luciana Henrique da Silva — e por um colega que está desenvolvendo atividades no

assentamento através de um curso de especialização do PRONERA (Educação do campo e agroecologia na agricultura familiar e camponesa – Residência Agrária, Feagri/Unicamp) — Marcelo Pupo. Neste processo percebemos que a instalação de uma antena para captação de sinal de internet seria importante para garantir o acesso a plataforma. A proposição desta instalação foi bastante mobilizadora junto aos assentados.

Atualmente a comunidade está mobilizada no mapeamento das famílias que tem interesse em participar do rateio dos custos para acesso ao sinal. No processo de esclarecimento sobre a alternativa tecnológica para viabilizar a internet no assentamento, está sendo feito um esforço de retomar a importância da comunicação e da produção de conteúdos a partir da realidade produtiva dos lotes e da vida cotidiana no local.

Procuramos, dessa forma, desnaturalizar nossa postura passiva diante dos meios de comunicação que, historicamente, não são arquitetados dialogicamente e nem respondem às demandas existenciais dos grupos populares. Ainda que a inclusão nas redes sociais permitam relações interativas com os conteúdos presentes na web, essa interação é nitidamente direcionada e marcada pelas vozes dominantes dos interesses mercantis, o que anestesia outras posturas diante a comunidade conectada e evita que processos pedagógicos se desenvolvam e proporcionem uma participação mais ativa nos processos sociopolíticos da vida fora da internet.

Essa intenção motiva questões estruturais e conceituais a respeito dessa plataforma. Junto aos atores sociais e às entidades que estão ligadas direta ou indiretamente aos proponentes deste projeto, buscamos conceber essa plataforma da maneira mais participativa possível, reconhecendo os limites existentes mas angariando esforços para gerar atuação em vertentes como ciência e cultura, educação do campo e políticas públicas para a transição agroecológica, agregando informações de interesse à saúde pública e defesa do trabalhador rural.

## Ações previstas no projeto enviado e em execução

---

1. Consolidar as parcerias já existentes entre universidade/comunidade/ movimentos sociais entrando em contato com representantes e agentes culturais e ampliando contato com parceiros já existentes;
2. Criar um site para a plataforma, portal de recebimento e transmissão do conteúdo, áudios e imagens, utilizando software livre, que atenda as necessidades do projeto, buscando criação de novos recursos e possibilidades para compartilhamento de conteúdos e interação com os atores das comunidades e outros;
3. Escolha de materiais disponíveis e sistematização dos mesmos de acordo com objetivos pedagógicos e temas de interesse dos movimentos sociais e comunidades dando visibilidade aos produzidos no âmbito da Rede de Agroecologia da Unicamp, do Laboratório TerraMãe e parceiros;
4. Suporte ao grupo dos jovens e interessados do Assentamento Milton Santos na manutenção da rádio digital e outras ações culturais visando a produção de conteúdos para a plataforma;
5. Desenvolvimento de materiais pedagógicos complementares aos postados na plataforma;
6. Distribuir folhetos divulgando e informando sobre o blog, orientando sobre o objetivo e o uso compartilhado da plataforma;

## Histórico e apresentação do Assentamento Milton Santos

---

*As famílias do Assentamento Milton Santos não participaram como meras coadjuvantes: fizeram e escreveram a sua própria versão dos fatos.*

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Milton Santos foi criado em 2006, após uma série de ocupações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A área havia sido ocupada pela primeira vez em 2002 com o objetivo de denunciar o arrendamento irregular de terras públicas a Usina Ester S. A. Em 2005, a área foi destinada para a Reforma Agrária tendo sido reconhecida em primeira instância como pública.

O histórico da área remete ao período da ditadura militar, precisamente o Decreto de Desapropriação n. 77.666 de 1976 que desapropriou além do Sítio Boa Vista – onde se encontra hoje o projeto de assentamento – mais três áreas: Sítio Saltinho, Arrançamento do Zezé e Sítio Jacutinga de propriedade da Fábrica de Tecidos Carioba da conhecida Família Abdala<sup>2</sup>, pelo não pagamento de impostos. O Sítio Boa Vista coube ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e repassado posteriormente ao INSS, que em 2005 repassou a área ao INCRA. O INCRA entrou com ação de reintegração de posse contra a Usina e ganhou em primeira instância, entretanto o processo continuou na justiça e, em 2012, as famílias receberam uma liminar de reintegração de posse.

Desde que tomaram conhecimento da decisão judicial no final de julho de 2012 as famílias assentadas realizaram uma série de atividades: reuniões de negociação, articulação e mobilização de aliados e parceiros do assentamento, ocupações de prédios públicos, etc. Contudo, não conseguiam dar visibilidade às ações que desenvolviam. A partir de então, alguns apoiadores juntamente com alguns assentados e militantes mais experientes discutiram a necessidade de ampliar a divulgação que até então vinha sendo realizada por e-mail. Parte do grupo já tinha experiência na produção de conteúdos, pois haviam participado da confecção de jornais e boletins que circulavam regionalmente, principalmente entre os próprios assentados e apoiadores. Entretanto, era preciso alcançar um público maior. Deste modo, ficou decidido: a) criar uma conta no facebook e b) um blog que agregasse todas as

---

<sup>2</sup> O blog Proprietários do Brasil fez uma importante pesquisa sobre a Família Abdalla ver em: <http://proprietariosdobrasil.org.br/a-quem-interessa-a-remocao-do-assentamento-milton-santos>.

informações sobre o processo de luta e resistência do assentamento. Assim, ampliou-se também o número de pessoas que passaram a discutir a questão da comunicação, tanto interna (construção de murais, boletins, etc.), quanto externa (blog, e-mail, facebook, confecção de vídeos, comunicados a imprensa, etc.).

Inicialmente, o objetivo era quebrar o bloqueio da mídia convencional e, produzir alguns veículos alternativos para dar visibilidade à luta do assentamento, pois até o momento, apenas o Coletivo de Comunicação Passa Palavra<sup>3</sup> divulgava a situação das famílias assentadas. Inclusive, a experiência deste coletivo e a sua colaboração para a organização do Coletivo de Comunicação do Assentamento Milton Santos foi decisiva. Passou-se de uma concepção restrita da comunicação que consistia no mero registro e repasse de informações para uma compreensão da importância da produção de conteúdos. A experiência de construção deste coletivo foi muito rica, não só para os seus integrantes, mas para todos os assentados, visto que eles se reconheceram como protagonistas do processo.

Por outro lado, a organização destes veículos de comunicação ampliou a capacidade de organização das atividades realizadas pelos assentados, visto que as informações eram transmitidas imediatamente e deste modo podia-se mobilizar rapidamente apoiadores e aliados atentos à situação do Assentamento. Evidentemente, que o processo de comunicação não substituiu as outras estratégias de organização, de luta e de resistência. As famílias organizaram suas próprias estratégias de ação: reuniões de negociação para pressionar o executivo, reuniões com aliados e apoiadores para definir conjuntamente as estratégias de ação, ocupação de prédios públicos, entre outras e participavam das ações organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: marchas e passeatas, ocupações de rodovias, dando apoio ao acampamento instalado pelo movimento no próprio assentamento. Não participaram como meros coadjuvantes: fizeram e escreveram a sua própria versão dos fatos. Depois de muita luta conseguiu-se uma vitória parcial: a suspensão da reintegração de posse. Passado este momento mais emergente de luta o coletivo de comunicação precisou se reestruturar, visto que parte dos apoiadores teve que

---

<sup>3</sup> As matérias redigidas pelo coletivo do Passa Palavra estão disponíveis em: <http://passapalavra.info/2013/01/70939>.

realizar outras atividades. A juventude do assentamento que integrou o Coletivo de Comunicação passou a ter um papel mais ativo na luta e a perceber a importância da comunicação, o que possibilitou a organização de uma rádio livre. A partir desta experiência e do contato com os integrantes do Projeto Sementeia surgiu a possibilidade de contribuir para a construção desta plataforma virtual e a necessidade de fortalecer e reestruturar o Coletivo de Comunicação do Assentamento, a fim de garantir os meios materiais e técnicos para que os assentados continuem a escrever e a divulgar os conteúdos produzidos por eles mesmos.

### Pedagogias culturais na reformulação político-subjetiva

---

*Em primeiro lugar, uma revolução é uma ruptura na ordem do que é visível, pensável, realizável, o universo do possível. (...) Criam-se cenas inéditas, aparecem pessoas que não eram visíveis, pessoas na rua, nas barricadas. As instituições perdem a legitimidade, aparecem novos modos de palavra, novos meios de fazer circular a informação, novas formas da economia, e assim por diante. É uma **ruptura do universo sensível** que cria uma miríade de possibilidades.*

José Eli da Veiga, em seu livro “Cidades imaginárias, o Brasil é menos urbano do que se calcula”, questiona os parâmetros oficiais que mensuram a distribuição da população brasileira entre o campo e a cidade. O título do livro traz duas significações: uma de ordem subjetiva, em que se verifica o imaginário rural eclipsado pelo urbano, e outro de ordem político-econômica, que faz pensar o modelo de desenvolvimento que direciona as políticas públicas e as reproduções culturais. De todo modo traz para o debate este espaço nulificado resultante do encontro entre a *urbis* e o *ruris*, este “rururbano” unilateralmente destituído de visibilidade política e cultural.

Perguntamo-nos, então: Esse “entre” que hibridiza o urbano e estica seu horizonte deve ser re-conceitualizado? devemos abrir a ele espaço político e estético para localização dos sentidos culturais hoje marginalizados — ainda que potentes — e desestabilizar o torpor que envolve o consentimento em torno da noção de cidade? A resposta afirmativa a essas perguntas está representada pelo esforço de ensino, pesquisa e extensão onde se situa o desenvolvimento da plataforma virtual aqui relatada.

O processo histórico testemunhado pela era moderna parece reunir símbolos e significações que moldam inteligibilidades que estruturam a dicotomia entre cidade e campo, em detrimento deste; um enovelamento de percepções que despreza a interdependência dessa relação. A “ficcionalidade” própria da era moderna, nos diz Jacques Rancière, “se desdobra entre a potência de significação inerente às coisas mudas e a potencialização dos discursos e dos níveis de significação”. Uma questão vai se delineando: como pensar dispositivos imagéticos, pedagogias culturais na reformulação político-subjetiva que compreende e apreende outra relação campo-cidade?

Um caminho que pensamos é constituir um ciclo de pensamento político, de outro universo de ideias que dê forma a este ciclo, uma mudança dos “significados, categorias, conceitos e discursos através dos quais a realidade adquire sentido e pode ser nomeada”. “A transformação do campo semântico” é parte integral dessa mudança. Os sentidos e conceitos, “ao constranger e limitar a esfera do possível, ao permitir ou impedir que certas coisas sejam pensadas, são parte central de qualquer projeto político de transformação social”.

Dessa forma, podemos assumir que o tema da questão agrária pode ser ricamente trabalhado quando a ação se pauta em sua dimensão cultural, no exercício colaborativo de gerar aproximações entre retóricas, políticas e epistemes. As atividades sociais relacionadas com a produção agropecuária requerem uma abordagem própria, já que suas implicações políticas compreendem um universo amplo de significados e práticas, e por isso podem subsidiar a produção de conhecimentos e materiais que tenham interesse à divulgação de ciência e à educação do campo.

Podemos aceitar então a conceituação de cultura, no tema de nosso interesse, na relação entre significados e sentidos partilhados na sociedade para tensionar identidades e valores no entrelaçamento do mundo rural com o ideário moderno, sentidos camponeses e crise contemporânea (de raiz socioambiental). Neste cenário metodológico é possível lidar com a diversidade das expressões agrícolas que encontramos em Campinas, em sua região e no próprio Estado de São Paulo.

Vemos que essas diferentes expressões agrícolas — camponesa, capitalista, familiar, patronal, ribeirinha, empresarial, indígena — e os processos a elas inerentes



donde derivam determinantes ambientais (relação com o solo, grau de poluição e contaminação, preservação da biosfera local, uso de água e rios), determinantes sociopolíticos (políticas públicas e investimentos necessários, fontes de recursos, grau de interlocução e inter-relação entre os atores sociais envolvidos, estratégia produtiva e objetivo da produção) e os determinantes de subjetivação (valor cultural associado, imaginário atuante, vinculação religiosa e espiritual, formação de identidades e viabilidade de existências) nos mostram mundos distintos e repletos de antagonismos, mas que disputam o mesmo solo para produzir.

Estes "mundos" distintos e seus projetos (declarados ou não) de sociedade parecem congregam os elementos contrastantes e as contradições básicas que também são encontradas na raiz da crise contemporânea na qual estamos inseridos.

A Agroecologia anima este cenário desde seus princípios conceituais, problematizando a produção de conhecimento acadêmico ao reposicionar os atores envolvidos na relação dialética da localidade com a globalidade referente aos agroecossistemas e à inscrição cultural das iniciativas socioprodutivas a serem trabalhadas.

A legitimação pública crescente das práticas e tecnologias implementadas pelos movimentos populares na atividade agrícola tem implicado sério constrangimento ao conhecimento institucionalizado, às postulações da ideologia do agronegócio e ao conjunto de símbolos e códigos que, disseminado pela comunicação de massas, traduzem o discurso único e a "monoculturalização" industrialista-consumista. Há, portanto, um campo de debate que se abre em torno da produção de conhecimento e sua legitimação, representado pela cultura científica e/ou popular e os espaços comunicativos que dão visibilidade (ou não) a estes espaços produtores de informação.

No geral percebe-se uma clara imperceptibilidade social acerca dos valores populares, pois estes são produzidos como ausência pelas representações dominantes. Mas quando nos atentamos para a sociedade civil organizada percebemos que o espectro do que é "real" se amplia, encontrando sérios fatores limitantes para a agricultura industrial assim como encontrando também maior diversidade e possibilidade de modos de vida alternativos que solucionam problemas socioambientais.

O projeto em curso pretende então contribuir com a intenção de transformar estas ausências em presença, valorizando a experiência social em curso representada pelos trabalhadores rurais e suas organizações e pelos povos do campo.

Inventar história, propor outras racionalidades, compartilhar o comum e o singular das comunidades do campo, rearranjar o inconsciente coletivo... seria esse o campo de uma educação imagética do campo? Poderia o material audiovisual engajar afeições e deserções que retalhem o corpo das representações culturais que nos dominam, em particular naquelas envolvidas na produção de alimentos, no rururbano, na ecologia e na ocupação de terras, na terra? É certo que estes símbolos massificados pelas estruturas dominantes precisam ser mutilados para que outros sentidos, múltiplos, surjam. Em que medida a criação de linguagens audiovisuais responde às demandas do que se constrói em agroecologia, em comunicação popular, em organização social, em novas pedagogias?

Vai formando-se aqui um desenho-base no qual podemos interferir, propor criações. O interesse da plataforma faz-se na multiplicidade das vivências agrícolas que se apresentam nos campos e que, conceitualmente, são constitutivas de unidades de análise acadêmica: os agroecossistemas de base agroecológica. Por sua vez, estas práticas respondem à multiplicidade que está composta na realidade envolvente, em seus diversos cortes de análises, estudos e percepções — ambiente, sociedade, economia, cultura, religião... Daqui podemos concluir sobre a indefinição pragmática, em seu caráter positivista e a despeito de seus princípios generalizantes, do que vem a ser agroecologia, ela mesma aberta à miríade destas vivências agrícolas. Ainda que disciplinarmente circunscrita ao pensamento sistêmico, pedimos licença (poética) aos cânones da matéria para romper hierarquias analíticas no intuito de confeccionar instrumentos de comunicação, fazer experimentos com a linguagem textual, imagética e sonora.

O interesse que está se forjando é um desígnio, uma disposição de inventar o mundo diante da hostilidade que vivem os povos do campo; em desdobrar a força neles contida em relações com a materialidade de seus registros; em circunstanciar a maneira própria de serem o mundo pela potência de continuidade, pela potência de ruptura.

Se a comunicação pode ser entendida como a partilha do comum, podemos retomar esse pensamento de partilha — que é, ao mesmo tempo, o que une e o que separa — em políticas partições do dar a ver e o dar a entender em educação (do) sensível. Militar no espaço vazio da uniformidade de cena para fazer corresponder as forças que movimentam outros regimes e inteligibilidades — vetores de digestão e apodrecimento de signos que não mais nos alimenta. Como na vasta paisagem em aberto preencher de ruralidades os espaços vazios, a multiplicidade dos existires no contínuo rururbano.

Uma mutação autogerida; “desinventar” a forma civilizatória pra fazer acontecer uma suficiência campesina, indígena, ribeirinha, cidadina; desacelerar o crescimento e acelerar a transferência de riquezas, circulação livre de diferenças, em espaços produtores e reprodutores de sentidos para auto-suficiência e auto-determinação para uma vida que seja boa o bastante, ação suficiente (Viveiros de Castro).

Pensar comunicação é, assim, problematizar a forma como produzimos conhecimento; é revisitar essa intenção de autonomia, que se move pela certeza de que as práticas educativas podem exercer outro papel que não oprimir e ma(n)ssificar, controlar e cercear. Transcender o tempo, discernir os fatos, dialogar o mundo que se sente, comunicar e participar são ações que Paulo Freire destaca no ato de “existir”, imprescindível numa proposta libertadora de educação. Existir assim parece envolver a articulação ético-política de Guattari para um novo paradigma estético, no sentido de ressignificar a experiência individual e coletiva a fim de construirmos outros territórios existenciais onde a humanização seja viável, percebida e vivenciada.

Para os Estudos Culturais os meios de comunicação de massa são também agentes da reprodução social — criam também sentidos e significados, e ao fazê-los, produzem cultura, constituem fatos (Escosteguy). Que hipóteses podemos propor quando a circulação de significados nestes meios está restrita, tal qual um imenso gargalo, a um oligopólio de opiniões? Estratégias teriam de ser debatidas e moldadas no intuito de fazer proliferar outro fluxo de representações culturais.

Certamente a tarefa não parece simples ao imaginarmos o que seria uma difusão mais democrática das expressões discursivas relevantes que há na sociedade; o que sabemos, no entanto, é que a atual concentração na difusão de significados tem

gerado uma falsa sensação de homogeneidade cultural – dia-a-dia acessamos os mesmos discursos, desperdiçam-se continuamente forças criativas, dissemina-se o terror consumista e o medo do outro.

Inevitável é ouvir as vozes do poderio vigente neste movimento, que suprime vidas na tentativa de extinguir ideias, sem amargar um gosto de negação do que somos. Em *Sociedades Camponesas* Eric Wolf argumenta que quando inovações tecnológicas são socialmente incorporadas cria-se a existência de uma “solicitação cultural”, pois elas passam a significar mais do que simples meios de obtenção de algo: transformam-se num comprometimento diante do qual o ser humano deverá desdobrar-se para obter.

Mas aqui emerge o esboço de um dilema, que só pode ser desfeito pelo diálogo entre cultura e poder. Não é factível que os movimentos do campo possam receber o rótulo de “anti-tecnológicos”, no que se refere às atuais tecnologias do agronegócio (como por exemplo as sementes transgênicas), mas parece certo que enfrentem algumas solicitações culturais da modernidade, a saber aquelas que são instrumento de dominação e exclusão do capital. Tratar a tecnologia e a comunicação (produção de conhecimento que as concebe) como se fosse produto desprovido de intencionalidades, politicamente neutro, seria um equívoco. Muitas das solicitações culturais da modernidade podem ser categorizadas de “fetiches” tecnológicos, que portam consigo fortes indícios de um projeto de sociedade. Nas palavras de Wolf sobre a cultura, fazem parte de “uma série de processos que respondem a determinantes identificáveis”

Uma relação necessária que devemos fazemos então é pensar os tensionamentos que hoje permeiam os meios de comunicação e as redes sociais que vão se estabelecendo como espaços de produção de sentidos políticos e culturais. Até que ponto as “solicitações culturais” impostas pelo Facebook, por exemplo, devem ser questionadas ou apropriadas pelos movimentos sociais do campo no intuito de disseminar sua perspectiva de vida, visão de mundo? O desenvolvimento da plataforma pode ser um instrumento que traga contribuições nesse debate. A produção de conteúdos junto às comunidades de assentamentos rurais, quilombolas, entre outros, pode se aproveitar do lócus comercial representado pelas grandes redes

sociais? Ou a concepção política desses conteúdos comunicativos exige outros espaços para circularem, de maneira que seu papel educativo seja efetivado?

Se hoje a o agronegócio predomina na política governamental e no imaginário da sociedade como setor que alavanca a economia brasileira, temos um cenário em que os povos do campo e os grupos tradicionais devem se esforçar para, pelo menos, garantir sua autodeterminação. Hoje florestas e moradores das florestas são igualmente ameaçados pela proposta de mecanismos legais de facilitação de grandes empreendimentos pouco preocupados com seu futuro. O atual momento de expansão agrícola e industrial brasileiro é preocupante para as populações rurais.

Todavia, a história é mestra em nos pregar peças. As populações tradicionais e as assentadas realizam formas insuspeitas de comunicação virtual, fazem parte de redes translocais, têm muitas experiências a mostrar, e não só no Brasil. Nenhuma dessas experiências trará maiores divisas ao país do que a exportação de toneladas de soja à China. Mas não é disso que se trata. Trata-se de manter os biomas de pé produzindo diversidade social e biológica. Trata-se de aceitar a multiplicidade, não em sua visão vulgarizada, a de um produto cultural com diversos sabores, mas a multiplicidade como a diversidade de possibilidades. Um discurso paradoxalmente fora de moda, em uma economia global que se depara com becos sem saída.

#### A semear

---

*E chegou o dia que o risco de continuar espremido dentro do botão  
era mais doloroso que o de desabrochar.  
Anaís Nin*

Almeja-se com este processo levar os envolvidos a atingir um nível de conexão com a realidade em que vivem na busca de transformação, na construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, todos são sujeitos de uma mesma ação, trabalha-se a concepção da unidade de conteúdo de forma participativa e contextualizada, através de grupos em que prevalece o diálogo, partindo, principalmente, do conhecimento e da realidade dos participantes envolvidos, com dinâmicas e trabalhos em grupos. Portanto, criam-se as condições do desenvolvimento de uma atitude de reflexão crítica, comprometida com a ação e transformação.

Gerar processos de auto-formação, assumindo a realização, avaliação e retroalimentação da plataforma transforma os estudantes, assentados, acampados e movimentos sociais envolvidos em agentes dinamizadores das comunidades envolvidas, assim como, multiplicadores no futuro.

## Referências Bibliográficas

---

- ALMEIDA, Milton J. **Imagens e Sons: a nova cultura oral**. São Paulo: Cortez, 2001.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural**. Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v. 1, n.1, jan/mar. 2000.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.. Uma introdução aos Estudos Culturais. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p.87-97, dez. 1998.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 17ed. Rio de Janeiro: Paz e TERRA, 1987.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Ed. Paz e Terra, 29a edição, 150 p. 2006.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.
- BERNADET, Jean Claude. **Cineastas e Imagens do Povo**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- MONTE- MÓR. Patricia. Tendências do documentário etnográfico. In: TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (org.) **Documentário no Brasil: tradição e transformação**. São Paulo: Editora Summus, 2004, p.97-115.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- SILVA, Tomás Tadeu. O projeto educacional da nova direita e a retórica da qualidade total. In: GENTILLI, Pablo; SILVA, Tomás Tadeu (Org.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: Cnte, 1996. p. 167-188.
- VAZ PUPO, Marcelo. **Bem-te-vis imagéticos no encontro com o outro: olhares da movimentação cidade-campo**. 2014. 77 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Divulgação Científica e Cultural, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://terradesentidos.wordpress.com/bem-te-vis/parte1/>>. Acesso em: 14 abr. 2014.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Uma boa política é aquela que multiplica os possíveis: depoiment. 2008. Rio de Janeiro: **Encontros**: Eduardo Viveiros de Castro. Entrevista concedida a Renato Sztutman.
- XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: A Opacidade e a Transparência**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1984.
- WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

**GT 9 – (Cultura e comunicação no mundo rural)**  
**Sucessão e coexistência geracional nos assentamentos de reforma agrária: um estudo sobre trajetórias de vida da segunda geração<sup>1</sup>**

**Alexsandro Elias Arbarotti<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia(UFSCar)/Doutorando em Sociologia PPGS/UFSCar/, [arbarotti@hotmail.com](mailto:arbarotti@hotmail.com)

**Resumo:** A presente proposta de trabalho buscará apresentar parte dos resultados de um estudo de caso realizado no maior assentamento do estado de São Paulo, que teve como objetivo compreender o processo de sucessão e coexistência geracional em seu interior. Os resultados que serão apresentados compreendem: a) as estratégias das novas gerações em as suas práticas produtivas para geração de renda; b) e em que medida essas práticas apontam para novas formas de sociabilidade, identidades e subjetividades.

**Palavras-chaves:** Assentamentos Rurais; Reprodução social; Identidades

### **Introdução**

As políticas públicas, de Projetos de Assentamentos, apesar de todas as dificuldades e embates políticos, são uma realidade desde a década de 1980. E essas localidades se estabeleceram como alternativas à produção de alimentos, à questão ambiental (pois é opção a monocultura), além de ser, também, possibilidade de trabalho e local de sociabilidade e cultura. Porém, passadas algumas décadas desde os primeiros assentamentos a questão que surge é como acontece na atualidade o processo de reprodução social dentro destes espaços. Reprodução social, no sentido do surgimento de uma nova geração dentro dos assentamentos, que na pesquisa que dá base a esse trabalho foi chamada de *segunda geração*, e sua coexistência com a geração que lutou, conquistou um lote e a partir daí reordenou sua vida e passou a viver da terra, chamada, na pesquisa, de *primeira geração*<sup>2</sup>. Nesse sentido, as perguntas que guiam a construção desse trabalho são: *Quais são as estratégias traçadas por esses sujeitos da segunda geração para permanecerem no projeto de assentamento?; Existe um reordenamento nos modos de vida e socialização por parte desses sujeitos da segunda geração?*

---

<sup>1</sup> O presente artigo tem como fundamento pesquisa de Mestrado financiada pela FAPESP, intitulada: “Encontros e desencontros nos assentamentos de reforma agrária: estudo sociológico sobre gerações e identidades” (ARBAROTTI, 2014).

<sup>2</sup> Geração pensada na perspectiva de Mannheim (1992) que define como geração um fenômeno essencialmente cultural de partilha da mesma experiência cultural. Sendo assim, o que forma uma geração não é a data de nascimento comum, mas a parte do processo histórico que pessoas da mesma idade-idade de fato compartilham como geração atual.

A proposta com essas questões é mostrar que a permanência passa, necessariamente por arranjos e estratégias de busca por alternativas de trabalho e renda, que em muitos casos se diferem sobremaneira das estratégias adotadas pela primeira geração. Entretanto, é importante deixar claro que esses fatores não definem esses sujeitos, mas sim as atitudes não profissionais ligadas às suas trajetórias, a família, as atividades lúdicas e esportivas, os grupos políticos e religiosos entre outros. Essa concepção está em consonância com a proposição de Daniel Bertaux (1979), quando afirma que ainda estamos muito presos a uma ordem social instituída em que a profissão é que confere identidade social aos sujeitos. Nesse sentido o autor propõe a ideia de uma sociedade em que as práticas dos grupos e indivíduos não tenham por fim produzir mercadorias, “mas sim *viver*, atividades que seriam, por si mesmas, seu próprio fim” (BERTAUX, 1979, p.46).

Para o maior aprofundamento e análise dos elementos subjetivos que guiam esses sujeitos, na permanência e elaboração de estratégias para obter renda, o instrumento metodológico utilizado foi a história oral, por meio da coleta de depoimentos, em um estudo de caso. Este estudo de caso foi realizado no ano de 2013, na Agrovila Campinas, no Assentamento Reunidas que está situado no município de Promissão/SP. A escolha da agrovila justifica-se pela concentração de famílias que foram organizadas pelo MST na região e pelo fato de a maioria das famílias terem passado pela experiência de viver na cidade depois de longos processos migratórios e de expropriação. Esses fatos permitiram perceber uma gama maior de experiências sociais e políticas dos sujeitos envolvidos no processo de luta pela terra. Já o assentamento como um todo justifica-se por ser um dos primeiros dentro do I Plano Nacional de Reforma Agrária, ter mais de 25 anos (o que representa um elemento essencial para o estudo de gerações) e ser o maior do estado de São Paulo.

### **Experiência e identidade: pistas para pensar as novas estratégias e os arranjos**

Para se pensar as estratégias e arranjos elaborados dentro de cada lote para a permanência dos sujeitos da segunda geração é imprescindível se pensar a trajetória de cada um desses sujeitos: suas experiências de vida. *Experiência* no sentido proposto por Thompson (1978), pois partindo dessa noção foi possível perceber os sujeitos como construtores e propositores de suas próprias histórias. Essa ideia de experiência dos sujeitos, portanto, está inserida dentro de um emaranhado das relações das realidades



sociais, pois em última instância foi gerada na “vida e nas relações materiais” e estruturada em termos de classe no que o autor chama de *habitus de viver*. E esse *habitus de viver* são as regras e expectativas apreendidas pela *experiência* e pelo *sentimento* na família, no trabalho e na comunidade imediata. Esse conceito permitiu romper com a ideia de que os valores são impostos pelo Estado e pela ideologia e que os sujeitos os assimilam totalmente. Nestes termos, foi possível perceber que as trajetórias dos sujeitos da segunda geração são múltiplas e marcadas por várias *idas e vindas*<sup>3</sup>, ligadas a formulação e reformulação contínua de seus projetos de vida. Ao observar essa movimentação de trajetórias, de *idas e vindas*, foi possível perceber que os sujeitos acumulam um repertório que os faz perceber a localidade e o trabalho na agricultura em outra perspectiva e, por isso, elaboram distintas estratégias de permanência.

Digo, outra perspectiva, pois a ligação dos sujeitos com a localidade deve ser pensada em novos termos. A localidade do assentamento, nesse sentido, deve ser vista como espaços de vida que engendram novas identidades, pois essa ligação afetiva, dos sujeitos da segunda geração, não podem ser pensada como reprodutora, mas sim como uma heterogeneidade de sentidos, interesses e relação que cada grupo social atribui a localidade rural a que está inserido. Assim, a identidade, pensada por meio de uma análise discursiva, enxerga a “identificação como uma construção, um processo que nunca se completa – como algo sempre em processo” (HALL, 2011, p.106). Assim, a identidade é entendida como algo não fixo e imutável, mas sim como estratégias e iniciativas específicas dentro de um processo contínuo de remodelação e modificação por meio das relações sociais e culturais. É justamente o que afirma Hall (2006), ao dizer que as identidades na contemporaneidade devem ser percebidas como uma celebração móvel, ou seja, aberta, contraditória, fragmentada e plural. A identidade, deste modo, afasta-se de um modelo essencialista e se define como sendo um processo contínuo.

E são justamente essas experiências e a formulação de novas identidades que permitem aos sujeitos da segunda geração formularem novas estratégias de permanências. Essas experiências serão tratadas a seguir.

---

<sup>3</sup> Idas e vindas no sentido de saírem do assentamento para terem as mais variadas experiências de trabalho de formação profissional fora do assentamento. No presente artigo não será possível trazer essas as experiências de cada sujeito pesquisado, mas essas trajetórias podem ser conferidas em ARBAROTTI, 2014.

### **Estratégias e arranjos de permanência: trabalho e geração de renda.**

A resposta à questão – *Quais são as estratégias traçadas para permanência no projeto de assentamento?* – foram variadas, mas sempre evidenciou como elemento decisivo a possibilidade de trabalho e geração de renda. Esse é um ponto fundamental no jogo das relações, pois o fato de se ter pouca renda e em consequência não acessar determinados bens de consumo e serviços são motivadores da saída de muitos sujeitos. Lucas<sup>4</sup>, do lote “A”, enumera o que as gerações mais novas querem em sua opinião: *“Quer carro novo, você entendeu? Quer moto nova! Ai?... Antigamente não, bicicleta estava bom né. (risos). Quer um celular bom!”*.

Nestes termos é possível perceber que o consumo é também um elemento marcante da identidade desses sujeitos, mas não no sentido de acúmulo de capital, exclusivamente ligado à acumulação de riqueza, mas ligado a objetos desejados por seu valor de uso, por sua função ostentatória ou como marcador de diferença, como pode ser evidenciado na discussão de Boltanski e Chiapello (2009), quando os autores tratam sobre a maneira como os sujeitos engajam-se no “espírito capitalista” e suas justificativas e os sentidos que atribuem para os atos que decorrem disso. Por “espírito do capitalismo” os autores entendem a ideologia que justifica esse engajamento no projeto capitalista (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Essa definição de “espírito do capitalismo” está embasada primeiramente em Weber (2004) quando este remete-se ao “espírito do capitalismo” como sendo um conjunto de motivos éticos, que mesmo estranhos na sua finalidade ética à lógica do capitalismo, inspiram os sujeitos a ações que favorecem a acumulação de capital. Essa relação moral entre o trabalho e o homem seria determinada pela vocação ao trabalho (*Beruf*), no caso o *ethos* protestante em detrimento do *ethos* católico<sup>5</sup>. Assim é possível perceber que os sujeitos necessitam de poderosas razões morais para aliar-se ao capitalismo (WEBER, 2004; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Seguindo essa esteia, Boltanski e Chiapello (2009) acionam a reformulação de Albert Hirschman<sup>6</sup> sobre essa definição weberiana para entenderem como em determinado momento da era moderna as atividades lucrativas passaram a serem

---

<sup>4</sup> Todos os nomes são fictícios e para demarcar que os sujeitos são de lotes diferentes os mesmos são caracterizados com letras do alfabeto.

<sup>5</sup> Para Weber (2004) o conceito *Beruf* assume um elemento novo a partir da ética dos protestantes, pois passa a haver a “valorização do cumprimento do dever no seio das profissões mundanas como o mais excelso conteúdo que a auto-realização moral é capaz de assumir” (p. 72).

<sup>6</sup> Albert Otto Hirschman (1915 – 2012) foi um economista alemão educado em Paris e Londres.

consideradas honrosas. Para Hirschman, diferente de Weber, a motivação não passou pela esfera das motivações psicológicas dos sujeitos, mas sim, em primeiro lugar, afetou o campo político. Isso se daria a partir do pensamento laico do iluminismo, que justificava, em sua opinião, as atividades lucrativas como um bem comum para a sociedade. Nesse sentido as elites do século XVIII buscaram as *vantagens sociopolíticas* que derivavam das atividades lucrativas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Partindo dessas duas posições, Boltanski e Chiapello, (2009) buscaram as justificativas do “novo espírito do capitalismo”, no sentido de abarcar as justificativas individuais (Weber) e as justificativas gerais (Hirschman). E é nesse sentido que surge a definição dos autores, afirmando que o novo espírito do capitalismo é

“(...) justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

O objetivo com essa definição é buscar as variações observadas, separando os conteúdos substanciais, para pensar em uma forma que pode ser preenchida de maneiras diversas e em diferentes momentos da evolução dos modos de organização das empresas e dos processos de obtenção de lucro capitalista. A legitimidade do capitalismo dá-se, justamente, pela concepção de que a busca do interesse individual serve ao interesse geral, assim, o crescimento das riquezas, independente do beneficiário, é considerado bem comum. São os dois níveis lógicos do espírito do capitalismo, o primeiro ligado às ações que concorram para a realização do lucro e o segundo, dotado de certo grau de reflexividade superior, buscando julgar os atos do primeiro em nome dos princípios universais. Entregar-se a “paixão dos ganhos” e a instauração de uma sociedade do consumo, algo dificilmente quantificável, é justificado pelas vantagens quantificáveis da acumulação e justifica o engajamento dos sujeitos em operações altamente generalizadoras. Dessa forma, apesar de as empresas privadas capitalistas estarem orientadas para a acumulação do capital, antes, porém, devem satisfazer e antecipar as vontades dos consumidores. A justificação do capitalismo desenha-se, assim, supondo referenciais e construtos de outra ordem diferentes das exigências impostas pela busca de lucro (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Mas isso tem o preço não mencionado de transformar o amante de arte, o cidadão, o estudante, a criança em relação a seus professores, o beneficiário da ajuda social... em consumidor (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 45).

O engajamento e o poder de mobilização, necessários para o capitalismo, passam, desse modo, por recursos que estão fora de si mesmo, isto é, nas crenças, que tem grande poder de persuasão, e nas ideologias, inclusive as que lhe são hostis. O espírito do capitalismo é animado por duas faces, uma voltada para dentro, que é o processo de acumulação legitimado, e a outra, voltada para fora, orientada para as ideologias impregnadas pelo capitalismo e que são responsáveis por oferecer precisamente aquilo que lhe falta: “razões para participar do processo de acumulação ancoradas na realidade cotidiana e diretamente relacionadas com os valores e as preocupações daqueles que convém engajar” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 54). Esse movimento age sobre os sujeitos de duas formas principais. Alguns sujeitos confrontados a esses valores individualistas procuram se defender e justificar suas identidades a despeito do que lhes é apresentado, outros, por sua vez, mostram-se atraídos por esses novos valores que prometem libertação individual e igualdade.

Nesse sentido, de se aproximar desses valores e busca de reelaboração da identidade a partir do consumo, surge a fala de Ulisses, do lote “B”, quando esboça os motivos que o levou a sair do lote para a cidade: “*Fui porque todo mundo estava indo, os jovens todo mundo indo e você via que eles estavam indo e estava tendo as coisas deles*”. “Tendo as coisas”, significa, nesse caso, a conquista de bens materiais que os jovens que trabalhavam na cidade compravam e os que trabalhavam no lote não conseguiam comprar. Essa é a justificativa de muitos ao dizerem os motivos de terem saído do Assentamento: a falta de possibilidade de adquirir bens de consumo. Bruno, do lote “D”, no mesmo sentido, ao falar da imagem que ele e seu irmão tinham por conta das roupas que vestiam, termina por caracterizar a imagem que o jovem do assentamento procura atualmente,

Que nem eu e meu irmão, o pessoal da cidade não acreditava que a gente era de roça, porque a gente realmente trabalhava bastante e a gente queria se vestir bem. Então a gente vinha para a cidade em festa e o pessoal às vezes não acreditava que a gente trabalhava na roça, e até hoje eles não acreditam. Sol, chuva... quer ter imagem o jovem, sabe? Eu ando com um carro, eu ando com uma roupa de marca, mas eu sou um cortador de cana, entendeu? Então para ele (jovem) não é bom...

Entretanto, não há simplesmente a adoção ou rejeição por parte dos sujeitos desses novos valores, na verdade os sujeitos passam por ambos os casos, em um processo de “sedução-resistência-busca e autojustificação” e é a partir desse movimento que se estabelecem as novas representações. Isso ocorre principalmente porque o “novo espírito do capitalismo” transforma-se constantemente para atender a necessidade de justificação dos sujeitos e tornar sedutoras as novas formas de acumulação (dimensão estimulante de todo espírito) sem, no entanto, lhes deixar de conferir garantias de segurança e razões morais para as ações.

Este amálgama heterogêneo de motivos e razões se mostra variável no tempo, segundo as expectativas das pessoas que caiba mobilizar, segundo as esperanças com que elas cresceram e em função das formas assumidas pela acumulação em diferentes épocas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 58).

A identidade dos sujeitos, portanto, está relacionada ao consumo, além de suas experiências múltiplas, pois cada sujeito elabora, a partir de sua decisão de permanência e munidos de suas experiências, estratégias de trabalho e geração de renda que possibilita o acesso a determinados bens de consumo. Mesmo que esta permanência configure-se de modo desafiador e incerto, pois supõe a rotina de um árduo trabalho e, em alguns casos, não garantirá a possibilidade de consumir todos os bens esperados, como aponta Ulisses, do lote “B”:

Porque é difícil aqui, é difícil você ter as coisas aqui, fica porque tem que gostar da terra mesmo. Porque você vê seu colega ali tendo um carro tendo uma coisa e você vê que você não vai ter se você continuar aqui, a não ser que você tiver alguma coisa para investir, se você não tiver você sabe que você não vai ter. Você vai ter para comer ali, vestir uma roupinha ali, você não vai ter o bem material maior que você almeja (ULISSES/Lote “B”).

E a fala do Bruno, do lote “D”, vai no mesmo sentido,

Se tivesse um meio mais fácil de o jovem sobreviver, porque o jovem hoje quer ter carro, roupa boa, mas ele não quer ralar para conseguir aquilo. Ele quer um meio de vida fácil. É uma grande diferença do trabalho para se sustentar no sítio e na cidade, entendeu? Que nem, por exemplo, de uma pessoa que trabalha na roça o dia inteiro e uma pessoa que trabalha na cidade em escritório dentro do ar-condicionado ou dentro de uma firma, então para eles (os jovens) é muito mais fácil vir trabalhar em uma firma do que ficar lá na roça para conquistar as coisas (BRUNO/Lote “D”).

As falas apontam para a dificuldade e o quão árduo o trabalho no campo revela-se e, além disso, o quanto este trabalho não possibilita o retorno de renda necessário para se ter acesso ao “bem material maior que você almeja”. Por isso, pesquisas apontam para uma mudança de ramo das novas gerações, buscando atividades que oferecem remuneração maior que a agrícola, além de serem mais valorizadas simbolicamente como revelou a última fala de Bruno. Por outro lado, essas ocupações, muitas vezes, exigem baixo nível de qualificação e por mais que o retorno financeiro seja maior e simbolicamente ser mais atraente a situação real é de vulnerabilidade (DEL GROSSI, CAPANHOLA, SILVA, 2002).

O caso de Bruno, do lote “D”, é sintomático nesse sentido, pois este deixou claro que parou de trabalhar no lote porque não era o que queria, não havia identificação com o trabalho, *“eu vivi dentro daquele barro quinze anos, pelo amor de Deus, misericórdia, e não era o que eu queria”*. A sua fala revela que o trabalho no lote era algo que mexia com barro e por isso, na sua concepção, algo que lhe conferia um trabalho inferior em relação ao da cidade, por isso procurou uma ocupação mais atraente simbolicamente, que no caso foi a de cabelereiro. Entretanto, Bruno não abre mão de morar no lote, por tudo aquilo que representa e já fora colocado, assim torna-se, junto com vários outros sujeitos “usuários da cidade” e “migrantes cotidianos”, transformando a sociabilidade do lote e do assentamento como um todo. E esses sujeitos vivem em um intenso processo de mediação entre as duas localidades, transmitindo valores e tensões (CARNEIRO, 2012).

Outro ponto é a falta de possibilidade de investimento, como disse Ulisses, do lote “B”: *“a não ser que você tiver alguma coisa para investir”*, não é possível viver exclusivamente do trabalho no lote. Catarina, do lote “C”, que trabalha na administração pública da cidade de Promissão, também traz esse elemento à tona em sua fala, *“Tem que ser extremamente profissional da roça, tem que ter acesso a um capital. Eu acho que é possível, mas tem que se especializar muito”*. Com isso aparece outro elemento que marca a possibilidade de se ter bom rendimento dentro do lote: especialização. Seguindo esse raciocínio Catarina vai complementar: *“Capital e qualificação. Eu não me qualifiquei para trabalhar nisso, porque não basta querer. (...) Tem que ter qualificação técnica e participação da família integral”*. Para Lucas, do lote “A” a questão é a seguinte,

Sítio é complicado, porque para jovem assim que tem uma certa ambição de querer crescer alguma coisa é complicado. Sítio é para você, que nem meu pai, aposentado, não depende disso aqui. Quem nem o Ferreira, ganha lá, tira seus mil, mil e quinhentos reais do sítio, dá para ele comer, para a mulher comer, comprar alguma coisinha, se entendeu, sítio é para isso. A não ser que você tem uma visão empresarial, de investir alto e tudo, mas precisa de investimento (LUCAS/Lote “A”).

É nesse sentido que Wanderley (2009) vai afirmar que “(...) a profissão de agricultor sofre uma profunda transformação, o que constitui um dos maiores desafios, pois implica na reconstrução de sua própria identidade profissional” (p.121). O agricultor moderno, como disse Lucas, passa a ter a necessidade de ter visão empresarial e ser capaz de lidar com tarefas que vão desde tratar o gado, tirar leite, plantar e colher os alimentos até a contabilidade, contratos de financiamentos para investimentos e visão de mercado.

Porém, devido à falta de capacitação, assistência técnica básica e acesso a capital por meio de financiamentos, todos os entrevistados afirmaram que não é possível viver, do modo como se apresenta hoje a realidade do campo, exclusivamente da produção do lote. É o que diz José, do lote “C” (ele é casado com Catarina), sobre a possibilidade de se viver somente da produção no lote: *“Olha, dá para passar meio apertadinho, você tem que tirar um monte de coisa. Só sei que é difícil! Dá para viver, mas no limite. (pausa) Não dá!”*.

Assim sendo, a realidade mostra que as localidades rurais, atualmente, estão cada vez mais voltadas para atividades não agrícolas dentro e fora das localidades rurais, ou seja, estão marcadas pela pluriatividade<sup>7</sup>. Esse conceito é importante, pois possibilita

---

<sup>7</sup> Antes de prosseguir é importante pontuar que o uso do termo pluriatividade na pesquisa se faz de modo a pensar as estratégias que os sujeitos da segunda geração encontram para elaborar estratégias de permanência. Portanto, levo em consideração todo processo histórico de usurpação dos sujeitos de suas terras que os fizeram permanecerem somente com a força de trabalho para garantir sua sobrevivência. Assim, quando conquistam um pedaço de terra, as marcas históricas dessa usurpação não são apagadas totalmente e o sistema social voltado ao capital não permite total autonomia com a terra e, por isso, para sobreviver buscam estratégias múltiplas de trabalho e geração de renda. A pluriatividade, que é uma realidade para as populações rurais há décadas, deve ser vista como resultado de uma realidade que não proporciona a viabilidade da permanência no campo somente com o trabalho agrícola, ou seja, é a única opção de manutenção dos pequenos produtores agrícolas marginalizados pela modernização conservadora do campo. Toda a lógica dos agentes estatais que estão voltados a agricultura capitalizada e de grandes extensões não proporciona políticas pertinentes que viabilizem a produção e a renda necessária para a vida no campo para agricultura familiar (SILVA, 1999; SCOPINHO, 2009; MARTINS, 2004; MARX 1964).

juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Assim, permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias (DEL GROSSI; SILVA, 1998, p. 26).

Os quatro lotes pesquisados nesse estudo de caso apresentam esse cenário, uma vez que nenhum está voltado unicamente para a produção no lote. Em todos os sujeitos estão envolvidos em atividades diversas, ligadas diretamente a agricultura ou sem relação direta. São novas formas de organização dentro dessas localidades, que assumem novos significados e buscam ser alternativas ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão agrícola dominante. É o que Scopinho (2010) irá sugerir como sendo a capacidade dos trabalhadores no assentamento de não só interpretar a realidade vivida e partilhada, mas de agir de forma propositiva e transformadora. Os lotes e o Assentamento como um todo ficam, assim, marcados pela variação de um conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas. Isso é apontado como decorrência da

(...) ampliação do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais, sobretudo as mais próximas das grandes cidades. Destacam-se também as famílias pluriativas, que se caracterizam pela combinação da atividade agrícola a outras ocupações, como estratégia familiar de melhoria das condições de vida, ou mesmo, como condição de permanência no campo (CARNEIRO, 2012, p.29).

Sintetizando, a situação dos lotes em relação ao trabalho e geração de renda é a seguinte<sup>8</sup>:

- No Lote “A” existem atividades agrícolas e não agrícolas. Agrícolas na produção de pepinos em estufas, por meio de emprego de trabalho assalariado de outros assentados; não agrícola na atividade empresarial de Lucas de compra dos produtos dos assentados e revenda no CEASA (denominada como a principal). A renda de Lucas, portanto, é formada por atividades no setor de produção de legumes, exploração de mão de obra e atividade empresarial;
- O Lote “B” tem uma complexidade maior, pois há duas famílias que vivem dele. A família de Júlia exerce atividades agrícolas de plantio de maracujá e horta para a CONAB e algumas vacas de leite para consumo próprio e para fazer queijos que

---

<sup>8</sup> Aqui são apresentados lotes em que há sujeitos que apresentam somente uma ocupação( ex. Lote “C”, Selma), entretanto esses lotes são considerados pluriativos por considerar que a composição da renda famílias vem de atividades distintas.



são consumidos e/ou vendidos. As atividades não agrícolas é a venda de produtos da revista Hermes e Avon e de queijos e doces desempenhada por Júlia. Há também o emprego de seu marido no lote “A” como produtor (denominada como a principal). A configuração da renda fica definida por atividades de produção agrícola, emprego em atividade agrícola e venda de produtos caseiros e não agrícolas. Ulisses, que mora no mesmo lote, desempenha como principal ocupação a atividade não agrícola de pedreiro no município de Promissão e como atividade agrícola produz hortaliças para venda para a CONAB e arrenda a maior parte do lote para plantação de milho transgênico. A renda fica definida por atividades agrícolas, emprego não agrícola na cidade e arrendamento.

- Lote “C”. As atividades desse lote são divididas em agrícolas por José, com gado de leite (denominada como a principal) e plantação para a CONAB e atividades não agrícolas desempenhadas por Catarina que é funcionária em cargo de confiança da administração pública do município de Promissão (denominada também como principal). A renda fica composta, assim, por atividades agrícolas e atividades não agrícolas exercidas na cidade.
- No lote “D”, Bruno não exerce nenhuma atividade produtiva. As atividades de produção do lote ficam a cargo de um tio, uma vez que os pais são idosos e enfermos. A atividade de Bruno é de cabeleireiro no salão que abriu no município de Promissão. Sua renda é composta por essa atividade.

Como visto, todos os sujeitos pesquisados fazem mão dessa estratégia de combinação de atividades para garantir a possibilidade de permanência, fonte de renda e conseqüentemente maior acesso a bens e serviços. Ou seja, existe uma gama de atividades que são realizadas para que eles consigam renda para poder continuar a viver no lote. E essas estratégias são formuladas sem contar com apoio de financiamento. Esse elemento fica evidenciado com a fala de Júlia, do lote “B”:

Eu fui atrás de um projeto, como é que chama? PRONAF Mulher. Ah eles pedem muita coisa, nossa senhora. Para eu comprar gado, então até aí ele não estava trabalhando lá registrado (referência ao trabalho de seu marido no lote de Lucas), mas pediu muita documentação, muita coisa mesmo, aí eu falei: ah David não vai dá. Até fiador eles pediram. Aí eu falei assim, quem é que hoje que vai emprestar o nome para a gente, para gente fazer um empréstimo no banco para mexer com gado?

O seu irmão Ulisses, do lote “B”, disse a mesma coisa quando perguntado sobre financiamento,

Sinceramente, agora eu não pretendo correr atrás disso não. Dá muita dor de cabeça, por exemplo, quando a mãe falou que era para eu vir que era para eu fazer esse projeto, mais ou menos nós fomos umas trinta e duas vezes na cidade, eu e ela, você coloca trinta e duas vezes na cidade, você paga dez reais nos dois de passagem, era dois e cinquenta na época eu acho, já daria dez, mais uma coisa que se vai para comer, você vai desanimando, você vai lá sempre a mesma resposta, a mesma resposta, a mesma resposta. Não é que é trabalhoso, você tem que ter paciência também para as coisas, mas você vê que não desanda. Desanda para uns que tem influência lá dentro e para quem não tem não desanda. Aí você vai desanimando! Se depender eu não pretendo mexer com o negócio de projeto mais não, mas que eu vou com minhas próprias pernas eu vou.

Sua fala, junto com a de sua irmã, demonstram que existe grande dificuldade para se conseguir acessar financiamento, não só pela falta de fiador, mas pela própria morosidade do processo e, além disso, aparece na fala certo favorecimento para que alguns sujeitos consigam acessar com mais facilidade que outras. Essa questão eu não pude aprofundar e verificar se é apenas atrito com os que acessam ou se realmente existe favorecimentos. O importante é notar que foram desfavorecidos e por isso encontram maior fragilidade em relação à permanência, uma vez que sem financiamento é difícil obter capital para investir na produção.

Outro ponto levantado, além do capital e financiamentos, foi a qualificação técnica. Segundo todos os entrevistados a assistência até existe, mas os técnicos do ITESP e do INCRA, que dão assistência no assentamento, são poucos para o número de famílias. Esses técnicos, segundo os assentados, trabalham sob as demandas e necessidades requisitadas pelas famílias, não contribuindo com novidades de produção e formação. Por conta dessa situação, muitas famílias acabam plantando e somente quando surge um problema buscam orientação técnica. Foi o que aconteceu com a plantação de maracujá de Júlia, do lote “B”,

Nos plantamos maracujá, quando você veio aqui nós ainda não tínhamos plantado maracujá? Duzentos e poucos pés de maracujá nós plantamos, só que como a gente não foi atrás do agrônomo, alguém para ajudar nós, nós plantamos sem orientação... Nós plantamos com dois metros de distância, um pé um do outro, e por fim ele enramou, o agrônomo falou que a gente tinha que ter podado, já que plantamos muito perto um pé do outro, e deu no que deu e agora morreu um bucado dos pés, e são dois anos produzindo. A Silvia que fez as mudas, ela falou assim: “Olha, são dois anos produzindo, cuidando bem” (JÚLIA / Lote “B”).

No lote “B”, Ulisses também teve dificuldades com uma plantação que fez,

(...) plantei a primeira vez não deu certo, plantei o quiabo para poder produzir ele irrigado, aí não deu certo, não sei por que não deu, se foi a terra, se foi adubo, se foi alguma coisa.

**Você pediu assistência?**

Veio o pessoal aí do ITESP. Os caras vieram aí, deram umas instruções, passei adubo, mas não adiantou<sup>9</sup>. Aí, que nem assim, eu gastei um tanto, ele me produziu a metade que eu gastei, ficou minha mão de obra, e eu devendo o que eu tinha comprado. Aí deu uma desanimada.

Posteriormente, Ulisses disse ser esse empreendimento mal sucedido que determinou a sua busca por um trabalho alternativo, no caso pedreiro. Esses casos revelam que não é somente o capital, mas a qualificação somada ao capital que vão possibilitar que haja investimento e retorno satisfatório para possibilitar a permanência.

Todavia, essas estratégias, de variados tipos de ocupação por um mesmo sujeito ou pela família, não podem ser vistas como um simples processo de aculturação e “descampenização” do campo. A pluriatividade deve ser vista como a resposta do agricultor familiar ao processo de modernização, que tem a capacidade plástica de relacionar e reinventar as suas tradições culturais às novidades trazidas pela relação com outras localidades. Essa ressalva é importante para romper com o paradigma da cultura camponesa como passiva e oposta à mudança. A cultura camponesa não deve ser vista como algo estático, mas inserida na dinâmica da sociedade e capaz de se reelaborar diante das novas estruturas, sem abrir mão de seus valores, visão de mundo e formas específicas de organização social (CARNEIRO, 2012).

Essas múltiplas formas de vividos e estratégias possibilitam uma maior integração por partes desses sujeitos às lógicas do mercado. A exploração de outras atividades acaba por introduzir novas possibilidades de trabalho complementares ou alternativas à agricultura, ampliando assim, a rede de sociabilidade. E por fim, esse sujeito do campo afirma a sua identidade em um processo no qual as características do campo e da cidade se misturam, ou seja, “(...) são cidadãos plenos, em articulação com os habitantes das cidades” (WANDERLEY, 2009, p. 134).

Não é possível, portanto, pensar a ruralidade somente como penetrada pelo mundo urbano e industrial, mas sim em uma troca de bens simbólicos e materiais, de práticas culturais e representações sociais dialéticas. Assim, o importante é deixar claro,

---

<sup>9</sup> Depois eu soube por ele mesmo que a procura pelo ITESP se deu depois que a plantação estava com problemas.

por meio do ponto de vista dos sujeitos os significados de suas práticas sociais que operacionalizam essa interação e que alteram tanto o campo como os centros urbanos. Esses sujeitos que tem a possibilidade de viver na localidade rural revelam em sua fala os valores e os elementos que buscam como disponibilidade, espaço e relações sociais de interconhecimento. Deste modo, foi possível perceber a formulação de novas identidades sociais, não mais ligadas ao dito *ethos* camponês tradicional, mas forjadas por meio de novas relações sociais e de consumo que ocorrem por meio da experiência e sentimentos que os sujeitos viveram em suas trajetórias.

### **Apontamentos finais**

Tratar da continuidade dos assentamentos no atual momento histórico é importante, pois está em curso um grande debate político sobre o prosseguimento dessas políticas. Essa afirmação é possível, pois é notória a diminuição do número de desapropriações destinadas à reforma agrária desde o governo Lula, que teve seu recorde de desapropriação no ano de 2005 de 400, até chegar a Dilma, que fez 28 desapropriações no ano de 2012 e 100 no ano de 2013. A justificativa dos governantes para esse baixo número é a necessidade de maior investimento nessas localidades em infraestrutura. Entretanto, no ano de 2012, somente a metade do orçamento de três bilhões destinados ao INCRA foi executado, o que demonstra a fragilidade do argumento e a demonstração da falta de prioridade nesse setor pela atual administração federal (Site MST; Site CPT).

Todavia, a falta de atenção do governo com a reforma agrária não produz somente números negativos, mas sim muito sofrimento de famílias que passam anos acampados expostos às condições climáticas, a escassez de alimentos e a falta de acesso à saúde e educação. Segundo o MST são, atualmente, 200 mil famílias acampadas a espera de um pedaço de chão. Assim, diferente das friezas dos números, esses sujeitos sentem em suas subjetividades cotidianamente as durezas e as peijas da luta pela terra.

Aos que já venceram essas peijas e possuem suas terras surgem outros desafios diante das frágeis políticas de acesso ao crédito, os limites dos programas de compra de alimentos realizados pelo governo federal por meio da CONAB e as precárias assistências técnicas oferecidas aos assentados que não proporcionam sofisticação e inovação. Esses são os maiores desafios que os sujeitos da segunda geração identificaram quando questionados sobre as dificuldades da permanência. E, segundo

eles, esses fatores interferem diretamente na possibilidade de conseguir uma boa renda somente com o trabalho no lote e, por isso, as estratégias de permanência, como visto, sempre compreendem, em todos os lotes pesquisados, a busca de alternativas de geração de renda fora do trabalho agrícola, por meio do assalariamento, e em outras atividades.

Julgo importante deixar frisado que todas essas estratégias, arranjos, experiências e sentimentos, mostrados e analisados a partir da perspectiva teórica, devem ser lidas como a busca dos sujeitos em viabilizarem a vida dentro do assentamento, do lote e de sua própria família. Estratégias muitas vezes elaboradas de forma inventiva, criativa e a base de muito esforço e sofrimento. No limite, é a luta pela vida de sujeitos comuns, que elaboram estratégias para explorarem as inconsistências e/ou incoerências dos sistemas sociais e políticos para encontrarem frestas nas quais consigam viver com dignidade.

### Referências bibliográficas

- BERTAUX, Daniel. *Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins fontes, 2009.
- CARNEIRO, Maria José. *Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica*. In: CARNEIRO, Maria José. (coordenadora) *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.
- DEL GROSSI, Mauro. Eduardo. SILVA, José Graziano da. *A pluriatividade na agropecuária brasileira*. Estudos Sociedade e Agricultura, 1998, p. 26-52.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Quem precisa de identidade?* In SILVA, T. T. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MANNHEIM, Karl. *El problema de las generaciones*. In: Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS), n. 62, pp. 145-168, 1993.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.
- MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- MARTINS, Rodrigo Constante. *A construção social do valor econômico da água: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo*. Tese de doutorado apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *(Novas)Ruralidades e teoria social: um olhar weberiano sobre a noção de território*. 34º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, MG, 2010.

NORDER, Luiz Antônio Cabello. *Políticas de Assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. 2004.

\_\_\_\_\_. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

SCOPINHO, Rosemeire. Ap. *Em busca de “elos perdidos”*: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 12, n. 2, pp. 257-270, 2009.

\_\_\_\_\_. *Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural*. *Ciência e Saúde Coletiva*, 15 (Supl. 1), pp. 1575 – 1584, 2010.

SILVA, Maria Ap. Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, Maria Ap. Moraes, MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. *Sociologias (UFRGS)*, v. 12, p. 196 – 240. 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

WANDELEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WEBER, Max. *Ética Protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

#### **Portais acessados**

Portal da Comissão Pastoral Da Terra, acessado em outubro de 2013.  
<http://www.cptnacional.org.br/>

Portal do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, acessado em outubro de 2013. <http://www.mst.org.br/>

Portal do Conselho regional de economia, acessado em outubro de 2013  
<http://www.corecon-rj.org.br>,

**Trajatórias escolares de jovens assentados: um estudo de caso no Noroeste de Minas Gerais.****Elza Cristiny Carneiro Batista<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia e História pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas. Especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual de Montes Claros. Mestranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina./Pedagoga no IFNMG/ elzacristiny.mota@ifnmg.edu.br

**Resumo:** Este trabalho é o projeto que está sendo desenvolvido no programa de mestrado em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina. Seu objetivo é analisar as vivências de jovens assentados no município de Arinos, região noroeste de Minas Gerais, especificamente as percepções e expectativas construídas em torno da educação formal por estes jovens e suas famílias. A pesquisa será desenvolvida por meio de um estudo de caso no Assentamento Chico Mendes, constituído há quinze anos. A região noroeste de Minas Gerais se destaca pelo destaque na produção agrícola, sobretudo de grãos. O expressivo número de assentamentos no pequeno município de Arinos e as formas e representações como esses sujeitos tem criado suas condições de vida merecem análise, para além de suas condições de produção. Nesse sentido, a relevância dessa pesquisa evidencia-se na medida em que os sujeitos que lá vivem, carecem de visibilidade em suas relações sociais, como aquelas construídas em torno da escolarização de seus membros. Dessa forma, as principais perguntas que esta pesquisa procurará responder são: 1- Em que medida a educação se apresenta como uma alternativa dos jovens assentados para sair do campo? 2- Em que medida a educação é vista como fonte de melhoria das condições de vida no próprio campo?

**Palavras-chaves:** Assentamento; educação formal; cotidiano.

O tema da reforma agrária na história do Brasil é polêmico e controverso. A necessidade de aumentar o acesso à propriedade da terra está atrelada à forma de colonização portuguesa que entregou gigantescas proporções de terra a uma pequena elite que figurou como “proprietária” do país por mais de quatro séculos.

Apenas no século XX, a partir de 1945 que as Ligas Camponesas passaram a exigir, num conjunto de reivindicações mais amplas, a redistribuição de terras no Brasil. As lutas, entre idas e vindas, foram abafadas por quase duas décadas até ressurgirem com adesão popular e sinalização positiva do governo já nos anos 1960, durante a curta atuação do presidente João Goulart. Dentre as propostas, denominadas "Reformas de Base", anunciadas pelo então presidente, a reforma agrária destacava-se como uma das mais necessárias.

Entretanto, com o golpe militar em 1964, os debates e a luta pela reforma agrária mais uma vez foram silenciados. Apesar das poucas desapropriações efetuadas nesse período, foi somente em 1985, durante o processo de abertura política, que o governo anunciaria o primeiro plano nacional de reforma agrária (PNRA) que estabeleceu entre suas metas, as áreas a serem desapropriadas, bem como o número de famílias a serem assentadas a longo, médio e curto prazo no Brasil.

Nos dois primeiros anos de governo civil foram desapropriadas mais terras do que nos 20 anos de domínio militar e nos anos subsequentes - com exceção dos dois anos do governo Collor de Mello - as desapropriações e a criação de assentamentos aceleraram-se de modo expressivo. (Leite et al., 2004, p.39)

Dados recentes divulgados pelo INCRA<sup>1</sup>, indicam que mais de um milhão e duzentas mil famílias foram assentadas no país até 2013. Questão importante a se discutir, apesar dos números que podem impressionar por sua grandeza, é a necessidade de estrutura que a população de assentados precisa para a organização de uma vida digna, já que ela não se materializa com a simples posse da terra:

(...) mais do que sobrevivência, essas populações buscam sobreviver com dignidade, com base num modo de vida peculiar que é o da economia familiar. Com base na não - dispersão da família e na esperança de assegurar um futuro aos filhos. Estamos, portanto, falando em populações que lutam por um projeto de vida e não de populações que apenas lutam por sobrevivência. (Martins apud Wanderley, 2003, p. 204)

Além de criar um assentamento, o Estado deve criar condições para sua viabilidade. A esse respeito, Leite et. al<sup>2</sup> nos lembram que o "privilégio" das garantias do Estado que os assentados possuem é acompanhado de uma outra face: permanecerem à mercê das ações e também omissões desse mesmo Estado.

---

<sup>1</sup> INCRA, 2014. <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1816-familias-assentadas>. Acesso em 28/04/2014 às 16:33.

<sup>2</sup> Leite et al., p. 65



A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e/ou extrativista, mas também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais (Carvalho apud Sales, 2006, p.89)

Esta pesquisa tem por finalidade, a partir de um estudo de caso do Assentamento Chico Mendes, no Município de Arinos, analisar como as famílias e indivíduos envolvidos no processo de reforma agrária, sobretudo os jovens em idade escolar, vivenciam a experiência no assentamento e constroem sua relação com a educação formal.

Considerando as vivências anteriores ao assentamento, procurar-se-á registrar algumas histórias de vida e as experiências construídas em torno do cotidiano de assentado. Sabendo ainda que um único assentamento pode reunir sujeitos de regiões e realidades distintas do Brasil, a riqueza de saberes e experiências de homens e mulheres que participam desse projeto (de assentamento) é um ponto importante que a pesquisa poderá trazer à tona se considerarmos que a educação formal oferece um saber mais ou menos homogêneo.

Martins<sup>3</sup> nos lembra que "raramente se pensa no homem do campo como preservador e criador de cultura, como agente dinâmico do processo social e cultural. É quase sempre concebido como um passivo à espera do messias cultural que vai educá-lo, 'civilizá-lo'." Nesse sentido, a questão que nos interessa responder é como os saberes tradicionais e os saberes oficiais (da escola) relacionam-se no cotidiano do jovem assentado.

### *O noroeste mineiro e a luta pela terra*

A região noroeste de Minas, onde este assentamento foi constituído, foi ocupada a partir do século XVII. Naquele espaço, favorecidas pelas condições do cerrado, formaram-se grandes fazendas de pecuária extensiva. Núcleos de agricultura de subsistência surgiram no entorno dessas fazendas a partir de colonos, parceiros e posseiros.

Mas o crescimento da região, o aumento da população e a valorização significativa das terras, aconteceriam somente nos anos 1950 com a construção de

<sup>3</sup> Martins, 2004-2005, p.33

Brasília. A vinda de grandes levas de pessoas para trabalhar na construção da capital associada ao processo de modernização conservadora da agricultura ampliaram os problemas econômicos e sociais da região. Os conflitos entre posseiros e grileiros de um lado, colonos e proprietários do outro e o aumento da presença de trabalhadores rurais sem terra e sem trabalho nas áreas periféricas das cidades da região, deram origem a um cenário político-social favorável à reforma agrária, sobretudo com a presença e atuação da Igreja Católica, do movimento sindical e instituições como Fetaemg, Fetaeg, CUT e MST.

Foi assim que entre os anos 1970 e final da década de 1980, ocorreram as primeiras ocupações de áreas improdutivas na região:

No noroeste mineiro dois marcos referenciais para as lutas pela terra naquela região foram as desapropriações das fazendas Saco Grande/Palmeirinha (em Unaí, 1984) e Fruta D'Anta (em João Pinheiro, 1986), que acabaram impulsionando novas lutas. (Leite et al., 2004, p. 50)

O estado de Minas Gerais está dividido em doze mesorregiões. A mesorregião noroeste é formada pela união de dezenove municípios agrupados em duas microrregiões. Sua economia é altamente agrícola, destacando-se a produção de milho, mandioca e feijão, além da criação de gado.

O PIB e a população do Noroeste representam 1,7% e 1,8%, respectivamente, do total do Estado de Minas Gerais. O município de Arinos localiza-se nesta mesorregião e está inserido na Microrregião Geográfica de Unaí. A distância de Belo Horizonte é 700 km e apenas 250 de Brasília<sup>4</sup>.

A população de Arinos, de acordo com Censo de 2010 é de 17.674 habitantes. Deste total, 38,5% reside na zona rural. A mesorregião Noroeste apresenta, ao lado do Norte de Minas e do Jequitinhonha, o menor grau de urbanização quando comparada a todo estado de Minas Gerais com 74,66%

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) por Setores de Atividade Econômica, a região Noroeste participa com 1,89%, além do menor percentual de população formal ocupada do estado<sup>5</sup>.

No que diz respeito ao nível de desenvolvimento (IDH-M), a região Noroeste deixou de ter municípios com desenvolvimento humano médio-baixo em 2000,

<sup>4</sup> Plano de Desenvolvimento Institucional do IFNMG.

<sup>5</sup> Ibidem

passando a contar com municípios de alto desenvolvimento<sup>6</sup>. O município de Arinos ocupa a 508<sup>a</sup> posição em relação aos outros municípios mineiros<sup>7</sup>.

A região noroeste de Minas encontra-se na chamada mancha<sup>8</sup> do entorno do Distrito Federal e possui 57 assentamentos da reforma agrária, sendo 15 deles localizados no município de Arinos<sup>9</sup>.

O assentamento Chico Mendes, localidade para onde esta pesquisa se voltará, abriga hoje 135 famílias e está localizado a 30 km da cidade de Arinos. Interessa-me conhecer a origem dos sujeitos envolvidos na trajetória até a posse da terra, desde suas motivações, tanto coletivas quanto individuais, até o modo de vida construído no assentamento hoje, 15 anos depois de sua formação. A proposta é considerar, de forma semelhante a Wanderley<sup>10</sup> (em estudo de caso sobre um assentamento no nordeste), a trajetória anterior ao assentamento, o processo de luta pela terra e a vida no assentamento. A diferença deste projeto, entretanto, será o foco na experiência educacional dos assentados.

Inicialmente a pesquisa buscará o histórico da ocupação e da apropriação da terra, em seguida, os elementos e as condições sociais, políticas e materiais de implantação do assentamento. Por último, analisar o significado do projeto de assentamento para os moradores do Chico Mendes, como eles atualizam os objetivos do projeto a partir de suas trajetórias até aqui e como isto pode ser relacionado com a perspectiva de educação para os filhos.

A vida no assentamento, traz uma questão de fundamental importância nesta pesquisa que diz respeito à expectativa que as famílias nutrem em relação à educação:

- Em que medida ela (a educação) se apresenta como uma alternativa para sair do campo?
- Em que medida a educação é vista como fonte de melhoria das condições de vida no próprio campo?

---

<sup>6</sup> Ibidem

<sup>7</sup> [http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2013](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013) . Acesso em 11/05/14 às 17:16

<sup>8</sup> Esta expressão indica a concentração de projetos em determinadas partes do país que indicam "uma espécie de territorialização da reforma agrária". (Leite et al. 2004: 19)

<sup>9</sup> INCRA, 2014. <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>. Acesso em 12/04/2014 às 15:00.

<sup>10</sup> Wanderley, 2003: p. 204

### *Uma escola para a agricultura familiar*

Uma pesquisa realizada no assentamento de Jataí , em Goiás, indica que aquela comunidade reclama uma escola de agricultura familiar "que assegure a contínua reconexão entre o mundo dos pais e o mundo dos filhos<sup>11</sup>". No assentamento Chico Mendes, pesquisaremos se a formação escolar pretendida deve estar também , para os sujeitos que lá vivem, necessariamente ligada à agropecuária. É provável que esta questão nos leve a compreender como esses assentados percebem o lugar dos agricultores na sociedade brasileira e se isto coincide com o seu próprio lugar na sociedade.

Outra pesquisa realizada em 2003, revela que na mancha do entorno do Distrito Federal encontravam-se os piores índices de atendimento escolar. Apenas 78% das escolas ofereciam o ensino fundamental completo e, era comum encontrar escolas de sede de assentamentos que atendiam a vários projetos (o que dificulta o acesso para os estudantes de áreas mais afastadas) . Além disso, numa quantidade considerável dessas escolas existiam salas multisseriadas. A mesma pesquisa , afirma que:

Inexistem, dentro dos assentamentos, escolas de ensino médio e escolas técnicas, obrigando os jovens ou a parar de estudar ou a ter que procurar as cidades mais próximas, o que (...) nem sempre é fácil, dada a dificuldade de transporte. (Leite et. al., 2004, p. 97)

Apesar das referências aos dados do atendimento escolar que fiz no texto, as reflexões que pretendo tecer com esta pesquisa não consideram a educação dos sujeitos do campo numa concepção corretiva, pois como diria José de Souza Martins:

Continuamos confundindo analfabetismo com ignorância e desdenhamos sábios de grande envergadura unicamente porque não sabem ler e escrever. Esta sociedade, de fato, há muito declarou uma guerra contra a cultura das populações do campo a pretexto de educá-las, de libertá-las da ignorância e de trazê-las à força para a chamada civilização urbano-industrial. (Martins, 2004-2005, p. 30)

Considerar friamente os índices (como o que foi citado acima) de atendimento escolar na zona rural, e os números de matriculados e concluintes levaria esta pesquisa a ignorar o diálogo cultural da escola com sua clientela, desconsiderando também a comunidade de referência a que pertencem os alunos.

---

<sup>11</sup> Martins, 2003, p. 33

Para além dos números objetivos que a pesquisa pode trazer (quantidade de alunos matriculados no ensino fundamental ou médio, índice de reprovação ou evasão e modalidades de ensino oferecidas no próprio assentamento), considerar-se-á o modo como a escola é admitida no cotidiano das famílias assentadas. Martins, mais uma vez, traz um importante dado sobre o sentido da escolarização para algumas famílias do campo:

não é imediatamente o teor da informação escolar, o seu conteúdo ideológico, nem o teor das representações do educador, não é, em suma, o teor da "mensagem escolar" que baliza a socialização dos "imaturos" no meio rural. A escola concorre para essa socialização na medida em que a atividade escolar constitui uma forma de adestramento pelo trabalho em si. A escola constitui apenas um centro que canaliza essa socialização, pois ela se desdobra em outras atividades, como o percurso do trajeto, freqüentemente longo, entre a residência e a sede escolar, as alterações nos horários de alimentação da criança em relação ao de sua família etc. A escolarização representa um conjunto de sacrifícios por parte do aluno e ele o suporta sob coerção de normas derivadas da valorização do esforço pelo esforço. O tempo que se permanece na escola constitui um tempo de adestramento para o trabalho pelo trabalho. (Martins, 1972, p.24)

Essa constatação faz parte de uma pesquisa específica do autor e, ao contrário de querer generalizá-la, trago-a para o debate como uma forma de pensar uma das inúmeras representações que a escola pode adquirir para os sujeitos do campo, não reduzindo-se à reducionista (mas ainda corrente) percepção da educação escolar como emancipadora dos homens e mulheres do campo.

### *A busca de escolarização por meio dos cursos técnicos*

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) criou, há quatro anos, um Campus na cidade de Arinos. Busquei, junto à Coordenação de Registros Escolares da Instituição<sup>12</sup>, alguns dados sobre a presença de alunos assentados nos cursos técnicos (em Agropecuária e informática), e cheguei a duas instigantes informações:

---

<sup>12</sup> A pesquisa não se limitará ao IFNMG. No decorrer da pesquisa de campo, conforme a necessidade e relevância, buscaremos informações em outras escolas.

- Muitos alunos assentados não informam seu endereço (nos registros que acompanham a sua documentação para a matrícula) e sim um endereço na cidade;
- Um percentual considerável dos alunos assentados (aqueles que assumem sua residência em assentamentos), não concluíram o curso em que se matricularam.

Uma vez considerada toda a trajetória de vida do aluno assentado até que aconteça a opção por buscar cursos técnicos na área agrícola ou fora dela, seria relevante responder quais fatores inviabilizam a conclusão dos cursos.

Interessa-me compreender também o papel da família (incentivando ou não) na continuidade dos estudos; a experiência cotidiana de percorrer 30 quilômetros até uma escola da cidade; e considerar ainda as consequências dessa ausência do jovem estudante nos trabalhos da família no campo.

Será importante também conhecer esses espaços de educação externos a fim de entender se existem resistências por parte da comunidade escolar urbana com os jovens assentados e, por outro lado, analisar o modo como esses jovens assumem/encobrem sua origem. Será a supressão do endereço na ficha de matrícula uma tentativa de fugir do estigma de assentado?

Escolano (1998) é um dos autores que discutem a ideia de um currículo exigido dos alunos mas que não está dito em palavras, que se refere a uma forma de comportamento em sala de aula. Este autor traz para a discussão curricular na escola elementos da arquitetura e do espaço relacionando-os aos seus aspectos psicossociais. A construção do currículo está presente tanto no espaço-escola quanto no espaço extraescolar. No espaço escolar, influenciado por Foucault, faz observações quanto à disposição espacial tanto das carteiras, divisões espaciais, arquitetura, distribuição panoptical – coisas que facilitam a rotina das tarefas e economia do tempo, além de controle e disciplina - quanto ao próprio lugar que a escola passa a ocupar em relação à cidade.

O espaço da escola é pensado e compreendido para além de um âmbito educacional, tendo um significado simbólico para o resto da população da cidade. Ele chama a atenção para o significado de todas essas disposições na composição curricular, significado que pode ser mais bem compreendido levando-se em consideração as mudanças históricas por elas sofridas. Essas “escolhas espaciais” não são feitas por mero acaso, o que Escolano explica por meio da explicação do currículo oculto: “tem

seus significados transmitidos gerando uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo em que impõe suas leis como organizações disciplinares”. A escola na cidade moderna segue o conflito em vez de humanização, assim como a própria cidade moderna em que existe o conflito e diversos interesses, sendo parte importante do currículo não cursado. Muito do que foi imaginado para o desenvolvimento social e do que foi planejado para o projeto urbanístico permeia a formação, moldando e sendo ao mesmo tempo parte do currículo. Isso quer dizer que a escola tem presente na arquitetura um programa construído – parte do currículo o oculto - e transformado historicamente de acordo com a demanda de um sistema de valores – por exemplo, de ordem, vigilância e disciplina - reforçando a ação microfísica das estruturas arquitetônicas que materializa a possibilidade de internalização de símbolos ideológicos, estéticos, culturais. Ressalta também a importância da arquitetura escola como parte da formação das concepções iniciais – espaciais, aritméticas, etc - do indivíduo em relação com as disciplinas.

Essas considerações contribuem para a compreensão do que outros sociólogos da educação discutem em relação às reais significações da escola, de formação um indivíduo voltado para a agência dentro de uma lógica específica da demanda do sistema no momento, reproduzindo futuramente o planejamento da cidade de forma semelhante, assim como o funcionamento da escola para o mesmo ciclo respondendo às necessidades do projeto de modernização de cada época. Como se sente um filho de assentado entrando neste projeto de escola eminentemente urbano?

## 2. OBJETIVOS

### 2.1. Objetivo geral:

- Analisar como as famílias e indivíduos envolvidos no processo de reforma agrária vivenciam a experiência de assentados e constroem sua relação com a educação formal.

### 2.2. Objetivos específicos:

.Analisar de que maneira os filhos de assentados vivenciam sua experiência escolar e quais as dificuldades de adaptação e exigências da escola que podem ameaçar seu vínculo com a escola.

. Mapear os espaços de educação formal externos ao assentamentos como escolas de nível médio e ensino técnico e escolas de educação formal urbanas e verificar como os assentados e jovens assentados se relacionam com eles e quais dificuldades encontradas.

## METODOLOGIA

O trabalho de pesquisa envolverá, no mínimo, duas etapas: uma bibliográfica e outra empírica. A primeira etapa acompanhará todo o processo, uma vez que, é na análise dos trabalhos que já foram produzidos sobre o assunto que buscarei subsídios para compreensão da realidade do assentamento. A pesquisa empírica será realizada no Assentamento Chico Mendes, onde utilizarei das técnicas de observação e entrevistas narrativas, de acordo com a permissão e interesse em participar (por parte dos moradores).

A opção deste trabalho é pela abordagem qualitativa baseando-se na procura da compreensão de uma determinada realidade a partir da busca de elementos junto aos atores e, não necessariamente, utilizando dados quantitativos.

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações (...) o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. (Denzin e Lincoln, 2006, p. 17)

A escolha por trabalhar com o estudo de caso ampara-se na percepção de Gilles Houle, segundo a qual "por mais individuais que sejam os relatos (...) estes discursos dão acesso a uma prática que é também social<sup>13</sup>". O estudo de caso sobre as vivências dos assentados deste local específico e suas representações sobre a educação formal será realizado por meio da utilização de observações (desde as práticas cotidianas, como o tempo que se utiliza para os afazeres do campo e os afazeres da escola, às práticas coletivas como reuniões da associação, festejos comunitários e práticas religiosas coletivas) e entrevistas narrativas.

---

<sup>13</sup> Houle, 2010, p.319



A entrevista narrativa (...) é considerada uma forma de entrevista não-estruturada, de profundidade, com características específicas. Conceitualmente, a ideia de entrevista narrativa é motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas. (...)

O pressuposto subjacente é que a perspectiva do entrevistado se revela melhor nas histórias onde o informante está usando sua própria linguagem espontânea na narração dos acontecimentos. (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002, p. 95-96)

Os sujeitos entrevistados serão informados sobre os objetivos da pesquisa e a participação será voluntária, garantindo-se também o direito de desistência da participação no decorrer do trabalho. Os nomes de todos os participantes serão substituídos por siglas ou codinomes.

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL. MEC/SETEC. Plano de Desenvolvimento Institucional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais. 2009.

ESCOLANO, A. (1998) Arquitetura como programa. Espaço, escola e currículo. In: Frago A. e Escolano, A. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. RJ: DP&A, 1998, pp: 19-47.

DENZIN, Norman K. e LINCOLN (2006) Yvonna S. Introdução. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Norman K. Denzin; Yvonna S. Lincoln (org.). Porto Alegre: Artmed. p.15-41.

HOULE, Gilles. (2010) A sociologia como ciência da vida: a abordagem biográfica. In: A Pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 317-334.

IBGE, 2014. Disponível em: < [cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310450&search=minas-geraislarinoslinfograficos:-informacoes completas](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310450&search=minas-geraislarinoslinfograficos:-informacoes completas) >. Acesso em 28/04/2014 às 15:00.

IDH, 2013. Disponível em: < [http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2013](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013) >. Acesso em 11/05/2014 às 17:16.

INCRA, 2014. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria> >. Acesso em 12/04/2014 às 15:00.

INCRA, 2014. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1816-familias-assentadas> >. Acesso em 28/04/2014 às 16:33.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. (2002) Entrevista narrativa. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Martin Bauer, George Gazkell (editores), Petrópolis, RJ: Vozes. p. 90-113.

LEITE, Sérgio et al. - Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARTINS, José de Souza. O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos). In: Travessias: estudos de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. MARTINS, José de Souza et al.. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_ Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. Dossiê Brasil Rural. REVISTA USP, São Paulo, n.64, p. 28-49, dezembro/fevereiro 2004-2005.

\_\_\_\_\_ A valorização da escola e do trabalho no meio rural. Revista Ciências Sociais, Vol. 03 N.01, 1972.

## GT 09 - Cultura e comunicação no mundo rural

### Vídeo Mulheres do Vergel

Antonio Fernando Passos <sup>1</sup>  
Fernanda Serradourada <sup>2</sup>  
Kellen Maria Junqueira <sup>3</sup>  
Diego Caroca Riquelme <sup>4</sup>

<sup>1</sup> Professor Doutor, Instituto de Artes/UNICAMP, [fernandopassos@iar.unicamp.br](mailto:fernandopassos@iar.unicamp.br)

<sup>2</sup> Graduada em Midialogia, Instituto de Artes/UNICAMP, [fernandaserradourada@gmail.com](mailto:fernandaserradourada@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora/Pesquisadora, Laboratório TerraMãe - Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP, [kellen@fegri.unicamp.br](mailto:kellen@fegri.unicamp.br)

<sup>4</sup> Doutor/Pesquisador, Laboratório TerraMãe – NEPAM – Núcleo de Pesquisas Ambientais/UNICAMP, [caroca@unicamp.br](mailto:caroca@unicamp.br)

### Sinopse

---

No documentário "Mulheres do Vergel" a história é narrada através dos depoimentos das mulheres do Assentamento 12 de Outubro sobre sua participação no processo de ocupação das terras de onde hoje tiram seu sustento e o sentido de suas vidas; relatam seus medos, suas esperanças e os primeiros passos de organização. Passaremos pelos momentos difíceis, momentos de crise e de incertezas, alguns deles em função dos limites das políticas públicas.

O vídeo transita entre o tempo da memória e o do presente em seu desafio de aproveitamento dos recursos da terra, dificultada pela falta de acesso a tecnologia. Nas diversas visões compartilhadas há pistas para os novos caminhos que a reforma agrária assim como as relações homem/mulher podem tomar, ajudando a fortalecer o senso crítico e a evolução de soluções.

**Palavras-chaves:** assentamento; documentário; mulheres.

### Direção

Diego Riquelme

Fernando Antonio Passos

## **Produção e Pesquisa De Campo**

Kellen Maria Junqueira

## **Roteiro**

Diego Riquelme

Fernanda Serra Dourada

## **Edição e Finalização**

Fernanda Serradourada

Carlos Tavares

## **Imagens e Fotografia**

Fernando Passos

Diego Riquelme

Fernanda Serradourada

## **Mulheres do Vergel**

Maria Ileide Teixeira

Clemência Pacheco De Abreu

Maria Aparecida De Lima

Maria Das Graças Salino

Neuza Aparecida Refundini

Maria Nilza Pereira Andrade Ramalho

Cinara Soares Durante

Cléia Aparecida Chagas

## **Agradecimentos**

Adriana Silva

Alberto Vasquez

Cícero Ponte Pereira

Joaquin De Oliveira

Marcelo Pupo

ITESP

## **Realização**

LABORATÓRIO MULTIUSUÁRIO - TERRAMÃE

FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA - FEAGRI - UNICAMP

NUCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS - NEPAM - UNICAMP

## **Apoio**

PREAC - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITARIOS

- UNICAMP

2014

## GT 09 - Cultura e comunicação no mundo rural

### Vídeo Quilombo Jaó

Susana de Campos <sup>1</sup>  
Deise Maria de Lima <sup>2</sup>  
Kellen Maria Junqueira <sup>3</sup>  
Diego Caroca Riquelme <sup>4</sup>  
Lucas Reitano <sup>5</sup>

<sup>1</sup> Quilombola, Quilombo Jaó, [ev.susana\\_ipda@hotmail.com](mailto:ev.susana_ipda@hotmail.com)

<sup>2</sup> Quilombola, Quilombo Jaó, [deiselima99@yahoo.com.br](mailto:deiselima99@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Doutora/Pesquisadora, Laboratório TerraMãe - Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP, [kellen@fegri.unicamp.br](mailto:kellen@fegri.unicamp.br)

<sup>4</sup> Doutor/Pesquisador, Laboratório TerraMãe – NEPAM – Núcleo de Pesquisas Ambientais/UNICAMP, [caroca@unicamp.br](mailto:caroca@unicamp.br)

<sup>5</sup> Graduando Midialogia, Instituto de Artes/UNICAMP, [lucasreitano@gmail.com](mailto:lucasreitano@gmail.com)

### Sinopse

---

Documentário produzido pelo Laboratório TerraMãe/Unicamp em parceria com representantes da Comunidade que dá nome ao vídeo. Este vídeo apresenta cenários e contextos históricos a partir da memória dos integrantes da Comunidade, sobretudo ligados às suas atividades agrícolas e ao dia a dia das famílias. Retrata ainda algumas ações da escola existente no quilombo que muito valoriza a cultura africana. E também discute as difíceis situações enfrentadas pela comunidade enquanto afrodescendentes e os desafios de se entender dentro da denominação que é "ser quilombola". *Vídeo produzido em função do projeto "Segurança alimentar no campo".*

**Palavras-chaves:** quilombo; documentário; afrodescendência.

### **Concepção do vídeo**

Diego Caroca Riquelme

Érika Souza Oliveira

Julieta Aier Oliveira

Kellen Junqueira

Lourival Fidelis

Lucas Reitano

Susana de Campos

### **Edição**

Kellen Junqueira

Lucas Reitano

### **Imagens**

Diego Riquelme

Lucas Reitano

### **Produção**

Kellen Junqueira

### **Músicas**

Diniz Estevão Lima

Grupo de Capoeira e de Macule lê - professor Beto - Escola Municipal Prof. Juarez

Costa

Imagem Sr.Hilário do vídeo **Quilombos vivos**

Imagens cedidas pela **TAO produções**

## **Depoimentos**

### **Comunidade Jaó**

Albertina Martins Lima

Antonio Aparecido de Oliveira Lima (Cido)

Antonio de Paula Lima

Caliza de Paula Lima

Conceição Aparecida Martins

Deise Maria de Lima

Diniz Estevão Lima

Floriza Martins de Lima

Isalina Martins de Lima

Joana Darte Campos Martins

Malvina de Alexandre Campos

Marcia Aparecida Martins

Maria José Estevão Camargo Lima

Roque Camargo Lima

Susana de Campos

### **Escola Municipal Prof. Juarez Costa**

Márcia Regina Pepi Jatzek

Iza Ferreira oliveira Matos

Antonio Carlos Santos Silva (TC)

Silvia Correia Marques

### **Participantes Escola Municipal Prof. Juarez Costa**

#### Professores

Silvana de Fátima Barros Gaudenzi

Robson Proença

Cláudio Roberto (Beto da capoeira)

### **Agradecimentos**

Cláudio Roberto (Beto da capoeira)

Edson

Jussara de Campos (Sara)

Noemi Oliveira Lima

Sandra Maria Ramos (CATI)

Silvia Correia Marques

**Apoio:**

CNPq

**Realização**

Laboratório TERRAMÃE

2012



# VI Encontro da Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS  
NOS ESPAÇOS RURAIS

02 a 05 de setembro de 2014.

GT10

## POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

COORDENAÇÃO

ALDENOR GOMES DA SILVA (UFRN)

WAGNER MOLINA (UFSCAR)

FERNANDO BASTOS (UFRN)

## GT 10 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

### **A comercialização dos produtos da agricultura familiar de Janduís/RN: um enfoque sobre as Políticas públicas e o desenvolvimento local sustentável**

**Christiane Fernandes dos Santos<sup>1</sup>**

**Elis Regina Costa de Moraes<sup>2</sup>**

**Zildenice Matias Guedes Maia<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade/Universidade Federal Rural do Semi-Árido, [chrisfernandes@ufersa.edu.br](mailto:chrisfernandes@ufersa.edu.br)

<sup>2</sup> Doutora em Recursos Naturais / Professora Adjunta / Universidade Federal Rural do Semi-Árido, [elisregina@ufersa.edu.br](mailto:elisregina@ufersa.edu.br)

<sup>3</sup> Doutoranda em Ciências Sociais//Universidade Federal do Rio Grande do Norte/[zildenice@hotmail.com](mailto:zildenice@hotmail.com)

**Resumo:** O trabalho objetivou analisar a comercialização dos produtos da agricultura familiar na perspectiva das políticas públicas e da sustentabilidade do local. Para tanto, realizou-se entrevistas com 78 agricultores do município de Janduís/RN. Observou-se que os agricultores comercializam de diferentes maneiras, mas a venda feita a atravessador supera as demais. Apreende-se, assim, que os agricultores familiares necessitam de políticas públicas mais integradoras e condizentes com a realidade local.

**Palavras-chaves:** Políticas públicas; Comercialização; Agricultura familiar.

## Introdução

Em meados da década de 80, os impactos da agricultura moderna tornaram-se passíveis de muitas preocupações para grande parte das populações, principalmente para os países ricos. Pois, passou-se a questionar até que ponto os recursos naturais suportariam o acelerado ritmo do desenvolvimento econômico. Também, questionava-se até que ponto a própria humanidade resistiria às consequências do chamado “desenvolvimento” (Ehlers, 1999, p.87). Desse modo, os esforços para tornar o debate sobre o desenvolvimento sustentável mais proeminente nas políticas públicas tornaram-se mais constantes. A proposta de um desenvolvimento capaz de amenizar os desgastes causados aos recursos da natureza, bem como reduzir as diferenças socioeconômicas entre classes passou a contrapor-se a concepção moderna de desenvolvimento, apontada de ocasionar a degradação do meio ambiente e o agravamento das desigualdades sociais

Devido ao processo de modernização introduzida na sociedade originou-se dois cenários distintos no âmbito da agricultura. O primeiro, representado pelos grandes proprietários, que por sua vez eram os principais beneficiários, através da política do agronegócio. O segundo, composto pelos agricultores familiares, ofuscados pelo processo de modernização no setor rural e pela consequente dificuldade de produção e comercialização de seus produtos. É nesse contexto que Wanderley (2009, p.11) diz que “a concentração de terra foi, e continua sendo, a peneira social que distingue os que serão ou não reconhecidos como capazes de promover o desenvolvimento”.

É válido ressaltar que para a agricultura de exportação, que opera na lógica do agronegócio nunca faltaram investimentos por parte do Estado, bem como da própria iniciativa privada. O que não pode igualmente deixar de se reconhecer são as desastrosas consequências desse modelo para quem está no campo, e mesmo para quem tem que constituir a mão-de-obra nessa lógica. Pois, o que predomina nesse modelo de produção agrícola é a maximização da produção e do lucro, deixando em um segundo plano os aspectos sociais, ambientais e econômicos, comprometendo, então, a sustentabilidade dos agroecossistemas. Nesse sentido afirmam Fernández e Garcia (2001):

[...] uma agricultura escassamente competitiva, que necessita de rígidas intervenções públicas para garantir preços adequados aos consumidores e rendas lucrativas aos produtores; uma agricultura que, apesar de sua enorme capacidade de produção, não foi capaz de resolver o problema de alimentação existente; uns sistemas de manejo dos recursos com grandes e difusos impactos ambientais, cuja tendência à homogeneização vai contra princípios fundamentais da

ecologia e cujo objetivo pode ser resumido dizendo-se que produz recursos renováveis (alimentos) mediante a utilização exponencial de recursos não-renováveis (combustíveis fósseis), degradando, assim, a fertilidade da terra e colocando em perigo a reprodução dos sistemas agrícolas, em particular, e a reprodução dos sistemas humanos, em geral.

Torna-se evidente que a agricultura desenvolvida pelos proprietários de grandes extensões de terra pode ser considerada como insustentável sobre diferentes aspectos. É diante deste contexto que o presente trabalho propõe uma reflexão sobre as políticas públicas que permeiam a agricultura familiar, dando ênfase, principalmente, àquelas destinadas ao fortalecimento da comercialização dos produtos. Busca, ainda, compreender se tais políticas encaminham os agricultores familiares para o alcance de um desenvolvimento sustentável. Trata-se de um estudo de caso realizado junto a 78 agricultores familiares, distribuídos em 20 comunidades rurais do município de Janduís/RN. Para a definição das comunidades priorizou-se a distribuição geográfica da mesma, já a escolha dos agricultores foi baseada na Lei nº 11.326 de 2006, através do seu Artigo 3º, que define como agricultor familiar aquele que,

Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Um estudo centrado nesse segmento se torna necessário para se pensar caminhos para o alcance da sustentabilidade na agricultura. O fato de se considerar importante a busca por sua sustentabilidade, nesse espaço de vida e trabalho, é devido a uma parcela significativa da população rural “depende primariamente da agricultura de pequena escala, orientada para a subsistência e baseada no trabalho da família” (CNUMAD, 2001, p.493).

Para a coleta dos dados, realizou-se questionário cujas questões foram previamente elaboradas. Os dados foram obtidos através de visita *in loco*, com registro fotográfico e levantamento de dados quali-quantitativos. Pretende-se, com este estudo, contribuir com a análise sobre os empecilhos da comercialização dos produtos da

agricultura familiar, e a contribuição das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do local.

### **O desenvolvimento local sustentável**

No contexto desse trabalho, o local pode ser entendido como um espaço que recebe limitação geográfica e trajetória histórica, com características específicas, porém mutáveis quando influenciado pelos processos globais, em um dado contexto. Nessa mesma perspectiva, Peruzzo e Volpato (2009, p.8) percebem o local como:

Um espaço que apresenta certa unidade, certa especificidade, mas que pode se modificar, como também modificar seus fluxos, ou seja, possuem características que podem ser transitórias: em dado momento apresentam uma unicidade, em outro momento, não mais.

Nessa realidade complexa de mudanças, de reciprocidades constantes e de novos conceitos observa-se que “o local está sendo intensamente influenciado e impactado por processos globais de mudanças econômicas, tecnológica e institucional, que determinam seu futuro, suas dificuldades, mas também suas oportunidades” (BUARQUE, 2008, p. 34).

Para o entendimento de desenvolvimento local nos remetemos ao conceito abordado por Buarque (1998, p.9), que o considera como “um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”, sendo associado normalmente, “a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto”.

Um dos princípios presentes na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e que consta no documento produzido pela Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21, trata da importância da participação de comunidades locais no gerenciamento ambiental e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais. Para tanto, revela que “os Estados devem reconhecer e apoiar adequadamente sua identidade, cultura e interesses, e oferecer condições para sua efetiva participação no atingimento do desenvolvimento sustentável” (CNUMAD, 2001, p. 597).

A noção de desenvolvimento local, no Brasil, tem se fortalecido através da articulação e mobilização de organizações governamentais e/ou não governamental,

juntamente a sociedade civil organizada, na efetivação de políticas públicas que fossem capazes de induzir o desenvolvimento econômico e sustentável. Neste sentido, Gehlen (2004, p.102) reconhece o local como “um território natural, porém socialmente construído, delimitado por um conjunto complexo de variáveis e indicadores: clima, fauna, flora, modo de vida, identidades, política, etc”. Para esse mesmo autor, o desenvolvimento local é expresso pelas dinâmicas “social, econômica, política e cultural num território demarcado por especificidades que induzem mudanças qualitativas naquele espaço” (GEHLEN, 2004, p.102).

Diante da expressiva importância da participação do Estado para se atingir o desenvolvimento sustentável local, cabe às comunidades refletirem, de forma participativa, sobre suas potencialidades e desafios frente aos aspectos econômicos, produtivos e sociais. É a partir de tal reconhecimento que se poderá mobilizar o poder público local, no que se refere a viabilização de políticas públicas, para o fortalecimento de propostas rumo à sustentabilidade.

É nesse contexto de desenvolvimento local, que a agricultura familiar se destaca como elemento significativo às dinâmicas rurais, também para o alcance de práticas sustentáveis. Contudo, cabe interrogar: é possível alcançar o desenvolvimento rural sustentável? O desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado com a condução de projetos de desenvolvimento local no sentido tanto de preservar os recursos ambientais presentes e adequá-los às particularidades da localidade, quanto de serem capazes de gerar emprego e renda à localidade envolvida (RODRIGUES; RODRIGUES, 2003).

No âmbito da agricultura familiar, é interessante perceber a contribuição de determinadas ações e/ou programas na preservação e otimização das potencialidades existentes na própria comunidade, de modo que favoreça a geração de renda através do envolvimento e empoderamento familiar<sup>1</sup>.

### **As políticas públicas no contexto rural**

As políticas públicas são entendidas como um conjunto de ações expressas através de programas e projetos desenvolvidas com o intuito de beneficiar um público

---

<sup>1</sup> Para Horochovski e Meirelles (2007, p. 487), “A definição de empoderamento é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras”.

específico. Tais políticas podem ser desencadeadas pelos governos municipal, estadual e federal. No entanto, é pertinente ressaltarmos que as políticas públicas não devem ser relacionadas apenas aos poderes públicos, visto que as ONGs possuem importantes programas, projetos e ações que podem ser caracterizados como não estatais.

Dessa maneira não se pode esquecer que de uma forma geral os movimentos sociais rurais têm tido um papel importante na mobilização de políticas públicas estatais, como a luta pela terra na efetivação da política de assentamentos; o movimento sindical na conquista de direitos como a previdência social rural e um crédito agrícola voltado especificamente para a agricultura familiar, entre outros exemplos (LEITE *et al.*, 2006). Nesse sentido, podemos afirmar que os movimentos sociais rurais, tem um importante papel no desencadeamento de políticas públicas, propiciando uma melhor qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A discussão sobre a temática políticas públicas na agricultura familiar é relativamente nova, pois de acordo com Silva (2003) somente na década de noventa, o Estado Brasileiro estabeleceu políticas explícitas voltadas para a agricultura familiar através do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O Programa foi lançado pelo governo em 1995 através do Decreto 1.946/96 de 28 junho de 1996, pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, sendo resultado das exigências de agricultores familiares que reivindicavam novas políticas públicas, com a ajuda de diversas instituições, inclusive internacionais como a FAO (BASTOS, 2006). Sachs (2004) aponta que este programa trata-se da preocupação, pela primeira vez, dos poderes públicos com a agricultura familiar.

A partir de então, pode-se constatar uma reestruturação na realidade rural brasileira, principalmente, sobre o ponto de vista político diante o reconhecimento político-institucional da agricultura familiar, antes ofuscada pela sua inserção na categoria produtores rurais. Costa (2006, p. 22) ilustra bem essa questão ao afirmar que:

Tal reconhecimento, além de implicar o mero estabelecimento de uma nova conceituação capaz de dar conta das especificidades de determinados segmentos sociais e produtivos no meio rural, atrela-se também, e sobretudo, à possibilidade de formulação de políticas mais apropriadas e voltadas para os eu desenvolvimento e à disposição de determinados espaços destinados á formulação de suas demandas, produção de debates e articulações capazes de efetivamente dinamizar todo esse processo de transformação.

No que tange ao PRONAF, é evidente que representa um importante marco na conquista pelo reconhecimento da especificidade da agricultura familiar. No entanto, Müller (2007) revela que em razão do maior poder de organização social e política dos agricultores familiares, as reivindicações desse segmento se ampliaram para além do crédito e da assistência técnica oferecida pelo programa. Para tanto, temas como comercialização da produção, acesso a mercados e garantia de preços destacaram-se como principais reivindicações dos agricultores familiares. É diante desse cenário que os agricultores se descobrem como atores capazes de reivindicar e influenciar as políticas públicas.

No concerne às políticas públicas para o apoio aos agricultores familiares, pode-se perceber que, no Brasil, houve avanços, principalmente, com a implantação de Programas de Governo como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>2</sup>, ampliando as possibilidades de comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar, e conseqüentemente, fortalecendo o desenvolvimento econômico local de maneira mais sustentável.

Tratando do PAA, Zimmermann (2006) aponta que finalmente uma das reivindicações dos movimentos sociais estava sendo atendida, através da disponibilização de crédito para a comercialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar. Para Deves *et al.* (2010) esta política é considerada um diferencial por não atender necessariamente aos aspectos produtivos. O PAA está inserido em um contexto mais amplo de discussões em torno do conceito mundialmente propagado, qual seja, a segurança alimentar.

Ainda em 2006 o Estado do Rio Grande do Norte, através da Lei 8.798 de 22 de fevereiro de 2006, instituiu a Política Estadual de fomento à Economia Popular Solidária no Estado. A mesma apresenta como diretriz fundamental a promoção da economia popular solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, visando sua integração no mercado e a autosustentabilidade de suas atividades. Essa política de Fomento à Economia Popular Solidária deverá ser fomentada através de programas específicos, projetos, parcerias

---

<sup>2</sup> O PAA foi instituído pela Lei nº10.696, de 02 de julho de 2003, como uma ação estruturante do Programa Fome Zero, cujo principal objetivo é garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar, através do estabelecimento de preço mínimo a serem praticados com a garantia de compra.



com a iniciativa privada e organizações não governamentais – ONGs, convênios e outras formas legalmente admitidas. Deve ser articulada, inclusive, com as políticas voltadas para a agricultura familiar.

Percebe-se que existem políticas e práticas desenvolvidas com o intuito de se alcançar não apenas a sustentabilidade econômica, mas também a sustentabilidade social dos agricultores familiares. No entanto, a percepção social sobre a importância das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar é considerada recente, pois só emergiu nas últimas duas décadas. É importante que essas políticas dispensem as políticas sociais compensatórias. Estas devem ser substituídas por políticas públicas não transitórias e que propiciem o empoderamento social, econômico e político.

### **Os desafios da agricultura no alcance do desenvolvimento local sustentável**

De acordo com informações do IBGE, Janduís é um município do Estado do Rio Grande do Norte, localizado no Oeste Potiguar, mais precisamente na Região do Médio Oeste. Possui uma área territorial de 351,1 km<sup>2</sup>, tendo como coordenadas geográficas 6° 00' 56" de latitude sul e 37° 24' 32" de longitude oeste. O clima é semiárido, atingindo temperaturas superiores a 35°C, e chuvas irregulares, que oscilam entre janeiro a junho, com precipitação anual média de 569,5 mm, concentrados principalmente no verão.

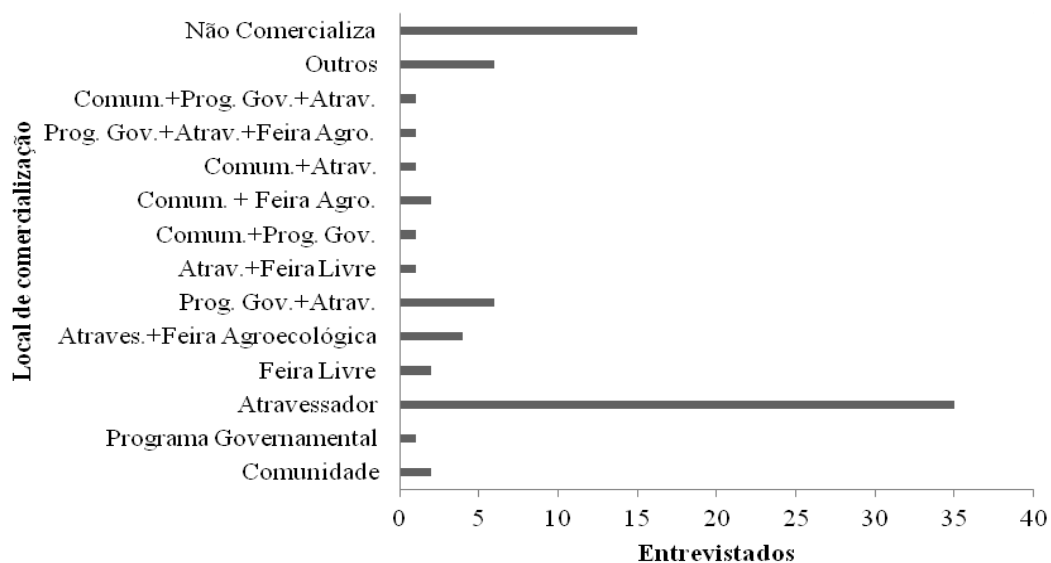
A agricultura familiar do município de Janduís/RN recebe forte influência dos movimentos sociais. É comum os agricultores participarem do quadro de sócios de associações comunitárias rurais, e também do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Porém, quando questionados sobre a importância de participarem desse espaço de discussão afirmam que “participando fica mais fácil conseguir alguma coisa”. Já, em relação à participação desses mesmos atores no STR, justificam a segurança de uma aposentadoria. Em nenhum momento, foi identificado nos discursos dos agricultores que nesses espaços são *locus* de discussão, planejamento e avaliação de políticas públicas destinadas ao fortalecimento da produção e comercialização da agricultura local.

Em relação se as ações do poder público e de outras organizações têm ajudado no desenvolvimento da agricultura familiar local, os agricultores respondem que sim, mas que muitas ações precisam ser melhoradas, pois não são suficientes para atender com precisão às necessidades do agricultor. Pode-se perceber, ainda, que

mesmo não existindo um entendimento mais sistematizado, por parte daqueles agricultores, sobre políticas públicas. Parte dos entrevistados assegura que as mesmas tem um impacto positivo na vida do agricultor, apesar de não serem suficientes para atender às reais necessidades da agricultura familiar. Outros as definem como “os programas direcionados aos agricultores”.

Em se tratando das políticas públicas de apoio a comercialização dos produtos da agricultura familiar observou-se que naquele município funciona o PAA, porém nem sempre esse veículo de comercialização dos produtos da agricultura familiar é priorizado entre os agricultores, conforme evidenciado na FIGURA 1. Ao investigar sobre os espaços que os agricultores comercializam, percebeu-se que quando não produzem apenas para o consumo familiar, os agricultores vendem o excedente em espaços diversos como: na própria comunidade, programas governamentais, a atravessador, feira-livre, conforme dados dispostos na Figura 01. Todavia, muitos dos agricultores praticam mais de uma forma de comercialização. Apesar das formas de comercialização parecer bastante diversificadas, e muitas possibilitando a venda direta ao consumidor como feira livre, feira agroecológica, venda na própria comunidade e nos programas de governo, as famílias rurais são mais adeptas a venda aos intermediários ou atravessadores. É importante destacar que antes de comercializar os seus produtos, as famílias deixam parte dos produtos para o próprio consumo.

**FIGURA 1** – Espaços de comercialização dos produtos da agricultura familiar do município de Janduí/RN



Fonte: SANTOS, 2012

A comercialização feita na própria comunidade acontece de maneira bem informal, em algumas situações é o cliente que se desloca até a casa do próprio produtor para efetuar a compra, em outras, o produtor oferece a sua mercadoria na casa dos moradores de sua comunidade, e também das comunidades vizinhas. Os produtos mais comuns desse tipo de venda são as hortaliças, ovos e galinhas.

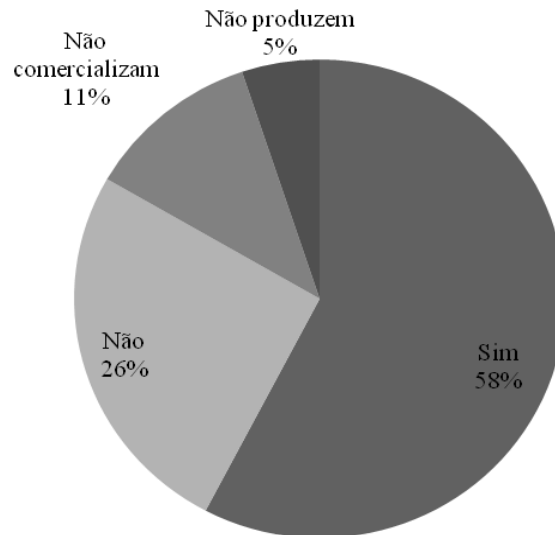
Nos últimos anos, houve avanços importantes no que se refere aos espaços de comercialização dos produtos da agricultura familiar. Organizações Não-Governamentais, em parceria com o poder público local, e juntamente aos agricultores familiares, implantaram a Feira Agroecológica e da Economia Popular Solidária do município. Nesses espaços, os produtos comercializados deveriam ser livres de qualquer tipo de veneno, produzidos pelas famílias e em suas comunidades. Além do mais, é nesse período que se fortalece no município os Programas do Governo como o PAA e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Doces, bolos, ovos, carne de bovinos, ovinos e caprinos são os produtos mais comercializados nesses programas.

Apesar das oportunidades de venda direta ao consumidor e da implantação do PAA, a venda feita a atravessador supera qualquer outra forma de comercialização, conforme demonstrado na figura 1. Isto demonstra que há uma fragilidade na organização das famílias no que concerne a comercialização dos seus produtos. De acordo com estudos de Kiyota e Gomes (1999) sobre comercialização na agricultura familiar, há uma evidência em relação aos prejuízos causados aos produtores quando estes vendem seus produtos a atravessadores. É comum a presença desses intermediários na comercialização realizada pelos agricultores nordestinos. Na percepção dos autores, os agricultores/produtores recebem o menor valor do seu trabalho agregado no produto, enquanto os intermediários têm ganhos mais significativos sobre ele.

Quanto às dificuldades encontradas pelas famílias rurais na comercialização dos seus produtos, foram citadas, entre outras: a falta de água durante alguns meses do ano, irregularidade na produção, ausência de assistência técnica, pouca diversidade dos produtos, falta de valorização por parte dos consumidores dos produtos da agricultura familiar, dificuldade em participar das feiras e de produzir de forma orgânica ou agroecológica. Apesar de todos os problemas identificados, 58% dos agricultores entrevistados afirmaram ser satisfeitos com a forma de comercialização, 28% se

consideram insatisfeitos, 11% não comercializam e 5% informaram não produzir sequer para o consumo familiar (Figura 02).

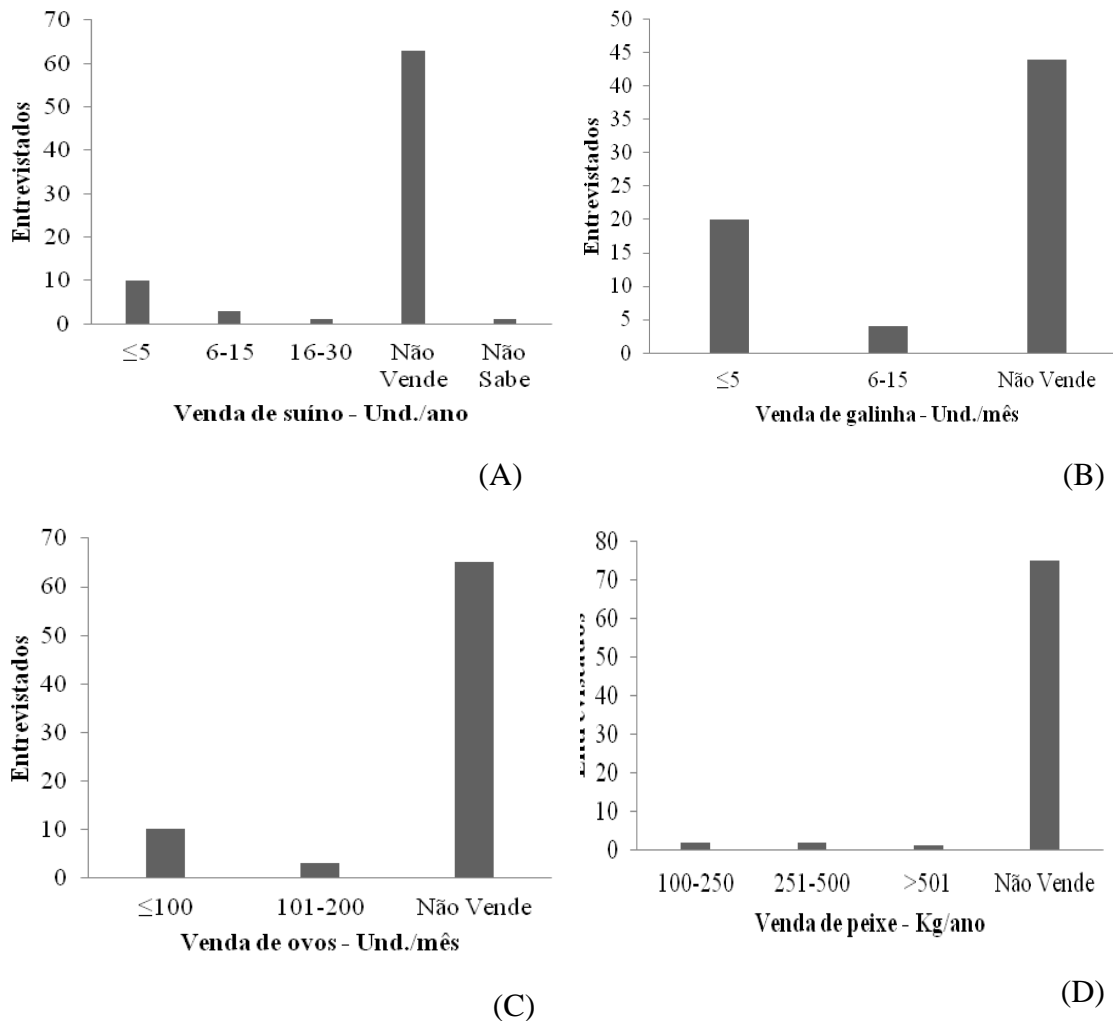
Figura 02- Porcentagem de agricultores satisfeitos com a forma de comercialização



Fonte: SANTOS, 2012

Praticamente, a produção de suínos, galinha, peixe e de ovos é para o consumo familiar. De acordo com as informações da Figura 03, apenas 19,23% dos 78 agricultores entrevistados comercializam suínos contra 80,77% que não comercializam (A); em relação a venda de galinhas 30,77% responderam que sim, e 69,23% que não vendem esse tipo de criação; apenas 16,7% daqueles agricultores vendem ovos, enquanto 83,3% não os vendem (C); a venda de peixe é menos expressiva que as demais, apenas 6,41% vendem esses produtos, enquanto 93,59% não vendem ou não produzem (D). É importante registrar que, a medida que a produção é expressa num intervalo de unidades mais elevadas, a comercialização é significativamente menor, da mesma maneira que o número de agricultores que não comercializam é bem superior em relação aos que comercializam, e isso é comum em todos os produtos expressos no gráfico abaixo.

Figura 03- Quantidade de animais e derivados comercializados pelos agricultores familiares de Janduí/RN



Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Cabe ressaltar lembrar que entre os valores estabelecidos para aqueles que não comercializam se encontram os agricultores que produzem apenas para o consumo da família, e também os que não produzem nada. Contudo, diante de tal cenário, é evidente que poucos são os agricultores que comercializam esses produtos. E, quando assim o fazem, a quantidade não se apresenta de forma significativa.

Diante do contexto apresentado, fica evidenciado que a opção em se criar gado bovino é uma questão cultural bastante forte entre os agricultores, ficando, pois, a criação de animais de médio porte como ovinos, caprinos e suínos, por exemplo, em segundo plano. No entanto, os fatores de clima, vegetação, disponibilidade de terra e água do município apresentaram-se como fatores limitantes aquele tipo de criação. Registrou-se, ainda, que esses fatores que limitam a produção dos agricultores

familiares de Janduís/RN, levam-os a desempenharem a comercialização de outros produtos não-agrícolas. Porém, dos sujeitos da pesquisa, apenas 6% comercializam produtos que não são provenientes da produção agrícola.

### **Conclusão**

O desenvolvimento sustentável das comunidades rurais deve estar pautado em políticas públicas que considerem em igual grau de importância, os diferentes aspectos (político, social, econômica, ambiental, entre outros). Tais aspectos não devem estar à margem da realidade do local. As feiras de economia solidária, assim como os programas governamentais como o PAA, por exemplo, tem se mostrado como uma alternativa à sustentabilidade das famílias do campo, por considerarem fatores que vão além da questão econômica. No entanto, esses espaços, muitas vezes ficam à margem dos olhares dos próprios agricultores e até mesmo da sua assistência técnica.

Porém, vale salientar que ainda, mesmo dispondo de meio de comercialização direta como o PAA, PNAE e a venda em feira destinada especificamente para os produtos da agricultura familiar, existem grandes desafios a serem superados, como a própria comodidade dos agricultores mediante à venda dos seus produtos para atravessadores. Como o lócus de produção do grupo estudado está situado na região Semiárida do Nordeste brasileiro, fica submetido à escassez hídrica na grande maioria dos meses do ano, outro obstáculo apresentado pelos agricultores. Essa realidade limita a renda e, conseqüentemente, a subsistência dos agricultores familiares.

Destarte, pode-se dizer que a questão da produção, e conseqüentemente a comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar no município de Janduís/RN, é um indicador que precisa ser melhor pensado, tanto por aqueles que praticam a agricultura familiar como pelas organizações governamentais e não governamentais. Dessa maneira, é necessário o fortalecimento das políticas públicas existentes e/ou o delineamento de novas políticas mais integradoras e condizentes com a realidade do local, de modo a proporcionar que as comunidades rurais caminhem na perspectiva da sustentabilidade.

### **Referências**

BASTOS, F. Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar: avanços e retrocessos. In: **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: [s. n.], 2006. 255 p.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: < [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=5015B99FF74865A2F36CC5C953B71288.node1?codteor=837541&filename=LegislacaoCitada+PL+54/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5015B99FF74865A2F36CC5C953B71288.node1?codteor=837541&filename=LegislacaoCitada+PL+54/2011)>. Acesso em: 13 ago. 2012.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001, 598p.

COSTA, Andréa Maria Linhares da. Agricultura familiar e organização: analisando aspectos da ação coletiva entre agricultores do Semi-Árido. In: **Da mobilização às mudanças sociais: dinâmicas das novas ruralidades do nordeste brasileiro**/Aldenôr Gomes (organizador). Campinas: CERES, 2006.

DEVES, O. D. *et al.* A dinâmica das políticas públicas e das organizações locais em processos de desenvolvimento rural: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos no município de São Pedro do Butiá. In: **Congresso SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 48, 2010. Campo Grande, 2010. Disponível em: < [www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/762.pdf](http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/762.pdf) >. Acesso em 01 de mar. 2014.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed. Guaíba: Agropecuária, 1996, 157p.

FERNÁNDEZ, Xavier Simón; GARCIA, Dolores Dominguez. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.2, 2001.

Gehlen, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo Perspec.** [online]. 2004, vol.18, n.2, pp. 95-103. ISSN 0102-8839. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000200010>. Acesso em: 13 de abril de 2014.

KIYOTA, N.; GOMES, M. A. O. Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – Região Sudoeste do Paraná. **Revista de Organização da UFLA**, Lavras, v. 1, n.2, p. 43-54. ago./dez. 1999.

LEITE, S. *et al.* **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p. (Estudos NEAD, 6).

MÜLLER, Ana Luzia. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2009, 128p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: < [www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/849.pdf](http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/849.pdf) >. Acesso em: 01 de abr. 2014.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. de O. O conceito de comunidade local e região: inter relações e diferenças. In: **COLÓQUIO BINACIONAL BRASIL-MÉXICO DE CIÊNCIA DAS COMUNICAÇÕES**, 2, 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...**São Paulo,

2009, disponível em:  
[www.espm.br/ConhecaAESPM/Mestrado/Documents/COLOQUIO%20BXM/S1/cecilia%20krohling%20e%20marcelo%20volpato.pdf](http://www.espm.br/ConhecaAESPM/Mestrado/Documents/COLOQUIO%20BXM/S1/cecilia%20krohling%20e%20marcelo%20volpato.pdf). Acesso em: 03 de dez. 2013.

RODRIGUES, A. M.; RODRIGUES I. C. **O desenvolvimento econômico regional no contexto do desenvolvimento sustentável.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 23, 2003, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003\\_TR0706\\_0842.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0706_0842.pdf)>. Acesso em: 29 de Nov.2013.

SACHS, Ignacy. Brasil Rural: da redescoberta à invenção. In: MARQUES, Marta Medeiros Inez; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo, p. 365-372.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - UNB, Brasília, 2006. 298p.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: editora da UFRJ, 2009.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. **Políticas Públicas e Arranjos institucionais:** o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7, 2007. Fortaleza, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/762.pdf>>. Acesso em: 04 de abril de 2014.



## GT 10 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

### A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural

Valmir Luiz Stropasolas<sup>1</sup>

#### Resumo

Os esforços realizados por agentes envolvidos com a organização de eventos envolvendo jovens rurais ou com a concepção de políticas públicas orientadas a este público procuram incluir um leque amplo de grupos sociais juvenis, no entanto a pretensão de contemplar a diversidade e realizar uma unidade nas ações nem sempre é bem sucedida, tendo em vista a grande heterogeneidade social da juventude rural. Fenômeno este marcado por uma enorme desigualdade de situações e condições entre os jovens, o que é consequência da não resolução de problemas estruturais no campo brasileiro, processo que afeta parcela expressiva da juventude que vivencia, ainda, a invisibilização, a pobreza e a exclusão. As insuficientes e, muitas vezes, inadequadas políticas públicas orientadas à juventude quando aplicadas contemplam, sobretudo, os jovens que possuem um maior capital social, econômico e político. A partir da participação na organização do I Seminário Nacional sobre Juventude Rural e Políticas Públicas (2012) e, com base nos resultados de pesquisas realizadas pelo autor, o artigo analisa os desafios e as tensões que afloram no momento em que se objetiva inserir a dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural.

Palavras-chaves: Diversidade; juventude rural; políticas públicas.

#### Introdução

A organização e a presença de diversos grupos sociais juvenis e a manifestação de diferentes matizes de pensamento no I Seminário sobre Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil<sup>2</sup>, realizado em Brasília em maio de 2012, inserem-se num processo mais geral que visa dar conta de uma complexa problemática, que circula em torno da inclusão da diversidade social da juventude rural na concepção e implementação de políticas públicas, cujas iniciativas mobilizadas naquela oportunidade visavam dar uma resposta coletiva e, ao mesmo tempo focalizada, aos anseios e reivindicações dos diferentes estratos sociais desse público, reconhecidos enquanto sujeitos de direitos, que passam a questionar as omissões e demandam posicionamentos das instituições.

Contudo, a participação de vários interlocutores dos jovens rurais não foi privilégio deste evento especificamente, pois vem sendo constatada em vários encontros em níveis nacional e regional organizados em torno das problemáticas e demandas dos jovens rurais. É importante destacar, no entanto, que momentos como esse são únicos, considerando a diversidade e representatividade de públicos, lideranças e instituições interagindo numa mesma oportunidade, contemplando uma representação importante de jovens rurais, do

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia Rural/UFSCG, Doutor em Ciências Humanas/UFSC, Professor Adjunto da UFSC. Email: valmir.stropasolas@ufsc.br

<sup>2</sup> O evento foi organizado pela Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal. Aproximadamente 200 pessoas participaram do Seminário, estiveram presentes mais de 40 organizações/movimentos sociais, representantes dos governos federal e estaduais, pesquisadores e professores de programas de licenciatura do campo e de licenciatura indígena, e mais de 140 jovens da agricultura familiar, camponeses, quilombolas, indígenas de todas as regiões do Brasil.

campo, das águas e da floresta, de ambos os sexos, que muitas vezes ficam ausentes das agendas e dos espaços de definições das políticas das instituições oficiais ou mesmo de eventos massivos de movimentos sociais e entidades representativas e sindicais rurais. Além disso, cabe salientar também a diversidade de temas e questões debatidos no evento, entre os quais, desenvolvimento, políticas públicas, juventude, sucessão, gênero, geração, raça, etnia, sexualidade.

Nessas últimas décadas a sociedade organizada através de movimentos sociais rurais, sindicatos, ONGs, com apoio de intelectuais, técnicos, pesquisadores, etc, mobilizaram-se a partir de uma unidade de ações visando conquistar políticas sociais e econômicas para as populações rurais e camponesas. Conceitos como rural, agricultura familiar, camponês, desenvolvimento sustentável, juventude rural, são (re)construídos para pensar e abordar as problemáticas sociais rurais e propor mudanças, políticas, projetos, etc. Programas como o PRONAF, o PRONACAMPO e, mais recentemente, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, são ilustrativos desse processo. Assim, concepções teóricas e intervenções no cotidiano buscaram (e ainda buscam) abarcar e representar a diversidade de categorias sociais e suas demandas represadas ao longo da história da agricultura brasileira.

No entanto, até que ponto as categorias mobilizadas e as proposições de políticas materializadas em programas e projetos dão conta da diversidade de grupos sociais que integram as juventudes? Como contemplar e incluir a diversidade social da juventude (nas políticas, programas, pesquisas, etc) reconhecendo e valorizando as demandas específicas expressas pelos diferentes segmentos de jovens e as novas identidades sociais juvenis que vem sendo (re)construídas nos diferentes territórios do país?

Nos embates travados cotidianamente para a formação das suas identidades e a inserção na sociedade, seja nos espaços sociais do campo ou da cidade, os mais diversos e heterogêneos indivíduos e grupos sociais integrantes da categoria juventude rural se deparam com hierarquias de poder, estigmas, preconceitos, discriminações e desigualdades. Nesse processo, um segmento expressivo de jovens questionam a sua condição social no campo e procuram redefinir suas identidades e projetos de vida através de iniciativas que visam o acesso e a ampliação dos níveis educacionais, de oportunidades de trabalho e renda (que lhes proporcionem a autonomia financeira e a independência da tutela dos pais), além do reconhecimento político como cidadãos a partir da participação com voz ativa na vida sindical, política, institucional. Muitos desses jovens buscam, também, mudanças nas formas de ser, agir, falar, vestir, consumir, etc. Para isso, ancoram-se nas experiências pessoais e coletivas vivenciadas nos espaços privado e público e que são oportunizadas através da participação e interação na família, na comunidade, na escola, no sindicato, nos movimentos sociais, etc; ou mesmo através da televisão, da internet e das redes sociais, dos eventos políticos e culturais, das músicas e danças, das relações de sociabilidade, religiosidade e afeto, entre outros. Nessas relações dinâmicas em que vem sendo redefinidas as identidades sociais desse público, os jovens interagem num sistema cultural plural, conflituoso e contraditório, que resulta, por um lado, do desejo de não recusar completamente valores do mundo rural e, por outro, da busca pelo que tem de melhor no mundo urbano, na localidade em que vivem ou mesmo fora dela, processo esse que é complexo e muito difícil de se realizar na vida cotidiana, mas que não deixa de ser “tentado” por inúmeros(as) jovens. Por não visualizar mudanças na sua condição social, parcela expressiva da juventude vem recusando reproduzir a profissão de agricultor(a), sobretudo as moças, enquanto que outros jovens, de ambos os sexos, questionando essa condição e mais engajados e/ou vinculados a entidades representativas e movimentos sociais lutam para conquistar o seu direito como cidadãos de viver com dignidade formulando projetos para viver e trabalhar no campo.

Este artigo não tem a pretensão de responder exaustivamente estas questões. A partir das reflexões resultantes da minha participação no processo de organização do “I Seminário

Nacional sobre Juventude Rural e Políticas Públicas”, intenciono apenas colocar em relevo os desafios e as tensões que afloram no momento em que se objetiva inserir a dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. Para isso, é feita preliminarmente uma problematização no campo teórico de determinadas categorias como rural, juventude, diversidade, agricultura familiar, entre outras, visando questionar em que medida a unidade pretendida dá conta de explicar a complexidade dos fenômenos e as diferentes condições vivenciadas pelos jovens rurais. Em seguida, faz-se uma abordagem da dimensão da desigualdade na análise da diversidade da juventude. Finalmente, coloca-se em evidência as redefinições nos perfis identitários dos jovens e das jovens e conclui-se fazendo algumas considerações em torno da interação diversidade, juventudes rurais e políticas públicas.

No que se refere, especificamente, ao perfil identitário dos jovens presentes no evento, no último dia do Seminário foi aplicado um questionário para colher informações que procurassem retratar esse perfil dos participantes. No total 55 jovens, de ambos os sexos, foram entrevistados. O perfil demográfico mais completo dos jovens participantes pode ser visualizado no Relatório Final publicado pela SNJ. Coloco em relevo apenas algumas informações mais relevantes a partir dos resultados desta pesquisa. Quanto ao sexo, a maioria dos participantes foi do sexo feminino (55%); no quesito idade houve a concentração de jovens na faixa etária de 22 a 29 anos, com participação equivalente entre jovens homens e mulheres por faixa etária. Verificou-se, também, uma ampla representação no que concerne à origem por estados da federação. Na auto-atribuição da cor ou etnia a maioria se declarou branca, no entanto houve uma participação importante de jovens de outras raças e etnias. No que se refere à escolaridade os dados indicam a alta escolaridade dos jovens participantes (60% com nível superior e 31% com nível médio). Cabe salientar que são em sua maioria jovens lideranças cujos níveis educacionais refletem os esforços dos movimentos sociais na educação formal como parte da formação de quadros políticos, perfil este que está longe de representar a realidade educacional da grande maioria dos jovens rurais brasileiros. Ainda há um vínculo importante desses jovens com as suas famílias, considerando que a maioria deles declarou morar com os pais. Por outro lado, 89% dos jovens entrevistados têm acesso à internet e 90% às redes sociais. Embora esse dado não represente, de maneira geral, a realidade da juventude rural, na medida em que o acesso à internet no campo ainda é restrito, esta constatação ressalta a importância do acesso à informação e às redes sociais por parte dos jovens, indicando a necessidade de se valorizar a utilização dessa ferramenta no diálogo com a juventude rural (SNJ, 2012).

### **Unidade na diversidade: tensões e desafios no campo teórico**

A imagem do rural construída ao longo do tempo pelas elites dominantes e reproduzidas no imaginário da sociedade brasileira em geral, em grande medida internalizada pelos próprios grupos sociais rurais, aparece associada à ideia de atraso, como lugar de não-desenvolvimento e sem acesso à infraestruturas e serviços básicos<sup>3</sup>. Entendo que é fundamental se problematizar a formulação desses discursos em relação às representações cristalizadas do que seja o “rural” ou ‘urbano’, na medida em que se verifica, cada vez mais, uma desmistificação das vantagens associadas às cidades, sobretudo pelas experiências advindas dos jovens migrantes, que informam o que se passa nesse espaço da sociedade aos seus pares que residem nas comunidades rurais, ou mesmo pelas informações veiculadas nos

---

<sup>3</sup> Alguns autores, entre os quais cabe destacar José de Souza Martins, têm ressaltado a construção na sociedade brasileira destas representações que reproduzem a inferiorização e a hierarquia do rural em relação ao urbano.

meios de comunicação, que colocam em relevo os problemas enfrentados por quem reside nos centros urbanos. Contudo, é fundamental se dizer que todos os aspectos positivos, os benefícios e as conquistas da modernidade e da cidadania, associados ao mundo urbano, devem ser usufruídos também pelas populações do campo e que, em nenhum momento, negligencia-se aqui esses aspectos.

As concepções pautadas nos dualismos reducionistas rural-urbano ou tradição-modernidade – que acabaram inferiorizando e estigmatizando populações e dimensões de sua vida - não dão mais conta ou não conseguem mais explicar as complexidades vivenciadas pelos diversos segmentos de jovens rurais, que se mobilizam de forma interativa nos diferentes espaços sociais, não sem experimentar renovados conflitos de valores e de visão de mundo entre os gêneros e as gerações, que se manifestam sobretudo na dimensão da vida social e cultural, especificamente, nos significados de ser jovem e rural, nas escolhas profissionais e nos projetos de vida, nas relações de sociabilidade, nos modelos de família e casamento, na religiosidade, na vida afetiva e orientação sexual, entre outros. De que forma e em que sentido os profissionais e/ou interlocutores das instituições e entidades que interagem com as populações do campo - sejam formuladores de políticas, lideranças, técnicos(as), extensionistas, professores, etc - abordam, concebem e adotam esses conceitos no cotidiano das suas intervenções? Que valores e significados de rural, campo, juventude são (re)produzidos nas suas atividades técnicas, políticas ou pedagógicas? Enfim, são questões instigantes que precisam se fazer presentes nas discussões e nas proposições de políticas que são feitas por pessoas e instituições que trabalham com as juventudes rurais no Brasil.

Autores como Lamarche (1993), Wanderley (1996), Abramovay (1998), Schneider & Niederle (2008), entre outros, já abordaram o tema da diversidade da agricultura familiar e camponesa. Em outra oportunidade (Stropasolas, 2006), fiz um esforço reflexivo para problematizar a adoção de forma homogeneizante e harmônica da categoria “agricultura familiar”, mostrando que esse viés na utilização do conceito implica na omissão dos conflitos, das hierarquias de poder e dos problemas estruturais que se manifestam na vida econômica, social e cultural das populações rurais. Cabe salientar que ainda é perceptível em determinadas noções e proposições a imagem de um modelo cristalizado de rural, comunidade, família e juventude, padrão este que vem sendo literalmente “detonado” nas representações e práticas juvenis. Assim, de forma recorrente, percebe-se a necessidade de se realizar, também, uma discussão mais geral, teórica, de fundo das principais questões que afetam as juventudes e que emergem nas diferentes regiões e, assim, identificar o que há de comum entre os jovens e o que há de singular nas diferentes situações, o que existe de diferente em relação a outras gerações. Importa destacar que os jovens vivenciam hoje uma experiência geracional singular, herdam os problemas estruturais e as consequências de modelos de desenvolvimento rural excludentes e insustentáveis do ponto de vista socioambiental, ao mesmo tempo que são “convocados” ou reconhecidos como protagonistas de grandes transformações desejadas para os territórios rurais. Mantidas as condições atuais, quem deles deseja assumir este papel?

Nesse cenário, a relação tensa entre o todo social e as especificidades é marcante na abordagem das problemáticas que afetam (e as soluções que demandam) os diversos segmentos de jovens rurais brasileiros. Nessa relação conflituosa se inscreve a diversidade, noção aparentemente fácil de abordar no campo da teoria mas de difícil operacionalização no terreno das políticas públicas, sobretudo quando se busca contemplar, concomitantemente, medidas gerais visando atender ao “grande público” da juventude rural e ações direcionadas para tudo aquilo que representa o específico, o singular, o diferente, ou seja o exuberante e colorido tecido social formado pela heterogeneidade cultural e histórica da população rural brasileira, em que se inserem os mais diversos grupos de jovens rurais.

Este grande desafio se fez presente, mesmo que não de forma explícita, nos vários momentos do Seminário. Isto é, trabalhar numa perspectiva de unidade política-institucional todos os aspectos que são comuns à categoria juventude rural, garantindo ao mesmo tempo na sua concepção os instrumentos que contemplem as particularidades, o reconhecimento e a valorização das diferenças, a superação das desigualdades e o atendimento das reivindicações específicas, visando integrar dimensões que se complementam na abordagem da noção de diversidade no tocante às políticas públicas voltadas à juventude rural. Como enfrentar teoricamente a tensão entre a diversidade dos processos sociais inerentes à categoria juventude e os processos de natureza mais geral, unitária que caracterizam a sociedade (rural) contemporânea? A relação entre agente e estrutura? Dar conta deste desafio significa também problematizar teoricamente uma possível relativização total da categoria juventude, que pode ser uma consequência da adoção de determinados enfoques analíticos que enfatizam apenas a diversidade entre os jovens ou mesmo que afirmam a noção de juventude como sendo genérica demais, de maneira que, ao não se visualizar semelhanças, acaba se negando a própria categoria.

Fazendo este questionamento, busco afirmar a pertinência e a relevância teórica de se mobilizar de forma vigorosa as categorias juventude, rural e campo para explicar os processos e fenômenos sociais em curso nas mais diversas localidades brasileiras, fazendo a crítica da narrativa modernista, da globalização hegemônica, da homogeneização e suposta supremacia do agronegócio e do individualismo exacerbado e excludente que movem o mercado capitalista e as suas consequências no mundo rural em termos de exclusão de territórios, agricultores familiares, camponeses, populações tradicionais, grupos sociais específicos, culturas e identidades. Argumento pela necessidade de se investigar as mudanças em curso nos espaços rurais - e propor soluções aos problemas verificados - valorizando fundamentalmente as perspectivas daqueles que, até recentemente, eram “esquecidos”, invisibilizados, nas políticas ou nas instituições, entre os quais e de forma privilegiada os jovens rurais. Ou seja, desconstruir as noções de rural, campo, desenvolvimento, políticas públicas, etc, colocando em relevo as suas múltiplas construções, sobretudo aquelas dos grupos sociais rurais não-hegemônicos e que se diferenciam, “em gênero, número e qualidade”, do ideário e das concepções defendidas e difundidas pelo agronegócio e pelos grandes conglomerados empresariais e financeiros que atuam sem controle social no campo, na floresta e nas águas, responsáveis que são pela concentração da renda, dos recursos e da propriedade da terra e pela degradação socioambiental nos territórios rurais.

Enfatizo, assim, as abordagens que vêm a juventude e o rural como conceitos em construção e não como noções cristalizadas e com “virtudes” essencialistas. Muitos trabalhos abordam a juventude como categoria auto-evidente ou auto-explicativa, passível de uma definição universalizante, tanto no campo acadêmico quanto nas políticas sociais. Na sua abordagem teórica sobre o conceito de juventude rural, Castro (2009) sintetiza bem as diferentes concepções, ou seja as definições da categoria a partir de elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; as definições substancializadas/adjetivadas da categoria; e as definições que associam *juventude e jovem* a determinados problemas sociológicos e/ou como agentes privilegiados de transformação social.

A partir da explicitação e do entendimento das diferentes visões de mundo dos jovens rurais e dos interesses e expectativas diversos, podemos apostar na possibilidade de se construir um sentido de unidade (da diversidade) na busca do reconhecimento e da afirmação social e cultural dos anseios dos jovens rurais. Nesse sentido, o reconhecimento de diferentes dimensões na abordagem das questões que afetam a juventude, insere-se nesta instigante incumbência teórica de dar conta da diversidade da categoria sem desconsiderar o processo geral em que ela está inserida. Assim, não corremos o risco de se cristalizar uma ou outra

dimensão nas análises e estudos sobre juventude, em decorrência, estaremos promovendo o diálogo não só nos diversos campos da academia (como forma de se evitar a fragmentação dos nossos campos de estudos e pesquisas), mas também entre a universidade, a sociedade civil, os movimentos sociais e os jovens rurais, incluindo temáticas como política pública, educação, gênero, geração, etnia, raça, sexualidade, etc.

As representações e as práticas dos jovens que se mobilizam nos diferentes espaços sociais das pequenas localidades, nas entidades representativas e nos movimentos sociais, assumindo a inovação e alguns aspectos ressignificados da modernidade mas ancorados em determinados alicerces valorativos que compõem tradicionalmente o patrimônio cultural familiar, proporcionam algumas pistas que podem orientar as análises em torno da noção de diversidade. Para isso, é importante resgatar ou reinventar a capacidade de síntese, de formular algumas teses gerais que objetivam explicar os processos que movem os fenômenos sociais rurais e que repercutem na trajetória da juventude.

Um aspecto apontado por estudiosos da juventude é o de que os jovens podem se constituir em elementos reveladores das mudanças em curso no país. Ou seja, entender não apenas o que acontece com os integrantes desta categoria social mas sim ampliar nosso horizonte e vislumbrar o sentido das mudanças que ocorrem na sociedade brasileira na qual a juventude, de maneira geral, está inserida. Para Wanderley (2007), os jovens são a tradução no meio rural das tensões e contradições da sociedade brasileira, em seu conjunto. Nesse sentido, não possuem mais qualquer poder explicativo as análises que busquem isolar a realidade dos jovens rurais, que os visualizam como membros de um mundo à parte, não integrado à sociedade mais ampla em que vivem. Como também estão defasadas as abordagens que acabam diluindo-os numa pretensa homogeneidade, ou como se refere a autora: “que desconhece as formas particulares de viver a juventude, quando se é jovem nas áreas rurais brasileiras. Mesmo nestas – e é esta a nossa questão – é muito grande a diversidade. Em consequência, o nosso objeto de pesquisa só pode ser entendido, em profundidade, se situado num quadro mais geral, que inclua as muitas situações concretas, correspondentes à diversidade das experiências de vida dos jovens rurais”(WANDERLEY, 2007, p. 31).

O período vivido pelos jovens em busca de emancipação, de escolha de valores, de construção de uma identidade social, torna a juventude, uma categoria de forma diferenciada porque a juventude é plena de singularidades. Nesse sentido, podemos inferir que diversas problemáticas sociais que afetam os jovens brasileiros não deixam de influenciar, também, com formas e conteúdos específicos, os diversos segmentos de jovens rurais, que se diferenciam por renda, etnia, raça, gênero, orientação sexual, religiosidade, disparidade regional, etc.

Esta ampliação do universo simbólico e valorativo pode ser visualizada nos depoimentos dos jovens que desejam o melhor dos dois mundos, como se refere Nazareth Wanderley, o rural e o urbano, uma síntese muito difícil de conseguir. Mas a busca desta conflituosa unidade sociocultural como desejo, como demanda, vem sendo explicitada de forma recorrente nas trajetórias e nos projetos de vida de moças e rapazes de origem rural e residentes nas pequenas localidades. A inclusão digital e o acesso à informação e à comunicação interpessoal, cada vez mais são demandados, tendo em vista a interação criada pelos jovens que passam a ter acesso à internet nas escolas, no sindicato, na igreja, etc. Isto se reflete no campo da cultura e nas redefinições de valores decorrentes da mobilização social e espacial da juventude rural.

### **A dimensão da desigualdade na diversidade social da juventude rural**

De acordo com os dados do IBGE (2010) existem aproximadamente 8 milhões de jovens rurais na faixa etária de 15 a 29 anos, o que representa 27% de toda a população que

vive no campo. Cabe salientar que nos últimos 10 anos em torno de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural e, deste universo, 50% são jovens, indicando de maneira geral processos de envelhecimento e masculinização da população que permanece no campo, embora hajam especificidades em relação a essas tendências em determinados territórios do país. Apenas para ilustrar esse processo, os dados apresentados no evento pelo representante do INCRA, resultante de pesquisa realizada recentemente em todos os assentamentos do país, indicam que do total da população dos assentamentos 53 % são homens e 47% são mulheres.

Esta migração seletiva já vem comprometendo segmento significativo de propriedades agrícolas familiares, sobretudo nas regiões coloniais do sul do Brasil, onde se verifica em determinadas localidades valores que oscilam de 25 a 30% de estabelecimentos familiares sem sucessores. Depoimentos coletados em pesquisas<sup>4</sup> de cunho qualitativo realizadas pelo autor em determinadas comunidades rurais de SC indicam que nos estabelecimentos familiares sem sucessores (ou em vias de) – como também nos casos em que os pais percebem a completa desmotivação dos filhos(as) em permanecer na propriedade - há uma tendência de se “frearem” os novos investimentos produtivos com estagnação ao longo do tempo das tecnologias empregadas e da produtividade das atividades desenvolvidas, considerando as dificuldades de mão de obra e as incertezas quanto à continuidade do funcionamento da propriedade no momento em que houver o afastamento (por idade, aposentadoria, doença, venda da propriedade ou qualquer outro motivo) das pessoas que efetivamente “tocam” (como se referem os próprios agricultores) a propriedade.

Diversos autores analisaram os fatores que explicam essa migração seletiva, sobretudo as problemáticas de gênero e geração presentes nas comunidades rurais, entre os quais Brumer (2004), Paulilo (2003), Aguiar & Stropasolas (2010), entre outros. Nesse sentido, não nos deteremos aqui na análise desses fatores, por não ser objeto deste artigo, sugerindo a quem interessar a leitura dos trabalhos dos autores acima referidos.

Do total de jovens que reside no campo, verifica-se que 2,3 milhões encontra-se na linha da extrema pobreza. As desigualdades sociais se expressam quando se considera os diferentes espaços da sociedade, pois, se temos 4% dos jovens urbanos nessa condição, quando falamos de jovens rurais este índice sobe para 25%. Se avançarmos um pouco mais na diferenciação regional, verificamos que 34,88% dos jovens rurais do norte e nordeste do Brasil estão na situação de extrema pobreza (Fonte: Plano Brasil sem Miséria, 2012).

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006 são aproximadamente 5,2 milhões de estabelecimentos no país. Desse universo, foram identificados cerca de 4,4 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área.

Para ilustrar a magnitude da desigualdade social no mundo rural brasileiro, cabe recuperar os dados divulgados recentemente em relação ao Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, em que se verifica que os recursos sob responsabilidade do MAPA somam R\$ 136 bilhões para financiamento dos produtores empresariais, não familiares, enquanto o plano safra para a agricultura familiar, a cargo do MDA, terá disponível R\$ 39 bilhões para ser utilizado por todos os programas orientados à agricultura familiar (Pronaf, PAA, PNAE, Ater,

---

<sup>4</sup> As pesquisas referidas são: Gênero, suinocultura e biogás: a participação das mulheres na divisão social do trabalho familiar, realizada em 2011 na região Oeste de SC; A participação dos jovens nas agroindústrias familiares do Litoral Sul Catarinense e as implicações no processo sucessório, concluída em 2012; O processo sucessório na produção familiar agroecológica de leite (em andamento); As mudanças nos processos de formação e socialização das crianças e suas implicações na sucessão entre as gerações na agricultura familiar, concluída em 2013, com recursos do CNPq.

etc). Mais precisamente, a agricultura familiar que é responsável por garantir grande parte da segurança alimentar e nutricional do país, representando 84,4% do total de estabelecimentos agropecuários e com 74,4% do pessoal ocupado no meio rural, recebe apenas 22% de todo o crédito disponibilizado pelo Estado para o custeio e financiamento das atividades agropecuárias.

No entanto, a diversidade do ponto de vista da desigualdade se manifesta, de forma bastante acentuada, entre os próprios agricultores familiares, considerando que 1,4 milhões deles são responsáveis por 80% do total do valor bruto da produção (VBP) da agricultura familiar no Brasil e que 1,9 milhões somam apenas 10% do VBP.

Sendo assim, é fundamental se problematizar a utilização do conceito de diversidade ou mesmo de identidade na análise da interação entre juventude rural e políticas públicas. O reconhecimento da pluralidade, heterogeneidade ou “diversidade” dos jovens rurais brasileiros que vem sendo cada vez mais expresso nos eventos, nas agendas públicas ou na literatura acadêmica se, por um lado, tem como lado positivo a relativização dos modelos hegemônicos e a valorização das diferentes identidades sociais e culturais, por outro, pode se tornar problemático na medida em que minimizar o peso das desigualdades sociais que afetam as populações do campo, da floresta e das águas, os próprios jovens rurais e as diferentes condições e oportunidades vivenciadas por este público em relação à população juvenil dos espaços reconhecidos como urbanos de nossa sociedade.

Para Silva (2005), o chamado "multiculturalismo" apoia-se em um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença. Para o autor, é particularmente problemática a ideia de diversidade que se limita a proclamar a mera existência da diversidade. Nessa perspectiva da adoção do conceito de diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. Em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença. Mas será que as questões da identidade e da diferença se esgotam nessa posição?

No caso específico dos jovens rurais, eles fazem parte de grupos sociais que possuem particularidades na organização e funcionamento das suas atividades econômicas, bem como singularidades culturais e históricas na vida social. Vivenciam processos de aprendizagem e de socialização (no âmbito da família, da comunidade, de interação com o trabalho, com a natureza, com os ciclos climáticos, com as culturas e as criações, com o tempo e o espaço, com a religiosidade, etc) que estimulam o convívio coletivo entre as gerações, bem como a mobilidade, a circulação e a atuação diversificada e ativa no exercício das atividades diferenciadas em que participam no âmbito da divisão social do trabalho na família, ou mesmo nos eventos culturais, nos mutirões e nas iniciativas cooperativas e associativas organizados entre as famílias nas suas comunidades de origem. Essas características se diferenciam de acordo com os diferentes contextos em que se inserem os jovens rurais nos mais diversos territórios rurais. Por um lado, é importante destacar que essa diversidade social e cultural é resultante, também, das raízes históricas do campesinato brasileiro (WANDERLEY, 1996), o que deve ser reconhecido e valorizado pelo Estado e pela sociedade como um patrimônio.

Mas, se o reconhecimento da diversidade é importante, torna-se imprescindível esclarecer que algumas diversidades exprimem, potenciam ou nascem de verdadeiras desigualdades sociais, o que muitas vezes não é expresso nas análises, nos discursos e nas agendas oficiais. Se nos referirmos ao público infantil e juvenil, especificamente, perceber essas pessoas como “crianças rurais” ou “jovens rurais” e, portanto, como tendo, indubitavelmente, uma “infância” ou uma “juventude”, é apostar numa igualdade de status geracional que é visivelmente inexistente nas condições concretas de existência desses sujeitos sociais. Nesse sentido, esta desigualdade deixa de existir como uma contradição



intrínseca à própria sociedade para ser entendida como uma lamentável contingência de “contextos sociais e culturais diferenciados”. O entendimento das grandes diferenças sociais que se manifestam nas condições materiais de vida dos diversos segmentos de jovens rurais não pode ser feito como se elas não fossem mais que “disfunções”, ou “injustiças” a serem eternamente “corrigidas” no futuro (SARMENTO & MARCHI, 2008, p.22). A luta pela igualdade de condições por parte das populações rurais se inscreve na consolidação de direitos de cidadania e de tudo aquilo que tem de melhor nos espaços sociais, rural e urbano, além da valorização (inclusive monetária) da profissão de agricultor(a) e de suas novas funções com os mesmos benefícios que qualquer outra profissão exercida na sociedade urbana.

No momento em que se discute e se propõe medidas para os temas da sucessão geracional na agricultura familiar ou mesmo para o acesso às políticas e aos recursos públicos é fundamental que se leve em consideração, sobretudo, a influência dos fatores estruturais e dos padrões culturais na (in)definição dos projetos de vida dos jovens rurais, como forma de se evitar soluções simplistas que atribuam unicamente aos próprios jovens, moças e rapazes, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso nas suas tentativas de inclusão social, seja no âmbito da propriedade familiar ou mesmo na sociedade circundante. Mais precisamente, pensar o tema da sucessão considerando todos os problemas estruturais que envolvem a condição social da agricultura familiar e camponesa na sociedade. Quer dizer, esse tema tem que ser muito mais complexificado do que normalmente vem sendo empregado, porque não podemos cair no risco de depositar apenas nos jovens a resolução de um problema que é estrutural e me parece que em alguns momentos a gente cai nesse pecado de acreditar que é no âmbito da família exclusivamente que o jovem vai conseguir mudar padrões culturais que são reproduzidos histórica e socialmente. A reprodução social dessas famílias, camponesas ou agricultoras, depende de uma série de outros fatores multidimensionais.

Assim, se o individualismo se apresenta como a ideologia da modernidade, isto não significa que todos tenham as mesmas “chances” de realizá-la com sucesso. Alguns conseguem tornar-se indivíduos “de fato”, outros apenas o são no plano “jurídico”. Tradicionalmente os temas da juventude, das mulheres, das populações quilombolas, indígenas, dos assalariados rurais, como também o debate de gênero, raça, etnia, orientação sexual, etc, são exemplos de públicos e temáticas que, muitas vezes, acabam ficando em segundo plano nas discussões.

Por outro lado, percebe-se que é preciso ampliar o conhecimento dos diferentes segmentos da juventude rural brasileira. É muito importante se fazer um amplo diagnóstico social das juventudes assalariada, indígena, quilombola, por exemplo, populações que muitas vezes acabam ficando imperceptíveis nas discussões e intervenções centradas nas categorias agricultura familiar e juventude rural que, em muitas abordagens, são utilizadas de forma homogênea e harmônica. A universidade, as entidades representativas, os movimentos sociais, ONGs e as instituições governamentais precisam aliar forças para o processo de (re)conhecimento, valorização e afirmação dessas categorias sociais, buscando a superação das dicotomias, hierarquias e estigmatizações que impedem a inserção desses diferentes públicos na sociedade.

Uma dimensão pouco visualizada no âmbito das pautas de reivindicação da juventude, inserida nos movimentos do campo, é a da juventude assalariada. Alguns depoimentos no evento, assim como trabalhos de pesquisadores(as) indicam que os jovens assalariados não tem reconhecimento como cidadãos e sujeitos de direitos nos locais de trabalho sazonal e nem mesmo onde residiam anteriormente. Enfatiza-se para essa categoria social a importância de se buscar o trabalho decente e a empregabilidade juvenil, assim como maiores investimentos em qualificação profissional, visando se contrapor ao desemprego crescente nas cadeias

produtivas em que estão inseridos, consequência da modernização em curso nesse setor. (MENEZES et alii, 2011).

Ao se abordar o tema da diversidade dos jovens rurais é indispensável se inserir a juventude negra, certamente o público mais afetado pela desigualdade, exclusão e invisibilidade social. No evento inúmeros depoimentos reforçam a necessidade de se lutar pela titulação de terras das comunidades quilombolas, bem como para melhorar o acesso à renda, emprego e recursos públicos por parte dessa população, dando visibilidade à cultura e à religiosidade africana e fortalecendo a organização das redes de comunidades quilombolas.

Vários depoimentos no seminário indicam, também, a ausência de temas sensíveis nas discussões em torno da interação juventude rural e políticas públicas, entre os quais orientação sexual, drogas lícitas e ilícitas, violência doméstica, etc. Ou seja, se já é difícil discutir questões de gênero, geração, mais complicado ainda é abordar estas temáticas nos eventos e reuniões. Cabe salientar que no seminário houve a oportunidade através de um grupo temático específico de se discutir e avançar proposições de políticas voltadas à diversidade sexual, um tema muito importante e que muitas vezes fica de fora não só das ações governamentais, mas inclusive das agendas das entidades representativas, dos movimentos sociais, das universidades. Nós temos ainda, no campo, um tabu muito forte envolvendo essa questão da diversidade sexual. Muitas vezes os(as) jovens que vivenciam hierarquias de poder, preconceitos e discriminações sofrem individualmente, porque não têm entidades, instituições, ações que possam de uma forma coletiva dar conta dessas questões. Contudo, embora em proporção bem menor que nos espaços urbanos, cada vez mais também no campo começam a aparecer novos formatos de relações afetivas, novos modelos de família, casamento e sexualidade, questionando padrões e instituições.

### **Redefinições nos perfis identitários das juventudes do campo, das florestas e das águas**

No processo de construção de políticas públicas para as juventudes é fundamental se compreender os novos perfis identitários que vem sendo gestados nos diferentes contextos sociais em que interagem os diversos estratos sociais da juventude. Nesse sentido, entendo ser necessário abordar a categoria juventude muito mais que o agrupamento de indivíduos reconhecidos como jovens constituindo uma população específica com características singulares ou mesmo como uma categoria que é a mera junção de grupos sociais juvenis diferenciados que pouco dialogam entre si, o que dificultaria sobremaneira a interação social e a identificação de interesses comuns entre os “pares geracionais” na sua luta por reconhecimento, valorização e afirmação de uma identidade política na sociedade. No processo de configuração de uma identidade social as classificações normativas também podem mascarar as hierarquias e as desigualdades sociais que marcam os diferentes contextos e as condições dos jovens no seu cotidiano, seja na família, na comunidade, nas instituições, etc.

Na luta pelo reconhecimento social e afirmação de uma identidade está envolvido um conjunto de fatores que se influenciam mutuamente e que não se restringem às iniciativas próprias dos indivíduos na sua trajetória em busca de afirmação social. Obviamente que, numa sociedade moderna, globalizada e fundamentada no individualismo exacerbado, os sujeitos são “estimulados” a encontrar reconhecimento como seres autônomos, individualizados, que disputam com outros indivíduos recursos simbólicos e materiais da sociedade. Como se refere Honneth (2003), na sua obra “Luta por reconhecimento”, sem a suposição de uma certa medida de autoconfiança, de autonomia juridicamente preservada e de segurança sobre o valor das próprias capacidades, não é imaginável um êxito na auto-realização, se por isso deve ser entendido um processo de realização espontânea de metas de vida autonomamente eleitas. No entanto, como se refere o autor, a liberdade de auto-realização depende de pressupostos que não estão à disposição do próprio sujeito humano,

visto que ele só pode adquiri-la com a ajuda de seu parceiro de interação, indicando a importância da força solidarizante na formação coletiva da identidade.

Na concepção de Silva (2005), a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Para o autor, a identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles". Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder, o que significa também classificar e dividir o mundo social, o que torna-se central na vida social, ou seja a divisão e ordenamento da sociedade em grupos, em classes, que não são simples agrupamentos simétricos, mas também hierarquizações. Enfim, deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados. No mundo das políticas públicas, classificar, selecionar, dirigir recursos públicos implica hierarquizar, influir nas relações de poder existentes entre os diferentes grupos sociais, privilegiando uns em detrimento de outros.

Nessa perspectiva, torna-se um desafio nada desprezível conceber e implementar políticas públicas para as juventudes do campo, das florestas e das águas que não impliquem em classificações ou vieses políticos reproduzindo ou criando novas hierarquizações, exclusões ou assimetrias de poder nos territórios, famílias, comunidades e entidades em que se inserem as populações de jovens. Os mecanismos de unificação de categorias sociais por parte do Estado, que não deixam de ser resultantes também de iniciativas da sociedade civil visando aglutinar forças e lutar por conquistas sociais e políticas (como foi o caso da categoria agricultura familiar e a consolidação do Pronaf), como instrumento de planejamento, normatização e gestão de políticas públicas, devem ser problematizados ao se pensar políticas para os diversos públicos que integram a categoria juventude rural. Os formuladores e os que estão no dia a dia da execução das políticas precisam evitar o risco em potencial de se normatizar modelos, processos de gestão e públicos que respondem aos apelos e exigências dos programas e das instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas, pois isto pode resultar num processo de seleção/exclusão de grupos sociais que integram a juventude rural, em detrimento dos que sempre estiveram à margem do Estado, dos seus recursos e instituições.

Na constituição das identidades juvenis e sua interação com as definições tomadas no campo das políticas públicas, as dimensões da auto-realização e da força solidarizante do grupo social exercem influências complementares nas imagens e representações que são formadas em torno da categoria juventude. Segundo Castro (2009), a própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilização da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais. Imagem esta que já foi apontada por autores como Bourdieu (1962), Champagne (1979), Woortman (1995), entre outros, os quais tratam a questão como intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato, e como consequência da desvalorização do campo frente à cidade.

Cabe salientar que o desinteresse e a desmotivação de segmento expressivo da juventude em reproduzir a sua condição social e a profissão agrícola não deixa de ser influenciado, também, pelo desejo de muitos pais (sobretudo das mulheres) de que os filhos obtenham uma condição de vida melhor que a deles, principalmente para as moças que, de maneira geral, são excluídas da herança da terra e dos arranjos sucessórios na família, que não vêm seu trabalho reconhecido ou remunerado e que, quase sempre, estão ausentes dos processos decisórios e da gestão financeira dos estabelecimentos familiares.

Entretanto, nesses últimos anos, os movimentos sociais rurais no Brasil são espaços em que se verifica o surgimento de novas organizações de juventude como ator político, o que pode ser observado, por exemplo, na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), na Via Campesina-Brasil, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), no Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e na Pastoral da Juventude Rural (PJR).

Assim, estamos testemunhando atualmente uma redefinição importante na categoria em si, ao mesmo tempo que a constituição de novos perfis identitários entre os jovens que, longe de viverem no isolamento, “dialogam com o mundo globalizado, reafirmando sua identidade como *trabalhador, camponês, agricultor familiar*, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Assim, *jovem da roça, juventude rural*, jovem camponês são categorias aglutinadoras de atuação política. Essa reordenação da categoria vai de encontro à imagem de desinteresse dos jovens pelo meio rural”(CASTRO, 2009, p. 183).

Considero fundamental recuperar a noção de identidade trabalhada por Silva (2005), pois reforça a nossa intenção de mostrar as redefinições em curso nas identidades sociais dos jovens rurais, primeiramente para afirmar que a identidade desse público não é uma essência, um dado ou um fato, não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. Essa concepção de identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Juntamente com o autor “podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder”.

No processo de redefinição das suas identidades sociais, os jovens rurais vivenciam uma diversidade de sistemas simbólicos coexistentes e nem sempre concorrentes, do que resulta uma reelaboração do sistema de valores locais (Carneiro, 1998). Os jovens são atores dessa reconstrução cultural a partir de uma releitura dos valores urbanos, onde papéis sociais são redefinidos e projetos são formulados sob novos paradigmas, partindo-se de uma ruptura (parcial) com os velhos moldes adotados tradicionalmente pela sociedade local.

Esse é o desafio que experimentam os jovens, carregam uma tradição que aprenderam mas são chamados também a inovar. Isto se observa de forma mais evidente no campo das políticas, projetos e iniciativas de instituições governamentais, ONGs, ou mesmo de movimentos sociais rurais, ou seja, além da reprodução das tradicionais atividades da agricultura familiar, propõem-se novas funções como a incorporação de atividades não agrícolas, a preservação dos recursos ambientais e dos ecossistemas, a segurança alimentar e a produção agroecológica, o agro-turismo e a agro-industrialização em pequena escala de alimentos, as alternativas bioenergéticas, entre outros.

Contudo, aumentam as exigências e a complexidade para se assumir com eficiência esses novos papéis, pois, além das dificuldades enfrentadas para a reprodução social do patrimônio familiar essas novas funções exigem competências, habilidades e recursos (inclusive de mão de obra) que muitas vezes não estão no domínio dos membros do grupo doméstico ou mesmo acessíveis ou que podem ser mobilizados a curto prazo. Por outro lado, não são raras as iniciativas acima referidas e voltadas à geração de renda que possuem um sério viés de fazer uma “produtivização” da vida dos jovens, quando na verdade os jovens buscam dar conta de questões que afetam a totalidade da sua vida social. Além de que, várias pesquisas de cunho qualitativo vem indicando que mesmo em famílias com melhores condições econômicas existem jovens migrantes ou predispostos a sair e procurar profissões

alternativas à agricultura. Se os jovens podem se constituir como protagonistas no processo de viabilização dessas novas funções para o espaço rural, o exercício desses novos papéis está na dependência de que o Estado e a sociedade forneçam todas as condições necessárias para o desempenho efetivo dessas atividades e que estas sejam devidamente valorizadas pela sociedade.

Enfim, pensar a categoria juventude, na sua maior diversidade possível, exige que se inclua também nas análises e nas políticas as redefinições nos perfis identitários e as temáticas de gênero, geração, raça, etnia, sexualidade, etc, visando dar conta das várias dimensões que constituem a totalidade da vida social da juventude e que tem sido afirmado de forma recorrente pelos próprios jovens nos eventos organizados seja pelo Estado, seja pelos movimentos sociais, entre outros.

### **Considerações finais: Unidade e diversidade na interação entre juventudes e políticas públicas**

Nesses últimos anos, interlocutores e responsáveis por programas, ações e políticas no âmbito das instituições do Estado - com uma interação importante de atores sociais vinculados às entidades organizativas e representativas das populações rurais, camponesas e tradicionais - realizaram esforços importantes no sentido de reconhecer a diversidade dos grupos sociais que integram essas populações, buscando a implementação de ações ou redefinindo políticas de âmbito geral como o Pronaf, por exemplo, visando focalizar recursos para públicos específicos, entre os quais, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, extrativistas, mulheres, jovens, etc. No entanto, constata-se, também, que as intenções de valorização desses diferentes segmentos sociais e o conjunto de ações implementadas no âmbito do Estado ainda são insuficientes para realizar transformações efetivas na condição social dessas populações, especialmente dos diversos grupos integrantes da categoria juventude rural. Nesse conjunto de medidas, poderia ser citado o PRONAF-Jovem, o programa Nossa Primeira Terra, o PRONATEC e, mais recentemente, o Programa Autonomia e Emancipação da Juventude no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2012-2015), etc.

No evento, houveram várias falas expressando a necessidade de se pensar o processo de concepção e implementação de políticas públicas reforçando a importância de se agir de forma unitária, sistemática, integrando processos simultâneos que contemplem políticas mais estruturais, gerais, duradouras com dimensões mais localizadas, específicas, focalizadas, setoriais, emergenciais. Ou seja, ações isoladas, setorializadas, contextuais, desconectadas de políticas mais macrossociais, estruturantes, não resolvem os problemas das juventudes, que são complexos, multidimensionais, envolvendo simultaneamente fatores como terra, renda, emprego, sucessão, crédito, educação, cultura, lazer, saúde, informação, sexualidade, etc.

Ao se questionar a versão setorializada ou individualizada de políticas para as juventudes, reforça-se a importância de se implementar ações integradas que contemplem a diversidade social das juventudes do campo, das florestas e das águas e suas demandas específicas, mas que estejam estreitamente vinculadas a um projeto mais amplo de transformação social orientado para o desenvolvimento territorial sustentável. Para isso, constata-se a necessidade de se rever os modelos e as formas de gestão e de implementação das políticas, sobretudo em nível local, visando justamente um maior controle social, uma maior participação social da juventude nesse processo, tendo em vista que se percebe uma débil participação dos jovens nos projetos e programas oficiais existentes nos territórios, inclusive os da cidadania. Ou seja, cada vez mais ampliar a articulação entre o Estado e suas instituições, a sociedade civil, os movimentos, as universidades, as entidades representativas e, sobretudo, os jovens na sua maior diversidade possível. Em suma, transformar agendas políticas em ações concretas constitui-se num grande desafio a ser enfrentado na viabilização de políticas públicas para a juventude rural. No âmbito macrossocial, os interlocutores da

juventude reiteram a importância de que, uma vez aprovado o Estatuto da Juventude, surjam novos desafios a serem enfrentados no que se refere a sua regulamentação e consolidação como Política Pública de Estado; que engloba, também, o sistema e o plano nacional de juventude, o que se constitui numa grande conquista social e política.

Constata-se que muito ainda precisa avançar em termos de demarcação das terras indígenas, bem como de titulação das terras quilombolas, considerando que nos marcos atuais a desapropriação se constitui num bônus para o proprietário da terra. Nesse sentido, a problemática da terra e o acesso desse bem por parte de populações tradicionais, agricultores familiares, camponeses, sem-terras, entre outros, implica rever a legislação agrária, fundiária, considerando efetivamente a função social da terra e, com isso, a realização de uma reforma agrária ampla, massiva e de qualidade.

Diversos depoimentos feitos no Seminário argumentam pela necessidade de se fazer uma contraposição ideológica àquilo que a mídia e os setores dominantes da sociedade vem pautando em torno do agronegócio. Ou seja, dando uma visibilidade social a esse modelo de agricultura, tendo como referência o sucesso tecnológico e mercadológico da produção. Em contraposição, propõe-se uma campanha maciça nos meios de comunicação pela permanência da juventude no campo, que leve ao conhecimento dos jovens rurais as políticas públicas a eles direcionadas, fazendo com que os recursos cheguem efetivamente e diretamente aos diferentes públicos que constituem a juventude rural, sem passar pelo crivo político-ideológico do poder local. Uma campanha que busque o reconhecimento e a valorização da profissão de agricultor(a) familiar na sociedade, com a garantia de acesso aos benefícios e direitos de cidadania daí decorrentes, semelhante ao que ocorre com as demais profissões urbanas, constituindo-se, assim, num pressuposto básico para o desenvolvimento dos territórios rurais. Para isso, argumenta-se pela importância de aumentar a sinergia e o controle social na utilização dos recursos públicos visando a inserção dos jovens e das jovens no conjunto das políticas.

Quanto às entidades, organizações, programas e instituições em que interagem os diferentes segmentos de jovens rurais, propõe-se trabalhar com a perspectiva de que elas sejam, também, dos jovens e ajam com e para as juventudes, visando a construção social de valores culturais e de cidadania política que possibilitem a inserção efetiva e democrática desse público nos espaços privado e público de nossa sociedade. Para além da proclamação retórica da importância de inclusão social dos jovens rurais e, considerando as insuficiências e/ou inconsistências na realização dos direitos e das políticas públicas que contemplem os diversos grupos sociais que integram a categoria, reconhecemos que é na garantia das condições fundamentais da existência e na ruptura com as relações estruturais da sociedade que promovem a desigualdade e a exclusão que se joga o essencial da cidadania desse público. Enfim, o desenvolvimento da cidadania como uma identidade política e o reconhecimento dos jovens como sujeitos politicamente relevantes e membros efetivos e com voz ativa na comunidade, nas instituições e na sociedade.

### **Referências bibliográficas**

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão; 2ª edição. São Paulo: Hucitec. 1998.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto ; STROPASOLAS, Valmir Luiz, 2010, As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. (Org.). Gênero e geração em contextos rurais. 1 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, v.1, ps. 159-183.

BOURDIEU, P. Celibat et condition paysanne. Em: Etudes rurales, 5/6, abril/setembro, pp.32-109, 1962.

BRUMER, Anita, 2004, Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva; Raimundo Santos; Luiz flávio de Carvalho Costa. (Org.). *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, v. , p. 95-118.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y juventud*. Manizales: v. 7, n.1, jan/jun. 2009, ps. 179-208.

Champagne, P. (1979). "Jeunes Agriculteurs et veux paysans: crise de la succession et apparition du "troisieme âge". Em: *Actes de la recherche em sciences sociales*, 26, 27 - mars - avril, (pp.83-107). Paris: Editions Minuit

HONNETH, AXEL. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

LAMARCHE, Hugues. (coord.) *L'agriculture familiale*. 1. Une réalité polymorphe. Paris, L'Harmattan, 1993. 304 p. 2. Du mythe à la réalité. Paris, L'Harmattan, 1994. 303 p.

MENEZES, Marilda A; SILVA, Marcelo da; COVER, M. Os impactos da mecanização da colheita de cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes. *Ideias (UNICAMP)*, v. 2, p. 59-87, 2011.

PAULILO, Maria Ignez. "Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio". In: PAULILO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 183-210.

QVORTRUP, Jens. 'Childhood Matters: An Introduction', in Jens Qvortrup, Marjatta Bardy, Giovanni Sgritta and Helmut Wintersberger (eds) *Childhood Matters: Social Theory Practice and Politics*. Aldershot: Avebury, 1994.

SARMENTO, Manuel Jacinto e MARCHI, Rita de Cássia (2008). Radicalização da infância na segunda modernidade. Para uma Sociologia da Infância crítica, *Configurações*, Revista do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, nº 4: 91-113.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre Diversidade e Diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Ruris*, v. 4, n. 1, p. 85-131, março, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In. FALEIRO, Fabio Gelape; FARIA NETO, Austeclinio Lopes de (Org.). *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Ed. Planaltina, DF. Embrapa Cerrado, 2008. p.989-1014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Editora da UFSC, 236 p, 2006.

UNICEF. *Childhood Under Threat*. New York. Unicef Press, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro in: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20º., Caxambu/MG, 1996. Anais... Caxambu/MG. Outubro 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: Carneiro, Maria J. & Castro, Elisa G. (orgs.) *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

WOORTMAN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo-Brasília: HICITEC/EDUNB, 1995.

**A implementação das novas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar: desafios institucionais**

**Cimone Rozendo**<sup>1</sup>  
**Fernando Bastos**<sup>2</sup>  
**Wagner de Souza Leite Molina**<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Doutora/Professora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e Programa em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da UFRN, cimone.rozendo@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor/ Professor do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e Desenvolvimento Urbano e Regional (PPEUR) da UFRN. fbastos@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor/ Professor Dep. Ciências Sociais da UFSCAR, wagmolina@hotmail.com

**Resumo:** A implementação de políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar pode possibilitar a inserção dos agricultores familiares de forma menos assimétrica, tem contribuído de maneira substancial para promover e fortalecer segmentos que estiveram historicamente ou alijado do mercado formal ou contaram com formas precárias de vinculação como no caso dos agricultores familiares. Contudo, a implementação deste Programa encontra uma série de limitações que serão objetos das análises feitas aqui. As reflexões que seguem têm como referência empírica as experiências do PNAE, no Território do Mato Grande, no estado do Rio Grande do Norte, acompanhadas desde 2011 por meio de um Programa de Extensão coordenado pelos autores deste artigo. Embora o programa abarque o conjunto de atores envolvidos na execução do PNAE (merendeiras, nutricionistas, agricultores, etc) o enfoque deste trabalho privilegiou as ações dos gestores municipais. O propósito do artigo foi entender como o PNAE foi incorporado às agendas do governo municipal e que formas ele assumiu em seu processo de implementação. Estas reflexões partem de uma concepção de mercado como construção social, resultantes da formação de redes sócio-técnicas capazes de gerar tanto processos inovadores quanto de reproduzir, sob diferentes formas, estratégias políticas tradicionais.

**Palavras-chaves:** Mercados institucionais, PNAE, agricultura familiar



## Introdução

As compras institucionais não constituem ações recentes por parte do Estado. Grisa e Schmitt (2013) afirmam que desde a década de 1930 estas formas de intervenção estatal já eram realizadas como foi o caso das aquisições de estoques de café. Contudo, a novidade dos mercados institucionais criados a partir da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, no ano de 2003, e das novas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no ano de 2009, está em seu enfoque: o fortalecimento da agricultura familiar e a garantia de segurança alimentar. Tais reorientações não representam simples detalhes. Elas resultam da luta política de diferentes segmentos ligados ao espaço rural pelo seu reconhecimento e protagonismo na garantia de segurança alimentar: agricultores (as) familiares, assentados de reforma agrária, pescadores, etc e da sensibilização de agentes do Estado a estas demandas. Na literatura, a construção de mercados institucionais e as ações desencadeadas a partir deles têm sido concebidas como importantes estratégias de desenvolvimento rural, apesar das dificuldades enfrentadas, perspectiva compartilhada também neste trabalho.

A implementação das políticas como o PAA e a PNAE ao possibilitar a inserção dos agricultores familiares de forma menos assimétrica, contribui de maneira substancial para promover e fortalecer segmentos que estiveram historicamente ou alijado do mercado formal ou contaram com formas precárias de vinculação. Contudo, a implementação destes encontra uma série de limitações que serão objetos das análises feitas aqui. As reflexões que seguem têm como referencia empírica a experiências do PNAE, no Território do Mato Grande, no estado do Rio Grande do Norte, acompanhadas desde 2011 por meio de um Programa de Extensão coordenado pelos autores deste artigo. Embora o programa abarque o conjunto de atores envolvidos na execução do PNAE (merendeiras, nutricionistas, agricultores, etc) o enfoque deste trabalho privilegiou as ações dos gestores municipais.

O propósito foi entender de que forma o PNAE foi incorporado às agendas do governo municipal e que formas ele assume em seu processo de implementação. Estas reflexões partem de uma concepção de mercado como construção social, resultantes da

formação de redes sócio-técnicas capazes de gerar tanto processos inovadores quanto de reproduzir, sob diferentes formas, estratégias políticas tradicionais.

O artigo está organizado em duas partes: a primeira contém uma breve revisão teórica de aspectos considerados chaves no entendimento dos mercados institucionais e a segunda aborda o campo empírico destas reflexões.

### **1. As perspectivas sobre mercados institucionais**

Com o intuito de contribuir com a ampliação do debate sobre as formas de integração da agricultura ao mercado e do lugar desempenhado pelos diferentes atores do desenvolvimento rural, Conterato e Ferrari (2009) recuperando a discussão de Long (2008) pressupõem que estes são “processos pelos quais a noção de valor de troca ou intercâmbio, não necessariamente à custa ou a partir do valor de uso, desempenha um crescente papel normativo no curso da vida econômica de uma determinada unidade ou categoria social” (LONG, 2008 citado por CONTERATO e FERRARI, 2009, p.06).

Quando se coloca em pauta a relação entre a agricultura familiar e os mercados, vários aspectos pertinentes à vida social no interior desses segmentos são suscitados. Preocupações ligadas à autonomia, à manutenção das identidades, à subordinação nos processos de trabalho, entre outros, constituem o pano de fundo desse debate. Wanderley (1996), por exemplo, afirma que no Brasil, a história do campesinato é a história da luta por autonomia e que a inserção no mercado é parte integrante desse processo. Para Carneiro (1998) as transformações ocorridas no mundo rural, em particular entre os agricultores familiares, a partir dos processos de inserção nos mercados, não representam necessariamente sua descaracterização. Como reforça a autora “[...] mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição dos atores, mas isso não significa uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social” (1998, p. 58).

Cabe ainda ressaltar que a própria noção de mercado adotada aqui se distancia das tradicionais formulações econômicas, nas quais este é concebido como um espaço

de impessoalidade, no qual vendedores e compradores se buscam anonimamente, sob uma lógica estritamente monetária.

Diferentemente de tais formulações, a categoria mercado que neste trabalho é privilegiada deriva da chamada “Nova Sociologia Econômica” (NSE), e tem um caráter mais local (comércio de ciclo curto), pressupondo valores não monetários como intrínsecos às relações de troca (DiMaggio, 2003). Tais relações trazem consigo um elevado grau de pessoalidade, pois estão imersas em contextos locais específicos que dizem respeito a trajetórias familiares, traços culturais e tradições. Neste sentido, os mercados são criações sociais, e não um mero “fato econômico”, caracterizado por leis supostamente universais às quais todos estão submetidos (Appadurai, 2008). Com isso, a noção de mercado aqui utilizada se aproxima de uma abordagem analítica mais focada nos processos micro-sociais, condizente com a chamada “Perspectiva Voltada aos Atores” (Long, 2008).

Assim, ao tratarmos de inovações que possibilitem o “acesso aos mercados”, não nos referimos a uma adequação da agricultura familiar aos padrões de qualidade forjados pelos agentes de mercado que atuam nas grandes cadeias produtivas voltadas para o abastecimento da demanda de grandes e distantes (principalmente em termos culturais) centros urbanos. As inovações que mais importam aqui, dizem respeito ao processo de criação de novos mercados atrelados a redes sociais por vezes muito diferentes entre si, nas quais a ideia de qualidade está menos relacionada com o produto e mais com os atores e as práticas sociais envolvidas em sua produção. Ao contrário do que ocorre na concepção de mercado econômica liberal, um processo de inserção ao mercado não representa necessariamente uma tendência inexorável rumo ao capitalismo e à larga escala produtiva – na qual a qualidade é associada sempre à “padronização”, como observado por Wilkinson (2008), mas pode ser sim, sinônimo de autonomia local e diversidade.

Wilkinson (2008) alerta para o fato de que foram empreendidos muitos esforços políticos e teóricos para legitimar a agricultura familiar como uma forma social de produção importante, mas rápidas mudanças no mercado de alimentos acabaram criando um ambiente concorrencial que expulsou parcelas de agricultores familiares tidos como “inseridos” ou ainda limitou sua inserção em mercados que, a princípio, pareciam promissores. Este foi o caso do nicho de produtos orgânicos, que em princípio

representava uma possibilidade, mas no decorrer do processo acabou se tornando inviável tanto do ponto de vista tecnológico quanto mercadológico.

Analisando o perfil dos mercados, Wilkinson (2008) afirma que na literatura convencional faz-se uma distinção entre os mercados locais e personalizados, cujas características se associam invariavelmente à agricultura familiar, e os mercados nacionais marcados por relações de impessoalidade. Para ele “a maioria dos mercados de relevância para agricultura familiar é conquistado a partir de distintos processos de fidelização”. Por isso, criar padrões de qualidade em condições compatíveis com as práticas tradicionais representa um grande desafio para este segmento, principalmente porque a conquista e permanência da agricultura familiar nesses novos mercados dependem de sua capacidade de “alcançar o reconhecimento de uma qualidade específica que ancora valores em formas de produção e vida” (p.17).

Essa inserção ou essa capacidade estão ligadas também a superação de outras dificuldades, como altos níveis de analfabetismo, especialmente em um contexto que premia novos conhecimentos e o entendimento do funcionamento das estruturas burocráticas que se tornam cada vez mais complexas. Nesse sentido, Wilkinson aponta a necessidade de adoção de inovações sociais e institucionais em larga escala. Para isso, afirma a necessidade de se aprofundar a análise de mercados como redes sociais e de normas técnicas como valores a serem negociados (p. 18).

O autor evidencia, por exemplo, que as mudanças no arcabouço regulatório da economia e do sistema agroalimentar, criaram um novo ambiente concorrencial, que ameaçam revelar a fragilidade da agricultura familiar. Neste cenário, as transformações nos sistemas de distribuição, nos quais as grandes redes de supermercados passam a ter um papel fundamental na decisão das escalas e dos preceitos de qualidade, afetaram os processos produtivos. O problema é que se trata, sobretudo, de estabelecer e de se impor parâmetros de qualidade a partir de lógicas definidas pelos próprios supermercados que, em geral, estão ligados à aparência dos produtos (embalagens, homogeneidade e etc.), critérios que grande parte dos agricultores familiares tem dificuldades em atender.

É frente a tais desafios que agricultura familiar se revela como uma “pequena agricultura” para Wilkinson. Daí a ênfase na necessidade da agricultura familiar alcançar novos níveis de qualidade e novas escalas, o que somente seria possível por intermédio de inovações organizacionais de ação coletiva, da incorporação de novas

tecnologias e novas práticas agrícolas (p. 15). Essa guinada implicaria no desenvolvimento de iniciativas autônomas por parte dos agricultores com capacidade de abrir alternativas às formas tradicionais de inserção nos mercados (atravessadores, agroindústrias, e etc.) o que só ocorreria em um ambiente de experimentação, favorecido pela aprendizagem coletiva. O autor afirma que nesse processo o Estado teria um importante papel tanto no sentido de fomentar as novas práticas quanto de fornecer apoio logístico.

Contudo, os aspectos que ora se colocam como limitantes para a inserção destes segmentos podem potencializar-se em valor. A “pequenez” desta agricultura e tudo que elas implicam - a tradição, a relação de proximidade com o consumidor e outra forma de relacionar-se com natureza têm se transformado cada vez mais em atributos valorizados pelo mercado. Em sentido análogo, Ploeg (2008), sublinha a importância da artesanidade do processo produtivo como um valor (p.175). Porém, para Wilkinson (2008) “a volta da agricultura familiar para sua imagem tradicional de pequeno produtor, como estratégia de mercado, exige a reinvenção da tradição”, mas também, um novo arcabouço institucional baseado no reconhecimento das especificidades e legitimidade desse segmento.

Neste quesito está em questão a capacidade das organizações de agricultores familiares de organizarem suas demandas com vistas a tais propósitos. Não se trata simplesmente de flexibilizar as exigências de qualidade, mas de colocar em questão os parâmetros atuais para seu estabelecimento, cujos propósitos parecem estar orientados mais a salvaguardar determinados nichos de mercado do que efetivamente assegurar a qualidade propalada. Wilkinson cita o exemplo do mercado de orgânicos que tem criado uma espécie de “convenção de qualidade” para os diversos mercados alternativos da agricultura familiar. Estes se constituem, em geral, em sistemas de certificação apropriados, baseados na transmissão de reputação e na avaliação por meio de redes sociais. As transações nestes mercados são moldadas por relações sociais específicas, que se orientam também a partir de critérios não mercantis. Neste aspecto, é sublinhada a importância das políticas públicas orientadas para a segurança alimentar como elemento propulsor destas novas estratégias.

Em geral o que se identifica na literatura sobre a potencialidade destes mercados institucionais parece alicerçar-se sobre dois aspectos principais: a capacidade de agencia

dos agricultores (as) na organização e mobilização de suas demandas e a capacidade das instituições, em especial, em âmbito local, de compreenderem estas novas dinâmicas e de criarem as condições que favoreçam sua construção. É, sobretudo este último aspecto que norteia as reflexões subsequentes.

## ***2. As condições necessárias à implementação do PNAE versus qualidade das instituições***

### **2.1 A Caracterização do território do Mato Grande**

A proposta de trabalhar com Território do Mato Grande se justifica por diversos aspectos, dentre eles se destacam: as precárias condições socioeconômicas da população, o baixo grau de organização dos agricultores, o alto percentual de população rural, abrangência da área rural, a baixa adesão ao PAA (200 contratos em todo território) e a condição de vulnerabilidade alimentar da população.

Conforme Relatório de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande (MDA, 2010), este território possui uma área de 5.758,60 quilômetros quadrados e é constituído pelos seguintes municípios: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros. Uma parte do território é de litoral e outra de semiárido. A região tem uma população de 203.499 habitantes, dos quais 105.371 (51,78%) vivem na área rural. São aproximadamente 7.800 agricultores familiares, 5.081 famílias assentadas, 77 Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, 5.894 pescadores, 01 comunidade quilombola e uma comunidade remanescente de indígenas. O IDH médio da região é de 0,61, um dos mais baixos do estado potiguar (média estado 0,78). Existem 27.234 beneficiários do Bolsa Família e 80% dos municípios são classificados como de baixo dinamismo (MDA,2011).

Os aspectos analisados neste trabalho têm como base as ações do Programa de Extensão, desenvolvidas entre os anos de 2011 e 2013 concentradas nos municípios: Touros, Maxaranguape, Poço Branco, João Câmara e Ceará-Mirim. Estas localidades

foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: maiores níveis de diversificação da produção, maiores áreas rurais do território, municípios de maior concentração da população rural do território do Mato Grande, menor nível de organização política. De um modo geral os sistemas produtivos são bem diversificados, mas predominam as produções de frutas e verduras (inclusive em sistemas orgânicos). Há também uma importante produção de castanha de caju e produção pecuária.

A formação deste território se foi marcada pela existência de latifúndios produtores de cana-de-açúcar e mesmo com o declínio desta cultura, a grande propriedade se manteve como forma dominante de posse. Somente nos últimos 15 anos, com o estabelecimento dos assentamentos de reforma agrária na região é que esse quadro começou a mudar. Contudo, as relações clientelísticas e de mandonismo típicas da grande propriedade constituem ainda traços marcantes das instituições públicas em âmbito local. A chegada de políticas como o PAA e PNAE tem contribuído para pôr em evidência estes aspectos, abrindo espaços para importantes reflexões.

## 2.2 - Os gestores locais e suas perspectivas sobre o PNAE

Para maior parte dos gestores a execução das novas diretrizes do PNAE é ainda um campo nebuloso. Raramente a política é identificada por eles como uma estratégia importante seja de desenvolvimento rural, de fortalecimento da agricultura familiar ou de segurança alimentar. A concepção corrente é a de que a Política constitui uma atribuição a mais cujas formas de cumprimento ainda não estão claras. Os relatos dos representantes das Secretarias de Educação dos municípios demonstraram total desconhecimento destes em relação ao desenho da política e se referem a ela, na maioria das vezes, como a “lei que obriga” a compra da agricultura familiar. Todos os entrevistados deixaram claro que a responsabilidade na execução do PNAE é delegada quase exclusivamente às nutricionistas.

Essa condição tem sérias implicações no processo de implementação da política por diversas razões. Uma delas é que as decisões sobre as ações estruturantes do Programa permanecem concentradas em uma única pessoa quando o seu próprio desenho requer uma gestão colegiada e menos verticalizada. Como observaram Schmitt

e Grisa (2013) citando Scott (1998) “os modos de organização característica da agricultura moderna continuam operando e ordenando material e simbolicamente, as redes do social, potencializando, padrões específicos de distribuição dos poderes [...] (2013, p. 225)

Além disso, os profissionais de nutrição que atuam neste território possuem uma formação essencialmente técnica, orientada para o trabalhado em Clínicas, Restaurantes e etc. o que lhes confere uma compreensão extremamente limitada sobre a realidade do espaço rural e sobre o Programa. Condição bastante desfavorável para alguém que ocupa um lugar central na execução do PNAE. A maioria dos profissionais relatou que antes de assumir seus cargos, não tinha ideia sobre o que era agricultura familiar e tampouco sobre a existência do PNAE. Havia inclusive, por parte de alguns, pouca simpatia às demandas dos agricultores familiares e mesmo resistências declaradas em relação aos assentados da reforma agrária, fator que talvez possa explicar o baixo percentual de compras no primeiro ano do Programa. Certamente, como observaram Rozendo e Molina (2010) este perfil profissional reduz as possibilidades de atendimento das dimensões de fortalecimento da agricultura familiar e de segurança alimentar que fundamentam o PNAE. Além disso, o fato destes cargos serem comissionados ocasiona grande rotatividade do corpo técnico, já que as contratações baseiam-se em critérios pessoais de fidelidade política, religiosa etc. As frequentes mudanças no corpo técnico dificultam o estabelecimento de relações mais orgânicas destes com as rotinas necessárias à execução do Programa e, em especial, com conjunto dos atores envolvidos.

O processo de sucessão dos governos municipais no ano de 2012 foi bastante ilustrativo disto. A não reeleição de gestores que estiveram à frente da implementação das novas diretrizes do PNAE causou um verdadeiro desmantelamento do Programa na maioria dos municípios acompanhados pelo projeto de extensão. Isso se deu em parte, porque as experiências acumuladas pelas nutricionistas e outros técnicos nos anos iniciais da nova lei, foram desperdiçadas pelas novas gestões. Além do que, os novos gestores se mostraram, em geral, bastante refratários às demandas da agricultura familiar. Em um único município onde os novos gestores foram mais sensíveis a estas questões e que se manteve o corpo técnico da gestão anterior, responsável pela PNAE, foram identificadas conquistas importantes.



Uma delas teve a ver com a possibilidade de dar seguimento à sensibilização do conjunto de atores (sindicatos de trabalhadores rurais, agricultores familiares, vereadores, técnicos da EMATER, prefeito, diretores de escolas e merendeiras) em relação à importância do Programa. Essa condição favoreceu um ambiente de aprendizado coletivo que levou a câmara dos vereadores a votar uma lei municipal que aumentou o percentual de compra do PNAE de 30% para 50%.

Além disso, a continuidade do trabalho permitiu-se que se colocasse em discussão, neste município, uma possível contra partida do governo local como forma de aumentar o valor per capita/aluno para alimentação. Também o corpo de técnicos da Secretaria Municipal da Agricultura, em colaboração com a Emater, nutricionistas e organização dos agricultores familiares está realizando o mapeamento da produção local para subsidiar as compras institucionais do referido município e de regiões circunvizinhas. Diferentemente das situações identificadas nos demais municípios pesquisados, há nessa localidade uma relação orgânica entre as secretarias da educação, agricultura e as organizações de agricultores criando um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento de estratégias para a execução do Programa com ganhos evidentes para o conjunto dos beneficiários. Estéril

Contudo, essa condição constitui uma exceção nesse território. Em outros quatro municípios estudados o ambiente institucional não é apenas desfavorável à execução do Programa, mas o torna quase inviável. Problemas envolvendo: a divulgação das chamadas públicas, abrangência limitada das compras beneficiando, em geral, grupos de agricultores filiados politicamente aos gestores atuais; não atendimento do percentual mínimo exigido pela lei; inexistência de órgãos de inspeção sanitária (em âmbito municipal) destinados à qualificar os produtos da agricultura familiar; desconhecimento da política por parte dos agricultores familiares e mesmo dos gestores, papel residual e figurativo dos CAE (conselhos de alimentação escolar); sem contar a inadequação das estruturas de assistência técnica, da ausência de infraestrutura das escolas para recebimento dos alimentos, armazenamento e preparo entre outras questões, são exemplos das diferentes formas de inviabilizar o Programa, conforme apontou a pesquisa de campo realizados nos anos de execução do Programa de Extensão.

A gestão do PNAE no território é em geral centralizada. Em apenas um dos municípios ela ocorre de forma descentraliza o que significa que, nestes casos, as

diretoras das escolas municipais são as responsáveis pelas compras. Nas escolas de educação infantil a gestão é centralizada. Não há, indícios de que os diferentes modos de operação o programa impliquem em resultados melhores. Nas operações descentralizadas há maiores evidências de favorecimento de grupos de agricultores já que é comum a substituição da chamada pública por “cartas convites”. Mas há também, situações em que as diretoras se envolvem com as associações de agricultores para organizar a compra potencializando as redes de comercialização que se estendem inclusive a outros municípios.

Apenas para ilustrar, houve situações em que o limite de compras da escola já tinha sido atingido e a diretora direcionou os agricultores para municípios que apresentavam dificuldades em realizar as compras governamentais. Isto indica que não há, a priori, formas de operação mais ou menos adequadas e que estas não se dão de maneira linear. O “sucesso” de uma ou outra depende da diversidade de arranjos que os atores são capazes de criar e que ora se pautam em valores de pessoalidade, ora de solidariedade, reciprocidade e etc, e por vezes, do mesmo modo que mercados tradicionais podem também reforçar as desigualdades já existentes. No município que possui gestão descentralizada, a única parte centralizada da gestão do Programa, que é a educação infantil, não efetuou nenhuma compra da agricultura familiar no ano de 2013. Toda a alimentação escolar da educação infantil foi feita de forma tradicional sem observância das recomendações nutricionais previstas no PNAE. A situação não seria tão grave se este não fosse o público prioritário das políticas de segurança alimentar e nutricional. Esta limitação tem a ver em parte com a situação já descrita, em que em função da sucessão na gestão municipal se desperdiçam experiências acumuladas anteriormente na execução do Programa que se somam a própria inexperiência dos atuais gestores também pouco sensíveis a importância do PNAE.

Já no diagnóstico realizado pela equipe do Programa de Extensão (no ano de 2011) que acompanha a execução do PNAE nos municípios do Mato Grande essa situação já havia ficado bastante clara. A pesquisa envolvendo merendeiras e diretoras das escolas, secretários da educação e da agricultura, agricultores, sindicatos dos trabalhadores rurais, representantes do CAE, nutricionistas e técnicos da Emater evidenciou, além de outros entraves, a falta de comunicação entre o conjunto destes atores e a urgência de se criar espaços que oportunizassem atenuar este problema. A

estratégia pensada pelo coordenadores do Projeto foi organizar um seminário com todos os atores que visasse, ao mesmo tempo, a sensibilização dos gestores, a troca de experiências, mas também a capacitação para gestão do programa. Nesta oportunidade foi possível identificar: os diferentes níveis de envolvimento de cada grupo com o PNAE, o alheamento de muitos gestores sobre os processos básicos de implantação do programa, o desconhecimento destes sobre a realidade da agricultura familiar em sua localidade, a desinformação das entidades representantes dos agricultores familiares, etc.

O resultando deste momento foi a elaboração de uma agenda comum de trabalho em que cada segmento teria atribuições específicas para melhorar os entraves evidenciados pelo grupo. A inoperância do programa dali em diante não podia mais ser atribuída ao desconhecimento de seus processos ou ao “desinteresse” dos agricultores. Nesta situação, ficara evidente o temor por parte daqueles que, por força das circunstâncias, se viram obrigados à estabelecer publicamente pactos futuros visando a melhoria da política. Dentre os acordos estabelecidos estava a necessidade de realizar audiências públicas em cada um dos municípios envolvidos no Programa de Extensão como estratégia de sensibilizar o maior número de pessoas sobre a importância do PNAE, em especial os gestores não envolvidos diretamente na execução da política como prefeitos e vereadores. Apesar da importância atribuída à ação no momento dos acordos, apenas uma audiência pública foi realizada. Nas demais localidades as audiências sequer foram marcadas. Em um dos municípios a manobra política para esvaziar a estratégia sem comprometer a gestão foi evidente. A secretaria da educação organizou uma reunião na Câmara Municipal, alegando ser uma audiência, mas sem a presença dos vereadores. Em outro caso, foram concedidos 15 minutos para que se apresentassem os resultados da pesquisa durante uma sessão da Câmara em que a pauta principal era o piso salarial dos professores; ou seja, as discussões sobre o Pnae ficaram completamente sem importância diante do outro tema.

Estas situações são reveladoras dos tensionamentos que políticas como a do PNAE podem causar à medida que exigem novas formas de fazer e pensar a política. O papel potencializador destes tensionamentos, por sua vez, parece residir em fazer convergir à disposição pessoal de alguns gestores e a capacidade de agência dos grupos de agricultores em pautar suas demandas. Evidente está que a melhoria dos processos de

implementação do PNAE não se encontra nas partes envolvidas, mas em suas diferentes formas de combinação.

### **Considerações Finais**

O envolvimento do conjunto de atores no processo de implementação do PNAE ocorre de formas e níveis diferenciados fazendo com que o Programa assuma distintas configurações no mesmo território. O elemento comum identificado em todos os municípios analisados parece estar sobre a dificuldade histórica destes em criar mecanismos democráticos orientados para o bem público. Em geral, permanecem os interesses privados, o favorecimento, a reprodução de relações assimétricas que o PNAE vem colocar em evidência. Nesse aspecto, a política por si só tem gerado questionamentos, em especial por parte dos agricultores familiares, mas também dos demais atores implicados na execução da política. É evidente que apesar do tradicionalismo que marca a política local, programas como o do PNAE representam possibilidades de desenvolvimento de uma nova cultura política a medida que obriga a todos a uma revisão contínua de suas atuações. Mas claro está também que esse processo terá que percorrer ainda um longo caminho.

### **3. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS**

APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: \_\_\_\_\_. (Org.). A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Eduff, 2008.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: Novas Identidades em Construção. Estudos – Sociedade e Agricultura, UFRRJ, N. 11 Out. 1998.

CONTERATO, Marcelo Antonio; FERARRI, Dilvan. MERCANTILIZAÇÃO E ESTILOS DE AGRICULTURA FAMILIAR. Texto elaborado para circulação interna do Grupo de Pesquisa IPODE. 2009.

DiMAGGIO, P. Aspectos culturais da ação e da organização econômica. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. A nova sociologia econômica. Lisboa: Celta, 2003. pp. 167-194

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável Do Mato Grande. 2010.

MDS. Ministerio do Desenvolvimento Social. Acesso 11/11/2009. <http://www.mds.gov.br>

PLOEG, Jean Douwe Van Der. O que é então o campesinato? In: Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução, Rita Pereira. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008.

ROZENDO, C. R; MOLINA, W.S.L. O Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Norte e os desafios da construção de mercados para agricultura familiar, Anais ALASRU, 2010.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. Anais. XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 1996.

\_\_\_\_\_ A Emergência de Uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas: O “Rural” como Espaço Singular e Ator Coletivo. UFPE, Recife, 2000 (mimeo).

WILKINSON, John. Mercados, Redes e Valores: O novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2008.

## GT 10 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

### **Análise de estudos empíricos em avaliação de impacto no PAA e PNAE da agricultura familiar**

Leandro Gomes de Oliveira<sup>1</sup>  
Mário Otávio Batalha<sup>2</sup>  
Hildo Meirelles de Souza Filho<sup>3</sup>  
Kleber Batista Pettan<sup>4</sup>

**Resumo:** O programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) fazem parte de um grupo de programas sociais voltados a melhorias das condições de vida da população que se encontra em situações de insegurança alimentar. Essas políticas possuem como fonte de abastecimento a agricultura familiar, os quais por comercializarem nesses canais adquirem uma rentabilidade coerente a de mercado. No entanto, nem todos os programas sociais são totalmente eficientes é preciso conhecer seus impactos no seu público-alvo. O método de avaliação de impacto de programas sociais é uma abordagem utilizada para verificar esses efeitos nas políticas públicas e programas sociais. O presente artigo tem como objetivo fazer o levantamento bibliográfico de estudos que utilizam essa metodologia nos programas sociais PAA e PNAE no Brasil de 2003 a 2013. Os resultados indicam que a maioria dos estudos relata que houve melhoria nas condições de vida dos produtores rurais após a inserção nesses programas. Alguns fatores ressaltados foram aumento da renda do produtor, melhoria na qualidade dos produtos, aumento da área produzida, modernização tecnológica, introdução de novos cultivares na propriedade e inexistência de atravessadores.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Avaliação de Impacto; Agricultura Familiar.

---

<sup>1</sup> Mestrando/ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), [leandrobaquim@yahoo.com.br](mailto:leandrobaquim@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutor/Professor Associado IV/ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), [dmob@ufscar.br](mailto:dmob@ufscar.br)

<sup>3</sup> Doutor/Professor/ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), [hildo@dep.ufscar.br](mailto:hildo@dep.ufscar.br)

<sup>4</sup> Doutor/ [kleber.pettan@hotmail.com](mailto:kleber.pettan@hotmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um importante segmento para o Brasil, sendo responsável por considerável participação no PIB brasileiro e pela maioria dos empregos gerados nas atividades agropecuárias. Ela vem procurando utilizar mecanismos alternativos para conseguir distribuir sua produção de forma mais eficiente e lucrativa. Através dos programas sociais Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do governo federal os produtores familiares podem diminuir as incertezas do mercado *spot*, entregando sua produção de forma garantida e reduzindo as perdas.

O PAA visa mitigar a pobreza e melhorar as condições de segurança alimentar do país através da doação de alimentos. O PNAE é outra política pública que tem por objetivo fornecer alimentação escolar aos alunos matriculados na educação básica. Ambas as políticas prevêm que o abastecimento de alimentos deve ser feito por agricultores familiares (MDA/FNDE, 2013). A participação dos agricultores nestes canais de comercialização permite que eles escoem sua produção sendo remunerados por preços mais justos que o mercado *spot*.

Entretanto, nem todas as políticas têm um impacto positivo. Para isso se utiliza a metodologia de avaliação de impacto em políticas públicas para apurar a efetividade dessas políticas. Essa metodologia visa apurar os resultados das políticas, fornece novos elementos que culminarão em intervenções ou aprimoramentos das políticas públicas. E faz parte da prestação de contas da execução da política no ano vigente (FARIA, 2005).

O presente estudo visa identificar os principais impactos sociais, econômicos e tecnológicos das políticas públicas PAA e PNAE somente nos produtores familiares após a inserção nessas políticas.

## 2. METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser caracterizada como uma pesquisa descritiva sendo que os objetivos foram alcançados através de revisão bibliográfica. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva descreve as características de determinado população ou fenômeno. De acordo com Gil (2009), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em estudos já existentes na literatura, constituído principalmente de livros, periódicos científicos, teses e dissertações, anais de congressos científicos, bancos de dados, etc. A coleta de dados foi feita a partir de *sites*, teses, dissertações, revistas, artigos, etc, os quais foram utilizados para a construção do referencial teórico sobre os programas sociais PAA e PNAE da agricultura familiar, bem como estudos que objetivaram avaliar os impactos dessas políticas nos agricultores.

## 3. REFERENCIAL TEÓRICO

### 3.1. Metodologia de avaliação de impacto de programas

Avaliações de programas sociais são estudos sistemáticos, realizados com o intuito de analisar a funcionalidade de determinada política pública ou programa social (CUNHA, 2006). Corroborando com a afirmativa Costa e Castanhar (2003), uma avaliação eficiente e contínua auxilia na busca por melhores resultados, bem como fornece informações sobre o desempenho da política pública ou programa social e consequentemente sobre a gestão pública.

De acordo com Rossi (2012), a avaliação de programas sociais é de suma importância para a sociedade, pois através da utilização correta dos recursos pode-se ter um maior alcance do programa gerando melhores resultados e benefícios. O objetivo de

avaliar um programa social é constatar as mudanças ocorridas nas condições de vida de uma população alvo (beneficiários) e avaliar e se preciso corrigi-los buscando a melhoria dos indicadores (SOUZA FILHO; BUAINAIN, 2007).

No Brasil, não existe uma legislação apropriada que exija que as políticas públicas ou programas sociais sejam avaliados ante ou após sua implementação. A avaliação é de suma importância para o poder executivo, pois através destas pode se descobrir a real aplicação dos recursos e modos de potencializar o seu alcance em termos de benefício social. A avaliação de políticas públicas e programas sociais buscam muito mais correção de ações dos mesmos do que punir os casos comprovados do uso ineficiente dos recursos, visando sempre à melhoria dos indicadores de desempenho (RAMOS et al, 2006).

### **3.2. PAA na agricultura familiar**

Segundo o FNDE, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 e faz parte do programa governamental Programa Nacional de Fome Zero. O PAA é um instrumento de política pública que tem por objetivo garantir o acesso a alimentos às populações que estão em situações de insegurança alimentar e ocasionar o fortalecimento da agricultura familiar.

Através da Lei nº 10.696, o Governo Federal instituiu o PAA, propiciando a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, isento de licitações e com preços compatíveis ao mercado regional, gerando assim maior estabilidade as famílias do campo. Os produtos oriundos desta compra são destinados aos mais variados setores públicos e assistencialistas como: restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos. São destinados também a famílias que estão em situações de vulnerabilidade através de cestas básicas. Assim sendo, este programa se destina a alimentação de qualidade a pessoas que estão em situações de risco e promove o fortalecimento da agricultura familiar (MDS, 2013).

As diretrizes do PAA são estabelecidas pelo seu Grupo Gestor, que é composto pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que tem a função de coordenação, do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), da Fazenda (MF) e da Educação (MEC) (ROSSI, 2012; CONAB; SAF/MDA; MDS, 2014).

Para participar do programa o agricultor precisa ter a Declaração de Aptidão (DAP) do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essa declaração é uma espécie de certificação que assegura que o produtor se enquadra nos moldes do PRONAF como agricultor familiar e a partir dela, o produtor tem aval para participar do programa. O PAA possui cinco modalidades, tendo cada uma suas particularidades, essas são apresentadas na tabela 1.



Tabela 1. Modalidades do PAA.

Modalidade	Forma de Acesso	Limite	Origem do Recurso	Executor	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea(CP R-Doação)	Individual	R\$4.5000/ano	MDS	Conab Estados Municípios	Responsável pela doação de produtos adquiridos da AF a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
	Organizações (cooperativas/as sociações)	R\$4.8000/ano			
Compra Direta da Agricultura familiar (CDAF)	Individual ou Organizações (cooperativas/as sociações)	R\$ 8.000/ano	MDS/MDA	Conab	Voltada à aquisição de produtos em baixa de preço ou em função de atender a demanda de alimentos de populações em situação de insegurança alimentar
Formação de Estoque pela Agricultura familiar (CPR- Estoque)	Organizações (cooperativas/as sociações)	R\$ 8.000/ano	MDS/MDA	Conab	Disponibiliza recursos para que as organizações da AF formem estoques de produtos para posteriormente ser comercializado
Incentivo a Produção e Consumo de Leite (PAA- Leite)	Individual ou Organizações (cooperativas/as sociações)	R\$ 4.000/semestre	MDS	Estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate a fome e a desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social ou em situação de insegurança alimentar e nutricional.
Compra Institucional	Individual ou Organizações (cooperativas/as sociações)	R\$ 8.000/ano	Proponente	Proponente	Compra voltada para o atendimento de demanda regular de consumo de alimentos por parte da União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

Fonte: MDA/SAF (2013).

Os recursos para fomentar esse programa têm origem do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Depois de estabelecido os recursos disponíveis para o programa, os ministérios o implementam e o executam através de parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e com governo o estadual e o governo federal.

### 3.2.1. Avaliação de impacto do PAA da Agricultura Familiar

Nessa seção, serão apresentados os trabalhos encontrados na literatura sobre avaliação de impacto do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar, desde o início de sua execução, em 2003 até 2013. A tabela 2 apresenta trabalhos empregando as modalidades do PAA e utilizando os métodos de avaliação de impacto e seus principais resultados para os beneficiários do programa.

Tabela 2. Estudos sobre avaliação de impacto de programa PAA da Agricultura Familiar.

<b>Autor/Ano</b>	<b>Localidade</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Metodologia/Amostra</b>	<b>Impacto nos AF</b>
Basaldi (2004)	Âmbito nacional	CDAF	Estados que implementaram o PAA em 2003/Dados consolidados da modalidade	Impacto positivo em relação ao valor pago e renda do produtor
Delgado et al (2005)	Âmbito nacional	Todas as modalidades existentes na época	Dados secundários de 2003 e 2004	Impactos favoráveis aos preços e à renda agropecuária
Santana (2005)	Queimados (PB), Quixeramobim (CE), Barras (PI), Miranda(MA), Bacabal (MA) e Francisco de Sá (MG)	PAA-Leite	Pesquisa qualitativa/entrevistas com grupos de produtores de leite de setembro a outubro de 2005	Importância do programa para a rentabilidade, desenvolvimento, modernização tecnológica dos agricultores selecionados; Preço compensatório e estabilização da demanda são as principais vantagens do PAA-leite; Fator de desenvolvimento e modernização tecnológica.
Sparoveck (2006)	Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco	CAEAF <sup>5</sup> CDAF CAAF <sup>6</sup> CPR-Doação	Abordagem quantitativa e qualitativa/entrevistas a 250 com beneficiários e 148 entrevistas com outros atores (62 não beneficiários)	A receita total dos beneficiários do PAA é superior a média dos agricultores familiares do Nordeste;
Magalhães & Soares (2006)	Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceara, Bahia, Piauí, Sergipe e Minas Gerais	PAA-Leite	Análise de serie temporal de junho de 2005 a fevereiro de 2006	Os resultados mais significativos se encontram nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe e Minas Gerais e menos significativo na Bahia e Pernambuco

<sup>5</sup>CAEAF- Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar-criada em 2003 e extinta em 2006.

<sup>6</sup> CAAF- Compra Antecipada da Agricultura Familiar-criada em 2003 e extinta em 2005.

Doretto Michellon (2007)	e Municípios de Não CerroAzul, Imbau e mencionado Querência do Norte no estado do Paraná		Formulário estruturado com 88 produtores beneficiários e 32 não beneficiários do programa, nos meses de novembro e dezembro de 2005	1/3 dos beneficiários tiveram que expandir a área para atender da produção; expansão no uso de tecnologias no processo de produção; introdução de novos cultivos e produtos para atender a demanda; mais da metade dos domicílios recebem transferência de renda do governo; mais de 1/3 dos domicílios entrevistados tem rendimento de fora do estabelecimento agropecuário; o nível de incremento na renda média familiar dos agricultores foi de 25,2% naqueles beneficiários do PAA com uso do PRONAF e, de 43,0% nos beneficiários sem PRONAF
Martins Cavalcanti (2007)	e Região de Mato Grande e Chapada do Apodi no estado do Rio Grande do Norte	CAAF CDAF CAEAF	Estudo de campo/Análise quantitativa e qualitativa; Dados primários setembro de 2005 a fevereiro de 2006	38% dos beneficiários declaram ter tido acréscimo nas suas receitas; 42% dos beneficiários passando a produzir novos produtos; 33% dos beneficiários ampliaram sua área de produção; A maioria dos beneficiários apresenta algum grau de participação, ainda que em sua maioria a referência seja apenas a sua sindicalização; 58% dos entrevistados acham que o preço pago pelo PAA remunera os custos
Mattei (2007)	Municípios de São Miguel do Oeste, Guaraciaba e Dionísio Cerqueira no estado de Santa Catarina	CAEAF CDAF	Estudo de campo: questionário aplicado a beneficiários e não beneficiários do PAA	Possibilidade concreta da receita financeira advinda do programa permanecer nos municípios; Melhoria na diversidade e qualidade dos produtos; Produção de novos produtos (hortifrutigranjeiros e frutas); Os preços praticados pelo PAA cobrem os custos de produção;

Almeida e Ferrante (2009)	Cidade de Araraquara no estado de São Paulo	CPR- Doação	Análise qualitativa e quantitativa dos dados provenientes das pesquisas de campo realizadas, principalmente sob a forma de entrevistas abertas ou questionários semi-estruturados	Preço superior adquirido pelo produtor participante do PAA Os produtores não se associam em cooperativas nem associações
Lucena e Luiz (2009)	Município de Ceara - Mirim no estado de Rio Grande do Norte	CDAF	Pesquisa de Campo: entrevista e questionários com 7 produtores de assentamentos no período de 2005 e 2008	O programa é estimulante, já que impulsiona o agricultor a alcançar o limite de compras permitido; Antes do programa os agricultores familiares, vendiam a sua produção por valores bastante reduzidos para não perdê-la, visto que são alimentos perecíveis; A renda sem o programa poderia ser menor sem o programa;
Hespanhol (2009)	Cidade de Dracena, Tupi Paulista e Junqueirópolis no estado de São Paulo	CPR Doação	Abordagem qualitativa com entrevista a produtores participantes do PAA	O preço pago aos agricultores pelo PAA é superior à média regional; Participantes têm interesse em ampliar a área cultivada e/ou diversificar os cultivos realizados
Bortolatto (2009)	Cidade de Maringá no estado do Paraná	CDAF	Estudo de caso exploratório e descritivo, questionário 6 agricultores familiares beneficiários 2005, 2006 e 2007	Investimento em equipamentos, a diversificação e o aumento da produção; O atravessador deixou de existir; Valorização que o programa teve para os produtos orgânicos. O programa permitia pagar 30% a mais do valor inicialmente pago aos produtos comuns.
Chmielewska et al (2010)	Municípios de Lagarto, Estância e Indiaroba no estado de Sergipe	CDAF CPR- Doação	Estudo de caso com 72 entrevistas com beneficiários, não beneficiários do PAA, gestores, técnicos, liderança e	Maior investimento na produção e otimização de recursos existentes; Aumento da área cultivada e/ou da diversidade de produtos dos produtores beneficiários;

		entidade recebedora	Aumento generalizado do uso de insumos e equipamentos para a produção; Compromisso de entregar alimentos de qualidade para as entidades recebedoras; O programa representou um incentivo a sistemas produtivos diferenciados; Algumas diferenças citadas pelos beneficiários entre os valores oferecidos pelo programa e os recebidos por eles no mercado local revelaram vantagens na CPR-Doação de cerca de 65% no quilo do mel e 20% no quilo do maracujá.
Rossi e Souza e Filho (2012)	Cidade de São Carlos no estado de São Paulo	CPR- Doação Análise qualitativa e questionário estruturado e quantitativa- análise estatística com 30 agricultores familiares Julho a Outubro (2011)	Não houve um aumento estatisticamente significativo da média da quantidade de culturas produzidas pelos beneficiários, no entanto, o PAA influenciou tanto o início da produção de culturas novas; Houve uma diminuição estatisticamente significativa da média da porcentagem do valor das vendas destinadas para os atacados. Essa diminuição ocorreu em paralelo a um aumento nas vendas para o PAA. Não houve alteração estatisticamente significativa da média da renda agropecuária dos beneficiários

Fonte: Adaptado de Rossi (2012). Elaborado com base em Santana (2005); Sparoveck (2006); Magalhães, Soares (2006)

Através da tabela 2, podemos constatar que foram encontrados 14 estudos enfocando avaliar os impactos do PAA. Esses estudos mostram que essas políticas públicas tiveram impactos positivos na agricultura familiar, por meio do aumento na renda do produtor (BASALDI, 2004; DELGADO *et al.*, 2005; SANTANA, 2005; SPAROVECK, 2006; MARTINS; CAVALCANTI, 2007; DORETTO; MICHELLON, 2007; MATTEI, 2007; ALMEIDA; FERRANTE, 2009; LUIZ; LUCENA, 2009; HESPANHOL, 2009), aumento da demanda de produtos (DORETTO; MICHELLON, 2007), modernização tecnológica (SANTANA, 2005; DORETTO; MICHELLON, 2007; BORTOLATTO, 2009; CHMIELEWSKA *et al.*, 2010), introdução de novos cultivares na propriedade (DORETTO; MICHELLON, 2007; MARTINS; CAVALCANTI, 2007; MATTEI, 2007; HESPANHOL, 2009; BORTOLATTO, 2009; CHMIELEWSKA *et al.*, 2010), melhoria na qualidade dos produtos (MATTEI, 2007; CHMIELEWSKA *et al.*, 2010) e a inexistência de atravessadores (BORTOLATTO, 2009).

### 3.3. PNAE da agricultura familiar

O PNAE tem origem nos anos 40, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta do governo federal de oferecer alimentação as escolas, porém, isso não se concretizou por falta de recursos financeiros. Em 1979, a campanha passa a ser denominada Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo de caráter centralizador, onde o órgão gerenciador planejava os cardápios, comprava os alimentos através de licitação, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda distribuía os alimentos em todo o país. No entanto em 1994, através da Lei nº 8.913, de 1994, o PNAE passa a ter os recursos descentralizados, sendo executado mediante celebração de convênios com os municípios e com as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal.

Através da medida provisória nº 2.178, de 2001, o programa passa a ter a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados na aquisição de produtos básicos<sup>7</sup> e que os hábitos alimentares da região sejam respeitados, impulsionando o desenvolvimento da economia local. A Lei nº 11.947/2009 determina que no mínimo 30% dos recursos do FNDE destinados a alimentação escolar, sejam provenientes de produtores familiares, empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. A aquisição dos gêneros alimentícios deve ser realizada preferencialmente no mesmo município das escolas. Tal iniciativa contribui para permanência dos hábitos alimentares da região e gera renda garantida para a agricultura familiar.

Segundo o MDA (2013), a Secretaria de Educação Municipal que deseje implantar um programa de PNAE deve solicitar a Secretaria de Agricultura e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, quando houver, e a demais órgãos competentes, um mapeamento da produção do conjunto dos produtos da agricultura familiar local (produto, quantidade e época da colheita). De posse deste mapeamento haverá a elaboração de um cardápio, por profissionais competentes, levando em consideração os alimentos da região e as preferências alimentares. A compra destes alimentos será objeto de uma chamada pública na região.

---

<sup>7</sup>Produtos básicos são os alimentos considerados imprescindíveis para a composição de uma dieta. No caso da agricultura familiar, alguns dos produtos podem ser hortifrutigranjeiros, laticínios, mel, sementes, pescado, carnes, castanhas, grãos, oleaginosas, etc.

Ainda segundo o MDA, após a constatação da qualidade dos alimentos em quantidades necessárias, é elaborado o Projeto de Venda. Este documento formaliza o interesse dos agricultores familiares em vender para a Alimentação Escolar. Os produtos da agricultura familiar devem atender o que determina a legislação sanitária, que normatiza o registro dos produtos e empreendimentos no Serviço de Inspeção Federal (SIF); no Serviço de Inspeção Estadual (SIE); no Serviço de Inspeção Municipal (SIM); no Serviço de Inspeção Vegetal/MAPA; e na Vigilância Sanitária. Para que assim, possam fornecer os alimentos para as escolas.

Os recursos para execução do PNAE têm origem do Tesouro Nacional, o qual é repassado para o FNDE e é transferido para as entidades executoras (estados, Distrito Federal e municípios). Estas têm autonomia para administrar o dinheiro e são responsáveis por disponibilizar renda extra para a melhoria do cardápio escolar. Para participar do programa, o agricultor familiar deve também possuir a Declaração de Aptidão (DAP) do PRONAF. Este produtor pode receber um valor total de R\$ 9.000,00/ano por cada DAP cadastrado no PRONAF. Para receber os alimentos através dos PNAE, as escolas beneficiárias precisam estar cadastrada no censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) (FNDE,2013).

Para a agricultores familiares possam atender a demanda do programa, estes na maioria das vezes precisam se organizar em associações e cooperativas. Cada agricultor familiar precisa ter seu próprio DAP para comercializar sua produção com o PNAE. Depois de organizado, a cooperativa/ associação destina o produto para a escola que será beneficiada pelo programa. Os produtos originários da agricultura familiar que são destinados a atender o PNAE possuem uma grande variedade. Estes alimentos podem ser categorizados principalmente por: gorduras e óleos, orgânicos, cereais, leguminosas, carnes, pescados e ovos, tubérculos, processados e agro-industrializados, frutas, hortaliças, legumes e verduras (FNDE/MDA 2010).

Pela lei nº 11.947/2009 ficou estabelecido que no mínimo 30% dos recursos do FNDE seriam destinados à compra de alimentos dos produtores familiares, empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Muitos estados estão recebendo alimentos deste segmento, como demonstrado na figura 2. Alguns estados, como o caso de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Sergipe possuem maior percentual de municípios utilizando alimentos da agricultura familiar para atender as escolas cadastradas no PNAE.

### **3.3.1. Avaliação de impacto no PNAE da Agricultura Familiar**

Nessa seção, serão apresentados alguns trabalhos existentes sobre avaliação de impacto no Programa Nacional de Alimentação Escolar da Agricultura familiar desde a inserção da agricultura familiar como fonte de abastecimento do programa, ou seja, de 2009 até 2013. Diferentemente do PAA, o PNAE não possui modalidades de atuação, a existe somente uma modalidade, onde os alimentos são adquiridos pelos agricultores familiares da região, respeitando os costumes e crenças da entidade que irá consumir os alimentos e posteriormente entregas nessas escolas para abastecer a rede pública de ensino destinada a merenda escolar. A tabela 3, apresenta trabalhos utilizando avaliação de impacto dos beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), abordando as metodologias, a localidade e os principais resultados alcançados nos estudos.

Tabela 3. Estudos sobre avaliação de impacto de programa PNAE da Agricultura Familiar.

<b>Autor/Ano</b>	<b>Localidade</b>	<b>Metodologia/A mostra</b>	<b>Impacto nos AF</b>
Campos (2011)	Município de Campina Lagoa no estado do Paraná	Abordagem qualitativa. Metodologia descritiva, estudo de caso a partir de fontes primárias e secundárias; entrevistados 10 agricultores familiares de 2005 a 2011.	Todos entrevistados já participam deste programa há mais de 1 ano; Segundo os entrevistados o programa é bom, porque ajuda o agricultor familiar a aumentar sua renda, já que vendendo apenas a produção de outras formas não está sendo suficiente para o sustento da família; Os benefícios apontados pelos entrevistados foram o pagamento pontual, incentiva a diversificação da cultura agrícola, é certeza do que foi produzido será vendido e recebido, o preço dos produtos é compatível com o preço praticado no mercado e até melhor que este; Segundo os entrevistados são informações e menos exigências burocráticas são pontos que podem ser melhorados;
Dantas da Silva e Coêlho da Silva (2011)	Município de Bananeiras no estado do Paraíba	Abordagem qualitativa. Levantamento bibliográfico com dados secundários e estudo de caso através de uma pesquisa de campo com aplicação de questionários com 110 agricultores	Outro indicador que se apresenta após a implantação do PAA e PNAE é o aumento dos agricultores familiares matriculados na rede de ensino. 67% dos entrevistados são do sexo masculino, o que demonstra a necessidade da inserção das mulheres cada vez mais no processo produtivo familiar; Aumento da renda, onde 60% dos entrevistados entre 01 e 04 salários mínimos; Os agricultores participantes das políticas públicas implantadas no município de Bananeiras participam de organizações sociais, sendo o Sindicato, a Associação Rural e a Cooperativa; Observou-se que os agricultores inseridos no PAA e no PNAE forneceram 11 produtos, com destaque para a banana que é o item mais adquirido pelos programas; Um ponto forte observado como incentivo a produção é a assistência



		familiares inseridos no PAA e PNAE	técnica que atende a 53% dos entrevistados e o preparo do solo através do corte de terra realizado pela Prefeitura Local que consegue alcançar 34% dos participantes; 54% consideram que os programas foram responsáveis pela melhoria da qualidade de suas vidas, além de oportunizar a comercialização de sua produção agrícola;
Beliket al (2011)	Hulha Negra (RS); Pelotas (RS); Aracy (BA); Canindé do São Francisco (SE); Bebedouro (SP)	Abordagem qualitativa descritiva. Estudo de caso/Não foi mencionado o tamanho da amostra	Hulha Negra (RS)-Associação dos Produtores Coloniais de Hulha Negra conseguiu vencer a concorrência durante os três anos consecutivos de vigência do programa beneficiando 32 famílias de produtores; Pelotas (RS)- O aumento da demanda e a garantia de um mercado regular, as cooperativas cresceram e hoje cerca de 240 famílias de produtores trabalham na produção de feijão, batata, cenoura, beterraba, couve e outros alimentos; Aracy (BA)- Criação de um centro de comercialização para viabilizar a emissão de notas fiscais, eliminando um dos entraves para que os agricultores forneçam seus produtos para a alimentação escolar; Canindé do São Francisco (SE)- A inclusão de leite de cabra significou um incremento de renda aos criadores e uma diversificação do cardápio, valorizando os hábitos locais; Bebedouro (SP)- criação de uma instalação de processamento de laranja fazendo com que garantisse a produção dos pequenos agricultores do município.
Formiga Araújo(2012)	e Município de São Bentinho no estado da Paraíba.	Estudo de caso com caráter descritivo/ entrevista semi estrutura. Os agricultores familiares que fornecem ao	100% dos agricultores se sentiram mais estimulados a produzirem alimentos, uma vez, que já possuem mercado certo e sem atravessadores, o que poderá garantir um mercado crescente de produtos diversificados e saudáveis; Todos os agricultores familiares afirmaram não fazer uso de agrotóxicos e que asseguram a qualidade de seus alimentos; Todos os agricultores familiares concordaram que seus lucros aumentaram, uma vez que vendem a preço de mercado e em grande

		PNAE	quantidade, quando anteriormente o que produziam em quantidade era repassado para atravessadores a preços muito baixos
Ciro e Freitas (2013)	Município de Viçosa no estado de Minas Gerais	Abordagem qualitativa e caráter descritivo. Os dados foram coletados entre junho e agosto de 2012 através de 11 entrevistas semi-estruturadas	Novos agricultores se sentiram estimulados e passaram a entregar para as escolas do município; O PNAE ocasionou maior divulgação da agricultura familiar no município e aumento da demanda pelos produtos em outros locais; A comercialização para o PNAE permitiu que produtos que o mercado convencional não aceitaria com relação ao visual pudessem ser vendidos; A orientação para novas práticas de produção viabiliza inserção de produtos “menos agressivos” refletindo a introdução de uma agricultura mais “limpa”. Os cuidados higiênicos dos produtos se tornaram cruciais para garantir alimentos de qualidade.
Ribeiro et al (2013)	Municípios de Alto Alegre, Augusto Pestana, Bozzano, Caibaté, Campos Borges, Coronel Barros, Cruz Alta, Espumoso, Giruá, Guarani das Missões, Ijuí, Ibirubá, Júlio de Castilho, Mato Queimado e Sete de Setembro do estado do Rio Grande do Sul	Dados coletados de junto a EMATER da região de setembro a dezembro de 2012	A função da legislação exigida pelos órgãos mantenedores para atender exigências fiscais e inspeções municipais e estaduais aos produtos e a dificuldade de manter uma escala de produção de frutas e hortaliças em pequenas propriedades rurais com reduzida tecnologia agrícolas e mão de obra; Com o aumento da demanda e a garantia de um mercado regular, as cooperativas cresceram e hoje cerca de 240 famílias de produtores trabalham na produção de feijão, batata, cenoura, beterraba, couve e outros alimentos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Campos, (2011); Dantas da Silva; Coêlho da Silva, (2011); Beliket al (2011); Formiga; Araújo, (2012); Rossi (2012); Ciro; Freitas (2013); Ribeiro et al (2013)

Através da tabela 3, podemos constatar que foram encontrados 6 pesquisas enfocando avaliação dos impactos do PNAE. Esses estudos mostram que essa política teve impactos positivos na agricultura familiar através do aumento na renda do produtor (DANTAS DA SILVA; COELHO DA SILVA, 2011), aumento da demanda de produtos (BELIK, 2011; CIRO; FREITAS, 2013; RIBEIRO *et al.*, 2013), introdução de novos cultivares (CAMPOS, 2011), melhoria na qualidade dos produtos (FORMIGA; ARAÚJO, 2012), redução do uso de agrotóxicos no plantio (FORMIGA; ARAUJO, 2012; CIRO; FREITAS, 2013), a inexistência de atravessadores (FORMIGA; ARAÚJO, 2012).

#### 4. CONCLUSÃO

Através da revisão da literatura, pôde-se verificar que a maioria dos estudos constata melhorias na vida dos produtores rurais após a inserção no PAA e PNAE. Alguns fatores apontados nos estudos foram, o aumento da rentabilidade dos agricultores, aumento da produção, qualidade de seus produtos, redução do uso de agrotóxicos no plantio. Esses fatores comprovam que o PAA e o PNAE são políticas públicas que garantem o desenvolvimento da agricultura familiar.

Devido ao efeito positivo causado pelas políticas houveram grandes aumentos na quantia de recursos destinados a fomentar o PAA e PNAE nos últimos anos. A abrangência dos programas pôde e continua podendo beneficiar a população carente através da doação de alimentos e alunos da rede pública de ensino através da merenda escolar.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, L.M.M.C.; FERRANTE, V.L.F. **Programas de segurança alimentar e agricultores familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP.** In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) ANAIS..Porto Alegre, 2009.
- BAKER, J. **Evaluacion del impacto de los proyectos de desarrollo em la pobreza.** Manual para profesionales. Washington D.C. World Bank, 2000. Disponível em <http://www.worldbank.org/> Acesso em: 29 de outubro de 2013.
- BASALDI, O.V. **O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: os primeiros resultados obtidos em 2003.** Informações econômicas. São Paulo, v.34, nº 5, 2004.
- BELIK, W.; CHAIM, N.A.; WEIS, B. **O programa nacional de alimentação escolar como instrumento de desenvolvimento local.** 2011 Disponível em: [www.sober.org.br/palestra/12/07O073.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/12/07O073.pdf)
- BORTOLATTO, S. F. **Combate a fome: uma**
- FORMIGA, W.A.M.; ARAÚJO, A.F. **Análise da implementação da agricultura familiar na merenda escolar de São Bentinho-PB.** 2012. 24f. Trabalho de conclusão de curso de especialização em Gestão Municipal (Economia)-Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2012.
- HESPANHOL, R.M. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da região de Dracena.** In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) ANAIS...Porto Alegre, 2009.
- LUCENA, E.C.; LUIZ, J.M. **Uma avaliação da importância do impacto do programa de aquisição de alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de Ceará-Mirim (RN).** In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) ANAIS..Porto Alegre, 2009.
- MARTINS, S.P.; CAVALCANTI, L.I. **Avaliação do impacto da execução do PAA no estado do Rio Grande do Norte.** Sociedade de desenvolvimento rural. vº1, nº1, p 1-30, 2007.
- MATTEI, L. **Políticas Públicas de combate a fome:**

**análise do programa de aquisição de alimentos na cidade do Maringá.** 2009. 22f. Monografia (curso de especialização em Gestão de Políticas Públicas I) Universidade Estadual do Maringá. PR, 2011.

CAMPOS, R.A. **Agricultura familiar e políticas públicas: Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE no município de Campina Lagoa/PR.** 2011. 53f. Monografia (curso de especialização em Gestão Pública Municipal)-Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2011.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. **o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores familiares participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado do Sergipe.** Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), Texto de discussão nº1510. Brasília, setembro de 2010.

CIRO, P.M.R; FREITAS, A.F. **O programa nacional de alimentação escolar como indutor de processos de desenvolvimento local em Viçosa, Minas gerais.** In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Territórios em movimento: caminhos e descaminhos da gestão social e ambiental. Universidade da Amazônia, Amazônia, 2013.

DANTAS DA SILVA, K.R.; COÊLHO SILVA, L.A. **Análise da comercialização e do impacto do PAA e PNAE na condição de vida das famílias agricultoras de Bananeiras, na Paraíba.** Trabalho de conclusão de curso de especialização em Gestão Pública (Economia)-Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2011.

DELGADO, G.C.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; OLIVEIRA, J.J. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA).** Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), Texto para discussão nº 1145. Brasília, 2005.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. **Avaliação dos impactos econômicos, culturais e sociais do programa de aquisição de alimentos do estado do Paraná.** In: Flavio Borges Botelho Filho/ Amauri Daros de Carvalho (Org.) Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos. 27 ed. vol7, pag 107-138, UNB Brasília, 2007.

**o caso do programa de aquisição de alimentos no estado de Santa Catarina.** Caderno CEAM (Unb). v.7, p. 75-105. Brasília, 2007.

MDA (2013) **Plano Safra 2011-2012 beneficia agricultores familiares de Minas Gerais.** Disponível em: [http://portal.mda.gov.br/plano-safra/radiosafra/sounds-iew?sound\\_id=8173002](http://portal.mda.gov.br/plano-safra/radiosafra/sounds-iew?sound_id=8173002). Acesso em: 09 de outubro de 2013.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF. **Classificação de produtores familiares para obtenção de financiamento.** Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm> Acesso em: 16 de outubro 2013.

RIBEIRO, A.L.P.; CERATTI, S.; BROCH, D.T. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul.** Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto-GEDECON Unicruz. VOL.1, Nº. 01, 2013.

ROSSI, F.R. **O programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos: impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários.** 2012. 177f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção)- Departamento de Pós Graduação em Engenharia de Produção-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2012.

ROSSI, F.R.; SOUZA E FILHO, H.M. **Os impactos do programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos, na produção vegetal, na comercialização e na renda dos agricultores familiares beneficiários.** In: XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Bento Gonçalves- RS, 2012.

SOUZA E FILHO, H.M.; BUAINAIN, A.M. **Ações de combate a pobreza rural: Metodologia para avaliação de impactos.** 1ªed. Brasília. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. 2007. v 1 225 p.

## GT 10 - Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

Título:

### **Arranjos institucionais de políticas públicas para o desenvolvimento rural: uma análise a partir da trajetória do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**

Autora:

**Jaqueline da Luz Ferreira<sup>1</sup>**

#### **Resumo:**

Os desenhos institucionais e arranjos das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural trouxeram, especialmente na última década, contribuições importantes no que diz respeito a diversificação de estratégias e objetivos. Abordagens como as do desenvolvimento territorial, da multifuncionalidade da agricultura familiar, da participação social, da segurança alimentar e nutricional, e do combate à pobreza orientaram os arranjos das políticas públicas trazendo importantes inovações. Este artigo pretende, a partir da trajetória do Programa de Aquisição de Alimentos, que completou 10 anos em 2013, ressaltar como os desenhos institucionais das políticas públicas promoveram determinadas dinâmicas de desenvolvimento rural e indicar possíveis deslocamentos neste sentido.

**Palavras Chaves:** políticas públicas, PAA, mudanças institucionais

É inegável que o debate sobre formulação e execução de políticas públicas no Brasil e no mundo mudou significativamente para uma abordagem menos centrada no Estado e também menos setorial. A democratização do acesso e decisão sobre as políticas públicas passa a ser entendida como fundamental para a efetivação de direitos, assim como a importância da articulação e diálogo entre diferentes políticas públicas para a obtenção de resultados mais efetivos e estruturais.

Nem sempre foi assim, a associação quase que imediata que fazemos entre política pública e Estado está diretamente relacionada à centralidade dada ao Estado nos processos de organização, regulação e condução da sociedade (LASCOURMES & LE GALÈS, 2012). Aos poucos foram surgindo abordagens que passaram a levar em consideração a grande variedade de atores e formas de mobilização em torno de uma política pública, as interações entre os governos e

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais. Mestre em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Doutoranda bolsista CNPq do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro – RJ.

outros grupos e instituições sociais, assim como, os conflitos em torno das ideias e interesses (SOUZA, 2006). Transformações da contemporaneidade, tais como a pluralização dos atores sociais e das lógicas de ação, e o crescimento das demandas e da diferenciação dos alvos da ação pública, entre outras, levaram a outra configuração do debate e entendimento sobre a ação pública.

No Brasil, com o fim da ditadura militar e o processo de redemocratização do sistema político, aos poucos foram crescendo o número de arranjos e desenhos de políticas públicas que procuravam enfrentar os problemas sociais de forma diferenciada considerando os beneficiários como atores principais do processo e a importância do diálogo e cooperação entre as diferentes ações governamentais e não governamentais.

No que diz respeito ao desenvolvimento de políticas públicas para o meio rural saímos da dupla crédito e política de preços para a agricultura de grande escala. Especialmente na última década, vimos surgir diferentes enfoques, arranjos e desenhos institucionais para as políticas de desenvolvimento rural que passaram a considerar também a dinâmica da agricultura familiar. Os enfoques do desenvolvimento sustentável, territorial, participativo, da segurança alimentar, da multifuncionalidade da agricultura familiar passaram a compor o desenho das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar junto aos tradicionais modelos das políticas de crédito e preços para o agronegócio.

O Programa de Aquisição de Alimentos<sup>2</sup> que surge ainda no primeiro ano do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores na presidência da república, em 2003, é um bom exemplo para entendermos este ambiente de inovações institucionais no que diz respeito ao desenho das políticas públicas do campo no Brasil nas últimas décadas. Trata-se de um programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, por meio de diferentes instrumentos de compras institucionais, para promover o acesso a alimentos por populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Com seu histórico ligado às principais demandas dos movimentos e organizações sociais que atuam no meio rural e também no âmbito da defesa da segurança alimentar e nutricional, o PAA conjugou reivindicações destes grupos ao promover a distribuição de alimentos de qualidade para equipamentos públicos e pessoas em situação de insegurança alimentar, potencializar o fortalecimento de organizações locais de agricultores como associações e cooperativas, e reconhecer o caráter multifuncional da agricultura familiar nas dinâmicas de desenvolvimento rural (GRISA, 2010).

---

<sup>2</sup> Instituído pelo artigo 19 da Lei Nº 10.696 de 2 de julho de 2003.

As modalidades de aquisição e distribuição dos alimentos do PAA definem a fonte dos recursos, os limites em reais de venda por agricultor/ano, o órgão executor e as formas de acesso, tanto do beneficiário fornecedor quanto do beneficiário consumidor dos alimentos adquiridos pelo Programa. São modalidades de compra do programa: a) **Compra Direta**: compra direta da produção da agricultura familiar via preços de mercado. Essas compras acontecem especialmente em situação de baixa de preços dos produtos ou para atender populações em situação de insegurança alimentar e cumpre um papel importante na regulação dos preços locais; b) **Incentivo à Produção para o Consumo de Leite (IPCL)**: A modalidade tem como executores do Programa os estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais; c) **Compra Direta com Doação Simultânea**: compra de alimentos e doação simultânea destes às entidades da rede socioassistencial, equipamentos públicos de alimentação e nutrição, e a rede filantrópica; d) **Formação de Estoques**: aquisição de produtos para formação de estoque e posterior comercialização em condições mais favoráveis; e) **Compra Institucional**: voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Não há fonte específica de recurso para esta modalidade, dependendo do proponente que também será executor do Programa (União, estados ou municípios). O quadro a seguir sintetiza as modalidades operadas atualmente pelo PAA segundo suas fontes de recursos, limites agricultor/ano, executores e formas de acesso:

MODALIDADE*	FONTE DE RECURSO	LIMITES	EXECUTOR	FORMA DE ACESSO
Compra Direta	MDS/MDA	R\$ 8 mil	CONAB	Individual, cooperativa e associação
Formação de Estoque	MDS/MDA	R\$ 8 mil	CONAB	Cooperativa e associação
Compra Direta com Doação Simultânea	MDS	R\$ 4,5 mil (Individual)	CONAB, estados e municípios	Individual, cooperativa e associação
		R\$ 4,8 mil (Cooperativa/ associação)		
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	MDS	R\$ 4 mil por semestre	Estados do Nordeste e norte de MG	Individual, cooperativa e associação
Compra Institucional	Recursos do proponente	R\$ 8 mil	o próprio proponente	Cooperativa e associação

\* É possível acessar mais de uma modalidade simultaneamente

Fonte: MDA, disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/arquivos-2012/ModalidadesPAA\\_quadro.JPG](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/arquivos-2012/ModalidadesPAA_quadro.JPG)>

Como podemos ver, o Programa articulou vários atores institucionais governamentais e não governamentais em seu desenho institucional<sup>3</sup> o que trouxe complexidade à sua execução e provocou mudanças significativas na orientação dos padrões de ação dos atores envolvidos. A entrada em cena da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) como operadora de instrumentos de compra de alimentos para a agricultura familiar é um exemplo destas mudanças. A Conab realiza compras institucionais desde a década de 40, entretanto, tais compras sempre foram voltadas para os grandes empreendimentos agrícolas. Os alimentos demandados para compra pelos governos eram em grandes quantidades para o abastecimento de macro regiões, o que impossibilitava a participação da agricultura familiar nestas negociações<sup>4</sup>. Para Delgado (2013), tais políticas de garantia de preços nunca fizeram distinção entre os grandes e pequenos agricultores. Portanto, com o PAA, há uma mudança de orientação da atuação deste órgão, e de uma forma geral, das políticas agrícolas de garantia de preços (DELGADO, 2013). É importante destacar o fato de que os preços de aquisição de alimentos são definidos de acordo com os mercados regionais, trata-se de uma mudança significativa uma vez que as políticas de preços mínimos praticadas até então se utilizavam de valores universais o que acabava por excluir boa parte dos agricultores familiares.

Outro aspecto importante do arranjo institucional do Programa e também presente em outras políticas públicas federais surgidas neste contexto – tais como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – é o fato de incluir organizações da sociedade civil em seu processo de implementação. Em todas as modalidades do PAA há a possibilidade dos gestores públicos contarem com as organizações sociais no processo de aquisição dos alimentos, e também, no caso da modalidade compra direta com doação simultânea, as organizações dos agricultores também atuam na doação dos alimentos às instituições e grupos em situação de insegurança alimentar. No quadro acima, esta possibilidade pode ser visualizada na coluna *formas de acesso* dos agricultores ao Programa: individualmente, por meio de uma cooperativa e/ou associação.

O fortalecimento das redes associativas locais está entre os objetivos do PAA na forma de estímulo ao cooperativismo e associativismo. Este fortalecimento ocorre fundamentalmente com a inclusão das organizações de agricultores no processo de implementação do programa.

---

<sup>3</sup> O Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) por meio do IPEA, e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

<sup>4</sup> Um dos principais obstáculos que precisou ser superado para que o governo pudesse realizar compras da agricultura familiar foi a alteração da Lei de Licitações (Lei 8666/93 pela Lei 10.960/2013), que regula as compras e os contratos públicos e proibia qualquer compra do poder público sem um processo de licitação. Era preciso adicionar uma exceção nesta lei para que o governo pudesse comprar alimentos da agricultura familiar.



Isso porque, a partir desta experiência com o Programa as organizações de representação e/ou comercialização da agricultura familiar puderam potencializar ou até mesmo reconstituir sua vida associativa e também fortalecer ou mesmo retomar suas atividades de comercialização não só nos mercados institucionais como também nos mercados locais mediante a garantia mínima de venda dos produtos produzidos pelos seus associados (SCHMITT et. al., 2012).

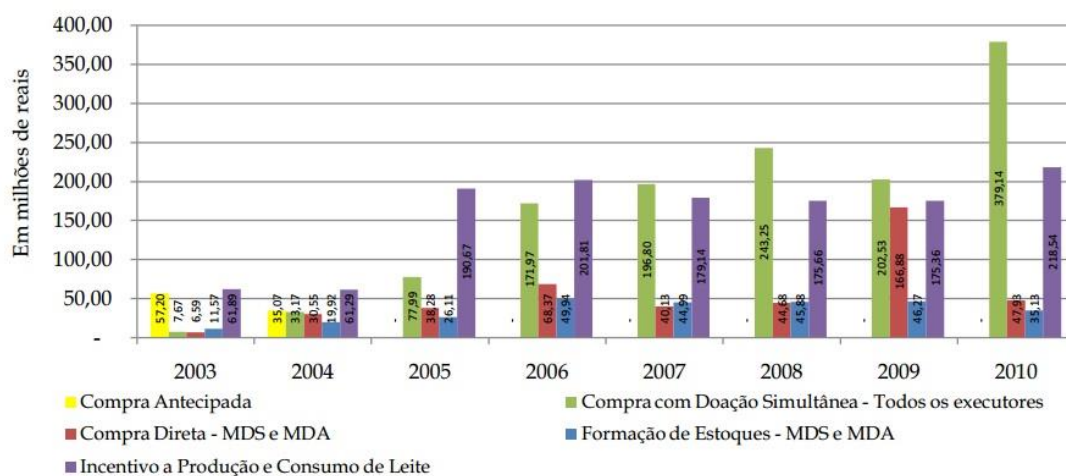
Alguns trabalhos evidenciaram a importância deste estímulo a forma de acesso coletiva ao programa em comparação a forma de acesso individualizada do agricultor familiar ao PAA. Ghizelin (2010), por exemplo, aponta que algumas críticas têm sido feitas pelas próprias organizações sociais do campo à forma de operacionalização que tem como executores os estados e as prefeituras. Isso porque, na maioria das vezes, os estados e municípios optam por executar o programa diretamente com o agricultor familiar sem a mediação de suas organizações:

Esta estrutura organizativa do PAA tem sido criticada duramente por organizações da sociedade civil e organizações representativas dos agricultores familiares, como também por setores da CONAB que, defendendo a tese de que a forma como o MDS, em parceria com os Estados e as prefeituras, operacionaliza o PAA, não contribui para a organização dos agricultores familiares e, conseqüentemente, para a sustentação política do Programa, pois os agricultores não organizados não teriam condições de, por um lado, enfrentar as adversidades do mercado de forma isolada e, de outro, reivindicar mudanças e aporte de recursos financeiros junto aos órgãos públicos (GHIZELIN, 2010: 38).

Por se tratar não só de um Programa de fomento a agricultura familiar, por meio da compra institucional de alimentos, mas também de um programa de distribuição de alimentos existem diferentes formas de apropriação dos sentidos produzidos a partir do Programa pelos atores envolvidos. Especialmente na modalidade compra direta com doação simultânea, em que, nos casos em que as organizações sociais estão presentes como mediadoras, são elas que organizam o processo de doação de alimentos aos grupos em situação de insegurança alimentar. Ghizelin destaca ainda que (...) individualmente os agricultores representam fornecedores de alimentos e não como atores dos processos políticos e econômicos no âmbito local e regional” (GHIZELIN, 2010:43).

Em avaliação do período de 2003 a 2010 o Grupo Gestor do PAA apresenta dados de execução do Programa que permitem comparar as modalidades entre si. O gráfico abaixo evidencia a evolução dos recursos executados por modalidades ao longo desses anos:

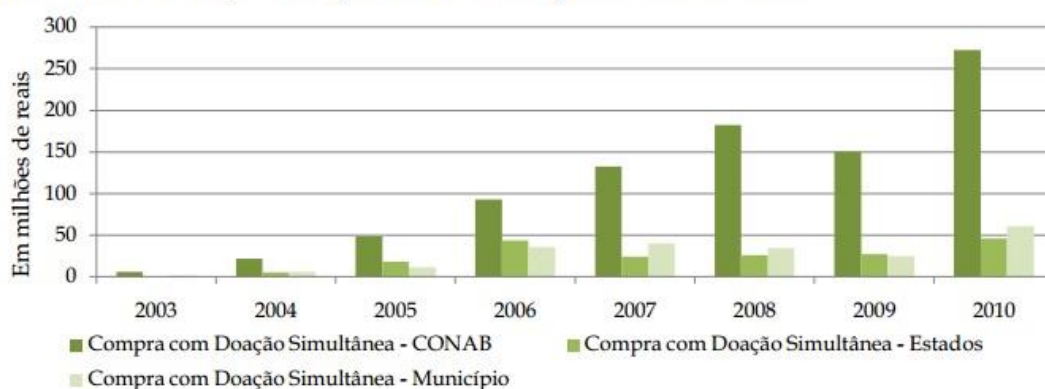
**Gráfico 9. Evolução da Execução Financeira do Programa, por modalidade no período 2003 -2010.**



Fonte: BRASIL, 2010

De uma forma geral podemos observar<sup>5</sup> uma evolução crescente e mais estável dos recursos alocados na modalidade Doação Simultânea e a importância que ela vai tomando ao longo dos anos. Esta modalidade, como já foi dito aqui, pode ser executada pela Conab, estados e municípios em parceria com associações e/ou cooperativas ou individualmente com os agricultores. Um dos gráficos apresentados no balanço do grupo gestor demonstra a evolução da execução financeira desta modalidade por estes diferentes executores:

**Gráfico 18. Evolução da execução financeira da modalidade Compra com Doação Simultânea - CDS/ MDS, por executor no período 2003- 2010.**



Fonte: BRASIL, 2010

A modalidade doação simultânea vem sendo executada pelos estados e municípios desde os primeiros anos, entretanto, a participação destes executores ao longo do período 2003-2010

<sup>5</sup> Para analisar estes dados de evolução da execução orçamentária do Programa é preciso considerar que: a) a modalidade Compra Antecipada só operou nos anos de 2003 e 2004; b) que a modalidade Compra Direta tem a especificidade de operar de acordo com a demanda dos contextos locais, como por exemplo, em períodos críticos de baixa dos preços para garantir a renda dos agricultores; e c) que em 2009 uma queda geral nos preços dos alimentos fez aumentar a demanda pela modalidade compra direta.

foi muito intermitente. No gráfico acima é perceptível a prevalência da Conab como executora desta modalidade. Apesar da Conab ter se consolidado como importante executora do Programa, nos últimos anos tem havido um incentivo muito forte por parte do MDS para que os municípios aumentem e consolidem sua importância na execução desta modalidade. Como parte deste incentivo, em 2009 o MDS muda de estratégia e passa a celebrar convênios plurianuais com os municípios que possuem equipamentos públicos de alimentação (BRASIL, 2010). Também em 2009 é aprovada a Lei da Alimentação Escolar (Lei 11.947/2009), que vincula 30 % das compras da merenda escolar à agricultura familiar<sup>6</sup>. Essa estratégia de potencializar os estados e municípios como executores das políticas públicas desenhadas em âmbito federal não ocorre somente no âmbito do PAA, aparecendo também em outros programas e políticas públicas, especialmente com a criação do Plano Brasil Sem Miséria em 2010.

Em 2010 surge o Plano Brasil sem Miséria<sup>7</sup>, numa segunda etapa de políticas de combate à pobreza implementadas pelo governo federal sob a administração do Partido dos Trabalhadores. A ideia norteadora do Plano é garantir o acesso da população em situação de extrema pobreza às políticas sociais existentes de forma articulada. A linha de corte que define os beneficiários do programa é a renda familiar per capita mensal de até R\$70,00. Embora traga uma linha de corte do acesso baseada na renda familiar o plano prevê ações multidimensionais. O Plano tem três eixos de ação: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva. Trabalhando com a estratégia denominada busca ativa, os ministérios, estados e municípios são atores chaves e trabalham para identificar os beneficiários, incluí-los no Cadastro Único, garantir o acesso aos benefícios, serviços básicos e programas que oportunizem ocupação e geração de renda.



Fonte: < <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/inclusao-productiva/inclusao-productiva-rural>> acessado em 28/07/2013.

<sup>6</sup> Anteriormente, parte dos alimentos comprados pelo PAA também abasteciam as escolas públicas, o que se configurou como uma experiência importante para a elaboração desta Lei. A Lei aumenta de forma significativa os recursos disponíveis para a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, e com isso aumenta também o volume de produtos adquiridos pelo mercado institucional, neste caso, organizado pelos municípios e estados.

<sup>7</sup> DECRETO Nº 7.492, DE 02/06/2011 - DOU 03/06/2011

O Plano Brasil Sem Miséria articulou parte dos programas já existentes de combate à pobreza e desenvolvimento social e criou outros. De uma forma geral o Plano Brasil sem Miséria trouxe um modelo institucional muito diverso do que havia sido desenvolvido até então, priorizando o recorte da esfera municipal para a implementação das ações e apresentando pouco diálogo com as políticas territoriais já em curso (ZIMMERMAM *et. al.*, 2014).

Por sua vez, ao ser incorporado ao rol de ações do Plano Brasil Sem Miséria, o Programa de Aquisição de Alimentos passou por algumas reformulações (Lei 12.512 de 14 de outubro de 2011), das quais destacamos as seguintes:

- **A garantia dada ao poder executivo de estabelecer prioridades de atendimento pelo PAA a beneficiários de menor renda:** o decreto que regulamenta a Lei 12.512 de 14 de outubro de 2011 estabelece que o grupo gestor do PAA deverá estabelecer mecanismos para ampliar a participação dos beneficiários em situação de extrema pobreza, jovens e mulheres. As metas anunciadas pelo grupo gestor do Plano Brasil Sem Miséria são de ampliação do PAA de 66 mil famílias atendidas para 255 mil.
- **A dispensa de celebração de convênios para que o PAA seja executado pela administração pública estadual e municipal:** o instrumento que regulamenta a execução do programa pelos estados, distrito federal, municípios ou consórcios públicos a partir de então passa a ser um Termo de Adesão firmado entre os entes federados e o MDS. Planos operacionais anuais, como parte dos Termos de Adesão, estabelecerão metas e valores. A promessa é que o termo de adesão facilite a ação dos executores, especialmente por não se tratar de repasse financeiro. Nesta versão, o governo federal é quem realiza os pagamentos diretamente aos beneficiários, os agricultores familiares, por meio de uma instituição financeira federal.
- **A garantia de repasse financeiro às unidades executoras que tenham aderido ao PAA para contribuir com os gastos na execução do Programa:** de forma complementar o MDS dará apoio financeiro às unidades executoras que aderiram ao programa com o objetivo de contribuir no processo de operacionalização<sup>8</sup>.
- **Adoção de sistema informatizado de cadastro do PAA (SISPAA):** os termos de adesão e seus respectivos planos operacionais são cadastrados no sistema, que tem informações sobre os beneficiários fornecedores e consumidores, formas e datas de

---

<sup>8</sup> Recurso que pode ser utilizado em atividades de: a) apoio a infraestrutura de recebimento e distribuição dos alimentos; b) seleção e capacitação dos beneficiários fornecedores do programa; c) identificação de públicos específicos em situação de insegurança alimentar; d) apoio ao processamento de alimentos; e) apoio a verificação da qualidade dos alimentos; f) apoio a procedimentos de registros; g) apoio técnico e operacional as instâncias de controle social do programa;

doação, produtos doados, etc. O sistema tem como objetivo dar suporte a gestão, monitoramento e planejamento do programa. Os estados e municípios poderão pedir inclusão no Programa por meio do sistema informatizado que já geraria o termo de adesão a ser assinado e enviado ao MDS.

Com o chamado Novo PAA fica evidente a estratégia adotada de ampliação dos beneficiários fornecedores – com prioridade para àqueles agricultores considerados em situação de extrema pobreza – por meio da atuação, principalmente, dos municípios e estados (de forma direta ou indireta) como executores do Programa. Esta estratégia se alinha as ações do Plano Brasil Sem Miséria que entende como o caminho mais rápido e eficaz para atingir os mais pobres a busca ativa na identificação dos beneficiários do Plano e a articulação entre os entes federados (união, estados e municípios).

A chamada estratégia de busca ativa do Plano Brasil Sem Miséria aposta na capacidade do poder público de identificar os grupos de agricultores em situação de extrema pobreza, no sentido de “fazer o Estado chegar ao cidadão”, com o investimento na melhoria dos cadastros e sistemas de identificação e controle em posse do poder público, esta estratégia acaba fortalecendo as ações que atendem de forma individualizada os agricultores familiares. Desta forma, alinhar o PAA ao plano Brasil Sem Miséria significou apostar nos municípios e estados como executores do Programa, com ou sem a participação das organizações dos agricultores.

É importante lembrar que a modalidade do PAA que os estados e municípios executam principalmente é a Doação Simultânea, ao lado da modalidade do Leite nos estados da região Nordeste e de Minas Gerais, e da modalidade Compra Institucional, em situações mais pontuais como já descrito acima. As outras modalidades são executadas pela CONAB. Desta forma, parece pertinente a proposta do novo PAA de fortalecimento dos estados e municípios como executores da modalidade Doação Simultânea, uma vez que, segundo os números do Programa de 2003 a 2010 a Conab aparecia como a maior executora em volume nesta modalidade e bem à frente da execução dos estados e municípios.

Esta é uma mudança institucional significativa no Programa e pode indicar também uma mudança no entendimento sobre o papel do Estado e sociedade civil no desenvolvimento de políticas públicas. O que o desenho institucional do Plano Brasil Sem Miséria indica é que, ao menos no que diz respeito às estratégias de erradicação da pobreza, o Estado torna-se ator central. Considerando estas mudanças, e olhando especificamente para a trajetória do PAA e demais políticas de desenvolvimento rural das últimas décadas, é importante que se ressalte alguns elementos que contribuam para uma análise mais completa.

Em estudo sobre a execução da modalidade Doação Simultânea pela Conab junto com organizações sociais do território do sisal no estado da Bahia, Schmitt *et. al.* (2012) e Ferreira e Pinheiro (2012) mostraram que este arranjo de política mobilizou uma rede associativa e de solidariedade com grande número de organizações e atores envolvidos na região, que garantiu o acesso e continuidade dos agricultores familiares ao Programa fortalecendo seus vínculos e capacidades de ação coletiva. De acordo com as autoras, foi “Através desta rede a capacidade de mobilização de recursos e estratégias de ação dos diferentes atores para se inserir no PAA foi substantivamente potencializada” (FERREIRA & PINHEIRO, 2012: 18). Por outro lado, as autoras destacaram também que a rede associativa tinha limitações no que diz respeito a atingir outros grupos ainda não engajados ou com capacidade de mobilização, e que por isso encontravam dificuldades de acessar ao Programa. Nos parece que, de uma forma geral, o acesso ao programa por meio de organizações sociais tem demonstrado trazer maior estabilidade para que os agricultores garantam sua continuidade no PAA e a entrada em outros mercados, entretanto a capacidade de mobilização e ampliação destas redes de organizações ainda se encontram limitadas pela sua própria fragilidade em termos de infraestrutura e pessoal.

Este aspecto da infraestrutura necessária para a operacionalização do Programa, como vimos, foi tratada pelo Novo PAA. Entretanto, a garantia de apoio financeiro do MDS só incorporou os estados e municípios, funcionando como uma espécie de incentivo para a adesão dos municípios e estados ao PAA. E de fato, a possibilidade de receber recursos do MDS para arcar com os custos de operacionalização do Programa é fundamental uma vez que despesas principalmente relacionadas a coleta, armazenagem e distribuição dos alimentos pesam na conta final. Entretanto, as organizações proponentes que também realizam todas estas etapas de execução do Programa não foram contempladas pelo Novo PAA. Neste ponto, parece existir uma dificuldade por parte dos gestores do PAA de entender as organizações dos agricultores também como executoras do Programa.

A dificuldade de manter uma estrutura mínima de execução do Programa já foi abordada por alguns trabalhos sobre o PAA (GOMES & BASTOS, 2013) (GRISA *et. al.*, 2009) (FERREIRA & PINHEIRO, 2012) (SCHMITT, C. *et. al.*, 2012). Gomes e Bastos (2013), por exemplo, associaram a dificuldade de arcar com a logística do programa como própria das condições socioeconômica do público alvo do PAA. Público este que os autores entendiam como sendo os agricultores com dificuldades de acesso aos mercados. Em suas análises os autores se referiam especificamente às organizações dos agricultores. Para os autores, a falta de investimento na estrutura destas organizações acabava por excluir do acesso ao Programa organizações menores que não tinham capacidade de arcar com a logística necessária para sua execução. Esta realidade

“descaracterizaria a ação do PAA, pois não estaria desenvolvendo a construção de novas redes de comercialização para os agricultores ainda não inseridos, mas, sim, utilizando as mesmas estruturas para canais já consolidados” (GOMES & BASTOS, 2013: 15).

Temos então um conflito entre os objetivos iniciais do Programa e os objetivos das atuais ações do governo federal voltadas para a erradicação da pobreza que se expressa nas mudanças ocorridas no arranjo institucional de execução do PAA. Se por um lado a inclusão das organizações sociais no arranjo de execução do Programa contribui para o fortalecimento das redes associativas locais – tanto com o empoderamento político, quanto com o fortalecimento econômico -, por outro lado estas mesmas redes associativas apresentaram a dificuldade de se expandir e mesmo atingir os agricultores mais pobres e, por isso, com menos capacidade de mobilização social.

Se o objetivo do governo federal é atingir este público de agricultores mais pobres especificamente, parece sensata a aposta nas prefeituras para identificá-los, ao exemplo do que já ocorre com o Programa Bolsa Família. Entretanto, esta guinada do Novo PAA enfraquece umas das características de maior sucesso do Programa: a aposta no associativismo e na multifuncionalidade da agricultura familiar para a promoção do desenvolvimento local sustentável com garantia da segurança alimentar.

Ainda assim, é preciso considerar que é difícil a tarefa de atingir a pobreza rural sem alterar características mais estruturantes desta realidade, que estão muito além do alcance do PAA e também para além do Plano Brasil Sem Miséria. Como afirma Delgado (2013), o grande desafio é garantir a transição dos agricultores em situação de extrema pobreza para uma situação de produção de excedentes para a comercialização, “Os meios de produção essenciais, incluído o acesso à terra, são condição fundamental para que aqui se opere, de forma estruturante à transição de uma economia de subsistência a uma agricultura familiar produtora de excedente monetário” (DELGADO, 2013:19). O dilema sobre o melhor arranjo institucional de política pública para a promoção do desenvolvimento rural parece estar então na articulação de políticas pontuais de combate à pobreza com políticas estruturais de mudança da ordem vigente que promove tal pobreza no campo. A prevalência de um tipo de política sobre outra indica que modelo desenvolvimento rural se almeja.

---

#### **Referências bibliográficas:**

BRASIL, Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos –PAA. Balanço de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA 2003 a 2010. **Relatório**

**Descritivo**, dezembro de 2010. Disponível em [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/documentos/BALANCO%20DE%20AVALIACAO%20GRUPO%20GESTOR%20DO%20PAA%20versao%2024-02-11.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/documentos/BALANCO%20DE%20AVALIACAO%20GRUPO%20GESTOR%20DO%20PAA%20versao%2024-02-11.pdf), acessado em 15/07/2013.

BRASIL. LEI Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 03 de julho de 2003.

DELGADO, Guilherme. Marco Referencial da Avaliação Normativa do PAA. **Relatório consultoria PNUD/CONAB**. 2013. Versão não publicada.

FERREIRA, Jaqueline da Luz; PINHEIRO, Patrícia dos Santos. Nas Redes do Movimento de Organização Comunitária (MOC): um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Região Sisaleira da Bahia. **5º Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Desenvolvimento, Ruralidades e Ambientalização: paradigmas e atores em conflitos. Belém: 3 a 6 de junho de 2012.

GHIZELINI, André Augusto Michelato. Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local: uma análise a partir do programa de aquisição de alimentos. Tese (Doutorado em Sociologia) da **Universidade Federal do Paraná**, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Curitiba, 2010.

GOMES, Aldenor; BASTOS, Fernando. Programa de Aquisição de Alimentos: uma avaliação institucional. Palestra. **44º Congresso da SOBER**. Fortaleza-CE, 2006 Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/5/1083.pdf>, acessado em 10/05/2013.

GRISA, Cátia *et. al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: apontamentos e questões para o debate. Relatório de Pesquisa. Seminário Temático Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Actionaid Brasil**. Juazeiro-BA: 2009.

GRISA, Cátia. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 2, p. 97-129, mai-ago/2010.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da ação Pública**. Tradução de George Sarmento. Maceió: EDUFAL, 2012.

MÜLLER, Ana Luiza. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007. 128 f.

SCHMITT, C. *et. al.* **Relatório de Pesquisa**. Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas na Bahia e no Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas, uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p.20-45.

ZIMMERMANN, S. A.; GRISA, C; TECCHIO, A.; LEITE, S. P.; BONNAL, P.; CAZELLA, A.A.; DELGADO, N.; MALUF, R. J.; MATTEI, L. Desenvolvimento territorial e políticas públicas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.9, n. 17, p. 540-573, abr., 2014.



**As Feiras Agroecológicas como concepção de Desenvolvimento Rural: a experiência de Mossoró (RN)**

**Autor A<sup>1</sup> Joaquim Pinheiro de Araújo**  
**Autor B<sup>2</sup> Zildenice Matias Guedes Maia**  
**Autor C<sup>3</sup> Paulo Sidney Gomes da Silva**

<sup>1</sup> Dr. Em Ciências Sociais/Professor Adjunto/ Universidade Federal Rural do Semiárido, joaquim\_rn@ufersa.edu.br

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio Grande do Norte/zildenice@hotmail.com /

<sup>3</sup> Mestre/ Professor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/ paulo.gomes@ifrn.edu.br

**Resumo**

Este Trabalho versa sobre a experiência de processos de transição para uma agricultura de base ecológica a partir do grupo de agricultores-feirantes que fazem a Feira Agroecológica de Mossoró-RN. Para essa investigação foram utilizadas algumas categorias analíticas essenciais. Assim, buscou-se investigar os possíveis impactos e impasses, e os diversos avanços e obstáculos dessa iniciativa ao longo dos seis anos de sua existência. A pesquisa diagnosticou que o quadro real da feira apresenta um hiato entre aquilo que está idealizado e concebido pelos seus participantes e aquilo que está concretizado até o momento, e que trata-se de experiência exitosa que em forma de broto, aponta para possibilidades distintas de desenvolvimento rural.

**Palavras-chaves:** Agroecologia; Feiras Agroecológicas; Desenvolvimento Rural.

**Introdução**

A Feira Agroecológica de Mossoró FAM foi criada em 2007. Essa iniciativa já era acalentada por um conjunto de agricultores e agricultoras, entidades de assessoria, tendo a mesma se concretizado em junho desse ano. Vale frisar que esse processo está no bojo de um amplo movimento estadual de fortalecimento da agroecologia em municípios potiguares. Essa dinâmica vem sendo fomentada por entidades que compõem a Rede Pardal (Rede de Entidades de Assessoria), além de instituições como a Rede Xique-Xique (Rede de Comercialização Solidária), SEBRAE e alguns apoios financeiros advindos do governo federal.

O primeiro passo foi a formação de um grupo de vinte famílias que participaram de uma série de cursos financiados pelo SEBRAE. Tal iniciativa objetivava contribuir para que os agricultores compreendessem o desafio de

comercializar diretamente sua produção e, a partir disso, construísssem estratégias compreendendo desde a produção até a logística necessária para a concretização da feira.. Para tanto, foi constituída uma associação para dar suporte a essa iniciativa. O SEBRAE também disponibilizou parte da infraestrutura como as barracas e o sistema de produção PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), além de um agrônomo com experiência em agricultura orgânica.

A feira tem início na madrugada do sábado com a chegada dos feirantes e consumidores. Das vinte famílias que iniciaram a experiência, oito desistiram alegando dificuldades. As doze restantes, apesar de conscientes dos desafios, mostraram-se animadas e motivadas a continuarem com a feira.. Um dos fatores motivadores certamente é o certificado que recebem atestando que praticam agricultura ecológica. Foi percebido que existe um hiato entre o que está sendo produzido e a procura pelos consumidores. Isto é, logo nos primeiros momentos da feira, a maioria dos produtos, principalmente os *in natura* (frutas e verduras) acaba, sobrando os beneficiados como o mel e a castanha. Isso demonstra, por um lado, uma insuficiência da capacidade produtiva e, por outro lado, mostra o grande potencial de expansão da feira, tanto para aumentar a produção das famílias já inseridas como evidencia a real possibilidade de integração de novas famílias. Percebeu-se a importância da Feira Agroecológica de Mossoró (FAM) para as famílias agricultoras envolvidas, os consumidores e para a própria cidade, sem desconsiderar os impasses que impedem que essa experiência adquira uma maior dimensão e alcance.

Pode-se considerar que a Feira Agroecológica de Mossoró (FAM), já se mostra consolidada em termos de funcionamento, já que acontece regularmente aos sábados ao longo de seis anos, trazendo, sobre alguns aspectos, satisfação para os dois sujeitos que viabilizam essa experiência: agricultores/feirantes e consumidores. Por outro lado, parece que a mesma não consegue superar seu estágio atual e alcançar outros agricultores, mesmo que seja dos locais onde residem, assim como ampliar significativamente a quantidade de consumidores.

O centro da investigação da pesquisa foi desvendar a dimensão desse aspecto contraditório. Isto é, quais os fatores que sustentam a existência da Feira por um período tão longo, assim como, quais são as fragilidades estruturais que limitam a sua expansão.

Para responder essas questões, partiu-se da hipótese que o grupo encontra-se em um processo de **transição agroecológica**, ou seja, em um estágio intermediário e contraditório de negação do modelo convencional e de afirmação da perspectiva agroecológica. Ela pode ser comprovada pela persistência e avanços conquistados ao longo dos seis anos de existência da feira, mas também pelas debilidades e dificuldades em atingir outros patamares relacionando a alguns aspectos, tais como, **na parte produtiva**, com o desafio de avançar na produção de base ecológica que possibilite uma maior e melhor variedade de produtos; **na logística da feira**, infraestrutura de transporte e no próprio espaço em que ela funciona; **na comunicação com a sociedade**, que consiga persuadir amplos setores de consumidores em potencial existente em Mossoró; **na relação com o poder público**, pela ausência de apoio efetivo para toda a cadeia que compõe a feira: produção, beneficiamento e comercialização.

A exemplo de várias experiências no Brasil, a construção de feiras agroecológicas tem se constituído como um instrumento de reflexão e vitalidade do processo em curso de fortalecimento da agricultura de base ecológica desenvolvida por agricultores/as experimentadores, e apoiado por entidades de assessoria que buscam contribuir para que essas ações ganhem maior espaço na sociedade.

As feiras agroecológicas são iniciativas de cidadania pela sua novidade na forma organizativa em que todo o complexo processo de produção e comercialização é colocado em questão, gerando um movimento de produção e consumo desconectados das redes global dos impérios alimentares (PLOEG, 2008).

Tem-se percebido que através dessas experiências, busca-se romper com a concepção da agricultura, baseada nos pacotes tecnológicos inspirados na Revolução Verde, para uma alternativa centrada nos potenciais endógenos, construindo um imbricamento entre consumo familiar e comercialização, potencializando uma relação e reconhecimento de produtores e consumidores como parceiros.

Para Canuto (1998), as diferentes formas de compra direta de produtos agrícolas no Brasil é um processo recente e promissor, que tem mostrado algumas vantagens para o produtor e o consumidor. Para o primeiro, a supressão dos intermediários, potencializando maior retorno econômico e a possibilidade de ouvir dos consumidores avaliações do que está produzindo; para o segundo, adquirir produtos mais frescos a preços mais baixos, favorecer pequenos e médios produtores, além de

obtenção de maior conhecimento sobre a origem e forma de produção dos alimentos que vai consumir.

Essas novidades precisam ser analisadas para além da escala quantitativa do que estão produzindo e comercializando. O seu formato tem elementos muito distintos do modelo convencional dos sistemas agroalimentares, pois nesses casos os agricultores são sujeitos do processo. Por isso, vislumbra-se possibilidades de avanço, em comparação ao estágio atual, já que os grupos envolvidos com a produção e organização da feira estão em movimento, empolgados e abertos a novos conhecimentos a partir de suas participações em espaço de formação e intercâmbios, além de mais ativos para exigirem políticas públicas que fortaleçam suas opções.

É possível afirmar que uma das diferenças entre os agricultores que fizeram a opção pela agroecologia, inseridos em feiras agroecológicas em comparação com aqueles que ainda não a descobriram, é a percepção da própria agricultura. Enquanto estes estão muito pessimistas com as possibilidades de melhoria de vida por meio da atividade agrícola, os agricultores agroecológicos estão animados e sendo alimentados nos espaços de que participam. Logicamente, sem desconsiderar o contexto hostil que os cercam em termos de concepções de desenvolvimento e políticas públicas que permanecem predominando em favor do agronegócio.

Quando estão comercializando seus produtos, seja nas feiras, nos programas institucionais ou diretamente nas proximidades, o retorno econômico é apenas uma das dimensões positivas. Nota-se que esse processo tem dado vazão à autoestima de produzirem um alimento diferenciado e fazem questão de dizer que seus produtos não têm veneno. Além disso, o ato de comercializar possibilita o exercício do diálogo com um público diverso, contribuindo para os tornarem mais extrovertidos, comunicativos e informados de temáticas variadas.

### ***O estado da arte nos olhares dos agricultores-feirantes***

No geral consideram que estão avançando e que já superaram vários obstáculos ao longo desses seis anos, principalmente no que concerne a parte da produção orgânica. Porém reconhecem uma série de entreves que permanecem, limitando uma oferta maior e mais constante que pudesse aproximar da demanda atual, entre elas, destacam o pouco apoio em termos de políticas públicas, com destaque para a assessoria técnica agroecológica.

Antônio França, agricultor participante da Feira, considera que:

O principal avanço que houve foi o aumento da produção, mas a demanda ainda é maior que a oferta. Então o que desejo era que houvesse um programa de incentivo do governo com uma ajuda financeira específica para aplicar na produção, com isso iria melhorar bastante a produção.

Nesse sentido, reivindicam programas de incentivo, por parte do poder público, que financie o processo de transição agroecológica, fundamental para melhorar e aumentar a produção.

Como a feira é construída por um amplo coletivo, afirmam terem dificuldade em construir uma proposta consensual e que se concretize numa divisão de responsabilidades entre os agricultores que resultasse no abastecimento da feira com uma diversidade maior de produtos e de forma constante. .

No que diz respeito às dificuldades referente aos transportes, Antônio França considera:

A maior dificuldade que estamos enfrentando no momento é o transporte, pois é cada um por si e quem não tem um veículo não tem condições de comercializar na feira. E isso não tem solução porque os assentamentos são muito distantes um dos outros. Então só teria solução se fossem vários transportes, e mesmo assim acha que não teria condições já que o gasto seria enorme.

Sobre os projetos futuros, acham que o principal é aumentar e sistematizar melhor a produção e a oferta que garanta mais constância e diversificação de produtos. Para isso, é fundamental melhorarem a infraestrutura produtiva e avançarem na organização coletiva de toda a logística da feira.

### ***O perfil dos consumidores e sua visão sobre a feira***

O perfil dos consumidores é bastante distinto. Dentre os entrevistados, encontramos desde professores universitários, até profissionais da área da saúde. Os motivos elencados pela adesão a FAM são apresentados por Samuel que é consumidor da feira desde o seu início. De acordo com o mesmo, os motivos que o levaram a se tornar consumidor da Feira são de múltiplas razões, desde a preocupação com a saúde pessoal até a cumplicidade com os agricultores da agricultura familiar e sensibilidade ambiental.

Quando indagado sobre o início da participação dos consumidores ao espaço agroecológico, Samuel destaca como se deu sua adesão:

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909  
CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ  
CNPJ: 10.269.919/0001-39  
Email: rdestudosrurais@gmail.com

Bom (risos), desde que a feira começou, quando eu soube que a feira iria ser implementada que eu já inclusive tinha participado de uma experiência anterior com o pessoal da Rede XiqueXique com as mulheres lá do Assentamento Mulugunzinho... então, aí na hora que eu soube que ia acontecer a feirinha imediatamente eu fui lá, tanto é que eu acompanho a feirinha desde então.

Em relação à diversidade dos produtos, observou-se nas entrevistas que os consumidores, mesmo considerando que é ofertado uma razoável variedade, existe muito espaço para melhorias, inclusive em quantidade que atenda à demanda, que contemple formas de beneficiamento da produção como forma de agregar valor e, por conseguinte, incrementar a renda das famílias agricultoras. Refletindo as feiras agroecológicas como espaços de sociabilidades, Cassol (2013, p. 21) afirma que “ao interagirem nestes espaços, produtores e consumidores trocam valores sociais e culturais que conferem significados e sentidos às suas ações econômicas e valorizam variedades locais de alimentos”.

Esses outros sentidos para além da relação mercantil de compra e venda de mercadoria é também percebido na Feira Agroecológica de Mossoró. Não se trata apenas de um espaço em que consumidor objetiva tão somente adquirir um produto e pagar por ele. . Percebemos que alguns consumidores além de serem assíduos à feira, têm laços de proximidade com os agricultores. É comum presenciar, logo após a compra de produtos, cenas de conversas descontraídas entre consumidores e agricultores sobre assuntos relacionados ao processo produtivo, bem como sobre questões do cotidiano de ambas as partes. Muitas dessas conversas se dão ao mesmo tempo em que se saboreia o café de Dona Maria, agricultora conhecida por trazer diferentes bolos e café para a feira.

Indagados sobre qual a importância da feira, os consumidores reagem com diferentes argumentos. Alguns enfatizam que por se tratar de uma iniciativa da agricultura familiar, ao valorizarem a iniciativa, contribuem para o bem-estar e permanência desse público onde residem e trabalham. Outros afirmam que à medida que os agricultores obtêm sucesso na comercialização dos seus produtos terminam por melhorar., sua alimentação, já que uma parte fica para o autoconsumo e suas comunidades. Tem também um perfil de consumidores, geralmente com frequência mais esporádica, em que o centro de suas preocupações está relacionado com saúde pessoal e de seus familiares; outros ainda acham que a experiência é importante por se tratar de agricultores que fazem agricultura sem agredir o meio ambiente como acontece com o modelo agrícola convencional.

Durante o período da pesquisa, Augusto, frequentador assíduo da feira e trabalhador da saúde pública fez um depoimento interessante, relacionando seu estado de saúde com a frequência à feira. Afirma que nos períodos de férias, quando, por estar fora de Mossoró, deixa de consumir os produtos da feira percebe uma alteração negativa em sua saúde, voltando à normalidade quando retoma a rotina de frequentar e consumir os produtos agroecológicos, adquiridos na feira.

Porém, é relevante ressaltar que, na realidade, não existe consumidores que frequentam a feira motivada por apenas uma questão. Predomina entre eles, motivações variadas, ainda que com ênfase diferente. Até porque, à medida que frequentam com mais assiduidade terminam, sendo influenciado pelos princípios que norteiam a existência da feira. Nesse sentido, pode-se afirmar que estamos diante de consumidores com novos valores quando comparados àqueles que frequentam exclusivamente as redes de supermercados e os *Shoppings centers*.

Alguns, mostrando uma preocupação com o futuro da feira, afirmam que um maior apoio em termos de assessoria técnica seria fundamental para potencializar a diversificação da produção com mais ofertas de hortaliças, frutas, raízes, etc. Pois avaliam a oferta de tais produtos como limitados. Uma outra questão, não menos importante, diz respeito ao papel dos consumidores para o fortalecimento da feira. Levantou-se que os próprios consumidores poderiam fazer mais divulgação nos seus locais de estudo, trabalho e moradia. De forma mais concreta, chegou-se a propor a organização de grupos de consumidores com demanda mais definida, os quais poderiam obter seus produtos num ponto único de distribuição, como exemplo na UFERSA.. Nessa perspectiva já existe uma discussão inicial na Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), entre alguns estudantes e professores.

### *As iniciativas recentes*

A permanência da dinâmica da feira tem contribuído para o surgimento de parceria que possibilite uma aproximação com a perspectiva da agroecologia em sentido mais amplo, propiciando uma maior autonomia em seus processos produtivos e de comercialização quando comparado à lógica do sistema agroalimentar predominante. Mais recentemente, vários integrantes da FAM foram contemplados com as tecnologias dos programas da ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro).

Para além da importância da aquisição de tecnologias sustentáveis, social e ambientalmente, a integração de membros do FAM nas diversas atividades de capacitação, intercâmbio e ações em torno da concepção de convivência com o semiárido tem contribuído para a afirmação cultural e produtiva da agricultura de base familiar e camponesa. Acredita-se que esses valores constituem um pressuposto fundamental para o fortalecimento da perspectiva da agroecologia entre os agricultores-feirantes.

É oportuno ressaltar que a experiência da FAM está inserida em um contexto maior de fortalecimento da Agroecologia no estado. Com base nessa discussão, apresentamos uma tabela em que elencamos as outras experiências de Feira Agroecológica no Estado do Rio Grande do Norte, é importante acentuar que algumas dessas experiências foram visitadas pelos membros da pesquisa, assim como agricultores e agricultoras da FAM.

Figura 1 – Feiras Agroecológicas do Estado do Rio Grande do Norte

Nome/Cidade	Dia/Horário
Caraúbas	Todos os sábados pela manhã
Lucrécia	Todos os domingos, a partir das 6h
Ipanguaçu / Feira Agroecológica	As sextas-feiras pela manhã
Umarizal	Segunda-feira, a partir das 5h
Mossoró/FAM	Aos sábados de manhã
Natal	Terça-feira, das 8h às 10h30
Macaíba	sextas-feiras.
Natal/ Feirinha agroecológica	quartas-feiras, a partir das 7h
Olho D'água do Borges	
Umarizal / Feira dos Produtos Orgânicos	Sábado (quinzenal)
São Miguel do Gostoso	Semanal – segunda
Pedra Grande	Semanal - segunda
Janduís	Semanal – segunda

Fonte: (PRÓPRIA, 2013)

### *A percepção da pesquisa*



A hipótese principal que norteou a presente pesquisa foi a de que a FAM tem um aspecto contraditório. Ao mesmo tempo em que já se apresenta como uma experiência razoavelmente consolidada enfrenta problemas para se expandir e responder as demandas do público consumidor que a frequenta.

Desse modo, percebe-se que os agricultores e agricultoras da FAM perceberam a viabilidade de optarem pela produção orgânica, Haja vista à crescente demanda e os diferentes canais de comercialização de seus produtos, como afirma como afirma Francisco:

A Feira apenas é um dos quatro meios de comercialização, pois entrego os produtos semanalmente na Rede Xique-Xique (espaço de comercialização que integra diversas comunidades e assentamentos da região), vendo na própria comunidade Serra Mossoró e, ainda destinoparte da produção para o Programa de Alimentação Escolar (PNAE).

Segundo seus cálculos, em 2013 comercializou próximo a R\$ 10.000,00 para o PNAE e R\$ 9.000,00 nos três outros canais descritos acima.

Diferentemente do caso anterior, o agricultor João, Assentamento Paulo Freire, ainda não está participando do PNAE, embora venha discutindo com outros agricultores do seu Assentamento e com a direção da escola local sobre a inserção nesse programa. Contudo, faz entrega de produtos em algumas residências em Mossoró. Ademais, os agricultores deste assentamento estão discutindo a criação de um espaço de comercialização na movimentada BR 304.

Emanuel, jovem agricultor do Assentamento Jurema, que trabalha mais com castanha de caju e carne de caprino e ovino, administra um ponto de comercialização, denominado Bodega do Bode, localizado às margens da RN 013, que interliga Mossoró ao município praiano de Tibau, conhecido por receber grande movimentação de turistas,

Ainda que nem sempre os produtos sejam suficientes para os consumidores que a procuram e com uma inconstância naquilo que é oferecido, as nove barracas que compõem a feira apresentam uma boa diversificação. Em seu conjunto, pode ser encontrados produtos de origem animal como carne de caprino, ovino, galinha e ovo caipira e leite bovino. Em termos de frutas, é frequente a oferta de laranja, acerola, manga, melão, melancia, caju, pinha, coco, banana, a depender das estações e o período

de safra. Em relação às hortaliças, as mais comuns na feira são, coentro, cebolinha, rúcula, alface, tomate cereja, pimentão, couve e espinafre.

Também podem ser encontrados alguns produtos que passaram por processamento como o bolo de macaxeira, batata e de leite, queijo e mel, além de polpas de frutas.

Vale ressaltar que a presente pesquisa coincidiu com a estiagem dos dois últimos anos (2012 e 2013), comprometendo bastante a capacidade produtiva. Mesmo os agricultores que têm poços tiveram dificuldades em virtude da escassez de água para irrigação. Tudo isso, provocou aumento dos custos, trabalho e uma redução na produção.

### ***Conclusões de um processo em curso***

Como conclusão, importante deixar claro, inclusive pelos próprios limites de tempo e condições objetivas que cercaram essa pesquisa, que os resultados aqui apresentados são resultantes de um olhar na busca uma melhor apreensão de todo o processo da Feira Agroecológica de Mossoró, carecendo, portanto, de outros olhares complementares ou mesmo distintos. No que diz respeito a ausência ou ineficácia de políticas públicas que venham ao encontro de experiências como a Feira Agroecológica de Mossoró, tomamos como referência a afirmativa de Romano (2011, p. 140) que afirma:

A falta de um debate sistemático específico sobre as questões teóricas e metodológicas da análise dentro do campo – sinal claro do seu estado incipiente – teria contribuído para o não-aprimoramento das próprias abordagens e enfoques. Em alguns casos, essa articulação beira o ecletismo ao misturar conceitos e propostas de abordagens e enfoques e, em princípio excludentes, sem o necessário trabalho de desconstrução e reconstrução conceitual e epistemológica.

Nesse sentido, é preciso atentar que políticas públicas implementadas têm que ir ao encontro das reais necessidades dos atores envolvidos e interessados. Sobretudo, têm que ser políticas que sejam construídas a partir do diálogo, da interação com os moradores do espaço rural, de modo a atender ou ao menos, perceber as expectativas dessas pessoas no que diz respeito ao seu futuro enquanto agricultor e agricultora familiar.

Porém, conclui-se que embora imersa em um contexto de muitas adversidades em termos de infraestrutura ainda insuficientes, de dificuldades nos processos produtivos, na ausência de uma assessoria técnica agroecológica, assim como créditos e outras políticas públicas essenciais para impulsionar esse processo, ao fim e ao cabo, pode-se afirmar que essa experiência consolida-se como uma novidade e contribuição para mostrar a viabilidade e desafios das Feiras Agroecológicas como instrumento para se repensar e agir em uma nova perspectiva de Desenvolvimento Rural.

Nesse sentido, ela já significa um marco prático de uma nova forma de fazer agricultura e de comercialização dos seus produtos, ou seja, já é semente e pode se transformar em broto da transição agroecológica.

### Referências

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universitaria/UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 2, 2003. Disponível em <<http://agroeco.org/brasil/material/agrocobrasil-jalcione.pdf>>. Acesso em 20 out 2006.

CARVALHO, Horacio M. **Comunidade de resistência e de superação**. Curitiba, 2002. (Mimeo)

CANUTO, João C. **Agricultura ecológica em Brasil: perspectivas socioecológicas** (Tese de Doutorado). Córdoba: Programa Agroecología, Campesinado e Historia. ISEC – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos e ETSIAM – Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes. Universidad de Córdoba. España, 1998.

CASSOL, Abel Perinazzo. **Redes Agroalimentares Alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança**. Dissertação de Mestrado. 185f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa De Pós-Graduação em Sociologia. Porto alegre, 2013.

CERVO, Amando L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5 ed. Sao Paulo: Prentice Hall, 2003.

COSTABEBER, Jose. Transição agroecologica: do produtivismo a ecologizacao. In: CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, Jose A.(Org.). **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

CUNHA, Marialdo S. **Estudo comparativo de feiras agroecológicas**: Janduís, São Miguel do Gostoso e Apodi. Rede Parda: 2009 (mímio).

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentáveis**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

NIERDELE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiano Machado (orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. 393p.

PLOEG, Jan D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre. UFRGS Editora, 2008.

SABOURIN, Eric; MENEZES, Marilda et. al. **Novas agriculturas familiares ou novas agriculturas camponesas?** Análise a partir de exemplos no Brasil e na França. In: Anais: XI Congresso Mundial de Sociologia Rural. Noruega, 2004.

SANTOS, Boaventura S. **Gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio; MENESES, Marilda; GOMES DA SILVA, Aldenor; BEZERRA, Islândia (Orgs). **Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2014.

WHITAKER, D. Soberania alimentar e assentamento de reforma agrária. In: FERRANTE, Vera L. B.; WHITAKER, Dulce C. A. (Org.) **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. São Paulo: Uniará[co-editor], 2008.

**As Novas Disputas no Meio Rural e o Caso do Programa do Leite no Sertão da Paraíba.**

**Autora Janine Vicente Dias<sup>1</sup>**  
**Autora Ramonildes Alves Gomes<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais - UFCG e Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande.

[janinefdias@gmail.com](mailto:janinefdias@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia - UFPE e Professora da Universidade Federal de Campina Grande.

[rnildes@hotmail.com](mailto:rnildes@hotmail.com)

**Resumo:** (No máximo de 500 caracteres)

A proposta do trabalho é compreender a reconfiguração de grupos sociais historicamente estabelecidos e que agora se apresentam sob novas bases apoiados em políticas públicas para o meio rural, e cuja disputa de posições apresenta um novo paradigma de existência social. A observação será na região do Médio Sertão Paraibano, escolhida pelo poder patrimonialista da terra e pela implementação do programa Produção de Leite na Agricultura Familiar, que revelará alianças e tensões dos diferentes grupos/classes.

**Palavras-chaves:** políticas públicas, agricultura familiar, novas ruralidades.

**Corpo do trabalho**

O debate sobre o mundo rural tem sido intenso nestes últimos anos, enriquecendo-se tanto do ineditismo das pesquisas acadêmicas como da reabertura de certos problemas que não podem ser solucionados apressadamente. Uma destas questões que a história não finda e que pode ser retomada pela Sociologia com apuro é o problema da existência de “classes sociais”, em especial, no campo, que carece de mais investigações e considerações, sobretudo no contexto atual. No entanto, para alguns estudiosos a sociedade moderna e suas mudanças sociais diminuíram a influência das classes na história de vida e nas identidades, orientando em seu lugar, a reflexividade e o individualismo. A classe parece, assim, não cumprir mais um papel nos discursos diagnósticos sobre as sociedades modernas avançadas.

A proposta deste trabalho acompanha esse impasse teórico-metodológico e enseja revisitar tal conceito, no entanto, a inquietação maior está no desejo de compreender a reconfiguração de grupos sociais historicamente estabelecidos e que agora se apresentam sob novas bases apoiados em políticas públicas para o meio rural. Esta investigação parte da observação de mudanças evidenciadas que apontam a formação de um novo espaço social organizado pelas ações e relações de agentes e grupos de agentes que se reposicionam e disputam um lugar neste mundo rural. A ideia é organizar um debate em torno desta questão a partir de uma abordagem relacional e contextualizada, fundamental na análise das dinâmicas de mudanças sociais vivenciadas, neste caso,

pelos diferentes sujeitos do campo possibilitando a leitura de representação da nova ruralidade cuja disputa de posições apresenta um novo paradigma de existência social. Para apreender esta realidade, é preciso valer-se de algumas categorias analíticas, em especial, de Pierre Bourdieu, que ressalta a necessidade de “construir o espaço social como estrutura de posições diferenciadas, definidas, em cada caso, pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital” (BOURDIEU, 1996, p 29).

#### 1. PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

No Brasil, recentemente, vem sendo alargado o debate em torno da noção de desenvolvimento rural. Para Schneider (2007) vários fatores contribuíram para reorientar esta discussão, dentre eles destacam-se: a) o fortalecimento das discussões em torno da agricultura familiar e o seu crescimento como categoria política; b) a forte influência do Estado no meio rural pelas políticas para agricultura familiar (PRONAF); c) a reforma agrária; d) a segurança alimentar; e) a mudança de posição das elites agrárias em relação as políticas sociais para o meio rural; f) a discussão do tema sustentabilidade ambiental.

Entre as populações rurais consideram-se, especialmente, aquelas formadas por agricultores familiares que historicamente foram relegados a um plano secundário no Brasil, mas que hoje têm sido fortemente destacados, reconhecidos enquanto uma categoria ocupacional, constituindo-se como uma alternativa de geração de emprego e renda no meio rural. É importante novamente lembrar que tal realce é propiciado após a institucionalização da política pública PRONAF – Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996, criado para fortalecer este grupo. Por isso, é evidente que as mudanças mais comentadas no meio rural remetam-se quase sempre a agricultura familiar, considerada fundamental, mas não exclusiva, na promoção do desenvolvimento rural.

Nos últimos anos, portanto, é notória a importância que se dá as formas familiares de produção e suas relações com os processos de desenvolvimento, tornando-se mais aberto o lugar que o camponês ocupa no meio rural, principalmente quando alinhado a categoria de agricultor familiar. Esta projeção de categoria social no Brasil se institui, especialmente, através das políticas governamentais, e seus referenciais, que avalizam um papel de protagonista a estes sujeitos. Estas políticas são elas mesmas, construções sociais da realidade, cujas evidências representam apenas uma possibilidade. Convém fazer este destaque como forma de alerta sobre os quadros de referência que expõem uma realidade local ou global. Para Pierre Muller (2003) apud Massardier (2011 p 76):

“Elaborar uma política pública consiste, primeiramente, em construir uma representação, uma imagem da realidade sobre a qual queremos intervir. É em referência a essa imagem cognitiva que os atores organizam sua percepção do problema, confrontam suas soluções e definem suas propostas de ação: denominaremos essa visão do mundo ‘referencial de política pública’”.

A questão que aqui interessa é a amplitude da construção dessa realidade social, pois muitas das discussões afiliadas ao desenvolvimento rural e desigualdades socioeconômicas ainda se limitam a concentrar-se em um sujeito: o pobre ou pequeno produtor, se desvincilhando de outros agentes existentes no meio, como: os ricos, grandes e médios produtores. Observar estes grupos distintos e sua relação com este novo espaço rural é de grande valia para entender todo o processo social, econômico e político decorrente das tensões, resistências, alianças e reposicionamentos. Destarte, as investigações realizadas nas áreas rurais devem ter como primeiro desafio construir referenciais da realidade a partir da observação de todos os agentes ou grupos de

agentes envolvidos, seus pontos de vista e interesses que são determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem modificar ou conservar.

Com efeito, é imperativo que a ação pública se volte para a situação das famílias rurais e revele os problemas causados pela pobreza, decorrente das restrições de acesso aos bens e serviços indispensáveis para a qualidade de vida. Mas, é necessário também organizar neste quadro as outras categorias que compartilham da vida rural, como os grandes e médios proprietários ou elite agrária. Este grupo, historicamente emponderado e que agora se apresenta sobre novas bases, deve ser levado em consideração neste novo contexto, pois também participa da vida social, econômica e cultural no campo, com seus jogos de interesses, tomadas de posições e formação de alianças que muito interferem e até modificam a própria ação pública.

No mundo rural do camponês nordestino, a elite ainda vive. E mesmo com a decadência do latifúndio baseado no sistema algodão-pecuária, estes grupos continuam a atuar e formular seus discursos. Com a emergência de novos atores neste meio rural, com a evidente reformulação das relações entre os grupos sociais, como é que hoje a elite se relaciona com a nova situação/posição social do camponês-agricultor familiar, que adquiriu mais capital? E como estes grupos se recompõem para permanecerem em sua posição, mesmo participando de práticas e políticas sociais destinadas ao agricultor familiar? Como o camponês se comporta diante desta elite? Como se impõe aos padrões e proprietários? E quais seriam os referenciais dessa posição social? Estaria apenas no imaginário simbólico? O tema proposto “Mundo Social em Disputa: uma releitura do lugar do camponês e da elite agrária no novo rural” se interessa particularmente em apreender estas transformações sociais de “classe” ou categorias, que podem ser percebidas através do embate das diferentes posições sociais, anunciados nas ações cotidianas dos grupos.

A proposta da temática se justifica como já exposto anteriormente, pela possibilidade de fornecer uma nova perspectiva de reflexão sobre o envolvimento de diferentes atores sociais nesta nova conjuntura do meio rural, organizada em torno do conceito de desenvolvimento rural e políticas públicas. A intenção é oferecer a compreensão do processo de reposicionamento das “classes sociais” ou categorias sociais, como resultantes das tensões e entrelaçamentos dos diferentes projetos de vida. Percebe-se, de antemão, que a proposta não é uma tarefa simples, dependerá dos cuidados do pesquisador e sua forma de olhar e ouvir estes diferentes sujeitos. Diante disso, cabe ainda, antes de iniciar a discussão do problema, explicar como se deu a atração da escolha do objeto. Segue o depoimento, na primeira pessoa, a título de esclarecimento:

“Sendo eu, filha e neta de agricultores, a realidade do campo nunca foi estranha. Mesmo morando na ‘rua’ (Arara, Curimataú paraibano), passava boa parte do inverno no sítio e nos roçados. Já na seca, ia menos, apenas para visitar uma ou outra cria de animal. Era uma prática comum, todos os anos eram assim. A propriedade era pequena e o meu pai e tios cuidavam dela sozinhos, só contratavam “trabalhadores alugados” no tempo de colheita. Nunca tive contato com fazendeiros ou grandes proprietários. Hoje, morando no sertão da Paraíba, convivo com este grupo até então desconhecido. Escuto com entusiasmo histórias antigas de grandeza e do poder da propriedade, das benfeitorias para a comunidade, da vida política, da produção de outrora, das boas festas... E num tempo só, participo da nostalgia, da tristeza de quem não pode produzir como antes. O homem que escuto é um dos grandes herdeiros de propriedade da região e ao mesmo tempo um pequeno produtor... Ele não aceita este novo mundo rural, que não participa como quer. Por um momento, se volta e esbraveja com o modo de vida dos seus moradores: ‘eles

não abrem mais a porteira para o patrão'. Em outro lugar, fora da casa-sede, escuto quando o morador diz: 'agora é todo mundo igual'. Todavia, a distinção existe, e ambos sabem disso. Mas como é essa distinção hoje? Como houve este reposicionamento? É diante deste recorte que considere a importância de dar voz aos dois grupos e escutar como ambos encontram hoje o mundo rural. (Janine Dias).

E é diante das tradições e tensões, das lentes distintas para ver o mundo, de posições alteradas, de resistências, revoltas e autonomia, que se percebe a amplitude de questões que precisam ser respondidas. Por isso, é primordial também que se considere o desabafo desta elite, que procura "um lugar no mundo que era seu" (Doutor Antonio, 84 anos, grande proprietário de terra).

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS QUESTÕES DE PESQUISA

O encontro no novo mundo social entre o camponês e a elite agrária acontece hoje de forma diferente, especialmente pelos novos espaços criados pelas políticas públicas de desenvolvimento como proposição de mudança rural. O lócus escolhido para visualização destes encontros, destas representações é o Território do Médio Sertão, através de um programa social, denominado: Produção de Leite na Agricultura Familiar, ou simplesmente, Programa do Leite. A elaboração da proposta deste programa (Governo Federal e Estadual) nasce da ideia de que a criação animal desempenha um papel fundamental na sustentabilidade da unidade produtiva da agricultura familiar, em face da inconstância de chuvas que afeta diretamente a produção agrícola. Os animais representam, portanto, fonte importante de alimentos para a família, além de significar renda e poupança a médio e longo prazo.

Instituído em 2003, através de uma parceria entre Governo do Estado e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Programa Leite da Paraíba foi lançado para distribuir leite para as famílias que vivem abaixo da linha de pobreza, no Estado, assegurando a essa clientela o direito à alimentação e ao mesmo tempo, proporcionando um aumento na renda dos pequenos produtores de leite, garantindo aos mesmos a compra do leite a um melhor preço, sem atravessadores, fomentando a autonomia e geração de maior rendimento familiar. Entretanto, há nele sérios problemas já identificados que comprometem o cumprimento de seus objetivos. Em um levantamento realizado pela Comissão de Criação do Pólo Sindical da Borborema e pela Central das Associações dos Assentamentos do Alto e Médio Sertão Paraibano (2009), foi constatada uma série de problemas, dos quais interessa diretamente este: criadores que não estão dentro dos critérios do Programa para serem fornecedores do leite, mas, participam vendendo o leite utilizando para isso agricultores familiares cadastrados.

Estes criadores que não estão enquadrados nestes critérios são em parte alguns grupos da elite agrária que se encontra com problemas econômicos, de capitalização amortecida em sua produção rural. Estes proprietários, não conseguem produzir como antes por uma série de fatores históricos e alguns mais recentes, como as políticas de concessão de crédito rural, que possuem programas de focalização e exigem também determinados critérios, alguns localizados dentro dos quadros de referência das políticas públicas. Obviamente, que também se encontram neste âmbito outros sujeitos com boa situação econômica que aproveitam as falhas de fiscalização do programa para se inserir e captar uma renda fixa. É importante aqui se atentar para a diferenciação destes dois grupos de grandes proprietários: aqueles que produzem e aqueles que não produzem, pois suas relações com o mundo rural e ações públicas se configuram a partir deste mote.

Deste modo, uma parte da chamada elite agrária busca um lugar ou mesmo uma brecha no mundo social do camponês – agricultor familiar para se reencaixar na



produção. A via mais procurada é o acesso deste mundo através das políticas públicas locais. Mas, como a elite agrária se sente participando (dependendo) de um programa destinado à outra “classe”, categoria? E os camponeses, pequenos produtores, como avaliam a participação da elite, que compartilha o mesmo projeto? Quais as alterações de posições nesta nova configuração? A demanda que parte deste contexto é importante para se chegar ao objetivo mais geral do trabalho que é compreender o lugar e as ações dos diferentes atores sociais no novo rural, de forma a apreender os processos que redimensionam os grupos sociais/categorias sociais e provocam as disputas no mundo social da elite agrária e do camponês/agricultor familiar. Para se chegar a estas considerações, é importante ainda se atentar a: (1) entender a maneira como se articula a estrutura e as ações estratégicas do Programa do Leite, enquanto dispositivo coletivo com as diferentes classes envolvidas; (2) verificar as transformações no campo político que possibilite localizar e caracterizar as alterações de poder e posições dos sujeitos envolvidos; (3) examinar a relação entre o processo de inovação, fomentada pela ação pública, à realidade local demarcada por campo de disputa entre dominação e resistência; (4) identificar as implicações das formas de inserção do pequeno e grande proprietário na ação pública e sua participação com as outras formas de organização – como as associações e sindicatos; (5) Reconstituir as trajetórias de vida dos sujeitos e confrontar com suas experiências no mundo de hoje, vislumbrando a compreensão de seus interesses e legitimação de suas representações particulares do mundo social.

É importante ressaltar que as observações não se restringem apenas ao interior dessa ação pública, também será analisado todo o entorno das relações sociais, econômicas e políticas desses dois principais grupos que formam o mundo rural no campo. Assim, serão consideradas as questões sobre o mundo do trabalho, arranjos produtivos e uso dos recursos naturais, como contribuintes nesta análise de redimensionamento dos grupos sociais no mundo rural.

O referencial empírico é a região do Médio Sertão Paraibano, escolhida pelo seu histórico de investimento pecuário, tendo os municípios de Patos, São José do Espinharas e Cacimba de Areia como efetivos para realização da pesquisa. É importante ressaltar que a escalação destes municípios se deu pela concentração de usinas de beneficiamento do leite, espaço de encontro dos sujeitos envolvidos neste trabalho e pelo prévio conhecimento do espaço rural no entorno destas cidades.

A atenção, portanto, será voltada para este cenário, centrando-se nos processos sociais, econômicos e políticos e analisando dinâmicas, atores e discursos, de modo a propiciar reflexões sobre a construção do lugar dos camponeses (agricultores familiares) e da elite agrária no meio rural, organizado pelas ações públicas. Espera-se que as considerações conquistadas possam servir como novos referenciais na reelaboração das políticas voltadas para esta região.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO BÁSICO

Para este recorte de realidade histórica é possível elencar algumas abordagens de cunho teórico que podem auxiliar no desdobramento das reflexões. A primeira pauta-se na tese de Maria Nazaré Wanderley sobre nova ruralidade, onde defende que a crise do modelo produtivista de modernização agrícola e as transformações recentes do meio rural não apontam para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade, caracterizada por diversos elementos, como: a) a diversificação social; b) o estabelecimento de relações com o urbano (substituindo a perspectiva antagonista); c) a valorização do local, como fonte de emprego e renda para a população rural; d) os novos papéis dos agricultores, bem como as propostas do desenvolvimento rural, e) a segurança alimentar e a proteção ambiental (WANDERLEY, 2000). Já para o estudioso,

José Eli da Veiga a temática trata-se mesmo do nascimento de uma nova ruralidade, mediante mutação, embora possam existir aspectos de continuidade e permanência (VEIGA, 2004).

A segunda abordagem refere-se ao conceito de desenvolvimento rural, que não é mais identificado como crescimento econômico, “mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental” (KAGEYAMA, 2008). Destaca-se o enfoque representado por Veiga (2000) e Ricardo Abramovay (2000): ambos fazem uma reflexão que dá ênfase às instituições, inovação e sustentabilidade, em que a capacidade coletiva e inovadora dos agricultores familiares é a responsável pela diversificação social e produtiva das regiões rurais, e as instituições (organizações mediadoras) acabam por desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento rural. Também se concorda com a idéia de desenvolvimento de José de Souza Martins (2002) e Zander Navarro (2001) que analisam os processos de mudança social a partir da tradição política e como a mesma pode inibir possíveis transformações.

A terceira abordagem dá lugar à análise das políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, que a partir da década de 1990 tornam-se foco de arranjos governamentais de inclusão produtiva. Para Moruzzi Marques (2003) um dos principais instrumentos de intervenção pública é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para ele é necessário observar as concepções que orientam a construção dos instrumentos de apoio à agricultura familiar contidos neste Programa, identificando os fundamentos originais que se revestem de importância para se entender os processos de ajustes das políticas em favor da agricultura familiar.

Ainda emergem, inicialmente para este estudo, alguns conceitos sociológicos dos quais se almeja cumplicidade nesta empreitada. Um dos primeiros é o conceito de classe social que será revisitado, devido: a) primeiramente à discussão em seu entorno sobre declínio das classes em face às novas dinâmicas da sociedade moderna ou sua reinvenção decorrente dos novos movimentos; b) e pela dimensão da discussão sobre poder que este conceito pode abarcar, nos permitindo introduzir uma reflexão sobre posições e lugares nos vários planos da vida social. As ideias desenvolvidas por Karl Marx e Max Weber formam a base da maioria das análises sociológicas de classe, todavia será utilizado de forma cuidadosa o entendimento do último teórico, que evidencia dois outros aspectos: status e partido: o status refere-se ao apreço ou a “honra social”, concedido a indivíduos ou grupos; o partido refere-se à mobilização ativa de grupos para garantir objetivos definidos (WEBER, 1971). Assim, Weber apresenta as classes sociais a partir da ilustração da busca do homem pelo poder, numa possibilidade de realização pautada na ação, mesmo que esta seja contrária à vontade de outros homens. Para ele, o indivíduo procura o poder não somente para o enriquecimento econômico, mas pelo desejo também de um poder simbólico.

Os outros conceitos que são fundamentais para a análise da reconfiguração do mundo social do camponês e da elite agrária num contexto de ação pública pertencem à teoria de Pierre Bourdieu (1996), que utiliza a noção de espaço social, habitus e posição de classe para compreender a sociedade. Sobre classe social, Bourdieu explica: "as classes sociais não existem (...). O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer" (1996, p. 26-27). À primeira vista pode ser um vaticínio extremamente negativo. Por isso, Bourdieu, que se referencia em Thompson, explica com mais cautela:

"é preciso construir o espaço social como estrutura de posições diferenciadas, definidas, em cada caso, pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital.

(Nessa lógica, as classes sociais são apenas classes lógicas, determinadas, em teoria e se pode dizer assim, no papel, pela delimitação de um conjunto – relativamente – homogêneo de agentes que ocupam posição idêntica no espaço social; elas não podem se tornar classes mobilizadas e atuantes, no sentido da tradição marxista, a não ser por meio de um trabalho propriamente político de construção, de fabricação – no sentido de E.P. Thompson fala em *The making of the English working class* - cujo êxito pode ser favorecido, mas não determinado, pela pertinência à mesma classe sócio-lógica.) (BOURDIEU, 1996: p. 29).

Dessa forma, emerge um esforço para a compreensão do mundo rural, reconfigurado, construído pelos distintos grupos de agentes, seja na cooperação e no conflito, na tomada de posições e lutas e na distribuição de poderes, privilégios e estilos de vida.

Por fim, faz parte ainda desta tentativa de articulação teórica, o cientista político e antropólogo James Scott, que segundo Menezes (2002) “centrou sua atenção, predominantemente, nas tensões e lutas não visíveis dentro da estrutura social local [...] dedicando-se a analisar as formas de resistência cotidiana, individual ou coletiva”. Como um dos caminhos deste trabalho incide no olhar e no ouvir das histórias de vida, com particular interesse nos grupos historicamente emponderados e hoje repositionados, se entende que as formas cotidianas de resistência são expressões que permitem apreender representações de mundo sociais. Além disso, ainda por Menezes (2002 p. 36): “A epistemologia de Scott é marcada tanto pela importância dos condicionantes da estrutura social, especialmente os da estratificação social no comportamento dos indivíduos, quanto pelas interações sociais cotidianas”. Esta consideração justifica ainda mais a escolha, pois organiza uma chave analítica entre alguns dos conceitos expostos.

Nessa sessão serão apresentados apenas alguns indicativos sobre como se pretende apreender as questões de pesquisa, isso porque somente o fazer da pesquisa dará a exata medida sobre qual instrumental metodológico serão exigidos no percurso. Assim as exigências de toque e retoques seguramente se farão indispensáveis neste trabalho.

Será escolhida como uma das opções metodológicas para a pesquisa o uso da história oral, que, para TREBITSCH, (2001. p. 96) apud MENEZES (2005. p. 6):

“[...] constitui uma metodologia qualitativa de pesquisa voltada para o conhecimento do tempo presente, permite conhecer a realidade presente e o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que os viveram. Não se resume a uma simples técnica, incluindo também uma postura, na medida em que seu objetivo não se limita à ampliação de conhecimentos e informações, mas visa conhecer a versão dos agentes. Permite conhecer diferentes versões sobre um mesmo período ou fato, versões estas marcadas pela posição daqueles que os viveram e os narram”.

A opção por essa metodologia está na possibilidade situar o sujeito na sua posição e sua relação com o mundo. A ideia é partir das memórias dos diferentes sujeitos envolvidos, de forma apreender suas trajetórias de vidas, bem como seus sistemas representativos do novo mundo rural. Para tanto, serão ouvidas as narrativas de alguns dos principais grandes proprietários da região que estejam produzindo, bem como aqueles que já não produzem como antes, mas que participam de alguma forma como produtores via inserção nas políticas públicas. Também serão ouvidos e acompanhados pequenos produtores (agricultores familiares) que se relacionam mais diretamente com esta elite

agrária (moradores, vizinhos). Soma-se ao nosso instrumental metodológico: a) as entrevistas semi-estruturadas destinadas aos presidentes das associações e dos sindicatos dos municípios estudados, como também dos responsáveis pelas usinas de beneficiamento da região; b) Igualmente, visando compreender as polarizações das duas classes envolvidas neste novo contexto rural, será alvo de entrevistas os camponês-agricultores familiares, moradores, sitiantes sobre a participação da elite agrária nas ações públicas destinadas aos agricultores familiares

Para complementar a história oral e as estratégias supracitadas, utilizaremos também a observação participante nas áreas selecionadas (propriedades rurais) e nas reuniões das associações, bem como visitas as usinas de beneficiamento. É importante realçar que a participação e permanência do investigador, quando já é conhecido do grupo pode gerar expectativas positivas de interferência, ou o contrário. Neste sentido, numa forma preventiva se fez a opção de observação participativa com distanciamento parcial da vida do grupo. Assim, será registrada a participação do pesquisador nas reuniões, nos eventos, e nas visitas, tendo o cuidado em não intervir ou “intrometer” nas questões e problemas dos grupos.

### Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 14, n. 2, abr-jun/2000a, p.379-397.

BOSI, E. Lembranças de Velhos. São Paulo: Universidade de São Paulo. p 5-28, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro Ed. Marco Zero: 1983.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. 8º Ed. In. Fernando Tomaz: Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Distinção: crítica social do julgamento*; tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BURSZTYN, M. O poder dos donos, 20 anos depois... ou a incrível e triste história das populações desfavorecidas e suas elites desalmadas. *Raízes, Campina Grande*. v. 22, nº 01, jan./jun, p. 73–79, 2003.

CARDOSO, Ruth. Sustentabilidade, os desafios das políticas sociais no século 21. *São Paulo em Perspectiva*. Vol.18, nº 2, p. 42-48, 2004.

CUNHA, Luís Henrique, SILVA, José Irivaldo A. O, NUNES, José Aldo B. A proteção da natureza em assentamentos rurais e nas RPPN's: conflitos ambientais e processos de territorialização. *Raízes, Campina Grande*, vol. 27, nº 1, p. 80–96, jan./jun. 2008.

GIDDENS, Anthony. “A teoria de classes de Marx”. In: *A estrutura de classes nas sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GURVITCH, Georges. “O conceito de classes sociais em Marx e em alguns marxistas”. In: *As classes sociais*. São Paulo: Global Editora, 1982.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

JOLLIVET, Marcel. O Lugar dos Camponeses na Estrutura de Classe: Algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. Raízes, Campina Grande. Ano 1. Nº 1, p. 5-24, jul/dez, 1982.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 3. São Paulo: Bertrand, 1988.

MASSARDIER, Gilles. Cognição, Políticas e Ações Públicas: entre coerência, fragmentação e aprendizados. In: BONNAL, Philippe e LEITE, Pereira Sérgio (org.). Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MENEZES, Marilda. História Oral: uma metodologia para o estudo da memória. Vivência, nº 28, p. 1- 13, 2005.

\_\_\_\_\_. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James Scott. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan/jun, p. 33-44, 2002.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Concepções em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a criação do PRONAF. Raízes, Campina Grande, vol. 22, nº 02, jul/dez, p. 169-180, 2004.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados, vol. 15, n. 43, p. 1-18, 2001.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. Ed: Ática S/A, 1993.

SCHNEIDER, Sergio. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. Versão ampliada do trabalho Trends and matters in rural development studies in Brazil, apresentado no XXII Congresso of the European Society for Rural Sociology, Wageningen, Holanda, 20-24 agosto de 2007.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. Trad: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes, Vol. 21, n.º 01, jan/jun, 2002.

SIMMEL, Georg. The Sociology of Georg Simmel. Org. e trad. Por K.H Wolf, Nova York: Free Press, 1950

VEIGA, José Eli da. A face rural do desenvolvimento – natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. Destinos da ruralidade no processo de globalização. Estudos Avançados, nº 51, maio/ago, p. 51-57, 2004.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedades e Agriculturas*, n. 15, p. 87-145, out/2000.

WEBER, Max. “Classe, estamento, partido”. In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

\_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade*. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

## **As novas relações entre o Estado e a sociedade e as perspectivas de desenvolvimento rural no Brasil**

**Cleber José Bosetti<sup>1</sup>**

### **Resumo**

A consolidação da democracia no Brasil induziu à ampliação do espaço institucional do governo federal relacionado à agricultura. Isso ocorreu gradativamente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e intensificou-se após a ascensão do PT ao governo. Ainda que, na atualidade, a política agrícola hegemônica do governo federal priorize as cadeias do agronegócio e sua lógica de produção, pode-se observar o fortalecimento das políticas de desenvolvimento rural alternativas ao modelo hegemônico. Isso tem sido possível a partir de novos arranjos políticos estabelecidos entre o Estado e a sociedade no processo de construção das políticas públicas e com a maior participação dos segmentos da agricultura de base familiar no espaço estatal. Assim, perspectivas como a agroecologia tem ampliado seu espaço no conjunto das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. Diante dessa constatação, feita a partir da análise do conjunto das políticas do governo federal nos últimos anos, este artigo procura defender a hipótese de que foi a abertura do espaço institucional do Estado que permitiu a ampliação das perspectivas de desenvolvimento rural. A recente Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é um exemplo de como o diálogo entre Estado/sociedade tem ampliado o escopo institucional das perspectivas alternativas de desenvolvimento rural.

### **Palavras-chaves**

Estado, política, desenvolvimento rural.

---

<sup>1</sup> Doutor em sociologia política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e professor de sociologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC Campus Chapecó.  
E-mail: cbbosetti@yahoo.com.br.

## I- Perspectivas de desenvolvimento rural no Brasil

A partir da compreensão sociológica da trajetória da agricultura brasileira contemporânea, identificamos a existência de duas principais perspectivas de desenvolvimento rural: a produtivista e a agroecológica. O critério metodológico para estabelecer essa divisão foi baseado na observação dos embates envolvendo os segmentos sociopolíticos vinculados à agricultura brasileira. Assim, há grupos que reivindicam a afirmação da agricultura industrial produtivista, enquanto outros buscam construir um caminho distinto baseado numa maior autonomia da unidade produtiva e tendo nos princípios agroecológicos o eixo de fundamentação política para suas propostas.

De um modo geral, pode-se dizer que a configuração daquilo que denominamos de agricultura produtivista foi sendo construída de forma concomitante ao desenvolvimento da economia de mercado. Na medida em que o modelo de desenvolvimento capitalista foi se expandindo, especialmente pela divisão do trabalho campo/cidade e pela industrialização, a agricultura adquiriu um sentido de produção eminentemente mercantil. Simultaneamente, foram sendo criadas tecnologias para potencializar essa orientação, ou seja, mecanismos para tornar a agricultura cada vez mais produtiva tendo em vista a necessidade de suprir às demandas do mercado.

Ao longo do século XX, o projeto de desenvolvimento de uma agricultura produtivista foi sendo instrumentalizado por um aparato ideológico que impulsionou a produtividade do setor, tendo em vista uma lógica de desenvolvimento como crescimento econômico (Sachs, 1986). Na acepção desse autor, essa forma de conceber o desenvolvimento carregava uma ideologia do crescimento que apregoava a ideia do “quanto mais melhor”, ou seja, o importante era elevar a produção e a produtividade. Nesse processo, dois aspectos precisam ser considerados: a inegável contribuição trazida pelo aumento da produtividade e os impactos ambientais causados por tal perspectiva<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Considerando as demandas criadas pelas condições de vida da sociedade atual, tanto no campo como na cidade, é difícil não reconhecer as contribuições trazidas pelo modelo tecnológico que impulsionou o aumento da produtividade na agricultura. Gliessman (2009, p.35) ressalta que, em escala global, a agricultura produtivista moderna tem sido bem sucedida, pois com seu desenvolvimento científico e tecnológico conseguiu aumentar a produção de alimentos atendendo assim a crescente demanda. O problema desse modelo, na acepção desse autor, é o fato dele ser insustentável no uso dos recursos naturais. Além disso, é preciso considerar o problema da distribuição social da produção de alimentos.



No âmbito tecnológico, o impulso produtivista da agricultura se deu com a chamada Revolução Verde. O termo Revolução Verde designa “a internacionalização do processo de produção através do controle e modificação dos processos biológicos de produção que determinam o rendimento, a estrutura, a maturação e a absorção de nutrientes pela planta e sua compatibilidade com os insumos industriais” (Goodman et al.1990, p.34). Tudo isso representou uma profunda mudança na forma de se produzir na agricultura, com o incremento de novas tecnologias em termos de melhoramento genético de plantas e animais, com controle de pragas e ervas daninhas através do uso de produtos químicos, com a utilização de novas técnicas de correção e uso do solo, bem como com a mecanização do processo produtivo. O desenvolvimento da agricultura produtivista está inserido em um quadro geral de mudanças socioeconômicas das sociedades modernas decorrentes do processo de industrialização. Isso significa que a agricultura passou a depender cada vez mais de dinâmicas econômicas e sociais presentes no espaço urbano, do mercado e da indústria.

No caso brasileiro o projeto de uma agricultura produtivista remonta ao século XIX, especialmente pela atuação Sociedade Nacional de Agricultura – SNA –, segmento sociopolítico que promoveu importantes mudanças na agenda política do Estado como a refundação de uma pasta ministerial voltada exclusivamente para a agricultura, a criação de políticas educativas para os produtores, o incentivo ao melhoramento produtivo e as novas políticas de crédito (Mendonça 1997). Essas reivindicações só ganharam fôlego por volta de meados do século XX, especialmente na década de 1960 com o projeto de modernização da agricultura brasileira capitaneado pelo Estado (Graziano da Silva, 1982; e 1998; Kageyama, 1990).

Na atualidade, o revigoramento da agricultura produtivista está enredado em torno do chamado agronegócio que, apesar de ser uma continuidade em termos de modelo produtivo, parece ter incrementado um aprofundamento das estruturas de dependência entre a agricultura e a indústria. Sob o discurso da eficiência produtiva (Bruno, 2009 e Ramos et al. 2007), o agronegócio é uma orientação produtiva calcada no modelo tributário da Revolução Verde, ou seja, através da utilização de tecnologias que são adquiridas do setor industrial como mecanismo de intensificação da produção nas suas unidades produtivas, independentemente da escala. Esse tipo de configuração da orientação

produtiva envolve, no campo socioeconômico, tanto agricultores de base familiar quanto do segmento patronal. Entretanto, o posicionamento político desses segmentos sociopolíticos em relação ao agronegócio apresenta distinções, afinal, o favorecimento da produção em escala e a concentração fundiária gerada por essa lógica produtiva estimula a formulação de posições contrárias a seus princípios em parte das entidades que representam os segmentos de base familiar.

Simultaneamente ao desenvolvimento da agricultura produtivista, alguns segmentos sociopolíticos, especialmente os pertencentes à agricultura de base familiar, passaram a reivindicar a agroecologia como forma alternativa de produção. Do ponto de vista social, a agroecologia pode ser entendida em uma dimensão política e discursiva, ou seja, é tomada por determinados segmentos sociais para fundamentar suas perspectivas políticas de desenvolvimento rural. Do ponto de vista técnico-científico, a agroecologia refere-se a uma forma de se produzir na agricultura observando um manejo dos recursos naturais que se diferencia das práticas convencionais da agricultura moderna (Altieri, 1989).

As proposições da agroecologia visam, justamente, inverter a lógica da agricultura produtivista, isto é, propõe o equilíbrio dos fatores e o aproveitamento dos recursos de forma a evitar os desperdícios. A produção é pensada em função das necessidades locais e em consonância com a dinâmica ecológica, diferentemente da agricultura produtivista que se pauta unilateralmente na busca pela expansão da produtividade, visando o lucro e a acumulação imediata (Gliessman, 2009). Dessa forma, a agroecologia passou a ser apropriada como parte de um projeto político de desenvolvimento rural que se propõe alternativo em relação ao modelo hegemônico de agricultura (Brandenburg, 2002). Assim, a agroecologia é uma combinação de ideias ambientais e sociais de uma agricultura preocupada não apenas com a produção, mas com a sustentabilidade social e ambiental do sistema de produção.

Embora existam diferentes apropriações e sentidos atribuídos à sustentabilidade ambiental na agricultura (Leff, 2000 e Brandenburg, 2002) o discurso agroecológico difundido pelos segmentos sociopolíticos autoidentificados na atualidade como camponeses marca uma contraposição política à lógica produtivista. Embora existam diferenças de enfoque, especialmente no que tange a abrangência de seus projetos, tanto a

agroecologia como a produção orgânica marcam um contraponto à agricultura produtivista convencional.

A relação socioambiental constitui a espinha dorsal da agroecologia e está intimamente ligada à ideia de lógica camponesa, especialmente em função da otimização dos recursos e da autonomia. No plano sociopolítico, há uma associação entre a agroecologia e o campesinato, pois é em torno deste segmento social da agricultura de base familiar que as práticas de uma agricultura de base sustentável são possíveis (Guzmán e Molina, 2005). Entretanto, é preciso lembrar que esse campesinato também é uma identidade criada no âmbito dos embates sociopolíticos, ou seja, a identificação camponesa e o projeto agroecológico precisam ser pensados sob a luz dos embates sociopolíticos da agricultura contemporânea.

## **II- A evolução do espaço institucional do Estado no Brasil**

Desde meados da década de 1980, o Brasil vem passando por um processo de consolidação da democracia. Isso significa pensar a manutenção das regras estabelecidas na constituição e a alternância de grupos políticos no poder das instituições estatais. Essas condições tem sido favoráveis à ampliação do espaço político das mais variadas demandas da sociedade, entre elas as perspectivas de desenvolvimento rural, reivindicadas pelos segmentos sociopolíticos vinculados à agricultura. Com isso, o espaço institucional do Estado foi incorporando novas demandas e perspectivas sociopolíticas de desenvolvimento rural.

Primeiramente é preciso considerar que, durante o cenário político e econômico em questão, a configuração do espaço institucional do Estado foi influenciada pelo processo de globalização e pressão das agências internacionais pela estabilização política e econômica do país (Diniz, 1996). A relação da globalização com os Estados é tratada por alguns teóricos pelo fator constrangimento, isto é, que a globalização teria restringido radicalmente as escolhas políticas dos Estados e forçado o deslocamento da política conforme os interesses dos investidores globais. Entretanto, é possível perceber essa relação de maneira inversa, ou seja, pela maneira como os Estados lidaram com as condições dadas pela globalização. Nesta perspectiva, visualizam-se estratégias e arranjos institucionais que sinalizam não para uma perda de poder, mas para uma nova forma de

constituição do poder estatal (Weiss, 2003). Isso significa dizer que o Estado passou a dividir com outros atores a elaboração da agenda política sem perder seu papel fundamental de controle interno das decisões econômicas.

Nesse contexto, no Brasil, houve uma transição política para a formação de uma nova relação entre a esfera estatal e a sociedade. A ampliação dos espaços de participação política não só foram preenchidos por novas demandas, mas principalmente passaram a refletir a política de uma forma diferente (Sallum Júnior, 2003). Isso porque o próprio processo de democratização, a crise fiscal presente no antigo modelo estatal brasileiro e a crescente demanda por participação política constituíram-se como elementos de uma pressão interna para que o espaço institucional do Estado se reconfigurasse.

Isso pode ser observado no fortalecimento da dimensão política que permeia os processos decisórios no que diz respeito à relação Estado/sociedade. Assim, é possível argumentar que as políticas que são elaboradas pelo Estado, de um modo geral, são orquestradas através de algum tipo de comunicação deste com as forças sociopolíticas. Ainda que essas formas de comunicação não configurem um processo deliberativo de arranjo institucional voltado para pensar o desenvolvimento (Evans, 2003), pode-se dizer que, no caso das políticas relacionadas à agricultura, há uma maior participação direta de entidades sociopolíticas na construção da agenda das políticas públicas.

Tomando como referência o campo<sup>3</sup> das políticas agrícolas, é possível visualizar uma gradativa ampliação do espaço político para determinadas demandas sociopolíticas. Essa ampliação teve avanços significativos no governo Fernando Henrique Cardoso com a criação da divisão ministerial entre o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento –MAPA– e o Ministério do desenvolvimento Agrário –MDA– e de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF. Essas medidas foram de fundamental importância para a abertura do espaço institucional do Estado às demandas sociopolíticas anteriormente pouco atendidas no âmbito das políticas agrícolas.

---

<sup>3</sup> O termo campo aqui é compreendido como alusão ao conceito de Bourdieu (1996 e 2004). Neste sentido, o campo pode ser entendido como um espaço composto por agentes, grupos sociais e entidades que disputam determinados bens políticos. As políticas públicas relacionadas à agricultura constituem por assim dizer um campo.

A política econômica do Estado brasileiro, especialmente após a ascensão do PT ao governo, caminhou de um liberalismo moderado para uma agenda desenvolvimentista (Magalhães, 2010; Filgueiras et al., 2010 e Filgueiras e Gonçalves, 2007). Os governos do PT, mais do que seus antecessores, procuraram formar um Estado de compromisso a partir de uma coalizão de forças sociais contrastantes. A criação de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC –, os estímulos fiscais e monetários para acelerar o crescimento econômico do setor produtivo, as políticas de transferência de renda e o aumento nos investimentos públicos são exemplos dessa agenda desenvolvimentista (Magalhães, 2010; Filgueiras et al., 2010).

Embora não seja um novo modelo de desenvolvimento, a estratégia empreendida pelo Estado brasileiro a partir do segundo mandato do governo Lula consistiu na combinação de crescimento econômico com distribuição de renda. Isso se deu com as políticas de inclusão social e de expansão do mercado interno através do consumo de massa como modalidade de crescimento econômico (Diniz, 2013). Essas ações não configuram, conforme a autora referida, um Estado desenvolvimentista, mas sinalizam uma tentativa de (re) construção do mesmo. Isso caso seja tomada como referência a concepção de desenvolvimento elaborada por Amartya Sen, que compreende o desenvolvimento como as condições de expansão das capacidades dos cidadãos, tanto no que se refere à participação política quanto ao acesso aos bens básicos como saúde e educação (Evans, 2003).

Pelo que se tem observado, a composição política heterogênea do espaço institucional do Estado tem favorecido essa perspectiva de desenvolvimento. A conciliação de forças sociais no interior do governo assinala uma tentativa de recriar uma forma de governar denominada de Estado de compromisso, ou seja, um arranjo político-estatal que procura contemplar interesses contraditórios sob a tutela do Estado (Werneck Vianna, 2011). Um bom exemplo dessa combinação de forças opostas presentes na esfera institucional do Estado pode ser encontrado na divisão ministerial responsável pela agricultura. Ao longo dos governos do PT as representações do MAPA e do MDA tem tido à frente de suas pastas, respectivamente, agentes identificados com orientações e vinculações políticas muito distintas. Um caso exemplar pode ser encontrado no primeiro

governo Lula as pastas mencionadas eram comandadas por um histórico defensor do agronegócio e por um militante identificado com o MST, respectivamente.

Analisando trajetória histórica do espaço estatal no Brasil, especialmente das pastas ligadas à agricultura, a conjuntura recente apresenta algumas mudanças significativas na relação Estado/sociedade. Ainda que algumas práticas políticas e vínculos tradicionais continuem presentes em sua mediação, a conjuntura recente abriu relativamente novos canais de interlocução do governo com a sociedade. Isso significa que grupos sociopolíticos antes sem muito espaço e representatividade no interior da esfera estatal, agora estão presentes no universo das disputas que ocorrem no interior da esfera estatal. Isso tem fortalecido o bimodalismo na política agrícola brasileira, ou seja, da afirmação de políticas diversificadas para os diferentes segmentos sociopolíticos presentes na agricultura brasileira.

Assim sendo, pode-se inferir que a novidade trazida pelo processo de democratização recente no Estado brasileiro consiste na politização da burocracia estatal e na criação de novos canais de construção política envolvendo o Estado e a sociedade. O primeiro aspecto consiste na pluralização da composição da esfera institucional do Estado que, mesmo sem ter rompido totalmente com as gramáticas políticas tradicionais como o clientelismo, o corporativismo e o insulamento burocrático (Nunes, 2010), fortalece os embates sociopolíticos internamente e a construção de agendas políticas com a participação da sociedade. O segundo pode ser visto, no caso das pastas ligadas à agricultura, na criação de dois ministérios distintos – MAPA e MDA –, nos conselhos de desenvolvimento rural e nas câmaras temáticas coordenadas respectivamente pelos ministérios citados.

Conceber novas formas de comunicação significa a criação de espaços de coparticipação entre agentes estatais e agentes que representam segmentos sociopolíticos, ou seja, espaços em que o Estado se aproxima da sociedade e, ao mesmo tempo, delega um relativo poder de decisão para a esfera societal. No caso das políticas de desenvolvimento rural, esta ampliação comporta as audiências públicas, os conselhos de desenvolvimento regional, as câmaras temáticas das cadeias produtivas organizadas pelo MAPA, os conselhos de desenvolvimento rural como o CONDRAF, entre outros. Um fenômeno comum a todos esses exemplos é a abertura do Estado à participação dos diversos

segmentos sociais na construção das políticas, diferenciando-se das formas anteriores de interação caracterizadas pelos anéis burocráticos, pelos *lobbies* e demais relações eminentemente marcadas pela pessoalidade, conforme estudos de Romano (2009), Gonçalves Neto (1997) e Cardoso (1993).

No caso do MDA, um exemplo típico das relações Estado/sociedade é através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF –. Este conselho<sup>4</sup> foi criado inicialmente para contemplar as demandas de participação e construção de políticas para a agricultura familiar, mas expandiu seus horizontes com a realização, no ano de 2008, com a realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CNDRSS –. O documento desta conferência, construído com a coparticipação de agentes da sociedade civil e representantes estatais, expressa um projeto alternativo de desenvolvimento rural fundamentado em princípios socioambientais.

Resultante de um espaço político de interação entre os segmentos sociopolíticos e representantes da esfera institucional do Estado, a perspectiva de desenvolvimento que emerge aqui consiste na projeção de um espaço rural não restrito meramente à produção em seu sentido econômico, mas à geração de condições para a sustentabilidade de um sistema de produção que inclua a diversidade de agricultores de base familiar.

É importante ressaltar que, apesar dessa abertura institucional para novas representações e projetos políticos, a política agrícola hegemônica dentro do espaço estatal continua sendo baseada na perspectiva produtivista do agronegócio. Isso pode ser entendido com a necessidade de conservação/universalização e fortalecimento da formamercadoria nacional, ou seja, antes de ser o Estado um instrumento de classe ou um espaço de favorecimento específico de uma classe, sua lógica funcional e operacional o leva a atuar em nome da reprodução geral das condições de produção que fortalecem a economia do país (Offe, 1984). Isso significa que a abertura para as novas demandas possui certos limites no âmbito da estrutura estatal.

---

<sup>4</sup>Sabendo que existe uma vasta literatura sobre assunto, não é objetivo aqui avaliar como são delineadas as pautas e o processo decisório dentro do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, mas indicar a existência de um padrão de relações sociopolíticas estabelecido entre a esfera institucional do Estado e segmentos da sociedade civil na construção conjunta de perspectivas políticas para o rural. Sobre as questões referentes às formas de participação ver, por exemplo, Avritzer e Navarro (2003).

Contudo, a trajetória recente do espaço institucional do Estado brasileiro sinaliza para uma abertura política às demandas antes pouco atendidas da agricultura brasileira. Se isso não representou uma nova orientação na política econômica voltada para o setor, ao menos ampliou significativamente as possibilidades políticas para a inserção de novas perspectivas de desenvolvimento rural. A construção da política nacional de agroecologia e agricultura orgânica pode ser um exemplo de como tais perspectivas estão sendo construídas e inseridas no espaço institucional do Estado.

### **III – A Política Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica**

A ascensão política dos governos de esquerda, como é o caso do PT, historicamente identificados com o discurso dos segmentos rurais pouco atendidos pelas políticas alternativas de desenvolvimento rural, facilitou a incorporação das demandas da perspectiva agroecológica à política governamental. Essa incorporação foi sendo feita de forma gradativa, primeiro com a abertura do espaço institucional com políticas diferenciadas para a agricultura de base familiar e, em seguida, com a introdução das políticas de orgânicos e de agroecologia. O diálogo com os segmentos sociais interessados e a própria composição do espaço estatal com agentes identificados com uma perspectiva alternativa à produtivista tem fortalecido tal política.

Uma das iniciativas que antecederam a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO – foi a I Conferência Nacional sobre o Desenvolvimento Sustentável e Solidário – CNDRSS. Elaborado por iniciativa do MDA, juntamente com diversas entidades representativas da agricultura de base familiar, o documento final da CNDRSS publicado em 2008 já colocava a agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento rural para a agricultura de base familiar. Esse direcionamento político foi tomado em função das dificuldades econômicas encontradas pela agricultura de base familiar inserida no modelo produtivista, bem como de seus segmentos precariamente inseridos. Além disso, as discordâncias ideológicas em relação ao modelo produtivista contribuíram para a formulação dessa disposição política em algumas entidades que representam a agricultura de base familiar, como é o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA –, por exemplo.



Posteriormente, ocorreu a incorporação da agroecologia à política de assistência técnica e extensão rural – ATER – do MDA. Especialmente na política para os assentamentos rurais, a extensão rural desse ministério tem colocado a agroecologia como prioridade. A política de ATER voltada para o desenvolvimento dos setores precarizados da agricultura de base familiar foi construída, com esta orientação, a partir da I Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – I CNATER no ano de 2012. Também elaborada com a participação da sociedade civil, essa conferência colocou como prioridade a criação de uma política nacional de agroecologia para fortalecer o desenvolvimento das práticas agroecológicas na agricultura brasileira. As discussões da I CNATER resultaram na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER – que, por sua vez, introduziu a agroecologia como parte da política de fortalecimento da agricultura de base familiar. Dessa forma, o terreno para a construção de uma política nacional de agroecologia foi sendo preparado.

A política Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica – PNAPO – teve início a partir da criação da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). Essa comissão, formada por diversas entidades como os Ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Casa Civil da Presidência da República, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e diversas associações representativas da sociedade civil identificadas com a agroecologia e a produção orgânica, tinha como missão elaborar as diretrizes da PNAPO.

O primeiro fator a se destacar em relação à PNAPO é seu processo de construção. A elaboração dessa política foi feita pelo Estado de forma conjunta com representações da sociedade civil. Essa forma de construção das políticas de desenvolvimento rural faz parte do que temos denominado de novas relações políticas entre o aparato institucional do Estado e a sociedade. Analisando historicamente, essa forma consiste numa ampliação do espaço político para determinados segmentos sociais, bem como para perspectivas de desenvolvimento rural até então marginais dentro da política estatal. A abertura do espaço institucional do Estado para determinados segmentos

sociopolíticos pode ser entendida a partir da ideia de seletividade estratégica (Jessop, 1990, p.259-260). Nesta perspectiva, o Estado é um espaço gerador e ao mesmo tempo o produto de estratégias políticas.

As manifestações dos segmentos da agricultura de base familiar e da sociedade civil acerca do lançamento da política de agroecologia e produção orgânica pelo Governo Federal apresentaram momentos distintos. Primeiramente enunciaram uma expectativa positiva diante da elaboração de uma política que estimula o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, agroecológica e que obedece a uma lógica de produção distinta da agricultura produtivista associada ao agronegócio. Neste sentido, o discurso das entidades sociopolíticas identificadas com tal política caminhou no sentido de se criar a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO – a fim de ajudar a construir a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO – e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. Porém, o lançamento oficial da PNAPO em agosto de 2012 não agradou algumas representações da sociedade civil. Os principais pontos de desacordo foram o percentual de participação da sociedade civil nos processos decisórios, a ausência de um plano nacional para redução do uso de agrotóxicos e de uma área contínua para a produção agroecológica.

No âmbito institucional, a representação da casa civil mobilizou suas forças para o desenvolvimento do PLANAPO. Este foi lançado em 2013 e também foi avaliado como tímido pelas entidades representativas da sociedade civil.

Conforme o documento oficial do PLANAPO, os objetivos desse plano são:

Articular e implementar os programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais; promover a soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável; promover o uso sustentável dos recursos naturais; apoiar na conservação e recomposição dos ecossistemas modificados por meio de sistemas de produção que reduzam os resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção; promover sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos; promover a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso, conservação e manejo dos recursos genéticos vegetais e animais; ampliar a participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; contribuir na promoção da redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

a autonomia econômica das mulheres. (PLANAPO. Brasília: MDA, 2013).

Embora não tenha agradado as entidades sociopolíticas identificadas com a perspectiva agroecológica de produção, o PLANAPO e a PNAPO precisam ser entendidos como uma inflexão política e histórica dentro do espaço institucional do Estado no que tange às políticas públicas. Mesmo com suas limitações e sabendo que paralelamente o governo tem permitido a expansão do uso de agrotóxicos para atender aos interesses do agronegócio, a criação de uma política de agroecologia e produção orgânica sinaliza o fortalecimento de determinadas demandas sociopolíticas. Ainda que a perspectiva agroecológica de produção não seja o carro chefe da política agrícola governamental, o fato de fazer parte da agenda de sua política já significa um avanço histórico. Pelo que temos observado, tal avanço foi possível em função da democratização da construção das políticas públicas, ou seja, pela abertura do espaço político da esfera institucional do Estado. Além disso, a ascensão no governo federal de agentes identificados e comprometidos com determinadas concepções de desenvolvimento rural também contribuiu para impulsionar a incorporação da agroecologia às políticas públicas.

### **Considerações Finais**

Pensar a ampliação do espaço político dos segmentos da agricultura de base familiar e das perspectivas de desenvolvimento rural alternativas à perspectiva produtivista exige certas considerações. A mais fundamental é não perder de vista que, embora o Estado tenha apresentado essa abertura institucional, a política hegemônica voltada para a agricultura continua sendo a da agricultura produtivista convencional. É a agricultura baseada no uso de agrotóxicos, de sementes transgênicas e voltada para a exportação de commodities que ocupa a centralidade da política agrícola brasileira.

O que pode ser considerado, ao dimensionar a ampliação do espaço institucional do Estado para as políticas de fortalecimento da agricultura de base familiar e da agroecologia, é que a política estatal tem procurado congrega diferentes interesses e perspectivas de desenvolvimento rural, por vezes contraditórias. Assim, tendo em vista uma perspectiva ampla de desenvolvimento econômico que envolve a geração de divisas através do superávit comercial oriundo das commodities agrícolas exportáveis, o Estado

incentiva o fortalecimento da agricultura produtivista através da política cambial e da abertura de novos mercados externos. Concomitantemente, tendo em vista uma perspectiva de desenvolvimento social, procura fortalecer a agricultura de base familiar através de políticas de desenvolvimento rural que visam subsidiar a permanência e competitividade desses segmentos. Neste sentido, a criação de políticas voltadas à agroecologia corresponde ao atendimento de demandas provenientes dos segmentos da agricultura de base familiar e, de certa forma, faz parte de uma perspectiva de desenvolvimento rural que transcende a lógica produtivista inserindo uma perspectiva de desenvolvimento socioambiental às políticas de desenvolvimento rural.

### Referencial Bibliográfico

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas linguísticas*. São Paulo; EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. São Paulo; Brasiliense, 2004.

BRANDENBURG, Alfio. *Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas*. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente: caminhos da agricultura ecológica. Curitiba: Editora UFPR, número 06, jul/dez 2002.

BRUNO, Regina. *Um Brasil Ambivalente: Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BUAINAIN, Antônio Marcio. *Modelo e principais instrumentos de regulação setorial: uma nota didática*. In: RAMOS, Pedro et al. Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007.

DINIZ, Eli. *Em Busca de um Novo Paradigma: A Reforma do Estado no Brasil nos Anos de 1990*. São Paulo em Perspectiva, número 10, 1996.

DINIZ, Eli. *Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: tensões e desafios na construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI*. Revista de sociologia e política, volume 21, número 47, setembro de 2013.

EVANS, Peter. *Além da monocultura institucional: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo*. Sociologias, Porto Alegre, ano 05, número 09; jan/jul 2003.

FILGUEIRAS, Luiz (et al). *Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica econômica nos governos Lula*. In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico. Diversos autores. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

\_\_\_\_\_ e GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: contraponto, 2007.

GLIESMAN, Stephen. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GOODMAN, David, SORJ, Bernardo e WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO SILVA, José. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_ *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: Unicamp, 1998.

GUSMÁN, Sevilla e MOLINA, Manuel González de. *A evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HEREDIA, Beatriz. *Sociedade e economia do Agronegócio no Brasil*. 33º Encontro da ANPOCS- Caxambu, 2009.

KAGEYAMA, Angela e BERGAMASCO, Sônia Maria. *A estrutura da produção do campo em 1980*. São Paulo em Perspectiva, 1989/1990, n. 12/13, p. 55-72.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Edifurb, 2000.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. *Estratégias e modelos de desenvolvimento*. In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico. Diversos autores. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

NAVARRO, Zander. *Desenvolvimento rural no Brasil: Os Limites do Passado e os Caminhos do Futuro*. Estudos Avançados, vol 15, número 143, 2001.

NUNES, Edson de Oliveira. *A Gramática da Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SACHS, Ignacy. *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986.

SALLUM JUNIOR, Brasília. *Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.18, no 52, junho de 2003.

WEISS, Linda. *States in the global economy: bringing domestic institutions back in*. Cambridge University Press, 2003.

### **Documentos**

I Conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário – CNDRSS. CONDRAF: Brasília, 2008.

I Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária 1ª CNATER. Brasília: MDA, 2012.

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2013-2015). Brasília: MDA, 2013.

<http://www.mpabrazil.org.br/noticias/comissao-nacional-de-agroecologia-destaca-importancia-do-levantamento-de-variedades-de-15/04/2013>.

## GT (10) – (Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural)

### As relações de gênero e a ATER Mulher no estado de Pernambuco

Michelly Aragão Guimarães Costa<sup>1</sup>, Laetícia Jalil<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Ma. em Administração e Desenvolvimento Rural – PADR/UFRPE, mikellyaragao@gmail.com

<sup>2</sup>Dra. em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ, Professora de Sociologia da UFRPE, laeticiajalil@gmail.com

**Resumo:** No presente trabalho, abordaremos o papel do Estado nos últimos anos a fim de assegurar políticas públicas e ações afirmativas no reconhecimento e valorização das mulheres rurais. Neste sentido, nos ateremos à reflexão da PNATER (Política Nacional de ATER), a ATER Mulher, a Nova Lei de ATER e seus desdobramentos na promoção da igualdade de gênero no campo. Para isso, recorreremos à revisão bibliográfica dos estudos de gênero na agricultura familiar, de extensão rural, das análises de dados secundários e de documentos sistematizados por articulações e ONGs que trabalham com ATER, em específico, no estado de Pernambuco. Como resultados, observamos que o processo recente das novas institucionalidades pelo Governo Federal em descentralizar as ações e estratégias junto aos diferentes atores rurais, tem possibilitado positivas conquistas, no entanto, ainda se apresentam tímidas às mudanças nos processos e estruturas que redefinem os papéis entre homens e mulheres na ordem da agricultura familiar - reproduzindo por vezes o machismo patriarcal institucional.

**Palavras-chaves:** Mulheres Rurais; Relações de Gênero; ATER Mulher.

### Introdução

Como parte de um dos capítulos teóricos da minha dissertação de mestrado, a apresentação do estudo, é um esforço de complexificar o papel do Estado no histórico da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e da ATER Mulher sob a análise de gênero nas relações sociais na agricultura familiar e das políticas supracitadas no estado de Pernambuco. Assim, traremos o contexto da mulher rural<sup>1</sup> na agricultura de base familiar, problematizações e questionamentos que elucidem os limites acerca das políticas de ATER e ATER Mulher para o efetivo fortalecimento e protagonismo das agricultoras no meio rural.

### Mulheres Rurais e as Relações de Gênero na Agricultura Familiar

As análises do Manual de Gênero na Agricultura realizadas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), avaliam que para haver a promoção do

---

<sup>1</sup> Neste trabalho a categoria de mulheres rurais compreende as mulheres trabalhadoras rurais, as agricultoras familiares, as assentadas da reforma agrária, agroextrativistas, pescadoras artesanais, aquícultoras familiares, indígenas e quilombolas.

desenvolvimento agrícola e a redução da pobreza rural no mundo, é fundamental reconhecer a importância das mulheres e, dedicar políticas e programas que questionem as relações de gênero na agricultura (FAO; FIDA; BANCO MUNDIAL, 2012).

Segundo os dados do Anuário Rural (DIEESE; NEAD; MDA, 2011), a população rural no Brasil em 2009 estimava em 31 milhões de pessoas, sendo que, dessa população, 47,9% são mulheres. Na América Latina, as agricultoras representam 20% da força de trabalho da produção agrícola e 50% na Ásia oriental e África subsaariana (FAO, 2012). Desta forma, as mulheres rurais exercem um papel fundamental à nossa sociedade. Seu trabalho produtivo, reprodutivo, do cuidado e do bem estar da família, a exemplo das atividades realizadas pelas agricultoras - que estão diretamente relacionadas à garantia da segurança alimentar<sup>2</sup> das famílias, de práticas que tendem o aumento, o cuidado da biodiversidade por meio do plantio das plantas medicinais e o beneficiamento das frutas como fonte de renda, dentre tantas outras -, são essenciais para a sobrevivência e reprodução das famílias do campo.

Apesar da importância da sua mão de obra, as características da agricultura brasileira – a cultura histórica patriarcal, classista e latifundiária – a hierárquica complementaridade das relações de gênero e geracionais do campo, acarretam em relações desiguais de poder entre homens e mulheres, sendo a figura do pai/marido como o centro na tomada de decisão e de poder no núcleo familiar. No Brasil, 46,7% das mulheres rurais representam a categoria de “trabalhadoras na produção para o autoconsumo” e 30,7% ocupam a posição de “não remuneradas”. Desta forma, se somarmos as duas categorias que mais retêm a mão de obra feminina na agricultura, podemos observar que 78% das mulheres do campo não possuem remuneração pelo seu trabalho (IBGE, 2009).

A desigualdade entre homens e mulheres rurais referentes ao rendimento médio mensal no Brasil ainda é marcante: 42,7% das mulheres não possuem rendimento, enquanto que para os homens esse percentual é de 29,9%. Na região Nordeste a situação é mais crítica comparada às outras regiões do país: os homens recebem em

---

<sup>2</sup> A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Art. 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN).



média um salário<sup>3</sup> de R\$305,00 por mês e as mulheres recebem R\$ 205,00, ou seja, 32,7% a menos do que o salário dos homens para a mesma atividade.

Em Pernambuco, especificamente, no que se refere à titulação das terras da Reforma Agrária, as mulheres aparecem com menos de 16% dos títulos<sup>4</sup>. Esses números refletem a desigual estrutura do direito e o acesso a terra às mulheres e, que para combatê-las faz-se necessário a ampliação do acesso à documentação civil e trabalhista, pois são fatores preponderantes para que elas exerçam sua autonomia e sobrevivência na unidade familiar.

Historicamente a organicidade do trabalho das mulheres foi sendo destinada aos espaços privados da produção familiar, não havendo (salvo raras exceções) a participação no planejamento, no destino e utilização da renda e seus recursos. A maioria não tem poder de decisão sobre os aspectos produtivos ou sobre a comercialização da unidade familiar; tem menor acesso a terra e aos instrumentos de produção; sofrem com a falta de documentos civis e trabalhistas, sem os quais não conseguem obter benefícios sociais, previdenciários, assim como expandirem suas capacidades humanas como sujeitos e agentes de suas vidas. (SILIPRANDI, 2011; SEN, 2010).

A partir do apresentado, quando observamos as políticas agrícolas direcionadas as mulheres, o modelo tende a ser reproduzido. Segundo Weitzman (2011, p. 89), tanto o modelo patriarcal em nossa sociedade, quanto as políticas agrícolas direcionadas as mulheres, reproduziram a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: “há uma dificuldade histórica para considerar o papel da mulher enquanto produtora de alimentos, bens e serviços, o que fica evidente pela tendência em concentrar o apoio às iniciativas das mulheres naquelas atividades que reforçam seu papel na unidade doméstica”.

Neste sentido, para Butto (2011) é importante considerar, que as ordens que corroboraram para com as desigualdades entre homens e mulheres no campo, constitui-se também pelo caráter “familista” das políticas direcionadas a agricultura. Um

---

3 Segundo fontes do Guia Trabalhista, o salário mínimo em 2009 correspondia à R\$ 465,00. Disponível em: <[http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario\\_minimo.htm](http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm)>. Acesso Em: 20 mai 2013.

4 Dados extraídos do I Plano de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais de Pernambuco (SECMULHER/PE, 2010). O Plano é a primeira Política de Governo garantidora de direitos, de caráter redistributivo, direcionada para a redução das desigualdades de gênero e intragênero no campo. O Plano foi criado em 2007 num esforço em conjunto com a Comissão de Mulheres Rurais, que propõe um conjunto de intervenções de fortalecimento das capacidades produtivas, sociais e políticas das Mulheres Rurais no estado.

exemplo, podemos observar no percurso da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, que não favorecia o acesso ao conhecimento técnico-gerencial e o desenvolvimento das capacidades das agricultoras enquanto sujeito produtivo na unidade familiar agrícola.

No que se refere à política de ATER, para Caporal (2003), a extensão rural tradicionalmente é entendida como uma intervenção intencionada em um determinado espaço rural (um agroecossistema, uma comunidade, etc.), realizada por agentes externos ou por indivíduos do próprio meio, orientada à realização de mudanças no processo produtivo agrosilvopastoril, ou em outros processos socioculturais e econômicos inerentes ao modo de vida da população rural implicada. Por isso, decorre a importância desse serviço para a promoção das mulheres nos espaços produtivos e econômicos da unidade familiar.

Em específico as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), apesar das diferentes fases ao longo das décadas e governos, foi permanentemente caracterizada pelo “viés de gênero”<sup>5</sup>. No caso das mulheres rurais, essa situação se expressava primeiramente na negação do seu papel enquanto agricultora e trabalhadora rural. Afinal, a possibilidade de organização das mulheres se dava nas atividades em que circundavam as problemáticas da família (clube de mães, de senhoras, igreja etc.), ou nas atividades consideradas femininas como a alimentação, a saúde, o artesanato e a costura (SILIPRANDI, 2002; WEITZMAN, 2011). A partir do apresentado, percebemos a necessidade de problematizarmos as políticas públicas a fim de não reproduzirmos o “machismo institucional” e, assim assegurarmos instrumentos e estratégias que permitam uma redefinição das estruturas que corroboram ainda para as desiguais relações de gênero na agricultura familiar.

### **PNATER, ATER Mulher e a Nova Lei de ATER**

Historicamente as políticas públicas de Estado para a agricultura familiar, foram destinadas à família ou à unidade de produção familiar, sem problematizar a própria noção de “família”. Desta forma, acaba-se reproduzindo a lógica de exclusão ao tomar

---

<sup>5</sup> Dentro do sistema de ATER implantado na década de 1970, a equipe se dividia entre mulheres extensionistas com formação em assistência social ou economia doméstica, voltadas para o público feminino e homens extensionistas, com formação técnica em agricultura voltados para a produção agrícola com o público masculino. Os serviços de Ater sempre privilegiaram a participação masculina, reforçando a desigualdade entre os gêneros, através de uma postura que reafirmava que aos homens pertencia o conhecimento, o acesso à informação e formação, bem como o acesso às novas tecnologias (SILIPRANDI, 2002).

como unidade de referência de planejamento e de ação o grupo familiar e, em especial ao escolher o “chefe de família” – o homem – como interlocutor (BUTTO & HORA, 2008). Como consequência, as políticas agrícolas e agrárias não visualizavam o trabalho produtivo das mulheres, secundarizando-o e descaracterizando-o como mera “ajuda” aos homens.

É essa forma de olhar a organização do trabalho que serviu de referência, no passado, para as políticas de desenvolvimento rural, incluindo os serviços de assistência técnica e extensão rural. A partir de 2003, é que o Estado brasileiro cria a Secretaria Especial de Políticas das Mulheres<sup>6</sup> (SPM) e inicia uma importante mudança para a inclusão da agenda dos direitos econômicos e políticos das mulheres no país.

Segundo Butto (2011), a estratégia adotada para a transversalização das temáticas de gênero, raça e etnia para o meio rural, ocorreu através do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA em parceria com a SPM. Para a institucionalização interna no próprio MDA, cria-se a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas com a finalidade de integrar as demais secretarias do ministério e das Superintendências Nacionais do INCRA, como: o II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Brasil Quilombola e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), além dos governos estaduais e locais (BUTTO, 2011).

O volume de recursos investidos às políticas para as mulheres rurais, foi de 8 milhões no Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007 para 180 milhões no acumulado do período de 2008-2011. Esse orçamento foi distribuído em dois programas governamentais<sup>7</sup>: o Programa de ATER por meio da ação setorial ATER Mulher e Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres Rurais, por meio da ação Documentação da Trabalhadora Rural. Desta forma, o Governo Federal começa a realizar novas estruturas institucionais dirigidas à promoção da autonomia econômica e da igualdade de gênero no campo.

---

<sup>6</sup> No Brasil, a institucionalização das políticas para as mulheres ocorreu em 2002 com a criação da Secretaria Especial de Políticas das Mulheres, mas só adquire status de ministério e se vincula à Presidência da República em 2003, deixando de ser “especial”.

<sup>7</sup> Neste período outros programas foram lançados, a exemplo do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR) em março de 2008, que tem como proposta fortalecer, por meio da difusão dos princípios da economia solidária e feminista, organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentiva a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. O objetivo é viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização.

Neste contexto, a política de ATER assume um novo enfoque e direcionamento político-pedagógico, de gestão social e diálogo com o movimento de mulheres, o que torna-se um diferencial desta política, sobretudo pela governança – relação governo e sociedade civil- na proposição de novos arranjos políticos e institucionais das políticas públicas. Como resultado, cria-se a política setorial, a ATER Mulher, a fim de atender as especificidades e reivindicações das agricultoras e trabalhadoras rurais (BUTTO, 2011).

Neste período, a Política Nacional de ATER (PNATER) e o PRONATER (Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária) se renovam, com base em outras matrizes tecnológicas e do conhecimento. Desta forma, o meio rural deixa de ser reconhecido meramente como um espaço de produção técnico-agrícola, mas um espaço social, no qual todos e todas devem ter suas liberdades e direitos assegurados (WEITZMAN, 2011).

Em 2010, o MDA começa a publicar as chamadas públicas<sup>8</sup> de ATER, quando foram publicadas 155 chamadas. Um estudo realizado em 148 chamadas indicou que deste quantitativo, apenas 4% foram direcionadas às mulheres rurais e 72% aos Territórios da Cidadania (LIMA & MELO, 2012). Referente ao estado de Pernambuco, das 11 chamadas destinadas ao estado, somente 1 (uma) beneficiava as mulheres, a chamada ATER Mulher<sup>9</sup>. Podemos observar que além da insuficiência do serviço, quando o mesmo chega, muitas vezes não atende as reais necessidades das mulheres como foi apontado no estudo da Hora (2010). Segundo a autora, os seminários de formação sobre a ATER Mulher em 2010, nas regiões norte e nordeste do país, demonstraram que as mulheres enfrentam várias barreiras para terem acesso aos espaços de formação e capacitação, a exemplo da presença e acompanhamento dos maridos e/ou filhos nas atividades técnicas.

Apesar dos limites e entraves da política, essa nova perspectiva se configura como um marco na reestruturação dos serviços de ATER pública e no fortalecimento dos diferentes sujeitos da agricultura familiar. Neste período é retomado o paradigma

---

<sup>8</sup> Sancionada em janeiro de 2010, a Lei nº 12.188, conhecida como a Lei de ATER, o Estado passa a utilizar as chamadas públicas como mecanismo de contratação de instituições governamentais e não governamentais, com capacidade técnica para prestar os serviços de ATER: como um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de pesquisa, gestão, produção, beneficiamento e comercialização de produtos e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroflorestais, agroextrativistas, florestais e artesanais”, compreendendo-se, portanto, a ATER como um processo inserido no contexto do desenvolvimento rural sustentável. Acesso em: <http://www.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater>.

<sup>9</sup> No ano de 2010, a microrregião do Pajeú foi a única localidade do estado a ser contemplada com a ATER Mulher, no valor de R\$ 254.996,00 (MDA, 2010).

do Humanismo Crítico – recorrente no final da década de 1980, a fim de estabelecer uma nova relação democrática e emancipadora entre extensionista – agricultor/a (sujeito-sujeito) (MDA, 2010). Neste momento, é importante fazermos um resgate do processo histórico da política e as diretrizes metodológicas que balizaram as ações da ATER no Brasil, para compreendermos as principais mudanças que ocorreram até a chegada da PNATER (2003) e ATER Mulher. Podemos caracterizar o processo evolutivo da extensão rural no Brasil em três períodos, ou movimentos (RODRIGUES *apud* MDA, 2010, p. 25).

- ✓ Humanismo Assistencialista (1948-1962): direcionado a promoção do desenvolvimento agrícola, cujo objetivo era a mudança e formação de hábitos, condutas e habilidades que viabilizassem o progresso social e econômico dos pequenos produtores. Como princípio metodológico a extensão rural tinha a transferência de tecnologias pelos extensionistas aos agricultores, segundo a lógica do Estado interventor e regulador;
- ✓ Difusionismo Produtivista (1963-1984): reconhecido como a “Revolução Verde”, modelo de desenvolvimento agrícola pautado pela modernização da agricultura, difusão de inovações tecnológicas e a expansão das fronteiras agrícolas. Como princípio metodológico a concepção técnico-burocrática, uma relação vertical entre extensionistas-agricultor/a (sujeito-objeto);
- ✓ Humanismo Crítico (1985-1989): com uma postura contestadora do modelo produtivista das “grandes safras”, propõe uma abordagem da educação emancipadora e o enfoque do individual para o político, social e ideológico, assumindo uma relação dialética entre extensionista-agricultor/a (sujeito-sujeito).

Contudo, há uma quebra da lógica do Humanismo Crítico no início da década de 1990, motivo pelo qual o governo irá priorizar as exportações monocultoras retomando fortemente o modelo produtivista. Esse retrocesso é marcado pela extinção da Embrater e do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), acarretando a inexistência de uma política nacional para o setor [...]. Essa conjuntura fez surgir um cenário mais profundo de desigualdades no campo, levando os estados e instituições de Ater a buscar a superação dessa situação de maneira isolada e, as populações rurais foram excluídas do processo de desenvolvimento e de produção do conhecimento (MDA, 2010).

Desta forma, podemos observar que o processo de construção da PNATER ao longo dos anos, foi marcado pelos diferentes “encontros” entre os extensionistas e os agricultores/as, entre visões e projetos de sociedade ditados pelas correlações de força entre o Estado e os diferentes atores do meio rural e a capacidade destes de negociarem, disputarem e proporem novos arranjos. Assim, quando a PNATER é repensada em 2003, novos horizontes se abrem para a construção coletiva da política, problematizando as ações da ATER e a própria prática extensionista que buscasse fortalecer os agricultores e as agricultoras familiares. Neste novo contexto, o enfoque agroecológico assume um potencial estratégico na transição desse processo com a nova política de ATER.

Segundo Weitzman (2011, p. 89), as três principais mudanças paradigmáticas decisivas para a alteração da estrutura interna da política e na operacionalização do PRONATER foram as seguintes: (i) adoção da agroecologia como matriz tecnológica e princípio dos novos enfoques metodológicos pautados no reconhecimento da pluralidade e diversidade das populações que compõem o universo da agricultura familiar; (ii) a necessidade de que seja feito uso de metodologias participativas integradas às dinâmicas locais e de uma gestão compartilhada através da criação de um sistema de ATER descentralizado<sup>10</sup> que viabilize, de fato, a participação popular na construção do conhecimento; (iii) ações voltadas para a inclusão social que refletem “a necessidade de incluir enfoques de gênero, geração, raça e etnia nas orientações de projetos e programas”, tais como as trabalhadoras rurais, os/as quilombolas e os/as indígenas.

Tais estratégias têm contribuído para a ampliação da política nacional e para o fortalecimento dos espaços de diálogos permanentes entre gestores nacionais e prestadores de serviços em nível estadual e local. Siliprandi (2009), em estudo aponta a importância de se questionar e integrar gênero e agroecologia, em sua tese de doutorado, observa algumas experiências onde houve melhoras na situação das mulheres com o processo de transição agroecológica.

---

<sup>10</sup> O Sistema Nacional de ATER prevê, desde 2004, uma estrutura descentralizada coordenada pelo DATER/MDA e orientada pelos princípios e diretrizes do PNATER, que (i) passa a considerar como agentes de ATER técnicos, agricultores e profissionais que vivem e trabalham no meio rural – OGs, ONGs, organizações de trabalhadores rurais, redes solidárias e interinstitucionais e (ii) reconhece espaços multisetoriais, como o Fórum Nacional de Gestão da ATER pública e os Conselhos Municipais e Estaduais de ATER como locus de gestão e construção de ações que operacionalizam a política e que dentre suas atribuições deve “zelar para que os programas, projetos e ações de ATER contemplem as diversidades econômicas e sócio-culturais das diferentes regiões do país, bem como as especificidades de gênero, raça, etnia e gerações” (PNATER, 2004, p. 16).

A agroecologia valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres dentro do sistema de produção familiar (hortas, pomares, pequenos animais, transformação caseira de produtos); A forma como se dava a transição agroecológica pressupunha a participação de todos os membros da família, porque exigia a integração do conjunto das atividades, muitas vezes sob responsabilidades de diferentes pessoas, quebrando o monopólio gerencial do homem [...] O fato de as mulheres poderem obter, por si mesmas, rendas mais permanentes, recebidas por elas individualmente e fruto do direto do seu trabalho, tendia a melhorar o seu poder de barganha dentro das famílias, permitindo avanços quanto a sua autonomia (SILIPRANDI, 2009, p. 124).

Contudo, a mesma autora verificou que as transformações não eram automáticas, havendo uma espécie de paradoxo muitas vezes: quanto mais o sistema produtivo avançava em direção às práticas ecológicas e integrava-se ao mercado, mais as mulheres iam sendo excluídas das decisões. Assim, as experiências em processos de transição para a agroecologia podem criar “brechas” e espaços para a mudança dos padrões de gênero - desestabilizar a lógica patriarcal na unidade familiar. Mas para isso, é preciso que haja o processo de “empoderamento”, que as mulheres consigam aparecer como sujeitos ativos (individual e coletivamente) nas suas famílias, nas comunidades, até influenciarem nas políticas públicas, na sociedade (SILIPRANDI, 2009, p. 124).

A agroecologia nasce como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agricultura sustentáveis e, portanto contribuir para o estabelecimento novos processos sociais, ambientais, culturais e econômicos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

Segundo Trujillo (2006), a agroecologia percorre um ambiente muito mais amplo e complexo do que a utilização responsável dos recursos naturais - não desconsiderando essencial fator - mas ao passo que ela reconhece nas distintas formas do conhecimento-científico, do saber popular dos agricultores (as) e dos movimentos sociopolíticos articulados, ela avança na perspectiva da autonomia e da equidade nas relações sociais entre seus sujeitos, tornando-os agentes determinantes e propulsores do almejado desenvolvimento rural sustentável.

Para isso, Caporal (2003), nos apresenta um novo conceito de extensão, a “Extensão Rural Agroecológica”.

Se daria a partir de um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e

sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo.

Retomando à PNATER, em 2006, foram constituídas as Redes de ATER<sup>11</sup> e sua inclusão na composição do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER. É importante destacarmos essa novidade no arranjo da política a fim de favorecer a interlocução entre os beneficiário/as, representantes de instituições governamentais, ONGs e organizações de mulheres que prestam os serviços de assistência técnica e extensão rural (BUTTO, 2011; WEITZMAN, 2011).

Segundo Ribeiro (2009), as ONGs exerceram um papel fundamental nesse processo, foram essas organizações, as pioneiras em resgatar e/ou propor tecnologias sociais e ecologicamente sustentáveis para a agricultura, em alguns casos através da capacitação direta, em outros através da recuperação ou do apoio aos agricultores e as agricultoras a desenvolverem suas próprias tecnologias e transmiti-las a outros.

A mesma autora aponta a importância dessas organizações, que na década de 1980, desenvolveram práticas alternativas e ações que contrapunham ao difusionismo dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, assim como, a revalorização da mulher agricultora, o reconhecimento como trabalhadora e responsável por diferentes papéis dentro da unidade familiar. Sendo notória a crescente participação das ONGs nos diferentes espaços de crítica e proposições de política pública, tanto em nível regional, nacional como internacional – tratados, redes, comitês de desenvolvimento rural sustentável etc.

Algumas das iniciativas importantes neste sentido se deram a partir do segundo Encontro Nacional de Agroecologia, momento em que nascia de forma incipiente, o Grupo de Trabalho (GT) Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, em que foi bastante fortalecido pelo movimento feminista e de mulheres do Nordeste (SILVA, 2011). Nos anos de 2004-2005, o MDA através da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

---

<sup>11</sup> A Rede temática de Ater para Mulheres é um espaço que se propõe ao aprimoramento e reflexão sobre as diretrizes e orientações da PNATER, além de servir como um suporte metodológico para qualificação das práticas de assistência técnica e extensão rural voltada para as mulheres rurais (WEITZMAN, 2011).



(PPIGRE), amplia o número de chamadas para todo o território nacional apoiando projetos dirigidos à promoção da autonomia econômica das mulheres rurais. Ao todo, foram executados 14 Projetos de ATER e Capacitação de Mulheres, correspondendo no valor de R\$ 1 milhão e 476 mil reais (MDA, 2007).

No estado de Pernambuco, a única instituição contemplada com o projeto foi a Casa da Mulher do Nordeste (CMN)<sup>12</sup>, uma ONG feminista com atuação no Sertão do Pajeú, com o seguinte projeto: *Fortalecimento das Mulheres Agricultoras como sujeitos políticos e produtivos na Agricultura Familiar*. O projeto da CMN teve como objetivo a formação de lideranças, práticas artesanais, formação de multiplicadoras de práticas agroecológicas e desenvolver habilidades na área de gestão do agroecossistema familiar para as mulheres do sertão do Pajeú (MDA, 2007).

A partir de 2006, como fonte das ações afirmativas desencadeadas pelo MDA para promover maior inclusão das mulheres, foram lançadas de maneira inovadora, a chamada de apoio financeiro voltados para ATER Mulheres. A estratégia era permitir e incentivar a maior apresentação de projetos protagonizados por mulheres na área e ampliar o seu reconhecimento. Essa chamada resultou na aprovação de 22 projetos, correspondendo a um montante de recursos no valor de R\$ 3.08 milhões (MDA, 2007). No estado de Pernambuco, duas organizações foram contempladas, sendo que uma delas foi a Casa da Mulher do Nordeste com o projeto: *Fomento à Assistência Técnica e Formação Continuada para Grupos de Mulheres produtoras do território do Pajeú* (MDA, 2007).

Ainda buscando aprimorar as ações e em diálogo com o movimento de mulheres o MDA cria o programa de organização produtiva, por meio de diversas iniciativas do Ppigre, ampliou e qualificou o projeto de apoio aos Grupos Produtivos de Mulheres Rurais<sup>13</sup>. Dos 248 grupos que se inscreveram para o projeto, um pouco mais de 30 grupos foram selecionados e apoiados<sup>14</sup>. No estado de Pernambuco, foram aprovados 3

---

<sup>12</sup> A CMN É uma organização não governamental feminista, fundada em 1980, localizada em Pernambuco. No estado, possui dois escritórios: Recife e Afogados da Ingazeira (Sertão do Pajeú). A CMN tem como missão contribuir com a ação produtiva e política das mulheres pobres do Nordeste, visando à igualdade de gênero e a transformação social às mulheres rurais e urbanas. Como orientação, busca por meio do feminismo, dos princípios da agroecologia e da economia solidária facilitar o empoderamento econômico e político das mulheres (CMN, 2012).

<sup>13</sup> O projeto tem como estratégia integrar as políticas públicas com o processo de organização produtiva e fortalecimento institucional, buscando superar as barreiras importantes que impedem a sua participação: informalidade, nível restrito de informação sobre as políticas e ausência de canais institucionais para facilitar o acesso (MDA, 2007).

<sup>14</sup> A seleção daqueles que contaram com o apoio financeiro foi realizada por um comitê consultivo constituído no I Encontro Nacional de Grupos Produtivos de Mulheres Rurais, que contou com a participação do Setor de Gênero do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), da

grupos, dos quais são assessorados pela Casa da Mulher do Nordeste, Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú e pelo MMTR-NE<sup>15</sup>.

Contudo, apesar dos esforços do Governo Federal em integrar as políticas públicas de desenvolvimento rural do MDA à SPM com o objetivo de assegurar a igualdade de gênero como um elemento constitutivo da própria PNATER, houve-se a necessidade de criar mecanismos mais específicos e incisivos para a política. Pois, de acordo com Weitzman (2011, p. 102), no período de 2005-2007, no esboço da política de PNATER não existiam proposta nas metas obrigatórias que estimulassem e promovessem de forma mais incisiva as iniciativas das mulheres enquanto sujeitos produtivos, especialmente nas atividades de gestão e comercialização.

Desta forma, a partir de 2008, se constitui a política setorial de ATER Mulher, haja vista o desafio de fortalecer a atuação das mulheres no campo econômico e desconstruir velhos padrões culturais. Weitzman (2011, p. 104), nos apresenta os eixos estratégicos de operacionalização dessa política setorial: (i) capacitação de agentes e de mulheres trabalhadoras rurais sobre ATER; (ii) Integração com o Programa de Organização Produtiva (POPMR); (iii) Chamamentos Públicos de Ater para Mulheres; (iv) Constituição da Rede Temática de Ater para Mulheres.

Dentre essas estratégias, é interessante destacar que as atividades de formação para as mulheres rurais e extensionistas em parceria com as instituições e organizações não governamentais que prestam serviços de ATER, foram recorrentes a fim de expandir e qualificar os serviços do Estado (WEITZMAN, 2011, p. 104).

Além disso, para incentivar a participação das mulheres, as empresas e organizações contratadas prestadoras dos serviços de ATER deveriam oferecer recreação infantil durante as atividades coletivas e capacitações, com horários adequados e flexíveis. Um dos critérios de seleção das empresas era a composição das equipes técnicas multidisciplinares que desenvolveriam essas atividades, sendo que a empresa com maior número de mulheres nas equipes receberia mais pontos nesse critério de seleção (BUTTO & HORA, 2008). Vale destacar também, a iniciativa

---

Comissão de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-Ne) e o Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) também participaram, além de organizações não-governamentais que atuam na área: Centro Feminista 8 de Março, Casa da Mulher do Nordeste, Associação Nacional de Agroecologia e Esplar(MDA, 2007).

15 O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) nasceu na década de 80 e, que tem como objetivo reforçar a participação consciente das mulheres trabalhadoras rurais para transformar a realidade de opressão nas relações existentes entre mulheres e homens; construir mecanismos para ampliar a participação das trabalhadoras rurais nos espaços públicos no âmbito estadual, regional, nacional e latino americano; e trabalhar a organização produtiva, articulando-se com a problemática de gênero e as políticas de governo para o campo.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

inovadora com as chamadas públicas de serviço de ATER para as mulheres realizadas em todos os estados do país em 2010, assim como a formação da Rede Temática de ATER para Mulheres, enquanto espaço de reflexão sobre as diretrizes e orientações da PNATER.

No ano de 2010 é lançada a Lei de ATER – Decreto nº. 7.215, de 15 de junho de 2010, que reforça as inovações referente à ATER setorial às mulheres com ênfase na inserção das mulheres às políticas públicas, além de ter o compromisso de superar as desigualdades históricas da divisão sexual do trabalho em que restringe as mulheres no espaço doméstico da unidade produtiva familiar. Contudo, estudos e pesquisas já apontam críticas e o não comprometimento político-pedagógico com os princípios e as diretrizes da formulação da PNATER de 2004. Em suma, pode-se observar que nas últimas décadas tem ocorrido uma articulação e esforços por parte do governo junto aos diferentes atores e sujeitos que atuam no meio rural a favor de debater as questões transversais de gênero, raça/etnia e geração nas políticas públicas de ATER na agricultura familiar (WEITZMAN, 2011).

No entanto, apesar dos avanços realizados, uma das grandes dificuldades apontadas para a efetiva redução da divisão sexual do trabalho no meio rural e do reconhecimento das mulheres enquanto sujeito político, têm sido dos/das extensionistas incorporarem as temáticas de gênero, raça e etnia em suas práticas. Afinal, muitas das atividades impulsionadas pelos/as técnicas e políticas públicas, reproduzem o papel “natural” destinado às mulheres: nos arredores da casa, no beneficiamento de frutas e nos espaços historicamente reconhecidos como das mulheres, em detrimento do conhecimento técnico e gerencial da propriedade produtiva (SILIPRANDI, 2002; BUTTO, 2011; WEITZMAN, 2011).

Neste sentido, entendemos que as dificuldades vão para além das apresentadas - não retirando tal importância -, mas será que somente os técnicos/as extensionistas que reproduzem os valores patriarcais? Ou será o Estado que não tem possibilitado ferramentas e estruturas compatíveis para as mudanças nos processos e nas estruturas das relações desiguais de gênero na agricultura familiar? Que não oferecem uma estrutura organizativa, de recursos e formação capazes de internalizar outros princípios nesses profissionais e nas organizações parceiras? Afinal assegurar uma política para as mulheres não é o mesmo que problematizar as ordens e as estruturas que subjagam as

mulheres, - a partir de uma leitura crítica do feminismo -, e de redefinições dos papéis entre homens e mulheres na agricultura familiar.

### **Por onde caminhamos**

As novas institucionalidades e uma sensibilização coletiva, entre o governo e os diferentes atores do meio rural, constituíram-se como passos fundamentais para a afirmação das mulheres enquanto agricultoras, sujeitos políticos, portadoras de conhecimento e saberes, reconhecidas nas suas ações e nos diversos espaços de atuação. Sendo os movimentos autônomos de mulheres e as ONGs um dos agentes animadores desse processo no estado de Pernambuco. No entanto, observamos que tais políticas são permeadas pela nossa cultura histórica patriarcal machista, dificultando novas relações de igualdade da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. Neste sentido, faz-se necessário continuar a problematização e a busca de políticas públicas que revertam as assimetrias das relações de gênero pautadas pela abordagem feminista e de contraponto ao agronegócio. Assim, reafirmamos o protagonismo e as resistências autônomas múltiplas que as mulheres rurais exerceram nesse processo de proposições a favor de uma assistência técnica que reconheça seu trabalho e que valorize seu papel social e político na agricultura familiar camponesa.

### **Referências bibliográficas**

BUTTO, Andrea, HORA, Karla. Ater para Mulheres – a experiência recente do governo federal. In **Assessoria Técnica com Mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica**. Cadernos Feministas de Economia & Política Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n. 4, 2008.

\_\_\_\_\_. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. BUTTO, A.; DANTAS, Isolda (Orgs.). Brasília: MDA, 2011.

CAPORAL, F. R. **Bases para uma nova ATER Pública**. Tese de Doutorado do autor. Santa Maria(RS), janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_; COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia: Alguns conceitos e princípios**. Brasília, DF: MDA; SAF; DATER-IICA, 2004.

\_\_\_\_\_; COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. 3ª. ed. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei de ATER: exclusão da agroecologia e outras armadilhas. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável/EMATER/RS – ASCAR**, Vol. 4, nº 1(2011) – 54 – Porto Alegre: EMATER/RS – ASCAR, 2011, p. 23-33.

CMN. **Casa da Mulher do Nordeste: programas, políticas e articulações**. 2012. Disponível em: <<http://www.casadamulherdonordeste.org.br/quem-somos.php>>. Acesso em: 07 jun 2013.

- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro – RJ. 2007.
- IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** PNAD 2009. Dados disponíveis em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr/2013.
- DIEESE; NEAD; MDA. **Anuário Rural: estatísticas do meio rural 2010-2011.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo, 2011.
- FAO; FIDA; BANCO MUNDIAL. **La mujer rural y los Objetivos de Desarrollo del Milenio.** 2012. Dados disponíveis em: < <http://www.fao.org/docrep/017/aj288s/aj288s.pdf>>. Acesso em: mai 2013.
- HORA, K. E. R. **Ater para mulheres: práticas e desafios na oferta e contratação dos serviços.** 2010.
- LIMA, J. R. T; MELO, M. C. A. **Metodologias da assessoria técnica para a transição agroecológica de agroecossistemas familiares.** Recife: Centro Sabiá, 2012.
- MDA. **Políticas para as trabalhadoras rurais. Relatório de Gestão do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA/Incrá.** 2007. Dados disponíveis em: < [http://www.mda.gov.br/portal/dpmr/arquivos/view/relatorio\\_de\\_gestao\\_2003-2006\\_para\\_trab\\_rurais.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/dpmr/arquivos/view/relatorio_de_gestao_2003-2006_para_trab_rurais.pdf)>. Acesso em: abr 2013.
- MDA. **Sistema de Informações Territoriais.** 2010. Dados disponíveis em: < <http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: abr 2013.
- RIBEIRO, Sílvia. **Elementos para uma elaboração sobre o papel das ONGs na agricultura sustentável.** In ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Orgs.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.* Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2009.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo – SP: Ed. Companhia das Letras, 2010.
- SILIPRANDI, Emma. **Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica.** Rev. Agroecologia. e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.
- \_\_\_\_\_. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** Tese de doutorado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O empoderamento das mulheres rurais e seu papel na erradicação da fome e da pobreza.** 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw55/panels/CSW56-theme-panel-Siliprandi,Emma.pdf>> . Acesso em: 22 nov 2012.
- SILVA, A. D. **Da tecnologia alternativa à agroecologia: a contribuição das organizações populares de Pernambuco para a mobilização e ação em rede.** In Tavares de LIMA, J. R.(Orgs.). *Agroecologia e Movimentos Sociais.* Recife: Bagaço, 2011.
- TRUJILLO, Fernando Sánchez de Puerta. **Agroecología y Extensión Agrária: un análisis alternativo del pasado y presente para la construcción del paradigma extensionista ecosocial en Iberoamérica.** In: FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra; LIMA, Jorge Roberto Tavares (Org.). *Agroecologia, conceitos e experiências.* Recife, PE: Bagaço, 2006.
- WEITZMAN, Rodica. **Mulheres na Assistência Técnica e Extensão Rural.** In *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.* BUTTO, A.; DANTAS, Isolda (Orgs.). Brasília: MDA, 2011.

## GT 10: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

### Assentamento público-privado: uma análise sobre a estratégia fracassada de desenvolvimento rural adotada pelo estado do Piauí – o caso da Brasil Ecodiesel

Maria Elza Soares da Silva<sup>1</sup>

#### RESUMO

O artigo se propõe a analisar as relações de conflitos sociais e resistências geradas em torno do projeto de monocultivo da mamona que culminou no rompimento com práticas produtivas tradicionais dos camponeses parceiros da Empresa Brasil Ecodiesel, na Fazenda Santa Clara, município de Canto do Buriti, estado do Piauí. Este assentamento rural é fruto da parceria entre poder público e iniciativa privada, visando à produção de mamona destinada às refinarias de biodiesel da empresa parceira, bem como assentar famílias que não possuísem terras. Essa experiência foi marcada por constantes tensões e conflitos gerados pela resistência dos camponeses ao modelo de produção e contrato de parceria adotado pela empresa, o que dificultou, sobretudo, a adaptação dos mesmos ao contexto das exigências globais de um projeto de desenvolvimento rural baseado na economia de mercado regido pelo capital agroindustrial. Assim, desenhou-se no Piauí a proposta de assentamento público-privado, como estratégia de inclusão sócio-produtiva e distribuição de terras para as famílias que permanecerem com os contratos de parceria vigente por um período de dez anos, recebendo assim, a titularidade dos lotes das terras da fazenda.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Assentamento; Biodiesel.

#### 1. Introdução

A reflexão aqui proposta faz parte da pesquisa de Mestrado<sup>2</sup> a qual analisei a trajetória social, o cotidiano e modos de vida de famílias camponesas que vivem na

---

<sup>1</sup> Mestre, professora substituta no Centro de Ciências Agrárias na Universidade Federal do Piauí.

<sup>2</sup> Dissertação de Mestrado intitulada “Etnografia da terra prometida: trajetórias sociais, conflitos e cotidiano dos/as camponeses/as parceiros/as da Brasil Ecodiesel - O caso da Fazenda Santa Clara, no Piauí” defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Piauí.

condição de parceiros rurais no assentamento da Fazenda Santa Clara, no município de Canto do Buriti, estado do Piauí.

Com o slogan “*Governo do Desenvolvimento*” do então ex-governador do estado do Piauí, Wellington Dias (PT), instalaram no ano de 2003 a Fazenda Santa Clara, localizada na fronteira agrícola do estado – áreas dominadas pelos monocultivos da soja- responsável pela expulsão de centenas de camponeses que moravam como meeiros, posseiros, sitiantes e categorias sociais outras utilizadas para definir a relação destes com a terra.

A iniciativa foi apontada pelo Governo do estado do Piauí como uma política de desenvolvimento rural que visava criar oportunidades de geração de renda no âmbito do agronegócio e promoveria a reforma agrária privada, tendo em vista que as famílias assentadas receberiam a titularidade das terras da fazenda ao término do contrato de parceria. A proposta de acesso a titularidade das terras ainda não se confirmou porque as instituições públicas não chegaram a um entendimento no que cerne a responsabilidade pelo loteamento e manutenção do mesmo como Projeto de Assentamento (PA).

A lei Estadual 5.333/2003 aprovada pelo “Governo do Desenvolvimento” instituiu na região do semi-árido piauiense, o Programa de Produção de Mamona para a Extração do Biodiesel. Na supracitada lei, o Governo estadual regulamentou a doação de 36 mil hectares de terras para a empresa Brasil Ecodiesel explorar comercialmente, utilizando-se mão de obra das famílias camponesas assentadas na condição de parceiros rurais. Essa lei trata a parceria como “reforma agrária privada” por entenderem que ao término dos 10 anos de exploração comercial das terras, a empresa será responsável pela divisão das terras em lotes de 25 hectares para cada família que permanecer no Programa de Cultivo da Mamona até o término do contrato de parceria. O contrato versa que as famílias receberão da empresa o título de propriedade das terras sem ônus para o Estado e nem para o agricultor.

O Projeto assentou 635 famílias, distribuindo-as geograficamente entre as 18 células de produção. Cada célula possui 35 casas que estão divididas pela BR-324, sendo onze do lado direito e sete do esquerdo, no sentido sul do estado. Na área central das terras do assentamento, está o núcleo administrativo da fazenda – local em que se concentram os serviços de saúde, educação, pequenos comércios, lazer, moradia dos

funcionários, restaurante e o escritório da empresa da Empresa Brasil Ecodiesel no Piauí.

Após breve exposição sobre o surgimento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) reflito, sobre os processos sociais e transformações ocorridas na vida das famílias camponesas assentadas, apresentando os conflitos sociais e resistências cotidianas (SCOTT, 2000) dos mesmos em função de um modelo de produção que exigiu que se comportassem como operários de uma fábrica com horários e metas de produção previamente estabelecidas. Tais intervenções provocaram impactos negativos na reprodução dos modos de vida dos camponeses parceiros, controvérsias acerca do contrato de parceria rural, dificuldade na adaptação ao monocultivo da mamona e incertezas quanto ao recebimento da titularidade dos lotes das terras da Fazenda ao término do contrato de parceria, que culminou no fracasso do produtivo da proposta de desenvolvimento rural baseado na inserção de agricultores familiares na produção de matéria prima para a matriz energética do Brasil.

## **2. (Des) caminhos para a implantação de um Projeto de Desenvolvimento Rural com fracasso anunciado no Piauí**

Discussões recentes sobre alternativas de fontes renováveis para a matriz energética do Brasil chegaram à conclusão de que o biodiesel, a partir da mamona, seria a alternativa viável, com possibilidade de geração de renda no campo, e a inclusão de famílias camponesas na cadeia produtiva dos bicompostíveis. Com a aprovação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (BRASIL, 2005), surgiram “parcerias” entre o setor público e o privado, para atender à demanda das refinarias do biodiesel, com a utilização da mão de obra de agricultores familiares para a produção de matéria-prima. Essas parcerias, de acordo com o PNPB, devem estar amparadas às nuances sociais, regionais, tecnológicas e de mercado (BRASIL, 2005). Nesse sentido, como estratégia para viabilizar a produção do biodiesel, o programa concedeu incentivos fiscais às empresas interessadas em investir nos negócios dos bicompostíveis.

A mamona cultivada há décadas pelas famílias de camponeses/as do sertão nordestino, chegou a ser uma cultura relativamente importante em Estados como Ceará,



Pernambuco e, principalmente, a Bahia, entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, como registra a Série Histórica da Mamona do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002). Nesse período, o país chegou a ser o principal produtor de óleo de mamona do mundo, posição que perdeu para a Índia e para a China, em meados da década de 1990. Esse histórico foi um dos principais fatores que levaram o Governo Federal a eleger a mamona como uma espécie de “carro-chefe” do PNPB em 2004, quando lhe conferiu a “missão” de imprimir junto ao Programa Brasileiro de Agroenergia um caráter mais social, através de estratégias que buscaram vincular a produção de biodiesel ao investimento na agricultura familiar.

Fundamentado nas discussões sobre produção do biodiesel no cenário nacional, o Governo do Estado do Piauí aprovou, em outubro de 2003, a lei Estadual 5.333 de 15 de outubro de 2003, que institui na região do semi-árido piauiense o Programa de Plantação de Mamona para a Extração do Biodiesel, na qual é autorizada por lei a doação de trinta e seis mil hectares de terras para o grupo de investidores Enguia Power Ltda. – administrado pelo Buriti Agrícola da Empresa Brasil Ecodiesel, para fins de “reforma agrária privada”. Um assentamento que disponibilizará a força de trabalho das famílias de camponeses parceiros assentados como suporte produtivo para a empresa. Ao término do prazo de dez anos de exploração produtiva dessas terras, as famílias que permanecerem com as parcerias vigentes com a empresa receberão o título de propriedade de vinte e cinco hectares das terras do assentamento, no ano de dois mil e quatorze.<sup>3</sup>

Um das exigências do Programa para que as empresas produtoras de matéria-prima e processadoras do biodiesel pudessem usufruir das vantagens fiscais é que deveriam desenvolver ações que levassem em consideração o quesito preocupação social; mais especificamente, a inserção dos pequenos agricultores, particularmente, os do Norte-Nordeste, com abrangência de todo o semi-árido brasileiro. De acordo com o Programa, essa seria uma alternativa para o fortalecimento da agricultura de base familiar no Brasil e a geração de renda no campo. Para essas áreas específicas (Norte-Nordeste), os investidores do agronegócio com foco no cultivo de mamona e palma<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> A terra prometida, termo que tomo emprestado das narrativas dos informantes, quando se referem à situação de promessa de vinte e cinco hectares a cada família assentada ao término do contrato de parceria rural.

<sup>4</sup> Ver Decreto n. 5.297, que estabeleceu os coeficientes de redução de alíquotas de contribuição PIS/PASEP e COFINS, que dá um incentivo adicional para que se produza biodiesel a partir da palma e da mamona.

para o biodiesel, tiveram uma redução de 100% da incidência do PIS/COFINS e dos tributos federais em geral.

A singularidade desse assentamento, que conceitualmente não está em consonância com o que é comumente denominado pela política de Reforma Agrária no Brasil, consiste no “investimento de recursos da iniciativa privada em parceria com o poder público, para resolver os problemas de acesso a terra”, conforme entendimento do Gerente de Agricultura Familiar da Empresa Brasil Ecodiesel.

Por tratar-se de um assentamento público-privado e evitar vínculos empregatícios dos camponeses com a empresa, o instrumento jurídico utilizado para legalizar essa relação foi o Contrato de Parceria Rural Agrícola, baseado na lei de nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, pelo Decreto n. 59.566, de 14 de novembro de 1966 – Estatuto da Terra. Nessa perspectiva, a nova posição social do camponês assentado não é a de proprietários da terra, e sim de parceiros rurais. Essa nova condição não representou para os camponeses a autonomia, no sentido do controle de como e o que produzir, conforme saberes e práticas adquiridas anteriormente.

Por parceria, no caso da Brasil Ecodiesel, compreende-se uma expressão meramente institucional de um contrato de parceria rural agrícola, no qual é possível se observar a existência de relações assimétricas de poder entre parceiro-outorgante (empresa) e parceiro-outorgado (camponeses). Assim, na definição jurídica do contrato, o termo parceria rural aparece no item cinco como sendo uma relação de “uso de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, com o objetivo de nele ser exercida a atividade de produção agro-empresarial”, em consonância com o estatuto da terra.

À luz destas observações, é possível inferir que essa parceria rural está longe da situação clássica estudada por Cândido (1987), que, em linhas gerais, apresenta uma parceria de arrendamento, unindo parceiros e proprietários, num universo social em que as distâncias sociais e as distorções na gestão dos negócios são relativamente pequenas. Com a empresa e camponeses parceiros na Fazenda Santa Clara ocorre de modo contrário, de um lado, a grande empresa processadora da matéria prima para produção de biodiesel interessada em gerar lucro, do outro o camponês parceiro querendo ter acesso à titularidade da terra. As relações entre os dois atores (empresa e camponês) foram marcadas por sucessões de acusações mútuas sobre o descumprimento das regras contratuais. A empresa acusa os camponeses de não saberem o que é ser um parceiro

rural e os camponeses acusam a empresa por constantes quebras de contrato. O termo parceria na concepção desses camponeses é entendido como uma relação de “troca e camaradagem”, e não a de “patrão e empregado”, como eles dizem se sentir em relação à situação vivenciada no assentamento. Aqui não somos “empregados e nem donos” argumenta constantemente os camponeses parceiros.

Esse sentimento de não proprietários das terras do assentamento levou trezentos e vinte famílias a entrarem com ação na Justiça do Trabalho contra a Empresa Brasil Ecodiesel, reivindicando indenizações por “quebra de contrato” e direitos trabalhistas. Parte dessas ações ainda aguardam julgamento e outras já foram deferidas à favor da empresa.

Os camponeses parceiros alegam que, ao assinar o contrato de parceria rural, perderam a autonomia na decisão do que plantar e sobre o horário de dedicação à roça. Foi nesse contexto de abandono das práticas de cultivos dos roçados anteriores, e de adaptação às novas práticas produtivas, voltadas totalmente para o mercado, que desencadeou uma série de conflitos e tensões com as acusações mútuas de quebra de contratos, trabalho escravo, infantil, dificuldades de suprir as necessidades básicas da família.

Esses desencontros ocorreram quando a empresa insistiu no discurso empresarial que visa lucro, desenvolvimento e progresso e do outro os camponeses que estavam em busca de terra e que em sua maioria não estavam preocupados com o desenvolvimento do mercado global de bicompostáveis. (OLIVEIRA, 2012) Esse desencontro de interesse gerou – e ainda gera – muitas complicações na relação entre os supracitados autores.

## **2. Das adaptações às estratégias de resistências às moradias circulares**

As casas do assentamento foram denominadas de células de produção. Nomenclatura atribuída pela empresa à disposição das casas em formato circular. Cada célula possui mil hectares, sendo composta por trinta e cinco casas e um salão no centro destinado a atividades culturais dos grupos sociais, ao qual se referem como centrinho.

A nova moradia foi o primeiro desafio de adaptação enfrentado pelos camponeses parceiros na chegada à Fazenda Santa Clara. O modelo circular adotado pela empresa possibilita que todas as casas sejam visualizadas simultaneamente, o que desagradou às famílias, pois as mesmas argumentaram que se sentiam vigiados constantemente pelos técnicos da empresa. Outro estranhamento provocado pelas casas dispostas em círculo diz respeito aos quintais, estes ficarem na lateral da casa e não no fundo como estavam acostumados, a porta de acesso ao quintal fica frente a frente com a porta do vizinho e assim sucessivamente. Os camponeses argumentam que mantinha sempre fechada, pois, sua privacidade era invadida pelos vizinhos desconhecidos, pois, advinham de origem geográfica diversas.

Uma das questões também apontadas como dificuldade em aceitar essa nova organização espacial de suas moradias se deve ao fato de não ter semelhanças com as moradias anteriores, era recorrente os camponeses rememorarem suas antigas habitações, fazendo sempre comparações ao modelo que estavam acostumados e ao que tinham que se adaptar naquele momento.

Como estratégias de controle dos espaços de moradia, as famílias passaram a plantar árvores frutíferas e ornamentais no centro das células, com objetivo de dificultar a logística de vigilância adotada pela empresa e manter a privacidade em relação aos novos vizinhos. Essa decisão por parte dos camponeses parceiros culminou na punição dos mesmos, por parte da empresa que cortou o adiantamento de safra por um mês, um maneira de intimidar a ação de resistência do grupo.

Nesse período de 2004 a 2007 a empresa imprimiu na administração da fazenda, uma gestão baseada no autoritarismo e punição, procuravam a qualquer custo controlar todos os acontecimentos nas terras da Fazenda. Os camponeses parceiros se recordam que, por diversas vezes, foram obrigados a retirar as plantas do centro das células, no entanto, quando ocorriam maiores resistências, a própria empresa enviava um trator para retirá-las, alegando que a célula estava com aspecto de área abandonada.

Essas atitudes de interferência no desenho original realizada pelos camponeses podem ser compreendidas como formas cotidianas de resistência, que geralmente surgem entre camponeses que vivem pulverizados ao longo da zona rural, enfrentando obstáculos para a ação coletiva e organizada (SCOTT, 2000). Nesse sentido, as formas

cotidianas de resistência que emergiram no assentamento, foram particularmente importantes, para o processo de retomada da relativa autonomia perdida nos espaços de moradia e da roça por parte dos camponeses parceiros.

A proibição da alteração do espaço físico das moradias no assentamento representava para a empresa a manutenção da sua autoridade sob as famílias, ou seja, ao fazê-las estariam violando as regras estabelecidas de obediência ao contrato de parceria no item 8, que trata da “proibição de benfeitorias nas áreas cedidas ao parceiro-outorgante sem autorização da empresa”.

Analisando esses conflitos a partir da convivência com os camponeses parceiros, observei que essas estratégias por eles adotadas não tinham como objetivo apenas proteger a sua “privacidade” dos vizinhos, como a maioria argumentava. Também tinha como finalidade não serem vistos pelos funcionários da empresa, nem por vizinhos que eles consideravam delatores, quando abandonavam os tratos culturais dos lotes de mamona e ficavam escondidos em casa para não serem punidos.

Alguns camponeses parceiros, no período dos tratos culturais da mamona, por resistência ao seu cultivo, “optavam” por ficar em casa nos horários em que deveriam estar nas roças. Porém, no contexto da casa vigiada, o fato de estarem morando em casas dispostas em círculos possibilitava serem vistos na entrada da célula através da porta principal de suas casas.

É possível inferimos aqui que o poder do subalterno (SCOTT, 2000) nessa luta prosaica, mas constante, dos camponeses contribuiu para que a Brasil Ecodiesel recuasse, revendo seu modelo de gestão baseada no controle e na punição, ou amenizava as pressões sobre os grupos sociais ou perderiam o total controle da situação, como estava acontecendo aos poucos.

Ainda sobre os aspectos de controle, vigilância e punição das famílias nos espaços de moradia, o modelo adotado pela empresa levou-me a pensar teoricamente nas semelhanças com o panóptico de Jeremy Bentham (FOUCAULT, 1987) — uma composição arquitetônica de cunho coercitivo e disciplinatório. O formato e função circular das células de produção do assentamento trazem características físicas e funcionais de construção panóptica. Sobre este assunto, a empresa diz não ter conhecimento desse modelo, mas atribui ao formato uma facilitação para o trabalho dos funcionários ao visualizar todas as famílias ao mesmo tempo.

A expectativa da empresa Brasil Ecodiesel era de que todas as células produtivas desenvolvessem bem o seu papel vital de funcionamento do assentamento, e que ocorresse um processo de comunicação, mesmo saindo do núcleo da fazenda, mas que fosse aceito e colocado em prática no interior de cada célula; o que de fato não ocorreu, e terminou por ocasionar uma série de conflitos internos. Na verdade, esperou-se que os camponeses respondessem com docilidade à tentativa de disciplinarização e adestramento, para fazerem o que era do interesse da empresa; porém, esse “corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo” (FOUCAULT, 1987, p.141).

A moradia no contexto analisado representava para os camponeses parceiros o único espaço em que poderiam ainda exercer sua autoridade de pai e marido, frente às constantes mudanças e sentimentos de inseguranças que permeavam as relações sociais no assentamento. Nesse sentido, houve intenso investimento dos camponeses para manterem o controle da sua autoridade no espaço doméstico, como uma forma de compensar, o sentimento negativo de perda da autonomia na roça. Ao assinarem o contrato de parceria rural, eles perderam total autonomia sobre o que plantar ou/e criar, conforme veremos adiante. Assim, nessas relações assimétricas de poder, a casa representava naquele momento o único espaço de controle do chefe da família; portanto, não concebiam interferências externas.

### **3. Conflitos entre as práticas culturais no roçado de antes e no lote de agora**

O sistema de produção de mamona na Fazenda Santa Clara iniciou em janeiro de 2004, no qual cada família recebeu nove hectares, com a obrigação de dedicar-se a oito com exclusividade para os tratos culturais da mamona e uma para o próprio consumo e moradia.

A primeira dificuldade encontrada no âmbito produtivo foi à quantidade de hectares a que tiveram que fazer os tratos culturais. Esses camponeses estavam habituados a fazerem roçados, como eles mesmos denominam, de no máximo dois hectares, envolvendo todos os membros da família. Por serem obrigados a trabalharem diariamente nos lotes da empresa, geralmente as famílias não cultivavam nenhuma cultura para o próprio consumo, alegando falta de tempo, diante da dedicação exclusiva

à mamona. Percebendo que a quantidade de hectares estava acima da capacidade laboral dos camponeses assentados, a empresa reduziu para quatro hectares nos anos seguintes, mas, mesmo assim, a proposta de produção de mamona durou apenas quatro anos, sendo avaliados um de sucesso produtivo e três de fracassos.

O fracasso produtivo da mamona, segundo relatório técnico da empresa Brasil Ecodiesel (2009) esteve ligada à baixa qualidade das sementes, ataques constantes das pragas, irregularidades na quantidade e distribuição das chuvas e não realização dos tratamentos culturais por parte dos camponeses parceiros. Aliado a esses fatores negativos, acrescenta-se a gestão centralizadora e autoritária da empresa e a pouca experiência e entusiasmo das famílias em relação à mamona como cultura principal, contribuindo assim para o fracasso produtivo.

O período de adaptação à produção de mamona e ao abandono do cultivo de culturas tradicionalmente praticadas anteriormente e a proibição de criação de pequenos animais na área do assentamento, não foi fácil para os camponeses parceiros. Esses conflitos de adaptação e (re) significação das “novas” práticas sociais e culturais transformaram o assentamento num espaço de constante tensão, algumas delas visíveis e outras latentes. As pressões por resultados produtivos nos cultivos de mamona e o aumento da movimentação da empresa em desvincular-se das responsabilidades assumidas, a ausência do Estado quando a produção de mamona é anunciada como fracasso, traz à tona a insegurança por parte dos camponeses quando o acesso à titularidade das terras da fazenda.

A pressão para produzirem dentro das metas estabelecidas pela empresa, a fiscalização constante nos horários em que os camponeses parceiros “deveriam” estarem nos lotes cultivados pela empresa, as proibições de criar pequenos animais à solta, tudo isso influenciou diretamente na forma desinteressada como se comportavam os camponeses diante dos roçados de mamona. Por exemplo, deixaram de criar galinhas para criar suínos, substituindo o cultivo e consumo do feijão de corda tradicional pelo feijão de corda desenvolvido para o consórcio com a mamona. Com a impossibilidade de realizarem outros cultivos fora do calendário agrícola da empresa e a relativa perda de autonomia sobre o que produzir e como produzir, tensões e conflitos foram desencadeados, levando-os a abandonarem as áreas de cultivo da empresa.

Quando os camponeses chegaram ao assentamento, sentiram a necessidade de formular estratégias para a permanência e reprodução social das suas famílias num

ambiente que inicialmente se apresentava hostil. Conviver com as constantes regras e proibições exigiu maior coesão social daquelas famílias que vieram em grupos. Buscaram se reorganizar trocando as moradias. Essa nova reorganização resultou em células composta por grupos familiares e/ou vizinhos do mesmo lugar de origem geográfica.

Quando se trata do saber e experiências acumuladas pelos camponeses, Suarez (1983) entende que o campesinato desenvolve um conhecimento, ou saber, que lhe é próprio, o que me leva a pensar que sua reprodução depende desse saber, tanto quanto das relações de produção que se inserem, e que a reprodução dessas relações de produção depende da operacionalização do saber que rege o processo de trabalho, ao mesmo tempo em que são elas próprias a condição para essa operacionalização. Dessa forma, a mamona enquanto principal cultivo passou a ser vista pelos camponeses como o símbolo do rompimento com os modos de vidas anteriores.

O modelo de projeto de produção agrícola adotado pela empresa não reconheceu saberes e práticas anteriores nos modos de vida dos camponeses parceiros, e isso deflagrou, dentro dos grupos, resistência à produção de mamona, bem como, estratégias cotidianas para a retomada da autonomia de trabalho, relativamente autônomo, que perderam ao assinar o contrato de parceiros rurais. Scott (2002) afirma que, naquelas experiências cujos camponeses se encontram em uma situação-limite de controle, as estratégias na busca de espaços de autonomia nos processos produtivos tornam-se uma constante no cotidiano das famílias.

Na Fazenda Santa Clara houve o que Suarez (1983) chamou de marginalização da economia camponesa, com redução no âmbito da aplicação do conhecimento tradicional na roça, em especial aquele direcionado para a produção de alimentos, no qual estavam habituados a praticar. A autora mostra que experiências de desenvolvimento da agroindústria e da conseqüente valorização das terras, dentre outras questões relevantes, provocaram mudanças no tradicional processo de trabalho, orientado por um conhecimento camponês. A outra é a mudança do processo de trabalho tradicional, a qual se dá através de reformulações e ajustamentos a novas condições e saberes (SUAREZ, 1983). Embora no caso da experiência da Fazenda Santa Clara não seja possível falar de uma “modernização na produção”, essa questão é freqüentemente levantada por eles, quando relatam já haver contratado tratores para arar



suas terras e, na ausência deste ou impossibilidade por conta dos elevados custos, optavam por usar arado e capina com tração animal.

Para Suarez (1983), os camponeses são mais que produtores de ideologias, procuramos vê-los como produtores de alimentos, pois, afinal, é como tal que eles sobrevivem; mais que produtores de mercadorias, procuramos vê-los como produtores de bens de uso, eventual ou necessariamente, tornados mercadorias. Nesse sentido, é importante perceber o camponês como agente ativo da sua reprodução e capaz de manipular o próprio sistema que o subordina.

Nesse sentido, houve uma mudança acerca dos cultivos, criações e consumo por parte dos camponeses assentados. Foram reorganizando a família em torno do que era possível criar ou cultivar naquela nova realidade de moradia e roça. Para Suarez (1983), o processo de modernização ou adaptação às mudanças implica na aquisição por parte do campesinato de outro saber. Mesmo reconhecendo que o campesinato é portador de um saber próprio, saber esse que não apenas orienta a prática rotineira, mas que contém elementos capazes de neutralizar pressões externas, dissolutivas, de incorporar a inovação e de se atualizar face à mudança.

A relativa perda da autonomia sobre a produção e a tentativa de controle dos espaços físicos do assentamento, sobretudo nos cinco primeiros anos de funcionamento do Projeto, foram consideradas um dos motivos para que os camponeses começassem a abandonar os lotes fruto da parceria e não produzissem nem para si e muito menos para a empresa. Foi justamente quando surgiram as denúncias de que as famílias passavam por privação alimentar no assentamento, tendo em vista que dependiam somente da alimentação da cesta básica doada pela empresa e do adiantamento de safra.

Analiso a experiência vivenciada pelos camponeses parceiros quem vivem na Fazenda Santa Clara, a partir da teoria de Woortmann (1990) que aborda o campesinato a partir de atualizações frente aos desafios de reprodução social e permanência no meio rural. Considerando “o espaço camponês como um espaço moral, de reciprocidade e de trabalho, vejo que a terra significa o que o trabalho significa, e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que o objeto de trabalho, a terra é o espaço da família” (WOORTMANN, 1990, p. 43). Sem a posse da “terra de trabalho”, a reprodução social camponesa se fragiliza, visto que esta constitui um espaço "pleno de significações, pois, ao mesmo tempo em que ele é trabalho, o é

também de lazer e ócio, de construção das redes de parentesco, de convívio com a natureza, enfim, de transcurso da vida, quase por inteiro" (GEHLEN, 1998, p. 40).

Por fim, a tentativa de inclusão socioprodutiva de agricultores familiares à cadeia produtiva do biodiesel como estratégia de desenvolvimento rural, na verdade, não passou de um processo de subordinação sociocultural e, por vezes, a destruição das identidades que resistiam à subordinação imposta através do trabalho (GEHLEN, 1998), da relação com a terra e dos valores nacionais do agronegócio na última fronteira agrícola do país.

### **Considerações finais**

O Projeto de assentamento privado da Fazenda Santa Clara foi pensado desconsiderando a realidade social, cultural e produtiva das famílias assentadas. Trata-se da construção de um assentamento voltado para a produção comercial de uma cultura destinada exclusivamente à industrialização que, na concepção dos camponeses, “não serve para alimentar a família nem os animais”. As famílias camponesas atribuem à mamona a responsabilidade por eles terem que abandonar sua tradição produtiva, milho, feijão e mandioca. Essas diferenças tornaram-se condicionantes para o (in) sucesso do assentamento, no que diz respeito à produção da mamona destinada à produção de biodiesel.

Assim, é possível evidenciar alguns dos principais impactos das mudanças provocadas por este modelo de assentamento rural privado nos seus modos de vida dos camponeses, a saber:

- *A relação com a terra*: muitas famílias camponesas saíram da condição anterior de moradora submetida às regras do proprietário, para a condição de parceiras assentadas submetidas às regras da empresa.

- *A dificuldade de se adaptar ao calendário agrícola da empresa*: em razão de terem que abandonar suas culturas tradicionais, para produzir cultura de risco à reprodução social dos grupos domésticos. Eles desejavam produzir para comercializar, mas dentro da lógica de uma economia moral que valoriza escolhas próprias. Nesse sentido, Menezes (2002) afirma que a racionalidade camponesa não é algo unidirecional, na verdade, compõe-se de uma associação de fatores econômicos, sociais

e culturais. Assim, o acesso ao mercado é para eles de fundamental importância, porque, o consumo da família não se resume aos bens produzidos, e é na comercialização praticada dentro do assentamento e nos municípios vizinhos que garantem o acesso a produtos que não produzem.

*O modo de produção comercial:* o cultivo da mamona interferiu negativamente no modelo de reprodução social das famílias. Acostumadas a cultivar no máximo três hectares, ao chegar ao assentamento, passaram a cultivar nove hectares de mamona consorciada – o que resultou na absorção integral de toda a mão de obra disponível na família, inclusive das mulheres, responsáveis pelos cultivos dos roçadinhos.

Como resultado das tensões, conflitos e distensões, os camponeses parceiros abandonaram os lotes de mamona nos períodos críticos para a cultura, como as épocas de realização dos tratos culturais e da colheita, repercutindo diretamente em resultados negativos para a produção. O novo modelo de produção desestruturou saberes técnicos acumulados experimentalmente. Os camponeses estavam acostumados com a agricultura de subsistência, por eles considerada meio de reprodução social da família, com pouca capacidade de inserção econômica no mercado global. Essa ideia se opôs totalmente à natureza ideológica do projeto de monocultivo estruturado para o assentamento da Fazenda Santa Clara.

## **Referência bibliográfica**

BRASIL. **Plano Nacional de Produção e Uso de Biodiesel**. Disponível em [www.inovaçãotecnologia.com.br](http://www.inovaçãotecnologia.com.br). Acesso em 25 de Mar.2005.

CANDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida. São Paulo, 1987.

FOUCAULT, M **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987. 280 p.

GEHLEN, I. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: trajetória cabocla. In: ZARTH, P. A. et al. Os caminhos da exclusão social. Unijuí, 1998, p.121-141.

MENEZES, M. A. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à

dominação: a contribuição de James Scott. In: **RAÍZES**, v. 21, n. 1, p.21-44, jan./jun. 2002.

OLIVEIRA, J. K da S. Fazenda Santa Clara, encontros e desencontros entre camponeses/parceiros e a Brasil Ecodiesel em um assentamento rural privado no Sul do Piauí. 2012. Dissertação Mestrado em Antropologia e Arqueologia – Programa de pós graduação em Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal do Piauí. Teresina.

SCOTT, James. Los dominados y el arte de la resistência. Mexico: Ediciones Era, 2000

SUAREZ, M. et al. **Saber e reprodução camponesa**. In: Anuário antropológico. 81: Tempo Brasileiro. 1983. p. 147 -229.

WOORTMANN, K. **Migração, família e campesinato**. Revista Brasileira de Estudos de População, January-June 1990, p. 35-51, 1990.

## GT 10 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

### Avanço da monocultura da soja como alternativa para acessar as políticas públicas: O caso do Assentamento Rio Verde

Sheila Marli de Melo Rezende<sup>1</sup>  
Dinalva Donizete Ribeiro<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Agronegócio /Economista do CCSST-UFMA/ UFG, sheila.mrezende@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Geografia / Professora Associada da UFG / UFG, dinalvadr@gmail.com

#### Resumo

O sudoeste Goiano é caracterizado pelo “apoderamento” do espaço territorial pelo agronegócio. Este artigo propõe analisar o avanço da monocultura da soja e a capacidade de acessar as políticas públicas como estratégia de reprodução social, econômica e cultural das famílias do Assentamento Rio Verdinho localizado no município de Rio Verde. Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Conclui-se que a substituição gradativa da diversificação da produção pela produção de oleaginosas no assentamento pesquisado tem como objetivo o acesso ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

**Palavras-chaves:** Agronegócio; Políticas Públicas; Assentamento Rio Verdinho.

## Introdução

O presente artigo se propõe a apresentar os resultados da pesquisa realizada no Assentamento Rio Verdinho, localizado no sudoeste Goiano, no município de Rio Verde. Objetiva-se verificar a substituição gradativa da atividade leiteira e da diversificação da produção pela monocultura da soja, para atender o mercado do biodiesel. Esse processo caracteriza a monopolização do capital sobre o espaço territorial conquistado pelo campesinato por meio da reforma agrária, ou seja, nos assentamentos rurais “o que, como e para quem produzir” é determinado pelos interesses do capital.

As contradições no interior do sistema capitalista contribuem para a criação e recriação das relações não capitalistas no campo, quando da subordinação da produção obtida pelo pequeno produtor, assim como das relações sociais de trabalho travadas no campo, e conseqüentemente, a reprodução ampliada do capital. Martins (1981, p. 16) afirma que “o campesinato é construído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão”.

O capital transpõe as barreiras geográficas e se territorializa em busca de obter lucro. Sobre isso, Kageyama *et. al* (1990) afirma que a propriedade da terra proporciona ganhos especulativos e ganhos de fundação, por meio de novas áreas de fronteiras, e esse processo é conhecido como “territorialização do capital”. Para Oliveira existem dois processos, o da “territorialização do capital” e a “monopolização do capital”. Esse último acontece quando “o capital monopoliza o território sem entretanto territorializar-se – trata-se, pois, do processo de monopolização do território pelo capital monopolista (...) ele cria, recria, redefine relações de produção camponesa, familiar portanto ” (OLIVEIRA, 2013b, p. 128).

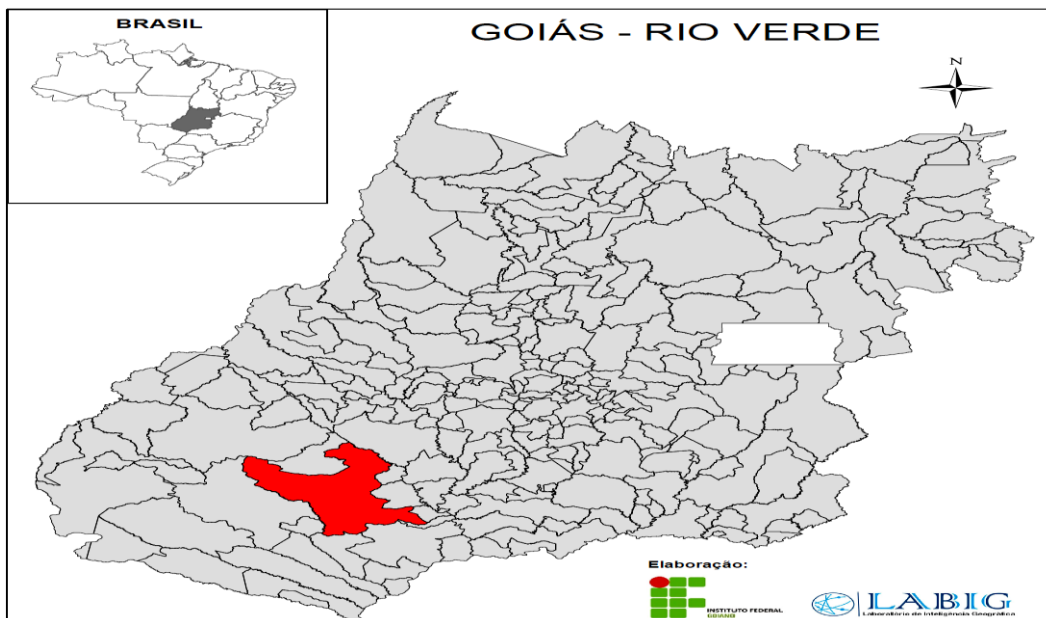
O objeto da pesquisa é o Assentamento Rio Verdinho, localizado no município de Rio Verde, na microrregião sudoeste do estado de Goiás (Figura 01). Rio Verde é considerada a capital do agronegócio, por se tratar de um dos maiores produtores de oleaginosas. Oliveira (2013b) afirma que o agronegócio está distribuído por todo o território nacional, em franca expansão na região Centro-Oeste.

A soja representa 49% da área plantada em grãos do país. Atualmente, é um dos produtos que mais se destacam no cenário nacional e contribui com a balança comercial. A produção de soja tem alcançado, a cada ano, aumento da produtividade

decorrente da inserção constante de tecnologia que ignora as questões de solo e clima, além do manejo e da eficiência dos produtores, principalmente os localizados nas regiões Centro-Oeste e Sul do país. O Centro-Oeste é o segundo maior produtor de soja do país, ocupando uma condição geopolítica que favorece a produção (MAPA, 2014).

O município de Rio Verde está a 231 km de distância de Goiânia, atual capital do estado de Goiás. Possui área total de 8.379,661 km<sup>2</sup> e população de 176.424 habitantes (IBGE, Censo 2010). O município se destaca na pecuária bovina, suinocultura, avicultura e na produção de soja, milho, algodão, sorgo, arroz, feijão, girassol. O processamento industrial das carnes de aves e suínos encontra-se em franca expansão para atender à demanda por alimentos processados (EMATER-GO, 2013).

**Figura 01** - Mapa do Município de Rio Verde-GO



Fonte: Instituto Federal Goiano, *Campus Rio Verde* - LABIG, 2014.

No município existem 1.315 estabelecimentos da agricultura familiar (Lei 11.326 de 24 julho de 2006) e 974 da agricultura não familiar. O município também apresenta concentração fundiária, assim como em boa parte do Brasil, os agricultores familiares ocupam uma área plantada de 45.909 hectares, enquanto os não familiares uma área de 535.399 hectares (IBGE – Censo Agropecuário, 2006).

Quando se analisa a formação econômica do Brasil, verifica-se que a ocupação territorial foi pautada no latifúndio, na mão-de-obra escrava e na monocultura voltada para o mercado externo. Como resultado, a existência de questões agrárias que precisam

ser resolvidas, como a concentração de terras, as condições espúrias no campo retratadas na falta de saneamento básico, precariedade na educação e saúde, insegurança alimentar, baixos salários, altas jornadas de trabalho, trabalho escravo, trabalho infantil, e a exposição do trabalhador aos agrotóxicos. Tais questões influenciam para que haja a necessidade da desconcentração fundiária por meio da Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e da regulamentação das relações de trabalho no campo brasileiro. Nesse sentido, o assentamento rural é percebido como um espaço territorial que contribui para o desenvolvimento agrário, quer seja pelos impactos socioterritoriais, quer seja pelo resgate da dignidade e da “autonomia do tempo e do trabalho” do campesinato.

### **O uso do solo pelas famílias assentadas como alternativa para acessar as políticas públicas**

Há uma distinção entre a forma como se dá a leitura do uso da terra pelo camponês e pelo capitalista. Para o camponês, a terra representa a possibilidade de reprodução social, é dela que se tira o sustento da família. Para o capitalista, a terra possibilita a extração da renda, tanto pela mais valia quanto pela especulação fundiária. Para Oliveira,

o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica (...) destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que a sua produção seja possível, e com ela possa haver também o aumento, a criação de mais capitalistas (OLIVEIRA, 2013a, p. 58).

Martins (1980, p.60), afirma que “quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador camponês se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho”.

a renda da terra é uma categoria fundamental no estudo da agricultura. Ela é um lucro extraordinário, suplementar, permanente. Sendo a renda da terra um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto produto do trabalho excedente, ou se já, é fração da mais-valia. É, mais precisamente, componente particular e específico da mais-valia (OLIVEIRA 2012, p.73).



Para Oliveira (2013b, p. 129), “o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a expansão do trabalho familiar camponês nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro”.

Na destruição do campesinato por meio da expropriação, ocorre simultaneamente a recriação do trabalho familiar através do arrendamento ou da compra de terra e, também, a transformação de uma pequena parte em capitalista pela acumulação de capital, compra de mais terra e assalariamento (FERNANDES, 2013, p.177).

Com o processo de modernização da agricultura brasileira, na década de 1960/1970, houve uma separação entre o agronegócio e o campesinato. O primeiro sendo resultado do modelo produtivista, que visa o lucro e o segundo é direcionado pela reprodução da família. Basicamente, a produção familiar tem como objetivo a reprodução da família, o campesinato enquanto categoria está mais voltado para atender as próprias necessidades, estando inserido no mercado ou não. Diferentemente da produção capitalista, ou seja, a agricultura patronal visa principalmente à obtenção de maior lucratividade no empreendimento agrícola.

Essa desigualdade é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato (Fernandes, 2013), por meio da “sujeição da renda da terra ao capital” (Martins, 1981, p. 175). Oliveira afirma que

o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Esta unificação está sendo possível porque o capitalista tornou-se também proprietário das terras, latifundiário. Isso se deu, igualmente, porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria (OLIVEIRA, 2013a, p. 62).

Neste sentido, o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao mesmo tempo que é responsável por expulsar os trabalhadores rurais que migram para os centros urbanos em busca de emprego e renda, também possibilita a permanência destes, para que exerçam o papel de fornecedor de matéria-prima para as indústrias e consumidores de bens e serviços.

Outro fator importante é o debate na década de 1990 sobre a formulação de programas de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para atender as reivindicações dos

movimentos sociais em relação ao avanço do capitalismo no campo, em busca de acesso a terra, ao crédito e a assistência técnica.

Em 2003 o governo federal instituiu o PNPB. Trata-se de um programa de política energética que possibilita a inserção econômica e social das famílias camponesas. Há uma relação de interdependência entre as famílias camponesas e as empresas privadas responsáveis pela compra das oleaginosas e a produção do biodiesel (DIAS, 2012).

Para Oliveira (2011), o PNPB põe em risco a soberania alimentar do país, pois incentiva a produção de oleaginosas em detrimento da produção de alimentos. Esse processo caracteriza a disputa pelo uso do solo entre as monoculturas e a diversidade de produção, além dos problemas ambientais relacionados com a produção das oleaginosas, como o aumento dos índices de desmatamento de áreas e o próprio desgaste do solo. Outra questão é que o PNPB se desenvolve a partir da produção de soja que depende tanto do uso de pacote tecnológico como da conjuntura do comércio internacional.

Dias (2011, p. 86) afirma que “o programa não proporciona autonomia à família camponesa para produzir e comercializar, pois a estrutura dominante da cadeia produtiva se apropria dos lucros da pequena produção”.

## **O Assentamento Rio Verdinho**

O Assentamento Rio Verdinho é vinculado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) e foi oficializado no ano de 1999, por meio da Portaria INCRA SR 04/006, de 03/09/1999. As primeiras famílias assentadas foram apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores de Jataí – GO. O assentamento possui 27 (vinte sete) famílias, com origens no meio rural, desenvolvendo atividades como meeiros, arrendatários e trabalhadores rurais.

Trata-se de um assentamento no modelo de agrovila, cada lote possui 2,5 hectares e, à parte, uma área coletiva de 16 hectares para cada família assentada, destinada à produção. As casas possuem quase o mesmo padrão de tamanho e estrutura, mas em algumas ainda falta reboco, pintura, piso, outras são comparadas ao padrão urbano.

O modelo de agrovila permite uma proximidade maior entre os lotes, facilitando a comunicação, a convivência e a articulação entre as famílias assentadas. Mesmo assim, verificaram-se relações conflituosas, em que prevalece o trabalho individual (família/lote) em detrimento ao trabalho coletivo, ou seja, não há mutirão, práticas solidárias, ajuda mútua, reciprocidade, ou qualquer tipo de trabalho coletivo.

Esse modelo não favoreceu a atividade leiteira, tendo em vista a distância entre o lote e a área coletiva. No primeiro, estão localizados as casas e o curral, no segundo, a pastagem. Há, portanto a necessidade de incorporar novas áreas à atividade leiteira para resolver o problema do deslocamento do rebanho por estradas de cascalho. Essa movimentação deixa o rebanho cansado, provocando queda na produtividade (litros de leite/dia).

Com a pesquisa de campo verificou-se a disputa territorial pelo uso do solo, onde a atividade leiteira como fonte de renda mensal e a diversificação da produção para o autoconsumo foram substituídos, gradativamente, pela monocultura da soja para atender aos interesses das multinacionais que operam a montante e a jusante da propriedade.

Os fatores que contribuíram para o avanço da soja foram: a) aumento nos custos de produção da atividade leiteira com a compra de ração concentrada e do sal mineral no período de estiagem; b) aumento no preço dos grãos do mercado internacional; c) acesso ao PNPB.

A territorialização do capital da soja no Assentamento Rio Verdinho é definida por relações desiguais e conflituosas entre as famílias assentadas. Essas relações de poder modificaram a dinâmica social e econômica do assentamento.

Das 27 (vinte e sete) famílias, apenas 07 (sete) continuaram com a produção de leite como atividade econômica do lote, e das 20 (vinte) famílias, apenas 1 (uma) possui o maquinário necessário para plantar e colher a soja. As partes envolvidas negociam o valor a ser pago (sacas/hectares) para plantar e colher a soja. O pacote tecnológico é adquirido nas empresas da região, tendo uma Cooperativa como avalista da operação.

Percebe-se a dependência dessas famílias em relação ao mercado tanto para vender a soja e que produzem quanto para comprarem os produtos externos ao lote e realizarem o pagamento das despesas e, assim, manterem-se no lote. Sobre isso, Oliveira (2013b, p. 129) afirma que “(...) o capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas ou mesmo

viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração na avicultura ou para a suinocultura)”.

O perfil socioeconômico retrata uma população jovem, com baixa escolaridade, com renda entre 2 (dois) e 5 (cinco) salários mínimos, apenas o chefe da família (mulher/homem) contribui com a renda familiar, pois os filhos ainda estão em idade escolar. O assentamento dispõe de escola rural com capacidade de 400 alunos, do ensino fundamental menor até o 3º ano do ensino médio. O transporte dos alunos dos lotes até a escola é realizado por microônibus cedidos pela Prefeitura Municipal de Rio Verde – GO.

Na pesquisa identificou-se a expressiva participação dos programas sociais, como o Programa Bolsa Família (PBF) e a aposentadoria rural, na composição da renda. A maior parte da renda é gasta com alimentação, com produtos alimentícios adquiridos no município de Rio Verde – GO. Dessa forma, “o consumo da família não se resume aos bens produzidos na parcela” (MENEZES; MALAGODI, 2011, p. 57).

### **Considerações finais**

As principais atividades econômicas desenvolvidas no assentamento são: o leite e a produção de soja. Mesmo com a garantia de uma renda mensal e regular, a produção de leite está sendo substituída pela produção de grãos que atende ao PNPB.

O leite já representou papel importante, dada a própria característica da atividade, mas devido às dificuldades de manejo do animal, os custos elevados com a alimentação, cuidados com as doenças infecto-contagiosas e a presença de atravessadores, inviabilizou-se a manutenção da atividade leiteira.

Conclui-se que o avanço da monocultura da soja no Assentamento Rio Verdinho pode ser explicado como uma estratégia de reprodução econômica e social por meio da inserção das famílias assentadas no mercado institucional do biodiesel, o PNPB. Mas a participação nas políticas públicas se dá de forma induzida para atender os interesses do capital monopolista.

### **Referências Bibliográficas**

DIAS, Mariza Souza. **Apropriações camponesas da política pública para a agricultura familiar no Assentamento Três Pontes, Perolândia (GO)**. Dissertação de

Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Goiás, *Campus Jataí* – GO, 2012.

EMATER. Disponível em: <<http://www.emater.go.gov.br/>>. Acesso em: 06 de abril de 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial*. In: STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 2000**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. p. 173 – 237. 283p.

IBGE. **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 14 de março de 2014.

\_\_\_\_\_. **Censo, 2010**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521880&search=goias|rio-verde>>. Acesso em 14 de março de 2014.

Instituto Federal Goiano. **Mapa do Assentamento**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por HYPERLINK "mailto:sheila.mrezende@hotmail.com" [sheila.mrezende@hotmail.com](mailto:sheila.mrezende@hotmail.com) em 02 de dez. 2014.

KAGEYAMA, Ângela (Coord); BUAINAIN, Antônio Márcio; SILVA, José Graziano da; FONSECA, Maria da Graça; FONSECA, Rinaldo; REYDON, Bastiaan; SILVEIRA, José Maria; RAMOS, Pedro; BELIK, Walter. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: **Agricultura e Políticas Públicas**. DELGADO, Guilherme Costa (Org); GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE; Carlos Monteiro. Brasília, IPEA, 1990. 574 p. (IPEA, Série IPEA, 127).

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo Rural**. Disponível em: < HYPERLINK "http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/soja" <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/soja> > Acesso em: 03 de junho de 2014.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981. 240 p.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência**: a questão agrária no campo. São Paulo: Hucitec, 1980. 181 p.

MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (Organizadores). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2011, págs. 49-66. 328 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. Disponível em < [http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro\\_aviovaldo.pdf](http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf) > Acesso em 14 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. O campo brasileiro no final dos anos 1980: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 1990**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013a. p. 55 - 122. 384 p.

\_\_\_\_\_. Os agrocombustíveis e os dilemas da agricultura camponesa e familiar. *In*: BERNARDES, Júlia Adão; ARACRI Luís Angelo dos Santos (Orgs). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011. p. 47-64

\_\_\_\_\_. Bárbarie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 2000**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013b. p. 103 – 172. 283 p.

## GT 10 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

### Da marginalização à criminalização das populações locais do Cerrado e da Amazônia

Roberto de Sousa Miranda<sup>1</sup>

**Resumo:** A implementação de grandes projetos agropecuários e agrominerais no Cerrado e na Amazônia, historicamente, procurou fomentar o desenvolvimento econômico regional e a integração destas áreas às demais regiões do país. Partindo destas questões, o objetivo do artigo é analisar as dinâmicas de modernização agrícola, de industrialização, de povoamento e de apropriação dos recursos naturais do Cerrado e da Amazônia a partir de uma revisão da literatura que aborda o tema, sem se propor a resgatar tudo o que já foi produzido, mas com a intenção de trazer à tona as principais questões e discursos defendidos nas últimas cinco décadas. De antemão, refuta-se a ideia de que o Cerrado e a Amazônia eram desabitados e defende-se a tese de que o povoamento e estratégias de desenvolvimento econômico, estimulados pelos projetos de colonização e pelos programas agropecuários e agrominerais, marginalizaram as populações locais e tradicionais nos anos 1970 e 1980, porque não foram beneficiadas pelas políticas e programas governamentais, e as criminalizaram a partir dos anos 1990, com uma rigorosa legislação que procurava mitigar os impactos ambientais dos grandes projetos agropecuários e agrominerais.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento regional; Políticas públicas; Cerrado; Amazônia.

### 1. INTRODUÇÃO

A moderna ocupação e uso dos recursos naturais do Cerrado e da Amazônia vem sendo orientada pela tentativa de fomentar o desenvolvimento regional e a integração destas áreas às demais regiões do país a partir do estímulo a atividades agropecuárias, de mineração e industriais pautada na disponibilidade de crédito subsidiado, concentração da posse da terra e na marginalização das populações locais. A década 1970 é chave para a análise das dinâmicas sociais e territoriais que coordenaram fluxos migratórios para o Cerrado e para a Amazônia, porque grandes projetos agropecuários e industriais foram implementados no período.

As diferenças na apropriação dos recursos naturais no Cerrado e a Amazônia devem ser consideradas. Mas, para os Estados do Maranhão, do Mato Grosso e do Tocantins, essa linha é tênue, porque sofreram a influência das práticas socioambientais de diferentes projetos agropecuários e de mineração e porque faziam parte de duas superintendências: o Maranhão da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); o Mato Grosso da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e da SUDAM; e o Tocantins, antes da divisão do Estado de Goiás, da SUDECO e da SUDAM.

Os trabalhos que se dedicam ao estudo do Cerrado e da Amazônia, em sua maioria, compartilham a ideia de que a intervenção estatal foi determinante para o povoamento e uso dos recursos naturais da região. Dois programas governamentais afetaram significativamente os biomas em questão: (1) o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que estimulou o desenvolvimento da agricultura mecanizada a partir de projetos de

<sup>1</sup> Doutor. Professor da Unidade Acadêmica de Ciências e Tecnologia Ambiental da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: robertosmiranda@yahoo.com.br.

colonização em áreas do Cerrado com baixa densidade demográfica, e (2) o Programa Grande Carajás (PGC) que foi responsável pela exploração da maior jazida de minério de ferro do mundo e pela instalação de projetos infraestruturais à altura da disponibilidade do mineral.

A ocupação do Cerrado e da Amazônia, portanto, orientou-se pela implementação de Grandes Projetos de Investimento (GPI), estimulados pelo Governo Federal, enquanto empresário e órgão credíctício até os anos 1980, e pela iniciativa privada a partir dos anos 1990, em virtude da privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), da abertura de capital da Petrobras e da atuação de grandes empresas nacionais e internacionais (construtoras e processadoras de grãos). Os GPI redefiniram o território brasileiro a partir de decisões tomadas nas agências estatais de planejamento, sem que houvesse um debate público para a elaboração e implantação dos grandes projetos (VAINER, 2007).

A formulação dos GPI remete a um debate iniciado nos anos 1950 por François Perroux sobre a teoria dos polos de crescimento, que demonstrou que a heterogeneidade e o desequilíbrio constituíam as formas que orientavam o crescimento econômico. Mudanças no desenho dos GPI ocorreram nos anos 1990, influenciadas pelas discussões propostas por Manuel Castells sobre planejamento, resumidas na constatação de que: se o mundo mudou, o planejamento também deveria mudar. Do debate emergiu o conceito de planejamento estratégico, amplamente adotado pelos planejadores brasileiros (VAINER, 2007).

O objetivo do artigo é analisar a dinâmica de modernização produtiva, de industrialização, de povoamento e de apropriação dos recursos naturais do Cerrado e da Amazônia a partir de uma revisão da literatura que aborda o tema, sem se propor a resgatar tudo o que já foi produzido, mas com a intenção de trazer à tona as principais questões e discursos defendidos nas últimas cinco décadas. De antemão, refuta-se a ideia de que estes biomas eram desabitados e defende-se a tese de que o povoamento, estimulado pelos projetos de colonização e agrominerais, marginalizou as populações locais e tradicionais nos anos 1970 e 1980 e passou a criminalizá-las a partir dos anos 1990.

O território brasileiro tomou forma atual a partir de uma dinâmica de migração de grupos nacionais e estrangeiros que definiram os modelos de acesso e uso da terra e estabeleceram relações pouco amistosas com as populações tradicionais estabelecidas nas diferentes regiões. O deslocamento populacional entre as regiões brasileiras, por seu turno, foi historicamente condicionado pela escolha de novas áreas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias ou industriais, que privilegiaram as elites regionais e nacionais (ALVES, 2005).

Dois grupos sociais se destacam nos movimentos migratórias brasileiros: (1) a corrente nordestina que se deslocou para o Sudeste e para o Centro-Oeste em busca de trabalho na indústria; e (2) a corrente sulista tomou caminho inverso, em direção ao Norte e Nordeste, em busca de terras para o desenvolvimento de uma agricultura mecanizada (ALVES, 2005). Famílias nordestinas também se deslocaram da Bahia e do Ceará para o Sul do Piauí, Sul do Maranhão e Norte do Brasil em busca de terras livres para desenvolverem atividades agropecuárias (MIRANDA, 2011).



O Estado apoiou o deslocamento de pequenos agricultores do Sul para áreas de baixa densidade demográfica do Cerrado e da Amazônia para estabelecer uma agricultura de mercado pautada na modernização dos processos produtivos. O pequeno produtor gaúcho, então, vendia sua terra para o vizinho, que passava a ter condições de aumentar a produção, e comprava outra numa região de terras mais baratas (ALVES, 2005, p. 51):

Com a migração sulista a paisagem agrícola da fronteira adquire novas dimensões e novos contornos, na medida em que os espaços de uso produtivo escolhidos por integrantes dessa corrente não são os mesmos das populações locais. Para estas, tradicionalmente, a preferência é pelas terras de fundo de vale – onde se anuncia maior presença de água – nas quais conseguem praticar pecuária extensiva ou produção agrícola em pequena escala em formas irregulares mesclando cultivos variados, normalmente em sistemas de consorciamento. Nos espaços de produção agrícola da população local pouco se observa algum vestígio de maquinários ou equipamentos mais modernos, o que se usa frequentemente são técnicas mais antigas: enxadas, machados, arados conduzidos por animais, etc.

No Cerrado, a corrente sulista chega na década de 1970 ao Oeste da Bahia, no município de Barreiras, e no Sul do Maranhão, no município de Balsas (ALVES, 2005). Os primeiros sulistas chegaram em Balsas no ano de 1974 para desenvolver atividades agrícolas mecanizadas e voltadas para o mercado interno, o arroz e a soja, nessa ordem. Nos anos 1990, houve um novo fluxo migratório, especialmente, de paranaenses e sul-mato-grossenses para Balsas, em virtude das facilidades de exportação da soja pelo Porto de Itaqui, em São Luís (MIRANDA, 2011).

Os primeiros relatos de migração de gaúchos para a Amazônia datam de 1906, quando Plácido de Castro foi nomeado governador do Acre. Mas em termos de agropecuária, as migrações se acentuaram na década de 1970 e a principal porta de entrada dos gaúchos na região foi o Estado de Mato Grosso, para o desenvolvimento de atividades agropecuárias subsidiadas pelo governo federal. No Pará, instalaram-se inicialmente no Sul do Estado para cultivar café e cacau. Em Roraima, os gaúchos ocuparam áreas indígenas para cultivar arroz (SIMON, 2009).

Expostos os elementos preliminares para o entendimento das dinâmicas agrárias que nortearam a ocupação do Cerrado e da Amazônia, pode-se adentrar nas especificidades de ordem política e econômica que afetaram diretamente o estabelecimento de grandes projetos agropecuários e de mineração na região. Por questões metodológicas, a literatura que trata do Cerrado e da Amazônia serão abordadas separadamente, para não descaracterizar o modo como os trabalhos problematizados foram estruturados, o que não implica, a priori, na concordância ou discordância sobre as argumentações usadas, mas representa uma tentativa de contribuir para a sistematização do debate acadêmico sobre a temática.

## **2. DINÂMICAS AGRÁRIAS E INTERVENÇÃO ESTATAL NO CERRADO**

O Cerrado brasileiro abrange 10 Estados: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins, e o Distrito Federal, sendo que os Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins são os que apresentam maiores índices de preservação (SAND et al.,

2008). Estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conclui que a área do Cerrado é de aproximadamente 2.045.064 km<sup>2</sup>. O estudo incluiu as áreas de transição do Norte do Cerrado, entre o Maranhão e o Piauí, e exclui as áreas dos estuários sul amazônicos (MACHADO et al., 2004).

A região Centro-Oeste teve duas grandes fases de ocupação: (1) no período colonial, fim do século XVII, no ciclo de exploração do ouro, quando ocorreu a primeira tentativa de povoamento do interior; (2) nas décadas de 1950 e 1970, momento em que a industrialização e a urbanização tornam a região importante para a organização socioespacial brasileira. Entre 1940 e 1960 o processo de ocupação se consolida economicamente, em que algumas ações públicas foram extremamente importantes: a Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas e a construção de Brasília e de novas rodovias (PEDROSO e SILVA, 2005).

A partir da década de 1950, ocorreram significativos investimentos em infraestrutura de transportes que atingiram o Cerrado. A construção da nova capital, no Planalto Central por exemplo, intensificou os investimentos na rede de transportes que ligaram Brasília às regiões Sudeste e Sul. Os investimentos em rodovias continuaram nas décadas seguintes. Além da infraestrutura de transporte, as pesquisas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) contribuíram para o desenvolvimento da agricultura mecanizada no Cerrado (MUELLER e MARTHA JR, 2008).

Na década de 1990, parte do Cerrado, compreendendo o Triângulo Mineiro, o Centro e o Sudoeste do Goiás, Mato Grosso do Sul e Sudoeste do Mato Grosso, eram consideradas áreas de ocupação consolidada e de agricultura comercial moderna. O entorno do Distrito Federal e Oeste de Minas Gerais eram áreas de expansão recente e de agricultura dinâmica. O Norte do Mato Grosso, o Nordeste do Goiás, o Sudeste do Tocantins e o Oeste da Bahia desenvolviam uma agricultura periférica, mas em expansão. O Centro-Sul do Mato Grosso, Nordeste do Tocantins, Sul do Maranhão e Sudoeste do Piauí formavam uma área de agricultura ineficiente, com escasso povoamento (MUELLER e MARTHA JR, 2008).

A incorporação das terras do Cerrado à agricultura ocorreu devido à posição geográfica, às características físico-ambientais e ao preço da terra que possibilitaram a adoção de pacotes tecnológicos da Revolução Verde (REZENDE, 2009). O processo se inicia antes da modernização da agricultura<sup>2</sup>, na década de 1940, com o Projeto de Colonização dos Cerrados (PCC) de Getúlio Vargas, que estabeleceu colônias agrícolas em Dourados (MS) e Ceres (GO), e com a criação da Fundação Brasil Central, em 1943, que realizou a Expedição Rocandor-Xingu e ações que procuraram estabelecer núcleos populacionais no Centro-Oeste (SILVA, 2000).

O Estado foi muito atuante no processo de expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado: (1) na construção da ferrovia que ligou São Paulo a Anápolis, no fim da década de 1930 e

---

<sup>2</sup> A modernização da agricultura brasileira se orientou pela produtividade, cristalizou o predomínio do grande proprietário rural em detrimento do pequeno e foi doloroso porque reproduziu a concentração da posse da terra e manteve privilégios às elites rurais brasileira (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

estimulou o povoamento do Sul de Goiás e do Triângulo Mineiro; e (2) na implementação de programas de colonização e de políticas de modernização da agricultura nos anos 1970, tais como o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba (PADAP), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o PRODECER, que permitiram a capitalização da agricultura (SILVA, 2000; PEDROSO e SILVA, 2005; CARVALHO, 2008).

O PADAP, de 1972-1974, foi o primeiro plano de colonização dirigida para o Cerrado mineiro que, dentre outros critérios previa que 80% dos colonos assentados deveriam ser descendentes de imigrantes japoneses. O PADAP desapropriou 60 mil hectares para o cultivo de soja, café e trigo e foi coordenado pela Cooperativa Agrícola Cotia, ligada aos japoneses (CARVALHO, 2008). Essa experiência dá sinais de que o PADAP foi muito importante para o estreitamento das relações agrícolas entre Brasil e Japão e serviu de modelo para a criação e implementação do PRODECER.

O POLOCENTRO tinha como meta incorporar 3.700.000ha de Cerrado, 1.800.000ha para a lavoura, 1.200.000ha para a pecuária e 700.000ha para reflorestamento, nos Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e nas regiões mineiras do Triângulo, Alto Parnaíba, Alto e Médio São Francisco e Vão do Paracatu. Os recursos eram destinados para o armazenamento, produção de energia, assistência técnica, pesquisa agropecuária, transportes e crédito rural (SILVA, 2000). O POLOCENTRO beneficiou, especialmente, os médios e grandes produtores (PEDROSO e SILVA, 2005; REYDON e MONTEIRO, 2009).

O PRODECER é fruto da parceria entre Brasil e o Japão, em 1974, para estimular o desenvolvimento agrícola no Cerrado e o crescimento da oferta de alimentos no mundo. Em março de 1978, foi criada a holding japonesa Japan-Brazil Agricultural Development Corporation (JADECO), com sede em Tóquio. Em outubro do mesmo ano, foi fundada a holding brasileira Companhia Brasileira de Participação Agro-Industrial (BRASAGRO), com sede em Belo Horizonte. A JADECO investiu 49% e a BRASAGRO 51% do capital necessário para a fundação, em novembro de 1978, da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), coordenadora do programa (YOSHII, 2000).

A supervisão do PRODECER ficou a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); a coordenação uma responsabilidade da CAMPO; e a execução, feita por cooperativas agrícolas. Entre 1979 e 1999, foram implantados 21 Projetos de Colonização (PC), 10 projetos piloto e 11 projetos de expansão, assentando um total de 758 famílias numa área de 334 mil hectares, nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Maranhão e Tocantins, em áreas de baixa densidade demográfica (YOSHII, 2000).

Como pôde ser visto, o Estado brasileiro foi muito presente na expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado e na modernização da agricultura através de políticas públicas que estimularam a ampliação das fronteiras agrícolas e o aumento da produtividade através da modernização da

agricultura, que transformou a base técnico-produtiva (incorporação de máquinas, fertilizantes, defensivos e novas cultivares):

As políticas agrícolas surgiram no contexto da implantação do regime militar no Brasil com o objetivo de articular a expansão agrícola e o complexo agro-industrial, atendendo às necessidades de abastecimento interno e às exportações. Abriu-se um novo espaço para a intervenção do Estado, de forma ainda mais massiva que nos anos anteriores. (INOCÊNCIO, 2002, p.26).

Em termos socioeconômicos, o recente processo de ocupação do Cerrado foi orientado pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias que modernizaram a agricultura regional, privilegiaram os grandes produtores rurais e, em muitos casos, estimularam a migração de agricultores do Sul do país, através do PADAP e do PRODECER, para implementarem uma agricultura comercial. Os agricultores familiares locais ficaram à margem da modernização agrícola, muitos deles sendo expulsos das suas terras para darem lugar à pecuária de confinamento, à soja, à cana-de-açúcar, ao milho, entre outras, como ocorreu no Sul do Maranhão (MIRANDA, 2011).

A moderna ocupação do Cerrado ressignificou práticas tradicionais de ocupação da região, que foram muito violentas e massacraram populações indígenas inteiras. Os Timbira, no Maranhão, foram praticamente exterminados ou obrigados a se deslocarem para outras áreas (RIBEIRO, 1996; CABRAL, 2008). O elemento que permeou o desenvolvimento de atividades agropecuárias modernas no Cerrado foram, portanto: (1) o pressuposto de que o território era despovoado e (2) a expulsão ou a marginalização das populações tradicionais e locais.

Após a implementação dos grandes projetos agropecuários voltados para a colonização e adensamento demográfico do Cerrado as populações locais vivenciaram situações conflituosas que restringiram suas atividades agrícolas e pecuárias. Em alguns casos, os pequenos criadores foram incriminados porque os seus animais invadiam as lavouras dos grandes produtores, fato estranho para os criadores locais que criam seus rebanhos soltos e cercavam as lavouras, ao invés de seguirem a até então desconhecida, legislação que obrigava que os animais deveriam ser criados confinados e a agricultura desenvolvida em áreas abertas, sem cercas.

Ter que cercar as pastagens, para os pequenos pecuaristas, representou a desarticulação de parte de suas atividades produtivas, porque não possuíam recursos financeiros para plantarem pastos e muito menos para comprar arame e cercá-los, e pelo risco constante de ter que comparecer à delegacia para responder a queixas sobre os animais que invadiam as lavouras alheias. A desarticulação da produção pecuária familiar do Cerrado levou às últimas instâncias o processo de marginalização de um grupo social, a sua criminalização.

### **3. OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E MARGINALIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES LOCAIS**

A ocupação da Amazônia, dos anos 1950 aos 2000, pautou-se na colonização dirigida, na migração espontânea e na implementação de GPI, que possuem uma diferença em termos de execução

e preocupação com as populações locais e com o meio ambiente. Até os anos 1980, o Estado brasileiro foi o executor de grandes projetos de colonização e de mineração, que marginalizaram as populações locais. Dos anos 1990 em diante, as empresas privadas passaram a ser as principais executoras de grandes projetos e o Estado regulamentava ações que procuram preservar e conservar a natureza, mas que acabam criminalizando as populações locais.

### 3.1 A intervenção estatal e os grandes projetos de desenvolvimento regional

Os impactos da construção das rodovias Belém-Brasília (BR-010) e da Transamazônica (BR-230) são vistos no crescimento dos índices demográficos e no desenvolvimento de cidades situadas às margens destas rodovias. Não se pode reduzir a ocupação ou (re)povoamento da Amazônia às rodovias, um processo de urbanização da região é iniciado nos anos 1940, em virtude das pré-condições socioeconômicas existentes nos Estados do Maranhão e Pará e das inter-relações entre as frentes de expansão<sup>3</sup> pecuária, agrícola, extrativista e mineradora enquanto elementos constituintes da dinâmica econômica regional (VELHO, 1972).

No pós-guerra, a população excedente que habitava próximo ao litoral começou a penetrar no Centro-Oeste e na Amazônia, áreas pouco habitadas e de populações indígenas ou de remanescentes das frentes de mineração e da borracha, área que inclui o Maranhão e é denominada de a Grande Fronteira (SAWYER, 1981, p. 10):

A migração não é, simplesmente, um processo espontâneo ou automático que ocorre naturalmente em função de condições econômicas e demográficas. No caso da imigração para áreas de fronteiras, observa-se uma série de políticas e programas que visavam, explicitamente, mais do que no caso da urbanização, o deslocamento populacional para essas áreas: a marcha para Oeste, a transferência da Capital para Brasília, projetos de colonização, o Programa de Integração Nacional, etc. Entretanto, é problemática a ligação de causa e efeito entre essas políticas e a migração.

Nas duas pontas do que seria a rodovia Belém-Brasília, a movimentação econômica mais intensa data do final da década de 1940 e início da década de 1950. Na ponta Sul, existia uma pecuária ultraextensiva quase abandonada e o estímulo governamental de Getúlio Vargas para o povoamento, com a Marcha para o Oeste. Na ponta Norte houve um estímulo econômico nos anos 1930, com o crescimento agrícola da juta, da malva e da pimenta-do-reino e uma revalorização da borracha em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

A expansão da pecuária contribuiu para o povoamento do Sul do Maranhão e para o surgimento de conflitos entre pecuaristas e índios. Já a frente agrícola se destacou pelo cultivo do arroz. Entre 1953 e 1963, a área de cultivo de arroz e o volume de produção dobraram no Maranhão. O arroz maranhense, depois da construção da Belém-Brasília, passou a ser beneficiado em Imperatriz e vendido para Anápolis (GO), como carga de retorno nos caminhões (VELHO, 1972). No Pará, a

---

<sup>3</sup> Para Velho (1972, p. 13) as frentes de expansão seriam constituídas pelos “segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas”.

abertura da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) nos anos 1970, contribui para o desenvolvimento de atividades agropecuárias (MUELLER, 1981).

A ocupação e o soerguimento econômico da Amazônia não estão limitados à construção das rodovias, aos incentivos fiscais e à criação da SUDAM, fatores que estimularam o desenvolvimento regional. Apesar das frentes de expansão agrícola sempre avançarem a partir da abertura de novas estradas, as quais, no caso da Amazônia, quebraram o isolamento da região em relação ao restante do país, a problematização dessa questão exige a inclusão de fatores locais e regionais, como as atividades econômicas passadas e ações nacionais de desenvolvimento (VELHO, 1972).

Por sua vez, a expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia está relacionada a uma junção de fatores: (1) a ocupação das áreas não cultiváveis, para o desenvolvimento de grandes projetos agropecuários que provocaram vários problemas sociais e ambientais (SAWYER, 1981); (2) o envolvimento do Estado na disponibilização de incentivos à ocupação de terras a fim de orientar e controlar o processo de expansão horizontal da agropecuária; e (3) a expansão especulativa com a compra e a regularização de terras em áreas remotas para obter ganhos futuros (MUELLER, 1981).

É possível identificar cinco fases de ocupação da Amazônia: (1) a incipiente (1966-1970), com a criação da SUDAM, da Amazônia Legal e do Banco da Amazônia S/A (BASA) e a Operação Amazônica (MUELLER, 1981; HALL, 1991); (2) a empresarial, com a criação da Associação de Empresas da Amazônia (AEA), em 1968 (HALL, 1991); (3) a governamental (1970-1974) com o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Projeto Integrado de Colonização (PIC); (4) a caracterizada por formas alternativas de exploração da Amazônia (1974-1978), orientadas por programas de desenvolvimento regional (MUELLER, 1981; HALL, 1991); e (5) dos grandes projetos de mineração, como o PGC, na década de 1980 (HALL, 1991).

O avanço de Hall (1991), em relação a Mueller (1981) e a Sawyer (1981), é a análise do empresariado da região Sudeste na defesa dos seus interesses, a oferta de crédito subsidiado e a isenção de impostos, a partir da AEA, sediada em São Paulo (SP). A AEA foi fundamental para modificar o perfil dos assentamentos às margens das rodovias. Ao invés dos agricultores locais, defenderam e conseguiram a implantação de uma colonização privada em larga escala, que privilegiou agricultores sulistas e, conseqüentemente, a agricultura patronal e a concentração da posse de terra.

Orientado pelo conceito de planejamento de eixos, que viabilizou a construção de estradas de longa distância – a Transamazônica (BR-230), a Perimetral Norte (BR-210), a Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Cuiabá-Porto Velho-Manaus (BR-364 e BR-319) –, o governo brasileiro cria, em 1970, o PIN a fim de garantir espaço para a pequena produção agrícola. Concomitantemente, a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970, abriu caminho para um amplo programa de colonização na Amazônia. Todas as terras devolutas, situadas a 100km de cada lado das rodovias federais construídas, em construção ou projetadas, seriam utilizadas para o assentamento de famílias nordestinas sem terra (ARAÚJO et al., 2008).

As áreas destinadas à colonização foram divididas em lotes de 100ha e ligadas às rodovias principais por meio de estradas vicinais. No entanto, o projeto de colonização do governo militar não atendeu às expectativas. Os custos de construção da Transamazônica, em 1974, já haviam superado em três vezes o orçamento inicial, e sem infraestrutura para escoar a produção e sementes adequadas para o cultivo, a produção era baixa e os gastos não compensavam a manutenção da atividade agrícola. Era previsto o assentamento de 1 milhão de famílias. Depois, o INCRA reduziu o número para 100 mil famílias e no final da década de 1970, apenas 7% do número planejado estava assentada na Transamazônica<sup>4</sup> e o foco da colonização estatal voltou-se para Rondônia (ARAÚJO et al., 2008).

No final de 1974, o governo brasileiro incorporou o conceito de polos de desenvolvimento, muito discutido na América Latina nos anos 1960, para fomentar atividades de mineração e agropecuárias e lançou o II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PDN). É Neste contexto que surge o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que priorizou as seguintes áreas: (1) Xingu-Araguaia, (2) Carajás, (3) Araguaia-Tocantins, (4) Trombetas, (5) Altamira, (6) Pré-Amazônia Maranhense, (7) Rondônia, (8) Acre, (9) Juruá Solimões, (10) Roraima, (11) Tapajós, (12) Amapá, (13) Juruema, (14) Aripuanã, (15) Marajó, para a implementação de polos agropecuários e/ou agrominerais (BRASIL, 1974).

Os incentivos fiscais e tributários do POLAMAZÔNIA tornaram vantajoso aos bancos, às companhias de seguro, às mineradoras e até mesmo às empresas estatais o investimento na atividade pecuária na Amazônia. O tamanho máximo para as fazendas era de 60 mil hectares, mas havia fazendas da Volkswagen do Brasil de 140 mil hectares, e da multinacional Liqueigas Group de 566 mil hectares. As fazendas estavam localizadas, especialmente, no Sudeste e Leste do Pará e no Norte do Mato Grosso (KOHLHEPP, 2002). Apesar da pecuária ter se destacado, a exploração de recursos minerais era o objetivo central do programa.

O POLAMAZÔNIA foi precursor da exploração de minerais na Serra de Carajás e, conseqüentemente, do PGC, inaugurado em 1980, 13 anos após a descoberta da jazida de ferro de Carajás, que impulsionou o desenvolvimento e trouxe graves problemas sociais e ambientais para a Amazônia (HALL, 1991). Apesar dos equívocos cometidos nos programas e projetos anteriores, as estratégias de implementação se mantiveram no PGC. As populações locais afetadas não obtiveram as informações necessárias, nem mesmo os governos locais e a SUDAM tinham pleno conhecimento do PGC, que objetivava estabelecer projetos de infraestrutura (ferrovia e hidrelétrica), mineração e indústria nas proximidades da maior jazida de minério de ferro do mundo, na Serra de Carajás.

### 3.2 Grandes projetos de investimento e o capital privado

As dinâmicas sociais, econômicas e ambientais da Amazônia a partir dos anos 1990 não podem ser analisadas sem se considerar que as ações privadas, orientadas por investimentos em todos

---

<sup>4</sup> A colonização ao longo da Transamazônica fracassou devido ao planejamento e a organização terem sido inadequadas e as agrovilas dos assentamentos não corresponderem às expectativas e experiência das famílias nordestinas (KOHLHEPP, 2002).

os setores econômicos, mediante incentivos fiscais e redução de tributos disponibilizados pelo Estado, foram decisivas para o desenvolvimento regional. Por outro lado, não se pode esquecer das ações de organismos internacionais interessados na preservação e conservação do bioma amazônico e na definição de estratégias de exploração dos recursos naturais locais, minérios e plantas nativas.

Nos anos de 1990, há uma mudança no perfil dos projetos na Amazônia, que passam a implementar estratégias de preservação e conservação do bioma. Um bom exemplo é o Programa Piloto Internacional para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7), uma iniciativa da Alemanha, na reunião de cúpula dos 7 países mais ricos (G7), em Houston, em 1990. O programa propunha financiar a reorganização dos modelos de desenvolvimento da Amazônia, através de uma parceria entre o governo brasileiro, o Banco Mundial e o G-7, que deveria contribuir para o uso sustentável dos recursos naturais e para a redução do desmatamento da floresta (KOHLHEPP, 2002).

O PPG-7 seguia quatro linhas de ação: (1) experimentação e demonstração, promoção de experiências de preservação da natureza, desenvolvimento sustentável e educação ambiental em comunidades locais; (2) conservação, desenvolvimento de projetos de manejo em áreas protegidas, por exemplo, parques, reservas naturais e extrativistas e demarcação de terras indígenas; (3) fortalecimento institucional, disponibilização de suporte técnico aos governos estaduais e suas instituições públicas; (4) pesquisas científicas, com o objetivo de aprimorar o conhecimento científico sobre o ecossistema da Amazônia.

Depois do PPG-7, as atividades estatais na Amazônia se restringiram ao melhoramento da infraestrutura e estímulo ao crescimento econômico regional. Entre 1996 e 1999, o Programa Brasil em Ação, uma parceria entre Estado e iniciativa privada, procurou melhorar a infraestrutura do país. Sucedendo este programa, o governo brasileiro implementa o Programa Avança Brasil, com planejamento para 2000-2003 e 2004-2007, para melhorar a infraestrutura e acelerar o desenvolvimento econômico. Os projetos na área de infraestrutura ofereceram grandes oportunidades para o setor privado (KOHLHEPP, 2002).

O governo brasileiro projetou o uso de 40 bilhões de dólares em projetos de desenvolvimento, principalmente na Amazônia, através do Programa Avança Brasil. Na região amazônica, os projetos centraram-se em quatro frentes: (1) integração internacional do Norte, (2) logística na região do Madeira-Amazonas, (3) logística no Brasil central, e (4) geração de energia hidrelétrica e linhas de transmissão. Os Estados de Roraima e do Amapá, por exemplo, passaram a possuir estradas pavimentadas para se ligarem aos países vizinhos. A viagem de Manaus a Caracas hoje pode ser feita de carro, o que impulsionou o crescimento do comércio regional.

O objetivo dos investimentos em infraestrutura era facilitar o transporte da produção agrícola e pecuária. O rio Madeira teve sua via navegável melhorada para transportar a soja, em embarcações que descem pelo rio Itacoatiara e chegam a leste de Manaus. De Manaus, a soja é embarcada no Porto de Manaus e segue para o mercado europeu em grandes navios. Outra grande obra de infraestrutura foi



a pavimentação e melhoria da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e da BR-163 (Cuiabá-Alta Floresta), que em associação com as hidrovias possibilitaram a redução dos custos de transporte da produção da soja e da carne do Mato Grosso. O avanço do cultivo da soja no Centro-Oeste, especialmente em Mato Grosso, coloca Porto Velho como um novo centro de distribuição de grãos a partir de seu terminal portuário, que em 1998 movimentou 1,6 milhões de toneladas de carga (KOHLHEPP, 2002).

Desde 2007 o Estado brasileiro, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), vem estimulando a implementação de GPI na Amazônia pela iniciativa privada. São projetos nas áreas de energia e transporte que procuram disponibilizar as condições necessárias para o crescimento da produção industrial e para a logística de transporte de commodities<sup>5</sup> (minério de ferro e soja, principalmente). Embora haja semelhanças com os GPI dos anos 1980 e 1990, a principal diferença é que todo grande projeto é acompanhado de ações de preservação da natureza.

As diferenças podem ser vistas nas parcerias entre empresas de mineração e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para implementar projetos de Manejo Florestal Comunitário (MFC) que mitigam os impactos ambientais e naturalizam a paisagem e as populações tradicionais (LEROY, 2010); e na criação de Florestas Nacionais (FLONA) e Reservas Biológicas (REBIO), institucionaliza a criminalização de grupos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e pequenos produtores rurais, ao proibir ou restringir o acesso e uso de recursos naturais indispensáveis à manutenção destes grupos sociais (COELHO, CUNHA e WANDERLEY, 2010).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mega-projetos implementados no Cerrado e na Amazônia entre 1970 e 1980, foram responsáveis pela marginalização das populações locais ao privilegiar os atores sociais – na sua maioria eram oriundos das regiões Sudeste e Sul e migraram para o Centro-Oeste e Norte do Brasil ou eram membros das elites regionais, para serem os beneficiários dos grandes projetos agropecuários e agrominerais implementados para promover o desenvolvimento econômico regional – e os projetos estratégicos das grandes empresas nacionais e internacionais. Os resultados desse processo podem ser vistos na expulsão dos trabalhadores rurais do campo e na invasão dos territórios indígenas.

A criminalização das populações locais se inicia com a institucionalização de mecanismos e ações de preservação e conservação da natureza que, no caso da Lei de Gestão Ambiental de 2006, permite que o bom madeireiro explore de modo sustentável a floresta, e pune severamente os pequenos produtores que exploram a floresta (LEROY, 2010). Outra faceta desse processo é o controle do crescimento populacional na medida em que, nas áreas de FLONA e REBIO, bloqueia o

---

<sup>5</sup> Na área de energia estão em execução ou com execuções previstas as hidrelétricas de Belo Monte (PA), Serra Quebrada (PA), Santo Antônio (RO), Jirau (RO), Rondon II (RO), Estreito (MA), Dardanelos (MT), Cachoeirão (MT), Água Limpa (MT), Toricoejo (MT), São Salvador (TO), Novo Acordo (MT), Tocantins (TO) e Tupiratins (TO) e as termelétricas movidas a Óleo de Tocantinópolis (TO), a Óleo de Nova Olinda (TO) e a Carvão Termomaranhão (MA). Na área de transporte estão previstas a conclusão da Ferrovia Norte Sul, da Ferrovia de Integração Centro-Oeste e a construção ou melhoria de mais de 33 terminais hidroviários.

livre movimento dos moradores; proíbem a coleta da castanha-do-pará, a caça e a pesca; nega-se o direito de comercialização dos recursos pesqueiros (COELHO, CUNHA e WANDERLEY, 2010).

O processo de marginalização das populações tradicionais e locais, em grande medida, é decorrente de ações governamentais que visavam e visam o desenvolvimento econômico regional e terminam por priorizar as elites locais ou grupos sociais de outras áreas. O processo de criminalização, por sua vez, é fruto das ações governamentais e de projetos ambientais que procuram conservar e preservar a natureza, restringindo ou limitando o acesso aos recursos naturais. No entanto, nos novos projetos de infraestrutura que estão sendo implementados pelo PAC é possível observar a junção desses dois processos, marginalização e criminalização.

Os principais programas estatais, entre os anos de 1960 e 1980, direcionados para o Cerrado, (PCC, PADAP, POLOCENTRO e PRODECER) colocaram as populações locais à margem do processo de desenvolvimento econômico e modernização agrícola regional porque estimularam a instalação de agricultores oriundos das regiões Sudeste e Sul, e para a Amazônia (PIN, POLAMAZÔNIA e PGC) priorizaram a colonização dirigida, o investimento em infraestrutura de transportes e de energia, que contribuíram para a migração espontânea e para o estabelecimento de grandes projetos agropecuários e de mineração, que relegaram ao segundo plano as populações indígenas, os ribeirinhos e os seringueiros.

O ingresso da temática ambiental na agenda pública brasileira exigiu do Estado ações que procurassem conter o desmatamento e possibilitassem a preservação da fauna e da flora, especialmente na região amazônica, e a institucionalização de mecanismos de monitoramento e de controle dos recursos naturais. O processo de institucionalização da preservação e conservação da natureza abriu caminho para a criminalização das populações tradicionais e locais porque não as considerou como constituintes do espaço, mas como potenciais destruidores da base de recursos naturais.

Além de possuir um caráter conservacionistas demasiado, principalmente a REBIO, que impede o acesso e o uso de recursos naturais, alguns mecanismos de preservação ambiental, como a Lei de Gestão Ambiental, acabam criminalizando as populações locais, que dependem do uso dos recursos naturais e beneficiando os grupos sociais historicamente beneficiados pelos programas governamentais para a Amazônia, ao recompensar o bom madeireiro, permitindo que este explore mais áreas de floresta.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, T. J. A.;MONTEIRO, M. S. L. Modelo Agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do Cerrado piauiense. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 1-18, jul. 2005.
- ALVES, V. E. L. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 2, p. 40-68, jan./jun. 2005.

- ARAÚJO, R. et al. Estado e sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial. In: CASTRO, E. **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão**. Belém: NAEA, 2008, p. 13-83.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto n.º 74.607**, de 25 de dezembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 09 ago. 2010.
- CABRAL, M. S. C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2008.
- CARVALHO, N. D. As políticas públicas para o campo no Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba-MG. In: SEMANA ACADÊMICA, 5. 2008, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2008.
- COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; WANDERLEY, L. J. M. Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: os casos dos quilombolas e dos moradores de beiras de lagos, dos canais fluviais e de estradas em Oriximiná. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2010, p. 276-300.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e a territorialização do capital em Goiás: o projeto de colonização paineiras**. 2002. 152f. Dissertação (Ministrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, maio/ago. 2002.
- LEROY, J. P. Amazônia: território do capital e territórios dos povos. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2010, p. 92-113.
- MACHADO, R. B. et al. Estimativas de perda da área do cerrado brasileiro. **Relatório**. Brasília: Conservação Internacional, 2004. 26 p. il.
- MELO, F. H. A composição da produção no processo de expansão da fronteira agrícola brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 86-111, jan./mar. 1985.
- MUELLER, C. C. O Estado e expansão recente da fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: SEMINÁRIO “EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE NA AMÉRICA LATINA”, 1981, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB. v.1.
- MUELLER, C. C.; MARTHA JR, G. B. A agropecuária e o desenvolvimento sócio- econômico recente do Cerrado. In: SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, 9; SIMPÓSIO INTERNACIONAL SAVANAS TROPICAIS, 2. Brasília. **Anais...** Planaltina (DF): Embrapa Cerrados, 2008.
- REYDON, B. P. L.; MONTEIRO, M. S. L. **A ocupação do Cerrado Piauiense: um processo de valorização fundiária**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12050265.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2009.
- REZENDE, G. C. **Ocupação agrícola e estrutura agrária no Cerrado: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e da tecnologia**. Disponível em: <<http://www22.sede.embrapa.br/unidades/MC/sge/ocupação-agrária.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2009.
- RIBEIRO, D. As fronteiras da expansão pastoril. In: \_\_\_\_\_. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 63-108.
- SAND, E. E. et al. Notas científicas: mapeamento semidetalhado do uso da terra do bioma Cerrado. **Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 153-156, jan. 2008.
- SAWYER, D. R. Ocupação e desocupação da fronteira agrícola no Brasil; ensaio de interpretação estrutural e espacial. In: SEMINÁRIO “EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE NA AMÉRICA LATINA”, 1981, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB. v.1.
- SIMON, P. **A diáspora do povo gaúcho**. Brasília: Senado Federal, 2009.
- SILVA, L. L. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 25-36, dez. 2000.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 9-23, maio 2007.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

YOSHII, K. Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER. In: YOSHII, K.; CAMARGO, J. A.; ORIOLI, A. L. (Org.) **Monitoramento ambiental nos projetos do Prodecercer**. Planaltina (DF): Embrapa Cerrados, 2000, p. 27-33.

**Desenvolvimento rural e Políticas Públicas: a gestão local do Programa Nacional de Alimentação Escolar em foco**Shirley Grazieli Nascimento Altemburg<sup>1</sup>,Cláudio Becker<sup>2</sup>Fernanda Novo da Silva<sup>3</sup>Fabiana da Silva Andersson<sup>4</sup>

**Resumo:** O objetivo central deste trabalho consiste em examinar um dos principais instrumentos de intervenção pública que atua simultaneamente nas dinâmicas agroalimentares e nas estratégias de desenvolvimento rural. Referimo-nos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, que é uma política pública brasileira que possui caráter universal e que vem estabelecendo ações que visam promover o (re)desenho e o (re)pensar do processo de educação alimentar, concomitantemente atuando como um instrumento de desenvolvimento. Nesse contexto realizamos um estudo de caso no sul do Brasil, no qual buscamos aferir em que medida a associação entre políticas públicas e desenvolvimento tem sido efetivada pelos gestores públicos locais. De outra parte, importava saber quais os principais limitantes identificados pelos atores na implementação de ditas ações. A metodologia, de caráter qualitativo, consistiu na realização de entrevistas em profundidade. O conjunto de informações coletadas foi sistematizado e interpretado através da análise de conteúdo. Os resultados apontam para o reconhecimento de ações proativas por parte dos agentes públicos, que através das aquisições de alimentos orgânicos e locais, objetivam criar uma (re)conexão entre agricultores e a comunidade escolar, buscando o fortalecimento da agricultura familiar local através da inserção destes nos mercados institucionais.

**Palavras-chaves:** gestão pública; agricultura familiar; políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Doutora em Agronomia pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas. Rua General Osório, 1414, CEP 96600-000, Canguçu-RS, Brasil. shirley.altemburg@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Agronomia pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas. Rua Santiago Dantas, 235, CEP 96065-450, Pelotas-RS, Brasil. cldbecker@gmail.com

<sup>3</sup> Bolsista PNPd/CAPES. Doutora em Agronomia pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas. Rua Afonso Pena, 617, CEP 96040-600, Pelotas-RS, Brasil. fernandanovo@gmail.com

<sup>4</sup> Mestre em Agronomia pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (UFPel). Professora do IF Farroupilha. Rua Mariz e Barros, nº 278, apto 03, CEP 97542-450, Alegrete-RS, Brasil. fabiandersson@gmail.com

## 1. Introdução

As profundas transformações por qual passaram as sociedade no último século, modificaram intensamente as relações dos seres humanos entre si e destes com a natureza, embasados no paradigma da racionalidade urbanoindustrial, o qual orienta, em larga medida, os modelos de desenvolvimento até os dias atuais.

Essa concepção de desenvolvimento trouxe consigo avanços e retrocessos que marcaram as sociedades. Se por um lado obtivemos melhorias nas condições de vida, por outro, chegamos ao limite do esgotamento dos recursos naturais e caminhos para sucessivas crises, de ordem econômica, energética, ambiental e civilizatória.

A produção e consumo de alimentos não ficou imune a estas transformações e deste modo, se modificaram radicalmente as relações de produção e consumo de alimentos. A globalização dos sistemas agroalimentares com características oligopolistas sustentam-se, numa retórica, centrada na suposta inocuidade e segurança dos alimentos (BECKER, 2014).

Entretanto, alguns acontecimentos recentes<sup>5</sup> têm tomado outra direção. A busca por reconectar a produção de alimentos ao local tem sido uma premissa de alguns governos, como é o caso do Brasil, que percebem na busca pela segurança alimentar uma forma também de respaldar o desenvolvimento rural local. Convergindo para este cenário em nosso país podemos citar a criação do Programa de Aquisição de Alimentos em 2003 e as reformulações do PNAE em 2009. Estes programas têm atuado na contramão da globalização agroalimentar e no fortalecimento da agricultura familiar<sup>6</sup>.

Nesse contexto e dada à relevância dessa temática na contemporaneidade, convém indagar: quais são os desdobramentos desde as mudanças efetivadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar no marco da realidade concreta estudada, a partir das percepções e da atuação dos gestores no programa? Em que medida os agricultores familiares estão encontrando espaço para participarem efetivamente deste programa? Quais são os principais desafios enfrentados pelos gestores do PNAE em relação à compra de alimentos da agricultura familiar local?

---

<sup>5</sup> A todo momento somos informados sobre grandes escândalos que cercam os sistemas alimentares. Desde a crise da vaca louca até a utilização da carne de cavalo na merenda escolar em países da Europa.

<sup>6</sup> Nosso entendimento de agricultura familiar converge com o proposto por Wanderley (2001, p.41), onde “[...] a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” e, além disso, utiliza os valores culturais e os saberes locais no desenvolvimento de suas atividades.

Para responder estas e outras questões, realizamos uma pesquisa na qual nos propusemos a analisar os processos de implementação das reformulações do PNAE, com base em estudo de caso junto ao município de São Lourenço do Sul-RS, o qual sustenta empiricamente o artigo.

Além desta breve introdução, o texto encontra-se dividido em quatro partes. A primeira delas versa sobre o problema de pesquisa, bem como sobre as fundamentações teóricas que sustentam o trabalho. Na sequência apresentamos as principais orientações metodológicas adotadas e algumas considerações acerca do universo empírico estudado. Na terceira seção, destacamos e discutimos os principais resultados obtidos no que concerne à compreensão e às estratégias adotadas pelos gestores locais e pelos agricultores familiares. A última seção reúne as conclusões e considerações finais deste estudo.

## **2. Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: novas concertações sociais para superar antigos entraves burocráticos**

O começo do novo milênio coincide, em nosso país, com um período de transformações no que concerne ao entendimento do fortalecimento do desenvolvimento rural através da criação de políticas públicas emancipatórias. Deste modo, percebemos que o próprio conceito de desenvolvimento apresenta notáveis mutações, incorporando dimensões de território, liberdade, e assumindo importância do local.

No entanto, as discussões em torno do desenvolvimento rural dividem-se em dois períodos distintos, um em que o desenvolvimento era associado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais destinadas a intervenções nas regiões rurais pobres que não conseguiam integrar-se ao processo de modernização agrícola por meio da substituição de fatores de produção considerados atrasados (NAVARRO, 2001).

Essa concepção difundida e respaldada pelos preceitos da revolução verde teve inúmeros desdobramentos para o meio rural, interferindo inclusive na maneira como os próprios agricultores se percebiam diante deste processo. O conhecimento tradicional e o valor do saber regionalizado foram deixados de lado e uma nova tônica passou a reger as ações no campo e para o campo. As políticas públicas voltadas para o setor na época possuíam caráter intervencionista e compensatório (SCHNEIDER, 2010).

E o outro que surge a partir da década de 1990, trazendo novas diretrizes para o cenário agrícola, propiciando um novo olhar para o campo e para os processos de

desenvolvimento advindos dele. Sob esta ótica buscou-se retomar algumas ações deixadas em curso em função dos desdobramentos da revolução verde, como alude Schneider (2010, p.3),

Esta retomada foi fortemente influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas. Foram estas mudanças gerais que influenciaram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros.

Como consequência do exposto acima, tivemos a criação e reformulação de diversos instrumentos e políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar nas últimas décadas. Destacamos neste artigo, a criação de dois programas que com as ações em curso tem, em certa medida, modificado o cenário da agricultura familiar no Brasil, quais sejam: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Alimentos (PAA).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi concebido em 2003 como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, sendo instituído pelo governo brasileiro através da Lei 10.696/2003, segundo Becker (2014, p. 42),

Este programa tem como objetivo central "[...] garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar" (BRASIL, 2006). Em linhas gerais, através desse programa o Estado – por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Estados federados e municípios – adquire alimentos exclusivamente de agricultores organizados em grupos formais (associações ou cooperativas), posteriormente destinando-os a instituições beneficiárias que atendam a pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar, bem como instituições de atenção a crianças e idosos.

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar surgiu na década de 1950, (BELIK e CHAIM, 2009), tinha como finalidade suprir apenas 15% das necessidades alimentares básicas das crianças durante o período escolar. Este programa em 2009 sofre significativas mudanças através da aprovação da Lei nº 11.947, que regulamenta a compra de alimentos da agricultura familiar local. A importância recai no fato de privilegiar a agricultura familiar de forma explícita. Isso porque se torna obrigatória a utilização de no mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) para a aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares.



Com essas ações percebemos um movimento progressivo do governo federal na busca por respaldar a agricultura familiar através de uma associação presente entre PAA e PNAE, enquanto faces de uma mesma moeda, qual seja, a da inserção diferenciada dos agricultores familiares nos mercados, primando assim por um desenvolvimento rural amparado no local.

É com foco na retomada de perspectivas em relação ao desenvolvimento rural local através dos desdobramentos de instrumentos e políticas públicas para agricultura familiar que discutiremos os resultados deste trabalho.

### **3. Orientações metodológicas**

Nossa imersão a campo iniciou-se em 2011 através da coleta de informações junto aos órgãos públicos por meio de entrevistas em profundidade (com auxílio de gravador), realizadas com alguns dos atores sociais envolvidos na condução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A escolha dos entrevistados se deu em função da atuação direta no programa, sendo as inserções a campo realizadas em distintos momentos durante os anos de 2011 e 2012. Além disso, realizamos um acompanhamento sistemático dos processos de Chamada Pública da Alimentação Escolar<sup>7</sup>, bem como através da técnica de observação participante durante as atividades (seminários, simpósios, conferências) que abordaram o tema durante o período supracitado em São Lourenço do Sul.

As informações coletadas compuseram um banco de dados, através do qual foi possível sistematizar e confrontar os elementos chave, utilizando a técnica da análise de conteúdo, com a qual acreditamos contemplar plenamente as questões enunciadas. A análise de conteúdo, “*é um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados*” (Bardin, 2011, p. 15), pois enquanto esforço de interpretação oscila entre dois polos: o do rigor da objetividade e o da fecundidade subjetiva. Neste trabalho recorreremos ao uso do código linguístico que tem suporte oral, como é o caso de entrevistas, procedendo com análise temática, sequencial e de oposições.

### **4. Políticas Públicas no desenvolvimento rural local: limites e potencialidades**

---

<sup>7</sup> Denominação jurídica do processo de compra, com dispensa de licitação, de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

A (re) aproximação entre produtores e consumidores tornou-se fonte de inspiração de diversas estratégias que primam pela mudança no modo como atualmente funciona o sistema agroalimentar. A ênfase de muitas iniciativas está no reconhecimento da importância dos chamados “canais curtos” de comercialização ou “cadeias curtas” de suprimento (Wilkinson, 2008). Esse cenário tem impactado também na atuação do Estado que reconhece, ao menos no âmbito da retórica, a transversalidade de temas como é precisamente o caso de ações de desenvolvimento através de políticas públicas.

O relato na sequência demonstra como se deu em âmbito federal as construções em torno das reformulações do PNAE, e também como a ideia de transversalidade observada atualmente no PNAE esteve presente durante todo o processo de construção da Lei 11.497/2009. Igualmente, as experiências precedentes foram indispensáveis para efetivar o novo programa na rede pública de ensino, nas distintas conjunturas do país.

E isso em função de o PAA, boa parte, eu acho que metade inclusive das instituições receptoras, serem escolas. Então, eles tinham assim como um aprendizado de um lado dos agricultores e de outro, dos gestores da alimentação escolar, o próprio FNDE [...] que o produto da agricultura familiar é legal, é saudável, promove relações interessantes no âmbito local. (Entrevista A, gestor federal, out. 2011).

Neste sentido, trazemos para o debate uma experiência em curso desde o ano de 2000, que demonstra o quanto políticas públicas e seus instrumentos, podem impulsionar o desenvolvimento local. No caso analisado (São Lourenço do Sul), o início das aquisições de alimentos orgânicos para a merenda escolar ocorreu em 2000, quando por articulações de gestores estaduais e do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), a direção da Escola Estadual Cruzeiro do Sul viabilizou a inserção de alguns gêneros minimamente processados na alimentação escolar. Basicamente, esse projeto visava criar alternativas de mercado para os agricultores familiares que aderiam à produção orgânica. Não obstante, todo um trabalho com as merendeiras e com os próprios alunos foi realizado, no sentido de alertar para a importância da alteração dos cardápios, da origem e qualidade dos produtos empregados na merenda. Segundo Amaro et al (2003, p.3), os resultados obtidos com esse projeto demonstram que o mesmo

permitiu aos professores o conhecimento dos alimentos ecológicos, da qualidade nutricional e o perfil antropométrico dos alunos, que indicou que 87% dos alunos estavam com peso normal, 3% com baixo peso e 10% deles estavam obesos. Promovendo a discussão dentro das salas de aula e com os pais dos alunos, quanto a hábitos alimentares saudáveis e a sustentabilidade da produção. Socializando com as merendeiras o conhecimento da proposta de alimentação ecológica e de novas técnicas.

Esse programa assumiu o status de inovação social em âmbito regional, e segundo o que apuramos, serviu de fonte inspiradora para o aperfeiçoamento da atuação estatal, imprimindo novos olhares para a necessidade de reconectar produção e consumo, não apenas para garantia de um mercado por parte dos agricultores, mas também para garantir a segurança alimentar.

Não obstante, a execução desse projeto subsidiou a implementação das ações do Programa Fome Zero no município, principalmente através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o que ocorreu em 2006. Nesse momento, o poder público municipal optou por incluir algumas das escolas municipais como beneficiárias do programa, fomentando a introdução dos alimentos locais e orgânicos nas dietas das crianças das escolas infantis do município. Além disso, com os alimentos adquiridos via PAA uma escola de ensino fundamental implementou o Projeto “Almoço na Escola”, beneficiando centenas de alunos.

Contudo, no processo formal, a prefeitura encontrava dificuldades jurídicas de seguir realizando estas aquisições, tanto que em 2008, período em que houve um hiato entre o PAA e a base legal do novo PNAE, as aquisições por parte do município foram interrompidas, sendo imediatamente retomadas no ano seguinte. Precisamente em 2009, com a implantação da Lei n.º 11.947 novos arranjos foram elaborados para dar cabo às deliberações estabelecidas por esse dispositivo legal. Nesta perspectiva, a determinação da destinação de no mínimo 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Educação para a aquisição de gêneros alimentícios do segmento agrícola familiar, dando, ainda, preferência para produtos orgânicos, proporcionou tanto aos gestores municipais quanto aos próprios agricultores locais, as condições para consolidarem o processo iniciado há alguns anos. Par e par com esta perspectiva iniciou-se um movimento de diálogo entre produção e consumo, no qual os gestores buscaram saber o que produziam os agricultores e, por outro lado, os agricultores buscaram saber o que de fato era importante produzir para alimentar as crianças nas escolas.

Diante deste cenário reacendeu a chama pelo resgate da diversidade agrícola no município, diversos agricultores que estavam com suas plantações restritas a poucos produtos começaram a se organizar rumo a um novo mercado. Os alimentos que são adquiridos dos agricultores familiares são apresentados no Quadro 1, abaixo. Cabe destacar a expressiva presença de alimentos orgânicos, sobretudo hortaliças e frutas, presentes atualmente na composição dos cardápios das escolas municipais de ensino público.

**Quadro 1.** Relação dos produtos adquiridos da agricultura familiar pelo PNAE em São Lourenço do Sul, em 2013.

Classificação	Itens
Hortaliças	Abóbora*, alho*, alface*, brócolis*, cebola**, chuchu*, couve*, pimentão*, repolho*, tempero verde*, tomate*, vagem*
Frutas	Bergamota**, laranja**, maracujá*, melancia*, morango*
Raízes e tubérculos	Batata inglesa*, batata doce*, beterraba*, cenoura*, mandioca*
Agroindustrializados	Biscoito de milho, biscoito de aveia*, biscoito amanteigado, bebida láctea, schimier de frutas, doce de leite, leite em pó, massa caseira*, salsicha, suco**, polpa de fruta
Cárneos	Carne bovina desossada, guisado, ovos coloniais*
Cereais	Arroz, feijão

\* Produtos orgânicos; \*\* produtos orgânicos e convencionais. Sem identificação significa 'produtos convencionais'.

Fonte: Elaboração dos autores.

Todavia, segundo o que averiguamos, houve a necessidade de alguns rearranjos por parte da gestão pública local, os quais foram estabelecidos através da percepção positiva dos gestores sobre a importância do programa para contribuir tanto com a segurança alimentar das crianças nas escolas como para a valorização da agricultura familiar no município. A partir de então fortaleceu-se a convicção sobre a importância da nova filosofia que rege o PNAE, tal como reiteram nossos entrevistados:

[...] na merenda a nossa prioridade é a questão da **agricultura familiar** e de **produtos orgânicos**. Eu sei que a gente vai pagar mais caro por um produto, mas a gente sabe que tem mais **qualidade**. [...] Então, é tudo uma questão de prioridade. O que elas priorizam mais: é a **saúde das crianças** ou outras questões? (Entrevista B, gestor municipal, set. 2011, grifos nossos).

A nova realidade que se apresenta aos gestores requer flexibilidade e adaptação aos desafios impostos pelas circunstâncias, harmonizando interesses entre todos os agentes envolvidos com vistas a assegurar uma oferta regular dos alimentos utilizados na elaboração dos cardápios e das merendas servidas às crianças da rede pública de ensino. As aquisições de produtos primam pela diversificação, não obstante as dificuldades oriundas dos desafios impostos por uma atividade – a agricultura – regida pelos ritmos da natureza. O fato de adquirir localmente os produtos aguça o interesse dos atores implicados com respeito à procedência e a averiguação da qualidade dos alimentos. Indiretamente há desdobramentos no que afeta à valorização dos produtos locais e ao reconhecimento do papel desempenhado pelos agricultores familiares. Os relatos abaixo corroboram com essa questão:

[...] o PNAE estimula o desenvolvimento local e gera renda para o agricultor familiar que passa a ter um mercado garantido para seus produtos, estimulando esses a desenvolver cada vez mais sua produção. Ele é também uma ferramenta para a segurança alimentar das crianças nas escolas [...] (Gestor público A, 2011).

Mas há ainda outros aspectos que merecem ser sublinhados à luz das impressões colhidas no contato com a realidade concreta, como, por exemplo, a valorização cultural que se coloca implícita nas discussões sobre segurança alimentar, uma vez que a compra dos produtos tradicionais é assegurada, há um resgate cultural da região reforçando a identidade local.

[...] Além disso, a utilização de produtos da agricultura familiar na alimentação dos escolares estimula a valorização cultural de seus produtos e região, pois os escolares passam a ter o conhecimento de que esses alimentos são produzidos muitas vezes pelas suas famílias ou conhecidos [...] (Gestor público B, 2011).

Em última análise, podemos afirmar que os agricultores familiares que estão tendo a oportunidade de acessar este mercado têm ampliado seu portfólio de possibilidades de reprodução social. De igual modo, o acesso por parte dos escolares a estes “novos alimentos” pode representar a incorporação de novos hábitos alimentares, condizentes com os pressupostos da segurança alimentar e nutricional sustentável. Neste sentido, o PNAE possui um potencial de atuar profundamente na alteração das relações de produção e consumo. O trecho abaixo traz o recorte desta opinião por parte dos gestores do município:

[...] Para a agricultura familiar, a aquisição de seus produtos pelo PNAE foi uma conquista, pois o agricultor passou a ter o direito a um mercado certo, do qual antes sofriam com uma concorrência desleal em relação a comerciantes e grandes redes, assim, eles percebem que tem mercado e passam a produzir mais, e para isso precisam muitas vezes se qualificar para aumentar sua produção, e dessa forma além de gerar uma maior renda aos agricultores auxilia na busca por qualificação da agricultura familiar e na qualidade de seus produtos [...] (Gestor público C, 2012).

Os aspectos aqui confrontados não esgotam a discussão sobre o tema, muito menos devem ser vistos como uma experiência que possa ser generalizável para outros contextos, até porque a realidade se apresenta de forma extremamente dinâmica. Trata-se, em suma, da trajetória de algumas iniciativas, que embora reúnam algumas fragilidades, ganham destaque por serem expressão dos desafios que se colocam à atuação do Estado, mas também alguns êxitos no que tange à eficácia de políticas públicas (PAA e PNAE) do ponto de vista da formação de tecido produtivo, de fomento ao capital social dos territórios e, obviamente, na perspectiva da segurança alimentar e

do desenvolvimento rural em âmbito local.

## 5. Considerações finais

Este estudo esteve centrado em explorar os nexos existentes entre políticas públicas, desenvolvimento rural e desenvolvimento social. Essa tem sido a tônica de políticas públicas como o PAA, mas especialmente o PNAE. No caso analisado, a atuação dos gestores locais foi identificada como principal fator de êxito, assim como a ênfase na criação de mecanismo de participação dos agricultores junto à gestão pública municipal. Esse processo tem sido fundamental para fomentar um novo espaço de concertação e interlocução e de relações socioprodutivas entre os agricultores familiares e o poder público, o qual vem paralelamente fortalecendo a (re)aproximação com os consumidores tanto no âmbito estrito dos ‘mercados institucionais’ quanto de outros canais de abastecimento, como é o caso das feiras livres regionais. Havendo assumido caráter estratégico no desenvolvimento rural local.

Assim sendo, cremos que o processo em curso necessita de constantes aprimoramentos, visto que para cumprir os objetivos do PNAE é imprescindível a qualificação dos atores sociais nele imbricados. Assim, esta predicação perpassa as esferas da produção, do consumo e da educação, não podendo deixar de ser pensada para além dos aspectos nutricionais, mas veiculando valores sócio-culturais e promovendo o desenvolvimento da agricultura familiar.

## 6. Referências Bibliográficas

AMARO, F. S. et al. Merenda escolar ecológica - experiência de São Lourenço do Sul, RS - 2000. In: **Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Porto Alegre, 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011, 279p.

BECKER, C. **Mercados institucionais e consumo social de alimentos: estudo comparativo entre Rio Grande do Sul e Andaluzia**. 197fl. 2014. Tese (Doutorado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**. Campinas. v. 5, n. 22, p. 595-607, 2009;

BRASIL, **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009**, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.html). Acesso em Junho 2011.

BRASIL, **Resolução/CD/FNDE N° 38, de 16 de julho de 2009**, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em:

<[http://www.mp.rs.gov.br/areas/gapp/arquivos/res](http://www.mp.rs.gov.br/areas/gapp/arquivos/res_alimentacao_escolar.pdf)

[alimentacao\\_escolar.pdf](http://www.mp.rs.gov.br/areas/gapp/arquivos/res_alimentacao_escolar.pdf)>. Acesso em Junho 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. Documento de Referência da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, 2004.

NAVARRO, Z. “Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro”. **Revista Estudos Avançados**, 16 (44): 83-100, 2001.

SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W; CALDAS, N. **As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

WANDERLEY, M N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 21-55.

WILKINSON, J. **Mercados, Redes e Valores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

## GT 10 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

### Evolução e limites do Programa de Microcrédito Rural AGROAMIGO no município de Angicos/RN (2006 a 2012)

Cleilma Roberta Aires de Almeida<sup>1</sup>  
Joacir Rufino de Aquino<sup>2</sup>

#### Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a evolução e os limites do Programa de Microcrédito Rural AGROAMIGO no município de Angicos/RN, no período de 2006 a 2012. O trabalho mostra que o referido programa está consolidado na localidade estudada. Todavia, apesar do crescimento do número de contratos e do volume de recursos aplicados, tal política tem apresentado uma baixa diversificação das atividades financiadas e pouca integração com outras ações governamentais de apoio ao desenvolvimento rural.

**Palavras-chaves:** Agricultores Familiares Pobres; PRONAF; Microcrédito Rural.

---

<sup>1</sup> Economista formada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Assú. E-mail: [cleilmaroberta\\_rn@hotmail.com](mailto:cleilmaroberta_rn@hotmail.com).

<sup>2</sup> Mestre em Economia Rural e Regional (UFCG). Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Assú. E-mail: [joaciraquino@yahoo.com.br](mailto:joaciraquino@yahoo.com.br).



## **Evolução e limites do Programa de Microcrédito Rural AGROAMIGO no município de Angicos/RN (2006 a 2012)**

### **1 - Introdução**

O AGROAMIGO é uma política de microcrédito rural pioneira no Brasil que se propõe a apoiar o produtor do Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), aquele de mais baixa renda na região Nordeste e no norte de Minas Gerais, por meio de uma metodologia própria, cuja principal característica é a forte presença do assessor de microcrédito nas comunidades, buscando inserir o pequeno agricultor no mercado e, conseqüentemente, melhorar a sua renda (BNB, 2013).

Tendo em vista as características de seus clientes, o referido programa desenvolveu uma sistemática de operação diferenciada, que prioriza o atendimento especializado ao microempreendedor rural (BNB, 2011). Além disso, ele “busca potencializar os resultados do apoio creditício aos(as) agricultores(as) familiares, atuando conjuntamente com programas do Governo Federal de forma integrada às demais políticas públicas” (BNB, 2012, p. 13).

Alguns estudos evidenciam que, depois da implantação do AGROAMIGO, a inadimplência caiu surpreendentemente no Nordeste, mostrando que os agricultores que são atendidos por tal política vêm cumprindo com o dever de honrar os seus pagamentos em dia, podendo assim no futuro elevar seus limites de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), principal agente operador dessa modalidade de crédito (ABRAMOVAY, 2012).

Cabe ressaltar que os agricultores familiares pobres, clientes do microcrédito rural, podem realizar empréstimos para desenvolver qualquer tipo de atividade geradora de renda no campo ou em aglomerado urbano próximo da propriedade, sejam elas agrícolas, pecuárias ou atividades não agropecuárias como turismo rural, comércio, serviços, artesanato, entre outras.

A evolução do perfil da carteira ativa do AGROAMIGO nos últimos anos indica que o programa vem ampliando sua presença no território nordestino. No Rio Grande do Norte (RN), de forma particular, o volume de operações e o número de contratos do microcrédito rural também aumentaram significativamente desde 2005 (BNB, 2013; FREITAS, 2010).

Argumenta-se no meio governamental e em muitos trabalhos acadêmicos que a expansão do referido programa tem sido muito bem-sucedida ao atingir a maioria dos agricultores pobres nos municípios nordestinos, contribuindo para diversificar a renda das famílias e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda (PEREIRA NETO, 2012).

Entretanto, será que os objetivos da política citada até aqui estão sendo realmente alcançados? Até que ponto os empréstimos realizados estão contribuindo para universalizar o acesso ao crédito e diversificar as atividades produtivas das famílias pobres no campo? Quais as especificidades dos investimentos entre os agricultores e as agricultoras familiares?

Diante desses questionamentos, visando contribuir com o debate sobre o tema a partir de evidências de um estudo de caso específico, o objetivo geral do presente artigo é analisar a evolução e os limites operacionais do Programa AGROAMIGO no município de Angicos/RN, no período de 2006 a 2012. Especificamente, o trabalho objetiva:

- i) fazer um balanço geral das condições de operacionalização do AGROAMIGO;
- ii) analisar a evolução das aplicações financeiras do programa no município de Angicos, de 2006 a 2012; e
- iii) verificar o tipo de atividade produtiva financiada na localidade e discutir a sua capacidade de promover melhorias nas condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e um levantamento de dados estatísticos junto à carteira ativa de clientes do AGROAMIGO no BNB. Em seguida, os referidos dados, obtidos através da Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), foram organizados em tabelas e gráficos e completados com informações adicionais extraídas de entrevistas realizadas em fevereiro de 2014 com os mediadores locais da política avaliada: o assessor de microcrédito rural, o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e o chefe do escritório da EMATER situado na localidade estudada.

A estrutura do texto está dividida em três seções, além dessa introdução e das considerações finais. A segunda seção faz um balanço geral da operacionalização do AGROAMIGO na área de abrangência do BNB, buscando verificar o seu comportamento em uma perspectiva ampla. A terceira seção trata das características gerais do município de Angicos. Já a quarta seção, por seu turno, analisa a evolução dos contratos e o volume dos recursos aplicados pelo programa em tela no espaço geográfico angicano.

## 2 – Origem, objetivos e operacionalização do AGROAMIGO

O programa de microcrédito produtivo AGROAMIGO foi criado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 2005, sendo operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em termos organizacionais, assenta-se em três pilares, a saber: *informação, confiança e capacidade de fazer cumprir os contratos*. Ademais, sua metodologia de trabalho pretende equalizar dois problemas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF B): a monotonia das operações apenas em atividades pecuárias e o elevado índice de inadimplência dos produtores pobres (ABRAMOVAY, 2012; MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2006).

O AGROAMIGO nasceu a partir da experiência acumulada pelo BNB na área de microfinanças voltada aos empreendedores de baixa renda. Como explica Pereira Neto (2012, p. 239):

Inspirado no modelo do Crediamigo, o programa conta com metodologia própria adaptada às condições do meio rural, que propicia atendimento personalizando aos seus clientes, com orientação e acompanhamento do crédito em todo o ciclo do negócio, que se traduz em melhores resultados para o programa e para os seus beneficiários.

Tal política foi formulada, então, por meio da adaptação da tecnologia de empréstimo do microcrédito orientado urbano (CREDIAMIGO) para a realidade rural. De acordo com o BNB (2012, p. 8), entre seus objetivos destacam-se:

- I. Atender com crédito gradativo e sequencial;
- II. Conceder crédito orientado e acompanhado;
- III. Agilizar o processo de concessão do crédito;
- IV. Expandir, de forma quantitativa e qualitativa, o atendimento com redução de custos para o cliente;
- V. Atender ao cliente na própria comunidade, por meio do Assessor de Microcrédito Rural;

- VI. Atender integralmente ao cliente, buscando a identificação das necessidades de outros serviços microfinanceiros;
- VII. Promover a inclusão financeira do agricultor familiar e o acesso ao Banco;
- VIII. Sensibilizar os agricultores familiares quanto à importância da educação financeira; e
- IX. Conscientizar os agricultores quanto a necessidades de exploração sustentável do meio ambiente.

O público do AGROAMIGO são os agricultores familiares mais pobres da região Nordeste e do norte de Minas Gerais, que constituem o chamado Grupo B do PRONAF. Assim, para ter acesso aos recursos do programa, eles precisam obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e atender aos seguintes critérios (AQUINO, 2013; BNB, 2012):

- I. Explorar parcela da terra, na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;
- II. Residir na propriedade ou local de próximo;
- III. Possuir no máximo quatro módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor;
- IV. Não manter empregado permanente admitido-se o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir;
- V. Obter no mínimo 50% de sua renda bruta anual da exploração agropecuária ou extrativista; e
- VI. Possuir renda bruta anual familiar até R\$ 20 mil.

Uma vez atendidos os critérios acima, os agricultores familiares do Grupo B podem pleitear empréstimos de até R\$ 3.000,00 para investir em suas atividades produtivas, com uma taxa de juros de 0,5% ao ano, tendo ainda o prazo de dois anos para pagar com um ano de carência. Além disso, ao fazer o pagamento em dia, o produtor pode ganhar até 25% de desconto do valor devido. Ou seja, se o agricultor obtiver o financiamento de R\$ 3.000,00 e realizar o pagamento no prazo estabelecido, ele pagará apenas 75% do valor devido (R\$ 2.250,00), ganhando assim um bônus de adimplência de R\$ 750,00.

Abramovay (2012, p. 370) explica que o Brasil é o único país do mundo em que bancos públicos fazem empréstimos subsidiados a agricultores pobres, com base em recursos do Tesouro Nacional, isentando as organizações financeiras de qualquer risco. O resultado é que as populações rurais, nas localidades mais pobres do território brasileiro, começaram a receber apoio tendo acesso ao crédito para poder investir em suas pequenas propriedades.

Nesse sentido, a Tabela 1 mostra a distribuição das agências do BNB pelos estados do Nordeste e de Minas Gerais. Nela, nota-se que o estado da Bahia é o que apresenta o maior número de Unidades de Atendimento ao público do AGROAMIGO, com 32, e, em seguida, o Ceará, com 24 unidades. O estado de Alagoas dispõe somente de oito agências aptas a operar tal modalidade de empréstimo, ficando em último lugar com 5% dos pontos de atendimento. Já o Rio Grande do Norte (RN) conta com 11 Unidades de Atendimento (6% do total), ocupando o penúltimo lugar no *ranking* dos estados listados. Nessas unidades, os clientes contam com uma estrutura de apoio onde a figura central é o assessor de microcrédito rural.

**Tabela 1 – Distribuição das Unidades de Atendimento do AGROAMIGO no Nordeste e em Minas Gerais (2012)**

<b>Estados</b>	<b>Unidades de Atendimento</b>	<b>%</b>
Alagoas	8	5
Bahia	32	20
Ceará	24	15
Maranhão	15	9
Minas Gerais	12	7
Paraíba	13	8
Pernambuco	16	10
Piauí	16	10
Rio Grande do Norte	11	6
Sergipe	13	8
<b>Total</b>	<b>160</b>	<b>100</b>

Fonte: BNB (2013).

De acordo com Maciel et al. (2012, p. 324), os assessores de microcrédito são formados em escolas técnicas e capacitados através de um curso de 120 horas/aula, com metodologia participativa sobre o assunto que irão trabalhar. Na visão de Abramovay (2012), o papel do assessor de crédito é transmitir ao empreendedor rural conselhos técnicos de forma simples, algo decisivo para viabilizar atividades econômicas ao alcance das capacidades das comunidades rurais, onde estão localizados os agricultores mais pobres.

O assessor recebe treinamento específico para exercer, entre outras atividades, as seguintes funções: entrevistar potenciais clientes, elaborar propostas simplificadas de crédito, orientar os tomadores de créditos na aplicação dos recursos obtidos e garantir o pagamento das parcelas do financiamento sempre em dia. Após a entrevista, para que o financiamento seja liberado, o produtor diz qual o seu objetivo com o crédito e o assessor negocia o prazo e o valor do financiamento. Em seguida, a proposta é entregue na agência do BNB onde é analisada pelo Comitê de Crédito da agência. Caso seja aprovada, o assessor deve estar presente quando da contratação da operação e da liberação dos recursos (MAIA; ROITMAN; DE CONTI, 2012).

Para Abramovay (2012, p. 379), a evolução do AGROAMIGO depende da proximidade do assessor de crédito com o agricultor. Segundo esse autor:

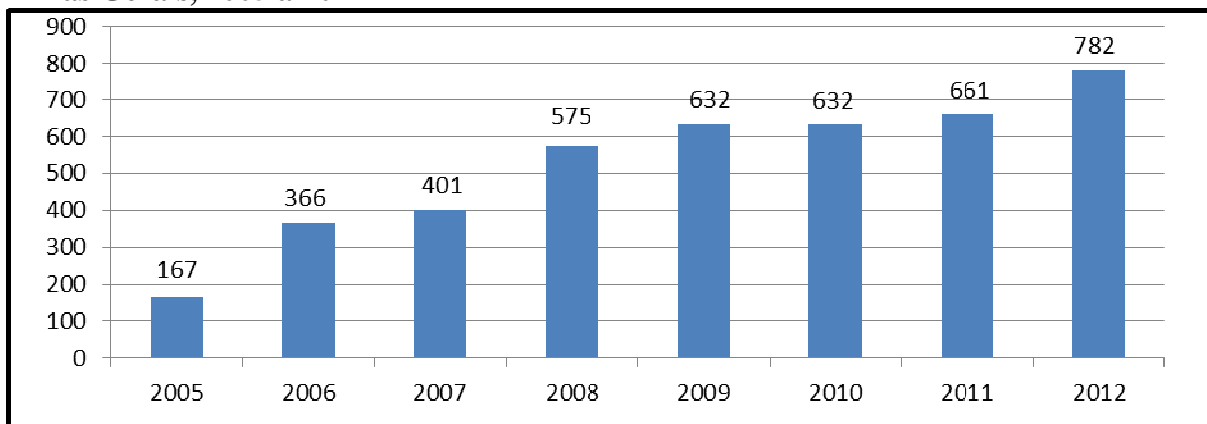
A base da nova tecnologia de empréstimo está na proximidade e no conhecimento pessoal que existe entre o assessor de crédito e o agricultor. O agricultor não tem mais a relação impessoal com uma instância que não pertence a sua vida cotidiana e que lhes serve apenas de meio de chegada do dinheiro: o banco. Ter acesso ao crédito depende agora da elaboração de um projeto na companhia de alguém que pertence a sua comunidade. O assessor de crédito é um técnico agrícola que procura transmitir ao tomador do empréstimo a ideia de que os recursos não lhe são atribuídos simplesmente por um 'direito', mas como parte de um projeto de geração de renda.

A metodologia operacional da política em foco pressupõe, assim, que os assessores construam uma relação de confiança com os agricultores, deixando-os à vontade para tomar as decisões em relação ao investimento que será feito, sendo os mesmos acompanhados por visitas técnicas e reuniões nas comunidades para a verificação da correta aplicação dos recursos assegurados junto ao banco.

O Gráfico 1, a seguir, destaca a evolução do número de assessores de crédito contratados para operacionalizar o AGROAMIGO nos municípios nordestinos e mineiros. Em 2005, ano de implantação do programa, havia apenas 167 assessores. Sete anos depois, o

programa já contabilizava 782 funcionários para este fim, o que representa uma taxa de crescimento de 368% ao longo do período analisado.

**Gráfico 1 – Evolução do número de assessores do AGROAMIGO no Nordeste e em Minas Gerais, 2005 a 2012**



Fonte: BNB (2013).

Apesar da representatividade dos números apresentados no gráfico acima, deve-se destacar que a oferta de assessores de crédito está aquém da demanda existente na área de abrangência do BNB. Isto porque, segundo Aquino et al. (2011), os estados nordestinos e Minas Gerais abrigam em seus territórios mais de 1,8 milhões de estabelecimentos do Grupo B, superando em muito a capacidade de atendimento dos 782 assessores disponíveis. Este descompasso entre oferta e demanda pode comprometer a qualidade dos serviços prestados e reduzir os efeitos produtivos do programa.

Em relação a esse aspecto, Abramovay (2012) enfatiza que o crescimento do número de operações padronizadas aumenta realmente o risco de inadimplência. No entanto, com a nova tecnologia de empréstimo, que estimula a proximidade entre o agricultor familiar pobre e o assessor de crédito, é possível controlar o crescimento da taxa de inadimplência e aumentar as chances de estimular empreendimentos inovadores geradores de renda, além do mero incentivo as atividades pecuárias tradicionais.

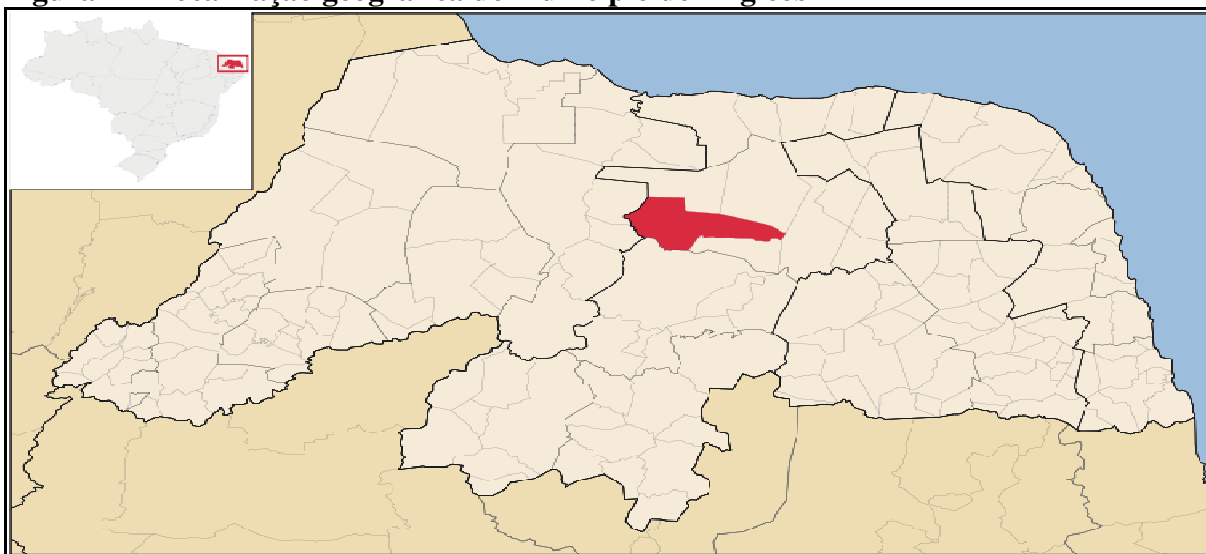
Assim sendo, para analisar na prática esse e outros aspectos associados a operacionalização do AGROAMIGO, será investigado nas seções seguintes como se deu a evolução recente dessa política no pequeno município de Angicos, localizado no semiárido potiguar, onde buscar-se-á entender melhor a dinâmica do processo de liberação do crédito e verificar até que ponto está ocorrendo a diversificação das atividades financiadas.

### 3 – Breve caracterização do município de Angicos/RN

Angicos é um município da mesorregião Central Potiguar, microrregião de Angicos/RN. Foi emancipado de Assú em 11 de abril de 1833. A emancipação foi suprimida pela Lei Provincial nº 26, de 28 de março de 1835 e restaurada em 13 de outubro de 1836, pela Resolução Provincial nº 9 (IDEMA, 2008).

Com uma área de 745,14 km<sup>2</sup>, conforme mostra a Figura 1, limita-se com os municípios de Ipanguaçu (Oeste), Afonso Bezerra e Pedro Avelino (Norte), Lajes (Leste), Fernando Pedroza e Santana do Matos (Sul) e Itajá (Sul e Oeste). A sede do município está situada a 5° 39' 56" de latitude sul e 36° 36' 04" de longitude oeste. A altitude é de 110 m acima do nível do mar e a distância rodoviária até a capital do RN, Natal, é de 171 km (IDEMA, 2008).

**Figura 1 – Localização geográfica do município de Angicos**



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Angicos#mediaviewer/Ficheiro:RioGrandedoNorte\\_Municip\\_Angicos.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Angicos#mediaviewer/Ficheiro:RioGrandedoNorte_Municip_Angicos.svg).

O município de Angicos, no ano de 2010, contabilizava 11.549 habitantes. Do total da população recenseada, 12,68% residia na zona rural e 87,32% habitava o espaço urbano local (PNUD, 2013).

Segundo os dados do censo agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estrutura agrária angicana era constituída por 179 estabelecimentos agropecuários. Entre eles, 54 (30,17%) pertenciam à agricultura não familiar e 125 (69,83%) à agricultura familiar (IBGE/SIDRA, 2012).

No ano de 2006, conforme indica a Tabela 2, aproximadamente 42% dos agricultores familiares angicanos estavam enquadrados no Grupo B do PRONAF, ou seja, eram potenciais beneficiários do AGROAMIGO. Este número representativo considera todos os produtores que na época tinham renda anual até R\$ 3.000,00. Atualmente, como o limite de renda dos pronafianos do tipo B foi elevado para R\$ 20.000,00, é bem provável que um percentual muito maior de agricultores familiares angicanos esteja enquadrado nos limites de financiamento do programa.

**Tabela 2 – Estratificação da agricultura familiar no município de Angicos – 2006**

<b>Categorias de Agricultores Familiares</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
Familiar Grupo B	52	41,6
Familiar (exceto Grupo B)	73	58,4
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tabulação especial do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Quanto à prestação de serviços financeiros, existem em Angicos duas agências bancárias (Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil) e dois correspondentes bancários: os correios (correspondente bancário do Banco do Brasil) e uma lotérica (correspondente bancário da Caixa Econômica Federal). Além disso, está sendo implantada uma miniagência do Bradesco que funcionará apenas de duas a três vezes por semana. As operações na área de crédito rural no município são realizadas pelo BNB.

#### 4 – Evolução e limites do AGROAMIGO no município de Angicos de 2006 a 2012

O início das operações do AGROAMIGO no município de Angicos/RN ocorreu em 2006. Ao longo dos sete anos de vigência do programa na localidade, conforme mostra a Tabela 3, foram assinados 222 contratos que alcançaram o montante de R\$ 419.130,00. Nesse período, o menor número de empréstimos ocorreu em 2009, com apenas 10 operações realizadas e R\$ 18.500,00 aplicados. Algo que chama atenção é o fato de que o maior número de contratações e, conseqüentemente, o maior valor investido, ter ocorrido em 2012 – ano cuja seca na região central do RN teve um impacto devastador sobre as atividades agropecuárias.<sup>3</sup>

Os dados da Tabela 3 indicam ainda que, mesmo em um município de pequeno porte como é o caso de Angicos, o AGROAMIGO não tem conseguido universalizar o atendimento aos agricultores familiares pobres. De 2006 a 2012, foram assinados em média 32 contratos por ano, o que representa um número bem abaixo da demanda potencial de microcrédito estimada em 52 produtores do Grupo B do PRONAF, conforme consta na Tabela 2 exposta na seção anterior. É provável, porém, que esta situação esteja sendo superada, haja vista o crescimento recente das operações.

**Tabela 3 – Evolução do programa AGROAMIGO no município de Angicos – 2006 a 2012**

Ano	Operações Contratadas	Valor (R\$ 1,00)
2006	26	25.428
2007	35	50.341
2008	18	25.691
2009	10	18.500
2010	24	45.685
2011	52	110.985
2012	57	142.500
<b>Total</b>	<b>222</b>	<b>419.130</b>

Fonte: BNB (2013).

Nota: Dados obtidos por meio da Lei de Acesso a Informação.

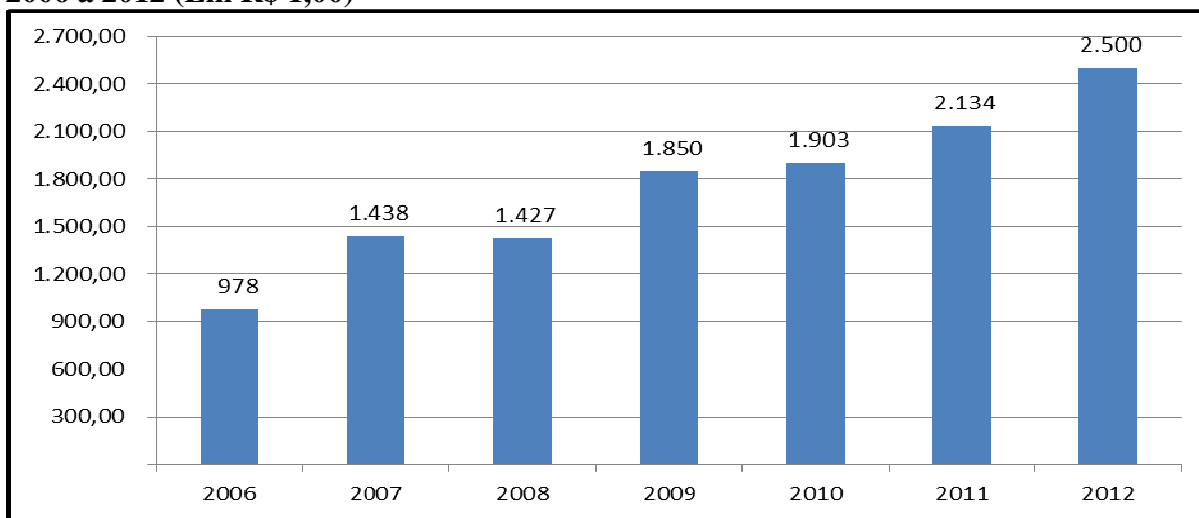
De forma particular, a manutenção e expansão das operações do programa analisado no município de Angicos, em 2012, foram possíveis graças a uma atuação diferenciada do BNB que foi obrigado, por força dos impactos causados pela estiagem que atingiu o semiárido potiguar, a mudar temporariamente o seu foco de trabalho. Conforme explica o assessor de microcrédito lotado na sede da instituição angicana:

Em 2012, foi criado um programa federal de amparo aos atingidos pela seca, o crédito de estiagem. Então, se criou uma grande demanda por operações de investimentos estruturantes para as propriedades. Além disso, nesse ano foi estabelecido que só podiam ser comprados animais de pequeno porte, como, por exemplo, galinhas, porcos, ovinos e caprinos. O restante do investimento era para custeio e para investir em cercas, canos de irrigação e bombas para irrigação (Entrevista concedida em Fevereiro de 2014).

<sup>3</sup> Segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), em 2012, praticamente a totalidade dos 167 municípios do RN foram assolados pela estiagem, pois em 89% deles (incluindo Angicos) o regime de chuvas foi classificado como “muito seco” ou “seco” (EMPARN, 2014).

No Gráfico 2, a seguir, é possível observar que o valor médio das aplicações do AGROAMIGO no território angicano também vem crescendo no transcorrer do período analisado. De fato, nota-se que quando o programa iniciou suas operações na agência do BNB de Angicos os valores médios dos contratos eram de R\$ 978,00. Já nos anos seguintes, esse montante foi ampliado significativamente, saltando para R\$ 2.500,00 por produtor beneficiado, em 2012. Ao considerar o ano inicial e o ano final da série estatística obtêm-se uma taxa de crescimento de 156% dos valores médios dos contratos.

**Gráfico 2 – Valor médio dos contratos do AGROAMIGO no município de Angicos – 2006 a 2012 (Em R\$ 1,00)**



Fonte: BNB (2013).

Nota: Dados obtidos por meio da Lei de Acesso a Informação.

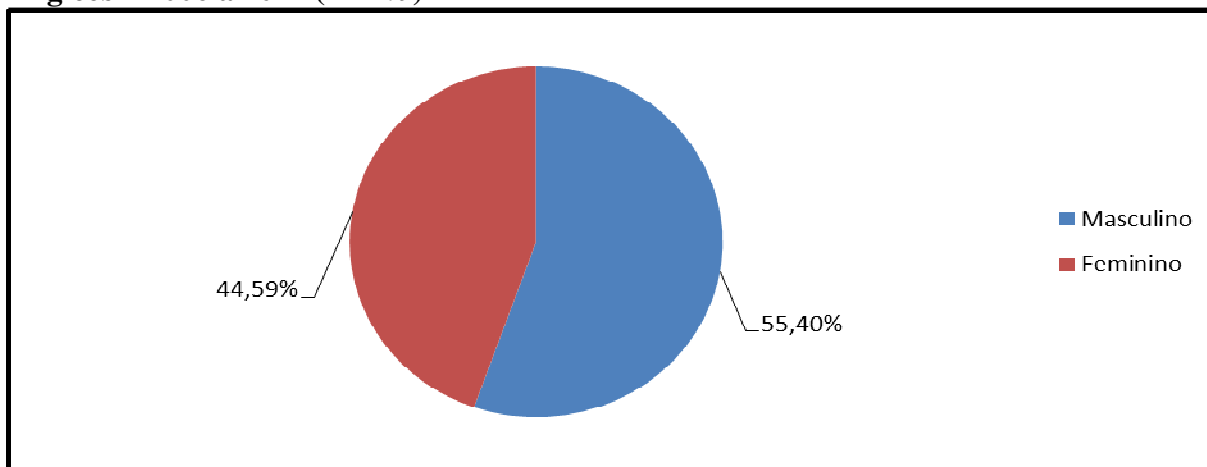
É importante assinalar que o aumento dos valores contratados por produtor não se deve a especificidades do município de Angicos. Tal fato é fruto da ampliação em nível nacional do teto dos financiamentos do PRONAF pelo governo federal. Tal medida, para alguns autores, tem sido eficiente para combater a pobreza rural (PEREIRA NETO, 2012). Aquino et al. (2014), porém, destacam que o microcrédito do AGROAMIGO precisa ser combinado com outras ações públicas estruturantes para potencializar seus resultados. Aplicado isoladamente, os baixos montantes emprestados, apesar do crescimento recente, têm poucos efeitos transformadores sobre a organização produtiva dos agricultores familiares pobres.

De qualquer forma, independente da sua eficácia produtiva, o AGROAMIGO apresenta aspectos inovadores que merecem ser destacados. Entre eles, talvez o mais relevante seja a presença significativa de mulheres entre o público beneficiário do programa. Conforme observa-se no Gráfico 3, embora os homens ainda sejam os maiores beneficiários do microcrédito, com 55,40% dos contratos, as agricultoras do Grupo B angicanas foram responsáveis por cerca de 45% das operações efetivadas pelo programa entre 2006 e 2012.

Tudo indica que a participação das mulheres pode está contribuindo para melhorar as condições de sustentabilidade das pequenas propriedades, já que a combinação dos empréstimos de um mesmo casal amplia o volume de investimento na unidade de produção. Além disso, segundo Magalhes e Abramovay (2006), as mulheres beneficiadas pelo microcrédito do PRONAF B no Nordeste tem mais vocação para desenvolver atividades não agropecuárias (como artesanato, cultivo de hortaliças e de plantas medicinais, entre outras) e, dessa forma, estariam ajudando a diversificar as fontes de rendimentos das famílias mais pobres do meio rural.



**Gráfico 3 – Distribuição dos contratos do AGROAMIGO por sexo no município de Angicos – 2006 a 2012 (Em %)**



Fonte: BNB (2013).

Nota: Dados obtidos por meio da Lei de Acesso a Informação.

No que se refere aos índices de inadimplência entre homens e mulheres, o assessor do AGROAMIGO do município pesquisado salienta que:

A taxa de inadimplência do AGROAMIGO no município de Angicos gira em torno de 3,5% a 4,0% ao ano. Eu não acredito que tenha atividade melhor ou pior que a outra, pois isso vai depender de cada indivíduo. O pagamento do empréstimo em dia também varia muito de acordo com a idoneidade do cliente. Mas as mulheres costumam honrar mais os compromissos do que os homens, elas tem mais preocupação (Entrevista concedida em Fevereiro de 2014).

Se o programa avaliado tem sido bem-sucedido no município de Angicos no tocante a administração dos pagamentos dos empréstimos, o mesmo não pode ser dito em relação a sua ambição de promover a diversificação das atividades financiadas. Isto porque 90,54% das operações realizadas concentraram-se exclusivamente na pecuária tradicional, com especial destaque para os animais de pequeno porte e para a bovinocultura (Tabela 4).

Analisando cada modalidade separadamente, observa-se que a caprinocultura está sempre à frente das outras atividades e concentra 32,88% dos empréstimos efetivados. Em seguida aparece a ovinocultura e a bovinocultura, que vem reduzindo gradativamente sua participação no número de contratos. As atividades associativas, o comércio varejista, a avicultura e a suinocultura, só começaram a ser incentivados no município a partir de 2012, ocupando um lugar marginal nas contratações.

**Tabela 4 – Distribuição da quantidade de contratos do AGROAMIGO por tipo de atividade financiada no município de Angicos – 2006 a 2012**

Atividade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2006-2012	%
Atividades Associativas	0	0	0	0	0	0	20	20	9,01
Avicultura	0	0	0	0	0	0	10	10	4,50
Bovinocultura	26	3	2	1	2	15	2	51	22,97
Caprinocultura	0	19	7	2	12	20	13	73	32,88
Comércio Varejista	0	0	0	0	1	0	0	1	0,45
Ovinocultura	0	13	9	7	9	17	11	66	29,73
Suinocultura	0	0	0	0	0	0	1	1	0,45
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>35</b>	<b>18</b>	<b>10</b>	<b>24</b>	<b>52</b>	<b>57</b>	<b>222</b>	<b>100,00</b>

Fonte: BNB (2013).

Nota: Dados obtidos por meio da Lei de Acesso a Informação.

Segundo o assessor de microcrédito entrevistado, a diminuição dos investimentos na bovinocultura ocorreu devido aos efeitos da estiagem:

Não estamos financiando animais de grande porte devido a estiagem. Não que não possa, mas a gente está orientando os clientes para que eles procurem outras alternativas. No que se refere aos caprinos e ovinos, a gente está fazendo o trabalho de reposição de rebanho, financiando no mínimo 10 animais, 9 matrizes e 1 reprodutor, que geralmente são comprados em feiras ou a terceiros (Entrevista concedida em Fevereiro de 2014).

De forma complementar, a Tabela 5 mostra os dados sobre a evolução do valor dos investimentos do AGROAMIGO por tipo de atividades. Seguindo a distribuição dos contratos apresentada anteriormente, o valor dos empréstimos se concentra majoritariamente nas três atividades privilegiadas em âmbito local: caprinocultura (33,75%), ovinocultura (30,25%) e bovinocultura (17,03%). O restante do volume aplicado distribui-se entre as atividades pecuárias e não agropecuárias de menor expressão no programa.

**Tabela 5 – Distribuição do valor dos contratos do AGROAMIGO no município de Angicos – 2006 a 2012 (Em R\$ 1,00)**

Atividades	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2006-2012	%
Atividades associativas	0	0	0	0	0	0	50.000	<b>50.000</b>	<b>11,93</b>
Avicultura	0	0	0	0	0	0	25.000	<b>25.000</b>	<b>5,96</b>
Bovinocultura	25.428	4.066	2.700	2.000	3.600	28.600	5.000	<b>71.394</b>	<b>17,03</b>
Caprinocultura	0	27.537	10.196	4.000	23.335	43.870	32.500	<b>141.438</b>	<b>33,75</b>
Comércio Varejista	0	0	0	0	2.000	0	0	<b>2.000</b>	<b>0,48</b>
Ovinocultura	0	18.738	12.795	12.500	16.750	38.515	27.500	<b>126.798</b>	<b>30,25</b>
Suinocultura	0	0	0	0	0	0	2.500	<b>2.500</b>	<b>0,60</b>
<b>Total</b>	<b>25.428</b>	<b>50.341</b>	<b>25.691</b>	<b>18.500</b>	<b>45.685</b>	<b>110.985</b>	<b>142.500</b>	<b>419.130</b>	<b>100,00</b>

Fonte: BNB (2013).

Nota: Dados obtidos por meio da Lei de Acesso a Informação.

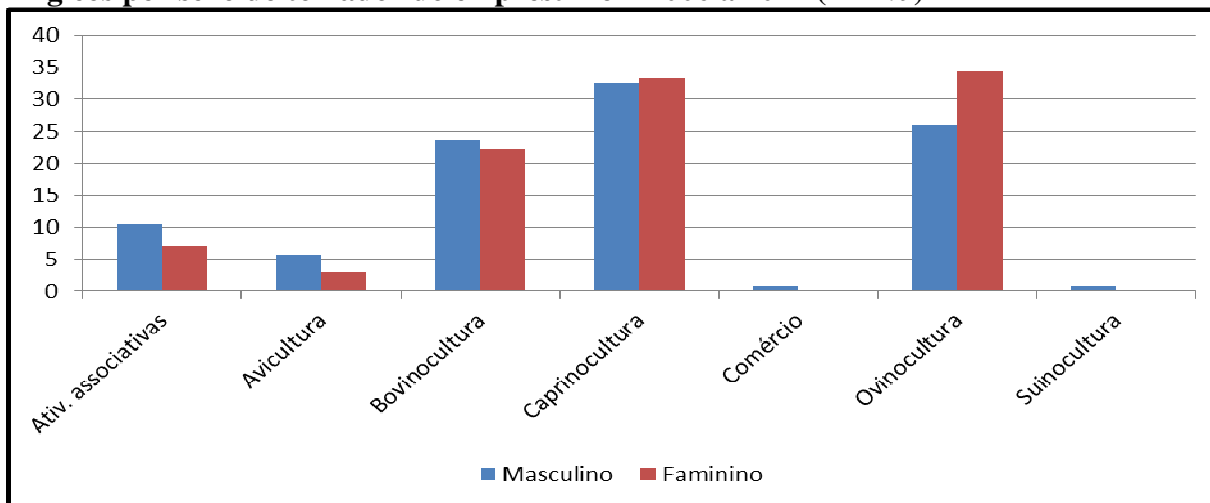
Na pesquisa de campo, todos os agentes mediadores responsáveis pela organização da oferta de crédito do AGROAMIGO ressaltaram a importância do financiamento e do desenvolvimento da pecuária no município de Angicos. Contudo, nota-se que as atividades não agropecuárias, como, por exemplo, o turismo rural, o artesanato e os serviços em geral, não têm recebido a merecida atenção como formas viáveis de diversificação das fontes de renda das famílias do campo. Nas palavras do assessor de crédito do programa:

Com relação à bovinocultura, desde a implantação do AGROAMIGO vem sendo registrada uma queda das contratações nessa atividade. Isso ocorreu porque surgiu uma demanda no mercado pela carne de caprinos e ovinos que aumentou o número de financiamentos para essas duas atividades, até por se tratar de animais mais tolerantes à seca e que requerem menos cuidados do que os bovinos. Temos alguns clientes que financiam outras atividades não agrícolas no município de Angicos, mas acredito que o número de clientes poderia até aumentar nessas atividades. Para isso, precisa que as pessoas tenham um mínimo de capacitação e conhecimento nessas atividades para que elas possam ser financiadas (Entrevista concedida em Fevereiro de 2014).

Sem nenhuma forma de estímulo específica, o Gráfico 4 sinaliza que as atividades pecuárias predominam tanto entre os agricultores como entre as agricultoras angicanas. Nesse contexto, o que Magalhães e Abramovay (2006) constataram no Nordeste como um todo não se aplica ao município de Angicos. Isso porque tais autores evidenciaram

que as aplicações creditícias das mulheres nordestinas, de um modo geral, se concentravam em atividades não agrícolas, e, em Angicos, as agricultoras aplicam os recursos dos empréstimos bancários praticamente nas mesmas atividades pecuárias desenvolvidas por seus maridos, provavelmente induzidas por eles ou pela orientação das normas bancárias.

**Gráfico 4 – Perfil das atividades financiadas pelo AGROAMIGO no município de Angicos por sexo do tomador do empréstimo – 2006 a 2012 (Em %)**



Fonte: BNB (2013).

Nota: Dados obtidos por meio da Lei de Acesso a Informação.

Deve-se anotar que, a priori, não há nenhum problema em financiar atividades pecuárias no sertão nordestino. Afinal, a criação de animais faz parte da cultura sertaneja. A questão principal é que, na maioria dos casos, os investimentos não são acompanhados de ações paralelas visando dotar as propriedades das condições mínimas para garantir a alimentação do rebanho nos períodos de estiagem. Essa situação deixa os produtores vulneráveis e amplia os riscos de endividamento. Dessa forma, o predomínio das contratações na pecuária, em detrimento de outras atividades agropecuárias e não agropecuárias, representa a perda de uma boa oportunidade de diversificar as fontes de rendas das famílias pobres (AQUINO et al., 2014; MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2006).

Apesar das questões levantadas até aqui, os atores locais avaliam positivamente o AGROAMIGO no município de Angicos, mas questionam a sua falta de sinergia com outras políticas governamentais de apoio ao desenvolvimento rural. Essa visão não é evidente, entretanto, na fala otimista do assessor de crédito do programa:

Eu vejo o AGROAMIGO como um programa de inclusão financeira que ajuda as pessoas a saírem da linha da pobreza e incentiva as pessoas a ficarem na zona rural, já que ele financia atividades agropecuárias e não agropecuárias, contanto que seja na zona rural, a expansão da carteira de Angicos, promove o desenvolvimento da zona rural. A maior dificuldade do programa AGROAMIGO é a sazonalidade porque há períodos prolongados de estiagem. Outra dificuldade é a cultura do não pagamento que já está sendo solucionada devido à metodologia do programa (Entrevista concedida em Fevereiro de 2014).

Já para o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), o agricultor que acessa apenas o microcrédito e não tem acesso a outras políticas públicas, como o Bolsa Família, a aposentadoria rural, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dificilmente consegue superar a pobreza e melhorar de vida. Na visão dele: “O homem do campo precisa de todas essas políticas sociais, o crédito é apenas mais uma conquista para melhorar a renda familiar, para que o trabalhador tenha uma vida mais digna onde vive” (Entrevista concedida em Fevereiro de 2014).

O chefe do escritório da EMATER local, por sua vez, também defende que o AGROAMIGO por si só não é suficiente para retirar famílias do Grupo B da situação de pobreza e, além disso, destaca o gargalo da assistência técnica que limita a evolução dos produtores. Nas suas próprias palavras:

Existe uma limitação técnica no tocante à formação profissional dos assessores de microcrédito, haja vista que são contratados apenas técnicos agrícolas e agropecuários para a realização das atividades da instituição AGROAMIGO, limitando a atuação a elaboração de crédito para atingir metas. Para potencializar os resultados do programa, seria necessária a contratação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como médico veterinário, zootecnista, assistente social, pedagogo, nutricionista, engenheiro agrônomo, entre outros, a fim de proporcionar uma assistência técnica de qualidade (Entrevista concedida em Fevereiro de 2014).

Deste modo, percebe-se que o programa de microcrédito produtivo rural orientado AGROAMIGO, tem muitos desafios pela frente no município de Angicos. Para entendê-los mais profundamente, é preciso verificar em que medida as atividades financiadas estão contribuindo efetivamente para melhorar as condições de vida das famílias beneficiadas. O fato é que a padronização dos contratos do programa na pecuária apresenta um escopo limitado, como já mostrou a experiência anterior da metodologia do PRONAF B. Ademais, sem integração com outras políticas públicas de assistência técnica, de apoio a comercialização, de acesso a terra, entre outras, dificilmente a meta de superar a pobreza rural será alcançada, apesar das visões otimistas que acreditam que o acesso da população pobre a pequenos montantes de crédito é capaz de superar da noite para o dia o drama social que vitima gerações de agricultores marginalizados pelo Nordeste afora.

## 5 - Considerações finais

O objetivo geral deste trabalho foi estudar a evolução do programa de microcrédito rural AGROAMIGO no município de Angicos, tentando assim analisar o processo de implantação e os limites dessa política pública de desenvolvimento rural adotada nos últimos nove anos em favor das famílias pobres abrigadas majoritariamente na região Nordeste e no norte de Minas Gerais.

Grosso modo, a pesquisa evidencia que o AGROAMIGO está consolidado no município pesquisado. Embora tenha apresentado um declínio das operações na fase inicial de sua implantação, o programa mostra sinais de expansão, inclusive assegurando a participação das mulheres do campo entre seu público beneficiário, que tem buscado honrar os compromissos com o banco nas datas acertadas, mantendo baixo o índice de inadimplência.

O grau de cobertura do AGROAMIGO ainda é baixo, haja vista que a média anual de atendimento do público potencial do programa gira em torno de 60% da clientela estimada. Esse dado sinaliza a dificuldade das políticas governamentais de atingir as populações pobres do campo, mesmo nas pequenas localidades.

Outros limites observados na pesquisa se referem ao tipo de investimento realizado via empréstimos do AGROAMIGO e a articulação do microcrédito com as demais ações de desenvolvimento rural. Apesar do crescimento do número de contratos e do volume de recursos aplicados, tal política tem apresentado uma baixa diversificação das atividades financiadas e pouca integração com outros programas governamentais.

Ao longo dos seus sete anos de operacionalização no município de Angicos, o programa tem concentrado seus esforços preponderantemente no apoio as atividades pecuárias, que se destacam tanto entre as contratações feitas pelos agricultores como pelas agricultoras angicanas. Outras atividades agrícolas não tradicionais, como a apicultura, ou

atividades não agropecuárias (como turismo rural, artesanato, agroindústria rural, etc.), têm recebido pouca ou nenhuma atenção.

A concentração dos investimentos do microcrédito rural em um conjunto limitado de atividades pecuárias tradicionais sinaliza uma padronização dos projetos financiados que pouco contribui para diversificar as fontes de rendas dos agricultores familiares pobres. Uma pesquisa de campo, com os beneficiários da política estudada, pode evidenciar os efeitos dessa estratégia setorial e revelar os fatores que bloqueiam seu desempenho.

De qualquer forma, afora a visão otimista do agente financeiro responsável por alcançar as metas de contratações estabelecidas a cada ano, parece não restar dúvida entre os agentes mediadores locais que, isoladamente, o AGROAMIGO tem poucas chances de atingir seu objetivo maior que é superar a situação de pobreza de seus clientes. O problema é que na localidade pesquisada essa integração ainda é bastante tênue o que limita os impactos das medidas empreendidas. Portanto, o sucesso do referido programa, em Angicos e nos demais municípios onde ele está presente, está atrelado à capacidade dos atores sociais de promover (ou não) a sinergia do microcrédito com as demais políticas de apoio à agricultura familiar em andamento no país.

## 6 - Referências

ABRAMOVAY, R. Alcance e limites das finanças de proximidade no combate à inadimplência: o caso do Agroamigo. *In*: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. (Orgs.). **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012. p. 369-389.

AQUINO, J. R. et al. Dimensão e localização do público potencial do Pronaf “B” no Brasil: uma análise a partir do censo agropecuário 2006. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., Belo Horizonte/MG. **Anais...** Belo Horizonte/MG: SOBER, 2011. (CD-ROM).

AQUINO, J. R. **Avaliação da trajetória histórica, do público potencial e dos resultados do microcrédito rural do PRONAF B no Brasil e na região Nordeste**. (Apresentação realizada no Curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN, em abril de 2013). Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/Aldemirfreire/avaliacao-microcredito-rural-no-nordeste-prof-joacir-aquino>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

AQUINO, J. R. et al. Dimensão e características do público potencial do Grupo B do PRONAF na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. *In*: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do censo agropecuário 2006**. Brasília/DF: IPEA, 2014. p. 77-105. (Capítulo 3).

BNB. **Relatório do Agroamigo 2010**. Fortaleza: BNB, 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Agroamigo 2011**. Fortaleza: BNB, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório 2012 dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2013.

EMPARN. **Análise das chuvas acumuladas nos municípios do Rio Grande do Norte em 2012**. Natal: Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN, 2014. Disponível em: <<http://189.124.135.176/monitoramento/2012/mapas/mapaRN.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

FREITAS, F. W. M. **Microcrédito produtivo rural e agricultura familiar: a experiência recente do Agroamigo no município de Santana do Matos/RN**. Assú/RN, 2010. 48f. Monografia (Graduação em Economia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus de Assú, 2010.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar - MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp?z=p&o=2&i=P>>. Acesso em: 26 out. 2012.

IDEMA. **Perfil do seu município: Angicos, RN**. 2008. Disponível em: <[http://www.idema.rn.gov.br/socio\\_economicos](http://www.idema.rn.gov.br/socio_economicos)>. Acesso em: 16 jan. 2014.

MACIEL, H. M. et al. O impacto do programa de microcrédito rural (Agroamigo) na melhoria das condições das famílias beneficiadas no estado do Ceará: um estudo de caso. *In*: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. (Org.). **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012. p. 315-368.

MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B**. São Paulo: MDA/FIPE, 2006. 25p.

MAIA, G. B. S.; ROITMAN, F. B.; DE CONTI, B. M. Pronaf B: evolução e metodologias. **Informativo Técnico Agris BNDES**. [S.l.], n. 2, p. 1-16, fev. 2012.

PEREIRA NETO, A. BNB – Agroamigo: uma bem-sucedida política pública de combate à pobreza no meio rural do Nordeste do Brasil. *In*: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. (Org.). **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012. p. 229- 243.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

## **Evolução Recente do Pronaf-Crédito – 1999 a 2013**

*Fernando Gaiger Silveira*

*Alexandre Arbex Valadares* #

### **Resumo:**

O PRONAF está prestes a completar 20 anos, tendo seu carro chefe, o crédito, apresentado um desempenho, em volume de recursos, expressivo nos últimos 10 anos. O texto analisa essa evolução recente com foco no perfil de distribuição por modalidade, tipo de produtor, produto e regionalmente. Fica patente que, após a desconcentração do programa em direção ao Nordeste e aos produtores de menor renda, assistiu-se, nos últimos 5 anos, uma reversão ao padrão concentrado no Sul e em agricultores fortemente integrados, com cerca de  $\frac{3}{4}$  do volume dos empréstimos para as commodities – soja e milho.

### **Palavras chaves:**

Agricultura Familiar; Crédito; Pronaf; Avaliação

---

# Pesquisadores do Ipea

Em junho de 2013, o governo federal anunciou o Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/14, com investimentos de R\$ 39 bilhões, sendo R\$ 21 bilhões destinados aos empréstimos de investimento e custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o Pronaf. Alteraram-se os limites tanto de enquadramento dos agricultores como dos valores de alguns empréstimos, preservando-se, grosso modo, os encargos e os prazos de pagamento e de carência. O novo limite da renda anual bruta familiar – para fins de enquadramento no Pronaf – passou dos R\$ 160 mil, da safra 2012-13, para R\$ 360 mil. Em relação aos agricultores do grupo B, a renda anual bruta familiar passou de R\$ 10 mil, na safra 2012-13, para R\$ 20 mil. Considerando que, na safra 2009-10, esses limites eram de R\$ 110 mil e R\$ 6 mil respectivamente, a atualização desses valores foi da ordem de 230% em cinco safras, bastante superior se utilizado qualquer deflator.

Os valores limites de financiamentos também foram majorados. O teto para os empréstimos de custeio cresceu de R\$ 80 mil para R\$ 100 mil e os de investimento de R\$ 130 mil para R\$ 150 mil. No caso dos empréstimos de custeio entre R\$ 30 e 100 mil<sup>1</sup>, os encargos foram reduzidos em 0,5 pontos percentuais, passando a 3,5% ao ano para a safra 2013-14. No caso dos empréstimos de investimento para o Grupo B, as mudanças foram menos expressivas, permitindo-se a ampliação do limite de empréstimo de R\$ 2,5 para R\$ 3,5 mil no caso de se “aplicar a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)” e um bônus de adimplência de 40% - ao invés dos 25% usuais – para os agricultores do semiárido.

Essas medidas de ampliação dos limites da renda de enquadramento dos agricultores familiares, de majoração dos valores máximos dos empréstimos e de redução das taxas de juros vêm sendo aplicadas de maneira recorrente nos anúncios dos Planos Safras desde a criação do programa. Contudo, se no caso dos limites de enquadramento a razão entre a renda limite dos agricultores familiares em geral e a dos classificados no grupo B foi preservada ao redor de 18 vezes, no caso dos limites de financiamento e das taxas de juros, as medidas vem se concentrando no aumento dos limites dos agricultores familiares mais consolidados e na redução de seus encargos. Entre a safra 2011-12 e a próxima 2013-14, não houveram alterações no limite de financiamento e nas taxas de juros para os empréstimos de menor monta: limitados a R\$ 10 mil com encargos de 1,5% anuais. Para os empréstimos de custeio de maior valor, a chamada faixa III, houve majorações do limite de empréstimo de R\$ 50 para R\$ 100 mil e queda dos encargos de 4,5% para 3,5% anuais.

Outro exemplo deste processo de concentração diz respeito à linha especial “Mais alimentos”. Instituída na safra 2008/09 com maiores limites de financiamento e menores encargos, e destinada a culturas alimentares específicas, esta linha passou a ser considerada crédito de investimento em geral, desvinculada de culturas específicas no plano safra 2012-13. Assim, o crédito de investimento que contava com quatro faixas de financiamento, além da específica para o grupo B, passou a se restringir a duas. Igualmente, a maior mudança que se observou foi a queda dos encargos para os empréstimos de maior valor. Antes da unificação, o valor máximo dos empréstimos regulares que era de R\$ 36 mil, nas safras de 2008-09 e 2009-10, passou para R\$ 50 mil nas safras de 2010-11 e 2011-12, tendo, por outro lado, diminuído os encargos de 5% para 2% na maior faixa. Já a linha Mais Alimentos, esta se iniciou na safra 2008-09 com empréstimos entre R\$ 7 mil (primeira faixa dos empréstimos regulares) e R\$ 100 mil e encargos anuais de 2%, destinado a milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas e leite. Nas safras seguintes, ampliou-se o rol de culturas apoiadas e o teto de financiamento, para R\$ 130.000, na safra 2010-11, e, na unificação, para R\$ 150 mil.

---

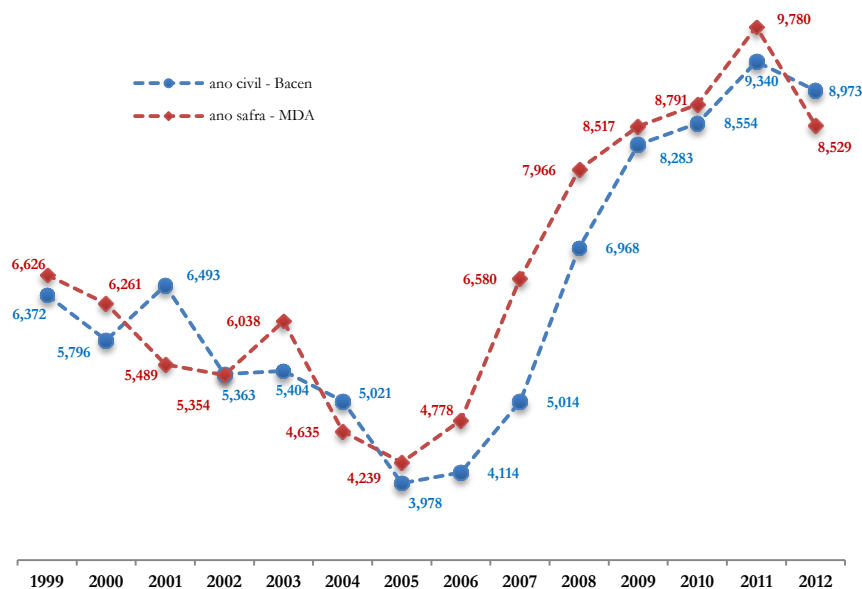
<sup>1</sup> Na safra 2012-13, essa faixa superior de financiamento situava-se entre R\$ 20 e 80 mil e a imediatamente anterior entre R\$ 10 e 20 mil, tendo sido majorados os limites dessas duas faixas para R\$ 30 e R\$ 100 mil e R\$ 10 e 30 mil.



Como se pode notar, essas alterações implicaram o aumento do valor médio dos empréstimos de investimento e uma maior participação das regiões Sul e Sudeste no valor total dos financiamentos. O gráfico 1 ilustra este processo. Nas últimas seis safras, o valor médio dos contratos aumentou, em termos reais, aproximadamente R\$ 2.000 (gráfico 1).

**Gráfico 1 – Valor Médio dos Empréstimos do Pronaf, 1991 a 2012.**

(R\$ de 2012)

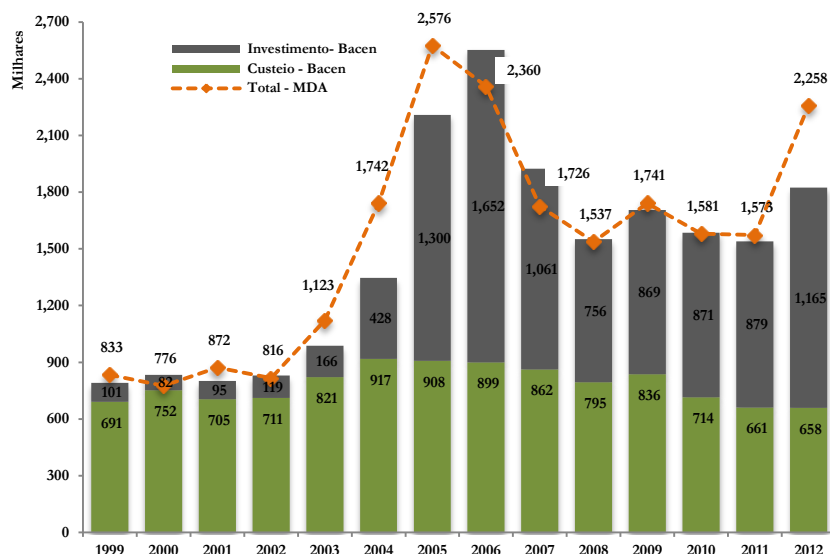


Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999 a 2012); Ministério do Desenvolvimento Agrário- <http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/acompanhe-as-acoes-do-mda-e-incra>.

Nota: Deflacionado pelo IGP-DI (ajustado para o final do período) e para os anos safras se considerou o ano civil que se inicia o ano safra.

Como o número de contratos no âmbito do Pronaf se manteve relativamente estável ao longo das últimas seis safras (por volta de 1,7 milhões), o que se assistiu foi o crescimento bastante expressivo do montante concedido, em especial do montante relativo aos empréstimos de investimento (gráficos 2 e 3). Concentrando a avaliação na safra 2012-13, se observa um crescimento expressivo no total de contratos – cerca de 2,2 milhões –, acompanhado de um aumento proporcionalmente menor no volume emprestado. Tal situação pode sinalizar, portanto, a reversão do processo de concentração na concessão do Pronaf que se assistiu nas últimas seis safras.

**Gráfico 2 – Número de Contratos do Pronaf, segundo a modalidade – custeio e investimento, 1999-2012**



Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999 a 2012);  
Ministério do Desenvolvimento Agrário  
<http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/acompanhe-as-acoes-do-mda-e-incra>

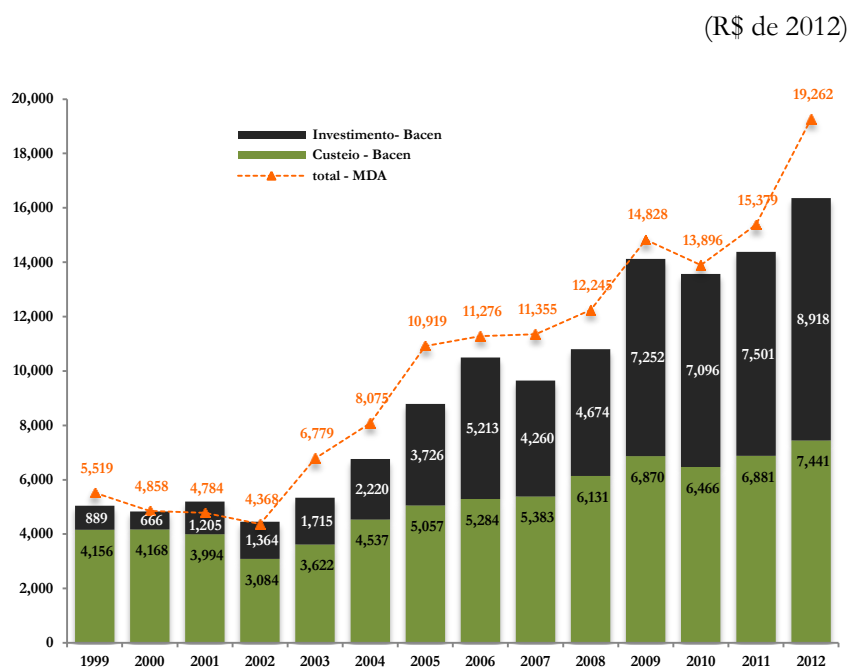
Nota: Para os anos safras se considerou o ano civil que se inicia o ano safra.

Importa mencionar, entretanto, que esse crescimento apontado pelo MDA deve ser analisado com precaução, dadas as diferenças para mais que nos outros anos os dados por ano-safra do MDA apresentam em relação ao ano civil do Banco Central. Aliás, parece relevante ressaltar que existe uma grande lacuna de informações quanto à cobertura e ao dispêndio em cada uma das 16 linhas do Pronaf<sup>2</sup>, o que impede não apenas uma análise mais cuidadosa da efetividade da política, como também uma análise descritiva do Pronaf: não há dados de contratos e do valor dos empréstimos desagregados por linhas, enquadramentos-faixas, municípios, fontes e produtos-atividades<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Pronaf Custeio (três faixas de financiamento); Pronaf Mais Alimentos (duas faixas de financiamento), Microcrédito Rural (o investimento do Grupo B), Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf ECO, Pronaf ECO Dendê, Pronaf ECO Seringueira, Pronaf Agroindústria, Pronaf Semiárido, Pronaf Jovem, Pronaf Floresta, Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Pronaf Cota-Parte, Pronaf Investimento para a Reforma Agrária, Pronaf Custeio para a Reforma Agrária.

<sup>3</sup> O sigilo bancário aparece como o grande obstáculo para a divulgação dessas informações, mas seria perfeitamente possível, por exemplo, a utilização de dados amostrais da base individualizada do crédito para o desenvolvimento de estudos de avaliação de impacto do Pronaf, cujas técnicas atravessam período extremamente fértil. O horizonte para o desenvolvimento desse tipo de pesquisa, entretanto, ainda parece remoto. As informações utilizadas em vários trabalhos sobre o Pronaf, que empregaram dados desagregados divulgados pelo MDA, não se encontram mais disponíveis, devido, em grande medida, às discrepâncias com os dados do Banco Central. Atualmente se conta, por um lado, com os Anuários Estatísticos do Crédito Rural publicados pelo Banco Central, onde se encontram as informações de contratos e valores financiados desagregados por estados, segundo modalidade (custeio e investimento), atividade (agrícola ou pecuária) fonte e produtos ou tipo de investimento. Não se conta com nenhum dado desagregado para os antigos grupos (C, D e E), nem para as atuais faixas e grupos existentes desde o início da série do Banco Central (1999): os assentados da reforma agrária e os agricultores de baixa renda. Por outro lado, o MDA apresenta relatórios para o Brasil, Grandes Regiões, Estados e Municípios de suas ações e políticas, sem, contudo, haver desagregações para o crédito do Pronaf, restringindo-se ao total de contratos e o valor total financiado. Cabe sublinhar, ainda, que o formato da base de dados por municípios é pouco amigável para o manuseio e elaboração de estatísticas.

**Gráfico 3 – Valor dos Financiamentos do Pronaf, segundo a modalidade – custeio e investimento, 1999-2012**



Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999 a 2012); Ministério do Desenvolvimento Agrário - <http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/acompanhe-as-acoes-do-mda-e-incra>

Nota: Deflacionado pelo IGP-DI (ajustado para o final do período) e para os anos safras se considerou o ano civil que se inicia o ano safra.

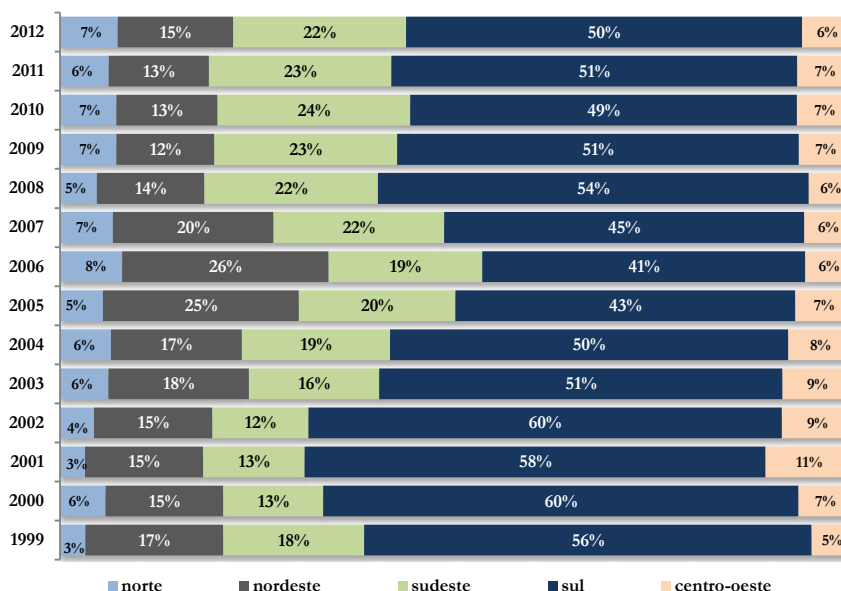
Com o intuito de contornar essa lacuna, empregam-se os dados da distribuição por grandes regiões dos créditos do Pronaf, uma vez que o processo de concentração se reflete no aumento de participação dos agricultores familiares mais consolidados, concentrados na Região Sul, notadamente nos empréstimos de custeio. Os agricultores mais marginalizados, do grupo B, se concentram na região Nordeste, e utilizam, primordialmente, empréstimos de investimento. Já a modalidade que se dirige aos assentados da Reforma Agraria vem se concentrando, cada vez mais, nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Os gráficos 4 e 5 apresentam a distribuição dos financiamentos do Pronaf, em valor e número de contratos, por Regiões para o período 1999-2012. Entre 1999 e 2006 assistiu-se a um processo de ampliação do público beneficiário associado a um crescimento expressivo do valor destinado ao investimento, o que se refletiu, como bem ilustra o gráfico 4, na ampliação da participação das regiões Nordeste e Norte e, em menor grau, do Sudeste e Centro-Oeste, contrabalançado pela redução expressiva do peso da região Sul. Concretamente, o Sul teve sua participação reduzida de 60%, no quadriênio 1999-2002, para 20% no triênio 2004-2006, enquanto o Nordeste ampliou sua participação ao redor de 15% no período 1999-2002 para 25% no biênio 2005-2006.

Pelo que se observa, a perda de participação do Nordeste, entre 2007 e 2011, não se alterou de maneira significativa no ano passado. O que se verificou foi o crescimento da região Sudeste e a recuperação parcial da participação da região Sul. As duas regiões responderam, nos últimos cinco anos, por  $\frac{3}{4}$  do montante contratado.

Como resultado, no período 1999-2012 não se observam mudanças expressivas na estrutura de distribuição regional do valor financiado pelo Pronaf, cabendo citar o crescimento de 4 pontos percentuais na participação do Sudeste e de 4 pontos percentuais do Norte. E foi fugaz a participação nordestina no crédito do Pronaf ao redor de 1/4, nos anos 2005 e 2006, com o retorno ao patamar de 1/6, observado na maior parte da série.

**Gráfico 4 – Distribuição do Valor Total dos Financiamentos do Pronaf por Grandes Regiões, 1999 – 2012.**

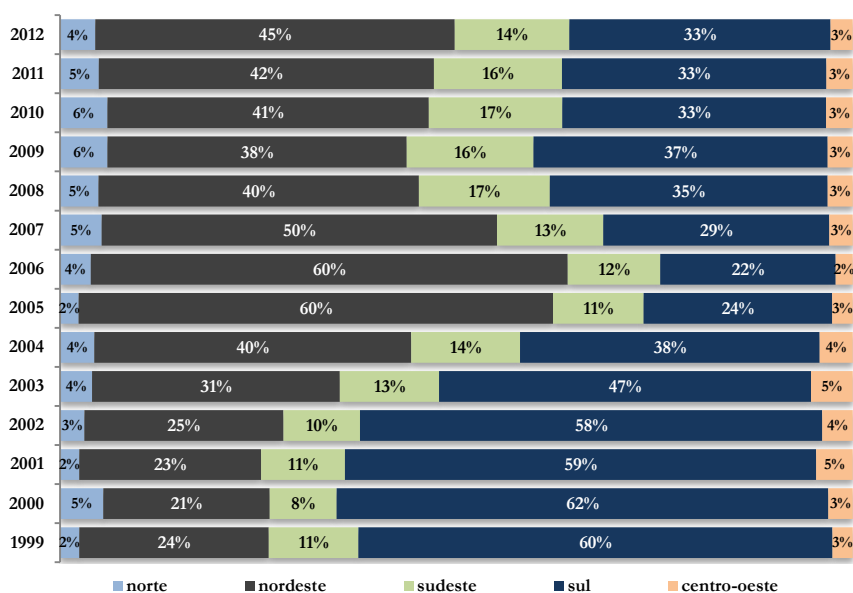


Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999 a 2012).

A distribuição regional do total dos contratos não mostra a mesma estabilidade na repartição que se verificou do valor financiado para todo o período 1999-2012. Assistiu-se, assim como na distribuição do valor financiado, uma ampliação do público beneficiário do Pronaf em direção ao Norte e Nordeste entre 1999 e 2006, sem, contudo, se verificar um retorno, nos últimos anos, à estrutura de distribuição anterior. Como resultado, é dado promissor que 45% dos contratos do Pronaf tenham sido firmados, em 2012, por agricultores nordestinos. Conclui-se, portanto, que a reconcentração regional dos recursos não teve contrapartida na distribuição dos contratos. O que ocorreu foi uma dispersão dos valores médios entre as regiões. Entre 2005-06 e 2012, o valor médio dos contratos cresceu, em termos reais, 69% e 85% nas regiões Nordeste e Sul, respectivamente.

O desbalanceamento entre as distribuições regionais do volume financiado e do total de contratos firmados é indicador da segmentação regional dos públicos beneficiados, que, pode-se afirmar, segue as discrepâncias de renda entre os agricultores familiares do Centro-Sul e os do Nordeste. Assim, o Pronaf vem concedendo, hoje, financiamentos que atendem, grosso modo, a proporcionalidade das agriculturas familiares regionais, mas, por outro lado, tem os valores financiados baseado na capacidade de pagamento dos agricultores. Assim, reforça a segmentação da agricultura familiar ao financiar segundo a lógica mercantil ou bancária. Nos contratos fica evidenciada essa segmentação regional com a participação nos contratos do NE superando em muito a sua participação no valor financiado.

**Gráfico 5 – Distribuição do Total de Contratos do Pronaf por Grandes Regiões, 1999 – 2012.**



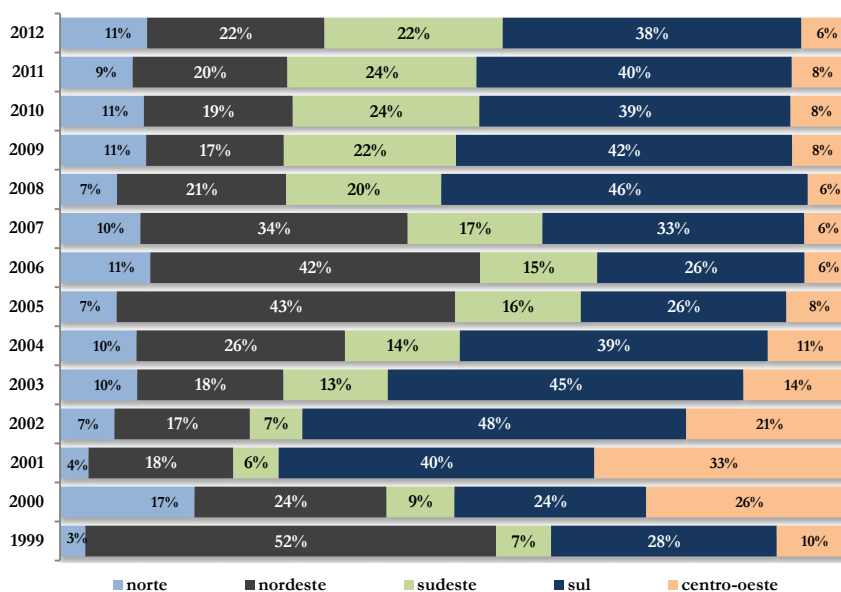
Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999 a 2012).

Os gráficos 6 e 7, que apresentam a distribuição regional do valor financiado por modalidade, mostram um comportamento errático para o investimento e relativa estabilidade no custeio. Mostram, ainda, que são os movimentos na composição do valor dos empréstimos de investimento que explicam a desconcentração da primeira metade dos 2000 e a reconcentração observada a seguir, nas últimas seis safras.

De 2008 em diante, assiste-se a estabilidade na distribuição do valor financiado para investimento, com o Sul e o Sudeste respondendo por 60% e o Nordeste e Norte com 1/3. Verifica-se, por outro lado, um crescimento do Sudeste à custa de queda da parcela da região Sul. Já no custeio, a repartição inicial é muito próxima da final, com o destaque negativo para a participação do Nordeste, que cai pela metade, representando hoje tão somente 5% do valor financiado para atividades de custeio. Não resta dúvida que o crédito de custeio se dirige primordialmente para a região Sul, uma vez que 65% do valor financiado e 62% dos contratos se dirigem aos agricultores familiares dessa região.

Vale destacar que o novo patamar de participação dos agricultores familiares do Centro-Sul (Sul e Sudeste) no valor financiado para investimento, em torno de 60%, se inscreve no processo de criação do “Mais Alimentos” e de unificação do crédito de investimento com base nas regras dessa nova linha. Seria essa a distribuição regional da produção alimentar da agricultura familiar? Parece-nos mais próxima da distribuição regional da produção de *commodities* (gráfico 6)

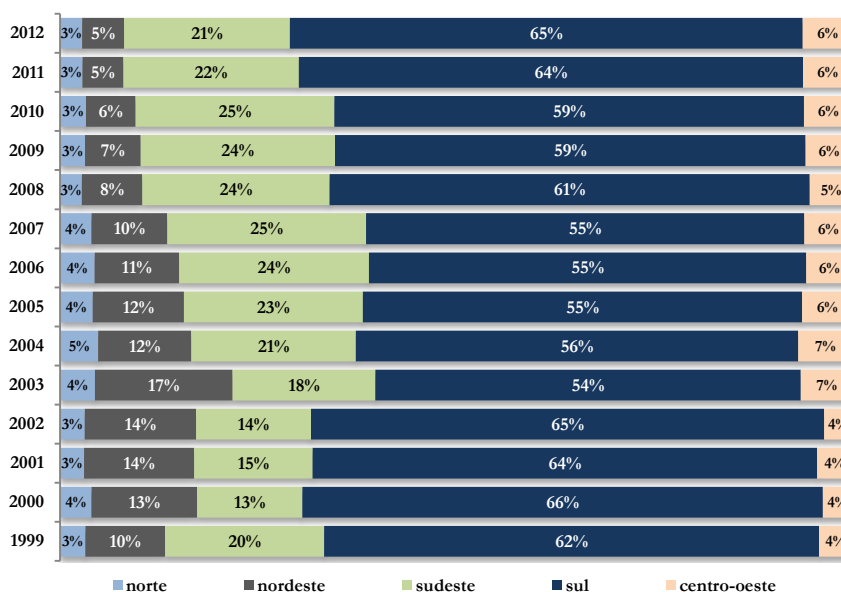
**Gráfico 6 – Distribuição do Valor dos Financiamentos de Investimento do Pronaf por Grandes Regiões, 1999 – 2012.**



Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999 a 2012).

Na relativa estabilidade da estrutura de repartição regional do valor financiado pelo Pronaf para custeio, vale observar o comportamento da região Sudeste. Verifica-se que o crescimento de sua importância na metade dos anos 2000 foi contrabalançado pela perda da região Sul, que recuperou seu peso anterior à custa da região Nordeste.

**Gráfico 7 – Distribuição do Valor dos Financiamentos de Custeio do Pronaf por Grandes Regiões, 1999 – 2012.**

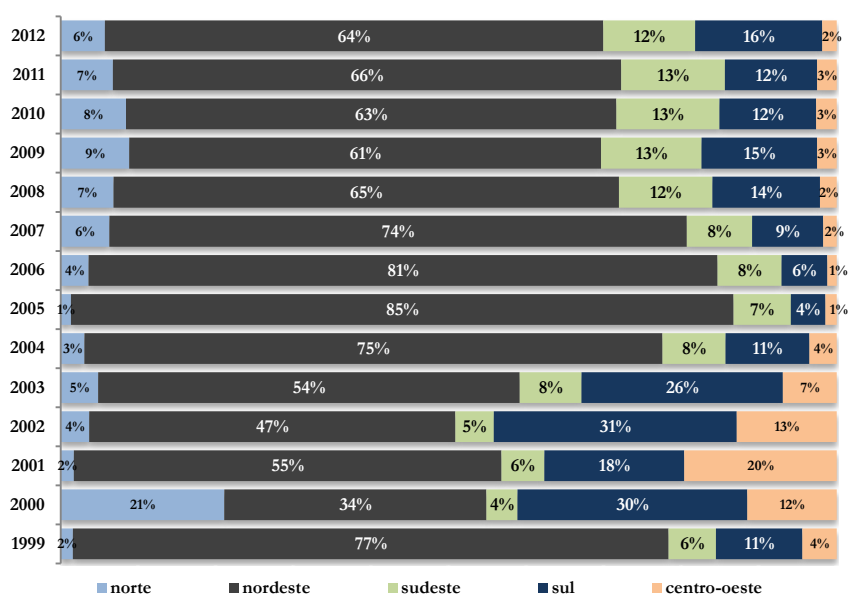


Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999 a 2012).

Se a distribuição regional dos contratos tem hoje similaridade com a distribuição regional da agricultura familiar, as repartições regionais segundo a modalidade do contrato é bastante diversa. Elas mostram a segmentação regional entre as agriculturas familiares do Nordeste e Norte e a do Centro-Sul, com as primeiras percebendo empréstimos de investimento de baixo valor, na modalidade de microcrédito, e tendo participação marginal nos créditos de custeio. Já os agricultores do Centro-Sul respondem por quase a totalidade do crédito de custeio e por 60% do valor financiado para o investimento.

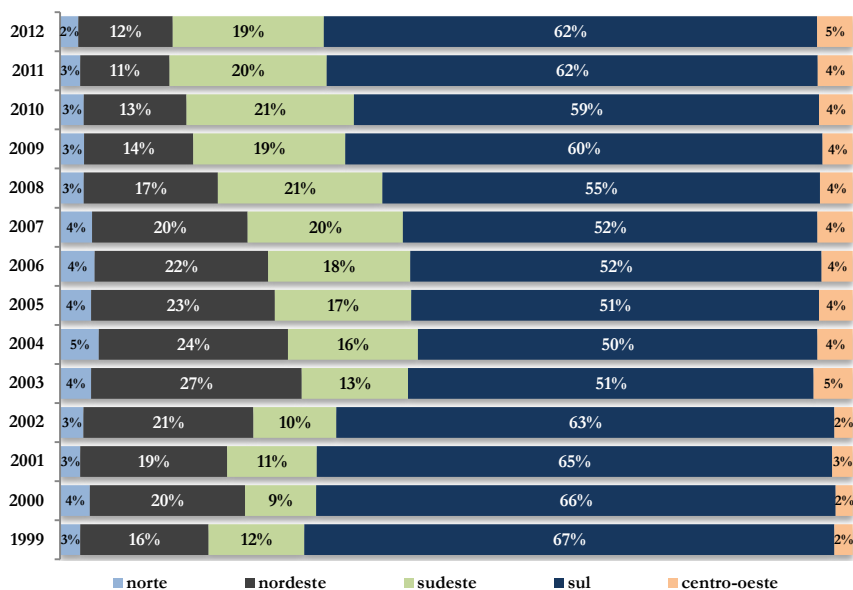
É por isso a discussão de como ou qual política de crédito alcançaria os mais afetados pelas restrições ao crédito. Não se pode crer que os agricultores familiares do Centro-Sul altamente associados às cadeias agroindustriais de grãos-proteína alimentar ou ao comércio exterior de *commodities* tenham serias restrições de crédito, o que coloca em xeque, ou melhor, questiona os custos do Pronaf, se seu objetivo é superar as restrições de crédito dos agricultores familiares.

**Gráfico 8 – Distribuição do nº de Contratos de Investimento do Pronaf por Grandes Regiões, 1999 – 2012.**



Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999 a 2012).

**Gráfico 9 – Distribuição dos Contratos de Custeio do Pronaf por Grandes Regiões, 1999 – 2012.**

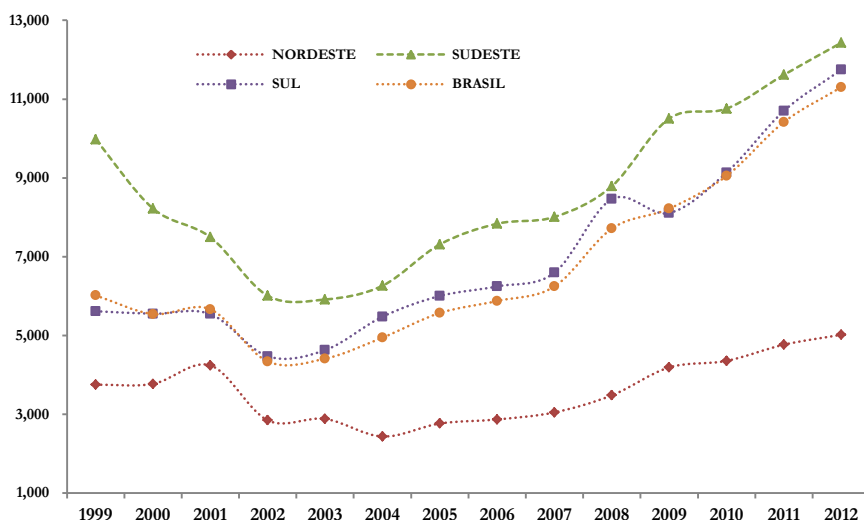


Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999 a 2012).

Os gráficos 10 e 11, que apresentam a evolução dos valores médios reais dos contratos de custeio e investimento para as regiões, vêm corroborar as análises anteriores. Ilustram que o Pronaf tem um perfil de concessão que segue, grosso modo, as segmentações da agricultura familiar, além do movimento de desconcentração ou alargamento do programa na primeira metade dos anos 2000 e de reconcentração para o Centro-Sul nas últimas safras. No gráfico 10, onde constam os valores médios reais do custeio, fica claro o alargamento da diferença entre os valores médios nacionais e das regiões Sul e Sudeste frente ao observado no Nordeste. Interessante notar que o incremento dos valores médios da região Sul foi bem mais expressivo do que se assistiu no Sudeste e no Nordeste. E, como se poder notar, os valores médios praticados recentemente no Nordeste encontram-se no mesmo patamar dos empréstimos realizados nos primeiros anos de 2000 no Brasil e na região Sul.



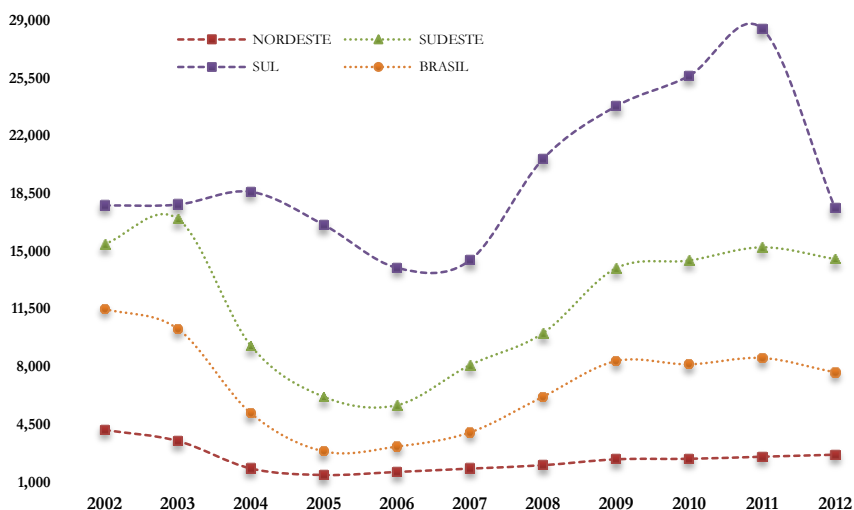
**Gráfico 10 – Valor médio dos contratos de custeio, segundo Regiões selecionadas – 1999 a 2012**



Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999 a 2012).

Dada a maior volatilidade no valor financiado para investimento, bem como no número de contratos, notadamente nos primeiros anos da série do Banco Central, decidiu-se apresentar a evolução do valor médio real dos contratos de investimento para o período 2002 a 2012. Fica evidenciada a maior dispersão dos valores médios reais regionais, com os agricultores da região Sul tomando empréstimos de investimento com valor médio ao redor dos R\$ 23 mil, os do Sudeste de R\$ 14 mil e os dos Nordeste de R\$ 2,5 mil.

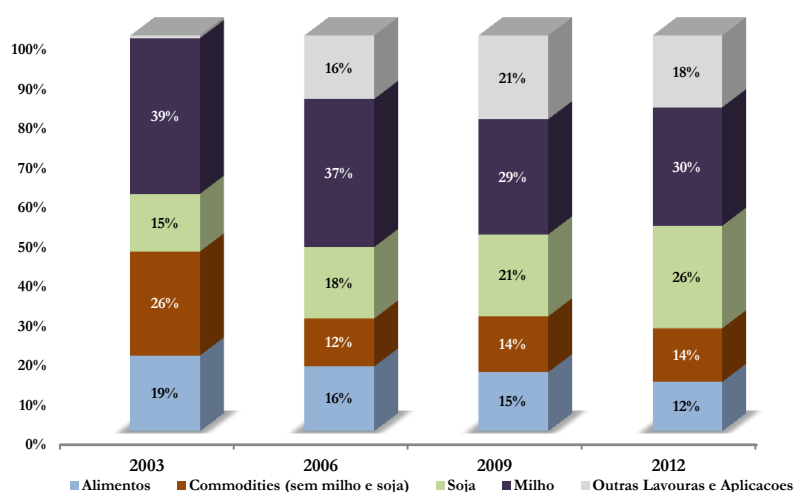
**Gráfico 11 – Valor médio dos contratos de investimento, segundo Regiões selecionadas – 2002 a 2012**



Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999 a 2012).

Quanto aos dados por culturas e atividades, em 2012, 40% do volume financiado para o custeio agrícola<sup>4</sup> destinou-se às *commodities* e à soja, cabendo às culturas alimentares 42%, sendo 30% destinados à cultura do milho. Considerando o período 2006 a 2012, assistiu-se a queda da participação do custeio para alimentos e milho em 4 e 7 pontos percentuais, respectivamente, contrabalançado pelo crescimento de 8 e 2 pontos percentuais com soja e outras *commodities*, respectivamente. Paradoxal que o crescimento da participação de *commodities* e soja ocorra justamente no processo de criação do Pronaf Investimento Mais Alimentos e de sua generalização como a modalidade de investimento do Pronaf.

**Gráfico 12 – Distribuição do Crédito de Custeio, segundo produtos e aplicações – 2003, 2006, 2009 e 2012**



Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999 a 2012).

<sup>4</sup> Nas informações disponibilizadas pelo Banco Central, as atividades discriminadas para o custeio e investimento pecuário e para o investimento agrícola são muito gerais. Desta forma, decidiu-se por apresentar apenas a distribuição do valor do custeio agrícola, presente no gráfico 12.

**GT (10)** – (Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural)

**Título do Trabalho:**  
**Femenino y rural. Razones del desarraigo en la ruralidad valenciana**

**Autor Josep Pérez Soriano<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Doctor en sociología/Profesor/ Depto de Sociologia y Antropologia Social.  
Universitat de Valencia. España

**Resumo:** Las ciencias sociales han atribuido la sobre-emigración femenina a factores objetivos como el mercado de trabajo o la educación, entre otros. La feminización de las migraciones rurales es una consecuencia de la desigualdad social, territorial y de género. Junto a aquellas variables causales del desarraigo se deben considerar, además, las estructuras simbólicas de dominación. En este texto se exponen las razones subjetivas que subyacen a la “huída” femenina del medio rural, tras haber observado las representaciones sociales de la ruralidad en el País Valenciano (Europa), mediante una aproximación cualitativa. Las mujeres de pueblo hoy son móviles, urbanas aunque expresan una creciente resistencia a la subordinación rural.

**Palavras-chaves:** Desenraizamento rural, género, sociología rural

### **1 El desarraigo rural**

El objeto de estudio, la mujer rural, refiere a dos construcciones sociales: el género y la ruralidad. El espacio rural se construye en un proceso dialéctico con relación a la ciudad. Igual que el género, con la atribución social de significados diferenciados, si no opuestos, masculinos y femeninos, que cambian con el tiempo y en el espacio.

El proceso de modernización ha caracterizado lo rural como “estático y decadente”; lugar de “ignorantes y supersticiosos; de catetos”, diría Caro Baroja (1991: 12); “del palurdo, del patán, del paleta, del rústico, que por su ignorancia e inadaptación al mundo urbano se convierte en protagonista predilecto de los chistes” en Bourdieu (2004: 256).

Hoy mismo, de las palabras ciudad y urbe, extraemos las nociones de urbanidad, ciudadanía, etcétera, que implican un alto nivel de tratos y contratos humanos; mientras que rusticidad y rústico aluden a otro muy bajo de conocimientos y comportamientos (Caro Baroja, 1991:11).

La estigmatización de lo rural aún perdura, a pesar de que la intensidad de la movilidad de personas, mercancías y mensajes, ha modificado el marco sobre el cual se construye lo rural (Ibáñez, 1991). ¿Por qué se van hoy las mujeres de los pueblos? ¿Cuáles son los procesos sociales que subyacen al desarraigo rural femenino? Los motivos podrían clasificarse en dos grandes categorías: en primer lugar, las causas objetivas, ya sean de *expulsión* rural (desigualdades territoriales y de género) o factores *push* en la literatura anglosajona; sean de *atracción* urbana, o factores *pull*, tales como el mercado de trabajo asalariado y los estudios, calificados desde la teoría de género como causantes de la “huida” (Whatmore, 1991) o de la “huida ilustrada”, respectivamente. Y en segundo lugar, las causas subjetivas que favorecen una predisposición a abandonar el lugar de origen por la ciudad, sentida como único destino.

El éxodo rural se ha mostrado como una consecuencia inevitable e indiscutible del proceso de industrialización, tanto es así que el modelo de sociedad urbana se ha impuesto como ideal de modernidad de forma acrítica, “paradigma supremo de civilización” (Entrena, 1998:127), de manera que se asume con cierta naturalidad que el destino de la juventud rural deba ser la emigración urbana. El proceso migratorio se inicia con una decisión particular; racional y espontánea, en apariencia, aunque se inserta en un proceso social que conviene situar en un conflicto exterior y anterior (Pérez Díaz: 1971:36). Para Àngels Pascual (2011:9) se trata de un epifenómeno, donde se deben considerar las estructuras sociales de dominio y de subordinación, desde una perspectiva crítica, dinámica y reflexiva; una flexibilidad empirico-analítica que, de acuerdo con Beck, “tiene lugar cuando nadie quiere verlo y cuando (acaso) todos lo desmienten” (1996:208-209)

De acuerdo con Entrena (2008), las relaciones de desigualdad entre campo y ciudad, el contraste rural-urbano, es el resultado de una serie de procesos socioeconómicos y/o político-institucionales (contexto objetivo) que son legitimados (es decir, explicados y/o justificados) por los sujetos en ellos insertos o implicados, mediante un conjunto de procesos simbólico-culturales (el contexto subjetivo). La disposición a mudar de hábitat -y de *habitus*- se asocia con la posición ocupada en la jerarquía social, dado que la presión estructural “se reparte desigualmente sobre la población, afectando con mayor o menor intensidad a unos y otros, según sus diversos atributos de posición en el sistema social” (Pérez Díaz, 1971:34). De manera que los “otros rurales” (*others* en Clout, 1997; *otherness* en Little, 1999) como son las mujeres, los inmigrantes, pobres, gays y

lesbianas... “se sitúan (son situados) en los límites de la comunidad rural” (Paniagua, 2007:193) y muestran una mayor predisposición a migrar.

El desarraigo tiene también dos significados: uno objetivo, físico (desplazar, arrancar) y otro más subjetivo (psíquico: apartar, alejarse de una opinión, vicio o pasión). De manera que podría haber mujeres desplazadas y aún arraigadas a sus orígenes, y otras, también desarraigadas del lugar de origen, pero fascinadas por el modo de vida urbana; una fascinación que “sólo puede ejercerse sobre mentes previamente convertidas a sus atractivos” (Bourdieu, 2000:226). Esta dimensión del desarraigo rural, la “conversión colectiva” al atractivo urbano de vida, sería una muestra del “poder hipnótico” (Bourdieu, 2004: 58), de la supremacía urbana. En definitiva, la atracción urbana o su anverso, el “fatalismo” rural (*Op. cit.*: 122), serían consecuencias de la internalización de los valores socialmente legitimados, una forma de dominación simbólica. Wirth ya advertía en *Urbanism as way of life* del “embrujo que la ciudad ejerce, dado el poder de sus instituciones, a través de los significados que circulan por los medios de comunicación y de transporte” (1938:5). La cuestión central de estudio refiere, pues, a un conflicto sutil y secular, a una dimensión del desarraigo que es el producto “acumulado de innumerables conversiones individuales” que favorecen “etapas de alejamiento psíquico de la tierra y de la casa familiar”; a una forma de “colonización económica” y de “adhesión dóxica” (Bourdieu: 2004:226; 49).

Sin embargo, con el paso del tiempo, contexto y significados cambian. Vicente-Mazariegos observaría esta paradoja cuando sostenía que “el campo y la ciudad pierden sus significados previos, que se trastocan definitivamente. Y se van quedando sin sentido las viejas identidades” (Camarero, 1993:3). Cruz ha observado las representaciones sociales de las mujeres rurales en una comarca palentina, suponiendo que “la introducción de valores postmodernos vinculados a las nuevas funciones del medio rural, podrían posibilitar un proceso de ruptura con los significados tradicionales” de la ruralidad (Cruz, 2006: 125). Las observaciones realizadas por Cruz muestran que para las amas de casa de la montaña castellana, lo rural significa pobre, viejo, escaso, aburrido y lento; mientras que lo urbano sería joven, inteligente, rico, divertido, abundante, rápido y agradable. Sin embargo, en las jóvenes estudiantes lo rural es sinónimo de educado, bonito, bueno, hábil, alegre, trabajador y agradable; también, viejo, frío, escaso, lento; menos rico y activo que lo urbano (*Op. cit.*:143). Lo rural mudaría de significados: de pobre, viejo y aburrido, a bueno, bonito y agradable.

El renovado atractivo del campo y de la naturaleza en las sociedades postindustriales, estarían en la base de los nuevos usos del espacio rural y del creciente número de personas que dejan la ciudad. Los neo-rurales cuestionan el estilo de vida urbana, son una expresión de (post)modernismo crítico o *Rurality as way of life* (Halfacree, 1997).

Rivera (2009:428) ha estudiado los significados de la neo-ruralidad en Navarra, aportando tres categorías: Distopía pragmática (cambian de residencia pero mantienen el estilo de vida urbana); Utopía de refugio (cuestionan la utopía de la modernidad, pero mantienen las prácticas y relaciones urbanas); y finalmente, la utopía de arraigo: son quienes renunciando al estilo de vida urbana, tratan de adaptarse a la vida rural (una misión difícil cuando no imposible). Ello no obstante, los neo-rurales expresan un cambio “en las relaciones entre la ciudad y el campo” (Rivera, 2009:416); y conforman “un paisaje social emergente en el medio rural” (Oliva y Camarero, 2002). El campo se convierte así en un espacio residencial de interés, con predominio del consumo sobre la producción; es la función post-productiva del espacio rural (Halfacree, 1997). Morén-Alegret ha estudiado la preferencia de los inmigrantes por las ciudades pequeñas en la península Ibérica, utilizando la *topophilia*, un concepto aportado por Tuan (1974), de interés para analizar la percepción rural-urbana.

Sampedro (2009) se centró en explorar los discursos, aportando una taxonomía de mujeres de pueblo en Castilla, según el grado de arraigo (afirmativo o instrumental) o de desarraigo (resignado o indiferente), concluyendo que el sentimiento de arraigo-desarraigo se desarrolla actualmente desde un proceso de redefinición de lo rural. Proceso en el que las jóvenes participan para poder ser “modernas y de pueblo a la vez” (una expresión de Díaz Méndez, 2005:80).

Resumiendo, los significados de lo rural y de lo urbano cambian y se fragmentan (Camarero, 1993): en interacción o por influencia de la supremacía urbana, unos podrían ser de inercia, otros de resistencia a la subordinación. De acuerdo con Camarero y Sampedro (2008:102), conocer los procesos que subyacen al desarraigo femenino –y su efecto, en la masculinización rural- “exige, por tanto, ahora una mirada hacia los valores y las representaciones con que las propias mujeres sostienen sus trayectorias laborales y sus proyectos vitales”.

## 2 Objeto de estudio y metodología

Las migraciones explican las relaciones de conflicto y de subordinación del campo a la ciudad. Quien migra interioriza “y despliega, a su vez, este conflicto en el campo de las actitudes y en el de las conductas objetivas (...) en términos de arraigo y desarraigo...” (Pérez Díaz, 1971:36). La internalización de los valores dominantes, la disposición a migrar o la resistencia son variables, categorías mentales de percepción. Las estructuras de significado, sean estas concebidas como discurso, representación social o *habitus*, no refieren a un fenómeno micro, sino a un fenómeno social observable mediante técnicas cualitativas de captación de significados.

Conocer los motivos de la acción, comprender las razones del desarraigo, conlleva observar las representaciones sociales, subjetivas; de manera que la vía de observación ha sido, fundamentalmente, cualitativa. Ello no obstante, la preferencia por esta metodología no es incompatible con el uso puntual de otras técnicas de contraste o de “integración desde la diferencia”, en palabras de Bericat (1998: 106). La estrategia no es incompatible con “la complementariedad de métodos, en los que uno de ellos se utiliza para mejorar los resultados del otro en un uso más secuencial” (*Op. cit*, 114).

La dualidad de significados del desarraigo (objetivo, físico; subjetivo, desafección) aconseja, además, recurrir a técnicas diversas, dado que el arraigo, o “apego objetivo” (en Bourdieu, 2002:219), se manifiesta en los vínculos familiares y sociales que se mantienen; en los comportamientos, cuya intensidad y frecuencia pueden observarse empíricamente, son cuantificables. Sin embargo, el desarraigo emocional, el desapego subjetivo, es más intangible puesto que es “el resultado tangible de la fuerza de atracción urbana, que los diferentes agentes contraponen a la inercia del *habitus* en los campos sociales de interacción y que conforman las categorías de percepción y de identidad social” (*Op. cit*. 219). Estas dos dimensiones, arraigo y desarraigo, aconsejan el uso de técnicas complementarias, según se expondrá con detalle seguidamente. Antes se deberán mencionar las unidades de análisis. La población objeto de esta investigación han sido mujeres valencianas desarraigadas de municipios rurales, que migraron a la ciudad. Es decir, son mujeres que ya no residen en su localidad de origen y que están en una edad clave, en los estratos centrales, puesto que es en este periodo cuando se consideran críticas en la reproducción, al ser su ausencia determinante en el proceso de despoblamiento (Camarero et al. 2009).

Las mujeres de la muestra seleccionada tenían entre 25 y 50 años (en el 2010) y una edad media de 35: son 16 mujeres jóvenes (de 25 a 35 años) y 16 mayores de 36, hasta 50 años de edad. La cantidad de mujeres de cada perfil teórico se determinó según el principio de saturación discursiva, a partir de una representación óptima de las variables edad, estado civil, tamaño del hábitat y otras. Aunque en el criterio de decisión muestral se optaría por la diversidad antes que por la cantidad. La selección final se delegó en terceras personas, a partir de los contactos personales en 12 comarcas. Entre Noviembre de 2010 y Febrero de 2011, se entrevistaron 40 mujeres (en su lengua materna, catalán o castellano) y se analizaron 32 casos.

El límite funcional de la población rural considerada se ha situado en municipios menores de 5000h<sup>1</sup>, periféricos, alejados más de 50 Km. de Valencia <sup>2</sup>, de comarcas interiores del País Valenciano. Así, 10 de los 32 casos proceden de municipios menores de 500; 12 de municipios de 500 a 1500 y otras 10 de municipios mayores de 1500. En el Anexo nº 1 se puede observar un mayor detalle de la muestra.

En la fase de organización, análisis e interpretación de contenidos (discursos) se realizaría un mapa de códigos-categorías para clasificar las 1650 citas de interés seleccionadas de las transcripciones<sup>3</sup>. Además, para determinar el grado de arraigo/desarraigo se utilizaron, complementariamente, dos cuestionarios estandarizados. Uno para analizar comportamientos (vínculos) y otro para el obtener el grado de *topophilia* (actitudes). En este último caso se utilizaría un cuestionario Likert, donde cada entrevistada respondía en qué medida estaba de acuerdo o en desacuerdo con unas afirmaciones.

Los datos aportados por el cuestionario socio-demográfico permiten disponer de una visión más precisa del conjunto de comportamientos y variables de las entrevistadas: son 16 mujeres nacidas entre 1960-1972 (de 38 a 50 años de edad); y otras 16, entre 25 a 33 años (1977- 1986). Viven en la ciudad más de 10 años de media, aunque 11 continúan empadronadas en su municipio, sobre todo las más jóvenes. Las

---

<sup>1</sup> En el 2010 había en el País Valenciano 384 municipios con menos de 5.000 habitantes, donde residían unas 500.000 personas, un 10% de la población total. Los municipios <1500h eran 269 y 138 los <500h.

<sup>2</sup> 10 casos de la muestra residían en la ciudad de Castelló de la Plana (objeto de comparación)

<sup>3</sup> El sistema de códigos-categorías refieren a las representaciones del pueblo (agobios, ausencias) y de la ciudad (dificultades, adaptación, relaciones); a motivos del arraigo-desarraigo; a los vínculos locales y a la identidad personal (autopercepción y comparación rural urbana)



que se dieron de alta en el padrón de la ciudad, lo hicieron al comprar el piso en muchos casos. Hay algunas cuya pareja está empadronada en el pueblo; y aquellas que aún mantienen el vínculo legal con su municipio, expresan un grado de arraigo notable, alegando dos motivos: “participar en las elecciones locales” (E05) o “contribuir a que el pueblo no pierda población y no baje de los 1000” (E20)

Por lo que refiere a las razones explícitas de salida hacia la ciudad se alega, sobretudo, el motivo estudios y menos al trabajo, la pareja o “por el trabajo de la pareja”. Actualmente, una oferta de trabajo en el pueblo o en la comarca, sólo sería tentadora para alguna joven, dado que la mayoría ahora ya no lo aceptaría. Prefieren vivir en la ciudad. La movilidad es una cuestión capital en las zonas rurales (“Si no tienes coche o moto en el pueblo estás muerta”, E11). Por ello, no extraña que todas disponen del carnet de conducir, desde muy jóvenes; con alguna excepción: lo E22 lo consiguió con 46 años, tras divorciarse de su marido, dado que este se oponía enérgicamente a que accediera al permiso de circulación. Este caso migró de su pueblo muy joven, con 18 años, vía matrimonial con un joven urbano, en 1982.

A principios de los 80 acabábamos de salir de una dictadura en la que las mujeres tuvieron consideración de seres dependientes de los hombres, legal y económicamente, y una misión prioritaria de crianza y trabajo en el hogar familiar. Las mujeres necesitaban permiso del marido para contratar, vender, abrir una cuenta en el banco o sacarse el carné de conducir (Bustelo et al. 2012).

En las páginas siguientes se expondrán los resultados. En primer lugar, algunos datos del alcance del desarraigo femenino en la ruralidad valenciana. A continuación los resultados de la medición del grado de desarraigo en las mujeres de la muestra, con los perfiles o tipologías de mujeres de pueblo. Y, en tercer lugar, el análisis de los discursos de forma somera y esquemática.

### **3. Resultados**

#### **3.1 El desarraigo en la ruralidad valenciana**

La despoblación es grave en las zonas rurales, y no lo es menos en las comarcas valencianas del interior, semejante a las vecinas de Aragón o de Castilla la Mancha: según el Instituto Valenciano de Estadística (IVE, 2007) entre 1986 y 2006 estas comarcas periféricas han perdido población, en todos los años sin excepción.

En la franja interior del territorio valenciano, más alejado de la costa, se ubican los municipios socialmente insostenibles, a excepción de Requena, Utiel y Morella, que estando en zona regresiva, crecen en número de habitantes. Pero, en general, cuando más periféricos son los municipios, cuanto más alejados están de las grandes ciudades y de la costa, menores son las oportunidades y mayor es el contraste con la ciudad; a menor masa crítica, menos colegios, centros sanitarios y servicios; menos trabajo, más desarraigo y mayor regresión demográfica. El envejecimiento y la masculinización son endémicos en los municipios rurales más pequeños y se concentra en las edades críticas.

En los pueblos valencianos menores de 5.000 habitantes y según el padrón municipal del Instituto Nacional de Estadística (INE, 2.010) el desequilibrio genésico se relaciona con el tamaño del municipio. Cuanto más pequeño es, menor es la presencia femenina. La masculinización es mayor en los municipios menores de 500 habitantes y en las cohortes de 25 a 49 años. El punto más crítico se registra en los 35 y 39 años, y en municipios pequeños: en los menores de 500h., a cada 100 hombres corresponden 76 mujeres; un déficit promedio del 24%. Este valor podría empeorar, aún más, con el grado de lejanía del pueblo con relación al área metropolitana: cuanto más remotos, mayores ausencias, mayor presión objetiva por migrar y, al contrario, a más cercanía, mayor es la probabilidad de arraigo (van, trabajan y vuelven cada día al pueblo) del *commuting* rural.

La edad es la otra variable de interés. Conviene advertir que los datos del padrón no registran la movilidad tal como se produce, sino en la medida en que se formaliza su registro, se basan en la población de derecho, no en la de hecho. La gran mayoría de habitantes censados en los pueblos, trabajan y viven en la ciudad entre semana. Muchas personas no se empadronan con el alquiler del piso en la ciudad, sino cuando es preciso; tramitar el alta en la ciudad –que comporta la baja en el pueblo- se va aplazando más allá de una década de residencia urbana. Muchas continúan arraigadas a su pueblo, también a efectos legales, en el padrón, donde han figurado desde siempre; porque quieren y porque su residencia urbana es instrumental, circunstancial. En otras, más desarraigadas, sin embargo, huir del pueblo será la culminación de un sueño, una “esperanza de emancipación” (Bourdieu, 2004:120). La edad media de formalizar la baja en el registro es de 32,9 años en las entrevistadas, tras una década de residencia urbana; coincidiendo con la instalación familiar o monoparental o la compra del piso.

Adaptarse a la ciudad no conlleva desarraigarse del pueblo. Entre las jóvenes, la voluntad de alargar la experiencia estudiantil se revelará como clave para entender la disociación entre ser (pueblo) y estar (urbe). Entre las más desarraigadas, se aprecia, no obstante, una mayor integración e identificación más urbana. Aunque, en general, el comportamiento de las entrevistadas indica una doble presencia: urbana e independiente entre semana y una vinculación variable al pueblo; unas son muy activas socialmente, en festivos y días no laborales; otras tienen una frecuencia menor de vistas (“sólo por fiestas patronales”) y pocos vínculos sociales y afectivos. Estos casos expresan un gran desarraigo: en este perfil, vivir en la ciudad sería culminar un proceso iniciado desde mucho antes de pensar en la huida.

### 3.2 La medición del desarraigo rural

En la tabla nº 1 se muestran los resultados agregados del cuestionario de actitudes, cuyos valores, en general, son cercanos a 3 (ni acuerdo ni desacuerdo). Destacan dos cuestiones: la 03 “En el pueblo todo es más familiar, saludable y auténtico”, con una respuesta de casi 2 (de acuerdo). Y la cuestión 12 (“En el pueblo son más salvajes, pobres e ignorantes”) que genera un notable desacuerdo (4,39). Estas serían las cuestiones límite en el campo de análisis.

<b>Tabla nº 1. CUESTIONARIO DE ACTITUDES</b>	<b>Media</b>	<b>Desviación T.</b>
01 El pueblo es un buen lugar para vivir, hay más calidad de vida que en la ciudad	2,45	1,028
02 En el pueblo hay más naturaleza, tranquilidad... y ahora tienes de todo	2,35	1,112
03 En el pueblo todo es más familiar, saludable y auténtico	1,97	1,016
04 En el pueblo las mujeres tienen más apoyo y ayuda que en la ciudad	3,13	1,056
05 En el pueblo, la gente es más amable, en la ciudad son más egoístas	2,84	1,157
06 La ciudad está bien para ir, pero la vida es más cómoda en el pueblo	3,19	1,138
07 En el pueblo la gente es más civilizada que en la ciudad	3,16	1,003
08 Las mujeres viven mejor en el pueblo que en la ciudad	3,61	,615
09 La ciudad es cara, sucia y fea; ves más miseria	3,10	1,106
10 En la ciudad las mujeres espabilan, son más libres	2,74	1,182
11 En el pueblo las mujeres tienen más control, más presión social	2,23	1,055
12 En el pueblo son más salvajes, pobres e ignorantes	4,39	,558
13 El pueblo está bien para ir, pero la vida es más cómoda en la ciudad	2,74	1,125
14 En la ciudad la gente es más civilizada y moderna	3,65	,915
15 En el pueblo a las mujeres se la valora poco	3,58	,992
16 La ciudad es mejor para vivir, hay más calidad de vida	2,61	,989
17 En los pueblos están muy anticuados, ha más machismo	3,16	1,003
18 Las mujeres viven mejor en la ciudad que en el pueblo	2,84	,898

Fuente: Elaboración propia. Los valores opcionales van del 1 al 5; 1 representa el máximo acuerdo y 5 el máximo desacuerdo

La polaridad de discursos, de la resistencia o de la desbandada moderna (Bourdieu, 2004), se compensan mutuamente y neutralizan. Aún representando perfiles contradictorios, si no antagónicos, las respuestas agregadas expresan unos valores cercanos a 3 ¿Cuáles son las diferencias? ¿Cómo identificar patrones comunes en las respuestas de las entrevistadas? En la tabla 2 se describen los resultados del análisis de conglomerados (3 *clusters*<sup>4</sup>) realizado a partir del análisis de componentes (valores centrales iniciales y finales, con rotación).

Tabla nº 2. GRADO DE TOPOPHILIA	CONGLOMERADOS			TOPOPHILIA
	C1	C2	C3	
<b>(AFIRMACIONES POSITIVAS DEL PUEBLO)</b>				
01 El pueblo es un buen lugar para vivir, hay más calidad de vida que en la ciudad	1,58	2,94	4,00	<b>RURALPHILIA</b>
02 En el pueblo hay más naturaleza, tranquilidad... y ahora tienes de todo	1,92	2,61	3,00	
03 En el pueblo todo es más familiar, saludable y auténtico	1,67	2,17	2,00	
04 En el pueblo las mujeres tienen más apoyo y ayuda que en la ciudad	2,75	3,44	2,00	
<b>(AFIRMACIONES NEGATIVAS DE LA CIUDAD)</b>				
05 En el pueblo, la gente es más amable, en la ciudad son más egoístas	2,25	3,22	3,00	<b>URBOPHOBIA</b>
06 La ciudad está bien para ir, pero la vida es más cómoda en el pueblo	2,50	3,56	5,00	
07 En el pueblo la gente es más civilizada que en la ciudad	2,67	3,39	5,00	
09 La ciudad es cara, sucia y fea; ves más miseria	2,67	3,33	4,00	
<b>(AFIRMACIONES NEGATIVAS DEL PUEBLO)</b>				
11 En el pueblo las mujeres tienen más control, más presión social	2,25	2,28	1,00	<b>RURALPHOBIA</b>
12 En el pueblo son más salvajes, pobres e ignorantes	4,75	4,22	3,00	
15 En el pueblo a las mujeres se la valora poco	4,25	3,11	4,00	
17 En los pueblos están muy anticuados, ha más machismo	3,42	3,11	1,00	
<b>(AFIRMACIONES POSITIVAS DE LA CIUDAD)</b>				
10 En la ciudad las mujeres espabilan, son más libres	3,17	2,56	1,00	<b>URBOPHILIA</b>
13 El pueblo está bien para ir, pero la vida es más cómoda en la ciudad	3,75	2,17	1,00	
14 En la ciudad la gente es más civilizada y moderna	4,08	3,44	2,00	
16 La ciudad es mejor para vivir, hay más calidad de vida	3,67	2,00	1,00	

Fuente: Elaboración propia. Cuestionario de actitudes. Análisis de conglomerados. Año 2012

Las cuestiones categóricas se han agrupado según la dimensión de *topophilia* (territorio y afectos) en cuatro franjas: positivas (filia) o negativas (fobia), con el pueblo o con la ciudad. Los perfiles y la congruencia con el análisis de discursos de las entrevistas, que se tratará en la página siguiente, aportan 3 perfiles de casos<sup>5</sup>: el conglomerado o columna C1 son el perfil de las resistentes (o postmodernismo crítico);

<sup>4</sup> Prueba ANOVA. El grado de significación es superior al 95%, con 2 grados de libertad y una media de error insignificante. El valor de la determinante de la matriz de correlaciones obtenida finalmente es un valor próximo a 0 o bastante bajo (3,58 E-005). Indicador de idoneidad: El Contraste de Esfericidad de Bartlett es satisfactorio (3902,10), con un nivel de significación muy alto (0,000); el coeficiente de Kaiser-Meyer-Olkin se aproxima a 0,9, las variables comparten mucha información para ser incluidas en factores comunes.

<sup>5</sup> En el *cluster* C1 (resistentes) se sitúan 12 mujeres. En el C2, 13 (modernas) y en el C3 sólo 6 (urbanas).

el C2, las modernas, y el C3, las más urbanas. Los valores de cada *cluster* explican su perfil actitudinal. Así, se observa una alta *ruralophilia* en el C1, al expresar valores de gran acuerdo con las afirmaciones positivas sobre el pueblo.

Ejemplo de perfil del “postmodernismo crítico”, el grupo C1 también se caracteriza por los valores más altos en expresiones de *urbophobia*: “09: La ciudad es cara, sucia y fea, se ve más miseria”; o la “07: En el pueblo son más civilizados que en la ciudad”. Es un ejemplo de lo que Sampredo (2009) calificará de “arraigo afirmativo”: el pueblo un buen lugar para vivir; la ciudad, una estación de paso. Es también una forma de “arraigo utópico” (Rivera, 2009): su espacio vital está en el pueblo, aunque trabajan y residen, inexorablemente, en la ciudad.

En el otro extremo se sitúa el C3 (urbanizadas), que se caracteriza por valores altos en fobia rural: “17. En los pueblos están muy anticuados, hay más machismo”. Y los valores más altos en filia urbana (“10. En la ciudad las mujeres espabilan, son más libres”). La referencia de este tipo sería “estudiante: huida del hogar familiar y del medio rural”; o “ama de casa: el matrimonio como puente hacia la ciudad” (Díaz Méndez, 1998:113). Finalmente, el grupo intermedio, C2, son “modernas” que expresan filia rural y urbana, satisfechas de vivir a caballo entre el pueblo y la ciudad, sin renunciar a nada. Es un ejemplo de “desarraigo instrumental”: la ciudad, un medio para el estilo moderno de vida, urbana. “Buscan su autonomía personal y reconocimiento a través del empleo” (Díaz Méndez 2007:128).

### 3.3 Los discursos rurales

En las representaciones observadas de la ruralidad destacan dos grandes categorías positivas (tranquilidad, naturaleza) y otras dos negativas: aislamiento (carencias) y presión social. La tranquilidad contiene atributos tales como confianza, seguridad y libertad. Es una visión idealizada de la comunidad, que podría tener significados contrarios en otras: E09: “El pueblo, uf... demasiada tranquilidad”. Esta tranquilidad excesiva, junto a la percepción de las carencias y del control social, son motivo de “agobio”, de aburrimiento (la fobia rural). Idilio y tedio rural son los grandes marcos interpretativos, que varían según la edad. Tal como se verá en el mapa conceptual de las representaciones sociales, esta dualidad es más expresiva cuando ofrece imágenes contrapuestas: de día o de noche. Es la asociación pueblo-tiempo-espacio de ocio,

*versus* la reclusión, aburrimiento, invierno. Son imágenes dicotómicas: días o largas noches; luz-oscuridad; libertad-opresión (arraigo/desarraigo).

La asociación rural-naturaleza es más unívoca y tiene subcategorías: alimentos, salud y ocio. El pueblo es el espacio, el tiempo libre y el disfrute del paisaje, coincidiendo con el uso de turismo rural: contacto con la naturaleza; tiempo de familia, amigos o pareja. Y tiempo-lugar de desconexión y descanso, una muestra de la nueva ruralidad (de consumo urbano).

**Ruralophilia.** La consideración positiva de la ruralidad y la mejora en las condiciones de vida, refuerzan la concepción del pueblo como espacio vital, donde se destaca la seguridad y, paradójicamente, la libertad entre las jóvenes. “El pueblo está bien por la libertad que tienes” (E10). “Es sentirse protegida, en casa” (E01). “Es balsámico” (E20). A las filorurales les agobia la vida urbana: congestión, ruido, estrés. La gente hace mala cara, dicen; “son egoístas y insolidarios” (E34), una percepción devaluada de la vida urbana, donde ganarse la vida es más difícil; con un gasto permanente, de dinero y de tiempo” (E19); insostenible, cuando no disponen de trabajos estables, de ingresos regulares y suficientes.

En esta perspectiva crítica de la ciudad, las relaciones urbanas son impersonales, centradas en el trabajo y de reclusión doméstica. Del trabajo a casa y al revés (E04). Es aislamiento. Y otra paradoja: la sensación de soledad conviviendo entre mucha gente, anónima. “Sola, muy sola, de verdad” (E38). Solas, aburridas y inseguras. “La soledad que sientes aquí no la sientes en el pueblo” (E07). Las relaciones sociales son superficiales (“Aquí puedes vivir perfectamente, sin conocer a nadie” (E17). Y sin saludar a nadie: “Aquí dices buenos días y se extrañan” (E09). Un atributo positivo de la identidad comparativa: la costumbre de saludar, otro factor distintivo.

**Ruralophobia.** En el polo opuesto al anterior están quienes asocian pueblo y aburrimiento, y ciudad con el anonimato, la diversidad (estar rodeada de gente a todas horas), la movilidad y la autonomía personal. Si para las filo-urbanas, en la ciudad hay oportunidades y más libertad, quedarse en el pueblo sería un fracaso; lo rural es pasado y, en invierno, “patético” (E31), un ejemplo de permeabilidad al estereotipo rural. “Antes, quienes se quedaban eran los que fracasaban; los triunfadores eran los que se iban” (E17). En las más jóvenes la sensación de fracaso hoy sería “quedarse sin trabajo, romper con la pareja y tener que volver a casa: eso sería un fracaso” (E38). Proyecto de

vida frustrado. Si en este último perfil lo rural es aburrimiento (carencias), la sensación de agobio por un exceso de control social es más visible entre las separadas que entre las jóvenes: “Antes sí... siempre las mujeres; sí, todo era pecado” (E01). Era. Las jóvenes rurales ahora son menos sensibles y menos vulnerables a la presión social, y según cuentan, pueden “entrar y salir con una mayor libertad” (E16). De acuerdo con Díaz Méndez (2010:58): “Las jóvenes rurales hoy son más independientes, dado que familia y vecindario, se manifiestan más abiertas a nuevos comportamientos, con unas pautas de relación semejantes a las urbanas”. Y ¿más libertad? Para unas, en la ciudad; para otras en el pueblo. Igual pasa con la inseguridad: “En el pueblo, puedes volver a las 7 de la madrugada y no tienes miedo de nada” (E10). Pero en la ciudad sería distinto “... de noche y sola...” (E33). El objetivo personal de las jóvenes hoy es la inserción social en la sociedad salarial, “y no depender de nadie”: E07), que se consigue de manera estable mediante una profesión. Las solteras que estudian, los viernes vuelven al pueblo, si pueden. Y cuando acaban los estudios, o cuando se quedan sin trabajo ¿por qué no vuelven? ¿Cuáles son las razones que las retienen en la ciudad? Esta es una cuestión clave. Las solteras que estudian-trabajan temporalmente, avanzan la emancipación familiar, de hecho y parcialmente, en la ciudad. Las que no estudian ni trabajan, en el pueblo sólo disponen de la vía matrimonial para independizarse. Y la residencia urbana, por estudios-trabajo, es otra forma alternativa, legitimada socialmente, que cuando la experimentan se resisten a abandonarla, a dejar el piso alquilado. “Yo estudio otra carrera. Y mi madre me dice: no seas tonta y quédate un año más” (E34). El novio y la boda pueden esperar. No quieren adelantar la domesticidad. “En el pueblo se casan y tienen hijos muy pronto” (E16). “Y no salen de casa” (E19). La ciudad es aún esperanza de emancipación, de independencia; una vía para la realización personal y profesional. Pero el desarraigo temporal no significa desafección. A veces la experiencia urbana refuerza la identidad rural ya que es en la ciudad donde interactúan con los “otros”: “se nota que eres de pueblo, cuando llegas a la ciudad” (E10). “Se nota en la negatividad” (E09) que perciben de los urbanos: “tienen ese aire de superioridad” (E09). En la convivencia urbana se relacionan más con los similares (gente de pueblo). Su adaptación al medio es desigual, varía según el grado de arraigo o desarraigo rural, según sus identidades, de legitimación o de resistencia.

Integración o adaptación?. Las arraigadas al pueblo (con más vínculos sociales, familiares y afectivos en el lugar de origen) expresan una mayor frecuencia de visitas a

su localidad; no se han ido mentalmente; aunque no están entre semana. Y estas mujeres expresan una menor integración urbana (resistencia), que disminuye con el tiempo (mayores vínculos y adaptación). Aunque su espacio vital continúe centrado en el pueblo. La identidad y el arraigo rural condicionan la integración en el entorno urbano, es una forma de resistencia que disminuye con el tiempo (relación laboral, escolar, familiar) y consolida la adaptación al medio, sin renunciar a sus raíces. “No al 50%, pero ya me considero de Valencia” (E05). Otras expresan ruralidad y urbanidad, con orgullo: “Estoy tan orgullosa de ser de mi pueblo como de estar en la ciudad” (E16). Ser y estar. Son de pueblo (identidad) aunque están en la ciudad (circunstancia). “Tengo la suerte de tener los privilegios de tener un pueblo y de estar en una ciudad” (E20). Es una doble presencia y una doble pertenencia (Pascual, 2011).

La evidencia empírica extraída de esta muestra de mujeres físicamente desarraigadas induce a pensar que las relaciones rural-urbanas han cambiado. De acuerdo con Díaz Méndez “... se ha pasado de una subordinación fuerte, donde el rural se definía por aquello de lo que carecía frente al urbano, a una relación más simbiótica. Aunque sigue manteniéndose la dominación material (la ciudad sigue siendo la proveedora de recursos de ocio, de empleo, de relación y consumo) se ha roto la subordinación simbólica” (2011:32)

#### **4 Conclusiones**

La distribución irregular de las oportunidades entre el centro y periferia, la desigualdad social son factores que favorecen la emigración rural, dado que la presión por salir será mayor cuanto más periféricas sean las poblaciones y las personas en la estructura social. Además del entorno objetivo conviene considerar los factores subjetivos. El desarraigo puede ser físico y también afectivo. Los entornos sociales inhóspitos favorecen la huida. Pero migrar no siempre significa huir, no comporta desarraigar, la desafección rural. Alquilar un piso y residir en la ciudad los días laborables, no significa abandonar el pueblo. Hay quien trabaja en la ciudad y vuelve cada día al pueblo. Otras, viven donde trabajan y vuelven el fin de semana. El proceso de salida del entorno familiar rural puede iniciarse por los estudios o por el trabajo urbano. En la muestra de esta investigación, la edad media de salida está en 22,3 años, que coincide con la edad de emancipación juvenil en España. Las jóvenes rurales se van solteras; las que tienen pareja quizás tengan más motivos para quedarse y radicar su



proyecto de vida en el pueblo. Algunas se fueron para ser amas de casa urbanas. Otras, porque quieren ser autónomas, *singles*. Hay quien se emancipa vía matrimonial, otras por la vía profesional. Las mujeres convencidas por los valores dominantes son congruentes con un destino y un proyecto soñado (*Urbanism as way of life*). Urbanizadas desde antes de salir del pueblo, se mimetizan e integran. Otras buscan su autonomía y el estilo de vida moderna a través de un oficio, para ser independientes. Es desarraigo instrumental, resignado, circunstancial; también las hay que huirían de la ciudad, donde están de paso, dicen; es una muestra de arraigo rural utópico y de resistencia: defienden la superioridad del estilo de vida rural (*Rurality as way of life*). Hoy no se avergüenzan de ser de pueblo. Al contrario, se muestran muy orgullosas de lo que son. La ruralidad muda de significados. La dominación simbólica en las relaciones campo-ciudad se fractura.

## 5. Referências bibliográficas

- BECK, Ulrich. (1996). "Teoría de la modernidad reflexiva", Pp. 223-265, en GIDDENS, Antony; BAUMAN, Zygmunt; LUHMAN, Niklas; y BECK, Ulrich. *Las consecuencias perversas de la modernidad*. Barcelona: Antropos.
- BERICAT, Eduardo (1998) *La integración de los métodos cuantitativo y cualitativo*. Barcelona: Ariel.
- BOURDIEU, Pierre (2000). *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama.
- \_ (2002). "Efectos del lugar". *Quaderns d'arquitectura i urbanisme*: N° 234 (pp. 28-37)
- \_ (2004). *El baile de los solteros*. Barcelona: Anagrama.
- BUSTELO, C; MARTÍNEZ TEN, C; SUBIRATS, M. (2012) "Instituto de la Mujer ¿In memoriam?". *El País*. 14/04/2012.
- CAMARERO, Luís. (1993). *Del éxodo rural y del éxodo urbano*. Madrid: Ed. MAPA, Serie Estudios.
- \_ SAMPEDRO, Rosario (2008) "¿Por qué se van las mujeres? El continuum de movilidad como hipótesis explicativa de la masculinización rural". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. N° 124, pp. 73-105
- \_ CRUZ, Fátima; GONZÁLEZ, Manuel; DEL PINO, Javier; OLIVA, Jesús y SAMPEDRO, Rosario: (2009). *La población rural de España. De los desequilibrios a la sostenibilidad social*. Barcelona: Fundación La Caixa.
- CLOUT, Hugh (1997): "Others in the rural: leisure practices and geographical knowledge". En Milbourne, P., editor, *Revealing rural 'others': representation, power and identity in the British countryside*. London: Pinter
- CARO BAROJA, Julio (1991) "En torno al mundo rural". *Política y Sociedad*. N° 8. Pp. 11-12.
- CASTELLS, Manuel (2000) *El poder de la identidad. La Era de la Información. Economía, sociedad y cultura*. México: Siglo XXI.
- CRUZ, Fátima (2006) *Género, psicología y desarrollo rural. La construcción de nuevas identidades*. Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
- DÍAZ MÉNDEZ, Cecilia (1998) "Modelos de inserción socioprofesional de las jóvenes rurales" *Papers*, 54:113-128
- \_ (2005) "Aproximaciones al arraigo y desarraigo femenino en el medio rural" *Papers*, n° 75, pp. 63-84
- \_ (2007) "Mujeres jóvenes y ruralidad: dos generaciones y dos estrategias de inserción sociolaboral" *Aula abierta*, Vol. 35, N° 1-2, pp. 117-132
- \_ (2010): "¿Hay un lugar para las mujeres jóvenes en el medio rural? Sus estrategias de inserción social y laboral en el medio rural español". *Revista de Estudios Agrarios*. Pp. 47-70.
- \_ (2011). "Perfiles de mujeres jóvenes rurales de baja cualificación. Un estudio de caso para la comprensión de sus estrategias de inserción sociolaboral en Asturias (España)". *Revista Internacional de Sociología*, Vol. 69, pp. 725-744.
- ENTRENA, Francisco (1998) "Viejas y nuevas imágenes de la ruralidad". *Sociedade e Agricultura*, n° 11:76-98
- \_ (2008) "Consideraciones en torno a la construcción social de las desigualdades", en *Sociología y Realidad Social* (Libro de Homenaje a Miguel Beltrán) Madrid: CIS.
- HALFACREE, Keith (1993) "Locality and social representation: space, discourse and alternative definitions of the rural". *Journal of Rural Studies*. Núm. 1. Pp 23-37
- IBÁÑEZ, Jesús. (1991) "Comunicaciones entre los pueblos y la ciudad". *Política y Sociedad*, Núm 8. Pp. 95-100
- LITTLE, Jo. (1999): "Otherness, representation and the cultural construction of rurality" *Progress in Human Geography*. Núm. 23 (3), Pp. 437-442.

- MORÉN-ALEGRET, Ricard (2008) "Ruralphilia and Urbophobia versus Urbophilia and Ruralphobia. Lessons from immigrant integration processes in small towns and rural areas in Spain". *Population, Space, Place* Núm.14. Pp. 537-552
- OLIVA, Jesús y CAMARERO, Luís. (2002) *Paisajes rurales y metáforas del lugar. Una exploración de la ruralidad itinerante en Navarra*. Universidad Pública de Navarra. Cuadernos de Ciencias Sociales, nº 12.
- PANIAGUA, Ángel. (2007). "Los flecos y lo relevante en los estudios rurales". *Revista de estudios sobre despoblación y desarrollo rural*, AGER Núm. 6. Pp 183-192.
- PASCUAL, Àngels (2011) "L'estudi de les migracions a Catalunya, l'estudi de la societat catalana". *Revista Associació Catalana de Sociologia*. Núm. 27. Pp. 5-14
- PÉREZ DÍAZ, Víctor (1971) *Emigración y cambio social. Procesos migratorios y vida social en Castilla*. Barcelona: Ariel.
- RIVERA, María Jesús. (2009) "La neorruralidad y sus significados. El caso de Navarra". *Revista Internacional de Sociología*. Vol.67, Núm. 2, pp. 413-433.
- SAMPEDRO, Rosario. (2009) "Escuchando la voz de las mujeres. Los nuevos discursos del arraigo femenino rural". *Agricultura Familiar de España*. UPA.
- TUAN, YI-FU (1974) *Topofilia*. Barcelona, Editorial Melusina.
- WHATMORE, Sarah (1991) *Farming Women. Gender, Work and Family Enterprise*, Londres: Mcmillan
- WIRTH, Louis (1938) "Urbanism as a way of life". *The American Journal of Sociology*, Vol, 44 n°:1 pp 1-24

## GT 10 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

### IMPACTOS LOCAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE ELDORADO DO SUL – RS.

**Joel Luís Melchiors<sup>1</sup>**  
**Rosa Maria Vieira Medeiros<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Geógrafo/Mestrando em Geografia/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, joelmelchiors@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Pós-Doutora em Geografia /Professora do Departamento de Geografia / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, rmvmedeiros@yahoo.com.br

#### **Resumo:**

Os assentamentos rurais instalados em Eldorado do Sul pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Governo Estadual, na passagem do século XX para o atual século, tem pouco mais de uma década de variação nas suas datas de instalação. Atualmente no município, que faz parte da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS (RMPA) há seis assentamentos. O mais novo dentre estes seis assentamentos tem cinco anos de criação.

O objetivo principal desta pesquisa é mostrar os impactos econômicos e sociais, além do desenvolvimento local, gerados pela criação de assentamentos rurais em Eldorado do Sul. Também estão sendo identificadas as similaridades e as diferenças entre os assentamentos, assim como a ocorrência de melhorias da infraestrutura no município (escolas, postos de saúde, estradas).

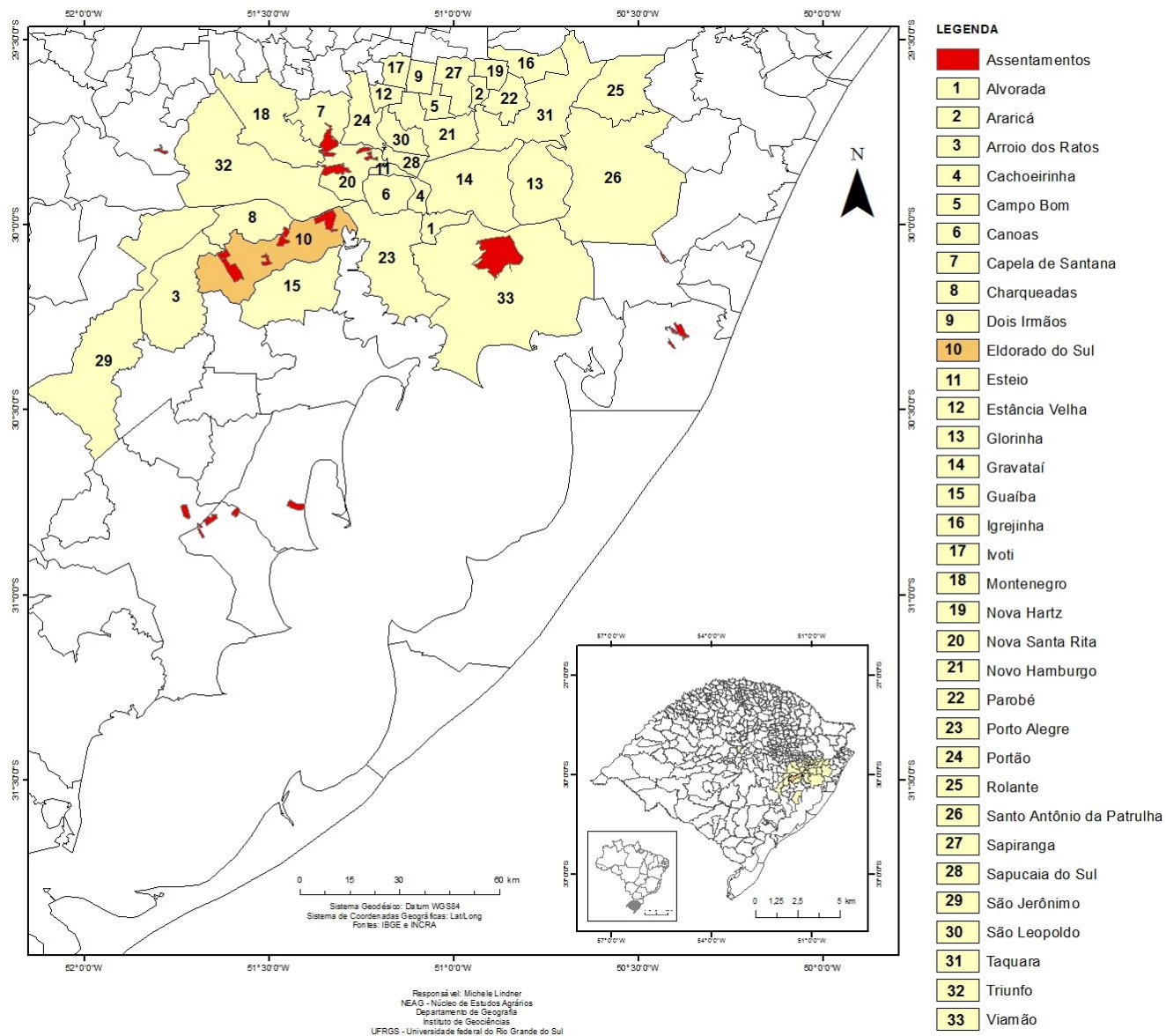
O município de Eldorado do Sul, em pouco mais de uma década, teve um acréscimo total de 5% na população rural (em torno de 3500 pessoas assentadas). Este período corresponde à instalação dos assentamentos no referido município, o que lhe colocou na condição de município da RMPA com o maior número de assentamentos rurais.

**Palavras-chaves:** assentamentos, Eldorado do Sul, desenvolvimento local.

## Introdução

O município de Eldorado do Sul, pertencente à RMPA e vizinho da capital Porto Alegre passou, na última década do século passado e na primeira década do século atual, pelo processo de instalação de seis assentamentos rurais no seu território. No mapa a seguir, o município está destacado, bem como as áreas dos assentamentos que o compõe.

**Figura 1: Mapa de Eldorado do Sul e dos seus assentamentos na RMPA**



Fonte: NEAG/UFRGS. Adaptado pelo autor.

É importante destacar que o trabalho está em sua fase inicial, portanto buscar-se à identificar de que maneiras, tanto quantitativamente (dados de produção agropecuária, populacionais, de políticas públicas), tanto qualitativamente (percepção dos agricultores assentados da sua situação, impactos das políticas públicas in situ) mudou-se positivamente a realidade da zona rural (e também da zona urbana) do município de Eldorado do Sul.

### Os assentamentos de Eldorado do Sul.

A luta pela reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul vem ocorrendo desde os anos 1960, primeiramente a partir de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MASTER) e das Ligas Camponesas (SILVA, 2004, p. 30). Após os anos 1970 e até os dias atuais, vê-se no estado que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o principal responsável pela organização dos acampamentos e assentamentos.

Os assentamentos rurais instalados em Eldorado do Sul pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Governo Estadual na passagem do século passado para o atual possuem apenas nove anos de variação nas suas datas de criação, sendo que o mais novo dentre eles possui apenas cinco anos de criação, atualmente são seis assentamentos, que são apresentados na tabela a seguir.

**Tabela 1: Assentamentos criados em Eldorado do Sul até o ano de 2013:**

Nome do assentamento	Número de famílias	Ano de criação	Área (em hectares)
Belo Monte	48	2001	443 ha
Padre Josimo	23	1999	515 ha
Integração Gaúcha	67	1998	1.256 ha
Apolônio de Carvalho	73	2007	953 ha
Colônia Nonoiaense	13	1999	148 ha
Fazenda São Pedro	104	2005	2.266 ha

Fonte: Incra (2011), DATALUTA (2013). Adaptado pelo autor.

Entende-se que o acréscimo, num intervalo de dez anos (1998 a 2007), de 5 % da população eldoradense em sua zona rural deve ter gerado impactos e repercussões profundas na vida cotidiana dos seus cidadãos. Afinal, são seis novos assentamentos onde antes – pré-1998 – não havia nenhum e um total de 3500 pessoas que chegaram neste município em menos de uma década.

O primeiro assentamento instalado no município foi o Integração Gaúcha, organizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1998. Neste assentamento é que teve início a produção de arroz agroecológica (SILVA, 2004); (MELCHORS E MEDEIROS, 2013). A organização de parte da produção deste assentamento ocorre através da participação nos Grupos Gestores<sup>1</sup>. Portanto atuam no assentamento o Grupo Gestor das Hortas, o Grupo Gestor do Leite e o Grupo Gestor do Arroz Agroecológico . Cada Grupo Gestor planeja e discute de forma coletiva a produção e a sua comercialização (FILHO E MEDEIROS, 2013).

O assentamento Integração Gaúcha, embora seja o mais antigo e consolidado, não possui o maior número de famílias (são 67 famílias em 1.256 hectares), se comparado aos outros assentamentos do município. Assentamentos como Apolônio de Carvalho (73 famílias em 953 hectares) e Fazenda São Pedro (104 famílias em 2.266 hectares) possuem mais famílias assentadas e/ou área maior, respectivamente.

Os demais assentamentos de Eldorado do Sul (ES) também apresentam ações semelhantes, muito embora o trabalho coletivo não atinja a totalidade das famílias assentadas. De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul, da Fundação Estadual de Economia e Estatística (FEE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística há uma variedade no que é produzido em cada um dos assentamentos do município.

Desde a produção agroecológica do arroz (principalmente no assentamento Integração Gaúcha) a culturas como o milho, a produção de leite e de hortifrutigranjeiros vê-se que há uma diversidade nos dados de produção do município de Eldorado do Sul, vendo-se que, a partir da tabela a seguir, este é um dos municípios com números mais significativos da produção agropecuária de toda a RMPA.

---

<sup>1</sup> São grupos de planejamento da produção agrícola e de tomada de gestões nas cooperativas dos assentamentos (Filho e Medeiros, 2013).

**Tabela 2: Comparação produtiva de Eldorado do Sul e alguns municípios da RMPA, 2012.**

<b>Município da RMPA</b>	<b>Arroz (em toneladas)</b>	<b>Milho (em toneladas)</b>	<b>Rebanho de bovinos (por cabeças)</b>	<b>Quantidade de leite produzida (toneladas)</b>
Capela de Santana	9.000	440	9.560	7.823
Charqueadas	29.068	7	5.888	570
Eldorado do Sul	74.378	120	12.942	14.463
Guaíba	26.118	49	12.942	14.463
Nova Santa Rita	27.300	600	8.450	351
São Jerônimo	7.680	4.277	34.691	907
Viamão	174.855	720	68.725	11.318

**Fonte: FEE e IBGE. Adaptado pelo autor.**

Dentre os quatro tipos de produção agropecuária da tabela, destacaram-se a produção do arroz (agroecológico e convencional) e da quantidade de leite e número de rebanho que Eldorado do Sul apresentou em 2012. São justamente os Grupos Gestores do Arroz e do Leite alguns dos mais fortes e organizados dentro dos assentamentos do município.

A partir da Tabela 2, fica clara a percepção de que Eldorado do Sul está entre os municípios mais representativos da RMPA, no que se refere à produção agropecuária, graças, em parte à produção da agricultura e da pecuária oriundas dos assentamentos rurais deste município.

## **Metodologia**

Além do mapa e das tabelas mostrados, haverá no desenvolvimento da pesquisa a utilização de dados secundários - demográficos, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de produção agrícola –do IBGE, da Fundação Estadual de Economia e Estatística (FEE), da Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul (COOCEARGS) e da Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul.

A análise dos dados secundários dará subsídios para a construção dos temas que nortearão as entrevistas a serem realizadas nos assentamento, sendo então associados às entrevistas realizadas junto aos agricultores assentados de Eldorado do Sul, possibilitando assim que se compare a situação do município antes e depois da instalação dos assentamentos.

Essa será a forma de perceber as mudanças para em seguida analisá-las. A realização de levantamentos cartográficos das áreas de produção dos possibilitará obter a localização das diferentes áreas de produção nos assentamentos de Eldorado do Sul.

Por último, será identificada a participação dos assentados nas feiras livres de Porto Alegre e em Eldorado do Sul por se considerar que esta é uma das formas mais eficazes de escoar a produção de hortifrutigranjeiros destes agricultores assentados. Portanto, os "fixos" (propriedades e os meios de produção) e os "fluxos" ( condições de produção, proximidade com o mercado consumidor e acessos a este mercado) serão analisados e verificado o significado de seus resultados para a economia do município.

A forma como são realizadas as feiras livres, para quem vendem os produtos e como os se sentem dentro desse processo farão parte das questões colocadas durante a realização das entrevistas.



### **Apontamentos**

Por se tratar de uma pesquisa em fase inicial, este trabalho está voltado para uma pré-discussão: o fixo mais importante, a propriedade da terra, onde plantam, colhem e beneficiam a produção, assumirá um significado especial. A este espaço, que, de acordo com Raffestin (2011, p. 142), será o *território*, local de decisões e tomadas de poder, e que é decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores.

Portanto, o território é o local das ações dos assentados. Será pois trazido para o debate o significado das repercussões territoriais desses assentamentos em Eldorado do Sul e se os mesmos trouxeram impactos, positivos ou negativos para a economia do município.

Ainda não estão claramente definidos quais foram esses impactos e não foi mensurada ainda a sua participação na economia local, enfim, o que será buscado nessa pesquisa é evidenciar de que forma o desenvolvimento local de Eldorado do Sul está sendo impulsionado/condicionado pela chegada dos assentados.

## Referências Consultadas

ELDORADO DO SUL, Prefeitura Municipal. **Dados sobre o Censo de 2010 para Eldorado do Sul**. Disponível em: <http://eldorado.governomunicipal.com.br/media/doc/pdf/apresentacao-bairros.pdf> . Acesso em junho, 2014.

ELDORADO DO SUL, Prefeitura Municipal. **Informações sobre a feira de produtos orgânicos do município**. Disponível em: <http://eldorado.governomunicipal.com.br/conteudo/mostrar/id/1199/titulo/Feira+de+Org%C3%A2nicos> . Acesso em junho, 2014.

FILHO, Cícero C. B.; MEDEIROS, Rosa M. V. **O modelo de certificação participativa como um dos elementos condutores no fomento à cadeia produtiva do arroz ecológico na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS**. Disponível em: <https://545773a8-a-62cb3a1a-sites.googlegroups.com/site/arquivosneag/publicacoes/Cícero%20Castello%20Branco%20Filho.pdf> Acesso em junho, 2014

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Banco de dados da produção agropecuária dos municípios do RS – FEEDADOS**. Disponível em: [http://feedados.fee.tche.br/consulta/frame\\_ResultadoVar.asp](http://feedados.fee.tche.br/consulta/frame_ResultadoVar.asp). Acesso em junho, 2014.

MELCHIORS, Joel L. MEDEIROS, Rosa M. V. **Análise territorial da cadeia produtiva do arroz orgânico no assentamento Integração Gaúcha - Eldorado do Sul -RS**. Monografia disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000900113&loc=2013&l=e0371a263b304c55> . Acesso em junho, 2014.

NEAG – NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS EM GEOGRAFIA. **Dados dos Assentamentos de Eldorado do Sul**. Disponível em: <https://545773a8-a-62cb3a1a-sites.googlegroups.com/site/arquivosneag/dataluta/Mesorregi%C3%A3o%20Metropolitana%20de%20Porto%20Alegre.pdf>. Acesso em junho, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Khedyr. 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Émerson N, da. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

INCENTIVOS CREDITÍCIOS DE CUSTEIO AGRÍCOLA FRENTE AO  
DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

**Cleuler Barbosa das Neves<sup>1</sup>**  
**Thiago Venâncio Noleto da Gama<sup>2</sup>**  
**Natasha Gomes Moreira Abreu<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Procurador do Estado de Goiás / Doutor em Ciências Ambientais / UFG / e-mail: cleuler@gmail.com

<sup>2</sup> Advogado / Mestrando em Direito Agrário / UFG / e-mail: profissional.noleto@gmail.com

<sup>3</sup> Advogada / Mestrando em Direito Agrário / UFG / e-mail: nastasha.moreira@hotmail.com

**Resumo**

O Brasil, alto consumidor de químicos na produção da lavoura, vem elaborando medidas que não retarda este consumo, haja vista que o governo vem incorporando instrumentos creditícios de custeio no mercado a fim promover o capitalismo agrário, deixando de forma subsidiária o respeito à qualidade alimentar. Neste viés, a pesquisa tem o objetivo de analisar a tensão aparente entre as regras internas de custeio agrícola e a política internacional do princípio do Direito Humano à Alimentação Adequada.

**Palavras-chaves:** Incentivos creditícios; Direito Humano à Alimentação Adequada.

**Introdução**

A agricultura tem passado por várias mudanças nas últimas décadas, e a crescente profissionalização do setor tem levado ao exame de aspectos antes não muito analisados, surgindo assim uma maior necessidade de regulamentação da atividade agrícola.

Com o crescimento da população mundial, as técnicas, produtos e máquinas agrícolas ganharam espaço neste mercado, juntamente com a indústria agropecuária que se firmava a atender as necessidades deste setor. A necessidade de aumentar a produção, acelerar o plantio e colheita, bem como combater as doenças e pragas, como novo elemento deste mercado, fez com que fosse inserido na produção quantidade significativa de produtos químicos. Porém o uso deste elemento implicou em diversos efeitos colaterais, tanto para o meio ambiente quanto para o homem, principalmente na qualidade dos alimentos. Essas transformações culminaram na conhecida “Revolução Verde”, década de 1950/1960.

Na concretização do direito humano à alimentação adequada e sadia, é que se faz imperativa a existência de instrumentos econômicos de política estatal, no sentido de que possam acarretar mudanças no comportamento dos agentes econômicos poluidores por meio de incentivos financeiros e de mercado.

É importante assinalar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC<sup>1</sup>), o Comentário Geral nº 12 e as Diretrizes Voluntárias para o DHAA (Direito Humano à Alimentação Adequada) formam a base segundo a qual o governo brasileiro pauta sua atuação com vistas na plena realização desse direito. O Brasil aderiu ao Pacto PIDESC, que incluiu o DHAA, em 24 de janeiro de 1992, sendo incorporado à legislação nacional pelo Decreto nº 591 de 6 de julho de 1992.

Diante das medidas adotadas pelo Brasil, em sede inicial e com importantes traços, o artigo analisará se as regras internas se coadunam com o princípio externo da alimentação adequada.

## **1 Os incentivos creditícios de custeio à produção agrícola**

A crescente inserção do Brasil no mercado agrícola internacional, se destacando como um dos principais produtores e exportadores de produtos agropecuários, revela sua capacidade de responder às oportunidades ditadas pela crescente demanda por alimentos, impulsionada principalmente pelo aumento de renda dos países emergentes e em desenvolvimento.

É incontestável a importância do crédito para o agricultor. O recurso financeiro, a fim de suprir a ausência de capital de giro, principalmente do pequeno agricultor, passa a ser fundamental para o plantio, pois mesmo que o preço do produto seja considerado remunerador, o produtor não se beneficiará desse preço se não produzir e não tiver o que oferecer ao mercado (SANTIAGO, 1987).

Com o crescimento da demanda na produção de alimentos, o Poder Público tem papel essencial como fomentador e regulador da atividade. Suas medidas podem influenciar até mesmo na qualidade nutricional do que é produzido, pois é importante ofertar desde a capacitação a políticas de fomento que se respaldem também na questão de saúde coletiva.

Essa produção em grande escala foi impulsionada pela alta demanda e mecanização da agricultura. A utilização de agrotóxicos e outros químicos foi uma prática muito comum na agricultura brasileira, chegando a ser estimulada pelo governo, por meio de política pública, com a edição do Plano Nacional de Desenvolvimento de 1975<sup>2</sup> (ABRASIL, 2013), que induzia os agricultores a comprar os produtos através do crédito rural, vez que vinculava uma cota de agrotóxico para cada financiamento (SILVA FILHO, 2011), fato que não favorece o objetivo fim da agricultura familiar.

A proteção do meio ambiente e da saúde humana se apresentam como condição necessária à manutenção da vida na Terra. Ao revelarem emprego constante na contemporânea agricultura mundial, esses químicos trouxeram nova preocupação à humanidade, haja vista que além de afetar o patrimônio natural como um todo, esse insumo agrícola têm ocasionado grave contaminação das pessoas envolvidas na produção e consumo dos alimentos havidos sob sua atuação.

---

<sup>1</sup> O artigo 11 do Pacto "... reconhece o direito de todos a um padrão de vida adequado (...) inclusive alimentação adequada" e "... o direito fundamental de todos de estar livre da fome...".

<sup>2</sup> O primeiro PND (1972-1974) foi no governo de Emílio Médici, e marcou a fase conhecida como "milagre brasileiro", que se caracterizou pelo crescimento econômico acelerado, grande afluxo de capitais externos e substituição das importações. A marca registrada do I PND são os grandes projetos de integração nacional e expansão das fronteiras de desenvolvimento. O II PND (1975-1979), governo de Ernesto Geisel, enfatizou o investimento em indústrias de base e a busca da autonomia em insumos básicos. A preocupação com o problema energético era evidente, como o estímulo à pesquisa, o programa nuclear, o programa de álcool e a construção de hidrelétricas, a exemplo de Itaipú.

A chamada Revolução Verde<sup>3</sup> foi marcada pela impactante consolidação do capitalismo e produção em massa, impulsionando a tecnologia na produção agrícola, a qual trazia em seu bojo a promessa da redução da fome mundial. Os agrotóxicos foram inseridos em larga escala na lavoura com o lema de acabar com a fome, já que aumentavam a produção em quantidades elevadas, e também pelo fato de terem sido incluídos nos programas de financiamento agrícolas, como já citado.

O uso de agrotóxico não gera somente impacto ambiental, mas também sociais e sanitários consequentes das atividades produtivas que geram produtos e serviços (SOARES e PORTO, 2007). Esses impactos são agravados pela ampla utilização desses produtos, o desconhecimento dos riscos associados a sua utilização, o desrespeito às normas de segurança, a livre comercialização, a pressão comercial por parte das empresas produtoras e distribuidoras e os problemas sociais presentes no meio rural (MOREIRA et al., 2002).

Como abrange uma área que oscila desde a produção e qualidade dos alimentos, até à saúde humana, suas implicações são complexas e constituem-se num grave problema de poluição do tipo causada por produtos químicos. A alta nocividade e a capacidade de criar dependência química nas espécies vegetais são alguns dos efeitos causados pelo seu uso indiscriminado.

Portanto, este novo modelo baseou-se na intensa utilização de sementes melhoradas, insumos industriais, mecanização e diminuição do custo do manejo, além do uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento da produção.

Acrescenta ainda CARVALHO FILHO (2011)<sup>4</sup> que

os agrotóxicos são usados sem nenhum controle pela sociedade brasileira. Seu uso está sob os interesses do que se chama de agronegócio [...] os efeitos do enorme consumo de agrotóxicos no Brasil, que chega a 5,2 litros de veneno por habitante, estão ligados a esse modelo.

A atividade agrícola, se não conduzida dentro dos padrões de proteção instituídos para o solo e as águas, é um fator importante de degradação ambiental, pela escassez da água que pode provocar, pela poluição hídrica causada pela utilização de agrotóxicos, bem como pela erosão (GRANZIERA, 2001).

Conforme ANTUNES (2002) são a circulação e comercialização dos produtos tóxicos que faz urgir a necessidade de que passem ao campo da ordem jurídica, impondo-lhe regulamentação e normatização. O debate sobre a toxicidade ou não de um produto, seus efeitos sobre a saúde humana e questões sobre sua liberação para utilização pela coletividade são questões que devem ser enfocadas sob o prisma da ordem jurídica, com uma determinação de justiça e controle.

O uso imoderado das atividades agrícolas pode alterar os ecossistemas naturais e prejudicar as espécies da flora e fauna com a redução do habitat nativo. O crescimento das áreas de lavoura implica no êxodo de animais, perda de habitat natural, redução das espécies e desequilíbrio do meio ambiente. A proliferação de pragas e pestes nas lavouras, em consequência aumenta a tendência de utilização de agrotóxicos para o seu controle. Métodos de cultivo inadequados causam impactos negativos ao meio

---

<sup>3</sup> A revolução verde foi implementada a partir da 2ª Guerra Mundial, com a ideia de modernização campezina. Esta mudança incentivou a mecanização do campo, a monocultura, o uso dos pacotes agroquímicos e sementes modificadas.

<sup>4</sup> José Juliano de Carvalho Filho possui graduação e doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo, e pós-doutorado pela Ohio State University. Além de ser professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), integra a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

ambiente, como a contaminação dos solos, ar, água, fauna e flora por agrotóxicos e afins.

A contaminação por agroquímicos é uma constante nas propriedades agrícolas e produzem impactos sobre a saúde humana, poluindo as águas do lençol freático e de rios e lagoas, o solo e o ar (ALMEIDA, 2009, p. 57). A utilização frequente de fertilizantes químicos, em extensas áreas de monocultura intensiva, além de ocasionar a perda da fertilidade dos solos e a erosão, leva ao uso generalizado de agrotóxicos (BATISTA, 2009, p. 201).

Na linha de defesa dos ambientalistas e ativistas STEDILE (2009), critica o uso dos agrotóxicos no Brasil e afirma que o seu uso segue a lógica do lucro, que segue o modelo do agronegócio com produtividade e lucro máximos. Para ele a saída é o desenvolvimento da agroecologia e a produção de alimentos saudáveis, opinião que reforça a ideia da agricultura orgânica.

Entretanto, é preciso apontar algumas dificuldades desta modalidade. A principal barreira é a diferença de preço que chega ao consumidor final. Com isto há uma tendência na preferência pelo preço de menor custo. A ausência de capacitação técnica e educação sobre o assunto é barreira que ainda precisa ser trabalhada pelo poder público juntamente com os seus órgãos e terceiros parceiros. Além disso, o monopólio das empresas de grãos (Monsanto, Syngenta, BASF, DUPONT dentre outras) e os royalties pagos pelos agricultores atingem também o mercado agropecuário.

Na busca da concretização do direito humano à alimentação adequada e sadia, é que se faz imperativa a existência de instrumentos econômicos de política estatal, no sentido de que possam acarretar mudanças no comportamento dos agentes econômicos poluidores por meio de incentivos financeiros e de mercado.

Destes instrumentos econômicos, o Estado faz valer o uso da tributação fiscal e/ou extrafiscal. Neste sentido, é salutar uma reflexão crítica a respeito do incentivo fiscal concedido pelo governo federal, Convênio ICMS 100/97 do CONFAZ, que reduz a base de cálculo do ICMS nas saídas dos insumos agropecuários, retratados como agrotóxicos.

O Convênio ICMS 100/97 considera os insumos agropecuários essenciais para ampliação da oferta e acesso aos alimentos consumidos pelos brasileiros. Também tem sido decisivo o efeito desse modelo tributário ao equilíbrio das políticas fiscais dos Estados e à diminuição da Guerra Fiscal (GIAMPANI, 2008).

Este instrumento autoriza que a determinados produtos seja concedida redução de base de cálculo do ICMS em 60%<sup>5</sup>, para outros produtos autoriza a redução de base de cálculo do ICMS em 30%, todavia, a questão de diferença de tratamento entre operações internas e interestaduais é verificada na Cláusula Terceira<sup>6</sup>, que autoriza os Estados a conceder, nas operações internas, redução, para os mesmos produtos, em patamares distintos dos estabelecidos para as operações interestaduais.

Além disso, o decreto 6.006/06 isenta completamente da cobrança de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) os agrotóxicos fabricados a partir de uma

---

<sup>5</sup> Cláusula primeira. Fica reduzida em 60% (sessenta por cento) a base de cálculo do ICMS nas saídas interestaduais dos seguintes produtos:

I – inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, parasiticidas, germicidas, acaricidas, nematocidas, raticidas, desfolhantes, dessecantes, espalhantes, adesivos, estimuladores e inibidores de crescimento (reguladores), vacinas, soros e medicamentos, produzidos para uso na agricultura e na pecuária, inclusive inoculantes, vedada a sua aplicação quando dada ao produto destinação diversa. (grifo meu)

<sup>6</sup> CLÁUSULA TERCEIRA. Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a conceder às operações internas com os produtos relacionados nas cláusulas anteriores, redução da base de cálculo ou isenção do ICMS, observadas as respectivas condições para fruição do benefício.

lista de dezenas de ingredientes ativos (incluindo alguns altamente perigosos como o metamidofós e o endossulfam, que recentemente tiveram o banimento determinado pela ANVISA). E não é só. O decreto 5.630/05 isenta da cobrança de PIS/PASEP (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor) e de COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) os defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul – e suas matérias-primas.

Além das isenções federais, há as isenções complementares determinadas por alguns estados. No Ceará, por exemplo, a isenção de ICMS, IPI, COFINS e PIS/PASEP para atividade envolvendo agrotóxicos chega a 100% (LONDRES, 2011, p. 19).

Ademais da política fiscal-tributária, destaca-se também as medidas de financiamento bancário que vincula a obtenção de crédito agrícola à obrigatoriedade de compra de insumos químicos pelos agricultores. Isso seria uma das formas de garantia do crédito. Essa prática surgiu em 1965 com a criação do sistema Nacional de Crédito Rural (LONDRES, 2011, p. 18).

É mister ressaltar que, apesar de o ICMS ser um imposto de competência estadual, há a necessidade de se padronizar determinados aspectos a ele inerentes, tais como as alíquotas a serem utilizadas nas operações interestaduais, bem como fixar limites às alíquotas nas operações internas. Ademais, a fim de evitar a “guerra fiscal”, os benefícios quanto a esse imposto só poderão ser concedidos após manifestação prévia dos entes políticos, em virtude do pacto federativo.

Segundo CARVALHO (2006, p. 213-225) a isenção é ditada pelo interesse público, não podendo se tratar de favor legal, nem uma forma de dispensar o pagamento do tributo. Acrescenta ainda este mecanismo de incentivo é um instrumento da extrafiscalidade, a fim de o Estado fomentar iniciativas e incrementar a produção, o comércio e o consumo.

O poder público estabelece situações desonerativas de gravames tributários, por intermédio da concessão de benefícios fiscais, financeiros, empresariais, etc., com o natural objetivo de estimular o contribuinte à adoção de determinados comportamentos, tendo como subjacente o propósito governamental à realização de diversificados interesses públicos.

Os incentivos fiscais se manifestam de várias formas, desde a imunitória até a de investimentos privilegiados, dentre outros, cujo o fim último é o de impulsionar ou atrair, estimular ou desestimular práticas de mercado as quais os contribuintes são condicionados (ATALIBA e GONÇALVES, 1991, p. 167).

Os incentivos fiscais representam dispêndio ao poder público e benefício aos contribuintes, em razão do que somente podem ser enquadrados em regime jurídico distinto do tributário, que compreende o auferimento de receitas públicas (tributos). O regime financeiro não se encontra adstrito à rigidez dos princípios tributários, havendo certa discricionariedade na aplicação dos estímulos fiscais, com a manutenção dos direitos do contribuinte (MELO, 2009, p. 370).

A tributação extrafiscal é aquela dirigida a fins outros que não a captação de dinheiro ao erário. Como instrumento indeclinável de atuação estatal, o tributo, por meio da extrafiscalidade, pode e deve influir no comportamento dos entes econômicos, de sorte a incentivar iniciativas positivas e desestimular as nocivas ao bem comum.

BECKER (1972, p. 533) afirma que a extrafiscalidade é uma das principais tarefas do Direito Tributário, comprometido com uma verdadeira revolução, a criação de um novo *ser social*. É um meio pelo qual o Executivo intervém no mercado.

Os convênios são incorporados por decretos expedidos pelo chefe do Poder Executivo, ou ainda tacitamente, pelo decurso do prazo (art. 4º, LC 24/75<sup>7</sup>).

Em razão da determinação do §6º, do art. 150<sup>8</sup> da Constituição da República Federativa do Brasil, o qual prevê que qualquer benefício fiscal só poderá ser concedido mediante lei específica, há duas correntes na doutrina. A primeira defende que o convênio independe de aprovação legislativa ulterior<sup>9</sup>. Já na segunda linha, agasalha a tese de que haverá a necessidade de aprovação pela Assembleia Legislativa (CARVALHO, p. 215). Carrazza, Ataliba e Sacha Calmon Coelho encampam este entendimento (SARAIVA FILHO, 2010, p. 51).

O ponto de reflexão, de um ângulo social e voltado à saúde pública, é o incentivo que o governo concede a fim de estimular um comércio nitidamente danoso ao meio ambiente e à saúde animal, principalmente do ser humano. PACOBAHYBA e BELCHIOR (2011, p. 321) alertam que, em 2011, não havia comissão de trabalho, dentro da estrutura do CONFAZ, que tratasse de questões ambientais, a fim de avaliar impactos das medidas dessa conjuntura.

Em se tratando da aceitação deste convênio, de um lado temos os Estados alegando renúncia ou corte na receita, e de outro o setor agropecuário buscando sempre a renovação do referido convênio. Entretanto, os Estados, em sua grande maioria, são resistentes à renovação do convênio com o argumento arrecadatário, e não com o motivo de qualidade nos alimentos.

Essa medida torna-se incompatível com o gerenciamento preventivo do risco e com o Direito Agrário.

Esta é uma questão muito complexa, pois envolve aspectos de incentivo, fomento e desenvolvimento da agricultura, fatores fiscais (receita estadual), e, principalmente, o que não se preocupa muito por parte dos nossos representantes, a qualidade dos alimentos, saúde ambiental e humana.

A garantia da defesa do meio ambiente e dos recursos naturais que foi disposta na Constituição Federal, não é somente do indivíduo, mas também dos entes públicos com os instrumentos legais para a defesa do meio ambiente, como a ação popular, ação civil pública, mandado de segurança e demais ações que visem tutelar esses direitos difusos e coletivos. O alcance é de efeitos transindividuais.

Evidencia-se ainda que confere ao Estado um poder de polícia ambiental bastante específico, o de “controlar”, tendo em vista a necessidade preventiva ou repressiva que o Estado vislumbra ante a possibilidade de danos ao ambiente.

Por fim, vale dizer que o Direito, meio para concretizar a tutela dos bens ambientais, deve ser aplicado como *ultima ratio* no âmbito de suas funções, porém acaba sendo acionado em razão pelos riscos a que estamos expostos, seja quanto à saúde ou à degradação ambiental promovida pelos agrotóxicos, a fim de conservar o meio para as gerações futuras.

---

<sup>7</sup> Art. 4º. Dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação dos convênios no Diário Oficial da União, e independentemente de qualquer outra comunicação, o Poder Executivo de cada Unidade da Federação publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação tácita dos convênios a falta de manifestação no prazo assinalado neste artigo.

<sup>8</sup> § 6º. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

<sup>9</sup> O estado do Rio Grande do Sul não pratica tal corrente, situação diversa de outros estados brasileiros.



## 2 Agrotóxicos e o direito humano à alimentação adequada

O processo de desenvolvimento econômico é apontado como um dos principais fatores da degradação ambiental, influenciando as alterações dos perfis de saúde da população humana (PIGNATI E MACHADO, 2007).

A promoção da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada está prevista em diversos tratados e documentos internacionais e em vários instrumentos legais vigentes no Estado brasileiro, tendo sido também incorporada em vários dispositivos e princípios da Constituição Federal de 1988. A expressão DHAA teve sua origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que reconheceu o direito a um padrão de vida adequado, inclusive à alimentação adequada, bem como o direito fundamentação de estar livre da fome (BURITY *et al.*, 2010, p. 15).

O Brasil adota o sistema dualista e, portanto, as disposições internacionais não passam a valer no direito interno imediatamente, mas somente após a ratificação das disposições do tratado ou convenção pelo Congresso Nacional. Dessa forma, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, foi incorporado no direito interno por intermédio do Decreto no. 591/92. Trata-se de, portanto, de norma legislativa do direito brasileiro. Por oportuno, lembramos o referido na Observação Geral nº 9 do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

É perceptível que o modelo internacional tem se preocupado com a qualidade alimentar, e, apesar de que o Brasil tem tomado algumas medidas (regras) de incentivo à produção, constata-se que estas medidas têm se preocupado somente com o quantitativo alimentar, e não qualitativo, haja vista que, como acima exposto, há medidas tributárias que incentivam a produção que faz o uso de agrotóxico. O uso intensivo de desses químicos tem sido impulsionado para atender a crescente demanda de produção agrícola. Isso tem colocado em risco a saúde dos produtores, dos trabalhadores, do meio ambiente e dos consumidores (ARAÚJO *et al.*, 2007). Nos países em desenvolvimento, especialmente aqueles com economias baseadas no agronegócio, como é o caso do Brasil, a extensiva utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos representa um grave problema de saúde pública.

Os agrotóxicos são amplamente conhecidos, dentre outras, pela designação defensivos agrícolas, e vêm sendo utilizados para referir uma gama de compostos químicos diretamente relacionados aos processos de produção agropecuária e ainda com aplicação na área da saúde pública. O uso de agrotóxicos foi estimulado sem a preocupação prévia de orientar os agricultores sobre o risco para a sua saúde, meio ambiente e para o consumidor de forma a criar entre os agricultores um falso conceito que os produtos aplicados são praticamente inofensivos para o meio ambiente e a saúde do ser humano.

Em 1989 foi aprovada a Lei dos Agrotóxicos, registrada sob nº 7.802, e foi um avanço para o controle destes no país, já que a matéria encontrava-se regulada apenas por portarias ministeriais, principalmente dos Ministérios da Agricultura e da Saúde, como o Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934. Aquela foi posteriormente regulamentada pelo decreto nº 98.816, de 11 de janeiro de 1990 e substituído no ano de 2002, pelo Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 e demais alterações.

A lei de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, é o instrumento

normativo de maior importância, pois trouxe como avanço o estabelecimento de regras mais rigorosas para a concessão de registro aos agrotóxicos, prevendo desde a proibição do registro de novos agrotóxicos em desacordo com os limites permitidos até a possibilidade de cancelamento do seu registro, a requerimento de entidades representativas da sociedade civil.

Contudo esta lei facilitou o registro de centenas de substâncias tóxicas, muitas das já proibidas nos países desenvolvidos (PELAEZ *et al*, 2009; SILVA, J. M. *et al*, 2005).

No Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelece que a denominação mais adequada para essas substâncias é o termo agrotóxico, definido pelo art. 2º, inciso I da lei nº 7802/89<sup>10</sup>. A definição dada pelo legislador exclui os fertilizantes e os produtos químicos administrados a animais para estimular crescimento ou modificar comportamento reprodutivo.

Figurar entre os países que mais consomem agrotóxicos na produção, não se coaduna com o Direito Humano à Alimentação Adequada<sup>11</sup>. O art. 2º da lei 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) afirma que a alimentação adequada é inerente à dignidade da pessoa humana, sendo este direito fundamental consagrado pela Constituição Federal de 1988<sup>12</sup>.

O Direito Humano à Alimentação Adequada é indispensável para a sobrevivência. As normas internacionais reconhecem o direito de todos à alimentação adequada e o direito fundamental de toda pessoa a estar livre da fome como pré-requisitos para a realização de outros direitos humanos. No Brasil, desde 2010, este direito está assegurado entre os direitos sociais da Constituição Federal, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, de 2010, decorrente do direito à vida, considerado um direito humano fundamental, na medida em que é indispensável ao homem e necessário para assegurar-lhe sua subsistência (GAMBA e MONTAL, 2009).

A perda de diversidade alimentar na cultura da população ocasiona problemas à saúde, e esse modelo apresenta também implicações ambientais, devido às práticas de agricultura intensiva, mecanizada, com elevada utilização de insumos químicos como

---

<sup>10</sup> Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - agrotóxicos e afins:

a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;

b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;

<sup>11</sup> O Direito Humano à Alimentação Adequada é alcançado quando todos os homens, mulheres e crianças, sozinhos, ou em comunidades com outros, têm acesso físico e econômico, em todos os momentos, à alimentação adequada, ou meio para sua obtenção. É importante destacar que o conceito de “adequação” refere-se as calorias, proteínas e outros nutrientes mas, também, as condições sociais, econômicas, culturais, climáticas e ecológicas dentre outras (II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA – de 17 a 20 de março de 2004, Centro de Convenções de Pernambuco – Olinda).

<sup>12</sup> Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

agrotóxicos e implicações sociais ocasionadas pela significativa marginalização e empobrecimento dos pequenos produtores rurais. Para garantir o modelo de alimentação norte-americano, o Brasil elevou o consumo de agrotóxicos, potencializando investimentos na monocultura (MEDEIROS, 2011)<sup>13</sup>.

Em relação ao crescimento populacional, embora discutível, a teoria malthusiana é um fato que não pode ser descartado. Se a população aumenta de forma descontrolada, com respeito aos direitos humanos, é inegável que deva haver uma política pública de controle de natalidade e política de alimentação, de forma ética e jurídico-moral. O que não se pode, no entanto, é matar as pessoas existentes no mundo por inanição (ZIBETTI, 2011).

A forma de fazer agricultura de forma sustentável tem sido perseguida por programas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar. As bases agroecológicas se baseiam em um conjunto de práticas agrícolas que tem como foco a produção de alimentos mediante o manejo sustentável do agroecossistema local. Para Caporal e Costabeber (2004), a agricultura com enfoque ecológico não tem relação somente com aspectos ecológicos, mas com uma reorganização preocupada com os processos produtivos, e nesse sentido muito mais amplamente que conjunto de conhecimentos, deve contribuir para a realização de análises críticas para a reconfiguração de manejos adequados aos agroecossistemas, pensando então no viés da sustentabilidade. A Soberania Alimentar é um dos pressupostos da Agroecologia, e objetiva a produção de alimentos sem comprometer o meio ambiente.

Em se tratando da proteção ao direito de alimentação, além de estar disposto no art. 6º caput da Constituição Federal, é mister destacar que o artigo 23, do mesmo diploma normativo, dispõe que é da competência comum da União, Estados, DF e dos Municípios estimular o desenvolvimento da produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, combatendo as causas da pobreza e os fatores de marginalização com a promoção da integração dos setores desfavorecidos<sup>14</sup>.

### 3 O desajuste entre as políticas públicas internas e o modelo internacional

Em análise do teor do Código Internacional de conduta para distribuição e utilização de praguicidas, aprovado em 1985 por parte da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), conforme BEZERRA (2003, p. 28) é viável afirmar que, no contexto internacional, ocorreu recomendação oficial para que os Estados atuem de forma eficaz em prol do ambiente e da saúde pública, diante do extenso emprego desses ingredientes químicos na produção agrícola. (grifo nosso)

As políticas impostas pelo FMI não só dificultam ou impedem o acesso da população do Brasil aos direitos estabelecidos pelo PIDESC como também têm

---

<sup>13</sup> O autor afirma que, mesmo com o lema de maior quantidade na produção, o agrotóxico não diminuiu a fome no mundo. Para ele temos hoje infinitas experiências que mostram ser possível alcançar boas produtividades a baixíssimo custo através de sistemas ecológicos de produção, sem agrotóxicos. Trata-se de sistemas diversificados, de baixo impacto ambiental, capazes de produzir alimentos saudáveis e contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional, com uma alimentação diversificada e melhor renda para os pequenos agricultores.

<sup>14</sup> Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:  
VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;  
X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

ocasionado drásticas reduções de verbas orçamentárias que deveriam ser aplicadas nas áreas sociais (REIS e REIS, 2004).

Esclarece que, este instituto de intervenção no mercado não visa impedir uma certa atividade (para isso existem as multas), mas tem por fim condicionar a liberdade de escolha do agente econômico, através da graduação da carga tributária, em função, por exemplo, de critérios ambientais.

No caso em questão, percebe-se uma tensão aparente<sup>15</sup> entre as medidas internas do Brasil e o modelo internacional. Essas medidas internas podem ser entendidas como regras, haja vista que o produtor tem que se adequar a alguns requisitos para obter os financiamentos e incentivos oferecidos pelo Estado. Em contraponto, o modelo internacional se pauta em princípios na medida em que os pactos e tratados não obrigam adesão aos países, bem como não impedem políticas adversas por eles adotadas. Em grande parte, têm caráter de recomendação a fim de unificar e promover o desenvolvimento econômico-social, cultural, qualitativo, educacional, dentre outros.

Bobbio (1994, p. 366) procurou estabelecer as diferenças entre princípios e regras jurídicas; para tanto, trouxe relevantes considerações a respeito do tema. Em seus estudos, entende que os princípios são normas mais gerais, cujo sentido teria aplicação genérica em todo direito positivo.

Conforme Alexy (1983), norma é o gênero, do qual princípio e regra são espécies. Alexy escreve que tanto regras como princípios são normas, porque ambos prescrevem o que é devido. Uma diferença entre ambos é que as regras proporcionam o critério das ações, dizendo o que se deve ou não fazer em situações específicas, enquanto os princípios proporcionam critérios para o posicionamento diante de uma situação concreta. Aos princípios só se pode dar um sentido operativo, aplicando-os a um caso concreto.

Enquanto duas regras não podem existir juntas, quando são contraditórias, dois Princípios contraditórios podem coexistir, sem se invalidarem. Alexy (2001) ensina que, enquanto o conflito de regras só admite a declaração de invalidez de uma das regras ou a inclusão de uma cláusula de exceção que elimina o conflito, a colisão de Princípios não traz consigo uma invalidação de um dos dois Princípios nem a inclusão de uma cláusula de exceção. Este conflito se resolve pela ponderação dos Princípios no caso concreto, ou seja, no caso concreto será ponderado, a qual Princípio deve ser atribuído maior peso.

Destarte, as regras só admitem um cumprimento pleno, enquanto os princípios admitem um cumprimento gradual, por isso Alexy chama os princípios de "mandamentos de otimização" (KOHN, 2010).

Celso Antônio Bandeira de Mello (2010, p. 959) ensina que

[...] violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais [...].

Cumprir salientar, por fim, que a aplicação das regras não deve ser feita de maneira isolada, mas sim em comunicação com todo o ordenamento. Torna-se imprecisa e inadequada a aplicação exclusiva de uma regra, sem o conseqüente diálogo de todo o Direito, principalmente da moral e princípios que envolvem a questão (SUNDFELD, 2008).

---

<sup>15</sup> Utilizou-se o termo "aparente", pois esta tensão, olhando com base no viés econômico é meramente aparente e não real, com base nos critérios baseados na qualidade alimentar.

## Conclusão

O Direito normatiza a vida da sociedade para que haja equilíbrio e preservação da paz e do meio ambiente, e este é um bem tutelado constitucionalmente, com limites dispostos na nossa Lei Constitucional.

Devido as necessidade e ocorrências de degradação nos dias atuais, a proteção deste bem não se restringe ao respeito do direito alheio ou individual, mas é tratada atualmente como uma garantia de sobrevivência.

Abordar sobre o meio ambiente exige um eixo multidisciplinar, envolvendo todos os ramos da ciência competente, considerando o ambiente como um todo da coletividade, por isso, necessita de uma legislação que acolha não apenas aspectos puramente jurídicos.

Com o modelo atual do agronegócio, retirar os agrotóxicos das lavouras brasileiras poderia ser considerado uma utopia, então para efeito imediato, é necessário reduzi-lo a níveis aceitáveis. Este modelo faz-se uso dos agrotóxicos para garantir a colheita em grandes plantações, aumentando os lucros da burguesia do agronegócio em detrimento de qualquer outra questão como a saúde da população e o meio ambiente. O incentivo do governo à agricultura orgânica familiar pode ser uma saída para saúde do meio ambiente, e principalmente, à saúde humana.

O uso inadequado dos agrotóxicos, em padrões acima dos níveis permitidos implica na degradação ao meio ambiente e contaminação dos que trabalham com o seu manuseio, bem como dos alimentos.

Uma vez que o meio ambiente e os danos que lhe são causados pela atividade do homem estão submetidos à regulamentação jurídica, todos os princípios e valores que se encontram presentes no Direito sobre eles incidem. Isso dá à sociedade a garantia, mesmo que remota, de que o meio em que vivemos será resguardado e tutelado, a fim de também servir como meio de subsistência e sobrevivência da futura população, fazendo valer assim o ideal de desenvolvimento sustentável.

A retirada do agrotóxico no mercado implicaria em diversos efeitos colaterais, tanto econômicos quanto sociais, pois há uma indústria muito forte ao fundo, que gera receita estatal, empregos e crescimento econômico, ao passo que não vem se preocupando muito com a qualidade nutricional dos alimentos oferecidos ao consumo humano.

Mediante isto, é preciso incentivar novas técnicas orgânicas e respeitar todos os limites legais, além de adequar os níveis também em conformidade com padrões internacionais, isso devido, principalmente, às exportações e importações.

A tributação é um dos meios em que o Estado pode interferir no mercado, entretanto, no presente estudo, observamos que o Convênio nº 100/97 padece de análise calcificada nos princípios de sustentabilidade e em respeito à saúde coletiva, pois facilitou e incentivou o aumento de agrotóxicos na lavoura.

Como o meio ambiente é um bem difuso e de uso comum do povo, questões como esta deveriam passar pelo crivo do princípio da legalidade formal, sendo discutida amplamente pelos representantes do povo, principalmente quando a temática fiscal é ambiental. Assim, neste descompasso com o Sistema Constitucional, o Poder Público firma convênio sobre assunto que interferirá, a longo prazo, na qualidade de vida dos brasileiros.

Já que a legislação prevê instrumentos para estimular condutas das empresas, grandes contribuintes do ICMS, o que se esperaria seria uma atitude de isentar produtos

que não agredissem ao meio ambiente e que utilizassem de medidas sustentáveis de contenção de pragas, desestimulando a utilização de agrotóxicos.

Tratando-se de política pública, deve-se partir do existente e traçar estratégias de transformação que almejem a legalização, entre outros objetivos, e não pressupor a legalização como ponto de partida.

O Governo Brasileiro continua tratando as políticas sociais de forma totalmente dissociada do encaminhamento das políticas econômicas e aquelas continuam se demonstrando insuficientes para reverter o quadro de fome e exclusão social na rapidez necessária e para promover a inclusão. Isto se reflete nas políticas dos últimos anos do governo na área de segurança alimentar, que significaram o abandono desta questão como prioridade estratégica.

Por fim, reconhece-se que os princípios são dotados de elevado grau de abstração, não significando, contudo, sua impossibilidade de determinação imediata. A generalidade, muito utilizada pelos autores estudados, vem, juntamente com as relações com outras normas e tipo de formação linguística, formar o quadro de distinção quantitativa ou de grau.

## Referências bibliográficas

BRASIL. Marcos do planejamento público no Brasil – 1947 a 2000. Disponível em <[http://www.abrasil.gov.br/publicacoes/download/des\\_plan\\_gov/evolucao\\_1.pdf](http://www.abrasil.gov.br/publicacoes/download/des_plan_gov/evolucao_1.pdf)>, acesso em julho de 2014.

ALEXY, Robert. *Theorie der Grundrechte*. Baden-Baden: Suhrkamp. 4 ed. 2001

ALEXY, Robert. *Theorie der juristischen Argumentation*. Frankfurt: Suhrkamp. 1983

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Dano ambiental: uma abordagem conceitual*. 1ª edição. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

ARAÚJO AJ, Lima JS, Moreira JC, Jacob SC, Soares MO, Monteiro MCM, et al. Exposição múltipla a agrotóxicos e efeitos à saúde: estudo transversal em amostra de 102 trabalhadores rurais, Nova Friburgo, RJ. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2007;12(1 Supl):115-130.

ATALIBA, Geraldo; GONÇALVES, José Arthur. Crédito-prêmio de IPI: direito adquirido; recebimento em dinheiro. *Revista de direito tributário*, v.15, n.55, p.162-179, jan./mar., 1991.

BATISTA, Rosângela Pohagl. In Raymundo Laranjeira. *Água: perspectivas ambiental e agrária*. Ed. LTR. 1999, p. 201.

BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria Geral do Direito tributário*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1972.

BEZERRA, Paulo Ricardo de Souza. *Poluição por agrotóxicos e tutela ambiental do Estado: considerações sobre as competências do município*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

BOBBIO, Norberto. *Contributi ad un dizionario giuridico*. Torino: G. Giappichelli, 1994.

BURITY, Valéria., et al. *Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional*. Brasília, CF: ABRANDH, 2010.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. MDA/SAF/DATER-IICA, 2007. Brasília-DF, 24p.

CARVALHO FILHO, Jose Juliano. *O uso de agrotóxico no Brasil é abusivo, exagerado e incontrolável*, 2011. Disponível em <<http://envolverde.com.br/saude/entrevista-saude/>>. Acesso em março de 2014.

CARVALHO, Morgana Bellazzi de Oliveira. *Renúncia de receita sob a ótica do § 1º, do art. 14, da LRF e benefícios fiscais concedidos no âmbito do Confaz*. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia: homenagem ao Prof. Dr. George Fragoso Modesto*, Salvador, n. 13, 2006.

GAMBA, Juliane Caravieri Martins; MONTAL, Zélia Maria Cardoso. *Direito humano à alimentação adequada e responsabilidade internacional*. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v.30, n. 1, p. 53-70, 2009.

- GIAMPANI, Laércio Valentin. O Convênio ICMS CONFAZ nº 100/97: a conta será do produtor e do consumidor, 2008. Disponível em < <http://www.agrolink.com.br/colunistas>>, acesso em abril de 2014.
- KÖHN, Edgar. A solução da colisão de princípios e conflito de regras, ago/2010. UFSC – portão de e-governo, incisão digital e sociedade do conhecimento. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/solucao-da-colisao-de-principios-e-conflito-de-regras>, acesso em junho de 2014.
- LONDRES, Flávia. Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida. – Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.
- MEDEIROS, Humberto Araújo de. O uso de agrotóxicos não diminuiu a fome no mundo, 2011. Disponível em < <http://averdade.org.br/2011/12/uso-de-agrotoxicos-nao-diminuiu-a-fome-no-mundo/>>, acesso em julho de 2013.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*, 27 ed. São Paulo: Malheiros. 2010.
- MOREIRA JC, Jacob SC, Peres F, Lima JS, Meyer A, Oliveira-Silva JJ, et al. Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2002.
- PACHECO P. Brasil lidera uso mundial de agrotóxicos. O Estado de São Paulo. 2009 ago 07; Economia e Negócios. Disponível em <<http://www.estadao.com.br>>, acesso em julho de 2013.
- PACOBAYHA, Fernanda Macedo; BELCHIOR, Germana Parente Neiva. Agrotóxicos e incentivos fiscais: reflexões acerca do Convênio ICMS 100/97 do CONFAZ. In: *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, v. 1, nº 1, jan/jul. 2011.
- PELAEZ, V.; Terra, F.H.B; Silva, L.R.. A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente. Artigo apresentado no XIV Encontro Nacional de Economia Política / Sociedade Brasileira de Economia Política - São Paulo/SP, de 09/06/2009 a 12/06/2009. 22 p. Disponível em [http://www.sep.org.br/artigo/1521\\_b91605d431331313c8d7e1098bb1dd34.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/1521_b91605d431331313c8d7e1098bb1dd34.pdf). Acesso em abril de 2014.
- PIGNATI WA e Machado JMH, 2007. O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população do estado de Mato Grosso. In: Pignati WA. Os riscos, agravos e vigilância em saúde no espaço de desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso [tese doutorado]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ensp, 2007.
- REIS, Henrique Marcelino dos. REIS, Cláudia Nunes Pascon dos. O pacto internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais – PIDESC, à luz dos Direitos Humanos. *Revista de Direito/Metodista*, 2004.
- SANTIAGO, Fernando da Silva. A oferta agrícola brasileira: incentivos de preços e crédito de custeio. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 41, nº 3, jul/set/, 1987.
- SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes. A concessão, por convênios do Confaz, de benefícios fiscais do ICMS e os princípios democrático, federativo e da proporcionalidade. *Revista Fórum de Direito Tributário*, Belo Horizonte, ano 8, n. 43, p. 37-54, jan./fev. 2010.
- SILVA FILHO, Carlos Roberto Vieira da. Resíduos de Embalagens de Agrotóxicos: Gerenciamento e Responsabilidade in: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos (Coord.). *Direito do agronegócio*. 2. ed. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- Soares WL e Porto MF. Atividade agrícola e externalidade ambiental: uma análise a partir do uso de agrotóxicos no cerrado brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2007;12(1 Supl):131-143.
- STÉDILE, João Pedro. Agrotóxicos no seu estômago, 2009. Disponível em < <http://www.mst.org.br>>. Acesso em março de 2014.
- SUNDFELD, Carlos Ari. *Fundamentos de Direito Público*. 4. ed. São Paulo: Malheiros Editores. 2008.
- ZIBETTI, Darcy. Estudo sobre a segurança alimentar com base na cidadania. In: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos (coord.). *Direito do agronegócio*. 2. ed. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

## Juventude, questões agrárias, desenvolvimento rural e acessos no Nordeste do Brasil.

Maria de Assunção Lima de Paulo<sup>1</sup>.

### Introdução

De acordo com o censo do IBGE 2010, no Brasil existem 53 milhões de jovens, que representa a faixa-etária que vai dos 15 aos 29 anos. Dentre estes, 8 milhões estão no meio rural, o que equivale a um para cada 6 jovens do Brasil. Além disso os jovens representam 27% de toda a população rural no Brasil (Fonte : Censo 2010/IBGE)

Partindo da relevância desses dados, no espaço deste texto pretendemos contribuir com a especificidade das questões que envolvem a vivência da juventude rural na região Nordeste do Brasil, buscando discutir como os problemas históricos que envolvem as questões agrárias e ambientais têm articulação com as situações juvenis no meio rural.

O Estudioso da sociologia da Juventude, José Machado Pais, na sua obra “Culturas Juvenis”, define os jovens como: “uma fatia de coetâneos movendo-se através do tempo, cada um deles com a sua própria experiência de vida, influenciada por circunstâncias históricas e sociais específicas” (PAIS, 2003, p. 71). Entendemos que essas circunstâncias, contextualizadas no interior do mundo rural brasileiro, possuem especificidades históricas, sociais, políticas, culturais, econômicas, geográficas e ambientais heterogêneas, que precisam ser consideradas quando tratamos da juventude rural no Brasil.

A juventude é entendida como uma categoria socialmente construída, que vive uma condição específica do *curso da vida* (PAIS, 2003) definida socialmente como **transicional**, particularizada pelas situações de classe social, gênero, etnia e lugar de vida. As concepções modernas de juventude a encaram como um processo de transição e preparação para a vida adulta, o que Pais (2003) considera como um “complexo processo de negociação”, sustentando a tese de que não há uma forma de transição, mas várias, como várias serão as formas de ser jovem ou de ser adulto (PAIS, 2003, p. 44). Este processo de negociação intra e intergeracional é específico

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia, professora da Universidade Federal de Campina Grande. Agradeço a leitura cuidadosa, sugestões e dados oferecidos por Nilson Weisheimer.



para a juventude rural, que vivencia diferentes situações juvenis no meio rural (WEISHEIMER, 2013) e que, apesar disto, compartilham o fato de terem o rural como seu lugar de vida. (WANDERLEY, 2009). É importante, no entanto, salientar que no interior do mundo rural, as várias configurações sociais irão ser responsáveis por diferentes vivências de juventude. Neste sentido, só é possível compreender a juventude rural a partir da compreensão do meio rural no qual ela está inserida e das múltiplas condições sociais decorrentes da construção social, política e econômica desse meio.

Diante disto, pretendemos aqui contribuir com uma reflexão sobre a juventude rural no Nordeste do Brasil. Para isto, nos apoiamos em alguns dos principais estudos realizados na região sobre as juventudes rurais, bem como em alguns dados primários de pesquisas que estamos desenvolvendo e dados secundários que traduzem um pouco a realidade desses jovens.

Assim, para melhor compreensão dos objetivos do artigo, partiremos inicialmente para uma contextualização das questões agrárias que envolvem o Nordeste historicamente, para em seguida, caracterizar a juventude rural na região e compreender quais os reflexos dessas questões nas várias situações e vivências dos jovens rurais no seu interior. Sabendo da complexidade das questões que envolvem a juventude rural, centraremos nossas discussões nos problemas de acesso a terra, a renda e a bens e serviços e nas implicações das mesmas para os projetos de vida, especificamente, dos jovens filhos de agricultores familiares e camponeses.

### **O Nordeste do Brasil: uma região de contrastes históricos.**

Os estudiosos sobre juventude rural no Nordeste, apesar de seus diferentes enfoques de pesquisa e dos diferentes contextos estudados, têm chegado a uma conclusão comum: a juventude rural do Nordeste, especificamente os filhos de agricultores familiares, vive uma situação de precariedade decorrente da falta de condições de subsistência digna nos espaços rurais, o que têm impulsionado fortes processos migratórios para os centros urbanos, ou mesmo para outras regiões do país, seja à procura de novos espaços de trabalho em outras profissões ou como mecanismo para rearranjar sua vida no seu meio rural de origem em condições diferentes dos seus pais. Tais processos são decorrentes principalmente do precário acesso aos meios de produção como terra, água, máquinas e equipamentos, já vivida pelos seus pais e da

falta de acesso a ela por parte dos próprios jovens (PAULO,2011; WANDERLEY, 2006; SILVA e COVER, 2010; SILVA, 2013; WEISHEIMER, 2013).

Apesar de não ser particularidade desta região, decerto, o Nordeste é a região onde a agricultura familiar camponesa mais sentiu o peso do processo histórico que organizou sua estrutura fundiária atual. Manuel Correa de Andrade em seu clássico livro “A terra e o homem do Nordeste”, aponta a estrutura fundiária, dominante desde a colonização como responsável pela concentração de terras e a grande geradora dos problemas econômicos pelos quais passavam a maior parte da população rural nordestina na década de 1970. Caracterizando a população rural do Nordeste do Brasil, o autor a classificou, como sendo formada por uma grande massa de trabalhadores assalariados rurais, um pequeno grupo de grandes e médios proprietários com elevado padrão de vida e um considerável número de pequenos proprietários que ora se mantém em sua terra em condições precaríssimas e ora trabalha como assalariados, tendo um padrão de vida semelhante aos dos trabalhadores sem terra. Estes trabalhadores camponeses nordestinos, encontrando no campo condições verdadeiramente repulsivas de sobrevivência, migram para outras regiões do Brasil (ANDRADE, 1976, p. 56 e 57).

Este processo histórico de invisibilidade, precariedade e exclusão do agricultor familiar nordestino foi estudado por Guilherme Palácios (1987). Segundo ele, data de 1700, ainda no Brasil escravocrata, o momento em que homens pobres livres do campo, camponeses e outros “rústicos” aparecem pela primeira vez nas fontes regionais acessíveis como grupos diferenciados, com coletividades identificadas por características próprias que as assinalam e as distinguem do resto, no caso: isolamento, pobreza, agricultura e subsistência. Este autor percebe na crise da plantation<sup>2</sup> canieira, a emergência da agricultura de base camponesa. Ele define historicamente quatro períodos da época colonial, como importantes para a constituição e perda de espaço da agricultura camponesa no Nordeste do Brasil, compreendendo Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Primeiro, o da crise da plantation, com a emergência da agricultura de base camponesa que compreendeu de 1700 a 1760. Segundo, o da Revolução Industrial e expropriação camponesa, onde triunfou a *plantation* de 1760 a 1810. Este momento, marca a subordinação camponesa aos interesses da plantation e acontece em virtude do desenvolvimento industrial que valoriza a produção canieira, podendo-se então dizer, que a trajetória dos cultivadores pobres livres do Nordeste

---

<sup>2</sup> Ele se refere a *plantation* para designar a grande produção monocultora de cana de açúcar.

Oriental vincula-se diretamente ao crescimento do capitalismo industrial (PALÁCIOS, 1987, p.338).

Terceiro, o período de 1810 a 1848 corresponde a construção do Estado Nacional e a pauperização e revolta dos camponeses. O quarto período, de 1850 a 1875, é o da subordinação do campesinato ao Estado. Segundo o autor, este período corresponde ao grande pulo do Estado sobre os cultivadores pobres livres ainda autônomos, momento em que fica claramente estabelecido o que Estado Nacional constitui, na formação nordestina, sob as ruínas da liberdade camponesa ( PALÁCIOS, 1987, p. 346.)

Percebe-se na análise de Palácios, que o processo histórico pelo qual passaram os camponeses no Nordeste do Brasil, sua intencional invisibilidade e sua relação de resistência contra a plantation e contra o Estado, foi responsável pelas condições de pobreza hoje vividas pela maioria dos camponeses nessa região. Também pode ser, por outro lado, em parte, responsável por sua relação com a terra e a importância dada a ideia de propriedade da mesma, onde a migração e a subordinação a outras condições de vida, são estratégias para a manutenção dessa condição de posse da terra que é historicamente conquistada.

A história do campesinato nordestino é, então, a história de sua luta contra a grande plantation, o latifúndio e o Estado para firmar sua posse em um espaço, onde pudesse, livremente, construir suas normas e seus valores que irão determinar a condição de desenvolvimento de sua produção e a reprodução de sua família.

Enfatizando a importância e a especificidade da ideia de posse entre camponeses do Sertão do Piauí, Emília Pietrafesa de Godoi (1999) mostra como a noção de posse que acompanha a ocupação naquele espaço, está marcada pelo que ela chama de um *habitus* e uma “economia moral”<sup>3</sup> que se estabelece na relação entre a história da terra e a história do camponês.

No entanto, a partir da década de 1960, os ocupantes - camponeses posseiros, meeiros, moradores - começaram a ser expulsos como consequência de um movimento de territorialização do capital com a privatização da terra, concentração fundiária e pecuarização, que se acirra nos anos 70.

---

<sup>3</sup> Ela se refere a um conceito usado por Thompson, designando um conjunto de normas e obrigações recíprocas, idéias de justiça e bem estar social, enfim de uma ética a orientar a conduta dos indivíduos de comunidades relativamente pequenas e integradas.(GODOI: 1999, p.50)

O empobrecimento e a perda da posse ou acesso a terra por parte dos agricultores implicam na diminuição e perda da sucessão geracional e da reprodução desse modo de vida, sendo responsável, pelo que Nazareth Wanderley denomina a perda da vitalidade do meio rural ou ampliação dos espaços socialmente vazios (WANDERLEY, 2001).

Ainda é importante considerar o próprio processo de modernização e urbanização do país que passou a caracterizar o meio rural como um espaço em declínio, fadado ao atraso e ao esvaziamento, o que cultivou uma visão preconceituosa sobre o rural e seus atores, implicando no direcionamento de políticas públicas e aumentando a pauperização dos espaços rurais ocupados pela agricultura familiar camponesa. Esse mesmo projeto, iniciado na década de 1930, também define por decreto o que é rural e o que é urbano, denominando as sedes dos pequenos municípios de urbanos e enfraquecendo a visão sobre o meio rural, já que as próprias estatísticas oficiais confirmam um processo de crescimento rápido da urbanização e cada vez maior esvaziamento do meio rural. O Formato de sede municipal afasta ainda mais as populações rurais do acesso aos serviços básicos como educação e saúde, uma vez que em sua grande maioria, estes estão concentrados nas sedes municipais. Para Veiga (2003), o pequeno município é aquele que possui em sua sede, denominada, oficialmente como cidade, menos de 20.000 habitantes, sendo seu caráter de urbanidade determinado politicamente. Nas pequenas cidades, sede dos municípios rurais, há uma grande proximidade com a natureza e as relações entre as pessoas são pautadas no interconhecimento, proporcionadas pela vida em pequenos grupos. Estes possuem um fraco grau de urbanidade, embora tenham a função da centralização em relação ao restante do município (WANDERLEY, 2002). Este aspecto contribui também para que a própria sociedade passe a perceber o campo como um lugar atrasado, sem tecnologia, sem vida, sem futuro e em processo de crescente desaparecimento.

A questão fundiária se agrava quando a ela é associada questões climáticas que caracterizam a parte dessa região mais ocupada pela agricultura familiar camponesa. O semiárido brasileiro se estende por 975 mil quilômetros quadrados e compreende 1.133 municípios de nove Estados do Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Apesar de ser um bioma rico em espécies vegetais e animais, é uma região de déficit hídrico, o que dificulta o desenvolvimento da agricultura caso não se construa alternativas de convivência com o mesmo.

Amparada nessa característica, na década de 1950, o Nordeste foi visto pela política desenvolvimentista como uma região-problema, com deficiente estrutura edafoclimática, povoado por uma população miserável e com uma deficiente estrutura agrária. Essa visão reforçou ainda mais a ideia do nordeste como uma região atrasada e suas áreas rurais como lugar dos degredados filhos da seca. Como solução, foi implantado na região o DNOCS a partir do qual foram desenvolvidas as denominadas políticas de “combate a seca” (GOMES DA SILVA, 2013).

Foi nos anos 80 que se iniciou um processo tido pelos estudiosos como o renascimento do rural e uma revalorização do mesmo trazendo a emergência do debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil. Nesse momento, segundo Aldenor Gomes da Silva (2013),

(...) em nome de uma desconcentração da atividade produtiva que mudava a inter-relação entre as regiões brasileiras, se passou a privilegiar as particularidades dessa região, instalando-se um programa de exploração de polos dinâmicos de desenvolvimento, inclusive nos vales úmidos da região semi-árida nordestina (p.07).

Para este autor, essa formulação de áreas dinâmicas teve como consequência um modelo dual de desenvolvimento para dois nordestes: um de polos dinâmicos e outro de economia fragilizada, cujas soluções se propunham por meio de políticas compensatórias.

Segundo Wanderley (2001, p.38), “a dinâmica do meio rural nordestino depende, para o bem ou para o mal, do desempenho da agricultura e de suas condições de funcionamento”, como aponta a autora, o desempenho da agricultura no Nordeste foi particularmente afetado por uma série de fatores negativos como ocorrência recente de secas sucessivas, a erradicação da cultura do algodão em toda a zona semiárida, a crise, que parece definitiva, do setor açucareiro regional e a redução das possibilidades de migração extra-regional. (WANDERLEY, 2001, p. 38).

Favareto et. All (2012) analisando o desenvolvimento territorial no Cariri paraibano demonstra que a convergência de indicadores de desenvolvimento naquele território foi consequência de processos exógenos à região. Para eles, a crise da produção baseada no binômio algodão-pecuária desenvolvida pelas grandes elites locais e a introdução de programas e políticas governamentais e estaduais e nacionais que

resultaram em transferência de renda para a região foram responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade social na região.

Apesar desses avanços percebidos pelos estudiosos com as políticas atuais de desenvolvimento para o Nordeste, o novo mapa da pobreza no Brasil (BRASIL, 2011), documento construído a partir de dados do Censo 2010 para orientar uma política do Governo Federal, demonstra que as regiões Norte e Nordeste concentram os maiores índices de pobreza e esta é mais grave no meio rural. Embora apenas 15,6% da população brasileira resida em áreas rurais, dentre as pessoas em extrema pobreza, elas representam pouco menos da metade (46,7%) (BRASIL, 2011). Este documento, também deixou claro que 2,3 milhões de jovens rurais brasileiros, que equivale a 25% destes estão na linha da extrema pobreza. Do total de jovens rurais, 58% (4.691.131) vivem com renda per capita/familiar de até R\$140,00.

Partindo do pressuposto de que esta situação é fruto do processo histórico que construiu a agricultura e o agricultor no Nordeste, buscaremos compreender a situação da juventude rural nessa região, seus sonhos, suas estratégias de permanência e busca de novas condições de vida. É o que veremos no próximo ponto.

### **E como está a juventude rural nesse contexto?**

Especificamente nas regiões Norte e Nordeste, o Novo Mapa da Pobreza no Brasil (BRASIL,2011) aponta que 1,5 milhões do jovens rurais estão na extrema pobreza, o que equivale a 34,88 % de todos os jovens que vivem nas áreas rurais dessas regiões do Brasil. Estes dados demonstram a insuficiência das políticas e a situação da juventude rural na região. Entendemos que tal situação é reflexo do processo histórico antes destacado, sendo necessário compreender de forma mais específica os efeitos do mesmo para as juventudes que vivem nos espaços rurais da região.

É importante salientar que a juventude rural é uma categoria genérica, que representa uma heterogeneidade de atores sociais, e que, portanto, não estamos aqui nos remetendo aos jovens rurais em geral, mas aos jovens filhos de agricultores familiares, em sua maioria camponeses, que possuem uma relação específica com a terra e com o trabalho e cuja família é caracterizada como uma coletividade, uma comunidade de interesses, afetos e conflitos (WANDERLEY, 1999).

No interior desse modelo familiar patriarcal, os jovens têm um papel que apesar de subalterno é imprescindível para a vida familiar: a ajuda aos pais no trabalho serve tanto como meio de manutenção econômica da família quanto como aprendizado de um legado social que percebe o trabalho como ética e a terra como um valor moral. (WOORTMANN, 2009)

Em função da manutenção da propriedade da terra, os membros da família devem estar envolvidos em um laço que os una como coletividade, onde o tempo de cada membro pertence ao pai como aquele que encarna a autoridade e a própria totalidade da família (WOORTMAN, 2009, p. 218), interferindo assim na decisão dos filhos em relação ao futuro. As relações de trabalho ali estabelecidas perpassam a propriedade da terra, não apenas no seu aspecto material, mas principalmente simbólico, um elo moral que a constitui como elemento central para manutenção dessa mesma família.

Essa questão é demasiado importante quando estamos tratando da juventude rural, filha de camponeses, uma vez que as escolhas futuras não implicam necessariamente uma mudança individual, mas no coletivo familiar e na reprodução social desse modo de vida. É nesse sentido que os estudiosos da juventude rural no nordeste têm buscado compreender as questões referentes às escolhas profissionais dos jovens rurais. A pergunta feita por Antunes (2009), como se forma um agricultor? E a afirmação de Weisheimer (2013) de que é necessário pensar a categoria jovem agricultor familiar para compreender as transformações pelas quais está passando a agricultura familiar camponesa fazem parte deste debate.

Embora o trabalho seja apenas uma dimensão da vida dos jovens rurais, é a dimensão que dá a possibilidade de vivência naquele espaço e a partir da qual os jovens organizam suas estratégias de vida no presente e seus projetos futuros. É também o trabalho o principal elemento de identificação dos jovens rurais na relação com o outro. Foi o que percebemos ao pedirmos para jovens rurais de uma escola pública do município de Orobó-PE, que escrevessem uma redação sobre o que é ser jovem e qual a diferença entre ser jovem no rural e no urbano. Grande parte dos jovens, masculinos ou femininos, trouxeram o peso do trabalho para ajudar a família, as distâncias em um espaço marcado pela ausência de serviços importantes, como o elemento definidor da sua condição de jovem no meio rural (PAULO, 2011).

Por isso, priorizaremos aqui o trabalho como o principal elemento de análise para compreensão das juventudes rurais na região Nordeste. É a rotina cotidiana, nunca

naturalizada, que permite que percebamos a heterogeneidade das vivências dessa situação juvenil. Especificamente ao pensarmos a relação entre o peso da estrutura social, econômica e cultural em que se encontram e os desejos e lutas cotidianas para realizar os sonhos construídos no diálogo entre a tradição (sempre reinventada) e os conhecimentos obtidos a partir da inserção real ou imaginária em mundos sociais distintos dos seus como o urbano.

Porém, é importante considerar que no próprio interior das comunidades camponesas, como sistema social, entre esses jovens, além de existirem diferenças nessa percepção, demarcadas por gênero, idade, experiências, escolaridade e lugar de moradia, são as vivências cotidianas que nos permitem perceber a heterogeneidade da categoria Juventude Rural (GIDDENS, 1989, p.28).

O trabalho, desde muito cedo, faz parte da socialização das crianças e adolescentes filhos de agricultores familiares, principalmente os de tradição camponesa. As atividades no Sítio, que são parte de seu cotidiano, não são vistas pelos pais como exploração, mas como aprendizado e, apesar de serem tidas como pesadas e penosas, também são conhecimentos valorizados pelos jovens. Assim, esse trabalho é percebido por eles, menos como profissão, do que como forma de enfrentar as adversidades da vida e ser no futuro um homem “decente, honesto e trabalhador”. O trabalho, nesse sentido, tem um valor ético (WOORTMANN, 2003)

Em pesquisa sobre juventude rural realizada no Estado de Pernambuco, Wanderley (2006) parte do pressuposto que os problemas vivenciados pelos jovens rurais têm dimensões distintas dos vividos pelos jovens urbanos, especificamente por pertencerem ao meio ambiente social rural. Segundo a autora, é necessário considerar o lugar do rural no conjunto da sociedade para compreender as questões referentes a tais jovens. Assim, ela aponta três problemas vivenciados pelos jovens rurais no Brasil e, mais especificamente, no Nordeste, onde as questões agrárias tiveram um grande peso nas condições sociais, políticas, econômicas e culturais atuais. O primeiro se refere à concentração das atividades econômicas nos grandes centros do país e da fragilidade do processo de urbanização em grande parte da região (WANDERLEY, 2006, p.16). A autora enfatiza que nas regiões onde o meio rural agrega algum tipo de indústria ou serviço, o jovem tem a possibilidade de continuar morando naquele meio e desenvolvendo atividades não agrícolas. No entanto, prossegue a autora, nas regiões



onde esse processo não aconteceu a busca de afirmação profissional impõe a necessidade da migração.

Em segundo lugar, Wanderley traz a questão da vida familiar como uma das dimensões centrais dos jovens rurais. Embora ela considere que a família é central para o conjunto dos jovens brasileiros, a autora enfatiza a especificidade de uma família de agricultores, mais especificamente de agricultores camponeses, por estas se constituírem, também como uma unidade de produção, significando que além das relações pais-filhos-irmãos-outros parentes, que se reproduzem, de uma forma ou de outra, em todas as famílias, o pai assume o papel de chefe do estabelecimento produtivo, responsável pela direção das atividades de todos os demais membros da família e pela constituição e permanência do patrimônio familiar (WANDERLEY, 2006, p. 17).

Em terceiro, a autora chama a atenção para o fato de, no caso particular dos municípios em que ela estudou os jovens viverem a condição camponesa de sua família (WANDERLEY, 2006, p.18). No Nordeste, a maioria vive uma situação precária, onde muitas vezes o pai necessita migrar, trabalhar no alugado ou a família é sustentada por alguma forma de transferência de renda. Nas situações em que a família possui boas condições de sobrevivência na terra, tanto aumenta as possibilidades dos filhos reproduzirem a profissão de agricultor, quanto, se preferirem sair, terão maiores oportunidades, já que tiveram melhores condições de acesso a educação.

Entretanto, segundo a autora, os três problemas por ela apontados não são vivenciados em todas as regiões do país da mesma forma. Assumindo que há uma imensa diversidade de jovens rurais no Brasil, para Wanderley (2006), apesar de haver entre os jovens rurais e urbanos muitas semelhanças no que se refere aos sonhos de vida futura, o gosto por conviver em grupos de amigos e até o estilo de roupa, tais semelhanças não diluem as diferenças relativas à especificidade de viver no meio rural e fazer parte de uma família camponesa. Nesse sentido, afirma Wanderley: não cabe isolar, mas não cabe também diluí-los numa pretensa homogeneidade que desconhece as particularidades de viver a juventude quando se é jovem nas áreas rurais brasileiras. Mesmo nestas - e é esta a nossa questão - é muito grande a diversidade (WANDERLEY, 2006, p. 103).

A pesquisa que realizamos para tese de doutorado (PAULO, 2011) demonstra não haver uma juventude rural, mas uma multiplicidade de situações juvenis no meio

rural, que são delimitadas pelas condições sócio econômicas das famílias, acesso à educação, gênero e localização da comunidade onde mora em relação à cidade. Isto faz diferença se esta for uma cidade grande, média ou pequena.

Tendo pesquisado os jovens filhos de agricultores camponeses do pequeno município de Orobó, foi possível compreender como os jovens rurais vivenciam a relação com o trabalho, especialmente quando se trata do trabalho na agricultura. Inseridos em uma sociedade rural cada vez mais conectada com os espaços urbanos, o jovem rural constrói sua identidade na relação entre esses dois mundos, busca viver as experiências próprias de um período do *curso da vida*, que foi socialmente construído a partir de valores urbanos, sem necessariamente romper com a tradição do *modo de vida* camponês, passados pelas gerações anteriores. Evidentemente, essa vivência não está livre de conflitos e o trabalho na agricultura, sendo o principal identificador social do homem rural e o principal elemento de formação do jovem agricultor familiar (WEISHEIMER 2009, 2013), é o principal elemento de conflito.

Percebemos naquela pesquisa que muitos dos jovens rurais sentem vergonha de admitir que trabalham na agricultura. Esse sentimento ancorado socialmente é fruto da própria visão de atraso sobre o meio rural brasileiro pelas políticas desenvolvimentistas e excludentes. Apesar de reconhecer o valor moral e econômico da agricultura, o jovem rural, que não está inserido em um espaço social que lhe possibilite uma visão crítica sobre o processo de construção das representações de rural e urbano, recebendo as influências dos espaços sociais modernos, entre eles a escola, passa a ver essa profissão por um prisma, senão totalmente negativo, desvalorizado. Numa sociedade que valoriza o novo e o tecnológico, a prática da agricultura familiar camponesa é vista como rudimentar e atrasada, implicando para o jovem uma ignorância diante dos trabalhos mais modernos. É importante salientar que essa visão deturpada e preconceituosa do rural não se sustenta para os jovens que participam de movimentos sociais, sindicatos e outras organizações que asseguram o direito de viver sua realidade e a perceber a partir de uma posição mais crítica.

Além de uma visão negativa construída fora do meio rural, a realidade da agricultura familiar no Nordeste contribui para que os jovens a percebam como uma profissão inferior, já que poucas vezes lhes possibilita a realização de sonhos e a construção de uma vida digna no seu espaço. Na pesquisa que realizamos em Orobó, percebemos que os jovens que optam por trabalhar na agricultura, não encontram na

propriedade da família espaço para esta atividade de forma constante, buscando em outras propriedades de fazendeiros ou mesmo vizinhos oportunidades para realização desse trabalho de forma que lhes gere alguma renda. No caso de Orobó, identificamos que o trabalho alugado<sup>4</sup> ou permanente são as oportunidades encontradas por muitos jovens. Se vão viver da agricultura, poucos conseguem se manter com o trabalho na propriedade de seus pais.

O que podemos inferir sobre a realidade da vida cotidiana desses jovens é que há certa diminuição das possibilidades de escolhas por parte dos mesmos, tanto atualmente, pela impossibilidade de conseguir satisfazer suas necessidades e continuar estudando, quanto no futuro, pois ao interromperem os estudos, diminui também seu leque de opções em relação ao trabalho. Além disso, como esse trabalho é fora da propriedade familiar, há ainda a dificuldade de dar continuidade ao modo de vida dos seus próprios pais, uma vez que as propriedades dos mesmos demonstram serem insuficientes para a manutenção de mais uma família.

Entre os jovens cujas famílias possuem melhores condições, são mais capitalizados, há uma inserção diferenciada na agricultura, com maior possibilidade de autonomia e com uma maior ampliação do seu leque de possibilidades, foi o que pudemos perceber entre os jovens rurais, filhos de agricultores produtores de mudas cítricas<sup>5</sup> em Orobó.

Em pesquisa realizada no Recôncavo da Bahia, sobre projetos profissionais de jovens agricultores familiares, Weisheimer (2013) também percebeu que os jovens com menor autonomia<sup>6</sup> são os que mais tendem a elaborar projetos profissionais não agrícolas. Embora não haja uma predisposição para colocar a agricultura como prioridade em seus projetos profissionais entre os jovens com maior autonomia, percebe-se que ser agricultor faz parte do leque de possibilidades dos mesmos. Analisando a predisposição dos jovens para se tornarem agricultores, o autor sustenta que a disposição de um agricultor familiar será de se orientar pelo seu *habitus*, contribuindo para a reprodução do seu grupo social.

---

<sup>4</sup> Trabalho por dia em propriedades de vizinhos, geralmente ganhando cerca de 20 reais ao dia. Essa modalidade de trabalho é analisada por Garcia Jr como o tipo de trabalho mais negativo para o agricultor.

<sup>5</sup> Os produtores de mudas cítricas são organizados em associação e conseguem por meio da produção de mudas renda que lhes possibilita acessar bens que os demais agricultores camponeses do município têm dificuldades de conseguir.

<sup>6</sup> Weisheimer usa o termo autonomia para descrever situações onde o sujeito é capaz de especificar as suas próprias regras, ou orientar-se pelo que é adequado para ele.

Dentre os aspectos que mais marcam as diferenças na vivência da agricultura familiar, especialmente nas questões de trabalho e autonomia, as diferenças de gênero podem ser vistas como a principal delas. De fato, as condições de gênero demarcam importantes diferenças no cotidiano dos jovens e é particular no modelo de família camponesa. Às mulheres jovens é, muitas vezes, atribuído o papel do cuidado da casa, da responsabilidade com os irmãos menores e, a depender das condições da família, também o trabalho no campo, principalmente no trato dos animais.

Na divisão social do trabalho familiar, a responsabilidade da jovem mulher perpassa vários espaços, embora, quando trabalhando no roçado, seja vista apenas como ajudante, pela sua condição de jovem, mas também de mulher. Ao jovem homem não cabe responsabilidade sobre as atividades do lar ou o cuidado dos irmãos, mas elas ficam com as duas responsabilidades, mesmo, sendo pouco consideradas suas opiniões nas decisões familiares em relação à produção, consumo e até mesmo na divisão da herança.

Assim, os jovens, e principalmente as mulheres, mesmo sendo responsáveis por grande parte do trabalho na agricultura, sempre são tidos como ajudantes e pouco ou nada recebem por este trabalho, sendo o mesmo, apenas possibilitador do balanço entre trabalho e consumo que dá base à família camponesa. Expressão de uma cultura patriarcal, a papel da jovem na família é considerado inferior tanto no seu aspecto material como simbólico. Seu trabalho é menos valorizado e sua autonomia negada.

No entanto, as diferenças de gênero, se associadas às melhores condições socioeconômicas da família, podem implicar para as *moças* uma não participação no trabalho da agricultura. Elas, ao serem poupadas do trabalho na agricultura, são incentivadas aos estudos e a aprenderem “ser boas donas de casa” e prepararem-se para um bom casamento, situação que beneficiaria toda a família.

As questões de gênero são ainda mais diferenciadoras da vivência da juventude quando estão relacionadas, como já foi antes mencionado, à condição de casada. Nesta, a jovem não é mais tratada como *moça*<sup>7</sup> e, na própria visão delas, assumem as responsabilidades do lar e do marido, quando ainda não são mães, aumentando ainda mais as responsabilidades sociais ao assumirem este papel social.

Sejam homem ou mulher, as condições da família, influenciam muito nos projetos futuros dos jovens rurais. Evidentemente, não partimos do pressuposto de que o

---

<sup>7</sup> É tratada como *moça* aquela jovem solteira e que se sabe virgem. *Moça* não se refere simplesmente à juventude, mas a um qualificativo moral.

jovem rural tenha, necessariamente, que ser agricultor ou que permanecer no meio rural. O que não podemos deixar de perceber, no entanto, é que as condições em que esses jovens se encontram nega-lhes ou diminuem suas possibilidades de escolhas, definindo sua realidade como fatalidade e não como escolha. Diante disto, a migração se torna a alternativa escolhida ou forçada para a busca da realização dos seus sonhos imediatos ou futuros como veremos a seguir.

### **A migração e trabalho para o agronegócio como estratégias utilizadas pelos jovens rurais do Nordeste.**

Se as condições de vida e reprodução social na agricultura familiar camponesa são precárias, a migração é a principal estratégia de busca pela sobrevivência digna e pela realização dos sonhos dos jovens rurais. No Brasil, a migração campo/cidade, sempre foi encarada como uma alternativa às condições precárias de sobrevivência. De fato, os dados mostram que é crescente a migração entre jovens rurais: Em 2000 a população rural era 31.835.143 e 9.000.000 eram jovens de 15 a 24 anos, em 2010 a população rural ficou em 29.830.007, sendo que 8.060.454 eram jovens. Isto representa que em 10 anos cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural, destes um milhão são jovens. No entanto, é preciso observar a migração não apenas de um ponto de vista do esvaziamento do meio rural, mas como alternativa para a reprodução social do modo de vida camponês, quando as condições de sobrevivência na agricultura não são suficientes e, para os jovens, como ritual necessário para aquisição da autonomia e da maturidade que irá leva-lo a adultez.

Klaas Woortmann (2009) ao estudar os *sitiantes* de Sergipe, na década de 1980, percebeu que a migração é reflexo da inviabilidade das condições de existência desses *sitiantes*, mas também mecanismo de reprodução da sua própria condição<sup>8</sup>. Em seu estudo, os *sitiantes* distinguem três modalidades de migração: “a migração pré-matrimonial do filho; aquela do chefe da família de tipo circular e a emigração definitiva” (WOORTMANN, 2009, p. 217).

No que se refere especificamente à migração pré-matrimonial, praticada pelos jovens como condição para o casamento, o autor aponta que entre os *sitiantes fracos* é

---

<sup>8</sup> Essa discussão é feita em um clássico estudo sobre o brejo paraibano realizado por Afrânio Garcia Jr, intitulado *Sul: caminho do roçado* (Garcia Jr. 1989). Neste, o autor mostra como a migração, assim como outras estratégias, é condição necessária para a formação de uma nova unidade familiar.

onde está tanto a maior frequência, quanto a maior necessidade, já que é por meio dela que os jovens filhos de camponeses *sitiantes* de Sergipe conseguiam, junto com uma parte do tempo que seu pai dispensava do trabalho para a família e da sua produção no seu “chão de roça” doado também pelo pai, as condições que lhes possibilitarão a vida de casados. No contexto dos *sitiantes* de Sergipe, a migração é apontada por Woortmann como um processo ritual, condição do processo de transição de rapaz em homem, por isso é praticada também entre os denominados *sitiantes fortes*.

Apesar de entender que a migração é uma prática de reprodução do campesinato, é importante não perder de vista como as mesmas são também reflexos de condições históricas de negação do acesso a terra e de políticas que viabilizem a reprodução ao menos de parte da família no campo em condições dignas. Ela é também condição de vivência do que simboliza a juventude atualmente, o consumo de roupas, motocicleta e o acesso aos meios de comunicação e novas tecnologias. Por mais precárias que sejam as condições de trabalho, os jovens buscam a migração como mecanismo de mobilidade social.

Especificamente no Sertão Paraibano e Pernambucano, Silva e Menezes (2007) e Silva e Cover (2010) vêm pesquisando a migração dos jovens rurais daquela região para o corte da cana de açúcar no Sudeste do país e percebendo como esta interfere nas vidas desses jovens, sua família e suas redes de amizade. De acordo com os autores, a migração sazonal, adotada por grande parte dos jovens, decorre da sua pouca oportunidade de trabalho em outras atividades, uma vez que não possuem qualificação profissional e se constitui um meio de possibilitar de alguma forma a permanência da família no meio rural com alguma condição de acessar bens que, vivendo apenas do trabalho, ali, não conseguiriam. De um rural para o outro, os jovens saem dos seus espaços de vida para se inserir no espaço da alta exploração do agronegócio da cana de açúcar.

Realidade parecida encontrou Valéria Silva (2011) no Estado do Piauí. Segundo ela, as fazendas de soja instaladas no Estado são as grandes empregadoras dos jovens rurais, filhos de agricultores familiares camponeses da região do Cerrado piauiense. Aliando o padrão patriarcal onde os homens são responsáveis pelo trabalho público às novas estratégias de exploração do trabalho, as fazendas conseguem atrair para suas roças principalmente os jovens do sexo masculino, já que ali foi percebida a

divisão/organização do trabalho segundo critérios de gênero, restando para as moças poucos postos de trabalho em atividades-meio.

Assim como na cana de açúcar, o trabalho na produção e coleta de soja é marcado pela penosidade e precariedade, submetendo os jovens a rotina dura de até doze horas por dia, enfatiza a autora (SILVA, 2011).

Como os jovens do Sertão Pernambuco e Paraibano, a vantagem que os jovens rurais piauienses apontam para deixar a agricultura e se submeter a essas condições de trabalho é o salário. Na análise de Valéria Silva, o deslocamento dos jovens para as fazendas de soja é causado pela impossibilidade histórica da agricultura familiar explorar sua capacidade de produção material e reprodução do modo de vida camponês. Os jovens ali, assim como em Orobó-PE, na Bahia, na Paraíba, percebem a agricultura como incapaz de gerar possibilidades de realização dos seus projetos de vida, não apenas profissionais, mas familiares. Como observado por outros pesquisadores como Afrânio Garcia Jr (1989) e Marilda Menezes (2007), Valéria Silva (2011) percebeu que o trabalho na soja possibilita a sobrevivência desses jovens, casados ou solteiros, no meio rural e até a ampliação das possibilidades para alguns do aumento da sua propriedade e de melhores condições de explorá-la. Para todos eles proporciona a aquisição de bens de consumo impossíveis de conquistar sem esse trabalho, além da possibilidade de desfrutar de maior autonomia, ao menos no tempo livre. Como os jovens que migram para o corte da cana, esses jovens ganham status que ampliam o universo de suas relações sociais, sua capacidade de conquistar namoradas e de serem vistos mais positivamente. Nesse sentido, a autora afirma que é possível perceber que a capitalização oportunizada pela soja não apenas vem sanar a ‘precisão’, mas também vem gerar a distinção e reelaborar possibilidades identitárias referenciadas no consumo.

Além disso, tanto na Paraíba, em Pernambuco, como no Piauí, a renda trazida por esses peões aos seus espaços locais dinamiza a economia local, já que os jovens, para demonstrarem sua nova condição, participam ativamente das festas, dos bares e de outros espaços de consumo. Da mesma forma que ser migrante para o agronegócio da cana de açúcar ou para a construção civil, diante dos limites da agricultura familiar ser peão é condição *sine qua non* para que esse novo modo de existir sejam viabilizado. (SILVA, 2011)

Em Orobó, percebemos que os processos migratórios de jovens, antes, muito maiores entre os jovens homens, são bastante significativo entre as jovens mulheres que

migram, em sua maioria, para o trabalho doméstico, muitas vezes, arrumados por algum irmão ou parente que se encontra fora. A estratégia que antes negava à moça que se aventurasse a possibilidade de casamento, atualmente é condição para que a mesma possa arrumar as condições necessárias para casar. Sair para poder conseguir os recursos necessários para a compra do enxoval é uma necessidade para muitas moças ali. A maior valorização do consumo faz com que o enxoval, antes comprado com a renda advinda da venda de galinhas, de um bode ou porcos cuidados pela moça, exige atualmente mais recursos, difíceis de serem conseguidos com a participação da moça na agricultura e criação de animais de pequeno porte, condição que está cada vez mais rara. É fato que grande parte das moças busca evitar o trabalho pesado, dedicando-se aos estudos na busca de um projeto de vida fora da mesma.

Se o acesso dos jovens rurais é a este tipo de trabalho, o acesso à educação seria a principal forma de mudança e mobilidade social para eles, no entanto, os dados demonstram a fragilidade desse acesso, o que, como já dissemos, explica a inserção desses jovens em trabalhos, na maior parte das vezes, precários, seja no meio rural ou no meio urbano. É sobre a educação dos jovens rurais no Nordeste que trataremos a seguir.

### **O acesso à educação e os projetos profissionais dos jovens rurais.**

Todas as pesquisas aqui apresentadas indicam que o acesso dos jovens rurais à educação, por mais que tenha melhorado nos últimos anos e seja consideravelmente maior que o dos seus pais, ainda é insuficiente e que a necessidade de trabalhar para conquistar sua autonomia financeira, seja no interior da unidade familiar ou fora dela, migrando ou não, é uma das principais causas do abandono dos estudos pelos jovens rurais, especialmente os do sexo masculino. Ademais, quando os jovens se dedicam aos estudos, a tendência geral na região é que busquem outros projetos profissionais diferentes do agrícola.

Weisheimer (2013) percebeu que existe uma relação inversa entre condição de estudo e projeto profissional agrícola, identificando que entre os jovens que estavam estudando há uma recusa em ser agricultor maior que entre os que não estão. Da mesma forma que em Orobó, isto confirma o que foi identificado em outros estudos: ficam na atividade agrícola os jovens que não estão inseridos no sistema de ensino. A



atividade agrícola tem sido colocada mais como uma fatalidade do que como alternativa.

Em uma pesquisa que estamos realizando no sertão de Pernambuco sobre o acesso à educação por parte dos jovens rurais, na Unidade Acadêmica de Serra Talhada-PE<sup>9</sup>, percebemos que os jovens rurais que estão no ensino superior, apesar de terem uma visão mais positiva do meio rural, não almejam a volta para agricultura, sendo isso planejado apenas por aqueles cujas famílias possuem fazendas ou chácaras (SILVA e PAULO, 2013). No entanto, esses jovens visam continuar no seu território e contribuir com o seu desenvolvimento, o que pode contribuir para o desenvolvimento dos pequenos municípios que compõem o meio rural da região.

Weisheimer verificou também que quanto maior o envolvimento com o trabalho familiar, maior é a disposição do jovem de se estabelecer profissionalmente como agricultor. Isto pode ser evidenciado relacionando-se a jornada de trabalho diário na agricultura e a disposição de ser agricultor. Entre os jovens com menores jornadas diárias de trabalho, predominam projetos profissionais não-agrícolas.

O que parece acontecer é que a busca pela educação está diretamente relacionada com a saída da agricultura. No entanto, é importante considerar que sair da agricultura não significa necessariamente sair do rural, pois as próprias mudanças que já tiveram início nesse meio podem contribuir com sua dinamização, transformando-o além de agrícola, em um espaço de serviços. Esta seria a realização do ideal dos jovens rurais que pesquisamos em Pernambuco.

Como percebemos, apesar de reconhecermos uma significativa melhora da educação nos últimos anos, o acesso dos jovens rurais à educação é ainda baixo. Na verdade, sequer temos dados claros do acesso desses jovens ao ensino superior, o que dificulta uma análise mais clara de tais condições.

### **Considerações finais**

Os diferentes estudos realizados sobre os jovens rurais no Nordeste do Brasil revelam que a recusa em dar continuidade ao processo de trabalho familiar agrícola tem explicação nas próprias condições socioeconômicas das famílias desses jovens, assim como é reflexo da própria representação e vivência da juventude, em uma região onde o meio rural é ainda o espaço da ausência de oportunidades para esta vivência de forma

---

<sup>9</sup> Esta pesquisa está sendo realizada com fomento do CNPq.

plena. Resultado de um processo histórico excludente, os agricultores familiares e camponeses do Nordeste, em sua maioria, vivem a falta de condições dignas de vida e a carência de direitos e acesso a serviços básicos como saúde, educação, lazer, cultura, o que implica no desenvolvimento de suas potencialidades e no exercício de sua liberdade de escolha, condições fundamentais para o desenvolvimento (SEN, 2003).

Apesar de estudos sobre desenvolvimento demonstrarem estar havendo uma melhora nas condições de vida, indicada principalmente por um maior acesso dos jovens rurais à educação, há também uma recusa cada vez maior pela reprodução do *modo de vida* dos seus pais, que refletem a visão que a agricultura tem para a sociedade e as condições de seu desenvolvimento. O que os jovens rejeitam é a precariedade das condições da maior parte das suas famílias e não necessariamente o meio rural em si. Pesquisas como as de Paulo (2011), Paulo e Silva (2013), Wanderley (2006) e Silva (2011) demonstram que os jovens têm uma visão positiva sobre o meio rural, mas demandam outros tipos de vivências que este não lhes possibilita, não por ser rural, mas pelo seu desenvolvimento.

Um dos programas responsáveis pela mudança, que impactam diretamente a infância e a juventude, além de vários outros tipos de transferência de renda, foi o bolsa família. Depois de 10 anos do programa, parte da geração estudada já foi beneficiada pelo mesmo. Dos jovens estudados no Sertão de Pernambuco, boa parte das famílias é beneficiada pelo programa, entre as entrevistadas todas apontam a importância para a realização dos estudos desses jovens, no entanto, parece não fazerem qualquer relação entre o benefício e um projeto de vida local para os filhos. Entre 20 pais entrevistados, todos preferem que seus filhos procurem outros projetos profissionais. Como apontam Favareto et al (2012) e Gomes (2013), apesar de mudanças significativas nas condições de vida das famílias beneficiadas no Nordeste, estas são mais sustentáveis onde o programa foi aliado a uma participação efetiva da comunidade e suas organizações. Esta participação é responsável por uma maior autonomia dos agricultores pobres. No entanto, com poucas possibilidades de condições de desenvolvimento socioeconômico realmente sustentável, o meio rural não tem condições de oferecer à juventude possibilidades de desenvolvimento de suas potencialidades. Assim afirma Favareto et al (2012), com quem concordamos, as mudanças pelas quais o Nordeste e em particular o semiárido vem passando, só serão duradouras se se romper com a dependência das transferências de renda e um novo ciclo de políticas públicas, que orientem os agentes

locais à valorização de seus ativos ambientais e a transformação de suas relações com o território se instituir.

Mantendo uma estrutura fundiária com base em alta concentração de terra e recursos, além de uma insuficiência de investimento nas tecnologias de convivência com o semiárido, o Nordeste, apesar de ter conseguido melhorar as condições de vida no presente, não apresenta cenário promissor para os jovens filhos dos agricultores camponeses. Primeiro, porque como vimos o acesso à educação ainda é restrito, e o mais sério, o modelo de educação que não tem priorizado o foco na região e nas questões do semiárido, que não trazem a agricultura, ainda que discutida a partir da perspectiva da pluriatividade, como via de desenvolvimento econômico, que não valoriza o saber do agricultor e os recursos ambientais. Segundo, o modelo de desenvolvimento, onde as políticas, serviços e atividades econômicas concentram-se nos espaços urbanos maiores, limitam a possibilidade da vivência da juventude nos espaços rurais, assim como limitam a construção dos seus projetos de vida naqueles espaços.

#### **Referências Bibliográficas:**

ANDRADE, Manuel Correa de. **A Terra e o Homem do Nordeste**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1973.

BRASIL. Ministério da Educação do. (2007). REUNI. Reestruturação e expansão das universidades Federais. Plano Nacional de Educação. Disponível em: [http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=100&Itemid=81](http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Nota MDS. O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do Universo do Censo 2010. Brasília, 2011.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 339 p.

COVER, M. e SILVA, M. S. **A migração dos jovens rurais no alto Sertão da Paraíba**: tramas de dominação, resistência e reconfiguração das relações no meio rural. ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS. Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político. UFPR, Curitiba, 2010.

FAVARETO, Arilson. et. All. **Desenvolvimento territorial em uma região do Semi-árido do Nordeste brasileiro** – para além das transferências de renda. Documento de Trabajo N° 83 Programa Dinámicas Territoriales Rurales Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. 2012.

GARCIA JÚNIOR , Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Marco Zero: São Paulo, 1989.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GODOI, Emília Pietrafesa de. O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: UNICAMP, 1999. 165 p.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Migrantes**. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). J.R. Novaes e F. Alves (orgs.) São Carlos EdUFSCAR, 2007.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro: 1978.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Imprensa Nacional casa da moeda: Lisboa: Portugal, 2003.

PALÁCIOS, Guilherme. **Campesinato e Escravidão**: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude Rural**: suas construções identitárias. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Marcelo Saturnino da; MENEZES, Marilda Aparecida. Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. (orgs) **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SILVA, C.N; PAULO. M. A. L; **As influências das políticas públicas municipais para inserção dos jovens rurais da região do Sertão do pajeú – PE na Unidade Acadêmica de Serra Talhada.** Relatório de pesquisa PIBIC/CNPq. 2013.

SILVA. Valéria. **RABICHEIROS E BAZUQUEIROS:** trânsitos identitários juvenis rurais na diáspora do agronegócio Trabalho apresentado na III Reunião Equatorial de Antropologia (REA). XII Encontro de Antropólogos do Norte/Nordeste (ABANNE). Boa Vista: UFRR, 14 a 17 de agosto/2011. 23 p.

SILVA. Aldenor Gomes. **Desenvolvimento, ruralidades e políticas públicas na Região Semiárida do Nordeste do Brasil:** uma agenda para o Brasil e para o Nordeste. Texto digitado. 2013.

TAVARES, Maurício Antunes. **Caminhos cruzados, trajetórias entrelaçadas :** vida social de jovens entre o campo e a cidade do Sertão de Pernambuco. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco - Recife: O Autor, 2009. 350 folhas

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias.** O Brasil é menos urbano do que se calcula. 2ª ed. Editora: autores Associados. Campinas, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como Espaço de Vida,** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Jovens rurais de Pequenos Municípios de Pernambuco:** que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauá X, 2007.

\_\_\_\_\_ . **Juventude rural:** vida no campo e projetos para o futuro. 2006. (Relatório de pesquisa). \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_. **Urbanização e Ruralidade:** Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural: Estudo Preliminar Sobre os Pequenos Municípios em Pernambuco. In: LOPES, E. S.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E.M. Ensaio de Desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Embrapa Tabuleiros Costeiros/ UFS: Sergipe, 2002.p.21-40.

\_\_\_\_\_. **A ruralidade no Brasil Moderno.** Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Em Publicacion: Uma nueva ruralidade em América Latina? NORMA Giarraca. CLACSO. Conselho Latinoamericano de Ciências Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar.** 2009. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2009.

\_\_\_\_\_. **Estudo da situação juvenil na agricultura familiar do recôncavo da Bahia.** 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia, São Paulo, 2013.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres.** São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995. 336p.

WOORTMANN, K. **Com Parente Não Se Negoceia.** O campesinato como ordem moral. Editora Universidade de Brasília / Tempo Brasileiro: Brasília-DF/Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. **Migração, família e campesinato.** In: WELK. Et all. Camponeses Brasileiros v.1. Coleção história social do campesinato. Nead, editora UNESP: São Paulo, 2009.

## GT (10) – (Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural)

**Título do Trabalho: Lo que vemos, lo que nos mira<sup>1</sup>. Una discusión sobre los procesos de regionalización en el piedemonte amazónico colombiano, la región de la Macarena.**

**Lina María Hurtado Gómez<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia / Universidade Federal Fluminense, linamariahurtado@gmail.com

### **Resumo:**

La representación cartográfica que el Estado ha hecho de la región de la Macarena ha variado desde final de los años cuarenta hasta hoy. Estas se han basado principalmente en sus características ambientales, económicas y de seguridad. Sin embargo estas regionalizaciones concebidas, entran en conflicto con las regionalizaciones vividas de los campesinos y sus organizaciones. Este texto quiere poner en discusión estas tensiones entre las diferentes regionalizaciones preguntándose ¿para quién se regionaliza? ¿Con qué fin? ¿Cuál es el poder o los poderes que subyacen estas diferentes formas de nombrar?

**Palavras-chaves:** regionalização, Amazônia, representações

### **Corpo do trabalho**

#### **1. Elementos conceptuales y de contexto**

La región de la Macarena, localizada al sur del departamento del Meta en Colombia, tiene una privilegiada ubicación, en el cruce de los ecosistemas de los Andes, la Orinoquia y la Amazonia. Por su privilegiada ubicación ha sido zona de intercambio cultural, un encuentro de caminos entre indígenas<sup>2</sup>, conquistadores, misioneros, caucheros, quineros, colonos y campesinos.

Los ríos Ariari y Duda-Guayabero han permitido la comunicación de esta región con el resto de la cuenca del Orinoco; y son también un puente con la Amazonia. Muy cerca están los ríos Vaupés, Tunia-Apaporis, Yará y Caguán, que son afluentes del río Negro y

---

<sup>1</sup> Título del libro de Didi Huberman, en el cual explica como en el arte las obras no son sólo vistas, sino que también miran y mudan la mirada del espectador.

<sup>2</sup> Para el siglo XVI se habían identificado diferentes pueblos como los guayupes de las sabanas de San Juan, los tiniguas y los carijonas del Yará, al sur del río Guayabero. La mayoría fueron esclavizados por los españoles para la extracción de oro y plata, lo cual al parecer llevó a su desaparecimiento. (Arcila: 2007)

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

el Caquetá, y estos del Amazonas (Arcila: 2007:17). En consecuencia es un lugar de encuentro pero también de confrontación de ecosistemas y culturas, de tensión de territorialidades<sup>3</sup> de diferentes formas de pensar y transformar ese espacio geográfico.

La Macarena es reconocida por buena parte de los colombianos por ser un área de colonización, “la última frontera agrícola del país”, pero también una región de “bandidos”, pues en ella se han dado las más fuertes y largas confrontaciones entre las fuerzas militares del Estado y la guerrilla de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia –FARC–. Es reconocida también como una región de “cocaleros”, por ser una de las zonas dónde ha habido una participación importante en la producción y transformación de los cultivos de coca en el país. Menos conocida es su carácter ambiental o conservacionista; en ella se creó un área de manejo especial que incluye cuatro parques nacionales naturales y tres distritos de manejo integrado, que suman más de cuatro millones de hectáreas.<sup>4</sup>

La representación cartográfica que el Estado ha hecho de la región de la Macarena ha sido consecuente con estas imágenes y discursos y ha variado desde final de los años cuarenta hasta hoy, lo cual ha contribuido a invisibilizar los procesos de territorialización campesinos que constituyen regiones otras.

Su delimitación estuvo inicialmente asociada a las características ambientales, y también a criterios de “seguridad nacional” determinados por el Estado. Así mismo ha sido incorporada a diferentes regiones como Orinoquia, Amazonia, y recientemente como Amazorinoquia y Piedemonte Andino-Amazónico o Amazonia Andina, esta última como una región de acción de la cooperación internacional.

Estas **regionalizaciones concebidas**, invisibilizan y entran en conflicto con las **regionalizaciones vividas** de los campesinos y sus organizaciones. Estos conceptos siguen la discusión de Lefebvre (1991), quien define los espacios concebidos como

---

<sup>3</sup> Tensión de territorialidades es el recurso teórico-conceptual que de Porto Gonçalves (2001, 2012) propone para referirse al encuentro contradictorio entre diferentes procesos de territorialización impulsados por distintos grupos sociales, Estado, capital y territorialidades indígenas, campesinas y afrodescendientes.

<sup>4</sup> El área de manejo especial de La Macarena reúne dos de las cinco categorías de ordenamiento territorial dispuestas por el Código de Recursos Naturales para las Áreas de Manejo Especial: los Parques Nacionales Naturales como Áreas del Sistema y los Distritos de Manejo Integrado de los Recursos Naturales Renovables: La totalidad de los Parques Nacionales Naturales Sierra de La Macarena y Tinigua; el territorio de los Parques Nacionales Naturales Picachos y Sumapaz comprendido en la jurisdicción del Departamento del Meta; los Distritos de Manejo Integrado de los Recursos Naturales Renovables de La Macarena (Norte y Sur); El Distrito de Manejo Integrado de los Recursos Naturales Renovables del Ariari Guayabero.



aqueños derivados de un saber técnico y racional, un espacio conceptualizado, que es legible, representado en mapas, estadísticas, entre otras. Esa visión concebida tiende a homogeneizar, aplanar e invisibilizar **regiones otras**, que aquí llamaremos **regiones vividas**, que representan formas de conocimientos locales y menos formales; “están arraigados en la experiencia, son dinámicos, simbólicos, y saturados con significados, construidos y modificados en el transcurso del tiempo por los actores sociales” (Lefebvre, 1991).

Regionalizar no sólo tiene el interés de administrar un territorio, sino de apropiarse de él simbólicamente y materialmente, pues como afirma Haesbaert (2010: 23) “toda regionalización debe ser siempre considerada, también, un acto de poder –el poder de recortar, de clasificar y, muchas veces de nombrar.” El interés entonces es poner en discusión estas tensiones entre las diferentes regionalizaciones preguntándose ¿Quién regionaliza? ¿Con qué fin? ¿Cuál es el poder o los poderes que subyacen estas diferentes formas de nombrar? Para desarrollar esta discusión se partirá del concepto de región como arte-facto, propuesta por Haesbaert (2010).

El concepto de región como arte-facto (Haesbaert, 2010:109) pretende romper con la dualidad entre posturas orientadas a una construcción de naturaleza ideal-simbólica y material-funcional. Propone entonces la región (1) como producto-productora de los procesos de diferenciación espacial (de grado (tipo o naturaleza), discretas, continuas); (2) como producto-productora de las dinámicas concomitantes de globalización-fragmentación; y (3) construida a través de la actuación de diferentes sujetos sociales en sus lógicas espaciales zonal y reticular. Es decir que la región y los procesos de regionalización son al mismo tiempo simbólicos y materiales, y producen efectos contradictorios.

Para analizar La Macarena como región usaremos las características elementales de la regionalización planteadas por el mismo autor: (1) la especificidad o singularidad de lo regional, es decir la regionalización como proceso de diferenciación espacial; (2) el carácter regional integrador/articulador, que percibe la región por elementos de cohesión; (3) el juego entre la relativa rigidez y flexibilidad y la movilidad y fluidez; (4) la correspondencia entre región y mesoescala (Haesbaert, 2010:123).

Así mismo usaremos las dinámicas espaciales de los procesos de des-articulación, las de (1) funcionalización, privilegiando las transformaciones económicas a través del espacio; (2) control o dominación territorial, enfatizando las relaciones de

espacio-poder; (3) simbolización o identificación espacio-territorial; (4) precarización y contención territorial, en perspectiva estrictamente social; (5) exclusión territorial, sobre todo en relación con las cuestiones ambientales (Haesbaert, 2010: 139).

Estas características y dinámicas espaciales se conjugan, cobran sentido e inspiran el análisis de la región y los procesos de regionalización en la Macarena, así como el entendimiento de los mecanismos de poder que operan en su producción.

## **2. Regionalizaciones de exclusión, una estrategia para gobernar.**

Es un lugar común decir que La Macarena es una región abandonada por el Estado, lo cual da una idea de desarticulación con el resto del territorio nacional y de exclusión de las políticas públicas y acciones del Estado. Una revisión de dos de las principales regionalizaciones pondrá en discusión esta idea generalizada en los colombianos.

Una de las primeras regionalizaciones hechas **sobre** la Macarena está asociada a las características ambientales. Fue conocida, representada y constituida en el año 1948 con un acto jurídico como Reserva Biológica<sup>5</sup> y posteriormente fue reformada en el año 1989<sup>6</sup> como Área de Manejo Especial de la Macarena–AMEM–, que cuenta con cuatro parques nacionales naturales Sierra de la Macarena, Tinigua y Cordillera de los Picachos, de conservación estricta y tres distritos de manejo integrado. Ambas figuras establecen restricciones al uso, la ocupación y la tenencia de la tierra, pues la legislación ambiental colombiana no prevé la superposición de territorios campesinos con áreas protegidas, aunque sí lo prevé con resguardos y comunidades indígenas, así como con consejos comunitarios<sup>7</sup> de las comunidades afrodescendientes.

Bajo esa normatividad la ocupación de las áreas protegidas por los campesinos, en particular de los parques nacionales naturales, se torna “ilegal” y por tanto “deben ser relocalizados”, al tiempo que los excluye de los planes y programas de asistencia técnica productiva, así como de la construcción de equipamientos de educación y salud. El efecto entonces de denominar esta área como de protección, es la exclusión de los

---

<sup>5</sup> Mediante la Ley 52 de 1948 se declara Reserva Nacional la Sierra denominada "La Macarena", en la Intendencia del Meta y se crea la Estación Biológica "José Jerónimo Triana", reglamentada por el Decreto No. 0438 del 22 de Febrero de 1949.

<sup>6</sup> El Área de Manejo Especial de la Macarena fue creada mediante el Decreto Ley 1989 de 1989.

<sup>7</sup> Los consejos comunitarios son los territorios colectivos de las comunidades afrodescendientes que se establece en la Ley 70 de 1993.

usos productivos, la ocupación y en consecuencia de la titulación para la población campesina. Como dice Haesbaert (2010: 141) refiriéndose a las áreas protegidas “creamos territorios excluidos en el sentido de retirarlos de las posibilidades de usufructo social directo.”

Consecuente con esa normatividad, el Estado desarrolla desde el año 2007 una estrategia de relocalización voluntaria de la población campesina ocupante de los parques nacionales del AMEM, que ha tomado como caso piloto, el Parque Nacional Natural Sierra de la Macarena y que pretende ser replicada en seis parques más, Tinigua, Picachos, Sumapaz, Cordillera de los Picachos, Alto Fragua Indiwasi en el departamento de Caquetá y La Paya en el departamento del Putumayo.

Este es uno de los temas propuestos para la discusión con el Estado por la Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina, ANZORC, creada en el año 2011 y que aglutina 53 organizaciones campesinas interesadas en la constitución y desarrollo de las Zonas de Reserva Campesina –ZRC–. Esta asociación ha pautado en su agenda “Los Parques Naturales con Gente, como escenarios de acuerdo en términos de conservación, protección de los recursos y reconocimiento al papel del campesinado.” (ANZORC, 2013). Esta propuesta busca que sea posible la superposición o traslape entre territorios campesinos, sean ZRC o no, con las áreas protegidas del nivel nacional.

Por su parte el Plan de Consolidación Integral de la Macarena –PCIM–, como política pública de seguridad, ha establecido otra representación gráfica y cartográfica de la región de la Macarena. El PCIM fue diseñado y puesto en marcha en el año 2007 como respuesta a los modestos resultados de los Planes Colombia y Patriota, en relación con la erradicación de los cultivos de coca y la lucha contra las guerrillas; así como a las críticas relacionadas con la estrechez de un enfoque únicamente militar; y al reconocimiento de que los servicios sociales son importantes para la consolidación territorial, se inicia la puesta en marcha de esta denominada “acción integral” por parte del gobierno nacional, tomando como caso piloto la Macarena y desarrollado en cinco municipios de los quince que tiene el AMEM, Mesetas, Uribe, La Macarena, Puerto Rico, Vista Hermosa y San Juan de Arama, pero que actualmente se desarrolla en catorce zonas más<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Las zonas priorizadas para el desarrollo de Planes de Consolidación Integral son Macarena, Río Caguán, Nariño, Córdoba, Bajo Cauca Antioqueño, Buenaventura, Montes de María, Catatumbo, Sierra Nevada de Santa Marta, Cordillera Central, Putumayo, Arauca, Cauca y Chocó.

La acción del PCIM combina la inversión militar, con la inversión en desarrollo productivo y de infraestructura, buscando la consolidación de la presencia del Estado y el desarrollo de una acción coordinada para la seguridad territorial, la protección ciudadana y el desarrollo económico y social. Considera tres fases: la primera de recuperación –de zonas rojas–, cuyo objetivo es la seguridad territorial con una alta intervención militar; la segunda de transición –zonas amarillas– en áreas que están bajo el control territorial y en las cuales se inician actividades de desarrollo económico y se busca la atención de otras instituciones del Estado; La tercera de consolidación –zonas verdes– son áreas estabilizadas, con mayor intensidad en el esfuerzo político y social. El esfuerzo militar se va haciendo menos intenso en cuanto se acerca a la consolidación y va creciendo la inversión en actividades orientadas al desarrollo social, económico y político.

Esta regionalización de seguridad que representa las zonas seguras –estables/consolidadas/verdes–; y las zonas inseguras –en estado de emergencia/en recuperación/rojas–, genera una imagen y un discurso sobre lo peligroso, lo inseguro, lo inaccesible y estigmatiza a la población que habita estos territorios. La mayor parte de la región de la Macarena es zona roja<sup>9</sup>, asociada con cultivos de coca, guerra y guerrillas.

Lo que se dice sobre la región no es el reflejo de lo que se ve en y como región. Albuquerque Júnior en su libro *A invenção do Nordeste* plantea que la región se instituye, paulatinamente, por medio de prácticas y discursos, imágenes y textos que pueden tener o no, relación entre sí y que están mediadas por relaciones de poder. “Hablar y ver son formas diversas de dominar este objeto regional, que se pueden dirigir o no al mismo sentido. Ni siempre lo enunciable se torna práctica y no toda práctica es transformada en discurso. Los discursos hacen ver, no obstante puedan hacer ver algo diferente de lo que dicen. Son las estrategias de poder que orientan los encuentros o las divergencias entre lo visible y lo decible y el contacto entre ellos.” (Albuquerque Júnior: 2009:59)

Estas dos regionalizaciones han sido productoras de diferenciación espacial, con los discursos, imágenes y las prácticas que los acompañan. La regionalización ambiental y la de seguridad, han generado y continúan generando exclusión. La primera, la ambiental, excluye el uso productivo y convierte a los campesinos en “invasores” e

---

<sup>9</sup> La zona roja, se ve de color negro, para la impresión en blanco y negro

“ilegales”; la segunda, la de seguridad genera una imagen de que sus pobladores son “bandidos” e “ilegales”.

Tanto las políticas de seguridad como ambientales han sido la forma de responder a los discursos y las demandas internacionales. La decisión de constituir la Reserva Biológica de la Macarena en 1948 tiene como principal antecedente la séptima Conferencia Panamericana realizada en Montevideo en 1933, en la cual se acordó que se considerarían monumento las obras de la naturaleza de gran interés científico, indispensables para el estudio de la flora y la geología, y recomendó al gobierno colombiano iniciar acciones para la conservación de la biodiversidad. Posteriormente, en 1941 se ratifica la Convención para la Protección de la Naturaleza y la Preservación de la Vida Silvestre para el Hemisferio Occidental, mediante la cual el país adquirió el compromiso internacional de fijar políticas claras que garantizaran la protección de las áreas que por su riqueza biológica debían conservarse.

Regionalizaciones de exclusión son también de inclusión, pues “degradar el otro” o ponerle límites, es también una forma en el cual el Estado puede tener el control de la población y gobernar (Foucault, 1978). La Macarena ha sido un “laboratorio de guerra”, probando estrategias que han sido aplicadas después en otras regiones del país igualmente complejas, como Montes de María y el Catatumbo; pero también ha sido “el caso piloto” para las estrategias de control del avance de la frontera agraria sobre las áreas protegidas.

Una forma de entender la Macarena como región y como territorio en disputa, entre el Estado, el capital, las guerrillas, y lo campesinos, estos últimos en condiciones de gran desigualdad, puede ser el concepto de frontera usado por el sociólogo Martins (2009) para explicar la frontera amazónica brasilera. Frontera para Martins, es el lugar de la alteridad, siendo al mismo tiempo un lugar de descubierta del otro y de desencuentro; desencuentro de diferentes concepciones de vida y visiones de mundo, así como de temporalidades históricas, pues cada uno de esos grupos está situado diversamente en el tiempo de la historia.

Ese camino conceptual y metodológico escogido por Martins es útil también para entender la frontera amazónica colombiana, y por tanto la región de la Macarena, como el encuentro entre los diferentes. Diferentes territorialidades y temporalidades, pues en ella confluyen procesos simultáneos, pero con temporalidades diferentes, de un lado la

temporalidad del capital y del Estado, de otro los temporalidades campesinas e indígenas.

Las regionalizaciones –ambiental y de seguridad– han tenido como resultado la desvalorización del otro, el que está del otro lado, de la frontera, el “bandido”, para el caso de las regionalizaciones de seguridad; el “destructor” o “invasor” para el caso de las regionalizaciones ambientales; el “atrasado” para las regionalizaciones económicas o de proyectos de desarrollo; y valorizar otra concepción del mundo, otra forma de apropiarse del mundo, la del capital.

### **3. La Macarena, articulación desde arriba.**

Finalizando los años noventa el Estado cambió su mirada sobre la Orinoquia, pasando a verla como una región que podría ser modernizada, especialmente a través de las tres locomotoras del gobierno Santos, minero-energética, de infraestructura para el transporte y agropecuaria;<sup>10</sup> es decir, la exploración y explotación de hidrocarburos, la plantación de palma africana y la ganadería extensiva.

Esta es un área con amplio potencial para la exploración y explotación de hidrocarburos, para el establecimiento de plantaciones para el desarrollo de agrocombustibles, en particular la palma africana y en la cual se ha venido consolidando la ganadería extensiva.<sup>11</sup>

Actualmente la Orinoquia colombiana aporta el 30% de la producción nacional de palma, entre 2008 y 2010 se sembraron 1.500 nuevas hectáreas de palma en cinco de los municipios con mayor incidencia en los Parques Nacionales Naturales del Ame-Macarena: San Juan de Arama, Puerto Lleras, Vista Hermosa y Puerto Rico (Fedepalma, 2008 y Ministerio de Agricultura, 2010). Así mismo el departamento del

---

<sup>10</sup> El Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014 para lograr el objetivo propuesto de crecimiento económico sostenido y la generación de empleo, identificó la necesidad de dar fuerza a cuatro sectores de la economía que ha llamado locomotoras, estas las define como sectores que avanzan más rápido que el resto de la economía: (1) sector minero-energético, (2) infraestructura de transporte, (3) agropecuaria y (4) vivienda.

<sup>11</sup> Según datos de Fedepalma (2008) y Ministerio de Agricultura (2010), actualmente la Orinoquia colombiana aporta el 30% de la producción nacional de palma; entre 2008 y 2010 se sembraron 1.500 nuevas hectáreas de palma en cinco de los municipios con mayor incidencia en los Parques Nacionales Naturales del AME-Macarena: San Juan de Arama, Puerto Lleras, Vista Hermosa y Puerto Rico. La Encuesta Nacional Agropecuaria reportaba para el año 2008, que el departamento del Meta ocupa el primer lugar como productor nacional de ganado bovino y el 87,5% del área departamental está orientada a la ganadería extensiva. (Los datos y las fuentes citadas en este pie de página han sido tomados de las presentaciones realizadas por Juan Carlos Clavijo en Junio de 2011, en el marco de la discusión Propuesta de Acción conjunta para la Gestión en el Área de Manejo Especial de la Macarena)

Meta ocupa el primer lugar como productor nacional de ganado bovino y el 87,5% del área departamental está orientada a la ganadería extensiva (Encuesta Nacional Agropecuaria, 2008).

La Macarena es también una zona estratégica para la conexión de las tres regiones de la cual hace parte: Andes, Orinoquia y Amazonia. En ella está proyectada la vía Marginal de la Selva y el Llano, que hace parte del Eje Andino de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana –IIRSA– y que puede llegar a ser una de las vías más importantes de Suramérica, pues permitiría la conexión entre Caracas, Bogotá y Quito con el sur del Ecuador (Arcila: 2007:17).

Ese proyecto modernizador en curso, se fundamenta en una abstracción simplificada de una región extremadamente diversa, que es andina, amazónica y también orinoquense, y la reduce a una frontera agrícola, a un espacio “vacío” y “atrasado”, que debe ser desarrollado, por algún agente externo, pero no por aquellos que son del lugar y que no consiguieron salir del atraso.<sup>12</sup>

En los discursos de empresarios y del Estado suele compararse la Orinoquia con el cerrado brasileiro. Estos discursos se han hecho públicos de diferentes maneras. Una de las más publicitadas, es la publicación hecha por la revista *Semana* de amplia circulación nacional en el año 2013, denominada “Tierra a la Vista. La Orinoquia y la Amazonia están en un momento crucial para impulsar el desarrollo del país. Las decisiones que se tomen serán vitales para lograrlo”. En esta publicación se promociona la Orinoquia y la Amazonia para articularla al desarrollo nacional, en coordinación con instituciones del Estado, así como administraciones municipales y departamentales.

En el mapa que representa la región de la Orinoquia en esta publicación, está conformada por cuatro departamentos Arauca, Casanare, Vichá y parte del Meta. Así mismo se diferencian cuatro “subregiones”, piedemonte llanero en naranja, Orinoquia inundable en verde oliva, altillanura en azul y franja de transición en verde. La región de la Macarena, que en este caso corresponde al Área de Manejo Especial de la Macarena, se excluye de la Orinoquia, dejándola en el mapa como una mancha blanca, lo que podría interpretarse más que como la no pertenencia a esta región por sus características ecosistémicas, como una zona excluida de usos productivos por el ordenamiento ambiental legal y tal vez del desarrollo empresarial, toda vez que por ser

---

<sup>12</sup> Una reflexión como esta hace Porto Gonçalves, 2008 sobre la Amazonia brasileira en el libro *Amazônia, Amazônia*.

una “zona roja” no puede ser garantizada la seguridad para la inversión y al mismo tiempo.

Otra forma de articular la región desde arriba, a otras escalas no sólo la nacional, si no en Latinoamericana, ha sido a través de las iniciativas de cooperación internacional para los temas ambientales. En particular la Iniciativa para la Conservación en la Amazonia Andina, ICAA, ha creado un programa Latinoamericano para esta región que incluye Perú, Ecuador, Bolivia y Colombia. El promotor de esta iniciativa es la Agencia de los Estados Unidos para el Desarrollo Internacional –USAID–, que viene trabajando en la región de la Macarena desde el año 2007 en coordinación con el Plan de Consolidación Integral de la Macarena, como política de seguridad y la Unidad de Parques Nacionales, en la puesta en marcha de su política ambiental.

Esta articulación desde arriba, de manera contradictoria produce, desarticulación, fragmentación, exclusión en los de abajo, pues si bien integra, iniciativas de infraestructura, y de cooperación internacional, los beneficiarios de esta integración no son las campesinos y en general los habitantes de la Macarena. Como en el sentido que propone Haesbaert entender la des-articulación, que destaca el carácter concomitante de estructuración y desestructuración regional, espacio al mismo tiempo conectados, cohesionados y desconectados, disjuntos. (Haesbaert, 2010:136)

#### **4. De la Región de La Macarena a Las regiones en La Macarena**

La Macarena no era nombrada en el lenguaje campesino como región; de esa manera comienza a aparecer iniciando los años 90, después de la creación del AMEM y de un proceso de divulgación que emprende el Instituto de Recursos Naturales, entidad que precedió al Ministerio de Ambiente. Los campesinos reconocen otras regiones de escala local, que se inscriben dentro del AMEM, como el Bajo Ariari, el Alto Ariari, el Guayabero, el Güejar, el Duda, el Losada-Guayabero, entre muchas otras; es más común la referencia a la vereda<sup>13</sup> en la que viven y el municipio en el cual ésta se localiza.

Estas regiones y veredas no han sido cartografiadas en su mayoría o tal vez no sean cartografiables, porque no son fijas, mudan pues responden a vínculos culturales y sociales, pero cuyos recursos y gentes son conocidas por los campesinos, y están llenas

---

<sup>13</sup> La vereda es una unidad territorial de carácter social, que congrega un conjunto de fincas localizadas en las zonas rurales.



de sentidos y significados en la vida cotidiana de sus habitantes, pero no han logrado ser visibles y tener voz en los niveles regional y nacional.

Durante los años noventa estas regionalizaciones vividas comenzaron a hacerse más visibles, a través de la lucha campesina por la tierra, que se concreta en las Zonas de Reserva Campesinas, como una figura creada en el año 1994 a través de la Ley 160, que busca dar reconocimiento a las territorialidades campesinas, es decir el derecho a la reproducción material y simbólica de sus modos de vida. Estas ZRC son incluidas en la legislación nacional colombiana como resultado de la lucha de un movimiento campesino con expresiones de rebeldía y resistencia, que buscaba afianzar su relación con la tierra, y en el marco de una posibilidad de diálogo de paz entre el gobierno nacional y las guerrillas.

En el AMEM y sus zonas de influencia se han constituido tres ZRC de las seis que hay en el país, la de Cabrera en el departamento de Cundinamarca, la de Pato Balsillas en el departamento del Caquetá, y la de Calamar en el departamento del Guaviare. En la actualidad hay tres ZRC en solicitud, la del Ariari-Guejar-Cafre y la del Losada-Perdido en el departamento del Meta y la de la Localidad 20 de Sumapaz en Cundinamarca, podría decirse que es en La Macarena donde mayor demanda ha habido por la constitución de esta figura.

La definición de los límites de las ZRC se ha hecho con base en las veredas asociadas a las organizaciones de segundo nivel, como en la región Ariari-Guejar-Cafre, localizada en el municipio de Puerto Rico, Meta, reúne la totalidad de 15 veredas y suma en total 35.000 hectáreas. Esta regionalización de escala local, es una **región vivida**, es decir que representa una cohesión territorial en términos de intercambio cotidiano de los campesinos, de compartir intereses, necesidades de inclusión de atención del Estado y porque han venido movilizándose desde el año 2006 en la reivindicación por el derecho a la tierra y la seguridad alimentaria en la región.

A partir del año 2012 las organizaciones campesinas vienen avanzando en la constitución de una organización campesina de tercer nivel en el AMEM.<sup>14</sup> Hoy esta iniciativa está materializándose en la iniciativa CORPO-AMEM, que reúne 22 organizaciones campesinas que buscan conformar una red de Zonas de Reserva

---

<sup>14</sup> El primer nivel de organización campesina se ha entendido como el de la vereda, que se organiza a través de la Junta de Acción Comunal, JAC. El segundo nivel son asociaciones que reúnan un grupo de veredas y de JAC. El tercer nivel son asociaciones o corporaciones que reúnan dos o más asociaciones de las del segundo nivel.

Campesina alrededor de los Parques Nacionales Naturales del AMEM, a zonas localizadas en los Distritos de Manejo Integrado. Según el planteamiento de los líderes campesinos, esta red, tendría dos objetivos, por un lado reconocer el derecho a la tierra de los campesinos y por otro servir de “barrera” para los procesos de colonización que vienen avanzando en los parques nacionales del AMEM.

Esta red de zonas de reserva campesina, puede ser una región red, como la que propone Haesbaert (2010), espacios discontinuos, pero articulados entre sí. Esta red discontinua de organizaciones campesinas, tiene una pretensión de cohesión, de articular el movimiento campesino de La Macarena, a través de las organizaciones campesinas que lo representan, que es altamente heterogéneo, tanto por los actores, como por los objetivos y formas de lucha.

La iniciativa CORPOAMEM, si bien es una iniciativa campesina, toma como referencia la región ambiental del Área de Manejo Especial de la Macarena. Esto muestra un proceso como esas imágenes y discursos promovidos por las políticas públicas ambientales y de seguridad, así como por los proyectos de cooperación han venido difundiendo esta idea de región, que hoy es apropiada por los líderes campesinos, con el fin de captar la inversión de recursos de cooperación internacional y para visibilizar la lucha por la tierra, la seguridad alimentaria y los derechos humanos. CORPOAMEM cuenta con recursos de la Agencia Alemana de Cooperación al Desarrollo –GIZ– y se enmarca en una iniciativa de coordinación institucional que apoya esta agencia, y que tiene por objetivo avanzar en la implementación del ordenamiento ambiental legal propuesto para el AMEM desde el año 1989.

## 5. Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e Outras Artes. 5. Ed., São Paulo: Cortez:2011 ISBN 978-85-249-1485-0. 2009
- ASOCIACIÓN CAMPESINA PARA LA AGROECOLOGÍA Y EL COMERCIO JUSTO EN LA CUENCA DEL RÍO GUEJAR, AGROGUEJAR. Resumen del Plan de Desarrollo Sostenible de la Zona de Reserva Campesina Ariari-Guejar-Cafre, “Vida en mi vejez y la niñez”. Documento Inédito, Puerto Rico – Meta, Mayo 5 de 2012
- ARCILA, Oscar y SALAZAR, Carlos Ariel. Sur del Meta: Territorio amazónico. Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas-Sinchi: Bogotá, Colombia, 2007
- BONFILL, Guillermo. El México Profundo, una civilización negada. Editorial Grijalbo. ISBN 9700505723. 1987.
- CENTRO DE COORDINACIÓN PARA LA ACCIÓN INTEGRAL, CCAI. Concepto y avances. Ministerio de defensa de la República de Colombia. 2010
- COSTA, Rogério H. da. Regional-Global. Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

- \_\_\_\_\_. Região, Diversidade Territorial e Globalização. GEOgraphia ano 1, n.1. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia.1999.
- CUBIDES, Fernando y otros. La Macarena Reserva Biológica de la Humanidad. Territorio de conflicto. Bogotá: Centro de Estudios Sociales –CES–, Universidad Nacional de Colombia, 1989.
- DEAN, Mitchell. Governmentality: Power and rule in modern society, 1999.
- DO CARMO, Valter. Pela outra Margem da fronteira: Território, identidade e lutas sociais na Amazônia. Brasil, Niterói: Dissertação Mestrado em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2006.
- FALS BORDA, Orlando y otros. La insurgencia de las provincias. Hacia un nuevo ordenamiento territorial para Colombia. Bogotá, Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales, Universidad Nacional/Siglo XXI Editores, 1988.236 pp
- FALS BORDA, Orlando. Bases para un plan de retorno a la tierra y a la vida. En: Almarío García y otros. Dimensiones territoriales de la guerra y la paz. Universidad Nacional de Colombia. Red de Estudios de Espacio y Territorio, Bogotá. 2002
- FOUCAULT, Michel. O Método. En: Historia da Sexualidade I: A vontade do saber. Rio de Janeiro: Ediciones Graal, 1988.
- FOCAULT, Mitchell. A Governamentalidade, Curso do College de France, 1 de fevereiro de 1978
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA, IICA, 2006. Lineamientos de política de largo plazo para la región de la Orinoquia y la Amazonia colombiana, 2006 – 2020. Observatorio Territorios del IICA.
- MARTINS, José de Souza. Fronteira - A degradação do Outro nos confins do humano. 2ª edição, rev. e atualizada, Ed. Contexto. 2009
- MASSIRIS, Angel. Ordenamiento territorial y procesos de contrucción regional. 2010. En: <http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/geografia/masir/inicio.htm>
- PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. Amazônia, Amazônia: São Paulo: Editora contexto, 2008.
- PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. A Territorialidade Seringueira. Geografia e Movimento Social. Revista GEOgraphia, Vol. 1, No 2 (1999)  
Universidade Federal Fluminense
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. En: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR.
- PUBLICACIONES SEMANA. Tierra a la Vista. 17 de Marzo de 2013

## **GT 10 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural**

### **Ministério Público e o fomento aos Assentamentos Verdes na Amazônia<sup>1</sup>**

**Ana Luisa Santos Rocha<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Advogada e Mestranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: analuisasrocha@gmail.com

**Resumo:** O trabalho destaca o papel do Ministério Público, no exercício de sua função institucional de proteção do meio ambiente, como ator capaz de estimular a formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural que asseguram o uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia, tendo como base de análise o caso do “Programa Assentamentos Verdes”.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas na Amazônia; Ministério Público; Assentamentos Verdes.

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado sob a orientação do Prof. Dr. José Heder Benatti no âmbito do Projeto “Alternativas para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, financiado pela CAPES (Edital Pró-Integração 55/2013).

Filiação: Celso Henrique Machado Rocha e Marilda Jorge Santos Rocha  
Endereço: Travessa Vileta, n°. 2585, apto 2303; Cep: 66093345; Belém/PA.

## Introdução

A Amazônia possui um grave histórico de conflitos no campo, de altos índices de degradação ambiental, além de um verdadeiro caos fundiário, onde o Poder Público federal e estadual não possui pleno conhecimento sobre quais terras são públicas, quais estão sob o domínio particular de forma regular, e quais representam a grilagem<sup>2</sup>.

Tudo isso é reflexo de um modelo de ocupação aplicado desde a colonização, marcado pela exploração do trabalho humano, exploração perdulária dos recursos naturais e propriedade terras com limites definidos pelo poder econômico e político dos latifundiários<sup>3</sup>. A noção da Amazônia como a última fronteira do país<sup>4</sup>, a partir da década de 70, agravou ainda mais o quadro de fundiário, social e ambiental na região.

Na década de 80, com o país se encaminhando para o fim da Ditadura Militar, os anseios de diversas camadas da sociedade civil e de opositores ao regime ditatorial afloraram rapidamente, especialmente os ligados aos movimentos sociais agrários e aos movimentos ambientalistas, influenciando diversos dispositivos da nova Constituição promulgada em 1988.

Além das forças dos movimentos da sociedade civil, o Ministério Público passou a debater sua atuação e a postular sua independência face ao Poder Executivo e a afirmar o seu papel institucional como defensor da ordem democrática e protetor dos interesses difusos e coletivos dos cidadãos, pleito que foi incorporado pela Constituição de 1988.

Hoje, a atuação do Ministério Público na Amazônia é muito expressiva, com destaque para a defesa de direitos territoriais de populações tradicionais, a violação de direitos humanos e o combate do desmatamento e outros danos ambientais<sup>5</sup>. Nesse sentido, será analisado no presente trabalho como as ações do Ministério Público “agilizaram”<sup>6</sup> o lançamento do Programa Assentamentos Verdes em novembro de 2012.

---

<sup>2</sup> Conforme ressaltam Brenda Brito e Paulo Barreto, o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, finalizado em 2001, sobre a ocupação de terras públicas na Amazônia, apontou os diversos casos de irregularidades e falsificações em registros de imóveis (*In: A regularização fundiária avançou na Amazônia? Os dois anos do programa Terra Legal*. Belém: Imazon, 2011, p. 39).

<sup>3</sup> BENATTI, José Heder. **Direito de propriedade e proteção ambiental no Brasil**: apropriação e uso dos recursos naturais no imóvel rural. Belém: NAEA/UFPA, Tese de doutorado, 2003, p. 120.

<sup>4</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no Século XXI: Novos Dilemas e suas implicações no Cenário Internacional. *In: Territórios de Desenvolvimento e Ações Públicas*. ROCHA, Gilberto Miranda; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; TYESSERENC, Pierra (Orgs). Belém: EDUFPA, 2009, p. 97.

<sup>5</sup> Vale registrar que no Pará já foram ajuizadas 20 ações civis públicas contra várias violações de direitos na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira/PA. Cita-se ainda, as 21 ações civis públicas ajuizadas contra o desmatamento provocado pelo desenvolvimento de atividades pecuárias no Estado.

<sup>6</sup> Diz-se “agilizaram”, entre aspas, posto que não se desconsidera o papel dos movimentos sociais, ONGs e de outras instituições públicas que já debatiam a necessidade de uma atuação mais efetiva do INCRA nos assentamentos na Amazônia Legal, na articulação entre programas fundiárias e ambientais.

## 1. O Governo Militar e suas implicações para a questão agrária na Amazônia

Com os Governos Militares, a partir do Golpe de 1964, e seus discursos integracionistas e de segurança nacional a Amazônia enfrentou uma mudança radical em aspectos políticos, econômicos, sociais e agroambientais.

A política de incentivos fiscais, a instalação de grandes projetos agropecuários e minerários, a abertura de rodovias federais ao lado do intenso estímulo à ocupação do “vazio demográfico” resultaram em um fluxo migratório para a Região Norte maior que em quatro séculos de colonização<sup>7</sup>, agravando a degradação ambiental, os casos de conflitos no campo, o caos fundiário e a grilagem de terras.

Desde o final dos anos 50 e durante a década de 60, embora de forma não tão intensa quanto nos anos 70, muitos colonos vieram para a Amazônia em busca de um pedaço de terra e o com sonho de uma vida melhor. Foram esses pequenos produtores e agricultores familiares os atores das primeiras frentes de expansão da fronteira agrícola no Norte do País<sup>8</sup>.

A abertura de estradas na Amazônia foi fundamental tanto para a ocupação da região, quanto para o aumento dos conflitos agrários. A Transamazônica (BR-230), a Pará-Maranhão, ao lado das PA's 70 e 150 intensificaram sobremaneira a vinda de colonos que foram se instalando às suas margens<sup>9</sup>, porém, como ressalta Treccani: “O governo não se preocupou em legalizar logo as posses constituídas ao longo da estrada criando assim, os pressupostos dos conflitos futuros”<sup>10</sup>.

A política de incentivos fiscais destinados a atrair interesses econômicos e financeiros se tornou uma constante, principalmente com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, pela Lei nº. 5.173 de 27 de outubro. No mesmo dia, via Lei nº. 5.174/1966, o Governo Federal logo instituiu a política de concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica.

Ao mesmo tempo em que incentivou a entrada do capital nacional e internacional para projetos agropecuários e minerais na Amazônia, o Governo passou a incentivar e subsidiar a vinda de migrantes, principalmente das zonas de tensões do Nordeste do país<sup>11</sup>.

---

<sup>7</sup> Em 1950, a Região Norte abrigava 2.930.005 pessoas. Em 1991, após os Governos Militares, esse número atingiu a marca de 10.257.266 pessoas. Dados do Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>>. Acesso: 10 maio 2014.

<sup>8</sup> HEBETTE; ACEVEDO MARIN apud LOUREIRO, op. cit., p. 96.

<sup>9</sup> TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem**: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA: ITERPA, 2001, p. 164.

<sup>10</sup> TRECCANI, ibidem, p. 165.

<sup>11</sup> SILVA apud TRECCANI, ibidem, p. 175.

“Esse processo, desencadeado pelo próprio Estado brasileiro, tornava o conflito rural violento um fato inevitável da vida na Bacia Amazônica”<sup>12</sup>.

Em 1964 foi editada a Lei nº. 4.504/64 que dispõe sobre o Estatuto da Terra. A mesma lei também criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA). Em novembro de 1966, foi lançado mediante o Decreto nº 59.456, o Plano Nacional e Regionais de Reforma Agrária.

Em que pese o discurso oficial da “reforma agrária” e os instrumentos previstos no Estatuto da Terra para efetivá-la, na década de 70 as ações do Governo se voltaram para os projetos de colonização e não para a alteração da estrutura fundiária da Amazônia<sup>13</sup>.

Em julho de 1970, com o Decreto-Lei nº 1.110 criou-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir da fusão do IBRA e do INDA. Foram diversos projetos oficiais de colonização, além de projetos privados objetivando ocupar regiões isoladas e distantes<sup>14</sup>.

A política fundiária dos Militares na Amazônia foi marcada pela federalização de partes dos territórios dos Estados membros da Amazônia Legal. O Decreto-Lei nº. 1.164/71 estendeu a jurisdição federal sobre os 100km de terras devolutas às margens das rodovias federais construídas, em construção ou projetadas, o que representou, por exemplo, a federalização de 70% das terras do Estado do Pará.

Sob o argumento de ordenar o processo de ocupação da Amazônia, o Governo, em verdade, estabeleceu as condições necessárias para a apropriação privada de terras até então devolutas<sup>15</sup>, além das terras ocupadas pelos povos indígenas e populações tradicionais.

Os projetos privados de colonização incentivados pelos Militares, sobretudo a partir de 1974, acabaram por representar uma verdadeira venda de terras para as mãos de detentores de capital<sup>16</sup>. Todo esse processo não foi acompanhado de uma política

---

<sup>12</sup> MACHADO, Luciana de Oliveira Rosa. **Uma nova lei de terras para a Amazônia: o caso de Santarém, Pará**. Brasília, Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2011, p. 99.

<sup>13</sup> BURSZTYN apud MACHADO, *ibidem*, p. 100.

<sup>14</sup> Essa forma desintegrada de gestão na criação de assentamentos e projetos de colonização prejudicou o desenvolvimento da região em termos não só produtivos, mas também sociais e ambientais. O fracasso desse modelo de Reforma Agrária é afirmado no II Plano Nacional de Reforma Agrária (*In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Edição especial para o Fórum Social Mundial de 2005. Brasília, DF: INCRA, 2005, p. 9).

<sup>15</sup> TRECCANI, *op. cit.*, p. 168.

<sup>16</sup> MACHADO, *op. cit.*, p. 104.

fundiária eficaz, ante a ausência do Estado. Éleres destaca que: “A intervenção durou 16 anos, sendo revogada pelo Decreto-Lei 2.375/1987, mas as áreas do patrimônio estadual não foram devolvidas e só em outubro de 1995 o assunto começou a ser analisado (...)”<sup>17</sup>.

O resultado das ações aplicadas especialmente nos anos 70 é que, em 1978, na Amazônia “as 523 propriedades com área acima de vinte mil hectares representavam quase metade de todas as terras da região, distribuídas em mais de 106 mil propriedades rurais”<sup>18</sup>, com o índice de GINI alcançando no Brasil a marca de 0,854 no mesmo ano<sup>19</sup>.

Ao lado da concentração fundiária os conflitos pelo uso da terra entre colonos e grandes empresários se acirrou com a inserção do capital na Amazônia. Privilegiou-se a agropecuária e os projetos minerais, enquanto os posseiros, agricultores familiares e as populações tradicionais foram gravemente penalizados. O conflito é a problemática da fronteira e “esta característica tem sido a triste e trágica marca da Amazônia como fronteira de expansão da economia e da sociedade”<sup>20</sup>.

O processo de modernização e capitalização do campo promoveu, além da consolidação do quadro de concentração de terras e conflitos, a degradação ambiental na Amazônia. O ciclo do desmatamento provocado pela abertura de estradas e exploração madeireira seguidos pela expansão agropecuária e o grande fluxo migratório fizeram com que os 2% de Floresta Amazônica destruídos em 470 anos de colonização (de 1500 a 1970), saltassem entre os anos 70 e 90, para a casa dos 10%<sup>21</sup>.

## **2. Redemocratização do país: Política Agrária, Movimentos Sociais e Ministério Público na Constituição de 1988**

O Estatuto da Terra instituído pela Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, embora em vigor durante toda a Ditadura Militar, não foi colocado em prática em prol da reforma agrária e da melhoria de vida no campo. Apesar das críticas ao Estatuto, havia instrumentos jurídicos à disposição do Governo, mas faltou vontade política<sup>22</sup>.

---

<sup>17</sup> ÉLERES, Paraguassú. **Intervenção Territorial Federal na Amazônia**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 113.

<sup>18</sup> MACHADO, op. cit., p. 106.

<sup>19</sup> LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos Rurais na Amazônia: contradições entre a Política Agrária e a Política Ambiental. **Ambient.soc.**, Campinas, v 13, n. 1, junho de 2010, p. 115. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414753X20100001000008&lng=en&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X20100001000008&lng=en&nrm=is)>. Acesso: 12 maio 2014.

<sup>20</sup> LOUREIRO, op. cit., p. 98.

<sup>21</sup> LOUREIRO apud MACHADO, ibidem, p. 112.

<sup>22</sup> LOPES apud TRECCANI, op. cit., p. 137.



Os casos absurdos de grilagem de terras, isto é, a apropriação privada de terras públicas de forma ilícita, começaram a ser expostos. No Pará, é clássico o caso do “fantasma Carlos Medeiros” que vendeu a dezenas de sucessores cerca de nove milhões de hectares, equivalente a quase 8% do território do Estado do Pará, ou um por cento de todo o território brasileiro<sup>23</sup>.

Durante o processo de redemocratização do país no final da década de 80, uma série de movimentos sociais ganhou voz. Os movimentos não lutavam apenas pela pauta propriamente institucional, mas trouxeram a tona uma série de reivindicações setoriais: liberdade de organização sindical, reforma agrária, reconhecimento do direito de minorias étnicas, preservação ambiental, demarcação de terras indígenas, dentre outros<sup>24</sup>.

Ecoou-se um “grito de basta” vindo da Floresta Amazônica. Eram populações tradicionais e indígenas defendendo o seu modo de vida, extremamente ameaçado nos anos anteriores em razão do desmatamento e da exploração predatória de recursos naturais<sup>25</sup>. Nascia o socioambientalismo brasileiro<sup>26</sup>, ao mesmo tempo em que as pressões nacionais e internacionais<sup>27</sup> para a proteção ambiental com um novo modelo de desenvolvimento aumentavam cada vez mais. Exigiam-se, agora, políticas públicas pautadas na ideia de *ecodesenvolvimento* ou *desenvolvimento sustentável*<sup>28</sup>.

Os movimentos sociais agrários, por outro lado também foram protagonistas ao questionar o modelo de desenvolvimento e ampliar as mobilizações e lutas por participação, cidadania e vida digna no campo. Foram lutas, reivindicações e resistências que criaram as condições políticas indispensáveis para as transformações políticas dos anos 1980<sup>29</sup>.

A Constituição Federal promulgada 1988 incorporou esses anseios. Dedicou um capítulo exclusivo ao meio ambiente, além de valorizar a proteção da diversidade

---

<sup>23</sup> Dados constantes no livro do Banco de Grilagem de Terras do INCRA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/485-livro-branco-da-grilagem-de-terras>>. Acesso: 10 maio 2014.

<sup>24</sup> SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Petrópolis, 2005, p. 56.

<sup>25</sup> SANTILLI, op.cit., p. 32.

<sup>26</sup> SANTILLI, ibidem, p. 34.

<sup>27</sup> Foi marcante a influência dos grandes eventos internacionais sobre meio ambiente nesse processo, como a Conferência de Estocolmo em 1972, a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum em 1987 e a preparação para a Conferência no Rio de Janeiro em 1992.

<sup>28</sup> SACHS apud MACHADO, op. cit., p. 114.

<sup>29</sup> SAUER, Sérgio. **Agricultura Familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008, p. 46.

cultural dos povos que constroem a identidade nacional. Reservou direitos territoriais especiais tanto para as populações indígenas quanto para as comunidades quilombolas.

Quanto à questão agrária, a Carta Magna conferiu destaque à política agrícola e fundiária e à reforma agrária que, atrelado ao lançamento do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985, no governo de José Sarney, intensificou a criação de assentamentos no país após a redemocratização.

A Constituição também inovou no tratamento conferido ao Ministério Público. Até 1988, o Ministério Público era um órgão subordinado ao Poder Executivo por força da Emenda Constitucional nº. 01 de 1969, sob a égide da Constituição de 1967. Até então, os Procuradores da República eram responsáveis pela defesa da União em juízo.

Ainda no período ditatorial, muitas vezes já clamavam pela necessidade de um Ministério Público com atuação independente e voltada para a defesa da sociedade e da democracia. O marco para a instituição foi o 1º Encontro Nacional de todos os Ministérios Públicos, reunindo Procuradores-Gerais de Justiça, o Procurador-Geral da República e todos os presidentes de Associação de Ministérios Públicos<sup>30</sup>.

O Encontro ocorreu em Curitiba em junho de 1986, após o advento de legislações de extrema importância para a atuação do órgão: o Estatuto do Ministério Público Nacional (Lei Complementar nº. 40/1981) e a Lei da Ação Civil Pública (Lei nº. 7.347/1985). É possível citar ainda, a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº. 6.938/81) que conferiu ao MP legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Ante a incipiente redemocratização do país, falava-se não só em reconhecimento da consciência institucional e nacional do MP, mas também de sua consciência social e da necessidade de afirmação como órgão defensor dos interesses indisponíveis da sociedade<sup>31</sup>. Como resultado do evento, foi produzida a “Carta de Curitiba”, documento que contemplava os anseios de um Ministério Público Nacional e que teve forte influência durante a Assembleia Constituinte.

Ao lado do perfil constitucional inovador concedido pela Constituição de 1988 às questões ambientais, culturais, à política agrária e aos direitos fundamentais, o

---

<sup>30</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. **O Ministério Público e a Defesa do Regime Democrático**. Disponível em: <<http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/mpedemocracia.pdf>>. Acesso: 19 maio 2014.

<sup>31</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. **A Carta de Curitiba e a Constituinte**: Tese apresentada ao VII Congresso Nacional do Ministério Público, pub. AMMP/Conamp, abr. 1987. Disponível em: <<http://www.mazzilli.com.br/pages/informa/curitibaconst.pdf>>. Acesso: 19 maio 2014.

Ministério Público também ganhou novo tratamento, em conformidade com os anseios por mudanças na instituição:

O Ministério Público na Constituição de 1988 recebeu uma conformação inédita e poderes alargados. Ganhou o desenho da instituição voltada à defesa dos interesses mais elevados da convivência social e política, não apenas perante o Judiciário, mas também na ordem administrativa. (...) A instituição foi arquitetada para atuar desinteressadamente na prossecução dos valores mais encarecidos da ordem constitucional<sup>32</sup>.

O Ministério Público desvinculou-se dos Poderes do Estado, concedendo-lhe a Constituinte, o *status* de “Função Essencial à Justiça”, ao lado da Advocacia Pública e Privada e da Defensoria Pública. O art. 127 da Constituição de 1988 conferiu à instituição o caráter permanente, definiu-a como essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

A estrutura do Ministério Público é definida da seguinte forma: o Ministério Público da União (MPU), ao lado do Ministério Público dos Estados. O MPU por sua vez é composto pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Assegurou-se ao MP autonomia funcional e administrativa. Foi a autonomia funcional que garantiu a independência face aos Poderes do Estado e tornou o MP um ator político com maior atuação enquanto representante da sociedade<sup>33</sup>.

Autores como Pedro Rui da Fontoura Porto afirmam que o MP transitou da sociedade política para a sociedade civil, pela razão social de sua vocação na defesa da sociedade, pela razão política de seu compromisso em defesa na democracia e pela razão jurídica ante as garantias constitucionais<sup>34</sup>.

É essa atuação enquanto ator político e social que será retratada no próximo tópico, especialmente no que tange ao desmatamento nos assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na Amazônia Legal e o papel ativo e instigador do Ministério Público na formulação do programa “Assentamentos Verdes”.

---

<sup>32</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 1039.

<sup>33</sup> CARVALHO, Ernani; LEITÃO, Natália. O Novo desenho institucional do Ministério Público e o Processo de Judicialização da Política. In: **Revista Direito GV** 12. Jul/Dez 2010, São Paulo, p. 399-422.

<sup>34</sup> PORTO apud TEJADAS, Sílvia da Silva. Serviço Social e Ministério Público: aproximações mediadas pela defesa e garantia de direitos humanos. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 115. Jul/Set 2013, São Paulo, p. 462-486.

### 3. A questão ambiental nos assentamentos da Reforma Agrária na Amazônia, o Ministério Público e o Programa Assentamentos Verdes

Segundo números oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), durante os oito anos (1995 a 2002) em que Fernando Henrique Cardoso ocupou a Presidência, mais de 500 mil famílias de trabalhadores rurais foram assentadas no Brasil. De 2003 a 2010, no Governo Lula, sob a égide do II Plano Nacional de Reforma Agrária lançado em 2003, foram mais de 600 mil famílias assentadas<sup>35</sup>. Em ambos os governos o destaque da criação de projetos de assentamento foi a Amazônia<sup>36</sup>

A luta do movimento socioambientalista culminou na criação de Reservas Extrativistas (Resex)<sup>37</sup> no início da década 90, no reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, além do reconhecimento do papel das populações tradicionais na proteção ambiental da Amazônia<sup>38</sup>. Em 2000, o expoente maior desse reconhecimento foi a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza pela Lei nº. 9.985/00, ao prever os modelos de unidades de conservação de uso sustentável.

O discurso ambiental foi aos poucos se incorporando também às bandeiras reivindicatórias dos movimentos sociais ligados à Reforma Agrária, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Perspectivas agroecológicas foram introduzidas na pauta do MST desde a década de 90. Já em 2000, a agroecologia passou a ser definida como o principal modelo de produção e desenvolvimento para os assentamentos rurais<sup>39</sup>.

Essas discussões também influenciaram aos poucos as ações de reforma agrária. Em 1996, criaram-se os Projetos de Assentamento Agroextrativista seguindo basicamente a mesma metodologia das Resex. “Desse modo, à época, já se propunha

---

<sup>35</sup> Dados oficiais coletados do site do portal do INCRA, na seção de “Números oficiais da Reforma Agrária”. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1148-familias-assentadas>>. Acesso: 11 set 2013.

<sup>36</sup> LE TOURNEAU; BURSZTYN, op. cit., p. 116.

<sup>37</sup> O papel e a força política que os seringueiros, via atuação do Conselho Nacional de Seringueiros, adquiriram no final da década de 80 foi primordial para a criação das Resex.

<sup>38</sup> SANTILLI, op. cit., p. 36.

<sup>39</sup> No Congresso Nacional do MST realizado em 2007, por exemplo, foi afirmada como um compromisso assumido pelo movimento. BARCELLOS, Sérgio Botton. **A Agroecologia como pauta e estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária**. In: 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais - UFPA. Belém (PA), 2012, p. 4. Disponível em: <[www.redesrurais.org.br/node/815](http://www.redesrurais.org.br/node/815)>. Acesso: 15 maio 2014.

uma Reforma Agrária Diferenciada para a região Amazônica, tentando respeitar o modelo de ocupação das populações tradicionais e preservar a biodiversidade”<sup>40</sup>.

Ao lado, dos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), em 1999 criou-se outra modalidade: Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Essas modalidades de assentamento, ao contrário dos Projetos de Assentamento (PA) criados ao longo do século XX são mais adequados à realidade regional da Amazônia e ao modelo de uso da terra e dos recursos naturais das populações tradicionais, especialmente por incorporarem o apossamento coletivo.

No plano internacional, principalmente após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, o Brasil assumiu uma série de compromissos internacionais para a redução do desmatamento e emissão de gases do efeito estufa. Durante a 15ª Conferência das Partes Signatárias da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas, realizada em 2009, o país assumiu o compromisso de reduzir em até 80% o desmatamento na Amazônia Legal.

O discurso ambiental e sobre mudanças climáticas, é um fator que vem condicionando e permeando a formulação de uma série políticas públicas brasileiras<sup>41</sup>. Para se ter alguns exemplos, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003) fala em “bases para um modelo agrícola sustentável”; o Plano Amazônia Sustentável (2008) fala em “assentamentos rurais em bases sustentáveis”; e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (2004), que ressalta a necessidade de “controlar o desmatamento ilegal em assentamentos da Reforma Agrária”.

Embora no plano governamental o discurso ambiental e social tenha sido incorporado por diversos diplomas legais ao longo dos últimos anos, na prática política, conforme aponta Machado<sup>42</sup>, ainda prevalece uma lógica meramente econômica, aplicando-se à Amazônia um modelo exógeno de crescimento econômico da região. A autora cita como exemplo dessa lógica, os Programas Brasil em Ação (1996-1999),

---

<sup>40</sup> SCHWEICKARDT, Kátia. Reforma Agrária e Política Ambiental na Amazônia – encontros e desencontros. In: **Reforma Agrária e Meio Ambiente**/ESTERCI, Neide; VALLE, Raul Silva Telles do (organizadores). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003, p. 84.

<sup>41</sup> BENATTI, José Heder. Regularização fundiária na Amazônia no contexto das mudanças climáticas. In: **A economia do verde no contexto do desenvolvimento sustentável: a governança dos atores públicos e privados** / Carina Costa de Oliveira, Rômulo Silveira da Rocha Sampaio (organizadores). – Rio de Janeiro: FGV, Direito Rio, 2011, p. 201.

<sup>42</sup> MACHADO, op. cit., p. 119.

Avança Brasil (2000-2003) e o Programa de Aceleração do Crescimento (2004-2007, 2008-2011).

De fato, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) a partir de 2005, após a implementação do PPCDAm, as taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal foram reduzidas. Em 2012, registrou-se a menor taxa de desmatamento desde 1988, quando foram iniciadas as coletas anuais<sup>43</sup>. Em que pese o aumento do desmatamento em 2013, em relação a 2012, quando comparado a 2004, a redução acumulada foi de 79%<sup>44</sup>.

A redução do desmatamento na Amazônia Legal, globalmente considerada, foi muito significativa. Porém, os dados relacionados aos assentamentos da Reforma Agrária, sob responsabilidade do INCRA chamaram a atenção do Ministério Público Federal.

Procuradores da República criaram um grupo de trabalho específico voltado para a Amazônia Legal e instauraram inquéritos civis para apurar as violações ao meio ambiente em assentamentos da Reforma Agrária sob responsabilidade do INCRA. As ações são coadunadas com a função institucional do Ministério Público de proteger e defender os interesses difusos e coletivos da sociedade, no qual se inclui a tutela do meio ambiente.

Nos termos do art. 129 da Constituição Federal de 1988, compete ao MP zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos aos direitos assegurados na Constituição, devendo promover as medidas necessárias a sua garantia e promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Como resultado dos trabalhos e das investigações que duraram um ano, os Procuradores apontaram o INCRA como “o maior desmatador da Amazônia”<sup>45</sup>. Durante

---

<sup>43</sup> ROCHA, Ana Luisa Santos; BENATTI, José Heder; SANTOS, Cleilane Silva dos. **Regularização Fundiária, Desmatamento e Conflitos no Campo no Estado do Pará: Análise dos anos 2009-2012**. In: Licenciamento, Ética e Sustentabilidade/ Antonio Hermam Benjamin, Carlos Teodoro J.H. Irigaray, Eladio Lecey e Silvia Cappelli (organizadores). V. 2. Anais do 18º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, p. 30-42. Disponível em: <<http://www.planetaverde.org/congressos/anais-2013>>. Acesso em 16 maio 2014.

<sup>44</sup> Informações disponíveis no site do Ministério do Meio Ambiente (MMA): <<http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-para-amaz%C3%B4nia-ppcdam>>. Acesso: 16 maio 2014.

<sup>45</sup> Disponível em: <[www.prmt.mpf.mp.br/noticias/mpf-aponta-o-incra-como-o-maior-desmatador-da-amazonia/](http://www.prmt.mpf.mp.br/noticias/mpf-aponta-o-incra-como-o-maior-desmatador-da-amazonia/)>. Acesso: 16 maio 2014. Vale registrar que essa análise sofreu forte crítica, pois não levou em consideração que boa parte dos assentamentos foram criados em propriedades já desmatadas. Tanto é verdade que o Poder Judiciário aceitou a tese de descontar do valor da indenização o correspondente ao passivo ambiental do imóvel rural.

os meses de junho/julho de 2012 o MPF ajuizou em seis (Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará Rondônia e Roraima), dos nove Estados que compõem a Amazônia Legal, ações civis públicas contra o INCRA.

Para fundamentar as ações o MPF utilizou estudos realizados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), do INPE e do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). Nas ações judiciais os Procuradores afirmaram: “Temos então que os assentamentos instalados pelo INCRA responderam por 18% dos desmatamentos verificados na Amazônia Legal nos últimos 10 anos”<sup>46</sup>.

Apontou-se, assim, uma clara contradição entre a tendência de redução pela qual o desmatamento na Amazônia Legal vinha passando e as taxas contabilizadas em alguns assentamentos da Amazônia. As seis ações ajuizadas pelo MPF postulavam nos respectivos Estados a realização dos licenciamentos ambientais, o Cadastro Ambiental Rural, a regularização ambiental e o controle do desmatamento dos projetos de assentamentos.

As ações judiciais promovidas pelo MPF influenciaram a criação do “Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia”, conhecido como “Programa Assentamentos Verdes”. Foi instituído por meio da Portaria/INCRA nº 716, de 27 de novembro de 2012.

O INCRA reconhece na Portaria, com base nas taxas anuais de desmatamento em áreas sob sua gestão, a necessidade de empreender ações para evitar o desmatamento ilegal em áreas de assentamentos. Esse reconhecimento se deu apenas quatro meses após o ajuizamento das ações civis públicas pelo MPF.

O Programa integra ações do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de parcerias com instituições, públicas e privadas, e com os movimentos sociais do campo, para a prevenção, o combate e a criação de alternativas ao desmatamento ilegal em assentamentos da reforma agrária na Amazônia.

Os quatro eixos temáticos do Programa Assentamentos Verdes coincidem ainda em parte, com as postulações feitas pelo MPF. Os eixos são: valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas; recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar; regularização ambiental e fundiária; monitoramento/controlado ambiental e gestão do plano.

---

<sup>46</sup> Declaração disponível em: <[www.prmt.mpf.mp.br/noticias/mpf-aponta-o-incra-como-o-maior-desmatador-da-amazonia/](http://www.prmt.mpf.mp.br/noticias/mpf-aponta-o-incra-como-o-maior-desmatador-da-amazonia/)>. Acesso: 16 maio 2014.

Ainda em 2012, no mês seguinte, o Programa divulgou o seu primeiro boletim<sup>47</sup>, disponibilizando dados sobre desmatamento em assentamentos, atuações do INCRA e as futuras providências do Programa.

Em março de 2013, o Programa Assentamentos Verdes, representado pelo INCRA fechou importante parceria com o Programa Municípios Verdes criado desde 2011 pelo Governo do Estado do Pará para promover o ordenamento e gestão ambiental dos municípios paraenses. O termo de Cooperação técnica entre os programas federal e estadual contou ainda com a participação do Ministério Público Federal.

Em junho de 2013, no documento da 3ª fase do PPCDAm, o Governo Federal assumiu que as taxas anuais de desmatamento nos assentamentos não acompanharam a redução das outras categorias territoriais. “Em 2004 a contribuição era de 14,4% passando para 25,3% em 2011. A contribuição média entre 2001 e 2011 foi de 19,1%”<sup>48</sup>.

Diante da atuação quase imediata do Poder Público no planejamento de novas ações, em agosto de 2013 o MPF e o INCRA fecharam um Termo de Compromisso, válido para toda a Amazônia Legal. A autarquia fundiária federal comprometeu-se em ajustar sua conduta e envidar ainda mais esforços para a adequada gestão ambiental nos assentamentos rurais da Amazônia.

Por outro lado, o MPF com assinatura do TC, comprometeu-se em promover a sua homologação judicial que, por possuir natureza jurídica de transação, extinguiu as seis ações civis públicas ajuizadas contra o INCRA.

### **Considerações Finais**

Não obstante a influência de diversos movimentos sociais populares, organizações não-governamentais (ONGs) e as pressões internacionais sob a necessidade de incorporação efetiva da dimensão ambiental nas políticas públicas nacionais, é possível vislumbrar o relevante papel do Ministério Público enquanto ator social dotado de instrumentos jurídicos capazes de movimentar o Poder Público.

As diferentes realidades sociais, ecológicas e culturais na região Amazônica exigem uma atuação conjunta entre os poderes e órgãos públicos e da sociedade civil,

---

<sup>47</sup> Disponível em: <[www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/analise-balanco-e-diagnosticos/boletins-assentamentos-verdes](http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/analise-balanco-e-diagnosticos/boletins-assentamentos-verdes)>. Acesso: 17 maio 2014.

<sup>48</sup> Presidência da República. Casa Civil. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). 3ª fase (2012-2015):** Pelo uso sustentável e conservação da floresta. Brasília: Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a redução dos índices de desmatamento da Amazônia Legal. Junho, 2013, p. 61.



incorporando também a participação das populações locais para a formulação de ações e políticas públicas que assegurem o uso sustentável dos recursos naturais.

A criação de assentamentos com bases agroecológicas representa um importante instrumento para o controle do desmatamento e para a consolidação de um modelo de apossamento coletivo da terra e dos recursos naturais capaz de abrir novas perspectivas de sustentabilidade social e ambiental.

### **Referências Bibliográficas**

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A Agroecologia como pauta e estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária.** In: 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais - UFPA. Belém (PA), 2012, p. 4. Disponível em: <[www.redesrurais.org.br/node/815](http://www.redesrurais.org.br/node/815)>. Acesso: 15 maio 2014.

BENATTI, José Heder. **Direito de propriedade e proteção ambiental no Brasil: apropriação e uso dos recursos naturais no imóvel rural.** Belém: NAEA/UFPA, Tese de doutorado, 2003.

\_\_\_\_\_. Regularização fundiária na Amazônia no contexto das mudanças climáticas. In: **A economia do verde no contexto do desenvolvimento sustentável: a governança dos atores públicos e privados** / Carina Costa de Oliveira, Rômulo Silveira da Rocha Sampaio (organizadores). – Rio de Janeiro: FGV, Direito Rio, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** Edição especial para o Fórum Social Mundial de 2005. Brasília, DF: INCRA, 2005, p. 9).

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). 3ª fase (2012-2015):** Pelo uso sustentável e conservação da floresta. Brasília: Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a redução dos índices de desmatamento da Amazônia Legal. Junho, 2013.

BRITO, Brenda; BARRETO, Paulo. **A regularização fundiária avançou na Amazônia?** Os dois anos do programa Terra Legal. Belém: Imazon, 2011.

CARVALHO, Ernani; LEITÃO, Natália. O Novo desenho institucional do Ministério Público e o Processo de Judicialização da Política. In: **Revista Direito GV 12.** Jul/Dez 2010, São Paulo.

ÉLERES, Paraguassú. **Intervenção Territorial Federal na Amazônia.** Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos Rurais na Amazônia: contradições entre a Política Agrária e a Política Ambiental. **Ambient.soc.** , Campinas, v 13, n. 1, junho de 2010, p. 115. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414753X2010000100008&lng=en&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2010000100008&lng=en&nrm=is)>. Acesso: 12 maio 2014.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no Século XXI: Novos Dilemas e suas implicações no Cenário Internacional. *In: Territórios de Desenvolvimento e Ações Públicas*. ROCHA, Gilberto Miranda; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; TYESSERENC, Pierra (Orgs). Belém: EDUFPA, 2009.

MACHADO, Luciana de Oliveira Rosa. **Uma nova lei de terras para a Amazônia: o caso de Santarém, Pará**. Brasília, Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2011.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A Carta de Curitiba e a Constituinte**: Tese apresentada ao VII Congresso Nacional do Ministério Público, pub. AMMP/Conamp, abr. 1987. Disponível em: <<http://www.mazzilli.com.br/pages/informa/curitibaconst.pdf>>. Acesso: 19 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **O Ministério Público e a Defesa do Regime Democrático**. Disponível em: <<http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/mpedemocracia.pdf>>. Acesso: 19 maio 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROCHA, Ana Luisa Santos; BENATTI, José Héder; SANTOS, Cleilane Silva dos. **Regularização Fundiária, Desmatamento e Conflitos no Campo no Estado do Pará: Análise dos anos 2009-2012**. *In: Licenciamento, Ética e Sustentabilidade/ AntonioHermam Benjamin, Carlos Teodoro J.H. Irigaray, Eladio Lecey e Silvia Cappelli (organizadores). V. 2. Anais do 18º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental*, p. 30-42. Disponível em: <<http://www.planetaverde.org/congressos/anais-2013>>. Acesso em 16 maio 2014.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Petrópolis, 2005.

SAUER, Sérgio. **Agricultura Familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SCHWEICKARDT, Kátia. **Reforma Agrária e Política Ambiental na Amazônia – encontros e desencontros**. *In: Reforma Agrária e Meio Ambiente/ESTERCI, Neide; VALLE, Raul Silva Telles do (organizadores)*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

TEJADAS, Silvia da Silva. Serviço Social e Ministério Público: aproximações mediadas pela defesa e garantia de direitos humanos. *In: Serviço Social & Sociedade*, n. 115, Jul/Set 2013, São Paulo, p. 462-486.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem**: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA: ITERPA, 2001.

## GT (10) – (Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural)

### O Agricultor Familiar no Programa Bahiabio: inserido ou estranho na Rede?<sup>1</sup>

Cristina Maria Macêdo de Alencar

Dra /Professora PPG / Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social UCSAL/  
cristinamm@ucsal.br.

#### Resumo:

Discute-se o processo de inserção dos Agricultores Familiares do Território Agreste de Alagoinhas /Litoral Norte no Programa de Biocombustíveis da Bahia – Bahiabio, a partir da Rede Baiana de Biocombustíveis, *locus* institucional onde se deveriam construir os ajustes capazes de transformar a agricultura familiar da condição de excluída em incluída. A análise que objetiva avaliar se o processo aponta para inclusão ou estranhamento dos Agricultores Familiares na Rede e para isso adotou-se como procedimentos metodológicos a realização de uma Oficina de Contas de Produção durante um evento da RBB, análise documental e registro de observação.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Políticas Públicas; Inserção Social

#### Introdução

Em meados da década de 1970 o Brasil implantou, motivado pela crise do petróleo de 1973, o PROGRAMA NACIONAL DO ÁLCOOL – PROÁLCOOL, programa de combustível vegetal para produção de etanol a partir da cana-de-açúcar. Apesar de contemporaneamente se expandir tendo vista responder às questões ambientais e à demanda por energia decorrente do padrão de desenvolvimento urbano-industrial, o PROÁLCOOL é avaliado por Bermann, Moreno, Domingues e Rosenberg (2008), como a

“[...] expressão mais elaborada das dificuldades de implementação de um programa de substituição de combustíveis fósseis sob ação dos mecanismos de mercado (que se seguiram à primeira fase, onde prevaleceram os subsídios governamentais). É também o exemplo mais evidente de como eventuais benefícios ambientais são apropriados para manter privilégios.”(BERMANN et al, 2008; p 60)

A constatação dos danos socioambientais causados por esse programa para a agricultura familiar e trabalhadores rurais (ARAGÃO, 1997; FAVARETO, MAGALHÃES e SCHRODER, 2008; CARVALHO e MARIN, 2011; entre outros), levou a Presidência da República

<sup>1</sup> Este artigo é um destaque do Relatório da pesquisa *Desenvolvimento socioambiental na coexistência rural-urbana sob influência metropolitana*, financiada pelo CNPQ conforme Processo nº477516/2009-2 Edital – Universal 2009, que teve como uma de suas metas a avaliação da predisposição de produtores rurais familiares incluírem oleaginosas para biomassa em suas pautas de produção, a qual é destaque neste trabalho.

do Brasil no governo Luis Inácio Lula da Silva, a intituir o Selo Combustível Social – SCS como parte do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB, seguido pelo Estado da Bahia, no governo Jacques Wagner com o Programa de Bioenergia – Bahiabio. Favareto (et all, 2008) afirmam que

O objetivo do PNPB é a implementação de forma sustentável da produção e uso do biodiesel, valorizando a diversidade e os potenciais regionais na produção de oleaginosas e garantindo a geração de emprego e renda em áreas rurais. Ou seja, o PNPB propõe convergir a estratégia de diversificação da matriz energética com os objetivos sociais do desenvolvimento. Isso porque, no caso do Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool), nos anos 1970, apesar do sucesso econômico e da inovação tecnológica gerada pelo Programa no Brasil, o modelo de produção adotado foi socialmente excludente. (P:2,3)

Segundo a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia – AGERBA ([www.agerba.ba.gov.br](http://www.agerba.ba.gov.br) acessado em 31 de julho de 2009), o programa do governo da Bahia vislumbra como meta o cultivo de 600 mil hectares da matéria-prima para produção do biodiesel, contemplando os territórios de Irecê, Piemonte Norte do Itapicuru, Chapada Diamantina, Recôncavo, Nordeste II, Portal do Sertão, Baixo Sul, Sul, e Litoral Norte-Agreste de Alagoinhas<sup>2</sup>.

Esta ação governamental na Bahia foi liderada pelas Secretarias de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI) como uma das soluções para a questão energética e com direcionamento político de inserção da agricultura familiar no fornecimento da matéria-prima. A Rede Baiana de Biocombustíveis, *locus* institucional onde se deveriam construir os ajustes capazes de transformar a agricultura familiar da condição de excluída em incluída, focaliza empiricamente esta análise que objetiva avaliar se o processo aponta para inclusão ou estranhamento dos Agricultores Familiares na Rede. Como procedimentos metodológicos realizou-se uma Oficina de Contas de Produção durante um evento da RBB, fez-se análise documental e registro de observação.

### **A Rede Baiana de Biocombustíveis**

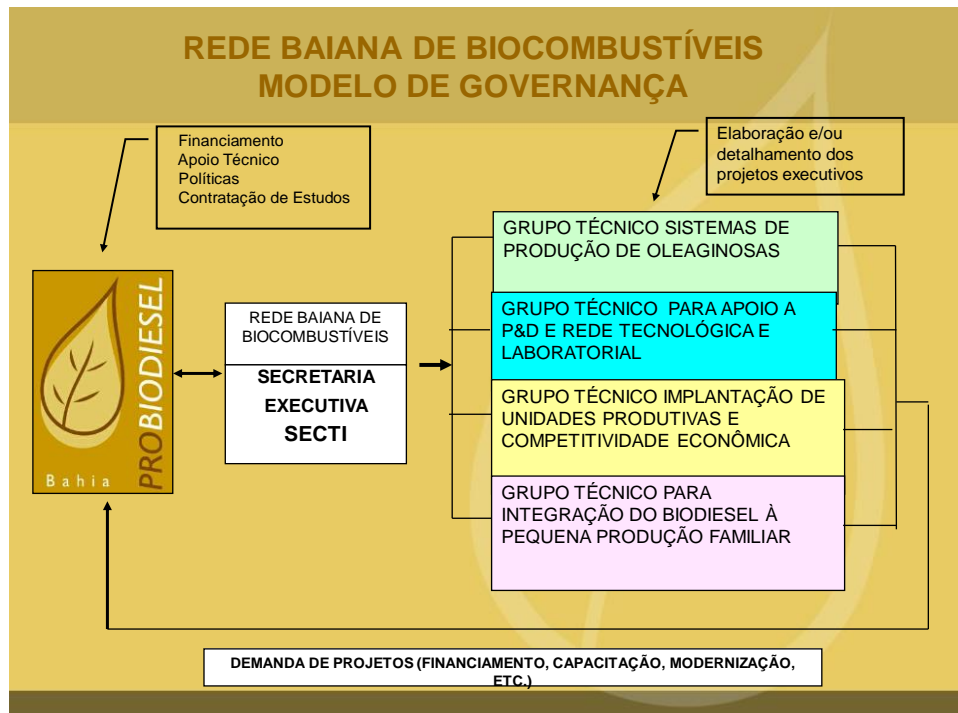
Criada e gerida pela esfera governamental, a Rede Baiana de Biocombustíveis, constitui institucionalidade técnica específica de diálogo sobre a produção de biomassa para biodiesel na agenda de desenvolvimento, composta por grupos inseridos na

---

<sup>2</sup> Atualmente denominado Agreste de Alagoinhas? Litoral Norte.

implementação do Programa de Bioenergia da Bahia, coordenados pela SECTI, conforme estrutura organizacional ilustrada na Figura 1.

Figura 1 - Diagrama organizacional da Rede Baiana de Biocombustíveis



Fonte: PPT <http://www.mme.gov.br>

O diagrama acima, acessado em 30 de janeiro de 2012 na direção [http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/rede\\_brasileira\\_tecnologia/i\\_reuniao\\_re\\_de.html](http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/rede_brasileira_tecnologia/i_reuniao_re_de.html), no link da Bahia nas palestras de apresentação dos Estados sobre P&D com Biodiesel, em evento ocorrido nos dias 29 e 30 de março de 2005, caracterizou a RBB no âmbito da Rede Brasileira de Tecnologia do Biodiesel. A RBB prevê em seu modelo de governança, um Grupo Técnico dentre os quatro delineados, para integração do biodiesel à pequena produção familiar, que se poderia dizer que constitui o espaço de diálogo entre o Programa Governamental e os Agricultores Familiares. A Rede promoveu encontros onde os diferentes agentes interessados foram convidados a falar; trataremos do II e do III Encontros focalizando os Agricultores Familiares como fornecedores de matéria prima.

No II Encontro da Rede Baiana de Biocombustíveis, em Itabuna, nos dias 18 e 19 de novembro de 2008, no espaço da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, a qual se insere nos três demais GT da Rede. A conferência de abertura<sup>3</sup> teve como tema “Desafios do mundo rural: um lugar de vida e trabalho”, problematizando a inserção da

<sup>3</sup> Proferida por Cristina Maria Macêdo de Alencar, coordenadora desta pesquisa, a convite da SECTI.

agricultura familiar no PNPB. No âmbito do planejamento governamental o mundo rural estava concebido como espaço sob ação de atores e a natureza externa ao homem sob domínio de tecnologias. Na realidade vivida as populações rurais organizadas em movimentos sociais institucionalizados atuam enquanto sujeitos, individual e social, imersos em diversidades naturais com potenciais econômico, social, cultural e patrimonial. Naquele contexto foram alinhados os seguintes desafios:

- i. O requisito de sustentabilidade socioambiental está imerso em questões ambientais em âmbito internacional.
- ii. O quê, para quem e para quê é desenvolvimento rural, conformado pelo desenvolvimento econômico, desenvolvimento e subdesenvolvimento, relações agricultura e indústria constituem termos de diferentes tensões estabelecidas entre grandes, médios e pequenos agentes econômicos personificados, que estruturam a sociedade.
- iii. Os agentes econômicos personificados representam diferentes processos produtivos e cosmovisões desde o familiar pluriativo ao empresarial industrial que supõem integração em que as brechas do mercado são os espaços possíveis de inserção para os pequenos produtores rurais.
- iv. A sobrevivência e permanência dos pequenos produtores rurais requerem investimento de pequeno capital industrial regulado por mecanismos de contratualização, ou seja, aderência ao paradigma tecnológico atualizado que supõe suprimento permanente de matéria prima.

A inserção dos agricultores familiares no Programa Nacional de Produção de Biocombustíveis e no Programa Bahiabio depende da superação de todos esses desafios, que se somaram a outros, tematizados no III Encontro da Rede Baiana de Biocombustíveis “Desafios e Possibilidades da Política de Biocombustíveis na Região Semi-árida da Bahia”.

O evento deveria ter acontecido em novembro de 2009 no município de Paulo Afonso- BA, e a SECTI justificava o local do evento por polarizar os territórios de Itaparica e Nordeste II, que, naquele ano, apresentavam os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado da Bahia, o que levou o Governo do Estado a desenvolver ações para melhorar as condições de vida da população desses territórios. Nesse contexto se pretendia possibilitar às comunidades desses territórios participarem das discussões sobre a produção de biocombustíveis e de alimento. O objetivo anunciado foi discutir a atual conjuntura do Programa de Bioenergia no estado da Bahia no contexto da estruturação da cadeia produtiva

de oleaginosas consorciadas com culturas alimentares para produção sustentável de biocombustíveis na Região Semi-árido, com a presença de produtores, pesquisadores, estudantes e técnicos<sup>4</sup>.

Eram parceiros: Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI, a então Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR, a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração - SICM, o Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas -SEBRAE, a companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, a PREFEITURA de Paulo Afonso, o Instituto Federal da Bahia - IFBA, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, a Universidade Federal da Bahia – UFBA, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC. e a Universidade Católica do Salvador – UCSAL esta última como realizadora de oficina com agricultores familiares sobre predisposição à inserção no Programa de Bioenergia do estado da Bahia.

O evento não aconteceu na data prevista devido à instabilidade política na relação entre os governos municipal e estadual, e em 08 de abril de 2010 foi realizada reunião ainda preparatória do III encontro da Rede com o objetivo de discutir a participação da Petrobrás Biodiesel – PBIO no III Encontro Baiano de Biocombustíveis. Na referida reunião estavam presentes além da própria SECTI, a COOPERO, e a PBIO, quando foi informado que durante o evento, para o qual se esperava a participação de 300 pessoas (e não mais 450 como estimado para Paulo Afonso) das quais 150 agricultores familiares, seria aplicada uma pesquisa sobre a participação da agricultura familiar no programa, referindo-se à oficina a ser realizada pela UCSAL no âmbito desta pesquisa apoiada pelo CNPQ.

O III Seminário aconteceu no município de Olindina, por ocasião do comprometimento público do governo do Estado com a instalação de uma esmagadora de oleaginosas, naquele município, e, por isso, em princípio, ambiente politicamente favorável ao Programa diante da insegurança institucional vivenciada no âmbito da SECTI.

A SECTI, que lidera a implantação do PNPB na escala estadual passou por mudanças significativas dos titulares da pasta: em 02 de janeiro de 2007 Ildes Ferreira assumiu a Secretaria tendo permanecido por dois anos e sete meses quando foi substituído

---

<sup>4</sup> Maior detalhamento desta problemática está desenvolvido no artigo *Condições sociais estruturantes para inserção de Agricultores Familiares na agenda dos biocombustíveis – Bahia / Brasil*, submetido em dezembro de 2013 a publicação pela Revista Cuadernos de Desarrollo Rural da Pontifícia Unversidade Javeriana da Colômbia.

interinamente por Pedro Torres, então chefe de gabinete; Eduardo Lacerda Ramos assumiu a pasta em 09 de setembro de 2009, Francisco Feliciano Monteiro em 31 de março de 2010, e Paulo Francisco Câmara em 09 de fevereiro de 2011, o que finaliza o período desta pesquisa. E a SEAGRI dividida em Superintendência do Agronegócio e Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF), reproduz em sua própria estrutura a disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar de tal modo que os movimentos sociais rurais reivindicam a transformação da Superintendência em Secretaria da Agricultura Familiar.

A instabilidade política fez variar o grau de prioridade do Programa em geral e a inserção da agricultura familiar em particular; é ilustrativo desse processo a não realização do III Encontro em novembro de 2009 e o fato de que a RBB foi sendo desaquecida e nem mesmo o IV Encontro foi realizado.

Quando a RBB ainda estava ativa, em seu Informativo 253 de 18 /06/ 2010, foi reproduzido um artigo de George Flexor<sup>5</sup> intitulado “O Programa Nacional de Biodiesel: avanços e limites” que além de destacar o inquestionável sucesso produtivo, tecnológico, de economias de divisas do PNPB, entre outros ganhos econômicos, demonstra o papel desempenhado pelo Estado para garantir o bom desempenho empresarial do setor promovendo contínuos ajustes institucionais da produção à comercialização na cadeia produtiva. O autor chama atenção, entretanto, para o fato de que o PNPB apresentou desempenho inverso do ponto de vista distributivo e de justiça social, trazendo reflexões importantes sobre a inserção do agricultor familiar nesse processo, o que é visto como um fator que, se efetivada a inserção, daria legitimidade para o governo manter as expectativas das bases sociais que o elegeu em termos de uma agenda de desenvolvimento mais justa.

Revelam-se, nestes termos, os limites da governança diante da concepção de desenvolvimento como um “negócio” e não como um processo histórico de superação de desafios postos pela população humana em termos da vida humana e planetária no contexto de novas relações sociais. O planejamento compatível com o desenvolvimento como “negócio” equaliza as exigências dos diferentes segmentos sociais embora sejam radicalmente distintos em termos de nível de capitalização, instrução formal, interesses, familiaridade com as formalizações institucionais e burocráticas, e até mesmo o (des)conhecimento do cultivo, como é o caso do girassol no TI Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte, base empírica desta

---

<sup>5</sup> Professor e pesquisador do IM/UFRRJ, membro do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA/CPDA/UFRRJ)



pesquisa, implicando em ritmos diferentes no fornecimento da matéria prima (ALENCAR, 2013).

### **O Agricultor Familiar na Rede Baiana de Biocombustíveis**

Os Agricultores Familiares na Bahia estão contemplados como público alvo de políticas públicas a partir de suas localizações nos Territórios de Identidade (TI)<sup>6</sup> que delimitam as bases físicas para atuação governamental como unidade de planejamento, sentido atribuído em documento intitulado *Experiências da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Programa de Bioenergia do Estado da Bahia*, em que ANDRADE, SANTOS e LOPES (2009), afirmam haver no governo do Estado em geral e em particular no Programa de Bioenergia do Estado da Bahia,

“compreensão do funcionamento dos Territórios de Identidade com o objetivo de fundamentar as prioridades dos investimentos e, conseqüentemente, estabelecer o balanço geral do desenvolvimento entre as diferentes regiões do Estado da Bahia, respeitando as suas vocações, que por sua vez representa a *natureza*, e a cultura do povo que nela vive, além de suas expectativas, a saber, *sociedade*” (ANDRADE, et al, 2009).

O Território de Identidade Agreste de Alagoinhas/ Litoral Norte, também denominado Litoral Norte e Agreste Baiano, sediou (município de Olindina) o III seminário da Rede Baiana de Biocombustíveis. Este TI tem como endereço a sede de uma organização da sociedade civil, o Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Norte e Agreste Baiano – CETEPA /LN, situado no município de Alagoinhas. Integram o Colegiado desse Território, a Cooperativa dos Produtores Rurais de Olindina – COOPERO, a Prefeitura Municipal de Pedrão, o Movimento de Luta pela Terra / MLT – Via do Trabalho – Entre Rios, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR de Aporá, a Prefeitura Municipal de Cardeal da Silva, o Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana - CATRUFs, SEAGRI- Pref. de Catu, a Prefeitura do Município de Alagoinhas, Sec. de Agro- Negócio- Pref. de Rio Real / Secretaria do Agronegócio – SEMAS/Rio Real, o Centro de Referência e Assistência Social - CRAS/HUMANATUS, EBDA Regional Alagoinhas, Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia - SECULT e um homem e uma mulher representando a sociedade civil. O Conselho estaria elaborando o documento que regulamenta seu funcionamento, e reunira-se pela última vez, com o fim de reestruturar-se em 30 de julho de 2010.

---

<sup>6</sup> Território de Identidade é a unidade de planejamento adotada pelo governo da Bahia a partir de 2007, em substituição às Regiões Econômicas, a partir da divisão do estado em Territórios Rurais, delimitados sob a liderança do Ministério do Desenvolvimento Agrário, quando o Presidente da República era Luis Inácio Lula da Silva e o governador da Bahia era Paulo Souto e não estava politicamente alinhado com o governo federal, portanto, contrário aos Territórios Rurais.

Nesse III Seminário da RBB foi realizada a Oficina prevista nos procedimentos metodológicos desta pesquisa<sup>7</sup>, de modo a construir com os produtores uma conta de produção que permitisse avaliar a viabilidade econômica, social e ambiental (ecosocioambiental) da produção familiar de oleaginosas no contexto do Programa Bahiabo, por considerarmos com Kraychete (2009) em economias dos setores populares como a agricultura familiar, a viabilidade econômica pressupõe que “[..] as iniciativas direcionadas para a busca da sustentabilidade descolada dos processos de trabalho concretos peculiares a cada empreendimento e dos espaços nos quais os mesmos se situam, constituem-se numa abstração. (KRAYCHETE, 2009; p:1)

Tendo o evento contado com a participação de técnicos e produtores não familiares, esses segmentos também participaram da Oficina cuja inscrição foi livre, o que contribuiu para uma simulação mais próxima da desigualdade constituinte da realidade cotidiana.

Considerando que o Agricultor Familiar estava sendo inserido pelos governos brasileiro e baiano nos programas de biodiesel, o propósito da Oficina foi verificar o conhecimento desses produtores sobre o processo produtivo com oleaginosas, com foco nos custos das atividades produtivas e remuneração do trabalho familiar; o nível de organização do produtor; e em que nível a produção contempla a segurança alimentar. O problema estava em identificar evidências de como a produção de oleaginosas poder-se-ia tornar oportunidade de diversificação produtiva respeitando o modo de vida dos agricultores e das agricultoras familiares diante dos riscos de monocultura e de insegurança alimentar. Dito de outro modo buscou-se avaliar o potencial de viabilidade ecossocioambiental da produção de oleaginosas para biodiesel pelos agricultores familiares e, portanto, uma efetiva apropriação do Programa por esse segmento.

A dinâmica da oficina foi apresentada aos participantes, agricultores familiares e técnicos, constituindo-se da simulação de uma feira em que o produtor leva o seu produto para venda direta em atacado ou varejo, dividida em três momentos como descritos a seguir:

#### 1º momento

- Atribuiu-se um produto a cada participante que foi solicitado a vender seu produto na feira, imaginando-se que essa produção precisa ser vendida e que existem vários compradores na feira.

---

<sup>7</sup> Agradeço aos pesquisadores do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza – UCSAL que colaboraram com a realização da Oficina: Ms Carina Moreira Cezimbra, Ms Maria Jocélia Souza Muritiba, Ms Juca Ulhôa Cintra Paes da Cunha, Bch Rogério Mucugê Miranda.

- Facilitadores (técnicos, gestores e estudantes de iniciação científica) foram designados compradores, tentando estimular a competição para rebaixamento de preço argumentando: pequena quantidade, preço, pronta entrega, qualidade; o comprador que tem pressa porque tem compromisso, oferecia pagamento imediato e transporte da produção.

2º momento

- Reflexão em plenária dos resultados do processo de comercialização por produto, avaliando se foi bom negócio ou mal negócio;
- Formulação de síntese, destacando o que ajuda e o que atrapalha o bom negócio

3º momento:

Composição, em plenária, das contas de produção.

Como já dissemos, a oficina expressou, em termos de público, a mesma composição do público do evento que, tendo poucos Agricultores Familiares implicou em pouca presença daqueles que cultivavam girassol, a oleaginosa zoneada para o Território Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte. Isto inviabilizou o que se pretendia tendo em vista que, por não cultivarem aquela oleaginosa desconheciam seu comportamento de mercado e apenas milho, feijão e farinha foram escolhidos por eles para a dinâmica.

De acordo com o mencionado pressuposto teórico da economia dos setores populares, aqui assumido, tinha-se uma intervenção descolada da realidade concreta e, portanto, um elemento negativo na avaliação da viabilidade ecosocioeconômica que era o desconhecimento pelo produtor, daquilo que os programas induziram para o TI. Outros aspectos poderiam ainda ser apreendidos no cotidiano a ser exemplificado na Oficina, explicitando situações fundamentais a serem consideradas dadas as particularidades de organização da agricultura familiar.

Assim é que, analisando a comercialização do milho observaram-se produtores que, no papel de vendedores, assumiram atitude passiva, apenas observando outros produtores que mercavam seus produtos e barganhavam preços. Contudo, houve uma dinâmica de comércio bastante diversificada, a saber: venda de todo o estoque, concorrência prévia à finalização da venda, venda na planta por existir comprador demandando, compra no atacado para venda no varejão, venda por necessidade imediata do dinheiro e por desconhecer as expectativas de preço futuro, constatação de prejuízo por vender pelo preço declarado pelo demandante para o volume total da produção, mas que não correspondia ao preço unitário proposto pelo

produtor (“...ofereceu R\$ 25,00 e calculou a R\$ 18,00; disse que pagava aquilo.”) Do lado dos compradores (representados por técnicos) o comportamento, tecnicamente instruído, permitiu ver que “... tem um cartel; decidi baixar o preço, mas o preço estava taxado; esperei.” “Na negociação da saca eles foram melhores, mas na hora do volume os compradores negociaram melhor. Como comprador eu vou com a conta na cabeça.”

Na Oficina, para a venda do feijão, o vendedor chegou atrasado à feira, vendeu a R\$ 45,00 a saca porque a qualidade não era boa e teve medo de não vender. Além disso, a simulação apontou desvantagens na venda a varejo: “... feijão novo, velho e para semente, vendendo a litro não vende bem. Vim para vender só um saco e vendi 6 a R\$ 60,00 para 30 dias, mas ainda vão vender ... na roça.” Do lado do comprador, novamente constatou-se a conduta técnica quando o comprador mandou pesquisadores de preço e de procedência do produto previamente à negociação.

Na venda da farinha, produto mais tradicional daqueles produtores, a dinâmica simulada foi de mais barganha em defesa de melhor preço de venda, “... Não vendi porque o preço abaixo de R\$ 70,00 não dá; voltei sem vender, preferi perder o frete.”; “Eu tô é morto! A minha farinha é boa, segurei o preço, mas não vendi; ... no banco não consegui empréstimo porque só empresta a aposentado e eu sou agricultor.”; “A R\$ 35,00, não dá para vender; aceitei a R\$ 68,00 para entregar na casa de farinha. Negociou um contrato anual a R\$ 53,00.”

A partilha da simulação na Oficina revelou que os resultados percebidos pelos agricultores familiares foram de que a produção material envolve a própria vida, a sobrevivência, mas também que “...Não se pode chegar no comércio e vender imediatamente; não dispensar o comprador, às vezes é preciso rebaixar o preço. ... Porque tem um grande comprador de vários pequenos, o preço é o do grande, mas eu não sei qual é o preço ...” O produtor preocupado com a estratégia e o comprador também; o produtor com necessidade de liquidez imediata, dificuldades de transporte, armazenamento, instrução formal e tecnológica, acesso a informações, atomizado enquanto o comprador com todas as condições necessárias à barganha.

A viabilidade ecosocioambiental requer que o produtor conheça não só o processo de produção daquilo que ele produz como também a dinâmica do mercado onde vai vender ou realizar sua produção, as condições ambientais de produção, e considere os condicionantes sociais, seu modo de vida, que envolvem suas decisões econômicas. A ausência, na Oficina, de produtores que já cultivem girassol ou que conheçam seu sistema produtivo inviabilizou o alcance do objetivo inicial de compor elementos para avaliar a inserção dos agricultores

familiares como ofertantes daquela oleaginosa para produção de biodiesel, num suposto pacto com a esfera governamental na agenda de desenvolvimento.

### **O Estranhamento na Rede**

Embora a Oficina não tenha possibilitado aferir a viabilidade ecosocioambiental da produção de oleaginosas pelos agricultores familiares para a produção de biodiesel, possibilitou evidenciar a desigualdade de condições de concorrência, desfavorável ao Agricultor Familiar, mesmo quando se trata de um produto de cultivo tradicional, ficando a comercialização fora do seu campo de informações. O prejuízo decorrente do preço de venda, por vezes, não é percebido dado à ausência de habilidade aritmética ou uso de máquina de calcular, situação ilustrada quando o comprador usa o aparelho celular como calculadora. Contudo, o prejuízo é real, e não surgiu durante a Oficina, referência sobre alguma reserva ou outro tipo de recurso por parte do agricultor, embora tenha surgido referência sobre compromissos financeiros já assumidos.

Além da desigualdade em termos de poder de barganha na comercialização e em termos de domínio do sistema de informações, que nas condições de acesso à escola configuram desigualdade de classe, constatou-se também a diversidade entre os produtores (intraclasse) em termos de atitude proativa versus gestão do risco sem por em xeque o mínimo necessário à reprodução da família, a qual se mostrou como referência reguladora das possibilidades de negociação. A racionalidade da agricultura familiar apreendida na Oficina se afirma como uma visão de mundo, uma lógica, identificada desde o início do século XX por economistas russos dos quais Alexander Chayanov é certamente o nome mais difundido, não apreendida pela economia convencional, como interpreta Madureira Pinto (1981) pela,

“[...] incapacidade das teorias e métodos econômicos convencionais para darem conta das formas de cálculo espontâneas que predominantemente orientam a lógica das unidades de produção em economia camponesa. Em tais formas de cálculo, o que fundamentalmente se equaciona, em termos mais qualitativos do que quantitativos, dizem-nos os neo-populistas russos, são, por um lado, as necessidade de subsistência do grupo doméstico [...] e, por outro, a desutilidade marginal (subjetivamente avaliada) do trabalho manual, pelo que a insistência dos economistas em querer reduzi-las aos padrões de comportamento teoricamente imputados ao empresário capitalista redundava numa completa mistificação. [...] Através de laboriosas demonstrações quantitativas, Chayanov revelou ainda a importância de que se revestem, neste cálculo implícito, quer a relação da família, quer a relação numérica que nela se estabelece entre os membros activos e os não activos [...]” (MADUREIRA PINTO, 1981; p: 79 e 80).

Do início do século XX na Rússia, a que se referem as pesquisas de Chayanov, ao início do século XXI, no Brasil, onde praticamente deixa-se de falar em economia camponesa, a especificidade da organização econômica familiar mantém racionalidade que a distingue daquela empresarial capitalista à qual o Agricultor Familiar precisa responder positivamente para inserir-se em programa governamental da monta do de produção de biomassa para biodiesel. Apoiamo-nos para essa afirmativa em intervenções e pesquisas no âmbito da Economia Popular

“Diferentemente da empresa capitalista, que desloca trabalhadores e fecha oportunidades de trabalho, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada à lógica da “reprodução da vida na unidade familiar”(CORRAGIO, 1998). Ao contrário das empresas que – na busca do lucro, da competitividade e da produtividade – dispensam mão-de-obra, os “empreendimentos populares” não podem dispensar os filhos, filhas, cônjuges ou idosos que gravitam no seu entorno.

Para os empreendimentos populares, por exemplo, a perda do emprego de um dos membros da família tende a ser absorvida como um “custo” adicional para o próprio negócio. Ou seja, como a família não pode “dispensar” os seus membros, os recursos que seriam destinados ao empreendimento são redirecionados para as despesas básicas do consumo familiar, mesmo que comprometendo o “capital de giro” ou a “lucratividade” do empreendimento.

O que seria um comportamento irracional ou ineficiente, sob a lógica da acumulação de capital, assume um outro significado para os empreendimentos populares. (KRAYCHETE, P:8)

Ao desafio epistemológico e político de se estabelecer diálogo entre diferentes lógicas que contrapõem racionalidades e visões de mundo, a inclusão produtiva e social do agricultor familiar através de política governamental passa, necessariamente, pela superação da falta de instrução formal e tecnológica (hegemônica e contra-hegemônica), pelo acesso a informações de mercado e pela assistência técnica e social.

As medidas para esta superação requerem que o programa produtivo seja pensado numa agenda em que o desenvolvimento signifique processo histórico social favorável à qualidade de vida humana com equidade e justiça socioambiental. Isto implica em projeto de sociedade nacional com autonomia e ruptura paradigmática com o desenvolvimento guiado por interesses internacionais e de agências multilaterais, além de conhecimento sobre o paradigma a ser superado, o qual se impõe como verdade e única possibilidade de pautar o desenvolvimento, como alerta Pereira (2011) ao tratar da posição do Banco Mundial na agenda socioambiental:

[...] 1992 [...] o banco gradativamente e apropriou da linguagem ambientalista, acomodando-a no arcabouço conceitual da “administração ambiental”, ancorado nos pressupostos da economia neoclássica e subordinado ao programa neoliberal. [...]

Com apenas cinco especialistas em meio ambiente em 1985, o banco empregava trezentos profissionais dez anos depois, subordinados a uma vice-presidência de Desenvolvimento ambientalmente sustentável bem equipada e financiada. Em 1985, o Banco produziu 57 relatórios dedicados parcial ou integralmente ao meio ambiente, num total de 1.238. No ano de 1995, os relatórios com alguma fatia verde chegaram a 408, num universo de 1.760. Em pouco tempo, o banco tornou-se uma *autoridade para produzir “dados” considerados indispensáveis por gestores públicos e pesquisadores no mundo todo* em matéria de “desenvolvimento sustentável” (PEREIRA, 2011, p 246) (grifo nosso)

Nesse ambiente social é gritante a desigualdade entre agricultores familiares e industriais do biodiesel o que ilustramos não só como o domínio da aritmética ou a propriedade e uso da máquina de calcular, mas também como ocorre com o PNPB aonde a garantia da oferta do biocombustível é o balizador das ações e controles institucionais tornando a “... cadeia de soja, a única estrutura organizacional capaz de responder aos desafios postos pela necessidade de abastecer um mercado desse tipo e dessa amplitude”. (FLEXOR, 2010).

## Concluindo

Admitindo-se tratar a Política Nacional de Biodiesel e sua vertente estadual de Política de Biocombustíveis como políticas que incluem a pretensão de inserir socialmente Agricultores Familiares como fornecedores de biomassa para biocombustíveis, pensada essa inserção como correção de erro histórico, conclui-se, pelo estranhamento dos AF do Território de Identidade Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte diante de resultados que apontam problemas de viabilidade ecossocioeconômica, mesmo para cultivos agrícolas tradicionais, nas condições observadas durante a dinâmica de coleta de dados.

Além desses resultados, a composição da nova institucionalidade criada com o papel central de gerenciar a execução do Programa, composta de agricultores familiares, governos e empresários capitalistas do agronegócio e da indústria de biodiesel, estando todos os segmentos grandes do lado da balança em que pesam as determinações globais, de reprodução ampliada do capital e do desenvolvimento urbano industrial e, do outro lado a

pequena produção familiar como designada no Modelo de Governança da Rede Baiana de Biocombustíveis, reforça a conclusão pelo estranhamento.

Pelo observado, mesmo no avanço democrático das institucionalidades do Desenvolvimento Territorial, à pequena produção familiar resta integrar-se às brechas do mercado como espaços possíveis de inserção, não se podendo dizer que há efetiva apropriação dos programas de biodiesel pelos pequenos produtores familiares como prevê a RBB.

### Referências

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. (2011) *Territórios de identidade: disputas e cooperações entre o rural e o urbano*. In: SILVA, SBMS (org.) Estudos sobre dinâmica territorial, ambiente e planejamento. João Pessoa –PB, GRAFSET.

\_\_\_\_\_. (2013) *Condições sociais estruturantes para inserção de Agricultores Familiares na agenda dos biocombustíveis – Bahia / Brasil* (Não Publicado).

ANDRADE, Telma Côrtes Quadros de; SANTOS, Rafael Elverson Amorim; LOPES,

Juliano da Silva. *Experiências da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e o*

*Programa de Bioenergia do Estado da Bahia*. (2009) SECTI-BAHIA (no prelo).

ARAGÃO, FS de. O doce do açúcar virando amargura. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia da UFBA, 1997.

BAHIA. Plano Plurianual de Investimentos, o PPA 2008 – 2011, LEI Nº 6.302 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

BERMANN, Célio; MORENO, Luis Macedo; DOMINGUES, Mariana Soares e ROSEMBERG, Renato. (2008). *Desafios e perspectivas dos agrocombustíveis no Brasil: a agricultura familiar face ao etanol de cana-de-açúcar e ao biodiesel da soja, mamona e dendê*. In: FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional & REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos. Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa. Subsídios ao Debate. Rio de Janeiro. REBRIP/FASE.



CARVALHO, Simone Pereira de e MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. (2011) *Agricultura Familiar e Agroindústria Canavieira: impasses sociais*. RESR, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 03, p. 681-708, jul/set 2011 – Impressa em novembro.

FAVARETO, Arilson; MAGALHÃES, Reginaldo e SCHRODER, Monica. (2008) Dilemas da inovação institucional e governança nos arranjos produtivos do biodiesel. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, AC.

KRAYCHETE, Gabriel. (2009) Processo de trabalho, território e sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária. In: BOCAYUVA e VARANDA (Orgs). *Tencologia social, economia solidária e políticas públicas*. Rio de Janeiro, FASE:IPPUR/UFRJ.

\_\_\_\_\_. *A produção de mercadorias por não mercadorias*. UCSAL. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. [www.ucsal.br/itcp](http://www.ucsal.br/itcp) (13p)

MADUREIRA PINTO, José. O Espaço social rural (1981) In: José Madureira Pinto. *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos* (73-91). Porto, Afrontamento.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *Conflitos e parcerias em torno de projetos socioambientais*. (2011) *Tempo Social, Revista de sociologia da USP*, v 23, n 2, São Paulo, USP, novembro. PP 235-263

SACHS, Ignacy. (2008) *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.

SANTOS, Rafael Elverson Amorim. (2010) *Políticas públicas e estratégias de fomento do biodiesel na bahia: posicionamento do governo versus percepção do agricultor familiar*. Dissertação Faculdade de Tecnologia e Ciências. Salvador - Bahia

### Referências eletrônicas

BAHIA. Secretaria de Planejamento. (<http://www.seplan.ba.gov.br/cedeter.php>)

UCSAL. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares [WWW.ucsal.br/itcp](http://WWW.ucsal.br/itcp)

## GT 10 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

**Título do Trabalho: O PAA no Estado de São Paulo nos últimos três anos: inclusão produtiva rural e promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável**

**Juliana Lordello Sícoli<sup>1</sup>**

**Resumo:** Partindo do reconhecimento da importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a promoção da inclusão produtiva rural de agricultores familiares e a promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável, o presente artigo procura analisar a implementação do PAA - Modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) no Estado de São Paulo entre 2011 e 2013. As análises mostram que o PAA-CDS contemplou mais de 1/3 dos municípios paulistas no período, sendo a maior parte de pequeno porte populacional. Quanto ao perfil de produtores, discute-se a importância de ampliar a participação de agricultores dos grupos A, A/C e B do Pronaf, além de manter a participação significativa das mulheres. Entre os alimentos comercializados predominam hortaliças e frutas, que correspondem a mais de 80% do volume comercializado anualmente. As doações dos alimentos tem beneficiado principalmente unidades receptoras de cunho beneficente, religioso e comunitárias. Nas considerações finais, retomam-se os principais avanços e desafios e apresentam-se alguns apontamentos, visando o aprimoramento do PAA-CDS no estado do São Paulo.

**Palavras-chaves:** Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); agricultura familiar; direito humano à alimentação adequada.

---

<sup>1</sup> Psicóloga, mestre em Psicologia Social e doutoranda em Nutrição em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (Usp). Endereço eletrônico para correspondência [jusicoli@uol.com.br](mailto:jusicoli@uol.com.br).

## Introdução

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído em 2003<sup>2</sup>, com as seguintes finalidades:

“I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;

VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e

IX - estimular o cooperativismo e o associativismo” (BRASIL, 2012, Decreto nº 7.775, Art. 2º).

Segundo Grisa et al. (2011) a criação do PAA em 2003 resultou da confluência de dois debates importantes da década de 1990 no Brasil: o primeiro centrava-se no combate à fome e na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira; o segundo tinha como foco o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais.

Conforme ressaltam os autores: “Partindo de uma concepção intersetorial de segurança alimentar e nutricional, contempla tanto as demandas de acesso aos alimentos das populações em situação de insegurança alimentar e nutricional como as necessidades dos agricultores familiares de conseguir mercado para seus produtos” (GRISA et al., 2011, p. 35).

Desta forma, o PAA colabora para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional ao fomentar a produção de alimentos, criando mercados institucionais para os produtos da agricultura familiar, e ao facilitar o acesso a alimentos saudáveis à população em situação de

<sup>2</sup> O Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/03, é o marco legal inicial do PAA, que foi regulamentado pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011, e pelo [Decreto nº 7.775, de 04/07/2012](#).

vulnerabilidade social e risco de insegurança alimentar e nutricional. Assim, o PAA configura-se ao mesmo tempo como um *instrumento de política agrícola e de ação social*.

Nascido no âmbito da *Estratégia Fome Zero*<sup>3</sup>, recentemente o PAA vem sendo reformulado no contexto do *Plano Brasil Sem Miséria*<sup>4</sup>. Tendo completado 10 anos em 2013, consolidou-se como um dos mais estratégicos programas de Segurança Alimentar e Nutricional do governo federal.

No PAA a aquisição de alimentos dos produtores é feita com dispensa de licitação (desde que atendidas as exigências previstas pelo Decreto nº 7.775/2012). Antes da criação do PAA em 2003, a comercialização de alimentos da agricultura familiar por meio do mercado institucional contava apenas com experiências “localizadas, muitas vezes descontínuas no tempo e desenvolvidas por governos municipais e estaduais interessados em incentivar a Agricultura Familiar e a produção local de alimentos” (FBB; UNICAFES, 2013, p. 37). Um dos maiores entraves enfrentados era o processo licitatório pautado pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A possibilidade aberta pelo mecanismo inovador de incentivo direto à agricultura familiar, viabilizando compras governamentais com dispensa de licitação desde 2003 pelo PAA (Lei nº 10.696), ampliada pela prerrogativa de compra da agricultura familiar explícita no Artigo 14 da Lei 11.947/2009, que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tem contribuído para criar um mercado institucional estável e significativo para a comercialização de alimentos produzidos pelos agricultores familiares.

A Cartilha elaborada pela Fundação Banco do Brasil (FBB) e pela União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) concebe a venda institucional ao PAA e ao PNAE como “uma das possibilidades mais significativas de acesso a mercados pela agricultura familiar” (FBB; UNICAFES, 2013, p. 37).

---

<sup>3</sup> O *Fome Zero* foi uma estratégia impulsionada pelo governo federal, durante as gestões do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para assegurar o direito humano à alimentação adequada e saudável às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Tal estratégia teve como premissa a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, buscando a inclusão social e a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome (<http://www.fomezero.gov.br>).

<sup>4</sup> O *Plano Brasil Sem Miséria*, instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02/06/2011, pela então Presidenta da República Dilma Rousseff, objetiva elevar a renda e as condições de bem-estar da população. Ele prevê que as famílias em extrema pobreza sejam incluídas de forma integrada nos diversos programas sociais, de acordo com as suas necessidades. É direcionado aos brasileiros que vivem em domicílios cuja renda familiar é de até R\$ 70 per capita. De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão nesta situação 16,2 milhões de brasileiros (<http://www.brasilsemiseria.gov.br/legislacao>).

Em 2013, estavam em vigência **cinco modalidades do PAA** (conforme estabelecido pelo Decreto nº 7.775/2012):

- 1) *Compra com Doação Simultânea*: operada pelo MDS e pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB/MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com limite de até R\$ 5,5 mil/DAP/ano;
- 2) *Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite*: operada pelo MDS, com limite de até R\$ 4 mil/DAP/ano;
- 3) *Compra Direta*: operada pela CONAB/MAPA, com limite de até R\$ 8 mil/DAP/ano;
- 4) *Apoio à Formação de Estoques*: operada pela CONAB/MAPA, com limite de até R\$ 8 mil/DAP/ano;
- 5) *Compra Institucional*, voltada ao atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios: operada pelo MDS, com limite de até R\$ 8 mil/DAP/ano.

Os recursos financeiros para execução das cinco modalidades advêm do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que os repassam à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) conforme o caso. Ao longo dos 10 anos, a previsão orçamentária do PAA cresceu significativamente, partindo de R\$ 144 milhões em 2003 para R\$ 1.269.000.000 em 2013 – no caso da ação sob a responsabilidade do MDS, que responde pela maior parte do recurso financeiro disponível.

As análises do presente artigo estão focadas na modalidade *Compra com Doação Simultânea* (CDS). Segundo material de divulgação do Programa (CONAB/CONSEA/MAPA/MDA/MDS, 2010), a modalidade CDS respondeu por 39% do recurso aplicado entre 2003-2010, seguida do Incentivo ao consumo de leite (36%). Além de responder pela maior parte do recursos aplicados, o interesse específico por esta modalidade está relacionado a três outros argumentos: i) ela contempla tanto produtores individuais como organizados, estratégia importante para favorecer também a inclusão dos produtores com maior dificuldade de acesso ao mercado tradicional/privado; ii) a modalidade CDS tem sido apontada como capaz de abarcar uma maior diversidade de alimentos. Grisa et al. (2011) ressaltam as contribuições da modalidade CDS ao incentivo à diversificação da matriz produtiva e restauração da policultura, tornando-se um contraponto à especialização, à monocultura e à produção de commodities, promovidas pela modernização agrícola e o modelo agroalimentar predominante; iii) a modalidade CDS explicita o compromisso também com a ponta da destinação dos alimentos, procurando beneficiar a população em situação de vulnerabilidade social e em risco de insegurança alimentar e nutricional com as doações dos alimentos.

Como mencionado, a operação da modalidade CDS se dá tanto por meio da CONAB, como do MDS, que realiza a implementação do Programa em parceria com estados e municípios aderidos. Enquanto a CONAB continua operando por meio de convênios, desde o segundo semestre de 2012, o MDS vem incentivando estados e municípios a mudarem do instrumento convênio para o "*Termo de Adesão*", uma das inovações trazidas pela Lei nº 12.512/2011 e pelo Decreto nº 7.775/2012 quanto à modalidade *Compra com Doação Simultânea* (CDS). Uma das principais mudanças do novo instrumento é que o MDS paga diretamente os agricultores familiares por intermédio de um cartão próprio do PAA, emitido pelo Banco do Brasil<sup>5</sup>.

## Objetivo e Metodologia

O objetivo principal do presente artigo é analisar a implementação do PAA-CDS no Estado de São Paulo entre 2011 e 2013.

O estado de São Paulo foi priorizado por ser o lócus do trabalho de campo do doutorado (em curso) da autora. Vale esclarecer que a modalidade CDS no Estado de São Paulo nunca teve convênio estadual com o MDS e que poucos municípios tiveram convênio municipal, sendo portanto a maior parte dos resultados atribuíveis à operação realizada por meio da CONAB<sup>6</sup>.

O recorte temporal está fundamentado na disponibilidade de dados públicos (e desagregados) do PAA. Os dados foram extraídos do PAA Data<sup>7</sup>, no caso da operação por meio da CONAB e via convênios municipais dos anos de 2011, 2012 e 2013, e do SISPA<sup>8</sup>, no caso do instrumento Termo de Adesão em 2013<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> Outras mudanças trazidas pelo "Termo de Adesão" em comparação à operação por convênios são: ele não implica contrapartida financeira pela Unidade Executora; as informações relativas ao processo de implementação e gestão são registradas no SISPA, o Sistema on-line desenvolvido especificamente para o instrumento Termo de Adesão, visando conferir maior transparência e agilidade ao processo; conforme previsto no Decreto 7.775/2012, as Unidades Executoras poderão receber apoio financeiro do governo federal para contribuir para a operacionalização do PAA, especialmente no que se refere aos custos relacionados à logística, transporte, armazenamento e processamento dos alimentos.

<sup>6</sup> Vale explicitar que a CONAB foi responsável por 89% dos cerca de R\$ 189 milhões pagos aos produtores ao longo dos três anos analisados.

<sup>7</sup> Em atenção a Resolução nº 42 do Grupo Gestor do PAA, de 12 de janeiro de 2011, a qual estipulou a elaboração de um Sistema Integrado de Informações visando dar suporte ao monitoramento, à gestão e ao planejamento do PAA, o PAA Data procura agregar dados sobre as diferentes modalidades do Programa e seus distintos executores (CONAB, estados e municípios).

<sup>8</sup> O SISPA é o Sistema on-line desenvolvido especificamente para o instrumento Termo de Adesão. Nele as Unidades Executoras registram cada uma das etapas do processo de implementação do PAA-CDS realizado por meio de Termo de Adesão, inclusive o planejamento da execução, cada entrega, distribuição e pagamento realizado aos produtores.

<sup>9</sup> A extração dos dados foi feita em março de 2014. Conforme o PAA Data, os dados de 2012 e 2013 são "dados preliminares sujeitos a alteração".

Os dados das diferentes formas de operação foram consolidados conforme os anos, procurando reduzir o destaque de quem opera e enfatizar os resultados alcançados pela modalidade CDS nos últimos anos.

As análises foram conduzidas por quatro perguntas norteadoras, que organizaram a discussão adiante:

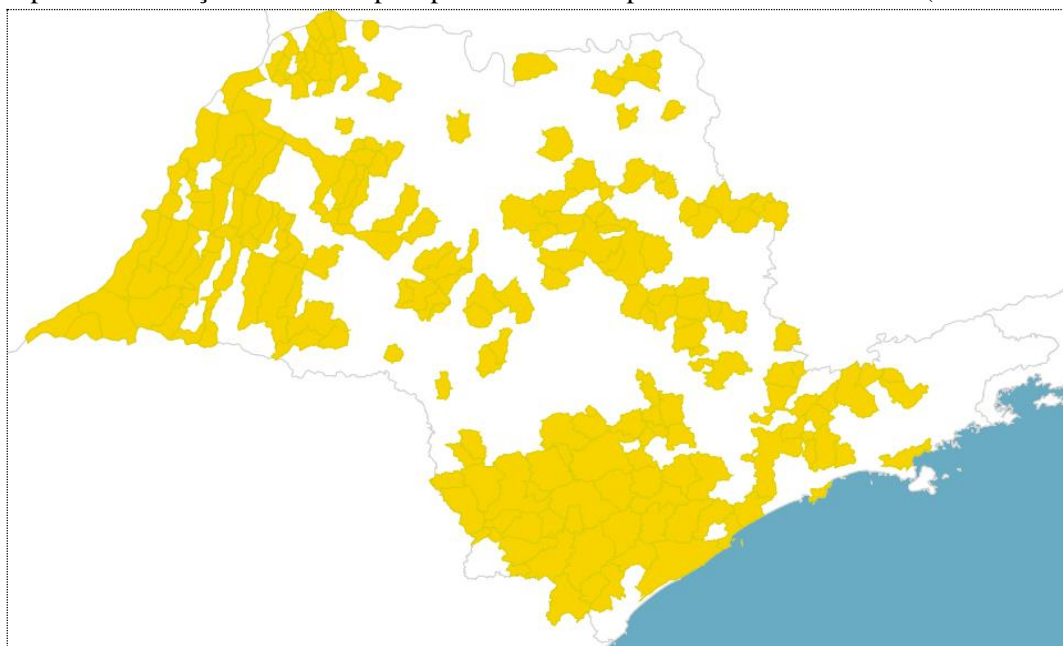
- Qual a abrangência e o perfil de municípios contemplados pelo Programa no Estado de São Paulo?
- Quem são os produtores fornecedores?
- Quais são os alimentos comercializados?
- Quem se beneficia com as doações do PAA?

### **Análise do processo de implementação do PAA-CDS no estado de São Paulo**

- Abrangência e perfil de municípios contemplados pelo Programa

Entre 2011 e 2013, 216 municípios paulistas (33% do total do Estado) foram contemplados com o PAA-CDS<sup>10</sup>. O mapa 1 mostra a localização dos 216 municípios.

Mapa 1: Localização dos municípios paulistas contemplados com o PAA-CDS (2011 a 2013)



Fonte: PAA Data e SISPA; Elaboração: Juliana Lordello Sícoli, maio/2014.

<sup>10</sup> Tal abrangência foi identificada a partir do local de residência do produtor/organização fornecedora.

Como mostra a Tabela 1, 76% deles têm menos de 50 mil habitantes.

Tabela 1: Municípios paulistas contemplados pelo PAA-CDS entre 2011 e 2013, segundo faixas de população

Faixa de população	Nº municípios PAA-CDS	% / total
Até 15 mil hab – pequeno porte 1	99	46%
15-50 mil hab – pequeno porte 2	65	30%
50-90 mil hab – médio porte	19	9%
90-500 mil hab – grande porte 1	27	13%
Maior 500 mil hab – grande porte 2	6	3%
Total	216	100%

Fonte: Censo IBGE 2010; Elaboração: Juliana Lordello Sícoli, maio/2014.

Além de serem predominantemente de pequeno porte, a maioria (81%) tem população rural acima da média estadual (4%). Por outro lado, diferente do que seria desejável, apenas 8% dos municípios contemplados tem percentual de extrema pobreza acima da média estadual (7%) e 87% tem IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) alto ou muito alto. Tais perfis municipais possibilitam questionar até que ponto os beneficiários fornecedores e consumidores do PAA-CDS no estado de São Paulo estão de acordo com os públicos prioritários previstos pelo PAA. Afinal, como se sabe, extrema pobreza, baixas condições de vida e insegurança alimentar e nutricional tendem a caminhar juntas.

- Produtores fornecedores

Os chamados *beneficiários fornecedores* do PAA podem compreender agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no Art 3º da Lei nº 11.326/2006.

O PAA-CDS operado pela CONAB requer que os beneficiários fornecedores estejam organizados em cooperativas e associações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado, ao passo que a operação coordenada pelo MDS permite a comercialização por produtores individuais, em ambos casos sendo condição deter a DAP – Jurídica ou Física, respectivamente.

A Tabela 2 mostra o, somando mais de R\$ 189 milhões. Como se nota, houve uma elevação significativa em 2012 em ambos quesitos e uma queda expressiva no número de



produtores contemplados em 2013, que, por outro lado, não foi acompanhada da redução dos recursos repassados aos produtores<sup>11</sup>.

Tabela 2: Número de produtores e montante financeiro alcançado pelo PAA-CDS no Estado de São Paulo entre 2011 e 2013

PAA-CDS	n° produtores	R\$ total
2011	13.196	54.692.785
2012	16.524	78.564.608
2013	9.840	55.855.966

Fontes: PAA-Data; SISPAA; Elaboração: Juliana Lordello Sícoli, maio/2014.

A Tabela 3 mostra o número de produtores contemplados pelo PAA-CDS no Estado de São Paulo nos últimos três anos, segundo os grupos do Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Apesar da notável predominância dos produtores pertencentes ao grupo variável (V), cabe destacar que mais de 1/3 dos fornecedores é dos grupos A, A/C e B, que envolvem assentados de reforma agrária em fase inicial de implantação dos projetos de assentamentos e agricultores de baixa renda.

Tabela 3: Beneficiários fornecedores do PAA-CDS no estado de São Paulo entre 2011 e 2013, segundo Grupos do PRONAF

	n° produtores, segundo grupos do Pronaf					% Grupos A, A/C e B
	A	A/C	B	V	total	
2011	3.122	1.032	1471	7.571	13.196	43%
2012	3.346	1.286	2062	9.830	16.524	41%
2013	1.456	730	1343	6.311	9.840	36%

Fontes: PAA-Data; SISPAA; Elaboração: Juliana Lordello Sícoli, maio/2014.

Neste indicador, os resultados alcançados pelo Estado de São Paulo estão aquém da meta do PPA 2012-2015, que prevê que no mínimo 57% dos agricultores familiares participantes do PAA devem ser dos grupos A, A/C e B.

Quanto ao gênero, é interessante notar o aumento da participação das mulheres entre 2011 e 2013, como mostra a Tabela 4, chegando, em 2013, a ultrapassar o mínimo estabelecido pelo PPA 2012-2015 (35%) e também pelo Art. 5º da Resolução nº 44/2011 (mínimo de 40% de mulheres do total de produtores fornecedores).

<sup>11</sup> Uma das hipóteses para explicar a queda é o processo de denúncias que envolveu a CONAB em 2013. A queda observada no número de produtores também se refletirá no total de alimentos comercializado e no número de unidades receptoras contempladas com as doações em 2013, como se verá adiante. Apesar de relevante, entender os motivos que levaram à diminuição dos resultados do PAA-CDS no estado de São Paulo em 2013 extrapola os objetivos do presente artigo.

Tabela 4: Beneficiários fornecedores do PAA-CDS no estado de São Paulo entre 2011 e 2013, segundo gênero

	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
2011	3.170	10.026	13.196	24%
2012	5.114	11.410	16.524	31%
2013	4.527	5.313	9.840	46%

Fontes: PAA-Data; SISPA; Elaboração: Juliana Lordello Sícoli, maio/2014.

- Alimentos comercializados

Uma das finalidades do PAA é “promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada [DHAA] e saudável” (inciso III do Art. 19 da Lei nº 10.696/2003).

Uma alimentação adequada e saudável supõe um cardápio variado, composto por alimentos frescos de diferentes grupos alimentares, capazes de atender às necessidades nutricionais e energéticas de cada pessoa – nem mais, gerando sobrepeso e risco de doenças crônicas não-transmissíveis, nem menos, gerando desnutrição e carências nutricionais.

Entre 2011 e 2013, o PAA-CDS comercializou entre 130 e 160 tipos de alimentos anualmente no Estado de São Paulo – um indício da esperada diversidade, característica da modalidade–, somando 135,7 mil toneladas de alimentos. A respeito da diversidade, vale lembrar que, conforme avaliações citadas por Grisa et al. (2011), “muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar produtos locais que, até então, eram depreciados ou não tinham seu valor comercial reconhecido” (p. 36).

A Tabela 5 mostra os alimentos comercializados anualmente (quilos e montante financeiro), segundo grupos de produtos<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Há diversas formas de agrupamento dos alimentos. Para as análises deste artigo, optou-se por utilizar a categorização disponível no PAA Data.

Tabela 5: Alimentos comercializados pelo PAA-CDS no estado de São Paulo entre 2011 e 2013, segundo grupos de produtos

Grupo de Produto	2011			2012			2013		
	Peso (kg)	% (grupo/total kg)	Recursos (R\$)	Peso (kg)	% (grupo/total kg)	Recursos (R\$)	Peso (kg)	% (grupo/total kg)	Recursos (R\$)
AÇÚCARES E DOCES	157.875	0,4%	980.130,72	707.225	1,3%	2.870.173,32	100.628	0,3%	660.682,12
AVES E OVOS	108.576	0,3%	258.709,25	169.919	0,3%	431.209,15	70.146	0,2%	190.830,55
CARNES	42.519	0,1%	244.479,80	13.507	0,0%	73.236,60	29.809	0,1%	189.315,80
<b>CEREAIS E LEGUMINOSAS</b>	<b>2.945.395</b>	<b>6,9%</b>	<b>3.050.067,59</b>	<b>6.403.402</b>	<b>11,4%</b>	<b>11.633.335,45</b>	<b>2.193.725</b>	<b>6,0%</b>	<b>2.282.654,16</b>
COCOS, CASTANHAS E NOZES	41.614	0,1%	113.362,35	44.076	0,1%	115.041,50	30.378	0,1%	98.297,00
CONDIMENTOS, ERVAS E TEMPEROS	508.708	1,2%	882.074,05	620.177	1,1%	939.443,69	480.816	1,3%	843.649,85
DIVERSOS		0,0%		31.547	0,1%	80.732,48	15.385	0,0%	100.002,50
FARINHAS, FÉCULAS E MASSAS	263.517	0,6%	377.642,00	542.224	1,0%	1.054.357,16	78.337	0,2%	231.632,64
<b>FRUTAS</b>	<b>11.091.880</b>	<b>25,8%</b>	<b>14.860.916,40</b>	<b>14.026.115</b>	<b>25,1%</b>	<b>19.442.590,74</b>	<b>11.032.605</b>	<b>30,0%</b>	<b>17.642.797,40</b>
<b>HORTALIÇAS</b>	<b>26.024.158</b>	<b>60,6%</b>	<b>30.329.014,33</b>	<b>31.750.554</b>	<b>56,7%</b>	<b>38.225.314,98</b>	<b>22.192.832</b>	<b>60,3%</b>	<b>32.086.620,90</b>
LEITE E DERIVADOS	1.550.127	3,6%	2.517.111,51	1.373.452	2,5%	2.284.873,90	383.722	1,0%	606.948,84
PANIFICADOS		0,0%		963	0,0%	13.489,56		0,0%	
PESCADO	116.714	0,3%	610.870,36	147.016	0,3%	800.625,63	149.262	0,4%	830.411,48
SUCOS E POLPAS DE FRUTAS	101.997	0,2%	410.485,00	142.196	0,3%	600.184,40	20.735	0,1%	92.123,00
<b>Total</b>	<b>42.953.080</b>	<b>100,0%</b>	<b>54.634.863,36</b>	<b>55.972.373</b>	<b>100,0%</b>	<b>78.564.608,56</b>	<b>36.778.381</b>	<b>100,0%</b>	<b>55.855.966</b>

Fontes: PAA-Data; SISPA; Elaboração: Juliana Lordello Sícoli, maio/2014.

A Tabela 5 indica que as aquisições nos municípios paulistas estão centradas em hortaliças (57 a 61% ao longo dos dos três anos) e frutas (25 a 30%), que somadas respondem por mais de 80% do volume de alimentos comprados. O terceiro grupo é o dos cereais e leguminosas (6 a 11%), no qual estão incluídos arroz, feijão e milho. Os leites e derivados, quarto grupo com maior presença (exceto em 2013), variaram de 1 a 4% do volume anual de aquisições.

Chama a atenção ainda a baixa participação das proteínas de origem animal, que juntas alcançaram cerca de 0,6% do total adquirido anualmente. É possível que a baixa presença das carnes, aves e pescados esteja associada a um maior rigor do controle de qualidade dos Serviços de Inspeção Municipais, que tendem a dificultar a oferta deste tipo de alimentos por produtores paulistas de pequeno porte. Por outro lado, vale observar a baixa presença, desejável do ponto de vista da alimentação saudável, do grupo de açúcares/doces (0,3 a 1,3%), que abarca mel, bolos e doces.

Por fim, é importante destacar a comercialização de produtos orgânicos nos municípios paulistas. Embora representem pouco mais de 1% do volume total adquirido, estes alimentos são relevantes na perspectiva da promoção de uma alimentação saudável e livre de agrotóxicos.

- Beneficiários das doações do PAA

São considerados beneficiários consumidores do PAA os indivíduos que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e, no caso da modalidade Compra com Doação Simultânea, aqueles atendidos por unidades receptoras que façam parte da “rede

socioassistencial ou dos equipamentos de alimentação e nutrição”<sup>13</sup> (BRASIL, Resolução nº 62/2013 - Art. 3º).

As doações de alimentos do PAA-CDS no Estado de São Paulo beneficiaram cerca de 2,5 milhões de pessoas anualmente. A Tabela 6 mostra o perfil de unidades receptoras contempladas com as doações.

Tabela 6: Perfil de unidades receptoras do PAA-CDS no estado de São Paulo entre 2011 e 2013

Tipo de entidade/unidade receptora	2011		2012		2013	
	nº de entidades	%	nº de entidades	%	nº de entidades	%
ABRIGOS/ALBERGUES/CASAS	119	6%	140	7%	44	4%
<b>ASSOCIAÇÕES DE MORADORES/COMUNITÁRIAS</b>	<b>278</b>	<b>14%</b>	<b>325</b>	<b>16%</b>	<b>211</b>	<b>20%</b>
BANCOS DE ALIMENTOS	6	0%	6	0%	7	1%
COZINHAS COMUNITÁRIAS/RESTAURANTES POPULARES	14	1%	18	1%	17	2%
CRAS/CREAS/PETI/PROJOVEM	19	1%	14	1%	44	4%
ENTIDADE DE AMPARO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	110	5%	101	5%	31	3%
<b>ENTIDADES/PROJETOS BENEFICENTES</b>	<b>389</b>	<b>19%</b>	<b>329</b>	<b>16%</b>	<b>243</b>	<b>23%</b>
ENTIDADES/PROJETOS DE AMPARO A CRIANÇAS/ADOLESCENTES	105	5%	102	5%	60	6%
ENTIDADES/PROJETOS DE AMPARO A IDOSOS	88	4%	92	5%	30	3%
ENTIDADES/PROJETOS DE AMPARO A MULHERES/GESTANTES/MÃES	24	1%	18	1%	16	2%
<b>ENTIDADES/PROJETOS RELIGIOSOS</b>	<b>400</b>	<b>20%</b>	<b>438</b>	<b>22%</b>	<b>111</b>	<b>11%</b>
<b>ESCOLAS/ PRÉ-ESCOLA/ CRECHE</b>	<b>255</b>	<b>12%</b>	<b>213</b>	<b>11%</b>	<b>118</b>	<b>11%</b>
HOSPITAIS/UNIDADES DE SAÚDE	68	3%	59	3%	12	1%
OUTROS	170	8%	139	7%	111	11%
Total Geral	2045	100%	1994	100%	1055	100%

Fontes: PAA-Data; SISPA; Elaboração: Juliana Lordello Sícoli, maio/2014.

Como se vê, os três tipos de unidades receptoras mais frequentemente contempladas foram as “entidades/projetos beneficentes” (16 a 23% ao longo dos três anos) “entidades/projetos religiosos” (11 a 22%) e as “associações de moradores/comunitárias” (14 a 20%). Nos três casos estão envolvidas diversas instituições da sociedade civil sem fins lucrativos, que supostamente prestam serviços socioassistenciais à população em situação de vulnerabilidade social e, talvez também, em situação de (ou risco de) insegurança alimentar e nutricional. Na perspectiva de aprimorar o acompanhamento dos serviços prestados por estas instituições, vale ressaltar que a Resolução nº 62/2013 prevê que até 31/07/2014 elas deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, sob pena de deixar de receber as doações do PAA-CDS.

<sup>13</sup> De acordo com o inciso IV do Art. 2º da Resolução nº 62/2013 compreendem a rede socioassistencial: a) os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; b) os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua; c) os equipamentos que ofertem serviços de acolhimento a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados; d) as entidades e organizações de assistência social, sem fins lucrativos, que, prestam atendimento, assessoramento e/ou atuam na defesa e garantia de direitos na área da assistência social e que obrigatoriamente estejam inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Já o inciso V do Art. 2º explicita ainda que são enquadrados como “equipamentos de alimentação e nutrição”: a) Restaurantes Populares; b) Cozinhas Comunitárias; c) Bancos de Alimentos; d) estruturas que produzam e disponibilizem refeições a beneficiários consumidores, no âmbito das redes públicas de saúde, educação, justiça e segurança pública; e) unidades hospitalares sem fins lucrativos que prestem serviços 100% voltados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Os demais tipos de unidades receptoras são também majoritariamente do campo da assistência social, exceto as da rede escolar (11 a 12%) e as do campo da saúde pública (1 a 3%). Vale ainda destacar a baixa presença relativa das doações a equipamentos de segurança alimentar e nutricional (SAN), como bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares, que juntos correspondem a 1 a 3% das unidades receptoras nos três anos<sup>14</sup>.

Acerca das doações à rede escolar, cabe ressaltar que a complementação da alimentação escolar com produtos do PAA é desejável quando, após ter cumprido o mínimo de 30% estabelecido pelo Art. 14 da Lei nº 11.947/2009 (que rege o PNAE) e não dispondo de receita municipal suficiente para ampliar o per capita por aluno repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o município opta por adquirir mais alimentos do PAA para abastecer a rede pública de ensino. A complementação é especialmente relevante quando se trata de alunos da primeira infância e/ou da zona rural/periferias de grandes centros urbanos, entre os quais tendem a se concentrar os maiores índices de insegurança alimentar e nutricional.

### **Considerações finais**

De modo geral, as análises feitas permitem afirmar que o processo de implementação do PAA-CDS no estado de São Paulo tem permitido alcançar as seguintes finalidades do Programa: i) a inclusão econômica e social de agricultores familiares; ii) o incentivo ao consumo e a valorização de alimentos produzidos pela agricultura familiar; iii) a promoção do acesso à alimentação às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; iv) a promoção do abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; v) a promoção da produção orgânica e agroecológica de alimentos e o incentivo a hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; vi) o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo (por meio da CONAB).

Assim, o presente artigo permite reforçar que a implementação do PAA-CDS no estado de São Paulo cumpre um importante papel tanto sob a ótica da política agrícola, como da política social. Como enfatiza Turpin (2009), a possibilidade aberta pelo PAA (e ampliada pelo PNAE desde 2009) “promoveu a vinculação da compra do segmento mais desprotegido da agropecuária e agroindústria com a demanda de alimentos pela merenda escolar e pessoas em

---

<sup>14</sup> É relevante observar que a participação relativa dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional tende a ser maior se os resultados considerarem não o tipo de unidade receptoras simplesmente, mas o número de beneficiários consumidores contemplados. Contudo esta informação não está disponível a todas as formas de operação do PAA-CDS, por isso não foi considerada.

risco de insegurança alimentar por meio de uma rede de instituições locais e/ou estaduais da área social e técnica” (p. 40).

Nesta perspectiva, o relatório da ABRANDH e IBASE (2012) defende a ampliação de políticas e programas como o PAA e o PNAE, visando à valorização dos agricultores familiares, sua fixação na zona rural, formas de produção e abastecimento mais sustentáveis e saudáveis, bem como o fortalecimento do elo entre produção e consumo alimentar.

No Estado de São Paulo, conforme as análises demonstraram, parece especialmente importante ampliar a abrangência do PAA-CDS entre os municípios com médio IDHM e percentual de extrema pobreza acima da média estadual, favorecendo o alcance do público efetivamente prioritário. É importante destacar que, no caso da operação por *Termo de Adesão*, coordenada pelo MDS, o aumento da abrangência no Estado requer a manifestação de interesse na adesão pelo governo estadual, ou a revisão dos atuais critérios estabelecidos pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA)<sup>15</sup>.

Em relação ao perfil dos produtores, visando potencializar a inclusão produtiva rural, é importante ampliar a participação dos grupos A, A/C e B do Pronaf e seguir superando o mínimo de 40% de mulheres participantes. Afinal, como enfatiza o material de divulgação do PAA, “Embora o programa adquira alimentos de todos os agricultores familiares, há um esforço de priorização dessas famílias mais pobres e vulneráveis como mecanismo de inclusão econômica e social” (CONAB/CONSEA/MAPA/MDA/MDS, 2010, p. 21).

No caso dos alimentos comercializados, eles demonstraram ser favoráveis à promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável, contribuindo para remodelar o atual padrão alimentar inadequado, predominante nas famílias brasileiras.

Tendo em vista aprimorar os resultados do PAA-CDS a favor da redução da insegurança alimentar e nutricional, parece relevante adotar o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) como *proxy* da população a ser priorizada com as doações do PAA-CDS nos territórios, bem como medida para analisar a evolução dos resultados sob a ótica dos beneficiários consumidores.

---

<sup>15</sup> O GGPAA orienta e acompanha a implantação do PAA em todo o território nacional. É um órgão colegiado, de caráter deliberativo, vinculado ao MDS. É composto por representantes de diferentes Ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que o coordena; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Ministério da Fazenda (MF); e Ministério da Educação (MEC). Em 2013, o GGPAA estabeleceu que a adesão de municípios ao instrumento *Termo de Adesão* estava condicionada a: i) ter tido convênios com o MDS em anos anteriores; ii) ter população superior a 250 mil habitantes e ter assentamentos em seu território; iii) ou ao apoio dos governos estaduais na implementação em localidades menores de 250 mil habitantes, que não firmaram convênios com o MDS para a implantação do PAA entre 2009 e 2012.

Ainda focando a ponta da destinação dos alimentos, é importante fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente os Conselhos Municipais de Assistência Social, para atuar no acompanhamento de instituições religiosas, beneficentes e associações comunitárias, que, como discutido, concentraram as doações do PAA-CDS no estado de São Paulo. Em paralelo, é preciso fortalecer os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) enquanto equipamentos públicos voltados a ofertar ações prioritariamente à população em situação de vulnerabilidade social.

Tais apontamentos vão na direção de parte das sugestões de TURPIN (2009). Visando potencializar os benefícios do PAA e do PNAE, a autora sugere aumentar a integração das políticas públicas (cabendo aqui explicitar o necessário diálogo entre as secretarias de agricultura, educação, assistência social e saúde), aumentar os recursos destinados ao PAA e promover a capacitação técnica e organizacional dos agricultores familiares.

O conhecimento do calendário agrícola local/regional, capaz de explicitar a sazonalidade e indicar os tipos e as quantidades de alimentos disponíveis (bem como as potenciais), é outro desafio importante, assim como o aprimoramento da logística e do transporte.

Além deles, segundo Maluf (2013), a efetivação do potencial aberto pelo PAA e pelo PNAE requer o aprimoramento do planejamento e da organização da produção de alimentos da agricultura familiar (para o que a assistência técnica rural cumpre papel fundamental), favorecendo a melhoria da qualidade, regularidade, diversificação da matriz produtiva, processamento e beneficiamento dos produtos, e assim viabilizando a realização do direito humano à alimentação adequada e a mudança do atual padrão alimentar brasileiro.

## Referências bibliográficas

- ABRANDH (Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos); IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). **Projeto “Agricultura familiar, alimentação escolar e a realização do direito humano à alimentação adequada”**: relatório de pesquisa. Brasília, DF, 2012. 225 p.
- BRASIL. **Lei nº 10.696**, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Dispõe sobre o estabelecimento de diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF, 2009.

- BRASIL. **Lei nº 12.512**, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, DF, 2011.
- BRASIL. **Resolução nº 44**, de 16 de outubro de 2011. Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília, DF, 2011.
- BRASIL. **Decreto nº 7.775**, de 04 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. **Resolução nº 62**, de 24 de outubro de 2013, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos. Dispõe acerca da destinação dos alimentos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Brasília, DF, 2013.
- CONAB/CONSEA/MAPA/MDA/MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA** (material de divulgação). Brasília, DF, 2010.
- FBB (Fundação Banco do Brasil); UNICAFES (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária). **Estratégias de Acesso a Mercados para Agricultura Familiar** (cartilha). Brasília, jun 2013.
- GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, set 2011.
- MALUF, R. S. A agricultura e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional: entraves e desafios. In: **Desenvolvimento agrícola e questão agrária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 135-154.
- TURPIN, M. P. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.



## GT 10: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

### O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL NO ESTADO RIO GRANDE DO SUL

Marcelo Mateus Trevisan<sup>1</sup>

Alisson Vicente Zarnott<sup>2</sup>

Vinicius Piccin Dalbianco<sup>3</sup>

Pedro Selvino Neumann<sup>4</sup>

Marco Antônio Verardi Fialho<sup>5</sup>

#### Resumo

O presente artigo apresenta a dinâmica de organização do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental no Estado Rio Grande do Sul, gestado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A mudança da forma de contratação dos serviços de assessoria em 2009, passando dos convênios para os contratos, representa um marco na história da assistência técnica para assentamentos. Desde então várias transformações vem sendo realizadas no sentido de adequar e qualificar o trabalho das equipes técnicas. As principais inovações referem-se a incorporação das necessidades regionais das famílias nos contratos através de planejamentos regionais; o estímulo a participação social via fóruns locais, regionais e estaduais; e, a construção de ferramentas metodológicas de suporte a qualificação da ação extensionista como o Sistema de Integrado de Gestão Rural da ATES e a Rede de Unidades de Observação e Referência Pedagógica.

**Palavras-chave:** contrato, descentralização, participação social.

---

<sup>1</sup> Eng. Agrônomo. Assessor Técnico Pedagógico do Programa de ATES/RS. Av. Roraima, 1000. Bairro Camobi, Campus Universitário, Santa Maria/ RS. [marcelomtrevisan@yahoo.com.br](mailto:marcelomtrevisan@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> UFSM – Eng. Agrônomo. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Assessor Técnico Pedagógico do Programa de ATES/RS. Av. Roraima, 1000. Bairro Camobi, Campus Universitário, Santa Maria/ RS. [alissonae@yahoo.com.br](mailto:alissonae@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> UFSM – Eng. Agrônomo. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Assessor Técnico Pedagógico do Programa de ATES/RS. Av. Roraima, 1000. Bairro Camobi, Campus Universitário, Santa Maria/ RS. [vinidalbianco@yahoo.com.br](mailto:vinidalbianco@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> UFSM – Professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Colaborador do Projeto de Assessoria Técnica Pedagógica do Programa de ATES/RS. Av. Roraima, 1000. Bairro Camobi, Campus Universitário, Santa Maria/ RS. [neumannsp@yahoo.com.br](mailto:neumannsp@yahoo.com.br)

<sup>5</sup> UFSM – Professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Coordenador do Projeto de Assessoria Técnica Pedagógica do Programa de ATES/RS. Av. Roraima, 1000. Bairro Camobi, Campus Universitário, Santa Maria/ RS. [marcoavf@hotmail.com](mailto:marcoavf@hotmail.com)

## **Introdução**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir a dinâmica organizativa do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no Rio Grande do Sul (RS). Para tanto o artigo está organizado em 5 seções: a primeira localiza o processo de descentralização dos serviços de ATES nos marcos da discussão internacional realizada, principalmente, pelo Grupo Neuchâtel visando demonstrar que o ocorrido no Brasil está relacionado com uma orientação internacional sobre o tema.

A segunda seção apresenta o processo de construção do primeiro contrato de ATES no RS em 2009. A terceira mostra as mudanças que foram sendo realizadas no Programa de ATES visando incorporar a regionalização das ações, a participação social e a qualificação da ação das equipes técnicas. A quarta seção demonstra como esse caminho percorrido possibilitou que em 2013 as chamadas públicas para contratação dos serviços de ATES fosse realizada com base nas realidades regionais, ao contrário do processo realizado em 2009 que uniformizou todos os assentamentos do RS.

Apresenta também as últimas inovações discutidas no âmbito do Programa de ATES, quais sejam: incorporação de um trabalho prioritário de combate a pobreza nos assentamentos rurais juntamente com foco voltado a assessoria às organizações locais das famílias assentadas especialmente no tocante ao acesso aos mercados institucionais. A quinta e última seção apresentam algumas considerações sobre o processo em curso e apresenta alguns desafios que se apresentam atualmente no caminho da qualificação do Programa de ATES do RS.

### **1. O condicionamento da extensão rural e a criação da ATES**

A implantação dos serviços de Extensão Rural no Brasil teve por objetivo proporcionar suporte técnico para a modernização da agricultura através da difusão de práticas inovadoras de estímulo a produtividade e a expansão da mecanização no campo. Para isto, foi montado um sistema nacional de extensão rural, público, financiado, coordenado e executado pelo Estado através da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

Esse sistema desenvolveu-se até a crise econômica da década de 80 quando ocorreu uma redução substancial do conjunto de serviços públicos prestados pelo Estado. A escassez de recursos do governo e a opção pela redução da intervenção do Estado na economia proporcionaram a retirada de investimentos para o desenvolvimento do campo incluindo, entre estes, a redução dos serviços públicos de Extensão Rural. As alternativas apresentadas configuraram a materialização da visão econômica neoliberal no Brasil.

Na extensão rural um dos resultados dessa política foi à extinção da EMBRATER no ano de 1990 e o repasse dos serviços de Extensão Rural aos estados, municípios, entidades privadas e associações de agricultores seguindo o processo de descentralização dos serviços.

Em âmbito internacional as discussões sobre o tema da Extensão Rural, principalmente lideradas pelo Grupo Neuchâtel, revelaram que a redução da intervenção econômica do Estado no apoio ao desenvolvimento rural estava resultando no aumento da pobreza rural. Os serviços privados davam conta apenas de atender os agricultores mais consolidados e que tinham condições para arcar com as despesas da prestação dos serviços técnicos.

No entanto, as orientações não apontaram para a volta de uma estrutura centralizada no Estado. As alternativas sinalizaram a criação de uma estrutura pluralista de Extensão Rural, onde diferentes organizações públicas e privadas poderiam prestar serviços de extensão rural. Esta abordagem pluralista parte do pressuposto de que o modelo baseado no monopólio estatal dos serviços públicos na oferta de ATER estava obsoleto e que um sistema constituído por uma pluralidade de agentes financiadores e provedores de ATER se apresentava como

mais eficiente e desejável. Essa nova conformação implicaria na redefinição da relação do Estado com o serviço de ATER.

Paralelamente a este cenário surgiram importantes manifestações sociais favoráveis a definição de uma estrutura de prestação de serviços de Extensão Rural aos assentamentos resultantes do processo de Reforma Agrária. Esta posição se sustentou no argumento que a assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária era praticamente inexistente e de que as instituições como as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) não se preocupavam com este público.

Pressionado por este movimento e absorvido pelas tendências internacionais da configuração dos serviços de Extensão Rural, no ano de 1997 o governo federal criou uma estrutura para atender os assentamentos da Reforma Agrária denominada de Projeto Lumiar.

O governo federal tentou, por meio deste projeto, incorporar, na prática, uma série de reivindicações sociais com relação à descentralização dos serviços de Extensão Rural financiada pelo Estado e implantar uma proposta de extensão que contemplasse a premissa neoliberal de desonerar o Estado (nesse caso na figura do INCRA).

Em que pese inúmeras avaliações positivas o projeto Lumiar apresentou inúmeras dificuldades para sua execução, principalmente relacionadas à instabilidade institucional que limitava a ação das entidades prestadoras do serviço e resultou em quadros técnicos carentes de profissionais e especialistas qualificados, na precária estruturação física das prestadoras e a falta de garantia da continuidade dos trabalhos para os assentados. Esse conjunto de elementos forçou o fim do projeto no ano de 2000.

Considerando essa conjuntura, o acúmulo crítico sobre o desenvolvimento do campo que nas últimas décadas forjou uma frente pela Extensão Rural crítica e aliado a mudança do Governo Federal em 2002 foi colocado na esfera nacional um intenso debate a cerca de uma nova proposta de assistência técnica tanto para a agricultura familiar quanto para os assentados.

Foi este cenário que levou o Governo Federal a promulgar o Decreto 4.739, de 13 de julho de 2003, passando para a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário a coordenação de um Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Com a criação da PNATER e os esforços sociais na reivindicação de uma política específica para atender as famílias assentadas que através de uma parceria estabelecida entre a gestão do INCRA e do MDA proporcionaram a criação do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) exclusivo para os assentamentos da reforma agrária.

Na PNATER, da mesma forma como no Projeto Lumiar a perspectiva institucional da iniciativa não visou à reconstituição do sistema centralizado/verticalizado que caracterizou a extensão rural no auge do difusionismo. A estratégia central foi selecionar um público alvo (os agricultores familiares e os assentados), estabelecer uma orientação normativa para os serviços de extensão e condicionar a concessão dos recursos federais a iniciativas que manifestem adesão a esta orientação normativa (NEUMANN E DALBIANCO, 2012).

Desta forma, a PNATER consolida a passagem de um Estado executor das políticas de extensão rural para um Estado fomentador de atores privados e públicos na oferta dos serviços para o público selecionado. A ATES segue essa orientação.

Decorridos 10 anos avalia-se que a execução dos serviços de ATER/ATES foi terceirizada num ambiente de pluralidade institucional e que a atuação dessa multiplicidade de atores é descoordenada resultando em realidades muito distintas nos diferentes territórios do país quanto à cobertura, configuração institucional e de orientação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Assim, o grande desafio no momento é o de promover a passagem de um pluralismo de agentes a um sistema verdadeiramente pluralista, ou seja, o desafio coloca-se na

articulação e coordenação da atuação dos diferentes agentes para que os interesses públicos sejam adequadamente contemplados nos diferentes territórios.

É nesta perspectiva que se coloca a experiência do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) analisada neste artigo. Entende-se o Programa de ATES no RS como uma experiência portadora de elementos que conduzem para uma reflexão sobre a construção de um sistema diferenciado que ao longo dos últimos anos tem criado condições para envolver os diferentes atores do programa, não apenas na execução, mas também no processo de tomada de decisão.

Entende-se que o Programa de ATES do RS revela um esforço de traduzir concepções em práticas, em contextos muitas vezes restritivos do ponto de vista das opções operacionais disponíveis. Implica um contínuo esforço de procurar “brechas”, visualizar novos horizontes e construir alternativas. Esse caminho percorrido é apresentado nas próximas seções.

## **2. O processo de implantação dos contratos no programa de ATES**

O Programa de ATES foi concebido como um processo educativo continuado, incorporando os aspectos produtivos, o ambiental e o social. Distinguiu-se, portanto, dos objetivos definidos pelo Projeto Lumiar<sup>6</sup>. Seguindo as diretrizes da ATER<sup>7</sup> a ATES passou a defender o desenvolvimento rural sustentável na busca pela qualidade de vida dos assentados.

Organizativamente a coordenação da ATES foi compartilhada entre duas unidades básicas: a Coordenação Nacional, através da Divisão de Desenvolvimento dos Assentamentos, e a Coordenação Estadual, através das superintendências regionais<sup>8</sup> do INCRA. Como instância de gestão participativa a ATES previu a realização de fóruns regionais e nacionais, de caráter consultivo e com participação paritária entre governo e sociedade civil, dentro do contexto da descentralização do poder decisório<sup>9</sup>.

Em nível de execução, a ATES previu uma equipe de articuladores<sup>10</sup>; a contratação, se necessário, de especialistas e as equipes técnicas em Núcleos Operacionais (NOs). Aos articuladores coube a tarefa de dar suporte às equipes técnicas dos NOs, auxiliando no planejamento e execução das ações de ATES. As equipes técnicas dos NOs tiveram como função elaborar e acompanhar a implementação dos Projetos de Exploração Anual (PEA), do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e do Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRA), que orientaram as ações das equipes técnicas.

Através deste formato foi reeditado, com a ATES, o caráter descentralizador de implantação desta política pública, na qual é atribuído ao Estado o papel de fiscalização, coordenação e acompanhamento da ATES, e às equipes técnicas e de articulação, o papel de execução.

### **2.1 O programa de ATES no RS: O contrato 2009**

A partir de 2008, a ATES, no RS, passou a ser executada pela modalidade contrato, regimentada pela Lei n. 8.666/93. A contratação das prestadoras foi realizada mediante concorrência pública, levando em consideração a modalidade técnica e preço, seguindo a composição dos custos de ATES discriminados na Norma de Execução do INCRA de n. 77/2008 e na Nota Técnica de n. 03/DD/2008. No entendimento do INCRA-RS, o

---

<sup>6</sup> Segundo o projeto básico do LUMIAR, seu objetivo foi de “viabilizar os assentamentos tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção voltado para o mercado, integrado à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional” (INCRA, 1997, p. 4).

<sup>7</sup> Entre eles o pluralismo institucional na execução do serviço.

<sup>8</sup> Na maioria dos estados existe apenas uma superintendência do INCRA. No entanto, em alguns, como foi o caso do Pará, Pernambuco e do Amazonas, existiram mais de uma, sendo estas divididas por regiões.

<sup>9</sup> Embora esta seja uma das premissas, tanto da ATER quanto da ATES, não foi encontrado no manual operacional das duas políticas referências claras deste processo, do como fazer e quais os objetivos.

<sup>10</sup> Hoje Assessores Técnico Pedagógicos (ATPs).

instrumento contrato possibilitou a ampliação da eficácia e eficiência do programa, através da seguinte justificativa:

Levando-se em consideração que ‘a obtenção dos resultados esperados está subordinada ao efetivo comprometimento dos assessores técnicos’, a licitação do tipo Técnica e Preço é justificável, pois permite que o preço não seja o componente determinante do resultado da licitação. (INCRA, 2008, p.34).

Identificou-se que ao optar pelo contrato como forma jurídica de relação com as prestadoras, o INCRA objetivou a formulação de um instrumento que disciplinasse a execução do serviço de ATES, baseado nas diretrizes da PNATER e deixando claro o papel de cada instituição, bem como permitindo uma avaliação da execução e dos produtos gerados, seguindo os seguintes princípios:

I - assegurar às famílias assentadas em Projetos de Assentamento federais ou reconhecidos pelo INCRA o acesso à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES, pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o desenvolvimento dessas áreas e o apoio ao fortalecimento da agricultura familiar;

II - contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando as famílias assentadas na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais;

III - adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia;

IV - estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de modo a permitir a análise e melhoria no andamento das ações;

V - desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável;

VI - promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental das áreas de assentamento, tendo em vista a efetivação dos direitos fundamentais do trabalhador rural e considerando a perspectiva do desenvolvimento territorial;

VII - promover a igualdade entre trabalhadoras e trabalhadores rurais assentados da reforma agrária, favorecendo o protagonismo da mulher na construção e implementação dos projetos e

VIII - contribuir no fortalecimento das organizações sociais dos assentados.

A partir desse processo, foram habilitadas três prestadoras de ATES: COPTEC, para 8 NOs, a EMATER-RS, para 9 NOs, e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) para um NO, totalizando a contratação de 117 técnicos para atender a 9.894 famílias, distribuídas em 285 assentamentos presentes em 83 municípios do estado.

## **2.2 As ações contratadas para a ATES no RS**

Para a execução da ATES, a partir de 2009, as ações foram divididas em cinco modalidades, de acordo com as diretrizes nacionais do programa, objetivando contemplar a esfera ambiental, social, produtiva, a integração com as políticas públicas e políticas do INCRA e a elaboração dos Planos de Recuperação e Desenvolvimento dos Assentamentos.

A contratação das metas provindas do processo licitatório se deu sobre a égide de 12 diretrizes estratégicas, dispostas nas seguintes perspectivas: 1) apontar estratégias iniciais para

a construção da viabilidade econômica e da soberania alimentar e nutricional das famílias assentadas em projetos de assentamento novos, mediante a formulação de *Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA)*, 2) apontar estratégias iniciais para a construção da viabilidade econômica e da soberania alimentar e nutricional das famílias assentadas em projetos de assentamento criados antes de 2003 ou que se encontram em estágios de estruturação ou em consolidação, através da elaboração de *Planos de Recuperação de Assentamentos (PRA)*, revisando Planos de Desenvolvimento existentes e apontando novas estratégias de desenvolvimento, assegurando complementarmente a recuperação do passivo ambiental, social e econômico, 3) apontar estratégias para a *inserção na dinâmica do desenvolvimento territorial*, 4) viabilizar a integração do Programa de ATES com planos de desenvolvimento regionais existentes ou que venham a existir, 5) promover, o uso de *metodologias participativas*, 6) promover contato entre grupos para intercâmbio de experiências, potencializando a formação de *redes de cooperação*, 7) viabilizar a *promoção da igualdade de gênero, o resgate dos saberes locais e do respeito à diversidade étnica e cultural* dos assentados, 8) desenhar ações de estímulo à compreensão dos *direitos especiais de crianças, jovens e idosos*, 9) promover a *segurança alimentar*, 10) encorajar a *proteção à saúde*, 11) estimular, nas famílias, o *correto gerenciamento dos resíduos* gerados no cotidiano e 12) contribuir para o *fortalecimento da noção de Cidadania* e suas implicações nos direitos e responsabilidades sociais.

A partir dessas orientações o Contrato 2009 foi concebido com 21 metas iguais para todos os NOs, o que foi duramente criticado pelos integrantes do Programa de ATES e exigiu que mudanças fossem realizadas.

### **3. As mudanças em curso na ATES**

A composição entre metas estaduais, metas regionais e ações complementares, possibilita a aproximação das ações com a realidade em cada território (denominados pelo INCRA de Núcleos Operacionais). As metas estaduais, definidas em nível estadual com a aprovação do Conselho Estadual de ATES são de execução comum para todos os Núcleos Operacionais. Já as metas regionais tornaram-se possíveis a partir da revisão dos Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos (PDAs e PRAs) e mais recentemente do Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA), onde as equipes técnicas discutem e definem em cada assentamento os temas e atividades a serem executadas pelas equipes, que por sua vez, são programadas a partir de uma lista de ferramentas metodológicas existentes. Além disto, este planejamento é colocado para avaliação nos Conselhos Regionais de ATES, que ocorrem semestralmente em cada NO.

Ao longo da execução dos contratos elaborados nos anos de 2009 e 2010 uma série de críticas foi tecida à Coordenação Estadual de ATES com vistas a qualificar o programa e tornar a assessoria técnica realmente uma ferramenta a serviço de desenvolvimento.

Passo fundamental em todo esse processo foi a elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA's) para assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA pós 2003 e os Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRA's) para assentamentos anteriores a 2003 e que já possuíam PDA.

A elaboração desses documentos foi bastante complexa, pois nenhum dos atores diretamente envolvidos acreditava que os PDA's e PRA's poderiam desempenhar um papel relevante. O INCRA exigia a elaboração dos Planos porque o mesmo constava do Projeto Básico/INCRA (2008) da ATES, mas não visualizava um produto qualificado e admitia ter dificuldades para acompanhar e exigir produtos bem elaborados; as prestadoras e equipes técnicas encaravam a elaboração dos Planos como mais uma dentre tantas outras tarefas e não via importância prática do documento; e, as famílias não creditavam importância porque já haviam realizado inúmeros planejamentos que nunca foram implantados (inclusive PDA's).

Nesse contexto conturbado a opinião da equipe de articuladores de ATES de que os PDA's e PRA's poderiam desempenhar papel protagonista na ATES do RS não encontrava muitos ouvintes. Propiciar um momento de aproximação entre técnicos e famílias assentadas; permitir aos técnicos o desenvolvimento de atividades que auxiliassem no conhecimento do assentamento; retomar o debate coletivo sobre o assentamento permitindo também um aprendizado e um olhar coletivo das famílias em relação ao assentamento; construir um planejamento de longo prazo para o assentamento identificando problemas, potencialidades e elencando prioridades de trabalho; elaborar um documento que fosse memória de todo esse processo e apoiasse também o poder público nas suas decisões; e, por fim e como resultado desse processo, que os PDA's e PRA's se constituíssem na base programática para a contratação do trabalho de ATES nos próximos anos<sup>11</sup>.

Paralelo a esse processo confirmava-se que a contratação de serviços de assessoria técnica deverá se dar através de chamadas públicas em que um dos quesitos para definição das ações a serem contratadas é a capacidade de trabalho da equipe medida em horas técnicas.

Antevendo essa decisão e visando adequar o trabalho das equipes a sua capacidade operacional<sup>12</sup> o INCRA SR-11 já pensava o Contrato 2011 sob uma plataforma de horas técnicas. Depois de calculado o banco de horas total ficou estabelecido que 15% do tempo de trabalho seriam reservados para ações complementares, ou seja, para realização de atividades que surgem no decorrer do trabalho ao longo do ano e que não podem ser previstas no planejamento por se tratarem de atividades esporádicas, desdobramentos de ações realizadas, convocatórias e convites enviados por outros agente a equipe técnica, entre outras.

Os 85% do tempo restante seriam distribuídos entre ações de caráter estadual, obrigatórias para todas as equipes e as ações planejadas em conjunto com os assentamentos, as chamadas metas regionais. O rol de ações consideradas de caráter estadual foi acordado em reunião do Conselho Estadual de ATES e é composto por atividades consideradas pelo Conselho como indispensáveis para todos os NO's<sup>13</sup>.

Dentre as metas estaduais estão: duas visitas técnicas por família no ano, três ações com caráter de educação ambiental em cada assentamento, uma ação mensal em escolas localizadas nos assentamentos, estímulo às políticas públicas nos assentamentos em especial o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), reformulação do PDA ou PRA de cada assentamento (visando a elaboração do Contrato ATES 2012), participação da equipe nas reuniões de Avaliação da ATES nos assentamentos e nos Conselhos Regionais de ATES e participação de membros das equipes em espaços de formação propiciados pelo INCRA. Para o exemplo citado esse conjunto de ações totalizou mais de 51% do tempo de trabalho da equipe restando menos de 34% para o planejamento regional.

O planejamento regional visava propiciar um espaço em que equipes e famílias apresentassem as prioridades de trabalho da equipe para o ano de 2011 e nesse sentido, de um contrato padrão para todos os NO's em 2009, em 2011 tem-se um contrato diferente para cada NO atendendo, pelo menos em parte, as especificidades de cada grupo de assentamentos.

Outras duas questões foram incorporadas a elaboração do contrato de ATES 2011 com o intuito de adequá-lo a realidade vivenciada pelas equipes e qualificar o programa. A primeira diz respeito a inclusão do tempo de deslocamento até os assentamentos como parte do trabalho da equipe e, portanto, minimizando as disparidades que existiam entre equipes em

---

<sup>11</sup> Debate mais aprofundado sobre os PDA's e PRA's pode ser encontrado em Dalbianco *et al* (2010).

<sup>12</sup> Em 2009 e 2010 foram contratadas ações em diversos campos e áreas como já apresentado anteriormente, mas não era considerada a capacidade de trabalhos das equipes. Esse fato gerou inúmeras críticas por parte das equipes afirmando que não conseguiam cumprir com o conjunto de ações exigidas pelo contrato de ATES.

<sup>13</sup> Esse tema foi debatido longamente em reuniões com as prestadoras e no Conselho Estadual de ATES visando construir coletivamente a melhor configuração para o Contrato 2011.

função de diferentes distâncias dos assentamentos. Além disso, para cada atividade foi previsto um período de preparação e sistematização da atividade visando com isso que se realizem atividades de maior qualidade, pois o técnico tem reservado um tempo para preparar a atividade que irá realizar com as famílias assentadas.

Através da abertura de espaço para a inclusão das demandas apontadas diretamente pelas famílias em conjunto com a equipe técnica (e em consonância com os PDA's e PRA's), estipulando a capacidade de trabalho de cada equipe (prevendo tempos para atividades, inclusive preparação e deslocamento), tornando o programa de ATES mais aberto para interferência de outros agentes além do INCRA busca-se uma qualificação das ações e dos resultados alcançados pelo programa<sup>14</sup>.

#### 4.1 Sobre a participação

A dinâmica de gestão e controle social em andamento no Programa de ATES no RS faz com que o ambiente da Pluralidade Institucional se apresente como um Sistema Pluralista Descentralizado em construção, que discute e encaminha questões diversas relacionadas com o aperfeiçoamento das diretrizes e ações do Programa de ATES. O Sistema garante a participação de todos os atores envolvidos no Programa de ATES, com destaque para as Prestadoras de ATES, Universidades, Governo do Estado, EMBRAPA e Movimentos Sociais e, tem desempenhado um papel estratégico e importante na definição das metas e ações a serem realizadas pelo programa, conforme pode ser observado na Figura 1.

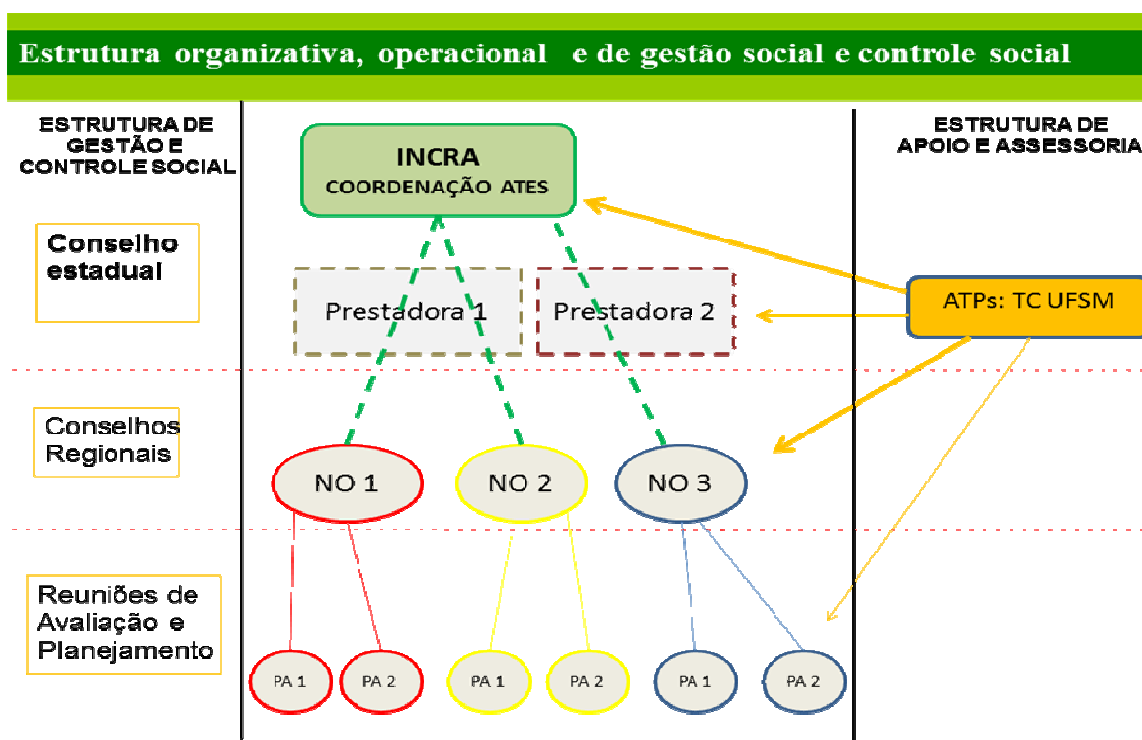


Figura 1: Estrutura do programa de ATES no RS

Fonte: elaborada pelos autores

Nesta dinâmica organizacional o Conselho Estadual de ATES, que possui o papel de discutir as estratégias gerais do Programa de ATES em âmbito estadual é descrito no manual operacional como paritário em sua composição (INCRA, 2008). No RS as instituições que

<sup>14</sup> Entretanto, importante destacar que não existe uma proposta de monitoramento e avaliação do programa de ATES capaz de dar suporte a avaliação da qualidade do serviço prestado bem como dos resultados alcançados pelo programa de ATES. A única ação em curso é a ação fiscalizatória realizada pelo INCRA para verificar se o trabalho contratado está sendo fisicamente executado e mesmo essa ação é realizada de forma precária.



participam regularmente do Conselho no RS são: INCRA, DDA/SDR (Divisão de Desenvolvimento Agrário da Secretaria de Desenvolvimento Rural do governo do estado), as prestadoras de ATEs (EMATER, COPTec e CETAP), CONFIE (convênio entre INCRA e Embrapa para capacitação de técnicos e assentados), ATPs (Assessores Técnico Pedagógicos – Assessores do Programa de ATEs via Termo de Cooperação entre INCRA-RS e UFSM) e a Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (COCEARGS, como representante das famílias assentadas). Através dessa composição percebe-se uma elevada centralidade nas instituições executoras do Programa de ATEs enquanto que a representação das famílias assentadas é bastante reduzida. Com essa conformação o Conselho Estadual não consegue intensificar o reduzindo-se a discussão da implementação do programa com seus executores.

Quanto às famílias, desde a primeira proposta de contrato em 2009 foram previstos espaços de avaliação do trabalho de ATEs nos assentamentos. Seu objetivo, no princípio, consistia em propiciar às famílias um espaço para realizarem a avaliação do trabalho das equipes técnicas e subsidiar a manifestação do representante do assentamento no Conselho Regional de ATEs.

Para além das avaliações realizadas pelas famílias nos assentamentos, o Programa de ATEs do Rio Grande do Sul propôs a construção de espaços regionais de discussão e diálogo, o que difere da proposta original do programa que não prevê instâncias locais. Os Conselhos Regionais, que tem por objetivo ser a instância de participação que serve para discutir, monitorar, avaliar e reajustar o trabalho da equipe técnica e para discutir outros temas relacionados ao desenvolvimento dos assentamentos, são compostos por representantes do INCRA, DDA/SDR, da equipe técnica/prestadora, ATPs/UFSM e CONFIE/Embrapa e representantes das famílias assentadas (na proporção de um homem e uma mulher por assentamento com até 100 famílias e dois homens e duas mulheres para assentamentos com mais de 100 famílias). Além desses, atualmente, podem ser convidados pelo Conselho Regional para participarem das reuniões representantes dos poderes públicos locais, cooperativas, outras organizações de interesse.

Outra questão, já em andamento, que merece destaque é o desafio da construção diferenciada de metas focadas em produtos, onde as atividades deixam de ser fins para se tornarem meios. A criação do Sistema Integrado de Gestão Rural da ATEs (SIGRA) e a Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP) estão no curso desta finalidade, fornecendo as equipes técnicas informações qualificadas da realidade de cada família assentada. Estas duas iniciativas colaboram para elucidar com maior clareza a situação real das famílias, bem como os pontos centrais e prioritários da intervenção da ATEs.

#### **4.2 Sobre o SIGRA**

É um sistema informatizado que contém informações sobre quem são, como vivem, o que produzem e como produzem todas as famílias assentadas assistidas pela Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental aos assentamentos de Reforma Agrária no RS. Criado pelos Assessores Técnicos Pedagógicos no ano de 2011 e alimentado anualmente pelos técnicos de ATEs, o SIGRA tem se mostrado como uma importante ferramenta para a constituição de retratos fiéis da realidade da reforma agrária, a qualificação da intervenção da ATEs principalmente através da diferenciação das famílias de acordo com as características sócias, produtivas e ambientais e como uma ferramenta para a qualificação das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento dos assentamentos.

Os objetivos principais do Sistema são centrados na disponibilidade de informações qualificadas para todas as famílias assentadas, de modo a auxiliar no planejamento das atividades desenvolvidas nos lotes e para contribuir nas discussões e reivindicações perante as entidades locais e regionais; desenvolvimento de um instrumento que auxilie as equipes de ATEs no processo de organização, planejamento e acompanhamento do trabalho, através da

geração de informações qualificadas da dinâmica ambiental, social e produtiva dos assentamentos e das ações de ATES executadas e; criação de um sistema ágil, capaz de gerenciar e organizar as principais informações da realidade dos assentamentos da Reforma Agrária do RS, com o propósito de facilitar a proposição de ações e de políticas que contribuam com o desenvolvimento dos assentamentos.

O SIGRA permite basicamente três tipos de informações: perfil individual de cada família, na opção “cadastro”, informações gerais sobre as famílias ou o assentamento e informações estratificadas das famílias, na opção “relatórios”, conforme pode ser observado nos links do endereço eletrônico exposto na figura 2.

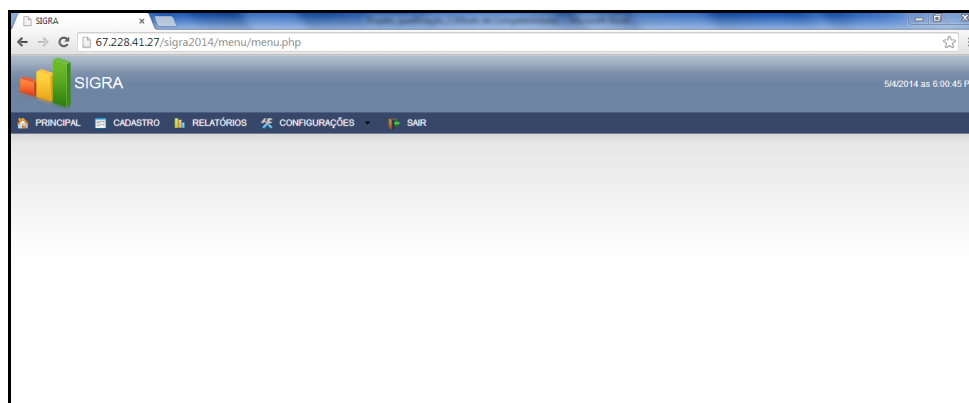


Figura 2: Endereço eletrônico do SIGRA

Fonte: UFSM (2014)

### 4.3 Sobre a RUOP

A Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP) é uma rede de unidades representativas dos principais sistemas de produção presentes nos assentamentos do RS e surge da necessidade de aprimorar a leitura da realidade em que vivem e atuam as famílias assentadas para possibilitar a qualificação da atuação das equipes técnicas. A RUOP é composta por 109 unidades acompanhadas em todo o estado do RS, como mostra a Figura 3, onde: L = leite; LG = leite e grãos; LO = leite e outra atividade; P = pecuária familiar; H = horta; A = arroz; G = grãos; NA = não agrícola.

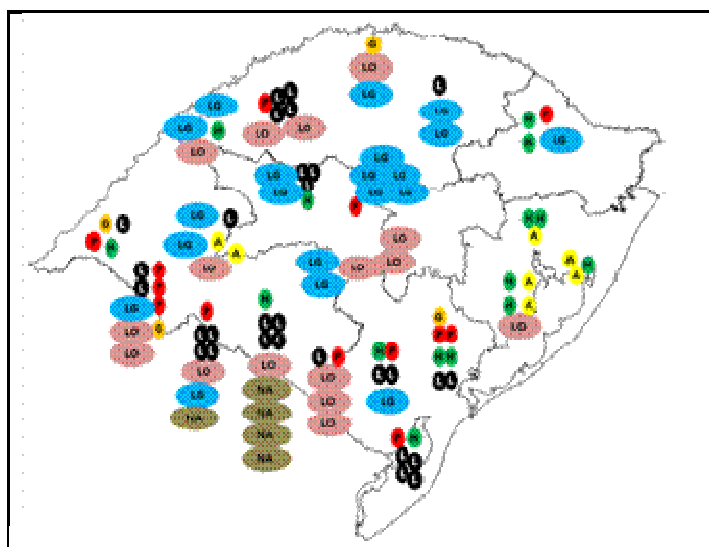


Figura 3: Mapa da distribuição das RUOPs no RS por sistemas de produção

Fonte: elaborada pelos autores

O objetivo da UOPs na rede é a consolidação de uma ferramenta pedagógica para o trabalho das equipes de ATES. Através do acompanhamento das UOPs espera-se gerar indicadores técnicos, econômicos, sociais e ambientais sobre os principais sistemas de produção.

A discussão desses dados pela família acompanhada, equipe técnica, demais famílias com sistema similar e outras organizações locais, com mostra a figura 4, poderá e deverá subsidiar os processos de intervenção no sistema produtivo. Esse processo de análise, discussão, intervenção, análise e assim consecutivamente é que permitirá, a partir de grupos de interesse, transformar a RUOP numa rede de unidades de referência pedagógica para a ação da ATES.

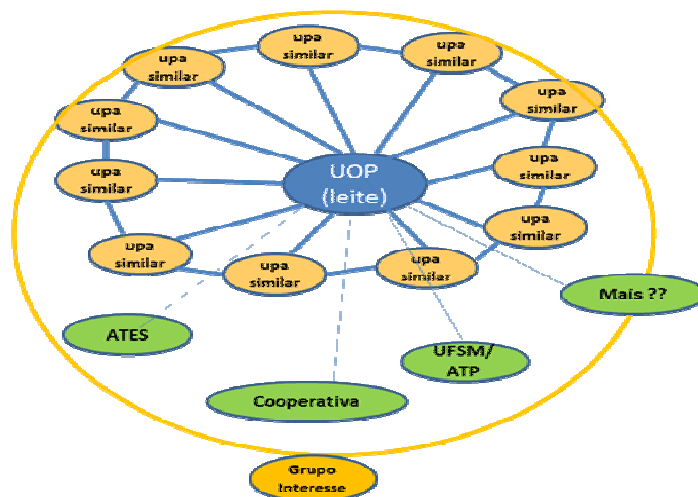


Figura 4: Grupo de interesse da RUOP para construção de referências pedagógicas  
Fonte: elaborada pelos autores

Durante a oficina sobre a RUOP realizada no encontro de qualificação dos técnicos de ATES no mês de janeiro de 2014 na UFSM, foi possível visualizar o potencial da RUOP como instrumento de qualificação da ação da ATES através da análise e da comparação dos sistemas de produção.

Além de qualificar o trabalho da ATES, esse processo de construção de conhecimento também poderá monitorar e validar experiências de transição agroecológica. Além disto, tem possibilidade de influenciar o trabalho de outras organizações que atuam nos assentamentos, através da geração de referências para a formulação de políticas públicas ou apontando demandas concretas para os centros de pesquisa.

#### 4. Chamadas públicas para os contratos de ATES em 2014: registro de recentes inovações

O ponto de partida desta iniciativa incorpora a estratégia do desenvolvimento territorial das políticas públicas na perspectiva do avanço no resgate de uma parcela importante dos espaços rurais deprimidos e na inserção desses espaços nos circuitos econômicos, sociais e ambientais.

Nesta concepção, o espaço territorial é visto como uma estrutura dinâmica, como construção social, como produto de conflitos e disputas em torno do espaço construído pela ação das classes sociais em seus processos de reprodução histórica. Ao mesmo tempo, o pensar de possibilidades de organizar contratos sociais territorializados de desenvolvimento envolve entender o território como confluência e conflitualidade de interesses múltiplos.

Neste entendimento, além de combinar qualidade e eficiência na aplicação dos recursos destinados a implantação, estruturação e desenvolvimento dos assentamentos, as

ações de assistência técnica precisam estar integradas às dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável, criando e mediando sinergias que dinamizam e possibilitam intensificar as atividades produtivas e demais pluriatividades que possibilitem ampliação da renda e melhor qualidade de vida para as famílias assentadas.

Outro aspecto que merece destaque é o desafio de redução da pobreza nos assentamentos. Com base nas informações contidas no Cadastro Único do MDS, aproximadamente 30% das famílias assentadas no estado do RS estão em situação de pobreza rural. Como a maioria destas famílias não participa das dinâmicas organizativas locais/regionais existentes e, portanto, acabam ficando isoladas em seus lotes, o redimensionamento das equipes de Extensão Rural objetiva a promoção e o fortalecimento das estruturas democráticas que possibilitam fortalecimento do poder de voz e o empoderamento social, criando oportunidades, melhorando a segurança alimentar e nutricional e, aumentando a capacidade organizativa e reflexiva desta famílias.

Além dos esforços de redução da pobreza, também há um envolvimento efetivo das ATES no conjunto de ações voltadas ao fortalecimento e consolidação dos sistemas produtivos atualmente existentes nos assentamentos. O assessoramento técnico para as cooperativas e demais estruturas organizativas ligadas à reforma agrária, bem como o apoio os estabelecimentos agroindústrias voltados à produção para os mercados institucionais, também se constitui como diretriz estratégica para a atuação das equipes técnicas.

Esta ampliação de demandas para as equipes de ATES teve como consequência a ampliação do número de técnicos, reduzindo em 8% a relação entre quantidade de famílias e número de técnicos, o que possibilita aprimorar ainda mais a dinâmica metodológica para o trabalho nos assentamentos.

No que se refere ao orçamento, foi previsto nos contratos de 2014 recursos para o pagamento de materiais didáticos e alimentação para a realização de todas as atividades coletivas, além do pagamento de diárias para os representantes dos assentamentos nas reuniões dos conselhos regionais da ATES.

## **5. Considerações Finais**

Os avanços obtidos no programa de ATES RS são resultados da construção coletiva de saberes e de mecanismos de diálogo entre os atores envolvidos no desenvolvimento dos assentamentos. O desdobramento deste processo resultou na construção permanente de avanços. Em seis anos de contratos de ATES já foram construídas cinco versões diferentes de estruturas de metas. A primeira reformulação ocorreu ainda em 2009, quando os contratos de ATES estavam operando a menos de três meses. A segunda mudança ocorreu em janeiro de 2010 com a reformulação integral das metas. Em janeiro de 2011, os contratos abriram espaço para o planejamento regional, mudança que foi aprimorada em 2012 e 2013. No ano de 2014, está em vigência um modelo de contrato diferente daquele operado em 2013, possibilitando a qualificação das atividades de campo através do suporte financeiro para as atividades coletivas e metas específicas para o atendimento das famílias mais empobrecidas.

Naturalmente que esse processo de construção coletiva é influenciado por demandas e limites institucionais que demarcam as posições dos diferentes atores que compõem o programa de ATES. Apesar deste entendimento, compreende-se que a efetividade de uma política pública depende em grande medida do reconhecimento e da legitimação perante os beneficiários. Kunrath e Marques (2009) ao problematizarem os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR's) apontam que a efetividade dos espaços de participação depende do reconhecimento e legitimação por parte dos atores sociais e políticos envolvidos e acredita-se que esse processo está em curso no Programa de ATES do RS.

Outro desdobramento desse processo de construção coletiva e de empoderamento das famílias e dos técnicos é que ambos passam a ser sujeitos do programa de ATES e também

responsáveis pelo seu andamento e sucesso. Com assentados e técnicos ativos na discussão e decisão dos rumos e ações do programa, sucumbe a noção de técnicos “empregados do INCRA”<sup>15</sup> e assentados meros receptores de um programa de desenvolvimentos para o assentamento.

O aprimoramento da precisão dos conteúdos trabalhos pelas equipes de ATES é reflexo dessa aproximação. Da mesma forma, este processo tem como efeito a escolha de ferramentas metodológicas mais apropriadas a cada ação o que permitirá maior efetividade do trabalho da equipe e maior facilidade no acompanhamento e monitoramento do trabalho.

Apesar dos avanços, muitos problemas ainda podem ser apontados e deverão ser pauta de debate no próximo período. Um dos mais importantes refere-se a necessidade de aprofundar a discussão sobre os resultados alcançados pelo programa de ATES e o papel que as ações desenvolvidas pelas equipes técnicas têm no alcance desses resultados.

O trabalho das equipes redundava em uma enorme pulverização de atividades que por esse motivo, na maioria das vezes, acaba por apenas sensibilizar as famílias sobre o tema abordado. Além disso, o formato baseado nas ações e não nos processos e/ou resultados é bastante cômodo para as prestadoras de serviço e para o INCRA. Para o INCRA facilita o controle (papel que vem desempenhando pós-reformas neoliberais) e para as prestadoras facilita a execução. Nesses casos, a construção coletiva das ações não eliminou a dificuldade da elaboração de assessoria continuada, determinada por objetivos claros.

Além disso, faz-se necessário avançar para a inclusão de temas transversais em que a preocupação ambiental, social ou produtiva seja abordada dentro da prioridade do assentamento. É possível trabalhar com as famílias produtoras de leite, por exemplo, e abordar a legislação ambiental e a temática social (a maioria do trabalho na atividade leiteira é desempenhada por mulheres, por exemplo) além das questões técnicas relacionadas a produção.

Por fim, acredita-se que no Programa de ATES no RS está em andamento um processo que busca transformar um contexto de Pluralismo Institucional desorganizado, onde prevalece a descentralização da execução num universo diversificado de prestadoras terceirizadas, para um ambiente constitutivo de um Sistema Pluralista Descentralizado onde as decisões, o controle e a gestão passam por um coletivo maior de atores sociais. Entende-se que o Programa de ATES revela um esforço de traduzir concepções em práticas, em contextos muitas vezes restritivos do ponto de vista das opções operacionais disponíveis. Implica um contínuo esforço de procurar “brechas”, visualizar novos horizontes e construir alternativas. E nesse sentido se percebe a riqueza da experiência estudada.

### Referências Bibliográficas

DALBIANCO, V. P. et al. **O processo de construção e elaboração dos planos de desenvolvimento e recuperação dos assentamentos no estado do Rio Grande do Sul.** VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas/PE, Brasil, 2010.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projeto LUMIAR:** Assistência técnica nos assentamentos. Brasília, Diretoria de Assentamento. Programa de qualidade e Produtividade nos Assentamentos de Reforma Agrária. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Norma de Execução nº.39, de 30 de março de 2004. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 8 maio 2004. Com anexos I, II e III.

---

<sup>15</sup> Essa noção de “empregados do INCRA” foi afirmada ao longo dos anos de 2009 e 2010 pelos técnicos que se viam apenas como executores de ações definidas pelo INCRA e repassadas às equipes técnicas. A partir do momento em que os técnicos passam a ser responsáveis pela elaboração do contrato de trabalho que terão que cumprir no ano seguinte o seu compromisso e envolvimento muda de patamar.

\_\_\_\_\_. Manual Operacional 2008 - Norma de Execução nº.77, de 28 de setembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_. Manual Operacional 2008 - Norma de Execução nº.78, de 31 de outubro de 2008. **Boletim de Serviço do INCRA**, Brasília, DF, 2008, 142 p.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência SR 11. **Projeto Básico visando a licitação para a prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental (ATES), e elaboração de PDA ou PRA para as famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, outubro de 2008, 66 p.

KUNRATH, Marcelo e MARQUES, Paulo E. M. **Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural in: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (org). POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL RURAL**. 2ª Ed. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009

NEUMANN, P. S.; DALBIANCO, V. P. Reforma Agrária e a Atuação do Estado na oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para Assentamentos. In: DIESEL, V.; Neumann, P. S.; SÁ, V. C. **Extensão Rural no Contexto do Pluralismo Institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS**. Ijuí: editora Unijuí, 2012, p. 35 – 56.

UFMS. Universidade Federal de Santa Maria. Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES. Disponível em: [www.sigra.net.br](http://www.sigra.net.br). Acessado em: março de 2014.

## GT 10 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

### O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas de São Paulo: uma análise a partir dos atores e suas estratégias

**Mariana Bombo Perozzi Gameiro<sup>1</sup>**

**Rodrigo Constante Martins<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: marianaperozzi@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: rmartins@ufscar.br

#### **Resumo**

Este artigo apresenta um estudo de caso sobre a primeira política pública descentralizada e participativa de desenvolvimento rural do Estado de São Paulo - o Programa de Microbacias Hidrográficas I, operacionalizado entre 2000 e 2008 pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, com financiamento do Banco Mundial. A pesquisa identificou, por meio de entrevistas e análise de documentos, as regras e recursos mobilizados pelos atores sociais envolvidos com o PEMH, interpretando as estratégias empreendidas perante os limites e as possibilidades suscitados por tal política.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento rural, políticas públicas, Banco Mundial

## 1. Introdução

A partir de meados dos anos 1980, novas abordagens para o desenvolvimento rural começaram a ser gestadas em espaços construtores de conhecimento perito, tendo em vista os desiguais efeitos do processo de modernização da agricultura implementado nas décadas anteriores. As novas propostas sugeriam deslocar o enfoque do agricultor individual para as redes de atores, do setor agrícola para dinâmicas socioeconômicas variadas, das ações centralizadas para as participativas, com foco no território, na diversidade e na otimização de recursos locais (LOWE et al., 1999). Parcerias entre agências governamentais, o setor privado e organizações civis eram estimuladas na condução de projetos (WOODS, 2009).

Diversos matizes deste modelo, celebrado no nível teórico-normativo por “empoderar” as comunidades rurais e fomentar a inovação e o empreendedorismo, foram incorporados a políticas públicas de desenvolvimento rural, com diferentes graus de dificuldade e sucesso em cada contexto específico.

No Estado de São Paulo, a primeira política pública de desenvolvimento rural territorializada, descentralizada e participativa foi o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I (PEMH), executado entre 2000 e 2008 pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), com financiamento do Banco Mundial. O programa é considerado por Navarro (2008) como a primeira experiência de desenvolvimento rural que, de fato, houve no Brasil, trazendo em sua concepção muitos dos aspectos preconizados pela literatura internacional e nacional da área.

Considerando a importância, para o avanço do debate, do reconhecimento das estratégias que os atores sociais empreenderam frente às possibilidades abertas por tal política pública, este artigo<sup>1</sup> lança um olhar sociológico sobre o Programa de Microbacias Hidrográficas de São Paulo, interpretando elementos que escapam das previsões institucionais e, portanto, revelam-se passíveis de se captar apenas no contato direto com os agentes. O trabalho privilegia, assim, a apresentação e a análise qualitativa de dados empíricos, obtidos a partir de investigação exploratória, visando fomentar a discussão numa base comparativa com outras experiências.

Como recorte geográfico, a pesquisa elegeu a área abrangida pela bacia hidrográfica Tietê/Jacaré, composta por 25 municípios. Tal bacia apresentava o número de 2.473 produtores rurais em 2008, com 1.443 Projetos Individuais de Propriedade (PIPs) aprovados para receber os benefícios do PEMH I (SÃO PAULO, 2010).

Para compor a amostra, foram selecionados os Escritórios de Desenvolvimento Regional de Araraquara, Botucatu e Jaboticabal, e as Casas de Agricultura de Araraquara (EDR de Araraquara), São Manuel (EDR de Botucatu) e Ibitinga (EDR de Jaboticabal). Esses foram visitados com a finalidade de se levantar documentos e obter entrevistas junto a diretores técnicos e extensionistas que trabalharam no programa. O universo de entrevistados foi composto, ainda, de agricultores e agricultoras beneficiários e não-beneficiários do PEHM nos municípios mencionados, além do Gerente de Planejamento do programa junto à CATI, e do Coordenador de Operações Setoriais para o Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial no Brasil. As entrevistas ocorreram entre os anos de 2010 e 2012.

---

<sup>1</sup> A pesquisa contou com o suporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).



## 2. Breve caracterização do PEMH

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) foi operacionalizado entre 2000 e 2008 pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão responsável pela extensão rural paulista e subordinado à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (SAA), contando com financiamento do Banco Mundial. Segundo o discurso oficial, o programa visava promover o desenvolvimento rural paulista através da ampliação das oportunidades de ocupação, da melhoria dos níveis de renda, de uma maior produtividade agrícola, da redução dos custos e de uma reorientação técnico-agronômica. “Tudo para propiciar o aumento do bem-estar das populações rurais, através da implantação de sistemas de produção agropecuária que viessem a garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, com plena participação e envolvimento dos beneficiários e da sociedade civil organizada” (SÃO PAULO, 2010).

O PEMH previa desembolsos de US\$ 55 milhões por parte do Banco Mundial. Parte dos recursos seria destinada aos agricultores beneficiários sob a forma de subvenção a fundo perdido. O Quadro 1 apresenta os componentes do programa e o montante destinado a cada item. Após a chamada Avaliação de Meio Termo (DEL GIUDICE, 2004), constatou-se que a execução do programa ocorria em ritmo mais lento que o esperado, o que levou a um corte de US\$ 10 milhões no orçamento do projeto, bem como à redução de suas metas quantitativas.

Quadro 1 - Componente/Subcomponente do PEMH (em USD equivalentes)

Categorias/Componentes e Subcomponentes	Estimado no Acordo de Empréstimo	Situação com cancelamento de US\$ 10 mi (2004)	Execução Situação 2007 - Final
<b>Desenvolvimento Tecnológico e Institucional</b>	<b>6.544.594</b>	<b>6.544.594</b>	<b>5.240.256</b>
Assistência Técnica e Extensão Rural	3.074.791	3.074.791	4.044.708
Mapeamento	1.683.224	1.683.224	989.206
Organização Rural	1.786.579	1.786.579	206.342
<b>Pesquisa Adaptativa</b>	<b>760.217</b>	<b>760.217</b>	<b>0</b>
<b>Incentivos a Conservação dos Recursos Naturais</b>	<b>22.515.740</b>	<b>22.515.740</b>	<b>13.217.258</b>
Educação Ambiental	383.037	383.037	19.254
Incentivos ao Manejo e Conservação do Solo e Controle da Poluição*	13.477.199	13.477.199	10.707.803
Incentivos a Recuperação de Áreas Degradadas**	3.660.962	3.660.962	2.012.044
Reflorestamento Conservacionista***	4.604.457	4.604.457	449.543
Fiscalização da Lei do Uso do Solo e dos Incentivos	390.086	390.086	28.614
<b>Adequação de Estradas Rurais</b>	<b>18.137.531</b>	<b>8.137.531</b>	<b>23.826.481</b>
<b>Treinamento e Difusão</b>	<b>2.080.440</b>	<b>2.080.440</b>	<b>772.394</b>
<b>Administração, Monitoramento e Avaliação</b>	<b>4.961.478</b>	<b>4.961.478</b>	<b>1.926.489</b>
<b>Varição Cambial</b>			<b>17.123</b>
<b>Total</b>	<b>55.000.000</b>	<b>45.000.000</b>	<b>45.000.000</b>

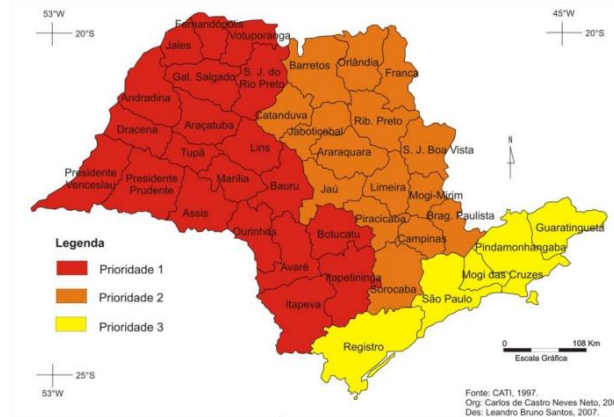
\*Abastecedouros, adubação verde, cercas, terraceamento, calcário agrícola, sistema de divisão de pastagem, construção de fossas sépticas; \*\* Voçorocas controladas, equipamentos adquiridos, associações atendidas; \*\*\* Mata ciliar plantada, mudas produzidas.

Fonte: São Paulo (2009).

As áreas de abrangência do programa foram divididas por EDRs (Escritório de Desenvolvimento Rural da CATI) e classificadas em três graus de prioridade, segundo o

grau de susceptibilidade à erosão do solo e a concentração da pobreza (WORLD BANK, 2009).

Figura 11 - Mapa das áreas prioritárias do PEMH



Fonte: Neves Neto (2009).

No PEMH, 70% dos recursos disponibilizados caberiam à área de prioridade 1. A área de prioridade 2 ficaria com 27% e a área de prioridade 3, com apenas 3% (SÃO PAULO, 2005). Em todas as microbacias, os beneficiários preferenciais eram os pequenos produtores: aqueles com área total explorada de até 50 hectares, com 70% ou mais da renda familiar proveniente da agropecuária, residentes na propriedade rural ou no município onde esta se localizava, ou em município vizinho (SÃO PAULO, 2005). Um convênio firmado entre a Secretaria de Agricultura e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), vinculado à Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania, possibilitou que o PEMH fosse desenvolvido em 28 assentamentos rurais.

Dados oficiais informam que, dos 645 municípios paulistas, 518 (ou 80% do total) estabeleceram parceria com o Governo do Estado para implantação do PEMH, 966 planos de microbacias foram aprovados, representando 3,3 milhões de hectares trabalhados e o envolvimento de 70.000 famílias de agricultores (SÃO PAULO, 2009).

### 3. Notas empíricas para um debate

Após essa breve apresentação do Programa de Microbacias Hidrográficas, passamos à análise e interpretação de estratégias empreendidas pelos atores sociais nos processos de formulação e de execução do programa, as quais contribuíram, portanto, para o desenho institucional de tal política e suas implicações práticas. Pressupomos os atores como portadores da capacidade de agência (GIDDENS, 1991, 2002), que os permite mobilizar regras (interpretativas ou normativas) e recursos (alocativos ou materiais e de autoridade) para processar a experiência social e traçar estratégias para enfrentamento da vida, mesmo sob formas variadas de coerção.

Os elementos aqui pontuados foram elencados segundo critérios de interesse sociológico, distanciando-se da análise quantitativa de resultados de políticas públicas, que medem montantes gastos, obras realizadas, população atingida, dentre outros. Neste sentido, os tópicos abaixo se referem a conflitos de interesse, disputas de poder, à influencia de aspectos subjetivos e culturais no desenvolvimento do programa, entre outros.

#### 3.1 Discursos hegemônicos e a legitimidade das noções de sustentabilidade e participação

A CATI formulou o Programa de Microbacias Hidrográficas de São Paulo, inicialmente, visando à conservação dos recursos naturais (solo e água) e à organização dos produtores rurais paulistas. Instituído em 1987<sup>2</sup>, tal projeto foi submetido à avaliação do Banco Mundial em 1992, mas as negociações só prosseguiram após a rolagem das dívidas do Estado com a União, em 1997 (WORLD BANK, 2009). A retomada das conversas veio acompanhada de uma mudança significativa no desenho institucional do PEMH, que implicava na ampliação do viés conservacionista original:

Naquele momento [1997], uma coisa era prioritária: voltar a negociar o acordo de empréstimo. Só que aí, o mundo tinha mudado. Nessa época, o Banco Mundial e a gente mesmo [CATI] via que seria necessário um projeto que fosse muito mais amplo que simplesmente conservação de solo e água. [...] Na verdade, o que a gente tinha já nessa época era a idéia que o projeto devia ser a semente do que começava a ser chamado “desenvolvimento sustentável”. [...] O conceito vem da Comissão Mundial de Meio Ambiente das Nações Unidas, que tinha o Relatório Brundtland... e já tinha havido a Eco 92... Na verdade, era dentro da extensão rural que isso não estava sendo muito discutido, mas havia uma discussão fora. (Gerente de Planejamento do PEMH).

Essa declaração explica o alargamento do enfoque do programa de microbacias paulista e a legitimidade da inserção da noção de desenvolvimento sustentável no trabalho da CATI, indicando um processo de ressignificação do rural a partir da introdução de elementos ambientais e sociais, que sugerem dinâmicas conflitivas para o estabelecimento de novas categorias de interpretação do e intervenção no mundo.

A declaração mostra, também, que a noção de desenvolvimento sustentável das agências oficiais encarregadas dos assuntos rurais no Estado de São Paulo está alinhada à matriz discursiva dominante (MOREIRA, 2007) que legitima as ações nesta área: o Relatório Brundtland, das Nações Unidas. Apoiados em Foucault (2009), podemos dizer que tal relatório não apenas postula “verdades” mas, mais que isso, insere-se “no verdadeiro” da política discursiva de várias disciplinas, tendo sua apropriação social assegurada pelo poder de autor da ONU. Para Foucault (2009), o autor não é o indivíduo que fala, mas um “princípio de agrupamento do discurso” como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência.

O discurso sobre desenvolvimento sustentável da ONU se apresentava coerente para a CATI, inclusive, porque correspondia ao momento político específico que o Brasil vivenciava na época:

Para desenvolver um projeto desses, como a gente imaginava para o PEMH, existia uma premissa que era muito coincidente com as premissas que você encontra no relatório lá da Comissão Mundial de Meio Ambiente. A questão da participação, da transparência... Na verdade são princípios democráticos. Então, era muito mais uma questão de introduzir na extensão rural, além da questão ambiental, valores democráticos, principalmente a descentralização, a participação e a transparência. (Gerente de Planejamento do PEMH).

Na década de 1990, “participação” e “descentralização” surgem no Brasil pós-militar como estratégias – ao menos discursivas - para a construção democrática e conferem legitimidade a um processo de reorganização de políticas sociais amplas,

---

<sup>2</sup> Um histórico dos processos legais (decretos, leis, etc) que possibilitaram que o PEMH fosse instituído e que o acordo com o Banco Mundial fosse formalizado é apresentado em GAMEIRO (2013).

articulado com princípios de universalidade e solidariedade. Essas polissêmicas noções aparecem também nos debates internacionais e brasileiros sobre desenvolvimento rural, sob a chancela do desenvolvimento territorial e endógeno. O mesmo ocorre com os movimentos ecológicos, que defendem o fortalecimento do local e o prolongamento da responsabilidade individual e coletiva sobre o tempo e o espaço (CASTELLS, 1999).

### 3.2 A perícia do Banco Mundial

Em 1997, o Banco publicou um documento esclarecendo que suas estratégias de ação no Brasil tinham como principais componentes: a) reformas estruturais para consolidar a estabilidade e impulsionar o crescimento dirigido pelo setor privado; b) alívio da pobreza, inclusive rural; c) expansão da infraestrutura; d) promoção do desenvolvimento sustentável (WORLD BANK, 2009).

Com as linhas de ação do Banco Mundial já definidas para o Brasil, a abertura para negociação era relativamente limitada. Uma engenheira agrônoma, diretora de um EDR na época da entrevista, acompanhou o desenvolvimento do Programa de Microbacias em todas as suas fases, sendo assistente de planejamento do EDR quando do início do programa, em 2000. Em sua opinião, o Banco Mundial “vem com um modelo já pronto, é difícil a negociação”.

As evidências que levantamos sugerem que a posição pouco flexível do Banco se sustenta na natureza de sua perícia, somada a outros fatores. O coordenador de Operações Setoriais para o Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial no Brasil confirma a importância que o Banco confere à transmissão do seu “*know-how*”. Mesmo não fazendo uma comparação explícita, é possível perceber em sua fala que o conhecimento acumulado pelo Banco é superior à eventual bagagem de conhecimento que seus clientes possam ter:

Especialmente no nível federal, mas em alguns estados que também trabalhamos, trazer conhecimento de outros países, trazer as experiências de outros estados, é quase sempre o foco mais importante da relação, do que propriamente os recursos que o Banco oferece. O governo federal tem mais reservas internacionais, cambiais, a sua disponibilidade, então, recurso adicional é muito menos importante do que conhecimento. A nível estadual, você tem os dois focos. [...] Por exemplo, na área rural, nós temos por volta de 20-25 projetos, em quase todos os estados brasileiros e com o governo federal também. E essa perspectiva que o trabalho com tantos parceiros simultaneamente [proporciona] vira importante para os outros clientes, que querem saber quais foram os desafios de implementar esse tipo de abordagem de desenvolvimento rural, regional e outros assuntos nos outros estados. (Representante do Banco Mundial).

Para o Banco, tais saberes peritos são legítimos à medida que encontram base na larga experiência prática da instituição e na vivência dos seus especialistas em distintas realidades:

O Banco tem um grupo central em Washington, que a gente chama de rede (*network*) de desenvolvimento rural, que foca quase exclusivamente 70% do seu tempo em pesquisas comparativas entre países, para identificar semelhanças, boas práticas, problemas que sempre surgem. E na base dessas pesquisas, a gente [equipes regionais do Banco Mundial estabelecidas em cada país] se informa para ver qual é o grau de aplicação desses conhecimentos aos países individuais nos quais trabalhamos. (Representante do Banco Mundial).

O Banco Mundial demonstra, com isso, que sua capilaridade lhe confere uma vantagem adicional sobre organizações (agentes ou instituições) circunscritas a fronteiras territoriais – e opera essa vantagem, também, como um recurso de poder<sup>3</sup>, fazendo valer suas posições no momento de negociação com os tomadores de empréstimo.

Um exemplo concreto deste conflito encontra-se na necessidade, segundo as regras do programa, de que os agricultores fizessem o pagamento à vista e antecipado dos bens que adquiririam com subsídios do PEMH, sendo posteriormente ressarcidos pelo programa (após averiguação e confirmação de que a técnica ou o equipamento havia sido, de fato, implementado ou adquirido pelo agricultor ou grupo). A Cati, ciente das restrições de fluxo de caixa dos agricultores familiares, tentou alterar esta exigência do Microbacias, mas o Banco Mundial não cedeu, com base em sua experiência de gestão e condução de projetos de desenvolvimento similares. O resultado prático deste descolamento entre a realidade dos agricultores paulistas e as exigências formais do PEMH, detectado nesta pesquisa por meio de entrevistas com beneficiários e executores do Programa, foi que os agricultores, com estímulo e/ou consentimento do corpo técnico e gerencial da Cati, estabeleciam acordos paralelos e parcelavam o pagamento dos bens diretamente com os fornecedores, embora apresentassem notas fiscais de pagamento à vista para cumprir com as regras formais do programa. Tal prática, longe de constituir casos isolados, foi bastante disseminada, a despeito da insegurança jurídica e do constrangimento moral que gerava.

### 3.3 A temática ambiental e a readequação da metodologia de trabalho

A assinatura do Acordo de Empréstimo entre o Governo do Estado e o Banco Mundial ocorreu em 1999. Após a formalização do empréstimo, procedeu-se à difusão de sua metodologia e objetivos junto à rede de extensionistas da CATI. A inserção da problemática ambiental e a nova forma de trabalho exigida pelo programa - não-setorial, participativo e por demanda - configuraram alguns de seus principais entraves iniciais, como mostram as declarações abaixo:

As regiões onde os técnicos foram mais permeáveis à ideia do programa, entenderam a necessidade do programa e começaram a trabalhar mais rapidamente foram as regiões onde tivemos melhores resultados. [...] Mas principalmente na questão ambiental, nós temos uma questão que eu acho bastante séria. Os técnicos têm, nós temos, uma dificuldade muito grande de trabalhar com a questão ambiental. Hoje talvez seja até mais fácil, porque a questão ambiental é muito mais moda do que há 10 anos. Então, existia uma certa resistência, dos técnicos inicialmente, e muitas vezes eles transferiam para os agricultores, diziam “não, os agricultores não querem saber disso”. (Gerente de Planejamento do PEMH).

Nós tivemos resistências, principalmente daqueles mais antigos, que nunca tinham trabalhado com essa metodologia. Lógico, tudo que traz modificação traz insegurança. Os técnicos, eles tinham que acreditar no projeto, para depois estarem repassando. [...] É por isso que em algumas regionais, alguns lugares, o projeto não andou como em outras regionais, pelo problema do técnico não acreditar no trabalho. (Diretora de EDR).

A pergunta passou a ser assim: por que que eu sou agrônomo? Porque ele [extensionista] virou um psicólogo, começou a discutir assuntos como a

---

<sup>3</sup> Segundo Giddens (1991, 2002), os sistemas peritos

possibilidade de criar entretenimento para as mulheres ou para a criança acessar, além da escola, alguma outra atividade, ou criar um posto médico para o bairro. Então ele começou a virar um articulador. Ele começou a encaminhar demandas. Isso foi um crescimento. [...] Mudou o perfil da Coordenadoria. (Diretor de EDR).

Aí passou para um sistema mais participativo, que era, por exemplo, a construção do Plano da Microbacia [...] Até então, a gente era muito acostumado a desenvolver projetos sem o envolvimento dos agricultores [...]. Você não olhava a propriedade como um todo, a comunidade. Era um olhar isolado [...], de uma assistência técnica mais direcionada ao produto, por exemplo, produção de laranja. (Diretora de EDR).

A necessidade de adaptações à metodologia de trabalho já era prevista, tanto que o acordo de empréstimo previa verba para treinamento, formação e capacitação do público operacional (técnico e administrativo) da CATI. Essas são oportunidades nas quais busca-se criar disposições para consolidar o que é o programa e quais argumentos ele faz funcionar como verdadeiros, visando ao controle da apropriação social do discurso (FOUCAULT, 2009). Um diretor de EDR defende, por exemplo, que essas são as ocasiões em que a Cati e o Banco se esforçavam para construir uma “linguagem única, uniforme” sobre o PEMH.

Mas, se por um lado, o “aperfeiçoamento técnico” promovido por cursos e treinamentos é recebido como necessário ou desejável, por outro os entrevistados percebem que a imposição de determinadas regras, por parte do Banco, rompia com a cultura organizacional da CATI e com o cotidiano de trabalho de seus funcionários. Um diretor de EDR entrevistado afirma que o PEMH “é desenhado de forma que você tem metas físicas e reprogramação a cada três meses. Isso não era uma cultura da Secretaria de Agricultura. Nós trabalhávamos com projetos sem uma meta específica ou clara”. A gerência da instituição empreendia esforços para se adaptar e pressionava seus colaboradores no mesmo sentido, configurando o que Weber (1991) chamaria de dominação legítima-racional, baseada na crença da validade das ordens impessoais estatuídas e do direito de mando daqueles que estão nomeados para exercer a dominação legal.

### 3.4 A legitimidade das práticas agrícolas subvencionadas

A despeito das tentativas de controle e homogeneização dos discursos relativos ao PEMH, nenhum dos agricultores entrevistados nesta pesquisa definiu o Microbacias I como sendo um programa ou uma política de desenvolvimento rural<sup>4</sup>. Eles costumavam relacionar o programa à água, ao meio ambiente ou a incentivos pontuais (máquinas e implementos). Como as representações individuais e coletivas acerca dos recursos naturais não são homogêneas ou absolutas, se relacionado mais ao círculo das crenças tecidas ao seu redor, a disputa pela construção de sentidos sobre o Programa de Microbacias resultou fragmentada, e a consciência discursiva<sup>5</sup> dos agentes revelou os traços de suas rotinas e experiências concretas, como indica o depoimento a seguir:

<sup>4</sup> O agricultor era solicitado a explicar o que era o programa, não havendo nas entrevistas a indução do termo “desenvolvimento rural sustentável” e correlatos, ou um questionamento específico acerca do que significam.

<sup>5</sup> Segundo Giddens (1991), a consciência discursiva está relacionada à capacidade do agente se expressar com palavras. A diferença que o autor estabelece entre consciência discursiva e consciência prática é de grande importância para sua Teoria da Estruturação. A consciência prática se refere ao que os atores

Era incentivo pro meio ambiente, né. Curva de nível, terraço, cerca para aquela parte do rio. [O dinheiro vem] do Banco Mundial. Eu ouvi falar e o técnico foi lá pra mim, fazer o projeto. Ele escrevia os problemas e a solução. Fiz projeto de curva de nível, fossa asséptica, mas não saiu nada. (São Manoel, agricultor não beneficiário do PEMH)

Não lembro [o objetivo do programa]. Só lembro que peguei fossa asséptica para não contaminar o solo. (Araraquara, agricultora assentada, beneficiária do PEMH)

Tendo como referência que o Programa de Microbacias se constituía das (ou se restringia às) práticas e equipamentos que financiava, os agricultores tendem a avaliar positivamente o programa, reconhecendo a importância das medidas sugeridas. “Nós andamos comprando uma roçadeira, uma esparramadeira de calcário, e depois fizemos um poço artesiano. Então foi bom, ajudou”, avalia um agricultor que foi encarregado de ser tesoureiro do grupo de 16 proprietários que optaram pela construção comunitária do poço artesiano.

Mesmo com um rol limitado de práticas a serem financiadas, os agricultores aparentemente as vêem como legítimas, no sentido de concordarem com a validade de tais sugestões. A interpretação deste fato como mera recepção passiva, por parte dos agricultores, de necessidades que lhes são impostas minimiza a capacidade reflexiva destes atores e superestima a influência do Banco Mundial e da CATI. Múltiplos fatores, internos e externos, interferem nas decisões dos produtores, que seletivamente filtram as informações com base em seus valores e ambições. Quanto aos agricultores entrevistados que não acessaram os recursos do PEMH, nenhum afirmou ter ficado de fora porque julgava suas práticas desimportantes ou desnecessárias. Alguns não o fizeram porque estavam inadimplentes, um desistiu porque temeu não ser ressarcido, e um afirmou que não tomou conhecimento do programa. Outros não participaram porque já executavam a maioria das práticas em suas propriedades.

### 3.5 Incentivo à diversificação da renda rural

Algumas atividades inseriam o PEMH num grupo de políticas de visão alargada sobre as funções e potencialidades do rural, como sugerem os discursos sobre as “novas ruralidades”. Elas, porém, tinham impacto limitado no cotidiano das famílias locais. Cursos de panificação, de fabricação de queijos, doces e sucos, de artesanatos e outros aparentemente contavam com a receptividade inicial do público nas microbacias pesquisadas<sup>6</sup>. Mas não cumpriam com sua proposta de representar uma possibilidade de diversificação de renda para as famílias rurais e de autonomia para as mulheres, sobretudo, porque no cálculo do programa não entravam as barreiras que seriam enfrentadas num momento seguinte, o da comercialização. Requisitos de ordem

---

fazem, e não se limita a expressar o que fazem com palavras, de modo que “relaciona a sabedoria cotidiana das pessoas com a natureza estrutural dos sistemas sociais” (GIDDENS, 1991, p. 72).

<sup>6</sup> Nas microbacias mais próximas das áreas urbanas, a receptividade era menor. Segundo um técnico, os agricultores que tinham outra fonte de renda na cidade não queriam se envolver muito. “Como eu posso pegar um agricultor que tem outra atividade na zona urbana, você acha que ele vai se interessar por um curso de Chá da Vovó? Ele não está interessado em saber de uma planta chamada melissa, que ensacada daria um travesseirinho para criança, que é antialérgico. Ele se interessa por algo mais concreto, por exemplo, roçadeira para laranja, trator para contenção de água, estradas” (Extensionista da CATI).

sanitária, registros e licenças são, via de regra, necessários para que as famílias possam colocar no mercado produtos processados. As mesmas dificuldades são apontadas em diversas entrevistas, sendo que a fala a seguir sintetiza o problema:

Nós temos uma papelada lá, com as apostilas, as coisas que eles davam dos cursos. Mas nós não praticamos nenhum, né. A gente foi, fez [o curso], mas dizer assim que faz... faz só para casa, né. Era pão, doce [...]. Eu não sei se é em todo lugar, mas na nossa cidade, se você fizer essas coisas e sair vender, a vigilância pega. Legalizar tudo, vixe, é muito caro. Então, nós nem nos interessamos em fazer isso. (Ibitinga, agricultor beneficiário do PEMH)

Pode-se afirmar que preocupações de ordem ambiental, agronômica e social não possuíam o mesmo *status* dentro do PEMH, e tampouco atingiam o mesmo patamar de importância para seus potenciais beneficiários. Esse desequilíbrio de prioridades, traduzido num olhar ainda segmentado sobre o rural, acaba por “abortar” iniciativas que poderiam genuinamente representar um passo adiante em uma política que se pretende territorializada e, portanto, multisetorial. A segmentação mencionada aqui, no entanto, não é aquela comum à literatura sociológica, que costuma criticar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do campo por seu enfoque excessivamente agrícola e produtivista. No caso do PEMH trata-se, ao invés disso, de uma visão perita que reconhece no rural as potencialidades naturais do campo e sua utilidade para os meios urbanos, mas ainda articula de maneira frágil os elementos prescritos como necessários ao desenvolvimento das comunidades locais.

No estudo em tela, a valorização do rural a partir dos elementos ambientais se verifica pela explícita ênfase conferida pelo programa às práticas conservacionistas, ainda que estas tivessem desdobramentos econômicos e sociais para os agricultores. Elas ficam claras nas falas dos agentes entrevistados (executores e público-alvo) e nos documentos do programa. Do Manual Operativo que orienta a concessão de subsídios econômicos aos potenciais beneficiários, por exemplo, pode-se extrair o cerne da legitimidade dessas práticas. Ele se assenta no fato que “a recuperação dessas áreas [degradadas] ultrapassa os benefícios diretos aos agricultores, exigindo, portanto, intervenção governamental” (SÃO PAULO, 2005, p. 58). Permanece em aberto, no entanto, avaliar em que grau políticas públicas condicionadas por interesses espacialmente deslocados, ou seja, interesses externos às localidades rurais, podem responder aos anseios e expectativas dos agricultores e, de fato, colaborar para a melhoria das condições de vida do entorno.

### 3.6 Desconfiança nas políticas e a adesão ao programa

Informações colhidas em campo sugerem que a “adesão” dos técnicos ao PEMH esteve fortemente condicionada à desconfiança nas políticas públicas como um todo, em função de experiências negativas com projetos interrompidos e promessas não cumpridas, assim como o impacto, na agenda de prioridades políticas, de possíveis mudanças nos nomes de Secretários de Agricultura ou coordenadores da CATI.

De repente o cara [técnico] vai lá, fala ‘vamos fazer isso e aquilo’, e aquilo não acontece... Para mim aqui é fácil, né, eu estou longe, não vou ter que dar explicação para ninguém. Mas para quem está na linha de frente lá é ruim, porque a cobrança vai estar o tempo todo em cima dele. Uma das coisas que os técnicos, eu acredito, iam querer ver para crer era se o programa ia ter continuidade, de fato. O que a gente pôde ver, e por isso é importante o financiamento externo, é que ele praticamente garante que você vai executar



aquele projeto. Ele não fica ao sabor de mudanças políticas. Pelo menos foi assim com o PEMH. [...] A gente via nos outros estados, por exemplo, no Paraná, o pessoal dizia ‘isso é uma vantagem muito grande, o governo muda e você tem continuidade’. Mas a gente [equipe de gerência do PEMH] também um pouco teve que ver para crer. (Gerente de Planejamento do PEMH)

A desconfiança na política foi mencionada também no tocante aos agricultores.

Ah, o pessoal aqui é muito descrente das coisas. Porque vem muita gente aqui que promete, promete, e na hora H pula para trás, não faz nada (Araraquara, agricultora assentada, beneficiária do PEMH).

Você deixava desenhado o seu público, você oferecia o produto, e você não tinha a adesão ou a receptividade deles, mas não por falta de necessidade, e sim pela desconfiança que eles tinham nas políticas públicas existentes. Nós gastamos muito tempo com essa fase do projeto. (Diretor administrativo de EDR)

Para atrair a atenção dos agricultores para o PEMH, a alternativa, enfatizada pelos entrevistados desta pesquisa, foi trabalhar com um público estratégico para difundir informações e executar práticas que servissem como exemplo para os demais – uma tática comum dentro da prática extensionista. Com isso, o programa pretendia fornecer elementos, aos potenciais beneficiários, da veracidade de suas propostas, aproveitando-se de redes de sociabilidades já estabelecidas nas comunidades. Segundo Goffman (2002), quando um indivíduo oferece a outros um produto ou serviço, eles frequentemente entendem que no momento da interação não há tempo nem lugar imediatamente disponível para avaliar o quão verdadeiras são aquelas informações, sendo forçados a aceitar alguns acontecimentos como sinais convencionais de algo não diretamente acessível. A experiência de vizinhos ou conhecidos, cuja credibilidade já foi testada em outras ocasiões, proporciona elementos mais palpáveis para que os agricultores orientem suas ações. Isso ocorre, sobretudo, quando há um “líder” entre os demais, cujo perfil não se relaciona diretamente ao poder econômico ou ao tamanho da propriedade, mas sim a fatores que possam representar maior ou menor grau de coesão local:

Onde você tinha uma comunidade que tinha por hábito a reunião religiosa, numa paróquia, numa igreja, para a festa do santo padroeiro, era muito mais fácil de você trabalhar, em relação a bairros que não tinham articulação nenhuma. Agora, o perfil do líder, cada lugar tem uma característica. Você pega Laranjal, é o cara que tem mais idade, porque lá existe esse traço da colonização italiana. Onde existe esse traço da questão religiosa envolvida, não a religião em si mas o histórico, é mais fácil de você trabalhar. Então a liderança parte muito desse lado. Pratânia já é muito mais o caso da capacidade do empreendedor, de você ser uma pessoa que corre mais atrás. (Diretor administrativo de EDR)

### 3.7 Invisibilizando os marcadores sociais

Os entrevistados também atrelam o grau de adesão<sup>7</sup> dos agricultores ao programa às características pessoais dos técnicos. Esses atores são símbolos da perícia no meio rural. No entanto, os dados obtidos em campo indicam que aqueles que

<sup>7</sup> A maioria das análises feitas a respeito do programa considera positiva a receptividade do público beneficiário ao PEMH. Vide, por exemplo, Navarro (2008) e Del Guice (2004).

conseguem acessar outros recursos além do conhecimento especializado detêm mais chances de se inserir no grupo dos agricultores:

Você não pode avaliar uma pessoa para fazer um trabalho em nível de população rural pela qualificação técnica somente. Você tem que traçar o perfil da pessoa [técnico] para ter habilidade, para chegar na linguagem, para ganhar confiança, para estar inserido no meio deles. Porque se você não for aceita, ou se não tiver o respeito desses grupos, seu trabalho não evolui, por mais capacitado que você seja. (Diretor administrativo de EDR)

A recepção ao programa era muito boa. Num caderno, eu escrevia algumas coisas, mandava ele [o produtor] desenhar a propriedade dele, onde estavam as culturas. Até brincava: ‘pô, você é um mau desenhista’. [...] Ali eu era obrigado a ter intimidade, se não eu não colocaria os meus objetivos em prática. Não é que eu forçava. Eu me moldava às características do produtor, procurava falar a linguagem dele. (Extensionista da CATI)

Numa interação, a partir da conduta e aparência, os observadores obtêm indicações que lhes permitem utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos (GOFFMAN, 2002). A identificação de valores ou traços compatíveis com o universo dos produtores, que possam deslocar o técnico do grupo dos “outros” e trazê-los para o “nós”, facilita a interação entre ambos. A aproximação linguística também é muito importante. Segundo Boltanski (2004), quanto mais o conhecimento puder se descontextualizar, mais facilmente pode se integrar ao conjunto de conhecimentos da classe. Em outras palavras, os conhecimentos se difundem mais facilmente à medida que seu caráter científico é menos evidente e quanto mais se aproximarem dos conhecimentos familiares utilizados na administração da vida cotidiana.

Nas entrevistas realizadas, os agricultores revelaram quais “credenciais” autorizavam os técnicos e permitiam a criação de laços de confiança<sup>8</sup> entre os produtores e os executores do PEMH. Um dos entrevistados (agricultor assentado de Araraquara) afirma: “Eu acho que a pessoa tem que ter ideal. Vir de uma cultura que sempre gostou daquilo, ter uma cultura de roça, ter familiares de roça”. Já um produtor de Ibitinga ressalta que o técnico “tem que falar a língua do produtor”, enquanto uma agricultora de São Manuel critica: “tem um [técnico] que chega aí e fica limpando a bota assim, ó, aí não tem jeito”.

Os técnicos que conseguiam invisibilizar os marcadores sociais (como linguagem e expressões corporais) que os distinguiam ante os agricultores e suas famílias tinham mais chances de serem aceitos e, assim, utilizarem a perícia como recurso de poder na disputa pela construção de sentidos para o programa. Tanto que as EDRs avaliadas como sendo as de “melhor desempenho” no âmbito do PEMH foram aquelas em que encontramos os extensionistas mais “próximos” do público-alvo, nesta pesquisa de campo.

### 3.8 Conselhos Municipais e o envolvimento dos agricultores

A implantação das ações do PEMH dependia de uma série de procedimentos que, segundo o discurso oficial, deveriam envolver ativamente beneficiários e a

---

<sup>8</sup> Para uma análise das relações de confiança e perícia entre os agricultores e os agentes extensionistas durante o desenvolvimento do programa de Microbacias I, ver Gameiro (2013) e Martins e Gameiro (2012).

sociedade civil (SÃO PAULO, 2010). A participação ocorria, por exemplo, na fase de escolha das microbacias a serem trabalhadas, uma vez que tal decisão deveria ser tomada pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR). Segundo o gerente de planejamento do programa, todas as atividades tinham que ter participação da sociedade, principalmente dos beneficiários, “para não parecer um presente”, para mostrar a importância dos agricultores decidirem. Os problemas, contudo, não tardam a aparecer nestas arenas em que interesses e valores são confrontados:

A ideia do Conselho não é ruim. Mas é difícil. Não é em todos os lugares que vai funcionar bem. Aqui funcionou bem, mas atualmente não está funcionando. Eu estou saindo, eu não quero mais me envolver com esse pessoal. Chega, cansei, não adianta. A prefeitura não te dá a devida importância, não prestigia. E as decisões começam a ir para apadrinhados, era o que vinha acontecendo. E isso não é bom. (Agrônomo, técnico do PEMH)

Nas entrevistas realizadas, apenas um agricultor beneficiado relatou envolvimento com o CMDR. Ele era, no momento da entrevista, o então presidente do CMDR, tendo atuado como seu membro durante o PEMH; é bacharel em Direito e morador da cidade, tendo sido vereador na década de 1990. Quanto aos demais entrevistados, alguns relataram vago entendimento a respeito do que era o Conselho. Houve quem afirmasse nunca ter ouvido falar dele.

Analistas da participação e das estruturas descentralizadas de gestão no rural pontuam que os agricultores, na hora de defender seus pontos de vista, preferem se calar por humildade, por falta de confiança em si próprio e em suas capacidades de expressão diante de técnicos e políticos – assimetria que convida à aprovação de projetos inadaptados aos interesses dos agricultores. Tal assimetria é observada também nos espaços destinados à participação no Microbacias. As reuniões dos CMDRs eram pouco prestigiadas e, muitas vezes, desconhecidas, por se apresentarem como um espaço estranho ao convívio dos agricultores. Já as reuniões destinadas à elaboração de diagnósticos participativos ou planos de microbacias contavam com uma frequência maior de produtores, sobretudo porque proporcionavam um meio relativamente mais homogêneo, encabeçadas por técnicos da CATI mas compostas basicamente de agricultores, que possivelmente se sentiam mais a vontade para se expressar no grupo do “nós”.

Os Planos das Microbacias eram documentos que continham os problemas e as estratégias para saná-los em determinada área, formulados após reuniões de diagnósticos participativos. Tais problemas diziam respeito à produção agropecuária e também à saúde (como a dificuldade de acesso a hospitais), educação (falta de escolas rurais), transporte (ausência ou má condição de ônibus escolar), segurança (roubos e violência), iluminação pública, dentre outros. As demandas que, levantadas, não fossem cobertas pelo PEMH deveriam ser encaminhadas para os órgãos competentes, de modo que a realização de parcerias era estimulada.

Os agricultores entrevistados revelaram uma satisfação inicial em participar dessas reuniões, associada ao reconhecimento de suas capacidades. Conforme o grau de coesão social local, as tradições do grupo e as rotinas e projetos individuais, porém, tais experiências podiam ser enfraquecidas ou frustradas. A fala de um agricultor assentado sugere que, em seu grupo, o individualismo é um traço marcante: “Na primeira reunião do planejamento participativo, o barracão lotou. Todo o assentamento veio. Aí começou a dar explicação, o que era aquela planilha ali. Na segunda reunião, foram oito. A maioria achou que ia ter coisa de graça; se não tem, não tem interesse”.

A justificativa calcada no “individualismo” pode ser factível mas não deve, obviamente, ser vista como único fator explicativo, sob o risco de repetir um clichê que deslegitima o estímulo ao engajamento comunitário e favorece práticas decisórias centralizadas. A necessidade de engajar a comunidade nas atividades participativas do PEMH exigia do extensionista a mobilização de recursos que ultrapassavam sua perícia técnica. A análise, aqui, retoma a importância de atributos pessoais para a construção das relações de confiança entre mediadores e mediados.

#### 4. Considerações finais

Este artigo apresentou e analisou algumas das estratégias que atores sociais envolvidos com a formulação e a operacionalização do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I) empreenderam frente aos limites e potencialidades desta política pública. O objetivo foi o de contribuir para o debate acerca das políticas de desenvolvimento rural, fornecendo elementos que permitam a comparação com outras experiências.

Em linhas gerais, observamos que no processo de formulação do PEMH, os representantes do Banco Mundial mobilizam o conhecimento perito concentrado na instituição como um recurso de poder, impondo as condições de negociação e estruturando o programa segundo suas prerrogativas. Na outra ponta, a gerência da CATI tende a legitimar reflexivamente boa parte dessas condições, posto que essas atendem ou correspondem às aspirações da instituição no que toca à realização de seu trabalho. No processo de execução do programa, notamos a inventividade dos atores sociais para aceitar, burlar ou acomodar as regras do programa conforme seus interesses e visões de mundo. Neste sentido, diversas racionalidades e ordens de valores, como os ligados à identidade grupal e à proximidade cultural, concorrem com a racionalidade técnica que supostamente orienta a ação dos extensionistas rurais.

#### 5. Referências bibliográficas

BOLTANSKI, L. **As classes sociais e o corpo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.2).

DEL GUIDICE ASSESSORIA TÉCNICA. **Avaliação de Meio Termo – PEMH**. Relatório final. [S.l.: s.n.], 2004. Mimeografado.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GAMEIRO, M. B. P. **Desenvolvimento, perícia e poder no rural paulista: o caso do programa estadual de microbacias hidrográficas**. 178 p. 2013. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LOWE, P. et al. **Participation in rural development**. Luxemburg: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 1999. 83 p.

MARTINS, R.; GAMEIRO, M. B. P. **Crer ou saber? Os fenômenos da confiança e da perícia nas políticas públicas para o novo rural**. In: 36º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 2012, Águas de Lindóia. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8075&Itemid=76](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8075&Itemid=76)>. Acesso em: 05 nov. 2012

MOREIRA, R. J. Assimetrias de poder, cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações. In: LIMA, E. N.; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Org.). **Configurações rural-urbanas: poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

NAVARRO, Z. **Manejo de recursos naturais ou desenvolvimento rural? O aprendizado dos “projetos microbacias” em Santa Catarina e São Paulo**. [S.l.: s.n.], 2008. Relatório de pesquisa. Mimeografado.

NEVES NETO, C. C. **O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo: o caso do município de Assis/SP**. 196 f. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas - Seção Operativa**. Incentivos ao manejo e a conservação dos recursos naturais. Manual. v. 3, versão 2. Campinas, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Retratos de uma transformação ambiental, econômica e social: ações desenvolvidas pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, 2000-2008**. Campinas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas**. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br>>. Acesso em 24 abr. 2010.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

WOODS, M. **Developing Europe’s rural regions in the era of globalisation**. Aberystwyth University, 2009. Disponível em: <<http://www.derreg.eu/content/case-study-areas>>. Acesso em: 15 out. 2010.

WORLD BANK. **Implementation completion and results report (IBRD-42380)**. Washington, June 1, 2009. Disponível em: <<http://go.worldbank.org/7FHWDNIHC0>>. Acesso em: 02 maio 2010.

## O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: Alcances e limites de uma política de desenvolvimento rural

Maria das Dores Saraiva de Loreto<sup>1</sup>  
Haudrey Germiniani Calvelli<sup>2</sup>  
Erika Cristine Silva<sup>3</sup>

### Resumo:

O estudo em questão objetivou examinar o cenário do Programa Nacional de Uso e Produção de Biodiesel, identificando os alcances e limites dessa política, a partir de pesquisa censitária e documental e de entrevista semiestruturada com lideranças de instituições, envolvidas na pesquisa e funcionamento do programa. Os resultados indicaram que as percepções das lideranças estão coerentes com os dados da pesquisa bibliográfica, enfocando tanto contribuições quanto limitações do PNPB.

**Palavras-chaves:** Política Pública, Biocombustíveis; Desenvolvimento Rural.

### 1.Introdução

As preocupações com o esgotamento dos combustíveis fósseis e com o desenvolvimento sustentável levaram ao Estado brasileiro a rever o Plano Nacional de Agroenergia, em busca de uma matriz energética menos poluente e por fontes alternativas de energia, capazes de contemplar tanto a eficiência econômica quanto a responsabilidade com o meio ambiente e inclusão social.

Nesse contexto, foi criado em 2004 o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), regulamentado em 2005, mediante Lei 11097, que tem como princípios norteadores a segurança e soberania alimentar, a sustentabilidade dos

---

1. Doutora, Professora Associada do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, mdora@ufv.br.

2. Doutora, pós-doutoranda do Programa Nacional de Pós-doutores (CAPES) na Universidade Federal de Viçosa, haudreyg@gmail.com.

3. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, erikacristine@gmail.com.

sistemas de produção e a redução da pobreza rural<sup>4</sup>, com enfoque na inclusão social da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel e no desenvolvimento territorial, via geração de emprego e renda. Ou seja, as diretrizes do PNPB se destacam pela implantação de um programa sustentável e de promoção da inclusão social, garantia de preços competitivos, qualidade e suprimento; produção da bioenergia, a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas. (VASCONCELOS, 2014; BUENO, et al 2009).

A promoção da inclusão social proposta pelo PNPB está associada à concessão do “Selo Combustível Social”, que vincula financiamentos especiais e isenções fiscais aos empresários industriais, além de participação nos Leilões de Biodiesel da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)<sup>5</sup>, na medida em que estes invistam um percentual mínimo na agricultura familiar, o que pode incluir dispêndios com a compra da própria matéria-prima, prestação da assistência e capacitação técnica, doação de semente, garantia de preço, dentre outros. Assim, a organização da agricultura familiar na produção de matérias-primas para o biodiesel passa a ser um componente fundamental e impulsionador para atender a proposta de promoção da inclusão do PNPB.

Em face ao cenário exposto, foi estruturado o presente estudo, que tem como objetivo examinar o cenário da Política Agroenergética, em especial, o Programa de Produção e Uso de Biodiesel, identificando seus alcances e limites, por meio do confronto dos dados da pesquisa censitária e documental com as representações sociais das lideranças socioinstitucionais sobre o PNPB.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo descritivo-exploratória, que teve como unidade empírica de análise o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa parte da noção da construção social da realidade em estudo, estando interessada nas perspectivas dos

---

4. Segundo os dados do Universo preliminar do Censo Demográfico de 2010, o contingente de pessoas em extrema pobreza ou miséria (rendimento nominal mensal domiciliar de R\$ 70,00 per capita) totaliza 16,27 milhões de pessoas, o que representa 8,5% da população total do Brasil, concentrados principalmente na região Nordeste (59,1%), distribuídos 52,5% no campo, enquanto outros 47,5% em áreas urbanas (BRASIL, 2014).

5 No caso do biodiesel, a ANP tem as funções de estabelecer as normas regulatórias, autorizar e fiscalizar as atividades relacionadas à produção, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, comercialização, importação e exportação dos bicompostíveis. (Disponível em: <http://www.anp.gov.br/>. Acesso em 14 de junho de 2013).

participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano em relação à questão em estudo.

O universo da pesquisa foi composto por um conjunto de líderes socioinstitucionais (Técnicos das empresas produtoras de biodiesel, da EMATER, de cooperativas de produtores e de pesquisadores envolvidos com a produção e difusão de conhecimentos sobre Agroenergia e PNPB). Para a obtenção de uma visão global da realidade foram utilizados diferentes métodos de coleta de dados, provenientes de fontes secundárias e primárias, como pesquisa censitária e documental, além de entrevista semiestruturada.

Inicialmente, para o alcance dos objetivos propostos, foi feito um levantamento, através de informações disponíveis na internet, sobre as empresas produtoras de biodiesel do Brasil, com acesso e com revogação do selo combustível social no âmbito do Brasil. Em seguida, foram encaminhados e-mails para estas instituições, com posteriores ligações telefônicas, com vistas a conhecer a visão dos técnicos sobre PNPB, principais alcances e contribuições, além dos principais gargalos enfrentados e causas da revogação do selo social. Além disso, foi encaminhado e-mail para os pesquisadores da Embrapa Agroenergia, entrevistados pesquisadores vinculados ao Programa Biodiesel UFV e à EPAMIG de Viçosa, MG. Os depoimentos das lideranças foram confrontados com os dados censitários e documentais.

Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), para análise das informações qualitativas concernentes às entrevistas. Os resultados foram discutidos enfatizando-se os alcances do PNPB no Brasil e seus limites, por meio do cruzamento da pesquisa bibliográfica com as percepções das lideranças vinculadas ao Programa.

## **2-Alcances e Contribuições do PNPB no Brasil**

Entre os anos de 2007 e de 2010, o biodiesel foi o produto industrial que mais cresceu em importância comercial em todo o mercado brasileiro. Conforme dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citados por Rodrigues (2012b), passou da 382ª posição do ranking para a 53ª colocação. Nesses quatro anos o valor das vendas se multiplicou por oito e os estados brasileiros que mais se beneficiaram com a venda de biodiesel, em 2010, foram o Rio Grande do Sul e Goiás, em regiões com maior área de plantio.

Segundo Abramovay e Magalhães (2007), o crescimento da produção de biodiesel está atrelado à formação e configuração do mercado de biodiesel, com a



dimensão da responsabilidade social, resultante da coalizão de interesses de três atores: empresas, agricultores individuais e organizados de forma coletiva, sob a coordenação do governo federal. As empresas passaram a adotar a responsabilidade social como núcleo dos seus negócios; os agricultores e movimentos sociais trocaram a contestação pela parceria com empresas, enquanto o governo passou a intervir no formato organizacional e nos incentivos, a partir dos quais se constitui o mercado de biodiesel, não como formas universais e abstratas de interação, mas como produtos histórico-concretos, cuja existência depende de redes sociais, seja por meio contratos entre as indústrias e os agricultores familiares e concessão do selo social, como também pela formação dos polos de Biodiesel.

De acordo com MDA (2012b), o selo social é uma concessão dada às usinas de Biodiesel que adquirem as matérias-primas dos agricultores familiares, cujo percentual mínimo das aquisições varia conforme a região: 15% para o Norte e Centro-Oeste e 30% para o Sul, Sudeste e Nordeste. Essa proporção é calculada com base no custo anual, em reais, de aquisição das oleaginosas da agricultura familiar, em relação ao custo de aquisições totais de matérias-primas utilizadas no período para a produção, conforme define a Instrução Normativa nº 1/2009, que regula os critérios e procedimentos específicos para a concessão. O dispositivo estabelece ainda que a assistência técnica e capacitação oferecida aos agricultores familiares serão de responsabilidade das indústrias que comprarem as matérias-primas.

No Brasil, as usinas produtoras de biodiesel detentoras do Selo Combustível Social têm aumentado paulatinamente, estando concentradas nas Regiões Centro-oeste (53,5%) e Sul (25,6%), de acordo com Machado (2013). Conforme MDA (2012c), no início do programa, em 2005, as primeiras empresas credenciadas para a produção de Biodiesel eram 4,0, cujo Selo Combustível Social foi recebido em 15 de novembro de 2005. Após completar 4 anos das primeiras empresas com o Selo Combustível Social, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o número de empresas cresceu 60% (2005/2009). No período de 2009/2012, a busca do Selo aumentou significativamente, passando de 16 empresas para 39 e, posteriormente, em 2013, para 43. Isso representa quase 73% das indústrias de biodiesel do país, que juntas são responsáveis por 90% da capacidade e produção do total de biodiesel originado no Brasil (MACHADO, 2013). Em contrapartida, o estabelecimento industrial com o certificado recebe incentivos fiscais diferenciados, como o acesso às alíquotas do

PIS/PASEP e COFINS, com coeficientes de redução e a participação assegurada de 80% do biodiesel negociado nos leilões públicos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustível (ANP), conforme explicita MDA (2012a).

As usinas com o selo podem adquirir o produto diretamente dos agricultores familiares ou de suas cooperativas agropecuárias. Como ressalta SECOM (2011), 70 cooperativas estão cadastradas como fornecedoras para o PNPB, 20% mais do que as 59 de 2010. Essa evolução demonstra o cumprimento de uma das metas da política pública de usar a demanda de oleaginosas para combustível como forma de incentivar a capacidade de organização, pois permitem uma participação mais qualificada e sustentável, ao superar os tradicionais gargalos agrícolas, mercadológicos e gerenciais. De acordo com Marco Antônio Viana Leite, coordenador de Biocombustíveis da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as cooperativas já representam dois terços das vendas da agricultura familiar. Ressalta que organizados em cooperativa, os agricultores familiares podem produzir o óleo vegetal, vender para empresa de biodiesel e empregar o farelo ou torta, que se obtém na extração do óleo do grão, para produção de ração animal ou de fertilizante. Além disso, com a venda coletiva, em quantidades maiores, é possível negociar melhores preços com as empresas. Há também ganhos com o transporte da matéria prima até o ponto de recebimento de forma coletiva, sendo possível comprar equipamentos de beneficiamento dos grãos, como debulhador, descascador e secadores, aumentando o valor do produto e melhorando a qualidade (SECOM, 2011).

Por outro lado, conforme MDA (2014), para a promoção do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel também foi preciso a implantação do Projeto Polos de Biodiesel, que colaborou para o desenvolvimento local dos municípios produtores de oleaginosas, através da inclusão dos agricultores familiares. Segundo Silva (2012), a implantação do Projeto ocorreu em 2006, com a participação de 30 polos em todo país, em 313 municípios. Em 2012, o Projeto Polos de Biodiesel já contava com 63 polos, com a participação de 1.078 municípios, realizando importantes ações quando avançam nas áreas de produção de oleaginosas, sendo capaz de reduzir os custos da cadeia produtiva e promover a inclusão familiar, através das políticas públicas que favorecem o acesso à assistência e as novas tecnologias, com reflexos na melhoria da renda.

Uma das contribuições do PNPB, relatada por Mateus (2012), está associada às economias de divisas, já que o Brasil importa um volume significativo de diesel

mineral. Segundo cálculos do real impacto do biodiesel na balança comercial brasileira, especialistas do mercado mostram que o país economizou mais de US\$ 2,4 bilhões, com a produção de biodiesel até 2011. O aumento no processamento doméstico da soja, que respondeu por um mínimo de 72% e um máximo de 82% da matéria prima para produção de biodiesel, aumentou a oferta de óleo para outros fins, além do biodiesel em si. Além disso, a produção de farelo beneficiou as indústrias de carnes, suínos, frango, leite e ovos; sem contar que gerou empregos e renda e melhorou diversos indicadores socioambientais. Assim, dado o baixo crescimento do consumo por óleos vegetais no Brasil (1,8% ao ano), a demanda criada pelo PNPB garantiu um mercado seguro para um produto, que, se fosse exportado na forma de grão, de óleo ou de farelo, enfrentaria condições mais incertas de comercialização.

A produção de oleaginosas em lavouras familiares faz também com que o biodiesel seja uma alternativa importante para a erradicação da miséria no país, pela possibilidade de ocupação de maior contingente de pessoas. Estudos desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades mostram que a cada 1% de substituição de óleo diesel por biodiesel produzido com a participação da agricultura familiar pode ser gerado cerca de 50 mil empregos no campo, com uma renda média anual de aproximadamente R\$4.900,00 por emprego. Pressupondo que para cada 1,0 emprego no campo corresponde a 3,0 empregos na cidade, seriam criados, então, 180 mil empregos e, se participação da agricultura familiar no mercado de biodiesel for de 6%, seriam gerados mais de 1 milhão de empregos (SEAGRI, 2007).

Esses aspectos positivos do PNPB foram ressaltados nas falas dos agentes vinculados à produção de biodiesel. Assim, segundo percepção de um dos atores envolvidos na liderança da produção de biodiesel, o PNPB, apesar de ter apenas 9,0 anos, conseguiu criar um programa sólido, em termos de produção, logística e também da inclusão social. Ressalta que a produção de combustível fortalece outros setores, o que demonstra o adensamento e a integração das cadeias produtivas da soja-carne-biodiesel, sem contar na geração de empregos e renda. Outro ponto importante, que é destacado pelo entrevistado, é que a produção de biodiesel em todo o país gera fortalecimento da economia em diversas regiões, exercendo papel muito importante na industrialização no interior do país.

O entrevistado acredita que o PNPB é um programa que vem trazendo enormes benefícios ao País na esfera socioeconômica e ambiental. Aponta que um dos maiores desafios da humanidade nas próximas décadas é amenizar os efeitos do aquecimento global e da poluição atmosférica de forma geral, o que pode ser amenizado com a introdução de um combustível renovável e, para tanto, é necessária mudança de paradigma no consumo de energia, em uma economia de baixo carbono. Além disso, salienta outros avanços, tais como: a inclusão social e produtiva de agricultores familiares e a geração de empregos em toda a cadeia; benefícios ambientais e de saúde pública, resultante da diminuição da emissão de poluentes; redução do déficit da oferta interna do diesel fóssil, o que vem refletindo diretamente no Saldo da Balança Comercial Brasileira.

Na sua visão, esse efeito multiplicativo gerador de emprego, renda, investimentos e desenvolvimento regional têm acarretado uma positiva convivência entre alimento e energia, como pode ser notada na crescente melhoria da dieta das populações de países em desenvolvimento, provocada pela mobilidade social, com maior necessidade geração de proteína para a produção de rações animais e conversão em carnes e lácteos, com excedentes de óleos, aproveitados no mercado de biodiesel.

O líder entrevistado questiona sobre as críticas do óleo de soja representar mais de 80% de todos os óleos produzidos no país, afirmando que, ainda durante um bom tempo, será a única matéria-prima com escala, logística e desenvolvimento tecnológico consolidado. Além dessas vantagens, o óleo é um subproduto do grão, que, no caso da soja, após o esmagamento gera, a grosso modo, 80% de farelo e 20% de óleo. Segundo ele, a relação de 4 para 1 produzida pela soja, derruba qualquer questionamento sobre a competição alimento versus energia. Assim, ele afirma que a utilização da soja como matéria-prima, além de importante para o setor de Biodiesel, figura como ponte para o estabelecimento de novas cadeias, com oferta de novos óleos e seus subprodutos. Na sua percepção, a diversificação de matérias-primas já é uma realidade que, ao longo desta década, se desenvolverá de forma significativa. Para o informante, os casos mais promissores são o dendê, o girassol, a canola, o amendoim, a mamona e outras palmáceas, como a macaúba e o babaçu. Afirma, ainda que, como já era esperado, a diversificação de matérias-primas para o Biodiesel seria gradual. E conclui:

Toda cadeia produtiva nova precisa de tempo para se consolidar, a exemplo do que aconteceu com o etanol de cana-de-açúcar ao longo de sua trajetória de mais de 30 anos, colocando-o num patamar diferenciado e tornando o

Brasil o segundo maior produtor mundial. ”Cerca de 80% dos óleos produzidos no mundo são oriundos de apenas quatro espécies vegetais: soja, dendê, girassol e canola. O Brasil montou uma logística com a soja nestas últimas 4 décadas que corresponde na próxima safra algo em torno de 24 milhões de hectares e 75 milhões de toneladas de grãos que serão produzidos. Isso mostra a pujança e maturidade da cadeia da soja.

Esse aspecto é ressaltado por outro entrevistado, que considera a diversificação de matérias-primas para a produção de biodiesel uma necessidade urgente para o fortalecimento do programa. Considera que avanços têm sido feitos nessa questão, através de investimentos crescentes em tecnologias agrônômicas e industriais e em assistência técnica, com considerável progresso de utilização de novas oleaginosas e de gorduras animais. Afirma que a produção de biodiesel está contribuindo, além dos mercados tradicionais, como o de sabão e cosméticos, para uma nova destinação sustentável de parte do volume de sebo bovino, um subproduto da pecuária de corte, que não conseguia colocação integral no mercado pelas graxarias e acabava transformando-se num passivo ambiental.

Em relação ao âmbito social, o entrevistado enfatiza que as ações estruturantes em curso, sob a liderança do MDA, podem ser otimizadas por intermédio do Selo Combustível Social e alavancadas pela ampliação dos Polos de Produção de Biodiesel, que vêm permitindo investimentos em conhecimento agrícola e de gestão, especialmente na estrutura cooperativista, através do incentivo à pesquisa, difusão de tecnologias para oleaginosas com potencial para a região, qualificação dos agentes de assistência e capacitação técnica, programas de correção e preparo de solo, além de incentivos à organização produtiva, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Semiárido. Esse modelo de inclusão social do PNPB, inovador no mundo, tem se apresentado como um exemplo de parceria entre agricultores familiares e indústria. Muitos desses agricultores nunca participaram de uma cadeia agroindustrial exigente em escala, tecnologia e eficiência produtiva. Comenta que o maior problema do setor é a vontade política do governo que precisa ser intensificada para o avanço do programa, pois não há outro impedimento sob a ótica tecnológica de matéria-prima. Mas, contrapõe seu argumento ao enfatizar que o sucesso do PNPB depende investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e transferência de conhecimento: Agrônômico, Industrial e de Coprodutos, para incremento da produção e aumento da produtividade, com foco na diversificação e desenvolvimento de cadeias produtivas de

oleaginosas adequadas às aptidões regionais. Portanto, considera que priorizar o zoneamento de culturas reconhecidas como potenciais para a produção de biodiesel é essencial. Além disso, salienta como importante os estudos transversais (socioeconômicos, ambientais, mercado, gestão e elementos para subsidiar políticas públicas), de forma a conectar o conhecimento agrônomo, o conhecimento industrial e do mercado de energia, necessários alcance de todos os potenciais do PNPB, no contexto de vários “brasis”.

### **3-Limites do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel**

A leitura e análise de conteúdo das respostas das lideranças institucionais permitiram identificar também um grupo de entrevistados que enfatiza os limites do PNPB, materializados nas percepções dos pesquisadores e dos técnicos de empresas com selo combustível social revogado.

Um dos pesquisadores ao ser indagado sobre a expectativa do PNPB contribuir para o desenvolvimento da região e a fixação do homem no campo, através da geração de renda e emprego, se mostrou pessimista em relação ao Programa; pois, segundo ele, o Programa contribui de forma significativa para os agricultores do Rio Grande do Sul, que já se encontravam organizados em cooperativas; portanto, ao terem acesso ao financiamento conseguiram alcançar os benefícios almejados. Essa percepção é compartilhada por Parente (2008), ao afirmar que: “a região Sul do Brasil tem as melhores perspectivas de resultados econômicos imediatos, pois é através do cooperativismo, fortemente presente entre os agricultores familiares, que o PNPB promoverá com maior êxito a inclusão social”.

Entretanto, como aponta Flexor (2010), apesar dos esforços para ampliar a inserção da agricultura familiar, os resultados do PNPB, do ponto de vista distributivo e da justiça social estão longe de atingir as metas esperadas inicialmente. Segundo dados do MDA, divulgados pela BiodiesIBR (2011), apesar de toda a expectativa criada em torno do potencial do biodiesel para a geração de renda entre os agricultores familiares das regiões mais pobres do país, os resultados obtidos têm ficado aquém do esperado. As metas de inclusão social foram revistas para baixo e a iniciativa mais nobre do PNPB, que pretendia incluir 200 mil famílias nos primeiros anos, só alcançou a metade da meta esperada.

De acordo com o Plano Plurianual 2012-2015, cerca de 200 mil agricultores familiares deveriam ter sido incluídos na cadeia do biodiesel. No entanto, segundo

dados do Tribunal de Contas da União (TCU), apresentados por Rodrigues (2013b), o segmento de agricultores familiares parece ter atingido seu teto em 2010 quando alcançou a marca dos 100 mil produtores incluídos. Desde então, o número absoluto tem permanecido praticamente idêntico a cada safra e vem se afastando de forma gradativa da meta esperada, alcançando, em 2012, 78% da meta esperada.

Além disso, o TCU aponta que o esforço para a regionalização da produção também não tem atingido os resultados esperados. No ano de 2012, 95,5% das aquisições das usinas de biodiesel de matéria-prima oriunda da agricultura familiar vieram da Região Sul (72,1%) e Centro-Oeste (23,3%). A região Sudeste ficou apenas com 3,7%, enquanto o Norte e o Nordeste ficaram com 0,4% e 0,3%, respectivamente. Esses resultados comprometem dois dos principais objetivos do programa: a inclusão social e o desenvolvimento regional. Outro ponto a ser destacado é que a meta de inclusão das famílias de agricultores familiares está completamente dependente da participação de uma única empresa, que é a Petrobrás Biocombustível (PBio).

Assim, a inclusão só voltou a crescer a partir de 2008, início da atuação mais ativa da Petrobras no biodiesel, principalmente quando a PBio adquiriu boa parte de sua matéria-prima de agricultores familiares da região sul. Esta região, que tradicionalmente possui uma agricultura familiar forte e que já conseguia escoar sua produção antes do PNPB, fornece mais de 70% da matéria-prima no âmbito do Selo Combustível Social, concentrada na soja (BIODIESLBR, 2011).

Penido (2011) também comenta a respeito, considerando que a mecanização e a produção do sistema produtivo da soja, em grandes áreas de monocultura, impedem a inclusão social de pequenos agricultores. O óleo de soja no mix de matérias-primas da indústria brasileira continua sendo a matéria-prima mais utilizada na produção do biodiesel brasileiro (75,7%). Em sequência, em termos dos usos de matérias primas na produção de biodiesel, aparece a gordura bovina, seguida por outras matérias primas. A movimentação das demais matérias-primas não chega a se destacar, estando o uso de óleo de fritura na faixa de 1% do mercado, assim como óleo de palma e algodão, com aparecimento do óleo de nabo forrageiro, que ficou com 0,1% do mercado (RODRIGUES, 2013a). Essa questão da escassez de matérias primas alternativas à soja, bem como seu alto custo comparativamente ao preço do diesel, foi um aspecto levantado por empresas que tiveram o selo combustível social revogado, como limitantes para o desempenho do PNPB.

Outro depoimento apontou o PNPB como uma arena de interesses políticos, na qual os interesses dos agricultores familiares foram negligenciados em favor dos grandes produtores de soja do Brasil. Para ele, os agricultores não possuem qualidade e quantidade na produção de matéria-prima para fornecer para as usinas de biodiesel. Ou seja, são incapazes de competir como o chamado setor da soja, com um parque industrial forte, com cooperativas e ainda com as grandes empresas do ramo.

Como ressalta o pesquisador, os agricultores nordestinos possuem baixo grau de instrução e de organização, o que reflete de maneira negativa na comercialização da produção. Acrescenta que esses agricultores têm enfrentado problemas para transformar uma produção em grande parte extrativa em um cultivo organizado, dentro dos padrões comerciais, com obrigações de atender contratos com quantidade e prazo de entrega para as indústrias. Tal opinião é corroborada por Callado et. al. (2007), ao destacarem que, no Nordeste e no semiárido, onde existe em vigor um modelo de agricultura camponesa e de subsistência, com pouco conhecimento técnico e gerencial, torna-se mais limitado o sucesso da inclusão social pretendida pelo PNPB.

Desta forma, como salienta o referido entrevistado, o próprio Programa prejudica a região nordeste ao exigir das usinas a compra de 30% dos insumos da agricultura familiar. Sendo esta quantidade impossível de ser produzida pelos agricultores nordestinos, várias usinas são obrigadas a procurar outras regiões, como o centro-oeste, na qual a exigência é de apenas 15%. Para o pesquisador não existiram ganhos significativos para as famílias de agricultores do nordeste, uma vez que sobre a mamona - matéria-prima eleita para a região - existem poucas pesquisas ainda em curso e grandes dificuldades em seu cultivo. Portanto, ele questiona a capacidade do PNPB de realizar a inclusão social no nordeste ao focar os esforços da agricultura familiar na mamona, que ainda é uma matéria-prima de baixa produtividade.

Outro pesquisador entrevistado, que também não possui uma visão tão otimista sobre programa, salienta acerca das dificuldades da produção de biodiesel com base em algumas matérias-primas específicas. Destaca que as cadeias-produtivas de algumas matérias-primas, como o caso da mamona, não se encontram ainda devidamente organizadas. Ou seja, não houve tempo suficiente para a pesquisa agropecuária melhorar a produtividade de determinadas oleaginosas, contribuindo para a diversificação das fontes de matérias primas.



Essa percepção está coerente com a visão do pesquisador da EPAMIG e com o mapeamento apresentado pelo Chefe Geral da Embrapa Agroenergia, ao considerar que a soja é única oleaginosa que, no estágio atual, atende aos três requisitos necessários para que uma cultura se viabilize, que são: pacote tecnológico definido, escala de produção e logística de comercialização desenvolvida. Existe outro grupo, onde estão as oleaginosas que já têm um pacote tecnológico disponível- dendê, algodão, canola, girassol, amendoim, coco e mamona – faltando investir na criação das condições de produção. E, em um terceiro grupo, estão as oleaginosas que ainda não têm tecnologia disponível, pois se tratam de espécies que se encontram em processo de domesticação, cujos resultados só virão no longo prazo, como é o caso do pinhão-manso e da macaúba (RODRIGUES, 2012a).

Assim, mesmo com todos os benefícios garantidos pelo selo social e da importância da agricultura familiar na produção do biocombustível, vários fatores têm dificultado o alcance da inclusão social. Como destacam Bueno et. al. (2009), a lógica econômica da relação entre aumento da escala e redução de custos gera forte concentração da produção e, mesmo que mercado de biodiesel cresça, não é garantida uma maior participação da agricultura familiar. Outro problema abordado pelos autores “é o atrelamento dos preços das matérias-primas às cotações internacionais de duas importantes *commodities*, o petróleo e a soja” (p.509). Com a crise os preços do petróleo no mercado internacional, o biodiesel tornou-se menos competitivo em relação ao diesel mineral e ainda o preço da soja sofreu decréscimo. Assim, a soja, por apresentar menores custos de produção e maior volume de oferta, provavelmente continuará a ser a principal matéria-prima da produção do biodiesel, o que limita o PNPB de realizar o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, a inclusão social.

Essa questão é discutida por Silva (2012), ao afirmar que o PNPB, enquanto um Programa que visa inclusão social e desenvolvimento regional, não está atuando de forma significativa nas regiões do Brasil consideradas mais pobres. Um dos objetivos do Programa era ser mais um instrumento regulatório utilizado pelo governo para promover a inclusão da agricultura familiar na cadeia de produção do combustível, como também uma forma de lançar medidas compensatórias que buscassem conciliar o crescimento econômico e sustentabilidade social.

Nesse contexto, o que se pode observar é que o discurso oficial em torno do PNPB, que visa de forma inédita integrar a agricultura familiar e camponesa em um

sistema de agronegócios, com abrangência nacional e internacional, na sua prática concreta não está ocorrendo, como destaca o estudo “Biodiesel no Brasil: desafios das políticas públicas para a dinamização da produção”, publicado pelo IPEA. Esta pesquisa ressalta que o programa não consegue na prática manter vivas as aspirações éticas e sociais (RODRIGUES, 2012c). Um dos agravantes que levou a não inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva, como era a meta inicial do PNPB, foram os ajustes realizados para garantir os empreendimentos empresariais, o que acabou privilegiando os grandes empresários da soja, sendo pequenas as melhorias na vida dos agricultores familiares, principalmente os agricultores nordestinos, por não estarem estruturados e não conseguirem produzir o necessário para competir no mercado.

Assim, a dependência da soja e as dificuldades em promover a inclusão social dos agricultores familiares são, atualmente, os principais desafios do PNPB. Para resolver esses impasses, em se tratando do monopólio da soja na produção do biocombustível, o governo deve incentivar pesquisas, que podem atenuar os gargalos tecnológicos do PNPB, como foi ressaltado pela totalidade dos entrevistados. Quanto ao problema da inclusão dos agricultores familiares nordestinos, o governo aposta nas capacidades operacionais, logísticas e financeiras da Petrobras Biocombustível.

#### **4- CONCLUSÃO**

É inquestionável o avanço do PNPB nas áreas da produção, capacidade instalada e abastecimento. Entretanto, em se tratando da inclusão social, os resultados até agora não são tão positivos. A pressão dos produtores de biodiesel e a correlação de forças econômicas e políticas envolvidas no PNPB, dentro e fora do governo, somadas às preocupações quanto à efetividade do programa, induziram a adoção de uma estratégia que tem priorizado a garantia da oferta do biocombustível.

Assim, a grande dependência da soja e a baixa inclusão social da agricultura familiar são as principais limitações, que impedem a expansão do biodiesel e a legitimidade do PNPB. A articulação entre a agricultura familiar e o setor produtivo possui entraves, não somente por questões tecnológicas, mas também pelas condições dos agricultores, que, em sua grande maioria, são pouco capitalizados, capacitados e não possuem uma cultura organizacional, essenciais à atuação de forma competitiva no mercado do biodiesel.

As percepções das lideranças sócioinstitucionais estão coerentes com os dados da pesquisa bibliográfica. Algumas tendem a focar os aspectos positivos, em termos

da produção, geração de emprego e renda e benefícios ambientais. Outras ressaltam os limites do programa, alegando defasagem entre as premissas do PNPB e seus resultados, principalmente no que concerne às questões distributivas e da justiça social.

Nesse sentido, pode-se concluir que existe um descompasso entre o discurso da política de promoção dos biocombustíveis, que visa combinar inclusão social e eficiência na produção, e sua prática concreta, principalmente quanto à inserção da agricultura familiar, desenvolvimento e diversificação de matérias primas alternativa à soja e regionalização da produção. A legitimação distributiva e social do PNPB está atrelada a investimentos em pesquisas e à institucionalização de mecanismos capazes de promover a cooperação e a formação de competências, ao nível individual e coletivo.

## 5.REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo. O Acesso dos Agricultores Familiares aos Mercados de Biodiesel- Parcerias entre Grandes Empresas e Movimentos Sociais. **Textos para Discussão FIPE**, n. 6, São Paulo, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BIODIESELBR. **Sem a Petrobras programa social do biodiesel é um fracasso**. 15 Set 2011. Acesso < <http://www.biodieselbr>> Acesso em: 05/03/2014.

BRASIL. **Plano Brasil sem miséria**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria>> Acesso 20/03/2014.

BUENO, O. C.; ESPERANCINI, M. S.; TAKITANE, I. C. Produção de biodiesel no Brasil: aspectos socioeconômicos e ambientais. **Revista Ceres**. v.56, n. 4, p. 507-512, 2009.

CALLADO, A. L. C; ALBUQUERQUE, J. L; SILVA, A. M. N da. **Análise da Relação Custo/ Volume/Lucro na agricultura familiar: O caso do consórcio mamona/feijão**. Recife, 2007. Disponível em: <[http:// www.custoseagronegocioonline.com.br/](http://www.custoseagronegocioonline.com.br/)>. Acesso em: 05/03/2014.

FLEXOR, G. **O Programa Nacional de Biodiesel: avanços e limites**. 17 Jun 2010. Disponível em <<http://www.biodieselbr.com> >. Acesso em: 05/03/2014.

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre. RS: Artmed, 2009.

MACHADO, A. Selo Combustível Social: Balanço e próximos passos. In: **Congresso Agribio-2013**. São Paulo, Agosto, 2013.

MATEUS, T. Balança Comercial- ao diminuir as importações de diesel fóssil, o biodiesel ajuda nas contas externas. **Revista Biodieselbr.** v.1, p.42-47, Abril/maio 2012.

MDA. **Produção de oleaginosas muda vida de agricultores no Centro-Oeste.** 14 Ago 2012. Disponível em < <http://www.biodieselbr.com>> Acesso em: 20/08/2012b

MDA. **Relações das Empresas com Selo Combustível Social.** Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/Atualiza%C3%A7%C3%A3o\\_Empresas\\_SCS\\_29.05.2012.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/Atualiza%C3%A7%C3%A3o_Empresas_SCS_29.05.2012.pdf)> Acesso em 27 de julho de 2012c.

PARENTE, E. A lógica e as missões do biodiesel. 2008. In: **Congresso Brasileiro de Agrobioenergia& Simpósio Internacional de Biocombustíveis**, Uberlândia, 2008.

PENIDO, Marina de Oliveira. **O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: alternativa ou "mais do mesmo"?** Do domínio do agribusiness à inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel no Norte de Minas. 2011, 334f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2011.

RODRIGUES, F. **ANP divulga o uso de matérias-primas do mês de abril.** Disponível em < <http://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/uso/anp-divulga-materias-primas-abril-280613.htm>> Acesso 12/07/2013a.

RODRIGUES, F. **As melhores culturas para os pequenos agricultores** -Manoel Teixeira <<http://www.biodieselbr.com/noticias/agricultura/selo/melhores-culturas>> Acesso em: 05/08/2012<sup>a</sup>.

RODRIGUES, F.. Teoria X Prática. **Biodieselbr.** v.1, n 28, p. 22-22, Abr/Mai 2012c

SEAGRI. **Agricultura Familiar, Emprego e o Lado Social do Biodiesel.** 10/08/2007. Disponível em <http://www.seagri.ba.gov.br>Acesso em: 05/02/2014.

SECOM. **PNPB tem hoje 20% mais cooperativas que em 2010.** 28 Nov 2011. Disponível em <<http://www.biodieselbr.com/noticias>> Acesso em: 05/03/2014.

SILVA, A. C. I. M. **Programa nacional de produção e uso de biodiesel e a inserção da agricultura familiar no polo agreste pesqueira de biodiesel em Pernambuco.** Pernambuco. 2012, 151 f. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

## GT 10 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

### O PRONERA como materialização do direito à educação e expansão das capacitações para o desenvolvimento rural

Conceição Coutinho Melo<sup>1</sup>  
Paulo Dabdab Waquil<sup>2</sup>

**Resumo:** A discussão sobre a Educação do Campo requer tanto a percepção da complexidade dos espaços rurais como também, a partir das experiências vivenciadas principalmente pelos movimentos sociais, compreender o surgimento de políticas públicas específicas, como por exemplo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. As políticas públicas para o campo, que levam em conta as diferentes realidades, são capazes de oferecer oportunidades sociais com potencial para diminuir as desigualdades sociais e contribuir para o desenvolvimento rural. Neste trabalho, a partir da abordagem das Capacitações de Amartya Sen iremos trazer a discussão sobre o PRONERA como materialização do direito à educação e expansão das capacidades dos assentados para o exercício da liberdade de escolher um tipo de vida e não outro. Segundo esta abordagem, para se alcançar o desenvolvimento faz-se necessário criar oportunidades de expansão das liberdades de escolhas dos indivíduos, que poderão ser proporcionadas através de políticas públicas.

**Palavras-chaves:** Educação do Campo; PRONERA; Abordagem das Capacitações.

---

1 Mestranda em Desenvolvimento Rural/UFRGS, ceicao4@yahoo.com.br

2 Doutor em Economia Agrícola pela University of Wisconsin-EUA/Professor Adjunto da UFRGS, waquil@ufrgs.br

## Introdução

Este ensaio objetiva contribuir com a discussão acerca da Política de Educação do Campo, mais precisamente sobre o Programa Nacional de Educação do Campo na Reforma Agrária - PRONERA. Porém, diferenciando-se da literatura acumulada acerca deste tema, aqui propomos suscitar uma reflexão sobre esta política como direito social com potencial de diminuição de desigualdades a partir da abordagem das Capacitações de Amartya Sen.

A abordagem seniana compreende o Desenvolvimento como expansão das liberdades de escolhas dos indivíduos, podendo as políticas públicas serem capazes de oferecer oportunidades sociais. No enfoque das capacitações, a expansão da política educacional assume vários papéis que influenciam na capacidade de exercício da liberdade humana de escolher um tipo de vida e não outro (SEN, 1993).

A Educação como um direito básico tem sua igualdade de condições de acesso prevista no Art. 206 da Constituição Federal Brasileira de 1988. Porém, na prática este direito não é materializado universalmente e no espaço rural a situação apresenta-se mais precariamente. As prerrogativas a este direito devem levar em conta as diferentes realidades, através de oferta de condições, metodologias e processos diferenciados.

Os sujeitos sociais do campo possuem uma base sócio-histórica-cultural específica que demandam políticas públicas diferenciadas de modo a proporcionar a diminuição das desigualdades geradas pelas estruturas dominantes. Compartilhando desta mesma compreensão, os próprios demandantes forjam processos reivindicatórios de políticas de Educação do Campo.

Buscar entender a Educação do Campo significa pensar o campo em toda a sua complexidade, a partir das próprias experiências vivenciadas pelos movimentos sociais e com isso, compreender a necessidade de desenvolver políticas públicas nessa esfera, de modo a reafirmar o campo como território para além da produção agropecuária, ou seja, considerar o espaço rural não somente material, mas principalmente, como território (imaterial) da reprodução das configurações familiares, espaço onde se engendram as relações dos atores sociais.

Essas relações entre os diversos atores, portanto, envolvem indivíduos que sofrem privações de liberdades, dentre as quais, a liberdade de acesso à educação, sendo conseqüentemente, privados de direitos sociais. A nosso ver, a Abordagem das Capacitações se apresenta bastante adequada à análise de processos de Desenvolvimento Rural que atualmente encontra-se em discussão no meio acadêmico e instituições responsáveis pela execução de políticas públicas.

### **Gênese do PRONERA como direito em meio a conflitos e desigualdades sociais**

A concepção que dominante na literatura que influenciou fortemente as ações estatais para os espaços rurais entre os anos de 1960 e 1980 esteve identificada com o paradigma desenvolvimentista, no qual a noção de desenvolvimento apresenta-se como sinônimo de crescimento. Destacaram-se nesse período ações de políticas agrícolas de modernização da agricultura, que teve como conseqüências, dentre outras, ênfase na dicotomia entre rural e urbano.

Essa diferenciação dicotômica contribuiu para o acirramento de desigualdades sociais, as quais foram (e continuam sendo) alvo de políticas redistributivas e de reconhecimento.

Por vezes, é necessário criar, ao menos temporariamente, políticas inclusivas ou compensatórias específicas para determinados grupos sociais (...) Isso com vistas à dignidade humana, mas também para promover mobilidade social ascendente, objetivando a diminuição da desigualdade social. (GEHLEN, 2009, p. 34)

Destacamos aqui, para efeitos de entendimento sobre essas políticas, que desigualdade social não possui o mesmo significado de diferença social. Sem pretensão de dar conta destas definições analíticas, apenas ressaltamos, como bem discorreu Gehlen (2009), algumas diferenças sociais passam a representar elementos de desigualdade social na dinâmica das relações sociais, ou seja, as diferenças sociais quando são utilizadas para justificar a distribuição desigual de recursos e poder, ocasionando às pessoas e grupos sociais posições hierárquicas, são utilizadas como forma de desigualdades sociais.

Conforme Zorzi, Kieling e Weisheimer (2009) “As desigualdades podem ser entendidas como produtos da distribuição diferenciada de recursos socialmente valorizados, tais como conhecimento, renda monetária, propriedade, prestígio e poder político.” (p.11)

Para Fraser (2001) a distribuição diferenciada significa a ocorrência de uma injustiça, portanto, a justiça requer tanto ações de reconhecimento (na dimensão cultural) como de redistribuição (promoção de igualdade social) para reparar injustiças culturais (ou simbólicas) e socioeconômicas.

Fernandes e Molina (2004) fazem menção à “superioridade” atribuída ao espaço urbano que mascarou as consequências do modelo de desenvolvimento agrícola das últimas décadas, associando aos camponeses, indígenas e quilombolas a imagem de grupos inferiores da sociedade e com isso a negação de direitos.

Portanto, a materialização do direito à Educação do Campo configura-se como importante instrumento com potencial para diminuir as desigualdades e de expansão das capacidades dos indivíduos para fazerem o que desejam.

“É a compreensão da ideia do direito a ter direitos que fundamenta a ação dos movimentos sociais como demandantes do que está previsto na lei, mas não materializado na realidade social.” (MOLINA, 2008, p. 23)

Tanto na esfera dos direitos como o cenário político, econômico e social brasileiro após os anos 80 começam a se modificar. Cresce a influência do Estado no meio rural, tanto por meio de políticas para a agricultura familiar, como das ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar etc.

As transformações a partir dos anos 1990, em meio às tensões sociais vivenciadas entre os movimentos sociais rurais, notadamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e a gestão de governo de Fernando Henrique Cardoso, foram palco de reivindicações, mobilizações e conseqüentemente o atendimento de parte da demanda social para o rural, principalmente para os assentados de reforma agrária. Diferentemente da década anterior, nos anos 1990 a ação dos movimentos sociais deixaram de ser apenas reivindicativos e contestatórios, passando a ser mais propositivos. (SCHNEIDER, 2010)



Contudo, essas conquistas não foram sem conflitos. Durante o período do governo de FHC, ocorreram, dentre outros conflitos de terra, dois massacres de trabalhadores rurais sem terra (Corumbiara/RO e Eldorado de Carajás/PA) que repercutiram nacional e internacionalmente, culminando numa grande mobilização do MST (Marcha Nacional à Brasília) com a participação de aproximadamente cem mil pessoas. Diante disso, o governo se viu "obrigado" a dar algumas respostas, as quais se deram no marco jurídico e de políticas para os assentamentos rurais.

A gestão de Governo de FHC foi marcada pelo acirramento do Estado mínimo, que ocasionou a forte pressão política sobre o debate de como atender as famílias rurais de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária para as quais a tradicional Educação Rural, além de não dar conta quantitativamente da demanda, possuía uma metodologia de ensino desconectada da realidade dessas famílias.

Em meio a esse contexto o PRONERA surge como uma política social demandada por diversos atores sociais, principalmente o MST, frente ao Governo Federal já no final dos anos 90.

O PRONERA teve seu marco político em meados de julho de 1997, quando ocorreu o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) na Universidade de Brasília - UNB. Este encontro foi promovido pelo MST, a própria UNB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Em 1998, em Luziânia-GO, estes mesmos atores sociais promoveram a 1ª Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo e a partir desta conferência deu-se início a uma Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, que defende o campo como um espaço de vida digna e a construção de uma educação voltada à realidade concreta das famílias rurais.

Desse modo, a concepção de escolas do campo como movimento educativo e emancipatório não surge através da ação estatal, mas de movimentos sociais e populações rurais, organizados e em constante movimento. Do acampamento até o assentamento já consolidado, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST,

reivindica o direito à educação, à escola, pois a luta pela terra aparece quase invariavelmente articulada à luta pelo direito à educação, crédito, assistência técnica, saúde, etc.

Como mostram diversas pesquisas, a maioria das escolas de assentamentos são conquistadas como fruto de luta coletiva da comunidade e dos educadores. Em geral é uma luta contra o poder local, que quase sempre busca levar as crianças para escolas fora do assentamento e para escolas urbanas. (CHRISTÓFFOLI, 2006, p. 96)

Este acúmulo de ações, discussões, articulações, aliadas ao apoio da sociedade à Reforma Agrária culminou com a criação do PRONERA, através da Portaria do Ministério Extraordinário da Política Fundiária nº 10 de 16 de abril de 1998, sendo executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Nesta Portaria, destaca-se o objetivo do PRONERA de fortalecer a educação nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, utilizando metodologias específicas para o campo, que contribuíssem para o desenvolvimento rural sustentável dos Projetos de Assentamentos. Este Programa apesar de ter sido criado em 1998, torna-se reconhecido normativamente como política pública somente a partir do Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010.

Inicialmente, o PRONERA esteve mais voltado à Educação Básica do Campo, sendo demandado pelos movimentos sociais do campo a expandir-se para cursos superiores de graduação e de especialização.

Cabe dizer que desde a sua origem os cursos do PRONERA em âmbito nacional permanecem utilizando a Pedagogia da Alternância<sup>3</sup> com a carga horária e atividades definidas para o Tempo Escola e o Tempo Comunidade. Nesta forma de realização de cursos, o adulto e/ou o jovem do rural aliam o estudo formal com suas atividades agropecuárias alternando o Tempo Escola, que é basicamente compreendido pelo tempo presencial, com aulas teóricas, seminários, oficinas, etc. e o Tempo Comunidade, compreendido pelas atividades nas quais os estudantes vivenciam, experimentam e formulam estratégias no meio em que vivem, ao passo que conjugam saberes familiares

---

3 A experiência da Pedagogia da Alternância vem ocorrendo no Brasil, especialmente a partir da década de 1960, quando, no Espírito Santo, um grupo de educadores implementou as primeiras Escolas Família Agrícolas - EFA's, a partir das experiências francesas.

com os apreendidos na escola vão adquirindo neste processo, conforme nos aponta Long (2007), a capacidade de saber e a capacidade de atuar.

Duarte (2008) afirma que só tem sentido pensar a educação, assim como os demais direitos sociais se a sua concretização tiver como diretriz fundamental a redução das desigualdades sociais existentes na sociedade. Segundo a autora este é o papel do Estado Social de Direito, sendo assim, materializada a igualdade, que, segundo sua abordagem, é fundamento dos direitos sociais. Cabendo, no entanto ao Estado Liberal de Direitos o papel de estabelecer a igualdade formal.

A complexidade das condições socioeconômicas e educacionais das populações rurais exige maior coerência na construção de estratégias que visem alavancar a qualidade da Educação do Campo. Desenhar políticas que busquem suprir as enormes desigualdades no direito ao acesso e a permanência na escola para este grupo faz parte desta estratégia, dito de outra forma: o que se busca não é somente a igualdade de acesso “tolerada” pelos liberais, mas fundamentalmente a igualdade de resultados. (MOLINA, 2008, p. 28)

Pensar na dimensão dos direitos conquistados pelos sujeitos do campo na esfera da educação quando se depara com a realização de cursos do PRONERA em universidades públicas brasileiras, cujo acesso continua restrito, em que pese os avanços nas ações de reconhecimento/redistribuição, é pensar na dimensão dos resultados que este Programa vem trazendo para o campo como forma de contribuição para a diminuição das desigualdades sociais.

### **PRONERA como meio para o Desenvolvimento Rural a partir da Abordagem das Capacitações**

Muitos fatores, como mencionados de forma sucinta anteriormente, contribuíram para a emergência de discussões sobre o Desenvolvimento Rural sob a ótica de outras perspectivas e que vêm influenciando as políticas do Estado brasileiro nos últimos 15 anos, sendo estas permeadas, portanto, pelas ideias e propostas colhidas pelos formuladores de políticas (*policy makers*) junto aos estudiosos e mediadores. (SCHNEIDER, 2010).

É preciso entender que o desenvolvimento rural não pode ser tratado isoladamente. Não se pode aceitar que desenvolvimento rural signifique apenas modernização tecnológica e crescimento da

Avenida Presidente Vargas, 417/9º andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

produção. Desenvolvimento inclui distribuição e redução das desigualdades entre pessoas e entre regiões. O trato do desenvolvimento rural deve estar inserido na questão do desenvolvimento econômico e social do país. (CARVALHO FILHO, p. 198, 2009)

Algumas abordagens atuais, em que pese não haver um consenso na literatura, apontam que políticas para o rural devem partir do pressuposto que o Desenvolvimento Rural deve ser encarado como múltiplos processos, que envolvem diferentes atores e não está associado apenas às atividades agrícolas.

Diante dessa mudança paradigmática introduziremos aqui alguns dos aspectos da abordagem de Amartya Sen (2010), na qual o desenvolvimento é considerado expansão das liberdades, que requer aumento das capacidades de exercício de agente livre.

A capacidade de agente livre é o motor do desenvolvimento, este considerado resultado de processos de ampliação das capacidades dos indivíduos fazerem suas escolhas.

Ainda com base na perspectiva seniana, capacidade é um tipo de liberdade de realizar combinações alternativas de funcionamentos. Estes consistem em várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Isto não se resume à ideia de renda, pois esta é diferente de capacidade, visto que a depender da idade, estado de saúde, etc. pode-se necessitar de mais renda para obter os mesmos funcionamentos. Resumidamente, capacidade é a liberdade para ter estilos de vida diversos, viver a vida que tem razão para valorizar.

Em estudo sobre pobreza rural na Região Sul do Brasil, Waquil (2013) aponta que as políticas públicas podem ter efeitos na criação e ampliação de oportunidades, ajudando a reduzir vulnerabilidades e aliviar as situações de pobreza nos espaços rurais. Segundo o mesmo autor:

Retomando os conceitos trazidos pela Abordagem das Capacitações, tal reconhecimento das distintas "caras" da pobreza rural leva a pensar na importância de dispor de instrumentos que visam reduzir vulnerabilidades, ampliar as oportunidades, dar acesso a intitamentos que permitam aos pobres rurais ampliar capacitações, exercer escolhas e realizar funcionamentos. A partir dos resultados sobre vulnerabilidade e pobreza frente aos vetores de mudança (mudança climática, mudança demográfica, mudança na estrutura dos mercados, mudança no ambiente institucional) deve-se pensar em

instrumentos diferenciados, complementares, cada um com seus alcances e limitações, mas todos agindo sobre a redução das vulnerabilidades, na criação e ampliação das oportunidades. (WAQUIL, p. 391, 2013)

A atuação do MST reivindicando e construindo a proposta de Educação do Campo para os assentamentos e acampamentos, institucionalizada através do PRONERA, aponta que através deste programa busca-se, sobretudo, a eliminação da privação da educação no campo de forma a proporcionar outros tipos de condições de agentes livres. "Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento." (SEN, p. 26, 2010)

Neste contexto, o PRONERA é fruto da agência (LONG, 2007) desses atores organizados que conhecem e são capazes de articular políticas para o desenvolvimento rural através de inter-relações com outras instituições, diante de um contexto de privações, como por exemplo, privação de escolaridade.

Na Pesquisa Sobre Qualidade na Reforma Agrária - PQRA, realizada pelo INCRA em 2010, os dados da amostragem sobre a educação em assentamentos rurais demonstram, em geral, a baixa escolaridade entre os assentados de todo o país.

Esta pesquisa apresenta ainda que as taxas de analfabetismo entre a população assentada no país caiu de uma média de 23% (apontado pela PNERA/2004<sup>4</sup>) para uma média de 15,58%, queda apontada como resultado da atuação efetiva do PRONERA junto a esta população. A Região Sul apresenta um índice de assentados que completaram o ensino médio de 6,28% e apenas 29,46% cursaram o nível fundamental completo. Somente 1,09% estão cursando nível superior. (MDA, p. 12, 2011)

Para ilustrar em números a ação do PRONERA, em 15 anos de existência este programa, apenas no estado do Rio Grande do Sul, realizou em parceria com instituições de ensino e entidades ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, 48 Convênios e 02 Termos de Cooperação para a realização de 48 cursos,

---

4 Trata-se da 1ª Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária realizada em 2004 pelo MDA/INCRA em parceria com o Instituto de Pesquisas e Educacionais Anísio Teixeira (INEP/Ministério da Educação).

em diversas modalidades e níveis, Alfabetização, Educação de Jovens e Adultos- EJA, Médio, Técnico, Superior (Graduação e Especialização), visando atender as famílias dos assentamentos da Reforma Agrária e Crédito Fundiário.

Além dos cursos, houve também no RS a edição de 404.875 volumes de diversos tipos de materiais pedagógicos (livros, cartilhas, cadernos de estudo, etc.) que foram distribuídos em escolas públicas. (Pesquisa Direta, fev/2014)

Atualmente, encontra-se em fase de finalização de organização de um banco de dados do PRONERA (DATAPRONERA), consolidando os dados da 2ª Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PNERA iniciada em 2012 através do MDA/INCRA em parceria com o Instituto de Pesquisas e Educacionais Anísio Teixeira (INEP/Ministério da Educação).

Após 10 anos da primeira edição da PNERA, será possível após a formação do DATAPRONERA, vislumbrarmos a possibilidade de comparação dos resultados ao longo de pelo menos uma década de atuação deste programa, poderão ser feitas algumas inferências com base em dados estatísticos, acrescentados de dados qualitativos, os impactos deste programa na vida dos indivíduos.

Para Sen (2010) uma variedade de instituições sociais (administrações, organizações não-governamentais, etc.) contribui para o processo de desenvolvimento precisamente por meio de seus efeitos sobre o aumento e a sustentação das liberdades individuais. As políticas públicas podem funcionar por meio da promoção das liberdades instrumentais (como por exemplo, as oportunidades sociais) visando o aumento das capacidades e liberdades substantivas, portanto, a análise do desenvolvimento requer uma compreensão integrada dos papéis respectivos dessas diferentes instituições e suas interações.

“[...]oportunidades sociais de educação e assistência médica, que podem requerer a ação pública, complementam oportunidades individuais de participação econômica e política e também favorecem nossas iniciativas para vencer privações.” (SEN, p. 10, 2010)

Waquil (2013) aponta que nas áreas rurais, o enfrentamento da pobreza só pode ocorrer, dentre outros aspectos, mediante a ampliação da inclusão social, redução de

desigualdades, com aumento de cidadania e da participação social e a garantia da educação.

A educação como direito e o PRONERA como oportunidade de materialização desse direito às famílias assentadas da reforma agrária pode configurar-se como um meio de expansão das capacidades dos indivíduos em questão.

### **Considerações finais**

A intencionalidade da Política do PRONERA é proporcionar a permanência do adulto e/ou o jovem no rural, mas os resultados dessa intencionalidade ainda não são plenamente conhecidos e a Abordagem das Capacitações pode nos auxiliar na análise da liberdade de escolhas dos indivíduos envolvidos.

A partir destas reflexões deixamos as seguintes indagações para trabalhos futuros: Como o PRONERA vem contribuindo com o desenvolvimento dos assentamentos através da expansão das capacidades dos indivíduos? Estaria o PRONERA estimulando a pluriatividade das famílias assentadas, nas quais os profissionais formados pelo Programa possam se dedicar ao trabalho não-agrícola, enquanto algum membro familiar permanece na atividade agrícola? Estaria sendo um potencializador da permanência dos assentados (principalmente os jovens) em atividades agropecuárias? Ou ainda, o PRONERA amplia as capacidades através das duas estratégias familiares anteriores ou outras estariam sendo construídas?

Concluimos, portanto, que buscar compreender os impactos da Educação do Campo significa pensar o campo em toda a sua complexidade, como espaço de vida, analisando os processos que o permeiam a partir das próprias experiências vivenciadas pelos atores sociais e com isso, compreender também como têm se desenvolvido as políticas públicas educacionais para o desenvolvimento rural.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Portaria/Incra/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011. Aprova Manual de Operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. **Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária**. In: LEITE, Sérgio (Org.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil, 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CHRISTÓFFOLI, Pedro Ivan. **Produção pedagógica dos movimentos sociais e sindicais**. In: MOLINA, Monica Castagna. Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 152 p.

DUARTE, Clarice Seixas. A constitucionalidade do Direito à Educação dos povos do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (ORG.). Educação do Campo: campo-políticas públicas – educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista**. In: SOUZA, Jesse (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GEHLEN, Ivaldo . **Atores Sociais**. In: GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel Gustavo (Org.). Organização social e movimentos sociais rurais – Série Ensino à Distância. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. v. 1. p. 29-40. ISBN: 9788538600725

LONG, Norman. **Sociologia del Desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. Colección Investigaciones.504 p. México: El Colegio de San Luis, 2007.

MOLINA, Mônica Castagna; FERNANDES, Bernardo Mançano. In: MOLINA, Mônica Castagna; AZEVEDO DE JESUS, Sonia Meire Santos (orgs.). **Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**, Brasília: Articulação Nacional “Por uma educação do Campo”, 2004.

MOLINA, Mônica Castagna. **A Constitucionalidade e a Justicibilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo**, In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (ORG.). Educação do Campo: campo-políticas públicas – educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o Desenvolvimento Rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política, v. 30, p. 511-531, julho-setembro/2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. (Laura Teixeira Motta - Tradução). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Desenvolvimento como Expansão de Capacidades**. Revista Lua Nova, 28/29, São Paulo: CEDEC, 313-333, 1993.

WAQUIL, Paulo Dabdab. **As especificidades regionais e socioculturais da pobreza rural na Região Sul do Brasil**. In: A Nova Cara da Pobreza Rural: desenvolvimento e a questão regional. /Carlos Miranda e Breno Tiburcio (Organizadores da Série); Antônio Márcio Buainain e Cláudio Dedecca (Organizadores dos Textos) Brasília: IICA, 2013. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.17) pp. 355 - 398



ZORZI, Analisa; KIELING, Francisco dos Santos; WEISHEIMER, Nilson. **Desigualdade, estratificação e mobilidade social.** In: GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel Gustavo (Org.). Organização social e movimentos sociais rurais – Série Ensino à Distância. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. v. 1. p. 09- 28. ISBN: 9788538600725

**POLÍTICAS DE ACESSO À ÁGUA E GESTÃO PARTICIPATIVA  
NO ESTADO DA PARAÍBA**Nilvanda Dantas Brandão<sup>1</sup><sup>1</sup>Pesquisadora/Estágio Pós Doutorado/CAPES-PNPD/ MDR – UEPB  
nilvandadantas@gmail.com**Resumo:**

O objetivo deste artigo é refletir sobre o tema Políticas de acesso à água e gestão participativa no Estado da Paraíba, tendo como referência a Teoria Neoinstitucional de perspectiva sociológica, objetivando apresentar o que mudou na metodologia de governança e de que modo esse novo institucionalismo tem propiciado maior participação dos atores na definição da agenda das políticas de acesso à água nos governos pós-ditadura militar, mais destacadamente, nos Governos Lula e Dilma.

**Palavras-chaves:** Neoinstitucionalismo; Participação Democrática; Gestão social.

A garantia do acesso à água é essencial à existência de vida no planeta terra, mas, para alguns povos que habitam em certas regiões, essa condição nem sempre está presente para todos e durante todo tempo, como é o caso das populações que habitam em específicas regiões no Brasil, exemplarmente, as que vivem no Semiárido nordestino, mais particularmente, no Estado da Paraíba, onde a convivência com essa problemática de segurança hídrica tem se apresentado longa e sofrida.

Por mais de um século, essa carência foi relacionada a castigo divino e/ou à limitação físico-climática, servindo de camuflagem para justificar o deslocamento da discussão do seu âmago, de modo que investimentos políticos administrativos fossem voltados apenas para situações de emergência em períodos de secas prolongadas. Somente muito recentemente, essa situação passou a ser encarada como um problema nacional, refletindo, assim, uma mudança de paradigma, conseqüente aprofundamento do debate técnico e político e redirecionamento das ações dos governos. As políticas que tradicionalmente eram implementadas para favorecer os grandes latifundiários passam a se deslocar no sentido de atender o pequeno e médio agricultor, o que passa a provocar uma verdadeira mudança social.

Ao longo dos últimos 28 anos, período da chamada redemocratização brasileira, pós-ditadura militar, as sucessivas gestões do Governo Federal vêm implementado diversas políticas públicas. Sabe-se que estas políticas são cumulativas e seus efeitos negativos ou positivos entram como herança para os governos que se sucedem. Principalmente, durante os grandes períodos de estiagem, observam-se os flagelos sofridos pela população, efeitos desse fenômeno. Sabe-se que, enquanto em algumas regiões a disponibilidade hídrica encontra-se em condição satisfatória, em outras ocorre uma escassa disponibilidade. A água é recurso de necessidade primária, fundamental não apenas para a sobrevivência humana, mas também condição essencial para a produção de alimentos e das riquezas em geral. Potencialmente fonte de energia, ela favorece o desenvolvimento não apenas de uma região, mas também do país. Estudos têm mostrado que o fenômeno das estiagens cíclicas no Nordeste é um fator contributivo para a questão da desigualdade regional.

A estiagem prolongada, além de trazer enorme prejuízo para população, inviabiliza a economia rural. Sem água, a produção agrícola e pecuária é prejudicada. Grande contingente que vive no campo vende a preço de nada sua força de trabalho, pois a distribuição de terra é desigual, o acesso à terra, historicamente, se realiza de forma injusta.

Por muitos anos, as famílias que sobreviviam da agricultura familiar e da criação de pequenos animais se viam na contingência de migrar do campo para cidade e por isso a situação de pobreza aumentava e se ampliava significativamente a desigualdade social no Semiárido. Segundo o Ministério da Integração Nacional, mais da metade (58%) da população pobre do país vive nessa região. A maior parte do Nordeste brasileiro se situa na região semiárida. Segundo dados oficiais do Ministério da Integração, o Semiárido brasileiro abrange uma área de 969.589,4 km<sup>2</sup> e compreende 1.133 municípios de nove Estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Conforme dados da ASA – Articulação Semiárido Brasileiro, uma das características do Semiárido é o déficit hídrico. A acentuada carência desta fonte de vida é uma das causas da distribuição desigual da riqueza.

Em torno dessa questão da água como bem social e econômico, verifica-se uma demanda crescente de investimentos propostos pelo Governo Federal. Essa escassez de água em algumas regiões do país levanta a problemática do pleno direito cidadão e humano em relação à acessibilidade e utilização desse insubstituível recurso, considerando que, indiscutivelmente, a água é um bem natural da humanidade, indispensável à sobrevivência da vida na terra. Essa consciência tem colocado a questão da água na agenda política mundial. Nessa agenda, as discussões sobre a água contemplam vários eixos de discussão, dentre os quais se ressalta a sua escassez na região do Semiárido.

No Brasil, conforme diagnóstico (2010), promovido pela Agência Nacional de Águas – ANA sobre quantidade e qualidade das bacias hidrográficas brasileiras, constatou-se

que nas regiões Amazônica, Tocantins-Araguaia e Paraguai a água encontra-se em condição satisfatória e no Sul do Brasil concentra-se a maior disponibilidade hídrica do planeta. Entretanto o relatório revela que no Nordeste ocorre baixa disponibilidade hídrica. Esse fator, aliado à irregularidade das chuvas e alta evapotranspiração, contribui para a formação da maior extensão Semiárida do Brasil.

Considerando essa diferenciada distribuição do importante recurso natural e o baixo acesso por parte de grande número de nordestinos, em face da riqueza de estudos de que dispomos hoje sobre o fenômeno da seca e as alternativas tecnológicas disponíveis, bem como as experiências e exemplos de soluções em regiões análogas em outros países, coloca-se em relevância um estudo sobre como vem se efetivando as políticas de acesso à água no Brasil focalizando a região do semiárido paraibano.

A problemática da água, possibilitou a criação da Lei nº 9.443, de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, levando os Estados brasileiros a darem início a elaborações de suas respectivas Leis referentes ao tema, tendo como princípios básicos: o gerenciamento por bacia hidrográfica; a água como bem econômico e a descentralização, integrando a participação dos usuários no processo de gestão de recursos hídricos.

A criação da Lei significou um grande avanço em relação a essa questão, considerando que o desenvolvimento científico e tecnológico do mundo moderno já acumula mais de um século de reflexão em torno da problemática da seca no Semiárido, onde muitos projetos estão atualmente em desenvolvimento. Mais do que as pretensões históricas dos programas e ações para o combate aos efeitos da seca, observa-se nos últimos 10 anos uma verdadeira mudança de paradigma, a qual se traduz na implementação de políticas de enfrentamento na perspectiva de adaptação às questões da vulnerabilidade climática, juntamente com a garantia do acesso e distribuição da água, por meio do que se pretende assegurar a permanência do homem no campo, melhorando a sua convivência com o Semiárido. Neste sentido, não se pode deixar de destacar que as políticas desenvolvidas nos governos Lula e Dilma se dirigem para a questão da inclusão social e da plena cidadania. Da ideia de mero combate à seca, há um deslocamento para o ambiente da justiça social, combater, sim, à fome, à pobreza, à miséria.

Assim, sublinhamos que, desde o início de século/milênio, a partir das eleições de 2002, o Governo Federal, Lula (2003-2010) e depois Dilma (2011-), tendo na base de sustentação em aliança política de vários partidos, empreendeu e tem empreendido muitos esforços no sentido de cumprir o dispositivo constitucional de combate às desigualdades regionais. Com esse objetivo, esses dois governos procuraram garantir o investimento de recursos financeiros nas agências de pesquisa e em programas sociais que tinham em vista promoverem o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento sustentável.

Diminuir as desigualdades regionais exigiu um olhar com mais compromisso para a região do Semiárido nordestino. Expressão disso é que o Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato de Presidente da República, 2003-2007, lançou um programa de Governo intitulado UM BRASIL PARA TODOS, tendo como marca a inclusão social. No segundo mandato, 2007-2010, com o programa DESENVOLVIMENTO, ele sinaliza que o Brasil estaria ingressando numa etapa de desenvolvimento de longa duração, com redução das desigualdades sociais e regionais, respeito ao meio ambiente e à nossa diversidade cultural, emprego e bem-estar social, controle da inflação, ênfase na educação, democracia e garantia dos Direitos Humanos, presença soberana no mundo e forte integração continental (LULA, Programa de Governo, 2007-2010, p. 5).

Neste novo cenário, o Nordeste passou a ser focalizado como espaço de desenvolvimento. Com a eleição da Presidenta Dilma Rousseff em 2010 e posse em 2011, a política de crescimento regional foi mantida e novos e importantes ajustes foram feitos, todos respaldados em um novo modelo de governança. Dentre as treze diretrizes do seu governo, Dilma afirma: “As políticas que mantiveram e expandiram os níveis de crescimento alcançados

nos últimos anos serão mantidas por meio da ampliação de investimentos, poupança e conquistas sociais (ROUSSEFF, janeiro/2011)”.

Em decorrência dessa atenção, um conjunto políticas desenvolvidas através de programas e ações vem se desenvolvendo no Semiárido nordestino: *Programa Água para Todos*, que visa universalizar o amplo acesso e uso de água para populações que não dispõem desse serviço público essencial; *Programa 2051 – Oferta de Água*, que tem como meta aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade para as regiões com déficit e visa contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica; *O Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF com Bacias hidrográficas do Nordeste setentrional*, que visa assegurar oferta de água para 12 milhões de habitantes. Além disso, o governo federal também criou programas e promoveu ações que, embora com um caráter mais assistencialista, tem contribuído para a inclusão e garantia de renda, o que, na região do Semiárido, colabora para o enfrentamento dos efeitos causados pela seca, como é o caso da *Bolsa-Família* e da *Bolsa-Estiagem*.

Enfatizar essa mudança inclui observar quais estratégias adotadas pelo Governos Lula/Dilma no sentido de favorecer o acesso à água integrada a uma política mais ampla de desenvolvimento social no Semiárido. Ressalte-se aqui que a referência aos dois Governos não implica em tentar esgotar um estudo mais aprofundado, no tocante às políticas de desenvolvimento. A referência é feita no sentido de colocar em evidência a mudança no modelo de gestão administrativa, a partir desses dois Governos, destacando, mais enfaticamente, no Governo Dilma, a ampliação da participação mais ativa da sociedade civil em processos de decisão. A partir desse novo modelo de gestão democrática faz-se necessário focalizar a participação da sociedade civil nas tomadas de decisões relativas a políticas públicas e mais especificamente ao controle social dos usos dos recursos públicos.

O protagonismo da sociedade civil na agenda de luta pela democracia tem se apresentado de forma diferenciada, ao longo dos anos. Focalizando os anos da recente ditadura militar (1964-1985), observamos que neste período diferenciadas ações coletivas se articulam nos bastidores dos movimentos sociais, em prol da luta pela redemocratização do país. Nesse contexto, há importante engajamento de alguns segmentos da sociedade através dos movimentos sociais, eclesiais de base, sindicatos de trabalhadores, além da emergência de novos movimentos representativos de históricas minorias silenciadas, como negros, índios, sem-teto, na cidade, e os sem-terra, no campo. A emergência desses movimentos se conecta com a abertura política, que amplia a agenda política, redefinindo as relações entre Estado e Sociedade Civil e culmina com a ruptura do Estado ditatorial, em 1985.

Com promulgação da Constituição Federal de 1988, foram afirmados e ampliados os direitos sociais com respaldo nas garantias de cidadania. A Constituição, “foi capaz de incorporar novos elementos culturais surgidos na sociedade, na institucionalidade emergente, abrindo espaço para prática da democracia participativa” (SANTOS, 2002, pag. 65). Ressalte-se que, com a promulgação da LEI Nº 9.790, em 23 de março de 1999, celebrou-se a parceria Estado/Sociedade, estabelecendo o marco legal para regulamentar a participação da sociedade civil, a partir do que os arranjos políticos e administrativos passam a corresponder ao esvaziamento estratégico das responsabilidades do Estado sob a lógica neoliberal.

Destaca-se, nos séculos XIX e XX a participação da sociedade civil nasce com movimento revolucionário em defesa das liberdades e participação social e política, que se pautava pelos parâmetros de equidade e direitos sociais universais, no tocante às formulações e reivindicações de direitos coletivos, surge a partir dos movimentos sociais, que passam a assumir papel de protagonistas na luta pela conquista de direitos individuais e coletivos. Na esteira dessa luta, novos e diferentes movimentos começam a surgir. Na atualidade,

muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimento, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social. E as ações coletivas que são movimentos sociais de fato

tiveram de alterar suas praticas e reivindicações para não ficar a margem da História, atuando segundo certas condicionalidades pautadas pela nova institucionalidade criada pelas políticas públicas (GOHN, 2012, p. 12).

Essa alteração entra em consonância com a mudança de modelo de gestão pública, que elege como prioridade a organização do poder no sentido de estabelecer metas, planos e diretrizes de interesse público voltado para o atendimento de demandas dos sujeitos presentes na cena pública, gerando uma nova institucionalidade. É o que se tem verificado nos últimos 13 anos dos Governos Lula/Dilma, observa-se uma mudança paradigmática no sentido de reorganização do sistema de participação social, por meio da gestão democrática participativa, nas composições representativas do poder público e da sociedade civil.

Vale ressaltar que essa participação é resultado de conquista, construída dentro de um processo histórico. Num ambiente de correlações de forças estes sujeitos sociais se confirmam com atores ativos à medida que passam a compor uma nova proposta de relação Estado/sociedade.

A proposta neste trabalho é discutir sobre as políticas de acesso à água no contexto de gestão participativa, tendo como referência a teoria institucional, inicialmente observando como se efetiva a participação desses atores sociais na cena pública.

Sabe-se que é dentro de uma proposta de organização que o Estado coopta os interesses dos movimentos sociais no intuito de suprimir suas demandas em contexto de crise, ao tempo em que amplia a capacidade administrativa por meio da competência gerencial, modelo de gestão utilizado na reforma institucional brasileira adotada no Governo FHC.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso propôs uma reforma visando modernizar o Estado brasileiro. Ao instituir sua reforma de governo, pretendia romper o modelo de gestão autoritário, corporativo e burocrático adotado até a década de 1980, sua estratégia consistia em aumentar a efetividade e eficiência por meio das parcerias com a sociedade (entidades de direito privado, sem fins lucrativos), pelo pressuposto de que ao ampliar a capacidade gerencial dos serviços públicos baseada no controle social atenderia melhor o cidadão-cliente a um custo menor. A gestão estratégica adotada, no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado proposta de FHC, pela via gerencial explicita:

A mudança da gestão, embora dependa das reformas institucionais-legais, não se limita a elas nem pode esperar por elas. É preciso implantar na administração pública toda uma nova filosofia, toda uma nova cultura gerencial e suas respectivas práticas (Brasília: 1985).

Nessa cultura gerencial, explícita na proposta, prevalece o cálculo, a partir do que se constata que as ações normativas ficam submetidas a uma lógica própria com vista à realização do propósito utilitarista do agir prático. Assim, há um entendimento de que “o modelo estratégico de ação dá-se por satisfeito com a explanação das características do agir imediatamente voltado ao êxito” (HABERMAS, 2012, v. 1, p. 195). Embora com variação de enfoques, esse modelo de governança, embasado na teoria institucional, vem sendo amplamente adotado pelos últimos Governos brasileiros.

A partir do arcabouço dos estudos institucionais, desenvolveram-se as teorias neoinstitucionais, as quais se constituem como um campo que envolve várias abordagens. De forma sintética, observe-se a seguir o desenvolvimento desse referencial.

Na década de 1980, surge uma abordagem denominada de Neoinstitucionalismo, segundo Hall e Taylor (2003), se desdobram três diferentes métodos de análise, envolvendo três escolas de pensamento: Institucionalismo Histórico; Institucionalismo da Escolha Racional e Institucionalismo Sociológico.

O Institucionalismo Histórico “desenvolveu-se como reação contra a análise da vida política em termos de grupos e contra o estruturo-funcionalismo, que dominavam a ciência política nos anos 60 e 70” (HALL E TAYLOR, 2003, p. 194); Segundo Hall e Taylor, o

Institucionalismo Histórico apresenta quatro propriedades originais: a primeira corresponde à relação entre instituição e comportamento dos indivíduos; a segunda, revela as assimetrias de poder; a terceira, aproxima desenvolvimento institucional e histórico, no sentido em que as instituições mantêm o desenvolvimento histórico, levando em conta as mudanças que se quer produzir; e, por último, situa as instituições numa cadeia causal, sem desprezar a intencionalidade humana na determinação das situações da vida política.

O Institucionalismo da Escolha Racional surgiu no contexto dos estudos de comportamentos no interior do Congresso dos Estados Unidos (HALL E TAYLOR, 2003, p. 202). Hall e Taylor apresentam quatro propriedades ligadas a esse enfoque: Primeiro, as características comportamentais, visto que os atores compartilham um conjunto determinado de preferências ou gostos; a segunda, a vida política como uma incerteza, em face de uma série de dilemas na ação coletiva; a terceira, pressupõe a interação estratégica para as situações políticas, visto que o comportamento dos atores não são meramente forças de imposições históricas, mas um cálculo estratégico; e, por último, o enfoque da origem das Instituições, centrado no voluntarismo, enfatizando o valor como um ganho obtido pela cooperação.

O Institucionalismo Sociológico surgiu no quadro da teoria das organizações e “remonta ao fim dos anos 70” (HALL E TAYLOR, 2003, p. 207), a partir da teoria das organizações. Três características, segundo Hall e Taylor (2003), lhe conferem originalidade: primeiro, definem a instituição de maneira mais global do que os pesquisadores da ciência política; segundo, afasta-se das correntes teóricas da sociologia, que elege as instituições como objeto principal, cuja preponderância das estruturas secundariza as condutas individuais e rompe com a posição conservadora de que a estabilidade social é uma função das estruturas sociais. Este postulado, a partir do qual é retomada da discussão clássica, forja a base do se denomina de Neoinstitucionalismo, ao qual Hall e Tayllor (2003) chamarão de “virada cognitivista” dentro Sociologia, uma vez que o mesmo se afasta de concepções que associam a cultura às normas, às atitudes afetivas e aos valores, para se aproximar de uma concepção que considera a cultura como uma rede de hábitos, de símbolos fornecendo modelos de comportamento, que também reconhece que as relações entre as instituições e a ação individual se estabelecem numa dimensão intermediária entre os atores e as macroestruturas.

Embora a Lei que regulamenta a participação desses atores na relação Estado-Sociedade no Brasil date dos Anos 90, constituída dentro da lógica neoliberal encabeçada pelo governo FHC, diferente é o modelo de governança adotado pelos governos Lula/Dilma.

No governo FHC, a estratégia para o desenvolvimento social estava subordinada a uma política de estabilização, que por sua vez estava ancorada na retomada do crescimento, aumento do emprego e melhoria da distribuição da renda, distendendo-se em programas sociais públicos, estes segmentados nas políticas de previdência social; saúde; educação; habitação e saneamento básico; trabalho e assistência social, cujas ações redundaram na reestruturação desses serviços, visto que promoveram a descentralização, a implantação da prática da avaliação e a democratização da participação social por via dos Conselhos.

O diferencial nos Governos Lula e Dilma é que o desenvolvimento social deixa de ser encarado como estratégia e passa a se constituir como o fundamento das políticas de inclusão. Em ambos os Governos (2003–2014) não apenas se amplia a qualidade da participação civil, mas também essa participação se apresenta como fundamento para ampliação do Estado, uma vez que ao possibilitar a participação Social através, dentre outras, das Conferências, a população passa a ter acesso a instâncias deliberativas mais efetivas.

Os estudos realizados pelo IPEA, ao contabilizar o número de 115 Conferências Nacionais realizadas no Brasil desde 1940, põem em destaque que 74 destas ocorreram nos dois Governos Lula (IPEA, 2012). No governo Dilma já se somam nove Conferências, embora, comparativamente inferior em número ao Governo Lula, houve uma ampliação dos espaços de participação. Segundo dados da Secretaria Nacional de Articulação Social, os instrumentos de participação foram ampliados por meio de três Departamentos: **de Diálogos Sociais**, cuja competência é articular o diálogo entre os diferentes segmentos da sociedade civil e os órgãos

governamentais, bem como encaminhar aos órgãos governamentais competentes as demandas sociais que lhes sejam apresentadas, além de monitorar a sua apreciação e fomentar a interação entre sociedade e órgãos governamentais nos Estados e municípios; **de Participação Social**, cuja competência é propor a criação e a articulação de formas de consulta e participação social na gestão pública, bem como desenvolver estudos e pesquisas sobre participação social e diálogos sociais, além de articular e propor a sistematização da participação social no âmbito governamental, fomentar a intersectorialidade e a integração entre os conselhos nacionais, ouvidorias e conferências e acompanhar a realização das conferências; e, por último, o **de Educação Popular e Mobilização Cidadã**, cuja competência é desenvolver processos de educação popular voltados para o acesso a políticas públicas, com prioridade para as populações vulneráveis, bem como apoiar e promover processos formativos de lideranças e de educadores populares, além de articular os movimentos sociais na área de educação popular para atuação junto aos programas sociais e às políticas do Governo federal, articular e integrar social, política e culturalmente as práticas de educação popular no âmbito do Governo federal, de modo a promover sua intersectorialidade e fomentar estudos, pesquisas e avaliações, com indicadores e metodologias participativas, no campo da educação popular.

Além desses instrumentos de participação, o Governo Dilma instituiu, através do Decreto de 15 de setembro de 2011, o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, destinado a promover ações e medidas que visem ao incremento da transparência e do acesso à informação pública, à melhoria na prestação de serviços públicos e fortalecimento da integridade pública. Percebe-se que, além da participação sufragista, nos últimos 13 anos, a participação social se ampliou quantitativa e qualitativamente, contribuindo significativamente para o fortalecimento da democracia.

É preciso também destacar que no Governo Dilma coexiste uma multiplicidade de espaços de participação, formando um complexo Sistema Nacional de Participação Social. Muito recentemente, em 20 de maio do corrente ano, a presidência da República lançou medidas para aprimorar a participação como método de Governo, dentre as quais consta o decreto que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS), o Compromisso Nacional pela Participação Social, o portal Participa.br e o decreto que altera as regras para a prestação de contas das organizações da sociedade civil. Ainda nesse mês de maio, foi lançado o volume I da revista Democracia e Participação, cujo objetivo central é incentivar a reflexão e produção de conhecimentos sobre os atores, a estrutura e os mecanismos definidores da democracia participativa no Brasil e no Mundo. Observa-se que essas medidas visam, além de garantir instâncias permanentes de diálogo, também incentivam a participação da sociedade na elaboração, na implementação e no acompanhamento das políticas públicas. A composição desse sistema integrado tem como pressuposto o Neoinstitucionalismo, viabilizando o modelo de gestão de perspectiva sociológica. Esse modelo de gestão configura novas relações entre as instituições e os atores e se realiza numa dimensão intermediária entre Estado e Sociedade.

Como afirma Tenório:

Na relação sociedade-Estado, a gestão social se efetiva quando os governos institucionalizam modos de elaboração de políticas públicas que não se refiram ao cidadão como "alvo", "meta", "cliente" de suas ações ou, quando muito, avaliador de resultados, mas sim como participante ativo no processo de elaboração dessas políticas. Este processo deve ocorrer desde a identificação do problema, o planejamento de sua solução e o acompanhamento da execução até a avaliação do impacto social efetivamente alcançado (TENÓRIO, 1998, p. 22).

Neste sentido, apontado por Tenório, a participação social só se efetiva se todos os participantes da ação social participam do acordo, alcançado por via da relação dialógica que se estabelece num ambiente de criticidade quanto aos papéis exercidos enquanto sujeitos ativos.



Por todas as ações empreendidas e efetivadas pela Presidenta Dilma, é preciso reconhecer que ela contribuiu fundamentalmente para a construção de uma cultura de gestão que instaura um novo modo de governança, o qual pressupõe um realinhamento do modelo estratégico que tem em conta apenas o cálculo, o considera, apenas, na medida em que as estratégias compõem o planejamento da participação.

Tomando como foco as Políticas de acesso à água estabelecidas nos últimos 13 anos de gestão Lula/Dilma, observa-se, a partir de 2003, significativa mudança na política macroeconômica.

Neto (2013) destaca que a política econômica a partir de 2003

tornou-se mais favorável, de um lado, ao gasto público com a política fiscal tornando-se mais assertiva e menos condicionada pelas políticas cambial e monetária, de outro lado, à oferta de crédito para expansão do investimento privado tendo o BNDS, como seu principal instrumento (NETO, 2013, P. 134).

Por meio do controle dos gastos públicos um conjunto de projetos de investimento foi destinado, pelo Governo Federal, para o Desenvolvimento Regional, com o objetivo de acelerar o crescimento, com destaque o PAC – Programa de Aceleração de Crescimento, o qual ampliou tanto a condição estrutural quanto a eficiência logística.

Esse novo modelo de gestão se apresenta afinado com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, lançado no Brasil em 2010, os quais apontam passos necessários para a construção de um sistema descentralizado composto por de órgãos federais, estaduais e municipais, no qual os mesmos atuem de forma pactuada e com responsabilidades específicas, contando com o apoio dos setores privados e das organizações sociais, todos no mesmo intuito de implementar um conjunto de políticas sociais que assegure os direitos dos cidadãos, a redução da pobreza e das desigualdades regionais.

Dentre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, destaque-se aqui o sétimo, cuja meta é Garantir a Sustentabilidade Ambiental, visando integrar os princípios do desenvolvimento sustentável às políticas e aos programas nacionais, reverter e perda de recursos ambientais; reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável e esgotamento sanitário e até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de, pelo menos, 100 milhões de habitantes de assentamentos precários. Segundo informações emitidas pela Agência Brasil, o “Brasil cumpriu com antecedência dois Objetivos do Milênio” (Portal EBC, 23/05/2014). De acordo com o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a meta de reduzir a mortalidade infantil em dois terços em relação aos níveis de 1990 até 2015 foi cumprida em 2011, quatro anos antes do prazo assumido perante a organização e a meta de redução da pobreza extrema já tinha sido atingida com bastante antecedência. O Relatório ressalta que

a crise econômica de 2008-2009 prejudicou o combate à pobreza extrema, mas, de 2011 para 2012, o ritmo da queda voltou a um patamar próximo ao verificado no período de expansão inicial do Bolsa Família (2003-2007), e a taxa de extrema pobreza rompeu a barreira dos 4%, se reduzindo a 3,5% da população, próximo do que pode ser chamado de superação de pobreza extrema.

O relatório afirma

o alcance integral da meta de reduzir à metade a percentagem tanto da população sem acesso à água quanto da sem acesso a saneamento. O cumprimento da parte da meta relativa ao acesso à água já havia sido registrado, mas a meta de acesso ao saneamento básico foi alcançada recentemente, em 2012. A parcela da população urbana residindo em

moradias inadequadas caiu de 53,3% para 36,5% no período 1992-2012.

Considera-se que essa realidade de mudança só foi possível graças a uma nova política institucional. No tocante à questão do acesso à água no semiárido o Governo Dilma sancionou a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, também conjugada com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com o propósito de assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Assim estabelece o Art. 4º: A segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

A partir desses marcos regulatórios, coube ao Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar – SESAN, financiar a construção de cisternas de placa de cimento, na região do Semiárido. A SESAN dispõe de três ações que visam à promoção de acesso à água: primeira, água destinada ao consumo; segunda, água destinada à produção e a terceira a construção de cisternas nas escolas para o consumo humano e produção de hortas. Para execução dessas ações, convênios são firmados com Governos Estaduais e consórcios públicos de Municípios, contratos de repasse e termos de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos.

A implementação das políticas de acesso à água preconiza, em conformidade com a Lei, a participação como mecanismo de controle, cuja composição conta com representantes das esferas de governo estadual e municipal e também com as entidades representativas da sociedade civil sem fins lucrativos. Essas parcerias, além de possibilitar novas formas de participação da sociedade civil na esfera pública, convergem para possibilidade de “democratizar a democracia” (SANTOS, 2002).

Daí revela-se a importância e significado do espaço político, no sentido em que segundo Santos (2002) “aponta para um processo paralelo de socialização do poder e da política e de estreitamento da dicotomia governantes/governados” (SANTOS, 2002, p. 670). Com isso ocorre uma redistribuição dos papéis organizacionais do sistema político administrativo. Na perspectiva da sociologia interpretativa, fica posto a mudança, visto que ao alterar os padrões de relação, assegura-se uma nova ordem que se define no pelo agir comunicativo. Pressupõe-se que ao reconhecer e assegurar por meio da socialização do poder e da política a participação civil concretiza a cidadania.

Desse modo, a participação efetiva da sociedade, por meio da gestão social, nas decisões de cunho público tem sido determinante para constituição de uma nova institucionalidade. Nesta sobressai-se o consenso, sustentando por via da comunicação a solução dos dilemas. De modo que o agir comunicativo produz a agência que corresponde a capacidade de ação dos atores na cena pública. Portanto, esses atores segundo Long e Ploeg (2011) não são vistos, “meramente como categorias sociais vazias [...] ou recipientes passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações” (LONG E PLOEG, 2011, p. 24). Como participantes ativos, os novos atores na cena pública constrói uma nova realidade viabilizada a partir da mudança prática na estrutura de distribuição do poder.

Pelo exposto, verifica-se que essa mudança na prática da estrutura do poder, propiciada a partir da descentralização, facultou aos Estados maior autonomia em termos de

gerenciamento. É o que se pode observar no Estado da Paraíba, no tocante às políticas voltadas para minimizar os efeitos das secas.

Na Paraíba, o gerenciamento dos recursos hídricos cabe ao o Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGERH, que tem como finalidade a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos e a formulação, atualização e aplicação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, em consonância com os órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, com participação da sociedade civil organizada. É composto pelos órgãos de: deliberação, Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH; coordenação, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente – SECTMA; e gestão através da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA e pelos comitês de Bacias Hidrográficas que compõem a gestão participativa e descentralizada.

Focalizando o eixo da discussão proposto, ressaltam-se ações estruturantes de oferta de água, dentre outros projetos já referidos, o Projeto de Integração do Rio São Francisco, com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. A expectativa é a de que esse projeto assegure oferta de água a cerca de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Com isso verifica-se uma demanda crescente de investimentos propostos pelo Governo Federal, ressalta-se que as Políticas sobre água estão articuladas a outras políticas públicas. Observa-se que existem várias ações conjuntas acontecendo com à contra partida do Governo Estadual, também, em parcerias as com entidades representativas da sociedade civil.

O órgão gestor dos recursos hídricos na Paraíba é a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, criada pela Lei nº 7.779, de 07/07/2005, sob a forma jurídica de uma Autarquia, vinculada à Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia – SERHMACT. Cabe à AESA executar a política de recursos hídricos do Estado da Paraíba. A Paraíba se mostrou vanguardista, no tocante à gestão dos Recursos Hídricos no Estado, ao criar, em 02 de julho de 1996, a Lei N.º 6.308, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos, já prevendo a participação da sociedade civil através da representação no Conselho Estadual.

Considerando esse específico contexto brasileiro, observa-se um período marcado pela proliferação dos conselhos, identificado por Carvalho (1998) como “febre conselhistas”, isto porque esses conselhos muitas vezes tinham uma representação fragilizada, o que resultava, quase sempre, numa participação engessada. Entretanto, não se pode negar a importância da instituição da Lei, pois, além de se constituir como um instrumento normativo, representou também um instrumento importante de gestão. Em 28 de dezembro de 2007 foi instituída a Lei 8.446, que dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei nº. 6.308, de 02 de julho de 1996:

Art. 1º Os artigos 6º e 7º, da Lei 6.308, de 02 de julho de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º .....

- I – Órgão de Coordenação: Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente – SECTMA;
- II – Órgão Deliberativo e Normativo: Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH;
- III – Órgão Gestor: Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA;
- IV – Órgãos de Gestão Participativa e Descentralizada: Comitês de Bacia Hidrográfica. (Publicado no Diário Oficial de 29 de dezembro de 2007).

Ampliando o marco legal do uso racional das águas, o Governo Estadual instituiu a Lei nº 9.130, de 27 de maio de 2010, criando o Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações Públicas da Paraíba. Com esse aparato legal, o Estado define sua

competência à luz do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos promovido pela Agência Nacional de Águas – ANA.

A Agência Nacional de Águas – ANA e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), lançaram através da Resolução 379 em 21 de março de 2013, o Pacto Nacional pela Gestão das águas – Progestão, com o objetivo de promover articulação entre os processos de gestão das águas e regulação dos seus usos nos domínios nas nacional e estadual e ainda fortalecer do modelo brasileiro de governança das águas, integrado, descentralizado e participativo. Dentre as premissas definidas, o Pacto prevê a adoção de metas de controle a serem definidas de forma consensual entre a União e os Estados brasileiros, os quais têm a tarefa de exercer a regulação do uso da água em seus respectivos domínios e desenvolver competências relativas à proteção do meio ambiente e combate à poluição hídrica.

Segundo o Portal Brasil, publicado em 22 de julho de 2013, a Paraíba foi o primeiro Estado a aprovar o quadro de metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas – PROGESTÃO. Segundo o Instituto Carbono Brasil, as metas da Paraíba foram elaboradas em oficinas de trabalho, realizadas nos dias 9 e 10 de julho/2013, com a participação de representantes da ANA e da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa), entidade responsável pela coordenação da implementação do Pacto Nacional no Estado, e contou também com a participação da sociedade civil, através do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.

Dentre as metas definidas na Paraíba, para o período 2013 a 2017, constam: Integração das Bases cadastrais, onde constam os dados de usuários, disponibilizados no Cadastro Nacional de usuários de Recursos Hídricos – CNARH; compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas; contribuição para difusão do conhecimento; prevenção de eventos hidrológicos críticos; atuação para segurança de barragens; definição das metas para o fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGREGH; instrumentos legais, institucionais e de articulação social; instrumentos de planejamento; instrumentos de informação e suporte; instrumentos operacionais. De acordo com o relatório de atividade apresentado pela AESA, aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CNRH, as metas previstas para 2013 foram cumpridas em 100%. As demais apresentam uma variação de 5% a 30%.

Considera-se que o Governo paraibano parece ter assimilado uma metodologia de gestão muito assemelhada ao modelo adotado pelo Governo Federal, ao favorecer os meios de interlocução com a sociedade civil. Isto porque as ações do governo do Estado demonstram um envolvimento gradativamente ampliado, no sentido de captar potencialidades de produção voltadas para sustentabilidade, principalmente no meio rural. Destaque-se o Projeto Cooperar, Unidade administrativa de natureza autônoma e provisória, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, criado pela Lei nº 6.523 de 10 de setembro de 1997. Conforme consta na apresentação do Projeto Cooperar, por alguns anos esteve “latente”, foi retomado em 28 de dezembro de 2007 por Decreto nº de nº 29.005. Sua retomada coincide com a disposição de recurso financeiro por meio do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, através do Projeto de Cooperação Técnica e Apoio ao Programa Bolsa Família e ao Plano para Superação da Extrema Pobreza, financiado pelo o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujo objetivo é contribuir para a consolidação da política de desenvolvimento social no Brasil, fortalecendo programas, ações sociais e serviços.

Adequando-se à programática, em acordo com o BIRD, o Projeto Cooperar passou a se constituir parte integrante do Programa de Combate à Pobreza Rural – PRPR/Projeto Cooperar, com abrangência em 222 municípios do Estado, excluindo João Pessoa, atendendo comunidades rurais e sedes municipais com até 7.500 habitantes, tendo como prioridade as populações indígenas, quilombolas e assentados da Reforma Agrária. O Programa visa melhorar a qualidade de vida de aproximadamente 35 mil famílias, por intermédio do financiamento de Subprojetos Comunitários, voltados para a provisão de infraestrutura básica e a criação de oportunidade de ocupação e renda, baseados no capital social existente. A seleção

dos subprojetos cabe às comunidades, através de suas Associações e Cooperativas. Aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, cabe o encaminhamento dos pleitos para análise e aprovação do Projeto Cooperar. Os subprojetos são classificados em três categorias: infraestrutura, sociais e produtivos.

Constata-se que é através dos projetos de infraestrutura que se tem ampliado o acesso à água. Segundo Relatório do Sistema de Monitoramento – SMI, coletado em 25 de maio de 2014, dos 972 subprojetos em Carteira, segundo tipologia, 609 são de infraestrutura. Destes, 378 estão aprovados e executados 262. A quantidade de beneficiados por subprojetos em Carteira, na tipologia de infraestrutura, são 673 comunidades e 31.109 famílias. Destes, estão aprovados 450 comunidades e 20.849 famílias. A quantidade de beneficiados por subprojetos executados na tipologia de infraestrutura são 322 comunidades e 13.489 famílias.

Outro importante investimento na Paraíba é o PROCASE – Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú, resultado da parceria entre o Governo do Estado da Paraíba e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que visa beneficiar 56 municípios do Semiárido paraibano, e tem o objetivo de melhorar de maneira sustentável a renda agrícola e não-agrícola, os ativos produtivos, as capacidades organizacionais e as práticas ambientais nas áreas rurais mais pobres da Região semiárida da Paraíba. As linhas de ação do projeto estão voltadas para capacitação e organização rural, investimentos produtivos e assistência técnica; gestão dos recursos naturais e combate à desertificação e fortalecimento institucional. Na definição de investimento prioritário, encontra-se a oferta de água e energia.

O último relatório de informações sociais, disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, referencia abril/2014, consta que foram construídas um total de 62.002 cisternas no Estado da Paraíba. Dessas, 48.515 são da atuação do Programa PIMC, que compõe uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da ASA.

A ASA compõe uma rede formada pelas organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos nove Estados que integram a Região do Semiárido Brasileiro (AL, BA, CE, PE, PB, PI, SE, RN e MG). Conforme descrito no seu portal institucional da ASA, sua “missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social” (ASA/BRASIL).

Todo esse empreendimento governamental e movimento social expressam o surgimento de um novo paradigma de convivência e combate aos efeitos da seca. Há claras evidências de que as ações e programas empreendidos pelo Governo Federal, incrementadas por variadas políticas voltadas para o desenvolvimento regional, induzem os Estados e municípios promoverem novas práticas no que se refere à gestão do bem e direito públicos, de modo que percebe-se que Estado brasileiro passa atualmente por uma singular mudança na forma de decisão política em relação às demandas da sociedade, uma nova mentalidade mais participativa surge, o que significa também uma mais efetiva maneira de lidar com as questões das secas no Nordeste brasileiro.

Historicamente a compreensão sobre os fenômenos das secas transitavam em duas dimensões: simbólica e política. A dimensão simbólica compunha todo um imaginário de representação que deslocava a questão da seca do âmbito imanente para a dimensão do transcendente do divino, concepção esta alimentada, exemplarmente, pela crença religiosa de que “se não chover até o dia do Santo São José é sinal de seca por todo o ano”. Atualmente, embora ainda se conservem no imaginário e nas práticas culturais do povo a reza, as procissões e os ritos ligados à providência da chuva abundante e da fartura da colheita, já se percebe mudança, pois cresce a participação popular na gestão das ações e programas de acesso à água. Por outro lado, no plano político, por décadas, predominou a ideia de que a seca precisava ser “combatida” (IOCS, Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909). Essa visão de “combate” segue

“uma lógica linear, mutilante e simplificadora que só conseguiu se expressar na vinculação dos problemas do Semiárido à ação das secas” (PIMENTEL, 2000, apud CARVALHO, 2004, p.5), isso acabou contribuindo para que as secas do Nordeste se transformasse num negócio, ficou nacionalmente conhecido como “indústria da seca” (SILVA, 2007). Essa situação disseminou uma representação cultural de abandono e miséria, permeada pela cultura de baixa estima, deformando a representação da identidade nordestina.

Contudo, esse cenário vem se modificando nos últimos treze anos de governos Lula/Dilma. De tal modo que tem se produzido também no âmbito da cultura mudança de paradigma, que traduzem refigurações que revelam novas representações já presentes na mentalidade nordestina, como se pode perceber na canção *Orgulho de Ser Nordestino*, do sertanejo Flávio Leandro, interpretada por outro sertanejo, Flávio José. Silva (2007), em seu artigo “EU QUERO É CANTAR O NORDESTE QUE É GRANDE E QUE CRESCE...” REFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE DO NORDESTINO NO FORRÓ CONTEMPORÂNEO, comparando o cancionário interpretado por Luís Gonzaga com letras do cancionário do forró nordestino contemporâneo, apresenta expressões de uma nova visão de Nordeste que surge:

O Nordeste é grande e está em contínuo crescimento, chama a atenção o poeta para o fato de que há quem ignore essa realidade desse povo trabalhador, festeiro e pacífico. Há mesmo {na letra da canção} uma provocação, feita a quem ignora, o “doutor”, no sentido de que respeite o nordestino, conheça sua gente e procure ver as coisas com mais seriedade, “pesquise” e confira que se trata de um novo Nordeste: “é quem veste de orgulho a nação”. Destaque-se, neste caso, que, embora a artes de um modo geral sejam atemporais, pois são sempre passíveis de se recontextualizarem e esse clima de euforia e grande autoestima regional já vinha se processando há mais de uma década, mas é no contexto da eleição do primeiro mandato de Lula como presidente que um conjunto de poéticas ganha corpo em canções de Forró (SILVA, 2007, p. 806).

A visão crítica da realidade, a percepção de que há ares novos na Região nordestina e o caráter plurissignificativo da arte se traduzem em sentidos que expressam em canções como essa que há um orgulho que precisa ser cantado. Esse novo Nordeste exige a produção da resistência.

Entendemos, por isso, que a refiguração dessa identidade só é possível porque há um processo de transformação social em movimento. Movimento este que se amplia grandemente no Governo Lula e tem continuidade no Governo Dilma, construindo uma nova institucionalidade, que tem em vista o desenvolvimento regional, considerando as singularidades dessa região e a participação social. Neste sentido, os investimentos voltados para o Semiárido preservam essa nova compreensão, que rompe com a visão de que é preciso combater a seca, e instaura a visão de que é preciso aprender a conviver com ela. Essa nova compreensão considera que construir o desenvolvimento no Semiárido requer a utilização de novas formas de adaptação e convivência com o fenômeno natural das secas.

O princípio de convivência com as secas adotado no Governo Dilma tem “base na sustentabilidade ambiental, na qualidade de vida das famílias sertanejas e no incentivo das atividades econômicas apropriadas” (SILVA, 2007, p. 475). Reflexo disso e que diversos investimentos são realizados, gerando novas oportunidades de desenvolvimento humano, social e cultural para a população do Semiárido nordestino. Constata-se, a partir desse modelo de governança, que as políticas de acesso à água têm gerado desenvolvimento local e contribuído para a democratização do acesso a esse bem público, através de um modelo de gerenciamento

“sistêmico” de governança, consagrado pela “Constituição Cidadã” de 1988 e pela Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal 9.433, de 8 de janeiro de 1997) e pelas políticas estaduais correlatas,

está erguido sobre 3 grandes pilares: gestão descentralizada, participativa e integrada dos recursos hídricos” (Pacto Nacional pela Gestão das Águas: Construindo uma Visão Nacional, 2013, p.1).

Desse modo, as ações são pactuadas buscando integrar e alargar a rede de participação. As regras se estabelecem por meio do agir comunicativo dos atores envolvidos na cena pública. Essa nova institucionalidade vai se delineando por meio da gestão social, onde “a interação torna-se dependente de que os envolvidos tenham sido capazes entre si de entrar em acordo sobre um julgamento intersubjetivamente válido de suas referências de mundo” (HABERMAS, 2012, v. 1, p. 203), e esses acordos acontecem mediante a negociação em contextos de ação em que os atores constroem seus posicionamentos constituindo a partir de uma rede de referências que lhe são próprias. Em face dessa nova realidade, pode-se dizer que surgem “espaços de esperança” (HARVEY, 2009), pois “as políticas mais recentes de desenvolvimento, sobretudo as voltadas para o espaço rural, apresentam avanços consideráveis se comparadas às gestadas entre as décadas de 1970/80” (GT 10 - POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL). Isto se constata no Semiárido paraibano, observando o contentamento estampado nos rostos das famílias cooperadas e beneficiadas pelo crédito rural, das assentadas no Sítio Santa Catarina na Região de Monteiro, das representantes do Centro da mulher Oito de Maio, das famílias beneficiadas pelas Cisternas de Placas. Essas famílias são apenas exemplos observados na 3ª edição da Jornada de Inclusão Produtiva, no Município de Monteiro (abril/2014), evento que faz parte de projeto que visa o desenvolvimento da agricultura familiar e abre espaço de interlocução na perspectiva de melhorar a vida de famílias agricultoras, por meio de ações de capacitação e créditos rurais. O evento é promovido pelo Governo do Estado através da EMATER.

Pelo exposto, compreendemos que o modelo de desenvolvimento proposto pelo Governo Federal na atual conjuntura está sintonizado com a compreensão de que “o desenvolvimento dos Estados modernos se caracteriza pelo fato de que estes já não se apoiam mais nas bases sagradas da legitimação, e sim na base de uma vontade comum formada comunicativamente” (HABERMAS, 2012, v. 2, p 149). Essa nova concepção e prática de governança, em processo desde o Governo Lula e continuada no Governo Dilma tem alargado os espaços democráticos de participação social, fortalecendo a cidadania, uma vez que o Estado vem se colocando não apenas como mediador, mas indutor da participação democrática, por meio da qual a sociedade é arquiteta e também e executora dessa mudança.

### Referências bibliográficas

CARVALHO, Cristina A.; ANDRADE, Jackeline; MARIZ, Luiz A. **Mudança na teoria institucional**. In: ENCONTRO DA ANPAD, 29., 2005, Brasília. Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2005. p. 1-10.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **A emergência da lógica da “convivência com o Semi-Árido” ea construção de uma Nova Territorialidade**. RESAB, *Secretaria Executiva. Educação Para a Convivência com o Semi-Árido: Reflexões Teórico-Práticas*. 1ª Ed. Juazeiro: Secretaria Executiva da RESAB (2004).

CARVALHO, Maria do Carmo A. **A. Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Instituto Pólis, 1998. 27 p. (Pólis papers, 2).

GOHN, Maria. da Gloria. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo: Racionalidade da Ação e Racionalização Social**. Vol 1 . Tradução Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo: Sobre a crítica da razão funcionalista**. Vol 2 . Tradução Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

---

Laboratório de Observação Permanente do Mundo Rural do Nordeste – LAE/RURAL/Grupo de Pesquisa: Trabalho, Políticas e Desenvolvimento Regional/CNPq. – MDR/UEPB - pesquisador PNPD/CAPES

HALL, PETER A. e TAYLOR, ROSEMARY C. R. **As três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova [online]. 2003, n.58, pp. 193-223. ISSN 0102-6445.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/brazil-faz-balanco-positivo-dos-objetivos-do-milenio-da-onu>

<http://arquivos.ana.gov.br/pactonacional/DocumentoBase-Volume1-AspectosConceituais.pdf>

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano\\_governo.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_governo.pdf)

[http://issuu.com/secretariageralpr/docs/revistadp\\_1/1?e=4053853/7917807](http://issuu.com/secretariageralpr/docs/revistadp_1/1?e=4053853/7917807)

[http://portal.mda.gov.br/portal/publicacoes/pageflip-view?pageflip\\_id=3638134](http://portal.mda.gov.br/portal/publicacoes/pageflip-view?pageflip_id=3638134)

[http://www.aesa.pb.gov.br/relatorios/atividades/arquivos/Relatorio\\_de\\_Atividades\\_AESA\\_2013.pdf](http://www.aesa.pb.gov.br/relatorios/atividades/arquivos/Relatorio_de_Atividades_AESA_2013.pdf)

[http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD\\_MENU=97](http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=97)

[http://www.cnrh.gov.br/?searchword=pacto+nacional+&searchphrase=any&limit=&ordering=newest&view=search&Itemid=99999999&option=com\\_search](http://www.cnrh.gov.br/?searchword=pacto+nacional+&searchphrase=any&limit=&ordering=newest&view=search&Itemid=99999999&option=com_search)

[http://www.dnoes.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f\\_registro=2&](http://www.dnoes.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f_registro=2&)

<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/ecossistemas1/noticia=734902>

<http://www.mds.gov.br/>

<http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/pisf.aspx>

LONG, Norman e PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Heterogeneidade, ator e estrutura:** para a reconstituição do conceito de estrutura. In: Schneider, Sergio e GAZOLLA, Marcio. Os atores do desenvolvimento rural: perspectiva teórica e práticas sociais. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2011.

NETO, Aristides, Monteiro. **Política de Desenvolvimento Regional:** Questão periférica no Pacto Federativo Brasileiro. In: Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. BRANDÃO, Carlos e SIQUEIRA, Hipólita (orgs). São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

PIMENTEL, Álamo. **Processos educativos e suas gêneses na convivência com o semi-árido.** In: I Seminário Regional: Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro. Juazeiro – Bahia: Digitado:, 4 a 6 de Setembro de 2000

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a Democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Eli Brandão. Eu quero é cantar o Nordeste que é grande e que cresce... **Refiguração da identidade do nordestino no forró contemporâneo.** In: JOACHIM, Sébastien. Diversidade Cultural, Linguagens e Identidade. Vol. 2, Campina Grande: Elógica, 2006.

SILVA, Roberto. Marinho. Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido:** políticas públicas e transição paradigmática. Revista Econômica do Nordeste, 2007, v. 38 n°03, jul/set, 2007.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão social:** uma perspectiva conceitual. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: RAP, 32(5): 7-23, set./out.1998.  
Revista Territórios da Cidadania: Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades. Março, 2009.



**POLÍTICAS E PROGRAMAS PÚBLICOS PARA AS AGROINDÚSTRIAS  
FAMILIARES: UMA ANÁLISE DO PRONAF E PAF/RS****Marcio Gazolla<sup>1</sup>  
Sergio Schneider<sup>2</sup>****RESUMO**

Analisa-se duas políticas voltadas ao apoio da agroindustrialização em pequena escala. A primeira é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em sua Modalidade Agroindústria, Custeio e Comercialização e, a segunda, é o Programa de Agroindústria Familiar do Rio Grande do Sul (PAF/RS). Analisa-se as concepções que marcaram o início dos programas, evolução e mudanças, ações, formas de fortalecimento das agroindústrias e os limites.

**Palavras chaves:** agroindústrias; PRONAF; PAF/RS.

**1. INTRODUÇÃO**

Segundo Leite (2001) e Delgado (2001) a década de 1990 marca uma inflexão importante da atuação das políticas públicas para a agricultura, pois se inicia o desenho de uma série de programas e políticas que começam a considerar as especificidades de seus públicos, como é o caso dos agricultores familiares. Neste sentido, os dois programas analisados neste trabalho podem ser entendidos a partir dos elementos que Delgado evoca para caracterizar as políticas diferenciadas de desenvolvimento rural.

As ações governamentais investigadas são o PRONAF (Agroindústria e Crédito de Custeio e Comercialização para as Agroindústrias) e o Programa de Agroindústria Familiar (PAF/RS), que possuem como foco de atuação o apoio às agroindústrias familiares. São chamados de ações governamentais por terem caráter de programas institucionais e não serem uma política do Estado (no sentido de serem transitórios com as mudanças de Governos). Segundo Raupp (2005), há hoje uma opção por incentivar as práticas de agroindustrialização das matérias-primas dos agricultores familiares, que vêm adquirindo importância nos últimos anos no país a tal ponto que diferentes atores sociais, bandeiras partidárias e instâncias governamentais (país, estados e municípios) vêm optando por desenvolver ações nesse sentido.

A importância das agroindústrias familiares tem crescido nos últimos anos no país. Em nível nacional, as estimativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apontam para a existência de aproximadamente 35 mil agroindústrias, em 2008. Já os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) destacam que 16,7% dos estabelecimentos rurais no Brasil beneficiam e/ou transformam alguma matéria-prima. No RS, estimativas preliminares realizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) apontam para um número de 2,5 mil unidades. Os dados do PAF/RS, para o ano de 2011, apontam para 7.700 agroindústrias no RS. Na Microrregião de Frederico Westphalen, local em que a pesquisa de campo foi conduzida, os dados do IBGE (2006) apontam uma grande presença destas iniciativas, totalizando 14,12% de todas as agroindústrias existentes no RS, ficando com o primeiro lugar, quando se analisam os números percentuais destas iniciativas (WAQUIL et al, 2014).

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Rural/Professor/UFSM – Campus de Frederico Westphalen-RS (CAFW)/[marciogazolla@ibest.com.br](mailto:marciogazolla@ibest.com.br)

<sup>2</sup> Pós Doutor em Sociologia/Professor/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/[schneide@ufrgs.br](mailto:schneide@ufrgs.br)

O objetivo do trabalho é analisar estas duas ações governamentais, que têm como foco as práticas de agroindustrialização familiar de alimentos. Objetiva-se destacar as concepções que marcaram o início dos programas, sua evolução e mudanças, ações implementadas, formas estratégicas de fortalecimento das agroindústrias, bem como os limites apresentados pelos trabalhos efetivados. Nesse sentido, o trabalho responde a seguinte pergunta de investigação: Quais os papéis das políticas públicas e programas diferenciados de desenvolvimento rural junto às agroindústrias familiares?

A estrutura do trabalho está dividida em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na próxima seção se destaca brevemente o local de estudo e as ferramentas metodológicas da pesquisa. Na terceira se discute o PRONAF Agroindústria, mostrando as formas que ele fortalece as agroindústrias, bem como alguns de seus limites. Na quarta analisa-se o PAF, como política estadual de apoio as agroindústrias.

## 2. ÁREA DE ESTUDO E METODOLOGIA

A Região de pesquisa é o Médio Alto Uruguai, que fica localizado na porção Norte do Rio Grande do Sul. Nessa região, foram escolhidas sete agroindústrias para o estudo, de acordo com os objetivos e questões de pesquisa. As agroindústrias são: Agroindústria Prevedello (cana-de-açúcar e derivados como cachaça); Agroindústria Cooperativa Biorga (pequenos grãos alternativos e óleos orgânicos); Strack Alimentos Naturais (cana-de-açúcar e derivados como açúcar mascavo, melado e rapadura, produtos naturais); Agroindústria Gehen (erva-mate ecológica de barbaquá); Agroindústria Ludke (leite e derivados como os queijos coloniais e temperados); Agroindústria Jotti (carnes e derivados de suínos como salames, copas, linguças, ossinhos, torresmo pururuca, entre outros); e Agroindústria Zonta (uva e derivados como o suco de uva e os vinhos coloniais).

Para levantamento dos dados qualitativos, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com 26 atores sociais, num total de 23 entrevistas, cobrindo a diversidade de atores e variáveis em investigação. Além das entrevistas, utilizou-se da observação participante em alguns casos para captar os processos sociais em torno dos programas e políticas públicas para as agroindústrias, colocando em prática o que Norman Long (2001) chamou a atenção para a necessidade de “seguir as práticas dos atores sociais” em seus universos microssociais. Ainda se fez uso do diário de campo e fotografias das práticas e trabalhos dos agricultores. Além destes instrumentos de coleta de dados, foram usados dados secundários como documentos, informações e estatísticas institucionais (por exemplo, os dados do PRONAF Agroindústria e do PAF), resultados de outros projetos de pesquisa já desenvolvidos<sup>3</sup>, dados das organizações sociais e entidades envolvidas na investigação.

## 3. O PRONAF AGROINDÚSTRIA, CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO PARA AS AGROINDÚSTRIAS

A modalidade do PRONAF voltada às agroindústrias familiares foi criada oficialmente no ano de 1998 como o nome de PRONAF Agregar, sendo renomeado no Plano Safra 2003-04 para PRONAF Agroindústria. Essa modalidade do programa veio atender os anseios dos movimentos sociais e organizações dos agricultores familiares, como FETRAF e CONTAG, que há algum tempo reivindicavam um linha de financiamento a agregação de valor e transformação de produtos e alimentos. Isso geralmente acontecia anualmente, na manifestação denominada “Grito da Terra Brasil” (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

<sup>3</sup> Especificamente o projeto de pesquisa “Caracterização e Análise das Agroindústrias Familiares na Região do Médio Alto Uruguai” (CAAF) (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006) e o projeto “‘Sementes e Brotos’ da Transição: Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil” (IPODE) (SCHNEIDER, 2007). O primeiro projeto foi financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e o segundo pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aos quais se agradece os recursos e apoios disponibilizados.

Segundo Wesz Junior (2009), o surgimento desse mecanismo esteve relacionado à expressividade econômica para as receitas nacionais que essa atividade já apresentava em 1996 (aproximadamente 2,5% do PIB agropecuário e 6% do PIB gerado pela agricultura familiar), à pressão dos movimentos sociais (em especial as organizações localizadas no Sul do Brasil), às dificuldades que as agroindústrias familiares sentiam diante da inexistência de uma linha de crédito específica para a atividade e à expressão de outras experiências de programas estaduais de apoio à agroindustrialização, por exemplo, o Programa de Verticalização da Produção do Distrito Federal (PROVE/DF), que vigorou 1995-98.

Segundo o MDA (BRASIL, 2008a), o PRONAF foi construído com o papel de disponibilizar linhas de crédito rural para o financiamento integrado da produção de matéria-prima, agroindustrialização e comercialização dos agricultores. Além disso, visa a disponibilizar crédito rural para a implantação, ampliação, adequação e reestruturação de agroindústrias de agricultores familiares; apoiar a melhoria da qualidade, eficiência e eficácia de agroindústrias; e apoiar a estruturação de redes de agroindústrias nas esferas municipal, microrregional ou estadual.

Por ocasião de sua criação, o programa foi implementado, tendo sido dividido em duas modalidades: PRONAF Agroindústria e Custeio de Agroindústrias Familiares. A primeira modalidade é voltada aos financiamentos de investimento e, na sua origem (1998), fornecia até R\$ 18 mil por agroindústria individual e R\$ 600 mil para coletivas ou associativas. As taxas de juros iniciais eram de 5,75% a.a. Atualmente, os agricultores, dependendo da faixa de enquadramento, podem retirar individualmente até R\$ 130 mil e, quando em cooperativas ou associações coletivas, de R\$ 1 milhão a 30 milhões, respeitando-se o limite individual por associado que é de R\$ 40 mil. Os juros também foram caindo progressivamente, atingindo 2% a.a. atualmente (BRASIL, 2012).

Já para a linha de Custeio das Agroindústrias Familiares, atualmente denominada de PRONAF Custeio e Comercialização para Agroindústrias Familiares, inicialmente se destinava um valor máximo de R\$ 5 mil. Atualmente é de R\$ 10 mil individuais, mas que pode assumir até valores de R\$ 4 milhões para associações, R\$ 10 milhões para cooperativas e R\$ 30 milhões para cooperativas centrais de apoio. Inicialmente essa linha de Custeio tinha uma taxa de juros de 8,75% a.a. em 1998, sendo, atualmente, de 4% a.a. De maneira geral, nota-se um aumento dos valores financiáveis nas duas linhas do PRONAF e, principalmente quando os recursos são tomados de forma coletiva, há uma queda das taxas de juros. Ressalta-se que os documentos referenciais do MDA (BRASIL, 2004, 2008a) deixam clara uma opção pela formação de agroindústrias coletivas ou em redes e com unidades centrais de administração e fornecimento de serviços como forma de organização social mais adequada às agroindústrias.

O trecho de entrevista com o Coordenador do PAF/MDA durante os anos de 2003 a 2010 evidencia algumas características centrais das duas linhas de ação do PRONAF Agroindústria e o Custeio e Comercialização. É interessante notar que a entrevista deixa transparecer a estratégia do programa em utilizar também dos recursos do PRONAF Investimento para a estruturação das propriedades rurais, especialmente no que se refere à montagem das estruturas produtivas necessárias para dar conta da produção das matérias-primas, que depois seriam processadas nas agroindústrias.

O PRONAF era um pouco de tudo, tanto num como no outro o crédito foi um fator determinante forte porque ofereceu crédito acessível, barato, com prazos, carências. [...] A gente usava o PRONAF para financiar. O crédito era isso, fizemos modificações para acessar no coletivo. [...] Tinha o de custeio também. O investimento (refere-se ao PRONAF Agroindústria) era para construção e os equipamentos. E até 30% era de custeio da matéria-prima (refere-se ao PRONAF Custeio e Comercialização para as Agroindústrias). Ou seja, exigia-se que o grupo tivesse matérias-primas, mas nem sempre elas eram suficientes para o que ele queria, daí se tinha que produzir mais. Como? Está aqui o custeio para você fazerem isso. Se precisasse de investimento, por exemplo, na produção leiteira, o cara iria pôr uma queijaria, mas precisava produzir mais leite, isso entrava no PRONAF Investimento. O agricultor

tinha um limite no Investimento para investir na propriedade, comprar ordenhadeira, comprar vacas, fazer pastagens e tal. E tinha um limite para a agroindústria, para construir, que envolvia a agroindústria e seus equipamentos todos (Entrevista 21: PAF/MDA, Porto Alegre, novembro de 2011).

Com a evolução do PRONAF Agroindústria, houve mudanças. O programa inicialmente aceitava financiamentos coletivos de até 40 agricultores familiares, respeitando-se o limite individual de R\$ 18 mil por agricultor, o que poderia totalizar, no máximo, R\$ 720 mil por organização social. Além disso, em algumas cadeias como a de lácteos, a estrutura organizativa inicial deveria conter até 90% de agricultores familiares produzindo 70% do leite. Atualmente, o programa aceita estruturas com apenas 70% de agricultores familiares que contribuam somente com 55% da produção. Isso mostra uma mudança radical do programa: inicialmente ele se mostra mais voltado às necessidades das pequenas agroindústrias individuais e de grupos formados quase exclusivamente por agricultores familiares individuais (até o ano de 2006), passando, em um segundo momento, a apoiar também as grandes agroindústrias e cooperativas existentes no segmento agroalimentar. No caso do processamento do leite e derivados, o montante de recursos disponibilizado por empreendimento cooperativo aumentou 33,7 vezes, subindo de R\$ 720 mil para R\$ 25 milhões nos últimos anos do programa.

Notícias vinculadas ao site do MDA após o ano de 2006 dão pistas dessa nova lógica do PRONAF Agroindústria em apoiar as grandes cooperativas e agroindústrias já instaladas, como os dois casos em evidência mostrados no RS e Santa Catarina (SC).

Foi financiada uma fábrica de leite em pó no Rio Grande do Sul que conta com 3,6 mil agricultores familiares e mil famílias de assentados, além de 9 cooperativas parceiras e 4 associações de produtores, com área de abrangência em 38 municípios gaúchos. O investimento para construção da fábrica totalizou R\$ 25,4 milhões, sendo que R\$ 10 milhões foram provenientes do PRONAF, linha de crédito Agroindústria. Com a nova torre de secagem de leite em pó, a Cooperativa dará início ao processo de triplicação da sua produção, que passará dos atuais 150 mil para 450 mil litros de leite por dia, totalizando 600 mil litros de leite em pó (BRASIL, 2008b).

Um projeto de financiamento no Oeste de Santa Catarina, feito com apoio do MDA, por meio do PRONAF, no valor de R\$ 96 milhões, via BNDES, vai viabilizar a construção de uma fábrica de processamento de leite em pó. A nova unidade vai ser construída no município de Pinhalzinho (SC) e terá capacidade para processar, diariamente, 650 mil litros de leite em pó e 750 mil litros de soro de leite [...]. A linha de crédito utilizada foi o PRONAF Agroindústria. O projeto foi encaminhado por 5 cooperativas singulares, associadas à Cooperativa Central Oeste Catarinense (AURORA), que reúne 17 associações singulares, com 77 mil pequenos e médios produtores, em 332 municípios do estado de Santa Catarina (BRASIL, 2009).

Segundo Wesz Junior (2009), isso representa uma mudança substancial na concepção do programa, pois apoiando estas grandes cooperativas, o PRONAF Agroindústria leva o agricultor familiar a ser apenas um fornecedor de matérias-primas, como nos processos de integração com outras grandes empresas do setor. Também ocorre que estas grandes empresas fabricam produtos derivados do leite, caso do leite em pó, ou mesmo pasteurizam o leite a granel para ser revendido como sendo uma *commodity*, sem haver processos de produção de alimentos diferenciados como ocorre em uma agroindústria familiar, que produz alimentos específicos e artesanais. Em terceiro lugar, os produtos destas grandes agroindústrias vão acessar os mercados habituais dos supermercadistas, atacadistas e cadeias longas de comercialização, afastando-se da habitual inserção em mercados locais, regionais e as cadeias curtas, que são característicos das agroindústrias. Contudo, isso é uma das faces deste processo social.

Mas há outros aspectos a serem considerados na explicação desta mudança de foco. Talvez as agroindústrias individualmente tivessem menores chances de sobrevivência ao ambiente institucional que muitas vezes lhes é hostil e globalizado (PLOEG, 2008). Nesse argumento, as cooperativas destas agroindústrias seriam uma estratégia organizativa interessante, já que, com ações coletivas, minimizam-se custos de transação, podendo fornecer uma base ampla de serviços (legalização, códigos de barras, acesso aos mercados, assistência técnica, entre outros) e ganhar maiores escalas de produção, distribuição e comercialização, elementos necessários à sobrevivência das agroindústrias. Estas são duas faces de um mesmo processo social que o PRONAF Agroindústria engendra atualmente. Isso mostra a dubiedade do programa, que financia agroindústrias individuais familiares que produzem alimentos diferenciados, mas ao mesmo tempo, apoia grandes agroindústrias e cooperativas agroalimentares que produzem alimentos industrializados, como tem sido observado na cadeia dos lácteos.

Quanto às metas do programa, ele pretendia atingir, de 2003 a 2006, 77.000 famílias, apoiar 7.700 agroindústrias, criar 6.600 empregos nas agroindústrias, aumentar a renda deste total de famílias beneficiadas em R\$ 277.200,00 e aplicar R\$ 1.155.000,00 em crédito rural (BRASIL, 2004). Já no período de 2007 a 2010, as estimativas do MDA (BRASIL, 2008a) são de que o programa atenderia 114.100 famílias, com a implantação de 16.300 agroindústrias, geração de 97.800 empregos, além de um acréscimo médio de renda das famílias beneficiadas de R\$ 568.218,00. Para tal, estariam sendo disponibilizados recursos da ordem de R\$ 536.270.000,00 na forma de crédito rural. Segundo entrevista realizada com o Coordenador do PAF no MDA, atualmente estima-se que o programa já tenha apoiado a implantação de 20.000 agroindústrias espalhadas por todo o território nacional.

Um primeiro elemento a destacar é que no período 2003 a 2006 algumas destas metas não foram atingidas. Por exemplo, o número de agroindústrias apoiadas e de famílias foi menor do que o esperado, ficando em 7.485 e 51.084, respectivamente, 97,20% e 66,34% dos percentuais esperados. Embora estes valores estejam muito próximos do planejado inicialmente, principalmente o número de agroindústrias apoiadas, o programa não atingiu as metas estipuladas. Entretanto, foram os valores utilizados do crédito rural que ficaram mais abaixo do estipulado, com apenas R\$ 239.394,00 (20,72%) aplicados em relação aos R\$ 1.155.000,00 inicialmente disponibilizados. Isso mostra uma baixa adesão dos agricultores ao PRONAF Agroindústria nos seus primeiros quatro anos de vida, que pode estar relacionada com a própria novidade que a política representa a nível nacional (desconhecimento da política pelos atores sociais, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país, pouca assistência técnica ou inexistente para as agroindústrias familiares como os dados do Censo Agropecuário 2006 mostram, não operacionalização da modalidade de Custeio) (WAQUIL et al, 2014)<sup>4</sup>.

Por outro lado, mostra a eficiência dos agricultores na utilização do crédito rural, já que as metas de número de agroindústrias apoiadas e/ou criadas quase foi atingida (97,20%), evidenciando que os agricultores não acessaram os valores máximos previstos pelo programa (R\$ 150 mil). Os agricultores constroem ou adaptam suas agroindústrias com pequenos valores, montando plantas agroindustriais com menor escala, individuais (mesmo o financiamento sendo direcionado a formas coletivas, pois com apenas R\$ 18 mil nenhuma família constrói uma agroindústria adequada) e de forma descentralizadas no espaço rural. Outra explicação plausível está relacionada ao temor de endividamento junto ao sistema financeiro, o que pode ter coagido as famílias na tomada de grandes volumes de recursos (WESZ JUNIOR, 2009).

No caso das agroindústrias diretamente apoiadas pelo PRONAF Agroindústria e Investimento como a Agroindústria Cooperbiorga, Gehen e Zonta (Tabela 1), notou-se que a principal forma de seu fortalecimento foi financiando a compra de equipamentos, máquinas de processamento de alimentos, parte ou toda a construção da planta agroindustrial e veículos utilitários de transporte dos produtos. Isso mostra que o enfoque do programa está assentado em

<sup>4</sup> Não foram conseguidos dados junto ao MDA da execução real do programa para o período anterior a 2003 e, tampouco, do período 2007 a 2010, desse modo, não foi possível analisar o cumprimento de suas metas.

apoiar as agroindústrias com o fornecimento das estruturas necessárias ao processamento dos alimentos. Entretanto, não foram observadas, durante a pesquisa de campo, ações em outros sentidos do programa, que fossem além do fornecimento do crédito rural. Não foram encontrados no PAF/MDA, do qual o PRONAF Agroindústria é signatário, trabalhos no sentido de orientações aos agricultores para formalizar suas iniciativas (tanto é assim que a Agroindústria Gehen acessou o crédito e continua informal), nenhum agricultor pesquisado havia acessado a linha de Custeio e Comercialização para as Agroindústrias, apoio no acesso aos mercados, melhoria da qualidade dos produtos, apoio em questões tecnológicas, prestação de assistência técnica, entre outras ações que estão previstas dentro do PAF/MDA.

O relato do Presidente da Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda (COOPERAC) é ilustrativo dessa forma de apoiar as agroindústrias, fornecendo-lhes basicamente as estruturas de produção e processamento.

As agroindústrias que financiaram o produtor lá fizeram a sua agroindústria e financiou a sua construção e os equipamentos, uma parte deles [...]. A cooperativa (refere-se à COOPERAC) não faz esse tipo de financiamentos, ajuda mais a buscar eles. Foi (aplicado) na construção do prédio uma parte e a outra em equipamentos (Entrevista 6: COOPERAC, Constantina, maio de 2011).

Em outras situações, encontraram-se agricultores que financiaram suas atividades de agroindustrialização com o PRONAF Investimento e até pela modalidade Mais Alimentos. Os recursos foram utilizados da mesma forma que a modalidade do PRONAF Agroindústria, em máquinas e equipamentos agroindustriais e na construção e/ou reforma da agroindústria, casos da Agroindústria Ludke e Zonta. Muitos financiamentos feitos pelo PRONAF Investimento aconteceram depois de já existir a modalidade específica para as agroindústrias do programa (Agregar ou Agroindústria). O motivo principal apontado é que o sistema bancário fez esse direcionamento, pois se o agricultor financiasse primeiro o Investimento, ele não poderia mais acessar o Agroindústria. Ao contrário, se o agricultor operacionalizasse o PRONAF Agroindústria, ele poderia posteriormente se candidatar aos recursos do Investimento.

Com esta estratégia, as instituições financeiras quiseram evitar a contratação de dois empréstimos na mesma Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), prevenindo-se de futuros endividamentos dos agricultores tomadores destas linhas de crédito. Isso gerou um redirecionamento de muitos contratos do programa, pois mesmo havendo uma linha do PRONAF Agroindústria específica para os investimentos necessários na atividade, o sistema bancário estimulou os tomadores de crédito a acessar o PRONAF Investimento. Dessa maneira, muitos agricultores acessaram recursos do Investimento do programa e os utilizaram nas agroindústrias. Essa forma de proceder do sistema bancário também explica por que as metas do PRONAF Agroindústria em termos de execução de valores nas agroindústrias ficaram bem abaixo do esperado pelo próprio MDA ao longo de alguns anos da operacionalização da política.

A pesquisa de campo também indicou que, em financiamentos individuais, os recursos do programa acabam beneficiando os agricultores mais capitalizados, já inseridos em algum grau nos mercados e com alguma estrutura agroindustrial já construída em suas propriedades. Na maioria dos casos, são os agricultores dos antigos Grupos “C” e “D” do PRONAF, com maiores rendas, que acessaram o crédito rural para melhoria da atividade já presente na propriedade pelo fato de o crédito apresentar boas condições de contratação (juros, prazos de pagamento, valores). Muitos destes agricultores têm boa capacidade de pagamento e dão garantias suficientes aos bancos, acessando a maior parte dos recursos.

Desse modo, o programa deixa em segundo plano os agricultores dos antigos Grupos “A” e “B” (mais pobres), muitos dos quais têm a intenção de abrir uma agroindústria e/ou já a têm em sua propriedade, mas de forma ainda desestruturada e informal. Estes agricultores necessitam do apoio governamental para efetivamente colocar a atividade num nível mais adequado de produção, qualidade dos alimentos, acesso a mercados, legalidade, etc. Efeitos similares do PRONAF Agroindústria também foram verificados por Wesz Junior (2012),

estudando o programa na Região das Missões/RS, corroborando os aspectos discutidos acima. Verifica-se uma lógica do programa em beneficiar, quando os financiamentos são individuais, agricultores já estabelecidos na atividade de agroindustrialização e com maiores rendas, sendo essa dinâmica muito similar à do PRONAF em geral em todo o país, como retrataram Aquino e Schneider (2010).

#### **4. O PROGRAMA DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PAF/RS)**

A análise é dividida por fases do programa, dando-se maior ênfase à primeira e à terceira, as mais importantes do ponto de vista das ações realizadas junto às agroindústrias, já que na segunda fase o programa teve poucas interfaces com os agricultores por ter sido esquecido pelos governos da época. A análise resgata em um primeiro momento alguns elementos históricos de como o programa surgiu, seus objetivos e alguns números. Na parte final da seção, são analisadas as ações mais atuais do PAF, destacando a nova Lei que institui a política estadual de agroindustrialização e demais trabalhos de apoio às agroindústrias familiares.

A história do PAF é caracterizada por descontinuidades das ações estaduais de agroindustrialização, pois são verificadas três fases bem distintas do programa. Na primeira fase, que compreende sua criação (1999-2000), há a discussão da estrutura do programa, sua concepção e implementação das primeiras ações, que se estenderam até o ano de 2002. Essa fase compreende a existência de um governo simpático às ações de agroindustrialização no RS, tendo o PAF apoio político para se estabelecer, mas cabe ressaltar que esse período se caracteriza pelo fato de as políticas operacionalizadas serem de Governo e não de Estado.

Em um segundo momento, que compreende os anos de 2003 a 2010, outros dois governos politicamente indiferentes às agroindústrias chegam ao poder. Nesse contexto, o PAF foi quase esquecido como ação governamental. O programa continuou existindo, contudo, sem dotações orçamentárias, estrutura institucional de apoio e equipes técnicas que operacionalizassem as ações. Somente o que ficou funcionando foram às concessões do Selo Sabor Gaúcho, atuações pontuais de alguns técnicos da EMATER, que continuaram trabalhando com as agroindústrias, mesmo sem o apoio dos governos estaduais, e a realização de alguns cursos de profissionalização de agricultores pela EMATER.

A terceira fase do programa inicia-se em 2011, com a entrada de novo governo novamente alinhado às demandas da agroindustrialização. Nessa fase, são retomadas muitas das ações do programa e remontadas as estruturas organizacionais e institucionais do PAF, embora um pouco diferentes da primeira fase. Entretanto, o marco principal dessa terceira fase é o PAF ser alçado à política permanente de Estado, com a criação da Lei 13.921/12 (RIO GRANDE DO SUL, 2012b), que instituiu a política estadual para as agroindústrias familiares. Além disso, há a aprovação pela Assembleia Legislativa do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF/RS), através da Lei 13.825/11 (RIO GRANDE DO SUL, 2011a).

O programa também ganha nova face institucional, sendo lotado na nova Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), através do Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento (DACA). A análise conduzida nessa seção procura retomar alguns resultados atingidos pelo programa na sua primeira fase e concentra esforços em analisar a sua terceira fase no que concerne às ações, operacionalização, formas de apoio às agroindústrias e resultados alcançados até o momento.

Na sua primeira fase, o PAF/RS foi anunciado em julho de 1999 e criado institucionalmente pelo Decreto nº 40.079/2000 (RIO GRANDE DO SUL, 2000a), envolvendo diversos atores, como movimentos sociais, entidades de representação e organizações não governamentais. O público alvo do programa eram os agricultores familiares enquadrados segundo os critérios do PRONAF, quilombolas, assentados da reforma agrária e populações indígenas. O PAF apoiou-se em outras iniciativas que já eram desenvolvidas no país, como as experiências do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal

(PROVE/DF) em Brasília, de Blumenau e Minas Gerais. O Programa ficou lotado na Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), através do Departamento de Agroindústria, Cooperação e Comercialização (DACC). Além disso, o programa tinha os Comitês Regionais de Agroindústria responsáveis pela cogestão dos trabalhos com os atores sociais, juntamente com a EMATER, a principal instituição parceira. Esses comitês foram especializados pelas 18 Coordenadorias Regionais da Agricultura do RS.

As principais ações do PAF foram voltadas ao fortalecimento das agroindústrias com o fornecimento de crédito rural para a produção de matérias-primas e processamento dos alimentos, compra de embalagens, vendas com Nota do Bloco do Produtor Rural, cursos de gestão, qualidade e processamento dos alimentos, geralmente ministrados pela EMATER em seus Centros de Treinamento. Também compunham os trabalhos de apoio às agroindústrias, o fornecimento de códigos de barras para a comercialização, o selo de qualidade Sabor Gaúcho, incentivos ao acesso aos mercados e participação em feiras agropecuárias e expo-feiras, caso da EXPOINTER de Esteio/RS. O objetivo principal do PAF era de possibilitar aos agricultores familiares agregar valor aos seus produtos, melhorando a renda e condições gerais de vida de suas famílias, bem como contribuir para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento socioeconômico em nível regional e municipal.

Segundo Raupp (2005), que estudou o programa no RS e no Município de Crissiumal, o PAF tinha como metas atingir em 4 anos cerca de 30.000 famílias, com uma injeção de recursos na ordem de R\$ 120 milhões. Contudo, foram financiadas 214 agroindústrias de diferentes cadeias produtivas em todo o RS, chegando a um volume de recursos de R\$ 6.444.386,71, beneficiando 2.719 famílias. O número de agroindústrias cadastradas no programa chegou a 800. Foram elaborados 373 projetos na busca de recursos para infraestrutura para as agroindústrias. Desse total, 57% (214 projetos) conseguiram ter acesso aos recursos, 30% estavam em fase de contratação ou avaliação pela equipe técnica do PAF (111 projetos) e 13% apresentaram algum tipo de inconsistência técnica ou financeira e não receberam recursos (48 projetos). Por estes dados, pode-se notar que muitas das metas iniciais do programa não foram atingidas plenamente.

Segundo Raupp (2005), das 214 agroindústrias beneficiadas até o ano de 2002, 131 foram grupais, 11 eram cooperativas e 72, administradas individualmente pelas famílias. Foram 2.114 famílias envolvidas, 75% delas vinculadas a projetos com caráter coletivos ou associativos, mostrando a face do programa em apoiar agroindústrias numa estratégia de cooperação entre grupos e famílias rurais. Os financiamentos dos projetos do PAF foram alocados e concentrados em algumas regiões do RS, principalmente nas Regionais da Agricultura de Caxias do Sul (40 projetos), Estrela (28), Santa Maria (19), Passo Fundo (18) e Erechim (17). Como cadeias de agroindústrias mais assistidas pelo programa estavam as dos seguintes produtos: cana-de-açúcar (43 projetos), doces e conservas (36), panificados e farinhas (30), sucos e beneficiamento de frutas (25), derivados de carne (22), laticínios (20), vinícolas (11) e outras atividades em menores proporções como o mel, mandioca, erva-mate, ovos, cereais, entre outras.

Como outras ações importantes para a agroindustrialização nessa primeira fase do programa pode-se citar que em torno de 1.800 produtos, de 126 agroindústrias, utilizaram o selo Sabor Gaúcho, beneficiando 1.312 famílias e que a Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A (CEASA) forneceu o código de barras sem custos às agroindústrias cadastradas no PAF. Foram codificados em torno de 1.000 alimentos. Em 2001, o apoio direto na organização de feiras e exposições somou um total de R\$ 155.478,10 investidos, tendo beneficiado 478 famílias. Em 2002, foram gastos nessa rubrica R\$ 280.987,01, beneficiando cerca de 4.370 famílias, tendo sido ministrados cursos de formação para técnicos e agricultores. No ano de 2000, foram treinadas 1.844 pessoas. Somente em processamento de alimentos, entre 2000 e 2001, foram diplomadas 1.465 pessoas. No ano de 2002, foram contratados 11 projetos de capacitação, sendo desenvolvidos em todo o RS, envolvendo 3.980 pessoas (RAUPP, 2005).

Segundo Raupp (2009), o PAF teve impactos favoráveis à consolidação e criação de novas agroindústrias no RS. Entretanto, analisando o programa, o autor tece algumas considerações críticas acerca de alguns limites evidenciados. A primeira consideração é que o



PAF apoiou as agroindústrias com algum grau de organização social e as já existentes, fortalecendo-as para que dessem um salto qualitativo. Nesse sentido, quase não houve criação de novas iniciativas, mas o apoio às já estruturadas e com algum capital inicial investido. Segundo, a exigência de 1,5 vezes em garantias em relação aos valores financiados impossibilitou muitas agroindústrias de acessar os financiamentos por não terem garantias suficientes a serem oferecidas às instituições financeiras<sup>5</sup>. Terceiro, o perfil do público principal do programa era de agricultores familiares fragilizados, que desenvolviam suas atividades de agroindustrialização de forma muito autônoma e em bases artesanais. Muitos não conseguiram prosperar em um ambiente institucional dominado pelas grandes empresas integradoras e indústrias de alimentos.

Quarto, a falta de tradição dos agentes bancários locais em financiar tal tipo de atividade - agroindústrias familiares de alimentos – gerou dificuldades dos agricultores junto às instituições financeiras para poderem acessar a operacionalizar os recursos. Como quinto elemento, houve falta de rapidez nos processos de formalização das agroindústrias e contratação dos financiamentos. Isso gerou desestímulos nas famílias e retardou o tempo para que estas agroindústrias se estruturassem, iniciando processos mais estreitos de interfaces com os consumidores e mercados, necessários para lhes dar viabilidade financeira. Segundo Guimarães e Silveira (2010), outro fator que influenciou o mau desempenho do PAF foi ter escolhido agroindústrias já em operação e agricultores estruturados, excluindo aquelas precárias, informais e artesanais. Segundo os autores, isso fez com que o PAF estimulasse incrementos de escala das agroindústrias e a opção pela produção de alimentos não diferenciados e específicos, assemelhando-se aos processados pelas grandes empresas.

Na fase atual de desenvolvimento das ações estaduais para as agroindústrias, o principal avanço é a criação da Lei 13.921/2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012b), que instituiu a agroindustrialização como política de Estado, finalizando os ciclos oscilantes que caracterizavam as ações no RS. Essa lei é um avanço para as agroindústrias, já que agora, independentemente dos governos que dirigirem o Estado, elas terão uma base legal ao atendimento de suas demandas. Grosso modo, a Lei 13.921/2012 estabelece a definição das agroindústrias familiares, objetivos da política estadual para as agroindústrias, instrumentos para intervenção, atribuições da SDR na condução das políticas, necessidade de Comitê Gestor público-privado das ações e fontes de recursos necessários à implementação das políticas.

O Decreto nº 49.341/12 (RIO GRANDE DO SUL, 2012a) vem regulamentar a Lei 13.921/2012, que criou a política estadual para as agroindústrias familiares<sup>6</sup>. Este Decreto avança em relação ao inicial que criou o PAF, em 2000, em quatro direções principais. Primeiro, ele recria o PAF em outras bases, agora como política de Estado, sendo dotado de estrutura institucional, fontes de recursos financeiros específicos e recursos humanos para o desenvolvimento dos trabalhos. Segundo, institui a Compra Coletiva/RS, um instrumento de política pelo qual o Governo Estadual pode adquirir via recursos públicos à produção das agroindústrias familiares, empreendimentos familiares rurais e da economia popular e solidária. Este é um instrumento parecido com o Programa da Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) a nível federal, tendo como potencialidade a possibilidade de criar e fortalecer novos circuitos locais e mercados institucionais estaduais para esses alimentos e produtos;

O Decreto direciona a aplicação dos recursos financeiros do programa especialmente para os arranjos produtivos locais, sistemas agroecológicos de produção e tem como premissa o incentivo à criação de cadeias curtas locais entre os atores, consumidores e agroindústrias. Quarto, ele também reinstalou o Selo Sabor Gaúcho como marca oficial dos alimentos fabricados e comercializados pelas agroindústrias familiares do RS, dotando estes produtos de uma identidade cultural, territorial e social. A concessão deste selo de qualidade é gratuita para as agroindústrias cadastradas e participantes do PAF/RS.

---

<sup>5</sup> Posteriormente, essa regra foi revista e se passou a exigir somente 0,5 % dos valores financiados como garantias.

<sup>6</sup> Esse novo Decreto também revoga o inicial da criação do PAF, em sua primeira fase, o Decreto nº 40.079/2000.

Segundo o PAF (RIO GRANDE DO SUL, 2012d), para participação no programa o agricultor deve preencher alguns critérios, entre os principais, estão: estar enquadrado como agricultor familiar segundo a Lei 11.326/2006; receber acompanhamento da assistência técnica oferecida pelo programa; regularizar o licenciamento sanitário e ambiental do empreendimento; participar do processo de qualificação nas áreas de legislação, gestão, boas práticas de fabricação e *marketing*; e usar o selo Sabor Gaúcho nos rótulos dos produtos e os agricultores devem, preferencialmente, pertencer a organizações de agricultores familiares que formam cooperativas, grupos coletivos ou associações<sup>7</sup>.

Para participar do PAF, o agricultor deve ainda seguir um fluxo operacional existente no programa, que consiste basicamente de duas fases. A primeira fase é o cadastro no programa, que envolve o preenchimento da ficha de inscrição, avaliação técnica do seu projeto ou agroindústria pelo Comitê Regional de Agroindústrias e recebimento de um número de cadastro no PAF. A segunda fase é a inclusão do agricultor no programa. Com a inclusão, a agroindústria beneficia-se de serviços como participação em cursos, eventos de comercialização, uso do selo Sabor Gaúcho, serviços de assistência técnica e comercialização com Talão de Produtor Rural para aqueles que são enquadrados como microprodutores rurais. Ressalta-se que para inclusão no PAF a agroindústria já deve ter o licenciamento ambiental, sanitário e laudo de potabilidade da água devidamente aprovados e formalizados.

Segundo estimativas do Diretor do DACA, até dezembro de 2011, existiam no RS em torno de 7.700 agroindústrias familiares atuando na informalidade frente às agências de regulação dos alimentos. A maioria destas experiências informais é das cadeias de lácteos, cárneos (embutidos e abatedouros) e derivados de cana-de-açúcar, devido às maiores exigências em seus processos de legalização. As agroindústrias formais são aproximadamente 560, um universo bem menor do que as informais. A meta da SDR e do PAF é colocar na formalidade em torno de 2.000 agroindústrias destas 7.700 que estão à margem da institucionalidade agroalimentar, no período de 4 anos (2011-14). Até o momento da entrevista com o Diretor do DACA, havia apenas 360 agroindústrias cadastradas no programa, em diferentes estágios de sua evolução. A formalização destas experiências é o grande desafio a ser enfrentado por programas que se lastreiam no estímulo a agroindústrias.

Quando perguntado sobre a importância das ações públicas que estão sendo implementadas, o Diretor do DACA revela algumas estratégias pelas quais é possível captar os motivos governamentais estratégicos em destinar incentivos para as agroindústrias, entre eles: agregar valor aos alimentos na totalidade da sua cadeia produtiva, manter as pessoas em seus municípios, servir de exemplo a outros agricultores e aos próprios municípios e incentivar processos de geração de renda para as famílias. O trecho da entrevista é ilustrativo:

Eu acho que agregar valor à produção é o básico, se você não conseguir transformar, você está entregando boa parte da sua renda para alguém. Se você conseguir fazer toda a sua cadeia, você tem o seu valor e a sua sustentabilidade. E você consegue dar sustento a muitos mais. E fora isso você vai criar compradores de fora, por exemplo, alguns municípios, e você cria o sustento dentro do próprio município. Os municípios nem abriram os olhos para isso ainda, porque se você consegue fomentar 3 ou 4 agroindústrias, porque a nossa cultura europeia é muito assim “você tem que ver para crer”. Então se conseguir fomentar umas, depois as outras pessoas vão atrás também. Depois de nós abirmos o caminho, os próprios Executivos (refere-se às Prefeituras) vão abrir os olhos e aí elas andam sozinhas. Vamos ter muitos filhos retornando para casa para ajudar (Entrevista 20: SDR/DACA, Porto Alegre, dezembro de 2011).

<sup>7</sup> Quando a agroindústria for composta por grupo de agricultores, a organização deverá apresentar no mínimo 70% de seus integrantes com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). A organização deve realizar gestão participativa e transparente da unidade, com reuniões periódicas de seus membros; o grupo deve utilizar pelo menos 70% de matéria-prima produzida pelos seus membros; a agroindústria deve situar-se nas comunidades rurais onde residem os componentes do grupo ou próximo a elas.

Segundo o PAF (RIO GRANDE DO SUL, 2012c), as principais ações de fortalecimento das agroindústrias familiares desenvolvidas atualmente pelo programa podem ser resumidas nas seguintes: prestação de assistência técnica e elaboração de projetos financeiros, sanitários e ambientais para a implantação e formalização de agroindústrias de derivados animais, vegetais e bebidas; concessões de financiamentos para investimento e capital de giro para as agroindústrias, via Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER) e PRONAF; formação e qualificação na área de alimentos, com o desenvolvimento de cursos em Centros de Treinamento da EMATER; concessão sem custos adicionais do selo Sabor Gaúcho para os agricultores assistidos pelo PAF; para os microprodutores rurais que produzem alimentos artesanalmente, há a possibilidade de comercialização pelo Talão de Produtor Rural, pagando menores taxas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Apoio à comercialização dos alimentos em mercados institucionais, feiras e outros pontos de venda de produtos da agricultura familiar. Um exemplo disso é a presença na Exposição Feira Internacional do Rio Grande do Sul (EXPOINTER). Em 2011, foram 169 agroindústrias de diferentes cadeias produtivas que contaram com o apoio da SDR, EMATER e PAF para participar da feira. Em 2012, esse número aumentou para 191 agroindústrias presentes, comercializando em torno de R\$ 89.000,00 somente no primeiro dia de vendas da feira. Também foram organizadas em 2012 três edições da Feira das Agroindústrias Familiares, duas em frente ao Palácio Piratini e uma no Parque Farroupilha, em Porto Alegre, que contaram com a presença de mais de 200 agroindústrias participantes de todo o RS, nas três edições; licenciamento ambiental para as agroindústrias familiares com tamanho menor do que 250 m<sup>2</sup>; e apoio na elaboração de rótulos para os diferentes tipos de alimentos.

Com relação ao orçamento anual e recursos para promover investimentos nas agroindústrias, observa-se uma dupla lógica nas ações postas em prática pelo PAF. De um lado, o programa utiliza as linhas de financiamentos já existentes a nível federal, como são os casos dos PRONAF Mais Alimentos, Agroindústria e Crédito para Custeio e Comercialização para as Agroindústrias. Nesse caso, há uma aproximação e integração das ações estaduais de agroindústria com as federais, sendo que o PAF se isenta de alocar recursos próprios às agroindústrias, fazendo-as se valer das linhas de crédito preexistentes em nível federal. De certa forma, essa estratégia também reflete a crise financeira por que passa o Estado, que na última década e meia, tem passado por dificuldades orçamentárias.

Por outro ângulo, o PAF tem seus próprios instrumentos de financiamento para as agroindústrias. Segundo informações do DACA, há o financiamento de projetos pelo FEAPER, no limite de R\$ 10.000,00 por agroindústria. No Plano Safra Estadual (RIO GRANDE DO SUL, 2011c), os recursos via FEAPER para o financiamento de agroindústrias são da ordem de R\$ 1.820.000,00. Ainda aparece uma rubrica relativa ao apoio financeiro à realização de feiras municipais para as agroindústrias familiares, envolvendo a destinação de recursos de R\$ 67.500,00. Somando-se essas duas rubricas que estão no Plano Safra Estadual, há R\$ 1.887.500,00 para serem aplicados nas ações de agroindustrialização, um volume pequeno de recursos, quando se sabe que existem 7.700 agroindústrias a serem viabilizadas e formalizadas no RS. Mesmo que se considere dividir esses valores (R\$ 1.820.000,00) apenas pelas 2000 agroindústrias (divididas em 4 anos, em média, 500 agroindústrias/ano) que estão como metas do PAF serem viabilizadas. Cada uma delas receberia apenas R\$ 3.640,00, valor insignificante para se reproduzirem dentro dos parâmetros mínimos exigidos pelas instituições reguladoras de alimentos e pelas próprias necessidades de manutenção das experiências.

O restante das ações descritas acima não têm orçamentos claros, pois a maioria delas se utiliza de estruturas institucionais já existentes. Uma delas é a EMATER, a instituição mais importante na operacionalização do PAF em suas várias etapas e ações. A EMATER é responsável pelo cadastramento dos agricultores no programa, elaboração e apoio na avaliação dos projetos técnicos e financeiros, acompanhamento das iniciativas através da assistência técnica, fornecimento de cursos de BPF, estudos de mercados e processamento de alimentos nos 10 Centros de Treinamento, apoio nos licenciamentos e formalizações necessários,

encaminhamentos de documentos e fornecimento de informações necessárias aos agricultores, organização de feiras municipais, regionais e estaduais de agroindústrias, entre outros trabalhos.

O papel da EMATER é central na execução das ações por ser uma instituição capilarizada nos municípios gaúchos. O site da EMATER (2012) na área de agregação de valor aos alimentos resume algumas destas ações que estão sendo desenvolvidas pela instituição.

A área assiste a elaboração de perfis de agroindústria; a elaboração de projetos de crédito, sanitário e ambiental; a formação de beneficiários em gestão agroindustrial, boas práticas de fabricação e tecnologia de processamento dos alimentos; orientação nas legislações previdenciária, sanitária, tributária e ambiental; e a elaboração de rótulos e o apoio à comercialização.

Outras ações atuais do PAF compreendem a realização de 18 seminários regionais sobre as políticas estaduais de agroindustrialização para mobilização e discussão do programa com os atores e agricultores. Nestes espaços também é apresentada a Lei que instituiu a política estadual para as agroindústrias e SUSAF, além de ser realizado um levantamento das demandas das agroindústrias existentes em cada um das regiões específicas. Outra frente de ação do PAF é com relação a mudanças em legislações já existentes ou proposição de novas regras. Esses trabalhos estão sendo conduzidos junto com a Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CISPOA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), universidades, organizações dos agricultores, EMATER e outras entidades do setor.

Como exemplo de uma ação em andamento, cita-se a proposição de uma nova normativa para as microqueijarias artesanais do RS que produzem queijos coloniais a partir de leites crus. Até o momento, esses queijos não são aceitos como aptos ao consumo e comercialização pelos serviços de inspeção como CISPOA e Serviço de Inspeção Federal (SIF), que exigem que o leite seja pasteurizado. Se esse novo marco normativo for posto em prática será um avanço, já que será possível aos agricultores comercializar esses alimentos diferenciados em todo o RS, assim como já ocorre com o chamado “queijo serrano” na região da Serra Gaúcha (CRUZ; MENASCHE, 2011) e na Europa com outros queijos confeccionados partir de leites não pasteurizados de diversas espécies de animais como cabras, ovelhas, bovinos e outras (BENVENUTI et al, 2004).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que as ações governamentais financiam ou fornecem máquinas, equipamentos ou construção/reforma de plantas agroindustriais. Nesse sentido, os programas visam dotar as agroindústrias com infraestruturas físicas. A exacerbada preocupação destas ações em destinar estruturas de processamento de alimentos para os agricultores está ligada às exigências que as instituições reguladoras de alimentos impõem, pois grande parte das normatizações (especialmente as federais) estão alicerçadas em parâmetros estruturais das instalações para atestar a qualidade e inocuidade dos alimentos.

Nesse sentido, a grande questão que as ações governamentais visam resolver é a informalidade das iniciativas. Por exemplo, na Região do Médio Alto Uruguai chega a mais de 72% das agroindústrias. Para isso, as políticas e programas apoiam as agroindústrias principalmente com recursos financeiros, via crédito rural. Com o acesso aos recursos, os agricultores contraem dívidas junto às instituições financeiras de forma individual ou mesmo coletivamente, via suas cooperativas e associações. Os estudos demonstram (RAUPP, 2005; WESZ JUNIOR, 2009; GAZOLLA, 2012) que os recursos são utilizados principalmente na busca da formalização institucional, em máquinas e equipamentos para as agroindústrias e na construção/adequação/reforma de plantas agroindustriais, de forma a poder cumprir com os regramentos que a legislação alimentar exige das experiências, em vários níveis, dos processos de formalização.

A primeira preocupação dos agricultores é como vão realizar o pagamento do crédito rural concedido para a formalização da experiência? Isso os leva a agir de forma a buscarem

maiores rendas na atividade de agroindustrialização, o que na grande maioria dos casos é conseguido, inicialmente, ampliando a escala de produção dos alimentos e produtos fabricados para serem colocados nos mercados. O que parecia uma saída sustentável, num primeiro momento, leva as agroindústrias a evoluírem para uma lógica de aumentos de custos de produção, à medida que aumentam a força de trabalho contratada de fora e também tendem a adquirir maiores quantidades de insumos e matérias primas para os seus processos de reprodução social. Isso descaracteriza a agroindustrialização realizada em bases familiares, já que estas experiências tendem a funcionar processando suas próprias matérias primas produzidas, utilizando-se do trabalho dos membros da família.

Além disso, estas agroindústrias perdem o seu maior trunfo que é a capacidade criativa de diferenciar os produtos e alimentos, pois começam a processar alimentos com padrões idênticos aos das grandes indústrias alimentares. Outro resultado deste processo é a especialização produtiva que é estimulada junto as experiências. Quando as iniciativas se aproximam dos princípios de economia de escala isso se torna uma necessidade, pois perdem a capacidade de diversificação da produção e dos usos que realizam com seus recursos existentes (terra, força de trabalho, tecnologias, etc.). Estes efeitos deletérios das políticas públicas e programas de apoio às agroindústrias se retroalimentam no tempo e espaços sociais de reprodução das experiências, formando o que se usou denominar de um círculo vicioso, onde a busca da formalização implica em endividamento, que por sua vez leva ao aumento de escala das agroindústrias, que gera os problemas descritos acima.

Dessa forma, estes programas desconsideram que as agroindústrias não demandam apenas estruturas físicas para serem viáveis e poderem se formalizar (principal problema). As experiências também necessitam de assistência técnica e extensão rural voltadas à produção artesanal de alimentos, melhoria da qualidade dos produtos, construção de mercados, capital de giro, técnicos para encaminhar a legalização, apoio nas vendas, formação em gestão das unidades, entre outras demandas.

Especificamente, em relação aos programas analisados, no caso do PRONAF, notou-se que ele tem apoiado as agroindústrias através da destinação de crédito rural para investimentos produtivos, custeio das atividades de produção das matérias-primas e agroindustriais e comercialização dos alimentos. Entretanto, a pesquisa evidenciou que a linha de Investimento é sobressalente em relação ao montante de recursos totais acessados, em detrimento das linhas de Custeio e Comercialização que têm baixo acesso pelos agricultores, como Wesz Junior (2009) já havia notado em seu estudo na região Oeste do RS. Os recursos de Investimento são utilizados na maioria das vezes em equipamentos, planta agroindustrial e máquinas.

Em sua evolução o PRONAF Agroindústria sofreu várias mudanças, sendo uma das principais ocorrida no perfil dos seus beneficiários. No início do programa, o perfil do público que acessava os recursos era formado de agricultores familiares ou pequenos grupos de famílias (coletivos), desenvolvendo suas atividades em pequenas agroindústrias, vendiam seus alimentos nos mercados locais, confeccionavam alimentos de forma artesanal e trabalhavam autonomamente suas atividades de processamento. Atualmente, a clientela que acessa os recursos do programa é formada por médias e grandes agroindústrias e cooperativas, que fabricam alimentos industrializados, acessam as cadeias longas de distribuição e têm apenas em parte agricultores familiares como sua base social e produtiva. O exemplo típico desta transformação no programa tem se dado na cadeia dos lácteos no Sul do país.

Com relação ao PAF/RS, caracterizou-se pela transitoriedade de suas ações em quase todo o seu período evolutivo. Isso foi modificado a partir de 2011 com a aprovação de Lei que estabelece a política estadual de agroindustrialização. Este é o principal avanço das ações de agroindustrialização estaduais, já que agora elas são consideradas políticas de Estado, tendo caráter permanente. Como principais ações efetuadas pelo programa, destacam-se a concessão de crédito rural para as agroindústrias, recursos para embalagens, vendas com Notas do Bloco do Produtor Rural, fornecimento de cursos e assistência técnica através da EMATER, código de barras aos alimentos, Selo Sabor Gaúcho, apoio na construção dos mercados, formalização institucional de 360 agroindústrias em 2011, licenciamento ambiental, fiscal e jurídico das agroindústrias que têm até 250m<sup>2</sup>. Comparativamente, das duas ações públicas de apoio às

agroindústrias, a investigação evidenciou que o PAF é o programa mais completo de fortalecimento das agroindústrias por suas ações abrangerem várias frentes e dimensões dos processos familiares de agroindustrialização.

## 6. REFERENCIAS

BENVENUTI, B. et al. **Latte vivo: il lungo viaggio del latte dai campi ala tavola: prospettive dopo il parmaccrack.** Reggio Emilia: Dibiasis. 2004. 178 p.

BRASIL. **Programa de agroindustrialização da agricultura familiar.** Documento Referencial 2003-2006. Brasília: Ministério do desenvolvimento Agrário, jun. 2004. 49 p. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/o/912096>>. Acesso em: 27 maio 2011.

\_\_\_\_\_. **Programa de agroindustrialização da agricultura familiar.** Documento Referencial 2007-2010. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008a. 18 p. Disponível em: < [http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/agroind-strias/arquivos-2012/01\\_-\\_Documento\\_Referencial\\_Agroind%C3%BAstria\\_vers%C3%A3o\\_site\\_2007-2010.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/agroind-strias/arquivos-2012/01_-_Documento_Referencial_Agroind%C3%BAstria_vers%C3%A3o_site_2007-2010.pdf)>. Acesso em: 23 maio 2011.

\_\_\_\_\_. **Pronaf financia fábrica de leite em pó no Rio Grande do Sul.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, 2008b. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item\\_id=3587706](http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3587706)>. Acesso em: 08 out. 2011.

\_\_\_\_\_. **Agricultores familiares de Santa Catarina investem em fábrica de leite em pó.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item\\_id=3589660](http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3589660)>. Acesso em: 12 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.** Brasília: Portal do MDS, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>> Acesso em: 08 maio 2012.

CRUZ F. T.; MENASCHE, R. “Se o leite é cozido, o queijo não é Serrano”: tradição, conhecimento e discurso instituído. In: COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 3., Porto Alegre. **Anais...** v. 1, 2011. 21 p. 1 CD-ROAM.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 15-52. (Estudos Rurais).

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL (EMATER). **Agroindústria familiar.** Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area/agroindustria.php>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares.** 295f. 2012. Tese (Desenvolvimento Rural). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 8., São Luís. **Anais...** v.1, 23-25 jun. 2010. 15 p. 1 CD-ROAM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário.** Brasília, 2006. v. 1. 1 CD-ROAM.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives.** Amsterdam: Routledge, 2001. 285p.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **Caracterização e análise das agroindústrias familiares da Região do Médio Alto Uruguai (CAAF).** Frederico Westphalen: [s.n.], 2006. 10 p. Projeto de pesquisa. Edital FAPERGS 001/2005-PROCOREDES.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p. (Estudos Rurais).

RAUPP, A. K. **Políticas Públicas e Agroindústrias de Pequeno Porte da Agricultura Familiar: considerações de Experiências do Rio Grande do Sul.** 245 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em

Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. A orientação das políticas públicas de apoio às agroindústrias da agricultura familiar: experiências do RS em destaque. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL, 47., Porto Alegre. **Anais...** v.1, 2009. 20 p. 1 CD-ROAM.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 40.079/2000**. Cria o Programa da Agroindústria Familiar e dá outras providências. Porto Alegre, 2000. 1 p. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/index.php?PID=273509&amigavel=1>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.825/2011. Dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF-RS) e da outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 214, p. 1, 04 nov. 2011. 4 p.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 49.341/2012. Cria o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, institui o selo de marca de identificação “Sabor Gaúcho” e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 130, p. 4, 6 jul. 2012a. 4 p.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.921/2012**. Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012b. 4 p. Disponível em: <[http://www.iob.com.br/noticiadb.asp?area=interesse\\_publico&noticia=213169](http://www.iob.com.br/noticiadb.asp?area=interesse_publico&noticia=213169)>. Acesso em: 19 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Programa de Agroindústria Familiar. **Folder do PAF**. Porto Alegre, 2012c. 16 p.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Programa de Agroindústria Familiar. **Manual Operativo**. Porto Alegre, ago. 2012d. 26 p.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, S. **Sementes e brotos da transição**: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. Porto Alegre: [s.n.], 2007. 22 p. Projeto de pesquisa. Edital MCT/CNPq 15/2007-Universal. 2007.

WAQUIL et al. O perfil da agroindústria rural no Brasil: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IPEA, 2014. 187-214pp. 387 p.

WESZ JÚNIOR, V. J. Políticas públicas de agroindustrialização: uma análise do Pronaf Agroindústria. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL, 47., Porto Alegre. **Anais...** v.1, 2009. 21 p. 1 CD-ROAM.

\_\_\_\_\_. O público beneficiário do Pronaf Agroindústria na Microrregião de Cerro Largo/RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL, 50., Vitória. **Anais...** v. 1, ago. 2012. 19 p. 1 CD-ROAM.

## GT 10 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

### Políticas Públicas para a agricultura familiar: um estudo sobre o Pronaf nos municípios do Circuito das Frutas-SP<sup>1</sup>

Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo<sup>1</sup>

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco<sup>2</sup>

1. Profa. Dra. FCA/Unicamp; Pesquisadora Colaboradora FEAGRI/Unicamp. E-mail: vanilde@yahoo.com

2. Profa. Titular FEAGRI/Unicamp. E-mail: sonia@feagri.unicamp.br

#### Resumo

A agricultura familiar brasileira representa um importante segmento do meio rural, uma vez que é responsável, em média, pela produção de 70% dos gêneros alimentícios, além de promover a manutenção do homem no campo. O meio rural do estado de São Paulo está ocupado de um lado por um modelo de agricultura onde prevaleceu o desenvolvimento do grande capital, baseado em técnicas industriais de produção caracterizada, sobretudo, pela monocultura. Por outro lado, tem-se uma forma de produção diversificada que possui suas bases no trabalho familiar. A partir da década de 1990, devido às reivindicações dos trabalhadores rurais, iniciou-se um processo de apoio à agricultura familiar brasileira com a implantação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A partir disso a agricultura familiar, até então excluída, inseriu-se na pauta das políticas públicas. Devido à importância da agricultura familiar e do Pronaf objetivou-se analisar esse programa nos municípios que pertencem ao Circuito das Frutas-SP. Percebeu-se que apesar dessa região possuir presença marcante de agricultores familiares, com suas produções voltadas principalmente para a fruticultura, estes pouco acessam o Pronaf. Dentre os motivos verificou-se a falta de informações e a falta de um serviço de assistência técnica e extensão rural adequado.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, políticas públicas, Pronaf.

#### 1. Introdução

Apresenta-se neste texto uma pesquisa sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf em 10 municípios localizados no Circuito das Frutas, no estado de São Paulo, Brasil. Trata-se de uma região muito importante na produção de frutas do estado, realizada, essencialmente, por agricultores familiares.

---

<sup>1</sup> Este artigo faz parte do pós doutorado da primeira autora, intitulado: O impacto das políticas agrícolas nos municípios do Circuito das Frutas-SP, financiado pela FAPESP.



Foi realizado um levantamento de informações sobre a área estudada, onde foram percebidas as tradições de imigrantes, sobretudo, europeus na produção das frutas e mesmo nas festas realizadas no Circuito das frutas. Após essa busca de informações sobre a área de estudo, foi realizado o levantamento bibliográfico sobre o Pronaf, onde se percebeu que, partir dos anos 1990, a agricultura familiar no Brasil começou a ter reconhecimento enquanto categoria social e produtiva, através da formulação de políticas a seu favor. De forma geral, pode-se dizer que até o início da década de 1990 não havia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, para os agricultores familiares.

Em meados dos anos 2000, houve a necessidade de uma definição legal sobre o termo agricultor familiar, principalmente para facilitar seu acesso às políticas públicas. Esta definição ocorreu a partir da implantação da Lei 11.326/2006. Assim, esse agricultor é aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a família.

A Lei 11.326/2006 estabeleceu, legalmente, a padronização do termo agricultor familiar a fim de que esses acessassem as políticas públicas.

Devido a importância que a agricultura brasileira possui, seja pela manutenção do homem no campo, seja pela produção de alimentos, torna-se importante compreender a dinâmica de políticas no contexto da agricultura familiar, para que assim se possa verificar os aspectos positivos e negativos referentes a elas. Nesse sentido, este trabalho objetivou analisar o Pronaf nos municípios que pertencem ao Circuito das Frutas, no estado de São Paulo, uma vez que essa região possui presença marcante de agricultores familiares.

## **2. Metodologia**

### **2.1 Área de Estudo**

A área escolhida para o estudo foi o Circuito das Frutas, compreende dez municípios com presença marcante da agricultura familiar, principalmente para a produção de frutas e para o turismo rural. Essa área é um dos principais e melhores circuitos turísticos do estado de São Paulo. Nesse sentido, faz-se relevante também a análise das políticas públicas nesses espaços. Os municípios que fazem parte do Circuito das Frutas são: Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo, que têm nas suas economias uma

forte presença do setor rural, principalmente da fruticultura, com destaque para as culturas da uva, morango, pêssigo, goiaba, ameixa, caqui, acerola e figo.

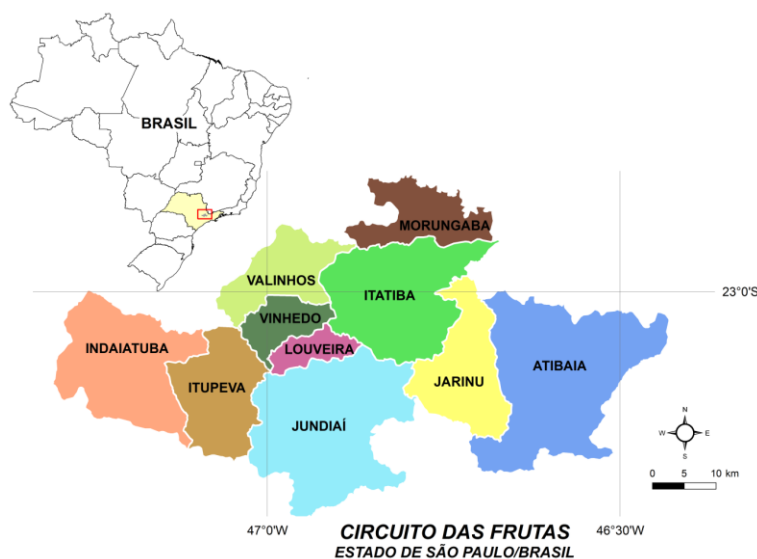


Figura 1. Mapa da localização do Circuito das Frutas – SP.

Com o intuito de dinamizar a região no que tange à fruticultura pensou-se no Circuito das Frutas como um estímulo para o aumento da produção e de renda por meio do turismo e do cultivo das tradições herdadas dos imigrantes.

A origem do Circuito das Frutas remonta a meados dos anos 1990, quando produtores rurais da região buscavam no desenvolvimento do turismo rural alternativas para a viabilização econômica de suas propriedades. Mas apenas em 2000 um grupo composto por 27 produtores rurais reuniu-se para a constituição da Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas.

Com a organização da associação houve o apoio das prefeituras dos municípios participantes, e entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/SP e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP/SP. Na mesma época, o interesse do governo estadual no desenvolvimento de roteiros turísticos propiciou a condição necessária para que, em 2 de outubro de 2002, fosse oficialmente instituído o Polo Turístico do Circuito das Frutas (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2009).

A área total dos municípios que compõem o Circuito das Frutas é de 2.318 km<sup>2</sup>, com população estimada em 1.070.400 habitantes. O Circuito das Frutas está localizado numa região próxima à grande São Paulo (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2009).

De acordo com Otani et al. (2012) os municípios que compõe o circuito seguiu foram definidos de acordo com os critérios do Decreto e da Resolução Conjunta de 2004, estabelecido entre as Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e a da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo. Dessa forma, com a Resolução, a inclusão de municípios deve respeitar as seguintes condições: existência de plantio de frutas no município

com comprovada relevância na produção da agropecuária municipal; existência de plantio de frutas com comprovada relevância no valor da produção estadual de frutas; e o município deve ser limítrofe com os constantes do Projeto Circuito das Frutas.

## 2.2 Levantamento e análise de dados sobre o Pronaf

Em pesquisa de campo verificou-se que as informações que as Casas da Agricultura dos municípios possuem são sobre as DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) emitidas, que nem sempre resultam no contrato com o Programa. Assim, para haver maior segurança nos dados sobre o Pronaf, optou-se por trabalhar com os dados secundários fornecidos pela Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA.

Dessa forma, para a análise estatística foram adquiridos dados referentes ao Pronaf a partir da Base de Dados de Crédito do Pronaf, da Secretaria da Agricultura Familiar -SAF, do MDA. Os dados do Pronaf foram registrados a partir do ano de 2003/2004 em duas modalidades: Custeio e Investimento, para municípios do Brasil até o ano 2011/2012. Nestes dados, tem-se informação da Unidade Federativa a qual os municípios pertencem, no total, têm-se nove períodos agrícolas.

Assim, foi realizada uma análise estatística exploratória sobre os dados relativos ao volume de recursos do Pronaf liberados para os 10 municípios do Circuito das Frutas, nas modalidades custeio e investimento, comparando com o total de recursos liberados para o Brasil. Dessa forma, o objetivo da análise estatística foi avaliar o volume de valor financiado, na área agrícola, liberados para os 10 municípios paulistas em relação ao total financiado no estado de São Paulo e no Brasil.

Com o objetivo de juntar os 10 municípios em grupos por proximidade foi realizada a análise de cluster. As variáveis consideradas foram valores financiados e número de contratos, por modalidade e ano agrícola. Foi utilizado o método de Ward, que é um método que faz o agrupamento considerando as distâncias definidas abaixo:

$$D_{KL} = \frac{\| \bar{V}_K - \bar{V}_L \|^2}{\frac{1}{N_K} + \frac{1}{N_L}}$$

K e L representam dois clusters (grupos) e  $\bar{V}_i$ , representa a média das variáveis em questão (Valor financiado ou Número de contratos) no cluster i.

A análise de cluster foi feita em duas etapas:

- Considerando somente os 10 municípios, para avaliar qual deles recebeu mais recurso.
- Considerando todos os municípios do Estado de São Paulo.

Em ambos os casos, os municípios foram classificados em 3 clusters, identificando desta forma municípios com menor investimento, médio e alto.

Realizou-se também uma análise descritiva para avaliar a proporção de valor financiado por modalidade para cada município em questão em relação ao total financiado no estado de São Paulo.

### **3. Análise do Pronaf nos municípios do Circuito das Frutas**

Desde a sua criação, em 1996, o Pronaf vem se consolidando ano a ano como a principal política pública de apoio à agricultura familiar no Brasil. Percebe-se que a cada ano houve um aumento tanto do número de beneficiários, quanto do montante de recursos financeiros disponibilizados e aplicados no Programa.

Porém, ao se verificar a distribuição regional dos valores aplicados, percebe-se que a região Sul do país foi e continua sendo a maior beneficiária desse Programa. De acordo com Aquino (2009) a região Nordeste, onde se localiza praticamente metade dos 4,1 milhões dos estabelecimentos familiares do país, apenas obteve espaço na distribuição do crédito subsidiado a partir de 2004, quando passou à frente da região Sudeste, mas, ainda em 2007, voltou a perder novamente posição no ranking nacional.

Através da tabela 1, verifica-se a tendência da região sul do país na concentração dos recursos, sobretudo o estado do Rio Grande do Sul. No período de 2003/2004 a 2011/2012 esse estado foi o que mais recebeu recursos, tanto para a modalidade custeio quanto para a modalidade investimento. Ao verificarmos a porcentagem de números de contratos nota-se que o estado da Bahia superou o estado do Rio Grande do Sul, dessa forma percebe-se que nesse estado há mais recursos sendo aplicados, porém menos agricultores que usufruem dos mesmos, comparado com o estado da Bahia. A distribuição dos recursos de custeio, em todo o período, mostrou-se mais concentrada do que a dos recursos da linha investimento.

Assim, para a modalidade custeio, os estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentaram maior proporção de números de contratos e valor financiado. O estado de São Paulo representa em torno de 5% dos valores financiados e 3% de números de contratos em relação ao total nacional.

Em relação à modalidade investimento, identificou-se que há mais unidades federativas com proporções maiores. Desta forma, nesta modalidade, a distribuição de recursos é mais homogênea e menos concentrada. No caso, 3.7% dos valores financiados são destinados ao estado de São Paulo, que é responsável por 1% dos contratos.

Tabela 1. Percentuais de valor financiado e contratos correspondentes ao total de valor financiado/número de contratos para cada Unidade Federativa (UF) sobre o total de valor financiado/número de contratos no Brasil por modalidade.(2003/2004 a 2011/2012).

Modalidade Custeio			Modalidade Investimento		
UF	% Valor financiado	% Número de contratos	UF	% Valor financiado	% Número de contratos
AC	0.2594	0.4205	AC	0.5757	0.3893
AL	0.4517	0.7038	AL	1.5720	3.9802
AM	0.1528	0.0894	AM	0.9468	1.2570
AP	0.0248	0.0437	AP	0.1704	0.1013
BA	2.6802	3.9826	BA	5.6877	12.9733
CE	1.1140	2.0486	CE	4.0274	10.1860
DF	0.0373	0.0264	DF	0.0284	0.0053
ES	3.1014	2.9248	ES	3.1490	0.9685
GO	4.1339	2.8849	GO	3.0185	0.8251
MA	1.6818	3.1623	MA	4.3656	8.1798
MG	15.0550	12.4723	MG	11.4323	9.7573
MS	0.8254	0.5485	MS	1.0018	0.3888
MT	1.6593	1.1583	MT	3.4882	0.9444
NI	0.0002	0.0001	NI	0.0004	0.0002
PA	1.7881	1.5178	PA	6.0860	5.0301
PB	0.2622	0.3486	PB	1.9835	5.4865
PE	0.8881	0.8516	PE	4.0059	9.5126
PI	0.7261	2.5040	PI	2.6150	6.7015
PR	15.8034	13.4669	PR	8.3657	2.7872
RJ	1.2559	0.9193	RJ	0.2958	0.1595
RN	0.7559	3.3082	RN	1.7264	4.1130
RO	1.5786	1.7036	RO	2.9960	1.0985
RR	0.0371	0.0565	RR	0.2794	0.2541
RS	26.2878	29.3505	RS	16.4728	6.6001
SC	12.8291	10.6602	SC	8.7897	2.6575

<b>Modalidade Custeio</b>			<b>Modalidade Investimento</b>		
SE	0.7552	1.3461	SE	1.2420	3.4514
SP	5.3000	2.9687	SP	3.6584	0.9011
TO	0.5553	0.5317	TO	2.0191	1.2902

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

O estado de São Paulo no período de 2003/2004 a 2011/2012, modalidade custeio, foi o quarto que mais obteve recursos e mais apresentou número de contratos para essa modalidade. Porém quando se observa a modalidade investimento, o estado de São Paulo ocupa a vigésima posição, tanto para a modalidade custeio, quanto para a modalidade investimento. Tal fato significa que os agricultores do estado de São Paulo pouco utilizam o crédito do Pronaf para realizarem investimentos em suas propriedades, preferindo a utilização desse crédito para custear sua produção.

Souza e Valente Jr. (2006) já haviam identificado a pequena participação do estado de São Paulo, principalmente para a modalidade investimento, verificando que durante o período de 2001 a 2004 esse Estado ficou entre a 7ª e 8ª classificação em todos os anos analisados.

Ao se analisar especificamente a distribuição de créditos do Pronaf nos municípios que pertencem ao Circuito das Frutas, verifica-se que essa região é pouco representativa dentro do estado em termos de acesso ao crédito do Pronaf. Tal fato pode ser observado na tabela 2, onde são apresentados os percentuais de valor financiado e contratos correspondentes ao total de valor financiado/número de contrato para os 10 municípios sobre o total de valor financiado/número de contrato no estado de São Paulo por período (ano agrícola) e modalidade.

Tabela 2. Percentuais de valor financiado e contratos correspondentes ao total de valor financiado/número de contrato sobre o total de valor financiado/número de contrato no Estado de São Paulo por período (ano agrícola) e modalidade (municípios do Circuito das Frutas).

<b>Ano Agrícola</b>	<b>Modalidade</b>	<b>% Valor financiado</b>	<b>% Número de contratos</b>
2003/2004	Custeio	1.5247	0.98953
	Investimento	0.29675	0.29350
2004/2005	Custeio	1.57108	1.00591
	Investimento	0.18451	0.12070
2005/2006	Custeio	1.16556	0.88253
	Investimento	0.59566	0.48214

<b>Ano Agrícola</b>	<b>Modalidade</b>	<b>% Valor financiado</b>	<b>% Número de contratos</b>
2006/2007	Custeio	1.54467	1.21290
	Investimento	0.51762	0.35006
2007/2008	Custeio	1.33744	0.96204
	Investimento	0.77256	0.63830
2008/2009	Custeio	1.49456	1.18357
	Investimento	3.12821	1.79680
2009/2010	Custeio	1.35853	1.13965
	Investimento	2.07865	1.33934
2010/2011	Custeio	1.30674	1.10198
	Investimento	1.77664	1.20236
2011/2012	Custeio	1.17071	1.05404
	Investimento	1.11306	0.93825

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Os municípios do Circuito das Frutas confirmam a tendência do estado de São Paulo, qual seja, a maior distribuição e acesso ao crédito para a modalidade custeio, havendo assim uma menor concentração dessa modalidade entre os agricultores familiares, sendo que a maior porcentagem financiada para essa modalidade no Circuito das Frutas foi na safra 2006/2007. Para a modalidade investimento observou-se um aumento significativo na safra 2008/2009 comparado às safras anteriores para a modalidade investimento. Porém na safra seguinte (2009/2010) a porcentagem de valor financiado para a modalidade investimento caiu cerca de 66%.

Foram realizadas entrevistas com agrônomos das Casas da Agricultura dos municípios para haver uma melhor compreensão sobre a pequena participação dos agricultores familiares dessa região em relação ao acesso ao Pronaf, tanto para custeio quanto para investimento. Esses agentes locais, em sua maioria, acreditam que os agricultores do Circuito das Frutas, até mesmo pela história de formação da região, não possuem o “costume” em adquirir financiamento, muitas vezes por desconfiança e/ou medo em contrair uma dívida.

*“Os agricultores daqui preferem guardar um pouco de dinheiro para investir na propriedade, até mesmo nem investir do que ficar endividado. É uma cultura deles,*

*porque os pais deles já faziam assim, aí eles também preferem fazer igual.”* (Entrevista, Sr. J.B.S., engenheiro agrônomo Casa da Agricultura de Jarinu, 2012).

Ao se analisar cada município do Circuito das Frutas verificou-se uma distribuição desigual entre eles, ou seja, há municípios como Vinhedo e Valinhos cujos agricultores pouco têm acessado os recursos do Pronaf, tanto a modalidade investimento quanto a modalidade custeio, em contrapartida o município de Louveira foi o que mais apresentou agricultores que acessaram esse recurso. Esse fato pode estar relacionado com a crescente urbanização e perda de área rural para a formação de condomínios de luxo em Vinhedo e Valinhos.

O município de Louveira foi o que apresentou um maior valor financiado e número de contratos nos nove períodos analisados para a modalidade custeio. Já para a modalidade investimento, o município de Jarinu, apresentou um pico de valor financiado e de número de contratos em 2008/2009 e o município de Itatiba apresentou um pico de valor financiado em 2010/2011.

Realizando a análise de cluster no Circuito das Frutas, nota-se que dentre os 10 municípios, foi possível agrupá-los considerando 3 clusters, descritos a seguir:

- Cluster 1: menor recurso recebido: valor financiado e número de contratos
- Cluster 2: médio valor financiado e número de contratos
- Cluster 3: maior valor financiado e número de contratos

A tabela 3 apresenta a frequência (número de períodos/safra agrícola) que cada município foi classificado em cada cluster, de acordo com o valor financiado, conforme a modalidade custeio.

Tabela 3. Frequência (número de períodos) e classificação dos municípios em cluster, conforme o valor financiado, modalidade custeio.

CLUSTER	Municípios									
	Atibaia	Indaiatuba	Itatiba	Itupeva	Jarinu	Jundiá	Louveira	Morungaba	Valinhos	Vinhedo
	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
<b>1</b>	.	4	7	5	5	1	.	9	8	9
<b>2</b>	9	5	2	4	4	8	3	.	.	.
<b>3</b>	.	.	.	.	.	.	6	.	1	.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.



Nota-se que, em todos os períodos (ano agrícola) o município de Atibaia é classificado sempre no cluster 2, ou seja, possui um médio valor financiado e número de contratos, se comparado aos demais municípios do Circuito. Já o de Vinhedo e Morungaba estão sempre classificados no cluster 1, significando os municípios cujos agricultores menos adquiriram recursos do Pronaf para a modalidade custeio, tanto em valor financiado, quanto em número de contratos. Nesse mesmo caminho está o município de Valinhos, sendo classificado no cluster 1 em 8 períodos, porém esse município se difere dos outros dois anteriormente citados pois aparece também classificado no cluster 3 em 1 período, o que significa que nesse município durante um determinado ano agrícola houve aumento no valor contratado para a modalidade custeio. Porém essa situação não é recorrente para esse município, tratando-se de um fato isolado.

O município de Louveira, é classificado no cluster 3, em 6 períodos (ano agrícola) e em 3 no cluster 2, confirmando assim os dados já demonstrados em forma de gráfico que esse município foi o que teve mais agricultores que acessaram os recursos do Pronaf, modalidade custeio, nos 9 períodos analisados (2003/2004 a 2011/2012) dentre os 10 municípios.

Para a modalidade investimento o comportamento do município de Louveira não difere muito em relação à modalidade custeio. Esse município foi classificado em 4 períodos no cluster 3, ou seja, em 4 anos agrícolas foi o município cujos agricultores mais acessaram os recursos do Pronaf (Tabela 4).

Tabela 4. Frequência (número de períodos) e classificação dos municípios em cluster, conforme o valor financiado, modalidade investimento.

		<b>Municípios</b>									
		Atibaia	Indaiatuba	Itatiba	Itupeva	Jarinu	Jundiaí	Louveira	Morungaba	Valinhos	Vinhedo
<b>CLUSTER</b>		N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
<b>1</b>		7	4	3	5	5	3	3	5	6	4
<b>2</b>		2	2	2	2	2	3	.	3	.	.
<b>3</b>		.	1	2	.	1	1	4	.	.	.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Nota-se que, em relação a modalidade investimento, a classificação dos municípios nos clusters fica menos nítida, ou seja, fica mais difícil dizer em que cluster cada município é classificado em mais períodos (ano agrícola). Isto ocorre devido à concentração existente na

modalidade investimento, sendo que a modalidade custeio ocorre uma maior distribuição entre os agricultores.

Em relação ao número de contratos (modalidade custeio), a situação não difere muito do valor financiado, permanecendo o município de Louveira como aquele que mais teve contratos entre os agricultores familiares, uma vez que aparece classificado em 7 períodos no cluster 3 (maior número de contratos) e em 2 períodos no cluster 2 (médio número de contratos). Os municípios de Valinhos, Vinhedo, Morungaba e Itatiba foram os que apresentaram os menores números de contratos nos 9 períodos analisados (2003/2004 a 2011/2012).

Em relação à modalidade investimento verificou-se que os municípios do Circuito das Frutas possuem baixo número de contratos, uma vez que, com exceção do município de Jarinu, todos os outros foram classificados no cluster 1.

Através das análises de cluster dentre os 10 municípios que fazem parte do Circuito das Frutas pode-se concluir que essa região tanto em relação ao valor financiado, quanto em relação ao número de contratos, para as modalidades custeio e investimento, possuem pouca significância para o crédito do Pronaf, uma vez que a maioria dos municípios estava classificada no cluster 1, menor recurso recebido.

Quando se compara o volume de recursos contratados pelos agricultores familiares dos municípios do Circuito das Frutas em relação ao estado de São Paulo, percebe-se que essa região não é significativa dentro do estado, em relação ao volume de crédito e número de contratos, tanto para a modalidade custeio, quanto para a modalidade. Isto porque nenhum dos 10 municípios analisados foi classificado no cluster 3 (maior recurso recebido, para valor financiado e número de contrato).

Tal fato pode ser corroborado através da Tabela 5, onde são apresentados os percentuais dos valores financiados e dos contratos correspondentes ao total de valores financiados/números de contratos para os 10 municípios sobre o total de valores financiados/números de contratos no estado de São Paulo por período (ano agrícola) e modalidades.

Tabela 5. Percentuais de valor financiado e contratos correspondentes ao total de valor financiado/número de contrato sobre o total de valor financiado/número de contrato no Estado de São Paulo por período (ano agrícola) e modalidade (municípios do Circuito das Frutas).

Ano Agrícola	Modalidade	% Valor financiado	% Número de contratos
2003/2004	Custeio	1.5247	0.98953
	Investimento	0.29675	0.29350
2004/2005	Custeio	1.57108	1.00591
	Investimento	0.18451	0.12070
2005/2006	Custeio	1.16556	0.88253
	Investimento	0.59566	0.48214
2006/2007	Custeio	1.54467	1.21290
	Investimento	0.51762	0.35006
2007/2008	Custeio	1.33744	0.96204
	Investimento	0.77256	0.63830
2008/2009	Custeio	1.49456	1.18357
	Investimento	3.12821	1.79680
2009/2010	Custeio	1.35853	1.13965
	Investimento	2.07865	1.33934
2010/2011	Custeio	1.30674	1.10198
	Investimento	1.77664	1.20236
2011/2012	Custeio	1.17071	1.05404
	Investimento	1.11306	0.93825

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Apesar da maioria dos agricultores dos municípios que fazem parte do Circuito das Frutas serem considerados familiares e mesmo que a maioria das propriedades desses municípios possua área entre 2 e 50 ha, sendo que nesse intervalo a concentração das propriedades está entre 2 a 5 ha, com destaque para a produção de frutas e também de hortaliças (São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008.), verificou-se por meio dos dados obtidos junto à SAF/MDA que tanto o valor financiado, quanto a quantidade de contratos nos municípios é pequena frente ao volume de recursos financiados no estado de São Paulo.

Percebe-se dessa forma que os agricultores familiares desses municípios preferem aplicar recursos próprios, ou mesmo não investirem em suas propriedades a terem que acessar uma linha de financiamento rural, ainda que esse financiamento seja através do Pronaf, que com o passar dos anos vem diminuindo a taxa de juros e aumentando o volume de recursos destinados aos agricultores.

#### 4. Considerações Finais

Na análise do Pronaf verificou-se que diante do estado de São Paulo, nos municípios do Circuito das Frutas tanto o número de contratos, quanto o volume de créditos é pequeno. Tal fato significa que nessa região essa política não é muito acessada entre os agricultores. Um dos motivos para isso está relacionado ao fato de que esses agricultores possuem receio em contrair uma dívida, sendo que muitos optam por investir na propriedade com recursos próprios ou mesmo não investir na propriedade. Dessa forma, ao ser verificado o número de contratos e o volume de crédito do PRONAF nesses municípios, percebeu-se que após 17 anos do início dessa política ainda são poucos os agricultores a acessam.

A título de conclusão, nota-se que a análise de um Programa como o Pronaf nos municípios do Circuito das Frutas demonstrou que essa política não possui impacto na economia dos municípios.

#### 5. Referências Bibliográficas

AQUINO, J. R. Avanços e limites da política de crédito do Pronaf no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: *XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Porto Alegre-RS, Anais..., Cd-rom.

OTANI, M.N.; FREDO, C.E.; RAMOS, R.C. Circuito das Frutas Paulista: caracterização socioeconômica. In: *Informações Econômicas*, SP, v. 42, n. 3, maio/jun. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. (2009) Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. *Emissão Mercosul: Produtos de Exportação – Circuito das Frutas – Turismo Rural*. Disponível em: <<http://www.selosefilatelia.com/PastaLancamentos09/016.html>>. Acesso em: 12/05/2010.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. *Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008*. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 15/09/2011.

SOUZA, J.M.P; VALENTE, J.R.A.S. Análise das liberações dos recursos do Pronaf – descentralização das aplicações do crédito rural. In: *XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*. 2006. Ceará:Fortaleza. Anais... CD-Rom.

**Possibilidades do Agro-Extrativismo na Amazônia: preservação ambiental e populações assentadas**

**Raquel Wiggers<sup>1</sup>**  
**Luciana Braga Silveira<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este trabalho é baseado em trabalho de campo no assentamento rural *Realidade*, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), modelo PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) localizado no sul do estado do Amazonas, município de Humaitá, no km 80 da BR 319. Apesar de este assentamento ter por princípio um modelo, proposto pelo Estado, de desenvolvimento sustentável, com preservação da floresta e garantia das condições de vida para as famílias assentadas, o que percebemos empiricamente é uma realidade bem diferente. Os moradores da comunidade dedicaram-se à derrubada da floresta durante o verão de 2012, provocando desmatamento e atraindo pessoas para trabalhar nas madeireiras que foram instaladas na vila. O que percebemos é que, em alguns casos, mesmo que o modelo proposto seja de preservação da floresta, esta só acontece quando as famílias assentadas tomam para si esta responsabilidade e conseguem viver dos recursos da floresta. As populações colonas assentadas em terras florestadas praticam o desmatamento como forma de ação do homem sobre a natureza, e a cobertura florestal praticamente intacta cede lugar ao desmatamento, situação comum na região do arco do desmatamento da floresta amazônica. Nestes casos, a criação de assentamentos na Amazônia colabora para que os dados oficiais sobre distribuição de terras crie uma falsa impressão de que está sendo feita a reforma agrária, quando a observação empírica demonstra uma realidade bastante diversa em que áreas de floresta são distribuídas para assentar famílias sem terra de outras regiões do Brasil.

**Palavras-chave**

Assentamentos Rurais, Amazônia, preservação ambiental, agroextrativismo

**Apresentação**

Este trabalho é baseado em pesquisa de campo no assentamento rural *Realidade*, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra - Brasil), modelo PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) localizado no sul do estado do Amazonas, município de Humaitá, no km 100 da BR 319.

---

<sup>1</sup> Doutora Professora da Universidade Federal do Amazonas – [raqwig@hotmail.com](mailto:raqwig@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora Professora da Universidade Federal de Lavras - [lubragasil@gmail.com](mailto:lubragasil@gmail.com)

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: [rdestudosrurais@gmail.com](mailto:rdestudosrurais@gmail.com)

Apesar de este assentamento ter por princípio um modelo, proposto pelo Estado, de desenvolvimento sustentável, com preservação da floresta e garantia das condições de vida para as famílias assentadas, no ano de 2012 a principal atividade econômica da localidade era proveniente do corte de madeira em diversas madeiras recém-instaladas na pequena vila de pouco mais de mil habitantes. Havia sido liberado um “plano de manejo” pelo órgão estadual responsável, que permitia a retirada de algumas árvores para fins comerciais de uma área determinada localizada no km 80 da BR 319. No entanto, a falta de controle efetivo sobre o local exato de onde se estava retirando as madeiras, e da quantidade delas, abriu as portas da floresta para madeireiros e atraiu, para a vila, homens de diversos lugares do Brasil, principalmente de Rondônia e de outros municípios do Amazonas, principalmente da região do arco do desmatamento que se estende ao Sul do Amazonas ao oeste do Pará, para trabalhar no corte de madeira. Além desses, outros homens chegavam à vila em busca de terras no assentamento recente.

É sobre esta realidade, observada em agosto de 2012, que vamos discorrer neste artigo.

### **Assentamentos Rurais do INCRA modelo PDS**

Em resposta às demandas de preservação ambiental das florestas – entre elas a floresta amazônica – à urgência de projetos de sustentabilidade, e, também, às denúncias de ser responsável pela maior parte do desmatamento na Amazônia, no ano de 2010 o Incra regulamentou a implementação de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados, entre eles, Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE, Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projeto de Assentamento Florestal – PAF<sup>3</sup>.

A modalidade de assentamentos rurais Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), criado pelo INCRA em novembro de 1999, constitui-se num modelo para o uso e a ocupação do solo de forma sustentável. Tem como base, a gestão coletiva e cooperativista para evitar o parcelamento da terra com titulação individual

Estes objetivos vêm a somar com outros

---

<sup>3</sup> Norma de execução n 93, de 19 de julho de 2010.

“De acordo com as diretrizes estabelecidas no II Programa Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003, a reforma agrária executada pelo Incra deve ser integrada a um projeto nacional de desenvolvimento, massiva, de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos. Deve, ainda, contribuir para dotar o Estado dos instrumentos para gerir o território nacional.

O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.”  
([www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria](http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria), 07/01/2012)

Nosso estudo aqui apresentado é de um assentamento da modalidade PDS no sul do estado do Amazonas, região do *arco do desmatamento*, ou arco do fogo como define Becker (2009), que vem ocupando e desmatando as terras cada vez mais ao norte do país.

### **Assentamento Realidade: algumas observações**

Realidade é um assentamento rural às margens da BR 319, no km 100 no sentido Humaitá – Manaus. A área delimitada para o assentamento fica no lado direito da estrada, há 4 km de sua margem. As terras nesta faixa de 4 km da margem da BR 319 já foram legalizadas na década de 1970 por ocasião da abertura da estrada. Atualmente a BR 319 está intransitável em muitos trechos, e o governo brasileiro com apoio do exército tem trabalhado para torná-la novamente utilizável.



Existe uma vila às margens da estrada e tem o mesmo nome do assentamento: Realidade. Na vila há padaria, mercearia, algumas lojas, um hotel bastante precário com restaurante, posto de saúde e escola que servem a vila e às comunidades vizinhas. Tem fornecimento de energia elétrica e água de poços artesianos servem as casas. Em agosto de 2012 muitos homens estavam chegando na vila, para trabalhar nas madeiras, que no período de seca trabalham a todo vapor. Geralmente estes homens<sup>4</sup> chegam sozinhos e só depois, caso se fixem no lugar, trazem esposa e filhos.

Alguns desses homens chegam em busca de terras para se estabelecer e depois trazer a família. Vêm de Rondônia e de outros assentamentos no Amazonas. Geralmente são famílias que já foram expulsas da terra no sul ou sudeste, muitos são paranaenses, e que vêm para Amazônia tentar conseguir mais terras. Os lotes delimitados pelo Incra são muito pequenos, cada família recebe pouca terra, o que impossibilita que fiquem três gerações em um mesmo lugar.

A criação do assentamento foi demanda de alguns moradores nativos da região que queriam ver a pequena comunidade tornar-se uma cidade. Estes moradores juntamente com religiosos católicos fizeram esforços junto aos órgãos estatais e Incra para regularização e distribuição de terras. Ainda hoje são distribuídos terrenos na vila para construção de casas em uma grande área às margens da estrada pertencente à igreja. A área delimitada para o assentamento rural Realidade totaliza 43.773,4051 ha, e segundo o Incra, sua capacidade é de 250 famílias, tendo sido assentadas até o momento 176 famílias em lotes do assentamento.

Os moradores da vila querem que a BR 319 volte a ser transitável porque acreditam que só assim haverá “desenvolvimento” na vila. Pequenos comerciantes instalam seus estabelecimentos na esperança de haver maior movimentação na estrada.

No ano de 2012 pudemos perceber que os todos os assentados que viviam na região moravam na vila<sup>5</sup> e nenhum no lote dentro do assentamento. Isto porque são cinco as vicinais, chamadas de *linha*, e apenas uma delas está aberta, ou seja, permite a passagem de carro ou caminhão. Segundo nos informaram, foi aberta por madeiros.

---

<sup>4</sup> Alguns homens chegam se oferecendo para fazer “qualquer” serviço, entre eles deixam claro que estão disponíveis para serem pistoleiros. É uma região onde os conflitos podem ser resolvidos à bala. Durante a pesquisa um homem loiro, com aproximadamente 45 anos, ofereceu seus serviços ao meu marido, com quem ficou conversando enquanto eu entrevistava o líder da comunidade.

<sup>5</sup> Alguns assentados desistiram de morar no Realidade e foram embora, outros mudaram-se para Humaitá ou Porto Velho esperando as condições do assentamento ficarem mais propícias.

As outras não passam de um caminho no mato. São elas: linha 1 – 19 de janeiro; linha 2 – Dona Geralda; linha 3 – São Francisco; linha 4 – 17 de maio; linha 5 – Santo Antônio. A representação política do assentamento se dá pela Associação Novo Progresso do PDS Realidade, mas a presidente reside na sede do município de Humaitá, somente seu vice-presidente mora atualmente na vila Realidade.

A comunidade que originou a vila começou há menos de cinco anos, com a associação de produtores organizada pelo senhor Aloísio Batista, morador da vila, e que atualmente não faz mais parte da Associação.

Durante as entrevistas com as pessoas assentadas no Realidade a reclamação unânime foi sobre a impossibilidade de se produzir no lote do assentamento devido a inacessibilidade, principalmente de se escoar a produção, e sobre a impossibilidade de se produzir na floresta. Um entrevistado falou veementemente “é impossível se viver do mato”, e esta ideia era compartilhada pelos outros assentados.

Isto denota que cada assentado recebeu um lote, o que a princípio não era o objetivo do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, como foi concebido pelos seus idealizadores. No entanto, nem os agentes locais do Incra, nem as famílias assentadas concebem o uso compartilhado das terras, ou uso sem título de propriedade individual.

E muito menos concebem a possibilidade de sobrevivência a partir da exploração sustentável dos recursos naturais oferecidos pela floresta. A população assentada atualmente no PDS Realidade é uma população que veio de outras regiões do Brasil, que compartilham uma lógica colona e camponesa de produção agrícola. Para terem seu sustento garantido necessitam da terra “limpa”, sem árvores, em forma de campo, para produção ou criação de gado. O campesinato requer necessariamente uma relação com a cidade, baseado na relação de produção.

O que percebemos empiricamente é uma realidade bem diferente do idealizado pelos proponentes do modelo PDS de assentamentos rurais, onde o foco seria no Desenvolvimento Sustentável. Os moradores da comunidade dedicaram-se à derrubada da floresta durante o verão de 2012, provocando desmatamento e atraindo pessoas para trabalhar nas madeireiras que foram instaladas na vila. E suas reivindicações eram de que se “abrissem” as *linhas* para que eles pudessem produzir nos lotes, limpando a terra.

Os seus relatos eram de muito sofrimento, muito trabalho perdido, porque a produção não podia ser escoada. Descreviam a situação de andar 15 km na mata, em trilhas para chegar no lote que lhe foi atribuído pelo Incra.

Um assentado explicou-nos em entrevista:

“precisamos de uma estrada para poder produzir. Quando sair a estrada temos terra. Meu negócio é terra. Futuro é terra. Investimento. Quanto vai valorizar com trabalho. Aqui a terra é fértil, dá tudo.”

Esta é uma fala que representa a ideia geral dos moradores da vila que vieram morar aqui em busca de terra para plantar e viver. São agricultores expulsos de outras regiões do Brasil que vêm em busca de uma oportunidade de vida. A madeira existente no terreno recebido é pensada pelo produtor como fonte de renda para os primeiros investimentos na produção, uma vez que o Incra não paga o *fomento*<sup>6</sup> a todos os assentados, e quando o faz, demora muitos anos.

A falta de apoio dos órgãos estatais para os assentados nos primeiros tempos de chegada e início de produção das famílias faz que o primeiro esforço de desmate seja feito, quando geralmente o homem vem sozinho, ficando a família na cidade de origem. Quando os primeiros “benefícios” são feitos na terra, estes homens buscam a família para vir morar.

Durante o ano de 2012, haviam muitos homens sozinhos na vila, os assentados e, principalmente, homens atraídos pelo trabalho nas madeiras. Estes também geralmente não trazem a família, porque é um trabalho temporário, no tempo da seca, e enquanto houver possibilidade de corte de madeira, seja pela abundância, seja pela falta de fiscalização. Quando as madeiras nobres começam a ficar escassas, ou os órgãos de controle e fiscalização começam a intervir e multar, diminuem as demandas de mão de obra nas serrarias. Esta intervenção dos órgãos controladores como Ibama e ICMBio é esporádica e pouco incisiva. E é percebida como algo muito ruim. Um assentado explicou-nos: “meio ambiente só atrapalha a vida da gente”.

A ausência do Estado, seja como controlador, seja como fomentador e financiador da produção agrícola destas famílias assentadas, e a atividade madeireira

---

<sup>6</sup> O *fomento* pago pelo Incra é pensado por eles como uma doação e na verdade é um financiamento e precisa ser reembolsado aos cofres da união. Acaso não façam o reembolso qualquer financiamento futuro, ou mesmo o recebimento do benefício da aposentadoria ficará comprometido.

irregular, fazem que haja um perigo iminente no ar. Há mortes e acidentes com serras de todo tipo. Há perigo de briga entre os homens trabalhadores. Há medo e ameaça constante o que torna o cotidiano muito tenso.

### **Colonos e camponeses**

Faz-se necessário esclarecer o que estamos entendendo por colonos e camponeses, para isso recorremos a Giralda Seyferth que descreve o processo de colonização de um município de Santa Catarina, por colonos estrangeiros. Estes colonos quando chegaram receberam um lote e a missão de abrir na floresta caminhos e campos para produção agrícola. Descendentes destes colonos estrangeiros, expulsos da terra partem em direção ao norte do Brasil na expansão da fronteira agrícola para ocupar novas terras desde a década de 1960 (Velho, 1972 e 1979).

Estou tomando por lógica colona camponesa de produção aquela onde a família constitui a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que os produtos geralmente satisfazem as necessidades essenciais da vida. As tarefas se dividem entre todos os membros do grupo doméstico, e a família assegura a subsistência de todos os membros. (Queiroz, 1973)

### ***É impossível se viver do mato***

A população assentada no PDS Realidade desconhece técnicas e formas de fazer extrativismo na floresta amazônica. Aquilo que denominamos extrativismo é um conjunto de técnicas baseadas em conhecimentos tradicionais, que as populações florestinas<sup>7</sup> (Gasche, 2012) dominam desde séculos.

---

<sup>7</sup> Para tratar especificamente das “populações tradicionais” da região amazônica recorremos ao conceito de “sociedade florestina” desenvolvido por Gasché (2011), que cunhou o termo para designar o tipo de sociedade da Amazônia que possui intensa relação com os rios, floresta, roçado e áreas de várzea e que se distingue de maneira primordial da sociedade ocidental, urbana, capitalista. As características da sociedade florestina não privilegiam distinções étnicas entre comunidades e enfatizam aspectos culturais compartilhados, a forma de produção e a ênfase nas necessidades de sociabilidade e de mobilidade.

O conceito de sociedade florestina é inovador e criativo e é muito interessante para pensarmos sobre as populações para as quais a classificação de camponesas não é adequada. Essa classificação enfatiza aspectos da matriz social dessas populações sua relação com a floresta e com o trabalho. Nas sociedades florestinas os critérios qualitativos – valores sociais – pesam frequentemente mais na motivação dos atores que critérios quantitativos. Isso requer que o gosto de trabalhar seja mais motivador do que uma esperada quantidade de pagamento como consequência do trabalho.

Estas técnicas e conhecimentos são ignorados pelos “colonos” que chegam na região. Além disso, a lógica de produção camponesa e o valor dado à terra não permite que essas pessoas compreendam e passem a fazer extrativismo. É preciso gostar da mata para viver dela. É preciso ter prazer na atividade de tirar castanha, por exemplo, para viver em uma cabana de palha precária com toda família durante os meses de chuva, recolhendo os ouriços de castanha, levando ao acampamento, quebrando-os. Para depois colocar em uma canoa e viajar dois dias para levar a produção para vender na cidade. Os “colonos” não compartilham este prazer e nem percebem a natureza como sua aliada.

Desta forma, existe descompasso entre a ideia do projeto de desenvolvimento sustentável e a realidade cotidiana da população assentada. O que percebemos é que, em alguns casos, mesmo que o modelo proposto seja de preservação da floresta, esta só acontece quando as famílias assentadas tomam para si esta responsabilidade e conseguem viver dos recursos da floresta. Mas geralmente esta possibilidade só existe se as pessoas nasceram e cresceram em contato com a floresta e aprenderam com seus pais e avós a tarefa de extrair da floresta os seus recursos naturais.

As populações colonas assentadas em terras florestadas praticam o desmatamento como forma de ação do homem sobre a natureza, e a cobertura florestal praticamente intacta cede lugar à terra nua, sem árvores, situação comum que faz que a região seja conhecida como *arco do desmatamento* da floresta amazônica.

### **Considerações**

A criação de assentamentos na Amazônia pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária colabora para que os dados oficiais sobre distribuição de terras crie uma falsa impressão de que está sendo feita a reforma agrária no Brasil, quando a observação empírica demonstra uma realidade bastante diversa em que áreas de floresta são distribuídas para assentar famílias sem terra de outras regiões do Brasil. Não temos Reforma Agrária mas Colonização de novas terras, como indica o próprio nome do órgão responsável.

Estas famílias de outras regiões do Brasil quando chegam na Amazônia não dominam os conhecimentos necessários para tirar seu sustento da floresta. Chegam com

uma lógica de uso e propriedade da terra que requer que a vegetação nativa seja retirada para plantio de espécies vegetais com rentabilidade econômica e plantio extensivo, ou ainda criação de gado de forma extensiva.

O solo amazônico é rico e abundante a ponto de sustentar uma floresta tropical cuja característica é a diversidade, variedade de espécies, grandes árvores. No entanto, floresce com esta abundância em um solo arenoso cujas características de temperatura, umidade e pressão, possibilitam um alto índice de reciclagem. Ou seja, a floresta vive da camada de humos, graças à rapidez com que as folhas, galhos e frutas se degeneram e tornam-se sustentação para a vegetação farta, criando um ciclo de intensa atividade florestal. Ao se retirar a camada florestal de uma determinada área, a camada de folhas e galhos apodrecidos fornecem nutrientes às primeiras colheitas de soja, milho ou outra cultura qualquer, fazendo que haja uma impressão de terra fértil e produtiva, no entanto, depois do segundo ou terceiro ano a terra arenosa não produz mais.

Temos, com respeito a este fenômeno, outro problema de ordem das concepções técnicas sobre campesinato e produção agrícola. Os agentes financiadores concebem produção agrícola campesina sem floresta uma vez que compartilham conhecimentos produzidos sobre o tema em ecossistemas de outras regiões do Brasil e do mundo. Mesmo que tenhamos elaborado conceito de extrativistas e percebamos essa categoria como produtiva, há uma imensa dificuldade de conceber as lógicas nativas necessárias para este tipo de produção. Os financiamentos para produção tomam como garantia terras “limpas” e sem floresta, com pastagem ou plantação, uma vez que estas são consideradas terras produtivas.

Os modelos de assentamentos diferenciados, como os PAE e PDS, podem dar certo – inclusive em um deles nossa pesquisa demonstra isso. Dar certo no sentido de se trabalhar na preservação da floresta e não compartimento da propriedade em lotes individuais, mas para isso é preciso necessariamente que sejam assentadas moradores florestinos. Homens e mulheres nativos da região, conhecedores dos saberes tradicionais passados de geração em geração, que têm prazer no modo de vida extrativista. Deve-se respeitar a organização social familiar, em que famílias extensas são também vizinhas. Com isso se favorece o trabalho familiar na extração dos frutos da floresta. Os órgãos governamentais devem realmente compreender que há uma lógica diferente de organização social, e que as casas precisam ser distribuídos para pessoas de

uma mesma família extensa. Outra necessidade é garantia de uma renda mínima por família, como bolsa floresta ou bolsa família, o que impede de se vender as madeiras nobres nos tempos de apuros econômicos. Temos que ter em mente que nossa sociedade abrangente está ávida por madeiras de lei da floresta amazônica, e que sua preservação depende do fortalecimento político e econômico destes florestinos, para que possam manter afastados a fome e as madeireiras. É preciso ter sensibilidade para as estratégias de preservação pouco convencionais que algumas comunidades assumem, como trocar de lugar placas de reservas ambientais, puxando “fraudentemente” os limites de certa reserva para lugares onde querem afastar madeireiros.

É preciso urgência em uma discussão do que seja atualmente, em nosso sistema capitalista de produção, Desenvolvimento Sustentável. São duas palavras que não se combinam facilmente. Principalmente quando falamos da floresta amazônica com toda sua grandiosidade, diversidade e recursos madeireiros valiosos no Brasil e no exterior. Que tipo de desenvolvimento pode ser sustentável para as pessoas e para a floresta?

### Referências Bibliográficas

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.

APPADURAI, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar.

Disponível em: [www.tau.org.ar/upload/.../Globalizaci\\_n\\_y\\_desarrollo.pdf](http://www.tau.org.ar/upload/.../Globalizaci_n_y_desarrollo.pdf)

Acesso em: 22/07/2011

BECKER, B. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Disponível em: [www.ufpa.br/numa/PPGEDAM/edital2011/Becker%5B1%5D.pdf](http://www.ufpa.br/numa/PPGEDAM/edital2011/Becker%5B1%5D.pdf) Acesso em: 13/06/2011

BERGAMASCO, S.M.P.P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. In: São Paulo: Estudos avançados 11 (31), 1997.

BRASIL. Lei 12187- Política Nacional de Mudança do Clima, Disponível em: [http://www.oc.org.br/cms/arquivos/lei\\_12187\\_pnmc.pdf](http://www.oc.org.br/cms/arquivos/lei_12187_pnmc.pdf) Acesso em 02/08/2011

CARRERO, G. C. Dinâmica do desmatamento e consolidação de propriedades rurais na fronteira de expansão agropecuária no sudeste do Amazonas. Dissertação (mestrado). INPA, 2009.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e conseqüências. In: *Megadiversidade*. Manaus, volume 1, nº 1, p. 113-123, julho de 2005.

GASCHE, Jorge y Mendoza, Napoleón Vela. **Sociedade Bosquesina**. *Ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de desarrollo*. Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP), Iquitos, Consorcio de Investigaciones Económicas y Sociales (CIES), Lima, Center for Integrated Area Studies, Kyoto University (CIAS), Japón, 2012.  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. O INCRA e o assentamento. Disponível em: [WWW.incra.gov.br](http://WWW.incra.gov.br) Acesso em: 09/09/2011.

LEITE, S. et al. *Impacto dos assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2004.

LITTLE, P. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por uma Antropologia da Territorialidade. In: 23ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Gramado. Mimeografado, 2002.

LEAL, P.F. Colonização dirigida na Amazônia: os malabarismos do dirigismo estatal e os *parceiros* em descompasso com a lei – o caso do Projeto de Assentamento Rio Juma (AM). Trabalho apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

MELLO, N.A. *Políticas Territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Terra Legal. Disponível em: [www.mda.gov.br/terralegal](http://www.mda.gov.br/terralegal), Acesso em: 14/08/2011

NEVES, D. P.. O MEB – Movimento de Educação de Base, a organização comunitária e a preservação ambiental. Texto apresentado no VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural – ALASRU – Quito, Ecuador, 20 a 24 de novembro de 2006.



NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 13, p. 5-28, outubro 1999.

NEVES, Delma Pessanha. *Desenvolvimento Social e Mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

PASQUIS, R. et al. “Reforma agrária” na Amazônia: balanço e perspectivas. In: *Cadernos de Ciência & Tecnologia*: Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan./abr. 2005.

REBOUÇAS, L. M. O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema, São Paulo, Fapesp/AnnaBlume, 2000.

TOURNEAU, F.M e BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. In: *Ambiente & Sociedade*: Campinas v. XIII, n. 1, p. 111-130, jan.-jun. 2010.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WIGGERS, Raquel. *Comunidades rurais da Amazônia: reflexões acerca das formas de organização política*. Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, GT 23: “Transformações sociais e projetos políticos em concorrência na América Latina: “mundo rural” em questão”, Porto de Galinhas, 2010.

ZHOURI, A. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 139-169, jan./jun. 2006.

**GT (10) – (Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural)**

**POTENCIALIDADES E LIMITES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM CAMETÁ-PA: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO AGROEXTRATIVISTA DOS MORADORES DO AJÓ**

**Nayara Viana Ribeiro<sup>1</sup>**  
**Adrian Zacarias Silva de Oliveira<sup>2</sup>**  
**Silvaneide S Q Côrte Brilho<sup>3</sup>**  
**Armando Lírio de Souza<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFPA). E-mail: [nayyribeiro@hotmail.com](mailto:nayyribeiro@hotmail.com)

<sup>2</sup> Economista, Pós-Graduado com MBA em gestão empresarial. E-mail: [adrianeconomista@hotmail.com](mailto:adrianeconomista@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável Estudos Sócio-Econômicos e Ambientais (UNICAMP) e Professora do Departamento de Economia (UFRA). E-mail: [silvaneideq@gmail.com](mailto:silvaneideq@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutor em Desenvolvimento Rural, Professor do Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFPA). E-mail: [armandolirio@gmail.com](mailto:armandolirio@gmail.com)

**Resumo:** O estudo investigou as potencialidades e limites do PAA em Cametá-PA, e suas implicações enquanto instrumento de Desenvolvimento Rural a partir da experiência da Associação Agroextrativista dos Moradores do Ajó. Utilizou-se o método histórico-indutivo, realizando visita de campo e coleta de dados secundários. Identificou-se como principais limitações do Programa no município questões burocráticas, fragilidade dos órgãos governamentais e ausência de uma gestão organizacional nos empreendimentos.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento Rural; Gestão Pública; Gestão Organizacional.

## **Introdução.**

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, observa os seguintes princípios: descentralização; sustentabilidade ambiental, social e econômica; equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Neste âmbito, encontra-se a questão das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. De maneira sucinta, caracteriza-se políticas públicas de acordo com Teixeira (2002), como um conjunto de diretrizes que norteiam as ações estatais voltadas, a estabelecer entre outros objetivos o “bem-estar” da população em geral, com ênfase para a parcela da população menos favorecida. No Brasil, somente a partir da década de 1990, a política pública voltada para a agricultura familiar começou a ganhar notoriedade, porém ainda há muito a se avançar. Nesse contexto insere-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), considerado em seu marco institucional como um importante instrumento de incentivo para a agricultura familiar e elemento propulsor do desenvolvimento rural.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o PAA foi criado a partir de uma articulação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) com o Governo Federal. Houve a regulamentação do programa por meio do artigo 19 da lei 10.696 de 2003. As principais finalidades do PAA são: incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar; e, formação de estoques estratégicos, no sentido de garantir estoques de alimentos tanto pelo governo quanto para os agricultores.

O PAA tem como beneficiários produtores e consumidores, nos quais fazem parte dos produtores: os agricultores familiares, agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens trabalhadores rurais sem terras acampados, comunidades indígenas e ribeirinhos, preferencialmente, organizados em cooperativas, associações e grupos informais. Já nos consumidores os assistidos pelo programa são as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional para as quais são dados os alimentos adquiridos. Observa-se que os papéis desses beneficiários normalmente se confundem ou são complementares. Isso permite ao programa atingir várias esferas da cadeia

produtiva de produtos oriundos da agricultura familiar, portanto, assume significância nas melhorias dos indicadores de desenvolvimento rural.

Assim, a presente pesquisa pretende identificar as potencialidades e limites do PAA no município de Cametá PA, com destaque para a Associação Agroextrativista dos Moradores da Comunidade do Ajó (AMA), localizada às proximidades do núcleo urbano da cidade de Cametá. O município de Cametá, com uma área de uma área 3.081,35 km<sup>2</sup>, pertencente à Região de Integração do Baixo Tocantins e faz parte da política de desenvolvimento territorial do MDA, como membro do Território da Cidadania do Baixo Tocantins. Em 2012, a população estimada era de 122.682 habitantes. A base econômica tem o predomínio do setor de serviços, seguido pelo setor agropecuário, basicamente produtos agroextrativistas. Os dados do Instituto de Desenvolvimento Social e Ambiental do Pará confirmam o peso da agricultura familiar no PIB municipal (IDESP, 2012).

A comunidade de Ajó apresenta uma peculiaridade importante, em decorrência da sua localização próxima a cidade de Cametá. Isso facilita o escoamento da produção (polpas de frutas, anímas e etc.). Além dessas atividades, vêm se desenvolvendo na comunidade os empreendimentos comerciais. Segundo relatos dos moradores, apesar dessa característica periurbana ou rural, é importante frisar, que não há intenção de transformar a comunidade em uma zona urbana, mas sim conservar os estabelecimentos agrícolas, melhorando as condições de vida das famílias (NEAF, 2011).

Enquanto zona de agricultura periurbana<sup>1</sup>, a comunidade de Ajó, tem demonstrado potencialidades para o desenvolvimento e a oferta de serviços, uma vez que a presença de moradores da cidade é constante, assim como a procura por produtos e serviços na comunidade. Tal estudo aponta para a possibilidade de crescimento da associação e da sua potencialidade de produção, assim como nas melhorias da condições de vida da população da localidade.

Segundo o Projeto Mulheres no campo (2013), a AMA conta hoje com 23 associados, sendo 17 mulheres e seis homens. Com base na agroecologia e economia solidária, várias atividades produtivas como criação de animais, plantio de frutas e verduras são parte do diversificado leque de possibilidades de geração de renda que a comunidade experimenta. Na visão das pessoas associadas, uma ação que começou

---

<sup>1</sup> A agricultura periurbana pode ser definida como o cultivo de plantas, frutas e a criação de animais ao redor do perímetro urbano ou ao redor das cidades, estando integrada com a economia urbana e o meio ambiente das cidades.

quase como “recreação” de mulheres, hoje é fundamental para a comunidade e para o município.

### **Visões sobre o Desenvolvimento Rural e o papel do PAA.**

Ao pesquisar a temática desenvolvimento, seja este na esfera local, territorial ou rural, é necessário aprofunda-se no debate sobre o processo de formulação e planejamento de políticas públicas, que possuem como finalidade a promoção do desenvolvimento. Nessa perspectiva, segundo Silva (2013), considerar a abordagem territorial na elaboração de uma política pública lhe confere maior grau de adaptação aos contextos sobre os quais as esferas governamentais almejam intervir. Pois, a abordagem territorial para o planejamento de políticas públicas auxilia no entendimento dos fenômenos sociais, contextos institucionais e cenários ambientais sob os quais ocorrerá a intervenção desejada, de maneira a propiciar meios mais acurados de diagnósticos e alcance de metas, parcerias necessárias e instrumentos de implementação. No entanto, persiste ainda no país uma série de barreiras para uma consolidação e institucionalização de fato da abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural ou territorial sustentável, conforme preconiza a política pública.

A temática do desenvolvimento rural foi alvo de inúmeros debates no meio acadêmico, onde vários autores dão sua contribuição ao tema. De acordo com Navarro (2001), desenvolvimento rural, pode ser analisado, referindo-se às análises sobre programas já realizados pelo Estado (em seus diferentes níveis) visando alterar facetas do mundo rural, a partir de objetivos previamente definidos. Mas pode se referir também à elaboração de uma “ação prática” para o futuro, ou seja, implantar uma estratégia de desenvolvimento, para um período vindouro.

Há uma perspectiva teórica que se debruça sobre o desenvolvimento local utilizando a lógica da globalização e interação dos mercados locais. Segundo Brandão (2007), ao longo das décadas de 80 e 90 o Brasil passou por diversas transformações, o que levou ao surgimento de novas formas de pensar e agir no campo das políticas públicas, especialmente aquelas destinadas à promoção do desenvolvimento, outrora caracterizadas pelo centralismo financeiro e decisório no plano federal. Iniciou-se uma orientação no sentido da descentralização. Havia uma tendência de romper com a formulação de política de cima para baixo, com base no planejamento nacional, e promover ações a partir dos planos regionais e locais. Isto implica dizer que o enfoque

sobre a dimensão territorial ou escala espacial para a concepção e implementação de políticas e programas de desenvolvimento deveria passar, principalmente, para o plano local.

Segundo esta concepção Silva (2013) resume os argumentos favoráveis à descentralização da ação pública em três elementos-chave: *i)* a proximidade e a informação – isto é, os governos locais estão mais próximos de produtores e consumidores finais de bens e serviços públicos (e privados) e, por isto, são mais bem informados que os governos centrais a respeito das preferências da população; *ii)* a experimentação variada e simultânea – ou seja, a diferenciação nas experiências locais pode ajudar a destacar métodos superiores de oferta do serviço público; e *iii)* o elemento relacionado a tamanho – quanto menor o aparelho estatal melhor é o resultado em termos de alocação e eficiência.

De acordo com Terluin (2003), o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões. Assim, segundo esta concepção, o desenvolvimento rural é promovido por uma ação conjunta entre comunidades locais e poder público, de modo que, se ressalta a importância de políticas públicas voltadas para essa temática. Nesse sentido, o PAA pode ser apresentado como um exemplo de articulação local, em prol do desenvolvimento rural.

Outra concepção importante no debate sobre desenvolvimento rural pode se encontrado em Kageyama (2004). Segundo a autora supracitada para que ocorra o desenvolvimento rural por meio de políticas públicas é necessário que estas se desenhem a partir de seis eixos centrais: a) apoio à reforma agrária – dotar os assentamentos de infraestrutura social e produtiva, mediar o escoamento da produção; b) desenvolvimento da agricultura familiar; c) alimentação e abastecimento; d) meio ambiente; e) condições de melhoria de condições de vida da população rural e f) adequação do currículo escolar. Observa-se que o PAA alcança pelo menos três eixos, porque “[...] tem como objetivo incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.” (MDA, 2013). Portanto, caracterizando-se como um importante instrumento para o alcance do desenvolvimento rural.

### **Metodologia.**

A presente pesquisa utiliza como método, o Histórico-Indutivo. Segundo Bresser-Pereira (2009), o método Histórico-Indutivo difere-se dos demais métodos de pesquisa da ciência econômica por considerar a historicidade do objeto de pesquisa, ou seja, analisou-se o processo de formação histórica da localidade estudada. Compreendendo que todo o fato social deve ser analisado como fato histórico. De acordo como os preceitos do método Histórico-Indutivo, para se compreender e melhor analisar o objeto de estudo é necessário que haja interação com os sujeitos da pesquisa.

Quanto ao enfoque, a presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória é segundo Gil (2007), uma pesquisa que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou à construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas como problema pesquisado; e (c) análise com exemplos que estimulem a compreensão.

A pesquisa também se desenvolveu com base na metodologia da pesquisa-ação. Segundo Lewin (1946), é um método de pesquisa qualitativa, sem exclusão do quantitativo, que é de suma importância no diagnóstico do problema, com ações participativas, caracterizando-se em uma troca de saberes entre o pesquisador e a realidade que se observa e se pretende entender e por fim intervir. A metodologia de pesquisa-ação sempre leva em consideração as especificidades socioculturais de cada empreendimento trabalhado na pesquisa.

Utilizaram-se os seguintes materiais: análise e levantamento de referencial bibliográfico e levantamento de dados secundários, através do banco de dados de sites oficiais (IDESP, PAAdata, IBGE, Projeto Mulheres no Campo), além de visita ao escritório da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) regional, onde foi realizada uma entrevista com um analista do órgão, cujo objetivo era a coleta de informações, sobre a disponibilidade de dados relacionados ao PAA por Territórios da Cidadania.

Foi realizada também a pesquisa de campo ao município de Cametá, na comunidade do Ajó. Durante a visita à associação agroextrativistas dos moradores do

Ajó (AMA), realizou-se uma entrevista orientada<sup>2</sup> (gravada), com a tesoureira da associação. Esta associada, naquele momento, era a responsável pelos assuntos relacionados ao PAA. A pesquisa de campo ocorreu nos dias 12 e 13 de novembro de 2013, e foi de fundamental importância para identificar quais as principais dificuldades encontradas pelos agricultores e associações para acesso ao PAA no município.

### **O Programa de Aquisição de Alimentos em Cametá.**

Segundo a Lei nº 10.696, a aquisição de produtos pelo PAA é realizada por cinco modalidades, a Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – Doação Simultânea (CAEAF), Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR – Estoque) e Incentivo à Produção e Consumo do Leite (IPCL).

Na esfera do governo estadual o programa e de responsabilidade da Secretária de Assistência Social (SEAS), que busca atender municípios identificados pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), como municípios em situação de insegurança alimentar. É utilizado como parâmetro de identificação desses municípios o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). A única modalidade do programa que é efetuada pelo governo estadual é a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF). Uma das principais contribuições do programa tanto no contexto nacional quanto no contexto regional, é a ampliação do consumo de alimentos regionais, além de contribuir para a diversificação de hábitos alimentares, tornando os mesmos mais saudáveis.

Contudo há a necessidade de melhorias na implementação do programa, tanto em questões burocráticas, quanto ao estreitamento da relação com os agentes civis e sociais. O programa é de extrema importância para a melhoria das condições de vida e segurança alimentar da agricultura familiar, assim como para uma parcela da população menos favorecida da sociedade. O que pôde ser verificado na comunidade de Ajó, com a Associação Agroextrativistas dos Moradores de Ajó – AMA, com relação às dificuldades burocráticas para emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP's).

O Gráfico 1, apresenta o PAA em esfera nacional demonstrando os repasses por estado em 2012. No ano de 2012, o estado que mais recebeu recursos provenientes do

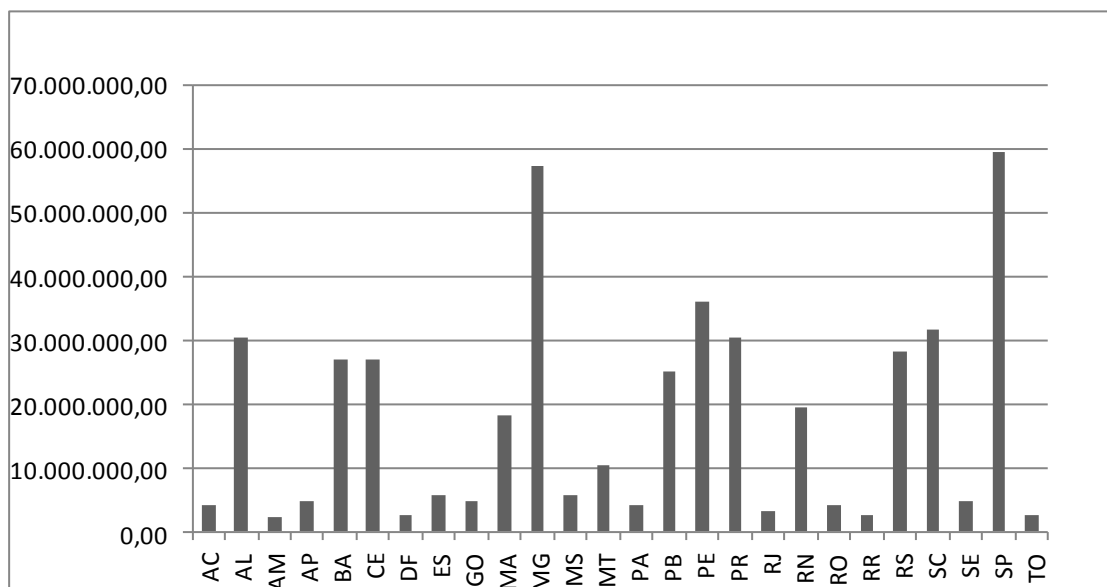
---

<sup>2</sup> Para definição vide. GERHARDT, Tatiana Engel (Org); SILVEIRA, Denise Tolfo (Org) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.



programa foi o estado de São Paulo, com predominância dos estados do Sul e Sudeste nos primeiros lugares do ranking de repasses no mesmo ano. Porém, o que nós chama a atenção e a posição dos estados do Norte no ranking, os 7 estados que compõe a região encontram-se entre os 10 estados que menos recebem recursos do programa.

**Gráfico 1.** Repasse do PAA por estado – 2012.



Fonte: PAAdata (2012).

O Brasil tem uma legislação que envolve um conjunto de políticas públicas de suma importância como é o caso do PAA, entretanto, observa-se que falta o domínio sobre essa legislação. Outro aspecto é a concepção dessas políticas. Normalmente, possuem uma visão pautada nas experiências do centro-sul do país, e muitas vezes têm dificuldade de serem meramente transplantadas para o contexto Amazônico. Segundo Souza e Filippi (2010), a capacidade de governança no espaço amazônico é extremamente débil. Conseqüentemente, isso provoca fragilidade de acesso a direitos, ou a plena cidadania. Neste caso, em particular inviabiliza e/ou dificulta a execução de políticas públicas, como por exemplo, o PAA. A capacidade de governança principalmente federal na Amazônia historicamente se mostra limitada, em virtude de em geral ser realizada sem levar em consideração as particularidades da região. Assim, segundo Simoni *et al* (2012), o Estado na região Amazônico é tido como frágil, por sua estrutura operacional vulnerável às condições locais ambientais, sociais, políticas e institucionais.

De acordo com os dados do PAAdata ocorreu uma redução na atuação do PAA no estado do Pará no ano de 2012 em relação ao ano de 2011. O número de pessoas beneficiadas caiu de 479 para 120, porém a redução no número de atendimentos é a mais representativa. Ocorreu uma diminuição de 1.137.984 atendimentos comparando o ano de 2012 com o ano de 2011. O estado deixou de receber em 2012 R\$ 2.868.553,27 em recursos do PAA. Tal quadro nos indaga quais as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares do estado no ano de 2012, ao que se relaciona ao acesso ao PAA.

Segundo Garcia (2011), é válido salientar que as realidades do PAA diferem por unidade federativa. No tocante a investimentos de recursos, de 2003 a 2007, pode-se observar que Minas Gerais (13,5%) e Rio Grande do Sul (11,8%), representaram o destino de 25,3% do total de recursos do PAA, enquanto que, os estados do Amapá e Roraima, somam apenas 0,2%. No estado do Pará registrou-se um percentual de 0,9%. Apesar de tal fragilidade, o PAA tem se destacado por incitar a diversificação da produção na medida em que conecta a oferta com uma demanda diversificada. A demanda por produtos da agricultura familiar ativa as unidades produtivas familiares e possibilita renda e possibilidade de investimento.

No caso do município de Cametá, em 2012, conforme se pode perceber no Quadro 1, foi bastante reduzida as ações do PAA, somente AMA foi beneficiada. Nos anos anteriores, não há registro de atuação do PAA em Cametá.

**Quadro 1.** Atuação do PAA no Município de Cametá -2012

<b>Nº de Agri. Familiares Beneficiados</b>	<b>Nº de Entidades Beneficiadas</b>	<b>Pessoas Beneficiadas</b>	<b>Recursos Pagos (R\$)</b>	<b>Alimentos Doados (Kg)</b>
12	1	7.936	R\$ 24.400,00	5.100,00

Fonte: PAA Data

Este quadro tão desfavorável nos provoca a questionar quais são os condicionantes para tão restrita atuação do programa em Cametá? Por exemplo, identificou-se em agências governamentais, como a CONAB regional, a percepção de que o principal fator de limitação da contínua atuação do PAA nos empreendimentos da agricultura familiar é a falta de organização da gestão das associações e cooperativas. Em função disso, muitas associações não conseguem realizar a prestação de contas, portanto, tornam-se impossibilitadas de acessar novamente o programa. Enfatizam a importância de acompanhamento e assessoria técnica nas áreas contábeis e de gestão para as associações e cooperativas que acessam ou pretendem acessar o PAA, como algo

essencial neste processo. Normalmente, outra justificativa de representantes de entidades governamentais têm sido afirmar que as unidades familiares são pouco produtivas ou somente produzem para a subsistência.

No entanto, de acordo com informações do projeto mulheres no campo, que a AMA iniciou a parceira com a Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes (APACC), em 2009, hoje a associação possui 23 associados e trabalha com atividades produtivas como a criação de animais e plantio de frutas e verduras. Conforme se pode observar na Tabela 1, os produtos ofertados pela AMA e a estimativa de receita.

**Tabela 1.** Receita da Produção Estimada da Associação de Mulheres do Ajó – Cametá-PA, 2012.

Produto	Unidade	Quantidade	V. Unitário (R\$)	V. Total (R\$)
Farinha	Kg	30.000	2,50	75.000
Açai	Kg	14.000	1,43	20.020
Pupunha	Kg	5.000	2,00	10.000
Peixe (Tambaqui)	Kg	4.000	10,00	40.000
Tapioca	Kg	2.000	5,00	10.000
Polpa de Açai	Kg	3.000	5,00	15.000
Polpa de Cacau	Kg	2.000	5,00	10.000
Polpa de Cupuaçu	Kg	1.400	5,00	7.000
Polpa de Manga	Kg	1.000	5,00	5.000
Polpa de Taperebá	Kg	600	5,00	3.000
Polpa de Goiaba	Kg	200	5,00	1.000
TOTAL				196.020

Fonte: Projeto Mulheres no Campo, APACC (2013)

É importante ressaltar que a receita da produção foi estimada com base nos preços praticados por empreendimentos econômicos solidário do Território da Cidadania do Baixo Tocantins. Assim, obteve-se um parâmetro que permite comparar os preços médios praticados pelas unidades produtivas familiares.

Identificou-se na AMA uma organização diferenciada na gestão do empreendimento. As informações sobre produção e seus custos estão organizados e há certo controle da estrutura de custos. A entrevista realizada, com a tesoureira da associação, permitiu o acesso há algumas informações sobre o processo de formação da AMA, assim como a trajetória da associação em relação ao PAA. O grupo de pessoas, a maioria mulheres, que originou a associação, em 2009, contava com a participação de

oito (8) pessoas. O primeiro presidente foi um homem. Logo depois, cresceu para doze (12) pessoas. Ao participarem de um evento em Brasília, um grupo de associadas da AMA teve a ideia de participar do PAA. Assim, encorajaram as demais associadas e enfatizaram a importância e oportunidade de aproveitamento das espécies frutíferas que se estragavam nos quintais das associadas e nos terrenos da comunidade. A partir desta iniciativa buscaram apoio e orientação técnica da APACC.

De acordo com relato da associada, o primeiro projeto elaborado para o acesso ao PAA foi em 2009, com execução em 2010, resultando em um valor de R\$15.000,00. No entanto, houve muita dificuldade na articulação com a Empresa de Extensão Rural (EMATER-PA) para a emissão da DAP individual. Este fato se tornou a principal dificuldade enfrentada pelas associadas, para acesso ao PAA. A AMA é coordenada e organizada majoritariamente por um grupo de mulheres. Naquele momento, havia uma informação de que a emissão da DAP individual pelas associadas dependeria da assinatura dos maridos das mesmas. Bem, esta situação provocou desconfortos de várias naturezas, como por exemplo, muitas vezes o marido não se encontrava disposto em ir ao órgão emissor da DAP para assinar o documento, por motivo de trabalho ou por não apoiar a ideia. Em decorrência desta orientação a maioria das mulheres da AMA solicitou a emissão da DAP como solteira.

Outras dificuldades relatadas dizem respeito a não existência de um espaço físico apropriado pela associação e a ausência de maquinário necessário para realizar o beneficiamento das frutas. Estes dois fatores eram obstáculos concreto para a permanência da AMA no PAA. Havia um grande risco das associadas não conseguirem entregar a produção definida no projeto técnico apresentado para a CONAB. Em virtude dessas dificuldades a AMA foi alvo de muitas críticas. Houve uma reação das associadas no sentido de reorganizar a AMA para superar as dificuldades. Logo obtiveram acesso ao crédito e compraram os primeiros equipamentos. Elas passaram a planejar financeiramente a construção da estrutura física necessária para a realização do beneficiamento e armazenamento das frutas, além de receberem emprestados da APACC uma máquina de açaí e um *freezer*. Essa estrutura mínima permitiu iniciar a elaboração das polpas de frutas, algo que ocorriam sempre com presença da fiscalização da vigilância sanitária.

No primeiro projeto, a AMA conseguiu prestar contas antes do prazo (a dificuldade com a prestação de contas representa um dos principais entraves para a

permanência de associações e cooperativas no acesso ao PAA). Porém, os associados ficaram com receio, porque não possuíam uma unidade produtiva finalizada e a constante presença da vigilância no processo de retirada das polpas, assumia um caráter de pressão permanente e indefinições sobre a qualidade do produto. Assim, houve uma decisão de não acessar o PAA, no ano de 2010.

Atualmente a dificuldade encontrada pela AMA, diz respeito à logística e distribuição da produção, por enquanto os beneficiários, basicamente a pastoral da criança, ficam responsáveis por fazer a retirada da produção na comunidade do Ajó. Segundo Simoni *et al* (2012), os custos para implementação de ações em comunidades locais da Amazônia envolvem logísticas de transporte, alimentação e infraestrutura pouco convencionais e nada facilitadas pelas longas distancias, dificuldades de acesso e reduzida oferta formal de serviços. A complexidade envolvida na efetivação de uma ação faz com que o pouco que se faça crie muita expectativa, e a continuidade e resultados das ações sejam lentos e até mesmo frustrantes, para os gestores e para as comunidades.

No novo projeto (execução 2013, R\$ 24.400,00), permanece a dificuldade relacionada à emissão de DAP, porém agora relacionado à exigência da DAP jurídica. A associação não possui a DAP jurídica que de acordo com a associada entrevistada “[...] agora está ficando tudo informatizado, eles (CONAB) estão exigindo um cartão que se tira em Belém, para que as pendências da associação possam ser resolvidas *online*, sem a necessidade da viagem pra Abaetetuba (Poló Regional), tal cartão é retirado em Belém e é necessário pagar uma taxa de R\$ 320,00” (Pesquisa de Campo, entrevista, 2013).

Atualmente a AMA possui um contador que presta serviços para a mesma, todos os documentos são organizados pela associação em conjunto com o contador. Segundo a associada, “tem que prestar muita atenção no que tá escrito no contrato, e tem muito presidente de associação que é semianalfabeto” (Pesquisa de Campo, entrevista, 2013). O antigo presidente da AMA tinha muita dificuldade em realizar a gestão da associação. Esta situação gerou sua saída da presidência. De acordo com as informações prestadas pela associada da AMA “[...] pessoas falavam as coisas e ele (antigo presidente) não entendia ou esquecia as coisas, então a gente tem que cuidar e guardar esses documentos, anotar tudo, o contador pra gente é muito bom, tanto com os documentos, com coisas da internet” (Pesquisa de Campo, entrevista, 2013).

Hoje há um procedimento interno da gestão da AMA de realizar as anotações de entrada e saída e depois entrega para o contador (fazer os lançamentos). Ou seja, se não for realizado tais procedimentos e cuidados com os documentos a associação não consegue prestar conta dos recursos financeiros captados. Segundo a associada, a única cooperativa que acessava o PAA era a Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá (CART), porém os mesmos não conseguiram prestar contas dos recursos. Isso caracterizou débito da cooperativa e impossibilitou o acesso novamente aos recursos. Além do acesso ao PAA e da parceria com a APACC, a AMA, também possui articulação com o governo estadual através de um projeto com o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (IDEFLOR), meio pelo qual a associação conseguiu diversas máquinas tais como: despoldadeira grande, mesa inox grande, tanque, e maquinário para retirada de mel.

## 1. CONCLUSÃO

Observa-se que o PAA possui grande possibilidade de expansão na região Norte, em particular no estado do Pará. São inúmeras as hipóteses a cerca da reduzida atuação do programa na região, entre as quais estão: a dificuldade de adequação dos empreendimentos da agricultura familiar às normas do Programa, muita vezes há descompasso entre as normas e a realidade local; dificuldade de organização dos trabalhadores rurais; burocracia distribuída pelas diversas esferas de governo; além, da possível falta de divulgação das políticas.

Apesar das limitações impostas à experiência da AMA, a associação reage e constrói novos caminhos, sendo capaz de superar os obstáculos, que são de várias ordens: burocrática; logística; financeira, técnica, assim como, dos elementos de caráter socioculturais e ambientais. Observou-se no estudo a existência de dificuldades burocrática, muitas vezes já superadas na regulamentação PAA. Contudo, persistem desinformação e orientações incorretas. Isso revela a fragilidade dos órgãos governamentais responsáveis pela operacionalização, ou de suporte complementar as políticas, ou mesmo desinteresse em apoiar a agricultura familiar. Este tipo de atitude se transforma em problemas colossais. Por exemplo, foi possível identificar por meio da pesquisa de campo que, uma das principais dificuldades das associadas envolvia a burocracia na emissão da DAP individual.

A visão institucional da CONAB-Regional, e as informações fornecidas pelas associadas da AMA apontam para a dificuldade sobre a prestação de contas dos

recursos acessados. A maior parte dos empreendimentos não consegue fazer o controle e a gestão dos recursos. Isso provoca inadimplência, conseqüentemente impossibilita o acesso ao PAA nos anos seguintes. Tal realidade caracteriza uma demanda eminente de assessoria técnica voltada para o apoio e formação continuada no âmbito do planejamento e da gestão contábil-administrativo-financeira desses empreendimentos comunitários. Em suma, urge investimento em assistência técnica rural e maior aproximação das instituições de ensino superior, por meio de ações de extensão universitária inovadora e pesquisa aplicada, com ênfase na gestão e tecnologia para o desenvolvimento econômico social.

### Referências bibliográficas

BRANDÃO, Carlos. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global/Carlos Brandão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. Lei nº 11. 326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10. 696, de 02 de julho de 2003. Programa de Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 03 jul. 2003.

GARCIA, Gleice Aleixo. **Políticas Públicas e Segurança alimentar: Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado do Pará**. 2011. 29 f. Monografia (Especialização em Segurança Alimentar e Nutricional), Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

LEWIN, Kurt. Action research and minority problems. **Journal of Social Issues**, n. 2, p. Journal of Social Issues 34-36, 1946.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Estudos avançados**. São Paulo. Vol. 15, n. 43 (set./dez. 2001), p. 83-100.

SILVA, Sandro Pereira. A Abordagem Territorial no Planejamento de Políticas Públicas e os desafios para uma nova relação entre Estado e Sociedade no Brasil. In: BAUERI, Rogério; COSTA, Marco Aurélio. **Brasil em Desenvolvimento 2013 Estado, Planejamento e Políticas Públicas**. Vol. 1. Brasília: IPEA, 2013. P. 117-146.

SIMINI, Jane; LINDOSO, Diego; DEBORTOLI, Nathan; IBIAPINA, Izabel; EIDT, Guilherme. Instituições e Políticas Públicas em Territórios da Amazônia: desafios para a capacidade adaptativa e redução de vulnerabilidades. In: **VI Encontro Nacional da Anppas**. Belém, 2012.

SOUZA, Armando Lirio de; FILIPPI, Eduardo Ernesto. O Programa Amazônia Sustentável: Novas e Velhas Estratégias de Inserção Continental. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**. Belém, v. 6, n. 11, jul./dez. 2010.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002 - AATR-BA.

TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies, Oxford**, v. 19, p. 327-344, 2003

#### Sites

IDESP, Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do estado do Pará. **Estatística Municipal**. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/estatisticaMunicipal.php>>. Acesso em 10 mai. 2013.

Projeto Mulheres do Campo. Disponível em: <<http://mulheresdocampo.blogspot.com.br/2013/01/experiencias-e-perspectivas-para-as.html>>. Acesso em 25 mai. 2013

PAAData. Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2012/resumo/pg\\_principal.php?url=geral\\_mun3](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2012/resumo/pg_principal.php?url=geral_mun3)>. Acesso em 17 jun. 2013

MDA, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa/2290574>>. Acesso em 13 abr. 2013



## GT 10 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

### SAN e o Programa Nacional de Alimentação Escolar

**Francine de Camargo Procopio<sup>1</sup>**

**Julieta Teresa Aier de Oliveira<sup>2</sup>**

**Ricardo Serra Borsatto<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Mestranda em Engenharia Agrícola/ Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri/Unicamp, francine.procopio@feagri.unicamp.br

<sup>2</sup> Doutora /Pesquisadora / Faculdade de Engenharia Agrícola- Feagri/Unicamp, julieta@feagri.unicamp.br

<sup>3</sup> Doutor / Professor Colaborador/ Faculdade de Engenharia Agrícola-Feagri/Unicamp, rsborsat@ig.com.br

#### **Resumo:**

Com implantação da Lei 11.947/2009 as Prefeituras são obrigadas a comprar os gêneros alimentícios diretamente de agricultores familiares, no mínimo de 30%, visando o abastecimento das merendas escolares municipais. A partir disso, o objetivo desse artigo é apresentar as Resoluções que regulamentam o Pnae, com suas especificidades. Para tanto, o artigo traz breve contextualização sobre o rural, após trata a SAN garantida pelas políticas e, transcorre-se sobre as Resoluções que regulamenta o Pnae.

**Palavras-chaves:** SAN; Alimentação Escolar; Agricultores familiares.

#### **Introdução**

O Estado afim de, contribuir com o acesso ao mercado pelos agricultores familiares, além garantir a segurança alimentar dentro das famílias rurais e nas famílias urbanas, que são as políticas públicas voltadas para a comercialização da agricultura familiar.

Para tanto, observa-se no Brasil que o modelo de desenvolvimento rural prevaiente na sociedade brasileira e a forma como foi implantada a modernização do campo, resultou em pobreza, que para José Graziano da Silva,

*(...) muito se tem falado e escrito sobre o “notável” desempenho do ponto de vista produtivo da nossa agropecuária nessas décadas passadas, especialmente na crise dos anos 1980. Mas pouco se fala sobre o resultado do ponto de vista social desse modelo de crescimento agroindustrial excludente, que aumentou ainda mais a concentração da renda e a proporção de pobres no campo. E*

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

*quase nada se tem escrito sobre o que fazer com os excluídos, os “barrados do baile”, os descamisados, ou os pobres do campo ou qualquer outro nome que se dê a essa verdadeira população sobrando, marginal do ponto de vista das necessidades internas de acumulação do sistema. (SILVA, J.G. da, 1995, p. 127)*

Ainda para Silva (1995, p. 133b), apesar de ter aumentado a desigualdade no campo, nos anos 1970, a pobreza diminuiu, visto que o campo expulsou sua pobreza para a cidade. Na década seguinte cresce a desigualdade na distribuição de renda, deixando o pobre ainda mais pobre. E nos anos 90, os pobres do campo, são representados por trabalhadores temporários sem vínculo empregatício e pequenos produtores não modernizados, que insistiram em não deixar o campo.

Como visto acima, a desigualdade na distribuição de renda obteve como contribuição o fator dos pequenos agricultores familiares não serem beneficiados pelo crédito rural, que sempre foi o principal instrumento de política agrícola e segundo Peraci e Bittencourt (2010, p.191):

*O crédito rural sempre foi seletivo e concentrador de renda, pois imperava no governo brasileiro a postura de que a (agricultura e os agricultores) deveriam ser beneficiados com políticas agrícolas, independentemente de seu porte, ou seja, os agricultores eram tratados da mesma forma, sem considerar suas diferenças econômicas e sociais. Com isso, os agricultores de médio e grande porte acabavam sendo os maiores beneficiados, pois detinham melhores condições para acessar os recursos do crédito rural e das políticas de garantias de preços mínimos.*

Qual resultou na expulsão dos pequenos agricultores para a cidade, devido viver em um contexto de elevada concentração de terra e mercados imperfeitos, até mesmo inexistentes, os quais ficavam muitas vezes expostos a uma competição não mediada com produtos gerados em larga escala, devido à falta de incentivo para ampliar sua produção, por não conseguir comercializar seus produtos a preços compatíveis com seus custos e em razão disso ficarem reféns de atravessadores (PERACI e BITTENCOURT, 2010).

Com a proposta de auxiliar na erradicação da pobreza e garantir a segurança alimentar dos cidadãos da área rural e urbana, em 2001, foi lançado o Programa Fome Zero pelo Instituto de Cidadania, que segundo o documento-síntese do Projeto Fome Zero (BRASIL, 2013) focaria a seguinte parcela da população brasileira:

*A maioria das famílias muito pobres brasileiras vive em pequenas e médias cidades do interior (4,3 milhões de famílias ou 20 milhões de pessoas) e nas regiões metropolitanas (2 milhões de famílias ou 9 milhões de pessoas). A pobreza atinge ainda quase 3 milhões de famílias rurais (15 milhões de pessoas).*

Tal ação ocorreu afim do Estado garantir o acesso à alimentação pela população, através de uma política permanente de segurança alimentar e nutricional. Entre o conjunto de políticas públicas concebidas pelo Programa encontra-se o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que segundo Mattei (2007, p.33) "... visa implementar ações no âmbito das políticas agrícolas e de segurança alimentar com o objetivo de fortalecer a política global de combate à fome".

Com isso, o apoio à agricultura familiar veio por intermédio de políticas públicas voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional.

Avila et al. (2013) em sua análises afirma que as experiências do PAA e posteriormente as do Pnae foram uma maneira de garantir a oferta de produtos e manter o estímulo para a produção pois passava pela constituição de acesso a mercados considerados certos e seguros.

## **Segurança alimentar e nutricional a partir do PAA e Pnae**

Como visto na seção anterior, as políticas públicas de comercialização dos gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar foi um Programa de Estado destinado a erradicar a pobreza e garantir a segurança alimentar no campo e na cidade. Sendo essas políticas o PAA e o PNAE de âmbito Federal.

Considerando que, para Andrade (2013), o Estado deve criar políticas públicas a fim de contemplar esse direito de forma plena, nas áreas urbanas e rurais, garantindo a realização o direito do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com praticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Alguns autores (DELGADO, CONCEIÇÃO E OLIVEIRA, 2005; SCHMITT, 2005) identificaram uma "dupla função" no PAA, que é, a de integrar a política agrícola relacionada à agricultura familiar e a política de segurança alimentar. É possível visualizar essa intenção no próprio *caput* da Lei. A política agrícola tratando de criar uma demanda institucional para os produtos da agricultura familiar, ou seja, garantir à comercialização, algo até então inexistente para esse segmento. A política de segurança alimentar, por sua

vez, na formação de estoques estratégicos e no atendimento aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade social, especialmente no tocante à alimentação. Podemos dizer, assim, que são aspectos inovadores, no PAA, o apoio à comercialização no âmbito da agricultura familiar e sua relação com a política de segurança alimentar.

Que segundo Andrade (2013), o PAA teve grande relevância no fortalecimento da relação produtor-consumidor, através de estoques estratégicos e, da distribuição dos alimentos aos grupos sociais em situação de risco alimentar.

Neste sentido, a partir de junho de 2009, com a promulgação da Lei 11.947, se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional. Isso porque o artigo 14 da Lei estabelece que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos Estados e municípios para a compra de alimentos para o Pnae deverão ser utilizados para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

O Pnae é uma política pública que pode considerada como promotora da SAN dos brasileiros, visto que a Lei 11.947/2009 conseguiu reunir educação, segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva de agricultores familiares. Portanto, ela promove o desenvolvimento sustentável das localidades em que está inserida.

Essas políticas, ao promoverem a conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar, por um lado, e grupos sociais em situação de vulnerabilidade, de outro, através da garantia de comercialização, contribuem para a fixação do homem no campo e para a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento rural, além de gerar renda para as famílias fornecedoras e agregação no valor dos seus produtos. De forma ampla, promovem a segurança alimentar dos atores envolvidos e combatem a pobreza rural.

## **Regulamentação do Pnae para aquisição da agricultura familiar**

Nesta seção trataremos especificamente das Resoluções regulamentadoras do Programa Nacional de Alimentação Escola, por ser uma política Institucional divergente das demais que foram implementadas no campo.

Assim, com a finalidade de regulamentar e desburocratizar o acesso de produtos advindos da agricultura familiar, o Presidente do Conselho Deliberativo do FNDE, no uso de suas atribuições legais, estabeleceu as primeiras normas para a execução técnica e administrativa do Pnae e para a

transferência de recursos financeiros da União aos municípios através de Resolução Normativa.

Para melhor entendimento desse aparato legal no conteúdo a seguir são apresentados as definições de diversos termos:

- Entidade Executora: órgão público autorizado a receber, administrar e utilizar o recurso repassado pelo FNDE, que são as Secretarias de Educação Estadual, Municipal, do Distrito Federal ou das escolas federais (BRASIL, 2009).

- Entidade Articuladora: entidades representativas da agricultura familiar, cadastrada(s) no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), Sindicato de Trabalhadores Rurais e de Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf) e entidades credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). As entidades articuladores devem assessorar e articular os agricultores familiares detentores de DAP Física<sup>1</sup> para a elaboração do Projeto de Venda (BRASIL, 2013).

- Grupos Formais: empreendedores familiares rurais constituídos em Cooperativas e Associações, que devem ter DAP Jurídica<sup>2</sup>(BRASIL, 2009).

- Grupos Informais: agricultores familiares e de empreendedores familiares não estão constituídos em Cooperativas e Associações (BRASIL, 2009). Conforme o art. 22,

§ 1º Os Grupos Informais deverão ser cadastrados junto à Entidade Executora por uma Entidade Articuladora, responsável técnica pela elaboração do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar conforme, Anexo V.(de acordo com Resolução nº 38/2009).

- Licitação:

*Licitação é o procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços. A licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual*

---

<sup>1</sup> Documento utilizado como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar as políticas públicas.

<sup>2</sup> Documento utilizado como instrumento de identificação de organizações de agricultores familiares para poderem acessar as políticas públicas.

*a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.*

*A Lei nº 8.666, de 1993, ao regulamentar o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2013)*

- Chamada pública:

*Considera-se chamada pública o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações. (BRASIL, 2013).*

Dando continuidade à apresentação das normas técnicas que regulamentaram ou regulamentam o Pnae, destaca-se que a primeira resolução publicada referente ao tema foi a Resolução/CD/FNDE nº 38/2009 (BRASIL, 2009); posteriormente veio a Resolução/CD/FNDE nº 25/2012 com a finalidade de alterar parte da redação da resolução anterior; e, por último, foi publicada a Resolução/CD/FNDE nº 26/2013, a qual revogou as resoluções anteriores.

A Resolução/CD/FNDE nº 38/2009 estabelecia que os cardápios escolares deveriam ser planejados por uma nutricionista responsável, respeitando os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada (Brasil, 2009).

Para tanto, essa nutricionista precisava priorizar os gêneros alimentícios da safra do ano de entrega, bem como a sazonalidade e as peculiaridades da produção da agricultura familiar. Assim, cabia a ela elaborar a demanda de gêneros alimentícios, com quantidade definidas, a serem adquiridos da agricultura familiar pela Secretaria de Educação do Município.

Descrita a demanda qualitativa e quantitativa de gêneros alimentícios, a mesma é encaminhada para o Setor Financeiro do município para aprovação e posteriormente, se aprovada, segue para a Secretaria de Responsabilidade Jurídica e Contratos, onde é feita a redação e publicação da Chamada Pública. A divulgação da Chamada Pública deve ocorrer em jornais de circulação local, regional, estadual ou nacional, quando houver, além de postagem em seu sítio

na internet ou na forma de mural em local público de ampla circulação (BRASIL, 2009).

No entanto, a Resolução nº 38/2009 se restringe a mencionar que o processo dispensa licitação e que a aquisição deve ocorrer por meio de Chamada Pública. Como não havia modelo de Chamada Pública destinada para esse fim, o setor Jurídico de diversos municípios adequou o Edital Licitatório de Concorrência, que segundo a Lei nº 8.666 regulamenta e institui normas para licitações e contratos. Em seu art. 40 especifica o que deve conter o preâmbulo do edital como: o número de ordem; o nome da repartição interessada e seu setor; modalidade; regime de execução; tipo da licitação, do local; dia e hora para recebimento da documentação e proposta, para que se possa iniciar a abertura dos envelopes. Além disso, no corpo da proposta deve constar obrigatoriamente os seguintes itens:

- demanda de gêneros alimentícios;
- valor total da Chamada Pública;
- quais e quantos seriam os pontos de entrega;
- tabela de valores ou o procedimento necessário para formulação do preço dos produtos;
- a que grupo se destina, se seria a grupos formais ou grupos formais e informais de agricultores familiares;
- lista de documentos necessários para a participação,
- qual a qualidade dos produtos a serem adquiridos;
- data de abertura dos envelopes com as propostas de vendas e com os documentos;
- data e procedimento para amostragem dos produtos, para ver se atende a qualidade citada na Chamada;
- modelo do projeto de venda;
- considerações que deveriam ser levado em conta na abertura dos envelopes para definir a entidade que entregaria os produtos; e
- modelo do contrato de prestação de serviços (BRASIL, 2013).

Para os agricultores familiares participarem da Chamada Pública, a Resolução nº 38/2009 também tinha estabelecido normas, como:

- Delimitação que a aquisição de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ano deveria ser feita por Grupos Formais e Informais e quando acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) deveria ser feita diretamente por Grupos Formais;

- Determinação de como deveriam ser calculados os Preços de Referência quando na localidade não houvesse definição de preço do PAA, pautada nos seguintes critérios, ver Figura 1:

I. Quando a Chamada Pública for de até R\$100.000,00 por ano:

- a. média dos preços pagos aos agricultores familiares por três mercados varejistas, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar, se houver; ou
- b. preços vigentes de venda para o varejo em pesquisa local ou regional.

II. Quando a Chamada Pública for igual ou superior a R\$ 100.000,00 por ano:

- a. média dos preços praticados no mercado atacadista nos doze últimos meses, utilizando a fonte de informações de instituição oficial de reconhecida capacidade; ou
- b. preços apurados nas licitações de compras de alimentos realizadas no âmbito da entidade executora em suas respectivas jurisdições, desde que em vigor; ou
- c. preços vigentes, apurados em orçamento, junto a, no mínimo, três mercados atacadistas locais ou regionais;

- Limitação de R\$9.000,00 por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) no ano.

Figura 1. Critérios para seleção de preço.

Grupos	Preços de Referência	Valor por produtor	Entrega
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Até R\$ 100.000,00, grupos formais e informais</li> <li>•Acima de R\$ 100.000,00 grupos formais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Até R\$ 100.000,00</li> <li>•Média local dos valores pagos aos agricultores;</li> <li>•Preços vigentes</li>   <li>•Igual ou acima de R\$ 100.000,00</li> <li>•Média de preços dos últimos 12 meses, ou</li> <li>•Preços apurados em licitações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Até R\$ 9.000,00/DAP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Entrega ponto a ponto</li> <li>•Entrega em um único ponto</li> <li>•Quem irá pagar o frete</li> </ul>

Fonte: Autor

Apesar destas normas, a Resolução nº 38/2009 não definia o que é uma Chamada Pública, que segundo Becker, et al. (2013), o que inicialmente se configurava em um ambiente profícuo para interlocução e de fomento às



parcerias entre distintos segmentos parece que se converte num campo de disputa de mercados. Essa citação surge do estudo de caso realizado no município de Pelotas- RS, sendo reafirmado que a prática concorrencial se dava tanto por parte das cooperativas de maior porte para com as de menor envergadura, quanto entre os próprios pequenos empreendimentos.

Becker, et al (2013), ainda afirmam que existe uma tendência à aquisição de gêneros alimentícios de empresas cooperativas de médio e grande portes, que vêm sendo favorecidas por uma modalidade de mercado que deveria primar por uma outra lógica de funcionamento.

Por outro lado, tem-se o exemplo do município de Pedro Canário- ES no qual, segundo Aoki et al (2013), foi implantado uma estratégia interinstitucional envolvendo os agricultores familiares, agentes de desenvolvimento rural e gestores públicos, aliada a articulações com instituições públicas e da sociedade civil, culminando com 39 famílias de agricultores familiares entregando para o Pnae, e também, em uma comissão de apoio ao Pnae composta por representantes das Secretarias Municipais de Agricultura, Educação, Saúde e Finanças, de seus setores da Alimentação Escolar, Licitação, Compras e Vigilância Sanitária, do Conselho de Alimentação Escolar e do Incaper (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural) local.

Também, pode se identificar a partir da pesquisa de Flores et al. (2013), que as escolas estaduais do município de Araraquara/SP, recebiam alimentos pré-prontos como: enlatados de almondegas, hambúrgueres, feijão. Embora a Gerência de Nutrição não tenha opinião contrária aos alimentos pré-prontos, esses mesmo alimentos oferecidos na escola divergem dos princípios que rezam o Pnae sobre o respeito aos costumes, produção local e alimentos frescos, considerando a diversidade agrícola da região.

Mesmo com os alimentos pré-prontos e com baixa aderência a merenda escolar, Flores et al. (2013) cita que, os 20% que esporadicamente se alimentam apresentaram mudanças de hábitos alimentares, como aumento na ingestão de frutas, verduras e legumes. Sendo que a mudança nos hábitos alimentares, um dos pilares das políticas de Segurança Alimentar.

Em 16 de julho de 2012 o FNDE, publica a Resolução nº 25 que altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução nº 38 de julho de 2009 (BRASIL, 2013).

Referente ao artigo 21 foi acrescentado que além dos meios de divulgação da Chamada Pública, já citados anteriormente, também era necessário divulgar em rádios locais e no sítio eletrônico da Rede Brasil Rural.

Já o artigo 24 amplia o valor do limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para alimentação escolar que amplia o valor máximo para R\$20.000,00 por DAP/ano.

As duas Resoluções citadas são revogadas a partir da publicação da Resolução/CD/FNDE nº26/2013, a qual passa a definir novas normas para a execução do Pnae (BRASIL, 2013), em 26 de Julho de 2013.

Nessa nova Resolução, que se encontra em vigência, é possível identificar mudanças significativas como a definição do termo Chamada Pública:

*Considera-se chamada pública o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações. (BRASIL, 2013).*

Também modifica o fator limitante da participação de Grupos Informais e Formais, passando a ser considerado o valor total repassado pelo FNDE para a execução do Pnae, qual deverá ser superior a R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) por ano - para aceitação apenas de proposta de organizações com DAP Jurídica. Isso significa que municípios que têm repasse até R\$ 700.000,00/ano pode aceitar proposta de Grupos Informais e de Grupos Formais. Assim, agricultores familiares que não participam de Cooperativas e Associações podem realizar propostas de venda por meio da Entidade Articuladora do município, abrangendo maior quantidade de agricultores de uma mesma localidade.

Quantos aos preços, a Resolução nº26/2013 cita que deverá considerar todos os insumos exigidos na Chamada Pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto (BRASIL, 2013).

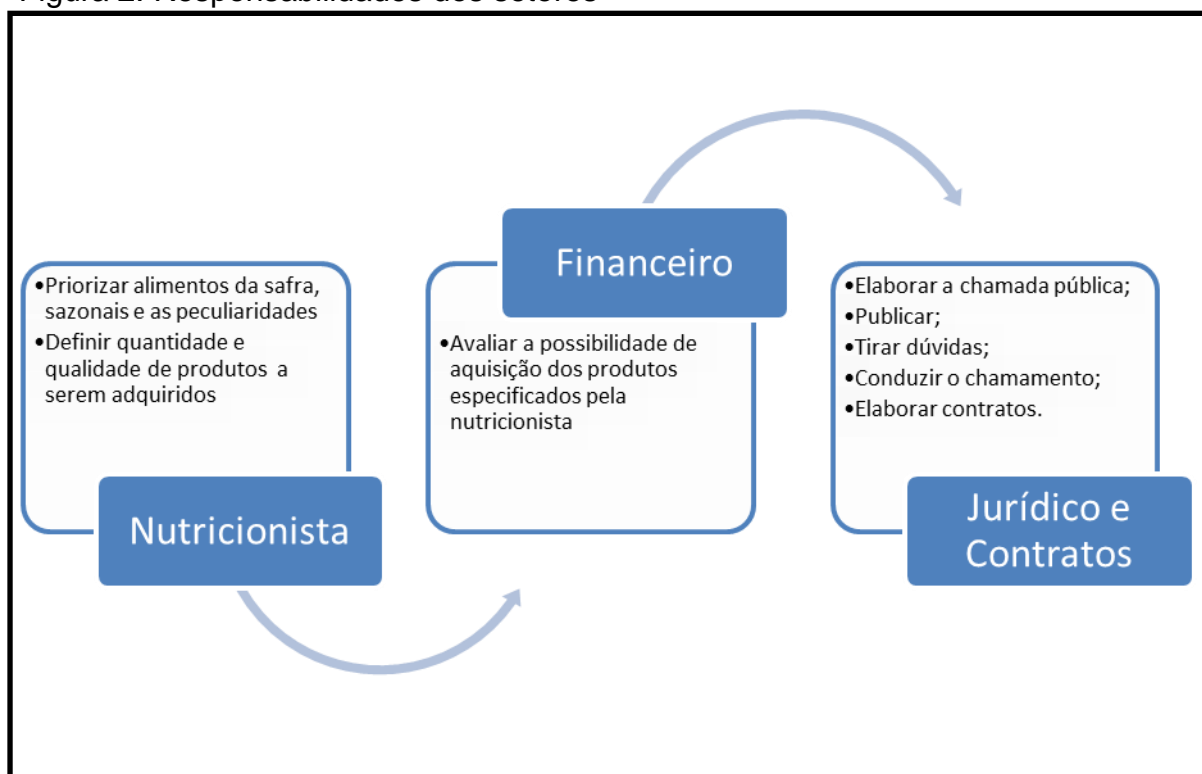
Apresenta também que a prioridade para escolha das propostas, deve seguir a seguinte ordem de desempate:

- I – os fornecedores locais do município;
- II – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas;
- III – os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;
- IV – os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores

familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais; e  
V – organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

A Figura 2 apresenta o percurso do recurso enviado pelo Fnde para os municípios até a aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar. Com essa figura é possível compreender diversas etapas e quais os setores públicos responsáveis por elas.

Figura 2. Responsabilidades dos setores



Fonte: Autor

Atualmente, o valor repassado da União para as Entidades Executoras por dia letivo/aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino (BRASIL, 2013), sendo:

- Creches: R\$ 1,00
- Pré-escola: R\$ 0,50
- Escolas Indígenas e Quilombolas: R\$ 0,60

- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30
- Ensino integral: R\$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50.

Para definição o valor que será repassado diretamente aos estados e municípios considera-se o número de alunos auferido pelo Censo Escolar realizado no ano anterior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, o Pnae integra uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, e é fundamental que suas premissas sejam originalmente respeitadas: a federação deveria criar incentivos fiscais que estimulasse agricultores no cultivo de alimentos produzidos social e ecologicamente corretos, onde, as escolas seriam o final da cadeia.

Sendo necessário assumir as responsabilidades que existem por trás do prato de comida oferecido na merenda escolar, que vão além dos demonstrados na escola. Responsabilidades sociais com o meio ambiente, inclusão de pequenos agricultores, promoção dos hábitos alimentares mais saudáveis, suporte nutricional diário aos beneficiários e o respeito à cultura alimentar local.

Para que o Pnae alcance sua eficiência é necessário haver maior conhecimento teórico, social e prático por parte dos implementadores, dos gestores, dos executores e dos beneficiários do programa. Qual resulta em desafios a serem inseridos na agenda de política de desenvolvimento local e regional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, F.R.P. de M **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos Assentamentos Rurais de Araras/SP**. 2013. 116 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

AOKI, P., FONTES, L., AMORIM, B., SALAGADO, J. S. A organização da agricultura familiar e a política governamental do Programa Nacional de Alimentação Escolar: o caso de Pedro Canário, Espírito Santo. **Cadernos de Agroecologia**, v.8, nº 2 – 2013.

AVILA, M.L., CALDAS, E.L., AVILA, S.R. Coordenação e efeitos sinérgicos em políticas públicas no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: **PAA, 10 anos de aquisição de alimentos** - Brasília: MDS, 2013.

BECKER, C., ALTEMBURG, S.N., SILVA, F.N. da, DAL MOLIN, L. H., ANJOS, F.S. dos, Mercados institucionais: promovendo a construção de parcerias ou estimulando a concorrência na agricultura familiar? **Cadernos de Agroecologia**, v.8, nº 2 – 2013.

BRASIL. **Alimentação Escolar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 17 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 11.947, de Junho de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Companhia Nacional de Abastecimento**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2013.

DELGADO, G.C. *et al.* **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar**. Texto para discussão 1145. Brasília: Ipea, 2005.

FLORES, T. M. C., ALMEIDA, L. M. M. de C, FERRANTE, V. L. S. B., Programa nacional de alimentação escolar no município de Araraquara-SP. **Anais 51º Congresso SOBER**, 2013.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. **Cadernos do CEAM** (UnB), v. 07, p. 33-44, 2007.

PERACI, A. S., BITTENCOURT, G. A. Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: **Fome Zero: A experiência brasileira**. GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. de (orgs.); – Brasília : MDA, 2010.

SILVA, J. G. da Urbanização e pobreza do campo. In: **Agropecuária, situação atual e perspectivas**. RAMOS, P.; REYDON, B. P. (orgs.); - Campinas, Abra, 1995, p. 127 à 133.

## GT 10 - Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

### Segurança Alimentar no Território Araguaia-Xingu: Proposta de Pesquisa.

Oséias dos Santos<sup>1</sup>  
Aline de Arruda Benevides<sup>2</sup>  
Noeli Barbosa de Paula<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Mestre /Professor/ IFMT-Campus Confresa, [oseiasdossantos@yahoo.com.br](mailto:oseiasdossantos@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Mestre /Professora/IFMT-Campus Confresa, [aline.benevides@cfs.ifmt.edu.br](mailto:aline.benevides@cfs.ifmt.edu.br)

<sup>3</sup> Graduanda / Ciência Sociais / Unemat Polo Confresa, [noelidepaula@yahoo.com.br](mailto:noelidepaula@yahoo.com.br)

#### Resumo:

Há um paradoxo no meio rural, onde agricultores familiares que são responsáveis por abastecer as mesas dos brasileiros, são assombrados com o fantasma do desabastecimento alimentar. É uma questão de equidade a segurança alimentar. Este estudo é um proposta de pesquisa documental e de campo sobre segurança alimentar no meio rural, com o objetivo de promover o debate de políticas públicas direcionadas a Segurança Alimentar no Território da Cidadania Araguaia Xingu.

**Palavras-chaves:** Assentamento; agricultura; alimentos

## SEGURANÇA ALIMENTAR NO TERRITÓRIO ARAGUAIA- XINGU: PROPOSTA DE PESQUISA.

### 1 - INTRODUÇÃO

A competitividade do setor agrícola brasileiro é inquestionável, apesar de ser um sistema produtivo ambientalmente insustentável; além de ser orquestrado por políticas que favorecem empresários rurais e marginalizam agricultores familiares, que vivem na linha tênue da insustentabilidade alimentar e nutricional (BRASIL, 2004). Realidade esta que está incrustada em parte da população rural (clientes da reforma agrária) do Território da Cidadania Araguaia-Xingu, que localiza-se no Nordeste do Estado de Mato Grosso, abrangendo quinze municípios, tendo como limites naturais o rio Xingu à Oeste e o rio Araguaia à leste.

No Território Araguaia-Xingu concentra o maior número de famílias beneficiadas com a Reforma Agrária no País; somente no município de Confresa são mais de 5.000 famílias assentadas. A população total do território é de 125.127 habitantes, dos quais 51.355 vivem na área rural, o que corresponde a 41,04% do total.

A vegetação de transição dos biomas Cerrado e Floresta Amazônica, que outrora ocupava 116.040,30 Km<sup>2</sup> do Território, está sendo substituída por pastagens, monocultivos e pequenas áreas destinadas a agricultura de subsistência. (BRASIL, 2005). No Território a Reforma Agrária não é sinônimo de equidade alimentar; visto que muitas pessoas vivem aquém das suas necessidades nutricionais (GABIN, SILVA, 2006).

No Território Araguaia-Xingu os recursos financeiros liberados via PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), não resultou em melhoria de qualidade social; permanecendo a deficiência nutricional da população no campo.

Em 2003, o Presidente Lula reacendeu no cenário político a discussão sobre segurança alimentar e nutricional, com o Programa Fome Zero, que na sua gênese mostrava a necessidade de construir ações governamentais para garantir a alimentação saudável a toda população, principalmente no campo.

A solução da problemática segurança alimentar, a partir da lógica da terra não é tão simples, também não é fácil de admitir que no meio rural há pessoas que não se alimentam adequadamente. Então! como justificar que pessoas passam fome no campo? Em busca de um entendimento a interrogação, levanta-se as hipóteses:

**Hipótese I:** A falta de infraestrutura (ponte, estrada, etc..) e de políticas públicas eficazes afetam diretamente a segurança alimentar no Território da Cidadania Araguaia-Xingu.

**Hipótese II:** As associações foram organizadas para acessar recursos públicos, mas a ausência de assistência técnica, não converteram esses recursos em cadeias produtivas agrícolas, tendo como consequência a insegurança alimentar.

A teorização destas hipóteses que estar entorno da soberania alimentar no campo, justifica-se um estudo com o objetivo de *promover o debate de políticas públicas direcionadas a Segurança Alimentar no Território da Cidadania Araguaia Xingu*.

## **2 - JORNADA METODOLÓGICA.**

Para alcançar o objetivo proposto neste estudo, torna-se necessário utilizar dois recursos: pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Quanto a pesquisa documental poderão ser analisados literaturas textos, relatórios de pesquisa, documentos oficiais sobre políticas pública brasileiras de Segurança Alimentar e Nutricional, que poderá mapear, identificar e resgatar o cerne dos movimentos que deram origens as políticas públicas. Neste tipo de pesquisa, evidenciar as ideias de atores permitirá aprofundar e qualificar as entrevistas semiestruturadas.

A análise das informações via documento pode possibilitar o mapeamento de políticas públicas implantada ou não dentro do Território. Por exemplo, o desempenho do PRONAF para a promoção da sustentabilidade do agricultor familiar no Campo. *“Este recurso metodológico tem sua importância relacionada ao fato de que alguns instrumentos de políticas públicas têm dificuldade de ‘sair do papel’ ou, quando operados, distanciam-se dos objetivos originais ou do referencial institucionalizado”* (GRISA, 2012, p.27).

## **3 - REVISÃO DA LITERATURA.**

No século passado após as guerras mundiais, a questão alimentar assumiu posição estratégica de soberania nacional, como arma para controlar adversários por meio do fornecimento de alimentos. Esta concepção durou até a Primeira Conferência de Segurança Alimentar, promovida pela a FAO em 1974; quando os estoques de alimentos de muitos países estavam ameaçados com a quebra de safras (FRIEDMANN, 2000).

Com o propósito de aumentar a produção mundial de alimentos, na Conferência, simpatizantes da Revolução Verde defendia a ampliação do uso de pacotes tecnológicos para dinamizar a produção das safras e conseqüentemente garantir o direito das pessoas ao acesso ao alimento. Direito este, que também foi abordado na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, onde mais de 180 nações comprometeram em diminuir pela metade o índice de pessoas subnutridas no mundo, até o ano de 2015 (MALUF, 2000).

Dois documentos foram confeccionados nesta cúpula: a declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial e o documento complementar Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação; ambos os documentos listavam ações que deveriam ser realizadas pelas nações. Esses compromissos foram renovados em 2002, com a confecção do documento final da Cúpula Mundial de Alimentação (BELIK, 2003).



Da Conferência e a da Cúpula Mundial da Alimentação saíram acordos internacionais de reconhecimento ao direito da alimentação e à proteção contra a fome. “O artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas estabelece claramente a segurança alimentar entre os direitos humanos fundamentais. Contudo, ainda não se dispõe de mecanismos que o tornem efetivo” (MALUF, 2000, p.4). Apesar da consagração do direito humano à alimentação e dos avanços tecnológicos na produção de grãos, ainda existem cerca de 816 milhões de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar (BELIK, SILVA, TAKAGI, 2001).

A Fome e a desnutrição nutricional são flagelos reais que adentraram no Século XXI; e faz-se presente em todos os continentes, onde há a desigualdade social, conflitos e bolsões de misérias. Para refletir a questão alimentar, a literatura apresenta a unidade de reflexões que a Segurança Alimentar e Nutricional tem a missão de garantir que todas as pessoas tem acesso permanente a alimentação com qualidade e em quantidade suficiente, respeitando a cultura alimentar de cada povo (BELIK, SILVA, TAKAGI, 2001; BRASIL, 2004).

Segundo Frei Beto, “Ter segurança alimentar significa garantir que todas as famílias tenham condições de se alimentar dignamente com regularidade, quantidade e qualidade necessárias à manutenção de sua saúde física e mental” (BRASIL, 2004).

As inovações tecnológicas aplicadas no cultivo de grãos (soja, milho) e na produção de carnes (aves, bovinos, suínos) fez da economia brasileira uma das maiores exportadoras de alimentos do mundo. Apesar desta realidade, o acesso a alimentação é um problema para milhões de brasileiros.

No Brasil, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional adquiriu ampla visibilidade apenas na década de 90, quando seus objetivos centrais ampliaram não apenas à questão do suprimento das necessidades alimentares da população e auto-suficiência nacional na produção agroalimentar, mas diante da incorporação de outros aspectos relativos ao acesso aos alimentos, carências nutricionais e qualidade dos alimentos (HIRAÍ, ANJOS, 2007).

A introdução dessas dimensões fez com que seus objetivos se estendessem, de forma que hoje se vê como “um direito para todas as pessoas o acesso regular e permanente de alimentos em quantidade e qualidade suficiente, sem comprometer a atenção a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentável” (IBGE, 2006, p.22).

Em 2003, a Segurança Alimentar e Nutricional atinge novos patamares no País, com a divulgação do Programa Fome Zero, que consistia em ações por meios de políticas pública e do setor privado que levasse a erradicação da fome e subnutrição no Brasil. Promovendo o acesso de todos brasileiros a uma alimentação digna, com regularidade, com qualidade e quantidade.

Em 24 de fevereiro de 2012, no lançamento do Programa, o recém-empossado Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apresenta em seu discurso a essência almejada para o Brasil concernente a Segurança Alimentar.

“Vamos criar as condições para que todas as pessoas no nosso país possam comer decentemente três vezes ao dia, todos os dias, sem precisar de doações de ninguém. O Brasil não pode mais continuar convivendo com tanta desigualdade. Precisamos Vencer a fome, a miséria e a exclusão social. Nossa guerra não para matar ninguém – é para salvar vidas.” (Lula, 24/02/03).

Segundo Frei Beto e José Graziano da Silva, o País possui três bolsões de pobreza, onde a necessidade de política pública de Segurança Alimentar e Nutricional: as regiões metropolitanas, Áreas urbanas de pequenas e médias cidades, e áreas rurais. Bolsões que se apresentam nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2004, onde 65,2% de aproximadamente 52 milhões de domicílios particulares brasileiros, estimados para 2004, residiam pessoas em situação de (In) Segurança Alimentar. Também foi apontado que no meio rural brasileiro há maior prevalência domiciliar de insegurança alimentar grave ou moderada, sendo que cerca de 9,5 milhões de moradores rurais convivem com restrição quantitativa de alimentos e 3,4 milhões convivem com a experiência da fome (BRASIL, 2004).

Alguns estudos realizados recentemente identificaram razões que contribuem para produzir esse cenário, os quais repercutem até os dias atuais. Nesse contexto, percebe-se que a fome não é tanto uma consequência de uma produção alimentar insuficiente, mas sim da marginalização econômica de certas populações (CHONCHOL, 2005).

A construção participativa de uma política de Segurança Alimentar e nutricional envolvia a participação ativa da sociedade na formulação. Uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional é um conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde. Deve ser sustentável, ou seja, desenvolver-se articulando condições que permitam sua manutenção a longo prazo (CUNHA, LEMOS, NABUCO, PESSOA, 2000).

A definição de políticas públicas é uma questão que já envolveu diversos autores, e cuja a definição, continua sendo foco de vários debates (GRISA, 2012). De forma genérica, políticas públicas são ações do governo em prol da decisão em fazer ou não, em um espaço geográfico (MULLER, SUREL, 2004).

“A elaboração de uma política pública envolve mais que um conjunto de decisões; ela envolve atores sociais (homens políticos, funcionários de todos os níveis, grupos de interesses etc.) que constroem uma ordem local” (GRISA, 2012, p.31). As políticas públicas são construídas pelas crenças comuns de um conjunto de atores (públicos e privados), as quais

definem a maneira como esses atores percebem e interpretam os problemas públicos e concebem respostas aos mesmos (SUREL, 2000).

A elaboração de uma política pública é, ao mesmo tempo, um processo de construção de uma nova forma de ação pública e um processo em que o ato coletivo (ou individual) trabalha sobre sua identidade social e profissional (MULLER, SUREL, 2004).

Dentre as políticas previstas para fortalecer a Segurança Alimentar, estavam políticas estruturais como geração de emprego e renda, incentivo à agricultura familiar e reforma agrária. As políticas estruturais podem modificar as bases sociais e culturais das populações consideradas em situação de risco nutricional. Mediante o desenvolvimento de mecanismos que permitam o acesso a ativos de produção e educação, torna-se possível garantir a melhoria de renda, em bases permanentes, para as populações excluídas (BELIK, 2003).

A abordagem nacional da Segurança Alimentar e Nutricional culminou na promulgação da Lei LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Agora oficialmente, conforme o Artigo 2º, a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Políticas públicas de apoio a reforma agrária e agricultura familiar são ingredientes essenciais na promoção do direito universal ao acesso ao alimento. Assim, nas décadas de 1960 e 1970, o Estado brasileiro adotou um ‘pacote’ de instrumentos tradicionais de política agrícola (crédito rural, seguro, garantia de preço, assistência técnica e pesquisa) visando modernizar a agricultura, para que esta pudesse cumprir as suas funções no desenvolvimento econômico do país. Na década de 1970, também foi elaborado um conjunto de ‘Programas Especiais’, dentre os quais alguns procuravam contemplar especificamente a denominada ‘pequena produção’ ou ‘produção de baixa renda’ (GASIA, 2012, p.69).

Há um paradoxo no campo, entre os agricultores familiares que produzem alimentos, que não conseguem se alimentar dignamente, quando se trata da produção precária de subsistência e a falta de renda para essa população. A geração de emprego seria uma das alternativas para promover a estabilidade alimentar no campo (NABUCO, PORTO, 2000).

Segundo pensadores da questão alimentar (BELIK, MALUF, 2000), a solução para aumento da produção passaria pelo o viés de um Plano Nacional da Reforma Agrária, conforme pretendia o Governo até o final de 2006, assentar 530 famílias. Porém o acesso a terra não é a garantia de sucesso na melhoria de qualidade de vida das famílias assentadas. O sucesso da

Reforma Agrária está vinculado com a infraestrutura do assentamento e o acesso ao crédito justo (BRASIL,2004).

Perante esta questão, o Governo Lula lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar 2004-2005, que atenderia cerca de 1,8 milhão de famílias em todas as regiões do país, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o financiamento da Safrinha. O Programa é um componente importante ao permitir a obtenção de crédito sem necessidade de conta corrente, bastando a apresentação de um projeto, e pelas condições especiais de pagamento. Embora a proposta seja o acesso ao crédito com juros baixos, muitos clientes da reforma agrária são excluídos do Programa por causa da inadimplência (MALUF, 2000).

O acesso ao alimento vai além das formas sociais sob as quais os alimentos são produzidos e ofertados – tipo de exploração agrícola, grau de concentração econômica do processamento agroindustrial e da distribuição comercial, padrões de concorrência nos mercados de alimentos, etc. – também determinam as condições de acesso a eles, e isto por dois motivos. O primeiro porque estruturas concentradas conferem poder de mercado a poucos agentes econômicos, como são as grandes corporações agroalimentares e as redes de supermercados (DELGADO, 2000).

O acesso à terra é reconhecido como um condicionante para produção agropecuária do agricultor e de sua família em condições de promoção da equidade social. Esse fato persiste num contexto em que a renda familiar dos agricultores depende, em grau crescente, da agregação de valor aos produtos que cultivam e de atividades ou fontes de renda não-agrícolas.

Os problemas relativos ao mercado começam, na verdade, nas decisões dos produtores quanto à natureza dos produtos que cultivarão e o acesso a assistência técnica (GREEN, SCHALLER, 2000).

#### **4 - Discussão.**

Analisando a partir deste contexto, há um paradoxo no meio rural, onde agricultores familiares que são responsáveis por abastecer as mesas dos brasileiros, são assombrados com o fantasma do desabastecimento alimentar. É uma questão de equidade a segurança alimentar, apesar da ausência dos governantes na regiões delimitadas por eles próprios como bolsões de pobreza em áreas rurais.

É imprescindível que haja ações públicas que assegure ao homem do campo o direito universal a segurança alimentar. De acordo com o Artigo 2º da Lei Nº 11.346, de 15 de setembro 2006, Segurança Alimentar é:[...] *a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que*

*se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.*

Para alguns autores a solução do abastecimento alimentar no campo passa pela Reforma Agrária. Porém verificando um cenário dicotômico: Segurança Alimentar e Reforma Agrária, nasce as questões: *no meio rural, ter acesso à terra é sinônimo de equidade alimentar? A consequência do crédito ao agricultor familiar provoca a transição da produção de subsistência para a produção comercial? E as políticas pública de Segurança Alimentar atende o campo?* Enfim, repostas a estas questões são construídas nos alicerces de reflexões e ações democráticas que visam a integridade nutricional das pessoas que vivem as margens da miséria.

As associações de pequenos produtores, estão presente nos Assentamentos, no entanto a maioria não estão organizadas para aumentar a produção agrícola e consequentemente formentar o agronegócio na região. As associações foram criadas apartir da determinação do INCRA, com o proposito de ser a ponte para o pequeno agricultor acessar crédito da PRONERA, PRONAF...; sendo prejudicial para o desenvolvimento sutentável local, porque o simples acesso ao crédito promove o individualismo, que não atende ao interesse coletivo.

O proposito das associações de granjearem recursos financeiros, intefere diretamente no abastecimento de hortifrutigranjeiro no Território Araguaia-Xingu, que atualmente é abastecido pelos estados circuvizinhos, Goiás, Pará e Tocantins (GABIN, SILVA, 2006). A ausência de organização na produção de alimentos nos municípios, segundo produtores, justifica-se pela ausência de infraestrutura (estrada, pontes, etc...) e assistência técnica no meio rural.

#### **4 - Considerações finais.**

A realização de um pesquisa abordando a questão de políticas publica deve considerar:

- 1) A relação produção, abastecimento, comercialização e oferta de alimento ao agricultor familiar, através de políticas pública.
- 2) Investigar o uso do crédito do PRONAF e a assistência técnica na organização de cadeias produtivas agropecuária.
- 3) Analisar evidências que a políticas públicas onde o cerne é a Reforma Agrária, é insuficiente para promover a Segurança Alimentar.

#### **5 - Referências.**

Belik, Walter; Maluf, Renato (2000). **Abastecimento e Segurança Alimentar** – Os limites da liberação. Campinas: Unicamp.

Belik, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya (2001). **Políticas de Combate Fome**. São Paulo: Perspectiva. v. 15. n. 4, p. 119-129.

- Belik, Walter (2003). **Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome**. São Paulo: Ethos.
- Betto, Frei (2003). **A fome como questão política**. São Paulo: Estudos avançados.
- BRASIL (2004). **Política de Segurança Alimentar para o Brasil**. Brasília.
- BRASIL (2006). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. *Segurança Alimentar: 2004. Coordenação de Trabalho e Rendimento*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Chonchol, Jaques (2005). **A soberania alimentar**. São Paulo: Estudos avançados.
- Cunha, Altivo; Lemos, Mauro; Nabuco, Maria; Pessoa, Maria (2000). **Políticas locais de acesso alimentar: entre a regulação e as políticas compensatórias**. Campinas: Unicamp.
- Delgado, Guilherme (2000). **Cesta básica: o que há de novo na regulação dos mercados agrícolas**. Campinas: Unicamp.
- Friedmann, Harriet (2000). **Uma economia mundial de alimentos sustentável**. Campinas: Unicamp.
- Gabin, Vitor; Silva, Medson (2006). **Plano Territorial de desenvolvimento rural sustentável – Território Baixo Araguaia**. Brasília: MDA.
- Green, Raúl; Schaller, Bernard (2000). **Logística e racionalização comercial na área dos produtos alimentares frescos**. Campinas: Unicamp.
- Grisa, Catia (2012). **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – UFRRJ.
- Hirai, Wanda; Anjos, Flávio (2007). **Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil**. Porto Alegre: Texto e contexto v. 6 n. 2 p. 335-353.
- Maluf, Renato (2000). **O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar**. Campinas: Unicamp.
- Muller, Pierre; Surel, Yves (2004). **A análise de políticas públicas**. Pelotas: Educat.
- Nabuco, Maria; Porto, Sílvio (2000). **Como planejar e executar o abastecimento alimentar municipal**. Campinas: Unicamp.
- Surel, Yves (2000). **L'intégration européenne vue par l'approche cognitive et normative des politiques publiques**. Revue française de science politique, v.50, n.2, p. 235-254.

## GT (10) – (Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural)

**TRANSFORMAÇÕES NO MODELO FRANCÊS DE AGRICULTURA FAMILIAR:  
lições para o caso brasileiro?**Ademir Antonio Cazella<sup>1</sup>Yannick Sencébé<sup>2</sup>Jacques Rémy<sup>3</sup>**Resumo**

O artigo demonstra, inicialmente, que os principais autores nacionais que influenciaram a discussão teórica sobre agricultura familiar apresentam uma forte filiação à sociologia rural francesa. Em seguida analisa o aparato público adotado na França para promover o modelo de agricultura familiar no pós-segunda guerra mundial. Por fim, discute a tendência das políticas públicas brasileiras de adotar uma orientação semelhante, o que significa excluir a maior parte das unidades agrícolas familiares.

**Palavras chave:** Agricultura Familiar; Políticas Públicas; Exclusão Social

---

<sup>1</sup>Doutor em Desenvolvimento Rural; Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina; ademir.cazella@ufsc.br

<sup>2</sup>Doutora em Sociologia; professora do *Institut National Supérieur des Sciences Agronomiques, de l'Alimentation et de l'Environnement* (Agrosup Dijon); yannick.sencebe@dijon.inra.fr

<sup>3</sup>Doutor em Sociologia; pesquisador do *Institut National de Recherche Agronomique* (INRA); jacquesremy@numericable.fr

## 1 Introdução

A sociologia rural francesa e, por consequência, o modelo de desenvolvimento rural adotado na França subsidiaram o debate e a formulação recente de políticas públicas no Brasil, em particular, de apoio à agricultura familiar. Por sua vez, o aparato público brasileiro voltado à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural, construído ao longo das duas últimas décadas, está servindo de referência para vários outros países latino-americanos e africanos. A reflexão acerca das principais orientações teóricas que auxiliaram a construção desse aparato é o propósito da primeira parte deste artigo. Na sequência analisa-se a trajetória histórica na França desde o pós-guerra voltado à promoção do modelo de agricultura familiar de porte médio para, então, discutir as principais transformações recentes sofridas por esse modelo. Por fim retoma-se o caso brasileiro com o propósito de questionar se ainda é possível se diferenciar no cenário internacional de forma a assegurar uma maior densidade de unidades produtivas de base familiar no meio rural. Essa reflexão tem como pano de fundo o fato da ampla maioria do universo agrícola familiar brasileiro ser composta por famílias que vivem abaixo ou muito próximas da linha de pobreza.

## 2 A Influência do modelo Francês de agricultura familiar no debate recente no Brasil

Sem ter a pretensão de ser exaustivo nesta demonstração citamos alguns autores e respectivas obras, que marcaram o debate brasileiro referente ao tema da agricultura familiar. Nos anos 1970, os estudos pioneiros de Maria Isaura Pereira de Queiroz, em especial o seu livro - O Campesinato Brasileiro -, influenciaram toda uma geração de sociólogos rurais. Sua tese de doutorado foi defendida em 1956 junto à *École Pratique des Hautes Études* e coincide com o período de efervescência da sociologia rural francesa, fortemente associada ao processo de modernização da agricultura, em curso naquele país desde o pós-guerra. No Brasil, o processo de modernização da agricultura levada a cabo pelos governos militares, a partir de 1964, passou ao largo das reflexões acadêmicas da nascente disciplina brasileira de sociologia rural da qual Queiroz foi uma das precursoras.

A tese de Moacir Palmeira – *Latifundium et capitalismo: lecture critique d'un débat*- defendida em 1971 na *Université René Descartes*, embora nunca tenha sido traduzida no Brasil, foi determinante para a constituição de um grupo de pesquisa no Museu Nacional do Rio de Janeiro orientado para a realização de investigações empíricas de cunho antropológico no meio rural, em especial, nordestino. Sua tese marca uma ruptura com os ensaios da época *muito mais informados por uma perspectiva ideológica do que propriamente científica, pois cada interrogação examinada não vem acompanhada das evidências empíricas que fundamentam a resposta adotada e sim de afirmações que visam defender a todo custo uma determinada estratégia política* (GARCIA Jr. e GRZYNSZPAN, 1999, p. 319). O professor Palmeira participou do processo de formulação e debate do I Plano de Reforma Agrária da Nova República, tendo sido nomeado em meados de 1985 diretor de Recursos Fundiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cargo que ocupou até julho de 1986. A indicação para esse cargo é decorrente das suas atividades de assessoria à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), principal organização sindical brasileira ligada à agricultura familiar.

Mas foi somente no início dos anos 1990 que estudos sobre o desenvolvimento rural auxiliaram na formulação de políticas públicas no Brasil descoladas dos ideais modernizador e agroexportador. A tese de Ricardo Abramovay – *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* –, publicada em livro em 1992, tem forte inspiração na literatura francesa que analisa as mudanças sofridas pelas sociedades camponesas e a estruturação, via políticas públicas, de uma agricultura familiar integrada a mercados competitivos. Nesse estudo, a agricultura



familiar moderna é apresentada como o modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelos principais países da Europa Ocidental, onde a força de trabalho familiar é largamente predominante em relação ao trabalho assalariado. O autor enfatiza, também, as limitações da noção de *pequena produção* vigente, até então, no Brasil que, segundo ele, não dá conta das situações de agricultores familiares integrados em mercados competitivos e cujas produções não podem ser rotuladas como *pequenas*.

Outro estudo que contribuiu nesse processo de reconhecimento da importância socioeconômica da agricultura familiar no Brasil foi elaborado em 1994 por uma equipe de pesquisadores das ciências sociais sob a tutela da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em parceria com o INCRA. Uma tipologia da agricultura brasileira evidencia o peso estratégico dos estabelecimentos familiares no mercado interno de produtos alimentares. Nessa tipologia, além da categoria de agricultura patronal, três outras são formuladas para contemplar a diversidade social da agricultura familiar: consolidada, em transição e periférica. A ênfase das propostas de políticas públicas presentes nesse documento se orienta para o grupo de agricultores familiares em transição.

*O grande desafio é a criação de instrumentos que gerem novas oportunidades de expansão e/ou reconversão produtiva para o maior número possível de estabelecimentos que se encontram na categoria transitória entre periférica e a familiar consolidada* (FAO/INCRA, 1994, p.05 – Grifo nosso).

Uma versão sintética desse estudo com as principais propostas de políticas foi amplamente divulgada entre o universo do sindicalismo agrícola e das organizações de apoio à agricultura familiar<sup>4</sup>. A formulação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, principal política do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) na atualidade, foi nitidamente influenciada pelos resultados desse estudo. Dentre seus autores encontra-se o professor José Eli da Veiga, cuja trajetória acadêmica foi cursada em grande parte na França. Em seu livro, - O desenvolvimento agrícola uma visão histórica - Veiga (1991), discute os processos de modernização agrícola dos países contemporâneos com melhor desempenho econômico. O tema da agricultura familiar e o modelo francês de desenvolvimento agrícola estão presentes na sua demonstração. No final do governo Fernando Henrique Cardoso, Veiga presidiu o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e suas ideias foram incorporadas, por exemplo, na formatação da atual política de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Na sequência, os dois livros coordenados por Hugues Lamarche — Agricultura Familiar: comparação internacional (*uma realidade multiforme* de 1993 e *do mito à realidade* de 1998) - reafirmam a tese de Abramovay sobre a superioridade da agricultura familiar em relação ao modelo de agricultura baseado no trabalho assalariado nos diferentes países estudados. Lamarche teve como colega de trabalho e principal referência teórica Henri Mendras, considerado o fundador da sociologia rural francesa e autor dos clássicos *La Fin des Paysans* (1967) e *Sociétés Paysannes* (1976)<sup>5</sup>.

No capítulo final do segundo livro, Lamarche apresenta um esforço de síntese de uma teoria sobre a agricultura familiar. De acordo com esse autor, no interior da elevada diversidade social da agricultura familiar destaca-se uma categoria especial, o *agricultor familiar moderno*, que se encontra numa situação intermediária entre os modelos do campesinato marcado pelo apego à tradição e aquele da agricultura familiar do tipo empresarial, cujo acesso aos mercados competitivos representa a característica principal. O

<sup>4</sup>FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento. Brasília, FAO/INCRA, Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036, 1994b, 24 p.

<sup>5</sup>Esse último livro de Mendras foi publicado no Brasil pela Zahar Editores dois anos depois da sua edição original.

Brasil foi o país onde mais se verificou a incidência dessa categoria especial, que reúne as melhores condições para se reproduzir do ponto de vista socioeconômico num contexto internacional marcado por profundas mudanças conjunturais. Sua base produtiva e organizacional se caracteriza por unidades semi-intensivas, com nível técnico intermediário e autoconsumo significativo, situando-se entre tradição e modernidade. Do ponto de vista da tecnologia, esse modelo emprega tanto o que se tem de moderno, a exemplo de insumos químicos, tratores e sementes melhoradas, quanto de tradicional, como sementes crioulas, adubação orgânica, tração animal, etc. Em geral, esses agricultores apresentam uma visão crítica em relação ao Estado e reivindicam políticas públicas especiais para a agricultura familiar.

A pesquisa comparativa internacional coordenada por Lamarche contou com a participação da professora Maria Nazareth Wanderley que, assim como Queiroz nos anos 1970, é uma referência incontornável, na atualidade, para os estudos sociológicos e interdisciplinares sobre o Brasil rural. Além da sua tese orientada por Mendras - *L'économie sucrière de Pernambuco; contribution à l'étude des rapports entre la propriété foncière et le capital* -, destacamos para os propósitos desta análise seu artigo Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. Nesse estudo, a autora retoma as hipóteses da pesquisa coordenada por Lamarche e agrega um elemento novo: as principais diferenças entre os campesinatos brasileiro e aquele associado ao modelo clássico europeu. Para Nazareth, o camponês brasileiro se diferenciaria do seu homólogo europeu por dois traços principais: i) ser historicamente bloqueado pela dominação (política e econômica) da grande propriedade; ii) dispor de mobilidade espacial graças à enorme fronteira de terras livres, o que explica seu sistema produtivo menos intensivo em comparação ao sistema europeu de *policultura - pecuária - fertilização*.

Esses e tantos outros trabalhos que se inspiraram na sociologia rural francesa auxiliaram, por caminhos diferentes, não só a reflexão teórica sobre os temas do desenvolvimento rural e da agricultura familiar no Brasil, como também a discussão de políticas públicas associadas a esses temas. O aparato institucional cristalizado hoje no MDA iniciou sua formulação em meados dos anos 1990 e a coincidência desse processo com a discussão teórica contemporânea sobre a agricultura familiar propiciou inúmeras trocas entre gestores de políticas públicas e teóricos do desenvolvimento rural e da agricultura familiar. Pensamos particularmente nos funcionários e assessores técnicos do MDA que realizaram formações de mestrado e doutorado nas áreas de socioeconomia rural antes de se tornarem gestores de políticas públicas e nas inúmeras consultorias prestadas a esse Ministério por pesquisadores com formação em sociologia rural.

Passadas mais de duas décadas de um rico debate sobre a agricultura familiar brasileira, a questão que merece uma avaliação mais rigorosa, na atualidade, refere-se à diversidade dessa categoria social vis-à-vis das políticas públicas elaboradas para apoiá-la. A maioria das cerca de 4.370.000 unidades agrícolas familiares, que representam 84,5% do número total de estabelecimentos agrícolas levantados pelo Censo Agropecuário de 2006, não integra as categorias de agricultores familiares modernos analisadas tanto por Abramovay quanto por Lamarche. A maior parte dessas unidades produtivas apresenta uma inserção parcial e imperfeita com os mercados competitivos e seu destino é tema de debate entre os que acreditam ser possível promover a sua inserção produtiva na condição de agricultores e aqueles que defendem a sua saída do setor associada a políticas assistenciais. Com o propósito de contribuir nessa discussão acreditamos ser elucidativo compreender as principais transformações que o modelo francês de agricultura familiar vem enfrentando recentemente. Para tanto, torna-se necessário recuperar a trajetória histórica do processo de modernização agrícola engendrado nesse país com o propósito de discutir os questionamentos formulados

por diversos cientistas sociais sobre a pertinência de ainda se qualificar esse modelo como sendo de natureza familiar.

### **3 O processo histórico de construção social de uma agricultura familiar moderna na França no pós-guerra**

Dos 2.300.000 estabelecimentos agrícolas franceses de 1955 restam hoje pouco menos de 500.000, com áreas médias de 55 ha, bem acima dos 17 ha do período anterior. A modernização rápida e intensiva da agricultura no pós-guerra contou com uma importante aliança política entre governo e representantes do sindicalismo unitário da época, principalmente da sua ala jovem - *Centre National des Jeunes Agriculteurs*. A chamada cogestão do Estado e do movimento sindical das políticas públicas para a agricultura possibilitou que diversas medidas fossem adotadas a favor da estruturação de estabelecimentos de porte médio, que empregassem dois ativos, de preferência o casal, e que facilitassem a saída de famílias de agricultores com dificuldades em acompanhar o processo de modernização (pouca terra, idade avançada...). Assim, por exemplo, no final dos anos 1960, a unidade agrícola considerada viável foi aquela com área superior a 22 ha e os estabelecimentos inferiores a 15,5 ha não foram priorizados no acesso ao crédito agrícola. Um conjunto de incentivos sociais foi ofertado a agricultores prestes a se aposentar, que não tinham sucessor com interesse em dar continuidade ao empreendimento familiar, e para aqueles considerados inviáveis do ponto de vista econômico.

No bojo do processo de reconstrução da França no pós-guerra foi empreendido um grande esforço para recuperar o atraso do meio rural e promover um vasto movimento de modernização agrícola. Diversos dispositivos associados ao ordenamento fundiário foram instituídos. A pequena agricultura familiar baseada no uso extensivo de mão-de-obra foi considerada incapaz de assegurar a independência alimentar da nação (GERVAIS et al., 1965). Associado a isso, a ocupação alemã na segunda guerra foi acompanhada da valorização de um agrarismo conservador, que marcou profundamente a geração contrária à ocupação e que assumiu o desafio de modernizar o país e, em particular, sua agricultura após a libertação.

O desejo modernizador conduzido pelo governo do General de Gaulle contou com o engajamento e a aspiração de uma juventude agrícola formada pela *Jeunesse Agricole Catholique* (JAC)<sup>6</sup>. Essa organização reivindicava para os agricultores a paridade com o modo de vida de categorias sociais urbanas, por meio do reconhecimento profissional. A cogestão das políticas agrícolas entre os representantes da profissão organizados em torno dos dois sindicatos majoritários – *Centre National de la Jeunesse Agricole* e *Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles* (FNSEA) - e o ministério da agricultura foi determinante para a implementação das orientações impressas nas políticas de modernização do setor.

A partir de então, o modelo de estabelecimento agrícola familiar de tamanho médio, dotado de novas tecnologias, e conduzido por duas unidades de trabalho, preferencialmente o casal, foi considerado o ideal para empreender a modernização agrícola. Não se tratava de implantar grandes unidades baseadas no trabalho assalariado, mas de favorecer uma agricultura familiar intensiva e produtiva. Assim, três principais dispositivos foram criados para operar a modernização agrícola: o estatuto de arrendamento, a política de estruturas e as *Sociétés d'Aménagement Foncier et d'Établissement Rural* (SAFER).

---

<sup>6</sup>A JAC foi criada em 1929 nos círculos da Igreja Católica francesa com o propósito inicial de reconquistar a devoção dos camponeses ao cristianismo. Ao longo do tempo seus objetivos foram ajustados a favor de uma abordagem educativa e humanista. Em meados dos anos 1950, lideranças formadas pela JAC assumiram funções políticas de destaque no processo de modernização da agricultura (FLARAUD, 2005).

### 3.1 O estatuto de Arrendamento

O estatuto de arrendamento e parceria de 1946 representa uma cunha no direito absoluto de propriedade herdado da revolução francesa. Esse estatuto conferiu aos arrendatários fortes garantias e o papel de agente prioritário da modernização. Para tanto, a condição de agricultor não-proprietário obteve a segurança de manter de forma praticamente permanente na terra, com contratos de nove anos renováveis automaticamente. O arrendatário passou a desfrutar de dois direitos fundamentais: i) a possibilidade de melhorar seu meio de produção por meio de investimentos cujos valores podem ser recuperados em caso de rompimento de contrato da parte do proprietário; ii) a preferência para adquirir o estabelecimento em caso de venda (DE CRISENOY, 1988). Em paralelo, o estatuto de arrendamento previu que os parceiros pudessem solicitar a conversão de seus contratos iniciais para a situação de arrendatários. Com isso, procurou-se enfraquecer as relações de parcerias, percebidas como desvantajosas em relação ao arrendamento e consideradas pouco adaptadas aos propósitos de aumentar a produtividade, já que uma parte dos ganhos é transferida aos proprietários, que mantêm o controle das atividades realizadas pelos parceiros.

A estabilidade fundiária dos arrendatários representou um recurso eficaz para suscitar nessa categoria a segurança de investir na modernização das estruturas produtivas (COURLEUX, 2011). Esse estatuto colocou em questão, pelo menos em parte, o direito de propriedade, sobretudo, dos proprietários que não utilizavam suas terras para fins produtivos. Com isso se buscou operar uma transição para uma agricultura moderna e fortemente produtiva.

O efeito inicial pretendido pelos idealizadores desse estatuto de favorecer o acesso à propriedade da parte dos agricultores que a exploravam de forma direta promoveu, no entanto, um fenômeno inverso. Em 2010, cerca de 76% da Superfície Agrícola Útil eram cultivadas por arrendatários (COURLEUX, 2011). Esse fenômeno de expansão e manutenção da condição de arrendatário em detrimento da aquisição dos estabelecimentos pelos agricultores que recorreram ao aluguel de terras para produzir, se explica, segundo esse autor, por três fatores principais: i) demográfico, em decorrência do aumento do período de inatividade dos agricultores aposentados; ii) sociológico em razão da tênue atividade dos antigos agricultores no mercado fundiário; iii) estrutural, em função da concentração dos estabelecimentos e crescimento das formas societárias.

O primeiro e o segundo fator se articulam e merecem ser aprofundados. Na realidade, essa mescla entre trabalho e família do modelo de agricultura familiar promovido pela modernização (MULLER, 1984) gerou um vínculo particular dos agricultores aposentados com o seu patrimônio. Esse vínculo explica o fato de muitos deles não venderem seu patrimônio, dando preferência ao arrendamento, motivados, por vezes, pelo desejo ou esperança que algum filho resolva, mais tarde, retomar a atividade agrícola familiar. O terceiro fator constitui uma ruptura com o modelo de agricultura familiar. A forte concentração dos estabelecimentos se deu em paralelo a um processo crescente de subdivisão das propriedades. A emergência de formas societárias que detêm grandes áreas de terras tem levado alguns autores a questionar a pertinência de se, ainda, denominar essas unidades como sendo de caráter familiar.

### 3.2. A política de Estruturas

A política de estruturas iniciadas com as leis de modernização agrícola dos anos 1960 e 1962 previu um conjunto de medidas destinadas a organizar a saída dos agricultores *não modernizáveis* (camponeses idosos ou instalados em pequenas áreas e com estruturas

produtivas inviáveis do ponto de vista econômico). O propósito principal consistia em liberar terras e beneficiar os agricultores aptos a seguir o caminho da modernização. A preferência foi dada aos jovens agricultores, formados segundo os novos jargões da profissão e desejosos do progresso técnico. A *indenização vitalícia de partida* foi o instrumento de caráter social para os primeiros, ao mesmo tempo em que permitiu o acesso a áreas maiores de terras para os segundos. Nesse sentido, o campesinato tradicional francês foi considerado, sem hesitação, como público alvo de políticas sociais, para permitir a transferência das terras liberadas para uma categoria de agricultores potencialmente modernos, jovens e com possibilidades de construir estabelecimentos de porte médio.

Outras medidas importantes foram previstas nas leis do início dos anos 1960 com a finalidade de erigir o estabelecimento familiar de tamanho médio conduzido por duas unidades de trabalho agrícola. Assim, em 1962, o artigo 8º da lei, procurou definir os dois limites extremos de um estabelecimento de *tamanho médio* sem, no entanto, fornecer parâmetros precisos. Uma Superfície Mínima de Instalação (SMI) foi definida em 1968 e, desde então, passou a orientar a atribuição da terra e de diversos auxílios à instalação. A comissão departamental de acumulação, mais tarde denominada comissão de estruturas, assumiu a função de regular o aumento das áreas dos estabelecimentos. A partir de então, o produtor proprietário ou arrendatário deveria obter uma *autorização de produzir* para toda nova parcela de terra incorporada na sua unidade produtiva.

Dessa forma, o título de propriedade não é mais suficiente, sendo necessário o aval da *profissão* e do governo representados, respectivamente, pelo sindicalismo majoritário e pelo prefeito, agente nomeado pelo Estado presente em cada departamento, e responsável por coordenar essa comissão. O exercício descentralizado do controle do acesso à terra pela própria profissão supõe uma forte sensibilidade face às delicadas questões que o tema suscita (BERNARDI; BOINON, 2009). Além disso, esse sistema de controle nasceu com uma limitação, já que não previu a regulação do aumento das unidades produtivas familiares. Um filho de agricultor pode se instalar em terras vizinhas às dos seus pais, criar uma sociedade familiar e, quando esses se aposentarem, reunir as condições para incorporar as duas unidades, passando pelas malhas da rede de controle sem sofrer nenhum constrangimento jurídico (BOINON, 2011).

### **3.3 As *Sociétés d'Aménagement Foncier et d'Etablissement Rural***

A criação das SAFER em 1960 e a instituição do direito de preempção em 1962 representam o terceiro pilar do projeto modernizador. Essa organização foi dotada de poderes, que pretendiam transformá-la em peça chave no processo de controle da estrutura fundiária. A partir da informação fornecida por intermédio da notificação dos responsáveis de cartórios de registros de imóveis de todo projeto de venda de terras agrícolas, as SAFER podem interferir nessas transações por meio do direito de preempção, do pedido de revisão dos preços das terras colocadas à venda e da escolha dos compradores das terras adquiridas pela organização.

Sua arma mais forte foi o apoio da profissão, que lhe permitiu constituir uma verdadeira rede territorial graças, dentre outros aspectos, à sua descentralização dotada de células departamentais. Entretanto, algumas limitações inerentes aos dispositivos legais, que visaram estruturar sua ação, e as evoluções mais gerais da agricultura enfraqueceram sua eficácia e colocaram em questão a sua legitimidade. Alguns autores sublinham os limites da sua capacidade de intervenção. O famoso direito de preempção não pode ser acionado se os compradores forem membros da família nuclear (casal e seus filhos) do vendedor ou arrendatários das terras colocadas à venda. Como o essencial da estrutura da propriedade fundiária faz parte de famílias agrícolas (inclusive os herdeiros e os proprietários que arrendam suas terras), uma grande parte das transações escapa do controle das SAFER. O

recurso ao arrendamento (75% da SAU) ao invés da compra de terras explica, em grande parte, a reduzida margem de manobra dessas Sociedades. As terras agrícolas que mudam de proprietários anualmente representam somente 1,3% da SAU.

Na atualidade, a instituição enfrenta um desengajamento financeiro do Estado em relação ao seu funcionamento. Isso tem induzido a adoção pelas SAFER de ações rentáveis nas aquisições e retrocessões de terras e um distanciamento do modelo inicial de agricultura de porte médio, que orientou sua própria criação. A eficácia da sua ação estava apoiada sobre uma rede de agricultores prontos a dedicar seu tempo para animar as instâncias descentralizadas das SAFER e repassar todas as informações necessárias relativas ao mercado local de terras. Essa rede perdeu vitalidade com o aumento da importância dos grandes estabelecimentos. Nesse contexto, a instituição se reorientou em direção a outras missões (desenvolvimento territorial e urbanização) e a outros parceiros, em especial as coletividades territoriais (municípios, departamentos e regiões), que possuem muitas atribuições legais em relação à estrutura fundiária (SENCÉBÉ, 2012).

#### **4 A emergência de um modelo agrícola pós-familiar e a difícil consolidação de uma agricultura multifuncional na França**

A tendência desde o pós-guerra tem sido o aumento contínuo do tamanho médio das unidades agropecuárias por meio da agregação de terras liberadas por famílias de agricultores que saem da atividade. A corrida pelo aumento das áreas produtivas ganhou um forte impulso com a associação das subvenções da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia à área explorada economicamente nos estabelecimentos.

Com isso, por menor que seja a parcela de terra disponível no mercado, diversos candidatos disputam sua apropriação via aquisição ou, preferencialmente, por meio de contratos de arrendamento. Nesse processo, os agricultores proprietários prestes a se aposentar e que não possuem sucessores tendem a vender para seus pares *melhores instalados* como forma de complementar a aposentadoria que, em geral, é muito baixa quando comparada às recebidas por outros segmentos socioprofissionais.

Esse sistema resultou numa disputa acirrada entre produtores para incorporar aos seus domínios via arrendamento ou compra todas as parcelas de terras que, por razões diversas, são liberadas no mercado. Os instrumentos criados para controlar a acumulação de terras não lograram o êxito esperado e as novas instalações na agricultura, tendo por base o modelo familiar de tamanho médio, encontram grandes dificuldades, na atualidade, para se viabilizar.

A maior parte dos estabelecimentos é conduzida por uma única pessoa, que executa o essencial dos trabalhos graças ao uso de modernas tecnologias poupadoras de mão de obra, à prestação de serviços agropecuários por empresas especializadas e ao recurso ao trabalho assalariado (permanente e temporário). O trabalho assalariado passou de um quinto em 2003 para mais de um terço do total do volume de trabalho empregado no setor em 2010. Essa situação tem motivado a formulação de diversos questionamentos sobre o futuro da agricultura familiar francesa. A noção de agricultura pós-familiar parece ganhar sentido para denominar *essas unidades que até pouco tempo eram definidas como familiares e que mantêm somente traços desse tipo de agricultura, quem sabe mesmo só a nostalgia* (RÉMY, 2012, p.367).

O Censo Agropecuário de 2010 apontou uma diminuição de 26% no número de unidades produtivas em dez anos (AGRESTE, 2011). A imensa maioria das *pequenas* unidades do pós-guerra desapareceu a favor da constituição de estabelecimentos de tamanho *médio* que, com o passar do tempo, deram lugar a unidades consideradas de porte *grande*. Essa tipologia e suas respectivas categorias representam uma inovação do último Censo, que

passou a classificar os estabelecimento agrícolas segundo o potencial de produção expresso em Produção Bruta Standard (PBS)<sup>7</sup>.

Os grandes estabelecimentos (161.500 unidades) garantem mais de 80% do potencial de produção, contra 73% em 2000; os de porte médio (150.500) são responsáveis por 17% e os pequenos (178.000) contribuem com apenas 3% da PBS (AGRESTE, 2011). A introdução da categoria dos *pequenos* estabelecimentos tende a substituir uma denominação anterior adotada pelo serviço de estatística, que fazia referência às unidades consideradas *não profissionais*. Representando ainda 36% dos estabelecimentos e um quarto dos ativos agrícolas, o papel social e territorial dessas pequenas unidades passou a ganhar destaque nas publicações oficiais do órgão responsável pela estatística agrícola em que pese sua baixa PBS.

Essa situação dificulta a instalação de candidatos a se tornarem agricultores não originários do meio agrícola. A instalação de agricultores classificados como sendo de *fora do quadro familiar* concerne, no entanto, 30% das instalações de agricultores com menos de 40 anos, o que indica que os candidatos a agricultores que não pertencem a famílias de agricultores são fundamentais para a reprodução social dessa categoria profissional. A maior limitação às novas instalações é o acesso à terra, pois somente a metade das terras liberadas a cada ano são destinadas para esse tipo de finalidade. Da outra metade, 40% são destinadas ao aumento das estruturas já existentes e 10% se voltam para a expansão de construções urbanas (BERNIER, 2005).

A chamada artificialização de terras agrícolas implicou 279.000 ha entre 2006 e 2009 (AGRESTE, 2010). Alguns estudos estimam que esse processo equivale a um departamento francês de tamanho médio a cada dez anos (SOLAGRO, 2008; BARNY, 2010). A destinação de terras agrícolas para outras finalidades de uso está correlacionada, principalmente, à expansão residencial no entorno de municípios rurais e, normalmente, abarca terras agrícolas de boa qualidade do ponto de vista agrônômico. Por ironia da história, as cidades foram localizadas em função de critérios de ordem comercial e de defesa, sendo implantadas no centro de zonas de elevada importância agropecuária. A expansão urbana atual significa, portanto, a apropriação de terras que, até recentemente, eram utilizadas para a produção de alimentos e matérias-primas. O aumento da procura por um conforto espacial em um ambiente rural promove o consumo do espaço agrícola e o conseqüente aumento dos preços de terras localizadas cada vez mais distantes do perímetro urbano original. Se os dirigentes políticos de municípios com elevada concentração populacional têm interesse em limitar o crescimento urbano, os de municípios peri-urbanos e rurais buscam promover a atratividade residencial, o que induz a artificialização de terras agrícolas.

#### **4.1 O crescimento das sociedades formais aumenta o arrendamento de terras**

Diversas formas de estabelecimentos agrícolas societários são adotadas por uma parcela significativa de agricultores franceses. O propósito inicial do tradicional *Groupement Agricole d'Exploitation en Commum* (GAEC) sofreu alterações ao longo do tempo. Criado para associar agricultores com vistas a diminuir o peso das atividades exigentes em serviços, permitindo, por exemplo, que produtores orientados para a criação animal possam alternadamente tirar férias, passou a ser utilizado como instrumento para facilitar a transmissão do estabelecimento no interior do grupo familiar. Os GAEC representam atualmente 22% dos estabelecimentos de tamanho médio e grande, contra 25% das *Exploitations Agricoles à Responsabilité Limitée* (EARL). Um novo instrumento jurídico foi

---

<sup>7</sup>A PBS representa o potencial de produção dos estabelecimentos calculado a partir de uma metodologia que considera dados produtivos de vários anos e seus respectivos valores de mercado. Segundo essa metodologia, os estabelecimentos com capacidade produtiva pequena têm PBS inferior a 25 mil Euros, as médias entre 25 e 100 mil Euros e as grandes acima de 100 mil Euros.

criado em 2010 pela lei de modernização com a intenção de beneficiar agricultores que desejam proteger seus bens familiares. Trata-se da *Exploitation Individuelle Agricole à Responsabilité Limitée* (EIARL), uma versão agrícola de um modelo de empresa criado nesse mesmo ano para artesãos e comerciantes. Nessa empresa, o agricultor pode não registrar no rol do seu patrimônio profissional as terras que ele é proprietário e sobre as quais ele exerce sua atividade.

Todas essas formas de sociedades permitem ao produtor formalizar a separação entre família e estabelecimento, protegendo o patrimônio familiar de eventuais acidentes, que possam acontecer com a empresa. Se os estabelecimentos individuais representam a parcela majoritária das unidades agropecuárias, a parte das formas societárias já chega a 30%. Entre os estabelecimentos médios e grandes e, em especial, os geridos por agricultores jovens, as sociedades são maiores tanto em efetivo quanto em superfície agrícola.

O recurso dos agricultores franceses, em particular dos médios e grandes, por formas societárias constitui, no entanto, uma exceção na Europa Ocidental. Segundo dados do *Eurostat*, órgão responsável pela elaboração e divulgação de dados estatísticos da União Europeia, a França ocupa o segundo lugar (34%) dentre os países europeus com maior incidência de sociedades agropecuárias depois da Eslováquia (47%) e acima de todos os demais países que passaram pelo processo de descoletivização da agricultura da Europa do Leste<sup>8</sup>. O caso francês está bem acima da Suécia (10%) e dos demais países membros da União Europeia, que registram menos de 10% (8% na Alemanha e 6% no Reino Unido).

Essa situação pode ser explicada pela maior importância do recurso ao arrendamento de terras na França em comparação aos demais países da UE. Muitas terras de agricultores associados são arrendadas às sociedades das quais eles pertencem. O recurso ao arrendamento concerne, também, relações entre familiares, cujo propósito implícito consiste em garantir um complemento financeiro à aposentadoria. Além disso, a adoção de formas societárias propicia certa opacidade fiscal, além de contornar os mecanismos legais criados para controlar a acumulação de terras. A criação fictícia de unidades produtivas associativas, dirigidas na prática por uma mesma pessoa, mas formalmente vinculadas a chefes de estabelecimentos rurais que, em tese, executam de forma independente a sua gestão, sem dispor na realidade de nenhuma autonomia real, é uma prática recorrente.

#### **4.2 Os pequenos estabelecimentos, multifuncionalidade agrícola e diversidade social**

Mesmo que não represente mais o modelo e o alvo privilegiado de políticas públicas, não se pode desconsiderar a capacidade de resiliência e de resistência da agricultura familiar. Esse tipo de agricultura continua importante em zonas de montanha, em particular, nos sistemas de produção de policultura-pecuária, que podem ser considerados próximos do que foi no passado o campesinato. Se existe um declínio das pequenas unidades, a inovação presente nessas zonas e, também, em zonas peri-urbanas é relevante. A diversificação produtiva, a transformação e a venda de produtos e de serviços (agroturismo) no estabelecimento oferecem os meios de assegurar a reprodução das pequenas unidades, com especial valorização de competências das mulheres agricultoras (GIRAUD, 2011). Além dos diversos modelos existentes, a agricultura constitui uma espécie de conservatório, onde formas tradicionais convivem com formas mais recentes e, talvez, mais inovadoras (MUNDLER; REMY, 2012).

O comércio em circuito curto concerne 21% dos estabelecimentos. Sem ser especificamente ligado à agricultura familiar, esse tipo de comercialização está associado às

---

<sup>8</sup> A *Eurostat* só considera os estabelecimentos com pelo menos oito Unidades de Dimensão Europeia (UDE), que corresponde a cerca de 12 ha de equivalente trigo.



pequenas unidades produtivas, com exceção da viticultura, atividade que tem a venda direta praticada por marcas importantes. Os produtores orgânicos também são significativos. Em 2011, o selo AB (*Agriculture Biologique*) compreendia cerca de 3,5% da SAU e 23.135 produtores orgânicos controlados por uma agência externa, incluso os que se encontram em conversão para esse tipo de agricultura (MAHÉ; PORTET, 2012). Além disso, a diversificação de atividades é elevada, com destaque para a transformação agroindustrial na unidade produtiva. Os modos de comercialização em circuitos curtos geram fontes de empregos relevantes na economia local e isso representa uma distinção marcante em relação à comercialização em circuitos longos e convencionais.

Nos circuitos curtos, a venda no estabelecimento é o principal modo de comercialização, seguida pela feira, comércio varejista, entrega a domicílio e o ponto de venda coletivo. As cestas de produtos do tipo proposto pelas Associações pela Manutenção de uma Agricultura Camponesa (AMAP) concernem uma pequena parcela do total, mas isso não diminui sua importância simbólica (BARRY, 2012). Após terem sido consideradas por um longo tempo como vestígio do passado, as diferentes formas de circuitos curtos dão prova do seu dinamismo e parecem reservar um futuro promissor. Os trabalhos de Muller et al. (1989) e Muller (2009) revelam a originalidade, a inventividade e o dinamismo dessas iniciativas, com destaque para suas características empreendedoras no meio rural.

No campo da política pública, a lei de orientação agrícola de 1999 parecia ter aberto novas vias de desenvolvimento ao criar um mecanismo de reconhecimento da multifuncionalidade econômica, social e ambiental dos estabelecimentos por meio dos Contratos Territoriais de Estabelecimentos (CTE) e da incitação à re-territorialização das unidades produtivas não enquadradas nas dinâmicas verticais das principais cadeias produtivas. Diversos agricultores procuraram se beneficiar das oportunidades oferecidas por essa nova política pública, em especial aqueles localizados em regiões que recebem pouca subvenção da PAC e, também, os que tinham pretensão de adotar os preceitos da agricultura orgânica. Em 2002, a derrota política do governo socialista resultou no término dessa política, que não teve tempo suficiente para ser difundida em larga escala e ajustada, notadamente no que se refere à adoção de práticas respeitadas do meio ambiente e de acesso dos pequenos estabelecimentos às subvenções públicas. As unidades mais modestas do ponto de vista econômico tiveram maiores dificuldades para se enquadrar nos modelos dos CTE (LACOMBE et al., 2003).

A partir do momento que se aborda a atividade agrícola não somente em termos da produtividade, mas também da sua contribuição à vida social, ocupação do território, manutenção da paisagem e da biodiversidade, é conveniente levar em consideração atores rurais que possuem trajetórias sociais diversas, a exemplo de agricultores pluriativos e aposentados rurais. Esses últimos, por vezes, mantêm fortes implicações com atividades agropecuárias e nem sempre se limitam a serem ex-agricultores, podendo ser aposentados de outras áreas profissionais, em geral exercidas no meio urbano, que retornam para sua região rural de origem. Outras categorias a serem consideradas são os desempregados à procura de algum tipo de proteção social, neo-rurais que optaram em migrar do meio urbano, ou ainda, praticantes de uma agricultura a título de lazer. Entre todas essas posições e situações sociais é particularmente emblemática os casos das *cotizações solidárias*, que dispõem de estruturas produtivas inferiores às normas definidas pela previdência social agrícola, mas que reivindicam o estatuto de agricultor a título principal como forma de assegurar alguns direitos trabalhistas (AUBERT, 2013)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup>Para essas situações, o serviço de previdência agrícola francês não oferece os mesmos direitos de proteção social atribuídos aos demais agricultores. Eles têm direito somente a um seguro de acidentes de trabalho e indenizações pelo tempo de trabalho parado, não se beneficiando do direito à aposentadoria do regime agrícola, nem do seguro doença.

## **5 Considerações finais:** para pensar o caso brasileiro

O que essa discussão aporta para a reflexão do caso brasileiro? Segundo Alves e Rocha (2010), os dados do nosso último Censo Agropecuário revelaram que 73% do total de estabelecimentos agrícolas (3.775.826) são responsáveis por apenas 4% do Valor Bruto da Produção. Para esses autores, a saída dessas famílias do setor agrícola é uma questão de tempo e políticas de caráter social devem ser priorizadas para esse público. Esse receituário é muito semelhante ao adotado na França pela política agrícola de cogestão há cerca de 60 anos, mas num contexto socioeconômico e político profundamente diferente do atual, que foi marcado pelo forte crescimento industrial e de empregos urbanos. Ao contrário do que defendem esses autores, na atualidade, convém investigar de forma exaustiva sobre as possibilidades de se operar a inserção produtiva na condição de agricultor de parcela significativa dessas famílias.

Poucos conhecidos pelos gestores de políticas públicas de desenvolvimento agrícola, o destino desses agricultores – a maioria localizada na região nordeste, vivendo em situação de pobreza, com pouca terra e, por vezes, sem título de propriedade – é um aspecto chave do futuro da sociedade rural brasileira. Para que a inserção produtiva acima mencionada seja possível, mudanças de rumo precisam ser feitas nas principais políticas públicas de desenvolvimento rural e agrícola. Pode-se continuar a trilhar o caminho de apoiar prioritariamente as grandes unidades agrícolas voltadas para agroexportação e os estabelecimentos familiares já integrados nos mercados, deixando em segundo plano as iniciativas de inserção produtiva das famílias de agricultores que se encontram em situação de pobreza. Ou, ao invés disso, fazer uma opção de médio prazo, visando a inserção social e produtiva desses agricultores familiares historicamente excluídos das políticas públicas.

Nossas análises precedentes sobre o desempenho e a capacidade do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em beneficiar agricultores familiares pobres indicam uma clara orientação da principal política produtiva do MDA para atender unidades familiares com melhor desempenho econômico. A modalidade de microcrédito do Pronaf apresentou resultados pífios com diversas evidências de que não se trata de uma linha estratégica. Essa falta de ênfase ao microcrédito é reflexo, também, das dificuldades que enfrentam os movimentos sindical e social em representar a diversidade social da agricultura familiar brasileira.

O panorama atual sugere que tanto o governo, quanto os movimentos sindical e social têm adotado uma orientação semelhante àquela feita pelos gestores de políticas públicas franceses na década de 1950 a favor de unidades agrícolas familiares de porte médio. A diferença é que aqui essa posição não é explicitada, nem assumida e reivindicada politicamente. Ao contrário, não sem frequência, políticas públicas de desenvolvimento rural são justificadas e demandadas em nome da parcela de famílias rurais pobres, mas que na prática ficam à margem dos benefícios anunciados.

Num cenário internacional de crise e de incertezas sobre as possíveis alternativas socioeconômicas é perfeitamente cabível o questionamento se não seria um equívoco seguir um receituário dos anos 1960. A opção por manter no meio rural, ou até mesmo ampliar, uma densidade significativa de unidades produtivas e, conseqüentemente, de pessoas ocupadas no setor agropecuário é um trunfo que o Brasil ainda dispõe por possuir terras e, principalmente, agricultores com acesso precário a esse recurso, mas com interesse em permanecer na atividade. Ou seja, passadas duas décadas de adoção da principal orientação do estudo pioneiro da FAO/IN CRA (1994) – apoio prioritário das políticas públicas aos agricultores familiares em transição -, o desafio atual encontra-se na opção política de se voltar para o extrato da base da pirâmide.

Para tanto, uma nova geração de políticas públicas de desenvolvimento rural precisa ser formulada. Dentre as possíveis alternativas permanecem atuais as ações permanentes de reassentamentos de famílias de agricultores (reforma agrária e crédito fundiário), que integrem as noções de reordenamento territorial e fundiário, microfinanças, pluriatividade (exercício de outras atividades remuneradas associadas à agricultura) e valorização das relações de reciprocidade e do caráter multifuncional da agricultura familiar (segurança alimentar, conservação ambiental, manutenção de paisagens rurais, geração de novas ocupações rurais). E, mais importante que tudo isso, é a compreensão que contemplar a diversidade social da agricultura familiar brasileira passa por ações descentralizadas que levem em consideração as profundas diferenças regionais.

## 6 Referências

AGRESTE. *L'utilisation du territoire entre 2006 et 2009*. Paris, n°246, 2010.

AGRESTE. *Les premières tendances du recensement agricole de 2010*. Paris, n°272, 2011.

ALVES, E.; ROCHA, D. de P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA F°, J. E. R.; NAVARRO Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010, p. 275-290.

AUBERT, M. *Les cotisations solidaires : des agriculteurs non reconnus*. Paris : Déméter 2013, p. 351-356.

BARNY, M. *La Foncière Terre de liens : un outil d'investissement solidaire au service de l'agriculture*. 2010. Disponível em: [Http://aloe.socioeco.org/index\\_en.html](http://aloe.socioeco.org/index_en.html) (Consultado em 25/02/2011).

BARRY, C. *Un producteur sur cinq vend en circuit court, Agreste Primeur* (275): 4. 2012.

BERNARDI, V.; BOINON, J-P. *L'action des syndicats agricoles en faveur de l'installation dans les commissions départementales d'orientation agricole. Economie Rurale*, 2009, n°312, p. 80-92.

BERNIER, M. *Évolution de la démographie agricole et ses conséquences sur l'organisation, le fonctionnement et la transmission des exploitations agricoles, Rapport de mission parlementaire auprès du Ministre de l'agriculture et de la pêche*. Paris : **La Documentation Française**, 2005.

BOINON, J-P. *Les politiques foncières agricoles en France depuis 1945. Economie et Statistiques*, n°444-445, 2011, p. 19-37.

COURLEUX, F. *Augmentation de la part des terres agricoles en location : échec ou réussite de la politique foncière ? Economie et Statistique*, n°444-445, 2011, p. 39-53.

DE CRISENOY, C. *De l'origine et du rôle de la politique foncière agricole. Économie Rurale*, n° 184-185-186, 1988, p. 85-91.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília, FAO/INCRA, 1994a, 98 p.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento**. Brasília, FAO/INCRA, Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036, 1994b, 24 p.

FLARAUD, V. *La Jeunesse Agricole Catholique (JAC)*. **Rives Nord-Méditerranéennes**, 2005. [Em ligne], <http://rives.revues.org/496>, consultado 05 de novembro de 2012.

GARCIA Jr., A. ; GRYSZPAN, M. Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão. In: MICELI, S. (org.). **O que ler em ciências sociais**. São Paulo: ANPOCS, 1999.

GERVAIS, M., SERVOLIN, C., WEIL, J. **Une France sans paysans**. Paris, Seuil, 1965.

GIRAUD, C. *Les voies de l'autonomie féminine*. In : G. Ferréo (ed) **Femmes et Agriculture et Environnement**, n°3, p. 21 – 46, 2011.

LACOMBE, P. et al. **Le programme CTE. Rapport d'évaluation**. Paris : Ministère de l'Agriculture, de l'Alimentation, de la Pêche et des Affaires rurales. 2003.

MAHÉ, T. ; PORTET, F. *Les enjeux de la production d'agriculture biologique en France*. Centre d'Études et de Prospective, **Analyse** N° 50, Juillet 2012.

MENDRAS, H. **La fin des paysans**. Paris, Armand Colin, 1967.

MUNDLER, P. ; RÉMY, J. **L'exploitation familiale à la française, une institution dépassée ? L'Homme et la Société (à paraître)**, 2012.

MULLER, P. *Le technocrate et le paysan. Essai sur la politique française de modernisation de l'agriculture*, **Editions Ouvrières**, 1984.

MULLER, P. *Le basculement du regard. La question de l'entrepreneur rural*. **Etudes Rurales** (183) : 101 – 112. 2009.

MULLER, P., et al. *Les entrepreneurs ruraux, agriculteurs, artisans, commerçants, élus locaux*. Paris : **L'Harmattan**. 1989.

REMY, J. *L'exploitation agricole: une institution en mouvement*. Paris, **Déméter** 2013, p. 367, 2012, pp.357-384.

SENCÉBÉ, Y. La SAFER - *De l'outil de modernisation agricole à l'agent polyvalent du foncier : hybridation et fragmentation d'une institution*, **Terrains et Travaux**, 2012/1 - n° 20, 2012, pp. 105-120.

SOLAGRO. **Indicateur agro environnemental : artificialisation des espaces agricoles**. Toulouse, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro, In: Tedesco, João Carlos, **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, Passo Fundo, EdUPF, 1999, p.23-56.

**UMA DÉCADA DE COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS NO SUL  
CATARINENSE: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA COOPERATIVA  
AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE NOVA VENEZA (COOFANOVE)<sup>1</sup>**

Dimas de Oliveira Estevam <sup>1</sup>  
Carla Spillere Busarello <sup>2</sup>  
Giovana Ilka Jacinto Salvaro<sup>3</sup>  
Realdino José Busarello<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Doutor/Professor/ UNESC, doe@unesc.net

<sup>2</sup> Graduanda /Acadêmica / UNESC, carlaspillere@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora/Professora/ UNESC, giovana@unesc.net

<sup>4</sup> Especialista / Gerente Regional / Epagri, rjbusarello@hotmail.com

**Resumo:**

O artigo busca apresentar o processo de criação da Cooperativa Agroindustrial Familiar de Nova Veneza (COOFANOVE), que segue o modelo de cooperativismo rural descentralizado. A agricultura familiar, depois de reconhecida pelas políticas públicas de fortalecimento e comercialização, precisava de estratégias de auxílio para vencer a informalidade. Os agricultores familiares do município de Nova Veneza (Santa Catarina) encontraram como estratégia à informalidade, a criação de uma cooperativa com uma dinâmica diferenciada às do cooperativismo tradicional, a fim de baixar seus custos e se inserir no mercado formalmente. Estas cooperativas ficaram conhecidas como cooperativas descentralizadas, uma vez que não conta com infraestrutura para produzir e estocar os seus produtos, neste modelo cada associado fica responsável por sua produção, utilizando a cooperativa como canal de comercialização e abrigo jurídico. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo a partir de uma abordagem analítica qualitativa. A COOFANOVE foi a primeira cooperativa descentralizada do sul do estado de Santa Catarina. O estudo evidencia a importância do modelo para a formalização das atividades dos agricultores familiares do município, sobretudo, para o desenvolvimento rural de Nova Veneza, que tem na COOFANOVE um marco, principalmente, para o desenvolvimento do turismo.

**Palavras-chaves:** Agricultura familiar; Cooperativas descentralizadas; Desenvolvimento rural.

**1. INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da pesquisa em andamento e tem apoio financeiro do Edital N° 15/2013 PIBIC/CNPq/UNESC. O projeto de pesquisa tem o seguinte título: Analisar os espaços de comercialização de produtos das cooperativas rurais descentralizadas (ou virtuais).

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

A agricultura familiar passou a ser reconhecida a partir da década de 1990, sobretudo, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi a primeira política pública voltada para os pequenos produtores rurais, fazendo com que o olhar das políticas públicas se voltasse para estes agricultores e também os reconhecesse como categoria. De acordo com Abramovay (2007), são categorizados como agricultores familiares àqueles estabelecimentos em que a gestão e a maior parte da força de trabalho são provenientes dos membros família.

Mesmo com o reconhecimento, os agricultores familiares ainda enfrentaram longos períodos de lutas para conquistar outros direitos, entre os quais sair da informalidade que se tornava uma ameaça a sua própria continuidade, uma vez que o mercado já não tinha mais espaço para a comercialização de produtos “cujos processos de produção não se enquadram nos padrões de regulação vigente.” (WILKINSON; MIOR, 1999, p.32). Para superar a informalidade, os agricultores familiares precisaram criar suas próprias estratégias, por meio de associações, cooperativas, redes e outros.

Foi a partir de um contexto de dificuldades enfrentadas pelos agricultores para viabilizarem a comercialização da produção que foram criadas as cooperativas descentralizadas na região da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC). O objetivo da cooperativa é dar suporte jurídico aos seus associados, para poderem comercializar seus produtos formalmente. Herrera e Ugarte (2008) afirmam que estes novos modelos de associações visam inovar diversos âmbitos, sendo no processo produtivo, na criação de novas formas de gestão e organizações sociais, em que se busca uma maior participação de seus membros, visando horizontalidade e um maior dinamismo.

As organizações sociais, como é o caso das cooperativas descentralizadas, visam o desenvolvimento de seus cooperados/as, mas também, o desenvolvimento local, a fim de proporcionar uma maior qualidade de vida no meio em que estão inseridas. A melhoria nas condições de vida pode ser explicada, em parte pela viabilização da comercialização da produção agroindustrial familiar, que tem contribuído para movimentar o mercado local e de outras regiões.

As cooperativas descentralizadas têm este caráter social e os atributos legais que recaem sobre este modelo cooperativista são os mesmos que regem o cooperativismo tradicional, o que difere um modelo de outro é que, no cooperativismo descentralizado,

a estrutura física (ou o patrimônio) não se faz necessária, bastando à associação de agricultores familiares com um interesse comum: a comercialização formal de seus produtos.

Estas cooperativas também contribuem para reduzir os custos dos agricultores, visto que eles as utilizam como amparo jurídico e canal de comercialização dos seus produtos (GUIMARÃES JUNIOR, 2002). Neste modelo, ainda, como destaca Sepulcri (2010), pelo fato de a unidade de produção não ser centralizada, ou seja, cada produtor é responsável pelo seu empreendimento, que normalmente está inserido na sua propriedade, é possível comercializar uma diversidade de produtos, proporcionando uma maior flexibilidade para o consumidor e maiores vantagens em termos de vendas para os produtores.

Desta forma, o artigo tem por objetivo apresentar o processo de criação da Cooperativa Agroindustrial Familiar de Nova Veneza (COOFANOVE), que segue o modelo de cooperativismo rural descentralizado. A referida cooperativa foi criada com base no modelo das cooperativas descentralizadas, a partir de iniciativas agricultores feirantes e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

Estes feirantes comercializavam seus produtos na informalidade em uma feira no centro do município de Nova Veneza, depois de várias autuações da vigilância sanitária, tiveram que buscar alternativas para sair da informalidade. Sem espaços no mercado para vender seus produtos e precisaram criar estratégias para a sobrevivência de empreendimentos, os feirantes buscaram auxílio junto à EPAGRI. Na ocasião, os extensionistas da EPAGRI sugeriram como estratégia para viabilizar e comercializar a produção, a criação de uma cooperativa descentralizada, tornando-os os primeiros no sul do estado catarinense a adotar o modelo. Em 2014, a COOFANOVE completa dez anos de sua fundação, embora o processo tenha se iniciado bem antes.

Para a realização do estudo, os procedimentos metodológicos utilizados foram as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Foram analisadas fontes documentais, envolvendo a ata da reunião de constituição da cooperativa, o contrato de comodato da cooperativa, além de outros documentos pertinentes. Com relação à pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com a extensionista social da EPAGRI, responsável pela idealização e criação da cooperativa, o secretário municipal de planejamento da gestão pública, na época da criação da cooperativa, responsável pela articulação

EPAGRI/prefeitura/agricultores e associados da cooperativa. A análise das informações obtidas foi qualitativa. Nos tópicos que seguem, são apresentados alguns pressupostos conceituais, o processo de criação da COOFANOVE e considerações finais.

## **2. COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS COMO FONTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Com a concessão do crédito agrícola, no início da década de 1960, a agricultura brasileira passou por um processo de modernização, surgiram novas máquinas agrícolas que visavam auxiliar no aumento da produção em menos tempo. Este processo ficou conhecido como “revolução verde” e realmente alavancou os processos produtivos agroindustriais, transformou atividades rurais em atividades industriais, pouco se importando com a capacidade da natureza em transformar rapidamente seus recursos em capital (MOREIRA, 1999; GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

As transformações advindas da “revolução verde” são levantadas por Palmeira (1989) como sendo a grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários; a distribuição desigual da riqueza; o aumento do êxodo rural; e, ainda, o aumento da exploração de trabalho sobre as propriedades menores. Todos estes fatores resultaram em uma grande desigualdade no meio rural, em que os grandes agricultores se desenvolviam cada vez mais e os pequenos produtores ficavam na linha da pobreza.

Com o reconhecimento da categoria “agricultura familiar”, houve a possibilidade dos agricultores familiares acessarem políticas agrárias, a partir disso se teve um novo olhar para a agricultura e o ambiente rural, resultando na distribuição de empregos e na preservação ambiental (DENARDI, 2001). O olhar das políticas públicas para o meio rural trouxe, não somente o fortalecimento da agricultura familiar, mas também um desenvolvimento agrário que visa o crescimento do ambiente rural como um todo e analisando os agentes envolvidos por diversos âmbitos.

De acordo com Schejtman e Berdegué (2004), para haver desenvolvimento rural, é necessário que o mercado tenha capacidade de acolher os pequenos empreendedores rurais para que se fortaleçam através da cooperação aumentando o seu poder competitivo e fortalecendo também a sociedade ao qual se insere. Abramovay (2003) complementa a discussão afirmando que se faz necessária à existência de estratégias que



levem estes empreendedores a ter acesso ao mercado, além de aumentar sua capacidade de investimento com risco reduzido.

Em Santa Catarina, com o objetivo de amenizar os riscos e acessar o mercado de maneira formal, os agricultores familiares têm buscado de redes de cooperação, especialmente, as organizadas sob a forma de cooperativas descentralizadas. Embora as redes de cooperação compreendam outras formas de organização (condomínios, associações e cooperativas por produto), as cooperativas descentralizadas se constituem na mais recente forma de inovação organizativa da agricultura familiar (MIOR, et al., 2014).

As Cooperativas descentralizadas, para os autores supracitados, são formas de organização que abrigam diversos empreendimentos e diversas atividades da agricultura familiar, constituída por uma sede e por unidades de produção e/ou filiais da cooperativa de produção agroindustrial localizadas nas propriedades ou nas comunidades rurais dos associados. Desta forma, são descentralizadas da sede da cooperativa, através da formalização por meio do contrato de comodato “cessão e uso” para a cooperativa. Para fins de legalização as unidades são repassadas à cooperativa através deste contrato de comodato. As unidades descentralizadas são empreendimentos formais, filiados a uma cooperativa e usam o CNPJ da mesma.

Para Mior et al. (2014) essa forma de organização cooperativa tem contribuído na superação de importantes gargalos na comercialização de produtos dos agricultores familiares para o mercado formal de alimentos, particularmente aqueles relacionados às legislações fiscal, sanitária e previdenciária, além disto, viabilizado às escalas mínimas de produção e a logística. Essas cooperativas descentralizadas podem deste modo ser vistas como um mecanismo para viabilizar a inserção autônoma dos agricultores familiares ao mercado. Esta inserção se dá de forma mais direta e não mediada pelas grandes agroindústrias e cooperativas tradicionais conforme foi identificado por pesquisas realizadas no Oeste Catarinense (WILKINSON; MIOR, 2011).

O que difere as cooperativas descentralizadas do modelo tradicional é que, no primeiro, o ativo imobilizado não existe, uma vez que cada sócio é responsável pela produção e distribuição, utilizando a cooperativa como amparo jurídico e canal de comercialização (BIALOKORSKI NETO, 2002). As cooperativas descentralizadas, também têm por objetivo diminuir a intermediação no processo de comercialização, a fim de reduzir os custos da transição compra e venda, além de aproximar o produtor do

consumidor criando um elo de confiança no produto consumido, uma vez que será possível conhecer a origem da produção. Ainda sobre o processo de comercialização, sem a intermediação, o consumidor passa a consumir um produto agroindustrial artesanal de qualidade superior, visto seu caráter orgânico, por um preço mais justo para ambas as partes (GONTIJO, 2005; BUSARELLO, 2013; ESTEVAM et al., 2013).

As cooperativas descentralizadas possibilitam ao agricultor familiar a diversificação da produção, não precisando se concentrar em apenas em um produto para atender uma demanda exigida. Essa flexibilidade produtiva permite aos agricultores escolher o que, como e onde produzir, desta forma abrindo as portas para novas dinâmicas de mercado. Além disto, as sobras são distribuídas, quase em sua totalidade ao cooperado, sendo retido somente um percentual para cobrir os custos operacionais e os determinados pela legislação vigente.

Com base no modelo descentralizado de cooperativa, no ano de 2004, foi criada a primeira cooperativa descentralizada do estado de Santa Catarina. A fundação da Cooperativa Agroindustrial Familiar de Nova Veneza (COOFANOVE) teve como objetivo, por um lado, o fortalecimento dos agricultores familiares para conquistar novos mercados dentro da formalidade; por outro, representava uma estratégia de desenvolvimento para o meio rural da administração pública municipal de Nova Veneza/SC. No processo de criação da COOFANOVE, destaca-se o papel relevante da EPAGRI, conforme será discutido no próximo item.

### **3. A TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE NOVA VENEZA – COOFANOVE**

O processo de criação da COOFANOVE remonta a década de 1990 e início deste século, quando um grupo de agricultores familiares do município de Nova Veneza/SC reunia-se semanalmente para a comercialização de seus produtos em uma feira livre do município, que teve a duração de dois anos. Entretanto, a feira teve que ter as suas atividades encerradas devido à apreensão de produtos e, por conseguinte, não poderem mais comercializar informalmente sua produção, por conta da fiscalização.

Incomodados com a situação e precisando comercializar seus produtos para a subsistência de suas famílias, estes agricultores procuraram apoio no escritório municipal da EPAGRI. Na ocasião, a extensionista social da Instituição (aqui

denominada como E01) passou a auxiliar o grupo na busca de alternativas para resolver a situação e, ao mesmo tempo, incentivar as unidades familiares de produção a se adequarem as exigências da vigilância sanitária, além de outras questões legais.

A partir disso, a EPAGRI iniciou um processo de capacitação para estes agricultores, pela realização de cursos profissionalizantes nas áreas de panificação, doces, embutidos e, também, de gestão para pequenos empreendimentos. O grupo também foi incentivado a fazer visitas técnicas, com objetivo de conhecer experiências de cooperativas, associações e outras instituições alternativas como possíveis fontes de inspiração. De acordo com E01, depois deste período de mobilização e cursos de profissionalização, foram iniciadas as discussões sobre a melhor alternativa para resolver a situação.

[...] as conversas foram a respeito de que forma a gente poderia reunir esses agricultores que já tinham um diferencial de agregar valor na sua propriedade a mais dos que só plantavam arroz, a mais do que os que só plantavam fumo, os que já tinham gado leiteiro. De que forma nós poderíamos melhorar a situação deles? Então começamos a fazer reuniões e a gente buscou criar mais afinidades com os agricultores em relação a isso. Toda a segunda-feira havia reunião com os agricultores para discutir assuntos de como legalizar a sua situação (E01, 2014).

No mesmo período os/as extensionistas da EPAGRI de Nova Veneza ficaram sabendo da existência das cooperativas do município de Concórdia – SC, localizado no Oeste Catarinense, que se diferenciavam dos padrões das cooperativas tradicionais. Diante desta informação, contando com o apoio da prefeitura municipal de Nova Veneza, dois extensionistas e alguns/as agricultores/as familiares foram ao município de Concórdia conhecer as experiências das cooperativas e seu funcionamento. Segundo E01, o conhecimento de como funcionava estas cooperativas foi fundamental para os agricultores que tinham resistências ao modelo de cooperativa tradicional em função de experiências negativas no passado na região.

Os agricultores, interessados na alternativa de criar uma cooperativa “diferente”, começaram a buscar informações junto a órgãos governamentais e contadores. E01 conta que ao buscarem auxílio com a Receita Federal, poucas informações foram obtidas, visto que quase não se tinha conhecimento deste novo modelo de cooperativa. Neste sentido, o grupo conversou com um contador especialista em cooperativas e começaram os estudos e levantamentos de informações, como conta a entrevistada 02

[...] Então assim... Eu só trabalhava na feira, em Criciúma. Eu tinha bastante conhecimento com a (E01) da EPAGRI. Aí, ela, um dia conversando: “a

gente estava pensando em formar um grupo assim”... “Ah, então, também tenho interesse”. Daí, a gente foi na prefeitura e conversou. [...] Daí, a prefeitura deu apoio também, incentivo. A EPAGRI, a prefeitura e mais um grupo de colegas, a gente sentou e começou. Ficamos, acho um ano, conversando, vendo, montando estatuto, olhando, vendo diretinho como a gente queria. (E02, 2012).

Após um longo período de estudos e preparação de documentos, no dia 19 de julho de 2004, foi fundada oficialmente a COOFANOVE. Entretanto, cabe destacar o envolvimento neste processo de gestores públicos, técnicos e agricultores para que de fato acontecesse a consolidação desta iniciativa. Além disto, ressalta-se o papel fundamental dos consumidores que têm buscado alternativas de consumo, principalmente, de alimentos diferenciados, com caráter cultural e proveniente da agricultura orgânica, ou seja, produtos que fogem dos padrões oferecidos pelas grandes agroindústrias (SCARABELOT, 2012).

O entrevistado 03 (E03), na época exercia o cargo de secretário de planejamento e urbanismo do município de Nova Veneza, conta que o apoio da prefeitura na criação da COOFANOVE teve o objetivo de fomentar uma alternativa ao desenvolvimento do município.

O município que quer se desenvolver não pode apostar somente numa atividade como aquela atividade objeto fim. Na verdade, o desenvolvimento deve ser entendido como a melhoria de todos os sistemas inseridos no município [...]. As lideranças municipais trataram a cooperativa familiar como um fator e como um elo para o desenvolvimento e não perceber como um auxílio para os agricultores familiares, pois se um dia o benefício não puder mais ser repassado não haja a queda da cooperativa (E03, 2014).

Para Scarabelot (2012), a COOFANOVE representa um elo entre o urbano e rural no município, seja no âmbito local ou regional, corresponde aos estímulos emitidos pelas práticas advindas do turismo e da gastronomia típicos de Nova Veneza, estando estes, sensíveis às ações da agricultura familiar e as possibilidades de construção de nova relação entre o urbano e o rural.

### **3.1 Da informalidade a formalidade: a criação da COOFANOVE**

O processo inicial para criação da COOFANOVE foi difícil, pois somente nove feirantes em Nova Veneza estavam interessados na proposta. A legislação atual sobre o cooperativismo exige vinte membros para constituir uma cooperativa, por isso, eram necessários mais onze membros para constituir a cooperativa, para atender a legislação.

Inicialmente mais de cinquenta produtores participavam semanalmente da discussão, porém, no decorrer das 55 reuniões feitas para constituir a cooperativa, muitos desistiram, principalmente, porque foi difícil para o/a agricultor/a aceitar associar-se a uma cooperativa em virtude do desgaste do movimento no município. Para conseguir os demais membros foi necessário buscar associados em outros municípios, como Forquilha/SC (MARCOLINO, 2010). Com a constituição da COOFANOVE foi possível legalizar a produção e passar a comercializar legalmente.

Conforme previsto em seu estatuto, a COOFANOVE foi constituída para promover o desenvolvimento sustentável das famílias rurais tanto dos seus associados quanto da comunidade onde estão inseridas, por meio da produção, industrialização e comercialização de biscoitos e bolachas, pães e bolos, conservas de frutas e verduras, geléias, massas caseiras alimentícias e lasanhas, tecidos e malhas, farinha de milho, embutidos, vinhos, água ardente da cana de açúcar e licores (MARCOLINO, 2010).

Neste sentido, cada família é responsável pela sua produção e industrialização e, ainda, o que uma família produz a outra não deve produzir.

Quando a gente montou a cooperativa, a gente fez assim um acordo entre os associados. Cada um iria trabalhar num setor e o meu setor iria ser pães e biscoitos. A minha colega iria trabalhar só com massas, porque a gente produz massa também, outras coisas assim [...]. Daí, na cooperativa, como a gente fez este acordo, pra não estar prejudicando, pra ter suas perspectivas de quanto pode vender [...] quanto pode confiar na tua produção (E02, 2012).

O fato de a cooperativa possuir essa dinâmica descentralizada promove a redução dos custos e possibilita a sua entrada em novos mercados, visto que existe a diversificação dos produtos a serem comercializados. No mesmo ano de fundação, a COOFANOVE abriu uma loja na região central do município para a exposição e comercialização de seus produtos. A loja tem conquistado o gosto dos consumidores, levando a cooperativa a abrir uma filial no município de Criciúma e outra no município de Siderópolis. Além das lojas, a COOFANOVE distribui seus produtos por toda a região sul Catarinense e participa dos Programas Governamentais de Aquisição de alimentos.

No estudo realizado sobre a COOFANOVE, Marcolino (2010) demonstra algumas vantagens para os agricultores serem associados, tais como: a legalização dos empreendimentos; a redução de seus custos de produção e comercialização; a união comum entre os cooperados para chegar e se manter no mercado; o fortalecimento da solidariedade entre os sócios, visto que sozinhos não conseguiriam alcançar o mercado

formal; e, ainda, a loja que deu visibilidade aos seus produtos.

Quanto à legalização das atividades, os associados têm o direito de utilizar em comum o CNPJ da cooperativa, a inscrição estadual, os alvarás de funcionamento, entre outras ferramentas que viabilizam a compra de matéria prima e, principalmente, a comercializar livremente. A matéria prima agora pode ser comprada diretamente do fornecedor, dando ao associado um poder de barganha. Os custos, também acabam sendo reduzidos, visto que é dividido entre todos os associados, por exemplo, os serviços de contabilidade, notas fiscais, entre outros (MARCOLINO, 2010).

Os associados são os maiores interessados em divulgar a cooperativa, que já conta com um bom reconhecimento em toda a região do extremo sul catarinense. A cooperativa propiciou maior visibilidade, com isso agregou valor aos produtos, pela confiança e reconhecimento de sua origem. A fala de E02 ilustra esta valorização:

O que a cooperativa me ajuda hoje? É um ponto bom de venda, ela dá valor para o meu produto porque ela prova que ele vem da agricultura familiar, ele tem um selo ali. A marca, a logo da cooperativa é muito importante pra mim por isso. [...] Pra mim a cooperativa é bom porque dá agregação de valor ao meu produto (E02, 2013).

Todos os fatores supracitados trabalhando em conjunto levam a um aumento das vendas, o que contribui para um aumento nas sobras dos/as cooperados/as, possibilitando um aumento da renda e proporcionando a qualidade de vida das famílias envolvidas. Cabe destacar que, para os cooperados, o cooperativismo foi uma alternativa encontrada para a legalização dos pequenos empreendimentos e para a superação de algumas das barreiras de mercado, que dificultavam acesso por estarem na informalidade. Marcolino (2010) frisa que os agricultores familiares de Nova Veneza constituíram a cooperativa por uma questão de necessidade e de sobrevivência e não por questões de afinidades com os valores cooperativistas, embora aos poucos fossem se consolidando.

O cooperativismo descentralizado, no caso a COOFANOVE, não somente possibilitou o desenvolvimento produtivo dos agricultores familiares envolvidos, mas gerou um desenvolvimento socioeconômico local, ao tornar a marca COOFANOVE reconhecida regionalmente.

### **3.2 A COOFANOVE no contexto socioeconômico de Nova Veneza**

A COOFANOVE no contexto do município de Nova Veneza passou a ter grande importância na sua transformação socioeconômica, pois no modelo de cooperativismo descentralizado pelas suas características de produzir alimentos em pequena escala e por contar com a força de trabalho artesanal/familiar, preservam as características culturais do município.

Este fator aliado ao planejamento de desenvolvimento local alavancou o desenvolvimento do turismo municipal como nova fonte de geração de riqueza, emprego e renda. Os equipamentos turísticos que estão surgindo no município são de agricultores familiares que perceberam a pluralidade dos estabelecimentos rurais e passaram a investir e se capacitar no atendimento a excursionistas e turistas que vinham cada vez em maior número para adquirir produtos rurais e utilizar-se da gastronomia especializada em ofertar pratos típicos da mesa colonial italiana (SCARABELOT, 2012).

Como incentivo à agricultura familiar e também ao turismo rural que visava alavancar as vendas da cooperativa, a administração municipal investiu na caracterização da cidade. Ou seja, investiu em pavimentação rodoviária e plantio de alamandas ao longo das vias públicas tornando esta flor o símbolo do município. Ainda, foi criada a festa anual da gastronomia típica italiana e do carnaval de Veneza, além investir em prédios públicos com arquiteturas que lembram as primeiras construções feitas pelos imigrantes (SCARABELOT, 2012). O entrevistado 03 fala que além de todos estes incentivos ao turismo, a gestão pública comprava da cooperativa os alimentos destinados ao PNAE.

Outra questão que foi trabalhada foi a questão da merenda escolar através da prefeitura dentro do que prevê a legislação (PNAE), e também o PAA. Então o município adquiriu os produtos da agricultura familiar dos cooperados da cooperativa, evidentemente via cooperativa. Inclusive tem um fato que eu gosto de destacar é que o município de Nova Veneza, o prefeito recebeu em nível de país o prêmio de amigo da criança justamente porque ele adquiria alimentação escolar acima da cota preconizada pelo MEC. Então este também foi um apoio onde se utilizou a cooperativa com o objetivo de manter os agricultores organizados, de fornecer uma merenda escolar de melhor qualidade para as crianças e também para o desenvolvimento do turismo (E03, 2014).

Neste sentido, evidencia-se o importante papel desempenhado pela prefeitura municipal que muito além do que um auxílio assistencial. Sendo uma das principais parceiras entre as instituições que tinham o objetivo de se desenvolver conjuntamente alternativas para o desenvolvimento do município. Desta forma pode-se afirmar a

importância da COOFANOVE no processo de articulação que envolveu organizações governamentais e não governamentais no processo de consolidação de desenvolvimento do município de Nova Veneza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A COOFANOVE é uma cooperativa que obteve êxito com os seus propósitos desde a sua fundação. Este êxito pode ser atribuído a soma de todos os aspectos que compuseram a criação e consolidação da primeira cooperativa rural descentralizada do estado de Santa Catarina.

É possível afirmar que a cooperativa nasceu a partir de um planejamento bastante estruturado, visto todo o estudo feito preliminarmente, a busca de auxílio com profissionais de diversas áreas e, inclusive, a busca de formação profissionalizante por parte de cada agricultor.

Outro fator determinante para o seu sucesso foi o auxílio da prefeitura e a capacidade empreendedora que os gestores públicos tiveram incentivando a consolidação da cooperativa e vinculando-a ao turismo rural do município e ainda fazendo dela símbolo da cidade, uma vez que os turistas que visitam Nova Veneza sentem-se motivados a procurar a COOFANOVE para levar alguns sabores locais.

Neste contexto, não se pode dizer que a cooperativa rural descentralizada é apenas fonte de consolidação da agricultura familiar. Desde que ela seja constituída a partir de um plano maior, com parcerias estruturantes e busca de conhecimento, haverá um crescimento e desenvolvimento local a partir do crescimento e desenvolvimento da própria cooperativa.

## Referências bibliográficas

Obs: Todo o texto deve ter no máximo 15 páginas, incluindo folha de rosto e bibliografia.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte**. Fortaleza, 2003. Disponível em: <[http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/empreendedorismo\\_e\\_desenvolvimento\\_territorial.pdf](http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/empreendedorismo_e_desenvolvimento_territorial.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2013.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EdUSP, 2007.



BUSARELLO, Carla Spillere. **Microempreendedor Individual e Cooperativismo Descentralizado (ou virtual):** um estudo comparativo a partir da perspectiva da agricultura familiar. 2013. Monografia – UNESC, Criciúma, 2013.

DENARDI, Reni A. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Rev. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, p. 56-62, 2001. Disponível em: <[http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/\\_Agricultura.pdf](http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/_Agricultura.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2014.

ESTEVAM, Dimas de O. et al. Cooperativas descentralizadas (ou virtuais): (Re)conectando pessoas, produtos e o lugar em cadeias curtas de produção e comercialização. In: X ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Rio de Janeiro, 2013. **Anais...** Disponível em: <[http://www.eneds.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17&Itemid=106](http://www.eneds.org/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=106)>. Acesso em: 02 mar. 2014.

GONTIJO, J. Cooperativismo: um caminho mais seguro para os produtores de leite. **Revista informe agropecuário Itambé**, Itambé, 2005. Disponível em: <<http://www.itambe.com/Cmi/Pagina.aspx?643>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às novas biotecnologias:** agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GUIMARÃES JUNIOR, José Custodio Santos. **Área de organização rural:** encontro de produtores rurais de Ponta Grossa- PR, 2002. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

HERRERA, Adolfo Rodríguez; UGARTE, Hernán Alvarado. **Claves de la innovación social em América Latina y El Caribe.** Santiago do Chile: CAPAL, 2008.

MARCOLINO, Juliana. **Cooperativa Virtual:** O caso da COOFANOVE de Nova Veneza/SC. 2010. Monografia – UNESC, Criciúma, 2010.

MIOR, Luiz C. et. al., **Inovações organizacionais da agricultura familiar:** as agroindústrias e cooperativas descentralizadas no sul catarinense. Goiânia/GO: 51<sup>a</sup> SOBER, 27 a 30 de julho de 2014.

MOREIRA, Roberto J. **Agricultura familiar:** processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e a questão agrária.** Estudos Avançados, USP, 1989.

SCARABELOT, Maristela. **Construção de cadeias agroalimentares curtas e papel dos atores em Nova Veneza, SC.** Dissertação Mestardo - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/usuario/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Maristela%20Epagri.pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Maristela%20Epagri.pdf)> Acesso em: 06 jun. 2014.

SCHEJTMAN, Alexandrer; BERDEGUÉ, Julio A. **Desarrollo territorial rural.** Santiago, 2004. Disponível em: < [http://www.rimisp.org/wp-content/files\\_mf/1363093392schejtman\\_y\\_berdegue2004\\_desarrollo\\_territorial\\_rural\\_5\\_rimisp\\_CARdumen.pdf](http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1363093392schejtman_y_berdegue2004_desarrollo_territorial_rural_5_rimisp_CARdumen.pdf)>. Acesso em: 04 mar. 2014.

SEPULCRI, Odilio. **Redes de organização para comercialização.** 2010. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

WILKINSON, John; MIOR, Luiz C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Rev. Estudos, sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, outubro 1999. Disponível em:

<<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/159/155>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

# UNIDADE DE AGRICULTURA FAMILIAR COMO EXEMPLO DE EMPODERAMENTO E FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Terezinha Pinto de Arruda<sup>1</sup> e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>2</sup>

## 1. Introdução

O Sítio São João foi escolhido para ter sua experiência sistematizada de acordo com o método de Oscar Jara Holliday<sup>3</sup>, no período de 2002 a 2012, pois tornou-se um agente transformador a partir da transferência de uma tecnologia social (fossa séptica biodigestora (FSB)) em **educação ambiental**, atendendo, hoje, cerca de 4 (quatro) mil alunos/ano, na cidade de São Carlos, SP (Represa do Broa). Esse método permitiu a detecção e formalização do fortalecimento do protagonismo e consequente empoderamento do Agricultor através de sua iniciativa e de sua Família, na mudança de visão sobre a conscientização da importância de desenvolver cuidados voltados à proteção do meio ambiente (restauro da mata ciliar e de seu entorno), bem como diversificação de atividades, passando de monocultura (mandioca) para piscicultura e ações de educação ambiental, representando avanços consideráveis de melhoria de qualidade de vida (social, econômica e meio ambiente), tornando o Sítio um importante exemplo de práticas efetivas de proteção ao meio ambiente, permitindo replicar essa experiência bem sucedida no Assentamento Santa Helena, localizado também em São Carlos, SP (Represa do 29), enfatizando nesta segunda a questão de melhoria de qualidade de vida (saúde e opção alternativa viável de produção) de seus moradores.

**Palavras-chave:** Tecnologia Social; Viabilidade Econômica; Educação Ambiental;

<sup>1</sup> Analista A da Embrapa Instrumentação (Agricultura Familiar), Sistematizadora e Mestranda do Curso em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIARA. [terezinha.arruda@embrapa.br](mailto:terezinha.arruda@embrapa.br)

<sup>2</sup> Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA. [vbotta@techs.com](mailto:vbotta@techs.com)

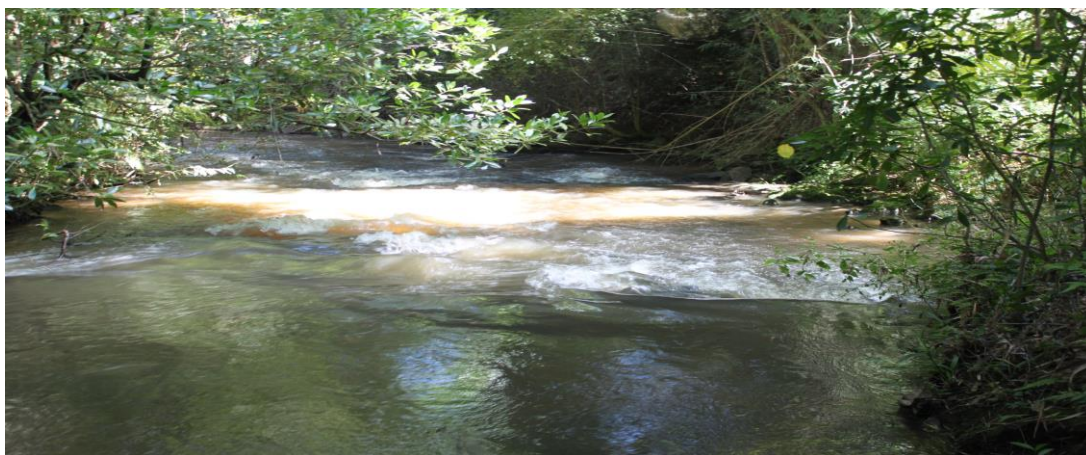
<sup>3</sup> Oscar Jara Holliday. Para Sistematizar Experiências. Brasília: MMA, 125p.p. 2006.

## 2. Descrição da Experiência

A fase de transferência de tecnologia se deu de forma interativa, dialogada e participativa com o agricultor e sua família e, até os dias de hoje, realizamos visitas periódicas ao Sítio São João que, naturalmente, se transformou em uma Unidade Demonstrativa de nossas tecnologias sociais, atendendo alunos, comunidade local (sitiantes vizinhos) e também órgãos públicos interessados em conhecer o funcionamento do sistema da FSB (Prefeituras, Departamentos de Saneamento de Água e Esgoto, Instituições de Ensino Superior e outros), além de permitir realização de Dias de Campo.

Com o sucesso do funcionamento do sistema de biodigestão, o agricultor observou que o Ribeirão Feijão foi ficando despoluído. Com a melhoria da qualidade da água, implantou também em sua propriedade a piscicultura. Disse-nos que as suas tilápias vivem cerca de 2h após retiradas da água, diferentemente das de seus concorrentes – o que comprova a qualidade de seu produto, graças à água de boa qualidade.

A partir de 2005, com o apoio da ONG Iniciativa Verde<sup>4</sup>, deu-se início ao restauro florestal, com 4.000 mudas de árvores nativas.<sup>1</sup> Também foram realizados alguns eventos relacionados à proteção do meio ambiente e houve a sugestão de trazermos os alunos da rede pública de ensino para visitar o ambiente. Hoje, o Sítio São João é visitado por cerca de 4 (quatro) mil alunos/ano.



**Foto 1.** Ribeirão Feijão, importante manancial do município de São Carlos, SP.

---

<sup>4</sup> O Programa de Educação Ambiental Amigos do Ribeirão Feijão é uma instituição educacional não-formal com a finalidade de construir uma sociedade crítica que visa conscientizar e sensibilizar ambientalmente. Nosso programa está localizado no Sítio São João no município de São Carlos-SP. [www.amigosdoribeiraofeijao.org.br](http://www.amigosdoribeiraofeijao.org.br)

Durante essas visitas, acontece a construção do conhecimento (CC), promovido pelo próprio Agricultor, como ele mesmo explica:

“Esses grupos de alunos vieram visitar e começaram a gostar muito da fossa e da questão de que o cocô vira comidinha pras plantas... então você vai pegando amor naquilo ali... vai dando certo... aí começa algumas instituições pedir se poderia trazer grupos pra ver. ... por exemplo, no caso da fossa, a gente fala cocô pros pequenos, que o cocô vira comidinha pras plantas – a gente mostra isso aí. Agora, você não fala essa linguagem pro ensino médio. Você fala de um processo de biodigestão, que as bactérias se transformam, que aquilo é matéria orgânica já decomposta através da biodigestão... que ali gera um gás metano que, em grande escala, poderia você ter energia dentro da propriedade... além do efluente, que é um excelente adubo orgânico! Tem outra forma de tratar isso daí com eles..., como “a semente é o bebezinho da árvore e que o tubete é o bercinho da semente...”



**Foto 2.** Sr. Flávio Roberto Marchesin e o motivo de sua inspiração à Educação Ambiental: CRIANÇAS. 1ª. Oficina Externa da Sistematização. Além dos alunos, suas mães, professoras e monitores do Sítio São João.

E foi nesse momento da sistematização, 22 de março de 2012, Dia Mundial da Água, que a sistematizadora percebeu que havia um novo aprendizado ou uma nova forma de fazer com que as crianças conhecessem sobre a tecnologia ali instalada e a importância desta na proteção do meio ambiente (**a inovação**). E esse momento foi muito importante para definirmos a pergunta-eixo deste trabalho – “Como e por que uma iniciativa de transferência de tecnologia social se transformou em Educação Ambiental?”

Essa linguagem criada para crianças permitiu também que as mães que as acompanhavam entendessem o tema e ficassem “encantadas” com aquele novo aprendizado e diziam: “quando chegar em casa, vou falar pro seu avô fazer isso lá na chácara dele” e algumas delas foram lembrando também de alguns parentes que tinham chácaras - a questão de gênero predominando.



Foto 3. Tecnologia social de saneamento básico no ambiente rural

A partir de **2009**, ocorreu uma evolução fantástica com o número elevado de alunos, escolas, vizinhos e órgãos públicos interessados em visitar o Sítio e conhecer suas tecnologias. Houve um processo de Construção do Conhecimento (CC), por parte do agricultor, de uma linguagem apropriada para alunos na faixa etária até seis anos. Neste ano também, o Sr. Flávio Marchesin, fez uma especialização em Gestão Ambiental, aplicando imediatamente os conhecimentos na sua propriedade.



Foto 4. Crianças sendo orientadas e educadas numa linguagem criada pelo Agricultor.



**Foto 5.** Crianças conhecendo a área de restauro de mata nativa (reflorestamento, utilizando o efluente da fossa séptica biodigestora), excelente também para pomares.

Posteriormente, em **março/2011**, reconhecendo o mérito do trabalho do Sr. Flávio Marchesin, a Embrapa Instrumentação celebra um convênio de cooperação técnica com o Sítio São João. Este fato formaliza a confiança mútua e fortalecimento das parcerias entre Instituição e Agricultor, fortalecendo as políticas públicas à agricultura familiar.

### **Resultados alcançados (fatores de êxito)**

- Mudança comportamental e de visão do Agricultor e sua Família em relação ao meio ambiente.
- Criação de uma linguagem adequada a crianças em fase escolar até 6 anos, transmitindo conhecimentos sobre conscientização ambiental, biologia e sobre saneamento básico.
- Conciliação da atividade produtiva com a atividade de educação ambiental e promoção do respeito ao meio ambiente.
- Domínio dos conceitos de saneamento básico rural, na função de multiplicador, permitindo a transmissão desses conhecimentos aos sítiantes vizinhos e seus filhos, e com a premissa de manutenção dos jovens no campo a partir da conscientização ambiental e viabilidade econômica promovida pela tecnologia objeto desse trabalho (piscicultura, incremento da produção de pomares).

### **- Na visão do Agricultor Protagonista**

“O que favoreceu a adoção da tecnologia é que tivemos uma água melhor pra piscicultura e em 2000 metros de tanque escavado, eu tiro em torno de 5000 kg de peixe por ano. Eu já ouvi uma pessoa que vem pegar o meu peixe, também uma pessoa muito atenta a essas questões, principalmente da água, que se você tem uma água boa, você tem um peixe bom; se você tem uma terra boa, você tem uma produção boa. A água é pro peixe, né? Ele sempre falava que o meu peixe era diferente de outros lugares que ele ia buscar. A gente ia pegar um peixe pra comer, aí você tirava ele da água, depois de 2h você ia limpar ele, ele ainda estava vivo, te espetando a mão. Então, quando a gente ia num pesque-pague, tirava o peixe, deixava um pouco lá, já estava morto...”

É bacana a gente ter essa relação de ver que aquilo ali foi importante! A fossa é tratada com muito carinho. Uma, porque foi o primeiro projeto e aquilo ali me dá um retorno, eu tenho um adubo que uso nas mudas, estou regando, sempre que possível faço irrigação das mudas e tenho até uma comparação das mudas que eu formo aqui com as de um viveiro especializado e que tem um pouco de irrigação e as minhas mudas não perdem pras dele.

No começo havia uma desconfiança... Será que através das fezes consegue se ter um adubo desse?! Havia muita desconfiança. E, hoje, excelente! A gente vê que realmente funciona!

Eu acho que houve uma mudança, mas muito grande!! Porque a gente via lixo jogado nessas áreas que eu recuperei e quando escavava pra plantar, você encontrava lixo. Aqui funcionava assim: era fazer um buracão e jogava o lixo lá, enterrava ou senão tacava fogo. Hoje, você não vê isso. Todo dia que eu vinha pro Sítio, estava queimando... rastelava as folhas que caíam lá na frente do Sítio, do abacateiro e tacava fogo. Mas por que tacar fogo? Era só pegar aquilo ali e jogar noutro lugar, esperar apodrecer, vai virar comida pra outras plantas. Meus irmãos que trabalham também aqui, ficam vendo esses grupos de crianças e o jeito que a gente trata e têm todo um carinho por isso aí. Por isso que eu falo que não sou só eu. Mudou muito a consciência deles com respeito ao ambiente aqui. São mais dois irmãos que trabalham aqui e sobrevivem totalmente da agricultura. E o desperdício de água... não é só porque tem o rio que pode ficar toda hora jogando água. Não é por aí. Isso daí tudo valorizou muito. Não valorizou a propriedade, valorizou o ser humano, mesmo! Porque acho que hoje na casa deles, eles vêem diferente essas questões de preservação, de ter cuidado com tudo”.

### **- Na visão da Sistematizadora:**

“A partir dessa experiência de sistematização, tornou-se claro que, além da importância dos aspectos considerados subjetivos, toda ação deve ter seus dados históricos relatados e armazenados. Dessa forma, facilita o resgate das informações importantes para o aprimoramento dos métodos corretos de TT.”

“Quando a Embrapa se depara com um Agricultor com o perfil do Protagonista desta Sistematização, deverá valorizar e formalizar as ações conjuntas, pois eles são os multiplicadores, na sociedade, de nossos conhecimentos.”



**Quadro de perguntas orientadoras (Método Oscar Jara Holliday):**

<b>Título da Experiência</b>				
Sítio São João como agente transformador: da transferência de tecnologia à educação ambiental				
<b>Eixo da Sistematização:</b>				
A partir de quando e como a instalação de uma tecnologia social (Fossa Séptica Biodigestora) se transformou em ação de Educação Ambiental?				
> <i>Processo e fatores que influenciaram na transformação de uma intervenção de transferência de tecnologia social em ação de educação ambiental.</i>				
Quais atos e sentimentos motivaram tal ação.				
<b>Pergunta Eixo:</b>				
Como e por que uma iniciativa de TT social se transformou em ação de Educação Ambiental?				
<b>Perguntas</b>				<b>At</b>
<b>GRUPOS DE ATORES</b>		Agricultor (proprietário do sítio)	Família do agricultor	Alunos (visitaram a experiência)
<b>Contextualização</b>				
Descreva sucintamente o Sítio São João, do ponto de vista agrícola, paisagístico e ambiental.	X	X		
Qual o histórico pessoal e familiar do agricultor, anterior à instalação da Fossa Séptica Biodigestora, incluindo sua formação escolar?	X	X		
Qual a sua formação escolar?	X			
Como surgiu ou quando aconteceu a preocupação com o meio ambiente na vida do agricultor?	X			
Como o agricultor ficou sabendo da Fossa Séptica Biodigestora?	X			
Descreva a metodologia utilizada no processo de transferência da tecnologia?				
Como o a adoção da tecnologia da Fossa Séptica Biodigestora auxiliou ou motivou seu desejo em educação ambiental?	X			
Houve interação da ciência, através das metodologias e práticas de transferência de tecnologia, com o conhecimento empírico do Agricultor motivando a construção de conhecimentos em conjunto?	X			
Como você se sente hoje com relação à sua propriedade comparando o momento anterior às ações ambientais?	X	X		
Como se sentem os atores envolvidos na experiência? Por que? Eles/Elas se sentem como agentes transformadores do seu mundo? Por que?	X	X	X	
<b>Motivação e internalização da perspectiva ambiental pelo agricultor</b>				
O que motivou o proprietário do Sítio São João a trabalhar com a Educação Ambiental? Como? Por que?	X	X		
Como, quando e por que aconteceu a ideia de transformar a Fossa Séptica Biodigestora em uma iniciativa de educação ambiental?	X			
Os fundamentos de uso e a importância do saneamento básico rural foram internalizados? Quando? Como? Por que?	X			
A perspectiva de preservação ambiental foi internalizada? Como? Quando? Por que?	X			

Que outros atos de preservação ambiental ocorreram na propriedade após a instalação da Fossa Séptica Biodigestora?	X			
<b>Contribuição das metodologias de TT e Construção do conhecimento</b>				
Que metodologias de TT foram escolhidas para serem utilizadas neste caso? Por que?				
As metodologias de TT utilizadas propiciaram uma interação do conhecimento científico com o conhecimento empírico do agricultor? Como? Por que?				
O que dificultou a adoção da tecnologia? Por que?	X			
O que favoreceu a adoção da tecnologia? Como? Por que?	X			
<b>Contribuição da Embrapa</b>				
Como a Embrapa está envolvida neste processo de educação ambiental?	X			
O agricultor utiliza a mesma metodologia de TT que a Embrapa transferiu? Se houve modificação, quais foram as adaptações? Quem as fez? Como? Por que?				
Como é a metodologia de educação ambiental realizada pelo Agricultor / Embrapa para a escola?	X			
Quem desenvolveu esta metodologia?	X			
Existem outros atores na educação ambiental, como é a participação desses atores?	X			
Quais são as diferenças entre a metodologia de TT e a metodologia de educação ambiental?				
<b>Contextualização da adoção da tecnologia</b>				
Existem outros agricultores que adotaram a fossa séptica?	X			
Quais deles se envolveram na educação ambiental?	X			
O que diferencia esses agricultores?				
Se outros agricultores adotaram a fossa séptica, qual o processo de influencia deste agricultor em outros?				
<b>Aprendizagens e recomendações</b>				
Se você fosse iniciar novamente essa experiência, o que você acha que funcionou bem e você repetiria em uma nova experiência? O que você não faria igual?	X			
O que você percebe como aprendizagens realizadas nesse processo?	X	X	X	
Se alguém desejasse fazer uma ação similar àquela que você atualmente faz do ponto de vista de educação ambiental, que conselhos e recomendações você faria?	X			

# VI Encontro da Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS  
NOS ESPAÇOS RURAIS

02 a 05 de setembro de 2014.

GT11

## AÇÃO COLETIVA E MEDIADORES NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

COORDENAÇÃO

GUTEMBERG ARMANDO DINIZ GUERRA (UFPA)

OSVALDO HELLER DA SILVA (UFPR)

**A AMBIENTALIZAÇÃO DO CONFLITO E A NEGOCIAÇÃO DO DISCURSO  
OCULTO: EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA EM  
ALCÂNTARA-MA<sup>1</sup>**

**Benedita de Cássia Ferreira Costa<sup>2</sup>**  
**Profa. Dra. Maristela de Paula Andrade (Orientadora)<sup>3</sup>**

**Resumo:** Diante da arena (OLIVIER DE SARDAN, 1995) de disputas territoriais que ocorre atualmente em Alcântara-MA, esse trabalho visa refletir duas experiências políticas: a *ambientalização* do conflito (LEITE LOPES, 2006), e *negociação* do *discurso oculto* (SCOTT, 2013), como estratégias no repertório de ações coletivas de enfrentamento e resistência de grupos camponeses diante dos interesses de agentes institucionais e setores empresariais do Estado que visam naquela área geográfica a aquisição e (reservas) de áreas estratégicas para a expansão do Programa Aeroespacial Brasileiro.

**Palavras-chaves:** arena; resistência; estratégias.

**1. Alcântara como arena: expansão do Programa Aeroespacial Brasileiro e resistências camponesas**

Alcântara, como o universo empírico deste trabalho, é entendida como uma arena (OLIVIER DE SARDAN, 1995) de luta entre interesses antagônicos entre o Estado brasileiro e *quilombolas* (ALMEIDA, 1989; 1996; 1998; 2002; ARRUTI, 1997; 2006; LEITE, 1999; 2000; O'DWYER, 2002; 2005; 2009; PAULA ANDRADE, 2003; 2006, SOUZA FILHO, 2013). Visam, respectivamente, garantir o espaço como área privilegiada para instalação militar e ampliação comercial de bases de lançamento de foguetes como parte do Programa Aeroespacial Brasileiro, ou como *território étnico* (ALMEIDA, 2002). Este último, imprescindível para a manutenção de um modo de existência social forjado no processo de declínio da sociedade escravocrata e de reorganização social e reprodução econômica baseado na propriedade comunal, tornando-se o que Laís Mourão Sá (1975) chamou de um *campesinato livre*, ou um tipo de *campesinato livre comunal*.

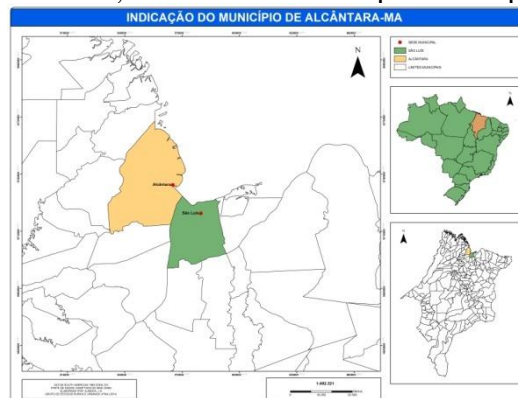
---

<sup>1</sup> Baseado no meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais. COSTA, Benedita de Cássia Ferreira. "VAMOS NEGOCIAR PRA MELHORAR E NÃO FICAR PIOR DO QUE TÁ. Sobre a aliança com antagonistas, estratégia dissonante da *luta conjunta* pela permanência no *território étnico* de Alcântara – MA". São Luís. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Maranhão, 2010.

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Sociais e Licenciada em Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão, 2010. Mestranda em Ciências Sociais pelo PPGSOC, na mesma IES. E-mail: [bfcosta@yahoo.com.br](mailto:bfcosta@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Antropóloga pela FFLCH/USP (1990), com pós doutorado na Universitat Autònoma de Barcelona (1999); professora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFMA – PPGSOC e Coordenadora do GERUR - Grupo de Estudos Rurais e Urbanos/UFMA (plataforma CNPq). E-mail: [maristela.depaulaandrade@gmail.com](mailto:maristela.depaulaandrade@gmail.com).

Alcântara tem uma área total de 114 mil ha, dos quais foram desapropriados 62 mil ha por decretos expropriatórios (Nº7820/12.09.1980; s/n/08.08.1991) para a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, deslocando compulsoriamente, em 1986, 312 famílias de 31 povoados para as chamadas *agrovilas*<sup>4</sup>.



No panorama inicial da instalação do CLA, ocorrido na década de 1980, registraram-se reações de *divisão da opinião da população, sensação compartilhada de insegurança e incerteza social* (ROCHA, 2006), mas também experiências de resistência de vários povoados que resistiram politicamente contra novos deslocamentos (MEIRELLES, 1983, p.24). Almeida (2002) indica uma continuidade do movimento de não aceitação da possível ampliação do Centro já na década de 90, vinculada à conexão das condições sociais identitárias descritas anteriormente.

Um dos resultados mais imediatos da emergência dessa nova forma de mobilização foi a recusa conjunta dos povoados de receberem visitas dos técnicos do CLA para operacionalizar medidas de deslocamento. A equipe técnica encarregada dos trabalhos de "transferência e assentamento", que realizou visitas aos povoados no decorrer de 1998, era composta de dois veterinários, uma pedagoga e dois técnicos agrícolas, ou seja, critérios de competência e saber considerados insuficientes e inadequados pelas operações diretas de reassentamento elaboradas por agências multilaterais e universalmente acatadas (ALMEIDA, 2002, p. 56). (g.n)

A recusa conjunta mencionada por Almeida (2002) indica, nesse sentido, uma resistência em bloco às investidas dos militares:

Em decorrência, os povoados de Mamuna, Brito, Itapera, Baracatiua e Caiuaua não aceitaram os termos da proposta "transferência" e os povoados de Itapuaua, Murari, Esperança e Cajitiua recusaram que os recursos naturais sob seu controle, considerados escassos para o atual contingente demográfico, servissem de área de destino ou de assentamento para as centenas de famílias com deslocamento compulsório previsto (ALMEIDA, 2002a, p. 56) (g.n)

Nota-se, nesse sentido, a indicação de uma resistência dos povoados que não foram remanejados do litoral de Alcântara em concordar, primeiro, com novas possíveis

<sup>4</sup> Estas se referem ao conjunto espacial de moradias pensado e construído pelos militares, com uma infraestrutura urbana, distante geograficamente dos recursos alimentares que antes eram próximos, isto é, locais distantes dos ecossistemas responsáveis pela manutenção e reprodução econômica, social, cultural e religiosa desses grupos, constituídos por praias, rios, igarapés, baixas, cocais e outros (PAULA ANDRADE e SOUZA FILHO, 2006).

expropriações, segundo, com as formas de assentamento e transferência das famílias desapropriadas durante a implantação do CLA proposta pelos militares.

Tal desenho da resistência parece sugerir uma direção única e conjunta de ação e comportamento, isto é, *uma recusa conjunta* (ALMEIDA, 2002, p. 56) contra a expansão da Base feita nos mesmos moldes de sua implantação. Nesse sentido, qualquer ação ou comportamento de movimentação e decisão política diferente por parte das famílias, que não passe pelo filtro da *reação conjunta*, composta por uma organização legítima das famílias camponesas *quilombolas atingidos*, conjuntamente com a rede de mediadores, causam estranheza e, podem ser entendidos como um desvio daquilo que no âmbito da luta se constituiu, diga-se, assim, em regra ou desfruta, nesse momento de um monopólio organizacional (LANDÉ, 1977a, p.26) da lógica da luta de resistência.

A primeira fase de implantação do CLA, de caráter militar, amplia-se em intenções a partir do início dos anos 2000, com a assinatura de acordos com outros países segundo os quais o Brasil coloca à disposição, para aluguel, sua base em Alcântara. Modifica-se, assim o caráter de utilização do Centro, de modo a ser instalado um novo modelo de centro aeroespacial que visa a comercialização das bases de lançamento de foguetes para outros países. Um dos momentos que têm caracterizado as tentativas de expansão do CLA é representado pela criação, em 2007, da empresa binacional entre Brasil e Ucrânia – *Alcântara Cyclone Space (ACS)* –, que pretende as áreas do litoral norte de Alcântara para a construção de novas bases de lançamento justamente onde estão localizados outros povoados ameaçados de novas expropriações, como Brito, Mamuna, Baracatatiua, Itapera, Mamuninha, Água Bela, São Francisco, Pacoval, Canelatiua e outros. Podemos visualizar graficamente esse processo no mapa abaixo:

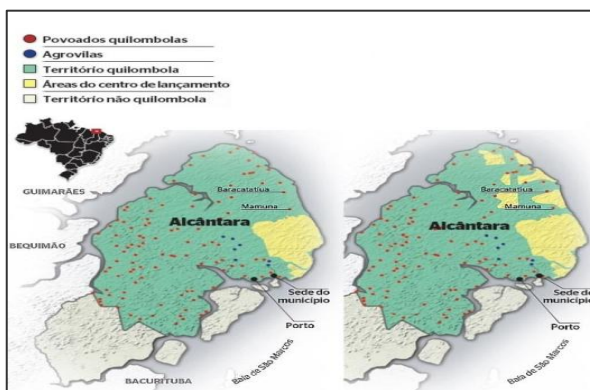


Figura 1: Mapa de Alcântara: indicação do universo empírico da pesquisa (Mamuna e Baracatatiua), e da espacialização geográfica das áreas de interesses na disputa territorial entre Estado brasileiro e *quilombolas*. O segundo mapa representa principalmente a tentativa de expansão do CLA. Fonte: Internet.

Não se expande somente as atividades do Programa Aeroespacial Brasileiro, mas também as experiências políticas de enfretamento e resistência camponesa, haja vista o acionamento e o forjamento de uma série de estratégias discursivas e práticas sociais<sup>5</sup> como forma de promover primordialmente a resolução fundiária através da titulação definitiva do *território étnico*, para grupos constitucionalmente reconhecidos como portadores desse direito pelo dispositivo jurídico do Artigo 68 dos ADCT.

Diante do avanço do empreendimento aeroespacial brasileiro, a partir dos anos 2000, que visava ampliação das bases de lançamento de foguetes, era certo que o Estado brasileiro alargaria os limites para além daqueles já angariados através dos decretos

<sup>5</sup> Podemos considerá-las como a constituição de movimentos sociais – MABE, MONTRA –; criação e fortalecimento de uma rede de mediação e de apoio, com repercussão internacional; utilização de novas identidades políticas no intuito de dialogar com as instâncias institucionais do Estado, como *atingidos*, *quilombolas*; formas de enfretamento direto como o episódio autodenominado como *barricada* (SOUZA FILHO, 2009; COSTA, 2010).

expropriatórios. Avanço que se deu quando a ACS, no âmbito de atividades de reconhecimento da área – prospecção do solo, catalogação de fauna e flora – para avaliar as condições de solo para a instalação das plataformas, acabou, por falta de total desconhecimento das lógicas territoriais desses grupos, e autorização local deles, e de órgãos ambientais competentes, destruindo marcos simbólicos e recursos hídricos fundamentais para os povoados de Mamuna, e, seu vizinho mais próximo, Baracatatiua.

Registrou-se no período de trabalho de campo, a derrubada de várias árvores do chamado *Pau-Amarelo* (Nome científico: *Tabebuia serratifolia*), plantadas por um antigo morador do povoado Baracatatiua para demarcar os limites entre os dois povoados. Segundo o relato da Sra. M. S. (professora e moradora da Mamuna), o chamado *Pau-Amarelo* tinha a função de demarcar o que era pertencente a cada povoado e até onde poderiam considerar sendo os limites de um de outro, (re) conhecidos e respeitados por todos, e que num determinado período de cada ano, os moradores da Mamuna e do Baracatatiua limpavam o caminho em cada metade respectiva do que denominam *banda* de seu povoado. Percebemos a natureza funcionando como delimitador social das fronteiras compreendidas por esses grupos. Os marcos indicando os territórios de cada povoado indicam até onde uns e outros podem implantar seus roçados sem invadir as terras alheias. Muito embora prevaleça o uso comum dos recursos hídricos, como rios e igarapés, das praias, dos babaçuais, as áreas agricultáveis recaem sob o domínio das famílias de cada povoado. Isso é importante para apontar sobre o tipo de racionalidade que estes grupos desenvolvem, quando pensada em termos de oposição à racionalidade encaminhada pelo Estado.

A entrada das empresas contratadas pela ACS, *a priori* não estaria autorizada nem pelas instâncias jurídicas, nem pelos moradores dos povoados ameaçados de novas expropriações já que eles aguardam uma decisão judicial. O que para a ACS se configurava como a entrada das suas empresas contratadas nas áreas para realizar estudos de pré-engenharia, que necessitava recolhimento de amostras de solo, de espécies nativas da flora e da fauna, caracterizou-se para as famílias dos povoados como uma intrusão em seus lugares, provocando derrubada da mata nativa que contém certamente um número rico de espécies de madeira, plantas e animais; destruição e interrupção dos caminhos de comunicação e acesso entre esses dois povoados, perturbando a rede de comunicação estabelecida tradicionalmente entre parentes, vizinhos e compadres, assim como a interdição ao acesso aos recursos e ecossistemas vitais à reprodução material e social desses grupos. Não somente isso, pois para os moradores do povoado de Baracatatiua, a entrada das empresas se configurou como um momento de exposição e *negociação* do *discurso oculto* (SCOTT, 2013), por meio da criação de alianças (WOLF, 2003) com seus prováveis antagonistas<sup>6</sup>, onde estabelecer uma aliança com outros agentes de representação/mediação, mostrou-se como último recurso (LANDÉ, 1977a, p.5) para a conquista de recursos. É importante, pois, atentar que para os moradores de Baracatatiua, esse momento não foi somente *intrusão*, como perceberemos mais adiante.

O prosseguimento das atividades, como estratégia da ACS, através dos trabalhos de suas contratadas, de iniciar e dar seguimento às atividades enquanto está pendente a

---

<sup>6</sup> Agentes representados pela Aeronáutica são tidos como opositores/antagonistas aos grupos atingidos justamente porque realiza(va)m na maior parte de suas ações, uma série de encaminhamentos perversos do ponto de vista desses últimos, o que comprometia um diálogo a promover resoluções: destruição de ecossistemas, destruição de marcos simbólicos, interdição de lugares de pesca, destruição/interdição de antigos cemitérios, promessas e ações assistencialistas, cooptações de lideranças, ações que funcionavam como num jogo de convencimento de promessas de desenvolvimento para os grupos deslocados e instalados nas chamadas agrovilas como os demais, ainda localizados no litoral do município (ROCHA, 2006)

titulação do território e a não conclusão do EIA/RIMA dessa área, mostrou-se eficaz até o momento em que houve uma reação contrária a esse movimento de expansão do CLA.

Os moradores de Mamuna reagiram enfrentando os movimentos das empresas na tentativa de expansão do Centro, através do impedimento de suas atividades embargando<sup>7</sup> ou “emperrando” (para usar os termos da mídia) os trabalhos, através de denúncias ao Ministério Público via mediadores, de obstrução ou criação de obstáculos que não permitissem a entrada das empresas e a continuidade das atividades de “pré-engenharia”<sup>8</sup>.

O evento autodenominado como *barricada* foi empreendido pelos moradores de do povoado de Mamuna como uma forma de resistência e de enfrentamento aos seus antagonistas. Esse evento converte-se, assim, em um conflito ambiental, em um conflito que expõe as diferenças de lógicas territoriais, e altera radicalmente o cenário de disputa. É mobilizada, por parte das famílias que se viram atingidas, uma ação coletiva de enfrentamento que modifica os rumos do empreendimento, fazendo com que este retroceda em seu avanço e fique apenas nos limites já estabelecidos e controlados pelo CLA. A ação coletiva ganhou tons de resistência pela força de mobilização de uma série de mediadores e agentes vinculados a diferentes movimentos sociais, repercutindo internacionalmente, através da denúncia à Comissão de Direitos Humanos da OEA, em outubro de 2008.

Se os dois povoados passam pela mesma possível ameaça de novas expropriações por conta da expansão do CLA, são considerados constitucionalmente como grupos que detêm o direito pelo território em que habitam secularmente: como pensar as diferentes posições diante do mesmo evento, que foi a entrada das empresas terceirizadas pela ACS? Por que um povoado decidiu *barrar* as atividades da empresa e

---

<sup>7</sup> Nos termos dos moradores de Mamuna, fizeram “barricadas”, “barreira”, designando com esses termos os atos de impedir a continuidade dos trabalhos das máquinas e a entrada e saída de técnicos e trabalhadores braçais ligados às empresas contratadas pela Alcântara Cyclone Space. Vide Souza Filho (2009b) e relatórios de pesquisa de Coelho (2008)

<sup>8</sup> Por conta das estratégias de enfrentamento com as empresas, liderado pelo povoado de Mamuna, notícias apontam os *remanescentes de quilombos* como “emperradores” e “intransigentes” em relação ao desenvolvimento do programa aeroespacial brasileiro. Uma série de artigos, opiniões, entrevistas foi divulgada à mídia nacional através de jornais, blogs, revistas científicas, programas de televisão, sobre as repercussões que “o caso de Mamuna” emitidos por representantes oficiais e simpatizantes da “expansão do Programa Espacial”, bem como pelos mediadores localizados nas várias entidades credenciadas pelos *remanescentes de quilombos*, promovendo, assim, um debate paralelo à disputa territorial. As notícias chamam atenção para um campo de forças que pretende estabelecer uma verdade sobre o embate territorial entre Estado e *remanescentes de quilombos* no contexto da expansão aeroespacial, que é desenhado pelos intelectuais da academia e movimentos sociais e pelo Estado, e seus representantes. De um lado, o Estado se utiliza do modo de viver dos grupos camponeses, que ocupam a terra de forma comunal, para classificá-los como presos à terra, avessos ao desenvolvimento e progresso e à tecnologia. De outro, os mediadores, que são representantes desses grupos, alertam para uma compreensão pautada na condição social desses grupos, que foram historicamente marginalizados, despossuídos, invisíveis. Vide por exemplo debate nacional estabelecido entre Roberto Amaral, ex-ministro de Ciência e Tecnologia e atual diretor geral brasileiro da binacional Alcântara Cyclone Space – ACS e a pesquisadora e antropóloga Maristela de Paula Andrade em artigos publicados na Folha de São Paulo, entre janeiro e fevereiro de 2008. Vide também documento encaminhado a vários representantes de órgãos federais e estaduais e de instituições internacionais. “**Ações Ilegais Da Empresa Binacional Brasil/Ucrânia ACS – Alcântara Cyclone Space No Território Étnico De Alcântara**” elaborado por movimentos sociais alcantarenses e outros (em 25 de fevereiro de 2008); documento denúncia encaminhado ao Procurador Geral da República no Maranhão. **Impactos dos trabalhos desenvolvidos pela ATECH/ACS sobre as populações tradicionais da região de Alcântara/ma. Informação técnica à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.** Maristela de Paula Andrade e Benedito Souza Filho: São Luís: Janeiro 2008.



o outro povoado decidiu em seus termos *negociar* a possível entrada das terceirizadas em troca da vinda do que consideram *benefícios*?

## **2. Mamuna e Baracatatiua: variações políticas no contexto da arena de disputa territorial em Alcântara-MA**

Aquele avanço anteriormente comentado se deu quando a ACS, no âmbito de atividades de reconhecimento da área (prospecção do solo, catalogação de fauna e flora) para avaliar as condições de solo para a instalação das plataformas, acabou, por falta de total desconhecimento das lógicas territoriais desses grupos, e da autorização local, e de órgãos ambientais competentes, destruindo marcos simbólicos e recursos hídricos fundamentais para estes dois povoados.

Nos termos de Paul Little (2002), diante de processos de conflitos territoriais, esses grupos ao serem pensados na sua especificidade social, em seu processo de territorialização, fariam uso de uma razão histórica frente à razão técnico-instrumental do Estado. Em meio a este contexto de violação de direitos, há constituição de uma *pedagogia do conflito* (SOUZA FILHO, 2013, p.128), que é desenvolvida a partir das experiências de confronto desde que se deu o embate, na década de 1980. Pedagogia que inscreve um modo de resistência que se reinventa a partir das ações políticas. Isso aponta para a capacidade política de enfrentamento de tais grupos (no caso de Mamuna, deu-se pelo acionamento de redes de mediação política e da *ambientalização* do discurso), altamente persistente e potente na modificação da balança de poder, realizando na realidade social, concreta e metaforicamente, inversões da lógica de poder e avanços na constituição de direitos.

Os grupos são afetados justamente na violação de suas *territorialidades específicas* (COMERFORD, 2003; LITTLE, 2002). Nessa órbita conflitiva, tem-se a geração de inúmeros problemas, que dentre eles, o *conflito ambiental territorial* (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010), é fulcral para a compreensão do processo de embate entre Estado brasileiro e *quilombolas* em Alcântara, haja vista, não haver separação entre problemas ambientais e questões políticas, isto é, entre o ambiental e o social. É importante esclarecer o que se entende por àquele tipo de conflito ambiental. Segundo Zhouri e Laschefski (2010) “os conflitos ambientais territoriais marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial” (p.23). O que se está em disputa também são os modos distintos concepção e de produção espaço, transformado em território pelos grupos chamados *tradicionais*, “o que se reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais” (p.23). Dessa forma, os conflitos ambientais territoriais são aqueles que representam o maior desafio em relação à resolução através de processos participativos. Nesse sentido, as territorialidades desses grupos, enquanto “modos diferenciados de apropriação simbólica e material do meio ambiente, envolvem justamente modos diferenciados de apropriação simbólica e material do meio ambiente, envolvem justamente modos distintos de ver o mundo ou de “produzir” o espaço” (LASCHEFSKI, 2011, p.29).

Mamuna e Baracatatiua estão ameaçados de possíveis novas expropriações, sem deslocamentos; vivem juntamente com outros povoados do litoral norte do município uma incerteza social, diante de processos de conflitos territoriais que ali se dão atualmente em meio às disputas com o Estado brasileiro, por meio do Programa Aeroespacial Brasileiro.

## 2.1. Mamuna e a *ambientalização do conflito*

O evento autodenominado *barricada* foi empreendido pelos moradores deste povoado que impediu àquele avanço anteriormente exposto. Mas como isso se deu?

O depoimento de uma professora M. S. (SOUSA FILHO, 2013), uma das lideranças quilombolas de Mamuna que participou da *barricada*, descreve a situação que redundou na paralisação dos trabalhos por parte das subcontratadas da ACS. Os trechos são divididos (por mim) em cinco momentos para melhor entendimento da dinâmica desses atores diante da completude do evento.

### Momento 1: O acontecimento-chave

E, chegando lá na cabeceira do rio estavam feita estrada, derrubada da mata. E aí quando ele chegou e anunciou isso para a comunidade nós ficamos desesperados! Ficamos desesperados e fomos verificar de perto. Saímos uma comissão de quinze pessoas e fomos lá. Quando chegamos encontramos já a estrada feita, uma estrada de cinco quilômetros, várias picadas para as próximas seis estradas e aí nós encontramos pessoas trabalhando na mata. E aí nós fomos até ele [engenheiro responsável] e dissemos que não queríamos aquele trabalho, e que ele mandasse que aquelas pessoas parassem aquele trabalho porque estava nas nossas terras.

### Momento 2: A ação

Daí, quando foi no próximo dia, isso foi no dia 16 de janeiro de 2008, nós fomos verificar... Começamos com um grupo de 12, depois foram chegando a comunidade. Um às 10:00 hs já tínhamos um grupo de 50 pessoas já aglomeradas fazendo os trabalhos. Quando foi no dia 17 nós reunimos a comunidade e tomamos a decisão que nós íamos parar com tudo. Nós tomamos a decisão e, quando foi dia 18 de janeiro de 2008 nós fomos, saímos de madrugada com muita chuva, saímos de nossas casas e fomos lá para a estrada que já tinham feito. Cortamos madeira, enfiçamos estacas, fizemos uma cerca...

### Momento 3: A causa primeira

As máquinas estavam lá na estrada de cinco quilômetros, no final da estrada que fica próximo à cabeceira do rio da Mamuna. É o que abastece as famílias, de onde as pessoas usam para beber, para fazer sua alimentação, tomar banho, pra lavar roupa é de lá. E ficou afetada a água, ficou muito feia, prejudicou muito. As pessoas começaram a se sentir mal, passaram a ficar doente. Nós ficamos assim com muito medo.

### Momento 4: A causa primordial

E também o maior medo de toda a população era de perder a terra, porque é de lá que nós sobrevivemos, é da terra. A terra que é nosso supermercado, é de lá que nós tiramos a farinha, o arroz, todos os cereais que a gente consome na alimentação é da terra que nós tiramos, e o pescado é do mar. Então como eles estavam fazendo, a maneira como eles já tinham demarcado, tirava toda a nossa alimentação. Tiravam o mar, porque aonde eles marcaram no mar, ficava bem no porto que a gente usa, pegava toda a orla marítima do povoado. Então se aquilo ali fosse para uso deles, nós não íamos ficar com nada e a população ia morrer porque nós não tínhamos pra onde ir de jeito nenhum.

### Momento 5: Mobilização em Rede

Então essa foi a nossa decisão. Graças a Deus fomos ajudados por muitas pessoas...O movimento de retirada das máquinas foi uma decisão da justiça devido ao nosso embargo. Nós fizemos também uma ata, a Associação de Moradores do Povoado de Mamuna fez uma ata e essa ata foi para a Justiça

Global e aí ela deu entrada e daí nós conseguimos que a justiça desse uma liminar que eles teriam que tirar essas máquinas de lá. Nós conseguimos graças à Deus, depois veio o acordo na Justiça com a empresa e a comunidade, que a empresa não usasse mais aquela área e sim usasse a área do CLA, e hoje eles estão trabalhando lá na área do CLA.

Segundo Souza Filho (2013), este evento converte-se, assim, em um *conflito ambiental*, em um conflito de lógicas territoriais, e altera radicalmente o cenário de disputa. É mobilizada por parte das famílias que se viram atingidas uma ação coletiva de enfrentamento que modifica os rumos do empreendimento, fazendo com que este retroceda em seu avanço e fique apenas nos limites já estabelecidos e controlados pelo CLA. A ação coletiva ganhou tons de resistência pela força de mobilização de uma série de mediadores e agentes vinculados a diferentes movimentos sociais, repercutindo internacionalmente, através da denúncia à Comissão de Direitos Humanos da OEA, em outubro de 2008.

Em virtude dos inúmeros problemas causados e da situação de ameaça, as famílias de Mamuna denunciaram essas ocorrências ao Ministério Público Federal que após averiguar a situação, intercedeu junto às empresas que realizavam os trabalhos naquela localidade, determinando a interrupção das obras e a retirada das máquinas do território quilombola. Esse episódio provocou grandes desdobramentos políticos a ponto de envolver instituições como a Procuradoria da República, a Justiça Federal e organismos internacionais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, sediada em Washington (SOUZA FILHO, 2013, p.111).

O fator ambiental é o estopim para a conversão em uma *ambientalização do conflito* (LEITE LOPES, 2006), que até então se dava em outros termos, pela identidade de *atingidos*, de *quilombolas* (PAULA ANDRADE, 2003, 2006; SOUZA FILHO, 2013).

São concepções que nesse contexto demarcam uma perspectiva política, através de um posicionamento/entendimento em relação à natureza como instrumento de luta. O enfrentamento e a resistência do grupo podem indicar nesse contexto um alerta contra os possíveis riscos (o risco não só de matar a cabeça de um rio, mas o risco de perderem em última instância, a terra). A questão não foi somente a de pensar os “riscos” do desastre ambiental, mais de como o evento foi usado estrategicamente para justificar e reforçar a luta pelo direito territorial. Assim, a questão ambiental aparece na agenda de luta dos grupos quilombolas neste caso, como uma *ambientalização* de um conflito social (LEITE LOPES, 2006), por produzir efeitos na interiorização de novas práticas sociais desses sujeitos. A dimensão ambiental neste caso faz-se como uma questão nova e importante, que “se impõe como elemento de argumentação, disputa, negociação entre grupos sociais e setores do Estado” (LEITE LOPES, 2006, p.49).

É importante apontar, conforme argumenta Leite Lopes (2006), que o termo *ambientalização* “é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo” (p.34). Nesse sentido, tal processo é pautado pela construção de novos fenômenos que se associam a um processo de interiorização individual/social, e, no caso da “*ambientalização*”, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”. Segundo ainda este autor, a incorporação e a naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial (p.34).

A noção de “processo de ambientalização”, segundo Leite Lopes (2006), baseia-se na experiência empírica com o lado “marrom” das questões ambientais, com a poluição urbano-industrial e seus grupos sociais, e menos com o lado “verde”, com a floresta, com povos indígenas e grupos camponeses. Mesmo segundo essa consideração, “processo de ambientalização” neste trabalho estaria relacionado a um processo implicando um avanço progressivo de reivindicações e conquistas referentes aos direitos territoriais.

Diante de conflitos sociais que são mais amplos (que os conflitos territoriais), entre segmentos sociais antagonistas (Estado Brasileiro/Setores empresariais x *quilombolas*) a “questão ambiental” pode crescer como opção de (auto)crítica à atuação (Estado/Ramos empresariais) ou de embate (grupos atingidos) no repertório das ações de interesses e reivindicações dos agentes e dos sujeitos em determinada arena. Mais do que identificar a *ambientalização* em discursos ou nas práticas sociais como parte de uma possível metodologia de trabalho do Estado ou estratégias de resistência dos grupos subalternos (LASCHEFSKI, 2011), importa mais conhecer e reconhecer quando é acionada na arena e por quem, mediante a que interesse(s), e que estratégias foram eleitas no sentido de converter em força tal discurso na conquista dos objetivos – de curto ou de longo prazo? Como ela se converte em estratégia eficaz em determinados contextos e outros não?

## 2.2. Baracatuiua e a exposição do *discurso oculto*: “vamos negociar!”

Os moradores de Baracatuiua permitiram a entrada e a continuidade da permanência dos trabalhadores das empresas em seu povoado. Esses, ficaram hospedados na casa desocupada do Sr. Vital (um dos moradores mais antigos do povoado, casado com uma das chamadas *herdeiras* de Baracatuiua), e passaram a manter relação de cortesia e amizade para com o grupo (WOLF, 2003). Outros passaram a ser contratados temporariamente, por meio do pagamento de diárias, para realizar trabalhos de guia, de desmate da área para penetração das máquinas, de cozinhar alimentação e lavagem de roupas.

O grupo de Baracatuiua, diante do que podemos chamar de crise de representação e de ressentimento social em relação às instâncias políticas já destacadas, estabelece outro tipo de relação política no intuito de serem atendidos em seus interesses. Ou seja, o grupo de Baracatuiua, através da figura de sua liderança, estabelece relações diádicas (LANDÉ, 1977b) com o que são considerados nesse jogo de disputa mais amplo, em que pese tanto o uso do território pelo Estado, como área privilegiada para fins aeroespaciais e a garantia de permanência dos *quilombolas*, os que são potencialmente antagonistas, representados pelos funcionários da ACS, no cenário de expansão do Cronograma de tal Programa. Em outros termos, o grupo de Baracatuiua, estabelece relações diádicas com o que seriam os potencialmente antagonistas, alegando que estes, pensados em outra perspectiva pelo grupo, conseguiriam com êxito, serem os agentes a possibilitar a realização de seus interesses, a “trazer benefícios para o povoado”.

A questão da representação e da mediação é colocada, assim, em primeiro plano, pois num contexto em que, segundo o grupo de Baracatuiua, nem a representação política *profissional* (BOURDIEU, 2009), representada pelo poder público municipal (bem como estadual e federal), nem a representação mediada por delegados sindicais, agentes de movimentos sociais e mediadores tradicionais e atuais (até mesmo antropólogos), conseguiram efetivar com sucesso a obtenção dos interesses materiais

para o grupo. Diante de uma representação frustrada nesses dois níveis, o que o grupo faz? O que ele faz: como pode ser lido?

O que estava em jogo naquele momento para o grupo era a sua reprodução diante de uma incerteza social, bem como diante de um ressentimento social, haja vista argumentarem, segundo sua lógica, serem *desassistidos*, *esquecidos* pelo poder público municipal, pelos movimentos sociais, e por todos que de alguma maneira entraram em contato e não cumpriam suas promessas e possíveis benefícios para o povoado. Segundo a memória social do grupo, aparecem falas como: “*de longos trabalhos que vêm acontecendo vi apenas prejuízo*”, “*em Baracatatiua nada dá certo*”, diante do questionamento se “*era por que era um lugar só de gente analfabeta*”. Mais adiante “*não tem festa, não tem energia pra ver as novelas, a gente sente falta, se quiser ver tem que esperar uma viagem pro Marudá*”. Falas que remetem para a sensação de não estarem amparados socialmente e estarem totalmente esquecidos, que fica evidente na fala “*parecia esquecido do mundo até a construção do centro de foguetes*”.

James C. Scott (2013, p. 34), argumenta que o discurso versa sobre a dignidade e a reputação. As práticas de dominação e exploração, segundo o autor, “geram normalmente insultos e ofensas à dignidade humana, que por sua vez alimentam um discurso oculto de indignação” (p.35). Aponta ainda que, qualquer forma que venha a assumir, este discurso oculto coletivo é essencial a qualquer visão dinâmica das relações de poder, e é “muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos *de facto* imediatos” (SCOTT, 2011, p.223).

Quando do avanço do Programa Aeroespacial Brasileiro, que se deu com a entrada em cena de novos agentes (representantes da binacional ACS) para realizar atividades referentes a esse avanço, os moradores de Baracatatiua constituíram alianças (WOLF, 1970, p. 112) para negociar a vinda do que entendiam como *benefícios*.

Os moradores do povoado de Baracatatiua manifestaram concordância com o discurso dos funcionários e representantes da binacional, porque segundo o ponto de vista desses moradores, o povoado estava desassistido pelo poder público, bem como descuidado e não lembrado pelos movimentos sociais, e tinham em mente *negociar* com a binacional na expectativa de obter recursos para o povoado, que entendiam como *benefícios* para o povoado, como energia elétrica, água encanada, poços artesianos, escolas, posto de saúde, escola, telefone público, já que neste povoado, naquele momento, não constava nenhum desses recursos, diferenciando-o de outros povoados. Pode-se notar um tom de ressentimento social por parte desses sujeitos (COSTA, 2010, p.64).

Tentariam *negociar* a vinda de benefícios “para melhorar e não ficar pior do que tá”, e nesse sentido, longe de pensar que os moradores agem apenas segundo interesses egoístas (é como se estivessem dizendo: estamos interessados em energia elétrica pra gelar nosso peixe, pra ver nossa televisão, beber água gelada e não em questão quilombola, até ontem não sabia o que era quilombola...), estão agindo por meio de estratégias políticas de defesa do território que significava em primeira instância a própria reprodução social do grupo. A grande questão foi como o grupo significou e buscou isso, que foi uma forma diferenciada, pois os povoados do litoral norte ameaçado de novas expropriações, não conceberam as atividades em suas áreas, e, por isso, optaram pelo enfrentamento e pela resistência direta.

Diante do que podemos chamar de crise de representação e de ressentimento social, pois se sentem “injustiçados” em relação às instâncias políticas já destacadas, estabelece outro tipo de relação política no intuito de serem atendidos em seus interesses. Ou seja, o grupo de Baracatatiua, através da figura de sua liderança em primeira instância, estabelece *relações diádicas* (LANDÉ, 1977b) com o que são

considerados nesse jogo de disputa mais amplo pelo o uso do território, almejado pelo Estado como área privilegiada para fins aeroespaciais, os que são potencialmente antagonistas, representados pelos funcionários da ACS, no cenário de expansão do Cronograma de tal Programa. Em outros termos, o grupo de Baracatatiua, estabelece relações diádicas com o que seriam os potencialmente antagonistas, alegando que estes, pensados em outra perspectiva pelo grupo, conseguiriam com êxito, serem os agentes a possibilitar a realização de seus interesses, a “trazer benefícios para o povoado”. Vemos aqui operar a transformação da condição e representação políticas dos diversos sujeitos e agentes presentes na arena de disputa.

*Negociar* não é mero reflexo de uma necessidade material, assim incorreríamos no erro de classificá-los apenas numa razão instrumental, mecânica, egoísta. Ou tratar a heterogeneidade como negatividade, como falta de alguma coisa – ou de tudo. Negociar remete para um sentido de história do grupo e da luta pela reprodução social, mas também aos instrumentos de luta: quais? Qual o conteúdo político? Quais os repertórios e as pautas de luta? Ocorre que eles têm visão própria de mundo, são homens e mulheres que discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Ressignifica a “desassistência”, atribuindo um caráter de dinamicidade e de inter-relações com o político, o social e o próprio econômico. (THOMPSON, 1998), que são dotados de intenções, valores e intencionalidades que condicionam suas ações (SCOTT, 2011, p.229).

*Negociar* pode ser considerado como uma *metáfora hidráulica* (SCOTT, 2013) que carrega a pressão que subjaz ao discurso oculto (que estava sendo produzido há tempos), a própria revelação do discurso oculto, que se dirige para certos agentes, dependendo do grau da necessidade e da indignação do grupo. Segundo este autor, o discurso oculto deve ser entendido como um “domínio político em que se procura impor, num ambiente fortemente adverso, certas formas de conduta e resistência nas relações com os grupos dominantes. Em suma, seria mais exacto conceber o discurso oculto como uma condição da resistência prática” (p.263).

Importante é questionar não apenas o conteúdo, mas para quem é direcionado tal discurso oculto: para os antagonistas transformados em novos mediadores ou para os mediadores tradicionais que são para os moradores de Baracatatiua ineficazes? São para os demais “quilombolas”?

Ainda pensando em Scott (2011, p. 223), este aponta que, o sucesso da resistência *de facto* é diretamente proporcional á conformidade simbólica com que é dissimulada. Este argumento é interessante para pensar que “o sucesso”, entendido aqui como “a vinda de benefícios para o povoado” só se faz possível como um ganho real, contanto que a ordem simbólica mais ampla não seja posta em questão. Segundo o autor, “pode-se sustentar que o campesinato muitas vezes acha taticamente conveniente, bem como necessário, deixar intacta a ordem formal enquanto dirige sua atenção a objetivos políticos que podem nunca ter um reconhecimento formal” (SCOTT, 2011, p.223). Nesse sentido, negociar com os antagonistas, é fazê-los convertidos em novos mediadores.

### **3. Considerações para não finalizar**

Bertrand Badie e Pierre Birnbaum (1994) chamam atenção para a ameaça substancialista, como se o fator político tivesse uma essência que determinará toda a constituição do poder na sociedade, e cuja culminância seria o Estado, deixando, por isso omissa, uma orientação que perceba as práticas sociais e as culturas produzidas.

Nesse último aspecto, a obra de Marc Abélès e Henri-Pierre-Jeudy (1997), pareceu nos servir no exercício de promover “uma orientação que perceba as práticas sociais e as culturas produzidas” no contexto das experiências vividas institucionalmente ou não, como as apresentadas aqui nesse trabalho. As práticas sociais e as culturas produzidas são construídas, assim, em racionalidades específicas, em relações e reações variadas, em contextos sociais múltiplos que as fazem funcionar e existir, e se reinventar historicamente.

As reações diferenciadas de Baracatuiua e Mamuna instigam reflexões norteadas por um complexo quadro mais amplo de sobrevivência das famílias de Alcântara no processo de expansão do CLA neste município, encetado desde a década de 80. A análise dessa postura implica a reflexão, para além da emergência de estratégias diferenciadas, a interrogação sobre os fundamentos, socialmente determinados naquele cenário, composto por inúmeras formas de viver e modos de pensar, entrelaçadas por um mesmo processo histórico de territorialização, construído por escravos negros, índios e seus descendentes.

As duas experiências apresentadas, pensadas como estratégias de resistências camponesas, porque enfrentando ou dissimulando politicamente na arena, são formas eficazes de desocultação e expressão pública de discursos (SCOTT, 2013) de descontentamentos que buscam através de ações e simbologias, promover a dignidade e a garantia de direitos.

Uma reação não está desconectada da outra e é nesse sentido que se percebe como partes de uma totalidade que só podem ser compreendidas se unidas e encaixadas, interdependentes e relacionadas (ELIAS, 1999). As reações desses dois povoados, Baracatuiua e Mamuna, podem ser interpretadas como estratégias camponesas num contexto de ameaça (WOLF, 2003), correndo paralelas diante do processo de permanência no *território étnico*, só que de maneiras diferentes, dissonantes. Diante disso, podemos pensar numa linha de desentendimento (LANDÉ, 1977a, p.34) que está em desacordo com aquela reconhecida pelos outros povoados – a recusa conjunta (ALMEIDA, 2002), que coopera para um processo de faccionismo (LANDÉ, 1977a), visto que uma das metas da facção é trazer benefícios para seus líderes e partidários (idem, p.28).

Ou seja, nem toda luta é homogênea, nem sempre comum são os interesses, e, nem de todo compartilhados. E a identidade enquanto grupo se dá também na relação com os dominantes, *barricando*, como fez Mamuna, ou *negociando*, como fez Baracatuiua.

Aqui é possível pensar em termos da especificidade camponesa, em seus termos de organização social, de modo que mobilizam em diálogo com o mundo social mais amplo (WOLF, 1970, 1984, 2003), pelo acionamento de sua rede de mediação política. O que vai diferenciar as distintas experiências é quanto ao grau de mobilização política diante de um quadro favorável, haja vista a existência de outro quadro histórico, possivelmente estas mesmas estratégias seriam altamente desprezíveis.

As ações do Estado nesta arena de disputa territorial, que são realizadas por meio de uma *metodologia de trabalho* (LASCHEFSKI, 2011) como a maneira recorrente de construção discursiva-simbólica-ideológica, de uma legitimação social de suas atividades referentes à implantação de algum projeto, ao mesmo tempo em que invisibiliza a existência de populações atingidas. Metodologias que contribuem para a construção de paisagens sociais muitas vezes perversas, subalternizando populações e legitimando iniquidades (ASSIS, 2011). Consonante a isso, são forjadas também, por parte dos grupos atingidos que estudamos, uma *ambientalização* do conflito (LEITE LOPES, 2006), mas também a exposição do *discurso oculto* e a *negociação* do seu

conteúdo, como estratégias de enfretamento num contexto de disputa e conflito territorial.

Essa possível dissonância da referência de luta de *recusa conjunta* (ALMEIDA, 2002), se revela por um lado a tentativa de preservação de uma autonomia política, em que haja a escolha de outras frentes de mediação, de entendimento de luta e de outras reivindicações, revela por outro, neste caso, uma perspectiva que reforça as relações clientelísticas, “o reforço de vínculos clientelares” (WOLF, 1957; SILVA, 1998), que não deixa de estarem imbuídas de assimetria e dominação, mesmo quando o líder da comunidade de Baracatuiua diz que “o engenheiro tomou cerveja com a gente na beira da praia, ele vem é muito aqui em casa, até hoje”.

A dimensão política do mundo social não se reduz a atividades, espaços, atores ou racionalidades oficialmente reconhecidos como “políticos”, limitando-se a espaços institucionais, como partidos, sindicatos e os três poderes, mas que se amplia mediante às múltiplas experiências e situações que são marcadas por saberes e práticas próprias, adquirindo assim forma e visibilidade políticas. É nesse sentido que este trabalho se propôs: refletir o cruzamento dos níveis de representação política que se descortinam à medida que os atores sociais, no anseio de conquistar seus interesses, forjam relações e ações políticas no trânsito dos níveis de representação, do mais institucional ao plano da relação microsocial diádica.

As diversidades locais e os modos diferentes pelos quais as pressões externas, na forma de projetos nacionais (aeroespacial nesse caso), foram vivenciados em contextos marcados por uma trajetória histórica desigual. O que poderia neutralizar as diferenças<sup>9</sup> proporcionou um espaço social por meio do qual as relações de poder, os ressentimentos, as emoções, puderam finalmente se expressar. As relações sociais forjadas pela mediação com agentes tradicionais e até mesmo antagônicos possibilitou perceber como os atores sociais manejam e mobilizam recursos sociais, acumulando poder, em referência às capacidades diferenciadas de mobilização política e de manobra social.

Consideramos, assim, que o caráter multifacetado das estratégias e relações políticas estabelecidas na dinâmica da luta, deu-se não somente pela permanência no território, mas na própria luta de visibilidade e reconhecimento social que também garante e retroalimenta a reprodução dos diferentes atores sociais que nos defrontamos nesse trabalho.

### Referências bibliográficas

ABÉLÈS, Marc; JEUDY, H. (Orgs). **Antropologie du Politique**. Paris, Armand Colin, 1997. [Introdução].

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: *Revista do NAEA*. N.º. 10. Belém. UFPA. 1989.

\_\_\_\_\_. *Quilombos: Sematologia em face de novas identidades*. In: **Frechal – terra de preto. Quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luís: SMDH/PVN. 1996.

\_\_\_\_\_. *Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida (1995 - 1997)*. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, p. 51-70, 1998.

<sup>9</sup> Os moradores de Mamuna classificam os moradores de Baracatuiua: “nós (do povoado Mamuna) somos descendentes e herdeiros de ex escravos, somos *quilombolas*”, “eles (dizem os do povoado Mamuna), os do povoado de Baracatuiua, vivem que nem índios”.



\_\_\_\_\_. **Laudo Antropológico. Identificação das comunidades remanescentes de quilombo em Alcântara (MA)**. Rio de Janeiro. Setembro de 2002. 02 vol.

ARRUTI, José Maurício A. “A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas”. *Mana - estudos de antropologia social*, n.3/2, outubro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. “In-visibilizar” populações e legitimar iniquidades. A apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do Setor Elétrico. In: ZHOURI, Andréa (org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. pp. 219-238.

BADIE, Bertrand; BIRNBAUM, Pierre. *Sociología del Estado: nuevas interpretaciones*. In: RICS, n.140, julho, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A representação política. Elementos para uma teoria do campo político*. In: **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. – 12ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COMERFORD, John. **Como uma Família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 2003.

COSTA, Benedita de Cássia Ferreira. **“VAMOS NEGOCIAR PRA MELHORAR E NÃO FICAR PIOR DO QUE TÁ**. Sobre a aliança com antagonistas, estratégia dissonante da *luta conjunta* pela permanência no *território étnico* de Alcântara – MA”. São Luís. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Maranhão, 2010.

ELIAS, Norbert. *Modelos de Jogos*. In: **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

LANDÉ, Carl. Introduction: the dyadic basis of clientelism. SCHMIDT, S.W. et alli.(Eds.). **Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism**. Berkeley, University of California Press, 1977a

\_\_\_\_\_. Groups politics and dyadic politics: notes for a theory. SCHMIDT, S.W. et alli.(Eds.). **Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism**. Berkeley, University of California Press, 1977b

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e Equidade Ambiental. As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou Folclorização? Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 1999.

\_\_\_\_\_. “Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas”. In: *Etnográfica*. 2000. Vol. IV.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos sociais e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 12, n. 25, jan./jun. 2006. pp. 31-64.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. Nº 322 Brasília: UNB, 2002. pp. 1-32.

MEIRELLES, Sérgio. **Alcântara na era espacial**. São Luís, Cáritas Brasileira – Escritório de São Luís, 1983. Série Transformações Recentes.

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. *Anthropologie et developpment: essai en socio anthropologie du changement social*. Paris: APAD/Karthala, 1995.

- O'DWYER, Eliane Cantarino. "Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos" In: *Identidade Étnica e Territorialidade*. Rio de Janeiro. ABA/FGV. 2002.
- \_\_\_\_\_. "Os quilombos e as fronteiras da Antropologia". In: *Antropolítica* (UFF), vol.19, 2005.
- \_\_\_\_\_. "Quilombos: os caminhos do reconhecimento em uma perspectiva contrastiva entre o Direito e a Antropologia". In: *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 165-178, jan./jun. 2009.
- PAULA ANDRADE, Maristela de. "De pretos, negros, quilombos e quilombolas - notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombos". *Boletim Rede Amazônia*, Rio de Janeiro, v. 02, 2003.
- \_\_\_\_\_. "QUILOMBOLAS - etnicidades emergentes? subsídios para uma discussão sobre a colonização de categorias nativas". In: *Ciências Humanas em Revista* (UFMA), v. 4, n. 1, 2006.
- \_\_\_\_\_; SOUZA FILHO, Benedito. (Orgs.). **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**; - São Luís: EDUFMA, 2006.
- ROCHA, Ana Tereza Ferreira. **A Festa Inacabada. A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e a constituição de sujeitos liminares**. São Luís. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, 2006. (Dissertação de Mestrado)
- SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243.
- \_\_\_\_\_. **A Dominação e a Arte da Resistência**. Lisboa: Letra Livre, 2013.
- SILVA, Manuel Carlos. **Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Nordeste de Portugal**. Porto: Afrontamentos, 1998.
- SOUZA FILHO, Benedito. Ovo não briga com Pedra: metáfora e conflitos ambientais em Alcântara. In: *33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS*, Caxambu, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Os novos capitães do mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara** / Benedito Souza Filho. – São Luís: EDUFMA, 2013. 278p.
- WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. Trad. Oswaldo Caldeira C. da Silva. Ver. Tec. Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Guerras Camponesas do Século XX**. Trad. Iolanda Toledo. São Paulo: Global, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Comunidades camponesas corporadas fechadas na Mesoamérica e em Java Central*. In: **Antropologia e Poder: as contribuições de Eric Wolf**. Org. FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins. Brasília: EdUnb, 2003.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-31.

## GT 11 – AÇÃO COLETIVA E MEDIADORES NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO.

### A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST NA BAHIA – UMA EXPERIÊNCIA NO FIO DA NAVALHA

Fabya Reis<sup>1</sup>

**RESUMO:** Proponho discutir no GT alguns aspectos da experiência do MST na Bahia no processo de construção da participação dos seus membros, nos espaços de representação política institucional e as implicações dessa participação para o processo de “democratização” da política na Bahia e no Brasil. A discussão está lastreada nas análises conclusivas da tese defendida em 2012 em Ciências Sociais na UFCG. Com uma visão heterodoxa desses processos, interpreto-os através dos aprendizados coletivos que ultrapassam marcos “institucionais formais” e nos ajuda a pensar a política no Brasil.

**PALAVRAS- CHAVE:** Movimento Social; MST; Representação Política,

#### Introdução

A experiência do MST na Bahia foi o lócus para a realização da reflexão acerca da participação de lideranças como representantes do MST, no “campo político institucionalizado”. Num contextual atual sobre a institucionalização dos movimentos sociais, O MST é paradigmático no caso brasileiro. A experiência que proponho debatermos traz a baila os contornos das dinâmicas implicadas as relações entre dirigentes estaduais e nacionais do MST, quando as lideranças baianas assumem a decisão nas instâncias de direção de participar diretamente do campo institucional, através da indicação dos seus membros para disputas eleitorais, e na participação dos arranjos políticos que resultam igualmente na indicação dos seus membros para integrarem cargos na estrutura do estado assumindo alianças com governos estadual e federal. Essa experiência torna-se expressiva também para os estudos sociais que apontam a institucionalização do MST, porque traz novos elementos que incrementam nossas reflexões. Essa experiência demonstra outros ângulos que contrariam a tese de negação do político dos movimentos sociais, em particular do MST (Martins, 2000), através da evidenciação de um conjunto de ações atravessadas de conteúdo político e novas

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Bolsista CAPES/PNPD/UFCG período jan-dez 2014. E-mail [reisfabya@yahoo.com.br](mailto:reisfabya@yahoo.com.br) Artigo apresentado ao GT 11 - Ação coletiva e mediadores no espaço rural brasileiro

dinâmicas para pensarmos a “política” enquanto atividade da práxis humana capaz de transformações sociais.

Os dilemas, as contradições, as tensões, os conflitos, as ambiguidades decorrentes dessa experiência integram um quadro amplo apresentado na tese e que não serão tratadas em seus pormenores considerando os limites deste artigo. Mencionar rapidamente, para que não gere a dúvida, que os elementos teóricos- metodológicos atravessaram e lastrearam as reflexões a que cheguei, e que nesse artigo somente serão debatidas quando necessário para o entendimento das análises apontadas. Os elementos contextuais dessa experiência serão os mais enfatizados, visto que entendo ser bastante oportuno aprofundar minhas reflexões com os membros desse GT sobre as particularidades desse tipo de relação estruturada pelos membros do MST na Bahia.

Os fluxos dessas relações foram articulados no âmbito do debate sobre *democratização, política e representação política*, conceitos estes interpretados como processos interdependentes que se encontram inconclusos, perspectivando, portanto, possibilidades para a construção de leituras, interpretações que questionem as assimetrias e as desigualdades no mundo. Apoie-me ainda numa abordagem processual e figuracional, em diálogo com a obra de Elias, combinada com a reflexão de “campo instituído da política” analisado na obra de Bourdieu (2005); ambas complementadas pelo estudo sobre representação política, democracia e participação política, leitura apreendida heurísticamente, com uma visão heterodoxa dos processos em questão, entendendo a “multidimensionalidade” da participação do MST-Ba no processo eleitoral, chamando a atenção que essa relação não acontece apenas nos marcos “institucionais formais” da política brasileira.

Ao se falar sobre as relações entre o MST e o campo político instituído, é recorrente um olhar cauteloso, alertando para os riscos de desmobilização, desradicalização das ações do movimento e do esvaziamento das suas reivindicações frente ao Estado. Ressaltam as ações diretas no âmbito da sociedade civil como mais salutares para a luta social. Sem desconsiderar essas preocupações, problematizo uma visão dicotômica entre Estado e sociedade civil, e a visão que considera as ações no campo político instituído como deslegitimadoras do papel dos movimentos sociais.

## 1. A percepção dos membros do MST sobre seus dilemas na participação do campo político.

Ação “direta” e participação nas eleições, para usar os termos usado entre os militantes do movimento, em referência a entrada no campo político, também é vista com muita cautela no MST. Trata-se de um dissenso que ganhou relevo em 1997, quando a Bahia decidiu, nas “instâncias da direção”, associar as suas “ações diretas” às estratégias de construção da representação política no campo político instituído, conferindo às relações que eram difusamente operadas nesse campo, um lugar importante na estratégia de luta do movimento nesse estado. São emblemáticas as relações estabelecidas ao longo da existência do MST, nacionalmente, com diversos segmentos sociais, com vistas a combinar esforços para a construção de uma alternativa de poder à esquerda, e, sem dúvida, o diálogo com o PT se destaca ao se falar numa ação no campo político instituído.

Desde a fundação do PT e do MST, na década de 1980, essas relações têm sido problematizadas, no início pela demarcação da identidade e autonomia do MST em relação ao partido político, e depois na demarcação dos parâmetros que regulam suas relações, as quais de tempos em tempos são marcadas por momentos de muita tensão, resultando, do lado do MST, por exemplo, na edição em 2008 de uma resolução nacional com orientações à militância para não participar das eleições municipais. Embora esse documento não tenha sido direcionado exclusivamente ao PT, e sim a todas as relações partidárias, ele teve, no alcance prático, uma intensidade maior para as relações com o PT, dada as aproximações históricas. A resolução da direção nacional de 14 de março 2008 orienta:

A experiência histórica da classe trabalhadora, em nível internacional e no Brasil, revelou como é nefasta para a organização dos trabalhadores, quando alguma corrente ideológica transforma o movimento de massas em apenas correia de subordinação. Isso gera divisionismos, manipulação e todo tipo de oportunismo. As táticas de luta dos movimentos sociais, para obter conquistas sociais, melhorias de vida e acumularem política e ideologicamente, não podem se submeter apenas a táticas eleitorais, que são próprias da natureza dos partidos. Nosso movimento já experimentou diversas experiências negativas de companheiros/as que se utilizaram do movimento para se eleger, e depois abandonaram os compromissos com a classe trabalhadora. ‘Diante desse quadro, tomamos a seguinte deliberação nacional sobre a participação com candidaturas: a) Nosso movimento **não deve colocar suas energias, sua militância, sua referência** e os poucos recursos econômicos, na disputa eleitoral municipal. b) **Nenhum dirigente do movimento, em qualquer nível deve ser candidato.** E no caso de algum militante ter vocação eleitoral e quiser disputar as eleições, que é um direito legítimo, deve fazê-lo de forma pessoal e retirar-se da instância a que pertence. Estarão desautorizados a utilizar os recursos humanos e de infra-estrutura do movimento. E estarão fora das instâncias até o final da gestão a que pertence. c) Nenhum companheiro/a assentado ou acampado ou militante poderá ser liberado para cabo eleitoral de candidatos’. (MST, 2008)

O texto remete aos dilemas e posições divergentes dos militantes do MST quanto ao apoio ao PT, ou, ainda mais problematizado, se lideranças do movimento deveriam participar diretamente do processo eleitoral, na condição de candidatos(as), ou até mesmo ocuparem cargos políticos. Decorre dessa situação um conjunto de pessoas favoráveis e contrárias, com repercussões diretas para a condução do MST. Tais dilemas têm motivado, em situações pontuais, mas consideradas relevantes, o desligamento de militantes<sup>2</sup>, por discordarem de qualquer apoio ou aliança, ainda que seja tática, com o PT; são situações que tensionam as deliberações internas sobre a *tática* da luta por reforma agrária e por transformação social.

O modo como o MST colocou-se nas eleições brasileiras em 2006, numa postura de neutralidade ou como preferem alguns, uma postura apática e a deliberação em 2008, que orientava a não participação de lideranças militantes nas eleições são exemplos das tensões vivenciadas. Na Bahia o a resolução teve nas suas orientações pouco alcance, uma vez que pelo conjunto das articulações e relações com o campo político já estavam bastante imbricadas e também por força da deliberação tomada desde 1997, as lideranças daquele estado não somente seguia as relações históricas estabelecidas com o PT, como aprofundou esse processo com a indicação de algumas das suas lideranças a serem candidatas e a ocuparem cargos na estrutura estatal.

Nacionalmente a resolução foi revogada no início de 2009, numa avaliação da conjuntura política e considerando que na prática, no “tempo da política” (PALMEIRA, 1996) as pessoas de um modo geral tendem a se mobilizar, nesse sentido seria salutar aproveitar essa dinâmica para discutir e qualificar a ação para o momento das eleições.

A direção nacional se posicionou quanto à avaliação dos militantes que saíram<sup>3</sup>,

---

<sup>2</sup> Uma carta datada de novembro de 2011, endereçada ao MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina registrou a saída de um conjunto de militantes destas organizações (51 pessoas assinam a carta) por discordarem do projeto estratégico defendido por estas organizações. Segundo elas estas organizações não atingirão o objetivo da construção do socialismo, julgaram que a tática de se aliarem ao PT, a CUT, está errada. Em um trecho, a carta diz que: “O problema em questão não é que houve uma traição da direção ou um abandono/rebaixamento do projeto político; um erro na escolha das táticas ou dos aliados. A questão fundamental é a contradição entre o objetivo e os caminhos escolhidos para atingir tais objetivos: propúnhamos o Socialismo como objetivo, mas o projeto estratégico que traçamos ou ajudamos a trilhar não nos leva a esse objetivo. Tal estratégia política não é nova na luta de classes: sua origem está na socialdemocracia europeia de há mais de um século, adaptada às condições históricas do Brasil numa versão rebaixada, que foi reproduzida nas últimas décadas pelo PT e CUT e recentemente por MST/Via Campesina, MTD e CP. Atualmente, se apresenta na forma do Projeto Democrático Popular e Projeto Popular para o Brasil”.

<sup>3</sup> Carta da direção nacional do MST aos militantes que se desligaram, datada de 24 de novembro de 2011: “Sobre isso, cabe-nos; a) respeitar a decisão que tomaram; b) manter as críticas que nos fazem no âmbito do processo

reafirmando que o movimento se encontra num processo de avaliação e mobilização em todos os estados, para a construção das linhas e estratégias que orientará o movimento no próximo período. Com a revogação da resolução 2008, a direção nacional deliberou um conjunto de orientações para regular a participação no processo eleitoral: a) a avaliação de ter ou não candidaturas seria realizada nos estados, nos espaços deliberativos, nos quais se pesariam os prós e contras, as condições estruturais e conjunturais para colocarem militantes, assentados e lideranças nas disputas políticas; b) havendo candidaturas de militantes que ocupem espaços nas direções do MST, orienta-se que estes se afastem no período eleitoral e durante os mandatos; c) as estruturas para a campanha devem ser fruto da articulação da candidatura, não colocando as estruturas do MST para financiar a campanha. Esses caminhos, permeados de incertezas, ora deliberando resoluções que orientam a não participação nos processos eleitorais, e num período seguinte deliberam em sentido contrário orientado como deve ser essa participação, são nuances exemplificadoras das dificuldades na escolha do caminho a seguir<sup>4</sup> (MST 2009).

Esses são dilemas também colocados ao próprio PT, sobretudo a partir da sua chegada à presidência do Brasil. Arranjos eleitorais, estratégia de alianças, programa de governo, preocupação com a governabilidade e os desafios para transformações sociais historicamente defendidas pelo partido são alguns temas que produzem diferentes tomadas de posição dos seus militantes e lideranças, marcados em certos períodos pela ruptura de um conjunto de militantes com o partido<sup>5</sup>; trata-se de rompimentos e novas construções de

---

descrito acima; c) desejar que continuem nas lutas da classe trabalhadora, fazendo parte de organizações classistas ou construindo novas formas organizativas capazes de definir e implementar políticas que contribuam para que a classe trabalhadora conquiste uma sociedade sem exploradores e explorados. Os que saíram agora e os que agora voltaram para assinar o documento, certamente nos ajudarão a superar um dos principais desafios da esquerda nos tempos atuais: o de unir a teoria à prática revolucionária. E, estando próximos aos que se esmeram para que haja a *hora de dividir*, percebam que nenhum processo revolucionário ocorre sem a *hora de unir*. Que os tempos difíceis de hoje e as práticas políticas de alguns não inviabilizem esse objetivo” (MST, 2011).

<sup>4</sup> Outros documentos expressam o posicionamento sobre a participação dos militantes nos processos eleitorais como demonstrado na carta de apoio à candidatura à Dilma Rousseff em 2010. Outro indicativo de escopo maior que faz referência a processos eleitorais é o vídeo de João Pedro Stédile veiculado nas redes sociais pedindo apoio do povo venezuelano à candidatura de Hugo Chaves em 2012.

<sup>5</sup> Heloisa Helena, João Batista-Babá, Fontes e Luciana Genro foram expulsos do PT em 2003, sob a motivação de não obedecerem à orientação do partido em votações importantes, como a da reforma da Previdência, fundaram o Partido socialismo e liberdade (PSOL) em 2004; Plínio de Arruda Sampaio saiu do PT em setembro de 2005, ingressou no (PSOL); Cesar Benjamin saiu do PT em 1995 por discordar das linhas políticas, filiou-se ao PSOL em 2005, do qual se desfilou em 2008, e atualmente é editor da Contraponto Editora. Na Bahia, o deputado federal Bassuma foi expulso em 2009, por ser contra ao aborto, por discordar da orientação interna do PT e em divergência com as feministas do partido.

tendência<sup>6</sup>, no interior do partido, associados aos momentos de grandes divergências e instabilidade com antigos aliados, como por exemplo, o MST, produzidas pelas incertezas dos rumos do governo. Sem respostas conclusivas, as diferentes posições tomadas por seus militantes, direções e aliados produzem figurações que, para o conjunto dos atores envolvidos bem como para pesquisadores, são de difícil compreensão em curto prazo, se suas movimentações e tomadas de posições estariam seguindo para avançarem no projeto de emancipação dos trabalhadores ou se, pelo contrário, estariam aprofundando as situações para mais dominação e opressão dos historicamente “excluídos” e empobrecidos no País.

Esses variados aspectos nos evidenciam como o movimento a partir de um conjunto de debates internos e na interlocução com o contexto social buscam dá régua e compasso a sua participação política. Segue o caminho tentando se equilibrar em cenários de grandes incertezas, mas não se pode afirmar, que isso seja negação do político, mas sim um “autofazer-se” num cenário complexificado com a chegada do aliado histórico político ao governo. Assim muito menos preocupados em responder as teorias políticas sobre “transformismo” e “cooptação”, tentam assegurar suas pautas históricas e um conjunto de demandas para as bases que o integram, bem como, estruturar nas redes internacionais, nacionais e estaduais, acumulação de força para seguir a luta por transformações sociais.

Ainda que possa ter muitas névoas sobre o que será o futuro, por hora me parece que não temos muito claro todas as variáveis para afirmar a tese de cooptação do MST enquanto agente coletivo, por ser ele, assim como muitos no mundo, buscando entender como transitar diante de tantas mudanças sociais. Não me parece igualmente a postura de um movimento cooptado quando num esforço para manter-se em luta, o MST em ano eleitoral, realizou em fevereiro 2014, seu maior congresso nacional com mais de 15 mil delegados que integram suas bases, com 241 delegações internacionais e mais de 500 convidados das suas redes nacionais, colocando-se frontalmente numa mobilização em Brasília para pautar a reforma agrária e justiça social do governo do PT, restando entre outras definições do congresso o fortalecimento da mobilização realizada por um conjunto de organizações populares para realização do plebiscito popular<sup>7</sup> com o objetivo de pautar a reforma política no Brasil.

---

<sup>6</sup> O exemplo mais recente foi o rompimento de petistas articulados na tendência Articulação de Esquerda (AE), e a criação de uma nova tendência – ESQUERDA POPULAR E SOCIALISTA (EPS) com o objetivo de recolocar o socialismo na pauta do PT. Sua fundação aconteceu em 2 a 4 de dezembro de 2011, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST.

<sup>7</sup> O Plebiscito Popular acontece durante a semana da Pátria, entre os dias 1º a 7 de setembro. O de 2014 foi definido na plenária nacional dos movimentos sociais em agosto de 2013, em São Paulo. As organizações envolvidas na mobilização são: Assembleia Popular, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Grito dos Excluídos Continental, Movimento Pequenos Produtores (MPA), Consulta Popular, Movimento dos



## 2. A contribuição da experiência baiana ao debate – elementos contextuais

A experiência do MST na Bahia é emblemática nesse processo por ser neste estado o lugar onde de maneira objetiva as lideranças que formam a direção do MST naquele estado levou a proposta para o debate em suas instâncias e aprovou no encontro estadual em 1997 a estratégia de participação no campo político como forma de construir uma representação nesse campo a partir dos “seus”. Na busca por compreender esse processo pude identificar que desde o período de fundação do MST na Bahia as relações com o campo político eram muito próximas. As narrativas das entrevistas oportunizam identificar que essas lideranças realizavam concomitantemente ações de organização da luta pela terra e por reforma agrária e para fundação e organização do PT nos municípios baianos. A primeira ocupação na Bahia foi realizada na região do Extremo Sul, na fazenda 40 45, no dia 7 de setembro de 1987, e três meses depois da sua primeira ocupação, os militantes do MST também saíam nos municípios dessa região para fundar e organizar o PT como por exemplo o PT de Jucuruçu-Ba. Essa região é caracterizada pela presença de grandes latifúndios, monocultivos de eucalipto e de uma “elite política familiar” que monopolizavam os espaços políticos a frente de prefeituras e câmaras de vereadores, bem como operavam a mediação com candidatos a deputados estaduais e federais na região. Naquela época a ação do MST na Bahia era ainda mais combatida pela organização dos latifundiários da região, organizados pela UDR, cujo escritório era na mesma cidade sede do movimento, em Itamaraju-Ba.

Ainda no “nascido” do MST na Bahia o lançamento de uma das suas lideranças a candidata a prefeita de Itamaraju nas eleições municipais de 1988 é exemplificadora o quanto de longo prazo são suas interlocuções na tentativa de adentrar no campo da representação a partir da indicação dos seus membros, mas sem dúvida a decisão de 1997, conferiu a essa estratégia maior ênfase e marcou uma inflexão nas figurações do MST na Bahia- o lançamento de candidaturas próprias, como forma de construir uma “política de representação” com os militantes do movimento nos espaços do *campo político*, como câmaras de vereadores, assembleia legislativa, congresso nacional etc, transformaram o que era uma luta difusa, em uma estratégia de construção de representação política, a qual resultou na eleição, em 2006, de uma das suas lideranças, Valmir Assunção, o deputado estadual mais

---

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento Evangélico Progressista, Via Campesina, Pastoral Operária (PO), Pastoral Carcerária, Central de Movimentos Populares (CMP), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Cáritas, Comissão Pastoral da Terra (CPT), sindicatos ligados a CUT, Conlutas, Intersindical, Corrente Sindical Classista (CSC), entre outros. A população em todo o país deverá responder a uma única pergunta: “Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?”

votado do PT na Bahia; na eleição do próprio Assunção, em 2010, para deputado federal, posicionado entre os quatro primeiros mais votados pelo PT-Ba; e na indicação de Vera Lúcia Barbosa, representante da Bahia na direção nacional do MST-Ba, ao cargo de secretária de políticas para mulheres na Bahia (SPM) em 2011.

Ao longo desse processo, foram eleitos militantes oriundos do movimento a cargos de vereador, enquanto outros ocupariam funções de secretários municipais, sendo a ação do MST fundamental para eleger o Prefeito de Itamaraju em 1996. Identifica-se um número considerável de militantes e dirigentes que atuam nas direções partidárias, especialmente no PT. As articulações do MST-Ba no partido foram fundamentais no Processo de Eleições Diretas (PED), no sentido de eleger o Presidente do PT da Bahia, Marcelino Galo<sup>8</sup>, em 2005<sup>9</sup>, momento difícil da conjuntura do PT; e depois, numa ampla articulação, elegê-lo, em 2010, a deputado estadual. A participação política do MST também conduziu, em 2010, um dos seus dirigentes, Weldes Valeriano Queiroz, à vice-presidência estadual do PT, ações que coloca o MST como um agente ativo nas dinâmicas políticas das quais decorrem as indicações aos cargos no poder executivo, a exemplo das posições de superintendentes, secretários municipais e estaduais, diretores de órgãos federais e estaduais etc. Todavia, mais do que o “êxito” em conseguir ter assento nas câmaras de vereadores, assembleia legislativa e congresso nacional, evidencia-se nas ações dos movimentos sociais<sup>10</sup> suas contribuições para a alteração de posições e agendas na luta política na Bahia e têm construído uma representação política a partir dos seus membros, como relata Elizabeth Rocha (Representante da Bahia na direção nacional do MST)

A medida que o MST-Ba ia se consolidando e ganhando respeito da sociedade, nos achávamos que seria possível lançar alguns dos nossos companheiros as eleições, depois da primeira candidatura com a companheira Rubneuzza em 1988, nunca mais tínhamos tentado, então passamos aqueles anos aprendendo, ajudando a organizar o PT, aí fomos construindo a ideia, o entendimento que era importante ter companheiros formados entre nós para nos representar, foi então que lançamos mão no encontro estadual de 1993 no assentamento 4045, da estratégia de ter candidatura

---

<sup>8</sup> Marcelino Galo – é agrônomo, tem relações muito próximas com o MST desde 1992, atuando como técnico em áreas dos assentamentos; foi, com a ajuda do MST, indicado à Superintendência do INCRA na Bahia, em 2006, e à Secretária da Pesca, em 2009. Sua candidatura à presidência do PT foi objeto de debate nos espaços de deliberação do MST, bem como sua candidatura a deputado estadual.

<sup>9</sup> Período de rupturas, relacionadas às denúncias do mensalão, em 2005/2006. No dia 14 de setembro de 2005, o mandato de Jefferson, delator do esquema, foi cassado, suspendendo seus direitos políticos por oito anos. Em 1º de dezembro de 2005 foi a vez de José Dirceu ter seu mandato de Deputado Federal cassado pela Câmara dos Deputados. Os deputados acusados que conseguiram se reeleger nas eleições de 1º de outubro de 2006, poderão enfrentar mais um processo de perda de mandato.

<sup>10</sup> Estiveram na campanha das candidaturas conduzidas pelo MST, em 2010, outros movimentos sociais como o Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimentos dos Assentados da Bahia (CETA), comunidades de fundo de pastos, Movimento Atingidos por Barragens (MAB), Movimento do Sem Teto de Salvador (MSTS), entre outros.

própria a deputado estadual. Indicamos o companheiro Valmir Assunção, mas ele achava que não tinha capital político suficiente. Após outras análises concordamos que talvez não tivéssemos mesmo força pra garantir uma candidatura sozinho, então, foi aí que entrou Frei Dílson- alguém que era originalmente da Igreja Católica mas que podíamos dizer que também era do MST, considerando sua atuação na época, então fizemos essa aliança. Mas sem duvida ele foi nossa primeira experiência de dizer que tínhamos um candidato próprio. Claro, teve o segmento da igreja que ajudou muito a elegê-lo em 1994, mas na campanha inteira ele era um candidato do MST, aí em 1997 retomamos o debate acumulado sobre as eleições e decidimos no encontro estadual que teria um candidato a deputado estadual foi aí que lançamos o companheiro Valmir Assunção a candidato. (Entrevista, maio de 2010).

Identifica-se na narrativa exemplos que sinalizam os primeiros contornos do que viria a ser a estratégia do MST-Ba referente à construção da representação política. Ainda segundo os relatos de Elizabeth Rocha sobre as razões de participação política naquele período:

No início do MST aqui não foi fácil, as perseguições foram muitas, éramos vistos por muitos como bandidos, a maioria dos representantes, prefeitos, vereadores, deputados eram ligados aos proprietários de terra, amigos do juiz, do delegado. Tinha uma política muito ruim, sempre humilhavam os trabalhadores, tratavam a prefeitura e o poder político como se fossem suas casas, não, como bem público. Era difícil conseguir junto aos prefeitos da região professores para dá aulas nos assentamentos, construção de escola, melhoria das estradas, creches, ou qualquer coisa. Mas como sabemos o pessoal na época das eleições se envolvem mesmo, aí nos entendíamos que era importante também discutir o poder político com os assentados, como algo importante para avançarmos. Passamos a incorporar na nossa pauta de discussão as eleições, tínhamos muitos cursos para compreender a estrutura do poder político e para também discutir com os assentados. Quais candidatos nesse contexto deveriam apoiar, nosso critério fundamental era defender o MST e a luta por reforma agrária. (Entrevista, agosto de 2011).

O trecho acima expõe as primeiras motivações de participação no campo político explicitadas pelas lideranças, isto é, a tentativa de acesso aos canais para atendimento das demandas materiais dos assentamentos, como escola, transporte, contratação de professores e busca de apoio à luta pela reforma agrária pelos representantes no espaço institucional, como forma de legitimar o MST em sua bandeira de luta e promover o debate político com os assentados e acampados sobre o sistema político. Conforme explicou Adenilsa Monteiro:

Sobre nossa participação na política tínhamos uma preocupação grande, até porque os assentados eram muitas vezes manipulados no período das eleições por candidatos que no período das eleições até diziam ser a favor da reforma agrária, mas na hora dos despejos violentos, na hora de atender as pautas de reivindicação do movimento, não eram solidários, nos viam como coisa menor, sem importância, então tínhamos a necessidade de identificar quem realmente estivesse conosco, quem apoiava nossa luta. Foi necessário de uma maneira pedagógica, debatermos com nosso pessoal, construir uma tática para, se preciso fosse, não deixa-los entrar nos assentamentos. Além do mais, nós buscamos identificar companheiros que nas horas de maior dificuldade estavam conosco, que nos defendesse nos espaços institucionais. As prisões por exemplo, muitas vezes foi necessário o apoio de companheiros deputados como Alcides Modesto do PT para não apanharmos de maneira arbitrária nas cadeias locais, como foi por exemplo no despejo da fazenda

Diante do contexto político, o movimento, combinando suas ações diretas de ocupação, de mobilização, buscava uma interlocução com a sociedade. Foram frequentes as articulações com outros segmentos, a fim de construir a imagem do MST na região. Nesse sentido, quando ocorriam as ocupações, as mobilizações, os atos públicos nas ruas dos municípios, o MST buscava a participação de lideranças da igreja (padres, coordenadores das pastorais) dos partidos PT e PCdoB (presidentes do partido, vereadores, deputados estaduais e federais) e com STRs (presidentes, coordenadores), como forma de consolidar apoios a sua luta e principalmente como forma de dar visibilidade aos atos públicos, criando um certo capital político na região – como, por exemplo, o caráter das campanhas de 1988, com Rubneuzza Leandro como candidata à prefeita de Itamaraju, que não se elegeu, obteve apenas 525 votos, e a de 1994, com Frei Dílson Santiago a deputado estadual e depois como candidato a prefeito de Itamaraju, em 1996, buscando divulgar o MST enquanto um movimento legítimo que atuava na região, e consolidá-lo como agente político no cenário baiano, como relata Elizabeth Rocha:

A eleição de Frei Dílson foi fundamental para consolidar o respeito ao movimento, nós já tínhamos avançado bastante, com muitas ocupações na região, com mobilizações, o povo da região Extremo Sul já sabia identificar bem o movimento, mas claro, ainda com muita desconfiança e um olhar que nós éramos uns vagabundos, ladrões de terra e essas coisas que foi associada no início de construção do movimento. Nessa região que era de muita concentração de terras nas mãos dos latifúndios do eucalipto, a pecuária controlava os espaços de poder político. Ninguém acreditava direito que nós, que o povo sem terra junto, claro, com alguns setores da igreja, apoio do PSB do PCdoB, conseguiríamos eleger um prefeito na cidade, só que essa eleição (1994) era diferente da de 1988, quando éramos um movimento muito novo, tinha muita repressão das milícias e pouca aceitação da opinião pública mesmo. Por isso, desde lá, colocar a companheira Rubneuzza a candidata tinha também esse desejo de apresentar o movimento para sociedade, debater a reforma agrária, acho que ajudou de alguma forma, embora tenhamos perdido feio. Internamente tanto os companheiros e companheiras da direção nacional e na Bahia avaliou como importante participar das eleições em 1994 elegendo Frei Dílson a deputado estadual, e depois temos conseguido a prefeitura em Itamaraju em 1996 para ajudar a divulgar as ações do movimento como também conquistar espaços para ajudar a articular a luta por reforma agrária. Mesmo tendo sido apenas três companheiros que se elegerem a vereadores, dois em Itamaraju e um no Prado, porque na hora que o bicho pega nas ocupações serviam pra pelo menos denunciar nas sessões na câmara de vereadores e também para correr atrás de advogados e apoio na sociedade para soltar os companheiros presos. (Entrevista, maio de 2010)

Destaca-se com a eleição de Frei Dílson Santiago a prefeito de Itamaraju a situação particular que a articulação da candidatura, organização e mobilização da campanha, não advinham do “capital familiar” e econômico de famílias historicamente presente nesse município, representou o investimento de um setor organizado via o movimento social, tendo

como polo aglutinador o MST, posição que investiu o MST de uma autoconfiança na disputa eleitoral. Também ajudou na elaboração do discurso sobre a força de mobilização dos Sem Terras nas eleições ampliando seu capital político para o “campo político”. Decorriam dessas primeiras experiências nesse município, os argumentos sobre a importância da representação política a ser realizada pelos membros advindos do próprio movimento.

Naquele contexto do movimento na Bahia, não havia grandes polêmicas ou divergências entre membros da direção sobre a participação que estava se dando nas disputas eleitorais. As relações do MST-Ba com a direção nacional sobre isso não representou grandes divergências; a direção nacional analisou, na época, como positiva a conquista da prefeitura de Itamaraju, cidade sede do movimento na Bahia, o que representaria mais um caminho para consolidar o movimento nesse estado. O monumento criado em frente da prefeitura em homenagem ao MST e o modo de o prefeito se referir a Itamaraju, como “a capital da reforma na Bahia”, foram exemplos da sintonia sobre o início dessa participação. Nesse primeiro período, como se pode observar, acontecem as primeiras ações que se misturam às ações diretas do MST, a luta por representação política. É nesse período que identifiquei as dinâmicas que justificam algumas leituras que estou conferindo à representação do MST. Como expressam as análises de Bourdieu (2005b), o campo político aparece como forma de ajudar as lideranças do MST na divulgação do próprio movimento como também na luta pela legitimação do movimento junto à sociedade. Nos termos de Bourdieu (2005b, p.157):

O mistério do processo de transubstanciação que faz com que o porta-voz se torne no grupo que ele exprime só pode ser penetrado por uma análise histórica da gênese e do funcionamento da *representação*, pela qual o representante faz o grupo que o faz a ele: o porta-voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem.

Busquei nessa breve contextualização, identificar como foram os acontecimentos que constituem alguns dos militantes e lideranças os porta vozes dessa representação no campo político instituído, e identificou-se que foram autorizados a falar pelo MST – à medida que constroem o movimento, também são construídas suas identidades coletivas de lideranças, dirigentes do MST. Percebe-se, nesse sentido, como a representação de algumas lideranças é plasmada ao longo do tempo e não no *a priori* do processo eleitoral. Por isso, identificar as primeiras relações que dão formato ao *relacionamento* entre o movimento e as lideranças possibilitou verificar como essas lideranças constituíram-se como direção executiva do

movimento naquelas circunstâncias históricas e, no decorrer do processo, como algumas dessas lideranças foram autorizadas a atuarem no campo político para representar o MST.<sup>11</sup>

Tal aspecto ilustra que a origem da atuação desses representantes foi e continua sendo plasmada na construção do movimento, por meio das ações diretas, por isso, é correto interpretar a representação no âmbito do movimento como relacionamento e um processo em termos de circularidade, dinâmica que informa como o representante, circular, conecta sua atuação no campo político e no MST. A autorização para representar é construída em termos de circularidade, que é avaliada e reavaliada sob a suspensão se será ou não reautorizada. Identifica-se, portanto, que ela não é automática e não acontece sem os arranjos avaliativos de prestação de contas nos espaços deliberativos do MST-Ba, enfatizando para apreciação da coletividade se de fato e de direito o representante está agindo em conformidade com os interesses, opiniões e expectativas do grupo, ou seja, se está conseguindo manter as conexões e vínculos com as demandas do movimento e o modo como desempenha suas ações no campo político.

### **3. As dinâmicas identificadas ao longo da pesquisa**

Recuperando um diálogo com Ilse Scherer (2005) compartilho alguns dos desafios que entendo estarem na ordem do dia para o MST no Brasil: 1) a dimensão política da ação própria de um movimento social no cenário nacional, a partir de conflitos sociais decorrentes das ausências do Estado no atendimento a demandas da população, na identificação sobre como o MST operou e opera a luta pela terra e as demandas subsequentes das famílias por educação, saúde, assistência técnica, saúde, moradia e crédito para atividade agrícola; 2) a constituição de práticas políticas como parte da dinâmica da socialização dos seus membros, através das marchas, mobilizações públicas, atos políticos e construções de redes com outros atores, traduzindo essas demandas em “questão política”, pelo qual se instaurou como ator relevante sobre questões estruturantes, como a realização da reforma agrária e a defesa do limite da propriedade privada no Brasil; e 3) relações dos movimentos com a política instituída, operada a partir dos partidos e voltada para as disputas eleitorais, como processo de ampliação das esferas de atuação para conformação do seu projeto de nação.

Nesse sentido, identifica-se nessa experiência algumas dinâmicas e os elementos construídos ao longo do processo, que me parecem conter alguns indicativos da ampliação das

---

<sup>11</sup> Sobre o processo de autorização de assentado, militantes e lideranças colocarem enquanto representantes nos espaço político, tratei sobre esses processos em um capítulo específico durante a tese.

esferas de atuação o movimento social, e que podem contribuir para a reflexão, no âmbito das ciências sociais, sobre as práticas, fenômenos e dinâmicas associadas à construção da representação política a partir de lideranças socializadas nos movimentos sociais, que enriquecem a análise para além da chave de cooptação. Menciono abaixo ainda que rapidamente, alguns fenômenos e dinâmicas, identificados durante a pesquisa, os quais se encontram detalhados no corpo da tese:

a) A partir da ideia do político mediador (KUSCHNIR, 2007), foi possível demonstrar como, nesse processo, o MST plasmou para além da “mediação interna”, que consiste no fluxo das relações entre os diversos espaços deliberativos e de direção no interior do movimento, um tipo de ação particular que estrutura a “mediação institucional”, dando ênfase aos fluxos entre a atuação no movimento e no campo político, por membros que foram eleitos aos cargos no executivo e legislativo, ligados ao movimento por um projeto político elaborado no MST – projeto que antecede e prolonga-se ao período das eleições, atuação dos representantes políticos na construção de “rede de acesso” para atendimento das demandas imediatas dos assentamentos; debate que aprofundi na tese;

b) Aumento do *interesse* dos assentados, militantes e lideranças em se colocarem para atuar na luta por representação política, gerando uma ampliação do número em alguns municípios de membros que se lançam nas disputas para conseguirem autorização do MST para serem candidatos, principalmente no caso das eleições a vereador;

c) A “socialização política dos assentados” decorrente da participação nas atividades do MST, tais como marchas, mobilizações, ocupações etc, como principal lastro do apoio dos assentados aos candidatos oriundos do MST no “tempo da política”; combinada também a relações de reciprocidade, valores de gratidão, lealdade;

d) A construção dos arranjos internos no MST, para a combinação das ações diretas e de representação políticas, sobretudo aquelas relacionadas ao “tempo da política”.

### **Considerações Finais**

As análises dos variados aspectos dessa experiência foram fundamentais para delinear algumas das ações dos movimentos sociais vivenciadas por seus membros, os quais são capazes de construir uma formação sociopolítica junto aos seus pares, voltada para o aprendizado da prática democrática e da ampliação da participação dos espaços públicos

(ocupações de terra, prédios, realização de marchas, audiências, ocupações de órgãos, mobilizações, construção de redes nacionais e internacionais, organização de seminários, promoção de cursos formais e informais etc.) e que a construção da sua representação política é uma estratégia que transcende ao fato da indicação de suas lideranças para atuarem nos espaços institucionais da disputa eleitoral, e guarda relação com a produção de uma ação qualificada da “política” e um consequente alargamento das condições para a democratização da política no Brasil.

A entrada de indivíduos com socialização política e com compromissos com seus movimentos historicamente estruturados, verificáveis em suas trajetórias de vida, oportunizam uma nova mediação entre representantes e representados, mediação que incluem outras variáveis na construção do debate acerca dos temas comuns relevantes para a esfera pública, superando inclusive as agenda elitistas atuais – até porque não é apenas a capacidade de debater que se apresenta como questão, mas, sobretudo, fazer as disputas para pautar agendas consonantes aos interesses dos cidadãos comuns, e não apenas dos grupos privilegiados historicamente na política. Sensibilidades que oportunizam outras leituras da realidade brasileira e a criação de outras agendas no sentido de superar as tradicionais dicotomias entre os interesses dos representantes e representados, construindo assim novos espaços de negociações e contribuições substanciais para alterações de processos tradicionais no “campo político”.

. Chamo a atenção igualmente ao fato de que, para além do que é e o que deve ser a democracia, haja um potência que estimula os indivíduos nessa relação; por isso, a importância da minha reflexão para a construção dos porta-vozes do MST-Ba, havendo momentos que nos indicam coexistirem relações entre essas dimensões, isto é, ações orientadas para o campo instituído e ações para mudanças das figurações encontradas. Demonstradas também a capacidade dos acampados e assentados vivenciarem o *tempo das eleições*, as eleições vistas não apenas como o momento do consentimento àqueles que tudo farão pela organização, mas como uma confirmação de continuarem construindo outra frente, na qual sabem que precisam continuar atuando via ocupações de terra e reivindicações para inclusive dar força aqueles que autorizarem a mediar espaços sociais para operarem as conquistas do movimento, assim apontando para um novo cenário, no qual eles questionam e alteram as posições de poder na política baiana, introduzem outros valores, quando confirmam, por exemplo, sua capacidade de articulação da candidatura de um dos seus porta-vozes e o tornam o 4º deputado federal mais votado do PT. Nesse sentido, parafraseio o Luís



Miguel (2009, p.175), dizendo que:

Se não há, aí, nenhuma resposta atual da organização política, existe, ao menos, uma indicação bastante precisa dos valores que devem presidir nossa busca: aprofundamento da justiça, contemplando a diversidade de modos de vida justapostos nas sociedades atuais.

Posicionei a tese junto àqueles referentes que defendem que a contribuição dos movimentos sociais é fundamental para que se tenha efetivamente um alargamento do sentido político e avancemos nos processos democratizantes no País. Na tese não propus a complementaridade como solução simplista, mas como o exercício entre as diferentes frentes de lutas, conexões entre os espaços instituinte e instituído, uma participação via representação advindas dos grupos historicamente excluídos dos espaços instituídos, na problematização das contradições e dos limites no interior do regime democrático representativo, prospectando caminhos para democracia participativa. E, sem dúvida, a maior contribuição da tese foi justamente ao se dirigir aos aspectos contextuais, às experiências dos homens e mulheres que se desafiam diante de tantos imperativos para viverem essa experiência que se realiza no “fio da navalha”.

### Referências Bibliográficas

- 
- .BARONE, Luís Antônio. O MST frente ao campo político institucional do início do século XXI. REDD, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.
- CARVALHO, Horácio Martins de. **A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para Viver: R.J Civilização Brasileira**, 2002, p.233
- FARIA, Letícia. Modernidade e Tradição: política, promessa e voto no Movimento Sem Terra. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, vol. 2, n.1 (3), jan-julho/2005, p.22-35.
- FARIA, Letícia. Segmentaridade e Política: os grupos e suas divisões no MST. julho 2011.
- HEREDIA, Beatriz. **Como se fazem as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Relumé Dumará, 2002.
- KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.
- LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1, Brasília, 2009, p.63-93.
- MARTINS, José de Souza. **A Política do Brasil**. Lúmpen e místico. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia, representação e comunidade**. In: ARAÚJO, Cicero.
- MOACIR, Palmeira. **Política no Brasil: visões de antropólogos**. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Relumé Dumará, 2006, p.181-184
- NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem terra no Brasil. In
- URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? In: **Lua Nova**. São Paulo, 2006, p.191-268.
- WARREN, Ilse Scherer. Novos rumos da pesquisa sobre ações coletivas rurais. In: **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005, p.221- 240.

## GT 11 – Ação coletiva e mediadores no espaço rural brasileiro

### A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ARTICULADA COM A COMUNIDADE RURAL: O CASO DO GUARAS COM O ACAMPAMENTO TERRA FIRME

RIBEIRO, LUIZA AZEVEDO<sup>1</sup>;

1- Licenciada em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Uberlândia (UFU),  
luizaazevedoribeiro@hotmail.com

#### RESUMO

Este estudo objetivou investigar a relação do Grupo Universitário de Agricultura com Responsabilidade Ambiental e Social (GUARAS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU – MG) com o acampamento *Terra Firme*, do Movimento Popular da Reforma Agrária (MPRA), que se caracteriza como uma relação que vai além dos muros da Universidade, de forma a valorizar o trabalho do agricultor camponês, na luta pela reforma agrária, e a iniciativa de discentes em realizar atividades fora da Universidade.

A pesquisa desenvolveu-se sob a perspectiva metodológica das “Representações Sociais”, em que foi realizada uma entrevista coletiva com os membros do GUARAS.

O trabalho aponta críticas ao modelo educacional pautado no distanciamento entre extensão e ensino-pesquisa. Além disso, ressalta a importância da Universidade enquanto instituição social; a importância da relação entre a Universidade e o campo, através da extensão universitária, na perspectiva agroecológica, o que possibilita trazer para a Universidade o conhecimento oriundo dos agricultores camponeses. Destaca ainda a importância da experiência no GUARAS para a formação acadêmica, profissional e pessoal de seus membros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extensão universitária – agroecologia – Universidade/campo.

## INTRODUÇÃO

É evidente que as instituições públicas e privadas que prestam serviço de extensão rural<sup>1</sup> não tem conseguido atender a todos os segmentos de agricultores, principalmente em assentamentos rurais, já que historicamente, atuou a favor da inserção do capitalismo na agricultura, processo que levou à exclusão social de milhares de famílias de pequenos agricultores, provocando forte êxodo rural e concentração fundiária (TAVEIRA; OLIVEIRA, 2008). Por isso a Universidade pode contribuir de modo complementar e efetivo com outros agentes sociais responsáveis pela divulgação e extensão de serviços e tecnologias à produtores e profissionais (ALMEIDA; FAVARETTO; LIMA, 2004).

A Universidade pública tem a função de realizar ações no contexto de luta social cotidiana, não gerando apenas pesquisas em seu espaço acadêmico, mas buscando também constituir espaços de troca de saberes com as comunidades locais, tanto urbana quanto rural, relacionando o conhecimento científico com o popular, como forma de contribuir para a construção de uma universidade democrática e comprometida com as transformações sociais (LIMA, 2003).

É importante ressaltar que o meio rural, segundo Wanderley e Nazareth (2001), é considerado um espaço de vida e trabalho

Historicamente pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira, porém carregado, em sua diversidade, de um grande potencial econômico, social, cultural e patrimonial que deve ser transformado em forças sociais para o desenvolvimento (WANDERLEY; NAZARETH, 2001, p. 40).

Nesse sentido, as Universidades públicas representam a possibilidade real de aproximar a geração de conhecimento das realidades vivenciadas pelos agricultores (REDIN; SILVERA, 2013), através da extensão universitária. Assim, a partir de um ensino crítico, atrelado às realidades locais, deve ser produzido conhecimento técnico-científico e tecnológico, além de artístico e filosófico, voltados para os anseios da população, e compartilhados através dos projetos de extensão (ARAÚJO, 2012), retirando a extensão como caráter de “terceira função”, como mera prestadora de serviços.

Mas é importante ressaltar que a extensão só é efetiva por meio da integração ao ensino e à pesquisa, já que pode gerar um novo movimento no processo de produção e socialização do conhecimento na educação superior, ao relacionar dialeticamente o ensino (apropriação, pelos estudantes, dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade), a pesquisa (produção de novos conhecimentos) e a extensão (intervenção nos processos sociais e identificação de problemas da prática que demandam novas pesquisas) (SILVA; ANDRADE; MAZZILLI, 2010; MAZZILLI, 2005).

Dessa forma, conforme proposto no Plano Nacional de Extensão elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto (2000), este modelo de extensão vai além de sua compreensão tradicional de disseminação

---

<sup>1</sup> Extensão rural: é um serviço público ou privado de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas e florestais, através da assistência técnica, visando empregar as tecnologias modernas e disponíveis, contribuindo para o aumento da produtividade.

de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias), e difusão cultural (realização de eventos ou produções artístico-culturais).

De acordo com o Regimento Geral da Extensão Universitária na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a extensão é definida como um processo educativo, cultural, científico e desportivo, que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, e que viabiliza e intensifica as relações transformadoras entre a UFU e a sociedade (UFU, 2014). Para tanto, ela representa um trabalho que prioriza o intercâmbio universidade/professor/aluno/sociedade numa dinâmica de transformações mútuas, pela via do ensino-aprendizagem, produção e socialização de conhecimentos (MARTINS, 2014), através da troca entre saberes popular e acadêmico.

Acreditando na importância da relação da Universidade com o campo, o Grupo Universitário de Agricultura com Responsabilidade Ambiental e Social (GUARAS) surge, em 2009, após a participação de alguns educandos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no Encontro Regional dos Estudantes de Biologia (EREB – Sudeste), em que puderam vivenciar, pela primeira vez, experiências agroecológicas no grupo Timbó<sup>2</sup>, da UNESP Botucatu. Com esse primeiro contato, os estudantes sentiram a necessidade de criar um espaço dentro da UFU onde fosse possível trabalhar as questões envolvidas nas experiências obtidas no encontro.

O grupo acredita, portanto, numa nova forma de se fazer a agricultura, no âmbito político e social, além do ambiental e econômico. Para tanto, através da agroecologia, utiliza-se de técnicas que respeitam o meio ambiente, as pessoas, principalmente o homem no campo, e o alimento, valorizando o conhecimento científico e popular, e buscando a transformação social.

Caracterizado, inicialmente, enquanto um grupo de estudo, já que os integrantes não possuíam nenhum conhecimento teórico sobre o tema, o GUARAS, através de estudos de caso e individual, estudou os principais temas relacionados à Agroecologia, como Permacultura, Bioconstrução, Solos e seu manejo, Adubação Verde, Sementes Crioulas entre outros.

Percebendo a importância de disseminar o conhecimento adquirido nesses estudos para a comunidade, o grupo começou a realizar atividades que permitissem a sensibilização, a troca de conhecimento e, portanto, a disseminação dos princípios agroecológicos, por meio de atividades desenvolvidas na UFU, em escolas e espaços públicos como parques e praças, através de intervenções pedagógicas e culturais.

Desde 2010, o grupo se deparou com a possibilidade de aplicação dos conceitos e técnicas estudados anteriormente através da participação em editais do Projeto de Extensão e Incentivo à Cidadania (PEIC), financiado pela Universidade.

E foi no Fórum dos Movimentos Sociais, realizado na cidade do Prata-MG, situada no Triângulo Mineiro, em abril de 2011, que alguns integrantes do grupo tiveram o primeiro contato com os militantes do Movimento Popular pela Reforma Agrária (MPRA).

---

<sup>2</sup> Grupo Timbó: surgiu em 1999, formado por estudantes da Agronomia, Engenharia Florestal, Zootecnia e Biologia. Tem como objetivo trazer o tema da Agroecologia para a universidade, de forma a desenvolver, pesquisar e praticar a extensão agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias sustentáveis de vida e complementar a formação acadêmica.

O MPRA é um movimento social regional de Uberlândia – MG e possui, atualmente, um assentamento da Reforma Agrária, o assentamento “Sete Irmãos”, e um acampamento, o “Terra Firme” (localizado na fazenda Cabaça), ambos localizados na Estrada dos Pescadores (km 33 na rodovia BR-497, trecho entre a MGC-455, sentido cidade do Prata).

Admirados com a forma de trabalho e a metodologia interna de ação do acampamento “Terra Firme”, que valorizam o trabalho coletivo, em que as tarefas são divididas entre os membros das famílias, o GUARAS, em 2011, iniciou suas atividades com as famílias da fazenda Cabaça que foram além dos projetos de extensão.

Assim, o objeto de estudo desta pesquisa é “A importância da Universidade atrelada ao campo: o caso do GUARAS e do acampamento Terra Firme” (FIGURA 1), com o intuito de identificar a relação existente entre GUARAS e comunidade do acampamento *Terra Firme*, através da extensão universitária, compreendendo a relação da Universidade Federal de Uberlândia | UFU no cotidiano dessa população local, por meio da concepção dos membros do GUARAS sobre a importância da universidade atrelada ao campo; a relação entre o GUARAS e o acampamento *Terra Firme*; os avanços dos dois grupos após o início dessa relação; e sobre o que a relação GUARAS/*Terra Firme* contribuiu para a formação desses membros.



Figura 1: GUARAS e acampados do *Terra Firme* | Comemoração do acordo de venda da fazenda Cabaça entre o INCRA e o proprietário

Fonte: João Paulo Bitencourt

Este trabalho foi realizado através da metodologia das “Representações sociais”. O termo ‘Representação Social’ (RS) foi cunhado por Moscovici em seu doutoramento, em 1961, em que propôs RS como um ‘fenômeno’ o que era, antes da década de 1960, visto como um ‘conceito’.

Essa ferramenta está relacionada com a teoria sobre a produção dos saberes social. Saber, aqui se refere, segundo Jovchelovitch (1998), a qualquer saber, mas a teoria está especialmente dirigida aos saberes que se produzem no cotidiano, e que pertencem ao mundo vivido.

Assim, as representações sociais são conceituadas como uma modalidade de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, contribuindo para a percepção de uma realidade comum a um determinado grupo (CABECINHAS, 2009). Portanto, através da relação entre os sujeitos (sujeito coletivo) e o objeto, mediado pela representação social, ocorre discussões sobre questões epistemológicas do conhecimento cotidiano, adquirindo um conhecimento de senso comum, mas levando em consideração as informações, valores, crenças, expectativas que cada sujeito incorpora e acumula.

Para a realização da entrevista coletiva, foi proposto um roteiro semi-estruturado, com cinco questões para os membros do GUARAS que permitiu refletir sobre o que é o GUARAS, sua importância dentro da Universidade e do acampamento *Terra Firme*, além de discutir a importância de atividades de extensão na estrutura curricular, associada ao campo; e a contribuição das atividades envolvidas na formação acadêmica e pessoal dos membros.

A entrevista coletiva aconteceu em dois encontros, já que não havia um consenso de data para a participação de todos do grupo, e conforme a metodologia previamente construída, dentro do espaço da Universidade Federal de Uberlândia.

A análise da entrevista evidenciou que mesmo que a concepção acadêmica esteja inserida no contexto de contradições inerentes ao próprio processo de produção do conhecimento em uma sociedade capitalista (neoliberal), o GUARAS, para além de um grupo de extensão, busca uma nova dimensão de universidade, sociedade e sujeito, de forma a promover, para os membros do grupo e para as famílias do *Terra Firme*, uma transformação social, revendo valores e atitudes, agregando novos conhecimentos, construídos através de uma base de companheirismo e união. Portanto, somente através da coletividade, estimulada por uma experimentação social, de forma a criar um contato com a realidade, é possível lutar contra esse modelo elitista de Universidade que não incentiva as transformações nas instituições científico-acadêmicas.

*Quando a universidade está mais próxima desse lado do campo dos movimentos sociais é uma forma de você cumprir a função social da universidade, (...) dá uma desmistificada e também pode cumprir esse papel, de interferir na opinião das pessoas a respeito do que é o movimento social, que a maioria só conhece através de meios de comunicação em massa, televisão. (...). (Flavianne)*

*A agroecologia resgata muito essa questão do coletivo. (Luiza)*

Além disso, foi através do GUARAS que se estabeleceu um vínculo entre educadores, educandos, pesquisadores e extensionistas associados a uma instituição pública com comunidade local, e principalmente com os movimentos sociais, de forma a utilizar a proposta agroecológica em seu processo.

*(...) Então eu acho que além da agroecologia, do nosso trabalho, da construção da formação, acho que criou um laço de uma relação muito bonita e muito pura, que uma coisa que a gente quase nunca*

*encontra aqui na cidade. Então eu acho que é como se nós fossemos os filhos deles (...).* (Ana Marcela)

O grupo acredita, portanto, que ao trazer as histórias e os conhecimentos oriundos do campo para a universidade pública, seja através da perspectiva agroecológica, da extensão universitária e/ou pela entrada e permanência dos agricultores camponeses no Ensino superior público, é possível ocorrer uma mudança significativa no contexto científico, que rompe com a alienação do território, construindo um novo modelo de produção do conhecimento, que valoriza os diferentes saberes, através de ferramentas metodológicas participativas que fomentam a construção emancipatória do sujeito.

*O GUARAS me ensinou muito mais que a faculdade, e, além disso, eu aprendi muito sobre o conhecimento popular, que é uma coisa que a gente não aprende mais na Universidade.* (Ana Marcela).

Através da troca de saberes entre as famílias do *Terra Firme* e os membros do GUARAS, ocorreu a socialização de pesquisas realizadas na universidade e no meio popular, criando espaços dentro do acampamento para a geração de saberes e experimentação agroecológica; criação ambientes para aprendizagens tanto no âmbito profissional e acadêmico, quanto no pessoal; e a possibilidade da comunidade acadêmica conhecer os agricultores e suas práticas e suas histórias de luta e resistência, por meio de metodologias participativas; além de representar uma extensão universitária baseada na construção coletiva do conhecimento. Assim, essa relação representa um aprendizado mútuo, atrelando o conhecimento científico e popular, criando uma identidade comum, sendo considerado por ambos como uma grande família.

Desde o primeiro contato com as famílias do acampamento, em cada encontro, os membros do GUARAS aprenderam sobre a importância da luta e resistência, da fé, esperança e coragem e do sorriso presente em cada assentado, pois sem estes atributos, não haveria, ali, a união e o respeito que é criado naquele ambiente. Ambiente este que sempre nos sentimos em casa, em família, em que podemos ser nós mesmos. No *Terra Firme*, o GUARAS aprende a valorizar cada vez mais o homem no campo e todo o seu conhecimento sobre a natureza, as plantas, os seres vivos. Conhecimento que está relacionado com experiências, vivências, práticas e do cotidiano de cada agricultor. E foi por meio desses encontros que valorizamos cada vez mais a importância da relação do campo com a cidade, que deveria ser indissociável, já que o que campo produz e a cidade consome, de forma que todos devem saber a origem de seu alimento e como ele é produzido. Assim, “quando o campo e a cidade se unir, a burguesia não vai resistir” (expressão utilizada pelos movimentos sociais).

O GUARAS, portanto, ao longo desses quatro anos, criou e participou de atividades que possibilitaram a experimentação da agroecologia no âmbito das relações sociais (com grupos, pessoas e instituições), da acumulação de conhecimento científico, troca de conhecimento acadêmico/popular (sabedoria dos agricultores) e teórico/prático, da disseminação e discussão de suas reflexões intrínsecas e de práticas agroecológicas.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, L. de; FAVARETTO, N.; LIMA, M. R. de. A ação de extensão universitária interdisciplinar e articulada com a comunidade rural: nova experiência do projeto Solo Planta. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais do Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Universidade Federal do Paraná, 2004.

ARAÚJO, A. G. **Ensaio sobre a Universidade e sua função social**. Filosofando: Revista de Filosofia da UESB, Vitória da Conquista, ano 1, n. 1, jul-dez, 2012. p. 38-47. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/filosofando/article/view/1909>>. Acesso em: 20 Jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto e Fórum de Pró-reitores de extensão das Universidades públicas brasileiras. **Plano Nacional de Extensão**. 2000. Disponível em <[www.renex.br](http://www.renex.br)>. Acesso em: 25 Jan. 2014.

CABECINHAS, R. **Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise**. In: BAPTISTA, M. M. Ed. *Cultura: Metodologias e Investigação*. Lisboa, 2009. p.51-66.

JEZINE, E. **A extensão universitária como uma prática social**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/60466300/Extensao-Universitaria-Como-Uma-Pratica-Social>>. Acesso em: 07 Jan. 2014.

JOVCHELOVITCH, S. Representações Sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. **Psicologia e Sociedade**, Petrópolis, v. 10, n. 1, p. 54-68, 1998.

LIMA, J. F. de. **Extensão universitária como diálogo entre o saber acadêmico e a realidade social**. Revista Brasileira Extensão Universitária, v. 1, n. 1, p. 31-34, Jul-dez 2003.

MARTINS, L M. **Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na Universidade**. Disponível em: <[http://www.umcpos.com.br/centraldoaluno/arquivos/16\\_09\\_2011\\_134/Ensino\\_pesquisa\\_extensao\\_como\\_fundamento\\_metodologico\\_da\\_construcao\\_do\\_conhecimento\\_na\\_universidade.pdf](http://www.umcpos.com.br/centraldoaluno/arquivos/16_09_2011_134/Ensino_pesquisa_extensao_como_fundamento_metodologico_da_construcao_do_conhecimento_na_universidade.pdf)>. Acesso em: 07 Jan. 2014.

MAZZILLI, S. Notas sobre o trabalho docente no ensino superior num projeto de universidade socialmente referenciada. Revista Leopoldianum. Santos, SP: Universidade Católica de Santos, ano 31, n. 83-84-85, p. 145-156, jan/dez.. 2005.

REDIN, E; SILVEIRA, P. R. C. da. **Extensão universitária e extensão rural: diferenças e desafios**. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI, v. 9, n.16: p. 153-158, Maio/2013.

SILVA, F. J. G. da; ANDRADE, S. M. S.; MAZZILLI, S. Extensão universitária como prática formativa e projeto institucional: um olhar a partir da pedagogia universitária. X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria em América del Sur "Balance y



prospectiva de la Educación Superior en el marco de los Bicentenarios de América del Sur”. Mar del Plata, diciembre, 2010.

TAVEIRA, L. R. S.; OLIVEIRA, J. T. A. de. **A extensão rural na perspectiva de agricultores assentados do Pontal do Paranapanema – SP**. Rev. Econ. Sociol. Rural, v.46 n.1, Brasília, Jan./Mar, 2008.

UFU, Universidade Federal de Uberlândia. **Extensão**. Disponível em: <<http://www.ufu.br/pagina/extensao>>. Acesso em: 20 Dez. 2013.

WANDERLEY, B.; NAZARETH, M. de. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. GIARRACCA, N. (org.). **¿Uma nueva ruralidade en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31-44.

## **GT 11: ação coletiva e mediadores no espaço rural brasileiro**

### **A mobilização dos agricultores familiares pelos mediadores do Programa de Aquisição de Alimentos em Mirandiba / PE.**

**Xavier Jean Charles Faure<sup>1</sup>**

#### **Resumo**

No Brasil, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – política pública de compra da produção dos agricultores familiares para sua redistribuição em entidades públicas e civis prestando serviços educativos, de saúde e de assistência social – é um programa que se concretiza localmente em forma de projetos pontuais, circunscritos, contingentes, mediados por vários atores posicionados entre as esferas governamentais e as comunidades rurais.

Os mediadores – que contribuem para a transferência e gestão de políticas públicas numa determinada esfera local – são atores essenciais do novo panorama do desenvolvimento rural. Podemos assim indagar se as intervenções dessas lideranças, no Brasil rural (e em particular no Nordeste Semiárido), manifestam formas de governança mais participativas, democráticas, ou uma sutil reconfiguração de práticas de “governança tradicional”, verticalizadas, individualizadas, clientelistas.

Esse artigo apresenta um estudo de caso desses mediadores, no município de Mirandiba (Sertão do Pernambuco). De 2004 a 2011, lideranças rurais da localidade (atuando numa pequena ONG local) mobilizaram um grande número de agricultores familiares no quadro do PAA.

**Palavras-chaves:** mediador, política pública, desenvolvimento rural.

#### **Introdução**

No Brasil, as políticas públicas de desenvolvimento rural, pelo fato de assumirem desde os anos 90 um caráter mais descentralizado e participativo, criam oportunidades para a atuação de mediadores como facilitadores da implantação local dos programas. Esses atores, posicionados em organizações da sociedade civil ou em órgãos públicos, são, por exemplo, decisivos na gestão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: xavfaure@hotmail.com

Criado em 2003, no âmbito do programa “Fome Zero”, o PAA (do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Desenvolvimento Agrário) compra (sem licitação) a produção dos agricultores familiares<sup>2</sup> e a redistribui em entidades públicas (escolas, creches, hospitais) ou da sociedade civil (pastoral das crianças, associações caritativas) atendendo grupos vulneráveis, ou crianças de regiões desfavorecidas.

Os objetivos do PAA consistem em promover a segurança alimentar dos grupos atendidos por instituições que prestam assistência social, contribuindo diretamente para aumentar a geração de renda dos chamados agricultores familiares. Um objetivo mais estrutural é reforçar as organizações da agricultura familiar (cooperativas, associações comunitárias), prevendo que essas organizações possam ser responsáveis pelo processo de mobilização e execução do PAA nas regiões rurais<sup>3</sup>.

O PAA concretiza-se em projetos pontuais e circunscritos geograficamente, operacionalizados em várias modalidades. Na modalidade estudada neste artigo, de *compra antecipada especial da agricultura familiar*, os pedidos de projeto (de associações de agricultores, cooperativas, sindicatos) são instruídos em cada Estado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)<sup>4</sup>. Os convênios aprovados têm vigência de um ano, prolongáveis até atingir as metas de produção previstas (cada agricultor dispendo de uma meta de produção, que ao longo da existência do programa passou de 2500 a 4500 reais, entre os anos de 2002 a 2014). Uma vez concluído o projeto, é preciso elaborar uma nova proposta a ser instruída novamente pela Conab.

O PAA, transferido no “campo” em forma de projetos pontuais, contingentes, remete a uma colaboração mediada entre grupos heterogêneos: o dos promotores da política (dispendo de determinados capitais e normas de valores), e o dos “promovidos” pela política (dispendo de outros tipos de capitais).

Entendo como mediador um ator, em situação de interface entre mundos heterogêneos, que contribui de maneira mais ou menos direta e mais ou menos encenada para assegurar a transferência e a gestão de políticas públicas numa determinada esfera local.

---

<sup>2</sup>A categoria “agricultor familiar” remete à intervenção pública, através de políticas nacionais como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

<sup>3</sup> Entidades públicas, como as prefeituras, ou órgãos de extensão rural, podem também mediar o programa.

<sup>4</sup> A Conab, na operacionalização de outra modalidade, pode mediar diretamente o PAA, sem a necessidade de repassar recursos para entidades locais.

Essa função e seus desdobramentos suscitam interpretações diversas dos beneficiários e conferem ao mediador graus de legitimidade diversos.

Portanto, pode-se perguntar de que forma as práticas de mediação contribuem para a defasagem entre a política idealizada, moldada pelos discursos normativos inscritos na esfera governamental e da sociedade civil e a política mais efetiva, moldada pelas lógicas dos atores nas esferas do “campo empírico”. A partir da questão formulada nos interessa perceber como as “tradicionais” formas de mediação em certas áreas do Nordeste Semiárido (hierarquizadas, personalizadas, clientelistas) convivem com as “novas formas” (mais participativas, coletivas, “democráticas”) que emergem no seio dos dispositivos de desenvolvimento rural voltados à agricultura familiar.

Nesse artigo, refletiremos sobre o fenômeno da mediação, através do processo de implementação do PAA em Mirandiba, município situado no Sertão do estado do Pernambuco. Mirandiba, pequena localidade de 14000 habitantes (IBGE, 2010), tornou-se uma “referência” na gestão do PAA no Nordeste, em termo de organização local, e de impacto com os agricultores familiares. Enfatizaremos a fase inicial do programa, de 2004 a 2006, quando foi implantado o primeiro dos quatro projetos no município<sup>5</sup>.

Ao longo da execução desse primeiro projeto, chamaremos a atenção para a atuação de duas personalidades: uma delas decisiva na implementação do PAA; e a outra ganhando influência na sua execução concreta. Focando nessas duas lideranças, corremos o risco de esquecer os agricultores que, pelo seu auxílio na gestão local dessa política (em termo de administração, de logística) impulsionaram uma dinâmica de participação voltada aos agricultores e não a outras categorias mais abastadas e influentes.

Enfim, escolhemos as duas personalidades citadas acima, para ilustrar, de maneira sucinta e parcial, alguns aspectos da mediação que envolve a implementação de uma política de desenvolvimento rural<sup>6</sup>.

Em um primeiro momento faremos referência ao marco teórico acerca de mediação e dos mediadores no quadro das políticas de desenvolvimento rural. Em um segundo

---

<sup>5</sup> De 2009 a 2013 trabalhei na *Associação Conviver no Sertão*, pequena ONG de Mirandiba que ficou responsável da gestão do PAA (junto com associações locais de agricultores). Não participei da gestão direito do Programa, ao contrário dos dois mediadores da “*Conviver*” que evocarei nas linhas seguintes.

<sup>6</sup> Para saber mais sobre o PAA em Pernambuco ver: (Gomes, Bastos, 2007); e para conhecer outros aspectos do PAA implementado em Mirandiba ver: (Jalil, 2010) ou (Zimmermann, Ferreira, 2008).

momento, descreveremos a eclosão do PAA de Mirandiba, através da atuação de dois dos seus principais mediadores.

**O marco teórico: os “*courtiers*” dos projetos de desenvolvimento, a posição de intermediário entre sociedades distintas.**

A mediação em programas de desenvolvimento rural remete às questões que são objeto das pesquisas de autores ligados a Associação Euro-Africana para a Antropologia da Mudança Social e o Desenvolvimento (APAD), que focaliza a análise de interações entre atores sociais procedentes de culturas diferentes (Olivier de Sardan, 1995). Nessa perspectiva, que enfatiza o “*entrelaçamento das lógicas sociais*” OLIVIER DE SARDAN (2001), os mediadores, que BIRSCHENK, CHAUVEAU, OLIVIER DE SARDAN (2000) chamam de *courtiers en développement* (que traduziria como *corretor* em políticas de desenvolvimento), são atores sociais posicionados em uma arena local onde eles jogam um papel político mais ou menos direto; servindo também de intermediários para transferir e gerir no espaço social correspondente a arena citada recursos e serviços exteriores provenientes de políticas de desenvolvimento rural.

BIERSCHENK, CHAUVEAU e OLIVIER DE SARDAN (2000) analisam a *lógica de descoberta* dos mediadores, lógica que os impele, sem intenção planejada, a aproveitar uma determinada posição, uma determinada competência ou um determinado capital de relações, para aprender de maneira intuitiva as funções de mediação. Ao longo desse processo, os mediadores devem demonstrar qualidades específicas. A primeira delas é dispor de sólidas competências retóricas, saber falar a *linguagem do desenvolvimento*, ou seja, dominar e traduzir os discursos das agências internacionais, das ONGs e dos órgãos de governo (ministérios, secretarias). Além disso, a posição de interface do mediador condiciona que ele domine a língua dos agricultores e consiga igualmente interpretar os discursos de um campo social para o outro.

A segunda qualidade é a de registro organizacional: o mediador deve ter uma determinada aptidão para a gestão, coordenação de pessoas e recursos, elaboração de projetos, etc. É imprescindível que tenha também uma capacidade cenográfica, que consiste em saber montar uma vitrine, uma espécie de projeto modelo, a saber, uma horta comunitária, organizar um grupo de mulheres ou jovens, tudo isso para seduzir os financiadores e os técnicos em visita de campo.

Destaca-se também no campo do debate sobre a mediação – a “escola” de Wageningen<sup>7</sup> – esta defende uma perspectiva centrada nos atores, no contexto de projetos de desenvolvimento rural em países considerados pobres ou emergentes. O seu autor mais conhecido, Long (1994, p.5), escreve que:

*“os atores sociais não são simplesmente vistos como categorias sociais desencarnadas (baseadas na classe, ou em outros critérios de classificação) ou como receptores passivos da intervenção, mas, sobretudo, como participantes ativos que tratam as informações e seguem estratégias nas suas relações, seja com os diversos atores locais, seja com as instituições e representantes exteriores.”* (Tradução do próprio autor).

Tal visão confere uma importância significativa aos mediadores, que, pelas suas posições na interface entre o dentro e fora das comunidades e grupos, mobilizam e acionam uma grande gama de discursos, informações, conhecimentos destinados a grupos variados. Por existir pela ação, os mediadores, no conceito de *ator agency* definido por Long (1994), dependem da emergência de outros grupos de atores que se engajam, de maneira parcial, nos processos de mediação.

No Brasil, NEVES (2008) dirigiu uma coletânea que trata especificamente da mediação social. Ela descreve os mediadores com sendo, em grande parte, *“militantes políticos fundamentais no exercício de constituição, de consagração e de divulgação de novos ideais, metas e modos de organização, em geral agregados em torno de alianças estabelecidas por redes de instituições ou movimentos associativos”*. Nessa perspectiva, a mediação, *“ponto de união do diverso, processo social e dialético”*, necessita a institucionalização de programas e atores visando à consagração de novas formas de organização da sociedade, mais democráticas e igualitárias, Neves (2008: p.5-7).

Em um artigo mais antigo, *“O Associativismo e a Imposição do Agricultor Solidário”*, focado na questão da “captação” de “benefícios” públicos, NEVES (2005) relata a dificuldade de construir um projeto coletivo e de longo prazo dentro do movimento social de base. As associações, *“apêndices da ação do Estado”*, por serem impostas na execução de políticas públicas, representam pelos agricultores uma ferramenta de captação pontual e contextualizada de serviços e recursos. Em vez de ser a emanção de

---

<sup>7</sup> Trata-se da Universidade Agrônômica de Wageningen (Hollanda).

uma missão coletiva de agricultores promovendo seus direitos, a associação se manifesta, na mediação com os órgãos públicos, pela atuação do seu representante, cuja função é buscar pontualmente determinado benefício do poder público, no sentido de redistribuí-lo aos associados. Essa liderança, interface entre o governo e os agricultores, é vista como “*o porta-voz que sabe correr atrás, que é capaz, por insistência, de furar barreiras para assegurar a transferência de bens.*” Neves (2005, p.7).

Para concluir esse rápido esforço de construção do quadro teórico-conceitual gostaríamos de lembrar as contribuições de Pierre Bourdieu que constrói análises sobre a representação e o poder simbólico, abordando de maneira indireta as questões da mediação. Numa perspectiva que traz à luz as condições objetivas de produção, recepção e reprodução do discurso e da prática, a mediação se desdobraria em dois aspectos, a do representante autorizado (BOURDIEU, 2001), aquele que tem reconhecidamente o direito de falar e agir em nome de...; além do aspecto da dádiva (BOURDIEU, 1997), ou seja, a troca de um bem simbólico em uma dinâmica de doação/retribuição.

No quadro da gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural, no Nordeste Semiárido ainda marcado por práticas de mediações paternalistas e clientelistas, uma abordagem inspirada por Pierre Bourdieu ajudaria a compreender como concepções de poder, de influência, de governança – esquemas de percepção incorporados pela população e pelos mediadores – influenciam as formas de gestão local dos programas de desenvolvimento. Ao descrever práticas “tradicionalistas” (paternalistas, clientelistas), ainda existentes, e práticas “modernas”, promovidas pelos modelos de desenvolvimento atuais (mais participativas, coletivas e democráticas), chegaríamos a uma “dialética” do *arcaico* e do *moderno* e, nessas oposições, talvez fosse possível inferir como práticas e concepções de poder se influenciam, se transformam, se reconfiguram. E afinal, tal abordagem auxiliar-nos-ia na descrição de como essas dinâmicas enfatizam a modificação das *posições objetivas* dos atores sociais – dentro de micro regiões, onde colaboram e se confrontam pessoas e grupos dotados de capitais diversos.

### **O primeiro PAA em Mirandiba: o papel decisivo de mediadores locais, oriundos das esferas da “agricultura familiar”**

A “*Associação Conviver no Sertão*” (a “*Conviver*”) – uma pequena ONG que atua no município de Mirandiba – ficou responsável pela elaboração e execução do projeto do

PAA. Duas personalidades se destacaram nesse processo: o coordenador da “*Conviver*”, que mobilizou os agricultores e as entidades que seriam consumidoras dos produtos dessa agricultura familiar, dedicou-se as tarefas de elaboração do projeto e de encaminhamento deste para o órgão gestor do PAA, a Conab<sup>8</sup>; a segunda personalidade, “técnico” pouco carismático também da “*Conviver*”, que auxiliou na administração do programa no dia-a-dia, adquiriu na prática competências sobre os procedimentos de gestão, e tornou-se a figura de referência dos agricultores.

*O coordenador da “Conviver”: um mediador militante, engajado e convincente.*

O coordenador da “*Conviver*” venceu o ceticismo inicial dos agricultores que, desacreditados em relação às intervenções do governo, tinham relutância em se engajar no novo programa. Organizando reuniões para explicar o PAA, no momento das reuniões das associações locais, ou em momentos específicos, o coordenador promoveu uma ampla divulgação, que suscitou perplexidade em várias comunidades, mas que também despertou o interesse de alguns agricultores.

Ao ganhar a confiança do grupo de produtores, ficava evidente que o Coordenador conseguia cada vez mais legitimar o seu estatuto de liderança reconhecida, forjado por anos de militância e de gestão de projetos com os agricultores. Durante o processo observamos que a liderança (o Coordenador) manifestou também uma habilidade comunicativa, capaz de convencer seus interlocutores. Mas o fato é que demonstrou, sobretudo, muita perseverança, que o ajudou a superar as dificuldades inerentes à elaboração do projeto destinado a Conab.

A ação à qual o coordenador da “*Conviver*” dedicou-se foi, com efeito, laboriosa. Durante longos meses, o coordenador da “*Conviver*”, além de mobilizar os agricultores (como já vimos), sensibilizou entidades públicas consumidoras das produções (por exemplo, as secretárias de educação responsáveis das escolas) cujos gestores não demonstravam muito interesse em relação ao novo programa. E, uma vez firmada o engajamento desses gestores, o coordenador da “*Conviver*” teve que enfrentar inércias burocráticas para conseguir das entidades documentações exigidas pela Conab. Nessa

---

<sup>8</sup> Os gestores da Conab aconselharam aos dirigentes da “*Conviver*” de atribuir a uma associação local de agricultores a responsabilidade formal de apresentação do projeto. Foi assim que uma associação de agricultores quilombolas tornou-se o proponente oficial do convênio junto a Conab. Tal decisão resultou em várias prerrogativas concedidas às lideranças da comunidade quilombola, como as assinaturas de documentos formais e cheques referentes à movimentação bancária.



fase de formalização do convênio com o órgão gestor do PAA, a nossa liderança venceu os últimos obstáculos, ligados a montagem de um projeto contendo múltiplos documentos de 82 agricultores e de numerosas entidades (públicas e civis) que seriam beneficiadas dos produtos; assim como, várias declarações, listas de preços dos produtos agrícolas definidos pelos agricultores, certidões, aptidões, etc.

Filho e neto de produtores médios de Mirandiba, antigos produtores de algodão, o coordenador da “*Conviver*” vem de uma família que, apesar de ser mais “estruturada” que a média das famílias da zona rural, pode ser considerada como “humilde”. “*Criado na roça*”, como ele mesmo afirma. Este coordenador não teve a oportunidade de estudar além do ensino fundamental, mas desenvolveu na prática competências para lidar com órgãos governamentais sujeitos a inércia.

É visível nas atitudes deste personagem traços de abnegação e carisma. Ele envolveu-se desde cedo nas atividades militantes do movimento social mirandibense, movimento impulsionado pelo ex-Prefeito, Neslon Pereira de Carvalho, primeiro prefeito do PT eleito no estado de Pernambuco, em 1992. Nessa dinâmica de mobilização dos agricultores, o “futuro coordenador” da “*Conviver*” destacou-se, pelo seu engajamento e sua facilidade a usar um discurso progressista. Ele chamou assim a atenção de personalidades influentes da sociedade civil e ingressou numa ONG (ASP-TA<sup>9</sup>) que estava montando uma sede em Mirandiba – cuja instalação devia acompanhar os esforços do prefeito petista isolado politicamente no Estado.

Quando a ASP-TA encerrou em 2001 suas atividades em Mirandiba, a “*Conviver*” foi criada para dar continuidade aos trabalhos. E foi desse modo que o nosso personagem se tornou de fato coordenador da entidade recém-fundada. Em consequência das relações construídas pela AS-PTA de Mirandiba, a “*Conviver*” iniciou uma parceria com Actionaid, ONG internacional que se desenvolvia no Brasil através da arrecadação de recursos do “*apadrinhamento de crianças*”<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> A AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia é uma ONG de abrangência nacional que disponha em 2014 de três escritórios (na cidade do Rio de Janeiro, na Paraíba e no Paraná).

<sup>10</sup> O apadrinhamento de crianças é um sistema de arrecadação de recursos, baseado num “vínculo” fortemente mediado entre um “padrinho” (um doador, geralmente estrangeiro) e uma criança de uma região em “situação de pobreza”. As doações são aplicadas em projetos de desenvolvimento (na localidade onde vive a criança). Em torno deste dispositivo efetua-se uma troca de correspondências entre o “padrinho” e a criança, dando assim mais “visibilidade” ao mundo a ser desenvolvido, e ao impacto gerado pela ajuda do doador.

Firmada essa parceria, a “*Conviver*” pôs dispor de um orçamento anual para manutenção de um escritório e de uma equipe composta em 2005 por três funcionários. Enquanto essa equipe organizava atividades ligadas à gestão do “apadrinhamento” das crianças (por exemplo, animação de pequenas “oficinas” nas comunidades rurais, durante as quais eram redigidas as correspondências das crianças “apadrinhadas”), o coordenador da “*Conviver*” assumia a gestão dos projetos direcionados as “famílias apadrinhadas”, projetos que tiveram inicialmente como objetivo a questão do acesso à água, o apoio à produção irrigada e o incentivo à pequena pecuária.

Em 2002 e 2003, a “*Conviver*” recebeu – ainda através da articulação de antigos técnicos da ASP-TA – um financiamento da ONG americana *Catholic Relief Services* (CRS), para a recuperação de açudes destruídos pelas enchentes de 2002. O coordenador da “*Conviver*” percorreu a zona rural, visitando as famílias e organizando reuniões, e definiu as comunidades rurais que iam ser beneficiadas. Vinte e dois açudes foram reconstruídos, dando uma visibilidade maior a “*Conviver*” e ao seu coordenador.

Quando foi elaborado o primeiro projeto PAA, o coordenador da “*Conviver*” já disponha de certo grau de legitimidade, adquirido em parte pelo trabalho de animação da ASP-TA, e em parte pelas numerosas benfeitorias (açudes, poços, cisternas) construídas pela mediação da “*Conviver*”. O impacto das ações empreendidas pela pequena ONG era grande: as obras multiplicavam-se, melhorando geralmente a vida dos agricultores, e nesse contexto, a “*Conviver*” se resumia – na mente da população rural – ao seu coordenador, que é, sem dúvida, extremamente dinâmico e imprime ao seu trabalho uma lógica “redistributiva”.

Nessa fase de desenvolvimento das intervenções, o coordenador da “*Conviver*” tendia a centralizar as funções de decisão – como a escolha das famílias contempladas pelos pequenos projetos de “*apadrinhamento de crianças*”, e as famílias inseridas nos projetos de recuperação de açudes.

Foi nesse contexto que em 2005 teve início o primeiro convênio do PAA no município de Mirandiba. Logo nos primeiros meses o projeto transcorreu satisfatoriamente. Os agricultores vinham de camionetes, de carroças de burro, de bicicletas, entregar seus produtos, hortaliças e frutas, na sede da “*Conviver*”. Uma pequena fábrica processava as frutas, transformando em polpa congelada. E enquanto a fábrica armazenava as polpas, entidades sociais e públicas de quatro municípios – creches, escolas, hospitais,

pastoral da criança – vinham buscar a produção, algumas com caminhão “baú frio” e outras com camionetes mais simples.

Em torno dessas atividades, foi montada pela “*Conviver*” (com o auxílio de associações locais de agricultores) uma organização logística e administrativa. Cada mês os agricultores – que tinham direito no primeiro projeto a uma meta de 2500 reais de produtos comercializados – eram pagos através dos repasses efetuados pela Conab, após a prestação de contas realizada mensalmente pela “*Conviver*”.

Nos primeiros meses em que foi lançado concretamente, o PAA era comandado pelo coordenador da “*Conviver*”, que organizava reuniões semanais com os 82 agricultores para discutir questões relacionadas à produção, à entrega dos produtos e ao pagamento. O Coordenador procedia também aos pagamentos mensais, que eram efetuados em forma de cheques.

*O técnico da “Conviver”: personagem discreto que se destacou na execução do PAA*

No entanto, o coordenador da “*Conviver*” começou a perder espaço. Sobrecarregado, multiplicando os compromissos em outras áreas, de pouco a pouco foi tendo que transferir responsabilidades “estratégicas” para técnicos que ocupavam uma posição inferior, hierarquicamente falando. Na gestão do PAA essa concessão inevitável beneficiou um jovem “técnico” da “*Conviver*” sem formação profissional, de uma família de agricultores mirandibense<sup>11</sup>. Esse “subordinado” discreto, autodidata, começou a gerenciar as atividades cotidianas do PAA (recebimento e anotações da produção, elaboração das notas fiscais junto às entidades receptoras dos produtos) e, em pouco tempo, se tornou a pessoa que os agricultores solicitavam para tirar dúvidas e resolver determinadas questões.

Quando começou o segundo projeto, em 2006, o coordenador da “*Conviver*” percebeu que essa posição de comando a distância – desvinculada das fontes de ação, inapta a comandar o “técnico” cada vez mais soberano – era para ele uma função intolerável. Assim, ele procurou promover gestores mais submissos – em particular na organização dos agricultores, participando ativamente da gestão do projeto – suscetíveis a seguir suas diretrizes e deixá-lo assumir uma coordenação mais hierarquizada.

---

<sup>11</sup> Uso o termo de técnico não no sentido do diploma (não se trata de alguém com formação profissional), mas no sentido das funções atribuídas, que era de assessorar os agricultores na gestão do projeto.

Mas o PAA continuou crescendo sem a participação ativa do coordenador da “Conviver”; e a partir do segundo projeto, em 2006, o “técnico” tornou-se de fato o responsável pelo PAA, gerenciando uma logística mais complexa, com recursos e produções maiores.

O momento simbólico do repasse de poder – do líder militante ao funcionário “técnico” – ocorreu no início do segundo convênio (2006), que contava 228 agricultores. O “técnico” relata:

*“Eu estava sentado, mexendo no computador, e aí chegou de repente o coordenador. Ele jogou em cima da mesa os talões de cheques (referente às movimentações das contas do PAA), jogou uma pasta com a papelada, e falou para mim: agora você se vira! Aí ele virou as costas, e foi embora sem dizer mais nada.”*

De propriedade dos talões de cheque, o “técnico” assumiu mais claramente a coordenação do programa, realizando as prestações de contas e os pagamentos dos 228 agricultores. O PAA não disponibilizava recursos para as atividades de gestão do Projeto, mas os agricultores e os gestores da “Conviver” definiram que metade dos recursos arrecadados com a venda da polpa de fruta seria descontada (do pagamento dos agricultores) para formar um *fundo de manutenção* destinado a assegurar, de um lado, o funcionamento da fábrica, e de outro lado, as despesas relativas à logística do Projeto.

Dotado de um orçamento de 570.000 reais (referente às metas de produção de 228 agricultores dispendo cada um de uma cota de 2500 reais), o PAA de Mirandiba produziu forte impacto. E esse impacto era ainda mais evidente pelo fato dos recursos serem destinados quase exclusivamente, tirando a parte destinada ao fundo de manutenção, para o pagamento dos agricultores.

O gestor do PAA, neste contexto, disfrutava de uma grande influência. Uma das fontes de poder era a gestão das “metas” dos 228 agricultores cadastrados. Como os participantes tinham potenciais de produção desiguais – alguns eram capazes de atingir um volume de venda de mais de 10.000 reais anualmente, enquanto outros enfrentam muitas dificuldades para produzir – era necessário efetuar *transferência de metas*. Com efeito, se fosse para seguir a regra da *meta indivisível* (cada agricultor *fechando* sua cota

de produção) o projeto jamais seria efetivado – sabendo que, para sua finalização, a Conab exigia que todos os 228 participantes atingissem suas respectivas metas. E, nesse sentido, o risco de seguir rigorosamente os procedimentos formais era de paralisar totalmente a dinâmica da produção, pelo fato de inviabilizar a montagem de um novo convênio, com novas metas de produção e novas possibilidades de geração de renda para os agricultores.

A fim de evitar problemas com o órgão gestor, as *transferências de metas* foram comunicadas à Conab, que tolerou esse tipo de prática, considerando que era uma adaptação legítima à realidade local. Assim autorizada, essas transferências se desenvolveram, sem obedecer a uma regra explícita. Os arranjos eram administrados pelo “técnico” da “*Conviver*”, em concertação com os agricultores envolvidos. Em certos casos havia um acordo informal, segundo o qual um agricultor transferia o valor de suas produções para a meta do outro. Em outras situações, mais raras, agricultores “*operavam*” a partir de várias metas, que pertenciam a parentes ou amigos sem capacidades significativas de produção. Enfim, as associações locais de agricultores – que definiam em reuniões os associados que seriam inscritos no Projeto – eram suscetíveis de definir procedimentos formais de *transferência de meta*. Nessas negociações – realizadas coletivamente – os agricultores que não podiam atingir suas metas prontificavam-se, através de documento escrito, a disponibilizar um determinado valor a outros agricultores da comunidade.

## **Conclusão**

No seio da “*Conviver*”, uma liderança carismática e um “técnico” discreto efetuaram – e de maneira quase intuitiva – funções de mediação que permitiram a concretização de uma política pública em nível local. O primeiro projeto revelou a habilidade dessas personalidades que aprenderam a lidar com o programa, exercitando valores e qualidades humanas (persistência, senso de iniciativa, resistência à pressão), além de qualidades organizacionais e de um talento de tradutores, ou seja, capacidade de ressignificar localmente discursos e práticas concebidas em esferas maiores.

Infelizmente, desde 2011 o PAA em Mirandiba atravessa uma crise profunda. As atividades estão paradas. Desde 2013, um novo projeto vem sendo elaborado, sem a gestão direta da “*Conviver*”, mas através de uma cooperativa, criada pelo

“*coordenador da Conviver*” (que atualmente não é mais coordenador). Constatou-se que o desafio é árduo, porque os “novos PAA”, caso se concretizassem em Mirandiba, se concretizariam de forma “enfraquecida”. Uma das razões para este fato está relacionada à questão de oferta e da demanda. Até o final dos anos 2000, faltavam propostas das entidades locais, e a Conab de Pernambuco dispunha de recursos sobrando, que ela podia investir em até três convênios em Mirandiba, onde o PAA foi visto como um programa de referência (em virtude do impacto e do modelo de gestão adotado)<sup>12</sup>. Mas essa situação “privilegiada”, que transformou a vida dos agricultores e beneficiou a economia local, permanece como recordação de um belo tempo consumado. Desde o período 2007-2010 o PAA foi amplamente difundido e agora só é possível acessar um projeto por município, de modo que o PAA em Mirandiba, no melhor dos casos, terá um valor três vezes inferior aos projetos acessados de 2007 a 2011.

Contudo, o maior prejuízo desse processo, advém da influência negativa engendrada pelos outros projetos do PAA, implantados em outros municípios e estados. Creio que houve uma diferença profunda entre o PAA concebido na esfera dos formuladores da política e aquele nascido no seio da sociedade, com os agricultores e consumidores. Tal defasagem deve explicar (em parte) a diminuição do número de projetos concretizados nos quatro últimos anos<sup>13</sup>.

Talvez esses “desvios” fossem provocados pelo tipo de mediações efetuadas no PAA. Alguns municípios foram sujeitos a “intrusão” de lógicas partidárias, clientelistas, se reconfigurando dentro dos dispositivos de projeto, mais isto ainda é uma hipótese. Em Mirandiba, a dinâmica de mobilização, a soberania nos processos de disputas políticas locais, foi um movimento geral que incluiu a grande maioria dos agricultores familiares. Embora o projeto fosse centralizado – no que se refere às funções estratégicas de

---

<sup>12</sup> A “*Conviver*”, a partir de 2006, iniciou a gestão desses “convênios simultâneos” e, de 2009 a 2011, no período relativo ao quarto projeto aprovado, mais de um milhão e meio de reais de renda foram engendradas pela produção de 468 agricultores, representando quase a metade das famílias rurais do município. Assim o *pequeno* município de Mirandiba, com 14.000 habitantes tinha se tornado o *maior fornecedor* das entidades sociais e públicas de um grande território (correspondendo aos 12 municípios incluídos no Projeto de Mirandiba) com mais de 420.000 habitantes, onde a maior parte dos agricultores não acessava o PAA.

<sup>13</sup> Em Pernambuco, a partir de 2011, suspeitas de fraudes levaram a uma severa diminuição dos projetos do PAA executados por entidades civis representando a agricultura familiar.

Em 2011, a Polícia Federal iniciou (no Paraná principalmente, e também em Mato Grosso e em São Paulo) a operação “Agro-Fantasma”, destinada a apurar casos de desvios de recursos envolvendo mediadores (das associações de agricultores, das esferas políticas locais, e também da Conab). Vinte e dois projetos foram investigados, e em todos foram detectadas irregularidades.

coordenação – ele abria oportunidades de participação dos agricultores, em particular durante as reuniões semanais de discussão sobre a gestão do projeto. Uma parte significativa dos agricultores, que se reuniam com os gestores cada sexta-feira, exercia um “autocontrole” que fazia com que o projeto ficasse “obra” dos agricultores, e não um “dispositivo” permeado por lutas partidárias e inserção de outras categorias, como atravessadores, grandes proprietários e pessoas ligadas aos gestores do projeto.

Afinal, as práticas mais “defasadas” em relação aos objetivos idealizados do PAA, são práticas do tipo “patrimoniais” do coordenador da “*Conviver*”, que centralizava as funções estratégicas e se recusava a evocar os aspectos financeiros das ações. Figura forjada numa trajetória de militância e abnegação, o coordenador foi decisivo na criação e crescimento da “*Conviver*”, e via como ameaças as iniciativas de outras lideranças suscetíveis de obrigá-lo a dividir as responsabilidades no seio da ONG.

É possível conjecturar que a dinâmica do Projeto tenha sido afetada por problemas ligados à gestão do “técnico” da “*Conviver*”, que, ao conquistar responsabilidades maiores no PAA, tendeu a centralizar algumas funções estratégicas. Esse ponto, abordado por agricultores envolvidos na gestão do programa, é uma questão sujeita a interpretações diversas: uns insistem mais sobre a inclinação centralizadora do “técnico”, e outros sobre suas competências e sua “coragem” – que o levaram a assumir grandes responsabilidades, ao contrário de outras pessoas, que, com as mesmas oportunidades em determinado momento se tornaram mais passivas.

## **Bibliografia**

BIERSCHENK, Thomas; CHAUVEAU, Jean-Pierre; OLIVIER DE SARDAN, Jen-Pierre. Introduction: les courtiers, entre développement et État. In BIERSCHEK, T.; CHAUVEAU, J.P.; OLIVIER DE SARDAN, J.P. (Orgs.). *Courtiers en développement. Les villages africains en quête de projets*. Paris: Karthala, 2000, p. 5-42.

BOISSEVAIN, Jeremy. *Friends of friends. Networks, manipulators and coalition*, Oxford: Basil Blackwell, 1974.

BOURDIEU, Pierre. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Éditions Fayard, 2001.

\_\_\_\_\_. *Razões Práticas Sobre a teoria da ação*. Campinas – SP: Papyrus Editora, 1997.

GOMES DA SILVA, Aldenor; BASTOS COSTA, Fernando. Limites e possibilidades da inserção da agricultura familiar no PAA em Pernambuco. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*. V. 1, n. 1, 2007.

JALIL, Laetícia. A experiência da prática de monitoramento do programa de aquisição de alimentos, PAA como política vivida: um estudo de caso em Mirandiba/PE e Esperantina/PI. *4º Encontro da Rede de Estudos Rurais Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político*. UFPR, Curitiba (PR), 2010.

LONG, Norman. "Du Paradigme perdu au paradigme retrouvé? Pour une sociologie du développement orientée vers les acteurs". *Bulletin de l'APAD*, 7: 1994, p. 11-34.

NEVES, Delma Pessanha. O associativismo e a imposição do agricultor solidário. *II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais*, 2005, Campinas. II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais. Campinas: Unicamp, 2005 a.v. 1.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: NEVES, D.P. (Org.) *Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos*. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR, 2008, p. 3-16.

\_\_\_\_\_. Mediações sociais e mediadores políticos. In: NEVES, D.P. (Org.) *Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos*. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS, PGDR, 2008, p.17-41.

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. *Anthropologie et développement. Essai en socio anthropologie du changement social*. Paris: APAD, Karthala, 1995.

\_\_\_\_\_. Les trois approches en anthropologie du développement. *Tiers-Monde*, 2001, tome 42 n° 168, p. 729-754.

ZIMMERMANN S.A.; FERREIRA A.P. L. El Programa de Adquisición de Alimentos de la Agricultura Familiar em Mirandiba, PE. In SCOTTO Gabriela (org.). *Aun Tiempo para el Sol. Pobrezas Sociales e Programas Sociais. Brasil, Venezuela, Guatemala: una mirada desde lo local*. Rio de Janeiro, 2008, p. 28-64.



## **Análise de redes sociais como instrumento de compreensão da dinâmica organizativa de uma comunidade rural no Amazonas**

Lindomar de Jesus Sousa Silva<sup>1</sup>  
Gilmar Antonio Meneghetti<sup>2</sup>  
José Olenilson Costa Pinheiro<sup>3</sup>  
Rosângela dos Reis Guimarães<sup>4</sup>  
Ariane Angélica Moreno<sup>5</sup>

### **Resumo**

O texto apresenta uma análise das relações sociais que se estabelecem na comunidade do Lago do Santana, localizada no Município de Manacapuru, AM, como estratégia de superação de problemas individuais e coletivos da comunidade. É um estudo que utiliza como base de análise as redes sociais dessa comunidade. Buscou-se entender como ela está organizada, como se relaciona e quais dinâmicas estão presentes e são capazes de impulsionar a resolução de problemas, garantindo avanços individuais e coletivos. Foram analisados aspectos como: faixa etária, nível de escolaridade e infraestrutura da comunidade. No âmbito da estrutura econômica, analisaram-se as questões pertinentes às relações do trabalho e o estabelecimento da relação de ajuda mútua. O objetivo da pesquisa foi entender e mensurar a forma como a comunidade estabelece relações e define estratégias para o viver bem, desenvolvendo a agricultura e utilizando seus recursos naturais, a terra, a floresta e a água.

### **Palavras chave**

Comunidade amazônica; redes sociais; dinâmicas de superação

---

<sup>1</sup> **Sociólogo**, M.Sc., Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Rodovia AM 010 – Km 29 – Estrada Manaus/Itacoatiara, Caixa Postal 319 – CEP 69010-970 – Manaus – AM. [lindomar.j.silva@embrapa.br](mailto:lindomar.j.silva@embrapa.br)

<sup>2</sup> **Agrônomo**, M.Sc., Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Rodovia AM 010 – Km 29 – Estrada Manaus/Itacoatiara, Caixa Postal 319 – CEP 69010-970 – Manaus – AM. [gilmar.meneghetti@embrapa.br](mailto:gilmar.meneghetti@embrapa.br)

<sup>3</sup> **Economista**, M.Sc., Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Rodovia AM 010 – Km 29 – Estrada Manaus/Itacoatiara, Caixa Postal 319 – CEP 69010-970 – Manaus – AM. [jose.pinheiro@embrapa.br](mailto:jose.pinheiro@embrapa.br)

<sup>4</sup> **Agrônoma**, M.Sc., Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Rodovia AM 010 – Km 29 – Estrada Manaus/Itacoatiara, Caixa Postal 319 – CEP 69010-970 – Manaus – AM. [rosangela.reis@embrapa.br](mailto:rosangela.reis@embrapa.br)

<sup>5</sup> **Economista**, M.Sc. CORECON-SC: Regional de Economia – 7ª Região / SC. Rua Trajano nº 265,12º andar, - CEP: 88010-010 – Florianópolis – SC [ary\\_angellyka@yahoo.com.br](mailto:ary_angellyka@yahoo.com.br)

## **Introdução**

A comunidade do Lago do Santana está localizada a 69 quilômetros de Manaus e a 35 quilômetros de Manacapuru, AM. Apesar da distância de aglomerados urbanos, ela vem recebendo forte influência da urbanização. O epicentro dessa pressão é a cidade de Manaus, resultando na modificação das relações sociais e na configuração no interior da comunidade. Alguns fatores influenciaram a vida das pessoas da comunidade, entre eles a possibilidade de novos empregos e postos de trabalho, como os de caseiro, pedreiro e vigilante. A população urbana busca acessar novos produtos e serviços de lazer, e a presença constante de pessoas com interesse em viver em ambiente com potencial paisagístico e natural, como o da comunidade, faz com que muitas casas sirvam de sítios de final de semana aos moradores urbanos.

Os conceitos de relações sociais e capital social foram apropriados de Granovetter (2007), Marteleto e Silva (2004), além de Bourdieu (1986) e Putnam (1996, 2000). Esses autores enfatizam aspectos como confiança, reciprocidade e cooperação como meios para atingir o desenvolvimento e o viver bem. Putnam (2000, p. 177), ao estudar o capital social, diz que se trata de um “conjunto que representa as características da organização social, que abrange redes de relação, normas de comportamento, valores de confiança somados a participação, cooperação, obrigações e canais de informação”.

O trabalho ora apresentado descreve a atual situação dos agricultores da comunidade do Lago do Santana e seus vínculos nas redes sociais, que se sustentam por meio de relações de confiança, de regras e normas, de cooperação e reciprocidade. O objetivo geral da pesquisa foi analisar as relações sociais dos agricultores e a importância das redes sociais no processo de formação da ação coletiva e de estratégias de utilização dos recursos naturais.

## **Metodologia**

Vergara (2000) diz que podemos classificar a pesquisa pelos fins e pelos meios. Uma pesquisa qualificada pelos fins é descritiva e empregada para expor a dimensão estrutural de determinado objeto. Em relação aos meios, o autor afirma que está relacionada a uma pesquisa com base em estudo de caso. Ventura (2007) acrescenta que o estudo de caso é a investigação

de determinado fato com clara delimitação, com objeto interpretado e analisado num tempo e lugar, que pode fornecer grande número de informações.

Para identificar as redes de relações sociais da comunidade, utilizou-se o *software* UCINET (BORGATTI; EVERETT; FREMAN, 2002), que gerou o sociograma, a partir dos dados coletados junto aos moradores. O *software* permite representar informações sobre padrões de relações entre atores sociais, em sociogramas e matrizes. Sociogramas, ou gráficos, são diagramas de redes que permitem a visualização de dada estrutura social proveniente de informações geradas a partir de uma matriz. Matrizes são os conjuntos quadrados de elementos dispostos em linhas horizontais (filas) e verticais (colunas) nas quais se introduzem informações para geração de gráficos.

Para a confecção das matrizes e dos sociogramas foram realizadas entrevistas com os moradores da localidade, em que os membros da comunidade descreveram suas formas de relacionamento, dentro das redes sociais, com vizinhos ou atores que poderiam contribuir para seu desenvolvimento individual e comunitário. O objetivo das entrevistas foi obter informações que identificassem os elos de confiança relacionados ao trabalho e à organização coletiva.

A comunidade *locus* da pesquisa possui características de comunidade tradicional da região amazônica, baseada no pescado extrativo e na utilização dos recursos naturais. Na sua origem, teve forte influência da dinâmica econômica externa, tendo como uma das principais atividades geradoras de renda o fornecimento de lenha para os navios a vapor que navegavam pelo Rio Solimões. A partir de 1970, com a consolidação da Zona Franca de Manaus e atualmente com a construção da ponte sobre o Rio Negro, intensificou-se a pressão urbana sobre o ambiente e a cultura da comunidade.

### **As redes sociais**

Para Farias e Santos (2010), as abordagens de análises de redes sociais (ARS) surgem na perspectiva de entender as relações sociais entre o indivíduo e a estrutura onde ele se encontra, ou seja, as redes de relacionamento como forma de evidenciar motivos, interesses e processos que levam à formação de uma rede. Sendo assim, o conceito de rede social tem como ênfase a posição do indivíduo dentro do grupo, numa perspectiva voltada a fluir informação e trocas capazes de ampliar o bem comum, já que confiança, reciprocidade e cooperação em redes de relações constituem as instituições sociais que podem, segundo Ribeiro (2008, p.3), contribuir para o desenvolvimento produtivo e fortalecimento da democracia de determinada região, comunidade ou agrupamento social. Para Granovetter (2007), os mecanismos que definem as fronteiras da confiança e da filiação social (parentesco, vizinhança, comunidade étnica) estão no centro de interesse comum dos atores de uma rede.

Atualmente a técnica de análise de redes sociais interessa a pesquisadores de vários campos do conhecimento (MARTELETO; SILVA, 2004), já que elas produzem impacto sobre a vida social e precisam ser compreendidas. Essa abordagem vem possibilitando o surgimento de diversas técnicas de análise com base nas relações entre os indivíduos, as estruturas ou redes. Na visão de Farias e Santos (2010), há duas maneiras de analisar as redes sociais: uma, a partir da investigação do relacionamento do indivíduo dentro da rede, buscando observar perfil, sem estabelecer limitações nas relações estabelecidas; outra forma é a análise restrita de grupo, que, segundo Marteleto e Silva (2004), apresenta sujeitos conectados por algum tipo de relação, valor, interesse e compartilhamento.

O conceito de rede social, para Ribeiro (2009, p.4), consiste em um “conjunto de nós interconectados, em que os sujeitos possuem algum tipo de vínculo que lhes proporciona a troca e o compartilhamento de conhecimentos”. Sendo que redes sociais não consistem apenas em trocas de informação e conhecimento, elas possibilitam um fluxo de todos os recursos disponíveis. Rigo e Oliveira (2007, p.6) afirmam que o indivíduo possui conhecimento individual e o compartilha, contribuindo assim para a circulação de informação e conhecimento que potencializam o desenvolvimento de outras parcerias, produzindo benefícios recíprocos. Portanto, “a configuração dos atores em redes pode potencializar as ações de cada um, favorecendo os objetivos coletivos e a solução dos problemas, residindo nesse ponto o reconhecimento do seu valor”. Grotto (2008) observa que o compartilhamento do conhecimento dentro de uma rede constitui um fator indispensável, já que não basta dispor do conhecimento, é necessário promover a circulação desse conhecimento, com a finalidade de beneficiar o todo.

Para Rocha et al. (2003, p. 12), “o estudo das redes mostra a posição de cada membro dentro do grupo, possibilitando a identificação daqueles que têm maior potencial de liderança”. Ou seja, há pessoas capazes de ampliar o poder da rede, por meio da articulação, fortalecendo a coesão e a reciprocidade.

As redes sociais configuram-se, a partir das relações entre os indivíduos, por meio de “nós”, que as compõem, e, dependendo das relações desenvolvidas, os laços podem ser fortes ou fracos. Para Granovetter (1973), a natureza na formação dos nós e dos laços sociais inseridos em redes de relacionamentos interpessoais: um laço forte entre dois indivíduos envolve elevada dose de tempo e esforço dedicada à relação, feição emocional, confiança e reciprocidade. Segundo Marteleto e Silva (2004, p. 43), “as pessoas vivem em redes de dependências, difíceis de serem rompidas. Essas redes são diferentes em cada sociedade. O modo como o indivíduo se comporta é determinado por suas relações passadas ou atuais com outras pessoas”.

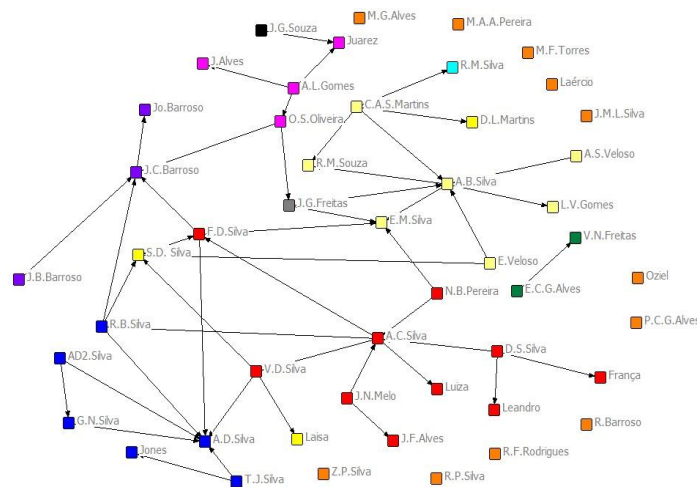
Um dos principais focos de análise é a confiança, ela viabiliza os recursos disponíveis dentro de uma rede. Para Portugal (2009), os laços se intensificam proporcionalmente ao crescimento do grau de confiança constituído ao longo do tempo de relacionamento. Para

Granovetter (1973), a confiança constitui o elemento central, já que a força do vínculo é uma combinação linear do tempo, da intensidade emocional, da intimidade (confiança mútua) e dos serviços recíprocos que caracterizam o vínculo.

## Resultados

Na abordagem de redes sociais cada nó representa um ator. No presente estudo, os atores (comunitários entrevistados) são identificados pelas iniciais do nome mais o sobrenome. Em alguns casos, os atores foram identificados somente com o primeiro nome. As linhas indicam os relacionamentos e a direção da interação. Quando um ator coopera com outro, as linhas ligam seus nós correspondentes, de forma a indicar que os membros colaboram similarmemente uns com os outros e estão próximos na rede.

Cada linha evidencia uma relação. Assim sendo, atores com maior colaboração apresentam mais linhas. Na presente configuração de rede, representada pela Figura 1, é possível verificar que alguns atores possuem maior número de ligações na rede, outros têm pouca ligação e há também os atores periféricos ou isolados, que não têm ligação na rede.



**Figura 1.** Rede de atores da comunidade do Lago do Santana.

A rede da comunidade do Lago do Santana possui 50 nós (atores), resultando em 43 ligações (das 2.450 possíveis), o que alcança uma densidade de 1,75% (Quadro 1). Significa dizer que, de todas as conexões possíveis, apenas 1,75% estão presentes<sup>6</sup>. Essa densidade é classificada como muito baixa, conforme Borgatti, Everett e Freeman (2002).

<sup>6</sup> Densidade = Relações Existentes (43)/Relações Possíveis (2.450) x 100.

Comunidade do Lago do Santana	
Números de atores	50
Relações possíveis	2.450
Relações existentes	43
Densidade	1,75%

**Figura 2.** Atores e relações possíveis e existentes.

O sociograma apresentado (Figura 1) revela a existência de pouca colaboração na rede comunitária do Lago do Santana, assim como a falta de interação de modo recíproco, ou seja, não há uma relação fluente com base na confiança e colaboração, como expõe De Nooy *et al.*, (2005). Há várias ligações direcionais (emissor – receptor) e também relações de mão única. Isso mostra que a comunidade não constitui um grupo coeso.

A construção do sociograma de confiança da comunidade do Lago do Santana tinha como objetivo fazer com que cada ator identificasse uma pessoa capaz de contribuir de forma pessoal e comunitária, em aspectos relacionados à superação de limitações individuais. Essa contribuição poderia ser no auxílio ao trabalho, na troca de informações, em ajudas emergenciais individuais e coletivas, como, por exemplo, organizar e representar a comunidade. Nesse quesito ficou evidente que os atores M. G. Alves, M. A. A. Pereira, M. F. Torres, Laércio, J. M. L. Silva, Oziel, P. C. G. Alves, R. Barroso, R. F. Rodrigues, R. P. Silva e Z. P. Silva não identificaram nenhuma pessoa assim na comunidade. O ator A. D. Silva foi o que obteve o maior número de ligações, porém não estabeleceu nenhum laço de reciprocidade. Outros atores que receberam mais de uma ligação foram: A. B. Silva (quatro ligações), A. C. Silva (quatro ligações), E. M. Silva (três ligações), J. C. Barroso (três ligações), F. D. Silva (duas ligações). Houve apenas um caso de ligação unidirecional: de E. C. G. Alves para V. N. Freitas, mas sem relações de reciprocidade entre eles. No contexto comunitário, o ator F. D. Silva apresentou o maior potencial em articular uma grande maioria de comunitários.

No sociograma, vê-se grande agregação familiar, como no caso de A. D. Silva, F. D. Silva e A. B. Silva, que são pilares de uma familiar fundadora da comunidade. Alguns atores, que hoje estão na função de coordenadores comunitários, nas organizações comunitárias, aparecem pouco citados, com no máximo uma ligação, como é o caso de J. G. Freitas e A. C. Silva.

### Centralidade das Redes

O grau de centralidade (*Centrality Degree*) consiste no número de atores a que um ator está diretamente ligado. Essa ligação está dividida em Grau de Entrada (Indeg) e Grau de Saída (OutDeg), dependendo da direção dos fluxos. O grau de saída é a soma das interações que os atores têm com os outros; enquanto o grau de entrada é a soma das interações que os outros têm com o ator. Com esse indicativo é possível compreender os aspectos chaves da centralidade, ou seja, é possível auferir o que está fluindo por meio da rede e identificar os atores que concentram ou que repassam informações a outros.

**Tabela 1.** Grau de centralidade.

Ator	Saída (OutDeg)	Entrada (Indeg)	Intermediação (Between)
A. C. Silva	0.102	0.082	0.012
C. A. S. Martins	0.102	0.020	0.000
J. C. Barroso	0.102	0.061	0.009
A. B. Silva	0.082	0.102	0.006
A. L. Gomes	0.082	0.20	0.000
R. B. Silva	0.082	0.41	0.003

Em relação ao grau de centralização, a Tabela 1 mostra que A. C. Silva, C. A. S. Martins e J. C. Barroso têm um maior grau de entradas, mesmo que seja um valor muito incipiente, principalmente devido à fragilidade e baixa densidade existente na comunidade.

Em termos de saída, dois atores (A. B. Silva e A. C. Silva) possuem os maiores valores. Quanto à comunidade, esses atores possuem maior centralidade de entrada e de saída e têm nas relações familiares os elos da rede que mantêm forte coesão na comunidade. No aspecto da intermediação (Between), existem somente dois atores (A. B. Silva e A. C. Silva), o que significa um índice muito baixo, pois são esses dois atores quem mais estabelecem relações dentro da rede comunitária.

A análise da coesão de distância apresenta índice de 0,032, o que representa baixa coesão na comunidade, já que esse índice é mensurado na faixa de 0 a 1, em que quanto maior o valor, maior a coesão.

Os dados coletados na comunidade do Lago do Santana revelam que existe baixa densidade nas relações dos moradores, presença de atores isolados e ausência de atores pontes e centrais. A construção dessa análise foi elaborada a partir das entrevistas com 34 pessoas visando compreender o grau de confiança voltada para o desenvolvimento das relações coletivas da comunidade e da gestão dos recursos naturais. O caso da comunidade do Lago do Santana mostra a existência de fracas relações entre os atores. Outras experiências amazônicas, como o da comunidade de Juruti no Pará, revelaram laços comunitários que possibilitaram a organização e o apoio de uma multinacional, a Alcoa (SILVA, 2011), obtendo-se benefícios individuais e coletivos.

A baixa densidade e coesão apontam para uma comunidade (no caso da comunidade em estudo) com baixa capacidade de desenvolvimento de estratégias coletivas de desenvolvimento territorial, mesmo dispondo de recursos naturais, como o lago; a localização, próxima a cidade; e as relações com instituições, como a Embrapa, a colônia dos pescadores e outras.

Constatou-se ainda que a baixa densidade e coesão estão relacionadas a fatores tanto históricos como institucionais. O fator histórico diz respeito às raízes da comunidade, que inicialmente teve como importante atividade produtiva o fornecimento de lenha ao porto que abastecia os navios a vapor que subiam o Rio Solimões no início do século passado. Esse contexto mostra a busca por recursos naturais (lenha) a partir de uma demanda externa, gerando uma atitude e reflexão individualizada dos comunitários e uma disputa e concorrência por tais recursos naturais, limitando a agregação comunitária para superar desafios comuns. Um segundo aspecto está ligado à dinâmica econômica relacionada à Zona Franca de Manaus, que durante a sua implantação atraiu dezenas de comunitários para a capital, criando um desapego aos recursos e à comunidade. Esses comunitários, quando retornam à comunidade, buscam utilizar os recursos naturais com o objetivo de lucro, questionando qualquer acordo comunitário de gestão dos recursos. Essa atitude está presente nas discussões sobre a pesca descontrolada e facilitação, pelos comunitários, do acesso de estranhos à comunidade e ao lago.

No campo institucional, existem na comunidade instituições associativas, como a colônia dos pescadores, os sindicatos, a associação e a Igreja Católica, que na história de muitas comunidades, contribuem para a formação de uma postura crítica. A visão crítica sobre o uso dos recursos naturais a partir do trabalho das instituições propicia a oportunidade da comunidade guardar e gerenciar seus recursos de forma sustentável, além de induzir a uma prática de busca pelo “viver bem” e facilitar o acesso às políticas públicas. No Lago do Santana, a Igreja Católica, apesar de atrair 100% dos moradores, não teve a característica “libertadora”



(BOFF, 1985), nem ação pedagógica e educadora intensa, como em comunidades de Tefé (NEVES; GARCIA, 2012), Itacoatiara (SILVA,2010), Juruti e outras. Isso indica que o



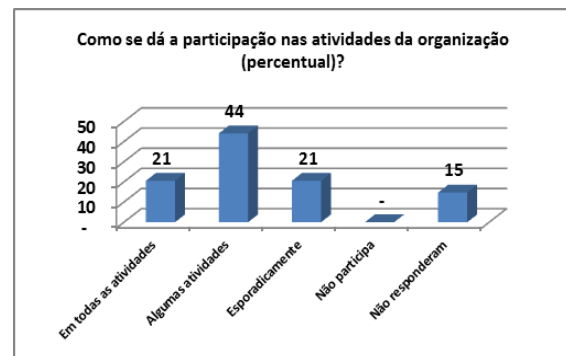
**Figura 3.** Motivo pelo qual se associaram.

perfil da Igreja Católica, nessa comunidade, foi muito mais devocional que político-pedagógico. As organizações, como a colônia de pescadores, os sindicatos e outras instituições, têm tido postura muito mais econômica do que organizativa. As vinculações dos comunitários estão mais relacionadas a interesses econômicos do que a organizativos, como mostra a Figura 3, 57% dizem que o principal motivo da filiação está relacionado à motivação econômica. Essas motivações econômicas estão expressas na busca ao seguro defeso e à aposentadoria.

A ausência de organização densa e coesa é percebida quando a comunidade não consegue demandar apoio institucional para a sua principal vocação, o extrativismo e a agricultura. Os apoios de instituições externas estão relacionados à demanda de uma parcela da comunidade que desenvolve a piscicultura.

Pelo exposto, a participação nas atividades

das organizações é muito baixa, principalmente em reuniões voltadas a debater os problemas comunitários e estratégias coletivas (Figura 4). Essa ausência de participação dificulta a implementação do acordo de pesca na comunidade do Lago do Santana, já que muitos moradores resistem ao acordo, por não visualizarem a



**Figura 4.** Participação dos associados.



**Figura 5.** Importância da organização

sustentabilidade das atividades produtivas, como a pesca artesanal.

As respostas relacionadas aos questionamentos sobre a participação contradizem as respostas à pergunta sobre a importância da organização comunitária.

Nas respostas, 61% dos moradores afirmaram que a organização comunitária é importante, 18% disseram ser fundamental, 6% afirmaram que é pouco importante, 3% responderam não ser necessária e 15% não responderam.

As informações obtidas na pesquisa e mensuradas por meio da análise de redes sociais mostram uma comunidade fragilizada pelas novas lógicas decorrentes do acelerado processo de urbanização, como a construção da ponte sobre o Rio Negro. A baixa participação e coesão fazem com que a comunidade não aproveite as oportunidades para o fortalecimento da produção, a geração de renda para as famílias e o fortalecimento do viver bem dos moradores do Lago do Santana.

A fragilidade no modo de vida e no bem viver da comunidade também pode ser sentida na introdução de novas mercadorias na comunidade, no mercado onde os recursos naturais passam a ser objetos atrativos para ganhos individuais, suprimidos a perspectiva e os valores coletivos capazes de garantir a sustentabilidade. Da composição social da comunidade passam a fazer parte novas atividades e profissões, como as de caseiro, jardineiro, pedreiro e prestadores de serviços. Essas atividades são decorrentes da vinda de novos moradores, que passaram a valorizar os aspectos topográficos da comunidade, para instalação de sítios e residências para finais de semana.

Essa nova dinâmica, fruto da ampliação do mundo urbano sobre o rural, decorrente da facilidade de acesso à comunidade e à infraestrutura de moradias e “mercadinhos”, impacta na frágil organização da comunidade, fazendo com que os recursos naturais, como o lago, passem a ser objeto de disputa entre os moradores, para auferir ganhos com o “turismo” de pesca e lazer. Com a lógica do ganho individual, a demanda deixa de ser a melhoria das condições produtivas individuais e coletivas, e passa a ser a garantia da acessibilidade à comunidade com o asfaltamento do ramal para o turismo e, num segundo plano, para o escoamento da produção.

### **Considerações finais**

A investigação com base na metodologia de rede social possibilita maior clareza de como ocorre a dinâmica de relações e fluxos de informações e produtos capazes de influenciar na ação coletiva da comunidade. A identificação e o mapeamento das redes sociais de um indivíduo, bem como a análise da sua densidade e centralidade, podem ser úteis para conseguir êxito e superar as limitações para a construção de parâmetros do bem viver em comunidades rurais. Pequenas redes, com poucos atores se relacionando e interagindo, muitas vezes, quando bem exploradas, podem auxiliar na consolidação e integração de um processo de aumento da densidade de uma rede maior, o que poderia ter acontecido na comunidade do Lago do Santana.

A análise de rede social pode revelar como ocorre a dinâmica invisível dos relacionamentos entre indivíduos que, de forma involuntária, se tornam propulsores ou

limitadores de informações e podem se tornar grandes colaboradores dentro de um ambiente comunitário. Por meio da análise de redes sociais é possível verificar como ocorre o processo de conexão ou de troca de conhecimento nas redes.

No sociograma apresentado (Figura 1), é possível identificar fortes relações intrafamiliares na rede da comunidade. Como foi afirmado anteriormente, essa família liderou a comunidade por longo tempo, na figura de uma matriarca, respeitada no seu meio. A família está à frente da pesca extrativa de um grupo de dez famílias que tem na pesca sua principal fonte de renda. Membros da família moram em Manaus e estabelecem relações com o meio urbano. O fato de morar na cidade acaba estabelecendo uma relação não sustentável com a comunidade. Para o morador da cidade, por exemplo, a pesca é uma forma de lazer. Para o morador do lago, é um meio de geração de renda e segurança alimentar. Essa finalidade distinta em relação aos recursos naturais, apoiada por um forte núcleo familiar que comunga com a visão do morador urbano, debilita a coesão comunitária, impossibilitando a adoção de estratégias comuns de defesa e gestão dos recursos naturais da comunidade. Esse núcleo familiar foi “desbancado” do poder e assumiram a liderança outras pessoas de grupos menores e menos influentes da comunidade, o que explica, em parte, a baixa participação na comunidade. O núcleo que saiu do poder articula a criação de uma comunidade independente, enfraquecendo ainda mais a comunidade primeira. É o grupo mais resistente em relação a uma discussão sobre a gestão comum do Lago do Santana, segundo alguns moradores.

Algumas sub-redes, que se formaram sob a influência da localização geográfica, são também de cunho intrafamiliar e a elas se agregam alguns vizinhos. Às vezes, a localização desses grupos facilita o estabelecimento de relações com outras comunidades, mais do que com a do Lago do Santana. Um pequeno grupo de moradores tem uma vida “independente” em relação à comunidade. Participa quando convém, parece não ter compromisso com o fortalecimento das redes da comunidade nem com a busca de solução para problemas individuais e coletivos. Há um grupo responsável pela coordenação da comunidade empenhado em sua dinamização socioeconômica, que busca novidades. Alguns membros da associação fazem parte do grupo gestor da comunidade.

Embora tenha sido oportunizada a participação da comunidade na associação, para buscar melhorias econômicas para as famílias, houve pouca participação, e as atividades econômicas desenvolvidas pela associação têm gerado discórdia e enfraquecimento de alguns elos da rede da comunidade.

Pode-se afirmar que as questões econômicas têm peso considerável nas relações da rede e na consistência dos elos. São estabelecidas relações de mercado cada vez mais individualizadas e para fora da comunidade. Por sua vez, entes externos à comunidade passam a ter, cada vez mais, influência sobre a vida dos comunitários. Talvez se possa dizer que o modo

de vida original vai dando espaço a um modo de vida cada vez mais mercantilizado e individualizado.

Também exercem influência na vida da comunidade os aspectos de poder estabelecido, que podem ser visualizados por expressões como: “morador do lago”, “morador da estrada”, “piscicultor e pescador extrativista”, “devoto de São Sebastião ou São Tomé”, com ritos e atividades próprias, quando existe uma devoção “oficial”, que é o Sagrado Coração de Jesus.

A comunidade é marcada por forte influência urbana, por uma história de serviço a demandas externas, como a produção de lenha, por fornecimento de mão de obra para a Zona Franca de Manaus e, atualmente, por servir aos interesses dos moradores urbanos na busca de lazer em ambiente natural. Internamente, a debilidade das relações entre atores leva a uma limitada ou ausente ação no desenvolvimento de estratégias coletivas voltadas para o bem viver da comunidade.

### Referências

- BOFF, C.; BOFF, L. Como fazer teologia da libertação? Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- BORGATTI, S.; EVERETT, M. e FREEMAN, L. **Ucinet for Windows**: Software for Social Network Analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (ed.) **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York, Greenwood Press, 1986.
- FARIAS FILHO, M. C.; SANTOS, A. J. C. dos. **Análise de Redes dos Catadores de Materiais recicláveis**: limites e possibilidades da reciclagem como negócio. In: 6º CONGRESSO DO INSTITUTO FRANCO BRASILEIRO de ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA de EMPRESAS, 2010.
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.
- GRANOVETTER, Mark. **Le Marche Autrement**. Paris: Desclée de Brouwer. (Coletânea de cinco artigos traduzidos para o francês) 2007.
- GROTTO, D. O compartilhamento do conhecimento nas organizações. In: **Organizações do conhecimento: infra-estrutura, pessoas e tecnologia**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MARTELETO, R. M; OLIVEIRA-E-SILVA, A. B. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004.]
- NEVES, P.; GARCIA, A. M. Santa Luzia do Bóia (AM): vida comunitária em consagração. In: Comunidades Rurais: organização, associações e lideranças. WIGGERS, R.; RATIER, H. E.; RODRIGUES, C. M. C (Org.). Manaus: EDUA, 2012.

NOOY, de W.; MRVAR, A.; BATAGELJ, V. (2005). *Exploratory social network analysis with Pajek*, Cambridge University Press, New York.

PORTUGAL, S. **As coisas, os modos e os laços**: O papel das redes informais na provisão de recursos. Actas do Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexibilidade e Acção Atelier Famílias, 2009.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

PUTNAM, Robert. **Vamos jogar juntos**. Rio Estudos Especial. Mai. 2003. Disponível em: <<http://unijui.tche.br/~dcre/bolicho.html>>. Acesso em: 17 Mai. 2011.

RIGO, A. S.; OLIVEIRA, R. R. **Análise de capital social em um projeto de desenvolvimento local**. In: VI CONFERÊNCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Novembro, 2007. Salvador de Bahia, Brasil. Org.: ISTR y CIAGS/UFBA.

RIBEIRO, C. C. R. Interação cultural e social do movimento hip hop. **Revista Palmares** (Brasília), v. ano V, p. 48-55, 2009. Disponível em: <[http://www.palmares.gov.br/\\_temp/sites/000/2/download/artigocrr09.pdf](http://www.palmares.gov.br/_temp/sites/000/2/download/artigocrr09.pdf)> Acesso em: 20 jan 2010.

RIBEIRO, A. C. **Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá**. 294 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental). Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém. 2008.

RIBEIRO, A. C. **Capital social e redes sociais no associativismo de áreas protegidas na região Sul do Estado do Amapá**. Amazônia/Brasil. In: VIII ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA. Agosto, 2009. Mato Grosso, Brasil.

ROCHA, F. E. C. et al. Comunicação interpessoal em três assentamentos de reforma agrária de Unaí – Minas Gerais. Planaltina, DF: EMBRAPA Cerrados, 2003. (EMBRAPA Cerrados. Documentos, 94). 24p.

SILVA, F. V. da; COELHO, L. R. **História e educação popular: práticas educativas, transformações e permanências do Movimento de Educação de Base (MEB) em Tefé-AM (1967 – 1971)**. In: Anais do Congresso Cátedra UNESCO de Educação de jovens e Adultos. Paraíba: UFBB, 2010, CD Room.

SILVA, L. J. S. O território como arena de disputa de diferentes modelos de desenvolvimento: as estratégias da ALCOA e das comunidades tradicionais em Juruti, oeste paraense. Rio de Janeiro: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2011, p.1-21.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Rev. SOCERJ**. 2007;20(5). p. 383-386. Setembro/Outubro

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

**AS INTERFERÊNCIAS DA MONOCULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS  
PROJETOS PAUTADOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DA ZONA DA MATA  
SUL DE PERNAMBUCO**

**MARIA PATRÍCIA CABRAL DA SILVA<sup>1</sup>**

**RESUMO**

O projeto em questão é o Harmonia-Catende, da antiga usina Catende, situada na Zona da Mata Sul de Pernambuco. A análise se constituiu de um estudo etnográfico, onde pretende responder: quais formas de sociabilidade construída no contexto da zona canavieira interferiram para atual situação do projeto da cooperativa Catende-Harmonia de agricultura familiar? Estarão aqui traçados apontamentos, para o que será uma pesquisa de maior complexidade.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Trabalhadores Rurais; Agricultura Familiar; Harmonia-Catende.

**Apresentação**

O presente escrito resulta de pesquisas realizadas nos últimos dez anos acerca da categoria dos trabalhadores rurais da monocultura da cana-de-açúcar. Com o desenvolvimento da pesquisa, deu-se a necessidade de agregar outra categoria ao estudo, como a de agricultores familiares. A abordagem ocorreu em uma usina de cana-de-açúcar em processo de mudanças para cooperativa de agricultores familiares.

---

<sup>1</sup> MESTRE EM SERVIÇO SOCIAL PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE;  
PROFESSORA ASSISTENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.  
E-MAIL: patriciacabralsilva@yahoo.com.br.

A Usina Catende, que está localizada no município de Catende, Zona da Mata Sul de Pernambuco, fundada, em 1890, com o nome de Usina *Correia da Silva*, em homenagem ao então vice-governador do Estado. Nome esse, nunca consagrado, sendo a usina sempre chamada de Catende. A mesma foi uma das maiores produtoras de açúcar do Nordeste. Entretanto, a crise no setor sucro-alcooleiro que teve seu início a partir da década de 1990, propiciou além do aumento das reivindicações dos movimentos sociais no campo, a falência desta e outras usinas na região (ANDRADE, 2001).

A organização dos trabalhadores culminou, através de ordem judicial na saída dos usineiros (donos da empresa), impedindo seu fechamento definitivo e a dilapidação do seu patrimônio e a manutenção de 2.800 empregos diretos. Logo após o cumprimento dos tramites judiciais, a empresa foi recuperada nos moldes da diversificação industrial e agrícola das culturas com a construção da Companhia Agrícola Harmonia.

A pesquisa de campo será realizada no Engenho Boa Vista, comunidade da Usina Catende, no qual residem aproximadamente 80 famílias, divididas entre agricultores familiares e trabalhadores da cana-de-açúcar assalariados. A escolha dessa localidade se deu por dois fatores importantes, que nos chamaram a atenção. No primeiro, observamos que a maioria destes agricultores, que têm acesso à terra, plantam apenas a cana-de-açúcar. No segundo, que os agricultores que plantam a lavoura diversificada não a percebem como produto de comercialização, ou seja, para eles, esses produtos não têm o mesmo valor que a cana.

Esse quadro aponta para uma perspectiva de mudança de cenário, ao menos, no contorno em que está inserida a Usina Catende. A perspectiva de mudança nessa região foi gestada na luta dos movimentos sociais, os quais encabeçavam e creditavam suas propostas na melhoria da mudança de vida para o homem do campo. Expressivos movimentos sociais ocorreram ao longo dos anos nos canaviais da Zona da Mata e podem ser analisados em trabalhos de vários autores que trazem a tona o estudo destes movimentos como: Araújo (1987), Dabat (2007), Garcia Jr. (1983), Sigaud (1980), Morandi (1988), entre outros.

A pesquisa de campo está fundamentada na abordagem etnográfica, história de vida e observação participante. As realidades sociais, quando estudadas sob a ótica de um sistema considerado padrão, são distorcidas, não levando em consideração as culturas de grupos na construção de seus significados. Segundo Beaud; Weber (2007), a etnografia é como um processo sistemático de observar, detalhar, descrever, documentar e analisar o estilo de vida ou padrões específicos de uma cultura ou subcultura, para apreender o seu modo de viver no seu ambiente natural.

Nesse sentido, predominou o conhecimento da comunidade sobre a realidade de vida em que estiveram inseridos, seus traços característicos, problemas e a concepção destes sujeitos sobre as transformações ocorridas no cotidiano deles nos últimos anos.

Uma pergunta geral fundamenta esta análise sociológica: *quais formas de sociabilidade construída no contexto da zona canavieira interferiram para atual situação do projeto da cooperativa Catende-Harmonia de agricultura familiar?*

### **A sociabilidade construída no cotidiano, no mundo da vida dos trabalhadores rurais assalariados e as interferências na construção e legitimação do Projeto de Agricultura Familiar Catende-Harmonia**

O processo de povoamento e ocupação de considerável parte Zona da Mata do Nordeste brasileiro foi comandado pela implantação da *plantation* açucareira, caracterizada pela monocultura, pela escravidão e pelo latifúndio. A forma de organização do espaço açucareiro, sempre esteve relacionada, ora a fatores externos (preço e concorrência internacionais), ora de determinantes internos (mudanças nas relações técnicas e sociais de produção). No entanto, o predomínio dessa monocultura sempre foi uma constante ao longo da história socioeconômica dessa região (LEITE et. al, 2004, p, 52).

Dentro deste contexto, a monocultura da cana-de-açúcar apresentava-se como prioridade aos proprietários de terras, comumente conhecidos por “senhores de engenho”, que detinham o controle absoluto sobre suas propriedades. Para Furtado (2001), a economia açucareira do Nordeste resistiu por mais de três séculos a prolongadas depressões, recuperando-se sempre que as condições do mercado externo permitiam, não sofrendo nenhuma mudança estrutural significativa.

Como afirma Garcia Jr (1983, p, 27), “em particular, a lavoura canavieira foi predominantemente um cultivo organizado em bases coletivas, estando o processo de trabalho sob o controle do proprietário de terras ou de um preposto”. Isto implicava o domínio dos senhores de engenho sob a vida dos que lhe prestavam serviços.

A terra era um dos principais instrumentos de produção, e a força de trabalho se apresentava como principal fonte do aumento de capital do senhor de engenho. Dessa maneira, as relações postas e vivenciadas se estabeleciam de várias formas, desde a exploração da força de trabalho à morada de favor<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A morada de favor envolve uma relação de troca que inclui e ultrapassa o trabalho e as relações de trabalho, já que a concepção de favor, como prestação pessoal, mas, recíproca, envolve não apenas a produção material, mas



O processo de transformação dos engenhos em engenhos centrais e, logo após, em usina de fabricação de açúcar, ocorreu com a interferência de diversos elementos. “Entre eles, a proliferação de mercados da produção de açúcar em outros países, como por exemplo, em Cuba, que em 1880 havia elevado sua participação para 48% do mercado internacional com o açúcar de beterraba” (WANDERLEY, 1978, p, 39).

Essas modificações ocorreram no sentido de reestruturar os processos de produção da cana-de-açúcar. Os problemas inseridos nessa região açucareira são de ordens cada vez mais crescentes e sua legitimação se dá pelo aumento da miséria e a constante ausência de qualidade de vida para os que trabalham na monocultura da cana-de-açúcar.

Dentro dessa perspectiva, a monocultura envolve diversas categorias de análise como: morada de favor, foreiros, pequenos produtores, trabalhadores assalariados e agricultores familiares. As duas últimas categorias estão presentes em nossa pesquisa. O espaço social que ocupam os atores sociais do nosso estudo passou por diversas modificações nos últimos vinte anos. Trata de um local que durante décadas predominou o cultivo da monocultura da cana-de-açúcar.

Para Silva,

Em Catende, a partir de 1993, se repete um fato muito comum na atualidade, quando empresas entram em crise: a demissão em massa de mais de 2.300 trabalhadores rurais de uma só vez, acompanhada da retomada das casas e da destruição de sítios, que só foi atenuada graças à articulação dos sindicatos. Os anos seguintes foram marcados por uma intensa mobilização dos trabalhadores, tanto do campo quanto da indústria. Esse fato ocorreu porque, em dezembro de 1994, os patrões deixam de pagar também aos trabalhadores ativos, iniciando-se o ano de 1995 com uma greve geral que se encerra em 20.01.1995 com uma intervenção consentida na empresa, sendo eleito como síndico da empresa o senhor Mário Borba (SILVA, 2008, p, 44).

Com as mudanças estabelecidas no contexto social em que estão inseridos os trabalhadores rurais, é criada uma cooperativa de agricultura familiar, a Cooperativa Catende-Harmonia, que tem a sua frente algumas das representações das associações de trabalhadores e que tem como finalidade organizar a produção do campo do Projeto.

O empreendimento passou por um processo de separação entre a massa falida e os quarenta e cinco engenhos do projeto coletivo. Engenhos que formaram a Cooperativa Catende-Harmonia que foi administrada por várias representações políticas locais, entre eles, Helenildo Correia Pena, presidente; Joel Clemente Oliveira diretor agrícola e José Manoel

---

a própria lealdade das partes: a defesa de supostos direitos de propriedade de um fazendeiro, bem como o abrigo e proteção ao camponês contra a perseguição policial por um crime cometido, etc.”(MARTINS, 1995: 36).

Flor Filho, diretor comercial. Cada engenho tem uma associação representada por um presidente que respondia pelas necessidades da comunidade na reunião do conselho gestor.

Esta divisão ocorreu, segundo Helenildo Correia Pena, no dia 14 de agosto de 2009, quando o Sr. Antônio Carlos Fernandes Ferreira, assumiu como novo síndico da Usina Catende, por ordem da Justiça do Trabalho. O mesmo não aceitou que a massa falida e os engenhos fizessem parte da mesma estrutura, implantando assim uma divisão entre as partes, massa falida e engenhos.

A proposta do projeto Harmonia-Catende, segundo o presidente Helenildo Correia Pena, era o de atender as cerca de 4.300 famílias no campo, onde deveriam produzir cana-de-açúcar, mandioca, banana, café, entre outros, como também a criação de gado, ovelhas etc. Ainda segundo o presidente, a empresa fortaleceu uma produção diversificada nos moldes da agricultura familiar, amenizando os impactos do período da entressafra e tendo como perspectiva a entrada no mercado de excedentes. Neste sentido, poderíamos identificar o projeto como de agricultores familiares, pois, conforme Wanderley,

A agricultura familiar pode ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (WANDERLEY, 1999, p, 25).

Esses atores sociais estariam de certa forma, como trabalhadores rurais assalariados e agricultores familiares inseridos no projeto da Cooperativa Catende-Harmonia. Nesse sentido, eles se encontraram como agricultores familiares, uma vez que, estavam exercendo uma produção camponesa com o acesso à terra. Ainda segundo Wanderley (1999, p, 26), ao campesinato corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade.

Vale salientar que a estrutura reconstruída a partir da saída dos “usineiros”, continuou a beneficiar a monocultura da cana-de-açúcar. Ou seja, com a divisão das terras para os trabalhadores do campo e a criação da Cooperativa Catende-Harmonia, esses trabalhadores foram incentivados e optaram por plantar a monocultura da cana-de-açúcar nas terras que passaram a ter acesso. Esse fato, também ocorreu nas terras que estão sob o domínio da Cooperativa.

Segundo Wanderley (1982, p, 83), a permanência no meio rural, implica, frequentemente, em escolhas-complexas, sem dúvida – que envolvem os projetos familiares e

as relações que se estabelecem entre a sociedade mais ampla e a vida local e que traduzem as expectativas geradas e as possibilidades efetivas de emprego, de educação para os filhos, de acesso aos bens e serviços básicos, etc.

Esta afirmação se configura na entrevista a um trabalhador de um dos engenhos da cooperativa, o Boa Vista, realizada durante estudo exploratório<sup>3</sup>, quando o mesmo afirma:

Nunca pensei em sair daqui, um lugar que nasci e me criei. Eu gosto bastante daqui, só saio quando não der mais, com coração partido. Eu sou Boavisteiro, não desisto nunca (C. J. S, 36 anos).

O engenho Boa Vista é lugar de vida e de trabalho para este agricultor familiar que trabalha com a família na monocultura da cana-de-açúcar. Nesse sentido, observamos a representação deste espaço social, como de significações importantes. A diferença deste espaço rural que estamos analisando, para os demais situados nesta Zona da Mata Canavieira é o acesso a terra e a inserção do projeto de agricultura familiar.

Este acesso, no entanto, não possibilitou que estes agricultores familiares, que já se encontraram, e alguns ainda se encontram como trabalhadores rurais assalariados optassem por outros tipos de agricultura. A desigualdade social e a busca por melhoria na qualidade de vida estão de forma substancial no cotidiano dos trabalhadores rurais da zona canavieira. Segundo Heller (2000), a “vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social”.

Nesse sentido, vale salientar, que as formas de sociabilidade construídas dentro deste contexto estão pautadas em relações de exploração, desigualdade social, falta de acesso à moradia e qualidade de vida, altos índices de analfabetismo, reivindicações por direitos e vários outros.

A análise deste mundo da vida está fundamentada pela teoria da fenomenologia social, compreendendo o contexto dessa pesquisa a partir do mundo cotidiano, que conforme Schutz; Luckmann,

Desde el comienzo, mi mundo cotidiano no es mi mundo privado, sino mas bien un mundo intersubjetivo; la estructura fundamental de su realidad consiste en que es compartido por nosotros. Tal como me resulta evidente, dentro de la actitud natural, que hasta cierto punto puedo obtener conocimiento de las experiencias vividas por mis semejantes – p.ej., de los motivos de SUS actos -, así también presumo que lo mismo ES válido recíprocamente para ellos con respecto a mí (SCHUTZ; LUCKMANN, 2009).

---

<sup>3</sup> Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimentos para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva (1987).

A análise sociológica permite compreender o cotidiano de famílias que conviveram e convivem sob a miséria reproduzida pelo latifúndio que rodeia a região da Zona da Mata Sul Pernambucana e a relação desses atores com a monocultura da cana-de-açúcar. Os significados que estão presentes na opção por permanecer no cultivo da monocultura da cana-de-açúcar e suas influências na vida desses trabalhadores rurais e possíveis agricultores familiares, se revelaram nas formas de sociabilidade construídas, vivenciadas e estabelecidas. Assim, definiu Baechler:

A sociabilidade se estabelece por redes pelas quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem os seus interesses, gostos, paixões, opiniões (BAECHLER, 1995, p, 57-95).

Como já abordado, os atores sociais desta pesquisa, estão inseridos no mundo da vida cotidiana de grande complexidade. As estruturas externas que influenciam nesse contexto, possibilitam a ação sobre o mundo social a partir de construções subjetivas adquiridas através da experiência individual, coletiva e nos padrões preestabelecidos de relacionamentos sociais.

Nesse sentido Schutz; Luckmann (2009), afirmam que “debe examinarse cuidadosamente cómo se constituye esta comunidad del mundo de la vida, cuál es su estructura y cuál es su significación para la acción social”. Ainda segundo Schutz; Luckmann (2009), “cada paso de mi explicitación y comprensión del mundo se basa, em todo momento, em um acervo de experiência previa, tanto de mis propias experiencias inmediatas como de las experiencias que me transmiten mis semejantes, y sobre todo mis padres, maestros, etc.”

O espaço social, por ser uma construção histórica que incorpora diversas dimensões como ambiental, econômica, social, política e cultural, expressa identidade e abrange valores e outros significados compartilhados entre os atores sociais. A permanência no meio rural, no entanto, implica, frequentemente, em escolhas-complexas, sem dúvida – que envolvem os projetos familiares e as relações que se estabelecem entre a sociedade mais ampla e a vida local e que traduzem as expectativas geradas e as possibilidades efetivas de emprego, de educação para os filhos, de acesso aos bens e serviços básicos, etc (WANDERLEY,1982, p, 83).

Para Wanderley, uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores (1999, p, 44).

Os atores sociais que compõe o projeto Harmonia-Catende, vislumbram a consolidação de uma qualidade de vida para os espaços sociais de que fazem parte. O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles (BERGER; LUCKMANN, 2009, p, 36).

A atual situação de insatisfação dos trabalhadores rurais e agricultores familiares do projeto Harmonia-Catende dar-se-á no mundo da vida cotidiana de que fazem parte. A atual situação em que se encontra a Usina Catende, que está dentro do projeto Harmonia-Catende, é a de que operou moendo até a safra 2011-2012, desse período aos dias atuais, a mesma, já passou por cinco tentativas de vendas frustradas por meio de leilões.

A qualidade de vida desejada, não se concretizou em nenhuma de suas formas. Trabalhadores em situações tão precárias ou mais que antes, continuam a lutar pelo direito a sobrevivência. Como afirma A. C., “eu preferia quando tinha o dono da usina, o dinheiro era certinho, nunca passei fome, agora, vivo nessa situação de fome. O que falam por aí, não existe, a nossa situação é pior agora” (A. C. S. 62 anos, trabalhador rural e agricultor familiar– Catende).

De fato, não se pode existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros. No cotidiano se constrói a existência como percepção da humanidade e como percepção de identidade e da diferença que estabelece com o outro (HELLER, 2000). Os lugares da vida, em que os atores sociais estão inseridos, estão permeados por formas de sociabilidade construídas a partir da monocultura canavieira.

Como Mota explicita, a sociabilidade é condição de interação vivenciada pelos trabalhadores rurais, dentro e fora dos lugares de trabalho. Em consequência, as interações vivenciadas nos lugares de habitação tendem a se estender as outras esferas da vida cotidiana, como o trabalho (MOTA, 2003, p, 53).

Entender o mundo cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras rurais como eles o percebem e como agem para sua modificação, faz-se relevante. Na vida diária os atores estabelecem normas, padrões, se contradizem, se percebem e percebem ao outro, dando uma dinâmica própria ao mundo da vida.

O projeto Harmonia-Catende, vislumbrou estimular a produção de outras culturas, mas, teve como principal elemento a permanência da monocultura implantada há séculos na região. Nesse sentido, introduzir outras formas de cultura em um espaço com predomínio açucareiro, requer uma maior inserção dos agricultores familiares no projeto.

Para Matos, a “população deve estar organizada para superar suas próprias dificuldades, aproveitando as oportunidades oferecidas pelas políticas públicas”. Assim, a criação da cooperativa destes agricultores pode legitimar-se na medida em que a comunidade participe da formulação dos projetos que foram implantados (MATOS, 2004).

A Cooperativa Harmonia-Catende, é uma cooperativa de agricultores familiares e que não está voltada apenas para a produção de derivados da cana, mas também, ao desenvolvimento e inclusão social (KLEIMAN, 2008). No entanto, as formas de participação não foram suficientes para que os atores sociais entendessem que o projeto não era apenas a continuação da monocultura da cana-de-açúcar. Mas, um projeto de agricultores familiares autônomos, conseqüentemente transformadores dos espaços sociais.

A implantação de um projeto desse porte na região predominada pela monocultura conflitou com uma sociabilidade fundada nos padrões culturais de subserviência econômica, social, política e cultural. Dessa forma, se faz importante a participação ativa dos atores no projeto, para que os mesmos possam desenvolver sua autonomia que é necessária para atender aos objetivos do projeto.

A participação dos atores sociais no processo de construção e legitimação da Cooperativa Harmonia-Catende, de certa forma, esteve atrelada às formas de sociabilidade vivenciada pelos sujeitos. O projeto deveria ser percebido como promovedor de autonomia e não como mais uma forma de dependência ao Estado. Como afirma Matos:

O complexo processo de construção da autonomia social de uma comunidade se completa com a capacidade de se apropriar da própria história, o que compreende o domínio sobre os processos de organização social e de relações interpares, sobre a análise e interpretação das instituições que regulam suas vidas. Na prática significa se apropriar do saber, da tecnologia, dos meios de produção e dos recursos necessários para lhes garantir uma condição de vida com cidadania e dignidade (MATOS, 2004, p, 98).

O controle do próprio processo de desenvolvimento da organização, frequentemente controlado por especialistas externos à comunidade, baseados num “suposto saber” que conduz o método passo a passo, sem questionamento dos participantes, que seguem procedimentos sistemáticos nos quais não há espaço para as reflexões sobre os mecanismos de poder embutidos no próprio método (MATOS, 2004). A falta de participação dos agricultores familiares na efetivação do projeto permite o crescimento dos especialistas externos bloqueando sua ascensão.

Sendo a sociabilidade formada pela interação dos atores sociais, esta irá se constituir a partir da realidade de cada contexto em que os atores estarão inseridos. Se nos fosse possível

observar o processo interativo em “câmara lenta”, poderíamos perceber o complexo movimento, o complicado vaivém de imaginação, interpretação, reformulação, reinterpretação, e assim sucessivamente, que articula cada fragmentário momento da relação entre uma pessoa e outra e, mesmo, entre cada pessoa e o conjunto dos anônimos que constituem a base de referência da sociabilidade moderna (MARTINS, 2000, p, 60).

A participação na organização, no processo de estruturação e na execução do projeto da Cooperativa Harmonia-Catende possibilitaria aos agricultores familiares um maior envolvimento com o projeto. Este envolvimento conflita com as tradicionais formas de implantação, onde os atores sociais não são partícipes.

Na busca por mudanças, os atores sociais compartilham de algumas ações próprias baseadas no instante em que se vive e nas condições nas quais se encontram. O estar em comunidade propicia um fortalecimento das relações sociais e conseqüentemente de ações voltadas para suas melhorias.

Dentro deste contexto de interação, as ações estão relacionadas e alicerçadas na sociabilidade, que fazendo parte desse movimento, sofrerá as alterações ocasionadas pelas novas ações dos atores sociais.

Nessa conjuntura, a sociabilidade se constitui na interação dos sujeitos inseridos na comunidade e formando o mundo da vida, que, como aponta Luckmann (2009), deve examinar-se cuidadosamente como se constitui esta comunidade do mundo da vida, qual sua estrutura e qual seu significado para ação social.

## **Considerações Finais**

Nesse sentido, configura-se o cenário de lutas e busca por direitos dos trabalhadores do campo, contrapondo-se a uma estrutura de benefícios aos latifundiários da monocultura da cana-de-açúcar. Dessa forma, os sistemas de classes sociais do meio rural, variam segundo a distribuição da cultura técnica agrícola, como vai apontar Stinchcombe (1979:42), “a monocultura da cana-de-açúcar difundida em Pernambuco estabelece um aumento de poder dos proprietários sob os trabalhadores rurais”.

Alguns dos elementos que norteiam a problemática desse espaço de vida são: a exploração da força de trabalho, ausências de políticas públicas e relações sociais seculares de submissão do trabalhador e da terra ao sistema de plantação de cana-de-açúcar. O controle monopolístico da propriedade fundiária está na base do processo de exclusão social da população rural que, impedida de ter acesso à propriedade da terra, foi levada a se submeter a formas extremas de exploração (LEITE et. al, 2004:52).

Apesar das modificações ocorridas ao longo de nossa história, existem ainda relações que não foram extintas e permanecem inalteradas desde o período da colonização como: a pobreza da população trabalhadora rural e a elevada concentração da terra e do poder. O controle monopolístico da propriedade fundiária está na base do processo de exclusão social da população rural que, impedida de ter acesso à propriedade da terra foi levada a se submeter às formas extremas de exploração (LEITE et. al, 2004:52).

Estruturas externas influenciam no cotidiano do mundo da vida, possibilitam o agir sobre o mundo social a partir de construções subjetivas adquiridas através da experiência individual e nos padrões preestabelecidos de relações sociais. A sociabilidade, entendida como reverberação da interação dos atores sociais nos espaços em que estão inseridos, torna-se categoria importante para análise, uma vez que, a partir dela, pode-se identificar a permanência ou mudança das estruturas dos espaços sociais a partir das ações dos seus atores. No cotidiano, os atores estabelecem normas, padrões, contradizem-se, percebem-se e percebem ao outro, dando uma dinâmica própria ao mundo da vida.



## Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manoel Correia de. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

ARAÚJO, Maria Lia. *Movimentos de trabalhadores rurais no Nordeste*. In: *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, v. 3, n. 2, dez. 1987.

BAECHLER, J. Grupos e sociabilidade. In: Boudon, R. *Tratado de sociologia*. Lisboa: Asa, 1995.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Tradução: Sérgio Joaquim de Almeida; Revisão da tradução: Henrique Caetano Nardi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes 2009.

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

GARCIA JR. Afrânio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e terra, 2000.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde (Coord.) et al. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. Reforma Agrária. O impossível diálogo. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MATOS, Aécio Gomes. *Desenvolvimento e autonomia local*. In: Maria Nazareth Baudel Wanderley (org), Globalização e desenvolvimento sustentável : dinâmicas sociais no Nordeste Brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – UNICAMP, 2004.

MOTA, Dalva Maria da. *Trabalho e sociabilidade em espaços rurais: os trabalhadores da fruticultura do Platô de Neópolis*. (Tese de doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MORANDI, Jorge et al (Orgs.). *A organização camponesa: os problemas de ação pública no Nordeste rural*. Recife: SUDENE, Projeto de Planejamento Rural do NE, OEA, 1988.

SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. *Las estructuras del mundo de la vida*. 1ª Ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2009

SIGAUD, Lygia. *Greve nos engenheiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. *O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma superação do assistencialismo*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

STINCHCOMBE, Arthur L. *Classes sociais e meio rural*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. (Orgs). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: ed. Nacional, 1979.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

KLEIMAN, Fernando. Lições de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco. São Paulo: Annablume; Recife: Fetape; Brasília: Contag, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Olhares sobre o “rural” brasileiro*. In: Raízes: revista de ciências sociais e econômicas/ Universidade Federal de Campina Grande, Programa

de Pós-Graduação em sociologia – Vol. 01, nº 01 (jul.-dez.1982) – Campina Grande:UFCG/PPGS, 1982.

\_\_\_\_\_. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. In: TEDESCO, João Carlos. (Org). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Ed. Universitária da UFP, 1999.

\_\_\_\_\_. *Capital e propriedade fundiária*. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1978.

## **GT 11 - Ação coletiva e mediadores no espaço rural brasileiro**

### **Assessoria e representação: o processo de emergência de uma entidade mediadora no meio rural maranhense.**

Evaristo José de Lima Neto

Mestre / Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais-PPGCSoc-UFMA / Universidade Federal do Maranhão / [ejlneto@gmail.com](mailto:ejlneto@gmail.com)

#### **Resumo:**

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de emergência da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão- ASSEMA, uma entidade de assessoria e representação de trabalhadores rurais que atua na região do Meio-Mearim maranhense, cuja criação ilustra um caso de reinvenção de formas de mediação engendradas pela chamada crise de mediação observada a partir da década de 1990.

**Palavras-chaves:** Conflito Agrário, Mediadores, Crise de mediação

## 1- Introdução:

A década de 1980 é marcada pela explosão de intensos conflitos agrários por todo o Brasil. No estado do Maranhão não foi diferente. Segundo Carneiro *et al* (1998) o epicentro do movimento pela terra no Maranhão, nesse período, encontrava-se nas regiões do Médio Mearim, Alto Mearim e Grajaú e no município de Santa Luzia. É somente nesse contexto que o Estado então através dos órgãos fundiários (estadual e federal) passou a promover ações de reforma agrária, não como uma política planejada mas, como ação remediativa às mobilizações das famílias de trabalhadores rurais, o que leva Carneiro *et al* (1998, p. 40) a afirmar que no Maranhão o que ocorreu foi *uma ação estatal de desapropriação à posteriore, no rastilho da pólvora*.

Os principais conflitos nessas regiões foram solucionados ainda no final da década de 1980, com a desapropriação das terras e criação de *projetos de assentamento* pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e pelo Instituto de Terras do Maranhão – ITERMA. O que não quer dizer que os problemas e dificuldades dessas famílias tenham sido totalmente resolvidos.

Se, por um lado, as desapropriações e a implantação de *projetos de assentamento* amenizaram o problema do acesso a terra, por outro, persistiram outras dificuldades, sobretudo ligadas à comercialização, produção e educação, e manutenção dos recursos extrativos, por exemplo. A solução desses problemas se constituiu em uma nova etapa de lutas para essas famílias, implicando em novas formas organizacionais e de mediação, cuja atuação e frentes de luta se dão para além do acesso a terra, na medida em que passam a se mobilizar em torno de questões como as relacionadas com os campos acima citados.

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de emergência da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão- ASSEMA, uma entidade de assessoria e representação de trabalhadores rurais que atua na região do Medio-Mearim maranhense, cuja criação ilustra um caso de reinvenção de formas de mediação engendradas pela chamada crise de mediação observada a partir da década de 1990.

## 2- A igreja católica e o processo de organização de trabalhadores rurais no Médio- Mearim maranhense:

Em quatro municípios do Médio Mearim (Lago do Junco, Esperantinópolis, Lima Campos, São Luís Gonzaga) as principais ações de resistência dos trabalhadores rurais ao processo de privatização<sup>1</sup> das terras ancestralmente ocupadas<sup>2</sup> ocorreram em meados dos anos de 1980, tendo havido inúmeros conflitos pelo direito de acesso aos babaçuais<sup>3</sup> e pela retomada do direito à posse terra.

O sistema de propriedade nos moldes capitalistas - expresso na apropriação privada da terra e dos recursos naturais nela contidos e no pagamento de renda - entrou em choque com formas tradicionais de apropriação dos recursos naturais praticado pelas famílias. Em consequência desse processo muitas famílias de trabalhadores rurais perderam a autonomia em relação ao uso da terra, bem como o controle efetivo sobre recursos básicos, uma vez que não possuíam título de propriedade.

Com o avanço da pecuarização a partir da década de 1970 veio também o aumento das áreas cercadas e da derrubada dos palmeirais de babaçu em grande escala. Tais questões representaram uma situação limite para as famílias de trabalhadores rurais, uma vez que uma das bases de sustentação deste tipo de economia familiar estava ameaçada.

Tem-se então um cenário em que de um lado, médios e grandes proprietários de terra limitavam o acesso ao coco babaçu, por meio de estratégias de intimidação e coerção; de outro, grupos de famílias de trabalhadores rurais organizaram *empates* com finalidade de impedir as grandes derrubadas de palmeiras e *mutirões* para quebra do coco que estava *preso* nas propriedades e detonaram as chamadas *greves* pela retomada da posse da terra.

---

<sup>1</sup> A década de 1970, com a promulgação da Lei Estadual n 2.979/69 ou lei Sarney de terras, como ficou conhecida, marca o período auge da privatização das terras do estado e da introdução da pecuária extensiva na região do Médio Mearim, enquanto uma política vista pelo Estado como de *modernização*. Através de dispositivos legais de reconhecimento de propriedade ou mesmo pela grilagem, as terras supostamente disponíveis passaram a ser propriedades particulares.

<sup>2</sup> A grande maioria famílias da região adentraram no estado por meio das chamadas *frentes de expansão*, ocupando as terras livres tidas como devolutas principalmente no decorrer dos anos cinquenta do séc. XX (ANDRADE, 1969; VELHO, 1972).

<sup>3</sup> A palmeira de babaçu é uma planta nativa, que aparece com grande intensidade nos estados do Maranhão, Piauí, norte do Tocantins e sudeste do Pará, seu adensamento ocorre quando da retirada da floresta primária.

Não obstante, as famílias de trabalhadores rurais que lutavam pelo babaçu e pela terra no Médio-Mearim, puderam contar com o expressivo apoio de aliados externos que cumpriram o importante papel de mediadores de suas demandas, especialmente junto ao Estado, entre eles estavam parlamentares, entidades confessionais e ONGs

Destaca-se neste período o papel da ala progressista Igreja Católica, cuja forte atuação já se fazia notar fortemente antes mesmo da emergência destes conflitos. Com o agravamento dos problemas que afligiam estas famílias, outras instituições oriundas das estruturas da Igreja Católica se inserem no trabalho de apoio espiritual, material e político. Ao lado dos religiosos e das instituições de leigos ACR, verifica-se ainda a partir de meados da década de 1980, a presença de outras organizações confessionais como a Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura - ACESA e o trabalho dos agentes de pastoral, especialmente da Criança e da Saúde.

Nos povoados então formados por estas famílias prevalecia a prática do catolicismo como culto religioso, confissão religiosa cujos princípios fornecem parte dos elementos que conformam a visão de mundo dessas famílias. É também a partir da década de 1970, sob a influência de religiosos oriundos da chamada *ala progressista da Igreja Católica*, adeptos da Teologia da Libertação, que se passa a observar modificações no trabalho de evangelização realizado junto às famílias de trabalhadores rurais.

Esta outra forma de evangelizar encontra muitas destas famílias num momento em que suas condições de reprodução material e social estão gravemente ameaçadas pelo contínuo processo de expropriação conduzido pelo latifúndio. A combinação desses fatores torna-se solo fértil para fazer nascer em parte destas famílias de trabalhadores rurais, um sentimento de inconformismo com a situação em que viviam, levando-as a resistir de forma coletiva ao processo de privatização de terras que as oprimia.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos quatro municípios analisados, no momento dos conflitos, não se constituía um espaço legítimo de representação das famílias em luta, na medida em que não incorporava estas reivindicações em sua pauta uma vez que os que ocupavam sua direção naquele momento não estavam comprometidos com as mesmas. Ao contrário se posicionam sem muitos constrangimentos contra essa luta. Desta forma, a ação das famílias por meio da instituição sindical nestes município se deu basicamente através das delegacias

sindicais e do apoio buscado em sindicatos de municípios vizinhos como o da cidade de Bacabal, acionando diretamente a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão - FETAEMA ou por vezes, a estrutura da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

A gente ia buscar apoio nas outras (...) no sindicato lá de Bacabal, nesse tempo ele dava apoio pra gente, por que antes do sindicato daqui vim mesmo pras mãos dos trabalhador, por que era sindicato de trabalhado mas era associado pistoleiro, associado fazendeiro era sócio, aí depois que a gente conseguiu tomar esse sindicato mesmo pras mãos dos trabalhador (liderança de trabalhadores rurais do Médio-Mearim).

Esta ausência do sindicato local contribuiu para fazer da igreja o principal mediador e veículo através do qual os conflitos se apresentaram publicamente para a sociedade maranhense e brasileira. Martins (1983) chama a atenção para o fato de que a inclusão do camponês no debate histórico e político nacional se dá com o crescimento das lutas camponesas em especial aquela desencadeada pela luta ao direito a terra, contra o processo de expropriação. Os conflitos possibilitaram as famílias que lutavam alcançar visibilidade política e social.

Foi pelo intermédio da igreja que as famílias de trabalhadores rurais que lutavam em Lago do Junco, estabeleceram contatos com povoados de outros municípios que igualmente viviam em situação de conflito e com outras entidades que também se tornariam mediadoras, uma vez que o alcance institucional da igreja possuía seus limites, entre estes outros mediadores estão a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos - SMDDH, advogados e parlamentares ligados a movimentos populares e professores universitários.

A SMDDH apresentava um trabalho voltado diretamente para a assessoria jurídica, os advogados de seus quadros, assim como os advogados vinculados a FETAEMA procuravam defender os trabalhadores rurais nos processos judiciais<sup>4</sup>, durante as intimações para prestar depoimento, auxiliando-os em audiências com autoridades e órgãos públicos, mas principalmente abriram para as famílias a “caixa preta” da justiça, interando-as sobre seus direitos, muitos dos quais sequer sabiam que tinham.

---

<sup>4</sup> Durante os conflitos muitos trabalhadores rurais responderam a processos criminais sob as acusações de invasão de propriedade privada, destruição de propriedade particular (especialmente pela derrubada de cercas), roubo (nos casos em que coletavam e quebravam o babaçu de alguma propriedade onde esta prática estivesse restrita) e em alguns casos pela morte de pistoleiros.



A ACESA - que trabalhava a questão da melhoria das condições de produção e renda das famílias oferecendo assessoria através de um quadro técnico composto principalmente por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas - e as pastorais da criança e da saúde, além de disponibilizarem as famílias serviços nos seus respectivos campos de atuação, deram continuidade ao trabalho de formação sócio-política que vinha sendo feito pelas organizações religiosas que as antecederam. No que se refere ao trabalho das pastorais, durante os anos 80, o interior do Maranhão assistiu à implantação em vários povoados, das pastorais da Criança e da Saúde, que congregou a população rural e seguimentos progressistas do clero. A pastoral católica envolvia o trabalho assistencial às mães, com o objetivo principal de melhorar as condições de saúde das crianças e reduzir a mortalidade infantil.

Nós fazíamos da pastoral da criança que tinha toda uma preocupação com saúde porém a gente já analisava na época que pra gente ter saúde, precisava ter terra pra trabalhar, pra ter saúde precisava ter boas alimentação, pra ter saúde precisava ter higiene, e nós não tinha higiene, não tinha fossa, não tinha filtro. (liderança de trabalhadores rurais do Médio-Mearim).

As ações destas pastorais foram executadas principalmente através dos chamados *clubes de mães* que, àquela época existiam em vários povoados do município. Conforme sinaliza o depoimento acima, estes espaços também se politizaram, despertando nas mulheres que deles participavam uma consciência da natureza socioeconômica de seus problemas, ao mesmo tempo em que reforçavam a idéia de que a organização e resistência coletiva seriam os melhores instrumentos para transformar aquela realidade. É pela articulação de vários clubes de mães em Lago do Junco que em maio de 1989, ainda em meio aos conflitos, é fundada a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais – AMTR. Ela é concebida como uma entidade de representação regional, passando a congregar as demandas comuns de mulheres de várias localidades, principalmente a bandeira do livre acesso e preservação dos babaçuais e da reforma agrária.

### **3-Os parlamentares e as siglas partidárias:**

A luta pela terra na região transcorre no contexto da implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, durante o mandato presidencial do maranhense José Sarney (1985-1989). Porém estando aquele governo sensível à

pressão social e política dos latifundiários, o PNRA foi consideravelmente alterado em relação às pretensões iniciais de seus planejadores perdendo seu potencial de transformação social. Com a vitória dos interesses da grande propriedade na assembleia nacional constituinte de 1988, as esperanças da realização de uma ampla reforma agrária conforme o desejo das organizações de trabalhadores termina por capitular<sup>5</sup>, caracterizando este período pelo acirramento da violência no campo direcionada especialmente contra famílias que lutavam pela terra e suas lideranças, violência praticada tanto pelo Estado quanto pela ação privada dos grandes proprietários de terras principalmente aqueles organizados na UDR. Daí por diante com estas limitações ao alcance do PNRA, a execução das ações de reforma agrária dependeriam menos do planejamento de uma política de Estado do que da vontade política dos governos.

Em certo momento nós interpretava também a situação dos políticos da região, nós entrava muito pra questão político partidária que é onde nós compreende que tá as maiores decisões do país, nos políticos. E a gente acabou descobrindo que há pouca vontade política nos políticos de fazer acontecer um projeto de desenvolvimento, a gente associou a questão aí a questão do evangelho, o evangelho fez com que a gente compreendesse essa dimensão (liderança de trabalhadores rurais do Médio-Mearim).

As famílias que lutavam pelo babaçu e pela terra, são cada vez mais convencidas pela força dos episódios que estavam vivendo, de que além resistência e luta armada nos povoados, de terem que se defender nas delegacias e tribunais, das pressões junto aos órgãos estatais com ingerência sobre os conflitos fundiários, tinham que partir também para o enfrentamento no campo político e partidário para influenciar na vontade política dos governos e terem suas reivindicações atendidas. Este enfrentamento foi possível inicialmente graças a aproximação com deputados estaduais filiados a siglas de centro-esquerda como PMDB, PDT e PSB, que se engajaram pessoalmente na luta destas famílias.

Durante esse processo de lutar pela terra nós descobrimos que nós tinha que participar da política partidária, ou seja, nossos deputados, nossos políticos são responsáveis por esses acontecimentos, porque é eles que fazem as leis, deveria ou devem ser políticos que façam leis que beneficiem os trabalhadores, e não fazer leis que só defendam suas classes. Em 88, quando nós lancemos o primeiro candidato a vereador, era pelo PMDB e depois nós passamos pelo PSB e

---

<sup>5</sup> Para um maior aprofundamento sobre os termos do PNRA e os debates e disputas em torno de sua elaboração e implementação ver Gomes da Silva (1997, 1998) e Veiga (1990).

atualmente estamos no PT. (liderança de trabalhadores rurais do Médio-Mearim).

Contudo, há que se ressaltar que esta inserção na política partidária se deu de uma forma peculiar, os relatos de nossos entrevistados deixam transparecer que a presença e atuação dos partidos enquanto entidade foi de pouca expressão e importância em relação à pessoa do parlamentar. Naquele contexto, o envolvimento dos trabalhadores rurais com esta ou aquela sigla partidária, é explicado pelos entrevistados como sendo influenciado muito mais pelos laços de simpatia e gratidão com os parlamentares que lhes apoiaram do que pela identificação com as siglas partidárias como fica explícito no depoimento de uma liderança da região:

Na época como nós não tinha conhecimento de partido político, o partido (de oposição ao prefeito) que tinha aqui na região era o PMDB, isso foi em 1988, aí nós fomos se filiando, elegemos logo dois vereadores pelo PMDB. E depois nós fomos pro PSB em função dos conflitos dos apoios que tivemos, Conceição Andrade que hoje é, na época ela era advogada, nessa época dos conflitos ela dava apoio aqui, era uma das nossas defensoras, ela era do PSB e em função de termos ligados a ela fomos pra o PSB. Durante o conflito, foram quatro anos de conflito, a gente acabou conhecendo também outro advogado chamado Domingos Dutra, na época ele também começou dando apoio, defendendo a gente nas questões agrárias, nas prisões, nos jures populares que teve e a gente acabou conhecendo ele, e ele entrou pra política também, aí a gente acabou saindo do PSB e indo pro PT, mas muita gente ainda ficou no PSB (liderança de trabalhadores rurais do Médio-Mearim).

Nota-se que as famílias em conflito passam a realizar suas opções eleitorais nos planos local e estadual coletivamente e de forma planejada, sendo orientados pelos laços que construíram entre si e entre aliados no processo de luta pelo babaçu e pela terra. A eleição de seus primeiros vereadores e de Eptácio Cafeteira que sucedeu o truculento governador Luis Rocha, e são um exemplo dessa ação coletiva e planejada.

Durante o mandato de Eptácio Cafeteira iniciado em 1987 algumas ações modestas e pontuais foram realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e pelo Instituto de Terras do Estado do Maranhão - ITERMA no sentido de desapropriar áreas de conflito em Lago do Junco, mas nada que diminuísse o clima tenso no município. Neste sentido o governo Cafeteira se mostrou decepcionante para muitas famílias. No ano de 1990, Cafeteira descompatibiliza-se do cargo de governador para disputar uma vaga no Senado

Federal para a qual é eleito, em seu lugar assume o então vice-governador João Alberto, ex-prefeito de Bacabal, que ficaria no cargo até o ano de 1991 quando findaria o mandato.

Ávido por conseguir apoio popular e na Assembléia Legislativa do estado<sup>6</sup>, para seu curto mandato, João Alberto se mostraria mais “sensível” as pressões dos trabalhadores rurais e seus mediadores, o governador então autoriza o ITERMA a intervir em áreas ainda em conflito naquela época transformando-as em assentamentos, amenizando o clima de guerra na região. O que não quer dizer que os problemas e dificuldades dessas famílias tenham sido totalmente resolvidos.

#### **4-Crise de mediadores e a construção de alternativas:**

Se, por um lado, as desapropriações e a implantação de *projetos assentamento* amenizaram o problema do acesso a terra, por outro, persistem outras dificuldades, sobretudo ligadas à comercialização da produção uma vez que as famílias continuariam presas ao sistema de aviamento local<sup>7</sup>; a capacidade produtiva dos solos estava reduzida pela degradação causada pelo manejo extensivo das pastagens<sup>8</sup> e à própria limitação espacial dos assentamentos, já que nestes a relação entre a área desapropriada e o número de famílias assentadas, corresponde a lotes de 14 a 25 hectares, considerados insuficientes para manutenção de uma família devido às características de clima, solo, e a técnica de produção<sup>9</sup> da região.

A solução desses problemas se constituiu em uma nova etapa de lutas para essas famílias, implicando em novas formas organizacionais cuja atuação e frentes de luta se dão para além do acesso a terra, na medida em que passam a se mobilizar

---

<sup>6</sup> O modo como o governo estadual interviria nas situações de conflitos agrários, contemplava as demandas tanto dos parlamentares que apoiavam a causa dos trabalhadores ao transformar as áreas em disputa em assentamentos e acenando com a falsa promessa de uma política fundiária distributiva; quanto dos parlamentares vinculados aos interesses dos grandes proprietários realizando na prática desapropriações pontuais (somente em áreas de forte conflito) e pagando elevadas indenizações aos latifundiários.

<sup>7</sup> Este sistema de aviamento é constituído por uma cadeia de atravessadores que monopolizam em determinadas localidades a compra da produção das famílias agroextrativistas (arroz, milho, farinha, feijão e o babaçu) e a venda dos chamados gêneros de primeira necessidade a estas famílias como (querosene, açúcar, café). Em geral estes atravessadores são também médios e grandes proprietários de terras ou estão vinculados a estes.

<sup>8</sup> Os solos que ocupados por pastagens tornam-se carentes em nutrientes e altamente compactados, o capim torna-se então uma erva daninha de difícil controle, concorrendo ferozmente com qualquer outra cultura agrícola, além de impedir o crescimento de novas palmeiras de babaçu.

<sup>9</sup> Trata-se do sistema de queima corte e *pousio*. Há algumas décadas o período de *pousio* chegava a ser de 13 anos, atualmente não passa de quatro anos.

em torno de questões ligadas agora à comercialização, produção, educação, por exemplo; e para além da atuação enquanto entidade de representação de uma categoria específica, pois a partir deste contexto emergem categorias como *assentado*, *agroextrativista*, *quebradeira de coco babaçu*, que não se sentem contemplados pela atuação dos sindicatos.

A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA surge neste contexto como uma organização não-governamental resultante do processo de luta pela terra no Médio Mearim Maranhense e, ao mesmo tempo, uma continuidade dessa luta na medida em que, o foco de suas ações se direciona para consolidação das terras reconquistadas, mas nos termos definidos pelas famílias de trabalhadores que a constituem.

Sua atuação se dá por meio de uma diretoria composta de trabalhadores (as) rurais eleitos nos distintos municípios que possuem filiados e uma equipe de técnicos de nível médio e superior assessorando e executando ações em 05 programas de trabalho, cada programa é coordenado por um dos diretores ou diretoras da entidade e dão respaldo técnico e subsidiam as ações políticas sendo eles: **Programa de Organização de Mulheres** – POM: que tem como objetivo desenvolver e fortalecer a articulação regional das mulheres quebradeiras de coco babaçu em torno de suas lutas políticas, ambientais sociais, econômicas e promover a equidade de gênero; **Programa de Comercialização Solidária** – PC: busca construir uma proposta de comercialização cooperativista visando o desenvolvimento econômico e social das cooperativas e de grupos de geração de renda das áreas de trabalho da ASSEMA; **Programa de Desenvolvimento Local e Políticas Públicas** – PPP: suas ações se dão no sentido de promover o fortalecimento das associações de assentamentos nas áreas de atuação da ASSEMA para atender a demandas de políticas públicas, crédito agrícola e educação numa lógica de desenvolvimento local desejado e planejado pelas famílias destas áreas; **Programa de Produção Agroextrativista** – PPA: objetiva desenvolver uma proposta de produção alternativa para a agricultura familiar que seja sustentável a médio e longo prazo, utilizando princípios agroecológicos (sócio-ambiental, econômico e cultural), visando à diversificação de alimentos aumentando a produtividade dos produtos da agricultura familiar e o auto-abastecimento da família; **Programa de Administração e Coordenação Institucional** – PAC: tem

como objetivo o fortalecimento da gestão da ASSEMA pelos trabalhadores e trabalhadores rurais das suas áreas de trabalho (ASSEMA, 2002).

Esta organização apresenta-se enquanto espaço onde são forjados pela interação do conjunto de seus integrantes, os principais temas que compõe uma parte considerável das pautas das organizações de trabalhadores rurais filiadas a ela.

A ASSEMA surge num momento em que se percebe no campo, isto é, no meio rural, mais precisamente na região geográfica denominada de Médio Mearim Maranhense, “uma crise de mediadores”. Os trabalhadores em luta pela posse e uso da terra, demandavam também políticas relacionadas à produção e comercialização dos produtos, contudo, a ação dos agentes sociais de apoio a causa dos trabalhadores rurais era insuficiente frente ao número de demandas referentes às questões de assistência técnica e desenvolvimento da produção familiar e enfrentamento no campo político dos interesses de grupos interessados na repressão dos movimentos sociais no campo (SILVA, 2001, p. 65).

Durante o auge dos conflitos no Médio Mearim, várias entidades estavam junto às famílias de trabalhadores rurais apoiando-as em suas ações pela reconquista de suas terras. A interferência destas organizações permitiu que essas famílias resistissem ao desgaste material e emocional, que uma situação de conflito agrário exacerbado impõe. A força política e social existente em cada um dos agentes que se envolveram do lado das famílias quando aplicada em conjunto potencializou o poder de pressão junto ao Estado e a sociedade e, de reação frente aos seus antagonistas diretos, os grandes proprietários de terra.

Como já foi dito, a criação das áreas de assentamento que deram termo às situações de conflito exacerbado, não se apresentou como uma solução automática aos problemas das famílias assentadas, a forma como os projetos de assentamento são conduzidos pelos órgãos fundiários dificulta a consolidação da conquista. Dentre os problemas destacam-se: a morosidade na emissão do termo de posse; a exclusão dos trabalhadores nos processos de elaboração dos projetos a serem aplicados nos assentamentos; a imposição de sistemas de produção estabelecidos pelos planejadores, que pouco conheciam da realidade dessas famílias; soma-se a isso a desorganização produtiva e econômica em que se encontravam as famílias que vivenciaram os conflitos.

As questões e dificuldades impostas à nova condição de assentados ganharam relevo entre as preocupações dessas famílias pelas experiências mal-sucedidas das primeiras desapropriações ocorridas na região. Ainda em 1972, no

município de Esperantinópolis, algumas áreas de assentamento foram criadas a partir da regularização de terras ocupadas por posseiros, o que se constatou nessas áreas foi que cinco anos depois, 90% das famílias já não estavam mais na área. Tinham ido para o garimpo, vendido seus lotes ou já estavam em novas frentes de expansão. A preocupação era no sentido de não repetir a mesma situação.

Para estas famílias, as condições de se manterem dignamente nas terras reconquistadas tornam-se mais difíceis, a medida em que as entidades que os apoiavam durante os conflitos não se apresentavam mais com o mesmo protagonismo do momento anterior, não estando em condições de atender as novas demandas das comunidades, em função da própria natureza de suas atividades serem distintas das demandas que se apresentavam àquela ocasião, começa a se desenhar uma situação em que as formas tradicionais de mobilização e representação deparam-se com novas formas de confronto sem possuírem os instrumentos adequados para enfrentá-las. Crescia entre as famílias que haviam conquistado o reconhecimento da posse de suas terras, o entendimento de que uma nova organização deveria ser construída.

A tradicional ação política das entidades ligadas à Igreja católica nos povoados de região do Médio Mearim que foram bastante expressivas por ocasião dos conflitos, limitam-se agora as ações realizadas no âmbito da entidade de assessoria denominada Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura – ACESA, que no entanto, não estava a contento dos trabalhadores em função das ações desenvolvidas pela ACESA serem determinadas de forma centralizada pela Vice Província dos Frades Franciscanos, instituição mantenedora da ACESA. Os trabalhadores queriam mais autonomia dentro da entidade pleiteando a direção desta, o que foi negado pela vice-província (SILVA, 2001).

Em relação aos sindicatos, observa-se uma limitação nesta instituição. Entre os entraves estavam a dificuldade de legitimar sua ação junto aos órgãos fundiários, aliado à ausência de recursos técnicos e financeiros para lidar com a questão da produção e comercialização.

Uma segunda questão se impunha as limitações de representatividade nos sindicatos, dos quatro municípios que se envolveriam no processo de criação da ASSEMA, dois tinham seus sindicatos controlados por grupos cujos interesses destoavam significativamente do grupo de famílias recém saídas dos conflitos, os sindicatos de Lago do Junco e de Lima Campos eram considerados *pelegos*, suas

direções representavam na verdade, os interesses dos fazendeiros, grandes comerciantes e tradicionais grupos políticos da região, contrários as famílias que agora constituíam as áreas de assentamento e daqueles que ainda lutavam por terra.

A nova forma de relação com o Estado engendrada, a partir dos assentamentos - responsável pela emergência da categoria designativa assentado - implicou na criação das chamadas associações de assentados tiveram que ser constituídas nos assentamentos por imposição dos órgãos fundiários INCRA e ITERMA, para mediar o acesso das famílias aos recursos e programas destas agências estatais, estas, no entanto carregavam consigo o que Silva chamou de *signo do associativismo burocrático*<sup>10</sup> (SILVA, 2001, p. 58).

Estas associações encontravam-se muito distantes das formas de solidariedade vivenciadas por estas famílias, entrando inclusive em choque com essas na medida em que, os órgãos fundiários previam como modelo de uso e acesso a terra a divisão em lotes individuais, quando a forma praticada pelas famílias era o regime de uso comunal das áreas.

É no bojo de um complexo processo mudança social em escala local e global que envolve questões como a crescente precariedade das condições de vida dos mais pobres, uma crise de mediação, emergência de categorias identitárias, redes de articulação, redefinição das relações entre os agentes sociais e transformações estruturais no papel do Estado, que surgem as condições macroestruturais para a constituição de uma organização como a ASSEMA. Em sentido mais amplo, podemos relacionar o surgimento desta organização com dois fenômenos correlatos que ocorrem na escala global a partir da década de 1970, o ficou conhecido como *crise de mediação* e, a chamada emergência dos *novos movimentos sociais* (HOBSBAWM, 1994; GOHN, 1997).

O primeiro fenômeno tende a se caracterizar em linhas gerais, pelo alargamento das bases sociais no campo e o declínio da capacidade de mobilização dos instrumentos tradicionais de representação como sindicatos e partidos. As formas tradicionais de representação deparam-se com novas formas de relações com o Estado, mercado e entre os diversos segmentos da sociedade civil que implicam em confronto e lutas para as quais as entidades de representação, não possuíam os

---

<sup>10</sup> Esta classificação se apóia nas definições de Zara (1996) e Almeida (2001) sobre o que entendem como *associativismo burocrático*.



instrumentos adequados para o enfrentamento. Nesse sentido, para Rice (2005, p. 06) *os movimentos sociais rurais nos anos de 1980 são, portanto, um campo de dupla resistência política, contra a ordem social que os exclui e contra as representações formais de representação social que não os acolhe.*

O segundo fenômeno representa justamente uma reação à crise de mediação e, chama atenção especialmente para o deslocamento do espaço de mobilização engendrado pela redefinição do papel do Estado, que possibilita formas de organização da sociedade civil que não estão mais atreladas a este. As reivindicações deixam de ser pautadas em interesses de classe ou profissional nas relações de produção e passam incluir situações de opressão sobre os aspectos culturais, ambientais, de gênero, étnica e de cidadania, como essas formas de opressão não atingem uma única categoria profissional, as formas de reivindicação tradicional perdem espaço, dando lugar à *política de identidade* (HOBSBAWM, 1994).

### **Considerações Finais:**

Para a realização das mudanças sociais ocorridas naquela região, foi necessário além da existência de condições materiais (expropriação dos meios de produção, fome, miséria), a conjugação dessas condições a condições morais (moral religiosa) e emocionais (grande sentimento de humilhação, vergonha), que fizessem emergir para algumas famílias as contradições materiais e simbólicas em que viviam.

Desta forma, podemos compreender a ação dos sacerdotes adeptos a Teologia da Libertação como de incentivo e mediação no processo de transformação social que estas famílias protagonizaram na década de oitenta. Esses religiosos atuaram como portadores dos meios ideológicos, institucionais e materiais, que trouxe uma nova consciência para uma parte daquelas famílias, mas foi principalmente por meio da figura destes sacerdotes que se realizou a mediação com Deus e com o sagrado, que retirou a luta pelo babaçu e pela terra da tábua dos pecados e as colocou na tábua dos mandamentos que um filho de Deus deve seguir.

Durante os conflitos agrários e após estes, a interação com os mediadores possibilitou às famílias de trabalhadores rurais entrarem em contato com outras visões de mundo das quais receberam algumas influências. Esse contato marcou suas vidas a partir de uma existência cujas fronteiras extrapolam o plano nacional. Tanto a ação dos mediadores na emergência e transcorrer dos conflitos quanto a criação da ASSEMA ao fim deste, alteraram os quadros de referência, que orientam as ações dos trabalhadores rurais neles envolvidos, de um modo geral, observa-se a construção do

que poderíamos chamar de *projeto coletivo comum* representado por um posicionamento específico em relação às temáticas da questão fundiária (reforma agrária), matriz produtiva (agroecológica) da comercialização (cooperativismo) e política partidária (identificada como de esquerda).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- ALMEIDA, A.W. **Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais.** Revista Tipiti, número 01, p, 5-7, 2001.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O Meio Norte. In: \_\_\_\_\_. **Paisagens e Problemas do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1969.
- ASSEMA. Projeto Consolidação da Economia Familiar Camponesa em Regiões de Babaçuais, com a Conservação e Utilização Regional dos Recursos Naturais. Pedreiras, 2002.
- CARNEIRO, Marcelo S, PAULA ANDARDE M., MESQUITA B. A. A Reforma da miséria e a miséria da reforma: notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão. In: ALMEIDA, A. W. **O Maranhão em Rota de Colisão,** São Luís: CPT, 1997.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.
- HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve século XX.** São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1983.
- RICCI, Rudá. A Trajetória dos Movimentos Sociais do Campo: História, Teoria Social e Práticas de Governo. Rio de Janeiro: II Semana Acadêmica do CPDA. 2005 mimeo.
- SILVA, José Gomes da. **A Reforma agrária brasileira na virada do milênio.** Maceió: EDUFAL, 1997.
- SILVA, Miguel Henrique Pereira da. **Cooperativismo na área de atuação da ASSEMA: um estudo das cooperativas de Lago do Junco e Esperantinópolis.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) São Luís: UFMA, 2001. 139 p.
- VELHO, Otávio G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VEIGA, José Eli da. **A Reforma que virou suco: uma introdução ao dilema agrário no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1990.

**GT 11 – Ação coletiva e mediadores no espaço rural brasileiro****Associativismo e agricultura familiar em Guaraqueçaba – PR: ações coletivas e fortalecimento social****Rosilene Komarcheski<sup>1</sup>****Nathalia Sibuya<sup>2</sup>****Valdir Frigo Denardin<sup>3</sup>**

**Resumo:** O presente estudo parte da noção de que, mesmo enfrentando uma série de problemas, a agricultura familiar no Brasil tem se movido no sentido de questionar a razão instrumental que fundamenta os lógicos desenvolvimentistas e assim, muitos agricultores têm buscado alternativas de desenvolvimento rural, com vistas à sua permanência no campo e reprodução socioeconômica. Neste âmbito, o presente estudo tem por intenção apresentar ações promovidas por produtores rurais no município de Guaraqueçaba, litoral Norte do Estado do Paraná, através de duas Associações, com vistas a verificar de que formas estas estratégias têm contribuído para o fortalecimento e organização social dos produtores. O estudo se deu por meio de uma pesquisa participante junto às comunidades e a discussão apresentada tem como base referencial teórico acerca do ‘associativismo’, como forma de promoção do fortalecimento social, fundamentalmente. Como principal resultado, obteve-se que com as ações desenvolvidas pelas comunidades de Açungui e Potinga estão sendo beneficiadas diretamente 35 famílias; que agentes externos às comunidades têm desempenhado papel fundamental na mediação das ações locais; e que as Associações se apresentam como espaços potenciais para a viabilização de outras iniciativas que possibilitem o fortalecimento social, a reprodução socioeconômica e a permanência no campo das famílias envolvidas.

**Palavras-chaves:** Agricultura familiar; Associativismo; Guaraqueçaba – PR.

---

<sup>1</sup> Doutoranda de Sociologia / Estudante / UFPR, rosilene.k@bol.com.br.

<sup>2</sup> Mestranda de Meio Ambiente e Desenvolvimento / Estudante / UFPR, nathsibuya@hotmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em Desenvolvimento, Ambiente e Sociedade / Professor adjunto / UFPR, valdirfd@ufpr.br.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

## 1 – INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil tem sofrido uma série de prejuízos socioeconômicos e ambientais, especialmente a partir da década de 1960, com o avanço do desenvolvimento capitalista e a adjacente modernização agrícola. Contudo, mas não sem dificuldades, uma parcela significativa da população rural do país têm demonstrado resistência ao abandono do campo, o que contraria algumas previsões alarmistas sobre um possível “fim do rural”. As estratégias de resistência e de reprodução social têm assim tomado diversos formatos, que vão desde a organização socioprodutiva e política ao cultivo agroecológico.

A somatória de iniciativas como estas tem implicado em notáveis transformações na organização social da vida no campo. A partir desta nova configuração que toma as dinâmicas sociais da vida no campo, recorta-se aqui, para fins do presente estudo, o contexto contemporâneo da agricultura familiar no município de Guaraqueçaba, inserido na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, litoral Norte do Estado do Paraná.

Destacam-se então as Associações de produtores rurais das comunidades de Açungui e Potinga, que se apresentam como estratégia coletiva de resistência e de reprodução social adotada e desenvolvida pelos produtores rurais da região, constituindo assim novas formas de enfrentamento dos conflitos sociais e socioambientais no campo. Como objetivo, com o presente estudo se pretende caracterizar as associações e desvendar de que forma este tipo de organização social e produtiva pode estar contribuindo para o fortalecimento social local.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se a pesquisa participante, promovida a partir de ações desenvolvidas nas comunidades de Açungui e Potinga, entre os anos de 2011 e 2013, em parceria com o Programa de Extensão Universitária da UFPR “Farinheiras no Litoral”. Utilizou-se também de pesquisa bibliográfica e documental, com vistas ao aprofundamento teórico acerca do tema, bem como de informações secundárias a respeito do objeto de estudo; e na pesquisa de campo, atividades de observação à dinâmica social e política das Associações e entrevistas aos produtores que as compõe, através de um roteiro pré-definido. Para a discussão, parte-se, essencialmente, das concepções de Associativismo e fortalecimento social.

## 2 – A AGRICULTURA FAMILIAR EM GUARAQUEÇABA – PR E AS COMUNIDADES DE AÇUNGUI E POTINGA

Guaraqueçaba tem a maior parcela de sua população vivendo no meio rural (5.188 dos 7871 habitantes), sendo que dos seus 2.315 Km<sup>2</sup> de extensão 66% é considerada área rural (IBGE, 2010). As principais atividades econômicas desenvolvidas na região são a agricultura, a pecuária, a silvicultura, a exploração florestal e a pesca. Estas atividades, por sua vez, ocupam 1.431 trabalhadores no total, o que representa mais da metade da população trabalhadora local, que é de 2.831 pessoas (IPARDES, 2010).

A produção agrícola atual é baseada principalmente no cultivo de banana, mandioca e palmito (IBGE, 2010). Os sistemas de produção e de comercialização desenvolvidos em Guaraqueçaba possuem baixa diversificação, o que acaba por centralizar a renda agrícola local nos três produtos citados, basicamente. Este quadro aponta para o elevado risco da base agrícola de Guaraqueçaba, onde a produção está sujeita a adversidades do mercado e das condições naturais (RODRIGUES, 2005).

O município possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito inferior à maioria dos municípios do Estado, encontrando-se nas posições 394 e 285, respectivamente, entre os 399 municípios do Paraná (IPARDES, 2010). O município encontra-se entre os piores índices de desenvolvimento do Estado, sendo que 14,46% da população são extremamente pobres e 60% é vulnerável à pobreza (PNUD, 2013).

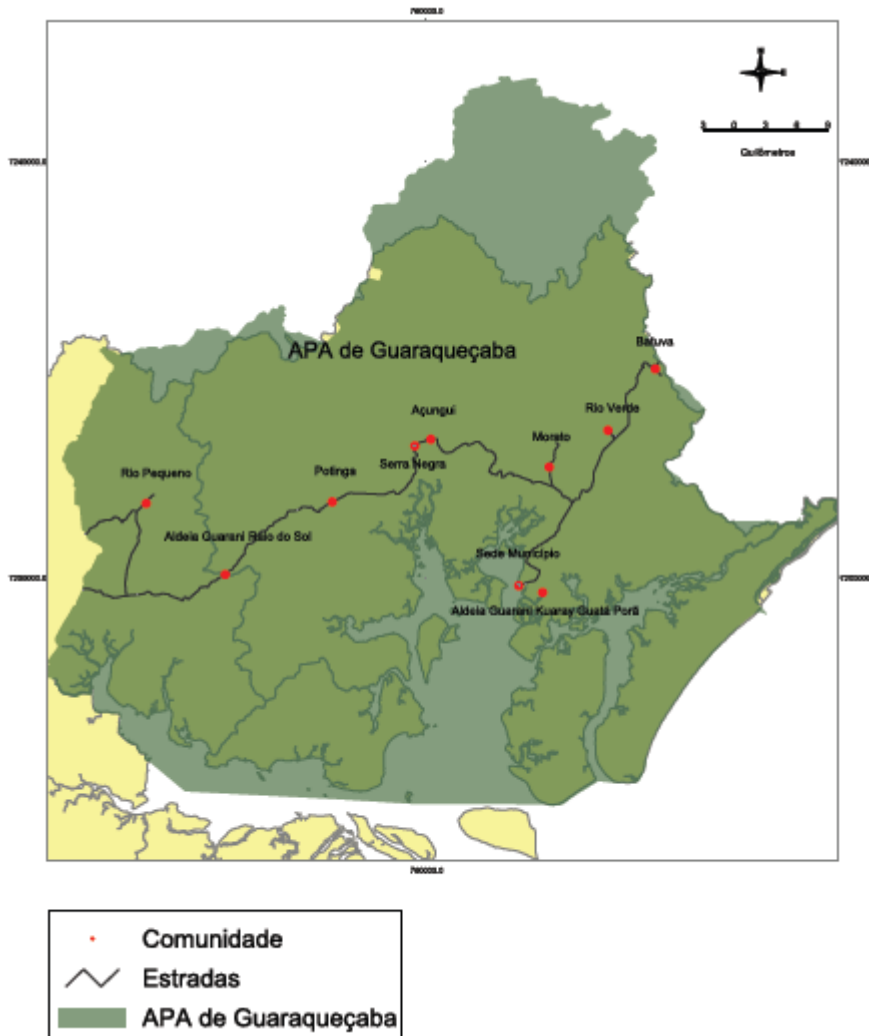
Em contraste com a precariedade socioeconômica, Guaraqueçaba possui um ambiente natural bem preservado, concentrando parte da maior porção de Floresta Atlântica em seu estado primitivo e da maior extensão contínua de Floresta Ombrófila Densa remanescente no país (IPARDES, 2001).

O alto valor ecológico da região implicou na proteção ambiental de quase a totalidade do território guaraqueçabano. Atualmente, 98% do município encontram-se coberto por Unidades de Conservação (UCs), que são: Estação Ecológica de Guaraqueçaba e Parque Nacional do Superagüi, que são de Proteção Integral; e Área de Proteção Ambiental (APA) (federal) de Guaraqueçaba, ARIE do Pinheiro e Pinheirinho, APA (estadual) de Guaraqueçaba, RPPN Salto Morato e Reserva Ecológica de Sebuí, sendo estas de Uso Sustentável (IAP, 2012).

A APA de Guaraqueçaba tem aproximadamente 55 comunidades distribuídas em seu território com uma diversidade cultural e étnica, entre agricultores familiares,

indígenas, quilombolas e trabalhadores ligados ao Movimento Sem Terra (MST), dentre as quais Açungui e Potinga, área selecionada para o presente estudo (FIGURA 1).

**FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**



Fonte: Sibuya *et. al* (2013).

A comunidade de Potinga fica entre as comunidades de Rio do Cedro e Tagaçaba, sua população reside basicamente às margens da PR 405 e uma pequena parcela habita o entorno próximo de alguns rios que permeiam a região. A comunidade possui cerca de 200 habitantes (KASSEBOEHMER, 2007). A principal fonte de renda é a agricultura baseada na produção de banana, pupunha e mandioca, seguida de outras fontes como o comércio, aposentadoria e pensões, serviço público e construção civil.

A comunidade de Açungui está localizada às margens do rio Açungui e da rodovia PR-405, entre Tagaçaba e Serra Negra, a cerca de 40 km da sede do município

de Guaraqueçaba. Segundo relato dos moradores mais antigos, o nome da comunidade é originário do “Saltinho”, onde nasce o rio Açungui e deu início a comunidade, quanto à descendência a maioria relata ter parentesco de origem indígena e portuguesa.

A comunidade tem por volta de 165 habitantes, distribuídos em 37 famílias, a principal fonte de renda é a agricultura baseada na produção de banana, pupunha e mandioca, seguida de outras fontes como o comércio, aposentadoria, pensões, serviço público e construção civil. A comunidade também sobrevive de empreitadas em propriedades de grandes agricultores, da venda de outros produtos como farinha de mandioca, mel e cana de açúcar (DENARDIN *et. al* 2011; SIBUYA *et. al* 2013).

Desse modo, a agricultura familiar o município encontra-se inserida num contexto, ao mesmo tempo, sensível ambientalmente e vulnerável socialmente. Tal situação agrava-se devido a fatores como o isolamento territorial do espaço rural da região, o qual se encontra comprimido entre portos (Santos – Antonina – Paranaguá – Itapoá – Itajaí), rodovias e demais obras e empreendimentos urbano-industriais; e pelo turismo de verão promovido nas cidades balneárias do litoral paranaense.

### **3 – AS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS E AS FARINHEIRAS COMUNITÁRIAS**

A produção da raiz de mandioca se configura como uma das três principais atividades agrícolas desenvolvidas em Guaraqueçaba, sendo que dos 527 estabelecimentos agrícolas recenseadas no município pelo Censo Agropecuário do IBGE (2006), em 171 unidades ocorre a produção de mandioca. Muitos dos produtores da raiz também realizam a produção da farinha de mandioca em seus estabelecimentos. Segundo Denardin *et. al* (2011), existem cerca de trinta unidades de produção de farinha de mandioca (farinheiras) na região continental do município mapeadas, as quais se dividem em “autoconsumo”, “ativas”, “inativas” e “comunitárias”<sup>4</sup>.

Nas comunidades de Açungui e Potinga, recorte específico deste trabalho, há um número bastante representativo das unidades de produção de farinha existentes no município, bem como de famílias que desenvolvem esta atividade, concentrando cada

---

<sup>4</sup> Estes tipos dizem respeito, respectivamente, a unidades de produção onde se produz: apenas para o próprio consumo da família; para comercialização; desativadas, que já foram utilizadas para a produção; e que são de propriedade de Associações de moradores das comunidades, onde qualquer um dos associados pode produzir farinha, seja para o consumo ou para a comercialização.

uma, respectivamente, 9 e 15 unidades de produção. Como recorte para o presente estudo, teve-se apenas a duas unidades produtivas do tipo “comunitária”, sendo uma na comunidade de Açungui e outra na de Potinga, uma vez que, conforme descrito a seguir, elas se relacionam intrinsecamente à própria existência das Associações de produtores locais.

A produção de farinha nas comunidades de Açungui e Potinga carrega elementos da tradição e da cultura herdados através de gerações pelas famílias locais. O modo de fazer farinha ali é característico do lugar, mantendo uma relação íntima com a forma de processamento da raiz para a obtenção de farinha, com os equipamentos utilizados no processo e com as relações sociais em torno desse ofício. A organização familiar do trabalho em torno da produção é outra característica marcante, através da qual homens, mulheres, jovens e crianças têm suas funções sociais mais ou menos estabelecidas e a partir das quais se constitui a base das relações sociais das comunidades. Além disso, a produção e comercialização de farinha compõe uma média de 30% da renda total das famílias que desenvolvem a atividade, sendo assim fundamental para a reprodução socioeconômica local.

Contudo, as famílias de produtores de Açungui e Potinga têm passado por graves dificuldades socioeconômicas desencadeadas pelo processo de precário desenvolvimento local, relacionado com outros fatores como o isolamento territorial, o reduzido grau de tecnificação da atividade e, mais recentemente, com as restrições quanto ao uso e ocupação do solo colocadas pela efetivação da proteção ambiental na região que, por sua vez, tem implicado na redução das áreas de cultivo da raiz de mandioca.

Como consequência desse contexto, as comunidades têm enfrentado uma série de entraves para o desenvolvimento da atividade de produção da farinha. Dentre os principais empecilhos que a atividade enfrenta encontram-se os problemas econômicos estruturais detectados, sobre os quais constata-se a grande distância das unidades de produção até o mercado consumidor e as péssimas condições das estradas, dificultando o escoamento do produto, elevando os custos com transporte e, conseqüentemente, reduzindo o lucro sobre o produto final (DENARDIN *et. al*, 2011).

O acesso ao mercado também é dificultado pela deficiência de infraestrutura das próprias farinheiras, o que inviabiliza, para a maioria dos agricultores, a obtenção da certificação da vigilância sanitária – necessária para a distribuição e comercialização do



produto no mercado. A comercialização do produto, em quase sua totalidade, é feita de forma clandestina, o que implica na inviabilidade de acesso a mercados mais organizados. Outro agravante é a ausência de rótulos que permitam a identificação e a procedência do produto. A falta de identificação da origem do produto, no caso do litoral do Paraná, possibilita que comerciantes locais importem farinha de outras regiões do estado e a comercializem como fosse produto local.

Sem a possibilidade de ampliar suas áreas agrícolas e com a falta de apoio técnico, como acesso a tecnologias relacionadas ao manejo adequado do solo, a produtividade da raiz vem decrescendo. Alia-se a isso a falta de apoio em termos de assistência técnica rural, tanto por parte do Estado quanto do Município. Tais dificuldades têm se somado ainda ao intenso êxodo rural dos jovens das comunidades para centros urbanos em municípios próximos, como Paranaguá e Colombo, por exemplo.

Com a carência de perspectivas profissionais e econômicas na região, muitos jovens têm migrado em busca de trabalho, renda e capacitação profissional, principalmente. Com isso, a potencial mão-de-obra que os jovens representam para a produção de farinha também fica prejudicada. Desse modo, a produção de farinha de mandioca persiste, entre os problemas socioeconômicos enfrentados e o manifesto desejo de permanência no campo das famílias de produtores.

#### **4 – O ASSOCIATIVISMO: ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO SOCIAL**

No ano de 2003, o Programa Paraná Doze Meses, criado pelo governo do Estado do Paraná, em parceria com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR), contemplou as comunidades de Açungui e Potinga com uma farinheira comunitária e um micro trator cada. Entretanto, o processo de implementação destes recursos não se deu de forma participativa, com todos os moradores locais, e para viabilizar o acesso ao recebimento deste recurso, era necessário que as comunidades tivessem, cada qual, uma associação formalizada.

Dentro deste contexto, é que foi criada a Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Açungui, no intuito de subsidiar esta política pública para a região. Porém, devido à falta de gestão e de comunicação entre os associados, a associação foi extinta, e seus bens ficaram sob o poder da antiga diretoria. Essa situação foi ainda mais agravada por conflitos internos desencadeados nas comunidades, que envolviam

acusações entre os moradores da comunidade obre roubos de casa, vandalismo, agressões verbais e assassinato de cães. Situação diferente foi verificada no caso da Associação de Moradores e Pequenos Produtores de Potinga e Rio do Cedro, que existia desde o ano de 1997, formada pelas comunidades de Potinga e Rio do Cedro, mas o seu foco principal não era a produção de farinha de mandioca.

As duas casas de farinha comunitárias implementadas pelo Paraná Doze Meses permaneceram durante muito tempo inativas, devido à falta de organização social e manutenção adequada dos maquinários, além de vários dos equipamentos não serem de fácil manuseio aos associados. Então, através do auxílio técnico do Programa de Extensão Universitária “Farinheiras no Litoral”, da Universidade Federal do Paraná, que atua nas comunidades desde 2007, as Associações têm se fortalecido. Com isso, deu-se a reestruturação completa das unidades de produção de farinha, permitindo assim que 35 famílias fossem beneficiadas diretamente, econômica e socialmente. Em 2013, as duas unidades encontravam-se ativas, tendo conquistado o alvará de funcionamento da prefeitura e a licença da vigilância sanitária para a produção e comercialização da farinha.

Atualmente o foco principal das associações está na produção da farinha de mandioca, mas os associados de ambas têm a intenção de diversificar a produção futuramente e ampliar as atividades para uma cozinha comunitária. As associações possuem características distintas e peculiares, apesar da proximidade, mas um mesmo foco central. A Associação das comunidades de Potinga e Rio do Cedro atende aproximadamente a 22 famílias, tem uma notável capacidade de articulação, não existe muito conflito entre seus membros, as reuniões são quinzenais e sempre conta com um alto índice de participação dos membros, nota-se a pró-atividade e autonomia do grupo em crescimento após a criação da mesma. A maioria dos associados tem vínculo com outras iniciativas coletivas ligadas a produção de banana, melipolinicultura e turismo local.

A associação do Açungui possui 13 famílias associadas e as reuniões são realizadas quinzenalmente, contudo, no início das atividades existia certa dificuldade de participação de todos os membros nas reuniões e decisões, mas a diretoria procurou criar estratégias de aproximação e comunicação com seus membros, o que permitiu melhores resultados. Atualmente, a presidente desta associação é uma mulher, o que significa um avanço nas relações interpessoais e de hierarquia dentro da comunidade.

A produção de farinha de mandioca em Guaraqueçaba contribui, por um lado, com a segurança alimentar e, por outro, com geração de renda de muitas famílias. Além disso, o modo de fazer farinha produziu no litoral do Paraná um conjunto de artefatos artesanais representantes da identidade cultural local.

Valorizando suas potencialidades locais, ambas as comunidades visualizaram a organização social via Associações como tecnologias sociais alternativas de desenvolvimento local, o que foi impulsionado, inicialmente, pela produção da farinha de mandioca. As tecnologias sociais podem ser entendidas como “produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social [...] visando a sustentabilidade econômica, social e ambiental” (RODRIGUES; BARBIERI, 2008:1070-1076).

O associativismo, como tecnologia social, imprime às comunidades de pequenos produtores rurais a possibilidade de desenvolver-se endógena e autonomamente, a partir do fortalecimento social e político local. Este fortalecimento permite à sociedade a inserção mais eficiente em espaços de consulta e deliberação, de modo a compensar ou reduzir deficiências das disparidades na sociedade política que implicam em impactos negativos àqueles (AVRITZER, 1997).

O associativismo possibilita ainda, a partir do esforço coletivo e integrado de agentes produtivos com fins comuns, a inserção no mercado e a conquista de espaços de produção e comercialização, permitindo o enfrentamento local da competitividade do mercado. Desse modo, o associativismo instrumentaliza comunidades de produtores para a conquista de suas demandas sociais, tornando-as mais próximas do alcance do desenvolvimento local (FRANTZ, 2002, p. 25).

O fortalecimento da organização comunitária gerou muitas mudanças positivas no contexto ambiental, social e econômico das comunidades. Na dimensão ambiental, como resultados, pode-se citar a mediação em relação ao conflito que existia entre as comunidades abordadas e os órgãos ambientais da região, que são responsáveis pela gestão das Unidades de Conservação criadas na década de 80, que restringem alguns usos e manejo do solo. Notou-se a diminuição nos episódios de embate e violência, que anteriormente eram frequentes. Também foi identificado um aumento da consciência ambiental dos agricultores, em relação à percepção de pertencimento a uma área de proteção ambiental, ao uso de agrotóxicos, realização de queimadas, a destinação adequada dos resíduos no processo de fabricação da farinha de mandioca, e a

importância da certificação orgânica dos alimentos. A comunidade local também passou a utilizar essa conotação do pertencimento a uma Área de Proteção Ambiental como estratégia para valorizar seus produtos locais na comercialização.

Na dimensão social, instituir as associações possibilitou aos seus membros reconstruir os laços de solidariedade e reciprocidade que estavam fragilizados, proporcionar um espaço de discussão, reflexão, ação coletiva, e estabelecer um canal de diálogo, que anteriormente não havia, com os órgãos públicos na reivindicação de várias demandas das comunidades, de modo mais organizado e efetivo. Outro ponto importante é sobre a visão mais crítica da realidade local que a comunidade vem demonstrando. Cabe ressaltar, que além do fortalecimento da organização social em geral, este espaço de trocas e diálogo, conseguiu proporcionar uma melhora na qualidade de vida e o resgate de alguns aspectos culturais que estavam se perdendo, como é o caso dos mutirões nas roças, as festividades, as trocas solidárias.

As comunidades também têm participado de um espaço diferente de articulação, o Encontro das Comunidades do Litoral do Paraná, que envolve diversas comunidades da região (agricultores, pescadores, quilombolas, indígenas e o Movimento Sem Terra), em busca de não serem expulsas de seus territórios pelo capitalismo hegemônico adotam práticas solidárias, trocam experiências e fortalecem a comunicação local, por intermédio dos dados resultantes da primeira edição do evento no mês de julho de 2013, é possível constatar o potencial de crescimento do associativismo e da prática agroecológica nesta região.

Na dimensão econômica, por meio das associações o acesso a financiamentos foi facilitado, as comunidades conseguiram apoio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR), que auxiliou a comunidade com a PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que financia projetos individuais ou coletivos, para geração de renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, a comunidade obteve financiamento para compra de mudas de pupunha. A Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral também deu assistência técnica às comunidades, por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da Universidade Federal do Paraná, a Fundação Araucária, o Programa de Extensão Universitária do MEC e o Programa Universidade Solidária do banco Santander.

No que tange o incremento da renda das famílias, as ações desenvolvidas pelas associações, como o mapa da cadeia produtiva da mandioca, mapa de propriedades, construção do termo de uso das unidades produtivas, adoção de um livro controle da produção, a elaboração do rótulo com identidade cultural e territorial, oficinas de boas práticas de higiene e segurança do trabalho, condicionaram uma melhoria na qualidade do produto, de forma a permitir à organização e o planejamento prévio da produção, adequando as normas de segurança e saúde, sem perder a essência artesanal do produto e a cultura material de cada família.

Houve um aumento na produção, nos canais de comercialização e no preço da farinha de mandioca, com o alvará da prefeitura, a licença da vigilância sanitária, e o rótulo com identidade cultural e territorial. Outra possibilidade alcançada foi à concretização da oportunidade de novos negócios e relações entre os agricultores, por meio do intercâmbio entre comunidades que tem iniciativas semelhantes. Por fim, o avanço e os resultados significativos em todas essas dimensões, promoveu a oportunidade das comunidades resistirem no meio rural, não só por intermédio do incremento da renda, mas também pela segurança alimentar.

A organização e o fortalecimento social promovido nas comunidades de Açungui e Potinga só foram possíveis graças aos esforços coletivos dos grupos sociais interessados, onde os agentes, unidos por interesses [e problemas] comuns, se dispuseram a desenvolver e executar as estratégias citadas. Segundo Bourdieu (2011, p. 51),

o trabalho simbólico de constituição ou de consagração necessário para criar um grupo unido (...) tem tanto mais oportunidades de ser bem-sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele se exerce estejam inclinados (...) a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto.

Assim, as comunidades vislumbraram no associativismo o berço de que necessitavam para promoverem ações que possibilitassem melhorias socioeconômicas para os referidos grupos, o que pode se estender a mais uma série de ações que lhes sejam de interesse comum.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário socioambiental guaraqueçabano apresenta condições para a promoção de alternativas socioeconômicas e ambientais de desenvolvimento, podendo assim

transformar a realidade local de modo a propiciar a permanência dos produtores no campo, garantindo sua reprodução socioeconômica, ao passo que se viabiliza a sustentabilidade local, em seus variados aspectos.

A agricultura familiar na região encontra-se num cenário sensível ambientalmente e vulnerável socialmente. Ainda assim, verificou-se através deste estudo que os produtores das comunidades de Açungui e Potinga acreditam na possibilidade de sua permanência no campo e reprodução socioeconômica através de um desenvolvimento rural alternativo à lógica hegemônica, o que denota-se no fortalecimento das Associações, organizadas coletivamente.

As Associações podem então se configurarem como um berço para diversas outras iniciativas dos produtores, que lhes permitam a obtenção de renda e manutenção no campo com qualidade de vida, rumo a um desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, apontam-se como outro projeto coletivo potencial o cultivo – e certificação – de alimentos orgânicos, por exemplo.

## REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. **Um desenho institucional para o novo associativismo**. São Paulo: Lua Nova, 39, Cedec, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 11º ed., Campinas: Papirus, 2011.

DENARDIN, V. F.; LAUTERT, L. F. C.; SULZBACH, M. T.; RIBAS, C. P.; PICCIN, H. H.; KOMARCHESKI, R.; HERNANDES, C. C. **Agroindústria Familiar no Litoral Paranaense: o caso das casas de farinha**. In: DENARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. S.; QUADROS, D. A. de. (Org.). *Litoral do Paraná - reflexões e interações*. Matinhos: UFPR Litoral, 2011, v. 1, p. 50-70.

DENARDIN, V. F.; LOUREIRO, W. **Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense**. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, pp. 184-198, mai./ago. 2008.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: mar. de 2012.

IAP. **Instituto Ambiental do Paraná, missões e atribuições**. Disponível em <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=348>>. Acesso em: 14 mai. 2013.

IBGE. **Contagem da população**. Brasil, 2010. Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10/08/2013.

\_\_\_\_\_. Censo agropecuário. Brasil, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.  
Acesso em: 10/08/2010.

IPARDES. Cadernos municipais. Curitiba, 2010. Disponível em:  
<<http://www.ipardes.gov.br/index.php>>. Acesso em: 10/08/2010.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em:  
<[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/guaraquecaba\\_pr](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/guaraquecaba_pr)> Acesso 10/11/2013.

\_\_\_\_\_. Zoneamento da APA de Guaraqueçaba. Curitiba, 2001. Disponível em:  
<<http://www.ipardes.gov.br/index.php>>. Acesso em: 10/08/2010.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em:  
<[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/guaraquecaba\\_pr](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/guaraquecaba_pr)> Acesso 10/11/2013.

RODRIGUES, I; BARBIERI, J. C. **A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável**. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 6, p. 1069- 1094, 2008.

RODRIGUES, A. dos S. (org.). As condicionantes da sustentabilidade agrícola em uma área de proteção ambiental: a APA de Guaraqueçaba. Curitiba: IAPAR, 2005.

SIBUYA, N. J. S; DENARDIN, V. F; LAUTERT, L. C. **Organização social e produtiva na farinheira comunitária do Açungui, Guaraqueçaba – PR**. VI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social - I Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social. Belo Horizonte, 2013, anais...

TEIXEIRA, C. **O que fazer com a pequena agricultura? As soluções diante da conservação**. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba, n. 14, p. 69-81, jul./dez. 2006.

## **GT 11 – Ação coletiva e mediadores no espaço rural brasileiro**

### **Atores sociais e suas formas de capitais: um estudo de caso sobre Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ**

Hélen Barcellos da Silva Martins<sup>1</sup>

Este trabalho tem como objeto de estudo a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ, esta organização busca representar as Comunidades Quilombolas brasileiras com o objetivo de obter a titulação e o reconhecimento governamental de terras tradicionalmente ocupadas, formular e defender a implementação de políticas públicas aplicáveis a estes territórios, e assim, melhorar a qualidade de vida destas populações. Interessa-nos observar como se dá o ativismo político das lideranças que desenvolvem este trabalho, com o objetivo de compreender os ganhos e perdas pessoais e políticas resultantes desse ativismo, pensar como a ação coletiva reflete nas condutas destes atores sociais e quais o resultados políticos desse ativismo para as comunidades quilombolas brasileiras.

Acredita-se que estas lideranças, no exercício de sua militância, acumulam capitais (Pierre Bourdieu, 1986, em “As formas de Capital”) ao longo do tempo, que os permitem conhecer as dinâmicas, elaborar projetos, aprender a linguagens e dentre outros acúmulos. A atuação política destas lideranças e esta obtenção de capital social e cultural as proporcionam acesso a informações e as colocam em destaque, possibilitando um aumento de seu nível de formação escolar/acadêmico, atuação em cargos públicos comissionados e outras formas de condução, produção e reprodução da vida.

Palavras chave: Quilombos; Atores sociais; Formas de Capital

---

<sup>1</sup> Formada em Geografia (bacharel e licenciada) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ e Mestranda do Programa de pós graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ. Pesquisadora do Observatório de Povos Tradicionais NAPP/UFRRJ. Endereço eletrônico: helenbmartins@gmail.com



## **Atores sociais e suas formas de capitais: um estudo de caso sobre Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ**

Este trabalho tem como objeto de estudo a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ, esta organização busca representar as Comunidades Quilombolas brasileiras em espaços institucionais e não institucionais com o objetivo de obter a titulação e o reconhecimento governamental de terras tradicionalmente ocupadas, formular e defender a implementação de políticas públicas aplicáveis a estes territórios, e assim, melhorar a qualidade de vida destas populações.

Como tema interessa-nos observar como se dá o processo de nascimento, organização e institucionalização desta entidade, o ativismo político das lideranças oriundas de comunidades quilombolas que desenvolvem este trabalho, com o objetivo de compreender os ganhos e perdas pessoais e políticas resultantes desse ativismo, pensar como a ação coletiva reflete nas condutas individuais e na produção e reprodução da vida cotidiana destes atores sociais e quais o resultados políticos desse ativismo para as comunidades quilombolas brasileiras, no que diz respeito aos objetivos traçados pela organização, a partir dos estudos de Pierre Bourdieu.

Segundo Figueiredo (2011), o fim do século XX, na América Latina marca a emergência de um constitucionalismo multiculturalista, configurando-se na garantia de direitos étnicos para as populações negras tradicionais. As duas últimas décadas, foram marcadas pela elaboração de novas Constituições federais nos países latino-americanos, em muitos casos como resultado de processos de redemocratização. Estas Constituições distinguiam-se, dentre outras coisas, por trazerem em si uma perspectiva multiculturalista, elaborando a especificidade e diversidade de grupos étnicos e a afirmação de seus direitos. Em um primeiro momento, tais formulações de direitos diziam respeito apenas ao território, posteriormente ampliando-se para os direitos sociais, culturais e políticos destas comunidades, conhecidas como “povos originários” e “comunidades afrolatinas” (Figueiredo, 2011).

Seguindo esta tendência, a Constituição Brasileira de 1988 marcou a inclusão das comunidades quilombolas como sujeito de direitos no país, ao garantir os títulos de propriedade aos remanescentes destas comunidades que estiverem ocupando suas terras. Este dispositivo legal possibilitou que diversos agentes pudessem utilizar esta plataforma como dispositivo para alcançar suas demandas por direitos fundiários, sociais e culturais. Assim, a Constituição de 1988 possibilitou a estas comunidades o reconhecimento de suas

particularidades culturais, consolidando a perspectiva normativa do comunitarismo multiculturalista, institucionalizando os direitos coletivos e ampliando a concepção de “dignidade da pessoa humana”. (Figueiredo, 2011).

No mesmo ano, em 22 de agosto, é fundada a Fundação Cultural Palmares, entidade ligada ao ministério da Cultura, que tem como objetivo principal promover e preservar a cultura afro-descendente, identificando-a como um patrimônio nacional. Este órgão governamental é responsável, dentre outras coisas, por emitir as certificações aos quilombos nacionais, esta certificação é importante, pois somente comunidades que a possuem podem acessar políticas públicas governamentais específicas. Esta entidade, até o ano de 2013 emitiu cerca de 2.272 certificações, há ainda cerca de 220 processos em aberto e calcula-se por volta de 549 comunidades identificadas, ou seja, que não abriram processo de certificação.

No ano seguinte, em 1989, ocorreu a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), instrumento internacional mais antigo, e único instrumento jurídico de caráter vinculante, que versa sobre o direito destas comunidades no mundo. Após a convenção, esta agência tripartite da ONU – a OIT é a única agência da ONU que possui em igual número Estados e Organizações de trabalhadores, tem acumulado experiência na implementação dos direitos desses povos, no que se refere ao direito de autonomia e controle de suas próprias instituições, formas de vida e desenvolvimento econômico, propriedade da terra e de recursos naturais, tratamento penal e assédio sexual, dentre outras questões. A OIT, desde então, estabelece mecanismos de monitoramento e controle de aplicação de suas convenções e recomendações, desta forma, os Estados ratificantes apresentam relatórios anuais e as organizações não governamentais de trabalhadores registrados na organização podem acionar estes mecanismos, contra seus Estados, sempre que necessário.

Desta forma, no plano legal, em abril de 2004, a Convenção nº 169 da OIT foi promulgada pelo Decreto nº 5.051, sendo recepcionada como legislação pátria no Brasil. Em conjunto com o decreto nº 4.887, este dispositivo foi responsável por incluir as comunidades remanescentes de quilombo no plano de políticas nacionais, aproximando conceitos como os de grupo étnico e povos tribais.

Outro marco importante que baliza a mobilização nacional ativista em torno dos direitos das comunidades negras rurais quilombolas ocorreu em Brasília, em 20 de novembro de 1995, a “Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e pela vida”, organizada pelo Movimento Negro Unificado (MNU), reuniu aproximadamente 30 mil ativistas de todo o

país. No artigo intitulado “Trajetória dos discursos sobre ações afirmativas: da Marcha Zumbi dos Palmares a Conferência de Durban” (2013), Almeida e Souza, assinalam a importância desta atividade para a construção de políticas afirmativas no país, ao inaugurar a mudança de um discurso predominante na sociedade brasileira sobre a não existência do racismo, mas preconceitos de fundo sócio-econômicos, não etnicorraciais, ao descrever esta mudança afirmam que,

Na época da Assembleia Constituinte, em 1988, o governo valorizou as teses acadêmicas sobre negritude que focavam a desigualdade histórica. Os grupos de trabalhos (GTs) e mesas redondas (MRs) sobre questão racial se restringiram a temas sobre abolição e cultura negra, com o foco na desigualdade racial a partir do argumento econômico. As justificativas, portanto, não serviam de suporte às ações afirmativas, pois, negligenciavam a construção e/ou fortalecimento da identidade negra. A referência à cultura negra expressou a contribuição dos costumes africanos na formação da nação brasileira, ou seja, na elaboração do ideal de cidadania universal. Em contrapartida, os discursos sobre abolição remetiam aos processos da assinatura da Lei Áurea. A escravidão foi apontada nos eventos como o fator principal na explicação da desigualdade histórica na sociedade brasileira. Quando os GTs e MRs indicaram a escravidão como fator explicativo da desigualdade histórica, favoreceram a emergência do argumento de que os negros sofrem preconceito não diretamente por causa das características fenotípicas, e sim pela dificuldade em incorporar para si à visão de mundo e os valores morais concernentes à era moderna. Como se vê, mais uma vez a causa fundamental da desigualdade entre as raças é instalada na dimensão da luta econômica e cultural entre as classes. (ALMEIDA E SOUZA, 2013, p. 6)

Na Marcha Zumbi, o movimento social negro entregou ao então presidente Fernando Henrique Cardoso um relatório sobre a situação da população negra brasileira, reivindicando uma solução para os problemas sócio-raciais e econômicos encontrados, uma destas soluções seria a adoção de ações afirmativas. Argumentando que o foco dos problemas relativos à população negra não residiam em questões puramente econômicas. Assim,

A demanda pelas políticas de discriminação positiva da Marcha Zumbi dos Palmares levou FHC a reconhecer em 1995 o problema público do preconceito racial brasileiro. Ao reconhecer tal problema o governo levou em consideração os trabalhos acadêmicos patrocinados pelo próprio Estado, no ano de 1988, sobre a desigualdade histórica, com justificativas distribuídas entre os temas de raça, cultura e economia. (ALMEIDA E SOUZA, 2013, p. 6)

Em aproveitamento à mobilização causada em torno da Marcha Zumbi, ativistas do movimento social negro distribuíram-se em grupos específicos, buscando articular-se em torno de temas setoriais, em paralelo à agenda oficial da atividade. Atores do MNU do Maranhão e quilombolas deste estado propuseram aos demais ativistas remanescentes de quilombos de outros estados e que estariam presentes na marcha a realização de um primeiro encontro destas comunidades. Segundo Costa,

É uma história de resistência que garantiu a continuidade da existência de centenas de quilombos. Sem dúvida uma sobrevivência sofrida, mas com vitórias. Diante da resistência, tornou-se impossível para o governo brasileiro não responder às demandas desse movimento. Essa situação foi consolidada a partir da afirmação da ação coletiva expressa na realização do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado em novembro de 1995, em Brasília/DF. As comunidades negras rurais quilombolas alteraram a capacidade de mobilização regionalizada exercitada nas últimas décadas, colocando a problemática do negro do meio rural como questão nacional. Como mecanismo de organização, constituíram a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ). (COSTA, 2008, p.3)

Antes desse momento, as comunidades quilombolas organizavam-se em coletivos regionais onde buscavam reivindicar políticas públicas locais, de forma desarticulada, a maioria absoluta delas nem mesmo se reconheciam como quilombolas, este processo de articulação nacional somado as conquistas sociais de cunho governamentais possibilitaram a construção de uma identidade quilombola nacional, de caráter étnico crescente. O'Dwyer (2002) no que se refere à identidade quilombola conclui que,

As identidades étnicas são igualmente “imperativas”, não podendo ser suprimidas temporariamente por outras definições mais favoráveis da situação de contato interétnico. A observação dos processos de construção dos limites étnicos e sua persistência no caso das comunidades negras rurais — também chamadas terras de preto, com a vantagem de ser uma expressão nativa, e não uma denominação importada historicamente e reutilizada — permite considerar que a afiliação étnica é tanto uma questão de origem comum quanto de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados. Pode-se concluir, como no caso precedente dos direitos indígenas, que os laudos antropológicos ou relatórios de identificação sobre as comunidades negras rurais (para efeito do art.68 do ADCT) não podem prescindir do conceito de grupo étnico, com todas as suas implicações. (O'DWYER, 2002, p.16)

Ou seja, pode-se compreender que o processo de construção de uma identidade quilombola, deu-se ao longo do tempo em articulação com o movimento social negro nacional que, por sua vez, se referencia na experiência histórica de resistência quilombola e no ideário de luta pela liberdade, lembrando que a identidade quilombola remete-se em primeira instância aos episódios de luta pela sobrevivência em oposição as condições de vidas herdadas do processo histórico escravista brasileiro. Como afirma Costa,

“Mocambos”, “quilombos”, “comunidades negras rurais” e “terras de preto”, em verdade, referem-se a um mesmo patrimônio cultural inestimável e em grande parte desconhecido pelo próprio Estado, pelas autoridades e órgãos fundiários. As autodenominações dos camponeses dizem respeito a uma herança histórica, que se renova há várias gerações de negros trazidos para o Brasil na condição de escravos. E, para muitos desses grupos, a sociedade envolvente ainda é tida como um ambiente hostil. Os Quilombos de hoje correspondem às chamadas terras de preto, ou comunidades negras rurais, que se originaram, de fazendas falidas, das doações de terras para ex-escravos, das compras de terras pelos escravos alforriados, da prestação de serviços de escravos em guerras (Balaiada, Paraguai) e das terras de Ordem Religiosa deixadas a ex-escravos no início da segunda metade do século XVIII. (COSTA, 2008, p.1)

Souza (2008), ao descrever a íntima relação entre identidade quilombola e resistência, salienta que,

A identidade quilombola traz ao longo de sua história uma dimensão de resistência. Por esse processo de resistência entendo que não seja apenas o elemento histórico da fuga das fazendas, uma vez que muitos quilombos não trazem esse elemento como constituinte de seu processo de formação. Por resistência se entende os processos empreendidos por esses grupos para manterem-se ao longo de sua história como sujeitos que se constituem enquanto grupo etnicamente diferenciado, com seus aspectos identitários específicos, com seu modo próprio de viver. Por resistência se entende a luta constante das comunidades quilombolas pelo direito de existir, de um existir que pressupõe intrinsecamente uma rede de relações estabelecidas que permeia a batalha cotidiana pelo direito ao território, às tradições, à identidade. (SOUZA, 2008, p.9)

Em conformidade a esta idéia de construção de identidade étnico quilombola e a este conceito de resistência, no que diz respeito ao ativismo desses atores, esta pesquisa parte do pressuposto que a CONAQ começa a se desenhar no primeiro encontro realizado em Brasília em 1995, e tem sua criação efetivada no ano seguinte, no segundo encontro, os terceiro e quarto encontros serviram para delinear o formato organizacional da entidade. Neste contexto histórico, lideranças emergiram a partir da condução política desta organização, entende-se por lideranças aqui as pessoas que possuem ou possuíram cargos na executiva da CONAQ, que participaram ativamente de um ou mais encontros e que adquiriram tarefas de representar institucionalmente a organização em espaços governamentais, em reuniões com agências internacionais e nacionais de fomento, e outras formas de representação.

Acredita-se que estas lideranças, no exercício de sua militância, acumulam capitais específicos ao longo do tempo, que os permitem conhecer as dinâmicas institucionais governamentais, elaborar projetos de captação de recursos, aprender a linguagem necessária a compreensão dos processos e para convencimento político, gestual em reuniões e dentre outros acúmulos. Desta forma, a atuação política destas lideranças e esta obtenção de capital social as proporcionam acesso a informações e as colocam em destaque, se comparado as condições de vida dos demais quilombolas brasileiros, possibilitando um aumento de seu nível de formação escolar/acadêmico, atuação em cargos públicos comissionados e outras formas de condução, produção e reprodução da vida.

Assim, o foco desta pesquisa reside na atuação de seus membros e nas estratégias de atuação, observando em que medida o seu comprometimento com a instituição e o contato com suas tarefas e deveres são capazes de fornecer lhes capitais sociais e culturais específicos que reflitam na possibilidade de mudanças estruturais em suas vidas pessoais, proporcionando

uma relação dialética, que os permite converter estas mudanças em possíveis ganhos e perdas concretos para a organização e/ou para as comunidades atendidas pelas políticas conquistadas.

Com a finalidade de compreender o indicativo central deste trabalho e responder as questões utilizaremos como referencial teórico-metodológico base o trabalho de Pierre Bourdieu (1986) em que descreve “As formas de Capital”. Neste trabalho o autor refuta a idéia de que o Capital, tal como abordado nas teorias econômicas, seriam apenas um instrumento resultante de trocas mercantis e nos fornece mais duas formas de capitais: O Capital Cultural e o Capital Social. Segundo o autor,

E a estrutura da distribuição dos diferentes tipos e subtipos de capital, num dado momento no tempo representa a estrutura imanente do mundo social, isto é, o conjunto de restrições, inscritas na própria realidade desse mundo, que regem o seu funcionamento de forma durável, determinando as chances de sucesso das práticas. (BOURDIEU, 1986, p.46, tradução nossa)

Ou seja, para Bourdieu (1986), compreender as formas de capitais é importante para auxiliar aos pesquisadores na compreensão da própria estrutura do mundo social, pois os detentores de maior capital são os que determinam o seu funcionamento deste mundo. Desta forma, o autor delinea as três formas fundamentais de capital, a saber,

Dependendo do campo em que funciona e ao custo das transformações mais ou menos caro, que são a condição prévia para a sua eficácia no campo em questão, o capital pode apresentar-se em três formas fundamentais: como capital econômico, o qual é imediatamente e diretamente conversível em dinheiro e pode ser institucionalizado nas formas de direitos de propriedade; como capital cultural, que é conversível, em determinadas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado nas formas de habilitações literárias; e como capital social, constituído por obrigações sociais ('conexões'), que é conversível, em certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizada na forma de um título de nobreza. (BOURDIEU, 1986, p.47, tradução nossa).

Neste presente trabalho, o que interessa compreender quais são as formas de capital responsáveis por impactar na vida das lideranças ativistas da CONAQ, ou seja, como as formas de capital abordadas por Bourdieu são ou foram capazes de promover transformações pessoais, e acredita-se dialeticamente, institucionais no arranjo da organização. Com relação ao capital cultural, Bourdieu (1986) afirma haver três subtipos: a forma encarnada ou incorporada, ou seja, é a forma de transição hereditária do capital cultural, de forma inconsciente é repassada por gerações desde o nascimento, e por isso a qual se dedica mais tempo, sendo apropriada individualmente.

Para análise das lideranças da CONAQ, podemos compreender que este tipo de capital não se aplicaria de acordo com os padrões de uma elite social, visto que o capital cultural

encarnado dos membros destas comunidades tomam referências em outros parâmetros históricos de comportamento, aos quais, acredita-se nesta pesquisa, vem sendo resgatados nos últimos anos como forma de pertencimento e identificação, com a finalidade de legitimar-se enquanto comunidades tradicionais, recebendo assim a titulação de terras de uso comunal e atraindo políticas públicas específicas. O segundo subtipo, cunhado pelo autor, seria a forma objetivada. Esta subforma de capital seria mensurável em relação ao capital cultural encarnado, pois, pressupõe materialidade, exemplificando nas palavras do autor,

O capital cultural no estado objetivado, tem um número de propriedades que são definidas apenas na relação com o capital cultural em sua forma encarnada. O capital cultural objetivado em objetos materiais e meios de comunicação, tais como escritos, pinturas, monumentos, instrumentos, etc, é transmissível em sua materialidade. Uma coleção de pinturas, por exemplo, podem ser transmitidos, bem como o capital econômico (se não melhor, porque a transferência de capital é mais disfarçado). Mas o que é transmissível é a propriedade legal e não (ou não necessariamente) o que constitui a condição prévia para dotação específica, a saber, a posse dos meios de "consumir" uma pintura ou usando uma máquina, que, sendo nada mais que capital incorporado, são sujeitas às mesmas leis de transmissão. (BOURDIEU, 1986, p.50, tradução nossa).

Ou seja, a apropriação de bens culturais podem se apresentar de forma material, através da compra de um determinado produto, mas também de forma simbólica, ou seja, precisa-se compreender como utilizar determinado produto, como manuseá-lo, o seu valor cultural, ou seja, como consumi-lo. Ainda segundo Bourdieu (1986), esta subforma de capital pode ser apropriado por agentes e utilizado como uma arma na luta do campo da produção cultural.

Ao tratarmos da CONAQ, podemos observar os esforços da organização em utilizar-se de armas como esta na construção de novos significados no que se refere ao que denominam uma “Cultura Quilombola”, como exemplo pode se citar a cultura do Jonggo, antes marginalizado e rejeitado pelas gerações mais recentes, esta dança hoje toma destaque e recebe incentivos governamentais específicos em pró de sua continuidade nas comunidades quilombolas brasileiras. Neste sentido, compreendemos nesta pesquisa que a obtenção de capital cultural objetivado, pelas lideranças da CONAQ, ao apreender as dinâmicas institucionais necessárias para argumentar sobre a importância desse resgate, elaborar projetos e formular políticas públicas e compreender o funcionamento das instancias governamentais, os permitiram avançar em direção a melhorias para suas comunidades e, principalmente, melhorias de foro pessoal social.

A terceira subforma de capital cultural formulada pelo autor, refere-se ao estado institucionalizado, ou seja, aquela que se refere a obtenção de qualificação acadêmica, uma forma de impor o reconhecimento e receber a legitimação social. Esta forma de capital cultural pode ser facilmente contabilizado em capital econômico, pois o valor econômico dos detentores da titulação varia de acordo com sua escassez na sociedade estudada.

No caso da CONAQ, podemos observar que algumas lideranças alcançaram seus diplomas acadêmicos, a despeito de suas ambições anteriores a entrada na organização, ou seja, acredita-se nesta pesquisa que o capital cultural acumulado ao longo de tempo de atuação proporcionou a possibilidade de investimento acadêmico-profissional, através da obtenção de informações e direcionamentos que antes em suas comunidades não teriam contato. Os membros da CONAQ tiveram, e ainda possuem, íntimo contato com pesquisadores em universidades, acredita-se que este diálogo possa influenciá-los na obtenção de títulos acadêmicos, como parte de uma estratégia na qual este discurso seja fundamental para uma mudança de paradigmas na sociedade brasileira com relação ao imaginário quilombola, por exemplo.

Embora as definições de capital cultural feitas por Bourdieu (1986) sejam de fundamental importância para a pesquisa aqui realizada, as definições de capital social do autor, mostram-se ainda mais interessantes para compreender a relação entre o acúmulo das lideranças das diversas formas de capital e suas implicações institucionais para a CONAQ. Bourdieu (1986) define capital social como,

O capital social é o agregado dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento mútuo e de reconhecimento - ou, em outras palavras, a participação em um grupo - que dispõe cada um dos seus membros com o apoio do capital coletivo de propriedade, uma "credencial" que lhes dá direito ao crédito, nos vários sentidos da palavra. Estas relações podem existir apenas no estado prático, material e / ou trocas simbólicas que ajudam a mantê-los. Eles também podem ser socialmente instituído e garantido pela aplicação de um nome comum (o nome de uma família, uma classe, ou uma tribo ou de uma escola, uma festa, etc) e por um conjunto de atos que projetam simultaneamente para formar e informar aqueles que se submetem a eles, neste caso, eles são mais ou menos realmente promulgado e assim mantido e reforçado, nas trocas. Sendo baseado em material indissolúvelmente e trocas simbólicas, o estabelecimento e manutenção dos quais pressupõem reconhecimento da proximidade, eles também são parcialmente irreduzíveis a relações objetivas de proximidade no espaço (geográfico) físico ou mesmo no espaço econômico e social. (BOURDIEU, 1986, p.51, tradução nossa)

Ou seja, ao observar sobre esta possibilidade da construção de redes duráveis de trocas e reconhecimento mútuo, remete-nos nesta pesquisa, as formas de reconhecimento



alcançadas pela CONAQ e ao reconhecimento de suas lideranças como porta vozes desta instituição, capazes de acessar, inclusive cargos públicos, fruto desta rede de contatos. Assim, as redes de contatos e parcerias feitas com a CONAQ, ao logo destes anos, possibilitaram o acúmulo de trocas simbólicas e materiais que permitiram a instituição e seus membros mais ativos obterem lucros.

Segundo o autor, a consagração da constituição simbólica interna reafirma através de suas trocas os limites do grupo. Esta passagem faz-nos pensar sobre os escritos de Barth (1969) ao descrever as forma de construção de barreiras étnicas dos grupos, as idéias de pertença e não pertença. Bourdieu (1986) sobre este assunto, ao construir exemplos sobre o novo membro de uma instituição familiar, através do casamento, em consonância com Barth, afirma que,

Cada membro do grupo é, portanto, instituído como um guardião dos limites do grupo: porque a definição dos critérios de entrada está em jogo em cada nova entrada, ele pode modificar o grupo, modificando os limites da troca legítima por alguma forma de combinação ruim. (BOURDIEU, 1986, p.52, tradução nossa)

Esta afirmação aplica-se ainda a outras formas de organização social, como no caso deste estudo, a uma organização de movimento social de caráter ativista, a CONAQ, pois ao elaborar um discurso usado institucionalmente contribui para a formação dos limites do grupo. Ainda segundo Bourdieu (1986) é a pessoa dotada de capital social, não o grupo, fato que permite que surjam lideranças em grupos que atuam de forma institucionalizada, neste sentido,

Cada grupo tem as suas formas mais ou menos institucionalizadas de delegação que lhe permitam concentrar a totalidade do capital social, que é a base da existência do grupo (uma família ou um nação, é claro, mas também uma associação ou uma parte), nas mãos de um único agente ou um pequeno grupo de agentes e para impor este plenipotenciário, acusado de potestas agendi et loquendi, para representar o grupo, falar e agir em seu nome e, portanto, com o auxílio deste capital de propriedade coletiva, a exercer um poder incomensurável com a contribuição pessoal do agente. (BOURDIEU, 1986, p.53, tradução nossa)

Bourdieu (1986) assinala assim, que este porta voz do grupo atrai para si, através desta delegação e reconhecimento, um título de nobreza que o permite personificar e falar em nome do grupo, confundindo-os e promovendo um culto a personalidade, alertando assim para uma espécie de poder simbólico destes representantes. Neste sentido, torna-se imperativo a esta pesquisa compreender as relações entre as lideranças e a instituição, suas formas de obtenção de capitais (em suas três formas: econômico, cultural e social), e as redes nas quais estas lideranças inserem-se em nome da organização, com a finalidade de conhecer os ganhos e

perdas político-pessoais e as relações dialéticas e pouco delimitadas entre o institucional e o privado.

Para realização deste trabalho, a compreensão dos conceitos de habitus, campo e campo político cunhados por Pierre Bourdieu ao longo de sua produção acadêmica fornece elementos analíticos importantes. Numa tentativa de romper com o dualismo imposto pelo objetivismo e subjetivismo das tradições epistemológicas fenomenologistas e estruturalistas desenvolve o conceito de habitus, numa perspectiva em que localiza o agente individual no mundo social, compreendendo suas experiências e ações como derivativos de estruturas sociais e simbólicas, oriundas de diferentes escolhas, conjunturas, possibilidades de absorção e compreensão da realidade.

Para Bourdieu, este agente é constrangido e constrange as estruturas sociais, age sobre elas e através de lutas específicas nos campos em que esteja inserido, as modifica ou contribui para que permaneçam, é um processo relacional e dialético, no qual estas estruturas apresentam certa rigidez, mas são passíveis de mudança. Bem como estes agentes que através de capitais sociais e culturais, adquiridos ao longo da vida e das relações em campos sociais, também estão em constante mudança. Assim, Setton (2002) esclarece que em Bourdieu,

Habitus surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. Habitus é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria habitus implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O habitus é uma subjetividade socializada. Dessa forma, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam. (SETTON, 2002, p. 63)

Desta forma, “Bourdieu propõe que a prática não seja nem o precipitado mecânico de ditames estruturais nem o resultado da perseguição intencional de objetivos pelos indivíduos” (WACQUANT, 2007, p.66). Ou seja, o habitus pressupõe uma relação dinâmica entre a realidade estrutural no qual o indivíduo está inserido em conjunto com as percepções individuais, que são construídas simbolicamente em sociedade. Araújo (2009) ao contribuir com o entendimento do conceito de habitus em Bourdieu afirma que,

O conceito de “habitus” recupera a dimensão individual e simbólica dos fenômenos sociais, a dimensão do agente que interage com a realidade social, não sendo apenas o resultado de suas determinações, nem, por outro lado, determinando-a. As nossas estruturas mentais sofrem condicionamento social. Existe uma dimensão do social que está inscrita em nós. Compartilhamos com os outros agentes, categorias, percepções que orientam nossas condutas e que as tornam significativas. É o “habitus”, este princípio gerador de nossas práticas, de nossas ações no mundo, fundamento da regularidade de nossas condutas. Todas as nossas condutas são orientadas em relação a determinados fins sem que este processo seja consciente ou signifique uma obediência cega a regras. (ARAÚJO, 2009, p.38)

Neste sentido, a autora afirma que o habitus indica o funcionamento de uma regularidade nas ações do agente, mas que não é constrangido por regras rígidas condicionantes, as ações podem ser previstas, pois os agentes tendem a agir de determinadas formas diante de determinadas situações, embora haja há a possibilidade de agirem de forma diferente, tudo dependerá da conjuntura, tomada de decisão e outros fatores combinados.

Assim, a noção de campo em Bourdieu torna-se complementar ao conceito de habitus. Segundo ele, “O campo pode ser considerado tanto um ‘campo de forças’, pois constrange os agentes nele inseridos, quanto um ‘campo de lutas’, no qual os agentes atuam conforme suas posições, mantendo ou modificando sua estrutura”. (BOURDIEU, 1996, p.76). Ou seja, o conceito de campo em Bourdieu refere-se ao espaço social no qual os agentes estão inseridos, movimentando-se e praticando suas ações. Estes seriam compreendidos como microcosmos no mundo social, e podem ser observados separadamente, divididos em vários tipos, através de suas características específicas. Setton (2002), neste contexto, afirma que

A relação de interdependência entre o conceito de habitus e campo é condição para seu pleno entendimento. Ou seja, a teoria praxiológica, ao fugir dos determinismos das práticas, pressupõe uma relação dialética entre sujeito e sociedade, uma relação de mão dupla entre habitus individual e a estrutura de um campo, socialmente determinado. Segundo esse ponto de vista, as ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são antes produtos da relação entre um habitus e as pressões e estímulos de uma conjuntura. (SETTON, 2002, p.64)

O tema deste trabalho consiste em observar a atuação da organização da sociedade civil organizada Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ, em especial, a atuação de suas lideranças na condução das atividades da organização, seus ganhos e perdas políticas, seu habitus e como se movimentam no campo político e quais os benefícios e malefícios para a entidade e, conseqüentemente, para as comunidades quilombolas do país. Desta forma, a noção de campo político contribui para a compreensão da atuação destes agentes. Bourdieu (2011) define o campo político como uma parcela particular presente na totalidade de campos existentes no mundo social, segundo o autor,

Falar de campo político é dizer que o campo político (e por uma vez citarei Raymond Barre) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrara um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. E isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social. (BOURDIEU, 2011, p.195)

Para Bourdieu (2011) existe uma gênese do campo político que está ligada a um processo oligárquico, que concentra o poder político nas mãos de poucos, no qual existem condições diferenciadas de acesso à política, dividindo os indivíduos em dominantes e dominados. Segundo o autor,

Essa constatação da capacidade desigual de acesso ao campo político é extremamente importante para evitar naturalizar as desigualdades políticas (uma das grandes tarefas permanentes da sociologia é a de recolocar a história no princípio de diferenças que, espontaneamente, são tratadas como diferenças naturais). Há, portanto, condições sociais de possibilidade de acesso a esse microcosmo, como, por exemplo, o tempo livre: a primeira acumulação de capital político é característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se as atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na posição de porta voz. Além do tempo livre, há este outro fator que é a educação. (BOURDIEU, 2011, p.196)

Bourdieu (2011) afirma que ao habituar-se com o funcionamento do campo o agente adquire formas de lidar com a realidade intra campo, desenvolve habilidades necessárias para que a produção da política seja possível, ou seja, adquire o capital social necessário para ingressar neste novo espaço social. A saber,

O que é importante é o aprendizado de todos esses saberes e de todas essas habilidades que lhe possibilitam comportar-se normalmente, isto é, politicamente, em um campo político, que lhe abrem a possibilidade de participar no que habitualmente se chama de “a política politiqueria”. Essa percepção do jogo político é o que faz com que se possa negociar um compromisso, que se silencie a respeito de algo que habitualmente se diria, que se saiba proteger discretamente os amigos, que se saiba falar aos jornalistas. (BOURDIEU, 2011, p.200)

No entanto, o campo político configura-se em um campo de forças antagônicas, onde as lutas buscam transformar as relações de força internas, por este motivo é importante, ao analisar um campo, considerar a posição dos agentes no campo em determinados momentos e situações. Assim, identifica como agente de um campo aquele que é capaz de mudar o estado de um campo, afirmando ainda que o pertencimento a um campo tenha sua ocorrência a partir dos próprios limites impostos por ele. Os princípios de divisão política são reflexos dos grupos presentes na sociedade e das forças sociais nela atuantes, assim como as lutas políticas, refletem lutas ideológicas desses grupos, desta forma,

As lutas políticas são lutas entre responsáveis políticos, mas nessas lutas os adversários, que competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos, tem um objeto comum em disputa, o poder sobre o Estado (que em certa medida põe fim a luta política, visto que as verdades de Estado são verdades transpolíticas, pelo menos oficialmente). As lutas pelo monopólio do princípio legítimo de visão e de divisão do mundo social põem pessoas dotadas de poderes desiguais. Pode-se dizer que em cada campo opera um tipo de poder. (BOURDIEU, 2011, p.203).

Neste sentido, afirma que cada campo político tem uma forma de capital associada, cujos limites de validade e eficácia estão ligados ao interior do campo específico. No caso do campo político, o capital político - distribuído de forma desigual no campo, está relacionado à notoriedade e ao reconhecimento público. O autor afirma que, as lutas políticas são lutas por classificação envolvendo princípios intelectuais de visão e divisão do mundo social, uma ação intelectual que produz uma ação política passível de mobilização, assim “As disputas do mundo político são sempre duplas; são combates por idéias, mas, como estas só são completamente políticas se se tornam idéias-força, são também combates por poderes.” (BOURDIEU, 2011, p.206). Os movimentos sociais, como atores políticos no campo político inseridos nesta disputa teriam dificuldade de alcançarem expressão na lógica do mundo político. No entanto, há outros atores que podem auxiliar os movimentos sociais, apoiando-os, para o autor,

Os irresponsáveis, que já mencionei diversas vezes esta noite, são pessoas que procuram dar força, no campo político, a movimentos que não podem, por sua própria força, chegar a ser aí reconhecidos. Talvez seja preciso inventar novas formas de manifestação, novas formas de mobilização política. Parte da eficácia desses movimentos sociais deveu-se ao fato de que eles receberam a assistência técnica de certo número de pessoas possuidoras de senso político e de capital político para conseguir lhes dar uma expressão visível, para fazer com que eles acedam à percepção. (BOURDIEU, 2011, p.209)

Ou seja, a associação de movimentos sociais com outros atores sociais podem produzir ganhos políticos no campo político no qual estão atuando, as formas de manifestação, segundo o autor, importantes para dar visibilidade ao movimento, são potencializadas em seu capital cultural e social. Esta presença de diversos agentes causa um problema de definição dos limites do campo político. Muitos são os atores que influenciam sobre ele e as lutas políticas consistem, justamente, na possibilidade redefinição destas fronteiras políticas, ou seja, a legitimidade de atuação no campo. Desta forma,

Essas lutas inspiram-se em uma revolta contra o fechamento do campo político, contra sua definição estrita, e militam por uma ampliação do campo político. Um dos problemas é o de saber como transformar a divisão do trabalho político de maneira tal que o acesso ao sistema político seja ampliado, que mais pessoas possam exercer efeitos nesse campo. Essa relativa imprecisão em minha análise corresponde ao fato de que as fronteiras do campo político constituem elas mesmas algo que está

em disputa nessas lutas. Para além das oposições políticas, há no campo político inúmeros fenômenos que resultam de uma solidariedade voltada para a defesa dessas fronteiras. (BOURDIEU, 2011, p.210)

Desta forma, podemos utilizar os conceitos de Bourdieu ainda para compreender a existência, ou não existência, de um habitus quilombola, pensar as formas com as quais os agentes políticos, representantes da CONAQ cujo papel é a representação na busca pela garantias de direitos territoriais e políticas públicas para estas comunidades e inseridos no campo político, dialogam com estas duas realidades e adquirem capitais sociais e culturais que os permitem desenvolver o habitus político necessário para o desenvolvimento de suas atividades ativistas.

#### Bibliografia

ALMEIDA, Virítiana Aparecida de e SOUZA, Nelson Rosário de. Trajetória dos argumentos sobre as ações afirmativas: da marcha Zumbi dos Palmares à conferência de Durban. Artigos v. 1, n. 2 ago. 2013

ARAÚJO, F.M.de B. *Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu*. In Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia v.1, n.1, jan-jun 2009. p.31-40.

BARTH, Frederik (1998/1969) “Grupos étnicos e suas fronteiras” in Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, Teorias da etnicidade. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 186-227.

BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. 234p.

\_\_\_\_\_. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996. 231p.

\_\_\_\_\_. *Campo político*. In Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, Jan/Jul 2011, pp. 193-216.

\_\_\_\_\_. Economia das trocas simbólicas. São Paulo, Editora Perspectiva, 2011, 361

\_\_\_\_\_. The forms of capital. IN: J. Richardson (Ed.) Handbook of theory of research for the sociology of education. New York. Greenwood. pp.241- 258.

COSTA, Ivan Rodrigues. CONAQ: Um Movimento Nacional dos Quilombolas. Jornal Iroín, 2008.

Versão digital disponível em: [http://www.institutobuzios.org.br/documentos/CONAQ\\_UM%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DOS%20QUILOMBOLAS.pdf](http://www.institutobuzios.org.br/documentos/CONAQ_UM%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DOS%20QUILOMBOLAS.pdf)

FIGUEIREDO, André Luiz Videira de. *O Caminho Quilombola*. Curitiba, Editora Appris, 2012.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p. Co-edição : Associação Brasileira de Antropologia

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. In Revista brasileira de educação. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago 2002 Nº 20. p.60-70.

SOUZA, Barbara Oliveira. *Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários*. Anais 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008.

## GT 11 - Ação coletiva e mediadores no espaço rural brasileiro

### CAMPO E MEDIAÇÃO NA ATIVIDADE PRODUTIVA DO TABACO.

Alex Alexandre Mengel<sup>1</sup>  
Silvia Lima de Aquino<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. E-mail: [alexmengel@hotmail.com](mailto:alexmengel@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Professora Adjunta do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da UNILA. E-mail: [silvia.aquino@gmail.com](mailto:silvia.aquino@gmail.com)

#### RESUMO

Atualmente o Brasil é o maior exportador mundial de tabaco. O conflito de interesses em torno desta atividade produtiva se dá, majoritariamente, em torno da apropriação dos recursos gerados pela produção, tendo como principais atores os agricultores e as agroindústrias fumageiras. As principais organizações que se reivindicam mediadoras são o SINDITABACO, AFUBRA, e por meio de suas organizações estaduais, CONTAG, FETRAF, MPA, CNA. Nosso objetivo neste artigo é analisar como se configura, historicamente, a estratégia dos diferentes agentes da cadeia produtiva do tabaco.

**Palavras chave:** disputas; agricultores; indústria tabagista.

#### 1) INTRODUÇÃO.

A produção de tabaco em território brasileiro é importante desde o período colonial, quando localizava-se majoritariamente no Nordeste do país. É somente no início do século XIX que a mesma passa também a ser desenvolvida no Sul. Nesta região a atividade foi desenvolvida, majoritariamente, em pequenos estabelecimentos agropecuários, com mão de obra predominantemente familiar (VOGT, 1997; PRIEB, 2005). Na década de 1960 a produção de tabaco foi bastante modificada, devido ao processo de internacionalização e centralização do capital utilizado na atividade. Tal processo de modificação do sistema produtivo também foi acompanhado pela mudança na localização da produção, que passou, definitivamente, a se concentrar no Sul do país. (PRIEB, 2005).

Atualmente o Brasil é o maior exportador mundial de tabaco e 90% da produção concentra-se na região Sul<sup>1</sup>. De acordo com AFUBRA (2009) cerca de 180 mil famílias dedicam-se à fumicultura nesta região. Tal produção gera uma renda bruta anual de 15 bilhões de reais, sendo que 51% destes recursos são apropriados pelo governo, 21% pela indústria, 22% pelos agricultores e 6% pelos varejistas. A cadeia produtiva do tabaco é articulada por companhias transnacionais (CTNs), e é composta por diversos atores com participação direta nos processos produtivos (indústrias e comerciantes fornecedores de insumos, agricultores, empresas beneficiadoras, indústrias produtoras de cigarro, exportadores, comerciantes de derivados de tabaco ao consumidor, etc) (VARGAS, 2001; PRIEB, 2005; VARGAS & BONATO, 2007; AFUBRA, 2009).

O conflito de interesses em torno da atividade produtiva do tabaco se dá, majoritariamente, em torno da apropriação dos recursos gerados pela produção, tendo como principais atores os agricultores e as agroindústrias fumageiras. As principais organizações que se reivindicam como mediadoras, na atualidade, são o Sindicato das Indústrias do Tabaco (SINDITABACO), Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) por meio de suas federações estaduais, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA). O governo também é um ator relevante, visto o volume de recursos que arrecada anualmente com a atividade, entretanto sua presença nos conflitos torna-se visível somente a partir da década de 2000, devido ao papel que alguns ministérios como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Saúde passam a desempenhar na tentativa de

<sup>1</sup>As contradições geradas por esta atividades não serão abordadas neste artigo, entretanto são abordadas por Fossati & Freitas (2002), Prieb (2005), Vargas & Bonato (2007), Perondi (2008), Bonato (2009), Mengel (2011).

controle da produção (MENGEL, 2011) <sup>2</sup>.

O nosso objetivo, neste artigo, é contribuir para o entendimento de como se configura, historicamente, a estratégia dos diferentes agentes envolvidos na atividade produtiva do tabaco. Para que o trabalho se tornasse viável, utilizamos, como ferramentas metodológicas, revisão bibliográfica e entrevistas semi estruturadas. Com a revisão bibliográfica buscamos compreender quais são os agentes relevantes na cadeia produtiva do tabaco em nível nacional, considerou-se relevantes somente aqueles que tem uma atuação estabelecidamente reconhecida e conseguem articular-se em nível nacional. A revisão também auxiliou na análise de como surgiram e como é a histórica atuação de cada um destes agentes. Já as entrevistas tiveram por objetivo contribuir para a análise dos objetivos e estratégias dos agentes da cadeia produtiva do tabaco. Assim entrevistamos: 1) Direção do Sindicato Interestadual das Indústrias do Tabaco (SINDITABACO); 2) Direção da Comissão do Fumo da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL/CNA), que representa a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) neste tema; 3) Direção da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG/CONTAG), que representa a Confederação Nacional da Agricultura nas discussões acerca do tabaco; 4) Dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do Rio Grande do Sul que representa a organização, em nível nacional, quando o tema trata do tabaco; 5) Dirigente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF); 6) Direção da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA). Ou seja, entrevistamos as direções de seis entidades envolvidas na cadeia produtiva do tabaco organizadas nacionalmente, sendo uma entrevista com a representação da indústria e outras cinco com representações de agricultores. Com as entrevistas realizadas foi possível observar as posições históricas dos agentes, suas estratégias e alianças.

## 2) CADEIA PRODUTIVA DO TABACO COMO CAMPO DE DISPUTAS.

Para que possamos analisar como se configuram as relações em torno da atividade produtiva do tabaco, por meio das estratégias de atuação dos agentes, nos utilizaremos do conceito de campo de Bourdieu. O campo para Bourdieu

[...] é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social. (BOURDIEU, 2011, p. 194)

[Para além] Um campo é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de forças. Em um campo como o campo político ou o campo religioso, ou qualquer outro campo, as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado. (BOURDIEU, 2011, p. 201)

Assim, buscaremos pensar o *cluster* tabaco como um espaço com disputas específicas, relativamente distintas do macrocosmo social global. Dessa forma, não nos limitaremos às relações econômicas da cadeia produtiva do tabaco, pois interessa-nos, sobretudo, as relações de força entre os diferentes agentes cujo intuito é ampliar sua posição no campo. Em outras palavras, neste artigo nos focaremos na luta dos atores da cadeia produtiva do tabaco pela ampliação de poder no campo. Tal fortalecimento, para alguns agentes, acontece por meio do capital econômico e visando a ampliação deste mesmo capital econômico, já outros buscam a ampliação de seu capital social ou político.

A autonomia relativa significa que no campo da cadeia do tabaco existem critérios de avaliação dos participantes que lhe são específicos e que, portanto, não tem validade nenhuma em uma disputa em outro campo. Significa, também, que nas disputas do campo existem leis próprias, diferenciadas do mundo social ordinário, leis que servem como princípio de avaliação e exclusão – incluindo ou excluindo quem faz parte ou não do campo.

Quanto mais o campo de disputas se autonomiza, mais ele avança segundo sua própria lógica, tende a funcionar para perpetuar seus próprios interesses. Acontece uma espécie de fechamento onde há uma clara separação entre aqueles que são parte do campo e aqueles que não o são. Se o campo se fecha na medida em que se torna autônomo, então devemos pensar; por um lado, quais são os critérios de avaliação e exclusão,

---

<sup>2</sup> O conflito de interesses existente historicamente passa a ser influenciado pela Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) no início do século XXI. Tal convenção é um tratado internacional proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano de 1999 e aprovado em 2003, prevê uma série de medidas que objetivam, por um lado, a diminuição da demanda por tabaco e por outro, a diminuição da oferta, o que influencia diretamente a atividade produtiva.



como tais critérios surgem, como e por quem são reivindicados; por outro lado devemos pensar quem faz parte do campo, para poder compreender seu funcionamento. Bourdieu (2011, p. 202) nos fala que “[...] reconhece-se a presença ou existência de um agente em um campo pelo fato de que ele transforma o estado do campo (ou que, se o retiramos, as coisas se modificam significativamente).”

Segundo Bourdieu (1989), afirmar a existência de um campo implica em pensar que determinados comportamentos ou posições dos agentes tem relação direta com os outros membros do campo – e não simplesmente com suas origens ou base social ou política –, que determinadas posições acontecem para diferenciar-se ou aproximar-se dos demais agentes. Outro elemento importante para uma análise baseada no conceito de campo é a respeito da espécie de capital a ser utilizado no mesmo. Para Bourdieu (1989) cada espécie particular de capital é ligada a um campo e tem os mesmos limites de validade e eficácia deste.

Ser considerado parte do campo por aqueles nele estabelecidos tem relação com a espécie do capital que o agente utiliza. Os componentes de um campo são considerados parte do mesmo porque aceitam, como legítimas, a existência de determinadas regras tacitamente reconhecidas. Quando são, sabidamente reconhecidos, aceitam tais regras e buscam fortalecer tal campo – este fortalecimento está acima do fortalecimento da posição do agente.

Pertencer ao campo assenta-se em uma crença que ultrapassa as oposições constitutivas das lutas que nele se travam. Para estar em desacordo sobre uma fórmula política, é preciso estar de acordo sobre o terreno de desacordo. É preciso preliminarmente um acordo sobre o que torna possível o desacordo, isto é, um acordo de que a política é importante, que somente os políticos podem fazer política, que somente os políticos têm competência para fazer política... (BOURDIEU, 2011, p. 197-198)

Entretanto, em um campo com baixa autonomia, pode acontecer de os agentes historicamente reconhecidos não aceitar determinado agente, mas este, por sua vez, por meio de sua atuação, modificar as posições de todos aqueles reconhecidos no campo em questão, ou seja, ele pode ser considerado parte do mesmo.

Para Bourdieu (2011), em decorrência de um agente ser reconhecido como parte do campo ele tem interesse em sua perpetuação, pois, afinal, seu capital só é reconhecido no interior do mesmo. Muitas vezes o interesse do agente é colocado como interesse daqueles representados por ele, entretanto, por exemplo, no caso do campo político, “uma grande parte das ações realizadas pelos políticos não têm outra função que a de reproduzir o aparelho e de reproduzir os políticos ao reproduzir o aparelho que lhes assegura a reprodução”. E é muito importante considerar também que os maiores defensores das regras de um campo são aqueles agentes que mais dependem delas para existirem política ou socialmente. (BOURDIEU, 2011, p. 205)

### **3) AGENTES DO CAMPO TABAGISTA: ESTRATÉGIA HISTÓRICA E RELAÇÕES.**

Nas páginas que seguem, buscaremos analisar, a luz do referencial teórico em voga, como configura-se a relação entre os diferentes agentes que compõe o campo tabagista. Buscaremos, embora que brevemente, devido a limitação de espaço deste artigo, situar quem é cada um dos agentes em questão, e como configura-se a estratégia de cada um deles ao longo de sua atuação no campo tabagista.

#### **3.1) Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO)**

Existem cinco grandes empresas multinacionais que atuam no processo de beneficiamento e comercialização de tabaco no Brasil, são elas: Souza Cruz, *Phillip Morris International*, *Alliance One*, *Universal Leaf Tabacos* e *Associated Companies JTI*<sup>3</sup>. Tais empresas, além de outras oito de porte menor, são representadas pelo SINDITABACO, organização fundada no ano de 1947, no município de Santa Cruz do Sul, com o nome de Sindicato da Indústria do Fumo de Santa Cruz – SINDIFUMO – tal organização teve sua abrangência ampliada progressivamente até se tornar a organização de representação da indústria em nível nacional, no ano de 2010. Em entrevista concedida no dia 19 de julho de 2010, o dirigente do SINDITABACO ressalta que “(...) A base territorial [do SINDITABACO] foi modificada de municipal para estadual e depois regional, no entanto a atuação política se dá em nível nacional.” Percebemos então, que as

<sup>3</sup>Informações sobre a importância destas empresas em SOUZA CRUZ; Relatório anual 2009. Crescendo juntos. Disponível em <http://www.souzacruz.com.br>. Acessado em novembro de 2010; [www.philipmorrisinternational.com](http://www.philipmorrisinternational.com); Acessado em agosto de 2009; [http://www.jti.com/About/about\\_history](http://www.jti.com/About/about_history); Acessado em novembro de 2010.

demandas e pressões políticas das empresas eram articuladas, mesmo antes da ampliação oficial do território de ação do SINDITABACO, em escala nacional, pela entidade.

Ao abordar a trajetória e estratégia seguida pelo SINDITABACO ao longo de sua história, o dirigente entrevistado destaca dois aspectos. O primeiro diz respeito a uma atuação do sindicato próxima à AFUBRA em várias áreas, inicialmente, na construção de estudos a respeito do custo de produção, tendo em vista a negociação de preços entre indústria e agricultores, que era realizada diretamente entre ela e a AFUBRA – a relação próxima à AFUBRA é uma estratégia de aproximação dos agricultores e, conseqüentemente, uma maneira de garantir a matéria-prima para a indústria. O segundo aspecto destacado é uma mudança no foco de atuação da organização, em que a entidade passou a dar maior importância à promoção do setor, visando destacar fatores socioeconômicos e ambientais influenciados positivamente pela fumicultura. Então revela a necessidade do SINDITABACO ampliar seu campo de atuação. Se antes bastava à entidade ter relação com o setor produtivo, atualmente a mesma se deparou com a necessidade de assumir uma visão ampliada, de modo a aproximar-se da sociedade como um todo, demonstrando que a fumicultura tem importância não só econômica, mas também social, além de gerar ganhos ambientais.

O SINDITABACO se envolveu em todas as partes legais: tributação, representação perante o governo (...). Alguns anos após a criação, quando (...) foi criada a AFUBRA há uns 50 anos atrás, naquela oportunidade começou uma relação entre a entidade que representava a indústria e a entidade que representava os produtores. (...) Depois começou a se trabalhar conjuntamente no passado o aspecto custo de produção do tabaco. No passado o SINDITABACO participava da negociação de preços e agora, já faz alguns anos que o SINDITABACO não se envolve mais em custo de produção e negociação de preços. (...) Nós mudamos o foco nos últimos anos, principalmente para aspectos relacionados à sustentabilidade do setor. (...) Nós mudamos o foco de atuação para a responsabilidade social, ambiental e também ampliando, vamos dizer assim, a visibilidade do setor. Mostrar mais para a sociedade tudo aquilo que o setor tem de importância social e econômica e todos os programas que nós fizemos nas áreas social e ambiental. (Dirigente do SINDITABACO, 2010).

O argumento da importância socioeconômica favorece uma maior aceitação da atividade, o que dificulta as iniciativas de controle do produto. Além disso, contribuem para que os questionamentos à atividade, construídos historicamente por aqueles contrários à integração produtiva ou ao próprio cultivo do tabaco, sejam minimizados. Neste caso, as empresas fumageiras, representadas pelo SINDITABACO, assumem um discurso em que destacam diversos riscos desencadeados por possíveis restrições ao cultivo, consumo ou exportação do tabaco:

O que buscamos fazer hoje é demonstrar muito mais o que o setor é, o que ele representa e as coisas que a gente faz. (...) Então isto, havendo uma maior comunicação, uma maior divulgação das coisas ajuda a sensibilizar a própria sociedade. (...) Pega 186 mil famílias, que nós temos no Sul do Brasil e tira o tabaco de lá, **o que eles vão produzir para se manter com uma renda semelhante na propriedade? E aqui o agricultor vive relativamente bem, aqui se nós compararmos com minifúndios onde, às vezes, não tem muita opção para plantar. (...) Se um dia não tiver mais tabaco, como vão manter o produtor lá**, sem um subsídio muito forte do governo, que também não parece ser o objetivo (...). Então muitas vezes se discute o setor, só pelo cigarro, (...) mas **é importante conhecer bem o que se acontece antes de chegar lá no cigarro, a importância econômica e social**, então é nisso que temos trabalhado muito ultimamente, para tornar visível para quem não conhece (Dirigente do SINDITABACO, 2010 – ênfase nossa).

Nesse sentido, a ampliação da visão e da estratégia de ação do SINDITABACO tem como objetivo combater as críticas antitabagistas, cada vez mais fortes e com mais capilaridade na sociedade. Lembremos que Bourdieu (1989) nos fala que para medir o poder de algum grupo ou instituição é necessário recensear todas as pessoas cujas ocupações e razão de ser desapareceriam se ela desaparecesse, tudo que de uma maneira ou outra pode ser ligado a uma organização ou instituição. Quando o dirigente do SINDITABACO ressalta os empregos gerados pela cadeia produtiva do tabaco, que deixariam de existir caso a cultivo sofresse restrições, ele está, sutilmente, falando do poder que o campo da atividade produtiva do tabaco possui, das forças que podem ser mobilizadas, teoricamente, para defendê-lo.

Ao analisar a estratégia do SINDITABACO vemos que ela se dividiu em duas fases, a primeira concentrou-se fundamentalmente nas disputas no interior do campo, denominado pelo dirigente como setor. Com o passar do tempo e com as mais frequentes e articuladas tentativas de controle do tabaco pelos grupos

antitabagistas, em outras palavras, tentativas de enfraquecer o campo, o SINDITABACO passou a buscar construir uma imagem positiva do mesmo. Lembramos aqui a seguinte fala de Bourdieu (2011, p. 206): “*O que está em disputa no jogo político é o monopólio da capacidade de fazer ver e de fazer crer de uma maneira ou de outra. [...] As disputas do mundo político são sempre duplas; são combates por ideias, mas, como estas só são completamente políticas se se tornam ideias-força, são também combates por poderes*”.

Aqui observamos a preocupação, nos anos iniciais, com a manutenção daquilo que possibilita às empresas seu posicionamento no campo econômico, a garantia estável de matéria-prima a um preço baixo, o que implicou na construção de uma relação estável com as lideranças dos agricultores. Posteriormente, podemos constatar uma modificação da estratégia, diante da necessidade de manter o campo fortalecido perante a sociedade, devido à ameaça as condições de produção e comércio conquistadas historicamente. Tal necessidade se torna mais presente com o fortalecimento das críticas antitabagistas. Então, a partir do momento em que as críticas ao campo são intensificadas, o fortalecimento das empresas tabagistas no campo econômico passa a depender da disputa pelas ideias e de como a sociedade vê o campo da produção de tabaco, uma vez que uma visão negativa do mesmo poderia culminar na perda dos benefícios conquistados pelo campo, e conseqüentemente pelas empresas, perante o Estado e a sociedade.

### **3.2) Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA)**

A história da AFUBRA inicia-se na década de 1950, em virtude de uma crise na fumicultura motivada pela não aceitação externa dos fumos produzidos no Rio Grande do Sul. Além deste problema, os fumicultores conviviam com outros dois: a falta de um seguro para a lavoura de tabaco e a demora no pagamento por parte das empresas que alegavam só poder pagar pelo produto após a venda. O argumento central para a formação da entidade se deu em torno da solução dos três problemas mencionados: melhores preços; estabilidade do mercado e seguro contra granizo (SEFFRIN, 1995) <sup>4</sup>.

Desde seu surgimento, a AFUBRA tem como estratégia central o fortalecimento do campo do tabaco. Inicialmente, esta organização fez um grande esforço para tornar a atividade produtiva relevante, por meio da resolução de questões produtivas, como mostra o seguinte trecho: “*os dirigentes devotavam especial interesse à melhoria da qualidade do fumo, seleção de sementes e instalação de lavouras piloto, em convênio com o Ministério da Agricultura, para demonstração prática dos resultados obtidos com a aplicação de métodos recomendados pela tecnologia*” (SEFFRIN, 1995: 45). Outro exemplo que explicita uma atuação com vistas ao fortalecimento da fumicultura é o trecho que segue: “*como essas empresas vieram pra cá e acreditaram no potencial, na qualidade e capacidade que tinha o produtor de tabaco brasileiro, nós tivemos que também olhar uma questão que é a questão de você preparar o nosso produto para a exportação*” (Dirigente da AFUBRA, 2010).

Um dos objetivos centrais para a criação da antiga “Associação dos Plantadores de Fumo em Folha do Rio Grande do Sul”, a atual AFUBRA, foi a busca por condições de segurança para os produtores, que tinham suas lavouras, seguidamente, atingidas por tempestades de granizo. Foi também tal eixo de atuação o grande responsável pela expansão da entidade. Segundo Alvin João Schmitt *apud* Seffrin (1995), um dos fundadores da associação e presidente da AFUBRA entre os anos 1967 a 1969.

O que mais contribuiu para a boa receptividade do movimento e para o êxito da Associação foi o departamento de mutualidade. O seguro mútuo da lavoura contra granizo deu uma projeção nacional à entidade. Prova disso foi o movimento encetado pelos produtores de Santa Catarina e Paraná, que queriam desfrutar dos mesmos benefícios de que gozavam os do Rio Grande do Sul, através de sua associação (SCHMITT *apud* SEFFRIN, 1995: 52).

Uma peça chave para compreender a atuação da AFUBRA é o surgimento do chamado seguro de mutualidade, uma espécie de seguro agrícola<sup>5</sup>. Tal seguro foi criado em 1956 e foi fundamental para a expansão da entidade. Na safra de 1956/57 somente 103 contratos de seguro foram realizados, na safra 1960/61 ultrapassou a marca de 8 mil e em 1975 ultrapassava 60 mil sócios (SEFFRIN, 1995; BELING, 2006). O rápido e visível crescimento da entidade é, em grande medida, influenciado pela modificação na forma com que as empresas passaram a vê-la.

A criação do seguro também fez com que no ano de 1957 a “Associação dos Produtores de Fumo em Folha do Rio Grande do Sul” fosse declarada de utilidade pública pelo governador do Rio Grande do Sul, o

<sup>4</sup>Este livro é o livro institucional da organização, publicado por ocasião da comemoração dos 40 anos de existência.

<sup>5</sup> Em novembro de 1956 a própria entidade resolveu criar um sistema mútuo, quer dizer, todos os produtores contribuem para um fundo e aqueles produtores que fossem atingidos seriam ressarcidos (Dirigente da AFUBRA, 2010).

que demonstra a importância que a criação do Departamento de Mutualidade teve para a entidade expandir-se<sup>6</sup> (SEFFRIN, 1995); (BELING, 2006). Ademais, o seguro contribuiu sobremaneira para que a entidade passasse a atuar em outros Estados devido a inexistência de alguma proteção contra as intempéries. Assim, em 24 de julho de 1963 a “Associação dos Produtores de Fumo em Folha do Rio Grande do Sul” é transformada na Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA.

De acordo com o dirigente da entidade, foram as próprias empresas, por meio do SINDIFUMO (hoje SINDITABACO), que sugeriram a ampliação da atuação da Associação dos Produtores de Fumo em Folha do Rio Grande do Sul para outros Estados, ou seja, a criação da AFUBRA. Em suas palavras “(...) *então, mais por própria insistência dos produtores ali (produtores de Santa Catarina), e também, ali houve a sugestão do próprio SINDITABACO, para que a AFUBRA pensasse na ampliação*” (Dirigente da AFUBRA, 2010).

A razão do sucesso da política de seguro que influenciou, em grande medida, o capital social da AFUBRA se deve ao modelo de associação e contrato, a partir de 1963, que recebe contribuição das empresas fumageiras. Seffin (1995) descreve que:

A colaboração das empresas fumageiras que, através de suas equipes de assistência técnica, inscreve os fumicultores no Departamento de Mutualidade, sem o que o trabalho de agenciamento seria onerado, [é fundamental]. É evidente que as empresas não prestam esse serviço à AFUBRA, mas aos fumicultores, pois, além de acolherem as inscrições no seguro, elas fazem o contrato de financiamento bancário dos insumos agrícolas. (...) A primeira via, que inclui a Ordem de Pagamento, assinada pelo associado é enviada ao Departamento de Operações da AFUBRA, para os devidos lançamentos. (...) Havendo incidência de granizo ou tufão o associado que tiver a sua lavoura danificada comunica o fato à AFUBRA, geralmente, através de seu orientador [funcionário da empresa] que presta assistência técnica, para que este possa fornecer uma relação detalhada da ocorrência à associação (...) (SEFFRIN, 1995: 71).

É importante deixar claro que para o agricultor poder ter acesso ao seguro da AFUBRA ele precisa ser sócio da entidade. Então, na medida em que os técnicos das empresas, denominados de orientadores, sugerem que os agricultores devam fazer o seguro como forma de diminuir seus riscos, no ato do contrato entre o agricultor e as empresas, realizado na própria propriedade, o técnico o associa a AFUBRA. Desta forma a organização não precisa mais preocupar-se em aumentar o número de associados. O agricultor, por sua vez, somente entra em contato com “sua associação” quando um perito for visitá-lo, visando o acesso ao benefício do seguro, caso aconteça algum problema.

Com isso, o número de associados aumenta quase na mesma proporção que aumenta o número de famílias produtoras, de modo que, atualmente, de acordo com seu dirigente, 85% dos fumicultores são sócios da AFUBRA. Assim existe uma relação mutualística entre a AFUBRA e a indústria tabagista, onde a AFUBRA contribui para o aumento de capital econômico das empresas, devido a contribuição para a manutenção de níveis estáveis de oferta de matéria-prima<sup>7</sup>. Já as empresas contribuem com a AFUBRA para a ampliação de seu capital social, pois são as próprias empresas que assossiam os agricultores junto à organização.

A estratégia de ampliação do capital social por meio da aproximação à indústria – seja pela capacitação dos agricultores, melhoria da qualidade do tabaco produzido e principalmente pelo desenvolvimento de um seguro agrícola – é insuficiente para explicar a legitimidade obtida pela organização junto ao próprio campo tabagista e perante a sociedade em geral. A atuação da AFUBRA foi refinando-se com o tempo. Hoje a organização tem grande preocupação com a divulgação de sua marca e com o fortalecimento do campo tabagista. Esta preocupação com a legitimidade da entidade e do campo tabagista faz com que a associação desenvolva diversas ações na área ambiental, educacional, e cultural. Como exemplo, podemos citar o projeto Verde é Vida, Futuro é Agora, Coral da AFUBRA, EXPOAGRO AFUBRA<sup>8</sup>. É presente que a marca *afubra* e a própria fumiicultura se confundem, senão para a sociedade como um todo, certamente para a própria organização. Tal afirmação é expressa na seguinte passagem do livro comemorativo de 50 anos da entidade:

<sup>6</sup>Com o passar do tempo outras modalidades surgiram, tais como, seguro da unidade de cura, contra tufão e auxílio-funeral, o que fez com que a entidade se especializasse nesta atividade (SEFFRIN, 1995); (BELING, 2006)

<sup>7</sup>Pois o seguro agrícola oferecido por ela, por um lado contribui para a diminuição do risco de inadimplência das dívidas contraídas pelos agricultores junto as empresas, e por outro possibilita os agricultores a se manterem na atividade, mesmo havendo intempéries climáticas, justamente por manterem suas dívidas em níveis mais aceitáveis.

<sup>8</sup>Informações sobre tais projetos são encontradas em [www.afubra.com.br](http://www.afubra.com.br).

A AFUBRA chega aos 50 anos como uma marca consagrada, identificada com valores fortes e positivos na vida de suas comunidades, sendo imediatamente relacionada (...) com o importante papel social, econômico, humano e de profissionalismo da fumicultura, no Brasil e no mundo. Graças à ação da AFUBRA o fumo deixou de ser apenas mais uma cultura agrícola: passou a ser reconhecido (no que sempre foi) como uma atividade estratégica, principalmente por seu efeito social, na distribuição de renda, beneficiando centenas de milhares de pequenas famílias, das quais muitas sequer são proprietárias de terras. A exposição da AFUBRA na mídia e a agregação de novas referências à marca também foram intensificados com a proximidade dos 50 anos da entidade (BELING, 2005: 67).

É muito presente no discurso da AFUBRA a necessidade da busca por legitimidade da fumicultura, inclusive a entidade coloca-se como responsável pela construção da imagem do campo tabagista na atualidade:

A AFUBRA segue tendo no departamento de mutualidade e na luta por uma remuneração justa e equilibrada para o tabaco produzido por seus associados duas de suas tarefas prioritárias, (...) ao mesmo tempo, agregou a essas bandeiras de ação novas metas, motivadas pelo contexto econômico e social à entrada do século XXI: a defesa e a divulgação da importância da fumicultura para as sociedades brasileira e mundial; (...) (BELING, 2005, p. 52-53)<sup>9</sup>.

Em entrevista concedida a Belling (2005), Gralow, Presidente da AFUBRA de 1983 até 2007, fala das prioridades da AFUBRA no cenário internacional atual, onde o Brasil é o principal exportador. Para ele, entre as ações prioritárias devem estar:

As campanhas ambientais e sociais promovidas pelo segmento, num forte comprometimento com as comunidades e, ainda, os recentes programas que estabelecem um plano de rastreabilidade da produção. **Essas medidas poderão consolidar o Brasil como fornecedor de fumo limpo: assim, o cliente terá a sua disposição informações sobre a origem nacional e local, o tipo e os diferentes aspectos relacionados com a parcela de tabaco de sua preferência** (GRALOW *apud* BELLING, 2005, p. 120 – *grifo nosso*).

De acordo com esta fala de Gralow e, ao analisarmos a trajetória da AFUBRA no decorrer da sua história, percebemos a enorme preocupação da mesma com a manutenção da produção do tabaco como uma atividade econômica relevante. A preponderância que a entidade dá à expansão do campo tabagista nos permite constatar que a mesma não visa representar apenas os agricultores fumicultores, mas sim exercer um papel de mediação entre os agentes da cadeia produtiva do tabaco que, por sua vez, lhe legitime diante das empresas como representante dos interesses do campo tabagista como um todo. Nesse sentido, não se encontra na trajetória da AFUBRA, a não ser em seus primeiros anos de existência, elementos que apontem para um posicionamento da entidade que tenha gerado um conflito com as empresas tabagistas. Suas opções, normalmente, mesmo que tenham como alvo os agricultores, fazem parte de um plano de expansão do campo tabagista como um todo, o que favorece todos os atores, principalmente as empresas líderes, que veem aumentar seu capital econômico em relação às demais, no mercado mundial.

### 3.3) Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (CNA/FARSUL)

A FARSUL foi criada em 1927 com o intuito de tornar-se uma federação que organizasse os pecuaristas no Rio Grande do Sul. É a principal e a mais antiga entidade de representação política do patronato rural gaúcho, tendo sido a primeira a se organizar no Estado. Com a conjuntura da década de 1970 a entidade deixou de representar somente os pecuaristas do estado para passar a integrar-se de maneira mais efetiva ao setor agrícola. Nessa mesma época a entidade criou comissões técnicas para determinadas atividades produtivas no Rio Grande do Sul, atualmente atua em 24 destas comissões, envolvendo diversos ramos e cadeias produtivas da agricultura (DA ROS, 2006). A organização possui uma forte estrutura organizativa com representação em praticamente todo o território gaúcho. A cadeia produtiva do tabaco é uma das quais a FARSUL tem inserção.

Em entrevista concedida no dia 1º de julho de 2010, o dirigente da Comissão do Fumo da FARSUL/CNA afirmou que foi no ano de 1984 que começou a participar das reuniões de elaboração de custo de produção e das reuniões de negociação do preço do tabaco. Isto se deu, de acordo com ele, por ser presidente do Sindicato Rural de Candelária, terceiro maior produtor de tabaco do Brasil na época, somente

<sup>9</sup> O contexto a que Beling (2005) se refere são as críticas ao tabagismo que tornaram-se cada vez mais contundentes na década de 1990, culminando com a aprovação da CQCT pela Organização Mundial da Saúde.

depois foi convidado para representar a FARSUL.

Nesse sentido, eu levava as informações para a Federação da Agricultura e lá pelas tantas, então, eles me pediram que eu representasse a Federação, porque lá dentro da Federação, até então, quase que não se falava em fumo. (...) Então dali eu comecei participando e representando o nosso setor, o Sistema FARSUL – assuntos do fumo (...) (Dirigente da FARSUL/CNA, 2010)

Segundo o dirigente da FARSUL/CNA, o objetivo central da entidade sempre foi a busca de maior rentabilidade para o fumicultor. Esta busca, de acordo com ele, foi feita por meio de negociação com empresas, pela elaboração de estudos de custo de produção:

O norte que nós seguíamos sempre foi que o produtor tivesse uma boa rentabilidade, nós sempre procuremos negociar com as empresas, negociar o preço, fazer o levantamento do custo de produção, porque o produtor continua em uma atividade se ele tiver uma boa rentabilidade, se ele não tiver, com certeza, ele vai abandonar aquilo ali. Então a FARSUL sempre procurou fazer o máximo para que ele tenha rentabilidade e continue na cultura (Dirigente da FARSUL/CNA, 2010).

Nesta fala está a base para o reconhecimento de um agente que se reivindica representante dos agricultores como parte do campo tabagista – buscar constrói o campo, buscar fazer com que o agricultor continue produzindo tabaco, que ele continue sendo fumicultor. A partir daí ele pode participar das discussões com os agentes estabelecidos, tais como empresas tabagistas, AFUBRA, e conjuntamente com estes, participar de discussões que tratam do tema, com o poder público.

Como vimos, o dirigente da FARSUL/CNA afirma que o objetivo central de sua organização é a busca por maior rentabilidade para o produtor de tabaco, de modo a favorecer que este continue na atividade. Entretanto, essa busca por rentabilidade, expressa pelo interlocutor, é dúbia, pois quando questionado sobre o preço do fumo pago aos agricultores ele se coloca de maneira reticente:

Pesquisador: Agora, olhando para a cultura do tabaco, o senhor acha que o agricultor é bem pago?

Dirigente da FARSUL/CNA: Olha, poderia valer um pouco mais a arroba de fumo, agora **ele planta e sabe que vai ter uma renda com aquilo ali**. Que vai ter renda e **vai ter empregos para a sua família**. Ele vai estar na propriedade, **trabalhando, sendo remunerado para desempenhar sua atividade ali**. Eu acho que **ele não pode reclamar** nessa ótica aí, que não está ganhando. **Porque está sobrando, sempre sobra** (Dirigente da FARSUL/CNA, 2010 – ênfase nossa).

Contrariamente ao que se pensa da opinião de uma organização que busque maior rentabilidade para sua categoria, o dirigente afirma que o agricultor “*não pode reclamar*”. Assim, o dirigente se coloca em uma postura, visivelmente, favorável às empresas tabagistas. Novamente devemos nos questionar a respeito do por que de um representante de uma categoria se colocar em uma posição de ambiguidade em relação a esta. Mais uma vez a explicação encontrada é que em um campo os agentes podem dizer ou fazer coisas que são determinadas pela sua posição no campo e não pela categoria a qual representa. O agente toma a posição para diferenciar-se ou aproximar-se de outros agentes para fortalecer sua própria posição no campo. Aqui o que o dirigente da FARSUL/CNA expressa é a necessidade de sua organização aproximar-se da indústria tabagista e da AFUBRA para se fortalecer no campo. Ou então, a necessidade dele próprio se aproximar destes agentes, ampliar seu capital social e com isso se fortalecer em sua própria organização, FARSUL/CNA.

Muito importante é o posicionamento da FARSUL a respeito do sistema integrado de produção de tabaco<sup>10</sup>. Ao ser perguntado se a entidade vê como positivo tal modelo o interlocutor responde:

Com certeza. (...) Ainda mais que agora, com o Ministério da Agricultura nós estamos certificando o produtor de tabaco. O fumo vai ser certificado, rastreado, buscando uma maior qualidade, o que nós queremos é isso aí, então se não tiver o sistema integrado à indústria não sabe o que o produtor está usando lá na sua propriedade. Porque muitas vezes tem produtos que não são recomendados para o tabaco no Brasil, em outros países até podem ser, e o produtor pode comprar de outros países para trazer e utilizar. Se ele está em um sistema integrado, a

<sup>10</sup>Não mencionei aqui uma caracterização deste sistema devido ao fato de não ser este o objetivo do artigo, entretanto, em Mengel (2011) é possível ter uma ideia do que ele significa e das disputas e conflitos existentes em torno dele. Basta falar aqui que tal sistema recebe duras críticas de agentes como MPA e FETRAF.

indústria dá a receita pronta do que ele precisa comprar pelo que é recomendado, isto é outra vantagem que nós temos porque a qualidade também vai gerar renda para o produtor (Dirigente da FARSUL/CNA, 2010).

É clara por parte do interlocutor, ao discorrer sobre as vantagens da integração, a centralidade dada aos benefícios gerados pela integração à indústria, quando ele fala da maior qualidade do tabaco, matéria-prima da indústria tabagista. O máximo que o dirigente chegou a fazer, quando trata das vantagens dos produtores, foi relacionar a melhor qualidade do tabaco produzido, à maior rentabilidade, porém, anteriormente afirmou que os mesmos não podem se queixar do preço do tabaco, tendo em vista que, segundo ele, sempre sobra dinheiro na propriedade, como já comentamos.

Os depoimentos acima evidenciam a centralidade conferida pela FARSUL/CNA à defesa da fumicultura e da integração produtiva do tabaco. Em nossa pesquisa foi possível constatar que a estratégia central da FARSUL/CNA é a aproximação dos agentes com maior força no campo do tabaco. É assim que a organização consegue manter sua legitimidade no campo e com sua própria base social. Em nenhum momento o dirigente da FARSUL/CNA questiona algum posicionamento das empresas com relação aos agricultores, em postura que visa, claramente, a manutenção de sua posição no campo. Em nossa perspectiva esta é a estratégia central desta organização.

### **3.4) A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG/CONTAG)**

A FETAG/CONTAG existe desde a década de 1960, sendo uma das organizações de representação que conseguiu se manter na legalidade durante o período da ditadura militar. Passou por várias fases, desde uma primeira mais preocupada com a educação rural (década de 1960), para uma fase de prestação de serviços assistenciais e previdenciários (década de 1970), posteriormente para uma fase com emergência de lutas mais radicalizadas (década de 1980), até a fase onde define a agricultura familiar como público-alvo (década de 1990) e toma a política agrícola e a previdência social rural como prioridade. Atualmente a FETAG compreende 349 sindicatos filiados, divididos em 22 regionais sindicais. Sua presença é forte nos municípios onde a agricultura com base na mão de obra familiar é predominante (DA ROS, 2006).

A FETAG é uma das organizações que reivindica a representação dos agricultores no Rio Grande do Sul e participa dos debates sobre a atividade em nível nacional, em conjunto com as representações da CONTAG de Santa Catarina e Paraná. É uma das entidades que, anualmente, elabora estudos a respeito do custo de produção dos agricultores. Estes estudos são utilizados como base para as negociações de preços do tabaco produzido pelos agricultores. *“Nós temos um processo constituído há 22 anos, aonde que há 22 anos nós já tínhamos atividades em discussão nesse setor. E passou-se a ter há 2 anos atrás também uma negociação com o setor industrial”* (Dirigente da FETAG/CONTAG, 2010).

O coordenador da Comissão Estadual de Fumo da FETAG/CONTAG em entrevista concedida no dia 16 de julho de 2010 na cidade de Porto Alegre/RS, explica que a organização tem como principal objetivo a busca por maior renda para o agricultor, o que implica, por vezes, em contrariar os interesses das empresas fumageiras. Entretanto, acrescenta que a atuação da entidade não se resume a esta questão:

É uma disputa sim de interesses econômicos, com o setor industrial não poderia ser diferente, ele olha o seu lado, ele quer ganhar dinheiro com isso. (...) Então nós temos consciência disso, o embate da questão de lutar pela remuneração digna do produtor é a principal bandeira nossa, foi, é e vai continuar sendo. Só que nós também temos uma outra preocupação. Nós temos inclusive embate com o próprio governo (...). Até agora ninguém conseguiu achar uma mágica de chegar numa propriedade que planta fumo e dizer: “Plantem comida que você vai ter a mesma renda.” E aí é que tá o grande desafio (Dirigente da FETAG/CONTAG, 2010).

Além da ampliação do foco da entidade visando à defesa da atividade, o dirigente da FETAG/CONTAG destaca a existência de uma nova linha de atuação assumida pela mesma, onde é central a preocupação com a saúde dos agricultores e com a menor utilização de agrotóxicos:

A outra questão: nós temos batido muito na questão de fumo livre, limpo. Que as indústrias pesquisem fórmulas de usar menos agrotóxicos, menos veneno (...). Então esse é um campo também que nós também lutamos porque nós também queremos preservar a saúde do nosso agricultor. Não adianta ganhar dinheiro se é pra você estragar a saúde, todo mundo sabe disso.

E aí é que vem o grande debate, nesse campo de que exista cuidados com a cultura, exista por parte do setor industrial também uma orientação, porque a orientação técnica é por conta

inclusive do setor industrial. Que essa orientação seja de fato uma orientação que preserve a pessoa e que a atividade seja uma atividade para fazer o bem àqueles que produzem tabaco e não fazer o mal pra eles. (Dirigente da FETAG/CONTAG, 2010).

Ao descrever a trajetória, estratégia, atuação e relação da FETAG com o setor industrial fumageiro, o dirigente ressalta os seguintes elementos:

**Primeiramente foi uma negociação muito de embate contra a questão de preço**, nós tivemos grandes embates com ocupações de indústria, derrubada de portões, enfim, uma guerra, podemos assim dizer, pra convencer o setor industrial que o produtor de fumo tinha que receber uma remuneração digna. (...) **Nos últimos anos, em função de mudanças que houveram no cenário da fumicultura (...)**, que vêm sendo preocupantes para a humanidade, que é a questão do que causa o fumo para o fumante, **nós tivemos tido um outro momento nessa história aqui**. Principalmente porque nós temos a consciência de que esses produtores que estão produzindo fumo, eles não estão fazendo isso (...) **porque é o que tem pra eles fazer**. É uma atividade que realmente se implantou há mais de 100 anos aqui no Rio Grande do Sul e na região sul porque ela (...) se adaptou à nossa realidade, (...) pela questão de mão de obra, pela questão, **inclusive, do setor industrial ter apostado nesta nossa região Sul do Brasil**. Então **essa é a função de que a entidade FETAG (...) se viu, inclusive, na obrigação de fazer**. Se nós temos aqui hoje 100 mil famílias, no cenário de 376 mil famílias, é uma quantidade muito grande para nós dizermos assim *“Esse povo não tem importância”*. **Então por isso que a FETAG está realmente dentro desse processo sempre no intuito de que quem planta fumo, planta para fazer o bem, e fazendo o bem assim ele tem renda. E se tem 100 mil famílias fazendo isso, elas não tão sendo obrigadas, elas tão fazendo isso porque eles percebem que nesta atividade eles conseguem ter uma renda do que em outra atividade se fosse o caso, senão eles não estariam fazendo isso** (Dirigente da FETAG/CONTAG, 2010 – ênfase nossa).

Com os trechos da entrevista descritos acima buscamos compreender como se dá a atuação da FETAG/CONTAG na cadeia produtiva do tabaco.

Percebemos na atuação da FETAG/CONTAG para o campo tabagista que a organização se coloca em uma posição intermediária àquela adotada pela AFUBRA e CNA/FARSUL e àquela, que exporemos na sequência, da FETRAF e MPA, onde a organização reconhece que seus interesses são distintos dos interesses da indústria, mas ao mesmo tempo diz que defende a produção devido a rentabilidade existente. Percebemos também que houve, por um lado, uma mudança gradual de sua posição no interior do campo tabagista e, por outro, uma maior aceitação da organização, por parte dos agentes estabelecidos no campo, expresso na participação da discussão de preço com a indústria do tabaco. O outro elemento é a defesa da pauta do fumo limpo, que aparece tanto na posição do SINDITABACO quanto da AFUBRA e FARSUL/CNA, mas aqui a defesa é reinterpretada, se os outros agentes falam em uma maior competitividade a FETAG/CONTAG fala em maiores benefícios para a saúde do agricultor, é uma reinterpretação de uma pauta da indústria de acordo com os próprios objetivos.

A partir destas percepções podemos chegar a algumas constatações. A primeira delas é que para ser aceito pelos agentes estabelecidos no campo tabagista é exigido, ao pretendente, no mínimo, que defenda o campo. A partir do momento que as críticas à produção do tabaco tornam-se mais contundentes a CONTAG toma a posição da defesa do campo e com isto passa a ser aceita. Com esta aceitação a crítica à indústria também se arrefece. Com a entrada na discussão do campo tabagista com os agentes estabelecidos, a CONTAG passa a defender algumas pautas que são da indústria, por mais que sejam resignificadas de acordo com os seus interesses, um exemplo é a pauta do “tabaco limpo”. Percebemos também que a aceitação da CONTAG/FETAG pelos agentes estabelecidos do campo tabagista acontece por um relativo enfraquecimento do mesmo. Desta maneira, aproximar uma organização com capilaridade entre os agricultores e na sociedade em geral foi uma forma de fortalecer o campo. Talvez a constatação mais importante seja a de que a FETAG/CONTAG pode ter uma posição mais crítica com relação ao campo devido ao fato de seu capital social não provir do campo do tabaco, mas sim, se constituir devido ao fato da organização representar os agricultores, de maneira geral e não somente os fumicultores. Portanto, caso o campo do tabaco se enfraqueça a organização da CONTAG não se enfraquecerá, condição que lhe dá autonomia para defender o campo, mas ao mesmo tempo, para fazer algumas críticas que avalia como necessárias. Desta maneira, a FETAG/CONTAG se diferencia da AFUBRA que tem seu capital social totalmente dependente da fumicultura e da CNA que, por uma via, como organização, defende a indústria, e por outra, tem dirigentes dependentes do fortalecimento do campo do tabaco para se fortalecer na própria organização.



### 3.5) Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF)

O surgimento da FETRAF – Sul, no ano de 2001, marca o início da construção de uma entidade de representação dos agricultores familiares em nível nacional. É parte de uma trajetória de lutas sindicais iniciada na década de 1980. Tal trajetória é marcada pela oposição à única organização sindical voltada aos trabalhadores da agricultura à qual o Estado permitia atuar durante a ditadura militar, a CONTAG. Sua base social é composta por agricultores familiares e assalariados rurais e tem como base de suas reivindicações a construção de um projeto alternativo de agricultura (DA ROS, 2006). O assessor técnico da FETRAF - Sul e Brasil na área de Sistemas Integrados de Produção (fumo, suínos, aves, leite)<sup>11</sup>, ao nos conceder entrevista, afirma que a FETRAF-Sul é uma organização surgida a partir do chamado novo sindicalismo rural *“onde uma série de agricultores, lideranças eclesiais de Igrejas, como a católica, as evangélicas sinodais, pessoas vinculadas à construção da Central Única dos Trabalhadores do Brasil, atuando no meio rural entendem que aquela estrutura preconizada por Getúlio Vargas era muito engessada”* (Dirigente da FETRAF, 2010).

Atualmente a FETRAF-Sul está dividida em 22 microrregiões, aglutinando 93 sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar, associações da agricultura familiar em toda a Região Sul. Tal organização abrange 288 municípios nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A FETRAF-Sul também faz parte da Central Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>12</sup>

Em julho de 2004, no I Encontro Nacional da Agricultura Familiar, foi criada a FETRAF-BRASIL/CUT e com isto aquela entidade que comportava os três Estados do Sul passa a ser denominada FETRAF-Sul. A FETRAF-BRASIL compreende cerca de 600 Sindicatos e Associações sindicais em cerca de 1000 municípios em todo o Brasil, com aproximadamente 500 mil agricultoras e agricultores associados. Esta base social está presente em 18 Unidades Federativas brasileiras<sup>13</sup>.

Para o Dirigente da FETRAF, tanto a FETRAF-BRASIL quanto a FETRAF-Sul tem importância no campo tabagista, contudo, devido a existência de uma concentração desta atividade no Sul do país, é no âmbito da FETRAF-Sul que a discussão sobre a produção de tabaco tem maior relevância. Para ele, *“foi no ano de 2003 que a fumicultura avançou na base da FETRAF”* em virtude da entidade ter uma organização inicialmente consolidada *“nas regiões norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná”*. Então, foi com a expansão do cultivo, já na primeira década do século XXI, que a FETRAF sentiu a necessidade de entrar nas disputas em torno do campo tabagista. *“Fizemos um levantamento, na época, e constatamos que em torno de 40 mil famílias já se dedicavam à cultura do fumo e que havia uma pressão muito grande para que mais famílias daquelas regiões também adotassem a produção do tabaco”* (Dirigente da FETRAF, 2010). Hoje, de acordo com ele, há em torno de 60 mil famílias associadas, ou na base de atuação dos sindicatos da FETRAF, que de uma forma ou de outra têm uma relação com a produção de tabaco.

A FETRAF reivindica-se como uma das entidades com maior representatividade entre os fumicultores. Tem se destacado na elaboração de publicações sobre a fumicultura. Por meio destas publicações realiza duras críticas ao mecanismo de formação de preços da cadeia produtiva do tabaco e à exploração do trabalho dos agricultores pelas companhias tabagistas. Por meio das publicações do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER) a entidade tem denunciado, periodicamente, o trabalho infantil presente na atividade fumageira, assim como as práticas que degradam a natureza.

Ao abordar os objetivos da FETRAF-Sul para a fumicultura, o dirigente da entidade salienta que desde 1995, período anterior à criação da entidade, o objetivo dos grupos ligados a CUT que, posteriormente, deram origem a organização no ano de 2001, era disputar os sindicatos ligados à FETAG/CONTAG para adentrar na mesa de negociação de preços do tabaco, a chamada Comissão Mista de Negociação de Preço do Tabaco. Nesse sentido ele afirma que *“desde 95, 96 até 2005 o grande objetivo era organizar, fortalecer sindicatos, organizar pra entrar na chamada negociação de preço da cadeia produtiva”* (Dirigente da FETRAF, 2010). No entanto, de acordo com o dirigente, nunca obtiveram sucesso, mesmo depois da criação da FETRAF-Sul ou da FETRAF-BRASIL, tendo em vista que esta mesa é articulada pelas empresas fumageiras e assim, não permite que algum órgão que seja contrário a seus interesses participe. Neste

11 O entrevistado tem um papel bem mais amplo em ambas organizações do que simplesmente um assessor técnico. Um exemplo é o mesmo representa a FETRAF na Câmara Setorial do Tabaco e participou de vários espaços de discussão do controle do tabaco, inclusive em nível internacional.

12 Informações obtidas na página eletrônica <http://www.fetrafsul.org.br/>. Acessado em dezembro de 2010.

13 Informações obtidas na página eletrônica da FETRAF-BRASIL/CUT: [www.fetrafsul.org.br/](http://www.fetrafsul.org.br/); Acessado em dezembro de 2010.

sentido, o Dirigente da FETRAF discorre:

Como a indústria no Brasil se preparou bem, se articulou bem, ela tem um sistema fechado, aonde ela, através da AFUBRA que é uma parceira, que foi organizada pelas próprias fumageiras, estabelece um processo de coleta de custo e produção e um processo negocial, que é vinculado às estruturas oficiais: FARSUL, aqui no Rio Grande do Sul, a FAEP no Paraná, e a FETARP, FETAESC, FETAG, Federação dos trabalhadores e o conjunto dessas entidades tem entre aspas, “negociado” ao longo do tempo, só que as coisas são estabelecidas pela própria indústria de fumo. Na verdade, quem domina esse processo é um grupo pensante de agentes da indústria e da AFUBRA que fazem isso em parceria, por isso que nós, FETRAF, e o próprio MPA qualificamos essa negociação do preço do fumo como um jogo de cartas marcadas. Porque eles sempre combinam os processos usados e nunca abriram esta mesa de negociação para as demais entidades. E com o peso que a gente tem, com 60 mil famílias da FETRAF que produzem fumo, o máximo que a indústria, o Sindicato da Indústria fez foi um dia receber dirigentes da FETRAF para conhecer o que era a FETRAF.

Por um bom período nós reivindicamos fazer parte, mas a mesa das negociações de preço e condições, a indústria do tabaco nunca se abriu para nós. (...). Nem para nós nem para o MPA (Dirigente da FETRAF, 2010).

O dirigente conta, que a entidade, em suas reflexões, passou a considerar o sistema integrado de produção de tabaco como um sistema, extremamente intensivo de exploração dos trabalhadores, “*onde o agricultor entra com toda a estrutura, propriedade, mão de obra e acaba não tendo uma remuneração pelo trabalho que exerce*”. Para a entidade, isto se dá na produção de fumo, aves, suínos e várias outras cadeias, mas “*especificamente na cadeia do tabaco o agricultor é um mero produtor de matéria-prima sem muitos direitos e com uma baixa remuneração em relação aos trabalhadores do mesmo setor de outras partes do mundo*” (Dirigente da FETRAF, 2010). Além de conclusões sobre o sistema de produção do tabaco, a FETRAF chega a outras conclusões a respeito do que é o tabaco e qual o destino de sua produção:

Primeiro de que há um produto final que tem uma série de malefícios e que há uma migração das multinacionais que desativam a produção de fumo onde ela é cara (Estados Unidos, Europa, Japão) e migram para os países em desenvolvimento. Segundo, as políticas de controle do tabaco como cessação (...) e aumento de preço de impostos acabarão fazendo com que haja uma redução objetiva importante do consumo. Então constatado que as indústrias faziam a migração dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento, em busca de uma matéria-prima mais barata; que em nenhum momento compartilhavam a informação de que a queda do consumo pode se configurar em 2015, 2020; que ninguém alertava os fumicultores de que se eles exagerassem na quantidade produzida, de que se pensassem nas propriedades só para o cultivo do tabaco podia chegar em determinado momento que com a queda de consumo o produto não fosse mais atraente economicamente. Então quem sofreria e quem vai sofrer com essa situação é o agricultor familiar, não são as indústrias que vendem pras cigareiras, e muito menos as cigareiras (Dirigente da FETRAF, 2010).

Considerando tais questões, o foco de atuação da FETRAF deixa de ser a disputa pelas riquezas produzidas no interior do campo tabagista para ser o enfraquecimento do mesmo a partir da diminuição da importância econômica do tabaco em sua base social e pela diminuição do capital social do campo tabagista por meio da diminuição do número de agricultores fumicultores.

Ao observarmos o surgimento, atuação da FETRAF, tal como as relações estabelecidas por ela, podemos perceber alguns elementos que conformam sua estratégia no campo tabagista. 1º) A organização surge tendo como objetivo central o fortalecimento da agricultura familiar, e coloca tal objetivo em contraposição a grande produção agropecuária comercial característica das companhias multinacionais que atuam na agricultura – ela também depende desta contraposição como forma de fortalecer seu capital social; 2º) A FETRAF surge como uma ruptura da FETAG/CONTAG e utiliza como método a disputa da representação do sindicalismo tradicional, a partir de ações radicalizadas para se diferenciar; 3º) Ela tem uma atuação para além do campo tabagista, assim o enfraquecimento do mesmo não significa seu próprio enfraquecimento, pelo contrário, seus dirigentes avaliam que o enfraquecimento do campo tabagista lhe fará ganhar capital social, pois enfraquecerá os agentes aí historicamente estabelecidos; 4º) A FETRAF tinha o objetivo de ser reconhecida perante o campo tabagista, pois buscava a participação na mesa de formação de preços – como vimos isso configura-se como uma expressão de reconhecimento –, entretanto, sua própria atuação impossibilitou tal participação, pois o critério mínimo para o reconhecimento é buscar fortalecer o próprio campo, o que neste caso significa fortalecer a indústria, e isto é incompatível com os objetivos dos

idealizadores e dirigentes da FETRAF; 5º) A FETRAF como agente “de fora do campo”, reivindica, acessa e fortalece seu capital social com métodos considerados ilegítimos por aqueles “de dentro”, pois estes métodos enfraquecem este campo, e também por isso estes não a consideram parte do mesmo. Com estes elementos podemos constatar que a estratégia de FETRAF é característica de um agente que atua em diversos campos, pois visa enfraquecer o campo tabagista para aumentar seu capital em outros, como por exemplo, nas disputas existentes em torno da agricultura brasileira em geral.

### 3.6 Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

O MPA tem sua história ligada, por um lado, às lutas sociais iniciadas na década de 1970 e não comportadas pelo sindicalismo rural e, por outro, a um momento conjuntural em que o Estado brasileiro se negava a enviar recursos para os agricultores que passavam por dificuldades no final de 1995 (GÖRGEN, 1998). Nos anos 1970, durante a ditadura militar, inicia-se a reorganização dos movimentos sociais, influenciados pela Teologia da Libertação, através da Comissão Pastoral da Terra. Entre tais movimentos surge o Movimento de Oposição Sindical. Com o fim da ditadura militar, os agricultores familiares passaram a ser base social prioritária do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, surgido nas oposições sindicais (GÖRGEN, 1998).

Neste mesmo período agricultores reorganizavam-se em todo o país. Com tal processo ressurgiam as pressões sobre o movimento sindical, por uma postura mais ofensiva sobre o governo, para que este atendesse as reivindicações desta base social. Com situações extremas, como a seca de 1995 que atingia o Rio Grande do Sul, cria-se um contexto para a maior radicalização de algumas lideranças e grupos que atuavam no interior do sindicalismo rural tradicional. Devido ao fato destes grupos não obterem sucesso nas disputas internas da CONTAG e perceberem que não conseguiriam assumir a liderança desta organização, e assim, que suas reivindicações não seriam alcançadas, criaram o MPA<sup>14</sup>.

Para compreendermos como se dão as relações do MPA com o campo tabagista entrevistamos um dirigente da organização do Rio Grande do Sul e representante da Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANPA/MPA) na Câmara Setorial do Tabaco. Tal dirigente afirma que o envolvimento do MPA com a fumicultura se dá devido a importância da atividade para os agricultores familiares fumicultores e, mais importante, devido aos problemas causados pela fumicultura. De acordo com ele o MPA é diretamente ligado a 40 mil agricultores fumicultores no Rio Grande do Sul, sendo que:

(...) 12 mil são associados diretamente na COOPERFUMOS do Brasil, que é a cooperativa e um braço jurídico do MPA. Além disso, nós temos a nossa associação que responde legalmente aqui no Estado, mas mais concentrada no Vale do Rio Pardo, que é a ASPAC. A ASPAC compreende os municípios de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Sinimbu, Herveiras, Passo do Sobrado, e Venâncio Aires. Seis municípios. Nós temos 15 mil agricultores associados à ASPAC que estão diretamente ligados. Os demais são agricultores que estão vinculados mas não estão associados à COOPERFUMOS e a ASPAC, mas estão vinculados conosco de outras formas (Dirigente do MPA, 2010).

Ao tratar da atuação do MPA no campo tabagista percebemos uma forte crítica ao sistema de integração produtiva e à cadeia produtiva do tabaco como um todo. Para o interlocutor, tal sistema é responsável pelos principais problemas dos agricultores fumicultores.

No fumo o que faz com que hoje a maioria dos agricultores estejam em uma situação muito difícil, é, principalmente, a forma com que os agricultores vem sendo tratados nos últimos 50, 60 anos. Onde a indústria do setor fumageiro detém o controle absoluto, desde antes mesmo de semear as mudas, antes mesmo do agricultor plantar o pé de fumo ele já é refém das indústrias. (...) Nós ficamos buscando mudar esse sistema que a indústria considera perfeito que é o sistema de integração. (...) Ele é perfeito só para a indústria, porque a indústria tem o controle do agricultor desde antes mesmo dele plantar, a indústria controla a busca dos financiamentos, o tipo de variedade que o agricultor deve plantar, a assistência técnica, o mercado, a venda (...). (Dirigente do MPA, 2010)

Para o MPA, é central a luta contra o sistema integrado e contra aqueles que o promovem. Suas atividades priorizam um enfrentamento direto com as empresas fumageiras – em lutas que envolvem

---

14Uma história detalhada do MPA encontra-se em Gorgen (1998), aqui basta levarmos em consideração que tal organização surge como uma ruptura da FETAG/CONTAG e que disputa a base social da mesma, enfraquecendo-a para fortalecer seu próprio capital social.

questões relativas ao preço do tabaco, preço dos insumos, maior representação. Mas o dirigente do MPA vai além ao afirmar que a luta do movimento é contra o próprio modelo de agricultura onde é central a relação dos agricultores com grandes companhias multinacionais, modelo este a qual se baseia o campo tabagista. Para ele a cadeia produtiva do tabaco é só um exemplo de tal modelo:

Então o que nós tratamos é o modelo de agricultura, o sistema integrado só é bom para as indústrias. Para o agricultor ele não ajuda nada, ele dá uma falsa impressão de segurança para o agricultor, ele tem a garantia da venda, mas ele está amarrado. Agora ele tá se dando conta que nos contratos que ele assina ele fica somente como fiel depositário do fumo que ele produz, as empresas fazem as CPR's, (Cédulas de Produto Rural), onde o agricultor é meramente o fiel depositário daquele produto que ele está produzindo, quando o agricultor tenta se libertar um pouco, quando vai vender o fumo adiante, quando ele vê ele recebe uma notificação extrajudicial informando a ele que se ele vender ele pode até ser preso (...) (Dirigente do MPA, 2010).

Para o dirigente do MPA existe um discurso em diversas esferas da sociedade, preconizado pelos agentes consolidados do campo tabagista, que considera o tabaco a única atividade rentável em pequenas propriedades. Nesse sentido ele reitera a importância da desconstrução deste discurso como maneira de enfraquecer o campo tabagista e fortalecer os agricultores familiares, até então fumicultores. Segundo o dirigente do MPA:

Nós entendemos que o governo deve colocar mais recursos para que os agricultores possam buscar alternativas junto com o fumo, mas o que nós precisamos é urgentemente parar, e nós estamos tentando fazer isso, com aquela estória que prefeituras, secretários de agricultura dos municípios dizem isso, “*não temos outra cultura que dá mais que o fumo por hectare*”. Ele dá, no valor bruto, o fumo pode dar por hectare R\$ 8 ou 9 mil de renda bruta, só que o custo, na maioria das vezes chega a este valor, o que sobra líquido para o agricultor não é nada. (...) Então o que nós entendemos? Que temos que parar com essa estória que o fumo é a única cultura que dá na pequena propriedade, temos prova que hortifrutigranjeiros dão mais que fumo, alimentos de tudo que é tipo trabalhados dão mais que fumo, o que falta é um incentivo (Dirigente do MPA, 2010).

Deste modo, torna-se evidente que para o MPA o enfrentamento ao campo tabagista também se dá ao enfrentar o discurso, que como vimos nas demais entrevistas, é preconizado pelos agentes estabelecidos neste campo – que o tabaco é a única forma de manter 200 mil famílias no campo, porque é a única atividade rentável em pequenas propriedades. Então, com o objetivo de enfrentar o discurso dos agentes dominantes no campo tabagista, a organização constrói uma argumentação onde destaca a existência de várias atividades agrícolas tão ou mais rentáveis que o tabaco e que, porém, os agricultores necessitam de incentivos para poder desenvolver.

Desta maneira é bastante clara a relação do MPA com aqueles que considera os representantes da indústria fumageira. Para a entidade estas organizações somente fazem parte da mesa de negociação do preço do tabaco porque fazem a política das empresas e, é por isso, que a participação do MPA não é aceita pelas indústrias, representadas pelo SINDITABACO. O entrevistado é categórico ao afirmar que na visão do MPA, a mesa de negociação acontece somente para os agricultores não se rebelarem contra as empresas e, é a AFUBRA a chave deste processo, pela relação próxima com as empresas, desenvolvida a partir da construção do seguro da lavoura. Segundo ele: “*(...) O papel da AFUBRA é ser o intermediário para que os agricultores não se rebelam, não se revoltam, e aí a AFUBRA faz esse papel, então a AFUBRA hoje, nós temos dito isso claramente, ela tem este papel histórico de ser o braço das indústrias do fumo*”. Nesse sentido, o diálogo do MPA com a AFUBRA, FETAG/CONTAG e FARSUL/CNA é inexistente, o conflito é a única relação. Já com FETRAF a relação não se dá dessa forma. Constatamos que as posições das entidades são parecidas, o que sugeriria uma articulação entre ambas, entretanto, tal articulação não foi percebida na fala do dirigente do MPA.

Os elementos que sobressaem-se quando observamos a inserção do MPA no campo tabagista são os seguintes: 1) A atuação do MPA é profundamente ligada a radicalidade de seu surgimento, tal radicalidade é expressa nas relações que estabelece do campo tabagista; 2) O fato da organização se colocar de maneira contrária a atuação de grandes companhias internacionais na agricultura, desde sua fundação, é fundamental para ela não dialogar com as companhias tabagistas; 3) A busca pela autonomia dos agricultores faz com que sua atuação tenha como objetivo central o enfraquecimento do campo tabagista.

A estratégia do MPA para o campo tabagista tem como central o enfraquecimento do mesmo. A organização tem uma importância para o campo visto que obriga os demais agentes a modificar sua ação, mas não se identifica com ele, pelo contrário, pensa ser necessário acabar com a estrutura do campo, ou, no mínimo acabar com a posição privilegiada de seus agentes. É impossível pensar que o MPA poderia ou poderá ser aceito como parte do campo, pois não aceita a regra básica, que é fortalecê-lo. Além disso, utiliza-se de métodos de atuação considerados ilegítimos para compor o campo, por exemplo, ações radicalizadas contra as companhias. É visível também a busca do MPA pelo enfraquecimento dos agentes estabelecidos no campo que representam os agricultores, a organização busca ampliar seu capital social por meio da diminuição do capital social da CONTAG e CNA, utilizando-se como método a deslegitimação destes agentes.

#### 4) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizar o conceito de campo para analisar as disputas que ocorrem na cadeia produtiva do tabaco nos permite compreender que os agentes ali presentes não estão simplesmente defendendo os agricultores, a economia das regiões produtoras, etc, estão sim disputando a ampliação de seu capital econômico ou social naquele microcosmo, o que lhes possibilita a própria existência, ou a ampliação de sua posição no macrocosmo social.

Como vimos, existe um gradiente entre os atores do campo tabagista, há três tipos de estratégias: 1) há aqueles que defendem o campo acima de tudo, como se estivessem defendendo a própria existência, e como vimos, realmente estão, visto que tal existência só é justificada caso haja um campo tabagista; 2) há posições estratégicas intermediárias, ponderando disputas históricas que consideram posições conflituosas no campo; 3) e até posições contrárias ao campo, o que faz com que os agentes não sejam reconhecidos pelos estabelecidos, mas que modificam a posição dos mesmos, o que os torna parte do campo.

A defesa intransigente do campo, como vimos, se dá pelo SINDITABACO, uma vez que a indústria depende da manutenção do campo para ampliar seu capital econômico e assim, manter sua posição no macrocosmo social. Além do SINDITABACO, a AFUBRA tem uma posição de defesa intransigente, o que é explicado pelo papel histórico que tal organização desempenha na sociedade – como vimos, se o campo se enfraquece a posição desta organização também é enfraquecida, posto que sua existência social somente tem sentido com a existência do próprio campo tabagista. Além destas duas organizações, a FARSUL/CNA é uma vigorosa defensora do campo tabagista e isto tem uma forte correspondência com os interesses da organização fora do campo, mas também com a proximidade de seus dirigentes com a AFUBRA e com o SINDITABACO, agentes chave do campo.

A FETAG/CONTAG assume uma posição intermediária, onde defende o campo ao mesmo tempo em que se coloca contrária aos interesses da indústria, porém sem entrar em um embate direto com ela. Tal embate ocorreu no passado, todavia se arrefeceu com o contexto do controle do tabaco, onde a mesma passou a ter como central a defesa do campo. Como vimos, quando fazia uma crítica contundente à indústria a FETAG/CONTAG não era reconhecida pelo SINDITABACO e pela AFUBRA como parte do campo, pois não era aceita na discussão de preço, expressão de tal reconhecimento. Esta posição de defesa do campo provavelmente se dá devido a organização perceber que perderia base social para aquelas organizações que se mantinham na defesa do mesmo. Já a aceitação da organização pela AFUBRA e SINDITABACO se dá justamente em um momento de fragilidade do campo, onde não se pode manter distante uma organização com a capilaridade da CONTAG.

Já a FETRAF e o MPA utilizaram-se, historicamente, da estratégia de confronto direto com a indústria e seus aliados nas disputas pela apropriação dos recursos provenientes da produção, o que faz com que não sejam reconhecidos por tais agentes. Tal estratégia se tornou ainda mais radicalizada com o fortalecimento das críticas antitabagistas na sociedade. Tais agentes, que antes criticavam a distribuição de recursos no campo tabagista passaram a criticar o tabaco em si, o que atinge e enfraquece o campo como um todo. Tal posição, provavelmente, está baseada no diagnóstico que não seria possível modificar o jogo de interesses e a correlação de forças no campo tabagista, então a melhor alternativa seria enfraquecê-lo.

#### 5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFUBRA; Associação dos Fumicultores do Brasil. **Dados da fumicultura no Brasil**. Disponível: [www.afubra.com.br](http://www.afubra.com.br). Acesso em: novembro de 2009.

BELING, Rumar. R.; **A história de muita gente: um exemplo de liderança: Afubra 50 anos**. Santa Cruz

do Sul: Afubra, 2006, 20p.

BOEIRA, Sérgio L.; *Atrás da cortina de fumaça: Tabaco, tabagismo e Meio Ambiente: Estratégias da indústria e dilemas da crítica. Tese de doutorado* (Interdisciplinar em Ciências Humanas; Sociedade e Meio Ambiente) UFSC. 2000.

BONATO, Amadeu; **A fumicultura e a Convenção-Quadro – Desafios para a diversificação.** DESER, Curitiba, 2009.

BOURDIEU, Pierre; **O poder simbólico.** Editora Bertrand Brasil S. A., Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, Pierre; *Grandes Conferências de Lyon, Universidade Lumière-Lyon 2, 11 de fevereiro de 1999. “Conferéce: le champ politique”, Propos sur le champ politique.* Tradução André Villalobos. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5., p. 193-216, Brasília, 2011.

BUAINAIN, Antônio. M. & SOUZA FILHO, Hildo M.; **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil.** Editora da UNICAMP, Campinas, 2009.

DA ROS, César Augusto. *As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002); Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.* Rio de Janeiro, 2006.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS RURAIS (DESER); *Afinal, quem a AFUBRA representa?; Boletim do DESER, nº 145, 2005.* Disponível em [www.deser.org.br](http://www.deser.org.br).

FOSSATTI, D. M. & FREITAS, C. A.; *O caráter familiar da atividade fumageira em Santa Cruz do Sul – RS.* Rev. **Economia e Desenvolvimento**, nº 14, Santa Maria, 2002.

GÖRGEN, Frei Sérgio. **A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores.** Petrópolis: Vozes, 1998.

MENGEL, Alex A.; **Tratados Internacionais e Disputas Locais: A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e as Disputas entre os Atores de Cadeia Produtiva no Brasil.** 2011. 184p. Dissertação (mestrado de Ciências Sociais em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; **Primera reunión del grupo de trabajo sobre el convenio marco de la OMS para la lucha antitabáquica.** Genebra, 1999. Disponible em: [www.who.int](http://www.who.int).

\_\_\_\_\_. **Liste Des Participants.** Genebra, 2001. Disponible em: [www.who.int](http://www.who.int).

\_\_\_\_\_. **Convenção Quadro para o Controle do Tabaco.** Genebra, 2003. Disponível em: [http://www.inca.gov.br/tabagismo/cquadro3/convencao\\_ptbr.pdf](http://www.inca.gov.br/tabagismo/cquadro3/convencao_ptbr.pdf).

\_\_\_\_\_. **Convenio Marco de la OMS para El Control del Tabaco.** Genebra: OMS, 2005.

PERONDI, Miguel A.; SCHNEIDER, Sérgio; BONATO, Amadeu. *Metodologia de Avaliação das Políticas de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.* In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, XLVI, Rio Branco, 2008. Anais... Brasília: SOBER, 2008. 1 CD.

PRIEB, Rita Inez P.; **Pluriatividade na Produção Familiar Fumageira.** EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 2005.

SEFFRIN, Guido; **AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil: O fumo no Brasil e no mundo.** Santa Cruz do Sul: AFUBRA, 1995: 186 p.

VARGAS, Marco A.; **Forms of Governance, Learning Mechanisms and Upgrading Strategies in the Tobacco Cluster in Rio Pardo Valley, Brazil.** IDS working paper 125, 2001.

VARGAS, Marcos A.; BONATO, Amadeu. *Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil.* In: **Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil.** Maio de 2007.

VOGT, Olgário P.; **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS, 1849 – 1993.** EDUNISC. Santa Cruz do Sul. 1997.

## GT 11 – Ação coletiva e mediadores no espaço rural brasileiro

### Construção dos Movimentos Sociais Rurais: um olhar para o Movimento Agroecológico de Araponga - MG

Edna Lopes Miranda<sup>1</sup>  
Maria das Dores Saraiva de Loreto<sup>2</sup>  
Everton Lazzaretti Picolotto<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Economia Doméstica/ Estudante do Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica / Universidade Federal de Viçosa, [edna.miranda04@hotmail.com](mailto:edna.miranda04@hotmail.com)  
Rua Vereador Almiro Pontes, nº 125, aptº 202/ Bairro Santo Antônio – Viçosa/MG

<sup>2</sup> Pós Doutora em Família e Meio Ambiente /Professora do Departamento de Economia Doméstica / Universidade Federal de Viçosa, [mdora@ufv.br](mailto:mdora@ufv.br)  
Rua Guanabara, nº 81, Centro/ Bairro Santo Antônio – Viçosa/MG

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais / Professor do Departamento de Ciências Sociais /Universidade Federal de Santa Maria/RS, [evpicolotto@yahoo.com.br](mailto:evpicolotto@yahoo.com.br)  
Rua Alfredo Tonetto, nº 583, casa 102, Camobi/Santa Maria-RS

**Resumo:** A sociedade brasileira é marcada por uma intensa contribuição dos movimentos sociais nos avanços da cidadania e na busca por pautas sociais e políticas públicas. Com a finalidade de entender as características dos movimentos sociais dos jovens rurais e suas redes de apoio, este trabalho objetivou por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas com as lideranças, examinar historicamente a forma de organização e o processo de formação e construção dos movimentos sociais no município de Araponga/MG. Os resultados apontaram que vários fatores contribuíram para a origem e construção dos movimentos sociais rurais na região, a exemplo o movimento agroecológico. Dentre estes fatores, destaca-se a preocupação dos agricultores locais e agentes pastorais da Igreja Católica com as consequências indesejáveis da agricultura moderna; a experiência da conquista de terras; o diagnóstico participativo e a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável no município. Além disso, pode-se notar o papel fundamental do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), como redes de apoio, capazes de mobilizar os agricultores e articular debates sobre temas pertinentes aos movimentos sociais.

**Palavras-chaves:** Movimentos Sociais Rurais; Movimento Agroecológico; Jovens rurais

## INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada por uma intensa contribuição dos movimentos sociais nos avanços da cidadania e na busca por pautas sociais e políticas públicas. Assim, os movimentos sociais rurais emergem no contexto em que os movimentos sociais em geral, urbanos e rurais, assumem suma importância na transformação da sociedade, especialmente no decorrer do século XX e no início do século XXI. Neste sentido, conforme Dias (2004, p. 30), os movimentos sociais rurais têm intensificado sua participação nas disputas que envolvem a conquista da terra, o fortalecimento da agricultura familiar e o controle social das políticas públicas relacionadas ao meio rural, assumindo o protagonismo com relação às reivindicações pela concretização do direito à vida com dignidade. E mais, nas últimas décadas, começam a afirmar a necessidade de outras concepções e práticas de desenvolvimento mais próximo do cotidiano, dos costumes e dos desejos daqueles que vivem da agricultura, sugerindo que o rural significa muito mais do que somente lugar da produção agropecuária.

Entre os movimentos sociais rurais, têm-se diversas formas de expressão dos atores sociais do meio rural, caracterizando, por exemplo, o movimento de luta pela terra, o movimento de mulheres rurais, o movimento sindical e o movimento dos jovens rurais. Na Zona da Mata mineira, em especial em Araponga/MG, a situação é semelhante, uma vez que ao longo dos anos foram construídos diferentes movimentos, como: Pastoral da Juventude Rural, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Agricultores Familiares e o Movimento Agroecológico.

Neste estudo, buscou-se trabalhar com o movimento agroecológico, formado por agricultores familiares que conta com mais de 15 anos de trajetória no município de Araponga – MG. Este movimento social busca novos modos de produzir, consumir e viver em comunidade, com base na sustentabilidade da agricultura, contribuindo para a promoção das complexas transformações sociais e ecológicas no meio rural. Entretanto, questiona-se como alcançar essas complexas transformações via movimentos sociais? Como os movimentos sociais rurais são construídos?

Assim sendo, objetivou-se caracterizar o processo de construção dos movimentos sociais, apontando os elementos determinantes da sua formação e



consolidação, em termos do contexto histórico local e das redes de apoio na articulação político social, considerando as representações sociais das lideranças envolvidas.

### **A gênese dos Movimentos Sociais Rurais**

Os modelos de desenvolvimento fundados nos valores da modernidade atravessaram o século XX deixando de lado os grupos sociais que mantêm em seus modos de vida vínculos com costumes e culturas tradicionais. Com efeito, a realidade atual da questão agrária brasileira é consequência das velhas funções do espaço, redefinidas por processos, como a modernização da agricultura, a qual manteve a estrutura concentradora de terra e renda em função das técnicas e do capital. Corroborando desta perspectiva, Palmeira (1989) ressalta que todo este processo de modernização se fez sem que houvesse mudanças na estrutura da propriedade rural, o que ocasionou “efeitos perversos” para o espaço rural brasileiro, tais como:

A propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo (PALMEIRA, 1989, p.1).

A partir dos anos 70, o meio rural brasileiro sofreu as consequências deste desenvolvimento excludente, evidenciando-se a degradação dos recursos naturais, a concentração fundiária, o êxodo rural, as transformações nos sistemas de produção e de relações sociais. Neste contexto, diversos atores sociais, como trabalhadores rurais, bóias-frias, mulheres, jovens e pequenos produtores rurais, como expressão de resistência, se organizaram a partir dos anos 70, constituindo-se em movimentos sociais. Para o sociólogo francês Alain Touraine:

Os movimentos sociais falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social, de independência, ou como apelo à modernidade em nome de novas “forças sociais”, criticando um mundo de tradições, preconceitos e privilégios (TOURAINÉ 1978, p. 35)

Desta forma, as lutas proporcionadas pelos movimentos sociais não caracterizam propriamente elementos de recusa, marginais à ordem, mas, ao contrário, de reposição da ordem. Neste contexto, o supracitado autor chega a postular que a sociologia contemporânea seria o estudo dos movimentos sociais, já que se trataria de um objeto de análise que busca resgatar o papel do ator social. Uma concepção de movimento social bastante difundida é a Melucci (2001), para quem um movimento social não se limita a manifestar um conflito, mas o leva para além dos limites do sistema de relações sociais a que uma ação coletiva se destina, visto que o movimento social se refere à ação social dos homens na história.

Segundo a pesquisadora Elisa Guaraná de Castro (2005), em meados do ano 2000, iniciou-se um processo de organizações juvenis nos movimentos sindicais (CONTAG E FETRAF) e nos movimentos da Via Campesina (MST, MPA, MMC e MAB), em todo o Brasil. Para a mesma autora, a juventude rural está sendo acionada, nos movimentos sociais, no Brasil, para identificar formas organizativas que reivindicam questões gerais, mas, também, questões específicas. Se por um lado, ser jovem nos movimentos sociais também carrega limitações quanto ao espaço de participação, à possibilidade de ser ouvido e a dificuldade de poder se colocar em um espaço de decisão; por outro lado, outras questões se colocam para esse ator político. Logo, estas formas organizativas da juventude rural no Brasil e suas pautas reivindicatórias são palco do surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”.

Seguindo esta mesma perspectiva, Melucci (1997) chama a atenção para o papel dos movimentos sociais de juventude na contemporaneidade; estes passam a ser fenômenos discursivos e políticos, passam a disputar não apenas condições materiais, mas também os códigos culturais, e o fazem não necessariamente pela sua ação efetiva, mas por sua existência própria, que denuncia os códigos dominantes.

Neste contexto, os movimentos sociais também têm buscado produzir alternativas para propiciar a sobrevivência de setores sociais excluídos da sociedade de mercado ou para superar as assimetrias das estruturas de classe. Tais movimentos articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social (PICOLOTTO, 2008).

Assim, os movimentos sociais não mais se restringem à luta de um sujeito privilegiado, mas passam a existir como atores sociais conectados no processo de transformação social em uma determinada realidade de interesses e oportunidades. A

formação de redes sociais<sup>1</sup> interpretada como uma nova prática de cooperação entre organizações sociais tem por finalidade a concretização de meios para uma atuação eficiente e alcance de seus objetivos, buscando o fortalecimento e a prevalência de seus ideais, para que dessa forma possam intervir na atual realidade social complexa. Assim, a rede se torna um espaço de construção coletiva, que se define à medida que os movimentos sociais interagem com outros territórios políticos e culturais. Portanto, os movimentos sociais rurais propõe uma relação mais harmônica com a natureza e tornam-se cada vez mais objetos de pesquisa

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção desta investigação, adotou-se a metodologia qualitativa, utilizando de pesquisa bibliográfica sobre o contexto histórico e a trajetória dos movimentos sociais rurais, bem como a técnica de entrevistas com as lideranças do movimento agroecológico do município de Araponga, localizado na zona da mata de Minas Gerais. Esse resgate histórico se faz importante, para uma melhor compreensão sobre a formação e características dos movimentos sociais dos jovens rurais na região, suas redes sociais e, sobretudo, para entender como os novos modos de produzir, consumir e viver dos movimentos se reproduz no presente; constituindo-se assim, o nosso ponto de partida nesta pesquisa.

Conforme os dados apresentados pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2013), o município possui uma população de aproximadamente 8.152 habitantes, dos quais cerca de 70% vivem no meio rural. A economia atual do município se baseia na agricultura familiar, especificamente na produção de café. Para a realização do estudo, foram selecionadas intencionalmente 8 lideranças do movimento agroecológico das comunidades de Araponga (São Joaquim, Praia d'Anta, Pedra Redonda e Salazar), que

---

<sup>1</sup>A definição de rede social surgiu inicialmente nos anos de 30 e 40, a partir dos estudos da sociologia e da antropologia social, sendo conceituada como um conjunto de pessoas em uma população e suas conexões. Considerando a morfologia das redes, Portugal (2006), identificou os nós (elementos das redes) e os laços (as relações entre os nós das redes). Destaca que, no dimensionamento dos nós e laços das redes, estas podem assumir três tipos: a) Redes de Íntimos, considerados pelos entrevistados como importantes para si mesmos; b) Redes de Interação, que relacionam os membros com os quais as famílias se interagem, em um determinado período de tempo; c) Redes de Troca, que inclui pessoas da rede que compensariam ou penalizariam as trocas, que vão desde a ajuda material, prestação de serviços, aconselhamento e companhia.

atuam no movimento desde a sua criação. Nesta etapa, estabeleceu-se contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Araponga, pelo fato de ser um espaço que congrega diversos representantes e lideranças da juventude, cujos itinerários de vida se entrelaçam aos percursos históricos dos movimentos sociais na região.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Formação e construção dos movimentos sociais rurais na Zona da Mata de Mineira

A partir da década de 1970, houve um acelerado processo de modernização da agricultura na Zona da Mata Mineira, associada a uma série de políticas públicas, como o PRODEMATA – Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata, que buscava implantar lavouras de café com tecnologias mais avançadas na região. Toda essa modernização levou a criação da COAVAP – Cooperativa Agropecuária do Vale do Paraíso, que através da venda de insumos e produtos agrícolas aos agricultores cooperados, almejavam intensificar o uso de agrotóxico nas lavouras. Porém, na década de 1990, a cooperativa entrou em processo de liquidação, o que provocou o endividamento de muitos agricultores (CTA, 2002a).

A organização dos agricultores familiares na Zona da Mata começa a se constituir enquanto movimento a partir da década de 1980, com o MOBON – Movimento Boa Nova, vinculado à Igreja Católica, na corrente da Teologia da Libertação<sup>2</sup>, e às Comunidades Eclesiais de Base – CEBs<sup>3</sup>. A mobilização dos agricultores e agricultoras envolvidos nas CEBs culminou com a fundação dos sindicatos de trabalhadores rurais (STR's), no final da década de 1980. Na percepção das lideranças há duas vertentes na formação dos Sindicatos na região da Zona da Mata

---

<sup>2</sup> A Teologia da Libertação nasceu da influência de três frentes de pensamento: o Evangelho Social a Teologia da Esperança e a Teologia Política. Existem pelo menos dois fundamentos bíblicos em que a Teologia da Libertação está pautada: o primeiro se baseia no livro de Êxodo e o segundo fundamento está na própria vida de Cristo, cuja tarefa foi libertar o ser humano do seu estado de sofrimento, introduzindo já o reino de Deus aqui na terra (CATÃO, 1986).

<sup>3</sup> As diretrizes da CEBs consistem em traduzir as questões econômicas e políticas para a prática dos agricultores. Entre estas diretrizes está: a Igreja a serviço da vida plena para todos; compromisso evangelizador e missionário com os mais necessitados, partilhando a vida e com ela se comprometendo por uma vida mais justa e solidária, alimentada pela Palavra, pela Fraternidade, pela Oração e pela Eucaristia (CNBB, 2011)

Mineira: uma primeira vertente com forte influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), contribuindo na estruturação da organização social e política na região, de caráter essencialmente cutista e uma segunda vertente com influência cebista, apoiada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), com um caráter mais combativo e com articulação com o Partido dos Trabalhadores (PT). Esta segunda vertente seria representada pelos Sindicatos de Trabalhadores criados a partir de 1985 e estariam vinculados à Articulação Sindical da Zona da Mata Mineira.

Outro destaque na construção dos movimentos sociais está associado ao processo de mobilização por parte dos agricultores no que se refere à educação do campo, com a criação das Escolas Família Agrícola - EFA's na Zona da Mata Mineira, ao longo da década de 1990. O movimento da educação do campo tem um caráter regional, articulado a partir da AMEFA (Associação das Escolas Família Agrícola). A primeira escola constituída foi em Muriaé, anos mais tarde foram se constituindo as outras escolas em Acaiaca, Ervália, Araponga, Sem Peixe, Simonésia. A educação do campo começa a se instituir como luta efetiva dos povos do campo, a partir dos anos 1980, com os movimentos de redemocratização do país, quando organizações da sociedade civil, incluem na pauta das reivindicações uma educação que considera as diversidades culturais, as necessidades dos trabalhadores do campo e seus direitos sociais.

As ações dos movimentos sociais, como o Movimento de Educação de Base (MEB/1961), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG/1963), a Comissão Pastoral da Terra (CPT/1975), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/1979), como também outras iniciativas, quais sejam, as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFAs) foram fundamentais para a mobilização por uma educação pública para o campo que respeitasse os direitos e as peculiaridades desses sujeitos sociais. Nessa perspectiva, a Educação do Campo tem sido caracterizada como um novo paradigma, que valoriza o trabalho no campo e os sujeitos trabalhadores, suas particularidades, contradições e cultura, como práxis (SOUZA, 2008). No contexto da Zona da Mata Mineira, os movimentos sociais rurais têm se organizado em torno do desafio que representa a institucionalização da educação no espaço rural como movimento pedagógico centrado nos sujeitos do campo e como projeto de sociedade sustentável. Neste sentido Arroyo (2001) acrescenta que:

A identidade da escola do campo é definida pela vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes [...] e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país (p. 106).

Assim, de acordo com as lideranças entrevistadas, os movimentos sociais rurais emergiram na região a partir das mudanças políticas, econômicas e sociais do meio rural nas últimas décadas, pela formação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira, pela conjuntura histórica do município, mas, principalmente pelas estratégias e iniciativas adotadas pelos próprios agricultores. Dentre estes movimentos destacam-se o Movimento Agroecológico, a Associação dos Trabalhadores Rurais Familiares (AFA) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que contam com significativa inserção dos (as) jovens em sua articulação e representação política. Assim, todo este contexto ajuda a compor o universo no qual atuam estes movimentos sociais na região. Uma das lideranças destacou que:

Os movimentos de jovens rurais devem ser mais bem compreendidos a partir da própria questão do jovem rural, especialmente, daquele jovem que é atuante na realidade dos movimentos sociais “né”? (Respondente 07, homem, 55 anos).

O depoimento acima ressalta a importância de se compreender o processo organizativo dos movimentos sociais juvenis a partir da identidade juvenil, levando em consideração suas demandas e potencialidades, tornando-se espaços privilegiados de construção de identidades. Neste sentido, Castro (2005) pondera que o jovem se posiciona como um ator político dentro dos movimentos sociais, vivendo um processo de construção de identidades, expressando suas angústias e demandas, como também experimentam cotidianamente a desigualdade do campo brasileiro.

Ainda, para as lideranças, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (SRT) de Araponga e o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira foram importantes redes de apoio na formação e construção dos movimentos sociais rurais e no desenvolvimento das atividades e projetos dos agricultores familiares da região.

De acordo com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, as questões ligadas à produção agrícola sempre foi uma das maiores preocupações dos movimentos sociais rurais. No entanto, isto não significa que outras

demandas e necessidades dos agricultores não sejam consideradas, tais como, a aposentadoria rural e outros direitos importantes para as comunidades rurais.

Na verdade, havia outros interesses por parte dos agricultores. A educação e o futuro dos seus filhos era uma preocupação recorrente de todas as famílias da comunidade (Respondente 07, mulher, 42 anos)

Esta fala vêm de encontro com Gonh (2013) ao dizer que, nos anos 1990, os movimentos populares passaram a contemplar outras demandas além das carências específicas de bens coletivos e de redemocratização do país, pois buscaram também se debruçar nas questões ambientais, étnicas, de gênero, entre outras. Isso significa que as demandas não são mais pensadas apenas em termos locais, mas ocorre a percepção de como o local pode se articular com outros “locais” e para, além disso, com as dimensões da sustentabilidade.

A partir desta constatação, os agricultores familiares se organizaram e construíram em 2008, a Escola Família Agrícola (EFA PURIS) no município. De acordo com a diretora da escola, a EFA-Puris surgiu do desejo dos pais de criar uma escola que ajudassem os jovens a construir uma idéia de que é possível ter uma vida boa no campo e com educação de qualidade. Neste sentido, a EFA-Puris adota os princípios da metodologia da alternância e enfatiza a participação das famílias na condução do projeto educativo e na gestão da escola, como relata uma das lideranças:

Olha aqui no município tem vários movimentos e organizações, de forma que uma vai puxando a outra e esta escola, na verdade é um elo, uma extensão de todos estes movimentos, né? [Enfatiza]. ((Respondente 03, mulher, 43 anos)

Este depoimento expressa a importância da escola na sua atuação com os movimentos sociais em rede e com outros atores sociais, ou seja, redes articulando os movimentos em torno de suas demandas específicas e redes no sentido de articular demandas mais amplas entre diversos movimentos sociais. Assim, cada vez mais, os movimentos sociais assumem a tarefa de discutir a educação, principalmente dos sujeitos do campo, ou seja, a Educação do Campo. Destacamos como um dos espaços de fortalecimento da agroecologia, enquanto política e técnica para os agricultores familiares o Movimento Nacional da Educação do Campo, que, nos últimos 15 anos,

tem incorporado o enfoque agroecológico em seus projetos e programas educacionais; tornando a agroecologia uma ferramenta importante na configuração de outro projeto de desenvolvimento, de campo, de educação e de sociedade.

### **O Movimento Agroecológico: um estudo de caso em Araponga-MG**

Uma concepção recente e ampliada de agroecologia entra em cena a partir da prática dos movimentos sociais e populares do campo. Estes movimentos compreendem a agroecologia como parte de sua estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da degradação da natureza. Nesta dimensão, para os movimentos sociais, “a agroecologia inclui o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional”. Desse modo, a agroecologia busca construir uma sociedade agricultores livres e integrados para a conservação de toda a vida em sociedade. Nesta perspectiva, “o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação do ser humano” (GUHUR E TONÁ, 2012, p.60).

Na Zona da Mata de Minas Gerais, a construção da agroecologia remonta a década 1980, quando se utilizava ainda o termo agricultura alternativa. Desde as suas origens, o movimento da agroecologia na região tem sido marcado pela articulação estabelecida entre agricultores familiares e suas organizações e movimentos sociais e sindicais do campo; o CTA-ZM e a UFV, especialmente os Departamentos de Solos e de Educação. É desta parceria histórica que a agroecologia tem sido consolidada na região, buscando avançar como um enfoque científico e metodológico (CARDOSO; FERRARI, 2006).

Vários foram os fatores que contribuíram para a origem e construção do movimento agroecológico em Araponga, dentre estes fatores, as lideranças destacaram: a preocupação dos agricultores locais com as conseqüências indesejáveis da agricultura moderna, o que levou a rejeição por parte destes agricultores de técnicas agrícolas que utilizavam insumos e fertilizantes químicos em suas terras; a experiência de conquista de terras iniciada ainda no final dos anos 1980 e o diagnóstico participativo realizado em Araponga, a partir da década de 1990 para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, organizado em parceria com o CTA-ZM, Prefeitura Municipal de Araponga, Instituto Estadual de Florestas, Emater, UFV e EPAMIG.



A conquista de terras em conjunto, foi uma iniciativa precursora de um grupo de agricultores familiares, que resolveram ampliar para outras pessoas da comunidade uma prática que já desenvolviam em família: o empréstimo de produtos agrícolas para ajudarem uns aos outros a juntar o valor necessário para comprar as terras. Desta forma, no caso de Araponga, o acesso a terra impulsionou a transição da agricultura convencional para a agricultura agroecológica (CAMPOS, 2006)

No entanto, como bem coloca uma das lideranças entrevistadas, este processo não é uma via de mão única:

“[...] O acesso a um pedaço de terra, permitiu o avanço do movimento, mas ao mesmo tempo, a agroecologia deu um novo sentido no lidar com a terra, mais alternativa, criando condições de vida para as famílias que moram aqui. Entendeu? ((Respondente 05, homem, 60 anos)

Outro elemento determinante do processo de formação dos movimentos sociais diz respeito à mobilização social dos agricultores, por meio do diagnóstico participativo que envolveu participantes da zona rural, urbana e entidades do município na construção de um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, com o objetivo de levantar os principais problemas e potencialidades do município. A partir desse diagnóstico, é que se estabeleceu a mobilização do movimento sindical no processo de constituição do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, na qual os agricultores e agricultoras tiveram um papel fundamental na definição da área do parque. Durante a elaboração do plano, várias atividades foram promovidas, buscando fomentar a participação de jovens e mulheres em todo o processo (CTA, 2002b).

Ao serem perguntados sobre a origem do Movimento Agroecológico de Araponga, as lideranças colocaram que este movimento teve uma importante contribuição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e do Sindicato dos trabalhadores Rurais (STR), na trajetória da experiência agroecológica da região.

Para se organizar, o Movimento Agroecológico contou primeiramente com a participação efetiva das CEBS, que embasada na Teologia da Libertação buscou conscientizar os trabalhadores rurais do campo, no sentido de buscar condições para se organizarem e lutar contra as injustiças e por seus direitos. Já, a partir da década de 1990, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) começou a

atuar em alguns municípios da Zona da Mata Mineira, dentre estes em Araponga. Através do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) buscou construir uma relação de assessoria com o Sindicato para atuar junto aos agricultores em suas propriedades motivando o uso das chamadas “tecnologias alternativas”, como o resgate, avaliação e produção de sementes crioulas, práticas de adubação verde e conservação dos solos (CTA, 2002b). Na especificidade do processo de formação dos agricultores, o CTA-ZM tem se destacado por implementar e realizar os Intercâmbios Agroecológicos na região como uma das estratégias de difusão de conhecimentos agroecológicos, favorecendo uma maior inter-relação e articulação entre as atividades desenvolvidas pelo CTA-ZM e os agricultores.

Desde os seus primórdios, o movimento agroecológico na região tem como marca a participação e o protagonismo dos agricultores familiares e de suas organizações sociais e sindicais, possibilitando o sinergismo entre os diferentes conhecimentos, dos diferentes sujeitos. Todavia, a construção e consolidação do movimento não pode ser visto como um processo simples e muito menos fácil.

Durante a pesquisa de campo, os entrevistados relataram que um conflito importante no momento atual, que tem impactado a difusão da agroecologia em Araponga, como também em toda Zona da Mata, tem sido o aumento no uso de agrotóxicos, impulsionado principalmente pela propaganda ostensiva dos vendedores de insumos agrícolas diretamente nas comunidades rurais. Ancorados nesses marcos históricos, o movimento agroecológico se funda em Araponga e se constitui enquanto contramovimento a lógica capitalista.

Um marco histórico das ações engendradas em torno da agroecologia na Zona da Mata Mineira, como também em Araponga, foi o movimento “Em defesa da Vida e do Meio Ambiente”, na década de 1990. Esse movimento teve uma inserção forte da saúde como temática do trabalho sindical, sendo as experiências com medicina alternativa e homeopatia fundadas nesse período. Logo, nos anos 2000, começa-se a estabelecer com a Universidade Federal de Viçosa - UFV a construção da rede sócio-técnica de desenvolvimento da agroecologia, envolvendo organizações de assessoria e organizações da agricultura familiar e camponesa. A partir deste momento, iniciam-se também experiências com sistemas agroflorestais (SAF's), nos municípios de Araponga, Divino, Espera Feliz, Acaiaca, Muriaé, Pedra Dourada, Tombos e Eugenópolis (CTA, 2002a)

Na última década têm sido crescente a articulação, mobilização e parceria dos sujeitos do campo com instituições de ensino na difusão de experiências em agroecologia. O CTA-ZM em parceria com a UFV e as organizações e movimentos sociais, em especial o movimento agroecológico tem buscado dar visibilidade às práticas agroecológicas em curso na região, potencializar novas parcerias na difusão da agroecologia, assim como compartilhar os diversos saberes engendrados neste movimento.

Neste contexto, o movimento agroecológico na região de Araponga, enquanto movimento social, não pode ser entendido apenas como uma ação coletiva e intervencionista de determinadas organizações, nem tampouco de interesses dos agricultores locais, mas como um movimento com referenciais de subordinação histórica de um grupo social – os trabalhadores rurais e mais recentemente os chamados agricultores familiares – por sua condição de classe (camponeses pobres) – a identidade coletiva; para o combate a um legado histórico de exclusão e expropriação dos seus meios de produção – o adversário comum; pelo direito a terra e ao reconhecimento de seu modo de vida e de sua cultura – o projeto de transformação.

Portanto, a consolidação dos movimentos sociais rurais advém do caráter estratégico das redes sociais as quais estes movimentos estão vinculados e a importância destas no desenvolvimento das atividades e propostas do Sindicato, como também dos próprios agricultores familiares. Assim, os movimentos sociais rurais da região vão ganhando capilaridade com ações coletivas de abrangência local e regional. Além disso, o movimento agroecológico e os outros movimentos sociais rurais presentes em Araponga - MG têm mostrado que as lutas sociais no campo não se restringem à simples obtenção da sobrevivência, pelo contrário, referem-se à experiência do envolvimento nos confrontos que possibilita gerar um saber social que é transmitido e estendido a outras esferas da vida, dinamizando a vida no espaço rural.

## CONCLUSÃO

A partir da visão dos seus protagonistas e da breve revisão sobre o contexto histórico dos movimentos sociais rurais na Zona da Mata Mineira, especificamente no município de Araponga, pode-se concluir que a formação destes movimentos se processou por diversas mobilizações e experiências organizativas, envolvendo as

organizações sindicais, entidades de apoio, Universidade Federal de Viçosa, associações e cooperativas.

Em Araponga-MG, o movimento agroecológico tem íntima relação com as preocupações dos próprios agricultores familiares, de agentes pastorais da Igreja Católica e do Sindicato dos Trabalhadores rurais, pois contestam o modelo de agricultura convencional. A agroecologia passou a ser uma proposta possível de ser ambientalmente e economicamente sustentável e socialmente incluyente.

Neste sentido, vale ressaltar o papel fundamental do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), como redes de apoio, capaz de articular debates sobre temas pertinentes ao cotidiano da vida dos jovens agricultores e dos movimentos sociais na região.

Além disso, os movimentos sociais rurais presentes no município de Araponga, como, por exemplo, o movimento agroecológico, contribuem consideravelmente para o desenvolvimento rural do município, uma vez que ampliam os campos de luta e legitimação, tanto em direção a sustentabilidade na agricultura quanto à consolidação da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagem**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CAMPOS, Ana P. T. **Conquista de terras em conjunto: redes sociais e de confiança – experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga - MG**, 2006, 102 f. (Dissertação Mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural. UFV, Viçosa. 2006.
- CARDOSO I. M., FERRARI E.A. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Revista Agriculturas**, v. 3, n.4, p.28-32, 2006.
- CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005, 444 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro.
- CATÃO, Francisco. **O que é teologia da libertação**. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1986.
- CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Nossa Missão**: Revista 15 anos CTA. Viçosa, 2002 a.
- \_\_\_\_\_. **Sistemas de Produção Agroecológicos**: Revista 15 anos CTA. Viçosa: CTA, 2002 b.27p

CNBB. **Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2011.

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural**: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). 2004.199 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GHON, M.. **Sociologia dos Movimentos Sociais: indignados, Occupy Wall Street, Primavera árabe e mobilizações no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2013, p.127

GUHUR, Dominique M. P.; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: PEREIRA, Isabel Brasil; CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (Coord.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 57-64. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em 29 jan. 2013.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação/ANPEd**. n. 5 e 6, p. 5-14, 1997.

-----**A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, v.3, n.7, p.87-108, Dez. 1989.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo. **Otra Economía**. v.2, n.3, p. 74-92, 2008.

PORTUGAL, Sílvia. **Novas Famílias, modos antigos: as redes sociais na produção de bem-estar**. Coimbra: FEUC, 2006, 740f. Tese de doutoramento em Sociologia. Faculdade da Universidade de Coimbra, Portugal. 2006.

TOURAINÉ, A. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1978. p. 35-60.

DA EXTENSÃO RURAL A ATUAÇÃO DOS “MEDIADORES”: um balanço  
critico

Eliana Andrade da Silva<sup>1</sup>

RESUMO

o foco da análise é a atuação de diferentes agentes no meio rural brasileiro a partir da emergência da conhecida “extensão rural”. Objetivamos percorrer a trajetória que interliga as ações extensionistas (1940), até a contemporaneidade, onde a atuação dos agentes sociais tem se convencionado denominar de ação de “mediadores”. As análises apontam para um movimento de homogeneização das práticas de diferentes agentes atuantes no meio rural caracterizando-os indistintamente de “mediadores”

Palavras chave: extensão.mediadores. meio rural.

DA EXTENSÃO RURAL A ATUAÇÃO DOS “MEDIADORES”: um balanço  
critico

---

<sup>1</sup> Assistente social, docente do Departamento de serviço social da UFRN. Endereço: rua praia de Barreta, 60, condomínio arara vermelha, apto 101. Nova Parnamirim, Parnamirim/RN. CEP: 59151-410

## I. AÇÃO EXTENSIONISTA NO BRASIL: Históricos e antecedentes

A questão dos agentes atuantes no meio rural tem sido amplamente tematizada por distintas áreas nas últimas décadas. Dessa forma, antropologia, sociologia, serviço social e pedagogia têm sido campos do saber, nos quais este debate tem sido travado. No entanto, malgrado as diferentes abordagens teóricas constitui um consenso a necessidade da atuação dos mesmos na dinâmica do meio rural.

Nas últimas duas décadas convencionou-se denominar de mediadores aqueles sujeitos ou organizações que exercem atividades de caráter social, político, pedagógico e técnico no meio rural. Esta denominação vem no bojo das mudanças que ocorrem no meio rural brasileiro nos anos 1990 do século XX. As intensas mobilizações em torno da luta pela terra captaneadas pelo MST na referida década, as respostas governamentais, os estudos acadêmicos e o surgimento de uma quantidade enorme de ONG's atuantes no espaço rural constituirão um cenário no qual a atuação no campo se convencionou analisar como mediação.

Entretanto, o fenômeno da atuação de distintos agentes no campo brasileiro tem seus antecedentes ainda na década de 1940 reconhecida neste período como Extensão rural. Conforme a literatura especializada podemos indicar que a extensão rural nasceu no Brasil, nos anos 1940, como uma modalidade de assistência técnica para pequenos e médios agricultores. Em uma trajetória de mais de meio século, este serviço passou por diferentes momentos. Segundo Schimitz (2002), no que se refere ao serviço de extensão rural, podemos indicar a existência de seis etapas: modelo clássico (1948-1956); modelo difusionista-inovador (1956-1967); modelo de transferência de tecnologia (1968-1978); o "repensar da extensão rural" (1979-1991) e a fase de discussão e experimentação (a partir de 1996).

Desde a sua criação o serviço de extensão rural tem direcionado sua atuação, predominantemente, na elaboração de projetos técnicos, de forma que as marcas mais conhecidas da "ação extensionista" são a descontinuidade, a intervenção pontual, a pouca participação dos trabalhadores rurais, o caráter eminentemente técnico e produtivista, e uma relação de subalternidade dos trabalhadores rurais em relação aos técnicos/extensionistas. A tônica original da prestação de serviços de assistência

técnica esteve orientada historicamente pela idéia de separação entre pesquisa e extensão, através da qual é papel da pesquisa gerar conhecimentos, cabendo à extensão transmiti-los aos trabalhadores rurais. Por este motivo, a idéia de transmissão de saber foi o fio condutor dos processos de acompanhamento governamental nas áreas rurais, o que contribuiu para criar uma visão de mundo introjetada tanto nos trabalhadores rurais, como “receptores” do saber técnico, quanto nos técnicos, como “transmissores” de conhecimento científico.

Em grande medida, esta cultura ainda hoje persiste nas instituições tradicionais de assistência técnica e extensão rural, como a Emater, nas políticas voltadas para os trabalhadores rurais e também nas agências de formação como universidades e centros de pesquisa que insistem em reforçar o conteúdo tecnicista na formação dos futuros “agentes de extensão”. A maioria dos estudos sobre assistência técnica aponta que a política de extensão, nesta perspectiva, contribuiu para atomização política dos trabalhadores rurais e sua subordinação à lógica da modernização conservadora, pela via da introdução das tecnologias no campo e pela desqualificação do saber tradicional.

Em análises recentes podemos observar que as ações de assistência técnica governamental, embora apresentem conteúdos inovadores, como o estímulo à participação, o respeito aos saberes e tradições dos trabalhadores rurais, pela inclusão da perspectiva de gênero, geração, dentre outros, ainda persistem traços embrionários da cultura tradicional extensionista. Ao analisarmos alguns dos documentos governamentais identificamos que ainda é utilizada a denominação de “agente extensionista”, presente no conteúdo do II PNRA (BRASIL, 2003a), nos documentos da PNATER (BRASIL, 2004<sup>a</sup>). Esta perspectiva pode ser observada também nas sistematizações teóricas e na prática de algumas instituições da sociedade civil que desenvolvem ações de acompanhamento nos assentamentos rurais (AACC, 2006)<sup>2</sup>.

Embora estejamos experimentando uma fase de estruturação de novos marcos institucionais para as ações de assistência técnica as nossas análises

---

<sup>2</sup> Para designar os mediadores atuantes no campo são adotados diferentes conceitos. Em Brasil (2005) aparecem os termos extensionistas, assessores, formadores, animadores e agentes de ATER; já em AACC (2006) estes sujeitos são denominados de técnicos, educadores e facilitadores; em (BRASIL, 2003a) se constituem como assistência técnica.



indicam que ainda persistem traços da assistência técnica tradicional os quais são expressos na predominância da preocupação com os projetos técnicos, por parte dos agentes governamentais, das ONG's, bem como por parte dos trabalhadores rurais. Diante disto assinalamos que no meio rural as ações e projetos técnicos são fundamentais para a garantia de condições de vida, mas estes necessitam ser articulados com as dimensões de organização social e política, principalmente em se tratando de assentamentos rurais.

Observamos que coexistem com as tradicionais práticas de assistência técnica alguns traços inovadores presentes nas ações de assistência técnica. Estas inovações surgem da crítica feita por vários autores<sup>3</sup> ao modelo difusionista – herança da modernização conservadora - esboçado desde os anos de 1970, e que se fortalece nas décadas seguintes. O “processo pedagógico” desencadeado através do modelo de prestação de serviços de assistência técnica tradicional vem sendo objeto de debate nas últimas décadas, mas tem incorporado novos elementos a partir de 1996, quando da implementação do Projeto Lumiar. O Projeto Lumiar foi executado a partir de 1997, sob a supervisão e financiamento do INCRA, como uma resposta governamental às pressões dos movimentos rurais, agravadas com o massacre de trabalhadores rurais sem-terra em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996.

O projeto Lumiar surge então com um caráter emergencial como uma modalidade de intervenção, com tempo limitado, orientado para contribuir com a recuperação das instituições de extensão rural, de maneira a reduzir a necessidade da ação do INCRA em funções típicas de política agrícola, como, por exemplo, assistência técnica. Isto quer dizer que, originalmente, a assistência técnica é uma política localizada no Ministério da Agricultura, mas que, em função das pressões políticas dos movimentos rurais e de alguns dos seus resultados - como investimentos governamentais na desapropriação de terras, na criação e na infra-estrutura de assentamentos rurais e na concessão de crédito –, a ausência de uma política de acompanhamento técnico e social

---

<sup>3</sup> Uma vasta literatura centrou esforços na crítica ao caráter produtivista e autoritário da extensão rural. A este respeito conferir principalmente EMATER (2002), FREIRE (1979); GREGOLIN (1997); DIAS. (2004); PEREIRA (2002) e SCHIMITZ (2001;2002).

poderia comprometer os investimentos já realizados e reacender mais ainda a pressão política dos movimentos rurais.

Assim, além do reconhecimento do poder de pressão dos movimentos sociais rurais, a proposta de criação do Projeto Lumiar, Segundo Dias (2004), deve-se ao seguinte diagnóstico: a) falta de capacidade operacional do INCRA; b) insuficiência dos serviços oferecidos pelas empresas estaduais de extensão rural e c) e necessidade de um serviço específico para as áreas de assentamento. Em que pese o estatuto temporário do Projeto Lumiar, este contribuiu para o esboço de uma proposta de assistência técnica alternativa ao tradicional modelo de “extensão rural”. Em seu arcabouço, a participação dos beneficiários trabalhadores rurais assentados, a descentralização do serviço e a terceirização de atividades de assistência técnica se constituíam nos princípios orientadores (PEREIRA, 2002). Entretanto, os princípios norteadores do Projeto Lumiar, longe de parecerem uma inovação administrativa, significavam, já na segunda metade de 1990, a forma como o Estado, predominantemente, respondia de maneira emergencial, parcial, pulverizada e subalternizada às demandas provenientes das classes subalternas.

Descentralização e terceirização da assistência técnica no discurso governamental significavam a rapidez, a eficiência na resposta do governo e ainda a participação da “sociedade civil organizada”, já que o projeto envolvia uma multiplicidade de instituições desde sindicatos, das ONG, cooperativas de trabalho e de prestação de serviço, empresas privadas, associações de trabalhadores rurais, movimentos sociais etc. A contra-face do projeto Lumiar reside no fato de que, como se tratava de uma proposta emergencial, sua realização não constava no orçamento do governo federal. E durante toda a sua vigência, o Lumiar esteve sujeito a atrasos de repasse, falta de recursos, insegurança salarial das equipes de trabalho, além de uma disputa de poder que se instalou entre funcionários das agências de governo (INCRA-Emater) e as equipes executoras do referido projeto. (PEREIRA, 2002).

Embora permeado por problemas de execução, a proposta do Projeto Lumiar inovou ao colocar em discussão uma alternativa de assistência técnica adequada à realidade dos assentamentos rurais. É consenso para a maioria dos estudos acerca deste Programa a boa avaliação dos beneficiários sobre a

atuação dos assessores e o tipo de serviço por estes prestado. Neste processo, as ONG's possuem uma participação relevante, na perspectiva de questionar o modelo de assistência técnica baseado na relação de poder dos técnicos em relação aos trabalhadores rurais e propor metodologias mais democratizantes. Porém, os avanços desencadeados pelo projeto Lumiar foram paulatinamente desestruturados, culminando no seu encerramento de forma abrupta, por motivo de denúncias de desvios de recursos públicos, no ano de 2000.

Entre os anos de 2000, quando se encerra o Lumiar, até o ano de 2003 podemos dizer que houve um período de “hibernação” da assistência técnica. A partir do governo Luis Inácio da Silva as ações de assistência técnica apresenta um movimento de continuidades e de descontinuidades. A proposta de Assessoria Técnica e Social (ATES) é apresentada neste momento como um programa federal e, assim como o Projeto Lumiar, sua criação também é determinada pela frágil capacidade do INCRA, em responder às demandas dos assentamentos, pelo serviço insuficiente prestado pelas empresas de assistência técnica e pela demanda por um acompanhamento específico para os assentamentos rurais.

A descontinuidade do programa de ATES, a burocracia institucional na licitação pública, a precarização das relações trabalhistas e a rotatividade nas equipes técnicas são alguns dos entraves existentes e persistentes os quais dificultam o avanço do referido programa.

Em análise dos documentos governamentais buscamos apreender a os fundamentos teórico-metodológicos que embasam a proposta de ATER. Assim, observamos que esta proposta quanto aos métodos indica que

[...] os métodos de extensão rural individuais, grupais e massivos devem ser desenvolvidos a [...] incorporar, em sua forma de ação e intervenção uma abordagem holística e um enfoque sistêmico, articulando o local, a comunidade e/o território às estratégias que levem a enfoques de desenvolvimento rural sustentável e, também, à transição a estilos sustentáveis de produção [...] (BRASIL, 2005, p. 17)

Podemos assim, identificar que, de maneira geral, a Política Nacional de ATER aponta como diretrizes e princípios :

[...] os serviços públicos de Ater (realizados por entidades estatais e não-estatais) devem ser executados mediante uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável [...] A nova Ater pública deve atuar partindo do conhecimento e análise dos agroecossistemas e dos ecossistemas aquáticos, adotando um enoque holístico e integrador de estratégias de desenvolvimento, além de uma abordagem sistêmica capaz de privilegiar a busca da equidade e da inclusão social, bem como a adoção de bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas [...] (BRASIL 2004a).

Portanto, está previsto no Programa Nacional de ATER, “[...] a valorização do conhecimento dos agricultores, com perfil aberto a mudanças relativas a conceitos, tecnologias e percepção da realidade, a partir da ação em conjunto [...]” (BRASIL, 2005, p. 17). Estes aspectos nos indicam a construção de novos parâmetros tanto teóricos quanto metodológicos para a elaboração de um novo modelo de ATES , visando a superação dos antigos traços marcantes na cultura da ação extensionista no meio rural brasileiro.

## **II. MEDIAÇÃO E MEDIADORES : marcos legais e principais noções**

O termo “mediação” tem origem nos EUA, no início do século XX, como uma modalidade de resolução de conflitos entre países em litígio. É marco histórico do surgimento da “mediação”, a Convenção de Haia, em 1907, quando a “mediação” é contemplada na Carta de criação da Sociedade das Nações e de sua sucessora Organização das Nações Unidas, como instrumento de utilizado na área de direito internacional público (OLIVEIRA; GALEGO,2005). No período que compreende o início dos anos de 1900, passando pelo pós II Guerra, a “mediação” logra espaço no rol das estratégias de conciliação e de negociação entre países em conflito.

No entanto, a institucionalização da “mediação” ocorre nos anos de 1970, como resultante deste momento, e dá origem a um movimento

internacional através do qual a “mediação” se firma como método tradicional de resolução de conflitos, denominado como Alternative Dispute Resolution (ADR).

Se, na América do Norte, a “mediação” tem sua origem no início do século XX, na Europa e América Latina, esta modalidade de intervenção inicia-se a partir das três últimas décadas deste mesmo século. Neste sentido,

[...] es quizá en Estados Unidos donde existen más antecedentes al respecto y donde fue institucionalizada formalmente; (...) fue en la década del 70 cuando empezaron a aparecer en esse país los Centros de Mediación y há sido la ciudad de Los Angeles en Florida la pionera [...] (TOMMASO, 2004, p. 42).

Na América Latina, também a partir de 1990 países como Argentina, Chile e Brasil dão os primeiros passos para adotar a “mediação”. A Argentina é precursor neste movimento, a partir de 1992, quando o Poder Executivo declara, por meio de decreto, o desenvolvimento da “mediação” como método de solução de controvérsias (TOMMASO, 2004).

No Brasil, tendo à frente uma direção de cariz liberal, a Confederação das Associações Comerciais do Brasil iniciou um movimento que resulta na Lei Marco Maciel -Lei nº 9.307/96- que regulamenta a arbitragem, tendo a conciliação e a “mediação” como modalidades de resolução de conflitos (VEZZUELLA, 2001). Em 1997 e foi criado o Conselho Nacional de Mediação e Arbitragem (Conima) cujo objetivo é difundir uma cultura de procedimentos não adversariais e extra-judiciais para a resolução de conflitos. Várias iniciativas tem sido criadas nesta direção: câmaras e Centros de Mediação e Arbitragem; juizados especiais; câmaras e centros de Mediação e Arbitragem Trabalhista; conselhos de conciliação prévia trabalhista, e ainda processos judiciais na área de conflitos de família.

O “mediador” surge, segundo seus adeptos e divulgadores, como um novo tipo de profissional, neutro, que investiga os interesses em conflito, decompondo um problema em partes, para que os “mediados” possam resolver tal problema em ordem crescente de complexidade, assemelhando-se a um “médico-chinês”. Sob esta perspectiva o “mediado” é um sujeito fragmentado, cheio de contradições e dificuldades no reconhecimento de si e de seus problemas (VEZZUELLA, 2001).

Diversos usos têm sido feitos a partir da atuação de “mediadores”. Manuel Carlos Silva (1993) aponta como “mediadores” entre os camponeses e o Estado os agentes de entidades eclesiais, partidárias e camarárias (poder municipal). Neste ponto de vista, a ação de agentes “mediadores” estaria baseada na dissimetria entre indivíduos, e que a função dos “mediadores” estaria orientada para preencher o fosso entre o Estado e as comunidades locais.

Portanto, na base do papel dos “mediadores” encontra-se a concepção chave de assimetria, já que este sujeito é compreendido como intermediário. Este não requer uma teoria específica. Mas na sua prática cotidiana podem utilizar as várias teorias de acordo com o tipo de situação que têm que mediar, isto é, de acordo com o problema escolhem aquela que melhor pode responder com sucesso à situação com que a qual se deparam. Dessa forma, sua posição é delicada, pois fica entre duas pessoas que lutam “entre a rocha e o mar”. Pode também ser analisado como especialista que ajuda os “mediados” na busca de convergência de interesses satisfatórios para todos os envolvidos (OLIVEIRA; GALEGO, 2005; VEZZULA, 2001). Neste sentido, é consenso entre seus adeptos, que pessoas com formação em psicologia e trabalho social podem utilizar seus conhecimentos para atuação como “mediadores”. (OLIVERA, 2004; TOMMASO, 2005; VASCONCELOS-SOUZA, 2002)

No que tange aos conhecimentos necessários o “mediador” deve conhecer técnicas de facilitação de diálogo, de expressão de idéias, de interpretação de opiniões e de geração de soluções, bem como modalidades alternativas para conduzir, guiar e apoiar o processo evolutivo das partes: da situação inicial até o estabelecimento de acordos. “mediação”, em síntese, constitui a pedagogia da negociação (VASCONCELOS-SOUZA, 2002).

No Brasil, o uso do termo “mediação” é encontrado mais recorrentemente na análise de estudos antropológicos, nos quais é pressuposta a existência de diferenças culturais e assimetria econômica e política entre partes. É dessa forma que a partir de 1970, nos estudos do mundo rural brasileiro, têm sido comum a adoção da idéia de “mediação”. Em períodos anteriores a este, 1950-1960, quando movimentos rurais ganham existência social e destaque acadêmico, a “mediação” não ocupou lugar nas

pesquisas e no vocabulário dos movimentos rurais, os quais encontravam, nas questões de representação, direção e alianças políticas suas principais preocupações.

Se a partir de 1970 “mediação” é introduzida no temário dos estudiosos do mundo rural, a partir de 1990, a mesma ganha *status* de categoria teórica e recurso analítico recorrentemente utilizado nos estudos e pesquisas e no discurso dos movimentos sociais rurais e de seus intelectuais.

Segundo Novaes (1994), no meio rural, vários são os “mediadores”: a Igreja, Católica, as universidades, o Estado, as ONG. No caso da atuação das ONG e da igreja a “mediação” pode ser compreendida como assessoria; já ao referir-se à atuação do Estado e de universidades, tem sido adotada a idéia de extensão. Destacamos que a definição e a diferenciação dos “mediadores” no meio rural são vagas e pouco precisas. Nesse sentido, observamos que, há pois, uma tendência ao uso indiscriminado do termo “mediadores”. Isto tem gerado uma confusão teórica, se seriam considerados os sindicatos rurais, o MST, as ONG, a igreja e as agências de governo “mediadores”. Sob nosso ponto de vista, não podemos entender os diferentes sujeitos políticos, as entidades da sociedade civil ou o Estado como “mediadores” dado que, na sociedade, desempenham funções econômicas e políticas diferenciadas.

Na literatura especializada em geral, os “mediadores” se apresentam como um tipo de intermediários que estabelecem comunicação entre grupos e categorias distintas, transitando entre informações e valores. Situado nesta perspectiva, Velho (2001) destaca ainda que podem existir “mediações” que apontam para uma transformação da realidade; e uma outra, pela qual se mantém o *statu quo*. À esta última, denomina “mediação tradicional”, realizada, historicamente, por categorias de sacerdotes, mordomos, delegados, capatazes e feitores.

Os estudos de Novaes (1994) destacam as ONG de outros “mediadores”, pois estas têm na “mediação” sua razão de ser, já que nasceram como serviço e que produzem outros “mediadores”. São receptoras de quadros da igreja (católica), e ainda fornecem quadros para assessoria a movimentos, sindicatos e centrais sindicais. Sugere ainda esta autora que a designação de “mediadores” é empregada para identificar aqueles que se comprometem com os interesses dos trabalhadores.

No meio rural reivindica-se o uso de “mediação” e “mediadores” para processos que envolvem a relação dos intelectuais com as massas ou com os simples. Neste sentido, o papel dos “mediadores” é de agentes mobilizadores das mudanças de comportamento e de visões de mundo. À luz deste entendimento Agrônomos, Advogados, Assistentes Sociais, dirigentes sindicais são, na ótica de NEVES (1998), exemplos de “mediadores”.

Enquanto fenômeno sociológico, a “mediação” refere-se “[...] a objetivação de sistemas de regulação instituídos para reduzir a dissonância entre visões de mundo e formas de comportamento de distintos segmentos constitutivos das sociedades complexas” (NEVES, 1998, p.152).

A “mediação” pode ser um processo pelo qual os trabalhadores rurais estabelecem alianças com outros agentes, orientados pelos mesmos interesses, sendo capazes de formular demandas, na perspectiva de elaborar projetos políticos.

Interessa-nos a preponderância que os conceitos de “mediação” e de “mediadores” assumiram tanto no meio acadêmico, como no âmbito dos movimentos rurais e até mesmo nas agências de governo, destinadas à reforma agrária. Estes conceitos são utilizados para designar todos os processos que envolvem a dinâmica da luta pela reforma agrária, e os sujeitos nela inseridos.

As idéias de “mediação” e de “mediadores” surgem, desta forma, para explicar a atuação de diferentes agentes sejam estes educadores, animadores, assessores, multiplicadores de diversas áreas do saber, e profissões que atuam na perspectiva dos trabalhadores rurais e seus interesses políticos. A idéia da “mediação” e dos “mediadores” também invoca a articulação entre trabalhadores rurais, seus movimentos, intelectuais e agências governamentais. O que, segundo seus difusores, justificaria a tônica do estabelecimento de elos e pontes entre trabalhadores rurais e Estado, portadores de diferentes códigos culturais, os quais necessitariam de tradução e de sujeitos que criem “pontes”, façam “meio de campo”, e que estejam entre as partes.

### III. CONSIDERAÇÕES FINAIS



O percurso de análise por nós empreendido levou-nos a identificar algumas questões problemáticas na adoção do termo Mediadores. Assim, embora amplamente utilizada nas análises do mundo rural a idéia de “mediação” e “mediadores” não nos pareceu um método analítico profícuo para compreender a ação de todos os agentes atuantes no meio rural. Argumentamos isto porque, junto aos diversos autores e difusores da “mediação”, identificamos uma tendência a reconhecer “mediadores” não a partir de sua função como agregador, organizador mas como aquele que estabelece “elos”, “pontes”, comunicação. Além disto, reivindica-se a neutralidade do “mediador”, que sendo um “terceiro neutral”, não se vincularia a nenhuma das partes em disputa. Questionamos esta pretensa neutralidade, pois, no caso da reforma agrária, nem agências de governo, nem ONG’s, nem movimentos rurais e muito menos os proprietários rurais são neutros, já que seus interesses se explicitam desde os momentos dos conflitos por terra, passando pela disputa por destinação de recursos públicos, e se estende até a execução das políticas sociais para assentamentos. Dessa forma, seria necessário especificar as distintas funções destes agentes. Inicialmente, analisando a função desempenhada pelas ONG’s que atuam no meio rural poderíamos assinalar que as mesmas desenvolvem função de articulação entre poder público e organizações de assentados. Em seguida os agentes governamentais, os quais não sendo neutros, representam o poder do Estado nos assentamentos e áreas rurais em geral. E por fim as organizações de assentados/trabalhadores rurais em geral (sindicatos, partidos, movimentos) que se constituem como representantes legítimos, portanto, não podem ser analisados como mediadores. Destacamos a importância de aprofundar a análise acerca destes elementos dado que presenciemos uma completa indistinção e homogeneização dos diferentes agentes atuantes no meio rural brasileiro na atualidade.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMUNIDADES DO CAMPO. **Análise da execução do serviço de Assistência Técnica Social e Ambiental nas áreas de assentamento do Rio Grande do Norte**. Natal, 2006. mimeo

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. II **Plano Nacional de Reforma agrária**. Brasília. 2003a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Rio Grande do Norte. **Plano Regional de Reforma Agrária**. Natal: INCRA, 2003b

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Secretaria de Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e extensão Rural**. Brasília, 2004a

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Secretaria de agricultura Familiar, Grupo de Trabalho Ater. **Programa Nacional Assistência Técnica e extensão Rural**. Brasília, 2005

DIAS, M. M. **Extensão rural para agricultores assentados**: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ATES”. In: cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 21, n° 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: BRANDENBURG, A. FERREIRA, A. D. D (organizadores) **Para pensar uma outra agricultura** Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

NOVAES, R. R. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, L. et al (Org.). **Assentamentos rurais uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.

OLIVEIRA, A.; GALEGO, C. **A Mediação sócio cultural**: um puzzle em construção. Observatório da imigração. Lisboa, 2005.

OLIVERA, M. G. **Mediación comunitaria**: bases para implementar um Centro Municipal de Mediación Comunitaria y de resolución de conflictos. – 2a ed. – Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

PEREIRA, E. Q. Assistência técnica em áreas de reforma agrária: experiência do Lumiar e perspectivas para uma outra assistência. In: DUQUE, G. (Org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento**: ensaios e pesquisas em sociologia rural. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

SCHMITZ, H. Perspectivas da assistência técnica para agricultura familiar In: LOPES, E. S. A. (Org.). **Ensaio desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Sergipe: Embrapa tabuleiros costeiros/UFES, 2002.

\_\_\_\_\_. Projeto Lumiar: alternativa de assistência técnica frente a proposta do novo mundo rural In: GICO, V.; LINDOSO, J. A. S.; COSTA SOBRINHO, P. V. **As ciências sociais**: desafios do milênio. Natal/RN: EDUFRN, 2001.)

SOUZA, J. V. **Mediação**. Lisboa: Quimera, 2002

TOMMASO, A. **Mediación y trabajo social**. 2a ed.- Buenos Aires: Espacio Editorial, 2004.

VASCONCELOS-SOUZA, J.(org) **O que é mediação?** Lisboa: Quimera, 2002.

VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org.). **Mediação, cultura e política.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

VEZZUELLA, J. C. **Mediação:** teoria e prática- Guia para utilizadores e profissionais. Barcelos: Artes Gráficas, Portugal , 2001.

## Economia solidária, desenvolvimento e territorialização: estudo de um caso no Baixo Tocantins (PA)<sup>1</sup>

Isaac Fonseca Araújo<sup>2</sup>

Maria José da Silva Aquino Teisserenc<sup>3</sup>

### RESUMO

O texto coloca em relação reflexões sobre economia solidária e territorialização a partir de contribuições de Singer (2000; 2002), Gaiger (2003; 2004), Cançado *et. al* (2012), Raffestin (1993), Haesbaert (2006) e Abramovay e Filho (2004). Evidenciam-se convergências entre tais abordagens no exame de potencialidades/desafios de superação da lógica de desenvolvimento associada a crescimento econômico, hegemônica no Brasil mas não só. A partir da recuperação deste debate apresentam-se as ideias de economia solidária e a de territorialização para em estudo preliminar refletir sobre experiências de cooperativismo no município de Igarapé-Miri, estado do Pará.

**Palavras-chave:** Economia solidária; Territorialização; Desenvolvimento.

---

<sup>1</sup>Este texto resulta de pesquisas bibliográfica e empírica relacionadas à elaboração de uma dissertação de mestrado, em andamento, sob a orientação da professora Maria José da Silva Aquino Teisserenc, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (PPGCS/IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Por meio de tais pesquisas busca-se entender a ação local de atores em processos de territorialização, numa geopolítica a qual se tem chamado de Amazônia Tocantina. Para a composição do resultado ora apresentado contou, decisivamente, a oportunidade de, na disciplina Temas Avançados em Sociologia, ministrada pelo prof. Heribert Schmitz, ter trabalhado com as referências bibliográficas aqui examinadas.

<sup>2</sup>Licenciado Pleno em Letras (UEPA). Especialista em Letramento e Formação de Professores (UEPA) e em Gestão Pública e Sociedade (UFT). Mestrando em Ciências Sociais/Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas(IFCH), Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: isaac.educador@hotmail.com

<sup>3</sup>Doutora em Ciências Humanas (Sociologia). Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Pesquisadora associada do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

## 1. INTRODUÇÃO

Há certa convergência no campo da produção acadêmica de que é a partir do associativismo e do cooperativismo que a economia solidária explica sua origem na realidade brasileira. Paul Singer (2000), por exemplo, já afirmava no início dos anos 2000 que a cooperativa de produção seria a unidade típica da economia solidária ou, quem sabe, a emergência de um novo modo de produção.

Nessa mesma década, entretanto, ampliou-se de forma substantiva o significado da economia solidária e novas categorias analíticas possibilitaram outras conceituações para a temática, quer seja no universo da pesquisa científica, quer no âmbito de suas representações enquanto experimentação social, assim como o seu “poliformismo institucional”, o que fortaleceu a noção de uma nova “forma social de produção” (GAIGER, 2003; 2004).

Tomando-se como referência o caso amazônico, como um cenário que bem representa o contexto brasileiro, esse argumento se justifica, especialmente depois da primeira metade da década de 1980, quando se tem registros da construção de atividades de base comunitária – em diversas partes dessa região – na forma operacional de revenda, cantinão e caixa agrícola, entre outras, como uma retomada das organizações econômicas coletivas, à época empreendidas para satisfazer necessidades de consumo (SOUZA 2011; ARAÚJO & SOUZA, 2013).

Um movimento, cumpre acrescentar, originário no mundo do trabalho rural, sobretudo vinculado ao desenvolvimento do extrativismo vegetal, da agricultura familiar e da pesca artesanal. Segundo Sousa (2000), o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo na Amazônia foi fortemente influenciado pela ação pastoral da igreja católica e de diversos movimentos sociais.

Infere-se a partir desses elementos, que a vivência de práticas socialmente reconhecidas como de economia solidária tem favorecido a produção de territórios nos quais realidades urbanas e rurais ora se tornam dicotômicas, outras vezes se integram. Mas, territorialidades são promovidas e, a partir delas, novas institucionalidades surgem.

Ainda assim, pode-se dizer que as atividades de organizações sociais e econômicas chamadas de solidárias têm potencial para influenciar positivamente nos rumos do desenvolvimento dos territórios nos quais estão inseridas? Em suma, que relação conceitual pode ser estabelecida entre economia solidária e um projeto estratégico de desenvolvimento desencadeado por processos de territorialização?

Eis, pois, a linha argumentativa deste texto, tecido com base em pesquisas bibliográfica e empírica. O trabalho está estruturado em três seções (além desta introdução e das considerações finais): na primeira discute-se o conceito de economia solidária, com ênfase na sua evolução; posteriormente interpreta-se a noção de territorialização e, por fim, analisa-se a relação da economia solidária com uma possível estratégia de desenvolvimento territorial alternativo ao modo de produção capitalista.

## 2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM DEBATE

O que é economia solidária? Como ela pode ser materializada em suas dimensões ideológicas mais profundas? Quais seus efeitos e implicações para a vida socioprodutiva de uma dada sociedade? Estas (e tantas outras) perguntas ainda demandarão muitos esforços científicos e empíricos, uma vez que as respostas até agora sistematizadas não abarcam, suficientemente, a densidade e complexidade do tema.

Para (o já citado) Paul Singer (2002, p. 114), a economia solidária “foi concebida para ser uma alternativa superior [ao capitalismo], por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc. uma *vida melhor*”.

Uma vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menos dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam (SINGER, 2002, p. 114-115).

Em certo tom filosófica, essa afirmação não é suficiente para satisfazer um conjunto de inquietações. Afinal, o que é ser “superior ao capitalismo”? A qual “alternativa superior” o eminente professor se refere? A esse respeito, Souza (2012, p. 64) questiona-se: é possível classificar a economia solidária como uma ação comunitária/associativista, uma atitude de filantropia e caridade? Ou seria oportuno depreende-la enquanto estratégia e/ou forma diferente de fazer a economia e o desenvolvimento?

O mesmo autor lembra que, para alguns teóricos, a origem da economia solidária está vinculada aos princípios do socialismo utópico; outros a conceituam como um fenômeno novo, decorrente do processo de desestruturação do mundo do trabalho (idem). Em linhas gerais, essas reflexões convergem em assumir como referencial a crise da sociedade industrial e a identificação de experiências autogestionárias (EID, 2012).

Essas categorizações, ainda parecem limitadas, pois desconsideram elementos fundamentais do universo orgânico da solidariedade, passíveis de exemplificação nas práticas comunitárias presentes em sociedades não industriais. Além disso, é de proveito

destacar que a economia solidária ultrapassa os limites do campo econômico, atravessando múltiplas vertentes do mundo da vida dos grupos que a vivenciam, considerando-se o conjunto de suas dimensões culturais, socioeconômicas e ambientais.

Via de regra, o conceito de economia solidária tem sido explicado como síntese da vivência de um conjunto de princípios e valores, em tese operacionalizados de modo fragmentado ou na sua totalidade pelos chamados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Em estudo recente sobre o marco teórico da economia solidária na América Latina, Hernández (2012, p. 24) evidencia essa convergência conceitual:

a economía solidaria puede definirse como aquella forma de organizar la producción fundamentada em la autogestión cooperativa de la capacidad de trabajo individual de los miembros de um grupo articulado por vínculos sociales y principios éticos de equidad, compromiso, reconocimiento y ajuda mutua (HERNÁNDEZ, 2012, p. 24).

Não raro figurando como uma carta de princípios, a noção de economia solidária é geralmente associada à gestação de “novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica”, de caráter alternativo (GAIGER, 2003, p. 181), evidenciando-se sua natureza de projeto. Para Gaiger, tais experiências possuem a capacidade de produzir ruptura “nas relações de produção capitalistas”, representando “a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral” (idem). Entretanto, o mesmo autor admite que a economia solidária

não reproduz em seu interior as relações capitalistas, no melhor dos casos as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento. Iniciativas de grande interesse estão aparecendo, como as redes e clubes de troca, as cooperativas de crédito e outras, alternativamente à lógica mercantil do dinheiro e das trocas em geral, porém de modo ainda experimental, suplementar e subsidiário em muitos casos (GAIGER, 2003, p. 189).

Identifica-se, a partir dessas referências, que o aspecto da experimentação social, portanto, gerador de transitoriedades, é uma das principais características da economia solidária. De sorte, há um compartilhamento da ideia de que essa chamada *outra* economia expressa “um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas/realizadas solidariamente, de forma coletiva e autogestionária” (BRASIL, 2007, p. 07), caracteristicamente “organizadas sob à forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação e complexos cooperativos” (idem), entre outros. Práticas econômicas e sociais nas quais se evidenciam “a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática pelos membros, a utilização dos excedentes (sobras) e a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização” (SCHIOCHET, 2012, p. 25).

Com base em pesquisas recentes no âmbito da realidade brasileira, Cançado *et. al* (2012) oferecem uma síntese didática enquanto tentativa de teorização para explicar o fenômeno da economia solidária, a partir de três paradigmas das ciências sociais. De acordo com esses pesquisadores, a economia solidária tem sido concebida, nos últimos anos (do ponto de vista epistemológico), como um processo que transita entre os paradigmas do consenso, do conflito e interpretativo. Estes, constituem-se modelos analíticos inspirados nas matrizes marxista, durkheimiana e weberiana do pensamento sociológico. No quadro 1, abaixo, tem-se um esboço dessa teorização em processo.

**Quadro 1 – Economia solidária a partir de três paradigmas das ciências sociais**

Modelos em transição	Descritores para interpretação e análise
Paradigma do Consenso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A cultura existe antes do indivíduo, por isso o comportamento é culturalmente determinado, a partir da coerção que a sociedade exerce enquanto estrutura;</li> <li>• A origem e persistência da desigualdade estão assentadas na dominação dos privilegiados sobre os não privilegiados, sendo o conflito inerente a uma sociedade desigual;</li> <li>• Contudo, o conflito pode ser inibido pela coerção ou pelo processo de socialização. Nesse sentido, a economia solidária é colocada no campo do combate à pobreza, considerando que a natureza da realidade social é sempre objetiva.</li> </ul>
Paradigma do Conflito	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acredita que a origem da vida social está na influência ou determinação de fatores externos ao indivíduo (estrutura). Desse modo, as relações entre grupos desigualmente privilegiados moldam o comportamento dos atores sociais;</li> <li>• Por isso mesmo a mudança da sociedade deve ser radical e de base, não podendo existir diálogo entre economia solidária e capitalismo. Em último nível, o bem comum deve superar a acumulação de capital. E, para tanto, a economia solidária deve ser realocada à prática socialista.</li> </ul>
Paradigma Interpretativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entende que a essência da vida social é a habilidade que os seres humanos possuem de examinar o que acontece em sua volta e, então, escolher como agir, à luz dessa interpretação;</li> <li>• Isso posto, a economia solidária não reflete apenas novos horizontes econômicos, mas um processo educativo para a mudança cultural;</li> <li>• E, tal como na horizontalização do conhecimento não há donos de saberes ou de capitais intelectuais, também a autogestão deve superar o egoísmo institucionalizante e se tornar um bem maior.</li> </ul>

**Fonte:** Cançado *et. al* (2012). Elaboração dos autores

Em termos sistêmicos, a leitura do quadro acima permite agrupar seus elementos explicativos em dois eixos: a) em relação aos paradigmas do consenso e do conflito argumentam os autores que “a economia solidária é um viveiro de normas para o



comércio social justo, coercitividade, e demanda vida coletiva sobre a vida individual, exterioridade” (CANÇADO, 2012, p. 237); b) sob a perspectiva do modelo interpretativo, a “prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas”. E essa “reeducação coletiva representa um desafio pedagógico” (SINGER, 2005, *apud* CANÇADO, 2012, p. 254), daí a necessidade da autogestão tornar-se o sentido maior da existência dos grupos solidários.

É oportuno acrescentar, nesse sentido, que essa classificação teórica da economia solidária talvez explique, em certa medida, o que parece ser sua configuração atual no cenário brasileiro, em termos de debate político e acadêmico. Neste caso conclui-se, pelas evidências das grandes discussões nacionais e as linhas argumentativas das referências disponíveis, que a economia solidária flutua em meio a três correntes de pensamento, conforme sugere o quadro 2, a seguir.

**Quadro 2 – Economia solidária: três correntes no Brasil**

<b>Visões sobre a economia solidária</b>	<b>Linhas argumentativas</b>
Instrumento de combate à pobreza	Uma interpretação da economia solidária predominante nas políticas governamentais: ferramenta para inclusão social (espécie de “economia para empobrecidos”).
Convivendo com o capitalismo	A economia solidária não é capaz de superar o modo de produção capitalista. Em vez disso deve, convivendo com esse sistema, aproveitar-se de suas “vantagens”.
Como superação do capitalismo	A corrente mais socialista da economia solidária. Argumenta que é preciso/possível substituir o capitalismo por outro modo de produção, outra economia (autogestão).

**Fonte:** elaboração dos autores

A partir dessas interpretações considera-se oportuno refletir sobre a possibilidade de articulação entre o conceito de economia solidária e a ideia de um outro desenvolvimento, ainda que de forma muito breve e limitada. Antes disso, convém discutir que contexto abriga essa relação. Neste caso parte-se de noção de territorialização, examinada na seção seguinte.

### **3. DO TERRITÓRIO À TERRITORIALIZAÇÃO: TERRITORIALIDADES EM MOVIMENTO**

O debate sobre território tem ocupado diversos teóricos, figurando como uma categoria conceitual importante. Em Claude Raffestin (1993), o território constitui um espaço apropriado por diferentes atores que, movidos por interesses, inevitavelmente territorializam o lugar, mediados por relações de poder. Os objetivos desses atores podem

convergir ou conflitar com os interesses de outros sujeitos sociais na apropriação do espaço, produzindo desse modo jogos de poder entre atores para construção do território. Tendo-se em conta a diversidade de atores na conformação do espaço é possível pensar em territórios múltiplos, tão densos quanto forem abrangentes as ações dos atores que os delimitam, objetiva e subjetivamente.

Para Rogério Haesbaert (2006), o território explica-se, simultaneamente, a partir de realidades de dominação e apropriação. Nesse cenário, os atores criam identidades com seu espaço quando deles se apropriam. Ao produzirem identidades (individuais e coletivas), as atitudes dos atores alimentam a emergência de novos territórios, entendidos a partir de suas naturezas simbólica, cultural e política.

Ricardo Abramovay e Luiz Carlos Beduschi Filho (2004), por fim evocados, igualmente concebem a noção de território no plural, atentos para suas múltiplas configurações, em perspectiva dialética. Segundo esses autores,

*territórios não são um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais [...]. Em torno dos territórios existem certos modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva materializada numa certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns (ABRAMOVAY e FILHO, 2004, p. 38 – grifos na fonte e do autor).*

Sob essa concepção convém sugerir que o território é resultado da produção sociocultural dos indivíduos e grupos que o constituem e se confunde com a própria personalidade desses sujeitos. Mais do que espaço apropriado-dominado, o território torna-se condição de pertencimento para os atores sociais, incorporada em suas ações cotidianas, ao mesmo tempo em que, pelas interações que experimentam, esses atores permanentemente reconfiguram seu território.

Percebe-se que a produção de territórios assim compreendidos evidencia processos de territorialização, enquanto dinâmicas que emergem de diferentes e diversos sujeitos, cujas ações transformam seus espaços em arenas nas quais esses atores se dispõem a jogar, em permanentes debates e negociações. Para Pierre Teisserenc (2010), essa territorialização pode ser entendida como um processo que

*envolve atores, ações nas quais eles se engajam, relações múltiplas e cotidianas na forma de jogos de aliança ou de redes, práticas objetivas e subjetivas em referência a escalas espaciais diferentes. Por meio de suas relações, esses atores juntos desenvolvem formas de apropriação, materiais e simbólicas, do espaço*

que comportam dimensões econômicas, políticas e culturais. São dimensões que caracterizam sua territorialidade (TEISSERENC, 2010, p. 163).

A noção de territorialização, nesse sentido, reclama um olhar para outra que lhe precede: a de territorialidade. Esta, por sua vez, pressupõe uma realidade em movimento. Diz respeito às relações sociais tecidas no fazer pactuado dos atores quando da produção material e simbólica de um dado território e, simultaneamente, por este influenciadas.

Ainda com base em Teisserenc (2010), a territorialidade configura-se a partir de três dimensões integradas: a) uma relativa à representação do território, a que permite “a um indivíduo ou grupo controlar e influenciar as pessoas mais próximas”, desenvolvendo com tais sujeitos relações “de ordem, de poder e de comunicação ou troca”; b) a que “confere à territorialidade uma realidade de rede”, tornando-se fundamento “das mediações cognitivas e práticas que facilitam a realização das ações a partir da materialidade dos lugares” e; c) uma terceira definida como simbólica e subjetiva, “pois leva em conta o desenvolvimento do conjunto de atividades cotidianas ‘como o resultado e condição do processo de produção de cada território, cada lugar’” (TEISSERENC, 2010, p. 162-163).

O conceito de territorialização abstraído enquanto uma tessitura que se expressa na territorialidade, ao denunciar arranjos de confluências e constrangimentos entre atores sociais no fazer territorial, impõe-se como uma realidade cultural contraditória ao desenvolvimento capitalista, porquanto espera-se deste o fomento à desterritorialização. Há, pois, uma tensão permanente inerente à fluidez do território margeada, por um lado, pelos efeitos de fragmentação social oriundos da engenhosidade do capitalismo e, por outro, pelas reivindicações dos atores por uma territorialização à sua maneira.

Por essa lógica entende-se que, do ponto de vista de suas agendas programáticas, os atores sociais reclamam a construção de territórios capazes de incorporar suas identidades múltiplas e satisfazer a melhoria das condições de vida de suas comunidades. Não se trata de uma matriz espacial homogênea, mas de uma realidade social profundamente marcada por heterogeneidades, que se configura a partir de atitudes individuais e coletivas multifacetadas, de naturezas sociocultural, econômica e política.

#### **4. ECONOMIA SOLIDÁRIA, ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIZAÇÃO: O CASO DE IGARAPÉ-MIRI (PA)**

A relação da economia solidária com um projeto estratégico de desenvolvimento (alternativo ao paradigma capitalista) tem sido defendida por vários pesquisadores brasileiros (BOCAYUVA, 2006; EID, 2012; GAIGER, 2003; SCHIOCHET, 2012; SOUZA, 2012). Entre eles, Pedro Bocayuva (2006) argumenta que a

economia solidária tem potencial orgânico capaz de fomentar a construção de uma sociedade para além do capital, assim como a defendeu Mészáros (2011).

A análise de Bocayuva parte das contradições do que ele considera dois padrões de desenvolvimento. Por um lado, o modelo clássico fracassado do trabalho assalariado, legítimo representante do sistema capitalista, altamente concentrador de riqueza para alguns e miséria para muitos, responsável pela divisão da sociedade entre patrões e proletariados. Em contraponto, sugere um alternativo sistema socioeconômico pautado no trabalho associado, na autogestão e na sustentabilidade, cuja formatação seja suficiente para criar um novo modo de produção (BOCAYUVA, 2006, p. 17).

Desse modo, o autor concebe a economia solidária para além de uma resistência conjuntural à crise e/ou precarização do trabalho pelo fracasso do capitalismo, ainda que esse seja seu ponto de partida. Essa outra economia é por ele entendida como um dinamizador de desenvolvimento, dada a possibilidade que lhe é assegurada de articular diferentes sujeitos socioeconômicos na produção de territórios. Essa perspectiva ideológica impõe à economia solidária disputar com o modo de produção capitalista o domínio do processo de territorialização, uma vez que, segundo Bocayuva,

o capitalismo não prescinde da subjetividade do corpo e do saber; ao contrário, usa intensivamente isso. Então, aquilo que não aparece como conflito social (mulher, índio, etc.) é conflito produtivo de geração de riqueza. Capitalismo também não se resume a uma drenagem de economia pela fábrica. Ele drena pela circulação, pelos serviços, pela produção imaginária e simbólica, pela economia do entretenimento e lazer, pela saúde, pela educação, pelas formas de subjetivação, pelos estilos e padrões de consumo (BOCAYUVA, 2006, p. 22).

Assumida de tal modo, a economia solidária é desenhada estrategicamente como uma matriz de desenvolvimento, geradora de novas institucionalidades, tendo em vista seu dinamismo em criar sinergias e interfaces socioprodutivas. Entretanto, a construção desse cenário exige a criação de fluxos entre as várias economias co-existentes em um território, sobretudo em função do caráter multifacetado que caracteriza este último.

Discursivamente, os pressupostos aqui esboçados informam o objetivo de experimentar outra economia e outra sociedade decorrentes de uma “criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (SINGER, 2000, p. 13). Isso posto, torna-se necessário “produzir uma teoria da prática *atual* e real” (GAIGER, 2003, p. 184) das classes trabalhadoras, pela qual se possa interpretar adequadamente as práticas sociais e econômicas contemporâneas de atores urbanos e rurais livremente associados.

O exame, pois, de tais práticas não deve mascarar as realidades contraditórias do mundo da vida. Isso porque, todo debate sobre desenvolvimento necessariamente está

inserido no campo das relações de poder (típicas das sociedades divididas em classes), o que sinaliza a existência de diferentes projetos historicamente em disputa. Esse cenário exige, em última instância, que a experimentação da economia solidária pelas organizações que lhe dão nome esteja sempre ancorada em um projeto político-ideológico de sociedade.

Assim, processos educativos assumem relevância significativa para afirmação da economia solidária. Mais do que isso, seu desenvolvimento está condicionado, segundo Paul Singer (2004), à implementação de uma educação ideológica, isso porque:

ao contrário do capitalismo, que se confunde com a ‘normalidade’ e não requer a conscientização dos valores que lhe subjazem, a economia solidária só pode desenvolver suas potencialidades se os seus protagonistas o desejarem conscientemente. Por isso, atividades permanentes de difusão e educação ideológica são partes integrantes duma estratégia de desenvolvimento (SINGER, 2004, p. 05).

No plano mais objetivo deve-se gestar empreendimentos associativos e/ou cooperativos integrados por atores de um determinado contexto territorial imbuídos do interesse de resolver desafios coletivos concretos para o seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, a produção de atividades socioeconômicas, assim como a oferta de serviços, assumem papel relevante, quando pensadas para dar conta de demandas reais manifestas por aqueles atores no seio de suas comunidades (FRANÇA FILHO e JÚNIOR, s/d, p. 03).

Assim, como resultado de tais arranjos, uma nova economia surgirá, cujas dinâmicas criarão no “território um circuito integrado de relações socioeconômicas envolvendo produtores e/ou prestadores de serviço em articulação com consumidores e/ou usuários de serviços” (idem), sob uma lógica de rede.

Nessa direção, os resultados preliminares desta pesquisa de mestrado apontam que a formação territorial de Igarapé-Miri, município pertencente ao Baixo Tocantins, na Mesorregião Nordeste do Pará, evidencia traços característicos de um cenário como o configurado acima, por um *continuum* de transitoriedades que se materializa a partir de experiências de organização social: a *priori*, como vivência comunitária no campo da produção e do consumo; em seguida, a partir de organizações associativistas e cooperativistas estimuladas pela atuação da Igreja Católica e do movimento sindical rural e, finalmente, na recente participação de atores sociais na condução do poder local, o que possibilitou a formatação embrionária de políticas governamentais de desenvolvimento.

A princípio, o processo de organização desencadeado pela oposição sindical possibilitou o surgimento de um conjunto de experiências de natureza associativa,

historicamente conhecidas por projetos alternativos<sup>4</sup>. Aqui, o pioneiro desses instrumentos recebeu o nome de Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais de Igarapé-Miri, socialmente conhecida como Projeto Mutirão, uma espécie de centro de formação e organização socioprodutiva em agricultura familiar com foco no desenvolvimento sustentável, que utiliza como estratégia a ação coletiva.

Com a difusão dos conhecimentos e experiências gerados no Projeto Mutirão e a recente oferta de crédito rural, um conjunto de novas associações agrícolas surgiu no município. Assim, a implementação do crédito cresceu exponencialmente e, com ele, a produção de frutos de açaí (principal aposta do projeto) acelerou-se.

Como as associações são entidades de natureza jurídica não comercial sentiu-se a necessidade de criação de um novo ator coletivo que possibilitasse aos agricultores e suas comunidades implementar processos de comercialização e, mais tarde, atingir níveis mais elevados de estruturação e verticalização de cadeias produtivas, entre eles o beneficiamento e a industrialização. Nesse sentido, a criação de cooperativas passou a ser uma estratégia dos trabalhadores para viabilizar tais perspectivas. Logicamente, a existência de empreendimentos cooperativos já era uma realidade no município, mas suas origens, estrutura e programa essencialmente não refletiam as lutas do novo sindicalismo e dos movimentos sociais da região, conforme se tem depreendido nesta pesquisa.

O surgimento, pois, de um novo cooperativismo de produção no município data de 2002, com a criação da Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri (COOPFRUT). Sua constituição decorreu de articulações entre a Prefeitura de Igarapé-Miri, o Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA-UFGA) e um grupo de associações agrícolas locais.

Curiosamente, antes mesmo da formação da cooperativa, esse coletivo já havia implantado uma Unidade de Beneficiamento de Frutas, que funcionou no período de 2000 a 2008. O empreendimento contribuiu de forma significativa para a elevação do preço do açaí no município e região, mas logo em seguida declinou, tornando-se inativo a partir de 2008, notadamente por dificuldades de gestão. Seu ciclo de vida encerrou-se em 2011 com um leilão promovido pela Justiça do Trabalho, executado para venda da fábrica com vistas ao pagamento de dívidas trabalhistas. Essa experiência de agroindustrialização tornou-se

---

<sup>4</sup>Antes mesmo da chamada oposição sindical, a Prelazia de Cametá já fomentava a implantação de projetos produtivos no Baixo Tocantins (com apoio financeiro internacional), sob o argumento de que assim contribuiria para a sobrevivência das comunidades cristãs. Com a conquista dos Sindicatos, os movimentos sociais intensificaram a implementação de tais iniciativas, agora como uma espécie de laboratórios a partir dos quais os trabalhadores colocaram em curso suas estratégias de promoção do desenvolvimento local sustentável.

um dos mais notáveis e lembrados exemplos de fracasso de empreendimento da agricultura familiar no Baixo Tocantins, ainda hoje comentado em discussões sobre projetos de desenvolvimento regional. A cooperativa, depois do fechamento da unidade fabril, vem reduzindo suas atividades institucionais e, atualmente, encontra-se à beira da extinção.

Em 2005, um grupo de agricultores vinculados ao STR de Igarapé-Miri e (muitos deles) ao Projeto Mutirão fundou um novo empreendimento: a Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (CAEPIM).

Durante o processo de constituição da CAEPIM, entretanto, um grupo de lideranças não mais se sentiu contemplado com as discussões acerca dos rumos traçados para esse empreendimento e decidiu retirar-se dos debates. Imediatamente criou-se uma nova articulação, que optou pela criação de mais uma cooperativa no município. Destes atores surgiu a CODEMI, Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri, fundada em 2006.

Com atividades muito próximas, CAEPIM e CODEMI, desde suas fundações tornaram-se os mais atuantes empreendimentos cooperativos de Igarapé-Miri e, atualmente, dois dos mais destacados do Baixo Tocantins.

Nesta descrição conjuntural, entendida como um elemento caracterizador da formação social de Igarapé-Miri, deve-se registrar que a história de constituição de organizações sociais e econômico-associativas no município sempre esteve marcada pela omissão do Estado em cumprir o que constitui uma de suas naturais prerrogativas: a promoção de políticas públicas indutoras de desenvolvimento.

Por outro lado, o surgimento daquelas organizações expressa uma evolução de estágio na militância social e política vivenciada pelos trabalhadores. Nota-se uma trajetória de movimento que fez emergir no tecido social em formação um novo desafio mobilizatório: a necessidade de conquistar o poder local, isto é, a gestão municipal, para (re)dimensionar os rumos das políticas públicas de desenvolvimento e, de fato, promover um Estado presente.

Nessa perspectiva, a segunda metade da década de 2000 inaugurou um processo singular em Igarapé-Miri, algo semelhante ao que aconteceu na recente história da política brasileira: a conquista do poder local por um processo originário das bases populares. Esse fato simboliza não apenas a vitória de um projeto político alternativo<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup>A conquista do poder local pelo Partido dos Trabalhadores efetivou-se após uma série histórica de candidaturas majoritárias. A primeira ocorreu em 1988, com Raimundo Augusto e Antonio Estumano (Totó), ambos do PT, então candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito, respectivamente. Em 1992, ainda com a chamada “chapa pura” (sem coligação), disputaram as eleições Manoel Luiz e Ladica. Nas eleições de 1996, o Partido

produzido pelos trabalhadores ao longo de três décadas, mas a efetiva chegada desses trabalhadores, por meio de um ex-operário da construção naval, ao governo do município.

Esse cenário aponta para o entendimento acerca da historiografia de Igarapé-Miri como um território da ação local, pois, depreende-se que a atuação daqueles atores sociais, a rigor, tem possibilitado uma (re)configuração do tecido social desse município.

Percebe-se que a tomada de consciência pelos trabalhadores neste contexto e os mecanismos mobilizatórios por eles criados os conduziram a uma ofensiva programática traduzida em participação, com evidências do surgimento de embriões de uma nova sociabilidade. Esta, possível à medida que os trabalhadores foram constituindo uma nova ambientalização em espaços reais e abstratos, em realidades materiais e subjetivas. Assim, constituíram um território particular caracterizado por territorialidades específicas e somente exequível pela experiência comunitária da ação coletiva.

## **PARA CONTINUAR O DEBATE**

Pode-se dizer que a formação sociopolítica da região do Baixo Tocantins(PA) tem sido configurada, historicamente, por um conjunto de mobilizações e/ou movimentos gestados e promovidos por atores sociais coletivos, processo cuja conformação já permitiu o surgimento de inúmeras organizações sociais e empreendimentos econômicos, configurando o aparecimento do que se pode chamar, grosso modo, de um novo cooperativismo em espaço amazônico, o que nos têm levado a pensar na possibilidade de abordar essas iniciativas como elementos que de certo modo apontam para uma reorganização territorial não somente do ponto de vista econômico, mas também sociocultural, ambiental e político. Nesse sentido é que a ideia de territorialização parece adequada pois contempla a construção permanente de processos envolvendo atores em relações sociais e com um território. Aqui contam, como lembra Teisserenc (2010), localmente, práticas objetivas e subjetivas apoiadas em instituições tanto as públicas quanto as privadas, sindicatos, partidos políticos, ONGs e formas diversas de associativismo.

Por oportuno, visualiza-se que as experimentações vividas por atores sociais do município de Igarapé-Miri refletem a trajetória do Baixo Tocantins, o que caracteriza tal

---

apoiou as candidaturas de Mário Leão (PSB) e Manoel Santos (Manoelzinho – PDT), estas vitoriosas. Em 2000, outra vez com candidatura independente, o PT concorreu às eleições com Roberto Pina e Jair Estumano. Em 2004, o Partido coligou com o PMDB, cuja chapa foi formada por Roberto Pina (PT) e Carmo Lourinho (PMDB). A chegada ao Governo do Município, enfim, ocorreu em 2008, com uma composição multipartidária liderada por PT/PTB, dos quais surgiram as candidaturas a Prefeito (Roberto Pina, PT) e Vice-Prefeito (Francisco Pantoja, PTB). No ano de 2012, Roberto Pina (PT) e Francisco Pantoja (agora no PMDB) concorreram à reeleição, sendo derrotados por uma coligação conduzida por DEM e PSDB.



município como um caso particular significativo para ser melhor investigado. Percebe-se que a conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, a partir desse instrumento, a formação de novas organizações e empreendimentos no contexto miriense marcam, em escala local, o desenho da linha do tempo da história tocantina.

Um movimento, portanto, que funciona como alternativa à desestruturação das bases produtivas tradicionais da região, a rigor causada pela instalação de grandes projetos de infraestrutura e produção. Verifica-se, empiricamente, um processo de desenvolvimento local de bases sustentáveis, resultante de lutas, conflitos, alianças, constrangimentos e fracassos. Mas, igualmente, de conquistas para os trabalhadores e suas comunidades.

De todo modo, os resultados preliminares desta pesquisa em andamento ainda devem ser aprofundados a partir da elucidação de quais e como foram constituídas as justificativas e estratégias dos atores que mobilizaram a criação daquelas organizações e empreendimentos (permitindo que se entenda a função desses instrumentos conforme idealizado por seus construtores), subsidiando uma compreensão acerca dos ideais de vida e sociedade que os orientaram. Afinal, quando alguém cria um instrumento deve fazê-lo para conquistar algo e esse querer conquistar, em princípio, reflete a visão de sociedade/mundo defendida por esse sujeito.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY Ricardo e FILHO, Luiz Carlos Beduschi. **Desafios para o desenvolvimento da regiões rurais**. Belo Horizonte: Nova Economia, 14 (3)\_35-70\_setembro-dezembro de 2004.

ARAÚJO, Isaac Fonseca & SOUZA, Armando Lírio de. **Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Territorial: o caso de Igarapé-Miri, Território do Baixo Tocantins/Pará**. Belém: Novos Cadernos NAEA. v. 16, n.1, p. 43-67, jun. 2013.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **A nova centralidade do trabalho e o precariado: a economia solidária frente ao processo de crise e reestruturação do capitalismo**. In:\_\_\_Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento. Organizadores: Alzira Medeiros, Ângela Schwengber, Valmor Schiochet. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). MTE/SENAES-FBES: Brasília, 2007.

CANÇADO, Airton Cardoso; OLIVEIRA, André de e FILHO, Miguel Pacífico. **Economia solidária: uma representação científica por meio de três paradigmas das ciências sociais**. In: BENINI Édi *et al.* Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. 1ª ed., São Paulo: Outras Expressões, 2012.

EID, Farid. **Economia Solidária, Desenvolvimento Organizacional e Cooperativismo Rural**. In: LÓPES, José Daniel Gómez & BARBOSA, Maria José de Sousa. Estratégias y

acciones de Desarrollo Rural a través de Cooperativas y Emprendimientos Solidarios. Baixo Tocantins (Pará-Brasil). Espanha: OfiBOOK, 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; JUNIOR G. Santana. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma contribuição para redefinição da noção de sustentabilidade a partir da análise de três casos na Bahia.** Disponível em: <<http://www.dowbor.org/ar/07genautolocal.doc>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2014.

GAIGER, Luis Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH. Salvador: UFBA, n. 39, p. 181-211, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** 2ed – São Paulo: Contexto, 2006.

HERNANDÉZ, José Luis Cividanes. **Marco Teórico de la Economía Solidaria: conceptos y enfoques.** In: LÓPES, José Daniel Gómez & BARBOSA, Maria José de Sousa. Estrategias y acciones de Desarrollo Rural a través de Cooperativas y Emprendimientos Solidarios. Baixo Tocantins (Pará-Brasil). Espanha: OfiBOOK, 2012.

MÉSZÁROS, István (1930). **A Crise Estrutural do Capital** [Tradução Francisco Raul Cornejo *et al.*]. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SCHIOCHET, Valmor. **Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil.** In: BENINI Édi *et al.* Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. 1ª ed. vol. 2, São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In SINGER, Paul; SOUZA, André. (Orgs.) A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária.** 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento: significado e estratégia – Texto para discussão.** Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília: MTE/SENAES, 2004.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Modalidade do crédito, organizações coletivas e reprodução camponesa na história de Cameté.** 2000. 222 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

SOUZA, Armando Lirio de. **Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA).** 2011. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciência Econômica, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. Política Pública de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial. **Boletim Mercado de Trabalho.** IPEA: Brasília, n. 52, p. 63-70, 2012.

TEISSERENC, Pierre. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. Revista Antropolítica, n. 29, p. 153-179, 2 sem. 2010.

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E QUILOMBOLA: CONVERGÊNCIAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ÀS POPULAÇÕES DO CAMPO NA AMAZÔNIA PARAENSE**

Ricardo Augusto Gomes Pereira<sup>1</sup>  
Joana Carmem do Nascimento Machado<sup>2</sup>

**RESUMO**

O movimento da educação do campo parte do princípio de que no seu âmbito estão localizadas uma série de populações que se caracterizam pela identidade sociocultural e produtiva que as diferenciam e as unem em um mesmo território. A homologação de resoluções específicas para a educação do campo e quilombola, tem fortalecido o debate, considerando que estão envolvidos nesse cenário frentes históricas de luta dos movimentos sociais que pressionam o governo na proposição de políticas públicas com ênfase na diversidade cultural. Este artigo tem por finalidade analisar a Educação do campo e quilombola, frente ao desafio da ampliação do atendimento educacional na Amazônia paraense com vistas à compreensão das identidades como elementos fundantes do processo educativo. Este estudo faz menção a essas perspectivas, a partir de marcos legais editados no âmbito do CNE – Conselho Nacional de Educação e em textos acadêmicos que colaboram com a referida análise.

**Palavras – chave:** Educação do campo; Identidades; Instrumentos normativos.

**INTRODUÇÃO**

A educação do campo no Brasil vem percorrendo ao longo da história da educação brasileira a busca por reconhecimento, não possuindo um modelo próprio à sua identidade, uma vez que se espelhava na forma urbana de instruir, desconsiderando a cultura, formas diferenciadas de produção e organização social. Além disso, a visão da sociedade brasileira sobre as comunidades do seu interior sempre esteve atrelada a estereótipos de inferioridade e preconceitos que marcam até hoje a relação campo/cidade.

No entanto, dos anos de 1950 até os dias atuais, os movimentos sociais tem exercido papel importante na luta pelo reconhecimento e ampliação dos direitos sociais aos sujeitos do campo, já que esses movimentos se diferenciam na visão que tem do campo, indo além do espaço geográfico, mas principalmente compreendendo o campo como lugar de lutas, embates políticos, culturas e identidades vivas.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação. Pesquisador GEPERUAZ/ICED/UFPA. [Pereiraric19@gmail.com](mailto:Pereiraric19@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda em educação. Pesquisadora PPGED/ICED/UFPA. [joanadacor@gmail.com](mailto:joanadacor@gmail.com)

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: [rdestudosrurais@gmail.com](mailto:rdestudosrurais@gmail.com)

Esse reconhecimento tem se espalhado pelo país e, especialmente a partir da década de 1990, o campo tem obtido conquistas políticas importantes no que diz respeito à garantia da terra, ainda que não tenha se concretizado a tão esperada reforma agrária e a vida de tantos trabalhadores do campo. Nesse contexto, a educação do campo vem obtendo sucessivos ganhos e tem se consolidado como espaço de apropriação de direitos, considerando a identidade dos sujeitos.

A partir de 2003, ocorreu a intensificação de uma série de políticas direcionadas a setores da sociedade historicamente apartados de direitos, como camponeses, negros/quilombolas, índios, mulheres e população economicamente desprivilegiada, entre outras, foram alvo de instrumentos legislativos e políticas de afirmação, as quais tinham por objetivo ampliar o diálogo entre o governo e a sociedade civil que viram esse diálogo se materializar na forma de ações como reconhecimentos de terras quilombolas e indígenas, programas de educação do campo, políticas para mulheres, jovens, crianças e adolescentes, programas de renda mínima, entre outras ações, que longe de serem a solução, tem pautado tensões e desafios entre os diferentes setores sociais na luta pelo reconhecimento.

O extenso aparato legal em torno do reconhecimento foi uma marca do final do século XX e da primeira década do século XXI, uma vez que as legislações demonstram um esforço de cooperação, mesmo que em um cenário de ampla desigualdade, principalmente em relações aos setores menos favorecidos da sociedade. Ainda dentro do contexto das legislações que amparam as políticas de afirmação, é possível identificar uma série de instrumentos que homogeneízam e vão à contramão do debate do movimento social que luta pela demarcação das identidades, os quais pautam suas especificidades e nos conduz a refletir: qual a normatização está em jogo? Há garantia do reconhecimento dessa diversidade ou há invisibilização nesses instrumentos legais?

Essas questões revelam a tensão existente em torno do aparato normativo do modelo de afirmação adotado no Brasil a partir dos anos de 1990, caracterizado por uma natureza judicialista, uma vez que a normatização das práticas educativas em diversos contextos, contam com a mobilização da sociedade civil na direção de criar modalidades de ensino às questões sociais que requerem formas diferenciadas de ensino, dentre elas a Educação Escolar quilombola, para atender essa parcela da população do campo ou urbana que como define a Resolução 8/2012 em seu artigo 1º “em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica”.

Estes argumentos refletem a finalidade do artigo que é analisar a Educação do campo e quilombola, frente ao desafio da ampliação do atendimento educacional na Amazônia paraense com vistas à compreensão das identidades como elementos fundantes do processo educativo. Optou-se por uma análise interpretativa das resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação – CNE, no interior da Câmara de Educação Básica e Conselho Pleno dessa autarquia, como também, referências bibliográficas recorrentes ao tema e dados secundários produzidos pelo MEC/INEP sobre atendimento na educação do campo e quilombola.

Para início de conversa observa-se que as identidades tem sido pautada nos diversos instrumentos normativos tanto no âmbito da política educacional, como nas políticas sociais, uma vez que em ambas as instancias a busca é pela igualdade perante leis como a Constituição que é pautada nesse princípio, que no caso da educação se dá pelo acesso e permanência em boas condições. No entanto, identidade se constitui uma complexa rede que envolve as pessoas em aspectos sociais e territoriais que emergem das práticas sociais, da dignidade e da alteridade.

Observa-se que a luta pela afirmação da identidade surge a partir dos muitos períodos históricos nos quais as especificidades culturais humanas foram abaladas por situações de exclusão ou marginalização das pessoas ou grupos. A segunda metade do século XX foi marcada pela ação dos movimentos sociais que fortaleceram as conquistas em relação a negros, mulheres, índios, diversidades sexuais e deficientes, assegurando-lhes a inclusão em meio a regulação global da economia, dos valores e culturas. Hall (2006, p.78) identifica que mesmo com o movimento da globalização atuando no sentido da desmobilização das identidades, estas resistem, pois “As identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e de cidadania, mas as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importantes”.

Dessa forma, na atualidade as identidades tem se tornado fundamentais, já que colaboram para consagração da liberdade que ocorre em um plano coletivo e equidade com chances no ambiente social. Assim, é possível compreender que os instrumentos normativos direcionados as comunidades quilombolas, indígenas, assentados e tantas outras não podem ser desconhecidas ou reduzidas na projeção, debates das ações e programas sociais e educacionais.

A que se destacar a impressão de Sabrina Moehlecke sob o tema “As políticas de diversidade na educação no Governo Lula” para o periódico Caderno de Pesquisa

volume 39 de 2009 no qual a autora analisa as ações políticas educacionais da referida gestão e aponta que a diversidade é marcante nas políticas brasileira de educação, com destaque para a Lei 10.639 de 2003 que torna obrigatória a inclusão da temática História e Cultura Africana e Afro-brasileira, ampliada pela Lei 11.645 de 2004 que inclui a obrigatoriedade da temática indígena, destacando também a SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) como uma das ações que tiveram a marca da diversidade no referido governo.

Moehlecke (2009, p.463) advoga que a diversidade é constituída de identidades histórica e coletivamente, uma vez que representam oposição ao modelo de estado moderno caracterizado pela “homogeneidade cultural”. A autora mostra que a diversidade pauta-se no âmbito da literatura acadêmica como políticas de diversidade, inspirada pela idéias de Stuart Hall e Henry Giroux entre outros que a definem “Como direito à diferença, a diversidade articula-se à exigência de reconhecimento na esfera pública e política de grupos definidos como “minoritários”, “subalternos”, e por certas formas de feminismo”.

Essa compreensão de política da diferença foi veiculada no Brasil por meio dos movimentos sociais na década de 1980 ao reivindicarem direitos sociais em torno da situação da mulher, do negro e indígena, os quais foram protagonistas na luta pela igualdade. Na opinião de Moehlecke (2009, p. 464): “O princípio da diferença questiona justamente a neutralidade e a efetividade dessa igual dignidade, ao afirmar que a identidade particular de um indivíduo ou grupo é ignorada, distorcida [...]”.

Partindo dessa idéia, foi que a autora passou a examinar as ações do Ministério da Educação (MEC), identificado a preocupação desse órgão com a diversidade cultural nos instrumentos normativos, como também nas ações e programas, que, após extensa análise, chega a alguns aspectos importantes, como: “A fragilidade e a ambiguidade características da ação pública também são observadas nas tentativas de institucionalização dos programas e projetos do MEC articulados em torno das diversidades [...]” (MOEHLECKE, 2009, p.484).

As impressões de Moehlecke (2009) coadunam-se com a finalidade desse artigo ao refletir a moeda do reconhecimento das identidades em dois lados. De um lado está a contemplação da identidade como ato político do estado hegemônico e do outro os grupos e comunidades que esperam pela efetivação de seus direitos, pois reconhece-se a fragilidade dos instrumentos criados pelo governo, mas reconhecemos também que tais

instrumentos só foram possíveis por haver uma demanda histórica por parte dos movimentos sociais em relação a efetivação de políticas públicas que contemplassem de forma efetiva a diversidade cultural do país.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO E QUILOMBOLA E SEUS INSTRUMENTOS NORMATIVOS**

No rastro de compreender qual a normatização está em jogo e se há garantia do reconhecimento dessa diversidade ou sua invisibilização na legislação que vem regulando a educação do campo e educação escolar quilombola, analisamos resoluções e pareceres acerca da educação direcionada aos sujeitos que vivem da terra e nela produzem saberes e práticas culturais que se traduzem nos seus modos de vida e trabalho. Essa percepção de “campo” é reconhecida no capte da Resolução 2/2002 – CNE/CB ao descrever a quem se destina tal instrumento, ao afirmar que “o modo próprio de vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade” (p.1).

Essa citação revela uma concepção diferenciada do que consta na LDBEN 9394/96 ao adotar o termo educação rural nos artigos 23, 26 2 8 a expressão educação rural. Arroyo e Fernandes (1999) por ocasião da Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo mostra que apesar das lutas para garantir um termo que refletisse a identidade e diversidade das comunidades do interior do Brasil, a Lei assume o termo educação rural, que segundo Ribeiro (2012, p.293-294) em verbete para o Dicionário da Educação do Campo, está relacionado ao sentido de que,

trata-se dos camponeses, ou seja, daqueles que residem e trabalham nas zonas rurais e recebem as menores remunerações por seu trabalho [...], mas na escola apenas se estuda, e este estudo nada tem a ver com o trabalho que o camponês desenvolve com a terra.

As impressões de Ribeiro sobre a educação rural vinculam essa forma de educação a um cenário de educação distante da realidade, cultura e identidades específicas dos grupos que habitam o campo do país, uma vez que essa forma de educação nega o direito ao saber e a socialização do conhecimento, descaracterizando a função da Educação Básica que é formar à cidadania.

As Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo, como foi possível observar, é uma normativa que consolida o caráter da educação do campo como política educacional direcionada a diversidade populacional do país, uma vez que, segundo o Parecer 36/ 2001 CNE/CB “tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da

pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas” (p.1). Nota-se que as populações do campo estão pautadas na referida resolução ao assumirem suas vivências enquanto condição de expressão de existência humana que dentre estas está também às comunidades quilombolas que compartilham a mesma identidade que segundo o Parecer 16/2012 – CNB/CB (p.15) “O direito à terra aparece com centralidade nas comunidades quilombolas rurais e urbanas; é um direito aprendido numa longa trajetória de lutas”.

A aproximação entre Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola é quase que intrínseca, pois ambas nascem da resistência e oposição ao poder hegemônico que deram origem a expropriação da terra que na visão do Parecer 16/2012, essa experiência foi um processo “[...] imposto aos africanos escravizados e a seus descendentes. Os povos quilombolas têm consciência dessa relação persistente entre sua história e as lutas pela manutenção de seus territórios” (p.16).

A ampliação de instrumentos normativos convergem na direção da garantia dos direitos dos sujeitos do campo mostram que é cada vez maior a intensificação do diálogo do governo com a diversidade de grupos populacionais do país, uma vez que no período de 2002 a 2012 muitos foram os marcos legais que legitimaram a educação desses sujeitos, que em parte deve-se a pressão dos movimentos sociais que organizados, incorporam uma dinâmica que segundo Arroyo e Fernandes (1999, p. 14) “hoje onde há mais vida no sentido de movimento social, onde há mais inquietação é no campo”.

Os movimentos sociais tem cumprido o papel de congregar os diversos sujeitos na direção de um movimento que é político pelo ato da participação e decisão coletiva que é potencializada pela consciência das necessidades da existência de escolas do campo que se vejam em um processo de humanização e afirmação dos sujeitos do campo, quilombolas ou não, a serem donos de sua própria história, isso é, na visão dos autores, revolucionário.

Assim, é pertinente continuar a indagar o que Caldart (2009) na obra “*Por uma educação do campo*”, questiona: que escola está sendo produzida pelo movimento social no país? A resposta a essa pergunta tem se traduzido nas muitas regulamentações e políticas que o governo tem editado no país, já que estas refletem o empenho histórico



de alguns movimentos sociais na direção da consagração dos direitos sociais, ainda que os resultados desse diálogo, na prática, sejam lentos.

Vejamos alguns dados secundários sobre a educação do campo e Educação Escolar Quilombola. Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE em 2010 no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, mostram que os investimentos na área de diversidade alcançaram a casa de R\$ 281, 16 milhões de reais, sendo que o maior volume de recursos foi destinado à educação do campo que ficou na casa dos R\$ 145,3 milhões e o restante para a Educação Indígena (R\$ 101,87) e Educação Quilombola (R\$ 34, 26). O referido órgão informa também que em relação a formação de professores para o campo e aldeias indígenas, o país já conta com mais e 3.000 docentes formados nos programas PROCAMPO (Licenciatura para Educação do Campo) e PROLIND (Licenciatura Intercultural Indígena). Sobre Educação Quilombola, o FNDE (2010, p.1) admite que:

A maioria esmagadora das escolas quilombolas carece de infra-estrutura mínima para alunos e professores. A maioria dos professores não é capacitada adequadamente, sendo que 62% só possuem o ensino médio, e o número é insuficiente para atender a demanda de alunos. Poucas comunidades têm unidade escolar com o ensino fundamental completo.

Nilma Lino Gomes relatora do parecer 16/2012 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, marco regulatório homologado pelo Conselho Nacional de Educação, mostra que ainda há muito por fazer, pois, o fato de existirem poucas escolas no interior das comunidades quilombolas, como mostra o FNDE, intensifica a exclusão a que historicamente é submetida essas comunidades. A tabela 01 mostra a síntese dos os indicadores de Educação Escolar Quilombola no Brasil apresentados pela relatora:

**TABELA 01: Comunidades quilombolas no Brasil: dados escolares e legais**

INDICADORES	ESFERAS ADMINISTRATIVAS					
	BRASIL	ESTADUAL	MUNICIPAL	FEDERAL	PRIVADA	
ESTABELECIMENTOS	1.912	109	1.779,	1	23	
FUNÇÕES DOCENTES	31.943	9.754	21.624	49	516	
MATRICULAS	210.485	42.355	165.158	91	2.881	
	REGIÕES					
MATRÍCULAS (%)	BRASIL	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
	210.485	15,2%	68%	3,1%	10,9%	2,8%

**FONTE: Parecer 16/2012 – CNE/CB/ INEP-Censo Escolar de 2010**

A tabela 01 revela a expansão da educação promovida no interior das comunidades quilombolas que tem nas matrículas e nas funções docentes sua maior expressão que já atingem a casa dos 200.000 alunos e 30.000 docentes, apesar do que

diz o documento do FNDE, ao afirmar que 62% dos docentes que atuam em comunidades quilombolas tem formação no Ensino Médio.

A tabela 01 confirma o reduzido número de estabelecimentos que ameaçam o desenvolvimento dessa modalidade, já que isso impede que a Educação Escolar Quilombola caminhe rumo à universalização do atendimento. Os percentuais de matrículas por região refletem o baixo investimento na oferta da Educação Básica nos quilombos que em termos de Amazônia, os 15,2% da região norte, são baixo em relação ao número de comunidades remanescentes quilombolas tituladas.

Sobre o número de comunidades remanescentes quilombolas, destaca-se que o Pará é no Brasil o estado que mais possui comunidades quilombolas reconhecidas com títulos de terra pelo governo, pois somente no período entre 2007 e 2008, o governo do estado concedeu títulos a “18 comunidades, atendendo 735 famílias numa área de 28.788,6420 hectares” fato que amplia para 34 títulos expedidos com 3.230 famílias beneficiadas, ampliando a referida área para 428.806,5013 hectares. As autoras ressaltam que a região nordeste do Pará no referido período foi a mais beneficiada com áreas tituladas que das 18 extensões de terras definidas, 12 eram nessa região (MARQUES; MALCHER, 2009, p.41-42).

Além desse aspecto, a que destacar também que a Amazônia paraense, pelo Censo Populacional 2000 do IBGE, tinha 1.037.000 jovens, dos quais 43% localizavam-se no campo. Esse dado avoluma a responsabilidade da educação do campo e escolar quilombola na Amazônia, pois a complexidade da realidade do campo se diversifica na identidade dos jovens quilombolas, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e ribeirinhos.

Por tudo isso que a situação das comunidades remanescentes quilombolas da região norte é preocupante, pois esse número é muito reduzido e revela o quanto tem que se trabalhar para que os indicadores de acesso à educação básica melhorem para os sujeitos quilombolas, até porque estes na atualidade acabaram por se constituir uma nova categoria social que recentemente foi denominada de comunidades remanescentes de quilombo, ou seja, comunidades negras do campo também conhecidas como “terras de preto” que atualmente “representa força social relevante no meio rural” (ARRUTI, 2006, p. 26).

Essa condição que foi construída historicamente pelos negros brasileiros que contou com a judicialização dos processos de reconhecimento, resultado da ação

protagonista do movimento negro que se empenhou à superação das desigualdades raciais nos diversos setores da vida social, inclusive na educação, que tiveram no currículo, uma arma de conformação ideológica que tinha por base o racismo e discriminação racial. Em nome dessa nova condição que não se deve considerar o dado apresentado como processo de ampliação das escolas quilombolas, mas uma diminuição do número de escolas que antes eram ditas do campo. As disposições técnicas e políticas propostos pelos órgãos oficiais, por vezes escamoteiam a necessidade de se construir mais escolas no campo e para que isso aconteça é necessário políticas efetivas e não arranjos.

O marco normativo da educação do campo e Educação Escolar Quilombola trazem consigo esperanças que se fortalecem na efetivação de ações que possam consolidar as determinações legais, principalmente para aqueles que mais precisam delas. Mas tradicionalmente no nosso país, as leis operam um sentido mítico-simbólico sobre as pessoas, fazendo-as imaginar que as leis por si só operam transformações milagrosas sobre a realidade. Ou seja, as leis sozinhas não produzem transformações, os instrumentos normativos analisados necessitam de ampla participação e compromisso dos diversos agentes políticos que garantam recursos à efetivação da lei e da política recorrente a ela (VIEIRA; ALBUQUERQUE, 2001).

Em relação ao que foi analisado, Arruti (2011, p.14) se manifesta:

Nada garante, porém, que tal reclassificação venha acompanhada de qualquer iniciativa nova, de caráter pedagógico, que justifique falar das “escolas situadas em áreas quilombolas” enquanto “escolas quilombolas”. A única coisa certa é que tal reclassificação tem impacto sobre o repasse de recursos destinados a estas escolas, todavia, em uma proporção ainda desconhecida, mas que podemos inferir ser muito grande, não é gerenciado pelas próprias escolas, é antes retido no meio do caminho entre União e escola, pela municipalidade.

A implementação de políticas recorrentes a educação do campo e Educação Escolar Quilombola se torna urgente e mais urgente ainda é a ampliação da autonomia da escola para receber e gerir os recursos. Apesar do autor se referir à Educação Escolar Quilombola, a problemática é compartilhada com a educação do campo que passa pelos mesmos problemas, apontando-se que é necessário o domínio de seus mecanismos de gestão, pois, caso contrário, o processo de exclusão se perpetuará, considerando que, infelizmente, as escolas que menos tem condições são as escolas do interior do país.

Em novembro de 2012, o governo lançou o Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO), o qual consiste em um conjunto articulado de ações para o

apoio a educação do campo a ser dinamizada na perspectiva do Regime de Colaboração entre a União, Estados, Distrito Federal e os municípios. Segundo o artigo 2º da Portaria 86/2013 – MEC/GM, este programa destina-se,

os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

O reconhecimento dessa diversidade populacional no texto do referido programa é passo importante na direção da consideração da identidade cultural e produtiva dos sujeitos do campo, pois, observa-se que a carga de probidade social é acentuada e isso amplia a responsabilidade do governo em implementá-lo efetivamente, pois caso contrário, corre-se o risco de risco de recriar antigas práticas de concentração de poder.

O PRONACAMPO se assenta nos princípios da educação do campo e quilombola, ao assumir a valorização e respeito a identidade da escola do campo e quilombola; Fortalecimento do projeto pedagógico; Política de formação dos profissionais da educação, definem quatro eixos de ação: I - Gestão e Práticas Pedagógicas; II - Formação de Professores; III - Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica; e IV - Infraestrutura Física e Tecnológica. Os eixos aqui descritos organizarão as ações do Ministério da Educação na direção de uma política “guarda-chuva”, a qual irá cumprir o papel de integrar os programas já existentes, a exemplo do PROCAMPO, PROLIND, ESCOLA ATIVA em outras versões que ampliam e fortalecem a política formativa e de ensino, como proposta à ESCOLA DA TERRA.

Apesar do programa prevê tudo isso, não faltam críticas do movimento social a lógica a qual o programa foi estruturado, situando-o próximo do que se concebe como educação rural do que foi acumulado historicamente pelo movimento por uma educação do campo. As principais críticas se localizam no fato de que a forma assumida pelo programa representa uma tendência de retorno à educação rural, considerando que essa volta sugere, “uma nova fase do capitalismo brasileiro e as opções que estão sendo feitas em relação ao tipo de inserção do país na economia mundial e o lugar específico que o agronegócio passou a ter nessa estratégia” (FONEC, 2012, p.2).

A crítica apresentada pelo Fórum Nacional se fundamenta na argumentação sobre o projeto dominante de educação, desenvolvimento e agricultura que baseados na crise do latifúndio e no agronegócio, debatem a tensão que se estabelece em relação a

educação do campo que o PRONACAMPO implicitamente apresenta que para os sujeitos dos movimentos sociais, a configuração desse programa representa a consagração da lógica hegemônica do capital que precisa da participação do estado para se concretizar.

Outro aspecto é que o programa, segundo a Portaria 86/2013 – MEC/GM no artigo 10º, traz consigo a perspectiva do controle social, a qual é apontada no referido documento como “instâncias colegiadas locais dos estados e do Distrito Federal”. Essa mediada guarda consigo riscos a autonomia dos grupos envolvidos, pois as condições educacionais, políticas e organizacionais dessas comunidades e podem se tornar protocolos esvaziados de sentido. Sobre isso, Arruti (2011, p.15) se posiciona:

Na ausência desses quadros e das condições necessárias a tal institucionalização, as próprias categorias de “participação” e de “representação” são esvaziadas e reduzidas à pura formalidade. Neste caso, quando há, a “representação” se aproxima mais da representação teatral que da deleção política, e a participação mais da figuração que da tomada de decisão.

O autor não busca com essa afirmação desanimar a participação, mas alertar para o que vem acontecendo no processo de implementação das políticas brasileiras que tem adotado a medidas de representação no sentido de controle social por parte dos sujeitos da sociedade a fim de ampliar a democratização das decisões e dos resultados. Essas entre outras políticas direcionadas às populações do campo demonstram a necessidade urgente da redistribuição dos recursos a fim de que os sujeitos tenham acesso a escola e esta atue sobre as pessoas de forma a reconhecer o lugar onde se encontra como um espaço de político, cultural e social único.

## **PROJETOS ANTEGONICOS SE ENFRENTAM: CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS**

A partir de sua homologação, a LDBEN de 1996 as disputas dos projetos antagônicos continuam, sendo que dessa vez, a luta se dá no campo das políticas públicas. O projeto hegemônico que tem no estado sua maior expressão de manutenção continua a afrontar as camadas populares com políticas vazias de qualidade, mas repletas de regulação e sob o controle do capital.

Os grupos populares representados principalmente pelo protagonismo dos movimentos e organizações sociais refletem um projeto unitário que desconsidera a estratificação social e principalmente a hegemonia do capital em qualquer de suas faces.

A partir dessa noção, esses movimentos organizados em torno dessa idéia se mobilizaram a garantia de direitos e reconhecimento de suas propostas.

A mobilização por uma educação de qualidade se ampliou ao longo das décadas de 1990 e 2000, tanto no meio rural como no urbano. Ressalta-se que as populações do campo já tinham uma caminhada histórica de lutas que motivados pela posse da terra, buscavam também a garantia de educação com qualidade para os sujeitos que residem no meio rural do país por meio da implantação de programas específicos para agricultores e suas famílias e para toda a diversidade de grupos sociais como quilombolas, indígenas, assentados, extrativistas, e tantos outros que ganharam voz e vez pela pressão dos movimentos sociais e organização dos trabalhadores do campo, das águas e das florestas que fizeram surgir outra lógica de educação em oposição à concepção rural, como sinônimo de educação atrasada ou inferior.

Dessa forma, faz-se necessário destacar que a educação do campo pode ser compreendida como parte do movimento que a produziu, considerando suas experiências de lutas e enfrentamentos que juntas são partes constituintes de um conceito em construção, uma vez que agrega as contendas em diferentes momentos da recente história do país que vem igualmente edificando um projeto pedagógico que atenda aos interesses dos sujeitos do campo (Caldart, 2012).

Assim, é possível observar que o enfrentamento é político, uma vez que o campo normativo funcional em favor dos que a produzem e os movimentos sociais pressionam as agências normativas para além da visibilização, mobilizando os sujeitos das populações que habitam no campo ao enfrentamento político, afinal, essa concepção nasce em oposição à educação rural depreciativa e de má qualidade a um modelo que não se preocupava somente com o acesso e políticas públicas de educação direcionadas ao campo, mas da preocupação de algo mais sério que tem centralidade no processo educativo do campo pautado na sua diversidade.

O fato da educação do campo englobar a diversidade de grupos que tradicionalmente coexistem no campo, não significa que no seu interior não existam tensões ocasionadas pelas disputas internas no âmbito do próprio movimento que produziu. Uma dessas tensões reside no conflito em torno das comunidades quilombolas serem ou não comunidades do campo. Esse conflito gira em torno da identidade própria das comunidades quilombolas, forjadas historicamente desde a colonização e que ao

longo do tempo vem se ressemantizando, passando da noção de lugar de fuga de escravos à lugar de resistência negra e de direitos.

Essa última visão passou a vigorar a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal naquele ano, o sentido de quilombo se transformou, ganhando definição reduzida, uma vez que no artigo 68 desse documento e nas disposições transitórias, os quilombos perdem seu poder sobre a terra ao serem declarados “remanescentes de quilombos”, cabendo ao estado “emitir-lhes os respectivos títulos”. Essa determinação é geradora de tensão, pois a noção de quilombo exposta na Constituição desapropria esses sujeitos de terras que há séculos lhes são de direito, passando de donos a posseiros, dos quais é exigido a auto-identificação (ALMEIDA, 2011).

Esse contexto é necessário para se compreender que em educação, esses enfrentamentos têm marcado a presença constante de diferentes grupos e atores sociais em apresentar politicamente suas demandas e peculiaridades em oposição à idéia de inferioridade e assistencialismo que permeiam a sua história. Nesse busca por espaço que a Lei 10.639/2003 representou importante intervenção no currículo escolar, uma vez que determina a inclusão de conteúdos relativos a cultura e história da Africana e Afro-brasileira, fazendo surgir regulações como As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar na Modalidade Quilombola na Educação Básica pela Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012, uma vez que a definição do *status* de modalidade e o seu conceito foram estabelecido na Resolução Nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

Assim, todas as questões relativas ao reconhecimento das identidades hoje estão pautadas em leis específicas e representam a compreensão que aqui debatemos está em desenvolvimento, uma vez que as lutas pelo reconhecimento e o direito à diversidade são lutas que não se opõem aos processos reivindicatórios da educação do campo, pois em ambos os casos, olha-se na mesma direção que é o enfrentamento das desigualdades sociais. No entanto, ainda há muito que se investigar para possamos ter certeza de que de fato as diversidades tenham de fato seu direito garantido, pois se por uma lado estão visíveis nos instrumentos normativos, por outro ainda é carente a estrutura para a garantia do direito a educação dessas populações e é isso que continua em jogo.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus/ AM: UEA Edições, 2011. 196 p.
- ARROYO. Miguel Gonzáles; FERNANDEZ, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o movimento social do campo**. Brasília/ DF: Articulação Nacional por uma Educação básica no campo, n.2, 1999.
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru/ São Paulo: Edusc/ ANPOCS, 2006, 370p.
- ARRUTI, José Maurício. **Da 'educação do campo' à 'educação quilombola': Identidade, conceitos, números, comparações e problemas**. Raízes, v.31, n.1, jan-jun / 2011. Disponível em [http://www.academia.edu/2535827/Da\\_Educacao\\_do\\_Campo\\_a\\_Educacao\\_Quilombola\\_Identidade\\_Conceitos\\_Numeros\\_Comparacoes\\_e\\_Problemas](http://www.academia.edu/2535827/Da_Educacao_do_Campo_a_Educacao_Quilombola_Identidade_Conceitos_Numeros_Comparacoes_e_Problemas). Acesso em 30 Março 2013.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Planalto. 1988. Disponível em [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em 23 Abril 2013.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/1996**. Brasília, DF: Senado Federal. 1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 23 Abril 2013.
- BRASIL. **Resolução nº 1/2004**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/ DF: CP/CNE, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília/ DF: Presidência da República/ Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/centrodestudos/sobre-o-centro-de-estudos-1/subchefia-para-assuntos-juridicos>. Acesso em 04 Abril 2013.
- CALDART, Roseli Salete et al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p.
- \_\_\_\_\_. (Orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 4ª edição, 2009. 214p.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 1, de 17 de Junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF: CNE/CP, 2004. <http://www.prograd.ufba.br/Arquivos/CPC/res012004.pdf>. Acesso em 04 Abril 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 04 Abril 2013.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília/DF: CNE/CP, 2013. Disponível em <http://portal.in.gov.br/>. Acesso em 04 Abril 2013.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução 2 de 3 de Abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília/DF: CNE/CEB, 2002. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>. Acesso em 04 Abril 2013.



- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer 36 sobre Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília/ DF: CNE/CB, 2001. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf). Acesso em 04 Abril 2013.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer 16/ 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília/ DF: CNE/CB, 2012. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf). Acesso em 04 Abril 2013.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 4 de 13 de Junho de 2010 define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Brasília/ DF: CP/CNE, 2010. Disponível em [http://www.multilex.com.br/upd\\_blob/0001/1176.pdf](http://www.multilex.com.br/upd_blob/0001/1176.pdf). Acesso em 10 de Abril 2013.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Educação do campo e educação quilombola.** Brasília/DF: 2010. Disponível em [http://gestao2010.mec.gov.br/o\\_que\\_foi\\_feito/program\\_158.php](http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/program_158.php). Acesso em 23 Março 2013
- FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – FONEC. **Notas para análise do momento atual da Educação do Campo.** Brasília/DF: Seminário Nacional – BSB, 15 a 17 de agosto 2012. 28p.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102p.
- MARQUES, Jane Aparecida; MALCHER, Maria Ataíde (orgs). **Territórios Quilombolas.** Belém: ITERPA, 2009. 74 p.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 86 de 1º de Fevereiro de 2013.** Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Brasília/DF: GABINETE DO MINISTRO. Disponível em [http://www.lex.com.br/legis\\_24140877\\_PORTARIA\\_N\\_86\\_DE\\_1\\_DE\\_FEVEREIRO\\_DE\\_2013.aspx](http://www.lex.com.br/legis_24140877_PORTARIA_N_86_DE_1_DE_FEVEREIRO_DE_2013.aspx). Acesso em 23 Março 2013
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Educação do Campo: PRONACAMPO.** Brasília/ DF: MEC, Março de 2012. Disponível em <http://www.consed.org.br/images/phocadownload/pronacampo%20-%20dados%20e%20metas.pdf>. Acesso em 20 Março 2012.
- MOEHLECKE, Sabrina. **As políticas de diversidade na educação no Governo Lula.** Cadernos de pesquisa 39 n.1 37, maio/ agosto 2009. 469-487pp. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a08.pdf>. Acesso em 10 Abril 2013
- RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. In: CALDART, Roseli Salete et al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p.
- VIEIRA, S. L, ALBUQUERQUE, M.G.M. **Política e planejamento educacional.** 2.ed. rev. ampl. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2001.

## **GT 11 – Ação coletiva e mediadores no espaço rural brasileiro**

### **Lei e mediação social nos conflitos de terra e direitos territoriais envolvendo as comunidades tradicionais de fundos e fechos de pasto da Bahia**

**Maria José Andrade de Souza<sup>1</sup>**  
**Luiza Antunes Dantas de Oliveira<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD)/ Universidade Federal Fluminense/ mariasouza19@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD)/ Universidade Federal Fluminense/ luiza.ado@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho procura analisar as estratégias de luta das comunidades tradicionais de Fundos e Fechos de Pasto (FFP) do Estado da Bahia para conquistarem o reconhecimento político e jurídico junto ao Estado, como forma de garantir a regularização da posse tradicional das suas áreas de pastoreio coletivo, que são ameaçadas pela ação de fazendeiros, grileiros e empreendimentos econômicos. Diante do acirramento desses conflitos, a luta pela garantia do direito à terra através da lei se tornou um dos componentes centrais da atuação dessas comunidades, que procuram avançar na efetivação de uma legislação coerente com suas demandas, como também disputam a interpretação sobre a legalidade e legitimidade dos seus direitos territoriais no âmbito do Judiciário. É nesse processo de luta pelo reconhecimento da posse tradicional que se constrói a identidade coletiva das comunidades de FFP. A partir da concepção thompsoniana de que a lei é um palco de lutas abertas e indefinidas, procuramos entender as estratégias dos FFP frente à lei estatal de uma forma relacional, pois a ação do grupo pode ser modelada nos termos legais, mas também interfere na configuração desses termos, tendo em vista um processo contraditório e tenso, permeado por relações de poder, conflitos e interesses.

**Palavras-chaves:** Conflitos fundiários; Lei; “Fundos e Fechos de Pasto”

## **1 Introdução**

Com este trabalho procuramos analisar as estratégias de luta das comunidades tradicionais de fundos e fechos de pasto (FFP) do Estado da Bahia para conquistarem o reconhecimento político e jurídico junto ao Estado através da lei, como forma de garantir a regularização da posse tradicional das suas áreas de pastoreio coletivo, que são disputadas com pretensos proprietários de terras (grileiros ou não) e projetos desenvolvimentistas.

Diante do acirramento desses conflitos, a luta pela garantia do direito à terra coletiva através da lei se tornou um dos componentes centrais da atuação dessas comunidades, que procuram avançar na efetivação de uma legislação coerente com suas demandas, como também disputam a interpretação sobre a legalidade e legitimidade dos seus direitos territoriais no âmbito do Judiciário. Desse modo, interessa analisar as disputas no campo jurídico a partir da tensão entre os valores da propriedade privada e os direitos territoriais das comunidades tradicionais de FFP, como possibilidade interpretativa sobre as relações de poder que atravessam e constituem o Estado - um espaço estratégico das lutas sociais.

Ao partirmos da concepção thompsoniana de que a lei é um palco de lutas abertas e indefinidas, no primeiro momento, procuramos entender as estratégias dos FFP frente à lei estatal de uma forma relacional, no sentido de que a ação do grupo pode ser modelada nos termos legais sendo que também interfere na configuração desses termos, tendo em vista um processo contraditório e tenso, permeado por relações de poder, conflitos e interesses. No segundo momento, trataremos do papel dos mediadores políticos, especialmente, a atuação dos advogados e advogadas populares que colaboram diretamente na produção dos termos da luta e na construção da vontade coletiva quando cumprem uma função organizativa e diretiva, no sentido gramsciano de intelectual orgânico. Por fim, procuramos entender as disputas territoriais pelos FFP no processo de disputa pela hegemonia. Em síntese, neste trabalho procuramos inscrever a luta dos FFP na materialidade institucional do Estado, concebido no seu sentido ampliado, como sociedade civil e sociedade política, nos termos de Gramsci, por ser a expressão de uma relação entre as forças sociais a partir de um equilíbrio instável.

## **2 Luta pelo reconhecimento e construção da identidade coletiva das comunidades tradicionais de fundos e fechos de pasto na relação com o Estado**

Fundo e Fecho de Pasto (FFP) é a designação de comunidades rurais que, além das áreas de terras para a ocupação de núcleos familiares com casas de moradia e cultivo em regime de economia familiar, mantém áreas para uso comum, onde se desenvolve a criação de animais de pequeno e médio porte como forma de convivência com o semiárido nordestino. Essas condições propiciam a construção de uma territorialização imbricada na identidade coletiva, nos laços de parentesco e solidariedade entre as famílias que compartilham o acesso e o uso dos recursos territoriais em áreas abertas para o pastoreio.

Esse sistema de uso comum de terras, segundo o documento “Fundo de Pasto que Queremos”, garante a sobrevivência de mais de 25 mil famílias que convivem com as condições socioambientais da região do semiárido baiano (ARTICULAÇÃO ESTADUAL, 2005). Contemporaneamente, estima-se, segundo registros da Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA/BA), que há mais de 464 comunidades de fundos e fechos de pasto na Bahia<sup>1</sup>.

Essas comunidades têm uma trajetória de luta por seu reconhecimento que começa no final da década de 70, como forma de enfrentamento ao avanço da grilagem<sup>2</sup> de terras. Nesse contexto, fundo e fecho de pasto passou a ser mais do que a designação de um espaço territorial comum, pois estava associado “à organização política, à articulação com instituições, ao apoio governamental e ao seu reconhecimento na constituição baiana de 1989” (FERRARO, 2008, p. 17). Isto posto, a existência das comunidades de FFP da Bahia na arena pública, como expressão de uma vontade coletiva (nem sempre exitosa), está diretamente relacionada aos conflitos de terra que ameaçam à posse coletiva.

Uma vez que não temos como nos aprofundar sobre os motivos pelos quais a posse coletiva dos FFP é suscetível às ações de pretensos proprietários (grileiros ou não) e de empreendimentos econômicos que movem ações judiciais para expulsá-los, partiremos da hipótese que é recorrente em alguns trabalhos acadêmicos<sup>3</sup>, qual seja, a de que essas

---

<sup>1</sup> Esses dados foram sistematizados pelo Geografar, um grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal da Bahia. <<http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/tabelas/a6593d8fe1ca91a0713291947baca793.pdf>> Acesso em 12 de janeiro de 2013.

<sup>2</sup> Trata-se do apossamento de terras alheias com falsas escrituras. É importante destacar que os relatórios da CPT ao longo da década de 1980 indicavam uma acentuada violência no campo na Bahia, tendo a grilagem de terras uma grande participação nesses conflitos.

<sup>3</sup> FERRARO JÚNIOR, L. A.. Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia. Tese de Doutorado: UNB, 2008; GARCEZ, A. N. R. Fundo de pasto: um projeto de vida sertanejo. Salvador: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, 1987; SILVA, M. C. As comunidades de fundo de pasto “diante da lei”. Monografia: UEFS, 2009; TORRES, P. R. Terra e territorialidade das áreas de fundos de pastos do semiárido baiano 1980-2010. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

comunidades encontram-se em *terras devolutas*<sup>4</sup>. A leitura predominante é de que suas áreas coletivas teriam se originado “a partir dos currais da Casa da Torre e da Ponte, que se iniciaram no século XVI e decaíram a partir do século XVIII” (FERRARO, 2008, p. 17). Neste sentido, o trabalho desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, intitulado Avaliação da Intervenção Governamental no Sistema Produtivo Fundo de Pasto, de 1987, concluiu que:

Os fundos de pasto estão geralmente situados em áreas de terras devolutas, com sua situação jurídica indefinida, sendo originária de grandes fazendas, as chamadas “Fazendas Mães”, compradas diretamente das antigas sesmarias e repassadas através de herança ou venda da posse (Petição do processo judicial do fundo de pasto de Jabuticaba).

Passados mais de duas décadas do trabalho produzido pela CAR, já não é mais apropriado falar de uma “situação jurídica indefinida” dos fundos e fechos de pasto, tendo em vista as legislações em âmbito estadual, nacional e internacional que servem de fundamentação jurídica para definição das áreas dos FFP tais como elas são, coletivas. Desse modo, além da consideração de seu modo de vida e de relação com a terra na Constituição Baiana de 1989, as comunidades de FFP, mais recentemente, foram reconhecidas na Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, através do Decreto Federal n.º 6.040/2007 e no Decreto Estadual n.º 12.433/2010, que institui a Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais – CESPCT.

Com esses marcos legais e considerando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) referente aos direitos dos povos tribais, e os arts. 215 e 216 da Constituição Federal que se referem à proteção estatal aos modos de fazer, criar e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, uma leitura interpretativa conclui que as comunidades de fundo de pasto, como comunidades tradicionais, têm direito à propriedade dos seus territórios, à proteção dos seus elementos sociais, culturais e econômicos. Ocorre que mais de duas décadas se passaram sem que o Estado fizesse a devida demarcação e titulação das suas áreas coletivas.

Até 2010, em um total de 464 comunidades de fundos e fechos de pasto, de acordo com informações extraídas do trabalho de Torres (2013), em torno de 110 tinham recebido a

---

<sup>4</sup> Segundo Torres, são aquelas que se definem por exclusão, quando não estão na posse ou propriedade particular ou destinadas a algum uso público e não tenham sido objeto de concessão ou o foram e voltaram ao domínio do Império por desatendimento às exigências legais (TORRES, 2013, p. 34).

devida titulação da área coletiva (TORRES, 2013, p.107). Para agravar ainda mais o problema relacionado à lentidão do Estado no processo de titulação<sup>5</sup>, desde 2007, a partir do parecer nº PA -79/2007, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), o Estado da Bahia está impossibilitado de conceder títulos às comunidades de FFP da maneira como até então se fazia, com a transferência do domínio<sup>6</sup>. O argumento da PGE se fundamenta nos termos do art. 178 da Constituição Baiana de 1989, que diz:

**art. 178** - Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a destinação da gleba, o prazo de concessão e outras condições.

**Parágrafo único** - No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este transferência do domínio.

Ao restringir-se à interpretação literal da CB de 1989, a PGE elabora uma parecer que desconsidera a legislação e as políticas públicas referentes aos direitos das comunidades tradicionais a seus territórios. Em razão deste parecer, nos encontros, seminários e reuniões entre as comunidades, as assessorias jurídicas, acadêmicos, dentre outras, o tema da regularização fundiária esteve na ordem do dia. Sem adentrar nas diferentes posições que permearam esses espaços, o fato é que convencionou-se que a resolução dos obstáculos apresentados pela PGE só seria resolvido com a alteração da lei. Essa orientação não vem apenas dos agentes do Estado, mas também passou a ser incorporada nos discursos e nas práticas da Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto e associações relacionadas<sup>7</sup>, que nos últimos anos passaram a discutir a possibilidade de uma mobilização coletiva para

---

<sup>5</sup> De acordo com Alcântara (2011), existem processos administrativos em andamento que "duram mais de 20 anos, a exemplo da Comunidade de Fundo de Pasto Barriguda, Alto Redondo, Caldeirãozinho e outras mais" (ALCÂNTARA, 2011, p. 190).

<sup>6</sup> O domínio é um dos requisitos da propriedade, que garante ao proprietário "a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha", de acordo com o art. 1.228 do Código Civil de 2002. As comunidades de fundos e fechos de pasto requerem a titularidade e o domínio da propriedade coletiva, em nome da associação legalmente constituída, com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade.

<sup>7</sup> No site do Instituto Regional de Pequena Agricultura Apropriada (IRPAA), um instituto que, dentre outros, presta assessoria às comunidades de fundos e fechos de pasto, foi publicado uma nota com um título que confirma o que afirmamos acima: "Lei da Regularização Fundiária será prioridade da Articulação Estadual de fundo e fecho de pasto em 2013". In: <<http://www.irpaa.org/noticias/602/lei-da-regularizacao-fundiaria-sera-prioridade-da-articulacao-estadual-de-fundo-e-fecho-de-pasto-em-2013>> Acesso em 25 de dezembro de 2013.

disputar a alteração do artigo 178 da Constituição da Bahia através de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de Iniciativa Popular<sup>8</sup>.

Recentemente, em outubro de 2013, foi publicado o Projeto de Lei nº 20.417/2013, que "Dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos e dá outras providências"<sup>9</sup>. Em nota publicada em 10 de outubro de 2013, no site da CPT, a Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto demonstra insatisfações com o referido projeto de Lei no que diz respeito ao estabelecimento de um prazo limite para as associações celebrarem contratos de concessão de direito real de uso junto ao Estado que, de acordo com o § 2º do art. 3º da PL nº 20.417/2013, é até 31 de dezembro de 2018. De acordo com a Articulação,

o projeto se mostra imensamente frágil, especialmente, em alguns pontos: O estabelecimento de uma data para que fosse protocolado o auto-reconhecimento, desrespeitando a Convenção 169 da OIT, e emendas que comprometem direitos fundamentais das comunidades tradicionais. A articulação repudia o projeto nesses termos, por entender que fere direitos historicamente conquistados, especialmente, nossa Lei Maior, a Constituição Federal<sup>10</sup>.

Como se percebe, é muito comum a referência à lei pelos fundos e fechos de pasto para legitimar seus direitos, mas essa relação com o direito formal é um processo tenso, com avanços e recuos. Nesse sentido, na obra "Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional", Thompson (1998) traz contribuições importantes para pensarmos a relação entre costume, lei e direito comum, no sentido de concebermos que aquilo que tem força de lei nem sempre se confunde com a lei estabelecida e garantida pelo Estado. A lei e as próprias decisões judiciais não impactam de forma imediata a prática local dos costumes (THOMPSON, 1998, p. 119) porque encontram resistências em determinadas ambiências.

Ainda considerando esse ponto, o fato de a lei ser um dos componentes centrais na ação coletiva dos fundos e fechos de pasto nos remete ao papel de um mediador político

---

<sup>8</sup> Essa proposta foi debatida no IV Seminário de Fundo e Fecho de Pasto, realizado em Uauá, em outubro de 2011, oportunidade em que participamos representando um grupo de pesquisa e extensão em assessoria jurídica popular, vinculado à Universidade Estadual de Feira de Santana. Para que a PEC seja encaminhada para avaliação e votação do Poder Legislativo são necessárias assinaturas de 1% do eleitorado baiano.

<sup>9</sup>BAHIA. Assembléia Legislativa. <<http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/ordem-do-dia-interna.phpcod=2013-09-30%2cOrd%C3%A1ria%2c21>> Acesso em 30 de novembro de 2013.

<sup>10</sup> <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/14-aco-es-dos-movimentos/1770-nota-publica-dos-fundos-e-fechos-de-pasto-da-bahia>

fundamental na disputa pela lei e na produção de sentidos em torno dessa disputa, os advogados e advogadas populares.

### **3 A assessoria jurídica popular: um mediador político de novo tipo?**

*Quanto às nossas terras, temos como horizonte, a segurança jurídica das terras tradicionalmente ocupadas. Ou seja, o reconhecimento (já garantido juridicamente) de que as comunidades possuem direitos territoriais, respeitando suas posses. Na situação concreta, percebemos que o Título definitivo das terras é um instrumento importante para essa segurança<sup>11</sup>.*

Através da leitura desta nota pública pretendemos explicitar a maneira como o discurso e os termos jurídicos foram incorporados nas pautas e nas práticas do movimento dos FFP. Trata-se, portanto, de uma entre tantas outras notas públicas e demais manifestações que, invariavelmente, trarão a regularização fundiária através da lei para o centro da atuação desse coletivo. Esta centralidade está relacionada a necessidades reais do processo de lutas pela permanência nas terras, mas isso não ocorre de forma espontânea.

Para compreender esse processo, não poderíamos desconsiderar a atuação de um mediador político fundamental nessas lutas, os advogados e advogadas populares. Para além das necessidades impostas pelas regras do *campo jurídico*, que opera com a distinção entre os profanos e os profissionais, que são os que detém o monopólio do direito e da possibilidade de dizer o direito (BOURDIEU, 2010), a articulação entre as comunidades e esses profissionais não se dá pela simples formalidade processual, mas a partir de uma decisão política.

Pois bem, para melhor compreender o papel desses mediadores políticos, os advogados e advogadas populares, é preciso abandonar a definição simplificadora do que venha a ser a mediação. Na perspectiva de Neves (2008) é muito comum referir-se aos mediadores como terceiros ou intermediários de dois polos incomunicáveis (NEVES, 2008, p. 22). Essa leitura resulta numa espécie de obscurecimento em relação ao papel daquele que não estaria apenas traduzindo sentidos, mas colaborando na sua construção a partir de uma relação complexa, que envolve diferentes visões de mundo e até mesmo posições sociais desiguais.

---

<sup>11</sup> Nota pública da Articulação Estadual dos fundos e fechos de pasto, publicada no site da CPT, em 09 de outubro de 2013 <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/14-acoes-dos-movimentos/1770-nota-publica-dos-fundos-e-fechos-de-pasto-da-bahia>> Acesso em 22 de dezembro de 2013.



Embora consideremos importante a observação de Neves (2008) quando afirma que “[...] é pela produção da diferença que se consagra o pressuposto de que o mediado não pode se constituir em portador de um projeto político próprio” (NEVES, 2008, p. 36), neste trabalho o ponto de partida é de que a aliança entre os FFP e os advogados e advogadas populares potencializou a luta dessas comunidades a partir da construção de um projeto político comum que visa horizontes de transformações no campo jurídico e no conjunto da sociedade para efetivação de uma justiça social no campo.

Dito isto, o tipo de mediação que estamos tratando se afasta do pressuposto de um campesinato como uma classe objeto<sup>12</sup> (BOURDIEU, 1977), para concebê-lo na sua condição de agente. Partiremos de uma concepção de assessoria jurídica popular que se afina com a concepção de intelectual orgânico de Gramsci, com as devidas considerações. É como base nesses pressupostos que pretendemos fazer uma reflexão, mesmo que parcialmente, em torno dos princípios que orientam o trabalho da Associação de Advogados e Advogadas dos Trabalhadores Rurais da Bahia na relação com os camponeses dos FFP.

Trata-se de uma assessoria jurídica popular que tem contribuído com o processo organizativo das comunidades rurais, ao tempo em que colabora com a construção da legitimidade de suas lutas no campo jurídico quando questiona e disputa decisões contrárias ao direito e a uma determinada concepção de justiça. Com isso, o trabalho voltado para realidade das comunidades de fundos e fechos de pasto se desenvolve a partir de postulados que primam pela autonomia e pela interface com os saberes dos sujeitos assessorados. Isso converge com um eixo de formação que existe há mais de duas décadas, o programa dos Jurista Leigos, que visa a socialização de conhecimentos sobre os direitos, no sentido de instrumentalizar os grupos populares nas suas lutas. A perspectiva é de que

[...] o Direito e a restrição de seu conhecimento constituem mecanismos efetivos do aparelho de repressão das elites dominantes e do próprio estado sobre os movimentos e classes populares. Assim, a educação jurídica busca promover o acesso a informações sobre direitos e estímulo à sua reflexão crítica, quebrando o monopólio acadêmico do conhecimento jurídico.<sup>13</sup>

Com isso, entendemos que os pilares que sustentam a assessoria jurídica popular promovida pela AATR, em especial, o processo de formação de Juristas Leigos, se relaciona

<sup>12</sup> Para Bourdieu, o campesinato é uma classe despossuída, por excelência, que cumpre o papel de transferir capital político para as lutas de outras classes (COWAN ROS; NUSSBAUMER, 2011, pp. 42-43).

<sup>13</sup> AATR <<http://www.aatr.org.br/site/aatr/index.asp#documentos>> Acesso em 22 de dezembro de 2013.

com a proposição de um mediador no sentido gramsciano de intelectual orgânico<sup>14</sup> como aquele que detém uma função organizativa e diretiva no seio de um determinado grupo social.

el intelectual orgánico no solo actuaba en la interconexión de clases o grupos sociales diferentes, sino que también oficiaba como educador, traductor y productor de una determinada clase social y asumía el papel de representarla ante otros ámbitos, en especial las instituciones del Estado (COWAN ROS; NUSSBAUMER, p. 22).

A respeito dos grupos camponeses, importa fazer uma leitura mediada das afirmações de Gramsci, uma vez que são analisados pelo comunista sardo como um caso exemplar de uma classe que não formara seus próprios quadros de intelectuais e por isso estava atrelada a outros grupos, sobretudo, à ação da Igreja Católica.

Em que pese a importância dessa leitura gramsciana a respeito da condição de subalternidade do campesinato, é preciso entendê-la no seu contexto, fundamentalmente, se voltar para as condições do campesinato italiano que, no período do fascismo, representava uma população considerável - 7 milhões de camponeses frente a 4 milhões de operários –, que mesmo vivendo sob condições adversas, não irrompera na vida política como protagonista de seu projeto de classe, mas como marionete dos interesses de outros grupos. Portanto, sem uma organização e direção da vontade coletiva, Gramsci chega a seguinte constatação: “o Sul é um paiol, mas sem liderança nunca explodirá!”<sup>15</sup>

Feitas essas considerações, entendemos que essa leitura não pode ser representativa das diversas experiências de luta do campesinato, sobretudo, quando voltamos o olhar para a participação massiva de camponeses em movimentos revolucionários, em diferentes países<sup>16</sup>

É certo que existe um longo desafio na formação de intelectuais orgânicos ligados ao campesinato, ainda mais se consideramos que os processos de educação e formação, sejam

---

<sup>14</sup> Nos Cadernos do Cárcere, Vol. 2, Gramsci explicita bem o que venha a ser os “intelectuais orgânicos” e o papel que cumprem quando diz que: “cada grupo social, nascendo sobre o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e organicamente, um ou mais grupos de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função não só no campo econômico, mas também no campo social e político [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 15).

<sup>15</sup> Está se referindo ao sul da Itália, onde se concentravam majoritariamente os camponeses. Essas afirmações foram extraídas do filme "Antonio Gramsci – os dias do cárcere", do diretor Lino Del Fra. <<http://www.youtube.com/watch?v=7m0XFL-OHaA>> Acesso em 29 de dezembro de 2013.

<sup>16</sup> Muito representativo do que afirmamos sobre a autonomia do campesinato na condução do seu próprio projeto, é a experiência dos zapatistas em Chiapas, México. Em um escrito do Subcomandante Insurgente Marcos, de dezembro de 2007, sobre "Resposta simples e perguntas complexas", diz-se: "Sexta pergunta: por que sempre parecem estar contentes, ainda que tenham erros, problemas e ameaças? Sexta resposta: Porque, com a luta, temos recuperado a capacidade de decidir nosso destino. E isso inclui, entre outras coisas, o direito de nos equivocarmos" (Subcomandante Insurgente Marcos, 2008, p. 131-132)

eles formais ou informais, dos filhos e filhas de trabalhadores rurais estão imbuídos de uma concepção sobre o campo como local de “adversidades”. Obviamente, que a partir da leitura gramsciana, entendemos que a figura desse intelectual não coincide com o intelectual no sentido escolar e acadêmico do termo, mas esse também tem o seu lugar na disputa de uma outra concepção de mundo e na construção de uma nova hegemonia. Não podemos deixar de colocar em questão a própria condição do mediador que estamos nos referindo, que é formado pelas academias e não emerge do seio da luta das comunidades de FFP. Quais limites (e por que não possibilidades) estão implicadas para formação das lideranças locais?

A nosso ver, sem negar as contradições e as dificuldades no processo de formação da autonomia, concluímos que na relação entre as comunidades de FFP e os advogados e advogadas populares existe um projeto em comum, em permanente construção. Entendemos que o papel desempenhado pela assessoria jurídica não tem refletido apenas no campo jurídico, a exemplo da reversão de decisões judiciais em favor das comunidades de FFP, mas também no campo da política em geral, quando favorece a formação de lideranças locais e o alargamento dos horizontes da luta.

A formação dos Juristas Leigos, por exemplo, encontra muitos limites, um deles imposto pelas próprias regras do jogo no campo jurídico - um Jurista Leigo não atua em um processo judicial, substituindo as funções de um advogado. Mas são problemáticas suscitadas a partir das necessidades de se apropriar do conhecimento jurídico que levou à formação da primeira turma especial de direito voltada para integrantes dos movimentos sociais do campo, na Universidade Federal de Goiás, representando uma conquista política e simbólica<sup>17</sup>.

Por tudo isso, entendemos que o papel desses mediadores não toca somente na viabilidade do campo jurídico como um lugar onde se faz possível disputar direitos, mas também tensionam para a construção de um outro direito. A importância dessa articulação com as comunidades de FFP da Bahia está relacionada à organização e direção da luta, mediada pela imperiosa constatação de que “o direito *importa*” ( THOMPSON, 1997, p. 359).

#### **4 A luta das comunidades tradicionais de fundos e fechos de pasto por direitos através da lei no campo da disputa pela hegemonia**

---

<sup>17</sup>Atualmente, existem duas turmas em formação na Bahia, na Universidade Estadual de Feira de Santana e na Universidade do Estado da Bahia. No processo de construção do projeto, cabe registrar a participação considerável de advogados e advogadas populares vinculados à AATR, que são também professores nessas instituições.

Uma leitura sobre as lutas das comunidades de FFP em defesa da posse coletiva, no âmbito institucional, não poderia deixar de mencionar um ponto crucial na sua configuração: o fato de que o Estado dispõe dos meios de coerção, com legitimidade para produzir as regras e para enquadrar o conflito, bem como as condições e maneiras como o conflito se dá. Portanto, a mediação do conflito pela lei não é simples questão de escolha, pois se relaciona à pretensão de monopólio da violência pelo Estado. Por outro lado, como os sujeitos não são simples marionetes do regramento estatal, importa saber de que maneira se apropriam e disputam os termos da lei, particularmente, os setores subalternos da sociedade, já que estamos tratando de um Estado e de um direito de classe, que por esse caráter são, por essência, contraditórios.

Dito isto, a complexidade da luta por direitos através da lei não pode ser bem apreendida se for tratada de uma maneira simplificadora, tal como sugerem determinadas leituras: seja pelo viés instrumental, que crer ser a lei um instrumento puro e simples da classe dominante, seja pelas abordagens que extraem desse domínio o caráter de classe para cristalizá-lo no império da imparcialidade.

Nesse ponto, para escapar dessas concepções que vão do mecanicismo ao purismo, parece proficuo compreender essas lutas por uma matriz de leitura que revela um campo mais multifacetado e controvertido: o campo de equilíbrios instáveis na mediação dos interesses divergentes pelo Estado. Com isso, dialogamos com a teoria gramsciana sobre o Estado, não exatamente com a pretensão de abarcar a sua amplitude, mas para abrir novos pontos de interrogação em torno dessa reflexão que nos propusemos a fazer sobre as estratégias de luta das comunidades de fundos e fechos de pasto em torno da lei. Pois bem, para Gramsci, o Estado é o local estratégico das lutas de classes, pois embora seja funcional aos interesses particulares da classe dominante (que se apresentam como interesses gerais), não passa ileso às lutas e às reivindicações dos setores subalternos da sociedade. Em outras palavras,

a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, CC, v. 3, 2007, p. 42).

Nesse jogo de forças, o Estado não pode ser reduzido à sua estrutura jurídico-formal como se detivesse uma autonomia absoluta frente aos interesses das classes sociais, como também não se apresenta pela coerção pura e simples para salvaguardar os interesses dos grupos dominantes. Longe disso. Como aponta diversas análises, inclusive a gramsciana, a relação do Estado com as classes perpassa pela construção do consenso na sociedade civil, a fortaleza sobre a qual se ancora a sociedade política. Dada a natureza imbricada entre a sociedade civil e o Estado, Gramsci supera essa dicotomia, para encará-lo no seu sentido ampliado, como uma relação entre um Estado coerção e os aparelhos privados de hegemonia (sindicatos, dos partidos, da mídia, etc.).

Importa destacar que o próprio Gramsci reconhece que essa distinção entre sociedade civil e sociedade política se dá no âmbito metodológico, uma vez que “na realidade fatural sociedade civil e Estado se identificam” (GRAMSCI, 1991, p. 32). A classe dominante é dirigente no Estado não somente porque detém os meios de produção econômica, mas porque exerce o consenso político e cultural no conjunto da sociedade civil. Por esse motivo, a concepção de mundo da classe dominante modela as formas de agir e conceber no mundo, em um processo de construção e manutenção da hegemonia frente as classes subalternas. E isso atravessa e constitui todo o conjunto da vida social. Não sem razão, a disputa pela hegemonia é central na teoria gramsciana, uma vez que a superação do modelo social, ancorado na divisão de classes, não vai ocorrer em um momento dado, imediato, mas é parte de uma luta contínua, progressiva, porque, afinal, “a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar. Esses objetivos só brotam quando já existem ou estão em gestação as condições materiais para sua realização” (GRAMSCI, CC, v. 3, 2007, p. 36)<sup>18</sup>.

Por que interessa essa leitura para pensar a luta dos trabalhadores rurais dos fundos e fechos de pasto? Em outras palavras, qual é o lugar, por excelência, da luta por direitos através da lei na possível construção de uma nova hegemonia pelos grupos subalternos da sociedade?

Entendemos que, mesmo nas suas especificidades, a luta dessas comunidades não está dissociada do conjunto das lutas em torno da democratização da estrutura fundiária desse país. Os problemas da posse da terra e da territorialidade não começam, nem mesmo se encerram

---

<sup>18</sup> Isso remete ao pensamento marxiano na obra "O 18 de brumário de Luís Bonaparte". Ao se referir ao 2 de dezembro de 1851, quando ocorre o golpe de Estado de Luís Bonaparte na França, Marx aponta para uma análise fundamental: ao encarmos certos acontecimentos como eventos inusitados, nas palavras de Marx, "um raio em um céu sem nuvens", não devemos perder de vista as condições objetivas e o processo histórico precedente (MARX, 2011, pp. 25-37).

com a luta dos FFP, mas certamente não passa ao largo das suas problemáticas e das respostas que oferecem. Mais do que isso, é saber que os problemas agrários não atingem os diferentes grupos de uma maneira isolada, nem mesmo somente o campesinato, senão o conjunto da sociedade brasileira.

Ao reivindicarem a proteção às suas diferentes formas de *fazer, criar e viver*, os FFP não concretizam seus interesses junto ao Estado sem passar por um processo de legitimação de suas pautas de luta. É preciso, pois, dialogar com interesses gerais, construir junto à sociedade civil o senso de não aceitação pela terra para especulação, numa perspectiva de rentabilidade econômica privada, em favor da terra como garantia de vida e reprodução física e cultural do grupo. Em outras palavras, o conjunto da sociedade deve legitimar a “terra de trabalho em oposição à terra de exploração”<sup>19</sup> em um processo de construção contra-hegemônica<sup>20</sup>. Em síntese, está em disputa uma concepção de relação e uso da terra, que ataca na raiz o seu uso instrumental e a sua redução aos ditames da especulação capitalista.

Nesse jogo de forças, é preciso questionar o espaço para disputa no âmbito institucional, especialmente, compreender o significado da luta em torno da lei pelos grupos subalternos e, em particular, pelas comunidades de FFP. É ponto pacífico que a construção de uma nova hegemonia pelas camadas e setores subalternos da sociedade perpassa por mudanças no aparato jurídico e formal do Estado. Essas transformações também não se dão em um momento dado, mas de uma maneira progressiva, com avanços, recuos, contradições. A questão é saber se a disputa em torno da lei implica em mais conquistas do que em um maior atrelamento da classe trabalhadora em proveito do projeto da classe dominante.

Pois bem, ainda na esteira do pensamento de Gramsci, não podemos perder de vista que a luta dos subalternos no domínio da lei tem eficácia porque responde, mesmo que parcialmente, à efetivação de direitos. Assim, a lei pode ser vista do ponto de vista da dominação de classe, quando exerce o disciplinamento e enquadra as lutas no seu regramento, mas, por outro lado, se concebemos que as diferentes classes, em graus diferenciados, também colaboram na definição dos seus termos e na disputa pelo seu significado, complexificamos a sua funcionalidade. Em outros termos,

<sup>19</sup> Essa distinção entre esses dois tipos de apropriação de terra foi apresentada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1980, no documento aprovado na 18ª Assembléia, que tratou do tema "Igreja e problemas da terra". <[http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc\\_view/79-17-igreja-e-problemas-da-terra](http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_view/79-17-igreja-e-problemas-da-terra)> Acesso em 13 de janeiro de 2014.

<sup>20</sup> Segundo MORAES (2010) “um dos desafios centrais para o pensamento contra-hegemônico consiste em alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios, e variáveis de identificação e coesão, com vistas à alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder” (MORAES, 2010, p.73).

[...] a lei não pode ser nunca mero instrumento de dominação, mistificação e máscara da dominação de classe, ela é também o terreno comum em que as classes lutam e, muitas vezes os trabalhadores podem defender seus interesses com eficácia (SECCO, 1998, p. 185.a).

Obviamente que o êxito dessas lutas no campo da disputa por uma nova hegemonia perpassa necessariamente pela superação da condição de dispersão e fragmentação dos diferentes grupos e setores subalternos, que não dispõem dos mesmos instrumentos da classe dominante para se fazer Estado. Voltando o olhar para as lutas dos FFP da Bahia, algumas experiências indicam esforços na construção de uma unidade na luta, como uma condição necessária para a viabilidade da política de reforma agrária e, mais que isso, para a superação do atual modelo de desenvolvimento. Essa perspectiva nos sugere que as lutas dessas comunidades se inserem no processo de disputa por uma nova hegemonia, não de uma maneira passiva, como a representação de um campesinato classe objeto, mas como sujeitos históricos e atuantes que alargam os horizontes da luta para o conjunto das classes e setores subalternos da sociedade. Com isso, concluímos com a convicção da assertiva de Gramsci ao dizer que: “todas as sementes falharam, exceto uma, que não sei o que seja, mas que provavelmente é uma flor e não uma erva daninha”<sup>21</sup>.

### Referências bibliográficas

ALCÂNTARA, D. M. de. Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica: comunidade de fundo de pasto da Fazenda Caldeirãozinho – Uauá/ BA. Dissertação de Mestrado: UFBA, Bahia, 2011.

ARTICULAÇÃO ESTADUAL Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto. **O Fundo de Pasto que Queremos: Política Fundiária, Agrícola e Ambiental para os Fundos de Pasto Baianos**, 2005.

BOURDIEU, P. A Força do direito. In: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, pp. 209-254.

\_\_\_\_\_. Une class objet. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. 1977, pp. 17-18.

<sup>21</sup> Frase extraída do filme: "Antonio Gramsci – os dias do cárcere", do diretor Lino Del Fra. <<http://www.youtube.com/watch?v=7m0XFL-OHaA>> Acesso em 29 de dezembro de 2013.

COWAN ROS, C.; NUSSBAUMER, B. Trayectoria conceptual de la mediación social: expedicionarios, patrones, políticos y profesionales técnicos en la interconexión y producción de mundos de significados. In: COWAN ROS, C.; NUSSBAUMER, B. (Orgs.). **Mediadores sociales en la producción de prácticas y sentidos de la política pública**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2011, pp. 17-68.

FERRARO JUNIOR, L. A.. **Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de caso de fundos de pasto na Bahia**. Tese de doutorado: UNB, Brasília, 2008.

GRAMSCI, A. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 8ª ed. Tradução Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. e notas Nélio Schneider; prólogo Hebert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D. P. (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008, pp. 21-44.

SECCO, L. **A recepção das ideias de Gramsci no Brasil**. Dissertação de Mestrado: USP, São Paulo, 1998.

SHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória?** In: Caderno CRH, vol.21, no.54, Salvador, Sept./Dec. 2008, p. 505-517.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **Nem o centro e nem a periferia – sobre cores, calendários e geografias**. Erahsto Felício e Alex Hilsenbeck, organização. Coletivo Protopia S.A. e Danilo Ornelas Ribeiro, tradução. Porto Alegre: Deriva, 2008.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. Trad. Denise Bottmann, 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. Costume, lei e direito comum. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

TORRES, P. R. **Terra e territorialidade das áreas de fundos de pastos do semiárido baiano 1980-2010**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.



## GT 11 – Ação coletiva e mediadores no espaço rural brasileiro

### Mediações e disputas em torno de políticas de desenvolvimento sustentável em Novo Progresso (PA)

**Renata Barbosa Lacerda<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Mestranda/ Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ),  
relacer@hotmail.com

**Resumo:** Com base em observações acerca do papel de mediadores em um contexto de implantação de políticas de desenvolvimento sustentável no município de Novo Progresso, tem-se por intuito refletir sobre determinados aspectos da interdição da rodovia BR-163 realizada em outubro de 2013 e organizada pelos sindicatos dos produtores rurais, dos trabalhadores rurais e dos garimpeiros.

**Palavras-chaves:** mediação; ação coletiva; desenvolvimento sustentável.

#### **Introdução**

A rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), inaugurada oficialmente em 1976, só começou a ser asfaltada em seu trecho paraense a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído em 2007, o qual integra o Plano Plurianual (PPA) de 2008 a 2011. Porém, sua pavimentação já havia sido prevista anteriormente pelos PPAs “Brasil em Ação” (1996-1999), “Avança Brasil” (2000-2003) e “Brasil de Todos” (2004-2007), como uma das formas de mudar o direcionamento do escoamento de *commodities* do Norte-Sul (para os portos de Paranaguá e Santos) para o sentido Sul-Norte (principalmente para o porto de Santarém), tendo em vista o aumento da “competitividade das cadeias produtivas nos mercados nacional e internacional” (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004). Assim, a pavimentação dessa rodovia é de

grande interesse para os produtores rurais de Mato Grosso que visam reduzir os custos de transporte ao exportarem sua produção, especialmente de grãos (soja, milho, arroz), pelo porto de Santarém (PA). Consórcios de empresários se formaram para atuar no asfaltamento da BR-163 (GTI, 2005) e, desde a década de 2000, produtores rurais mato-grossenses e locais passaram a produzir soja em Novo Progresso (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004).

Por outro lado, a pavimentação da BR-163 vem sendo reivindicada há décadas pela população local devido à sua intrafegabilidade, especialmente durante o período chuvoso. Assim, para todos os moradores de Novo Progresso, desde os assentados àqueles ligados à atividade madeireira, pecuária e garimpeira, ter a rodovia asfaltada é fundamental para ter acesso aos serviços de saúde e de educação. Também se costuma apontar que, com o asfalto, a produção agrícola irá aumentar, uma vez que o escoamento da mesma vinha sendo inviabilizado devido às péssimas condições da estrada – o que inclusive consta nos relatos como um dos fatores que incentivaram a opção pela atividade pecuária de corte na região<sup>1</sup>.

De toda forma, a previsão de pavimentação resultou na valorização de terras. Considerando-se que desde 1971 as terras do atual município de Novo Progresso são da União<sup>2</sup>, o aquecimento do mercado de compra e venda das terras públicas se deu por meio de protocolos de requisição de compra da terra, com a cumplicidade do INCRA e do IBAMA (TORRES, 2012). Em resposta a movimentos sociais e ONGs da região que clamavam pelo fim da grilagem de terras públicas, a redução da consequente devastação dos recursos naturais, assim como a mitigação dos conflitos decorrentes do avanço sobre as terras de pequenos produtores e assentados, diversas medidas foram lançadas pelo governo federal, muitas das quais são desdobramentos do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163 – Cuiabá-Santarém (Plano BR-163 Sustentável), elaborado entre 2003 e 2006.

Esse Plano se inseria nos marcos do Plano Amazônia Sustentável (PAS), que pode ser sintetizado em duas propostas centrais: o ordenamento territorial – por meio do INCRA – e a gestão de recursos naturais – através do IBAMA e, mais recentemente, do

---

<sup>1</sup> A pecuária possui forte expressão no município estudado, estando presente tanto nas pequenas quanto nas grandes propriedades.

<sup>2</sup> Apesar de ter arrecadado as terras com o decreto-lei 1.164 de 1971, o governo federal deixou até hoje uma grande faixa ao longo da BR-163 sem destinação – ou seja, sem assentamentos, terras indígenas (TI) ou unidades de conservação (UC) –, as quais foram quase completamente ocupadas por médias e grandes propriedades (TORRES, 2012).

ICMBio. O PAS buscou ainda formular uma nova forma de planejamento e de execução de políticas públicas através das audiências públicas (ARAÚJO, 2007).

O documento inicial do Plano BR-163 Sustentável, de 2004, previa que o governo federal executaria uma série de ações emergenciais (GTI, 2005, p.5), dentre elas a Portaria Conjunta nº 10, promulgada em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o INCRA. Seu propósito era invalidar a compra e venda de terras por meio de documentos de posse, obrigando a regularização de terras para pedidos de projetos de manejo em terras da União. O mesmo documento inicial do Plano propunha ainda ações conjuntas envolvendo o IBAMA, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal referentes à fiscalização de práticas ilegais de desmatamento, exploração e transporte de produtos madeireiros (GTI, 2005, p.6)<sup>3</sup>.

Ademais, o Plano previa a decretação de uma área de 8,2 milhões de hectares como Área sob Limitação Administrativa Provisória (ALAP), que foi convertida posteriormente em assentamentos rurais em bases sustentáveis – como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) que seriam criados na região – e unidades de conservação (UC) – como a Floresta Nacional do Jamanxim, UC sustentável de 1.301.120 hectares criada por Decreto em 2006 no município de Novo Progresso. Paralelamente a isso, se propunha a conformação do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, que trata da gestão de florestas públicas a partir de concessão florestal – aplicada em Florestas Nacionais – e tinha por finalidade conter a grilagem via regularização das terras públicas, para as quais daria nova destinação (CORREA, CASTRO, NASCIMENTO, 2013, p.110).

Apesar de todo esse conjunto de políticas estatais, persistem os problemas que serviram como principal justificativa para a sua implantação: o aumento do desmatamento e os conflitos fundiários. O índice total de desmatamento da Flona do Jamanxim inclusive supera os índices de todas as demais Florestas Nacionais situadas às margens dos eixos rodoviários no Pará (CORREA; CASTRO; NASCIMENTO, 2013). Ao procurarem entender a permanência desses problemas, Correa, Castro e Nascimento (2013) assinalam a importância de se considerar esse conjunto de políticas,

---

<sup>3</sup> Em 2013 esta proposta passou a ser implantada de forma sistemática em Novo Progresso com duas operações do IBAMA: Onda Verde, que em um mês de funcionamento embargou 2,5 mil hectares de áreas ilegalmente desmatadas para pecuária e aplicou cerca de R\$ 7 milhões em multas no município estudado; e Hileia Pátria, a qual tem como alvo a extração ilegal de madeira em áreas protegidas federais na Amazônia. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/noticias-ambientais>>. Acesso em 08 abr. 2014

assim como as relações socioeconômicas que preexistiram às mesmas. Assim, verificamos que no centro do campo de conflitos de Novo Progresso estão os fazendeiros, caracterizados pelas pesquisadoras como grandes proprietários de terras – porém, muitos não possuem título de propriedade – que se tornaram “donos dos principais estabelecimentos comerciais nas cidades que compõem a ferradura do desmatamento” (idem, p.123) e que manteriam práticas contrárias aos objetivos da implantação da Flona do Jamanxim. Os fazendeiros, por seu turno, teriam relações de parceria com garimpeiros e madeireiros, ao passo em que suas relações com assentados rurais seriam conflituosas, já que pressionaram historicamente as terras dos últimos de modo a formar grandes fazendas voltadas para a pecuária (idem).

Com base nas seguintes observações acerca do papel dos mediadores na luta pela redução da Flona do Jamanxim, pretende-se dar um primeiro passo para compreender quem são esses fazendeiros e as suas organizações representativas. A partir disso, se buscará pensar no último item sobre alguns aspectos da interdição da rodovia BR163 organizada pelos sindicatos dos produtores rurais, dos trabalhadores rurais e dos garimpeiros, de modo a refletir sobre a aliança – à primeira vista improvável – dos fazendeiros com os assentados nesse protesto de oito dias realizado em outubro de 2013.

Trata-se de uma primeira análise sobre uma situação específica e não uma reflexão sistemática, mas que pode contribuir, através da perspectiva analítica de Neves (2008) ao tratar a mediação como método, para compreender os processos em jogo e a construção social da ordem social. Importante frisar que isso não significa desconsiderar os consensos ou dissensos em torno das causas e ações coletivas produzidas nesse contexto relativo a políticas de desenvolvimento sustentável implantadas na década de 2000 em Novo Progresso, município do Sudoeste Paraense.

### **Lutas em torno da Flona do Jamanxim**

Estudos realizados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia responsável pela administração das áreas protegidas federais desde 2007, concluem que a implantação da Flona do Jamanxim e a conclusão das metas estabelecidas pelo planejamento do órgão vem sendo dificultada devido à resistência de lideranças locais à sua demarcação (ICMBio, 2010, v.2). Conforme Silva (2011), essa resistência é organizada tanto por associações criadas a

partir da instituição da Flona do Jamanxim – principalmente a Associação dos Produtores Rurais Vale do Garça e a Associação dos Produtores Rurais da Gleba Imbaúba e Gorotire –, quanto por dois sindicatos do município: o Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso (SINPRUNP) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Novo Progresso (STTR/NP). Os residentes da Flona entrevistados por Silva (2011) apontaram os seguintes benefícios oriundos dessas entidades: (a) representação legal, a luta conjunta pela posse da terra e o acesso à documentação – principalmente relacionada à terra –, para os membros da Associação Vale do Garça e do SINPRUNP; (b) a luta pela permanência da população residente na Flona, no caso da Associação Imbaúba e Gorotire; (c) o acesso à documentação e aos direitos, para os filiados ao STTR/NP (idem, p.163).

Desde 2006, essas entidades representativas buscaram apoio de parlamentares para obter a sustação do Decreto de instituição da Flona do Jamanxim ou a sua redelimitação. Com isso, conseguiram impetrar na justiça federal dois Projetos de Decreto Legislativo (PDL)<sup>4</sup>, alegando que a Flona:

*[...] foi criada sem que o Poder Executivo considerasse as manifestações apresentadas pelas populações locais nas Audiências Públicas, em flagrante desrespeito ao estabelecido no art.22, §§ 2º e 3º da Lei n. 9.985/2000 (SNUC) e nos arts. 4º e 5º do Decreto n. 4.340/2002, segundo a sua interpretação; que a criação da UC imobilizou economicamente uma das mais ricas regiões brasileiras; que o estudo prévio do MMA não levou em conta as pesquisas mineralógicas desenvolvidas na região [...]. (SILVA, 2011, p.130-131).*

Em paralelo a isso, três associações dos produtores rurais da Flona do Jamanxim – Vale do Garça, Gleba Imbaúba e Gorotire e Vicinal Mutum-Acá – encaminharam uma proposta de redelimitação da Flona do Jamanxim para o ICMBio, que realizou um estudo técnico de revisão dos limites da unidade em 2009 (SILVA, 2011). O relatório resultante deste estudo, no entanto, concluiu pela rejeição de uma redução significativa dessa UC, mas ao mesmo tempo indicou ajustes nos seus limites, aceitando a desafetação de três regiões internas à Flona do Jamanxim – delimitadas conforme suas características socioeconômicas pelo Instituto – que apresentam baixa ou média concentração fundiária, o que totalizaria uma redução de aproximadamente 35.000ha da área da UC (ICMBio, 2009). Todavia, segundo o Plano de Manejo da Flona de 2010,

---

<sup>4</sup> O primeiro PDL, impetrado pelo Deputado Asdrúbal Mendes (PMDB/PA), foi arquivado e o segundo, impetrado pelo Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), se encontra sob apreciação.

essa proposta de redelimitação foi rejeitada, permitindo que as organizações locais elaborassem uma contraproposta (ICMBio, 2010, v.2).

Ainda em 2009, o ICMBio buscou criar o Conselho Consultivo da UC, o qual não pôde ser instituído, uma vez que as organizações locais se negaram a participar. Em 2010, mais uma vez as lideranças locais não aceitaram colaborar com Oficina de Planejamento Participativo (OPP), que faz parte do Plano de Manejo.

Além disso, por não ter sido demarcada no ato de sua criação, além de ter gerado conflitos e contestações legais, a instituição dessa UC estimulou inicialmente uma retirada acelerada de recursos florestais e minerários por madeireiros e produtores rurais, como assinalou em entrevista o presidente da Sindicato da Indústria Madeireira do Sudoeste do Pará (SIMASPA)<sup>5</sup>. Há evidências ainda de que o aumento no percentual de desmatamento observado no ano de 2012 “se deu como uma forma de pressão das elites locais, sobretudo fazendeiros, visando à diminuição da área total da Flona” (CORREA, CASTRO, NASCIMENTO, 2013, p.121).

Outra estratégia empregada foi a proposta do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), apresentada em 2009 pelos representantes de garimpeiros e produtores rurais, como medida de redução dos efeitos causados pela criação do Distrito Florestal da BR-163 e da Flona do Jamanxim (SILVA, 2011, p.42). No entendimento daqueles que praticam a agropecuária, a concessão florestal inviabilizaria pequenos e médios produtores rurais, ao passo que favoreceria grandes indústrias madeireiras. Quanto às reivindicações dos garimpeiros que trabalham na Flona do Jamanxim, o presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Novo Progresso (SIGANP) assinalou em entrevista<sup>6</sup> que lá se localizam garimpos antigos, devido à criação da Reserva Garimpeira do Tapajós em 1983. Com a Flona do Jamanxim, só seriam aprovados os pedidos de pesquisa realizados por grandes mineradoras<sup>7</sup>, inviabilizando o trabalho dos garimpeiros, muitos dos quais ainda não se encontram regularizados.

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida por Aldemir Picinato, Novo Progresso, em 4 nov. 2013.

<sup>6</sup> Entrevista concedida por João Batista de Jesus, na sede do SIGANP, Novo Progresso, 4 nov. 2013.

<sup>7</sup> Conforme dados de 2006 do Instituto Socioambiental, as mineradoras que possuem requerimentos de pesquisa ou de lavra na Flona do Jamanxim são: a CIA. Vale do Rio Doce; a CIA. de Pesquisa de Recursos Minerais; a Serabi Mineração Ltda.; a Tracomal Mineração S.A.; a inglesa Empresa de Mineração Galesa Ltda. (RICARDO; ROLLA, 2006). Em 2011, a mineradora inglesa Anglo American requereu ao DNPM um perímetro que abrange mais da metade da Flona do Jamanxim. Disponível em: <<http://www.apublica.org/amazoniapublica/tapajos/rio-de-ouro-e-soja/>>. Acesso em 15 mar. de 2014.

Atualmente, um grupo de trabalho do ICMBio de Brasília analisa a redução de cerca de 200.000 hectares dessa UC e o seu processo de redelimitação está sob análise pela Casa Civil. Em contraposição, na audiência pública realizada em Novo Progresso no dia 18 de outubro de 2013<sup>8</sup> foi aprovado um projeto de redução de aproximadamente 400.000ha (cerca de 30% da área atual) da referida Flona. Este projeto foi elaborado pela empresa STCP Engenharia de Projetos LTDA, a mesma que havia integrado o Consórcio que elaborou o Plano de Manejo da Flona do Jamanxim para o ICMBio em 2009 e 2010<sup>9</sup>.

### **A interdição da rodovia BR-163**

O bloqueio da rodovia BR-163 foi realizado entre os dias 1º a 8 de outubro de, totalizando oito dias. A interdição foi feita a poucos quilômetros da entrada da cidade (ao norte) e gerou uma fila de veículos – especialmente caminhões que carregavam milho, soja e combustível de Mato Grosso para Santarém – que chegaram a somar 20 quilômetros nos últimos dias.

As reivindicações da manifestação mais comumente enunciadas tanto pela imprensa quanto pelos participantes entrevistados foram: (a) a redefinição da Flona do Jamanxim; (b) o livre acesso de garimpeiros à esta Flona<sup>10</sup>; (c) a regularização do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa, assentamento que enfrenta desde o início de 2013 uma disputa judicial entre o INCRA e fazendeiros que se dizem posseiros de áreas do PDS<sup>11</sup>. Dentre os agentes integrantes do bloqueio, predominantemente foram listados pela população: garimpeiros, assentados,

---

<sup>8</sup> Essa audiência pública foi requerida pelo deputado estadual Airton Faleiro. Foi presidida pelas associações Vale do Garça e Imbaúba e Gorotire, o SINPRUNP, o STTR/NP, o SIGANP, o prefeito, além de outros representantes locais e estaduais.

<sup>9</sup> A empresa STCP foi contratada em 2013 pelo atual prefeito e associações dos produtores rurais Vale do Garça e Imbaúba e Gorotire, se deu após uma reunião acerca da redelimitação da Flona do Jamanxim realizada com o presidente do ICMBio, representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA em abril de 2013.

<sup>10</sup> O acesso à Flona pela cidade de Novo Progresso se dá pela ponte do rio Jamanxim, na qual o ICMBio instalou uma guarita no dia 19 de abril de 2013 com a finalidade de fiscalizar a saída de madeira para combater o desmatamento ilegal. Posteriormente, passou a controlar também a entrada de grandes quantidades de combustíveis que poderiam ser utilizados nos garimpos ilegais da Flona.

<sup>11</sup> Assim como outros assentamentos da modalidade PDS, o assentamento Terra Nossa havia sido interdito devido à Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2007, mas foi liberado em 2010 pela Sub-seção da Justiça Federal em Santarém (TORRES, 2012). Contudo, pecuaristas que alegam ser posseiros na área do PDS Terra Nossa decidiram processar judicialmente a autarquia no início de 2013, o que dificultou a regularização do assentamento.

fazendeiros/pecuaristas e comerciantes. As organizações responsáveis pela manifestação, segundo relatos e registros fotográficos, foram o SINPRUNP, o STTR/NP, o SIGANP, a Associação Comercial e Industrial de Novo Progresso (ACINP) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTTRAF), sendo que as três primeiras foram as mais citadas nas entrevistas.

A participação desses variados agentes foi diferenciada nas entrevistas entre aqueles que *apoiaram* – a ACINP, juntamente com determinados grandes comerciantes e fazendeiros locais, forneceram a alimentação dos manifestantes; mas os comércios não foram fechados – e aqueles que participaram diariamente do bloqueio. Dentre os últimos, é comum ser enfatizado que apenas uma parte “segurou o fechamento”: os assentados do PDS Terra Nossa, os quais chegaram a afirmar que somente eles ficaram até o final no acampamento da interdição, enquanto “o grosso das pessoas ia lá só pra comer, de noite ia embora”. Por isso, muitos desconfiavam que os chamaram para participar porque “nós segurava lá”, uma vez que nem o sindicato dos garimpeiros nem o dos produtores rurais tinha como mobilizar tantas pessoas para permanecerem na manifestação.

Para os assentados e para o presidente da ACINP, Agamenon Menezes, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso, teria tido a iniciativa de bloquear a BR-163. Para o presidente da ACINP, Agamenon é sindicalista e entende bem da situação do município, tendo sido capaz de juntar o “problema do assentamento mais os garimpeiros”. A partir disso, o SINPRUNP, o SIGANP e o STTR/NP chamaram a ACINP para *ajudá-los* no fechamento da BR-163, ao que ele respondeu que a entidade *ajudaria* na mobilização, mas que não iria ser possível fechar o comércio porque em uma reunião da associação nem todos os comerciantes quiseram participar.

Por outro lado, alguns assentados consideram ao refletir *a posteriori* que, por ter sido iniciativa de Agamenon, eles teriam sido usados para a interdição funcionar e se consideram por vezes até mesmo enganados, porque a pauta referente a redução da Flona do Jamanxim teria sido atendida, ao seu ver, ao passo em que o assentamento continuaria na mesma situação anterior de irregularidade devido a disputa judicial que envolve o INCRA e posseiros. Mas a maioria acredita que, mesmo usados, puderam também usar o SINPRUNP para que a questão do assentamento tivesse visibilidade na mídia e para o governo federal, sendo um meio de pressioná-lo para conseguir a presença efetiva do INCRA no assentamento, de modo que o impasse com os posseiros



seja resolvida e partes do assentamento sejam desafetadas para ser possível sua posterior regularização:

*Pegaram nós do assentamento porque nós segurava lá. Nós não queria Flona, nós tava apoiando só eles. Nós tava pro INCRA vir. (M., assentada do PDS Terra Nossa, entrevista concedida em 31 de outubro de 2013).*

Assim, a manifestação também é vista pelos assentados como uma troca mútua de *apoio* através da participação, de forma que cada pauta pudesse ser conquistada. Como o presidente do SINTTRAF resumiu, “cada um tava brigando pela sua pauta, mas todo mundo junto no mesmo manifesto”.

Contudo, nas entrevistas concedidas pelo presidente do sindicato dos garimpeiros e pelo próprio Agamenon, não há menção a iniciativa de nenhum agente em particular. Ambos reforçavam a todo o tempo que a “ideia surgiu do descaso do governo, que esqueceu da gente” ou que a situação imposta pelo governo, com a criação da Flona do Jamanxim e a implantação da guarita de fiscalização pelo ICMBio, teria prejudicado a todos, dos comerciantes aos produtores rurais, à medida que o descaso do INCRA estaria impedindo a regularização do PDS Terra Nossa, já que para esses sindicalistas os assentados e posseiros não teriam nenhuma divergência.

Na realidade, é constante a reclamação dos assentados referente aos posseiros que reclamam a desafetação de partes do PDS Terra Nossa. Todos os entrevistados lembram de tentativas de expulsão por parte desses fazendeiros, como ameaças verbais compra de lotes através da presidente de uma das seis associações do assentamento. Os conflitos, apesar de terem se transferido para o âmbito judicial, não amenizaram as críticas dos assentados a esses fazendeiros, os quais continuam impedindo a passagem daqueles à reserva do assentamento, prevista na modalidade PDS como fonte de renda por meio da extração de castanhas, cipó etc.

Em paralelo a isso, os assentados temem que a justiça favoreça os fazendeiros, especialmente um deles que reivindica a área onde se situa o que denominam de comunidade, na qual está localizada a escola dos assentados. Além disso, apesar de concordarem em geral de que o problema teria sido criado pelo INCRA, por tê-los colocado “na mão dos fazendeiros”, alguns apontavam que nem todos os posseiros teriam, na realidade, o direito de reivindicar a desafetação de partes do assentamento, pois não teriam como comprovar a ocupação anterior, sendo na realidade grileiros.

De todo modo, não era colocada em questão a participação conjunta com fazendeiros e com o sindicato que os representa na interdição da BR-163 de outubro de

2013. Ao que os dados obtidos indicam, o acordo pela desafetação de partes do PDS, a despeito das divergências com os fazendeiros, surgiu como uma opção viável para os assentados desde a decisão da Sub-seção da Justiça Federal em Santarém de 2010 que determinou que o INCRA examine as posses que estão passíveis de serem tituladas pelo programa de regularização fundiária Terra Legal<sup>12</sup>. Assim, já em agosto de 2011 os assentados bloquearam a BR-163 na entrada do PDS Terra Nossa para reivindicar que o INCRA regularizasse a situação do assentamento, de modo que os “conflitos com fazendeiros da região” tivesse fim<sup>13</sup>.

Porém, provavelmente se tornou mais urgente a necessidade de aceitar a desafetação pelo fato de que a ação judicial promovida pelos fazendeiros levou a uma liminar deferida no início de 2013, a qual determinou tanto a imediata paralisação dos serviços de demarcação nas áreas ocupadas pelos posseiros, quanto a retirada dos assentados no referido local. Em resposta, assentados afirmaram em ata de reunião feita no dia 21 de fevereiro de 2013, que sua “posição é resistir” na área, além de exigir o envio de uma força tarefa do INCRA para “conhecer a realidade das famílias e resolver de uma vez por todas a situação com os posseiros”, anunciando-se ainda que se não fossem atendidas as demandas, a BR-163 seria bloqueada<sup>14</sup>.

Dessa forma, para os assentados a manifestação em conjunto com garimpeiros, fazendeiros e comerciantes em outubro apareceu como um meio de efetivar uma decisão já manifestada em fevereiro de interditar a rodovia como forma de protesto, já que esse *apoio* facilitaria sua permanência por mais tempo na BR-163. Para o presidente do SINPRUNP parece ter sido uma forma de unir diferentes pautas em um eixo comum de oposição ao governo federal através da condenação da atuação do IBAMA, ICMBio e INCRA, chamando para isto os sindicatos dos trabalhadores rurais e dos garimpeiros, além da associação dos comerciantes, para realizarem a mobilização de suas categorias.

A contestação às atuações dessas instituições estatais já era corrente no município – ainda que qualitativamente diferente segundo cada agente social – e para o

---

<sup>12</sup> Com a Lei nº 11.952 de 2009, se instituiu o Programa Terra Legal, o qual atua na regularização fundiária das propriedades de até 15 módulos fiscais (1.125ha) que não possuem título definitivo.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://folhadoprogresso.com/portal/index.php?pg=not%EDcia&id=2029>>. Acesso em 10 mar. 2014

<sup>14</sup> O bloqueio da BR-163 provavelmente não ocorreu neste período, pois não foi confirmado por assentados entrevistados ou pelos meios de comunicação locais. Esta ata da reunião dos assentados está disponível em: <<http://www.diadioprogresso.com.br/jornal/justica-da-direito-a-fazendeiro-e-pode-deixa-35-familia-desabrigado/>>. Acesso em 20 abr. 2014.

presidente do SINPRUNP a adesão em torno dessa causa mais geral não foi difícil de ser conquistada. Ademais, tanto as suas relações prévias com os demais sindicatos e associações – relações estas fortalecidas em grande parte no processo de resistências anteriores à implantação efetiva da Flona do Jamanxim –, quanto as relações destas organizações para com aquelas autarquias lhe eram favoráveis para isto.

A presença intensiva do IBAMA na região desde a implementação das medidas do Plano BR-163 Sustentável é vista como problemática pelos habitantes em geral, uma vez que entendem que o órgão só reprime e age com uma truculência desnecessária, chegando a andar “fortemente armados e sob a escolta da Força Nacional, que enviou um efetivo para a região seguindo as orientações para destruição dos bens apreendidos” (CORREA, CASTRO, NASCIMENTO, 2013, p.124). É consenso dentre os entrevistados que o IBAMA não tem intenção de reduzir o desmatamento e que estaria “engessando” a economia local.

O ICMBio, por seu turno, muitas vezes tem suas atribuições confundidas com as do IBAMA, e se costuma questionar a criação da guarita de fiscalização da Flona do Jamanxim numa área considerada como parte da cidade, além de ser vista como cerceadora da liberdade dos residentes (produtores e trabalhadores rurais) da Flona e dos garimpeiros que alegam estarem de passagem para trabalharem na APA do Tapajós. Já o INCRA é criticado por todos como ineficiente em consequência de ter perdido espaço pro IBAMA na região e, apesar de ter dado documentos de posse para produtores rurais no passado, não lhes deu titulação, ficando esta função para o Terra Legal.

Os assentados, como foi brevemente abordado, criticam o INCRA por tê-los “jogado” “na mão dos fazendeiros” e por até hoje não ter se feito presente para demarcar as áreas passíveis de desafetação. A presidente do STTR/NP, além de compartilhar dessa crítica dos assentados, havia informado anteriormente à interdição que o programa Terra Legal só daria título aos grandes produtores e que o IBAMA age contra assentados, chegando a afirmar que “hoje é o governo federal que persegue trabalhadores rurais”<sup>15</sup>. Como Correa, Castro e Nascimento (2013) indicam, essa sindicalista havia explicitado a existência de um grave conflito entre pequenos e grandes produtores no município, denunciando ainda que “os grandes falam que apoiam os pequenos, mas são como massa de manobra, pauta dos pequenos nem aparece”. Porém,

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Ivone Alves, sede do STTR/NP, Novo Progresso, 18 fev. 2013.

após a interdição da BR-163 em outubro de 2013, a presidente passou a se colocar ao lado do SINPRUNP e a falar genericamente sobre os problemas da Flona e do assentamento sem mencionar diferenças entre produtores e entre estes e os assentados.

Nessa situação específica de protesto como contestação às práticas do ICMBio na Flona do Jamanxim, a presidente pôde se apresentar como uma representante que está defendendo os interesses dos trabalhadores rurais da UC, assim como, através da reivindicação e participação dos assentados do Terra Nossa, pôde demonstrar efetivamente a estes e aos demais sua defesa à causa dos assentamentos do município. Isto parece particularmente importante em um momento de crescente concorrência de representatividade com o SINTTRAF, fundado em 2009. Como o próprio presidente do SINTTRAF apontou, a presidente do STTR/NP “teve uma ponta de ciúme na época da fundação da entidade, porque a demanda é quase a mesma coisa”. Apesar dele afirmar que agora ambos os sindicatos são “parceiros”, a presidente do STTR/NP disse o contrário na entrevista concedida à pesquisadora.

Para o presidente do SIGANP, o qual concorreu para vereador nas eleições de 2012, a participação na organização da manifestação o coloca ainda mais em evidência na cena pública e o aproximou ainda mais dos assentados do PDS Terra Nossa, de quem já tinha proximidade. Assim, os presidentes do SIGANP e do STTR/NP não foram mencionados como líderes da manifestação como Agamenon, mas sim como presidentes de sindicatos próximos aos assentados. Estes afirmaram, por exemplo, que o presidente do SIGANP “anda por aqui, *ajuda* o povo; ele promete, demora, mas cumpre” e que a presidente do STTR/NP “é a nossa representante que fala da gente pra mídia, tiro o chapéu pra ela”, “veio há dois sábados atrás almoçar com a gente”, dentre outros comentários que evidenciam uma relação mais duradoura e de confiança com ambos. Já Agamenon seria visto como aquele que teve a ideia de usá-los para conseguir a redefinição da Flona do Jamanxim e/ou aquele que os *ajudou* nessa situação específica ao contribuir para divulgar as demandas específicas do assentamento.

Por outro lado, Agamenon demonstrou em mais de uma ocasião de que além de tentar unir as pautas num único protesto de contestação a políticas decorrentes do Plano BR163 Sustentável, buscava consolidar a conciliação de diferentes agentes numa categoria única de produtores rurais, os quais não seriam nem criminosos quanto a questão ambiental – pois desloca o problema da ilegalidade para o governo federal que não os teria regularizado –, nem inimigos dos assentados. De acordo com ele, não há

divergência entre assentados e posseiros (também chamados de fazendeiros pelos assentados), muito menos entre pequenos e grandes produtores rurais. Como ele mesmo afirmou em entrevista “o INCRA e o MDA queriam causar briga entre pequenos e grandes, mas eu cortei isso em Novo Progresso; quem mais precisa do sindicato é os pequenos”, enfatizando ainda sua atuação conjunta com o SINTTRAF e o STTR na questão da Flona do Jamanxim<sup>16</sup>.

Com isso, fortalece também sua representatividade dentre todos produtores rurais, os quais em geral o reconhecem como alguém que briga por seus direitos. Esta disputa pela representatividade também se torna compreensível pela concorrência, desde 2008, com grandes produtores rurais pela direção do SINPRUNP. Esta vertente de produtores, encabeçados por um ex-prefeito, chegaram a se manifestar publicamente – inclusive por um jornal eletrônico bastante lido no município – como contrários à interdição da BR-163 em outubro de 2013, questionando não as pautas, mas o método de protesto para atingir os resultados pretendidos.

### **Considerações Finais**

A partir da descrição do processo de lutas pela redelimitação da Flona do Jamanxim, pode-se verificar que os espaços de mediação instituídos pelo Estado, como as audiências públicas e conselhos consultivos não serviram ao seu propósito neste caso, uma vez que representantes da população dessa UC realizaram boicotes tanto a esses instrumentos de gestão considerada participativa quanto às normas impostas pelo ICMBio de proibição do desmatamento para fins de venda de madeira em tora ou para pecuária, contribuindo assim para inviabilizar a implementação da Flona.

Em conjunturas específicas, as diferentes entidades representativas da população da Flona se uniram por um objetivo comum, como no caso da Termo de Ajuste de Conduta ou, de forma mais evidente e com objetivos diversos, no protesto de outubro de 2013. Inclusive, para a organização e funcionamento da interdição da BR-163, as alianças, vistas como *ajuda* ou *apoio* pelos participantes, foram formadas segundo interesses diversos, por vezes para ser conservada a própria posição de mediador, mas principalmente para atingir as reivindicações das categorias que foram sendo construídas durante esse processo.

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida por Agamenon Menezes, Novo Progresso, 21 out. 2013.

Houve para isto uma verdadeira produção da integração entre garimpeiros, comerciantes, produtores rurais, trabalhadores rurais e assentados. Ademais, buscou-se diferenciar-se a todo tempo, especialmente o sindicato dos produtores rurais, das representações da população local pelas autarquias estatais responsáveis pela fiscalização ambiental, diferenciando-se da ideia de criminosos ao restringir a causa dos problemas locais ao governo. A mobilização feita a partir das ideias de que “o governo nos abandonou” ou ainda “o INCRA nos jogou aqui”, “o IBAMA só reprime”, colaboram para a aliança entre agentes com interesses bem diversos e, no caso dos assentados e produtores rurais, até mesmo antagônicos. Assim, os mediadores foram fundamentais não só para interligar esses mundos diferenciados – ainda que em Novo Progresso essa interligação se deu como contestação perante as políticas de desenvolvimento sustentável e aos representantes estatais responsáveis pela sua implementação –, mas para construir representações sobre o governo, além de representações sobre os próprios demandantes de mudanças referentes à atuação das autarquias no município.

Durante esse processo de mobilização que teve início com a criação da própria Flona em 2006, a pauta de redelimitação dos residentes da mesma foi se consolidando perante o governo e o ICMBio, que inicialmente pretendia reduzir aproximadamente 35.000 hectares, passou a cogitar atualmente uma redução de 200.000 hectares da UC. Como se trata de um estudo exploratório e não uma reflexão sistemática, muitas outras questões poderiam ser levantadas. Por ora, ficam algumas reflexões sobre a importância da relação entre mediados e mediadores, e o papel destes, na disputa entre modelos de desenvolvimento.

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, R. de S. B. **Vozes Dissonantes:** Estado, Discurso e Conflito no Oeste do Pará. Dissertação de mestrado (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2007.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, jan./abr. p. 45-61, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792012000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 3 maio 2014.

CASTRO, E. M. R.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C.P. **Dinâmica de Atores, Uso da Terra e Desmatamento na Rodovia Cuiabá-Santarém**. Belém, Paper n. 180 NAEA/UFPA, 2005.

CORREA, S. de A.; CASTRO, E. M. R. de; NASCIMENTO, S. M. de . Política florestal e conflitos socioambientais na rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163). In: CARNEIRO, M. S.; NETO, M. A.; CASTRO, E. M. R. (Orgs.). **Sociedade, floresta e sustentabilidade**. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil; NAEA, 2013.

GREENPEACE. **Assentamentos de papel, madeira de lei: parceria entre INCRA e madeiras ameaça a Amazônia**. Manaus, 2007. Disponível em: <<http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page41/files/GPbr0708AMrelAssIncrPtV2.pdf>>. Acesso em 05 fev. 2014.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém: 2ª Etapa de Consultas à Sociedade**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2005. Disponível em: <[http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/Plano\\_BR-163\\_Sustentavel\\_Versao2.pdf](http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/Plano_BR-163_Sustentavel_Versao2.pdf)>. Acesso em 08 abr. 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Estudo técnico de revisão dos limites da Floresta Nacional do Jamanxim**: relatório final. Brasília, 2009. 38p.

\_\_\_\_\_. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Jamanxim, Pará**. Curitiba, 2010, 2 v. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/1958>>. Acesso em 10 fev. 2014.

NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

RICARDO, F.; ROLLA, A. (Org.). **Mineração em Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

SILVA, P. G. da. **Floresta Nacional do Jamanxim**: mecanismo de ordenamento territorial e de desenvolvimento sustentável. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

TORRES, M. G. **Terra Privada Vida Devoluta**: Ordenamento Fundiário e Destinação de Terras Públicas no oeste do Pará. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia). São Paulo: PPGGH/USP, 2012.

## O Movimento de Mulheres Camponesas e as Farmacinhas Comunitárias: ação coletiva para um desenvolvimento contra hegemônico?

Adriana Samper<sup>1</sup>

Flávia Charão Marques<sup>2</sup>

### Resumo

Sob a ótica da teoria pós-estuturalista, este artigo analisa como as mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) enfrentam a lógica desenvolvimentista hegemônica, especialmente através da proposta das Farmacinhas Comunitárias. Numa primeira parte, trata-se sobre o próprio MMC e seu discurso feminista. A segunda parte analisa a ação coletiva concretizada na Farmacinha da Solidão (Maquiné, RS) na elaboração de remédios, como lugar de enfrentamento do modelo hegemônico de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** ação coletiva; pós-colonialismo, feminismo.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento Rural (PGDR), Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). [adriana.samper@estudante.uam.es](mailto:adriana.samper@estudante.uam.es)

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). [flavia.marques@ufrgs.br](mailto:flavia.marques@ufrgs.br)



## Introdução

Nos estudos sobre desenvolvimento, tem prevalecido o discurso econômico ocidental (ESCOBAR, 1991), marginalizando questões que escapem esse olhar. Como contraponto, a partir dos anos 80 e 90 tem surgido a noção do 'pós-desenvolvimento' por dentro do paradigma pós-estruturalista - fortemente influenciado pelo filósofo francês Michel Foucault – que se mostra crítico, apresentando o desenvolvimento como um discurso criado no Ocidente para a 'produção cultural, social e econômica do Terceiro Mundo' (ESCOBAR, 2005).

Os autores pós-coloniais e o pós- desenvolvimentismo apresentam a alternativa de pensar e criar trajetórias e estados múltiplos, para além da modernidade – normalmente, considerada como fato singular e ineludível. Assim, ESCOBAR (2008) fala de três trajetórias ou processos: o primeiro deles seria o 'desenvolvimento alternativo' com propostas vindas do aparato de desenvolvimento que incorpora temas como a sustentabilidade ecológica ou a biodiversidade.

O segundo processo seria o das 'modernidades alternativas', que representariam uma proposta de desenvolvimento não eurocêntrica. Neste ponto, é interessante a perspectiva apresentada por ARCE e LONG (2000), que trabalha com a ideia de que o desenvolvimento pode ser 'transmutado' e que, por dentro da modernidade, apareceriam 'modernidades alternativas', uma vez que as pessoas respondem diferentemente aos processos ditos modernizantes. Como estes autores constataam, na mundialização contemporânea, 'novas' identidades sociais são construídas baseadas não exclusivamente na classe, ou seja, emergem a partir de aspectos relacionados ao gênero, à geração (idade), a 'ruralidade' ou outros.

Por último, encontraríamos as 'alternativas à modernidade' ou a 'transmodernidade' como proposta mais radical, onde estas alternativas são pensadas em 'espaços ontológicos fora da modernidade' (De VRIES, 2013), onde se concebe e constrói o real de outra forma.

O presente trabalho está centrado no Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e nas Farmacinhas Comunitárias no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, espaços onde grupos de mulheres se reúnem para a elaboração de remédios com base em plantas medicinais. Em 2001, chegaram a existir 70 Farmacinhas em funcionamento, distribuídas pelo Litoral Norte do RS e Santa Catarina. A primeira Farmacinha Comunitária surgiu em 1991 na Linha da Solidão, no município de Maquiné (RS), com a proposta inicial de ser um espaço de reunião entre mulheres. A notória expansão desta proposta veio impulsionada, em grande medida, pela introdução das Farmacinhas no projeto “Grupos de Saúde na Região Litorânea” do MMTR (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais), hoje, MMC<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> O MMTR é, hoje, chamado de Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Em 1995, criou-se a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral

Este artigo tem como objetivo analisar, sob a ótica da teoria pós-colonial e pós-desenvolvimentista, qual é o modelo de desenvolvimento que estas mulheres propõem e como enfrentam a lógica desenvolvimentista hegemônica. O trabalho divide-se em duas partes, a primeira delas trata sobre o próprio MMC e seu discurso feminista (MMC, 2008 e BONI, 2012) como uma forma de resistência e reivindicação da importância do 'papel da mulher' na 'luta pela vida'. A segunda analisa a prática concreta e cotidiana da Farmacinha da Solidão, cujas atividades vêm sendo acompanhadas, observadas e etnografadas desde 2012). A maior parte das atividades do grupo se refere à elaboração de remédios a base de plantas medicinais, porém, a perspectiva aqui adotada percebe a Farmacinha como um lugar onde o cotidiano e o pessoal tornam-se políticos e enfrentam o modelo hegemônico de desenvolvimento (GIBSON-GRAHAM, 2004; LABRECQUE, 2000).

### **MMC: luta pela vida e o papel da mulher**

O Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) foi constituído em 2003. Não obstante, sua história é anterior. No Rio Grande do Sul, o MMC tem sua base no anterior MMTR (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais) que foi criado em 1989 com uma forte representação regional e a participação de umas 500 lideranças, muitas delas com experiência anterior em atividades da Igreja, do MST e dos sindicatos de trabalhadores. De fato, muitas das mulheres que participaram da formação do MMTR já tinham experiência em outras organizações. No entanto, ao organizar o movimento decidiram fazê-lo autônomo, porque sentiam-se frustradas ao ver que as reivindicações específicas das mulheres não eram contempladas nos outros movimentos (STEPHEN, 1996; DEERE, 2004). Segundo STEPHEN (1996), BRUMER (2004) e PAULILO (2004), enquanto o MST ou sindicatos radicam suas lutas numa questão de classes, os movimentos autônomos (dentro dos quais se encaixava o MMTR e, hoje, o MMC) se dedicam mais a questões de gênero. Assim, o MMTR reivindicava mudanças fundamentais na cultura e vida social (STEPHEN, 1996), centrando seu discurso e luta na questão da desigualdade de gênero, e não tanto a luta de classes (como fazem os sindicatos, MST e outras organizações).

O MMTR adotou o nome de MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) em 2003 - em grande parte pela sua inserção na Via Campesina<sup>4</sup> e a revalorização do termo 'camponês' - mas as

---

da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA.). Depois de vários encontros, em 2003, apontaram os rumos concretos do movimento e adotaram o nome de Movimento das Mulheres Camponesas. (<http://www.mmcbrazil.com.br>).

<sup>4</sup> A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e

suas reivindicações políticas e participantes do movimento continuaram sendo as mesmas. O Movimento das Mulheres Camponesas se define como um “*movimento autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, na perspectiva socialista*”<sup>5</sup>, estando presente em dezoito estados brasileiros. É necessário ressaltar a importância de ser o MMC um movimento autônomo porque isto implica que não recebem apoio financeiro estável de nenhuma instituição ou outro movimento (PAULILO, 2004), permitindo uma maior autonomia na hora de tomar as decisões e levar a cabo suas atividades.

No que se refere à luta feminista, as mulheres do MMC se auto denominam 'feministas camponesas'. Esta luta feminista constitui no seu discurso e prática uma contraposição e resistência ao modelo desenvolvimentista como podemos observar na cartilha “Potencializando sonhos, preservando a vida” (MMC 2008). Nesta cartilha, as mulheres explicam que, com a Revolução Verde, os camponeses perderam seus modos de fazer agricultura e que as mulheres foram “*reeducadas... para serem boas e prendadas, donas de casa*”. Com a chegada do agronegócio, o MMC entende que a “*erosão da cultura camponesa*” agravou-se, e as consequências para as mulheres foram ainda mais sérias.

*“São elas a maior porcentagem que passa fome no mundo. A violência contra as mulheres se agrava à medida que as condições de vida digna se acabam. A perda do território para as mulheres é muito maior, porque ficam fora das heranças, ou não têm direito a opinar e decidir... a esterilidade e o aumento de doenças são muito maiores com a intensificação do uso de venenos e a substituição também aumenta”* (MMC 2008, p.11).

Como contraposição ao modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, o feminismo camponês defendido pelo MMC busca - a partir da prática diária das camponesas – “*ocuidado da vida com a produção agroecológica de alimentos, a luta por políticas públicas e a vida digna no campo e (as mulheres são) contra todo tipo de violência, seja contra as mulheres, seja contra qualquer trabalhador*” (MMC, 2008). Neste contexto, também ressaltam a importância do trabalho com plantas medicinais, pois: “*são as mulheres que manejam a nossa riquíssima biodiversidade para prevenir e curar e, assim, cumprir seu papel histórico de cuidar dos doentes*”. Como elas mesmas falam: “*a partir do feminismo camponês fazem sua história e buscam construir outros marcos na história da agricultura brasileira*”, marcadamente fora dos padrões do chamado agronegócio.

Paulilo e Bino assinalam que, mesmo que se considere certas críticas sobre o essencialismo do papel da mulher, é através do Movimento e do seu feminismo que as mulheres valorizam sua própria autoestima e sua autonomia, reconhecendo seu papel enquanto produtoras de alimentos sem

---

Europa. As principais bandeiras de luta da Via Campesina são a Reforma Agrária e a defesa da soberania alimentar.

<sup>5</sup> Ver: <http://www.mmcbrazil.com.br>

agrotóxicos e como detentoras de conhecimentos na hora de elaborar remédios, frente ao sistema capitalista das grandes empresas multinacionais (PAULILO, 2004; BONI, 2012).

Esta valorização da autoestima e dos próprios conhecimentos se percebe nos depoimentos destas mulheres:

*“O movimento de mulher pra mim foi importante. Foi onde aprendi o sentido de ser mulher, conhecer os meus direitos e falar o que penso”* (carta de uma participante, MMC, 2008).

*“O MMC foi muito bom para mim porque aprendi muitas coisas boas, o modo de se alimentar, de se tratar e curar de algumas doenças de maneira natural sem precisar de remédios de farmácia”* (transcrição da fala de uma participante, MMC, 2008).

Podemos entender o Movimento dentro da proposta de Gibson e Graham (2004) de “política do lugar”, dado que centra-se no local e no cotidiano, uma vez que lutam nas suas práticas diárias pela produção de alimentos agroecológicos e a vida digna no campo como víamos anteriormente. Assim mesmo, dentro do Movimento ocorre o processo de politização - entendido desde a perspectiva destas autoras - onde a política é vista como processo de subjetivação, no qual os indivíduos criam novas identificações - 'mulher', 'rural' 'sustentável' - que permitem novas ações e organizações como, neste caso, o MMC.

No modelo de desenvolvimento proposto pelo Movimento, outros valores que não são o capital são colocados como prioritários, como luta pela igualdade de direitos, a agroecologia, a defesa das sementes crioulas, a solidariedade entre elas, ou a luta pela vida digna no campo entre outras. Estas mulheres procuram outros marcos e referências diferentes aos propostos pelo modelo hegemônico de desenvolvimento, tentando estabelecer outra relação entre homens e mulheres e do ser humano com a natureza, buscando construir outra realidade no seu cotidiano, onde o capital e o desenvolvimento não possuem a exclusividade do programa político. Assim, dentro das alternativas propostas por Escobar (2008) poderíamos considerar que o modelo de desenvolvimento proposto pelo MMC é uma 'modernidade alternativa', dado que apresenta suas próprias práticas, modos de fazer e referências não eurocêntricas, considerando, ainda, 'novas' identidades, como a de mulher rural ou camponesa.

### **A Farmacinha da Solidão, lugar de encontro, lugar de ação**

Faz parte das diretrizes do MMC a proposta das Farmacinhas Comunitárias. O vínculo que as Farmacinhas têm com o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)<sup>6</sup> é importante, dado que a

---

<sup>6</sup> Neste artigo nos referimos ao MMC, e não tanto ao anterior MMTR, apesar de ter conhecimento de que foi ainda no movimento precursor que teve início a parceria com as Farmacinhas Comunitárias.

iniciativa se expandiu em grande medida pela introdução das Farmacinhas no projeto “Grupos de Saúde na Região Litorânea”, liderado pelo Movimento.

Analisa-se, aqui, o caso da Farmacinha da Solidão - que vem sendo acompanhado desde 2012 - para poder realizar uma análise do cotidiano, dado que para Labrecque (2000) a análise do cotidiano permite levar em consideração a heterogeneidade e a desigualdade em relação ao desenvolvimento, pois “o cotidiano constitui o cenário principal das relações sociais” (LABRECQUE, 2000, p.69).

A Farmacinha Comunitária da Linha da Solidão foi à primeira das 70 Farmacinhas que chegaram a existir em 2001. A criação desta Farmacinha, em 1991, está fortemente vinculada a um personagem carismático (que chamaremos de R.), que manifesta que o objetivo não era só fornecer remédios naturais num local de difícil acesso ao sistema de assistência à saúde, mas também como uma “forma de libertação da mulher”, dado que para ela “a transformação da sociedade passa pela organização política da mulher” (KUBO, 2005, p. 158). R. não aceitava a diferenciação dos tratamentos por gênero<sup>7</sup> que se vivenciava localmente, onde existia (e ainda existe) uma marcada diferença na socialização e na divisão do trabalho. Assim, a Farmacinha nasceu do trabalho coletivo, como espaço de reunião entre mulheres, em um município onde, segundo DUARTE (2002), só os homens se encontram e se reúnem em público; enquanto as mulheres ficam na esfera do privado, não possuindo espaços próprios para reunião e pontos de encontro. Um ano após a sua criação, as mulheres começaram a preparar ‘xarope da gripe’ e, aos poucos, outros elixires e tinturas, orientadas por uma perspectiva de corpo, doença e cura diferente da empregada na medicina ocidental convencional. O trabalho coletivo priorizou práticas em saúde que faziam uso de plantas medicinais, mobilizando todo um conhecimento local e muito próprio daquelas mulheres. Segundo COELHO de SOUZA (2004), a medicina popular é bastante difundida no meio rural, onde a atenção à saúde primária é deficiente, fazendo o papel das Farmacinhas Comunitárias ainda mais importante dentro deste contexto.

A Farmacinha Comunitária da Solidão continua funcionando, abrindo uma tarde por semana, às quartas feiras de duas às cinco da tarde. É neste momento que as mulheres se reúnem para preparar os remédios, como uma forma de ação coletiva, que se manifesta também como trabalho comunitário. Para produzir os remédios, as mulheres da Linha da Solidão baseiam-se no livro “Bruxinhas de Deus – a serviço da vida” de DUARTE (2002), livro que segue todas as Farmacinhas Comunitárias. Nele, aparecem as plantas a serem usadas, com as propriedades de cada uma delas e as receitas dos elixires, pomadas e tinturas empregadas, e explicita o que elas entendem por medicina alternativa, que seria: aquela que permite prevenir e curar, ressaltando, assim, a

---

<sup>7</sup> É importante definir que entendemos aqui “gênero” como a “criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1996).

importância dos hábitos cotidianos (alimentares, de trabalho, de relações) e não só do remédio em si mesmo.

Na Farmacinha, são empregadas 64 espécies de plantas medicinais (COELHO de SOUZA, 2004) as quais a maioria é preparada em forma de tintura. As mulheres colhem estas plantas, algumas das quais plantadas nos seus quintais, e outras são provenientes de extrativismo, seja da Mata Atlântica (Bioma onde estão inseridas) ou de plantas de ocorrência espontânea em áreas cultivadas ou alteradas pela ação antrópica.

Todavia, é importante considerar que a Farmacinha Comunitária constitui um espaço cuja proposta e ação vai além da elaboração dos remédios com plantas medicinais. É assim mesmo, um espaço de reunião, de lazer, de encontro com outras mulheres, onde trocam informações, ‘fococas’ e notícias. Constitui um espaço e um momento de fortalecimento mútuo e de politização destas mulheres, especialmente, no que tange às reivindicações sobre gênero. Este processo de fortalecimento mútuo se dá pelo fato de se reunirem e conversarem sobre questões do seu cotidiano, podendo compartilhar as suas preocupações, vivências, informações, sendo de grande importância para o aumento das capacidades e autoestima das mulheres.

A atual coordenadora do grupo, Dona M., é sem dúvida um exemplo de como a Farmacinha Comunitária foi um elemento chave para o aumento da autoestima de suas participantes. O trecho de uma entrevista abaixo exemplifica esta transformação.

*Só pra tu ter uma ideia, a coordenadora do grupo das mulheres, a M., essa mulher chegou no nosso grupo. [...] Tá, quando acabou a reunião ela chegou e disse assim: ‘a senhora faz o favor de nem olhar pra minha cara, a senhora faz o favor, não me pergunte nada na frente das outras porque eu tenho vergonha [...] No fim de seis anos ela ficou a coordenadora da comunidade, hoje ela é coordenadora, e que coordenadora!!!’ (Palavras da R. a respeito da chegada da Dona M. na Farmacinha. Trecho da Dissertação de Mestrado de GERHARDT, 2002, p. 484).*

O grupo que compõe a Farmacinha tem um número variável de mulheres que participa, dependendo de outras atividades que elas estejam também envolvidas. Como Dona M. destaca, o trabalho na Farmacinha requer muito tempo e organização. Em suas palavras: “*tem que saber que falta procurar as coisas, os vidrinhos, a vaselina, fazer tudo e estar disponível para uma emergência*” (Relato de Dona M., caderno de campo 19/05/2013).

Interessante registrar que o número do telefone da Dona M. está anotado em todos os remédios que são vendidos, e ela atende às pessoas que procuram remédios da Farmacinha, inclusive, fora do horário das quartas-feiras. Segundo ela, é difícil que alguém queira a responsabilidade de levar a Farmacinha adiante, porque é um trabalho exigente e não objetiva ganhos financeiros. A fala dela, transcrita abaixo, permite esta observação.

*“As pessoas acham que eu ganho bastante, mas não é assim, o que entra é*

*pra manter mesmo, pagar as contas e os vidrinhos. Isso é trabalho comunitário, hoje, eu te ajudo, amanhã tu a mim, não é sair repartindo o troco porque aí não dá” (Relato de Dona M., caderno de campo 19/05/2013).*

Este é um aspecto importante da Farmacinha, dado que a Dona M. insiste que este não é um trabalho do qual se possa obter ganhos em dinheiro, mas sim um trabalho a serviço da comunidade. Como ela mesma diz: *“eu faço isto por amor à camiseta”* (. O orgulho que a Dona M. tem pelo seu trabalho, pelo fato de ser capaz de manter a Farmacinha e porque os seus remédios prestam um serviço à comunidade é, sem dúvida, um exemplo de como as mulheres têm sua autoestima aumentada e suas capacidades ampliadas graças a propostas que emergem da ação coletiva por dentro do MMC. Além disso, foi graças aos encontros e trocas que Farmacinha propicia que ela aprendeu a ler e escrever, como destaca DUARTE (2002, p. 10):

*“[...] Alguns dias depois, ela veio com um caderninho, um lápis e uma borracha. R., por favor, durante dez minutos cada quarta feira, me ensina a ler e escrever. Dois meses depois, ela disse: agora eu vou continuar sozinha. Não precisa mais te preocupar comigo. Ela já sabia ler e escrever”.*

Anos depois, já durante nossa pesquisa, Dona M. declara:

*“Para mim a Farmacinha foi tudo, guria. Até a ler e escrever eu aprendi aqui, tudo o que eu sei mesmo... antes eu não sabia nada!” (Relato de Dona M., caderno de campo 12/03/14).*

Percebe-se, então, que foi a partir das reuniões do grupo que as participantes passaram a se reconhecer, politizar, e aumentar sua autoestima. Pode-se arriscar dizer que, até mesmo, a reflexão sobre sua condição de mulheres, de camponesas é parte da construção deste espaço de encontro e ação que significam as Farmacinhas. Nestas propostas locais, a política é vista como processo de subjetivação (GIBSON-GRAHAM, 2004), nas quais os indivíduos criam novas identificações - 'mulher', 'rural' 'sustentável' - que permitem novas ações e organizações como, neste caso, é a elaboração de remédios com plantas medicinais ou a participação destas mulheres nas marchas do MMC e outras atividades ligadas à Via Campesina.

É a Farmacinha - concebida como espaço ontológico – que permite a politização e conscientização das mulheres. Sob esta perspectiva, podemos dizer que a Farmacinha constitui um espaço ou lugar que permite uma 'política do local' (GIBSON- GRAHAM, 2004), cuja proposta se centra não na sua autenticidade (enquanto espaço feminista, por exemplo), mas sim na sua relevância na vida das mulheres que dela fazem parte. Segundo GIBSON- GRAHAM(2004, p.4), estes lugares, que permitem uma política do local, *“vêm sendo criados, defendidos, argumentados e transformados por mulheres, e fazem com que o 'pessoal seja político'”* (Tradução própria).

## Conclusões

Principalmente, dois fatores nos levam a concluir que a Farmacinha se constitui como um espaço de ação coletiva de contraposição ao desenvolvimento hegemônico na contemporaneidade; ou, como elaborado por Escobar (2008), um 'espaço ontológico', onde se estabelece um convívio com o modelo de desenvolvimento dentro de um mundo pluriverso.

O primeiro deles é a própria elaboração dos remédios com base na biodiversidade e no conhecimento local, o que se opõe à lógica de mercado e de desenvolvimento pela qual a saúde deve ser garantida pelo Estado e, predominantemente, através da aquisição de medicamentos industrializados pelas companhias farmacêuticas, apesar da legitimidade da medicina tradicional ser reconhecida não só como patrimônio cultural, mas também como estratégia para programas de saúde pública no Brasil<sup>8</sup>.

Assim, é interessante perceber como este espaço de aprendizagem coletiva e geração de conhecimento está relacionado com a construção (às vezes, resgate) de uma perspectiva integral de saúde, cujas decisões sobre o corpo e a cura das doenças passam à esfera de ação das mulheres. Ou seja, boa parte dos remédios e procedimentos adotados (e eles se referem também a hábitos alimentares, regimes de trabalho, lazer, dentre outros) não é estabelecida pelo Estado ou preconizada exclusivamente por profissionais da saúde, hoje, já muito mais presentes na região do Litoral Norte do RS.

O segundo fator, que corrobora com as conclusões aqui apresentadas, se refere ao entendimento da Farmacinha como um lugar de politização das mulheres, entendida esta politização como o processo de subjetivação ou aparição de novas identificações por parte dos indivíduos e dos coletivos, que os levam a atuar e se organizar em contraposição a um estado de coisas (ou estruturas) preestabelecidos, aparentemente, imutáveis e coercitivos.

No entanto, não pode ignorar que esta politização das mulheres a qual estamos nos referindo não é um processo de emergência espontânea na Farmacinha. Este é um processo social e politicamente construído pela ação coletiva mobilizada pelo MMC. O Movimento apresenta uma clara resistência e oposição ao desenvolvimento hegemônico, tanto no seu discurso, como analisávamos anteriormente, quanto nas suas práticas - que vão desde a organização de feiras da biodiversidade, onde as mulheres comercializam produtos e trocam sementes; até o uso de táticas de sabotagem<sup>9</sup> que dão visibilidade às reivindicações e posições políticas adotadas pelo Movimento.

No modelo de desenvolvimento proposto pelo MMC, são expressos como prioritários outros

---

<sup>8</sup> No Brasil, em maio de 2006, foi aprovada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), a qual considera o uso de plantas medicinais (fitoterapia) como prática terapêutica a ser oferecida à população pelo sistema de saúde pública (MARQUES, 2008).

<sup>9</sup> Aqui, se pode fazer referência à invasão e destruição de instalações e áreas experimentais da Aracruz Celulose em 2008. Fato que aconteceu no Dia da Internacional da Mulher (8 de março), mobilizando 2000 mulheres vinculadas à Vía Campesina.



valores que não são o capital, o que constitui este movimento como articulação política de luta contra o modelo de desenvolvimento hegemônico, mas também como um espaço de construção coletiva de práticas cotidianas objetivas, como a busca pela produção de alimentos agroecológicos, e também subjetivas, como a criação de novas identidades. Como elas mesmas falam: “*a partir do feminismo camponês (a mulheres) fazem sua história e buscam construir outros marcos na história da agricultura brasileira*”. Assim, buscam uma nova relação entre homens e mulheres, e destes todos com a natureza.

## **Bibliografia**

BONI, V. De agricultoras a camponesas: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e as suas práticas. Tese de Doutorado em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, 2012.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura de Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 205-227, janeiro-abril, 2004.

COELHO de SOUZA, G.C., HAAS A.P.S., VON POSER, G.L., ELISABETSKY, E. Farmácias caseiras comunitárias no município de Maquiné (RS): uma avaliação etnofarmacológica. *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*, Botucatu, v.6, n.2, p.83-91, 2004.

DE VRIES, P. Comunidad y desarrollo em los Andes peruanos: una crítica etnográfica al programa de Modernidad/Colonialidad. *Sociologias*, Porto Alegre, ano15, n.33, p.248-281, 2013,.

DEERE, C.D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 175-204, janeiro-abril, 2004.

DUARTE, M.L.P. *Bruxinhas de Deus. A serviço da vida. Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais*. Porto Alegre, Ed. Evangraf, 2002.

ESCOBAR, A. Anthropology and the development encounter: the making and marketing of development anthropology. *American Ethnologist*, 18:658–682. 1991.

\_\_\_\_\_ El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela. 2005. p. 17-31.

\_\_\_\_\_ *Territories of difference: place, movements, life, redes*. Durham, Duke University Press, 2008.

GERHARDT, C. H. Agricultores familiares, mediadores sociais e meio ambiente: a construção da 'Problemática ambiental' em agroecossistemas. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2002.

GIBSON-GRAHAM, J-K. Violence of development. Two political imaginaries. *Development*, 47 (1), 2004.

KUBO, R. R. Coletores de samambaia-preta e a questão ambiental: estudo antropológico na área dos Fundos da Solidão, município de Maquiné, Encosta Atlântica no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

LABERCQUE, M. F. L'anthropologie du développement au temps de la mondialisation. *Anthropologie et Sociétés*, vol. 24, n° 1, 2000, p. 57-78.

LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, 2008.

MARQUES, F.C. Biodiversidad y Salud: casos de trabajos comunitarios de mujeres agricultoras en la Región Sur de Brasil. In: VIII Congreso científico de Sociedad Española de Agricultura ecológica, 8. Congreso iberoamericano de agroecología, 4. Encuentro internacional de estudiantes de agroecología y afines, 2. Bullas, España, 2008.

MOHANTY, C. Bajo los ojos de Occidente: saber académico y discursos coloniais. In: Mezzadra, S. et al. *Estudios Postcoloniales. Ensayos Fundamentales. Traficantes de Sueños*, Madrid. 2008.

ONG, A. Colonialism and Modernity: Feminist Re-presentations of Women in Non-Western Societies. *Inscriptions*, v. 3/4, 1988.

PAULILO, M.I. El Movimiento de las Mujeres Campesinas y el Medio Ambiente. *Otras Miradas*, Vol. 7, N° 1, Enero - Junio 2007, p 84-96.

SCOTT, J. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In. LAMAS, M. (comp.). *El género, la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: Porrúa, 1996. 265-302 p.

STEPHEN, L. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Z., SCHMITT, C., ROTHMAN, F., FOX, J., MORAES, M. CORADINI, O. *Política protesto e cidadania no campo*, Ed. UFRGS, Porto Alegre, p.29-63, 1996.

**Relações de participação e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações em uma cooperativa autogestionária**

**Thainara Granero de Melo<sup>1</sup>**  
**Rosemeire Aparecida Scopinho<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestranda em Psicologia/Universidade Federal de São Carlos, [thainaragm@gmail.com](mailto:thainaragm@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia /Professora Associada /Universidade Federal de São Carlos, [scopinho@ufscar.br](mailto:scopinho@ufscar.br)

**Resumo:** Este artigo discute de que modo o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos tem mediado as relações de participação de trabalhadores rurais assentados em uma cooperativa localizada em um assentamento rural no interior do Estado de São Paulo. Identificamos, por meio de observações e entrevistas, que o programa foi fundamental para a organização dos trabalhadores, e hoje tem sido o principal motivo de esvaziamento da cooperativa, cuja participação está restrita à dimensão da comercialização.

**Palavras-chaves:** Participação; cooperativa autogestionária; Programa de Aquisição de Alimentos.

## 1 – INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir de que modo a inserção no mercado institucional do Programa de Aquisição de Alimentos vem mediando as relações de participação entre os trabalhadores rurais assentados da Cooperativa de Agrobiodiversidade Ares do Campo (Cooperares), localizada no Assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto, SP.

Os elementos que substanciaram esta investigação, desdobramento de uma pesquisa<sup>1</sup> de mestrado, partiram do seguinte contexto: nos últimos 11 anos, os mercados de compras públicas de alimentos, como o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), fomentados por políticas de promoção da segurança alimentar, como o Fome Zero e, posteriormente, o Brasil Sem Miséria, têm sido articulados às estratégias de fortalecimento da agricultura familiar, e incentivado a organização dos trabalhadores rurais em associações e cooperativas.

Nesse ínterim, o acesso às linhas de crédito e benefícios pelos trabalhadores rurais assentados já se dava condicionada à criação destas organizações. Com a regulamentação dos mercados institucionais, a condicionalidade de inserção nestas organizações substanciou ainda mais a criação e aumento de associados nestes empreendimentos.

Estudos que analisaram as relações entre estas organizações e o PAA identificaram ganhos significativos para as cooperativas em relação ao fortalecimento das relações de participação dos trabalhadores. Outros aspectos de mudança referem-se à promoção da

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

diversidade de produtos, criação de vínculos mais coesos entre os associados, e abertura para mais canais de comercialização para além do PAA.

Em que pese estes argumentos apontados na literatura, nosso estudo de caso nos remete a uma realidade mais incipiente nesta relação entre PAA e o fortalecimento das relações de participação entre os cooperados. Identificamos que o programa foi a motivação principal para organização da fundação da cooperativa. Porém, após três anos de existência e tendo apenas o PAA como canal de comercialização, a cooperativa dá sinais de descontentamento dos associados em relação à dependência do Programa. Tem ocorrido um esvaziamento gradativo da cooperativa, ilustrada pela queda significativa de entrega da produção para a comercialização por meio do PAA. Atualmente, 50% dos associados têm estabelecido relações comerciais com a cooperativa com regularidade, e apenas 10% apresentam frequência regular nas reuniões para as tomadas de decisões.

Soma-se a este problema outros constrangimentos enfrentados pela cooperativa como os entraves criados pelo o Incra-Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária para autorização de novos projetos; e as disputas travadas dentro do assentamento, que comporta diferentes movimentos sociais e organizações coletivas. Estes tensionamentos complexificam-se na medida em que dificultam o estabelecimento de redes de cooperação entre os diferentes movimentos dentro do assentamento. Posto este quadro de complexidades e contradições, pretendemos destacar neste artigo as mediações do Programa em relação à participação dos trabalhadores, destacando na história da cooperativa de que modo estas relações tem sido forjadas em meio a estas disputas, estrangulamentos ou conquistas por ele favorecidas.

Nossa hipótese é de que os constrangimentos estruturais que incidem na dependência do PAA tem mediado as relações de participação. Se esta relação a princípio configurou-se de modo a favorecer alguma potência para organização dos sujeitos, atualmente tem demarcado uma participação do tipo instrumental, restrita à dimensão econômica de comercialização. Também os vínculos mais coesos entre os cooperados tem se enfraquecido, ocorrendo um esvaziamento gradativo da cooperativa.

A discussão está referenciada nas contribuições da Psicologia Social e Psicossociologia, a partir das quais compreendemos a cooperativa como um processo dialético, construído por um conjunto de tensões, alianças, posições ideológicas e valores. Respalda no método qualitativo, de acordo com as orientações de Minayo (2004), a triangulação dos elementos teóricos/bibliográficos/documentais acessados, com as observações em campo e os discursos obtidos em nove entrevistas semiestruturadas subsidiam a análise.

## **2- COOPERATIVAS, RELAÇÕES GRUPAIS E PARTICIPAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA PSICOLOGIA SOCIAL E PSICOSSOCIOLOGIA**

Partimos da delimitação do campo da Psicossociologia – grupos, instituições e conjuntos concretos, mediadores da coletividade e da subjetividade - para entender a dimensão da participação nas cooperativas autogestionárias. A realidade institucional, para Nasciutti (2009) deve ser olhada como um objeto complexo, construída por dimensões simbólicas que tanto produzem um sentido social, quanto são produzidas pelas relações sociais, econômicas e políticas.

Deste ponto de vista, consideramos que uma cooperativa se constrói em uma realidade institucional entremeadada por tensões de origens diversas, cujos elementos que a compõe nos guiarão para compreender como se estabelecem as relações de participação entre os sujeitos.

Guareschi (2008) provoca dizendo que a participação é a palavra de ordem nos grupos e instituições, havendo uma mistificação em torno de seus significados e concretizações. Há uma disseminação, na contemporaneidade, do discurso de valorização da participação, evocado de modo instrumental a favor dos objetivos da organização. A diferença deste discurso hegemônico em relação ao modelo autogestionário estaria na participação dos sujeitos no planejamento, na execução e nos resultados. Nesse sentido, Lane (1984) afirma que as cooperativas podem tanto assumir valores e funções capitalistas e autoritários, quanto podem alinhar-se aos princípios de gestão democrática e participação política, típicos da autogestão.

Para Rosenfield (2003), alguma conformidade entre princípios, meios e fins da autogestão poderá ser alcançada à medida que os sujeitos estabeleçam relações de cooperação e solidariedade, e pela mobilização política sejam capazes de transformar sua própria realidade e a do empreendimento.

Um dos elementos diferenciadores da autogestão seria, portanto, a participação aliada à dimensão política. Prado (2002) define que esta diferenciação é fundamental, pois um grupo pode servir como fonte de identidade social, mas não necessariamente como identidade política. Isso porque a primeira refere-se ao sentimento de pertencimento grupal e social, e a segunda por uma coesão proporcionada pela tomada de consciência das relações de opressão e subordinação, dentro de um conjunto de condições psicossociais concretas e políticas para serem desenvolvidas.

França *et al.* (2008) destacam as constantes queixas identificadas pela literatura quanto à ausência de cooperação e participação dos trabalhadores nos empreendimentos de autogestão. Órgãos governamentais e não governamentais têm incentivado a criação deliberada destas organizações que se dão, muitas vezes, desvinculadas de diagnósticos aprofundados da realidade do grupo e seus interesses. Conforme os autores, a forma jurídica tem se tornado o principal norteador para a criação dos empreendimentos, sobrepondo-se à necessidade de demanda direta dos sujeitos. Então, se a existência destas estiver condicionada apenas a estes “detonadores externos”, a possibilidade de reprodução ou não da cooperativa no futuro pode ser

determinada pelo modo como os trabalhadores ingressam nos empreendimentos.

Em razão desse quadro, Scopinho (2012) defende não haver uma diferenciação concreta do cooperativismo autogestionário desenvolvido no país. A diferença, se existe, estaria na busca por novos modos de pensar e significar a organização do trabalho e da produção. Compactuamos com esta opinião, no sentido de que a compreensão da ressignificação das relações de participação em empreendimentos autogestionários não poderia dar-se fora deste panorama, tendo em vista que, a depender das condições em que estas organizações são criadas, estas podem não se configurar como um projeto político para os sujeitos. Sobretudo, porque estes empreendimentos fazem parte de um tecido social costurado pelas regras mercadológicas, estatais, e pelo discurso hegemônico de produtividade e competitividade, que orientam modos de ser e de pensar o trabalho na contemporaneidade.

### **3- A RELAÇÃO ENTRE O PAA E AS COOPERATIVAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS: ELEMENTOS DA LITERATURA**

Em geral, os estudos que discutem a relação dos agricultores familiares com o PAA argumentam a favor do Programa e dos benefícios que ele proporciona. Destacam-se a contribuição para alteração da matriz produtiva, o incentivo da restauração e diversificação da produção e o favorecimento da redução do impacto de perdas do cultivo (GRISA *et al*, 2013). Hespanhol (2009) cita a contribuição para o autoconsumo, pois os alimentos passam a fazer parte do cardápio diário das famílias. Para esta autora, as práticas associativistas e cooperativistas, conforme as articulações estabelecidas entre os assentados e a participação destes nas atividades cotidianas, podem favorecer que projetos como o PAA sejam mecanismos de desenvolvimento das potencialidades locais. Almeida *et al* (2010) menciona que, além da garantia de renda e do fortalecimento da agricultura familiar, o PAA favorece o desenvolvimento de coesão social, o sentimento de pertencimento e a criação de redes de articulação social.

Gonçalves Júnior (2010) também trabalha com a hipótese de que o PAA contribui para a ampliação das práticas de mercado e o fortalecimento dos laços sociais em cooperativas. O autor observou em associações de caprinocultores da região do Semiárido um alto grau de organização e comprometimento entre os associados, que não seria atingido se não fosse pela participação no PAA. Segundo o autor, estas experiências ganharam vida própria e se autonomizaram do poder público, capilarizando relações com outras associações. Soma-se a isto o fato de que a região já possuía tradição de abrigar formas associativas e cooperativas de trabalho antes do PAA, o que também favoreceu este fortalecimento. Por isso, o autor conclui que a fase de esforços para promover uma intensa adesão dos associados à organização, e o aprimoramento das práticas de produção logo deram lugar à ampliação da cadeia produtiva com

a inserção no PAA. Apesar do descompasso entre a capacidade produtiva dos agricultores e a absorção da produção pelo Programa, os agricultores estabeleceram outros canais de comercialização nos mercados privados.

No entanto, a literatura também reconhece algumas limitações do Programa, sobretudo pelo risco de se estabelecer relações de dependência entre as organizações e o mercado institucional. As dificuldades de participação dos assentados na gestão da organização e a ausência de condições estruturais das cooperativas favoreceriam tais relações, para Hespanhol (2009). Nesse sentido:

O PAA exige elevada contrapartida em organização social e nem todas as organizações são capazes de responder a esta necessidade. O Programa se expressa nos locais na forma de rede, interligando unidades familiares de produção e estas com associações e cooperativas, poder público, entidades sociais, famílias beneficiadas e todos com instâncias estaduais e com a estrutura nacional do Programa. Este arranjo requer um conjunto não desprezível de recursos humanos e materiais das organizações proponentes para “sustentar” o PAA. Mas, estas condições não estão presentes em todas as organizações sociais, agravando-se quiçá à medida que o nível de pobreza dos associados se acentue. Por conseguinte, onde o PAA tomaria maior relevância e retorno social, é exatamente onde se tem dificuldades de execução (GRISA *et al.*, 2013).

Estudo recente de Luz (2014) ressalta esta desproporção. Apesar dos avanços significativos da segurança alimentar, nos assentamentos visitados pela autora o índice de insegurança alimentar das famílias chegou a 65,5%, em razão da diminuição da produção para o autoconsumo, da renda, e do aumento de consumo de alimentos processados. A autora também destaca os investimentos destinados pelo governo em 2013: 138 bilhões de reais para o agronegócio e 26 bilhões para a agricultura familiar, incluindo políticas como o PAA; e 2,5 bilhões para os assentamentos.

Portanto, entendemos que o Programa é uma das expressões deste espectro de contradições, entre os posicionamentos ambíguos do Estado, as regras do mercado e a realidade dos trabalhadores rurais assentados. O discurso adotado pelo governo tanto se vale da valorização da agricultura familiar de base camponesa e da diversificação da produção para garantia da segurança alimentar, quanto permanece sem promover alterações estruturais nas atuais condições dos assentamentos, privilegiando o fomento da monocultura de exportação e a hegemonia do agronegócio.

#### 4 - ESTUDO DO CASO

O Assentamento Mário Lago está situado a quinze quilômetros do centro da cidade de Ribeirão Preto, noroeste do estado de São Paulo, no território da antiga Fazenda da Barra. A

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909  
CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ  
CNPJ: 10.269.919/0001-39  
Email: rdestudosrurais@gmail.com

economia desta Região Administrativa (RA) constitui-se como um dos polos agroindustriais mais importantes do país, baseada fundamentalmente na produção sucroalcooleira e nos investimentos concentrados nesta cadeia produtiva. Carvalho (2011) destaca que a intensa modernização da agricultura desta região dá-se acompanhada de um processo de concentração de capital internacional, ao mesmo tempo em que coexiste com a precariedade dos assentamentos.

Após um longo processo de luta, o território da Fazenda da Barra foi reconhecido para fins de assentamento em 2007, pelo Incra. O modelo estabelecido foi o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), sobretudo em função da localização do assentamento em uma área de recarga do Aquífero Guarani, um dos maiores corpos hídricos subterrâneos do mundo. De acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério Público e Incra, a produção agroecológica deve ser organizada, condicionalmente, por meio de associações e cooperativas. O espaço estratégico ocupado pelo assentamento também comporta uma dimensão simbólica, pois há uma expectativa dos movimentos sociais locais em torná-lo modelo de desenvolvimento sustentável possível em meio ao agronegócio local.

Outro fator importante para compreender a atual configuração do assentamento refere-se às fragmentações dos movimentos sociais no território da antiga Fazenda da Barra. Gonçalves (2011) destaca a existência de três movimentos sociais que acabam dividindo o assentamento em núcleos, por defender projetos políticos e organizativos distintos. No total, são 464 famílias assentadas, divididas em 264 famílias no assentamento Mário Lago<sup>2</sup>, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); 160 famílias no assentamento Santo Dias, do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); e 40 famílias de um movimento autônomo denominado Índio Galdino. Este fato traz ainda mais complexidade ao campo empírico, pois para o Incra existe apenas o PDS da Barra, desconsiderando as nuances entre os núcleos.

O assentamento não conta com infraestrutura básica de saúde, educação, moradia, água e esgoto. O abastecimento de água tem gerado conflito entre as famílias, condicionando a produção aos períodos chuvosos do ano, o que a torna deficiente e irregular, restrita à subsistência e ao autoconsumo. As famílias também ficam dependentes dos serviços oferecidos na cidade e nos bairros próximos ao assentamento. Carvalho (2011) identificou que, em razão do curto tempo de existência do assentamento, ele ainda depende do cumprimento de muitos compromissos firmados entre Ministério Público e Incra.

A produção é comercializada por meio do PAA. O repasse coletivo da produção ao Programa só acontece para os trabalhadores que estão associados a alguma cooperativa. O

---

<sup>2</sup> Nossa pesquisa concentra-se nos lotes do núcleo Mário Lago, onde está localizada a sede provisória da Cooperares.



excedente que não é comercializado no Programa é vendido de modo improvisado em pequenas feiras de Ribeirão Preto.

Até o ano de 2009, o Centro de Formação Dom Hélder Câmara, organizado pelo MST, cumpria o papel de mediação da comercialização com o PAA. Após o vencimento do contrato, que não foi renovado, um grupo de 23 famílias reuniu-se para dar continuidade à participação no Programa, organizando a fundação da Cooperares naquele mesmo ano. Conforme documentos acessados em 2013 e informações fornecidas pelo diretor presidente, a Cooperativa possui 147 associados. Atualmente, está em execução o quarto contrato com o projeto de Doação Simultânea do PAA, que teve início em 2010.

A Cooperares está caracterizada em seu estatuto como um empreendimento autogestionário de agricultores familiares, de base cooperativista, voltada para produção, consumo e comercialização de produtos e serviços de modo autogerido. Embora em documentos como estatuto e projetos ela esteja descrita como uma cooperativa de produção, o cotidiano não envolve atividades de produção coletiva. A dimensão da autogestão estaria então, principalmente, na gestão da cooperativa.

Partimos do questionamento levantado por Oliveira (2007, p. 82): “(...) Em que medida as condições de existência oferecidas por uma cooperativa convidam, permitem, exigem ou impedem a participação das pessoas na gestão do negócio?”, quanto às possibilidades ou não de manifestação da autogestão, para iniciarmos nossa análise.

Uma das primeiras condições verificadas na Cooperares refere-se à comercialização, principal atividade da cooperativa. Há uma proporção de 50% de associados que entregam sua produção com assiduidade à organização. Em 2011, o faturamento anual da Cooperares atingiu cerca de quatrocentos mil reais, valor que caiu sensivelmente em 2012, quando o faturamento chegou à pouco mais de cem mil reais. Alguns cooperados desligaram-se da cooperativa para vincular-se a outras associações dentro do assentamento, com o objetivo de receber pagamentos maiores pelos produtos. O afastamento dos associados tem gerado conflitos entre a cooperativa e as demais organizações, que são acusadas pelo presidente e alguns entrevistados de trabalharem de forma desonesta, uma vez que as regras do PAA permite que um assentado comercialize sua produção com apenas uma cooperativa.

Atualmente, o PAA é o único canal de comercialização da cooperativa, que não participa de outros mercados institucionais por não atender a alguns critérios exigidos quanto à frequência de entrega e armazenamento dos alimentos. A dependência deste mercado institucional tem sido uma das queixas mais frequentes dos trabalhadores, tanto pela incapacidade em absorver a capacidade produtiva dos lotes, quanto pelos constantes atrasos no pagamento.

Para não perderem parte da produção que excede a cota estabelecida pelo Programa, algumas famílias utilizavam-se da estratégia de comercializar o excedente por meio das cotas de outros cooperados. No entanto, estas relações cooperativas informais em prol do cumprimento da cota estabelecida pelo PAA, tem diminuído em razão da intensificação da fiscalização dos contratos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab):

*Tem muitas pessoas que plantam pouco, então não dá para a gente fechar a cota (...) Para não perder, usava a cota dessas pessoas que não entregava. Agora não pode. Venceu minha cota, tem que parar. Então, até estourar esse projeto, eu não posso plantar, se eu plantar eu vou perder” (E., 2013).*

Esta estratégia de cooperação informal que favorecia o grupo agora representa mais um entrave para aqueles que comercializam com regularidade. O afastamento de quase metade dos associados, que permanecem sem produzir ou comercializar, contribui para a lentidão do fechamento da cota e, conseqüentemente, perda da produção para alguns cooperados.

Os cooperados sofrem constantemente com o atraso do repasse dos recursos, que deveria acontecer mensalmente. Em 2011, Carvalho (2011) já identificava pequenos atrasos que se davam, na ocasião, quinzenalmente. Constatamos em nossas observações que, desde 2012, estes atrasos tornaram-se regulares. Quando os pagamentos atrasam, o presidente recorre à Secretaria Municipal de Assistência Social de Ribeirão Preto a fim de solicitar doações de cestas básicas para os cooperados, tal o limite em que estas famílias chegam pela falta de renda.

Nos deparamos com a realidade apresentada por Luz (2014) ao verificarmos que, nos lotes visitados, há um paradoxo. Há famílias que produzem conforme a capacidade total do lote, mas que perdem grande parte da produção por ultrapassar a cota delimitada pelo PAA, e outras que sequer tem produzido para o autoconsumo, colocando o trabalho no lote em segundo plano.

Por isso, o assalariamento também é central na vida dos cooperados. A proximidade de Ribeirão Preto facilita este movimento diário e, em muitos casos, os sujeitos retornam ao assentamento apenas para dormir: *“O lote foi ficando, nem acessei o Pronaf nem nada. A hora que der tudo certo, que eu acessar, aí eu vou começar a produzir no lote e sobreviver do lote” (Z., 2013).* *“A gente faz a arrecadação dos produtos e só recebe de três em três meses (...) Para sobreviver do lote, a gente vai morrer de fome. Não dá por enquanto ainda não” (E., 2013).*

Em razão das limitações do PAA, a cooperativa busca estabelecer outros canais de escoamento e comercialização da produção. Tem-se verificado linhas de crédito para o financiamento da construção de uma sede, que já está em execução, e a instalação de uma pequena agroindústria para beneficiamento de frutas e tubérculos. Alguns equipamentos já foram adquiridos com recursos do PAA, entretanto não será suficiente para a finalização da obra.

Alguns cooperados relatam que o Incra tem representado um entrave quanto à emissão de pareceres técnicos para que a cooperativa participe dos projetos. Segundo o presidente, há pouco incentivo e descrédito por parte dos técnicos quanto ao potencial da cooperativa em executar projetos com financiamentos acima de 50 mil reais. O descrédito por parte de órgãos como o Incra, e a ausência de ações do poder municipal são descritos como fatores que comprometem e limitam as atividades da cooperativa ao PAA:

*(...) nós temos aqui Ribeirão, que é uma cidade tão grande, uma dificuldade nas nossas entregas de produção (...) então hoje parece que está mais [difícil], entendeu? Mas a gente já sofreu bastante, então eu acredito que o que falta mesmo é acreditar no nosso trabalho (M. L., 2013).*

Além disso, a viabilização destes recursos defronta-se com a resistência de grande parte dos cooperados em organizarem-se para atender regularizações exigidas pelos órgãos federais e estaduais, para a aprovação dos projetos e das prestações de contas do Programa: “ (...) muita coisa que o produtor faz atrasa o pagamento. O dia em que todos estiverem trabalhando honestamente, as coisas vão andar” (J., 2013).

Esta dificuldade dos cooperados em assumir compromissos e responsabilidades também reflete-se nas reuniões, que é o espaço privilegiado de interação entre os sujeitos, em que todos os informes e decisões são ali tomadas. Cerca de 10% dos associados comparecem às reuniões e assembleias, realizadas mensalmente. Nas assembleias ordinárias, de prestação de contas ou entrega de correspondências, este número aumenta para 25 a 30 participantes, o que ainda é muito baixo em relação ao número total de associados.

Percebemos que, do ponto de vista dos cooperados, as decisões a serem tomadas nos encontros restringem-se às regras do PAA, indicando o quanto o cotidiano da organização gira em torno deste projeto: “(..) a reunião era para resolver os problemas que têm na cooperativa, tipo, como amarrar a verdura, não pode entregar sujo” (E., 2013).

Portanto, mesmo para o pequeno grupo que frequenta com assiduidade as reuniões, esta participação se dá de modo instrumental, pois as tomadas de decisões e as funções do conselho de administração são acumuladas pelo presidente. Desde a fundação, a cooperativa permanece gerida pelo mesmo conselho de administração e, em 2015, uma nova diretoria deverá ser eleita, fato que tem gerado certa tensão entre os associados, por não concordarem com o término da atual gestão. Somente os cargos do conselho fiscal sofrem alterações para o cumprimento de formalidades jurídicas. Houve, em 2013, uma alteração estatutária para estender por dois anos o tempo da atual gestão.

Aliás, a função desempenhada pelo presidente tem ocupado papel central nas relações de participação dos sujeitos na cooperativa. Isto porque, além do afastamento dos cooperados

em função das inconsistências do PAA, a intensa confiança nele depositada e a comodidade em ter as funções-chave executadas por ele também contribuem para que a participação se dê em nível superficial: *“A doença mais grave daqui é o individualismo que nós temos aqui. O problema está sendo nosso. Nós ficamos desvinculados, só esperando o caminhão passar”* (M., 2013).

Esta vem sendo uma tendência seguida pelos sujeitos que fazem parte dos empreendimentos de caráter autogestionário, cujo projeto de trabalho coletivo como mecanismo de transformação social deu lugar às estratégias individuais, de menor alcance. A cultura de trabalho dos cooperados permanece arraigada ao discurso do empreendedorismo, “(...) que defende a ação individual como única possibilidade emancipadora e a perspectiva coletiva como burocrática, autoritária e ultrapassada” (LIMA, 2010, p. 160).

Uma vez que a participação se dá restrita à dimensão econômica da comercialização e para acesso aos benefícios individuais, para todos os entrevistados, identificamos três tipos de combinações de relações grupais em relação à participação:

(a) O primeiro grupo combina a participação pela comercialização regular, pela frequência nas reuniões e pela existência de um vínculo de intensa confiança, criado desde a fundação da cooperativa;

(b) No segundo grupo também verificamos a comercialização regular e vínculos de confiança. No entanto, não há frequência nas reuniões em razão das relações de confiança e comodidade, em que se justifica não haver necessidade de participar das decisões, uma vez que se entende que o presidente tomará as medidas de modo satisfatório;

(c) Já o terceiro grupo está disperso, ou seja, não comercializa ou o faz esporadicamente. A produção está restrita ao autoconsumo, ou destinada irregularmente às outras cooperativas. Em alguns casos sequer há produção, e não há participação nas reuniões.

Identificamos um perfil em comum entre os três grupos: a escolha pelo assentamento deu-se desvinculada de um conhecimento prévio ou de envolvimento com movimentos sociais: *“A gente sempre quis ter chácara, foi por isso que nós viemos para cá”* (R., 2014). *“No começo eu não tinha entendimento de nada, nem sabia o que significava reforma agrária, essas lutas do povo* (L., 2014). O engajamento foi ensaiado e desenvolvido durante as vivências no acampamento, reiterando as contribuições de Scopinho (2012).

Verificamos, portanto, que não houve escolha política pelo projeto de autogestão, que permanece no plano formal da cooperativa. Nas relações concretas de trabalho a participação se dá de modo instrumental pela comercialização e, para o primeiro grupo, por frequência nas reuniões. Mas isto não se desdobra como participação no sentido de decisões democráticas e responsabilidade na gestão. Os cargos são distribuídos entre alguns associados, mas as atividades de tais funções são executadas e acumuladas pelo diretor-presidente.

Apesar disso, verificamos que na história da cooperativa os sujeitos identificaram conquistas como fruto das relações de cooperação do grupo, que também se deram orientadas pelas necessidades de adequação ao PAA: “(...) *quando foi para nós fazermos os primeiros papéis, a gente sem dinheiro, juntamos moedinhas de um e de outro, de 50 centavos, de 1 real, pra podermos bater xerox ... é muito significativo para nós, a gente sabe o quanto foi difícil*” (M. H., 2013). “*Para comprar o caminhão foi assim, todo mundo se uniu, mesmo eu não tendo pagado ainda*” (L., 2014).

De acordo com alguns entrevistados, o fato da cooperativa ter adquirido um caminhão para transportar os alimentos comercializados motivou a adesão dos assentados ao quadro de cooperados. Por outro lado, ao presenciarem os gargalos da comercialização, isto se converteu em desmotivação para produzir e participar: “*Eu vou plantar, eu quero ver a minha terra produzir. Agora tem aquele que fala assim ‘ah, eu não vou plantar. Eu vou vender para quem?’*” (M. H., 2013). Por isso, a expectativa em torno da construção do barracão é colocada como algo que motivaria e aproximaria os cooperados, pois com o beneficiamento dos produtos novos clientes poderão ser conquistados.

Vimos no levantamento da literatura algumas das condições favoráveis para que o PAA se torne um importante mecanismo de fortalecimento dos vínculos de participação e de coesão entre os associados: a cultura de empreendimentos cooperativos na região; o estabelecimento de relação de cooperação mútua com outros empreendimentos de caráter semelhante; e um estágio em que os investimentos em adesões maciças já havia sido superados.

O caso em análise não congrega tais condições. Primeiro pela localização do assentamento, isolado de outros, o que dificulta a articulação com empreendimentos de caráter semelhante, conforme foi apontado no estudo de Ferrante e Borelli Filho (2011). Além disso, as disputas entre os diferentes movimentos sociais e as organizações coletivas dentro do assentamento dificultam o estabelecimento desta rede de cooperação mútua.

Outro aspecto que contribui para os estrangulamentos enfrentados pela cooperativa está relacionado ao contexto político da região de Ribeirão Preto. Os cooperados queixam-se da falta de articulação do poder municipal com o assentamento:

*Aqui é brecado, é fechado. Não tem interesse da prefeitura abrir um espaço para o pessoal sem-terra trabalhar. Em outro lugar a prefeitura oferece o espaço. E aqui não tem essa vontade (...) tem que ter uma coisa diferente. Porque o projeto que você faz, entregou e para uns dias. Nessa parada aí, um mês aqui para nós é um prejuízo incalculável”* (N., 2013).

Lembramos que os municípios, conforme visto na literatura, poderiam ser importantes intermediadores do PAA e do fortalecimento das cooperativas inseridas no programa, estabelecendo estratégias alternativas de comercialização.

Também verificamos que o fator cultural não existia antes da fundação da cooperativa. Os associados não tinham experiências prévias de organização nestes empreendimentos, cujas trajetórias de trabalho são marcadas, predominantemente, pela cultura assalariada e heterogerida. Por isso, concluímos que a cooperativa ainda encontra-se no estágio de angariar adesões duráveis dos associados, ao qual Gonçalves Júnior (2010) se referiu.

Tomando como referência Scopinho (2007), a carga burocrática e administrativa exigida pelo PAA e concentrada no trabalho do presidente vem consumindo grande parte dos esforços e investimentos da cooperativa. Isto se tornou um problema à medida que todo o trabalho permanece direcionado às exigências de prestação de contas à Conab, comprometendo a busca por outras estratégias de inserção da cooperativa no mercado. A criação da cooperativa, condicionada à existência do Programa, dá pistas de que sua organização, embora formalmente descrita como autogestionária, não se dá sob estes princípios.

Portanto, este conjunto de condições problematizam a dependência da cooperativa ao PAA, que por sua vez tem reduzido as relações de cooperação às brechas encontradas pelos cooperados nas regras do PAA e a participação à dimensão da comercialização. As possibilidades do projeto autogestionário ser um mecanismo de transformação das relações de trabalho, de autonomia e de articulação política tornam-se cada vez mais reduzidas. Se, inicialmente, as necessidades de inserção e adequação ao PAA substanciaram a organização do empreendimento, atualmente testemunha-se o esvaziamento gradativo da cooperativa.

## **5- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O PAA é um caso bastante ilustrativo dos descompassos verificados nas políticas da reforma agrária brasileira. O Programa é uma importante estratégia de inserção dos assentados no mercado e angariou ganhos importantes em relação à segurança alimentar com a distribuição dos alimentos. Por outro lado, a dependência das cooperativas em relação aos mercados institucionais tem colocado em risco a sobrevivência dos empreendimentos, conforme verificamos no caso discutido neste artigo.

Em relação à hipótese levantada na introdução deste artigo, concluímos que a relação entre a cooperativa e o PAA vem mediando o sentido dado à participação pelos cooperados, restrita a inserção comercial ou não. Este caso talvez difere-se dos demais apontados pela literatura em relação ao potencial do Programa justamente pelo assentamento estar em um contexto de intensas disputas, em que a hegemonia do modelo do agronegócio e as pressões para que o modelo de PDS dê certo evidenciam ainda mais as contradições da realidade.

Acrescentamos a isso o fato de que, diferentemente das propostas de autogestão, que se sustentam na gestão coletiva da organização e na mobilização política para transformação da realidade, a construção e manutenção da cooperativa está alicerçada nas exigências do Programa

e nas relações de confiança/comodidade entre cooperados e presidente. A cooperativa parece cumprir função de pertencimento, mas não de identidade política para os sujeitos.

Ao balizarmos esta realidade com os princípios da autogestão, a existência da cooperativa não deveria estar condicionada apenas à dimensão econômica, como foi e está sendo. Mas, dadas todas as condições expostas, as relações de participação de fato não se orientariam de modo muito diferente, ou mais próximos da autogestão, de como vem se delineando até o momento. Mesmo porque a cooperativa tampouco originou-se nestes preceitos e deste substrato, embora eles estejam prescritos nas cartilhas estudadas e nos documentos que a caracterizam e formalizam. Se ela foi forjada nos condicionantes de inserção ao PAA, é mais fácil compreendermos o porquê a participação vem se combinando, cada vez mais, como sinônimo de comercialização para estes sujeitos.

Em que pese este conjunto de constrangimentos, de diferentes ordens e origens, temos de reconhecer que os sujeitos ressignificam o trabalho no assentamento e, conseqüentemente, as relações de participação na cooperativa. Puderam entrar em contato com novos modos de trabalhar, com uma ideia (ainda que preliminar) sobre como organizar-se coletivamente no período de acampamento e para a fundação da cooperativa.

E, de certo modo, a cooperativa ainda cumpre alguma função de vinculação para os sujeitos, mesmo que para um pequeno grupo, o que poderia ser um elemento em potencial para estabelecerem-se novas relações mais próximas da autogestão. Contudo, as perdas progressivas da organização, em razão dos estrangulamentos econômicos e estruturais e dos gargalos de comercialização, têm desconfigurado até mesmo os laços mais coesos, pois cada vez mais os sujeitos recorrem ao assalariamento em detrimento de projetar no assentamento e na cooperativa as suas estratégias de reprodução da vida.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA *et al.* Rede de segurança alimentar de forte coesão social, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 12, n. 3, p. 370-385, 2010.

CARVALHO, J. G. *Questão agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto*. Campinas, 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

FERRANTE, V. L. B.; BORELLI FILHO, D. O sistema produtivo do Assentamento Mário Lago: uma experiência de produção agroecológica no centro da indústria agrocanvieira do interior do Estado de São Paulo. 48º Congresso da Sober - Tecnologia, Desenvolvimento e Integração Social, Campo Grande, 2010. *Anais do 48º Congresso da Sober - Tecnologia, Desenvolvimento e Integração Social*. Brasília: SOBER, 2010.

FRANÇA, B. H. *et al.* *Guia de economia solidária ou porque não organizar cooperativas para populações carentes*. Niterói: Editora EdUFF, 2008.

GONÇALVES, J. C. *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: a (difícil) construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto - SP*. São Carlos, 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos.

GONÇALVES JUNIOR, O. “Práticas de mercado” e reestruturação de laços sociais: uma combinação possível? *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 15, n. 57, p. 161-179, 2010.

GRISA, C. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. *Retratos de Assentamentos*, v. 13, p. 137-170, 2011.

GUARESCHI, P. *Prefácio*. In: SILVEIRA, A. F. *et al.* (Orgs.). *Cidadania e participação social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 1-4.

HESPANHOL, R. M. O programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na região de Dracena (SP). Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural

LANE, S. O Processo Grupal. In: LANE, S.; CODO, W. (Orgs.). *Psicologia Social: O Homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 78-98.

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, n.25, p. 158-198, set./dez. 2010.

LUZ, V. G. *(In)segurança alimentar e nutricional em agricultores familiares e o uso da terra no município de Ibiúna, SP*. Campinas, 2014. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Qualitativa em Saúde: O Desafio do Conhecimento*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NASCIUTTI, J. R. A Instituição como via de acesso à comunidade. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 100-126.

OLIVEIRA, F. Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 75-83, 2007.

PRADO, M. A. M. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71, jun. 2002.

ROSENFELD, C. L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. *Civitas*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 395-415, 2003.

SCOPINHO, R. A. *Processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades*. São Paulo: Annablume Editora, 2012.



## VI ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS – CAMPINAS 2014

### Resistência Camponesa e dinâmicas de mediação em Alcântara – reflexões sobre a disputa territorial entre quilombolas e o Estado Brasileiro

Maristela de Paula Andrade<sup>1</sup>

maristela.depaulaandrade@gmail.com

#### RESUMO

Neste texto tentamos analisar as modalidades de resistência de *atingidos* e *quilombolas* de Alcântara/MA, como respostas aos ataques a seu modo de vida, assim como tomar para objeto de reflexão as distintas formas de intervenção nos conflitos de parte de diferentes mediadores. Adotamos uma abordagem que recusa o essencialismo das categorias *atingidos* e *quilombolas* e que se preocupa com a participação de outros agentes sociais, presentes na arena de disputas, durante a vigência de cada governo federal. Buscamos apontar as motivações e os interesses de instituições e agentes que passaram a integrar o cenário de conflitos nas últimas décadas.

Palavras chave – quilombolas; mediadores; lutas camponesas; Alcântara

---

<sup>1</sup> Antropóloga, professora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/UFMA. Coordenadora do GERUR – Grupo de Estudos Rurais e Urbanos

## **Resistência Camponesa e dinâmicas de mediação em Alcântara – reflexões sobre a disputa territorial entre quilombolas e o Estado Brasileiro <sup>2</sup>**

### **Introdução**

O município de Alcântara, no Maranhão, tem sido apontado por cientistas e técnicos ligados aos militares ou a empresas, parlamentares e planejadores de órgãos estatais, como uma das zonas mais estratégicas do planeta para implantação de plataformas de lançamento de artefatos espaciais. Segundo eles, sua localização privilegiada, a dois graus da linha do Equador, permitiria a colocação de foguetes em órbita com economia de combustível da ordem de 30%.

Além desses fatores, os militares, ainda durante o regime ditatorial, apresentaram outros aspectos favoráveis à apropriação e controle dessa zona do município: as condições meteorológicas e, principalmente, o que classificaram como baixa densidade demográfica. Naquele momento, os grupos que hoje se identificam como *quilombolas* eram invisíveis àqueles que controlavam o poder pela força e que fundamentavam a escolha de Alcântara com base em argumentos geopolíticos ou de segurança nacional.

Contraditando a visão dos militares, que afirmavam ser a região um vazio demográfico, os trabalhos acadêmicos produzidos sobre Alcântara demonstravam que, por diferentes processos de territorialização (Oliveira Filho 1999), grupos de descendentes de escravos e de indígenas já manejavam essas áreas desde o século XIX. Esses segmentos integravam um campesinato de uso comum, consolidado em centenas de povoados, em muitos casos ainda na vigência da escravidão. Tinham se estruturando a partir da permanência de ex-escravos e seus descendentes em terras de fazendas e engenhos deixados em abandono, após a derrocada econômica de seus proprietários. A fixação desses grupos tinha se dado, igualmente, em terras correspondentes a grandes unidades monocultoras pertencentes a antigas ordens religiosas, como a dos Jesuítas e Carmelitas (Sá 2007; Almeida 2006).

O modo de vida das famílias que se estabeleceram nessas zonas do município, desde o século XIX, só foi radicalmente alterado na segunda metade do século XX, quando militares, ainda na década de 70, decidiram transformar praticamente todo o município de Alcântara em área de interesse para atividades espaciais a ser controlada pelo Estado. Assim, o município foi escolhido, ainda durante o período autoritário, como espaço propício para abrigar o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), sob o controle, primeiramente do

---

<sup>2</sup> A primeira versão deste trabalho, e mais completa, será publicada em forma de capítulo de livro ainda no prelo, intitulado “*Atingidos e Quilombolas – cronologia das modalidades de resistência e dinâmicas de mediação em Alcântara*. Agradeço a Benedito Souza Filho e Igor Gastal Grill pela leitura crítica. A Carlos Aparecido Fernandes e Dorinete Serejo Morais, moradora do povoado Canelatiua e integrante da atual coordenação do Movimento de Atingidos pela Base Espacial (Mabe), pela leitura da cronologia e por suas informações e sugestões.

Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e, depois, do Ministério da Aeronáutica (Maer), sendo parte das iniciativas de um programa espacial mais amplo que se desdobra até os dias de hoje. O instrumento jurídico que permitiu a expropriação das famílias da área pretendida pelos militares foi um decreto de desapropriação por utilidade pública.

Em função dos interesses em jogo iniciou-se uma disputa territorial envolvendo, de um lado, setores do Estado com seus aparatos, programas, projetos e profissionais vários; de outro, grupos constituídos por descendentes de escravos e indígenas, que passaram a mobilizar a identidade de *atingidos*, nos anos 80 e, dos anos 90 em diante, também aquela de *quilombolas*<sup>3</sup>, para fins de interlocução com os aparelhos de poder.

As justificativas apresentadas por distintos governos federais para controlar essa extensa área livre da presença humana, vem se fundamentando em razões estratégicas, econômicas, tecnológicas, geopolíticas e de segurança nacional. Por outro lado, os *atingidos* e *quilombolas*, apoiados por distintos mediadores (Wolf 2003; Silverman 1977) vem calcando sua resistência em razões históricas, sociais, identitárias e territoriais. Em seus confrontos, as partes em litígio passaram a mobilizar estratégias para alcançar seus objetivos, envolvendo instituições e agentes postos na arena de disputa (Olivier de Sardan 1995) - setores do Estado, em diferentes governos federais e estaduais, tentando reservar todo o litoral de Alcântara para implantação de empreendimentos aeroespaciais e os *atingidos* lutando para garantir a manutenção de seu território.

Buscando montar uma cronologia dessa disputa territorial, que resultou em conflitos ao longo das três últimas décadas, e analisando os principais embates entre as partes, observamos que configurou-se uma arena na qual diferentes agentes e instituições passaram a ser incorporados e a se movimentar, por vezes interferindo na dinâmica dos enfrentamentos entre os *quilombolas* e aparelhos de poder. Se, de um lado, foram muitas as políticas, programas e projetos, que mobilizaram governos, ministérios e uma plêiade de instituições oficiais e de empresas, para defender os alegados “interesses nacionais”; por outro, verificou-se a movimentação dos autodenominados *atingidos* e seus mediadores, assessores e apoiadores de vários tipos, do ministério público e outras instituições oficiais, colocando em prática estratégias para se contrapor à ofensiva do Estado e defender direitos territoriais ameaçados, com base nos dispositivos constitucionais e nas convenções internacionais que o Brasil subscreve.

Neste texto tentaremos analisar as várias modalidades de resistência dos *atingidos* e *quilombolas*, como respostas aos ataques a seu modo de vida, assim como tomar para objeto de reflexão as distintas formas de intervenção nos conflitos de parte de diferentes mediadores. Uma abordagem que recuse o essencialismo das categorias *atingidos* e

---

<sup>3</sup> Neste texto utilizaremos os termos *atingido* e *quilombola* conforme vem sendo adotados como categorias de auto-identificação em diferentes conjunturas.

*quilombolas*, porém, que se preocupe com a participação de outros agentes sociais, presentes nessa arena, deve ressaltar deslocamentos, transformações, ressignificações dessas próprias categorias, conforme o momento histórico, de acordo com as investidas que sofrem durante a vigência de cada governo federal. Da mesma forma, deve apontar as motivações e os interesses das instituições e dos agentes que passaram a integrar esse cenário de conflitos.

Estamos diante de um complexo campo de disputas, envolvendo aparelhos de poder, entidades sindicais, instituições civis e religiosas, empresas, técnicos e intelectuais de várias especialidades. Se é verdade que não podemos entender o Estado como um bloco monolítico, devendo atentar para a multiplicidade de seus aparelhos, contemplando instituições as mais diversas em cada conjuntura e apresentando contradições internas, também é correto lembrar que os *quilombolas*, os *atingidos*, não devem ser tomados como categorias sociais monolíticas, posto que vão se constituindo enquanto sujeitos políticos conforme se desenrola o jogo entre as várias partes em disputa. Além disso, as modalidades de resistência desses agentes também variarão conforme as contradições (Palmeira s/d) que experimentam em circunstâncias específicas ou de acordo com as contas a acertar (Wolf 1984:12), seja com os detentores do poder, com grupos vizinhos ou com os mediadores em cada situação.

Os expropriados pela Base de Alcântara podem ser divididos em dois grandes segmentos – os já remanejados para sete *agrovilas*, há trinta anos, e aqueles que, embora também expropriados, não foram retirados de seus locais de moradia e trabalho. Estes últimos, que ainda vivem na faixa litorânea do município, tem seu destino discutido atualmente por uma Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAFAF) que estuda uma forma de garantir esta área do município como reserva de território ao Estad.

Sem o território titulado, muito embora o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) tenha sido publicado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em novembro de 2008, os grupos da faixa litorânea de Alcântara tem vivido os últimos trinta anos na indefinição quanto ao futuro. Quanto aos que vivem nas *agrovilas*, nunca obtiveram nenhuma compensação ou reparação pelos danos materiais e sociais sofridos por várias gerações desde os anos 80.

Desde que os últimos governos federais, a partir de 1990, tomaram a iniciativa de conferir um caráter civil aos empreendimentos espaciais no município, oferecendo sua faixa litorânea a outros países que quisessem ali implantar seus sítios de lançamento, tais grupos passaram a enfrentar novos ataques à sua autonomia territorial. A partir de então, entraram em cena como seus antagonistas novos agentes e agências, tanto governamentais como

privados, tornando mais aguda a disputa, com constante violação de direitos daqueles grupos.

O condicionamento da regularização do território *quilombola* à exclusão de uma área de 12.000 hectares no litoral, contígua à do CLA, é justificada pelos Ministérios da Aeronáutica, da Ciência e Tecnologia e da Justiça, assim como pela Casa Civil e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), pela necessidade de reservar uma grande extensão de terras para implantação de futuros empreendimentos aeroespaciais. Tal prioridade de interesses “nacionais” tem levado esses grupos a serem agredidos de uma forma que pode muito bem ser caracterizada como de guerra contra seu modo de vida (Souza Filho, 2013) ou como um processo de etnocídio (Clastres 2004) e limpeza étnica, conforme temos tratado a questão em outros trabalhos (Paula Andrade e Souza Filho 2006).

Ressaltamos que estamos entendendo mediadores enquanto indivíduos ou grupos que agem como um vínculo entre sistemas locais e nacionais (Wolf 2003:73-91). Tais mediadores, segundo Silverman (1997:294), alargando o conceito de Wolf, não seriam intermediários quaisquer, mas ocupariam posição crítica nas “junturas ou sinapses de relações que conectam o sistema local ao todo mais amplo”. Em nosso caso, indivíduos ou instituições religiosas, civis, universitárias, que se colocam entre os expropriados dos povoados de Alcântara e as instituições oficiais, sejam elas municipais, estaduais ou federais ou, mesmo, internacionais.

### **Distintas modalidades de resistência de *atingidos* e *quilombolas***

Ao analisar os vários eventos que marcam a disputa territorial em Alcântara, ressaltamos que a resistência dos *atingidos* e *quilombolas* deve ser entendida, também, como aqueles atos cotidianos (Scott 2002), acionados por sucessivas gerações de moradores de centenas de povoados alcantarenses nessas três décadas de transgressões a seus direitos de cultivo, de pesca, de extrativismo.

Na verdade, como apontam Menezes e Malagodi (2011), ao discutirem as teorias de James Scott, Van der Ploeg e Norman Long, as interpretações mais clássicas no âmbito da ciência política teriam dificuldade em reconhecer como resistência camponesa ações cotidianas, individuais, e por vezes anônimas, relativas à sua própria forma de produzir a vida material e social ou de se relacionar com os recursos da natureza. Dentre estas, em Alcântara, estão a obstinação das famílias em implantar roçados dentro das áreas desapropriadas e controladas pelos militares desde 1980; a continuidade da pesca e do extrativismo, apesar de serem obrigados a usar crachás e de enfrentarem, muitas vezes, ameaças de prisão, sendo impedidos de exercer atividades fundamentais à sua economia; a implantação de roçados dentro das áreas controladas pelos militares, apesar da constante

vigilância, da perseguição aos chefes de família e homens jovens das unidades domésticas, obrigando-os a se esconder para levar adiante suas atividades econômicas - agrícolas e outras; a ampliação dos limites de suas áreas de trabalho para dentro daquelas outrora pertencentes a grupos deslocados, reservando as de suas próprias localidades para o exercício de atividades agrícolas futuras, denotando preocupação dos grupos situados no litoral com a sustentabilidade dos recursos ambientais (Coelho 2012); a obstinação na continuidade da realização de suas festas religiosas nas *agrovilas*, superando a deterioração das condições de existência a que foram submetidas nos locais para onde foram remanejadas compulsoriamente (Santos 2004); a persistência da realização de festas e rituais religiosos por uma extensa rede de amigos e parentes de vários povoados e da capital São Luís (Silva 2005; Cardoso 2008; Cardoso e Gomes 2006); a continuidade da participação de tocadores de *tambor de crioula*, de *caixeiras do Divino*, moradores das *agrovilas* e de outros povoados, nas importantes celebrações religiosas da sede do município, como as Festas de São Benedito e do Divino Espírito Santo e outras; a constante reprodução de saberes, como o manejo de ostras em Samucangaua ou a carpintaria naval em São João de Cortes, o fabrico de redes de dormir em Brito, a produção do azeite de mamona em Mamuna e tantos outros, referidos à manutenção do expressivo patrimônio imaterial desses grupos (Souza Filho e Paula Andrade 2012); a teimosia em construir casas dentro das *agrovilas*, apesar das proibições dos militares durante longos anos (Santos, 2004). Sendo assim, um resgate mais completo da memória oral dessas famílias, acerca dos conflitos em que estão envolvidas há três décadas, elaborado de seu próprio ponto de vista e permitindo apreender ações de resistência quase imperceptíveis, é uma tarefa por realizar.

Ganham mais repercussão, por outro lado, aquelas situações de enfrentamento direto, nos quais as famílias se juntam, impedindo a ação imediata de seus antagonistas ou barrando o deslocamento de comitivas oficiais, chamando a atenção para suas reivindicações. Foi este o caso do episódio, no início dos anos 80, quando Nelson Ribeiro era ministro do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Outro enfrentamento desse tipo, mais recente, foi a chamada *barricada*, ocorrida em Mamuna, contra as empresas vinculadas à Alcântara Cyclone Space (ACS), a Fundação Aplicações de Tecnologia Críticas (Atech) e suas terceirizadas (Souza Filho, 2013).

Outras modalidades de resistência, de parte dos *atingidos*, podem ainda ser apontadas. Consubstanciadas em ações aparentemente paradoxais, poderiam, equivocadamente ser vistas mais como cooptação de líderes locais ou capitulação frente ao avanço das empresas terceirizadas da Alcântara Cyclone Space (ACS) e da Fundação Aplicação de Tecnologias Críticas (Atech) ou, ainda, enquanto traição de certos grupos aos ideais de resistência coletiva muitas vezes alimentados pelos mediadores. Foi esta a

situação dos moradores de Baracatitua quando, no mesmo momento em que seus vizinhos de Mamuna barravam os trabalhos chamados de “pré-engenharia” das empresas a serviço da ACS, eles decidiam “negociar” diretamente com os engenheiros, prescindindo da atuação dos mediadores e até rompendo com eles (Costa, 2010).

Registram-se, também, outras modalidades de resposta às agressões a seu modo de produzir a vida material e simbólica e à intrusão e usurpação de seus territórios, mediadas por um conjunto de assessores e apoiadores vários: encaminhamento de abaixo-assinados dirigidos a seus órgãos sindicais e a representantes governamentais diversos; formalização de boletins de ocorrência em delegacias de polícia, após enfrentamentos com militares e que redundaram em prisões; audiências com parlamentares e autoridades em Brasília; intervenções em audiências públicas realizadas em Alcântara para fins de licenciamento ambiental dos empreendimentos citados; denúncias, por meio de depoimentos à Procuradoria Geral da República no Maranhão; depoimento a comissões especiais enviadas ao município, constituídas de parlamentares brasileiros ou de técnicos de organismos internacionais, como a ONU; ajuizamento de denúncias, assim como participação em audiências junto a organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Tentando situar essas várias modalidades de resistência em cada conjuntura, percebemos que o período de 1981 – quando estavam no poder João Batista Figueiredo e, no governo estadual, João Castelo e, depois, Luís Rocha – até 1986, no momento da efetivação do remanejamento compulsório das famílias para as *agrovilas*, a tônica da mobilizações políticas dos *atingidos*, como então já se identificavam, foi a reivindicação da garantia das condições materiais e sociais de existência nos novos lugares.

Os *atingidos* viviam, então, os primeiros momentos da implantação do CLA e suas mobilizações se voltavam à busca do atendimento às reivindicações dos que estavam ainda ameaçados pelo decreto em que se baseava a expropriação e, depois, quando já tinham sido remanejados para as *agrovilas*. Num segundo momento, após o remanejamento compulsório, a tônica das reivindicações era a exigência de políticas voltadas especialmente ao segmento que foi instalado nesses locais, conforme compromisso dos militares, inclusive registrado em cartório.

Em decorrência das novas investidas do Estado, que já conseguira implantar o CLA e que visava ocupar, a partir dos anos 2000, outras áreas contíguas a esse Centro, registra-se um deslocamento “geográfico” dos conflitos e dos móveis da resistência, com uma transferência do lócus dos enfrentamentos, nesses anos, para o litoral. Nesse momento, ministérios e órgãos ligados diretamente à presidência da República passaram a desenvolver ações em Alcântara com esse objetivo.

Nos momentos que antecederam o remanejamento compulsório, em 1986, prevaleceu, como estratégia de mobilização política dos *atingidos*, a montagem das chamadas “comissões”, que levavam adiante, com o apoio da Igreja Católica e do recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT) no município, a ação denominada de “conscientização” dos que seriam reassentados nas *agrovilas*. A luta principal era, então, pela indenização das benfeitorias, manutenção do módulo fiscal do município (35 ha) e garantia de condições de moradia e trabalho nos novos locais. Depois, se intensificaram as manifestações de oposição aos problemas enfrentados pelos já remanejados compulsoriamente, após os militares e o ministro Nelson Ribeiro terem decidido destinar apenas 15 ha a cada família, para atividades hortifrutigranjeiras.

Sem apoio ou assistência técnica efetiva, as associações criadas nas *agrovilas* foram levadas a tomar empréstimos junto ao Banco do Nordeste para arcar com os custos dessas atividades agrícolas, totalmente estranhas às famílias. O resultado dos projetos elaborados por técnicos ligados à Aeronáutica naquele momento – um dos quais é o atual prefeito do município – e pelas empresas que montaram para esse fim, revelou-se um fracasso e as associações das *agrovilas*, que tomaram os financiamentos, encontram-se endividadas junto aos bancos oficiais ainda hoje.

Nessa conjuntura, pós remanejamento compulsório, em 1986, a resistência protagonizada por integrantes da primeira geração de expropriados, pais e mães de família que foram transferidas para as *agrovilas*, era conduzida pelo então Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara (STR)<sup>4</sup>, com o apoio da Igreja Católica e do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1982 no município, assim como da assessoria jurídica da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). Foram comuns, então, como formas de mobilização, os abaixo-assinados e cartas dirigidas a autoridades e a órgãos sindicais, acordos assinados em cartório, audiências em Brasília e, também, ações mais diretas de enfrentamento, como a interrupção da passagem de comitivas oficiais.

Nos anos 90, com exceção da desapropriação de mais dez mil hectares para a base espacial, por Collor de Mello, há um período de abandono do projeto espacial, de parte do governo federal, com certa tentativa de rearticular o Ministério de Ciência e Tecnologia, extinguindo-se órgãos como a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae) e criando-se outros, como a Agencia Espacial Brasileira (AEB)<sup>5</sup>. Os remanejados, por sua vez, foram jogados à própria sorte, buscando terras para cultivar fora das *agrovilas* e, muitas vezes, dentro das áreas pretendidas pela Aeronáutica (Rocha 2005, 2007). Quanto às

---

<sup>4</sup> O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alcântara (STR) veio a se chamar, depois, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR).

<sup>5</sup> Para conhecer o ponto de vista daqueles que defendem o programa espacial brasileiro como projeto estratégico de segurança nacional e que, como tal, segundo eles, não deveria sucumbir ao conceito antropológico de território aplicado ao caso dos *quilombolas*, ver Amaral, 2011.



famílias do litoral, continuaram invisíveis aos aparelhos de poder, assim permanecendo por longo período.

### **O Mabe e as políticas oficiais - o refluxo da luta pela titulação do território**

A resistência dos *atingidos*, em 1999, na vigência do governo de FHC e, no Maranhão, de Roseana Sarney, é marcada pelo apoio mais intenso de mediadores da Universidade Federal do Maranhão e de organizações da sociedade civil que prestavam assessoria jurídica a esses grupos. São realizados seminários promovidos por órgãos sindicais, com o apoio e assessoria dessas entidades e de intelectuais. Esse ano representa um marco da passagem da condução da resistência das mãos do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) para um novo movimento que pretendia agregar os *atingidos*, entendidos e autoclassificados, a partir daquele momento, como *quilombolas*. É também o ano em que a Procuradoria Geral da República manifesta mais firmemente a defesa dos direitos dos *remanescentes de quilombo*, interpondo uma ação civil pública contra a União, o IBAMA e a INFRAERO, ao argumentar irregularidades no Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) relativo à implantação do CLA, e também um Inquérito Civil Público, para averiguar possíveis irregularidades na implantação desse Centro. Tais iniciativas vão marcando outros deslocamentos nos processos de resistência dos *atingidos* e *quilombolas* de Alcântara, na medida em que os enfrentamentos passam a configurar, também, uma batalha jurídica que atinge seu ponto máximo com o envio da resolução do conflito, em 2008, para a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), onde se encontra até hoje.

Após o “seminário de 1999”, e com a criação do Mabe, o movimento dos *atingidos*, que englobava todos aqueles que viviam e trabalhavam nas áreas pretendidas pela Aeronáutica, é inserido naquele dos *quilombolas*, que emerge com força em todo o país. O movimento em defesa do território étnico de Alcântara passa a refletir pautas determinadas por organizações específicas, ligadas ao chamado “movimento negro”, em São Luís e no nível nacional. Outra mudança significativa, do ponto de vista da mediação, é o afastamento da SMDH que, na disputa por projetos de financiamento, perde seu lugar de assessor das lutas dos *atingidos* para entidades de fora do Maranhão, sediadas em São Paulo.

*Quilombo* e *quilombola* tinham se convertido em categorias de menção obrigatória nos enfrentamentos associados às lutas por reconhecimento e regularização territorial de grupos como aqueles de Alcântara, que se representam como ligados aos ancestrais escravos. O próprio Estado passara a adotá-las como linguagem de mediação e comunicação com os movimentos sociais em função do poder e força que passaram a assumir como instrumento de luta. Desse modo, não se pode atribuir aos segmentos que

reivindicam direitos territoriais como *quilombolas*, a manipulação ou invenção oportunística desse sujeito coletivo, já que o próprio Estado a incorporou nos dispositivos constitucionais como instrumento para reparo de dívidas sociais históricas.

Em decorrência dessa situação de conflito ou ameaça, a auto-identificação como *remanescente de quilombo* acaba funcionando como uma identidade de combate (Castells 2001:24).

Desta forma, percebe-se que o termo *atingidos* encerra vários significados, desde as mobilizações do início de 1980 até aquelas posteriores a 1999. *Atingidos*, no início da mobilização política dos grupos expropriados, era uma denominação segundo a qual se identificavam os moradores de povoados de Alcântara alcançados pelas ações do Ministério da Aeronáutica. Tinham se constituído como *atingidos* em resposta às próprias políticas governamentais, sendo seus porta-vozes os diretores do Sindicato e também homens e mulheres casados, da primeira geração dos deslocados, que tinham despontado como líderes das mobilizações e que, por vezes, estavam ligados ao STR como integrantes de sua diretoria ou na condição de delegados sindicais.

Registram-se, assim, vários deslocamentos, desde que os *atingidos* de Alcântara começaram a se mobilizar, antes mesmo do remanejamento compulsório para as *agrovilas* e, depois, no final dos anos 90 e seguintes : a) o protagonismo na condução das lutas em Alcântara passa do Sindicato para um movimento específico - o Movimento de Atingidos Pela Base Espacial (Mabe); b) entidades civis de São Luís são substituídas em sua função de apoio por outras sediadas em outros estados, o que confere aos trabalhos de assessoria novo caráter, mais centrado agora em cursos pontuais, e sem a presença de assessores jurídicos na capital, que pudessem ser acionados em casos de emergência; c) agentes da pastoral católica no município, que atuavam nos momentos anteriores enfatizando o “trabalho de base” e a “conscientização”, são transferidos para outras cidades e estados; d) assessores de deputado federal, também ligados à Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Aconeruq), que mantinham relação com entidades de fora do Maranhão, passam a ser reconhecidos por entidades civis e funcionários de órgãos governamentais, sobretudo os federais, como mediadores por excelência e porta-vozes de todos os segmentos ameaçados de Alcântara; e) a coordenação do Mabe, embora continuasse a ser integrada por alguns líderes da primeira geração de expropriados, residentes nas *agrovilas*, vai sendo progressivamente ocupada por tais assessores, moradores da sede do município; f) homens e mulheres mais jovens, solteiros, de alguns povoados, sob direção desses novos assessores da sede, passam a substituir as lideranças da primeira geração de expropriados na composição da coordenação do Mabe; g) aos poucos, a luta pela titulação do território torna-se secundária, diante da necessidade de o

novo movimento gerenciar verbas federais e estaduais, atendendo às políticas oficiais várias que passam a ter os *quilombolas* como “público alvo”; h) em decorrência da obtenção de verbas públicas, verifica-se uma certa política clientelística, de parte daqueles mediadores da sede do município, na distribuição dos recursos financeiros de alguns dos projetos entre os chamados “beneficiários”, em grande parte constituídos por jovens das *agrovilas* e de povoados do litoral.

A ação do Mabe, que fora inicialmente pensado enquanto uma espécie de braço do Sindicato, passa a afastar o órgão de classe dos trabalhadores rurais da coordenação das ações de resistência das famílias, a partir das possibilidades de obtenção de recursos federais para projetos específicos direcionados aos *quilombolas*, desde o primeiro governo Lula. O foco principal, nesse momento, não é mais a luta pela titulação do território ou pela reparação aos danos causados aos remanejados, mas reivindicam-se recursos financeiros às “comunidades negras rurais quilombolas”, mesmo no âmbito daquelas que deveriam ser encaradas como políticas universais, como a formação profissional e a documentação pessoal (carteira de identidade e outros documentos).

Verifica-se, ademais, como em muitos pontos do país, e conforme políticas que incentivaram e reforçaram a assunção da identidade *quilombola*, uma etnicização das políticas públicas pela entrada em cena de entidades como a Aconerug e a Confederação Nacional das Associações Quilombolas (Conaq), que passaram a se fazer representar em Alcântara por mandatários seus.

Tais organizações supra locais estão envolvidas em um campo mais amplo de lutas, que extrapolam as reivindicações dos *atingidos* e *quilombolas* de Alcântara. Embora integrada por alguns líderes do primeiro momento da resistência, a coordenação desse novo movimento fora transferida para mandatários de organizações de “comunidades negras rurais quilombolas” que falavam agora pelos *quilombolas*, dando nova conotação à categoria *atingidos*, dirigindo-se diretamente às autoridades em Brasília e sendo por elas reconhecidos como porta-vozes (Bourdieu 1984) dos *quilombolas* de Alcântara.

Passa a registrar-se, assim, uma substituição progressiva da atuação do Sindicato em defesa dos afetados pela intervenção do Estado, baseada em reivindicações locais e específicas, por aquela do Mabe, vinculada à movimentação de integrantes de associações que falavam em nome das chamadas “comunidades negras rurais” do Maranhão e de todo o país. Essa mudança, cabe ressaltar, se deu em função da importância e visibilidade que a categoria *quilombola* foi assumindo, no decorrer da década de 1990, e que serviu para orientar tanto as ações dos mediadores quanto a dos agentes vinculados a diferentes estruturas do Estado. Tal substituição do STR pelo Mabe foi reforçada pelo apoio e incentivo de alguns mediadores, sobretudo intelectuais e entidades da sociedade civil de outros

estados do país que orientaram suas ações ao apoio e assessoria a esses grupos de Alcântara.

Após a formalização de um movimento de *atingidos*, e durante cerca dos dez anos seguintes, espalhados pelos vários povoados e *agrovilas*, envolvidos em suas atividades de agricultura, pesca e extrativismo, os líderes da primeira geração da resistência tinham perdido a capacidade de representar os expropriados – tanto os que tinham sido transferidos para as *agrovilas* quanto os que permaneciam ameaçados de perder seus territórios na faixa litorânea.

Ressalte-se que essa perda de capacidade de representar os afetados pela ação do Estado nesse momento pós 1999, de parte das lideranças do primeiro momento da resistência, deve-se também ao fato de que esses agentes não se dedicavam exclusivamente à atividade política, pois tinham que conciliá-las com seus trabalhos agrícolas, extrativos e de pesca. Pelo fato de serem agricultores e pescadores, não detinham habilidades para gerenciar recursos financeiros e nem ligações com aqueles funcionários no nível nacional, a ponto de se tornarem “profissionais da mobilização”, característica que marcou determinados agentes que passaram a assumir a coordenação do Mabe, já que não eram agricultores e trabalhavam como assessores parlamentares, mantendo vínculos com entidades supra locais.

O deslocamento do protagonismo do órgão de classe dos trabalhadores rurais, como instrumento de mobilização política dos *atingidos* do primeiro momento, parecia estar conforme, em parte, com as posições teóricas daqueles que viam no surgimento de “unidades de mobilização” (Almeida 2011), uma forma mais contemporânea e, quiçá, mais avançada, de luta política no campo. Embora tal interpretação possa ser pertinente quando se observam várias situações empíricas envolvendo segmentos sociais rurais e seu comportamento político, para o caso de Alcântara significou, como resultado de uma confluência de fatores e de interesses, um certo desvio da luta em defesa do território.

### **Considerações Finais**

Contrariamente à ideia de especialização da luta, o Mabe deixou de priorizar a defesa da titulação do território étnico de Alcântara logo nos primeiros anos de sua existência, em razão de vários fatores coincidentes com a implantação desse movimento, já referidas: a identificação das lutas dos *atingidos* de Alcântara como ligadas a entidades do chamado “movimento negro”, de atuação estadual e nacional; a deflagração de distintos processos provocados pela implementação de programas oficiais, cujo público específico

seriam os *quilombolas*, numa etnicização das políticas públicas<sup>6</sup> que passaram a dar-se em detrimento de outras, de caráter universal; o protagonismo de certos mandatários, designados por aquelas entidades, que acumulavam também outras funções, como a de assessores parlamentares, vinculando-se diretamente a membros da Assembleia Legislativa do Maranhão ou da Câmara dos Deputados em Brasília; a ligação desses assessores sediados em Alcântara com ex-integrantes daquelas entidades externas a Alcântara, do Maranhão e de outros estados, chamados para atuar dentro dos aparelhos de estado em distintos ministérios, em Brasília; uma certa tendência, de parte das entidades que tinham passado a assessorar o Mabe, de preocupar-se com as chamadas “compensações”, como se as decisões do governo federal para Alcântara fossem irreversíveis, ou com a gestão do futuro território quilombola de Alcântara, ainda que toda a faixa litorânea estivesse ameaçada de ser excluída no momento da titulação.

---

<sup>6</sup> Alguns desses programas e projetos, entre 2004 e 2009 foram, segundo o Portal da Transparência do Governo Federal: o “Consórcio Social da Juventude” (Ministério do Trabalho e Emprego e Aconerug); “Balcão de Direitos Quilombolas de Alcântara, Ma” (SPDDH/SEDH/PRe e Associação dos Moradores do Povoado de Arenhengaua), “Construção do modelo de gestão do território étnico quilombola de Alcantara/MA” (Presidência República/Associação dos Moradores de Arerengaua); “Memória das Comunidades Quilombolas do Maranhão” (MInC e Associação dos Moradores de Arerengaua); “Banco Comunitário Quilombola de Alcântara (Ministério do Trabalho/Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Governo do Maranhão/Banco Popular do Brasil/Aconerug), “Desenvolvimento Etnosustentável das comunidades quilombolas de Alcântara”(MDA/Aconerug).

## Referencias Bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. 2006. *Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara*. Brasília: MMA.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. 2011. "Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia". In: *Quilombos e as novas etnias*. Manaus: UFAM. pp. 15-33.
- AMARAL, Roberto. 2011. *Ciência, tecnologia e soberania nacional – dificuldades para a construção de um projeto nacional*. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações.
- CASA CIVIL 2007. Aviso N. 3 ao MDA.
- CASTELLS, Manuel. 2001. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra. pp. 21-92.
- COELHO, Leonardo Oliveira da S. 2012. A terra ficou no comum – processos de territorialização e apropriação da natureza entre os quilombolas de Alcântara. Monografia de graduação, UFMA.
- COSTA, Benedita de Cássia F. 2010. Vamos negociar pra melhorar e não ficar pior do que tá - sobre a aliança com os antagonistas, estratégia dissonante da luta conjunta. Monografia de graduação, UFMA.
- CLASTRES, Pierre. 2004. *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Cosac e Naify.
- GOMES, Antonio Marcos e CARDOSO, Maria Suely Dias. 2006. "Apropriação e manejo de recursos naturais em Santa de Caboclos – terra de santíssima". In: PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito (Orgs.). *Fome de farinha : deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara*. São Luís: EDUFMA. pp. 113-144.
- MENEZES, Marilda e MALAGODI, Edgard. 2011. "Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, Sérgio e GAZOLLA, Márcio (orgs.). Os atores do desenvolvimento rural – perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: URGs. pp. 49-66.
- MORAES, Dorinete Serejo e SOUZA FILHO, Benedito. 2006. "A última fatura de farinha: remanejamento compulsório e insegurança alimentar na agrovila Ponta Seca. In: PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito (Orgs.). *Fome de farinha : deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara*. São Luís: EDUFMA. pp. 231-275.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1999. "Uma etnologia dos 'índios misturados': situação colonial, territorialização e fluxos culturais". In: *A viagem de volta – etnicidade, política e re-elaboração cultural do Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa. pp. 11-40.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. 1995. *Anthropologie et développement: Essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris/Marseille: Karthala/APAD.
- PALMEIRA, Moacir Gracindo. Sem data. "Diferenciação social e participação política do campesinato – primeiras questões". Rio de Janeiro: Museu Nacional, inédito.
- PAULA ANDRADE, Maristela de. 2003. "De pretos, negros, quilombos e quilombolas: notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombo". In: *Boletim Rede Amazônia*. (1): 37-43.
- PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito. 2006. *Fome de farinha: deslocamento*

*compulsório e insegurança alimentar em Alcântara*. São Luís: EDUFMA.

PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito. 2008. "Impactos dos trabalhos desenvolvidos pela ATECH/ACS sobre as populações tradicionais da região de Alcântara/MA - Informação técnica à Procuradoria da República no Estado do Maranhão". São Luís.

PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito. 2013. "Impactos das ações indicadas pela CCAF para a reprodução material e social dos quilombolas de Alcântara e a manutenção da sua identidade étnica – análise das informações da Nota 119/2011/CCAF/AGU, relativas a alteração do perímetro do território quilombola de Alcântara". Informação técnica à Procuradoria da República no Estado do Maranhão. São Luís.

ROCHA, Ana Tereza Ferreira. 2005. *Memória, identidade e lugar: ensaio sociológico a partir de uma experiência de pesquisa de campo*. Monografia de conclusão do curso de ciências sociais, UFMA

ROCHA, Ana Tereza Ferreira. 2007. *A festa Inacabada: a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e a constituição dos sujeitos liminares*. Dissertação de mestrado, UFMA.

SÁ, Laís Mourão. 2007. *O Pão da Terra – propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense*. São Luís: EDUFMA.

SANTOS, Murilo. 2004. *Terras de quilombo – uma dívida histórica*, Vídeo, 50 min, Brasília: ABA.

SCOTT, James. 2002. "Formas de resistência camponesa". In: *Raízes*, Vol. 21, (1): 10-31.

SILVA, Flávio Pereira da. 2005. *A comunidade dos pretos do Castelo*. Dissertação de mestrado, UFMA.

SILVERMAN, Sydel F. 1977. "Patronage and community-nation relationship in Central Italy". In: *Friends, followers and factions: a reader in political clientelism*. Bekerley: University California Press. pp. 293-304.

SOUZA FILHO, Benedito. 2003. "Alcântara: acción estatal, hegemonía y tecnología étnica". *Diálogos Latinoamericanos*, (7): 1-14.

SOUZA FILHO, Benedito. *Os novos capitães do mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara*. São Luís: EDUFMA, 2013.

WOLF, Eric R. 1984. *Guerras camponesas no século XX*. São Paulo: Global Editora

WOLF, Eric R. 2003. *Antropologia e poder*. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora da UNB

## GT 11 – Ação coletiva e mediadores no espaço rural brasileiro

### Título do Trabalho:

### Usos e funções dos quintais produtivos de agricultores familiares da Associação Miné em Jupi/PE

Aldair Almeida da Franca<sup>1</sup>  
Cartiele Rosale Borges de Noronha<sup>2</sup>  
Ana Valquíria de Lima Silva<sup>3</sup>  
Lauana Souza Muniz<sup>4</sup>  
Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>5</sup>

### Resumo:

Os quintais produtivos são formas de desenvolvimento local complementar, preservam o meio ambiente e possibilita a segurança alimentar dos agricultores familiares, desempenhando funções de lazer, estética e preservação da biodiversidade local. Este trabalho tem como objetivo demonstrar como os agricultores familiares estão utilizando seus quintais, suas características e as funções que desempenham aos mesmos, destacando seus usos, funções e identificando as espécies vegetais mais frequentes.

**Palavras-chaves:** Diversidade; Produção Familiar; Segurança Alimentar

Os quintais rurais têm uma significada importância para a agricultura familiar, pois sua formação tem-se constituído como uma importante estratégia de subsistência utilizada desde o período neolítico, quando os homens deixaram apenas de colher os alimentos da natureza e passaram a realizar também atividades de cultivo de hortas e domesticação de animais. Suas funções, que vem evoluindo conforme a agricultura e cultura de cada região possibilitam a existência de uma infinidade de recursos que contribuem tanto para a subsistência quanto para a qualidade de vida de diversas famílias (NASCIMENTO *et al.*, 2005).

Mendez (1996) apresenta a seguinte definição de quintal agroflorestal: “Os quintais agroflorestais são sistemas de uso da terra nos quais há um manejo deliberado de árvores de uso múltiplo e arbustos em associações íntimas com cultivos e plantas herbáceas, ocasionalmente com animais, tudo incluído no composto residencial e manejado principalmente por mão-de-obra familiar”.

A manutenção dos quintais também se constitui um importante meio de autoconsumo e geração de renda, através da criação de animais domésticos, do cultivo de hortas e produção de frutas (MATOS, 2007).

Essa pesquisa teve início em 2013 e foi realizado no município de Jupi/PE, Agreste Meridional Pernambucano, com a promoção da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Garanhuns (UFRPE/UAG) e outros parceiros que estão realizando um trabalho para auxiliar o desenvolvimento local através de apoio às Associações locais através dos projetos financiados pelo MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq (chamada N°81/2013) e MCTI/SECIS/MTE/ SENAES/CNPq (chamada N° 89/2013).

<sup>1</sup>Graduando em Medicina Veterinária / Pesquisador do CNPq, Bolsista do Centro Vocacional Tecnológico da UFRPE/UAG, email: aldairalmeida@hotmail.com

<sup>2</sup>Engenheira Agrônoma / Pesquisadora do CNPq, Assessora do Centro Vocacional Tecnológico da UFRPE/UAG, email: agrofamiliar@ymail.com

<sup>3</sup>Engenheira Agrônoma formada na UFRPE/UAG, email: vallkiria\_lima@hotmail.com

<sup>4</sup> Graduanda em Agronomia pela UAG/UFRPE/ Pesquisadora do CNPq, Assessora Técnica da Incubadora Solidária da UAG/UFRPE; e-mail: lauagro.lm@gmail.com

<sup>5</sup>Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Etnoecologia e Conservação da Natureza – PPGETno-UFRPE/ Pesquisadora do CNPq, Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar e Camponesa-AGROFAMILIAR- da UFRPE/UAG; Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, da Unidade Acadêmica de Garanhuns- UFRPE/UAG, e-mail: horasaa@uag.ufrpe.br



A coleta de dados dessa pesquisa ocorreu com a metodologia proposta por MATTAR (1996), utilizando as técnicas de entrevistas individuais e pessoais, com realização de questionários. O trabalho foi desenvolvido com os associados.

Segundo BORGES (1997), o agrupamento de produtores em associações mostra um indicador benéfico, pois esta procurando a efetiva intenção de fortalecimento da integração social, como também, assumindo um caráter político. As associações incluem seus membros em contato com o Estado e a comunidade volta-se para si mesmo na busca de reflexão e solução de seus problemas e de novas ideias de desenvolvimento pessoal e coletivo.

Este trabalho tem como objetivo demonstrar como os agricultores familiares estão utilizando seus quintais, com suas devidas características e as funções que desempenham aos mesmos.

### 1- Perfil socioeconômico

A Associação do Sítio Miné apresenta 58 associados, onde 55% do gênero feminino e 45% do gênero masculino. A escolaridade dos associados mostra-se da seguinte forma: 50% deles fizeram o ensino fundamental I, 19% o ensino fundamental II, 12% o ensino médio, 4% ensino superior completo e 15% analfabetos.

A principal fonte de renda de 40% dos associados vem da agricultura, tendo ainda ajuda de programas do governo, como Bolsa Família e Aposentadoria. Do total de associados, 52% deles vivem com menos de um salário mínimo, 31% com um salário mínimo e 17% com dois salários mínimos.

Entre as propriedades dos agricultores entrevistados 74% apresentaram quintal agroflorestal, sendo de tamanhos variados: 18% estavam entre 0-500m<sup>2</sup>, 51% entre 501-1000m<sup>2</sup>, 22% entre 1001- 1500m<sup>2</sup> e 9% eram maiores de 1501m<sup>2</sup>. A principal função da propriedade dita pelos produtores é a agricultura com 95% das respostas, onde são produzidas com maior número as culturas de feijão (*Phaseolus vulgaris L.*), milho (*Zea mays L.*) e mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), apresentando uma produção convencional.

Em relação aos quintais, 53% deles foram implantados pelos proprietários, 26% pelo casal, 4% pelos filhos e 17% já apresentavam quintais quando vieram para os imóveis. Quanto a mão-de-obra 50% é feita pelo proprietário(a), 28% pelo casal e 22% por todos da família. Sendo assim, não se contrata mão de obra externa.

### 2 - Composições dos quintais

As plantas foram introduzidas tanto em forma de mudas como por sementes que foram oriundas de doações do IPA (Instituto agrônomo de Pernambuco) e de vizinhos, além de algumas terem sido trazidas para as propriedades por chamarem atenção com a beleza das flores.

Foram encontradas 59 diferentes espécies vegetais. Entre as que apresentaram maior número foram: Boa noite (*Catharanthus roseus (L.) G. Don*), Mamão (*Carica papaya L.*), Banana (*Musa SP*), Cajueiro (*Anacardium occidentale L.*), Croton (*Codiaeum variegatum*), Samambaia (*Pleopeltis pleopeltifolia*), Espada de São Jorge (*Sansevieria trifasciata*), Capim santo (*Cymbopogon citratus*), Acerola (*Malpighia punicifolia L.*), Coco (*Cocos nucifera L.*) e Manga (*Mangifera indica L.*).

A atividade mais comum encontrada nesse ambiente foi a fruticultura doméstica. Na visão de Gomes *et al.* (2007), esta atividade além de possibilitar a produção de frutas tanto para o seu consumo ao natural quanto para a elaboração de produtos como polpas, doces e sucos, permite a criação de ambientes saudáveis, com sistemas naturais equilibrados, quando não existe a utilização de produtos químicos ou agrotóxicos. Além do mais, a atividade frutícola quando bem planejada, permite o consumo de frutas o ano inteiro, contribuindo para a qualidade de vida e segurança alimentar da população rural (GOMES *et al.*, 2007).

### 3 - Usos e funções dos quintais

Com intuito principal de diversificar o local, produzir alimentos, cultivos medicinais, ornamentação, sombra e para alguns pelo simples gostar é que se dá a importância desses quintais para a Comunidade. Já se tratando em introduzir novas plantas, os agricultores familiares mostraram interesse em implantar espécies que apresentam resistência à seca e diversificar mais ainda o número de espécies frutíferas. Outros afirmam não ter como introduzir mais espécies por apresentar pouco espaço no imóvel rural.

Segundo Blanckaert (*et al.* 2004) a fundamental finalidade dos quintais é a produção de alimento para complementação da alimentar familiar, onde as atividades de manejo são consideradas ecologicamente sustentáveis. Albuquerque (*et al.* 2005) caracteriza os mesmos pela sua diversidade, ou seja grande tipos de espécies, são plantadas nos quintais, desde plantas utilizadas para construção, combustível, artesanato, ornamental, sombra, fibra, religião e medicina.

Os quintais apresentam enorme importância como fonte de recursos para as pessoas das caatingas e matas secas, pois garantem produtos variados à produção agrícola familiar (Blanckaert *et al.* 2004). Os quintais são sistemas tradicionais resultantes de conhecimentos adquiridos e passados através de gerações (ROSA *et al.* 2007).

É imprescindível o valor dos quintais, mas por outro lado tem se dado pouca atenção a essas práticas, especialmente no Brasil. Como comparação, só na Ásia até a década de 90, os quintais foram utilizados como estudo em aproximadamente 40% das publicações, sendo quase todos focando sua qualidade, características do ambiente, sua flora e função (Nair 2001). Nos locais do semiárido, os estudos são praticamente escassos, com apenas dois trabalhos que mostraram uma melhor riqueza e diversidade de espécies (Albuquerque *et al.* 2005). Portanto, para melhor demonstrar o conhecimento sobre o valor alimentar dos quintais agroflorestais para as famílias rurais é preciso mais estudos no que diz respeito à sua composição, estrutura e função (GAZEL FILHO, 2008).

Outro uso dos quintais em outros lugares é servindo de abrigo aos animais. Pessoas utilizam parcelas do quintal para guardar seus animais, sendo de dia ou a noite depois de retornarem do pastoreio. Os quintais servem não como uma fonte de alimentos aos animais, mas principalmente como abrigo. Um estudo com quintais em Karnataka (Índia) mostrou que 93% dos agricultores que trabalham com pecuária alojam seus animais exclusivamente em partes do quintal (FAO, 2007).

Segundo Méndez (2000), revisando vários autores, mostra os benefícios dos quintais agroflorestais em relação a outros sistemas de uso da terra: ofertam uma diversidade de produtos e benefícios ao longo do ano todo, alta diversidade de plantas, principalmente para uso humano, com arranjo similar às florestas naturais, eficiência no ciclo de nutrientes, redução do uso de insumos externos sintéticos, manejo baseado no conhecimento ecológico desenvolvido localmente, e reduzido impacto no meio ambiente.

De acordo com Santos e Guarim Neto (2003), outro aspecto muito importante a ser considerado sobre os quintais agroflorestais, é que eles funcionam como banco genético, pois muitas espécies e variedades de frutas são cultivadas nesse agroecossistema.

Em relação à sustentabilidade, Torquebiau (1992) provou que os quintais apresentam características de agroecossistemas sustentáveis, tais como: conservação da fertilidade do solo e controle da erosão; modificação do microclima; produção uniforme e diversificada durante todo o ano; uso de insumos endógenos; manejo flexível; diversos papéis sociais e impacto limitado em outros sistemas.

Nesse sentido, é importante recorrer à afirmação de Frere *et al.*, (1999), citados por Nascimento, Alves e Molina (2005): “No que diz respeito à segurança alimentar, o consumo de maior quantidade de alimento e o frescor dos alimentos perecíveis que realçam seu sabor, mostram segundo estudos de caso, que as crianças pertencentes às famílias produtoras possuem diferencial nutricional superior às outras de famílias pobres não produtoras.”

Como já descrito, os quintais tem inúmeras funções mais o de suma importância esta na contribuição para que os agricultores possam ter uma melhor Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e conseqüentemente proporcionando uma melhoria na qualidade de vida da sua família.

## Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, U.P.. **Etnobiologia e Biodiversidade**. Recife, NUPEEA/Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2005.

BLANCKAERT, I.; SWENNEN, R.L.; FLORES, M.P.; LÓPEZ R.R.; SAADE, L. **Floristic composition, plant uses and management practices in homegardens of San Rafael Coxcatlán, Valley of Tehuacán-Cuicatlán, Mexico**. *Journal of Arid Environments*, v.57, n.1, p.39-62, 2004.

BORGES, J. R. P. **A exclusão social no processo de interiorização do desenvolvimento paulista: um estudo de caso sobre as famílias ribeirinhas do Tietê, Piracicaba e Paranapanema**. São Carlos, 1997. 133p. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) –Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

FAO. Benefits of homegardens. In: \_\_\_\_ **Small homegarden plots and sustaineble livelihoods for the poor**. Disponível em: <[www.fao.org/docrep/007/j2545/j2545e02.htm](http://www.fao.org/docrep/007/j2545/j2545e02.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2014.

GAZEL FILHO, A. B. **Composição, estrutura e função de quintais agroflorestais no município de Mazagão, Amapá**. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal Rural da Amazônia e Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2008. 104f.

GOMES, F. C.; COUTINHO, E. F.; GOMES, G. C.; MACHADO, N. P.; NOREMBERG, M. N. **Quintais Orgânicos de Frutas: Contribuição para a Segurança Alimentar em Áreas Rurais, Indígenas e Urbanas**. *Agroecologia*, v. 2, n. 1, fev. 2007.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing: metodologia, planejamento, execução, análise**. v.1, São Paulo: Atlas, 1996. 265p.

MATOS, G. R. **Sistema de produção de agricultores familiares fruticultores de Itapuranga-GO**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

MENDEZ, E. **Análisis agroecológico de huertos caseros tradicionales em Nicarágua**. *Agroforestería em las Américas*, v.3, p.36-40, 1996a.

MENDEZ, E. An assessment of tropical homegardens as examples of sustainable local agroforestry systems. In: GLIESSMAN, S. R. (Ed.), **Agroecosystem sustainable: developing practical strategies**. Boca Raton, Flórida: CRC Press, 2000. p. 51-66. Disponível em: <[www.uvm.edu/~emendez/V\\_%20Ernesto%Mendez\\_files/vmendez\\_homegardens\\_00.pdf](http://www.uvm.edu/~emendez/V_%20Ernesto%Mendez_files/vmendez_homegardens_00.pdf)>. Acesso em: 02 de junho. 2014.

NASCIMENTO, A. P. B. do; ALVES, M. C.; MOLINA, S. M. G. **Quintais domésticos e sua relação com estado nutricional de crianças rurais, migrantes e urbanas**. *MultiCiência*. n. 5, 2005. Disponível em: <[http://www.multiciencia.unicamp.br/artigos\\_05/rede-03-05.pdf](http://www.multiciencia.unicamp.br/artigos_05/rede-03-05.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2014.

NAIR, P. K. R. **The tropical homegardens elude science, or it is the other way around? Agroforestry systems**, v.53, n. 2, p.239-245, 2001.

ROSA, L. dos S. et al. **Os quintais agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar**. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 337-341, 2007.

ROSA, L.S. ; SILVEIRA, E. L.; SANTOS, M. M.; MODESTO, R. S.; PEROTE, J. R. S.; VIEIRA, T. A. **Os quintais agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar.** Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v.2, n.2, p. 2007.

SANTOS, S.; GUARIM NETO, G. **Conservação de recursos genéticos em quintais de Alta Floresta, Mato Grosso, Brasil.** In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 6., Fortaleza, Resumos expandidos: Fortaleza: Soc. de Ecologia do Brasil, 2003. p. 135-136. Disponível em: <[www.seb.org.br/anais/4.pdf](http://www.seb.org.br/anais/4.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2014.

TORQUEBIAU, E. Are tropical home gardens sustainable? **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v. 41, p. 189-207. 1992.

# VI Encontro da Rede de Estudos Rurais

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS  
NOS ESPAÇOS RURAIS

02 a 05 de setembro de 2014.

GT12

SOCIABILIDADES E  
RECIPROCIDADES  
INTERGERACIONAIS:  
DIÁLOGO ENTRE  
PESQUISADORES  
SENIORES E  
GRADUANDOS

COORDENAÇÃO

LEONILDE SÉRVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)

LUIS HENRIQUE CUNHA (UFCG)

**GT 12 – Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos**

**A PECUÁRIA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: UMA APOSTA DISCURSIVA**

**Kerllyne W. Vieira de Melo<sup>1</sup>**

**Ramonildes Alves Gomes<sup>2</sup>**

**RESUMO**

O artigo que será apresentado buscou analisar os discursos científicos, produzidos no período 1986 – 2010, veiculados pelas instituições de pesquisa – EMBRAPA e EMEPA, com intuito de produzir evidências e argumentos voltados ao reestabelecimento da crença na viabilidade da atividade pecuária, enquanto estratégia para impulsionar o desenvolvimento, incorporando os princípios da sustentabilidade e tendo como prioridade nas últimas três décadas a caprinocultura e a ovinocultura.

**Palavras-chaves:** Pecuária; Análise de Discurso; Desenvolvimento.

**INTRODUÇÃO**

A partir do trabalho de pesquisa realizado e apoiado pelo edital PIBIC/UFCG/CNPQ (2012-2013), cujo projeto procurou reconstruir a trajetória da atividade pecuária no semiárido nordestino, particularizando a história dessa atividade no estado da Paraíba observou-se que as instituições de pesquisa tiveram e têm um papel importante tanto na construção das políticas de intervenção, quanto na produção de crenças e argumentos que enaltecem a atividade agropecuária, valorizando diferentes possibilidades produtivas com intuito de estimular o desenvolvimento local e regional no semiárido nordestino. Os números, que indicam a quantidade de indivíduos e grupos que têm acessado recursos e agora protagonizam formas de pertencimento, com a ampliação de diferentes capitais, inclusive o econômico. São eles, agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Estes novos atores concretamente e simbolicamente têm experimentado, sob arranjos diversos, o retorno da combinação de estratégias produtivas representadas pelo algodão e pela pecuária.

<sup>1</sup> Bolsista PIBIC/CNPq/UFCG, Graduanda do Curso de Ciências Sociais, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB, E-mail: kerllyne@live.com;

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande - PB (PPGCS/UASA/UFCG). E-mail: mildes@hotmail.com.

A pecuária surge no interior do Brasil uma vez que a criação de animais no litoral era proibida pelo governo. No Nordeste, no final do século XVIII, a criação de gado era uma atividade praticada por alguns para se submeterem a hierarquia social da civilização açucareira. O gado que abastecia o mercado interno não dava muitas despesas, porém não gerava grandes lucros. O início da atividade agrícola no Nordeste é contemporâneo da criação de gado. No final do século XVIII e início do XIX, o sistema algodão/pecuária/policultura se espalhou no semiárido pelo seu equilíbrio, em que o esterco bovino adubava a área de cultivo do algodão para evitar as ervas daninhas e o caroço do algodão servia para engordar os animais. O sistema algodão-pecuária possibilitou acumulação de capital e foi responsável por ondas migratórias em direção ao sertão, os primeiros sinais de decadência do ciclo algodoeiro aparecem junto à intensificação da seca e seus efeitos sobre o semiárido nordestino. Quanto maior a concentração fundiária e mais favorável o ambiente para a prática agrícola, mais a bovinocultura se concentra na agricultura não familiar. Na segunda metade do século XX, a produção de bovinos, ovinos e caprinos para o mercado externo e interno aumentou, fazendo com que o Brasil se tornasse um dos maiores produtores mundiais e o principal exportador de carne.

A pecuária retorna nas últimas décadas (1990 e 2000) como atividade central, principalmente para os agricultores familiares, visando agora a caprinocultura como produção de renda e não mais a bovinocultura como nos séculos anteriores. O retorno da atividade pecuária como estratégia produtiva, focando agora na caprinocultura e ovinocultura, é apoiado por teses dos discursos científicos, o que auxilia e justifica, em parte, o crescimento dos rebanhos. Com âmagos neste artigo foram utilizados oitenta e dois artigos científicos (vinte e um destes publicados pela EMBRAPA e cinquenta e seis pela EMEPA) do período de 1986 a 2010 para identificar estes discursos que com objetivo, ou não, incentivam a pecuária como atividade econômica viável.

Dentre os enunciados apresentados, há categorias que recebem mais atenção por parte das pesquisas, sendo elas a incitação à pecuária de corte, pecuária leiteira, pecuária de lã e couro, exposição de técnicas de inseminação e cruzamentos genéticos, propostas de alternativas alimentares para nutrição dos animais no semiárido, elucidação das compras governamentais como agente incitante para atividade pecuária e afirmações sobre caprinocultura e ovinocultura como atividades economicamente rentáveis.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Para analisar as articulações recentes entre os discursos técnicos-científicos e as atividades de estímulo ao retorno da atividade pecuária, enquanto estratégia produtiva no semiárido, foi utilizada a pesquisa bibliográfica como técnica de investigação e acesso aos artigos, sendo a revisão bibliográfica um instrumento eficaz quando se deseja reconstruir algo, portanto ela é insubstituível em qualquer esforço de reconstituição referente a um passado relativamente distante (CELLARD, 2012: 295), depois foi feito um mapeamento dos artigos

técnicos produzidos por pesquisadores das empresas de pesquisa (principalmente EMBRAPA e EMEPA), com recorte a partir de 1986 até 2010. Foi possível identificar os principais argumentos difundidos por estas empresas para incentivar a atividade pecuária como estratégia econômica viável para o semiárido.

Para proceder à análise dos artigos nos apoiamos na metodologia adotada por Bruno Latour (1997) e que aparece de modo descritivo no seu texto *Ciência em Ação*.

*“[...] construir centros implica trazer para eles elementos distantes – permitir que os centros dominem a distância –, mas sem trazê-los “de verdade” – para evitar que os centros sejam inundados. Esse paradoxo é resolvido criando-se inscrições que conservem, simultaneamente, o mínimo e o máximo possível, através do aumento da mobilidade, da estabilidade ou da permutabilidade desses elementos. Esse meio-termo entre presença e ausência muitas vezes é chamado de informação. Quando se tem uma informação em mãos, tem-se a forma de alguma coisa sem ter a coisa em si [...]. Como sabemos, essas informações [...] podem ser acumuladas e combinadas nos centros. Mas seu acúmulo tem mais um subproduto inesperado. Como não há limite para a cascata de reescritura e re-representação, podem-se obter formas de enésima ordem que se combinam com outras formas de enésimas ordem provenientes de regiões completamente diferente. São esses novos nexos inesperados que explicam por que as formas importam tanto e por que os observadores da ciência vibram tanto com elas.” (LATOURE, 1998: p. 396)*

A partir das informações coletadas e combinadas é possível estabelecer nexos para explicações, por isso o mapeamento de discursos científicos é necessário, para que com a construção desse centro seja possível criar explicações sobre os enunciados e o incentivo que as pesquisas exercem sob os agricultores, incitando-os a aderir a um projeto, neste caso à atividade pecuária.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A pecuária não sai de cena como o algodão após a crise da cotonicultura (após a década de 1930), apesar do declínio da atividade pecuária com influência, também, dos efeitos da seca. A pecuária retorna nas últimas três décadas como atividade central, principalmente para os agricultores familiares, visando agora a caprinocultura como produção de renda e não mais a bovinocultura como nos séculos e décadas anteriores, em que esta tendência à caprinocultura vem, grande parte, da influência que os programas de incentivo ao crédito para agricultura familiar. Com a pecuária crescendo nas últimas décadas e a caprinocultura ganhando destaque, logo surge o questionamento sobre quais são as influências e o discurso que incentiva essa produção pecuária, agora centrada na caprinocultura.

O mapeamento dos discursos técnicos produzidos pelas instituições de pesquisa, em que foram priorizadas a EMBRAPA e a EMEPA, permitiu identificar teses que influenciam na execução da atividade pecuária. Através desta pesquisa bibliográfica foi possível observar categorias de discurso que incentivam a produção para determinado fim (pecuária de corte; pecuária leiteira; pecuária de lã), apresentam alternativas para modernizar a atividade como:



técnicas de forragem, alternativas para alimentação e informações sobre custos, sugestionando, em sua maioria, a caprinocultura e a ovinocultura como atividades economicamente viáveis para desenvolver o semiárido nordestino. Foi utilizado para o mapeamento um universo de oitenta e dois artigos científicos, dentre eles trinta e dois continham as informações que corroboram para os argumentos que tem incentivado o aumento da atividade pecuária.

### **Pecuária de corte:**

Os artigos que abordam a pecuária de corte apresentam um discurso comum, afirmando que Caprinocultura de corte tem ganhado destaque no negócio brasileiro, pelo seu consumo interno além de demandas de exportação.

Quadro 1: Discursos científicos que incentivam à pecuária de corte

<b>ARTIGO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
O Agronegócio da caprinocultura de corte no Brasil	Wandrick Hauss de Sousa	EMEPA - PB
Carnes caprina e ovina, processamento e fabricação de produtos derivados	Marta Suely Madruga, Wandrick Hauss de Sousa, Edvirges Marcos de Souza Mendes e Evaneuza Alves de Brito	UFPB - Departamento de Tecnologia Química e de Alimentos; EMEPA
Avaliação de carcaça em caprinos e ovinos em tempo real por ultrassonografia. Uma revisão de literatura	Felipe Queiroga Cartaxo, Wandrick Hauss de Sousa, Humberto Barbosa Cabral, Jefferson Alves Viana, Adriana Trindade Soares, Fabianna Fortuna de Freitas, Marcílio Fontes Cezar	EMEPA Departamento de Medicina Veterinária/CSTR/UFCG, Patos, PB
A Raça Savanna, Caprinos de Corte	Wandrick Hauss de Sousa, Maria das Graças Gomes Cunha	EMEPA
Ovinos de Corte, A Raça Dorper	Wandrick Hauss de Sousa, Paulo Roberto de Miranda Leite	EMEPA
Sistemas de produção de carnes caprinas e ovinas no semi-árido nordestino	Clóvis Guimarães Filho, José Givaldo Góes Soares e Gherman Garcia Leal de Araújo	EMBRAPA
Acabamento de caprinos durante a época seca no nordeste do Brasil	Nelson Nogueira Barros e Thomas W. Robb	EMBRAPA
Acabamento de ovinos durante a época seca, no nordeste do Brasil	Nelson Nogueira Barros, Ederlon Ribeiro de Oliveira, Francisco de Assis V. Arruda e Valler Vieira Gomes	EMBRAPA

Dentre os artigos analisados e argumentos incitadores, percebe-se que a caprinocultura de corte tem ganhado destaque no agronegócio brasileiro, pelo seu consumo interno além de demandas de exportação, além de, juntamente com a carne ovina, sobressair entre as outras carnes vermelhas pelo seu valor nutricional, apesar de não ter alcançado ainda o estágio de organização e competência que tem o ramo leiteiro e do couro. Considera as carnes caprina e ovina em desenvolvimento, dentro da cadeia produtiva, dando ênfase as potencialidades de mercado, através da criação de novos produtos, apresentando a raça caprina Savanna como impulsionadora da produção de carne caprina no Brasil e a ovina Dorper como adaptável a vários ambientes e contribuinte para a formação de grupos de ovinos de corte, além das raças Morada Nova e Santa Inês com potencialidade para produção de carne em confinamento.

### **Pecuária leiteira**

Há um argumento geral identificado nos artigos acerca da pecuária leiteira, já que a procura pelo produto do “leite de qualidade” vem aumentando em todas as bacias leiteiras do País, são os pequenos produtores estão atendendo às indústrias e aos consumidores, mantendo e garantindo a qualidade do leite desde a produção nas propriedades, o que atesta a viabilidade desta atividade, principalmente para o pequeno produtor.

Quadro 2: Discursos científicos que incentivam a produção da pecuária leiteira

<b>ARTIGO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Biotécnicas da reprodução assistida em pequenos ruminantes	Gustavo Ferrer Carneiro	Instituto Carotá
Manejo de Bovinos Leiteiros	Paula Fernanda Barbosa de Araújo Lemos, Saulo Vilarim de Farias Leite, Francisco Gomes Fernandes e Paulo Leonardo Correia Guedes	EMEPA
Melhoramento da Caprinocultura leiteira com a Introdução da raça British Alpine	SOUSA, W.H. de; LEITE, P.R. de M.; CUNHA, M. das G.G.	EMEPA

Quanto à pecuária de leite, apresenta a bacia leiteira como um evento que pode melhorar a qualidade de vida das famílias, além de permitir a diversificação da propriedade, integrando agricultura-pecuária, utilizando o esterco na adubação dos cultivos e os subprodutos para alimentação das vacas e com relação à caprinocultura leiteira afirma que a introdução da raça British Alpine melhoraria a caprinocultura, já que está tem rendimento de até 5 litros/dia.

### **Pecuária para produção do couro:**

Quadro 3: Discursos científicos que incentivam a pecuária para produção do couro

ARTIGO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
Mercados nacional e internacional de peles de caprinos e ovinos: uma oportunidade de mercado	Egídio Luiz Furlanetto	UFCG – Trabalho apresentado no SINCORTE
Coordenação Sistêmica da Cadeia Produtiva das Peles Caprina e Ovina no Nordeste do Brasil	Edígio Luís Furlanetto	UFPB

Os discursos influenciam também a pecuária para produção de couro, visto que o mercado nacional e internacional de peles de caprinos e ovinos tem crescido principalmente pela coordenação sistêmica das empresas – que se encontram envolvidas com relações ambientais de troca de informações e recursos, bem e serviços, além de contínua competição por recursos e consumidores – melhorando a competitividade da cadeia produtiva de peles.

#### Inseminação e melhoramento genético

Há, ainda, argumentos sobre inseminação e melhoramento genético, que consideram o melhoramento genético como uma tecnologia moderna e necessária para aumentar os índices de produtividade como pode ser observado na Tabela 1, já que no Nordeste, a maioria dos rebanhos de caprinos, por serem explorados basicamente em sistemas de produção tradicional, apresenta baixa produtividade. Este índice está atrelado ao baixo nível de tecnologia empregado que incorre índices reprodutivos baixos.

Tabela 1

Taxa de parição de cabras e ovelhas SPRD submetidas à monta natural controlada com reprodutores caprinos das raças Anglo Nubiana, Boer, Savana e Parda Alpina; e ovino das raças Dâmara e Santa Inês, em Unidades de Produção no Cariri Paraibano, no ano de 2004.			
Espécie	Nº de Fêmeas cobertas	Taxa de parição (%)	Prolif
Caprinos	116	83,0	1,2
Ovinos	80	87,0	1,1
Prolif - Prolificidade			

Os resultados da Tabela 1 são referentes ao número de fêmeas cobertas, taxas de parição e prolificidade de cabras e ovelhas SPRD (Sem Padrão de Raça Definida) submetidas à monta

natural controlada com reprodutores caprinos das raças Anglo Nubiana, Boer, Savana e Parda Alpina; e ovino das raças Dâmara e Santa Inês, em pequenas Unidades de Produção no Cariri Paraibano, no ano de 2004.

Quadro 4: Discursos científicos que incentivam a produção pecuária a partir de discussões sobre inseminação e cruzamentos genéticos

ARTIGO	AUTORES	INSTITUIÇÃO
Recomendações técnicas para produção de caprinos e ovinos	Adriana Trindade Soares, Jefferson Alves Viana e Paula Fernanda Barbosa de Araújo Lemos	EMEPA
Programa de melhoramento genético para ovinos deslanados e caprinos de corte do Brasil: uma proposta	Wandrick Hauss de Sousa Milton Daniel Benitez Ojeda Otávio R. Morais João Luis Rocha	EMEPA Bolsista EMEIOA/CNPq EPAMIG GENEARCH
Rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes caprinas e ovinas	Antonio Carlos Lirani	INTERall Informática Ltda
Sistemas agrossilvipastoris na ovinocultura e integração com outras espécies animais	Américo Garcia da Silva Sobrinho	Departamento de Zootecnia da FCAV – UNESP
Sistemas de reprodução intensiva em ovinos deslanados nos trópicos: Estratégias de três partos em dois anos	Stephan Wildeus	Virginia State University Petersburg
Reprodução Assistida em Caprinos, Inseminação Artificial	Carmen Iara Mazzoni Gonzalez, Adriana Trindade Soares, Maria das Graças Gomes Cunha, Wandrick Hauss de Sousa	EMEPA
Preservação e Avaliação de Bovinos Sindi no Semi-árido paraibano	LEITE, P.R. de M.; SOUSA, W.H. de; FERNANDES, F.G.	EMEPA

O melhoramento genético é apresentado associado às práticas de manejo racionais, representando uma poderosa ferramenta para o incremento dos índices de produtividade. Dentre estes melhoramentos, há o das principais características de importância econômica, mantendo os padrões raciais de cada raça, apresenta a integração de ovinos com outras espécies de animais, levando em consideração principalmente os hábitos de pastejo das espécies em Integração e a disponibilidade de vegetação ao longo do ano para que haja maior aproveitamento dos alimentos disponíveis, além de alternativas para reprodução de ovinos em maior escala, de modo que a produção de carne ovina seja aumentada sem perder sua qualidade. Dando o exemplo da raça bovina Sindi, como a raça com características adequadas para o clima semiárido, sendo ela de médio porte e tendo dupla aptidão.

### Alternativas de técnicas para forragem e alimentação

Há artigos, cujos enunciados se reportam a pesquisas feitas com diferentes espécies vegetais adaptadas para alimentação de ovinos e caprinos, a exemplo do capim-elefante, o sorgo forrageiro e a cana-de-açúcar, que asseguram a alimentação dos animais mantendo a pecuária nos sistemas de produção familiar no semiárido.

Quadro 5. Discursos científicos que apresentam alternativas alimentares para nutrição dos animais no semiárido

ARTIGO	AUTORES	INSTITUIÇÃO
Conservação e utilização do resíduo de abacaxi na alimentação de ovinos no Curimataú Ocidental da Paraíba	Maria das Graças Gomes Cunha, Jorge Luiz Farias Ramos, Maria Dalva Bezerra de Alcântara Ederlon Ribeiro Oliveira	EMEPA  EMBRAPA
Produção e conservação de forragens para sustentabilidade dos rebanhos caprinos e ovinos na base da agricultura familiar	Guilherme Ferreira da Costa Lima, Gherman Garcia Leal de Araújo E Francisco Canindé Maciel	EMBRAPA
Potencialidades da utilização de subprodutos da indústria de biodiesel na alimentação de caprinos e ovinos	Marco Aurélio Delmondes Bomfim, Márcia Maria Cândido Silva e Sueli Freitas dos Santos	EMBRAPA  Estudante de Mestrado, UFC
Produção animal no semiárido: o desafio de disponibilizar forragem, em quantidade e com qualidade, na estação seca	Alberício Pereira de Andrade, Roberto Germano da Costa, Edson Mauro Santos, Divan Soares da Silva	INSA/MCT  UFPB
Revisão sobre a potencialidade do pedúnculo do caju na alimentação animal	Riozi Castro Luciano, Lúcia de Fátima Araújo, Emerson Moreira Aguiar, Luiz Eliel Pinheiro, Danilo Soares do Nascimento	Discente do Curso de Zootecnia da EAJ-UAECIA-UFRN/ Docente da EAJ-UAECIA-UFRN/ Docente da EAJ-UAECIA-UFRN/ Discente do Curso Técnico em Agroindústria da EAJ-UAECIA-UFRN/ Discente do Curso Técnico em Agroindústria da EAJ-UAECIA-UFRN

Variabilidade Sazonal da Oferta e Demanda de Forragem no Semiárido Brasileiro	Alberício Pereira de Andrade Edson Mauro Santos Divan Soares da Silva Roberto Germano da Costa Luciano J. F. Ximenes	UFPB; INSA/MCT INSA/MCT UFPB UFPB; INSA/MCT ETENE/BNB
Alternativas de produção e conservação de recursos forrageiros estratégicos no semi-árido nordestino	Guilherme Ferreira da Costa Lima	EMBRAPA/EMPARN
Estratégias de alimentação de caprinos e ovinos em pastejo no nordeste	Eneas Reis Leite e Vânia Rodrigues Vasconcelos	EMBRAPA
Fonte de suplementação para bovinos no período seco no sertão central do ceará	Jeová Oliveira Moreira e Milton Alves Gurgel	EPACE

Estes argumentos científicos sugerem também técnicas de forragem, apresentando o manejo da caatinga como incremento da disponibilidade de forragem nas épocas secas, assim como o uso de silagens de plantas nativas e resíduos da agroindústria, mostrando também técnicas de conservação de forragem para que haja um suporte alimentar reservado para o período das secas, o que assegura a produção e os lucros, cabendo ao produtor calcular o custo/benefício e estando sempre informado sobre as técnicas, assim a pecuária mantém a posição dentro dos sistemas de produção familiar no semiárido.

Junto às técnicas de forragem existem argumentos que apresentam alternativas para alimentação animal devido a limitação e baixa disponibilidade de forragens, assim como o alto custo de rações comerciais, sugerem o melhor aproveitamento do pedúnculo do caju que não é bem aproveitado e que ao passar por um enriquecimento proteico pode dar resultados satisfatórios na produção de alimentos. Há, também, o resíduo de abacaxi que representa uma alternativa viável para alimentação de ovinos no semiárido, outro argumento aponta o capim-elefante, o sorgo forrageiro, cana-de-açúcar, palma forrageira, mandioca, formação de bancos de proteínas, gramíneas como alternativas viáveis para a construção de suportes alimentares que possibilitem produção sustentável e em escala para a caprino-ovinocultura familiar do semiárido nordestino. Expõem, ainda, a substituição da torta de algodão pelo feno de cunã, em rações de engorda, como uma ação economicamente viável.

### **Compras governamentais**

Outro fator que sustenta a evolução da capriovinocultura são as compras governamentais para os programas sociais. Auxiliou na organização dos produtores,

proporcionando-lhes mais renda e confiança na atividade, através de orientações para investimento na melhoria da propriedade e qualidade produtiva do rebanho. Estas compras governamentais proporcionaram melhorias técnicas, econômicas e sociais aos produtores. É possível ver no quadro abaixo o artigo científico que apresenta este argumento.

Quadro 6. Discurso científico que apresenta as compras governamentais como agente incitante para atividade pecuária

ARTIGO	AUTORES	INSTITUIÇÃO
Desenvolvimento sustentável da caprinovinocultura no Cariri Paraibano	Paulo Francisco Monteiro Galvão e Doriclécia do Nascimento Lima	Consultores da UDL/SEBRAE-PB

### A pecuária como atividade rentável economicamente

Por último, há uma categoria de argumentação que aponta para a pecuária como atividade economicamente viável, ressaltando a existência de um mercado potencial para a ovinocultura, mas ainda um setor que precisa de avanço, embora já mostre crescimento nos últimos 10 anos – que foi de 273% - informando, assim, o seu potencial. Afirmando, ainda, que os valores econômicos dos caprinos e ovinos devem ser calculados sempre que possível para que haja maior lucro dentro do sistema, considerando tamanho corporal, produção de leite e intervalo de partos.

Quadro 7. Discursos científicos que incorporam a caprinocultura e ovinocultura como atividade pecuária economicamente rentável

ARTIGO	AUTORES	INSTITUIÇÃO
Análise e segmentação de mercado na ovinocultura	Enio Queijada de Souza	SEBRAE
Aumento do Lucro pela Melhoria Unitária das Características de Seleção para sistemas de Produção de Caprinos e Ovinos no Nordeste do Brasil	Luciano J. F. Ximenes Gabrimar Araújo Martins Octávio Rossi de Moraes	ETENE/BNB UFC EPAMIG

Assim, com o estudo dessas argumentações, percebe-se que há uma influência no discurso científico e dedicação para a pesquisa destinada a pecuária, em sua maioria sobre caprinos e ovinos, indicando não mais a bovinocultura, mas sugerindo aos agricultores que a caprinocultura e ovinocultura são atividades economicamente viáveis e que há alternativas para alimentação dos animais no semiárido, ainda que nos períodos de seca.

## CONCLUSÃO

A atividade pecuária cresceu nas últimas décadas e este fato deve-se em parte a eficiência dos discursos técnicos que utilizam argumentos sugestivos – como o artigo “Carnes caprina e ovina, processamento e fabricação de produtos derivados” afirma que *as carnes ovina e caprina se sobressaem dentre as outras carnes vermelhas pelo seu valor nutricional,*

incitando o consumo destas carnes; o artigo “Melhoramento da Caprinocultura leiteira com a Introdução da raça British Alpine” aponta que *a raça British Alpine tem rendimento de até 5 litros/dia*; o discurso científico presente no artigo “Coordenação Sistêmica da Cadeia Produtiva das Peles Caprina e Ovina no Nordeste do Brasil” afirma que *a coordenação sistêmica das empresas produtoras de peles caprinas e ovinas tem melhorado a competitividade e, conseqüentemente a qualidade dos produtos* – são argumentos como estes que incitam e confirmam pecuária, mostrando alternativas e melhorias tecnológicas nessas atividades para os agricultores.

Existe, ainda, dedicação, por parte das empresas de pesquisa, destinada as pesquisas sobre a pecuária, em sua maioria sobre caprinos e ovinos, na maior parte, discursos preocupados com a saúde animal e nutrição, principalmente para as épocas de secas, indicando não mais a bovinocultura, mas sugerindo aos agricultores que a caprinocultura e ovinocultura seja para corte, leite ou lã são atividades exequíveis, até quando pensadas a partir da perspectiva econômica, afirmando que ainda que haja limitação e baixa disponibilidade de forragens, assim como o alto custo de rações comerciais há alternativas para alimentação dos animais no semiárido e técnicas para reservar alimentos para o período das secas no semiárido nordestino.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica e pelo financiamento para realização da pesquisa. A EMEPA pelos artigos, anais e informações passadas. A professora e orientadora Ramonildes Alves Gomes pela atenção, dedicação e incentivo para desenvolvimento da pesquisa.

## **REFERÊNCIAS**

- ANDRADE, Alberício Pereira de; COSTA, Roberto Germano da; SANTOS, Edson Mauro; SILVA, Divan Soares da. Produção animal no semiárido: o desafio de disponibilizar forragem, em quantidade e com qualidade, na estação seca. *In Tecnologia e Ciência Agropecuária (Revista EMEPA-PB). Volume 4, Número 4, dezembro. 2010*
- ANDRADE, Alberício Pereira de; SANTOS, Edson Mauro; SILVA, Dilvan Soares da; COSTA, Roberto Germano da; XIMENES, Luciano J. F. Variabilidade Sazonal da Oferta e Demanda de Forragem no Semiárido Brasileiro. *In Ciência e tecnologia na pecuária de caprinos e ovinos. Série BNB Ciência e Tecnologia nº 05. 2010*
- ANDRADE, Manuel Correia de. Nordeste: alternativas da agricultura. Campinas, SP: Papyrus, 1988.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. Cortez. 1998.



- BARROS, Nelson Nogueira; OLIVEIRA, Ederlon Ribeiro de; ARRUDA, Francisco de Assis V.; GOMES, Valler Vieira. Acabamento de ovinos durante a época seca, no nordeste do Brasil. *In Anais do seminário de tecnologia agropecuária inovadora para o nordeste*. 1986
- BARROS, Nelson Nogueira; ROBB, Thomas W. Acabamento de caprinos durante a época seca no nordeste do Brasil. *In Anais do seminário de tecnologia agropecuária inovadora para o nordeste*. 1986
- BARBOSA, Aldemir Dantas. A Pecuarização no agreste da Paraíba. Editora Massangana. 1998.
- BOMFIM, Marco Aurélio Delmondes; SILVA, Márcia Maria Cândido; SANTOS, Sueli Freitas dos. Potencialidades da utilização de subprodutos da indústria de biodiesel na alimentação de caprinos e ovinos. *In Tecnologia e Ciência Agropecuária (Revista EMEPA-PB)*. Volume 3, Número 4, dezembro. 2009
- CARNEIRO, Gustavo Ferrer. Biotécnicas da reprodução assistida em pequenos ruminantes. *In Tecnologia e Ciência Agropecuária (Revista EMEPA-PB)*. Volume 2, Número 3, setembro. 2008
- CARTAXO, Felipe Queiroga; SOUSA, Wandrick Hauss de; CABAL, Humberto Barbosa; VIANA, Jefferson Alves; SOARES, Adriana Trindade; FREITAS, Fabianna Fortuna de; CEZAR, Marcílio Fontes. Avaliação de carcaça em caprinos e ovinos em tempo real por ultrassonografia. Uma revisão de literatura. *In Tecnologia e Ciência Agropecuária (Revista EMEPA-PB)*. Volume 5, Número 4, dezembro. 2011
- CUNHA, Maria das Graças Gomes; RAMOS, Jorge Luiz Farias; ALCÂNTARA, Maria Dalva Bezerra de; OLIVERA, Ederlon Ribeiro. Conservação e utilização do resíduo de abacaxi na alimentação de ovinos no Curimataú Ocidental da Paraíba. *In Tecnologia e Ciência Agropecuária (Revista EMEPA-PB)*. Volume 3, Número 3, setembro. 2009
- FURLANETTO, Egidio Luiz. Mercados nacional e internacional de peles de caprinos e ovinos: uma oportunidade de mercado. *In Tecnologia e Ciência Agropecuária (Revista EMEPA-PB)*. Volume 2, Número 2, junho. 2008
- FURLANETTO, Edígio Luís. Coordenação Sistêmica da Cadeia Produtiva das Peles Caprina e Ovina no Nordeste do Brasil. *In Anais do I simpósio Internacional sobre Caprinos e Ovinos de Corte*.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 1959.
- GALVÃO, Paulo Francisco Monteiro; LIMA, Doriclécia do Nascimento. Desenvolvimento sustentável da caprinovinocultura no Cariri Paraibano. *In I Encontro Nacional de Produção de Caprinos e Ovinos*. 2006.
- GONZALEZ, Carmen Iara Mazzoni; SOARES, Adriana Trindade; CUNHA, Maria das Graças Gomes; SOUSA, Wandrick Hauss de. Reprodução Assistida em Caprinos, Inseminação Artificial. 2002.
- LATOUR, Bruno. Ciência em Ação. São Paulo. Editora UNESP. 1998.

- LEITE, Eneas Reis; VASCONCELOS, Vânia Rodrigues. Estratégias de alimentação de caprinos e ovinos em pastejo no nordeste. *In Anais do I simpósio Internacional sobre Caprinos e Ovinos de Corte*.
- LEITE, P.R. de M.; SOUSA, W.H. de. Ovinos de Corte, A Raça Dorper. 2000.
- LEITE, P.R. de M.; SOUSA, W.H. de; FERNANDES, F.G. Preservação e Avaliação de Bovinos Sindi no Semi-árido paraibano. *In Tecnologias Geradas ou adaptadas e Recomendações de Pesquisa*. 1989.
- LEMOS, Paula Fernanda Barbosa de Araújo; LEITE, Saulo Vilarim de Farias; FERNANDES, Francisco Gomes; GUEDES, Paulo Leonardo Correia. Manejo de Bovinos Leiteiros. 2009.
- LIMA, Guilherme Ferreira da Costa. Alternativas de produção e conservação de recursos forrageiros estratégicos no semi-árido nordestino. *In I Encontro Nacional de Produção de Caprinos e Ovinos*. 2006.
- LIMA, Guilherme Ferreira da Costa; ARAÚJO, Gherman Garcia Leal de; MACIEL, Francisco Canindé. Produção e conservação de forragens para sustentabilidade dos rebanhos caprinos e ovinos na base da agricultura familiar.
- LIRANI, Antonio Carlos. Rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes caprinas e ovinas. *In Tecnologia e Ciência Agropecuária (Revista EMEPA-PB)*. Volume 2, Número 3, setembro. 2008
- LUCIANO, Riozi Castro; ARAÚJO, Lucia de Fátima; AGUIAR, Emerson Moreira; PINHEIRO, Luiz Eliel; NASCIMENTO, Danilo Soares do. Revisão sobre a potencialidade do pedúnculo do caju na alimentação animal. *In Tecnologia e Ciência Agropecuária (Revista EMEPA-PB)*. Volume 5, Número 3, setembro. 2011.
- NETO, Manoel Domingues. O que os netos dos vaqueiros me contaram. Editora Annablume. 2010.
- NUNES, Aldo Manoel Branquinho. A (re)pecuarização do sertão do Pajeú: reconversões produtivas, reelaborações discursivas e mudança social na agricultura familiar do semiárido nordestino. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2010.
- MADRUGA, Marta Suely. Perspectivas de mercado para a industrialização das carnes caprina e ovina. *In I Encontro Nacional de Produção de Caprinos e Ovinos*. 2006.
- MADRUGA, Marta Suely; SOUSA, Wandrick Hauss de; SOUZA, Edvirges Marcos de; BRITO, Evaneuza Alves. Carnes caprina e ovina, processamento e fabricação de produtos derivados. *In Tecnologia e Ciência Agropecuária (Revista EMEPA-PB)*. Volume 1, Número 2, dezembro. 2007
- MENESES, Freitas Valdênio. A constituição do mediador social no contexto das políticas públicas para o desenvolvimento: uma reflexão sobre a ADRS no cenário da (re) pecuarização no cariri paraibano. Trabalho de Monografia. UFCG, Campina Grande. 2011.

- MOREIRA, Jeová Oliveira, GURGEL, Milton Alves. Fonte de suplementação para bovinos no período seco no sertão central do Ceará. . *In Anais do seminário de tecnologia agropecuária inovadora para o nordeste*. 1986
- POUPART, Jean. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Editora Vozes. 2012.
- SOARES, Ariana Trindade; VIANA, Jefferson Alves; LEMOS, Fernanda Barbosa de Araújo. Recomendações técnicas para produção de caprinos e ovinos. *In Tecnologia e Ciência Agropecuária (Revista EMEPA-PB). Volume 1, Número 2, dezembro*. 2007
- SOARES, José Givaldo Góes; FILHO, Clóvis Guimarães; ARAÚJO, Gherman Garcia Leal de. Sistemas de produção de carnes caprinas e ovinas no semi-árido nordestino. *In Anais do I simpósio Internacional sobre Caprinos e Ovinos de Corte*.
- SOBRINHO, Américo Garcia da Silva. Sistemas agrossilvipastoris na ovinocultura e integração com outras espécies animais. *In Tecnologia e Ciência Agropecuária (Revista EMEPA-PB). Volume 3, Número 4, dezembro*. 2009
- SOUSA, Wandrick Hauss. O Agronegócio da caprinocultura de corte no Brasil. *In Tecnologia e Ciência Agropecuária (Revista EMEPA-PB). Volume 1, Número 1, setembro*. 2007
- SOUSA, Wandrick Hauss de; CUNHA, Maria das Graças Gomes. A Raça Savanna, Caprinos de Corte. 2008.
- SOUSA, W.H. de; LEITE, P.R. de M.; CUNHA, M. das G.G. Melhoramento da Caprinocultura leiteira com a Introdução da raça British Alpine. *In Tecnologias Geradas ou adaptadas e Recomendações de Pesquisa*. 1989.
- SOUSA, Wandrick Hauss de; OJEDA, Milton Daniel Benitez; MORAIS, Otavio R., ROCHA; João Luis. Programa de melhoramento genético para ovinos deslanados e caprinos de corte do Brasil: uma proposta. *In Tecnologia e Ciência Agropecuária (Revista EMEPA-PB). Volume 2, Número 3, setembro*. 2008
- SOUZA, Enio Queijada de. Análise e segmentação de mercado na ovinocultura. *In Tecnologia e Ciência Agropecuária (Revista EMEPA-PB). Volume 4, Número 4, dezembro*. 2010
- WILDEUS, Stephan. Sistemas de reprodução intensiva em ovinos deslanados nos trópicos: Estratégias de três partos em dois anos.
- XIMENES, Luciano J. F.; MARTINS, Gabrimar Araújo; MORAIS, Octávio Rossi de. Aumento do Lucro pela Melhoria Unitária das Características de Seleção para sistemas de Produção de Caprinos e Ovinos no Nordeste do Brasil. *In Ciência e tecnologia na pecuária de caprinos e ovinos. Série BNB Ciência e Tecnologia nº 05*. 2010



REDE DE ESTUDOS

GT 10 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

RURAI

**Título do Trabalho: A política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER) a um PDS, o caso Santa Helena**

**Leonardo Menezes<sup>1</sup>**

**Thales Haddad Novaes de Andrade<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Graduando/ Bolsista Iniciação Científica/ UFSCar, leo.mnzes@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais/ Professor do Departamento de Ciências Sociais/ UFSCar, thales@sigmanet.com.br

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar as contradições e controvérsias na política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER), a partir do estudo de caso no PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Santa Helena, em São Carlos. O trabalho se realizou por levantamento bibliográfico, visitas ao local, e entrevistas semi-estruturadas. Como resultado, visualiza-se uma oferta de pacotes tecno-metodológicos, e brechas na política, passíveis de desconfigurar a sustentabilidade.

**Palavras-chaves:** extensão rural; políticas públicas; desenvolvimento sustentável;

## **Introdução**

O objetivo deste trabalho apresentar controvérsias e contradições presentes na execução da extensão rural, esta entendida enquanto prática e política pública<sup>1</sup>, a partir do caso do PDS Santa Helena, um assentamento composto por 14 famílias, localizado no município de São Carlos, SP, mantido e assistido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Com o intuito de atingir os objetivos propostos por este trabalho, este está dividido em três tópicos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro tópico, será feita uma caracterização do público-alvo das atividades de Ater de nosso estudo de caso. No segundo, nos deteremos em uma revisão bibliográfica, a fim de visualizar o histórico nacional das políticas de Ater. Já no terceiro tópico, será feito um trabalho de caracterização da Ater executada em nosso local de trabalho, para isso utilizamos das metodologias: levantamento bibliográfico, visitas a campo, e entrevistas semiestruturadas; com base em tais análises, buscamos então evidenciar as controvérsias na execução a partir da atual política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a PNATER, 2010.

## **O PDS Santa Helena**

O assentamento rural em questão está configurado como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), e recebeu o nome de Santa Helena. Criado em 2005, o assentamento é composto por 14 famílias, sendo que cada uma possui seu próprio lote para produção com cerca de 7,2 hectares, localiza-se a 14 quilômetros da área urbana da cidade de São Carlos, município este que segundo dados do último Censo do IBGE (2010), possui cerca de 237.000 habitantes, tendo uma área territorial de 1.137,332 km<sup>2</sup>. Este município tem uma configuração um tanto quanto ímpar, na medida em que mesmo sendo considerado de médio porte, conta com três grandes universidades, sendo duas públicas e uma privada, assim como, dois centros de pesquisas agropecuários da EMBRAPA. Conta ainda, com dois parques tecnológicos e

---

<sup>1</sup> Ver: Peixoto, 2008, p. 7

duas escolas técnicas que possuem cursos voltados às ciências agrárias, ou seja, pode ser considerada uma cidade com foco na pesquisa e inovação, com viés agropecuário.

O assentamento é mantido e assistido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e tendo em vista seu caráter de PDS, é considerado como um espaço modelo de desenvolvimento sustentável em todos os seus aspectos. Isso significa que os princípios básicos norteadores destes projetos recaem no associativismo e na agroecologia como condição básica para a concessão do uso da terra e para o conseqüentemente acesso a crédito<sup>2</sup>.

No que tange o PDS Santa Helena, atualmente o assentamento apresenta associação local estruturada, na qual das 14 famílias 8 integram a entidade. As lideranças apresentam aproximação das iniciativas em Economia Solidária, participando ativamente de espaços como o Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fórum Municipal de Economia Solidária. Em sua concepção, a ideia era que ele fosse capaz de desenvolver-se, social, cultural e espacialmente dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, o que atualmente não acontece. Fica patente a necessidade de assistência técnica, notadamente com o viés da agroecológica objetivando a aplicação de novas técnicas agrícolas, de manejo e cultivo, auxílio organizacional, tanto popular quanto administrativo.

### **Um breve histórico da política de Ater**

As políticas de assistência técnica e extensão rural, tem seu início efetivo por volta de 1940, com a criação das Associações de Crédito e Assistência Rural (Acar), nas quais tinham seus esforços no sentido puramente de fomentar e auxiliar na produção agrícola voltadas a monocultura dominante.

Esse processo se altera profundamente, quando sob o Decreto de nº 1.110, de 09 de Julho de 1970<sup>3</sup>, é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atribuindo-lhe a coordenação do processo de Ater no Brasil, observando assim a centralização e a utilização da assistência e da extensão como um instrumento político.

---

<sup>2</sup> Conforme Portaria INCRA 477/99 e Portaria MMA 01/99.

<sup>3</sup> Para mais detalhes, ver Peixoto, 2008: 18-23.

Como consequência desse processo político em 06 de Novembro de 1974, sob o Decreto nº 6.126, é criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), integrado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), período esse representado sob o nome de “modernização conservadora”. Ou seja, tais instituições exercem um caráter puramente de inserção, transferência e difusão tecnológica, na tentativa de mudança na racionalidade e superação do atraso camponês, a partir da introdução de um “ethos” capitalista no campo, preconizando a entrada da “Revolução Verde” no Brasil.

O modelo centralizado de coordenação das políticas de Ater, perdem sua força durante a redemocratização brasileira, e sofrem durante a década de 1990, de um certo “abandono” estatal, visto as políticas neoliberais do período. Esse processo começa a se alterar a partir de 2003, como pode ser observado esse resumo apresentado por Pettan, 2010:

“à medida que o país foi se desenvolvendo industrial e economicamente a participação do governo federal brasileiro por meio de políticas públicas de Ater foi aumentando significativamente até meados da década de 1970, daí para meados da década de 1980 a iniciativa do Estado manteve-se com poucas variações, deste ponto em diante a Ater pública e oficial entra em crise chegando a ser extinta no ano de 1990. Então, por longos 13 anos o governo federal não ofertou estes serviços à agricultura brasileira, voltando a fazê-lo no ano de 2003” (Pettan, 2010)

Inaugura-se sob a partir deste período, sob Decreto Nº 4.739, de 13 de junho, o DATER (Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural) ligado ao MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), no qual passa a ser responsável novamente pela coordenação das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural. E logo na sequência lança o PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária), no qual estipula os objetivos e diretrizes para a atuação de Ater no sistema nacional.

É importante se ter em mente, que nesse momento a Ater passa a ser encarada sob um novo paradigma, o do Desenvolvimento Rural Sustentável, e tem como uma de

“3.1. Princípios da Política Nacional de Ater:

[...]

— Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.

— Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.” (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004)

O processo institucional de Ater apresentado em 2004, demonstra uma forte possibilidade de mudanças estruturais (como possibilidade e não necessariamente efetividade). Porém, passados 5 anos desta lei de ater apresentada, inicia-se uma discussão sobre alterações na lei, visto alegações de “que o governo precisava estabelecer mecanismos mais ágeis que o modelo de convênios, de modo a facilitar tanto a operacionalização interna ao MDA como as formas de prestações de contas das entidades prestadoras de serviços” (Caporal, 2011), surge uma nova PNATER (2010), sob um novo PRONATER (Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária), no qual, dentre muitas alterações, segundo Caporal:

“(…) determina que os recursos orçamentários de fomento à Ater, do governo federal, passem a ser aplicados a modalidade de **contratos sem licitação**<sup>4</sup> (...), entre outras coisas, eliminou a Agroecologia do texto.” (Ibidem, 2011)

---

<sup>4</sup> Grifos do autor.



Ou seja, as alterações ocorridas na nova PNATER, a partir de 2010, abrem brechas para a execução de ater aos velhos moldes difusionistas. E tal fato pode ser observado, na medida em que, conforme novamente apresenta Caporal, “das primeiras 148 Chamadas de Projetos de Ater apenas 28 apresentam a transição agroecológica entre as linhas de ação” (Diniz, Tavares de Lima e Almeida, 2011 Apud Caporal 2011).

Cabe ressaltar, que no Estado de São Paulo, o histórico se diferencia um pouco do apresentado acima, pois em vez de optar pelo modelo da Acar's, se optou pela CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral)<sup>5</sup>, porém, conforme essa política foi se alterando e consolidando, as alterações federais também trouxeram mudanças para as políticas de Ater no Estado. Nesse sentido, atualmente se visualiza políticas de assentamento e de Ater de níveis federal, via INCRA, e estadual, via ITESP, ocorrendo concomitantemente.

Sendo assim, a partir deste breve histórico das políticas de ater no Brasil, cabe visualizar agora a realização desta política em nosso estudo de caso, a fim de enxergar os entraves e as contradições a partir das experiências analisadas.

### **A Ater no PDS Santa Helena<sup>6</sup>**

Na construção da assistência técnica e extensão rural, o PDS Santa Helena conta com ações realizadas pelo SENAR, SEBRAE, sob intermédio do Sindicato Rural Patronal de São Carlos, pelo Instituto BioSistêmico (IBS), vencedor de licitação pública lançada pelo INCRA, assim como outras iniciativas isoladas realizadas por núcleos universitários e organizações da sociedade civil, como é o caso do Instituto Terra Viva, que será apresentado neste trabalho.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) é, segundo informações da própria instituição, disponíveis em seu site, uma entidade de direito privado que foi criada pela Lei nº 8.315, de 23/12/91. É uma entidade paraestatal mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e

---

<sup>5</sup> Ver: ITESP, 2013.

<sup>6</sup> Este tópico contou, para sua elaboração, com a entrevista do engenheiro agrícola e técnico extensionista do SENAR, Diego Mendes, assim como entrevista do técnico extensionista, estudante em engenharia agrônoma pelo Pronera, do Instituto Terra Viva de Agroecologia, Jonas Pereira da Silva. Obviamente, as conclusões e interpretações aqui expostas são de nossa inteira responsabilidade.

administrada por conselho deliberativo tripartite. Esta entidade integra o Sistema S, porém não tem unidade de ensino e sim leva a ensino gratuito no local que o trabalhador e produtor rural atuam (SENAR, 2014).<sup>7</sup>

O SENAR tem caráter de formação profissional e busca capacitar tecnicamente o produtor rural. Isto se dá por meio de atividades ministradas em propriedades rurais por técnicos capacitados com o objetivo de promover a formação profissional do agricultor. O SENAR conta com 97 técnicos, realizando atividades em diversas regiões brasileiras, além de mobilizadores, responsáveis pela organização de eventos e seleção dos participantes dos cursos, e supervisores os quais desempenham o papel de acompanhamento do processo formativo, estrutura encontrada por todo território nacional.

As atividades contempladas pelos processos de formação pontuais se dão através dos cursos ministrados e têm ao seu final a certificação individual. Os cursos se desenvolvem no formato “teoria-prática”, com um momento curto de teoria com caráter expositivo. Já o momento prático é bem valorizado pelos técnicos e agricultores, pois estes, segundo o entrevistado, se sentem mais motivados exercendo o trabalho de “construção” durante as atividades propostas.


A decisão dos cursos a serem ministrados pelo SENAR tem origem em mapeamentos do sindicato rural, podendo originar-se via demanda dos agricultores ao sindicato ou observações dos dirigentes sindicais sobre a realidade e a necessidade local.

No PDS Santa Helena, nos últimos três anos, já se desenvolveram quatro cursos, sendo eles direcionados ao ensino de técnicas de olericultura orgânica, certificação orgânica, de tomates orgânicos e, por fim, um de turismo rural, que vem sendo oferecido ao longo deste ano. O trabalho de formação tem envolvido geralmente nove das catorze famílias do assentamento.

A outra entidade prestadora de Ater ao assentamento em questão é o Instituto Terra Viva Brasil de Agroecologia. Esta entidade, localizada em Sorocaba, presta

---

<sup>7</sup> A gênese do sistema S se dá pela criação da escola de ofício e politécnica, em meados dos anos 1940, mas é com a Constituição Federal de 1988 que ele se consolida e toma a forma como tem atualmente. As organizações que fazem parte desse sistema não são públicas mas recebem subsídios do governo. Estes recursos são amparados pelo artigo 149 da Constituição que rege a destinação de recursos da União em “contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas” e são distribuídos entre o conjunto de instituições que o forma.

 REDE DE ESTUDOS  
RURALS  
serviços à Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) Iniciativa Verde de São Paulo, vencedora de licitação da Petrobras, na qual conforme consta em seu site:

“busca contribuir para a melhoria dos serviços ambientais como biodiversidade, água e qualidade do ar. (...) por meio de projetos próprios de recomposição florestal e em parceria com outras instituições. A Iniciativa Verde acredita na importância da consistência e da atualização científica, direcionando seu trabalho para a geração e à difusão de conhecimento e também ao apoio à formulação e implementação de políticas públicas que sejam capazes de garantir a conservação dos ecossistemas naturais e o bem-estar das comunidades rurais.” (Disponível em: <<http://www.iniciativaverde.org.br/quem-somos-organizacao.php>, acesso 08/06/2014)

Estas atividades de prestação de serviço abarcam o projeto Plantando Águas da Iniciativa Verde, vencedor do Programa Petrobras Ambiental, na qual realiza atividades nos municípios de São Carlos, Piedade, Iperó, Itapetininga, Porto Feliz, e Salta de Pirapora. Conforme consta em site:

“Com o Plantando Águas, a Iniciativa Verde e seus parceiros pretendem recuperar 50 hectares de áreas de preservação permanente (APP's) de Mata Atlântica, executar 24 hectares de sistemas florestais produtivos e implementar mais de 140 módulos de saneamento. Por fim, o projeto visa encaminhar a adequação ambiental de pelo menos 85 imóveis, fazendo a inscrição destes no Cadastro Ambiental Rural (CAR) criado pelo “novo” Código Florestal.” (Disponível em: <<https://onginiciativaverde.wordpress.com/2013/05/22/novo-projeto-plantando-aguas-sera-patrocinado-pela-petrobras/>>, acesso 08/06/2014.)

Nesse sentido, o Instituto Terra Viva, entra como um parceiro no auxílio à implantação de SAF's (Sistema Agroflorestais) em comunidades rurais, e conforme relato em entrevista, o trabalho se realiza em três etapas: identificação de áreas e comunidades passíveis a recepção de SAF (que atendam a pré-requisitos de

desenvolvimento sustentável); contato à comunidade possivelmente beneficiária; realização das atividades em conjunto à comunidade.

O trabalho realizado ao PDS pela Iniciativa Verde e pelo Instituto Terra Viva, se dão na: recuperação de RL (Reservas Legais); implantação de SAF; educação ambiental; construção de oficinas sobre saneamento, agroecologia e legislação ambiental; sendo que, a partir destas oficinas, entra o trabalho de extensão para auxiliá-los a colocar em prática. No momento, já foram realizadas: uma reunião para levantamento dos interessados, uma oficina sobre SAF, um DRP (diagnóstico rural participativo), e uma coleta de amostra de solo para análise.

Neste momento, as atividades ao assentamento se encontram paradas, devido à espera da época da chuva, para a continuação da construção do SAF. Nesse sentido, não oferecendo a possibilidade para acompanhamento das atividades.

### **Considerações finais**

Como resultado desta pequena análise realizada a dois projetos de extensão, enxerga-se que primeiramente não há uma coordenação das atividades executadas. Ou seja, a oferta de conteúdos e conhecimentos não seguem uma lógica, são ofertados de acordo com vontades e identificações verticalizadas, superiores e pontuais, e muitas vezes não se adéquam às reais necessidades da comunidade. Em um dos casos ainda, se observam cursos oferecidos em um assunto específico e não há uma continuidade no processo de formação.

Se visualiza também, que os cursos, técnicas, atividades desenvolvidas na extensão, seguem uma lógica de “pacotes”, sejam técnicos, ou metodológicos. Aparentemente, na busca pela obtenção de financiamentos e trabalhos, as entidades prestadoras oferecem cursos e atividades já prontos, como se estivessem em “prateleiras”. Como observado no caso do SENAR, os cursos oferecidos seguem uma semelhança nos diversos municípios onde a entidade possui sede, e no caso da Iniciativa Verde, as prestações de serviços, técnicas e oficinas oferecidas, também apresentam uma semelhança, porém que segue uma lógica da educação ambiental. É evidente que há uma preocupação, em ambas as partes, para com a necessidade da comunidade superar uma situação, seja de degradação ambiental ou práticas agrícolas, porém os conteúdos são previamente selecionados.

Outro fator importante no processo de extensão rural, que deve ser considerado um gargalo, é o grau de distanciamento entre os saberes, ou seja, da hierarquização de saberes. Os técnicos carregam consigo um saber científico, uma racionalidade científica específica, e precisam se articular a fim de transmitir um conhecimento. Como resposta a isso, pode-se observar reações diferentes por parte dos técnicos, dependendo de sua formação. Em um dos casos, pode-se observar uma falta de compreensão na racionalidade dos agricultores, em outro se observou uma tentativa de articulação na linguagem, e na busca por metodologias que dê conta dessa disparidade. Soma-se a isto, a especificidade da condição de assentado que, segundo relato colhido em uma das entrevistas, apresenta um complicador adicional que é, na maior parte dos casos, a experiência e vivência menor em atividades agropecuárias.

Podemos derivar disto, também uma dificuldade em se colocar uma racionalidade técnica, pautada na lógica produtivista, na medida em que os camponeses do assentamento enfrentam diversos problemas estruturais, tais como baixíssima infraestrutura instalada. Ademais, a dificuldade de obtenção de renda oriunda do lote por parte dos assentados acaba sendo minimizada pela renda obtida por programas sociais, a exemplo do Bolsa Família e aposentadoria.

Do ponto de vista das possibilidades, cabe deixar claro que os cursos ministrados pelo SENAR e as atividades desenvolvidas pela Iniciativa Verde, aparecem como uma possibilidade ao desenvolvimento sustentável do assentamento. Outras possibilidades possíveis ao assentamento se referem às dos programas governamentais, via mercados institucionais, que pagam mais aos produtos orgânicos. Neste sentido, os assentados têm, segundo o entrevistado já mencionado, capacidade para enfrentar este mercado.

A partir do relato colhido e da visita de campo realizada<sup>8</sup>, fica patente que houve uma melhora nas condições de vida dos produtores. Entretanto, as melhoras mais significativas se deram entre aqueles que já possuíam uma trajetória de vida na agricultura, o que, por seu turno, deixa nas entrelinhas claro que um acompanhamento mais contínuo e menos pontual pode contribuir sobremaneira com o desenvolvimento do Santa Helena.

Uma brecha que se demonstra patente, se refere às alterações na PNATER (2010), estas abrem frestas às atividades que não contemplam o caráter plenamente sustentável. Ao se retirar a agroecologia como base da Ater, técnicas e atividades que

---

<sup>8</sup> Visita realizada no dia 8 de maio de 2014.



possuem somente “orgânico”, “ambiental” e “sustentável” no nome, conseguem atrair recursos e realizar suas atividades. Como pode se observar, a partir disso, depende muito mais dos técnicos manterem à configuração “sustentável” nas atividades de extensão, o que é perigoso, visto poder levar às comunidades racionalidades produtivistas e predatórias, desconfigurando assim o caráter “sustentável” da política.

### **Referências bibliográficas**

CAPORAL, F. R. *11858 – Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. In: Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia*. Fortaleza, 2011.

Fundação Itesp: *sua história e realizações, evolução das políticas agrárias e fundiárias no Estado de São Paulo*; Marcos Pilla, Marcia Regina de Oliveira Andrade, Luiz Antonio de Paula Marques (org.). São Paulo: ITESP, 2013.

Ministério do Desenvolvimento Agrário: *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, 2004.

PEIXOTO, M. *Extensão Rural no Brasil – Uma Abordagem Histórica da Legislação*. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/conleg/textos\\_discussao.htm](http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm)>, acesso 5/05/2014.

PETTAN, K. B. *A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências*. 2010. 354 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

## A Política Nacional Indigenista no Território dos Akwẽ -Xerente

Lilian Morais de Oliveira<sup>1</sup>

Layanna Giordana Bernardo Lima<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo faz parte de uma etapa da pesquisa do PIVIC, orientado pela prof<sup>a</sup> Layanna Giordana B. Lima, que tem como objetivo principal analisar as relações sociais e econômicas dos Akwẽ -Xerente do estado do Tocantins. Para este estudo fez se necessário iniciarmos uma pesquisa bibliográfica a respeito da Política Nacional Indigenista no território dos Akwẽ -Xerente. Das leituras já realizadas para a compreensão da realidade vivida no passado e atualmente por essa etnia, podemos visualizar o panorama das contradições das relações sociais, econômicas, ambientais e culturais em que envolvem os Akwẽ -Xerente. Espera-se com este estudo contribuir com a etnia indígena pesquisada no sentido de construir um material que possa ajudá-los a refletir de forma crítica, a compreender as bases históricas em que foram se processando as mudanças nos seus modos de vida e organização, bem como no seu território.

**Palavras – Chave:** Política Indigenista; Relações sociais; Território Relações Econômicas; Akwẽ -Xerente .

### Introdução

Os índios primeiros habitantes do continente brasileiro, segundo o etnólogo Curt Nimuendaju registrou em seu mapa etno – histórico que na época do descobrimento havia 1400 grupos étnicos e 40 troncos lingüísticos e cerca de 100 línguas indígenas. Segundo (Melatti: 2007, p.31) desde primeiro contato que os europeus deram aos habitantes encontrados na América o nome de índios por acreditaram terem chegados a

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Serviço Social do Câmpus Universitário de Miracema/UFT - [lilian-oliveira89@hotmail.com](mailto:lilian-oliveira89@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia Humana da Universidade de São Paulo – USP e professora da Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema/UFT - [layanna@uft.edu.br](mailto:layanna@uft.edu.br)

terras das índias, mesmo depois de terem percebido o seu engano, continuaram a denominar pelo mesmo nome de início.

O contato com o não – índio desde descobrimento nunca foi fácil, sempre os registros históricos marcam conflitos e desrespeitos aos povos indígenas. De acordo com Ribeiro (2006, p.38), os índios interpretaram a chegada dos europeus com uma visão mítica de que eram pessoas enviadas pelo deus sol – criador - *Maíra* – que vinham milagrosamente sobre as ondas do mar. Dessa forma ficaram pensando no mistério da chegada dessas pessoas diferentes, que poderiam ser ferozes ou pacíficos, espoliadores ou doadores. Ingenuamente deduziram que fossem pessoas generosas, tendo como base a sua realidade social, onde em seu mundo o mais belo era dar do que receber.

Este estudo é uma etapa de revisão bibliográfica a respeito da Política Indigenista no Brasil e no território dos Akwẽ -Xerente. As fontes pesquisadas foram livros, artigos, dissertações dentre outros. Desde o início das leituras começamos a compreender que a realidade vivida no passado e atualmente por essa etnia, traz um panorama de contradições das relações sociais, econômicas, ambientais e culturais vivido por eles mediado pela interação nem sempre pacífica, e não tão pouco honesta com os não - índios. Neste contexto real decidimos por caminhar juntos analisando a realidade social dessa etnia buscando um entendimento da nossa sociedade capitalista a luz do referencial teórico-metodológico na concepção do materialismo histórico dialético, por entender que a história é fruto de condições materiais concretas em que os homens vão construindo a sua subjetividade. Interessa, pois, compreender o ser humano real “em carne e osso”, a base material e os sujeitos sociais envolvidos nestas relações (Marx e Engels, 2008, p.26).

Farias (1994,p.34), descreve que em 1994 havia no território dos Akwẽ -Xerente nove aldeias. Atualmente existem aproximadamente 56 aldeias. O presente estudo será realizado em cinco das Aldeias, contemplando os limites do território dos Akwẽ - Xerente.:

- a) P.I Xerente: Aldeia Porteira
- b) P.I Brupé: Aldeia Brupé
- c) P.I Rio Sono: Aldeia Cabeceira Verde
- d) P.I Funil: Aldeia Funil
- e) P.I Brejo Comprido: Aldeia Brejo Comprido



Espera-se que este estudo contribuir com a etnia indígena pesquisada no sentido de construir um material que possa ajudá-los a refletir de forma crítica, a compreender as bases históricas em que foram se processando as mudanças nos seus modos de vida e organização, bem como no seu território. As técnicas escolhidas para a pesquisa são: a) Fontes orais: obtidos através de entrevistas livres; b) Elaboração de Croqui da Terra Indígena, e das aldeias pesquisadas; c) Fontes Bibliográficas e documentais e d) Fontes Iconográficas: fotografias e vídeo.

### **Breve Históricos da Política Indigenista no Brasil período de Regime dos Aldeamentos Missionários (1549–1755)**

O projeto colonial português adotou uma política indigenista no período de 1549 a 1755 que fragmentava a população indígena em dois grupos polarizados, os aliados e os inimigos, para os quais eram regidas ações e representações contrastantes. O emprego da força permitido pela legislação dependia dessa avaliação, bem como dos contextos e dos interesses (muitas vezes divergentes) da administração portuguesa na metrópole e na colônia. Os procedimentos a serem tomados em relação aos índios do Brasil eram frequentemente objeto de discussões em Lisboa, na Bahia e no Maranhão, envolvendo assuntos como a liberdade ou a escravização, as formas mais apropriadas de conversão e as implicações de tudo isso para a colonização do Brasil.

Não havia em quaisquer das duas hipóteses, seja para os aliados ou inimigos, um reconhecimento da cultura e expressões de autonomia. Os povos e as famílias indígenas que se tornavam aliados dos portugueses precisavam ser convertidos à fé cristã, enquanto os “índios bravos” (como eram chamados nos documentos da época) deviam ser subjugados militar e politicamente para garantir o procedimento de catequização. Este tinha por objetivo justificar o projeto colonial como uma iniciativa de natureza ético-religiosa preparando a população indígena para servir como mão-de-obra nos empreendimentos coloniais (econômicos, geopolíticos e militares).

Conceitos sobre paganismo, selvageria e barbárie, presentes no imaginário cristão medieval, conduziram o estabelecimento da legislação colonial beneficiando os interesses comerciais da Coroa portuguesa. Os livros de história destacam que a legislação colonial inspirada na perspectiva dos jesuítas, estava distante da realidade cotidiana vivida na colônia. Bulas Papais, Cartas e Alvarás Régios foram ignorados por administradores e particulares que detinham poderes locais, atuando de acordo com seus próprios interesses ou cedendo às pressões dos habitantes (brancos) das colônias. Esses

fatores contribuíram para entender algumas revoltas locais, principalmente dirigidas contra os missionários, que ocorriam sempre que os interesses econômicos dos moradores eram contrariados.

Os indígenas dos aldeamentos eram considerados índios de repartição. Na Amazônia, havia “aldeias de repartição” que centralizavam índios de diferentes origens, distribuídos para servir não só a missionários como aos colonos e à Coroa portuguesa, recebendo um salário definido na legislação local (BESSA FREIRE, 2001a). Os colonos priorizavam a conquista dos índios escravizados a partir de *resgates* e *guerras justas*. Foi essa força de trabalho escrava que instituiu os engenhos no nordeste e sustentou as empresas que exploravam as drogas do sertão na Amazônia após o fim das relações de escambo das primeiras décadas do séc. XVI (MARCHANT, 1980; COUTO, 1998; MAESTRI, 1995).

*Os Índios de resgate* ou *índios de corda* eram os índios aprisionados em guerras intertribais e conduzidos para a aldeia vencedora, onde seriam sacrificados em rituais antropofágicos. Os portugueses ofereciam mercadorias para “resgatar” esses índios e torná-los seus escravos (Thomas, 1982). A Coroa portuguesa aceitava a escravidão dos índios resgatados de guerras tribais (Domingues, 2000b), legalizando tal prática. O Alvará de 1574 limitou o cativeiro desses índios a dez anos de trabalhos forçados (Alencastro, 2000:119).

Os aldeamentos deveriam ser governados pelos párocos e pelos “principais” (chefes) dos indígenas. Os jesuítas teriam controle sobre todos os aldeamentos no Maranhão e no Pará, onde não houvesse missionários de outras denominações, tornando-se os párocos de qualquer novo aldeamento. O trabalho de catequese seria estendido a lugares remotos da Amazônia, os índios sendo doutrinados e educados nas suas próprias terras.

A política dos aldeamentos possibilitava a ocupação territorial, o convertimento dos gentios e a garantia de mão-de-obra escrava para os cultivos. Alguns indígenas ao lutarem do lado dos portugueses ganharam títulos honoríficos (como o índio Araribóia, no Rio de Janeiro), recebendo terras para os aldeamentos como recompensa. Entretanto, a doação de “léguas de terras em quadra” (Almeida, 2003:220) aos índios nunca impediu que essas terras fossem invadidas por colonos.

A consolidação da cultura da cana-de-açúcar, baseada na escravidão negra, levou ao declínio os aldeamentos do litoral, deslocando o interesse das ordens religiosas para o trabalho catequético no sertão, acompanhando novos ciclos econômicos. A

catequese indígena terá como novo foco de conflito os fazendeiros de gado interessados em exterminar ou escravizar povos indígenas. A introdução de missionários apostólicos no sertão, como os capuchinhos submissos ao Papa e não ao padroado (Hoornaert *et al.*, 1979), possibilitou a denúncia da estrutura agrária baseada na escravidão.

### **O Regime Tutelar (1910–1988)**

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN) foi instituído a partir das redes sociais que ligavam os integrantes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), do Apostolado Positivista e do Museu Nacional.

Desde sua criação, em 1906, o MAIC previa na sua estrutura a instituição de um “serviço para catequese e civilização dos índios” (Souza Lima, 1997:86). A partir do trabalho nas Comissões de Linhas Telegráficas em Mato Grosso, Cândido Rondon e outros militares positivistas de sua equipe integravam redes de relações políticas regionais e nacionais vinculadas a instituições civis e a aparelhos governamentais sediados na Capital Federal.

O governo brasileiro encarregou Rondon de realizar expedições militares e científicas nas regiões inexploradas do interior do país, o que ele fez durante 25 anos. Durante essas expedições, Rondon estabeleceu relações com as tribos Borôro, Nambikuára e Paresí. Para ele, essas sociedades indígenas não eram selvagens e nem bárbaras, simplesmente, encontravam-se num dos estágios do desenvolvimento geral da civilização humana. Rondon afirmava que não se podia duvidar da autenticidade e da importância dessas sociedades tribais, e que era responsabilidade do Governo proporcionar aos povos indígenas as condições necessárias à sobrevivência.

O Coronel Rondon foi nomeado primeiro diretor do novo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Essa política indigenista inicia-se em 1910, com a finalidade de proteger os índios contra atos de perseguição e minimizar os conflitos originados pela ocupação de seus territórios por diversos agentes econômicos em expansão, tais como fazendeiros, mineradoras, madeireiras e outras empresas.

O aspecto mais inovador dessa política foi à intervenção do Serviço de Proteção aos Índios na ocupação e na colonização de extensas áreas do Brasil. Sob a direção de Rondon, desenvolveu-se uma estratégia original para pacificar tribos anteriormente agressivas. A noção principal por trás dessa estratégia era persuadir os índios de que o

Governo era diferente de todos os outros agentes nas áreas exploradoras. Grupos de indigenistas desarmados, com a mesma filosofia de dedicação de Rondon, adentravam nos territórios indígenas e colocavam presentes nas proximidades das aldeias. Ali esperavam pacientemente, durante semanas ou meses, até que os índios saíssem e recebessem os presentes. Após algum tempo, por fim os agentes entravam nas aldeias e, usando intérpretes indígenas, tentavam convencer os chefes de que a intenção do Governo era protegê-los contra a ocupação das terras e as ameaças dos colonos.

Durante esse primeiro período, o lema do Serviço de Proteção aos Índios era: “Morrer se preciso for. Matar, nunca”. Através dessa abordagem pacifista, dezenas de tribos foram postas sob a direção e a proteção do SPI. Em suas primeiras décadas de existência, o órgão criou 67 postos indígenas em várias áreas pioneiras do Brasil.

O SPI foi um projeto que procurava afastar a Igreja Católica da catequese indígena, adotando o preceito republicano de separação Igreja-Estado. Seu embasamento estava fundamentado na ideia de que a condição do indígena seria sempre transitória (Pacheco de Oliveira, 1985) e que assim a política indigenista teria por finalidade transformar o indígena num trabalhador nacional. Para isso, seriam adotados métodos e técnicas educacionais que controlariam o processo, instituindo mecanismos de homogeneização e nacionalização dos povos indígenas. Os regulamentos e regimentos do SPI (1910, 1911, 1936, 1942, 1943, 1945 e outros) estavam voltados para o controle dos processos econômicos dirigidos aos indígenas, constituindo uma tipologia que permitisse disciplinar as atividades a serem desenvolvidas nas áreas. Tal classificação definia o modo de proceder e as intervenções a serem adotadas, disciplinando a expansão da cidadania (Oliveira, 1947).

Os indígenas passaram a ser tutelado pelo Estado brasileiro, um direito especial implicando um aparelho administrativo único, mediando às relações índios-Estado-sociedade nacional. “As terras ocupadas por indígenas, bem como o seu próprio ritmo de vida, as formas admitidas de sociabilidade, os mecanismos de representação política e as suas relações com os não-índios passam a ser administradas por funcionários estatais; estabelece-se um regime tutelar do que resulta o reconhecimento pelos próprios sujeitos de uma ‘indianidade’ genérica, condição que passam a partilhar com outros índios, igualmente objeto da mesma relação tutelar” (Pacheco de oliveira, 2001:224).

Para efetivar os objetivos de integrar populações e territórios, o SPI adotou uma organização administrativa semelhante a outros aparelhos estatais: as unidades eram diferenciadas conforme a fase de intervenção (atração e pacificação, civilização,

regularização da posse). Algumas contradições existiram no âmbito do SPI: enquanto se propunha a respeitar as terras e a cultura indígena, agia transferindo índios e liberando territórios indígenas para colonização, ao mesmo tempo em que reprimia práticas tradicionais e impunha uma pedagogia que alterava o sistema produtivo indígena.

O SPI investia na educação para transformar os índios em trabalhadores nacionais (Souza Lima, 1995). Os postos indígenas recebiam instalações de oficinas mecânicas, engenhos de cana, casas de farinha, habilitando os índios em diversos ofícios. Determinadas crianças eram enviadas para as escolas de artífices existentes nas capitais estaduais, como ocorria em Manaus desde o séc. XIX fato que continuou a ser estimulado pelo SPI no séc. XX.

Do início ao fim do SPI, foi predominante uma escola indígena formadora de produtores rurais voltados para o mercado regional, havendo baixo aproveitamento educacional das crianças indígenas. O SPI acabou por servir muito mais os interesses dos grupos econômicos que visavam às terras indígenas do que em garantir os direitos dos indígenas, que viram seus territórios serem reduzidos e ocupados.

De acordo com o antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, “o trabalho de pacificação dos índios destinava-se menos a eles do que à sociedade brasileira como um todo”. Os indígenas aceitavam os presentes e promessas dos agentes do Governo, mas sempre assistiam seus territórios serem invadidos por seringueiros, fazendeiros de gado e colonos. O SPI tentava servir de intermediário nesses encontros estabelecendo postos em várias áreas, mas em geral os indigenistas não conseguiram conter os invasores nem influenciar os governos estaduais de modo a obterem títulos legais para as terras indígenas. Aproximadamente todas as áreas onde o SPI funcionava, os índios foram devastados pelas doenças ou tornaram-se populações marginalizadas em pequenas parcelas de terra.

Em 1967, o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no entanto não ocorreu modificação na política tutelar e na falta de sensibilidade aos direitos culturais específicos dos povos indígenas. O novo órgão indigenista permaneceu centralizando toda a atuação do governo junto aos povos indígenas, sem nenhuma influência e participação destes.

### **O Desenvolvimento da Amazônia e política indigenista militar (1967-1987)**

Em 1967, o Ministro do Interior, General Albuquerque Lima, encarregou o Procurador-Geral Jader Figueiredo de investigar as acusações de corrupção contra os funcionários do Serviço de Proteção aos Índios. Figueiredo e sua equipe de investigadores viajaram mais de 16 mil quilômetros, entrevistando dezenas de agentes do SPI, e visitando mais de 130 postos. Finalmente, em março de 1968, o General Albuquerque Lima deu uma entrevista coletiva no Rio de Janeiro na qual tornou público o resultado do Relatório Figueiredo, com 5.115 páginas em 20 volumes.

De acordo com um repórter presente à entrevista, a Comissão Figueiredo “descobriu provas de ampla corrupção e sadismo, indo desde o massacre de tribos inteiras a dinamite, metralhadoras e açúcar misturado com arsênico, até a remoção de uma garota de 11 anos da escola para servir de escrava de um funcionário do Serviço”. O mesmo repórter informou que dos 700 empregados do SPI, 134 eram acusados de crimes, 200 haviam sido demitidos, e 38 fraudulentamente contratados, haviam sido afastados. ( Davis, 1978).

Depois dessa entrevista, vários observadores estrangeiros foram ao Brasil para investigar a situação revelada no Relatório Figueiredo, embora houvesse rumores de que o relatório fora arquivado e perdido. Um dos observadores era Patrick Braun, médico do Departamento Francês dos Territórios de Ultramar, cujas descobertas foram relatadas num artigo publicado no *Medical Tribune and Medical News* (Nova York), intitulado “Denúncia de Guerra de Germes contra os Índios no Brasil”. Esse artigo informava que Braun havia visto registros volumosos, nunca antes revelados fora do Brasil. Entre eles havia arquivos dos Ministérios da Agricultura e do Interior, e o Relatório Figueiredo.(Davis, 1978).

Tais arquivos, conforme citações de Braun continham provas que confirmavam as denúncias de que agentes do SPI e latifundiários haviam usado armas biológicas e convencionais para exterminar tribos indígenas. Indicavam a introdução deliberada de varíola, gripe, tuberculose e sarampo entre tribos da região de Mato Grosso, entre 1957 e 1963. Além disso, os arquivos do Ministério do Interior sugeriam ter havido a introdução consciente de tuberculose entre as tribos do Norte da Bacia Amazônica entre 1964 e 1965. Braun afirmou ter visto provas de que os organismos infecciosos “foram deliberadamente levados aos territórios indígenas por latifundiários e especuladores utilizando um mestiço previamente infectado”. Sem imunidade contra essas doenças introduzidas de acordo com Braun, um número incontável de índios morreu rapidamente.

Outro observador estrangeiro que foi ao Brasil investigar essas denúncias, o jornalista britânico Norman Lewis, publicou em fevereiro de 1969 um artigo no *Sunday Times* de Londres intitulado “Genocídio de Fogo e Espada a Arsênico e Balas, a Civilização Mandou Seis Milhões de Índios para a Extinção”. O artigo traçava a história das relações entre índios e brancos no Brasil e dava provas de que o Serviço de Proteção aos índios era um dos principais cúmplices em vários crimes contra os índios.

De acordo com Lewis, mais de 100 indigenistas, incluindo dois dos recém-empossados diretores do SPI, haviam aliado a latifundiários e especuladores para roubar e matar sistematicamente os índios. Lewis informou que o Major Luís Neves, ex-chefe do SPI, fora acusado de 42 crimes, inclusive cúmplice em vários assassinatos, roubo e venda ilegal de terras dos indígenas. Citando o Procurador- Geral Figueiredo, Lewis escreveu que “não é apenas pela malversação de fundos, mas pela admissão de perversões sexuais, assassinatos, e todos os outros crimes enumerados no código penal contra os índios e suas propriedades, que se pode ver que o Serviço de Proteção aos índios foi, durante anos, um antro de corrupção e assassinatos indiscriminados”.

Os relatos de Braun e Lewis, assim como vários pronunciamentos de sociedades antropológicas e científicas, tornaram-se grande fonte de problemas para o novo Governo militar do Brasil e produziram momentaneamente uma onda de protesto no mundo inteiro. Vários jornais acusaram o Governo brasileiro de consentir uma política de genocídio contra as tribos indígenas remanescentes e exigiram uma investigação imediata pelas Nações Unidas.

Em resposta às descobertas da Comissão Figueiredo, Albuquerque Lima fechou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e promulgou, em 1973, uma nova legislação indigenista, o Estatuto do Índio (Lei nº 6001 de 19/12/73).

A finalidade deste Estatuto era recompor a imagem do país, abalada na mídia internacional, e exercer sutilmente a remodelação da legislação indigenista nacional face às exigências dos novos planos de desenvolvimento da Amazônia. O Estatuto constitui-se, assim, à primeira vista, um conjunto de disposições visando proteger as terras indígenas e garantir diversas formas de assistência aos índios (médica, educacional, econômica), revestidas de uma retórica que resgata o discurso humanitário das origens do SPI (Lima 1987). Por outro lado, acham-se introduzidos neste invólucro protecionista dispositivos altamente prejudiciais aos índios, estabelecidos pela lógica do modelo militar de ocupação econômica da região amazônica: disposições

discriminatórias e de controle político (como a tutela jurídica da FUNAI sobre os índios considerados “relativamente incapazes”), e disposições expropriativas como o não reconhecimento da propriedade indígena, a remoção de grupos indígenas por razões de segurança nacional ou para a realização de obras públicas, e a tolerância de contratos de arrendamento em terras indígenas) (Oliveira Filho 1985).

Nos anos seguintes à promulgação do Estatuto do Índio, o processo de demarcação das terras indígenas (previsto num prazo de cinco anos) foi extremamente lento e quase sempre motivado por situações de emergência: apenas 15% das terras indígenas identificadas foram assim, homologadas entre 1973 e 1981 (Oliveira Filho & Almeida 1989: 15-20; Oliveira Filho 1985: 22). Conseqüentemente, aumentaram as tensões fundiárias envolvendo territórios indígenas, bem como a mobilização dos indígenas e dos seus aliados políticos para exigir o cumprimento das disposições protecionistas do Estatuto do Índio.

O aumento destes conflitos levou os militares a intervir mais intensamente na questão indígena, em razão da visibilidade política de sua incidência na problemática fundiária, como uma ameaça à segurança nacional. Portanto, foi reformulado o dispositivo legal e administrativo de reconhecimento oficial das terras indígenas, no sentido de conter o avanço deste movimento de reivindicações territoriais sustentado pelo Estatuto do Índio (Albert 1987: 123- 126), considerado como um impedimento à ocupação econômica da Amazônia. A partir de 1980, o processo decisório de delimitação das terras indígenas começou a extrapolar a FUNAI, julgada por vulnerável às pressões políticas dos índios e indigenistas (Oliveira Filho & Almeida 1989: 49-50), e passou, em 1983, para um grupo de trabalho interministerial (GTI) dominado pelos Ministérios do Interior (MINTER) e de Assuntos Fundiários (MEAF) - este último dirigido pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Este GTI foi instituído com a recomendação explícita de levar em conta os empreendimentos econômicos de terceiros já existentes nas terras indígenas no processo de sua delimitação (Carneiro da Cunha 1984). Abriu-se, também a autorização para mineração em terra indígena (CPI/SP 1985).

Todavia, a mobilização popular, que viabilizou o fim dos governos militares em 1984, neutralizou o impacto imediato destas medidas e o MEAF foi substituído, no governo da “Nova República”, pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), ocupado por civis. Nesse período, deu-se um breve refluxo da intervenção pública dos militares na questão indígena. No entanto, a tutela militar sobre esta questão



continuou a manifestar-se, ainda que discretamente, num processo de quase paralisação dos trabalhos do GTI encarregado de definir as delimitações de terras indígenas. Assim, entre março de 1983 e março de 1985, o GTI só havia aprovado 14 das 50 propostas de delimitação recebidas da FUNAI (Oliveira Filho & Almeida 1985).

A partir de 1988, com a publicação da nova Constituição Federal inicia – se uma nova concepção de Política indigenista que tem como intuito superar a ideologia preconceituosa da incapacidade dos indígenas. Aos povos indígenas foi reconhecido o protagonismo político na garantia e na efetivação dos seus direitos e a participação no desenvolvimento de políticas públicas de seu interesse. Com isso, numerosos órgãos governamentais e não-governamentais passaram a atuar nos diversos campos da ação indigenista, o que permitiu o surgimento de programas específicos gerenciados por diferentes instituições.

### **1.5 Os indígenas após a Constituição de 1988**

A Constituição de 1988 rompeu com a herança tutelar originada no Código Civil de 1916, mudando o *status* dos índios, permitindo que individualmente ou através de suas organizações ingressassem em juízo para defender seus direitos e interesses.

A Constituição Federal de 1988 rompeu a perspectiva integracionista estabelecida desde o SPI, às terras indígenas seriam definidas desde então como aquelas que possibilitam a reprodução dos índios, isto é, aquelas “necessárias a sua preservação física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (Brasil. Leis, 1993:16).

A proximidade da reunião internacional sobre meio ambiente, a ECO-92, que foi realizada no Rio de Janeiro, estimulou a política de identificação e demarcação de terras no início dos anos 90. Como consequência da reunião, iniciou-se o financiamento internacional de programas para a proteção da floresta tropical. O “Programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil” (PPG-7) possibilitou a criação do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), responsável pela demarcação das terras indígenas dessa região nos anos 90.

Na metade dos anos 90, o procedimento de identificação e demarcação de terras indígenas passaria por uma nova interferência, com a edição do Decreto nº 1.775 (8/1/1996) regulamentando novamente o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas, instituindo a introdução do “contraditório” ainda no percorrer do

processo administrativo. Por esse princípio, os procedimentos de demarcação de terras devem ser transparentes e levar em consideração os argumentos e a documentação reunida e apresentada à FUNAI pelas partes que se sentem prejudicadas em seus direitos.

### **A Políticas Indigenistas e os Akwẽ -Xerente**

A política de aldeamentos teve início na região Centro Oeste do Brasil durante o século XVIII e surgiu em decorrência do fato de que a guerra ofensiva contra os índios não estava produzindo os efeitos desejados. A coroa portuguesa regulamentou esses aldeamentos, determinando que estes fossem inicialmente sustentados com recursos reais e, posteriormente, se tornariam autossuficientes (Chauim 1983: 102). Essa política permaneceu no século XIX com a construção dos Presídios Militares, com o intuito de garantir a navegação no rio Araguaia. A resistência indígena persistia, com ataques aos presídios militares e às vilas de não-índios. Por isso, novas tentativas de aldeamentos dos Akwẽ -Xerente foram levados a cabo por padres capuchinhos, contando com o apoio de intervenções punitivas das forças militares do Governo.

O século XX foi marcado pela difícil sobrevivência dos Akwẽ -Xerente, devido os conflitos existentes entre os indígenas e os fazendeiros que foram invadindo o pouco que restava de seu vasto território de ocupação tradicional. O SPI só instalou dois postos de assistência durante a década de 1940, principalmente após relatórios do etnólogo Curt Nimuendajú, que denunciavam as péssimas condições de vida dos Akwẽ -Xerente.

É importante destacar que, ainda hoje, os Akwẽ -Xerente encontram-se lutando para a manutenção de seu território, já que continua a pressão colonizadora sobre seu território. A diferença é que, nos dias atuais, dominam ainda mais as nuances que determinam o avanço colonizador. Do mesmo modo, fruto de sua própria persistência e resistência, vêm explicitando uma identidade própria, o que confere a eles maior força para serem reconhecidos em seus direitos.

É necessário que se reafirme, a cada oportunidade, os direitos históricos que os povos indígenas das terras americanas possuem sobre os territórios que ocupam desde tempos imemoriais. As permanentes invasões sobre as terras indígenas também têm se dado nos campos jurídico e ideológico.

A criação do Estado de Tocantins foi conquistada principalmente a partir de uma grande pressão de grupos de poder com base de formação na propriedade da terra.

Determinou-se inicialmente para sua capital provisória o Município de Miracema do Tocantins. Este município é limítrofe ao município de Tocantínia, onde estão localizadas as áreas indígenas Xerente. O processo de demarcação do atual território dos Akwẽ -Xerente foi pautado por violentas disputas que resultaram em mortes de ambos os lados. Os Akwẽ -Xerente conquistaram a sua primeira área demarcada, denominada nos documentos pela FUNAI como “Área Grande”. Entretanto, a área que compreendia a aldeia Funil ficou de fora, o que fomentou a continuidade dos conflitos. Somente em 1976, quando ocorre um desentendimento entre os Akwẽ -Xerente e os posseiros que resultou em cinco mortes, acontece a demarcação e homologação da área Funil.

O território dos Akwẽ -Xerente localiza-se no cerrado do Estado do Tocantins, na banda leste do rio Tocantins, 70 km ao norte da capital, Palmas. A cidade de Tocantínia, localizada entre as duas terras indígenas, foi ao longo do século XX , palco de tensões entre a população local não-indígena e os Akwẽ -Xerente .

### **Considerações Finais**

Atualmente os Akwẽ -Xerente recebem uma alfabetização em língua Akwẽ e portuguesa, são incluídos no ensino as ciências sociais, geografia, educação artísticas e matemática. Essas escolas são de 1º a 4º ano e também de 5º à 9º ano. Se os alunos pretendem prosseguir com os estudos este já poderá estudar no Centro de Ensino Médio Indígena Xerente (CEMIX), que recebe alunos oriundos de 64 aldeias. Há indígenas que estão fazendo cursos superiores em universidades públicas e privadas, e fazem cursos técnicos de magistério e enfermagem. Atualmente também estão sendo oferecido a educação infantil nas aldeias.

A subsistência dos mesmos consiste principalmente em produtos obtidos da roça e dos recursos provindos da venda do artesanato, dos benefícios previdenciários pagos aos anciãos e da renda dos Akwẽ -Xerente funcionários do governo estatal ou da Funai. Os produtos mais cultivados entre eles são a mandioca, o arroz, o milho, a batata-doce, o feijão, a abóbora, e algumas frutas como mamão, a melancia, a cana-de-açúcar, todos para consumo doméstico.

A caça tem sido raramente praticada devido à escassez dos animais e as pressões sobre os recursos naturais. A pesca, que já foi uma importante fonte de alimentação, tem declinado progressivamente com o passar dos anos, devido ao impacto de grandes obras (barragens, hidrelétricas) realizadas no rio Tocantins.

As leituras realizadas nessa etapa da pesquisa tem demonstrado que com o surgimento dos processos de globalização os Akwẽ - Xerente tem novos desafios como de sobrevivência física, e cultural. Além da defesa do seu território cercado por empreendimentos agrícolas, e latifúndios.

A próxima etapa da pesquisa será a busca de fatos históricos e atuais pelo olhar dos próprios indígenas. E do conhecimento do território dos Akwẽ - Xerente e os desafios atuais vivenciados entre os jovens, adultos e velhos frente as nossas política públicas e econômicas vigentes.

### Referências Bibliográfica

- ALBERT, B. (org.) 1990. *Brésil: indiens et développement en Amazonie*. Ethnies, Paris, Survival International France, (11/12).
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas*:
- BIGIO, Elias dos Santos. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2003.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. 1984. Ofensivas contra os direitos indígenas. *Povos indígenas no Brasil 1983*. Aconteceu Especial. São Paulo, (14).
- COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos no início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- DAVIS, Shelton. *Vítimas do Milagre: O Desenvolvimento e os Índios do Brasil*, tradução de Jorge Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DE PAULA, Luís Roberto. *A dinâmica faccional Xerente: esfera local e processos sociopolíticos nacionais e internacionais*. Dissertação de Mestrado São Paulo: USP, 2000.
- DOMINGUES, Ângela. Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do Norte do Brasil. In: Silva, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.45-56.
- HOORNAERT, Eduardo et al. *História da igreja no Brasil: primeira época*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LEWIS, Norman. "Genocide- From Fire and Sword to Arsenic and Bullet, Civilization Has Sent Six Million Indians to Extinction", Sunday Times, Londres, 23 de fevereiro de 1969.
- MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Brasília: INL, 1980.
- MELATTI, Júlio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: Feuerbach – A contraposição entre as Cosmologias Materialista e Idealista*. 3 ed. trad. Editora Martin Claret. São Paulo: Martin Claret, 2008. (Coleção a Obra – Prima de cada autor)

OLIVEIRA, João Pacheco de e FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA FILHO, I. P. de & ALMEIDA, A. W. B. de 1985. *Demarcações: uma avaliação do Grupo de Trabalho Interministerial. Povos indígenas no Brasil 1984 Aconteceu Especial*, São Paulo, (15)

\_\_\_\_\_. *Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a FUNAI*. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. de (org.).

OLIVEIRA FILHO, J. P. de 1985. *Contexto e horizonte ideológico: reflexões sobre o Estatuto do índio*. In: *Sociedades indígenas e o direito*. Florianópolis, UFSC; Brasília, CNPq.

OLIVEIRA REIS, Francisco Carlos. *Aspectos do contato e formas socioculturais da sociedade Akwen-Xerente (Jê)*. Dissertação de Mestrado. Brasília/DF: UnB, 2001.

OLIVEIRA REIS, Francisco Carlos. *Os rituais de nomeação Xerente e o contexto de contato com a sociedade brasileira*. In: Peirano, Marisa G. S. (Org.). *Série Antropologia: 283 Análises de Rituais*. Brasília/DF: UnB, 2000.

OLIVEIRA, Humberto de. *Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL. *Os Poderes e as terras dos Índios*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, comunicação, (14).

PACHECO DE OLIVEIRA, João. “Terras indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n.44, 30 de out. 1983. (Nova Série Antropologia).

RIBEIRO, Darcy. “Culturas e Línguas Indígenas do Brasil”, *Educação e Ciências Sociais* (Rio de Janeiro, 1957), 1-102.

\_\_\_\_\_. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: SIA/MA, 1962.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Pelos nossos aborígenes*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1915.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. “Poder tutelar e formação do Estado no Brasil: o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais na Primeira República”. *Cadernos de Memória*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.82-91, out. 96/mar. 97. (Museu da República/IPHAN).

\_\_\_\_\_. “Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da ‘proteção fraternal’ no Brasil”. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero: Ed. UFRJ, 1987, p.149-204.

THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil 1500 – 1640*. São Paulo: Loyola, 1982.

**GT 11 ( Ação coletiva e mediadores no espaço rural brasileiro)****AGRICULTURA URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL: A ATER  
AGROECOLOGICA EM RECIFE PARA VISIBILIDADE SOCIAL****Juliana Gomes de Moraes<sup>1</sup>**

Graduanda em Ciências Sociais. Departamento de Ciências Sociais – DECISO/  
Universidade Federal Rural de Pernambuco/ UFRPE- PE-Brasil; Gestão ADM. da  
Agricultura Familiar – CEASA-PE-Brasil<sup>1</sup>; j.moraessociaisufrpe@gmail.com

**RESUMO:** A flexibilização contemporânea das fronteiras entre o rural e o urbano não está mais reduzida à idéia de urbanização do campo, dada a influência de valores e sociabilidades tidas como rurais, sinalizando para uma ruralização da cidade. Parte de populações com estes valores pratica Agricultura Urbana e Periurbana. Este artigo diz respeito a uma pesquisa etnográfica junto à agricultores de Recife, Pernambuco, no entorno da CEASA - PE. Apesar de ações desenvolvidas pelo estado para o fomento da agricultura urbana percebe-se um processo de invisibilidade destes agricultores que desde os anos de 1950 trabalham na área. Da mesma forma, há um processo de resistência por parte destes que consolidaram-se em paralelo à expansão da Central de abastecimento e ao próprio processo de urbanização. Supõe-se que emerge um processo histórico particular destes agricultores configurado a partir da heterogeneidade e exclusão social. Por outro lado, entende-se a proposta de uma Assistência Técnica e Extensão Rural Agroecológica como um primeiro componente do processo de inclusão.

Palavras-chaves: agricultura urbana, CEASA/PE, ATER

## 1 – INTRODUÇÃO

A flexibilização contemporânea das fronteiras entre o rural e o urbano não está mais reduzida à idéia de urbanização do campo, dada a influência, nos cenários urbanos, de valores e sociabilidades tidas como rurais, sinalizando desta maneira, para uma espécie de ruralização da cidade (SILVA & LOPES, 2010, p.2). Uma significativa parcela da população brasileira residente nas cidades é originária de áreas rurais, mantendo hábitos, valores e práticas *que continuam a se manifestar no vocabulário, na culinária, nas artes, na sociabilidade e na relação com a terra e as plantas* (HALDER, 2004 *apud* SILVA & LOPES, 2010, p. 6). Boa parte dessa população pratica agricultura na cidade e esta atividade é denominada como Agricultura Urbana e Periurbana AUP.

Turatti (2005), analisando a construção da identidade cultural de agricultores vinculados ao Movimento Sem Terra (MST), emprega o conceito de liminaridade para identificar a circunstância transitória em que se encontram essas populações. As situações liminares são reconhecidas pela autora, quando se trata *de um ethos do tempo pregresso que convive com as transformações predatórias rumo ao tempo futuro* (TURATTI, 2005, p.70). A autora aplica o esquema de ritos de passagem de Leach (1992) e Turner (1974) para analisar as fases de transitoriedade de um grupo cultural. Os camponeses dos acampamentos poderiam ser situados no estado de liminaridade, *configurado por uma etapa em que os acampados foram separados de seu universo social anterior e cumprem normas rituais que os qualificam para uma agregação social futura [...]* (Turatti, 2005, p. 69).

Este artigo diz respeito a uma pesquisa etnográfica junto à agricultores do perímetro urbano de Recife, Pernambuco, em propriedade federal com espaços não edificáveis sob linhas de alta tensão de energia. Esta área vem sendo historicamente ocupada por populações do interior do estado de Pernambuco e moradores e trabalhadores que vivem nas redondezas. Os agricultores instalaram-se espontaneamente em áreas de terra que atualmente encontram-se abaixo das linhas de transmissão de energia, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e no entorno da CEASA – PE (fig 1). A área está localizada na zona Oeste do Recife, num ponto de confluência entre os bairros do Curado, Várzea, Engenho do Meio, San Martin, entre outros (FERREIRA, 2009). Como as hortas encontram-se próximas da CEASA-PE, em 2009, o DER (Departamento de Estradas e Rodovias de Pernambuco)

passa a administração da área para a instituição. Em parceria com o Sindicato do Comércio de Hortifrutigranjeiros do Estado de Pernambuco (SINDFRUTAS), a Central inicia a implantação do Projeto Hortas Comunitárias da CEASA (CEASA/PE, 2011). O objetivo deste Projeto é manter uma infraestrutura adequada para preservar o patrimônio da Central, com medidas de refreamento das ocupações irregulares a através de rondas policiais e reparos infraestruturais nas vias rodoviárias e de canais de esgoto. O Projeto reconheceu e manteve os agricultores ocupantes. Assim, estes foram cadastrados e receberam uma carteirinha, uma farda, e materiais, tais como carro de mão, mangueira e equipamentos de proteção individual (EPI). Foram cadastrados 149 agricultores e foi estabelecido um contrato de permissão de uso do solo<sup>2</sup>.

Apesar do projeto, percebe-se um processo evidente de invisibilidade destes agricultores que desde os anos de 1950 ocupam e trabalham na área. Da mesma forma, há um processo de resistência por parte destes que surgiram e consolidaram-se em paralelo à expansão da Central de abastecimento e ao próprio processo de urbanização do perímetro urbano. Supõe-se que emerge um processo histórico particular dos agricultores urbanos configurado a partir da heterogeneidade e exclusão social. Tal argumento basea-se no perfil destes que também decorre da transformação de vivências anteriores, gerada por *um desapego a valores únicos e solidificados, gestando um ethos específico, incapaz de se enquadrar na tradição camponesa ou na caracterização clássica do proletariado moderno* (TURATTI, 2005 p. 75).

## 2 - O LUGAR E AS POLÍTICAS

Santandreu *et al* (2007) descrevem que, no Brasil, em termos gerais, as atividades em AUP são promovidas por uma grande diversidade de instituições e organizações. Entre elas estão o Governo Federal, como o MDS e outros ministérios, as incubadoras, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em parceria com os governos locais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e universidades, etc. Também há as iniciativas promovidas pelas prefeituras e pelo governo estadual, como ações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) etc. E finalmente as iniciativas promovidas e financiadas por ONGs, movimentos sociais, grupos de agricultores urbanos e pelo setor privado, na maior parte das vezes sozinhos,

---

<sup>2</sup> O contrato de permissão de uso do solo é um documento interno, emitido pelo SINDfrutas, o qual elenca as obrigações e as garantias dos agricultores.



mas também, em parceria com o poder público. A AUP tem sido incorporada e incentivada por meio de políticas públicas em diversas localidades do país, como estratégia para minorar situações de insegurança alimentar e nutricional (MOUGEOUT, 2000). De acordo com SOS Corpo (2007), entre as iniciativas em AUP na Região Metropolitana de Recife (RMR), 50% estão associadas à iniciativas da sociedade civil, organizada ou não, e 8,3% à convênios municipais/estatais/federais. Os agricultores a que diz respeito este artigo que financiam sua própria produção. Ainda que esta experiência tenha entrado para os relatórios do SOS Corpo, Ferreira (2013) aponta que os agricultores não foram contemplados pelas ONGs, pois cultivam com utilização de agrotóxicos e fontes precária de irrigação, o que causa desinteresse no envolvimento das instituições, denotando uma exclusão à este grupo.

O Plano Diretor do Recife (Lei Nº 15.547/91), realizado na década de 1990, revisto em 2006, gerou um diagnóstico Urbano destacando a dinâmica social do Recife, a dinâmica físico territorial, e a identidade urbanística. Na segunda metade de 2008, a Câmara Municipal do Recife aprovou a nova revisão do plano diretor, mas a AUP não foi avaliada como uma atividade a ser contemplada no planejamento urbano do Recife (FERREIRA, 2013). Conforme Ferreira (2013), o Plano Diretor trata à questão da produção e organização do espaço urbano, a partir do estímulo a ocupação para a retenção de terrenos vazios em áreas dotadas de infraestrutura básica. Todo o Recife está inserido em Zona Urbana. No entanto, é evidente a existência de diversas experiências de agricultura urbana na cidade. Sabe-se que em vários bairros com baixa densidade demográfica é desenvolvida a produção animal e vegetal nos quintais e lotes vagos Isso demonstra um processo de invisibilidade da agricultura urbana e periurbana no Plano Diretor.

## **2- RECONHECENDO-SE COMO UM EXCLUÍDO**

Entre os agricultores há aqueles que se autoidentificam localmente como “donos de horta” e há aqueles chamados de “trabalhadores. Os “donos de horta” não são jovens, pois a sua faixa etária variou durante a pesquisa de 34 a 82 anos. As oportunidades de estudar foram pequenas, pois o nível de escolaridade variou de analfabetos, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, tendo, a maior parte, o ensino fundamental incompleto. A maioria dos “donos de horta” revelou ter dificuldade de acessar as políticas públicas. Todos que declararam receber benefícios do governo se

referiram ao Programa Bolsa Família. Mais da metade não contribuem com o INSS. A maioria dos entrevistados é procedente do interior do Estado de Pernambuco, a maioria oriundo da Zona da Mata Setentrional (Norte), e a minoria da Região Metropolitana do Recife. Todos residiam em área rural antes de vir para Recife, e todos se dedicavam a atividade agrícola nesta fase<sup>3</sup>. Muitos relataram ter iniciado o trabalho na agricultura logo na infância, por volta dos 10 anos. Os agricultores que nasceram na RMR também se dedicavam à agricultura antes de chegar às hortas. Deste universo, residiam em sítios no Bairro da Várzea, e a maioria nas redondezas das hortas. Atualmente, os agricultores tornaram-se moradores de bairros circunvizinhos, como Curado, Roda de Fogo, Engenho do Meio, etc.

Observa-se entre eles uma divisão sexual do trabalho, pois as mulheres “trabalhadoras” se dedicam a atividade de capina manual, colheita dos quiabos e produção de flores. Todos expuseram que, apesar do serviço ser “pesado” para elas, a participação da mulher é regular, considerando que mulheres não aplicam “veneno”, dedicam-se mais a colheita e “gostam” da produção de flores. Por outro lado, as mulheres, quando “donas de horta”, atuam na atividade do mesmo modo que os homens. Ferreira (2013) explica uma diferenciação nas relações de gênero que partem dos fatores de distinção entre a Agricultura Urbana da Periurbana. Na agricultura Urbana, por ser produzida em menor escala que a Periurbana, a mulher geralmente é quem a lidera. Por outro lado, as unidades produtivas do entorno da CEASA são de responsabilidade dos homens, ficando as mulheres nos afazeres domésticos. Tendo em vista que o ambiente da casa, de afazeres doméstico é historicamente atrelado à mulher, uma influência na Agricultura Periurbana a se pensar é o distanciamento da casa à unidade produtiva, o que cessa uma relação doméstica entre estas duas instâncias.

Todos aqui apresentados constituem-se como *um conjunto de desempregados que reconheceu nas terras ociosas das margens da rodovia uma oportunidade da qual podem tirar proveito, e deste “encontro” [...] surgiram “hortas” e “agricultores* (MELO, 2011, pg. 88-89). Isto quer dizer que inseriram-se nos espaços ociosos no entorno da CEASA, pois esses espaços utilizados oferecem possibilidades de trabalho. Mas, este espaço impôs e ainda impõem limites para um caminho de visibilidade e empoderamento destes grupos.

---

<sup>3</sup> Não foi possível averiguar se todos desenvolviam anteriormente, atividades agrícolas destinadas à subsistência e/ou à comercialização.

Vários autores discorrem sobre a relação que se estabelece entre os agricultores urbanos e as cidades. Para Coutinho (2010), famílias de trabalhadores nas metrópoles, diante da cidade que tudo lhes nega, tramam processos, traçam e reinventam novos caminhos, e fazem da agricultura um modo de vida. Quando os agricultores chegaram e começaram a trabalhar nos terrenos no entorno da CEASA, encontraram apenas aterros, terras “cheias de matos”, “pedras” restante das obras das BRs e áreas alagadas, impróprias para plantar. Um agricultor menciona:

Essa área era de mangue, por isso que a água é salobra. Quem botou essa terra aí foi a gente. Isso tudo não era horta não, era concreto... porque esse lugar, se for ver bem, é de plantar mermo não... A gente é que fez... Se tu cavar um palmo aqui, tu já vai ver as pedra. É pedra até umas horas aqui... não é terra de agricultura (Anotação, 2013)

Melo (2011) utiliza a expressão “náusea” para descrever a conjuntura atual da vida dos agricultores, bem como um período de incerteza do por vir de suas vidas. No entendimento do autor, a náusea surge como um mal estar, que tem lugar nas relações com o DNIT e com a polícia. A “náusea” versa, nesta reflexão, não só sobre o sentimento resultante da relação dos agricultores periurbanos com as instituições, mas também sobre as relações dos agricultores com a sociedade e a forma como a cidade os exclui.

Aqui os processos de invisibilidade ficam mais notórios, conforme o relato do agricultor:

- Sabe o nome da gente? É aquele filme: esqueceram de mim!. (Anotação, 2012)

Aproxima-se a reflexão de Melo à de “liminaridade” de Turatti, na medida em que ambos refletem os processos de marginalização a que agricultores desterrados estão expostos. De acordo com Turatti (2005), há uma condição de início, fase denominada de pré-liminaridade que se constitui em separação. Em seguida, passa-se pela segunda condição, a de liminaridade, a qual consiste nos ritos de marginalização, na ausência de propriedade material; na situação de exclusão. Nesta fase, acredita-se que os indivíduos encontram-se fora da sociedade e do tempo. Finalmente, o ciclo completa-se com a fase de pós-liminaridade, que designa o rito de agregação à condição normal dos padrões da sociedade.

Alguns elementos de ordem ambiental são considerados prejudiciais à produção, como as inundações no inverno, os lixos depositados por transeuntes na área, a poluição proveniente dos escapamentos de veículos que passam nas estradas ao redor das alças, além da proximidade com os canais de esgoto a céu aberto. Além dos problemas ambientais vivenciados, os agricultores se angustiam com questões decorrentes da sucessão de formas de desrespeito dos transeuntes que passam pelo lugar e das imposições das instituições que gerenciam a atividade. A existência de áreas improdutivas sob “domínio” de “donos de campos de futebol”, a falta de cercas, a disputa da área com os animais soltos e a precariedade dos barracos, também foi citada como os maiores motivos de descontentamento com a atividade. Esta falta de estrutura, ao que se nota, provoca um “sentimento”, uma sensação de aparente descaso, expresso diretamente nos discursos dos agricultores.

Eles também se queixam das inconveniências provocadas pelos transeuntes que passam pelo lugar. Os agricultores passam despercebidos, são estigmatizados pela população. A atividade desenvolvida por eles é considerada atividade de “pobre e de mendigo”, pela sociedade:

Pararam um carro aqui uma vez e me chamaram. Aí a moça perguntou: - Vocês são o que, hein? Vocês moram aqui? Vocês são mendigos? Tem algum projeto? Por isso vocês morar aqui, é? Tu acredita? Deve ser por que a gente anda sujo... e o pior é que tem gente aqui com carro melhor do que o dela! (Anotação, 2012)

Alem disso, o desprezo da sociedade também pode ser identificado nos furtos a que estão expostos diariamente. Durante o trabalho de campo, a pesquisadora foi abordada por transeuntes com “chacotas” do tipo: - *Vai plantando que daqui a pouco eu venho pegar!*. As maiorias dos agricultores contaram terem sido furtados “várias vezes”, sem ter um quantitativo exato. Dentre os materiais roubados predominam mangueiras e carros de mão. Para os agricultores que não disponibilizam de barracos, o investimento em material fica inviável, uma vez que a exposição atrai os “ladrões”.

O povo vem roubar. Espera a gente plantar, aí vem de madrugada e colhe. Leva quiabo, carro de mão, bomba, mangueira... Leva tudo... Se eu pegar, tá lascado! E tu pensa que é gente de fora? É não, é gente da redondeza, é gente do ramo... (Anotação, 2012)

Outro ponto relevante é a contínua diminuição da oferta de mão de obra para as hortas. As reflexões sobre este processo variam entre os agricultores, sendo que alguns expressam que há um desinteresse pela atividade agrícola:

Tem gente que não tem emprego, vai pro centro da cidade pedir esmola, mas não quer vim para cá trabalhar. E a gente paga bem, é 60 reais a diária, mais a água e a comida do sujeito. Meu dinheiro vai tudo nisso, mas tem gente não. (Anotação, 2012)

Ô minha filha, agora ninguém quer trabalhar na agricultura, tem que estar acostumado. Os pouco que tem, a gente disputa aqui... (Anotação, 2012.)

Entende-se que estas interferências desdobraram-se na precarização da atividade produtiva, na medida em que a retirada das famílias representa a escassez de mão de obra que ocupava-se da agricultura pela proximidade com a área de plantio, tornando o distanciamento físico, elemento decisivo para o abandono da atividade. Em outras palavras, a desocupação da área *institui o fim de uma oportunidade, cancela a relação, ou antes, a aliança entre o homem e a terra, que constitui agricultores e hortas* (MELO, 2008, p.32). Estas condições objetivas são construídas social e historicamente, e derivam de uma convergência de fatores externos que pairam sobre o cotidiano dessas pessoas. Os agricultores anseiam angustiados pela construção de condições para o acesso a terra, o direito ao trabalho e pelo respeito da sociedade pelo seu trabalho. No entanto, ao que parece, a força da luta por visibilidade se esgota no cansaço na terra e das adversidades da agricultura. Assim, todos os fatores juntos representam a invisibilidade por parte das instituições e exclusão por parte da população, o que desestimula o trabalho na agricultura e representam um malogro no andamento do projeto da CEASA.

### **3- A ATER AGROECOLÓGICA COMO PRIMEIRO PASSO DE UMA VISIBILIDADE**

Em 2013, o projeto iniciou ações de assistência técnica e extensão rural voltadas para a recuperação e manejo do solo orientando-se por práticas agroecológicas. Há predominantemente dois conceitos vigorantes relativos às metodologias de extensão rural: o da difusão e o sistêmico (MACHADO, HEGEDÛS e SILVEIRA, 2006). A difusão converge para uma concepção mais tradicional voltada para a incorporação de tecnologias na agricultura na perspectiva da Revolução Verde. Esse conjunto

tecnológico- os pacotes agrícolas - forneceu as condições necessárias à adoção em larga escala dos sistemas de monocultura e foi difundido pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs). Não foi identificada nenhuma intervenção direta inspirada pelo modelo de produção agrícola da Revolução Verde nas hortas do entorno da CEASA. Mas eles fazem uso de várias tecnologias vinculadas a este modelo. Os agricultores periurbanos nunca haviam sido contemplados pela ATER, pois as instituições envolvidas com aquele espaço até então se limitavam a efetuar um trabalho de ordenamento da área, e não trabalhavam com a possibilidade de realizar ações voltadas para o desenvolvimento social. Portanto, a utilização dos produtos sempre foi financiada pelos próprios agricultores, e há indícios de que as práticas tenham sido estimuladas nas lojas de produtos agropecuários.

Em contrapartida ao paradigma da difusão, o paradigma sistêmico converge numa visão holística, caracterizada pela perspectiva de práticas transformadoras e um processo de empoderamento individual e coletivo a partir da participação. A Agroecologia é o enfoque científico que apóia a transição dos atuais modelos de desenvolvimento e da agricultura convencional para outros estilos de desenvolvimento rural e agriculturas mais sustentáveis (CAPORAL 2005). A intervenção agroecológica, como sugere Caporal e Ramos (2006) implica na busca de soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo. No entanto, apresenta-se aqui uma iniciativa que vem sendo realizada pela CEASA com extensão rural agroecológica para os agricultores periurbanos, a partir da experiência da autora como pesquisadora participante. Supõe-se que o compartilhamento de conhecimentos sobre outras práticas agrícolas, oportuniza não só uma nova hibridização do conhecimento agrícola, como pode resultar na solução de alguns problemas produtivos e na eliminação de algumas angústias, legitimando uma visibilidade a estes agricultores.

A visibilidade referida diz respeito à atenuar a desconsideração e exclusão deste grupo de agricultores em relação ao acesso dos benefícios voltados a AUP, a nível municipal, como foi discutido brevemente. Assim, a experiência de ATER agroecológica é inserida aqui como elemento interessante de suporte a esses agricultores, um componente do caminho para uma maior estabilidade. Salienta-se que este suporte não é entendido apenas sob o ponto de vista produtivo, considerando a reflexão de Caporal (2007) sobre a prática da agricultura como:

um processo social, integrado a sistemas econômicos, e que, portanto, qualquer enfoque baseado simplesmente na tecnologia ou na mudança da base técnica da agricultura pode implicar no surgimento de novas relações sociais, de novo tipo de relação dos homens com o meio ambiente e, entre outras coisas, em maior ou menor grau de autonomia e capacidade de exercer a cidadania. (2007, p 2)

As atividades de extensão rural iniciadas em maio de 2013 e realizadas até janeiro de 2013. Neste período foram executados o I Encontro entre Agricultores Agroecológicos e Periurbanos na CEASA e a I Oficina sobre Agricultura Ecológica e Associativismo, além de práticas em campo para confecção de defensivos alternativos e biofertilizantes, produção de uma unidade experimental e início do redesenho de algumas hortas, apresentados mais adiante. As atividades de campo acontecem 3 dias por semana, além de reuniões esporádicas com os agricultores, quando julgadas necessárias por todos os integrantes.

Os agricultores não estão organizados em associação. Alguns se referiam a uma antiga associação, a ASPAC (Associação dos Pequenos Produtores da CEASA), no tempo em que as terras pertenciam ao Ministério da Agricultura (MAPA) No entanto, segundo os relatos, a associação não saiu do papel. Os agricultores não têm muitas informações acerca do universo institucional da agricultura familiar (sobre PRONAF, PAA, PNAE<sup>4</sup> etc.), nem aproximação com outras associações de agricultores organizados. A primeira atividade realizada para troca de experiências com outros grupos foi o I Encontro entre Agricultores Periurbanos e Agricultores do Assentamento Chico Mendes de Paudalho - PE e da Associação do Imbé e Marrecos de Lagoa de Itaenga - PE. Estes agricultores são produtores de produtos orgânicos comercializadas em feiras agroecológicas da região. A intenção foi promover um diálogo sobre os malefícios dos agrotóxicos e os benefícios do associativismo. Neste encontro, os agricultores periurbanos demonstraram interesse sobre as práticas de combate as pragas. Assim, inicia-se um trabalho multidisciplinar orientado à agroecologia. A primeira atividade diz respeito a uma reunião com 22 agricultores que demonstraram interesse em participar, programando assim um plano de ações. As atividades de campo

---

<sup>4</sup> PAA é o Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE é o Programa de Nacional de Alimentação Escolar, ambas, voltadas a comercialização dos produtos da agricultura familiar, de iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

aconteceram após concluirmos um DRP (Diagnóstico Rural Participativo). Os resultados do DRP apontaram para necessidades estritamente relacionadas a recuperação do solo e a melhoria da produção. Os desejos indicados no DRP foram: esterco bom, estruturação dos barracos e assistência técnica.

Nas reuniões seguintes, discutiu-se sobre a agricultura familiar, apresentando o que é uma associação informal; o que é uma associação formal; a diferença entre associação e cooperativa; a estrutura que as compõem; os benefícios do trabalho em conjunto; e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Foram priorizados temas como o ataque das lavouras de quiabo por cochonilhas e problemas de ordem social e estrutural (políticas públicas e estruturação dos barracos). Assim, foram trabalhados temas como a inserção de novas práticas de manejo e a necessidade de envolvimento de outras entidades estatais para resolução dos problemas (fig.2). Durante as reuniões também foram apresentados os resultados das análises físico-químicas de água e solo, e a importância de cada elemento analisado. Os resultados proporcionaram o entendimento de que o solo está carente de todos os principais elementos nutricionais para as plantas. Uma iniciativa frustrada foi a formação de um grupo representativo dos agricultores, cujo objetivo era fazer a comunicação dos agricultores com a coordenação e auxiliar a assessoria técnica da CEASA em manter a organização da área. Os integrantes do grupo seriam eleitos pelos próprios agricultores, sendo composto por, pelo menos, um representante por alça. Além disso, esse grupo seria protagonista em emitir as informações e conhecimentos repassados pelas extensionistas. As alças rodoviárias são extensas, o que limita a convivência entre vizinhos mais próximos e o fato dos mesmos não disporem de um espaço físico para se encontrar e discutir os interesses de todos. Assim, esta iniciativa foi problemática, pois sem a intermediação dos técnicos, o grupo de representantes se dispersou. Por outro lado, comparecem com frequência as reuniões na CEASA.

Gliessman (2000), citado por Caporal & Costabeber (2002), distingue três níveis elementares no processo de conversão de uma agricultura convencional para uma agricultura sustentável. O primeiro nível refere-se ao aumento da eficiência das práticas convencionais que reduzem o consumo de insumos externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente. O segundo nível da transição se refere à substituição de práticas convencionais por práticas alternativas, beneficiadoras do ambiente sob o ponto de vista



ecológico. O terceiro nível é o redesenho dos agroecossistemas, para que nestes funcionem novos sistemas ecológicos. Orientando-se por esses princípios, iniciou-se uma unidade experimental de alternativas de hortaliças em cultivo protegido. Através de mutirões, realizou-se a preparação de biofertilizantes com esterco já utilizados pelos agricultores e a fertilização das plantas. Também preparou-se caldas para controle de doenças e pragas, como a calda bordalesa que é um fungicida composto de sulfato de cobre, cal e água e a calda sulfocálcica, que é um inseticida a base de enxofre.

Por fim, propôs-se aos agricultores um acordo para fixar laços de comprometimento mútuo. Os critérios para o acordo, discutido entre os participantes foi: os agricultores serão responsáveis em auxiliar no cuidado das “bordas” das alças, zelando as cercas e beiras da BR. Em troca, a instituição forneceria os itens elencados por eles como prioridades: insumos e assistência técnica. A intenção do acordo foi diminuir a incidência de plantas espontâneas que dificultam o trabalho dos agricultores com a capina e dificultam o monitoramento do local realizado pelo SINDFRUTAS. Para isso, planejou-se uma barreira de feijão de porco (planta recuperadora do solo) e flores (para equilibrar a biodiversidade). Por conseguinte, praticou-se um mutirão para o plantio de uma barreira de flores e feijão de porco

Não se pode afirmar que a ATER permitirá aos agricultores sair da marginalidade para se aproximar de uma certa estabilidade, tendo em vista que há um sistema de produção que está muito susceptível a problemas de toda ordem, e que os agricultores estão a margem de um processo de empoderamento e visibilidade, o que os nega qualquer possibilidade de superação desses problemas. Por outro lado, entende-se a proposta de uma Assistência Técnica e Extensão Rural Agroecológica através do acesso a novas práticas de manejo agroecológico, como um primeiro componente do processo de inclusão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há uma marcante presença nos discursos dos agricultores da precarização e exclusão a que estão expostos, o que leva-se a compreender que a fonte de seus saberes híbridos versa sempre ao campo da instabilidade, da angústia, da náusea, da liminaridade, da transição ao inesperado e ao incerto. Em outras palavras, esta marca de agricultores marginalizados desencadeia numa configuração fundamentada por

ausências: de expectativas de vida, de condições de trabalho e de apoio na produção. Assim, a identidade do agricultor- o “dono de horta”- é marcada pela história, onde aparece de forma enfraquecida a luta pela terra e as estratégias de resistência frente às diferentes ameaças das instituições e da sociedade envolvente. Sobre o conhecimento agrícola, o que diz respeito às práticas de manejo, entende-se que ainda está em construção, a partir dessas condições de exclusão. Mas, conclui-se finalmente, que a extensão rural orientada à práticas de manejo agroecológicos, do ponto de vista da teoria apresentada contribui para que o conhecimento híbrido dos agricultores periurbanos continue se modificando desta vez para um conjunto de saberes que dê suporte aos agricultores saírem do estado de liminaridade, aproximando à possibilidades de conseguirem empoderamento social e produtivo.

### Referencias bibliográficas

CAPORAL, FR. RAMOS, LF. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia.** 2006. In: MonteIro, d.; MonteIro, M. desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão Rural. Belém: UFPA. ACESSO em: 12/06/2013. Disponível em: [http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte07-08-2012\\_110532.pdf](http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte07-08-2012_110532.pdf)

FERREIRA, R.J. **Agricultura na cidade do Recife – PE: complementaridades rural-urbana e dinâmica espacial.** Dissertação de mestrado UFPE. CFCH. Geografia Recife. 2009. Acesso em 20/02/2013. Disponível em: [http://www.agriculturaurbana.org.br/textos\\_imagens\\_sitios/AU\\_RECIFE\\_RUBIO\\_FERREIRA.pdf](http://www.agriculturaurbana.org.br/textos_imagens_sitios/AU_RECIFE_RUBIO_FERREIRA.pdf)

FERREIRA, R.J. **Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE.** Tese de Doutorado. UFPE. CFCH. Geografia Recife: 2013. Acesso em 11/02/2014. Disponível em: [http://www.ufpe.br/posgeografia/images/rubio\\_jose\\_ferreria\\_tese.pdf](http://www.ufpe.br/posgeografia/images/rubio_jose_ferreria_tese.pdf)

HALDER, S.J.B.; MENDONÇA, M.M.; MONTEIRO, D. **Agricultura urbana: natural aqui do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004.** In: DA SILVA, D.M.; LOPES, R.. O campo na cidade: uma interpretação a partir da prática da agricultura em espaços considerados urbanos. Acesso em 08/02/2014. In: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT1-Dione-Melo-da-Silva.pdf>

MACHADO, J. A. D.; HEGEDŪS, P.; SILVEIRA, L. B. **Estilos de relacionamento entre extensionistas e produtores: desde uma concepção bancária até o "empowerment".** Ciência Rural, Santa Maria, v. 36, n.2, p. 641-647, 2006. Acesso em: 17/12/2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cr/v36n2/a44v36n2.pdf>

MELO, N.J.A. **Não contavam com minha astúcia: antropologia, cidade e práticas desviantes.** Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2011.

MELO, N.J.A. **Cidade, migração e alteridade.** Revista Latitude, Vol. 2, nº 1, p. 26-42. 2008. Acesso em 20/02/2012. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/120>

MOUGEOT, L. J. A. **Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks.2000.** In: ARRUDA, J. Agricultura urbana e periurbana em campinas/sp: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas. 2006

Acesso em 10/02/2014. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/.snapshot/nightly.13/ea000499.pdf>

SANTANDREU, A; LOVO, I. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras.** 2007. Acesso em: 08 out. 2012. Disponível em: <<http://www.rede-mg.org.br/?iid=56>>.

SILVA, D.M.; LOPES, R. **O campo na cidade: uma interpretação a partir da prática da agricultura em espaços considerados urbanos.** Acesso em 08/02/2014. In: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT1-Dione-Melo-da-Silva.pdf>

TURATTI, M.C.M. **Os filhos da lona preta: identidade e cotidiano em acampamento do MST.** São Paulo: Alameda. 2005.

## Anexo I

Figura 1: Unidades produtivas “cortadas” pelas rodovias federais (BR 101).



SINDFRUTAS

Figura 2: Exibição de vídeos realizada durante reuniões.



Fonte: Juliana Moraes .Registro em pesquisa participante. 2013.

## GT 08 – A luta pela terra e a política fundiária

### ANÁLISE DA ATUAL CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE VERDELÂNDIA- MG COMO EFEITO DO ANTIGO “MASSACRE” DE CACHOEIRINHA

GREICIELE SOARES DA SILVA

<sup>1</sup>Acadêmica do 6º período do curso de Ciências Sociais – UNIMONTES / Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, no Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA – UNIMONTES / Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, [greicytstsoares123@yahoo.com.br](mailto:greicytstsoares123@yahoo.com.br)

#### RESUMO:

O presente trabalho busca analisar a atual configuração e divisão territorial do município de Verdelândia – MG a partir das mudanças históricas e sociais ocorridas no local ao longo do tempo, e que antecederam o “massacre” da comunidade de Cachoeirinha na década de 1960. Este estudo buscará estabelecer relação entre os fatos ocorridos e recorrentes relacionados à questão agrária do município. Para maior compreensão é necessário que se conceitue termos fundamentais para a discussão proposta.

**PALAVRAS – CHAVE: Conflito; Território; Reforma Agrária.**

#### INTRODUÇÃO

O local de pesquisa é o município de Verdelândia – MG, conhecido como Antiga Cachoeirinha e o desenvolvimento da pesquisa e a produção deste conhecimento apresentam uma importância considerável para a área das ciências sociais. A disputa de terras é um conflito social que integra a realidade do país, realidade que pode ser compreendida tendo como análise os processos históricos que possibilitaram e possibilita a estruturação das estruturas sociais do local em questão. As ciências sociais buscam a explicação da realidade com base em fatos dados e que influenciam de tal modo, a formação da realidade social.

A proposta do trabalho baseia-se na perspectiva de análise dos acontecimentos históricos que possibilitaram o “massacre de Cachoeirinha”, assim como, as consequências desse conflito para a atual configuração territorial do município. De acordo com Sztompka *apud* Monção (2009) “compreender as mudanças sociais de um grupo implica no conhecimento da história”.

De acordo com Monção (2009),

O momento presente estabelece relação direta com o passado e esse o influencia. As comunidades se organizam por meio das mudanças sociais ocorridas em diferentes épocas. Os padrões de vida, as crenças, os comportamentos são decorrentes desse movimento. Cada processo de mudança nas relações sociais, mesmo que de forma isolada e com o seu ritmo próprio, acontece ao longo do tempo, visto que não há sociedades estáticas. Portanto, a mudança é resultado do que foi consolidado no passado. O que sustenta a tradição é a ligação entre o presente e o passado. É a tradição que conserva a memória coletiva, que nem sempre se encontra registrada nas bibliotecas ou nos museus, mas transmitida por meio das relações orais e de convivência. (MONÇÃO, 2009. p. 70)

Deste modo o presente trabalho busca analisar as mudanças ocorridas ao longo do tempo, desde o momento do massacre, do período de emancipação dos distritos que formam o município, até os dias atuais, estabelecendo assim uma relação entre passado e presente a partir da análise dos fatos ocorridos e recorrentes relacionados a questão agrária do local. Para iniciar a discussão é necessário compreender o que é Reforma Agrária, o que é Luta por Terra, o que é Território, e o que é Conflito, uma vez que o estudo aqui proposto destaca essas questões como pilares fundamentais para análise da situação.

## **BREVE ABORDAGEM: CONCEITUAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO**

De acordo com a Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964, que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola,

Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. [...] É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes<sup>1</sup> a Luta por Reforma Agrária e a Luta pela Terra são interativas, no entanto é fundamental que se faça a distinção entre as mesmas. A Luta pela terra é específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados na questão e não depende da Luta pela Reforma Agrária, esta por sua vez é uma luta ampla e

---

<sup>1</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. 1999.

que envolve toda a sociedade, de acordo com o autor, “a luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária”.

Para Fernandes,

A luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação. [...] Em todos os países da história os camponeses lutaram para entrar na terra. [...] Desde as capitânicas hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo.<sup>2</sup>

Outro conceito fundamental para a discussão do assunto é o conceito de território, que de acordo com o geógrafo Milton Santos *apud* SAQUET e SILVA, território é um espaço delimitado, sendo resultado e condição dos processos sociais,

O espaço precisa ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente.

Para Milton Santos, atribuir conceitos é uma tarefa difícil, pois este não pode ser definição fixa, ou seja, deve permitir a possibilidade de diferentes significados, no entanto, o autor apresenta uma conceituação para a compreensão do que é território,

O território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo.<sup>3</sup>

Ainda de acordo com Milton Santos existe uma diferenciação entre espaço e território, onde que segundo ele “a utilização do território pelo povo cria o espaço” de modo que “o território antecede o espaço”.

O conflito, no entanto, pode ser entendido como momento ou situação de disputa, de luta, desacordo e tensão provocados por divergência de idéias e interesses entre pessoas ou grupos sociais.

A definição de camponês também é fundamental para o desenvolvimento do projeto, de acordo com Caio Prado Jr. *Apud* SABOURIN (2009), não há (nem houve) camponeses no Brasil, baseando-se numa visão européia segundo a qual só existiria sistema camponês a partir da transformação do sistema feudal da serventia, para Prado Jr,

---

<sup>2</sup> Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/mst3.htm>>

<sup>3</sup> Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>>

se teria passado diretamente da escravatura para o assalariamento dos trabalhadores rurais. No entanto, de acordo com Sabourin,

Martins (1981) amplia esta análise para a evolução das formas dependentes de agricultura camponesa, em particular os diversos tipos de arrendamento. Ele define a existência de uma classe camponesa que corresponde aos agricultores excluídos do pacto político; em outros termos, os sem-vozes, os invisíveis. Segundo Martins (1981), o termo "camponês" é recente no Brasil (anos 50). Sua origem é política, sendo associada às reivindicações da esquerda latinoamericana em torno dos "campesinos". (2009 p. 02)

Henri Mendras (1978), outro teórico também importante para a discussão, diz que o que faz um camponês é o fato deste pertencer a uma sociedade camponesa. No seu texto, Mendras (1978) apresenta as cinco principais características de uma sociedade camponesa,

1. A autonomia relativa das comunidades camponesas frente a uma sociedade envolvente que domina mas tolera as suas originalidades.
2. A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade.
3. Um sistema de econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente.
4. Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações de interdependência com as coletividades circunvizinhas.
5. A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente. (1978, p. 14)

Desta forma, pode-se perceber a ligação existente entre esses fatores, uma vez que os camponeses do município de Verdelandia residem em um território que com o tempo tornou-se seu espaço, o espaço físico ganha significado e valores que não são atribuídos com base na questão monetária, mas sim, em questões emocionais. O conflito se associa a essa discussão na medida em que esses camponeses são expropriados e retirados de seu território, de seu espaço, nessa medida é que se inicia a Luta por terra que por sua vez possibilita a Luta por Reforma Agrária, meio pelo qual busca-se alcançar e possuir o acesso à terra. Inicia-se um processo de resistência que se torna visível no processo de luta.

A divisão territorial em grandes extensões latifundiárias se deu no período da colonização, de acordo com José Graziano da Silva “o período da colonização brasileira se fez com a doação de grandes extensões de terras particulares. Denominadas de sesmarias. Daí surgiram os latifúndios escravistas.”<sup>4</sup>. Foi nesse período que de acordo com o autor que se originou classes sociais básicas: “os senhores e os escravos”. No início do século XIX, com a extinção do regime das sesmarias, houve um declínio da escravidão, no

---

<sup>4</sup> SILVA, José Graziano da. 1980, p. 9



entanto, a Lei de Terras regulamentava a forma de aquisição das terras enquanto propriedade privada, de tal modo que as terras tidas como devolutas só podiam ser apropriadas diante da compra e da venda, reduzindo ainda mais o acesso a terra.

Tendo como base o período histórico vivenciado pelo Brasil, pode se analisar que os alicerces onde foram constituídas as estruturas do país era de todo modo, estruturas favoráveis à concentração de terra e a expropriação dos pequenos camponeses tornando os trabalhadores rurais “bóias-frias”. De acordo com Silva (1980),

Porém, o que significou a manutenção desse padrão de concentração da propriedade da terra tão elevado no Brasil, aliado a uma rápida expansão da fronteira agrícola? Significou que milhares de pequenos posseiros, parceiros, arrendatários e mesmo pequenos proprietários que iam perdendo as terras que possuíam não tiveram nova oportunidade na agricultura. Em outras palavras, que tiveram de se mudar para as cidades em busca de uma nova maneira (nem sempre satisfatória) de ganhar a vida. (SILVA, 1980. p. 15)

Todas essas mudanças sociais ocorridas no país tiveram suas conseqüências, o período de industrialização, por exemplo, buscou levar a política do “desenvolvimento” que proporcionaria um processo de “modernização” das regiões. É nesse período de transformação que a região do Norte de Minas encontra se como alvo dos projetos “desenvolvimentistas” tendo como objetivo a entrada da “modernidade” no sertão. Juntamente com essas modificações ocorre a intensificação do processo de migração, que envolve não apenas a mudança de pessoas de um lugar a outro, mas também ocasiona no encontro de lógicas e modos de vida distintos, o que em alguns casos pode resultar em situações positivas uma vez que essas diferenças geram uma diversificação dos elementos culturais existentes em determinadas sociedades, no entanto essa mesma diversidade pode possibilitar construções e o desencadeamento de conflitos sociais.

Na década de 1960 as políticas de “desenvolvimento e modernização” da agricultura resultam na intensificação dos conflitos pela posse de terra. Vários conflitos se espalham pelo país, entre eles encontra se o conflito a qual o presente trabalho busca analisar. De acordo com Santos (1985),

Dentro desse quadro generalizado de conflitos e tensão social que cobre todo o campo brasileiro, encontramos, no norte de minas, um conflito que se desenrola há vinte e dois anos, envolvendo 212 famílias no povoado de cachoeirinha. (p. 01)

O povoado de Cachoeirinha como era conhecido no período do conflito, tornou se o município de Verdelândia. Este município guarda um histórico de luta, e

mesmo nos dias atuais, após o conflito ocorrido na década de 1960, o local ainda é palco de várias outras disputas territoriais. Desta forma, é de extrema importância compreender a realidade atual do local tendo como base o seu processo de luta.

## **FORMAÇÃO DO POVOADO E DO “MASSACRE” DE CACHOEIRINHA**

O local de pesquisa é o município de Verdelândia – MG, conhecido como Antiga Cachoeirinha, e que de acordo com Monção (2009) é um dos locais com maior número de assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária do Norte de Minas Gerais. A formação do município se inicia com a criação do povoado de Cachoeirinha que de acordo com Santos (1985), inicia se desde o período da escravidão, pois, muitos dos negros fugitivos, em busca de abrigos, refugiavam se na “mata da Jaíba”, local também habitado por tribos indígenas. A comunidade de Cachoeirinha tem sua origem nesse “contexto de resistência a escravidão” sendo povoado pelos “primeiros desbravadores do Vale da Jaíba”.

Negros e índios: assim começa o povoamento da Mata da Jaíba. (SANTOS, 1985).

Ainda em seu texto, Santos diz que a primeira geração de posseiros teve sua instalação no ano de 1946, devido o processo de construção da ferrovia na cidade de Janaúba (cidade próxima ao povoado), essa primeira geração é formada por “assalariados dos empreiteiros fornecedores de dormentes para a construção da linha férrea”<sup>5</sup>. Nesse período houve a divisão de terras, sem a necessidade de cercas, uma vez que as divisas eram identificadas por elementos naturais sendo que cada lavrador sabia exatamente o limite de suas posses.

A segunda geração dos posseiros foi instituída no final da década de 1950, em função da ligação ferroviária. Essa geração é constituída pelos migrantes vindo do nordeste em direção ao sul. De acordo com Santos, estes se instalaram nas terras do povoado de Cachoeirinha, amparados por documentos de ocupação expedidos por funcionários do Estado.

De acordo com Santos, não houve conflito entre os lavradores, uma vez que existia grande capacidade de terra em estado ocioso, no entanto as duas gerações de

---

<sup>5</sup> SANTOS, Sônia Nicolau. **À procura da terra perdida: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha**. 1985.

posseiros diferenciavam-se pelo modo de pensar, uma vez que essa segunda geração (migrantes) reconhece a necessidade de se amparar legalmente, no entanto.

Esses lavradores tinham a produção como subsistência e não como produção capitalista. A grande extensão territorial favoreceu a pecuária e entre algumas grandes fazendas existiam terras livres ocupadas por pequenos agricultores. Nesse cenário, de latifúndios e de pequenos agricultores, houve uma integração dos latifundiários no mercado nacional por meio da pecuária sem que o modo original da vida dos camponeses fosse alterado. De acordo com Santos (1985), a partir da queda da mineração, a atividade pecuária do nordeste de Minas começa a declinar e já no século XX entra em um longo período de estagnação, o que se prolongaria até meados da década de 50, com isso os latifúndios mantêm-se ligados a pecuária extensiva, mas a estagnação não atrai migrante (população capaz de construir um mercado capitalista) e nem consegue afetar ou dissolver a produção familiar dos lavradores que ali residem.

Essa configuração econômica-social permite que os lavradores desenvolvam sua produção e seu modo de vida autonomamente até os anos 50/60. Transformações econômicas e políticas profundas começaram a se operar nas relações entre os agricultores e o meio social que os cerca a partir de 50 quando o norte de Minas passa a ser alvo do Estado através de programas de colonização. (SANTOS, 1985).

Em resumo a esses programas de colonização do Estado, Santos(1985) diz que houve passagem da situação do isolamento, de autonomia dos lavradores de Cachoeirinha para uma situação na qual irão entrar em conflito com os grandes proprietários rurais até serem finalmente expropriados, essa situação inicia com os planos estaduais de colonização em 1952, acelerando-se com um novo projeto oficial em 1961, e de acordo com Santos (1985) terá seu coroamento com a nova política agrária adotada pelo Estado após 1964.<sup>6</sup>

Em 1961, de acordo com Santos (1985), Magalhães Pinto (então Governador do Estado de Minas Gerais), anuncia uma “reforma agrária” para todo o Estado, o plano consista exatamente no mesmo plano de colonização elaborado pelos técnicos da Fundação *Rockefeller* e da Secretaria da Agricultura e que tinha como meta promover a “modernização” capitalista do norte de Minas. Entretanto, de acordo com a autora, a imprensa apresentava notícias que se referia a criação de apenas um projeto de colonização, sendo este implantado na região de Jaíba.

---

<sup>6</sup> SANTOS, Sônia Nicolau. *À procura da terra perdida: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha*. 1985

É nesse período, com toda a atenção voltada para a então política de reforma agrária, que os lavradores sentem necessidade de documentação que pudesse lhes garantir o acesso e a permanência a terra. No entanto todo, se tratando de uma questão pública, o assunto chamou a atenção de muitos proprietários de terra, de especuladores e de investidores, onde de acordo com Santos,

Inicia-se, assim, um processo de apropriação de terras devolutas. Discretamente, passam a comprar terras de antigos proprietários ou posseiros; fazendeiros locais aumentam fraudulentamente as extensões de suas propriedades; títulos falsificados são vendidos por aproveitadores a lavradores ingênuos. As terras da Jaíba se valorizam. Intensifica a ocupação da região pelo capital. (SANTOS, 1985).

Em 1964, o Brasil vivencia o Golpe Militar, e é nesse período que ocorre a intensificação dos conflitos agrários em todo o país, “terras devolutas ‘vendidas’ a particulares, títulos de propriedades que os números se multiplicavam magicamente, mandados judiciais de legalidade duvidosa executada por jagunços e pistoleiros”.<sup>7</sup>

O conflito de Cachoeirinha teve destaque no mês de setembro de 1964, quando Sebastião Alves da Silva e Manoelito Maciel de Salles, por meio de seu então advogado o Coronel Georgino Jorge de Souza Comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar de Montes Claros, requerem diante do Juiz de Direito de São João da Ponte a posse sobre cerca de 6.400 hectares na região de Cachoeirinha. Com base no requerimento pela posse, em menos de duas semanas, é emitido pelo Juiz de Paz, José Fernandes de Aguiar, a decisão que tinha como objetivo desapropriar os lavradores. A retirada dos moradores da comunidade foi realizada no dia 14 de setembro do mesmo ano, por meio de militares e pistoleiros. Os agricultores da época fazem relatos de atitudes de uso de força e abuso de poder por parte dos militares e de jagunços. Após a ação vários moradores foram expulsos de suas terras, alguns abandonaram Cachoeirinha e outros permaneceram para lutar pela terra.

Um segundo despejo ocorre no ano de 1967, onde não mais as 32 famílias, mas sim, todos os lavradores do local, 212 famílias foram despejadas de suas terras, e o Coronel Georgino, o Manuelito e Sebastião, possuidores de documentos referentes a 6.400 hectares, ocupam terras que equivalem mais que o dobro da quantidade apresentada nos documentos de posse.

---

<sup>7</sup> SANTOS, Sônia Nicolau. **À procura da terra perdida: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha.**

De acordo com Monção (2009), durante o conflito (que durou aproximadamente 20 anos) foram registradas seis mortes de adultos e sessenta e quatro mortes de crianças (as mortes de crianças foram em consequência da fome enfrentada pelas famílias expulsas de suas terras).<sup>8</sup>

Depois de anos de luta, após eleição para governador do Estado de Minas Gerais, sendo eleito, Tancredo Neves, é emitido decreto de nº 23080, que “declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio, áreas de terras e benfeitorias situadas do distrito de Cachoeirinha, município de Varzelândia”<sup>9</sup>.

Depois da decisão de divisão de terras para os lavradores de Cachoeirinha, estes recebem uma área de terra com total de 484 hectares, que de acordo com os próprios lavradores estava em péssimas condições e era insuficiente para as 140 famílias. A divisão da terra foi feita a partir de cadastramento das famílias a serem beneficiadas, no entanto, somente 55 famílias seriam selecionadas para permanecerem na terra. Após o ocorrido, os lavradores abandonam por algum tempo a luta pela terra ficando a espera de maiores providências por parte do governo.

## **ATUAL CONFIGURAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VERDELÂNDIA – MG**

Em 22/12/1995, através da Lei Estadual nº12030, ocorre o desmembramento do distrito de Cachoeirinha pertencente a Varzelândia e do distrito de Barreiro do Rio Verde pertencente a Janaúba, formando então o município de Verdelândia.

Hoje, quase 50 anos depois do maior conflito da região, o município, de acordo com Monção (2009), concentra o maior número de assentamentos e de acampamentos do estado de Minas Gerais. Atualmente, há nesse município, 4 acampamentos de reforma agrária: Santa Clara, Vitória, Verde Água e Brejo dos Crioulos, e 14 assentamentos: Caitité, União, Boa Esperança, Arapuá, Arapuim, Verde Minas, Betânia<sup>10</sup>, Serrana, Bom Jardim, Lagoinha, Volta da Serra, Bom Sucesso, Modelo e Nova

---

<sup>8</sup> MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. **AS SEMENTES DA LUTA: O CONFLITO AGRÁRIO DE CACHOEIRINHA**. 2009. Pag. 14.

<sup>9</sup> SANTOS, Sônia Nicolau. **A procura da terra perdida: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha**. 1985.

<sup>10</sup> De acordo com Monção (2009) a área geográfica do assentamento Betânia se localiza na divisa entre os municípios de Verdelândia e o município de Varzelândia. Para o INCRA o assentamento é pertencente ao município de Varzelândia, no entanto a Prefeitura Municipal e a EMATER de Verdelândia, prestam assistência a uma parte do assentamento reconhecendo os como cidadão verdelandense.

Esperança; sendo a área total desses assentamentos corresponde, aproximadamente, a 20% da área total do município de Verdelândia.

De acordo com Monção (2009),

A nova configuração fundiária do município de Verdelândia começou a partir da criação dos assentamentos União e Caitité, conforme ilustra a TAB. 5, quando foram necessárias mais de duas décadas de luta. Enquanto os anos da década de 1960 foram marcados pela expropriação de terras no município, os anos da década de 1990 em diante, por sua vez, marcaram um novo panorama para essa região: a reapropriação de terras. Assim os 12 novos assentamentos e os 4 acampamentos criados configuram-se em uma nova forma de conquista da terra. (MONÇÃO, 2009. pág. 73)

Os assentamentos União e Caitité, primeiros assentamentos do município de Verdelândia, são constituídos pelos posseiros que lutaram na década de 1960. Monção (2009) apresenta uma hipótese de que, com base no grande número de filhos dos posseiros na época do “massacre de Cachoeirinha” (informação obtida através de pesquisas e entrevistas com os posseiros), é que acredita-se que o conflito de Cachoeirinha tornou-se referência para a criação de novos assentados e acampados do município. Ainda de acordo com a autora, existe uma relação de parentesco entre os antigos posseiros e a grande maioria dos novos posseiros. Aqueles que não possuem parentesco direto afirmam, segundo Monção (2009) que,

Mesmo sem qualquer relação de parentesco, os anos vividos nas terras de Cachoeirinha proporcionaram a esses migrantes um convívio mais próximo com os posseiros. Essa convivência faz fortalecer os laços culturais, de amizade, de compadrio e de proximidade, além de poderem vivenciar uma importante troca de sociabilidade. (MONÇÃO, 2009. pág. 81)

Com base na hipótese apresentada, a autora afirma ainda que o histórico de luta da comunidade influencia a formação da organização social do município de Verdelândia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A luta dos moradores dos assentamentos/acampamentos continua, uma vez que enquanto que os primeiros buscam meios e formas de continuar obtendo do trabalho rural o sustento familiar, os segundos, além desse obstáculo, enfrentam diante do INCRA o processo de regularização das terras, o que de todo modo, nos mostra um longo caminho a se percorrer, uma vez que o histórico brasileiro de reforma agrária apresenta, desde o

período da colonização, até os períodos atuais, grandes dificuldades para o acesso a terra, sendo então, o exame e análise sociológica do desfecho desse processo, algo em curso.

## REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernado Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Disponível em : <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/mst3.htm>> Acessado em

Lei Nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)>

MENDRAS, H. **O que é um camponês?** . In: Sociedades Camponesas. Zahar Editores, Rio de Janeiro. Primeira Edição Brasileira. 1978. Pp 11-17

MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. **AS SEMENTES DA LUTA: O CONFLITO AGRÁRIO DE CACHOEIRINHA - Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado PPGDS - Unimontes, 2009.

SABOURIN, Eric. **Será que existem camponeses no Brasil?** *Apresentação Oral Agricultura Familiar e Ruralidade CIRAD - UNB-CDS, BRASILIA - DF - BRASIL.* 2009.

SABOURIN, Eric. **Comunidades Camponesas e Organização Social da Produção.** In: Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. Pp29-69.

SAQUET, Marcos Aurélio. SILVA, Sueli Santos da. **MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território.** Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>>

SANTOS, Sônia Nicolau. **À procura da terra perdida: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha.** 1985. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária.** São Paulo/SP: Brasiliense, 1980.

**GT 12 - Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos**

**Condições sociais e perspectivas de futuro de jovens mulheres rurais - Assentamento Cupiúba, PA.**

Laiane Helena Silva da Cruz<sup>1</sup>

Edila Arnaud Ferreira Moura<sup>2</sup>

**Resumo:** Os denominados processos de urbanização interferem de forma intensa nas expectativas das populações jovens em relação ao trabalho rural. Este estudo contribui para essa discussão com apresentação de resultados preliminares de um levantamento feito com jovens moradoras de um assentamento rural - Assentamento Cupiúba, no município de Castanhal. Pará, fortemente afetado pelo crescimento da cidade às suas proximidades. Trata-se de um estudo exploratório de tema a ser desenvolvido como monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Pará. Os dados preliminares indicam que as jovens já não têm interesse de continuar morando no local, muito menos trabalhando no lote como trabalhadoras agrícolas. A proximidade entre o assentamento e a cidade e a disponibilidade de transporte urbano são fatores que favorecem os estudos das jovens. O assentamento não dispõe de todas as séries do ensino fundamental, nem das séries do ensino médio, o que dificulta o acesso à educação entre as jovens assentadas. Também há uma grande carência de políticas públicas que atendam às necessidades básicas do assentamento, como saúde e educação.

**Palavras-chaves:** Juventude rural; condições sociais; perspectivas de futuro.

<sup>1</sup> Graduanda de Ciências Sociais/ Universidade Federal do Pará, e-mail: laiane\_helena@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Socioambiental – NAEA/ Professora da Faculdade de Ciências Sociais /Universidade Federal do Pará, e-mail: edilamoura@hotmail.com



## 1. Introdução

As sociedades camponesas, durante muito tempo, apresentaram uma forma particular de organização, que Henri Mendras definiu por cinco traços característicos: “uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarquia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.” (MENDRAS, 1976, p.4).

Com “as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura –” (WANDERLEY, 2009, p.89) a sociedade rural e suas várias relações são redefinidas. Percebe-se, como consequência destes fatos, uma gradativa mudança no comportamento dos jovens rurais, que tem atraído a atenção recente de vários pesquisadores, como Maria José Carneiro, Ricardo Abramovay, Maria de Nazareth Wanderley, Elisa Guaraná de Castro, entre outros.

Definir o que é “juventude rural” não é uma tarefa fácil, visto que, não há um consenso sobre o que é o rural, nem sobre juventude. A questão é no entanto focada em vários estudos sobre as populações rurais nas últimas décadas. De forma geral, no conjunto das discussões, é possível observar uma tendência a concordância quanto à necessidade de ampliar a definição do rural para além do setor agrícola. Processos recentes têm transformado o mundo rural em um espaço cada vez mais heterogêneo e diversificado, o que afeta a juventude rural, reduzindo suas perspectivas de trabalho na agricultura ao mesmo tempo em que tem ampliado suas referências de padrão de vida, ao apresentarem novas necessidades e desejos (CARNEIRO, 2005).

Nota-se que há um reconhecimento cada vez maior, por parte dos jovens, da importância da educação para uma desejada mudança de vida. Os pais também têm um importante papel nesse reconhecimento, pois têm se preocupado em mandar os seus filhos para os centros urbanos próximos, a fim de que os mesmos tenham uma melhor educação, ou até mesmo porque em algumas áreas rurais ainda não há escolaridade para todos os níveis na localidade. (CARNEIRO, 2005)

“O “estudo” é, então, visto como o principal caminho para abrir novas alternativas ao “trabalho pesado”, ao pequeno retorno monetário e às incertezas sobre o futuro da agricultura, o que leva esses agricultores a vislumbrarem a cidade como uma alternativa desejável para os filhos, onde “a vida é mais fácil” em comparação ao “péssimo negócio” que representa a atividade agrícola nessa região.” (CARNEIRO, 2005, p.248).

É possível perceber que há dois temas recorrentes dentro do contexto da juventude rural: a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração (BRUMER, 1993).

Levando-se em consideração a necessidade de estudos que tratem da problemática do jovem rural dentro desse novo cenário, foi realizado este estudo exploratório onde são apresentados resultados de uma investigação feita com mulheres jovens de 15 a 24 anos residentes na Travessa Santo Antônio, no Assentamento Cupiúba, com o objetivo de identificar as suas condições sociais e as suas perspectivas de futuro na condição de moradoras de uma assentamento rural. O primeiro contato com esse campo de investigação teve o propósito de organizar informações empíricas e avaliar instrumentos de coleta de campo para as etapas posteriores de investigação a serem feitas com maior alargamento da amostra, objetivando a produção de monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais sobre essa questão.

### O Assentamento Cupiúba

O assentamento Cupiúba fica localizado no município de Castanhal, na Mesorregião Metropolitana de Belém, no Estado do Pará (figura 1), à margem direita da rodovia BR-316 (sentido Belém/Castanhal). Possui uma área de 1.366,2823 ha, com 238 famílias assentadas. Foi criado pelo INCRA no dia 6 de janeiro de 2000 (figura 2), na área onde se situava a antiga fazenda Cachoeira.



Figura 1. Localização do Assentamento Cupiúba, no município de Castanhal.

Fonte: Google Maps

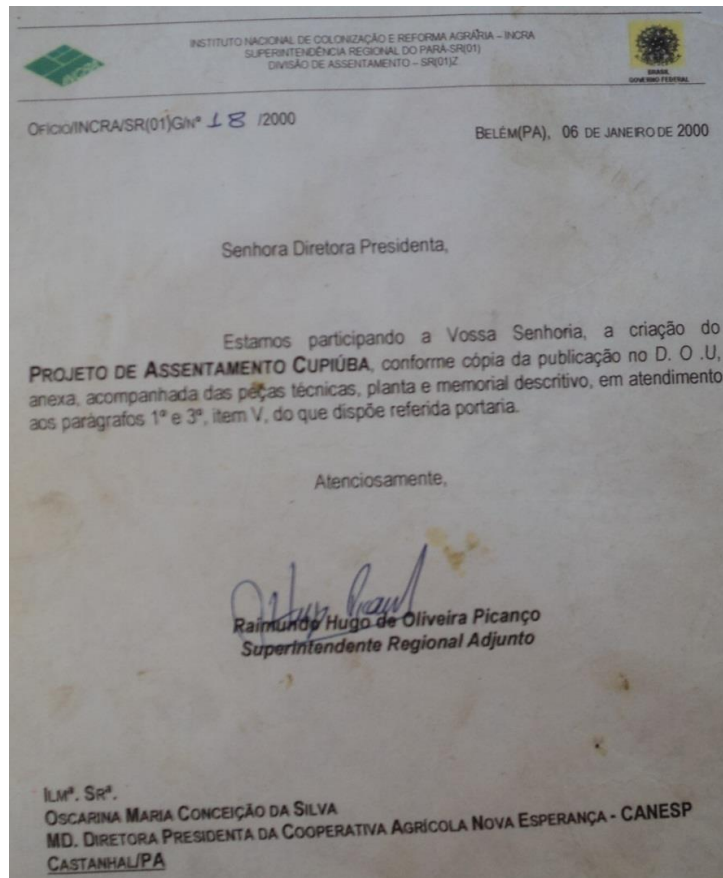


Figura 2. Documento de criação do Assentamento Cupiúba pelo INCRA.

O lugar onde se instalou o projeto de assentamento Cupiúba situa-se no local da antiga fazenda Cachoeira, que já se encontrava em um acelerado processo de degradação ambiental. Com a ação conjunta de moradores dos arredores e municípios vizinhos começou uma luta pela posse da terra. O processo de invasão foi iniciado na década de 90, por volta do ano de 1995, quando também foi fundada a Associação dos Moradores de Cupiúba. A luta pela criação do assentamento durou, aproximadamente, 5 anos.

As principais produções do assentamento são de acerola, feijão, farinha, verduras, entre outras. As casas de farinhas da comunidade ficam dentro de lotes privados. No entanto, são de uso coletivo da comunidade (figura 3). As famílias moradoras do assentamento também trabalham na produção de peixe e artesanato. O nome Cupiúba foi escolhido devido à grande quantidade de madeira Cupiúba que havia anteriormente no assentamento.

O tamanho de um terreno agrícola completo é 125m de largura por 1000m de comprimento, mas como não havia terra suficiente, o tamanho dos lotes do assentamento foi determinado em 125m de largura por 450m de comprimento, o que já implicou em readequação das atividades produtivas nesse local.



Figura 3. Casa de farinha de uso coletivo da comunidade.

Foto: Laiane Helena, data da foto: 26/07/2013

A rua escolhida para o estudo, Travessa Santo Antônio (figura 4), tem grande parte dos seus lotes com a frente voltada para a BR – 316. Muitos donos desses lotes são empresários da região, fazendeiros ou construtoras que têm comprado os lotes do assentamento para construir empreendimentos imobiliários.



Figura 4. Travessa Santo Antônio

Foto: Laiane Helena, data da foto: 26/07/2013.

O trabalho teve como objetivo investigar as condições de vida das jovens residentes da Travessa Santo Antônio, localizada no Assentamento Cupiúba, no município de Castanhal, registrando suas características demográficas, as opções de lazer oferecidas pelo assentamento e suas perspectivas de futuro em relação ao ambiente em que vivem.

## **2. Metodologia do estudo**

Refletir sobre a população jovem dos assentamentos revela uma preocupação referente ao desenvolvimento e ao futuro da agricultura familiar, podendo ser estendida para uma discussão sobre a viabilidade da reforma agrária, visto que os jovens constituem a nova geração de agricultores, encarregados da continuação da produção de alimentos para a população brasileira.

Há uma certa dificuldade por parte dos pesquisadores para delimitar o início e o fim do período chamado de “juventude”. Não existe uma definição universal para a categoria, pois os limites variam em diferentes sociedades e contextos sociais. A noção, também, depende tanto da auto-identificação quanto do reconhecimento de outras pessoas. Segundo as Nações Unidas, a juventude trata-se do período de 15 a 24 anos. Também há um certo consenso na consideração desta faixa etária. Por isso neste trabalho foi utilizada essa referida faixa etária.

A princípio foi feita uma visita à EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), no município de Castanhal, estado do Pará, para um levantamento das comunidades rurais do município. Como sugestão, os técnicos do órgão indicaram o assentamento Cupiúba, que segundo eles apresentava peculiaridades para o estudo em questão.

Para a realização do estudo foi selecionada amostralmente a Travessa Santo Antônio que apresentava 23 lotes na sua extensão. Cada lote possui aproximadamente 125m de largura e 450m de comprimento, e por ficarem distantes um do outro, foi selecionada apenas uma rua para facilitar o nosso deslocamento neste estudo exploratório.

Foram feitas visitas na casa de 17 moradores da Travessa Santo Antônio, sendo que em apenas seis destes domicílios possuíam jovens de 15 a 24 anos. Foram aplicados os questionários com as seis jovens encontradas, sendo que apenas quatro moram no assentamento, duas estavam apenas passando as férias na casa dos pais, com residência temporária na área urbana do município.

Os questionários apresentaram questões sobre condições sociais, escolaridade, ocupação, lazer, saúde reprodutiva, perspectivas de futuro, identidade e opiniões sobre o local

onde vivem e planos futuros. Foi feita uma entrevista com a então presidente da Associação de Moradores sobre o histórico do assentamento, sua organização social e a produção dos moradores.

Foram também feitos registros fotográficos para documentar as condições ambientais do assentamento, de trabalho e de moradia da população em estudo.

### **3. Resultados**

#### **3.1. Características sociodemográficas**

As casas possuem em média quatro moradores, que moram no assentamento, desde a sua criação. Somente uma jovem mora no assentamento há dois anos.. O seu marido não adquiriu o lote diretamente do INCRA. Foi, na verdade, de uma terceira pessoa. O casal foi morar no local, pois morava em casa alugada na cidade e estava sem condições de pagar o aluguel. Como precisa provar que trabalha no lote para continuar com a posse da terra, o casal paga um caseiro para trabalhar no lote e caracterizar uma ocupação rural muito embora sua residência permanente seja em área urbana.

Como forma de identificar a condição socioeconômica das famílias das mulheres entrevistadas, foram coletados dados sobre a aquisição dos equipamentos eletrônicos e domésticos. Em todas as casas tem televisão, geladeira e fogão a gás e todas as mulheres entrevistadas tinham aparelhos celulares. Os itens computador com internet e moto são mais raros na comunidade, encontrando-se em apenas uma casa e máquina de lavar roupa em três casas. Em apenas um domicílio o banheiro fica do lado de fora da casa.

As jovens entrevistadas têm idade de 17 a 22 anos, sendo quatro solteiras e duas casadas. Das seis jovens, uma não estuda, pois decidiu parar quando descobriu que estava grávida. Parou os estudos quando estava no 2º ano do ensino médio, com 20 anos. Apenas uma cursa o ensino superior. Todas as outras estão cursando o ensino médio, na cidade de Castanhal, que fica a 5 km do assentamento. No que diz respeito à religiosidade três jovens são católicas e três são protestantes. Nenhuma tem filhos sendo que uma estava gestante, tendo engravidado em sua primeira relação sexual.

### 3.2. A vida no assentamento

O fato de o assentamento ser próximo do centro urbano de Castanhal, com um percurso de cerca de meia hora por transporte público, disponível diariamente, a população jovem do assentamento tem contatos frequentes com a cidade. O motivo principal da ida das jovens à cidade são os estudos, onde cinco delas cursam o Ensino Médio. Além de estudar, algumas jovens também relataram que vão à cidade para fazer compras ou encontrar os amigos. Uma das cinco jovens também trabalha no centro urbano e se desloca diariamente do assentamento à cidade.

A frequência das jovens na cidade, a distância dos lotes e a pequena quantidade de jovens nas proximidades das suas casas no assentamento influencia também para que as mesmas se relacionem mais com as jovens da cidade que conhecem na escola.

Apesar do grande desejo revelado pelas jovens de trabalhar na cidade e sair do assentamento, apenas uma trabalha. Duas já trabalharam, mas precisaram parar por motivos de gravidez e estudo. Nenhuma das jovens apresentou interesse pela agricultura ou qualquer atividade ligada ao assentamento.

Sobre o que fazem no tempo livre, nenhuma revelou algum tipo de diversão. Apenas ficam em casa assistindo à televisão ou dormindo. Uma jovem afirmou visitar a amiga que também mora no assentamento. Todas as jovens responderam não haver nenhuma opção de lazer no assentamento e que a escola e o posto da comunidade precisam ser melhorados. A escola precisa atender os jovens de todas as séries, visto que tem somente até a 4ª série do ensino fundamental e o posto necessita de um médico disponível em todos os dias da semana, pois todas as jovens vão para a cidade quando têm algum problema mais grave de saúde.

Apesar da maioria das jovens achar o assentamento um bom lugar, tranquilo, silencioso, nenhuma revela desejo de viver no local. Todas afirmam veementemente o desejo de trabalhar e viver na cidade. Apenas duas associaram este trabalho a um curso superior. A jovem, que morava anteriormente na cidade, cursa Direito, e afirmou ter grande vontade de ser uma policial rodoviária federal e a jovem que não mora no assentamento demonstrou grande interesse em cursar Agronomia e trabalhar na área.

### 3.3. Perspectivas de futuro

As respostas relacionadas às perspectivas de futuro deixam bem claros os planos das jovens de sair do assentamento, trabalhar, constituir família e adquirir os tão sonhados bens materiais.

Com relação à pergunta formulada para elas sobre *o que é ser jovem* houve dificuldade por parte delas em responder a pergunta. Essa questão, importante para nos ajudar a compor o entendimento dos jovens sobre sua identificação e participação social precisa ser reformulada para melhor apreensão do objeto em estudo. Algumas responderam que está relacionado ao temperamento, ou seja, ser jovem é ser feliz ter “alegria de viver”, ter esperança, saber “curtir”, fazer “besteira”. Outras responderam que está relacionado às vantagens: ser jovem é ter mais disposição para fazer algumas coisas, ser nova, ter muita oportunidade, ter saúde.

## 4. Conclusão

A vida no meio rural têm mudado bastante ao longo do tempo, no que diz respeito às condições sociais. O acesso à energia elétrica, ao saneamento básico, ao abastecimento de água, à telefonia, entre outros serviços, são fatores que afetam significativamente o modo de vida dessas populações. No assentamento estudado não é diferente. O acesso à tecnologia como o celular, ou à bens como a TV, que em tempos passados, não se encontravam presentes, pode exercer grande influência no comportamento das jovens, como a vontade de viver nos centros urbanos.

Ao conversar com as entrevistadas, neste estudo exploratório, evidenciou que grande estas moram no local, área rural, por conveniência. Morar com os pais ou ser casada e o marido não ter condições de morar na cidade são alguns motivos, isto é, as jovens não moram no local por escolha própria, mas sim, por não terem outra opção.

As jovens manifestaram planos de mudar de local pois não tem interesse em trabalhar no lote. Quando foi conversado sobre o assunto, uma das jovens chegou a utilizar a expressão “Deus me livre!”, referindo-se ao trabalho de agricultora.

A proximidade entre o assentamento e a cidade e a disponibilidade de transporte urbano são fatores que favorecem os estudos das jovens. Uma delas, cursa o ensino superior. Em contrapartida, o assentamento não dispõe de todas as séries do ensino fundamental, nem das séries do ensino médio, o que dificulta o acesso à educação entre as jovens assentadas.



O uso de métodos contraceptivos é baixo entre as entrevistadas. Algumas têm pouca informação sobre o assunto, outras demonstram um pouco de falta de interesse pela proteção. A jovem que mora na cidade e a que mora há pouco tempo no assentamento foram as que demonstraram mais informação e interesse sobre o assunto, assim como também, foram as que mais demonstraram interesse pelos estudos e por independência financeira.

Quando se fala de lazer é revelada uma carência que se estende para os demais pontos básicos da vida rural, como saúde, educação, saneamento básico, entre outros: a falta de políticas públicas voltadas para o meio rural a fim suprir essas necessidades e proporcionar uma qualidade de vida para essas populações, garantindo estas não migrem para as cidades por falta de boas condições no local onde vivem.

Há necessidade de políticas públicas que atendam essas comunidades de modo que as questões básicas como educação, saúde, lazer, transporte, saneamento básico, entre outras sejam bem atendidas.

Portanto, o meio rural, sendo encarado como uma extensão do meio urbano, e não um mundo à parte, merece toda atenção e atendimento quanto ao seu desenvolvimento e necessidades.

“Uma política de desenvolvimento rural voltada para a juventude não pode limitar-se à agricultura. Os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos, suas rendas dependerão da agricultura, mas também de outras atividades. [...] Uma verdadeira política de desenvolvimento rural deve associar a atribuição de ativos aos jovens - dos quais o mais importante é uma educação de qualidade - com o estímulo a um ambiente que estimule a formulação de projetos inovadores que façam do meio rural, para eles, não uma fatalidade, mas uma opção de vida.” (ABRAMOVAY, 2005)

## 5. Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel (Org); BRANCO, Pedro Paulo M (Org). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. “Juventude rural: ampliando as oportunidades”, Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CARNEIRO, Maria José (Org.); CASTRO, Elisa G. de (Org.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOURA, Edila Arnaud Ferreira. Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá Estado do Amazonas, Brasil. 2007. 315 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PDTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B., O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.

**GT 12 – Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos**

**Conflito no Araguaia: Estratégias políticas e sociais na luta pela a terra no Posto da Mata**

**Elioni Barros dos Santos<sup>1</sup>**

Graduanda/Universidade do Estado de Mato Grosso, prof.barros.9@gmail.com

O presente trabalho apresenta as estratégias, ações e percepções dos atores sociais envolvidos no conflito agrário e étnico entre os índios Xavante da *Terra Indígena Marãiwatsédé* que foi (re) ocupada na década de 1960 pela empresa agropecuária Suiá Missú. O conflito é originário da expansão da fronteira no período do regime militar através da instalação de projetos agropecuários como a Fazenda Suiá Missú em Marãiwatsédé e a deportação/transferência dos índios para a Missão São Marcos, a 400 km da área original. As tentativas de retorno para seu *território tradicionalmente ocupado* foram constantes e culminaram numa luta pela terra que resultou na doação da terra por parte da ENI/Agip Petrolí. No entanto, ocorre em 1992 a (re) ocupação da área doada, por posseiros, grileiros, empresários e políticos locais que estabeleceram posse, além de intensificar o povoamento do Posto da Mata com estrutura como escola, posto de saúde, pavimentação, etc., fomentadas pelo poder público. Apesar do povoamento, produção local e de estrutura social formada a partir de então, houve uma decisão jurídica favorável ao retorno dos Xavante à Marãiwatsédé e a desintrusão dos não índios da área, gerando um conflito em 2012, que é o foco de análise do presente artigo.

Palavras - chaves: conflito; estratégias; ações.

---

<sup>1</sup> Aldemir Fernandes dos Santos e Dolores da Silva Barros.  
Avenida: Marco Aurélio Fullin N° 415, Bom Jesus do Araguaia-MT

## **Conflito no Araguaia: Estratégias políticas e sociais na luta pela a terra no Posto da Mata**

A região do baixo Araguaia no nordeste do estado de Mato Grosso, por estar situada na Amazônia Legal, foi incluída no Plano de integração nacional (PIN), que entre outros objetivos, visava reocupar os espaços considerados “vazios” da Amazônia com o objetivo de integrar e desenvolver economicamente esta região.

A partir da década de 1960, as estratégias políticas para a reocupação dos espaços considerados pelo governo como “vazios” se intensificaram. Para isto foram criadas várias estratégias para a implantação dos projetos de colonização na Amazônia, entre eles foram concedidos financiamentos e incentivos fiscais para as empresas que se instalassem na região. A SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) aprovava os projetos autorizando a concessão de crédito e incentivos fiscais. Os recursos financeiros eram liberados pelo BASA e Banco do Brasil. Muitas empresas se instalaram nesta região, dentre elas se destaca a Agropecuária Suiá-Missu S/A. Esta empresa, que já foi considerada a maior fazenda agropecuária de Mato Grosso, tinha uma área que correspondia a 695.843 hectares.

Em 1962, Sr. Ariosto da Riva, um colonizador do sul do País, compra a área do governo do Estado e começa a construir a fazenda Suiá Missu, no município de São Félix do Araguaia. Este mais tarde se associou ao grupo OMETTO, de São Paulo. Depois de algum tempo a fazenda foi revendida e passou a pertencer à empresa italiana ENI-AGIP, controladora da AGIP DO BRASIL e LIQUIFARM AGROPECUÁRIA SUIÁ MISSU S/A.

A implantação da fazenda financiada, subsidiada e com incentivos fiscais concedidos pelo governo, ocorreu de forma violenta tanto para com os posseiros/pequenos produtores como para os indígenas da etnia Xavante, que habitavam a área.

Segundo Lima,

Os sertanejos da região do Goiás relatavam sobre a existência de índios ferozes nas proximidades do Rio das Mortes e estes ocupavam uma vasta área entre os Rios Araguaia e Xingu. Ao leste limitava-se com o Rio das Mortes; ao norte como o rio Tapirapé e a leste, como a Serra do Roncador. (2002, p.19)

De acordo com o trecho acima o povo Xavante habitava a região ocupando uma vasta área, de modo que fazia parte de sua rotina a livre circulação por esta. Depois de

entrarem em contato como os índios, a fazenda exigiu que estes fossem retirados para uma área dentro da própria fazenda, mais distante da sede. Mas estes retornavam, pois fazia parte de sua rotina a livre circulação. Então a fazenda uniu-se ao SPI (Serviço de Proteção ao Índio), a FAB (Força Aérea Brasileira) e aos Padres Salesianos e transferiram os índios para a aldeia de São Marcos. E ao chegarem lá muitos morreram de epidemias, para as quais seus organismos não possuíam defesa.

O povo Xavante mesmo estando instalado em outra localidade não desistiu de retornar à área então denominada de Suiá Missu.

Após a publicação do “Dossiê Brasil” em janeiro de 1991, pelo o observatório de Impacto Ambiental da Campanha Norte Sul e a partir das evidências observadas, após negociações, no ano de 1992 a empresa estatal italiana coloca parte das terras da fazenda Suiá-Missu a leilão.

No mesmo ano de 1992, no Rio de Janeiro ocorreu a “ECO-92”<sup>2</sup> Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente. Este evento visava buscar medidas que promovessem o desenvolvimento sustentável. Nesta conferência se reuniram representantes do mundo inteiro onde também estava presente o presidente da empresa estatal italiana ENI-AGIP, controladora da AGIP DO BRASIL e LIQUIFARM AGROPECUÁRIA SUIÁ MISSU S/A. Este assumiu o compromisso de devolver parte das terras da área Suiá Missu aos índios xavante, conforme descreve o documento abaixo:

Quando da realização da conferência “Eco/92”, ocorrida no mês de junho do corrente, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, o presidente da empresa italiana ENI-AGIP, controladora da AGIP DO BRASIL e LIQUIFARM AGROPECUÁRIA SUIÁ MISSU S/A, declarou que sua subsidiária iria devolver, aos índios Xavantes as terras da fazenda Suiá Missu, no estado de Mato Grosso e que tal providência representava uma “contribuição da Itália para dar sequência aos compromissos assumidos naquela conferência”, uma vez que o governo italiano detém a quase totalidade da referida empresa.<sup>3</sup>

Ainda neste mesmo ano, um grupo de pessoas de diferentes classes sociais (comerciantes, fazendeiros, funcionários públicos, políticos locais, trabalhadores rurais,

---

<sup>2</sup> A **Eco 92** foi realizada de 3 de junho a 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Oficialmente era referida como **Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento** (CNUMAD), popularmente, como **Rio 92**.

<sup>3</sup> ofício PGR/GAB/Nº 879<sup>3</sup> enviado à Brasília, em Outubro de 1992, pelo procurador Geral da República do Brasil ao embaixador da Itália Paolo Tarony. (Prelazia de São Félix do Araguaia Arquivo A-7-1-39)

etc.) começou a se apropriar das terras da fazenda Suiá-Missu, que até então pertencia legalmente à empresa estatal italiana ENI-AGIP.

De acordo com o documento enviado pelo Presidente da Agip do Brasil S.A., senhor Renato Grillo, ao Ministro da Justiça Dr. Célio de Oliveira Borja<sup>4</sup>, as pessoas começaram a invadir as terras quando souberam da intenção da empresa estatal italiana em devolver ao governo brasileiro parte das terras da fazenda Suiá-Missu aos índios Xavante. Neste período inicia-se um movimento de luta pela terra no Posto da Mata. Este conflito se intensifica quando os índios Xavante acampam a beira da estrada e depois passam a ocupar uma pequena parte da área.

Como podemos perceber o estado teve conhecimento quando a área em questão foi invadida por um grupo de pessoas. A questão de extrema relevância é Porque permitiu esta (re) ocupação?

Ao reocupar a área os posseiros, grileiros, empresários e políticos locais estabeleceram posse, além de intensificar o povoamento do Posto da Mata com estrutura como escola, posto de saúde, pavimentação.

Este conflito agrário e étnico já se arrasta por mais de duas décadas, envolvendo diferentes grupos sociais e acarretando uma sequência de graves problemas econômicos, políticos e sociais para toda região. Ressalta-se que este conflito se intensificou a partir do início da década de 90 com a desativação da fazenda Suiá Missu e a posterior ocupação da área pelos não indígenas. No final do ano de 2012 e início de 2013 os não indígenas foram expulsos judicialmente da área, e mesmo com a retirada dos não indígenas não há “nenhuma” expectativa para este conflito terminar.

O território do referido conflito é extenso, com uma área de aproximadamente 168 mil hectares, sendo considerado um solo fértil. Às margens da BR 158 e MT 242, foi construído um vilarejo denominado Posto da Mata, que recebeu este nome em referência a um posto de combustível que se instalou neste local no meio da mata. Neste

---

<sup>4</sup>O referido documento traz a seguinte informação: Consideramos necessário informar V. Excelência que nos dia 15 do corrente, cerca de 250 posseiros invadiram a nossa propriedade fazenda Liquifarm Suiá Missu localizada no município de São Félix do Araguaia-MT. As terras foram ocupadas após tomarem conhecimento de que seriam cedidas aos índios xavantes em função de pressões exercida neste sentido pela FUNAI. Este problema já foi levado a atenção desse respeitável ministério com carta de 28 de agosto de 1991 e atenção pessoal de Vossa Excelência com carta de 5 de maio de 1992 do presidente da Agip Petróli, Drº Pasquale De Vita. Solicitamos a Vossa Excelência Srº Ministro, urgente intervenção do governo federal para inibir confrontação irreversível entre índios e posseiros, permitindo a adequada definição das finalidades da propriedade. (Prelazia de São Felix do Araguaia-MT. Arquivo A-7-1-34º)

vilarejo moravam muitas famílias e havia muitas construções e empreendimentos comerciais<sup>5</sup>.

Apesar do povoamento, produção local e de estrutura social formada a partir de então, houve uma decisão jurídica favorável ao retorno dos Xavante à Marãiwatsédé e a desintração dos não índios da área, [Conforme Termos de Decisões de fls. 4796/4801, 4874/4876, 4959 e 5105].

Em novembro de 2012, foi expedido o mandado de desocupação nº. 2865/2012<sup>6</sup>, que determinava que dentro do prazo que fora estabelecido pela justiça, todos os moradores não índios, residentes ilegalmente na Terra Indígena Marãwatsede tem por decisão da justiça de desocupá-la.

Esse mandato de desintração foi levado por Oficiais da Justiça Federal acompanhados da Polícia Federal e Força Nacional, sendo entregue a alguns ocupantes da área Suiá Missu. Como era decisão da justiça foram realizadas varias ações por parte do Estado para que ocorresse o processo de desintração da área. Ao resistirem à retirada, os ocupantes foram revidados com balas de borracha, spray de pimenta, bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo.

Os ocupantes da área foram retirados sem direito a indenização, mesmo os que ocupavam a área antes da homologação da terra em 1998, e poderiam ser abarcados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), pois se tratava de uma ocupação de Terra Indígena, que é de domínio da União, e não sendo de propriedade particular de terceiros.

---

<sup>5</sup>Segundo os dados do Jornal do Araguaia, na área encontra-se o Distrito de São Felix do Araguaia e Alto Boa Vista denominado Estrela do Araguaia (posto da mata) 07 igrejas, 2 posto de gasolina, 2 secador (silos) de grãos, 01 descascador de grãos, 01 laticínio, 98 estabelecimentos comerciais (Supermercados, Farmácias, Lojas de Roupas, Lojas de Materiais de Construção, Casa Agropecuária, Revendedora de motos, e outros) sendo sua maioria com estadual e CNPJ, 03 escolas; 02(duas) Municipais, com ensino fundamental de nove anos e Educação de jovens e adultos e 01(uma) Estadual de ensino médio, sendo estas com aproximadamente 800 alunos matriculados no exercício de 2012, conforme senso escolar no Ministério da Educação, 01 delegacia de Polícia Judiciária Civil, 01 posto de saúde com enfermeira padrão, Posto dos correios, Banco Postal do Bradesco, 850 propriedades rurais (sendo 714 no município de Alto Boa Vista e 136 no município de São Felix do Araguaia), há 700 propriedades urbanas todas com água e energia elétrica, a população do perímetro urbano e rural é de aproximadamente de 7 mil pessoas conforme dados do IBGE-2010, baseados no dados do INDEA/MT, calcula-se que na área existem aproximadamente 150 mil cabeças de gados, nas propriedades rurais cultivam (abacaxi, maracujá, banana, hortaliças e outros), cultivam o plantio de soja, arroz e milho, considerando hoje como um grande polo de produção Agrícola. (06|09|2012, p,01).

<sup>6</sup> MANDADO DE DESOCUPAÇÃO Nº. 2865/2012, FINALIDADE: DESOCUPAÇÃO, a partir da data 06/11/2012, com prazo de trinta dias, todos os NÃO-ÍNDIOS da terra indígena Marãwatsede, no município de São Félix do Araguaia-MT, mantendo-se na área de domínio da UNIÃO somente os índios, conforme termos de decisões de fls. 4796/4801, 4874/4876, 4959 e 5105.<sup>6</sup> Este mandado de desocupação foi expedido no dia 06 de novembro de 2012, em Cuiabá pelo Juiz Federal Substituto da 1ª Vara Marllon Sousa, e foi entregue a alguns ocupantes da área Suiá-Missu

O que existe é um projeto de assentamento nomeado de CASULO, no município de Alto Boa vista, Mato Grosso. Sendo o terreno com área de 1ha, que deveria ter sido contemplado com a construção de casas e toda infraestrutura necessária para sobrevivência humana com qualidade e cidadania. O que ocorre é que até o presente momento nada disso foi feito. Apenas os terrenos foram entregues. Sendo que não há nem mesmo acesso à água tratada, nem a energia elétrica. Mesmo assim alguns dos 92 beneficiários desse projeto moram no local.

O vilarejo que foi construído dentro da área em questão foi totalmente destruído pelas forças armadas, até mesmo os estabelecimentos estatais feitos com investimentos públicos.

Neste texto procuro estabelecer o entrelaçamento entre as histórias de vida e a constituição territorial da região do Baixo Araguaia. Este entrelaçamento é construído através de levantamentos de dados e informações, obtidas por meio de entrevistas, de pesquisa utilizando formulários e conversas informais. Assim como as leituras bibliográficas e análise documental que se refere à constituição histórica e social da região, estabelecendo uma relação entre o atual contexto em que se insere a área denominada Suiá Missu com o contexto histórico da região do Araguaia.

A leitura da bibliografia e análise dos documentos disponibilizados nos arquivo das seguintes instituições: Prelazia de São Felix do Araguaia; APROSUM (Associação dos produtores da área Suiá Missú); Mapas de localização da área; documento pertencente aos municípios de Alto Boa Vista e São Felix do Araguaia; INDEA - Instituto de defesa agropecuária do Estado de Mato Grosso; EMPAER -Empresa Matogrossense de Pesquisa, assistência e Extensão Rural S/A, Jornais e Revistas de circulação local e regional, possibilitam ao pesquisador fazer uma análise mais objetiva, impedindo-o de se “render à visão” do senso comum.

Assim, compreender as práticas e as relações sócio-espaciais no contexto de reocupação e re/territorialização do espaço da região do Araguaia, significa envolver as distintas dinâmicas de organizações políticas, culturais, econômicas e sociais, em que se constituem as diferentes concepções e interesses opostos que se encontram e se desencontram, nos diversos grupos sociais como posseiros, fazendeiros e povos indígenas. O que nos remete a definição de território descrita por (HANNAH, 2008, p.165):

[...] não uso o conceito de re/territorialização apenas para significar o ato da aquisição de terra ( o processo de um sem terra virar alguém com



terra). Em vez disso, o utilizo para explorar o processo por meio do qual o povo excluído e marginalizado estabelece novas relações políticas e práticas culturais através da luta pela terra.

A luta pela a terra é também um espaço/tempo em que se constroem as mais diversas relações dos sujeitos sociais. Relações que são reconstruídas ao passo que este processo ganha significado distinto e/ou similar.

As razões e ações que levaram centenas de pessoas a (re) ocupar a área denominada então de Suiá-Missu, e a permanecer nesta por mais de duas décadas, investindo recursos financeiros e dedicando anos de suas vidas, podem ser analisadas compreendidas nas diversas perspectivas que estes têm sobre a terra. Bem como as distintas concepções e diferentes interesses dos envolvidos e interessados no conflito.

De acordo com Weber (apud Quitaneiro, 2003, p.107) “uma conduta humana (ato, omissão, permissão) é dotada de um *significado subjetivo* dado por quem a executa, o qual orienta seu próprio comportamento, tendo em vista a ação – passada, presente ou futura – de outro ou de outros.”

Neste sentido, cabe ressaltar que, uma grande parte dos assentamentos sucedidos e regularizados pelo INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) na região do Araguaia, ocorreu a partir de ocupação (invasão) de terras devolutas. Analisando este processo histórico, assim as ações dos ocupantes da área Suiá-Missu ganha significado subjetivo.

Considerando as diversas classes sócias dos ocupantes da área Suiá-Missu e a extensão territorial da mesma, esta questão ganha uma especificidade ainda maior agravando o quadro de tensão social do conflito, onde as diferenças sociais e os interesses alçados neste contexto deveriam ser considerados em sua especificidade singular.

Este processo de reocupação do território Indígena ocorreu gerando um grave conflito agrário e étnico, no qual as ações do Estado têm sido sempre na direção do adiamento da solução do conflito, atuando muitas vezes de forma distinta, em espaços e tempos deferentes.

Na década de 1960, quando a área da fazenda Suiá-Missu foi apropriada por um grupo privado, (Ariosto da Riva e OMETTO), o Estado enviou aviões da FAB (Força Aérea Brasileira) para retirar os índios Xavante da área. Agora o mesmo Estado volta em 2012 com o exército e força nacional, para realizar a retirada dos não indígenas da área que foi reconhecida no ano de 1998 como Terra Indígena Marãiwtsédé.

Segundo Lima, (2002, p.29) “[...] todas as constituições brasileira existente desde o império, consideram em seus textos que as terras ocupadas por povos indígenas sempre foram consideradas patrimônio da União, não podendo ser apropriada privadamente”.

Mesmo assim no processo de reocupação da Amazônia o Estado vende as terras consideradas indígenas e envia aviões da FAB para retirar os indígenas e entrega as terras às empresas agropecuárias e colonizadoras. Isto porque no momento era de interesse do governo, a integração e desenvolvimento da Amazônia.

Segundo Alves e Neto (2010, p.36)

[...] é possível perceber como as transformações agrárias propostas no período de reocupação dos espaços ditos “vazios” tiveram como vetor tanto políticas públicas internas quanto projetos de cunho internacionais, que percebem nestas medidas uma variável importante.

Conforme citação acima são evidentes as múltiplas faces das ações que se ensejam no campo, e que se mascaram por traz de uma política contraditória entre os discursos e práticas que possuem diferentes interesses em um jogo de poder.

Após uma jornada árdua na luta pela a terra, onde estes atores estabeleceram estratégias e ergueram suas ações na esperança de conquistar a tao sonhada terra. Estes Estabeleceram vínculos afetivos reconstruindo as relações entre os sujeitos sociais e construindo uma comunidade fomentada pelo o Estado e ainda permitiu a permanência destes na terra. Depois de mais de duas décadas este mesmo Estado retira os não índios da área Suiá-Missu e reintegra aos indígenas, atendendo aos interesses do momento e às pressões internacionais.

Segundo Marx (apud Quitaneiro, 2003)<sup>7</sup> o Estado existe como um garantidor das condições jurídicas e políticas das relações que se configuram dentro de um modo de produzir materialmente a existência humana. O estado deveria não apenas garantir os direitos civis e sociais, como promover o acesso à terra de maneira que não chocasse com o direito originário das terras indígenas. Deveria ter promovido uma reforma agrária, o reaproveitamento e maior produtividade do solo já ocupado e não promover a expansão da fronteira sobre Terras Indígenas.

---

<sup>7</sup> Idealizador de uma sociedade com uma distribuição de renda justa e equilibrada, o economista, cientista social e revolucionário socialista alemão Karl Marx, nasceu na data de 05 de maio de 1818, cursou filosofia, Direito e História nas Universidades de Bonn e Berlim e foi um dos seguidores das ideias de Hegel.

Martins (1996) considera que a disputa pela a concepção de destino da terra ocorre na situação de Fronteira. A fronteira, na concepção de Martins, é um espaço/tempo em que as diferenças se encontram e se desencontram, nos aspectos econômicos, sociais e culturais, as quais estão concentradas no mesmo espaço e em temporalidades históricas distintas, porém com diferentes interesses em um jogo de poder.

Ainda segundo este autor, a fronteira é um lugar de alteridade, sendo que esta alteridade contribui para o conflito. O conflito começa por interesses de classe, por diferentes motivos e situações. E um dos fatores que caracteriza o fim da fronteira, é quando os tempos se fundem em níveis de ideologias, culturas e informações.

A questão agrária em Mato Grosso, como no Brasil é secular. Nas últimas décadas, com a política de expansão da fronteira amazônica, os problemas agrários se agravaram.

Com a promulgação da lei de terras em 1850 (lei nº 601) o acesso à terra devoluta passou a ser regido por contrato de compra e venda, cessando o sistema de posses livres. Esta lei foi burlada, sobretudo pelas oligarquias agrárias. (Moreno 1993)

No entanto, o que ocorreu na Amazônia foi um processo rápido de reocupação dos espaços, incentivado e financiado pelo o governo. Este processo coloca os ocupantes da Terra Indígena Marãiwtsédé, como sendo reflexo desta política de (re) ocupação dos espaços ditos “vazios” colocando em “confronto o que é legítimo e o que é legal”.(MARTINS, 1996)

Ainda segundo este autor,

[...] a luta do posseiro põe em confronto o que é legítimo e o que é legal. Para ele sua situação de ocupante da terra, mesmo sem documentos e sem direitos, sujeito a despejo, é situação legítima, legitimada pela concepção de terra que é destinada ao trabalho e à produção dos necessitados. Não é legítima é a terra vazia ou, até mesmo, ocupada indevidamente [...]. Mas, para o juiz, os tribunais, a polícia, o governo, a ocupação não é legal, está fora da lei. É nesse confronto que as lutas pela terra ganham sua dimensão política.” Martins (apud SOARES, 2002, p.105)

Ao estabelecer uma relação entre a área em questão e o que foi ressaltado por Martins, pode-se perceber que essa área conhecida popularmente como Posto da Mata se transforma em um espaço/tempo de múltiplas ações e significados, de um lado, são manifestados os interesses dos não-indíós de diferentes classes sociais que ocupavam a área e foram expulsos, que são eles grandes empresários visando o aumento do seu

capital e os pequenos e médios produtores que buscam uma área de terra para produzir sua subsistência e como um meio de melhoria de vida. Por outro lado, estão os indígenas da etnia Xavante que requerem o território de seus antepassados, onde enterraram seus mortos, e que reconhecem como seu.<sup>8</sup>

Logo, o conflito na luta pela a terra no Posto da Mata parte de interesses distintos e do encontro de diferentes visões de mundo, ou seja, distintas concepções que estes envolvidos no conflito têm sobre a terra. Bem com as estratégias e ações políticas alçadas neste contexto.

As mudanças provocadas pelos projetos políticos de reocupação dos espaços considerados “vazios” na Amazônia fizeram com que surgissem os conflitos existentes até hoje na região do Araguaia. Nesse sentido o território da Terra Indígena Marãwatsede também conhecida como Posto da Mata na região do Araguaia se torna um espaço/tempo de disputa e poder construindo e reconstruindo as relações dos sujeitos sociais.

#### Referências Bibliográficas:

ALVES, Leonice Aparecida; de Fátima; JOANONI NETO, Vitale. O “Estatuto da Terra” e as políticas Agrárias no Mato Grosso: Algumas reflexões. In BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira**. *Tempo Social. Revista de Sociologia* 8.1 (1996): 25-70.

MORENO, Gislaene. Os Descaminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso. São Paulo, 1993.

---

<sup>8</sup> O território indígena supõe uma área de caça, para fazer roças de capoeira, matas, rios para a pesca e para prover a água.

QUITANEIRO, T. *et. al.* **Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** 2ª Edição, Belo Horizonte-MG, 2003.

SOARES, Luiz Antonio Barbosa. **Trilhas e caminhos: povoamento não indígena no vale do Araguaia – parte Nordeste do Estado do Mato Grosso, na primeira metade do séc. XX.** PPG – História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFMT, 2004.

LIMA, Terezinha Gomes. **Suiá Missú X Sociedade Xavante: deportação aldeia Marãwaidisede – Baixo Araguaia.** Monografia submetida ao Curso de História, da Universidade Estadual de Mato Grosso, 2002.

WITTMAN, Hannah. **Um lugar no mundo: re-territorializando a cidadania agrária em Mato Grosso.** In BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso do Sonho à Utopia da Terra**, ed.01. Cuiabá: EdUFM/Carlini&Caniato, Editorial, 2008.

**GT 12 – Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos**

**CONFLITOS TERRITORIAIS NO MEIO RURAL DE GUARAQUEÇABA – PR**

**Larissa Aparecida de Paula Campos<sup>1</sup>**

**Rosilene Komarcheski<sup>2</sup>**

**Mayra Taiza Sulzbach<sup>3</sup>**

**Resumo:** Os conflitos territoriais emergem a partir de práticas diferenciadas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material, representando interesses distintos sobre o uso do espaço. As políticas desenvolvimentistas no Brasil estimularam esse processo, entre eles, os decorrentes da abertura da Rodovia PR 405, único acesso terrestre, que atravessa comunidades rurais a Sede do município de Guaraqueçaba até o município de Antonina. A abertura da Rodovia vai de encontro ao modelo de desenvolvimento proposto, atraindo médios e grandes produtores agrícolas para Guaraqueçaba, desencadeando conflitos em graus variados, os quais tornam novas dimensões com a criação de Unidades de Conservação, na década de 1980. Esse artigo tem por objetivo apresentar os principais pontos de tensão existentes entre os grupos sociais locais em torno da Rodovia. Para tanto, realizou-se pesquisa de campo e uma análise das principais tensões territoriais existentes no local, através do referencial teórico sobre conflitos ambientais territoriais. Obteve-se que a abertura da Rodovia proporcionou melhorias socioeconômicas aos moradores locais, agricultores ou comerciantes, tendo ainda estimulado o turismo. Contudo, tem favorecido o acesso e degradação a áreas protegidas. Com relação ao cenário futuro, de possível pavimentação da Rodovia, os interesses divergem e tomam um caráter conflitivo mais acentuado.

**Palavras-chaves:** Rodovia PR 405; Guaraqueçaba – PR; Conflitos Territoriais.

---

<sup>1</sup> Bacharelado em Gestão Ambiental/Graduanda/ UFPR, larissacamposga@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Sociologia/Estudante/UFPR, rosilene.k@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Economia/Prof.<sup>a</sup> Adjunta/UFPR, mayrats@ufpr.br

## INTRODUÇÃO

As definições conceituais, as discussões teóricas e os estudos empíricos a respeito de conflitos territoriais se intensificam a partir das décadas de 1960 e 1970, no Brasil, bem como no cenário internacional, enquanto emergência das questões ambientais. Com a ascensão da preocupação ambiental, especialmente após a Conferência de Estocolmo, o termo “problemas ambientais” foi substituído por “conflitos socioambientais” (BARBANTI, 2001).

Os conflitos socioambientais surgem pelas disputas entre grupos sociais, devido aos distintos tipos de relação que estes mantêm com seu meio natural. De acordo com Little (2001) estes conflitos englobam três dimensões básicas: o mundo biofísico (ciclos naturais), o mundo humano e suas estruturas sociais e, o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos.

Mesmo a terminologia não contemplar o sócio antes de ambiental, alguns autores tratam o ambiental neste contexto, com tal amplitude como o fazem Zhouri & Laschefski (2010). Os autores destacam que os conflitos ambientais surgem a partir das diferentes práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material, revelando distintas visões sobre a utilização do espaço, configurando assim a base cognitiva para os discursos e ações dos grupos sociais envolvidos nos conflitos existentes. Os autores apresentam os *conflitos ambientais territoriais* como fundamentais, porque marcam situações em que há sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas da cultura social moderna.

Em decorrência da aderência da terminologia “conflitos territoriais” aos conflitos observados em Guaraqueçaba - PR, e referenda-los como válido ao estudo, acrescenta-se a ele o conceito de território, proposto por Maurice Godelie (1984 *apud* HAESBART, 2007, p. 46-49): território é uma “porção da natureza [...], do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a [...] seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar.”.

O território, ou os territórios, os quais se estabelecem a relação como objeto de estudo dos conflitos territoriais, estão localizados em comunidades rurais e na “Sede” do município de Guaraqueçaba, situado na região Norte do Litoral do Paraná. Neste município há diversos exemplos emblemáticos de conflitos socioambientais

despertados, em parte, pela abertura da Rodovia PR 405, em parte pela implantação de Unidades de Conservação (UCs), em parte pelos rumores/promessas de novo ciclo de modernização. Neste sentido, o presente artigo inicia com a apresentação do cenário dos conflitos – Guaraqueçaba – PR. No segundo momento, relata alguns dos conflitos [socioambientais] territoriais existentes em Guaraqueçaba promovidos a partir da abertura desta Rodovia, contemplando o resgate histórico da “chegada do processo de desenvolvimento”, as mudanças de sistemas de produção agrícola em função desta, e sua readequação após a imposição de uso controlado e restrito do solo, pela implantação das UCs, contextualizando os conflitos decorrentes do cenário de uma possível pavimentação na Rodovia. Finaliza-se com algumas considerações finais. A pesquisa contou com revisões bibliográficas e documentais, com vistas à obtenção de informações a respeito das comunidades locais, bem como sobre a abertura da Rodovia, sistemas agrícolas e implantação das UCs. Para identificação dos conflitos foi realizada uma pesquisa de campo junto a representantes do comércio, as comunidades rurais e de instituições públicas do Município. Este ocorreu em 2013.

## **1. GUARAQUEÇABA – PR O CENÁRIO DO CONFLITO**

Segundo Komarcheski (2012) Guaraqueçaba faz parte de um território permeado por conflitos e interesses econômicos que datam desde o período colonial, quando da chegada dos portugueses, pois ali habitavam povos indígenas (ao Norte, os Tupiniquins, e, ao Sul, os Carijós). Este território passa por momentos de intensa ocupação e exploração, se deparando atualmente com uma reduzida população remanescente.

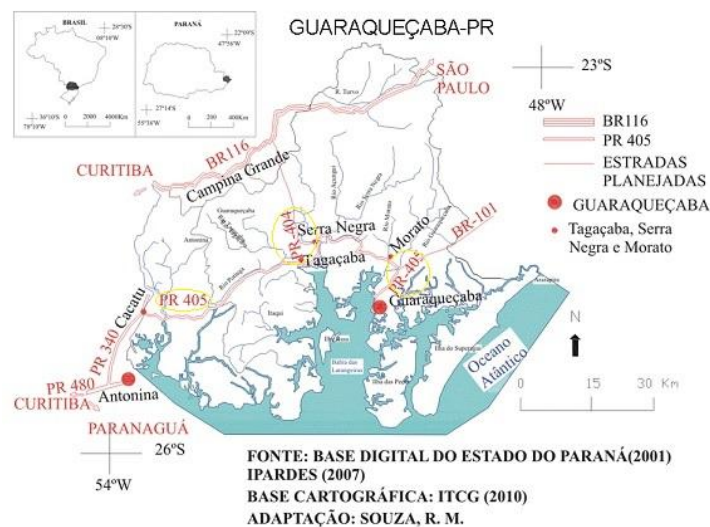
O município de Guaraqueçaba, conta com uma extensão espacial de 2.315 km<sup>2</sup> (IPARDES, 2011), distante 176 km da capital do Estado, Curitiba. Guaraqueçaba conta com 5.188 habitantes distribuídos em diversas comunidades rurais e 2.630 vivendo na denominada Sede (“vilarejo” onde se situa maior aglomerado populacional), também considerada uma comunidade. As comunidades que vivenciam os conflitos territoriais atribuem a Rodovia PR 405, as principais mudanças e rupturas no seu modo de vida, estando estas estabelecidas ao longo da Rodovia: a Sede, Cacatu, Tagaçaba, Serra Negra, Açungui, Potinga, Morato, Limoeiro e Vila Nova. Salienta-se que a Rodovia PR 405 é a única ligação via terrestre entre a Capital do Paraná, passando por municípios vizinhos e a Sede do Município (FIGURA 1).

A ocupação rural por sua população encontra-se distribuída em 539 unidades de produção agrícola, ocupando 3.396 hectares (IBGE, 2011). Guaraqueçaba tem no meio



rural suas principais atividades econômicas, que são: a agricultura, a pecuária, a silvicultura, a exploração florestal e a pesca. Segundo Andriguetto Filho *et. al* (2002) o modelo de agricultura desenvolvido em Guaraqueçaba é basicamente tradicional, com baixo nível tecnológico, baixa variedades de produtos e baixa inserção no mercado, onde a agricultura, exercida por pequenos produtores, é basicamente de subsistência, coexistindo com a agricultura comercial.

FIGURA 1 – RODOVIAS QUE CORTAM GUARAQUEÇABA



Fonte: Adaptado de Souza, 2010.

## 2. A RODOVIA PR 405 E OS CONFLITOS TERRITORIAIS

A abertura das estradas no estado do Paraná se vincula à história da ocupação e do povoamento brasileiro, iniciada no Século XVI. As estradas perpassam pelos caminhos indígenas e coloniais, terrestres e marítimos, planejadas pelo privado e público, mas voltadas a criar condições de comunicação e garantir a unidade geopolítica (RONCAGLIO, 1996).

A partir da década de 1960, as políticas se voltam á superação do subdesenvolvimento, através da industrialização, para tal o Estado volta-se a promoção da infraestrutura. Para o estado do Paraná não foi diferente. Em 1963 o Governo demanda a realização de um diagnóstico para delimitar as deficiências produtivas e as áreas prioritárias para o investimento (PADIS, 2006). Nos anos 1970 inicia-se um programa de investimentos em infraestrutura, em especial para distribuição de energia

elétrica e escoamento da produção, o que justificava a construção da malha rodoviária estadual (LIMA; DIAS, 2008).

A abertura da Rodovia PR 405 (extensão de 79,8 km), que liga Antonina a Sede de Guaraqueçaba, conhecida por “Rodovia da Banana” e “Estrada” - pela comunidade local, foi instituída em 1979, através de ato público publicado no Diário Oficial da União, sendo denominado Deputado Miguel Buffara. Desde sua abertura, permanece sem pavimentação.

Anteriormente a abertura da PR 405 a locomoção da população residente, bem como da produção, ocorria via fluvial, tanto para outras comunidades, como para o município de Paranaguá, importante centro comercial regional, com a Rodovia passa há oferta de transporte público diariamente ligando a Sede ao município de Antonina – PR (município que faz divisa no sentido Oeste).

Após a abertura da Rodovia a população passa a aglomerar-se distintamente. Suas residências eram próximas as encostas dos morros, onde realizavam o cultivo agrícola e tinham acesso aos canais de navegação. Segundo informações dos moradores eles formavam “vilarejos”, os quais ainda hoje chamam de “centro”, demonstrando certo apreço quando falam. Após a construção da Estrada, muitas famílias passaram a morar em suas proximidades, até mesmo as margens, tendo em muitos casos abandonado as residências antigas para reconstruírem suas relações no novo contexto de “progresso” que lhes apresentava.

Cabe destacar os primeiros conflitos territoriais identificados, estes despertados pela abertura da Estrada: a reconfiguração do uso e da ocupação do espaço, bem como da mudança nas rotas de destino e meios de transporte.

A história da construção da Rodovia da Banana, quando revelada pela população apresenta outros conflitos, porém não identificada pela comunidade como conflito. Segundo a população que vive no seu entorno, a obra foi iniciada ainda em 1951. A mesma foi planejada para ligar as comunidades de Cacatu e Serra Negra, produtoras de banana. A obra também deveria ligar as comunidades a BR 101, mas foi interrompida, como citou o Senhor Rodolfo, da comunidade Limoeiro:

Era pra ser aberta antes, (...) deu uma investida, foi até na serra lá e parô, eu era gurizinho. Essa aqui era a primeira ponte que saiu (mostrou uma foto da ponte, construída para passar pelo rio Cachoeira e era para ser parte do caminho da estrada). Então você veja, (...) fizeram a ponte aqui primeiro e não fizeram a estrada. Eu estava com 12 anos. E depois quando a estrada saiu a ponte tava podre já. Essa ponte caiu quando a estrada saiu. Foi no ano de 48 mais ou menos por aí (...).

Aproximadamente 21 anos depois, o então governador do Paraná, Paulo Pimentel, inaugurou 90 quilômetros da estrada, 10 asfaltados e 80 em terra batida.

Outro morador, senhor Ramiro Santos, da Comunidade Vila Nova, participou da construção da estrada na década de 1960:

Veio pela primeira vez uma firma, a ParaPanema, tocando a estrada. Aí depois disso o DER [Departamento de Estradas e Rodagens] no tempo do Paulo Pimentel, pegou a abertura e entrei no DER com uma turma e nos levava dois meses no mato sem vim em casa. Tinha oito tratores e caminhões e tudo, mais depois varemos para Guaraqueçaba foi uma festa lá e entro outra turma do DER pra encontrar com nos lá por Paranaguá (vieram pela Baía saindo da Sede para abrir a estrada).

Desde o início da construção da Estrada, a comunidade criou expectativas de “progresso” para escoamento da produção, ao mesmo tempo em que cotidianamente via os investimentos, tanto do Estado, quanto próprio em ruínas. A comunidade atuou não só como plateia da obra, participou como mão de obra para a construção, “abandonando” temporariamente o lar, e dialogando com seus pares no convencimento da vinda do “progresso” com a Rodovia. De espectador a ator principal, a comunidade também atuava como mediador dos conflitos.

Apesar de Alvar & Alvar (1979) atribuírem a construção da PR- 405 as mudanças observadas na relação das pessoas com a natureza, após a construção da Rodovia, vale a pena menciona-las, como impactos culturais e de mudança de paisagem, mas não correlaciona-las diretamente a construção da Rodovia: o aumento de embarcações a motores, em substituição as canoas artesanais, que serviam para a pesca e locomoção, bem como o desaparecimento dos ranchos onde se guardava as canoas, a beira da baía, substituídos pelos cais e trapiches para receber embarcações maiores; o aumento da pesca e a escassez do pescado e; a substituição dos instrumentos de pesca artesanal, devido à introdução de material plástico. Os autores também identificaram as mazelas na indústria do palmito, a exploração do trabalhador e a característica insustentável dessa atividade, como consequências da Rodovia. Certamente há de se concordar que a substituição dos meios de transporte marítimo e fluvial em favor do transporte terrestre é consequência direta da Rodovia.

### **3. OS SISTEMAS AGRÁRIOS E OS CONFLITOS TERRITORIAIS**

Os sistemas agrários são definidos por Rodrigues (2005, p.51) como “um modo de organização historicamente constituída adotada por uma sociedade rural para explorar seu espaço e gerar seus recursos”. Segundo o autor é possível identificar em Guaraqueçaba três sistemas agrários predominantes: o primeiro caracterizado pela exploração agrícola com mão-de-obra escrava em conjunto com agricultores livres, que produziam arroz, mandioca e cana de açúcar. O segundo se sustentava em agricultores com pequenas áreas agrícolas e poucos recursos, e o terceiro com agricultores de médio porte que derivaram dos agricultores escravistas. Nessa época os sistemas passam a serem voltados para a comercialização com a banana (RODRIGUES, 2005).

Os sistemas de produção no município de Guaraqueçaba historicamente apresentam uma baixa diversidade de produtos, tais como: banana, mandioca, arroz, bovinos, búfalos e, mais recentemente, a palmeira real e a pupunha. A pecuária e a agricultura no Município apresentam mudanças estruturais ao longo do tempo, tendo um aumento significativo desde a década de 70, com o ápice em 1980 à 1985. Este aumento está relacionando com a abertura da Rodovia PR 405, momento de ocupação com terras relativamente baratas (RODRIGUES, 2005).

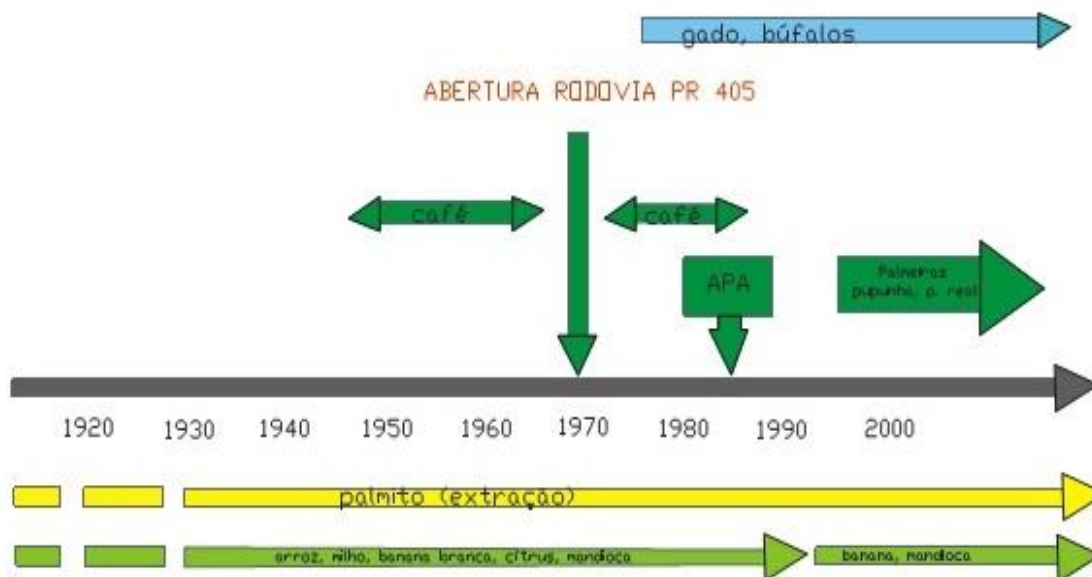
A Figura 2 apresenta as principais mudanças na produção agrícola através de uma linha cronológica das fases produtivas do Município no último Século.

Apesar da passagem de sistemas produtivos diferentes ao longo do desenvolvimento da produção agrícola em Guaraqueçaba, não há registros de exploração agrícola como ocorre após a abertura da Rodovia PR 405, fato que permite destacar este fato como o segundo momento de tensão territorial, que contribuiu para consolidar os conflitos territoriais. A abertura da Estrada facilitou o acesso da população local aos centros comerciais, favorecendo o escoamento da produção agrícola. Contudo, o acesso também contribuiu para um novo ciclo de exploração agrícola baseado na produção em escala, por meio da instalação de latifúndios de proprietários provenientes de outras regiões do Estado, dado que as terras se encontravam com baixo preço, somado a isso, havia excedente de mão-de-obra a ser empregada com baixo custo.

A vinda de grandes produtores provenientes de outros locais contribuiu para contrastar com a realidade local, historicamente caracterizada pela pequena produção agrícola de propriedade ou posse da população local. Este ciclo de tensão territorial que emerge, tanto na disputa pelas terras entre grandes e pequenos produtores rurais – incluindo-se a exploração de mão-de-obra –, como nos novos e significativos impactos ambientais causados: pelo uso intensivo do solo, promovendo seu esgotamento; pelo

uso desregulado de agrotóxicos no cultivo agrícola, causando danos à fauna, à flora e, aos recursos hídricos; pelo desenvolvimento de monocultivos agrícolas em larga escala e; pela introdução de espécies exóticas de fauna e flora, impactando assim a biodiversidade.

FIGURA 2 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO SÉCULO XX EM GUARAQUEÇABA



Fonte: Adaptado de Rodrigues (2005).

Souza (2010) aborda em seu trabalho que a Rodovia 405, na década de 1970, trouxe um novo tempo na economia local, acabando com o isolamento. Considera que a partir da construção da Estrada ocorreu o aumento dos rebanhos de gado (anteriormente irrisórios) e a introdução de búfalos africanos, que apesar da adaptação não predominaram. Salienta ainda que, com os latifundiários aumentou-se o extrativismo do palmito, incentivado pelas fábricas de conservas. Ao mesmo tempo em que aumentava o extrativismo, elevava-se as áreas de lavoura na produção do palmito pelos agricultores latifundiários que tinham recursos suficiente para fazer frente a demanda, gerando um conflito com os pequenos agricultores que viviam da extração.

Cabe ainda destacar que os conflitos territoriais do local relacionados ao uso e ocupação do solo somam-se a outros fatores exógenos a implantação da Rodovia PR 405, mas não podem deixar de ser mencionados. As políticas de modernização agrícolas promovidas no Brasil a partir da década de 1960- provocaram: a migração, o êxodo rural e suas adjacências; a desestruturação da produção; a descaracterização de identidades culturais; dentre outros - processos mediados por interesses urbano-industriais (BRANDENBURG, 2011; FERREIRA & ZANONI, 1998).

Em Guaraqueçaba este conjunto de fatores foi acompanhado pela falta de investimentos em infraestrutura e pela diminuição da competitividade dos produtos para o mercado. Segundo Rodrigues (2005) estes fatores terminam por conformar a fase atual de profunda crise socioeconômica, que se caracterizou pela exclusão do processo de desenvolvimento nas regiões dinâmicas no estado do Paraná, induzindo mudanças na forma de relacionamento das populações locais com o meio natural.

Guaraqueçaba teve seu ápice na produção para o mercado entre meados do Século XIX e início do Século XX, onde sua economia girava em torno da produção de banana, arroz, pesca, e exploração de madeira. Segundo Behr (1998), a densa floresta que dificultava o acesso por terra a Sede de Guaraqueçaba não se constituía em um problema, pois havia o transporte marítimo que auxiliava nas transações econômicas dos produtos extraídos na região, encabeçados pela banana.

#### **4. AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OS CONFLITOS TERRITORIAIS**

Como consequência do avanço da exploração agrícola, e consequente exploração dos recursos naturais um movimento internacional passa a apoiar à criação de Unidades de Conservação - UCs. Passando a ser criadas no Brasil na década de 1980, assegurando a proteção das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, e de comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional (BRASIL, 1985).

O Litoral do Paraná em 2008, segundo Denardin et al (2008) possuía 28 UCs, 24 de proteção integral e 4 de uso sustentável. Segundo o SNUC (2000), a categoria de manejo Proteção Integral corresponde à manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas pela interferência humana, permitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais. Já a de Uso Sustentável corresponde à exploração do ambiente de maneira que garanta a continuidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. Nesse sentido, a categoria Uso Sustentável, permite o desenvolvimento de atividades agrícolas no interior das UCs, contudo, imprime aos agricultores uma série de restrições quanto ao cultivo agrícola e uso do solo. Neste ponto reside um dos principais pontos de tensão para os agricultores que interpretam as UCs como um entrave à realização de suas atividades e consequente geração de trabalho e renda.

Entre os municípios do Litoral do Paraná, Guaraqueçaba é o que possui a maior extensão territorial protegida ambientalmente, sendo que grande parte de sua área são

UCs. (DENARDIN et al., 2008). Correspondendo a duas de proteção integral e cinco de uso sustentável (IAP, 2012). Entre as áreas de proteção de uso sustentável estão as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), área que corresponde à quase totalidade (98%) da área territorial de Guaraqueçaba (DIBAP, 2007 apud DENARDIN et. al, 2008).

A PR 405, Rodovia a qual se atribui mudanças significativas nos modos de vida da população do seu entorno, encontra-se totalmente inserida na APA de Guaraqueçaba, porém instituída posteriormente, em 1985. Fato que promove novas reconfigurações aos sistemas agrícolas no Município, ou seja, novos conflitos territoriais que se estabelecem, agora entre a produção e preservação.

Após a instituição das cinco UCs no município de Guaraqueçaba passa-se a priorizar a proteção dos recursos naturais, promovendo inclusive a recuperação das áreas anteriormente degradadas pelos sistemas agrícolas extensionistas. Por outro lado, a dimensão social, baseada em pequenos agricultores remanescentes no local, esta recuperação se coloca com sinal “negativo”, em decorrência da “impossibilidade” de cultivos. A “impossibilidade” de cultivo não se deve a restrição de uso controlável, mas pela ausência do Estado no apoio técnico para a promoção dos sistemas agrícolas compatíveis à nova realidade ambiental.

O sistema agrário local, em decorrência da ampliação das Unidades de Conservação, não conseguiu ajustar-se, em consequência registra-se a diminuição da produtividade dos cultivos agrícolas – uso intensivo do mesmo solo e a quase extinção da técnica do pousio (descanso da terra), e conseqüentemente uma baixa competitividade para atuar em mercados externos. A tensão territorial gerada nesse processo perdura até os dias de hoje, se configurando em conflitos entre os diferentes grupos de atores: famílias de agricultores, representantes de órgãos ambientais, poder público local e comerciantes.

## **5. A PAVIMENTAÇÃO DA PR 405 E AS PERSPECTIVAS DE NOVOS CONFLITOS**

Ao longo do texto se discorreu dos conflitos territoriais concretos, que identificados poderiam proporcionar ações no sentido de reduzir seus impactos negativos, no entanto é necessário salientar que um novo elemento se constitui para agravar os conflitos já mencionados e ou ainda promover outros: a pavimentação da Rodovia 405, da “Estrada”. A afirmação sobre a geração de novos conflitos é válida quando da leitura do acima exposto, e ainda mais preocupante, quando diagnosticada

uma população remanescente em número reduzido (sem força eleitoral), bem como desprovida de recursos financeiros, para atuar na resistência de mudanças promovidas por interesses externos.

O Governador do Estado do Paraná, Beto Richa, anunciou no ano de 2013 que seria realizado um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) junto com um Plano Básico Ambiental para avaliar o melhor traçado dos 76,6 quilômetros da PR 405 a ser pavimentado. O Governo anunciou que seriam investidos R\$ 1.176 milhões para o Estudo que estaria concluído em até doze meses. As obras de pavimentação começariam em 2014, com gastos públicos previstos de R\$ 1.181 milhões (AEN, 2013).

A PR 405 é alvo de polêmicas para a população local, havendo um movimento que pede pela pavimentação para possibilitar melhores condições de tráfego e acesso da população local aos centros urbanos, porém não sendo uma opinião unânime (KOMARCHESKI, 2012). Com o objetivo de verificar possíveis implicações da pavimentação perguntou-se aos moradores e comerciantes das comunidades de Açungui, Potinga e Sede e, representante do poder público, opiniões a este respeito.

A maioria dos moradores afirmou que as condições da Estrada de modo geral são boas, tendo dificuldades para transitar apenas quando chove muito, pois a mesma fica alagada em alguns trechos mais baixos. Apenas um morador (produtor rural) acha que as condições são péssimas. Um detalhe a ser considerado nas respostas é que a maioria dos entrevistados não possuía veículo próprio, apenas o produtor que apontou as condições ruins possuía.

Em entrevistas aos comerciantes a diferença nas falas se deve a localização do estabelecimento ao longo da estrada, ou na Sede. Um comerciante situado às margens da Rodovia, na comunidade de Potinga, se posicionou contrário a pavimentação, levantando que às más condições da Rodovia preocupam no caso de necessidade de serviços de saúde, mas para ele uma saída seria uma drenagem nas margens ao longo da Rodovia, e a cobertura dos pontos de alagamento com areia. Por outro lado, uma comerciante, da mesma localidade, se posicionou a favor da pavimentação, relatando que muitos turistas chegam apenas até a “Lanchonete” e devido às condições do acesso não seguem até a Sede. Outro comerciante, de uma pousada ao longo da Rodovia, morador há 74 anos, mostrou-se a favor de melhores condições de acesso, mas não necessariamente o asfalto. O comerciante destaca que o diferencial do Município é justamente a Estrada como ela é, porque “seleciona as pessoas, os turistas, funcionando



como um filtro”. Justifica que as pousadas “investem na campanha” do asfaltamento, porque deverá aumentar o número de turistas.

Outros quatro comerciantes, cujos estabelecimentos localizam-se na Sede, tiveram opiniões parecidas sobre a pavimentação, argumentando que o ecoturismo e os passeios junto à natureza devem selecionar os turistas, e que o local se diferencia por estar em uma Baía, não sendo a Estrada o atrativo para atrair turistas. A mesma opinião é compartilhada por um comerciante de restaurante situado às margens da Rodovia, na Comunidade de Tagaçaba, que acompanhou na sua infância a abertura da PR-405 e agora acompanha a polêmica do asfalto, sendo a favor de melhorias na manutenção, mas não necessariamente o asfaltamento.

O poder público, representado pelo diretor da Secretaria de Planejamento e Urbanismo, menciona que o asfaltamento traria para a região 80% de benefícios e apenas 20% de malefícios, estes relacionados à Conservação/Proteção ambiental. Para o Diretor o asfaltamento iria agregar investimentos no turismo e o número de empresários seria maior, melhorando a infraestrutura do Turismo local.

Ao longo dessas entrevistas foi possível observar que a maioria dos entrevistados compreende que vive em um lugar de conservação ambiental, e neste lugar há incompatibilidade com a pavimentação por asfalto, mas torna-se necessário a melhoria da malha Rodoviária.

Se por um lado, a pavimentação da Estrada facilitaria o acesso e locomoção dos moradores aos centros urbanos e as demais comunidades, promovendo melhorias na escoação da produção agrícola, com o conseqüente incremento de renda para a população local, por outro, a pavimentação pode promover a valorização dos imóveis rurais, desencadeando uma onda de especulação imobiliária, de forma a expulsar as comunidades tradicionais para o entorno da Sede, ou na periferia de Paranaguá ou até mesmo Curitiba, abandonando de vez os sistemas agrícolas que desde sempre promoveu a fonte de subsistência e renda as comunidades locais.

Considerando a importância da riqueza natural e as dinâmicas sociais e culturais que proporcionaram sua manutenção das comunidades tradicionais de Guaraqueçaba, faz-se necessário repensar o planejamento local, de modo a assegurar que a população que lá vive possa ter sua permanência e reprodução socioeconômica asseguradas no local. Como destacado pela maioria da população local, a melhoria da Estrada não decorre essencialmente do asfalto, a melhoria da Estrada deve proporcionar a manutenção do território preservado, até mesmo para a população visitante.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura da Rodovia PR 405, atravessando as comunidades rurais a Sede de Guaraqueçaba, iniciam os primeiros conflitos territoriais latentes na dinâmica sócio-produtiva. A abertura da Rodovia promove transformações na paisagem, modos de vida, tanto das comunidades tradicionais como do meio ambiente local entre outros. Não só a construção da Rodovia promove conflitos territoriais em Guaraqueçaba, o “progresso” e o acesso promovidos por ela altera o sistema agrícola. Através da Rodovia são levados novos sistemas agrícolas (formas de uso, de exploração, bem como produtos, da natureza exógena são incorporados), proporcionando reconfigurações na natureza. No momento em que o uso do solo passaria a ser explorado de forma intensiva, o meio ambiente passa a ser tema de preocupação internacional. O apelo ambiental promove o repensar do modelo “desenvolvimento”, pautado no aumento da produtividade, no uso intensivo de tecnologias e na produção em escala, apoiado pela melhoria da infraestrutura promovida pelo Estado. Este era o modelo de desenvolvimento que estava emergindo em Guaraqueçaba quando o Estado passa a reconhecer um “novo desenvolvimento”, pautado na sustentabilidade é acionado para o Local, através da implementação das Unidades de Conservação. O território sofre não só com os conflitos territoriais internos, mas pelo próprio conflito do pensar o desenvolvimento do local.

Com as Unidades de Conservação incorporando quase que total a área territorial do Município novos conflitos territoriais se instalam e a população migra para municípios próximos e até mesmo para a periferia da Capital, em busca de possibilidades de subsistência. Os sistemas agrícolas locais entraram em conflito, não respondendo mais nem para a produção de subsistência, quanto mais a reprodução socioeconômica de sua população. Se não bastassem os conflitos territoriais já deflagrados, o Estado aponta para novas incertezas, que tendem a gerar novos conflitos territoriais, porém sem a participação da população local, que se encontra dividida entre aderir ou não as novas proposições, sempre exógenas.

## 7. REFERÊNCIAS

AEN. **Agência de Notícias do Paraná. Richa autoriza estudo para pavimentação da estrada de acesso a Guaraqueçaba.** Curitiba, jan./2013. Disponível <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=72705>>. Acesso out./2013.

ALVAR, J. ALVAR, J. **Guaraqueçaba, mar e mato.** Trad. De Cecília Maria Westphalien. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba, 1979.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M. Das “dinâmicas naturais” aos “usos e conflitos”: uma reflexão sobre a evolução epistemológica da linha do “costeiro”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p. 187-192, jul./dez. 2004.

**BADEP. Aspectos gerais da infraestrutura paranaense.** Curitiba, 1970.

BARBANTI JR, O. **Conflitos Socioambientais: teorias e práticas.** In: I ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE. Anais... Indaiatuba: ANPPAS, 2002.

BEHR, V. M. **Guarakessaba, Paraná – Brasil: Passado, Presente, Futuro.** Empresa das artes. p. 33-42. São Paulo, 1998.

BRANDENBURG, A. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. *In: Revista do Centro de Estudos Rurais*, v. 4, n. 1. pp. 167-194. Campinas: Unicamp, 2011.

BRASIL. **Decreto Presidencial Nº 90.883.** Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1985.

DENARDIN, F. V.; LOUREIRO, W.; SULZBACH, M. T. **Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense.** Redes, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 184-198, 2008.

FERREIRA, A., D., D.; ZANONI, M. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. *In: Para pensar outra agricultura.* FERREIRA, A., D., D.; BRANDENBURG, A. (org.). 2ª ed. Curitiba: Editora UFPR, 1998.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In: Santos, M. Becker, B. Território, territórios ensaios sobre o ordenamento territorial.* Ed. Lamparina. 3ª Edição. Rio de Janeiro, 2007.

IAP. **Instituto Ambiental do Paraná, missões e atribuições.** Disponível em <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=348>>. Acesso em: 14 mai. 2013.

IBGE. **Contagem da população.** Brasil, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 mai. 2013.

IPARDES. **Zoneamento da APA de Guaraqueçaba.** Curitiba, 2001. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/index.php>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

**KASSEBOHEMER, A. L. Restrições e impactos da legislação ambiental aplicada no município de Guaraqueçaba – Paraná.** Dissertação de Pós-graduação em Engenharia Florestal, UFPR. Curitiba, 2007.

KOMARCHESKI, R. **Sustentabilidade socioambiental da produção de farinha de mandioca em Guaraqueçaba – PR.** Dissertação de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR. Curitiba, 2012.

LIMA, F. R. F.; DIAS, C. A. **A infraestrutura rodoviária no Paraná e o tráfego nas rodovias pedagiadas - 2000-2006.** Revista Geografar. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Geografia. Universidade Federal do Paraná. v.3, n.1, p.16-33. Curitiba, 2008.

LITTLE, E. P. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política.** In: Bursztyn, M. (org.). A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Editora Garamond Ltda. Rio de Janeiro, 2001. Pg 107 – 122.

LOPES, S. R. M. **A incorporação de conceitos ambientais ao meio rodoviário: proposta de índices para levantamento da qualidade de equipamentos em seu ambiente de inserção e análise da ocupação do leito estradal PR - 405 trecho Cacatu – Guaraqueçaba.** Dissertação de Mestrado em Ciência do Solo. Setor de Ciências Agrárias. UFPR. p. 7-23. Curitiba, 2003.

MARTINS, R. **História do Paraná.** Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MIGUEL, L. A.; ZANONI, M. Práticas agroflorestais, políticas públicas e meio ambiente: o caso do litoral norte do estado do Paraná. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.1, n.1, p.9-23, jan./dez. 1998.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** 2. ed. Coleção clássicos economia e sociedade paranaense. Curitiba: IPARDES, 2006.

RODRIGUES, A. dos S. (org.). **As condicionantes da sustentabilidade agrícola em uma área de proteção ambiental: a APA de Guaraqueçaba.** Curitiba: IAPAR, 2005.

ROCHA, J. M. **A sustentabilidade desfocada: as lógicas das políticas de desenvolvimento rural para Áreas de Proteção Ambiental (APAs) – o caso de Guaraqueçaba – PR.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR, Curitiba, 2004.

RONCAGLIO, C. Das estradas às Rodovias: Meio século do rodoviarismo do Paraná. Departamento de Estradas e Rodagens. **Departamento Estadual de Arquivo Público.** p. 20 -26; 62-65. Curitiba, 1996.

SOUZA, M. R. Paisagem cultural: patrimônio histórico de Guaraqueçaba/PR. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia – **GEOINGÁ.** v. 2, n. 2 , p. 102-123. Maringá, 2010.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010. p. 11-31.

**GT 12 - Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos**

**Contribuições de M.J. Carneiro para o estudo da juventude rural**

Gabriela Laroca Araújo<sup>1</sup>

Edila Arnaud Moura<sup>2</sup>

**Resumo:** Trata-se de um estudo sobre três trabalhos da antropóloga Maria José Carneiro que abordam questões teóricas e resultados de pesquisa sobre os processos de mudança em organizações camponesas com enfoque nas suas influências sobre a população jovem. Os textos selecionados compreendem um período de mais de 10 anos de estudos sobre essa temática e possibilitam acompanhar o processo de construção desse objeto de investigação. O estudo tem por objetivo contribuir para a construção de objeto de pesquisa sobre essa temática em populações rurais no estado do Pará.

**Palavras-chaves:** Juventude rural; Campesinato; populações rurais.

<sup>1</sup>Graduanda de Ciências Sociais/ Universidade Federal do Pará, e-mail: gabrielalaroca@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Socioambiental – NAEA/ Professora da Faculdade de Ciências Sociais /Universidade Federal do Pará, e-mail: edilamoura@hotmail.com

## Introdução

O avanço tecnológico crescente das sociedades denominadas urbanas e os processos relacionados à globalização tem afetado as sociedades rurais de diversas formas, o que tem sido referenciado como processo de rururbanização. Dentro dessa nova realidade houve a mudança da organização social vigente até então, colocando as sociedades rurais frente a situações inéditas e absolutamente singulares que afetaram alguns dos pilares base da sua organização. Essas novas situações interferem com intensidades diferentes na organização do campesinato, pois as ações modernizadoras modificam também a reprodução social deste, que precisa agora buscar alternativas para permanecer na sua condição de camponês. Neste contexto uma categoria social é afetada drasticamente, a juventude rural, como comenta M.J. Carneiro:

“No contexto de crise da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura.” (CARNEIRO, 1998).

Existe uma bibliografia limitada, porém diversa sobre o assunto. A dificuldade de estudar essa categoria social, a juventude rural, é pautada no fato desta ser “fluida, imprecisa, variável e extremamente heterogênea” (CARNEIRO, 2005) que se comporta de uma maneira variável para cada situação presente no seu meio social. Uma autora brasileira que se destaca no estudo desse tema — é a socióloga Maria José Carneiro - formada pela Universidade Federal Fluminense e doutora pela *Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris*, concluída em 1993. Ela nos oferece uma gama de estudos e pesquisas acerca da população rural e de sua organização social, identificando, também, o papel do jovem dentro dessa sociedade.

Propõe-se, então, neste trabalho, fazer uma discussão teórica tomando como referência obras da autora citada para se chegar à construção do estudo referente à juventude rural, no contexto das sociedades de organização camponesa já que faz referência a continuação de existência e permanência desse tipo de organização social e cultural no mundo atual.

A análise será feita a partir de três de suas obras. O primeiro livro intitula-se “Camponeses, Agricultores e Pluriatividade” publicado em 1998 e que é uma versão

resumida e modificada da tese de doutorado da autora, intitulada “*Les Pyans de Sept Laux (L’Isère): la construction d’un nouvel ordre social*”. O segundo é o artigo “O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais” publicado no livro “Mundo Rural e Política” no ano de 1998. E, o artigo “Juventude e novas mentalidades no cenário rural” publicado no livro “Juventude rural em perspectiva” em que Maria José Carneiro é organizadora juntamente com a antropóloga Elisa Guaraná de Castro. Esta coletânea “tem o objetivo de socializar para um público mais amplo alguns dos temas abordados e parte dos debates travados por ocasião do Seminário Juventude Rural em Perspectiva realizado no Rio de Janeiro em maio de 2006 (...)” de acordo com as próprias palavras da autora na apresentação do livro. O seminário aconteceu em 2006 e o livro foi publicado um ano depois, em 2007.

É a partir da análise dessas obras e da comparação entre elas que se pretende iniciar a construção de um objeto de investigação sobre juventude rural, em contextos amazônicos, como ela se organiza hoje e qual é o papel dela dentro do campesinato, levando em consideração as mudanças de hábitos, pensamentos e modo de agir influenciados pela ação modernizadora nessa sociedade rural.

## **Metodologia**

Para produção deste trabalho foi realizada a revisão bibliográfica dos produtos mencionados acima, tendo como foco a constituição da juventude no meio rural, como as mudanças modernizadoras ocorridas no campo estão afetando a vida e perspectivas futuras desses jovens e como eles se comportam perante a dinâmica *rurbana* em que estão inseridos.

## **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade.**

Livro resultado de sua tese de doutoramento, sob a orientação de Maurice Godelier, tem como alvo uma pequena aldeia localizada na cadeia de *Belldonne* nos Alpes franceses, chamada *Theys*, onde há a discussão sobre as novas posturas adotadas por famílias camponesas para assegurar sua reprodução social face às mudanças ocasionadas pelo avanço urbano. A autora conduziu o estudo voltado à observação do universo familiar, justificando sua escolha pela “importância como agente integrador

das relações sociais no interior das pequenas explorações agrícolas” (p.8) que a família possui. O trabalho de campo iniciou-se em maio de 1988 e a tese foi concluída em 1993. Neste livro, Carneiro defende o caráter pluriativo dos camponeses como uma forma de reação à crise da agricultura ocasionada pelo avanço tecnológico na ruralidade. A pluriatividade é a “múltipla inserção no mercado de trabalho”, ou seja, os camponeses estão buscando outras formas de complementar a renda familiar, ingressando em trabalhos não-agrícolas. Dessa maneira ele reajusta a sua renda e possibilita sua continuidade no campo, chamando atenção para o fato de que a pluriatividade é uma alternativa, mas nunca substitui o trabalho na terra. “A multiplicidade de estratégias individuais e familiares deriva das fracas condições de produção. Recorre-se a vários meios para manter a unidade de produção e garantir a sobrevivência dos membros da unidade doméstica, sem, entretanto, transformar a racionalidade produtiva.” (p.63)

No sétimo capítulo Carneiro aponta que os principais fatores que provocam as mudanças nas sociedades rurais são: A ação modernizadora provocada pelo Estado, com formulações de políticas públicas que incentivam o agricultor a integrar-se na economia de mercado; A valorização do estudo, como única solução para “melhorar de vida” e a expansão turística, que integra e facilita o contato entre esses mundos distintos, que se faz presente mais assiduamente na vida do jovem, já que este é a principal fonte de renda fora da agricultura dos jovens aldeões. O emprego nas estações de esqui, que é a atividade turística da região de Theys, se torna a principal fonte de emprego dos jovens. Neste mesmo capítulo a autora aborda o tema da “rurbanização” com as mesmas características tidas mais a frente, no artigo “O ideal rurbano”, ela aponta o movimento de “dupla direção” deste caráter, que simultaneamente a valores urbanos estarem sendo reinterpretados e incorporados aos habitantes da aldeia, a população urbana está absorvendo símbolos materiais e imateriais do mundo rural.

Novas categorias sociais são criadas dentro do espaço rural, como uma forma de reação à crise da agricultura familiar ocasionada pela modernização crescente no campo. Dentro dessas novas categorias estão os pluriativos. Essa ação de busca por trabalhos não agrícolas, de acordo com Carneiro, está intimamente ligada ao vínculo familiar. Esta atividade só se torna possível quando outros membros da família se responsabilizam pela atividade agrícola. Carneiro não faz uma delimitação específica e



profunda sobre juventude neste livro, mas em alguns fragmentos nos permite visualizar como essa nova conjuntura social tem afetado essa categoria.

“Estes novos valores (urbanos) penetraram nas famílias surtindo efeito principalmente sobre os jovens, atraídos pelo aumento da capacidade de consumo que o salário fabril propiciava. Em consequência, decresceu o número de filhos de operários-camponeses que aceitavam suceder o pai na posição de chefe de unidade produtiva, ameaçando fortemente os projetos familiares pautados na identidade camponesa.” (p.5)

E, neste outro fragmento um pouco mais à frente:

“O entendimento desse processo exige buscar no conjunto dos fatores econômicos e ideológicos os significados que a pluriatividade assume hoje em dia para os jovens agricultores, sobretudo aqueles de regiões onde a agricultura tem sido uma atividade de pouco peso na economia nacional e frequentemente preterida em relação a outras mais rentáveis, como as que estão associadas à exploração do turismo, por exemplo.” (p.7)

Esses valores urbanos que se “globalizam” chegam ao espaço rural e se chocam com os valores já estabelecidos ali; se chocam porque são diferentes um do outro. No campo há a exaltação da coletividade familiar em relação ao indivíduo e é esse valor que legitima muitas práticas que fazem referência a toda organização social do campesinato. A perda desse valor provoca mudanças na lógica organizacional dessa sociedade. A lógica do sistema de herança diz respeito diretamente à existência do campesinato, já que sem herdeiros as famílias perdem o poder sobre a terra. A crise de sucessão, que é mais uma das inúmeras crises criadas pelo mesmo problema, nos faz referência diretamente à mudança de valores que estão sendo passados aos jovens rurais. O jovem bem sucedido é aquele que consegue “melhorar de vida”, e isso implica na saída dele da agricultura. Carneiro identifica essa mudança latente dizendo que:

“Os *excluídos* não são mais aqueles que deixaram a fazenda contra a sua vontade, encorajados por seus próprios pais, devido a falta de terras e às estratégias familiares de transmissão de patrimônio. Os *excluídos* ou os *marginais* são, na época atual, os que permaneceram na agricultura: são os *excluídos* da sociedade industrial devido à ‘incapacidade pessoal’ de se integrarem ao novo mercado de trabalho.” (p. 117)

### **O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais.**

Artigo publicado no livro “Mundo Rural e Político” sob a organização de Teixeira da Silva, F.C *et al* em 1998. Trata-se de um dos primeiros artigos que Carneiro discutiu de uma maneira mais aprofundada a juventude no meio rural. De início ela faz uma “rápida delimitação” do que seria juventude rural, do que é ser um jovem rural, onde ela

diz que essa camada social “imprecisa, variável, construída socialmente” (p.1) vem se tornando mais frequentes nos estudos de acadêmicos sociais, pois é uma categoria primordialmente afetada por essa relação campo x cidade, que traz situações singulares às vidas desses jovens. E levando em consideração a realidade das duas localidades estudadas – São Pedro da Serra, localizado no Rio de Janeiro; e no município de Nova Pádua, localizado no Rio Grande do Sul – ela identifica o jovem “como aquele indivíduo que se encontraria em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização” (p.2). Mas, é importante lembrar que é uma delimitação conceitual que se modifica de acordo com o local em questão, as formas como a modernização afetam o meio rural é diferente de localidade para localidade, assim como as reações contrárias a esta.

Esse novo quadro social propicia a criação de uma nova identidade rural, que mescla valores urbanos e rurais, sem excluí-los mutuamente. Isso é possível graças ao forte papel que a família exerce na vida social desses jovens, a individualização urbana se choca com o alicerce da sociedade rural, que é a família. Sobre isso Carneiro fala “Os jovens oscilam entre o projeto de construir vidas mais individualizadas, o que se expressa no desejo de ‘melhorarem o padrão de vida’, de ‘serem algo na vida’, e o compromisso com a família, que se confunde também com o sentimento de pertencimento à localidade de origem” (p.3). Esse compromisso perante a família se expressa no fato da sucessão da terra, muitos chegam a abrir mão dos seus projetos individuais em prol da manutenção familiar diante a propriedade, isso em caso de morte do pai, ou do filho sucessor. Temos assim “Os projetos individuais encontram-se, portanto, subordinados à dinâmica do campo de possibilidades, sempre delimitado por premissas e paradigmas culturais específicos e competitivos.” (p.16). É no meio dessa ambiguidade que floresce a construção da nova identidade.

“Na formulação dos projetos individuais expressa-se a ambiguidade característica da situação de convivência com dois universos.” (p.8). Isso se explica justamente pela antiga exaltação da coletividade no meio rural, que vem sendo colocada em prova pelo pensamento urbano capitalista.

Aqui o turismo estabelece uma ponte de ligação entre os jovens com valores urbanos e os jovens das localidades rurais. Uma semelhança com a pequena aldeia francesa *Theys*, que também possui o turismo como a maior fonte de ligação cultural

desses dois mundos. A ascensão do turismo em São Pedro da Serra possibilitou o crescimento das ofertas de empregos fora da agricultura, em atividades principalmente ligadas ao comércio e à construção. Isso aumentou o leque de sociabilidade dos jovens, elevando o seu meio social para fora do ciclo familiar e pôde integra-lo no mercado de trabalho. A agricultura passa, então, a ocupar um papel secundário, como produtora de renda complementar. É semelhante o papel que o trabalho turístico na plataforma de esqui ocupa na vida dos jovens franceses.

O avanço tecnológico permite que esses jovens possam permanecer morando na casa dos pais, que fica no campo, e ao mesmo tempo exercerem atividades nas cidades. Isso propicia o caráter pluriativo dessa camada social. Carneiro observou também a mudança no padrão de escolaridade da juventude rural. Essa nova geração já possui um nível de escolaridade maior que o da geração antiga, ou seja, os filhos de agricultores já apresentam maior grau de escolaridade em relação aos seus pais. Isso revela a valorização da educação como forma de obter uma “vida melhor”, que são ideias inatas a sociedade urbana.

Ressaltando o valor que a família possui na vida desses jovens, muitos chegam a abrir mãos dos seus projetos individuais em prol da manutenção familiar diante a propriedade, isso em caso de morte do pai, ou do filho sucessor. Temos assim “Os projetos individuais encontram-se, portanto, subordinados à dinâmica do campo de possibilidades, sempre delimitado por premissas e paradigmas culturais específicos e competitivos.” (p.16)

É nesse contexto que Carneiro delimita o ideal *rurbarno* da juventude, que faz uma junção de valores distintos (urbano e rural) e cria uma categoria social singular dentro do meio rural. Sempre ressaltando o caráter de heterogeneidade dessa nova categoria.

### **Juventude e novas mentalidades no cenário rural**

Artigo integrado ao livro “Juventude rural em perspectiva” o qual Carneiro é organizadora, publicado em 2007, começa com várias indagações da autora a cerca da ruralidade. O artigo inicia com a seguinte colocação “Proponho para reflexão o tema pensar a juventude rural no contexto das novas mentalidades presentes no cenário rural

em decorrência da crescente mobilidade dos indivíduos, sobretudo dos jovens entre o campo e a cidade” (p.53). A problemática abordada é praticamente a mesma do artigo anterior, isso nos remete a importância que ela possui, que perdura até oito anos depois da publicação do primeiro. Carneiro argumenta que para entender essa “nova mentalidade no cenário rural” vivida pelos jovens, é preciso primeiro fazer uma revisão de conceitos que são muito utilizados acerca da ruralidade, como o que se entende por “cenário rural”. Esse conceito faz a amplitude de atores que são presentes no meio rural, isso inclui tanto os nativos desta sociedade, como os indivíduos de origem urbana que juntos fazem e modificam esse meio. E nos indaga

“Será que nesse contexto de mudanças recentes a noção de rural associada ao agrícola e a esse conjunto de ideias que o opõem ao urbano, à modernidade, à ideia de dinâmica, de mudança, de ‘novo’ estaria dando conta da realidade rural? Caberia então falarmos de um ‘novo rural’ ou de uma ‘nova ruralidade?’” (p.54)

O rural não pode mais ser compreendido sem levar em consideração essas ações externas, a situação que envolve esse meio está intimamente ligada com as ações transmitidas por indivíduos urbanos. Então ela começa descrever o jovem em suas relações nessas novas dinâmicas sociais. As mudanças ocorrem, sobretudo, no que diz respeito ao trabalho. Trabalho que nem sempre está ligado ao setor produtivo, mais uma vez ressaltando o trabalho com o turismo dos jovens. E desconstrói a ideia de que o jovem que volta a morar no meio rural é visto como fracassado nas suas atividades individuais, às vezes alguns voltam apenas pelo conforto que encontram perto da família, o conforto de lar que a localidade de origem o remete.

É interessante ressaltar como essa realidade afeta diferentemente homens e mulheres. Observa-se que as mulheres migram em proporções maiores que os homens, isso ocorre devido a falta de perspectiva de trabalho para mulheres no campo, a única coisa que lhes resta é permanecer na casa exercendo atividades domésticas, por isso são estimuladas a buscar outros meios de sobrevivência fora do campo. Já os jovens não sucessores tendem a migrar para as cidades como fuga ao celibato, isso “sempre que as condições sociais e materiais das famílias permitem.” (p.61). São por essas razões que Carneiro identifica um novo fenômeno na ruralidade brasileira que é o da “masculinização e envelhecimento da população” (p.60).

Carneiro, concordando com Eduardo Rosas (2006), mostra a saída do campo dos jovens como uma forma de permanecer nele “Combinando mobilidade e invisibilidade,

esses jovens do campo não se desvinculam de suas referências originárias, ao contrário, a saída para a cidade é a condição para ficarem no campo.” (p.62). A cidade não é mais tomada como objeto de admiração dos jovens rurais. Houve a percepção que eles podem usufruir de objetos e tecnologias, que antes só se encontravam nas cidades, dentro do meio rural. Houve a revalorização do seu meio social de origem, é lá que eles querem morar, é lá que permanece o seu legítimo círculo social. A cidade perde, então, o seu valor perante essa categoria. Isso não significa que eles não absorvem alguns valores urbanos, essa absorção ainda existe, porém existe devido a uma outra lógica. Assim sendo Carneiro diz:

A cidade não é mais o único caminho para se ter acesso a esses bens, o que, a meu ver, constitui uma das mudanças mais relevantes que identificamos no mundo rural. A cidade não exerce mais o mesmo fascínio sobre os jovens rurais de algum tempo atrás. Os motivos para isso são vários e complexos. (p.63)

Essa valorização está ocorrendo, segundo Carneiro, principalmente, pelo aumento da violência que toma conta dos meios ditos urbanos, pela concorrência a vagas de trabalhos e pela dificuldade desses jovens se estabelecerem nas cidades, longe da família e dos amigos. Uma colocação que Carneiro identifica no final do artigo é a diferença entre jovens dentro de um mesmo meio rural, então essa realidade nem sempre é a vivida por todos eles. Alguns não possuem outra opção se não sair do seu lugar de origem, são os filhos da categoria chamada “sem-terra”. Essas disparidades ocorrem, alguns possuem a liberdade de escolha entre continuar no campo ou ir para as cidades, outros são predestinados a ficar ou sair do campo devido a sua realidade social. No final do artigo, Carneiro nos fala:

“É importante reconhecer que os jovens são atores dessa reconstrução cultural demandando espaços de representação de lazer, de trabalho para poderem exercer sua cidadania sem serem expropriados de seus valores, de seus bens, de suas redes de sociabilidade. É a partir de uma releitura dos valores urbanos trazidos pelos ‘de fora’ ou obtidos ‘fora’, mas realizados na localidade, que novos papéis sociais, novas identidades e novos projetos são definidos.” (p.64).

## **Conclusão**

Ressalto inicialmente as semelhanças que se podem constatar dentre essas obras. Primeiro, o turismo como fonte de trabalho para os jovens rurais, tanto na aldeia de *Theys* como nas duas regiões estudadas no segundo artigo, e como esta atividade resulta na via de ligação entre essa juventude rural com a urbana, facilitando o contato entre eles. O segundo é a família que não perde seu valor em relação às novas mentalidades

elaboradas no meio rural. Ela ainda exerce um papel de destaque na vida dos jovens rurais, possibilitando ou não a saída e permanência deles no meio rural.

Ressalto também o caráter não homogêneo que o meio rural e a juventude rural apresentam. O avanço moderno transformou o campo em um meio muito difuso e diverso, ele se modifica rapidamente perante as situações adversas, conseqüentemente, todas as categorias sociais que habitam nele também se modificam. Dentro deste quadro categorias sociais são criadas e recriadas. Por isso, Carneiro fala em “Juventudes rurais” e “ruralidades”, pois a forma como cada meio é atingido pela ação modernizadora e como ele reage é extremamente diferente, mudando de acordo com a realidade econômica, climática, social entre outros que possui. Mas, é possível perceber algumas situações semelhantes, como as que foram expostas no início do tópico.

Sobre a evolução teórica sobre o tema discutido (juventude rural), que no primeiro livro recebeu alguns direcionamentos, mas não foi tratado em sua profundidade, no segundo artigo, publicado no mesmo ano, Carneiro discute amplamente a categoria, aumentando o leque de discussões sobre ela, que, no Brasil, ainda era muito insipiente. E no último artigo discutido ela mostra uma juventude diferente da de 1998, uma juventude ainda muito heterogênea, mas que já está mais decidida sobre o que deseja.

Por fim, conclui-se que Maria José Carneiro contribuiu amplamente para a questão juventude e ruralidade no Brasil, ressaltando a sua importância para o campo da sociologia rural da atualidade. Seus artigos nos mostram com clareza as mudanças que estão acontecendo na vida desses jovens e como eles estão reagindo em relação às mesmas, mostrando-nos a criação de um novo rural formado tanto pelos agentes de “fora”, como os de “dentro”, que só se faz possível graças a interação crescente desses dois polos que são vistos como eixos antagônicos.

## **Bibliografia**

CARNEIRO, M. J. . Camponeses, Agricultores e Pluriatividade. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. v. 1. 228p .

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: Carneiro, Maria José; Castro, Elisa G.. (Org.). Juventude Rural em Perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, v. 1, p. 53-66.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva; Raimundo Santos; Luiz Flávio de Carvalho Costa. (Org.). Mundo Rural e Política. Rio de Janeiro: Campus, 1998, v., p. 95-118

## ***Madre Cristina: A formação social de um assentamento rural.***

Autor: Kaique Matheus Cardoso

Co-autor: Daniel Alves

Resumo:

**A recente formação de um assentamento rural se mostra uma interessante temática, as profundas relações não existentes dentro deste grupo e seu desenrolar são fundamentais para todo o grupo. O artigo em questão busca narrar a trajetória de um assentamento e também as problemáticas encontradas, desde a falta de água para a produção, até os problemas de âmbito pessoal entre as famílias. Todas estas questões trabalhadas dentro de um projeto de extensão da UFG, que busca modificar e melhorar o local.**

Palavras Chaves: ***ASSENTAMENTO, RURAL, RELAÇÕES***

O presente artigo visa uma análise ainda em andamento de um assentamento rural na região da cidade de Catalão-GO. O assentamento em questão é denominado por Madre Cristina, localizado a cerca de 50 km de Catalão. Este assentamento é vizinho a uma cidade chamada Veríssimo-GO, cidade esta que é bastante pequena e sofre ainda com problemas estrutura básica na área da saúde, educação, saneamento e lazer. Como o assentamento se localiza próximo desta cidade ele também arca com todos estes problemas sociais, problemas estes que são oriundos de uma estagnação.

### ***Os assentados***

As famílias assentadas no Madre Cristina são de diversos acampamentos rurais do MST, sendo algumas oriundas do Olga Benário, Anita Mafalti, 12 de Junho entre outros. Os laços de afinidade entre este grupo que foi assentado ainda estão em construção, às dificuldades encontradas entre estas famílias são visíveis. Refletindo sobre a situação atual do assentamento e sua organização social, podemos ver que as diferentes famílias colocadas naquela localidade passam por dificuldades de interação enquanto um grupo.



As relações pessoais entre eles são todas redefinidas e reorganizadas, no momento antes da conquista desta terra havia laços, havia vínculos e afinidades com as pessoas que também residiam no acampamento. Porém como repensar estas pessoas em outra localidade que só têm desconhecidos? Como cada família se organizará para interagir com outras a fim de promover uma associação ou organização que passará a lutar pelos benefícios gerais? Todas estas dúvidas vêm sendo esclarecidas no decorrer do tempo e das intervenções realizadas, os códigos sociais que se passam são expostos por cada família, exposição esta que delimita a zona onde cada um terá acesso, e de seus laços de afinidades ou desavenças com os outros assentados.

### *A fé*

A religião no Assentamento Madre Cristina é um divisor de águas, quando se trata das relações pessoais. Predominantemente as relações se perpassam no âmbito da religião, primeiro há uma visível afinidade entre os irmãos de fé, após esta primeira etapa da aproximação podemos notar que a relação avança em outros sentidos. O avanço se dá desde relações comerciais, produção das hortaliças e até mesmo possíveis parcerias para produzirem produtos de panificação juntos.

Desta forma a Igreja é o primeiro demarcador social que existe nesta localidade, esta importância extrema da Igreja como definidora de laços de afinidade se dá justamente pela ausência de outras instituições, que são transmissoras deste primeiro laço de confiabilidade. O fato de terem vindo de diferentes localidades de toda a região, carrega consigo algumas marcas nos assentados que não mudarão nunca, mesmo eles alcançando a máxima interação enquanto grupo.

Uma das assentadas se chama Luiza. Esta assentada é de Goiânia-GO e entrou para a luta da reforma agrária há alguns anos, durante o acampamento do MST ainda tinha contato direto com seus parentes e outros familiares, estava envolvida em uma rede social a qual ela já era querida e tinha seus laços solidificados. No acampamento consolidou outros laços com os acampados, laços que foram fortalecidos justamente pela luta à causa, união em torno das dificuldades enfrentadas por todos naquela situação de vulnerabilidade social. Quando assentada, Luiza vai para uma localidade onde ela não tem família na região, sendo que esta é a primeira instituição a qual se confia e se é inserido. Sem contato com a família ela também não tem nenhum assentado que veio do mesmo acampamento rural, ou seja, não há nenhum laço de

afinidade com ninguém, a não ser o da luta e militância o qual todos assentados carregam, porém este laço por si só não é suficiente.

A individualidade a partir do momento que se conquista a terra é algo nítido neste assentamento, após o período de dificuldades enquanto movimento único que é o MST os assentados se desagregam, e podemos observar que eles passam a se sentirem independentes e por vezes até rejeitam o movimento ao qual são oriundos. Quando entram na terra cedida pelo governo sentem-se proprietários de uma pequena terra e às vezes começam a agir como tal.

Estas informações foram tabuladas em uma enquete, esta nos evidenciou que das 12 famílias entrevistadas 7 confiam totalmente na família, ou seja, os conflitos e problemas internos dentro deste assentamento se dão justamente pela falta desta instituição maior, que abrangeria a todos caso fossem da localidade. A família daria suporte e já forneceria laços de confiança, pois a família sempre mantém negócios e laços estreitos com outros grupos e desta forma os classificam como bons, ruins, negociáveis ou não. O fato de esta instituição não estar presente nesta localidade faz com que estas famílias tenham que classificar por si só, arriscando-se e surpreendendo por vezes com os próprios irmãos de Igreja que os enganam ou causam problemas.

### ***A realidade do assentamento***

As condições para os assentados não são fáceis, grande parte das famílias não tem acesso fácil a água e não há energia na localidade. Porém o rio Veríssimo que corta todo o assentamento gera energia para a Usina de Nova Aurora, desta forma por cima das casas dos assentados se passam fios de alta tensão oriundos desta Usina. Os assentados estão a alguns metros abaixo destas redes de transmissão e não tem acesso nenhum a energia elétrica, a energia que possuem é oriunda de geradores a diesel. As casas são construídas de modo artesanal, assim como as que se constroem durante o acampamento, sendo essas casas de lona e bambu.

O assentamento fica em um local de difícil acesso, sendo que para chegar ao povoado do Veríssimo-GO, é necessário enfrentar uma estrada de terra de aproximadamente 35km, os riscos são grandes principalmente pela falta de manutenção nesta estrada. O povoado não têm escola, não tem posto de saúde e nenhum outro

recurso ao qual os assentados e moradores possam procurar, a cidade com hospital, delegacia, escola e posto de saúde é Goiandira-GO que se localiza 35km do povoado. Desta forma evidenciamos que a situação para estas famílias é complicada, dependem sempre de transporte próprio pra irem a Goindira-GO, ou até mesmo a Catalão-GO que é a maior cidade da região.

As dificuldades desta vida no campo são nítidas, falta água, escola, saúde, e principalmente recursos financeiros, recursos estes que os assentados poderiam se beneficiar até se estabelecerem completamente na terra. Após a oficialização da terra a qual conquistaram, o MST juntamente com o governo fornece uma cesta básica a todas as famílias assentadas, porém como muitos dos assentados relataram, esta cesta básica nunca chegou, ela sempre foi extraviada e não os beneficia, sendo que nos documentos oficiais consta que ela é entregue regularmente as famílias. Uma simples cesta básica faria a diferença para o orçamento destas famílias.

A enquete também levantou outros pontos importantes da vida destas pessoas, grande parte vive com menos de R\$400,00 por mês, e não tem outra fonte de renda além do chefe da casa. Este chefe é o agricultor que produz para revender em outras localidades e desta forma faz com que a família tenha uma renda. Outra característica é que normalmente somente a venda de hortaliças e produtos oriundos da pequena área não é suficiente nem para dar-lhes estes R\$400,00. Muitas das vezes ele complementa esta renda trabalhando para fora, arrumando alguma cerca, ou fazendo qualquer outro serviço que tipicamente é oriundo do meio rural.

A origem das famílias é predominantemente rural, ou seja, todos tinham algum vínculo com a terra, ou os pais eram trabalhadores rurais. Os assentados entrevistados relataram que foram criados no campo com os pais trabalhando para famílias que tinham grandes propriedades, ou que eles moravam em sua própria terra, porém com o avanço do processo capitalista e de industrialização estas famílias foram jogadas na zona urbana, pois a vida no campo se tornou inviável. Mas a zona urbana não era o que se pensava ou esperava, não houve uma adaptação a este modo de vida, sendo assim eles procuraram retornar para o campo e uma das alternativas foi à entrada no MST, pois eles não teriam condições financeiras de adquirir uma terra para plantarem, colherem e revenderem seus produtos. Esta é uma das mais comuns formas de relatos das motivações individuais para a entrada na militância, justamente este processo de

expropriação do campo, de serem jogados na cidade como relatou uma assentada da reforma agrária.

### ***A agro ecologia no assentamento***

A transição para o modo de produção agro ecológico não é fácil, os assentados encontram problemas principalmente de irrigação, pois como relatado anteriormente não há água encanada e toda água das propriedades tem de vir diretamente do rio. Porém algumas casas ficam muito acima do rio, o local é de grandes morros tendo muitos declives no relevo, sendo assim haveria necessidade de bombas elétricas para bombearem água até as residências, porém o custo é muito elevado e as famílias ainda não têm condições de arcar com esta despesa, mesmo que ela traga melhorias significativas.

A falta de água encanada dificulta em muito a produção dos assentados, porém não faz com que a produção seja deixada de lado, afinal de contas eles precisam produzir algo para sobreviverem e terem uma renda.

### ***A extensão dentro da UFG***

A UFG via PROEXT, na figura dos professores Claudio Bertazzo e Daniel Alves, articularam um grupo de extensão que faz intervenções regulares neste assentamento. As intervenções são para direcionamento de uma produção de hortaliças sem a utilização de veneno, elas são regulares e já trouxeram benefícios para as famílias da reforma agrária, algumas já conseguem manter certa regularidade na produção e conseguem retirar disto uma mínima renda. Toda a produção é sem veneno, não há utilização de nenhum tipo de agroquímicos ou defensivos agrícolas.

Este grupo de intervenção da UFG entrou neste assentamento devido um contato com uma agente da pastoral da terra CPT que já mantinha um trabalho de produção sem veneno ainda no acampamento rural de onde duas assentadas vieram. Quando assentadas estabelecidas elas continuaram recebendo as orientações desta agente da CPT, porém as dificuldades de locomoção e mesmo de tempo desta senhora se tornaram um grande empecilho para a continuação deste trabalho. Neste período o primeiro contato foi feio e um projeto de extensão rural foi desenvolvido para poder continuar o trabalho desta agente e expandi-lo para todas as famílias daquela localidade, sendo

assim quando a UFG chegou ao assentamento ela possibilitou a todas as famílias o contato com a agro ecologia e esta forma de plantar saudável.

Os princípios da agro ecologia são a base de nossas intervenções, porém também conduzimos oficinas com saberes básicos como a rotatividade da terra, manejo do solo, tempo de descanso do solo entre outros. A intervenção não busca resolver apenas os problemas práticos da terra e agricultura, também intervém na organização social deste assentamento, ajudando a organizar associação de moradores, buscando recursos e investimentos governamentais para as famílias.

Os recursos que buscamos vão desde a construção de casas de alvenaria, até mesmo a energia que precisa chegar ao local, ou acesso a crédito rural onde eles poderão comprar mangueiras, inchadas, pás e várias outras ferramentas de trabalho.

### ***Metodologia***

A metodologia utilizada é participativa, há uma interação total com os assentados, visitas técnicas rotineiras e previamente marcadas. Também utilizamos a aplicação de uma enquete com pergunta qualitativas e quantitativas, desta forma identificamos vários aspectos em comum, e alguns bem divergentes como a origem das famílias. A aplicação desta enquete nos trouxe as claras este papel político da família, como estes laços familiares que se ausentam e outros laços políticos e religiosos que se delineiam e conseguem se sobrepuser a qualquer outro tipo de relação.

Sempre buscamos o contato mais próximo com as famílias, há uma proximidade grande entre nós e eles. Viagens para congressos e eventos de formação agro ecologica são utilizadas como uma forma de mostrar a eles que a produção sem veneno é sustentável, viável e só trará benefícios para eles próprios e para a comunidade.

### ***Resultados***

Obtivemos ótimos resultados em menos de um ano de extensão dentro deste assentamento. A produção de hortaliças sem veneno como esperada se mostrou bastante eficaz, as famílias hoje conseguem manter uma produção constante e fazem dela uma geradora de recursos financeiros.

Dentro da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, há uma feira que se realiza todas as terça-feira a partir das 16 horas, onde as famílias assentadas trazem seus produtos para comercialização, não é cobrado nada delas pela utilização do espaço.

A intenção do projeto vem sendo cumprida, que é realizar intervenções e dar assistência técnica para estas famílias para que elas possam fornecer a toda a região uma produção de hortaliças e alimentos totalmente sem veneno. O objetivo está sendo alcançado e logo se estenderá, o fortalecimento da feira é outro aspecto importante, pois agora a comunidade compra sabendo que é um alimento seguro e confiável.

### ***Conclusão***

O projeto ainda está em andamento, mas as melhorias são visíveis, a qualidade de vida dos assentados melhorou proporcionalmente, a produção vem aumentando significativamente apesar de todas as dificuldades e falta de interação entre o grupo. A intervenção se mostra eficaz no que tange a modificar a vida de uma comunidade, isto vem sendo feito e trazendo resultados, tanto para eles quanto para a comunidade externa que é beneficiada pela produção sem veneno.

## GT 10 – Política Públicas e Desenvolvimento Rural

### **Mercado Institucional de Alimentos: Alternativa para o desenvolvimento rural no Baixo Tocantins-PA.**

**Diogo Pereira de Santana<sup>1</sup>**

**Armando Lírio de Souza<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Econômicas/UFPA e Bolsista de Iniciação Científica PIBIC. E-mail: diogo.santana7@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Rural, Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará. E-mail: armandolirio@gmail.com

**Resumo:** A partir da Lei Nº 11.947/2009, que determina que 30% dos recursos repassados pelo FNDE deverão ser destinados a aquisição de alimentos da agricultura familiar, um novo mercado surge frente ao atual padrão de concentração mercantil do setor agropecuário. Porém, a efetividade da Lei possivelmente está sendo afetada por outras ações, como o PNPB. Isso requer estudos no território do Baixo Tocantins - PA, na qual tem como lócus o município de Acará-PA, onde se avança a monocultura do dendê.

**Palavras-chaves:** Território; Agricultura Familiar; Alimentação Escolar.

## Introdução

Ao longo das quatro últimas décadas, a região do Baixo Tocantins tem se consolidado como um território bastante atraente do ponto de vista socioeconômico (BASTOS, 2010, SOUZA, 2013). Vários empreendimentos econômicos foram instalados, seja com impactos diretos como os empreendimentos do setor agroindustriais e a da indústria de transformação mineral, seja com impactos indiretos como empreendimento do setor energético, em particular o exemplo da Usina Hidroelétrica de Tucuruí. Há muitas controvérsias sobre os efeitos desses empreendimentos econômicos do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida e da dignidade da população local.

Todavia, diante de um passado cercado de grandes empreendimentos, e que na maioria dos casos não resultaram em melhorias socioeconômicas e socioambientais, observa-se que toda essa problemática advém de uma política de desenvolvimento e planejamento regional, no qual a Operação Amazônia (1966), pode ser considerada um dos marcos institucionais, em que foram formuladas e implementadas estratégias de inserção do território da Amazônia oriental no cenário econômico nacional e internacional, por meio dos grandes projetos econômicos. Assim, o Baixo Tocantins passou a ser um dos polos de desenvolvimento microrregionais de instalação de uma parte da cadeia produtiva do setor extrativo mineral e do agronegócio.

O resultado dessa inserção significou ultrapassar os limites dos interesses econômicos locais, regionais e nacionais. Portanto, fortaleceu-se a internacionalização do espaço amazônico. Isso provocou uma série de conflitos no território, interferindo na realidade da população local, pois os empreendimentos alteraram significativamente a base produtiva microrregional e estabeleceram novas relações de trabalho, neste caso centrado na expansão do assalariamento da força de trabalho. Em suma, houve fortes influências no sentido de desestruturar a unidade produtiva de base familiar, assim como amplos impactos socioambientais (SOUZA, 2011). Conforme, defini Polanyi (2012), o trabalho e a terra se tornaram acessórios do mercado, foram transformados em partes da sociedade de mercado. Isso fomentou várias controvérsias sobre os benefícios econômicos e sociais, advindos dos grandes projetos econômicos.

O Território da Cidadania do Baixo Tocantins é representativo de novas práticas produtivas ou da “modernização”. Mais recentemente, nesta última década, houve a expansão aceleradas da produção de dendê, apoiada pelo Plano Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). O PNPB é uma iniciativa governamental que tem o objetivo de estimular o uso e a produção de biodiesel no país. O plano procura também influenciar a construção da cadeia produtiva do biodiesel e articular a regulação da produção de biodiesel no país com preocupações sociais, regionais e ambientais (CARVALHO, 2007). Maior produtor de dendê do país, o estado do Pará é o principal parceiro do governo federal na implantação do projeto de expansão da dendeicultura na Amazônia. Independentemente dos números, o plano do governo é fazer o máximo esforço para garantir a participação (e o trabalho) da agricultura familiar nessa nova empreitada. Para isso, o Governo utiliza dos chamados “Polos de Produção de Biodiesel”, na qual objetiva promover a inclusão de agricultores familiares na cadeia de produção do biodiesel, abrangendo 37 municípios prioritários para investimentos da dendeicultura. Dentro desse contexto, o nordeste paraense, região da qual é integrante o território do Baixo Tocantins, foi preferencial para implantação dos projetos da dendeicultura, com destaque para os municípios de Acará, Moju e Tailândia.

É dessa forma, enfatizando a importância da agricultura familiar, e os possíveis impactos que estão sendo gerados por outras ações do governo federal, que a análise desta pesquisa se fundamenta no estudo da efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Na qual possui como estruturante a Lei nº 11.947/2009, que determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou se suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.



## Problemática

Em termos de políticas públicas, a legislação mostra o quanto elas são planejadas e empenhadas, no sentido de buscarem a concretização de melhorias sociais. No entanto, verifica-se não somente a pouca efetividade na execução das políticas públicas sociais ou a frágil informação e utilização dos recursos pelos beneficiados, na qual deveriam, teoricamente, se empenhar na busca dessa participação. Mas a ineficiência em pensar políticas públicas em sentido conjunto, de maneira integrada e considerando as realidades complexas locais. Ao avaliar isso, devem-se levar em consideração as características próprias dos territórios, pois os mesmos apresentam aspectos característicos de uma determinada realidade.

Nesse sentido, parte-se da definição de território como “uma produção social” (BRANDÃO, 2007), na qual precisa ser analisada a partir dos conflitos e das lutas que se estruturam e que se travam em torno deste ambiente construído socialmente. Segundo Reis (2005, p.) “O território precisa ser interpretado – e não apenas considerando como uma variável de descrição das diferenças na repartição econômica. A interrogação mais forte acerca do território é a que procura compreender a genealogia dos processos socioeconômicos: por que razão se geram ali, e não noutro sítio, dinâmicas ou déficits? Isto implica uma epistemologia do território [...] se rejeita a visão organicista que vê os territórios como derivações, subprodutos, de ordem imanentes e se entende que se deve olhar para as sociedades [...]”. Além do aspecto territorial, o desenvolvimento pode ser definido como “um processo de expansão de liberdades reais que as pessoas desfrutam” (VEIGA, 2001, p.) é fundamental para a compreensão da pesquisa. “O desenvolvimento deve ser das pessoas (capacitações & oportunidades), para as pessoas (equidade & inclusão) e pelas pessoas (empoderamento)” (VEIGA, 2001 *apud* SEN, 1990, p.). Partindo-se do termo, o desenvolvimento corresponde à ampliação das possibilidades de escolhas, “sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem dos fatores socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade” (VEIGA, 2001).

Além da necessidade do desenvolvimento em termos econômicos, sociais e políticos, é necessário que ele gere possibilidades para as pessoas, no sentido de optarem por vias alternativas ao que imposto pela grande empresa. Dessa forma, é importante extinguir a ideia estereotipada de que a agricultura familiar é atrasada, tradicional e imutável. “Elas estão em transformação permanente e participam continuamente na criação da modernidade” (MAZOYER e ROUDART, 2009, p.). Essas formas de agricultura permanecem predominantes e continuam a ocupar a maioria da população ativa dos países em vias de desenvolvimento. Pois utilizam de meios para se manter e progredir, e continuam a desenvolver-se de acordo com as vias que lhe são próprias. Portanto, ao analisar a realidade local, “é preciso apreender a complexidade e apercebemo-nos, grosso modo, das transformações históricas e da diversidade geográfica das agriculturas” (MAZOYER e ROUDART, 2009, p.).

Dentro desse contexto, analisa-se o território do Baixo Tocantins em uma tipologia denominada de subterritórios (SOUZA, 2013), “como maneira de identificar as transformações socioespaciais, assim como indicar a maneira de uso e apropriação dos recursos naturais”. Conforme essa perspectiva, identificou-se três dinâmicas produtivas no interior do território analisado, na qual se configuram com graus diferenciados de integração e articulação.

Segundo (SOUZA, 2013), o Território do Baixo Tocantins apresenta os seguintes subterritórios: O território agroextrativista com predomínio das áreas de várzeas e com forte presença da agricultura familiar, por isso com menor nível de concentração da terra, menores taxas de desmatamento, combinando práticas de monocultura de açaí e sistemas agroflorestais (Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará); segundo, o território dos projetos agroindustriais caracterizado pelo avanço da monocultura do dendê (biodiesel) e do coco-da-baía, com sistemas de integração da agricultura familiar, concentração de terras, elevado nível de desmatamento e conflitos socioambientais (Acará, Moju, Tailândia e áreas de Concórdia do Pará, Tomé-Açu); terceiro, o território minero-metalúrgico, praticamente centrado no município de Barcarena (economia de enclave).

Por outro, há características comuns aos três territórios: no âmbito da produção agrícola e extrativista vegetal há grande participação da agricultura familiar; no campo dos indicadores sociais e ambientais, a precariedade e fragilidade dos serviços públicos; no campo econômico, a visão voltada para a exportação, por isso, tanto os grandes empreendimentos econômicos como a unidade produtiva familiar estão integrados à acumulação ampliada de capital, particularmente aos processos contemporâneos de financeirização (ideia de território integrado). (SOUZA, 2013)

No âmbito do setor agropecuário há uma participação quase uniforme com tendência de crescimento, mas o destaque é o município do Acará. Na última década, houve o crescimento da agricultura comercial de grande e médio porte em municípios como Acará, Moju e Tailândia. (SOUZA, 2013). Este crescimento está relacionado ao avanço da produção do dendê e coco-da-baía. Normalmente, essa produção é de alta escala em grandes latifúndios monoculturais. No caso da produção de oleaginosas como o dendê, as empresas agropecuárias adquirem grandes extensões de terra provocando a expulsão de agricultores familiares e desmatamento, portanto, alterando a cobertura florestal originária para a criação de uma floresta homogênea e artificial. Esta tem sido uma tendência internacional verificada em países da África, Ásia e América Latina (SOUZA, 2013 *apud* DENDÊ..., 2010).

Segundo Delgado (2012), desde a década de 1980, quando o projeto neoliberal se consolidou no meio rural, verifica-se a presença de dois projetos governamentais que são representados por “duas agriculturas”, que se autodefinem entre o agronegócio e a da agricultura familiar. Reconhecimento tal que se expressa em nível de ministério, definindo um conjunto de políticas públicas que se destinam atualmente de forma prioritária ao agronegócio, no caso do MAPA, e de outra à agricultura familiar, à reforma agrária e aos povos e populações tradicionais existentes no meio rural, no caso do MDA.

Dentro dessa perspectiva, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) se trata de um programa interministerial do Governo Federal, que tem como principais envolvidos o MME (Ministério de Minas e Energia) e o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) coube a responsabilidade de projetar e operacionalizar a estratégia social do PNPB, criando formas de promover a inserção qualificada de agricultores familiares na cadeia de produção do biodiesel. Se o produtor do biodiesel cumpre os critérios estabelecidos pelo programa, cabe ao MDA a concessão e o gerenciamento do Selo Combustível Social, que confere status de promotor de inclusão social dos agricultores familiares. Outra atuação do MDA diz respeito ao planejamento e implementação da metodologia de organização da base produtiva, denominadas Pólos de Biodiesel.

A grande questão é de que consequências esse estímulo a produção de Biodiesel, na qual o MDA procura apoiar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva, interfere na produção tradicional e no desenvolvimento sustentável local. E principalmente, de como se dá essa participação da agricultura familiar com essas grandes empresas.

O pacote de “boas intenções”, conforme enuncia Glass (2013), está gerando grandes problemas para os agricultores da região do município de Acará (PA). Na medida em que a assessoria é insuficiente, e a parceria com as empresas, na qual são concedidos empréstimos, é frágil e impositiva, o que torna as famílias endividadas no médio e longo prazo. Às vezes, esse endividamento pode levar até a perda da terra, como garantia das concessões. E ainda os agricultores são obrigados a aplicar muito adubo químico na produção e veneno para matar o mato ao redor, pois a palmeira de dendê demora quatro anos a crescer e só assim começar a produzir. Por questões contratuais, os pequenos agricultores só possuem direito a 75% do que ele produziu, além de ter que cumprir uma série de obrigações com a empresa que na verdade parecem com vínculos empregatícios. A empresa passa a ter um poder de controle sobre o produtor e sobre a sua terra, perdendo a sua autonomia e sua “liberdade”. Dessa forma, a característica principal da agricultura familiar acaba perdendo sua identidade, na medida em que a produção e as relações de trabalho mudam e se agravam. Confirmar-se as orientações teóricas de Polanyi (2013).

Esse modelo de produção associada não tem alcançado o êxito desejado, pois se trata de um modelo que torna o agricultor dependente da empresa e incentiva a monocultura, isto é, desloca o produtor de suas atividades tradicionais relacionadas à produção de alimentos para se inserir na cadeia produtiva agroindustrial de exportação. (SOUZA, 2013)

Com base nisso, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um importante meio na qual a agricultura familiar possa se desenvolver e se efetivar, sendo inclusive, além de uma alternativa de renda, uma alternativa de vida, no sentido que os agricultores familiares possam ter outras escolhas, frente à lógica do capital e da grande empresa. Além de tornar os alimentos da agricultura familiar à base da alimentação escolar local, promovendo desenvolvimento, com qualidade de vida e garantia de renda.

## **Contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

O PNAE foi criado, oficialmente, em 1955 e é o mais antigo programa social do governo federal na área de alimentação e nutrição. No início da década de 90, um grande número de entidades de classe e movimentos sociais foram contrários ao sistema centralizado do programa, devido a sua extensão de atendimento, ineficácia, consumo elevado de recursos financeiros e deficiências no controle da qualidade dos alimentos. Os alimentos oferecidos não se adequavam aos hábitos alimentares dos alunos; suas perdas e deterioração eram grandes e a permanente descontinuidade do Programa comprometia a universalidade e a equidade no atendimento aos beneficiários (SPINELLI, 2002).

Os progressos alcançados pelo PNAE dizem respeito especialmente ao seu caráter de cobertura universal, atendendo toda a população escolar em todos os municípios brasileiros. Desde 1993 o processo de descentralização propiciou uma melhoria na qualidade dos produtos e agilizou o processo de distribuição dos alimentos. Levando-se em conta a política de universalização do acesso à educação promovida pelo Ministério de Educação, a qual resultou em um aumento significativo da frequência na escola de crianças de 7 a 14 anos, pertencentes ao 1º quintil dos 20% mais pobres, a alimentação escolar passa a desempenhar papel importante na promoção da segurança alimentar (COUTINHO, 2002).

Os principais avanços do PNAE, segundo o FNDE, estão relacionados à Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/2001 (uma das reedições da MP nº 1784/98), na qual se destaca a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local.

Outra importante conquista, é a instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do programa. Isso se deu a partir de outra reedição da MP nº 1.784/98, em 2 de junho de 2000, sob o número 1979-19. Assim, os CAE's passaram a serem formados por membros da comunidade, professores, pais de alunos e representantes dos poderes Executivo e Legislativo. Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos, e a garantia de que 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

Segundo o Art. 3º, da Lei nº 11.326/2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no mundo rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: Não detenha área maior do que quatro módulos fiscais; mão de obra da própria família; renda vinculada ao próprio estabelecimento e dirija seu estabelecimento com sua família. Segundo o Parágrafo 2º da mesma lei, encontram-se como beneficiários: Silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. Incluindo comunidades indígenas e quilombolas.

Os avanços no marco regulatório permite ao PNAE avançar na promoção da alimentação de qualidade, contudo se destaca neste estudo a possibilidade de apoiar ações de geração de trabalho e renda, ao inserir o agricultor familiar no mercado institucional de

alimentos. Nesse sentido, partindo como fundamento a Lei 11.947/2009, na qual garante que os recursos do FNDE, no âmbito do Programa da Alimentação Escolar (PNAE), 30% deverão ser destinados a aquisição de produtos da agricultura familiar. Além de gerar uma alimentação escolar de qualidade, a produção da agricultura familiar representa uma oportunidade de renda.

### **O Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Acará.**

Para fins metodológicos, utiliza-se como referência de estudo o município de Acará. Por apresentar mais facilidade de acesso local e informativo. Dentre os municípios do subterritório dos projetos agroindustriais (SOUZA, 2013), o município de Acará foi único que apresentou experiência mais relevante com o PNAE, no levantamento de dados realizado pelo estudo. Além de possuir características importantes, como comunidades remanescentes de quilombos que vivem em terras produtivas, “terra preta”, e que também podem acessar recursos do PNAE. O município também é destaque na produção de mandioca e farinha de mandioca, na qual é muito importante para o reabastecimento regional.

Segundo dados do IBGE (2013), o município de Acará apresenta as seguintes informações quantitativas: Área territorial de 4.343,805 Km<sup>2</sup> e uma população de 53.569. Quando à distribuição dessa população, os dados mostram que ela predomina na zona rural. A taxa de urbanização é registrada em 22,65%. Do total da população, 44,83% exerce atividades ligadas ao setor primário e 35,31% está na atividade industrial, com destaque para a produção da farinha de mandioca.

O município de Acará é um dos maiores produtores de mandioca no Estado do Pará. Segundo os dados do PAM (2013), desde o início dos anos 2000 a produção de mandioca cresceu progressivamente, chegando ao ano de 2007 a 900 mil toneladas, correspondente à uma área colhida de 45 mil hectares. Desde então, a produção de mandioca sofreu quedas drásticas, chegando ao ano de 2013 a uma produção de 345 mil toneladas, correspondente à uma área colhida de 23 mil hectares, conforme apresenta o quadro 3.

**Tabela 1 - Quantidade Produzida (Tonelada) dos principais produtos das lavouras temporárias no município de Acará – PA (2007 – 2012)**

<b>Produtos</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Abacaxi (mil frutos)	20	20	40	100	100	100
Arroz (em casca)	5	30	60	60	60	60
Cana-de-Açúcar	-	-	18	18	25	25
Feijão (em grão)	60	60	60	20	25	50
Mandioca	900.000	592.000	592.000	435.600	414.000	345.000
Milho (em grão)	540	270	270	270	270	300

Fonte: PAM (2012)

A produção de mandioca no município destina-se ao abastecimento da região metropolitana de Belém, e pode ser transformada em farinha, rama de mandioca e tapioca. Ela é

plantada por agricultores familiares que também cultivam milho, arroz, feijão, açaí, cupuaçu e pimenta-do-reino. A mão-de-obra predominante é a familiar e a força de trabalho ainda é manual. O material para plantio (manivas) é retirado na própria propriedade. A maior parte dessa produção é destinada para comercialização. As condições de acesso às propriedades são ruins em decorrência das precárias condições das estradas vicinais, dificultando o escoamento da produção.

**Tabela 2 - Quantidade Produzida (Tonelada) dos principais produtos das lavouras permanentes 2007 – 2012 no município de Acará-PA**

<b>Produtos</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Banana	1.800	1.920	1.200	1.200	1.440	1.440
Cacau (amêndoa)	258	308	428	442	442	510
Coco-da-Baia (mil frutos)	26.020	26.020	23.276	19.636	23.000	25.000
Dendê (coco)	182.000	182.000	184.600	185.200	175.000	175.000
Laranja	1.716	1.100	600	880	840	840
Maracujá	612	90	90	90	90	90
Pimenta-do-Reino	1.200	1.200	750	750	750	640

Fonte: PAM (2012)

Conforme dados do PAM (2013), percebe-se que muitas culturas diminuíram a sua quantidade produzida, e em contrapartida a cultura do Dendê (coco) apresentou um enorme crescimento. Registra-se no início dos anos 2000, uma produção de 100.500 mil frutos, para uma área de 6.700 hectares. Essa tendência se manteve relativamente constante até o ano de 2006, quando a quantidade produzida foi de 182.000 mil frutos, para uma área colhida de 7 mil hectares. No ano de 2009 a produção atingiu 184.600 mil frutos, para uma área de 7.100 hectares. Apesar dos dados mostrarem uma diminuição no ano de 2012, na qual apresentou 175.000 mil frutos, a área colhida se manteve relativamente constante.

Recentemente alguns estudos apontam sobre essa relação entre a expansão do dendê e a diminuição da quantidade produzida de outras culturas, o que interfere diretamente no preço dos produtos, assim como outros aspectos sociais.

“A introdução e o crescente avanço dessa cultura tem provocado impactos sobre o meio ambiente e as relações socioeconômicas locais, gerando efeitos como a degradação do solo, a concentração da terra por poucos proprietários, a migração de antigos agricultores familiares para outros locais e a atração de empresários rurais, cuja lógica de atuação difere da que operavam os pequenos produtores rurais que ali se encontravam desde o início do século passado”, aponta HOMMA, em entrevista concedida ao sítio do Ministério de Ciência e Tecnologia.

A expansão do cultivo do dendê contribui com a redução da oferta de farinha e de outros produtos locais. Mesmo se o cultivo não avançasse nas áreas de cultivo da mandioca,

apenas o fato da absorção de mão de obra como “parceiros” das empresas, reduzem a produção e interfere nos preços dos alimentos.

Além do impacto analisado, e as possíveis alternativas para solucionar esses problemas, como o potencial do mercado institucional, o município de Acará (PA) apresenta uma importante peculiaridade social e cultural. Conforme TRECCANI (2006) encontram-se 18 comunidades remanescentes de quilombo no município: Acará, Boa Vista, Carananduba, Espírito Santo, Fortaleza, Guajará Miri, Itacoazinho, Itacoã Miri, Maracujá, Menino Jesus, Outeiro, Paraíso (Igarapé Jacarequara), Santa Maria, Santa Quitéria, São José (Igarapé Jacarequara), São Sebastião, Tapera (Igarapé Jacarequara), Traquateua. No entanto, somente cinco comunidades foram tituladas pelo ITERPA.

**Quadro 1 – Comunidades Quilombolas Tituladas no Acará**

Território	Comunidades	Nº de Famílias	Áreas (Ha)	Titulação
Guajará Miri	Guajará Miri	70	10.242.000	26/11/2002
Itacoã Miri	Itacoã Miri	96	968.9932	20/11/2003
Carananduba	Associação dos Moradores e Agricultores Quilombolas de Carananduba	33	644.5477	23/11/2006
Comunidade Santa Quitéria e Itacoazinho	Santa Quitéria e Itacoazinho	67	645.774	17/12/2010
Total		266	27.023.183	

Fonte: IBGE/ITERPA

No município de Acará (PA), segundo dados da Emater, tem-se o registro de 92 associações de agricultores familiares. Nas quais a entidade verificou que 10 delas reúnem condições para concorrer aos editais da merenda escolar. Esse levantamento foi realizado conjuntamente pela secretaria municipal de educação (Semed), a secretaria municipal de agricultura (Semagri) e o departamento de licitações da prefeitura. Na ocasião, verificou-se que apenas um contrato dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) já foi assinado. No ano de 2011, vinte e três agricultores da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento da Comunidade Boa Esperança (ATRACBE) complementaram a merenda escolar do município, durante três meses, com mais de 27 toneladas de farinha d’água, polpa de frutas e frutas in natura.

Além de representar uma garantia de renda segura, a venda de alimentos para o mercado institucional é também uma alternativa justa para os agricultores, que muitas vezes tem que submeter ao preço que é imposto pelos “atravessadores” e assim acabam angariando lucro menor.

De acordo com os dados do FNDE (2014), verifica-se que o município de Acará apresentou um crescimento no número de recursos para o PNAE, de acordo com o quadro abaixo:

**Tabela 3 – Recursos do PNAE no Município de Acará**

<b>Município</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Acará	1.078.809,60	1.502.656,80	1.620.360,00	1.848.402,00	2.018.845,20

Fonte: FNDE/Liberações.

Em uma primeira análise, o aumento de recursos do PNAE é incompatível com a participação de apenas uma associação até o ano de 2011, conforme informações da Emater. Possivelmente, isso se deve à utilização de recursos para compras fora do âmbito produtivo familiar ou fora do âmbito local. Nesse último caso, conforme a “necessidade” da prefeitura, esses alimentos podem ser comprados a nível regional e em última instância, nacional. Porém, nesse sentido, a efetividade do programa se torna frágil, no momento em que o município deixa de estabelecer contratos com comunidades e associações locais, ou até mesmo não acessando esses recursos. No entanto, pela lógica do PNAE, as prefeituras, através de chamada pública, devem anunciar quais são os alimentos que podem ser comprados por ela. E cabem as associações e comunidades, através de projeto de venda, concorrer e solicitar participação no programa. Além de a questão perpassar pela assessoria de órgãos estaduais, para que de fato esses recursos sejam acessados, deve-se buscar entender outras razões que impossibilitam o acesso, como organização interna das comunidades, emissão de DAP's (Documento de Aptidão ao Pronaf), eficiência na comunicação e transparência com a sociedade por parte da prefeitura. Além desses fatores, é preciso analisar a realidade local e verificar outros entraves que contribuem e dificultam o acesso ao PNAE.

Nesse sentido, é preciso analisar e verificar de que forma as outras ações do governo federal estão afetando a efetividade do PNAE. Dentre essas ações, encontra-se o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). No Pará, Estado com a maior produção do país, foi criado um dos chamados “Polos de Produção de Biodiesel” – na qual tem como uma de suas estratégias a inclusão de agricultores familiares na cadeia de produção do biodiesel. Dentre esses polos, encontra-se o município de Acará (PA), que faz parte de um conjunto de municípios que possuem a capacidade para a produção do dendê e que está tendo participação ativa no PNPB. Dessa forma é preciso verificar de que forma os agricultores familiares estão vinculados e afetados por esse programa, e se sua vinculação ao PNPB é um entrave para a efetividade do PNAE.

Os agricultores possuem acesso ao crédito de investimento e ao contrato de compra e venda com empresas produtoras de biodiesel que participam do PNPB. Segundo informações do MDA, em 2009 apenas 185 famílias plantavam no ano de 2012, contratadas por empresas que participavam do PNPB. No ano de 2012 o número de famílias produtores de palma de óleo (dendê) no estado chegou a 649 famílias. Portanto, em três anos, de 2009 a 2012, esse número triplicou, e cresceu em 464 o número de famílias que possuíam o contrato de financiamento da linha de crédito Pronaf Eco. Nos municípios de Acará, Moju e Tailândia, verifica-se uma amostra dessa evolução para os anos de 2010 - 2012, conforme quadro abaixo:

**Quadro 2 - Financiamentos PRONAF para a cadeia produtiva da palma de óleo.**

Ano	Municípios	Programa	Nº. Contratos	Valor Contratado (R\$)
2010	Acará	Pronaf Eco	2	104.468,00
	Moju	Pronaf Eco	45	578.666,18
	Tailândia	Pronaf Eco	-	-
2011	Acará	Pronaf Eco	1	64.631,00
	Moju	Pronaf Eco	22	150.826,34
	Tailândia	Pronaf Eco	-	-
2012	Acará	Pronaf Eco	39	2.707.473,50
	Moju	Pronaf Eco	65	4.436.597,85
	Tailândia	Pronaf Eco	62	4.590.028,34
	Total	Pronaf Eco	236	12.632.691,21

Fonte: Banco da Amazônia/Superintendência PA/a partir de suas agências. Base agosto/2012.  
Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/camaras\\_setoriais/Palma\\_de\\_oleo/3R/App\\_BASA\\_Palma.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/3R/App_BASA_Palma.pdf)

Nestes municípios, as empresas atuantes apresentam os maiores números de convênios com famílias, sendo a BIOPALMA a maior delas, com 192 famílias assistidas, abrangendo além do Acará, os municípios de Tomé-Açu, Concórdia do Pará e Bujarú. Em segundo lugar vem a AGROPALMA, que só atuando no município de Moju, apresenta 186 famílias assistidas. Conforme o quadro abaixo:

**Quadro 3 - Dados referentes às empresas que atuam com Eco dendê.**

(Continua)

Empresas Atuantes	Nº de famílias assistidas por empresas	Localização dos projetos (município)	Período de vigência dos projetos
Biopalma	192	Tomé-Açu/ Acará / Concórdia do Pará / Bujaru	10 a 11 anos
Belém-Bionergia	27	Tomé-Açu	10 a 11 anos
Marborges	19	Garrafão do Norte	10/12/2021



**Quadro 3 - Dados referentes às empresas que atuam com Eco dendê.**

(Continuação)

Marborges	1	Garrafão do Norte	10/12/2025
Belém Bio Energia	62	Tailândia / Goianésia	21 anos
Agropalma	186	Moju	12 anos
Marborges	7	Moju	12 anos
ADM do Brasil LTDA	67	São Domingos do Capim- PA	Até 2025
ADM	83	São Domingos do Capim e Irituaia.	Até 10/12/2025
<b>Total</b>	<b>644</b>		

Fonte: Banco da Amazônia/Superintendência PA/a partir de suas agências. Base agosto/2012. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/camaras\\_setoriais/Palma\\_de\\_oleo/3R/App\\_BASA\\_Palma.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/3R/App_BASA_Palma.pdf)

A expansão do Dendê na região vem contrariando o paradigma da sustentabilidade e as próprias definições históricas relacionadas à agricultura familiar. A medida que provoca implicações sócias espaciais que são materializadas em desmatamento, imigração de pessoas de municípios subjacentes para trabalhar, e na desterritorialização do campesinato local. Além de provocar a substituição diversa da agricultura camponesa pela monocultura do dendê, pois a relação do agricultor com a empresa está provocando a sua própria expropriação, a medida que são concedidos empréstimos à esses agricultores e os mesmos ficam endividados. Ao invés da diversificação produtiva, encontra-se e cresce a monocultura do dendê nesses municípios. Além de gerar os problemas mencionados, as políticas ministeriais acabam se confrontando. O programa nacional de alimentação escolar é a alternativa mais apropriada para fortalecimento da agricultura familiar, mas é enfraquecida por vários fatores, como o próprio programa nacional do biodiesel. Aumentou-se o número de agricultores inseridos, que vislumbram o “eldorado” que essa política pode proporcionar em nível de renda. A consequência mais imediata é que a produção familiar e o abastecimento regional acabam sendo enfraquecidos.

Conforme o período de vigência das empresas, apresentando no quadro X, o PNPB apresenta tendências ambiciosas de expansão. Segundo aponta GLASS (2013), a Biovale – uma associação de empresas da canadense Biopalma com a mineradora Vale -, que iniciou seus cultivos em 2008, pretende chegar aos 80 mil hectares em 2016. Enquanto isso a Petrobrás fala em 70 mil hectares até 2018, e a multinacional norte-americana ADM estabeleceu como meta começar com 21 mil hectares já no ano de 2012.

A temática preocupante e alarmista, que interfere diretamente na produção familiar, requer estudos mais detalhados e precisos, como a pesquisa em atividades de campo. Pretende-se realizar entrevistas com gestores públicos, lideranças sindicais e principalmente, agricultores familiares “parceiros”. O estudo também almeja verificar se houve, a partir de 2011, evolução de associações participantes do PNAE. Caracterizando os principais desafios e

dificuldades de consolidação desse programa, tanto a nível conjuntural como a nível organizacional dessas associações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Ana Paula, et al. **Economia e Sociedade na Região do Tocantins**. Revista do NAEA. Belém, PA: Editora NAEA, 2010.

BELIK W, SILIPRANDI E. 2010. **Hábitos alimentares, segurança e soberania alimentar**. In: Roberto Vilarta; Gustavo L. Gutierrez; Maria Inês Monteiro. (Org.). *Qualidade de Vida: Evolução dos Conceitos e Práticas no Século XXI*. 1 ed. Campinas: IPES, 2010. 1: 187-196.

BRANDÃO, C. A. **Territórios, classes sociais, conflitos, decisão e poder**. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e econômica solidária*. Campinas: Alínea, 2007.

CARVALHO, R. L. – **Bioenergia e inclusão social na agenda política**. In *Democracia Viva*, n.36. RJ. 2007.

COUTINHO, A. O. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Arquivo impresso (sem editoração)

DELGADO, G. da C. **Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural**. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 15, 2012.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Editora Unesp, 2009.

MIRANDA, Aline. **Emater incentiva agricultores de Acará a fornecer merenda escolar**. Disponível em <<http://www.emater.pa.gov.br/noticia/157>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

REIS, José (2005). **Uma epistemologia do território**. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais. (<http://www.ces.uc.pt/jr/publics.htm>).

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras. 1990.

SPINELLI, M. A. S; CANESQUI, A. M. **Programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 – 1995)**. *Rev Nutr*. 15 (1):105- 117, 2002.

MCT (2014). **Pesquisadores estudam riscos da expansão do dendê no Pará**. Disponível em: <[http://saturno.museu-goeldi.br/inct/index.php?option=com\\_content&view=article&id=159%3Apesquisadores-estudam-riscos-da- expansao-do-dende-no-pa- ra&Itemid=57](http://saturno.museu-goeldi.br/inct/index.php?option=com_content&view=article&id=159%3Apesquisadores-estudam-riscos-da- expansao-do-dende-no-pa- ra&Itemid=57)> Acesso em: 7 jun. 2014.

MDA (2012). **Plantação de palma de óleo ganha força no Pará**. Disponível em: Acesso em: 7 de jun. 2014.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro :Campus, 2000. 2ª Ed.<[http://portal.mda.gov.br/portal/noticias/item?item\\_id=9809434](http://portal.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=9809434)>

**GT (04) - TRABALHO AGRÍCOLA, MIGRAÇÃO E MUDANÇAS  
TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA.**

**O PAPEL DO ESTADO NA REORGANIZAÇÃO DO CAPITALISMO NO  
CAMPO BRASILEIRO: O AGRONEGÓCIO NA ERA LULA.**

**CÍCERO ARAÚJO DA SILVA<sup>1</sup>**

**RESUMO**

O perfil e o papel do Estado brasileiro perpassam, indubitavelmente, pela dinâmica de desenvolvimento do próprio capitalismo. O tipo de projeto político-econômico consolidado no limiar da alternância entre governos FHC e Lula gerou resultantes contraditórias para a Reforma Agrária. Com base nessas premissas, daremos destaque à análise do neodesenvolvimentismo e sua relação no movimento de reconfiguração do capital sobre a agricultura.

**PALAVRAS - CHAVE:**

Estado; neodesenvolvimentismo; agronegócio.

---

<sup>1</sup> Graduando do 3º semestre do curso de direito – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) - turma “Elizabeth Teixeira” / Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Email: ciceroaraujo@mst.org.br

## O CARÁTER DO ESTADO BRASILEIRO.

Antes de qualquer pretensão de conceituar o Estado, e com isso, caracterizar o Estado brasileiro, talvez seja mais interessante um caminho alternativo que leve à compreensão do tipo de sociedade vigente, como meio de entender o papel do próprio Estado e a influência deste nas alterações do espaço rural brasileiro nas últimas décadas, assunto de que trataremos no transcorrer deste trabalho.

Isso significa dizer, entender as relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Entender a sociedade como um organismo vivo, ou um conjunto de organismos, diversos, multifacetados e dinâmicos que conformam uma totalidade; uma relação social.

Uma relação social baseada num modo de produção que conforma um estado de coisas: política, cultura, economia, sociedade, direito. Um modo de produção que, por sua vez, sustenta um profundo antagonismo social; compreendendo em sua estrutura a predominância de uma classe sobre outra, reafirmado por preceitos de legalidade, como forma de regulação da vida social.

Assim, buscando luz para essa análise inicial, encontramos em Radbruch *apud* Lyra Filho, uma interpretação acerca dessa dinâmica societária juspositivista, que satisfatoriamente, retroalimenta-se no âmbito do próprio Estado. O autor afirma que “*uma legalidade não é suficiente, pois, em situações comuns, ela é, em todo caso, o revestimento duma estrutura de dominação*”.<sup>2</sup>

Dito isso, torna-se imprescindível compreender e distinguir o papel do Estado e governos, nas dinâmicas de poder e devidas correlações de forças. Para tanto, ressaltaremos algumas vertentes de explicação do Estado.

No senso comum, tem-se a ideia de que o Estado ora é uma agência burocrática, ora é um mero administrador dos bens públicos. No entanto, a definição liberal (com raízes nos séculos XVII e XVIII), que ainda hoje persiste, em parte, assume a ideia de que o Estado é a soma das qualidades dos indivíduos que compõem determinada sociedade. Parte do princípio de que os indivíduos – pautados em condutas egoístas e agressivas, gerando a noção de “estado de natureza”, segundo Hobbes -, no seio da sua individualidade, são diferentes entre si, e é o Estado, portanto, o ente que

---

<sup>2</sup> FILHO, Roberto Lyra. **O que é direito?** Coleção primeiros passos – 1ª ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

*apara as arestas* e disciplina a liberdade, diminui as diferenças, garantindo o “bem viver”, ou no dizer rousseauiano, a busca do *bem-comum*.

A ideia de um Estado imparcial e conciliador ainda hoje subsiste e é bastante reproduzida. A saber, para Rousseau, o homem transfere parte de sua liberdade ao Estado. Esta definição também responde pela ideia de “coisificação” do Estado (uma espécie de *sujeito*, um ente personificado).

Evidente e inegável a importância do jusnaturalismo para mudança subsequente de paradigma:

O Jusnaturalismo foi importante no momento em que a burguesia ascendia ao poder, na transição do modo de produção feudal para o capitalista, pois, para contestar a ordem vigente, identificada como injusta, utilizava-se de fundamentos metafísicos de uma ordem superior divina, cosmológica, ou antropológica racional na qual estariam situados os valores e a justiça.<sup>3</sup>

Por outro lado, a matriz marxista foi a grande responsável pela ruptura com o paradigma liberal inaugurado com a Revolução Inglesa (industrial) e com a Revolução Francesa, que ao consolidar a ascensão da burguesia como classe dominante, criou também outro paradigma para o direito, o positivismo, bem como, o chamado Estado Democrático de Direito, como modo de organização das estruturas societárias.

A vertente positivista parece ter uma carga significativamente impositiva, em que a totalidade da norma é comportada dentro do ordenamento jurídico, nela, todos são desprovidos de qualquer poder, a justiça encontra razão na efetivação da lei.

Contudo, se o jusnaturalismo era necessário para contestar a ordem vigente e justificar uma nova, o positivismo seria fundamental para manutenção e reprodução do *status quo*. Mas ambos se retroalimentam, sem jamais fugir à concepção liberal do Estado.

Na esfera da política, essa concepção passou a perder hegemonia no mundo moderno (do ponto de vista da livre concorrência, a partir da crise capitalista de 1929), fator que lhe conferiu um contínuo deslegitimante na crença do Estado liberal; vale salientar que, esse movimento se inicia antes ainda do século XIX, pois os fundamentos liberais eram os princípios dos Estados.

---

<sup>3</sup> LYRA FILHO, 1982 *apud* GUIMARÃES, Lua Marina Moreira. **Um diálogo de renovação: extensão jurídica popular e educação em direitos humanos**. Monografia do curso de bacharelado em direito. Feira de Santana: UEFS, 2012, p. 41.

Agora, permitindo-se experimentar outros modelos sócio-político e econômicos, isto é, as experiências de transição ao socialismo, como no caso do leste europeu (cujos acontecimentos abalaram o mundo nesse período), abrem-se novas perspectivas paradigmáticas para o mundo moderno. No entanto, o capital não tinha sido enterrado pelos seus *coveiros*, como preconizara o próprio Marx, mas a possibilidade de crises, dado o caráter destrutivo do capitalismo, cuja resolução de conflitos de ordem político-econômica residia no fomento da indústria da Guerra, seria a saída. Segundo Emir Sader, em seu texto “A refundação do Estado e da política”:

Se até a crise de 1929, o liberalismo reinava ideologicamente, a Primeira Guerra Mundial abalou essa hegemonia, e o crack de 1929 feriu-a gravemente. Nos anos 1930, três alternativas disputavam o espaço deixado livre pelo liberalismo clássico, todas em princípio antiliberais: o nazismo, o socialismo soviético e o keynesianismo.<sup>4</sup>

Em Marx, diferentemente das ideias anteriores, de matriz liberal, passa-se a uma concepção sócio-histórica do Estado e da sociedade. Inaugura-se a possibilidade dessa alteração paradigmática. A sua centralidade deixa de ser na relação do homem-direito-natural (das coisas), ou dum estado de contemplação – e liberal, e vai à centralidade do *trabalho*<sup>5</sup>, do operário (como sujeito) como o centro das possibilidades de transformação das coisas, como o que carrega *em si* e *para si* a possibilidade de mudança, de ruptura da ordem vigente, portanto, apartada duma ideia de transcendentalidade e naturalista.

Para Marx, o Estado burguês é mantenedor da ordem capitalista, e que, seria necessário seu definhamento (isso porque o concebe historicamente, como um aparelho de classe), até sua extinção para fundação de uma nova sociedade; obviamente que esse processo não se daria num salto imediato de rompimento, mas, e somente, com a alteração das relações de produção, políticas, sócio-culturais, *dialeticamente*.

Não sendo possível essa concretização em curto lapso temporal da história, podemos situar uma alternativa mais mediana de organização societária razoável dentro da democracia: a efetividade de um Estado Social e de Direito.

A propósito dessa contradição na relação entre Estado e Direito, esclarece Roberto Lyra Filho, à luz da teoria marxista:

---

<sup>4</sup> NOVAES, Adauto. (Organizador). **A crise do estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>5</sup> MARX, Carl. O Capital – Crítica da Economia Política, vol. 1, livro primeiro. Editora Abril, 1983, pp. 149-163.

Cada sociedade, em particular, no instante em que estabelece o seu modo de produção, inaugura, com cisão de classes, uma dialética, jurídica também, já que, por exemplo, o estabelecimento da propriedade privada dos meios de produção espolia o trabalhador, cujos direitos então contradizem o ‘direito’ ali radicado pela burguesia. A oposição começa na infra-estrutura adotando sua proposta de uma dialética social do direito.<sup>6</sup>

Para além desses fatores postos, um equívoco se comete frequentemente na interpretação que se faz de Marx em relação ao Estado, de que para ele, o Estado seria meramente um *objeto* para determinado fim, isto é, um instrumento da classe dominante. Nem sim, nem não, ou dialeticamente, e às molduras dos desafios civilizatórios da contemporaneidade, como afirma Gramsci<sup>7</sup> na sua compreensão de Estado ampliado, onde política e cultura são inseparáveis: o Estado então seria uma *relação social*, ou melhor, uma *condensação das relações presentes numa dada sociedade*. Salientamos, no entanto, que isso não elimina, de forma alguma, a concepção do Estado enquanto mecanismo de operacionalização de poder de classe, o que Gramsci faz é relativizar o Estado, que se amplia ao absorver elementos sociais antes limitados.

Pragmaticamente, partindo para a questão colocada acerca do papel do Estado brasileiro em face dos seus dilemas políticos e econômicos, principalmente de sua influência na questão agrária, objeto de nossa atenção, percebemos um salto dum paradigma neoliberal<sup>8</sup> para o neodesenvolvimentista.<sup>9</sup>

Este salto, não significou necessariamente avanço na resposta aos problemas históricos que o Brasil possui, como veremos adiante. Como grande parte do mundo ocidental, o Brasil viveu sob os ditames do consenso de Washington (1989), adotando um modelo neoliberal de governo até a era Fernando Henrique Cardoso.

---

<sup>6</sup> FILHO, Roberto Lyra. **O que é direito?** Coleção primeiros passos – 1ª ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

<sup>7</sup> SADER, Emir. (Org.). **Gramsci: poder, política e partido**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 101.

<sup>8</sup> Grosso modo, a ideia de neoliberalismo (modelo político-econômico adotado no governo FHC) é uma redefinição prática da concepção de liberalismo clássico (EUA), do Estado mínimo e da não participação do Estado na Economia, para melhor trânsito da livre concorrência e fortalecimento do livre mercado; foi sob os ditames do neoliberalismo que o Brasil mais sofreu privatizações e pouca atuação estatal nas políticas públicas etc.

<sup>9</sup> Terminologia mais presente após 2003 (utilizada por cientistas políticos e economistas para demarcar a política econômica brasileira a partir do governo Lula), o neodesenvolvimentismo caracteriza-se pelo tipo de atuação Estatal empenhado no desenvolvimento econômico e produtivo internos, por intermédio de alianças com o capital privado multinacional, combinado com o avanço de políticas na esfera social e políticas.

No transcurso das décadas de 1990 para o século XXI, o Brasil “libertou-se” do paradigma liberal keynesiano apenas quando retomou a possibilidade dum Estado social, com a ascensão de Luis Inácio Lula da Silva ao poder, no entanto, no limiar do pacto entre trabalho e capital na ótica de um projeto desenvolvimentista nacional, como conclui artigo do CLACSO:

No Brasil, a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva e do PT ao poder reavivou o discurso de um pacto social entre trabalho e capital, e a possibilidade de cavar um espaço para o desenvolvimento brasileiro mediante uma aliança com os industriais “nacionais” – representados mais explicitamente com a eleição do magnata têxtil José Alencar como vice-presidente de Lula.<sup>10</sup>

Este pacto gerou um processo contraditório, que marcou o governo Lula com um caráter conciliatório, colocando em xeque as expectativas de classe que originaram o ex-presidente da república. Este processo de alinhamento com o capital internacional, embora tenha colocado o Brasil em posições de destaque frente a outros países do mundo, no tocante a economia, não resolveu contradições sociais internas, as quais perduram há séculos, apesar das atenuantes políticas sociais para a pobreza. Além do mais, o papel do Estado brasileiro em relação ao capitalismo financeiro internacional, configura-se, sobretudo na dinâmica de exportação de produtos primários, na geração de commodities agrícolas, por exemplo.

Se por um lado, sai de cena a concepção do Estado mínimo, por outro, passamos a ter um Estado que atua apenas na esfera do melhorismo social, da mitigação da pobreza, e não da resolução definitiva desse problema anacrônico, mediante uma transformação de suas estruturas originárias, inclusive com demandas internas sendo paulatinamente esquecidas, como é o caso da Reforma Agrária.

Em contrapartida, e em função da aliança<sup>11</sup> com o capital, o Estado passou a se relacionar com o agronegócio com o critério da prioridade às suas demandas. Conformam-se assim, a preponderância do capital sobre a agricultura brasileira, controlada pelas multinacionais do agronegócio e o esvaziamento do Estado no atendimento às pautas de caráter nacional, de desenvolvimento interno.

Segundo o constitucionalista Luís Roberto Barroso, “*o Estado contemporâneo tem o seu perfil redefinido pela formação de blocos econômicos, pela*

---

<sup>10</sup> CHIBBER, Vivek. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. (Org.). **Socialist Register 2005: O império reloaded**. 1ª ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006. p. 153.

<sup>11</sup> Ou, no sentido gramsciano, a relação estabelecida entre o Estado e o Capital não seria de aliança, mas da hegemonia de direção do capital sobre o Estado.



*perda de densidade do conceito de soberania, pelo aparente esvaziamento do seu poder diante da globalização.”*<sup>12</sup>

Invocando razões contra a concepção liberal do Estado, e da forma como este se relacionará com a sociedade, Emir Sader afirma que o Estado brasileiro cumpriu um papel de subalternidade diante do mundo:

O liberalismo nasceu assim, no Brasil, convivendo com um regime monárquico e com a escravidão, condenado, desde o começo a ser ideologia do livre-cambismo primário exportador e não a do Estado de direito. Nos termos de Norberto Bobbio, predominou o “liberismo”, isto é, o liberalismo econômico, em detrimento do liberalismo político.<sup>13</sup>

Não obstante, e em face dos limites conceituais acerca do Estado brasileiro e sua natureza (que não aprofundaremos aqui), coloca-se hoje o desafio da retomada de um projeto popular para o Brasil como forma de resolver os problemas profundos de desenvolvimento interno que ainda perduram. Este Projeto,<sup>14</sup> outrora identificado como *democrático-popular*, via de regra, foi abandonado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) quando passou a preferir a opção institucional em detrimento da via da luta política e social, quando conquistou o Governo Federal.

Entre os clássicos do pensamento social brasileiro, e inseridos nesse debate, encontram-se os pensadores Caio Prado Junior e Florestan Fernandes, cujo pensamento perpassa pela possibilidade duma *revolução democrática*, realizada entre a via institucional e a via da luta política e social. Assim, articulavam uma estratégia de unidade entre operários e camponeses, como tarefa prioritária das forças de esquerda.

Compreendam que:

Os problemas fundamentais do povo brasileiro não serão resolvidos se não houver uma ruptura radical com as estruturas sociais responsáveis pela perpetuação de gritantes desigualdades sociais herdadas da sociedade colonial e pela posição dependente do País no sistema capitalista mundial.<sup>15</sup>

Portanto, agora, não apenas a via revolucionária necessária às mudanças históricas passara a ser negada pelo tipo de Estado adotado no Brasil no período

---

<sup>12</sup> BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional: aspectos gerais**. São Paulo: Saraiva. 2010, p. 68.

<sup>13</sup> NOVAES, Adauto. (Organizador). **A crise do estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>14</sup> IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 1ª ed. – São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006, p. 412.

<sup>15</sup> JR., Caio Prado; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. – 3ª ed. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2003.

neodesenvolvimentista recente, mas também um dos problemas fundamentais enfrentados pelo Brasil: a questão da Reforma Agrária.<sup>16</sup>

## O NEODESENVOLVIMENTISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA POLÍTICA AGRÁRIA.

No auge da luta pela terra no Brasil, em meados da década de 1990, a Reforma Agrária consistia em decretos de desapropriação de latifúndios improdutivos reivindicados pelos trabalhadores rurais sem-terras, em sua maioria, organizados no MST.

Neste período, a política de reforma agrária era meramente uma política<sup>17</sup> de assentamentos de famílias de camponeses pobres, como tem sido até hoje. O Estado cedia à pressão organizada dos trabalhadores rurais porque as terras em questão eram realmente improdutivas, e porque havia força social o suficiente para pressionar o governo. Porém, qualquer expectativa de realização da chamada *Reforma Agrária*<sup>18</sup> *Clássica* já havia sido afastada, pois o tipo de política para a agricultura que passou a ser gerida pelo Estado, não concebia mais a ideia da reforma agrária como instrumento para resolver o problema do desenvolvimento interno (trabalho, geração e renda no campo; produção de alimentos, assentamento do contingente populacional sem-terra etc.).

Ademais, o agronegócio não tinha ainda, entre o final da década de 1980 e os anos de 1990 uma estrutura tecnológica tão bem consolidada como tem atualmente, passadas mais de duas décadas. O campo brasileiro passara então a uma tenaz transição

---

<sup>16</sup> STEDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária – 1946- 2003**. 1ª ed. – São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005, p. 181.

<sup>17</sup> Política mitigadora que responde às pressões coletivas por acesso a terra. Durante o governo de FHC, o cenário favorável às desapropriações sofreu uma significativa alteração, passou-se a vigorar a MP (Medida Provisória) nº 2.037/38 de 4 de maio de 2000 (atualmente MP nº 2.183, de 24 de agosto de 2001). Essa MP proíbe por dois anos, avaliações técnicas e vistorias do INCRA em terras ocupadas e exclui do Programa Nacional de Reforma Agrária qualquer ocupação de determinado latifúndio. Pode-se afirmar que essa MP dificultou o processo de desapropriações até a atualidade, já que no período de dois anos poderão ocorrer alterações cartoriais e/ou reconfiguração da estrutura fundiária da área em questão.

<sup>18</sup> Para aprofundamento do tema, ver KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laenmert, 1968; MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986; MITSUE, M. **A história da luta pela terra no Brasil e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001; SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

rumo aos novos parâmetros modernos de agricultura. A *revolução verde* (1960-1970) foi crucial nesse processo.

Como afirma Benjamin Mesquita: “*embora esse processo de expropriação não seja recente, a expansão do agronegócio e os investimentos especulativos a aprofundam (...)*”<sup>19</sup>. A velha *plantation*, paradoxalmente, atualizava-se a partir dessa dinâmica, a sua consolidação se deve a um intensivo processo de reconfiguração do capital na economia como um todo e, sobretudo, no campo, iniciado na era FHC (do neoliberalismo) e continuado na era Lula (do neodesenvolvimentismo).

Desde o período neoliberal até a década de 1990, e posteriormente no neodesenvolvimentismo de Lula, de forma mais consistente, através de alianças com setores da elite agrária e bancada ruralista (representação classista da Confederação Nacional de Agricultura - CNA) no Congresso Nacional, o financiamento estatal a setores privados da economia, especialmente empresas multinacionais do agronegócio, reconfigurou o cenário rural brasileiro: o que antes eram imensos latifúndios<sup>20</sup>, no sentido comum do termo, passou-se a extensas e intensas monoculturas de soja, cana, eucalipto, oleaginosas, pecuária, dentre outros, organizadas em escalas cada vez mais crescentes e complexas formas tecnológicas de produção. Passou-se então à hegemonia do agronegócio como principal força produtiva no campo, com largo financiamento estatal.

Nesse ínterim, para levar a cabo o programa político adotado pelo governo, fez-se necessário um rearranjo político entre as forças dirigentes que se traduziu economicamente no que se convencionou chamar de *conciliação de classes*, que é: um tipo de Estado ao mesmo tempo *financiador, investidor e social*.

No entanto, é preciso levar em consideração que, apesar do seu perfil conciliatório, o governo Lula diferencia-se do anterior, que tinha os pés inteiramente fincados na política neoliberal, numa lógica de “inserção subordinada à economia

---

<sup>19</sup> MESQUITA, Benjamin. **A dinâmica recente do crescimento do agronegócio na Amazônia e a disputa por territórios**. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, W. (Orgs.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: UnB, 2011.

<sup>20</sup> Latifúndio, então, seria uma grande extensão de terra que não cumpre sua *função social* (art. 184/CF): econômica, trabalhista, ambiental. Possuindo um imóvel rural entre 1 e 600 módulos fiscais e, acima de 600 módulos fiscais, configura-se como latifúndio. No entanto, desde 1974 os índices de produtividade, que ajudam a regular os módulos fiscais, não são atualizados. Estes indicam se o tamanho da área de terra em cada região se enquadra em minifúndio, média propriedade ou latifúndio; regulam o *módulo fiscal* da propriedade de cada município. Ver TEPEDINO, Gustavo. “**O papel do Poder Judiciário na efetivação da função social da propriedade**”. Cadernos Renap – Rede Nacional dos Advogados e Advogadas Populares – Ano 1, n.º 2 – novembro de 2001, p. 36.

internacional”. A análise realizada em 2010 pelo CEPAT, articulada pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU esclarece este processo:

O modelo neodesenvolvimentista de Lula caracteriza-se por duas vertentes. Por um lado, tem-se o *Estado financiador* que, utilizando o seu banco estatal, o BNDES, exerce o papel de indutor do crescimento econômico fortalecendo grupos privados em setores estratégicos. Por outro, tem-se o *Estado investidor* responsável pelo investimento em mega-obras de infraestrutura que se manifesta no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Porém, diferentemente do nacional-desevolutismo da Era Vargas, o Estado não é o proprietário de empresas, mas se torna a principal alavanca para criar gigantes privados que tenham capacidade de disputa no mercado interno e internacional. O nacional-desevolutismo de Lula assemelha-se mais ao período JK – referência a Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil entre 1956 e 1961 – do que à Era Vargas, ou seja, o Estado presta-se antes de tudo ao fortalecimento do capital privado. Com o governo JK se deu a formação do tripé Estado, empresas estrangeiras e empresas nacionais. O papel do Estado é o de responder às demandas de infraestrutura, de energia e logística para atender aos interesses do capital privado nacional e transnacional. Foi o que procurou realizar JK e é o que faz Lula tendo no Programa de Aceleração da Economia (PAC) a sua síntese. (CEPAT. UNISINOS - IHU, 2010).<sup>21</sup>

Resguardadas as devidas verossimilhanças entre Lula e Kubitschek no tocante a política econômica, é fato; não podemos apartar a percepção do papel do Estado como mantenedor de políticas sociais, sobretudo de mitigação da pauperização absoluta e relativas nas populações mais periféricas. Dentre estas políticas sociais o “Bolsa Família” é a mais contundente.

Desse modo, talvez seja possível aferir caracterização do atual modelo de governo brasileiro, além de Estado ‘financiador’ e de ‘Estado investidor’, o ‘Estado Social’, como sendo o diferencial em relação ao tipo de projeto político anterior à era Lula. Precisamos da compreensão desses fatores para não enevoar a vista e cairmos na vala comum dos que só enxergam retrocessos.

Por outro lado, partindo das análises postas até aqui referentes à política agrária, paralelamente ao neodesenvolvimentismo (cuja fonte habita no nacional – desenvolutismo), entendemos que a política de *compensação social*, reproduz-se na história, assim como na década de 1990, essa compensação social era materializada na política de assentamentos. Medida que apenas dava resolução pontual ao problema

---

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/cepat/cepat-conjuntura/507561-a-reorganizacao-do-capitalismo-brasileiro>>, acessado em: 15/03/2014.

estrutural do acesso a terra, em face da pressão exercida pelos movimentos de luta pela terra, atuantes desde as Ligas Camponesas.

Em síntese, esse processo da reorganização da estrutura agrária e agrícola não é recente, tem raízes antigas no Brasil colônia (com a Lei de Terras – 1850, derogada com o contraditório Estatuto da Terra - 1964) e na implantação do liberalismo. Na visão do cientista político Emir Sader:

Da mesma forma que a Lei de Terra havia reciclado a questão da escravidão para a questão agrária, bloqueando a possibilidade de que novos homens livres tivessem acesso a terra, agora se perpetuava o domínio do latifúndio sobre a terra, excluindo-se a reforma agrária do projeto nacional getulista.<sup>22</sup>

O quadro a seguir, revela uma grande proporção de áreas desapropriadas para fins de reforma agrária no governo FHC em relação ao governo Lula; evidencia a diminuição drástica da “oferta” de terra aos camponeses nesse governo, em favorecimento ao agronegócio no período:

**Evolução da Desapropriação de terras no Brasil -  
Decreto Emitidos pelo Governo Federal-1995-2010.**

<b>ANO / GOVERNOS</b>	<b>Número de Famílias Assentadas</b>	<b>Área total dos imóveis desapropriados-hectares</b>	<b>Número de Imóveis Rurais desapropriados pelos decretos</b>
<b>1995/ FHC</b>	26.403	1.181.927	200
1996	56.076	2.012.589	562
1997	58.141	1.850.976	610
1998	64.718	2.248.488	845
1999	38.592	1.190.978	499
2000	18.746	556.702	281
2001	22.815	753.361	309
2002	14.138	480.639	226
<b>2003/LULA</b>	13.587	407.342	191
2004	24.936	863.810	387
2005	24.934	980.163	400
2006	16.965	554.770	327
2007	5.369	207.481	101
2008	13.893	529.610	243
2009	8.925	413.670	183
2010	8.540	321.525	158
<b>FHC</b>	<b>300.313</b>	<b>1.027.566,0</b>	<b>3.532</b>
<b>LULA</b>	<b>117.149</b>	<b>427.837,1</b>	<b>1.990</b>

Fonte: DT/Gab/Monitoria – INCRA-14/dez/2012. A partir da publicação dos decretos de desapropriação no Diário Oficial da União. (versão adaptada para este trabalho).

<sup>22</sup> EMIR, Sader. **A refundação do Estado e da política**. In: NOVAES, Adauto. (Organizador). *A crise do estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Sabe-se que, no plano do desenvolvimento econômico<sup>23</sup>, a opção do governo pelo agronegócio, segundo algumas análises, ocasionou a chamada *reprimarização* da economia.

Isto é, a prática do Estado de supervalorização à geração de commodities agrícolas e exportação de matérias-primas, significativamente retrai a economia, pois impede que determinado produto que foi evacuado para fora seja processado no Brasil, e assim, corrobora numa dinâmica reprimarizante em detrimento do desenvolvimento tecnológico/industrial. Enquanto o agronegócio é tratado como setor estratégico de desenvolvimento nacional, a indústria, não parece ter a mesma centralidade. Segundo o professor Samuel Pinheiro Guimarães, em entrevista de 2013,

Exportamos ferro para a China, por exemplo, e importamos trilhos de trem. O processo de desenvolvimento econômico é o processo de transformação de recursos naturais, se não ficamos no estágio de produtor primário, onde há muita flutuação de preços, com tendência histórica ao declínio. Hoje não ocorre por causa da demanda chinesa, mas pode se reverter de novo (...).<sup>24</sup>

Além dessas agravantes, o setor do agronegócio é muito mecanizado. Se olharmos para as grandes plantações, não vemos mais trabalhadores, apenas a plantação e o maquinário. Ou seja, no modo de produção do agronegócio, predomina a combinação entre a concentração fundiária, o desemprego no campo, a devastação dos bens naturais (desmatamento, agrotóxicos etc.) e a exclusão social alinhada à impossibilidade do acesso a terra.

Acrescenta-se o fator do alto grau de financiamento ao agronegócio em detrimento da Reforma Agrária e Agricultura Familiar. Somente entre 2008 e 2009, o governo financiou com cerca de 70 bilhões de reais o agronegócio no período de safra, enquanto todos os setores da agricultura familiar/reforma agrária, receberam dez vezes menos, 7 bilhões de reais, no mesmo período. Foi também nesse período que o Brasil tornou-se o maior mercado consumidor de agrotóxicos do mundo. Fica evidente, portanto, que o resultado desse processo coloca em voga o alinhamento do neodesenvolvimentismo com o capitalismo financeiro internacional na agricultura.

---

<sup>23</sup> Boletim IPEA. Desenvolvimento Agrário, 07/2003. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/reforma-agraria/boletim-ipea-no-07-2003-desenvolvimento-agrario>> Acessado em: 10/03/2014.

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2013/10/agronegocio-sozinho-nao-fara-crescer-economia-do-pais-diz-embaxador-5706.html>>, Acessado em: 16/03/2014.

Nesse aspecto, o Estado brasileiro cumpre um papel de financiamento de multinacionais que, por sua vez, retiram o lucro em terras brasileiras a partir dos recursos naturais e investimentos de bancos públicos como o BNDES e Banco Central. Esse movimento também escanteia as perspectivas de avanço da reforma agrária dificultando as desapropriações de terras, já que os interesses do agronegócio hegemonomizam e direcionam a política agrária, bem como, monopolizam a posse da maior parte das áreas agricultáveis no Brasil, a partir da pressão sobre órgãos de controle no Estado, com forte influência sobre a Organização Mundial do Comércio - OMC, cujo respaldo também é garantido pelo Banco Mundial.

No plano ideológico, ainda temos um país com uma cultura agrária assentada no sonho da propriedade privada absoluta, como ressalta Carlos Frederico Marés, *“a ideologia da propriedade privada, individualista e absoluta, mesmo contra o texto da lei ainda impera no seio da elite dominante que dita a interpretação que lhe favorece.”*<sup>25</sup> E isso, mesmo à revelia da Constituição Federal, que assegura o princípio da *função social da propriedade* (Arts. 184/186-CF). Mas infelizmente, não ocorre a efetivação do texto legal no tocante a desapropriação dessas áreas que não cumprem a sua função social, ao contrário, e não por acaso, o Brasil também possui um alto índice de concentração de terras: *“um por cento dos proprietários rurais controla 45% de todas as terras cultiváveis da nação, ao passo que 37% dos proprietários possuem apenas 1% da mesma área.”*<sup>26</sup>

Como alternativa a esse processo anacrônico de domínio do agronegócio, os movimentos sociais camponeses, buscam efetivamente, o estabelecimento de novas relações de sociabilidade na agricultura, à luz dum direito emancipador, como registra o professor Antonio Carlos Wolkmer, *“o Direito é sempre produto da vida organizada enquanto manifestação de relações sociais provenientes das necessidades humanas.”*<sup>27</sup>

Assim, a guisa de conclusão, podemos apontar que, passados pouco menos de dois séculos desde o advento do Estado de Direito e, no Brasil oficialmente, pouco mais de duas décadas e meia de reabertura democrática temos um Estado, no seu jeito

---

<sup>25</sup> MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

<sup>26</sup> CARTER, Miguel. **Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil**. In: SAUER, Sergio. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária**. São Paulo: Unesp, 2010.

<sup>27</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico. Fundamentos de uma nova cultura no direito**. – 3ª edição, - rev. e atual. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2001.

de atuar, caracterizado por impor limites à democracia. Em outras palavras, o que poderia ser um Estado Democrático de Direito não se perfaz.

O Estado brasileiro ainda conserva resquícios herdados da ditadura civil-militar. A abertura democrática criou a ilusão da democracia plena, no entanto, o que temos é um Estado que continua autoritário e em que, dentro da ordem liberal capitalista, essas duas concepções de Estado autoritário e democrático de direito, convivem perfeitamente no mesmo espaço social; entre políticas sociais avançadas de democratização da universidade, por exemplo, programas de redistribuição de renda, etc e, *pari passo*, a manutenção da propriedade privada absoluta, por meio de uma legislação positivista que privilegia elites políticas e agrárias arcaicas.

Enfim, o Estado brasileiro, mesmo em seu caráter social, sob a égide neodesenvolvimentista, continua um Estado capitalista, portanto, que privilegia o agronegócio, porque está inserido numa relação macroestrutural do capital, cuja centralidade visceral está na apropriação incondicionada do trabalho e dos bens da natureza.

#### **Referências:**

BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional: aspectos gerais. São Paulo: Saraiva. 2010.

Boletim IPEA. Desenvolvimento Agrário, 07/2003. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/reforma-agraria/boletim-ipea-no-07-2003-desenvolvimento-agrario>> acessado em: 10/03/2014.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. *In*: \_\_\_\_\_. (org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária. São Paulo: Unesp, 2010.

CHIBBER, Vivek. *In*: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. (Org.). Socialist Register 2005: O império reloaded. 1ª ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2013/10/agronegocio-sozinho-nao-fara-crescer-economia-do-pais-diz-embaixador-5706.html>>, acessado em: 16/03/2014.

Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/cepat/cepat-conjuntura/507561-a-reorganizacao-do-capitalismo-brasileiro>>, acessado em: 15/03/2014.



EMIR, Sader. A refundação do Estado e da política. *In*: NOVAES, Adauto. (Organizador). A crise do estado-nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FILHO, Roberto Lyra. O que é direito? Coleção primeiros passos – 1ª ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

GUIMARÃES, Lua Marina Moreira. Um diálogo de renovação: extensão jurídica popular e educação em direitos humanos. Monografia do curso de bacharelado em direito. Feira de Santana: UEFS, 2012.

IASI, Mauro Luis. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. 1ª ed. – São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

JR., Caio Prado; FERNANDES, Florestan. Clássicos sobre a revolução brasileira. – 3ª ed. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2003.

MARX, Carl. O Capital – Crítica da Economia Política, vol. 1, livro primeiro. Editora Abril, 1983.

MARÉS, Carlos Frederico. A função social da terra. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

MESQUITA, Benjamin. A dinâmica recente do crescimento do agronegócio na Amazônia e a disputa por territórios. *In*: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, W. (Orgs.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: UnB, 2011.

NOVAES, Adauto. (Organizador). A crise do estado-nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SADER, Emir. (Org.). Gramsci: poder, política e partido. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEDILE, João Pedro. (Org.). A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária – 1946- 2003. 1ª ed. – São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo Jurídico. Fundamentos de uma nova cultura no direito. – 3ª edição, - rev. e atual. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2001.

**GT 04 – Trabalho agrícola, migração e mudanças tecnológicas na agricultura**

## **Organização do arranjo produtivo da pecuária leiteira em Açailândia e Imperatriz**

**Marcia Pereira de Sousa<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Esse trabalho apresenta a pesquisa cujo objetivo foi investigar a organização da cadeia produtiva do leite em Açailândia e Imperatriz, que são os municípios que mais se destacam na produção de leite no estado do Maranhão. Os resultados sugerem que a cadeia produtiva do leite nesses municípios possui um grande potencial leiteiro. Analisando o Arranjo Produtivo Local e a atuação dos agentes dentro do APL podemos compreender o funcionamento do arranjo e as relações sociais.

**Palavras-chaves:** Arranjo Produtivo Local; Leite; Produtores de Leite.

<sup>1</sup> Discentes do curso de Ciências Sociais da UFMA, membros do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq, Rua Simeão Costa, nº 127, João Paulo- São Luís – MA. E-mail: mps\_mar@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a discussão teórica e os resultados obtidos na pesquisa sobre ‘Estudo da organização do arranjo produtivo da pecuária leiteira na Microrregião Homogênea de Imperatriz’. A pesquisa tem como principal objetivo analisar a organização do arranjo produtivo local (APL), na Microrregião Homogênea (MRG) de Imperatriz<sup>1</sup>, de forma a identificar os principais atores e a forma de organização do arranjo produtivo.

Investigar a organização do arranjo produtivo local da pecuária do leite, na Microrregião Homogênea (MRH) de Imperatriz, identificando os principais atores e a forma de organização desse arranjo. Para alcançar tal objetivo foi necessário compreender e analisar o funcionamento do arranjo e como são as relações sociais entre os atores. Quais estratégias adotadas pelos atores na negociação do leite.

Os municípios de Imperatriz e Açailândia são grandes produtores de leite, vendem leite *in natura* em grande quantidade e possuem o maior parque industrial do Maranhão. Dessa região é exportado o leite e seus derivados para consumo em outras regiões.

Para efetivação da pesquisa, foram realizadas as seguintes atividades: revisão da bibliografia, discussão de textos em grupo, levantamento de dados primários e secundários, participação nas aulas da disciplina Tópicos Especiais I: Estudo dos paradigmas de análise do capitalismo contemporâneo e das formas de sustentação social (oferecida no mestrado em Ciências Sociais), participação em evento e trabalho de campo.

---

<sup>1</sup> Os municípios que integram a MRH de Imperatriz: Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque e Vila Nova dos Martírios.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

No texto *‘Práticas, Discursos e Arenas’* foi possível diferenciar as várias abordagens da socioantropologia do desenvolvimento e diferenciar campo de arena, observando as ações dos agentes e suas práticas.

O texto *‘Mercados, Redes e Valores: O novo mundo da agricultura familiar’* mostrou o desafio que os pequenos produtores enfrentam para atender as novas existências do mercado quanto à certificação dos produtos. Com os lácticos a mudança no modo de produção tradicional para aquisição de novas técnicas teve seu impacto na forma de esterilização a vácuo, ao transformar os sistemas de comercialização que poderia alcançar consumidores a níveis nacionais ou regionais. Adotou-se novo sistema de remuneração baseado na qualidade do leite, as empresas líderes e as cooperativas se movimentaram para alcançar esse mercado. Agricultura familiar precisou criar estratégias para gerar valor agregado, reconhecendo a especificidade e a sua legitimidade. Os produtos da agroindústria artesanal eram vistos e valorizados por ser mais naturais e não possuir aditivos, os consumidores estavam dispostos a pagar mais por esses produtos.

*Arranjos Produtivos Locais (APLs)* são definidos por Paulo Keller como “*aglomerações territoriais de empresas de pequeno e médio porte, onde os agentes econômicos compartilham uma atividade econômica e se relacionam com atores sociais e políticos vinculados a esta atividade*” (2006, p. 30). Compreende assim que a produção do leite na MRH de Imperatriz funciona como um arranjo produtivo pelo aglomerado de empresa e produtores de leite na região. As relações existentes entre esses atores são orientados por interesses econômicos; ou seja, variam segundo a localização dos atores no sistema produtivo, as relações podem ser de cooperação ou competição.

Outro trabalho estudado foi o artigo “*Intensificação da Produção Leiteira em Regiões do Centro Oeste*”, que proporcionou uma visão mais detalhada dos impactos da intensificação dos sistemas de produção na pecuária leiteira, mostrando através de levantamento feito sobre a realidade dos produtores, que as riquezas produzidas são apropriadas pelos elos industriais e comerciais.

No artigo “*Formas Cotidianas de Resistência Camponesa*”, Scott fala sobre o campesinato e as formas de resistências, a luta cotidiana dos camponeses. Diferencia dois tipos de resistência – a forma clássica e a resistência cotidiana – e diz que essas manifestações sempre ocorreram no local de trabalho. O camponês busca formas de sobrevivências e polos de trabalho. A proposta do autor não é mudar a estrutura, mas investigar essa dominação.

O artigo de José Ricardo Ramalho & Neide Esterici “*Resistência em Campo Minado*” que analisa manifestações de conflito. Explica que a industrialização afetou vários setores, mas não privilegiou os trabalhadores, pelo contrario, a pressão existente sobre os trabalhadores aumentou exigindo deles o autocontrole e mais atenção no trabalho. O sistema de certificação transfere muita responsabilidade para o trabalhador e são criados mecanismos de controle. As exigências tornam-se maiores para o trabalhador, que acaba naturalizando a dominação.

Por fim o *Relatório Final do Projeto de Pesquisa Crítica socioambiental e ação empresarial: estudo da construção da certificação da carne bovina na Amazônia brasileira*, que trata em um capítulo da produção do leite na Microrregião homogênea de Imperatriz. A concentração da produção leiteira em grandes e médios proprietários está relacionada com o volume e estrutura do capital dos produtores rurais.

### 3. RESULTADOS

A interação entre os atores envolvidos na cadeia produtiva do leite, embora muitas vezes seja por conflito de interesses, é um ponto importante para observação. O conflito é uma porta de entrada para se pensar a realidade desses atores e os diferentes discursos que assumem ao longo do tempo. É necessário pensar o discurso e principalmente a prática dos agentes na cadeia produtiva. Analisar o discurso, verificar quem está falando e em que posição se encontra. Dentre os atores do arranjo Produtivo Local do leite podemos destacar: Produtores de leite, AGED, SINDILEITE, ENEL, estabelecimentos de beneficiamento do leite e agencia financiadoras.

### 3.1- Produtores de Leite e Agencias de financiamento

A abordagem da socioantropologia do desenvolvimento considera a força dos produtores do leite que dentro da cadeia, conseguem desenvolver mecanismos de defesa de seus interesses e conseguem atingir as grandes empresas, afinal, são os médios e grandes produtores que abastecem as empresas que se instalam na região. Os produtores de leite mesmo sendo explorados conseguem desenvolver mecanismos de defesa de seus interesses, desenvolvendo no momento da negociação da venda do leite, mecanismos de defesa em sua relação com as empresas, podem optar por vender ou não o leite para determinado comprador.

O Maranhão possui boas condições agro-ecológicas, solo fértil e a temperatura ajudam no manejo do rebanho e mais de cinquenta por cento da população maranhense vive na área rural; ou seja, existe mão de obra, pessoas precisando trabalhar e pessoas querendo consumir e a contradição é não conseguir com que o mercado seja atendido. A cadeia produtiva do leite em Açailândia e Imperatriz gera uma possibilidade de recursos muito grande, são inúmeros empregos sendo criados nas fazendas e nas indústrias de beneficiamento o que gera desenvolvimento regional.

Em média, o produtor tem muitos filhos e filhas. O agravante é que envolvidos na produção é apenas  $\frac{1}{4}$  dos filhos, ou seja, são poucos que estão preparados para a atividade. Muitos apresentam desinteresse pela atividade e não desejam continuar, pois acreditam que gera pouco rendimento financeiro e não vão se aplicar nessa atividade para ganhar pouco. Os trabalhos fora da fazenda são os mais desejados pelos filhos dos produtores. Os filhos que permanecem no meio rural se empenham em atividades não-agrícolas que geram maior renda, ou seja, permanecem em seu território, mas desempenhando atividades em outro ramo. Muitas famílias enviam seus filhos para a cidade para que possam estudar e assim tenham melhores condições de vida.

Existe disponibilidade de recurso nas instituições financeiras, como Banco do Nordeste e FNE (Fundo Constitucional de financiamento do nordeste), cujas taxas e prazos são compatíveis com o desenvolvimento do setor. Os financiamentos são utilizados para compra de rebanho bovino e adequação da propriedade para a criação desses animais.

### 3.2- Atuações da AGED-MA e ENEL

Na Agência de Defesa Agropecuária do Maranhão – AGED entrevistei a veterinária Alessandra Lima, funcionária da Agência Estadual de Defesa Agropecuária - AGED no setor de Inspeção Animal, que forneceu informações sobre os procedimentos para inspeção animal e registro de estabelecimentos junto à agência.

A entrevista foi realizada no dia 30/04/2012 com a médica veterinária Alessandra Lima, na Coordenação de Inspeção Animal do setor de Leites e Derivados. Sobre a organização da AGED, são 18 unidades regionais no Estado do Maranhão, dividido em unidades veterinárias e em escritórios regionais. O trabalho na AGED é inspecionar a produção, desde a vacina do animal para controle de febre aftosa e tuberculose, técnicas de higiene na ordenha e controle de doenças até a produção do leite de qualidade.

A produção do leite no Estado tem crescido muito e isso pode ser provado pela grande quantidade de indústrias de beneficiamento que estão sendo registradas na AGED, atualmente são 15 laticínios registrados. A AGED possui campanhas de conscientização e combate ao leite clandestino, à comercialização e consumo do leite na clandestinidade. Procura conscientizar esse grupo irregular que produz leite sem atender as exigências mínimas para manter a qualidade segundo as regras impostas pela inspeção e que produz um número grande de leite. A AGED argumenta que se perdem produtos, perde qualidade, geração de renda e postos de empregos com a clandestinidade, mas que vem trabalhando para que possa aumentar o número de laticínios cadastrados.

Dentre as recomendações que a agência faz é que o estabelecimento não esteja construído, pois uma reforma ou adequação do estabelecimento custa caro. O primeiro passo seria apresentar o terreno, depois solicitar uma vistoria e um fiscal da agência vai até o local para fazer análise do terreno e verificar se atende aos pré-requisitos, como está longe de um lixão, não poluir o meio ambiente. Se o terreno for aprovado pela agência, passa para o segundo requerimento solicitando aprovação prévia do projeto de construção, com plantas e memórias e, depois da aprovação, que poderá ser iniciada a

construção do estabelecimento e depois de completar essa fase o proprietário obtém o registro. Também são feitas análises da água e adequação dos rótulos dos produtos.

Quando um estabelecimento não atende as exigências é punido de acordo com o grau de comprometimento do produto por multas, interdição do estabelecimento e apreensão dos produtos. Algumas inspeções são realizadas mediante denúncias e a AGED, juntamente com o Ministério Público, se dirige até o local para fiscalizar. As multas quando pagas vão para os cofres públicos e os produtos são incinerados, dependendo de como o produto clandestino é produzido. Quando não tem a menor higiene possível, o destino é a incineração.

Em uma viagem para Imperatriz participei do X ENEL – Encontro Nordestino do Setor de Leites e Derivados criado em 2003 pelo SEBRAE/RN. Desde então, é um evento itinerante, pois tem o objetivo de fomentar a atividade leiteira em todos os estados do Nordeste de maneira uniforme.

O foco do X ENEL em 2012 foi inovação, tecnologia, gestão de negócios e mercado e contou com uma programação que abordou as cadeias da bovinocultura de leite, caprinocultura e bubalinocultura de leite, através da realização de palestras, oficinas, clínicas tecnológicas, mesas redondas, painéis, vitrine de produtos lácteos, exposição de animais, máquinas, equipamentos, serviços, insumos e embalagens, além da realização do Concurso de Produtos Lácteos e de um Encontro de Negócios.

Em muitas palestras e mesas redondas as informações que foram divulgadas são que o Maranhão tem potencial para a produção do leite e que esse potencial não está sendo aproveitado da melhor forma. Existem tecnologias que aumentam a produção e que podem baixar os custos, mas que não são aplicadas por falta de conhecimento dos produtores a respeito dessas técnicas.

Falta investimento de políticas públicas para aperfeiçoamento da produção de leite. O único programa que existe e está sendo aplicado no estado é o *Balde Cheio*, que há dez anos vem sendo implementado com o objetivo de aumentar a produção e fortalecer a cadeia produtiva.



A presença de um técnico agrícola ou veterinário facilitaria a propagação de novas técnicas e ajudaria na manutenção da saúde dos animais, o que conseqüentemente diminuiria os gastos com compra de animais, remédios e manejo. As pesquisas que são realizadas nas universidades se não chegarem até as fazendas de nada adiantará, serão conhecimentos não aplicados.

O leite pode ser oriundo de bovinos, caprinos e, mais recentemente, bubalinos, que são mais resistentes em ambientes pouco receptíveis, mas que mesmo sendo animais pouco rudes precisam de cuidados e acompanhamento.

A palestra da AGED tratou dos riscos na aquisição e consumo de leite e derivados não inspecionados, mostrou que o produtor precisa manter seus animais saudáveis e o local deve seguir as regras de produção do leite e derivados. O terreno deve ser vistoriado, o local deve seguir as recomendações de construção, alvará da prefeitura, água analisada e o rótulo precisa ser aprovado e conter todas as informações exigidas pelo mercado. A AGED faz essas solicitações e inspeciona os estabelecimentos a fim de garantir a saúde da população. O consumo de leite de forma indevida pode causar doenças como tuberculose, brucelose, teníase, salmonelose e até a morte. Quando um produtor não segue essas regras, o leite que produz é considerado clandestino e sua venda para as empresas é barrada. Manter um estabelecimento seguindo todas essas recomendações, para alguns produtores, principalmente os pequenos produtores, é impossível. Muitas vezes, isso acontece por falta de recursos para investir em seu estabelecimento.

A participação no X ENEL foi bastante proveitosa e serviu para ampliar as discussões e debates realizados em torno do leite e seus derivados; foi uma experiência significativa, pois, como pesquisadora, foi possível perceber como os diferentes atores da cadeia produtiva do leite visualizam suas atividades e conhecer novas técnicas utilizadas nas fazendas. Um ponto negativo observado foi a pouca participação dos pequenos produtores de leite que seriam os que mais precisam dessa troca de informações.

### 3.3 - SINDILEITE e Estabelecimentos de beneficiamento

O Sindicato das Indústrias de Leite e Derivados do Estado do Maranhão-SINDILEITE se esforça para criar parcerias com a comunidade acadêmica e entre as próprias indústrias, no sentido de desenvolver e difundir novas tecnologias. As tecnologias desenvolvidas são capazes de dobrar ou triplicar a produtividade do rebanho no Brasil, mas elas não estão sendo adotadas pelos produtores. As pesquisas realizadas sobre como aumentar a produção não são aplicadas nas fazendas, existe o conhecimento, existem profissionais capacitados, mas que não aplicam suas técnicas na produção do leite. Atualmente percebemos vários cursos de formação superior para áreas de ciências agrárias, veterinária e zootecnia nas universidades públicas e particulares, mas o que adianta o conhecimento se não for aplicado dentro das fazendas. O produtor conhece a prática do dia-a-dia, mas o suporte técnico é importante para aumentar a produção e manter o rebanho saudável.

O sindicato atua nos três elos da cadeia produtiva do leite, na produção, na industrialização e na comercialização. Sendo uma entidade representativa que exerce papel favorável junto aos laticínios com os benefícios conseguidos junto ao governo como redução de impostos e ações realizadas informando a população sobre os perigos do consumo de leite sem certificação.

A organização dos produtores de leite em associações poderia facilitar o gerenciamento do setor e aumentar a lucratividades dos produtores. Quando estão em associações podem negociar o preço do leite, fornecendo apenas para as indústrias que pagam o valor justo pelo litro de leite. Até as formas de pagamento são mais bem negociadas quando os produtores estão em associações, podem escolher de que forma querem receber o dinheiro (se é semanalmente, por quinzena ou por mês).

Durante o X ENEL foi possível escutar o diretor da Lacticio Palate em Imperatriz, em seu discurso dizia que a vinda da empresa para região proporcionou desenvolvimento da produção e novas técnicas foram empregadas para potencializar a produção de leite, ou seja, a região antes da instalação da empresa era subdesenvolvida, possuía um grande potencial, mas pouco aproveitado. O discurso do diretor da Palate

era de exaltação da empresa e de suas benfeitorias, mas não falou em momento alguns dos impactos causados principalmente na renda das famílias produtoras.

“Frequentemente, os camponeses se encontram na irônica situação de terem cooperado para a chegada de grupos dominantes ao poder, cujos planos de industrialização, taxaço e coletivização se revelam diariamente opostos aos objetivos pelos quais os camponeses pensavam que estavam lutando.” (SCOTT, 2012)

A posição do sujeito, no caso, diretor da empresa, foi um ponto de vista que ouvimos, mas não escutamos o outro lado da história, aqueles que antes faziam todo o processo e vendiam o leite sem intermediação das empresas. Esse foi o discurso propagado e aceito pela grande maioria dos que estavam presentes. Percebi que os pequenos produtores de leite não participaram do ENEL e, em momento algum, foram ouvidos sobre essas negociações e técnicas que estão sendo empregadas. Privilegiou-se no evento as ideias de tecnologia e inovação, mas, a relação entre os diversos atores do arranjo produtivo do leite e os impactos causados não foram discutidos.

As empresas utilizam mecanismos de seleção para a compra de leite e valor pago. As exigências de qualidade tornaram-se maiores e os produtores devem adotar sistemas de boas práticas para atender as regras impostas, como a homogeneidade, aparência dos produtos, condições de embalagens e estabeleceu uma logística diferente para o produtor que deveria suprir e custear uma quantidade mínima de produto de forma planejada e contínua. Adotou-se novo sistema de remuneração baseado na qualidade do leite. As empresas líderes e as poucas cooperativas se movimentaram para alcançar esse mercado.

Um desafio seria a entrada do pequeno produtor nos sistemas de certificação de qualidade, pois é custosa e exigem novas práticas, treinamento e acompanhamento técnico – o que dificulta a comercialização. Os contratos com empresas exigiam a adoção de técnicas precisas até a determinação das condições de entrega. Foram colocadas, aos produtores, condições mínimas de qualidade, que implicam modernização da atividade agrícola como condição de comercialização. Os pequenos

produtores veem-se obrigados a atender as regras estabelecidas pela inspeção técnica para fornecer os produtos e assim ter lucratividade.

Muitos produtores não possuem condições financeiras de adequar o espaço e a produção nos moldes estabelecidos e estes continuam produzindo mais em pequena escala para os clientes específicos ou mesmo para venda independente. Os pequenos produtores que não estão cadastrados e certificados pela Agência de Defesa Agropecuária do Maranhão – AGED são considerados clandestinos e toda uma política de reeducação dos consumidores é difundida como forma de coibir a compra e venda de produtos clandestinos.

## 5. CONCLUSÃO

A Cadeia Produtiva do leite na Microrregião Homogênea de Imperatriz cresceu abundantemente nos últimos anos. Muitas indústrias se estabeleceram visando obter lucros com a potencialidade da região. Os elos industriais e comerciais são os que mais se beneficiam com a produção, ficando para os produtores e suas famílias pouco da lucratividade.

A responsabilidade quanto à produção do leite ficou a cargo dos produtores; a adequação do rebanho, estabelecimento e produto, segundo as normas estabelecidas pela vigilância sanitária, são pré-requisitos que o produtor deve acatar, caso contrário ficará fora do mercado. Atender as normas estabelecidas custa caro e o produtor muitas vezes não consegue retirar, de seus ganhos, dinheiro suficiente para fazer as alterações necessárias.

O acompanhamento técnico de um profissional na área diminui a perda de animais por doenças, perda de produtos por falta de conservação e aumenta significativamente a qualidade da produção de leite e seus derivados. A quantidade de leite produzido por vaca vem crescendo, sem que se façam os investimentos e acompanhamento necessários.

Os grandes e médios proprietários são os maiores produtores dentro da cadeia fornecendo a matéria-prima, o leite podendo ser extraído, daí, outros derivados. Na lógica, os produtores são o elo mais importante no arranjo produtivo, entretanto, a situação, é contraditória. Os produtores se encontram em constante conflito de interesse com as empresas, principalmente por causa do valor pago por litro de leite.

O volume de leite está aumentando e a cadeia produtiva deve acompanhar. Na região há grande potencialidade para o agronegócio que pode ser mais bem aproveitado. A microrregião já se destaca pela quantidade de leite, mas pode exportar ainda mais e alcançar o ranking dos maiores produtores de leite do Brasil, gerando uma possibilidade de recursos muito grande e desenvolvendo a região em termos de mais pessoas trabalhando e consumindo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Práticas, discursos e arenas: Notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. *Sociologia & Antropologia*. Vol. 02.04, p. 129-158, 2012.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Relatório Final do Projeto de Pesquisa Crítica socioambiental e ação empresarial: estudo da construção da certificação da carne bovina na Amazônia brasileira**. São Luis, 2013.

KELLER, Paulo F. Verbete Arranjo Produtivo Local. In: CATTANI, A.D. & HOLZMANN, I. (Orgs.) **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.30-33.

RAMALHO, José Ricardo, ESTERCI, Neide. A Resistência em Campo Minado.

Disponível em:

[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_32/rbcs32\\_05.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_32/rbcs32_05.htm)

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Tradutores Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes vol. 21 n° 01 jan-jun/2012.

WILKINSON, John. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. In: **Mercados, Redes e Valores O novo mundo da agricultura familiar**. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2008, p.71-82.

V Encontro Nacional da Anppas, Florianópolis SC-Brasil,2010. **Intensificação da Produção Leiteira em região Centro Oeste: Impactos Sociais e Ambientais** SILVA, Margot Riemann Costa; REZENDE, Vera Lucia Alves.

## **GT 06: Alternativas Agrícolas: Discursos de Justificação e de Contraposição ao Produtivismo.**

### **Organização Socioterritorial e Dinâmicas Produtivas no Projeto de Assentamento Tarumã – Mirim**

**Guilherme Oliveira Freitas<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Graduando em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Aluno de Iniciação Científica do Laboratório de Estudos Sociais (LAES) / Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) - [guilhermef.inpa@gmail.com](mailto:guilhermef.inpa@gmail.com)

#### **Resumo**

O Projeto de Assentamento Tarumã - Mirim foi criado a partir das políticas públicas de Reforma Agrária, mas pelas dificuldades muitos assentados usam o trabalho acessório para complementação de renda. Dentro do assentamento são encontradas diferenças na espacialidade da produção agrícola. No desenvolvimento da pesquisa foram analisadas diversas formas de relação entre a sociedade-natureza, levando em consideração os meios de produção agrícola, a circulação de mercadorias e o uso do território.

**Palavras-chaves:** Território; Produtivismo; Assentamento.

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir as relações sociais que tange a produção e o trabalho no Projeto de Assentamento Tarumã Mirim (Manaus - AM), onde existem dois principais sujeitos que fazem uso do território e o moldam. O primeiro é o camponês, aqui analisado como personificação de seu trabalho e os capitalistas que se encerram no contexto. A objetivação de cada trabalho gera a satisfação de suas necessidades (vontades), onde convivem moradores, as instituições que representam o Estado e o Poder Público e os intermediários das cadeias produtivas. É um das relações específicas de produção, já que o camponês imprime seu trabalho na terra, para se reproduzir enquanto classe, mas isso acontece já que o capitalismo – no geral, precisa desta mão de obra para extrair mais-trabalho e objetivar o lucro, já que a mão de obra vinda da família camponesa é apresentada ao mercado como um único resultado, a mercadoria, independente do processo que precisou percorrer. De uma forma ou de outra, são realizados impactos na paisagem, que é uma herança sendo impactos positivos no consecutivo plantio de policultura, estimulando a conservação pela riqueza de biodiversidade que é cultivada e aspectos negativos como o corte e a queimada da vegetação para a produção de carvão. A identificação dos sujeitos (sociais, econômicos, políticos, culturais) que mediam as relações sociedade-natureza e por meio dos usos do território estabelecem diferentes tipos de organizações sociais que criam cadeias produtivas que circulam pelo espaço, territorializando trabalho, suprindo as necessidades materiais e reproduzindo modos de vida. Esta pesquisa parte do estudo empírico com um Estudo de Caso (Yin, 2001). Para atender os objetivos da pesquisa qualitativa (Amorozo & Viertler, 2010 apud Albuquerque et al. 2010) foram realizados trabalhos de campo no Projeto de Assentamento Tarumã Mirim de Fevereiro de 2011 a Agosto de 2012 através de entrevistas semiestruturadas com questionários abertos.

O pressuposto teórico-metodológico parte da análise das relações sócioespaciais da cadeia produtiva, que possui diversos sujeitos sociais envolvidos, como o Camponês (Santos, 1978), agricultor familiar ou colono da terra, cada um possui um *Modo de Vida* que para Marx é *o que e como* fazem. No geral vivem numa lógica de um modo não capitalista de produção, mas estão envolvidos no processo do Uso Capitalista do Território (Indovina e Calabi, 1973), compreendendo que o capitalismo se apropria e faz uso do território em todo o seu processo de construção até a concretude, sob esta



perspectiva não são apenas os resultados ou o produto final (a mercadoria) que interessam, mas também os processos que levam a tal.

### **O Uso do Território no Projeto de Assentamento Tarumã - Mirim**

Têm-se dito que o Território é a materialização de relações sociais (econômicas, políticas, culturais, religiosas etc.) (Andrade, 1995). Pressupõe ocupação, domínio tendo gestão ou não, territorialidade, isto é, reprodução de modos de vida. Contudo, estas relações não ocorrem somente em escala local, mas global – apesar de também exercer influência de outras escalas, como a regional, porque em diferentes espacialidades são geradas relações conflituosas entre os diferentes grupos sociais que habitam as cidades vizinhas, dando características próprias (porém não exclusivas) aos territórios e fronteiras.

Apesar de ser encontrada no Estado a forma mais acabada de política (Raffestien, 1993), diferentes grupos sociais ocupam os territórios, com dinâmicas próprias que são reflexo de suas organizações sociais pautadas pela formação histórica, desenvolvimento da cultura, e reprodução dos meios para manter a reprodução satisfação de suas necessidades.

O Assentamento Tarumã Mirim foi criado por meio de políticas públicas de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na gleba Cuieiras/Tarumã com a Resolução N° 184/92 em 10/08/92, porém, os assentados só tiveram posse da terra em 1997 por conta de litígio criado entre as instâncias dos governos federal e estadual. Está localizado na parte rural do município de Manaus, entre a margem oeste do Igarapé Tarumã-Açu e a leste do Igarapé Tarumã-Mirim, afluentes da margem esquerda do Rio Negro. Possui uma área total de 42.910,7601 ha dividido em 1.042 lotes, 3 reservas florestais com 7.088,62 ha, onde cada lote tem em média 25 ha destinados a sistemas pautados na produção familiar. O principal acesso se dá pelo ramal do Pau Rosa que está localizado no KM 21 da BR 174 que liga Manaus (AM) a Boa Vista (RR). Têm-se as cadeias produtivas com base na exploração da natureza pelas classes sociais e de renda, que circula no espaço, cria diferentes realidades e modificam as dinâmicas sociais, sob a incapacidade do Estado de formular políticas públicas as quais possa demonstrar eficácia as demandas existentes. A relação sociedade-natureza é moldada principalmente pelo *modo de vida*, as relações sócioespaciais, o Estado e o poder público, ao passo que a biodiversidade não existe no

sentido estrito da palavra, aqui se trata de uma biodiversidade projetada tem conteúdo dentro uma paisagem herdada e ao passo que se aproxima de uma esfera na relação sociedade-natureza, se distancia da outra.

O Assentamento Tarumã Mirim conta principalmente com a produção agrícola e agropecuária, mesclados com lotes que pontualmente adotaram a piscicultura (manejo de peixes em tanques) e meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão) para driblar as dificuldades técnicas para manejar o solo. Criado para suprir a necessidade de mercadorias agrícolas do município de Manaus – principalmente a área urbana, a área escolhida para a agricultura tem espécies nativas em abundância e outras culturas que foram inseridos, objeto de política pública em busca de recursos ativos, ou seja, que pudesse ser ativado para mercado em potencial, isso porque algumas mercadorias tem valor, outras têm valorização que é o caso da natureza enquanto recurso. Todavia, o assentamento hoje produz uma quantidade insípida dessas mercadorias que chegam a gerar renda para algumas famílias de agricultores, mas não consegue fixar a renda gerada para melhorar as condições de (re)produção social e da produção de mercadorias. E por que esta renda não se fixa? Porque ao passo que é gerada é transferida para *fundos* necessários para esta produção da própria vida material, como será visto a diante. Em alguns casos, essa renda é transferida e expropriada, como no caso do *Atravessador* (atravessador) que é figura importante no processo de produção da mercadoria, mas que tira lucro do trabalho do agricultor camponês. Desta forma, a renda vai até o intermediário e agrega valor na distribuição da mercadoria (dentro da cadeia produtiva), logo, a renda do camponês é transferida para outro fundo, forçando-o a trabalhar mais (*mais-trabalho*). A realidade das relações políticas e sociais dos camponeses dentro do mesmo assentamento é diferente, visto que também existem agricultores influenciados pelo Produtivismo do Estado, ainda há outros que não são agricultores tradicionais e utilizam o lote como sítios de fins-de-semana, há agricultores com dificuldades de manejo com o solo, menor produtividade pela logística e infraestrutura dos ramais e solos que produzem menor quantidade de produtos agrícolas por conta da acidez decorrida da alta lixiviação. Assim que as famílias tomaram posse legal da terra em 1997 por meio do INCRA, receberam a informação de que receberiam financiamentos de crédito do então BASA (atual Banco da Amazônia), e auxílio técnico de extensão rural. Muitas famílias já ocupavam o atual território institucionalizado do Assentamento Tarumã Mirim, e a estes, foram conferidos apesar de a técnica ser uma

realidade encontrada, ambos os serviços não são distribuídos de forma igual para o Assentamento e isso se dá principalmente pela falta de infraestrutura dos ramais que dão acesso aos lotes. Mas isso não se dá exclusivamente no Assentamento Tarumã Mirim, porque apesar de ser um projeto consolidado, o Plano de Reforma Agrária tem caráter de Política Governamental, isto é, fica moldado pelas metas estabelecidas pela Gestão e o poder público que designa o quanto será investido, quem fará o financiamento aos cultivos, a assistência técnica e extensão rural etc.

No Assentamento, como em qualquer ambiente agrícola ou extrativista inserido no modo de produção capitalista, a base da produção é a exploração dos recursos naturais. Contudo, as matérias-primas e os meios de produção estão envolvidos em uma situação especial construída pela natureza. As plantas e famílias botânicas são específicas, que ocorrem em diversos ambientes (ecossistemas), com suas dinâmicas naturais, mas que estão submetidos à propriedade de alguém.

O principal meio de produção – a terra é sempre um fator limitante a produção agrícola no Assentamento Tarumã Mirim. Visto que as qualidades minerais do solo não atendem a todos os cultivos estabelecidos pelas demandas do mercado, além de que o desejo de produção por excedente é próprio do sistema de produção, contraditoriamente a vontade do camponês agricultor que é suprir as necessidades materiais de sua família, e por isso, produz mercadoria a mais do que será consumido no lote, e esta produção é a programada para ir ao mercado.

### **Modo de produção no Projeto de Assentamento Tarumã - Mirim**

A produção capitalista é uma forma (na verdade, a forma mais generalizada) de produção de *mercadorias*. Mas contraditoriamente a lógica do sistema econômico, se reproduz outros sujeitos sociais com especificidade de objetivos e metas de trabalhos que geram resultados distintos para suprir necessidades intrínsecas a seus modos de vida. Sob esta perspectiva, apesar do camponês não ser um sujeito capitalista – porque deter capital não significa ser capitalista, dentro deste sistema ele necessita dos *meios de produção* e da força de trabalho familiar para reproduzir as condições da sua vida material. Concomitantemente, o território é usado em todo este processo, sendo o capital responsável pela apropriação do resultado das unidades produtivas, porque este é um elemento da formação social inserida no contexto da mundialização do capital, já

que os produtos agropecuários são produzidos para venda como valores, isto é, unidades de medidas.

Ainda que o camponês não seja assalariado, parte do trabalho é apropriada pelo processo e não pago, ou seja, a medida do valor gasto no processo de produção não volta completamente como retribuição para suprir os meios produtivos. O assentado (que neste artigo possui a mesma conotação; o agricultor camponês) gasta determinado valor com os *meios de produção – intermediário e de trabalho*, e foca sua força de trabalho no processo produtivo, mas esta força não tem um valor exato já que não está subordinado a nenhum pagador, o pagador é, por sua vez, o consumidor do produto final, a mercadoria. Para exemplificar, o assentado cobra cerca de R\$1,50 em um maço de Couves (*Brassica oleracea* L.) na feira, mas para o *intermediário* (também proprietário de um meio de produção, logo proprietário da mercadoria) ele vende por cerca de R\$0,80 ou R\$1,00, ele perde parte do valor moeda, então, este valor fará falta para suprir um dos *fundos* necessários para a produção de mercadorias.

### **Fundos necessários para a (re)produção social**

Além disso, Rementería (1993) destaca que a produção camponesa se distribui entre três fundos, que foram identificados nas cadeias produtivas:

- Fundo de consumo destinado à satisfação das necessidades materiais.
- Fundo de reposição dos meios de produção.
- Fundo de renda que corresponde ao valor transferido, através do mercado, à sociedade envolvente que não produz produtos agropecuários.

Para se reproduzir enquanto classe social é necessária obtenção destes fundos que, em certos limites, determina as classes de renda. Isso porque o camponês gera a renda necessária a sua reprodução enquanto classe, a manutenção de roupa, comida, moradia e muitas outras coisas a sua família, isto é, necessidades de primeira ordem. Obter capital não significa necessariamente ser capitalista, porque este capital é renda de reprodução social, consequência da organização de suas intenções para manter o trabalho.

## **O uso capitalista do território no Projeto de Assentamento Tarumã - Mirim**

No capitalismo, o foco é nas matérias-primas onde são transformadas pelo trabalho, que usa meios de produção para produzir valores-de-uso. Calabi e Indovina (1973) comentam sobre o Território e processo capitalista. Ele é usado e se transforma em função daquele processo geral; isto significa: a) que o processo de desenvolvimento econômico tende a abarcar com as suas relações todas as esferas da produção de mercadorias e em consequência, todo o território. Isto é, na produção de mercadorias do Assentamento Tarumã Mirim nas diversas cadeias produtivas (produção-distribuição-circulação-consumo) as relações são mediadas e para suprir as demandas do mercado. Além disso, muita mão-de-obra (neste caso, camponesa) e capital (principalmente das linhas de crédito do Banco da Amazônia) concentrados em um único ponto - na base deste processo, está a tendência à concentração do capital. Não se refere aqui que esta concentração está apenas no momento da extração da mais-valia, mas também ao processo de circulação e valorização do capital.

Sob esta perspectiva, são analisados três principais “Usos” do território:

- Ao processo de produção propriamente dito (extração da mais-valia)
- À circulação e valorização do capital;
- À reprodução da força-de-trabalho.

Vale lembrar que contemporaneamente há uma tendência onde à figura do capitalista não está personificada somente nos empresários ou empresas, mas no Estado que cada vez mais detém os meios de produção e dita com a mesma intensidade o que será produzido para suprir interesses pré-estabelecidos. Exemplo claro são as sementes transgênicas, padronizadas geneticamente pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e distribuídos pela SEPROR (Secretaria de Produção Rural) e SEMPAB (Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento) ligados ao INCRA e o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Estas sementes são distribuídas a todas as comunidades atendidas pela Técnica e Extensão Rural, mas são aceitas e utilizadas apenas por alguns agricultores, muitos resistem ao uso de sementes transgênicas e uso de agrotóxicos, preferindo uso de insumos orgânicos e sementes tradicionais (oriundas de seleção de seus próprios cultivos ou localidades de origem do assentado).

Isso porque apesar de haver uma organização política entre os Assentados, a produção é organizada primeiramente pelo Estado, que define – em certos limites, o que irá ao mercado, enquanto para o agricultor camponês os cultivos mais importantes são as frutíferas, hortaliças e plantas medicinais por abundância em cada sazonalidade.

Contudo, produção depende de outro fator, a **Localização Produtiva**, que é mais influencia na organização do Território porque pressupõe o uso da mercadoria *trabalho*. As escolhas de localização não são aleatórias e despropositadas, até porque não se toma nenhuma decisão quanto a produção, sem antes saber para onde será produzido, fato é que mostra a demanda da implementação de um assentamento rural dentro do município de Manaus.

Vale notar que o mercado não se esgota com o uso do território, mas do choque da produção de outro território. Por isso, em diversos calendários agrícolas quando há superprodução de determinada mercadoria, a natureza da abundância de produtos ofertados gera inflação ou simplesmente perdas, já que muitos municípios, colônias agrícolas e assentamentos comercializam nas mesmas feiras. Apesar de que os camponeses não trabalham numa lógica aventureira, o excesso de produção ocasionado por uma super safra de determinado produto em várias localidades ocasionam ônus para os produtores, porque interesse ou demanda é concentrada no valor-de-troca da mercadoria. Em contraste, em situações aonde há maior abundância de mercadorias (oferta) do que procura (demanda), o preço de determinado produto é tabelado nas feiras pelos próprios produtores, organizados politicamente. Estratégia de reprodução do próprio *modo de vida*, pautados por ética e moral do trabalho, logo, uma *economia moral*, visto que são cômicos das dificuldades enfrentadas para produzir em qualquer ambiente do contexto amazônico, seja para manejar o solo, ou na logística dos Assentamentos. Ainda assim, o Assentamento sendo a concentração maior da ampliação da força-de-trabalho, é dever de o Estado ampliar os *meios* para o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas, já que é no Estado que se encontra a forma mais acabada de política (Raffestin, 1981). Cabe então lembrar, que o *modo de produção* depende principalmente das *relações de produção*.

### **Etnoconhecimento, Técnica e Organização Política**

Para lidar com as dificuldades inerentes ao ambiente físico encontrado no Assentamento Tarumã Mirim, os assentados desenvolveram técnicas que foram apreendidas principalmente em seu ambiente familiar sobre roçar, cultivar, pescar, ou seja, manejar a biodiversidade em geral. Sob esta perspectiva, o Etnoconhecimento é uma ferramenta construída socialmente, utilizada enquanto técnica para determinado objetivo ou meta, que findará em auxiliar a reprodução dos meios necessários ao processo produtivo, mas não somente a reprodução física do indivíduo, mas a maneira determinada de expressar a sua vida. Concomitantemente, o etnoconhecimento é uma estratégia inerente a reprodução da vida material, e sobre isso, Marx afirma:

É na produção social da própria vida que os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção essas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das forças produtivas materiais. (MARX *apud*. Oliveira, 2007, pg.70).

Técnica é o conjunto de objetivos e metas de produção, isto é, as decisões que determinam o processo produtivo. Logo, o grau de desenvolvimento do grupo e suas relações de produção estão intrinsicamente ligado ao grau de desenvolvimento técnico. Apesar de cada camponês agir com autonomia em sua produção, o coletivo das decisões que antecedem a produção (isto porque não se pensa em produzir, antes de ter decidido para quem distribuir) é feito por meio das reuniões do Conselhão que é uma reunião mensal onde o presidente (a) de cada associação de base comunitária discute sobre as dificuldades enfrentadas com infraestrutura, quais mercadorias irão às feiras de Manaus, qual órgão deve ser acionado para suprir alguma demanda etc. Simultaneamente ocorrem reuniões entre as associações em cada comunidade, são pagas taxas de participação na organização (geralmente de R\$5,00 a R\$10,00) para que sejam feitas manutenções na infraestrutura e documentação. Assim, na tomada de decisões, sabendo das dificuldades para produzir e escoar a mercadoria, se um produtor está programando-se para vender maior quantidade de Cheiro-Verde em determinada feira e semana, por exemplo, outros agricultores produzirão menor quantidade e levarão Cupuaçu e outras frutas. Isso porque as cadeias produtivas não vêm únicas, somente por si, junto a elas vem o agrotóxico, o composto orgânico (*meios intermediários*), barcos, carros, caminhões (*meios de trabalho*), que influenciam no valor, preço, renda e lucro para os sujeitos envolvidos. Junto às associações comunitárias estão outros centros decisórios

que moldam este território por meios das relações sócioespaciais, são órgãos de assistência técnica e extensão rural, o Banco da Amazônia etc. *O território tem importância fundamental para os grupos ligados ao modo de vida intrinsecamente a natureza, pois é muito mais que meio de produção, é o embasamento o alicerce da própria existência da vida social e é ligado diretamente ao conjunto de crenças e mitos e etnoconhecimento e educação dos mais jovens. A territorialidade, por outro lado, não é chão demarcado, não é somente fonte natural, é atmosfera da re (criação social, cultural, quem sabe o éter da auto identificação).*

### **Estágios de Sucessão Ecológica e Manutenção da Biodiversidade**

A produção no Assentamento Tarumã Mirim por parte dos camponeses estimula o desenvolvimento e melhoramento de variabilidades genética por meio de seleção de cerca de 206 espécies e etnoespécies (variedades classificadas pelos agricultores que variam conforme a cultura de origem do assentado), cada uma com função (principalmente alimentar) ou potencial de uso e ainda algumas combinadas entre si para múltiplos usos, sendo 136 plantas cultivadas para fins medicinais, 72 frutíferas e leguminosas seguindo a preferência alimentar, diversificadas entre Árvores, Arbustos, Herbáceas e Trepadeiras. Estes dados foram sistematizados a partir das entrevistas, mas sem estabelecer a lista de variedades cultivadas, neste caso, este número seria ainda maior. Algumas foram trazidas pelos agricultores das localidades onde viviam antes, mas no geral, quem inseriu a maior parte dos cultivos foi o Estado por meio da técnica e extensão rural.

Estas mercadorias têm para o camponês quase que exclusivamente valor-de-uso, que também pode ter valor-de-troca, ambos para a reprodução social (comer, morar, vestir etc.), que ao entrar em contato com o mercado, o resultado do trabalho (a mercadoria) entra em choque com a lógica do sistema que se apropria de parte deste trabalho que não será pago (gerando uma mais-valia), e ainda que o sujeito social não seja um capitalista, ele faz parte do processo, pela natureza do processo de produção. A mercadoria é, portanto, a materialização do trabalho humano e isso se dá pela relação tempo de trabalho versus modo de produção. O camponês, inserido neste modo de produção tem o seu trabalho pautado numa ética e moral própria de seu modo de vida, logo a uma economia moral.

Sobre isso, Berger e Luckmann explicam que:



O interesse sociológico nas questões da “realidade” e do “conhecimento” justifica-se assim inicialmente pelo fato de sua relatividade social. O que é “real” para um monge tibetano pode não ser “real” para um homem de negócios americanos. [...] Segue-se que aglomerações específicas da “realidade” e do “conhecimento” referem-se a contextos sociais e específicos [...]. (1996, pg. 13)

A lógica do processo produtivo camponês está embasada na *economia moral*, onde as relações sociedade-natureza não estão fundamentadas no produtivismo agrícola para atender as demandas do mercado, e sim, no *modo de vida*, o uso da natureza com o etnoconhecimento não está altera a dinâmica do ecossistema. São normas e valores e normas respeitados na atividade econômica, para Lechat:

A moral é este modo costumeiro de agir pautado por normas e valores, fruto da transmissão e reinterpretação pro cada grupo social em função de uma certa experiência de vida. [...] que se pode entender por economia moral uma visão consistente de normas e valores que deveriam ser respeitados pela atividade econômica. (2003, pg.1)

Sobre isto, Costa afirma:

Essa ética do modo de vida vê no trabalho, a lógica do uso da terra como extensão de seu corpo cultural, logo é terra de vida e não de especulação ou reserva de valor. (2008)

Os valores e normas seguidos na lógica de produção camponesa entendem a terra enquanto *terra de trabalho*, ou seja, não é *terra de negócio*, ou especulação imobiliária, ou seja, a meta não é obtenção de Renda da Terra. A terra é um meio de produção para obter renda e reproduzir a classe social.

O conjunto de técnicas finda na manutenção dos ecossistemas, e este processo são tanto inconscientes quanto consciente. Ao passo que o interesse pela diminuição de uso de agrotóxicos para não poluir os cursos d’água é um exemplo de processo consciente, o cultivo do maior número possível de espécies agrícolas e seleção de sementes com potencial de reprodução estimula a variabilidade genética dessas espécies

que são fortes candidatas a não serem extintas, pelo simples fato de existir demandas de alimentação familiar e para suprir o mercado existente. Ou seja, uma decisão na produção estimula outros vários processos que impactam positivamente a biodiversidade.

## **Conclusão**

O estudo, ao identificar e mapear a distribuição espacial das cadeias produtivas faz indiretamente um perfil de alguns aspectos do desenvolvimento regional, enfatizando os modos de vida e a identificação produtiva, comercial e econômica de cada lugar. Uma das características é que há capacidades reprimidas e mesmo invisibilizadas em diferentes níveis de materialidade em circuitos espaciais e escalas descontínuas (pelas regras do mercado ou pela lógica cultural ou ainda diferenciação da agricultura camponesa), e em quantidades “pequenas” (para certas escalas de mercado), mas compatíveis com o trabalho familiar.

Sob esta perspectiva, a cadeia produtiva se dá em diversos lugares conectados ligados incorporando em exercício/prática, tirando proveito do território (como base para relações de poder e meio de produção.), ao passo que é mais usado em uma esfera, (isto é, pelo modo de vida, pelo Estado, pelo sistema econômico) se distancia da outra esfera.

## Referências bibliográficas

Andrade, M. C. de. **A Questão do Território no Brasil**. Hucitec, São Paulo, 1995.

BOTTOMORE, T. (Ed.) **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: A Dictionary of Marxist Thought (1983)

CALABI, D.; INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. *Revista Orientação*, Depto de Geografia da FFLCH, USP, São Paulo, n. 9, 1992 (texto original de 1973).

COSTA, R.C. **Etnoconhecimento, Propriedade Intelectual e Mercado**. <[www.partes.com.br/.../etnoconhecimento.asp](http://www.partes.com.br/.../etnoconhecimento.asp)> Acessado em: 02/12/2010

MARX, K, F. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. [introdução de Jacob Gorender]; tradução de Cláudio de Castro e Costa. - São Paulo: Martins Fontes, 1998. - (Clássicos)

OLIVEIRA, A. U. de. “**A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**.” In: *Novos Caminhos da Geografia*. Ana Fani Alessandrini Carlos (Org.) 5ª edição, 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do Vinho, Um estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec - 2ª Edição, 1984.

[Yin, Robert K.](#) **Estudo de Caso - Planejamento e Métodos**. Porto Alegre, [Bookman](#). 2ª Edição 2001.

**GT 12 – Sociabilidade e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos**

**Passado, presente e futuro de mulheres moradoras de assentamento rural, estado do Pará, Amazônia.**

Danna Rissia Silva da SILVA<sup>1</sup>  
Edila Arnaud Ferreira MOURA<sup>2</sup>

**Resumo**

Trata-se de estudo exploratório sobre a história de vida de mães trabalhadoras rurais, de três grupos geracionais moradoras do Assentamento Rural do Cupiúba, no município de Castanhal (PA), que apresenta características de influências da rururbanização. Os registros preliminares demonstraram que as interferências estruturantes afetam a perspectiva de vida das mães mais jovens, projetando um futuro com características diferenciadas das de seus pais em relação ao modo de vida rural.

**Palavras-chave:** Juventude Rural, assentamentos rurais, mães rurais.

---

<sup>1</sup> Graduanda de Ciências Sociais, Bolsista PIBIC/CNPq, Faculdade de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA [danna.rissia@gmail.com](mailto:danna.rissia@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora Doutora do curso de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia/ PPGSA, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA [edimoura@ufpa.br](mailto:edimoura@ufpa.br)

## **Introdução**

O principal objetivo deste estudo é identificar as condições de vida de mães rurais em relação ao seu passado, seu presente e às suas perspectivas futuras em uma área rural que está sendo intensamente afetada pelo crescimento urbano e que vem perdendo as características de um assentamento rural em decorrência das intercorrências das políticas de reforma agrária nessa região. Selecionamos como principais sujeitos do estudo mães moradoras desse assentamento rural que, na condição de principais responsáveis pela organização doméstica e de cuidado com os filhos nos processos de reprodução do grupo familiar, representam importantes fontes de informação sobre os processos em curso nesse ambiente rural. A principal hipótese do estudo é que, diante das condições estruturantes, as jovens mães apresentam projetos de vida para si e para seus filhos fora do modo de vida rural camponês, condições que contrastam com as histórias de luta de seus pais em relação ao modo de vida rural.

A área selecionada para o estudo foi o Assentamento Rural Cupiúba, localizado no município de Castanhal, Estado do Pará, região metropolitana de Belém, que fica às margens da BR-316, sentido Belém/Castanhal. Esse assentamento foi ocupado em 1995 como resultado de um processo de reivindicação pelo direito à terra para o trabalho agrícola por um grupo de famílias que, sem terra para trabalhar, se deslocaram para essa região (INCRA, 2013). Corresponde a uma área de 1.366,2823 ha desapropriada para fins de reforma agrária e caracteriza-se como um assentamento consolidado desde 1999, com um total de 228 famílias assentadas.

Este estudo consiste em um estudo exploratório para o desenvolvimento desse tema que resultará em monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, neste ano de 2014. Nessa condição apresenta os resultados preliminares do levantamento realizado consistindo de aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas com 11 mães na faixa de 25 a 66 anos de idade, moradoras de um ramal desse assentamento, selecionado amostralmente; entrevistas com lideranças locais e técnicos agrícolas e estudos de relatórios técnicos sobre a formação e acompanhamento das atividades desse assentamento rural. O estudo possibilitou o avanço e detalhamento do desenho da pesquisa para as etapas seguintes deste processo de construção.

### **1. A área do estudo**

O Assentamento Cupiúba, assim denominado pela abundância no passado das árvores de Cupiúba nesse local, situa-se na área da antiga fazenda Cachoeira, a margem da rodovia BR-316. A ocupação dessas famílias nesse assentamento aconteceu após várias situações de conflito. Segundo depoimento da líder comunitária, as terras estavam irregulares, com aproximadamente 60 anos com impostos atrasados, possivelmente em decorrência da degradação da extração de madeira, em consequência do desmatamento da área. A família dos seus Espinheiros, antigos moradores, fornecia madeiras (Jarana, Piquiá) para empresas locais e antes existia serraria na fazenda. Foi resultado de três invasões, duas sem sucesso. Na última invasão, 1995 os ocupantes conseguiram negociar com o ITERPA (Instituto de terras do Pará), obtendo a concessão dos lotes em 2000.

Os contatos iniciais para a realização do estudo foram junto ao INCRA e Emater, onde foram obtidos os relatórios técnicos e da história do assentamento, como também a apresentação às lideranças do assentamento para que fosse negociada a autorização para a realização do estudo e primeiros acompanhamentos à área. A partir desses contatos foram feitas entrevistas com técnicos e lideranças locais sobre o assentamento e sua história.

Em 1999, foram assentadas 228 famílias e em 2013, segundo a líder esse número tinha apresentado a pequena alteração para 238 famílias. As principais atividades produtivas do assentamento são acerola, feijão e mandioca, piscicultura e artesanato. A média de moradores por domicílio é de cinco pessoas. Seis mães moram a mais de 14 anos no assentamento, duas há oito anos e três se destacam por morarem um pouco mais de dois anos no assentamento, visto que uma dessas últimas, mora com o marido e os filhos, na casa da tia do marido que é a proprietária do terreno, outra foi morar com a família no terreno da mãe do marido, já que está faleceu há pouco tempo, e a terceira mãe comprou há três anos o lote com o dinheiro de uma frutaria que tem na cidade (Castanhal).

O Assentamento é constituído de uma rua principal chamada de Ramal do Bacuri. Ao longo desta existem quatro travessas, das quais uma foi selecionada para este estudo exploratório. Neste ramal ficam situados lotes com frente tanto para a BR quanto para a rua principal. Ao todo, na rua selecionada para o estudo, existiam 24 lotes habitados. Em 3 moravam apenas homens. Adentremos em 15 desses lotes, conseguindo fazer a entrevista com 12 mães. Um dos questionários foi anulado pela dificuldade em entrevistar a mulher uma vez que seu marido não permitiu uma conversa isolada com ela. Os dados sociodemográficos foram parte importante na pesquisa, pois possibilitaram a caracterização do grupo populacional em estudo.



**Figura 1** – Localização do Assentamento que fica próximo à cidade de Castanhal

No assentamento está instalada uma escola municipal de ensino fundamental (1º a 4º série) pelo turno da manhã e a noite funciona o Ensino para Jovens e Adultos (EJA). Possui uma igreja católica e quatro igrejas evangélicas e um posto de saúde, no qual os agentes de saúde são moradores da própria comunidade. Registrou-se também o prédio

da Associação dos Moradores, onde os moradores realizam reuniões regulares a cada 6 meses e vários cursos dentre eles os que orientam sobre a obtenção da aposentadoria rural. A líder comunitária informou que estão fazendo um centro comunitário da própria associação. Está sendo construída uma feira dentro do assentamento, localizada em frente à rodovia federal, de grande movimento, para ser espaço de trabalho apenas para os produtores deste assentamento.

## **2- Os instrumentos da pesquisa**

Os dados foram coletados através de instrumentos de natureza quantitativa e qualitativa. No caso dos dados qualitativos, as informações foram obtidas através de entrevistas em profundidade com os sujeitos do estudo, assim como com técnicos do INCRA e EMATER que acompanham as atividades no assentamento, com os líderes comunitários e também com a observação dos moradores em suas condições de vida e de trabalho.

Optamos por utilizar como principais informantes as mães em diferentes momentos de suas trajetórias de vida como moradoras de área rural, considerando que nesta condição essas mulheres representam importantes momentos dessa história, como principais responsáveis pela reprodução do grupo familiar nas condições do trabalho rural. As entrevistas com as mães versaram sobre seus projetos de vida, sua formação familiar e sobre suas perspectivas de futuro para si e seu grupo familiar. A proposta é agrupar as informações por grupos de idade, considerando os grupos característicos de três gerações, para identificar as características dos diversos discursos em relação aos tempos das diferentes trajetórias de vida, focando em aspectos relativos às condições sociais, suas atividades produtivas, sua vida reprodutiva e as expectativas que alimentam em relação ao futuro de sua família e de seus filhos. Para aquelas maiores de 40 anos foram feitas perguntas específicas sobre os projetos de vida que tinham durante a sua juventude e como estes projetos foram encaminhados e concretizados,

Os dados qualitativos obtidos com as entrevistas com as lideranças comunitárias objetivam identificar as formas de composição do discurso de liderança sobre a condução das reivindicações dos assentados em relação às suas diversas demandas sociais e econômicas. As entrevistas com os técnicos do INCRA e EMATER visam o acompanhamento da construção do discurso sobre as formas de atuação do Estado sobre o encaminhamento das políticas de assentamento e reforma agrária na região e sobre as relações com as demandas das populações assentadas ao longo desses anos. Esse estudo será aprofundado também com a análise dos discursos presentes nos relatórios técnicos ao longo desses anos após o assentamento.

Os instrumentos de coleta de dados quantitativos consistiram da aplicação do questionário com questões sobre as características demográficas e econômicas do grupo em estudo. Esses dados permitem a descrição do perfil das mulheres em seu ambiente domiciliar. Foram coletados dados sobre características do domicílio, itens de consumo de bens duráveis usados como indicadores de condição socioeconômica, escolaridade, trajetórias migratórias do passado e presente, sobre número de filhos tidos e destino desses filhos e condições de trabalho atuais no assentamento ou em áreas urbanas.

## **2. Estudos sobre o tema**

Para fundamentar a análise teórica sobre o tema em questão foram realizados estudos sobre a literatura, considerando os seguintes temas: estudos sobre campesinato,



recomposição demográfica recente das áreas rurais, estudos sobre a participação dos jovens nas atividades rurais na atualidade. Destacamos alguns desses estudos que tem contribuído para a composição de nossa análise.

Eric Wolf em seu livro “Sociedades Camponesas” (1970) apresenta um estudo considerado clássico na referência a este tema. Neste estudo ele caracteriza a família como a “sustentação do fenômeno mais complexo do parentesco”: Segundo ele o casamento na sociedade camponesa possibilita tanto a satisfação sexual quanto a estreita relação de afeição entre as pessoas que constituem determinada família. “O cônjuge que entra para uma família desse tipo verá que não casou com uma pessoa, mas com um grupo de parentes”. Ainda afirma que a unidade familiar consiste em uma díade maternal ou várias, uma família nuclear moldada ou não por parentes solteiros, composta por parentes e agregados (Wolf, 1970; p. 93).

Com relação à juventude rural, os estudos ressaltam que existem múltiplos olhares sobre juventude, que se situam em espaços sociais e temporalidades com significado que se reestruturam devido à construção histórica e cultural nas diferentes sociedades (FREIRE, 2002).

Segundo Wanderley (2007) os jovens tem uma responsabilidade grande na sua participação na produção econômica do domicílio rural. A autora considera que essa é a fase da vida em que estão em transição entre a infância e a idade adulta. E os demais estudos também ressaltam que a juventude nesses contextos rurais é muito curta, pois logo os jovens passam a assumir importantes responsabilidades com sua família e com seus filhos, uma vez que nesses contextos rurais a paternidade e a maternidade iniciam muito mais cedo do que nos contextos urbanos.

Segundo o IBGE, em 2010 é considerável a parcela de população jovem no Brasil (26,95%), no Norte (31,24%) e no estado do Pará (20%), com isso as demandas por acesso a bens e serviços públicos e de mercado de trabalho dessa significativa população, tem sido fundamental para o planejamento de políticas públicas (IBGE, 2010).

Estudo feito por Ruzany et al. (2012) sobre as características sociodemográficas de populações de adolescentes e jovens em 12 pequenos agrupamentos populacionais de áreas ribeirinhas na Amazônia (n= 189), identificou que o grupo de 10 a 25 anos classificado como adolescentes e jovens corresponde a 34% da população total; que entre o grupo de 20-24 anos, 42% dos homens e 72% das mulheres já estavam casados/unidos ; entre as mulheres na faixa de 15-19 anos, 36% já estavam casadas/unidas; 68% começaram a trabalhar nas atividades domésticas e produtivas com menos de 10 anos de idade; entre aqueles na faixa de 15-19 anos 72% ainda não haviam concluído o ensino fundamental.

Dentre as leituras feitas sobre a juventude rural destacamos as reflexões apresentadas por Novaes (2007): as políticas sociais direcionadas aos jovens devem considerar os seguintes aspectos definidos pela sociedade contemporânea: 1-Ser jovem é ser afetado pela existência do narcotráfico e pelos interesses da indústria bélica o que tem contribuído para o aumento dos riscos da morte precoce e violenta; 2- Ser jovem hoje é compartilhar do medo de sobrar, face aos efeitos da reestruturação produtiva que mudou o mundo do trabalho contribuindo para o aumento de situações de precarização; 3—Ser jovem é poder sentir-se desconectado em um mundo cada vez mais conectado,

uma vez que a mudança do tamanho do mundo contribui, cada vez mais, com a maior integração dos movimentos sociais. Jovens se comunicam no mundo pela internet, uma outra lógica de circulação de informações, e esses fatos afetam os jovens tanto na cidade como no campo.

Segundo Novaes (2007), são essas situações que fizeram surgir a proposta de Políticas Públicas de Juventude. Essas políticas devem ser orientadas por uma perspectiva geracional: efetiva-se a necessidade de interlocuções intergeracionais e intrageracionais, ou seja, pensar em formas de reeducação de adultos e jovens. Considera que é só assim, nessa perspectiva, que esses adolescentes e jovens podem ser compreendido.

Estudos como o de Witkowsky (2010) e Moura (2007) enfatizam a importância do reconhecimento das práticas dessas populações sobre o uso dos recursos naturais e sobre as formas de adequar políticas de desenvolvimento social e transferência de renda às reais demandas locais.

Estudo feito por Fernando Luis Martins Costa e Ricardo Ralisch (2013), no assentamento no município de Florestópolis (PR), região Sul do País, constatou que os filhos já não dão continuidade aos papéis dos pais, prejudicando o processo de sucessão familiar do lote, o que vem produzindo um envelhecimento do meio rural consequência da migração desses jovens para as cidades. Os que ficam no campo, estão limitados somente ao conhecimento prático do trabalho rural, sem a profissionalização de agricultor rural. Segundo os autores os jovens não querem sair do assentamento, mas precisam devido essas limitações, ameaçando a própria reforma agrária com o abandono do meio rural.

Mendonça, Ribeiro, Galizoni e Augusto (2013), em estudo em dois municípios do Alto Jequitinhonha (MG), constataram também a forte relação entre classe de renda e migração. Tanto os pais quanto os filhos têm como base do aprendizado do conhecimento rural, a transmissão de pai para filho (aprender –fazer), com a diferença que os filhos buscam também outras formas que contribuam com o aprendizado, como cursos, palestras e insumos. Os filhos até 15 anos já possuíam maior escolarização que os seus pais. Os autores mostram em seu estudo que a escolarização não estimula o abandono do meio rural, mas é vista como um meio de garantir o futuro aos filhos diante das dificuldades do meio rural. (MENDONÇA; RIBEIRO; GALIZONI; AUGUSTO, 2013)

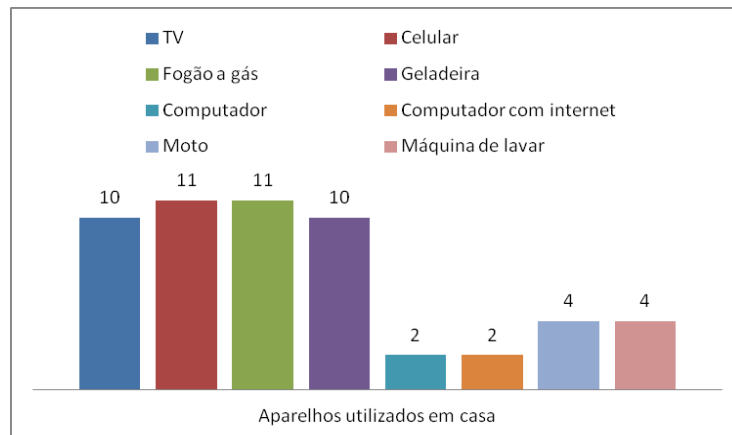
Fernando Luis Martins Costa e Ricardo Ralisch (2013) chamam atenção para as barreiras que os jovens enfrentam ao participarem de projetos de desenvolvimento rural, atentando para o fato de que jovens são alienados do processo de gestão - “*os jovens não sabem dar respostas*”, por isso não são ouvidos no núcleo familiar. Os autores citam a educação como forma de conseguir uma ocupação menos trabalhosa que as atividades, rurais, por isso os pais incentivam os filhos a estudarem para conseguir melhores condições de vida e esse estudo a maioria das vezes está na cidade, devido a falta de estrutura na comunidade rural.

### **3- As Características sociodemográficas da população estudada**

A maior parte (9 mães) das mulheres tem a idade superior a 30 anos (a menor idade das mães entrevistadas é 25 anos e a maior idade dessas é 66 anos), 10 das mulheres são casadas/amigadas, apenas uma é viúva. A média de moradores por

domicílio é de 5 pessoas. Todas elas moram com suas famílias há mais de 2 anos no assentamento. Das 11 mães entrevistadas, duas mulheres responderam ter casa na área urbana.

Como indicador das condições econômicas das famílias optou-se pelo uso de *proxies* identificados pela presença de bens duráveis no domicílio. O aparelho com maior frequência nos domicílios é o aparelho de celular e o fogão a gás (Gráfico 1).



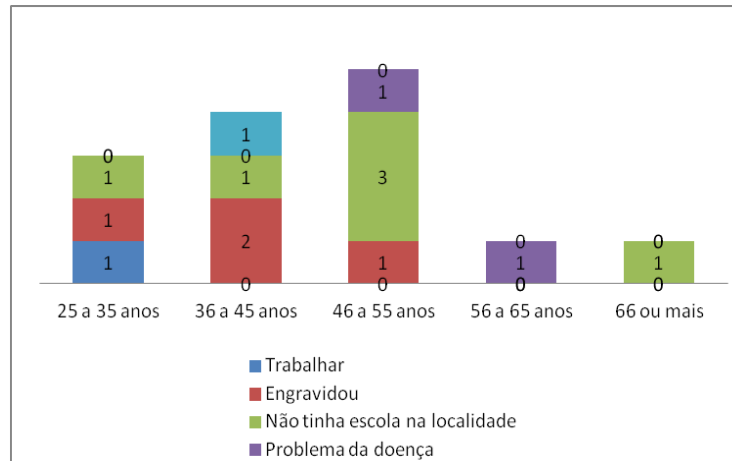
**Gráfico 1** – Distribuição de aparelhos de uso doméstico nos domicílios (n=11 entrevistadas)

Quanto às preferências religiosas oito disseram-se católicas, duas evangélicas e apenas 1 disse não ter religião. Nenhuma está gestante, duas uma de 42 anos e outra de 46 anos, adotaram a neta para criar e nenhuma declarou ter dado o filho para alguém criar. Das 11 mulheres entrevistadas, 9 já foram operadas para não ter mais filhos, estando entre a faixa etária de 25 a 55 anos.

Somente duas mulheres concluíram o ensino médio, a maior parte tem até o ensino fundamental incompleto. Relatos mostram a grande dificuldade dessas mulheres quando jovem ou criança terminarem os estudos. E a maior parte das que responderam a pergunta “você está estudando”, respondeu negativamente (10 entrevistadas). Apenas uma (38 anos) das entrevistadas está estudando, sua escola fica na comunidade (faz o EJA), ela relatou a dificuldade quando criança e o desinteresse do pai em coloca-la para estudar, “Há 20 anos atrás a escola não tinha (Morava em outro município – Capitão Poço), papai não se importou, sempre trabalhei em roça e me ajuntei muito rápido (14 anos). Papai nunca botou, aos 7 anos tinha escola, mas não frequentava fui voltar a estudar aos 12 anos.”. De 11 mães entrevistadas, apenas 2 tem o ensino médio completo, uma de 25 anos que mora a 2,5 anos no assentamento, e a outra de 30 anos mora a 3 anos no assentamento.

Os motivos porque pararam de estudar são diversos, onde se destacam as dificuldades de acesso à escolarização “Morava no interior, era difícil. O colégio é longe para andar... Quando estudei perto, mas o professor foi embora” (46 anos); “morava no interior (Marajó), não tinha colégio perto, ia de remo, era difícil” (33 anos); “Era difícil, pra onde eu morava não tinha nem energia lá na Tatuia em São Miguel do Guamá” (54 anos); “Naquele tempo era tão difícil estudar, tinha que ir do interior para cidade. Parei, cansei” (66 anos). Esses relatos são de mulheres de origem rural, como o próximo depoimento deixa mais claro: “há 20 anos atrás, a escola não tinha (Capitão Poço), papai não se importou, sempre trabalhei em roça e me ajuntei muito rápido (14

anos). Papai nunca botou na escola, aos 7 anos tinha escola, mas não frequentava fui voltar aos 12 anos” (38 anos). Essa última fala é da única mãe que voltou a estudar na comunidade do Cupiúba ano passado (2012) com o projeto MOVA (alfabetização) e esse ano com o EJA. Outras mulheres disseram parar de estudar por motivo de doença, trabalho, porque casou e porque engravidou. (ver Gráfico 2)



**Gráfico 2** – Distribuição dos principais motivos de interrupção dos estudos. (n=11 entrevistadas)

#### 4- Quais seus projetos de vida quando eram mais jovens?

Procuramos compreender quais eram os projetos de vida dessas mulheres quando eram mais jovens. A esta pergunta, a resposta mais frequente foi trabalhar (5), casar (4), não planejou nada (3) e ter filhos (2). “não tinha nenhum planejamento, aos 18 anos tava parindo. Sempre planejava uma vida melhor. Dos 15 aos 20 estava tendo filho. Sempre tive vontade de estudar, acho que planejei casar muito cedo. Se tivesse a visão que tenho hoje, de opção de estudo, não tinha arranjado marido” (38 anos) “Quem mora na colônia, nosso planejamento era sair de casa para morar com marido, era casar” (54 anos); “Quando a gente é jovem, a gente escolhe, casar, ter filho, trabalho, não sabe trabalhar na roça” (66 anos).

#### 5- O que pensam sobre o futuro dos seus filhos

Algumas relatam a preocupação que é ter filho hoje: “Quem pensa bem, não tem filho.” (46 anos) “Hoje em dia pela coisa que nós estamos vivendo, a gente ta vendo muitas coisas. Negócio de drogas, tá correndo solto.” (33 anos). Destaco o relato de uma jovem de 25 anos, mãe de duas meninas, que diz que não quer ter mais filhos porque quer estudar, entrar em um curso superior de arte.

Como as comunidades rurais não estão isoladas é possível afirmar que segundo os dados analisados neste artigo, o pequeno agrupamento populacional que tem como base a agricultura familiar na Amazônica, no norte do Brasil, tem semelhanças com os textos aqui abordados do sul e do sudeste do Brasil. Logo, pode se afirmar que mesmo com as suas particularidades de cada região, as políticas governamentais são as mesmas. Como a preocupação de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009), ao afirmar que há necessidade e urgência de se assumir por parte do Brasil uma preocupação com as particularidades de um mundo em mudança constante, aprofundando o conhecimento de

sua diferenciação. Segundo a autora, que o setor agrícola seja realmente eficiente, que haja acesso a bens materiais e culturais e seja estabelecido efetivamente a cidadania da população rural. (WANDERLEY, 2009).

## **6- As atividades domésticas e produtivas**

Estudos ressaltam a importância da composição demográfica nas dinâmicas sociais e econômicas dessas organizações sociais de características camponesas. Estudos com enfoques na categoria de gênero ressaltam as diferentes responsabilidades dos grupos domiciliares e destacam a sobrecarga de trabalho nas tarefas das mulheres com grande participação também das crianças e dos idosos, considerando a importância do trabalho familiar na produção para o consumo doméstico (GARCIA, A.1983; WANDERLEY, M. 2009)

Foi possível constatar a sobrecarga de trabalho nas tarefas das mulheres entrevistadas. Todas declararam trabalhar nas atividades domésticas, além de outras atividades como a roça e o trabalho para outros, como domésticas. “lavar roupa, doméstica, Ainda tem farinha no terreno, pra consumo próprio” (42 anos). Outras relatam não conseguirem mais trabalhar na roça devido o trabalho pesado e o desgaste físico. “Cozinho, trabalho em casa, tem dor de coluna agora não faço nada na roça. Moo cana com o marido que corta, antes vendia galinha, planta açaí e banana” (46 anos). Algumas mulheres afirmam ter atividades remuneradas, como fazer faxina e trabalhar em uma frutaria. À pergunta: “Qual foi a sua primeira atividade remunerada” a resposta mais frequente foi de “sempre trabalhar em roça”, seguida de prestar serviços de atividades domésticas para outros.

## **7- Quanto ao comportamento reprodutivo**

A idade mais frequente relativa à primeira relação sexual foi aos 14 anos, seguida de 17 e 22anos. A média de anos entre a primeira gestação para a última foi de 8 anos. A média de filhos que cada mulher possui é de três. 6 das mulheres entrevistadas tiveram o filho em casa e 5 mulheres/mães perderam pelo menos 1 filho. Duas mães adotaram suas netas. E 8 já se operaram para não ter mais filhos, dessas, 3 por motivo de doença.

Duas das entrevistadas não sabiam o que eram métodos anticoncepcionais. Oito mulheres declararam ter filhos na faixa de 15 a 24 anos, destes apenas um filho nessa faixa etária mora na comunidade do total de 16 filhos. O principal motivo pelo qual eles saíram foi porque casaram (10 filhos), três saíram para estudar e dois para trabalhar. Todos os que saíram moram atualmente na cidade mais próxima. Todas demonstram insatisfação dos filhos em ficar no campo.

Segundo Eric Wolf (1970) o casamento na sociedade camponesa tem uma grande importância, pois proporciona tanto a satisfação sexual quanto a estreita relação de afeição entre as pessoas que constituem determinada família. No Assentamento Cupiúba foi possível perceber quanto mães dedicam-se a cuidar das netas, e se preocupam com o futuro dos filhos, muitas dessas mães saíram da casa dos seus pais para se casar, e foi possível perceber que os seus filhos, que já saíram de suas casas, tem como principal motivo da saída, o casamento. Muitas das mulheres entrevistadas planejaram quando jovens se casar.

Segundo outros estudos, como Garcia (1983) e Wanderley (2009) enfocam na categoria de gênero ressaltam as diferentes responsabilidades dos grupos domiciliares e ressaltam a sobrecarga de trabalho nas tarefas das mulheres. Todas as mães entrevistadas declararam trabalhar nas atividades domésticas, além de outras atividades como a roça e a prestação de serviços domésticos para outras pessoas, evidenciando assim, a sobrecarga de trabalho nas tarefas dessas mulheres.

Muitas dessas mães pararam de estudar porque engravidaram. Somente uma delas voltou a estudar depois de ser mãe. Essas mães devido a proximidade do assentamento à cidade, as moradoras declararam ir com frequência a cidade, isso faz com que elas muitas vezes deixem de ir ao posto comunitário para ir a cidade se consultar ou fazer exames.

## **8- Relações com as áreas urbanas**

São frequentes as relações dessas moradoras com o mundo urbano visto que fica a poucos Km da cidade de Castanhal e as margens de umas das principais BR do Brasil, BR316. As mães entrevistadas disseram ir com frequência à cidade, a maior parte (7) pelo menos uma vez a cada mês. Quanto ao custo da viagem, na comunidade passa um ônibus que facilita a ida dessas mulheres, e o custo sai em torno de 4 reais. Algumas vão de bicicleta. Os principais motivos relatados pelos quais elas vão à cidade, foram: receber (geralmente algum auxílio), consulta médica, fazer exames, resolver problemas e comprar roupas e alimentos.

Mesmo tendo o posto de saúde na comunidade, muitas delas afirmam procurar o médico na cidade de Castanhal (7 entrevistadas). “não vou ao posto porque tem muita gente e não tem doutor eu fui lá na cidade. vou todo mês” (66 anos); “O posto é longe, nunca sei quando o médico tá aqui, prefiro ir pra Castanhal” (25 anos). 4 entrevistadas tem o posto como primeira opção, mas nenhuma delas deixou de ressaltar que vai no médico da cidade quando precisa.

Das 11 entrevistadas, cinco disseram não ter opção de lazer na comunidade, quando a pergunta foi Quais as opções de lazer que a localidade oferece? Algumas responderam “nada, só escola, cursos (costura, pintura). Em junho festividades e bingo. Não tem nada certo.” (30 anos) “não oferece nada, quer que a gente dê” (62 anos) já outras falaram na escola que a comunidade oferece “Escola tem, mas saúde é precária e bagunçada”(54 anos); “A comunidade oferece escola. Se não fosse pelo gosto mesmo, tava estudando.” (54 anos)

A pergunta “Como você se vê no futuro” apenas uma entrevistada demonstrou insatisfação de morar na comunidade, algumas projetam o futuro nos filhos, “Filhos trabalhando, fazendo faculdade e continuar estudando” (38 anos). A maior parte (10) quer continuar morando na comunidade “Não sei nem dizer, quero continuar na comunidade” (54 anos).

De 10 mães que responderam à pergunta “Você gosta de morar aqui?”, oito afirmaram ser um lugar tranquilo e calmo de se viver, disseram que gostam de morar na comunidade.

## Conclusão

No Assentamento Cupiuba, no Estado do Pará, na região Norte do País, de um total de 11 entrevistadas, a maior parte (9 mães) das mulheres tem a idade superior a 30 anos (amplitude das idade é 25 anos a 66 anos), das oito mulheres que declararam ter filhos na faixa de 15 a 24 anos, (16 filhos ao todo) apenas um filho mora na comunidade. Todos que saíram moram na cidade, demonstrando insatisfação ao ficar no campo, e o principal motivo pelo qual eles saíram foi porque casaram.

Ao se analisar as perspectivas de futuro das mães quando eram mais jovens foi possível perceber a disparidade com a perspectiva do futuro que as mesmas têm para os seus filhos. Com isso, foi possível observar essa mudança de comportamento a partir de interferências estruturantes que afetam as perspectivas desses jovens em relação a seus projetos de vida adulta, projetando um futuro com características diferenciadas das de seus pais em relação ao modo de vida rural. Foi possível constatar a sobrecarga de trabalho nas tarefas das mulheres com a importância do trabalho familiar na produção para o consumo doméstico. Todas declararam trabalhar nas atividades domésticas, além de outras atividades como a roça e o trabalho para outros, como domésticas. Muitas dessas mães pararam de estudar porque engravidaram. É possível constatar a insatisfação das mães quanto a opção de lazer que a comunidade oferece, apesar de afirmarem em sua maioria gostar de morar lá por ser um lugar tranquilo. Muitas delas veem o seu futuro na comunidade.

## Referências Bibliográficas

ALENCAR, E.F. 2007. Estudo da ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA – [Relatório final], Santarém/Tefé, 2007.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. (Orgs.) Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Editora Mauad X. p. 35-51.

CASTRO, Elisa G; MARTINS, Maíra; ALMEIDA, Salomé L. F; RODRIGUES, Maria Emília B; CARVALHO, Joyce G. Os Jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In. A questão agrária. Org. José Graziano da Silva e Verena Stolke. 1981.

COSTA, Fernando Luis Martins & RALISCH, Ricardo. A juventude Rural do Assentamento Florestan Fernandes no Município de Florestópolis (PR). RESR-vol.51,n.3. Piracicaba-SP. 2013. p. 415-432.

FREIRE, Jacqueline C.S. Juventude Ribeirinha: identidade e cotidiano. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Belém: UFPA, 2002.

GARCIA Jr. A. R. Terra de trabalho. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1983 (cap. 2)

IPEA. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria> >. Data de acesso 01 de agosto de 2013.

MANNHEIM, Karl (1982). "O problema sociológico das gerações" [tradução: Cláudio Marcondes], In Marialice M. Foracchi (org), Karl Mannheim: Sociologia, São Paulo, Ática, pp. 67-95

MANNHEIM, Karl. Diagnóstico de nosso tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MENDONÇA, Kenia F.C.; RIBEIRO, Eduardo M.; GALIZONI, Flavia M.; AUGUSTO, Hélder A. Formação Sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Revista Brasileira Estatística populacional – vol.30,n.2. Rio de Janeiro, 2013 p. 445-462.

MENDONÇA, Yuri Vidal Santiago de. Assentamento Rural : Da propriedade privada à produção coletiva - O caso dos Pa's Cupiúba e João Batista II. 2004. 95 f. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MORAES, Silvia Piedade & VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência, USP, São Paulo, 2011.

MOURA, Edila . A. F. Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. ( tese de doutorado, UFPA) Belém. 2007

RUZANY, M.H.; MOURA, E.A.F.; MEIRELLES, Z.V. 2012. Adolescentes e jovens de populações ribeirinhas na Amazônia – Brasil. Rio de Janeiro. Vida Social, 2012.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. Juventude rural: suas construções identitárias. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2011.

SILVA. Marluce .A. Formas de organização sócio-espacial da reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – Amazonas/Brasil. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-17.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. 2007. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José. CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. 2009. O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexão sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009. P.137–154.

Weller, Wivian.2010. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. Revista Sociedade e Estado – Volume 25. p.205-224

WITKOWSKY, Antonio Carlos. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de usos dos seus recursos naturais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.



WOLF, Eric. Sociedades camponesas. São Paulo, Zahar Editores, 1970.

**GT 02 – Luta social e repressão política no campo – da ditadura à abertura democrática: a experiência das Comissões da Verdade no Brasil**

**VIOLÊNCIA NO CAMPO NO ESTADO DO PARÁ E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO**

**Flávia Sousa Garcia Sanz**<sup>1</sup>

**Girolamo Domenico Treccani**<sup>2</sup>

**José Sonimar de S. M. Júnior**<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Pará. Voluntária na Clínica de Direitos Humanos da Amazônia. Universidade Federal do Pará/[flaviasgsanz@gmail.com](mailto:flaviasgsanz@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA-UFGA, Mestre em Direito Agrário pela UFGA/Professor da Graduação em Direito da UFGA, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFGA, Advogado/Universidade Federal do Pará/[jeronimotreccani@gmail.com](mailto:jeronimotreccani@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal do Pará/ Bolsista na Clínica de Direitos Humanos da Amazônia. Universidade Federal do Pará/[juniormatos775@gmail.com](mailto:juniormatos775@gmail.com)

**Resumo:** O trabalho busca demonstrar os motivos da violência existente no campo no estado do Pará, apontando a (ir)responsabilidade do Estado neste contexto, através de uma pesquisa bibliográfica para analisar quais as políticas públicas adotadas para a questão fundiária no Pará e as suas consequências, apresentando, em seguida, dados levantados pela Clínica Internacional de Direitos Humanos da Amazônia que corroboram com a dimensão da violência e o papel do Poder Público para esse quadro.

**Palavras-chaves:** Violência no campo; Responsabilidade do Estado; Clínica Internacional de Direitos Humanos da Amazônia.

## **1. INTRODUÇÃO**

Os conflitos gerados no âmbito rural do estado paraense ganharam os contornos que têm atualmente, sobretudo, com a implementação de políticas públicas que

buscavam atender interesses de mercado nacional e internacional, desconsiderando completamente os interesses e a realidade local.

Neste processo de integração da Amazônia à economia global, trabalhadores rurais do território paraense passaram a ser marginalizados. Ao defender seus interesses frente aos antagônicos interesses de grandes capitalistas, já se encontravam em situação de manifesta desigualdade para imporem-se.

Tal disparidade cresceu a perder-se de vista quando o Estado, que deveria ter assumido o papel de mediador e árbitro nesses conflitos, assumiu a posição de aliado dos grandes empresários, ignorando as condições de vulnerabilidade dos camponeses e, outras tantas vezes, massacrando-os. O Estado, que tem a obrigação legal de prezar pelo cumprimento da legislação, impor condutas e punir crimes, adotou uma postura escancarada de descumprimento às próprias leis, omissão quanto ao dever legal de apurar e aplicar penas e, inclusive, participação direta em crimes.

Toda a máquina estatal parecia pactuar com a violência no campo praticada contra trabalhadores(as) rurais, em todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), em todas as esferas (federal e estadual).

Neste sentido, o trabalho da Clínica Internacional de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA) objetiva investigar verdades propositadamente escondidas, arquivadas e mascaradas sobre atos de violências praticados contra trabalhadores rurais. E a partir desta análise, destacar a participação e responsabilidade do Poder Público neste quadro de violência tão sistemática e frequente que chega a ser considerada natural (Pará, 1991, p. 12) e banalizada. Com base nesses dados, a CIDHA passa a cobrar do Estado: informações que estão sob seu poder, ou que devem ser investigadas; punição de crimes, com respeito ao devido processo legal (direito tanto do acusado como da sociedade de ter assegurada a efetividade da Justiça através de um processo dentro dos padrões da razoabilidade e regularidade); e adoção de medidas propícias a reverter este quadro de violência.

## **2. POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE RURAL NO ESTADO DO PARÁ**

Até meados de 1960, a maior parte das terras da Amazônia eram públicas, conhecidas como “terras livres”, ocupadas predominantemente por pequenos posseiros

que se dedicavam a agricultura de subsistência (Quintans, 2008, p.2). A economia na Amazônia, em especial, no Pará, era pouco articulada com o restante do país, baseava-se no extrativismo vegetal, sendo predominante a agricultura de subsistência (Pará, 1991, p.5). O valor da terra estava nos seus frutos, sendo insignificante seu valor de mercado, ressalvada as terras de castanhais, o que desestimulava a regularização de terras (Pará, 1991, p. 5).

Durante as décadas de 1960 e 1970, projetos estatais de ocupação da Amazônia atraíram massivo capital nacional e internacional para a região (Quintans, 2008, p.2), causando significativa alteração da estrutura agrária da região. Essa política do governo federal de integração da Amazônia, sobretudo do Pará, no contexto do capitalismo internacional, baseada na ilusão de que a região se tratava de um espaço vazio, servindo como “válvula de escape” para os conflitos rurais em outras regiões, atraiu camponeses expulsos dessas regiões e grandes proprietários capitalistas interessados nas terras, que passavam a ser mercadoria valiosa (Pará, 1991, p. 5). Tal política que propiciou “o controle do espaço paraense pela União e a ocupação das nossas terras por ‘modernos’ empreendimentos agro-pecuários financiados com recursos públicos” foi a maior responsável pelos contornos da violência no campo presente no Estado do Pará (Pará (a), 1991, p.5).

A Emenda Constitucional nº. 18 de 1965 concedia créditos, financiamentos e incentivos fiscais aos “desbravadores”, tais concessões na prática só eram acessíveis aos grandes produtores, aprofundando ainda mais a concentração fundiária e potencializando conflitos (Machado, 2010, p. 10). Os incentivos fiscais, regulamentados pela Lei Federal n. 5.174, de 27 de outubro de 1966, foram concedidos em favor de empreendimentos agropecuários com o nefasto objetivo de “desenvolver” a Região Amazônica (art. 1º, caput).

As políticas voltadas à integração da Amazônia tiveram diversos desdobramentos. A integração capitalista da região ao restante do país e ao mundo se deu através da federalização de considerável parcela dessas terras, da implantação de Grandes Projetos e da concessão de incentivos fiscais, ambas as estratégias realizadas a partir da implantação de grandes projetos da Amazônia, desconsiderando as necessidades das populações locais, que sofreram impactos econômicos, sociais e ambientais (Treccani, 2001, p.245). Tais políticas públicas associadas à atuação de grileiros na região

instauraram uma realidade de extrema violência contra trabalhadores rurais e seus defensores.

Com o processo de federalização da Amazônia, a União passou a deter maior controle sobre a região, implantando projetos que atropelavam as estruturas locais instaladas anteriormente. Esta estratégia foi tão intensa e descontrolada que há uma indefinição quanto ao total da área pertencente à União e a sua localização, em função de sobreposição de áreas delimitadas em decretos (Treccani, 2001, p. 171). Segundo o autor (2001, p. 171 e 172), cerca de 80 % do território paraense encontra-se sob a jurisdição da União. Os Grandes Projetos implantados pela União no Pará ocasionaram a expulsão de trabalhadores rurais das áreas que tradicionalmente ocupavam, gerando tensões entre estes e os novos ocupantes (Treccani, 2001, p. 187). A construção da estrada Belém-Brasília gerou além das recorrentes expropriações, uma massa de trabalhadores desempregados (atraídos de outras regiões do país) na medida em que os trechos eram concluídos (Treccani, 2001, p. 178).

A política de incentivos fiscais e o conseqüente preço reduzido das terras, aliados à precária fiscalização da aplicação dos recursos e do apossamento de terras na Amazônia, e em especial, no Pará, atraiu considerável número de empresários nacionais e estrangeiros para investir na região (Treccani, 2001, p. 247). Contudo, o interesse dos militares de integrar a região e aumentar a produção, através desta política não foi efetivamente alcançado e ainda gerou um déficit social difícil de superar. A especulação imobiliária se mostrou economicamente mais atrativa do que investir na produção, resultando na multiplicação de latifúndios, sem causar aumento significativo de empregos, tampouco de produção (Treccani, 2001, p. 249). Entre os anos de 1972 e 1974, a valorização dos preços de terra sempre superavam a marca de 500% (Biondi: 1974 apud Treccani, 2001, p. 245).

A política creditícia e os grandes projetos acarretaram na valorização das terras, o que levou a forte incidência de prática desleal já existente, a grilagem (Treccani, 2001, p. 197). A grilagem consiste na obtenção de posse ou propriedade da terra, por meio ilícito (Laranjeira, 1984, apud Treccani, 2001, p. 198). Segundo dados do Ministério de Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário constantes no "Livro Branco da Grilagem" (1999:7 apud Treccani, 2001, p. 200), há indícios de irregularidades em 80% das áreas pesquisadas pelo INCRA. Os grileiros se apropriam de terras alheias por meio de operações violentas e fraudulentas, subornando agentes estatais ou falsificando

documentos, obtêm títulos oficiais e vendem a terra para fazendeiros ou empresários (Machado, 2010, p.10 e 11).

Os grileiros, como ficaram conhecidos os que fazem grilagem, se apropriam de terras alheias por meio de operações violentas e fraudulentas, subornando agentes estatais ou falsificando documentos, obtêm títulos oficiais e vendem a terra para fazendeiros ou empresários (Machado, 2010, p.10 e 11). Logo, adquiriam as terras por custos irrisórios e as vendiam por valores muito superiores a empresários do sul (Treccani, 2001, p. 200).

A grilagem é um fenômeno eminentemente social, mas contou por diversas vezes com a contribuição de funcionários públicos e foi atribuído o efeito desejado a essas práticas ilícitas através do Decreto-Lei n.º 57 de 22/08/69, art. 88, que reconheceu a validade desses títulos de propriedades, se adquiridos em boa-fé. Restou, portanto, “institucionalizada, legitimada e premiada”, a grilagem (Treccani, 2001, p. 221).

A exposição de Motivos n. 055/1976 instaurou um mecanismo “excepcional de alienação sem concorrência” de terras da União àqueles que implantassem projetos florestais, agropecuários ou agroindustriais que correspondessem aos “interesses da região”; ou que “de boa-fé” tivessem adquirido título de propriedade com irregularidades no registro de imóveis; ou que tivessem “posse de terras com fundamento em título outorgado por Estado ou Município (Santos, 1978, p. 107)2. Sendo que as áreas das terras sujeitas a tais alienações poderiam superar em até 600 vezes o módulo da exploração indefinida (Santos, 1978, p. 107). As pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrassem em qualquer das categorias acima mencionadas deveriam promover a transcrição da propriedade em nome da União e as glebas seriam alienadas desde que isentas de litígios (Santos, 1978, p. 107). O INCRA estava encarregado de regularizar “eventuais posses” dos que comprovassem ter na gleba cultura efetiva e morada habitual (Santos, 1978, p. 107).

Todos esse processo ocorridos no campo contribuíram para a concentração de terras e concomitantemente para a marginalização das comunidades rurais, causando tensões que tornaram o campo um ambiente extremamente violento, em especial no território do Pará. Se por um lado, o governo garantia amplo apoio às empresas privadas, os camponeses sequer podem contar com as migalhas de um governo que, além de não investir em obras de infraestrutura voltadas para toda a população, sob o

---

2 Exposição de Motivos 005/1976, item 10, letra “a”.

pretexto de não haver recursos suficientes, ainda contribuiu para a expropriação e massacre dessa classe social (Treccani, 2001, p. 248). Neste contexto, Treccani resume os resultados da política adotada pelos militares em “uma agricultura economicamente ineficiente e socialmente perversa” (Treccani, 2001, p. 246).

Contudo, não foi apenas a política federal que consolidou esta realidade no Pará, o governo estadual também contribuiu para esse sistema, na medida em que vendia terras devolutas com áreas acima de 100 hectares para fins agrícola, contrariando própria legislação estadual (Lei 762), gerando um verdadeiro caos na estrutura fundiária do Pará, sobretudo, quando ao invés de anular os atos administrativos que resultara nessas vendas, admitiu-se a revalidação desses títulos irregulares (Pará, 1991, p. 6).

Os conflitos pela terra na Amazônia legal aumentaram com a introdução de empresas rurais na região, marcados pela utilização da “violência privada”, praticada por jagunços e pistoleiros, muitas vezes aliada à “violência estatal”, praticada por policiais para acelerar o processo de expropriação privado de posseiros da terra (Ianni, 1978, apud Machado, 2010, p. 10). Isto porque os latifundiários utilizam além da grilagem a violência para resolver seus problemas, apoiados na morosidade dos processos judiciais, na cumplicidade ou omissão do Estado (Treccani, 2001, p. 276). Estima-se que os pistoleiros, muitas vezes sob a ordem de fazendeiros, podem ser responsáveis por 66,575 dos crimes cometidos “contra trabalhadores rurais e seus aliados na luta pela posse da terra” (Treccani, 2001, p. 263). “O pistoleiro substituiu o policial, isto quando o policial não virou pistoleiro ou os dois não trabalharam juntos” (Treccani, 2001, p. 259).

Na prática, a polícia estava a serviço de grandes fazendeiros e não da sociedade. Segundo declarações do ex-governador Hélio Gueiros, a polícia era capaz de deixar de realizar as tarefas das quais era oficialmente encarregada por excederem a “serviços dos proprietários, que contratavam o transporte, forneciam alimentação e ainda pagavam gratificações aos policiais” (Jornal Pessoal nº 70, julho/91, apud Pará, 1991, p. 43). Os policiais, sem a estrutura adequada e com baixos salários, são facilmente corruptíveis, quando não, inevitavelmente corruptíveis, conforme alerta Lúcio Flávio em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para analisar os casos de violência cometidos no campo no estado do Pará (Pará, 1991, p.7).

É comum o Estado estar a serviço do capital, mas displicente em relação às reivindicações camponesas (Pietrafesa, 2013, p. 72). Neste sentido, os movimentos

sociais representam importante papel de contestação a esse processo de subordinar tudo, inclusive o que é inviolável, à dinâmica do mercado (Pietrafesa, 2013, p. 72). Contudo, no intuito de conter e desmobilizar esses movimentos sociais no campo, latifundiários e Estado se utilizavam da violência, que Padre Ricardo Rezende denominou de “pedagogia do terror seletivo”, prendendo, torturando lideranças e defensores (Pará, 1991, p. 14). Nessa lógica, o padre relata que não bastava simplesmente o assassinato, mas o emprego de “requintes de crueldade”, amedrontando os que estavam vivos (Pará, 1991, p. 14)

“Para os militares a expropriação do campesinato e a violência perpetrada contra os trabalhadores rurais eram o preço inevitável a ser pago no processo de modernização do campo e da integração da Amazônia ao resto do país” (TRECCANI, 2001, p. 309).

O padre Ricardo Rezende afirma que por várias vezes foi entregue às autoridades a relação de mortos, ainda assim, estas se mantinham inertes (Pará, 1991, p. 14). Lúcio Flávio alega que a violência é tão sistemática que passou a ser enxergada com certa naturalidade (Pará, 1991, p. 12). O jornalista denuncia que embora as pressões sociais forcem a tomada de providências, há “fortes suspeitas” de que sejam forjadas irregularidades com vistas ao impedimento de apurações e eventuais punições (Pará, 1991 p. 12).

Ademais, a morosidade no processo judicial é tão extensa que equivale a própria absolvição dos acusados, gerando descrença da população na Justiça (Pará, 1991, p. 44). Já não se procura mais por promotores ou juízes, mas denuncia-se os crimes à mídia (Pará, 1991, p. 44). Ressalta-se que atualmente muito tem-se ventilado que a mídia, formadora de opinião, tem de certa forma sentenciado previamente alguns casos, antes de chegar decisão final do Poder Judiciário. A CPI conclui que, por outro lado, em se tratando de ações civis, em que a propriedade particular de fazendeiros corre “risco”, a justiça é veloz (Pará, 1991, p. 44). A impunidade é praticamente “garantida” a que tem poder econômico ou está acobertado por eles (Pará, 1991, p. 43).

Até a década de 1970, não foram registrados nenhum conflito de posse de terra no Pará (Treccani, 2001, p. 307). Porém, atualmente o Pará “concentra 33% de áreas em disputa” (Pietrafesa, 2013, p. 73). O “Pará tem o maior número de assassinatos de trabalhadores rurais” (TRECCANI, 2001, p. 317).

Neste contexto, a CPI constatou que o grande responsável pela dimensão da violência no Estado é o próprio Poder Público (1991, p.41).



### 3. A ATUAÇÃO DA CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS NA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE NO CAMPO

Existem seguramente muitos outros homicídios dentro das fazendas por questões trabalhistas e nas matas e cidades da região por litígios possessórios e não nos chegam as informações, ou chegam com tanta imprecisão que não podemos computá-las. Há um aumento progressivo e substancial de mortes do lado dos trabalhadores. Isto significa duas coisas: o nível de organização e defesa dos camponeses ainda é insatisfatório e os fazendeiros estão em uma ofensiva cada vez maior, investindo mais intensamente em pistoleiros, diante das grandes áreas ocupadas nesses últimos anos pelos posseiros. (testemunho de Padre Ricardo REZENDE 1986:97 apud TRECCANI, 2001, p. 310).

Nesse contexto de violência vivenciada pelos trabalhadores rurais do Pará, ausência de informações consolidadas sobre crimes cometidos contra camponeses e a busca em âmbito nacional pela Justiça de Transição, a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA), sob coordenação do prof. Dr. Girolamo Treccani, passou a fazer um trabalho de resgate sobre os casos de camponeses assassinados no período do regime militar, entre 1946 e 1988.

A CIDHA apresenta-se como espaço propício não somente à qualificação profissional e prática de estudantes de direitos, mas também ao apoio à sociedade civil e ao Poder Público em ações de respeito aos direitos humanos, identificando e estudando casos paradigmáticos de violações desses direitos para lograr a promoção, proteção, prevenção e reparação à violação de Direitos Humanos, com a (re)formulação de novos mecanismos voltados para a efetivação desses direitos, reunindo agentes sociais, governamentais e não governamentais<sup>3</sup>.

Este sentido, o projeto ora analisado surgiu com o objetivo de identificar os assassinatos ocorridos no período do regime militar, analisar os casos emblemáticos, produzindo relatórios sobre esses episódios, para contribuir com a coleta de dados realizada pela Comissão Nacional da Verdade, buscando apurar a responsabilidade do Estado, reconstruir a memória da sociedade civil e dar suporte às famílias das vítimas, garantindo-lhes visibilidade e restaurando o respeito a sua dignidade.

Para tanto, fazia parte das atividades planejadas, primeiramente, quantificar a proporção de todos os assassinatos de trabalhadores rurais, posteriormente, selecionar e

---

3 Universidade Federal do Pará. UFPA. Clínica de Direitos Humanos da Amazônia. Disponível em: <<http://www.cidh.ufpa.br/>> Acesso em: 06.06.2014.

analisar casos emblemáticos e conferindo a responsabilidade do Estado pela ação direta e indireta ou omissão na efetivação de Direitos Humanos nesse contexto.

O levantamento<sup>4</sup> do número de trabalhadores rurais mortos mostrou-se necessário em função da ausência de registro e de reconhecimento oficial de camponeses mortos. A apuração não se limitou ao período do regime militar, mas englobou os anos de 1964 até 2013. Ao final dessa apuração, chegamos ao expressivo número de 930 camponeses assassinados no interior do estado do Pará entre no período citado. Ressalte-se que desses casos, apenas foram encontrados 745 inquéritos policiais pelo levantamento realizado pela CIDHA.

Por iniciativa da CIDHA, formada pelos graduandos Cleilane Silva dos Santos, Flávia Sousa Garcia Sanz, Isadora Cristina Cardoso de Vasconcelos, José Sonimar de Sousa Matos Júnior, coordenada pelo Prof. Dr. Girolamo Treccani, em 14 de agosto de 2013, foi criada a Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará da qual participam também, representantes da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI/PA, da Comissão Pastoral da Terra – CPT; Defensoria Pública e Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos -SPDDH).

A Comissão ainda pretende incorporar representantes do Ministério Público Estadual e dialogar com a Comissão da Verdade criada pelo Sindicato dos Jornalistas no Pará (Sinjor-PA), que recebe o apoio da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), por meio da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas, criada pela lei federal nº 1.2528/2011 e instituída em 16 de maio do ano passado para apurar graves violações de direitos humanos, ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Desde a primeira reunião, a Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará priorizar inicialmente os levantamentos dos casos ocorridos até 1988. Porém, considerando que no Pará, bem como do resto nos demais estados brasileiros, a violência e os assassinatos de trabalhadores(as) rurais perduram até a presente data, nossa investigação não se limitará aos casos daquele período, mas irá abranger até o ano de 2013.

---

4 Para a realização do levantamento de dados foi utilizada as referencias bibliográficas citadas em anexo.

5 Foram acrescidos 6 casos de 2013 à listagem, dos quais não se fez levantamento sobre a existência de inquérito policial.

Com o objetivo de coletar o máximo de dados possíveis e contando com a cooperação da Administração Pública, que detém informações oficiais, a Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará enviou ofícios aos seguintes órgãos: Ministério Público Estadual - MPE, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP, Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Ouvidoria Agrária Nacional e Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, solicitando informações sobre todos os inquéritos e processos instaurados para apurar crimes envolvendo assassinatos de trabalhadores(as) rurais, lideranças sindicais, políticas e religiosas e o teor desses documentos com o intuito de acompanhar o andamento e a situação atual dos processos dos casos listados pela CIDHA. A solicitação tomou como base a recomendação nº 22/2009 do CNJ:

Recomendação nº 22, de 04 de março de 2009 (DOU 06/03/2009)

RESOLVE:

RECOMENDAR aos Tribunais e às Varas que:

I - priorizem e monitorem constantemente o andamento dos processos judiciais envolvendo conflitos fundiários;

II - implementem medidas concretas e efetivas objetivando o controle desses andamentos.

Ressalte-se que a Lei nº 12.527/2011 determina que o órgão ou entidade pública deve autorizar ou conceder o acesso imediato às informações disponíveis (art. 11). Somente em caso da impossibilidade de acesso imediato às informações solicitadas, a Lei Federal em questão prevê o prazo de 20 (vinte) dias para que o órgão comunique a data, local e o modo para que o Requerente efetue a consulta (art. 11, I). O prazo pode ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa (art. 11, § 2º). Conforme dispõe a referida lei, as informações devem ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilização, na forma do art. 32 da Lei Federal. O art. 5º, inciso XXXIII da CR/1988 também corrobora este dever da Administração Pública em prestar informações aos qualquer cidadão que as requeiram.

Obtivemos como resposta da FETAGRI a remissão de um documento para os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) juntamente com a lista dos assassinatos por municípios, solicitando informações e contatos com parentes e testemunhas. A CPT está fazendo o mesmo com suas equipes locais.

Em janeiro, recebemos resposta da Ouvidoria Agrária Nacional com a situação dos processos. O TJE e Segup, por outro lado, remeteram ofício respondendo que estão

analisando as listagens e até o momento não deram uma resposta definitiva com as informações solicitadas.

Até o momento, seis meses após o envio das solicitações, o Ministério Público do Estado ainda não enviou nenhuma resposta.

Saliente-se que já havíamos solicitado tais informações do Ministério Público do Estado na data de 03.04.1990, que respondeu somente em 08.03.1991, por meio do ofício 138/91/MP/PGJ, no qual é relatada a situação de 225 casos denunciados. Destes, apenas 206 processos e 157 inquéritos foram localizados. Na resposta do MPE foi reforçada a dificuldade de encontrar os processos e inquéritos dos casos listados no requerimento, pois os inquéritos recebidos pelo cartório do distribuidor anteriores ao ano de 1983 eram registrados somente com os nomes dos indiciados e não constando da distribuição o nome da vítima. Também relataram que muitas vezes o MPE solicitava diligências à polícia, imprescindíveis para o oferecimento da denúncia, mas não eram cumpridas ou demoravam muito.

Ademais, no relatório final da CPI, o MPE alegou que com a criação de vários novos municípios, havia frequente redistribuição territorial com troca de promotores, de forma que os novos promotores não conheciam os casos e a polícia se aproveitava disso, “fazendo-se de esquecidos” e muitas vezes a população não procurava o Poder Judiciário, mas a mídia, tornando os crimes desconhecidos pela esfera judicial (Pará, a, 2002, p. 8). Ocorre que é função constitucional do Ministério Público fiscalizar o cumprimento da lei, não se aplicando a eles o princípio da inércia exclusivo a juízes. Portanto tinham o dever de manter-se informado e “lembrar” os policiais dos seus deveres legais. Ora, se a população não os procurava era porque já estava descrente da sua atuação para a proteção de seus direitos e se os policiais se aproveitavam de alguma situação para descumprir a lei, era porque o MPE também não se empenhava em fiscalizar.

A Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará elegeu como emblemáticos para relatórios destrinchando os acontecimentos para apurar as violações

---

6 O número não é exato, pois a impressão da resposta do MP de Satarém estava apagada, inviabilizando a análise desses dados.

7 Idem.

a direitos humanos, o perfil das vítimas, a responsabilidade do Estado e de seus representantes, os particulares envolvidos e formas de participação.

Atualmente, esta fase de elaboração de relatórios dos casos emblemáticos selecionados, ainda encontra-se em andamento. Até o momento, foram analisados a Chacina de Goianésia; Belchior Martins Costa; Arnaldo Delcídio Ferreira, Fazenda Princesa, João Canuto de Oliveira, dos quais constatamos que em todos os casos a estratégia de desarticulação dos movimentos sociais de luta pela terra, matando os líderes. Os crimes ficaram marcados pela crueldade e impunidade. O Estado foi omissivo em todos os casos, deixando de adotar as diligências cabíveis, muitas vezes sob o argumento de falta de estrutura.

Nota-se a participação direta do Estado no inventário realizado pela Secretaria Especial de Estado de Defesa Social (Pará b, 2002, p. 41-75). Dos 595 casos registrados, 31 tiveram policiais militares como suspeitos; em dois os suspeitos eram policiais civis; dois policiais militares e civis constavam como suspeitos; em quatro suspeitava-se que policiais militares agiram em conjuntos com pistoleiros. Estes foram supõe-se responsáveis por 115 assassinatos, dentre os listados por aquele inventário.

#### 4. CONCLUSÃO

Em muitas ocasiões o Estado se mostrou conivente com a violência. Inúmeras vezes os movimentos sociais e entidades de defesa dos direitos humanos paraenses denunciaram a participação de policiais militares em despejos ilegais e de pistoleiros atuando ao lado de policiais em ações possessórias cujas liminares tinham sido expedidas pelo Poder Judiciários.

O Poder Público, que deveria atuar como mediador dos conflitos no meio rural, tem-se mostrado ausente. Esta ausência, no entanto, não deve ser justificada pelo argumento de que as autoridades desconhecem a real situação do meio rural paraense, que é gestada pelo próprio governo federal, na medida em que órgãos oficiais e entidades não oficiais têm apresentado estudos aprofundados sobre as causas e consequências da violência no campo paraense. Na verdade, o que falta é vontade política para enfrentar o problema, na intenção de modificar a caótica estrutura fundiária. (PARÁ, 1991, p. 41).

Em muitas ocasiões, o Estado ora se mostrava ausente, omitindo-se quando tinha dever de agir, ora atuava de forma ainda mais grave agindo de forma completamente contrária aos seus legítimos objetivos, fomentando direta e indiretamente conflitos agrários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARÁ *a*. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI. Violência: omissão e impunidade. Relatório Final. 1991.

PARÁ *b*. Secretaria Especial de Estado de Defesa Social. *Inventário de registros e denúncias de mortes relacionadas com a posse e exploração de terra no Estado do Pará: 1980-2001*. Belém, 2002.

PIETRAFESA, José Paulo. Terra, ocupação e posse: novos desafios aos movimentos sociais frente à ação do capital agrário. *Conflitos no Campo – Brasil 2013* [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013, p. 70-77.

MACHADO, Vitor. Questão Agrária, Conflitos Sociais no Campo e Extensão Rural: Uma Análise Da Realidade Rural Contemporânea. *Tékhnē E Lógos*, Botucatu, Sp, V.1, N.3, Jun. 2010.

QUINTANS, Mariana Trotta. Políticas Públicas E Conflitos No Campo Do Pará: O Papel Das Varas Agrárias. *Sociedade Brasileira De Economia, Administração E Sociologia Rural*. CpdA/Ufrj. Rio De Janeiro - Rj – Brasil. Rio Branco – Acre, 20 A 23 De Julho De 2008.

TRECCANI, Girolamo Domenico. Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: ITERPA/UFPA, 2001.

SANTOS, Roberto. *A Economia do Estado do Pará*. Belém, IDESP, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA. Clínica de Direitos Humanos da Amazônia. Disponível em: <<http://www.cidh.ufpa.br/>> Acesso em: 06.06.2014.

**ANEXO:**

## REFERÊNCIAS UTILIZADAS PARA O LEVANTAMENTO

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Carajás: A guerra dos Mapas*. Belém: Falangola. 1994.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Brasil. Violência autorizada nas áreas rurais*. London: Amnesty International Publications. 1988.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI. *Violência: omissão e impunidade*. Relatório Final. 1991.

BARATA, Ronaldo. *Inventário da Violência. Crime e Impunidade no campo paraense (1980-1989)*. 1º Edição. Belém, CEJUP. 1995.

BRASIL. CPI da Pistolagem. *Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a continuar as investigações de crimes de "pistolagem" nas regiões centro-oeste e norte, especificamente na chamada área do "bico do papagaio"*. Brasília 1992.

BRASIL, Presidência da República. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. 1º Edição. Brasília: Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República. 2013.

CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. *Retrato da Representação Política no Campo Brasil 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. 2º edição. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2011.

CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO NEGRO DO PARÁ - CEDENPA. *Em defesa da vida: A realidade dos/as defensores/as de direitos humanos sob situação de risco e ameaça no Estado do Pará*. Belém: CEDENPA. 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORTE II. *Assassinatos no campo 1978-1988. Trabalhadores Rurais Assassinados no Estado do Pará - 10 anos de violência no Campo*. Belém: Secretariado Regional. 4 de abril de 1989.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos de Terra no Brasil (janeiro a julho de 1982)*. Goiânia: Assessoria da CPT. Secretariado Nacional. 30 de agosto de 1982.

\_\_\_\_\_. *Conflitos de Terra no Brasil (agosto a dezembro de 1981)*. Goiânia: Secretariado Nacional. 30 de janeiro de 1982.

\_\_\_\_\_. *Conflitos de Terra no Brasil (janeiro a dezembro de 1983)*. Goiânia: Assessoria da CPT. Secretariado Nacional. 10 de fevereiro de 1984.

\_\_\_\_\_. *Conflitos de Terra no Brasil (janeiro a dezembro de 1984)*. Goiânia: Assessoria da CPT. Secretariado Nacional. Fevereiro de 1985.

\_\_\_\_\_. *Conflitos de Terra no Brasil 1985*. Belo Horizonte: Segrac. 1986.

\_\_\_\_\_. *Conflitos de Terra no Brasil 1986*. Goiânia: Oficina de Comunicação. 1987.

\_\_\_\_\_. *Conflitos de Terra no Brasil/1987*. Goiânia: Oficina de Comunicação. junho de 1988.

\_\_\_\_\_. *Conflitos de Terra no Brasil/1988*. Goiânia: Gráfica Editora Líder. abril de 1989.

\_\_\_\_\_. *Conflitos de Terra no Brasil. (Janeiro a julho de 1982)*. Goiânia: Assessoria da

CPT. Secretariado Nacional. 30 de agosto de 1982.  
\_\_\_\_\_. Conflitos de Terra no Brasil. (Agosto a dezembro de 1981). Goiânia: Secretariado Nacional. 30 de janeiro de 1982.  
\_\_\_\_\_. Conflitos de Terra no Brasil. (Janeiro a dezembro de 1983). Goiânia: Assessoria da CPT. Secretariado Nacional. 10 de fevereiro de 1984.  
\_\_\_\_\_. Conflitos de Terra no Brasil. (Janeiro a dezembro de 1984). Goiânia: Assessoria da CPT. Secretariado Nacional. fevereiro de 1985.  
\_\_\_\_\_. Conflitos de Terra no Brasil 1985. Belo Horizonte: Segrac. 1986.  
\_\_\_\_\_. Conflitos de Terra no Brasil 1986. Goiânia: Oficina de Comunicação. 1987.  
\_\_\_\_\_. Conflitos de Terra no Brasil/1987. Goiânia: Oficina de Comunicação. junho de 1988.  
\_\_\_\_\_. Conflitos de Terra no Brasil/1988. Goiânia: Gráfica Editora Líder. abril de 1989.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORTE II. Violência no campo. 1º Semestre de 1984. Belém: Secretariado Regional. 1984.  
\_\_\_\_\_. Balanço da violência no campo. 1984. Belém: Secretariado Regional. 1985.  
\_\_\_\_\_. Violência no campo: Recorde de violência: 55 mortos. Janeiro a junho de 1985. Belém: Secretariado Regional. 1985.  
\_\_\_\_\_. Marcha lenta da Reforma Agrária no Pará e Balanço da Violência no campo (1986). Belém: Secretariado Regional. março de 1987.  
\_\_\_\_\_. Relatório de Conflitos 1987. Belém: Secretariado Regional. 10/08/1988.  
\_\_\_\_\_. Relatório de Conflitos 1988. Altamira. Secretariado Regional. 20/02/89.  
\_\_\_\_\_. *Ofício para o TJE*

## JORNAIS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO. *Procuradoria Geral de Justiça. OF. N° 138/91/MP/PGJ. 08/03/1991*

MIRAD. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. *Levantamento dos Conflitos de Terra em que se registram mortes, ocorridas no país em 1985*. Brasília, 03 de fevereiro de 1986.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade 1964-1986*. São Paulo: Global. 1987.

PARÁ AGRÁRIO. *Informativo da Situação Fundiária. Ocupação do solo e subsolo. Conflitos Agrários*. Belém: IDESP. 1990. Edição Especial.

PARÁ. Secretaria Especial de Estado de Defesa Social. *Inventário de registros e denúncias de mortes relacionadas com a posse e exploração de terra no Estado do Pará: 1980-2001*. Belém, 2002.

REZENDE, Ricardo Figueira. *A Justiça do lobo. Posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis (RJ): Vozes. 1986.

TRECCANI, Girolamo Domenico. *Violencia & Grilagem. Instrumentos de aquisição dada terra no Pará*. Belém: UFPA-ITERPA. 2001.



REALIZAÇÃO:



APOIO:

Coordenação de  
Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior  
(CAPES)



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário